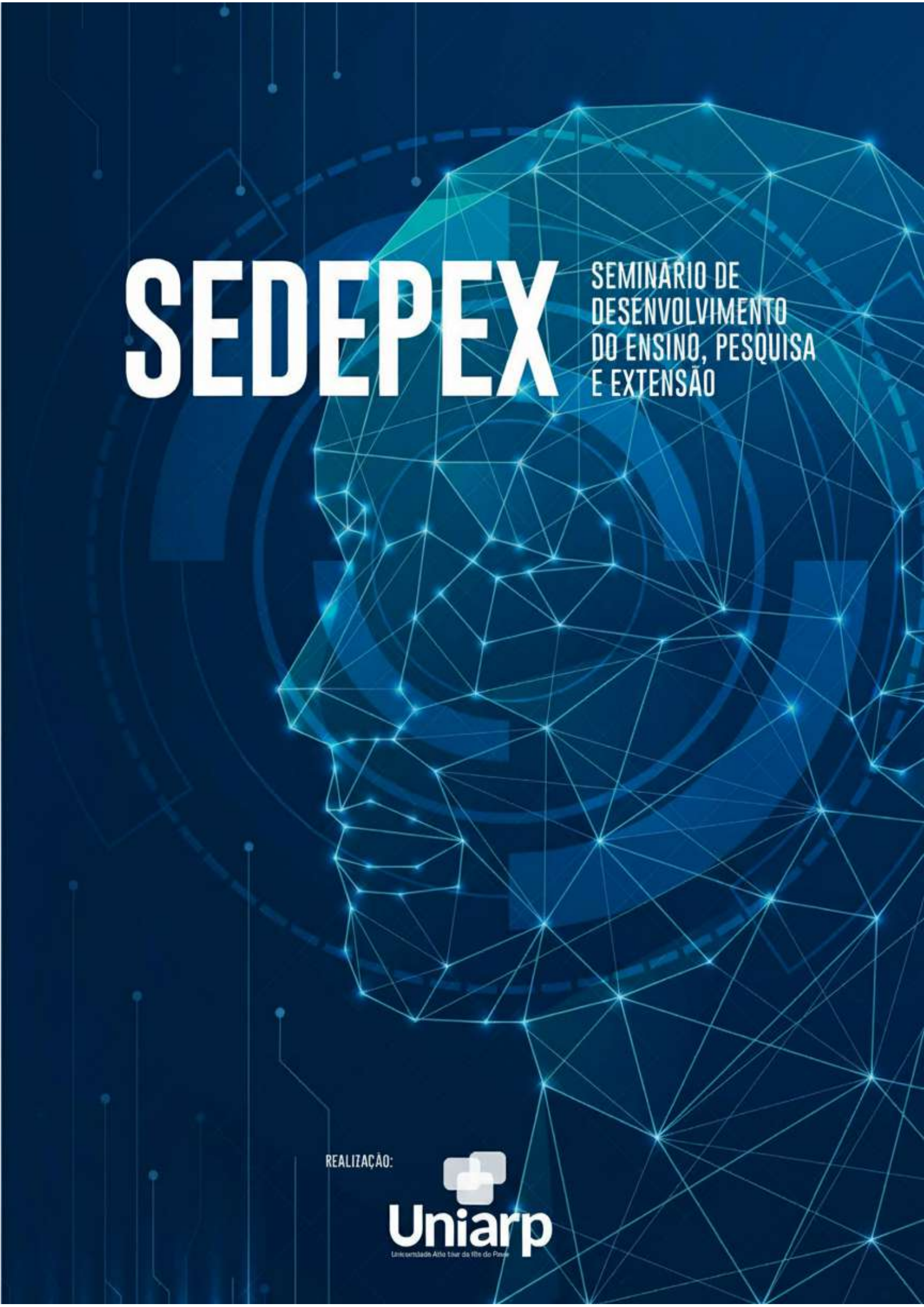
SEDEPEX

SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



REALIZAÇÃO:

Uniarp

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

ANAIS SEDEPEX XXI 2025/2

V.09, N.02 - NOVEMBRO/*2025*

Caçador-SC

Fraiburgo-SC

Coordenação Geral do XXI SEDEPEX (2025.2)
Profa. Dra. Cristine Vanz Borges

Comissão Organizadora
Prof. Dr. Levi Hülse
Profa. Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Profa. Me.Talize Foppa

Comissão Avaliadora

Adriana Pereira Benjamini
Adriane Alves Da Cruz
Adriano Luiz Maffesson
Alan Christhian Bahr
Alana Karine Baldicera
Aldair Marcondes
Alesandra Perazzoli De Souza
Ana Claudia Lawless
Ana Claudia Lunelli Moro
Ana Lilian Villwock Azevedo
Ana Lucia Cordova Wandscheer
Ana Paula Carneiro Canalle
Ana Paula Gonçalves Pinculini
Ana Paula Ludwig Do Amaral
André Chiarini Da Silva
Andre Damaceno
Andre Leonardo Radeck Maia
André Trevisan
Andressa Ana Ansiliero
Anete Muller Carvalho
Antônio Pedro Tessaro
Arã Paraguassu Ribeiro
Ariana Centa
Arleia Alves De Campos
Arthur Posser Tonetto
Carlos Alberto Zorzo
Carolina Fruet De Lima
Caroline De Fatima Esperanca
Caroline Neris Bridi
Celso Cardoso De Lima Junior
Cirlei De Souza Moreira Dias
Claudia Mate Feiten
Claudio Adao Sanches
Claudriana Locatelli
Clayton Luiz Zanella
Cleusa Brandt Milis
Cleverson Lima Da Silva
Cristine Vanz Borges
Daniel Antônio Conte
Daniel Pereira Rafaeli Filho
Daniela Dos Santos
Dayane Carla Borille
Debora Ceretta Jung
Debora Fernandes Pinheiro Raia
Deize Maria Baretta
Ecilda Maria Padilha
Ederson André Faoro
Eduardo Sttocco Da Silva
Eliana Rezende Adami
Elis Regina Mazzurana
Elizama De Gregório
Elizandro Fochesatto
Emerson Cardoso Marques
Emilene Murer
Emyr Hiago Bellaver
Fátima Noely Da Silva
Fernando Dirceu Matias
Flávia Werner
Geneia Lucas Dos Santos
Gilberto Camilo Marafon
Gustavo Peruzzolo
Heitor Cofferi
Ireus Carlos De Souza Junior
Jaile Torri
Jaíne Carneiro
Jaqueline Maisa Franzen
Jessica Camile Favarin
Jéssica Santana Dos Reis
Joana Nerez Da Cruz Baldissera
João Paulo Assolini
Joel Cezar Bonin
Jorge Luiz Velasquez
José L. Petri
Josiane Pinheiro Goularte
Juliangela Mariane Schröeder Ribeiro Dos Santos
Juliano Mazzotti
Juliano Nascimento Dos Passos
Jussara Aparecida Jombra
Kamila Pellizzaro Debastiani
Karina Kelly Tessaro
Karine Luz
Katiane Schimitt
Leandro Hupalo
Leonardo Passarin
Letícia Andrighetti
Leticia Lichs Nascimento Peretto
Liamara Basso Dala Costa
Liane Da Silva Bueno

Lidiane Fatima Grutzmann
Lindomar Mineiro
Luana Gaspar
Luciana Marques
Luciano Froguel
Luciano Marcelo Cachoeira
Marcela Zoldan
Marcelo Wandscheer
Márcia Cristiane Fantinel
Marcio Kawamura
Marcio Takahashi Kawamura
Maria Luisa Dadalt
Mariane Rafaela Seidel
Marielly Gonçalves
Marileusa Cecília Carvalho
Marisa Martins
Mayne Francieli Gonçalves
Micheli Martinello
Mozartt Arthor Bondan
Naricleia Terezinha Faustino
Natalia Cristina Thiem Bleichvel
Natan Veiga
Neuro Hilton Wolschick
Odir Luiz Fank
Patrícia Boesing
Paula Brustolin Xavier
Paulo Assis Crasnhak Filho
Paulo Izael Cardoso
Pedro Paulo Baruffi
Rafaela Salvalagio
Ricardo Emilio Zart
Ricardo Peretti
Ricelli Endrigo Ruppel Da Rocha
Roberto Lesniesky
Roger Francisco Ferreira De Campos
Rosemari Santos De Oliveira
Sally Douglas Narloch
Salmo Mardegan
Sanda Mara Bragagnolo.
Sandra Urbano
Sidnei Roberto Duarte
Solange De Bortoli Beal
Sonia De Fatima Gonçalves
Stela Marys Cofferi Sgarbi
Stely Rita Cofferri
Suzana Alves De Morais Franco
Talitta Padilha
Tamanni Pavelski
Thaís Camila Brandalise Bogoni
Thaís De Oliveira
Thiara Zen
Thyana Lays Brancher
Vanessa Cinelli Maceri
Vanessa Vanelli
Vilmair Zancanaro
Wanderleia De Oliveira Tragancin
Weligton Lucas Baschera

EXPEDIENTE

Reitor
Dr. h. c. Neoberto Geraldo Balestrin

Vice-Reitor Acadêmico
Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo
Me. Aldair Marcondes

Secretária Geral
Ma Suzana Alves de Morais Franco

Secretária Acadêmica
Ma. Marissol Aparecida Zamboni

Bibliotecária
Célia de Marco

Conselho Curador
Alcir Irineu Bazanella
André Peruzzolo
Daniel Tenconi
Eduardo Seleme
Fernando César Granemann Driessen
Gilberto Seleme
Gustavo Ganz Seleme
Ivano João Bortolini
João Luiz Granemann Driessen
Joran Seiko Aguni
José Carlos Tombini
Leandro Bello
Leonir Antonio Tesser
Luiz Eugenio Rossa Beltrami
Maria Fernanda Francio Parisotto
Moacir José Salamoni
Rui Caramori
Telmo Francisco Da Silva
Victor Mandelli
Vitor Hugo Balvedi
Vitor Hugo Bazeggio
Viviane Caramori Mendes

Conselho Fiscal
Auri Marcel Bau
JulioHenriqueBerger
Mauricio Busato
Mauricio Carlos Grando Reno
Luiz Caramori
Sandoval Caramori
SolanoHass

Uniarp
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
EDITORA

Capa e diagramação
Alexandre Zarske de Mello - M&M Editores de Livros Independentes

Conselho Editorial da Uniarp **(Eduniarp)**
Editor-Chefe: Prof. Dra. Jéssica Santana dos Reis

Membros
Dr. Adelcio Machado dos Santos – Uniarp
Dra. Claudriana Locatelli – Uniarp
Dra. Cristine Vanz Borges – Uniarp
Dra. Flávia Noversa Loureiro – Universidade do Minho – PT
Dr. Levi Hülse – Uniarp
Dra. Lina Rosa Parra Bernal – Universidade Católica de Manizales – CO
Dr. Héctor Alonzo Gómez Gómez – Universidad Nacional de Agricultura – HN
Dr. Joel Haroldo Baade - Uniarp
Dr. Juan Miguel González Velasco - Universidad Mayor de San Andres – BO
Dra. Maria Antônia Pujol Maura - Universidad de Barcelona – ES
Dr. Mário João Ferreira Monte – Universidade do Minho - PT
Dra. Marlene Zwierewicz – Uniarp
Dra. Myriam Ortiz-Padilla – Universidade Simón Bolivar – CO
Dra. Olga Patricia Bonilla Marquinez – Universidade Católica de Manizales – CO
Dr. Ramón Garrote Jurado – Universidade de Borás – SE
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi – Uniarp
Dra. Verônica Violant Holz – Universidad de Barcelona – ES
Dr. Saturnino de la Torre – Universidad de Barcelona – ES

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp Campus Caçador
Rua Victor BaptistaAdami, 800 – Centro – Caçador/SC
CEP:89500-199
Tel.:(49)3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp Campus Fraiburgo
Rua Carlos Maester – nº 411 – Centro – Fraiburgo/SC
CEP:89580-000
Tel.:(49)3561-6299

Apoio:

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Universidade Alto Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador/SC.

U58a

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.
Anais... [recurso eletrônico] do 21º SEDEPEX (V.09, N.02 - NOV/2025) Caçador/Fraiburgo – SC, 2025/2. Coordenação geral: Cristine Vanz Borges. Organizadores: Levi Hülse; Rosana Claudio Silva Ogoshi; Talize Foppa. Caçador; Fraiburgo: EdUniarp, 2025.

4061p.: il.
Disponível em: http://
ISBN: 978-65-88205-71-6

1. Anais – SEDEPEX. 2. Seminário – Ensino – Pesquisa – Extensão. 3. Ciências humanas. 4.Ciencias Saúde. 5. Ciências Sociais Aplicadas. 6. Ciências Jurídicas.7. Ciências Exatas e a Terra. 8. Multidisciplinar. I. Borges, Cristine Vanz. II. Hülse, Levi. III. Ogoshi, Rosana Claudio Silva. IV. Foppa, Talize. V. Título.

Sumário

SEDEPEX 2025 2º SEMESTRE - CAÇADOR 106
CIÊNCIAS HUMANAS 106
ESPORTES ADAPTADOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: FUTEBOL PARA DEFICIENTES VISUAIS 107
Marcos Machado Martins 107
Mariah Terezinha Penteado Martins 107
Rafael Antonio Bianchi 107
Diego André Bridi 107
PROPOSTA DE GINCANA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO 112
Gabriel de Souza Alves 112
Luan José dos Santos 112
Marcos Machado Martins 112
Mariah Terezinha Penteado Martins 112
Diego André Bridi 112
GINCANA INTERDISCIPLINAR “MISSÃO FUTURO”: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O COMBATE À EVASÃO ESCOLAR 117
Leonardo Campagnin 117
Kauan de Lima Veiga 117
Douglas Alex de Souza Cordeiro 117
José Patrick Silva de Lima 117
Diego André Bridi 117
ESTIMULANDO HABILIDADES MOTORAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA 122
Izulete da Luz Cordeiro 122
Millena Rafaella de Siqueira 122
Yasmin Elis dos Santos 122
Diego André Bridi 122
MOVIMENTO, AFETO E BRINCAR: O CORPO COMO LINGUAGEM NA PRIMEIRA INFÂNCIA 128
Andreina Amélia dos Santos 128
Bruno Alves dos Santos 128
Giovani de Lima Ribeiro 128
Lucas Eduardo Siqueira Rodrigues 128
Diego André Bridi 128
MOVIMENTO E RITMO: A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL 133
Gabriela da Silva Moreira 133
Milena Marisol da Silva Brito 133

Diego André Bridi 133
PRÁTICAS SUPERVISIONADAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS NO PRÉ II 137
Amanda Aparecida Pereira dos Santos 137
Diego André Bridi 137
VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANIL: UM RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR 143
Jonathan Rafael Bernart 143
Diego André Bridi 143
ALIMENTE OS ANIMAIS: UMA ATIVIDADE LÚDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA COODENAÇÃO MOTORA FINA E SENSORIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL 148
Amanda Aparecida Pereira dos Santos 148
Jéssica da Silva Corrêa 148
Jorge Luiz Velasquez 148
Diego André Bridi 148
CIRCUITO LÚDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA AMPLA, RACIOCÍNIO E PRECISÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 154
João Pedro Cardoso 154
Kleberson Granemann de Almeida 154
Marlon Guedes Dominico 154
Rian Douglas Queiroz da Silva 154
Jorge Luiz Velasquez 154
Diego André Bridi 154
ALONGAMENTO COM BALÕES: PROMOVENDO FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE ARTICULAR DE FORMA LÚDICA 159
Lucas Pires Scarabelot 159
Pedro Henrique Golin da Silva 159
Vinicius Gonçalves Pereira 159
Yuri Rafael dos Santos Lima 159
Jorge Luiz Velasquez 159
Diego André Bridi 159
FUTSAL E COORDENAÇÃO MOTORA: ATIVIDADE DE CIRCUITO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E QUALIDADE DE VIDA 164
Eduarda Maciel Monari 164
Herick Ruan Ribeiro 164
Teodora Ribeiro Alves Bonatto 164
Victor Hugo Driessen 164
Luiz Henrique Piran 164

Diego André Bridi....164
GINCANA DO MOVIMENTO: DESENVOLVENDO A COORDENAÇÃO MOTORA POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS....169
Matheus dos Santos Bernardo....169
Pedro Henrique dos Santos da Luz....169
Gabriel Dias....169
Lucas Pierdoná Kinal....169
Jorge Luiz Velasquez....169
Diego André Bridi....169
PSICOMOTRICIDADE EM AÇÃO: DESENVOLVENDO O EQUILÍBRIO, MOBILIDADE E NOÇÃO ESPACIAL POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS....174
Ana Luiza Arconti Bonassa....174
Jennifer Trinidi de Lima Simas....174
Lia Poliane Gonçalves Ferreira....174
Vitor Bernardino....174
Jorge Luiz Velasquez....174
Diego André Bridi....174
BRINCANDO COM AS CORES E OS MOVIMENTOS: DESENVOLVENDO A COORDENAÇÃO MOTORA DE FORMA LÚDICA....179
Edivaldo Luiz Teodoro....179
Vanderson Muller de Campos....179
Jorge Luiz Velasquez....179
Diego André Bridi....179
CIRCUITO JOCKEY: PSICOMOTRICIDADE E COORDENÇÃO MOTORA POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS....184
Jonathan Rafael Bernart....184
Kethelyn Rafaela Bernart....184
Bruno Henry Aires da Silva....184
Ketlyn Kauane Oliveira Arruda....184
Andreina C. Meireles....184
Diego André Bridi....184
APRENDIZAGEM POR MEIO DA RECREAÇÃO ESCOLAR “BRINCAR E APRENDER”....189
Luan José dos Santos Ferreira....189
Mauro Rogério dos Reis....189
FUTSAL E CIDADANIA....193
José Patrick Silva de Lima....193
Lindomar Palmera....193
CIRCUITO MOTOR PESCA CONE: COORDENAÇÃO, LUDICIDADE E INCLUSÃO NO MOVIMENTO....198

Eduarda Maciel Monari 198
Herick Ruan Ribeiro 198
Teodora Ribeiro Alves 198
Victor Hugo Driessen 198
Diego André Bridi 198
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O APRIMORAMENTO DE HABILIDADES MOTORAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I 202
Cionara Mariano Batista 202
Mauro Rogério Dos Reis 202
O IMPACTO DO FUTSAL NO DESENVOLVIMENTO MOTOR E SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 207
Kétlen Perdoncini 207
Mauro Rogério dos Reis 207
HANDEBOL E PRÁTICAS LÚDICAS: DESENVOLVENDO A EDUCAÇÃO FÍSICA E A SAÚDE INFANTIL POR MEIO DO BRINCAR 213
Nickolly da Costa Doberth 213
Any Caroline Oliveira de Jesus 213
Lindomar Palmera 213
PROJETO PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E MOBILIDADE PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS 217
Carolina Suélen Chaves 217
Lindomar Palmera 217
INICIAÇÃO ESPORTIVA ATRAVÉS DA RECREAÇÃO E PRÁTICAS DA SOCIALIZAÇÃO 222
Kelin Rainara Marcondes dos Santos 222
Lindomar Palmera 222
A INFLUÊNCIA DO FUTSAL NA SOCIALIZAÇÃO E NO COMPORTAMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 227
Robson Felipe Correia 227
Diego André Bridi 227
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES NO PERÍODO GESTACIONAL 233
Carla Maguerroski 233
Diego André Bridi 233
O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA 239
Luana Mello de Paula 239
Lindomar Palmera 239
A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO E AUTOCONHECIMENTO DAS EMOÇÕES NAS CRIANÇAS 243

Laís Maira Martiol Schultz 243
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart 243
Marileusa Carvalho 243
CRIATIVIDADE E PRODUÇÃO TEXTUAL: ESCREVENDO NOVAS HISTÓRIAS 248
Bruna do Prado 248
Camile Melo do Amaral 248
Sally Müller Nogueira 248
Prof. Ma. Ruth Inês Dotta Godoy Goulart 248
Prof. Ma. Marileusa Carvalho 248
A LÍNGUA VIVA: EXPLORANDO AS DIFERENTES VOZES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO 254
Bruna Oliveira dos Santos 254
Élin Schissel 254
Leonardo Pepes 254
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart 254
Marileusa Carvalho 254
USO DA MÚSICA COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DO VOCABULÁRIO EM INGLÊS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR 258
Gabriel José Bergonsi 258
Mariana Alves dos Santos 258
Ruth Ines Dotta Godoy Goulart 258
Marileusa Carvalho 258
O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM PARA APRIMORAR A CONSCIÊNCIA SILÁBICA 263
Maria Julia Westerlon 263
Otávio Lehr 263
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart 263
Marileusa Carvalho 263
RELATÓRIO DE ESTAGIO IV – GESTÃO ESCOLAR 269
Ricardo Tavares Camargo Martins 269
Sonia de Fatima Gonçalves 269
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO: GESTÃO ESCOLAR 273
Letícia Santana Gilioli 273
Sonia de Fátima Gonçalves 273
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR 277
Paola Cruz de Lara 277
Sônia de Fátima Gonçalves 277
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GESTÃO ESCOLAR 281

Claudia Rodrigues da Silva 281
Sonia de Fátima Gonçalves 281
RELATÓRIO ESTÁGIO IV: GESTÃO ESCOLAR 286
Camila Santos Zuqui 286
Sonia de Fátima Gonçalves 286
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANOS INICIAIS REALIZADO NA EMEB WALSIN NUNES GARCIA CAÇADOR/SC 290
Lara Andrade Viana 290
Lidiane Fatima Grützmann 290
PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL 295
EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DO LÚDICO 301
Ane Caroline Rodrigues Dalagnolli 301
Graziele Tibes Pedro 301
Jaine de Fátima Batista 301
Letícia Marodin Salles dos Santos 301
Elis Regina Mazzurana 301
Diego André Bridi 301
MÃOS QUE APRENDEM: DESENVOLVENDO A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS POR MEIO DA SENSIBILIDADE SENSORIAL 306
Alícia Izadora Abrão Ribas 306
Elza Fátima de Souza 306
Julia Gabrielly Alves David 306
Samuel dos Santos Mello 306
Elis Regina Mazzurana 306
Diego André Bridi 306
NUMERAÇÃO DIVERTIDA: DESENVOLVENDO O PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 312
Gabriellys Spiering Campolim 312
Renata Alves Ferreira 312
Caroline Mota 312
Elis Regina Mazzurana 312
Diego André Bridi 312
O INCENTIVO À LEITURA NOS ANOS INICIAIS POR MEIO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS 317
Erika Sinkere Morais 317
Maria Eduarda Pereira Lopes 317
Suélle Koch 317
Elis Regina Mazzurana 317

Diego André Bridi....317
PAREAMENTO DAS CORES: O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA INFANTIL....323
Ana Luisa Franco Cardoso....323
Fabiola Aparecida Pedroso de Oliveira....323
Kmily Vitoria....323
Virissimo de Souza....323
Elis Regina Mazurana....323
Diego André Bridi....323
PROMOVENDO A LEITURA E A ESCRITA DE FORMA LÚDICA E INTERATIVA....329
Ana Eloisa Dias Maiberg....329
Marizete Aparecida de Souza Barros....329
Raysa Naiara Ferreira....329
Elis Regina Mazzurana....329
Diego André Bridi....329
MEMÓRIA EM MOVIMENTO:MAGIA DO BRINCAR....334
Letícia Martini....334
Amanda Ketlin dos Santos....334
Adriana Emidio....334
Sonia Fátima Gonçalves....334
Diego Bridi....334
JOGOS E BRINCADEIRAS: PAREAMENTO DE CORES....338
Heviny Carlim da Silva....338
Arléia Alves de Campos....338
Larissa Mews....338
Sônia de Fátima Gonçalves....338
O IMPACTO DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS....342
Luciana Vasconcelos Santos Sá....342
Lidiane de Fatima Grützmann....342
Beatriz Teresinha Coscodai....342
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO OESTE CATARINENSE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE DCNs E EMENTÁRIOS....348
Ricardo Tavares Camargo Martins....348
Lidiane Fatima Grutzmann....348
MULHERES NA PEDAGOGIA: UMA LEITURA SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA....352
Letícia Santana Gilioli....352
Lidiane Fátima Grutzmann....352

ENTRE O MEDO E A ACEITAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS PAIS SOBRE O DIGNÓSTICOS NA INFÂNCIA.....357
Paola Cruz de Lara.....357
Lidiane Grutzmann.....357
A PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....361
Mirian Abreu Almeida.....361
Ruth Ines Dotta Goulart.....361
PROJETO E RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....367
Suzana Antonia de Souza Bernardo.....367
Ruth Ines Dotta Goulart.....367
O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE EDUCATIVO DEMOCRÁTICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR.....373
Marisete de Oliveira Santos.....373
Marluci Dalpias.....373
Paulo Izael Cardoso.....373
Marisa Martins.....373
Elis Regina Mazzurana.....373
RELATO DE EXPRIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR DO CURSO DE PEDAGOGIA.....377
Scheila Gomes Simões da Silva.....377
Marluci Dalpias.....377
Paulo Izael Cardoso.....377
Marisa Martins.....377
Elis Regina Mazzurana.....377
GESTÃO ESCOLAR NA PRÁTICA: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....382
Mirian de Abreu Almeida.....382
Marluci Dalpias.....382
Paulo Izael Cardoso.....382
Marisa Martins.....382
Elis Regina Mazzurana.....382
RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO ESCOLAR.....387
Fernanda Oliveira da Luz.....387
Elis Regina Mazzurana.....387
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR REALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC.....391
Keli Cristina da Fonseca.....391
Elis Regina Mazzurana.....391

ESTÁGIO CURRICULAR: PRIMAVERA DE SABERES E VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 395
Lidiane Maffioletti 395
Jussara Aparecida Jombra 395
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: A APLICAÇÃO DO ODS 12 NA EDUCAÇÃO INFANTIL 399
Edilza do Socorro dos Santos Popinhaki 399
Ricardo Tavares Camargo Martins 399
Elis Regina Mazzurana 399
Diego André Bridi 399
RECONTO O CONTO: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ 405
Ângela Aparecida Moraes de Freitas 405
Elaine Aparecida dos Santos Rodrigues 405
Clary Moraz de Chaves 405
Jussara Aparecida Jombra 405
A EDUCAÇÃO INFANTIL E O LÚDICO: JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA — UMA REVISÃO DE LITERATURA 410
Jucelanie Villani Bandeira 410
Jussara Aparecida Jombra 410
PARADA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE MENTAL E VALORIZAÇÃO DA VIDA 416
Emanuele Ferreira Leite 416
Inglids Greter de Souza 416
Liza Maria Ozogovski 416
Clayton Luiz Zanella 416
VER, OUVIR E INCLUIR: O PROGRAMA DE ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UNIARP 422
Saulo Rodrigues da Silva 422
Mariléia Batista Fertig 422
ENTRE EMOÇÕES E APRENDIZAGENS: A PSICOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR 426
Renan Luís Ribeiro Martins 426
Maria Eduarda Ribeiro 426
Vanessa Andrade Moreira 426
Mariléia Batista Fertig 426
RESPIRA, PROFESSOR! MINDFULNESS E TCC NA EDUCAÇÃO 432
Jennifer Gois de Lara 432
Mariléia Batista Fertig 432
CRIANÇA NÃO NAMORA: INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA COM PRÉ-ADOLESCENTES EM CONTRATURNO ESCOLAR 436
Emeli Peretti Fernandes Gomes 436

Mariléia Batista Fertig 436
ADULTILIZAÇÃO PRECOCE E REDES SOCIAIS: OFICINA DE CONSCIENTIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR 441
Larissa Granemann Recalcatte 441
Márcio Martins Rosa 441
Mariléia Batista Fertig 441
O USO INDEVIDO DE TELAS NO AMBIENTE ESCOLAR E A LEI Nº LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025 446
Bruno Richard de Melo Alves 446
Mariléia Batista Fertig 446
A PSICOLOGIA ESCOLAR E A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA EXPERIÊNCIA BASEADA NA TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS 450
Juan Pablo Siqueira da Costa 450
Marileia Batista Fertig 450
TAPETE SENSORIAL E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR 454
O LÚDICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL 458
Thainá Rodrigues Da Silva 458
Mariléia Batista Fertig 458
FANTOCHES EM CENA: BRINCAR, SENTIR E APRENDER 462
Thaélis Zanoni 462
Weslei Emanuel Soares Ribeiro 462
Marileia Batista Fertig 462
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NO PODER LEGISLATIVO E VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL 466
Nilton Paulo 466
Clayton Luiz Zanella 466
PSICOLOGIA ESCOLAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR 470
Nilton Paulo 470
Clayton Luiz Zanella 470
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ESTRATÉGIAS DE APOIO AO PROJETO DE VIDA DE ESTUDANTES DO PROEJA 474
Edilaine Taís França 474
Clayton Luiz Zanella 474
CRIANÇA NÃO NAMORA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PROTEÇÃO INFANTIL E OS RISCOS DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE 479
Gesica Camargo 479
Clayton Luiz Zanella 479

A FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MIRINS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: UM RELATO DE ESTÁGIO 484
Aline Mariano 484
Clayton Luiz Zanella 484
DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM CRIANÇAS 490
Edna Karina Moreira Henkemaier 490
Clayton Luiz Zanella 490
NARRATIVAS QUE TRANSFORMAM: O POTENCIAL DAS RODAS DE HISTÓRIAS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES 495
Bruna Malfatti Souza 495
Clayton Luiz Zanella 495
EXPERIENCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NO MEIO MOVELEIRO DO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA 499
Aline da Silva de Ramos 499
Clayton Luiz Zanella 499
ENTRE NOTAS E EMOÇÕES: O PAPEL DA RESPIRAÇÃO E DO RELAXAMENTO NO APRENDIZADO MUSICAL DE IDOSOS 503
Carolina Paloschi de Oliveira 503
Kátia Sizimbra Ribeiro 503
Clayton Luiz Zanella 503
Mariléia Batista Fertig 503
ANÁLISE DA EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES DE ALUNOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA NO MEIO-OESTE CATARINENSE 506
Beatriz Gabardo Erhardt 506
Clayton Luiz Zanella 506
HERÓIS EM FORMAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM BOMBEIROS MIRINS 510
Cristhian Vinicius Rodrigues 510
Clayton Luiz Zanella 510
SAÚDE MENTAL: AUTOCUIDADO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO 514
Camila Baggio Grando 514
Daiane Ferreira da Silva Ribas 514
Clayton Luiz Zanella 514
ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: ELABORAÇÃO DE CARTILHA DIGITAL PARA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE ENSINO SUPERIOR 518
Daiane Urbano dos Santos Alves dos Santos 518
Clayton Luiz Zanella 518
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM CONTEXTO ESCOLAR 522

Isabela Gonçalves Vieira 522
Kalline Granemann Dalponte 522
Clayton Luiz Zanella 522
INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA ESCOLAR EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: PREVENÇÃO, ESCUTA E VALORIZAÇÃO DE SABERES 526
Caroline Ferreira 526
Laura Regina Rufato 526
Clayton Luiz Zanella 526
O DESENVOLVIMENTO DAS EMOÇÕES NA INFÂNCIA: UM OLHAR A PARTIR DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR 532
Isabelle Roier de Lima 532
Clayton Luiz Zanella 532
PSICOEDUCAÇÃO LÚDICA E INCLUSIVA: EMOÇÕES, COGNIÇÃO E VALORES 537
Renan Luís Ribeiro Martins 537
Marileia Batista Fertig 537
DIÁLOGOS EM PSICOFARMACOLOGIA: EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO RACIONAL DE PSICOFÁRMACOS 543
Gustavo Zir 543
Maria Eduarda Favarin 543
Leonardo Batista Pinheiro 543
Sônia de Fátima Gonçalves 543
ELDERPILL: UMA DOSE DE CONSCIÊNCIA PARA A MELHOR IDADE 548
Matheus Crivelatti Carneiro 548
Sonia de Fátima Gonçalves 548
AUTOMEDICAÇÃO E USO DE MEDICAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA 554
Aysha dos Santos Brand 554
Julia Coelho 554
Kauany Guanabara Correia 554
Ketlyn Pimentel 554
Sonia de Fáima Gonçalves 554
OS DESAFIOS DO PSICÓLOGO NO INÍCIO DA CARREIRA PROFISSIONAL: A ATUAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR 560
Camila Bueno 560
Estephany Cracco Kaziemarczah 560
Helen de Souza Castilhos 560
Nicoli Vitória da Silva Wiest 560
Sonia de Fatima Gonçalves 560

PERIGOS DA AUTOMEDICAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE OS RISCOS À SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA....565
Agatha Soares Borba....565
Alisson Pinheiro....565
Sabrina Souza....565
Vitor Lucas Rotta....565
Sônia de Fátima Gonçalves....565
A PRIMEIRA ESCUTA NUNCA SE ESQUECE: ONDE NASCE A IDENTIDADE DO PSICÓLOGO....571
Renan Luís Ribeiro Martins....571
Pamela Baziuk....571
Natanael Fernandes de Negreiros....571
Vanessa Andrade Moreira....571
Cristhian Rodrigues....571
Sônia de Fátima Gonçalves....571
PODMENTE: A PERSPECTIVA ACADÊMICA FRENTE AOS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA....577
Emily Camily Almeida....577
Jennifer Gois de Lara....577
Tarsila Scherer Oliveira....577
Sonia de Fatima Gonçalves....577
PSICOLOGIA FINANCEIRA: COMO O DESEJO, O PODER, O DINHEIRO E AS PESSOAS INFLUENCIAM NOSSAS DECISÕES FINANCEIRAS....580
Renan Luís Ribeiro Martins....580
Paulo Assis Crasnhak Filho....580
PSICOLOGIA E INCLUSÃO: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO SURDO EM CAÇADOR SC....585
Renan Luís Ribeiro Martins....585
Paulo Assis Crasnhak Filho....585
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O SÉCULO XXI: DESAFIOS E POSSIBILIDADES....591
Renan Luís Ribeiro Martins....591
Paulo Assis Crasnhak Filho....591
ENTRE O RISO E O SILÊNCIO: FORMAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO, AUTOESTIMA E PROTEÇÃO EMOCIONAL DE ADOLESCENTES FRENTE À BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS REDES SOCIAIS....597
Emanuély Cristina Santos Tillmann....597
Vanessa Cinelli Maceri....597
NARCISISTA, EU? QUANDO O ESPELHO REFLETE MAIS DO QUE A VAIDADE....603
Talles Carvalho Elizei....603
Mariléia Batista Fertig....603
PARE! O CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER....609

Nicole Graeff Marques 609
Mariléia Batista Fertig 609
MAIS QUE FELICIDADE: CONCEITOS E BASES DA PSICOLOGIA POSITIVA 615
Inglids Greter de Souza 615
Mariléia Batista Fertig 615
IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO: A PERSONALIDADE NA ADOLESCÊNCIA 621
Felipe Locatelli Kosciow 621
Mariléia Batista Fertig 621
AS NOVAS FORMAS DE AMAR: DESAFIOS E REFLEXÕES PARA A PSICOLOGIA CLÍNICA 627
Samantha John Corrêa 627
Mariléia Batista Fertig 627
OS IMPACTOS DO LUTO NA SAÚDE MENTAL: TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS À PERDA DEFINITIVA 633
Mirella Raiana da Silva 633
Clayton Luiz Zanella 633
A CONSTRUÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 637
Márcio Martins Rosa 637
Clayton Luiz Zanella 637
SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DA APOSENTADORIA E SUAS IMPLICAÇÕES 642
Ana Luiza Lorenço Karsten 642
Clayton Luiz Zanella 642
A CONSTRUÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 647
Márcio Martins Rosa 647
Clayton Luiz Zanella 647
BENEFÍCIOS DA DANÇA PARA A SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO SOBRE DANÇA E NEUROPLASTICIDADE 652
Liza Maria Ozogovski 652
Clayton Luiz Zanella 652
SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL: MUDANÇAS FISIOLÓGICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIOEMOCIONAIS 657
Emanuele Ferreira Leite 657
Vanessa Cinelli Maceri 657
TRANSTORNO BIPOLAR NA TELA: “O LADO BOM DA VIDA” SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL 661
Julia Coelho 661

Mariléia Batista Fertig 661
CLIC, GANHEI! A ARMADILHA DO JOGO PATOLÓGICO NA ERA DIGITAL 667
Agatha Soares Borba 667
Sabrina de Souza 667
Mariléia Batista Fertig 667
ENTRE A ESCUTA E A APRENDIZAGEM: A FORÇA DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 672
Renan Luís Ribeiro Martins 672
Marileia Batista Fertig 672
CÉREBRO EM CONFLITO: A TCC APLICADA AO VÍCIO EM JOGOS ELETRÔNICOS 678
Jennifer Gois de Lara 678
Mariléia Batista Fertig 678
O PROJETO DE VIDA NA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL 683
Alisson Pinheiro dos Santos 683
Dianiele Cristaldo Rebelo 683
Douglas Eduardo Maier Camargo 683
Josiane kuster Pedroso 683
Clayton Luiz Zanella 683
DO SOFRIMENTO À COMPREENSÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOTERAPIA NAS CRISES ANSIOSAS 688
Renan Luís Ribeiro Martins 688
Clayton Luiz Zanella 688
O PREÇO DO IMPULSO: UMA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA SOBRE DÍVIDAS, EMOÇÕES E DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO 693
Renan Luís Ribeiro Martins 693
Paulo Assis Crasnhak Filho 693
ENTRE A BRINCADEIRA E A RESPONSABILIDADE: OS IMPACTOS DA ADULTIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PSICOLÓGICA 699
Renan Luís Ribeiro Martins 699
Paulo Assis Crasnhak Filho 699
As Abordagens Gestáltica, Humanista e Existencial na Psicoterapia Contemporânea: Convergências e Contribuições Clínicas 704
Ana Karolynne Marques Rodrigues 704
Gabriela Denardi Cuhn 704
Patricia Morais Maiberg 704
Weslley da Costa Nascimento 704
Clayton Luiz Zanella 704
A COMPLEXIDADE DA NATUREZA DO EXISTIR: CONTRIBUIÇÕES DO EXISTENCIALISMO PARA O SER PSICÓLOGO 708

Gustavo Zir 708
Maria Eduarda Favarin 708
Leonardo Batista Pinheiro 708
Railsson Camargo Furtado da Silva 708
Clayton Luiz Zanella 708
ENTRE O LIKE E A AUTOCRÍTICA: COMO A CULTURA DA COMPARAÇÃO MINA O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO 713
Renan Luís Ribeiro Martins 713
Paulo Assis Crasnhak Filho 713
COMPORTAMENTO HUMANO EM CRISE: TECNOLOGIA, ISOLAMENTO SOCIAL E NOVAS FORMAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO 719
Renan Luís Ribeiro Martins 719
Paulo Assis Crasnhak Filho 719
ESTRESSE E IMUNIDADE: A CONEXÃO ENTRE O CÉREBRO E O SISTEMA IMUNE 725
Agatha Soares Borba 725
Natalli Amélia do Amaral 725
Ana Claudia Lawless 725
Josiéli Varela 725
DETERMINANTES SOCIAIS E O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: UM OLHAR PSICOLÓGICO SOBRE O IMPACTO DAS DESIGUALDADES 730
Renan Luis Ribeiro Martins 730
Vanessa Cinelli Maceri 730
O PODER DOS QUADRINHOS NA APRENDIZAGEM: GIBIS E MANGÁS COMO FACILITADORES COGNITIVOS E SOCIOEMOCIONAIS 736
Renan Luís Ribeiro Martins 736
Paulo Assis Crasnhak Filho 736
DO DESEJO AO VÍCIO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO MARKETING DE INFLUÊNCIA NO BRASIL 742
Renan Luís Ribeiro Martins 742
Paulo Assis Crasnhak Filho 742
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: CUIDADO, ESCUTA E AÇÃO NA EDUCAÇÃO 748
Renan Luís Ribeiro Martins 748
Clayton Luiz Zanella 748
O PAPEL DO PSICÓLOGO EXISTENCIALISTA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE SENTIDO, LIBERDADE E FINITUDE 754
Mirella Raiana da Silva 754
Sabrina Misturini 754
Clayton Luiz Zanella 754

O ENCONTRO TERAPÊUTICO COM O IDOSO: PERSPECTIVAS DA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL.....760
Liza Maria Ozogovski.....760
Sarah Elisa Cavalet.....760
Clayton Luiz Zanella.....760
O Papel da Psicoterapia Existencial e sua Relação com a Saúde Mental.....764
Agatha Soares.....764
Márcio Martins.....764
Vitor Lucas Rotta.....764
Sabrina Souza.....764
Clayton Luiz Zanella.....764
ENTRE O SER E O FAZER-SE: A CONSTRUÇÃO EXISTENCIAL DO SUJEITO E A LIBERDADE COMO CONDIÇÃO HUMANA EM JEAN-PAUL SARTRE.....769
Aysha dos Santos Brand.....769
Julia Coelho.....769
Julia Talini Salami.....769
Kauany Guanabara Correia.....769
Clayton Luiz Zanella.....769
LIBERDADE, ANGÚSTIA E ESCOLHAS: O CAMINHO EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE.....775
Renan Luís Ribeiro Martins.....775
Matheus Crivelatti Carneiro.....775
Matheus Mauricio de Moraes.....775
Clayton Luiz Zanella.....775
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....781
O ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO DE CAÇADOR, SANTA CATARINA: MAPEAMENTO DE ATORES, RECURSOS E OPORTUNIDADES DE FOMENTO.....782
Dayse Hofmann.....782
Leandro Hupalo.....782
CROSS-DOCKING: UM ESTUDO DE CASO EM UM CD DE UMA TRANSPORTADORA DE CARGAS FRACIONADAS DA CIDADE DE CAÇADOR/SC.....787
Kauan Perboni.....787
André Chiarani da Silva.....787
LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA CIDADE DE CAÇADOR/SC.....793
Samara do Prado Veber.....793
André Chiarani da Silva.....793
GESTÃO DE ESTOQUE DE AUTOPEÇAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE MECÂNICA DIESEL NA CIDADE DE CAÇADOR-SC.....797
Rafael Vinicius Kowalcziki.....797

André Chiarani da Silva....797
SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR ISO 14001:2015: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO MADEIREIRO NA CIDADE DE CAÇADOR – SANTA CATARINA....801
Andressa Paloma Pino Garcia....801
André Chiarani da Silva....801
ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR DE CAÇADOR/SC (2015-2024): INDICADORES DE EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL....806
Julia Paz de Freitas....806
Leandro Hupalo....806
GESTÃO DE COMPRAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DA CIDADE DE CAÇADOR – SC....811
Kauan Salomão Cordeiro....811
André Chiarani da Silva....811
A MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA EM CAÇADOR/SC: PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES IMIGRANTES SOBRE DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO....816
Cherlie Delice....816
Leandro Hupalo....816
ANÁLISE DE TURNOVER EM UMA EMPRESA TERCEIRIZADA NO RAMO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO....821
Ronaldo Cristiano Til....821
Emerson Cardoso Marques....821
COMPLIANCE DIGITAL. IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS ORGANIZAÇÕES À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM ENFOQUE NA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL....827
Sandra Spautz Granemann....827
Emerson Cardoso Marques....827
GESTÃO FINANCEIRA EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DA PECUÁRIA DE LEITE: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA....832
Wandressa Rosa....832
Leandro Hupalo....832
ANÁLISE DE CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR....836
Lauren Andrade dos Santos....836
Leandro Hupalo....836
DESAFIOS E SOLUÇÕES EM TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO APLICADO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS E IMPORTADORAS DE CAÇADOR/SC....841
Izabela Vitória Pereti....841
Leandro Hupalo....841

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DAS HEURÍSTICAS NAS DECISÕES FINANCEIRAS DE INVESTIDORES INICIANTES 846
Agatha Giovana Nunes Gomes 846
Tatiane Atanasio dos Santos Bernardy 846
RELATO DE EXPERIÊNCIA: GESTÃO DE NEGÓCIOS 851
Lariane Camila Cousseau 851
Sandra Mara Bragagnolo 851
LabJr. 851
REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DE CARREIRA 855
Ivoney Passold 855
Sandra Mara Bragagnolo 855
LabJr. 855
ARQUITETANDO EXPERIÊNCIAS: DA MODELAGEM EXTERNA AO INTERIOR DOS SONHOS 859
Laísa Cristina Figur 859
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 859
ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM INOVAÇÃO NO USO DE RESÍDUOS DE CALDEIRA 864
Thays Voltolini 864
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 864
Estágio Supervisionado em Arquitetura e Urbanismo: Revitalização do Seminário Franciscano de Caçador como Experiência de Integração entre Teoria e Prática 870
Eduardo Augusto Alves 870
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 870
REFORMA DO ANTIGO SEMINÁRIO SÃO FRANCISCO DE SALES, CAÇADOR (SC) COM FOCO NA ACESSIBILIDADE 876
Felipe Pontes de Lima Morais 876
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 876
Experiência de Estágio em Arquitetura e Urbanismo: Requalificação Arquitetônica e Aplicação do Desenho Universal no Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA) 882
Milene de Araújo 882
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 882
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO TÉCNICA EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO: RELATO DE ESTÁGIO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR 887
Eliandra Mozara Menez 887
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 887
ARQUITETURA, VIVÊNCIA E PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA CONCEPÇÃO PROJETUAL E REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO SEMINÁRIO DE CAÇADOR-SC 893
Thainá Scheffemacher Ribeiro 893

Ana Lúcia Córdova Wandscheer....893
POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA NA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM CAÇADOR/SC: UM OLHAR SOBRE A AVENIDA EM FORMA DE CIDADE INTELIGENTE....899
Ana Carolina Theves de Castro....899
Eloisa Kasectari....899
Monalisa Cristaldo....899
Vanessa Donin....899
Weligton Lucas Baschera....899
MOBILIDADE URBANA E CIDADES INTELIGENTES NO BRASIL: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ....906
Claudiceu Luiz Rech....906
Weligton Lucas Baschera....906
PEQUENOS AVANÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES MAIS INTELIGENTES....911
Felipe Pontes de Lima Morais....911
Weligton Lucas Baschera....911
CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA: REFLEXÕES A PARTIR DA MARATONA ACADÊMICA EM CAÇADOR-SC: ESTUDO DO EIXO VIÁRIO CENTRAL DE CAÇADOR-SC....915
Milene de Araújo....915
Ranses Rodriguez Rios....915
Weligton Lucas Baschera....915
SOMBRAS QUE ACOLHEM: A INFLUÊNCIA DO VERDE NA VITALIDADE URBANA — ESTRATÉGIAS DE PAISAGISMO E SEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO....919
Amanda Vitória dos Santos....919
Letícia Ribeiro de Góes....919
Marcela Zoldan....919
MOBILIÁRIO URBANO E PAISAGISMO COMO ESTÍMULOS PARA A PERMANÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA ESCALA HUMANA....925
Diogo Deniz Sanches....925
Julia Fernanda Hirsch....925
Marcela Zoldan....925
DA OBSERVAÇÃO À AÇÃO: CONSTRUINDO A ACESSIBILIDADE URBANA PARA UMA CIDADE MAIS INCLUSIVA....931
Gustavo Nohan Pereira....931
Guilherme dos Santos Batista....931
Acauê Zanella....931
ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR: ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A INCLUSÃO NA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO....936
Bruna Alves de Melo....936

Isadora Pacheco Luiz 936
Acauê Zanella 936
A PSICOLOGIA DO ESPAÇO: POR QUE AS PESSOAS ESCOLHEM CAMINHAR OU FICAR? 941
Dalto Cerino Liepinski 941
Gabriele Vitória Maiberg 941
Jennifer Tais Heusser 941
Luiza Eduarda Santos 941
Marcela Zoldan 941
PERSPECTIVA URBANA CENTRADA NA EXPERIÊNCIA DOS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA VIDA COTIDIANA 947
Alana Dornhauser Alves 947
Cintia Aparecida França 947
Marcela Zoldan 947
DESENHO UNIVERSAL E SEUS PRINCÍPIOS-CHAVES: PASSEIOS E CALÇADAS 951
João Roberto Heyer 951
Anderson Riegert Padilha 951
Acauê Zanella 951
DA EXPERIÊNCIA AO PROJETO: A CAMINHADA DE SENSIBILIZAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA URBANA 956
Julia Musskopf 956
Yasmim Souza do Prado 956
Acauê Zanella 956
DO PASSEIO AO PERMANESCER: UMA BREVE ANÁLISE DA FUNÇÃO SOCIAL DAS CALÇADAS 961
Felipe de Souza Lopes 961
Robson Saturnino de Matos 961
Acauê Zanella 961
A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO URBANISTÍCO - UM ESTUDO DE CAMPO BASEADO NA CAMINHADA JANE JACOBS 965
Mileny Schmidt 965
Paola Lima 965
Acauê Zanella 965
Revitalização do Playground da EEB Dom Orlando Dotti: Jardim e Arte para crianças 970
Diogo Deniz Sanches 970
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 970
DOCUMENTAR PARA PRESERVAR: A IMPORTÂNCIA DAS FICHAS DE PRÉ-INVENTÁRIO NO RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE CAÇADOR/SC 976
Eloisa Kasectari 976
José Antônio de Albuquerque Neto 976

DO DESENHO AO PERTENCIMENTO: EXPERIÊNCIAS PROJETUAIS EM HABITAÇÃO POPULAR EM CAÇADOR/SC 982
Gabriele Barbosa 982
José Antônio de Albuquerque Neto 982
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE VIDEIRA/SC: A IMPORTÂNCIA DO INVENTÁRIO E DA PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS 988
Jennifer Tais Heusser 988
José Antônio de Albuquerque Neto 988
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO E INVENTÁRIO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA CIDADE DE VIDEIRA - SC 994
Thainá Scheffemacher Ribeiro 994
José Antônio de Albuquerque Neto 994
ENTRE SIRENES E SABERES: AÇÕES DA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS DE CAÇADOR/SC 1000
Vanessa Donin 1000
José Antônio de Albuquerque Neto 1000
ENTRE TEORIA E PRÁTICA: DA ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL À CONSTRUÇÃO PROJETUAL DE ESPAÇOS RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS 1006
Thays Voltolini 1006
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 1006
Cláudia Maté 1006
ARQUITETURA MULTISSENSORIAL EM SPAS E RESORTS: A INFLUÊNCIA DOS SENTIDOS NO DESIGN DE ESPAÇOS DE BEM-ESTAR 1011
Manoela Nordio 1011
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 1011
Cláudia Maté 1011
REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM CAÇADOR/SC: PROJETO URBANO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO 1016
Andrieli Perego 1016
Cláudia Maté 1016
CAVALGANDO NOVOS RUMOS: PROPOSTA DE CENTRO EQUESTRE COM INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM CAÇADOR/SC 1022
Dionatan André de Jesus Pereira 1022
Cláudia Maté 1022
José Antônio de Albuquerque Neto 1022
ARQUITETURA PARA ALÉM DO HUMANO: CENTRO ANIMALIS, ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, SAÚDE E RECOMEÇO EM CAÇADOR/SC 1028
Eliandra Mozara Menez 1028
Cláudia Maté 1028
José Antônio de Albuquerque Neto 1028

ARQUITETURA IN CENA: A CENOGRAFIA E A ARQUITETURA NA ARTICULAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CRIAÇÃO DE UM COMPLEXO CULTURAL E ARTÍSTICO 1033
Thainá Scheffemacher Ribeiro 1033
Cláudia Maté Feiten 1033
José Antônio de Albuquerque Neto 1033
TEMPOS DE COLAPSOS CLIMÁTICOS: A REGENERAÇÃO COMO CONTINUIDADE DA VIDA NA ARQUITETURA, COM PROPOSIÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL E EXPERIMENTAL DE SUSTENTABILIDADE REGENERATIVA EM CAÇADOR/SC 1039
Tiago Bukowski Fredes 1039
Cláudia Maté 1039
José Antônio de Albuquerque Neto 1039
A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS DO AMBIENTE FÍSICO NO DESENVOLVIMENTO SENSORIAL E COGNITIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM CAÇADOR/SC 1045
Laísa Cristina Figur 1045
Cláudia Maté 1045
Marcelo Wandscheer 1045
ARQUITETURA QUE CUIDA: UM HOSPITAL INFANTIL HUMANIZADO COM SUPORTE DE UTI NEONATAL E PEDIÁTRICA PARA CAÇADOR/SC 1051
Anna Eduarda Zanchi Peretto 1051
Cláudia Maté 1051
Marcelo Wandscheer 1051
Planejamento e Expansão Universitária: Diretrizes para o Novo Núcleo das Engenharias e Arquitetura da Uniarp em Caçador/SC 1057
Eduardo Augusto Alves 1057
Cláudia Maté 1057
Marcelo Wandscheer 1057
A MOBILIDADE URBANA COMO EIXO DE PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO EM UM MUNICÍPIO DO MEIO-OESTE CATARINENSE 1063
Laísa Cristina Figur 1063
Gislaine Ribeiro Klug 1063
Gabriele Barbosa 1063
Bianca Regina Zanatta 1063
Weligton Lucas Baschera 1063
CIDADANIA FISCAL: A IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE 1068
Louisa Prandini 1068
Emilene Murer 1068
CIDADANIA FISCAL: UM LABORATÓRIO PARA HABILIDADES DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE 1072

Tainá Aparecida Padilha Fernandes 1072
Emilene Murer 1072
A IMPORTÂNCIA DO NAF PARA A CIDADANIA FISCAL 1077
Henrique Duarte da Silva 1077
Emilene Murer 1077
A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO FISCAL NO ENSINO MÉDIO 1082
Julia Aparecida Bueno Magueroski 1082
IA NA ANÁLISE CONTÁBIL 1087
Bryan Fellipe Soares de Souza 1087
Suzana Alves de Morais Franco 1087
A TRIBUTAÇÃO DE PRODUTOS COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INVESTIDORES 1093
Gabriel Fagundes Dos Santos 1093
Suzana Alves de Morais Franco 1093
COMPLIANCE E A LGPD NA CONTABILIDADE 1099
Kassiely dos Santos 1099
Suzana Alves de Morais Franco 1099
Reedição: Cartilha sobre a Nota Eletrônica de Produtor Rural: Módulo 02 (Lebon Régis) 1104
Marina Arigoni 1104
Thiago Augusto Duarte 1104
Leandro Hupalo 1104
Cristine Vanz Borges 1104
CARGAS TRIBUTÁRIAS SOBRE IMPORTAÇÃO E OS INCENTIVOS FISCAIS DISPONIVEIS PARA EMPRESAS IMPORTADORAS DE PNEUS EM SANTA CATARINA 1111
CONTROLE FINANCEIRO SIMPLIFICADO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE MULTICULTURAL NA CIDADE DE CAÇADOR-SC 1116
Sthefany Lasta 1116
Karina Kelly Tessaro 1116
Thiago Augusto Duarte 1116
A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE COTAÇÃO PARA GESTÃO DE COMPRAS ASSOCIADA A GESTÃO TRIBUTÁRIA 1122
Elisangela Finger de Lorena 1122
Emilene Murer 1122
HOLDING FAMILIAR – O QUE MUDA COM A REFORMA TRIBUTÁRIA 1126
Kauan Moreira 1126
Suzana Alves de Morais Franco 1126

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: UM ESTUDO BIBLIOGRAFICO SOBRE SEU IMPACTO E AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA 1131
Miguel Felipe dos Santos Alves 1131
Suzana Alves de Morais Franco 1131
RELATO DE EXPERIÊNCIA: GESTÃO DE PROJETOS 1136
Leticia Merfort de Oliveira 1136
Sandra Mara Bragagnolo 1136
LabJr. 1136
BEBIDAS EM REFIL: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO USO DE GARRAFAS PLÁSTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1139
Ana Julia Trevisol Colussi 1139
Isabelly Ribeiro Gabardo 1139
Joyce Spautz Bender 1139
Murilo Otávio Ramos Wegner 1139
Nicolas Lemos dos Santos 1139
Marileusa Carvalho 1139
Murilo R. de Morais Júnior 1139
COMPOSTEIRA: PROJETO DE REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do ensino médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1143
Bernardo Carneiro de Paris 1143
Henrique Mariani Bresolin 1143
Lucas Ferlin Auerswald Grazziotin 1143
Marcelo Muzolon Tortato 1143
Vicenzo Binotto Cracco 1143
Vinicius Antônio Padilha Souza 1143
Marileusa Carvalho 1143
Murilo R. de Morais Júnior 1143
DO LIXO AO LUXO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES DE SUSTENTABILIDADE NO ENSINO MÉDIO: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos. 1146
Arthur de Figueiredo Robeiro 1146
Heitor Pollo Oliveira 1146
Julia Bassegio 1146
Julia Westphalen de Godoy 1146
Lucas Gabriel Pacievitcz 1146
Maria Rita Schumann Petry 1146

Yasmin Baldicera de Freitas 1146
Marileusa Carvalho 1146
Murilo R. de Morais Júnior 1146
ECOLANCHEIRA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO LIXO ESCOLAR: relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do ensino médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1149
Ana Clara Gonçalves Vieira 1149
Clara Dugaich Rodrigues 1149
Gustavo Bisotto Scolaro 1149
Isabel Moschetta Santos 1149
Lauro Benjamin Franco Rosa 1149
Manuela Ochiali Bonfim Puin 1149
Nathalia Schulze Cordeiro 1149
Marileusa Carvalho 1149
Murilo R. de Morais Júnior 1149
ELETROLIXO: PROJETO DE REDUÇÃO E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do ensino médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1153
Beatriz Francio Parisotto 1153
Eduarda Cristina Pschiski Florindo 1153
Jaqueline Cardoso Ribeiro dos Santos 1153
Julia Piran Tortato Lava 1153
Kauane Santos de Almeida 1153
Maria Clara Marini dos Santos 1153
Sofia Dal Pizzol Danese 1153
Marileusa Carvalho 1153
Murilo R. de Morais Júnior 1153
FESTAS COM SABOR, MAS SEM LIXO: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1156
Bernardo Telck 1156
Gabriel Cassiano Pegoraro 1156
Henrique Zart 1156
Igor Susin 1156
Luiz Eduardo Guzella Gomes 1156
Pedro Eduardo Nica Caetano 1156
Pietro Bajuk 1156
Marileusa Carvalho 1156
Murilo R. de Morais Júnior 1156

LIXO QUE VIRA ARTE: TRANSFORMAÇÃO DE RESÍDUOS EM BRINQUEDOS SUSTENTÁVEIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1160
Ângelo Cordeiro Balchak 1160
Isabeli Frigeri Lima 1160
Julia Manfroi Faoro 1160
Julia Prigol Delavi 1160
Luis Gustavo da Silva 1160
Marileusa Carvalho 1160
Murilo R. de Morais Júnior 1160
MONTANHA DE PAPEL: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO USO EXCESSIVO DE PAPEL NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1164
Enzo Henry Lenadt Melo 1164
Guilherme Colussi Cordeiro 1164
Gustavo Petrykowski Martins 1164
João Vitor Machado 1164
Otávio Tristão de Souza 1164
Pedro Otávio Langaro Roveda 1164
Marileusa Carvalho 1164
Murilo R. de Morais Júnior 1164
RESTOS QUE TRANSFORMAM: COMPOSTAGEM E REDUÇÃO DE DESPERDÍCIO NA CANTINA ESCOLAR: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos. 1168
Helouyse Colussi 1168
Henrique Maurina 1168
João Gomes Queiroz Neto 1168
Luiz Bernardo da Silva 1168
Luiza Zanchi 1168
Sofia Morando Schramoswski 1168
Marileusa Carvalho 1168
Murilo R. de Morais Júnior 1168
REUNE: REAPROVEITAMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1172
Arthur Melek 1172
Diogo Andreas C. Pereira 1172
João Arthur Santos Dutra 1172
José Lucas Marchinhacki 1172

Pedro Henrique Faganello 1172
Marileusa Carvalho 1172
Murilo R. de Morais Júnior 1172
TRASHLESS: APLICATIVO PARA ORGANIZAÇÃO E REDUÇÃO DO LIXO NAS SALAS DE AULA: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos. 1176
Caio Rabelo da Silva 1176
Eduardo Bataglion 1176
Giulia Tavares da Silva 1176
Heitor Amer Lopes 1176
Isadora Elias kvitschal 1176
Isadora Wolmer Rodrigues Fernandes 1176
Leonardo Carvalho Muncinelli 1176
Marileusa Carvalho 1176
Murilo R. de Morais Júnior 1176
VAI DE BIKE: INCENTIVO AO USO DE BICICLETAS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: Relato de experiência de um percurso pedagógico de estudantes do Ensino Médio voltado a questões de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos 1180
Bernardo Salamone Tesser 1180
Erik Cassiano Almeida 1180
Gabriel Matheus Dalla Santa 1180
Pedro Henrique Feigl Dos Santos 1180
Pietro Navroski Pellizzaro Coelho 1180
Roger Colley 1180
Marileusa Carvalho 1180
Murilo R. de Morais Júnior 1180
A HISTÓRIA DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE OBSERVADA NOS AMBIENTES DE SAÚDE 1184
Ana Luiza Ceretta Jung 1184
Anna Luíza Cardonetti Rachinski 1184
Laura Valentina de Oliveira 1184
Luiza Pompermaier Lemos 1184
Marileusa Carvalho 1184
Murilo R. de Morais Júnior 1184
A RELAÇÃO CONSTRUÍDA ENTRE OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, O SAMU E OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR E SEUS DESAFIOS 1188
Amanda Lima da Silva 1188
Sofia Nathália Ansiliero Nazario 1188

Marileusa Carvalho 1188
Murilo R. de Morais Júnior 1188
A RELAÇÃO ENTRE O HOSPITAL MAICÉ E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 1193
Emili Cristini Almeida de Souza 1193
Julia Maria Filipini 1193
Laura Almeida Köehler 1193
Letícia Dellai de Vargas 1193
Marileusa Carvalho 1193
Murilo R. de Morais Júnior 1193
DESAFIOS DO CONTROLE DA ATENÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE UMA UBS DE CAÇADOR – SC 1197
Letícia Knoryk Ramos 1197
Lívia Cruz 1197
Maria Eduarda Maffioletti 1197
Sarah Ramos Nonato 1197
Marileusa Carvalho 1197
Murilo R. de Morais Júnior 1197
FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC 1201
Marcelo Scapinelli Lührs 1201
Samuel Heinzmann Antes 1201
Marileusa Carvalho 1201
Murilo R. de Morais Júnior 1201
SAÚDE BUCAL E SUAS PROBLEMÁTICAS NO SUS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC 1205
João Antônio Repa Balestrin 1205
Rafael Lopes John 1205
Henrique Lângaro 1205
Lucas Furtado Riquetti 1205
Marileusa Carvalho 1205
Murilo R. de Morais Júnior 1205
SAÚDE EM PRÁTICA: A VIVÊNCIA ESTUDANTIL NA COMPREENSÃO DO SUS E DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM CAÇADOR-SC 1208
Gabriela Granemann 1208
Débora Duarte 1208
Marileusa Carvalho 1208
Murilo R. de Morais Júnior 1208
SAÚDE MENTAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PERCEPÇÕES E REALIDADES EM CAÇADOR – SC 1213

Isabela Zenere 1213
Natália Suchara 1213
Yasmim Jung 1213
Marileusa Carvalho 1213
Murilo R. de Morais Júnior 1213
SAÚDE EM PRATICA: VACINAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC 1217
Mirella Dallazem 1217
Valentina Morona Giaretta 1217
Raul Pellegrinello 1217
Marileusa Carvalho 1217
Murilo R. de Morais Júnior 1217
PODCAST DO CURSO DE JORNALISMO UNIARP: VOZES E HISTÓRIAS 1222
Zita Aparecida Duarte Tives Tramontina 1222
Neocimar Pinto Ribeiro 1222
Juciele Marta Baldissarelli 1222
Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy 1222
Conscientização e Prevenção do Assédio no Ambiente de Trabalho: Análise Estratégica de Gestão Organizacional 1228
Jennifer Nichele Gonçalves 1228
Camila Lenardt Pereira Melo 1228
EXPERIÊNCIA DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL PELA ASSISTENTE SOCIAL 1231
Pâmela Balsanelli 1231
Camila Lenardt Pereira Melo 1231
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA 1234
PROJETO DE EXTENSÃO DO CURSO DE AGRONOMIA: HORTA MEDICINAL PARA O HOSPITAL MAICÉ 1235
Aline de Quadra 1235
Elisson Borsatto 1235
Tiago da Silva Vieira 1235
Débora Ceretta Jung 1235
Caroline de Fátima Esperança 1235
Flávia Werner 1235
HORTO MEDICINAL: CULTIVO E MANEJO DE Melissa officinalis L. 1241
Gean Franco 1241
Isadora Xavier Busch 1241
Manueli Regina Fioreze 1241
Mateus Parizzotto Perazzoli 1241

Caroline de Fátima Esperança....1241
Flávia Werner....1241
RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NA AGRÍCOLA WEHRMANN....1247
Julio Cesar Neis Bisotto....1247
Caroline de Fatima Esperança....1247
Flávia Werner....1247
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO....1253
Daiane Aparecida Susin....1253
Mariana Rosa Wappler....1253
Claudio Ogoshi....1253
Caroline de Fátima Esperança....1253
Flávia Werner....1253
RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM AGRONOMIA: ACOMPANHAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NA CULTURA DA MACIEIRA....1259
Ronaldo Lara Dos Santos....1259
Carolina de Fatima Esperança....1259
Flávia Werner....1259
RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM AGRONOMIA....1264
Romário de Jesus Rosa....1264
Caroline de Fátima Esperança....1264
André Amarildo Sezerino....1264
PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE EXPERIMENTO: DESEMPENHO OPERACIONAL EM DIFERENTES ESPAÇAMENTOS DE Pinus taeda L....1269
Julia Mezzalira Santos....1269
Cristiane Maria Tonetto Godoy....1269
Caroline de Fátima Esperança....1269
A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL....1274
Alexsandro de Souza Prestes....1274
Lucas André Alves Batista....1274
Lucas Scheffmacher Carneiro....1274
Cristiane Maria Tonetto Godoy....1274
Caroline de Fátima Esperança....1274
DESAFIOS DO MERCADO PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL....1279
Angelo Francisco Gatti....1279
Claiton Teles Farapo....1279
Nicolas Schimidt Schuh....1279

Otavio Donaldo Koch....1279
Cristiane Maria Tonetto Godoy....1279
Caroline de Fátima Esperança....1279
DESEMPENHO DE CAÇADOR (SC) NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES....1283
Ana Laura Becker....1283
Calita Luana da Rosa....1283
Isadora Xavier Bush....1283
Manueli Regina Fioreze....1283
Rafaela Groff Piccoli....1283
Caroline de Fátima Esperança....1283
QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE TRIGO EM FUNÇÃO DE DOSES DE BIOESTIMULANTE....1288
Evaldo Buss Junior....1288
João Vitor Vian....1288
Luiz Fernando Lima Bizerra....1288
Mickael Caldatto....1288
Flávia Werner....1288
QUALIDADE FISIOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO INICIAL DE SEMENTES DE TRIGO EM FUNÇÃO DO TRATAMENTO COM BIOESTIMULANTES....1294
José Armando Nichelatti da Silva....1294
Júlio Zanela Baldissera....1294
Gustavo Erobin Anton....1294
Flávia Werner....1294
POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE CULTIVARES DE TRIGO SUBMETIDAS À DIFERENTES DOSES DE BIOESTIMULANTE....1301
João Vitor Sabini....1301
Rafaela Walesko Elias....1301
Ketlin Antunes Ramos....1301
Leidiane Susin....1301
Everton Bendlin Collet....1301
Flávia Werner....1301
DOSES DE BIOESTIMULANTE NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE CULTIVARES DE TRIGO....1307
João Gabriel Cesca Rotta....1307
João Paulo Baseggio....1307
Bruno Alex Bento Paravisi....1307
Luis Ricardo Perego Spautz....1307

Gerson Borga 1307
Flavia Werner 1307
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O DESCARTE CORRETO DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS E O USO CORRETO DO EPI PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES RURAIS 1314
Isadora Xavier Busch 1314
Flávia Werner 1314
FITOTOXICIDADE DO REPOLHO E CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS SOB EFEITO DE HERBICIDAS PRÉ E PÓS-EMERGENTES 1320
Alexandre Bisotto 1320
Flávia Werner 1320
QUALIDADE DE PULVERIZAÇÃO COM DRONE NOS TERÇOS DO DOSSEL DO MILHO COM DIFERENTES ADJUVANTES 1326
Igor Ferlin de Souza 1326
Flávia Werner 1326
Análise Comparativa entre Pareceres Científicos Automatizados por Inteligência Artificial e Avaliações Humanas 1332
Gabriel Dalpiaz 1332
Ms. Edilson Marino Canalle 1332
AUTOMAÇÃO NA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIDÁTICO E COMERCIAL: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE MATERIAIS DIGITAIS 1337
Adriel Eduardo Carlin Muller 1337
Ms. Edilson Marino Canalle 1337
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SIMULADOR WEB PARA TREINAMENTO EM MERCADO DE AÇÕES 1343
Fernando Pereira Monteiro 1343
André Leonardo Radeck Maia 1343
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DOS FRAMEWORKS DJANGO, LARAVEL E EXPRESS (NODE.JS) NO DESENVOLVIMENTO WEB 1349
Gerson Isai Peña Ferreira 1349
André Leonardo Radeck Maia 1349
Facilitando a Gestão Financeira Pessoal com Interação por Áudio no WhatsApp 1354
Arthur Henrique Mazzotti 1354
Daniel Antônio Conte 1354
UTILIZANDO OCR E LLM EM UM PROCESSO DE ETL PARA DADOS DESESTRUTURADOS 1359
Gabriel Gruckowski Kowalczyk 1359
Daniel Antônio Conte 1359
RECONHECIMENTO FACIAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR 1363
Humberto Pohlenz 1363

Daniel Antonio Conte 1363
TRANSFORMANDO DADOS EM INFORMAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO COM INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR 1367
Murilo Donato Castilho 1367
Carlos Alberto Zorzo 1367
COMPARAÇÃO ENTRE POWER BI E PYTHON PARA CRIAÇÃO DE DASHBOARDS 1372
Edison Huan Margoti 1372
Carlos Alberto Zorzo 1372
USO DE MODELOS DE LINGUAGEM EM SISTEMAS COM INFORMAÇÕES PERSONALIZADAS 1377
Dionathan Domingues Mazzotti 1377
Carlos Alberto Zorzo 1377
LANGCHAIN: DESENVOLVIMENTO E ORQUESTRAÇÃO DE APLICAÇÕES COM GRANDES MODELOS DE LINGUAGEM 1383
Luis Otávio Ferreira Passos 1383
Ireus Carlos de Souza Junior 1383
FERRAMENTA DE IA PARA GERAR MANUAIS FISCAIS PERSONALIZADOS 1389
Thauã Kaike de Souza Milan 1389
Ireus Carlos de Souza Junior 1389
ESTUDO DE VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ACERTO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA PROGRAMÁVEL AUTOMOTIVA 1392
Breno Kuntz 1392
Ireus Carlos de Souza Junior 1392
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE INSIGHTS DE MARKETING ATRAVÉS DE LEADS DO WHATSAPP 1397
Anderson Mazzoti 1397
André Leonardo Radeck Maia 1397
MONITORAMENTO INTELIGENTE DE REDES COM ZABBIX E GRAFANA 1401
Jose Henrique Pasternak 1401
Edilson Marino Canalle 1401
Monitoramento e Mitigação de Áreas Inundáveis: Estratégias de Prevenção e Resposta 1406
Maria Eduarda Boff 1406
Jaíne Carneiro 1406
Cesar Henrique Wanke 1406
Weligton Lucas Baschera 1406
MODELAGEM BIM E ORÇAMENTAÇÃO COM TABELAS SINAP 1411
Andresa Ap. G. Zambonin 1411
Guilherme Pincolini 1411
João Vitor Gois 1411

Vitor Domingues Willer 1411
Weligton Lucas Baschera 1411
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE CONCRETO ARMADO, ALVENARIA ESTRUTURAL E ESTRUTURA METÁLICA 1416
João Gabriel Menegotto de Almeida 1416
Carolina Fruet de Lima 1416
Roger Francisco Ferreira dos Campos 1416
Letícia Maria Scolaro 1416
Weligton Lucas Baschera 1416
ANÁLISE COMPARATIVA DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA ENTRE MUROS DE GRAVIDADE E MUROS DE FLEXÃO 1422
Vanessa Ferreira da Silva 1422
Leticia Maria Scolaro 1422
Carolina Fruet de Lima 1422
Roger Francisco Ferreira de Campos 1422
Weligton Lucas Baschera 1422
ANÁLISE DE COMPORTAMENTO À FLEXÃO EM PROTÓTIPOS DE VIGAS ARMADAS COM AÇO E VIGAS ARMADAS COM FIBRA DE VIDRO (GFRP) 1428
Lucas de Moura Mocellin 1428
Leticia Maria Scolaro 1428
Carolina Fruet de Lima 1428
Roger Francisco Ferreira de Campos 1428
Weligton Lucas Baschera 1428
Integração entre BIM e SINAPI: Inovação e Transparência na Construção Civil 1433
Amanda Stefani Pavloski 1433
Ana Caroline Quadros de Souza 1433
Andressa Rodrigues Almeida 1433
Maria Eduarda Boff Neis 1433
Weligton Lucas Baschera 1433
DEMANDA 5 1438
Bruno Misturini 1438
Gonçalo Espanholo 1438
Gustavo de Jesus Santos 1438
Edson Alan Grein Martins 1438
Weslen Tavares Pereira 1438
Vilmar Wille 1438

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PROATIVA DA PRODUÇÃO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PREDITIVA Estudo de Caso sobre Otimização de PCP e Integração de Dados MES, ERP (TOTVS) e Qlik em Operações Complexas 1442
Everton Ricardo dos Santos 1442
Felipe Orchulhak 1442
Gabriel Silveira 1442
Georgia Luíza Milek Laskoski 1442
Vilmar Wille 1442
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO 1447
Allison Fellipe Tortato 1447
Matheus Carneiro 1447
Pedro Lucas Michaltchuk 1447
André Lens 1447
Vinicius de Campos Peretti 1447
Vilmar Wille 1447
Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial 1451
Vitor Henrique de Freitas 1451
Adrian Thiago Meshow 1451
Adryan Felipiaski 1451
Vilmar Wille 1451
Sistema Embarcado para Controle de Luminosidade e Segurança Térmica com Arduino 1454
Felipe Orchulhak 1454
Marco Aurélio de Farias 1454
Celso Cardoso de Lima Junior 1454
PROJETO PID: Controle de Temperatura 1457
Douglas Matheus Jakubin 1457
Luiz Antonio Setti 1457
Celso Cardoso de Lima Junior 1457
PLANO DE MANUTENÇÃO PREDITIVA DE UMA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA 1461
José Leandro do Amaral 1461
Antonio Tessaro 1461
OTIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO CONSUMO DE CAVACO NO PROCESSO VAPOR 1467
João Henrique Tonieto Tortato 1467
João Prestes 1467
Jeverson Antonio Furtado 1467
Weliton Luz 1467
Anderson Soares 1467

Letícia Andrighetti 1467
RELATÓRIO DE ESTÁGIO: ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM INDÚSTRIA DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS 1471
Eduardo Ribeiro 1471
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1471
ACOMPANHAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PCM 1477
Gustavo Henrique Souza Pedroso 1477
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1477
APLICAÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE NO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP) DA EMPRESA TMO FOREST 1482
Josue Tenczna 1482
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1482
ANÁLISE DE VELOCIDADE EM TUBULAÇÃO DE VÁCUO COM TUBO DE PITOT DURANTE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DA CIDADE DE CAÇADOR-SC 1486
Marcos Vinicius Pereira 1486
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1486
DESENVOLVIMENTO DE UMA MÁQUINA PRENSADORA HIDRÁULICA PARA FABRICAÇÃO DE ELOS DE ROSCA HELICOIDAL: PROJETO, DIMENSIONAMENTO E ANÁLISE DE DESEMPENHO DE UM SISTEMA PARA PRODUÇÃO DE ROSCAS TRANSPORTADORAS 1491
Nathan Straginski Dias 1491
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1491
USINAGEM DE BLOCOS HIDRÁULICOS DURANTE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO EM EMPRESA METALMECÂNICA DE CAÇADOR-SC NO SETOR DE USINAGEM 1496
Nicole Carolina Cordeiro De Jesus 1496
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1496
APLICAÇÃO DE CONCEITOS DE ENGENHARIA MECÂNICA NA OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS 1501
Silmar Zonta 1501
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1501
PROJETO E DETALHAMENTO DE UM MEZANINO METÁLICO ESTRUTURAL 1507
Victor Henrique Alves Batista 1507
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1507
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA EMPRESA DE SANEAMENTO DE CAÇADOR SC 1513
Vinicius Rodrigues De Souza 1513
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1513
DIMENSIONAMENTO TÉRMICO DE UM TROCADOR DE CALOR PARA O PROCESSO DE DESTILAÇÃO 1519
João Henrique Tonieto Tortato 1519
Marco Antônio Di Domenico 1519

William Miguel Berezanski 1519
Zair Fernandes Abrão 1519
Salmo Mardegan 1519
GARANTIA DE CONFORMIDADE ENTRE ETIQUETA PAINEL E ETIQUETA SERIAL 1524
Marco Aurelio de Farias 1524
Gabriel Henrique Da Ré 1524
Pedro Henrique Tragancin dos Santos 1524
Pedro Jair Ramos Filho 1524
Mayne Francieli Gonçalves Portugal 1524
ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA GEOMETRIA DA CÂMARA DE COMBUSTÃO NA EFICIÊNCIA DE MOTORES CICLO OTTO 1.0 1529
Victor Henrique Alves Batista 1529
Gilberto Camilo Marafon Junior 1529
ESTUDO DE SUSTENTAÇÃO NO PERFIL DE ASA NACA 8512 UTILIZANDO DINÂMICA DOS FLUÍDOS COMPUTACIONAL 1534
Vinícius Souza 1534
Salmo Mordegan 1534
APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE GESTÃO PARA OTIMIZAÇÃO DO FLUXO DE USINAGEM EM AÇO SAE 1045 1540
Cassiano Vaz 1540
Salmo Mardegan 1540
ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO SITEMA DE ABASTECIMENTO DE CAÇADOR SC 1545
Vinicius Rodrigues de Souza 1545
Salmo Mardegan 1545
CIÊNCIAS DA SAÚDE 1550
TOMOGRAFIA NO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM 1551
Elisa Maria Da Silva 1551
Natan Veiga 1551
RELATO DE EXPERIÊNCIA CLÍNICA EM ESTÉTICA: CASO DE APLICAÇÃO DE TOXINA BOTULÍNICA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III DE BIOMEDICINA 1556
Gabriela Martinez Zarpelon 1556
Natan Veiga 1556
ESTÁGIO FINAL SUPERVISIONADO EM MICROBIOLOGIA NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS EM CAÇADOR-SC 1561
Isabela Machado Canalli 1561
Natan Veiga 1561

A IMPORTÂNCIA DO DIAGÓSTICO BASEADO EM EXAMES DE IMAGEM: UM RELATÓRIO DE ESTÁGIO 1565
Isabely Recalcate Petry 1565
Natan Veiga 1565
RELATO DE EXPÊRIENCIA DE ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA 1571
Isadora Suchara Rachinski 1571
Natan Veiga 1571
EXPERIÊNCIAS LABORATORIAIS NO SETOR ENOLÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO FINAL PARA A FORMAÇÃO BIOMÉDICA 1575
Julia Rissardi 1575
Natan Veiga 1575
RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA 1580
Karoline Perazzoli Alberti 1580
Natan Veiga 1580
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANÁLISES CLÍNICAS: VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS NO LEAC (LABORATÓRIO ESCOLA DE ANÁLISES CLÍNICAS) 1584
Kawane Ribeiro França 1584
Natan Veiga 1584
ESTÁGIO FINAL SUPERVISIONADO EM ANÁLISES CLÍNICAS NO HOSPITAL MAICÉ EM CAÇADOR-SC 1587
Kioanne Carla Pereira 1587
Natan Veiga 1587
ESTÁGIO FINAL OBRIGATÓRIO EM UM CENTRO DE GENÉTICA E DOENÇAS RARAS DE SANTA CATARINA 1593
Laís Ponzoni 1593
Natan Veiga 1593
ANÁLISE DE miRNAS HEPÁTICOS EM PLASMA DE PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO COM ALIMENTO FUNCIONAL 1599
Letycia Vitória Corrêa 1599
Vinícius Graneman Recalcatte 1599
Ariana Centa 1599
Claudriana Locatelli 1599
Natan Veiga 1599
A IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA OS ESTUDANTES DE BIOMEDICINA 1605
Letícia Caroline Zonta 1605
Natan Veiga 1605
ANÁLISE DE BEBEDOUROS NA EMPRESA GUARARAPES PAINÉIS S/A 1609

Marcelly Isadora da Silva 1609
André Trevisan 1609
Natan Veiga 1609
RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO HEMOSC (CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA) – JOAÇABA/SC 1615
Stefani de Lima Schneider 1615
Natan Veiga 1615
PRÁTICAS DE CULTIVO CELULAR NA BIOLOGIA MOLECULAR: USO DE LINHAGEM HEPATOCELULAR NA PESQUISA CIENTÍFICA 1620
Vinícius Granemann Recalcatte 1620
Letycia Vitória Corrêa 1620
Ariana Centa 1620
Claudriana Locatelli 1620
Natan Veiga 1620
PRÁTICAS E APRENDIZADOS NO ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA 1625
Gabriele Tarachuk 1625
Natan Veiga 1625
O FEIJÃO, FERRO E SAÚDE INFANTIL: ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS PARA PREVENIR A ANEMIA FERROPRIVA 1629
Deisiane Rachinski 1629
Ester Lopes Krieguer 1629
Laura do Prado 1629
Mayndra Martello 1629
Rayssa dos Santos Zancan 1629
Ana Paula Gonçalves Pincolini 1629
CUIDADOS QUE NUTREM: A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E CONSUMO DAS FRUTAS PARA A MELHOR IDADE 1635
Camila Alves Carlin de Souza 1635
Juliane Rodrigues Antunes 1635
Leticia Ramos de Souza 1635
Suelen de Fátima Antunes Dias 1635
Ana Paula Gonçalves Pincolini 1635
CUIDADOS QUE NUTREM: A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E CONSUMO DAS FRUTAS PARA A MELHOR IDADE 1641
Camila Alves Carlin de Souza 1641
Juliane Rodrigues Antunes 1641
Leticia Ramos de Souza 1641
Suelen de Fátima Antunes Dias 1641

Ana Paula Gonçalves Pincolini 1641
SAÚDE NA MATERNIDADE: A IMPORTÂNCIA DE PREVENIR A ANEMIA GESTACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR 1647
Isabella Alves da Silva 1647
Jordana Milek Laskoski 1647
Larissa Luiza Bassani 1647
Paolla Loize Aldrovandi 1647
Thaysa Fernanda Siqueira de Souza 1647
Ana Paula Gonçalves Pincolini 1647
AUTOMEDICAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA AÇÕES EDUCATIVAS PARA O USO RACIONAL E DESCARTE CORRETO DE MEDICAMENTOS 1653
Alessa Caroline Teles 1653
Jaqueline Mattos da Silva 1653
Kailane da Cruz Schmitz 1653
Raiana Clara Farias 1653
Ana Paula Gonçalves Pincolini 1653
VACINAS SALVAM VIDAS? O QUE SÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A POPULAÇÃO 1658
Kemily Granemann Moreira 1658
Karine Luz 1658
Natan Veiga 1658
Reações Imunológicas na Pele e Ativação de Células Imunes Durante o Processo de Cicatrização da Tatuagem: Uma Revisão Narrativa 1662
Isabely Recalcate Petry 1662
André Trevisan 1662
INTERVENÇÃO COM FARINHA DO BAGAÇO DA UVA NA MICROBIOTA INTESTINAL DE PACIENTES COM SÍNDROME METABÓLICA 1668
Letycia Vitória Corrêa 1668
Emyr Hiago Bellaver 1668
Claudriana Locatelli 1668
ANEMIA FALCIFORME, COMPLICAÇÕES PULMONARES E A IMPORTÂNCIA DO HEMOGRAMA 1674
Felipe Moraes Malmann 1674
Iderson Dayan Brazil Agostini 1674
Vilmair Zancanaro 1674
IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO A PESTICIDAS ORGANOFOSFORADOS NA SAÚDE DE ACADÊMICOS DE AGRONOMIA NO MEIO RURAL 1680
Valdinei de Lima Leite 1680
Laura Regina dos Santos 1680
Evelyn Denise Vortmann 1680

Andressa Ana Ansiliero 1680
O IMPACTO DO PREENCHIMENTO LABIAL NA AUTOESTIMA FEMININA 1685
Brenda Milek Alano de Souza 1685
Paula Carolina Kath 1685
AVALIAÇÃO DOS PERFIS GLICÊMICO E LIPÍDICO E SUA RELAÇÃO COM O ESTILO DE VIDA 1689
Elisa Maria da Silva 1689
Paula Carolina Kath 1689
RETINOSE PIGMENTAR: UM RELATO DE CASO 1694
José Eduardo Lissenko 1694
João Paulo Assolini, ... 1694
Ariana Centa, ... 1694
O IMPACTO DO PREENCHIMENTO LABIAL NA IDADE PERCEBIDA: UM ESTUDO PILOTO SOBRE REJUVENESCIMENTO 1699
Stefani de Lima Schneider 1699
Paula Carolina Kath 1699
EFICÁCIA DA DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS: IDENTIFICAÇÃO E CONTAGEM MICROBIANA 1704
Vanessa Correia 1704
Mariane Rafaela Seidel 1704
EIXO INTESTINO/PELE: ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA ACERCA DE CORRELAÇÕES DA MICROBIOTA E PERMEABILIDADE INTESTINAL NO DESENVOLVIMENTO DA PSORÍASE 1710
Isadora Suchara Rachinski 1710
Jaqueline Maisa Franzen 1710
Emyr Hiago Bellaver 1710
ENTEROBACTÉRIAS PRODUTORAS DE ESBL: CARACTERÍSTICAS, MECANISMOS DE RESISTÊNCIA E IMPORTÂNCIA CLÍNICA 1715
Isabela Machado Canalli 1715
Mariane Rafaela Seidel 1715
NEFROPATIA POR IGA: UM ESTUDO DE CASO 1720
Karoline Perazzoli Alberti 1720
Mariane Rafaela Seidel 1720
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL CITOTÓXICO DO EXTRATO DO BAGAÇO DE UVA EM LINHAGEM CELULAR DE LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA (LMC) 1726
Wilian Henrique Furtado 1726
Claudriana Locatelli, ... 1726
Ariana Centa, ... 1726
DIABETES E INFECÇÕES URINÁRIAS: MICRORGANISMOS PREDOMINANTES E SEU PERFIL DE RESISTÊNCIA EM INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS 1732

Kioanne Carla Pereira 1732
Mariane Rafaela Seidel 1732
Além da estética: Toxina botulínica como alternativa terapêutica para a dor crônica 1737
Rafaela Magueroski da Cruz 1737
Natan Veiga 1737
IMUNOGENICIDADE DOS PREENCHEDORES DE ÁCIDO HIALURÔNICO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE RESPOSTAS IMUNOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS 1740
Gabriela Martinez Zarpelon 1740
Natan Veiga 1740
OCORRÊNCIA DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM ALIMENTOS MANIPULADOS EM RESTAURANTES SELF-SERVICE 1744
Letícia Caroline Zonta 1744
Alana Karine Baldicera 1744
DESAFIOS ENFRENTADOS POR PACIENTES NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS GENÉTICAS RARAS 1749
Laís Ponzoni 1749
Alana Baldicera 1749
FOTOTERAPIA E TERAPIAS COMBINADAS PARA VITILIGO 1754
Sthefany Thayssa Rocha Brusco 1754
Natan Veiga 1754
METABOLISMO DA GLICOSE EM AMOSTRAS SANGUÍNEAS: IMPLICAÇÕES FORENSES NA ESTIMATIVA DO INTERVALO POST MORTEM 1758
Vinícius Granemann Recalcatte 1758
Paula Carolina Kath 1758
RELAÇÃO ENTRE VARIAÇÕES HORMONAIS E ALTERAÇÕES CUTÊANEAS EM MULHERES DURANTE O TRATAMENTO DE FERTILIDADE 1763
Gabriele Tarachuk 1763
Natan Veiga 1763
PREVENÇÃO E MANEJO DE ENGASGOS EM RECÉM-NASCIDOS E LACTENTES 1767
Neudimar Karpinski Suszek 1767
Bruna Horn 1767
Bruno Rosa de Souza 1767
Samy Vieira 1767
Wilson Ferreira 1767
Alesandra Perazzoli de Souza 1767
ALEITAMENTO MATERNO: UM ATO DE AMOR E SAÚDE 1773
Angela Maria Gonçalves 1773
Gabriela Moraes Telles de Souza 1773

Roberta Thailis Moraes Pereira 1773
Vitória Maria Gris Preveda 1773
Alesandra Perazzoli de Souza 1773
EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO SOCORROS PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CAÇADOR-SC 1778
Elisa Maria dos Santos 1778
Jonatas Misael Dias 1778
Katrini Cavalett 1778
Ludimila Angélica dos Passos 1778
Alesandra Perazzoli de Souza 1778
PRIMEIROS CUIDADOS COM O BEBÊ: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA GESTANTES E PUÉRPERAS 1784
Adriana Meireles Cruz 1784
Crislaine Novais 1784
Ester Tainá da Silva 1784
Isabela de Souza Carlin 1784
Laisa Tibes de Campos 1784
Alesandra Perazzoli de Souza 1784
ATENÇÃO E ACOLHIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA CASA AMAR 1790
Adriana Aparecida Goes 1790
Danielle de Fatima Vieira 1790
Debora Cavichioli Flores1 Thainá Lara 1790
Viviane Pontes Gonçalves 1790
Alesandra Perazzoli de Souza 1790
AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE AUTOESTIMA COM PACIENTES QUE FREQUENTAM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL 1796
Ivonéia dos Santos 1796
Izadora Mariana Padilha 1796
Jamili Vieira 1796
Ramon Furlan Bender 1796
Talia Cabral 1796
Alesandra Perazzoli de Souza 1796
DESCONSTRUINDO TABUS SOBRE SAÚDE MENTAL: A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA UBS 1801
Isadora Francione de Barros 1801
Nayara Mereles Allebrandt 1801
Rômulo Martins 1801
Vanessa Caroline Carlin Subtil 1801

Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1801
CONTROLE E QUALIDADE: A RELEVÂNCIA DOS INDICADORES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 1807
Anne Luize Setti Tonet 1807
Gisele da Silva Meirelles 1807
Ketlin Tais Wittman 1807
Laísa Da Silva Rambo 1807
Sirlene Silva 1807
Sarah Cristina Chiesa Massoco 1807
Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1807
EDUCAÇÃO E IMUNIZAÇÃO: O PAPEL DO ACS NA ADESÃO À VACINA CONTRA O HPV 1812
Bruna Andrade Calixtro 1812
Franciele Antunes dos Santos 1812
Sabrina Tenczna 1812
Sabrini Siqueira Silva 1812
Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1812
MISSÃO BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM AS VOZES QUE CUIDAM 1817
Andréa Santos de Oliveira 1817
Jaqueline Serafim Ribeiro 1817
Niscareli Antunes Bento 1817
Vitória do Nascimento 1817
Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1817
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: AÇÃO EDUCATIVA PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM COLOSTOMIA COM AGENTES DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE FRAIBURGO E CAÇADOR- SC 1823
Carolina Pinz Wiebling 1823
Daiane Silva Ferreira 1823
Daniela Pinz Lara 1823
Deliane Hoffman Varela 1823
Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1823
CAPACITAÇÃO RÁPIDA EM TRIAGEM E IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE SINAIS E SINTOMAS DE AGRAVO 1828
Greicy Kemely Bortolini Blind 1828
Guilherme do Nascimento Ribeiro 1828
Mariane Campagnaro 1828
Mayra Anton 1828
Achaiane Camila da Silva dos Anjos 1828
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ORIENTAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS EM CAÇADOR E SALTO VELOSO (SC) 1833

Franciele Aparecida Pontes Guedes 1833
Isabela Coelho 1833
Marcelli Cristina Nunes 1833
Maria Eduarda Araújo Abati 1833
Mirtes Cristina Palhano 1833
Sarah Cristina Chiesa Massoco 1833
Achaiane Cristina da Silva dos Anjos 1833
A IMPORTÂNCIA DO TECIDO CONJUNTIVO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA REPARAÇÃO TECIDUAL 1838
Sara Carlin de Souza 1838
Scheila da Silva dos Santos 1838
Schanielle Hirsh 1838
Débora Soares Souza Marins 1838
IMPACTO DO VAPING NA SAÚDE DE ADOLESCENTES: A DESMISTIFICAÇÃO DOS RISCOS DO CIGARRO ELETRÔNICO - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 1842
Fabiana Gatti 1842
Elizama de Gregório 1842
ATUAÇÃO FARMACÊUTICA EM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS: RELATO DE ESTÁGIO 1847
Daiane Tenczna 1847
Emyr Hiago Bellaver 1847
Paula Carolina Kath 1847
RELATO DE ESTÁGIO NO SUS: VIVÊNCIA NA FARMÁCIA MUNICIPAL E ANÁLISE DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS 1852
Adrielle Wagner Paes 1852
Wesley Alessandro Costa 1852
Gabriela Mezomo 1852
Eliana Rezende Adami 1852
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS NA ROTINA DA FARMÁCIA MUNICIPAL 1856
Carwy Santos 1856
Gustavo Polez Pinheiro 1856
Nathália Ribeiro Caetano 1856
Eliana Rezende Adami 1856
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE QUALIDADE DE CÁPSULAS NA FARMÁCIA MAGISTRAL 1861
Amanda Kaliandra Batistella 1861
Dandara Moriggi 1861
Gabriella de Castilho 1861
Evelyn Gabriela Dalla Santa 1861

CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO: Uma Revisão sobre Boas Práticas 1866
Jeane Aparecida de Moura 1866
Maiara Pierdoná de Araújo 1866
Maria Gabriela de Oliveira 1866
Tayssa Spautz Moreira 1866
Evelyn Gabriela Dalla Santa 1866
CONTROLE DE QUALIDADE EM FARMÁCIA MAGISTRAL 1871
Amanda Cristina do Sacramento 1871
Bruna Ramiro Simão 1871
Caio Freitas de Souza 1871
Marcos Eduardo Alves de Oliveira 1871
Evelyn Gabriela Dalla Santa 1871
MARKETING EM FARMÁCIAS MAGISTRAIS: DESAFIOS REGULATÓRIOS E ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO NO BRASIL 1876
Fabiana Gatti 1876
Jessica Aparecida Miranda 1876
Larissa Domingues Mazzurana Gazzi 1876
Evelyn Gabriela Dalla Santa 1876
CONTRIBUIÇÕES DO FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO NO CONTROLE DA PRÉ-ECLÂMPSIA DURANTE A GESTAÇÃO 1882
Letícia Alvarenga de França 1882
Paula Carolina Kath 1882
ERROS DE PRESCRIÇÃO DE ANTIMICROBIANOS E SUA RELAÇÃO COM RESISTÊNCIA BACTERIANA 1887
Mariana Gomes Ribeiro 1887
Paula Carolina Kath 1887
CONTRIBUIÇÕES DO EXAME VDRL PARA O DIAGNÓSTICO E MANEJO DA SÍFILIS EM HOSPITAIS 1893
Mariana Gomes Ribeiro 1893
Paula Carolina Kath 1893
ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO TRICOLOGISTA: AVALIAÇÃO E TERAPIAS PERSONALIZADAS 1899
Letícia Alvarenga de França 1899
Paula Carolina Kath 1899
IDENTIFICAÇÃO DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM AMOSTRA DE URINA - RELATO DE ESTÁGIO 1904
Vanessa Lima Dos Santos 1904
Paula Carolina Kath 1904
Ureia tópica como estratégia farmacoterapêutica para o cuidado cutâneo em pacientes com diabetes mellitus tipo 1 1910

Amanda Antunes Gonçalves 1910
Josiane Caroline Rodrigues 1910
Kauane de Moura Keller 1910
Milena Cabral da Rocha 1910
Débora Soares Souza Marins 1910
CREME DE UREIA COMO ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO CUIDADO CUTÂNEO DE INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 1915
Ana Julia Kunen 1915
Maria Vitória Scolaro de Moraes 1915
Mariana Pelepe 1915
Débora Soares Souza Marins 1915
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO DO COLESTEROL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA 1920
Ana Carolina Buffon 1920
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski 1920
Larissa Wanciw 1920
Suélen Nascimento da Luz 1920
Debora Soares Souza Marins 1920
COLESTEROL HDL E FARMÁCIA CLÍNICA: NOVOS OLHARES SOBRE A PREVENÇÃO DE EVENTOS CARDIOVASCULARES EM ADULTOS E IDOSOS 1924
Denise Matachon 1924
Eduarda Natalia Arcontti 1924
Paola de oliveira 1924
Débora Soares Souza Marins 1924
HIPERTENSÃO ARTERIAL E ESTILO DE VIDA: AÇÕES EDUCATIVAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA 1928
Gustavo Luiz Ventz 1928
João Vitor dos Santos 1928
Paula Maia 1928
Débora Soares Souza Marins 1928
HIPOTENSÃO ARTERIAL: O LADO OCULTO DA SAÚDE CARDIOVASCULAR 1932
Franciele Aparecida Correia 1932
Louise de Borba 1932
Sabrina Eduarda Varotto Bertoni 1932
Débora Soares de Souza Marins 1932
O farmacêutico e a humanização do atendimento em laboratórios de análises clínicas 1935
Bruna Schumacher Flor 1935
Paula Carolina Kath 1935

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS 1940
Alessandra Ignácio da Cruz 1940
Paula Carolina Kath 1940
INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA EM PACIENTE POLIMEDICADA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1944
Emely Caroline Horn 1944
Janine Guedes Hoffmann de Souza 1944
Maria Gabriela de Oliveira 1944
Patrícia Aparecida da Silva 1944
Jéssica Camile Favarin 1944
AVALIAÇÃO FARMACOTERAPÊUTICA EM PACIENTE POLIMEDICADO: RELATO DE CASO 1949
Alice de Souza 1949
Emanuelli Fabrizia Scheffer 1949
Franciele Finger de Lorena 1949
Maíve Carvalho da Silva 1949
Matheus Fernandes 1949
Jessica Camile Favarin 1949
ATENÇÃO FARMACÊUTICA E A VALORIZAÇÃO DO CUIDADO 1955
Arieli Alves Massaneiro 1955
Karine Luz 1955
O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA MUNICIPAL DO SUS: INTEGRAÇÃO À EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E IMPACTO NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE 1961
Bruna Schumacher Flor 1961
Karine Luz 1961
FARMÁCIA HOSPITALAR: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO HOSPITAL MAICÉ 1966
Daiane Tenczna 1966
Karine Luz 1966
A CRESCENTE DO USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM FARMACÊUTICA EM CASOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 1972
Artur Carneiro Canalle 1972
Karine Luz 1972
O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA COMUNITÁRIA PRIVADA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 1977
Alessandra Ignácio da Cruz 1977
Karine da Luz 1977
CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO: CONHECENDO O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS 1982
Amanda Pedrotti 1982

Érica Cardoso dos Santos 1982
Isadora Zanatta da Rocha 1982
João Vitor Moreira 1982
Letícia Chistinne Chavalla Amancio 1982
Débora Soares Souza Marins 1982
TROPONINAS CARDÍACAS: RELEVÂNCIA DIAGNÓSTICA E O PAPEL DO FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO NO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO 1987
Gabrielly Juliê Rodrigues 1987
Paula Carolina Kath 1987
INTEGRAÇÃO DO FARMACÊUTICO CLÍNICO-LABORATORIAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: EXPERIÊNCIAS, ANÁLISES E IMPACTO NA SEGURANÇA DO PACIENTE 1992
Arieli Alves Massaneiro 1992
Paula Kath 1992
ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS NO CONTROLE DA RINITE ALÉRGICA COM ÊNFASE NA ATENÇÃO FARMACÊUTICA: RELATO DE ESTÁGIO 1998
Vanessa Lima Dos Santos 1998
Karine Luz 1998
Paula Carolina Kath 1998
A RELEVÂNCIA DA ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO EM LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS 2003
Artur Carneiro Canalle 2003
Emyr Hiago Bellaver 2003
Paula Carolina Kath 2003
A IMPORTÂNCIA DA URINÁLISE NA DETECÇÃO PRECOCE DE DOENÇAS RENAIS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO 2008
Amanda Cristina do Sacramento 2008
Paula Carolina Kath 2008
MANEJO DA CÓLICA MENSTRUAL; FARMACOTERAPIA, MECANISMOS DE AÇÃO E ACONSELHAMENTO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA COMERCIAL 2012
Amanda Cristina do Sacramento 2012
Karine Luz 2012
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DA FARMÁCIA HOSPITALAR: ATRIBUIÇÕES DO FARMACÊUTICO 2017
Gabrielly Juliê Rodrigues 2017
Karine Luz 2017
PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ASSISTÊNCIA A FIBROMIALGIA E LÚPUS: RELATO DE CASO 2022
Larissa Didrich Morais 2022
Larissa dos Santos Goes 2022
Vinicius Miguel Ortiz Ruth 2022

Jéssica Camile Favarin 2022
POTENCIAL TERAPÊUTICO DO CHÁ DE HIBISCUS SABDARIFFA L: AÇÃO SOBRE PROPRIEDADES FUNCIONAIS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE HUMANA 2028
Gustavo Luiz Ventz 2028
Paula Maia 2028
Sabrina Varotto 2028
Débora Marins 2028
Solange De Bortolli Beal 2028
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2028
PROPRIEDADES GASTROPROTETORAS DA ARTEMISIA ABSINTHIUM: INTEGRAÇÃO ENTRE SABER TRADICIONAL E EVIDÊNCIA CIENTÍFICA 2034
Amanda Pedrotti 2034
Isadora Zanatta da Rocha 2034
João Vitor Moreira 2034
Mariana Pelepe 2034
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2034
POTENCIAL FITOTERÁPICO: USO DE CYMBOPOGON CITRATUS NO ALÍVIO DE CÓLICAS MENSTRUAIS 2038
Ana Julia Kunen 2038
Josiane Caroline Rodrigues 2038
Kauane De Moura Keller 2038
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2038
BENEFICIOS RELACIONADOS AO CHÁ DE HORTELÃ (MENTHA SPP) 2043
Franciele Aparecida Correia 2043
João Vitor dos Santos 2043
Louise de Borba 2043
Solange de Beal Bortolli 2043
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2043
DO USO POPULAR À EVIDÊNCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CAVALINHA (EQUISETUM ARVENSE) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE 2048
Denise Matachon 2048
Eduarda Natalia Arcontti 2048
Paola de Oliveira 2048
Solange de Beal Bortolli 2048
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2048
OS EFEITOS TERAPÊUTICOS DA ROSMARINUS OFFICINALIS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E DESEMPENHO COGNITIVO 2052
Érica Cardoso dos Santos 2052

Julia Maffioletti 2052
Leticia Christtine Chavalla Amâncio 2052
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2052
USO RACIONAL DO GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) COMO FITOTERÁPICO NO TRATAMENTO DE SINTOMAS RESPIRATÓRIOS 2057
Ana Carolina Buffon 2057
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski 2057
Larissa Wanciw 2057
Suélen Nascimento da Luz 2057
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2057
DO USO POPULAR À EVIDÊNCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CAVALINHA (EQUISETUM ARVENSE) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE 2062
Denise Matachon 2062
Eduarda Natalia Arcontti 2062
Paola de Oliveira 2062
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2062
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EXAMES LABORATORIAIS: UM OLHAR PREVENTIVO 2066
Emely Caroline Horn Guedes 2066
Guilherme de Oliveira Pereira 2066
Patricia Aparecida Silva 2066
Thaiane Suszek 2066
Vinicius Ruth 2066
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2066
CONSCIENTIZAÇÃO INFANTIL SOBRE OS RISCOS DE BRINCAR EM ÁGUAS CONTAMINADAS: PREVENÇÃO DE DOENÇAS E CUIDADOS COM A SAÚDE 2071
Bárbara da Silva Marques 2071
Diogo Gabriel Bonatti 2071
Julia Ruch dos Santos 2071
Maria Gabriela de Oliveira 2071
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2071
MÃOS LIMPAS, CRIANÇAS SAUDÁVEIS: EDUCAÇÃO SOBRE PARASITOSES EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL 2076
Amanda Cristina do Sacramento 2076
Janine Guedes Hoffmann de Souza 2076
Karine Schuh 2076
Thalita Amaro Ankler 2076
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2076

INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE PARASITOSES E EXAMES HEMATOLÓGICOS: CONSTRUINDO SABERES COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 2081
Alice de Souza 2081
Emanuelli Fabrizia Scheffer 2081
Maíve Carvalho da Silva 2081
Matheus Fernandes 2081
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2081
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE PARASITOSE EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 2086
Franciele Finger de Lorena 2086
Keli Cristina Fernandes Meireles 2086
Larissa Diidrich 2086
Larissa dos Santos 2086
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2086
SAÚDE DA PELE E HIGIENE CORPORAL EM IDOSOS: PREVENÇÃO DE PATOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE EDUCATIVA 2092
Fabiana Gatti 2092
Isadora Sordi 2092
Marcos Eduardo Alves de Oliveira 2092
Evelyn Gabriela 2092
Dalla Santa 2092
USO DA ERVA-CIDREIRA (MELISSA OFFICINALIS) COMO ALTERNATIVA NATURAL NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE 2098
Amanda Antunes Gonçalves 2098
Maria Vitória Scolaro de Moraes 2098
Milena Cabral da Rocha 2098
Debora Soares Souza Marins 2098
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2098
CAPIM-LIMÃO COMO AGENTE DIURÉTICO NATURAL: PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS E RELEVÂNCIA NA FITOTERAPIA 2103
Carwy dos Santos Martins 2103
Débora Soares Souza Marins 2103
Gustavo Polez Pinheiro 2103
Nathália Ribeiro Caetano 2103
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2103
ENVELHECIMENTO CUTÂNEO EM IDOSOS: A RELEVÂNCIA DA HIDRATAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO 2108
Amanda Kaliandra Batistella 2108

Dandara Moriggi 2108
Gabriella de Castilho 2108
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2108
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CUIDADOS COM OS PÉS DE IDOSOS: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA COM O JOGO DO DOMINÓ 2114
Jeane Aparecida Moura 2114
Julia Fernanda Anhaya 2114
Tayssa Spautz Moreira 2114
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2114
SAÚDE LABIAL NO ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E CUIDADOS ESSENCIAIS PARA IDOSOS 2119
Jessica Aparecida Miranda 2119
Larissa Domingues Mazzurana Gazzi 2119
Evelyn Gabriela Dalla Santa 2119
TORTA DE FRANGO FUNCIONAL: reformulação nutricional com ingredientes bioativos 2124
Diogo Bonatti 2124
Emely Caroline Horn 2124
Guilherme de Oliveira 2124
Vinicius Ruth 2124
Thyana Lays Brancher 2124
ADAPTAÇÃO DO BOLINHO DE ARROZ TRADICIONAL TÍPICO BRASILEIRO PARA UMA VERSÃO FUNCIONAL: UMA ANÁLISE SENSORIAL E NUTRICIONAL 2129
Thaiane Suszek 2129
Patrícia Aparecida da Silva 2129
Janine Guedes Hoffmann de Souza 2129
Thyana Lays Brancher 2129
ELABORAÇÃO DE PANQUECA FUNCIONAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DA SAÚDE E O CONSUMO SUSTENTÁVEL (ODS 3 E 12) 2135
Bárbara da Silva Marques 2135
Helen Pirolli 2135
Maria Gabriela de Oliveira 2135
Nicoli Emmer 2135
Thyana Lays Brancher 2135
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E FUNCIONAL: A LASANHA DE ABOBRINHA COMO OPÇÃO NUTRITIVA 2142
Ana Carolina Maiberg 2142
Guilherme Carvalho de Souza 2142
Kalei Median da Silva 2142
Thalita Amaro Ankler 2142

Thyana Lays Brancher 2142
ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PRÁTICA: DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE UM ESCONDIDINHO DE BATATA-DOCE ROXA COM FRANGO COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE 2148
Franciele Finger de Lorena 2148
Keli Cristina Fernandes Meireles 2148
Larissa Didrich Morais 2148
Larissa dos Santos Goes 2148
Thyana Lays Brancher 2148
Relato de Experiência: Elaboração de uma Geleia Funcional de Abacaxi, Hortelã e Chia como Estratégia Complementar no Manejo da Dor e da Inflamação 2154
Josiane Caroline Rodrigues 2154
Lincon Bordignon Somensi 2154
Elizama de Gregório 2154
GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE MICROBIOLOGIA: O USO DE JOGOS DE TABULEIRO COMO ESTRATÉGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM CIENTÍFICA 2159
Carwy dos Santos Martins 2159
Érica Cardoso dos Santos 2159
Gustavo Polez Pinheiro 2159
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski 2159
Débora Soares Souza Marins 2159
ESPIRITUALIDADE E PRÁTICAS INTEGRATIVAS: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL 2164
Carmen Schafauser 2164
Eliana Rezende Adami 2164
TODOS CONTRA A DENGUE: DIGA SIM À SAÚDE! 2169
Ana Carolina Buffon 2169
Karine Luz 2169
A HORA DO CHÁ: EXPLORANDO SABORES E SEUS BENEFÍCIOS À SAÚDE 2173
Letícia Alvarenga de França 2173
Líncon Bordignon Somensi 2173
Elizama de Gregório 2173
ATUALIZAÇÕES DA INDÚSTRIA DE DERMOCOSMÉTICOS NA PEDIATRIA: INOVAÇÕES, SEGURANÇA E PERSPECTIVAS CLÍNICAS 2178
Josiane Caroline Rodrigues 2178
Débora Soares Souza Marins 2178
BIODISPONIBILIDADE E BIOEQUIVALÊNCIA: AVALIAÇÃO CRÍTICA DA INTERCAMBIALIDADE DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES NO CONTEXTO FARMACÊUTICO 2182

Patrícia Rodrigues Carneiro 2182
Débora Soares Souza Marins 2182
Avaliação do papel do shitake e do espinafre como alimentos funcionais na promoção da saúde 2185
Alice de Souza 2185
Emanuelli Fabrizia Scheffer 2185
Maíve Carvalho da Silva 2185
Matheus Fernandes 2185
Thyana Lays Brancher 2185
COVID-19:O VÍRUS QUE PAROU O MUNDO 2189
Gabriela Mezomo 2189
Franciele Aparecida Correia 2189
Sabrina Varoto 2189
Paula Maia 2189
Débora Soares Souza Marins 2189
PREP: CONCEITOS, INDICAÇÕES E IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA 2193
Ana Carolina Buffon 2193
Mariana Pereira Pelepe 2193
Milena Cabral da Rocha 2193
Suelen Nascimento da Luz 2193
Débora Soares Souza Marins 2193
GUACO MIKANIA GLOMERATA E MIKANIA LAEVIGATA: POTENCIAL TERAPÊUTICO E RELEVÂNCIA CIENTÍFICA 2197
Adrielle Wagner Paes 2197
Eliezer Ferrais 2197
Gabriela Mezomo 2197
Wesley Alessandro Costa 2197
Solange de Bortoli Beal 2197
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2197
ATENÇÃO FARMACÊUTICA E ACOMPANHAMENTO CLÍNICO NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM HEPATITE C: UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE 2201
Adrielle Wagner Paes 2201
Larissa Wanciw 2201
Leticia Christtine Chavalla Amancio 2201
Wesley Alessandro Costa 2201
Débora Soares Souza Marins 2201
POTENCIAL NUTRACÊUTICO DOS SUBPRODUTOS DA UVA GOETHE: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA 2205

Diogo Gabriel Bonatti 2205
Débora Soares Souza Marins 2205
ANÁLISE DA POSTURA CORPORAL E DA ERGONOMIA NO CONTEXTO ESCOLAR 2208
Andrielly Lavandovski 2208
Daniele de Lima Marcondes 2208
Kauane Lutes Souza 2208
Rafael Ingo Lincoski 2208
Fisioterapia nas Escolas: Conscientização sobre Mochilas, Postura e Saúde 2214
Isadora Tives Milan 2214
Julia Vitória Amaral Fortes 2214
Rafael Ingo Lincoski 2214
FISIOTERAPIA PREVENTIVA NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 2219
Helen Veiga 2219
Isabelle dos Santos 2219
Melissa Tavares 2219
Rafael Ingo Lincoski 2219
Relação entre peso das mochilas e postura em crianças do ensino fundamental 2224
Fernanda Souza 2224
Maria Eduarda de Souza Busato 2224
Milena Fioreze Kades 2224
Rafael Ingo Lincoski 2224
Tapete Sensorial 2230
Isabelle Maia 2230
Isadora Tives Milan 2230
Jéssica Alves Ferreira 2230
Maria Eduarda Grando 2230
Nubia dos Santos[1] 2230
Juliano Mazzotti 2230
ATIVAFISIO: DESAFIO DAS SETAS COLORIDAS E CAIXA DAS EMOÇÕES 2234
Bruna Dutra Araujo 2234
Kauane Gabriele de Siqueira 2234
Luana Stephany Molon Paulo 2234
Maria Eduarda de Souza Busato 2234
Tais Ribeiro dos Santos 2234
Juliano Mazzotti 2234
FORTALECIMENTO MUSCULAR ATRAVÉS DO LÚDICO 2239

Eduarda Jodar 2239
Emanuella Proencio 2239
Elise Gabrieli Wisniewsky 2239
Kassia Simonetti 2239
Keysi Ribeiro 2239
Rafael Antunes 2239
Alan Christhian Bahr 2239
MOVIMENTE: ESTIMULANDO CORPO E MENTE NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS 2244
Gustavo Ramos Alves da Silva 2244
Heloise Selenko 2244
Isabelle Vitória dos Santos 2244
Mariely Felipe Dos Santos 2244
Alan Christhian Bahr 2244
CORPO E MENTE EM AÇÃO, CAMINHOS PARA UM ENVELHECIMENTO ATIVO 2249
Bruna Fernandes Roncaglio 2249
Daniele de Lima Marcondes 2249
Ivanir Ribeiro 2249
Maysa Dalla Santa De Lara 2249
Nelci Santos da Silva 2249
Talitta Padilha Machado 2249
MOVIMENTO E POSTURA NO TRABALHO 2254
Andreia dos Santos 2254
Nathielly Alves 2254
Daniela dos Santos 2254
Rafael Ingo 2254
MOVIMENTO E POSTURA NO TRABALHO: EDUCAÇÃO PREVENTIVA PARA TRABALHADORES 2257
Emely Viero de Souza 2257
Igor Kazimeirczak Pacheco 2257
Keysi Ribeiro Fernandes 2257
Maria Eduarda Grando 2257
Daniela dos Santos 2257
Rafael Ingo Lincoski 2257
MOVIMENTO E COR: DESAFIOS DA MENTE E DO CORPO 2262
Emily Ribeiro Maciel 2262
Gabrielly Endrigo 2262
Lourdes Aparecida Bueno Belisário 2262

Marcelo Pires de Morais 2262
Silmara das Graças Rodrigues 2262
Liamara Basso Dala Costa 2262
O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NA REABILITAÇÃO DA TENDINITE DO SUPRAESPINHAL 2268
Eduarda Jodar Acosta 2268
Daniela dos Santos 2268
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA HOSPITALAR EM UM CASO DE EXACERBAÇÃO DA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC) 2272
Kauane Gabriele de Siqueira 2272
Juliano Mazzotti 2272
FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA EM IDOSO COM CÂNCER DE PULMÃO E MÚLTIPLAS COMORBIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA 2276
Bruna Fernandes Roncaglio 2276
Alan Christhian Bahr 2276
REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS-OPERATÓRIO DE FRATURA DE TORNOZELO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 2281
Fabiana Comerlatto 2281
Alan Christhian Bahr 2281
Intervenção Fisioterapêutica em Paciente com Epicondilite Lateral: Relato de Caso 2285
Thaís Valduga 2285
Alan Christian Bahr 2285
DPOC E SARCOPENIA: DESAFIOS DA FISIOTERAPIA NA UTI 2290
Melissa Tomazini Tavares de Oliveira 2290
Juliano Mazzotti 2290
ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS-OPERATÓRIO DE LAMINECTOMIA EM PACIENTE COM ESTENOSE MEDULAR: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2294
Andrielly Lavandovski 2294
Daniela dos Santos 2294
INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE CRIANÇAS COM TEA 2300
Nelci Santos da Silva 2300
Liamara Basso Dala Costa 2300
ATRIBUIÇÃO FISIOTERAPEUTICA HOSPITALAR EM PACIENTE CENTENÁRIO 2305
Gisele Padilha 2305
Juliano Mazzotti 2305
ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA TVP E EMBOLIA PULMONAR ASSOCIADA 2308
Kauane Lutes de Souza 2308
Liamara Dala Costa 2308

Avaliação da satisfação dos pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia cardiorrespiratória no segundo semestre de 2025 2312
Bruna Fernandes Roncaglio 2312
Kauane Gabriele de Siqueira 2312
Rafael Ingo Lincoski 2312
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS PACIENTES COM OS RESULTADOS E ATENDIMENTO EM PROTOCOLOS DE FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL 2317
Gisele Padilha 2317
José Alfredo Bock 2317
Nelci Santos da Silva 2317
Rafael Ingo Lincoski, 2317
Pesquisa de Satisfação na Clínica Escola como Ferramenta de Melhoria Contínua no Segundo Semestre de 2025 2323
Gabrielly Endrigo 2323
Isabele Maia de Souza 2323
Lucas da Silva Marques Gomes 2323
Rafael Ingo Lincoski, 2323
PREVALÊNCIA DE LESÕES EM ATLETAS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL RETROSPECTIVA 2329
Elise Gabrieli Wisniewsky Trevisan 2329
Gustavo Ramos Alves da Silva 2329
Rafael Ingo Lincoski 2329
PULMÕES DE HEROIS: ATIVIDADES LÚDICAS NA REABILITAÇÃO RESPIRATÓRIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS 2335
Adriana Pontes 2335
Alana Schwartz 2335
Bianca Somensi Tenconi 2335
Maria Fernanda do Prado 2335
Melissa Tomazini Tavares de Oliveira 2335
Daniela dos Santos 2335
MAPEANDO O ALÍVIO DE SINTOMAS PSICOLÓGICOS E DOLOROSOS: VIVÊNCIA EXPERIMENTAL EM AURICULOTERAPIA EM UM HOTEL NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR 2339
Adriana Pontes De Lima De Morais 2339
Fernanda Dos Santos 2339
Luana Stephany Molon Paulo 2339
Maysa Dalla Santa De Lara 2339
Vitória Maria Bergonsi 2339
Daniela dos Santos 2339

O IMPACTO DO SHIATSU NA QUALIDADE DE VIDA E NO ESTRESSE DE PROFISSIONAIS DO SETOR HOTELEIRO 2345
Bianca Somensi Tenconi 2345
Bruna Dutra Araújo 2345
Maria Fernanda do Prado Carneiro 2345
Maria Julia Peretti Vidal 2345
Daniela dos Santos 2345
VENTOSATERAPIA: Uma Terapia Milenar Contra o Estresse Muscular 2350
Emily Ribeiro Maciel 2350
Heloise Selenko 2350
Kauane Lutes de Souza 2350
Maria Alice Carvalho 2350
Daniela dos Santos 2350
MASSAGEM COM VELAS QUENTES COMO FERRAMENTA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE HOTELEIRO 2355
Alana Martins Schwartz 2355
Emanuella Proencio 2355
Jéssica Alves Ferreira 2355
Silmara das Graças Rodriguês 2355
Daniela dos Santos 2355
CONDUTAS FISIOTERAPÊUTICAS FRENTE À SEPSE EM CONTEXTO HOSPITALAR: UMA ANÁLISE ACADÊMICA 2360
Julia Vitória Amaral Fortes 2360
Juliano Mazzotti, ... 2360
TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NO IMPACTO NO QUADRO ÁLGICO, FADIGA E QUALIDADE DO SONO EM MULHERES COM FIBROMIALGIA 2364
Daniele de Lima Marcondes 2364
Daniela dos Santos 2364
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E ADESÃO À FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA 2369
Fernanda Souza 2369
Talita Padilha Machado 2369
EFEITOS DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO 2373
Maria Eduarda de Souza Busato 2373
Talitta Padilha Machado 2373
FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE EFEITOS COLATERAIS AO USO DE CORTICOIDES EM PACIENTES ONCOLÓGICOS 2378

Isabelle Vitória dos Santos....2378
Talitta Padilha Machado....2378
PROTOCOLO FISIOTERAPÊUTICO PARA DOR LOMBAR CRÔNICA: IMPACTO NO ALINHAMENTO POSTURAL E QUALIDADE DE VIDA....2383
Andrielly Lavandovski....2383
Daniela dos Santos....2383
O PAPEL DA FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL NO MANEJO DE MANIFESTAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS....2389
Helen Veiga....2389
Talitta Padilha Machado....2389
INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NAS ESCOLAS....2394
Milena Fioreze Kades....2394
Daniela dos Santos....2394
EFEITOS DE UM PROTOCOLO PROPRIOCEPTIVO NA INSTABILIDADE CRÔNICA DO TORNOZELO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL....2400
Melissa Tomazini Tavares de Oliveira....2400
Daniela dos Santos....2400
EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL EM PACIENTES COM DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR 2405
Kauane Lutes De Souza....2405
Daniela Dos Santos....2405
EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA PENS EM INDIVÍDUOS COM HÉRNIA DE DISCO LOMBAR....2410
Isadora Tives Milan....2410
Daniela dos Santos....2410
RELATO DE HIDRONEFROSE EM COELHO DE ABATE: ACHADOS POST MORTEM E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA....2414
Karin Luiza Ferreira....2414
Felipe Volpato....2414
Katiane Schmitt,....2414
CÓLICA OBSTRUTIVA POR FECALOMA EM ÉGUA QUARTO DE MILHA: RELATO DE CASO CLÍNICO E ANATOMOPATOLÓGICO....2420
Emanoel dos Santos Costa Moreira....2420
Felipe Volpato....2420
Katiane Schmitt,....2420
LABORATÓRIO VETERINÁRIO- RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EM CURITIBA - PR....2426
Maiara Furckel Marin....2426
Leticia Abatti....2426

Emanuely Gomes de Paula....2426
Karin Luiza Ferreira....2426
Solange de Bortolli Beal....2426
Juliana Aparecida Kunierski Florz,....2426
PROTOCOLOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM EQUINOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE REPRODUÇÃO....2432
Everton Jean Ribeiro Guedes....2432
Marya Laura Salamoni....2432
Pedro Henrique França Maceno....2432
Vitória Beatriz Goetten....2432
Juliana Aparecida Kunierski Florz....2432
PERFURAÇÃO ABOMASAL EM BEZERRA LEITEIRA: RELATO DE CASO....2438
Marya Laura Salamoni....2438
Vitória Beatriz Goetten....2438
Felipe Volpato....2438
VIVÊNCIA PRÁTICA EM UM CENTRO DE REPRODUÇÃO EQUINA: TÉCNICAS E MANEJO REPRODUTIVO....2442
Gustavo Ricieri Zambonin....2442
Gabriel Bellaver....2442
Caue Fruet....2442
Gabriela Aggens....2442
Tatiane Hintz....2442
Juliana Aparecida Kunierski Florz, ...2442
APLICAÇÕES DA ULTRASSONOGRAFIA NA REPRODUÇÃO BOVINA: IMPORTÂNCIA PARA A EFICIÊNCIA REPRODUTIVA....2445
Gabrielle Veber....2445
Pâmela Cristina Mineiro....2445
Raíssa Marchioro....2445
Tainá Coldebella....2445
Juliana Aparecida Kunierski Florz,....2445
LINFADENITE CASEOSA EM OVINO: RELATO DE CASO....2448
Letícia Abatti....2448
Maiara Furckel Marin....2448
Paolla Toniolli Sorgatto....2448
Felipe Volpato....2448
IMUNIZAÇÃO CONTRA A RAIVA EM CAÇADOR-SC: PROTEGENDO ANIMAIS, PESSOAS E FORTALECENDO A SAÚDE PÚBLICA....2453
Igor Junior Pedroso....2453

Rafaela Dal-Mas Belli 2453
Gabriel Vinicius Zaiatz da Fonseca 2453
Felipe Volpato 2453
Katiane Schmitt, ... 2453
PAPEL SOCIAL DA MEDICINA VETERINÁRIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROJETOS DE EXTENSÃO SOBRE GUARDA RESPONSÁVEL, CASTRAÇÃO E VACINAÇÃO DE CÃES E GATOS 2459
Marcelle Victória Piccoli de Lima 2459
Jennifer Figueroa Duarte 2459
Isabela Aguiar Toniolli 2459
Karoline Nogueira de Moura 2459
Clara de Paris 2459
Jessica Santana dos Reis 2459
ALIMENTAÇÃO DE EQUINOS: MANEJO NUTRICIONAL, SAÚDE E DESEMPENHO 2465
Emeli Falchetti Tomazi 2465
Gabrielli Scotti 2465
Isabelli Albiero 2465
Julia Maria Barichello 2465
Maria Clara Duarte Nazário 2465
Juliana Aparecida Kunierski Florz, ... 2465
EXAME ANDROLÓGICO EM EQUINOS: O PAPEL DA CÂMARA DE NEUBAUER NA AVALIAÇÃO 2470
Alessandra Conte 2470
Anna Rita Ferlin de Souza 2470
Maria Eduarda Finger 2470
Paolla Toniolli Sorgatto 2470
Thaís Bof Henkel 2470
Juliana Aparecida Kunierski Florz 2470
RENASCER NA CIÊNCIA: AÇÕES INSTITUCIONAIS E DIAGNÓSTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DOAÇÃO DE CORPOS NA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE 2475
Leonardo Batista Pinheiro 2475
Kellen Regina dos Passos 2475
Jéssica Santana dos Reis 2475
FUNGOS OPORTUNISTAS: REVISÃO SOBRE PATOGENICIDADE, RESISTÊNCIA ANTIFÚNGICA E ABORDAGEM PEDAGÓGICA POR AULA INVERTIDA 2480
Gabriel Bortoli Tibes da Luz 2480
Gustavo Luiz Ventz 2480
Josiane Caroline Rodrigues 2480
Louise de Borba 2480

Nathália Ribeiro Caetano 2480
Débora Soares Souza Marins 2480
USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS E OS MECANISMOS MOLECULARES DA RESISTÊNCIA BACTERIANA: desafios para a prática farmacêutica 2485
Amanda Pedrotti 2485
Isadora Zanatta da Rocha 2485
João Vitor Moreira 2485
Julia Maffioletti 2485
Débora Soares Souza Marins 2485
PATOGENIA VIRAL: MECANISMOS DE INTERAÇÃO VÍRUS-HOSPEDEIRO E IMPLICAÇÕES FARMACÊUTICAS 2489
Eliezer Ferrais de Lara 2489
Eduarda Natalia Arcontti 2489
Paola de Oliveira 2489
Denise Fátima Matachon 2489
Débora Soares Souza Marins 2489
UTILIZAÇÃO DE TESTES BIOQUÍMICOS PARA DIAGNÓSTICO RÁPIDO DE INFECÇÕES BACTERIANAS EM AMBIENTES HOSPITALARES 2492
Amanda Antunes Gonçalves 2492
Ana Julia Kunen 2492
Kauane de Moura Keller 2492
Maria Vitória Scolaro de Moraes 2492
Débora Soares Souza Marins 2492
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA 2497
Cardinaly dos Santos Blaskowski 2497
Débora Fernandes Pinheiro 2497
Ana Paula Ludwig do Amaral 2497
Ana Claudia Lunelli Moro 2497
Relato de Estágio Supervisionado: Interação entre PNAE, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável 2501
Carine Eduarda Graciano 2501
Ana Claudia Lunelli Moro 2501
Bem Estar No SUS: Um relato de avaliação nutricional 2506
Endreu Pires De Oliveira 2506
Ana Claudia Lunelli Moro 2506
Estágio Curricular em Saúde Materno-Infantil: Integração Teoria e Prática 2511
Gabriela Coelho 2511
Ana Cláudia Lunelli Moro 2511

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2517
Heloisa Milena Stein 2517
Ana Claudia Lunelli Moro 2517
FORMAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA VIVÊNCIA PRÁTICA 2523
Julia Cipriani 2523
Ana Cláudia Lunelli Moro 2523
VIVÊNCIAS NO ESTÁGIO OBSERVACIONAL EM NUTRIÇÃO: ATENÇÃO CLÍNICA E COLETIVA 2528
Leonardo Mendes de Oliveira 2528
Ana Cláudia Lunelli Moro 2528
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM NUTRIÇÃO MATERNO INFANTIL 2534
Vitória Alessandra Cardoso Morais 2534
Ana Cláudia Moro 2534
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 2539
Gabriel de Bortoli Tibes da Luz 2539
Ana Paula Ludwig do Amaral 2539
PRÁTICAS VIVENCIADAS EM ESTÁGIO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 2542
Silas Rodrigues da Silva 2542
Ana Paula Ludwig do Amaral 2542
PRÁTICAS DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR: VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA 2547
Tiago Valentim Pedroso da Silva 2547
Vivian Baseggio 2547
Nicolle Aparecida da Luz 2547
Ana Paula Ludwig do Amaral 2547
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA EM UAN: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS 2552
Evelyn Cristina dos Santos Pereira 2552
Ana Paula Ludwig do Amaral 2552
RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EMPRESA MAXIPLAST) 2556
Bruno Santos Abdalla de Oliveira 2556
Ana Paula Ludwig do Amaral 2556
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA INFÂNCIA: A BASE PARA UM CRESCIMENTO SAUDÁVEL E UM FUTURO MELHOR 2560
Nadieska Pompermeyer 2560
Augusto Guilherme Alves Corrêa 2560

Maria Vitória Pereira 2560
Bianca Oliveira da Costa 2560
Ana Paula Ludwig do Amaral 2560
COMER, BRINCAR E APRENDER: UMA AVENTURA NUTRITIVA NA ESCOLA 2565
Gerson Leonardo Piaia 2565
Maria Clara Morais Zolondek 2565
Maria Fernanda Bortolini 2565
Ana Paula Ludwig do Amaral 2565
TRANSTORNOS ALIMENTARES (TA) EM ADOLESCENTES: AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL E MANEJO INTERDISCIPLINAR 2571
Ana Paula Wolf 2571
Leonardo Mendes de Oliveira 2571
Vitoria Alessandra Cardoso de Morais 2571
Guilherme Augusto Przybysz 2571
O CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS (AUP) POR ADOLESCENTES: UM OLHAR SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR 2576
Julia Cipriani 2576
Maria Elena de Oliveira Eger 2576
Sione Mendes Neves 2576
Guilherme Augusto Przybysz 2576
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E RECREAÇÃO INFANTIL EM CASA DE ACOLHIMENTO INFANTIL 2580
Izadora Feijó 2580
Débora Fernandes Pinheiro 2580
EDUCAÇÃO NUTRICIONAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO BOMBEIRO CIVIL MIRIM 2585
Gerson Leonardo Piaia 2585
Maria Fernanda Bortolini 2585
Maria Clara Zolondek de Morais 2585
Débora Fernandes Pinheiro 2585
TEMPERANDO A VIDA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COMO FERRAMENTA DE CUIDADO NO CAPS-AD 2590
Maria Fernanda Bortolini 2590
Maria Clara Zolondek de Morais 2590
Gerson Leonardo Piaia 2590
Débora Fernandes Pinheiro 2590
PERFIL NUTRICIONAL DE BOMBEIRAS VOLUNTÁRIAS EM AÇÃO: ASPECTOS ANTROPOMÉTRICOS, BIOQUÍMICOS E ALIMENTARES 2596

Vivian Baseggio 2596
Débora Fernandes Pinheiro 2596
INTEGRAÇÃO DE SABERES NUTRICIONAIS E DE SAÚDE COLETIVA NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS DETERMINANTES ALIMENTARES, SOCIAIS E CULTURAIS DO PROCESSO DE ENVELHECER 2601
Silas Rodrigues da Silva 2601
Débora Fernandes Pinheiro 2601
AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE COMPULSÃO ALIMENTAR EM FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DE UM HOSPITAL LOCALIZADO NO MEIO OESTE CATARINENSE: UM ESTUDO QUANTITATIVO 2607
Nicolle Aparecida da Luz 2607
Ana Claudia Lunelli Moro 2607
PERFIL NUTRICIONAL E HÁBITOS ALIMENTARES DE POLICIAIS MILITARES: UMA ANÁLISE DE SAÚDE 2613
Gabriel de Bortoli Tibes da Luz 2613
Ana Claudia Lunelli Moro 2613
VIA DE PARTO: UM DETERMINANTE NA MICROBIOTA INTESTINAL DO RECÉM-NASCIDO 2618
Evelyn Cristina dos Santos Pereira 2618
Ana Paula Ludwig do Amaral 2618
CARTILHA NUTRICIONAL PARA PESSOAS ANALFABETAS E/OU COM BAIXA ESCOLARIDADE 2624
Tiago Valentim Pedroso da Silva 2624
Ana Paula Ludwig do Amaral 2624
SÍNDROME METABÓLICA: AVALIAÇÃO DOS ÍNDICES ANTROPOMÉTRICOS APÓS O CONSUMO DE FARINHA DO BAGAÇO DE UVA 2629
Jéssica Camile Favarin 2629
Claudriana Locatelli, ... 2629
Débora Fernandes Pinheiro 2629
TECIDO MUSCULAR: EFEITO DE INGESTÃO PROTEICA E DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS NA HIPERTROFIA E RECUPERAÇÃO MUSCULAR 2635
Daiane Jantsch Guedes 2635
Pricila Duarte da Silva 2635
Patricio Enrique Lopez Romero 2635
Débora Soares Souza Marins 2635
TECIDO CONJUNTIVO: ESTRUTURA, FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE HUMANA 2639
Ana Alice Weber 2639
Isabela Carlin 2639
Lara Kreling 2639
Marciana Gomes 2639
Sabrina Mello 2639

Debora Soares Souza Marins 2639
DO NÚCLEO À VIDA: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR SOBRE MITOSE E CITOCINESE 2642
Maria Antoniela Nunes da Silva 2642
Rafaela Soares 2642
Vitória Lopes Xavier 2642
Débora Soares Souza Marins 2642
CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS EM INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NUTRICIONAIS 2646
Felipe Rodrigues Dos Santos 2646
Ana Carolina dos Santos 2646
Nathan Olivier Fischer 2646
Débora Soares Souza Marins 2646
TECIDO CONJUNTIVO: CORRELAÇÕES MORFOFUNCIONAIS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS PARA A SAÚDE HUMANA 2649
Cleber Tonetta 2649
Tatiane Santos de Oliveira 2649
Tábata Eduarda Ferreira Tuzzin 2649
Igor Garcia Andriola 2649
Débora Soares Souza Marins 2649
DIETA MEDITERRÂNEA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE MECANISMOS DE PROTEÇÃO CELULAR CONTRA O CÂNCER 2653
Igor Dobkovski 2653
Rafael Anderson dos Santos 2653
Marlon Carniel 2653
Débora Soares Souza Marins 2653
DESAFIOS E RESULTADOS ESTÉTICOS EM ATENDIMENTOS COMUNITÁRIOS: Limpeza de Pele e Tratamento Capilar 2657
Cariele Apª Nogueira do Amaral 2657
Gislaine Padilha dos Santos 2657
Sally Douglas Narloch 2657
Marcia Cristiane Fantinel 2657
BENEFÍCIOS DA MASSAGEM RELAXANTE NO BEM-ESTRA FÍSICO E EMOCIONAL 2660
Cley Ivone Ribeiro 2660
Sally Douiglas Narloch 2660
Marcia Cristiane Fantinel 2660
ATENDIMENTOS HOLÍSTICOS PARA MULHERES DA COMUNIDADE: Compartilhando uma Experiência Transformadora 2663
Gabriele Gomes 2663

Daniela Bianqui 2663
Claudia Szellist 2663
Marcia Fantinel, ... 2663
CUIDADOS ESTÉTICOS EM PACIENTES ONCOLÓGICAS 2667
Suzana Barrili 2667
Joyce dos Santos 2667
Sabrina Noll 2667
Sally Douglas Narloch 2667
Marcia Cristiane Fantinel 2667
PROTOCOLO ESTÉTICO INTEGRADO PARA TRATAMENTO DA ACNE GRAU I E GRAU II EM JOVENS ADULTOS 2671
Rayssa Sehn Verdan Ruy 2671
Tatiane Barros 2671
Thauana Victoria Cordeiro 2671
Márcia Fantinel 2671
MAQUIAGEM E CUIDADOS COM A PELE 2676
Prislaine Prestes de Oliveira 2676
Sally Douglas Narloch 2676
Marcia Cristiane Fantinel 2676
ATENDIMENTOS ESTÉTICOS: EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS EM MASSAGEM RELAXANTE E LIMPEZA DE PELE 2679
Gabriely de Oliveira Andrade 2679
Sally Douglas Narloch 2679
Marcia Cristiane Fantinel 2679
A IMPORTÂNCIA DA MASSAGEM E DA MASSOTERAPIA PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE: um relato de experiência 2684
Maria Grasiely Kaipers Stein 2684
Raiane da Cruz 2684
Marcia Cristiane Fantinel 2684
LIMPEZA DE PELE E REJUVENESCIMENTO FACIAL EM PELE MADURA 2688
Ellen Vithória Granemann Siqueira 2688
Izabelli Goetten Graciano 2688
Maiara Gabriele Ortiz 2688
Márcia Cristiane Fantinel 2688
MAQUIAGEM E CUIDADOS COM A PELE 2692
Prislaine Prestes de Oliveira 2692
Sally Douglas Narloch 2692

Marcia Cristiane Fantinel 2692
MASSAGEM RELAXANTE E DRENAGEM LINFÁTICA: PRÁTICAS INTEGRATIVAS NO CUIDADO ESTÉTICO E NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR 2695
Gabriela Carlin do Prado 2695
Lucinei Fialek 2695
Marcia Cristiane Fantinel 2695
ATENDIMENTOS ESTÉTICOS INTEGRADOS: EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS EM ESTÉTICA FACIAL E CAPILAR 2701
Gabriely de Oliveira Andrade 2701
Marcia Fantinel 2701
MASSAGEM MODELADORA E RELAXANTE: EFEITOS FISIOLÓGICOS E ESTÉTICOS 2703
Maria Eloiza De Souza 2703
Kimberly Cardoso Esteves 2703
Sally Douglas Narloch2 nl 2703
BELEZA TÉCNICA E AUTOCONFIANÇA: O uso da prática em estética para promover a autoestima . 2707
Laís Azeredo Caetano 2707
Suelen Canfil Gonçalves 2707
Ana Carolina Boscari Chiarello 2707
Marcia Cristiane Fantinel 2707
BELEZA E BEM-ESTAR NA TERCEIRA IDADE: PROMOVENDO AUTOESTIMA E QUALIDADE DE VIDA PARA IDOSAS DA UAMI 2711
Gabriela Carlin do Prado 2711
Marcia Cristiane Fantinel 2711
DIREITO 2716
Diversidade e Inclusão no Ambiente Escolar: Um Compromisso com os Direitos Humanos e a Justiça Social 2717
Alinni Scapin Serafim 2717
Nayara Carolina Correa Subtil 2717
Érica Carvalho Weber 2717
José Henrique Lopes Lima 2717
Pablo Renan Ferreira Hertzer 2717
Thays Brenda de Souza Balatka 2717
SAÚDE E MEIO AMBIENTE: CUIDANDO DA VIDA E DA NATUREZA 2721
Alunos da 8ª fase de Direito 2721
André Trevisan 2721
Thiara Zen 2721
A CIDADANIA ESCOLAR COMO FORMA DE MUDAR SEU FUTURO 2726
Lucas Kawan Abrão de Lima 2726

Alfredo Alejandro Calvo Moreno....2726
Álvaro André Freitas de Oliveira....2726
Jacson Beck de Proença....2726
Brenda Thamires de Souza....2726
Jociane Machiavelli....2726
A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA COMO FORMA DE REDUZIR A EVASÃO ESCOLAR....2732
Amanda Gabrieli de Souza Rodrigues....2732
Diogo Arthur Bitencourt....2732
Jeniffer de Lima Carneiro....2732
Ricardo Granemann Martins....2732
O ESTATUTO DO IDOSO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO: ENTRE A GARANTIA LEGAL E A PRÁTICA SOCIAL....2736
João Victor do Nascimento Cardoso....2736
Lucas Rocha....2736
Gabriel Rocha Cofferri....2736
Victor Emanuel Ayres de Souza....2736
Benik Alexandre da Silva....2736
Gustavo Carvalho da Silva....2736
Thiara Zen....2736
DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA....2741
Acadêmicos....2741
Fortalecimento do Ambiente Familiar....2746
Anderson Ribeiro....2746
David Andrey Ribeiro Bischoff....2746
Denival Rodrigues de souza neto....2746
Eloise Naiadi Marques de oliveira....2746
Graziela Fernanda da Luz....2746
Paulo Cristiano Pereira....2746
Caroline de Neris Bridi....2746
Resolução extrajudicial de conflitos em licitações e contratos públicos à luz da Lei N° 14.133/2021....2750
Amanda Aparecida Recalcatti....2750
Maria Eduarda Padilha Pinheiro....2750
Maria Fernanda Kauling....2750
Entre o consenso e a proteção: a mediação judicial em conflitos familiares marcados pela violência de gênero....2756
Principais obstáculos jurídicos para a efetivação da reforma agrária no brasil à luz da Constituição Federal de 1988....2762

Arthur Corrêa da Silva 2762
Carlos Henrique Pagno 2762
Izabella Granemann Petri 2762
João Vittor Antunes 2762
Maria Fernanda Kaulling 2762
Direitos Humanos da Comunidade - Inclusão Social e Cidadania 2768
Sofia Kruguer Possenti 2768
Maythê Calisto de Oliveira 2768
Maria Fernanda Kauling 2768
DOSIMETRIA DA PENA: A DIVERGÊNCIA DA IMPOSSIBILIDADE DA PENA BASE ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL E A CONFISSÃO DO RÉU 2774
Ana Lívia Barzotto 2774
Ricardo Emílio Zart 2774
CASSINOS ONLINE E AS LACUNAS REGULATÓRIAS: IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS 2780
Emanuelle Formento de Matos 2780
Ricardo Emilio Zart 2780
O IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NA REDUÇÃO DE PRISÕES ARBITRARIAS E NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO 2786
Gabriel Todeschini 2786
Ricardo Emilio Zart 2786
ANÁLISE DOS FATORES QUE MOTIVAM A SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS 2792
Bianca Maria dos Santos Farias 2792
Ricardo Emilio Zart 2792
PRIVATIZAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS NO BRASIL: UMA SOLUÇÃO PARA A CRISE CARCERÁRIA 2796
Kamile Benedetti Tonin 2796
Ricardo Emílio Zart 2796
REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS DE HERANÇA POR INTERMÉDIO DA USUCAPIÃO: UMA ANÁLISE LEGAL E JURISPRUDENCIAL 2800
Álvaro André Freitas de Oliveira 2800
Jociane Machiavelli 2800
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE FILIAÇÃO BIOLÓGICA E ADOTIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DO REINGRESSO EM ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS 2806
Julia Alessandra Ribeiro 2806
Jociane Machiavelli 2806
OS PSICOPATAS E A CORRETA DESTINAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA IMPOSTA: UMA ANÁLISE ACERCA DA DETERMINAÇÃO DA EXTINÇÃO DOS MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS 2812

Kemilly Isabel Vieira Santos 2812
Jociane Machiavelli 2812
O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PRECARIEDADE DAS ESTRUTURAS ESCOLARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE NO BRASIL - UMA VISÃO ATRAVÉS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR 2818
Ivair José Chelest 2818
Jociane Machiavelli 2818
ENTRE A LEI E A REALIDADE: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ACESSO AO ABORTO LEGALIZADO NO BRASIL 2824
Bruna Spanholo Rosseto 2824
Cássio Andrei Vargas Furlan 2824
DO IDEAL DE PROTEÇÃO SOCIAL AO PRAGMATISMO FISCAL: A INCONSTITUCIONALIDADE DO NOVO CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE 2830
Pedro André Dolberth Dacól 2830
Cássio Andrei Vargas Furlan 2830
MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA ALTERNATIVA EM MEIO A OPÇÕES ESCASSAS 2836
Eduarda Elise Machado da Silva 2836
Cassio Furlan, ... 2836
COTAS RACIAIS SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 2842
Andrieli de Medeiros Soares 2842
Cássio Andrei Furlan 2842
ANÁLISE DAS CONDICIONANTES PARA A REGULAMENTAÇÃO DAS BIG TECHS NO BRASIL 2847
Luisa Maria Sgarbi 2847
Heitor Antônio Cofferri 2847
PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO LUXTURNA® 2853
Wesley Ceron Bairro 2853
Cassio Andrei Vargas Furlan 2853
A REPRODUÇÃO ASSISTIDA E SUCESSÃO POST MORTEM: ANÁLISE DA PL N.4/2025 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL 2858
Natalia Moreira Ribeiro 2858
Thiara Zen 2858
Medidas de Combate ao Tráfico Humano no Direito Internacional e no Brasil. Uma Análise Jurídica à Luz dos Direitos Humanos 2863
Kelly dos Santos Miranda 2863
Maria Fernanda Kauling 2863
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL PARA PREVENÇÃO DE GOLPES BANCÁRIOS NA INTERNET: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO AOS CLIENTES BANCÁRIOS 2868
Leonardo Ribeiro 2868

Jociane Machiavelli 2868
O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PRECARIEDADE DAS ESTRUTURAS ESCOLARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE NO BRASIL - UMA VISÃO ATRAVÉS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR 2873
Ivair José Chelest 2873
Jociane Machiavelli 2873
A NACIONALIDADE DA CRIANÇA ADOTADA DE FORMA INTERNACIONAL 2879
Paula Clarissa Fagundes dos Santos 2879
Jociane Machiavelli 2879
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DISCUSSÕES ACERCA DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL 2885
Marcelo Fernando Schneider 2885
Cássio Andrei Vargas Furlan 2885
A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA SOB A ÓTICA DO DIREITO: DESAFIOS JURÍDICOS E CLIMÁTICOS 2891
Yohanna Feernandes Pereira 2891
Cássio Furlan 2891
Luís Eduardo Tortato de Souza 2895
Cassio Andrei Vargas Furlan 2895
DIABETES MELLITUS TIPO 1: UMA ANÁLISE JURÍDICA ABRANGENTE NO ÂMBITO DO DIREITO SANITÁRIO 2899
Talissa Bento Jaremtchuk 2899
Caroline Neris Bridi 2899
URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL: UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE O RACISMO AMBIENTAL NAS MARGENS DAS CIDADES 2904
Luana Aparecida dos 2904
Caroline Neris Bridi 2904
Responsabilidade Civil Por Danos Causados Por Atos De Cibercrime: Proteção de Dados e Informações 2910
Gabriela Baseggio Borges da Silva 2910
Caroline Neris Bridi 2910
O IMPACTO DAS SANÇÕES NA PREVENÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS NA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, ANÁLISE COMPARATIVA DOS ANOS DE 2023 E 2024 2916
Rafaela Carneiro Scopel 2916
Caroline Neris Bridi 2916
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE POR VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: LIMITES ÉTICO-JURÍDICOS DA ATUAÇÃO MÉDICA 2921
Eveline Fernando 2921
Caroline Neris Bridi 2921

A LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS EM ATUAR COMO FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA 2927
Gustavo Pedrotti Boscari 2927
Caroline Neris Bridi 2927
ALIENAÇÃO PARENTAL E A RELAÇÃO ENTRE DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO PENAL: UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIMINALIZAÇÃO 2932
Diego Teles 2932
Caroline Neris Bridi 2932
A POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI, EM 1º GRAU, FRENTE À POSIÇÃO DOMINANTE DO STF: UMA ANÁLISE ENTRE O CONFLITO DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA 2938
Julia Paola de Moraes Andersen 2938
Layane Camilly dos Santos 2938
Raul Willrich de Souza 2938
Ricardo Emílio Zart 2938
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: ANÁLISE JURÍDICA E LIMITES CONSTITUCIONAIS 2944
Allan José Custódio Fantin 2944
Adriana Pereira Benjamini 2944
MEDICINA 2949
SAÚDE E MOVIMENTO: ATIVIDADE FÍSICA COMO ESTARTÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL NO CONTEXTO PRISIONAL 2950
Amanda Miranda de Lourena 2950
Eduarda Freitas 2950
Gabriela Peretti 2950
Vilmair Zancanaro 2950
Câncer de pele, doença silenciosa e com alta prevalência na região Sul Extensão Universitária 2955
Ana Caroline Broll Zotti 2955
Eduarda Pauli 2955
Talissa Nicoli Hammerschmitt 2955
Rosemari Oliveira, ... 2955
Paula Brustolin Xavier, ... 2955
Educação em saúde com uso de pictogramas: promovendo adesão terapêutica entre idosos no município de Caçador (SC) 2961
Bernardo Sant`Ana Hass 2961
Bruno Woehl Olekszyszen 2961
Carlos Eduardo Figueiredo 2961
Caroline Marcondes Guimarães 2961

Gabriela Susin 2961
Laura Pacheco de Mello Gonçalves Horta 2961
CUIDANDO DE PATAS: SAÚDE ÚNICA NA PREVENÇÃO DE ZOONOSES E MAUS-TRATOS 2967
Marielly Leticia Dos Santos 2967
Rafaela Pohl de Almeida 2967
Juliana Neris Kwecko 2967
Vanessa Domingues 2967
Ana Paula Gonçalves Pincolini 2967
HOSPITAL DO URSINHO 2972
Marielly Leticia Dos Santos 2972
Aline Correia Zablonsky 2972
Aisha Zanella 2972
Naiana Marques Dos Santos 2972
Vanessa Domingues 2972
Ana Paula Gonçalves Pincolini 2972
ATENDIMENTO HUMANIZADO ATRAVÉS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES 2977
Luiza Machry 2977
Eliane Rezende Adami 2977
Carmen Schafauser 2977
Solange De Bortoli Beal 2977
RELAÇÃO ENTRE FATORES BIOPSICOSSOCIAIS E A DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ORIENTAÇÕES PARA ESTUDANTES 2983
Eloisa Marin Wilmsen 2983
Alan Christhian Bahr 2983
Iderson Agostini 2983
FITOTERAPIA E SAÚDE MENTAL: COMO O CULTIVO E O MANEJO DE PLANTAS MEDICINAIS PODE AUXILIAR A CONTINUÍDADE DO TRATAENTO E REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO CAPS AD 2988
Eduarda Zemf 2988
Bruna Pereira Dolberth Caramori 2988
SAÚDE NO TRABALHO: RASTREAMENTO E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM EMPRESAS DE CAÇADOR-SC 2993
Maria Júlia Hillesheim 2993
Bruna Pereira Dolberth Caramori 2993
PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO A MATERIAL BIOLÓGICO NO CENTRO-CIRÚRGICO 2997
Blenda Sorgato Martins 2997
Anna Clara Cachoeira 2997
Alesandra Perazzoli de Souza, ... 2997

SAÚDE SEM BARREIRAS: PROMOVENDO O BEM-ESTAR DE IMIGRANTES NA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA 3002
Marielly Leticia Dos Santos 3002
Ana Paula Goncalves Pinculini 3002
Sandra Urbano Dos Santos 3002
NEUROPLASTICIDADE E A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN 3006
Bianca Giachin 3006
Sandra Urbano dos Santos 3006
Arterite de Takayasu: Um estudo de caso 3010
Gabriela Colla Romero de Souza 3010
Héric França 3010
Clayton Luiz Zanella 3010
ANTES DO TEMPO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PUBERDADE PRECOCE 3016
Bruno Parisotto 3016
Nicole Cadore 3016
Juliângela Ribeiro dos Santos 3016
Fábio Herget Pitanga, ... 3016
DESAFIOS NO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME WHITE-SUTTON: UM RELATO DE CASO CLÍNICO 3022
Bianca Stumpf Vechani 3022
Marielly Leticia Dos Santos 3022
Ana Paula Gonçalves Pinculini 3022
Fábio Hergert Pitanga, ... 3022
GENES E GERAÇÕES: UM RELATO DE CASO SOBRE A COMPLEXIDADE DIAGNÓSTICA DA SÍNDROME DE VON HIPPEL-LINDAU 3027
Gabrielli Welter Soares Mesquita 3027
Laura Cristina Lazzari 3027
Cristine Vanz Borges 3027
Fábio Herget Pitanga, ... 3027
O IMPACTO DA POLIFARMÁCIA NO ENVELHECIMENTO: DESAFIOS PARA A SEGURANÇA DA PESSOA IDOSA 3033
Amanda Cordeiro dos Santos 3033
Isabelle Nunes Hachmann 3033
Maria Eduarda Borges 3033
Maria Eduarda Leite Spindola Leão 3033
Maria Luiza Cantú 3033
Clayton Luiz Zanella 3033
IMPACTO DO TABAGISMO NA INTENSIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE GERIÁTRICA 3039

Eduarda Faccin 3039
Maria Clara Nogueira 3039
Francisco Eduardo Bortoloti 3039
Fernanda Ransan Pazzini 3039
Clayton Luiz Zanella 3039
ESCLEROSE MÚLTIPLA E ENVELHECIMENTO: DO IMUNOSSENESCIMENTO ÀS DECISÕES TERAPÊUTICAS E FUNCIONAIS EM ADULTOS ≥55 ANOS 3045
Augusto Miguel de Araujo Lemes 3045
Eduarda Faccin 3045
Fernanda Ransan Pazzini 3045
Nicole da Silva Goumbieski 3045
Clayton Luiz Zanella 3045
DOENÇA DE PARKINSON NA PESSOA IDOSA: DESAFIOS TERAPÊUTICOS E IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA 3051
Letícia Granemann Gemo 3051
Manuella Caetano Romanovisk 3051
Angela Maria Gheller 3051
Clayton Luiz Zanella 3051
ENTRE A DEPENDÊNCIA E O CONFINAMENTO: A RELAÇÃO ENTRE O USO DE DROGAS E AS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS 3056
Thailiny Martins de Oliveira 3056
Eduarda Alice Mella 3056
Gustavo Henrique Crestani 3056
Maria Eduarda Formaggi 3056
Clayton Luiz Zanella 3056
ABORDAGENS PREVENTIVAS E DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MULHERES COM SOBREPESO NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO 3061
Anna Clara Cachoeira 3061
Blenda Sorgato Martins 3061
Airton Júnior Silveira 3061
Ana Paula Gonçalves Pinculini 3061
PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA 3067
BARREIRAS E DESAFIOS NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A ADULTOS E CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA 3072
Nathann Alcindo Roque 3072
Leonardo Hideki Morita 3072
ENVELHECIMENTO: SEXUALIDADE E SAÚDE 3077

Ana Julia Longo Scalabrin 3077
Bianca Isganzella Conte 3077
Maria Alice Soares Regalin 3077
Maria Leticia Rodrigues França 3077
Marilia Alves Aguiar 3077
Clayton Luiz Zanella 3077
HIPERTENSÃO NA TERCEIRA IDADE: IMPACTO NO ENVELHECIMENTO E PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES 3083
Débora Elíbio de Oliveira 3083
Francisco Assis dos Anjos Neto 3083
Julia Panassolo Baldissera 3083
Clayton Luiz Zanella 3083
O ENVELHECIMENTO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO MÉDICA COM PESSOAS IDOSAS 3089
Diorges Muniz Rabello 3089
Fabian Franz Todescato 3089
Juliano Nascimento dos Passos 3089
Matheus Zanatta 3089
Rodrigo Sartor Debastiani 3089
Clayton Luiz Zanella 3089
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA MEDICINA NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA 3094
Aghata Bortoletti dos Santos 3094
Lara Gabriela Schulze Santos Bacci 3094
Maria Luisa Bonessi de Macedo 3094
Clayton Luiz Zanella 3094
PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA 3100
Evelyn Denise Vortmann 3100
Isabela Lys Santos Nunes 3100
Thaina da Rosa Lorenzetti 3100
Rosemari Oliveira 3100
BDNF, LACTATO E EPIGENÉTICA: MECANISMOS MOLECULARES DA NEUROPLASTICIDADE INDUZIDA PELO EXERCÍCIO 3106
Amanda Cames Teixeira 3106
Jamile Mayse Ribeiro 3106
Júlia Fernandes 3106
Nathalia Correa Amaral 3106

Josiéli Varela 3106
Solange de Bortoli Beal 3106
TABAGISMO ELETRÔNICO E ADOLESCÊNCIA: UM NOVO DESAFIO À SAÚDE PÚBLICA 3112
Anna Clara Cachoeira 3112
Blenda Sorgato Martins 3112
Eduarda Endler Klauck 3112
Eduarda Fritzen Bugnotto 3112
Shaiane Biazi do Prado 3112
Solange de Bortoli Beal 3112
ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM PESSOAS IDOSAS 3118
Amanda Gonçalves Nordio 3118
Camila Ortiz 3118
Eduarda Dal Mas Schlemper 3118
Isadora Trindade Dambros 3118
Talia Tomazeli 3118
Clayton Zanella 3118
Transtornos Alimentares: Perspectivas Clínicas e Interdisciplinares na Bulimia e Anorexia Nervosa 3123
Fabiana Spautz Dallagnol 3123
Leticia Cândido Duarte 3123
Maria Victória Munaretto Pagnussatt 3123
Victória Pereira Casagrande 3123
Clayton Zanella 3123
Variações Neuroanatômicas e Neurofuncionais no Transtorno Bipolar 3129
Alana Gevieski 3129
Joana Barcaro Weiss 3129
Lívia Kobarg Cercal Akerman 3129
Maria Antônia Dal Molin Werlang 3129
Clayton Zanella 3129
SEXUALIDADE E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE FATORES BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS 3135
Enzo Rafael Ransan Caldart 3135
Fernanda Ransan Pazzini 3135
Cristine Vanz Borges, ... 3135
OS IMPACTOS DO USO DE MEDICAMENTOS PSICOESTIMULANTES SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 3140
Alana Maciel 3140

Laura Salvador 3140
Maria Eduarda 3140
Rafaella Rizzo Silveira 3140
Rayssa Monique Moreira 3140
Cristine Vanz Borges, ... 3140
USO ABUSIVO DE LISDEXANFETAMINA E METILFENIDATO ENTRE UNIVERSITÁRIOS: PREVALÊNCIA, MOTIVAÇÕES E RISCOS À SAÚDE 3146
Maria Eduarda de Oliveira Knoblauch 3146
Ian Mickie Correa Mendes 3146
Júlia Isabella Soligo 3146
Cristine Vanz Borges 3146
RELAÇÃO ENTRE O CICLO CIRCADIANO E OS EPISÓDIOS DE HUMOR NO TRANSTORNO BIPOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 3151
Caroline Marcondes Guimarães 3151
Gabriela Susin 3151
Gustavo Colombo Dal Pont 3151
Cristine Vanz Borges 3151
ARAÇÁ-AMARELO (Psidium cattleianum): UMA REVISÃO SOBRE O PERFIL FITOQUÍMICO E ATIVIDADES BIOLÓGICAS 3156
Douglas Tabaczinski dos Santos 3156
Ariane Fortes Alfredo dos Santos 3156
João Paulo Assolini,, ... 3156
Transtorno de Personalidade Borderline: Diagnóstico Diferencial, Evolução e Tratamento 3162
Emmilly Gnoatto 3162
Glenda Emannuelle 3162
Gustavo de Rocco 3162
Izadora Rigo da Silva 3162
Sérgio de Oliveira 3162
Clayton Zanella 3162
Farmacoterapia da Ansiedade em Pessoas Privadas de Liberdade: Uma Revisão Sistemática 3167
Caroline Gabriel 3167
Larissa Dias Oliveira 3167
Leonardo Rafael Moslinger 3167
Renata Zuffo Bao 3167
Clayton Zanella 3167
Eficácia da melatonina e agonistas de receptores melatoninérgicos no tratamento da insônia 3173
Tales Pasqualotto 3173

Ricardo de Ávila Golzer 3173
Arthur Gabriel Arruda de Souza 3173
Cauã de Souza dos Santos 3173
Clayton Luiz Zanella 3173
Disfunções Sexuais: Uma Abordagem Médica Centrada na Pessoa 3178
Felipe dos Santos Ribeiro 3178
Guilherme Ceolin Gewehr 3178
Henrique Santi Bertotto 3178
Jorjeberto Martins de Oliveira Esmeraldo 3178
Clayton Zanella 3178
MULTIDISCIPLINAR 3183
APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM ONCOLOGIA: IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS E SUSTENTABILIDADE 3184
Emanuel Tonis Florz 3184
Juliana Aparecida Kunierski Florz 3184
Angela Maria Gheller 3184
Francisco Eduardo Bortoloti 3184
Letícia Granemann Gemo 3184
Eliana Rezende Adami 3184
CIÊNCIAS HUMANAS 3190
ESTRATÉGIAS DE TREINAMENTO EM VOLEIBOL DE PRAIA: UMA COMPARAÇÃO COM O VOLEIBOL INDOOR 3191
Marcelo Pedrotti 3191
Diego André Bridi 3191
Mauro Rogério dos Reis 3191
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 3197
Utilização do Marketing Digital em Pequenos Negócios no município de Caçador-SC 3198
Ana Beatriz Gonçalves Fernandes 3198
Maria Eduarda dos Santos de Brito 3198
Eliezer Vargas Medeiros 3198
Aline Ceccatto 3198
OS 12 SENTIDOS E O ENVELHECIMENTO: Uma Revisão Sistemática sobre o Impacto no Bem-Estar e na Qualidade de Vida – Pesquisador I 3201
Andrieli Perego 3201
Ana Lúcia Córdova Wandscheer 3201
OS 12 SENTIDOS E O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O IMPACTO NO BEM-ESTAR E NA QUALIDADE DE VIDA – PESQUISADOR II 3206
Mileny Schmidt 3206

Ana Lúcia Cordova Wandscheer....3206
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM CAÇADOR/SC: ANÁLISE DAS OBRAS DO CONJUNTO FERROVIÁRIO E SUA RELEVÂNCIA HISTÓRICO-CULTURAL....3210
Anderson Sell....3210
José Antônio de Albuquerque Neto....3210
MOBILIDADE URBANA E CIDADES INTELIGENTES: APLICABILIDADE EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE Categoria: Iniciação Científica....3215
Anna Eduarda Zanchi Peretto....3215
Thays Voltolini....3215
Cláudia Maté....3215
ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO: AS ESCADARIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC....3221
Eliandra Mozara Menez....3221
José Antônio de Albuquerque Neto....3221
ESCADARIAS URBANAS II: POESIA E MEMÓRIA ESPALHADAS PELA CIDADE DE CAÇADOR/SC....3227
Letícia de Moraes Tonieto....3227
José Antônio de Albuquerque Neto....3227
O IMPACTO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O CASO DA VILA SALETE EM CAÇADOR/SC....3233
Ranses Rodriguez Rios....3233
Jose Antônio de Albuquerque Neto....3233
LEVANTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE....3238
Daniela correia Gonçalves....3238
Thiago Augusto Duarte,....3238
Leandro Hupalo....3238
Cristine Vanz Borges,....3238
EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NOS MUNICÍPIOS DA AMARP: uma análise de 2015 a 2023....3244
Suiane Antunes Geraldo....3244
Simone Gonçalves....3244
Letícia Heloise dos Santos Barbosa....3244
Thiago Augusto Duarte,....3244
Leandro Hupalo....3244
Cristine Vanz Borges,....3244
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA....3250
IMPACTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NA EFICÁCIA DA PULVERIZAÇÃO DE FUNGICIDAS....3251
Jennifer de Oliveira Paza....3251
Karol Cavalheiro Rosa....3251
Mariana Rosa Wappler....3251

Alana Karine Baldicera....3251
Claudio Ogoshi....3251
EFICIÊNCIA DE FUNGICIDAS NO MANEJO DA MANCHA FOLIAR DE GLOMERELLA EM MACIEIRA....3257
Daiane Aparecida Susin....3257
Mariana Rosa Wappler....3257
Cláudio Ogoshi....3257
POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE CULTIVARES DE SOJA EM DIFERENTES DENSIDADES DE SEMEADURA....3262
Angelo Francisco Gatti....3262
Aliandra Ryanne Ribeiro da Silva de Moraes....3262
Flávia Werner....3262
CAÇADOR/SC EM ALERTA: DESAFIOS DA DEFESA CIVIL FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS....3269
Luís Carlos Martins de França Junior....3269
José Antônio de Albuquerque Neto....3269
AVALIAÇÃO DE ARGAMASSA GEOPOLIMÉRICA COM INCLUSÃO DE RESÍDUO MELAMÍNICO PROVENIENTE DA INDÚSTRIA MADEIREIRA....3274
Maria Eduarda Boff Neis....3274
Letícia Maria Scolaro....3274
Marilena Valadares Folgueras....3274
CIÊNCIAS DA SAÚDE....3280
AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE QUEIJOS FRESCOS E RICOTAS COMERCIALIZADOS: PESQUISA DE COLIFORMES E Salmonella sp....3281
Ana Letícia Varotto....3281
Andressa Ana Ansiliero....3281
Alfazema (Lavandula angustifolia) no Manejo da Cólica Infantil: Uma Revisão Sistemática das Propriedades Farmacológicas....3286
Josiane Caroline Rodrigues....3286
Alana Karine Baldicera....3286
DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO PARA ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOMOTORA EM BEBÊS DE 6 A 7 MESES: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COM BASE NO DESIGN THINKING....3291
Vitória Maria Bergonsi....3291
Micheli Martinello,....3291
PREVALÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DE ISOLAMENTO DO Mycobacterium bovis EM AMOSTRAS COLETADAS DE ESTABELECIMENTOS DE ABATE EM SANTA CATARINA....3297
Isabelli Albiero....3297
Julia Maria Barichello....3297
André Trevisan....3297
Katiane Schmitt,....3297

Felipe Volpato 3297
OCORRÊNCIA DE BRUCELOSE BOVINA NOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SC: ESTUDO RETROSPECTIVO 2020 A 2024 3303
Alessandra Conte 3303
Thaís Bof Henkel 3303
André Trevisan 3303
Katiane Schmitt, ... 3303
Felipe Volpato 3303
CISTICERCOSE BOVINA INTENSA EM NOVILHO PRECOCE SOB INSPEÇÃO ESTADUAL: RELATO DE CASO EM SANTA CATARINA 3308
Emelly Looysleinne de Campos Cordeiro 3308
Felipe Volpato 3308
Katiane Schmitt, ... 3308
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3308
Detecção de Clostridium perfringens na alimentação bovina e práticas de manejo para controle 3314
Isabelli Albiero 3314
Julia Maria Barichello 3314
Katiane Schmitt, ... 3314
OCORRÊNCIA DE TUBERCULOSE BOVINA NOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SC: ESTUDO RETROSPECTIVO 2020 A 2024 3320
Érica Maria Raldi 3320
Daniel Zamboni 3320
Felipe Volpato 3320
Katiane Schmitt, ... 3320
MASTITE BOVINA NO MEIO OESTE CATARINENSE: PERFIL MICROBIOLÓGICO E DESAFIOS PARA A QUALIDADE DO LEITE 3326
Camila da Rocha Dias 3326
Jennifer Figueroa Duarte 3326
Hamilton Alves Goes 3326
Natalli Amélia do Amaral 3326
Jessica Santana dos Reis 3326
ANÁLISE DE INDICADORES DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: EXPECTATIVA DE VIDA, DOENÇAS CRÔNICAS E DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE 3331
Daiane Silva Ferreira 3331
Gustavo Ramos Alves da Silva 3331
Isadora Francione de Barros 3331
Valdinei de Lima Leite 3331
Ivanete Schneider Hahn 3331

AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL E NUTRICIONAL DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS NO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA....3337
Maria Clara Zolondek de Morais....3337
Maria Fernanda Bortolini....3337
Gerson Leonardo Piaia....3337
Débora Fernandes Pinheiro....3337
AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL E NUTRICIONAL DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS NO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA....3346
Maria Clara Zolondek de Morais....3346
Maria Fernanda Bortolini....3346
Gerson Leonardo Piaia....3346
Débora Fernandes Pinheiro....3346
CUIDADOS PALIATIVOS E RENOVAÇÃO DE AUTOESTIMA DE PACIENTES ONCOLÓGICOS COM SERVIÇOS DE EMBELEZAMENTO....3355
Renata Serighelli....3355
Sally Douglas Narloch....3355
Márcia Cristiane Fantinel....3355
AUTOESTIMA E PERCEPÇÃO DE IMAGEM CORPORAL ENTRE PARTICIPANTES DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS....3361
Isabely Dobner Lanferdini,....3361
Emanuel Tonis Florz....3361
Solange De Bortoli Beal....3361
Eliana Rezende Adami....3361
Juliana Aparecida Kunierski Florz....3361
DIREITO....3366
Desafios e Perspectivas nas Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha: Uma Análise Crítica....3367
Rafael Cachoeira....3367
Caroline Neris Bridi....3367
O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS....3370
Lucas Patrick de Souza Peppes....3370
Thiara Zen....3370
RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS JURÍDICOS E ÉTICOS NA ERA DIGITAL....3375
Karoline Carlin do Prado de Almeida....3375
Thiara Zen....3375
O DIREITO DAS MULHERES EM ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC....3382

Thaynara Ribeiro de Mattos 3382
Thiara Zen 3382
A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS E SUAS IMPLICAÇOES JURÍDICAS 3388
Lilian Dulce Abrange Constantino 3388
Thiara Zen 3388
A MOROSIDADE NO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS 3394
Luzitânia Dall'Agnol 3394
Thiara Zen 3394
MEDICINA 3399
PREVALÊNCIA DA INTOLERÂNCIA A LACTOSE ENTRE UNIVERSITÁRIOS DAS ÁREAS DA SAÚDE DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL 3400
Suellen Balbinoti Fuzinatto 3400
Vilmair Zancanaro 3400
Iderson Dayan Brazil Agostini 3400
ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ESTUDO DESCRITIVO 3406
Ingrid Koerich Araújo 3406
Paula Brustolin Xavier, ... 3406
ANÁLISE TEMPORAL DA INCIDÊNCIA DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2014 – 2024 3411
Ana Luiza Araujo Lourini 3411
Ana Paula Gonçalves Pincolini 3411
Lorete Aparecida Braun 3411
DESAFIOS NA FORMAÇÃO MÉDICA PARA O USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS: LACUNAS CONCEITUAIS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS 3417
Alessandra Naomi da Lus Hreçay 3417
Luiz Gustavo da Lus Hreçay 3417
Lucas Sena dos Santos Borges 3417
Paula Brustolin Xavier, ... 3417
ESPIRITUALIDADE COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO NARRATIVA 3423
Evelyn Denise Vortmann 3423
Otávio Xavier Fusatto 3423
Gustavo Colombo Dal-Pont,, ... 3423
PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA 3429
Eduarda Zotti 3429

Lais Soares da Silva....3429
Maria Eduarda Correa da Silva....3429
Laura Pacheco de Mello Gonçalves Horta....3429
PREVALÊNCIA DO USO DE ESTEROIDES ANABOLIZANTES EM PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DE CAÇADOR....3435
Eduardo Rosseto dos Santos....3435
Alan Christian Bahr....3435
Agonistas GLP-1 como a Nova Fronteira no Tratamento dos Transtornos por Uso de Substâncias....3441
Larissa Dias Oliveira....3441
Caroline Gabriel....3441
Gustavo Colombo Dal-Pont,,....3441
POTENCIAL ANTIOXIDANTE DE MÉIS NATIVOS CATARINENSES E SUA RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE....3447
Letícia Scarlet Trzymajewski....3447
Jamile Mayse Ribeiro....3447
Júlia Fernades....3447
Jéssica Dalla Costa....3447
Elizama de Gregório....3447
Cristine Vanz Borges,....3447
PERFIL FENÓLICO E BENEFÍCIOS À SAÚDE DE MÉIS DE ABELHAS NATIVAS CATARINENSES....3452
Júlia Fernades....3452
Letícia Scarlet Trzymajewski....3452
Jamile Mayse Ribeiro....3452
Jéssica Dalla Costa....3452
Elizama de Gregório....3452
Cristine Vanz Borges,....3452
ANÁLISE CROMATOGRÁFICA POR HPLC PARA IDENTIFICAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS EM ZINGIBER OFFICINALE ROSCOE....3457
Marco Antonio Cancela....3457
Letícia Alvarenga de França....3457
Líncon Bordignon Somensi....3457
Elizama de Gregorio....3457
HIPERTENSÃO E OBESIDADE EM PACIENTES COM DIABETES GESTACIONAL: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÕES E ASPECTOS CLÍNICOS....3463
Gabriela Pohlenz Mildenberger Bello....3463
Fábio Herget Pitanga,....3463
PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO FEMININO NO CLIMATÉRIO: RELATO DE AÇÃO EDUCATIVA....3468
Ana Flávia de Mello Fiamoncini....3468

Eduarda Cristina Bianchin Menegat 3468
Luísa Bonetto de Mello 3468
Maria Eduarda Castilho Lopes 3468
Micheli Martinello, ... 3468
DISTRIBUIÇÃODOS ÓBITOS POR CÂNCERR DE PULMÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE TEMPORAL ENTRE 2022 E 2024 3473
Luís Felipe Santolin 3473
Ana Paula Gonçalves Pincolini 3473
Lorete Aparecida Braun 3473
MULTIDISCIPLINAR 3478
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DAS MULHERES NO AGRONEGÓCIO E NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: AVANÇOS, DESAFIOS E LACUNAS 3479
Adriana Crestani 3479
Marcia Cristiane Fantinel 3479
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3479
Ivanete Schneider Hahn 3479
POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DO TRABALHADOR NO SUS: VIGILÂNCIA, ÉTICA E JUSTIÇA SOCIAL 3484
Emanuel Tonis Florz, ... 3484
Juliana Aparecida Kunierski Florz,, ... 3484
Solange De Bortoli Beal,, ... 3484
Dayane Carla Borille,, ... 3484
Bianca Rodrigues Adami, ... 3484
Eliana Rezende Adami,, ... 3484
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, MODERNIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE 3490
Ederson André Faoro 3490
Fernando Straparava Raia 3490
Cristine Vanz Borges 3490
Ivanete Schneider Hahn 3490
PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA EPAGRI: INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA 3495
Andressa Ana Ansiliero 3495
Caroline de Fátima Esperança 3495
Cristine Vanz Borges 3495
Cristiane Maria Tonetto Godoy, ... 3495
Rosana Claudio Ogoshi, ... 3495
Claudriana Locatelli 3495

AGROTECHS NA TRANSFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO: CRESCIMENTO, SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DA INOVAÇÃO NO CAMPO 3501
Talles Carvalho Elizei 3501
Thaís Mathias 3501
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3501
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3501
Cristine Vanz Borges 3501
Ivanete Schneider Hahn 3501
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UM OLHAR PARA O BRASIL 3506
Caroline de Fátima Esperança 3506
Andressa Ana Ansiliero 3506
Cristine Vanz Borges 3506
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3506
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3506
ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA RESISTÊNCIA À INOVAÇAO NA AGRICULTURA FAMILIAR 3513
DANOS CAUSADOS POR MACACO-PREGO (SAPAJUS NIGRITUS) EM PINUS SPP. E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO: UMA REVISÃO DA LITERATURA 3518
Guilherme Fortkamp 3518
Ireus Carlos de Souza Junior 3518
Sidnei Roberto Duarte 3518
Ivanete Schneider Hahn, ... 3518
Eluize Vayne Maziero, ... 3518
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, MODERNIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE 3524
Ederson André Faoro 3524
Fernando Straparava Raia 3524
Cristine Vanz Borges 3524
Ivanete Schneider Hahn 3524
MASCULINIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO E NA NUTRIÇÃO 3529
Isadora Zeni 3529
Jéssica Dalla Costa 3529
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3529
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3529
Cristine Vanz Borges 3529
RELATO DE CASO: PROCESSOS, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL NA FISCHER FRUTAS – DA FRUTA AO SUCO EXPORTADO 3535
Letícia Andriguetti 3535

Sabrina Mendes Southier 3535
Eliana Rezende Adami 3535
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3535
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3535
Cristine Vanz Borges 3535
DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E AGROPECUÁRIOS 3541
Paulo Assis Crasnhak Filho 3541
Sabrina Mendes Southier 3541
Stela Marys Cofferri Sgarbi 3541
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3541
Cristine Vanz Borges 3541
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3541
DINÂMICAS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: GÊNERO, SUCESSÃO GERACIONAL, ÊXODO RURAL E SOBERANIA ALIMENTAR À LUZ DOS ODS 3546
Paulo Assis Crasnhak Filho 3546
Sabrina Mendes Southier 3546
Stela Marys Cofferri Sgarbi 3546
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3546
Cristine Vanz Borges 3546
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3546
EPAGRI COMO AGENTE ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL NO MEIO RURAL: EVIDÊNCIAS DE CAÇADOR-SC E LIÇÕES PARA OUTRAS REGIÕES 3552
Paulo Assis Crasnhak Filho 3552
Sabrina Mendes Southier 3552
Stela Marys Cofferri Sgarbi 3552
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3552
Cristine Vanz Borges 3552
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3552
RAÍZES DE RESISTÊNCIA: A LUTA PELA TERRA, A AGRICULTURA ORGÂNICA E A ESPERANÇA NO ASSENTAMENTO HERMÍNIO GONÇALVES DOS SANTOS 3556
Sabrina Mendes Southier 3556
Cristiane Maria Tonetto Godoy 3556
Rosana Claudio Silva Ogoshi 3556
Cristine Vanz Borges 3556
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS MADEIREIROS COMO FONTE DE NANOCELULOSE: PERSPECTIVAS PARA A BIOECONOMIA CATARINENSE 3561
Cristine Vanz Borges 3561

Thiago Augusto Duarte 3561
Jéssica Dalla Costa 3561
Sabrina Mendes Southier 3561
Marcelo Maraschin 3561
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍNDROME CORONARIANA AGUDA NO MEIO OESTE CATARINENSE E ALTO VALE DO RIO DO PEIXE 3566
Leonardo Bressan Anizelli 3566
Victoria Bettio Moreira 3566
Lincon Bordignon Somensi 3566
FOMENTO A AGTECHS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL SOB A PERSPECTIVA DA BIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR 3570
Thiago Augusto Duarte 3570
Celso Cardoso de Lima Júnior 3570
Jéssica Dalla Costa 3570
Sabrina Mendes Southier 3570
Eluize Vayne Maziero 3570
Cristine Vanz Borges 3570
COMPOSTOS BIOATIVOS EM MÉIS DE ABELHAS SEM FERRÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 3576
Jéssica Dalla Costa 3576
Thiago Augusto Duarte 3576
Cristine Vanz Borges 3576
SEDEPEX 2025 2º SEMESTRE - FRAIBURGO 3581
CIÊNCIAS HUMANAS 3581
MEU LUGAR NO MUNDO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS A IDENTIDADE E UM FUTURO MELHOR AO EDUCANDO 3582
Eliza Andréia Magagnin 3582
Lidiane Fatima Grutzmann 3582
Deize Maria Baretta 3582
RELATO DE ESTÁGIO NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL – 4º ANO A 3587
Angélica Elisa Ahrenfeld 3587
Lidiane Fatima Grützmann 3587
VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS ESTÁGIO ENSINO FUNDAMENTAL II 3591
Andriely Ferreira 3591
Lidiane Fatima Grutzmann 3591
IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER E ADQUIRIR A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DESDE CRIANÇA 3596
Brenda Fernandes Pedro 3596
Deize Maria Barreta 3596

Lidiane Fatima Grützmann 3596
A Interdisciplinaridade no Estágio Docente 3601
Kelly de Araujo Oliveira Teixeira 3601
Lidiane Fatima Grützmann 3601
APRENDENDO COM AS ÁRVORES: uma experiência interdisciplinar 3607
Eduarda Ribeiro Camargo 3607
Lidiane Fatima Grützmann 3607
Os dois lados da mesma lição 3610
Fernanda Thais Voltolinz 3610
Lidiane Fatima Grutzmann 3610
Aprendizagens e práticas pedagógicas no estágio supervisionado: o ensino lúdico no 1º ano do Ensino Fundamental 3614
Cleciane Alexandra Beher Trombetta 3614
Lidiane Fatima Grützmann 3614
A PRIMAVERA NA SALA DE AULA: uma proposta interdisciplinar de aprendizagem criativa 3617
Franciely Macedo 3617
Lidiane Fatima Grutzmann 3617
A Prática Pedagógica no Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental no Colégio Carlos Drummond de Andrade 3621
Karine Campagnaro 3621
Lidiane Fatima Grützmann 3621
O artesanato afro-brasileiro como ferramenta de inclusão e valorização cultural na escola 3625
Jeniffer Vitória Rosa 3625
Júlia Maria Vargas 3625
Simone Regina Barbosa Santana 3625
Mahinã Leston Araujo 3625
Brinquedoteca Itinerante: Espaço de Formação Docente e Práticas Lúdicas no Curso de Pedagogia da UNIARP - fraiburgo 3630
Karine Campagnaro 3630
Deize Maria Baretta 3630
Mahinã Leston Araujo 3630
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES 3634
Fernanda Lemos 3634
Deize Maria Baretta 3634
INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM 3640
Cilce Lariete M. Rodrigues 3640
Paulo Izael Cardoso 3640

CÉREBRO EM ALERTA: A NEUROCIÊNCIA E OS IMPACTOS FAMILIARES NA APRENDIZAGEM 3645
Júlia Maria Vargas 3645
Dianete Dal Pizzol Vieceli Leonhardt 3645
A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BRINCAR: UMA ABORDAGEM SUSTENTÁVEL TENDO COMO EIXO NORTEADOR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL 3651
Miana David Preto 3651
Eliane Scheffmacher 3651
Deize Maria Baretta 3651
AUMENTO DOS DIAGNÓSTICO DE (TEA)TRASTONO ESPECTRO AUTISTA: FATORES CLÍNICAS SOCIAL NOS ÙLTIMOS ANOS 3656
Eliane Aparecida de Oliveira Silva 3656
Sibele Godoy Caminski 3656
A SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS:UM OLHAR SOBRE A ANSIEDADE E ESTRESSE NA UNIVERSIDADE 3661
Bruna Eduarda dos Santos Thibes 3661
Dianete Dal Pizzol Vieceli Leonhardt 3661
A ERA DIGITAL E SEUS REFLEXOS PSICOLÓGICOS: IMPACTOS DO USO EXCESSIVO DE TELAS NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS 3667
Julia Eloise Monteiro dos Santos 3667
Mahinã Leston Araujo 3667
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA 3672
Claudia Weber da Silva 3672
Mahinã Leston Araujo 3672
CONVIVÊNCIA, INCLUSÃO E DESAFIOS: O TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR NAS RELAÇÕES ESCOLARES 3678
Daiane Aparecida Pereira 3678
Mahinã Leston Araujo 3678
AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO: A Base Emocional para a Aprendizagem Significativa no Ciclo de Alfabetização e seus Impactos na Vida adulta 3684
Andressa dos Santos Souza 3684
Mahinã Leston Araujo 3684
VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SÃO MIGUEL: O LÚDICO E A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3690
Marcia Juliana Bora 3690
Lidiane Fatima Grutzmann 3690
Deize Maria Baretta 3690
ESTILOS DE APRENDIZAGEM: DA IDENTIFICAÇÃO AO APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS DE MANEJO 3695

Gabrielle Aparecida de Souza Marcondes 3695
Julia Caciano Asink Krupsack 3695
Kamila Pellizzaro Debastiani 3695
ENTREVISTA COM PSICOLOGIO DA AMA – ÉTICA E ATUAÇÃO PROFISIONAL 3699
Fernanda vitória Zani 3699
Julia assunção 3699
Paulo Assis Crasnhak Filho 3699
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR: Contribuições para a Promoção de um Ambiente Inclusivo na Infância 3704
Felipe Ribeiro de Moraes 3704
Márcia Aparecida Tibes 3704
Victor Henrique Pontes Pereira 3704
Thaís de Oliveira 3704
O DESAFIO DO PSICÓLOGO NO INÍCIO DA CARREIRA PROFISSIONAL NO CONTEXTO HOSPITALAR 3709
Fabíola Cristina da Silva Rocha 3709
Vanessa Alves 3709
Vanessa Ferraz Marques 3709
Thaís de Oliveira 3709
DO DIPLOMA A PRÁTICA: TRANSIÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA ESCOLAR 3714
Danielly Vaz Frey 3714
Ivaneide Aparecida Brollo 3714
Terezinha Cristina Golin 3714
Thaís de Oliveira 3714
A relação entre a insegurança profissional e a saúde mental em psicológicos no início da carreira 3719
Everton Moraes Alves Batista 3719
Nando Souza Pereira 3719
Thaís de Oliveira 3719
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES 3724
Igor de Lara Oliveira 3724
Mariana Fatima da Silva 3724
Tamara Letícia Germano Ribeiro da Silva 3724
Thaís de Oliveira 3724
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E EFICÁCIA TERAPÊUTICA: Um Comparativo entre a Psicanálise e Terapia Cognitivo-Comportamental 3730
Gabriela Alves Ribeiro 3730
Joseane Karine Pereira 3730

Lucas Silva De Oliveira da Silva 3730
Naraiane Chaves Cordeiro 3730
Thaís de Oliveira 3730
DO ENSINO A EXECUÇÃO: Expectativas e Descompassos na Inserção de Jovens Profissionais 3735
Gabriella Matias 3735
Leila Guerra Filipini 3735
Luciana Lucas Gaio 3735
Thaís de Oliveira 3735
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO: Desafios Contemporâneos e Perspectivas de Atuação 3741
Jaqueline Aparecida Soligo 3741
Majuriê Mélani Meireles 3741
Silvana Gonçalves 3741
Thaís de Oliveira 3741
CONTRIBUIÇÕES DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA PARA A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO 3746
Fabiola Martins 3746
Izadora Aparecida Chaves de Souza 3746
Jennifer Kathleen de Oliveira da Veiga 3746
Thaís de Oliveira 3746
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR: DESAFIOS ÉTICOS, DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS E IMPLICAÇÕES NO CUIDADO EM SAÚDE 3751
Andrielly Mello da Silva 3751
Jean Morais 3751
Marielys Alejandra Uramiare Rivas 3751
Thaís de Oliveira 3751
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 3757
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA GRATUITA A UMA EMPRESA DO SEGMENTO COMERCIAL 3758
Elias da Silva Corrêa 3758
Fabiana Taís Voltolinz Dresch 3758
CONSULTORIA EM AÇÃO 3762
Isadora Zenere Marcon 3762
Fabiana Taís Voltolinz Dresch 3762
A POTENCIAL FUSÃO ENTRE AZUL E GOL: RISCOS CONCORRENCIAIS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO SETOR AÉREO BRASILEIRO 3767
Nathalia Malkovski Montanari 3767
Emerson Cardoso Marques 3767

A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E O AMBIENTE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA LC 214/2025 E DA EC 132/2023 3773
Elias da Silva Corrêa 3773
Leandro Hupalo 3773
CONSULTORIA EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE VAREJO 3779
Jonathan Buffon 3779
Ricardo Peretti 3779
ADOÇÃO DA MANUTENÇÃO PREDITIVA COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA NA INDÚSTRIA 4.0: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL NA REGIÃO MEIO-OESTE CATARINENSE 3783
José de Oliveira dos Santos Carlos Junior 3783
Fabiana Tais Voltolinz Dresch 3783
ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DA AMARP: TENDÊNCIAS E INDICADORES PÚBLICOS ENTRE 2023 E O 1º SEMESTRE DE 2025 3787
Gabriela Elisabeth Alves dos Santos 3787
Fabiana Tais Voltolinz Dresch 3787
ANÁLISE DO TEMPO DE SETUP NA IMPRESSÃO FLEXOGRÁFICA DE PAPELÃO ONDULADO: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA CATARINENSE 3791
Camily Fátima Mosena 3791
Fabiana Taís Voltolinz Dresch 3791
IMPACTOS DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL NA PRODUTIVIDADE, INOVAÇÃO, ÉTICA E BEM-ESTAR NAS EMPRESAS DE FRAIBURGO (SC): UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO MUNICIPAL 3796
Álvaro José Richter Rodrigues 3796
Fabiana Taís Voltolinz Dresch 3796
LIDERANÇA EM FOCO: PERCEPÇÕES DOS COLABORADORES EM UM SETOR DE EMPRESA DE GRANDE PORTE 3800
Bruno da Silva Liesch 3800
Ricardo Peretti 3800
A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NA SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS da área da saúde 3806
Camila Oliveira da Silva 3806
Rosângela Tortato Narloch 3806
A INEFICÁCIA DO PROCESSO SANCIONADOR AMBIENTAL: UM OBSTÁCULO À SUSTENTABILIDADE E À JUSTIÇA 3810
Juciele Marta Baldissarelli 3810
EVASÃO ESCOLAR E RESPONSABILIDADES JURÍDICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 3814
FRAIBURGO/SC E A CRISE CLIMÁTICA DESAFIOS JURÍDICOS E AÇÕES 3817

O ALICIAMENTO NA ERA DIGITAL: AS TÁTICAS E FERRAMENTAS DOS TRAFICANTES DE MULHERES NAS REDES SOCIAIS 3821
Ana Caroline Luchessi 3821
Jaqueline da Silva 3821
Yasmin Aparecida Silva Gomes 3821
Nathalia Cristina Pontes 3821
NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS E A APLICABILIDADE DA ODS 16: PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PAZ SOCIAL EM FRAIBURGO E MONTE CARLO 3826
Franciel Palhano Alves 3826
Guilherme Romualdo Garbin 3826
Jonathan Felipe Teixeira 3826
Ana Lilian Willwock Azevedo 3826
Nathalia Cristina Pontes 3826
O PAPEL DO FORNECEDOR NA REDUÇÃO DE RESÍDUOS E EMBALAGENS NO CONSUMO DOMÉSTICO 3830
Igor Fernando Seisl 3830
Janaína Galvão 3830
Jaqueline Varela 3830
Rafaela Pereira 3830
Nathalia Cristina Pontes 3830
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE 3836
Ana Caroline Luchesi 3836
Jaqueline da Silva 3836
Nathalia Cristina Pontes 3836
RESPONSABILIDADE CIVIL E SUSTENTABILIDADE: PRESERVANDO O PLANETA PARA AS GERAÇÕES FUTURAS 3841
Bruna de Morais Lemos 3841
Bruna da Silva Chaves 3841
Gabriela Pereira de Almeida 3841
Kauê de Oliveira Galvão 3841
Nathalia Cristina Pontes 3841
CIÊNCIAS DA SAÚDE 3846
Inovações Científicas em Testes de Produtos Estéticos: O Papel dos Modelos Animais 3847
Ana Rita da Rocha 3847
Helen Ferreira de Lima 3847
Julia Eduarda Zanetti Beims 3847
Sally Douglas Narloch 3847
Rosangela Tortato Narloch 3847

INTERVENÇÕES ESTÉTICAS NÃO INVASIVAS PARA MANEJO DA ALOPECIA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS E SEU IMPACTO NO BEM-ESTAR EMOCIONAL....3851
Franciele da Silva....3851
Camille Teixeira Ribeiro....3851
Sally Douglas Narloch....3851
Rosângela Tortato Narloch....3851
ÁCIDOS E BIOTECNOLOGIA: CIÊNCIA A FAVOR DA ESTÉTICA E DA SAÚDE DA PELE....3855
Eliannys Angelin Carreño Bonalde....3855
Emily Eduarda Gomes Machado....3855
Nathaly Raissa Casarin de Moraes....3855
Rosangela Tortato Narloch....3855
Sally Douglas Narloch....3855
A INDÚSTRIA DOS COMÉTICOS VEGANOS, ÔRGANICOS E NATURAIS....3860
Thalia Mendes dos Santos....3860
Letícia Gabriella da Silva....3860
Fabíola Luara Pelentir....3860
Marielly Gonçalves....3860
A EVOLUÇÃO DA PERFUMARIA E DA ANÁLISE SENSORIAL....3864
Julia Lais De Souza....3864
Caroline Pereira da Conceição....3864
Isadora Casagrande Menezes....3864
Ana Alice de Freitas....3864
Marielly Gonçalves....3864
REGENERAÇÃO CUTÂNEA COM MICROAGULHAMENTO E EXOSSOMOS....3868
Alessandra Gobbi....3868
Júlia Fernanda Bevilaqua....3868
Marielly Gonçalves....3868
O USO DE COSMÉTICOS NA PREVENÇÃO DE DANOS E NA PROMOÇÃO À SAÚDE E BEM ESTAR....3871
Eloisa Benke....3871
Larissa Mello da Silva....3871
Andréa Marcondes....3871
Marielly Gonçalves....3871
PRODUÇÃO DE COSMÉTICOS CLANDESTINOS: A BELEZA QUE ESCONDE PERIGOS....3875
Atamara Laís Corso....3875
Paola da Silva....3875
Thays Rafaelli de Oliveira Carneiro....3875
Sally Douglas Naloch....3875

Rosângela Tortato Narloch....3875
Cosméticos Naturais e Sustentabilidade: Inovação e Segurança no Setor Cosmético....3881
Alice Aparecida Pereira Rodrigues....3881
Vanessa Bertotti Vargas....3881
Sally Douglas Narloch,....3881
DIREITO....3885
MULTIPARENTALIDADE: Efeitos jurídicos....3886
Ana Caroline Luchesi....3886
Jaqueline da Silva....3886
Jociane Machiavelli....3886
A NOTA PROMISSÓRIA (NP) E SUA EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO CIVIL....3891
Marilse da Cruz....3891
Adriana Pereira Benjamini....3891
O PAPEL DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NA RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS DE GUARDA....3897
Bruna Indianara Costa....3897
Gizele Aparecida Gomes....3897
Marcelo Ouriques....3897
Marcos Gabriel Ramos....3897
Jociane Machiavelli....3897
EXECUÇÃO TRABALHISTA E A EFETIVIDADE DAS DECISÕES....3902
Ana Caroline Luchesi....3902
Ester Anne Hammes de Oliveira....3902
Jaqueline da Silva....3902
Ana Lilian Villwock Azevedo....3902
GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO: LACUNAS LEGAIS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO....3907
Dalila Vitoria Marcondes....3907
Isadora Conte....3907
Jair José Dias da Silva....3907
Tamara dos Santos Rodrigues....3907
Jociane Machiavelli....3907
A (IR)REVOGABILIDADE DA ADOÇÃO NO BRASIL....3913
Gabrielle Aparecida de Souza Marcondes....3913
Aldair Marcondes....3913
Levi Hülse....3913
CONFLITOS CONSENSUAIS NO DIREITO DE FAMÍLIA....3919
Ester Anne Hammes de Oliveira....3919
Graziele Antunes....3919

Renata Cristina Riegert 3919
O Direito Penal narrado em versos: uma análise jurídica de Faroeste Caboclo e o uso da música como ferramenta de ensino jurídico 3925
Bethania Santos Vieira Rohling 3925
Jean Karlo Rohling 3925
Tainara de Oliveira Caon 3925
Renata Cristina Riegert 3925
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS OPERADORES DO DIREITO 3931
Itan Vicente Paz Maurício 3931
Johann Filippi 3931
Julia Gabriela da Silva Soberano 3931
Renata Cristina Riegert 3931
ADVOCACIA AUTÔNOMA E MARKETING JURÍDICO NAS REDES SOCIAIS 3937
Adevilson Carlos Pires 3937
Diogo Correa da Silva 3937
Nilce Dias Martins 3937
Samuel Herbert da Silva 3937
Renata Cristina Riegert 3937
O USO DA IA NA TRIAGEM DE PROCESSOS PENAIS 3943
Adriana Lemes de Godoy Gatti Silva 3943
Ingrid Maria Gatti Silva 3943
Jaine de Oliveira 3943
Paula Letícia Balestrin 3943
Renata Cristina Riegert 3943
Contrato de Transporte Marítimo e Aspectos Introdutórios do Direito Portuário Brasileiro: Integração com Encargos de Importação e Regulamentação 3948
Aimoré Alfa Junior 3948
Lucas da Rocha Carvalho 3948
Nicolas Pereira Dolberth 3948
Victor Manoel Fernandes Santos 3948
Renata Cristina Riegert, ... 3948
A REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS ON-LINE NO BRASIL: DESAFIOS ECONÔMICOS, JURÍDICOS E IMPACTOS SOCIAIS 3953
Rayana Alice Souza da Silva 3953
Nayana David 3953
Renata Cristina Riegert 3953
Gustavo Marcondes 3953

CONTRATO DE COMODATO E O IMPACTO SOCIAL NA COMUNIDADE AGRÁRIA 3957
Cristian Mello 3957
Luiza Eduarda Zenere 3957
Thandara Pilarski 3957
Orientadora Renata Cristina Riegert 3957
CONTRATOS DIGITAIS - VOCÊ SABE POR ONDE ANDAM SEUS DADOS? 3961
Isadora De Souza Dutra 3961
Isadora Morais de Lima 3961
Jaqueline Lorenci 3961
João Vítor Pereira Abrão 3961
Renata Cristina Riegert 3961
A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PETICIONAMENTO INICIAL E O FUTURO DA ADVOCACIA 3965
Beatriz Machado Antunes de Lima 3965
Gabriela Pereira de Almeida 3965
Yasmin Aparecida Silva Gomes 3965
Renata Cristina Riegert, ... 3965
ARBITRAGEM EM QUESTÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS CRIATIVOS 3971
Marcelo Ouriques 3971
Marcos Gabriel Ramos 3971
Renata Cristina Riegert 3971
MEDIAÇÃO EMPRESARIAL EM SOCIEDADE DE PEQUENO PORTE E IMPACTOS NO DIREITO PENAL 3976
Jair Jose Dias da Silva 3976
Paulo Vitor de Albuquerque Barros 3976
Saulo Rudeck 3976
Sandro Santian 3976
Renata Cristina Riegert 3976
JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LIMITES E POTENCIALIDADES . 3981
Dalila Vitoria Marcondes 3981
Isadora Conte 3981
Tamara dos Santos Rodrigues 3981
Renata Cristina Riegert 3981
CONCILIAÇÃO EM AÇÕES DE ALIMENTOS: Efetividade e Riscos 3986
Ademir Marcondes 3986
Evandro Schweitzer 3986

Isa Mara Conte 3986
Patricia Eduarda Zanela de Corduva 3986
Renata Cristina Riegert 3986
CONFLITOS TRABALHISTAS E ARBITRAGEM COLETIVA: É POSSÍVEL? 3992
Marilse da Cruz 3992
Sandra Mara da Silva Gomes 3992
Vera Lucia Santos Cerqueira 3992
Renata Cristina Riegert 3992
Justiça Restaurativa no Contexto Feminino: Medidas Socioeducativas para Agressores no Âmbito da Lei Maria da Penha 3997
Aline Gomes 3997
Ana Paula da Silva 3997
Renata Cristina Riegert 3997
A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMPREENDEDORISMO JURÍDICO – APLICAÇÃO PRÁTICA NOS CONFLITOS CONTRATUAIS 4002
Débora Cristine Prates Santos 4002
Evelin Roberta Pelentir 4002
Rafaela Melo Scharf 4002
Renata Cristina Riegert 4002
CONTRATOS E EMPREENDEDORISMO JURÍDICO 4006
Marcos Eliseu dos Santos 4006
Claudio Ribeiro da Silva 4006
Renata Cristina Riegert 4006
A REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS, INOVAÇÕES LEGAIS E A IMPORTÂNCIA DA VIA EXTRAJUDICIAL 4010
Yasmin Gomes 4010
Sabrina Frigotto 4010
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICAS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA 4014
Eduarda da Silva 4014
Ana Lilian Villwock Azevedo 4014
ANÁLISE DO CUSTO MENSAL DA CESTA BÁSICA EM FRAIBURGO: 1° SEMESTRE DE 2025 4020
Larissa Padilha de Oliveira 4020
Michael William Cordeiro Nunes 4020
Leandro Hupalo 4020
HÁBITOS DE VIDA, ATIVIDADE FÍSICA E SATISFAÇÃO CORPORAL EM MULHERES QUE BUSCAM PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS 4026
Paola da Silva 4026
Thays Rafaelli de Oliveira Carneiro 4026

Emanuel Tonis Florz 4026
Solange De Bortoli Beal 4026
Eliana Rezende Adami 4026
Juliana Aparecida Kunierski Florz 4026
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA GARANTIDA PELO REFÚGIO 4031
Evandro Schweitzer 4031
Jociane Machiavelli 4031
Cotas de gênero e a transformação da política brasileira: análise do impacto da Lei n. 9.504, 30 de setembro de 1997 nas eleições legislativas municipais entre 2000 e 2024 4037
Bethania Santos Vieira Rohling 4037
Gustavo Marcondes 4037
Análise da incidência de crimes eleitorais nas eleições municipais brasileiras de 2024 e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico regional 4043
Jean Karlo Rohling 4043
Gustavo Marcondes 4043
A IMPORTÂNCIA DA UNIARP CAMPUS FRAIBURGO COMO GARANTIDORA DA EFICÁCIA DA ODS 4: GARANTIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA, PROMOVENDO A MUDANÇA DE SEUS ACADÊMICOS E DE TODO SEU ENTORNO SOCIAL 4049
Adir de Medeiros 4049
Guilherme Romualdo Garbin 4049
Jociane Machiavelli 4049

SEDEPEX 2025 2º SEMESTRE - CAÇADOR

CIÊNCIAS HUMANAS

ESPORTES ADAPTADOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: FUTEBOL PARA DEFICIENTES VISUAIS

Categoria: Extensão Universitária

Marcos Machado Martins[1]
Mariah Terezinha Penteado Martins[2]
Rafael Antonio Bianchi[3]
Diego André Bridi[4]

Resumo – O projeto "Futebol Adaptado" teve como objetivo promover a inclusão social e o respeito à diversidade por meio da vivência de uma modalidade esportiva adaptada. A proposta buscou sensibilizar os estudantes acerca das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual, ao mesmo tempo que reforçou o papel do esporte como instrumento de empatia, cooperação e valorização humana. As atividades foram realizadas em contexto escolar, seguindo as regras oficiais do futebol de cegos, com uso de vendas e bolas sonoras. Observou-se que os alunos demonstraram curiosidade, envolvimento e respeito mútuo durante as práticas, evidenciando o potencial educativo da modalidade para desenvolver atitudes inclusivas e colaborativas no ambiente escolar.

Palavras-chave: futebol adaptado; inclusão social; deficiência visual.

INTRODUÇÃO

A abordagem interdisciplinar busca favorecer a construção de um conhecimento global e integrador, rompendo com os limites convencionais das disciplinas e é orientada pelos princípios da interdisciplinaridade, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Galindo et al., 2025).

Segundo Nery e Sá (2019), uma possibilidade dentro das atividades interdisciplinares na escola são as atividades lúdicas e colaborativas, onde os alunos compreendem as dificuldades enfrentadas por outros alunos, desenvolvendo maior sensibilidade e respeito, sendo organizada geralmente em equipes estimulando o raciocínio lógico, a socialização e o desenvolvimento cognitivo para além do ambiente da sala de aula tradicional.

Dessa forma, é importante a criação de projeto interdisciplinar que evolva estratégias de trabalho em equipe, contribuindo para a formação integral do indivíduo, demandando uma nova

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Doutorado em Educação Básica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

postura docente e metodologias diferenciadas para efetivar a articulação dos saberes e motivações dos alunos (Brod; Duarte, 2022).

Dentre as propostas interdisciplinares a serem trabalhadas na escola, o futebol adaptado surge como uma estratégia muito interessante. Segundo Reis Júnior (2023) o futebol adaptado para deficientes visuais é uma modalidade que promove a inclusão social e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência visual, por meio de regras específicas e recursos como a bola sonora, o esporte permite a superação de barreiras e desenvolvimento social, reforçando a importância do esporte como instrumento de empoderamento e inclusão.

A justificativa para implementação deste estudo reside na capacidade de criar um ambiente escolar e motivador, que favorece a acessibilidade dos estudantes, intensifica a criatividade dos professores e fortalece os laços afetivos entre alunos.

Os objetivos centrais incluem compreender a história, as regras e as adaptações do futebol de cegos como modalidade paralímpica e inclusiva, estimulando a empatia dos estudantes ao vivenciarem atividades que simulem as condições sensoriais de pessoas com deficiência visual, sendo assim, valorizar o respeito às diferenças e a cooperação como princípios fundamentais das práticas esportivas escolares, mediante o modelo ao trabalho colaborativo e à construção coletiva do conhecimento, aplicando estratégias pedagógicas criativas e inclusivas que favoreçam a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas.

METODOLOGIA

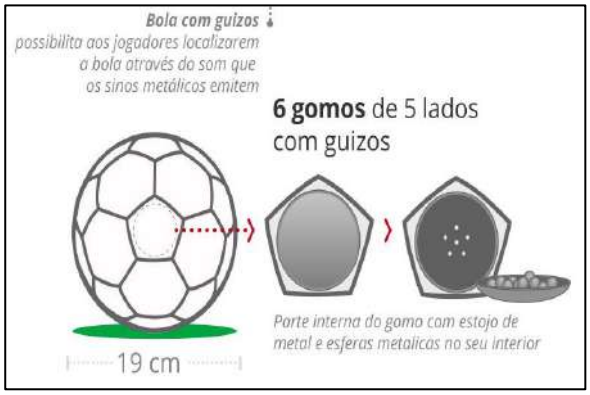
O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de um projeto de extensão universitária promovido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC.

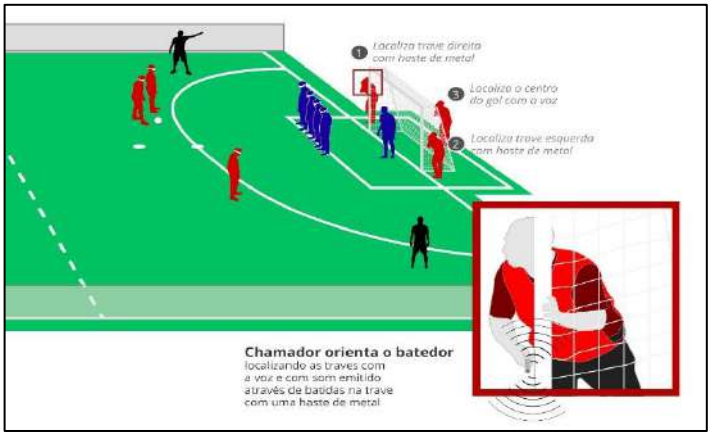
O estudo foi realizado em dois momentos: a) Pesquisa, construção do projeto e definição das estratégias na Universidade; b) Aplicação prática em campo, na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no dia 07 de junho de 2025. Foram aplicadas atividades práticas durante 3 horas com explicações sobre regras, orientação e práticas relacionadas ao futebol adaptado para deficientes visuais, seguindo as imagens 1-5 (abaixo).

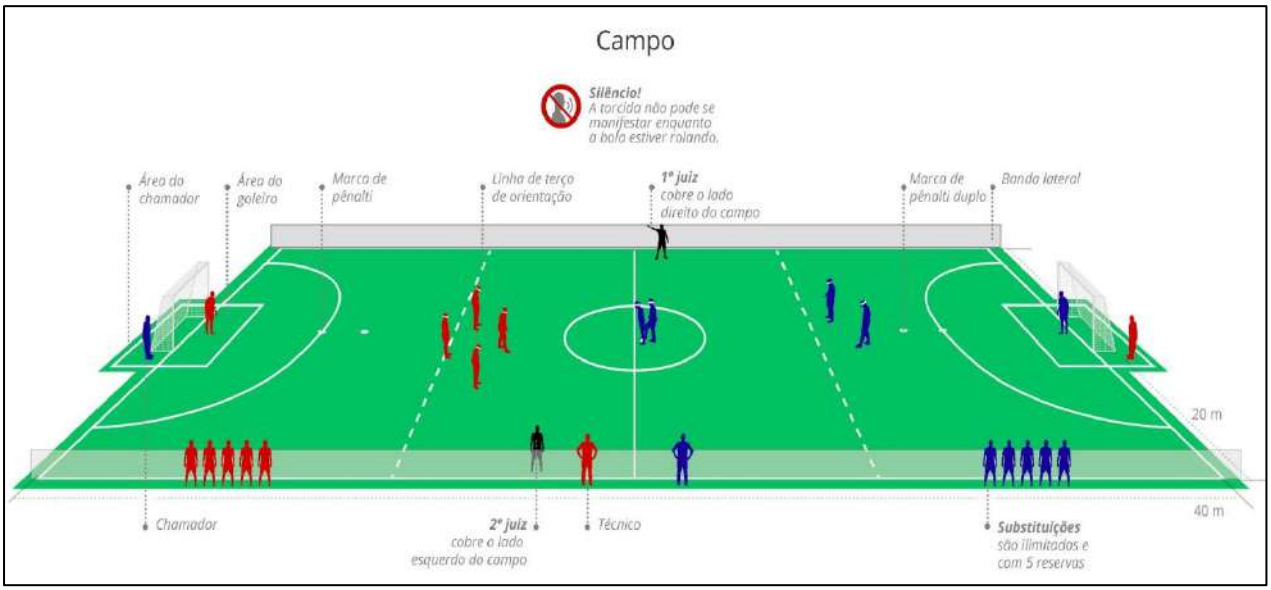
O projeto fez parte do conjunto de 38 oficinas pedagógicas vinculadas ao programa institucional "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

Os resultados foram analisados a partir de observações e anotações durante as atividades práticas, visualizando as percepções e efeitos das atividades propostas.

Imagens 1-6: Regras do futebol adaptado para deficientes visuais.







Fonte: Globo Esporte (2021).

Figura 1 e 2: Desenvolvimento da prática.

Fonte: Os autores 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a aplicação do projeto, foi observado que os estudantes apresentaram elevado nível de engajamento nas atividades propostas. A vivência prática do futebol de cegos possibilitou que os participantes experimentassem novas formas de percepção corporal e comunicação, desenvolvendo habilidades como escuta ativa, orientação espacial e cooperação. Além disso, também foi identificado que as discussões realizadas após as aulas mostraram que a maioria dos alunos reconheceu a importância de compreender as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual, relatando uma mudança de perspectiva sobre inclusão e empatia.

Esses resultados corroboram com o estudo de Reis Júnior (2023) que destaca o valor pedagógico do esporte adaptado na formação de cidadãos mais sensíveis e conscientes. Além disso, o projeto contribuiu para o fortalecimento de vínculos entre os estudantes e para a criação de um ambiente escolar mais acessível e participativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Futebol Adaptado" demonstrou que a inclusão de esportes adaptados nas aulas de Educação Física é uma estratégia eficaz para promover o respeito às diferenças, a cooperação e a empatia entre os alunos. A experiência prática proporcionou reflexões significativas sobre acessibilidade e inclusão, estimulando atitudes positivas e valorização da diversidade humana.

Recomenda-se que iniciativas semelhantes sejam incorporadas de forma contínua ao currículo escolar, contribuindo para uma Educação Física mais inclusiva, reflexiva e transformadora.

Conclui-se que o esporte, quando utilizado como ferramenta pedagógica, ultrapassa o campo da competição e se torna um espaço de aprendizagem social e emocional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 out. 2025.

BROD, Fernando Augusto Treptow; DUARTE, Valesca de Matos. Metodologias ativas: Aprendizagem Baseada em Projetos como proposta interdisciplinar no Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 2, p. 633-658, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367185259_Metodologias_ativas_Aprendizagem_Baseada_em_Projetos_como_proposta_interdisciplinar_no_Ensino_Medio. Acesso em: 16 jun. 2025.

GALINDO, Vinícius Aparecido; DA SILVA, Lucimar Cristina; DOS SANTOS; Otávio Augusto Campos; TENÓRIO, Jederson Garbin. Esportes adaptados na educação física escolar: desafios à luz da BNCC. **Perspectivas em Diálogo:** Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 12, n. 32, p. 262-278, jul./set. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/22988/15926. Acesso em: 14 out. 2025.

GLOBO ESPORTE. **Entenda como é a disputa do futebol de 5 nas Paralimpíadas**. Interativos GE Globo, 2021. Disponível em: https:// https://interativos.ge.globo.com/paralimpiadas/materia/entenda-como-a-disputa-do-futebol-de-5-nas-paralimpadas.ghtml. Acesso em: 19 set. 2025.

NERY, Érica Santana Silva; SÁ, Antônio Villar Marques de. A deficiência visual em foco: estratégias lúdicas na Educação Matemática Inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/35402/pdf. Acesso em: 14 de out. 2025.

REIS JÚNIOR, Antônio Francisco. **O ensino da educação física para estudantes cegos**: contribuições para a formação omnilateral. Produto Educacional (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal Bahiano, 2023. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/742633/2/Produto%20Educacional%20(1).pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

PROPOSTA DE GINCANA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Categoria: Extensão Universitária

Gabriel de Souza Alves[1]
Luan José dos Santos[2]
Marcos Machado Martins[3]
Mariah Terezinha Penteado Martins[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – O projeto "A Escola é a Nossa Arena" foi desenvolvido a partir de uma demanda da Secretaria Municipal de Educação de Caçador, com o objetivo de melhorar o rendimento escolar e reduzir os índices de evasão. Trata-se de uma proposta pedagógica lúdica e colaborativa, estruturada em gincanas interdisciplinares mensais, que buscam promover o processo de ensino-aprendizagem por meio da integração entre diferentes disciplinas. A concepção do projeto foi baseada em uma revisão bibliográfica, orientada pelos princípios da interdisciplinaridade e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As atividades foram planejadas para envolver estudantes, professores e a comunidade, estimulando o raciocínio, a criatividade e o trabalho em equipe. O objetivo central é criar um ambiente escolar mais atrativo e motivador, fortalecendo os vínculos afetivos entre alunos, famílias e escola. A análise da proposta evidenciou o potencial da gincana para ampliar a motivação, o engajamento e a participação ativa dos estudantes, promovendo o desenvolvimento integral e a valorização da escola como espaço de convivência e aprendizagem. Conclui-se que iniciativas como esta reafirmam a educação como instrumento de transformação social e fortalecem a integração entre teoria e prática no contexto educacional.

Palavras-chave: gincana; interdisciplinaridade; evasão escolar; engajamento estudantil; educação.

INTRODUÇÃO

A gincana interdisciplinar constitui uma estratégia pedagógica que busca integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo o processo de ensino-aprendizagem de forma dinâmica, criativa e colaborativa. Essa proposta rompe com o modelo tradicional de ensino, ao utilizar atividades lúdicas e desafiadoras que estimulam o raciocínio lógico, a socialização e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes (Resende; Barbos, 2018; Karademir, 2021).

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), para Cremild et al. (2015) a gincana visa promover uma aprendizagem significativa, pautada na união entre teoria e prática, saber e experiência, valorizando o protagonismo estudantil e o trabalho em equipe.

Além de potencializar o engajamento dos alunos com os conteúdos escolares, essa prática tem se mostrado uma ferramenta eficaz para enfrentar um dos grandes desafios da educação contemporânea: a evasão escolar. Em muitas redes públicas de ensino, observa-se que a desmotivação, a falta de pertencimento e o distanciamento entre escola e comunidade contribuem diretamente para o abandono escolar (Oliveira; Nóbrega, 2021). Nesse contexto, a gincana interdisciplinar surge como uma alternativa inovadora, capaz de ressignificar o ambiente escolar, tornando-o mais atrativo, acolhedor e participativo (Karademir, 2021).

Sendo assim tentamos responder a presente problemática: como as gincanas interdisciplinares podem contribuir para a redução da evasão escolar e para a promoção de um ambiente de aprendizagem mais participativo e colaborativo nas escolas públicas?

Assim, o presente trabalho apresenta uma proposta de gincana pedagógica interdisciplinar voltada à Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de integrar alunos, professores e comunidade em um processo educativo que valoriza a ludicidade e o aprendizado coletivo. A iniciativa parte da compreensão de que o conhecimento não se limita às disciplinas isoladas, mas se constrói nas interações e experiências compartilhadas. A partir disso, busca-se promover uma formação mais humana, criativa e crítica, que contribua para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade e para a permanência dos estudantes no espaço escolar.

METODOLOGIA

O projeto "A Escola é a Nossa Arena" surgiu após uma conversa com o Secretário Municipal de Educação de Caçador/SC, na qual foram apresentadas algumas demandas educacionais do município, especialmente relacionadas à necessidade de melhorar a participação e o rendimento escolar dos estudantes, bem como minimizar os índices de evasão escolar.

A partir desse diálogo, foi elaborado um produto educacional intitulado "A Escola é a Nossa Arena", estruturado como um conjunto de gincanas pedagógicas interdisciplinares, voltadas à integração da comunidade escolar e à valorização dos componentes curriculares. A concepção e o planejamento dessas gincanas foram fundamentados em uma revisão bibliográfica sobre metodologias ativas, interdisciplinaridade e práticas lúdicas no contexto educacional.

O projeto propõe a realização de atividades mensais, organizadas em formato de gincanas que envolvem alunos, professores e a comunidade local. Cada gincana é planejada com base em um tema integrador, articulando os conteúdos das diversas disciplinas do currículo escolar. As provas e desafios incluem aspectos cognitivos, motores e cooperativos, incentivando o raciocínio, a criatividade e o trabalho em equipe.

As ações são acompanhadas por professores e coordenadores pedagógicos da rede municipal, garantindo que as atividades estejam alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às metas pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, o projeto visa potencializar o engajamento estudantil e fortalecer o vínculo escola-comunidade, utilizando as gincanas como uma ferramenta pedagógica interdisciplinar e motivadora, capaz de promover o aprendizado de forma prazerosa e significativa, além de contribuir para a redução da evasão escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

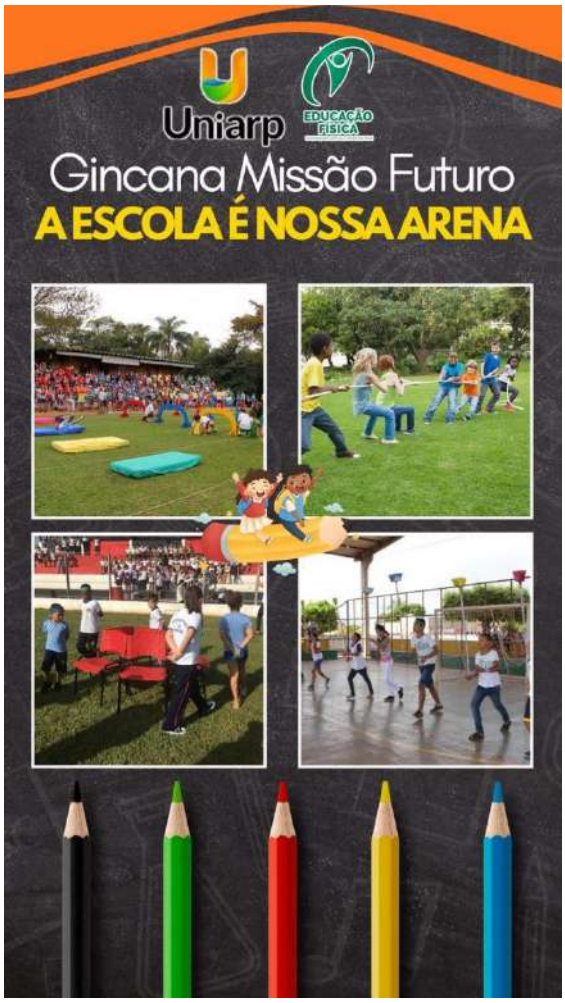
A gincana interdisciplinar "A Escola é Nossa Arena" foi elaborada e apresentada à Secretaria Municipal de Educação, evidenciando um grande potencial para fortalecer o engajamento estudantil, a integração comunitária e o vínculo entre escola e aluno. A análise do projeto demonstrou que as atividades planejadas, ao combinar elementos lúdicos e competitivos, têm capacidade de despertar maior interesse dos estudantes, favorecendo a participação ativa, a cooperação entre as turmas e a percepção da escola como um espaço de pertencimento e motivação.

O caráter interdisciplinar da proposta contribui para aproximar os conteúdos teóricos das experiências práticas, estimulando atitudes importantes para o trabalho coletivo, como a cooperação, o respeito e a responsabilidade. Durante o desenvolvimento do planejamento, foram identificados desafios relacionados à organização, à divisão de tarefas e à conciliação das ideias entre as disciplinas envolvidas, o que reforça a importância do diálogo e da colaboração entre os profissionais da educação para o alcance dos objetivos propostos.

O projeto também demonstrou potencial para promover hábitos saudáveis, autonomia e responsabilidade entre os estudantes, preparando-os para enfrentar desafios acadêmicos e sociais de forma mais consciente e participativa. Além disso, reforça o papel da escola como um ambiente de convivência, aprendizado e construção de valores.

Em síntese, a análise da proposta confirma que iniciativas pedagógicas inovadoras e dinâmicas, como as gincanas interdisciplinares, possuem grande potencial para ampliar a motivação, o engajamento e a participação ativa dos alunos, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e para a redução da evasão.

Figura 1: Proposta da Gincana.



Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto "A Escola é Nossa Arena" proporcionou aprendizagens significativas e reflexões sobre a importância da integração entre escola, estudantes e comunidade. As atividades planejadas demonstraram que, por meio de estratégias pedagógicas bem estruturadas e atrativas, é possível alcançar resultados positivos, promovendo o desenvolvimento pessoal, social e acadêmico dos participantes.

A proposta evidenciou também o potencial das gincanas interdisciplinares para estimular a cooperação, o protagonismo estudantil e a valorização do trabalho coletivo, além de contribuir para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e motivador. Ao unir ludicidade e aprendizagem, o projeto reforçou o papel da escola como espaço de inclusão, cidadania, saúde e conscientização.

As experiências vivenciadas mostraram-se fundamentais para a inovação pedagógica e podem servir de referência para futuras ações voltadas à melhoria da participação e do

rendimento escolar. Ao valorizar o envolvimento dos alunos e o trabalho colaborativo entre professores e comunidade, o projeto reafirma a educação como ferramenta de transformação social, apontando caminhos promissores para uma prática educativa mais dinâmica, significativa e humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/129-gincana-educativa-ideb-2017. Acesso em: 19 de set. 2025.

CREMILD A. S. C.; SANTOS, Eduardo de Souza; RODRIGUES, Leandro Santos; SANTOS, Maria Aparecida Mota dos; NASCIMENTO JUNIOR, Manoelito Reis; ALMEIDA, Thassio Vinicios da Silva; ROTONDANO, Vanessa Souza. Projeto de intervenção: Gincana do Conhecimento – "Conhecimento Compartilha Conhecimento". Santa Inês, BA: Escola Municipalizada Papa João XXIII / Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Instituto Federal Baiano, 2015. 20 p. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2016/03/Projeto-gincana-do-conhecimento-PAPA-2015.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

KARADEMIR, Ersin. Criatividade como habilidade interdisciplinar. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, p. e81546, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/cjrvMCN8VNTqFMvHDKWM3CF/?format=html&lang=pt. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de; NÓBREGA, Luciano. Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 19, 25 maio 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira. Acesso em: 19 set. 2025.

RESENDE, Marineia Crosara de; BARBOS, Karen Borges. Gincana inclusiva: protagonismo, empoderamento e visibilidade das pessoas com deficiência. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei, v. 13, n. 4, p. e2128, out/dez. 2018. Disponível em:https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082018000400015. Acesso em: 21 out. 2025.

GINCANA INTERDISCIPLINAR "MISSÃO FUTURO": UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

Categoria: Extensão Universitária

Leonardo Campagnin[1]
Kauan de Lima Veiga[2]
Douglas Alex de Souza Cordeiro[3]
José Patrick Silva de Lima[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – A proposta da Gincana Interdisciplinar "Missão Futuro – A Escola é Nossa Arena" tem como objetivo promover estratégias de combate à evasão escolar por meio de atividades integradoras, educativas e motivadoras. O projeto propõe um cronograma mensal de desafios interdisciplinares vinculados às áreas do conhecimento, incentivando o protagonismo estudantil, a cooperação e o desenvolvimento integral dos alunos. A metodologia baseia-se em metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos e gamificação, estruturando a gincana em etapas de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação. As equipes participam de atividades diversificadas que envolvem pesquisa, produções artísticas, práticas esportivas e debates, todas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados esperados estão relacionados ao aumento do engajamento e da frequência escolar, bem como ao fortalecimento dos vínculos entre estudantes, professores e comunidade. A gincana interdisciplinar se apresenta como uma estratégia pedagógica inovadora, capaz de transformar o ambiente escolar em um espaço mais atrativo, colaborativo e significativo, contribuindo para a redução da evasão e para a formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos.

Palavras-chave: evasão escolar; gincana; interdisciplinaridade; protagonismo; metodologias ativas; BNCC.

INTRODUÇÃO

A gincana interdisciplinar "Missão Futuro: A Escola é Nossa Arena" surge como uma proposta pedagógica voltada ao enfrentamento da evasão escolar e à promoção do engajamento estudantil. O projeto propõe um cronograma mensal de atividades lúdicas e competitivas, organizadas por áreas do conhecimento, com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais atrativo e significativo para os alunos. Por meio da integração entre conteúdo das

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

diferentes disciplinas, busca-se incentivar o raciocínio, a cooperação e o protagonismo juvenil, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a escola e com o aprendizado.

De acordo com Silva e Soares (2023), o jogo é um dos meios mais eficazes para estimular as inteligências e permitir que o indivíduo realize aquilo que deseja. Nesse sentido, as gincanas se tornam ferramentas pedagógicas poderosas, pois unem o aprendizado à ludicidade, favorecendo a permanência dos alunos na escola por meio de experiências prazerosas e colaborativas. O problema que motivou a criação deste projeto foi o alto índice de evasão e desinteresse escolar, especialmente no Ensino Médio, etapa em que muitos jovens enfrentam dificuldades para manter o vínculo com a escola (Ramos; Junior, 2024).

Diversos fatores contribuem para esse cenário, como o desinteresse pelos conteúdos escolares, a necessidade de trabalhar, o excesso de reprovações, a falta de apoio familiar e a ausência de atividades motivadoras no ambiente educacional (Silva, 2017; Ramos; Junior, 2024). Assim, o presente projeto tem como objetivo geral propor uma gincana interdisciplinar que promova o engajamento dos estudantes e reduza a evasão escolar, por meio de desafios educativos que valorizem o conhecimento, o trabalho em equipe e a convivência social.

A iniciativa também busca fortalecer o papel da Educação Física e das demais áreas do conhecimento no processo de formação integral dos alunos, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), que reconhece a importância de práticas pedagógicas integradas, dinâmicas e contextualizadas. Dessa forma, a "Missão Futuro" representa uma proposta inovadora de intervenção escolar, que alia ludicidade, interdisciplinaridade e cidadania, reafirmando o papel transformador da educação no desenvolvimento humano e social.

METODOLOGIA

O projeto "Gincana Missão Futuro: A Escola é Nossa Arena" foi concebido como uma proposta pedagógica destinada à Secretaria Regional de Educação de Caçador (SC), com o propósito de combater a evasão escolar e fortalecer o engajamento dos estudantes por meio de atividades interdisciplinares, lúdicas e colaborativas. A metodologia foi estruturada em etapas sequenciais e integradas, assegurando uma execução organizada e alinhada aos objetivos educacionais.

A proposta articula aprendizagem baseada em projetos, metodologias ativas e gamificação, buscando tornar o ambiente escolar mais dinâmico, participativo e motivador. Segundo Santos et al. (2022), recursos didáticos são materiais ou estratégias utilizadas como apoio no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando o professor na construção do conhecimento. Assim, a gincana é compreendida como um instrumento pedagógico capaz de promover o aprendizado de forma prazerosa e significativa.

A primeira etapa prevê a formação de uma comissão organizadora, composta por gestores, coordenadores, professores e representantes discentes, responsável pela elaboração do regulamento, definição de critérios de pontuação, cronograma e logística das atividades. Cada mês do calendário letivo é dedicado a uma "missão interdisciplinar", vinculada a uma área do conhecimento como Ciências, Matemática, História, Língua Portuguesa, Artes e Educação Física

com desafios que envolvem pesquisas, produções criativas, jogos educativos, debates e ações comunitárias.

As turmas serão organizadas em equipes, incentivando o trabalho colaborativo e o protagonismo estudantil. As atividades propostas também contemplam a avaliação do rendimento acadêmico e da frequência escolar, reforçando o comprometimento dos alunos com o processo de aprendizagem.

A proposta inclui ainda mecanismos de monitoramento e avaliação formativa, com a utilização de instrumentos como relatórios, portfólios, registros fotográficos e feedbacks de professores e estudantes. Esses dados servirão de base para ajustes e aprimoramentos em futuras edições.

Por fim, está prevista a realização de um evento de culminância, em que serão apresentados os resultados das atividades, com exposições, apresentações culturais e reconhecimento simbólico das equipes participantes. O projeto, ao ser apresentado à Secretaria de Educação Regional do Estado, busca oferecer uma ferramenta viável e inovadora para fortalecer o vínculo escola-comunidade e promover a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta "Gincana Missão Futuro: A Escola é Nossa Arena" apresenta resultados esperados que se alinham aos objetivos de fortalecimento do engajamento escolar e da redução dos índices de evasão. Ao propor desafios interdisciplinares e dinâmicos, o projeto busca transformar a escola em um espaço mais atrativo, promovendo o aprendizado ativo, a socialização e a valorização do conhecimento de forma prática e colaborativa.

Prevê-se que a implementação da gincana estimule o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais, ampliando o protagonismo estudantil e o senso de pertencimento à comunidade escolar. A combinação entre competição saudável e cooperação tende a favorecer a integração entre alunos, professores e famílias, reforçando a escola como um espaço de convivência e formação integral.

Além disso, a metodologia gamificada e interdisciplinar proposta poderá despertar o interesse dos estudantes pelas disciplinas, tornando o processo educativo mais dinâmico e conectado às suas realidades. A aplicação contínua e o acompanhamento dos indicadores de frequência e participação permitirão avaliar o impacto do projeto na motivação e na permanência escolar, oferecendo subsídios para sua expansão em toda a rede estadual.

Figura 1: Capa da proposta da Gincana.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Missão Futuro: A Escola é Nossa Arena" evidencia o potencial das práticas interdisciplinares como instrumento de transformação no ambiente escolar. Sua proposta reforça que, ao unir ludicidade, cooperação e aprendizagem, é possível promover o envolvimento dos alunos e fortalecer o vínculo com a escola.

Em síntese, espera-se que essa iniciativa inspire novas ações pedagógicas, voltadas à inclusão, à permanência e à valorização da educação pública como espaço de desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/129-gincana-educativa-ideb-2017. Acesso em: 19 de set. 2025.

RAMOS, Ana Carolina; JUNIOR, Oswaldo Gonçalves. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 50, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/KtBRcFWvWKBt63LSQCVzdwh/?format=html&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2025.

SANTOS, Gislene Munhoz dos; CASARIN, Helen de Castro Silva; ALMEIDA, Cátia Cãndida de; LUCAS, Margarida. Uso de recursos educativos digitais por educadores das séries iniciais do ensino fundamental. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 355-376, abr/jun 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/dtC7S6J5TQzWpB3jqks47tj/?format=html&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Cleberson Souza da; SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa. Estudo bibliográfico sobre conceito de jogo, cultura lúdica e abordagem de pesquisa em um periódico científico de Ensino de Química. Ciência & Educação, Bauru, v. 29, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/LcPwydsLBmgQmV8zm5vW9Fg/?lang=pt. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Wander. Evasão escolar no ensino médio no Brasil/School evasion in high school in Brazil. Educação em Foco, *[S. l.]*, v. 19, n. 29, p. 13–14, 2017. DOI: 10.24934/eef.v19i29.1910. Disponível em: https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/1910. Acesso em: 29 set. 2025.

ESTIMULANDO HABILIDADES MOTORAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Categoria: Extensão Universitária

Izulete da Luz Cordeiro[1]
Millena Rafaella de Siqueira[2]
Yasmin Elis dos Santos[3]
Diego André Bridi[4]

Resumo – Este trabalho apresenta a descrição de uma atividade prática realizada em uma escola da comunidade, desenvolvida pelos acadêmicos do curso de Educação Física, em conjunto com estudantes de outros cursos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A ação foi realizada com crianças de 1 a 4 anos de idade e teve como objetivo estimular o desenvolvimento e a coordenação motora por meio de brincadeiras e movimentos simples. A metodologia adotada foi de caráter descritivo e abordagem qualitativa, inserida no contexto da curricularização da extensão, aproximando os acadêmicos da realidade escolar. Apesar do número reduzido de participantes, em razão do tamanho da comunidade atendida, a atividade atingiu seus objetivos, proporcionando uma interação próxima e significativa com cada criança. Durante a execução, houve necessidade de adaptações, como o improviso devido à iluminação inadequada no espaço. Ainda assim, a experiência foi positiva e bem-sucedida. Conclui-se que a vivência foi de grande importância para os acadêmicos, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e reforçando a importância da flexibilidade e do trabalho em equipe para o êxito das ações educativas.

Palavras-chave: curricularização da extensão; habilidades motoras; educação infantil; primeira infância; psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

A primeira infância é uma fase essencial para o desenvolvimento motor das crianças, pois é nesse período que elas começam a se desenvolver como indivíduos a partir dos estímulos do ambiente em que vivem. É também nesse momento que são adquiridos movimentos que auxiliam na aprendizagem de outras habilidades cognitivas, afetivas e sociais (Sachi; Metzner, 2019; Duarte; Venancio, 2024).

Pesquisas indicam que a atividade física é fundamental nessa fase inicial, contribuindo para o desenvolvimento físico, mental e social. O professor de Educação Física exerce papel

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

indispensável nesse processo, pois é responsável por planejar atividades que estimulem as crianças de forma intencional e prazerosa (Silva; Menezes, 2023; Dall'Alva; Zanella; Valentini, 2022).

Quando a criança explora e experimenta diferentes formas de movimentar o corpo, ela aprende e se desenvolve melhor. Essas experiências fortalecem o equilíbrio, a coordenação e a percepção corporal, tornando o aprendizado mais significativo (Porn; Steidel, 2024).

Dessa forma, o papel do professor é criar um ambiente seguro, desafiador e acolhedor, estimulando as crianças a reconhecerem suas habilidades e superarem suas dificuldades com autonomia e confiança.

O presente relato apresenta a experiência extensionista da curricularização com o tema: "Estimulando Habilidades Motoras", realizada no CMEI Marcelino Champagnat, em Caçador (SC), no dia 25 de outubro de 2025, durante o Dia da Família na Escola, com a participação de acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A ação teve como objetivo principal estimular habilidades motoras grossas e finas das crianças por meio de atividades psicomotoras e lúdicas, promovendo também socialização, coordenação e interação entre família e comunidade escolar.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida como parte do programa de curricularização da extensão do curso de Educação Física da UNIARP, caracterizando-se como uma pesquisa descritiva e aplicada, de natureza qualitativa.

A proposta foi realizada no CMEI Marcelino Champagnat, em Caçador (SC), no dia 25 de outubro de 2025, integrando o evento institucional "Dia da Família na Escola". Participaram crianças com idades entre 1 e 4 anos, acompanhadas de seus familiares.

As atividades foram organizadas em estações psicomotoras, estimulando as habilidades motoras grossas e finas. O espaço foi preparado de forma segura, com materiais adequados à faixa etária, como cones, bambolês, bolinhas de piscina, tatames e cordas, organizados em circuitos motores.

A execução das tarefas aconteceu em clima de brincadeira, valorizando a participação e o esforço individual. As crianças foram divididas em pequenos grupos, de acordo com a idade, respeitando o ritmo e a coordenação de cada uma.

O tempo estimado de cada atividade foi de 5 a 10 minutos, com rodízio entre as estações. Os acadêmicos atuaram como mediadores, orientando, incentivando a cooperação entre os participantes e observando o desempenho motor para análise posterior.

A metodologia teve como base a compreensão do movimento como meio pedagógico de inclusão e socialização, além de contribuir para a formação dos futuros professores de Educação Física, ao proporcionar vivências reais no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução da atividade, foi possível observar diferenças significativas no desempenho das crianças. Enquanto algumas apresentaram boa coordenação e domínio dos movimentos, outras demonstraram dificuldade em compreender ou executar certas tarefas.

Essas diferenças reforçam que cada criança possui um ritmo próprio de desenvolvimento, influenciado por fatores como experiências motoras prévias, oportunidades de movimento e estímulos recebidos no ambiente familiar e escolar.

Percebeu-se também a importância de atividades frequentes e variadas, que estimulem a coordenação motora, o equilíbrio e a atenção nas primeiras fases da infância. Os resultados evidenciam a necessidade de um trabalho contínuo e diversificado nas aulas de Educação Física, com propostas que respeitem os níveis individuais, incentivem a participação e promovam o desenvolvimento motor de forma lúdica e inclusiva.

Figura 1: Atividade de coordenação.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 2: Criança em atividade motora.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 3: Atividade mãos e pés.

Fonte: Os Autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa atividade teve grande importância para o aprendizado dos acadêmicos, possibilitando vivenciar os desafios e as realidades do ambiente escolar. Participaram diversas crianças, com idades entre 1 e 4 anos, acompanhadas de seus familiares.

As brincadeiras voltadas à psicomotricidade permitiram observar o desenvolvimento motor e as diferenças individuais entre as crianças, destacando a relevância de propor atividades lúdicas e desafiadoras. O envolvimento dos pais durante o evento fortaleceu os vínculos entre escola, família e comunidade, tornando o momento ainda mais significativo.

Conclui-se que a Educação Física é fundamental para o desenvolvimento integral na infância, favorecendo o crescimento cognitivo, afetivo e motor. A psicomotricidade, nesse contexto, atua como ferramenta educativa que une aprendizado, socialização e diversão, reafirmando o papel do educador físico na formação integral das crianças e na promoção de experiências significativas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de vivenciar esta ação de extensão e ao Centro Municipal de Educação Infantil Marcelino Champagnat, pela acolhida, parceria e colaboração na realização das atividades.

REFERÊNCIAS

SACCHI, Ana Luisa; METZNER, Andreia Cristina. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 254, p. 96-110. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/?format=html&lang=pt. Acesso em: 01 nov. 2025.

PORN, Graciele Aparecida; STEIDEL, Rejane. Psicomotricidade na educação infantil: um olhar para o processo de ensino/aprendizagem. RECIMA21 – Revista Cientifica Multidisciplinar, v. 5, n. 1, p. e515135, 2024. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/5135. Acesso em: 01 nov. 2025.

SILVA, Jaciane Pereira; MENEZES, Aurelina Maria. Educação física: os benefícios para o desenvolvimento psíquico e motor no ensino infantil. Revista de psicologia, *[s.l]*, v.17, n. 65, p. 573-575, 2023. DOI: 10.14295/idonline.v17i65.3719. Disponível em: https://idonline.emmnuvens.com.br/id/article/view/3719. Acesso em: 27 out. 2025.

DALL'ALBA, Sara Caroline Fontoura; ZANELLA, Larissa Wagner; VALENTINI, Nadia Cristina. Práticas e Conhecimentos Parentais: Um estudo associativo sobre as aquisições motoras infantis. SAUDE DEBATE. Rio de Janeiro, v.46, n. 5, p. 114-124, dez 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Z7LbYpsrkGtFdBRX3d8hcMq/?lang=pt. Acesso em: 01 nov. 2025.

DUARTE, Cristina Cicilio; JUNIOR, Jairo Teixeira; VENANCIO, Patrícia Espindola Mota. Avaliação do conhecimento dos professores da educação infantil sobre psicomotricidade. REVISTA

ACERVO EDUCACIONAL, v.6, DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e15812. 2024. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/educacional/article/view/15812. Acesso em: 27 out. 2025.

MOVIMENTO, AFETO E BRINCAR: O CORPO COMO LINGUAGEM NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Categoria: Extensão Universitária

Andreina Amélia dos Santos[1]
Bruno Alves dos Santos[2]
Giovani de Lima Ribeiro[3]
Lucas Eduardo Siqueira Rodrigues[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante a prática de ensino em Educação Física na Educação Infantil, realizada no âmbito do SEDEPEX e vinculada às ações de curricularização da extensão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). As atividades foram desenvolvidas com crianças de 1 a 4 anos de idade, por meio de jogos, brincadeiras e circuitos motores que favoreceram a exploração do corpo, a coordenação motora, o equilíbrio e a socialização. As propostas foram fundamentadas nos Campos de Experiência da BNCC (2017), especialmente "Corpo, gestos e movimentos" e "O eu, o outro e o nós". Observou-se grande envolvimento e entusiasmo das crianças, além de avanços perceptíveis na cooperação, no respeito às regras e na expressão corporal. Conclui-se que a Educação Física, quando trabalhada de forma lúdica e intencional na Educação Infantil, contribui significativamente para o desenvolvimento integral da criança, estimulando aspectos motores, cognitivos e socioafetivos em um ambiente inclusivo e prazeroso, aproximando teoria e prática no processo formativo dos futuros professores.

Palavras-chave: educação física; educação infantil; brincadeiras; psicomotricidade; desenvolvimento integral.

INTRODUÇÃO

O brincar é reconhecido como a principal linguagem da infância e uma prática essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Na Educação Infantil, ele permite que os pequenos explorem o mundo, ampliem suas experiências e desenvolvam competências cognitivas, motoras, afetivas e sociais (Correia, Mendes, 2020; Alves; Santos, 2023). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) destaca o brincar como um direito de aprendizagem, contemplando-o nos campos de experiência O eu, o outro e o nós e Corpo, gestos e movimentos.

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Pesquisas recentes comprovam que práticas psicomotoras intencionais ampliam a atenção, a criatividade e a autoconfiança. Alves (2024) indica que a coordenação motora está diretamente relacionada ao desempenho escolar e à autoestima. Vilela e Holdefer (2022) reforçam que as atividades corporais contribuem para a socialização e expressão corporal, além de combater o sedentarismo. Valverde et al. (2020) ressaltam a importância da coordenação motora fina e da integração visomotora para aprendizagens mais complexas, enquanto Couto-Fortuna et al. (2023) evidenciam que práticas que unem movimento e cognição potencializam a atenção e a concentração.

Nesse contexto, o projeto "Movimento, afeto e brincar" foi desenvolvido como proposta pedagógica para crianças de 1 a 4 anos, unindo ludicidade, afeto e psicomotricidade como caminhos para aprendizagens significativas e experiências corporais integradas.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), com crianças de 1 a 4 anos de idade, por meio de oficinas pedagógicas que integraram movimento, afeto e brincadeiras.

As atividades foram organizadas da seguinte forma: I: Circuito motor: utilizando papelão, colher de pau e bolinha de pingue-pongue, as crianças realizaram percursos transportando a bolinha, desenvolvendo equilíbrio, coordenação e noções espaciais; II: Coordenação motora fina: com EVA, copinhos de 50 ml e figuras geométricas, as crianças empilharam copos e associaram as figuras às suas respectivas "chaves", estimulando precisão e controle motor; III: Jogos de atenção e concentração: em folhas A4 com desenhos de chaves e recortes em EVA, as crianças participaram de jogos de associação, promovendo foco, percepção visual e coordenação fina.

Todas as atividades foram mediadas pelos acadêmicos, que acompanharam o desenvolvimento das crianças e observaram indicadores como atenção, cooperação, engajamento e vínculos afetivos.

A metodologia, de natureza qualitativa e descritiva, fundamenta-se na compreensão do movimento e da ludicidade como ferramentas pedagógicas que promovem o desenvolvimento integral e a inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades mostraram resultados significativos. As crianças demonstraram entusiasmo, curiosidade e cooperação, além de avanços perceptíveis em coordenação motora, concentração e autonomia.

Observou-se também o fortalecimento das relações afetivas e da colaboração em grupo, com aumento da empatia, do respeito mútuo e do senso de pertencimento.

Esses achados estão alinhados às reflexões de Venâncio et al. (2022), que destacam a importância do trabalho psicomotor como promotora do desenvolvimento integral, integrando aspectos motores, cognitivos e afetivos.

Da mesma forma, Correia e Mendes (2020) afirmam que o brincar estimula a imaginação e torna o aprendizado mais prazeroso e significativo. Na prática, verificou-se que o movimento, aliado ao afeto, cria um ambiente educativo acolhedor, humano e transformador, onde o corpo é entendido como meio de expressão e aprendizagem.

Figuras 1 e 2: Desenvolvimento das atividades.

Fonte: Os autores (2025).

Figuras 3 e 4: Desenvolvimento das atividades.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Movimento, afeto e brincar" proporcionou experiências significativas, nas quais o corpo, o movimento e o afeto se uniram como linguagens fundamentais da infância.

As crianças aprenderam brincando, desenvolvendo coordenação, socialização e autonomia.

A vivência mostrou aos acadêmicos a importância de compreender a Educação Física na Educação Infantil como um espaço de vínculos, descobertas e sensibilidade. Quando o corpo e o afeto se encontram de forma intencional e lúdica, a aprendizagem torna-se mais humana, prazerosa e transformadora.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Municipal de Educação Infantil Marcelino Champagnat pela acolhida e parceria na realização deste projeto, e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de vivenciar esta experiência de extensão, que contribuiu para a formação acadêmica e profissional dos estudantes envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. B.O.; SANTOS, L. N. Dos. A importância da psicomotricidade na educação infantil: as práticas de coordenação motora em crianças até 6 anos de idade relações no desenvolvimento das crianças. 2023.

ALVES, G. R. A cooperação motora, a capacidade motora e os processos cognitivos: relações no desenvolvimento das crianças. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

COUTO-FORTUNA, B.; MACHADO, M. O.; ARAÚJO, C. R. S.; CARDOSO, A. A.; MAGALHÃES, L. C. Terapia motora cognitiva: descrição e análise clínica de crianças com Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC). Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 31, e3340, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO256033401. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/4SDqzdL69gLpbzsrgSGkGpx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 04 set 2025.

VALVERDE, A. A.; ARAÚJO, C. R. S.; MAGALHÃES, L. C.; CARDOSO, A. A. Relação entre integração visomotora e destreza manual em crianças com transtorno do desenvolvimento da coordenação. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 28, n. 3, p. 890–899, 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/Z9ZjM3qtd5fZYXMp4KC7Qnx/?lang=pt. Acesso em: 04 set. 2025.

VÍDEO. Veja 4 ideias de atividades para desenvolver a atenção e a concentração das crianças. YouTube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mXOQY6wNfkU. Acesso em: 04 set. 2025.

VILELA, F. R.; HOLDEFER, C. A. **A importância da psicomotricidade na Educação Infantil**. 2022.

MOVIMENTO E RITMO: A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Categoria: Extensão Universitária

Gabriela da Silva Moreira[1]
Milena Marisol da Silva Brito[2]
Diego André Bridi[3]

Resumo – O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre o projeto "Movimento e Ritmo", desenvolvido no contexto da Educação Infantil por acadêmicos do curso de Educação Física da UNIARP. A atividade teve como objetivo incentivar a prática de atividades físicas por meio da dança, promovendo o desenvolvimento motor, social e emocional das crianças. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, com a realização de dinâmicas rítmicas, como a "dança da cadeira" e a atividade de coordenação "acerte a bola no cone", adaptadas à faixa etária dos alunos. Os resultados evidenciaram melhora na coordenação motora, na socialização e na expressão corporal, além de maior envolvimento e alegria durante as aulas. Conclui-se que a dança é uma ferramenta pedagógica eficaz para o desenvolvimento integral da criança, estimulando aspectos físicos, cognitivos e afetivos de forma lúdica e prazerosa.

Palavras-chave: dança; educação infantil; psicomotricidade; desenvolvimento motor; ludicidade.

INTRODUÇÃO

A prática regular de atividades físicas durante a infância é fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças (Silva; Barros; Bringel, 2024). No entanto, observa-se um aumento significativo do sedentarismo infantil, agravado pelo uso excessivo de dispositivos eletrônicos e pela falta de espaços e estímulos adequados para a movimentação corporal (Antoniassi et al., 2024). Nesse contexto, a dança surge como uma alternativa eficaz e atrativa, por se tratar de uma atividade lúdica e acessível, capaz de promover múltiplos benefícios à saúde e ao desenvolvimento integral da criança (Kropeniscki; Kunz, 2020).

Enquanto linguagem corporal e manifestação cultural, a dança contribui para a melhoria da flexibilidade, força, equilíbrio e coordenação motora, além de fortalecer a autoestima, estimular a criatividade e favorecer a socialização (Tirintan; Oliveira, 2021). Segundo Nhur (2020),

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o movimento aliado à música favorece o processo de aprendizagem e a expressão emocional, reforçando a importância da dança como recurso pedagógico e formativo.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal estimular a prática de atividades físicas por meio da dança, destacando sua relevância para o bem-estar físico, emocional e social das crianças, bem como sua contribuição para o desenvolvimento motor e afetivo na infância.

METODOLOGIA

A proposta teve caráter qualitativo e descritivo, sendo desenvolvida no ginásio de uma escola municipal de Caçador (SC). Participaram 17 crianças do ensino infantil e 13 acadêmicos do curso de Educação Física da UNIARP.

As atividades envolveram práticas de dança e brincadeiras rítmicas, com o intuito de observar o comportamento motor, emocional e social das crianças. As observações foram realizadas durante e após as atividades, registrando-se aspectos como coordenação, expressão corporal, interação e autoestima.

Durante a realização, os acadêmicos atuaram como mediadores, incentivando a participação e adaptando as atividades conforme a faixa etária e o ritmo de cada aluno. Dentre as dinâmicas aplicadas, destacou-se a "dança da cadeira", conduzida pelo acadêmico João Pedro, e a atividade de precisão motora "acerte a bola no cone", criada de forma improvisada, que obteve excelente adesão e participação das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades de dança mostraram-se eficazes para estimular o movimento e o interesse das crianças pelas práticas corporais. Observou-se melhora na coordenação motora, no equilíbrio e no controle corporal, bem como maior engajamento, alegria e disposição para participar das aulas.

Além dos ganhos físicos, a dança favoreceu a socialização e o trabalho em grupo, fortalecendo vínculos entre colegas e promovendo atitudes de respeito, empatia e cooperação. As crianças apresentaram avanços na autoconfiança e na expressão corporal, aspectos que, conforme Vygotsky (1991), são fundamentais para o desenvolvimento integral e a aprendizagem mediada pela interação social.

Esses resultados demonstram que a dança é uma ferramenta pedagógica valiosa para a Educação Infantil, pois estimula o corpo e as emoções de forma integrada, lúdica e prazerosa.

Figura 1, 2 e 3: Desenvolvimento da atividade

Fonte: Os autores (2025).

Figura 4 e 5: Desenvolvimento da atividade

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do número reduzido de participantes, a atividade “Movimento e Ritmo” atingiu plenamente seus objetivos, proporcionando uma experiência significativa tanto para as crianças quanto para os acadêmicos envolvidos. A vivência demonstrou que a dança é um importante meio de aprendizagem e expressão, capaz de desenvolver habilidades motoras, cognitivas e socioafetivas.

A improvisação de atividades e a adaptação ao contexto escolar mostraram-se estratégias eficazes para garantir a participação de todos e fortalecer o aprendizado. Conclui-se que trabalhar o movimento e o ritmo de forma lúdica na Educação Infantil contribui para uma formação mais completa, prazerosa e humana, promovendo bem-estar, socialização e o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

ANTONIASSI, Sarina Giongo; MACHADO, Christiane Opuszka; SANTOS, Diego Spinoza dos; SANTOS, Lais dos; HOFELMANN, Doroteia Aparecida. Tempo de tela, qualidade da dieta de adolescentes e características do entorno escolar. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-12, jan. 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n1/e00022023/#. Acesso em: 02 nov. 2025.

KROPENISCKI, Fernanda Battagli; KUNZ, Elenor. Dança: Caminho de Possíveis (RE)encontros com o brincar e se-movimentar. Movimento, Posto Alegre, v. 26, p. e26089, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mov/a/pztJ5Gbj84q7WnTrgWq3TjK/?lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2025.

Nhur, Andréia. Do Movimento ao Som, Do Som ao Movimento: relações bioculturais entre dança e música. Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 10, n. 4, e100069, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbep/a/WQMbk7yV8JcWrdYLrZKkTjK/?format=html&lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, Auricleide da; BARROS, Maria Dara Souza; BRINGEL, Maricélia Félix Andrade. A Importância da Educação Física inserida no contexto do Ensino Infantil. Revista de Psicologia, *[s.l.]*, v.18, n. 74, p. 127-136, Dez. 2024. Disponível em: DOI: 10.14295/idonline.v18i74.4131. Acesso em: 01 nov. 2025.

TIRINTAN, Marília Merle; OLIVEIRA, Rogério Cruz de. Os impactos da experiência da dança em sua relação com a saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. e310410, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/xjVZrZYFJx4BMVdWJ8773Jb/?format=html&lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2025.

PRÁTICAS SUPERVISIONADAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS NO PRÉ II

Categoria: Práticas de Estágio

Amanda Aparecida Pereira dos Santos[1]
Diego André Bridi[2]

Resumo – O presente trabalho apresenta as experiências e aprendizagens obtidas durante o estágio supervisionado de Educação Física na Educação Infantil, realizado com as turmas do Pré II (5 anos), na Escola Municipal Irmão Venâncio José, em Caçador–SC. O principal objetivo foi compreender o papel da Educação Física no desenvolvimento integral das crianças, com ênfase na psicomotricidade e na ludicidade. O estágio contou com 5 horas de observação, 15 horas de regência e 15 horas destinadas à elaboração do relatório, totalizando 35 horas. As atividades foram planejadas de forma a estimular a coordenação motora ampla e fina, a lateralidade, a noção espacial e temporal, a socialização e a cooperação, utilizando jogos, brincadeiras e circuitos motores. Os resultados evidenciaram que as aulas lúdicas tornam o processo de aprendizagem mais prazeroso e significativo, contribuindo expressivamente para o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças. Verificou-se também a importância da adaptação das propostas pedagógicas às diferentes necessidades, interesses e ritmos de cada aluno, promovendo a inclusão e o respeito à individualidade. Conclui-se que o estágio foi fundamental para a construção da identidade docente e para reafirmar a relevância da Educação Física na Educação Infantil como prática educativa promotora de autonomia, criatividade, interação e desenvolvimento integral.

Palavras-chave: estágio supervisionado; educação infantil; educação física; psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um componente essencial na formação do profissional de Educação Física, pois possibilita ao acadêmico vivenciar a prática docente em contextos reais de ensino, aproximando a teoria estudada na universidade da realidade escolar. Durante esse processo, o estagiário tem a oportunidade de observar, planejar e intervir pedagogicamente, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para o exercício da docência (Bikel; Duek; Benites, 2023).

De acordo com Gomes, Mello e Martins (2022), o estágio supervisionado é parte fundamental da formação profissional, pois permite ao estudante vivenciar sua futura área de atuação e colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Essa

[1]Aluna do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

vivência contribui para a construção da identidade docente e favorece a reflexão crítica sobre a própria prática pedagógica.

Na Educação Infantil, geralmente o primeiro contato das crianças com a escola representa um momento de descobertas e de construção de novas experiências. É nessa fase que elas passam a desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, que servirão de base para todo o aprendizado posterior (Cardozo; Biella, 2023). Assim, o papel da Educação Física torna-se essencial para promover o desenvolvimento integral da criança, aliando o movimento, o jogo e o brincar como meios de expressão, interação e aprendizagem.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), as experiências corporais na Educação Infantil contribuem significativamente para o desenvolvimento integral, valorizando o corpo como meio de comunicação e expressão. Nesse contexto, a Educação Física assume o papel de promover a autonomia, a coordenação motora e a consciência corporal, fortalecendo hábitos saudáveis e atitudes de respeito em situações de convivência.

A psicomotricidade é considerada uma ferramenta pedagógica fundamental na área da Educação Física, pois favorece o desenvolvimento global das crianças, estimulando a coordenação motora ampla e fina, a lateralidade, o equilíbrio e a orientação espacial e temporal (Soares et al., 2021). Aliada à ludicidade, potencializa o aprendizado, tornando as aulas mais atrativas e prazerosas. O brincar, como destacam Moraes e Coelho (2021), é uma poderosa ferramenta de ensino, que promove a imaginação, a atenção e a socialização.

Segundo Guede (2024), as brincadeiras e jogos aliados à ludicidade transformam as aulas de Educação Física em ambientes prazerosos e seguros, fundamentais para o desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças. Além disso, contribuem para o aprendizado de valores como cooperação, respeito, trabalho em equipe e compreensão de regras.

Dessa forma, o presente relato apresenta as experiências vivenciadas durante o componente curricular Práticas Supervisionadas de Educação Física II, com turmas do Pré II (5 anos), na Educação Infantil. O estágio teve como foco o desenvolvimento psicomotor e o aprendizado por meio de atividades lúdicas, reforçando a importância da prática docente como espaço de formação, observação e aprimoramento das competências pedagógicas do futuro professor.

METODOLOGIA

O estágio foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Irmão Venâncio José, localizada no município de Caçador – SC, no período de 17 a 29 de setembro de 2025, no turno matutino. Ao longo desse período, foram cumpridas 5 horas de observação, 15 horas de regência e 15 horas destinadas à elaboração do relatório, totalizando 35 horas de estágio supervisionado.

Durante o período de observação, foi possível compreender o funcionamento da escola e das aulas, identificar o perfil das crianças, o método utilizado pela professora responsável e os principais desafios enfrentados no cotidiano escolar. Essa etapa foi fundamental para planejar intervenções pedagógicas adequadas à realidade da turma.

As atividades práticas foram planejadas com foco no desenvolvimento integral das crianças, priorizando aspectos como coordenação motora ampla e fina, lateralidade, noção espacial e temporal, socialização, cooperação e raciocínio lógico. As aulas foram desenvolvidas de forma lúdica e prazerosa, valorizando o movimento e a expressão corporal como instrumentos de aprendizagem.

As práticas propostas envolveram atividades psicomotoras, jogos e brincadeiras, que permitiram às crianças explorar o corpo e o ambiente de maneira livre e criativa, promovendo a autonomia, a interação social e o aprendizado significativo, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de regência e observação, foi possível relacionar os conteúdos teóricos estudados na universidade com a realidade escolar, identificando os desafios e as potencialidades presentes no cotidiano das aulas. Observou-se que as aulas de Educação Física na Educação Infantil contribuem de forma significativa para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos.

Ficou evidente que, nessa faixa etária, a melhor forma de trabalhar é por meio da ludicidade, pois os jogos e brincadeiras tornam as aulas mais interessantes, prazerosas e atraentes para as crianças. As atividades lúdicas favorecem a aprendizagem e o engajamento, estimulando a curiosidade e a interação entre os colegas.

Também foi possível perceber que cada criança possui seu próprio ritmo de desenvolvimento, e que isso deve ser respeitado. Algumas demonstram maior facilidade em compreender as regras e comandos das atividades, enquanto outras apresentam dificuldades em acompanhar as explicações e realizar determinados movimentos.

Diante desse cenário, reforça-se a importância de adaptar as aulas conforme as necessidades individuais dos alunos, sem desmotivar aqueles que apresentam maior domínio das habilidades propostas. O professor deve corrigir os movimentos de forma construtiva, propor variações que mantenham todos os alunos engajados e incentivar constantemente o esforço e a participação, promovendo um ambiente inclusivo e estimulante para o aprendizado.

Figura 1- Atividade circuito motor

Fonte: Os autores (2025).

Figura 2 – Atividade fio elétrico

Fonte: A autora (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas possibilitaram observar o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, bem como a relevância do brincar e da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. A experiência também contribuiu para o amadurecimento pessoal e profissional

da acadêmica, favorecendo a construção da identidade docente, a autonomia e a capacidade de reflexão sobre a própria prática.

Apesar das dificuldades encontradas, especialmente no controle das turmas e na adaptação das atividades, o estágio representou uma oportunidade única de aprendizado e crescimento. Assim, conclui-se que essa vivência foi essencial para consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e reafirmar o compromisso com uma prática pedagógica crítica, criativa e transformadora.

Um ponto importante observado durante as atividades foi a relevância da Educação Física na Educação Infantil, pois ela contribui de forma significativa para o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos motores, cognitivos e sociais. O movimento e o brincar permitem que as crianças aprendam de maneira prazerosa, desenvolvendo autonomia, criatividade e imaginação. Nesse contexto, o professor tem papel essencial ao planejar e adaptar as atividades conforme as necessidades e características da turma, proporcionando experiências significativas que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento global dos alunos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Municipal Irmão Venâncio José pela acolhida e colaboração durante o período de estágio, à professora supervisora Joelma pelo acompanhamento e orientações durante as atividades, ao orientador Me. Diego André Bridi pelo apoio e contribuições formativas, e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo suporte institucional e pela oportunidade de vivenciar essa experiência prática de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BIKEL, Roque Luiz; DUEK, Viviane Preichardt. BENITES; Larissa Cerignoni. O estágio curricular supervisionado em Educação Física na perspectiva dos planos de ensino e relatórios finais. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro - SP, v. 33 n.66, jan. 2023. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/16607. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/?utm_source. Acesso em: 20 out. 2025.

CARDOSO, Ana Lúcia; BIELLA, Felipe Gomes; Estágio Obrigatório na Educação Infantil: Limites e Possibilidades na Formação Inicial em Educação Física. Criar Educação, Criciúma, v. 12, n.2, ago.2023. Disponível em: https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/5699/6719. Acesso em: 17 out. 2025.

GOMES, Carlos Eduardo de Almeida; MELLO, André da Silva; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio. Estágio curricular supervisionado em educação física na educação infantil: análises a partir da literatura acadêmica. Humanidades e Inovação, v. 8, n. 65, abr. 2022. Disponível em:

https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6396. Acesso em: 18 out. 2025.

GUEDE, Larissa Da Silva. Ludicidade, Educação Física E Educação Infantil: Uma Análise Das Propostas Pedagógicas Desenvolvidas No Estágio Supervisionado. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação (Educação Física - Licenciatura) - Universidade Estadual de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5047. Acesso em: 18 out. 2025.

MORAES, Giane Severino Correa; COELHO, Helda Gomes; A Importância do Lúdico na Educação Infantil. REEDUC, v. 7, n. 2, abr.2021. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11569. Acesso em: 18 out. 2025.

SOARES, Raphael Almeida Silva *et al.* Dança, psicomotricidade e educação infantil: revisão de literatura e considerações para uma educação física escolar significativa. Research, Society and Development, v. 10, n. 12, set. 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/20718/18510. Acesso em: 17 out. 2025.

VIEIRA, Gabriele Aparecida Barbosa; MOREIRA, Cristina Alves; LIMA, Brenda Caroline Rezende. Educação Infantil: Das Políticas Públicas ao Brincar como Direito em Centros Municipais de Educação Infantil de Barra do Garças - MT. Revista Eletrônica Interdisciplinar Barra do Garças, MT, v. 15, n. 3, dez. 2023. Disponível em: http://revista.sear.com.br/rei/article/view/515/416. Acesso em: 17 out. 2025.

VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANIL: UM RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR

Categoria: Práticas de Estágio

Jonathan Rafael Bernart[1]
Diego André Bridi[2]

Resumo – O estágio supervisionado obrigatório em Educação Física foi realizado na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada no município de Caçador (SC), com alunos da Educação Infantil, com idades entre quatro e cinco anos. A proposta teve como objetivo observar, aplicar e analisar atividades práticas voltadas ao desenvolvimento motor, com base na psicomotricidade e no planejamento anual do professor supervisor. A metodologia incluiu momentos de observação, pesquisa e práticas aplicadas. As atividades foram elaboradas de forma lúdica, explorando movimentos como correr, saltar, lançar, agachar e equilibrar, respeitando os diferentes estágios do desenvolvimento motor infantil. Os resultados demonstraram avanços na coordenação, atenção, socialização e autonomia das crianças, além de reforçarem a importância da Educação Física nos primeiros anos escolares. O estágio possibilitou ao acadêmico vivenciar a realidade docente, compreender a integração entre teoria e prática e consolidar conhecimentos fundamentais à formação profissional e à atuação como professor pesquisador.

Palavras-chave: anos iniciais; educação infantil; estágio; psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado obrigatório é uma etapa fundamental na formação acadêmica, pois permite ao aluno vivenciar práticas e desafios que apenas o ambiente escolar pode proporcionar. Segundo Corrêa (2021), toda profissão exige habilidades técnicas, e com a docência não é diferente. No entanto, o autor reforça que tais habilidades não são suficientes por si só é necessário que o conhecimento científico caminhe junto com a prática, permitindo que teoria e prática se tornem aliadas no fazer docente.

Nessa mesma linha, Santos e Freitas (2021) destacam que o estágio amplia as reflexões e as experiências do futuro professor, expondo-o a situações reais que o incentivam a desenvolver uma postura crítica, reflexiva e investigativa. Assim, o estágio supervisionado torna-se um espaço de construção profissional e de consolidação da identidade docente.

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As atividades relatadas neste trabalho apresentam experiências de observação e intervenção com turmas da Educação Infantil, compostas por crianças de quatro e cinco anos, matriculadas no Pré-Escolar I da Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador (SC), realizadas entre os dias 26 de agosto e 13 de outubro de 2025.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e representa o início da jornada escolar, momento em que a criança se separa do ambiente familiar e começa a socializar de forma estruturada. A BNCC reforça o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.

As atividades desenvolvidas durante o estágio foram planejadas com foco no desenvolvimento motor e na psicomotricidade, alinhadas ao planejamento da professora supervisora da unidade concedente. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor das crianças (Rocha, 2021).

A Educação Física, nesse contexto, tem papel essencial, especialmente nos anos iniciais, quando a criança começa a reconhecer seu corpo e a desenvolver movimentos básicos. Segundo Barros, Costa e Gomes (2020), o desenvolvimento psicomotor entre quatro e seis anos é decisivo para o aprendizado, pois é nessa fase que a criança consolida diversas habilidades motoras.

Este relato tem como objetivo descrever e analisar as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado, destacando as atividades práticas e observacionais que contribuíram para o desenvolvimento acadêmico e pessoal da estagiária, refletindo sobre os desafios e os aprendizados adquiridos e reafirmando a importância do estágio para a formação docente.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada na cidade de Caçador, Santa Catarina, no bairro Sorgatto, com alunos da Educação Infantil entre 4 e 5 anos. O colégio é de pequeno porte e possui um ambiente acolhedor, atendendo turmas desde o Pré-Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental.

O período de atuação ocorreu entre 26 de agosto e 13 outubro de 2025, totalizando 35 horas, sendo 5 horas de observação, 15 horas de práticas aplicadas e 15 horas destinadas à elaboração do relatório.

Durante o momento de observação, buscou-se compreender o nível cognitivo, afetivo e motor dos alunos, a interação entre eles e o professor responsável, bem como observar o comportamento das crianças no ambiente escolar. Também foi analisada a metodologia utilizada pelo docente, o uso dos materiais disponíveis e a organização das aulas.

As práticas foram planejadas com base em atividades psicomotoras alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao planejamento do professor supervisor da unidade concedente, com o objetivo de enfatizar o desenvolvimento motor e lúdico dos alunos do Pré-Infantil. As aulas envolveram práticas semidesportivas e técnicas como correr, pular, saltar, lançar,

agachar e movimentos de pinça, favorecendo o desenvolvimento nos estágios inicial, elementar e maduro.

Além disso, foram propostas atividades cognitivas e lúdicas, estimulando o raciocínio lógico e a socialização das crianças. Outras experiências relevantes incluíram a participação em eventos escolares, como a sessão cívica de 7 de setembro de 2025, momento marcante em que foi possível observar a empolgação das crianças em suas apresentações e o envolvimento das famílias que compareceram à escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

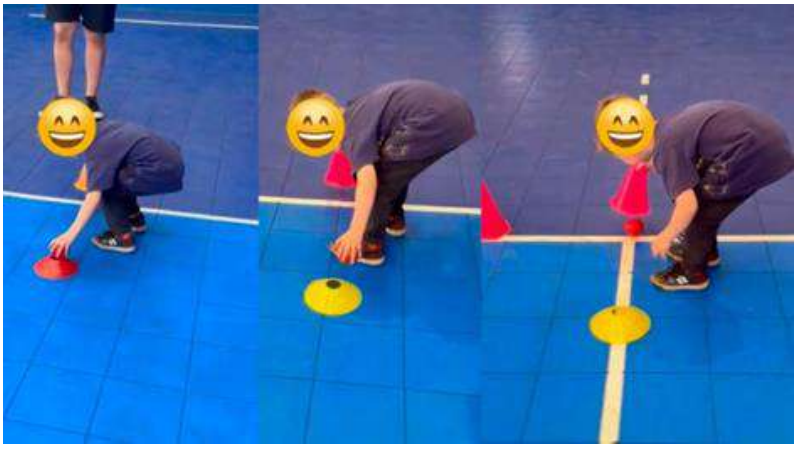
As atividades realizadas ao longo do estágio supervisionado obrigatório na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini contribuíram significativamente para a formação profissional do acadêmico, proporcionando vivências práticas que fortaleceram o processo de aprendizagem e a relação entre teoria e prática. Essa experiência favoreceu o desenvolvimento de aspectos profissionais e a criação de vínculos afetivos entre professores e alunos.

As atividades desenvolvidas, como circuitos motores, estafetas e minijogos, apresentaram resultados expressivos no aprimoramento da coordenação motora, do movimento corporal, da atenção e de aspectos psicológicos e lúdicos. Além disso, essas práticas contribuíram para o conhecimento e a percepção do corpo, o reconhecimento de lateralidade (direita e esquerda) e a compreensão de noções espaciais e temporais.

A organização e autonomia dos alunos também se destacaram: tornou-se habitual que, ao chegar à quadra, as crianças se sentassem na linha lateral e aguardassem as instruções do professor. O aspecto social foi visivelmente desenvolvido, com os alunos demonstrando maior respeito à vez do colega, aguardando na fila e participando com mais disciplina e cooperação.

Esses resultados estão em consonância com Rocha (2021), que defende que as intervenções no contexto escolar devem valorizar não apenas os aspectos motores, mas também os afetivos e cognitivos, promovendo o desenvolvimento integral das crianças por meio de atividades significativas e prazerosas.

Figura 1: Aluno em atividade de troca a bolinha de cones.



Fonte: Os autores (2025).

Figura 2: Aluna em atividade de Zig-Zag rolando a bola.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 3: Atividade de salto e vira cone.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini foi uma etapa que uniu pesquisa e vivências práticas, agregando ainda mais conhecimento à formação acadêmica e desenvolvendo competências e habilidades que somente a experiência cotidiana no ambiente escolar pode proporcionar.

A abordagem adotada nos planos de aula apresentou resultados significativos, sendo planejamentos criativos e adaptados à realidade dos alunos do Pré-Infantil (4 a 5 anos). As atividades desempenharam papel fundamental no desenvolvimento emocional, sensorial, cognitivo e motor das crianças, contribuindo de forma expressiva para o aprendizado e a socialização.

Outro ponto relevante foi a convivência com a equipe escolar, sempre solícita e disposta a auxiliar nas demandas do estágio. O professor supervisor da unidade concedente mostrou-se colaborativo e generoso ao compartilhar seu modo de trabalho e seus conhecimentos na área, o que foi de grande importância para a adaptação e o alinhamento das aulas à rotina da turma.

Em síntese, o estágio supervisionado reforçou a importância da Educação Física nos anos iniciais e revelou uma área de grande interesse pessoal e profissional. Foi possível compreender que, por meio da Educação Física, o ser humano começa a desenvolver sua estrutura corporal, emocional, cognitiva e motora, consolidando as bases para o seu desenvolvimento integral.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), à Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, aos alunos e a todos que fizeram parte de mais um capítulo da minha trajetória acadêmica.

Em especial, expresso minha gratidão aos professores Sarder Junior Alves, supervisor na unidade concedente, e Me. Diego André Bridi, professor responsável pela disciplina de Práticas Supervisionadas.

Obrigado por depositarem sua confiança em mim e por fazerem parte dessa história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2025.

CORRÊA, Cintia Chung Marques. Formação de professores e o estágio supervisionado: tecendo diálogos, mediando a aprendizagem. **Educação em Revista,** v.37, p. e29817, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/pjSCdw3yLypv6zYPN9qKhvL/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

GOMES, Vanessa Souza do Sacramento; COSTA, Elizete Brito da Silva; BARROS, Claudia Araujo Urbano. Alfabetização e Psicomotricidade: uma aliança pelo pleno desenvolvimento da criança. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 45, 24 de novembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/alfabetizacao-e psicomotricidade-uma-alianca-pelo-pleno-desenvolvimento-da-crianca. Acesso em: 26 set. 2025.

SANTOS, Tatielly Almeira; FREITAS Inalda Maria Duarte de. A Pesquisa na formação docente: o estágio supervisionado em diálogo com a residência pedagógica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, *[s. l.]*, v. 7, n. 22, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3335. Acesso em: 26 set. 2025.

ROCHA, Gabriel. **Psicomotricidade**: reflexões sobre a formação em educação física. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2021. 129 p.; 23cm – Educação física e esporte.

ALIMENTE OS ANIMAIS: UMA ATIVIDADE LÚDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA COODENAÇÃO MOTORA FINA E SENSORIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria: Projeto Integrador

Amanda Aparecida Pereira dos Santos[1]
Jéssica da Silva Corrêa[2]
Jorge Luiz Velasquez[3]
Diego André Bridi[4]

Resumo – O presente trabalho relata uma experiência de caráter qualitativo, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão universitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC. A ação foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, durante o primeiro semestre de 2025, como parte da Curricularização da Extensão. A proposta, intitulada "Alimente os Animais", teve como objetivo promover o desenvolvimento da coordenação motora fina e sensorial de crianças da Educação Infantil por meio de uma atividade lúdica e interativa. A oficina utilizou materiais recicláveis e de baixo custo, incentivando também a consciência ambiental. Participaram aproximadamente 50 pessoas, entre professores, pais e alunos, que demonstraram grande envolvimento e entusiasmo. Os resultados evidenciaram que o brincar, aliado à criatividade, é um recurso eficaz para o desenvolvimento motor e para o fortalecimento dos vínculos familiares e escolares. Conclui-se que o uso de atividades lúdicas na Educação Infantil favorece aprendizagens significativas e reforça o papel da Educação Física na formação integral das crianças, além de destacar a importância da extensão universitária como espaço de integração entre teoria e prática.

Palavras-chave: educação física; psicomotricidade; coordenação motora; atividades lúdicas; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A Educação Física tem papel fundamental no desenvolvimento integral do ser humano, especialmente durante a infância, quando ocorrem as principais aquisições motoras e cognitivas. O desenvolvimento motor, segundo Prado (2024), consiste nas transformações que acontecem ao longo da vida em relação ao controle e ao deslocamento de partes do corpo, permitindo que a criança compreenda o ambiente ao seu redor e adquira conhecimentos táteis, sensoriais e espaciais.

[1]Aluna do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

De acordo com Lima e Da Cunha (2022), a psicomotricidade reflete a relação entre as funções psicológicas e motoras, sendo essencial para compreender o processo de aprendizagem e adaptação das crianças ao meio em que vivem. Nesse contexto, o desenvolvimento da coordenação motora fina e da integração sensorial desempenha papel decisivo no aprimoramento de habilidades cotidianas, como segurar objetos, alimentar-se, escovar os dentes e se comunicar (Varela, 2023).

A coordenação motora fina, envolve o uso dos pequenos músculos das mãos, olhos e boca, possibilitando movimentos precisos e controlados. Já o sistema sensorial está relacionado à integração dos sentidos como visão, audição, tato, olfato e percepção corporal, que enviam informações ao cérebro e orientam respostas adequadas (Godinho, 2024).

O uso de brincadeiras e jogos lúdicos é uma estratégia eficaz para estimular essas habilidades, pois transforma o aprendizado em uma experiência prazerosa e significativa. Bell Martinez et al. (2023) destacam que a ludicidade promove o desenvolvimento motor e sensorial ao mesmo tempo em que desperta a curiosidade e o prazer de aprender. Assim, cabe ao professor de Educação Física planejar experiências corporais que desenvolvam a coordenação e favoreçam o aprendizado de forma criativa. Como afirmam Ruel (2024) e Silva, Basso e Santos (2024), o docente é o mediador que organiza as vivências motoras, incentivando a prática de atividades físicas e o gosto pelo movimento desde a infância.

Diante dessa problemática partimos da seguinte pergunta norteadora: como promover o desenvolvimento da coordenação motora fina e sensorial em crianças da Educação Infantil por meio de atividades lúdicas e interativas?

O objetivo deste trabalho é elaborar e aplicar uma atividade pedagógica lúdica denominada "Alimente os Animais", voltada ao aprimoramento da coordenação motora fina e da percepção sensorial. A proposta busca estimular o controle dos movimentos, a precisão manual, a concentração e a interação social das crianças por meio de uma brincadeira prazerosa e significativa.

A relevância deste estudo reside no fato de que o desenvolvimento motor e sensorial é fundamental para o avanço da aprendizagem infantil e da autonomia. Além disso, o uso de metodologias lúdicas na Educação Física contribui para uma prática pedagógica inclusiva, criativa e motivadora, fortalecendo o vínculo entre movimento, emoção e conhecimento.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentado nas ações desenvolvidas no projeto de extensão da curricularização das Licenciaturas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), durante o primeiro semestre de 2025. A atividade foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada no município de Caçador/SC, integrando o processo institucional de Curricularização da Extensão.

A proposta consistiu na elaboração e aplicação da atividade lúdica "Alimente os Animais", voltada às turmas da Educação Infantil, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da

coordenação motora fina e da percepção sensorial de forma criativa e prazerosa. A oficina foi planejada e executada por acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física, que atuaram como mediadores da aprendizagem.

A construção do produto educacional ocorreu entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, durante a 1ª Semana da Curricularização da Extensão, e sua aplicação prática foi realizada no dia 07 de junho de 2025, na escola parceira.

A atividade foi desenvolvida com materiais recicláveis, utilizando caixas de pizza decoradas com o rosto de animais, contendo um orifício na região da boca. O desafio proposto às crianças era acertar bolinhas dentro da "boca" do animal, promovendo a coordenação entre visão e movimento, além de estimular o controle motor fino, a concentração e a percepção tátil. Essa abordagem buscou unir sustentabilidade, ludicidade e aprendizagem significativa.

A análise da experiência baseou-se em observações diretas, anotações reflexivas e trocas de relatos entre os acadêmicos e os professores orientadores, considerando o engajamento das crianças, a eficácia pedagógica das estratégias aplicadas e o impacto formativo da ação para os futuros docentes.

A atividade integrou um conjunto de 38 oficinas pedagógicas vinculadas ao projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882, reafirmando o compromisso institucional com práticas extensionistas transformadoras e socialmente relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade desenvolvida demonstrou grande potencial como ferramenta pedagógica para o estímulo da coordenação motora fina e sensorial na Educação Infantil. A utilização de materiais recicláveis e de fácil acesso mostrou-se eficaz, unindo educação, sustentabilidade e ludicidade em uma proposta criativa e atrativa para as crianças.

A oficina contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, entre professores, pais, alunos da EMEB Alcides Tombini e demais integrantes da comunidade escolar. As crianças de 4 a 6 anos apresentaram elevado nível de interesse, curiosidade e engajamento, demonstrando entusiasmo ao participar das atividades. Já as crianças acima de 7 anos consideraram a proposta simples, mas ainda assim se envolveram de forma espontânea e colaborativa.

Durante a prática, observou-se que as crianças compreenderam a importância da coordenação motora e sensorial, percebendo que a execução das tarefas exigia atenção, controle e precisão nos movimentos. Um dos momentos mais marcantes foi a participação dos pais, que se envolveram em uma competição divertida com os filhos, fortalecendo os vínculos afetivos e tornando a experiência ainda mais significativa e prazerosa.

Figura 1: Alimente os Animais

Fonte: Os autores 2025.

Figura 2, 3 e 4: Desenvolvimento da atividade.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências vivenciadas, foi possível reconhecer a importância das atividades lúdicas e pedagógicas para o desenvolvimento da coordenação motora fina e sensorial das crianças na Educação Infantil. A proposta "Alimente os Animais" mostrou-se eficaz ao integrar

aprendizagem e diversão, promovendo o engajamento ativo das crianças em uma experiência significativa que estimulou tanto o controle motor quanto a percepção sensorial.

O uso de materiais recicláveis destacou-se como uma estratégia criativa e sustentável, viabilizando uma prática acessível, de baixo custo e com grande potencial educativo. Além disso, a participação das famílias em momentos de interação reforçou os vínculos afetivos e evidenciou o papel do brincar como mediador essencial no processo de aprendizagem.

O projeto alcançou seu objetivo de promover o desenvolvimento motor e sensorial por meio de estratégias lúdicas e interativas, evidenciando a relevância do professor de Educação Física na condução de experiências significativas durante a infância. Por fim, a atividade mostrou-se uma ferramenta pedagógica enriquecedora, tanto para os acadêmicos quanto para as crianças participantes, reafirmando o papel transformador da extensão universitária como elo entre teoria, prática e compromisso social.

REFERÊNCIAS

BELL MARTINEZ, Katiuska *et al*. Jogos psicomotores: um papel importante em crianças de três a quatro anos. Rev Podium, Pinar del Rio, v.18, n.3, p., Dez., 2023. Disponível em: http://scielo.sld./scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1996245220230003000008&lng=es&nrm=iso . Acesso em 03 abr. 2025.

GODINHO, Larissa Alves. Desempenho motor, processamento sensorial e autocuidado em crianças pré-termo e a termo na idade escolar: estudo exploratório. 2024. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Estudos da Ocupação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/80808/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%20Larissa%20Alves%20Godinho.pdf. Acesso em 03 abr. 2025.

LIMA, Luís Antônio Portes; DA CUNHA, Alexandre Alves Caribe. A relevância da Psicomotricidade nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. Revista Eletrônica Nacional de Educação Física, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 156–166, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5217. Acesso em: 3 maio. 2025.

PRADO, Igor Kaue Lima do. Design de brinquedo-instrumento para auxílio na avaliação da coordenação motora e motricidade fina infantil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) -Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2024. Disponível em: Biblioteca Digital de Monografias: Design de brinquedo-in...- Google Acadêmico. Acesso em 03 abr. 2025.

RUEL, Maria Robertha Fonseca. A Educação Física Na Educação Infantil. 2024. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso (Educação Física) - Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu, 2024. Disponível em: https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriotcc/article/download/43 42/3316. Acesso em: 03 abr. 2024.

VARELA, Leticia Marins. Coordenação Motora fina na Educação Infantil: Percepção dos Professores de Educação Física. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2023. Disponível em: UNIFACVEST: COORDENAÇÃO MOTORA FINA NA EDUCAÇÃO... - Google Acadêmico. Acesso em 03 abr. 2025.

CIRCUITO LÚDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA AMPLA, RACIOCÍNIO E PRECISÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria: Projeto Integrador

João Pedro Cardoso[1]
Kleberson Granemann de Almeida[2]
Marlon Guedes Dominico[3]
Rian Douglas Queiroz da Silva[4]
Jorge Luiz Velasquez[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo criar um circuito lúdico com recursos pedagógicos para estimular o desenvolvimento da coordenação motora, do raciocínio e da precisão em crianças do Ensino Fundamental. A proposta buscou integrar aspectos motores e cognitivos em um ambiente educativo e prazeroso, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. A metodologia consistiu na realização de atividades motoras amplas, com foco na coordenação óculo-visual, lateralidade, equilíbrio e consciência corporal das crianças. O circuito foi composto por desafios variados que exigiam agilidade, atenção e controle motor, envolvendo aproximadamente 30 participantes durante sua execução. Os resultados evidenciaram entusiasmo, competitividade saudável e participação ativa dos alunos, favorecidos pela natureza lúdica da atividade e pela interação direta entre professores e estudantes. A dinâmica despertou o interesse, a socialização e o respeito mútuo, promovendo cooperação entre os participantes. Conclui-se que o circuito lúdico é uma estratégia eficaz no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas de forma divertida. Sua aplicação no contexto pedagógico mostra-se recomendada para promover a inclusão e valorizar as individualidades das crianças.

Palavras-chave: coordenação motora; circuito lúdico; habilidades.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da coordenação motora ampla é um dos pilares fundamentais da Educação Física na infância, pois envolve movimentos que utilizam grandes grupos musculares e contribuem diretamente para o equilíbrio, a força, a agilidade e a consciência corporal, pois a coordenação é resultado da integração entre diferentes articulações e músculos, permitindo a

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

execução de movimentos precisos e eficientes, essenciais para o crescimento físico e emocional das crianças (Wu; Huang, 2023; Silva; Basso, Santos, 2024).

Entretanto, observa-se que, nos últimos anos, o avanço das tecnologias e o tempo excessivo diante das telas têm reduzido as oportunidades de movimento espontâneo, comprometendo o desenvolvimento motor infantil (Nobre et al., 2021).

Essa realidade reforça a importância da criação de propostas pedagógicas que estimulem o corpo em movimento, valorizando o brincar como meio de aprendizagem. Nesse sentido, o lúdico torna-se um recurso indispensável, pois, como afirma Cotonhoto, Rossetti e Missawa (2019) ele amplia o ensino ao tornar as atividades mais dinâmicas, afetivas e socializadoras, promovendo aprendizagens significativas.

Dessa forma, o presente trabalho busca responder à seguinte problemática: como a utilização de um circuito lúdico pode contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora ampla, do raciocínio e da precisão em crianças da Educação Infantil?

O objetivo geral consiste em implementar e analisar uma atividade lúdica em formato de circuito, que estimule a coordenação motora ampla e o raciocínio lógico por meio de desafios que envolvam equilíbrio, lateralidade e controle dos movimentos. Especificamente, pretende-se estimular a agilidade e a consciência corporal das crianças, promovendo o aprendizado de forma prazerosa, dinâmica e significativa.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido no contexto do projeto de extensão universitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025. A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, integrando as ações da Curricularização da Extensão.

A atividade fez parte do conjunto de oficinas do projeto "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A oficina intitulada "Circuito Lúdico: Desenvolvendo Coordenação, Raciocínio e Precisão" foi elaborada e aplicada pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da coordenação motora ampla, do raciocínio lógico e da precisão dos movimentos em crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e a aplicação ocorreu no dia 07 de junho de 2025, na escola.

O circuito foi montado com diferentes estações que exigiam habilidades motoras como equilíbrio, agilidade, precisão e lateralidade, promovendo a integração entre corpo e mente. A sistematização da experiência baseou-se em observações diretas, anotações reflexivas e vivências compartilhadas pelos acadêmicos, permitindo analisar o engajamento das crianças, a eficácia das estratégias utilizadas e o aprendizado proporcionado pela proposta lúdica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade prática desenvolvida na EMEB Alcides Tombini demonstrou grande potencial como ferramenta pedagógica para o estímulo da coordenação motora ampla, da atenção e do raciocínio lógico das crianças. Participaram aproximadamente 30 alunos, que se envolveram com entusiasmo e curiosidade durante todo o circuito.

O formato lúdico e participativo contribuiu para tornar a experiência motivadora e inclusiva, permitindo que todos os estudantes participassem de acordo com suas habilidades. Desde o início, observou-se o entusiasmo e o comprometimento dos alunos, que se mostraram determinados a superar os desafios propostos.

Em alguns momentos, os próprios acadêmicos precisaram interagir diretamente com as crianças, o que fortaleceu o vínculo e aumentou o engajamento dos participantes. Apesar do caráter competitivo da atividade, foi reforçado que o principal objetivo era participar, se divertir e aprender, o que ajudou a promover um ambiente saudável e colaborativo.

A análise das observações evidenciou melhoras na coordenação motora, na agilidade, no equilíbrio e na precisão dos movimentos. A proposta confirmou que o uso de circuitos lúdicos é uma estratégia eficaz no ensino da Educação Física escolar, pois estimula o desenvolvimento motor e cognitivo de forma prazerosa e significativa.

Figura 1: Crianças participando do circuito.

Fonte: Os autores 2025.

Figura 2: Crianças participando do circuito.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade desenvolvida na EMEB Alcides Tombini proporcionou momentos significativos de aprendizado e integração entre as crianças e os acadêmicos envolvidos. O circuito lúdico mostrou-se uma estratégia eficaz para o desenvolvimento da coordenação motora ampla, do raciocínio lógico e da precisão dos movimentos, unindo aprendizado e diversão em um mesmo contexto.

Durante a realização da proposta, observou-se o envolvimento ativo e entusiasmado das crianças, que participaram de forma colaborativa e demonstraram interesse em superar os desafios. A dinâmica competitiva foi positiva, estimulando a socialização, o espírito de equipe e a autoconfiança dos participantes.

Além dos benefícios motores, a atividade também favoreceu o desenvolvimento cognitivo e emocional, mostrando que o movimento pode ser um importante aliado no processo educativo. A experiência reforça a relevância do lúdico na Educação Física, evidenciando que é possível aprender de forma prazerosa e significativa.

REFERÊNCIAS

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. Construção Psicopedagógica, São Paulo, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005. Acesso em: 16 out. 2025.

NOBRE, Juliana Nogueira Pontes; SANTOS, Juliana Nunes; SANTOS, Lívia Rodrigues; GUEDES, Sabrina da Conceição; PEREIRA, Leiziane; COSTA, Josiane Martins; MORAIS, Rosane Luzia de Souza. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. Ciência &

Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1127-1136, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/GmStpKgyqGTtLwgCdQx8NMR/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVA, Danielle de Campos; BASSO, Luciano; SANTOS, Fernanda Karina dos. Coordenação motora global e a pratica esportiva em crianças e adolescentes participantes de multiesporte. Jornal of Physical Education, Porto Alegre, v. 35, p. e3513, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jpe/a/wYGXXRMrVvBq4b7ggR8dVrg/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2025.

WU, Xian; HUANG, Chao. Aprimoramento da capacidade de coordenação motora nos atletas de ginástica. Revista Brasileira De Medicina do Esporte, São Paulo, v. 29, p. e2022_0371, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/bdW9CQkwtbTZj5tHwdgNBck/?lang=en. Acesso em: 16 out. 2025.

ALONGAMENTO COM BALÕES: PROMOVENDO FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE ARTICULAR DE FORMA LÚDICA

Categoria: Projeto Integrador

Lucas Pires Scarabelot[1]
Pedro Henrique Golin da Silva[2]
Vinicius Gonçalves Pereira[3]
Yuri Rafael dos Santos Lima[4]
Jorge Luiz Velasquez[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo promover a flexibilidade e a mobilidade articular por meio de uma atividade lúdica intitulada "Alongamento com Balões", desenvolvida com crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A proposta buscou associar o exercício físico ao brincar, estimulando o interesse dos alunos pelas práticas corporais e reforçando a importância do alongamento para a saúde e o bem-estar. A metodologia adotada caracterizou-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, vinculado ao projeto de extensão universitária da UNIARP. A atividade foi realizada na EMEB Alcides Tombini, em Caçador/SC, no dia 07 de junho de 2025, integrando a Curricularização da Extensão. Participaram cerca de 60 pessoas, entre crianças, professores e familiares. Durante a aplicação, observou-se que o uso dos balões facilitou a atenção e o engajamento das crianças, tornando o alongamento mais divertido e acessível. Os resultados mostraram que, além de favorecer a flexibilidade, a prática contribuiu para o desenvolvimento da coordenação motora e da consciência corporal. Conclui-se que o alongamento lúdico é uma ferramenta pedagógica eficaz e inclusiva, capaz de unir movimento, aprendizado e prazer de forma leve e educativa.

Palavras-chave: alongamento; ludicidade; flexibilidade; coordenação motora; educação física.

INTRODUÇÃO

O alongamento lúdico é uma forma eficaz de incentivar os alunos a praticarem exercícios físicos de maneira divertida, promovendo saúde, bem-estar e socialização. O alongamento, por si só, é essencial para a prevenção de lesões e para a manutenção da funcionalidade muscular,

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pois contribui para o aumento da flexibilidade, da mobilidade e da amplitude de movimento, fatores fundamentais para o desempenho motor (Chen, 2023; Silva; Basso; Santos, 2024).

De acordo com Liu et al. (2023) e Franco et al. (2021), o treinamento aliado ao alongamento corporal traz benefícios não apenas para atletas, mas também para o público em geral, auxiliando na execução de atividades cotidianas e no fortalecimento muscular. Já Wang (2023) destaca que práticas como o alongamento lúdico e a ioga esportiva favorecem a consciência corporal e o controle motor, associando o movimento à respiração e ao equilíbrio físico e mental.

Partindo desse contexto, o presente trabalho busca responder à seguinte problemática: como reduzir o risco de lesões e, ao mesmo tempo, promover a flexibilidade e a mobilidade articular dos alunos por meio de atividades lúdicas, como o alongamento com balões?

O objetivo principal é proporcionar uma experiência corporal prazerosa, estimulando a coordenação, a consciência postural e a interação entre os participantes. A escolha pelo uso dos balões visa tornar o momento mais atrativo e participativo, despertando o interesse das crianças e reforçando o caráter educativo e inclusivo da Educação Física escolar.

Acredita-se que trabalhar o alongamento de forma lúdica pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos, fortalecendo a relação entre corpo, movimento e aprendizagem, além de favorecer o papel do professor de Educação Física como mediador do bem-estar e da qualidade de vida.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e intervencionista, vinculada ao projeto de extensão universitária "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", desenvolvido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882, e integrou um conjunto de 38 oficinas aplicadas como parte da Creditação da Extensão.

A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no dia 07 de junho de 2025, utilizando o ginásio da instituição. Participaram aproximadamente 60 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, com participação voluntária e respeitando as individualidades e limites de cada participante.

A oficina intitulada "Alongamento Lúdico com Balões" foi idealizada por acadêmicos do curso de Educação Física – Licenciatura, com o objetivo de promover a flexibilidade e a mobilidade articular por meio de uma abordagem lúdica e interativa. Durante a atividade, os participantes realizaram alongamentos utilizando balões como recurso de estímulo visual e tátil, o que ajudou a manter o foco e a diversão das crianças.

Para avaliação da eficácia da atividade, foi aplicado o teste de flexibilidade Banco de Wells, antes e após a intervenção, permitindo observar os ganhos de mobilidade obtidos com o

exercício. O preparo teórico da ação envolveu consultas a artigos científicos e materiais acadêmicos sobre psicomotricidade, flexibilidade e práticas corporais lúdicas, garantindo a segurança e a fundamentação pedagógica da proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização da atividade, observou-se que a proposta despertou curiosidade e envolvimento em parte das crianças participantes. Embora algumas tenham demonstrado menor interesse inicial, o caráter lúdico do uso dos balões atraiu a atenção de vários alunos, que se mostraram motivados e participativos ao longo da dinâmica.

Destaca-se o caso de uma aluna, que chamaremos de "Rosa", cuja flexibilidade chamou a atenção do grupo. A estudante apresentou excelente desempenho nos alongamentos, demonstrando facilidade para realizar movimentos de flexão e extensão, o que evidenciou um potencial natural para práticas corporais como ginástica ou dança.

De modo geral, a atividade permitiu observar diferenças nas habilidades motoras e na flexibilidade entre as crianças, confirmando a importância de ações lúdicas que estimulem a consciência corporal desde cedo. Mesmo com a participação parcial, os resultados reforçam que o alongamento com balões é uma estratégia pedagógica acessível, divertida e eficaz para desenvolver a mobilidade articular e o interesse das crianças pela atividade física.

Figura 1: Desenvolvimento da Atividade

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência proporcionou reflexões importantes sobre a importância do alongamento no contexto escolar. Observamos que, em atividades de alongamento, é fundamental utilizar estratégias atrativas que despertem o interesse das crianças, tornando o momento mais dinâmico e envolvente. O uso dos balões mostrou-se uma ferramenta eficaz para captar a atenção dos alunos e promover a participação ativa.

Compreendemos também que a prática regular de alongamentos antes das atividades físicas é essencial para prevenir lesões e preparar o corpo para o movimento, além de contribuir para a flexibilidade e a consciência corporal. Dessa forma, o alongamento lúdico se apresenta como uma alternativa pedagógica valiosa, capaz de unir aprendizado, diversão e cuidado com a saúde de forma leve e acessível.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini pela acolhida e pela disponibilidade do espaço para a realização das atividades.

Estendemos nossos sinceros agradecimentos ao Coordenador do Curso de Educação Física, Prof. Me. Jorge Luiz Velasquez, e ao professor responsável pela orientação e execução da atividade, Prof. Me. Diego André Bridi, pelo apoio, incentivo e dedicação durante todas as etapas do projeto.

REFERÊNCIAS

CHEN, Jie. Effects of Stretching on Lower Limb Strength Basketball Athletes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 29, p. e2022_0669, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012022_0669. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/RHpzGZLpRCmNy6FfWjqwtGJ/?lang=en. Acesso em: 03 abr. 2025.

FRANCO, Marcel Alves; SILVA, Lilian Pereira da; RODRIGUES, José Damião; AGUIAR, Milena de Oliveira; MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 03, p. 1-21, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310320. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/physis/2021.v31n3/e310320/. Acesso em: 19 out. 2025.

LIU, Tianpeng; WU, Ji; ZHENG, Boyan; XIE, Jinping; WANG, Xiaodong. Effects of Rapid Stretching on Explosive Power of the Lower Extremity in Long Jump Athletes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 29, p. 2022_0294, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012022_0294. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/GsTHRDYNN8rhKxHwrCF4JBF/?lang=en#top. Acesso em: 03 abr. 2025.

SILVA, Danielle De Campos; BASSO, Luciano; SANTOS, Fernanda Karina. Coordenação Motora Global e a Prática Esportiva em Crianças e Adolescentes Participantes de Multiesportes. **Journal of Physical Education**, São Paulo, v, 35, p. e3513, 2024. DOI:

https://doi.org/10.4025/JPHYSEDUC.V35I1.3513. Acesso em: https://www.scielo.br/j/jpe/a/wYGXXRMrVvBq4b7ggR8dVrg/?lang=pt. 03 abr. 2025.

WANG, Zhigui. Sports Yoga Based on the Prevention of Joint Injuries. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, São Paulo, v. 29, p. e2022_0518, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1517-8692202329012022_0518. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/nx5hRCyPHHWNFMbf5pZpXqB/?lang=en. Acesso em: 03 abr. 2025.

FUTSAL E COORDENAÇÃO MOTORA: ATIVIDADE DE CIRCUITO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E QUALIDADE DE VIDA

Categoria: Projeto Integrador

Eduarda Maciel Monari[1]
Herick Ruan Ribeiro[2]
Teodora Ribeiro Alves Bonatto[3]
Victor Hugo Driessen[4]
Luiz Henrique Piran[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo promover o desenvolvimento da coordenação motora ampla e o aprendizado dos fundamentos do futsal por meio da aplicação de um circuito lúdico. A proposta foi realizada no contexto da Curricularização da Extensão, vinculada à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC. Participaram da atividade cerca de 30 crianças com idades entre oito e doze anos. O circuito foi estruturado em três etapas, nas quais os alunos executaram saltos sobre cones, correram em zigue-zague e finalizaram com um chute ao gol. Essa metodologia permitiu o desenvolvimento de habilidades como equilíbrio, agilidade, percepção espacial e coordenação motora, de forma divertida e participativa. Os resultados evidenciaram o entusiasmo e a interação dos alunos, demonstrando que o futsal pode ser ensinado de maneira inclusiva, mesmo fora do contexto tradicional do jogo. Conclui-se que o circuito lúdico é uma ferramenta pedagógica eficaz para o ensino do futsal e para o aprimoramento das habilidades motoras e cognitivas, além de favorecer a socialização e a promoção da qualidade de vida dos estudantes.

Palavras-chave: futsal; coordenação motora; circuito lúdico; educação física; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O período de muita importância alinhado ao desenvolvimento integral das pessoas é a infância, principalmente quando falamos de habilidades motoras, isso trás o futsal como ferramenta pedagógica para potencializar o desenvolvimento motor infantil (Lima; Araújo, 2025).

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O futsal, além de ser uma prática esportiva coletiva realizada em quadra, é uma importante ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças. Mais do que um simples jogo, ele contribui para a coordenação motora, promove a socialização, estimula o autocontrole e a autonomia, além de favorecer uma boa qualidade de vida (Sbrissa; Renner; Berlesse, 2023).

Ao ensinar futsal para crianças entre oito e doze anos, é essencial compreender as necessidades e características de cada faixa etária, adequando as propostas pedagógicas conforme o nível de desenvolvimento motor e cognitivo (Flôres et al., 2020). Segundo Ferreira (2021), crianças nessa fase apresentam avanços significativos na coordenação, equilíbrio, lateralidade e percepção espacial, aspectos fundamentais para a prática esportiva.

O desenvolvimento infantil é um processo complexo que envolve linguagem, cognição, habilidades motoras e aspectos socioemocionais. Quando há condições adequadas de saúde, nutrição, estimulação e cuidado, essas habilidades tendem a se desenvolver de forma semelhante em diferentes culturas. Fatores como prematuridade, baixa escolaridade materna e ambiente precário podem comprometer esse desenvolvimento. A qualidade de vida na infância está diretamente ligada ao cuidado responsivo e às condições socioeconômicas da família (Munhoz et al., 2022).

Diante disso, foi elaborada a "Atividade de Circuito", uma proposta pedagógica com três etapas que visam integrar o aprendizado das técnicas do futsal com o desenvolvimento da coordenação motora. Na primeira fase, os alunos pulavam sobre cones com os dois pés juntos; na segunda, realizavam corrida em zigue-zague; e, por fim, disputavam a posse de bola para o chute ao gol.

A experiência foi pensada para unir o movimento, o raciocínio e o trabalho em equipe de forma lúdica e prazerosa. Dessa forma, o circuito permite que as crianças aprendam os fundamentos do futsal de maneira divertida, ao mesmo tempo em que aprimoram sua coordenação, noção de espaço e controle corporal.

Diante desse contexto, o estudo busca responder à seguinte problemática: como atividades em formato de circuito podem contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora e das habilidades básicas do futsal em crianças de 8 a 12 anos?

O objetivo geral é promover o desenvolvimento motor e esportivo por meio de atividades lúdicas baseadas no futsal, favorecendo a coordenação, a percepção espacial e o aprendizado das técnicas do esporte de forma inclusiva e divertida..

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, vinculada ao projeto de extensão universitária desenvolvido no âmbito da Curricularização da Extensão do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC.

A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no dia 07 de junho de 2025, integrando o projeto institucional "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A oficina de circuito relacionado ao rutsal teve como objetivo principal introduzir os fundamentos do futsal de forma lúdica e inclusiva, promovendo o desenvolvimento da coordenação motora ampla, da agilidade, da percepção espacial e da socialização entre os alunos. A proposta foi direcionada a crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, abrangendo participantes entre 8 e 12 anos de idade.

A atividade foi estruturada em três etapas principais, realizadas em formato de circuito:

- 1ª etapa: salto com os dois pés sobre cones, estimulando a coordenação motora ampla, o equilíbrio e a força muscular;

- 2ª etapa: corrida em zigue-zague entre cones, desenvolvendo a agilidade, a percepção espacial e a noção de direção;

- 3ª etapa: disputa de bola e chute ao gol, trabalhando a precisão, o raciocínio rápido e o controle corporal.

Participaram do evento cerca de 250 pessoas, entre alunos, professores e familiares, sendo aproximadamente 30 crianças envolvidas diretamente na oficina. Os dados foram coletados por meio de observações diretas e anotações reflexivas dos acadêmicos que idealizaram e aplicaram a atividade.

A proposta pedagógica fundamenta-se na valorização do movimento e na inclusão de todos os participantes, promovendo aprendizagens significativas e fortalecendo o vínculo entre escola, família e universidade por meio do esporte e da vivência prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da atividade prática do circuito voltado ao futsal mostrou-se uma experiência pedagógica divertida, dinâmica e acessível para crianças de diferentes faixas etárias. A proposta despertou o interesse e o entusiasmo dos participantes, proporcionando um ambiente de aprendizado prazeroso e significativo. Mesmo aqueles que não tinham o hábito de praticar o esporte participaram com alegria e empenho, demonstrando compreensão das regras e envolvimento ativo nas etapas do circuito.

Além dos alunos, observou-se a participação espontânea de professores, pais e membros da comunidade escolar, que demonstraram curiosidade e motivação em vivenciar a atividade. Essa integração reforçou o caráter inclusivo e coletivo da proposta, fortalecendo os vínculos entre escola, família e universidade.

Os alunos perceberam que o aprendizado das habilidades do futsal pode ocorrer também fora do jogo formal, por meio de atividades adaptadas e criativas, capazes de desenvolver a coordenação motora, a agilidade, a percepção espacial e o espírito de equipe. Assim, o circuito

contribuiu não apenas para o desenvolvimento físico, mas também para aspectos cognitivos e socioemocionais dos participantes.

Por fim, a experiência evidenciou que o futsal vai além da prática esportiva: ele atua como uma ferramenta de formação integral, promovendo a socialização, o autocontrole, o trabalho em equipe e uma melhor qualidade de vida desde a infância.

Figura 1, 2 e 3: Desenvolvimento da atividade

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da atividade permitiu constatar que o circuito pode ser utilizado como uma proposta pedagógica eficiente nas aulas de Educação Física. A experiência demonstrou que o futsal é uma prática acessível a todos e que pode ser vivenciada de diferentes formas, não se restringindo apenas ao jogo tradicional.

Trabalhado de maneira lúdica e adaptada, o futsal pode proporcionar benefícios tanto técnicos, para aqueles que buscam o aprimoramento esportivo, quanto educativos, estimulando a coordenação motora, o equilíbrio físico e mental e contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos estudantes.

Apesar de a Educação Física ainda enfrentar desafios quanto à sua valorização, atividades como esta reforçam a importância de um ensino voltado para a inclusão, a participação e o desenvolvimento integral dos alunos. O circuito proposto mostrou que é possível aliar o entusiasmo do esporte com o aprendizado e o bem-estar, garantindo que todos, independentemente de suas habilidades, possam se envolver e aprender de forma significativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ademilson Alves. Futsal e iniciação Esportiva. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, [s. l.], v. 1, p. 5-17, jan., 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/iniciacao-esportiva. Acesso em: 18 out. 2025.

FLÔRES, Fábio Saraiva; MILANI, Michael Flores; COPETTI, Fernando; LUZ, Carlos; CORDOVIL, Rita. O impacto da prática do futsal para a competência motora de crianças. Motrivivência, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 01-13, jul/dez, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422020000300127. Acesso em: 18 out. 2025.

LIMA, João Pedro Martins de; ARAÚJO, Rogério Alves de. A Influência do Futsal no Desenvolvimento Motor Infantil. RevistaFT, v. 29, mai., 2025. Disponível em: https://revistaft.com.br/a-influencia-do-futsal-no-desenvolvimento-motor-infantil/. Acesso em: 18 out. 2025.

MUNHOZ, Tiago N.; SANTOS, Iná S.; BLUMENBERG, Cauane; BARCELOS, Raquel Siqueira; BORTOLOTTO, Caroline C.; MATIJASEVICH, Alicia; JÚNIOR, Hernane G. Santos; SANTOS, Letícia Marques dos; CORREA, Luciano L.; SOUZA, Marta Rovery de; LIRA, Pedro I. C.; ALTAFIM, Elisa Rachel Pisani; MACANA, Esmeralda Correa; VICTORA, Cesar G. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. 1-17, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/5CYG4C6xR5yQzbfqYsjx5zp/?format=html&lang=pt#:~:text=O%20objetivo%20deste%20artigo%20foi%20avaliar%20os%20fatores,da%20linha%20de%20base%20de%20um%20ensaio%20randomizado. Acesso em; 18 out. 2025.

SBRISSA, Douglas; RENNER, Jacinta; BERLESSE, Denise. Qualidade de Vida de Crianças Beneficiadas pelo Futsal Social/UJR-Feevale, segundo Idade e Sexo. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Uberlândia, v.10, n.3, p.7-13, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220073. Disponível em: http://scielo.br/j/rbce/a/nc8rFJwG6KPFFCwhSGYFrzs/?lang=en. Acesso em: 3 abr. 2025.

GINCANA DO MOVIMENTO: DESENVOLVENDO A COORDENAÇÃO MOTORA POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS

Categoria: Projeto Integrador

Matheus dos Santos Bernardo[1]
Pedro Henrique dos Santos da Luz[2]
Gabriel Dias[3]
Lucas Pierdoná Kinal[4]
Jorge Luiz Velasquez[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo analisar como a prática da gincana pode contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio e da socialização de crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A proposta foi desenvolvida por acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no contexto da Curricularização da Extensão, e aplicada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC. A metodologia utilizada teve abordagem qualitativa, com observações diretas e registros em diário de campo, integrando o projeto "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas". A atividade, intitulada Gincana do Movimento, contou com estações que exigiam diferentes habilidades motoras, como corrida, equilíbrio e arremesso, envolvendo também a participação dos pais. Os resultados demonstraram entusiasmo, engajamento e superação dos desafios por parte das crianças, além do fortalecimento dos vínculos familiares. Conclui-se que atividades lúdicas como esta favorecem o desenvolvimento psicomotor e o convívio social, consolidando a importância da Educação Física na formação integral e no fortalecimento da relação entre escola e comunidade.

Palavras-chave: coordenação motora; psicomotricidade; gincana; ludicidade; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é um componente essencial no desenvolvimento integral das crianças, pois envolve aspectos motores, cognitivos e socioemocionais que contribuem para a formação global do indivíduo (Lima; Cunha, 2022). Atividades recreativas, como as gincanas e os circuitos de obstáculos, são estratégias eficazes para desenvolver habilidades como coordenação motora,

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

equilíbrio, lateralidade e percepção espacial (Tamashiro; Garanhani; Paula, 2024). Para Dias e Barroso (2023) além disso, o envolvimento direto dos pais nessas ações fortalece o vínculo familiar e cria um ambiente de aprendizado mais significativo.

De acordo com Rocha, Almeida e Doña (2024), o sedentarismo tem se tornado um desafio crescente na infância, e a psicomotricidade surge como ferramenta essencial para combater essa problemática. Os autores Camargo e Dornelles (2023) destacam que atividades como danças, circuitos e brincadeiras com movimento, contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, reforçando o papel do corpo no processo educativo.

Nesse sentido, a participação dos pais é de extrema importância, pois além de fortalecer os laços afetivos, estimula o exercício físico e o desenvolvimento das habilidades psicomotoras em um contexto familiar e acolhedor (Dias; Barroso, 2023).

Frente a isso surge a pergunta norteadora do presente trabalho: De que forma uma gincana com atividades psicomotoras pode contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora das crianças e, ao mesmo tempo, fortalecer o vínculo familiar?

O presente objetivo geral do presente é promover o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio e da percepção espacial por meio da realização de uma gincana de obstáculos, estimulando também a interação e a cooperação entre pais e filhos.

A escolha dessa temática justifica-se pela necessidade de criar ambientes educativos que incentivem o movimento corporal, o convívio familiar e a ludicidade como formas de aprendizagem. Em um cenário em que o sedentarismo infantil tem se tornado cada vez mais comum, atividades que envolvem o corpo e o brincar representam alternativas pedagógicas eficazes e acessíveis. Além disso, a proposta de uma gincana com materiais simples e de baixo custo reforça o papel da Educação Física escolar como promotora de saúde, inclusão e bem-esta.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva e abordagem qualitativa, com caráter exploratório e interventivo. O estudo foi desenvolvido no contexto da Curricularização da Extensão do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), vinculando ensino, pesquisa e extensão.

A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no município de Caçador/SC, durante o evento de extensão ocorrido no dia 07 de junho de 2025, como parte do projeto institucional "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas". A ação integrou um conjunto de 38 oficinas aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A oficina intitulada "Gincana do Movimento" teve como principal objetivo o desenvolvimento da coordenação motora e de habilidades psicomotoras em crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio de brincadeiras e desafios

corporais. Foram planejadas 10 estações de jogos motores, utilizando materiais simples e acessíveis, como cordas, cones, bolas, bambolês, colheres e copos plásticos. As atividades contemplaram diferentes aspectos da motricidade: coordenação fina (ex.: transportar bolinhas com colher), motricidade ampla (ex.: corrida com obstáculos) e equilíbrio (ex.: andar sobre linhas no chão).

A proposta contou com a participação de cerca de 40 pessoas, entre estudantes da escola, familiares, professores e acadêmicos. No total, aproximadamente 250 pessoas participaram do evento geral. As observações foram registradas em diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização da Gincana do Movimento, foi possível observar o quanto o lúdico desperta nas crianças um entusiasmo genuíno pelo movimento. Cada estação proposta não foi apenas um desafio físico, mas também uma oportunidade para que os participantes explorassem seus próprios limites e potencialidades de forma leve, divertida e espontânea.

As crianças demonstraram concentração e engajamento ao enfrentar os obstáculos. Atividades como o trajeto em zigue-zague e os saltos sobre pratinhos exigiram coordenação motora ampla e reforçaram a autoconfiança à medida que os desafios eram superados.

A atividade final do circuito foi acertar uma bolinha no alvo representado por um palhaço, revelou-se uma das mais envolventes, despertando risos, aplausos e torcida por parte dos colegas e familiares. Esse momento ilustra como o desafio lúdico, quando bem direcionado, desperta o interesse e a participação ativa dos alunos, criando um ambiente acolhedor e inclusivo.

Outro ponto importante foi a presença e o envolvimento dos pais e responsáveis, fator determinante para o sucesso da proposta. Muitos participaram ativamente, torcendo e incentivando seus filhos, o que fortaleceu os laços familiares e evidenciou a importância da presença da família no processo educacional. O ambiente, portanto, transformou-se em um espaço de construção conjunta, afeto e aprendizado mútuo.

De modo geral, os resultados observados demonstram que práticas como a Gincana do Movimento vão além do desenvolvimento motor, contribuindo também para o fortalecimento da autonomia, da socialização e do vínculo familiar, pilares fundamentais do processo de ensino e aprendizagem. Essa vivência prática proporcionou aos acadêmicos uma compreensão mais profunda sobre o papel da Educação Física na formação integral do aluno, reafirmando o valor das práticas corporais inclusivas, criativas e transformadoras no cotidiano escolar.

Figura 1: Apresentação dos resultados na UNIARP

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gincana do Movimento proporcionou uma vivência transformadora tanto para as crianças participantes quanto para nós, acadêmicos. O contato direto com os pequenos e suas famílias possibilitou compreender a força do movimento como ferramenta de aprendizagem, despertando não apenas habilidades motoras, mas também sentimentos de afeto, cooperação e confiança. Foi uma experiência prática que ultrapassou os limites da sala de aula, revelando o verdadeiro sentido da Educação Física como espaço de formação humana e social.

As atividades propostas, embora simples, mostraram-se extremamente eficazes. Cada estação foi vivida com entusiasmo e alegria, evidenciando o poder do lúdico como elemento essencial no processo educativo. A brincadeira, quando aliada à intencionalidade pedagógica, transforma o aprendizado em algo leve, significativo e prazeroso.

Encerramos este projeto com um olhar mais sensível e comprometido com a formação integral dos alunos. Vivências como essa nos formam não apenas como profissionais, mas como educadores capazes de atuar com empatia, criatividade e responsabilidade social. Por isso, experiências práticas e humanas como esta devem ser cada vez mais valorizadas na formação docente e na construção de uma educação mais inclusiva e afetiva.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Daiana. DORNELLES, Leni Vieira. Brincar, corpo e movimento como eixos de formação de professores de crianças pequenas. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, p. e77386, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/LLL8kXCRbztyf9TyzBnMjBK/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

DIAS, Diana; BARROSO, Raquel. Envolvimento parental na escola: perspectivas de pais e filhos. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 27, p. e242143, 2023. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/pee/a/tt4rYPfRvFCNpsnTtFdTBpC/?format=html&lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

LIMA, Luís Antônio Portes; CUNHA, Alexandre Alves Caribe da. A relevância da Psicomotricidade nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, *[s. l.]*, v. 5, n. 5, p. 156–166, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5217. Acesso em: 3 maio. 2025.

ROCHA, Maria Celeste; ALMEIDA, Felipe Quintão; DOÑA, Alberto Moreno. Crítica e renovação da Educação Física: possíveis interseções com a educação infantil de Brasil e Chile. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 49, p. e20240063, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/m9pGtc9KkJMn8C6T6bVyj7t/?format=html&lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

TAMASHIRO, Guilherme; GARANHANI, Marynelma Camargo; PAULA, Déborah Helenise Lemes de. O brincar na iniciação esportiva da escola: a experiência da criança. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 46, p. e20240051, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/TzC8npNbGm8HrYSKJy5LccF/?format=html&lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

PSICOMOTRICIDADE EM AÇÃO: DESENVOLVENDO O EQUILÍBRIO, MOBILIDADE E NOÇÃO ESPACIAL POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS

Categoria: Projeto Integrador

Ana Luiza Arconti Bonassa[1]
Jennifer Trinidi de Lima Simas[2]
Lia Poliane Gonçalves Ferreira[3]
Vitor Bernardino[4]
Jorge Luiz Velasquez[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo desenvolver habilidades psicomotoras em crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de atividades lúdicas voltadas ao equilíbrio, à mobilidade e à noção espacial. A proposta integrou o projeto de extensão universitária promovido pelas Licenciaturas da UNIARP, durante o primeiro semestre de 2025, como parte da Curricularização da Extensão. A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem qualitativa, configurando-se como um relato de experiência. A oficina foi estruturada em formato de circuito psicomotor, composto por desafios que estimulavam o controle corporal, a coordenação e a interação entre os participantes. Participaram da atividade cerca de 40 pessoas, entre crianças, professores e familiares, promovendo momentos de socialização, cooperação e aprendizado significativo. Os resultados evidenciaram que as atividades lúdicas contribuíram para o desenvolvimento motor, o engajamento e o fortalecimento da autoconfiança das crianças. Além disso, o envolvimento dos acadêmicos permitiu compreender, na prática, a importância da psicomotricidade como instrumento pedagógico. Conclui-se que a vivência foi eficaz ao unir teoria e prática, reforçando o papel da Educação Física no desenvolvimento integral e na formação cidadã.

Palavras-chave: psicomotricidade; coordenação motora; ludicidade; desenvolvimento infantil; extensão universitária.

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade tem como objetivo promover o desenvolvimento social, cognitivo e corporal por meio de movimentos planejados e atividades que integram corpo e mente. Essa prática pode ser aplicada em diferentes faixas etárias, sendo especialmente importante na infância, fase em que as experiências motoras são fundamentais para o crescimento integral (Lima; Da Cunha, 2022).

Para Benetti et al. (2018) a psicomotricidade manifesta-se através de ações educativas que envolvem movimentos espontâneos e atitudes corporais da criança, proporcionando-lhe uma imagem corporal positiva e contribuindo para a formação de sua personalidade. Essa abordagem favorece o desenvolvimento global, abrangendo aspectos físicos, mentais, afetivo-emocionais e socioculturais, alinhando-se à realidade dos educandos.

A ausência de estímulos psicomotores pode afetar significativamente a vida do indivíduo, uma vez que toda atividade que envolve movimento requer noção de espaço, equilíbrio e coordenação. A falta dessas habilidades pode gerar dificuldades motoras e cognitivas, prejudicando o desempenho escolar e social (Sacchi; Metzner, 2019). Além disso, o sedentarismo e a ausência de atividades físicas contribuem para limitações corporais, como rigidez muscular e baixa consciência corporal (Knuth; Antunes, 2021).

Dessa forma, surge a necessidade de estimular o desenvolvimento psicomotor desde a infância, integrando atividades lúdicas que promovam o equilíbrio, a mobilidade e a noção espacial. As brincadeiras têm papel essencial nesse processo, pois estimulam a interação entre corpo e mente, favorecendo a coordenação e a autonomia (Cotonhoto; Rossetti; Missawa, 2019).

Diante do disposto nesse trabalho a pergunte norteadora é: Como o uso de atividades lúdicas pode contribuir para o desenvolvimento do equilíbrio, da mobilidade e da noção espacial em crianças da Educação Infantil?

O objetivo geral é estimular o desenvolvimento psicomotor das crianças por meio de atividades lúdicas que integrem corpo e mente, promovendo o equilíbrio, a mobilidade e a percepção espacial de forma prazerosa e significativa.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como um relato de experiência de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentado nas práticas desenvolvidas no projeto de extensão universitária promovido pelas Licenciaturas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), durante o primeiro semestre de 2025.

A vivência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada no município de Caçador/SC, integrando as ações da Curricularização da Extensão. A proposta fez parte do conjunto de 38 oficinas do projeto institucional "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A atividade consistiu na criação e execução de uma oficina psicomotora em formato de circuito lúdico, voltada às turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A oficina foi idealizada e conduzida por acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física, com o propósito de estimular habilidades psicomotoras, como equilíbrio, mobilidade corporal e percepção espacial, por meio de atividades lúdicas e interativas.

A construção do material pedagógico ocorreu entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, e sua aplicação prática foi realizada em 07 de junho de 2025, na Escola Alcides Tombini. A sistematização da experiência baseou-se em observações diretas, registros reflexivos e relatos vivenciais dos acadêmicos envolvidos na organização e execução da oficina.

A análise considerou o nível de engajamento das crianças, a efetividade das estratégias adotadas e o impacto formativo da ação para os acadêmicos participantes, evidenciando a extensão universitária como elo entre teoria e prática, além de ferramenta de transformação social e desenvolvimento psicomotor na infância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação da oficina evidenciou tanto os potenciais motores quanto algumas dificuldades presentes no cotidiano das crianças. Durante a realização das atividades, foi possível perceber que a psicomotricidade exerce um papel essencial no desenvolvimento global dos indivíduos, contribuindo para aspectos físicos, cognitivos e sociais.

Ao participar da prática junto às crianças, pais, professores e acadêmicos de diferentes cursos, observou-se um forte envolvimento coletivo, marcado por cooperação, espírito competitivo saudável e interesse em superar os desafios propostos. A noção espacial, o equilíbrio e a coordenação foram constantemente colocados à prova, permitindo que cada participante explorasse suas habilidades de forma espontânea e divertida.

Os alunos, ao vivenciarem o circuito, puderam experimentar e aprimorar suas capacidades psicomotoras, compreendendo melhor a importância do controle corporal e da atenção. Além disso, a interação entre acadêmicos e participantes foi um ponto de destaque, pautada no respeito mútuo, incentivo e troca de experiências, o que enriqueceu o aprendizado e fortaleceu o vínculo entre universidade e comunidade escolar.

Figura 1 e 2: Desenvolvimento do projeto.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, ao analisarmos os objetivos propostos, a oficina atingiu plenamente seu propósito pedagógico, estimulando a participação das crianças e fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a Educação Física. A experiência mostrou-se transformadora, tanto para os acadêmicos quanto para os participantes, evidenciando que é possível trabalhar a psicomotricidade de forma leve, divertida e acessível.

As atividades lúdicas despertaram o interesse e a curiosidade das crianças, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso. Quando o movimento e a interação estão presentes, a teoria ganha vida e se transforma em experiência concreta, vivenciada no corpo e na emoção de cada aluno. O ambiente criado durante a ação foi marcado por sorrisos, entusiasmo e cooperação, elementos fundamentais para um aprendizado efetivo.

A psicomotricidade, nesse contexto, revelou-se uma ferramenta pedagógica poderosa, capaz de integrar corpo e mente, promovendo o desenvolvimento do equilíbrio, da noção corporal e da autoestima. Observou-se que, ao longo da prática, os alunos foram construindo maior confiança em si mesmos e em suas habilidades motoras. Dessa forma, a vivência reafirma o papel essencial da Educação Física na formação integral das crianças.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Idonézia Collodel; BARROS, Paulo Henrique Pinheiro de; WILHELM, Fernanda Ax; DEON, Ana Paula da Rosa; JUNIOR, João Paulo Roberti. Psicomotricidade e desenvolvimento: concepções e vivências de professores da educação infantil na amazônia setentrional. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 18, n. 2, p. 588-607, mai/ago., 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000200012. Acesso em: 18 out. 2025.

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. Construção Psicopedagógica, São Paulo, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005. Acesso em: 16 out. 2025.

KNUTH, Alan G.; ANTUNES, Priscilla de Cesaro. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades brasileiras. Saúde e Sociedade, v. 30, n. 2, p. e200363, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CJfPgsKtxtJGcP8HX5kWg9L/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2025.

LIMA, Luís Antônio Portes; DA CUNHA, Alexandre Alves Caribe. A relevância da Psicomotricidade nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. Revista Eletrônica Nacional de Educação Física, *[s. l.]*, v. 5, n. 5, p. 156–166, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5217. Acesso em: 9 maio. 2025.

SACCHI, Ana Luisa; METZNER, Andreia Cristina. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 254, p. 96-110, jan./abr., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/?lang=pt. Acesso em: 18 out. 2025.

BRINCANDO COM AS CORES E OS MOVIMENTOS: DESENVOLVENDO A COORDENAÇÃO MOTORA DE FORMA LÚDICA

Categoria: Projeto Integrador

Edivaldo Luiz Teodoro[1]
Vanderson Muller de Campos[2]
Jorge Luiz Velasquez[3]
Diego André Bridi[4]

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo promover o desenvolvimento da coordenação motora ampla e da precisão dos movimentos em crianças da Educação Infantil, por meio de atividades lúdicas associadas às cores. A proposta foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC, como parte do projeto de extensão universitária da UNIARP. A atividade consistiu em um circuito com bolas, cones e obstáculos coloridos, no qual as crianças eram incentivadas a pular, correr, lançar e equilibrar-se, relacionando cada movimento a uma cor correspondente. Essa combinação entre estímulo visual e movimento físico favoreceu o controle corporal, a concentração e a atenção, promovendo o desenvolvimento psicomotor de forma prazerosa e significativa. A metodologia adotada valorizou o aprendizado ativo e a ludicidade como estratégias pedagógicas essenciais para o ensino na Educação Infantil. Os resultados evidenciaram entusiasmo, engajamento e alegria por parte das crianças, confirmando que o brincar é uma poderosa ferramenta para o aprendizado e o bem-estar infantil. Conclui-se que atividades lúdicas e coloridas podem potencializar o desenvolvimento motor e cognitivo, fortalecendo o vínculo entre movimento, aprendizado e diversão.

Palavras-chave: coordenação motora; psicomotricidade; ludicidade; cores; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A coordenação motora global e a precisão de movimentos são fundamentais para o desenvolvimento infantil, influenciando diretamente a autonomia, a autoconfiança e a capacidade de interação social das crianças (Pinheiro; Mello; Abed 2021). Contudo, muitas delas apresentam dificuldades nessas áreas, o que pode limitar sua participação em brincadeiras e comprometer seu desenvolvimento motor e cognitivo (Pezzi; Frison, 2024).

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão: como estimular a coordenação motora e a precisão de movimentos de maneira eficaz e prazerosa, utilizando estratégias lúdicas que envolvam cores e ações coordenadas?

Este trabalho tem como objetivo geral promover o desenvolvimento da motricidade global e da precisão de movimentos em crianças, por meio de atividades que combinem identificação de cores e desafios motores, como o arremesso de bolinhas coloridas em cones correspondentes. De forma complementar, busca-se fortalecer a autoconfiança e a autonomia infantil, incentivando a participação ativa e colaborativa nas atividades propostas (Dias; Medeiros, 2020).

A relevância deste estudo está na valorização do brincar como meio de aprendizagem significativa, permitindo que as crianças desenvolvam suas habilidades motoras e cognitivas enquanto se divertem. Além disso, reforça o papel da Educação Física na Educação Infantil como espaço de desenvolvimento integral, unindo corpo, mente e emoção (Brasil, 2017; Santos; Machado, 2025).

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, vinculado ao projeto de extensão universitária desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC. A vivência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, durante o período de 22 a 25 de abril foi realizado a confecção do produto educacional na UNIARP, com aplicação prática no dia 07 de junho de 2025, como parte da Curricularização da Extensão.

A oficina "Brincando com as cores e os movimentos" teve como público crianças de 4 a 8 anos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A proposta consistiu em um circuito psicomotor colorido, com atividades de pular, correr, lançar e equilibrar-se, associando cada movimento a uma cor. Os materiais utilizados incluíram bolas, cones coloridos e obstáculos, promovendo desafios de coordenação, precisão e percepção visual.

A análise foi feita por meio de observações diretas, registros fotográficos e anotações reflexivas dos acadêmicos envolvidos, considerando o engajamento, a atenção e a evolução motora das crianças. A atividade integrou um conjunto de 38 oficinas aplicadas dentro do projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a intervenção realizada com turmas da Educação Infantil e Educação Básica da Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC, desenvolveu-se uma atividade lúdica voltada ao aprimoramento da coordenação motora ampla, da atenção e da percepção visual das crianças. O circuito foi composto por bolas e cones coloridos, além de pequenos obstáculos, nos quais os alunos, com idades entre 4 e 8 anos, foram incentivados a realizar movimentos como arremessar, pular, correr e equilibrar-se.

Ao longo da prática, observou-se que o uso das cores contribuiu para manter o foco e a concentração das crianças, tornando os movimentos mais intencionais e melhorando a precisão. Mesmo aqueles com maior dificuldade motora conseguiram acompanhar o ritmo das atividades, apresentando progressos perceptíveis.

A participação de acadêmicos de outros cursos como Pedagogia, Letras e Educação Física, enriqueceu a experiência, promovendo integração entre os cursos e servindo de estímulo para as crianças. Essa troca entre universitários e alunos da escola evidenciou o potencial transformador das práticas extensionistas.

Os professores presentes destacaram, em seus feedbacks, o entusiasmo e a alegria das crianças, que saíram da atividade sorridentes e motivadas. Esse retorno reforça a importância de propostas pedagógicas que unem movimento, ludicidade e estímulos visuais, permitindo o desenvolvimento motor de forma prazerosa e significativa. Com criatividade e planejamento, é possível transformar o brincar em uma poderosa ferramenta de ensino e aprendizagem.

Figura 1: Atividade montada.

Fonte: Os autores 2025.

Figura 2 e 3: Desenvolvimento da atividade.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada durante a intervenção na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini reforçou a importância do lúdico como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil. Por meio de atividades planejadas com bolas, cones coloridos e pequenos circuitos, foi possível estimular o desenvolvimento da coordenação motora ampla, da atenção e da interação social das crianças de forma criativa, divertida e significativa.

Os resultados observados evidenciaram não apenas avanços motores e cognitivos, mas também o entusiasmo e a alegria das crianças durante a realização das atividades. O uso das cores como estímulo visual potencializou a intencionalidade dos movimentos, tornando o aprendizado mais atrativo e eficaz. A colaboração entre acadêmicos de diferentes cursos contribuiu para um ambiente educativo integrado, valorizando o trabalho interdisciplinar e a troca de experiências entre áreas.

Além dos aspectos técnicos, o momento mais marcante foi ver o sorriso estampado no rosto de cada criança ao final da oficina. Essa resposta espontânea reafirma que ensinar também é acolher, motivar e criar experiências significativas. Como futuros professores, compreendemos

que o movimento e o brincar são caminhos essenciais para a aprendizagem e para a construção de um ambiente escolar mais feliz, dinâmico e transformador.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini e aos professores que colaboraram para a realização deste projeto, acolhendo-nos com entusiasmo e apoio. Nosso especial reconhecimento vai ao professor orientador Me. Diego André Bridi, cuja dedicação, incentivo e orientação foram fundamentais para a construção e o aprofundamento desta proposta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 mai. 2025.

DIAS, Adelaide Alves; MEDEIROS, Maria Fabrícia de. Análise da construção da autonomia infantil: interações entre crianças e professoras na educação infantil. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 51, p. 116-126, jul/dez., 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752020000200012. Acesso em: 19 out. 2025.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; FRISON, Marli Dallagnol. As atividades do brincar e do ensinar em crianças com tea na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Jnx9zRRvmytZrqYSNW8n5Wv/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

PINHEIRO, Cássia Bastos; MELLO, Ana Maria Garcia de; ABED, Anita Lillian Zuppo. Psicopedagogia e Psicomotricidade: Contribuições ao professor alfabetizador. **Revista Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 30, n. 31, p. 54-68, jul/dez., 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542021000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

SANTOS, Adelcio Machado dos; MACHADO, Marinês. A brincadeira na educação infantil: uma discussão sobre o seu papel pedagógico. **LUMEN ET VIRTUS**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 34, p. 269-281, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/2819. Acesso em: 19 out. 2025.

CIRCUITO JOCKEY: PSICOMOTRICIDADE E COORDENÇÃO MOTORA POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS

Categoria: Projeto Integrador

Jonathan Rafael Bernart[1]
Kethelyn Rafaela Bernart[2]
Bruno Henry Aires da Silva[3]
Ketlyn Kauane Oliveira Arruda[4]
Andreina C. Meireles[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho apresenta a experiência do "Circuito Jockey", uma atividade lúdica fundamentada na psicomotricidade, desenvolvida por acadêmicos do curso de Educação Física da UNIARP. O objetivo da proposta foi estimular habilidades psicomotoras como coordenação motora ampla e fina, atenção, agilidade e interação social entre crianças do Ensino Fundamental, utilizando jogos e desafios motores no ambiente escolar. A oficina foi aplicada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025, e contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas, entre crianças, professores e acadêmicos. A vivência demonstrou que atividades práticas e bem planejadas contribuem significativamente para o desenvolvimento motor e cognitivo, promovendo também a socialização e o trabalho em equipe. Os resultados reforçam o valor das práticas psicomotoras e da extensão universitária como espaços formativos que integram teoria, prática e vivência comunitária. Conclui-se que o circuito pode ser adaptado a diferentes faixas etárias, favorecendo a inclusão e o aprendizado por meio do movimento, da ludicidade e da cooperação.

Palavras-chave: circuito; psicomotricidade; coordenação motora; atividade lúdica; educação física.

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade tem sido amplamente discutida nas áreas da educação e da saúde, pois aborda a relação do corpo com os mecanismos neuromotores, cognitivos e afetivos que sustentam o desenvolvimento humano pois ela envolve conhecimentos que vão da neurociência à psicanálise, mostrando-se essencial para compreender as interações entre corpo, mente e emoção (Fernandes; Filho; Rezende, 2018).

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O estudo psicomotor acompanha o ser humano desde a infância até a fase adulta, sendo objeto de constante investigação em diferentes áreas do conhecimento. Conforme Camargos e Maciel (2016, p. 1), "a educação psicomotora é o ponto de partida para o processo de aprendizagem infantil", pois é por meio da descoberta do corpo, de seus limites e movimentos, que a criança constrói sua imagem corporal (Pinheiro; Mello; Abed, 2021).

Atividades psicomotoras são indispensáveis nos anos iniciais, pois favorecem o desenvolvimento integral da criança, estimulando equilíbrio, coordenação, atenção e percepção espacial. Além disso, contribuem para a socialização e a autonomia, aspectos fundamentais para o aprendizado e o convívio escolar (Sacchi; Metzner, 2019).

Dessa forma, o presente estudo tem como problema compreender como as atividades psicomotoras podem estimular o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças da Educação Infantil. O objetivo geral é analisar os impactos da aplicação de atividades lúdicas voltadas à psicomotricidade no desenvolvimento da atenção, coordenação e agilidade. Os objetivos específicos incluem: 1) Promover a coordenação motora ampla por meio de movimentos como pular e correr em percursos; 2) Estimular a coordenação motora fina e a atenção com atividades que envolvem cores e manipulação de objetos; 3) Incentivar a interação social e o trabalho em equipe através de jogos competitivos e colaborativos, como o "pedra-papel-tesoura" e o "pênalti".

A escolha pela temática se justifica pela relevância da psicomotricidade no processo de ensino-aprendizagem e pelo papel da Educação Física como mediadora desse desenvolvimento na infância. Ao unir o movimento à ludicidade, o projeto "Circuito Jockey" oferece às crianças a oportunidade de aprender brincando, ampliando suas capacidades motoras, cognitivas e sociais. Além disso, a atividade contribui para a formação dos acadêmicos, permitindo que vivenciem na prática o papel do professor como agente de transformação, capaz de adaptar estratégias e promover experiências significativas que valorizam o corpo como instrumento de aprendizagem e expressão.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma experiência de natureza qualitativa e descritiva, vinculada a um projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC. A atividade integrou a Semana da Curricularização da Extensão, realizada entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, e foi aplicada no dia 07 de junho de 2025 na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, como parte do projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer nº 7.612.882.

A oficina intitulada "Circuito Jockey" foi elaborada e aplicada por acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física, com o objetivo de estimular aspectos psicomotores, como coordenação, atenção, agilidade e equilíbrio, de forma lúdica e interativa. A proposta consistiu em um circuito competitivo e colaborativo, composto por diferentes estações que envolviam desafios motores e cognitivos.

O percurso iniciou com filas opostas, em que as crianças deveriam realizar saltos entre bambolês, seguir até as mesas de desafios (como jogo da velha, desafio das cores e jogo do copo), e em seguida participar de uma disputa de "jockey-pô" com o colega do time adversário. O vencedor prosseguia até o final do circuito, finalizando com um chute ao gol, que simbolizava a conquista do ponto.

Durante a execução da oficina, foram observados elementos como o envolvimento das crianças, a coordenação nos movimentos, a socialização e o trabalho em equipe. O registro das observações foi feito por meio de anotações reflexivas e descrição das vivências dos acadêmicos, permitindo analisar o impacto da atividade tanto no desenvolvimento infantil quanto na formação docente.

A metodologia adotada reforçou o caráter interdisciplinar da psicomotricidade na Educação Física e evidenciou a importância da extensão universitária como espaço formativo, que integra teoria, prática e compromisso social, promovendo experiências significativas para acadêmicos e comunidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do circuito psicomotor "Percurso Jockey" apresentou resultados bastante satisfatórios em relação aos objetivos propostos, especialmente no desenvolvimento da coordenação motora ampla e fina, da agilidade e da atenção das crianças participantes. A atividade, de caráter lúdico e competitivo, promoveu momentos de descontração, aprendizado e interação social entre os alunos e os acadêmicos envolvidos.

Durante a execução, observou-se que algumas adaptações foram necessárias, principalmente em relação à faixa etária e à quantidade de participantes disponíveis. Essas adequações tornaram a atividade mais dinâmica e acessível, favorecendo a participação de todos e fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade escolar.

Além das crianças, o circuito também despertou o interesse de pais, professores e acadêmicos de outros cursos, que demonstraram curiosidade e empatia durante a observação e a participação. Muitos participantes expressaram entusiasmo e espírito competitivo, solicitando inclusive repetir a atividade, o que reforça seu caráter motivador e inclusivo.

Entre as dificuldades encontradas, destacou-se a quantidade reduzida de participantes simultâneos, o que exigiu a colaboração dos acadêmicos na execução do percurso. Em uma aula regular de Educação Física, com número maior de alunos, esse fator não representaria um obstáculo, sendo possível ainda adaptar novas regras e materiais. Um exemplo foi a substituição dos copos de isopor usados no desafio das cores, que se mostraram frágeis, por materiais mais resistentes, o que demonstrou a importância da reflexão e da adaptação pedagógica durante a prática.

De modo geral, a experiência foi enriquecedora tanto para as crianças quanto para os acadêmicos, que puderam observar de forma concreta o impacto das atividades psicomotoras no desenvolvimento infantil. O circuito se mostrou uma ferramenta eficaz para estimular o

movimento, o raciocínio, a socialização e o trabalho em equipe, além de reforçar o papel da Educação Física como promotora de experiências significativas e integradoras na escola.

Figura 1: Grupo de desenvolvimento da atividade.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da atividade "Circuito Jockey" proporcionou uma experiência prática enriquecedora tanto para os acadêmicos quanto para as crianças participantes. O circuito se mostrou eficaz no desenvolvimento da coordenação motora, da atenção e da socialização, demonstrando o valor das atividades lúdicas no processo de aprendizagem.

Apesar de pequenas dificuldades relacionadas à quantidade de participantes e à adaptação de materiais, a proposta alcançou seus objetivos, promovendo a integração entre universidade e escola e reforçando a importância da extensão como espaço formativo.

Conclui-se que experiências como essa fortalecem a formação docente, possibilitando aos acadêmicos vivenciar o papel do professor como mediador do movimento e do desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, Ellen Kassia de; MACIEL, Rosana Mendes. A importância da psicomotricidade na educação infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, *[s. l.]*, v. 9. p. 254-275, out/nov, 2016. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/psicomotricidade-na-educacao-infantil.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

FERNANDES, Jorge Manuel Gomes de Azevedo; FILHO, Paulo José Barbosa Gutierres; REZENDE, Alexandre Luiz Gonçalves de. Psicomotricidade, jogo e corpo-em-relação: contribuições para a intervenção. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 702-709, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/GvcTLxsggPQrY4xzZcSZgDM/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

PINHEIRO, Cássia Bastos; MELLO, Ana Maria Garcia de; ABED, Anita Lillian Zuppo. Psicopedagogia e psicomotricidade: contribuições ao professor alfabetizador. Constr. psicopedag. [online], v. 30, n. 31, p.54-68, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.37388/CP2021/v30n31a07. Acesso em: 19 out. 2025.

SACCHI, Ana Luisa; METZNER, Andreia Cristina. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 254, 96-110, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2025.

APRENDIZAGEM POR MEIO DA RECREAÇÃO ESCOLAR "BRINCAR E APRENDER"

Categoria: Projetos Extensionistas

Luan José dos Santos Ferreira[1]
Mauro Rogério dos Reis[2]

Resumo – O presente projeto, intitulado "Brincar e Aprender", foi desenvolvido na Escola Municipal João Carneiro, em Calmon/SC. O projeto aborda a preocupação com a falta de atividades recreativas no Ensino Fundamental I, que pode impactar o desenvolvimento e aumentar a defasagem de aprendizagem. O objetivo geral foi promover a equidade e inclusão e minimizar a defasagem de aprendizagem em crianças de 6 a 10 anos. A metodologia centrou-se na criação de aulas interdisciplinares e lúdicas, unificando conteúdos de Educação Física a conteúdos de alfabetização, com base nos princípios da psicomotricidade. Percebeu-se que a intervenção pedagógica com foco no movimento e no lúdico obteve bons resultado de aprendizagem, pois o processo de ensino-aprendizagem foi desenvolvido em um ambiente mais dinâmico, estimulando e desafiando a participação ativa e contribuindo para a superação das dificuldades escolares.

Palavras-chave: Psicomotricidade; Interdisciplinaridade; Defasagem de aprendizagem; Recreação escolar; Educação Física.

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é a base para o desenvolvimento da Alfabetização e do Letramento. Atualmente, uma triste realidade enfrentada por escolas, professores e pais é a crescente defasagem de aprendizagem, que se inicia cedo e pode levar ao fracasso escolar caso as dificuldades não sejam sanadas.

Neste contexto, o presente projeto "Aprendizagem por meio da Recreação Escolar 'Brincar e Aprender'", foi desenvolvido na Escola Municipal João Carneiro, Calmon/SC, com foco em uma turma do 4º ano, reconhecida por apresentar grande dificuldade de aprendizagem. A ausência de jogos e brincadeiras nas aulas convencionais foi identificada como um desafio significativo para a promoção de um aprendizado eficaz. As atividades recreativas, no entanto, são cruciais, pois tornam o ambiente escolar mais envolvente e ajudam no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Como acadêmico de Educação Física e graduado em Pedagogia, a proposta se justifica na integração das duas áreas para buscar uma aprendizagem mais significativa e holística. O

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

objetivo geral do projeto é promover a equidade e inclusão dos alunos, minimizando a defasagem de aprendizagem por meio da criação de aulas interdisciplinares e lúdicas. A relevância social reside no combate à defasagem e na utilização da psicomotricidade para tornar o aprendizado mais prazeroso, um conceito que o movimento tem efetivado a eficácia nos ambientes escolares (BRITO, 2017).

METODOLOGIA

A intervenção foi realizada na Escola Municipal João Carneiro, em Calmon/SC, durante o período de março a outubro de 2025. O público-alvo foram crianças na faixa etária entre 9 e 11 anos, com a participação média de 20 a 23 estudantes. Essa variação no número de participantes variava devido a transferência de estudantes.

O procedimento metodológico consistiu na aplicação de ações desenvolvidas semanalmente, com foco na criação de aulas interdisciplinares e lúdicas. A principal estratégia foi a unificação de conteúdos da Educação Física com conteúdo de alfabetização, especificamente português e matemática. As aulas dinâmicas buscaram fugir da forma tradicional, utilizando metodologias diversificadas que têm como base a psicomotricidade e a interdisciplinaridade.

A psicomotricidade, que abrange os aspectos intelectual, emocional e motor, foi a base para a criação de atividades que favorecessem a inclusão e o desenvolvimento integral, buscando sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos do 4º ano (SOLAR COLEGIOS, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao unificar a Educação Física com a Alfabetização e atividades recreativas, notou-se que a aprendizagem, antes vista como um fardo, se tornou mais prazerosa, conforme Brito (2017) ressalta sobre a importância da psicomotricidade no despertar de emoções. A interdisciplinaridade se mostrou eficaz ao utilizar o movimento e o jogo como ferramenta para fixar conceitos como lateralidade, sequências numéricas e estruturação frasal, interpretação de texto, tabuada e entre outros conteúdos que são frequentemente obstáculos para alunos com defasagem. O ambiente mais dinâmico e menos tradicional contribuiu diretamente para o objetivo de equidade nas práticas pedagógicas, dando atenção e apoio aos alunos mais necessitados.

Relatos de professor que ministram aula para a turma, melhoraram muito o comportamento e começaram a despertar o gosto por aprender e manter o foco por maior tempo.

Os professores que ministram aulas para a turma relataram uma melhora significativa no comportamento dos alunos, que passaram a demonstrar maior interesse pelas atividades e um gosto crescente pelo aprendizado. Observou-se também que os estudantes conseguiram manter o foco por períodos mais longos, participando com mais empenho e entusiasmo das aulas. Embora ainda haja muito a avançar no processo de aprendizagem o que é natural, considerando que se trata de uma turma do 4º ano, os resultados obtidos evidenciam que os objetivos do projeto foram alcançados. A evolução dos escolares é notória, tanto no aspecto comportamental quanto no engajamento com os estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Aprendizagem por meio da Recreação Escolar 'Brincar e Aprender'" cumpriu seu papel ao demonstrar a viabilidade e a eficácia da união entre Educação Física e Pedagogia no combate à defasagem de aprendizagem de uma turma de Anos Iniciais. A metodologia alicerçada na psicomotricidade e na interdisciplinaridade mostrou ser uma ferramenta poderosa para criar um ambiente inclusivo e dinâmico, favorecendo o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos alunos com dificuldades.

A Educação Física, quando desenvolvida de forma lúdica e psicomotora, revela ser uma ferramenta pedagógica imprescindível para o desenvolvimento integral do estudante. Muito além do movimento corporal e a prática esportiva ela estimula o pensamento, a concentração, a cooperação e a autoconfiança, facilitando a construção do conhecimento de maneira prazerosa.

Reconhecer a Educação Física como aliada no processo educativo é compreender seu papel fundamental na superação das dificuldades escolares. Ao articular o movimento com o conteúdo pedagógico, ela contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, tornando-se um recurso valioso para atenuar as dificuldades de aprendizagem.

Valorizar a prática psicomotora na escola é investir em uma educação mais humana, dinâmica e transformadora, que reconhece no brincar uma poderosa ferramenta para ensinar e incluir.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O autor expressa agradecimento a UNIARP – Caçador – SC pela oportunidade para a realização deste projeto de extensão. Reconhecemos o Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) por todo o suporte institucional, apoio financeiro e disponibilização de materiais, os quais foram fundamentais para a execução das atividades propostas. Estendemos nosso reconhecimento ao Curso de Educação Física da UNIARP, e ao seu coordenador e ao Professor Orientador Mauro Rogério dos Reis, pelas orientações, dedicação e acompanhamento que tornaram a aplicação do projeto possível.

REFERÊNCIAS

BRITO, Stéphany Vieira et al. Brincando e aprendendo: Aprimorando o desempenho escolar e comportamento de crianças através de aulas de reforço de educação física escolar integradas ao conteúdo escolar. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 20, n. 1, p. 305-333, 2017. Disponivel em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/1617/1145. Acesso em: 15 de jan. 2025.

NUNES, Bianca Almeida; PIMENTEL, Joventina Erica Silva. O PRAZER DE APRENDER BRINCANDO: O LÚDICO COMO POTENCIALIZADOR NO DESENVOLVIMENTO DA ALFABETIZAÇÃO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 7, n. 7,

2019. Disponível em: http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9158/8830. Acesso em: 15 de jan. 2025.

SOLAR COLÉGIOS. A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM. 2016. Disponível em: https://solarcolegios.org.br/a-importancia-da-psicomotricidade-no-processo-da-aprendizagem/. Acesso em: 15 de jan. 2025.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PANSINI, Flávia; SOUZA, Flora Lima Farias de. Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares?. Psicologia escolar e educacional, v. 16, p. 237-246, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/CN8JBpBvHNF5YGnzPVkqQRh/?lang=pt&format=html Acesso em 15 de jan. 2025.

FUTSAL E CIDADANIA

Categoria: Projetos Extensionistas (PAEC)

José Patrick Silva de Lima[1]
Lindomar Palmera[2]

Resumo – O projeto foi desenvolvido no município de Lebon Régis, com o objetivo de promover o aprendizado e o desenvolvimento motor e social das crianças por meio de atividades esportivas e recreativas. Ao longo da execução, consegui atingir a meta de 20 alunos participantes, o que representou um ótimo engajamento da comunidade local. Durante as aulas, foram aplicadas diversas dinâmicas e jogos, incluindo exercícios de tiro livre, passes, coordenação e partidas amistosas. Essas atividades tinham como propósito principal estimular o trabalho em equipe, a disciplina, o respeito às regras e a cooperação entre os alunos. No decorrer das aulas, foi possível observar um progresso significativo no desempenho das crianças, tanto em aspectos técnicos, como precisão e controle de bola, quanto no comportamento e na convivência em grupo. Os alunos demonstraram entusiasmo, comprometimento e evolução constante a cada encontro. Além do desenvolvimento físico, o projeto também contribuiu para o fortalecimento da autoconfiança e da socialização entre as crianças, criando um ambiente saudável e motivador. Em síntese, o projeto alcançou seus objetivos, proporcionando aos participantes uma experiência enriquecedora de aprendizado através do esporte e destacando a importância de iniciativas educacionais voltadas ao desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: futsal; cidadania; socialização; crianças.

INTRODUÇÃO

O esporte, enquanto prática social e educativa, exerce um papel fundamental na formação integral de crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento físico, emocional e social. Dentre as modalidades esportivas mais acessíveis e populares no Brasil, o futsal destaca-se por sua capacidade de promover a cooperação, o respeito mútuo e o trabalho em equipe, sendo, portanto, um meio eficaz para a construção de valores éticos e cidadãos.

No município de Lebon Régis, observou-se a importância de se desenvolver projetos que estimulem a socialização e a cidadania desde a infância. A prática esportiva, quando orientada de forma pedagógica, possibilita que o aluno compreenda regras, aprenda a lidar com vitórias e derrotas, e respeite as diferenças — elementos essenciais para a convivência em sociedade (FREIRE, 1997; TUBINO, 2003). Assim, o futsal ultrapassa o caráter competitivo, tornando-se um instrumento educativo capaz de fortalecer vínculos e promover a inclusão social.

[1]Aluno do Curso de Educação Física – Licenciatura, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor Me. do Curso de Educação Física – Licenciatura, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

De acordo com Paes (2001), a Educação Física deve ser compreendida como um espaço de formação humana, no qual o esporte atua como meio de ensino de valores e atitudes. Nessa perspectiva, o futsal, além de desenvolver habilidades motoras, contribui para a formação de cidadãos conscientes, solidários e participativos

Teve como objetivo principal incentivar as crianças do município de Lebon Régis a compreenderem a importância da socialização e do convívio coletivo por meio da prática do futsal, utilizando-o como um meio de formação cidadã e integração comunitária. Busca-se, portanto, demonstrar que o esporte pode ser uma ponte entre o desenvolvimento físico e a construção de valores sociais, contribuindo para o fortalecimento das relações humanas e para uma sociedade mais justa e solidária.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracterizou-se através de um projeto de extensão desenvolvido no município de Lebon Régis (SC), A experiência foi realizada em espaços públicos esportivos, tendo como foco o uso do futsal como instrumento de formação cidadã e de socialização entre crianças.

A população envolvida compreendeu aproximadamente 20 crianças com idades entre 7 e 15 anos, de ambos os gêneros, participantes de atividades esportivas desenvolvidas por professores de Educação Física e monitores voluntários. As aulas e oficinas foram planejadas com base em uma metodologia lúdico-pedagógica, que integra fundamentos técnicos do futsal e valores socioeducativos, como respeito, cooperação, disciplina e trabalho em equipe.

As informações ocorreram de forma contínua, por meio de observações diretas, relatos orais das crianças e dos educadores. Esses registros permitiram compreender o comportamento dos participantes, as interações entre os grupos e as mudanças observadas ao longo do projeto, especialmente no que se refere à socialização e ao desenvolvimento de atitudes cidadãs.

A análise da experiência foi realizada de forma descritiva e reflexiva, com base nas observações feitas durante o desenvolvimento das atividades. O foco esteve em compreender como a prática do futsal contribuiu para o engajamento, o aprendizado e o convívio social das crianças participantes do projeto no município de Lebon Régis. As reflexões foram orientadas por referenciais teóricos que reconhecem o esporte como um importante instrumento educativo e formador de valores, promovendo o desenvolvimento integral dos indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades realizadas com o grupo de crianças do município de Lebon Régis (SC) demonstraram resultados significativos em relação ao processo de socialização e ao desenvolvimento de valores cidadãos por meio da prática do futsal. Desde os primeiros encontros, observou-se que muitos participantes apresentavam dificuldades de convivência em grupo, pouca noção de regras e comportamentos individualistas. Com o decorrer das aulas, essas atitudes foram gradualmente substituídas por ações cooperativas, demonstrando evolução no respeito mútuo, na comunicação e na resolução de conflitos.

Os resultados observados apontaram que o futsal atuou como um agente facilitador da interação social, permitindo que as crianças aprendessem a lidar com as diferenças e a trabalhar em equipe. Essa transformação foi percebida tanto durante os jogos quanto nas atividades extrajogo, refletindo-se no ambiente escolar e familiar. Esse achado está em consonância com Freire (1997), que defende o esporte como uma forma de educação integral, capaz de formar sujeitos conscientes e participativos.

Outro aspecto relevante foi o desenvolvimento do senso de responsabilidade e de disciplina, evidenciado pela adesão crescente às regras das atividades e pelo cuidado com o material esportivo. Esses resultados reforçam o que Paes (2001) destaca sobre o papel do esporte educativo como meio de promover atitudes éticas e de respeito, contribuindo para a formação social das crianças.

Os registros em diário de campo também revelaram que a autoestima e a confiança dos participantes aumentaram ao longo do projeto. Crianças mais tímidas e retraídas passaram a interagir com colegas e a participar ativamente das atividades. Esse processo de inclusão, além de promover o bem-estar, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre os alunos, professores e comunidade, confirmando o que Tubino (2003) argumenta sobre o esporte como fenômeno social que favorece a integração e a solidariedade.

De modo geral, os resultados obtidos corroboram a literatura consultada, demonstrando que o futsal, quando conduzido sob uma perspectiva pedagógica, pode se transformar em uma ferramenta eficaz de ensino e de construção da cidadania. As experiências vivenciadas no município de Lebon Régis evidenciam que o esporte, além de desenvolver habilidades físicas, promove o crescimento humano, ético e social, reafirmando seu valor educativo e comunitário.

Fonte: PAEC 2025 – Atividades práticas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto futsal e cidadania me possibilitou compreender de forma concreta o potencial do esporte como instrumento educativo, social e formador de valores. A

partir das experiências vivenciadas com as crianças, constatou-se que a prática do futsal, quando conduzida de maneira lúdica e pedagógica, contribui significativamente para o fortalecimento da socialização, do respeito mútuo e da cooperação entre os participantes.

Objetivo do projeto de extensão foi incentivar as crianças a compreenderem a importância da socialização por meio do futsal e brincadeiras , visto que as atividades promoveram mudanças positivas de comportamento, Tais resultados reforçam o papel do esporte como ferramenta de transformação social e confirmam o que autores como Freire (1997), Paes (2001) e Tubino (2003) defendem: o esporte educacional é um meio eficaz de formação integral do indivíduo.

Entretanto, algumas limitações foram observadas durante a execução do projeto, como a falta de recursos materiais adequados, a irregularidade na participação de algumas crianças e a necessidade de maior envolvimento das famílias nas atividades. Esses fatores interferiram parcialmente na continuidade e amplitude das ações desenvolvidas.

Como sugestão para a sequência do projeto, recomenda-se ampliar o número de turmas e faixas etárias atendidas, fortalecer parcerias com escolas e entidades locais, e promover formações para professores e monitores sobre metodologias esportivas voltadas à cidadania. Além disso, seria relevante desenvolver pesquisas futuras que avaliem o impacto do futsal em longo prazo sobre o comportamento social e escolar das crianças participantes.

Dessa forma, conclui-se que o futsal, mais do que um simples jogo, é uma poderosa ferramenta pedagógica que, aplicada de forma planejada e humanizada, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e solidária objetivos que se alinham diretamente à proposta de promoção da cidadania no município de Lebon Régis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Lebon Régis e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que disponibilizaram os espaços e materiais esportivos necessários para o desenvolvimento das atividades. Agradece-se também à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa e à extensão comunitária, e aos professores, monitores e famílias das crianças participantes, cujo envolvimento foi essencial para o êxito do projeto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. L. de S. A. C.; ANTUNES, A. C. INICIAÇÃO AO FUTSAL: ANÁLISE DE DUAS ESCOLAS DE INICIAÇÃO NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR/BRASIL. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BORIN, J. P. et al. Buscando entender a preparação desportiva a longo prazo a partir das capacidades físicas em crianças. Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 87-102, 2020.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FONSECA, G. M. M.; ZECHIN, M.; MANGINI, R. E. **O abandono do futsal na iniciação esportiva**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, São Paulo, v. 6, n. 21, 2018.

BARONI, R.; PASTRE, T. **A metodologia tecnicista para iniciação ao futsal.** Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 6, n. 1, p. 90-90, 2020.

KOZAK, J. C. P.; GASPAROTTO, G. da S**. Análise motivacional da prática de futsal em crianças de 3 a 7 anos de idade e das expectativas dos pais**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, v. 10, n. 39, p. 421–427, 2018.

PIMENTEL, E. F. A. **Os educandos da educação de jovens e adultos e as estratégias motivacionais utilizadas no processo ensino-aprendizagem**. Revista Latino-Americana de Educação, Cultura e Saúde, v. 1, n. 1, p. 189–200, 2017.

CIRCUITO MOTOR PESCA CONE: COORDENAÇÃO, LUDICIDADE E INCLUSÃO NO MOVIMENTO

Categoria: Extensão Universitária

Eduarda Maciel Monari[1]
Herick Ruan Ribeiro[2]
Teodora Ribeiro Alves[3]
Victor Hugo Driessen[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – O presente trabalho relata a experiência da oficina "Circuito Motor – Pesca Cone", desenvolvida como atividade de extensão do curso de Educação Física da UNIARP, na Escola Municipal Domingos da Costa Franco, em Caçador (SC). O objetivo foi estimular o desenvolvimento motor e a socialização de crianças e adolescentes por meio de atividades lúdicas e competitivas. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, envolvendo cerca de 15 participantes, entre alunos, pais e professores. A prática consistiu em percorrer um circuito com etapas de rolamento, escada de agilidade e a "pesca" de cones com bambolês. Os resultados evidenciaram melhorias na coordenação motora, equilíbrio e interação social, além de entusiasmo e cooperação entre os participantes. Conclui-se que o circuito motor é uma ferramenta eficaz para o aprendizado e o desenvolvimento integral, unindo movimento, ludicidade e inclusão em um contexto educativo.

Palavras-chave: circuito motor; coordenação; ludicidade; educação física; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

O circuito motor é uma importante estratégia pedagógica nas aulas de Educação Física, pois vai além do simples entretenimento. Trata-se de uma atividade que estimula a coordenação motora, promove a socialização, o autocontrole, a autonomia e contribui para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças (Lisbo, Batista; Moreira, 2024). Além disso, proporciona benefícios para a saúde e para a qualidade de vida, fortalecendo o vínculo entre o movimento e o aprendizado (Freitas; Rôas; Abreu, 2023).

Segundo Cantó et al. (2015), crianças e adolescentes que participam de atividades motoras desde cedo tendem a apresentar níveis mais elevados de coordenação e engajamento em práticas corporais ao longo da vida. Já Carvalho et al. (2020) ressaltam que os circuitos motores,

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

quando aplicados de forma lúdica, desenvolvem o equilíbrio, a força, a postura e o tempo de reação, habilidades fundamentais para a vida cotidiana.

Dessa forma, este trabalho teve como objetivo estimular o desenvolvimento motor e a socialização de crianças e adolescentes por meio de uma oficina de circuito motor, promovendo o movimento e a inclusão em um ambiente lúdico e participativo.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no âmbito da curricularização da extensão do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na Escola Estadual Domingos da Costa Franco, em Caçador (SC), no dia 11 de outubro de 2025.

A oficina "Circuito Motor: Pesca Cone" foi desenvolvida com crianças do ensino infantil e fundamental e teve como propósito incentivar o movimento e a coordenação motora de forma divertida e inclusiva. O circuito foi composto por três etapas e duas estações, nas quais os participantes realizavam rolamentos nos colchonetes, pulavam na escada de agilidade e faziam a "pesca" dos cones, envolvendo o cone com um bambolê e levando-o até o ponto de partida. Vencia quem completasse as etapas primeiro.

Participaram aproximadamente 15 pessoas, entre alunos, pais e professores. Os acadêmicos registraram observações sobre o desempenho, a interação e o envolvimento dos participantes, analisando o impacto da atividade na coordenação, no equilíbrio e na socialização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade "Pesca Cone" mostrou-se altamente eficaz e envolvente, despertando o interesse e a alegria de todos os participantes. Crianças e adultos participaram com entusiasmo, demonstrando que o circuito motor é uma prática acessível, inclusiva e prazerosa.

Os resultados apontaram melhora perceptível na coordenação motora, no equilíbrio e no tempo de reação, além de favorecer o trabalho em equipe e o respeito às regras. Observou-se também a importância da ludicidade como elemento motivador, confirmando que o brincar é uma poderosa ferramenta de aprendizagem e socialização.

A experiência reforça os apontamentos de Camargo e Dornelles (2023), segundo os quais o movimento e o jogo são recursos essenciais para o desenvolvimento global, pois unem corpo, mente e emoção no processo educativo.

Figura 1: Circuito montado

Fonte: Os autores (2025).

Figura 2 e 3: Realização da atividade

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina de circuito motor comprovou que atividades práticas e lúdicas podem ser eficazes instrumentos pedagógicos para o ensino da Educação Física. A experiência foi marcante

tanto para os acadêmicos, que vivenciaram a realidade escolar e desenvolveram habilidades docentes, quanto para os participantes, que puderam aprender de forma divertida e significativa.

O circuito motor, quando planejado com intencionalidade educativa, contribui para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças, além de promover inclusão e cooperação. A vivência reafirma o papel da Educação Física como espaço de movimento, criatividade e formação integral.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Daiana; DORNELLES, Leni Vieira. Brincar, corpo e movimento como eixos de formação de professores de crianças pequenas. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, p. e77386, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/LLL8kXCRbztyf9TyzBnMjBK/?lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2025.

CANTÓ, Eliseo García; SOTO, Juan José Pérez; GARCÍA, Pedro Luis Rodríguez; GUILLAMÓN, Andrés Rosa; MIÑARRO, Pedro Ángel López; VILLALBA, Francisco José López. The relationship between segmental coordination, agility and physical activity in adolescentes. Revista Motriz - Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 21, n. 2, p. 200-206, Apr./Jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/motriz/a/6NvCymK7vX78N83Q6YJscbt/?lang=en. Acesso em: 13 out. 2025.

CARVALHO, Aderson dos Santos; SILVA, Nandhara Gabriela Ferreira da; ABDALLA, Pedro Pugliesi; CUNHA, Leandro Alves da; MANTOVANI, Aline Madia. Benefícios das habilidades motoras fundamentais na Saúde das Crianças: uma revisão narrativa. Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vi, São José do Rio Preto, v. 12, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/491. Acesso em: 13 out. 2025.

FREITAS, Vinicius da Silva; RÔAS, Yuri Alexander dos Santos; ABREU, José Roberto Gonçalves de. O papel da atividade física na aprendizagem motora e desenvolvimento infantil. Dialogia, São Paulo, n. 43, p. 1-13, jan./abr. 2023. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23893/0. Acesso em: 02 nov. 2025.

LISBO, Laira Bregolato; BATISTA, Luciane Cassimiro; MOREIRA, Cristina Alves. A importância dos circuitos de psicomotricidade na Educação Infantil. Revista Eletrônica Interdisciplinar, Barra do Garças, v. 16, n.1, p. 460-472, 2024. Disponível em: http://revista.univar.edu.br/rei/article/view/551. Acesso em: 02 nov. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O APRIMORAMENTO DE HABILIDADES MOTORAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Cionara Mariano Batista[1]
Mauro Rogério Dos Reis[2]

Resumo - O desenvolvimento motor é um processo contínuo que começa no nascimento e acompanha toda a vida do ser humano. Cada fase apresenta características próprias, que vão desde os reflexos automáticos dos bebês até a aplicação de habilidades complexas. Nesse processo, a Educação Física escolar tem papel fundamental, pois oferece estímulos adequados para que as crianças desenvolvam suas habilidades motoras, cognitivas e sociais. Com o objetivo de verificar como as práticas corporais contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento motor dos educandos dos anos iniciais do ensino fundamental, e Identificar quais habilidades motoras fundamentais são mais trabalhadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Abordar a contribuição da ludicidade no ensino das habilidades motoras nas aulas de Educação Física e Enfatizar de que maneira o planejamento pedagógico integra e favorece o desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais no contexto das aulas de Educação Física. Nas séries iniciais, o trabalho com atividades planejadas e diversificadas favorece a coordenação, o equilíbrio, a motricidade fina e grossa, além de contribuir para o aprendizado, a socialização e a saúde.

Palavras-chave: Educação Física escolar; Desenvolvimento motor; Habilidades Motoras Fundamentais; Ensino Fundamental I; Ludicidade;

INTRODUÇÃO

Para Borges et al. (2024), a Educação Física escolar contribui no processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa onde observa-se uma vivência mais intensa do desenvolvimento das habilidades motoras, as quais são essenciais não apenas para a prática de atividades físicas, mas também para a formação integral das crianças. A análise da forma como essas habilidades são trabalhadas nas aulas de Educação Física evidencia a importância do planejamento de atividades que favoreçam e fortaleçam esse desenvolvimento.

O desenvolvimento motor é responsável pela harmonização dos movimentos corporais, influenciando diretamente o desempenho de ações que exigem controle, precisão e ritmo, aspectos fundamentais para a execução de tarefas motoras. Assim sendo, a Educação Física oportuniza a vivência de experiências diversificadas que estimulam o aprimoramento dessas

[1] Aluna do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

habilidades, contribuindo não apenas para o desempenho motor, mas também englobando aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais (Santana; Vilanova-Campelo, 2023).

Santana e Vilanova-Campelo (2023) enfatizam que a participação em aulas de Educação Física escolar, desde que adequadamente planejadas, favorece a manutenção de níveis satisfatórios nas habilidades motoras, fazendo com que as crianças apresentem desenvolvimento motor compatível com o esperado para sua faixa etária.

Sob este prisma, este trabalho aborda o desenvolvimento das habilidades motoras na Educação Física Escolar, destacando sua importância para a melhoria do desempenho motor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (Brasil, 2018). Nessa fase, as crianças encontram-se em pleno processo de crescimento físico, cognitivo, afetivo e social, sendo fundamental o estímulo adequado às habilidades motoras básicas, como correr, saltar, lançar, equilibrar-se e manipular objetos, para favorecer um desenvolvimento motor saudável e significativo (Borges et al., 2024).

Frequentemente, as aulas de Educação Física são compreendidas apenas como momentos de lazer, o que pode levar à desvalorização de seu potencial pedagógico. Contudo, quando as atividades são planejadas com a intencionalidade de desenvolver habilidades motoras, contribui-se para a formação de crianças mais coordenadas, seguras e preparadas para enfrentar os desafios escolares e sociais. A prática dessas habilidades também favorece a aprendizagem em outras áreas do conhecimento, uma vez que o desenvolvimento motor está relacionado à concentração, à organização do pensamento e ao autocontrole (Santana; Vilanova-Campelo, 2023).

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e objetiva compreender de que forma o desenvolvimento das habilidades motoras é abordado na Educação Física escolar, com foco nas práticas pedagógicas voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A investigação foi realizada por meio da análise de materiais já publicados, publicados entre 2009 e 2025, como livros, artigos científicos, dissertações, documentos legais e diretrizes curriculares. Foram consultadas fontes confiáveis em bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico e Scielo, além de bibliotecas digitais de universidades e instituições de ensino superior. A seleção das obras considerou critérios de relevância, atualidade e contribuição teórica para o tema a partir dos seguintes descritores: habilidades motoras e ensino fundamental I.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das contribuições da Educação Física escolar para o desenvolvimento das habilidades motoras nas crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, evidencia-se que esse componente curricular desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, indo muito além de sua função recreativa ou de entretenimento. A Educação Física, quando planejada de forma intencional e estruturada e sistematizada possibilita que os alunos desenvolvam habilidades motoras fundamentais, essenciais para a execução de tarefas do

cotidiano e para a construção de competências físicas, cognitivas, sociais e afetivas (Anjos; Ferraro, 2018).

Observa-se que o desenvolvimento motor não ocorre de forma isolada ou espontânea, mas é influenciado diretamente pela qualidade das experiências motoras oferecidas no ambiente escolar. Crianças que participam de aulas planejadas, com estímulos diversificados e adequados à sua faixa etária, apresentam avanços significativos na coordenação motora, no controle postural e na execução de habilidades locomotoras, manipulativas e de estabilidade. Essas competências não apenas melhoram o desempenho físico das crianças, mas também proporcionam ganhos no desempenho cognitivo e na capacidade de interação social, mostrando que a Educação Física é, de fato, uma disciplina integral e estratégica para o desenvolvimento global do estudante (Belluzzo et al., 2025).

Além disso, o estudo evidenciou que a falta de prática sistematizada e de estímulos adequados pode gerar defasagens motoras, que impactam negativamente na motricidade fina e grossa, na organização espaço-temporal e na capacidade de execução de movimentos coordenados. Crianças que não têm oportunidades suficientes de prática supervisionada ou atividades diversificadas podem apresentar atrasos no domínio motor, o que compromete o desenvolvimento de habilidades essenciais, como correr, saltar, lançar e manipular objetos, atividades fundamentais não apenas para o desempenho físico, mas também para o aprendizado acadêmico e social (Braga et al., 2009; Tavares; Cardoso, 2016).

O papel do professor de Educação Física se destaca nesse contexto, pois sua atuação qualificada é determinante para que as aulas se tornem um ambiente estimulante e inclusivo, capaz de promover o aprimoramento das habilidades motoras. Como apontado por Cotrim et al. (2011), alunos que têm aulas ministradas por profissionais capacitados apresentam desempenho motor mais eficiente em comparação àqueles que recebem instruções de professores sem formação específica. Isso reforça a importância de políticas educacionais que valorizem a presença de profissionais de Educação Física qualificados nas escolas, garantindo que o componente curricular seja aplicado de forma planejada, consistente e orientada ao desenvolvimento integral do estudante.

Outro ponto relevante abordado neste estudo é a relação entre desenvolvimento motor e cognitivo. A prática regular de atividades físicas, jogos e brincadeiras planejadas não apenas aprimora habilidades motoras, mas também contribui para o aumento da concentração, memória, raciocínio e habilidades de resolução de problemas. Dessa forma, percebe-se que a Educação Física atua como um instrumento pedagógico integral, influenciando positivamente diversas áreas do aprendizado, o que demonstra sua importância estratégica na formação das crianças (Amaral, 2025).

A dimensão social também se mostra extremamente relevante, uma vez que as práticas corporais promovem cooperação, respeito, trabalho em equipe e desenvolvimento de habilidades sociais essenciais para a convivência em grupo. Jogos cooperativos, atividades de dupla ou em pequenos grupos e experiências que exigem comunicação e coordenação entre os alunos contribuem para a construção de valores como empatia, solidariedade e ética social, além de favorecer a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades físicas

iniciais. É nesse sentido que a Educação Física escolar se configura como um espaço de aprendizado social e desenvolvimento integral, formando não apenas crianças fisicamente aptas, mas também socialmente preparadas para interagir e colaborar com os colegas.

Além disso, atividades, como a dança, brincadeiras e os jogos, ou seja, atividades que exploram o movimento de forma criativa, apresentam-se como recursos pedagógicos essenciais para estimular o desenvolvimento motor e cognitivo, proporcionando experiências significativas e prazerosas. Conforme apontado por Anjos e Ferraro (2018), a dança, por exemplo, atua como mediadora do desenvolvimento motor e cognitivo, promovendo percepção corporal, ritmo, coordenação e expressão, enquanto desperta interesse e motivação nos alunos. A utilização de recursos diversificados, adaptados às necessidades individuais e coletivas, garante que todas as crianças possam participar ativamente, fortalecendo a autonomia, autoestima e inclusão social. Outro aspecto relevante que surgiu decorrente das análises ao longo deste trabalho foi a importância de políticas educativas e projetos sociais que promovam a Educação Física.

Crianças que têm acesso a programas estruturados, orientação adequada e acompanhamento contínuo apresentam maior progresso nas habilidades motoras e melhor desempenho cognitivo. No entanto, observa-se que barreiras externas, como resistência de pais ou restrições culturais/religiosas, podem limitar a participação de algumas crianças, o que reforça a necessidade de conscientização sobre os benefícios da Educação Física e a importância de sua implementação como componente curricular fundamental, que contribui para a saúde, desenvolvimento integral e qualidade de vida dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, conclui-se que a Educação Física escolar, quando compreendida como disciplina estruturada, planejada e orientada para o desenvolvimento das habilidades motoras, constitui-se como uma ferramenta pedagógica fundamental para a formação integral das crianças. Ela promove não apenas o desenvolvimento físico, mas também fortalece o aprendizado cognitivo, o comportamento social e a expressão afetiva, possibilitando que os alunos adquiram habilidades essenciais para sua vida escolar, social e futura.

Em síntese, este estudo reafirma que a Educação Física é uma prática educativa transformadora, capaz de impactar positivamente o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, o investimento em atividades estruturadas, na formação de professores e na criação de oportunidades de participação plena para todos os alunos é fundamental para que os benefícios da Educação Física se tornem realidade, promovendo aprendizagem, inclusão, saúde e desenvolvimento integral. Conclui-se, por fim, que se faz necessário valorizar e fortalecer a Educação Física escolar, reconhecendo-a como um elemento central na formação integral da criança.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. M. V. **A importância do trabalho do professor de educação física escolar para o desenvolvimento da coordenação motora.** 2021. 43 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Básica), Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2021. Disponível em: https://dspace.uniube.br:8443/handle/123456789/1713. Acesso em 25 set. 2025.

ANJOS, I. de V. C. dos; FERRARO, Alexandre Archanjo. A influência da dança educativa no desenvolvimento motor de crianças. **Revista Paulista de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 337-344, set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpp/a/rGdVZKZZFR4zQcKg8jpDGLk/?lang=pt. Acesso em 25 set. 2025.

BELLUZZO, P. R. *et al*. Desempenho motor de escolares matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 10, n. 62, p. 773-781. nov. 2016. Disponível em: https://dspace.uniube.br:8443/handle/123456789/1713. Acesso em 26 set. 2025.

BORGES, I. L. das G. R. *et al*. A importância do desenvolvimento motor nas séries iniciais da idade escolar: uma proposta de intervenção com esportes radicais adaptados. **Cuadernos de Educación y Desarrollo** (online), v. 16, n. 5, DOI https://doi.org/10.55905/cuadv16n5-044, mai. 2024. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4195. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRAGA, R. k. *et al*. A influência de um programa de intervenção motora no desempenho das habilidades locomotoras de crianças com idade entre 6 e 7 anos. **Journal of Physical Education** (online), v. 20, n. 2, p. 171-181, DOI: 10.4025/reveducfis.v20i2.6133, jul. 2009. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4195. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 28 mai. 2025.

COTRIM, J. R. *et al*. Desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais em crianças com diferentes contextos escolares. **Revista da Educação Física** (online), v. 22, n.4, p. 523-533, abr. 2011. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4195. Acesso em: 25 set. 2025.

FERREIRA, L. M. **Desenvolvimento das habilidades motoras no ensino de educação física infantil: contribuições apontadas pela revisão da literatura.** 2023. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física), Centro Acadêmico da Vitória, Vitória de Santo Antão, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52672/1/TCC2%20Ludiane%20Mari%20Ferreira.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

SANTANA, B. P.; VILANOVA-CAMPELO, R. C. Contribuições da educação física para o desenvolvimento motor de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Acervo Educacional** (online), v. 5, e14256, DOI https://doi.org/10.25248/rae.e14256.2023, 2023. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/educacional/article/view/14256. Acesso em: 03 jun. 2025.

O IMPACTO DO FUTSAL NO DESENVOLVIMENTO MOTOR E SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Categoria: Trabalho de Conclusão de curso

Kétlen Perdoncini[1]
Mauro Rogério dos Reis[2]

Resumo – Nos dias atuais, ocorre um fenômeno social extremamente necessário e desafiador, que é a inclusão de crianças atípicas. Crianças com as mais diversas deficiências, dentre elas o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e esse processo tende a aumentar o número de pessoas incluídas. Diante desse fenômeno, toda sociedade através de suas instituições deve se preocupar em melhor atendê-las. Isso requer novos procedimentos e metodologias, desta forma, cabe aos profissionais de Educação Física, buscarem conhecer melhor estas deficiências e os meios mais adequados de inclusão. Este estudo teve como objetivo investigar por meio de revisão sistemática da literatura, o impacto da prática do futsal no desenvolvimento motor e social de crianças com TEA. Foram analisados artigos científicos que abordam intervenções esportivas, especialmente o futsal, em contextos inclusivos. Os achados indicam que o futsal, quando planejado e adaptado, favorece a coordenação motora, a comunicação, o respeito às regras e interação social, No entanto, os estudos também apontam desafios como a falta de formação docente e de recursos adequados. Conclui-se que o futsal pode ser uma ferramenta eficaz para promover a inclusão, desde que inserido em práticas pedagógicas responsivas, estruturadas e fundamentadas na valorização da diversidade.

Palavras-chave: futsal; desenvolvimento motor; inclusão; Transtorno do Espectro Autista; Educação Física.

INTRODUÇÃO

Nesse contexto de crescente atenção à inclusão, é importante considerar dados globais que evidenciam a dimensão do Transtorno do Espectro Autista na infância, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), o autismo afeta uma a cada 100 crianças em todo mundo. Embora algumas pessoas com TEA possam viver de forma independente, outras necessitam de cuidados e apoio ao longo da vida devido a graves incapacidades. No entanto, as intervenções psicossociais podem reduzir as dificuldades em comunicação e comportamento social. Além disso, é fundamental criar ambientes mais acessíveis, inclusivos e de apoio.

O futsal pode ser um recurso valioso para ajudar crianças com autismo a desenvolver habilidades importantes, melhorando a comunicação, a compreensão e o apoio mútuo. Esse processo afeta não apenas as pessoas diagnosticadas, mas também suas famílias e a sociedade

[1]Aluna do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do curso de Educação Física da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

como um todo. Apesar dos avanços nas pesquisas, há muito a ser descoberto sobre seu impacto na vida das pessoas, que pode se manifestar de diversas formas (Souza; Codogno, 2015).

Diante disso, formula-se a seguinte pergunta norteadora: Como a prática do futsal pode impactar o desenvolvimento motor e social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Este estudo tem como objetivo investigar, por meio de revisão sistemática da literatura, o impacto da prática do futsal no desenvolvimento motor e social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Busca-se estabelecer uma relação entre essa modalidade esportiva e os ganhos em coordenação, interação social e autonomia, verificando como o futsal pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. A pesquisa evidencia como o esporte pode ser uma poderosa ferramenta de promoção da autonomia, da interação social e da qualidade de vida para esse público (Gama, 2024).

METODOLOGIA

A seleção das fontes foi realizada entre os anos de 2015 a 2025, utilizando como critérios de inclusão: publicações acadêmicas disponíveis em português, com acesso completo, que abordassem diretamente os temas de inclusão, Educação Física, TEA, práticas pedagógicas e desenvolvimento motor. Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Minha Biblioteca, além de documentos oficiais como o DSM-5-TR, o CID-11 e obras teóricas relevantes. As Palavras-chave utilizadas nas buscas foram: Transtorno do Espectro Autista, Educação Física Inclusiva, Futsal, Desenvolvimento Motor, Intervenções Psicossociais. No total, foram selecionadas 04 referências, entre artigos científicos, livros e documentos institucionais, conforme listados na seção de Referências Bibliográficas. A análise dos materiais seguiu uma abordagem crítica e interpretativa, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, bem como destacar contribuições teóricas e práticas para o campo da Educação Física inclusiva. Diante desse cenário, é papel das instituições educacionais e dos profissionais de Educação Física promover condições que favoreçam o atendimento adequado a essas crianças. Isso requer a adoção de novos procedimentos e metodologias, bem como o conhecimento aprofundado das especificidades das deficiências e dos meios mais eficazes de inclusão.

Os textos foram organizados por temas recorrentes, como desafios da inclusão, formação docente, estratégias metodológicas, e impactos do esporte no desenvolvimento de crianças com TEA. Essa abordagem metodológica permite compreender, com base em evidências, como o futsal pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas voltadas ao desenvolvimento de crianças com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as abordagens psicossociais voltadas à inclusão de crianças com TEA, aquelas que envolvem o estímulo ao desenvolvimento motor têm ganhado destaque por sua capacidade de promover autonomia, autoestima e participação social. Compreender como esse desenvolvimento ocorre na infância, especialmente em contextos adaptados e estruturados, é essencial para avaliar o impacto de práticas como o futsal na qualidade de vida e na inclusão desse público.

O desenvolvimento motor na infância está diretamente relacionado à variedade de experiências e contextos vivenciados pela criança, sendo essencial para sua autonomia, autoestima e participação social. De acordo com Flôres et al. (2020), a competência motora envolve habilidades locomotoras, de estabilização e de manipulação, e constitui um indicador fundamental para a qualidade de vida e a inclusão de crianças, inclusive aquelas diagnosticadas com TEA.

Nesse estudo, os autores verificaram que a prática sistemática do futsal está associada a maiores níveis de competência motora total e em componentes específicos, como locomoção, equilíbrio e manipulação de objetos, quando comparada apenas à participação em aulas regulares de Educação Física. Essa constatação reforça a relevância de atividades esportivas estruturadas que, além de promover o desenvolvimento motor, favorecem também aspectos cognitivos e sociais, tão importantes para crianças com TEA.

Flôres et al. (2020) destacam que ambientes ricos em estímulos motores, como escolinhas de futsal, oferecem oportunidades múltiplas para que a criança amplie seu repertório motor, fortalecendo habilidades que, muitas vezes, são afetadas pelo TEA, como a coordenação, a agilidade e a percepção espacial. O estudo também aponta que intervenções orientadas por professores ou treinadores potencializam ainda mais esses ganhos, por meio do planejamento de atividades específicas e adaptações adequadas ao perfil de cada criança.

Assim, compreender os aspectos do desenvolvimento motor na infância, sobretudo em crianças com TEA, significa reconhecer a importância de práticas motoras regulares, sistemáticas e adaptadas. Essas práticas não apenas melhoram a competência motora, mas também contribuem para a integração social, a autoconfiança e a capacidade de enfrentar desafios cotidianos, aspectos centrais para o desenvolvimento integral dessas crianças (Flôres et al., 2020).

A partir dessa compreensão ampliada sobre o desenvolvimento motor em crianças com TEA, torna-se essencial explorar as estratégias e intervenções que podem potencializar esse processo. Entre elas, destacam-se as atividades físicas e psicomotoras, que vêm sendo amplamente estudadas por sua eficácia na promoção de habilidades motoras, cognitivas e sociais. A seguir, serão apresentadas abordagens terapêuticas que têm demonstrado resultados positivos no fortalecimento da autonomia e na melhoria da qualidade de vida dessas crianças.

A psicomotricidade tem se consolidado como uma importante intervenção terapêutica para o fortalecimento do desenvolvimento psicomotor em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com Oliveira et al. (2019), as práticas psicomotoras proporcionam ganhos significativos na coordenação motora fina e grossa, no equilíbrio, na postura, além de favorecer a estruturação espacial e a orientação temporal. Essas intervenções também contribuem para a autonomia nas atividades da vida diária e ampliam as possibilidades de interação social.

Os autores destacam que, ao integrar os princípios da psicomotricidade ao processo terapêutico, a fisioterapia desempenha um papel essencial na promoção do engajamento sensorial, motor e cognitivo, permitindo que a criança utilize o corpo como principal via de expressão do seu mundo interno e externo. Dessa forma, observa-se uma melhora na qualidade

de vida e no desenvolvimento global, reforçando a importância de abordagens interdisciplinares no tratamento de crianças com TEA (Oliveira et al., 2019).

Nesse contexto, destaca-se também o papel de modalidades esportivas específicas, como o futsal, que têm sido incorporadas como estratégias de intervenção para potencializar o desenvolvimento motor, a inclusão social e as habilidades interpessoais de crianças autistas, conforme será abordado a seguir.

Entre as diversas práticas físicas utilizadas como intervenção terapêutica e pedagógica, o futsal tem se destacado por sua capacidade de integrar estímulos motores, sociais e cognitivos em um ambiente coletivo e estruturado. Essa modalidade esportiva pode contribuir diretamente para a inclusão social e o desenvolvimento interpessoal de crianças com Transtorno do Espectro Autista, ampliando suas possibilidades de participação ativa e autonomia. O futsal, por suas características de agilidade, cooperação, regras claras e ambiente dinâmico, apresenta-se como uma modalidade esportiva extremamente favorável ao desenvolvimento global de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Souza (s.d.), a prática sistemática do futsal contribui significativamente para o aprimoramento do desenvolvimento motor, cognitivo e social, ao mesmo tempo em que estimula a autonomia, a autoestima e a interação interpessoal.

A modalidade exige dos praticantes habilidades de coordenação motora ampla, equilíbrio dinâmico, percepção espacial e tomada de decisão rápida, que, quando trabalhadas de forma adaptada, favorecem tanto a participação ativa da criança quanto a construção de vínculos com colegas e professores ((Souza e Codogno,2015)). Além disso, o futsal possibilita a vivência de situações concretas de cooperação, respeito às regras e superação de desafios, fatores essenciais para ampliar as competências sociais e interpessoais de crianças autistas.

Como destacam os autores, a intervenção através do futsal deve considerar adaptações pedagógicas e metodológicas, respeitando o ritmo individual, as especificidades sensoriais e as necessidades emocionais da criança. Entre as estratégias, estão o uso de quadras menores, bolas mais leves, pausas frequentes e equipes ampliadas para reduzir a sobrecarga física e facilitar a assimilação das regras. Essas medidas tornam o ambiente mais previsível e seguro, favorecendo a adesão da criança e potencializando os benefícios psicomotores e sociais.

Em síntese, o futsal representa não apenas uma atividade física, mas também uma oportunidade concreta de inclusão e desenvolvimento integral, contribuindo para que crianças com TEA desenvolvam habilidades motoras, cognitivas e, sobretudo, sociais, tão importantes para sua qualidade de vida e autonomia (Souza e Codogno,2015).

Dessa forma, a fundamentação teórica apresentada sustenta a relevância do futsal como prática pedagógica inclusiva, cujos impactos serão analisados a partir de estudos selecionados na presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do futsal para o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco especial nos aspectos motores e sociais. A análise dos estudos selecionados revelou que o futsal, quando

planejado e adaptado às necessidades específicas desse público, pode ser uma ferramenta eficaz para estimular habilidades motoras como equilíbrio, coordenação, percepção espacial e controle corporal, além de favorecer a interação social, a comunicação, o respeito às regras e o trabalho em equipe, aspectos frequentemente desafiadores para crianças com TEA.

Os principais achados indicam que a prática do futsal, em ambientes inclusivos e com suporte técnico adequado, promove ganhos significativos na autonomia e autoestima dos participantes. Autores como Gama (2024), Souza e Codogno (2015) e Oliveira (2017; 2020) reforçam que esses avanços são potencializados quando há capacitação profissional e adaptação metodológica, evidenciando o papel central do professor de Educação Física na mediação das experiências corporais.

Contudo, a conclusão não se limita aos benefícios: ela reconhece os desafios enfrentados na implementação de práticas inclusivas. Estudos como os de Camargo et al. (2020) e Paschoalin et al. (2019) apontam que muitos profissionais ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade, especialmente no contexto da Educação Física. A ausência de formação continuada, o desconhecimento sobre as especificidades do TEA e a limitação de recursos dificultam a efetivação de propostas pedagógicas inclusivas. Além disso, a menção às divergências nos resultados das intervenções psicossociais e motoras mostra que o autor não está apenas reafirmando consensos, mas também problematizando os limites e variáveis que influenciam os resultados, como o contexto de aplicação, a abordagem metodológica e o envolvimento da equipe multidisciplinar.

A psicomotricidade também se destaca como um elemento complementar ao futsal, ampliando as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física e contribuindo para o desenvolvimento global da criança com TEA. A integração entre práticas motoras e estratégias psicossociais mostra-se promissora para fortalecer a inclusão e a qualidade das intervenções.

Diante disso, este trabalho reforça a importância do futsal como recurso pedagógico para promover experiências corporais significativas e inclusivas. No entanto, abre-se espaço para novos estudos que aprofundem as relações entre esporte, desenvolvimento motor e inclusão de crianças com TEA, especialmente em contextos escolares e comunitários. Investigações futuras poderão explorar diferentes abordagens metodológicas, avaliar a eficácia de programas de formação continuada e propor estratégias que ampliem o acesso e a permanência desses indivíduos em práticas esportivas de qualidade.

Mais do que uma prática esportiva, o futsal revela-se como uma ponte concreta entre o desenvolvimento motor e a inclusão social, contribuindo para a educação mais justa, sensível e transformadora.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher *et al.* Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, n. e214220, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698214220. Acesso em: 07 jul. 2025.

FLÔRES, Rafael da Silva et al. Efeitos da prática do futsal no desenvolvimento motor de crianças. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v. 42, e2020-0012, 2020.

GAMA, Rafael. O esporte como ferramenta de inclusão: contribuições do futsal para o desenvolvimento de crianças com TEA. Revista Educação e Movimento, Curitiba, v. 26, e26045, 2024.

OLIVEIRA, André Luiz de, et al. Educação Física e inclusão: desafios e possibilidades. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1237–1250, 2017.

PASCHOALIN, Heloísa et al. Inclusão e práticas corporais: contribuições da Educação Física para o desenvolvimento de crianças com deficiência. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 101–110, 2019.

SOUZA, Daniel; CODOGNO, Felipe. A prática esportiva como ferramenta de inclusão de crianças com autismo. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, Pelotas, v. 20, n. 3, p. 345–352, 2015.

HANDEBOL E PRÁTICAS LÚDICAS: DESENVOLVENDO A EDUCAÇÃO FÍSICA E A SAÚDE INFANTIL POR MEIO DO BRINCAR

Categoria: Projetos Integradores

Nickolly da Costa Doberth[1]
Any Caroline Oliveira de Jesus[2]
Lindomar Palmera[3]

Resumo – Este projeto descreveu uma experiência prática desenvolvida com 25 crianças do ensino fundamental, envolvendo atividades lúdicas voltadas ao ensino dos fundamentos do handebol. O principal objetivo foi estimular o desenvolvimento motor, a cooperação e a promoção da saúde infantil por meio do brincar. A metodologia contemplou alongamentos dinâmicos, jogos preparatórios e o jogo da velha adaptado ao handebol, utilizando materiais simples, como bambolês, pratos esportivos e bolas. As atividades foram organizadas de forma progressiva, incluindo pega-pega, alongamento em círculo, jogo da velha, queimada adaptada e centopeia de handebol. Os resultados evidenciaram elevado engajamento dos alunos, aprimoramento da coordenação motora, agilidade no raciocínio e fortalecimento do espírito de equipe. Constatou-se ainda que a ludicidade potencializa a aprendizagem dos fundamentos esportivos, tornando as aulas mais atrativas e significativas. Conclui-se que vivências dessa natureza contribuem expressivamente para o enriquecimento da Educação Física escolar, reforçando seu papel na formação integral das crianças e na promoção de hábitos saudáveis.

Palavras-chave: Handebol. Ludicidade. Educação Física. Saúde Infantil. Brincar.

INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar desempenha papel essencial no desenvolvimento integral da criança, contemplando não apenas o aspecto físico, mas também o social, cognitivo e afetivo. Nesse sentido, as aulas tornam-se um espaço privilegiado para a construção de saberes que ultrapassam o simples movimento corporal, promovendo a interação, o respeito mútuo e a cooperação entre os alunos.

As práticas lúdicas surgem como ferramentas pedagógicas fundamentais dentro desse contexto, pois unem o prazer do brincar ao aprendizado de conteúdos esportivos (FREIRE, 2003). Por meio do jogo e da recreação, é possível despertar o interesse dos estudantes, favorecendo o engajamento e o envolvimento ativo nas atividades. O lúdico possibilita um ambiente de

[1]Aluno do Curso de Educação Física , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Educação Física , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Educação Física , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aprendizagem significativo, no qual os erros e acertos se transformam em oportunidades de desenvolvimento.

O handebol, por ser um esporte coletivo e dinâmico, apresenta amplas possibilidades de adaptação ao ambiente escolar. Sua prática estimula a agilidade, a coordenação, o raciocínio rápido e o trabalho em equipe. A utilização de jogos recreativos e modificados contribui para o ensino de seus fundamentos de forma atrativa, tornando a aprendizagem mais acessível e prazerosa (GRECO; BENDA, 1998).

Nesse contexto, a recreação assume papel relevante, pois permite que os alunos vivenciem os fundamentos do esporte de maneira espontânea e criativa. Atividades como o jogo da velha adaptado ao handebol, a queimada e o pega-pega, quando planejadas pedagogicamente, transformam-se em estratégias eficazes para o desenvolvimento motor e cognitivo, estimulando também valores como solidariedade, cooperação e respeito às regras.

A escolha por integrar o lúdico ao ensino do handebol justifica-se pela necessidade de tornar as aulas mais motivadoras e significativas, promovendo a aprendizagem de forma prazerosa e contextualizada. Além disso, o caráter recreativo das atividades favorece a socialização, a expressão corporal e a construção de uma cultura de movimento saudável entre as crianças.

Assim, este projeto integrador teve como propósito relatar e analisar a experiência da aplicação do jogo da velha e de outras atividades lúdicas no ensino do handebol, destacando como essas práticas favorecem a aprendizagem, a socialização e a promoção da saúde infantil, reafirmando a importância da Educação Física como componente essencial para a formação integral do aluno.

METODOLOGIA

O presente projeto integrador foi desenvolvido como uma atividade extensionista, com o intuito de aproximar a universidade da comunidade escolar por meio de práticas corporais voltadas ao ensino do handebol. A ação ocorreu no dia 12 de setembro de 2025, na Escola José Ribeiro Thomaz, situada no bairro Aparecida, município de Santa Cecília – SC. Participaram da proposta 25 crianças do 4º ano do ensino fundamental, sob a coordenação da equipe de Educação Física e com o apoio da diretora.

A metodologia teve caráter vivencial e participativo, buscando aliar o aprendizado motor à ludicidade. As atividades foram organizadas de forma progressiva, iniciando com o aquecimento e alongamentos dinâmicos, seguidos pelo jogo da velha adaptado ao handebol, principal atividade do projeto, e concluídas com dinâmicas recreativas complementares.

Entre as práticas desenvolvidas, destacaram-se jogos de aquecimento em grupo, alongamentos coletivos, desafios de dribles e passes, e pequenas competições cooperativas que estimularam a coordenação, o raciocínio rápido e o trabalho em equipe.

A execução mostrou-se altamente produtiva, demonstrando envolvimento, entusiasmo e participação ativa das crianças. O caráter lúdico das atividades favoreceu o aprendizado dos

fundamentos do handebol, promovendo ao mesmo tempo integração social, cooperação e valorização do movimento como forma de aprendizagem significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades obtiveram excelente aceitação por parte das crianças, que participaram de forma ativa, entusiasmada e cooperativa em todas as etapas. O pega-pega da árvore e o alongamento em círculo proporcionaram um aquecimento dinâmico e prazeroso, reduzindo a resistência inicial à prática física e promovendo integração entre os participantes. O jogo da velha adaptado ao handebol destacou-se como a atividade central do projeto, pois exigiu raciocínio rápido, coordenação, estratégia e aplicação dos fundamentos da modalidade em um contexto lúdico e atrativo. Já a queimada e a centopeia de handebol reforçaram o espírito coletivo, a cooperação e a habilidade com a bola, consolidando os objetivos propostos.

Os resultados evidenciam que os objetivos pedagógicos e extensionistas foram plenamente alcançados, demonstrando o potencial das práticas lúdicas como instrumentos de aprendizagem significativa. Além de favorecer o desenvolvimento motor e social das crianças, a ação contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade, aspecto essencial das atividades de extensão nos projetos integradores.

Tais experiências ampliam a formação dos acadêmicos, permitindo vivenciar na prática os desafios e as possibilidades do ensino esportivo em contextos reais. A modalidade do handebol, por sua natureza coletiva e dinâmica, mostrou-se especialmente eficaz para promover engajamento, socialização e o prazer pelo movimento.

Estudos indicam que jogos e atividades lúdicas facilitam a aprendizagem de esportes coletivos, integrando prazer, movimento e desafios cognitivos (KISHIMOTO, 2011). A prática aqui relatada confirma essa perspectiva, demonstrando que o brincar pode ser um recurso pedagógico potente para o ensino do handebol e para o desenvolvimento integral das crianças.

Fonte: Os autores 2025(Escola José Ribeiro Thomaz SC-SC)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Handebol e Práticas Lúdicas" evidenciou a relevância das atividades lúdicas como ferramentas pedagógicas essenciais na Educação Física escolar. A experiência demonstrou que o brincar, quando associado aos fundamentos do handebol, favorece o desenvolvimento motor, a cooperação, a socialização e o bem-estar infantil, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e significativo.

As ações extensionistas realizadas por meio dos projetos integradores reafirmam o compromisso social da universidade em promover práticas que beneficiem a comunidade, ao mesmo tempo em que ampliam a formação acadêmica dos futuros profissionais de Educação Física. Essa interação entre teoria e prática proporcionou aos acadêmicos a oportunidade de vivenciar o ambiente escolar de forma concreta, compreendendo as reais demandas da educação básica.

O envolvimento e a motivação das crianças confirmaram a eficácia das estratégias lúdicas adotadas e o alcance dos objetivos propostos. Dessa forma, o projeto consolidou-se como uma experiência produtiva e transformadora, contribuindo tanto para o fortalecimento da relação entre universidade e escola quanto para a valorização das práticas corporais no contexto educativo e social.

Conclui-se que iniciativas como esta devem ser incentivadas e ampliadas, pois promovem a aprendizagem significativa, o desenvolvimento integral das crianças e a formação humanizada dos futuros profissionais da área.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecemos a universidade alto vale do rio do peixe UNIARP, nossos agradecimentos a Escola José Ribeiro Thomaz e a Fundação de Esportes de Santa Cecília por todo apoio dado a esse projeto.

REFERÊNCIAS

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 2003.

GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PROJETO PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E MOBILIDADE PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS

Categoria: Projetos Extensionistas (PAEC)

Carolina Suélen Chaves[1]
Lindomar Palmera[2]

Resumo – O projeto Práticas de Atividades Físicas e Mobilidade para Melhoria da Qualidade de Vida de Idosos tem como tema central a promoção da saúde e do bem-estar da população idosa por meio da prática regular de exercícios físicos orientados. O principal objetivo é estimular a autonomia, a mobilidade e a sociabilidade de pessoas com idade entre 60 e 85 anos, contribuindo para a prevenção de doenças e a melhora da qualidade de vida. O método aplicado envolveu encontros semanais com atividades de alongamento, caminhada, exercícios de coordenação, equilíbrio e força, realizados em ambiente seguro e supervisionado por profissionais da área. A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta, registros de frequência e relatos dos participantes. Os resultados demonstraram melhoras significativas na disposição física, no humor e na interação social, além da redução de queixas relacionadas a dores e limitações motoras. Conclui-se que a prática regular e acompanhada de atividades físicas representa uma estratégia eficaz de promoção da saúde e valorização da pessoa idosa, reforçando a importância de programas comunitários voltados à mobilidade e à integração social na terceira idade.

Palavras-chave: Atividade Física; Mobilidade; Qualidade de Vida; Idosos; Saúde.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e inevitável da vida, que envolve mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais. No entanto, a forma como cada indivíduo envelhece está diretamente relacionada às condições de vida, aos hábitos adquiridos ao longo dos anos e às oportunidades de participação social.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), o envelhecimento populacional é uma das maiores conquistas do século XXI, mas também uma das maiores transformações sociais. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) estima que, até 2040, cerca de 25% da população será composta por pessoas com 60 anos ou mais.

Esse cenário exige a ampliação de estratégias que promovam um envelhecimento ativo, saudável e participativo, no qual o idoso não seja visto como um sujeito passivo, mas como

[1]Aluna do Curso de Educação física EaD Híbrido, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física EaD Híbrido, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

alguém com saberes, experiências e potencialidades que merecem ser valorizados. O avanço da idade, entretanto, está frequentemente associado ao sedentarismo, à perda de força muscular, ao comprometimento da mobilidade e à diminuição da autonomia funcional, fatores que impactam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida (NAHAS, 2017).

O envelhecimento também traz consigo questões sociais e emocionais relevantes. Muitos idosos enfrentam o isolamento, a solidão e a perda de vínculos afetivos, o que pode agravar quadros de ansiedade e depressão (SANTOS; NASCIMENTO, 2019). Nesse sentido, a atividade física não atua apenas sobre o corpo, mas também sobre a mente e o espírito, funcionando como um instrumento de socialização e integração comunitária.

A prática regular de exercícios, quando mediada por profissionais qualificados, contribui para a neuroplasticidade, melhora da capacidade cardiorrespiratória e da coordenação motora, além de promover ganhos expressivos na autoconfiança e no bem-estar subjetivo (OLIVEIRA; GOMES, 2021).

É nesse contexto que se insere o projeto de extensão "Práticas de Atividades Físicas e Mobilidade para Melhoria da Qualidade de Vida de Idosos", desenvolvido na Fundação Municipal de Esportes e na Casa Dia para Idosos, no município de Fraiburgo (SC). A iniciativa foi motivada pela observação da crescente demanda por atividades voltadas ao público idoso no município e pela necessidade de ampliar as ações de extensão universitária voltadas à promoção da saúde e à inclusão social.

O projeto buscou articular teoria e prática, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade vivida pelos idosos. Além de oferecer atividades físicas supervisionadas, o programa teve um caráter educativo, orientando os participantes sobre postura, respiração, alimentação saudável e autocuidado. Assim, o objetivo foi melhorar a mobilidade, a coordenação motora e o equilíbrio, reduzindo o risco de quedas e incentivando a adoção de um estilo de vida mais ativo e independente. A prática corporal é aqui compreendida não apenas como exercício físico, mas como uma forma de comunicação e de reconhecimento social.

Por fim, o projeto "Práticas de Atividades Físicas e Mobilidade para Melhoria da Qualidade de Vida de Idosos" propôs-se a melhorar a autonomia, promover o bem-estar físico e psicológico e fortalecer os laços sociais dos idosos atendidos em Fraiburgo (SC). Sua execução reafirma o compromisso da universidade com o desenvolvimento humano e comunitário, demonstrando que o conhecimento acadêmico, quando aplicado de forma ética e sensível, pode transformar vidas. Iniciativas como esta evidenciam o papel crucial da extensão universitária na promoção da saúde e na inclusão social.

METODOLOGIA

O presente projeto de extensão caracterizou-se como uma atividade de extensão voltada à observação e ao acompanhamento das práticas de atividades físicas em idosos. A intervenção foi desenvolvida na Fundação Municipal de Esportes e na Casa Dia para Idosos, em Fraiburgo (SC), locais que oferecem infraestrutura adequada para a realização de exercícios adaptados e atividades recreativas voltadas à população idosa.

As ações foram realizadas em um ginásio esportivo amplo e bem estruturado, utilizando também áreas externas para algumas atividades. O espaço foi adaptado de modo a garantir segurança, acessibilidade e conforto. As sessões de atividades físicas tiveram frequência semanal, com duração média de 60 a 120 minutos. Os conteúdos das aulas foram elaboradas com base em princípios da Educação Física voltada à terceira idade, buscando desenvolver capacidades físicas como força, resistência, equilíbrio, coordenação motora e flexibilidade.

Foram utilizados equipamentos esportivos leves e acessíveis, como cones, escadinhas de agilidade, bolas, colchonetes e bambolês, com o propósito de estimular diferentes habilidades motoras e tornar as práticas mais dinâmicas e motivadoras. As atividades incluíram circuitos funcionais, exercícios de equilíbrio, caminhadas orientadas e dinâmicas em grupo, sempre priorizando o bem-estar, a socialização e a autonomia dos participantes.

A população participante foi composta por idosos com idade entre 60 e 85 anos, sendo 60% mulheres e 40% homens de classe social baixa e média, frequentadores das instituições, selecionados de forma não probabilística e por conveniência, considerando o interesse e a disponibilidade para participar das atividades propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação das práticas de atividades físicas e mobilidade junto aos idosos participantes evidenciou uma série de impactos positivos relacionados à autonomia, à mobilidade e à qualidade de vida. Durante o período de intervenção, observou-se que os participantes apresentaram maior disposição para realizar os exercícios, engajamento nas atividades e interação social entre os membros do grupo. As sessões, que incluíram alongamento, exercícios de equilíbrio, coordenação e caminhadas orientadas.

Essas observações estão em consonância com estudos recentes que destacam a importância da atividade física regular na promoção da saúde e bem-estar de idosos. Souza et al. (2024) apontam que a prática regular de exercícios contribui significativamente para a manutenção da mobilidade, redução do risco de quedas e melhora do humor, enquanto estudos de BMC, Cunha (2023) reforçam que a atividade física atua como mediador do bem-estar psicológico, reduzindo sintomas depressivos e promovendo maior sensação de pertencimento social.

Durante as atividades, observou-se também que os idosos passaram a relatar maior confiança em suas capacidades físicas e perceberam benefícios no cotidiano, como maior facilidade para caminhar, realizar tarefas domésticas e participar de eventos comunitários.

Fonte: Autora, PAEC (2025) - Grupo de idosos atividades práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão Práticas de Atividades Físicas e Mobilidade para Melhoria da Qualidade de Vida de Idosos evidenciou a importância de ações voltadas à promoção da saúde, à autonomia e à integração social da população idosa. As atividades desenvolvidas, realizadas na Fundação Municipal de Esportes e na Casa Dia para Idosos, proporcionaram ganhos perceptíveis na mobilidade, equilíbrio e coordenação, além de favorecerem a socialização e o bem-estar emocional dos participantes. Observou-se que o engajamento nas sessões contribuiu para a melhoria da autoestima e da disposição, refletindo diretamente na qualidade de vida dos idosos atendidos.

Os resultados qualitativos obtidos confirmam a relevância de programas de extensão que aproximam o conhecimento acadêmico das demandas da comunidade, promovendo aprendizado mútuo entre estudantes, profissionais e idosos. Além disso, a experiência reforça que a prática regular de atividades físicas adaptadas deve ser incentivada como estratégia de prevenção de limitações funcionais, redução de riscos de quedas e promoção de um envelhecimento ativo.

Entre as limitações do projeto, destacam-se a amostra reduzida, a restrição de dias das sessões e a ausência de instrumentos padronizados de avaliação quantitativa, o que dificulta mensurar com precisão os efeitos das atividades. Como sugestão para futuras ações, recomenda-se a ampliação do número de participantes, a inclusão de avaliações físicas e psicológicas estruturadas, e a continuidade do programa de forma permanente, garantindo acompanhamento longitudinal e impactos duradouros na comunidade idosa.

Em síntese, a experiência demonstrou que a atividade física orientada e a integração social são elementos essenciais para a promoção de um envelhecimento saudável, mostrando-se como uma ferramenta eficaz e necessária em projetos comunitários voltados à terceira idade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente projeto contou com o apoio do Programa de Apoio à Extensão Comunitária (PAEC), da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), por meio do curso de Educação Física, seus coordenadores e do orientador Lindomar Palmera, cuja orientação e acompanhamento foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades. Agradecemos também à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Fraiburgo (SC) pelo apoio institucional e pela disponibilização dos espaços necessários para a realização das práticas com os idosos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, D. S.; SANTOS, A. P.; LOPES, M. C. ***Adesão de idosos a programas de atividade física: motivação e prazer no movimento***. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 26, n. 1, p. 1–15, 2023.

NAHAS, M. V. ***Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo***. 7. ed. Londrina: Midiograf, 2017.

OLIVEIRA, A. L.; GOMES, F. R. ***Atividade física e saúde mental de idosos: evidências e desafios contemporâneos***. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 26, n. 3, p. 1–12, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). ***Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde.*** Genebra: OMS, 2020.

SANTOS, K.; GOEDERT, A.; BENTO, P.; RODACKI, A. Associação entre exercício físico e propriocepção em idosos: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 20, n. 1, 2015.

SOUSA, B. A. de; LEMES, Í. R.; VERARDI, C. E. L.; LUZA, L. P.; SILVA, F. C. da; SILVA, R. Apoio social e atividade física de idosos: revisão sistemática de estudos observacionais. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 32, 2019.

INICIAÇÃO ESPORTIVA ATRAVÉS DA RECREAÇÃO E PRÁTICAS DA SOCIALIZAÇÃO

Categoria: Projetos Extensionistas (PAEC)

Kelin Rainara Marcondes dos Santos[1]
Lindomar Palmera[2]

Resumo – A atividades Esportiva através da Recreação e Práticas de Socialização abordaram a importância de introduzir o esporte de forma lúdica e inclusiva, priorizando desenvolvimento social, motor e emocional dos participantes. A recreação foi utilizada como ferramenta pedagógica para despertar o interesse pelas modalidades esportivas, promovendo o aprendizado de regras, respeito, cooperação e trabalho em equipe. Nos métodos, as atividades foram planejadas com jogos, dinâmicas e brincadeiras adaptadas, incentivando a participação de todos, independentemente do nível de habilidade. A abordagem priorizou a vivência prática, o prazer pela atividade física e a construção de valores sociais. As atividades recreativas contribuíram para bem-estar físico e psicológico, fortalecendo o vínculo entre os participantes, destacou-se que a iniciação esportiva mediada pela recreação é essencial para formar indivíduos mais ativos, sociáveis e conscientes da importância do esporte para a vida em comunidade. O projeto atingiu suas metas e objetivos contribuindo para um público semanal e mensal de aproximadamente 30 crianças em suas atividades. Reiteramos a importância das atividades de extensão e contribuição social.

Palavras-chave: Educação Física, esportes, socialização.

INTRODUÇÃO

Iniciação esportiva é uma etapa fundamental no processo de formação dos indivíduos, pois envolve o aprendizado das habilidades motoras, cognitivas e sociais que servem de base para a prática esportiva e para a convivência em grupo. Segundo Greco e Benda (1998, p. 22), a iniciação esportiva deve priorizar o desenvolvimento global da criança, respeitando suas fases de crescimento e aprendizagem. Assim, o esporte deve ser compreendido não apenas como competição, mas também como um meio de formação integral.

Nesse contexto, a recreação se torna um importante instrumento pedagógico, pois proporciona momentos de prazer e espontaneidade, favorecendo o aprendizado de forma lúdica e significativa. Como afirma Kunz (2004, p. 45), a ludicidade é um elemento essencial na construção do conhecimento motor e social da pessoa, pois motiva e desperta o interesse pela prática corporal. Além disso, as práticas de socialização desempenham papel essencial na

[1]Aluna do Curso de Educação física EaD Híbrido, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física EaD Híbrido, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

iniciação esportiva, já que permitem o desenvolvimento de valores como respeito, cooperação e empatia.

De acordo com Freire (1996, p. 38), a educação deve promover a convivência e o diálogo, possibilitando que o sujeito se reconheça como parte de um coletivo. Portanto, ao integrar esporte, recreação e socialização, a Educação Física contribui de forma significativa para a formação cidadã e o desenvolvimento humano.

Para Paes (2002, p. 33), a iniciação esportiva deve priorizar a participação, o prazer e o respeito às diferenças individuais, evitando a especialização precoce e o foco exclusivo na vitória. Assim, o ambiente recreativo favorece a cooperação e o trabalho em grupo, possibilitando que as crianças e adolescentes aprendam a lidar com regras, derrotas e conquistas de maneira saudável.

Além disso, a presença da recreação no processo educativo amplia as oportunidades de aprendizagem. Segundo Marcellino (2001, p. 41), a recreação é um espaço de liberdade e expressão, onde o indivíduo aprende a conviver, a respeitar e a compartilhar experiências. Portanto, a integração entre esporte, recreação e socialização constitui uma proposta pedagógica capaz de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, fortalecendo tanto suas competências motoras quanto socioemocionais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada teve caráter qualitativo e descritivo, centrando-se na observação e participação direta dos alunos. As aulas foram planejadas em três etapas: introdução das atividades recreativas, vivências esportivas por meio de jogos cooperativos e modalidades como futsal, queimada e momentos de diálogo e reflexão sobre valores como trabalho em equipe, respeito mútuo e convivência.

Dessa forma, as observações e registros feitos durante o processo serviram para compreender o impacto das práticas recreativas e esportivas no comportamento e nas relações sociais dos jovens participantes.

Durante o desenvolvimento do projeto, adotou-se a metodologia participativa, onde os próprios alunos puderam sugerir atividades e adaptar regras, favorecendo a autonomia e o protagonismo juvenil. Conforme destaca Freire (1996, p. 39), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção". Assim, o papel do professor foi atuar como mediador, estimulando o diálogo e o aprendizado coletivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução do projeto possibilitou observar avanços significativos no desenvolvimento motor, social e afetivo dos alunos. As atividades recreativas e esportivas proporcionaram um ambiente dinâmico e participativo, em que os estudantes puderam vivenciar diferentes papéis, experimentar novas formas de interação e compreender a importância da cooperação nas práticas coletivas. Conforme afirmam Greco e Benda (1998), a iniciação esportiva deve ser compreendida como um processo de formação integral, e não apenas como um meio de

aprimoramento técnico. Esse princípio foi evidenciado nas vivências propostas, em que o aprendizado ocorreu de forma prazerosa e significativa.

Durante as aulas, percebeu-se uma melhora progressiva na capacidade de socialização, no respeito às regras e no reconhecimento das diferenças individuais. As atividades cooperativas, como jogos de grupo e brincadeiras adaptadas, promoveram o fortalecimento dos vínculos e o senso de pertencimento. Essa experiência confirma a visão de Freire (1996), ao defender que o diálogo e a convivência são elementos centrais para a formação cidadã e para a construção de saberes coletivos. Assim, o esporte, quando trabalhado sob uma perspectiva educativa e inclusiva, torna-se um espaço de aprendizagem social e emocional.

Outro ponto observado foi o aumento da participação espontânea e da autonomia dos alunos nas propostas apresentadas. Ao permitir que os próprios participantes sugerissem e adaptassem as atividades, a metodologia adotada valorizou o protagonismo juvenil, estimulando a criatividade e a tomada de decisões. Segundo Marcellino (2001), a recreação deve ser compreendida como um espaço de liberdade, expressão e experimentação, em que o indivíduo aprende fazendo. Essa abordagem refletiu-se positivamente no engajamento e no comportamento dos estudantes, que demonstraram maior responsabilidade e cooperação ao longo do processo.

Além disso, notou-se que a ludicidade foi um fator determinante para o sucesso do projeto. As práticas recreativas despertaram o interesse dos alunos, diminuíram a timidez e favoreceram o envolvimento coletivo nas atividades. Como destaca Kunz (2004), o jogo e a ludicidade são meios eficazes de ensino, pois promovem a aprendizagem de forma prazerosa e contextualizada. Assim, o projeto evidenciou que o ensino por meio do lúdico contribui não apenas para o desenvolvimento das habilidades motoras, mas também para a formação de valores e atitudes positivas diante da convivência em grupo.

Dessa forma, os resultados alcançados reafirmam a importância de integrar esporte, recreação e socialização no contexto da Educação Física Escolar. O projeto cumpriu seu papel formativo, ampliando as possibilidades de aprendizagem e fortalecendo o desenvolvimento integral dos participantes, em consonância com os princípios da educação humanizadora e participativa.

Fonte: Atividades práticas PAEC 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da execução do projeto, foi possível constatar avanços significativos tanto no aspecto motor quanto no social e cognitivo dos participantes. As atividades desenvolvidas favoreceram a cooperação, o respeito mútuo e o senso de coletividade, elementos fundamentais para a convivência harmoniosa em grupo. A prática esportiva e recreativa, quando orientada de forma educativa, mostrou-se um instrumento eficaz para o desenvolvimento integral dos jovens, contribuindo para a formação de valores éticos, sociais e afetivos.

Além dos benefícios sociais, o projeto proporcionou melhorias notáveis nas habilidades motoras e cognitivas, reforçando a importância da iniciação esportiva como base para o desenvolvimento global do indivíduo. As vivências lúdicas e cooperativas estimularam o protagonismo dos alunos, permitindo que participassem ativamente das decisões, sugerissem atividades e aprendessem de maneira significativa. Esse processo reforça a perspectiva de Freire (1996) sobre a educação como prática de liberdade e construção coletiva do conhecimento.

Observou-se ainda que a integração entre esporte, recreação e socialização potencializou o engajamento dos estudantes e ampliou as oportunidades de aprendizagem. Conforme defendem Greco e Benda (1998) e Paes (2002), o esporte deve priorizar a participação e o prazer, evitando a especialização precoce e valorizando o desenvolvimento humano em sua totalidade. Assim, os resultados obtidos demonstram que a abordagem adotada contribuiu para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e colaborativos.

Em síntese, o projeto alcançou seus objetivos ao promover experiências que uniram o lúdico, o educativo e o social. As práticas implementadas reforçaram o papel da Educação Física como componente essencial na formação cidadã, evidenciando que o esporte, quando

trabalhado sob uma perspectiva inclusiva e reflexiva, é capaz de transformar atitudes, fortalecer vínculos e promover o desenvolvimento integral dos alunos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Uniarp Caçador, Curso de Educação Física Híbrido, a orientação e professor responsável, coordenação do curso e PAEC, aos demais envolvidas durante toda a execução das atividades.

REFERÊNCIAS

BENTO, Jorge Olímpio. Desporto e Educação Física: novas abordagens, novas práticas. 3. Ed. Porto: Campo das Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECO, Pablo José; BENDA, Rodolfo N. Iniciação Esportiva Universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

KUNZ, Elenor. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. 6. Ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

PAES, Roberto R. Pedagogia do Esporte: ensino e treinamento de jovens. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

A INFLUÊNCIA DO FUTSAL NA SOCIALIZAÇÃO E NO COMPORTAMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Robson Felipe Correia[1]
Diego André Bridi[2]

Resumo – O presente estudo investigou a influência do futsal no desenvolvimento social integral de alunos da educação básica, considerando-o como fenômeno sociocultural amplamente presente no espaço escolar. O objetivo da pesquisa foi investigar a influência do futsal no desenvolvimento social integral de alunos da educação básica. A metodologia do estudo configurou-se como uma investigação bibliográfica de abordagem qualitativa e exploratória. A pesquisa evidenciou que o futsal transcende a dimensão física, abrangendo aspectos sociais, cognitivos e afetivos, o que justifica sua ampla prática em instituições de ensino. Entre os resultados, constatou-se que a modalidade contribui significativamente para a formação de valores como respeito, disciplina, cooperação e solidariedade, além de estimular habilidades relacionadas ao raciocínio, liderança e resolução de problemas. Também foi identificado que sua prática, quando conduzida de maneira pedagógica e inclusiva, pode atuar como ferramenta de enfrentamento às desigualdades, favorecendo a participação crítica e ativa dos estudantes. Conclui-se que o esporte, integrado à Educação Física escolar, deve ser compreendido como uma ferramenta potente de desenvolvimento integral, cujos benefícios vão muito além da prática física em si. Ele contribui para a formação de valores como respeito, disciplina, cooperação e solidariedade, elementos fundamentais para a convivência em sociedade.

Palavras-chave: futsal; socialização; comportamento; educação básica; alunos.

INTRODUÇÃO

O futsal sendo um esporte que é fenômeno sociocultural dentro do espaço escolar, e um grande transformador na vida dos que o praticam, é além de tudo um esporte altamente adaptado a vários contextos e espaços, principalmente quando alinhados a contextos culturais que envolvem vários agentes, se tornando assim um dos esportes mais praticados dentro da escola (Ricci; Oliveira; Marques, 2022).

No contexto do Ensino Fundamental, etapa em que os estudantes atravessam importantes transformações físicas e socioemocionais, o contato com o futsal proporciona uma experiência que une diversão, aprendizado e socialização. Incentivando o trabalho em equipe e a cooperação, favorece não apenas a coordenação motora e o controle do corpo, mas também o

[1] Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

desenvolvimento de competências sociais essenciais. Dessa forma, o futsal configura-se como uma ferramenta pedagógica significativa, capaz de contribuir simultaneamente para o aprimoramento físico e para a consolidação de valores e atitudes que acompanharão os alunos ao longo de sua trajetória (Mantovani; Maldonado; Freire, 2021).

O futsal possui características fortemente associadas ao processo de socialização, entendido como a interação por meio da qual os indivíduos assumem diferentes papéis em prol de objetivos coletivos, colocando em prática suas habilidades e princípios. Essa modalidade esportiva desempenha papel relevante no desenvolvimento social, especialmente durante a infância. Segundo Magul (2025) as experiências vivenciadas no jogo, desde o cumprimento de regras até a superação de desafios e a disciplina exigida, refletem situações encontradas no cotidiano, servindo como exemplos significativos de conduta e convivência.

No âmbito da prática esportiva, qualidades como liderança, colaboração, solidariedade e atenção são constantemente incentivadas, assim como a capacidade de raciocínio rápido e a competência para lidar com imprevistos. Essas demandas refletem desafios semelhantes aos encontrados no cotidiano. Para crianças em fase de aprendizado e desenvolvimento em múltiplas áreas, o futsal se apresenta como um instrumento pedagógico significativo, possibilitando a expressão criativa, a elaboração de ideias e a assimilação de princípios fundamentais ao crescimento humano. Cabe destacar, entretanto, que essa contribuição se integra a outros fatores que também fazem parte do complexo processo de formação pessoal e social (Lima, 2022).

Dessa forma, o propósito central deste estudo é investigar a influência do futsal no desenvolvimento social integral de alunos da educação básica. De maneira específica, busca-se: 1. analisar como o futsal contribui para a socialização no contexto escolar; 2. identificar os benefícios comportamentais decorrentes da prática dessa modalidade na educação básica; e 3. analisar o papel do professor de Educação Física na promoção de valores e atitudes positivas por meio do futsal.

A questão de pesquisa que orienta este trabalho é: de que forma o futsal impacta o desenvolvimento social dos estudantes da educação básica?

Nesse cenário, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender de forma mais aprofundada como o futsal influencia o desenvolvimento social e comportamental dos estudantes da educação básica. Ao investigar essa relação, busca-se contribuir para a valorização do esporte como ferramenta pedagógica capaz de promover não apenas habilidades físicas, mas também competências socioemocionais e valores como respeito, cooperação e empatia.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma investigação bibliográfica de abordagem qualitativa e exploratória, com o intuito de compreender de que maneira o futsal influencia a socialização e o comportamento de estudantes da educação básica, a partir da análise de produções acadêmicas previamente publicadas. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento, a organização e a reflexão crítica sobre conhecimentos já estabelecidos, permitindo ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo sem a necessidade de coleta de dados direta em campo.

Para a realização deste trabalho, foram consultados artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos oficiais que tratam da prática do futsal no contexto escolar, em especial atenção à sua dimensão pedagógica e aos impactos sociais e comportamentais associados à modalidade esportiva. A seleção dos materiais ocorreu em bases de dados de referência, como SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos da CAPES, priorizando publicações produzidas entre 2020 e 2025.

Os critérios de seleção privilegiaram estudos que tratassem diretamente da prática do futsal na escola, enfatizando sua relação com a socialização, o comportamento e a atuação do professor de Educação Física. Foram excluídos trabalhos que se limitassem à análise técnica ou competitiva da modalidade, sem ligação com o contexto educacional, bem como aqueles que não contemplassem a educação básica ou não apresentassem caráter científico.

Como se trata de uma revisão bibliográfica, a pesquisa não envolveu sujeitos humanos diretamente e, portanto, não necessitou de submissão a Comitê de Ética. Contudo, foram seguidas as diretrizes de integridade científica, com a devida citação e referência das fontes consultadas, assegurando a fidedignidade e o rigor acadêmico do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática do futsal nas aulas de Educação Física vai além da formação de esportistas, pois contribui para a formação integral dos alunos enquanto cidadãos. Essa modalidade possibilita o desenvolvimento de capacidades motoras, cognitivas e socioafetivas, favorecendo também a interação do estudante com o ambiente em que está inserido. Assim, pode-se dizer que, por meio do movimento, o indivíduo alcança uma vida mais ativa, equilibrada e saudável, construindo relações harmoniosas entre corpo, mente e espírito, o que reflete em um crescimento pleno e produtivo (Lima, 2022).

Nesse sentido, o futsal, enquanto prática pedagógica, exerce influência decisiva no desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para sua socialização e para a construção de diferentes competências. O esporte não se limita ao aspecto motor, mas também potencializa dimensões cognitivas, culturais e sociais, possibilitando uma aprendizagem mais ampla e significativa (Lima, 2022).

É possível entender que a prática de esportes proporciona a assimilação de princípios fundamentais. Dentre esses princípios, incluem-se a internalização das normas, a colaboração com os demais, o respeito à autoridade, a disciplina pessoal, a iniciativa e a capacidade de superar obstáculos próprios. Esses elementos formam um conjunto de comportamentos construtivos, positivos e integradores, que se incorporam ao repertório de valores de cada indivíduo e influenciam sua maneira de se relacionar e de viver (Lima, 2022).

A atuação do professor, ao orientar sobre comportamento social, contribui diretamente para o desenvolvimento de responsabilidade nos alunos e para a melhoria de suas relações interpessoais. Para isso, é necessário planejar aulas motivadoras, criativas e com atividades que despertem interesse. O foco deve estar no aluno como sujeito central da aprendizagem, e não apenas na modalidade esportiva em si. Desse modo, o planejamento precisa considerar os

interesses e necessidades dos educandos, tornando o esporte significativo para sua realidade (Peres, 2024).

A qualidade da relação entre professor e aluno é determinante: quanto mais positiva for essa interação, maior será a troca de experiências e o crescimento mútuo. Isso implica valorizar as diferenças individuais, os conhecimentos prévios e as experiências que cada estudante traz, promovendo um processo coletivo de construção. Nesse caso, é fundamental incorporar atividades diversificadas, inclusive aquelas sugeridas pelos próprios alunos, fortalecendo o sentimento de valorização (Crochela; Ramos, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017) reforça que o papel do educador é fundamental para promover aprendizagens significativas, conectando os conhecimentos escolares às experiências de vida dos estudantes. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Física deve dialogar com a realidade social dos alunos desde os primeiros anos da escolarização, utilizando o esporte como recurso pedagógico capaz de gerar impactos físicos, sociais e culturais positivos (Brasil, 1997).

Complementando esses documentos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define a Educação Física como componente curricular que deve oportunizar aos estudantes a vivência e a reflexão crítica sobre diferentes práticas corporais, valorizando a diversidade cultural, a inclusão e o desenvolvimento integral (Brasil, 2017).

O professor deve organizar atividades que promovam a integração entre alunos com diferentes níveis de habilidade, condicionamento físico ou necessidades especiais. Essa prática favorece a responsabilidade social, estimula o convívio entre todos os participantes e promove bem-estar, saúde e inclusão, reforçando a função da Educação Física como instrumento de formação integral e social (Crochela; Ramos, 2020).

O papel do professor envolve mais do que dominar o conteúdo da disciplina, é necessário também compreender quem são os sujeitos do processo de aprendizagem e de que maneira aprendem. Nesse sentido, o planejamento pedagógico demanda uma postura organizada e sistemática por parte do professor, que precisa estruturar suas ações com clareza (Marques et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam a relevância do esporte e da Educação Física como instrumentos de transformação individual e social. Entre os principais achados, observa-se que a prática esportiva, quando trabalhada de maneira pedagógica, possibilita aprendizagens significativas que ultrapassam o rendimento físico, alcançando dimensões ligadas ao bem-estar, à socialização e à cidadania. A revisão bibliográfica também confirmou que o esporte, articulado à Educação Física, pode funcionar como um mecanismo de enfrentamento de desigualdades e como um recurso essencial para estimular a participação crítica e ativa dos estudantes no ambiente escolar.

Assim, conclui-se que o esporte, integrado à Educação Física escolar, deve ser compreendido como uma ferramenta potente de desenvolvimento integral, cujos benefícios vão

muito além da prática física em si. Ele contribui para a formação de valores como respeito, disciplina, cooperação e solidariedade, elementos fundamentais para a convivência em sociedade. Além disso, favorece o fortalecimento da identidade individual e coletiva, uma vez que promove o sentimento de pertencimento e a valorização da diversidade, ampliando as possibilidades de inclusão social.

No campo educacional, o esporte se apresenta como recurso didático que potencializa a aprendizagem, estimula a participação ativa dos estudantes e possibilita a vivência de situações que exigem tomada de decisão, resolução de problemas e pensamento crítico. Em sua dimensão cultural, resgata práticas, saberes e tradições, ao mesmo tempo em que abre espaço para novas experiências e expressões corporais, fortalecendo a conexão entre escola, comunidade e sociedade.

Assim, quando trabalhado de forma planejada, consciente e crítica, o esporte se revela não apenas como atividade física, mas como um instrumento pedagógico e social de grande relevância, capaz de contribuir para a formação de cidadãos mais autônomos, conscientes e engajados.

Nesse sentido, recomenda-se que futuras pesquisas avancem para além da revisão bibliográfica e priorizem investigações aplicadas no contexto escolar, observando de que maneira o esporte e a Educação Física, articulados às diretrizes da BNCC e à LDB, impactam efetivamente o desenvolvimento integral dos estudantes. Estudos de campo que analisem práticas pedagógicas inovadoras, programas de inclusão por meio do esporte, bem como o papel do professor na mediação dessas experiências, podem oferecer contribuições significativas para a área. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes realidades escolares, urbanas e rurais, públicas e privadas. ajudariam a compreender como o esporte pode ser um instrumento ainda mais potente de promoção da equidade educacional e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 22 set. 2025.

CROCHELA, I. G. V.; RAMOS, M. S. O futsal como uma ferramenta pedagógica no âmbito escolar: revisão da literatura. Revista da Faculdade Cidade de Coromandel, Coromandel, v. 1, n. 1, p. 1–46, dez. 2020. Disponível em: https://revista.fcc.edu.br/index.php/tcc-educa-lin/article/view/2. Acesso em: 19 ago. 2025.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, A. F. de. Futsal: ferramenta motivacional para a socialização de crianças em idade escolar. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Educação Física) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

MANTOVANI, T. V.L.; MALDONADO, D. T.; FREIRE, E. dos S. A relação entre saúde e Educação Física Escolar: uma análise a partir do discurso de professores. **Movimento,** Porto Alegre, v. 27, n. e27008, 2021.

MARQUES, H. R. *et al.* Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 26, n. 03, p. 718741, 2021.

PERES, A. L. X. **As percepções da prática pedagógica em uma escolinha de futsal de Porto Alegre:** um olhar para as narrativas dos professores na iniciação esportiva. 162 f. Orientador: Guy Ginciene. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/285416 Acesso em: 05 set 2025

RICCI, C. S. *et al.* O esporte no contexto escolar extracurricular: sentidos e contradições no ensino do futsal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/WLR4rX3GD7PdHpPWygNsQ3L/?lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2025.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES NO PERÍODO GESTACIONAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Carla Maguerroski[1]
Diego André Bridi[2]

Resumo – No período gestacional, o corpo passa por diversas modificações físicas, hormonais e psicológicas. Essas mudanças ocorrem desde as primeiras semanas de gravidez, alterando funções no organismo da mulher, como disposição, humor e saúde. O objetivo deste estudo é analisar os benefícios do exercício físico na qualidade de vida das gestantes. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com pesquisa de artigos científicos nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e SciELO, publicados entre 2020 e 2025. Foram selecionados 20 artigos que abordavam exercícios físicos durante a gravidez e seus efeitos na qualidade de vida materna. Todos relataram a eficácia do exercício físico na gestação, evidenciando benefícios para a saúde materno-fetal e melhora no bem-estar e qualidade de vida das gestantes. Conclui-se que o exercício físico é essencial no período gestacional, reduzindo a incidência de doenças e beneficiando a saúde da mãe e do bebê. Ressalta-se a importância do acompanhamento profissional para orientar o tipo e intensidade da atividade física conforme as necessidades individuais.

Palavras-chave: gestação; qualidade de vida; exercício físico.

INTRODUÇÃO

Durante a gestação, a mulher passa por intensas mudanças hormonais, físicas e emocionais, sendo essencial manter um estilo de vida saudável para o bem-estar materno e fetal. O exercício físico torna-se um importante aliado nesse processo, auxiliando na adaptação às alterações fisiológicas e hormonais típicas do período (Jesus; Lemes; Okuno, 2020).

Considerando as alterações comuns na saúde das gestantes, a prática de exercícios físicos tem sido usada como estratégia não medicamentosa para prevenir doenças e manter a saúde (Baldo et al., 2020).

Durante o período gestacional, o pré-natal é essencial para garantir que mãe e bebê permaneçam saudáveis. Nesse processo, são oferecidos cuidados clínicos, psicossociais e

[1] Aluna do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

preventivos, e o exercício físico se destaca como prática eficaz para a saúde materno-fetal (Marques et al., 2025).

Durante a gravidez, a mulher passa por diversas mudanças físicas, emocionais e fisiológicas (Baldo et al., 2020). Entretanto, muitas interrompem a prática de atividades físicas por medo ou falta de orientação. Diante disso, esta pesquisa busca responder: "Quais são os benefícios do exercício físico na qualidade de vida das mulheres durante o período gestacional?"

Portanto, o objetivo geral é analisar os benefícios dos exercícios físicos na qualidade de vida das mulheres no período gestacional. Para responder ao objetivo geral, buscou-se atender aos seguintes objetivos específicos: 1) Identificar quais os tipos de exercícios físicos são recomendados para gestantes; 2) Analisar a relação entre o exercício físico e os sintomas mais comuns na gestação; 3) Investigar o impacto do exercício físico na qualidade de vida física e mental das gestantes.

Diante de várias doenças relacionadas à gestação, este trabalho visa a necessidade de investigar a importância de realizar exercícios físicos no período gestacional e mostrar os melhores tipos de exercícios e a melhora na qualidade de vida de gestantes. Castro et al. (2022), cita que evidências científicas apoiam a prática de exercício físico na gravidez, melhorando a saúde da mãe e do bebê.

METODOLOGIA

Neste estudo foi utilizado o método de revisão bibliográfica sobre o tema: benefícios do exercício físico na qualidade de vida de mulheres no período gestacional, e buscou por fontes de dados para a presente revisão, livros e artigos científicos, nos permitindo uma síntese de resultados e uma compreensão mais abrangente e profunda da temática.

Inicialmente, definimos a pergunta norteadora da pesquisa: Quais os benefícios do exercício físico na qualidade de vida das mulheres no período gestacional? Logo após, realizamos uma busca sistematizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e Google acadêmico, nos últimos 05 anos que antecederam a pesquisa (de fevereiro de 2025 à dezembro de 2025). A busca foi realizada a partir de junho de 2025, utilizando os descritores e/ou palavras chaves em português e inglês: "exercício físico" AND "atividade física" OR "gestante" AND "gestação".

Para a seleção dos artigos, adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: a) estudos realizados em qualquer país; b) idiomas português, espanhol e inglês; c) publicados entre 2020 e 2025. Foram excluídos relatórios, monografias, teses e dissertações. Inicialmente, os 254 títulos encontrados nas bases de dados foram organizados no Excel e analisados em etapas: 1) Leitura dos 254 títulos, com exclusão de 135 por não se relacionarem ao tema, restando 119; destes, 50 foram eliminados pela mesma razão; 2) Conferência dos títulos, sendo removidos 20 duplicados; 3) Leitura dos Resumos dos 49 artigos restantes, com exclusão de 13 não pertinentes; 4) Leitura completa dos 36 artigos finais, sendo 16 excluídos por não apresentarem dados relevantes. Ao final, 20 artigos atenderam plenamente aos critérios estabelecidos e foram selecionados para a revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a gestação, o corpo da mulher passa por diversas transformações, tornando essencial manter hábitos saudáveis para garantir o bem-estar materno e fetal. Rocha et al. (2022) ressaltam que incentivar a prática de exercícios físicos nesse período auxilia no controle do peso e na manutenção de um estilo de vida equilibrado.

Os principais achados desta pesquisa indicam uma amostra total de 62.105 gestantes, entre 15 e 48 anos, de diferentes países. As intervenções ocorreram, em sua maioria, entre a 5ª e a 21ª semana de gestação, variando conforme o estudo. Em Makaruk et al. (2022) e Knudsen et al. (2024), as atividades começaram na 12ª semana, enquanto em Chen et al. (2024) iniciaram-se já na 5ª semana, evidenciando diversidade quanto ao início da prática física.

Em alguns estudos como de Krzemińska e Krzysztoszek (2024), Castro et al. (2022), Chathurika et al. (2024), Goławski et al. (2022) e Fernández et al. (2022), o acompanhamento de exercícios físicos aconteceram durante toda a gestação, eles ressaltam que médicos e profissionais da saúde devem incentivar suas pacientes a prática regular de atividades físicas durante todo o período gestacional.

A atividade física mais realizada no período gestacional, é a caminhada de leve a moderada e o yoga, para a maioria dos autores da presente pesquisa os exercícios físicos onde se tem mais procura por mulheres grávidas são exercícios mais leves e moderados como a caminhada e atividades aeróbicas, pois a gestante se sente mais segura para realizar sem muitas dificuldades, haja visto que a musculação está ganhando espaço para esse público (Xie et al., 2022; Chen et al., 2024; Alfaqih et al., 2024; Song et al., 2024; Gonçalves et al., 2024; Chen et al., 2025; Park et al., 2025).

Rocha et al. (2022) e Castro et al. (2022) destacam que a musculação é essencial para a saúde materno-fetal. Castro et al. (2022) acrescenta que natação, musculação e exercícios em grupo são altamente benéficos. Para Makaruk et al. (2022), pilates, exercícios antitrombóticos, para o assoalho pélvico e alongamentos são as mais indicadas. Chen et al. (2025) e Song et al. (2024) destacam que o exercício físico melhora o sono e previne doenças decorrentes do sedentarismo.

Estudos mostram que o ganho de peso excessivo na gestação eleva o risco de doenças, enquanto a prática regular de exercícios físicos favorece um ganho de peso saudável e seguro (Castro et al., 2022; Xie et al., 2022; Chathurika et al., 2024; Park et al., 2025). Distúrbios hipertensivos, cardiovasculares e outras complicações gestacionais podem ser reduzidos com atividades físicas e acompanhamento adequado, garantindo maior segurança para mãe e bebê (Goławski et al., 2022; Fernández et al., 2022; Castro et al., 2022; Yeşilyurt et al., 2024; Mahen et al., 2025).

Outro achado relevante destaca a diabetes mellitus gestacional como uma das doenças mais recorrentes nas pesquisas (Shum et al., 2022; Fernández et al., 2022; Goławski; Wojtyła, 2022; Chen et al., 2024; Chen et al., 2025; Mahen et al., 2025).

A atividade física previne doenças gestacionais (Shum et al., 2022; Fernández et al., 2022; Golawski et al., 2022), já Alfaqih et al. (2024), Freitas et al. (2022), e Song et al. (2024) que depressão, estresse e depressão pós-parto podem ser evitados com exercícios regulares, promovendo uma gestação mais tranquila e saudável.

Embora os exercícios físicos sejam amplamente benéficos à saúde, os estudos apontam pouco incentivo de profissionais da área para orientar gestantes. A falta de informação, o baixo apoio familiar, a renda limitada, a baixa escolaridade e o medo de prejudicar o bebê ainda desmotivam muitas mulheres. Assim, é fundamental que profissionais da Educação Física e da saúde promovam mais orientações e estímulos, garantindo uma gestação ativa, saudável e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o exercício físico durante a gestação traz inúmeros benefícios à saúde materno-fetal, reduzindo dores, fadiga e inchaço, além de melhorar a saúde mental e favorecer um parto e recuperação mais seguros. A prática orientada por profissionais e respeitando os limites da gestante é essencial para garantir bem-estar e uma gravidez saudável. Novos estudos, com maior número de participantes, ainda são necessários para identificar os exercícios mais eficazes e seus impactos na qualidade de vida das gestantes.

REFERÊNCIAS

AL FAQIH, A, M, *et al*. O Impacto da Atividade Física na Depressão, Ansiedade e Estresse durante a Gravidez na Arábia Saudita: Um Estudo Transversal. Medicina, Kaunas, n. 8, v. 60, p.1263, 2024. Disponível em: DOI:10.3390/medicina60081263. Acesso em: 23 jun. 2025.

BALDO, L, O, *et al*. Gestação e exercício físico:recomendações, cuidados e prescrição. revista: itinerarius reflectionis revista eletrônica de pós graduação em educação, Jataí, v. 16, n. 3, p. 01–23, 2020. Disponível em: DOI: 10.5216/rir.v16i3.62357. Acesso em: 25 jun. 2025.

CASTRO, R, *et al*. Programas de exercícios em grupo podem melhorar os resultados de saúde em gestantes? Uma revisão sistemática atualizada. Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública, [*s. l.*], n. 8, v. 19, p.4875, 2022. Disponível em: DOI: 10.3390/ijerph19084875. Acesso em: 26 jun. 2025.

CHATHURIKA, S, N, *et al.* Percepções, atitudes e crenças sobre exercícios pré-natais entre gestantes primíparas: um estudo qualitativo no Sri Lanka. BMJ Open, v. 14, n. 11, 2024. Disponível em: DOI: 10.1136/bmjopen-2024-086105. Acesso em: 24 jun. 2025.

CHEN, L, *et al.* Avaliação do papel mediador da autoeficácia na atividade física na relação entre conhecimento, apoio social e atividade física em gestantes com alto risco de diabetes gestacional. BMC gravidez e parto, [*s. l.*], v. 24, p.1857, 2024. Disponível em: DOI: 10.1186/s12884-024-07068-9. Acesso em: 23 jun. 2025.

CHEN, X, *et al*. Uma intervenção de aconselhamento sobre atividade física para promover a saúde entre gestantes: um protocolo de estudo de ensaio clínico randomizado. BMC gravidez e

parto, Tencent, n. 1, v. 25, p. 264, 2025. Disponível em: DOI: 10.1186/s12884-025-07268-x. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERNÁNDEZ, I, S, *et al*. Um estudo transversal que examina a associação entre atividade física e depressão perinatal. Medicina, Castila, v. 58, n. 9 p. 1174, 2022. Disponível em: DOI: 10.3390/medicina58091174. Acesso em: 26 jun, 2025.

FREITAS, I, G, C *et al*. Nível de atividade física e fatores associados entre gestantes: estudo epidemiológico de base populacional. Ciência Saúde Coletiva. Montes Claros, v. 27, n. 11, 4315-4328, 2022. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320222711.07882022. Acesso em : 22 jun, 2025.

GOLAWSKI, K; CEZARY, W. Impacto da atividade física de gestantes nos resultados obstétricos. Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública, Polônia, v. 19, n. 19, 12541. 2022. Disponível em: DOI:10.3390/ijerph191912541. Acesso em: 25 jun, 2025.

GONÇALVES, H, *et al.* Por que gestantes são fisicamente inativas? Um estudo qualitativo sobre as crenças e percepções sobre atividade física durante a gravidez. Cadernos de Saúde Pública, v. 40,1. 8 de jan. de 2024. Disponível em: DOI:10.1590/0102-311XEN097323. Acesso em: 26 jun, 2025.

JESUS, F, N; LEMES, C, C, P; OKUNO; N, M. Exercício Físico e gestação: um estudo de revisão acerca das alterações fisiológicas, recomendações e benefícios da prática. Publicatio: UEPG Ciências Biológicas e da Saúde, Ponta Grossa, v.26, n.1, p. 27-44, jan./jun., 2020. Disponível em: DOI: 10.5212/Publ.Biologicas.v.26.i1.0003. Acesso em: 23 jun, 2025.

KNUDSEN, S, P, *et al*. O efeito do treinamento físico e do aconselhamento motivacional no comportamento de atividade física e nos fatores psicossociais em gestantes: análises secundárias do ensaio clínico randomizado FitMum que investigou a atividade física pré-natal. BMC Public Health, v. 24, 192. 4 de jan. de 2024. Disponível em: DOI: 10.1186/s12889-023-17525-3. Acesso em: 29 jun, 2025.

KRZEMINSKA, I, L; KRZYSZTOSZEK, J. Promoção da atividade física durante a gravidez - o papel do médico na perspectiva das mulheres. Frontiers in public health, v. 12, 1335983. 29 de fev. de 2024. Disponível em: DOI: 10.3389/fpubh.2024.1335983. Acesso em: 30 jun, 2025.

MAHEN, A, F, *et al*. Percepções das mulheres sobre os benefícios da atividade física para a saúde materna e fetal durante a gravidez e quais fatores os impactam – Um estudo transversal. Midwifery, v. 145 (2025): 104363. Disponível em: DOI: 10.1016/j.midw.2025.104363. Acesso em: 22 jun, 2025

MAKARUK, B, *et al*. Nove Meses Conscientes: Explorando a Atividade Física Regular entre Gestantes – Um Protocolo de Estudo Qualitativo. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública, v. 19, n. 18. 15 de set. de 2022. Disponível em: DOI: 10.3390/ijerph191811605. Acesso em: 25 jun, 2025.

MARQUES, R. M, *et al*. Gestação e exercício físico: Uma revisão bibliográfica dos tipos e benefícios de exercício físico durante o pré natal. **JNTFacit Busines and Technology Journal,** v. 01, Ed. 58, 15 de jan, 2025. Disponível em DOI: 10.5281/zenodo.14732080. Acesso em 15 jun, 2025.

PARK, T, *et al*. Intervenções de estilo de vida realizadas virtualmente para gestantes com sobrepeso e obesidade: uma revisão sistemática. **Saúde da Mulher**, v. 21 Londres, Inglaterra, 2025, 17455057251336292. Disponível em: DOI: 10.1177/17455057251336292. Acesso em: 29 jun, 2025.

ROCHA, R, S, *et al*. Gravidez Ativa: Um Programa de Exercícios Físicos Promovendo Aptidão Física e Saúde durante a Gravidez – Desenvolvimento e Validação de uma Intervenção Complexa. **Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, v. 19, 8 4902. 18 de abr, 2022. Disponível em: DOI: 10.3390/ijerph19084902. Acesso em: 01 jul, 2025.

SONG, B, *et al*. A atividade física e a qualidade do sono entre gestantes durante o primeiro e o segundo trimestres estão associadas à saúde mental e a desfechos adversos na gravidez. **BMC Women 's Health,** v. 24, 1 455. 13 de ago, 2024. Disponível em: DOI: 10.1186/s12905-024-03126-8. Acesso em: 29 jun, 2025.

SHUM, K, W, *et al.* Percepções sobre atividade física durante a gravidez entre mulheres: um estudo qualitativo descritivo. **Obstetrícia.** v. 107, 103264 2022. Disponível em: DOI.org/10.1016/j.midw.2022.103264. Acesso em 02 jul, 2025.

XIE, E, *et al*. O efeito do exercício na prevenção da hipertensão gestacional em gestantes obesas e com sobrepeso: uma meta-análise atualizada. **Frontiers in public healt,** v. 10, 923161. 15 de ago, 2022. Disponível em: DOI: 10.3389/fpubh.2022.923161. Acesso em: 01 jul, 2025.

YESILYURT, S, Y, *et al*: Segurança e eficácia da atividade física baseada em imagens motoras na gravidez de alto risco: **um estudo controlado randomizado.** Primeira publicação, Int J Gynecol Obstet. 167,1222-1230. 2024. Disponível em: DOI.org/10.1002/ijgo.15799. Acesso em: 02 jul, 2025.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Luana Mello de Paula[1]
Lindomar Palmera[2]

Resumo – A obesidade resulta do desequilíbrio entre a ingestão calórica e o gasto energético, afetando crianças, adolescentes e adultos. Seu aumento nas últimas décadas, especialmente em idade escolar, torna urgente a adoção de medidas preventivas, pois está associada a diversas doenças que comprometem a qualidade e a expectativa de vida. Este estudo, baseado em revisão de literatura, analisa a importância da Educação Física Escolar na prevenção da obesidade infantil nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Busca-se evidenciar como a prática regular de atividades físicas, aliada à conscientização sobre hábitos saudáveis, pode reduzir significativamente os índices de obesidade. A pesquisa, de caráter exploratório, seletivo, descritivo e analítico, destaca que a escola é um espaço privilegiado para promover saúde e estimular o desenvolvimento de hábitos permanentes de movimento e alimentação equilibrada. Conclui-se que a prevenção é o método mais eficaz para combater a obesidade infantil e deve ser construída por meio da parceria entre escola, família e profissionais de Educação Física. Essas ações conjuntas podem transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizado e promoção de qualidade de vida, contribuindo para a formação de crianças mais saudáveis e conscientes de seu bem-estar físico e emocional.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Obesidade Infantil; Prevenção.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), uma a cada grupo de três crianças, com idade de 5 a 9 anos, está acima do peso.

Nos primeiros anos de vida da criança, é importante que haja uma orientação alimentar adequada e específica, sendo necessário que os cuidadores saibam quais alimentos o bebê deve consumir, a quantidade, a sua forma de preparo e a idade em que dever ser introduzidos (Dâmaso, 2001).

É necessário que os pais reconheçam o sobrepeso infantil e as consequências que este diagnóstico pode trazer para a saúde dele (Cunha Junior, 2016). Nesse sentido, é importante que haja a necessidade de a família acompanhar a alimentação da criança, incluindo um diálogo

[1] Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Educação Física , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sobre a relevância de ter uma ingestão balanceada de alimentos, o que pode contribuir com a redução da obesidade infantil.

Diversos estudos apontam que fatores como sedentarismo, alimentação inadequada e falta de atividades físicas regulares contribuem diretamente para o aumento dos índices de obesidade infantil. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis, sendo a Educação Física uma ferramenta essencial nesse processo. De acordo com Silva e Vianna (2024), as aulas de Educação Física podem atuar como facilitadoras na mudança de hábitos de vida, incentivando alunos e familiares a adotarem práticas mais saudáveis.

De acordo com Franklin (2010) o excesso de peso na criança a predispõe as mais variadas complicações, abrangendo as esferas psicossociais, pois há o isolamento e o afastamento das atividades sociais devido à discriminação, bem como a aceitação diminuída pela sociedade.

Além disso, a Educação Física escolar proporciona um ambiente propício para a conscientização sobre a importância da atividade física e da alimentação equilibrada. Estudos destacam que a prática regular de exercícios físicos durante a infância está associada à redução do risco de obesidade e ao desenvolvimento de habilidades motoras e sociais (Oliveira 2016).

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi natureza aplicada, pois visa contribuir com soluções voltadas à prevenção da obesidade infantil por meio da disciplina de Educação Física. A abordagem adotada foi qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender, analisar e interpretar conceitos e práticas pedagógicas relacionadas ao tema.

A investigação foi conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base na leitura e análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, legislações educacionais e documentos oficiais que tratam da Educação Física escolar e sua relação com a promoção da saúde e a prevenção da obesidade infantil.

A seleção dos estudos seguiu um processo rigoroso de triagem, com critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Inicialmente, procedeu-se à leitura

De títulos e Resumos, excluindo-se os trabalhos sem relação direta com a pergunta de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola constitui-se como um espaço social dinâmico e complexo, permeado por significados, valores e práticas que são continuamente construídos e reconstruídos nas interações cotidianas. O ambiente escolar pode ser compreendido como um microcosmo da sociedade, no qual se reproduzem e se transformam as relações sociais, culturais e simbólicas que marcam a vida em comunidade. Nesse sentido, a escola não se limita a transmitir conhecimentos formais, mas desempenha papel fundamental na formação moral, intelectual e social dos indivíduos, conforme destaca Cornachioni, Zadra E Valentim, (2011).

Ao reunir sujeitos com diferentes origens, histórias de vida, culturas e identidades, a escola reflete a diversidade presente na sociedade. Como aponta Gomes (1999), essa heterogeneidade é tanto um desafio quanto uma riqueza, pois possibilita o convívio com as diferenças e a construção de um ambiente de respeito mútuo e cooperação. Contudo, a mesma diversidade que caracteriza a escola também evidencia tensões e desigualdades que permeiam o tecido social, reproduzindo, em certa medida, práticas de exclusão e preconceito (Bouchard, 2003).

A consolidação da escola como direito de todos representou um marco histórico e social fundamental, garantindo a ampliação do acesso à educação e promovendo oportunidades mais equitativas de desenvolvimento humano (Bouchard, 2003). Entretanto, como observa Ferreira (2023), o simples acesso à escola não assegura, por si só, a efetivação da igualdade de oportunidades. Questões como discriminação, preconceito, violência simbólica e exclusão ainda persistem no cotidiano escolar, revelando contradições entre o discurso inclusivo e a prática pedagógica.

Esses resultados apontam que a escola, enquanto instituição social, deve ser constantemente repensada e transformada para cumprir efetivamente seu papel emancipador. É necessário que os processos pedagógicos sejam pautados na valorização da diversidade, na promoção da equidade e na construção de um ambiente educativo acolhedor, onde o respeito, a solidariedade e o diálogo sejam princípios orientadores das relações. Assim, a educação pode se consolidar como um instrumento de transformação social, capaz de combater desigualdades e de promover o desenvolvimento integral dos sujeitos (Brasil, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade na infância e na adolescência tem apresentado um crescimento alarmante, configurando-se como um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil e no mundo. Esse cenário está diretamente relacionado ao aumento do risco de doenças crônicas, como diabetes tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemias e problemas cardiovasculares, que tendem a se manifestar e agravar na vida adulta. As transformações nos padrões de comportamento das novas gerações — marcadas pela redução da prática de atividades físicas e pela adoção de hábitos alimentares inadequados — contribuem significativamente para esse quadro preocupante.

Diante dessa realidade, destaca-se a urgência de promover ações educativas e intervenções efetivas que enfatizem os benefícios da prática regular e orientada de atividades físicas. A Educação Física Escolar assume, nesse contexto, um papel essencial na formação de hábitos saudáveis e na conscientização sobre a importância do movimento para a manutenção da saúde e da qualidade de vida.

Conclui-se que a prevenção e o enfrentamento da obesidade infantil exigem uma mudança comportamental abrangente, pautada em uma alimentação equilibrada, na prática sistemática de exercícios e na participação conjunta de família, escola e comunidade. Somente por meio dessa integração será possível promover uma cultura de saúde e bem-estar desde a infância, reduzindo significativamente os índices de obesidade e seus impactos futuros.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe Caçador, extensão, curso de Educação Física Hibrido e ensino EaD, coordenador Jorge Luiz Velásquez, ao orientador, professores e demais pessoas que colaboraram para que este projeto fosse realizado, para que assim traga maiores conhecimentos para a formação universitária.

REFERÊNCIAS

BOUCHARD, C. (Ed.). Introdução. In: BOUCHARD, C. (Ed.). **Atividade física e obesidade.** São Paulo: Manole, 2003.

BRACHT, V. **Saber e fazer pedagógicos**: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). Educação Física escolar. Espírito Santo: Proteoria, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: www.mec.br. Acesso em: 17 out. De 2025

CORNACHIONI, Tatiana Müller; ZADRA, Jiane Cristina Masson; VALENTIM, Andréia. **A obesidade infantil na escola e a importância do exercício físico**. Lecturas: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v. 16, n. 157, jun. 2011. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd157/a-obesidade-infantil-na-escola.htm>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CUNHA JUNIOR, Johnny Marks. **A influência da Educação Física escolar na prevenção da obesidade infantil.** 2014. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Educação e Saúde) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10773/1/21355195.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

DÂMASO, A. **Nutrição e exercício na prevenção de doenças**. Rio de Janeiro: Medsi, 2001.

FERREIRA, Felipe Mateus Gonçalves. O exercício físico como forma de prevenção e controle da obesidade infantil. **Revista Brasileira de Educação Física**, Saúde e Desempenho (REBESDE), v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/rebesde/article/view/247>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, C. R. B. (2016). Educação física escolar e a obesidade infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.

SOARES, Carmem L.; TAFFAREL, Celi N. Z.; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Micheli O.; BRACHT, Valter. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TAMIOZO, DIOGO. **A Obesidade é uma doença?** UROCAD, Santa Catarina, 2021.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO E AUTOCONHECIMENTO DAS EMOÇÕES NAS CRIANÇAS

Categoria: Projeto Integrador

Laís Maira Martiol Schultz[1]
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart[2]
Marileusa Carvalho[3]

Resumo – A importância do autoconhecimento emocional em crianças é o tema principal desta pesquisa, que tem como objetivo principal auxiliar os participantes a identificar, nomear e desenvolver a autorregulação emocional. A justificativa reside na relevância do impacto dessas competências no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação de caráter extensionista com foco qualitativo, realizada na Escola Municipal Nossa Senhora Salete, em Caçador, Santa Catarina, no período vespertino, complementada por pesquisa bibliográfica com base em artigos publicados nos últimos cinco anos em portais como Scielo. Os resultados esperados incluem a identificação e nomeação das emoções pelas crianças participantes, o domínio de estratégias de autorregulação, o fortalecimento da autoestima e da expressão criativa, e a consequente melhoria no desenvolvimento individual e social.

Palavras-chave: Autoconhecimento; Emoções; Autorregulação; Crianças.

INTRODUÇÃO

Dado o papel inegável das emoções na evolução humana e na aprendizagem, é crucial repensar a preparação das crianças para o futuro. A educação emocional não pode ser negligenciada (Rocha et al., 2022).

Emoções são mecanismos de adaptação essenciais que ajudam os organismos a regular a vida. Elas funcionam de duas maneiras principais: como reações específicas a situações e também na regulação do estado interno do indivíduo.

Segundo Damásio (2015), as emoções são padrões complexos de reações químicas e neurais. Todas as emoções desempenham um papel regulador vital, criando circunstâncias vantajosas para o organismo. Estão intrinsecamente ligadas ao corpo e à vida de um organismo, e seu propósito fundamental é ajudar a preservar essa vida.

Damásio (2012) propõe que as emoções são divididas em dois grupos. As emoções mais básicas e universais são alegria, tristeza, cólera, medo e nojo. As mesmas são as que nos fazem sentir felizes, tristes, irados, receosos ou com repulsa.

[1]Aluna do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora Ma. do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora Ma. do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Adicionalmente, ele identifica as emoções secundárias (ou de fundo), como vergonha, ciúmes, culpa e orgulho. É importante notar que o sentimento é definido como o processo de experienciar conscientemente essa emoção. Em essência, emoções como tristeza, alegria e medo são experiências subjetivas que estão inerentemente ligadas a alterações tanto fisiológicas quanto comportamentais.

Embora as emoções tenham um impacto considerável, é possível desenvolver a capacidade de autocontrole sobre elas. Para alcançar esse domínio, o conhecimento emocional é crucial e faz parte da Inteligência Emocional (IE). Consoante Primi (2003), a IE é definida como a habilidade de identificar e perceber as próprias emoções e as dos outros, de utilizar esse estado emocional para facilitar o raciocínio, de aplicar o conhecimento sobre as emoções e de regulá-las em si mesmo e nos demais.

Dessa forma, o autoconhecimento é ativamente construído pelo próprio indivíduo. A percepção que a pessoa tem de si mesma é influenciada pelas experiências de vida, pelos relacionamentos interpessoais e pelas constantes trocas que ela oferece e recebe (Escortel et al., 2020).

A educação emocional é vista como um elemento importante para o desenvolvimento completo dos indivíduos. Considerando a relevância de aplicar este tema para que as crianças construam um sólido repertório socioemocional, o presente trabalho foi estruturado em torno da questão norteadora: qual a importância do autoconhecimento e desenvolvimento das emoções no desempenho escolar das crianças?

Visto que o debate sobre as emoções muitas vezes inexiste em casa, a escola é o ambiente mais adequado para essa discussão. O ambiente escolar evidencia o desenvolvimento do indivíduo e é o principal local de aprendizado sobre a vida em sociedade, sendo o manejo emocional uma de suas partes mais importantes.

Consequentemente, a educação escolar é entendida como a totalidade de fatores que atuam no desenvolvimento humano e grupal em sua relação ativa com o meio. Segundo Libâneo (1998a, p. 22), ela é uma "prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano".

Em síntese, a docência deve ser compreendida como uma prática ética e relacional que exige cuidado e empatia como eixos centrais, contrariando a tendência de tecnização educacional. Alinhado à Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (1991), este estudo conclui que não há aprendizagem dissociada das emoções, portanto, o professor, como mediador social, tem a responsabilidade de fomentar o autoconhecimento das emoções e auxiliar na sua autorregulação, tratando esse manejo emocional não como um acessório, mas como um eixo pedagógico. Esse processo, construído por meio de interações e vínculos genuínos, é indispensável para promover o desenvolvimento integral do estudante, garantindo sua autonomia e emancipação emocional e, na construção de uma experiência educacional verdadeiramente humana.

METODOLOGIA

O presente projeto trouxe como característica metodológica uma pesquisa-ação de caráter extensionista com posterior pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, com enfoque na aplicação de uma oficina prática realizada para promover a importância do desenvolvimento das emoções das crianças, ao mesmo tempo que avaliou o impacto que essa ação realizou. Já para viés qualitativo, realizou a coleta de dados por meio de observações diretas com os envolvidos no processo. Ademais, alinhou a questão bibliográfica, tendo levantamento de dados nas bases Scielo e Google Acadêmico.

A oficina desenvolvida, intitulada "Diário das Emoções", teve como objetivo proporcionar às crianças uma introdução de autoconhecimento de suas emoções e sua autorregulação. A atividade foi estruturada para ter duração de uma única sessão, sendo dividida em partes, visando orientar de forma prática o reconhecimento e autorregulação das emoções vivenciadas no dia a dia.

No início da oficina, os participantes foram introduzidos a um questionário sobre o seu conhecimento sobre as emoções e a autorregulação das mesmas, logo após foi apresentada cada emoção, bem como dicas para sua autorregulação. Essa etapa teve uma abordagem interativa, na qual os participantes foram incentivados a escrever seu próprio diário para expressar as emoções que vivenciam no seu dia a dia. No final da apresentação, foi disponibilizado um kit com um folder com dicas de autorregulação emocional, um pequeno livreto artesanal, um livro e lápis ou giz de cera, como forma de incentivo à escrita.

A oficina foi destinada a crianças estudantes da escola Escola Municipal Nossa Senhora Salete em Caçador/SC. Devido à limitação de tempo, a oficina teve um caráter introdutório para auxiliar na apresentação dos conteúdos. Utilizaram-se banners com informações relevantes para o objetivo desse projeto, focando apenas na introdução ao autoconhecimento das emoções. Portanto, o aprofundamento em temas mais complexos ficará para atividades futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este projeto teve como objetivo incentivar o autoconhecimento das emoções vivenciadas pelas crianças diariamente. Por meio deste, foi apresentado o diário das emoções que visou incentivar os envolvidos a escreverem o que sentem e assim podendo lidar com esses sentimentos que muitas vezes são intensos.

A oficina foi aplicada em uma escola no bairro Nossa Senhora de Salete, em Caçador no dia 25 de outubro de 2025. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos a partir da aplicação do projeto de extensão.

A análise dos resultados da oficina, que contou com a participação de quarenta crianças, de diversas faixas etárias (4 a 12 anos), evidenciou uma lacuna significativa entre a capacidade de identificação das emoções e habilidade de sua autorregulação.

Embora o grupo tenha demonstrado grande interesse em aprender sobre o tema, ao serem questionadas sobre o reconhecimento das emoções, a autorregulação ou estratégias de

enfrentamento, apenas quinze crianças (aproximadamente 37,5% da totalidade) conseguiram responder com convicção e demonstrar um repertório de manejo emocional. O restante da amostra (62,5%) manifestou insegurança ou desconhecimento sobre como exercer o controle emocional. Tais dados não apenas confirmam a urgência da educação emocional, mas também sublinham a necessidade de intervenções contínuas e mediadas.

Essa dificuldade da maioria em exercer o autocontrole reforça a tese de Vygotsky sobre a natureza social da autorregulação, indicando que essa habilidade precisa ser ativamente mediada pelo ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e os dados obtidos neste projeto reforçam a premissa central de que a docência deve ser compreendida como uma prática ética e relacional, que exige o resgate do amor e da afetividade como eixos centrais. O estudo demonstrou o papel das emoções como mecanismos adaptativos e a importância do autoconhecimento como base para a Inteligência Emocional. Sob a ótica de Vygotsky, o professor deve atuar como mediador social, visto que a aprendizagem é inseparável da afetividade.

Os resultados empíricos da oficina corroboraram a urgência da intervenção pedagógica, ao evidenciar que a maioria das crianças demonstrou desconhecimento em relação à autorregulação emocional e do entendimento de seu conceito para reconhecimento. Esse achado reforça a necessidade de que essa habilidade seja ativamente mediada, e não esperada.

Conclui-se que o papel do educador e do ambiente escolar e familiar é crucial para auxiliar na internalização da autorregulação, tratando a afetividade como um eixo pedagógico. Sugere-se, portanto, a implementação de intervenções contínuas e de longa duração, como o incentivo ao Diário das Emoções, envolvendo a criança no processo do projeto para que o desenvolvimento integral do estudante seja promovido, garantindo sua autonomia e emancipação emocional.

As descobertas desse projeto podem contribuir para futuras iniciativas de abordagem no autoconhecimento das crianças. Assim possibilitando-as a entender e compreender melhor o que sentem, podendo se expressar de maneira correta e ser compreendida no meio em que vive.

REFERÊNCIAS

DAMÁSIO, Antônio, O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. Editora Companhia das Letras, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-9bcBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=O+erro+de+Descartes.+Emo%C3%A7%C3%A3o,+raz%C3%A3o+e+o+c%C3%A9rebro+humano&ots=7YqlNN4zbr&sig=sDLAUQ5hATiYC_qcx1anV2kO6i4&redir_esc=y#v=onepage&q=O%20erro%20de%20Descartes.%20Emo%C3%A7%C3%A3o%2C%20raz%C3%A3o%20e%20o%20c%C3%A9rebro%20humano&f=false Acesso em: out. 2025.

DAMÁSIO, Antônio. O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento em si. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015. Disponivel em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ffj4CQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=DAM%C3%81SIO,+A.+O+Mist%C3%A9rio+da+Consci%C3%AAncia:+do+corpo+e+das+emo%C3%A7%C3%B5es+do+conhecimento+de+si.+S%C3%A3o+Paulo:+Companhia+das+Letras,+2000.&ots=UcVwvUOmtg&sig=fztI3ZmZ9ztawH8DSZ5zflzEgKc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em: out. 2025.

ESCORTELL, Raquel; DELGADO, Beatriz; MARTÍNEZ-MONTEAGUDO, Maria C. Cybervictimization, self-concept, aggressiveness, and school anxiety in school children: a structural equations analysis. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 19, p. 7000, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/837930 Acesso em: out. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. São Paulo, Cortez, 1998. Acesso em: out. 2025.

PRIMI, Ricardo. Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2003. Acesso em: out. 2025.

ROCHA, Cristina Castro; SÁ, Suzana Oliveira. A inteligência emocional e importância da compreensão das emoções para as educadoras no desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar. Altus ciência. v.14, n. 14, p.40-67, 2022. Disponível em: http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/24. Acesso em: out. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Acesso em: out. 2025.

CRIATIVIDADE E PRODUÇÃO TEXTUAL: ESCREVENDO NOVAS HISTÓRIAS

Categoria: Projeto Integrador

Bruna do Prado[1]
Camile Melo do Amaral[2]
Sally Müller Nogueira[3]
Prof. Ma. Ruth Inês Dotta Godoy Goulart[4]
Prof. Ma. Marileusa Carvalho[5]

Resumo – O presente projeto de pesquisa-ação tem como tema a produção textual criativa, dentro do componente curricular da Língua Portuguesa. Pretende-se contribuir para a compreensão do nível de desenvolvimento da escrita espontânea dos estudantes, identificando os desafios e potenciais. A pesquisa também pode servir como material para a idealização de diferentes estratégias didáticas que buscam desenvolver a prática da escrita em sala de aula compreendendo a sua importância não apenas como obrigação dentro do currículo escolar, mas também a sua função social. O projeto foi posto em prática no dia 11 de outubro de 2025, na Escola Estadual de Educação Básica Professor Domingos da Costa Franco, em Caçador, durante o evento do Dia da Criança aberto ao público. No dia 25 de outubro, foi realizada a aplicação do mesmo projeto na Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora Salete, também localizada em Caçador, durante o Dia da Família na Escola.

Palavras-chave: Escrita criativa; Língua portuguesa; Estratégia didática.

INTRODUÇÃO

A produção textual é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da competência comunicativa e crítica dos estudantes, constituindo-se como prática essencial para a formação integral do sujeito. No contexto educacional contemporâneo, em que as habilidades de leitura e escrita assumem papel determinante na construção do conhecimento, torna-se indispensável repensar as metodologias aplicadas ao ensino da língua portuguesa. Nesse sentido, a escrita criativa surge como um caminho inovador, que rompe com a mecanização do ensino tradicional e possibilita ao aluno compreender a língua como instrumento de expressão, reflexão e transformação social.

O presente trabalho, desenvolvido por meio de uma abordagem de pesquisa-ação, teve como objetivo incentivar a prática da escrita criativa em ambientes escolares, articulando teoria

[1]Acadêmica do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmica do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e prática para compreender os níveis de desenvolvimento da escrita espontânea dos estudantes. Através de atividades extensionistas realizadas em escolas do município de Caçador (SC), buscou-se proporcionar experiências significativas de produção textual, estimulando a autoria e o senso crítico dos participantes. A proposta pretende, portanto, contribuir para a reflexão sobre o papel da escrita como ferramenta de emancipação e de inserção social, reforçando a importância de práticas pedagógicas inovadoras voltadas à valorização da criatividade no ensino da língua portuguesa.

Sobre as competências voltadas para a área de produção escrita dentro da BNCC, Toledo (s.d.) informa sobre a necessidade de romper com o tradicionalismo da mecanização dos processos de leitura e escrita que, muitas vezes, são reduzidos a mera realização das atividades escolares. Isso afasta os alunos de outros contextos de uso da linguagem escrita e promove uma associação dessa prática somente a contextos acadêmicos.

Por isso, o presente texto destaca como justificativa a necessidade de inovar além das práticas tradicionais de ensino da língua portuguesa em uma nova perspectiva para o uso da escrita no universo escolar. Tal prática contribui para a compreensão do nível de desenvolvimento da escrita espontânea dos estudantes, identificando os desafios e respectivos potenciais. O texto também serve como material para a idealização de diferentes estratégias didáticas que buscam desenvolver a prática da escrita em sala de aula compreendendo a sua importância não apenas como obrigação dentro do currículo escolar, mas também a sua função social.

METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa é de caráter exploratório, bibliográfico e utiliza a abordagem qualitativa, evidenciando as observações e análises subjetivas e comportamentais dos momentos da pesquisa-ação. A análise bibliográfica deste trabalho foi feita a partir de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos provenientes da biblioteca digital SciELO e da plataforma de busca Google Acadêmico, além de livros físicos e digitais.

A pesquisa classifica-se como pesquisa-ação por seu caráter extensionista e foi desenvolvida com a participação dos acadêmicos em oficinas práticas realizadas em duas escolas de educação básica localizadas no município de Caçador, Santa Catarina, com o objetivo de explicitar a importância da produção textual e colocá-la em prática com os participantes.

No dia 11 de outubro, foi feita a aplicação da atividade na Escola Estadual de Educação Básica Professor Domingos da Costa Franco, durante o evento do Dia da Criança aberto ao público. Por sua vez, no dia 25 de outubro, a aplicação do mesmo projeto foi feita na Escola Municipal de Educação Básica Nossa Senhora Salete, durante o Dia da Família na Escola.

O planejamento central da atividade foi a produção de um texto coletivo com os participantes do evento. As pessoas que desejassem participar, deveriam escrever um trecho de uma história, de 3 a 5 linhas, construindo assim uma narrativa em conjunto com os outros participantes. Também foi fornecida aos visitantes a possibilidade de assinar a autoria da obra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de aplicação na escola EEB Domingo da Costa Franco foi um tanto frustrante pela baixa adesão e, mesmo com auxílio, observou-se dificuldade dos participantes em redigir ortograficamente, além do medo do "errar". Já na segunda escola, EEM Nossa Senhora Salete, a adesão foi ampla e diversa, com maior leveza quanto ao redigir, mais fluência e menos insegurança quanto aos erros ou acertos. A escrita representou o pensar e não houve restrições em pedir ajuda.

Percebeu-se que, na primeira escola, o receio de expor ideias estava diretamente ligado à falta de confiança e à ausência de práticas de escrita mais frequentes. Muitos alunos demonstraram compreender a importância da atividade, mas não se sentiam preparados para expressar-se livremente. Essa insegurança evidencia a necessidade de se investir em metodologias que valorizem o processo de escrita como construção coletiva e contínua, e não apenas como avaliação de desempenho. A presença do erro, nesse contexto, deve ser entendida como parte natural do aprendizado, e não como motivo de constrangimento.

Na segunda escola, por outro lado, o ambiente mais acolhedor e participativo favoreceu a expressão criativa. Os alunos interagiram entre si, trocaram ideias e mostraram entusiasmo em produzir textos com temas variados. Essa postura revela que, quando a escrita é trabalhada de forma lúdica e significativa, ela se torna instrumento de autoria e autonomia. Além disso, a disponibilidade dos educadores em acompanhar o processo e orientar individualmente os participantes contribuiu para um clima de confiança e descoberta, essencial para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e para a valorização da voz dos estudantes.

De acordo com Toledo (s.d.), a escola é a responsável por oferecer experiências estudantis que favoreçam o aumento do nível de letramento, capacitando os alunos para a utilização da língua falada e escrita de forma crítica e ativa diante dos contextos em que o seu uso for necessário. Dito isto, podemos afirmar que, ao oferecermos atividades dinâmicas com foco na produção textual dentro do ambiente escolar, ampliam-se o número dessas experiências tão necessárias para o aprofundamento das habilidades dos alunos na área de língua portuguesa, auxiliando-os a refletir sobre o seu uso e fazê-lo com propriedade.

Para Lopes et al. (2020), a escrita não deve ser entendida como um resultado definitivo ou imutável, mas como uma prática em desenvolvimento e evolução. Refere-se a uma experiência de aprendizagem constante, na qual o indivíduo desenvolve e reorganiza o entendimento a cada nova produção. Escrever, nesse sentido, é um ato de criação, reflexão e expressão pessoal, que envolve escolhas conscientes, sensibilidade e autoria. É através desse tipo de criação que o estudante passa a agir ativamente como autor, expressando suas ideias através da linguagem escrita e desenvolvendo cada vez mais habilidades com a língua portuguesa, viabilizando sua capacidade criativa independentemente do medo da avaliação externa.

Neste diapasão, o objetivo deste projeto foi valorizar a escrita como forma de linguagem que representa o pensamento, destacando sua função essencial na criação da identidade do sujeito escritor. A escrita é uma forma de linguagem que auxilia a pessoa a entender e usar os sinais (ou signos) que todos conhecem na sociedade, como as letras, palavras e regras que temos para nos comunicar. Esses sinais e seus significados não surgem inesperadamente. Eles são

gerados por grupos sociais que, ao longo do tempo, são construídos pela cultura e pelo convívio entre as pessoas. Quando alguém aprende a escrever, essa pessoa "se apropria" desses signos e significados e passa a entender como eles funcionam e a utilizá-los para expressar seus pensamentos, sentimentos e ideias de maneira que outras pessoas possam compreender.

Para Martins (2011 apud Schreder e Frison, 2024), esses signos funcionam como ferramentas internas que transformam o pensamento e o comportamento da pessoa. Leontiev (2004 apud Schreder e Frison, 2024), por seu turno, complementa ao afirmar que os significados são convencionados socialmente, mas os sentidos são construídos internamente pelo sujeito a partir dessas significações, ressaltando a importância de um ensino que considere esses aspectos para favorecer a apropriação da escrita como forma de expressão do pensamento.

Essas ideias corroboram um processo de desmistificação da concepção de "certo" e "errado" na produção textual. De acordo com Paulo Freire, o aluno não é uma mente desprovida de conhecimento onde o educador deve "depositar" normas, mas um indivíduo ativo e criativo. O auxílio do professor não deve anular a criatividade e a responsabilidade do discente na leitura e escrita, visto que ele possui a sua própria visão de mundo antes mesmo de aprender a ler e escrever sobre outras visões (Freire, 1989). Reforçamos assim que o processo da produção textual não pode ser cerceado pelo medo da avaliação externa.

Outrossim, Pacheco e Pacheco (2024) discorrem sobre as consequências da reprovação de alunos e o esquema vigente de avaliações nas escolas públicas e privadas alegando que, além do atraso no tempo de estudo, a sentença de reprovação traz prejuízos psicológicos como o abalo da autoconfiança e o distanciamento da área na qual apresentam dificuldades acadêmicas. Isso impacta deleteriamente, sobretudo, a capacidade de desenvolvimento da leitura e da escrita dos estudantes.

Sobre a concepção de erro associada à reprovação, Luckesi (2002) reconhece que a avaliação da aprendizagem deve ser encarada como algo que deve ser feito com amor, sempre de maneira acolhedora e com o intuito da inclusão e integração do aluno, ou seja, é através da avaliação que ocorre o apoio para melhorias ou modificações no processo de aprendizagem, se necessário. Essa abordagem avaliativa recebe o erro como parte do aprender e não como algo que deve ser excluído do processo.

Ademais, é preciso valorizar a espontaneidade na produção textual. Em conformidade com Toledo (s.d.) durante toda trajetória escolar, é oferecido e promovido na educação básica o desenvolvimento das competências da leitura, escrita e da oralidade, expondo suas demandas opinativas e cotidianas, principalmente através da produção de textos.

Diante do desenvolvimento de habilidades de letramento oportunizadas no ambiente escolar, é de se esperar que a escola adote práticas socioeducativas que propiciem a inserção dos educandos na cultura sabedora, proporcionando a eles o conhecimento e o gosto pelo ato de escrever.

Em outras palavras, é preciso ponderar sobre o uso da produção textual como forma de expressão artística, pois escrever vai além de simplesmente unir palavras para se comunicar, mas também uma maneira de desenvolver e expressar sentimentos e ideias próprias.

Segundo Thompson Writing Program, da Universidade de Duke, a produção textual artística permite que o aluno vá atrás de diferentes recursos literários, como metáforas, rimas, narrativas poéticas e outros elementos que enriquecem o texto (s.d., apud Moura e Albano, 2023). Essa visão aumenta a compreensão do texto, não apenas como meio de comunicação, mas também como suporte para despertar emoções e provocar reflexões. Além disso, ao incentivar o aluno a escrever textos artísticos, o processo de aprendizagem se torna mais significativo, possibilitando que ele descubra seu poder de argumentação e desenvolva seus recursos de linguagem (Moura e Albano, 2023).

O reconhecimento da produção textual como expressão artística contribui para a formação de seres humanos críticos, sensíveis e culturalmente ativos, com a capacidade de valorizar a diversidade e a riqueza da produção literária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho evidenciou que a escrita criativa é uma estratégia eficaz para aproximar os alunos do universo da linguagem, promovendo uma aprendizagem mais significativa e prazerosa. Ao oportunizar que os estudantes expressem suas ideias, sentimentos e percepções por meio da produção textual, observou-se um fortalecimento do vínculo entre escola, linguagem e subjetividade. Essa experiência também permitiu compreender que a escrita, quando tratada como processo dinâmico e artístico, ultrapassa os limites da avaliação tradicional e torna-se um instrumento de expressão pessoal e construção de identidade.

Em síntese, a atividade reafirma a relevância da inovação pedagógica no ensino da língua portuguesa, sobretudo no que se refere à valorização da autoria e da sensibilidade criativa dos estudantes. Ao propor atividades que rompem com o ensino mecanizado e estimulam o protagonismo discente, o projeto contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados. Assim, a escrita passa a ser compreendida não apenas como uma competência curricular, mas como um meio de transformação individual e coletiva, capaz de fortalecer o papel humanizador da educação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, à UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe) pela realização da 20ª edição do SEDEPEX (Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão), um marco importante na realização de pesquisas e extensões.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LOPES, Claudia Lucia Coelho; GOMES, Davi Pereira; MELO, Márcio Araújo de. A importância da produção textual nas aulas de Língua Portuguesa: a escrita como processo de construção de sentidos. **Revista Philologus**, *[s.l.]*, v. 26, n. 78, p. 250-262, 2020.

LUCKESI, Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Natalya Cristina Kran; ALBANO, Adriana Helena Oliveira. A escrita criativa como prática de produção textual no ambiente escolar. Revista Ensin@ UFMS, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 49-72, 2023. DOI: https://doi.org/10.55028/revens.v4i8.19314. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/19314. Acesso em: 17 set. 2025.

PACHECO, Marcos da Silva; PACHECO, Paula Mello. Concepções acerca da reprovação escolar nos ensinos público e privado. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2024. DOI: https://doi.org/10.52521/enpe.v5i1.12959. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/12959. Acesso em: 01 out. 2025.

SCHREDER, Carolaine; FRISON, Marli Dallagnol. O uso da linguagem escrita como representação do pensamento: trajetórias infantis. Revista Contexto & Educação, *[s.l.]*, v. 39, n. 121, p. 1-19, e13750, 2024. DOI: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.13750. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13750. Acesso em

TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira. Significado e dimensão social do texto e da leitura. *[s. l.]* Sagah, *[s.d.]*.

A LÍNGUA VIVA: EXPLORANDO AS DIFERENTES VOZES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Categoria: Projeto Integrador

Bruna Oliveira dos Santos[1]
Élin Schissel[2]
Leonardo Pepes[3]
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart[4]
Marileusa Carvalho[5]

Resumo – O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre a diversidade linguística no Brasil e os impactos do preconceito linguístico nos diversos campos sociais. A partir da ideia de que diferentes formas de se expressar refletem a riqueza cultural do Brasil, depreende-se que não há forma "correta" de falar, mas sim uma variedade de identidades linguísticas, todas capazes de comunicar ideias. O objetivo geral consiste em fomentar o respeito às mais diversas formas de expressão, ampliando assim o vocabulário e fortalecendo a identidade do indivíduo, incentivando a reflexão das crianças sobre sua própria história. A metodologia aplicada compreende em uma pesquisa bibliográfica alicerçada nas teorias de Willian Labov (1972) e Marcos Bagno (2001), através de pesquisa-ação e abordagem qualitativa, com aplicação prática por intermédio de oficina pedagógica. A ação ocorreu na Escola Municipal Educação Básica Nossa Senhora Salete em Caçador – Santa Catarina, mediante a execução de um jogo de tabuleiro, confeccionado em papel cartão, com várias "estações" e desafios linguísticos correspondentes às variações linguísticas mais conhecidas no Brasil. O objetivo é expor ao participante diferentes nomes, significados e significantes das palavras, conectando aos seus conhecimentos prévios.

Palavras-chave: Variação Linguística; Diversidade; Preconceito Linguístico.

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa falada no Brasil é um mosaico complexo, refletindo a vasta diversidade cultural e social do país. O estudo da variação linguística se torna, portanto, fundamental para desconstruir a noção binária de falar "certo" e falar "errado", que historicamente serve como base para o preconceito linguístico. William Labov (1972) foi pioneiro ao demonstrar que a variação é inerente ao sistema linguístico, afirmando que a variação não seria então um desvio da norma, mas sim a própria norma em funcionamento, consolidando a

[1]Acadêmico do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmico do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ideia de que a língua é um fenômeno socialmente estratificado - relacionado às classes sociais e aos contextos formais e informais de fala. (Labov, 1966)

Para que o estudo da língua moderna seja eficaz, precisamos abandonar a noção de um sistema linguístico monolítico e estático, e reconhecer a variação como seu princípio fundamental.

Labov revolucionou a sociolinguística ao demonstrar que as diferenças no uso da fala não são aleatórias, mas são estruturadas e determinadas por fatores sociais. (LABOV, 1966). Utilizando uma metodologia rigorosa, ele mapeou essas variações, ligando-as a fatores como classe social e idade, mostrando que os modos de falar seguem regras próprias e coerentes.

Essa perspectiva é crucial para entender o cenário brasileiro, onde o preconceito frequentemente marginaliza falantes de determinadas regiões ou classes sociais. Marcos Bagno enfatiza essa luta ao analisar como a sociolinguística ajuda a combater a discriminação, ao mostrar que as formas não-padrão são sistemáticas e refletem a realidade social (Bagno, 1999).

Segundo Bagno (2007), a língua é um reflexo das condições de vida, e a diversidade de fala é um produto direto da formação histórica e cultural do Brasil.

A relevância desse olhar reside na sua capacidade de expor as bases do preconceito linguístico, que, segundo o autor, servem para manter estruturas de dominação social (Bagno, 1999).

Este artigo, fundamentado nas contribuições de Labov e Bagno, propõe analisar como a consciência sobre as múltiplas formas de expressão linguísticas contribuem para a valorização da diversidade cultural do Brasil. O objetivo central é, portanto, não só avaliar a manifestação da variação linguística dentro do contexto do colégio Nossa Senhora Salete em Caçador – SC, reafirmando a premissa laboviana de que a língua é um reflexo ativo e organizado da sociedade que a utiliza, como também observar os padrões de preconceitos linguísticos inseridos nessa comunidade e trabalhar a conscientização e o respeito entre os alunos.

O foco é demonstrar que cada manifestação da língua é um vestígio legítimo da história e da identidade de seus falantes, colocando essas diferenças como fato científico e não como falha.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura como uma pesquisa-ação de caráter extensionista, sendo predominantemente qualitativa, combinando uma revisão bibliográfica a uma abordagem de campo aplicada.

A fundamentação teórica do trabalho foi estabelecida por meio de uma pesquisa bibliográfica focada nos conceitos centrais da variação linguística. O referencial teórico principal baseou-se nas obras de Willian Labov (1972) e Marcos Bagno (2001), visando compreender as dimensões da variação e os fatores sociolinguísticos que as dominam.

Para a coleta de dados empíricos, foi desenvolvido um instrumento lúdico sob a forma de um jogo de tabuleiro. O tabuleiro foi confeccionado com folhas de EVA, utilizando recursos

visuais coloridos e ilustrativos para engajar os participantes. O jogo foi estruturado em quatro quadrantes principais, cada um representando uma dimensão da variação linguística:

Variação Diatópica;

Variação Diastrática;

Variação Diafásica;

Variação Diacrônica.

As casas do jogo continham perguntas específicas relacionadas aos campos correspondentes. O formato das questões priorizou a elicitação de formas lexicais regionais, situacionais, histórica e social, como exemplificado pela pergunta: "Que nome se dá para tal objeto?" (acompanhado da imagem de uma tangerina).

A aplicação do jogo didático ocorreu na escola Nossa Senhora Salete, localizada em Caçador – Santa Catarina, no dia 25 de outubro de 2025, envolvendo alunos do Fundamental I. O procedimento do jogo consistiu em instruir os participantes sobre as regras do jogo e incentivar o seu aprendizado em cada rodada, observando quais variações eram evocadas em cada segmento proposto pelo tabuleiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados práticos da intervenção demonstraram um alto nível de receptividade por parte dos alunos. O engajamento nas atividades propostas, incluindo a conscientização sobre a variação e a interação lúdica (como a pintura facial para prêmio final da atividade), foi notavelmente positivo. Este achado inicial sugere que, no contexto escolar primário, a introdução de conceitos de variação linguística pode ser feita de maneira eficaz e divertida.

O objetivo central de promover o respeito às diferentes formas de falar foi alcançado, pois cada criança que participou do projeto levou um pouco de conhecimento sobre as diferentes expressões usadas no Brasil, o qual aumentou o repertório linguístico das mesmas, conscientizando-as sobre o respeito à essa diversidade. Este resultado dialoga diretamente com a crítica de Marcos Bagno ao preconceito linguístico. A diversão e a interação facilitaram a internalização da ideia de que não há um modo de fala superior, alinhando-se à proposta de Bagno de desnaturalizar a noção de "erro".

Em contraste com a visão tradicional, as observações práticas confirmam a premissa de William Labov de que a variação é inerente ao uso social da língua. A participação ativa das crianças indica que, quando apresentadas de forma acessível, elas aceitam a diversidade linguística como um dado da realidade, em vez de vê-la como um desvio da norma padrão.

A experiência na Escola Nossa Senhora Salete reforça o potencial transformador da educação. Ao introduzir a sociolinguística de forma lúdica, a atividade atuou em oposição às desigualdades sociais, incentivando a valorização das variedades faladas pelos próprios alunos. A alta participação sugere que a conscientização linguística pode ser um instrumento eficaz para

fomentar a justiça social no ambiente escolar, ao promover o reconhecimento mútuo entre os pares.

Em suma, os resultados obtidos indicam que a abordagem prática e positiva da variação linguística é um caminho promissor para a desconstrução de estigmas no contexto da fala na educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo primordial introduzir o conceito de variação linguística e promover o respeito às diferenças de fala entre os estudantes da Escola Nossa Senhora Salete, em Caçador – SC, alinhando-se às críticas sociolinguísticas de William Labov e Marcos Bagno. Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, conforme evidenciado pelo alto engajamento observado nas atividades elaboradas, culminando em uma experiência de aprendizado mútua e satisfatória.

A experiência prática confirmou a riqueza da diversidade linguística brasileira, permitindo que as crianças percebessem concretamente a variação lexical. Exemplos como as formas regionais para "tangerina" - que foi reconhecida por "vergamota" ou "ponkan", ou "elástico" que foi reconhecido por "rabicó" ou "xuxinha", ilustraram de forma imediata como a língua se manifesta de maneiras distintas no contexto geográfico daquela comunidade escolar. Além disso, a participação ativa dos pais no auxílio às crianças gerou um valioso aprendizado coletivo e enriqueceu o vocabulário dos pequenos.

Em relação às limitações, este projeto se destaca por não apresentar impedimentos metodológicos; ao contrário, o avanço da pesquisa teórica proporcionou aos acadêmicos maior fluência e satisfação na execução do trabalho. Contudo, identificamos um ponto crucial para aprimoramento em futuras aplicações. A ausência prévia de dados exatos sobre a faixa etária do público-alvo (majoritariamente crianças de 3 a 7 anos) exigiu uma adaptação in loco das dinâmicas, que precisaram ser reorientadas para um formato mais lúdico e ilustrativo.

Portanto, como sugestão para sequência deste trabalho, recomenda-se enfaticamente a realização de um levantamento demográfico prévio da comunidade escolar visada. Isso permitirá a calibração precisa do nível de abstração e a criação de materiais didáticos mais assertivos para cada segmento etário.

A experiência na Escola Nossa Senhora Salete confirma o potencial da sociolinguística aplicada como ferramenta de conscientização social na educação básica.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística, São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, p.52, 1999.

LABOV, William. The Social Stratification Of English In New York City. Washington, DC: Center for Applied Lingistics, p.12, (1966/2006)

USO DA MÚSICA COMO ESTRATÉGIA NO DESENVOLVIMENTO DO VOCABULÁRIO EM INGLÊS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Categoria: Projeto Integrador

Gabriel José Bergonsi[1]
Mariana Alves dos Santos[2]
Ruth Ines Dotta Godoy Goulart[3]
Marileusa Carvalho[4]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo investigar como a música pode contribuir para a aprendizagem de vocabulário em língua inglesa de crianças do 1º ao 5º ano da Escola de Educação Básica Professor Domingos da Costa Franco. Por meio de atividades lúdicas, como a audição de canções, identificação de Palavras-chave e jogos de cartões, buscou estimular a atenção, a memorização e a participação dos alunos, promovendo a interação e a prática significativa da língua. Os resultados demonstraram que as crianças apresentaram maior desempenho e concentração em comparação aos adultos, acompanhando as músicas com interesse e participando ativamente das atividades. Observou-se que fatores como idade e familiaridade com o idioma influenciam diretamente o aprendizado, reforçando a necessidade de estratégias adaptadas ao perfil da turma. A experiência permitiu que os futuros professores vivenciassem situações reais de ensino, refletindo sobre a prática pedagógica e compreendendo a importância de utilizar metodologias criativas e interativas para tornar o aprendizado mais significativo e prazeroso. O estudo evidencia que a música é um recurso didático eficiente para o ensino de vocabulário, estimulando a competência comunicativa, a motivação e o desenvolvimento integral dos alunos, sendo recomendada a continuidade de projetos semelhantes com tempo ampliado e recursos tecnológicos.

Palavras-chave: Música. Inglês. Desenvolvimento do Vocabulário.

INTRODUÇÃO

A formação de um professor licenciado não se restringe apenas ao conhecimento específico que o mesmo possui, mas sim à forma como esse saber é aplicado em sala de aula, por meio de práticas pedagógicas precisas para o ensino (Shulman e Shulman, 2004). É essencial que os docentes em processo de capacitação reflitam sobre temas abrangentes, indo além dos conteúdos previstos na grade curricular. Essa reflexão permite que o professor compreenda o

[1]Acadêmico do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Letras Bilíngue, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

papel transformador de sua prática e busque estratégias eficazes para o desenvolvimento integral dos alunos.

De acordo com Freire (2006), a realização de uma reflexão crítica sobre a prática docente pode modificá-la e transformar o modo como o ensino é conduzido. Nesse sentido, as atividades de extensão dos cursos de Licenciatura da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe) oferecem aos professores em formação a oportunidade de explorar processos de ensino e aprendizagem, desenvolvendo atividades em contextos reais. Assim, o presente projeto aborda a temática da aprendizagem de vocabulário em língua inglesa por meio da música no ambiente escolar.

Dell Hymes (1972) introduziu o conceito de competência comunicativa, que se refere à capacidade de usar a língua de forma adequada às diferentes situações sociais, integrando as quatro habilidades linguísticas: fala, compreensão auditiva, leitura e escrita. Nesse contexto, o ensino de vocabulário assume papel fundamental para o desenvolvimento dessa competência, pois a ampliação lexical possibilita ao aprendiz compreender e produzir mensagens com mais eficácia, contribuindo para o aprimoramento equilibrado das quatro habilidades. Dentro desse contexto, a música se destaca como um recurso didático eficiente e motivador, favorecendo a memorização e a assimilação de novas palavras de forma lúdica e significativa.

Segundo Murphey (1992), as músicas possuem alto potencial de memorização devido à sua estrutura rítmica e melódica, o que favorece a retenção de novas palavras e expressões. Esse autor afirma que "as canções são formas autênticas de linguagem, apresentando padrões de repetição e ritmo que auxiliam a fixação lexical". Além disso, Krashen (1982) defende que a aquisição de uma segunda língua ocorre de forma mais efetiva quando o aprendiz está relaxado e emocionalmente envolvido com o conteúdo, pois isso reduz o filtro afetivo e facilita a aprendizagem. Assim, o uso da música cria um ambiente positivo e estimulante, incentivando a participação ativa e confiante dos estudantes.

Dessa forma, o presente trabalho tem como foco promover a aprendizagem de vocabulário em língua inglesa por meio da música, utilizando atividades lúdicas e colaborativas que estimulem o engajamento dos alunos. A proposta foi desenvolvida na Escola de Educação Básica Professor Domingos da Costa Franco, no dia 11 de outubro de 2025, e consistiu na audição de canções infantis em inglês. Em seguida, deverá a criança identificar as Palavras-chave e aplicá-las no jogo dos cartões. Por fim, os alunos produzirão um cartaz ilustrado com o vocabulário aprendido, que será exposto em um mural coletivo, reforçando o aprendizado e a construção da identidade da língua inglesa no ambiente em que o projeto foi aplicado.

A proposta busca, portanto, responder à seguinte questão norteadora: como o uso de atividades musicais pode contribuir para a aprendizagem do vocabulário da língua inglesa?

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma abordagem qualitativa de caráter prático-pedagógico e também bibliográfico, com pesquisa nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, de publicações dos últimos cinco anos, baseadas na ideia de que a aprendizagem de uma língua estrangeira ocorre por meio da interação e do uso significativo da linguagem. Segundo Eckert e

Frosi (2015), "a aprendizagem ocorre como um processo consciente, no qual se internaliza um sistema linguístico e cultural mediante a reflexão sistemática e guiada de seus elementos". A proposta busca estimular o contato dos estudantes com o inglês de forma envolvente, utilizando a música como recurso didático.

A pesquisa foi realizada com alunos do 1º ao 5º ano da Escola de Educação Básica Professor Domingos da Costa Franco, no dia 11 de outubro de 2025, como uma atividade de extensão acadêmica. As atividades ocorreram em três etapas: audição de canções infantis em inglês, identificação de Palavras-chave e realização do jogo dos cartões, no qual os estudantes associam som, significado e forma escrita.

Após o jogo, os alunos produziram coletivamente um cartaz ilustrado com as palavras aprendidas, reforçando o vocabulário e incentivando o trabalho colaborativo. Eckert e Frosi (2015) destacam que "a competência em uma segunda língua se desenvolve à medida que o aprendiz pratica e interage com a língua em uso". Foram considerados aspectos como adequação do vocabulário, motivação por meio de atividades lúdicas e nível de conhecimento em inglês dos alunos.

Aprender uma segunda língua envolve motivação e envolvimento emocional. Griffin (2011) observa que "alguns aprendem por motivos pessoais e outros aprendem porque precisam", mostrando que diferentes fatores estimulam a aprendizagem.

O uso da música, que desperta curiosidade e emoção, torna-se um recurso eficaz. A metodologia integra escuta, interação, produção visual e reflexão linguística, promovendo aprendizagem significativa e respeitando a ideia de que a aquisição da linguagem é uma capacidade natural do ser humano (Chomsky, 1965), aprimorada pelo contato constante e uso criativo da língua.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do projeto foi analisar como o uso da música pode contribuir para o ensino de língua inglesa e para o aprendizado de vocabulário. Durante as atividades na Escola Professor Domingos da Costa Franco. Observou-se que as crianças demonstraram maior atenção e desempenho do que os adultos, acompanhando as canções com facilidade e interesse. Essa diferença mostrou que fatores como idade e familiaridade com o idioma influenciam diretamente o processo de aprendizagem.

Os futuros professores puderam vivenciar situações reais de ensino, observando como o uso de metodologias diferenciadas, como a música, interfere positivamente no comportamento e no envolvimento dos alunos. A experiência proporcionou momentos de reflexão sobre a prática docente, permitindo compreender a importância de adaptar as estratégias às necessidades e características de cada turma.

Durante o projeto, ficou evidente que práticas criativas e interativas tornam o aprendizado mais significativo e prazeroso. De acordo com Freire (2006), refletir sobre a prática é essencial para transformar o ensino e promover uma aprendizagem mais humana e contextualizada.

Assim, a vivência contribuiu para o desenvolvimento de professores mais sensíveis, críticos e preparados para atuar em diferentes contextos educacionais.

Os resultados demonstraram que a música é um recurso eficiente para o ensino de vocabulário e para o estímulo da competência comunicativa. Além de facilitar a memorização e a compreensão de novos termos, ela desperta o interesse dos alunos e cria um ambiente mais leve e motivador, fortalecendo o aprendizado da língua inglesa de forma natural e envolvente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu o objetivo de promover a aprendizagem de vocabulário em língua inglesa por meio da música, evidenciando a importância de utilizar estratégias lúdicas que estimulem o interesse das crianças. Diante da aplicação do projeto, notou-se que os alunos das séries iniciais apresentaram maior foco e desempenho durante as atividades, acompanhando o ritmo das músicas com facilidade e participando de forma acessível, o que demonstra a eficácia da música como recurso didático no aprendizado de uma segunda língua.

No entanto, foram encontrados alguns obstáculos, como a limitação de tempo para desenvolver todas as atividades planejadas e a dificuldade de alguns participantes em acompanhar simultaneamente o canto e a leitura dos cartões. O número de participantes também foi inferior ao esperado, o que fez necessário a adaptação de algumas atividades para adequá-las ao nível de conhecimento e à faixa etária dos alunos e adultos participantes.

Para futuras aplicações, recomenda-se ampliar o tempo destinado às atividades, possibilitando que os alunos explorem melhor as palavras aprendidas e pratiquem com mais profundidade. A inclusão de recursos tecnológicos, como aplicativos de música e vídeos interativos, pode tornar as atividades ainda mais envolventes e diversificadas, estimulando maior participação. Além disso, a realização de atividades de extensão é de extrema importância para a formação acadêmica, pois permite que o aluno aplique o que aprende em sala de aula, o mesmo desenvolve habilidades sociais e contribui com a comunidade em que atua, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e transformador.

É fundamental continuar realizando projetos que integrem música e ensino de vocabulário, pois essas atividades contribuem para a construção de competências comunicativas, o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a formação de professores reflexivos e criativos, capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades reais da sala de aula.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe. Cambridge. 1965.

ECKERT, Kleber; FROSI, Vitalina Maria. Aquisição e aprendizagem de línguas estrangeiras: princípios teóricos e conceitos-chave. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRIFFIN, Patrick. Avaliação para o ensino: um guia prático para professores. 2011.

HYMES, Dell. Sobre a competência comunicativa. In: PRIDE, J.; HOLMES, Sociolinguística. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269-293.

KRASHEN, Stephen. Princípios e prática na aquisição de segunda língua. Oxford: Pergamon, 1982.

MURPHEY, Tim. Música e canção no aprendizado de línguas. Oxford University Press, 1992.

SHULMAN, Lee S; SHULMAN, Judith H. Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação. Cadernos Cenpec. São Paulo. v. 6, n. 1, p. 120-142. 2016

O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM PARA APRIMORAR A CONSCIÊNCIA SILÁBICA

Maria Julia Westerlon[1]
Otávio Lehr[2]
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart[3]
Marileusa Carvalho[4]

Resumo - O tema desta pesquisa é a ludicidade como ferramenta para o desenvolvimento da leitura e escrita, destacando sua importância no processo de alfabetização. O objetivo é demonstrar como o lúdico contribui para o desenvolvimento da escrita, especialmente ao promover a consciência silábica e fonológica das crianças, observando sua relação com a escrita em práticas sociais e na associação entre significado e significante. Esta pesquisa, de natureza qualitativa e de caráter extensionista, será desenvolvida como uma pesquisa-ação com base bibliográfica e intervenção prática. A atividade será dividida em três etapas: na preparação, serão confeccionadas oitenta e quatro sílabas em Etileno-Vinil-Acetato, no formato de pipocas; na aplicação, cada criança sorteará dez sílabas para formar o maior número de palavras possível, estimulando a organização silábica e a consciência fonológica; e, no registro, as palavras criadas serão escritas e ilustradas, fortalecendo a associação entre som, forma e sentido. Espera-se demonstrar que as atividades lúdicas tornam o processo de alfabetização mais significativo, dinâmico e prazeroso, estimulando a participação ativa das crianças e promovendo avanços concretos na leitura e na escrita.

Palavras-chave: Lúdico. Alfabetização. Sílabas.

INTRODUÇÃO

A alfabetização, entendida como "a propagação do ensino ou difusão das primeiras letras" (Alfabetização, 2009), é um processo complexo e essencial à escrita. Segundo Soares e Batista (2005, apud Neves 2024), o letramento designa o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem que vai além do domínio mecânico. Portanto, esse processo precisa ser compreendido em sua totalidade, envolvendo não apenas a decodificação de símbolos, mas também o uso social e funcional da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva, o letramento refere-se ao uso social da leitura e da escrita (Soares, 1998), como crucial para a interação com o mundo sociocultural no qual a criança está inserida.

[1] Acadêmico do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmico do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Letras, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A brincadeira, inerente à infância, surge como uma ponte valiosa para essa conexão, transformando o lúdico em uma poderosa ferramenta pedagógica para a alfabetização com letramento (Soares, 1998). A ludicidade, portanto, torna-se um caminho que aproxima o aprender do brincar, conferindo à alfabetização um caráter mais prazeroso, significativo e participativo.

Com base nesse entendimento, é importante compreender o conceito de lúdico. O termo refere-se a tudo aquilo que envolve o jogo, a brincadeira ou a diversão, estando frequentemente associado a atividades que são simultaneamente prazerosas e educativas (Kishimoto, 1999). Além disso, o lúdico pode representar uma abordagem criativa e descontraída para a resolução de problemas, estimulando a experimentação e a colaboração (Almeida, 2017).

Para Freire (1996), o aprendizado verdadeiro nasce do exercício da curiosidade, quando o aluno é incentivado a observar, questionar e refletir sobre o que aprende. O lúdico, nesse contexto, é uma forma eficaz para despertar essa curiosidade, propiciando situações em que a criança explora, experimenta e formula hipóteses de forma ativa e criativa.

Quando relacionamos a brincadeira com a aprendizagem, é possível observar que a ludicidade também tem um impacto positivo no desenvolvimento da escrita e da leitura, pois envolve o uso de símbolos e significados. Essa relação da criança com a escrita, especialmente ao associar palavras a desenhos, pode ser compreendida à luz da teoria do signo linguístico de Saussure. Como aponta Milani (2015), o signo une significante e significado. Dessa forma, ao desenhar, a criança concretiza essa articulação, demonstrando que o letramento envolve tanto aspectos simbólicos quanto sociais.

Nesse contexto, compreender a estrutura da sílaba torna-se essencial, pois é por meio dela que a criança inicia o processo de segmentação e organização dos sons da fala na escrita. A palavra, do ponto de vista fonológico, pode ser entendida como "um conjunto de fonemas organizados em sílabas" (Donadel, 2011, p. 205). A sílaba é uma unidade da linguagem situada no plano fonológico da língua, cuja presença ou ausência altera o significado das palavras.

Sua importância se revela na organização dos segmentos da cadeia linguística e na estrutura prosódica do enunciado (Jakobson, 1978; Camara Jr., 1970). Assim, compreender a sílaba como domínio fonológico é fundamental para interpretar as produções ortográficas das crianças e os processos fonológicos que influenciam suas escritas iniciais (Abaurre, 1999).

Por fim, considerando a escrita como uma construção ativa, este trabalho adota uma abordagem lúdica para compreender o desenvolvimento da escrita alfabética em crianças. A pesquisa busca identificar o avanço da consciência silábica, a presença de elementos ortográficos e fonológicos e a relação das crianças com a escrita em suas interações sociais. Além disso, procura comparar as palavras formadas com seus desenhos, de modo a representar a articulação entre significante e significado, demonstrando como o lúdico pode potencializar o processo de alfabetização de forma criativa e significativa.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo classifica-se principalmente como uma pesquisa-ação, pois combina análise teórica com prática ampliada, com o objetivo de investigar a eficácia das atividades lúdico-pedagógicas no processo de aprendizagem inicial da leitura e escrita. Essa abordagem permite a observação direta do impacto da ludicidade no desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças na fase de alfabetização, especialmente na faixa etária de cinco a sete anos, considerada crucial para o fortalecimento das habilidades linguísticas básicas.

A presente pesquisa é classificada também como bibliográfica, visto que seus fundamentos foram retirados de artigos científicos, obras literárias e os direitos das crianças e seus resultados são de cunho qualitativo, caracterizado por análises mais subjetivas que exploram a importância da ludicidade para aprendizagem na alfabetização.

No contexto da ação prática, foi realizada a ação extensionista na Escola de Educação Básica Prof. Domingos da Costa Franco, localizada no município de Caçador, no dia 11 de setembro de 2025, das 14:00 as 16:00 horas. Na ocasião o projeto foi aplicado em um dia de final de semana, onde ocorreu a aplicação desse projeto de extensão e também outros de diferentes cursos da instituição.

A metodologia foi organizada em três etapas principais: preparação, aplicação e registro.

Durante a fase de preparação, foram preparados materiais feitos de E.V.A recortados em formato de pipoca, totalizando 84 peças, cada uma contendo uma sílaba simples. As 'pipocas' foram colocadas em um recipiente decorativo semelhante a um balde de cinema para tornar o ambiente mais atraente e estimulante.

Na etapa de aplicação, cada criança foi convidada a retirar dez sílabas do recipiente. Com o apoio dos alunos, quando necessário, a partir das sílabas obtidas deveria formar possíveis palavras, durante esse processo, o objetivo será estimular a reflexão fonológica, a organização silábica e a construção coletiva do conhecimento.

No registro, as palavras criadas pelas crianças foram escritas em um painel coletivo de papel pardo, permitindo a visualização de todas as criações. Cada criança fez um desenho ao lado das palavras, representando o objeto ou conceito correspondente àquelas formadas pelas pipocas personalizadas, assim, reforçando a conexão entre a escrita e a imagem e seus significados e significantes.

Nosso projeto e também auxilio, teve caráter mediador, garantindo a participação ativa das crianças na atividade que estavam participando. Além de apoiar na identificação das sílabas, na formação das palavras, também ajudamos no momento da escrita, promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo.

Com base no exposto, a escolha dessa metodologia fundamenta-se na convicção de que os elementos de brincadeira desempenham um papel crucial no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois contribuem para o aumento da motivação, concentração e engajamento dos alunos. Ao transformar o momento de aprendizagem em uma experiência agradável, favorece-se a construção de conhecimento de maneira significativa e duradoura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o desenvolvimento da atividade, foi possível perceber que as crianças reagiram de maneiras distintas à proposta, revelando diferentes níveis de compreensão e envolvimento. Algumas realizaram as tarefas com mais facilidade, enquanto outras apresentaram maior dificuldade em compreender o que era solicitado, o que evidenciou o quanto o meio exerce influência direta no processo de aprendizagem. Fatores como o ambiente familiar, as experiências escolares anteriores e o tipo de estímulo recebido no cotidiano contribuíram significativamente para o desempenho de cada criança. Dessa forma, torna-se claro que cada uma traz consigo um repertório próprio que interfere na forma como aprende e constrói o conhecimento.

No decorrer das observações foi necessário ajustar a metodologia em algumas situações para que a atividade se tornasse mais acessível, sem perder de vista o objetivo proposto. Essas adaptações mostraram-se positivas, pois favoreceram a participação e o engajamento das crianças, o que permitia que todas se sentissem incluídas. Essas pequenas mudanças na condução possibilitaram uma melhor compreensão da proposta e tornaram o momento mais leve e significativo.

Além do progresso observado nas crianças, os próprios acadêmicos que estavam aplicando a atividade também vivenciaram um importante processo de construção e reflexão, pois perceberam que ensinar exige sensibilidade para reconhecer as particularidades de cada aluno e disposição para repensar as práticas sempre que necessário. Assim, o desenvolvimento da atividade não se limitou ao alcance do objetivo inicial, mas transformou-se em uma experiência de crescimento mútuo, em que tanto as crianças quanto os acadêmicos aprenderam e evoluíram de forma conjunta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a ludicidade é uma ferramenta pedagógica potente e eficaz na alfabetização, especialmente quando integrada de forma intencional e estratégica às práticas educativas. Ao promover atividades que envolvem brincadeiras, jogos e desafios criativos, como a formação de palavras a partir de sílabas em E.V.A, observou-se um envolvimento que demonstrou a consciência silábica e fonológica das crianças, além de uma maior aproximação entre o som, a forma escrita e o significado das palavras.

A metodologia adotada, baseada na pesquisa-ação e na intervenção prática, permitiu não só uma análise teórica do tema, mas também a experiência prática na sua aplicação, revelando que o ambiente lúdico fomenta o envolvimento, a motivação e a participação ativa dos alunos. As adaptações realizadas durante a atividade demonstraram a importância da flexibilidade e da escuta atenta por parte dos acadêmicos, reforçando que o ensino deve responder às necessidades e características individuais de cada criança.

Além disso, o projeto proporcionou uma experiência enriquecedora para os acadêmicos envolvidos, que tiveram a oportunidade de refletir sobre suas práticas pedagógicas e desenvolver competências essenciais para o ensino, como empatia, criatividade e capacidade de mediação.

Portanto, podemos concluir que o uso do lúdico na alfabetização não apenas potencializa o desenvolvimento da leitura e da escrita, mas também transforma o processo de aprendizagem em uma experiência prazerosa, significativa e inclusiva. Ao combinar teoria e prática, som e imagem, significante e significado, o projeto reafirma que brincar é, também, uma forma de aprender e que o brincar consciente e planejado pode ser um caminho promissor para formar leitores e escritores críticos e sensíveis desde os primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M. **Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita**. In: LAMPRECHT, R. (Org.). *Aquisição da linguagem: questões e análises*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 167–186.

ALFABETIZAÇÃO. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ALMEIDA, M. T. P. de. **O brincar, a criança e o espaço escolar**. In: **A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola**. Florianópolis: NUP, 2017.

CAMARA JR., J. M. **O vocábulo em português**. In: CAMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970. p. 34–39.

DONADEL, G. **Breve reflexão acerca da escrita: a natureza das segmentações não convencionais**. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 201–219, jun. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Disponível em: https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

JAKOBSON, R. **O duplo caráter da linguagem. In: JAKOBSON, R. Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 37–41.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

LOPES, L. F.; XIMENES, P. de A. S. **Contribuições de Magda Soares para as políticas e práticas de alfabetização e letramento no Brasil**. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-463402551283950POR. Acesso em: 18 set. 2025.

MILANI, E. **O signo para Humboldt, para Saussure e para Bakhtin**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Milani-Elias/publication/281390883_O_signo_para_Humboldt_para_Saussure_e_para_Bakhtin/links/57752ff508aeb9427e25ba16/O-signo-para-Humboldt-para-Saussure-e-para-Bakhtin.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

REPOSITÓRIO UNESP. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f396d429-c04c-4ace-ab1e-8b24afde1d03/content. Acesso em: 7 out. 2025.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. **O letramento e a alfabetização: qual é a diferença entre a alfabetização de crianças e de jovens e adultos?** Letra A – O jornal do alfabetizador, v. 2, jun./jul. 2006.

RELATÓRIO DE ESTAGIO IV – GESTÃO ESCOLAR

Categoria: Estágio Obrigatório

Ricardo Tavares Camargo Martins[1]
Sonia de Fatima Gonçalves[2]

Resumo – O presente artigo refere-se ao Estágio Supervisionado Obrigatório em Gestão Escolar, realizado na Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, no município de Caçador-SC, entre os dias 10 e 25 de setembro de 2025, sendo um total de 40 horas. O estágio teve como objetivo compreender o funcionamento administrativo e pedagógico da instituição, observando o papel do gestor escolar e da equipe pedagógica na condução dos processos educativos. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e descritiva, fundamentada na observação participante e na análise interpretativa dos dados coletados durante a vivência prática. Foram realizadas atividades de acompanhamento e colaboração nas ações de gestão, além de observações sobre a dinâmica organizacional e o trabalho coletivo na escola. Os resultados apontam que a gestão escolar envolve uma articulação entre dimensões pedagógicas, administrativas e humanas, exigindo liderança democrática e colaborativa. Conclui-se que o estágio contribuiu significativamente para a formação do pedagogo, ao proporcionar a integração entre teoria e prática e favorecer a compreensão das responsabilidades e desafios que permeiam o trabalho do gestor escolar.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Estágio Supervisionado; Prática Pedagógica; Formação docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se ao Estágio Obrigatório - Gestão Escolar, realizado na Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, localizada no município de Caçador-SC, do dia 10 de setembro ao dia 25 de setembro de 2025. Este estágio representa uma etapa essencial da formação do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pois possibilita a vivência prática da teoria estudada ao longo da graduação, promovendo a articulação entre o conhecimento acadêmico e as experiências reais do ambiente escolar.

Durante o desenvolvimento das atividades, buscou-se compreender a dinâmica administrativa, pedagógica e organizacional da instituição, observando o papel do gestor escolar e da equipe pedagógica na condução dos processos educativos. Essa experiência permitiu perceber a complexidade da gestão educacional, que envolve desde a coordenação de ações

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Sonia de Fatima Gonçalves, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pedagógicas até o acompanhamento de demandas administrativas, exigindo do gestor uma postura democrática, reflexiva e colaborativa.

A vivência possibilitou uma aproximação concreta com a realidade da gestão escolar, permitindo observar as práticas que favorecem a qualidade do ensino e o bom funcionamento da escola pública.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado em Gestão Escolar foi desenvolvido na Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, localizada no município de Caçador-SC, durante o mês de setembro de 2025. A experiência teve duração de 40 horas, sendo realizadas atividades de observação, acompanhamento e colaboração nas ações administrativas e pedagógicas da instituição.

Este trabalho trata-se de um relatório de natureza qualitativa e descritiva, uma vez que buscou compreender, por meio da observação direta e da vivência prática, os processos de gestão escolar e o funcionamento da rotina administrativa e pedagógica da unidade concedente. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa visa interpretar fenômenos em seu contexto natural, permitindo que o pesquisador compreenda a realidade observada em profundidade.

O método utilizado baseou-se na observação participante, pois o estagiário esteve inserido no ambiente escolar, colaborando nas atividades cotidianas e registrando informações relevantes sobre a dinâmica institucional. Durante o estágio, foram observados aspectos relacionados à organização escolar, ao trabalho da equipe diretiva e pedagógica, e à articulação entre os diferentes setores que compõem a gestão educacional.

A coleta de dados ocorreu por meio de anotações em diário de campo, conversas informais com membros da equipe gestora, professores e funcionários, além da análise de documentos institucionais disponibilizados pela escola, como plano de gestão e regimento interno. A análise das informações foi realizada de forma interpretativa, articulando os dados coletados com os referenciais teóricos estudados no curso de Pedagogia e com os autores que discutem a importância da gestão escolar, como Lück (2020), Lima (2020) e Alencar (2023).

Conforme a Lei nº 9.394/1996, o estágio supervisionado integra o currículo obrigatório dos cursos de licenciatura, sendo um espaço de formação e reflexão sobre a prática docente e a organização escolar. Assim, a metodologia adotada buscou relacionar os princípios da gestão democrática, da coordenação pedagógica e da administração educacional com a vivência prática do estagiário, possibilitando compreender a importância da liderança e do trabalho coletivo para o bom funcionamento da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio, foi possível observar o funcionamento da gestão escolar em diferentes dimensões — pedagógica, administrativa e relacional. As atividades realizadas permitiram compreender a importância da atuação do gestor como mediador entre os diversos segmentos da comunidade escolar, garantindo que o ambiente de ensino funcione de maneira organizada e participativa.

As ações iniciais envolveram o apoio à equipe diretiva na organização e preparação das provas do CAED, um instrumento de avaliação externa aplicado aos alunos para medir o desempenho escolar e orientar o planejamento pedagógico. Essa experiência possibilitou compreender a relevância das avaliações institucionais como ferramentas de diagnóstico e tomada de decisão na gestão educacional. Segundo Gatti (2021), a gestão escolar enfrenta desafios ao conciliar as demandas pedagógicas com as exigências administrativas, especialmente em contextos de limitação de recursos — o que também pôde ser percebido na rotina da escola concedente.

Além disso, foi possível participar de momentos de atendimento na secretaria escolar, auxiliando na comunicação com os responsáveis e professores, no controle de frequência e na entrega de boletins. Essas ações mostraram a importância da gestão administrativa eficiente, que sustenta o trabalho pedagógico e assegura o bom andamento das atividades escolares. Conforme Lück (2009), a administração escolar é um elemento essencial para o funcionamento institucional, pois cria as condições estruturais para que o processo educativo aconteça de forma organizada.

A observação do trabalho da coordenação pedagógica também contribuiu para compreender o papel mediador desse profissional, que segundo Lima (2020), deve orientar e acompanhar as práticas docentes, promovendo um ambiente de cooperação e desenvolvimento contínuo. Essa dimensão relacional da gestão mostrou-se fundamental para o fortalecimento do clima organizacional e para a construção de um espaço educativo mais democrático.

Por fim, a vivência no ambiente escolar permitiu reconhecer que a gestão escolar vai muito além das funções administrativas descritas nos documentos oficiais. Na prática, o gestor atua em diferentes frentes: solucionando problemas emergenciais, apoiando o corpo docente, participando de eventos e garantindo o bom relacionamento entre todos os setores. Essa visão integrada, conforme destaca Alencar (2023), é essencial para que a escola funcione como um espaço de aprendizagem significativa e de construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, os resultados do estágio evidenciam a importância da articulação entre teoria e prática na formação do pedagogo, confirmando que a experiência direta com a gestão escolar é indispensável para a compreensão do funcionamento real das instituições de ensino e para o desenvolvimento das competências necessárias ao futuro gestor educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio obrigatório apresenta-se como uma ferramenta indispensável para consolidação da teoria com a prática no ambiente escolar, pois proporciona experiências que podemos não encontrar retratada nas bibliografias estudadas na instituição.

Pudemos experienciar um pouco da rotina na gestão escolar, observando e testando seus desafios para manter um ambiente funcional, dinâmico e democrático.

Observamos também que vários autores apresentam a gestão escolar como a principal ferramenta de funcionamento da escola, pois, sem ela percebeu-se que haveria uma grande dificuldade em atender todas as demandas da sala de aula e as da escola como um todo.

Sabemos que a gestão escolar tem algumas funções "pré-definidas", porém na realidade nota-se que é realizado muito além do que os documentos mostram. Cabe ao gestor pedagógico e escolar "tapar" buraco dos professores que seja qual for o motivo acabou se ausentando naquele dia, ajudar em eventos escolares, como torneios, conselhos, festas, etc.

Foi muito proveitoso esta experiência, pois, tenho como pretensão de carreira a gestão escolar, então através deste estágio pude ter um olhar diferente do teórico para este cargo que me chama muito a atenção.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gerlanio Alexandrino de. Estágio Supervisionado em Gestão Educacional e suas implicações para o processo de formação do pedagogo. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 23, 20 de junho de 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/22/estagio-supervisionado-em-gestao-educacional-e-suas-implicacoes-para-o-processo-de-formacao-do-pedagogo. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996, p. 27833-27841. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 out. 2025

GATTI, M. J. A Gestão Escolar e seus Desafios: Uma Visão Contemporânea. Campinas: Editora UNICAMP, 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, A. P. O Papel da Coordenação Pedagógica no Suporte aos Professores e no Planejamento Pedagógico. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. Gestão Escolar: O Desafio de Liderar a Escola no Século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2020.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO: GESTÃO ESCOLAR

Categoria: Estágio Supervisionado

Letícia Santana Gilioli[1]
Sonia de Fátima Gonçalves[2]

Resumo – O presente trabalho tem como tema a gestão escolar e foi desenvolvido a partir do estágio supervisionado em gestão, realizado na Escola de Educação Básica Tabajara, localizada no bairro Santa Catarina, no município de Caçador – SC, entre os dias 22 de setembro e 3 de outubro de 2025, totalizando 40 horas de observação. O objetivo do estágio foi compreender o funcionamento da gestão escolar e identificar como a prática cotidiana contribui para a construção de um ambiente educativo democrático e participativo. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de caráter descritivo e observacional, fundamentada na abordagem interpretativa. As observações foram registradas em diário de campo, contemplando atividades administrativas, pedagógicas e interações entre direção, professores, alunos e famílias. Os resultados evidenciaram que a gestão da escola observada adota práticas democráticas, pautadas no diálogo, na ética e na cooperação entre os membros da comunidade escolar. Constatou-se ainda que o gestor exerce papel fundamental na mediação de conflitos, na tomada de decisões e na promoção da inclusão. Conclui-se que o estágio proporcionou uma vivência significativa, permitindo relacionar teoria e prática e compreender a complexidade e a importância da função gestora no contexto escolar.

Palavras-chave: Gestão escolar; Estágio Supervisionado; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar é a base para um bom funcionamento escolar, visando isso foi realizado o estágio obrigatório de gestão escolar por acadêmicos do curso de pedagogia da instituição de ensino Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, localizada no município de Caçador - SC. O estágio foi realizado no período de 22/09/2025 até 03/10/2025 na Escola de Educação Básica Tabajara localizada no bairro Santa Catarina, com a carga horária de 4 horas diárias, totalizando 40 horas de observação.

É essencial para o acadêmico vivenciar e entender como funciona a gestão de uma escola, pois é a gestão que faz acontecer o desenvolvimento e é responsável por encontrar soluções para problemas do cotidiano de maneira ética e que respeite todos os envolvidos.

[1]Aluno do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Por mais que seja só observar o acadêmico já aprende e entende como um gestor deve se portar e agir em diversas situações. Além do mais é possível fazer uma análise da gestão da escola do estágio e ver se ela é uma gestão coerente e que segue os seus princípios e valores.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado entre os dias 22 de setembro e 3 de outubro de 2025, totalizando 40 horas de observação, com carga horária diária de quatro horas. A experiência ocorreu na Escola de Educação Básica Tabajara, localizada no bairro Santa Catarina, e teve como foco acompanhar o trabalho da gestão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e observacional, fundamentada na abordagem interpretativa, com o objetivo de compreender o funcionamento da gestão escolar e as interações entre os diferentes membros da comunidade educativa.

Durante o estágio, foram observadas as atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pela direção, como reuniões com a Secretaria de Educação, atendimentos a alunos e responsáveis, conferência de documentos e prestações de contas, análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de ações voltadas à inclusão e convivência escolar. A coleta de dados ocorreu por meio de observações diretas e registros em diário de campo, que permitiram acompanhar de forma detalhada o cotidiano da instituição.

Todos os procedimentos foram realizados de acordo com os princípios éticos da pesquisa, garantindo o sigilo e o respeito às pessoas envolvidas, bem como à organização escolar. A experiência possibilitou uma análise prática dos conceitos teóricos relacionados à gestão democrática, à mediação de conflitos e à inclusão escolar, favorecendo a compreensão do papel da gestão na promoção de um ambiente educativo participativo e acolhedor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão escolar é uma das principais partes de uma escola, ela faz com que a escola se desenvolva e realmente seja um ambiente de ensino-aprendizagem. Mas para isso ocorrer é necessário que a equipe da gestão esteja de acordo e alinhada com as suas ideias e as pessoas que fazem parte dela. Para entender o que é gestão democrática segue um trecho do autor Souza (2009, p. 125-126) no qual ele fala sobre gestão democrática:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Além disso a gestão democrática e participativa de uma escola não é desenvolvida apenas pelo gestor, ela é feita pela equipe, que é composta pela parte administrativa, financeira,

coordenação pedagógica, professores, e a comunidade escolar também pode auxiliar em algumas decisões.

Entretanto é fundamental que o gestor tenha uma excelente formação e saiba o que está fazendo, sabendo qual é o seu papel e sua finalidade na escola. Segundo Coutinho e Silva (2025) o gestor deve ser qualificado para a sua função tanto na parte administrativa quanto na pedagógica.

Para ser gestor é necessário entender que coordenar uma escola não é algo fácil, pois engloba diversas situações. "A gestão escolar vai além da simples administração de recursos materiais, sendo uma função estratégica que articula as ações pedagógicas e garante a execução eficaz do currículo (Coutinho; Silva, 2025, p. 239)".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio obrigatório é fundamental para o desenvolvimento profissional do acadêmico, pois é essencial vivenciar a prática, porque a teoria é totalmente diferente. A gestão escolar é uma das partes mais importantes, é a base da educação, então é fundamental que o gestor seja qualificado para atuar nessa área e saiba o que está fazendo.

A gestão na EMEB Tabajara é qualificada, a gestora sabe quais medidas e decisões tomar perante as situações que ocorrem no dia a dia. Sua gestão é democrática, todos participam, incluindo a comunidade escolar.

Realizar o estágio de gestão foi essencial para entender a realidade de quem atua nessa área, existem diversas situações que ocorrem no cotidiano e que fica por responsabilidade do diretor resolver. Por diversas vezes é preciso manter a calma, o respeito e a ética para resolver os problemas, incluindo alunos sem educação, pais ausentes que não participam da vida escolar do filho, mas aparecem na escola para causar confusão.

Foram presenciadas cenas onde a gestora manteve a postura e soube como resolver os atritos na escola, a diretora da EMEB Tabajara é muito competente e sabe como agir independente da situação.

Após a realização do estágio a ideia de gestão escolar mudou totalmente e nota-se que não é algo simples, pelo contrário é complexo. Por fim gratidão total a escola que acolheu e permitiu a acadêmica vivenciar toda essa experiência, que de certo modo vai ficar guardada para sempre.

REFERÊNCIAS

SILVA, Eliene Pereira da. A importância do gestor educacional na instituição escolar. Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45041217/21-83-1-SP-libre.pdf?1461522104=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_IMPORTANCIA_DO_GESTOR_EDUCACIONAL_NA_I.pdf&Expires=1759346448&Signature=ahYGJSilDigXkd~9OFwO4~IGYKjokluy2w8Un~dqb7JDf~Qr33

Dc~i48QPa5LRpHgonqFrDwSV-IU8TIYqR8dwP6eQ5DtEK4FG8U5O~6BGTD2SFIzPVR~IovXS1A3GxB-XhthNZAVBgQciSTExblGC7Y6vN8CUguFjPWiXLefQIVUEi9KDA75uoYvXK2PTklfp-VVLnP3Bgzn6lB~S3sU7N1ccPnZtL2uPEuQJw8lZvjceVFyYBJAKF~DbxrlpZJWucIKYIIZoy6ZOhgykoP1ATYi9KjKl2T4Aa5iFl6KFN~lB~8QnFbvqETwUDbTekFiHk~tqXGkTyyDluMCST~~A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 01 out. 2025.

SILVA, Paulo César da; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Gestão escolar, coordenação pedagógica e currículo escolar: inter-relações e desafios na educação contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 4, p. 231–245, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18449. Acesso em: 30 set. 2025.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

Categoria: Estágio

Paola Cruz de Lara[1]
Sônia de Fátima Gonçalves[2]

Resumo - Este relatório apresenta as experiências vividas durante o estágio supervisionado em gestão escolar, realizado na Escola de Educação Básica Gleidis Rodrigues, em Timbó Grande – SC, com duração de 40 horas. O estágio teve como objetivo conhecer o funcionamento da escola e o papel da equipe gestora no dia a dia, observando como são organizadas as atividades e tomadas as decisões. A metodologia usada foi qualitativa e descritiva, baseada na observação das rotinas da direção, da secretaria e do trabalho com os professores. Durante o estágio, foi possível participar de conselhos de classe, reuniões pedagógicas e auxiliar em tarefas administrativas, como entrega de boletins, impressão de provas e atendimento aos pais. Essas vivências mostraram a importância de uma gestão que valorize o diálogo, o trabalho em equipe e o compromisso com o aprendizado dos alunos. Também foi possível perceber que o gestor escolar tem um papel importante como líder e mediador, ajudando na organização e no bom funcionamento da escola. Assim, o estágio contribuiu para o aprendizado profissional, mostrando que a gestão escolar é essencial para o sucesso da comunidade escolar.

Palavras-chave: Estágio. Gestão Escolar. Educação.

INTRODUÇÃO

A experiência de estágio supervisionado em gestão escolar é uma fase fundamental na capacitação do profissional da educação, pois oferece uma interação imediata com a dinâmica administrativa, pedagógica e interpessoal das escolas. Essa prática permite ao estagiário observar e analisar as estratégias de gestão, ajudando-o a entender como os vários setores da instituição se conectam e de que maneira as decisões administrativas afetam diretamente o ensino e o aprendizado.

Conforme Lück (2021), a administração das escolas hoje em dia necessita de uma abordagem centrada na liderança educacional, na colaboração entre todos e na dedicação à aprendizagem de cada aluno. Isso exige que o gestor escolar possua habilidades que reúnam aspectos humanos, administrativos e educacionais. Dessa forma, a experiência nessa área possibilita ao profissional em formação entender a relevância do trabalho em equipe e das decisões baseadas em princípios democráticos.

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Assim, a experiência de estágio em administração escolar constitui uma chance singular para adquirir conhecimento prático e introspectivo, promovendo a evolução de habilidades profissionais que conectam teoria e prática, reforçando o compromisso ético e social do educador do amanhã com a mudança da realidade no campo da educação.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado em gestão escolar, foi realizado na Escola de Educação Básica Gleidis Rodrigues em Timbó Grande- SC, no período de duas semanas no mês de outubro de 2025, totalizando 40 horas de observação, estágio foi orientado pela professora Sônia de Fátima Gonçalves, vinculada ao curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A metodologia abordada foi qualitativa e descritiva, embasada na observação direta da gestão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência prática em gestão escolar é crucial para a formação do futuro educador, pois oferece vivências concretas no contexto administrativo de uma instituição de ensino. Segundo Alves (2023), a prática, sobretudo através do estágio curricular obrigatório, constitui um elemento vital nos cursos de licenciatura. Esse processo aproxima os alunos do ambiente de trabalho, favorecendo o aprimoramento tanto do saber acadêmico quanto da vivência diária na atuação educativa.

A gestão da escola tem muitas coisas para fazer com o fim de planejar, arranjar, juntar e ver o que se faz na educação de uma forma justa e ativa. Como diz Libâneo (2004), a escola deve ser pensada como um corpo que sempre está se fazendo. Do mesmo modo, todos que estão ali diretores, coordenadores, pedagogos, professores, funcionários, estudantes e famílias ajudam de maneira importante para seu crescimento. Esse ponto de vista mostra a importância de trabalhar juntos e de compartilhar a responsabilidade na hora de tomar decisões sobre o ensino, a organização e a administração.

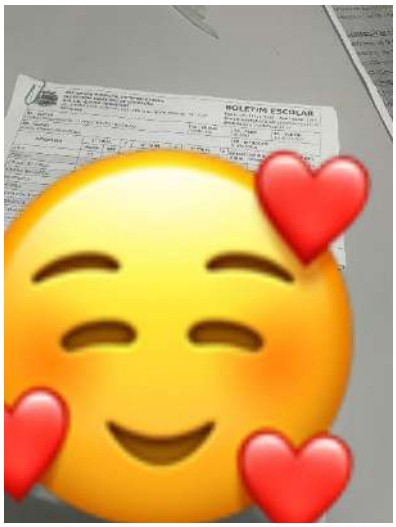
Na primeira semana de estágio, a gestão da escola estava participando do conselho de classe, o que permitiu observar de perto o processo de análise e discussão sobre o desempenho dos alunos. Durante esse período, desempenhei atividades de apoio administrativo, como a entrega dos boletins aos pais, garantindo que todos recebessem as informações de forma organizada. Também solicitei a assinatura da ata pelos responsáveis, além disso, auxiliei na impressão e grampeamento das provas do CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), o que possibilitou compreender a importância da organização. Essas vivências evidenciam o que Libâneo (2004) denomina de "função articuladora" da gestão escolar, que integra o pedagógico e o administrativo em prol da qualidade do ensino.

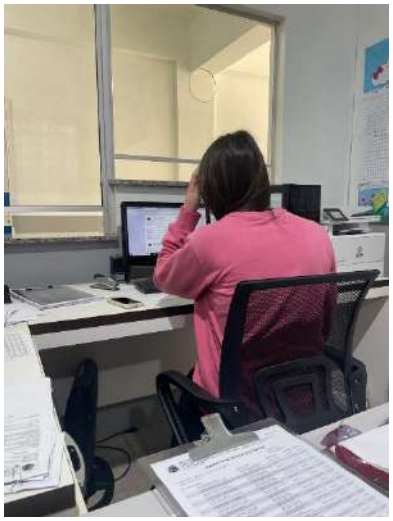
Durante a segunda semana, a equipe de gestão esteve presente em dois dias de encontros na Secretaria de Educação, onde foram discutidas questões tanto administrativas quanto pedagógicas. Nesse meio tempo, concentrei meus esforços em dar apoio aos professores e à secretaria, ficando responsável por atividades como a impressão de materiais para as aulas, o encaminhamento dos relatórios dos estudantes para a professora do Reforço Escolar assinar, a organização e a distribuição dos tablets para os alunos, e a organização das novas avaliações do

CAEd. Tais atividades vêm ao encontro do que Alves (2023) aponta, ao ressaltar a importância do estágio para entender o funcionamento de uma instituição e aprimorar habilidades como responsabilidade, organização e colaboração pontos cruciais para o dia a dia de pedagogos e gestores.

Durante os próximos três dias, estive ao lado da diretora, acompanhando de perto suas atividades diárias. Notei que ela dedicava boa parte do tempo a resolver questões do cotidiano escolar, desde cuidar da manutenção e organizar os espaços, até lidar com processos administrativos. Além disso, boa parte de encontros com pais, nos quais ela conversava sobre o progresso dos estudantes e planejava formas de dar apoio a cada um.

Figura 1- Entrega de boletim. Figura 2- Secretária. Figura 3- Prova CAEd





Fonte: As autoras (2025). Fonte: As autoras (2025). Fonte: As autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio em gestão escolar possibilitou uma experiência significativa para saber o funcionamento de uma escola o importante papel de uma equipe gestora, durante o estágio, foi possível observar que uma gestão eficiente não se restringe às questões administrativas, mas envolve também o acompanhamento pedagógico, o apoio aos professores, o diálogo constante com as famílias e o compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes. Ademais, a vivência proporcionou entender que o administrador escolar precisa desempenhar o papel de facilitador, conector e líder, estimulando a colaboração em grupo nas decisões e fomentando um ambiente organizacional fundamentado no respeito, na colaboração e na corresponsabilidade.

Viver ao lado de uma diretora tão comprometida e motivadora reforçou a relevância de uma administração que prioriza a humanização e o envolvimento, capaz de mudar o ambiente educacional em um local de aprendizado, valorização e crescimento conjunto. Essa vivência fortaleceu a compreensão de que a gestão escolar é, antes de tudo, um processo humano e colaborativo, voltado à construção de uma escola mais justa, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréia; NOGUEIRA, Rosimere; BELUQUE, Caroline. Para onde vai a prática e o estágio curricular supervisionado em gestão educacional nos cursos de licenciatura? **Educar em Revista,** Curitiba, v. 39, e87160, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Z6W3NGr8H48kxtGRCdRbPMb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out de 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. Disponível em: https://pdfcoffee.com/organizaao-e-gestao-da-escola-teoria-e-pratica-libaneo-pdf-free.html Acesso em: 21 out de 2025.

LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar:** uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2021. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/230646369/Gestao-Heloisa-Luck. Acesso em: 28 out. 2025.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GESTÃO ESCOLAR

Categoria: Estágio Supervisionado

Claudia Rodrigues da Silva[1]
Sonia de Fátima Gonçalves[2]

Resumo – Este trabalho apresenta um breve relato de observação do estágio de gestão da realidade administrativa e pedagógica de uma instituição de ensino e sua importância. Com base legal com o intuito na formação de professores.

Palavras-chave: Escola, Intervenção, Pedagógica.

INTRODUÇÃO

O estágio obrigatório em gestão escolar na Escola Municipal de Educação Básica Walsin Nunes Garcia, focado na fase de observação da realidade administrativa e pedagógica.

O objetivo principal da observação foi possibilitar a vivência prática e a compreensão crítica e reflexiva do funcionamento da gestão democrática, do papel do gestor como articulador e da relevância do planejamento coletivo no desenvolvimento escolar. O método empregado foi a imersão no ambiente escolar, caracterizada pela observação direta e sistemática dos processos administrativos e pedagógicos da EMEB Walsin Nunes Garcia.

Como resultado da observação, identificou-se uma necessidade crítica, a falta de cobertura do pátio, que limitava o uso do espaço em dias de chuva e comprometia o bem-estar e as atividades lúdicas das crianças. A conclusão é que a observação direta é uma etapa fundamental do estágio, pois permite ao estudante diagnosticar problemas concretos da realidade escolar, articulando a teoria da gestão com a prática e servindo como base para a proposição de intervenções futuras, como a elaboração do Plano de Ação.

O estágio obrigatório em Gestão Escolar configura-se como uma parte importante na formação acadêmica, pois permite ao futuro profissional a vivência prática da complexa realidade administrativa e pedagógica das instituições de ensino. Essa etapa é fundamental para a construção de um olhar crítico e reflexivo sobre a escola, compreendendo-a como um espaço de múltiplas relações e processos. A relevância teórica dessa imersão reside na possibilidade de articular os pressupostos da gestão democrática e participativa com o cotidiano escolar, conforme defendido por Libâneo (2004), que ressalta a importância da organização do trabalho pedagógico para a qualidade da educação. Do ponto de vista social, o estágio contribui para a

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

formação de gestores capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e o bem-estar da comunidade escolar.

O presente relato de experiência tem como ponto de partida a fase de observação realizada na EMEB Walsin Nunes Garcia, onde foi possível acompanhar o funcionamento da rotina escolar, a dinâmica da equipe gestora e as interações no ambiente físico da escola. Durante essa observação direta, emergiu a problematização central a limitação do uso do pátio em dias de chuva, devido à ausência de cobertura. Essa condição comprometia diretamente o planejamento de atividades lúdicas e o tempo de recreação das crianças, afetando seu bem-estar e o pleno aproveitamento do espaço escolar.

A justificativa para a intervenção proposta reside na necessidade de transformar a realidade observada, alinhando a infraestrutura física da escola às suas necessidades pedagógicas. A elaboração de um Plano de Ação para a Cobertura do Pátio EMEB Walsin Nunes Garcia se justifica como uma ferramenta de planejamento coletivo e gestão eficiente, que busca solucionar um problema concreto e impactar positivamente a qualidade de vida escolar. A ação proposta reflete o papel do gestor como articulador de processos e promotor de melhorias, conforme preconiza Lück (2009), ao enfatizar a importância da liderança e da mobilização de recursos para o alcance dos objetivos educacionais.

Dessa forma, o objetivo geral deste relato de experiência é descrever e analisar a fase de observação do estágio em gestão escolar e apresentar o Plano de Ação elaborado como resposta à necessidade identificada. Os objetivos específicos incluem: a) contextualizar a relevância do estágio de observação na formação do gestor; b) detalhar o processo de identificação da problemática da falta de cobertura do pátio; e c) apresentar a estrutura e as etapas do Plano de Ação proposto para a solução do problema.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um Relato de Experiência de estágio obrigatório em Gestão Escolar, com uma abordagem qualitativa, que culminou na proposição de um Plano de Ação, aproximando-se, portanto, dos princípios da pesquisa-ação. Este estudo de caso se desenvolveu na EMEB Walsin Nunes Garcia, em um período de imersão e observação que se estendeu de 15 a 30 de setembro de 2025.

Os procedimentos metodológicos adotados concentraram-se na observação participante e sistemática, utilizando o diário de campo como principal instrumento de registro. A coleta de dados foi realizada por meio de uma série de atividades planejadas para a compreensão integral da dinâmica escolar. Tais atividades incluíram:

Análise Documental: Leitura e estudo aprofundado de documentos essenciais da gestão escolar, como o Livro de Avisos, o Plano de Gestão Escolar de 2025, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os projetos pedagógicos da escola. Essa análise permitiu a compreensão da base legal, filosófica e operacional da instituição.

Observação de Rotinas: Acompanhamento de momentos cruciais da rotina escolar, como o recreio, e a exploração de todas as áreas físicas da escola, visando identificar o uso e as condições dos espaços.

Participação em Encontros: Envolvimento em reuniões estratégicas, como a Reunião Pedagógica e um encontro com a gestora e uma turma do 3º ano, o que proporcionou uma visão sobre os processos de comunicação, tomada de decisão e articulação pedagógica.

A articulação teórico-prática foi o eixo central desta metodologia. A observação não foi neutra, mas sim subsidiada pelos referenciais teóricos da Gestão Escolar, que enfatizam a importância do planejamento, da gestão democrática e da articulação entre o pedagógico e o administrativo. A partir da observação direta do cotidiano, foi possível identificar a problematização da falta de cobertura do pátio. Essa constatação, confrontada com a teoria sobre a função social e pedagógica dos espaços escolares, serviu de base para a elaboração do Plano de Ação, demonstrando a adequação da teoria para a análise e a intervenção na realidade concreta da EMEB Walsin Nunes Garcia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fase de observação do estágio em Gestão Escolar na EMEB Walsin Nunes Garcia está em estrita conformidade com o objetivo proposto de vivenciar a realidade escolar e identificar pontos críticos passíveis de intervenção. O principal achado, decorrente da observação direta da rotina e da análise do uso dos espaços, foi a limitação imposta pela ausência de cobertura no pátio da instituição.

Este resultado, aparentemente simples, desencadeia uma discussão teórica profunda sobre a gestão do espaço escolar. A limitação do uso do pátio em dias de chuva compromete o bem-estar dos alunos e a realização de atividades lúdicas e pedagógicas planejadas. Tal situação confronta a perspectiva de que o espaço físico é um componente curricular e um elemento ativo no processo de ensino-aprendizagem (GADOTTI, 2005, apud SANTOS, 2017). A gestão escolar, portanto, deve zelar para que a infraestrutura esteja a serviço do projeto pedagógico.

A identificação dessa necessidade demonstra a relevância do estágio como ferramenta de diagnóstico. O problema da cobertura, que poderia ser visto apenas como uma questão de manutenção, é discutido à luz da Gestão Democrática, que exige do gestor a capacidade de articular recursos e prioridades em benefício da comunidade. O resultado da observação aponta para uma lacuna na infraestrutura que necessita de um planejamento estratégico.

Como resposta direta a este resultado e em alinhamento com o objetivo de propor uma intervenção, elaborou-se o Plano de Ação para a Cobertura do Pátio EMEB Walsin Nunes Garcia. Este plano constitui a materialização da teoria de planejamento na prática, transformando o diagnóstico em uma proposta concreta de solução. Ao propor o Plano, o trabalho se alinha a estudos precedentes que defendem a Pesquisa-Ação e a Gestão Estratégica como modelos eficazes para a melhoria da qualidade educacional, onde a intervenção é um passo subsequente e lógico à observação e ao diagnóstico (LÜCK, 2009).

Em suma, os resultados da observação não apenas confirmaram a complexidade da gestão escolar, mas também forneceram o subsídio empírico necessário para a proposição de uma ação que visa aprimorar o ambiente escolar, garantindo que o espaço de recreação e convivência cumpra plenamente sua função pedagógica e social.

Nesta seção são apresentados os resultados em conformidade com os objetivos, bem como são confrontados com a teoria, destacando as semelhanças e diferenças dos resultados em relação aos estudos precedentes.

As tabelas, gráficos, figuras e quadros devem seguir o padrão indicado na normalização da UNIARP – título, fonte e interior dos elementos são escritos em Arial, tamanho 10.

Cada modalidade de trabalho deverá adaptar esta seção de acordo com a atividade realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio obrigatório em Gestão Escolar demonstrou ser uma etapa de fundamental importância na formação profissional, consolidando a transição do conhecimento teórico para a vivência prática da realidade educacional. A fase de observação realizada na EMEB Walsin Nunes Garcia permitiu uma imersão crítica na dinâmica da instituição, confirmando o papel multifacetado do gestor como articulador dos processos administrativos, pedagógicos e de infraestrutura.

A síntese da experiência reside na capacidade de transformar a observação em diagnóstico e proposição. O acompanhamento da rotina escolar, a análise documental e a participação em reuniões, conforme detalhado na metodologia, culminaram na identificação de uma necessidade premente: a cobertura do pátio. Essa constatação, que inicialmente parecia ser apenas uma questão de infraestrutura, revelou-se um problema com profundo impacto pedagógico e social, limitando as atividades lúdicas e o bem-estar das crianças em dias de chuva.

Neste contexto, o Plano de Ação para a Cobertura do Pátio assume sua importância como a concretização do aprendizado do estágio. Ele representa a aplicação da teoria da gestão escolar na solução de um problema real, evidenciando a relevância do planejamento coletivo e da mobilização de recursos para a melhoria contínua do ambiente de ensino. O Plano de Ação não é apenas um documento técnico, mas uma ferramenta de gestão democrática que visa garantir o direito das crianças a um espaço escolar adequado e funcional, refletindo o compromisso da gestão com a qualidade total da experiência educativa.

Em suma, a experiência de estágio contribuiu significativamente para a formação, ao proporcionar a compreensão de que a gestão escolar eficiente exige um olhar atento aos detalhes do cotidiano. O Plano de Ação proposto é o resultado direto dessa reflexão, deixando uma contribuição prática para a EMEB Walsin Nunes Garcia e reforçando a convicção de que o gestor deve ser um agente de transformação, capaz de planejar e executar intervenções que promovam o desenvolvimento pleno da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. Acesso em 27de outubro 2025.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas perspectivas de aprofundamento.** Curitiba: Positivo, 2009. Acesso em 29 de outubro 2025.

SANTOS, J. B. dos. **O espaço escolar como componente curricular: uma análise da estrutura física da escola**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 02, v. 01, p. 110-120, 2017. (Referência genérica para a ideia de que o espaço é curricular, podendo ser substituída por uma referência específica de sua preferência). Acesso em 27de outubro 2025.

RELATÓRIO ESTÁGIO IV: GESTÃO ESCOLAR

Categoria: Relatório de Estágio

Camila Santos Zuqui[1]
Sonia de Fátima Gonçalves[2]

Resumo – O presente relatório apresenta as experiências e reflexões desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, realizado na Escola de Educação Básica Irmão Leo, situada no município de Caçador – SC. O estágio teve como objetivo compreender a dinâmica administrativa e pedagógica da instituição, observando as práticas da equipe gestora e o funcionamento dos diversos setores escolares. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em observações diretas e análise documental. Durante o período de 40 horas, foi possível acompanhar as ações de direção, coordenação pedagógica, biblioteca e refeitório, identificando estratégias de gestão que contribuem para o bom andamento do processo educativo. Os resultados evidenciaram o comprometimento da equipe gestora com a promoção de uma gestão democrática, participativa e humanizada, pautada no diálogo e na corresponsabilidade. Conclui-se que o estágio proporcionou uma vivência significativa, fortalecendo a formação crítica e reflexiva do acadêmico e reafirmando a importância da articulação entre teoria e prática na construção de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Gestão Escolar; Formação Docente; Teoria e Prática.

INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado constitui um componente essencial na formação dos futuros professores, por possibilitar a articulação entre teoria e prática e proporcionar a vivência da realidade escolar de forma concreta e reflexiva. Previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), esse momento formativo busca consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação, preparando o acadêmico para o exercício da docência de maneira crítica, ética e comprometida com a transformação social.

De acordo com Pimenta e Lima (2012), o estágio não deve ser compreendido apenas como uma atividade prática obrigatória, mas como um espaço de investigação e construção de saberes que permite ao futuro educador compreender a complexidade do trabalho docente e o papel social da escola. Nesse sentido, o estágio é um processo formativo que amplia o olhar do

[1]Aluno do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

acadêmico sobre o cotidiano escolar, fortalecendo sua identidade profissional e promovendo a integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas reais da educação básica.

O presente relatório refere-se ao Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, realizado na Escola de Educação Básica Irmão Leo, localizada no município de Caçador – SC, no endereço Rua Conselheiro Mafra, nº 750, Centro, instituição criada pelo Decreto Estadual nº 4.814, de 17 de abril de 1978. A escola é reconhecida por sua atuação comprometida com a formação integral do estudante, valorizando princípios humanitários, éticos e sociais que norteiam sua missão educativa.

A realização deste estágio teve como principal objetivo possibilitar a observação e a compreensão da dinâmica administrativa e pedagógica da escola, bem como das funções exercidas pelos diferentes profissionais da equipe gestora. Durante o período de 40 horas de observação, foi possível acompanhar o funcionamento dos diversos setores escolares, incluindo direção, coordenação pedagógica, biblioteca, refeitório e salas de aula, identificando os desafios e as potencialidades da gestão escolar no contexto da educação pública catarinense.

Desse modo, o estágio supervisionado em gestão proporcionou uma experiência significativa, permitindo ao acadêmico compreender a importância da organização e do trabalho coletivo na efetivação de uma educação de qualidade. Mais do que um cumprimento curricular, essa vivência consolidou o compromisso com uma prática pedagógica reflexiva e transformadora, em consonância com os princípios de uma formação docente crítica e humanizada.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida a partir da observação direta e análise documental durante o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar. Essa abordagem visa compreender a dinâmica administrativa e pedagógica da escola, com base nas experiências vivenciadas no campo de estágio.

A experiência foi realizada na Escola de Educação Básica Irmão Leo, localizada na Rua Conselheiro Mafra, nº 750, no centro do município de Caçador – SC, instituição criada pelo Decreto Estadual nº 4.814, de 17 de abril de 1978. O estágio ocorreu no período de 40 horas, sob orientação docente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores (Resolução CNE/CP nº 2/2015).

Durante o estágio, foram observadas as práticas da equipe gestora, a organização administrativa e pedagógica da escola, os processos de comunicação interna, o atendimento a estudantes e familiares, bem como a rotina dos setores de direção, coordenação pedagógica, biblioteca e refeitório. As observações foram registradas em diário de campo e analisadas à luz de autores como Pimenta e Lima (2012), Libâneo (2013), Tardif (2014) e Freire (1996), que discutem a relação entre teoria e prática na formação docente e a importância da reflexão crítica sobre a realidade educacional.

A metodologia de análise baseou-se na análise interpretativa dos dados observacionais, buscando identificar como a gestão escolar se organiza para promover um ambiente educativo colaborativo e eficiente. Os procedimentos éticos foram respeitados em sua totalidade, preservando-se a identidade dos sujeitos observados e utilizando as informações exclusivamente para fins acadêmicos, não havendo necessidade de submissão ao Comitê de Ética, por tratar-se de uma atividade formativa sem intervenção direta nos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização do estágio, foi possível acompanhar de forma direta as práticas administrativas e pedagógicas da Escola de Educação Básica Irmão Leo, destacando-se o comprometimento da equipe gestora com a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos. A direção mostrou-se atuante na mediação de conflitos, na orientação dos professores e no diálogo constante com os estudantes, evidenciando uma gestão democrática e participativa, conforme defendem Libâneo (2013) e Pimenta e Lima (2012).

As observações realizadas em diferentes espaços da escola — como a direção, biblioteca e refeitório — permitiram compreender a complexidade das ações que envolvem a rotina escolar. Foi possível perceber a importância do planejamento coletivo e da comunicação eficiente entre os setores, elementos apontados por Tardif (2014) como fundamentais para a prática pedagógica integrada.

A experiência também revelou a preocupação da instituição em valorizar princípios éticos, humanitários e sociais, alinhando-se à sua missão e visão institucionais. Essa perspectiva reforça o pensamento de Freire (1996), ao destacar que a gestão escolar deve estar pautada no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade, elementos essenciais para a construção de uma educação humanizada.

Dessa forma, o estágio contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre a atuação do gestor escolar, confirmando o que afirmam Nóvoa (1992) e Schön (2000): o aprendizado docente se constrói na e pela prática, a partir da análise consciente das experiências vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar proporcionou uma vivência concreta e enriquecedora sobre os aspectos organizacionais, administrativos e pedagógicos da escola pública. Essa experiência permitiu compreender a relevância da gestão democrática como elemento essencial para a construção de uma educação de qualidade e inclusiva.

O estágio evidenciou que o trabalho da equipe gestora vai além da administração de recursos e da execução de tarefas burocráticas, abrangendo também a mediação de relações humanas, a promoção do trabalho coletivo e o comprometimento com a formação integral dos estudantes. Essa percepção reforça a importância do estágio como espaço de reflexão, investigação e construção de saberes, conforme propõem Pimenta e Lima (2012).

Como limitação, destaca-se o tempo restrito de observação, que não permitiu acompanhar de forma mais aprofundada os processos de planejamento e avaliação institucional. No entanto, a experiência foi suficiente para consolidar aprendizagens relevantes e fortalecer a compreensão sobre o papel do gestor escolar na efetivação de práticas educativas transformadoras.

Por fim, conclui-se que o estágio em gestão escolar é um momento fundamental da formação docente, pois possibilita ao acadêmico compreender a escola como uma organização viva e complexa, em constante diálogo com a comunidade, reafirmando o compromisso ético, profissional e social do educador com a transformação da realidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTA CATARINA. Decreto nº 4.814, de 17 de abril de 1978. Cria a Escola de Educação Básica Irmão Leo, no município de Caçador. **Diário Oficial do Estado**, 17 abr. 1978.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANOS INICIAIS REALIZADO NA EMEB WALSIN NUNES GARCIA CAÇADOR/SC

Categoria: práticas de estágio

Lara Andrade Viana[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo – Este trabalho conta a experiência do estágio nos anos iniciais, que teve como objetivo entender melhor a prática dos professores nessa fase da aprendizagem. O estágio aconteceu na Escola Municipal de Educação Básica Walsin Nunes Garcia, em uma turma de 4 anos, com crianças de 9 a 10 anos. Durante esse período, foram feitas atividades de observação e regência, permitindo acompanhar a rotina, as interações e o comportamento das crianças no dia a dia do ambiente escolar. Entende-se que os anos iniciais estimula tanto o desenvolvimento motor, social quanto emocional das crianças. A intervenção pedagógica permitiu conhecer a educação infantil através de estratégias de aprendizagem com materiais do cotidiano. Conclui-se que o estágio proporcionou para as crianças diferentes experiências cognitivas e formas de incentivo, para a acadêmica possibilitou a oportunidade de análise com o ambiente infantil.

Palavras-chave: anos iniciais; estágio; desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Os anos iniciais são uma etapa essencial da Educação Básica e desempenham papel central no desenvolvimento integral das crianças. É nessa fase que o conhecimento anteriormente adquirido começa a ser fortalecido, permitindo que a criança desenvolva habilidades e competências importantes para seu amadurecimento educacional e escolar. Uma criança bem estimulada por educadores e educadoras da Educação Infantil terá maiores condições de desenvolver uma sequência de qualidades ao longo dos próximos anos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é essencial garantir experiências que respeitem os direitos de aprendizagem das crianças, promovendo interações significativas em ambientes acolhedores e desafiadores.

Segundo Santos e Oliveira (2021, p.), "a qualidade na educação infantil depende diretamente das interações e do vínculo estabelecido entre crianças e educadores". Nessa fase, é fundamental que educadoras e educadores construam laços afetivos com seus estudantes, pois a aprendizagem acontece de forma mais significativa quando há empatia e confiança na relação. Como responsável pela turma, o professor deve compreender que não é possível educar uma

[1]Aluno do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

criança sem também cuidar dela, reconhecendo que o processo educativo envolve reciprocidade e abertura de ambas as partes. Além disso, a escuta sensível é essencial, uma vez que, com o passar do tempo, as crianças tendem a ver em seus professores figuras de amizade e apoio, o que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento educacional.

METODOLOGIA

Este trabalho é produto do Estágio Supervisionado de Observação e Prática Pedagógica nos anos iniciais, realizado na sexta fase do curso de Pedagogia, no campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi a E.M.E.B. Walsin Nunes Garcia, localizada na cidade de Caçador/SC. O estudo enquadra-se na abordagem teórico-prática, alinhando o conhecimento adquirido por meio de estudos e pesquisa bibliográfica à prática no cotidiano escolar.

O estágio foi realizado no turno matutino, em uma turma de 4 anos, composta por 16 crianças com idades entre 9 e 10 anos. A carga horária total foi de 40 horas, contemplando atividades de observação e regência.

A fase de observação foi fundamental para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda sobre a prática docente na Educação Infantil, especialmente nos anos iniciais. Foi nesse momento que foi possível reconhecer a rotina da turma, compreender a relação professor-aluno e observar as necessidades específicas de cada criança e seu contexto, o que interfere positivamente na formação de uma futura pedagoga.

O plano de ensino foi elaborado seguindo a sequência didática já iniciada pela professora. Os temas propostos incluíam: artigos, teia e cadeia alimentar, impactos das atividades humanas, medidas de massa, os três poderes e tradições religiosas e culturais do Brasil. Durante a semana de regência, foi necessário acrescentar atividades extras para melhor aproveitamento do horário de aula, pois alguns alunos, estando acima da média, realizavam as atividades rapidamente e, em alguns momentos, a turma apresentava-se agitada demais para atividades mais tranquilas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

"Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, busca-se garantir a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento das diferentes linguagens, de modo que os estudantes ampliem suas capacidades de compreender o mundo e de se expressar por meio da oralidade, da escrita, das artes e de outras formas de comunicação." (BNCC, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, p. 57). Quando o assunto são os anos iniciais, a valorização deve recair sobre os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, físicos e culturais do estudante. Nessa etapa, a criança deve utilizar seus conhecimentos prévios para construir novos saberes. A alfabetização e o letramento são processos primordiais no desenvolvimento educacional e, quando trabalhados de forma contextualizada, tornam-se grandes aliados do aprendizado em sala de aula.

No que se refere às diferentes linguagens, é essencial que toda criança compreenda e utilize, em diversos contextos, formas de expressão como a oralidade, a escrita, o corpo, as artes, a música, o movimento e a matemática.

A convivência, o respeito e a empatia também devem estar presentes nos planos de ensino, indo além dos conteúdos formais. Como vivemos e convivemos em sociedade, é fundamental que esses valores sejam abordados no ambiente escolar, uma vez que as crianças compartilham espaços e experiências. A BNCC reforça que "a escola deve ser um espaço de vivência de valores e atitudes baseadas no respeito, na solidariedade, na responsabilidade e na justiça" (BNCC, 2018, p. 9–10).

Além disso, a curiosidade e o protagonismo infantil devem ser estimulados constantemente. A pedagogia tradicional já não responde às necessidades contemporâneas da educação. Paulo Freire critica, em sua obra, a chamada "educação bancária", destacando que o papel do professor é promover uma aprendizagem crítica, participativa e libertadora. Assim, quando a BNCC propõe o desenvolvimento da "curiosidade e do protagonismo infantil", aponta para a renovação das práticas pedagógicas e para a construção de uma escola mais reflexiva e transformadora.

No cotidiano do 4º ano, foi possível perceber a importância de um bom planejamento, bem como a necessidade de planejamentos complementares. Observou-se que as crianças que apresentaram maior interesse nas atividades lúdicas, ou até mesmo nas brincadeiras e piadas, demonstram que a ludicidade não deve ser negligenciada nessa fase; ao contrário, deve ser valorizada, pois ela desperta entusiasmo, favorece a aprendizagem e contribui para o desenvolvimento integral. Além disso, cobra-se ainda mais de suas energias física e mental.

Nesse sentido, um educador ou educadora que proponha aulas lúdicas está cumprindo o papel de quem escolheu a licenciatura como profissão, promovendo práticas pedagógicas significativas, inclusivas e transformadoras. A BNCC reforça a importância da ludicidade e do desenvolvimento integral nos anos iniciais, destacando que a escola deve garantir experiências de aprendizagem que contemplem aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais (BRASIL, 2018).

Segundo Kishimoto (2008), a ludicidade na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental é essencial para a motivação, socialização e construção do conhecimento, sendo um recurso pedagógico capaz de integrar prazer e aprendizagem, respeitando o ritmo e as necessidades de cada criança.

RELATO DE ESTÁGIO

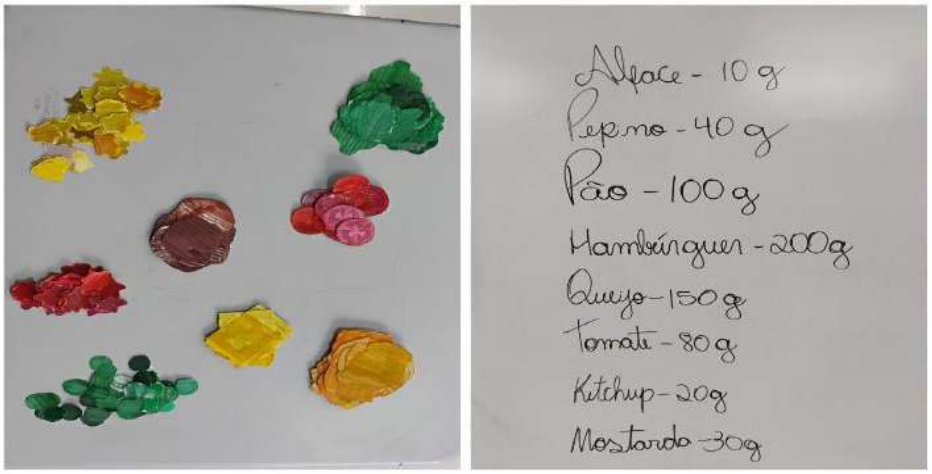
O estágio foi realizado na E.M.E.B. Walsin Nunes Garcia, no município de Caçador (SC), em uma turma de 4º ano. A turma era composta por 16 crianças, com idades entre 9 e 10 anos. O período de estágio teve início no dia 29 de setembro de 2025 e término no dia 10 de outubro de 2025, totalizando 10 dias, entre observação e regência, com 4 horas diárias de duração.

Nos momentos de observação, pude notar que a professora optava por uma aula mais expositiva e tranquila. Havia um mapeamento da sala, e as crianças sentavam enfileiradas, umas atrás das outras. Em algumas aulas, a professora apresentava vídeos que complementavam o conteúdo. Ela evitava utilizar o quadro da sala, pois o material do quadro não permitia apagá-lo com facilidade. Também não costumava separar a turma em grupos ou duplas, acreditando que isso poderia agitar as crianças e prejudicar a assimilação.

Figura – 1 história em quadrinhos

A atividade proposta tinha como objetivo trabalhar artigos definidos e indefinidos. A tarefa consistia em produzir uma história em quadrinhos, com no mínimo quatro quadrinhos, sendo que cada quadrinho deveria conter pelo menos uma frase e no mínimo um artigo. Um número considerável de alunos não quis apresentar sua história, alegando que o desenho não estava satisfatório ou que, em alguns casos, não haviam concluído a atividade.

Figura-2 montando o lanche



As crianças formaram suas duplas e precisaram entrar em consenso na escolha de um lanche. Após decidirem, um integrante de cada dupla deveria se dirigir ao local dos ingredientes, pegar os itens escolhidos e retornar ao seu assento. Em seguida, observavam as informações no quadro e realizavam o cálculo em conjunto. Os valores indicados por cada dupla foram escritos no quadro e os cálculos foram corrigidos. Após todas as duplas concluírem a atividade, iniciava-se o momento das perguntas desafiadoras, como, por exemplo: "Se eu pudesse adicionar

somente mais três ingredientes e quisesse que meu lanche ficasse o mais pesado possível, qual ingrediente eu deveria escolher? E se fosse o mais leve possível?"

Outra atividade que diversificou minha regência foi a Teia Alimentar. Pedi para as crianças se sentarem em uma roda no centro da sala e, com um barbante, foi formada uma grande teia que ia desde o sol até os decompositores. Em português, tivemos a oportunidade de brincar de batata quente. A pessoa "queimada" pela batata (papel higiênico) deveria formar uma frase que contivesse um artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância, para a formação de um futuro profissional competente, que acadêmicos e acadêmicas tenham a experiência do estágio. Ao assumir a responsabilidade de reger uma sala de aula, o estudante também assume o desafio de se superar, buscando não repetir apenas o modelo pelo qual aprendeu, mas questionando: "qual seria a melhor forma de os alunos aprenderem com a minha explicação?"

Durante a realização do estágio, foi possível observar que as crianças mantêm uma boa relação com a professora regente, que consegue manter o ambiente da sala harmonioso e demonstra grande simpatia pela turma e pela escola, chegando inclusive a receber visitas dos alunos em sua residência.

Além disso, a conclusão do estágio possibilitou ampliar a compreensão acerca da dinâmica institucional e do verdadeiro significado de ser professora. A vivência em sala de aula confirmou a importância de um profissional bem-preparado, do trabalho coletivo e de planejamentos coerentes, elementos que, juntos, favorecem a construção de uma educação de qualidade e digna. Dessa forma, o estágio se comprova como etapa essencial na formação docente, permitindo ao acadêmico vivenciar, na prática, os desafios e responsabilidades inerentes à carreira profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 30 out. 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos e brincadeiras na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVA ESCOLA. Planejamento anual: o que considerar para cada série. Nova Escola, 2023. Disponível em: https://novaescola.org.br/planejamento-anual. Acesso em: 30 out. 2025.

PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Categoria: Prática de estágio

Resumo – Este trabalho teve como objetivo compreender a prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estágio foi realizado na Escola Municipal de Educação Básica Padre José Chamot, no município de Caçador - SC, em uma turma de 5º ano, com crianças de dez a onze anos, abordando as práticas de observação e regência. Através dessas práticas, foi possível acompanhar o desenvolvimento dos alunos e a importância do planejamento pedagógico e das estratégias de ensino adequadas à faixa etária. Entende-se que os Anos Iniciais são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, permitindo fortalecer habilidades básicas de leitura e escrita, além de promover a curiosidade e o interesse pelo conhecimento. A intervenção pedagógica possibilitou conhecer a realidade da turma, aplicando estratégias de aprendizagem variadas, que estimulam a participação ativa dos alunos, a interação entre colegas e o desenvolvimento de competências socioemocionais. Conclui-se que o estágio proporcionou às crianças um aprendizado significativo, de forma estruturada e estimulante, promovendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto social. A experiência possibilitou crescimento profissional, aprofundamento em práticas pedagógicas, compreensão da rotina escolar e dos desafios do ensino nos Anos Iniciais, fortalecendo a formação docente e a capacidade de planejar e aplicar atividades que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: Aprendizagem, estágio, experiência, anos iniciais, pedagogia

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender e conhecer a realidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ele foi desenvolvido em uma escola municipal localizada no município de Caçador - SC, em uma turma do 5º ano. Os Anos Iniciais é uma etapa fundamental da educação básica, voltada para o fortalecimento da alfabetização, ao desenvolvimento do raciocínio lógico, à promoção da autonomia e ao aprimoramento das habilidades socioemocionais. Nessa etapa, o aluno desperta suas habilidades de leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, construindo conhecimentos de maneira progressiva e significativa. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o aluno é reconhecido como agente ativo no processo educativo, capaz de desenvolver saberes através da investigação, cooperação e reflexão crítica sobre o ambiente que o cerca.

De acordo com Oliveira (2021), "a escola deve proporcionar um espaço de descobertas e aprendizagens relevantes, onde o estudante seja estimulado a pensar, criar e participar ativamente". Assim, o papel do professor revela-se essencial, exercendo a função de mediador

do conhecimento e orientador das aprendizagens, por meio de práticas pedagógicas que promovam o interesse e a curiosidade dos alunos.

Além disso, a colaboração entre escola e família é fundamental para o êxito do processo educativo, fortalecendo os vínculos e favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos. Rocha (2020) destaca-se que "educar constitui um ato de compromisso e sensibilidade, que demanda intencionalidade e escuta atenta", ressaltando a importância de ações pedagógicas humanizadas e significativas.

O Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica no Brasil, é obrigatório e gratuito (nas escolas públicas), ele atende crianças a partir dos 6 anos de idade, ele oferece 5 anos letivos, (1° ano ao 5° ano), ele tem o objetivo de formação básica do cidadão, no artigo 32º da LDB é necessário, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Nos Anos Iniciais ele compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade, onde a ela começa a ser alfabetizada. A alfabetização é um processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada, a alfabetização das crianças começa no 1° ano e termina no 2°. Ainda assim, mais importante do que aprender a ler e a escrever, é necessário que se desenvolva um desejo pelo aprendizado e conhecimento.

No ensino fundamental I o educando já tem acesso às tradicionais disciplinas da educação formal, como matemática, ciências, língua portuguesa e outras, mas os assuntos apresentados em sala de aula variam de acordo com a série e a idade. O papel da escola é socializar o conhecimento, seu dever é atuar na formação moral dos estudantes, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde o aluno deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro. Os professores e toda a comunidade escolar, a forma de avaliação são transmissores de normas e valores que norteiam e preparam o indivíduo para viver coletividade. Assim, é importante que as questões de vida em sociedade façam parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro de reflexão e do exercício da cidadania.

A convivência deve ser organizada de modo que os conceitos como justiça, respeito e solidariedade que sejam compreendidos, assimilados e vividos, com esse proposto à escola se desafiam a instalar uma atitude crítica, que levará o aluno a identificar possibilidades de reconhecer seus limites nas ações e nos relacionamentos a partir dos valores que os orientam.

Formar uma escola democrática que esteja sempre atenta à qualidade do relacionamento entre seus alunos, professores, pais e dirigentes, já que já praticam, as relações sociais são os melhores mestres em questão e moralidade. Professor a cooperação o diálogo reforçam o

respeito mútuo, tão determinante para o convívio democrático, então educador o seu desafio é, então está alerta para o conhecimento e as informações que possam orientar os princípios da construção da cidadania na escola

No ensino fundamental as atividades são mais elaboradas de forma lúdica e importantes para sequência de sua educação, muitas escolas institui atividades extracurriculares pois são auxílios no desenvolvimento de habilidade e competência iniciais para a vida escolar dos pequenos. Segundo Paulo Freire, quanto mais ampla a formação integral e integrada visa as demais de complexidades humanas, isto é ser humano em seu espaço de vários aspectos, intelectual, econômico, político, social. Portanto é de uma importância buscar para criança uma escolha que seja de um contexto mais integral a criança.

O professor é responsável por planejar e programar ações que propiciem aos alunos o desenvolvimento das habilidades para ler e escrever com compreensão. Todas as crianças têm o direito fundamental à educação e de ser dada a oportunidade de manter e obter um nível adequado de conhecimento. Para a criança, saber ler e escrever significa dispor do veículo fundamental de acesso ao conhecimento. A criança para se alfabetizar tem que interagir com outras pessoas. Ter contato com muitos textos, conhecer as letras, juntar as letras, porque cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizado, tem aquelas que chegam sabendo mais e outras que precisam de mais atenção. Cabe ao professor saber identificar o nível de alfabetização e letramento da criança e guiá-las adequadamente no seu processo de aprendizado.

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado do Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado na sexta fase do Curso de Pedagogia, no campus Caçador. O estágio aconteceu em uma escola da cidade de Caçador/SC, no período matutino, em uma turma do 5º ano, com carga horária total de 40 horas, envolvendo momentos de observação e regência.

Durante o período de observação, foi possível conhecer melhor a turma, a rotina da sala de aula e as práticas pedagógicas da professora regente. O estágio contribuiu para o desenvolvimento dos alunos em diferentes aspectos, promovendo a aprendizagem de forma significativa, participativa e com intencionalidade pedagógica.

Essa experiência foi muito importante, pois possibilitou o crescimento profissional, o desenvolvimento das práticas de ensino e a vivência da rotina escolar. Além disso, preparou a interação com os alunos e a compreensão dos desafios e das responsabilidades do trabalho docente.

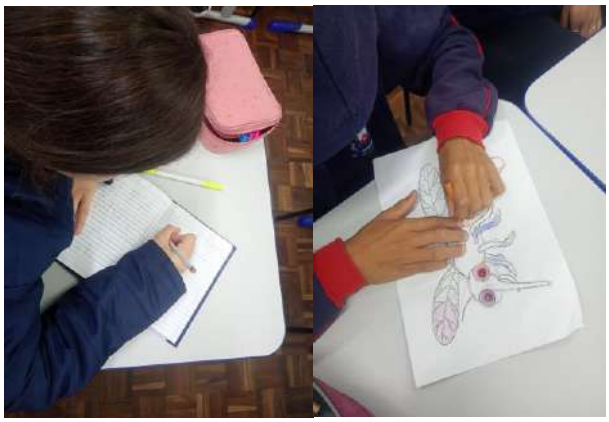
O plano de ensino interdisciplinar foi elaborado e aplicado com base no tema proposto para o período do estágio: a dengue. A proposta buscou integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem ampla e significativa sobre o tema, de forma a conscientizar os alunos sobre a importância da prevenção e do combate ao mosquito transmissor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio foi realizado em uma escola municipal no município de Caçador (SC), com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. A turma era composta por 15 alunos, com idades entre dez e onze anos. As atividades aconteceram entre 8 e 29 de setembro de 2025, totalizando 10 dias de observação e regência, com uma carga horária diária de 4 horas. No primeiro dia, a estagiária foi apresentada às crianças pela professora regente, que se mostrou acolhedora, atenciosa e prestativa durante todo o período do estágio.

Os alunos chegavam por volta das 7h30min, e logo após a entrada, a professora organizava a rotina da turma e dava início às aulas. Nas segundas-feiras, as quatro aulas eram dedicadas à disciplina de Língua Portuguesa. Normalmente, a professora começava o dia com a leitura de um texto, incentivando a interpretação e a reflexão coletiva. Naquele dia, a professora pediu para que fizessem uma ficha de leitura sobre o livro que haviam levado para casa e, em seguida, passou o novo conteúdo para os alunos.

No dia 22 de setembro, teve início a regência. A estagiária foi apresentada novamente às crianças e, junto com a professora regente, apresentou o tema que seria trabalhado: "a dengue". A primeira atividade consistiu em um texto explicativo sobre a dengue e o mosquito transmissor. Os alunos copiaram o texto e fizeram exercícios relacionados. Na turma havia um aluno com deficiência visual, com quem a estagiária trabalhou utilizando um desenho em relevo do mosquito, feito com cola quente para facilitar o tato (Figura 1).



No segundo dia de regência, em 23 de setembro, a turma continuou as atividades sobre a dengue. Nesta aula, os alunos realizaram uma atividade prática, criando o mosquito transmissor com massinha de modelar. Essa abordagem possibilitou que as crianças explorassem a forma e os detalhes do mosquito de forma mais lúdica e concreta, facilitando o entendimento do tema e tornando o aprendizado mais dinâmico e interessante. Além disso, a atividade contribuiu para o desenvolvimento da coordenação motora e despertou o interesse pela preservação da saúde.

Além disso, os alunos também elaboraram um livro ilustrado sobre o ciclo de vida do mosquito transmissor da dengue. Essa atividade permitiu que eles aprofundassem o conhecimento sobre as diferentes fases do mosquito, desde o ovo até o adulto, de maneira visual e interativa. A confecção do livro estimulou a criatividade, a leitura e a escrita, além de reforçar a compreensão do ciclo biológico do mosquito e a importância das medidas de prevenção. Essa proposta integrada contribuiu para um aprendizado mais significativo e duradouro.

A conclusão do estágio revelou mudanças sutis, mas importantes, nas crianças, como maior interação, reconhecimento do mosquito, aumento da atenção às atividades e mais confiança ao participar. A experiência de regência em sala de aula permitiu aplicar na prática os conhecimentos da formação, proporcionando contato direto com a rotina dos anos iniciais, elaboração de propostas pedagógicas, mediação de atividades e acompanhamento do desenvolvimento das crianças em um contexto educativo real. Esse período foi marcado por grande aprendizado e significativo crescimento profissional e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das atividades desenvolvidas, no decorrer da prática do estágio de regência foi possível perceber, a importância de construir e reconstruir as metodologias de ensino, pois os alunos apresentam peculiaridades quanto a suas formas de aprendizagem. É uma prática que envolve a análise de esquemas e a investigação das ações dos alunos e, ao mesmo tempo, requer questionamentos próprios quanto às ações que precisam ser aplicadas pelo professor que está aprendendo a reger a turma sozinho.

O estágio é o pontapé inicial para que possamos ter uma visão da sala de aula. Através dele conseguimos adentrar a esfera pedagógica tanto no âmbito burocrático, como na prática. Aliando tudo o que vimos anteriormente na universidade, podendo levar para a escola os aprendizados adquiridos nesses 3 anos. Vivenciar a sala de aula foi uma experiência maravilhosa, os anos iniciais foi desafiador para a busca de entendimento e conhecimento dos conteúdos a serem mediados para os educandos.

A continuidade, a busca constante por conhecimento e superação, a humildade e o comprometimento é que farão de nós ótimos profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Básica: Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

OLIVEIRA, Maria. Educação e desenvolvimento no Ensino Fundamental: práticas pedagógicas inovadoras. São Paulo: Editora Educacional, 2021.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

ROCHA, João. A pedagogia do compromisso: humanização e sensibilidade na escola. Rio de Janeiro: Editora Saber, 2020.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DO LÚDICO

Categoria: Projeto Integrador

Ane Caroline Rodrigues Dalagnolli[1]
Graziele Tibes Pedro[2]
Jaine de Fátima Batista[3]
Letícia Marodin Salles dos Santos[4]
Elis Regina Mazzurana[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho aborda a importância da educação nutricional na Educação Infantil, enfatizando o uso do lúdico como estratégia pedagógica para promover hábitos alimentares saudáveis. O objetivo foi conscientizar as crianças sobre a importância de uma alimentação equilibrada, estimulando o reconhecimento de alimentos saudáveis e não saudáveis por meio de atividades interativas e sensoriais. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, foi desenvolvida no contexto do projeto de extensão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em parceria com a EMEB Alcides Tombini, no município de Caçador/SC. A ação integrou o projeto "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", realizado no dia 07 de junho de 2025. Os resultados evidenciaram o envolvimento ativo das crianças, o interesse das famílias e a eficácia dos recursos visuais e táteis utilizados. Observou-se que as atividades lúdicas facilitaram a compreensão e a fixação do conteúdo, tornando o aprendizado prazeroso e significativo. Conclui-se que o lúdico é uma ferramenta essencial para a Educação Alimentar e Nutricional, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis desde a infância.

Palavras-chave: educação infantil; alimentação saudável; ludicidade; aprendizagem; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

Em muitos locais, crianças e adolescentes recebem alimentação durante o período escolar. No Brasil, esse direito é garantido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947/2009, que assegura refeições saudáveis, seguras e variadas aos estudantes da rede pública, contribuindo para suprir parte de suas necessidades nutricionais diárias. O PNAE está diretamente relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(DHAA), que garante o acesso a alimentos suficientes e de qualidade. Ambos promovem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e incentivam ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como forma de prevenir a fome, a desnutrição e a obesidade (Alves; Bandeira, 2022).

É imprescindível que o estudo da nutrição e dos hábitos de vida saudáveis esteja presente no currículo escolar, em especial na Educação Infantil, pois é nessa fase que se formam os primeiros hábitos alimentares e se desenvolve a consciência sobre o cuidado com o corpo e a saúde (Kac; Castro; Lacerda, 2023). A obesidade infantil já é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil, e a escola, além de ser um espaço de aprendizagem, é também o ambiente onde muitas crianças realizam pelo menos uma refeição diária, tornando-se um local estratégico para o desenvolvimento de ações educativas que incentivem hábitos saudáveis (Barbosa; Paula; Recine, 2024).

A justificativa deste trabalho baseia-se na necessidade de promover a educação nutricional desde a infância, utilizando metodologias dinâmicas e acessíveis que despertem o interesse das crianças e as envolvam ativamente no processo de aprendizagem. O uso de recursos lúdicos é uma forma eficaz de transformar o aprendizado em uma experiência prazerosa, favorecendo a assimilação de conteúdos e a construção de atitudes positivas em relação à alimentação e à saúde.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo conscientizar as crianças da Educação Infantil sobre a importância de uma alimentação equilibrada, utilizando atividades lúdicas e sensoriais que estimulem a reflexão sobre escolhas alimentares saudáveis e o reconhecimento de alimentos benéficos ao organismo. A pesquisa também busca mostrar como o brincar pode ser uma ferramenta essencial no processo de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), contribuindo para a formação integral e o desenvolvimento de hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida.

Por fim, a ação buscou responder à seguinte problemática: como a ludicidade pode contribuir para a conscientização das crianças da Educação Infantil sobre alimentação saudável e para a construção de hábitos alimentares positivos desde cedo?

METODOLOGIA

A ação foi desenvolvida através de um projeto de extensão universitária, na matéria Ateliê Pedagógico I, promovido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC. A atividade foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no dia 07 de junho de 2025, integrando ações da Curricularização da Extensão.

O projeto fez parte do conjunto de 38 oficinas pedagógicas vinculadas ao programa institucional "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A oficina "Educação Nutricional na Educação Infantil através do Lúdico" foi conduzida por acadêmicas do curso de Pedagogia, e teve como foco desenvolver, de forma prática e criativa, a conscientização sobre alimentação saudável junto às crianças da Educação Infantil.

A metodologia abordada envolveu o uso de recursos visuais e sensoriais, como caixas ilustradas em formato de "palhacinhos" para classificação de alimentos e uma caixa surpresa tátil, estimulando os sentidos e o raciocínio das crianças. Além disso, foram utilizadas frutas reais e materiais pedagógicos confeccionados em E.V.A, proporcionando um aprendizado mais concreto e significativo.

A análise dos resultados ocorreu por meio da observação direta, de anotações em diário de campo e do relato reflexivo das acadêmicas envolvidas, buscando compreender o engajamento das crianças, a interação com as famílias e o impacto da atividade na formação dos hábitos alimentares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação da oficina de Educação Nutricional na EMEB Alcides Tombini apresentou resultados amplamente positivos em termos de engajamento e apropriação do conteúdo pelas crianças. A ação foi construída a partir de recursos lúdicos, caixas em formato de "palhacinhos" para classificar alimentos, caixa sensorial para identificação tátil, materiais em EVA representando frutas e a entrega de frutas reais (banana e maçã) acompanhadas de cartão informativo, que despertaram curiosidade e favoreceram a aprendizagem concreta.

Observou-se participação ativa de crianças em diferentes estágios do desenvolvimento (faixa etária predominante: Educação Infantil), com interação frequente entre pares e presença motivadora de familiares, aproximadamente 45 visitantes entre pais, responsáveis, professores e demais convidados. As atividades sensoriais e visuais facilitaram a distinção entre alimentos saudáveis e não saudáveis, sendo evidentes ganhos na atenção, no vocabulário relacionado à alimentação e na experimentação de frutas pelas crianças.

Do ponto de vista pedagógico, o uso do lúdico mostrou-se eficaz para tornar temas complexos acessíveis ao público infantil: o jogo dos "palhacinhos" promoveu tomada de decisão e reflexão lúdica sobre escolhas alimentares; a caixa sensorial estimulou a exploração tátil e a inferência sobre alimentos; o contato com frutas reais reforçou a aprendizagem sensorial e alimentar. Ademais, a presença das famílias ampliou o impacto da ação, favorecendo a continuidade das práticas no ambiente doméstico.

Figura 1 e 2 – Apresentação da Atividade

Fonte: Os autores 2025.

Entre as limitações identificadas, destaca-se o tempo reduzido de aplicação e a necessidade de maior espaço-tempo para aprofundamento individualizado. Em alguns momentos, o fluxo de crianças e o caráter aberto do evento limitaram a permanência prolongada de cada criança na atividade, o que pode reduzir a intensidade do aprendizado para participantes com maior necessidade de repetição.

Sugere-se, portanto, para próximas edições, aumentar o tempo de cada sessão, organizar turmas menores por faixa etária e promover ações preparatórias junto às famílias para ampliar a participação e o reforço domiciliar.

Em síntese, os dados observacionais e os relatos coletados indicam que estratégias lúdicas, sensoriais e concretas são promissoras para a educação nutricional na Educação Infantil, favorecendo engajamento, experimentação e aquisição de conceitos básicos sobre alimentação saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de Educação Nutricional realizada na EMEB Alcides Tombini demonstrou que atividades lúdicas e sensoriais constituem abordagens eficazes para sensibilizar crianças da Educação Infantil sobre hábitos alimentares saudáveis. As oficinas promoveram envolvimento, curiosidade e experimentação, além de favorecerem a distinção entre alimentos benéficos à saúde e aqueles que devem ser consumidos com moderação.

Como limitações, evidenciou-se a necessidade de maior tempo e de agrupamentos menores para garantir atenção individualizada e maior aproveitamento pedagógico. Recomenda-se, para futuras intervenções, ampliação do tempo de cada sessão, realização em turmas mais reduzidas, e estratégias de mobilização familiar que promovam continuidade das práticas no domicílio.

Conclui-se que a ludicidade, aliada a recursos sensoriais e concretos, apresenta forte potencial para integrar a Educação Alimentar e Nutricional ao cotidiano escolar, contribuindo

para a formação de hábitos saudáveis desde a infância e para a construção de uma prática educativa mais significativa e afetiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Stefany Thays Correia; BANDEIRA, Dina Carla da Costa. Nutrição escolar: Influência da alimentação no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes em escolas públicas do Brasil. Repositório IF Goiano, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3277/1/Artigo-Stefany.pdf. Acesso em: 26 abril 2025.

BARBOSA, Maria Irene de Castro; PAULA, Laura Solléro de; RECINE, Elisabetta. A integralidade no cuidado da obesidade infantil em municípios brasileiros. Revista de Saúde Pública, *[s.l.]*, v. 58, n. 33, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2024.v58/33/pt/#. Acesso em; 09 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 26 abril 2025.

KAC, Gilberto; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de; LACERDA, Elisa Maria de Aquino. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil: evidências para políticas em alimentação e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. e00108923, 2023. Disponível em: scielo.br/j/csp/a/y4dX4ZdQ9Snvw8hTXPqdQVG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09 out. 2025.

MÃOS QUE APRENDEM: DESENVOLVENDO A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS POR MEIO DA SENSIBILIDADE SENSORIAL

Categoria: Projeto Integrador

Alícia Izadora Abrão Ribas[1]
Elza Fátima de Souza[2]
Julia Gabrielly Alves David[3]
Samuel dos Santos Mello[4]
Elis Regina Mazzurana[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho tem como tema o desenvolvimento da alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de estímulos sensoriais. O objetivo foi investigar como o uso de materiais táteis e multissensoriais pode contribuir para o processo de aprendizagem e inclusão dessas crianças no ambiente escolar. A pesquisa teve abordagem qualitativa, vinculada a um projeto de extensão universitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), desenvolvido na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, em Caçador/SC, no primeiro semestre de 2025. A metodologia envolveu uma oficina pedagógica intitulada "Mãos que Aprendem: Alfabeto Sensorial", aplicada no dia 07 de junho de 2025, com a participação de crianças com TEA do ensino fundamental I. Paralelamente, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros e artigos científicos da base SciELO, abordando temas como Educação Inclusiva e alfabetização multissensorial. Os resultados indicaram que o uso de recursos sensoriais favorece o engajamento, a atenção e o reconhecimento das letras, ampliando as possibilidades de aprendizagem. Conclui-se que práticas pedagógicas sensoriais fortalecem o processo de alfabetização e promovem a inclusão de forma lúdica e significativa.

Palavras-chave: autismo; alfabetização; educação inclusiva; sensorialidade; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

O autismo, oficialmente denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento em áreas como comunicação, interação social e comportamento. É caracterizado por uma ampla gama de manifestações, o que explica

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o termo "espectro", indicando que cada pessoa com autismo é única em suas particularidades e intensidade de sintomas (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020; Rocca; Pantano; Serafim, 2025).

As principais áreas afetadas incluem dificuldades na comunicação verbal e não verbal, na interpretação de gestos e entonações, na interação social e na flexibilidade comportamental, sendo comuns comportamentos repetitivos, necessidade de rotinas e sensibilidade a estímulos sensoriais (Lima et al., 2023).

A conscientização sobre o autismo é fundamental para promover a inclusão e o respeito às diferenças, reconhecendo que cada criança possui seu próprio modo de aprender e se expressar. Nesse contexto, o uso de recursos pedagógicos sensoriais apresenta-se como uma ferramenta de grande potencial para o ensino e a alfabetização de crianças com TEA, pois considera suas especificidades e favorece o engajamento no processo de aprendizagem (Santos; Leite, 2022).

O alfabeto sensorial busca aliar o tato, a visão e o movimento, estimulando múltiplos sentidos e facilitando a fixação de conteúdos, especialmente entre crianças que aprendem melhor por meio da experiência concreta. As diferentes texturas aplicadas nas letras favorecem a concentração, o reconhecimento de formas e o interesse pela leitura e escrita, além de reforçar o vínculo entre o brincar e o aprender (Souza; Jurdi; Silva, 2023).

Dessa forma, o presente estudo parte da seguinte problemática: como o uso de recursos sensoriais pode contribuir para o processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista?

Tem-se como objetivo analisar o potencial pedagógico do alfabeto sensorial como ferramenta inclusiva no processo de alfabetização, promovendo estímulos táteis e cognitivos que valorizem a individualidade da criança com TEA.

Justifica-se esta proposta pela importância de desenvolver práticas pedagógicas que integrem o lúdico, o sensorial e a inclusão, aproximando a teoria acadêmica da realidade educacional e ampliando o repertório de estratégias voltadas ao ensino para a diversidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, vinculada a um projeto de extensão universitária desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC.

A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, no dia 07 de junho de 2025, como parte da Curricularização da Extensão.

A ação integrou um conjunto de 38 oficinas aplicadas no projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

Além da prática extensionista, a pesquisa também se fundamentou em uma revisão bibliográfica exploratória, realizada a partir de consultas em livros acadêmicos e em artigos científicos indexados na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library), voltados às temáticas de Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA), aprendizagem sensorial e alfabetização multissensorial. Essa revisão subsidiou o embasamento teórico da proposta, garantindo sua consistência pedagógica e científica.

A oficina "Mãos que Aprendem" teve como foco o desenvolvimento da alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de estímulos táteis e experiências multissensoriais. A proposta consistiu em apresentar letras confeccionadas com materiais de diferentes texturas, como lixas, tecidos, feltro e EVA, permitindo que as crianças explorassem as letras pelo tato, reconhecendo suas formas e sons correspondentes.

A análise foi conduzida de forma descritiva e interpretativa pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia, observando o engajamento, a atenção e as reações das crianças diante do estímulo tátil, bem como os aspectos comunicativos e afetivos envolvidos durante a atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade "Mãos que Aprendem" foi realizada no dia 07 de junho de 2025 com crianças do Ensino Fundamental I, em turno vespertino. O objetivo central foi promover uma aprendizagem significativa por meio da exploração sensorial, respeitando as particularidades de cada participante.

Durante a ação, observou-se que as crianças demonstraram curiosidade e interesse inicial ao explorar as letras com diferentes texturas, tocando, comparando e nomeando as formas. Contudo, o engajamento foi afetado pela realização simultânea de outras oficinas na escola, o que reduziu o tempo de permanência das crianças na atividade.

Apesar dessa limitação, os registros e observações revelaram que a abordagem sensorial favoreceu a concentração, o reconhecimento das letras e a interação entre os participantes, especialmente quando acompanhadas de mediação pedagógica sensível e afetuosa. O contato direto com os materiais contribuiu para o desenvolvimento de habilidades perceptivas e cognitivas, confirmando o potencial do recurso para o ensino inclusivo.

Figura 01 – Painel Sensorial

Fonte: Os autores 2025.

Figura 02 – Alunos realizando a atividade.

Fonte: Os autores 2025.

Portanto, a experiência evidenciou que ambientes organizados e menos concorridos potencializam o impacto das práticas multissensoriais, tornando-as mais eficazes e prazerosas para as crianças com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada permitiu observar, ainda que de forma pontual, os benefícios do uso de materiais sensoriais na alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e também de crianças neurotípicas. O alfabeto sensorial mostrou-se uma ferramenta eficaz, capaz de promover engajamento, curiosidade e aprendizado significativo.

As principais limitações estiveram relacionadas à concorrência de estímulos no ambiente escolar, que reduziu o tempo de atenção das crianças à proposta. Assim, recomenda-se que futuras ações sejam realizadas em ambientes controlados, com menor número de estímulos paralelos, permitindo maior imersão e aproveitamento da experiência.

Conclui-se que práticas como esta reforçam a importância da Educação Inclusiva e do uso de metodologias sensoriais, contribuindo para uma aprendizagem mais humana, interativa e alinhada à diversidade dos modos de aprender.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, São Paulo, v. 31, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 out. 2025.

LIMA, Leilane Júlia Chaves de; BRITTO, Denise Brandão de Oliveira e; DIAS, Rafael Teixeira Scoralick; LEMOS, Stela Maris de Aguiar. Fatores relacionados à funcionalidade da comunicação social em crianças com transtorno do espectro do autismo: estudo preliminar. Audiology – Communication Research, São Paulo, v. 28, p. 1-9, mai., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/acr/a/RxgDwxHYSpNwCXNnNswJDxz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 out. 2025.

ROCCA, Christiana Castanho de A.; PANTANO, Telma; SERAFIM, Antonio de P. Transtorno do espectro autista. Barueri: Manole, 2025. E-book. p.1. ISBN 9788520458785. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520458785/. Acesso em: 09 out. 2025.

SANTOS, Ana Alice Sousa dos; LEITE, Daniela Soares. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental. Scielo Preprints, São Paulo, p. 1-20, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4471. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4471/version/4728. Acesso em: 09 out. 2025.

SOUZA, Vanessa Ribeiro dos Santos; JURDI, Andréa Perosa Saigh; SILVA, Carla Cilene Baptista da. In: ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; MONTOVANI, Heloísa Briones; MONTEIRO,

Rubiana Cunha., orgs. A integração sensorial e o engajamento ocupacional na infância [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. pp. 271-298. ISBN: 978-65-5954-383-0. Available from: https://books.scielo.org/id/mj4jm. https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-383-0.

NUMERAÇÃO DIVERTIDA: DESENVOLVENDO O PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria: Projeto Integrador

Gabriellys Spiering Campolim[1]
Renata Alves Ferreira[2]
Caroline Mota[3]
Elis Regina Mazzurana[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – O presente trabalho tem como tema o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático na Educação Infantil por meio de atividades lúdicas. O objetivo foi estimular a coordenação motora e o raciocínio lógico de crianças de 4 a 6 anos, utilizando jogos e materiais coloridos que relacionassem números, cores e formas. A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, vinculada ao projeto de extensão universitária "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", desenvolvido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e aplicado na EMEB Alcides Tombini, em Caçador/SC. A atividade "Numeração Divertida" convidou as crianças a formar números com pompons coloridos, recebendo ao final um certificado simbólico de conclusão. Os resultados apontaram alto engajamento e entusiasmo, com as crianças demonstrando boa compreensão das relações entre numeral e quantidade, além de avanços na coordenação motora fina. Conclui-se que o uso do lúdico no ensino da matemática favorece a aprendizagem significativa, tornando o processo educativo mais dinâmico, prazeroso e acessível às diferentes faixas etárias da Educação Infantil.

Palavras-chave: educação infantil; matemática; ludicidade; pensamento lógico; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

Em quase todas as áreas do saber humano, desde as ciências mais rigorosas até as interações sociais, encontramos a presença constante dos números. A expressão "jogo dos números" pode remeter a uma variedade de contextos, como a matemática prática, as estatísticas, os jogos de sorte e até as estratégias econômicas. Independentemente do cenário,

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

os números exercem influência direta sobre nossas escolhas e sobre a forma como percebemos o mundo (Lemes; Cristovão; Grando, 2024).

A matemática, portanto, não se limita a cálculos e fórmulas; ela também reflete dimensões sociais, emocionais e culturais. De acordo com Oliveira (2024), compreender os números sob uma perspectiva humana é essencial, pois por trás deles existem narrativas e realidades que transcendem a técnica. Pimentel e Santos (2020) complementa que, embora a matemática seja uma ciência precisa, sua aplicação prática envolve interpretações moldadas por convicções e princípios, o que exige reflexão ética e crítica.

Desde a infância, aprendemos a usar os números de forma prática como somar, dividir, contar e comparar quantidades, mas, como destaca Ranyere e Matias (2023), é na Educação Infantil que esse aprendizado deve ocorrer de forma prazerosa, explorando o lúdico como ferramenta de descoberta. Melo (2023) afirma que o contato com a matemática desde cedo, por meio de jogos e brincadeiras, estimula o raciocínio lógico e a curiosidade, elementos fundamentais para a construção do conhecimento.

A utilização de atividades lúdicas é essencial para aproximar a criança do universo numérico, tornando o aprendizado mais acessível e significativo. Lemes, Cristovão e Grando (2024) apontam que o uso criativo dos números no contexto escolar permite desenvolver não apenas a compreensão matemática, mas também a empatia, a colaboração e a resolução de problemas.

Neste contexto, o presente trabalho busca responder à seguinte problemática: De que forma podemos utilizar a numeração de maneira lúdica para ensinar crianças de 4 a 6 anos a contar, comparar e descobrir valores, estimulando ao mesmo tempo a coordenação motora e o raciocínio lógico?

O objetivo geral é estimular o desenvolvimento da coordenação motora e do pensamento lógico-matemático em crianças de 4 a 6 anos, por meio de atividades lúdicas que envolvam a numeração e a associação de cores.

Como justificativa, acredita-se que o aprendizado matemático na infância deve ir além da repetição e da memorização, valorizando o brincar como instrumento pedagógico. Assim, o uso do lúdico torna-se uma estratégia eficaz para despertar o interesse, promover aprendizagens significativas e contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, aproximando o ensino da matemática à sua vivência cotidiana.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, vinculado ao projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025. A ação foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, integrando a política institucional de Creditação da Extensão.

A atividade fez parte do conjunto de oficinas do projeto "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 e Parecer: 7.612.882. A construção do material pedagógico ocorreu entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, durante a 1ª Semana da Curricularização da Extensão, e sua aplicação prática foi realizada em 07 de junho de 2025, na escola parceira.

A oficina intitulada "Numeração Divertida" foi planejada e conduzida por acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia, tendo como público-alvo crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo foi tornar o aprendizado dos números mais prazeroso e acessível, estimulando o raciocínio lógico e a coordenação motora por meio de atividades lúdicas.

A dinâmica consistiu em convidar as crianças a formar números utilizando pompons coloridos, promovendo a associação entre numeral, cor e forma. Cada participante pôde escolher o número que desejava construir e, ao completar a atividade, recebia um certificado simbólico de "tarefa concluída", reforçando o engajamento e a motivação.

A sistematização da experiência baseou-se em observações diretas, anotações reflexivas e relatos compartilhados pelos acadêmicos durante a preparação e execução da oficina, permitindo compreender como o uso do lúdico pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e da coordenação motora fina em crianças de 4 a 6 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina "Numeração Divertida" teve como foco o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e da coordenação motora em crianças de 4 a 6 anos, utilizando o jogo como ferramenta principal de aprendizagem. A proposta foi aplicada na EMEB Alcides Tombini, envolvendo 36 crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além da participação ativa dos pais e responsáveis.

Durante a atividade, observou-se um alto nível de engajamento e entusiasmo por parte das crianças. O uso de pompons coloridos para a formação dos números despertou o interesse e facilitou a compreensão das relações entre numeral e quantidade. A dinâmica lúdica permitiu que os alunos explorassem as cores, os formatos e os movimentos finos de forma espontânea, estimulando não apenas o raciocínio lógico, mas também a coordenação motora fina e a concentração.

Outro ponto positivo foi o envolvimento das famílias, que acompanharam e incentivaram as crianças durante o jogo. O certificado simbólico de conclusão mostrou-se uma estratégia eficiente de motivação, gerando expectativa e alegria ao final de cada rodada, além de reforçar a autoconfiança dos participantes.

De modo geral, a proposta demonstrou que o brincar pode ser um caminho potente para a aprendizagem da matemática nos primeiros anos escolares. As crianças apresentaram desempenho contínuo, sem demonstrar dificuldades significativas, o que evidencia que o lúdico favorece a compreensão de conceitos abstratos de forma natural e prazerosa.

Figura 1: Equipe.

Fonte: Os autores 2025.

Figura 2: Equipe.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a oficina "Numeração Divertida" foi uma experiência enriquecedora e eficaz tanto para as crianças quanto para os acadêmicos envolvidos. A utilização de jogos e

materiais coloridos possibilitou um aprendizado significativo e prazeroso, despertando o interesse dos alunos e fortalecendo o vínculo entre escola, família e universidade.

O certificado de conclusão foi um diferencial importante, funcionando como um estímulo positivo e tornando o momento ainda mais especial para os participantes. A atividade, embora simples, proporcionou diversos aprendizados, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, da comunicação oral, da socialização e do raciocínio lógico-matemático.

Esses resultados reforçam que o ensino da matemática na Educação Infantil pode e deve ser trabalhado de forma lúdica, criativa e inclusiva, permitindo que as crianças aprendam brincando e construam uma relação positiva com o conhecimento desde cedo.

REFERÊNCIAS

LEMES, Jean Carlos; CRISTOVÃO, Eliane Matesco; GRANDO, Regina Célia. Características e Possibilidades Pedagógicas de Materiais Manipulativos e Jogos no Ensino da Matemática. Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 38, n. e220201, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bolema/a/4pcBK8nK94m4n7zkw4gf4bw/?lang=pt. Acesso em: 13 out. 2025.

MELLO, Maria Aparecida. Diferenças Conceituais e Pedagógicas entre os Termos "Brancadeira" e "Jogo" no Brasil. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 39, n. e36641, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/8CgHT4tKZpRkShypQPT6f4L/?format=html&lang=pt. Acesso em: 13 out. 2025.

OLIVEIRA, Zaqueu Vieira. A história como forma de compreender as dificuldades de aprendizagem em matemática. Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 38, n. e230169, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bolema/a/6hB9BjvgYqqmTL648XRzmLS/?lang=pt. Acesso em: 13 out. 2025.

PIMENTAL, Ronaldo; SANTOS, Frederik Moreira dos. Sobre a Efetividade da matemática nas Ciências Naturais: Uma abordagem Pragmática Estruturalista. Revista Brasileira de Ensino de Física, São Paulo, v. 42, p. e20190297, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbef/a/LMyLp3sxjkcjJS5PnQ7xk6J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 out. 2025.

RANYERE, Jean; MATIAS, Neyfsom Carlos Fernandes. A Relação com o Saber nas Atividades Lúdicas Escolares. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 43, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/bFV4Q6cZKzTJLhhmyBP3PYp/?lang=pt. Acesso em: 13 out. 2025.

O INCENTIVO À LEITURA NOS ANOS INICIAIS POR MEIO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Categoria:

Erika Sinkere Morais[1]
Maria Eduarda Pereira Lopes[2]
Suélle Koch[3]
Elis Regina Mazzurana[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – A leitura é um processo essencial para a vida escolar de toda criança e, por esse motivo, deve ser fomentada por meio de projetos que despertem o interesse dos alunos pela leitura e os levem a desenvolver senso crítico sobre o mundo que os cerca. Partindo dessa necessidade, o presente trabalho propõe um momento de leitura e conversa coletiva, promovendo a interação entre as pessoas envolvidas na atividade. A prática de contar histórias é defendida por diversos autores que embasaram a fundamentação teórica deste projeto, construída a partir de artigos científicos que ressaltam a importância da leitura na vida dos jovens e explicam por que é necessário cultivar o hábito de ler cada vez mais, especialmente na infância — uma fase crucial do desenvolvimento que demanda atenção redobrada. Diante desses fatores, a escolha do projeto de extensão fundamenta-se na proposta de incentivo à leitura por meio da contação de histórias, aplicada na Escola Alcides Tombini. Por meio dessa oficina, busca-se despertar o interesse das crianças pelos livros e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento cognitivo, que vem sendo impactado pelo uso excessivo de meios digitais. Os resultados da atividade extensionista mostram-se essenciais para o processo de alfabetização, para o aprimoramento da expressão linguística e para a promoção da socialização.

Palavras-chave: leitura; aprendizagem; interação; alfabetização.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade vivencia um processo intenso de propagação dos meios digitais, que se refletem no contexto cultural e social da população. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre a importância da leitura, sobretudo no ambiente escolar, uma vez que o hábito de ler interfere diretamente no desenvolvimento cognitivo e no aprendizado. Por essa razão, a escola assume grande parte da responsabilidade pelo incentivo à leitura e pela formação de leitores críticos e autônomos (Anselmo, 2023).

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] [2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] [2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O analfabetismo é uma das consequências geradas pela ausência de estímulo à leitura nos anos iniciais, pois o hábito de ler é essencial para o desenvolvimento da cognição e da alfabetização. Dentro do contexto escolar, os fatores que contribuem para o desinteresse das crianças pela leitura estão frequentemente relacionados às condições socioeconômicas, que acabam interferindo no processo de aprendizagem e limitando o acesso aos livros e materiais de leitura (Uhr; Soares, 2025).

Sendo assim, incentivar o gosto pela leitura desde os primeiros anos de vida é oferecer às crianças um tesouro que ultrapassa o tempo e o espaço. Como lembra Ana Maria Machado (1999), uma das grandes vozes da literatura infantil, cada história lida é uma oportunidade de explorar emoções e experiências diferentes, cada livro torna-se um amigo que ensina algo novo e desperta novos olhares sobre o mundo.

Da mesma forma, Ruth Rocha (1996) destaca o poder transformador da leitura, descrevendo os livros como companheiros fiéis que guiam as crianças pelos caminhos da imaginação, da criatividade e da reflexão. Ao mergulharem nas histórias, elas aprendem a sonhar, a se emocionar e a questionar o mundo à sua volta.

Além disso, ao se identificarem com os personagens e suas jornadas, as crianças começam a desenvolver empatia, habilidade fundamental para compreender e se colocar no lugar do outro. Maria Helena de Moura Neves (1998) reforça que a literatura é uma ponte para a compreensão das emoções humanas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários.

A contação de histórias, nesse sentido, surge como uma prática transformadora, capaz de criar momentos de encantamento, aprendizado e conexão, nos quais as crianças exploram o mundo com curiosidade e imaginação. A partir dos estudos de Caldin (2003) compreende-se que a narrativa funciona como uma ponte entre o real e o imaginário, fortalecendo os laços afetivos, ampliando o repertório cultural e proporcionando experiências ricas em emoções e descobertas.

Para Ramos, Vasconcelos e Neitzel (2024) entende-se que a leitura e a contação de histórias vão muito além do simples ato de ouvir ou contar, elas são portas abertas para a liberdade de pensamento e para a construção do conhecimento. Através delas, as crianças passam a compreender o mundo, a fazer perguntas, a criar novas possibilidades e a se tornarem protagonistas do próprio aprendizado.

Mais do que entreter, contar histórias é um gesto de acolhimento e de formação humana, um convite para viajar por diferentes tempos, culturas e emoções, despertando a empatia, a criatividade e o senso crítico. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel da contação de histórias como estratégia pedagógica para incentivar a leitura nos anos iniciais, formando pequenos leitores e grandes pensadores, capazes de imaginar, criar e transformar a realidade.

Diante disso, surge a seguinte problemática: como a contação de histórias pode contribuir para o incentivo à leitura entre crianças dos anos iniciais do ensino fundamental?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral incentivar o hábito da leitura entre crianças dos anos iniciais, utilizando a contação de histórias como ferramenta pedagógica para despertar o interesse, a imaginação e o prazer de ler.

Portanto, a formação de uma sociedade alfabetizada e leitora requer atenção constante à prática da leitura, que envolve o desenvolvimento de múltiplas habilidades cognitivas e socioemocionais. O processo histórico da literatura infantil mostra que ela é muito mais do que uma habilidade técnica é uma ferramenta cultural e afetiva que ultrapassa o imaginário e dialoga com a realidade. Assim, não basta apenas saber ler e escrever: é preciso gostar de ler, pois o comportamento leitor forma jovens de mente aberta, capazes de debater, argumentar e atuar criticamente na sociedade (Caldin, 2003).

Por fim, a primeira história ouvida pode ser um marco na vida de uma criança, pois a maneira como é contada pode despertar o desejo por novas leituras e experiências literárias. Como afirmam Silva e Ribeiro (2015, p.18), "o momento é único, mas o hábito nasce da motivação" e é justamente isso que a contação de histórias interativa proporciona. Diante de tantos estímulos digitais e informações rápidas, o livro permanece como um investimento duradouro em conhecimento, capaz de nutrir aprendizagens cognitivas e emocionais fundamentais para a construção da identidade e da cidadania.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentado nas ações desenvolvidas no projeto de curricularização da extensão universitária promovido pelas licenciaturas da UNIARP, durante o primeiro semestre de 2025.

A experiência foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada na cidade de Caçador/SC, e integrou o conjunto de oficinas do projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882.

A oficina intitulada "O incentivo à leitura nos anos iniciais por meio da contação de histórias" teve como objetivo principal estimular o gosto pela leitura e promover o desenvolvimento da imaginação e da expressão linguística das crianças. O conto escolhido pelo grupo foi "Pedrinho Pintor", de Ruth Rocha, e o público-alvo foram as turmas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O projeto foi desenvolvido pelas acadêmicas da primeira fase do curso de Licenciatura em Pedagogia, com a proposta de criar um momento de interação, ludicidade e encantamento literário. A elaboração do produto educacional ocorreu entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, durante as aulas da disciplina Ateliê Pedagógico I, e sua aplicação foi realizada no dia 07 de junho de 2025, como parte da Curricularização da Extensão.

A atividade envolveu a construção de um mural temático, a autocaracterização das acadêmicas e a contação de histórias de forma dinâmica e participativa, buscando despertar o

interesse e a imaginação das crianças. O processo foi baseado em leituras, observações e vivências acadêmicas, que auxiliaram na elaboração da proposta e no aperfeiçoamento da prática docente.

Durante a execução, observou-se o entrosamento das crianças nas atividades, bem como aspectos comportamentais e de comunicação verbal e não verbal, permitindo compreender como a contação de histórias pode atuar como instrumento de aprendizagem, interação social e incentivo à leitura. Essa experiência reforça a importância de uma práxis educativa que reconheça a leitura como uma prática formadora e transformadora dentro do espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho foi realizado com sucesso e proporcionou importantes reflexões sobre a articulação entre teoria e prática. Participaram da atividade 36 crianças, que interagiram ativamente com os narradores, demonstrando curiosidade e envolvimento durante toda a contação de histórias. As crianças mostraram interesse em compreender as atitudes e sentimentos dos personagens, o que transformou a narrativa em um momento de diálogo e troca de interpretações, estimulando a imaginação, a criatividade e o pensamento crítico.

Durante a execução, observou-se que o espaço físico destinado à atividade não era o mais adequado, em razão da presença de música ambiente e da constante circulação de pessoas, o que dificultou a concentração das crianças em alguns momentos. Ainda assim, as acadêmicas conseguiram conduzir a oficina de forma positiva, adaptando-se às condições e mantendo o entusiasmo e o envolvimento do público.

De modo geral, a proposta atingiu seus objetivos, promovendo momentos de encantamento, aprendizagem e interação, além de reforçar o potencial da contação de histórias como ferramenta pedagógica essencial na formação de leitores e no desenvolvimento da expressão oral e emocional das crianças.

Figura 1 e 2 -Atividade aplicada no dia.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 3 e 4 - Atividade aplicada no dia.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o contexto tecnológico em que a sociedade se encontra atualmente, incentivar a leitura representa um grande desafio, visto que as crianças estão cada vez mais expostas aos meios digitais, o que tem gerado desinteresse pelos livros e impactado diretamente o desenvolvimento cognitivo e o processo de alfabetização. A contação de histórias surge, nesse cenário, como uma alternativa simples e dinâmica para despertar o prazer de ler, permitindo que as crianças imaginem, interajam, se expressem e se encantem com os contos, explorando novos mundos e possibilidades.

Dessa forma, a aplicação de um produto educacional de caráter lúdico, voltado a auxiliar a prática escolar, contribui para estimular a leitura de maneira natural e prazerosa. Quando essa prática se torna parte da rotina, a leitura passa a ser vista como um hábito divertido e significativo, rompendo com o antigo conceito de que ler é algo cansativo ou monótono.

Mesmo diante de alguns desafios no momento da aplicação, a proposta alcançou os resultados esperados, evidenciando que as atividades lúdicas são essenciais para aproximar as crianças dos livros, promovendo o entrosamento, a imaginação e o gosto pela leitura desde os primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Maria José de Lima. O hábito de leitura dos alunos de escolas públicas estaduais de Maceió da 1ª Gere: Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2023.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 47-58, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p47. Acesso em: 14 out. 2025.

MACHADO, Ana Maria. A importância da literatura infantil na formação da identidade. Rio de Janeiro, Salamandra, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. A leitura: uma questão de formação. São Paulo, Ática 10 dezembro 1998.

RAMOS, Flávia Brocchetto; VASCONCELOS, Roger Andrei de Castro; NEITZEL, Adair de Aguiar. A arte de viver e de contar histórias: experiências de professoras na Educação Básica. Educar em Revista, Curitiba, v. 40, p. e87633, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/ktg57vqXgYQGqp784qJ6VQq/?format=html&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

ROCHA, Ruth. A leitura e a formação do leitor. Rio de janeiro, salamandra,1996.

SILVA, Euzilene Carvalho Da; RIBEIRO, Janete Santa Maria. A Importância da Literatura na Educação Infantil. Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – EaD – UAB, Medianeira, p. 1-21, 2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20537/1/MD_EDUMTE_II_2014_51.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

UHR, Fátima Regina Brito; SOARES, Adriana Benevides. Literatura Infantil como recurso docente para o desenvolvimento de Habilidades sociais no cotidiano escolar. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 41, p. 1-17, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/JdfwrYh5bS4sLdJG8QsGQgJ/?format=html&lang=pt#. Acesso em: 14 out. 2025.

PAREAMENTO DAS CORES: O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA INFANTIL

Categoria: Projeto Integrador

Ana Luisa Franco Cardoso[1]
Fabiola Aparecida Pedroso de Oliveira[2]
Kmily Vitoria[3]
Virissimo de Souza[4]
Elis Regina Mazurana[5]
Diego André Bridi[6]

Resumo – O presente trabalho tem como tema o desenvolvimento da coordenação motora infantil por meio de atividades lúdicas. O objetivo foi investigar como práticas simples, utilizando materiais recicláveis, podem estimular habilidades motoras finas em crianças da Educação Infantil. A metodologia adotada foi qualitativa, vinculada a um projeto de extensão universitária aplicado em uma escola pública do município de Caçador/SC. A atividade principal consistiu no pareamento de cores com tampinhas de garrafa, utilizando elásticos e massinha para promover a percepção visual, a atenção e o raciocínio lógico, além da coordenação motora. Os resultados demonstraram que, apesar de algumas dificuldades iniciais, as crianças conseguiram desenvolver a tarefa com autonomia e criatividade, evidenciando avanços significativos nas habilidades propostas. Conclui-se que o uso do lúdico constitui uma ferramenta eficaz no processo de aprendizagem infantil, favorecendo o desenvolvimento integral, a autonomia e o respeito ao tempo de cada criança.

Palavras-chave: coordenação motora; educação infantil; ludicidade; aprendizagem; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A coordenação motora é uma habilidade essencial do desenvolvimento infantil, permitindo que o corpo execute movimentos de forma eficiente e integrada. Ela depende da comunicação entre o cérebro, os músculos e as articulações, sendo considerada um importante indicador do amadurecimento neuromotor e cognitivo da criança. Essa habilidade pode ser dividida em três tipos: coordenação motora fina, coordenação motora grossa e coordenação motora de acordo com a idade (Silva; Souza, Coutinho, 2020).

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A coordenação motora fina envolve movimentos delicados realizados por músculos pequenos, especialmente das mãos e dos pés. Entre os exemplos estão segurar objetos com os dedos, pintar, desenhar, escrever, abotoar roupas, manusear talheres ou usar tesouras (Rebelo et al., 2020). Já a coordenação motora grossa está relacionada a movimentos amplos que exigem maior força e controle corporal, como andar, correr, pular, dançar e participar de atividades que envolvem o uso combinado dos braços e pernas, além da percepção do espaço ao redor (Sacchi; Metzner, 2019).

A coordenação motora por idade refere-se ao período esperado para o desenvolvimento dessas habilidades. Esse processo depende de estímulos adequados no ambiente, das experiências cotidianas e também de fatores genéticos. É fundamental respeitar o ritmo individual de cada criança, sem antecipar etapas do desenvolvimento, mas observando sempre seu progresso e buscando orientação profissional quando necessário (Silva; Souza; Coutinho, 2020). Dificuldades motoras podem ter diferentes causas, como alterações neurológicas, nascimento prematuro ou condições específicas do desenvolvimento. Alguns sinais de alerta incluem queda de objetos com frequência, dificuldades para correr, andar ou equilibrar-se, e falta de coordenação entre os dois lados do corpo (Santos; Ferracioli, 2020).

Brincar é uma das formas mais naturais e poderosas de aprender. Quando o lúdico é associado a materiais simples e de fácil acesso, cria-se um ambiente rico para o desenvolvimento global da criança (Cotonhoto; Rossetti; Missawa, 2019). A atividade de pareamento de cores com tampinhas de garrafa é um exemplo de como ações simples podem gerar aprendizagens significativas e prazerosas.

A proposta consiste em utilizar tampinhas fixadas em pares sobre uma base de papelão. As crianças são convidadas a identificar os pares de mesma cor e associá-los utilizando elásticos, para unir as tampinhas, ou bolinhas de massinha colorida, que são colocadas sobre as tampinhas correspondentes. Essa atividade estimula coordenação motora fina, percepção visual, atenção e raciocínio lógico. Além disso, ao enfrentar o desafio de forma autônoma, a criança desenvolve autoconfiança e senso de conquista.

Feita com materiais recicláveis e de baixo custo, a proposta pode ser adaptada a diferentes idades e contextos educacionais, valorizando a inclusão e a sustentabilidade. É importante, porém, que o professor mantenha um olhar atento, oferecendo apoio individualizado quando necessário.

Diante disso, formula-se a seguinte problemática: Como desenvolver a coordenação motora em crianças da Educação Infantil, de forma a superar dificuldades em atividades que exigem precisão manual e prepará-las para desafios futuros?

O presente trabalho tem como objetivo propor estratégias lúdicas que estimulem a coordenação motora fina, respeitando as etapas do desenvolvimento infantil e contribuindo para uma aprendizagem significativa.

Assim, este trabalho busca refletir sobre o papel do lúdico como instrumento pedagógico para o desenvolvimento motor na infância, promovendo experiências educativas que aliem movimento, criatividade e prazer em aprender.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, vinculada a um projeto de extensão universitária, com foco no desenvolvimento da coordenação motora infantil por meio do pareamento de cores. A proposta integra o conjunto de ações do projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 (parecer nº 7.612.882).

A experiência foi desenvolvida na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, localizada no município de Caçador/SC, durante o período de 22 a 25 de abril de 2025, com aplicação prática no dia 07 de junho de 2025, como parte do processo de Creditação da Extensão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O principal objetivo da atividade foi estimular a coordenação motora fina e a percepção visual das crianças, promovendo o aprendizado por meio de experiências lúdicas e significativas.

A análise foi conduzida pelas acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, com abordagem descritiva e interpretativa, buscando identificar avanços no controle motor, na percepção visual e na capacidade de discriminação das cores a partir das observações feitas durante a execução das atividades.

A proposta metodológica consistiu na utilização de tampinhas de garrafa plástica fixadas em pares sobre uma base de papelão reciclado. As crianças foram convidadas a identificar os pares de mesma cor e associá-los utilizando dois recursos distintos:

(1) elásticos, esticados para unir as tampinhas da mesma cor; e

(2) bolinhas de massinha colorida, colocadas sobre as tampinhas correspondentes.

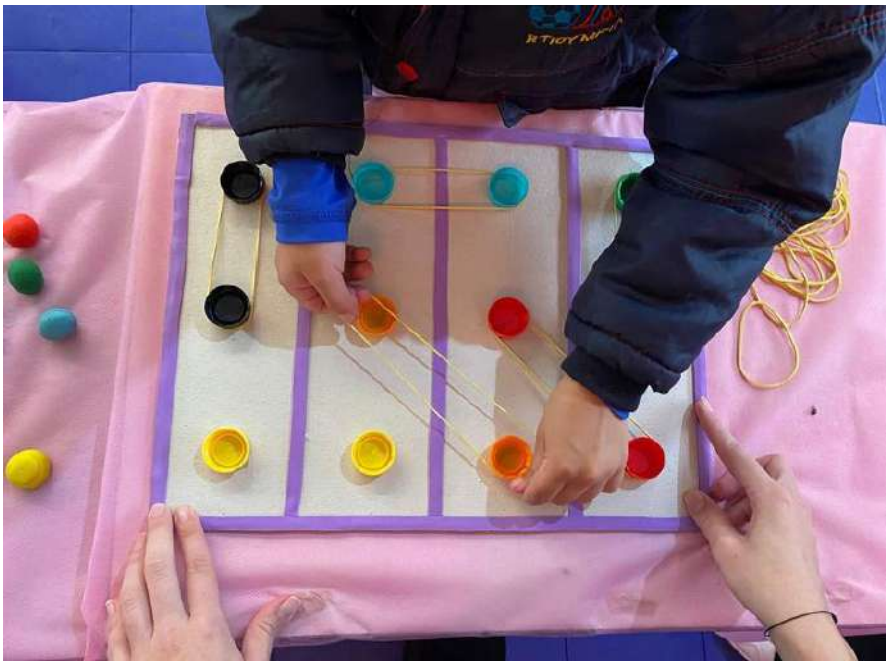
Por ser confeccionada com materiais recicláveis, de baixo custo e fácil acesso, a atividade mostra-se altamente adaptável a diferentes faixas etárias e contextos educacionais. Além de estimular o desenvolvimento motor e cognitivo, a proposta reforça princípios de sustentabilidade, inclusão e aprendizagem ativa, unindo criatividade, autonomia e prazer em aprender.

Ao integrar educação, ludicidade e consciência ambiental, a oficina contribuiu para o desenvolvimento integral das crianças, fortalecendo o vínculo entre universidade e escola e reafirmando o papel da extensão como prática formativa essencial à formação docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática pedagógica teve como objetivo estimular a coordenação motora fina por meio de uma atividade lúdica de pareamento de cores, utilizando elásticos e tampinhas recicladas. A proposta buscou associar aprendizagem e ludicidade, promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas de forma prazerosa e acessível.

Figura 01 – Desenvolvimento da atividade



Fonte: Os autores 2025.

Durante a execução da atividade, observou-se grande envolvimento e entusiasmo das crianças, que demonstraram curiosidade e disposição para explorar os materiais. Embora algumas apresentassem dificuldades iniciais ao manusear os elásticos, principalmente no controle da força e na precisão dos movimentos, foi possível perceber progressos graduais à medida que repetiam a ação. Essa repetição contribuiu para o fortalecimento da coordenação motora fina, além de estimular a persistência e a autonomia diante do desafio proposto.

Outro aspecto relevante foi a interação entre as crianças, que frequentemente se ajudavam espontaneamente, demonstrando atitudes de cooperação e empatia. Essa dimensão social do brincar reforça o potencial do lúdico como mediador da aprendizagem, conforme defende Vygotsky (1998), ao considerar que o desenvolvimento ocorre na interação com o outro e com o meio.

Além disso, notou-se que todas as crianças conseguiram identificar e parear as cores corretamente, revelando boa percepção visual e atenção concentrada. A diferenciação cromática, aliada ao movimento de prender os elásticos, mostrou-se uma estratégia eficaz para integrar aspectos sensoriais, cognitivos e motores, tornando o aprendizado mais significativo.

A experiência também evidenciou a importância do uso de materiais simples e recicláveis no contexto escolar. A acessibilidade dos recursos empregados possibilita que professores repliquem a atividade em diferentes ambientes, valorizando a criatividade pedagógica e a sustentabilidade na educação infantil.

De modo geral, os resultados obtidos indicam que a proposta contribuiu para o desenvolvimento integral das crianças, estimulando não apenas habilidades motoras e perceptivas, mas também aspectos emocionais e sociais. A atividade cumpriu seu papel enquanto ferramenta pedagógica inclusiva, prazerosa e adaptável, reafirmando o valor das práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade lúdica demonstrou o quanto brincadeiras simples podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da coordenação motora das crianças. Observou-se que, mesmo diante de algumas dificuldades iniciais, elas se envolveram com entusiasmo, criaram estratégias próprias e se divertiram durante o processo de aprendizagem.

Essa experiência reforça a importância de respeitar o ritmo individual de cada criança e de propor atividades que unam aprendizado e prazer, tornando o ensino mais atrativo e significativo. Apesar do tempo curto de aplicação, os resultados foram muito positivos e indicam que vale a pena continuar investindo em práticas lúdicas no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. Construção psicopedagógica, São Paulo, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005. Acesso em: 08 out. 2025.

REBELO, Miguel; SERRANO, João; DUARTE-MENDES, Pedro; RUIZ, Paulo; MARINHO, Daniel Almeida. Desenvolvimento Motor da Criança: Relação entre Habilidades Motoras Globais, Habilidades Motoras Finas e Idade. Cuadernos de Psicologia del Deporte, Murcia, v. 20, n. 1, p. 75-85, 2020. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1578-84232020000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 out. 2025.

SACCHI, Ana Luisa; METZNER, Andreia Cristina. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasilia, v. 100, n. 254, p. 96-110, jan./abr., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, Letícia Rodrigues Vieira dos; FERRACIOLI, Marcela de Castro. Prevalência de crianças identificadas com dificuldades motoras. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 525-538, abr./jun., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/7ych3DZmpW3RRjKfgmMwphw/?lang=pt. Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, Roseane Maria da Costa; SOUZA, Gustavo de Lima; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Coordenação Motora Infantil-Desenvolvimento no Seu Tempo. Brazilian Journal of

Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 54102-54116, jul., 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343491502_COORDENACAO_MOTORA_INFANTIL-DESENVOLVIMENTO_NO_SEU_TEMPO. Acesso em: 07 out. 2025.

PROMOVENDO A LEITURA E A ESCRITA DE FORMA LÚDICA E INTERATIVA

Categoria:

Ana Eloisa Dias Maiberg[1]
Marizete Aparecida de Souza Barros[2]
Raysa Naiara Ferreira[3]
Elis Regina Mazzurana[4]
Diego André Bridi[5]

Resumo – O presente trabalho aborda o incentivo à leitura e à escrita por meio de práticas lúdicas, destacando o uso do Jogo das Sílabas como ferramenta pedagógica voltada ao processo de alfabetização. O objetivo foi estimular o interesse e o aprendizado das crianças de forma divertida e interativa, promovendo o desenvolvimento da linguagem oral e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido no contexto do projeto de extensão universitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), realizado na EMEB Alcides Tombini, em Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025. A metodologia baseou-se na observação direta e nas reflexões dos acadêmicos sobre a aplicação da oficina. Os resultados mostraram alto envolvimento e entusiasmo das crianças, que conseguiram formar palavras com auxílio de imagens e sílabas, demonstrando avanços na identificação e combinação de sons. Conclui-se que o uso de jogos educativos é uma estratégia eficaz para favorecer a alfabetização e despertar o prazer pela leitura, além de contribuir para a formação docente e o fortalecimento da integração entre teoria e prática no contexto da Curricularização da Extensão.

Palavras-chave: alfabetização; ludicidade; leitura; escrita; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

O ato de brincar nasce das relações que a criança estabelece com o meio e com as pessoas ao seu redor. É por meio dessas interações sociais que o brincar ganha significado, tornando-se uma forma de expressão e de aprendizado. Cada criança atribui um sentido próprio aos brinquedos e às situações lúdicas, reinterpretando-as conforme suas experiências e percepções. Assim, o brincar é uma prática social e cultural, pois reflete e, ao mesmo tempo, transforma o ambiente em que ocorre. Durante as brincadeiras, as crianças reproduzem elementos do seu cotidiano, mas também criam novas formas de compreender o mundo, reinventando gestos, palavras e ideias. Dessa maneira, o brincar constitui um espaço de produção

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de cultura, no qual a criança atua como sujeito ativo do próprio desenvolvimento, capaz de aprender, comunicar-se e ressignificar as vivências que experimenta (Ranyere; Matias, 2023; Cotonhoto; Rossetti; Missawa, 2019).

Vale ressaltar que a brincadeira é essencial para o aprendizado e o desenvolvimento integral das crianças, pois, ao brincar, a criança identifica, cria, relaciona-se e aprende a ser, como destacam os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Cardoso; Batista, 2021; Silveira; Lauer; Esquinsani, 2021).

O ato de brincar representa muito mais do que um simples momento de distração para a criança, ele é uma oportunidade de aprendizado e crescimento. Por meio das brincadeiras, as crianças experimentam, exploram e compreendem o mundo à sua volta, desenvolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e afetivos. Dessa forma, o brincar deve ser reconhecido como um recurso pedagógico essencial, que precisa ser planejado com intencionalidade e sensibilidade por parte dos educadores, contribuindo para uma aprendizagem significativa e integrada ao desenvolvimento infantil (Conceição; Rocha, 2025).

O presente trabalho busca responder à seguinte problemática: Como podemos ajudar as crianças com dificuldades em reconhecer palavras e unir sílabas, evitando a frustração e o desinteresse, e ao mesmo tempo incentivando a leitura e a escrita de forma lúdica e interativa?

Como objetivo geral, pretende-se incentivar o desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos de forma prazerosa e significativa, utilizando o jogo das sílabas como ferramenta pedagógica capaz de unir ludicidade e aprendizagem.

Entende-se que o brincar pode transformar o processo de alfabetização em uma experiência positiva, criativa e participativa, favorecendo a superação das dificuldades e promovendo avanços na leitura, na escrita e na autoestima das crianças em fase de alfabetização.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvido no contexto do projeto de extensão universitária promovido pelas Licenciaturas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador/SC, durante o primeiro semestre de 2025.

A ação foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alcides Tombini, integrando as atividades da Curricularização da Extensão, cujo objetivo é aproximar a universidade da comunidade escolar por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A oficina intitulada “Jogo das Sílabas” foi elaborada e aplicada por acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, voltando-se às turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A proposta teve como foco estimular o interesse pela leitura e pela escrita de forma lúdica e interativa, permitindo que as crianças explorassem a formação de palavras por meio da manipulação de sílabas móveis.

A construção do produto educacional ocorreu entre os meses de março e abril de 2025, sendo intensificada durante a 1ª Semana da Curricularização da Extensão, realizada de 22 a 25 de abril de 2025. A aplicação prática da oficina aconteceu no dia 07 de junho de 2025, na escola parceira.

A sistematização da experiência baseou-se em observações diretas, anotações reflexivas e relatos compartilhados pelas acadêmicas durante o processo de planejamento, execução e avaliação da oficina. Essa abordagem possibilitou identificar o nível de engajamento das crianças, a eficácia das estratégias didáticas utilizadas e o impacto formativo da ação para os acadêmicos participantes.

Por fim, destaca-se que a experiência integra o conjunto de 38 oficinas do projeto principal "Educação em Ação: Construindo Pontes entre Universidade e Escola com Oficinas Pedagógicas", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado CAAE: 88442225.5.0000.0259 / Parecer: 7.612.882, reforçando o papel da extensão como ponte entre teoria e prática e como instrumento de transformação social e educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina "Jogo das Sílabas" foi muito bem recebida pelas crianças, que participaram com entusiasmo e curiosidade em todas as etapas da proposta. A atividade despertou o interesse pela leitura e escrita de forma leve e divertida, favorecendo a aprendizagem por meio da manipulação de imagens e sílabas representadas em tampinhas coloridas.

Durante a prática, observou-se o envolvimento de crianças de diferentes faixas etárias. As mais novas apresentaram algumas dificuldades iniciais na formação das palavras, mas, com o apoio das acadêmicas, conseguiram compreender e realizar as associações propostas. As crianças mais velhas, por sua vez, demonstraram maior autonomia, ampliando a complexidade das palavras formadas e explorando novas combinações de sílabas.

A ludicidade do jogo mostrou-se um elemento facilitador para o aprendizado e a socialização, promovendo momentos de cooperação e troca entre os participantes. Além disso, a oficina contribuiu para o desenvolvimento da atenção, da coordenação motora fina e da consciência fonológica, aspectos fundamentais no processo de alfabetização.

De modo geral, a experiência evidenciou que o uso de estratégias lúdicas, como o Jogo das Sílabas, favorece a inclusão e o engajamento das crianças, tornando o processo de aprendizagem mais prazeroso, participativo e significativo.

Figura 1: Desenvolvimento da atividade de extensão.

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade atingiu seu objetivo principal de incentivar a leitura e a escrita de forma lúdica e prazerosa. Apesar das diferenças entre as faixas etárias, todos os alunos demonstraram interesse, engajamento e entusiasmo durante a realização da oficina.

A principal limitação observada foi a variação dos níveis de aprendizagem entre as crianças, o que exigiu diferentes formas de mediação. No entanto, essa diversidade favoreceu trocas positivas entre os alunos, permitindo que os mais experientes auxiliassem os colegas e fortalecessem o aprendizado coletivo.

Para futuras edições da oficina, sugere-se ampliar o jogo com novos conteúdos e elementos visuais mais coloridos, de modo a tornar a atividade ainda mais atrativa e dinâmica.

A experiência comprovou que os jogos educativos são ferramentas eficazes no processo de alfabetização, estimulando o raciocínio, a criatividade e o gosto pela leitura. Além disso, a ação reforçou a importância da Curricularização da Extensão como espaço de formação docente, aproximando teoria e prática e promovendo aprendizagens significativas tanto para os acadêmicos quanto para as crianças participantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a escola EMEB Alcides Tombini, pela recepção e pela oportunidade de podermos estarmos apresentando nossos trabalhos, agradecemos também a Uniarp por nos proporcionarmos momentos como esse de socialização.

E nosso agradecimento também a nossa coordenadora e ao nosso professor, obrigada por todo ensinamento. A todos nossa eterna gratidão.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Maykon Dhonnes de Oliveira; BATISTA, Letícia Alves. Educação Infantil: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades. Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 23, jun., 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/23/educacao-infantil-o-ludico-no-processo-de-formacao-do-individuo-e-suas-especificidades. Acesso em: 14 out. 2025.

CONCEIÇÃO, Isabela Cassiano Marques Barros da; ROCHA, Gustavo Gomes Siqueira da. A importância do brincar na Educação Infantil. Rio de Janeiro, v. 25, n. 17, mai., 2025. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/17/a-importancia-do-brincar-na-educacao-infantil. Acesso em: 14 out. 2025.

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSET, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. Construção psicopedagógica, São Paulo, v. 27, n. 38, p. 37-47, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542019000100005. Acesso em: 14 out. 2025.

RANYERE, Jean; MATIAS, Neyfsom Carlos Fernandes. A Relação com o Saber nas Atividades Lúdicas Escolares. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 43, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/bFV4Q6cZKzTJLhhmyBP3PYp/?lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVEIRA, Carmem Lúcia Albrecht da; LAUER, Munir José; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. O sentido do brincar e do jogar na infância como fundamentos para a construção da democracia social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 102, n. 262, p. 787-801, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zyqZXYfCh7sFhhV4Yx8LqXF/?format=html&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

MEMÓRIA EM MOVIMENTO:MAGIA DO BRINCAR

Categoria: Projeto Integrador

Letícia Martini[1]
Amanda Ketlin dos Santos[2]
Adriana Emidio[3]
Sonia Fátima Gonçalves[4]
Diego Bridi[5]

Resumo – O projeto "Memória em Movimento: A Magia do Brincar" tem como objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais por meio de atividades lúdicas que envolvem memorização e associação de cores. A proposta valoriza o brincar como ferramenta pedagógica, estimulando habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais de forma prazerosa. Além de favorecer a aprendizagem significativa, o projeto incentiva a autonomia, a socialização e o respeito às regras, contribuindo para a formação de sujeitos mais confiantes, criativos e colaborativos.

Palavras-chave: Agilidade; Pensamento rápido; Memória.

INTRODUÇÃO

Brincar vai muito além de diversão: é uma forma legítima de aprender, se expressar e se desenvolver. Na infância, cada gesto, jogo ou interação representa uma oportunidade de estimular a curiosidade, fortalecer vínculos afetivos e construir habilidades fundamentais para a vida escolar e social. O projeto "Memória em Movimento: A Magia do Brincar" nasce dessa compreensão, propondo atividades lúdicas que envolvem memorização e associação de cores, promovendo experiências significativas que favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional das crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais.

Mais do que entreter, o projeto valoriza o ritmo e as potencialidades individuais, estimulando atenção, memória visual, raciocínio lógico, coordenação motora, percepção espacial, autonomia, socialização e respeito às regras. Fundamentado em autores como Santos, Rosa e Liebel, reconhece o brincar como linguagem da infância e o educador como parceiro nas descobertas. Liebel (2021) destaca o protagonismo infantil como resistência à subalternização, defendendo a criança como sujeito de direitos e agente transformador dos espaços que ocupa. Além disso, o projeto se posiciona criticamente frente à tendência de medicalização nas escolas,

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

como apontam Lima, Cruz, Lima e Brandão (2021), propondo práticas que acolhem as singularidades sem reduzi-las a diagnósticos.

Ao integrar corpo, mente e emoção, reafirma que brincar é educar com sensibilidade, criatividade e transformação. Como enfatiza Vigotski (2021), a brincadeira é fonte de desenvolvimento e cria zona de desenvolvimento iminente. A ação intencional, mudança de motivos, objetivos, intenção voluntária, atenção dirigida e memória surgem na brincadeira, colocando-a num nível superior de desenvolvimento (VIGOTSKI, 2021, p. 235). Quando a criança brinca, entra em relação com objetos que permitem a apropriação da cultura humana. A necessidade de interagir com o outro, de manusear objetos, de se comunicar e de experimentar ações realizadas pelos adultos motiva a criança a agir. E, nas ações, ela aprende a controlar sua conduta na medida em que respeita as regras da brincadeira.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo intervenção pedagógica, realizada na Escola Nossa Senhora Salete, localizada no município de Caçador, Santa Catarina. A atividade foi desenvolvida no dia 25 de outubro de 2025, em um sábado à tarde, das 13h30 às 17h00, com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional de crianças por meio de uma proposta lúdica e competitiva.

O público-alvo foi composto por crianças com idades entre 4 e 12 anos, que participaram voluntariamente da atividade, acompanhadas por seus pais ou responsáveis. A dinâmica foi estruturada em formato competitivo, com disputas individuais um contra um, estimulando o raciocínio rápido, a memória visual e a organização espacial.

A atividade principal consistiu em uma sequência de observação e reprodução gráfica. As crianças foram orientadas a focar nos detalhes visuais e posicionais dos símbolos apresentados em um cartaz, promovendo o desenvolvimento da atenção seletiva. Após o tempo de observação, que variava entre 15 e 30 segundos, cada participante utilizava marcadores para desenhar os símbolos no quadro branco conforme lembrava, estimulando a coordenação motora fina e grossa. A atividade exigia ainda que os participantes compreendessem conceitos de posição como acima, abaixo, centro, esquerda e direita, favorecendo a orientação espacial e o raciocínio lógico.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e registros em diário de campo, com foco nas interações entre crianças e adultos, nas estratégias utilizadas durante a competição e nas reações emocionais dos participantes. A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, relacionando os achados empíricos com os referenciais teóricos de Vigotski, Liebel, Lima e Santos, que discutem o brincar como linguagem da infância, o protagonismo infantil e a valorização das singularidades.

Do ponto de vista ético, todos os responsáveis foram previamente informados sobre os objetivos da atividade e autorizaram a participação das crianças. A identidade dos participantes foi preservada, e os registros foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. A experiência revelou-se eficaz e envolvente, promovendo aprendizagens significativas e momentos de integração familiar. A participação ativa de uma criança autista, que venceu uma das rodadas da

competição, evidenciou o caráter inclusivo da proposta e o potencial transformador do brincar como prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade "Memória em Movimento: A Magia do Brincar" alcançou resultados altamente positivos, em consonância com os objetivos propostos. As crianças demonstraram entusiasmo, concentração e envolvimento durante toda a dinâmica, revelando que o brincar, quando estruturado de forma intencional, pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento cognitivo, motor e sócio emocional. A proposta competitiva, realizada em formato um contra um, despertou o interesse dos participantes e favoreceu o raciocínio rápido, a memória visual e a organização espacial, conforme previsto na metodologia.

A presença dos pais e responsáveis contribuiu significativamente para o clima de acolhimento e integração. Muitos deles participaram ativamente das rodadas, incentivando as crianças e promovendo momentos de socialização entre as famílias. Essa vivência reforça os estudos de Lima, Cruz, Lima e Brandão (2021), que defendem práticas pedagógicas sensíveis às singularidades, afastando-se da lógica da medicalização e valorizando o potencial de cada criança em seu próprio ritmo.

Um dos momentos mais marcantes da atividade foi a participação de uma criança autista, que não apenas se envolveu com entusiasmo, como também venceu uma das rodadas da competição. Esse resultado evidencia o caráter inclusivo da proposta e dialoga com os apontamentos de Liebel (2021), ao reconhecer o protagonismo infantil como forma de resistência à subalternização e como expressão legítima da infância. A criança, ao assumir o papel de competidora e vencedora, reafirma sua posição como sujeito de direitos e agente ativo no espaço escolar.

Além disso, os dados observados durante a atividade confirmam os pressupostos de Vigotski (2021), que considera o brincar como fonte de desenvolvimento e condição para a humanização da criança. A dinâmica exigiu atenção dirigida, memória, coordenação motora e respeito às regras, elementos que, segundo o autor, emergem naturalmente na brincadeira e colocam a criança em um nível superior de desenvolvimento.

Em síntese, os resultados obtidos demonstram que a atividade proposta não apenas cumpriu seus objetivos pedagógicos, como também promoveu experiências significativas de aprendizagem, inclusão e fortalecimento de vínculos afetivos. A teoria dialoga diretamente com a prática, evidenciando que o brincar é, de fato, uma linguagem potente da infância e uma ferramenta transformadora no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho reafirmou o valor do brincar como prática pedagógica capaz de promover o desenvolvimento integral das crianças. A atividade proposta despertou atenção, memória, coordenação motora e respeito às regras, além de favorecer a socialização e o envolvimento familiar. A participação ativa de uma criança autista evidenciou o potencial inclusivo da proposta e reforçou a importância de práticas que acolhem as singularidades.

Entre as limitações, destaca-se o tempo restrito para aprofundamento das observações e a aplicação pontual da atividade. Como sugestão, recomenda-se ampliar o projeto para outros contextos e faixas etárias, explorando novas dinâmicas lúdicas que estimulem diferentes habilidades cognitivas e sociais.

REFERÊNCIAS

LOPES, Juliana Silva, et al. Ressignificando a queixa escolar: contribuições do parque para a desmedicalização da educação. Psicologia Escolar e Educacional.

2023, v. 27. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-237290. Acesso em: 17/10/2025.

MARQUES, Eliana Sousa Alencar. MARTINS, Maria de Nazareth Fernandes. Didática na educação infantil: mediação para humanização de crianças. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 105, e5781, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.105.5781. Acesso em: 17/10/2025.

LIEBEL, Manfred. Infâncias e direitos humanos: perspectivas críticas. São Paulo: Cortez, 2021.

LIMA, Maria Helena; CRUZ, João Pedro; LIMA, Ana Paula; BRANDÃO, Carla. Educação e singularidades: desafios da inclusão e da desmedicalização escolar. Recife: EDUPE, 2021.

SANTOS, Beatriz; ROSA, Juliana; LIEBEL, Manfred. O brincar e o protagonismo infantil: perspectiva

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

LIMA, Maria Lúcia Chaves; CRUZ, Bruna de Almeida; LIMA, Laura Norat de; BRANDÃO, Suellen Alves. Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 25, e222921, 2021.

JOGOS E BRINCADEIRAS: PAREAMENTO DE CORES

Categoria: Projeto Integrador

Heviny Carlim da Silva[1]
Arléia Alves de Campos[2]
Larissa Mews[3]
Sônia de Fátima Gonçalves[4]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo levar o lúdico para as instituições e trabalhar o desenvolvimento da criança, também relata a experiência das atividades realizadas pelos acadêmicos do curso de Pedagogia na E.E.B Professor Domingos da Costa Franco, onde planejamentos pensados em conjunto pela turma foram postos em prática e os acadêmicos desenvolveram atividades e brincadeiras, nosso grupo realizou a atividade Pareamento das cores, onde a criança memoriza bolinhas de plástico coloridas enfileiradas em um curto tempo, logo em seguida, cobrimos as bolinhas e a criança deve enfileirar na ordem correta das cores, o objetivo é encontrar os pares da mesma cor. O desenvolvimento infantil é fortemente impulsionado pela memorização, pela curiosidade e pelo raciocínio lógico, pois esses aspectos estão interligados no processo de aprendizagem. A curiosidade desperta o interesse em descobrir e compreender o mundo, estimulando a busca por novos conhecimentos. A memorização contribui para a construção de referências e para a consolidação do que foi aprendido, enquanto o raciocínio lógico permite que a criança relacione ideias, resolva problemas e desenvolva autonomia intelectual. Juntos, esses elementos fortalecem as bases cognitivas e emocionais essenciais para o aprendizado contínuo. Sendo assim, o educando deve de forma lúdica ensinar e desenvolver métodos que encaixem as atividades lúdicas no cotidiano escolar, assim como a família também deve encaixar em casa.

Palavras-chave: criança, curiosidade, desenvolvimento, memorização, raciocínio lógico.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a ludicidade vem ganhando espaço na educação, pois trabalha a socialização, o emocional e a criatividade da criança.

É de grande valia que os educadores utilizem do lúdico dentro do ambiente escolar, a partir de brincadeiras, brinquedos e jogos, onde o aluno possa explorar suas habilidades, sua curiosidade e interagir com os outros.

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As atividades lúdicas são de grande importância para o desenvolvimento do aluno, o lúdico une a diversão e o aprendizado, fazendo com que o aluno aprenda de forma mais natural.

Ao planejarmos esse projeto pensamos na parte motivacional do aluno, buscamos uma atividade desafiadora. Pode-se dizer que o aluno está aprendendo por desafios, o que estimula o raciocínio crítico, a autonomia e a resolução de problemas.

Elaboramos uma atividade que aborda as cores e a memória, assim trabalhando com base na BNCC "O Eu, o Outro e o Nós, Traços, Sons, Cores e Formas e Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações". A atividade chama-se Pareamento das cores, onde é estipulado um certo tempo para as crianças memorizarem, e em seguida tentar ordenar as cores em seus devidos lugares.

O intuito dessa atividade é criar oportunidades para que os alunos aprendam de maneira leve e envolvente. Dessa forma, o lúdico se apresenta como uma prática pedagógica que valoriza o protagonismo do estudante e contribui para um ensino mais humanizado.

METODOLOGIA

No planejamento desse projeto, em sala de aula, cada grupo pesquisou e desenvolveu uma atividade para levarmos no evento do Dia da Família na escola E.E.B Professor Domingos da Costa Franco, que ocorrerá no dia 11 de outubro. A atividade escolhida pelo nosso grupo foi Pareamento das cores, uma atividade lúdica e pedagógica em que a criança precisa identificar, reconhecer e relacionar cores iguais. Utilizamos bolinhas de plástico coloridas, colocamos enfileiradas e a criança tem um curto tempo para memorizar a ordem correta, logo em seguida, cobrimos as bolinhas e a criança deve enfileirar na ordem correta das cores, o objetivo é encontrar os pares da mesma cor. Nessa atividade só vamos utilizar as bolinhas de plástico coloridas e algo para cobrir (uma folha branca ou uma folha cartão grande). A faixa etária ideal é de 3 a 9 anos, e o público-alvo são crianças, mas também contamos com a participação dos responsáveis.

Com a atividade pronta, fomos até a escola e realizamos o projeto, organizamos a nossa bancada, e deixamos as bolinhas de plástico em ordem, as crianças por sua vez, se interessavam pelas cores e ficavam ansiosas para participar. Com a atividade sobre a mesa, elas olham a ordem das cores e tentavam memorizar, em seguida, cobrimos a fileira de bolinhas e eles pegavam outras bolinhas e colocavam na ordem que memorizaram, depois descobríamos e eles conseguiam ver se acertaram. Quando a criança ficava muito em dúvida, os pais ajudavam. Ao longo do dia, as crianças se divertiram e também aprenderam, essa experiência criou um ambiente lúdico e acolhedor, promovendo o aprendizado através dos jogos e brincadeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade que escolhemos desenvolveu a curiosidade, a concentração e a memorização da criança, conforme nós planejamos.

Ao aplicar a atividade no evento, muitas crianças se interessaram e acharam divertido participar, quanto mais elas se sentiam desafiadas mais elas se interessavam em participar da atividade.

Figura 1 – Imagem da atividade

Fonte: As autoras(2025)

Neste dia, conseguimos ver a importância da ludicidade na educação e no desenvolvimento da criança, já que apenas com algumas horas de atividades no evento, eles puderam aprender, praticar suas habilidades sociais, sua imaginação, sua memorização e se divertir.

Durante as brincadeiras, as crianças imaginam, desenvolvem a linguagem, interagem, demonstram suas emoções. Portanto, essas atividades aplicadas foram essenciais e conseguimos perceber o quanto é importante as atividades lúdicas na vida de todo ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível mostrar a importância do lúdico no desenvolvimento infantil como um elemento fundamental para o crescimento cognitivo, emocional e social. Compreender o desenvolvimento da memorização na infância é fundamental para reconhecer a complexidade dos processos de aprendizagem.

Assim, o papel do educador torna-se essencial: cabe a ele propor situações de aprendizagem que estimulem a construção significativa do conhecimento, integrando a memória à compreensão e à reflexão. Promover atividades que despertem o interesse, a curiosidade e o envolvimento emocional contribuem para fortalecer os processos de memorização e consolidar aprendizagens duradouras. Dessa maneira, compreender a memória como parte integrante do desenvolvimento cognitivo da criança permite repensar metodologias e práticas educativas, favorecendo uma educação mais humanizada, participativa e significativa.

Portanto, concluímos que incentivar atividades lúdicas em sala de aula que desenvolvam o aluno é essencial para garantir um excelente aprendizado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, RFM. A complexidade do brincar na Educação Infantil: reflexões sobre as brincadeiras lúdico-agressivas. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jpe/a/x4tQn8jXzjWRXqqb4DbYHpM/?format=html&lang=pt. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 12 set. 2025.

O IMPACTO DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS

Categoria: TCC

Luciana Vasconcelos Santos Sá[1]
Lidiane de Fatima Grützmann[2]
Beatriz Teresinha Coscodai[3]

Resumo – O presente Resumo tem como objetivo compreender e refletir sobre como a ludicidade impacta o processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma análise fundamentada em práticas pedagógicas baseadas em evidências. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-analítica, desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura científica disponível nas bases de dados BDTD e SciELO, no período de 2020 a 2025. Foram selecionados estudos que investigam o uso de recursos lúdicos no contexto educacional e sua eficácia comprovada na inclusão e no desenvolvimento de crianças com TEA. Os resultados indicam que a ludicidade, quando aplicada de forma intencional e estruturada, contribui para o aprimoramento das habilidades cognitivas, sociais e comunicativas, promovendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Concluí-se que o uso de práticas lúdicas baseadas em evidências constitui um instrumento pedagógico essencial para favorecer a inclusão escolar e o desenvolvimento global de crianças com autismo, além de oferecer subsídios teóricos e práticos à formação docente.

Palavras-chave: Práticas Baseadas em evidências; Formação continuada; Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação, na socialização e por padrões de comportamento restritos e repetitivos no contexto educacional, essas particularidades demandam estratégias pedagógicas diferenciadas, que respeitem o ritmo e as necessidades específicas de cada criança.

Dentre essas estratégias, a ludicidade tem ganhado destaque como recurso potencializador do processo de aprendizagem no cotidiano escolar, na prática pedagógica, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, onde o brincar é valorizado como parte essencial da aprendizagem. Brincar, pular se esconder, inventar e imaginar faz parte do

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

cotidiano das crianças. Pensando nisso, educadores estão utilizando a ludicidade como estratégia pedagógica para auxiliar na alfabetização de crianças com espectro autista. Segundo Moura, Santos e Marchesini (2021), na brincadeira de faz de conta as crianças recriam situações e atitudes observadas em seu cotidiano, seja na convivência escolar, em família ou em outros espaços de interação social e cultural.

O dicionário Aurelio define ludicidade como aspecto ou posse do que é feito através de jogos brincadeiras ações criativas (Ferreira 2018). Os termos ludicidade e lúdico integram o vocabulário de muitas pessoas que, no senso comum, costumam empregá-los como sinônimos de jogo, geralmente associados ao contexto infantil (Mineiro e D'Ávila 2019).

Diante disso, este estudo busca compreender de que maneira a ludicidade impacta o processo de alfabetização de crianças com TEA, considerando evidências teóricas e práticas observadas em pesquisas científicas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa fundamentada em uma revisão sistemática da literatura sobre o impacto da ludicidade na aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo foi desenvolvido a partir da busca de produções científicas em bases de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a plataforma SciELO,

A seleção das publicações considerou, como critério central, estudos que discutem práticas pedagógicas baseadas em evidências (PBE) voltadas à inclusão de crianças com TEA. Essa escolha metodológica permitiu identificar resultados de pesquisas empíricas que comprovam a eficácia de intervenções lúdicas no processo de ensino e aprendizagem. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa dos textos, buscando reconhecer convergências teóricas e práticas entre os estudos. As evidências encontradas foram sistematizadas em quadros, permitindo uma visão comparativa dos objetivos, métodos e resultados das produções selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar é um tema essencial na formação docente, pois exige compreender a ludicidade como uma estratégia de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento integral. O TEA é definido por desafios persistentes na interação e comunicação social, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos, que se manifestam desde a infância e afetam de maneira significativa o desenvolvimento e a rotina diária (American Psychiatric Association, 2013).

No contexto do autismo, é fundamental compreender que cada criança apresenta uma maneira única de processar informações e de interagir com o mundo de acordo com Islabão (2025), as estratégias de intervenção devem ser cuidadosamente adaptadas ao perfil de aprendizado e às características individuais de cada criança, garantindo um desenvolvimento mais efetivo e respeitoso às suas necessidades.

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2018), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que as atividades lúdicas são fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois auxiliam as crianças a conhecerem o mundo, resolver problemas, expressar emoções e ampliar a imaginação. O documento destaca que as brincadeiras são formas especiais de aprendizagem na infância e estão entre os cinco direitos de aprendizagem e desenvolvimento: brincar, conviver, participar, explorar e conhecer-se.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige não apenas estrutura física adequada, mas principalmente práticas pedagógicas flexíveis e intencionalmente planejadas. Nesse contexto, estudos como o de Silva (2021) destacam a importância da atuação docente e da equipe pedagógica na criação de rotinas que ajudem no desenvolvimento integral desses alunos. A autora enfatiza que a rotina escolar contribui significativamente para que os alunos com TEA superem suas limitações, desde que as práticas pedagógicas sejam ajustadas continuamente às necessidades individuais de cada criança, proporcionando, assim, avanços no processo de aprendizagem e socialização.

Partindo de uma compreensão ampliada do brincar como dimensão formadora e inclusiva, torna-se necessário refletir sobre como a ludicidade pode se articular a práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. O ensinamento Estruturado agrega estratégias que envolvem tanto a organização física do lugar quanto o significado da sequência das atividades a serem desenvolvidas pela criança (Nunes; Schmidt; Nunes Sobrinho, 2021).

Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) geralmente se beneficiam de metodologias mais lúdicas, visuais e interativas, como os jogos adaptados, que despertam o interesse e favorecem o engajamento. Ao trabalhar a alfabetização de crianças com TEA é importante explorar os recursos atrativos e envolventes dos jogos adaptados para esse fim. Mais do que a quantidade de atividades, o foco deve estar em oferecer experiências significativas e bem planejadas, que promovam a aprendizagem com qualidade (Rodrigues 2024).

Para construção da pesquisa do TCC buscamos na plataforma Scielo.org. utilizamos a palavra-chave "Autismo" And "Aprendizagem" obtivemos um resultado de 39 artigos definimos o idioma para português e o ano para 2020 a 2025 após aplicarmos o filtro obtivemos 16 resultados após a análise selecionamos somente 4 que corresponderam com esta pesquisa, toda a revisão bibliográfica foi de suma importância para a elaboração desse projeto.

Na plataforma Scielo.org, também pesquisamos a palavra-chave Praticas Baseadas em evidências And educação encontramos 6 artigos definimos o idioma para português, o ano de 2020 até 2024, aplicamos o filtro e obtivemos 3 artigos utilizamos apenas 1 pois os outros não se encaixavam com os objetivos desta pesquisa.

Na plataforma BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), a busca pelos descritores autismo, ludicidade e práticas baseadas em evidências retornou inicialmente 80 resultados. Após a aplicação dos filtros de idioma (português) e recorte temporal (2020 a 2025), foram identificadas 47 produções. Entretanto, a leitura preliminar permitiu constatar que parte desses trabalhos não atendia aos critérios estabelecidos para este estudo, uma vez que não abordavam especificamente o impacto da ludicidade na aprendizagem de crianças com TEA, motivo pelo qual foram excluídos do corpus final de análise.

No que se refere às publicações identificadas na plataforma SciELO, verificou-se que os estudos selecionados convergem ao evidenciar estratégias pedagógicas lúdicas voltadas ao aprimoramento da participação e do desempenho escolar de estudantes com TEA, incluindo adaptações curriculares, uso de histórias sociais e acompanhamento das interações em sala de aula.

A análise sistemática das dissertações e teses provenientes da BDTD revelou distintas perspectivas acerca do emprego da ludicidade como recurso educacional inclusivo. De modo geral, as pesquisas enfatizam que as atividades lúdicas, quando aliadas a práticas pedagógicas planejadas e fundamentadas em evidências, contribuem significativamente para o desenvolvimento social, cognitivo, emocional e atencional de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

No geral, os estudos concordam que as intervenções lúdicas, associadas a estratégias educacionais planejadas e à formação de professores, contribuem consideravelmente para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas, emocionais e atencionais desses estudantes.

O conjunto das produções analisadas confirma que a ludicidade é um recurso pedagógico diversificado, com potencial para impulsionar o avanço total de crianças com TEA. Igualmente reforça, que a eficácia de práticas lúdicas depende da relação entre, planejamento estruturado e formação docente e recursos estruturados elementos fundamentais para fortalecer a educação inclusiva de maneira concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender o impacto da ludicidade na aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma revisão sistemática de estudos disponíveis em bases acadêmicas nacionais.

As produções analisadas evidenciam que o brincar, quando planejado e fundamentado em práticas pedagógicas inclusivas, constitui um recurso essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicativo desses estudantes.

De maneira convergente, os estudos demonstraram que intervenções lúdicas, mediadas por profissionais capacitados e apoiadas por um planejamento pedagógico estruturado, possibilitam maior participação nas atividades escolares, favorecem a interação social e estimulam a autonomia. Essa constatação reforça que a ludicidade não deve ser vista apenas como entretenimento ou recurso secundário, mas como uma prática educativa intencional e alinhada às necessidades específicas das crianças com TEA. Além disso, constatou-se que a eficácia das estratégias lúdicas depende diretamente da formação docente contínua, da organização adequada dos ambientes de aprendizagem e do acesso a materiais estruturados.

O papel do professor é central nesse processo, pois cabe a ele adaptar metodologias, flexibilizar conteúdos e promover experiências significativas que respeitem o ritmo e as particularidades individuais do aluno autista. Portanto, a revisão realizada confirma que a ludicidade representa um caminho pedagógico potente para fortalecer a educação inclusiva,

contribuindo efetivamente para avanços no processo de escolarização e na qualidade de vida de crianças com TEA.

Contudo, também se observa a necessidade de ampliar estudos empíricos na área, assim como investimentos em formação profissional e políticas educacionais que assegurem ambientes inclusivos e práticas baseadas em evidências.Assim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar a reflexão e o compromisso dos profissionais da educação no sentido de reconhecer o brincar como direito, linguagem e estratégia de aprendizagem, garantindo que todas as crianças, especialmente aquelas com TEA, tenham assegurado seu desenvolvimento pleno e uma participação escolar verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 31 mai. 2025.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ISLABÃO, André Garcia. **Autismo e Educação** - Como Eu Vejo: O que Pais e Professores Precisam Saber. Tradução. Porto Alegre: Artmed, 2025.Disponivel em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558822936/epubcfi/6/6[%3Bvnd.vst.idref%3Dfolha_de_rosto.xhtml]!/4[GRANDIN_Completo]/2/8/4/2/2%4058:71 Acesso em: 27 ago. 2025.

MINEIRO, M.; D'ÁVILA, C. Ludicidade: compreensões conceituais de pós-graduandos em educação**. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. e208494, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945208494. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/pfxVGbRyGr7cjhrYWzZkbFG/?format=html&lang=pt. Acesso em: 26 set. 2025.

MOURA, Alanna Moura e; SANTOS, Bruna Monyara Lima dos; MARCHESINI, Anna Lúcia Sampaio. O brincar e sua influência no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento,** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 24-38, jan./Jun. 2021. DOI: 10.5935/cadernos distúrbios. v21n1p24-38. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072021000100003. Acesso em: 31 de mai. 2025

NUNES, Débora R. P.; SCHMIDT, Carlo; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. Transtorno do Espectro Autista**:** Proposições das Políticas Públicas às Práticas Baseadas em Evidências. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Tempe**, v. 29, n. 77, 31 maio 2021.Disponível em: file:///C:/Users/lucis/Downloads/pkpadmin,+NUNES+SCHMIDT+NUNES+Port+FNL.pdf Acesso em: 31 de mai. 2025.

RODRIGUES, Rosangela. **A importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno do Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2024. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/35970/1/ludicidadeensinoaprendizagemespectroautista.pdf Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, Raissa Maria Aragão da. Contribuições da formação continuada de professores frente ao transtorno do espectro autista. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 8, n. 1, p. 71–82, 2021. DOI: 10.36311/2358-8845.2021.v8n1.p71-82.Disponível, em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/10759 Acesso em: 31 mai. 2025.

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO OESTE CATARINENSE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE DCNS E EMENTÁRIOS

Categoria: TCC II

Ricardo Tavares Camargo Martins[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]

Resumo – O estudo analisa as convergências e divergências entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores e os ementários dos cursos de Pedagogia de três universidades da rede ACAFE, situadas na Mesorregião Oeste de Santa Catarina. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Foram consideradas cinco categorias de leitura: educação e diversidade cultural, educação do campo e comunidades rurais, questões socioeconômicas e desenvolvimento regional, memória histórica e identidade regional e configurações urbanas, tecnológicas e ambientais. Os resultados indicam que, embora os cursos apresentem alinhamento geral com as DCNs, persistem lacunas na abordagem de temáticas como a educação do campo e a valorização da identidade regional. Constatou-se também que a articulação entre teoria e prática, bem como o reconhecimento das especificidades locais, ainda se mostram desafios para a efetiva implementação de uma formação docente crítica e contextualizada. Conclui-se que é necessário fortalecer o diálogo entre as políticas educacionais nacionais e as demandas regionais, de modo a promover uma formação mais sensível às realidades socioculturais do território catarinense.

Palavras-chave: Formação docente; Diretrizes Curriculares Nacionais; Ementário.

INTRODUÇÃO

A formação do pedagogo constitui-se como tema central nas políticas educacionais brasileiras, especialmente após a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que orientam os cursos de licenciatura em nível nacional. Apesar de sua importância normativa, observa-se que, em determinadas regiões, como o Oeste catarinense, há especificidades culturais, econômicas e sociais que nem sempre são contempladas pelas diretrizes nacionais. Essa constatação suscita reflexões sobre a necessidade de currículos que dialoguem com as realidades locais e promovam a valorização das identidades regionais.

O Oeste de Santa Catarina caracteriza-se por uma diversidade cultural e produtiva significativa, com forte presença de comunidades rurais, de descendentes de imigrantes europeus e de povos indígenas, além de um histórico marcado pela Guerra do Contestado e por

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

desigualdades territoriais. Tais particularidades impõem desafios à formação docente, exigindo uma articulação entre teoria e prática que reconheça as demandas locais.

Diante desse contexto, o estudo buscou responder à seguinte questão: em que medida os ementários dos cursos de Pedagogia da rede ACAFE localizados na Mesorregião Oeste Catarinense dialogam com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as necessidades regionais?

O objetivo geral foi cotejar os ementários dos cursos de Pedagogia de três universidades comunitárias da rede ACAFE com as DCNs, identificando convergências, lacunas e evidências de uma identidade regional nos documentos oficiais.

A relevância da pesquisa está em fortalecer o olhar crítico sobre a formação inicial do pedagogo, reconhecendo o currículo como espaço de construção de práticas socialmente contextualizadas. Compreender as aproximações e distanciamentos entre as políticas nacionais e as práticas locais contribui para a consolidação de uma educação que seja ao mesmo tempo crítica, emancipadora e territorialmente situada.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental busca identificar informações em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sendo adequada para compreender fenômenos educacionais em seu contexto real. Para Lüdke e André (1986), documentos institucionais são fontes estáveis e ricas, possibilitando a triangulação e a verificação de dados.

Os dados da pesquisa foram compostos por três ementários de Pedagogia de universidades da rede ACAFE, localizadas na Mesorregião Oeste de Santa Catarina — região que, conforme o IBGE (2022), reúne 118 municípios e mais de 1,3 milhão de habitantes, configurando-se como a maior do estado em extensão territorial.

A análise comparativa foi estruturada a partir de cinco categorias de leitura, sendo elas:

Educação e diversidade cultural;

Educação do campo e comunidades rurais;

Questões socioeconômicas e desenvolvimento regional;

Memória histórica e identidade regional;

Configurações urbanas, tecnológicas e ambientais.

Essas categorias, inspiradas em Bardin (2011) e nas características socioculturais da região, orientaram o cotejo entre as DCNs (Resolução CNE/CP nº 4/2024) e os ementários analisados, buscando identificar convergências, divergências e silêncios documentais. O recorte metodológico também considerou estudos regionais e o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (2024), que articula desenvolvimento regional, cultura e formação docente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas de formação docente no Brasil são regidas por um conjunto de documentos normativos que buscam garantir padrões nacionais de qualidade e coerência curricular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) inaugurou um novo paradigma de regulação, seguido por diferentes versões das DCNs e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Autores como Gontijo et al. (2023) e Freitas (2018) destacam que, embora as DCNs e a BNCC tenham ampliado o debate sobre competências docentes, também trouxeram uma lógica de padronização que tende a reduzir a autonomia das instituições formadoras e a vincular a formação às exigências de desempenho e produtividade. Em contrapartida, Saviani e Duarte (2012) defendem que a formação inicial deve ser crítica e socialmente comprometida, orientada por uma concepção histórico-ontológica do ser humano.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 reafirma princípios como a valorização da diversidade étnico-racial, cultural e regional, a equidade e o uso das tecnologias digitais na formação. Contudo, a aplicação prática dessas diretrizes varia conforme o contexto das instituições. Estudos de Crizel, Gonçalves e Andrade (2020) e Velten, Sobrinho e Foerste (2025) mostram que há uma distância entre o texto normativo e a efetividade nas práticas pedagógicas, sobretudo no que se refere à educação do campo e às identidades locais.

No Oeste catarinense, essa tensão é particularmente evidente. Silva e Mattos (2024) e Ferreira e Almeida (2022) apontam que as universidades da região enfrentam o desafio de articular políticas nacionais com realidades marcadas por ruralidade, diversidade cultural e desigualdade econômica. Moser e Ferreira (2024) complementam ao enfatizar a importância da memória histórica e da educação patrimonial para fortalecer o sentimento de pertencimento, especialmente em territórios com heranças culturais singulares, como os ligados à Guerra do Contestado.

Assim, a formação do pedagogo na região deve ir além do cumprimento formal das diretrizes, integrando práticas que reconheçam as especificidades territoriais, os saberes locais e a necessidade de desenvolvimento regional sustentável. Esse olhar contextualizado é fundamental para que os cursos de Pedagogia formem profissionais capazes de compreender e intervir criticamente em suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotejo entre as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024 e os ementários das universidades da rede ACAFE revelou que, embora haja convergência geral com os princípios normativos — especialmente na valorização da diversidade cultural, da ética e da sustentabilidade —, persistem lacunas em áreas como educação do campo e identidade regional.

Verificou-se que algumas instituições contemplam explicitamente disciplinas voltadas às temáticas culturais e socioeconômicas regionais, enquanto outras ainda tratam tais dimensões de modo parcial ou genérico. Essa disparidade demonstra que, mesmo sob a mesma diretriz nacional, há interpretações distintas sobre o papel formativo do curso de Pedagogia.

A pesquisa evidencia a necessidade de maior articulação entre as políticas educacionais nacionais e as demandas locais, de modo que os currículos das universidades comunitárias catarinenses incorporem de forma mais expressiva os aspectos históricos, culturais e territoriais da região. A integração entre teoria e prática, entre diretriz e realidade, constitui-se como o principal desafio e, ao mesmo tempo, como a maior contribuição que a formação docente pode oferecer ao desenvolvimento regional.

Como encaminhamento futuro, recomenda-se a continuidade do estudo com análises empíricas sobre a implementação das novas DCNs e o acompanhamento das primeiras turmas formadas sob sua vigência, a partir de 2025, possibilitando verificar como as propostas documentais se concretizam na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

CRIZEL, F. L.; GONÇALVES, S. R. V.; ANDRADE, R. C. L. **O campo dos fundamentos da educação nas diretrizes curriculares nacionais de 2015**. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2020.

DUARTE, N.; SAVIANI, D. **A formação humana na perspectiva histórico-ontológica**. Campinas: Autores Associados, 2012.

FERREIRA, A.; ALMEIDA, R. **Por uma escola territorialmente situada**. Florianópolis: UDESC, 2022.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GONTIJO, A. A.; PEIXOTO, A. G.; MACHADO, L. C.; ALMEIDA, N. C. **Dilemas e contradições das DCNs e da BNCC para a formação inicial de professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, 2023.

MOSER, G.; FERREIRA, G. C. **Por uma Pedagogia da Memória Coletiva: Educação Patrimonial para a Preservação da Identidade e Cultura**. Cadernos Cajuína, v. 9, n. 3, 2024.

SILVA, M. F. O.; MATTOS, J. R. **Cultura e diversidade na formação social do Oeste catarinense**. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2024.

VELTEN, A. R.; SOBRINHO, E. D.; FOERSTE, E. **Educação do campo: cultivando saberes e fortalecendo comunidades camponesas. Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 23, n. 3, 2025.

MULHERES NA PEDAGOGIA: UMA LEITURA SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Letícia Santana Gilioli[1]
Lidiane Fátima Grutzmann[2]

Resumo – O estudo aborda a feminização do curso de Pedagogia, com foco na Educação Infantil, buscando compreender como representações sociais e de gênero influenciam a escolha profissional e a valorização da docência. A pesquisa, de caráter qualiquantitativo, adota uma abordagem exploratória e explicativa, combinando revisão bibliográfica com análise de dados institucionais da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) entre 1990 e 2024. Os resultados evidenciam a predominância feminina no curso, com 436 mulheres e apenas 17 homens formados no período, confirmando que a profissão ainda é socialmente associada ao cuidado e à maternagem. Essa relação reforça estereótipos de gênero e contribui para a desvalorização simbólica da docência, especialmente na Educação Infantil. Este estudo integra um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, atualmente na etapa de fundamentação teórica e análise preliminar dos dados coletados. Até o momento, entendemos que a feminização da Pedagogia é fruto de construções históricas e culturais que mantêm o ensino como um espaço majoritariamente feminino, o que evidencia a necessidade de repensar as relações de gênero na docência e ampliar o reconhecimento social e profissional da carreira docente.

Palavras-chave: feminização; pedagogia; gênero; educação infantil; docência.

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia, especialmente voltado à Educação Infantil, ainda é marcado por representações sociais que influenciam a escolha profissional e a inserção no mercado de trabalho. Essas representações estão ligadas à desvalorização simbólica da docência e à feminização histórica da área, afetando a formação e as expectativas das futuras professoras. O estudo busca compreender como esses sentidos circulam no cotidiano acadêmico e nas práticas escolares, analisando de que forma estereótipos e hierarquias de gênero moldam a percepção da Pedagogia e da Educação Infantil, além de propor estratégias formativas para fortalecer o reconhecimento profissional.

A profissão de pedagoga é frequentemente associada ao cuidado, sobretudo na Educação Infantil, o que reforça estereótipos de gênero e reduz o foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança. A pesquisa discute o processo histórico de feminização da

[1] Aluno do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Pedagogia — área que passou de predominantemente masculina a majoritariamente feminina — e analisa dados da UNIARP (1990–2024) para evidenciar essa tendência.

A hipótese é que a feminização da Pedagogia se mantém por meio de representações que associam o magistério ao cuidado e por violências simbólicas e institucionais naturalizadas, o que contribui para a desvalorização da profissão. A escolha do tema busca compreender por que a docência na Educação Infantil é vista como um campo "feminino" e enfrentar os estereótipos que limitam sua valorização social e profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza uma abordagem qualiquantitativa, de caráter exploratório e explicativo, combinando métodos qualitativos e quantitativos para obter uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado. No aspecto qualitativo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a feminização da docência e da Educação Infantil; no quantitativo, analisaram-se dados da UNIARP (1990–2024) referentes aos concluintes do curso de Pedagogia, considerando frequências e proporções por gênero.

Segundo Mattar e Ramos (2021, p.134), "a pesquisa de métodos mistos incorpora elementos das abordagens qualitativas e quantitativas, procurando, assim, gerar uma perspectiva mais completa dos fenômenos estudados." Como relatam os autores (2021, p.119), "boa parte das pesquisas em educação são exploratórias, ou seja, voltadas a explorar um tema", e "as pesquisas explicativas procuram responder à pergunta por quê, identificando causas para determinado fenômeno."

Assim, o estudo busca compreender as causas históricas, sociais e culturais que explicam por que a Pedagogia — especialmente na Educação Infantil — permanece um campo predominantemente feminino. A articulação entre a literatura especializada e os dados empíricos permite interpretar a feminização da docência tanto como construção simbólica quanto como realidade institucional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A feminização da pedagogia é resultado de uma construção social, muitos dos nossos autores falam sobre a feminização da pedagogia, como por exemplo Rosa (2011) que fala sobre o estereótipo da mulher na pedagogia; Souza e Melo (2019) que abordam a feminização da pedagogia; Prá e Cegatti (2016) que comentam sobre a conquista da educação feminina e a feminização da pedagogia e uma autora de grande relevância social que é Guacira Lopes Louro que em seu livro: Gênero, Sexualidade e Educação - Uma perspectiva pós-estruturalista, fala sobre o papel da mulher em sociedade e em uma parte da sua obra fala sobre o sexo feminino na escola, sendo de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao falar de feminização da pedagogia, já surge a ideia do ser feminino, que tem o dever de zelar pelo cuidado de seus alunos, por muitas vezes as pedagogas são vistas como "tias" ou até chamadas. Isso tem uma explicação, é algo cultural, um estereótipo da mulher na comunidade e também no papel educacional, tal citação feita por Guacira Lopes Louro evidencia isso, como relata Louro (2003, p. 88) as mulheres na escola "...organizam e ocupam o espaço, elas são as

professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas."

Além disso a educação nem sempre foi composta por mulheres, como relata Louro (2003, p.94) a educação brasileira no início era masculina, sendo a época da colonização, onde os jesuítas eram responsáveis pelo ensino, sendo pautado na religião. Cumpre destacar que com o passar dos anos, a educação sofreu mudanças e a mulher começou a trabalhar nesse meio, Sousa e Salustiano (2018) afirmam que após a inserção da mulher no mercado de trabalho, a educação passou a ser designada por elas, ou seja, lecionar emergiu como uma área profissional socialmente aceita para o gênero feminino. Souza e Melo (2019, p. 699) relatam que "...o magistério passou a ser visto como uma profissão por excelência feminina, sustentada pela ideia de que a mulher era "naturalmente" preparada para cuidar das crianças pequenas."

A partir disso é possível compreender os fatos da história e do convívio social e entender o porquê da pedagogia ser um curso feminino e como consequência a educação ser composta por mulheres.

Em contextos intensamente feminizados, colocam-se questões sobre reconhecimento, condições de trabalho e estigmas que incidem sobre a profissão. Como assinala Vianna (2013, p. 165), ser professora está associado a uma área percebida como feminina, composta predominantemente por profissionais do sexo feminino.

ANÁLISE DE DADOS

Foram analisados dados do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), referentes ao número de concluintes entre 1990 e 2024. As informações, disponibilizadas pela secretaria acadêmica da instituição, mostram uma expressiva diferença entre o número de mulheres e homens formados. Para melhor compreensão dessa discrepância, apresenta-se a seguir uma tabela com os dados coletados.

Tabela 1 – Tabela com dados do curso de pedagogia

Pedagogia Presencial		
Ano de conclusão:	Mulheres:	Homens:
1990	9	0
2005	1	0
2009	37	2
2010	45	3
2011	33	1
2012	29	1
2013	56	3
2014	24	0
2015	28	1
2016	26	3
2017	28	2
2018	27	0
2019	21	0
2020	24	0
2021	13	1
2022	9	0

2023	20	0
2024	6	0
Total:	436	17

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise dos dados evidencia a predominância feminina no curso de Pedagogia da UNIARP: entre 1990 e 2025, formaram-se 436 mulheres e apenas 17 homens. Esse resultado confirma a leitura de Azevedo e Sbrissa (2023, p.741), que afirmam que "a mulher representa a maior parte do corpo docente da educação básica". A diferença entre os gêneros é expressiva, e a presença masculina no curso é esporádica — em nove anos da série histórica (1990, 2005, 2014, 2018, 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024) não houve nenhum homem formado.

Esses dados reforçam a hipótese de que a Educação Infantil está fortemente associada ao "cuidar", atividade socialmente atribuída ao feminino, o que contribui para a baixa valorização da etapa e o afastamento dos homens da área. Fatores simbólicos e institucionais mantêm a docência como um "lugar de mulheres".

Como destacam Peixoto, Yaegashi e Souza (2024, p.7):

> "A questão do cuidar do/a outro/a pode ser refletida na feminização do magistério da Educação Infantil a partir dos discursos de que essa etapa da Educação é vinculada ao cuidado maternal, ao assistencialismo e ao papel feminino. Dessa forma, em nossa sociedade, propaga-se a ideia de que o homem não se enquadra nesses papéis pelo fato de a figura masculina estar ligada a uma força braçal. Entretanto, o papel da Educação Infantil não é esse, mas sim proporcionar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças neste contexto."

Com base nisso, compreende-se que a relação da mulher com a educação é fruto de uma construção social e histórica, consolidando sua presença no campo educacional enquanto a participação masculina permanece limitada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo integram um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, cujo objetivo é compreender como as representações históricas e culturais de gênero influenciam a feminização da Pedagogia e a desvalorização da docência na Educação Infantil. A pesquisa, ainda em fase de análise teórica e interpretação dos dados institucionais, busca evidenciar de que forma estereótipos e hierarquias simbólicas moldam a percepção sobre o trabalho docente e impactam o reconhecimento profissional das mulheres na educação.

Até o momento, foi possível evidenciar que a feminização da Pedagogia, especialmente na Educação Infantil, é fruto de uma construção social e histórica que associa a docência ao cuidado e à maternagem, reforçando estereótipos de gênero e a desvalorização da profissão. Os dados da UNIARP (1990–2025) confirmam essa realidade, com 436 mulheres e apenas 17 homens formados, mostrando a predominância feminina no curso.

A baixa presença masculina está ligada à visão social de que ensinar e cuidar de crianças é um papel feminino. Para reverter esse quadro, é necessário valorizar a docência na Educação Infantil e incentivar a participação de homens, desconstruindo estereótipos e promovendo igualdade de gênero. Compreender a feminização da Pedagogia é, portanto, compreender as desigualdades e violências que ainda marcam o campo educacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nair Correia Salgado de; SBRISSA, Ieda. Mulher e Pedagogia: Questões Históricas e de Gênero Ligadas à Educação Brasileira. **Revista Campo da História**, v. 8, n. 2, p. 729–748, 2023. DOI: 10.55906/rcdhv8n2-015. Disponível em: https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/141. Acesso em: 12 out. 2025.

FEMINIZAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: https://www.dicio.com.br/feminizacao/. Acesso em: 14 jun. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. ISBN 85.326.1862-6. p. 88–109.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. p.134. ISBN 9786586618518. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586618518/. Acesso em: 22 jun. 2025.

PEIXOTO, Jhonatan Phelipe; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Sharmilla Tassiana de. Educação e diversidade: pressupostos relacionados à feminização do magistério na Educação Infantil. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, p. e024005, 2024. Disponível em: https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/1166. Acesso em: 22 jun. 2025.

ROSA, Renata Vidica da Marques. Feminização do magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil**, edição especial, n. 4, 2011. Disponível em: https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

VIANNA, Claudia Pereira et al. **A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente**. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/37520375.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

SOUZA, Andréa Rodrigues de; MELO, José Carlos de. Educadora ou tia: os reflexos da feminização do magistério na construção da identidade profissional de professores(as) da educação infantil. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 3, p. 697–709, 2019. DOI: 10.5216/ia.v43i3.48977. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48977. Acesso em: 14 jun. 2025.

ENTRE O MEDO E A ACEITAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS PAIS SOBRE O DIGNÓSTICOS NA INFÂNCIA

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Paola Cruz de Lara[1]
Lidiane Grutzmann[2]

Resumo – O diagnóstico de um transtorno na infância configura-se como um evento crítico no contexto familiar, marcado por intensas repercussões emocionais e pela necessidade de reorganização das expectativas parentais. Este estudo tem como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas pelos pais diante do diagnóstico infantil, analisando os fatores que influenciam os processos de aceitação e resistência, bem como o papel das redes de apoio familiar, social e escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada na análise de conteúdo de relatos públicos de mães disponíveis em plataformas digitais. As narrativas analisadas evidenciam que a aceitação é um processo contínuo e dinâmico, permeado por avanços e retrocessos, sendo favorecido pela presença de suporte emocional, orientação profissional e ambientes acolhedores. Os resultados indicam que a atuação integrada entre família, escola e profissionais de saúde contribui para minimizar o impacto emocional do diagnóstico e potencializar o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança. Conclui-se que a consolidação de redes de apoio e a escuta empática são elementos fundamentais para promover a inclusão, o bem-estar e o fortalecimento das relações familiares.

Palavras-chave: Diagnóstico; Aceitação Familiar; Apoio.

INTRODUÇÃO

Este Resumo expandido integra um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, desenvolvido no curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A pesquisa ainda se encontra em fase de aprofundamento teórico e ampliação da análise empírica, buscando consolidar uma compreensão mais abrangente sobre as percepções parentais diante do diagnóstico de transtornos na infância. Ao relatar resultados parciais, o estudo pretende contribuir para o debate sobre acolhimento, inclusão e formação docente sensível às dimensões emocionais envolvidas nesse processo

Receber o diagnóstico de um transtorno na infância constitui um momento de grande sensibilidade para as famílias, pois implica lidar com um impacto emocional significativo e com a necessidade de reorganização das expectativas sobre o desenvolvimento da criança. Sentimentos como medo, tristeza, negação e incerteza são comuns nesse processo, que exige adaptações profundas na rotina e na forma de cuidado. A aceitação da condição, entretanto, não ocorre de

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

maneira imediata e pode ser dificultada por diversos fatores, incluindo a escassez de informações confiáveis, o estigma social associado aos transtornos, a insegurança quanto ao futuro e a insuficiência de apoio institucional adequado no momento oportuno.

O suporte familiar desempenha papel essencial para garantir que a criança receba o atendimento especializado necessário, favorecendo seu desenvolvimento e bem-estar. A ausência dessa aceitação ou a resistência inicial dos pais podem comprometer o acesso a intervenções precoces e, consequentemente, o potencial de aprendizagem e socialização da criança. Assim, é fundamental que instituições de ensino e profissionais de saúde estejam preparados para acolher essas famílias de forma empática, oferecendo escuta qualificada, informações claras e orientação prática. A infância é um período marcado por intensas descobertas e aprendizagens. Quando, nesse contexto, ocorre o diagnóstico de um transtorno, as famílias frequentemente enfrentam um processo emocionalmente desafiador, que pode incluir negação, medo, tristeza e insegurança. Reconhecer a necessidade de suporte especializado para a criança muitas vezes exige tempo, compreensão e recursos adequados, o que nem sempre está disponível de forma imediata. Este Trabalho de Conclusão de Curso busca compreender as dificuldades vivenciadas por pais diante do diagnóstico de um transtorno infantil, analisando os fatores que influenciam a aceitação ou resistência.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma investigação qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada em pesquisa documental. Foram analisadas narrativas de mães disponíveis em sites públicos (Beep Saúde, 2020; Autismo e Realidade, 2024; Diversa, 2024), que abordam experiências com o diagnóstico de transtornos infantis. As informações foram submetidas à análise de conteúdo, buscando identificar categorias relacionadas a sentimentos, aceitação, redes de apoio e interação com a escola. A utilização de relatos publicados em ambientes digitais justifica-se por seu caráter espontâneo e público, permitindo observar vivências autênticas sem infringir aspectos éticos de privacidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas analisadas mostram aspectos que se conectam diretamente com o que a literatura discute sobre a influência do diagnóstico de autismo nas relações familiares, na aceitação e no papel das redes de suporte. De acordo com o que foi descrito por Gomes et al. (2022), as famílias que participaram das entrevistas relataram que receber o diagnóstico gerou um momento repleto de incertezas, inseguranças e emoções intensas. No testemunho da mãe Camilla (Beep Saúde, 2020), por exemplo, o impacto inicial foi retratado como um "frio na espinha", uma expressão que ilustra a ruptura emocional mencionada por Silva e Alves (2021), que ressaltam como o choque do diagnóstico pode gerar medo, negação e dor.

Do mesmo modo, no estudo de Machado et al. (2018), o diagnóstico é frequentemente compreendido como um momento carregado de angústia e tristeza, algo também observado no relato da mãe Andreia, que descreve incertezas sobre o futuro e sensação de desamparo. Esses sentimentos aparecem novamente na entrevista analisada pela Autismo e Realidade (2024), que aponta que o impacto emocional inicial é universalmente negativo quando não há orientação

adequada, reafirmando os achados de Magalhães et al. (2021) sobre a sobrecarga emocional, especialmente materna.

As entrevistas também enfatizam a relevância das redes de apoio, um tópico amplamente abordado no depoimento de Waldilaine Melo (Diversa, 2024). Ela menciona que o avanço do filho foi viabilizado através de uma rede que inclui a escola, a família, amigos e outras mães. Essa experiência corrobora a análise de Jorge et al. (2020), que afirmam que a colaboração entre a família e a escola é um dos fundamentos essenciais para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. Além disso, a declaração da mãe sobre "não estar sozinha" destaca o que Silva e Alves (2021) definem como um ciclo de desconstrução e reconstrução, onde o suporte social ajuda a minimizar o sofrimento e aumenta a capacidade de adaptação.

Além do mais, nas entrevistas, percebe-se que os pais relatam um desgaste tanto físico quanto emocional, enfrentando não apenas o progresso dos seus filhos, mas também o preconceito e a marginalização social. Gomes et al. (2022) abordam precisamente essa acumulação de deveres e tensões, apontando que a pressão sobre a família se intensifica quando a sociedade ainda tem um entendimento limitado sobre os transtornos, um ponto também destacado por Jorge et al. (2020) ao discutir a exclusão que resulta da carência de informação social.

Finalmente, as entrevistas mostram que a jornada de aceitação é um processo contínuo, repleto de progressos e dificuldades de acordo com a descrição de Silva e Alves (2021), que definem esse processo como uma reconstituição constante da realidade familiar. Contudo, essa trajetória precisa ser sustentada por meio de apoio social, educacional e legal, conforme indicado pelo artigo 227 da Constituição Federal, que assegura a máxima prioridade à proteção das crianças, reiterando que a responsabilidade deve ser dividida entre a família, a sociedade e o Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que receber a confirmação de um transtorno na infância representa um período difícil e repleto de emoções para as famílias, necessitando de ajustes na rotina e mudanças nas expectativas. O suporte da família, da comunidade e da escola demonstrou ser fundamental para ajudar na aceitação da condição e no crescimento da criança. As conversas realizadas sugerem que ter uma rede de apoio e informações corretas contribui para diminuir o estresse emocional e fomenta a inclusão e o bem-estar. O processo de aceitação é constante, enfrentando avanços e dificuldades, e depende de um apoio que seja constante e colaborativo.

Em Resumo, o êxito no desenvolvimento das crianças e na inclusão demanda a participação conjunta da família, da escola, de profissionais de saúde e da sociedade, assegurando oportunidades apropriadas para aprendizado, interação social e uma boa qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BEPP SAÚDE. Confira duas histórias de quem convive com o Autismo. 18 jun. 2020. Disponível em: https://beepsaude.com.br/autismo-precisamos-falar-sobre-isso/. Acesso em: 01 nov. 2025.

AUTISMO E REALIDADE. O impacto do diagnóstico de autismo na família. 5 abr. 2024. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/2024/04/05/o-impacto-do-diagnostico-de-autismo-na-familia/. Acesso em nov. de 2025.

DIVERSA. Mãe de criança com TEA ressalta importância das redes de apoio. 20 set. 2024. Disponível em: https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/mae-de-crianca-com-tea-ressalta-importancia-das-redes-de-apoio/. Acesso em: 01 nov. 2025.

JORGE, Renata Pessoa Chein et al. Diagnóstico de autismo infantil e suas repercussões nas relações familiares e educacionais. Brazilian Journal of Health Review, v. 2, n. 6, 2019. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/4466. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Daniele Feiten da; ALVES, Cássia Ferrazza. Aceitação familiar da criança com deficiência: revisão sistemática da literatura. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. spe3, e209337, p. 1¿15, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/Mdy7kf9yTgCbHkzHDjmgYrv/?lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2025.

MAGALHÃES, Juliana Macêdo et al. Vivências de familiares de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 42, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/6QgvxF6kBvPrx7cdkwdXhsx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 jun. 2025.

MACHADO, Mônica Sperb; LONDERO, Angélica Dotto; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. Contextos Clínicos, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 335¿350, dez. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822018000300006. Acesso em: 13 jun. 2025.

A PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Categoria: Adicionar aqui a categoria do trabalho

Mirian Abreu Almeida[3]
Ruth Ines Dotta Goulart[4]

Resumo – O presente trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido no Estágio Supervisionado II do curso de Pedagogia EaD da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado na Escola Municipal de Educação Básica "Serafina Fontana Bonet", em Timbó Grande – SC. O estágio foi desenvolvido no quinto ano do Ensino Fundamental e contemplou etapas de observação, planejamento, colaboração em atividades docentes, regência e socialização dos resultados. A metodologia envolveu práticas pedagógicas interdisciplinares, com ênfase em metodologias ativas, rodas de conversa, jogos, atividades de leitura e produções coletivas. A fundamentação teórica apoia-se em autores que defendem a articulação entre teoria e prática, destacando a importância da mediação docente e da aprendizagem significativa. Os resultados evidenciaram avanços na compreensão dos conteúdos pelos alunos, fortalecimento da autonomia e engajamento nas atividades, além do desenvolvimento da identidade profissional docente.

Palavras-chave: estágio supervisionado; prática pedagógica; Metodologias ativas.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui uma etapa indispensável na formação inicial de professores, pois possibilita ao acadêmico articular teoria e prática, vivenciando o cotidiano escolar de maneira ativa, reflexiva e crítica. Mais do que um requisito curricular, representa um espaço de construção de saberes pedagógicos e de desenvolvimento profissional, permitindo que o futuro docente compreenda a complexidade do ambiente escolar e exerça seu papel de mediador do conhecimento.

Este trabalho apresenta um relato de experiência referente ao Estágio Supervisionado II do curso de Pedagogia EaD da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado no 5º ano do Ensino Fundamental I, na Escola Municipal de Educação Básica "Serafina Fontana Bonet", situada no município de Timbó Grande – SC. A escola atende a comunidade local, caracterizada por contextos sociais e econômicos diversos, o que torna o espaço escolar um ambiente fértil para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

O estágio contemplou as etapas de observação, planejamento, colaboração em atividades de docência, regência e socialização dos resultados, proporcionando um percurso formativo que

[3] Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

alia teoria, prática e reflexão crítica. A experiência possibilitou compreender o funcionamento institucional, a dinâmica da sala de aula, a atuação docente e o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem.

Os objetivos principais foram: vivenciar práticas pedagógicas interdisciplinares nos anos iniciais do ensino fundamental, consolidar saberes construídos ao longo da formação acadêmica, fortalecer a identidade docente, promover aprendizagens significativas e desenvolver metodologias que favorecessem o engajamento e a autonomia dos alunos. Para isso, foram adotadas estratégias didáticas diversificadas, como rodas de conversa, jogos educativos, leitura compartilhada, produção textual e atividades práticas, sempre valorizando o diálogo e a cooperação.

A fundamentação teórica apoia-se em autores como Paulo Freire, que defende a prática pedagógica dialógica e transformadora; Cipriano Carlos Luckesi, ao enfatizar a ação-reflexão-ação como base da aprendizagem; Lev Vygotsky, ao destacar o papel das interações sociais no desenvolvimento humano; e Jean Piaget, ao compreender a aprendizagem como um processo ativo e construtivo. Assim, este relato evidencia a relevância do estágio como espaço formativo que contribui para consolidar competências docentes e ampliar a compreensão da realidade escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem natureza qualitativa, configurando-se como um relato de experiência realizado no âmbito do Estágio Supervisionado II do curso de Pedagogia EaD da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. O estágio foi desenvolvido na Escola Municipal de Educação Básica "Serafina Fontana Bonet", situada na Rua Principal, Vila Buriti, no município de Timbó Grande – SC. Essa instituição pública atende turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo reconhecida por sua relevância no atendimento à comunidade local. O contexto escolar é marcado por diversidade social e econômica, com presença de famílias em situação de vulnerabilidade e de empresas madeireiras, o que torna o ambiente pedagógico um espaço rico para práticas educativas contextualizadas e significativas.

Os sujeitos envolvidos no estágio foram os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 10 e 11 anos, além da professora regente da turma e da equipe gestora da escola. A turma apresentava heterogeneidade quanto aos ritmos e estilos de aprendizagem, o que exigiu um olhar sensível e um planejamento pedagógico intencional para garantir o envolvimento e o aprendizado de todos. O estágio ocorreu ao longo de um período determinado a etapa de observação do dia vinte e cinco de agosto a dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, a etapa de regência aconteceu do dia oito de setembro a dia onze de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco contemplando todas as etapas obrigatórias: observação, planejamento, colaboração em atividades de docência, regência e socialização dos resultados.

A primeira etapa foi marcada pela preparação e inserção no campo de estágio, que incluiu a apresentação da documentação necessária e a realização do primeiro contato com a equipe escolar. Esse momento foi importante para compreender a proposta pedagógica da instituição, conhecer os espaços físicos, estabelecer vínculos com a professora regente e compreender a

rotina escolar. Em seguida, iniciou-se a etapa de observação, fundamental para analisar de forma cuidadosa a infraestrutura da escola, a organização do trabalho docente, as metodologias de ensino utilizadas, a interação entre alunos e professores e os aspectos que caracterizam a cultura escolar daquele contexto. Essa etapa forneceu subsídios essenciais para a elaboração de um planejamento coerente com as necessidades da turma.

Na etapa seguinte, foi realizado o planejamento pedagógico, elaborado com base nos objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular. Esse planejamento contemplou diferentes áreas do conhecimento — História, Geografia, Língua Portuguesa, Ciências e Matemática — e foi estruturado de forma interdisciplinar, com o intuito de promover aprendizagens significativas, articulando conteúdos escolares e experiências concretas dos alunos. Foram priorizadas metodologias que favorecessem a participação ativa dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento.

A execução do estágio ocorreu durante as atividades de colaboração e regência, nas quais a acadêmica assumiu um papel ativo no desenvolvimento das aulas. Foram realizadas práticas pedagógicas centradas no aluno, utilizando rodas de conversa, jogos educativos, atividades de leitura, produções textuais, experiências práticas e dinâmicas em grupo. A ênfase esteve na valorização dos saberes prévios dos alunos e na construção de novos conhecimentos a partir de situações significativas e contextualizadas. A regência proporcionou à estagiária a oportunidade de exercer efetivamente a docência, aplicando os planos de aula, mediando o processo de aprendizagem e refletindo criticamente sobre sua própria prática.

A última etapa consistiu na socialização dos resultados, momento em que as experiências vividas foram analisadas e discutidas à luz da formação docente. Essa reflexão permitiu identificar avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento das práticas pedagógicas. A coleta de informações ocorreu por meio de observação direta e registros sistematizados, que possibilitaram compreender as interações em sala de aula, o engajamento dos alunos e os efeitos das metodologias aplicadas. Todo o processo respeitou os princípios éticos da pesquisa em educação, assegurando o respeito e a confidencialidade dos sujeitos envolvidos, além de reafirmar o compromisso com a finalidade exclusivamente acadêmica e formativa do estágio supervisionado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos durante o estágio supervisionado revelam a relevância da articulação entre teoria e prática na formação docente, demonstrando avanços significativos no desenvolvimento profissional e na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. As experiências vivenciadas em sala de aula evidenciaram que a prática pedagógica fundamentada em referenciais teóricos consistentes contribui para o aprimoramento da intencionalidade educativa, para a ampliação da autonomia docente e para a construção de um olhar crítico sobre a realidade escolar.

A condução das atividades pedagógicas, inspirada nos princípios de Paulo Freire (1996), mostrou-se eficaz na promoção de um ambiente de aprendizagem dialógico, participativo e centrado no aluno. As rodas de conversa e os momentos de reflexão coletiva possibilitaram que

os estudantes se percebessem como sujeitos ativos na construção do conhecimento, fortalecendo o vínculo entre educador e educando. Essa postura dialogada confirmou a importância do diálogo como eixo estruturante da prática educativa, em consonância com a perspectiva freireana de uma educação libertadora e crítica.

Conforme proposto por Cipriano Carlos Luckesi (2011), a prática reflexiva — pautada na relação entre ação, reflexão e ação — foi uma característica marcante do estágio. Cada atividade desenvolvida foi analisada e reelaborada com base nas observações realizadas, o que favoreceu o aprimoramento contínuo das estratégias pedagógicas. Esse movimento contribuiu para a consolidação de uma postura investigativa e autônoma, reafirmando a importância da avaliação formativa como instrumento de transformação e não apenas de verificação.

Os resultados também indicaram a efetividade das metodologias que priorizaram a interação social e a aprendizagem colaborativa, alinhando-se à teoria sociocultural de Lev Vygotsky (1989). As atividades em grupo, os jogos pedagógicos e as dinâmicas de mediação ativa favoreceram o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, uma vez que o aprendizado se deu de forma coletiva e mediada. A mediação da professora estagiária possibilitou a valorização dos saberes prévios dos alunos e a construção conjunta de novos conhecimentos, em consonância com o conceito de zona de desenvolvimento proximal defendido por Vygotsky.

De forma complementar, os resultados observados nas aulas práticas evidenciaram a contribuição das ideias de Jean Piaget (1976), especialmente no que se refere ao papel ativo do aluno no processo de aprendizagem. As atividades que envolveram manipulação de materiais, experimentos simples e jogos educativos permitiram que os estudantes construíssem significados de maneira concreta, consolidando conceitos de Matemática e Ciências. Essa abordagem demonstrou que o envolvimento ativo do aluno torna o aprendizado mais duradouro e significativo.

As observações realizadas também destacaram a importância de planejar atividades em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), priorizando o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais. A integração entre áreas do conhecimento e a contextualização dos conteúdos contribuíram para o aumento do engajamento e da participação dos alunos. Essa interdisciplinaridade reforçou a relevância de práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade sociocultural dos estudantes, conforme orienta a BNCC.

De modo geral, os resultados demonstram que a prática docente fundamentada teoricamente promove uma aprendizagem mais crítica, reflexiva e inclusiva. As semelhanças entre as observações realizadas e os pressupostos de Freire, Vygotsky, Piaget e Luckesi confirmam que a teoria, quando aplicada de forma intencional, potencializa a prática pedagógica e fortalece a formação do futuro educador. As diferenças observadas em relação a alguns estudos precedentes referem-se principalmente às limitações do tempo de estágio e às especificidades do contexto escolar, que influenciaram o ritmo e a profundidade das intervenções pedagógicas. Ainda assim, os avanços percebidos evidenciam a consolidação de saberes docentes e a ampliação da capacidade reflexiva e crítica da estagiária frente aos desafios da prática educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Estágio Supervisionado II constituiu uma experiência formativa essencial para o fortalecimento da identidade docente, permitindo articular os saberes teóricos construídos ao longo do curso com a prática pedagógica no contexto real da sala de aula. Ao atuar diretamente com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, foi possível compreender de forma mais ampla a dinâmica escolar, os desafios da prática docente e as potencialidades que emergem quando o professor assume uma postura reflexiva e mediadora no processo de ensino e aprendizagem.

As atividades realizadas evidenciaram a importância de planejar ações pedagógicas de forma intencional, levando em consideração a realidade da turma, os diferentes ritmos de aprendizagem e a necessidade de promover um ensino inclusivo e participativo. A utilização de metodologias ativas, rodas de conversa, jogos pedagógicos, produções coletivas e atividades práticas contribuiu significativamente para ampliar o engajamento dos alunos, fortalecer a autonomia e favorecer aprendizagens significativas.

O estágio também possibilitou observar a relevância do diálogo entre teoria e prática, mostrando que referenciais como os de Paulo Freire, Cipriano Carlos Luckesi, Lev Vygotsky e Jean Piaget não se restringem a uma abordagem teórica, mas oferecem subsídios reais para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes, críticas e humanizadoras. Ao articular esses fundamentos à realidade escolar, a estagiária pôde desenvolver um olhar mais sensível, ético e comprometido com a aprendizagem dos estudantes.

Portanto, a experiência no campo de estágio reafirma a importância do estágio supervisionado como um espaço de experimentação, análise, construção de saberes e consolidação da prática docente. Trata-se de um momento privilegiado para compreender que ensinar envolve, sobretudo, criar condições para que os estudantes participem ativamente da construção do conhecimento. O processo vivido contribuiu de forma significativa para a formação profissional, reforçando o compromisso com uma educação democrática, crítica e transformadora.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Municipal de Educação Básica Serafina Fontana Bonet por abrir suas portas e possibilitar a realização deste estágio, à professora regente e à equipe gestora pelo acolhimento e apoio constante, e aos alunos do 5º ano pela participação ativa e pelas aprendizagens compartilhadas. Expresso minha profunda gratidão à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em especial à professora orientadora Ruth Ines Dotta Godoy Goulart, pela dedicação, paciência e valiosa orientação. Sua competência, incentivo constante e comprometimento com a prática pedagógica reflexiva e significativa foram essenciais para o desenvolvimento deste estágio, inspirando-me a aprimorar minhas habilidades e a consolidar conhecimentos de forma crítica e responsável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 13 out. 2025.

ENFAM. Roteiro para orientar o relato de uma experiência. Anais do III Encontro Nacional de Formadores, 2016. Disponível em: https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2016/12/Orienta%C3%A7%C3%A3oEscritaTextoRelatoExperi%C3%AAncia.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora: o que são e como implementar. São Paulo: Papirus, 2015.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROJETO E RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Estágio Supervisionado II

Suzana Antonia de Souza Bernardo[1]
Ruth Ines Dotta Goulart[2]

Resumo – O presente relatório descreve a experiência do Estágio Supervisionado II no curso de Pedagogia EaD da UNIARP, realizado na Escola Municipal Princesa Izabel com turmas do 2º ano do Ensino Fundamental. Durante o estágio, foram desenvolvidas atividades de observação, planejamento e regência, utilizando metodologias ativas e recursos diversificados que favoreceram uma aprendizagem significativa para os alunos. Essa vivência possibilitou a integração entre teoria e prática, fortalecendo a identidade profissional da estagiária e seu compromisso com uma educação inclusiva e crítica. O planejamento das aulas foi elaborado considerando as necessidades específicas da turma, buscando promover o desenvolvimento integral das crianças. A colaboração com a professora regente e o uso de materiais pedagógicos variados contribuíram para um ambiente de aprendizagem dinâmico e motivador. A avaliação formativa foi contínua, valorizando o aluno em sua totalidade e respeitando seu ritmo de aprendizagem. Todos os recursos materiais foram fornecidos pela escola, assegurando a sustentabilidade das atividades sem custos financeiros para a estagiária. O estágio reafirma a importância de articular o conhecimento acadêmico com a prática escolar, preparando futuros professores para atuarem com ética, sensibilidade e competência no contexto educativo.

Palavras-chave: formação docente; planejamento; aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência vivenciada durante o Estágio Supervisionado II no curso de Pedagogia EaD da UNIARP, realizado na Escola Municipal Princesa Izabel, com turmas do 2º ano do Ensino Fundamental. A contextualização do estágio se dá pela necessidade de articular teoria e prática na formação docente, proporcionando ao acadêmico um espaço de aprendizagem ativa e reflexiva, conforme destacado por Pimenta e Lima (2012). A relevância deste estudo está no fortalecimento da identidade profissional do futuro professor, aliada ao desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais para a educação básica.

Este relatório justifica-se pela importância da vivência prática no ambiente escolar como meio para compreender os desafios e as possibilidades do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação ética, crítica e inclusiva do educador. Os objetivos centrais

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

consistem em descrever as atividades desenvolvidas, analisar os resultados obtidos e refletir sobre o impacto do estágio na construção do conhecimento pedagógico.

A fundamentação teórica que sustenta este trabalho dialogado com autores como Nóvoa (1992), que entende a formação docente como um processo contínuo de construção da identidade profissional, e Vygotsky (1998), que enfatiza a mediação e a interação social no desenvolvimento da aprendizagem. Dessa forma, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre a prática pedagógica e o papel do estágio na formação inicial.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste Resumo expandido baseia-se em uma abordagem qualitativa, com foco na descrição e análise reflexiva das experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado. O processo foi estruturado em quatro etapas principais: observação diagnóstica, planejamento das intervenções, execução das atividades escolares práticas planejadas para o ano escolar e a sistematização das experiências para compor o Resumo expandido com linguagem acadêmica e foco formativo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estágio supervisionado obrigatório, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006), é um componente essencial da formação inicial docente. Ele possibilita ao acadêmico vivenciar o cotidiano escolar, observar práticas pedagógicas, planejar e executar atividades educativas, articulando os conhecimentos teóricos com a realidade da sala de aula. O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia EaD da UNIARP reforça essa concepção ao afirmar que o estágio "é um espaço formativo que articula teoria e prática, promovendo a reflexão crítica sobre os processos educativos e a construção da identidade profissional docente" (UNIARP, 2022, p. 89).

A importância do estágio supervisionado para a formação profissional está na possibilidade de experimentar, refletir e ressignificar os saberes construídos ao longo do curso. Segundo Pimenta e Lima (2012, p. 17), "o estágio é um momento privilegiado de formação, pois permite ao futuro professor confrontar suas concepções com a realidade escolar, refletir sobre sua prática e construir novos saberes". Essa vivência contribui para o desenvolvimento de competências pedagógicas, éticas e relacionais, fundamentais para o exercício da docência.

O estágio supervisionado é composto por três etapas fundamentais: observação, planejamento e regência. O estágio de observação permite ao estagiário conhecer o ambiente escolar, os sujeitos envolvidos, as práticas pedagógicas e a dinâmica institucional. É um momento de escuta, registro e análise crítica, que possibilita compreender o contexto em que se dará a atuação docente. Como destaca Tardif (2002), os saberes docentes são construídos na prática e pela prática, sendo a observação uma etapa essencial para essa construção.

O estágio de planejamento envolve a elaboração de propostas pedagógicas com base nas observações realizadas e nos objetivos de aprendizagem definidos. É nesse momento que o estagiário articula os conhecimentos teóricos com as necessidades da turma, seleciona metodologias e recursos didáticos, e organiza as atividades de forma intencional. Já o estágio de

regência consiste na condução das atividades planejadas, assumindo a responsabilidade pela mediação do processo de ensino e aprendizagem. Schön (2000) denomina esse processo como "reflexão na ação", em que o professor pensa e decide enquanto atua, ajustando sua prática conforme as demandas do contexto.

A articulação entre teoria e prática é um dos principais eixos formativos do estágio supervisionado. Essa relação permite ao acadêmico compreender que o conhecimento não é neutro, mas está imerso em contextos históricos, sociais e culturais. Segundo Nóvoa (1992), a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo de construção de identidade, que se dá na interação entre saberes acadêmicos, experiências pessoais e práticas profissionais. O estágio, portanto, não é apenas uma exigência curricular, mas uma oportunidade concreta de formação integral, na qual o futuro professor se reconhece como sujeito ativo do processo educativo.

A experiência vivenciada no campo de estágio permitiu à estagiária compreender a complexidade da prática docente, reconhecer a importância da escuta ativa, da mediação pedagógica e da valorização das singularidades dos alunos. A articulação entre teoria e prática foi constantemente exercitada, promovendo a construção de saberes que vão além da técnica, envolvendo dimensões éticas, afetivas e culturais da educação. Como destaca Perrenoud (2000, p. 15), "ensinar não é apenas aplicar métodos, mas tomar decisões em tempo real, lidar com a imprevisibilidade e construir soluções pedagógicas contextualizadas".

OBSERVAÇÃO, ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA, DA INFRAESTRUTURA E DAS ESPECIFICIDADES DO CAMPO DE ESTÁGIO

Durante a observação, não foram identificados aspectos inusitados ou inadequados na estrutura física. A conservação dos ambientes é notável, refletindo o cuidado da equipe gestora e o compromisso com a qualidade do espaço escolar. A organização dos ambientes favorece a aprendizagem, o bem-estar e a socialização dos alunos.

A prática pedagógica observada é marcada pelo uso de metodologias ativas, como jogos, atividades lúdicas, projetos criativos e estímulo à expressão oral e escrita. A docente oferece apoio individualizado, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança e promovendo um ambiente acolhedor e motivador.

O planejamento das aulas é realizado mensalmente, de forma flexível, permitindo ajustes conforme as demandas da turma. A avaliação da aprendizagem é conduzida de maneira contínua, diagnóstica e formativa, utilizando instrumentos variados como observações diárias, registros individuais, produções escritas e orais, autoavaliações e atividades interativas. Essa abordagem está alinhada ao que defende Luckesi (2008), ao afirmar que "avaliar é um ato de compreensão e não de julgamento", sendo necessário considerar o aluno em sua totalidade.

Entre as demandas observadas, destacam-se dificuldades de concentração, desigualdade no processo de alfabetização, necessidade de apoio emocional, desafios motores e de socialização. Essas manifestações indicam a importância de práticas pedagógicas inclusivas, afetivas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

As atividades planejadas para a regência foram organizadas de forma articulada com os componentes curriculares previstos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contemplando as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e Tecnologia Educacional. A proposta metodológica adotada está fundamentada em princípios construtivistas, que consideram o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem, conforme defendido por Vygotsky (1998), ao afirmar que "o desenvolvimento ocorre por meio da interação social e da mediação pedagógica".

A regência foi conduzida de forma gradual, iniciando com a participação em atividades planejadas pela professora regente, seguida pela condução de aulas elaboradas pela estagiária, com intencionalidade pedagógica e foco na aprendizagem significativa. O planejamento das aulas será flexível, permitindo adaptações conforme as demandas da turma e os avanços observados.

A avaliação das atividades foi realizada de forma contínua e formativa, por meio de observações, registros, produções dos alunos e momentos de reflexão coletiva. Essa abordagem está alinhada ao que defende Luckesi (2008), ao afirmar que "avaliar é um ato de compreensão e não de julgamento", sendo necessário considerar o aluno em sua totalidade.

As atividades planejadas tiveram como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, contemplando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores. A proposta busca estimular a autonomia, a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas, contribuindo para a formação de sujeitos ativos, conscientes e participativos.

A experiência de regência representa uma oportunidade valiosa para a articulação entre teoria e prática, permitindo à estagiária vivenciar os desafios e as possibilidades da ação docente. Como destacam Pimenta e Lima (2012), "o estágio supervisionado é um espaço privilegiado de construção de saberes docentes, que se dá na interação entre o conhecimento acadêmico e a realidade escolar".

Os resultados obtidos durante o Estágio Supervisionado II na Escola Municipal Princesa Izabel demonstram consonância com os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia EaD da UNIARP, especialmente no que se refere à formação de um profissional crítico, reflexivo e comprometido com a transformação social (UNIARP, 2022).

A atuação da estagiária junto à turma do 2º Ano possibilitou a aplicação de metodologias ativas, a elaboração de materiais didáticos personalizados e a condução de aulas com intencionalidade pedagógica. Esses resultados evidenciam o desenvolvimento de competências essenciais à prática docente, como o planejamento eficaz, a mediação sensível e a valorização das singularidades dos alunos , aspectos que estão diretamente alinhados aos objetivos formativos do estágio.

Ao confrontar esses achados com a literatura, observa-se consonância com a perspectiva de Pimenta e Lima (2012), que defendem o estágio como um espaço privilegiado de construção de saberes docentes. A experiência prática permitiu à estagiária vivenciar a articulação entre teoria e prática, ressignificando os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica.

Entre as semelhanças com estudos precedentes, destaca-se: a valorização da escuta ativa e da mediação pedagógica, conforme apontado por autores como Nóvoa (1992), que ressaltam a importância da postura reflexiva e da escuta sensível na formação docente; a construção da identidade profissional por meio da vivência escolar, em consonância com os estudos de Tardif (2002), que enfatizam a prática como elemento constitutivo do saber docente.

Por outro lado, algumas diferenças também foram identificadas: enquanto estudos como os de Libâneo (2013) destacam a dificuldade de articulação entre teoria e prática no estágio, a experiência relatada demonstrou uma integração efetiva entre os conteúdos acadêmicos e a realidade escolar, favorecida pelo apoio institucional e pela abertura da escola-campo.

Diferentemente de pesquisas que apontam a escassez de recursos como obstáculo à prática pedagógica (Gatti, 2010), a estagiária contou com amplo suporte material e humano, o que potencializou a qualidade das atividades desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado II representou uma etapa fundamental na formação docente da acadêmica do curso de Pedagogia EaD da UNIARP, proporcionando uma vivência prática significativa no contexto escolar. A experiência na Escola Municipal Princesa Izabel permitiu a aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, promovendo o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais, como o planejamento de aulas com intencionalidade, a mediação sensível e a valorização das singularidades dos alunos.

Entre os aspectos mais relevantes observados, destacam-se o fortalecimento da postura ética e profissional, a ampliação do repertório metodológico e o exercício da autonomia na condução de atividades. A escuta ativa, a observação diagnóstica e o uso de metodologias lúdicas e interativas foram elementos centrais para a construção de uma prática docente humanizada e eficaz.

Contudo, também foram identificadas limitações que apontam para a necessidade de aprofundamento em áreas específicas, como a avaliação formativa, a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas e o uso mais eficiente dos recursos tecnológicos disponíveis. Tais aspectos indicam caminhos para o aprimoramento contínuo da prática pedagógica e para a consolidação de uma formação docente crítica e reflexiva.

Como sugestão para a continuidade do processo formativo, recomenda-se: Investir em estudos e formações complementares sobre avaliação e inclusão; explorar novas tecnologias educacionais como ferramentas de apoio à aprendizagem; ampliar o diálogo entre universidade e escola, fortalecendo a parceria na formação inicial dos professores.

Em síntese, o estágio cumpriu seu papel como espaço de articulação entre teoria e prática, contribuindo para a construção da identidade profissional da estagiária e reafirmando seu compromisso com uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo apoio institucional e acadêmico ao desenvolvimento deste projeto. Manifesto também minha gratidão à Escola Municipal Princesa Izabel, pela acolhida e parceria durante a realização do estágio, que foi essencial para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS

APRENDE BRASIL. **Apostila digital do Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Disponível em: https://web.aprendebrasildigital.com.br/d2l/lp/navbars/6606/customlinks/external/2317204referencia. Acesso em: 10 set. 2025.

APRENDE BRASIL. **Aula interativa CLA23: Tempo de decomposição dos materiais. Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Disponível em: https://digital.aprendebrasil.com.br/IMP/21/CLA23/. Acesso em: 10 set. 2025.

APRENDE BRASIL. **Aula interativa PMP12: Cantigas populares. Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Disponível em: https://digital.aprendebrasil.com.br/IMP/21/PMP12/. Acesso em: 11 set. 2025.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização e planejamento do trabalho pedagógico na educação infantil: reflexão sobre as práticas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GCOMPRIS. **Software educacional GCompris**. [S. l.]: KDE Education Project, 2025. Disponível em: https://gcompris.net. Acesso em: 11 set. 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia EaD**. Caçador: UNIARP, 2022.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YOUTUBE. Como funciona o relógio. [S. l.]: **Canal Educação Infantil**, 2021. Disponível em: https://youtu.be/-TZUs6Ja3OY. Acesso em: 14 set. 2025.

YOUTUBE. Paisagem natural e modificada. [S. l.]: **Canal Geografia com o Professor**, 2022. Disponível em: https://youtu.be/-TZUs6Ja3OY. Acesso em: 15 set. 2025.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE EDUCATIVO DEMOCRÁTICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

Marisete de Oliveira Santos[1]
Marluci Dalpias[2]
Paulo Izael Cardoso[3]
Marisa Martins[4]
Elis Regina Mazzurana[5]

Resumo – O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar proporcionou uma vivência significativa no ambiente administrativo-pedagógico da instituição. O principal objetivo foi compreender a organização e funcionamento da gestão escolar, analisando o papel do gestor, os processos democráticos de participação e a articulação entre os setores pedagógicos e administrativos. As atividades incluíram observação da rotina escolar, participação em reuniões, análise de documentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar. A vivência evidenciou a importância da gestão democrática, pautada na participação coletiva, na escuta ativa e na mediação de conflitos. O trabalho do gestor revelou-se essencial para garantir o bom funcionamento da escola e a promoção de um ambiente educativo acolhedor e eficiente. O estágio contribuiu significativamente para a formação docente, possibilitando reflexões sobre a prática profissional e a construção de uma gestão comprometida com a qualidade da educação.

Palavras-chave: Gestão escolar; Estágio supervisionado; Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade fundamentar teoricamente a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado em Gestão Escolar entre os dias 17 e 25 de março de 2025. A proposta do estágio é proporcionar ao acadêmico a vivência do cotidiano da gestão educacional, compreendendo seus desafios, estratégias e práticas voltadas à promoção de uma educação democrática, inclusiva e de qualidade.

A atividade de estágio é uma exigência curricular do curso de Pedagogia e constitui momento privilegiado de articulação entre teoria e prática. Durante o período de observação e participação, foi possível analisar a dinâmica da equipe gestora, as práticas de organização escolar, os fluxos administrativos e as ações voltadas ao desenvolvimento pedagógico. O objetivo principal deste relato é evidenciar as aprendizagens construídas sobre o papel da gestão na efetivação de um ambiente escolar participativo e comprometido com a formação integral dos

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPGEB), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

educandos. Como destaca Veiga (2013, p. 45), "a escola como organização aprendeste é aquela que se reinventa cotidianamente por meio da participação crítica de todos os seus sujeitos".

METODOLOGIA

Este trabalho é o resultado do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado durante a sétima fase do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Uniarp campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma Escola Municipal no município de Macieira/SC. O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é realizado da seguinte forma: observação dos processos de gestão escolar na escola; estudo dos teóricos que abordam a gestão escolar e elaboração de um relatório com as observações na unidade escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão escolar é um dos pilares centrais da organização educacional, pois articula os diversos elementos que compõem o ambiente escolar: pedagógico, administrativo, financeiro e relacional. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a gestão escolar deve ser compreendida como uma prática coletiva e integrada, voltada à promoção da aprendizagem, à democratização da escola e à participação social. A escola não deve ser apenas um espaço de reprodução de saberes, mas um local de transformação social e construção coletiva do conhecimento.

A gestão democrática é um dos princípios fundamentais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), especialmente nos artigos 14 e 15, que orientam a participação da comunidade na definição dos rumos da escola. Para Paro (2007), a gestão democrática só se concretiza quando há efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões, com base em relações de respeito, escuta e corresponsabilidade. Isso significa romper com modelos autoritários de direção escolar e instituir práticas colaborativas e dialógicas.

Durante o estágio supervisionado observou-se que, embora haja esforço da equipe gestora para desenvolver ações participativas, ainda existem barreiras estruturais e culturais que dificultam a plena efetivação da gestão democrática. A participação dos pais, por exemplo, ainda é reduzida, o que corrobora o que aponta Sampaio (2005), ao dizer que muitos processos de participação nas escolas brasileiras ocorrem de forma superficial, sem que a comunidade se sinta realmente pertencente ao espaço escolar.

Outro aspecto importante diz respeito à liderança pedagógica exercida pelos gestores escolares. De acordo com Lück (2009), o gestor educacional deve exercer uma liderança que estimule o desenvolvimento profissional docente, a cultura de colaboração e o foco na aprendizagem dos estudantes. Tal liderança implica a mediação de conflitos, o acompanhamento do trabalho pedagógico e a promoção de um clima organizacional saudável. No estágio, identificou-se que a diretora exerce papel central na mediação das relações, mas ainda carece de mecanismos de apoio para lidar com a sobrecarga de funções.

As dificuldades estruturais da escola, como a carência de materiais didáticos e a infraestrutura precária, também foram evidenciadas durante a vivência, o que reforça os apontamentos de Veiga (2012) sobre os desafios enfrentados por escolas públicas em contextos

de vulnerabilidade social. Essas condições impactam diretamente a qualidade da educação e exigem que a gestão escolar desenvolva estratégias criativas e de mobilização comunitária para suprir as lacunas do sistema educacional. A realização de mutirões, o reaproveitamento de materiais e a articulação com parceiros externos são exemplos de ações observadas que denotam a busca por soluções colaborativas.

Além disso, é necessário considerar que a gestão escolar não atua de forma isolada. Conforme Dourado (2007), o sistema educacional brasileiro está inserido em uma lógica de políticas públicas que nem sempre favorecem a autonomia das escolas. A descentralização administrativa, por exemplo, transferiu responsabilidades sem garantir os recursos necessários para sua execução, o que coloca os gestores diante de grandes desafios em sua prática cotidiana.

Por fim, destaca-se a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento de planejamento e reflexão coletiva sobre a escola. Para Gadotti (2000), o PPP deve expressar a identidade da escola e ser construído com ampla participação da comunidade. No estágio, a análise do PPP revelou que, apesar de elaborado com a colaboração da equipe gestora, ainda há pouco envolvimento dos professores e famílias em sua atualização e implementação, o que limita seu potencial como ferramenta de gestão democrática. Portanto, a experiência de estágio permitiu compreender que a gestão escolar é um processo complexo, que demanda conhecimentos técnicos, sensibilidade humana e compromisso com os princípios da equidade, da justiça social e da participação cidadã. A superação dos desafios observados requer investimentos públicos, formação continuada e o fortalecimento de uma cultura participativa dentro das instituições escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado permitiu uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pela gestão escolar em um contexto de limitações estruturais e de recursos. Ao longo do período de observação, foi possível identificar que a gestão pedagógica e administrativa da escola, embora bem-intencionada, ainda enfrenta dificuldades na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, em grande parte devido à falta de infraestrutura e ao baixo envolvimento da comunidade escolar.

Contudo, os esforços da equipe de gestão, especialmente no que tange à promoção de uma gestão participativa, mostram-se fundamentais para fortalecer a integração entre escola, alunos e comunidade. O trabalho coletivo, embora sujeito a desafios, tem demonstrado resultados positivos, como o engajamento dos professores e a busca contínua pela melhoria do ambiente escolar.

Esses resultados indicam a importância de um modelo de gestão democrática e inclusiva, capaz de lidar com as adversidades cotidianas das escolas públicas, principalmente em contextos periféricos. A continuidade das práticas observadas e o fortalecimento da participação da comunidade escolar são essenciais para o aprimoramento contínuo da qualidade educacional na escola. Este estágio contribuiu significativamente para o entendimento das complexidades da gestão escolar e reforçou a importância da inovação e da adaptação contínua nas práticas pedagógicas e administrativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 maio 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas de gestão da educação básica no Brasil: regulação e autonomia das escolas.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 939-960, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/8Y9nJzW9zFZyD5LzY8z5z9p/?lang=pt. Acesso em: 31 abril 2025.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania planetária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000. Disponível em: https://www.paulofreire.org/eduplanetaria. Acesso em: 02 maio 2025.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: https://www.cortezeditora.com.br/educacao-escolar-politicas-estrutura-e-organizacao/p. Acesso em: 02 maio 2025.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 37, n. 26, p. 11-31, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/1234. Acesso em: 01 maio 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2007. Disponível em: https://www.atica.com.br/gestao-democratica. Acesso em: 01 maio 2025.

SAMPAIO, Helder. **Participação e gestão democrática na escola pública**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 45-60, 2005. Disponível em: https://www.anpae.org.br/rbpae. Acesso em: 31 abril 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: https://www.papirus.com.br/projeto-politico-pedagogico. Acesso em: 03 maio 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola como organização aprendente: gestão participativa e projeto pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Campinas: Papirus, 2013. p. 45-62. Disponível em: https://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/A-escola-em-debate.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

RELATO DE EXPRIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

Scheila Gomes Simões da Silva[1]
Marluci Dalpias[2]
Paulo Izael Cardoso[3]
Marisa Martins[4]
Elis Regina Mazzurana[5]

Resumo – Este trabalho trata do relato da experiência vivenciada no estágio supervisionado de gestão escolar em uma escola onde atendem alunos desde a educação infantil ao 9°ano dos anos finais, da escola municipal de ensino de Caçador- SC. Esse relato tem como objetivo geral compreender a prática da gestão escolar e seus desafios enfrentados no dia a dia. A importância para os futuros pedagogos realizar esse estágio para entender o funcionamento dos trabalhos da equipe gestora. Os resultados nos mostram que os profissionais que trabalham na gestão escolar são aqueles que organizam desde reuniões com os pais aos documentos como PPP, atas, verificam os planejamentos dos docentes, se empenham todos os dias para que haja um bom funcionamento organizado dentro da instituição.

Palavras-chave: Estágio. Gestão Escolar. Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalhado será apresentado o relato de experiência que ocorreu durante o estágio supervisionado de gestão escolar, em uma escola do Bairro Martelo, na cidade de Caçador/SC. Foram dez dias de estágio de segunda a sexta-feira, com duração de quatro horas por dia. A escola atende 692 alunos, desde a educação infantil até o 9° anos finais. Da educação infantil ao 2° ano os alunos estudam no período integral, sendo um período ensino regular e o outro projeto.

O objetivo do mesmo é compreendermos a prática da gestão escolar e os desafios enfrentados no dia a dia desses profissionais. Como uma gestão escolar democrática é fundamental para que haja a participação de docentes, pais e funcionários em assuntos para um bom funcionamento da instituição. Será apresentada a equipe que faz parte da gestão escolar, quais as funções de cada integrante e como isso reflete na organização escolar.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPGEB), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Será apresentada as atividades realizadas junto a essa equipe gestora e como foi lidar com cada situação.

Apresentaremos o Projeto Político Pedagógico da escola que deve ser seguido com seus vários objetivos a serem alcançados, como esse é organizado quem participa da organização e atualização do mesmo.

METODOLOGIA

Este trabalho é o resultado do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado durante a sétima fase do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Uniarp campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma escola da rede municipal de ensino de Caçador/SC. O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é realizado da seguinte forma: observação dos processos de gestão escolar na escola; estudo dos teóricos que abordam a gestão escolar e elaboração de um relatório com as observações na unidade escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O estágio supervisionado permite ao acadêmico a experiência vivenciada na prática, pois é no estágio que ele aplica o que se aprendeu na teoria e sempre aprende mais. Parentes e Mattos (2015 apud Parente et al., 2021, p.395) descreve que "[...] o estágio curricular tem como um de seus principais objetivos[...] à produção de conhecimentos e com possibilidades de contribuir para o fazer profissional do futuro professor".

A equipe gestora da escola Maria Luiza Barbosa é composta por 01 diretora; 03 especialistas 40hrs; 2 especialistas 20hrs; 01 especialista integral.

Aos gestores escolares compete colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretária Municipal de Educação; controla e supervisionar todas as ações administrativas e pedagógicas da Unidade escolar; orientar, zelar e controlar o patrimônio pertencente à unidade escolar, responsabilizar-se pelo controle dos horários e atividades dos servidores; manter controle dos estoques de alimentos, materiais de limpeza e didáticos; acompanha a execução do cardápio escolar e, com as agentes de alimentação e nutrição

Para Souza Ribeiro (2017, p.4) "[...] embora exijam do gestor escolar maior ênfase no trabalho pedagógico (atividade-fim), acabam dando margem, na prática a predominância do administrativo-burocrático [...] tarefas rotineiras[...].

Durante a atividade realizada juntamente com a diretora é recepcionado os alunos das séries iniciais aos 9°ano dos anos finais, na chegada do horário de manhã no ginásio da escola. A educação infantil entra pelo portão lateral. Nesse momento é visto a maneira com cada aluno se desloca de suas casas até a escola. Muitos vem a pé, outros de transporte escolares, e outros de carro. Observou-se que alguns alunos chegam bem atrasados, onde os mesmos precisam que as especialistas autorizem a entrada na sala de aula sabendo o motivo do atraso.

Uma criança ainda das séries iniciais não se adaptou ao ambiente escolar e não gosta de estar dentro da sala de aula com os demais. Nesse momento a diretora junto as especialistas conversam e adentem essa criança, para que ela se sinta acolhida e possa estar junto com seus colegas de turma. Mas todos os dias se há uma resistência da mesma quando chega na escola.

Sugeriu-se então diante essas questões de atrasos e a essa criança que ainda não se adaptou na escola, marcar uma reunião com os pais para conversar e expor essas situações, para que assim escola e família venham estar sempre trabalhando juntas num mesmo propósito para sanar os problemas. A diretora fez atendimentos com pais que chegaram para conversar sobre assuntos relacionados aos filhos na escola e pediu a participação de duas especialistas para estar junto ao atendimento com os mesmos.

Na atividade realizada junto com as especialistas que são as coordenadoras pedagógicas auxiliamos nos trabalhos das impressões das avaliações de português e matemática do MEC para os alunos do 2° ao 9°ano, grampeando as avaliações e separando por turma e disciplina. E depois foram entregues aos professores para que fossem aplicados para os alunos. Todas as impressões de avaliações das turmas são realizadas pelas especialistas.

Na atividade realizada juntamente com as especialistas acompanhamos como é feito a revisão dos planos de aulas dos professores pelo programa Beta. Neste é possível ver o que está sendo aplicado aos alunos e se está faltando, foram feitos revisão dos planos de aulas de alguns professores, e enviados aos mesmos para que façam alguns ajustes, e postem novamente no programa par ser revisado de novo.

Na atividade realizada junto com uma das especialistas que são as responsáveis em fazer a verificação com as professoras de cada turma, foram feitos os levantamentos para ver quantas crianças precisam participar do NOA (Novas Oportunidades de Aprendizagem) realizado no contra turno. Foram anotados todos os nomes de crianças que necessitam está frequentando o NOA, e assim montando as turmas para estarem começando já na próxima semana de aula.

As especialistas são as profissionais que junto a diretora e com alguns professores e pais realizam a atualização do PPP. Ia se dar início sobre a atualização do mesmo. Elas realizam os cronogramas dos professores com seus horários de aulas. Fazem os levantamentos junto com os professores sobre a frequências de cada criança, sobre seu aprendizado, estão juntas nos conselhos de classes, entrega de boletim, enviam bilhetes aos pais quando é necessário a presença do mesmo no ambiente escolar para conversar sobre seus filhos.

Vasconcellos (2009 apud Ferrari 2011, p.161) aponta "o PPP como o plano global da instituição, [...] processo de planejamento participativo [...] o documento precisa estar em constante construção, já que é na caminhada que a instituição constrói a sua identidade."

Na atividade realizada junto a diretora no momento do lanche às 8 horas, são recebidas as crianças que estudam no período integral que são a educação infantil ao 2° ano das séries iniciais. Auxiliamos no momento da fila, entrega do lanche e de acomodar os alunos nas mesas para as refeições. Às 09h45min são recebidos os alunos do 3° ano ao 9° ano, auxiliamos os alunos no momento de fazer as filas sempre orientado os maiores terem cuidados com os pequenos nesse momento, pois saem bastante agitados e correndo.

Participamos nas atividades também na sala maker, juntamente com a professora na sala. Os alunos adoram esse momento de estarem realizando as atividades nessa sala. Apesar de algumas mesas ainda oferecerem apenas um computador ou tablet.

Participamos nas atividades na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) junto com a professora da sala para entendermos de que maneira cada criança é atendida individualmente nas suas dificuldades. É um trabalho onde a profissional precisa pensar em cada atividade, pois os alunos que são atendidos nessa sala apresentam dificuldades diferentes um dos outros por isso o pensar precisa ser individual em cada criança. Muito gratificante quando eles realizam a atividades ali trazidas.

Na atividade realizada da leitura do PPP da escola, entendeu-se a importância desse documento, nele está tudo sobre a instituição, como ela é constituída, as metodologias aplicadas na aprendizagem, como é feito as somas das notas dos alunos pra média final. A nova diretora ainda não tem plano de gestão. Então foi feito a leitura de planos anteriores para entendermos como é um plano de gestão.

O PPP da escola tem a visão de ser uma escola reconhecida pela qualidade de ensino, pelo respeito e valorização de toda comunidade escolar. A missão de proporcionar ao educando condições de buscar sua autonomia e construir sua cidadania com competência, compreendendo seus direitos e deveres e exercendo a democracia. Tendo também o foco na interação e na aprendizagem dos conceitos básicos. O respeito consigo mesmo e com os outros, levando em consideração as diferenças.

A participação do trabalho em equipe, com comprometimento e em busca de um objetivo comum. A transparência que é a base de uma gestão democrática e participativa. A ética de estar trabalhando com seriedade e muito respeito aos envolvidos no processo educativo. A equidade tendo orgulho de ser uma escola que trabalha a Inclusão de maneira imparcial e justa, com equivalência. E a excelência procurando realizar tudo da melhor maneira possível para ter a melhor escola em produção de conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico necessita haver a participação dos professores, pais e equipe gestora para a sua construção, pois dessa maneira pode-se dizer que a gestão escolar é democrática. Esse é o documento que define a proposta pedagógica da escola que orienta o processo educativo e a formação dos alunos, além de ser um instrumento de comunicação entre a escola e comunidade. Nesse consta toda equipe que faz parte da instituição, quantos alunos são atendidos pela escola, as metodologias aplicadas nas aprendizagens, quantas salas há na escola. No PPP estão registrados o que é a instituição escolar. O mesmo precisa sempre estar em fácil acesso para que todos tenham a oportunidade de ler e entender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do texto, ressalta-se que a equipe gestora tem grande e fundamental importância dentro da instituição escolar, pois é por essa equipe trabalhando em conjunto que tudo vem a acontecer. São muitos desafios enfrentados no dia a dia, problemas de várias naturezas que ao serem apresentados, precisa-se ter o profissionalismo e a competência de a equipe estarem juntas para tomar decisões certas. Contando sempre com a participação das

famílias na escola, ouvindo as queixas trazidas por essas, trabalhando para resolver em prol de melhorias de um todo. A preocupação com a aprendizagem dos educandos, suas frequências, com os docentes, a maneira como estão aplicando seus planos de aulas nas turmas. A alimentação se está sendo de boa qualidade, se os estudantes estão se alimentando bem. Sobre a limpeza da instituição para sempre manter o ambiente escolar limpo. Aos arredores da escola, manter organizado. Os cuidados com os patrimônios da escola, como computadores, tablets, impressoras, data shows, mesas, cadeiras, armários. Os materiais das aulas de educação física. As prestações de contas das verbas que são enviadas a instituição escolar. São várias as funções que a gestão precisa estar organizando e resolvendo no dia a dia escolar. Muitos se dizem que a equipe gestora pouco se tem a fazer, mas podemos perceber que não é assim. São profissionais que merecem nosso respeito e admiração pelo seu trabalho árduo e constante, em prol do bem de todos.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Greicimara Vogt. A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar. Perspectiva, Erechim, v. 35, n. 132, p. 159-170. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_241.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós et al. Estágio supervisionado de gestão educacional e estágio de docência: contribuições à formação dos profissionais da educação. Humanidades & Inovação, v. 8, n. 40, p. 391-401. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5105. Acesso em: 24 abr. 2025.

SOUZA, Lânia Daniela Marta; RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. O Perfil do Gestor Escolar Contemporâneo: das permanências as incorporações para exercício da função. Revista Espaço do Currículo, v. 10, n. 1, p. 106-122. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v10i1.33386. Acesso em 26 abr 2025.

GESTÃO ESCOLAR NA PRÁTICA: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Mirian de Abreu Almeida[1]
Marluci Dalpias[2]
Paulo Izael Cardoso[3]
Marisa Martins[4]
Elis Regina Mazzurana[5]

Resumo – Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o estágio supervisionado realizado no âmbito da gestão escolar em uma escola pública municipal. A experiência teve como objetivo compreender a dinâmica administrativa da instituição, identificar práticas de gestão e refletir sobre a formação do gestor escolar. Como resultados, destaca-se a importância do trabalho colaborativo, o papel da liderança pedagógica e os desafios enfrentados na gestão de conflitos e na articulação com a comunidade. O estágio possibilitou reflexões significativas sobre a prática gestora e contribuiu para a formação profissional dos estagiários.

Palavras-chave: Gestão escolar. Estágio supervisionado. Liderança pedagógica. Escola pública.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar desempenha um papel central na promoção de uma educação de qualidade, democrática e inclusiva, exigindo competências que vão além da simples administração de recursos e rotinas institucionais. Cabe ao gestor escolar articular as dimensões pedagógica, administrativa e relacional, com foco no desenvolvimento humano, na aprendizagem significativa dos estudantes e na valorização da participação da comunidade escolar.

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar as vivências e os aprendizados adquiridos durante o Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado em uma Escola Municipal localizada na cidade de Timbó Grande, Santa Catarina, no período de abril a maio de 2025. A proposta do estágio surgiu da necessidade de cumprir os requisitos da disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia, proporcionando uma oportunidade concreta de aproximação com a realidade cotidiana da gestão educacional pública.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPGEB), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A oportunidade de atuar na área da gestão foi motivada pelo interesse em compreender como a atuação da equipe gestora influencia o clima organizacional, o desempenho pedagógico e a relação com a comunidade escolar. O estágio foi desenvolvido por uma estudante do curso de Pedagogia e incluiu diversas atividades práticas, como a observação direta da rotina institucional, participação em reuniões administrativas e pedagógicas, entrevistas com membros da equipe gestora e análise documental de registros escolares.

Ao longo dessa jornada formativa, buscou-se refletir criticamente sobre os desafios enfrentados pelos gestores escolares, as estratégias adotadas para superá-los e as práticas exitosas que fortalecem a construção de uma escola participativa, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos.

Este relato, portanto, tem como propósito compartilhar uma experiência formativa significativa, evidenciando os elementos que emergiram da prática como essenciais para a consolidação de uma gestão pedagógica alinhada aos princípios da equidade, do diálogo e da excelência educacional.

METODOLOGIA

Este trabalho é o resultado do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado durante a sétima fase do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Uniarp campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma Escola Municipal localizada na cidade de Timbó Grande, Santa Catarina. O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é realizado da seguinte forma: observação dos processos de gestão escolar na escola; estudo dos teóricos que abordam a gestão escolar e elaboração de um relatório com as observações na unidade escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A gestão escolar é uma das áreas mais complexas e fundamentais para o funcionamento eficaz das instituições de ensino. Ela envolve a integração de práticas administrativas, pedagógicas e relacionais, que são essenciais para promover um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos. Durante o estágio supervisionado foi possível observar como esses elementos se entrelaçam na prática, com destaque para a gestão democrática, a liderança pedagógica e a organização institucional. Para fundamentar teoricamente as observações, recorre-se a autores que refletem sobre esses aspectos, como Libâneo (2012), Lück (2009), Veiga (2001) e Paro (2001).

A gestão escolar é um processo coletivo e participativo, conforme propõe Libâneo (2012). A gestão democrática é caracterizada pela participação ativa de todos os atores da comunidade escolar nos processos decisórios. Para que a gestão seja de fato democrática, é necessário um ambiente que favoreça o diálogo e a colaboração entre gestores, professores, alunos e suas famílias. Lück (2009) destaca que o gestor escolar deve assumir a função de líder pedagógico, ou seja, aquele que articula e coordena as ações pedagógicas da escola, garantindo que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) seja efetivamente implementado e que o processo de ensino-aprendizagem seja constantemente aprimorado.

A organização da escola também é um aspecto central da gestão, conforme aponta Veiga (2001). Para que a escola seja bem organizada, é necessário que haja planejamento, avaliação contínua das práticas educativas e um constante acompanhamento das ações pedagógicas. Além disso, é imprescindível que a gestão escolar crie um ambiente acolhedor e inclusivo, em que todos os membros da comunidade escolar se sintam envolvidos e valorizados. Paro (2001), por sua vez, afirma que a gestão de conflitos e a comunicação eficiente são fundamentais para garantir um ambiente escolar harmonioso e comprometido com os princípios de equidade e inclusão.

Durante o estágio, foi possível observar a aplicação de muitos desses conceitos na escola. A gestão da escola se caracteriza por uma abordagem participativa, especialmente nos momentos de reuniões pedagógicas e administrativas. Nesses encontros, a gestora e os coordenadores pedagógicos desempenham o papel de mediadores do processo educacional, buscando integrar as opiniões e as necessidades dos professores para ajustar o planejamento e melhorar a dinâmica de ensino. Este cenário está alinhado com a perspectiva de Lück (2009), que vê o gestor como um articulador das práticas pedagógicas.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, foi possível perceber que a escola adota diretrizes que favorecem a gestão democrática e a inclusão. No entanto, a implementação dessas diretrizes na prática enfrenta alguns desafios. A resistência à participação ativa de certos membros da comunidade escolar, especialmente alguns professores e famílias, foi um aspecto observado, que corrobora o que Paro (2001) já havia apontado sobre os obstáculos à consolidação de uma gestão realmente democrática nas escolas públicas. Apesar disso, ainda é possível notar esforços para superar essas barreiras por meio de ações de sensibilização e incentivo à participação.

A observação da rotina administrativa revelou uma gestão eficiente dos documentos institucionais, com destaque para a atuação da secretaria escolar, que organiza e mantém a documentação escolar de forma sistemática. Essa organização facilita o trabalho da equipe gestora, garantindo a transparência e a agilidade nas decisões administrativas. Em relação à mediação de conflitos, a equipe gestora demonstrou uma postura ética e resolutiva, especialmente no dia 17 de abril, quando foi mediado um conflito entre membros da equipe docente. A postura da gestora nesse momento refletiu um compromisso com a construção do clima escolar positivo, ao buscar soluções que envolvessem o diálogo e a escuta ativa das partes envolvidas.

Em relação à inclusão escolar, a escola realiza algumas ações pontuais, como atividades voltadas à conscientização sobre a diversidade e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos. No entanto, observou-se que a escola ainda carece de uma política mais ampla e articulada de inclusão, que contemple desde ações de sensibilização até um plano estratégico de atendimento especializado. Essa lacuna é, em parte, um reflexo da falta de recursos e da formação contínua dos professores sobre as melhores práticas de ensino para alunos com necessidades especiais.

A participação em conselhos de classe e o desenvolvimento de um projeto de intervenção evidenciaram a importância da escuta ativa e da construção coletiva das decisões educacionais.

O projeto de intervenção, que se baseou nas necessidades observadas durante o estágio, buscou integrar as ações pedagógicas e administrativas da escola, promovendo um trabalho colaborativo entre os membros da equipe gestora e os docentes. Este tipo de prática é fundamental para a construção de uma gestão pedagógica participativa, que valoriza as contribuições de todos os envolvidos no processo educativo.

Em suma, a experiência de estágio permitiu não apenas a observação das práticas de gestão escolar, mas também a reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades que envolvem a atuação do gestor. A fundamentação teórica contribuiu para compreender que uma gestão eficaz deve integrar aspectos administrativos, pedagógicos e humanos, criando um ambiente de participação, diálogo e compromisso com a qualidade educacional. Para que uma gestão escolar seja verdadeiramente democrática, é necessário que haja um esforço contínuo para superar as barreiras que ainda existem em muitas escolas, promovendo uma educação inclusiva, equânime e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio supervisionado em gestão escolar permitiu uma compreensão mais ampla e concreta sobre o papel do gestor nas escolas públicas, especialmente no que se refere à articulação entre as dimensões pedagógica, administrativa e relacional. As atividades desenvolvidas possibilitaram a vivência prática de aspectos fundamentais da gestão, como a liderança pedagógica, o planejamento escolar, a mediação de conflitos e o fortalecimento do vínculo com a comunidade.

Foi possível perceber que a gestão escolar demanda um olhar atento às necessidades da equipe docente, dos estudantes e das famílias, exigindo capacidade de escuta, organização, planejamento e tomada de decisão fundamentada em princípios democráticos e inclusivos. A experiência contribuiu para o desenvolvimento de habilidades essenciais à prática docente, ampliando o entendimento sobre os desafios e as possibilidades de uma gestão comprometida com a qualidade da educação pública.

Como resultado, essa experiência contribuiu para a formação de um profissional mais consciente de seu papel dentro da escola, não apenas como executor de tarefas pedagógicas, mas também como colaborador ativo na construção de uma gestão participativa e transformadora. Além disso, o estágio proporcionou subsídios para refletir criticamente sobre a realidade educacional, destacando a importância da formação continuada e do trabalho coletivo no cotidiano escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional durante a realização deste estágio supervisionado, em especial à equipe da Assistência Estudantil, pelo suporte por meio da bolsa de assistência social, essencial para a continuidade da minha formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar participativa: do projeto político-pedagógico à ação pedagógica**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO ESCOLAR

Fernanda Oliveira da Luz[1]
Elis Regina Mazzurana[2]

Resumo – O Estágio Supervisionado Obrigatório em Gestão Escolar, realizado no ano de 2025, teve como objetivo vivenciar a gestão escolar, compreendendo a metodologia utilizada na coordenação pedagógica em sua prática e experimentando os procedimentos de administração na Educação Infantil no contexto escolar. Buscou-se compreender a execução do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo da Educação Municipal, bem como observar práticas em salas de aula e aulas específicas. Este Resumo enfatiza o papel essencial da coordenadora pedagógica no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gestão Escolar; Educação.

INTRODUÇÃO

Este Resumo de estágio obrigatório do curso de Pedagogia EaD da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe ocorreu em um CMEI do Município de Lebon Regis-SC, no período matutino e vespertino, sendo supervisionado pela coordenação pedagógica do espaço escolar.

Inicialmente este Resumo especificara a parte institucional do CMEI para que o estágio supervisionado de gestão escolar conseguisse ser realizado, pontuando o ambiente escolar, do mesmo modo a sala de coordenação escolar onde foi desempenhado a semana de observação, em seguimento sinalizei a metodologia utilizada pela coordenadora no meio escolar com um todo, a interação e convívio entre gestão, coordenação pedagógica, alunos e professores, através da fase de observação efetuada assimilei a teoria proporcionada pelo curso de Pedagogia e a prática utilizada pela coordenadora pedagógica, se tornando visível os benefícios acadêmicos oferecidos pelo estágio.

Experimentando a relevância do estágio de gestão escolar na formação de pedagogia, usufrui da possibilidade de colocar em prática o conhecimento adquirido no curso de pedagogia, havendo assim a percepção do dia a dia do meio escolar, compreendendo as singularidades da coordenação pedagógica, soube-se através do estágio o funcionamento do meio escolar, sendo, público, gratuito e democrático conforme é apoiado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a igualdade de direitos por meio da Lei (Brasil,1988).

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

É importante evidenciar a supervisão da coordenadora pedagógica, através seus anos de experiência em educação infantil, identificando adversidades dos docentes, dos alunos e do meio escolar, sinalizando o que pode ser melhorado e o que deve ter seguimento.

O CMEI atende o nível de educação infantil, com crianças de 0 a 5 anos, focado na educação gratuita e democrática, justamente como preconiza a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Caracteriza-se como uma unidade educacional pública, que atende às necessidades da criança, família e comunidade, por meio da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008). Portanto, o estágio foi uma excelente possibilidade de desenvolvimento em minha evolução profissional.

METODOLOGIA

Este trabalho é o resultado do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado durante a sétima fase do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Uniarp campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi um Centro Municipal de Educação Infantil de Lebon Régis/SC. O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é realizado da seguinte forma: observação dos processos de gestão escolar na escola; estudo dos teóricos que abordam a gestão escolar e elaboração de um relatório com as observações na unidade escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O relato de experiencia deste estágio de gestão educacional objetiva detalhar as vivências no período do estágio, realizado no Centro Municipal de Educação Infantil em Lebon Régis/SC. Martins e Souza (2023, p. 11) "classificam o estágio como a primeira oportunidade de se relacionar a prática com a teoria, de vivenciar e observar a realidade da profissão".

Respaldado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes (Brasil, 2008), o estágio se desenvolveu em duas etapas, observação na área de deveres e obrigações de gestão escolar, possibilitando colocar em prática todo o conhecimento teórico até então adquiridos no curso de Pedagogia na Uniarp e a prática do cotidiano da instituição de Educação Infantil no CMEI.

O estágio foi focado no dia a dia do CMEI, essencialmente no auxílio dos compromissos educacionais da Coordenação Pedagógica. Presenciar a realidade desta unidade escolar propiciou o acompanhamento da rotina dos alunos e a recepção dos mesmos, destacando a maneira afetiva da coordenadora pedagógica em dialogar com os alunos no momento de acolhimento diário. "No contexto do estágio em Pedagogia, a prática educativa é uma esfera provisória em constante evolução" (Scarpitta e Oliveira, 2025, p. 6).

Da mesma forma viabilizou experiencias organizacional de documentos e recursos, como por exemplo o Currículo de Educação Infantil do Município de Lebon Regis, diálogos entre docentes, atividades práticas que incluem o auxílio na impressão e distribuição de atividades, igualmente a ação de levantamento e catalogação de todos os materiais didáticos disponíveis (livros, jogos, brinquedos), para a distribuição organizada e igualitária, "Nesse sentido,

entendemos o estágio supervisionado como uma oportunidade de aplicar os conhecimentos construídos durante a formação acadêmica" (Scarpitta e Oliveira, 2025, p. 3).

O Planejamento e Acompanhamento Pedagógico proporcionou a análise de documentos do centro de educação infantil municipal, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) , que orienta as diretrizes curriculares, dando continuidade em colaboração com uma reunião de planejamento mensal com os professores, assimilando os temas interdisciplinares a serem seguidos e compreendendo as singularidades e especificidades de cada turma, tal reunião também discutiu-se a elaboração do Parecer Descritivo dos alunos, a coordenadora pedagógica explicou que tal documento se faz indispensável para registra o desenvolvimento e o progresso individual de cada criança, sendo finalizada com o tema de 7 de setembro e sua preparação para o momento cívico, norteado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

Durante o período de estágio, foi observado diversas aulas que denotaram o papel da ludicidade e da tecnologia na Educação Infantil. "O estágio promove um envolvimento mais significativo dos estudantes e sua inserção na sociedade de forma sábia e digna" (Oliveira e Candido, 2025, p. 2).

Ademais, observei a Inclusão e Atendimento Especializado do centro de atendimento educacional infantil, fase marcante do estágio, conduzido pela professora especializada em educação especial infantil, atendendo 41 crianças com laudo de autismo, é admirável o empenho e dedicação em adaptar os conteúdos, orientar docentes e auxiliares de turma, o papel exercido pela Coordenadora Pedagógica expressa que a gestão no centro de educação Infantil vai além de atos burocráticos, é envolto de proteção, cuidado e zelo, pelos alunos, professores e funcionários, ocasionando a oferta de um ensino de qualidade, inovador e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo que ao chegar o último dia de estágio supervisionado de gestão escolar compreendo a relevância da experiência de a acompanhar o dia a dia da coordenação pedagógica, vivenciando e analisando os obstáculos e barreiras enfrentadas pelo Centro Municipal de Educação Infantil, transparecendo a magnitude da área de gestão escolar e coordenação pedagógica, fortalecendo a minha certeza em ser pedagoga.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

MARTINS, Janaina da Conceição; SOUZA, Flávia Silva. A importância do estágio supervisionado na formação inicial universitária de professores em pedagogia e as contribuições da disciplina de integração curricular como espaço de reflexão. **Revista Interdisciplinar Sulear,** [*S.l.*], v. 6, n. 14, p.111-125, 2023. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/6602/4632. Acesso em: 12 out. 2025.

OLIVEIRA, Naeli da Silva; Cândido, Kemely da Silva. Entre teoria e prática: aprendizados e transformações no estágio supervisionado em pedagogia. **Cadernos de Estágio,** [*S.l.*], v. 7, n. 1, p. 11-19, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cadernosestagio/article/view/38213/20031. Acesso em: 18 out. 2025.

SCARPITTA, Amanda dos Santos; OLIVEIRA, Rosilene Souza. Um relato de experiência sobre o estágio supervisionado: desenvolvendo competências pedagógicas no curso de Pedagogia. **Revista Semiárido De Visu,** Petrolina, V. 13, n. 1, p. 287-302, 2025. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/1263/654. Acesso em: 18 out. 2025.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR REALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

Categoria: Práticas de estágio

Keli Cristina da Fonseca[1]
Elis Regina Mazzurana[2]

Resumo – Este trabalho teve como objetivo compreender a prática pedagógica no contexto da gestão escolar, analisando sua estrutura e funcionamento nas dimensões administrativas, pedagógica e financeira. Buscou-se, ainda, analisar os documentos normativos da escola, bem como investigar os desafios e possibilidades que permeiam a atuação do gestor escolar. A metodologia utilizada para a realização do trabalho baseou-se na observação dos processos de gestão, no estudo de referenciais teóricos que abordam o tema e na elaboração de um relatório das análises e observações realizadas na unidade escolar. A partir do contato com o ambiente escolar direcionado ao tema da gestão foi possível compreender as diversas vertentes que que envolvem o processo educativo, além de analisar os desafios e demandas específicos dessa área. Por meio do estágio, a acadêmica teve a oportunidade de estabelecer uma relação concreta entre teoria e prática, essa intermediação proporcionou uma compreensão mais ampla e significativa do cotidiano escolar e do papel do gestor escolar na qualidade do ensino.

Palavras-chave: gestão escolar; pedagogia; estágio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como finalidade apresentar as situações observadas durante o período de estágio supervisionado. O estágio foi realizado em uma escola municipal situada no município de Caçador-SC, através do contato direto com o ambiente escolar no contexto da gestão foi possível ter uma visão mais abrangente de todo o processo que envolve a educação.

O objetivo principal do estágio supervisionado além de relacionar a teoria e a prática é o de proporcionar ao acadêmico o contato direto com os desafios que envolvem o papel de um gestor escolar, ao ter esse contato o egresso tem uma visão mais reflexiva e mais abrangente das áreas que envolvem a pedagogia. No decorrer deste trabalho foi possível compreender a gestão escolar nas dimensões administrativa, pedagógica e financeira, também foi possível analisar os documentos normativos da escola, além de poder observar os desafios e as possibilidades da gestão escolar relacionados a tudo que envolve o contexto escolar.

[1]Acadêmica do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A execução do estágio supervisionado possibilita ao graduando compreender as diversas nuances que envolvem a educação, e como deve atuar para atender as demandas que envolvem a escola na área da gestão, os imprevistos, resoluções de conflitos entre alunos, pais e professores, demandas administrativas, financeiras e legais que envolvem não só a estrutura física como humana. Bes et al. (2019, p.17) consideram que "[...] A gestão escolar, além de cumprir demandas administrativas, precisa dar conta de todas as necessidades pedagógicas, que incluem a legislação e os processos de ensino e aprendizagem".

METODOLOGIA

Este trabalho é o resultado do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado durante a sétima fase do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, da Uniarp campus de Caçador. A instituição escolhida para a realização do estágio foi uma escola municipal localizada na cidade de Caçador-SC. O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar é realizado da seguinte forma: observação dos processos de gestão escolar na escola; estudo dos teóricos que abordam a gestão escolar e elaboração de um relatório com as observações na unidade escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Presente estágio supervisionado ocorreu em uma escola municipal de Caçador/SC entre os dias 01 a 12 de setembro de 2025. O regime de funcionamento da escola é público e são oferecidos ensino da Pré escola 1 e 2 e ensino fundamental I, nos períodos matutino e vespertino.

No decorrer desse período foi possível observar e compreender as demandas que envolvem o processo de gestão escolar e o perfil que um gestor deve ter para conduzir uma escola considerando que todas as esferas da educação precisam ser atendidas a fim de garantir o pleno funcionamento da escola.

Bes et al. (2019, p.20), destacam o perfil que um gestor escolar deve ter para atuar nas escolares.

Na contemporaneidade, o gestor escolar deve realizar ações para estabelecer novas relações, atender aos anseios da comunidade escolar e buscar a formação integral do cidadão. As escolas atuais necessitam de gestores capacitados para promover a integração entre todos os membros da escola e a comunidade.

No primeiro dia de estágio a diretora acompanhou alguns alunos que foram até a prefeitura para a abertura da semana da pátria, nesse dia fiquei com a secretaria, durante a manhã ela fez alguns bilhetes que seriam colados na agenda dos alunos, entregou materiais escolares para alguns professores, imprimiu atividades, respondeu mensagem de alguns pais e também avisou outros dois que seu filhos não estavam bem e se eles poderiam ir buscá-los.

Durante o período de estágio a diretora ainda discutiu a situação de alguns alunos com muitas faltas se era o caso de acionar o conselho tutelar, organizou documentos de estágio probatório de alguns professores e realizou a sessão cívica todos os dias na semana que antecedia o dia da Independência do Brasil, em um desse dias uma aluna desmaiou durante a sessão e foi preciso chamar os bombeiros.

Juntamente com as coordenadoras pedagógicas a diretora conversou com alguns alunos que haviam se desentendido e também atendeu alguns pais. Foi preciso entrar em contato com o conselho tutelar para encaminhar um aluno que com recorrência aparecia com sinais de agressão, nesse caso foi preciso chamar a polícia para fazer boletim de ocorrência e a família acabou perdendo a guarda da criança. No decorrer do estágio a diretora e coordenadoras atenderam diversas demandas com pais e alunos.

Houve a instalação de playground adquirido com recurso de ações feitas pela APP, organização das provas do SAEB, confecção de bilhetes, administração dos alunos que iriam participar do desfile, otimização de alguns documentos para a abertura do período de matrícula e rematricula e também curso de formação.

Vieira, Vidal e Nogueira (2020, p.163) destacam que toda a gestão escolar precisa ter como foco principal a aprendizagem.

A gestão escolar não tem um fim em si mesma e deve ser orientada para viabilizar o alcance da finalidade maior da escola: assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Para tanto, os profissionais da educação que atuam no ambiente escolar, desde os gestores aos funcionários da limpeza, necessitam ter objetivos comuns e persegui-los com métodos e práticas eficazes. Toda a gestão necessita voltar-se à aprendizagem.

No decorrer do estágio supervisionado em gestão escolar foi possível auxiliar na confecção dos bilhetes, organizar as provas do SAEB, entregar algumas atividades impressas para os professores, chamar alunos na sala de aula, organizar o refeitório para as sessões cívicas, abrir o portão quando alguém precisava entrar ou sair, e também acompanhar as práticas de gestão exercidas pela diretora.

Riani (1996, p. 122) considera que "através dos estágios, podemos instrumentalizar os alunos, despertando-os para a pesquisa cientifica, estimulando a criatividade, o senso crítico e a perspicácia dos estagiários, e dando-lhes oportunidades de ações dinâmicas e proveitosas". Dessa forma o estágio em gestão escolar possibilitou enxergar a escola além da sala de aula, como a dinâmica é diferente para o gestor. Criar vínculos com a comunidade escolar, administrar conflitos, gerir pais, professores e alunos, atender e conhecer a legislação, planejar e controlar a aplicação dos recursos financeiros. O gestor escolar deve demonstrar dinamismo e flexibilidade para atender às diversas demandas que o ambiente escolar exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao vivenciar as demandas do ambiente escolar, foi possível reconhecer a importância do estágio em gestão escolar para o futuro profissional da educação. O contato direto com o gestor escolar possibilitou a vivência prática das funções administrativas, pedagógicas e financeiras que abrangem o contexto educacional.

A possibilidade de integrar teoria e prática enriqueceu o conhecimento acadêmico, ampliando o entendimento e a aplicação do que se aprende ao longo da graduação com a realidade das escolas. Essa experiencia permitiu compreender o quanto o curso de pedagogia é amplo, abrangendo diversas áreas que vão além da docência.

Evidenciou-se, ainda, que um gestor que atue como mediador de conflitos, administrador, que seja um líder, que tenha uma visão estratégica e habilidade para a tomada de decisões, favorece significativamente para o desempenho eficiente tanto de professores como de alunos.

Por meio do estágio supervisionado foi possível ter o contato direto com a realidade da escola, interagir com diferentes profissionais da educação e compreender as diversas situações que envolvem esse ambiente. Esse contato contribuiu de maneira significativa para o enriquecimento da formação acadêmica e para o meu desenvolvimento como profissional na educação. Foi possível compreender a relevância do papel do gestor e vivenciar o comprometimento da gestora escolar com o pleno funcionamento da instituição. Essa experiência deixou clara a importância da gestão participativa e do trabalho coletivo para que haja o desenvolvimento efetivo da educação.

REFERÊNCIAS

BES, Pablo *et al*. Gestão educacional da educação. Porto Alegre: Sagah,2019.

RIANI, Dirce Camargo. Formação do professor: A contribuição dos estágios supervisionados. São Paulo: Lúmen, 1996.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia; NOGUEIRA, Flavia Fernandes. Gestão escolar no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

ESTÁGIO CURRICULAR: PRIMAVERA DE SABERES E VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria: Prática de Estágio

Lidiane Maffioletti[1]
Jussara Aparecida Jombra[2]

Resumo – O estágio supervisionado em Educação Infantil foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pequenos Brilhantes, totalizando 40 horas, sendo 20 horas de observação e 20 horas de prática docente. O objetivo geral do estágio foi compreender e vivenciar o processo pedagógico na Educação Infantil, articulando teoria e prática e desenvolvendo experiências significativas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças. Durante o período de observação, buscou-se conhecer a dinâmica escolar, a rotina da turma, as práticas pedagógicas e as interações entre professora e alunos. Observou-se que a docente utilizava estratégias baseadas na afetividade, na disciplina e no incentivo à participação, promovendo um ambiente acolhedor e colaborativo. Na etapa prática, as atividades foram desenvolvidas com o tema "A Primavera", por meio de rodas de conversa, contação de histórias, músicas, produções artísticas e atividades de linguagem e matemática. As propostas foram planejadas de forma lúdica e interdisciplinar, respeitando os campos de experiência da BNCC e estimulando a observação, a criatividade e o cuidado com a natureza. Os resultados demonstraram o envolvimento das crianças, avanços na socialização, na expressão oral e na autonomia, além do aprimoramento profissional da estagiária, que pôde compreender a importância do planejamento, da escuta sensível e da prática pedagógica intencional.

Palavras-chave: educação infantil; prática pedagógica; estágio; primavera.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é essencial para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Nesse cenário, o ambiente escolar torna-se espaço privilegiado para a construção de conhecimentos e relações significativas. Em consonância com os princípios da Declaração de Salamanca 1994, de acordo com que propõe Corsino (2003, p. 9) (..) "defende o direito de todas as crianças à educação em escolas regulares, promovendo a inclusão e a participação plena de cada estudante". Alinhado e estes princípios, este relatório apresenta as experiências do estágio supervisionado realizado entre os dias 01 e 05 de setembro com crianças de 4 e 5 anos, visando compreender a dinâmica escolar, a prática docente e as interações no contexto da Educação Infantil..

[1]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Durante a observação, destacou-se a atuação sensível e planejada da professora, que utilizou estratégias baseadas na afetividade, no diálogo e na ludicidade. As atividades — como rodas de conversa, contação de histórias e produções artísticas — valorizaram a autonomia e a participação das crianças, promovendo um ambiente de respeito e cooperação. As propostas favoreceram a criatividade, a socialização e a expressão oral, evidenciando a importância do brincar no processo de aprendizagem.

O estágio permitiu à estagiária refletir sobre a prática docente e reconhecer seus desafios e potencialidades, contribuindo para sua formação profissional. Conforme a Resolução CONSUN nº 016/2018, o estágio supervisionado é componente obrigatório nos cursos de licenciatura, articulando teoria e prática e fortalecendo uma formação docente crítica, lúdica e humanizadora.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no estágio priorizou práticas lúdicas, interativas e participativas, centradas no tema "A Primavera", com crianças de 2 a 5 anos. O objetivo foi proporcionar experiências significativas que estimulassem o conhecimento, a criatividade e o encantamento pelas transformações da natureza. As atividades incluíram rodas de conversa, contação de histórias, músicas, produções artísticas e propostas de linguagem, matemática e artes visuais, articuladas ao cotidiano escolar.

Recursos visuais, audiovisuais e materiais recicláveis foram utilizados para promover a educação ambiental e a conscientização sobre sustentabilidade. As ações foram planejadas com base nos campos de experiência da BNCC, respeitando o ritmo e os interesses das crianças, favorecendo a interação, a expressão e o desenvolvimento integral. O brincar foi valorizado como eixo estruturante, destacando a escuta sensível, o protagonismo infantil e a mediação docente intencional.

RELATO DE ESTÁGIO

OBSERVAÇÃO

O estágio supervisionado foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pequenos Brilhantes, instituição com trajetória marcada pelo compromisso com a qualidade da educação pública e pela valorização da formação integral dos estudantes. Fundada em 2002, a escola passou por diversas transformações até alcançar sua configuração atual, atendendo crianças do Maternal ao 5º ano.

Durante o estágio, foi possível conhecer de perto a proposta pedagógica da escola, que incentiva o protagonismo infantil, a autonomia e o respeito às diferenças. A equipe docente demonstra preparo e dedicação, atuando em espaços físicos adequados e acolhedores, especialmente voltados à Educação Infantil. A escola também promove a participação das famílias e assegura transporte escolar gratuito para alunos da zona rural, fortalecendo o vínculo entre comunidade e instituição.

As práticas pedagógicas observadas valorizam o ingresso precoce das crianças no universo da leitura, escrita e cálculo, estimulando a curiosidade e o raciocínio. Apesar dos desafios

relacionados às dificuldades de aprendizagem, a equipe escolar se mostra comprometida com a melhoria contínua, alinhando suas ações aos princípios da BNCC e aos objetivos da Educação Infantil. Essa vivência proporcionou uma compreensão mais ampla sobre o papel da escola na construção de uma educação significativa, inclusiva e humanizadora.

A Escola Municipal Pequenos Brilhantes funciona em dois turnos: pela manhã atende do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e à tarde recebe turmas da Educação Infantil e do 1º ano. Em 2025, são oito turmas com até 23 alunos cada. A equipe conta com 12 professores, além de profissionais técnicos e administrativos como diretora, coordenadora, psicóloga, nutricionista e merendeiras. A estrutura física inclui salas de aula, biblioteca, brinquedoteca, refeitório, quadra esportiva, parque infantil e horta, oferecendo um ambiente adequado e acolhedor para o aprendizado.

DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Durante o período de estágio, foi possível vivenciar experiências pedagógicas significativas junto às crianças, tendo como eixo temático "A Primavera", explorada de forma lúdica, criativa e educativa. As atividades propostas despertaram grande interesse e envolvimento dos estudantes, que participaram com entusiasmo e curiosidade das diferentes situações de aprendizagem.

As rodas de conversa possibilitaram momentos ricos de expressão e escuta, em que as crianças compartilharam seus conhecimentos prévios, experiências e percepções sobre a estação. Nas produções artísticas, evidenciaram sensibilidade e criatividade ao confeccionar flores, borboletas e jardins com papel, tinta e materiais recicláveis, revelando encantamento e senso estético. As músicas e histórias temáticas também contribuíram para o enriquecimento do vocabulário, além de fortalecer o vínculo afetivo com a natureza.

Ao longo do desenvolvimento das propostas, observou-se um expressivo avanço na autonomia, socialização e expressão oral das crianças. O contato com o tema permitiu ampliar a compreensão sobre o respeito à natureza, a diversidade das cores e a importância das flores e plantas para o equilíbrio ambiental.

Faram desenvolvidos momentos de vivências de observação e contato com a natureza, onde as crianças puderam observar e tocar as plantes em fase de desabrochar para ao Primavera.

Essa vivência constituiu uma oportunidade valiosa para o aperfeiçoamento da prática docente, favorecendo uma compreensão mais profunda sobre a relevância do planejamento intencional, da observação atenta e da escuta sensível no processo de ensino e aprendizagem, elementos fundamentais à formação do educador comprometido com uma educação humanizadora e significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio supervisionado na Educação Infantil foi uma experiência de grande relevância e aprendizado para a formação docente, pois possibilitou compreender de forma prática como o planejamento pedagógico e o uso de metodologias lúdicas favorecem o aprendizado das crianças.

A observação e a participação ativa nas atividades permitiram perceber que a postura da professora exerce influência direta no comportamento e no desenvolvimento dos estudantes. O uso da afetividade como estratégia de ensino se mostrou fundamental para a criação de um ambiente acolhedor e estimulante, em que as crianças se sentiram seguras para participar, explorar e aprender.

As experiências realizadas evidenciaram que o ensino contextualizado e o brincar orientado são instrumentos eficazes para promover a aprendizagem significativa. Além disso, reforçaram a importância do respeito às diferenças individuais, do incentivo à autonomia e da valorização das expressões artísticas e orais como meios de construção de conhecimento.

Essa vivência contribuiu intensamente para o crescimento profissional e pessoal da acadêmica, proporcionando uma compreensão mais ampla dos desafios e das potencialidades da prática docente. O estágio revelou-se um espaço de aprendizado contínuo, de reflexão e de aprimoramento das práticas pedagógicas, reafirmando o compromisso com uma educação humanizada, inclusiva e baseada no diálogo e na sensibilidade.

Imagem – Prática de estágio

Fonte: A autora (Imagem gerada por Inteligência Artificial)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2025.

CORSINO, Patrícia (org.). **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em: 31 out. de 2025

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: A APLICAÇÃO DO ODS 12 NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria: Projeto Integrador

Edilza do Socorro dos Santos Popinhaki[1]
Ricardo Tavares Camargo Martins[2]
Elis Regina Mazzurana[3]
Diego André Bridi[4]

Resumo – O presente trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida no Centro de Educação Infantil Norma Berneck, no município de Curitibanos/SC, vinculada ao Projeto Integrador IV-A do curso de Pedagogia EaD da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A ação teve como foco a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12 – Consumo e Produção Responsáveis, com ênfase na meta 12.5, que trata da redução de resíduos por meio da reciclagem e do reuso. A atividade foi realizada com as turmas do Pré-escolar 1 e 3, utilizando materiais recicláveis e recursos visuais como cartazes e mini lixeiras coloridas, para promover a conscientização ambiental de forma lúdica e participativa. A metodologia consistiu em etapas de planejamento, confecção de materiais, contação de história e atividade prática de separação de resíduos, permitindo a articulação entre teoria e prática pedagógica. Os resultados demonstraram grande envolvimento das crianças e interesse pelo tema, evidenciando a importância de inserir a sustentabilidade desde a Educação Infantil. Conclui-se que o projeto contribuiu tanto para o desenvolvimento das crianças quanto para a formação docente, reafirmando a relevância da parceria entre universidade e escola na promoção da educação para a sustentabilidade.

Palavras-chave: ODS 12; educação infantil; sustentabilidade; reciclagem; formação docente.

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, compõem uma agenda global que busca promover o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Entre eles, destaca-se o ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, que tem como meta assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo, estimulando a redução de desperdícios e o uso consciente dos recursos naturais (ONU BRASIL, 2023).

[1]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A aplicação desse objetivo no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil, contribui para a formação de cidadãos críticos e ambientalmente responsáveis desde os primeiros anos de vida. Conforme Silva e Araújo (2024), a educação é um eixo essencial para a disseminação dos princípios da sustentabilidade, e deve ser incorporada às práticas pedagógicas de forma contínua e contextualizada.

O presente trabalho apresenta o projeto integrador "Consumo e Produção Responsável Aplicados à Educação Infantil", desenvolvido no Centro de Educação Infantil Norma Berneck, localizado no município de Curitibanos/SC, com o objetivo de promover a conscientização sobre reciclagem e reuso de materiais entre as crianças do Pré I. A iniciativa foi realizada como parte do Projeto Integrador IV-A do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob orientação do professor Diego André Bridi, e está alinhada à meta 12.5 do ODS 12, que propõe "reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso".

As atividades pedagógicas foram planejadas com base em metodologias ativas e na aprendizagem significativa, priorizando o envolvimento lúdico e prático dos alunos (Marques et al., 2021). Entre as ações desenvolvidas destacam-se a elaboração de cartazes coloridos sobre coleta seletiva, a classificação de resíduos em lixeiras específicas e o reaproveitamento de materiais recicláveis em produções artísticas. Essas atividades buscaram relacionar teoria e prática de forma interdisciplinar, fortalecendo a compreensão das crianças sobre a importância de cuidar do meio ambiente (Rodrigues; Saheb, 2019).

Segundo Marques e Martins (2024), o aprendizado na infância ocorre de maneira mais efetiva quando mediado por experiências concretas e participativas. Nesse sentido, o projeto possibilitou às crianças vivenciar, de modo prático e prazeroso, conceitos essenciais sobre consumo consciente, sustentabilidade e responsabilidade social, ao mesmo tempo em que integrou universidade, escola e comunidade em um processo educativo colaborativo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se na elaboração e execução de uma atividade pedagógica voltada à conscientização ambiental, alinhada à meta 12.5 do ODS 12 "reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso". O planejamento da ação foi desenvolvido em parceria com a direção do Centro de Educação Infantil Norma Berneck, localizado no município de Curitibanos/SC.

Após o primeiro contato com a instituição, realizado no dia 6 de agosto de 2025, a direção escolar sugeriu que o projeto abordasse o tema "A Coleta Seletiva", envolvendo materiais recicláveis e atividades práticas de separação de resíduos. Com base nessa orientação, foram definidos os objetivos pedagógicos e os materiais necessários para o desenvolvimento da proposta.

Foram confeccionados cartazes educativos e mini lixeiras temáticas, representando os diferentes tipos de resíduos: plástico, metal, papel, vidro e orgânico. O processo de confecção incluiu a reutilização de caixinhas de leite como recipientes para o descarte, encapadas com papel de seda colorido e decoradas com símbolos de reciclagem e expressões faciais ilustrativas, com

o intuito de tornar o aprendizado mais atrativo às crianças. Também foram preparadas folhas com desenhos das lixeiras, para que os alunos pudessem colorir, reforçando o reconhecimento das cores e categorias dos resíduos.

Os materiais recicláveis utilizados nas atividades (tampinhas, lacres, vidrinhos e cascas secas de frutas) foram coletados previamente pela acadêmica e pela comunidade escolar. Essa etapa de preparação teve duração aproximada de uma semana, garantindo a diversidade de elementos a serem manipulados durante a atividade.

Figura 1: Material confeccionado

Fonte: Os autores 2025.

Figura 2: Material confeccionado

Fonte: Os autores 2025.

A intervenção pedagógica foi agendada em conjunto com a equipe escolar e realizada no dia 27 de agosto de 2025, no período da tarde. Durante a ação, as crianças participaram de forma ativa, realizando a separação dos resíduos nas lixeirinhas confeccionadas, com a mediação da acadêmica e o acompanhamento da professora titular.

Todo o processo foi registrado por meio de fotografias e anotações reflexivas, que posteriormente subsidiaram a análise qualitativa do impacto da atividade no processo de sensibilização das crianças quanto ao consumo consciente e à preservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção pedagógica foi realizada no dia 27 de agosto de 2025, no período vespertino, no Centro de Educação Infantil Norma Berneck, em Curitibanos/SC. Na ocasião, a acadêmica foi recepcionada pela coordenadora de Educação Especial Inclusiva, Rosana Platchek Wollinger, e pela secretária da instituição, Fernanda Cristina Alexandre, responsáveis por acompanhar a atividade.

Participaram da ação as turmas do Pré-Escolar 1 e 3, reunidas no salão principal da escola. O ambiente foi previamente organizado com cartazes ilustrativos e mini lixeiras coloridas, dispostas no espaço para facilitar a visualização e interação das crianças. A atividade iniciou com uma breve conversa introdutória sobre o destino do lixo produzido nas residências, seguida da contação de história sobre a coleta seletiva. Essa abordagem narrativa favoreceu a curiosidade e o engajamento dos alunos, que participaram ativamente, respondendo às perguntas e compartilhando experiências relacionadas ao tema.

Durante a contação, as crianças demonstraram entusiasmo e interesse, reconhecendo situações do cotidiano, como a passagem do caminhão de lixo e o descarte doméstico de resíduos. A dramatização da história, envolvendo a separação de resíduos em um piquenique imaginário, auxiliou na compreensão dos conceitos de lixo orgânico, plástico, metal, vidro e papel, reforçando a associação entre cores e tipos de materiais.

Na sequência, foi realizada uma atividade prática de separação dos resíduos, em que as crianças puderam manipular objetos previamente higienizados (garrafas plásticas, tampas, papéis, lacres e cascas secas de frutas), descartando-os nas lixeiras correspondentes. Esse momento prático promoveu a consolidação dos conceitos trabalhados, estimulando a coordenação motora, a atenção e a percepção visual.

A receptividade da proposta foi altamente positiva. As professoras destacaram o potencial educativo da atividade e a forma como o tema foi abordado de maneira lúdica e acessível. A coordenadora solicitou que os materiais confeccionados fossem mantidos na escola para uso em futuras ações de educação ambiental, demonstrando o impacto e aplicabilidade pedagógica do projeto.

A atividade também evidenciou a relevância da integração entre teoria e prática, permitindo que conceitos de sustentabilidade fossem vivenciados pelas crianças de forma concreta e significativa. Conforme Rey (1993), a aprendizagem na infância é potencializada quando envolve experiências sensoriais e participativas, o que se confirma nesta intervenção.

Dessa forma, os resultados apontam que o trabalho contribuiu para o desenvolvimento da consciência ambiental, promovendo o aprendizado sobre reciclagem, reuso e responsabilidade coletiva, além de fortalecer o vínculo entre universidade, escola e comunidade no compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 2: Desenvolvimento da atividade

Fonte: Os autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do projeto voltado ao ODS 12, Consumo e Produção Responsáveis, no Centro de Educação Infantil Norma Berneck, demonstrou de forma prática a viabilidade e a relevância de trabalhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desde os primeiros anos da educação formal. A atividade centrada na coleta seletiva, reciclagem e reuso mostrou-se eficaz em despertar a conscientização ambiental nas crianças, que demonstraram interesse e capacidade de assimilação dos conceitos por meio de uma abordagem lúdica e participativa.

A articulação entre teoria e prática, mediada pelo Projeto Integrador, configurou-se como uma experiência enriquecedora tanto para a formação acadêmica quanto para o contexto escolar. A acadêmica pôde vivenciar todas as etapas do processo educativo, planejamento, execução e avaliação, enquanto a escola obteve materiais e estratégias pedagógicas que poderão ser reutilizados em futuras ações voltadas à sustentabilidade. O pedido da instituição para manter os materiais confeccionados confirma o impacto positivo e a aplicabilidade prática da proposta.

Conclui-se que a integração de temas como consumo consciente e gestão de resíduos no currículo da Educação Infantil é não apenas possível, mas essencial para a construção de uma cultura ambiental sólida desde a infância. Recomenda-se a continuidade e ampliação de projetos interinstitucionais entre universidades e redes municipais de ensino, fortalecendo o compromisso coletivo com uma educação sustentável e transformadora.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Eliana Sousa Alencar; MARTINS, Maria de Nazareth Fernandes. Didática na educação infantil: mediação para humanização de crianças. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 105, p. e5781, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zgJWddhwyPffcDbgHkkJxsQ/?format=html&lang=pt. Acesso em: 23 out. 2025.

MARQUES, Humberto Rodrigues; CAMPOS, Alyce Cardoso; ANDRADE, Daniela Meirelles; ZAMBALDE, André Luiz. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 26, n. 3, p. 718-741, nov. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/C9khps4n4BnGj6ZWkZvBk9z/?lang=pt. Acesso em: 23 out. 2025.

RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. Ciência & Educação, v. 25, n. 4, p. 893-909, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/XRYxkfFyTQzqvVcbdZGJqTK/?lang=pt. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Natanael Charles da; ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio de. Educação para a sustentabilidade na prática docente em cursos de licenciatura em biologia da região amazônica paraense. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 50, p. e270602, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/HVmyvTtyQz4N4bpjTjp4qVp/?format=html&lang=pt. Acesso em: 23 out. 2025.

ONU BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Brasília, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 23 out. 2025.

RECONTO O CONTO: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ

Categoria: Iniciação Científica

Ângela Aparecida Moraes de Freitas[1]
Elaine Aparecida dos Santos Rodrigues[2]
Clary Moraz de Chaves[3]
Jussara Aparecida Jombra[4]

Resumo – O projeto Reconto o Conto teve como objetivo geral promover a releitura de contos infantis, recontando-os com uma abordagem humanizada voltada ao desenvolvimento integral das crianças. A proposta foi aplicada na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas, buscando ressignificar narrativas clássicas por meio da contação, dramatização e diálogo com os alunos. A metodologia das atividades desenvolvidas semanalmente incluiu rodas de conversa e a construção de painéis sustentáveis, estimulando a criatividade, a expressão oral e a reflexão sobre valores como respeito, empatia e cooperação. Ao apresentar versões originais e adaptadas dos contos, o projeto contribuiu para o fortalecimento da cultura de paz e para a formação de sujeitos críticos e sensíveis às questões humanas e sociais.

Palavras-chave: contação de histórias; cultura de paz; ludicidade; desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como foco o desenvolvimento do projeto "Reconto o Conto: A Contação de Histórias na Promoção da Cultura de Paz", realizado com crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. O projeto surge da necessidade de ressignificar os contos clássicos infantis, que muitas vezes carregam mensagens de violência, punições e estereótipos negativos. Ao transformar esses enredos, buscamos promover reflexões sobre empatia, respeito e resolução pacífica de conflitos. Dessa forma, a prática da contação de histórias deixa de ser apenas um momento lúdico e passa a ser uma estratégia pedagógica que contribui diretamente na formação de valores e na construção da cultura de paz, fundamental para o desenvolvimento social e emocional das crianças.

Os primeiros anos da educação básica são essenciais na formação da personalidade e na construção dos valores éticos e morais (Elis, 2010). Embora essa formação seja, inicialmente,

[1]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Pedagogia EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

responsabilidade da família, a escola tem um papel fundamental nesse processo, promovendo experiências significativas que estimulem o desenvolvimento integral das crianças.

Os contos clássicos fazem parte da cultura social e da infância, trazendo ensinamentos e reflexões. Contudo, muitos desses contos, em sua versão original, reforçam modelos punitivos, de violência ou de castigos, os quais já não condizem com os princípios de uma sociedade que preza pela inclusão, empatia e cultura de paz.

Diante disso, o projeto Reconto o Conto tem como proposta utilizar os contos como ferramentas para a transformação social, ressignificando suas mensagens e contribuindo para uma educação mais humanizada e voltada ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. O objetivo do projeto foi desenvolver uma releitura dos contos infantis, recontando-os com uma mensagem mais humanizada e voltada para a construção da cultura de paz, além de estimular o desenvolvimento da empatia, do respeito e da colaboração; proporcionar experiências que desenvolvam habilidades emocionais e sociais. Promover o fortalecimento dos vínculos afetivos entre as crianças e o ambiente escolar; favorecer o desenvolvimento da linguagem oral, da criatividade e da imaginação.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto pode ser caracterizada como abordagem qualitativa, baseada em pesquisa participante, com interdisciplinaridade, aprendizagem significativa e pedagogia humanizadora. A aplicação do projeto ocorreu em escolas municipais e Centros de Educação Infantil, atendendo crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). As atividades foram planejadas em conjunto com a equipe pedagógica, com horários definidos de acordo com a disponibilidade das turmas.

Os encontros iniciavas com uma música infantil para organizar e acalmar os estudantes, seguido da contação do conto previamente adaptado. Após o reconto, as crianças realizavam atividades relacionadas à história, utilizando materiais recicláveis e jogos lúdicos. Ao final de cada encontro, era realizada uma brincadeira coletiva, fortalecendo o momento de interação. As produções dos alunos eram expostas em murais, reforçando o sentimento de pertencimento e valorização. As atividades foram planejadas e alinhadas de acordo com a BNCC (2017)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Reconto o Conto parte da compreensão de que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, embora institucionalmente separados, devem ser articulados pela experiência cultural da criança. A contação e releitura de histórias infantis são práticas que promovem essa integração, valorizando o protagonismo infantil e o desenvolvimento integral. Ao recontar narrativas clássicas de forma humanizada, o projeto estimula a linguagem, a imaginação, a empatia e a construção de valores, contribuindo para a formação de sujeitos sociais e culturais. A escola, nesse contexto, é compreendida como espaço de formação sensível, onde o brincar, o cuidado e o conhecimento se entrelaçam para garantir uma educação significativa e promotora da cultura de paz (Kramer, 2006).

RELATO I

Este trabalho apresenta um breve relato de experiência de um projeto do PAEC da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), chamado "Reconte o Conto". Sobre desenvolver os contos clássicos, utilizando uma abordagem diferente, onde o foco principal foi dazer uma releitura dos contos alterando os momentos acorrem tragédias e violência, para uma versão voltada a Cultura da paz.

O O projeto foi desenvolvido na Educação Infantil, com autorização da direção escolar após articulação com a Secretaria Municipal de Educação. As atividades ocorreram entre agosto e dezembro de 2024, sempre às sextas-feiras, com duração média de duas horas por encontro. Devido à existência de três turmas de Pré II, foi necessário organizar um rodízio, permitindo que cada grupo participasse quinzenalmente.

A proposta envolveu a contação de histórias clássicas, totalizando quatorze títulos, acompanhadas de atividades lúdicas relacionadas ao conteúdo narrado. Inicialmente, observou-se certa resistência por parte das crianças, mas com o tempo houve crescente envolvimento e entusiasmo. Os personagens eram confeccionados com materiais recicláveis e utilizados como recurso pedagógico, despertando o interesse dos alunos, que frequentemente solicitavam interação com os elementos apresentados.

As atividades foram planejadas para estimular a criatividade, a expressão oral e o desenvolvimento motor. Embora alguns alunos apresentassem dificuldades, a maioria demonstrou engajamento e concluía as tarefas com êxito. A história “A Lebre e a Tartaruga” destacou-se pela receptividade dos alunos e docentes, sendo solicitada para replicação por uma das professoras. O projeto evidenciou o potencial das práticas narrativas e lúdicas como ferramentas pedagógicas, promovendo o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, além de contribuir significativamente para a formação docente.

RELATO II

O projeto “Reconto o Conto” foi desenvolvido na Educação Infantil com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social por meio da reinterpretação de histórias infantis. Essa prática pedagógica estimula a linguagem, a criatividade, a empatia e a compreensão de valores como respeito, amizade e honestidade. Ao ouvir e recontar histórias, as crianças ampliam o vocabulário, desenvolvem habilidades comunicativas e são incentivadas a explorar mundos imaginários, favorecendo o pensamento criativo.

Durante a aplicação do projeto, foram enfrentados desafios iniciais relacionados ao período de adaptação dos alunos de 4 e 5 anos. No entanto, a aceitação foi positiva, e os encontros passaram a ser aguardados com entusiasmo. As atividades eram planejadas de forma lúdica, com uso de materiais recicláveis e dinâmicas relacionadas às histórias recontadas. A rotina incluía música para acolhida, contação em roda, atividade prática e brincadeiras temáticas, sempre respeitando os interesses e ritmos dos alunos.

Em salas com crianças com necessidades educacionais especiais, foram realizadas adaptações em parceria com a professora regente e a psicopedagoga (AEE), garantindo a

inclusão e participação ativa de todos. O retorno da equipe pedagógica indicou avanços significativos no desenvolvimento dos alunos, e a proposta foi considerada relevante para futuras práticas pedagógicas.

O projeto demonstrou ser uma ferramenta eficaz para o fortalecimento de vínculos afetivos, a promoção da aprendizagem significativa e a formação integral das crianças. Ao final do ano letivo, constatou-se que tanto os alunos quanto a aplicadora do projeto vivenciaram um processo enriquecedor de troca e crescimento educacional e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Reconto o Conto fundamenta-se na prática da releitura e recontagem de histórias infantis como estratégia pedagógica para o desenvolvimento integral da criança e a promoção da cultura de paz no ambiente escolar. A contação de histórias, especialmente quando realizada de forma interativa e lúdica, constitui-se como uma ferramenta potente para estimular a linguagem, a criatividade, a empatia e a convivência harmoniosa entre os pares.

A releitura de contos clássicos, adaptada à realidade e à percepção das crianças, permite que elas se apropriem das narrativas, ressignificando a partir de suas vivências e emoções. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da oralidade, da escuta ativa e da capacidade de expressão, ao mesmo tempo em que promove a reflexão sobre valores como respeito, solidariedade, cooperação e resolução pacífica de conflitos — pilares essenciais da cultura de paz.

Durante a execução do projeto, as atividades foram organizadas em encontros semanais, com turmas da Educação Infantil, priorizando o acolhimento, a escuta sensível e a participação ativa dos alunos. As histórias eram apresentadas em rodas de leitura, seguidas de atividades lúdicas e criativas relacionadas ao conteúdo narrado, utilizando materiais recicláveis e promovendo o protagonismo infantil. A criação de personagens e cenários, bem como a dramatização das histórias, contribuíram para o fortalecimento dos vínculos afetivos e para a construção de um ambiente escolar mais empático e colaborativo.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas também foi contemplada, com adaptações pedagógicas realizadas em parceria com a equipe docente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando a participação de todos os alunos nas atividades propostas.

Os resultados observados ao longo do projeto evidenciaram avanços significativos no comportamento, na socialização e no engajamento das crianças, além de reforçarem a importância da contação de histórias como prática educativa transformadora. A experiência demonstrou que o Reconto o Conto não apenas enriquece o repertório linguístico e cultural dos alunos, mas também contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, sensíveis e preparados para a convivência pacífica em sociedade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradece-se ao Programa de Apoio ao Estudante Catarinense (PAEC) pelo incentivo e apoio financeiro concedido, que foi fundamental para a realização e desenvolvimento deste projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.bncc.mec.gov.br. Acesso em: 28 maio 2025.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: KRAMER, Sonia (org.). *Educar as crianças de 0 a 6 anos: novos olhares*. São Paulo: Ática, 2006. p. 7–30. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 out. 2024.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O LÚDICO: JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA — UMA REVISÃO DE LITERATURA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Jucelanie Villani Bandeira[1]
Jussara Aparecida Jombra[2]

Resumo – A Educação Infantil é a etapa inicial do desenvolvimento integral da criança, exigindo práticas pedagógicas que promovam aprendizagens significativas e prazerosas. Jogos e brincadeiras surgem como ferramentas essenciais, estimulando aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais, e favorecendo o engajamento infantil. Este estudo investiga como o lúdico pode ser utilizado para promover aprendizagem significativa, fundamentado nas teorias de Vygotsky e Kishimoto, que destacam a interação social e a mediação do educador. Ao participar ativamente das brincadeiras, o professor cria um ambiente afetivo e estimulante, no qual a criança desenvolve autonomia, criatividade, habilidades sociais e interesse pelo conhecimento.

Palavras-chave: educação infantil; lúdico; jogos e brincadeiras;

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a etapa inicial e fundamental do desenvolvimento integral da criança, exigindo práticas pedagógicas que promovam aprendizagens significativas e prazerosas. Nesse contexto, os jogos e as brincadeiras configuram-se como ferramentas pedagógicas essenciais, capazes de estimular aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais, favorecendo a construção do conhecimento e o engajamento infantil (Vygotsky, 1991; Kishimoto, 2025).

Considerando o papel do pedagogo como mediador no processo educativo, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira os jogos e as brincadeiras podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas para promover a aprendizagem significativa na Educação Infantil, fundamentados nas teorias de Vygotsky e Kishimoto? Assim, tem-se como objetivo geral analisar como o lúdico pode favorecer aprendizagens significativas na Educação Infantil, fundamentados nas teorias de Vygotsky e Kishimoto.

O estudo justifica-se pela relevância do brincar como elemento central no desenvolvimento integral da criança, pois ao brincar, ela constrói conhecimentos sobre o mundo, desenvolve habilidades cognitivas, sociais e emocionais, e amplia sua interação com o meio (Schmidt, 2025). Investigar a utilização intencional dos jogos e brincadeiras oferece subsídios para

[1] Aluno do Curso de Pedagogia EAD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Pedagogia EAD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

práticas pedagógicas mais eficazes, motivadoras e significativas, que promovam o protagonismo infantil (Zosh, 2022).

As teorias de Vygotsky e Kishimoto fundamentam esta pesquisa por evidenciarem que o aprendizado ocorre na interação social e na mediação intencional do educador (Vygotsky, 2010; Kishimoto, 1994). O professor que participa ativamente das brincadeiras cria um ambiente afetivo e rico em experiências, no qual a criança se torna protagonista do processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia, criatividade e interesse pelo conhecimento.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou como procedimento metodológico a revisão bibliográfica, que consiste na análise e interpretação de materiais já publicados sobre o tema investigado de forma qualitativa, permitindo compreender o papel dos jogos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas na Educação Infantil. A revisão bibliográfica é indicada para pesquisas que buscam consolidar conhecimentos existentes e identificar contribuições teóricas relevantes (Gil, 2019).

Foram selecionados autores que abordam a importância do lúdico no desenvolvimento infantil, com ênfase em - Lev Semenovich Vygotsky e Tizuko Morchida Kishimoto, que discutem o brincar como ferramenta de aprendizagem, além de autores que descrevem conceitos de jogos e brincadeiras aplicáveis ao contexto pedagógico. Essa abordagem permite analisar, de forma crítica, os benefícios das atividades lúdicas no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, bem como seu impacto na aprendizagem significativa. A utilização da revisão bibliográfica, conforme preconizado por Gil (2019), possibilitou sistematizar informações, comparar diferentes perspectivas teóricas e fundamentar a análise do tema, garantindo rigor acadêmico e consistência na discussão dos resultados.

VYGOTSKY E KISHIMOTO E O PAPEL DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM

Lev Semenovich Vygotsky (1896–1934), psicólogo russo, desenvolveu a teoria histórico-cultural, segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio da interação social e da linguagem. Em obras como - A formação social da mente e Pensamento e linguagem - destacou a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e o brincar como meios de mediação e internalização de regras sociais, imaginação e construção do conhecimento. Tizuko Morchida Kishimoto, pedagoga brasileira, é referência na pesquisa sobre ludicidade. Em títulos como - O brincar e suas teorias e Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação - defende o brincar como prática pedagógica intencional que une prazer e aprendizagem, favorecendo autonomia, socialização e criatividade.

Ambos os autores reconhecem o lúdico como mediador do desenvolvimento integral. Enquanto Vygotsky enfatiza a mediação social e simbólica no brincar, Kishimoto propõe sua integração planejada ao cotidiano escolar. O diálogo entre suas ideias revela que o jogo e a brincadeira constituem espaços simbólicos de aprendizagem significativa, nos quais a criança articula emoção, cognição e cultura. Na prática pedagógica, contudo, ainda há resistência à valorização do lúdico, muitas vezes reduzido a uma função recreativa. Pesquisadores como Macedo, Petty e Passos (2005) e Muniz (2005) criticam essa visão utilitarista, defendendo o resgate do brincar como experiência significativa e prazerosa. Assim, compreender o jogo pela ótica da criança é essencial para tornar o aprender um processo envolvente e transformador.

Os jogos e as brincadeiras desempenham papel essencial na Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento integral da criança e estimulando a imaginação, a criatividade, a socialização e a construção do conhecimento. Ao brincar, a criança compreende o mundo, expressa sentimentos e desenvolve habilidades fundamentais, o que está em consonância com a teoria sociocultural de Vygotsky (1991). Segundo Kishimoto (1994), o jogo educativo ultrapassa o simples ato de brincar, configurando-se como uma ferramenta pedagógica que deve preservar o caráter prazeroso e a liberdade de escolha da criança, garantindo que a aprendizagem ocorra de forma significativa. Macedo (2005) destaca a importância de resgatar o prazer de aprender e de cuidar da dimensão lúdica das tarefas escolares, permitindo que as crianças sejam protagonistas do processo educativo. Assim, o lúdico favorece a autonomia e a autoria infantil, tornando o ambiente escolar mais criativo e envolvente.

Nesse contexto, cabe ao professor planejar situações em que o jogo seja uma experiência prazerosa e educativa, respeitando o ritmo individual e estimulando a cooperação, o raciocínio e a curiosidade. Os jogos de exercício, simbólicos e de regras desenvolvem o prazer funcional, a criatividade e a compreensão de limites, contribuindo para a formação social e moral da criança. Zosh (2022) reforça que a ludicidade é uma força pedagógica motivadora, capaz de promover inclusão, engajamento e aprendizagem significativa desde a primeira infância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos, livros e textos selecionados revelou que a brincadeira na educação infantil constitui uma experiência prazerosa e essencial para a construção da identidade da criança. Segundo Vygotsky (2002, 2010,1991), o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas um instrumento de mediação cultural que possibilita à criança internalizar normas, símbolos e funções psicológicas superiores. Nesse sentido, a brincadeira proporciona à criança a oportunidade de experimentar situações ainda não vivenciadas na realidade cotidiana, promovendo a imaginação, a criatividade e o pensamento simbólico.

Kishimoto (1994, 1995, 2017, 2025) complementa essa perspectiva ao ressaltar que o jogo e a brincadeira constituem espaços de aprendizagem integrados, nos quais cognição, afetividade, corpo e interação social se articulam. O brincar permite que a criança manipule objetos, explore formas, cores e texturas, e construa significados a partir de suas experiências. A pesquisa evidenciou que atividades lúdicas favorecem a socialização, o respeito às regras e o desenvolvimento da autonomia, habilidades essenciais nesta fase inicial da educação básica.

No contexto da educação infantil contemporânea, observou-se que a implementação de estratégias lúdicas com propósitos pedagógicos definidos potencializa a aprendizagem significativa. As brincadeiras estruturadas e o faz de conta, por exemplo, contribuem para o desenvolvimento do raciocínio lógico, da linguagem, da coordenação motora e da capacidade de resolver problemas, refletindo diretamente na construção do conhecimento de forma prazerosa (Vygotsky; Luria; Leontiev, 2010).

Além disso, a pesquisa apontou que a interação entre as crianças durante o brincar é fundamental para a construção de competências socioemocionais. Ao participarem de jogos coletivos, as crianças aprendem a negociar, cooperar, expressar sentimentos e compreender

perspectivas diferentes, fortalecendo sua inteligência emocional e social (Kishimoto, 1995). O lúdico, portanto, não se limita a estimular o desenvolvimento cognitivo, mas atua como um construtor integral da experiência infantil, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais.

Outro ponto relevante observado é que a integração de atividades lúdicas na prática pedagógica exige intencionalidade do educador, que deve organizar o ambiente e selecionar materiais que promovam a exploração, a criatividade e a autonomia. Assim, a criança não apenas participa de uma brincadeira, mas constrói sua própria compreensão do mundo, desenvolvendo a capacidade de refletir sobre suas ações, experimentar hipóteses e criar soluções (Vygotsky, 2002; Kishimoto, 2017).

Dessa forma Lima (2023), os resultados evidenciam que a prática de jogos e brincadeiras na educação infantil deve ser planejada, mediada e intencional, garantindo que o lúdico seja um instrumento pedagógico que favoreça a aprendizagem significativa, a socialização e a construção da identidade da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reforça que a brincadeira é um elemento central no processo de ensino-aprendizagem da educação infantil, sendo fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. O lúdico promove não apenas o aprendizado cognitivo, mas também a socialização, a construção da identidade e o desenvolvimento emocional e motor.

A análise teórica e prática demonstrou que atividades lúdicas planejadas permitem que as crianças expressem pensamentos, sentimentos e criatividade, construindo conhecimento de forma ativa e prazerosa. Além disso, o brincar favorece a aquisição de competências sociais, cognitivas e afetivas, contribuindo para que a criança se torne protagonista de seu próprio aprendizado.

Portanto, ao incorporar jogos, brincadeiras e atividades simbólicas no cotidiano escolar, os educadores oferecem instrumentos para que as crianças se tornem ativas, criativas e socialmente competentes, promovendo um desenvolvimento integral que integra imaginação, aprendizagem e experiência cultural, como defendido por Vygotsky e Kishimoto. O lúdico, nesse contexto, deixa de ser apenas recreação para se tornar ferramenta pedagógica estratégica, essencial para a educação infantil contemporânea.

REFERÊNCIAS

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. Construção Psicopedagógica, São Paulo, v. 27, n. 28, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-69542019000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 29 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil. Perspectiva,** Florianópolis, UFSC/CED/NUP, n. 22, p. 105-128, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10745. Acesso em: 21 out. 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil.* **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 2 (17), p. 46-63, jun. 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644274. Acesso em: 21 out. 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 3 (48), p. –, set./dez. 2005.Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643684/11200. Acesso em: 21 out. 2025.

LIMA, Fabiana Brito Aragão; VERAS, Sandra Carvalho; ROCHA, Yloma Fernanda de Oliveira. **A importância do lúdico como facilitador no processo de ensino-aprendizagem:** um olhar psicopedagógico. Educação: Expansão, Políticas Públicas e Qualidade, v. 4. Teresina: 2023. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/6991330348348003. Acesso em: 19 out. 2025.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

REINOL, Danilo Augusto; LOPES, Mário Marcos; FERREIRA, Emerson Benedito. A criança, o jogo e o lúdico no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Educação** – UNG-Ser, v. 16, n. 1, p. 6-17, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33947/1980-6469-v16n1-4321. Acesso em: 21 out. 2025.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades,** Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008. Acesso em: 21 out. 2025.

ROMERO, Priscila. Breve estudo sobre Lev Semenovich Vygotsky e o sociointeracionismo. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 8, 28 abr. 2015. DOI: 10-18264/REP. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/8/breve-estudo-sobre-lev-vyg. Acesso em: 21 out. 2025.

SCHMIDT, Raylla Silvya França Veloso *et al.* A importância do brincar no desenvolvimento cognitivo e social na infância: contribuições da terapia cognitivo-comportamental, de Piaget e de Vygotsky. ***Revista Científica FAMAP***, Macapá, v. 5, n. 5, 2025. Disponível em: https://famap.emnuvens.com.br/revista/article/view/77. Acesso em: 21 out. 2025.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. (Coleção Educação Crítica).

VYGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991. Disponível em: http://www.pr.gov.br/bpp. Acesso em: 21 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. Edição eletrônica. [S.l.]: Ed Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: http://www.jahr.org. Acesso em: 21 out. 2025.

ZOSH, Jennifer M.; *et al.* O poder da aprendizagem lúdica no ambiente da primeira infância. Crianças Pequenas, Washington, D.C.: National Association for the Education of Young Children (NAEYC), v. 77, n. 2, Verão de 2022. Disponível em: https://www.naeyc.org/resources/pubs/yc/summer2022/power-playful-learning. Acesso em: 29 out. 2025.

PARADA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE MENTAL E VALORIZAÇÃO DA VIDA

Categoria: Atividades Extensionistas

Emanuele Ferreira Leite[1]
Inglids Greter de Souza[2]
Liza Maria Ozogovski[3]
Clayton Luiz Zanella[4]

Resumo – Este trabalho apresenta os resultados de uma atividade extensionista realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alto Bonito, durante a Parada Pedagógica de 26 de setembro de 2025, com o objetivo de promover reflexões sobre autocuidado, valorização da vida e saúde mental entre professores. A oficina, dividida em três etapas: acolhida musical, roda de conversa e dinâmica simbólica, proporcionou vivências de escuta sensível, expressão emocional e integração grupal. Observou-se o fortalecimento dos vínculos interpessoais e a ampliação da consciência sobre o cuidado emocional. A experiência evidenciou o potencial das ações extensionistas na promoção da saúde mental docente, contribuindo para o bem-estar dos educadores e para a construção de ambientes escolares mais humanos e acolhedores.

Palavras-chave: Saúde Mental docente. Autocuidado. Bem-estar.

INTRODUÇÃO

A rotina de trabalho dos professores tem se tornado cada vez mais desafiadora, marcada por sobrecargas emocionais, pressões institucionais e múltiplas responsabilidades que frequentemente extrapolam os limites da sala de aula. Esse cenário tem contribuído para o adoecimento físico e mental desses profissionais, impactando diretamente sua qualidade de vida, as relações interpessoais e o desempenho pedagógico. Diante dessa realidade, torna-se urgente promover espaços de cuidado e reflexão que favoreçam a saúde mental e o bem-estar emocional dos educadores.

O presente projeto extensionista propôs a realização de uma oficina voltada a professores da Escola Municipal de Educação Básica Alto Bonito, cidade de Caçador, estado de Santa Catarina, com o objetivo de proporcionar momentos de escuta, partilha e reflexão sobre temas como autocuidado, saúde mental e valorização da vida.

A relevância da iniciativa reside na necessidade de reconhecer o professor como um ser humano integral, que também precisa ser cuidado e valorizado. Investir no bem-estar docente

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

significa comprometer-se com uma educação de qualidade e com a humanização das relações escolares. Além disso, ao articular-se com campanhas como o setembro Amarelo, a proposta amplia o debate sobre saúde mental e prevenção do sofrimento psíquico no contexto educacional.

O desenvolvimento do projeto de extensão deu-se na I Semana de Curricularização da Extensão, nos dias 08 a 12 de setembro de 2025, promovida pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP, e buscou sensibilizar os docentes quanto à importância do autocuidado, do amor próprio, das relações interpessoais saudáveis e da criação de um ambiente escolar acolhedor, no qual possam se reconectar consigo mesmos e com o sentido de sua prática educativa.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido durante a I Semana de Curricularização da Extensão da UNIARP, entre 08 e 12 de setembro de 2025, por meio de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e aplicada, baseada em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos. A partir desse embasamento, implementou-se uma oficina extensionista com professores da Escola Municipal de Educação Básica Alto Bonito, em Caçador-SC, contemplando atividades como acolhida com dinâmica inicial, reflexão musical, roda de conversa sobre autocuidado, valorização da vida, saúde mental e relacionamentos saudáveis, além da construção coletiva de um girassol simbólico e encerramento reflexivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A saúde mental é compreendida como um processo dinâmico que ultrapassa a simples ausência de sofrimento, envolvendo dimensões como autoestima, resiliência e bem-estar emocional. O equilíbrio entre aspectos biológicos, psicológicos e sociais é apontado como essencial para o fortalecimento da capacidade de enfrentamento das adversidades cotidianas (Silva, 2022; Moraes et al., 2021; Oliveira et al., 2020 apud Soares et al., 2025).

No contexto educacional, o bem-estar emocional dos professores exerce influência direta sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem. Quando afetados por quadros de ansiedade, depressão ou esgotamento, os docentes tendem a apresentar dificuldades de concentração, desmotivação e menor engajamento com a prática pedagógica (Campos; Viegas, 2021 apud Soares et al., 2025). O sofrimento emocional decorrente das condições de trabalho manifesta-se em dimensões físicas, sociais e psíquicas, como distúrbios do sono, dores corporais, irritabilidade, tristeza e desinteresse pelas relações (Amaral; Borges; Juiz, 2017; Freitas; Facas, 2013; Ribeiro et al., 2022 apud Silva, 2025).

A sobrecarga laboral tem sido identificada como um dos principais fatores de adoecimento mental entre professores, estando associada a afastamentos, aposentadorias precoces e dificuldades de reinserção profissional (Trevisan et al., 2022 apud Silva, 2025). Além de comprometer a saúde emocional, essa sobrecarga repercute na vida familiar, gerando conflitos entre as demandas pessoais e profissionais e intensificando sintomas de ansiedade, depressão e síndrome de burnout (Lima et al., 2020; Silva; Almeida, 2023 apud Martins, 2025).

Outro fator de vulnerabilidade refere-se aos conflitos interpessoais e às situações de violência no ambiente escolar, que contribuem para o aumento do estresse e da sensação de insegurança no trabalho docente (Lourenço; Valente, 2020; Ribeiro et al., 2022; Fiocruz, 2021 apud Silva, 2025). Essa realidade reforça a importância de reconhecer que o sofrimento mental do professor ultrapassa a esfera individual, afetando o engajamento pedagógico e a qualidade do ensino (Carlotto et al., 2019 apud Martins, 2025).

Pesquisas apontam que os professores estão entre as categorias profissionais mais afetadas por doenças ocupacionais, com alta incidência de ansiedade, depressão, estresse e burnout (Trevisan et al., 2022; Almeida et al., 2018; Santos; Lopes, 2023 apud Caldas et al., 2025). O estresse, em especial, configura-se como um dos principais desafios atuais da docência, intensificado pela alta carga de trabalho, pelas exigências institucionais e pela dificuldade de conciliar vida profissional e pessoal (Moreira; Honório; Lara, 2023 apud Soares et al., 2025).

Diante desse panorama, diversos autores destacam a necessidade de promover ações voltadas à saúde mental e ao fortalecimento emocional dos professores. Investir em formação continuada que aborde o autoconhecimento, a gestão emocional e a mediação de conflitos, bem como em políticas públicas que valorizem e ofereçam condições dignas de trabalho, constitui um caminho fundamental para o enfrentamento desse cenário (Caldas et al., 2025; Martins, 2025).

Práticas de autocuidado, suporte emocional e programas institucionais de bem-estar têm se mostrado eficazes na redução do estresse e na promoção da resiliência docente (Ferreira; Souza, 2024; Santos; Ferreira, 2023; Oliveira; Martins, 2024 apud Grigorio et al., 2025). Além disso, a criação de espaços de escuta, apoio psicológico e fortalecimento das redes de cooperação entre professores é recomendada por organismos internacionais, como a OCDE (2018 apud Santos; Jorge; Aguiar, 2025), e por pesquisadores que defendem uma cultura de autocuidado e acolhimento nas escolas (Penteado; Souza Neto, 2019 apud Santos; Jorge; Aguiar, 2025).

Nesse contexto, as Oficinas Laborais surgem como uma estratégia relevante para a promoção do bem-estar docente, ao proporcionar espaços de partilha, reflexão e fortalecimento emocional. Essas práticas contribuem para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e saudáveis, nos quais o cuidado com o professor é reconhecido como elemento central para uma educação humanizada e de qualidade (Santos; Queiroz, 2023).

A atividade extensionista foi realizada no dia 26 de setembro de 2025, das 15h às 16h, na Escola Municipal de Educação Básica Alto Bonito, durante a Parada Pedagógica. A oficina teve como propósito principal promover um espaço de escuta, acolhimento e reflexão sobre autocuidado, saúde mental e valorização da vida, articulando-se com a campanha Setembro Amarelo e com a proposta de fortalecimento do bem-estar docente. O encontro contou com a participação de professores e equipe pedagógica da escola, totalizando cerca de uma hora de duração, dividida em três etapas interativas.

A primeira etapa, intitulada Acolhida e Reflexão Musical, teve duração de aproximadamente 25 minutos e foi marcada pela criação de um ambiente acolhedor e sensível. Os participantes foram organizados em círculo, simbolizando a igualdade e a conexão entre os membros do grupo. A dinâmica inicial consistiu em um breve exercício de respiração consciente, favorecendo a presença no momento e a regulação emocional. Em seguida, foram apresentadas

as músicas "Respire Fundo" e "Girassol", que estimularam a introspecção e despertaram sentimentos de calma, esperança e pertencimento. Durante a roda de apresentação, cada participante compartilhou uma palavra que representasse autocuidado, gerando um clima de partilha e empatia. Palavras como paz, descanso, equilíbrio, fé e amor foram recorrentes, evidenciando a necessidade de pausas restauradoras e o desejo de reconexão com o próprio bem-estar.

A segunda etapa, correspondente à Roda de Conversa Dialogada, teve duração aproximada de 25 minutos e possibilitou um espaço de escuta ativa e reflexão coletiva sobre temas como autocuidado, valorização da vida, saúde mental e relações interpessoais saudáveis. Durante o diálogo, os professores compartilharam experiências relacionadas aos desafios da rotina escolar, às pressões institucionais e às dificuldades de conciliar vida pessoal e profissional. As falas evidenciaram sentimentos de cansaço emocional, mas também de resiliência e solidariedade, reforçando a importância de momentos coletivos de partilha como ferramentas de cuidado e prevenção do adoecimento. Observou-se que a oficina favoreceu um movimento de reconhecimento mútuo, no qual os participantes puderam expressar emoções e fortalecer o senso de pertencimento.

Por fim, a terceira etapa, denominada Dinâmica e Encerramento, foi conduzida em clima de leveza e integração. A Dinâmica do Girassol convidou os participantes a escreverem, em pétalas de papel, palavras ou frases que simbolizassem esperança, motivação e propósito. As pétalas foram reunidas em um painel coletivo, formando um grande girassol — metáfora da força, da luz e da valorização da vida. Essa atividade teve forte impacto simbólico, representando a união e a potência dos vínculos entre os professores. O encerramento se deu com um abraço coletivo, acompanhado da canção "É Preciso Saber Viver", gesto que reforçou os valores de resiliência, empatia e cuidado mútuo.

A oficina evidenciou que ações simples e simbólicas, conduzidas com sensibilidade e intencionalidade, podem impactar positivamente o bem-estar e o senso de pertencimento dos educadores. A experiência ressaltou a necessidade de espaços institucionais de escuta e acolhimento, que favoreçam a expressão emocional e a reflexão sobre o sentido da prática docente, em consonância com estudos que apontam o autocuidado e o apoio emocional como estratégias eficazes na prevenção do estresse e da síndrome de burnout (Ferreira; Souza, 2024; Santos; Ferreira, 2023 apud Grigorio et al., 2025).

A oficina evidenciou o potencial das intervenções coletivas como instrumentos de promoção da saúde mental, ao favorecer a expressão emocional, o compartilhamento de vivências e o fortalecimento dos vínculos entre os participantes. Esses resultados corroboram Caldas et al. (2025), que destacam a relevância das ações colaborativas e da formação continuada voltada à gestão emocional e à resiliência docente. Assim, a atividade extensionista alcançou seu propósito formativo e preventivo, reafirmando que o cuidado com o professor é um pilar fundamental para práticas pedagógicas mais humanas e saudáveis. Ao integrar arte, diálogo e acolhimento, mostrou-se uma estratégia eficaz para promover o bem-estar coletivo e a valorização da vida no ambiente escolar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina realizada na Escola Municipal de Educação Básica Alto Bonito demonstrou a relevância de ações extensionistas voltadas à promoção da saúde mental docente. O espaço de acolhimento e reflexão favoreceu o compartilhamento de experiências e o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, estimulando a consciência sobre o autocuidado e a valorização da vida.

As atividades propostas envolvendo música, diálogo e expressão simbólica, mostraram-se eficazes para promover bem-estar, resiliência e integração entre os professores. A experiência evidenciou que cuidar de quem educa é essencial para construir ambientes escolares mais saudáveis e empáticos, reforçando o papel social da universidade na articulação entre teoria e prática.

Conclui-se que investir em ações que priorizem o bem-estar emocional dos educadores é investir em uma educação mais humana e sustentável, capaz de fortalecer tanto o indivíduo quanto a coletividade escolar.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Fabiana Botelho et al. ADOECIMENTO MENTAL EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL. Cadernos de Educação, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. e2025–007, 2025. DOI: 10.15603/1679-8104/ce.v24n1e2025-007. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/1665. Acesso em: 16 set. 2025.

GRIGORIO, Erica lamara Gomes Alves. Et al. SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O BEM-ESTAR DOCENTE. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 1–16, 2025. DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3760. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3760. Acesso em: 16 sep. 2025.

MARTINS, Reginaldo Neves. ADOECIMENTO MENTAL ENTRE PROFESSORES NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA CRÍTICA SOBRE CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES. Revista Missioneira, v. 27, n. 2, p. 3-10, 3 jun. 2025. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/2189. Acesso em 16 set. 2025.

SANTOS, Franciele Del Vecchio dos; JORGE, Carlos Henrique Miranda; AGUIAR, Gracielle Almeida de O MAL-ESTAR NA DOCÊNCIA: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUA (INTER) RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO PSÍQUICO. Cadernos da Fucamp, v. 40, p. 119 - 134 / 2025. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3761. Acesso em 16 set. 2025.

SANTOS, R. B. R.; QUEIROZ, P. P. de. Oficinas pedagógicas: Promoção da saúde mental dos professores na escola. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 8, n. 00, p. e023006, 2023. DOI: 10.29378/plurais. v8i00.15430. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/15430. Acesso em: 16 set. 2025

SILVA, Ronaldo Antonio da. Sofrimentos emocionais presentes no trabalho docente manifestados por professores: uma revisão bibliográfica. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , *[S. l.]* , v. 14, n. 4, p. e2914448626, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i4.48626 . Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/48626 . Acesso em: 16 set. 2025.

SOARES, L. A. et al. Saúde mental dos professores da educação básica em Paraíso do Tocantins: análise dos fatores determinantes e impactos do ambiente de trabalho. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, *[S. l.]*, v. 18, n. 4, p. e16785, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.4-053. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/16785. Acesso em: 16 set. 2025.

VER, OUVIR E INCLUIR: O PROGRAMA DE ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UNIARP

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Saulo Rodrigues da Silva[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente trabalho apresenta o relato de experiência desenvolvido no Programa de Atendimento a Alunos com Deficiência (PAD), setor institucional da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), referente ao Estágio Básico IV em Contexto Escolar. O estágio teve como principal objetivo fortalecer a visibilidade institucional do PAD e ampliar a compreensão de sua importância como espaço de acolhimento, acessibilidade e inclusão dentro da comunidade acadêmica. As ações foram voltadas à comunicação institucional, elaboração de materiais informativos e propostas de campanhas de conscientização. Sendo assim, a experiência permitiu vivenciar de forma prática, a atuação interdisciplinar da Psicologia na promoção da acessibilidade e no combate ao preconceito e ao capacitismo, reafirmando o papel do psicólogo na construção de ambientes educacionais mais humanos e inclusivos.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; diversidade; Psicologia Escolar; Uniarp.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é reconhecido como uma prática essencial à formação do psicólogo, pois proporciona a integração entre teoria e prática e favorece o desenvolvimento de competências profissionais (Tardif, 2000). No contexto educacional, a Psicologia Escolar contribui para a compreensão dos processos de aprendizagem e das relações humanas presentes no ambiente acadêmico, atuando na promoção do bem-estar e da inclusão (Antunes, 2008; Viana & Francischini, 2016).

O Programa de Atendimento a Alunos com Deficiência (PAD) da UNIARP, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tem como objetivo assegurar o atendimento e a acessibilidade de estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades (Uniarp, 2021). A atuação do PAD está alinhada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e à Resolução CFP nº 07/2025, que estabelece normas para o exercício profissional do psicólogo voltado a pessoas com deficiência e no enfrentamento do capacitismo (Conselho Federal de Psicologia, 2025).

Nesse contexto, o estágio teve como foco o fortalecimento da visibilidade institucional do programa, compreendendo que a inclusão não se limita apenas a adaptações físicas ou à

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

condição do aluno, mas também ao enfrentamento das barreiras invisíveis, como preconceitos, estigmas e obstáculos atitudinais. Portanto, a importância de uma visão integral do estudante que considere suas particularidades, potenciais e diversidade, promove um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado no Programa de Atendimento a Alunos com Deficiência (PAD) da UNIARP, localizado no campus de Caçador (SC), totalizando 90 horas de atividades supervisionadas, onde 10h foram destinadas à supervisão acadêmica. As atividades desenvolvidas envolveram observações realizadas na instituição, elaboração de materiais de divulgação, criação de folders informativos, e estruturação de uma apresentação institucional. Ações essas que tiveram como base a metodologia descritiva e participativa, conforme Gil (1999), que destaca a observação como instrumento fundamental para coleta e análise de informações sobre a realidade estudada.

O trabalho teve como princípios as diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, a qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e pela Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Assim, a metodologia buscou promover a articulação entre os princípios éticos da Psicologia Escolar e as práticas institucionais voltadas à acessibilidade (Brasil, 1996; Conselho Federal de Psicologia, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações realizadas durante o estágio possibilitaram ampliar a visibilidade institucional do PAD, destacando sua relevância na promoção da acessibilidade e na construção de uma universidade inclusiva. Os materiais desenvolvidos como folders, murais, slides institucionais e propostas de campanhas, tiverem como objetivo a criação de instrumentos de conscientização e representatividade, evidenciando o compromisso da UNIARP com a diversidade e com a equidade educacional. A figura um, ilustra parte do trabalho desenvolvido de identidade e divulgação institucional.

Figura 1 - O que é o PAD?

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com análise realizada durante o período de estágio, foi constatado a necessidade de fortalecer a divulgação do PAD entre a comunidade acadêmica da Uniarp, visto que muitos desconheciam o serviço ou tinham resistência em procurar apoio devido ao preconceito ou à não aceitação da própria condição mental. Visto que, segundo Fofano et al. (2022) destacam que a falta de reconhecimento e de pertencimento impacta diretamente o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos com deficiência. A figura 2 ilustra o passo a passo para o acesso ao Programa.

Figura 2 – Como funciona?

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A elaboração das ações institucionais foi fundamentada de acordo com valores do PAD: Inclusão; Acolhimento; Autonomia; Colaboração e Especialização. Dessa forma, refletem uma prática educativa pautada na ética e na valorização das diferenças (Freitas, 1991; Oliveira, 2009). Portanto, o estágio demonstrou que a Psicologia ao atuar em conjunto com setores pedagógicos e administrativos, contribui para transformar o ambiente universitário em um espaço mais acessível, acolhedor e humanizado. O material todo produzido está disponível em QR code para acesso a comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio no Programa de Atendimento a Alunos com Deficiência representou uma oportunidade de aprendizado e de crescimento profissional e pessoal, permitindo compreender na prática a importância das ações institucionais na visibilidade da instituição. As experiências mostraram que a comunicação e a informação são ferramentas essenciais para a inclusão, pois

aproximam a comunidade acadêmica ao trabalho realizado pelo PAD, e promovem o reconhecimento da diversidade humana.

Com base na experiência apresentada, reforça-se que o compromisso do PAD com a acessibilidade ultrapassa o âmbito pedagógico, sendo consolidada como um princípio ético e institucional. O papel da Psicologia neste contexto é o de mediar, sensibilizar e humanizar, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. Assim, a visibilidade se mostra um instrumento capaz de superar barreiras e fortalecer uma cultura de pertencimento e empatia na universidade.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Understanding the development of inclusive schools. London: Falmer Press, 1999.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Psicologia Escolar e Educacional, v. 12, n. 2, p. 469–475, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 07, de 10 de abril de 2025. Estabelece normas para o exercício profissional de psicólogas e psicólogos no atendimento a pessoas com deficiência e no enfrentamento do capacitismo. Brasília, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília: CFP, 2022.

FOFANO, F. et al. Saúde mental e inclusão educacional. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, 2022.

FREITAS, M. E. Valores e cultura organizacional. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2009.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANA, A. C.; FRANCISCHINI, R. Psicologia Escolar e Educacional. Conselho Federal de Psicologia, 2016.

ENTRE EMOÇÕES E APRENDIZAGENS: A PSICOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Renan Luís Ribeiro Martins[2]
Maria Eduarda Ribeiro[3]
Vanessa Andrade Moreira[4]
Mariléia Batista Fertig[5]

Resumo – O presente trabalho apresenta um relato de experiência referente ao estágio curricular supervisionado do curso de Psicologia, realizado na Faculdade de Tecnologia Senac Caçador. O objetivo foi relatar e analisar as ações psicoeducativas desenvolvidas em contexto escolar, com enfoque em oficinas voltadas ao desenvolvimento pessoal e emocional. A metodologia adotada baseou-se na observação participante e no registro reflexivo das práticas, totalizando 90 horas de estágio. As atividades realizadas contemplaram momentos de diálogo, reflexão e expressão emocional, incentivando a construção de vínculos e o fortalecimento da autonomia dos participantes. Os resultados apontaram para uma ampliação das competências relacionais, da escuta empática e da autorreflexão sobre o próprio comportamento. Observou-se também a importância da atuação do psicólogo educacional como mediador dos processos de aprendizagem e de integração entre teoria e prática. Conclui-se que as intervenções realizadas contribuíram para a promoção do bem-estar emocional e para a formação de sujeitos mais conscientes, participativos e autônomos em seu processo formativo.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; autoconhecimento; vínculos interpessoais; escuta empática; formação profissional.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar e Educacional consolidou-se como área fundamental para compreender e intervir nos processos de ensino e aprendizagem, considerando as dimensões cognitivas, emocionais e sociais que permeiam o desenvolvimento humano. A atuação do psicólogo nesse campo ultrapassa o viés clínico e volta-se ao ambiente educacional, buscando compreender as relações interpessoais e as dinâmicas institucionais que influenciam a formação integral do estudante. Conforme afirmam Nunes e Santos (2023), a Psicologia Educacional favorece práticas pedagógicas mais humanizadas e estratégias que ampliam o potencial de desenvolvimento dos alunos, articulando teoria e prática.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O estágio supervisionado realizado na Faculdade de Tecnologia Senac Caçador insere-se nesse contexto, tendo como eixo norteador as intervenções psicoeducativas, com foco em oficinas sobre empatia, emoções e planejamento de futuro. A instituição, reconhecida por sua proposta formativa e cidadã, oferece um espaço propício à aplicação dos conhecimentos psicológicos, possibilitando observar como os aspectos socioemocionais influenciam o desempenho acadêmico e o desenvolvimento pessoal dos estudantes.

A relevância deste trabalho fundamenta-se na necessidade de promover ambientes de aprendizagem que considerem a totalidade do sujeito. Como destacam Silva e Teixeira (2024), a Psicologia Educacional estimula o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, tornando o conhecimento psicológico uma ferramenta de transformação social.

O problema central deste relato refere-se à escassez de espaços institucionais que abordem, de forma estruturada, as habilidades socioemocionais e o planejamento de carreira. Observou-se que, embora os conteúdos técnicos sejam priorizados, aspectos emocionais e relacionais ainda carecem de atenção. Assim, este estágio buscou compreender como as oficinas psicoeducativas podem contribuir para o autoconhecimento, a empatia e a construção de perspectivas de futuro mais conscientes e coerentes com os valores pessoais e profissionais dos participantes.

O objetivo geral consiste em relatar e analisar as intervenções psicoeducativas realizadas no Senac Caçador, evidenciando a importância da Psicologia Educacional na promoção de competências socioemocionais e na orientação de vida e carreira. Como objetivos específicos, destacam-se: a) observar as demandas psicológicas no ambiente educacional; b) desenvolver oficinas voltadas ao autoconhecimento, empatia e gestão emocional; e c) refletir sobre o papel do psicólogo educacional na mediação entre aspectos emocionais e o desenvolvimento integral dos participantes.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um relato de experiência desenvolvido no estágio curricular supervisionado em Psicologia, realizado na Faculdade de Tecnologia Senac Caçador, Santa Catarina. As atividades iniciaram-se em setembro de 2025 e seguem em andamento, totalizando 90 horas de práticas supervisionadas. O estágio integra a área da Psicologia Escolar e Educacional, com foco na observação e intervenção em contextos formativos, buscando compreender as dinâmicas emocionais, relacionais e cognitivas que influenciam o processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia adotada baseou-se na observação participante e no registro reflexivo das práticas psicoeducativas realizadas, articulando teoria e prática com fundamentos da Psicologia Educacional e do Desenvolvimento. As ações compreenderam oficinas sobre empatia, emoções e planejamento de carreira, direcionadas a estudantes e profissionais da instituição, com o intuito de promover o autoconhecimento e fortalecer as habilidades socioemocionais. Conforme destaca Dorsa (2020), o relato de estágio permite integrar teoria e prática, entendendo as intervenções como processos formativos e transformadores.

Por se tratar de um relato, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não foram aplicados instrumentos de coleta de dados nem registradas informações identificáveis. Todas as atividades respeitaram os princípios éticos da Psicologia e as diretrizes institucionais do Senac Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

OBSERVAÇÃO E LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

O processo de observação e levantamento das demandas foi realizado em diferentes turmas do Senac Caçador, envolvendo alunos dos cursos técnicos e do Programa Jovem Aprendiz. Essa etapa inicial possibilitou compreender o contexto institucional, o perfil dos estudantes e as principais necessidades pedagógicas e socioemocionais.

Durante as observações, notaram-se aspectos positivos como engajamento, criatividade e respeito, mas também desafios que interferem na aprendizagem e convivência, como dispersão, insegurança, conflitos, baixa autoconfiança e dificuldade de expressar emoções e expectativas futuras. Esses achados reforçam, conforme Nunes e Santos (2023), que o trabalho da Psicologia Educacional deve ir além do desempenho técnico, promovendo o desenvolvimento humano integral por meio de práticas mais humanizadas e reflexivas.

Percebeu-se que muitos alunos, especialmente os jovens aprendizes, demonstram incertezas quanto ao planejamento de carreira e às metas pessoais, o que é intensificado pelas instabilidades econômicas e sociais. Nesse sentido, tornou-se essencial o estímulo à resiliência e à percepção de que cada experiência profissional contribui para a construção gradual de um projeto de vida.

Observou-se que a saúde mental exerce papel direto sobre o desempenho acadêmico, sendo relatados casos de cansaço, ansiedade e desmotivação. Essa realidade confirma o apontado por Silva et al. (2022), ao destacar que o espaço escolar precisa incorporar práticas de cuidado psicológico e acolhimento como parte do processo educativo.

DESENVOLVIMENTOS DAS INTERVENÇÕES PSICOEDUCATIVA

As intervenções Psicoeducativas realizadas no Senac Caçador tiveram como principal propósito integrar o desenvolvimento emocional à formação profissional, ampliando a consciência dos participantes sobre si mesmos e sobre suas relações pessoais. As ações foram planejadas e conduzidas com base nos princípios da Psicologia Educacional, considerando que o processo de aprendizagem se fortalece quando o estudante reconhece suas emoções, compreende seus limites e identifica seus potenciais. Segundo Nunes e Santos (2023), a atuação do psicólogo educacional favorece estratégias pedagógicas mais humanizadas, capazes de promover a autonomia e o protagonismo do sujeito no ambiente de ensino.

A primeira atividade desenvolvida foi a oficina de projeto de vida, voltada a estimular a reflexão sobre metas pessoais e profissionais. Os participantes foram convidados a pensar sobre seus sonhos, objetivos e valores, relacionando-os com as escolhas que fazem no presente. Essa oficina buscou fortalecer a percepção de que o planejamento de futuro exige tanto clareza

emocional quanto responsabilidade social. A partir de dinâmicas de grupo e perguntas norteadoras, os estudantes puderam traçar seus próprios caminhos, percebendo que o autoconhecimento é fundamental para o direcionamento de carreira.

A segunda intervenção foi a oficina sobre empatia, cujo foco consistiu em discutir a importância de compreender e respeitar as emoções e perspectivas alheias. Foram utilizadas perguntas reflexivas sobre como agir em diferentes situações cotidianas, estimulando a escuta atividade e o olhar sensível sobre o outro. Durante a atividade, observou-se um envolvimento espontâneo dos participantes, que compartilharam experiências pessoais e reconheceram a empatia como competência essencial nas relações de trabalho e convivência. Conforme afirmam Silva e Teixeira (2024), a educação ganha sentido quando favorece o diálogo e o entendimento mútuo, possibilitando o crescimento coletivo.

A terceira ação foi a oficina de habilidades socioemocionais, estruturada em formato de roda de conversa. Nessa atividade, os participantes expressaram como se sentiam por meio da escolha de emojis representativos das emoções, explicando os motivos de suas escolhas. Essa metodologia lúdica e simbólica facilitou a comunicação emocional e possibilitou reflexões sobre a diferença entre "como me sinto" e "como realmente estou". A atividade revelou sentimentos de ansiedade, alegria e insegurança, que foram acolhidos e discutidos de forma empática, reforçando a importância do autoconhecimento como ferramenta de equilíbrio psicológico.

De modo geral, as oficinas proporcionaram um espaço seguro de expressão, escuta e aprendizado mútuo. As reflexões geradas durante os encontros evidenciaram que o desenvolvimento socioemocional não se restringe à esfera pessoal, mas influencia diretamente a motivação, o rendimento acadêmico e a convivência social. As práticas psicoeducativas aplicadas demonstraram a relevância da Psicologia Educacional na formação de indivíduos mais conscientes de suas emoções, capazes de construir projetos de vida coerentes e de se relacionar de maneira mais empática e colaborativa no ambiente educacional.

IMPACTOS, REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS

As intervenções realizadas durante o estágio no Senac Caçador evidenciaram impactos significativos tanto nos participantes quanto na formação do estagiário. As oficinas despertam nos estudantes um interesse genuíno por temas relacionados a empatia e autoconhecimento, favorecendo a ampliação do olhar sobre suas atitudes e sentimentos, os participantes passaram a compreender melhor o valor da escuta ativa e do respeito às diferenças. Essa vivência reforça a concepção de Nunes e Santos (2023, p. 12) de que "o papel da Psicologia Educacional é mediar o processo de desenvolvimento humano, promovendo vínculos saudáveis e ambientes de aprendizagem mais cooperativos".

Além dos benefícios percebidos pelos alunos, o estágio representou um avanço formativo para o estagiário, possibilitando o aprimoramento de habilidades técnicas e relacionais essenciais à prática profissional. O contato direto com os grupos, a condução das oficinas e a necessidade de adaptar a linguagem ao público revelaram a importância da sensibilidade, da ética e da criatividade na atuação psicológica. Essa experiência reforçou o entendimento de que o psicólogo

escolar deve atuar como facilitador do diálogo entre razão e emoção, estimulando o equilíbrio entre o desenvolvimento pessoal e o processo educativo.

As reflexões decorrentes das intervenções demonstram que ações psicoeducativas, quando bem estruturadas, podem gerar mudanças concretas na forma como os indivíduos se percebem e interagem. Conforme observam Silva e Teixeira (2024, p. 11), "a Psicologia Educacional tem potencial para transformar o ambiente escolar em um espaço de construção de sentido, autonomia e responsabilidade emocional". Assim, a vivência no Senac Caçador reafirmou o valor da integração entre teoria e prática, consolidando a formação do psicólogo como agente de transformação social e promotora de bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender o contexto educacional do Senac Caçador e identificar demandas pedagógicas e socioemocionais que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. As intervenções psicoeducativas desenvolvidas especialmente as oficinas de empatia, emoções e projeto de vida mostraram-se eficazes na promoção do autoconhecimento, do diálogo e da reflexão sobre o futuro profissional, alinhando-se aos objetivos propostos.

As observações confirmaram a necessidade de espaços institucionais voltados ao desenvolvimento de competências socioemocionais e ao fortalecimento da saúde mental dos alunos. O estágio evidenciou que o psicólogo educacional pode atuar de forma preventiva e integrada, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e colaborativo.

Como limitação, destaca-se a visão ainda restrita sobre o papel do psicólogo escolar, muitas vezes associado apenas à resolução de conflitos. Recomenda-se a continuidade das ações e o aprofundamento de estudos voltados à consolidação de práticas permanentes de promoção do bem-estar e de fortalecimento emocional no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 09 set. 2025.

NUNES, Getulio de souza; SANTOS, Valmiro I. A A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM: : ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS . Unificando Saberes, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 03–19, 2023. Disponível em: https://revistas.unifieo.br/psicologia/article/view/1485. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, F. P. A. da; TEIXEIRA, K. P. A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 4, n. 4, p. e3911, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N4-030. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3911. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Luciano *et al.* Saúde mental na escola: práticas e desafios para a Psicologia Escolar e Educacional. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 4269-4278, nov. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKgkYpwXvHx3B3b/?lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

RESPIRA, PROFESSOR! MINDFULNESS E TCC NA EDUCAÇÃO

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Jennifer Gois de Lara[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo analisar as interfaces entre comportamento, cognição e atenção plena na prática docente, investigando como a integração dessas dimensões podem contribuir para a atuação educacional. Por meio de uma revisão bibliográfica exploratória em bases científicas, examinaram-se as inter-relações entre esses construtos no contexto do trabalho docente. Os resultados demonstram que a atenção plena atua como elemento integrador entre os aspectos comportamentais e cognitivo do ensino, promovendo maior consciência dos padrões de resposta e facilitando a regulação emocional. A análise da literatura revelou que práticas de mindfulness favorecem a desautomatização de comportamentos reativos e a reestruturação de crenças disfuncionais sobre o processo educativo. Evidencia que a articulação entre essas dimensões impactam positivamente na qualidade das interações em sala de aula, no gerenciamento do estresse docente no clima escolar. Conclui que a integração entre comportamento, cognição e atenção plena representa uma abordagem promissora para o desenvolvimento profissional docente e qualificação das práticas educativas.

Palavras-chave: prática docente; mindfulness; comportamento; processos cognitivos; regulação emocional.

INTRODUÇÃO

A prática docente no contexto escolar contemporâneo caracteriza-se por uma complexa interação entre dimensões comportamentais, cognitivas e emocionais, que se manifestam cotidianamente no ambiente educacional. Durante o estágio em Psicologia Escolar, é possível observar que os educadores enfrentam desafios significativos não apenas no âmbito pedagógico, mas também no gerenciamento de suas próprias emoções e pensamentos frente às demandas do trabalho educativo. Esta realidade motivou a busca por abordagens integrativas que possam oferecer suporte efetivo ao desenvolvimento profissional docente.

A Terapia Cognitivo-Comportamental, conforme fundamentada por Beck (2021), fornece bases sólidas para compreender os processos cognitivos que sustentam as respostas emocionais e comportamentais dos educadores. Paralelamente, a integração com práticas de mindfulness,

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

conforme proposta por Weiss de Souza (2020), apresenta-se como ferramenta promissora para o desenvolvimento da atenção plena e regulação emocional no contexto educacional.

Estudos recentes, como o desenvolvido por Barros et al. (2024), têm demonstrado os benefícios dessas abordagens integrativas para a saúde mental docente. Tais evidências, somadas às observações realizadas durante o estágio em Psicologia Escolar, indicam a necessidade de intervenções que considerem a complexidade da atuação docente em suas múltiplas dimensões.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as interfaces entre comportamento, cognição e atenção plena na prática docente, propondo estratégias de intervenção baseadas na integração entre TCC e mindfulness, com o desenvolvimento de uma cartilha informativa como recurso de apoio ao trabalho do psicólogo escolar junto aos educadores.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, desenvolvido no contexto do estágio supervisionado em Psicologia Escolar. O estudo foi realizado em uma escola particular no município de Caçador-SC, durante o segundo semestre de 2025, contando com a participação de professores do ensino fundamental II, que atuavam em diferentes componentes curriculares. A participação dos docentes foi voluntária, garantindo-se todos os aspectos éticos da pesquisa.

A intervenção foi organizada em três etapas principais, seguindo os princípios da integração entre Terapia Cognitivo-Comportamental e mindfulness propostos por Weiss de Souza (2020). A primeira etapa consistiu no diagnóstico inicial, envolvendo observação participante em sala de aula totalizando 20 horas de acompanhamento, aplicação de entrevista semiestruturada para identificação dos principais desafios na prática docente e mapeamento das necessidades e expectativas dos educadores frente às demandas do contexto escolar.

A segunda etapa compreendeu a implementação do programa de intervenção propriamente dito, com a realização de um encontro com duração de uma hora. O encontro foi estruturado com base na integração entre a TCC e mindfulness, abordando temáticas específicas como regulação emocional docente, identificação de pensamentos automáticos disfuncionais, práticas de atenção plena adaptadas ao contexto educacional e desenvolvimento de comunicação mindfulness em sala de aula. A sessão combinou fundamentação teórica com atividades práticas e vivenciais.

A terceira etapa focou nas estratégias de ação direta, incluindo processos de psicoeducação sobre a tríade comportamento-cognição-emoção conforme os pressupostos de Beck (2021), práticas vivenciais de mindfulness adaptadas do protocolo de Barros et al. (2024), exercícios de reestruturação cognitiva aplicados às situações específicas do contexto educacional e realização de role-playing para simulação e enfrentamento de situações desafiadoras do cotidiano escolar. Como produto final, foi elaborada uma cartilha informativa contendo fundamentação teórica e exercícios práticos para apoio continuado aos educadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implementação do programa de intervenção fundamentado na integração entre a TCC e o mindfulness, aliado à cartilha informativa elaborada como produto educacional, evidenciou avanços significativos na prática docente, os quais serão analisados em suas múltiplas dimensões.

No campo da regulação emocional, observa-se um aprimoramento na capacidade dos educadores de gerenciar suas emoções frente a situações adversas no ambiente escolar. Os registros indicam que os participantes passaram a adotar pausas conscientes antes de reagir a eventos desafiadores, incorporando a técnica da respiração consciente proposta na cartilha. Essa mudança promove uma redução nas reações impulsivas, alinhando-se às perspectivas teóricas que destacam o papel do mindfulness na facilitação de respostas mais reflexivas e menos automatizadas.

No que se refere aos processos cognitivos, identifica-se uma evolução na percepção e na modificação de pensamentos automáticos disfuncionais associados ao exercício da docência. Crenças relacionadas à autoexigência excessiva e à necessidade de perfeição foram gradualmente substituídas por pensamentos mais adaptativos e realistas. Esse processo é favorecido pelas atividades de reestruturação cognitiva contidas na cartilha, reforçando a noção de que a flexibilidade dos esquemas mentais é fundamental para o bem-estar profissional e para uma atuação mais equilibrada.

Na esfera comportamental, constata-se uma transformação positiva nas interações entre professores e alunos, com maior emprego de comunicação não violenta e de escuta ativa. Os educadores que se dedicam às práticas sugeridas na cartilha demonstraram maior habilidade em estabelecer conexões empáticas e em responder de maneira mais consciente às necessidades dos estudantes. Tais achados reforçam estudos anteriores sobre a contribuição do mindfulness para a melhoria do clima relacional em contextos educativos.

A cartilha informativa mostra-se um recurso relevante no processo de formação docente, sendo amplamente reconhecida como um material de utilidade prática para a aplicação dos conceitos trabalhados. Sua estrutura, que combina fundamentação teórica e exercícios vivenciais contextualizados, mostra-se eficaz na transposição dos conhecimentos para o cotidiano escolar, sublinhando a importância de recursos educacionais bem elaborados e adaptados às reais necessidades dos educadores.

De modo geral, a intervenção trouxe impactos positivos no bem-estar dos participantes, que relatam diminuição de sinais de estresse, maior satisfação com a prática profissional e melhora na qualidade de vida. Esses resultados convergem com a literatura que associa a prática regular de mindfulness à promoção da saúde ocupacional e ao desenvolvimento de uma postura mais equilibrada e realizadora no trabalho educativo.

Os resultados obtidos permitem inferir que a integração entre a TCC e o mindfulness, mediada por um material educacional cuidadosamente construído, configura uma abordagem promissora para a atuação do psicólogo escolar no apoio ao desenvolvimento profissional de educadores. A articulação entre a compreensão dos processos cognitivos, o treinamento em

regulação emocional por meio do mindfulness e a oferta de recursos práticos e acessíveis mostrou-se eficaz na promoção de mudanças significativas e duradouras na prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção baseada na integração entre a TCC e o mindfulness, com apoio da cartilha "Mindfulness na Prática Docente", promove melhorias significativas na atuação docente. Os educadores desenvolvem maior regulação emocional, utilizando técnicas de respiração consciente que resultaram em respostas mais ponderadas frente a situações desafiadoras.

Observa-se a evolução na modificação de pensamentos automáticos disfuncionais, com substituição de crenças limitantes por pensamentos mais adaptativos. As interações em sala de aula mostram melhora, com aumento da comunicação não violenta e escuta ativa, fortalecendo as relações entre professores e alunos.

A cartilha demonstra ser um recurso valioso, facilitando a aplicação prática dos conceitos trabalhados. Os docentes relatam redução do estresse e maior satisfação profissional, confirmando os benefícios do mindfulness para o bem-estar docente. A abordagem integradora demonstrou ser promissora para a atuação do psicólogo escolar no desenvolvimento profissional de educadores.

REFERÊNCIAS

BARROS, Liliane Almeida et al. **Capacitação de docentes para prática de Mindfulness em sala de aula: construção e validação de produto educacional**. Revista Metodologias e Aprendizado, v. 7, 2024.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática.** Tradução de Paulo Knapp, Sandra Maria Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

SOUZA, Isabel C. Weiss de**. Mindfulness e terapia cognitivo-comportamental**. Barueri: Manole, 2020. E-book. pág.108. ISBN 9786555760330. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555760330/. Acesso em: 10 out. 2025.

CRIANÇA NÃO NAMORA: INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA COM PRÉ-ADOLESCENTES EM CONTRATURNO ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Emeli Peretti Fernandes Gomes[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – Este Resumo apresenta uma experiência acadêmica desenvolvida no âmbito do estágio curricular "Estágio Básico IV - Observação e Intervenção em Contexto Escolar" em Psicologia. A intervenção escolhida pela acadêmica foi uma palestra de tema "Criança não Namora" para pré-adolescentes de 11 a 13 anos, para desenvolver competências como saber diferenciar amizade, paixão e namoro, discutir influências das mídias e pressão de colegas, refletir sobre limites, respeito, consentimento e fortalecimento da autoestima. A base legal é composta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os artigos 217-A, 218 e 218-A do Código Penal e a Lei nº 13.935/2019, da atuação e atribuição do psicólogo escolar. A metodologia foi composta por pesquisa qualitativa e uma intervenção dividida em três etapas: palestra interativa, atividade prática de confecção de autorretrato para autorreflexão e exposição dos trabalhos em um mural. Os resultados foram alto engajamento e entendimento do conteúdo pelos educandos e professores que agregaram no tema. A escassez de materiais, embora uma dificuldade, promoveu paciência e cooperação. Conclui-se que a atividade foi eficaz para a promoção de aprendizados, evidenciando a importância de intervenções fundamentadas, apesar da ausência de legislação que defina uma idade específica para o namoro.

Palavras-chave: criança, adolescência, namoro, ECA, adultização.

INTRODUÇÃO

O presente Resumo refere-se a uma experiência acadêmica em campo da matéria "Estágio Básico IV - Observação e Intervenção em Contexto Escolar" do curso de Psicologia o qual é exigência para a formação do acadêmico. A promoção do estágio curricular obrigatório representa uma rica oportunidade de aprendizagem fazendo a ligação essencial entre a teoria e a vivência em campo, onde os discentes presenciam o encontro de seus conhecimentos adquiridos em ambiente acadêmico com as demandas práticas em campo, incluindo desafios que promovem a consolidação da aprendizagem solicitada pelo estágio e além destas possibilidades traz também a supervisão onde se pode discutir e maturar ideias com colegas e orientador.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Uma das atividades proposta pela acadêmica foi a palestra com o tema "Criança não Namora" onde foi discutido o tema trazendo questões importantes como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), relações interpessoais, a pressão feita por mídias e colegas, e prevenção. Os objetivos dessa atividade atingiram os seguintes pontos: diferenciar amizade, paixão e namoro, discutir a influência da mídia, redes sociais e colegas na ideia de "precisar namorar" para se encaixar, refletir sobre os limites do corpo, respeito e consentimento, fortalecer a autoestima e a segurança para dizer "ainda não" quando necessário e promover o respeito pelas escolhas e tempos dos colegas.

A sociedade atual impõe diversos desafios complexos aos indivíduos que estão passando pela travessia da infância para a adolescência que por si só já é turbulenta. Os tempos atuais são caracterizados por uma época de paradoxos temporais: por um lado, é evidenciado uma "adultização" precoce das crianças, onde a infância é finalizada precocemente por uma enxurrada de informações e demandas do mundo externo. Por outro, é perceptível que os jovens encontram imensas dificuldades para chegar à autonomia socioeconômica e simbólica. Este prolongamento está relacionado a uma cultura que vangloria a juventude e rejeita o envelhecimento. Até mesmo os próprios pais, em sua dificuldade de elaborar de forma saudável a chegada da meia-idade, podem, inconscientemente, dificultar o processo de separação dos filhos (Cardoso, et al., 2024).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi instituído pela Lei nº 8.069/1990, esse estatuto é a representação um marco normativo fundamental na proteção integral de crianças e adolescentes brasileiros. Este documento consolida a Doutrina da Proteção Integral, e tem ligação com os preceitos constitucionais e internacionais de direitos humanos. Ele é a lei que dita quais são os direitos e os deveres de crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (de 12 a 18 anos) no Brasil. Esse documento também define as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado. Em seu Cap. II de título "Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade" (Art. 15 ao 18-B) é definido a liberdade como um direito amplo, ou seja, a criança tem direito de opinião, crença, brincar e participar da vida familiar (Brasil, 1990).

Trazendo também o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 217-A, é proibido "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos" tendo como pena a reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. Outros dois artigos essenciais do código penal são os artigos Art. 218 e Art. 218-A, onde o primeiro traz sobre "induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem" arretando a pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e no segundo é falado sobre "praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem" com pena de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos (Brasil, 1940). Ainda no âmbito legislativo, porém agora falando da atuação do Psicólogo Escolar, é trazido pela Lei N° 13.935, que o Psicólogo e o Assistente Social devem atuar com as equipes multiprofissionais e buscar estratégias que videm a melhoria de processos relacionados à ensino-aprendizagem tendo participação ativa de integrantes da comunidade escolar. Assim, entende-se que uma das atribuições do Psicólogo Escolar é a mediação entre as relações sociais e institucionais considerando o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica em que está inserido (Brasil, 2019).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esse trabalho acadêmico foram a pesquisa qualitativa de artigos, livros e legislação relacionados ao tema proposto ("Criança não namora"), que foi escolhida após uma avaliação em conjunto entre acadêmica e orientador relacionado a temas e conteúdos que poderiam ser relevantes para o público-alvo (composto por pré-adolescentes de 11 a 13 anos) e intervenção em formato de palestra interativa com atividade prática ao final. Esta intervenção foi dividida em 3 etapas separadas em 2 dias, a primeira executada em formato de palestra interativa no ambiente de contraturno escolar, onde o tema era apresentado ao mesmo tempo em que os educandos tinham a liberdade de participar com perguntas, relatos e vivências, na segunda etapa foi proposto aos pré-adolescentes uma atividade prática que consistia em desenhar um autorretrato e escrever em volta do seu desenho quais eram suas habilidades, qualidades, características positivas, além de outros aspectos que compõem a sua personalidade e poderia ser considerada positiva pelos próprios educandos. Na segunda tarde, quando os desenhos já estavam finalizados foi feita a terceira e última etapa: as estagiárias confeccionaram um mural decorado com todos os desenhos a fim de ressaltar a criatividade, autoestima e autoconfiança dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final da dinâmica com os pré-adolescentes, notou-se que os objetivos traçados foram alcançados e teve resultados compatíveis. Ver os educandos interagirem com entusiasmo e engajamento durante toda a exposição do conteúdo trazendo questionamentos condizentes com o assunto e diversas vivências significativas de suas vidas foi muito significativo. Os professores presentes também se integraram à conversa, complementando minhas colocações com exemplos do cotidiano escolar, o que fortaleceu a conexão entre o tema abordado e a realidade dos alunos. A execução dessa palestra interativa mostrou-se uma ferramenta eficaz para enfatizar a importância desse tema aplicando-a de forma leve, lúdica e de fácil entendimento para a faixa etária. A produção do desenho (autorretrato) e as reflexões individuais relacionadas às qualidades e habilidades também se mostrou eficiente, provocando os educandos a olhar para dentro de si mesmos e ver suas características marcantes.

Imagem 1 – Palestra Interativa

Fonte: A autora (2025).

A principal limitação identificada foi em relação aos recursos de materiais escolares, sendo o lápis grafite preto um item que havia pouca quantidade no dia para a produção do desenho, dessa forma, o tempo de aplicação da atividade foi estendido pois alguns dos educandos precisavam aguardar o outro colega finalizar para poder utilizar o mesmo material. No entanto, esse obstáculo também pode ser visto de outro ângulo como algo positivo e educativo, visto que ao ser necessário esperar sua vez para utilizar os materiais, é estimulado o desenvolvimento da paciência, além de desenvolver também a cooperação entre colegas que podem se auxiliar dividindo os materiais disponibilizados.

Imagem 2 – Exposição dos Autorretratos

Fonte: A autora (2025)

É relevante pontuar a importância da discussão desse tema de uma forma estratégica, buscando prender a atenção dessa faixa etária que vive em uma realidade imersa a estímulos rápidos onde resulta na diminuição da capacidade de manter a atenção por muito tempo.

Outro ponto importante que precisa ser ressaltado é o momento psicossocial que esses indivíduos estão passando, nessa fase eles estão finalizando a fase infantil e iniciando a fase da adolescência onde já ocorrem diversas mudanças tanto de ideais quanto hormonais que acarretam diversos comportamento que podem ser prejudiciais à saúde física e mental desses indivíduos.

Portanto, o psicólogo escolar se faz um profissional crucial no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no ambiente escolar, por meio de ações como esta, é promovido um desenvolvimento mais saudável e integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ter realizado a palestra "Criança não Namora" foi evidenciada a relevância de intervenções que são pautadas em bases teóricas e legais, como o ECA e o Código Penal

Brasileiro, para promover atividades educativas que buscam conscientizar tanto o público-alvo dessa intervenção quanto os responsáveis por esses pré-adolescentes. A experiência do estágio possibilitou a acadêmica de Psicologia vivenciar os desafios da atuação em contexto escolar, oportunizando o desenvolvimento de habilidades de escuta, planejamento e adaptação. E para os alunos trouxe o desenvolvimento de competências importantes como respeito ao tempo e limite dos indivíduos, autonomia e autoestima.

É necessário se fazer uma reflexão crítica sobre o papel da infância na sociedade contemporânea que por muitas vezes distorce os papeis não só das crianças como de outros públicos e permanece como um convite à continuidade de ações que valorizem o desenvolvimento integral dos sujeitos com respeito à infância e o brincar. Outro ponto importante a ser ressaltado é a conclusão de que não há na legislação brasileira um texto que fale especificamente sobre a idade permitida para namoro, porém as normas pontuadas anteriormente trazem a proibição para crianças e adolescente a prática de determinadas condutas inapropriadas para a faixa etária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm. Acesso em: 28 set. 2025.

CARDOSO, M. R.; KERNIER, N. **Qual temporalidade na adolescência?** Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 1-13, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-4414-2024-291834. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/VHyNRCMNsqgRQHxCxQhxZWL/. Acesso em: 19 de set. 2025.

ADULTILIZAÇÃO PRECOCE E REDES SOCIAIS: OFICINA DE CONSCIENTIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Larissa Granemann Recalcatte[2]
Márcio Martins Rosa[3]
Mariléia Batista Fertig[4]

Resumo – O presente trabalho relata uma prática de estágio a ser realizada em uma Instituição Privada de Ensino Básico do meio-oeste de Santa Catarina, com alunos do Ensino Fundamental II. A prática será desenvolvida por meio de uma oficina cujo objetivo é promover o desenvolvimento saudável dos adolescentes, através da conscientização e reflexão crítica sobre os riscos da adultização e sobre o papel das redes sociais na construção de conceitos de "ser criança/adolescente" e "ser adulto". A atividade está estruturada em quatro etapas: contextualização; reflexão sobre situações concretas; psicoeducação sobre fases do desenvolvimento e os riscos da adultização; conclusão e disponibilização de material. Entende-se que a conscientização sobre o tema da adultização possui relevância significativa no contexto atual, considerando o cuidado com o desenvolvimento infantil. Espera-se contribuir para que os alunos e as famílias sejam capazes de reconhecer o fenômeno da adultização; ampliar a capacidade de discernimento dos adolescentes ao enfrentar situações críticas; e incentivar a procura por ajuda em ocasiões de risco. A prática contribuirá para o reconhecimento da atuação do psicólogo em ambiente escolar como suporte preventivo, abordando temas relevantes para a saúde mental dos alunos.

Palavras-chave: adultização; redes sociais; infância; sexualização; família.

INTRODUÇÃO

A adultização precoce corresponde ao processo em que crianças e adolescentes passam a vivenciar comportamentos, responsabilidades e valores característicos do universo adulto antes que estejam preparados, do ponto de vista biológico, psicológico e social (Bonilha et al., 2025). Esse fenômeno possui natureza complexa e multifatorial, abrangendo aspectos como a erotização da aparência, a atribuição de responsabilidades desproporcionais à idade, a adesão precoce a padrões de consumo e a exposição excessiva a conteúdos digitais que reduzem o tempo da infância e antecipam exigências de maturidade.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Pesquisas médicas e psicológicas indicam que tal processo interfere na construção da identidade, pois aumenta a vulnerabilidade a transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, e reduz os mecanismos de proteção social, sendo, portanto, reconhecido como uma questão de saúde pública (WHO, 2021). Estudos multicêntricos apontam que a adultização tende a manifestar-se entre os 7 e 9 anos de idade, fase em que, idealmente, a sexualidade ainda deveria estar em período de latência (Bonilha, et al., 2025; WHO, 2021).

Entre as meninas, a adultização manifesta-se principalmente por meio de aspectos estéticos, como o uso antecipado de maquiagem, vestimentas com conotação sexual, filtros digitais que modificam a aparência e a reprodução de poses erotizadas em redes sociais. Já entre os meninos, o fenômeno tende a se expressar por uma dimensão mais performática, caracterizada pela exposição precoce à pornografia, pela erotização presente em jogos digitais e pela pressão sociocultural para corresponder a padrões de masculinidade tóxica e comportamentos hipersexualizados. (Bonilha, et al., 2025; WHO, 2021). Essa antecipação decorre tanto de influências socioculturais quanto de fatores biológicos, como o início precoce da puberdade.

Ao atribuir papéis e responsabilidades adultas a indivíduos ainda em processo de desenvolvimento, incorre-se na violação de direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que garante à criança e ao adolescente o direito à proteção integral, ao lazer, ao desenvolvimento físico, emocional e social saudável e à convivência familiar e comunitária. A adultização, nesse contexto, fragiliza a rede de proteção prevista pelo ECA, ao impor expectativas e demandas incompatíveis com a maturidade infantil. Essa sobrecarga pode gerar impactos significativos na saúde emocional e psicológica, aumentando a vulnerabilidade a diferentes formas de violência e negligência (Núcleo Espiral, 2025).

No campo jurídico contemporâneo, destaca-se a Lei nº 15.211/2025, conhecida como "ECA Digital", que estabelece diretrizes e obrigações para aplicativos, redes sociais, jogos eletrônicos e demais serviços digitais. A legislação prevê medidas como a verificação de idade dos usuários, a exigência de supervisão parental, a remoção imediata de conteúdos relacionados a abuso infantil e a limitação de publicidades voltadas ao público infantojuvenil. As penalidades podem alcançar R$50 milhões por infração, e foi instituída uma autoridade nacional de fiscalização para garantir o cumprimento das normas (Agência Câmara de Notícias, 2025).

Paralelamente, observa-se uma restrição para o uso de aparelhos eletrônicos em ambientes escolares, como estratégia de proteção diante a exposição digital precoce. No Brasil, a Lei nº 15.100/2025 segue essa direção ao limitar o uso de celulares durante as aulas e intervalos, refletindo preocupações sobre o impacto do uso excessivo da tecnologia no aprendizado, na socialização e para a saúde mental das crianças e adolescentes.

Nesse contexto, o ambiente familiar e social exerce papel decisivo, podendo funcionar tanto como fator de proteção quanto como catalisador da adultização precoce. De acordo com Bonilha et al. (2025), famílias excessivamente permissivas, pouco presentes ou que incentivam a exposição estética e midiática de crianças acabam reforçando comportamentos incompatíveis com o estágio de desenvolvimento infantil. Essa exposição precoce, frequentemente mediada por redes sociais e conteúdos digitais, amplia o risco de situações como cyberbullying, assédio e

exploração, além de influenciar a formação da identidade, da autoestima e da noção de privacidade.

O Núcleo Espiral (2025) destaca que o uso excessivo de telas, sobretudo quando não há supervisão, está associado a prejuízos na atenção, no planejamento, no controle emocional e no sono, podendo também aumentar níveis de ansiedade e irritabilidade. Quando aliado à pressão estética presente nas mídias digitais, esse cenário favorece o surgimento de transtornos alimentares e distorção da autoimagem.

Diante disso, o papel dos pais, responsáveis e educadores ultrapassa a simples limitação do tempo de tela, englobando a necessidade de oferecer espaços de convivência reais, promover atividades que estimulem o aprendizado e o lazer saudável, reforçar o valor da escola e, principalmente, dialogar de forma aberta sobre os riscos associados à busca pelo "sucesso rápido" e pela validação virtual. O acompanhamento familiar atento e afetivo constitui, portanto, um dos principais mecanismos de proteção contra os efeitos psicossociais da adultização precoce.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de práticas de estágio, em uma Instituição Privada de Ensino Básico do meio-oeste de Santa Catarina, com o público-alvo sendo alunos do Ensino Fundamental II. As práticas foram desenvolvidas através de uma oficina de conscientização com foco em Adultização Precoce. Este estágio faz parte do componente curricular Estágio Básico IV - Observação e Intervenção em Contexto Escolar, do Curso de Psicologia da UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, ocorrido no segundo semestre de 2025. As práticas desenvolvidas foram embasadas teoricamente em artigos científicos e livros, garantindo respaldo acadêmico às atividades aplicadas.

Os recursos materiais para a atividade foram disponibilizados pela instituição: sala de aula apropriada para oficinas em grupo, com mesas e cadeiras; equipamentos audiovisuais; materiais impressos para uso na atividade; e impressão das cartilhas para entrega aos alunos, pais e cuidadores. Quanto aos recursos humanos, a instituição disponibilizou a supervisão do estágio e o acompanhamento da atividade, por parte do psicólogo escolar. Além disso, incluiu na programação de aprendizagem das turmas de 6º ano a participação na atividade proposta. Os estagiários disponibilizaram os seus notebooks para o planejamento e durante a realização da atividade. A prática de estágio foi estruturada em quatro etapas.

A primeira etapa da atividade é a contextualização. Ela prevê a divisão da sala em grupos e a disponibilização de imagens ou vídeos curtos que apresentem explicitamente sinais de adultização. Na sequência, será solicitado aos participantes que conversem nos grupos sobre as situações apresentadas, a partir de perguntas. Ao término da etapa, deve-se oportunizar que todos os grupos compartilhem suas respostas. Faz-se necessário estar atento para não emitir juízos de valor precipitados sobre as situações, o que pode inibir a expressão dos participantes.

A próxima etapa contempla a reflexão sobre situações concretas sobre o "ser adolescente" ou "ser adulto". As situações devem ser concretas o suficiente para espelhar o quotidiano dos adolescentes, em termos de riscos que enfrentam em suas interações, sobretudo

nas redes sociais e demais possibilidades do ambiente digital. Os grupos receberão situações diferentes para discutir. Deve-se pedir que leiam os relatos propostos e discutam com o grupo. Ao término da etapa, permitir que todos os grupos se expressem.

A terceira etapa é direcionada à psicoeducação sobre fases do desenvolvimento e os riscos da adultização. Para tal discussão, o conteúdo será apresentado por meio de recurso audiovisual. Deve-se priorizar nesta etapa a apresentação de orientações para identificação de situações de risco para os adolescentes.

Por fim, na etapa conclusiva será disponibilizado material referente ao tema para os alunos. A cartilha explicativa será também ficará disponível na escola para os pais e responsáveis de todos os alunos da instituição. Além disso, o material será diagramado de forma apropriada para uso nas redes sociais da instituição, ampliando assim o público atingido.

RESULTADOS ESPERADOS

Com a atividade espera-se contribuir para que os alunos sejam capazes de reconhecer o fenômeno da adultização, capacitando-os para identificar comportamentos de risco e evitar a imitação de tais posturas. Considera-se ainda que a atividade pode ajudar para que os alunos desenvolvam um olhar mais crítico sobre o conteúdo que consomem nas redes sociais, diminuindo a pressão para imitar padrões estéticos ou comportamentais de adultos.

Dessa maneira, os adolescentes podem ampliar sua capacidade de discernimento ao enfrentar situações de risco online, tais como interação com estranhos, exposição indevida e cyberbullying. No mesmo horizonte, a atividade aumentará a capacidade dos adolescentes de identificar orientações e recursos para buscar ajuda em situações de risco.

Além disso, a disponibilização do material à comunidade escolar, ampliará a conscientização sobre o tema da adultização, sobretudo às famílias que demonstram maior dificuldade de compreensão e manejo dessas temáticas. O uso das redes sociais para divulgar o conteúdo à comunidade posiciona a instituição como promotora de saúde e de bem estar para a população, reforçando o que assume enquanto missão institucional.

Relacionada à psicologia escolar, a atividade fortalecerá a atuação do psicólogo escolar como suporte preventivo, abordando temas relevantes para a saúde mental dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina de conscientização sobre adultização pode ser uma ferramenta de intervenção eficaz para abordar esse fenômeno, que se mostra complexo e multifacetado. fenômeno complexo e crescente na vida dos alunos do Ensino Fundamental II. A estrutura prevista busca priorizar o envolvimento dos alunos, em vista de um discernimento ativo diante das situações.

O planejamento desta atividade, com a supervisão do psicólogo escolar, permitiu aos estagiários ampla discussão e aprofundamento sobre a realidade dos adolescentes, como isso se manifesta no contexto escolar e as possibilidades de intervenção do psicólogo. A opção pela

ação de conscientização grupal evidencia a ênfase assumida pela psicologia em âmbito escolar, reforçando a atuação preventiva e voltada à psicoeducação coletiva.

Para a continuidade, recomenda-se realizar avaliação após a aplicação da atividade, a fim de que possa ser replicada com os demais alunos e retomado sistematicamente pela Instituição. Dessa forma, contribui-se para a proteção integral da criança e do adolescente, em consonância com o que prevê o ECA e as diretrizes éticas para o profissional de psicologia.

REFERÊNCIAS

BONILHA, Giulia Casagrande et al. **ADULTIZAÇÃO PRECOCE: REVISÃO NARRATIVA CRÍTICA DE UM FENÔMENO MULTIFATORIAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.** ARACÊ , [S. l.], v. 7, n. 10, p. e8774, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8774. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025.** Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Brasília, DF, 13 jan. 2025. Publicação original no *Diário Oficial da União* de 14 jan. 2025, p. 3. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 14 de maio de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e institui o "ECA Digital". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l15211.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **ECA Digital: mais proteção para crianças e adolescentes** [infográfico]. Brasília, 15 out. 2025. Disponível em: https://infograficos.camara.leg.br/eca-digital/. Acesso em: 21 out. 2025.

NÚCLEO ESPIRAL. **Adultização é violência! E começa antes do que você imagina: Orientações e práticas para as famílias e educadores.** Instituto Núcleo Espiral, 2025.

*WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Adolescent health.*** Geneva: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1. Acesso em: 21 set. 2025.

O USO INDEVIDO DE TELAS NO AMBIENTE ESCOLAR E A LEI Nº LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Bruno Richard de Melo Alves[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – Este estudo aborda o uso inadequado de celulares e tablets na escola, destacando seus efeitos na aprendizagem e saúde mental dos alunos. Baseia-se na Lei nº 15.100/2025 e em pesquisas recentes sobre impactos cognitivos e emocionais do uso excessivo de telas. A pesquisa é qualitativa e descritiva, com observação direta em uma escola de Caçador/SC e revisão bibliográfica. Os resultados apontam que o uso excessivo e não orientado de telas interfere negativamente na concentração, na convivência social e no desempenho escolar, reforçando a importância de políticas educativas alinhadas à nova legislação. A integração de estudos contemporâneos demonstra que o uso de telas afeta o desenvolvimento socioemocional, a atenção e o bem-estar psicológico, sobretudo na infância e adolescência, quando há ausência de mediação parental e pedagógica. Conclui-se que a limitação do uso recreativo e a valorização do uso pedagógico das tecnologias são essenciais para preservar a saúde mental e o desenvolvimento integral dos educandos.

Palavras-chave: telas; educação; saúde mental.

INTRODUÇÃO

O uso indevido de telas no ambiente escolar tem se configurado como tema de crescente relevância educacional, diante dos impactos sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A presença constante de dispositivos eletrônicos como celulares e tablets no espaço escolar gera distrações, redução do rendimento acadêmico e dificuldades nas relações interpessoais, além de potenciais prejuízos à saúde mental de crianças e adolescentes.

Com o intuito de regular essa realidade, foi promulgada a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais pelos discentes nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica. A legislação veda o uso de tais dispositivos durante o período letivo, inclusive em recreios e intervalos, salvo quando utilizados com fins pedagógicos, didáticos ou de acessibilidade, sob orientação de profissionais da educação (Brasil, 2025). Assim, busca-se equilibrar a liberdade tecnológica com o dever institucional de assegurar um ambiente escolar saudável e propício à aprendizagem.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diversos estudos nacionais e internacionais têm chamado atenção para os efeitos negativos do uso excessivo de telas. Santos et al. (2024) mostram que passar muito tempo em dispositivos digitais pode causar sintomas de ansiedade, depressão e isolamento. Já Nunes et al. (2024) apontam que a falta de orientação dos pais e educadores contribui para um uso problemático das telas, prejudicando o desenvolvimento das crianças. Por isso, a escola desempenha um papel fundamental como ambiente regulador e educativo para promover o uso consciente das tecnologias digitais.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, resultante de observação direta em contexto escolar realizada em uma instituição de ensino localizada no município de Caçador/SC. A investigação foi desenvolvida a partir de uma demanda institucional, com o propósito de compreender aspectos do comportamento, da convivência e das dinâmicas relacionais presentes no ambiente escolar, sob a ótica psicológica e educativa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em observação direta entre setembro e outubro de 2025. O estudo foi desenvolvido a partir de uma demanda institucional, com foco na compreensão das dinâmicas relacionais e comportamentais do ambiente escolar sob a ótica psicológica e educativa.

As observações foram registradas de forma sistemática e reflexiva, respeitando os princípios éticos da Psicologia. Além disso, realizou-se uma revisão de literatura em bases acadêmicas e na legislação vigente, priorizando textos que abordam o impacto do uso de telas, bem como os aspectos éticos e legais associados ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei nº 15.100/2025 surge como resposta às preocupações crescentes sobre o uso indiscriminado de aparelhos eletrônicos por estudantes. De aplicação obrigatória em toda a educação básica, pública e privada, a norma proíbe o uso de dispositivos durante aulas, intervalos e recreios, excetuando situações pedagógicas, de saúde ou acessibilidade (Brasil, 2025).

Mais do que disciplinar condutas, a lei tem relevância psicológica e preventiva. Estudos apontam que o uso excessivo de telas está relacionado a sintomas de ansiedade, depressão, déficit de atenção e nomofobia (G1, 2023). O legislador, portanto, reconhece a necessidade de medidas educativas e de acolhimento emocional, estimulando as escolas a adotarem políticas de prevenção e promoção da saúde mental.

Davis (2023) evidencia que 83% das crianças de até 8 anos já utilizaram algum dispositivo móvel, o que demonstra a naturalização precoce do uso de telas. No Brasil, a situação é agravada pela intensa exposição às mídias digitais, que contribui para o aumento de quadros ansiosos e depressivos, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) citados pelo G1 (2023).

Estudos corroboram esses achados: Santos et al. (2024) identificaram que o uso de telas está diretamente relacionado ao declínio do bem-estar emocional e ao aumento da dependência tecnológica entre crianças e adolescentes. Já Nunes et al. (2024) destacam que, na interação

triádica criança–adulto–tela, a mediação ativa do adulto ou do professor é essencial para transformar a tecnologia em instrumento de aprendizagem e não em fator de alienação. Essas evidências sugerem que o desafio atual não é apenas restringir o uso das telas, mas reconfigurar seu sentido pedagógico, promovendo uma educação digital responsável, em que o professor atua como mediador crítico e os alunos aprendem a utilizar as tecnologias de forma ética e reflexiva.

A literatura científica também associa o uso prolongado de telas ao aumento de níveis de ansiedade, conforme demonstrado pela Canadian Journal of Psychiatry (apud G1, 2023). Assim, a aplicação da Lei nº 15.100/2025 se mostra necessária para garantir o equilíbrio entre a tecnologia e o bem-estar educacional e psicológico dos estudantes. com pessoas que mais passam tempo conectadas (G1, 2023, n.p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso excessivo de aparelhos eletrônicos em sala de aula constitui um dos principais desafios contemporâneos da prática pedagógica. A Lei nº 15.100/2025 representa um importante instrumento normativo de apoio à educação, pois visa restringir o uso indevido e incentivar práticas pedagógicas mediadas de forma ética e consciente.

A análise de Santos et al. (2024) e Nunes et al. (2024) reforça que o uso descontrolado de dispositivos digitais pode gerar prejuízos emocionais, cognitivos e sociais, especialmente quando não há supervisão adequada. Dessa forma, o cumprimento da legislação e a formação continuada de professores são medidas urgentes para assegurar um ambiente escolar saudável e favorável ao desenvolvimento integral.

Além de promover maior concentração e aprimorar o processo de aprendizagem, a restrição do uso de telas contribui para o desenvolvimento das competências socioemocionais, favorece as relações no ambiente escolar e fortalece os vínculos interpessoais. Dessa maneira, o atendimento à legislação vigente e o envolvimento da comunidade escolar são fatores essenciais para estabelecer ambientes educacionais mais saudáveis e equilibrados.

REFERÊNCIAS

Brasil. lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm Acesso em: 21 set. 2025.

DAVIS, K. Geração tecnológica: as mídias digitais na infância e adolescência. Barueri: Manole, 2023. E-book. ISBN 9788520464076. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520464076/. Acesso em: 23 set. 2025.

G1, Por Rone Carvalho, BBC. população mais ansiosa do mundo, as mídias digitais. Portal digital Manole, Disponível em: https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/27/por-que-o-brasil-tem-a-populacao-mais-ansiosa-do-mundo.ghtml Acesso em: 23 set. 2025.

NUNES, T. A. R. et al. Revisão sistemática sobre o uso de telas digitais na interação triádica criança–adulto–tela. Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 24, n. 2, e14302, 2024. DOI: 10.5020/23590777.rs.v24i2.e14302.

SANTOS, V. V. S. et al. Uso de telas e os perigos à saúde mental de crianças e adolescentes: revisão integrativa. Revista Recien, São Paulo, v. 14, n. 42, p. 169–184, 2024. DOI: 10.24276/rrecien2024.14.42.169184.

A PSICOLOGIA ESCOLAR E A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA EXPERIÊNCIA BASEADA NA TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Juan Pablo Siqueira da Costa[2]
Marileia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente trabalho relata uma experiência desenvolvida durante o Estágio Básico em Psicologia Escolar, realizado em uma instituição de ensino fundamental localizada no município de Fraiburgo/SC. O objetivo foi integrar teoria e prática, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos por meio de ações voltadas à orientação profissional fundamentada na Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner. A metodologia abrangeu observações, entrevistas, aplicação de questionários e atividades reflexivas, como dinâmicas e rodas de conversa, possibilitando o reconhecimento das potencialidades individuais. Os resultados demonstraram que as atividades contribuíram para o autoconhecimento, o fortalecimento de competências socioemocionais e maior engajamento estudantil. A atuação do psicólogo escolar revelou-se essencial para a promoção do bem-estar, o fortalecimento dos vínculos interpessoais e o apoio ao projeto de vida dos estudantes.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; orientação profissional; inteligências múltiplas; desenvolvimento socioemocional; engajamento estudantil.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Psicologia Escolar tem como finalidade integrar teoria e prática, permitindo ao estudante atuar em contextos reais e desenvolver competências profissionais. A experiência relatada foi realizada em uma escola de ensino fundamental, com turmas do 6º ao 9º ano, tendo como foco o fortalecimento das dimensões cognitivas, sociais e emocionais dos alunos.

A proposta foi embasada na Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner, que reconhece a existência de diferentes formas de inteligência e sua influência no processo de aprendizagem e nas escolhas profissionais. A psicologia escolar, ao atuar de forma preventiva e reflexiva, busca compreender o aluno em sua totalidade, favorecendo a construção de vínculos e o desenvolvimento integral. Segundo Silva e Braz Aquino (2022), a presença do psicólogo na escola é essencial para promover bem-estar emocional, reduzir dificuldades de aprendizagem e fortalecer vínculos com a comunidade escolar.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, a mediação das interações sociais, conforme destaca Perez (2023), constitui ferramenta estratégica para estimular o engajamento e a participação ativa dos alunos, fortalecendo tanto a aprendizagem quanto os vínculos interpessoais. A integração entre psicologia e prática pedagógica contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora. Cardoso (2021) ressalta que o psicólogo escolar, ao atuar junto à equipe pedagógica, auxilia na reflexão sobre metodologias e práticas educativas, promovendo ambientes de ensino mais equitativos e sensíveis às necessidades de cada estudante. Prado & Piotto (2022) complementam que essa atuação crítica fortalece a capacidade da escola em lidar com diversidade, conflitos e desafios cotidianos, consolidando o papel do psicólogo como agente de transformação dentro do contexto escolar.

METODOLOGIA

A metodologia adotada teve caráter qualitativo e descritivo. Inicialmente, foram realizadas observações diretas em sala de aula e entrevistas com docentes para identificar demandas educacionais e socioemocionais. A partir dessa análise, o trabalho de intervenção foi direcionado para a orientação profissional, com base na Teoria das Inteligências Múltiplas.

Foram aplicados questionários de autopercepção, dinâmicas em grupo e rodas de conversa que permitiram aos estudantes identificar suas inteligências predominantes. As atividades foram conduzidas em ambiente colaborativo, com foco no autoconhecimento e no desenvolvimento das competências socioemocionais, como empatia, resiliência e responsabilidade.

Após as observações, relatos e demandas da equipe pedagógica, o presente trabalho de estágio redireciona seu enfoque para orientação profissional, com o objetivo de engajar mais os estudantes no processo de aprendizagem e promover maior conscientização sobre as possibilidades acadêmicas e profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades estimularam o autoconhecimento, protagonismo e reflexão dos alunos sobre suas capacidades e interesses. Segundo Perez (2023), a mediação psicológica reforça vínculos positivos e engajamento escolar. O uso de instrumentos de orientação profissional trouxe mudanças na percepção dos estudantes, maior interesse pelas atividades e melhor planejamento acadêmico. O estágio contribuiu para a formação prática do psicólogo e para o desenvolvimento pessoal, social e acadêmico dos alunos.

A orientação profissional constitui-se como uma prática da Psicologia voltada para auxiliar os jovens na identificação de suas habilidades, interesses e potenciais, de forma a possibilitar escolhas de carreira mais conscientes. A Teoria das Inteligências Múltiplas, proposta por Howard Gardner, oferece uma perspectiva ampla para a compreensão do desenvolvimento humano, reconhecendo que cada pessoa possui diferentes formas de inteligência que influenciam sua aprendizagem e desempenho profissional (Gonçalves, 2021).

Segundo essa abordagem, não existe uma inteligência única que determine o sucesso; existem múltiplas inteligências, como a linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-

cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista, todas igualmente relevantes (Almeida; Ribeiro, 2023). Assim, a orientação profissional deixa de se restringir a testes padronizados ou à avaliação acadêmica tradicional, passando a valorizar talentos diversos e a estimular o autoconhecimento do orientando.

Os resultados apontaram que as atividades de orientação profissional baseadas na Teoria das Inteligências Múltiplas favoreceram a reflexão sobre habilidades individuais e o reconhecimento das potencialidades pessoais. Os alunos demonstraram maior engajamento em sala de aula, aumento da participação em atividades e melhora na interação com colegas e professores. Conforme Perez (2023), a mediação psicológica estimula o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo estudantil, fortalecendo o vínculo entre aprendizagem e motivação.

As atividades também permitiram aos professores refletirem sobre práticas pedagógicas mais inclusivas e adaptadas aos diferentes estilos de aprendizagem. De acordo com Almeida e Ribeiro (2023), reconhecer as inteligências múltiplas no contexto escolar contribui para um ensino mais equitativo e para a valorização das diferenças individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas atividades de orientação profissional, os alunos foram incentivados a refletir diariamente sobre suas habilidades, como utilizá-las para alcançar metas acadêmicas e profissionais, e tomar decisões conscientes para o futuro. Tais reflexões incentivaram o autoconhecimento e a identificação das inteligências predominantes de cada estudante, promovendo uma participação ativa no próprio processo de aprendizagem e planejamento de carreira (Silva & Braz Aquino, 2022).

A prática também favoreceu a construção de um ambiente colaborativo, em que alunos compartilhavam experiências, interesses e desafios, desenvolvendo habilidades socioemocionais essenciais, como empatia, responsabilidade, resiliência e paciência. Perez (2023) ressalta que a orientação profissional, quando aplicada de forma integrada à rotina escolar, fortalece vínculos positivos e motiva os estudantes a se engajarem em atividades que valorizem seus talentos e interesses individuais. Assim, o projeto não apenas auxiliou na reflexão sobre escolhas de carreira, mas também contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes, autônomos e preparados para enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais.

A experiência de estágio evidenciou a relevância da atuação do psicólogo escolar como mediador entre o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes. A aplicação de atividades baseadas na Teoria das Inteligências Múltiplas mostrou-se eficaz para o fortalecimento das competências socioemocionais, promoção do autoconhecimento e engajamento no processo de aprendizagem. O projeto destacou a importância de práticas educativas integradas, que considerem as potencialidades de cada aluno e favoreçam o desenvolvimento integral. Em síntese, a atuação do psicólogo escolar contribui significativamente para a construção de uma escola mais humana, reflexiva e promotora de bem-estar.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, T. J. W. Possíveis fundamentos teórico-epistemológicos na literatura atual para a atuação do psicólogo escolar. Temas em Educação e Saúde, v. 18, 2021.

PEREZ, J. G. Interação e o processo de socialização e aprendizagem nas escolas – Vygotsky. IX CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2023.

PRADO, D. N. M.; PIOTTO, M. R. Psicologia histórico-cultural e educação escolar inclusiva: visitando alguns conceitos. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 17, n. esp.1, p. 810-824, mar. 2022.

SILVA, G. É.; BRAZ AQUINO, F. de S. Atuação de psicólogos escolares na educação básica: um levantamento nacional e internacional da literatura. Perspectiva, v. 41, n. 2, p. 01-22, 13 dez. 2022.

ALMEIDA, L. M.; RIBEIRO, F. S. Inteligências múltiplas e orientação profissional: aplicabilidades contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2023.

GONÇALVES, T. L. Teoria das inteligências múltiplas e desenvolvimento vocacional no contexto escolar. Curitiba: Appris, 2021.

NASCIMENTO, J. D.; PRADO, R. C. Orientação profissional e autoconhecimento: caminhos para o futuro. Brasília: EDUCAT, 2024.

VIEIRA, A. L.; MARTINS, C. G. A escuta como ferramenta de orientação vocacional: abordagem baseada em inteligências múltiplas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2025.

TAPETE SENSORIAL E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio

Resumo – O presente trabalho teve como objetivo estimular a percepção e a integração sensorial das crianças, com foco na utilização do tapete sensorial como recurso terapêutico e pedagógico voltado ao desenvolvimento infantil. A intervenção foi realizada como parte das atividades do componente curricular Estágio Básico IV – Observação e Intervenção em Contexto Escolar, do curso de Psicologia da UNIARP. A ação foi desenvolvida em uma escola de educação infantil, planejada especialmente a partir das observações de que algumas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentavam resistência em permanecer calçadas durante as atividades escolares. A proposta buscou favorecer o desenvolvimento motor, a exploração tátil, a e autorregulação emocional, respeitando os limites e o ritmo individual de cada participante. A metodologia envolveu a aplicação de uma atividade sensorial com a participação ativa das crianças, que exploraram diferentes texturas e estímulos. Conclui-se que o tapete sensorial constitui um recurso eficaz para o desenvolvimento global e inclusão, promovendo experiências de aprendizagem mais significativas e adaptadas às necessidades individuais.

Palavras-chave: integração sensorial; desenvolvimento infantil; educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

A Integração Sensorial é definida como processo neurológico que organiza as sensações do corpo e do ambiente de forma a ser possível o uso eficiente do corpo no ambiente (Ayres, 1989 apud Antunes; Vicentini, 2005).

A adaptação do organismo ao ambiente depende da recepção e processamento de informações sensoriais, com o tato desempenhando papel central na evolução humana ao acionar reflexos importantes. O sistema tátil fornece dados fundamentais sobre contato, temperatura, textura e forma dos objetos, essenciais para a exploração do ambiente e o desenvolvimento infantil. Propriocepção, aliada aos sistemas vestibular e tátil, constrói a consciência corporal, orientando postura, força e direção dos movimentos, o que sustenta as interações físicas (Antunes; Vicentini, 2005).

Por meio de experiências psicomotoras é possível desenvolver práticas reabilitadoras voltadas ao aprimoramento das percepções que, em conjunto com o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao esquema corporal, coordenação motora, lateralidade e relação espaço-tempo, contribuem para conquistas importantes em todas as fases da vida do ser humano. Nesse contexto, o Tapete Sensorial, composto por kits de estimulação tátil, visual, olfativa, gustativa e cognitiva, configura-se como um recurso reabilitador eficaz, podendo ser

utilizado de diversas formas, de acordo com a criatividade e os objetivos do processo de intervenção (Gomes et al, 2020).

Quando uma criança apresenta patologias no sistema sensório-motor, o desenvolvimento do sistema sensorial tende a ocorrer de forma desorganizada, o que pode resultar em dificuldades na elaboração de respostas motoras ou no planejamento de ações. Essa desorganização interfere na integração das informações entre os sistemas, comprometendo funções, sensibilidade e o desenvolvimento neuropsicomotor (Chaves et al, 2024).

O Tapete Sensorial pode ser considerado um recurso terapêutico que favorece múltiplas atividades e estímulos sensório-motores em um único espaço, diferenciando-se por possibilitar a estimulação dos cinco sentidos humanos: audição, visão, paladar, tato e olfato. A diversidade desses estímulos proporciona uma experiência sensorial inovadora, ampliando as possibilidades de intervenção. O uso desse recurso pode ocorrer tanto de forma passiva, quando a pessoa apenas recebe os estímulos propostos pelo tapete, quanto de forma ativa, quando há participação direta nas atividades propostas (Ulrich, 1999; Hernandez, 2008; Sarmento, 2020 apud Chaves et al, 2024).

A boa resposta obtida em processos terapêuticos pode ser compreendida a partir do funcionamento do processamento sensorial, no qual o sistema nervoso central interpreta as informações captadas pelos órgãos sensoriais e mediadas pelo sistema periférico. Esse processo envolve ações como recepção, regulação, incorporação, distinção e ordenação de estímulos, que resultam em respostas comportamentais de acordo com os dados recebidos pelos receptores sensoriais (Tomchek, 2011; Walinga et al., 2023 apud Chaves et al, 2024).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de práticas de estágio, a experiência ocorreu em uma escola de educação infantil, com crianças entre 3 e 8 anos de idade. A intervenção teve caráter observacional e prático, sendo planejada a partir das necessidades identificadas no ambiente escolar, especialmente pela resistência de algumas crianças com TEA em permanecer calçadas. A partir dessa constatação, foi planejada a elaboração e aplicação de um tapete sensorial, com o intuito de estimular o tato e promover o desenvolvimento psicomotor de forma lúdica e inclusiva. Este estágio faz parte do componente curricular Estágio Básico IV – Observação e Intervenção em Contexto Escolar, do curso de Psicologia da UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. A prática desenvolvida foi embasada teoricamente em artigos científicos, garantindo respaldo acadêmico à atividade aplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade proposta teve como objetivo a elaboração e aplicação de um tapete sensorial, pensado a partir das observações de que algumas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentavam resistência em permanecer calçadas durante o período escolar. A confecção do material contou com a participação ativa das crianças, o que contribuiu para o fortalecimento de vínculos, o estímulo à cooperação e a ampliação da autonomia.

Durante a construção, utilizaram-se materiais de diferentes texturas, como algodão, arroz, botões, lixa, papel bolha, grama sintética, lixa d'água, cascalhos, botões e palito de picolé, todos fixados sobre uma base de papel pardo. O envolvimento das crianças no processo foi notável, demonstrando interesse, curiosidade e engajamento, mesmo diante de pequenas dificuldades durante a colagem dos materiais. Essa participação ativa reforça a importância de atividades práticas que integrem o lúdico e o sensorial ao processo de aprendizagem, promovendo experiências significativas.

Na etapa de aplicação do tapete sensorial, as crianças foram orientadas a retirar os calçados e as meias, a fim de vivenciar de forma mais completa as diferentes texturas. Observou-se que o estímulo tátil gerou respostas diversas: enquanto um dos alunos com TEA demonstrou retraimento inicial, recusando-se a caminhar sobre o tapete, outro aceitou a proposta de forma mais espontânea. Com o estímulo gradual e o respeito ao tempo de cada criança, o primeiro aluno foi encorajado a explorar o material com as mãos, mostrando curiosidade e leve aproximação após um momento inicial de resistência.

As demais crianças caminharam descalças sobre o tapete, explorando as texturas com interesse. Embora muitas não tenham verbalizado suas sensações, foi possível identificar expressões de surpresa e envolvimento, indicando que a experiência foi significativa do ponto de vista sensorial e emocional. Esse tipo de atividade favorece o desenvolvimento tátil, a integração sensorial e a autorregulação, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de crianças com TEA e outras condições do neurodesenvolvimento.

De modo geral, a intervenção demonstrou resultados positivos no engajamento das crianças e na promoção da experimentação sensorial de forma segura e acolhedora. A experiência evidencia a importância de práticas que considerem as necessidades individuais e os diferentes modos de interação com o ambiente, contribuindo tanto para o desenvolvimento psicomotor quanto para a socialização. Além disso, destaca-se o papel do educador e do estagiário de Psicologia na mediação das experiências sensoriais, respeitando o ritmo e os limites de cada participante.

Assim, a confecção e aplicação do tapete sensorial mostraram-se eficazes não apenas como recurso pedagógico, mas também como estratégia terapêutica, promovendo integração, estímulo ao tato e ampliação das possibilidades de aprendizagem e convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, destaca-se que atividades sensoriais são fundamentais no contexto escolar, pois favorecem o desenvolvimento global das crianças, promovem a inclusão e estimulam aspectos motores, emocionais e cognitivos. A prática desenvolvida revelou avanços na aceitação de estímulos táteis, maior envolvimento nas atividades, especialmente entre alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando que estratégias lúdicas podem tornar a aprendizagem mais significativa. Evidencia-se, portanto, que o tapete sensorial é um recurso acessível e eficaz, capaz de promover experiências educativas mais ricas e adaptadas às particularidades de cada aluno. Assim, ressalta-se a importância de incorporar recursos sensoriais

com maior frequência, ampliando oportunidades de desenvolvimento e fortalecendo a inclusão no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elaine Samora Carvalho e França; VICENTINI, Carolina Rubio. **Desenvolvendo a sensibilidade sensorial tátil plantar em portadores de autismo infantil através do "tapete sensorial" - estudo de três casos**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, 2005. Disponível em: https://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/177. Acesso em: 10 set. 2025.

CHAVES, Vitória de Souza et al. **Confecção de um tapete sensorial para pacientes atendidos pela fisioterapia:** um relato de experiência dos discentes. REVISTA DE SAÚDE – RSF, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: https://ojs.uniceplac.edu.br/index.php/rsf/article/view/133. Acesso em: 10 set. 2025.

GOMES, Raquel Virginia Matheus Silva et al. **Criação de tapete sensorial para a estimulação psicomotora de pacientes com sequelas neurológicas da clínica de fisioterapia do Centro Universitário São Lucas**. Mostra de Inovação e Tecnologia São Lucas (2763-5953), v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/mit/article/download/275/229. Acesso em: 10 set. 2025.

O LÚDICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Thainá Rodrigues Da Silva[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente estudo aborda a importância do lúdico no ambiente escolar e sua contribuição para o desenvolvimento infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigos científicos que discutem a relevância do brincar no processo de ensino-aprendizagem. A infância é uma fase marcada por descobertas e pela construção de habilidades cognitivas, emocionais e sociais; nesse contexto, o aprender deve ser leve, significativo e prazeroso. O brincar, portanto, não deve ser visto apenas como passatempo, mas como uma ferramenta pedagógica de grande valor, capaz de despertar o interesse, a criatividade e o engajamento dos alunos. Sob o caráter socio-histórico do brincar, Vygotsky destaca que, ao brincar, a criança passa a agir na esfera cognitiva, superando respostas imediatas a estímulos externos por meio da imaginação. Assim, o lúdico contribui para o desenvolvimento das capacidades humanas de forma prazerosa e significativa.

Palavras-chave: lúdico; aprendizagem; desenvolvimento infantil; educação infantil; psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

A educação infantil representa a primeira etapa da educação básica e é essencial para o desenvolvimento integral da criança, pois estabelece as bases cognitivas, emocionais e sociais que influenciarão toda a sua trajetória de vida (Kishimoto, 2011). O brincar é uma dimensão fundamental dessa fase, uma vez que estimula o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social. No contexto escolar, as atividades lúdicas têm se consolidado como um importante recurso pedagógico, capaz de tornar o aprendizado mais prazeroso, dinâmico e significativo (Vygotsky, 1998; Kishimoto, 2011).

Compreender a articulação entre o lúdico e o processo de ensino-aprendizagem é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas e eficazes. Por meio do brincar, a criança aprende a compreender o mundo, interagir com o outro e desenvolver autonomia e criatividade, fortalecendo habilidades cognitivas e emocionais (Vygotsky, 1998). Assim, compreender o papel do brincar na educação infantil é reconhecer o lúdico como um

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

caminho essencial para o desenvolvimento integral e para a formação de sujeitos criativos, autônomos e emocionalmente equilibrados.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência desenvolvido durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar, realizado em instituição de educação infantil. O relato tem caráter qualitativo e descritivo, uma vez que busca refletir sobre as práticas vivenciadas e analisar a importância das atividades lúdicas no processo de ensino-aprendizagem.

As observações e intervenções foram realizadas durante o período de estágio supervisionado em turmas da educação infantil, por meio da aplicação e acompanhamento de atividades lúdicas, como jogos, músicas, contação de histórias e brincadeiras dirigidas. As experiências foram registradas em diário de campo e analisadas à luz de referenciais teóricos da Psicologia e da Educação, especialmente as contribuições de Vygotsky (1998) e Kishimoto (2011), que fundamentam o papel do brincar no desenvolvimento infantil.

O objetivo dessa metodologia foi compreender, de forma prática e reflexiva, como o brincar pode favorecer o desenvolvimento integral das crianças e fortalecer o papel mediador do psicólogo no ambiente escolar. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu refletir sobre a prática e compreender como o brincar pode ser um instrumento de mediação psicológica e pedagógica no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio escolar, constatou-se que as atividades lúdicas exercem um papel essencial no desenvolvimento global das crianças na educação infantil. As observações práticas evidenciaram que a utilização do brincar como recurso pedagógico contribui significativamente para o aumento do interesse, da concentração e do envolvimento dos alunos nas atividades propostas, promovendo ainda avanços notáveis na socialização e na expressão emocional.

Entre as ações desenvolvidas durante o estágio, destaca-se a atividade "O Detetive das Cores", voltada ao estímulo da concentração e da atenção das crianças de maneira lúdica. A proposta consistiu na contação de uma história em que o personagem principal, o Detetive Júnior, solicitava a ajuda dos alunos para encontrar cores e formas específicas, como borboletas e pazinhas, presentes em uma imagem do parque.

Cada criança recebeu uma lupa artesanal confeccionada pela estagiária, o que despertou o interesse e a curiosidade do grupo, à medida que identificavam os elementos procurados, as crianças recebiam uma "lâmpada mágica", representando o brilho da descoberta e simbolizando o aprendizado. A atividade mostrou-se eficaz para promover a atenção, o engajamento coletivo e a alegria durante a realização da tarefa.

Figura 1 - Contação de história: O Detetive das Cores

Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Outra intervenção relevante foi a contação de histórias com os bonecos das emoções, cujo objetivo foi trabalhar o reconhecimento e a expressão dos sentimentos. Primeiro, explicou-se de maneira breve as emoções principais: alegria, tristeza, raiva e medo. Depois, foram apresentados exemplos de situações do dia a dia que podem despertar esses sentimentos. Na sequência, as crianças participaram identificando momentos em que sentiram cada emoção e dividiram suas experiências com o grupo.

Essa atividade favoreceu o desenvolvimento da empatia, da escuta e do diálogo, permitindo que os alunos refletissem sobre suas próprias emoções de maneira leve e significativa.

Figura 2 - Contação história com os bonecos das emoções

Fonte: Arquivo pessoal (2025).

O uso de jogos, músicas, histórias e brincadeiras favorece a construção do conhecimento de maneira leve e prazerosa, estimulando a criatividade e a interação entre alunos e professores. Esses resultados corroboram as ideias de Vygotsky (1998), que entende o brincar como mediador do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e de Kishimoto (2011), que reconhece o lúdico como elemento essencial no processo educativo.

Assim, a prática evidenciou que o brincar ultrapassa o caráter recreativo, configurando-se como um meio efetivo de aprendizagem que potencializa o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. A vivência demonstrou que, quando as atividades lúdicas são planejadas com intencionalidade pedagógica, elas promovem um espaço de aprendizagem ativa, onde a criança é protagonista do próprio processo de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas durante o estágio possibilitaram compreender, na prática, a importância das ações voltadas à promoção do bem-estar e da aprendizagem por meio do lúdico. Constatou-se que as atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo tanto para o aprendizado cognitivo quanto para os aspectos emocionais e sociais.

Além disso, as práticas realizadas mostraram-se eficazes no fortalecimento dos vínculos entre escola, família e alunos, promovendo um ambiente mais acolhedor, participativo e colaborativo. O lúdico revelou-se um recurso essencial para estimular a expressão de sentimentos, o trabalho em equipe e valores como respeito e empatia. Essa experiência permitiu à estagiária aprimorar suas habilidades de observação e intervenção, compreendendo com maior profundidade o papel do psicólogo no contexto educacional.

O estágio, portanto, constituiu-se como uma oportunidade significativa de crescimento pessoal e profissional, reforçando a importância da atuação psicológica na construção de uma educação mais humana, inclusiva e sensível ao desenvolvimento infantil.

Em síntese, a experiência reforça que o brincar é uma linguagem da infância e um instrumento essencial na mediação entre desenvolvimento e aprendizagem. Cabe ao psicólogo escolar e ao educador reconhecer o potencial transformador do lúdico na construção de uma educação mais humana e significativa.

REFERÊNCIAS

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FANTOCHES EM CENA: BRINCAR, SENTIR E APRENDER

Categoria: Práticas de estágio[1]

Thaélis Zanoni[2]
Weslei Emanuel Soares Ribeiro[3]
Marileia Batista Fertig[4]

Resumo – O presente Resumo aborda a aplicação de uma oficina lúdica com fantoches/dedoches como ferramenta psicopedagógica para o desenvolvimento socioemocional em contexto escolar. O objetivo central foi promover a compreensão e a prática de atitudes éticas, de respeito mútuo e de responsabilidade, visando reduzir a dificuldade das crianças em nomear e gerenciar emoções e ações impulsivas, em turmas de Educação Infantil. A metodologia consistiu em uma intervenção pontual (50 minutos), fundamentada na Psicologia Escolar, na qual a contação de histórias mediada por fantoches/dedoches estimulou a projeção e a discussão de conflitos interpessoais cotidianos. Os resultados demonstraram alto engajamento dos alunos e a facilitação da externalização de dilemas éticos. Em momentos-chave da narrativa, as crianças verbalizaram estratégias de regulação emocional e soluções positivas, evidenciando a ampliação do vocabulário socioemocional. O resultado mais significativo foi a transferência da aprendizagem, com as crianças utilizando a história como referência para a autorregulação e a mediação de conflitos no cotidiano escolar. Conclui-se que o uso de fantoches/dedoches constitui um recurso lúdico eficaz para o desenvolvimento psíquico e socioemocional, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais harmonioso e inclusivo.

Palavras-chave: oficina; relações sociais; expressões emocionais; lúdico.

INTRODUÇÃO

Os fantoches são ferramentas terapêuticas amplamente utilizadas há décadas para mediar sofrimentos psíquicos e promover a expressão emocional em crianças. Tradicionalmente associados à contação de histórias, esses recursos atuam como mediadores entre o mundo interno da criança e o ambiente terapêutico ou educativo, facilitando a externalização de emoções, medos e conflitos.

Ao projetar suas vivências em personagens, a criança encontra um canal simbólico e seguro para a expressão, o que reduz a resistência emocional e favorece o desenvolvimento da autorregulação. Segundo Malefan e Rebelo (2015), o fantoche possibilita a construção de um

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

espaço transicional no qual o sujeito pode simbolizar, narrar e ressignificar suas experiências psíquicas.

No contexto escolar, a contação de histórias com fantoches favorece o engajamento, a imaginação e a aprendizagem ética e emocional. A atividade proposta teve como objetivo principal promover atitudes de respeito, solidariedade e responsabilidade entre crianças da Educação Infantil, fortalecendo competências socioemocionais como empatia, autocontrole e cooperação.

Este trabalho une aspectos cognitivos e afetivos, relacionando princípios da Psicologia Escolar à prática pedagógica, e destaca como o brincar pode ajudar no desenvolvimento humano e nas relações sociais saudáveis. A atividade foi realizada em sala de aula, oferecendo foco e aprendizado em cerca de 50 minutos. Seu principal objetivo era estimular atitudes éticas, respeito, solidariedade e responsabilidade, importantes para formar cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo.

Ao participar dessa atividade, os alunos foram incentivados a pensar sobre suas próprias atitudes, desenvolvendo habilidades socioemocionais como empatia, autocontrole e cooperação. Essa ação é importante porque ajuda a criar um ambiente escolar acolhedor e harmonioso, onde aprender bons hábitos contribui para uma convivência pacífica, reforça os laços entre colegas e prepara os estudantes para enfrentar desafios na sociedade. Dessa forma, a oficina integra o ensino de conteúdos acadêmicos com a formação ética, promovendo a educação para a cidadania e o desenvolvimento pessoal.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida no contexto do Estágio Básico IV – Observação e Intervenção em Contexto Escolar, do curso de Psicologia da UNIARP, em uma Escola de Educação Infantil do município de Caçador (SC). A intervenção ocorreu em duas turmas (Pré I e Pré II) e foi precedida por observações diretas, entrevistas com docentes e análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

O diagnóstico inicial identificou como principal demanda a dificuldade das crianças em nomear e gerenciar emoções, controlar impulsos e lidar com frustrações — aspectos que se manifestavam em comportamentos como choro excessivo, conflitos interpessoais e dificuldade em compartilhar materiais e espaços.

A partir dessa análise, foi planejada uma oficina lúdica de 50 minutos, com a contação de uma história mediada por fantoches e dedoches, abordando situações cotidianas de convivência escolar. A atividade foi estruturada para estimular a reflexão ética, a empatia e o autocontrole, promovendo a identificação de comportamentos adequados e a verbalização de emoções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina mostrou-se altamente eficaz na promoção do engajamento e da reflexão ética entre as crianças. Desde o início, os alunos demonstraram interesse e curiosidade, mantendo atenção e concentração durante toda a narrativa.

Durante a história, os personagens vivenciaram situações de conflito — como a disputa para decidir quem cantaria primeiro — o que despertou forte envolvimento emocional das crianças. Elas reagiram de forma espontânea, pedindo que os personagens "parassem de brigar" e sugerindo soluções mediadas, como "pedir desculpas" e "dividir".

Essa interação evidencia a capacidade do fantoche de criar um ambiente simbólico no qual a criança pode observar, refletir e propor soluções éticas sem se sentir ameaçada ou exposta. Segundo Souza, Mendes e Kappler (2021), experiências simbólicas mediadas pelo brincar permitem à criança reconhecer e nomear emoções, aprimorando a autorregulação e a empatia.

O resultado mais expressivo da intervenção foi a transferência da aprendizagem: após a oficina, observou-se que as crianças rememoravam a história para lidar com conflitos reais, verbalizando expressões como "lembra o que aprendemos na história?". Esse comportamento demonstra a internalização dos conteúdos éticos e emocionais, consolidando a narrativa como referencial cognitivo e afetivo para a convivência.

Os resultados confirmam o potencial terapêutico e educativo dos fantoches/dedoches, que, além de promoverem a expressão emocional, atuam como ferramentas de mediação simbólica e desenvolvimento moral, conforme destacam Malefan e Rebelo (2015). A intervenção também reforça a relevância da Psicologia Escolar como mediadora de práticas que integram o desenvolvimento emocional e cognitivo, favorecendo um ambiente escolar mais empático e cooperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção atingiu seus objetivos, mostrando que fantoches e dedoches são eficazes para promover o desenvolvimento socioemocional e mediar conflitos na Educação Infantil. Por serem simbólicos e lúdicos, facilitam a expressão emocional e a reflexão ética, tornando o aprendizado mais significativo.

O principal achado foi a internalização dos valores trabalhados, observada na aplicação prática das atitudes éticas no cotidiano escolar. Tal evidência confirma o impacto duradouro da intervenção e destaca o papel da Psicologia na promoção de competências socioemocionais e no fortalecimento de ambientes educativos saudáveis e inclusivos.

Recomenda-se, portanto, a continuidade e institucionalização do uso de narrativas mediadas por recursos lúdicos nas práticas pedagógicas, garantindo o desenvolvimento constante de habilidades emocionais e sociais desde a infância.

REFERÊNCIAS

MALEFAN, Pascal Le; REBELO, Teresa. O fantoche como mediação para os sofrimentos psíquicos. Estilos clin., São Paulo , v. 20, n. 2, p. 194-204, ago. 2015 . Disponível em . acessos em 11 set. 2025. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i2p194-204.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica . 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. pág.295. ISBN 9786559770670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/

SOUZA, Ana Beatriz de Mota e; MENDES, Deise Maria Leal Fernandes; KAPPLER, Stella Rabello. A compreensão emocional infantil: uma revisão da literatura. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 27, n. 1, p. 224-244, abr. 2021 35 . Disponível em . acessos em 11 set. 2025. https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p224-244.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: PRÁTICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NO PODER LEGISLATIVO E VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Categoria: Prática de Estágio

Nilton Paulo[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo - O presente trabalho foi realizado na Câmara Municipal de Caçador-SC, órgão legislativo responsável pela elaboração de normas jurídicas e pela representação da população local. O estágio teve como objetivo principal e promover a saúde mental e a qualidade de vida no trabalho dos servidores e assessores parlamentares, considerando o impacto do clima organizacional na motivação e no desempenho. Para isso, foi aplicada uma pesquisa de clima organizacional, a fim de identificar demandas relacionadas à satisfação, comunicação e bem-estar no ambiente de trabalho. A partir dos resultados, foram planejadas e executadas palestras e oficinas de psicoeducação, com foco em temas como prevenção da síndrome de burnout, resolução de conflitos, reconhecimento e manejo das emoções. Além das ações internas, pretendeu-se desenvolver uma iniciativa de valorização institucional, voltada à aproximação da população com a Câmara Municipal, por meio do incentivo a visitas presenciais guiadas na instituição. Para convidar a comunidade, foram utilizadas as redes sociais oficiais da instituição, exclusivamente para divulgação e convite às visitas. Dessa forma, o estágio buscou contribuir tanto para o fortalecimento da saúde mental no ambiente organizacional, quanto para a promoção de maior transparência, reconhecimento e integração entre a Câmara Municipal e a comunidade.

Palavras-chave: Psicologia organizacional. Clima organizacional. Saúde mental Valorização institucional. Câmara Municipal.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Organizacional busca compreender os fenômenos que envolvem o comportamento humano no trabalho, analisando fatores individuais, grupais e institucionais que influenciam a motivação, a satisfação e o desempenho. Nesse sentido, o clima organizacional exerce papel central, pois reflete as percepções compartilhadas pelos colaboradores sobre políticas, práticas e rotinas da instituição, impactando diretamente na saúde mental e no engajamento (Robbins, 2010). A investigação e o acompanhamento desse clima possibilitam intervenções mais assertivas, contribuindo para ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Câmara Municipal de Caçador-SC, composta por 13 vereadores e suas respectivas equipes, é o órgão legislativo responsável por representar os interesses da população e elaborar normas jurídicas que regulam a vida municipal (Câmara Municipal de Caçador, 2025). Além de seu papel político, a instituição é também um espaço de trabalho, que conta com servidores e assessores submetidos a demandas administrativas, técnicas e de assessoramento parlamentar. Nesse contexto, emergem desafios relacionados ao bem-estar, à comunicação e à gestão de conflitos, que podem repercutir tanto no desempenho funcional quanto na qualidade da representação política oferecida à sociedade.

A relevância do estágio se justifica pela necessidade de compreender como os aspectos do clima organizacional influenciam a saúde mental dos trabalhadores da Câmara, possibilitando a criação de estratégias preventivas de enfrentamento de situações de estresse e burnout. As oficinas e palestras de psicoeducação realizadas tiveram o propósito fornecer ferramentas práticas de manejo emocional e resolução de conflitos, ampliando os recursos de enfrentamento disponíveis aos servidores.

Além disso, o estágio pretendeu contribuir com a valorização institucional e a aproximação entre a Câmara Municipal e a população, por meio de visitas guiadas que possibilitarão à comunidade conhecer os bastidores do trabalho legislativo, inclusive as atividades técnicas e administrativas que não aparecem durante as sessões. Para divulgar e convocar a população para essas visitas, foram utilizadas as redes sociais oficiais da Câmara, de forma estratégica e pontual. Essa ação buscou não apenas valorizar os servidores, mas também promover maior transparência e fortalecer a participação social no processo democrático.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado na Câmara Municipal de Caçador-SC, localizada na Rua Fernando Machado, nº 139 (Câmara Municipal de Caçador, 2025) Centro. As atividades tiveram caráter preventivo e interventivo, voltadas à promoção da saúde mental, à valorização do trabalho e ao fortalecimento da integração entre servidores e comunidade.

A primeira etapa consistiu na aplicação de uma pesquisa de clima organizacional com os servidores e assessores, a fim de identificar percepções sobre satisfação, comunicação, relações interpessoais e bem-estar psicológico. O clima organizacional é um dos principais fatores que influenciam a motivação, o engajamento e o desempenho, refletindo as percepções coletivas dos colaboradores sobre práticas e políticas institucionais (Robbins, 2010; Chiavenato, 2014). A análise desses dados serviu como base para a construção das ações interventivas.

A segunda etapa contemplou a realização de palestras e oficinas de psicoeducação, com foco em temas como prevenção do burnout, resolução de conflitos e regulação das emoções. O burnout é um fenômeno recorrente em contextos organizacionais, caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal (Maslach; Leiter, 2016). As atividades de psicoeducação buscaram prevenir tais efeitos, favorecendo a aquisição de recursos individuais e coletivos de enfrentamento (Lipp, 2001).

O estágio adotou como referencial teórico os pressupostos da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), que possibilita intervenções práticas voltadas ao reconhecimento de

pensamentos automáticos, manejo das emoções e desenvolvimento de habilidades sociais, aplicáveis tanto em contextos clínicos quanto organizacionais (Beck, 2013).

RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÕES

O estágio proporcionou contribuições significativas tanto para a compreensão do clima organizacional na Câmara Municipal de Caçador-SC quanto para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos servidores e assessores parlamentares. A pesquisa de clima organizacional evidenciou pontos fortes e fragilidades no ambiente de trabalho, revelando aspectos relacionados à comunicação, satisfação, relações interpessoais e percepção de reconhecimento, fatores que influenciam diretamente a motivação, o engajamento e o desempenho funcional (Robbins, 2010; Chiavenato, 2014). A identificação de elementos que geram estresse, insatisfação ou burnout permitiu direcionar de forma mais precisa as intervenções psicoeducativas, alinhando-as às necessidades reais da equipe.

As palestras e oficinas planejadas tiveram como objetivo oferecer ferramentas práticas para prevenção do burnout, regulação emocional e resolução de conflitos, fortalecendo a capacidade individual e coletiva de enfrentar situações de estresse no contexto legislativo. Estes trabalhos de prevenção requerem que se implementem mudanças na organização, na postura da equipe e o fortalecimento de estratégias de enfrentamento individual (Oliveira, Correia Neto, Miranda, 2023). A utilização de estratégias da Terapia Cognitivo-Comportamental (Beck, 2013) permitiu aos participantes reconhecer padrões de pensamento e desenvolver habilidades sociais e emocionais aplicáveis ao cotidiano profissional, favorecendo a redução de conflitos e a melhoria do clima institucional.

Além das intervenções internas, a iniciativa de valorização institucional e aproximação com a comunidade, por meio de campanha on-line incentivando as visitas guiadas aos bastidores da Câmara, para ampliar a transparência da instituição e fortalecer o vínculo entre população e servidores. Essa ação não apenas possibilita que a sociedade compreenda o funcionamento técnico e administrativo da Câmara, mas também valoriza o trabalho dos profissionais que atuam nos bastidores, reforçando o reconhecimento organizacional e social.

Dessa forma, o estágio buscou integrar a promoção da saúde mental no ambiente organizacional à valorização institucional, oferecendo dados e experiências que possam subsidiar futuras intervenções em Psicologia Organizacional no serviço público. Os resultados contribuíram para o aprimoramento do clima organizacional, para a melhoria do bem-estar da equipe técnica, e para o fortalecimento da participação social e da percepção de legitimidade da instituição legislativa, demonstrando o potencial da Psicologia Organizacional como ferramenta estratégica para a gestão de pessoas e instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estágio em Psicologia Organizacional na Câmara Municipal de Caçador-SC teve como finalidade articular diagnóstico e intervenção em saúde mental no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que promove ações de valorização institucional. Por meio da pesquisa de clima, das oficinas e palestras psicoeducativas e do incentivo às visitas guiadas à comunidade, foi

possível fortalecer práticas de prevenção, ampliar recursos de enfrentamento e incentivar maior integração entre servidores e população.

Como limite, reconhece-se que a efetividade das propostas dependeu da adesão dos participantes e do tempo disponível para execução das atividades. Ainda assim, o estágio se apresenta como oportunidade de aprendizado acadêmico e de contribuição social, oferecendo subsídios práticos para a atuação em Psicologia Organizacional e para o fortalecimento das relações no serviço público.

REFERÊNCIAS

BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental**: *teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **Estrutura organizacional**. Caçador, 2025. Disponível em: https://www.camaracacador.sc.gov.br/imprensa/institucional/Estrutura-Organizacional/1/2025/640676. Acesso em: 28 out. 2025.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: *o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LIPP, M. E. N. **Stress e o fenômeno do burnout**. São Paulo: Contexto, 2001.

Oliveira, A. de A., Correia Neto, J. da S., & Miranda, I. B. de. (2023). Síndrome de burnout no serviço público: Uma revisão sistemática. **Revista DCS**, 20(73). https://doi.org/10.5281/zenodo.10440281

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PSICOLOGIA ESCOLAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio

Nilton Paulo[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo - O presente trabalho foi realizado no Programa Guarda Bem da Secreataria Municipal de Educação localizado no município de Caçador-SC. O programa integra a proposta "Promoção da Saúde Mental nas Escolas", que busca responder às demandas crescentes relacionadas à vulnerabilidade social, sofrimento psíquico e dificuldades de aprendizagem no contexto escolar. O estágio teve como objetivo principal contribuir para a promoção da saúde mental no espaço escolar, por meio de atividades direcionadas a alunos, pais e professores. Entre as ações destacaram-se oficinas com alunos, voltadas ao fortalecimento das competências socioemocionais, rodas de conversa com pais, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e oficinas com professores, para sensibilização quanto ao manejo de situações de saúde mental no ambiente escolar. Além disso, objetivou-se fomentar a integração entre escola, família e comunidade, favorecendo o desenvolvimento de fatores de proteção e a prevenção de situações de risco. Dessa forma, o estágio buscou proporcionar vivências práticas em Psicologia Escolar, ampliando a compreensão das demandas educacionais e contribuindo para a construção de intervenções preventivas e promotoras de bem-estar.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Saúde mental. Oficinas temáticas.

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde mental em contextos escolares tem se mostrado uma necessidade crescente diante dos altos índices de sofrimento psíquico, vulnerabilidade social e dificuldades de aprendizagem entre crianças e adolescentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) define saúde mental como a capacidade de manter um funcionamento psicossocial adequado, o que possibilita ao indivíduo interpretar o mundo de forma adaptativa e desenvolver estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, o espaço escolar é reconhecido como um dos principais núcleos de promoção e prevenção em saúde mental, dada sua abrangência e caráter contínuo (Estanislaw; Bressan, 2014).

No município de Caçador-SC, os dados evidenciam a necessidade de políticas e ações voltadas à prevenção de riscos, como ideação suicida, violência e negligência familiar, que impactam diretamente o desenvolvimento dos estudantes (Prefeitura Municipal de Caçador, 2019). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece que é dever da família, da

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sociedade e do poder público garantir, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e à educação, assegurando condições para o pleno desenvolvimento infantojuvenil.

Nesse contexto, realizou-se o estágio em Psicologia Escolar junto ao Programa Guarda Bem, que integra o projeto "Promoção da Saúde Mental nas Escolas" da Secretaria Municipal de Educação. O estágio teve como objetivos principais desenvolver oficinas com alunos, rodas de conversa com pais e oficinas com professores, favorecendo a construção de fatores de proteção, o fortalecimento dos vínculos familiares e escolares e a promoção do bem-estar psicossocial.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado no Programa Guarda Bem, que atende 21 escolas de educação básica da rede municipal de ensino de Caçador-SC. As atividades tiveram caráter interventivo e preventivo, voltado à promoção da saúde mental e fortalecimento dos vínculos familiares e escolares.

As ações foram desenvolvidas junto a três públicos principais: alunos, pais e professores. Para os alunos, foram realizadas oficinas socioemocionais, com técnicas de psicoeducação, dinâmicas em grupo e exercícios de manejo emocional, visto que, como apontam Teixeira Silva e Silva (2021), as pessoas que são ensinadas a trabalhar suas emoções tomam decisões mais assertivas, além de gerenciarem conflitos de melhor forma e serem mais confiantes.

Para os pais, promoveram-se rodas de conversa com foco no fortalecimento da comunicação familiar, orientação sobre saúde mental e prevenção de situações de risco, tendo em conta que em várias instituições de ensino pode-se observar alunos em situação de vulnerabilidade, com pais de baixos índices de letramento e, tampouco, engajamento na vida escolar dos filhos. Deste modo, "as rodas de conversa são uma estratégia eficaz para envolver a família nos espaços formativos da escola. Elas fortalecem a parceria entre educadores e pais, proporcionando uma plataforma para troca de ideias [...]" (Silva, 2023, p.102).

Já com os professores, executaram-se oficinas voltadas à sensibilização para identificação de sinais de sofrimento psíquico, manejo de sala de aula e práticas pedagógicas promotoras de bem-estar. Além disso a saúde mental dos professores foi abordada, considerando que a classe está sobrecarregada por situações que extrapolam a sala de aula, onde os alunos trazem demandas que deveriam ser resolvidas no âmbito da família. Não se pode negar que o trabalho docente experimenta um novo ciclo de intensificação, onde esta intensificação possui novas características que afetam a saúde mental dos professores (Campos; Viegas, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A abordagem adotada foi a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), considerando sua ênfase na identificação de pensamentos automáticos, manejo de emoções e desenvolvimento de habilidades sociais, o que possibilita intervenções práticas e adequadas ao contexto escolar (Beck, 2013). Mesmo na graduação, a abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental ainda não é muito adotada âmbito escolar, sendo necessária uma aplicação de forma mais abrangente, abrindo assim um maior campo para estudos, como advogam Lellis, Barillas (2024), existe a

necessidade de projetos e estudos ainda na graduação para que além dos psicólogos, os professores que ministram as aulas possam utilizar as técnicas.

As atividades foram realizadas de forma semanal, em encontros planejados e adaptados às demandas das escolas. As atividades desenvolvidas durante o estágio tiveram o intuito de contribuir para a promoção da saúde mental no contexto escolar, fortalecendo fatores de proteção e prevenindo situações de risco entre crianças e adolescentes. As oficinas realizadas com os alunos visaram possibilitar o desenvolvimento de competências socioemocionais, como reconhecimento e expressão das emoções, habilidades de comunicação e estratégias de enfrentamento de situações estressoras.

Durante as oficinas socioemocionais, realizadas em 7 escolas municipais, participaram um total 341 alunos do ensino fundamental. A adesão às atividades foi considerada muito boa, havendo questionamentos e comentários sobre os temas tratados. Os alunos, após as oficinas socioemocionais, realizaram trabalhos, sendo incentivados pelos professores, que enalteceram o conteúdo apresentado.

As rodas de conversa com pais proporcionaram reflexões sobre práticas educativas, comunicação familiar e fortalecimento dos vínculos afetivos, contribuindo para a criação de um ambiente de apoio que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes. Já as oficinas com professores objetivaram sensibilizar e instrumentalizar o corpo docente para o manejo de situações de sofrimento psíquico, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e acolhedoras. As rodas de conversa com pais tiveram uma adesão menor que as oficianas socioemocionais. Com os professores, as atividades se restringiram à mediação de conflitos.

A utilização da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como referencial teórico-metodológico favoreceu intervenções breves e de caráter psicoeducativo, adequadas ao contexto escolar. Nesse sentido, as ações do estágio ampliaram a integração entre escola, família e comunidade, resultando em um espaço escolar mais saudável e promotor de bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio em Psicologia Escolar, realizado no Programa Guarda Bem, em escolas da rede municipal de Caçador-SC, buscou promover a saúde mental no contexto educacional por meio de ações preventivas e integrativas. As atividades planejadas, voltadas a alunos, pais e professores, tiveram como propósito fortalecer fatores de proteção, reduzir situações de risco e fomentar práticas mais saudáveis de convivência escolar e familiar.

Considera-se que o estágio contribuiu tanto para o desenvolvimento pessoal e acadêmico do estagiário, proporcionando vivências práticas fundamentadas em teoria psicológica, quanto para a comunidade escolar, favorecendo a construção de um ambiente mais acolhedor e promotor de bem-estar.

Como limitação, destaca-se que a efetividade das ações a longo prazo dependerá da adesão dos participantes e da continuidade das práticas após o período de estágio. Nesse sentido, sugere-se que as intervenções sejam incorporadas de forma sistemática às rotinas escolares, garantindo maior impacto e sustentabilidade das propostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

CAMPOS, Marlon Freitas de; VIEGAS, Moacir Fernando. **Saúde Mental no Trabalho Docente**: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. Cadernos de Pesquisa, v. 28, n. 2, p. 417–437, 29 Jun 2021 Disponível em: . Acesso em: 28 set 2025.https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13270

ESTANISLAW, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (orgs.). **Saúde mental na escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Lellis, I. L., & Barillas, M. D. G. (2024). A prática da teoria cognitivo-comportamental na escola: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva**, 25(1), 1–14. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v25i1.1734

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção do suicídio**: um recurso para conselheiros. Genebra: OMS, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **Pré-projeto multidisciplinar**: promoção da saúde mental nas escolas. Caçador-SC: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

SILVA, S. P. da. Participação da Família nos Espaços Formativos da Escola: Rodas de Conversa domo Contexto Acolhedor. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 100–111, 2023. DOI: 10.56069/2676-0428.2023.308. Disponível em: https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/308 . Acesso em: 28 set. 2025.

Teixeira Silva, E. R., & Silva, E. da. (2021). Inteligência emocional e sua influência em práticas educativas. **Cadernos Zygmunt Bauman**, 11(26). Recuperado de https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/17528

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ESTRATÉGIAS DE APOIO AO PROJETO DE VIDA DE ESTUDANTES DO PROEJA

Categoria: Práticas de Estágio

Edilaine Taís França[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho apresenta um relato de experiência realizado durante o Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar, desenvolvido com uma turma do Curso de Formação Inicial em Assistente para a Indústria de Plásticos – PROEJA – Ensino Médio. O objetivo foi promover um espaço de orientação profissional voltado ao autoconhecimento e à construção do projeto de vida dos estudantes. As atividades foram realizadas em grupo, por meio de dinâmicas reflexivas, rodas de conversa e discussões sobre valores, habilidades e expectativas em relação ao futuro. Os encontros possibilitaram momentos de diálogo e escuta ativa, favorecendo o fortalecimento da autoestima, o reconhecimento das potencialidades individuais e a elaboração de metas mais conscientes. Como resultado, observou-se maior engajamento dos estudantes com o próprio percurso formativo e uma ressignificação de suas trajetórias pessoais e profissionais. Conclui-se que a orientação profissional, quando aplicada ao contexto escolar, constitui uma estratégia eficaz para apoiar a formação integral e o protagonismo dos estudantes, especialmente entre jovens e adultos do PROEJA.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Orientação Profissional. Projeto de Vida. PROEJA. Estágio Supervisionado.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar tem como foco a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, além das interações do ambiente educacional. Seu objetivo central é favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, promover a qualidade da educação e contribuir para a construção de uma escola inclusiva e democrática. Para Bock, Furtado e Teixeira (2021), o psicólogo escolar atua não apenas na resolução de dificuldades individuais, mas também na mediação das relações interpessoais, no fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, bem como na implementação de práticas que incentivem a permanência escolar e o sucesso acadêmico.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar se configura como um campo estratégico no enfrentamento de questões que vão além do rendimento acadêmico, incluindo aspectos emocionais, sociais e culturais que impactam diretamente a experiência escolar dos estudantes. Freire (1996) já defendia a importância de uma prática educativa pautada no diálogo, na

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

valorização da experiência do sujeito e na construção coletiva do conhecimento, princípios que permanecem atuais e aplicáveis ao trabalho do psicólogo escolar.

Neste contexto, a orientação profissional aparece como uma ferramenta importante de apoio, principalmente para os estudantes do PROEJA, que muitas vezes enfrentam obstáculos na hora de retomar os estudos, sentem insegurança ao fazer escolhas e têm dificuldade em imaginar o que podem alcançar no futuro e como o ensino médio pode auxiliar nessa questão. Por isso, este trabalho tem como foco compartilhar a experiência de oferecer orientação profissional em uma escola, buscando entender de que maneira essa prática ajuda os estudantes a fortalecerem seus projetos de vida e a desenvolverem seu crescimento pessoal.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência desenvolvido durante o Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar. A experiência ocorreu entre os meses de agosto e outubro de 2025, em um Instituto Federal, em turma de ensino médio localizado no município de Caçador (SC), que oferta o Curso de Formação Inicial em Assistente para a Indústria de Plásticos – PROEJA – Ensino Médio (PROEJA).

O estágio foi realizado com um grupo de estudantes adultos que estavam matriculados no curso de formação integrada do PROEJA. As atividades aconteceram em grupo, com encontros de cerca de 40 minutos. Durante esses encontros, foram utilizadas dinâmicas de grupo, reflexões guiadas e rodas de conversa, com o objetivo de ajudar os participantes a se conhecerem melhor, identificarem seus interesses e valores pessoais, além de refletirem sobre suas escolhas profissionais e o que desejam para o futuro.

Os métodos utilizados foram baseados em teorias da Psicologia Escolar e da Orientação Profissional, apoiando-se em autores como Bohoslavsky (2002), Bock (2021) e Freire (1996). Essas referências destacam a importância de ouvir, dialogar e valorizar o protagonismo de cada pessoa no seu próprio processo de crescimento. Todo o estágio foi conduzido respeitando as normas éticas da UNIARP, garantindo a privacidade e o sigilo dos participantes, conforme as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de orientação profissional demonstrou resultados importantes no campo do autoconhecimento dos estudantes e da construção de sentido em relação ao futuro. Durante os encontros, foi notável que os estudantes inicialmente apresentavam insegurança ao falar sobre suas trajetórias, dúvidas quanto à continuidade dos estudos e incertezas sobre o mercado de trabalho em geral.

Com o desenvolvimento das atividades, foi perceptível maior abertura ao diálogo e o fortalecimento do vínculo entre os participantes. As dinâmicas de reflexão sobre valores pessoais, habilidades e interesses favoreceram o reconhecimento das potencialidades individuais, promovendo um ambiente de acolhimento e troca de experiências.

Os relatos dos estudantes evidenciaram um fortalecimento da autoestima, maior clareza nas metas pessoais e profissionais, além de uma ressignificação da própria história de vida. Tais resultados dialogam com as contribuições teóricas de Bohoslavsky (2002), que compreende a orientação profissional como um processo de construção subjetiva, e de Freire (1996), que enfatiza a importância do diálogo e da educação que liberta o ser humano.

De modo geral, a intervenção possibilitou reflexões profundas sobre o projeto de vida, reforçando a importância da atuação do psicólogo escolar como mediador de processos de crescimento pessoal e de tomada de decisão consciente.

Além disso, o formato grupal das atividades favoreceu o compartilhamento de vivências, permitindo que os estudantes percebessem semelhanças entre suas histórias e as dos colegas e se identificassem. Esse reconhecimento gerou um sentimento de pertencimento, o que contribuiu para a criação de um espaço seguro de escuta e expressão. O grupo funcionou, portanto, como um dispositivo de escuta, onde o aprendizado sobre si mesmo se deu também a partir da convivência e da troca com o outro.

Outro aspecto relevante foi a valorização das trajetórias individuais, especialmente em um contexto como o do PROEJA, no qual muitos estudantes retornam à escola após longos períodos afastados. A escuta das experiências de vida permitiu reconhecer os desafios enfrentados, como conciliar estudo, trabalho e família, e, ao mesmo tempo, destacar a força e a persistência dos estudantes. Essa valorização produziu um efeito de reconhecimento simbólico, que se refletiu em maior engajamento nas atividades e em uma percepção mais positiva de si e de suas capacidades.

Por fim, a experiência mostrou a necessidade de continuidade destas ações de orientação profissional no ambiente escolar, de modo que o trabalho com o projeto de vida não se restrinja a um momento pontual, mas que seja como um processo formativo permanente. A partir da observação dos resultados, compreende-se que a orientação profissional, quando articulada à Psicologia Escolar, pode contribuir para a redução da evasão, o fortalecimento do vínculo com a escola e a ampliação da visão de futuro dos estudantes, integrando aspectos pessoais, sociais e profissionais.

Outro ponto importante é a especificidade do público do PROEJA, formado por jovens e adultos que, em muitos casos, interromperam os estudos por motivos socioeconômicos ou familiares. A retomada da vida escolar pode trazer sentimento de insegurança, dúvida e até culpa, que precisam ser acolhidos por profissionais preparados. Nesse sentido, a orientação profissional assume uma função não apenas informativa, mas também de reconstrução da identidade, auxiliando os estudantes a perceberem que nunca é tarde para recomeçar e planejar novos caminhos.

A experiência relatada indica que a orientação profissional é uma ferramenta eficaz para promover o autoconhecimento e a construção do projeto de vida de estudantes de modo geral, mas em especial turmas de PROEJA. A prática contribuiu para ampliar a visão dos participantes sobre suas possibilidades de futuro, fortalecer o senso de identidade e favorecer a elaboração de metas mais realistas e alinhadas aos seus valores.

Além disso, destacou-se a importância da escuta e do diálogo como instrumentos fundamentais para o trabalho do psicólogo escolar, reafirmando a necessidade de intervenções que considerem as singularidades e o contexto de vida de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como limitação, aponta-se o curto período de realização dos encontros, para não tomar muito tempo de aula que restringiu o acompanhamento do processo individual de cada participante. Contudo, os resultados obtidos reforçam o potencial da orientação profissional como estratégia pedagógica e psicológica para apoiar a formação integral e o protagonismo dos estudantes. Sugere-se que experiências semelhantes sejam ampliadas e incorporadas de forma contínua nas escolas, fortalecendo o papel do psicólogo escolar na promoção do desenvolvimento humano e educacional.

Além do impacto direto sobre os estudantes, a intervenção contribuiu para aproximar a Psicologia da escola como instituição, evidenciando a importância do trabalho interdisciplinar entre psicólogos, professores e equipe pedagógica. A integração dessas áreas fortalece o ambiente escolar e permite que o processo educativo seja compreendido de forma mais ampla, contemplando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Esse diálogo se mostrou essencial para o sucesso das ações e para o reconhecimento do papel do psicólogo como agente de promoção da saúde e da aprendizagem.

Do ponto de vista da formação acadêmica, o estágio supervisionado possibilitou vivências significativas que ampliaram a compreensão sobre o papel ético, técnico e humano do psicólogo escolar. A experiência exigiu sensibilidade, empatia e capacidade de adaptação às demandas do contexto, além de reforçar a importância da prática reflexiva como parte integrante da formação profissional. O contato direto com os estudantes e com o ambiente escolar proporcionou um aprendizado que vai além da teoria, reafirmando a relevância da presença do psicólogo nos espaços educativos.

Por fim, destaca-se que a orientação profissional deve ser compreendida como um processo contínuo e coletivo, que contribui para o desenvolvimento integral do ser humano. A escola, enquanto espaço formador, precisa garantir oportunidades para que os estudantes reflitam sobre si, seus sonhos e suas escolhas. A presença do psicólogo escolar nesse processo é essencial, pois possibilita que a formação educacional não se limite à transmissão de conteúdos, mas também inclua a construção de sentido, autonomia e cidadania.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. Orientação Vocacional: A estratégia clínica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei 13.935. 1. ed. Brasília, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-psicologia-e-servico-social-na-educacao-basica-lei-13-935/. Acesso em: 18 set. 2025.

CRIANÇA NÃO NAMORA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PROTEÇÃO INFANTIL E OS RISCOS DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE

Categoria: Práticas de estágio

Gesica Camargo[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho aborda o tema "Criança não namora", enfatizando a importância da proteção integral da infância e os riscos da adultização precoce. O objetivo foi refletir sobre a relevância da campanha à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e das contribuições teóricas que discutem o desenvolvimento emocional e social das crianças. A metodologia baseou-se em uma revisão de literatura interdisciplinar e em um relato de experiência desenvolvido durante estágio supervisionado em Psicologia Escolar, com palestras e intervenções realizadas em uma associação comunitária que atende crianças. Os resultados evidenciaram que a conscientização sobre o tema favorece a compreensão dos limites entre amizade e relacionamento, fortalecendo vínculos familiares e escolares pautados no respeito e no cuidado. Observou-se que o diálogo e a educação são ferramentas essenciais para prevenir comportamentos que possam expor as crianças a situações de vulnerabilidade. Conclui-se que preservar o tempo da infância é um ato de responsabilidade coletiva e um compromisso ético com o desenvolvimento saudável, emocional e social das novas gerações.

Palavras-chave: Infância. Proteção integral. Adultização. Psicologia do desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O tema "Criança não namora" constitui um movimento social e educativo de grande relevância, voltado à conscientização de famílias, escolas e da sociedade sobre a importância de proteger a infância contra a adultização precoce. Essa fase da vida deve ser marcada pelo brincar, pela imaginação e pelo desenvolvimento emocional, cognitivo e social, em um ambiente seguro e livre de pressões externas. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que "a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa" (Brasil, 1990, n.p.), o que inclui o direito de crescer de forma saudável e respeitosa em relação à sua idade e maturidade.

Na atualidade, observa-se um aumento na exposição de crianças a comportamentos e conteúdos que antecipam papéis adultos, como a erotização e a romantização precoce de relações. Esse fenômeno é descrito como adultização infantil, compreendido como o processo em que a criança é levada a desempenhar atitudes e sentimentos próprios da fase adulta, sem preparo emocional e psicológico adequado (Ferreira; Ferreira; Melo, 2021). Tal situação pode

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

gerar confusões emocionais, insegurança, ansiedade e dificuldades futuras nas relações afetivas, além de abrir espaço para vulnerabilidades sociais e psicológicas.

Além dos aspectos emocionais, a adultização precoce pode resultar em consequências sérias, como a exposição à violência, ao abuso e até à gravidez precoce, uma vez que o corpo e a mente da criança não estão prontos para essas experiências. Conforme Piaget (1971), o desenvolvimento infantil ocorre em etapas que precisam ser respeitadas, pois a compreensão dos vínculos sociais e afetivos exige maturidade progressiva e estímulos adequados à idade.

Dessa forma, o presente Resumo expandido tem como objetivo refletir sobre a relevância da campanha "Criança não namora", analisando seus fundamentos legais, psicológicos e sociais, além de discutir o papel dos pais e da escola na orientação e proteção das crianças. A proposta justifica-se pela importância de promover uma educação que valorize o afeto, a amizade e o desenvolvimento saudável, sem antecipar responsabilidades e comportamentos próprios da vida adulta.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão de literatura com base em leitura interdisciplinar, fundamentada em obras que abordam a proteção da infância, o desenvolvimento infantil e os riscos da adultização precoce. Foram utilizados materiais teóricos e científicos publicados entre 1990 e 2025, com destaque para contribuições de Brasil (1990), Piaget (1971), Ferreira, Ferreira e Melo (2021) e Oliveira et al. (2025), selecionados por sua relevância no campo da Psicologia do Desenvolvimento e das políticas de proteção à criança. A pesquisa buscou compreender o papel da família, da escola e da legislação na prevenção de comportamentos e estímulos inadequados à faixa etária infantil.

Além da revisão teórica, este estudo integra experiências práticas desenvolvidas no estágio curricular supervisionado em Psicologia Escolar, iniciado em março de 2025 e ainda em andamento, totalizando 90 horas de atividades. As intervenções têm sido realizadas em uma associação comunitária voltada ao atendimento de crianças, por meio de palestras e ações educativas baseadas na temática "Criança não namora". Essas atividades visam promover reflexões sobre o respeito à infância, o fortalecimento de vínculos afetivos e a importância do diálogo entre pais, professores e alunos.

Todas as práticas e reflexões foram conduzidas conforme os princípios éticos da Psicologia e as diretrizes institucionais da formação acadêmica. Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que não foram aplicados instrumentos de coleta de dados e nenhuma informação individualizada foi registrada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

APLICAÇÃO E VIVÊNCIAS PRÁTICAS DA PALESTRA "CRIANÇA NÃO NAMORA"

As atividades desenvolvidas na associação comunitária que atende crianças tiveram como principal propósito promover um espaço educativo e reflexivo sobre o respeito à infância e os perigos da adultização precoce. As palestras foram planejadas em formato acessível, com

dinâmicas lúdicas, rodas de conversa e histórias que despertassem a curiosidade e o pensamento crítico das crianças, sem romper com a leveza própria dessa fase. O tema foi abordado de forma afetiva e didática, destacando que carinho e amizade são expressões saudáveis do afeto, enquanto o namoro é uma vivência reservada a estágios mais maduros do desenvolvimento. Esse cuidado com a linguagem e com o conteúdo permitiu que as crianças participassem ativamente, demonstrando compreensão e interesse em dialogar sobre o assunto.

Durante as intervenções, também foi possível observar a reação positiva dos educadores e familiares, que se mostraram abertos a repensar comportamentos cotidianos que, muitas vezes, incentivam o "namoradinho" ou a "namoradinha" como brincadeira. Esses comentários, mesmo que pareçam inofensivos, podem induzir à confusão entre amizade e relação amorosa, interferindo no desenvolvimento emocional. A sensibilização dos adultos envolvidos foi um ponto marcante, pois revelou a importância da conscientização coletiva para romper com padrões culturais que naturalizam a erotização precoce. O processo educativo se mostrou mais eficaz quando os responsáveis participaram das discussões, compreendendo que orientar com empatia é uma forma de proteger.

A prática reforçou o papel das instituições sociais e educacionais na formação das crianças. Quando articuladas à família, essas instituições se tornam um ambiente de segurança e aprendizagem, prevenindo situações de vulnerabilidade. A palestra evidenciou que o tema "Criança não namora" vai além de uma campanha informativa é uma ação preventiva e transformadora, que busca resgatar o verdadeiro sentido da infância.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco legal que assegura a proteção integral das crianças, garantindo seu desenvolvimento físico, psicológico, moral e social em condições de liberdade e dignidade. Essa legislação consolida o entendimento de que a infância é uma etapa de direitos e não de obrigações ou responsabilidades adultas. No contexto das palestras e discussões realizadas, o ECA foi utilizado como referência para esclarecer que o namoro infantil não se trata apenas de uma questão moral, mas de segurança jurídica e emocional. A compreensão das normas legais ajuda a reforçar a importância da proteção e do cuidado, traduzindo a lei em práticas educativas e preventivas.

Os resultados observados durante a atividade revelaram que a maioria dos educadores e responsáveis desconhecia detalhes sobre as implicações legais relacionadas ao tema. O debate propiciou a construção de novos entendimentos e atitudes, especialmente no que diz respeito à prevenção de situações de risco e abuso. Como apontam Oliveira et al. (2025), compreender os riscos da adultização é essencial para evitar que trajetórias sejam interrompidas por consequências sociais e emocionais irreversíveis. Assim, a educação baseada em direitos não apenas protege, mas também promove o desenvolvimento integral e a formação cidadã das crianças.

A adultização infantil é um fenômeno cada vez mais presente no contexto social contemporâneo, marcado pela exposição precoce a comportamentos, linguagens e responsabilidades que não correspondem à idade cronológica da criança. Essa antecipação de papéis, além de interferir no amadurecimento emocional, compromete o equilíbrio psicológico e a formação da identidade. Segundo Ferreira, Ferreira e Melo (2021, p. 11), "o contato precoce com

símbolos e práticas adultas leva à confusão entre fases do desenvolvimento, podendo causar ansiedade, insegurança e dificuldades futuras nas relações interpessoais". No ambiente observado, essa realidade ficou evidente em falas e comportamentos que demonstravam a influência da mídia e das redes sociais sobre o modo como as crianças percebem o afeto e o relacionamento.

O trabalho educativo permitiu desmistificar essas percepções, ajudando as crianças a compreenderem que a amizade e o cuidado são formas genuínas de amor, distintas do namoro. Essa diferenciação é essencial para preservar a saúde emocional e estimular o desenvolvimento de vínculos afetivos saudáveis. A intervenção, apoiada em uma linguagem simples e atividades participativas, mostrou que o diálogo e a escuta são instrumentos fundamentais de prevenção. Quando a criança é ouvida e acolhida, ela aprende a expressar sentimentos e limites, construindo uma noção mais clara de respeito próprio e coletivo.

Do ponto de vista teórico, Piaget (1971, p. 12) enfatiza que "o desenvolvimento emocional e cognitivo ocorre em etapas que não devem ser apressadas, pois cada fase contribui para a formação da personalidade e da autonomia". A adultização interrompe esse processo natural, gerando descompassos entre o que a criança sente e o que se espera dela socialmente. As observações práticas e os estudos revisados indicam que proteger a infância não significa restringir a liberdade, mas garantir o direito de crescer de forma saudável, preservando o tempo de ser criança. A soma entre teoria e prática reforça que o combate à adultização é um compromisso ético, psicológico e social, indispensável para o desenvolvimento integral e para o fortalecimento das relações humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou refletir sobre a importância da proteção da infância e o papel fundamental que a educação e a conscientização exercem na prevenção da adultização precoce. A experiência prática com as palestras e ações educativas evidenciou que abordar o tema "Criança não namora" de forma lúdica e acessível contribui para o fortalecimento de vínculos afetivos saudáveis e para o entendimento, por parte das crianças, de que o respeito e o carinho não precisam estar ligados a ideias de namoro. A receptividade das atividades e o envolvimento de educadores e familiares demonstraram que o diálogo é o caminho mais eficaz para promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças.

O estudo também destacou que a combinação entre teoria e prática é essencial para transformar comportamentos sociais e culturais ainda arraigados, como a romantização da infância e a naturalização de atitudes que expõem crianças a contextos adultos. A legislação brasileira, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, oferece respaldo sólido para a construção de ações educativas que priorizem a dignidade e a segurança infantil. A análise teórica, aliada à vivência prática, reforça que educar sobre limites, emoções e respeito é uma forma de prevenir situações de vulnerabilidade e garantir o pleno exercício dos direitos da criança.

Como continuidade, sugere-se a ampliação das palestras e campanhas educativas em escolas, associações e espaços comunitários, integrando famílias, professores e profissionais da

saúde. Além disso, a inclusão de projetos interdisciplinares pode fortalecer o alcance das ações, promovendo debates sobre infância, afeto e proteção em diferentes contextos sociais. Proteger a infância é, portanto, um compromisso coletivo que envolve escuta, orientação e presença elementos fundamentais para que toda criança tenha o direito de viver plenamente sua fase de ser criança

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

FERREIRA, Hugo Monteiro; FERREIRA, Fernando Ilídio; MELO, Bruno Cézar de Farias. A adultização infantil na contemporaneidade: as escolhas das crianças. **Revista Humanidades & Inovação**, Araguaína: Unitins, v. 8, n. 68, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7040. Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVEIRA, Kelma dos Santos Passos *et al.* **Trajetórias interrompidas: vidas marcadas pela adultização.** Independently published, 2025. 239 p. ISBN 979-8313379593.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

A FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MIRINS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL: UM RELATO DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio

Aline Mariano[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – Este relatório descreve as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado em Psicologia Organizacional, desenvolvido no Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Caçador – SC. A prática profissional baseou-se principalmente na observação estruturada do ambiente e nas interações interpessoais, complementadas por escuta qualificada e conversas espontâneas com integrantes da instituição. A partir das análises realizadas, foram propostas ações voltadas ao fortalecimento do clima organizacional, incluindo rodas de diálogo, capacitações periódicas, aprimoramento dos critérios de seleção, iniciativas de reconhecimento e suporte psicológico imediato para jovens em situações de vulnerabilidade emocional. Os resultados apontam que a presença do psicólogo organizacional é fundamental em contextos que exigem equilíbrio emocional constante, como o dos bombeiros voluntários, favorecendo tanto o bem-estar dos colaboradores quanto a efetividade dos serviços comunitários. A vivência permitiu um aprendizado prático significativo, demonstrando como a implementação de práticas humanizadas e de cuidado psicológico pode gerar impactos positivos e sustentáveis nas relações de trabalho e no desempenho institucional.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional. Bombeiros. Psicólogo.

INTRODUÇÃO

A área da Psicologia Organizacional e do Trabalho teve sua origem no início do século XX, marcada pelas contribuições de Hugo Munsterberg, considerado um dos pioneiros nesse campo. Sua obra foi decisiva para consolidar a Psicologia como ciência aplicada ao contexto laboral (Zanelli; Bastos, 2004).

De acordo com Zanelli (2014), o psicólogo organizacional desempenha um conjunto diversificado de funções que abrangem diferentes dimensões do trabalho humano, como saúde ocupacional, ergonomia, orientação profissional e de carreira, relações de emprego e desemprego, gestão de pessoas, análise de cargos, processos de recrutamento e seleção, programas de treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho, além da mediação nas relações interpessoais dentro das organizações. Essas práticas constituem o núcleo essencial das atividades esperadas desse profissional (Gondim et al., 2020).

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nos últimos anos, a Psicologia Organizacional tem conquistado maior relevância no cenário empresarial e institucional, devido à sua atuação estratégica na promoção de ambientes laborais mais equilibrados, éticos e produtivos. O psicólogo organizacional atua avaliando e intervindo nos comportamentos humanos que influenciam o desempenho e o bem-estar coletivo, abordando aspectos como motivação, liderança, comunicação, clima organizacional e saúde mental, além de implementar políticas voltadas à valorização e à qualidade de vida dos trabalhadores (Zanelli et al., 2014).

O presente estágio teve como objetivo geral vivenciar e compreender, de forma prática, os processos e intervenções da Psicologia Organizacional em uma instituição sem fins lucrativos: o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador. Buscou-se, por meio dessa experiência, promover ações que incentivassem o bem-estar psicológico, o crescimento pessoal e profissional, e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos voluntários e colaboradores.

Os objetivos específicos incluíram: a realização de palestras educativas sobre saúde mental, motivação e relações interpessoais; o apoio nos processos de recrutamento e seleção de novos membros; a proposição de estratégias para o fortalecimento do clima organizacional e o oferecimento de atendimentos psicológicos individuais, conforme as demandas surgidas no contexto institucional.

A execução deste estágio justifica-se pela importância da Psicologia em contextos de alta responsabilidade social e emocional, como o dos bombeiros voluntários. Assim, essa vivência se consolidou como um elo entre teoria e prática, reforçando o papel social da Psicologia Organizacional na promoção da saúde, da eficiência e da humanização nas instituições.

METODOLOGIA

O presente trabalho refere-se ao estágio supervisionado em Psicologia Organizacional, desenvolvido junto à instituição Bombeiros Voluntários de Caçador, situada no município de Caçador/SC. As intervenções realizadas integram diferentes dimensões da Psicologia Organizacional, priorizando ações voltadas ao desenvolvimento humano e à melhoria das relações de trabalho.

Entre as principais atividades, destacam-se a condução de palestras educativas sobre saúde mental e motivação, a colaboração em processos seletivos de novos membros e voluntários, a análise do clima organizacional e a oferta de atendimentos de aconselhamento psicológico, com foco no bem-estar e na valorização dos colaboradores da corporação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador é uma entidade filiada à Confederação Nacional dos Bombeiros Voluntários do Brasil, atuando como representante oficial das corporações de bombeiros voluntários no Estado de Santa Catarina. Além das ações de atendimento emergencial, a instituição se destaca pela realização de projetos sociais que fortalecem o vínculo comunitário. Dentre esses, sobressai o Projeto Bombeiro Mirim, que tem como propósito acolher crianças e adolescentes, estimulando valores fundamentais como responsabilidade, solidariedade, cidadania e cooperação (ABVESC, 2025).

A criação da unidade de Caçador foi resultado da iniciativa de um grupo de cidadãos movidos pelo desejo de contribuir com a segurança e o bem-estar da população local. Fundada em 20 de fevereiro de 1971, a instituição nasceu por meio do empenho do então prefeito Ardelino Grando e dos cidadãos Erazine Freibergr, Alfieri Nicolau Freiberger, Elvide Zir, Armindo Bombassaro, Márcio Soares, Nivaldo Detroz, Guido Graeff, Taylor Tosetto, Renato Santi e Rogério Fernandes, contando inicialmente com apenas doze voluntários (ABVESC, 2025).

Atualmente presidida por Claudemir Hubner, a corporação conta com uma unidade de atendimento, dezoito veículos operacionais e um efetivo de cento e três integrantes. Sua estrutura organizacional abrange diferentes setores e programas, como o Centro de Ensino e Instruções, o Projeto Bombeiro Mirim e Aspirante, a Escola de Formação de Bombeiros Voluntários e o Projeto Bombeiros Voluntários na Escola.

A missão da instituição é integrar e fortalecer os bombeiros voluntários de Santa Catarina, promovendo a união e a capacitação contínua de seus membros. Sua visão consiste em tornar-se uma referência nacional em organização e atuação de corporações voluntárias. Já seus princípios orientadores baseiam-se na voluntariedade, comprometimento, responsabilidade, ética, transparência, valorização social, planejamento participativo, profissionalismo e solidariedade, pilares que sustentam o trabalho e a credibilidade dos Bombeiros Voluntários de Caçador.

A Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) constitui um campo de estudo e intervenção voltado à compreensão das relações entre indivíduos, grupos e instituições, considerando o impacto dessas interações em um contexto social e profissional em constante transformação. Seu propósito central é desenvolver estratégias que promovam o bem-estar, a saúde mental e a qualidade de vida no ambiente laboral. Atualmente, essa área representa uma das principais frentes da Psicologia aplicada, reunindo aproximadamente 30% dos profissionais atuantes em setores de Recursos Humanos e gestão de pessoas (Santos, 2015).

Conforme apontam Zanelli e Bastos (2004), a essência da POT reside em analisar e interpretar as múltiplas dimensões da vida organizacional, buscando compreender como fatores humanos, sociais e estruturais se inter-relacionam e influenciam o funcionamento coletivo. Essa perspectiva visa criar procedimentos e políticas que favoreçam o equilíbrio entre o desempenho organizacional e o bem-estar dos trabalhadores, estabelecendo ambientes mais saudáveis e produtivos.

No contexto dos Bombeiros Voluntários de Caçador, as atividades desenvolvidas buscam fortalecer a estrutura organizacional e o bem-estar emocional dos integrantes, garantindo a continuidade e a excelência dos serviços prestados à comunidade. As ações incluem rodas de conversa, dinâmicas de grupo, práticas de relaxamento guiado e distribuição de materiais educativos, com o objetivo de promover o autocuidado e a reflexão sobre saúde mental.

Além disso, o processo de recrutamento e seleção dos novos voluntários foi reformulado de maneira mais humanizada, incorporando entrevistas por competências, dinâmicas em grupo e avaliações psicológicas. Essa abordagem visa identificar perfis alinhados aos valores da instituição, emocionalmente equilibrados e comprometidos com o trabalho voluntário.

Outro eixo de atuação consiste na realização de treinamentos mensais, voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais, como liderança, comunicação eficaz e trabalho em equipe. Esses encontros foram pautados em metodologias participativas, com o uso de simulações, reflexões coletivas e dinâmicas vivenciais, estimulando o aprendizado ativo e a integração entre os membros.

Foram também ofertadas palestras educativas sobre temas relacionados à saúde emocional, ansiedade, estresse e burnout, conduzidas de forma interativa e adaptadas ao perfil do público. Em complemento, estão sendo realizados atendimentos individuais de aconselhamento psicológico, fundamentados na escuta ativa e em técnicas de regulação emocional, respeitando sempre os princípios de sigilo e acolhimento.

Como estratégia contínua de cuidado institucional, propõe-se a implantação de pausas breves de autocuidado, com práticas simples de respiração, alongamento e relaxamento corporal, favorecendo a redução do estresse cotidiano. Essas iniciativas visam consolidar uma cultura organizacional pautada no cuidado mútuo, na empatia e na valorização humana, fortalecendo o vínculo entre os voluntários e aprimorando a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Dentro desse conjunto de ações, merece destaque a atuação junto aos participantes do Projeto Bombeiro Mirim, iniciativa que tem revelado importantes demandas no campo emocional e comportamental. Essas necessidades vêm sendo atendidas por meio de triagens psicológicas e aconselhamentos pontuais, possibilitando um acompanhamento mais próximo e preventivo.

Atualmente, alunos estão sendo acompanhados de forma mais sistemática, como etapa anterior ao encaminhamento para psicoterapia clínica. Um deles demonstra reações explosivas e dificuldades no controle emocional, embora mantenha bom desempenho escolar; o outro apresenta crises recorrentes de ansiedade, situação confirmada pelos relatos familiares. Em ambos os casos, o trabalho psicológico envolve acolhimento, escuta ativa e orientação aos responsáveis, buscando fortalecer o apoio emocional oferecido pela família. Toda a intervenção foi formalizada por meio de relatórios psicológicos, garantindo registro técnico e continuidade do acompanhamento.

Além dos atendimentos individuais, estão sendo planejadas palestras e atividades educativas com os Bombeiros Mirins, abordando temas como saúde emocional, reconhecimento e regulação das emoções. Essas ações têm como propósito promover o desenvolvimento da inteligência emocional desde a infância e adolescência, fortalecendo valores como empatia, autocontrole e convivência saudável, aspectos fundamentais para a formação cidadã e o bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações realizadas no Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador revelaram aspectos relevantes a serem aprimorados no âmbito do clima organizacional, da saúde mental dos voluntários, da comunicação interna e da estrutura do Projeto Bombeiro Mirim. Verificou-se que a valorização dos colaboradores e instrutores, por meio de ações de integração,

reconhecimento e fortalecimento de vínculos, constitui uma estratégia eficiente para elevar o nível de engajamento, pertencimento e motivação entre os membros da corporação.

Espera-se que, a médio e longo prazo, essas intervenções psicológicas e institucionais favoreçam uma mudança cultural positiva, refletindo em um ambiente mais colaborativo, saudável e produtivo. Tais transformações tendem a gerar impactos diretos na satisfação dos voluntários, no fortalecimento das relações interpessoais e na eficiência dos serviços prestados à comunidade.

A vivência nesse contexto possibilitou compreender de forma prática os desafios e potencialidades da atuação do psicólogo organizacional em instituições que operam sob altos níveis de exigência emocional e responsabilidade social. A imersão no cotidiano dos bombeiros voluntários proporcionou um aprendizado profundo sobre dinâmicas emocionais, gestão de pessoas e estrutura organizacional, reafirmando a importância da Psicologia como instrumento de cuidado, mediação e transformação institucional.

Assim, os resultados esperados com a continuidade dessas ações vão além da promoção de um ambiente de trabalho mais equilibrado: abrangem também a formação de profissionais mais conscientes, resilientes e comprometidos com uma prática ética e humanizada, capazes de gerar mudanças significativas nas organizações e na sociedade em que atuam.

REFERÊNCIAS

ABVESC, Bombeiros Voluntários. Institucional. 2025. Disponível em: https://www.abvesc.org.br/institucional-associacao-bombeiros-voluntarios-sc/. Acesso em: 15 abr. 2025.

GONDIM, S.M.; ZERBINI. T.; BORGES-ANDRADE, J.; Abbad, G. (org). Manual de orientação para docentes-supervisores de estágios em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Belo Horizonte: Artesã, 2020.

OLIVEIRA, Djama de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, praticas. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SALVAMOURA, M. E. L.; FREITAS, M. A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E A ADMINISTRAÇÃO. Seminário de Tecnologia, Gestão e Educação v. 3 n. 1 (2021). ~ 129 ~ Disponível em: http://raam.alcidesmaya.com.br/index.php/SGTE/article/view/325. Acesso em: 01 mar 2025

SANTOS, F. C. O.; CALDEIRA, P. A psicologia organizacional e do trabalho na contemporaneidade: as novas atuações do psicólogo organizacional. Psicologia Pt. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0929 Acesso em 24 mar 2025

SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa. Psicologia Organizacional. 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Ed.), Psicologia, organizações e trabalho. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 2004.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM CRIANÇAS

Categoria: Práticas de Estágio

Edna Karina Moreira Henkemaier[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente relato retrata a experiência desenvolvida durante o estágio em Psicologia Escolar, voltada ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais em crianças do contraturno escoar. A intervenção foi realizada por meio de oficinas lúdicas, rodas de conversa e dinâmicas de reconhecimento emocional, com o objetivo de promover o autoconhecimento, a empatia e a autorregulação emocional. As atividades buscararam favorecer a expressão e o manejo adequado das emoções, contribuindo para a melhoria das relações e do clima escolar. O relato destaca a relevância da inteligência emocional como ferramenta essencial para o desenvolvimento integral do aluno e para a promoção de um ambiente escolar saudável. Os resultados apontaram maior engajamento das crianças nas atividades e ampliação da capacidade de identificar e nomear emoções, reforçando a importância de práticas socioemocionais no contexto educacional.

Palavras-chave: Inteligência emocional. Habilidades socioemocionais. Desenvolvimento infantil. Psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

A escola é um dos principais espaços de socialização infantil e de desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais. Nesse contexto, observa-se a necessidade crescente de promover ações que contribuam para o fortalecimento das habilidades socioemocionais, as quais auxiliam as crianças a lidar com desafios cotidianos e a desenvolver relacionamentos saudáveis.

Segundo Del Prette e Del Prette (2017), o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais é fator de proteção frente a dificuldades comportamentais e de aprendizagem, além de promover melhor ajustamento social. Dessa forma, a atuação do psicólogo escolar se torna essencial para estimular a inteligência emocional e o autoconhecimento, favorecendo a formação integral do sujeito.

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio em Psicologia Escolar, desenvolvida com alunos do contraturno do ensino fundamental, que buscou

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

promover o reconhecimento, a expressão e a regulação das emoções por meio de atividades lúdicas e participativas.

METODOLOGIA

A experiência foi realizada na instituição SESC – Serviço Social do Comércio localizada na cidade de Caçador (SC), durante o estágio supervisionado em Psicologia Escolar, no período de agosto a outubro de 2025. Participaram da intervenção aproximadamente 20 crianças, com idades entre 6 e 12 anos, matriculadas no contraturno escolar do ensino fundamental.

As atividades ocorreram semanalmente, em encontros de aproximadamente 3 horas, e foram conduzidas sob supervisão docente. A metodologia utilizada baseou-se na abordagem lúdica e participativa, por meio de oficinas de habilidades socioemocionais. As principais estratégias envolveram rodas de conversa, contação de histórias, dinâmicas de mímica e a "caixa das emoções".

O objetivo das oficinas foi estimular a identificação das emoções básicas, incentivar a expressão emocional saudável, promover a empatia e fortalecer o convívio entre os colegas. As observações e reflexões foram registradas em diário de campo, servindo de base para análise qualitativa da experiência. Os princípios éticos da pesquisa foram respeitados, assegurando o sigilo e a integridade dos participantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para lidar com os desafios e demandas atuais Del Prette e Del Prette (2017) concluem que as crianças precisam desenvolver habilidades sociais cada vez mais elaboradas. Segundo os autores, a competência é considerada um indicador assertivo do ajustamento social e das perspectivas positivas para o desenvolvimento, enquanto um repertório empobrecido predispõe sintomas ou correlatos de problemas psicológicos (Del Prette e Del Prette, 2017).

Entende-se que a felicidade na infância constitui a ausência de problemas ou sob a concepção de bens materiais, conforto e diversão, apesar de serem fatores importantes para o desenvolvimento, não podemos ignorar que a qualidade de vida e o bem-estar podem ser expandidos com a melhoria dos relacionamentos. Mesmo diante de desafios e problemas, a criança pode sentir-se mais feliz, compreendida e amada, mediante interações prazerosas (Silva e Barbosa, 2023).

Um repertório elaborado de habilidades sociais contribui para relações mais harmoniosas no futuro. Comunicação, expressividade e desenvoltura nas interações podem resultar em amizades, respeito e uma convivência cotidiana mais agradável, representando correlação positiva de funcionamento adaptativo como o rendimento escolar, responsabilidade, independência e cooperação (Del Prette e Del Prette, 2017).

O desenvolvimento adequado de habilidades sociais é visto como um dos fatores de proteção para um desenvolvimento social satisfatório, pois aumenta a capacidade de lidar com situações de conflito. Estas capacidades se expressam em senso de humor, empatia,

comunicação, resolução de conflitos, autonomia e alcance de metas (Del Prette e Del Prette, 2017).

Neste contexto, identificar e reconhecer cada emoção possui grande relevância tanto no contexto do desenvolvimento da inteligência emocional, quanto nas habilidades e desenvolvimento escolar. O manejo correto das emoções e sua livre expressão podem tornar o ambiente escolar mais acolhedor e a aprendizagem mais ativa e participativa (Silva e Barbosa, 2023)

Saber gerir as emoções permitirá em todo o contexto escolar um ambiente mais saudável e propicio para a aprendizagem. As emoções têm um papel significativo na assimilação de informações pelos alunos, na motivação intrínseca e nas interações interpessoais que mantêm com seus instrutores e colegas. Também desempenham função reguladora e papel de assistência ao organismo na percepção da vida (Silva e Barbosa, 2023).

Emoções positivas podem potencializar a motivação para aprender, aprimorar a memória e favorecer a concentração. Em contrapartida, emoções negativas, como medo ou estresse, podem comprometer a capacidade de aprendizagem. Assim, reconhecer e gerir as emoções dos alunos torna-se fundamental para a criação de um ambiente de aprendizagem eficaz (Silva e Barbosa, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina de habilidades socioemocionais é uma proposta de intervenção adequada no contexto escolar, pois propõe desenvolver a inteligência emocional de maneira lúdica, divertida e acessível à faixa etária, agregando e internalizando o conhecimento com exemplos do dia a dia, de maneira subjetiva e considerando o contexto social de cada aluno.

As rodas de conversa, uma das atividades desenvolvidas na oficina, justifica-se por promover um espaço de diálogo aberto e democrático em que é possível abordar temas relacionados à saúde mental, esclarecer dúvidas e acolher as demandas espontâneas dos alunos. Essa estratégia fortalece o vínculo entre os participantes e a equipe, possibilitando a construção coletiva de conhecimento e a valorização da escuta como prática fundamental na Psicologia.

Já a contação de histórias possibilita a reflexão sobre valores e atitudes, favorecendo a conscientização das crianças acerca do impacto das emoções e de outras condutas no ambiente em que convivem. As dinâmicas interativas voltadas ao reconhecimento das emoções cumprem papel essencial no processo de educação socioemocional, auxiliando os alunos a identificar, compreender e expressar seus sentimentos, além de promover o autoconhecimento e a empatia.

As integrações dessas atividades contribuem para promover o desenvolvimento da inteligência emocional dos alunos por meio de atividades lúdicas e interativas, favorecendo o reconhecimento, a expressão e a regulação das emoções em um ambiente escolar acolhedor e participativo e tem como objetivo avaliar por meio da participação dos alunos e relatos verbais sobre como identificam suas emoções e a capacidade de reconhece-las e nomeá-las; estimular a percepção e identificação das próprias emoções e das emoções dos colegas; incentivar a expressão emocional de forma saudável, por meio de dinâmicas como mímicas, roda de conversa

e a caixa das emoções; desenvolver habilidades de autorregulação emocional, ampliando a capacidade de lidar com sentimentos positivos e negativos; favorecer a interação social e a empatia entre os alunos, fortalecendo relações interpessoais e aplicar situações práticas do dia a dia para internalizar conceitos de inteligência emocional de forma significativa.

Durante o desenvolvimento das oficinas, observou-se significativa participação e interesse das crianças nas atividades. As dinâmicas propostas despertaram curiosidade e interesse, favorecendo momentos de diálogo e reflexão sobre situações do cotidiano escolar e familiar.

As rodas de conversa possibilitaram a escuta ativa e o compartilhamento de experiências, fortalecendo os vínculos entre os participantes e promovendo um ambiente acolhedor. A contação de histórias e as brincadeiras de mímica facilitaram a identificação das emoções e estimularam a expressão verbal e corporal dos sentimentos.

Dessa forma, o desenvolvimento destas habilidades se fundamenta na concepção de que o processo educativo deve integrar aspectos cognitivos, emocionais e sociais, alinhando-se ao compromisso com a promoção da saúde mental, do autoconhecimento e da formação de sujeitos mais críticos, conscientes e responsáveis em seus diferentes contextos de vida.

Notou-se que, ao longo dos encontros, as crianças ampliaram sua capacidade de reconhecer emoções próprias e dos colegas, demonstrando maior empatia e compreensão das consequências de suas atitudes. Esses resultados dialogam com as reflexões de Del Prette e Del Prette (2017), que ressaltam o papel das habilidades sociais na construção de relações saudáveis e no ajustamento escolar.

A experiência reforçou a importância da inserção de atividades socioemocionais no contexto educativo, evidenciando que a aprendizagem não se limita ao desenvolvimento cognitivo, mas envolve também aspectos afetivos e relacionais, conforme destaca Silva e Barbosa (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência evidenciou que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em crianças contribui significativamente para a formação integral, a convivência harmoniosa e o fortalecimento do vínculo escolar. As oficinas possibilitaram o reconhecimento e a regulação das emoções, promovendo autoconhecimento, empatia e atitudes cooperativas.

Constatou-se que o trabalho do psicólogo escolar, ao utilizar estratégias lúdicas e educativas, pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem e melhorar o clima institucional. Como continuidade, sugere-se a ampliação do projeto para outras turmas e a integração com os professores, a fim de fortalecer práticas de educação emocional no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda AP. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, M. A. da; BARBOSA, M. de S. A importância das emoções na aprendizagem escolar. Revista Internacional de Estudos Científicos, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 38–50, 2023. DOI: 10.61571/riec.v1i2.114. Disponível em: https://periodicos.educacaotrans versal.com.br/index.php/riec/article/view/114. Acesso em: 27, set. 2025.

NARRATIVAS QUE TRANSFORMAM: O POTENCIAL DAS RODAS DE HISTÓRIAS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES

Categoria: Práticas de Estágio

Bruna Malfatti Souza[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo - A roda de histórias foi criada como uma estratégia de intervenção na psicologia escolar, por reconhecer seu potencial para desenvolver a fala, estimular a imaginação e fortalecer a socialização. Essa prática favorece o compartilhamento de experiências e sentimentos de uma forma lúdica e acolhedora. As atividades que incentivam a comunicação e a inclusão ajudam a fortalecer vínculos e criam ambientes escolares mais participativos. O objetivo principal foi estimular a expressão oral, a criatividade e a interação social através da contação e troca de histórias. De forma mais específica, buscamos promover a escuta atenta, estimular a imaginação criativa, incentivar atitudes empáticas e valorizar as vivências pessoais das crianças. A metodologia envolveu rodas de conversa, nas quais as crianças compartilhavam suas histórias e ouviam as dos colegas de forma colaborativa. Os resultados mostraram que elas conseguiram se identificar ou reconhecer colegas nas histórias apresentadas, o que contribuiu para ampliar sua compreensão sobre diferentes experiências de vida.

Palavras-chave: Roda de histórias. Psicologia escolar. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

A leitura de literatura na educação infantil tem recebido considerável interesse e está ganhando atenção na educação brasileira, especialmente após o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que promove a literatura como um direito de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças. Nesse sentido, a roda de histórias se apresenta como uma prática pedagógica consolidada e uma oportunidade formativa, como um momento privilegiado em que a leitura de obras literárias dos autores e a construção de significado em nível coletivo são realizadas.

A tradição oral de contar histórias remonta ainda mais à história, quando lendas eram passadas de uma geração para outra pela tradição oral de histórias ao redor da fogueira, transmitindo conhecimento, valores e tradição de uma geração para a próxima. Esse conceito do contador de histórias tradicional, possibilita uma transferência de experiência para formar o fio condutor do passado ao presente. A roda de histórias de hoje relança essa prática ancestral no

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ambiente escolar, mantendo a essência do compartilhamento, da união e da escuta, enquanto adiciona outros novos aspectos pedagógicos e formativos.

Referindo-se ao trabalho em literatura infantil e ao ensino sobre o assunto, estudiosos como Coelho (2000), Zilberman (2003) e Abramovich (1997) enfatizaram que o contato sistemático e qualificado com textos literários na primeira infância é parte necessária do desenvolvimento integral da criança. Segundo Candido (1995), a literatura é um direito humano fundamental porque aproxima as pessoas da vida humana através do desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, crítica e sensível. Portanto, a roda de histórias não é apenas um evento escolar comum, mas também um espaço que garante o direito de todos a essa oportunidade. Ela sustenta o acesso democrático à cultura letrada e ao patrimônio literário.

Apesar desse entendimento da importância da roda de histórias, no entanto, em muitos contextos educacionais ela tem sido desenvolvida de forma mecânica e sem significado transformada em um momento único de disseminação unidirecional de informações ou controle disciplinar para os alunos. A literatura, quando se torna uma história de capa para ensinar determinado material ou comportamentos, acaba perdendo sua borda estética e humanizadora.

METODOLOGIA

Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia da observação participante estruturada, técnica que permite ao pesquisador inserir-se ativamente no contexto investigado, participando das atividades enquanto registra sistematicamente os fenômenos observados. A experiência foi realizada em uma escola de educação infantil ao longo de um período de dez semanas consecutivas. As atividades foram planejadas em vários momentos da rotina escolar e centradas em círculos de histórias, que aconteciam todos os dias à tarde. Para coletar dados, utilizamos a abordagem de observação participante estruturada, com base na qual o pesquisador entrará fisicamente na situação observada e trabalhará na área de interesse em detalhe, bem como monitorará o fenômeno com uma observação sistemática.

Para coletar os dados, usamos a técnica da observação participante estruturada. Essa abordagem permite que o pesquisador se envolva ativamente no ambiente estudado, participando das atividades enquanto registra de forma sistemática tudo o que observa. Essa metodologia foi especialmente útil durante o estágio, pois nos proporcionou uma compreensão mais profunda das interações entre as crianças, das estratégias pedagógicas empregadas e dos processos de aprendizagem e desenvolvimento que foram percebidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante dez semanas de estágio, os resultados demonstraram que a roda de histórias, quando planejada intencionalmente, é uma ferramenta pedagógica eficaz para promover a inclusão, o desenvolvimento socioemocional e a formação leitora na educação infantil. A disposição em círculo e a mediação qualificada facilitaram a participação ativa das crianças, promovendo a troca de experiências e a construção de significados coletivos, confirmando teorias sobre a democratização do espaço e a pedagogia da escuta. Além disso, a prática contribuiu significativamente para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional das crianças,

estimulando suas capacidades narrativas e a identificação, nomeação e regularização de emoções, especialmente a raiva.

O argumento teórico a ser feito sobre aprendizagem e desenvolvimento através da literatura pode nos ajudar a entender os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento de uma pedagogia cada vez mais eficaz e propositiva. A compreensão das bases teóricas para a roda de histórias pode, portanto, ajudar os educadores a trabalharem com mais reflexão e planejamento, em vez de ações intuitivas ou orientadas para a produtividade. Para este estágio, notou-se o problema que as crianças enfrentam quando se trata de entender as razões para o comportamento de seus colegas com deficiência, que agem como se estivessem se comportando mal, então apresentou-se uma história infantil que envolvia o problema e as fazia refletir, relacionar-se com essa pessoa e associar seu amigo com essa experiência. Uma história diferente tinha o tema da raiva. E mais uma vez, lidava com certas atitudes que eles tinham em relação a si mesmos que não sabiam bem como lidar ou como se relacionar.

Durante o estágio supervisionado ao estudar em uma turma de pré-escola, foi mostrado que a dinâmica de relacionamento dos alunos era complexa e precisava de intervenções pedagógicas. Um dos alunos, uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com sintomas comportamentais, havia aumentado o nível de inquietação e desentendimentos entre seus pares. As características usuais do TEA, incluindo dificuldades com comunicação verbal, necessidade de rotinas, hiperatividade sensorial e formas "estranhas" de socialização, não eram percebidas como diferenças neuro diversas pelas crianças, mas em muitos casos eram vistas como "atos estranhos" ou comportamentos. Foi observado que os colegas, diante das reações do aluno com TEA a mudanças de rotina, ruídos altos ou propostas que exigiam contato físico, exibiam curiosidade e desconforto.

O grupo também relatou ter dificuldade em detectar, rotular e gerenciar emoções, especialmente a raiva. Conflitos violentos, disruptivos e adversários entre as crianças surgiam frequentemente, e evidências de déficits no repertório linguístico e mecanismos adequados para raiva, insatisfação e disputa se manifestavam através de episódios de desentendimento. Explosões de raiva eram emocionais e frequentemente ocorriam sem reflexão, com gritos e discussões indicativos de falta de trabalho em práticas pedagógicas voltadas para a aprendizagem emocional.

Para incentivar a inclusão e o reconhecimento geral das diferenças entre a criança com transtorno do espectro autista (TEA) e os colegas na escola, a história da borboleta Luli foi escolhida porque uma borboleta foi escolhida para representar o tipo de comportamento de uma borboleta cujo comportamento se assemelha a um colega que tem TEA, uma borboleta infantil que prefere brincar sozinha, uma criança que não gosta de estar em uma área onde há muito barulho, ou é mais expressiva de uma maneira específica em que sente afeto.

A segunda intervenção enfatizou a educação emocional, prestando atenção à raiva. Foi selecionado "Quando Estou Com Raiva" de James Missé, um livro do programa "Sentimentos e Emoções" que aborda de forma didática e gentil as várias situações em que as crianças podem

sentir raiva, este livro retrata não apenas os sintomas físicos (coração acelerado, calor, vontade de gritar) mas também estratégias específicas para percepção e regulação emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das dez semanas de estágio supervisionado, pude perceber que a Roda de Histórias, quando planejada com cuidado e base teórica, se torna uma ferramenta pedagógica muito poderosa para ajudar a resolver conflitos na escola e promover o desenvolvimento completo das crianças na educação infantil. Os objetivos que estabelecemos foram atingidos de forma satisfatória, mostrando que essa prática realmente estimulou a expressão oral, a criatividade e a interação social das crianças, por meio da contação e troca de histórias.

A mediação literária mostrou-se especialmente eficiente para tratar de temas delicados, como entender as diferenças relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista e aprender a reconhecer e administrar emoções, especialmente a raiva. As crianças se mostraram capazes de se identificar com as histórias apresentadas, fazendo conexões importantes com suas próprias experiências de vida. Isso ajudou no desenvolvimento de atitudes mais empáticas e na valorização das vivências pessoais de cada uma.

Durante as atividades, a observação participante revelou que o fato de estar em círculo e ouvir com atenção criou um ambiente mais democrático e acolhedor. Nesse espaço, todas as vozes puderam ser ouvidas e respeitadas, o que favoreceu a construção de significados coletivos, fortaleceu os laços entre os alunos, reduziu conflitos e favoreceu uma maior inclusão entre eles. Uma das principais limitações identificadas foi o período relativamente curto de intervenção, que dificultou o acompanhamento dos efeitos ao longo do tempo. Além disso, a experiência foi realizada com apenas uma turma, o que limita a possibilidade de aplicar esses resultados em outros contextos educacionais.

Para dar continuidade ao trabalho, sugerimos ampliar o tempo de observação, incluir diferentes faixas etárias e envolver mais ativamente as famílias no processo. Também é importante investir na formação contínua dos educadores para aprimorar a mediação literária, além de desenvolver protocolos de avaliação mais estruturados para medir melhor os impactos da Roda de Histórias no desenvolvimento socioemocional e na resolução de conflitos na escola.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COELHO, N. N. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003.

EXPERIENCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NO MEIO MOVELEIRO DO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA

Categoria: Práticas de Estágio

Aline da Silva de Ramos[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo apresentar as atividades de estágio em psicologia organizacional, desenvolvidas no segundo semestre de 2025, em uma organização moveleira do Meio Oeste catarinense. O estágio tinha como objetivo principal a observação e avaliação no contexto organizacional, permitindo a união da teoria com a prática, uma vez que a partir da observação deste local, o acadêmico é capaz de desenvolver competências éticas, e abranger o seu conhecimento quanto aos diferentes locais de atuação. O estágio ocorreu em uma indústria de móveis do meio-oeste catarinenese. O local conta com a presença de um psicólogo organizacional que acompanhou e direcionou a acadêmica no decorrer do estágio. Na prática do estágio, além da observação do local, também foi possível acompanhar entrevistas de seleção, realização de treinamentos, elaboração de pesquisa de clima, além de acompanhar alguns aconselhamentos que chegaram até o psicólogo. Com isso espera-se que o acadêmico saia com uma visão mais abrangente quanto ao papel do psicólogo dentro da organização, além de buscar ser um agente ativo na promoção de saúde mental dentro do contexto organizacional, considerando os desafios enfrentados no seu cotidiano, além de perceber a importância da equipe que atua nos diversos setores da organização.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional. Estágio. Indústria.

INTRODUÇÃO

O presente Resumo tem como objetivo apresentar as vivências de estágio ocorridas durante o segundo semestre de 2025, ocorrido no ramo industrial madeireiro, buscando apresentar as experiências no contexto da organização e como o psicólogo organizacional atua neste ambiente, a partir disso além da observação o acadêmico também adquire experiencias enriquecedoras, que permitem que ele uma tanto a teoria quanto a prática, garantindo um conhecimento mais abrangente de forma ética e humanizada.

Segundo (BERGAMINI, 2015), o trabalho, influencia a autoestima, e ajuda as pessoas a encontrarem sentido naquilo que tem feito, além de adquirirem benefícios tanto para si, quanto para a organização na qual estão inseridos. Assim sendo a psicologia organizacional do trabalho – POT, tem como objetivo identificar e compreender os comportamentos, atitudes e reações das pessoas no seu ambiente de trabalho.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além disso segundo Regato (2014) a prática de atuação do profissional psicólogo no meio organizacional se baseia no desenvolvimento de habilidades especificas, como treinamentos, gerenciamentos de conflitos, análise de cargos e salários, recrutamento e seleção, auxiliar a melhorar as condições de entrosamento além do processo de implementação de liderança. No estágio foram realizadas 110h de atividades in loco e 10h de supervisão em sala com o professor orientador, totalizando 120h.

O estágio de observação no contexto organizacional, permitiu que o acadêmico consolidasse a sua bagagem teórica e seu conhecimento prático, relacionados a desafios e dificuldades presentes no ambiente organizacional. Durante o estágio foi possível adquirir conhecimentos acerca da realidade existente no meio organizacional, com o objetivo de proporcionar ao estagiário habilidade de escuta e outras intervenções baseando-se na ética e responsabilidade.

Além disso, também foi possível desenvolver juntamente com o psicólogo organizacional, atividades de intervenção, baseado na ética profissional, realizar atividades interventivas nos setores da organização, auxiliando nos processos de gestão de pessoa, e qualidade de vida dentro do ambiente organizacional, colaborar e auxiliar o psicólogo organizacional nas atividades pertinentes ao estagiário além de desenvolver treinamentos com os setores a partir da aplicação de pesquisas de clima nos setores.

METODOLOGIA

Este trabalho baseou-se na pesquisa de fontes bibliográficas como livros, sites específicos e principalmente o acervo digital disponibilizado pela Uniarp, através da plataforma AVA do aluno.

A metodologia utilizada para cumprir as metas do estágio foi a observação e as informações coletadas durante este período na empresa foram devidamente registradas para fins de compor o relatório final de estágio.

Dentre as atividades desenvolvidas foi possível acompanhar entrevistas de recrutamento com menores aprendizes, além disso também foi realizada a observação, como objetivo principal do estágio, aplicação de treinamentos nos setores, aplicação de pesquisa de clima na organização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Psicologia Organizacional do Trabalho, surge a partir da psicologia, que tem como objetivo o estudo do comportamento humano, a partir das suas relações sociais e o contexto no qual está inserido, segundo REGATO (2014), estes processos estão relacionados a percepção, memória, cognição, aprendizagem e motivação.

Com isso o ambiente organizacional, é um dos ambientes que mais permite o convívio social entre os indivíduos, é a partir dele que podem ser desenvolvidos estudos referentes aos relacionamentos interpessoais e ao desenvolvimento individual de cada um, isto porque o mundo

do trabalho, permite que as mais diversas áreas do conhecimento realizem estudos por se tratar de um fenômeno que estrutura o ser humano BOCK, FURTADO, TEIXEIRA (2018).

Durante o estágio, foi possível verificar que a atuação do psicólogo dentro do contexto organizacional, busca garantir o bem-estar dos colaboradores dentro do setor ao qual está inserido. assim compreenderam que valorizar o trabalhador era mais lucrativo, e o contrário poderia acarretar prejuízos para a empresa (LACERDA, BABOSA, 2021).

A empresa mostrou-se como um espaço físico receptivo e estratégico para a realização do acompanhamento e atendimento dos colaboradores, uma vez que conta com um psicólogo organizacional, disponível para o desenvolvimento de melhorias relacionadas ao aconselhamento psicológico e encaminhamento para locais de atendimento psicoterápico.

Além disso as ações envolvendo treinamentos, que o acadêmico pode ministrar, durante sua prática de estágio, buscou melhorar os relacionamentos dentro dos setores aos quais ele se encontrava inserido, além de buscar, melhorar a comunicação e fortalecer os relacionamentos interpessoais, sendo considerada uma as experiencias mais importantes e enriquecedoras dentro da prática de estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio permitiu que fossem vivenciadas experiências significativas, no campo da psicologia organizacional pois permitiu que fossem tomados conhecimentos importantes, quanto as atividades práticas pertinentes ao profissional inserido neste local, sendo possível perceber a sua importância e a maneira como ele promove um ambiente de trabalho, mais empático e acolhedor.

Sendo assim contatou-se que as horas de estágio in loco foram de extrema importância para o desenvolvimento ético e profissional do acadêmico que esteve acompanhando o trabalho do profissional psicólogo, além de perceber a importância de uma postura ética e profissional, além disso também foi possível perceber como a equipe do Setor de Recursos humanos de maneira geral auxilia neste processo, direcionando os atendimentos e possibilitando um trabalho em conjunto com todos os membros da organização, garantindo um ambiente saudável e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 5ª ed. Atlas. São Paulo. 2015

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. 15ª ed. Editora Saraiva. São Paulo. 2018.

LACERDA, Francisco Rogério de Jesus; BARBOSA, Rildo Pereira. Psicologia no Trabalho. São Paulo. 2021 [acervo digital].

REGATO, Vilma Cardoso. Psicologia nas Organizações. 4ª ed. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2014 [acervo digital].

ENTRE NOTAS E EMOÇÕES: O PAPEL DA RESPIRAÇÃO E DO RELAXAMENTO NO APRENDIZADO MUSICAL DE IDOSOS

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Carolina Paloschi de Oliveira[2]
Kátia Sizimbra Ribeiro[3]
Clayton Luiz Zanella[4]
Mariléia Batista Fertig[5]

Resumo – O presente trabalho descreve uma atividade realizada no Estágio Básico IV – Observação e Intervenção em Contexto Escolar, conduzido em uma escola de música localizada no município de Caçador/SC. O estágio teve como objetivo integrar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Psicologia com a prática no contexto educacional, promovendo intervenções voltadas ao bem-estar emocional de alunos da terceira idade. A intervenção teve como foco o uso de técnicas de respiração e relaxamento, com o intuito de reduzir níveis de ansiedade e promover tranquilidade antes das apresentações musicais. Complementarmente, foi desenvolvida uma dinâmica das emoções, articulando música e expressão afetiva. Os resultados indicaram melhora no bem-estar, maior integração do grupo e valorização da música como mediadora de vínculos e regulação emocional. Conclui-se que a combinação entre Psicologia e Música favorece a saúde mental e o aprendizado significativo de idosos.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; música; respiração; relaxamento; emoções.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui uma etapa fundamental na formação acadêmica, ao possibilitar que os estudantes integrem o conhecimento teórico à prática profissional. No Estágio Básico IV, o objetivo foi realizar observações e intervenções em um contexto educacional, visando promover o desenvolvimento emocional e social de alunos da terceira idade.

A experiência ocorreu em uma escola de música no município de Caçador/SC, dedicada ao ensino musical e à integração comunitária. A proposta foi desenvolver atividades que unissem Psicologia e Música, reconhecendo o potencial terapêutico da arte no fortalecimento emocional e cognitivo dos idosos. As atividades foram planejadas e executadas com base em observação participativa e técnicas de intervenção psicossocial voltadas à promoção do bem-estar.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmicas do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmicas do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor (a) do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor (a) do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A metodologia foi estruturada em duas etapas principais. Primeiramente foiram propostas técnicas de respiração e relaxamento – com duração aproximada de dez minutos, realizadas coletivamente. Os participantes foram guiados em exercícios respiratórios e receberam o passo a passo impresso, para aplicação autônoma. O objetivo foi reduzir ansiedade e promover tranquilidade antes das aulas e apresentações musicais.

Posteriormente, foi introduzida a dinâmica das emoções – desenvolvida em parceria com a professora responsável pelo grupo. Foram sorteadas dez emoções, cujas definições foram lidas em grupo. Cada participante foi convidado a cantar ou tocar uma música que representasse o sentimento sorteado. O exercício teve como propósito ampliar o reconhecimento emocional e favorecer a expressão afetiva por meio da música.

Os dados foram registrados em diário de campo e analisados de forma qualitativa, com base na percepção das reações, interações e relatos espontâneos dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados demonstraram que as técnicas de respiração e relaxamento proporcionaram alívio emocional, sensação de leveza e maior concentração. Os idosos relataram que desconheciam tais métodos e reconheceram seu potencial para lidar com o nervosismo antes das apresentações.

Durante a dinâmica das emoções, o engajamento foi intenso: todos participaram ativamente, cantando, tocando e compartilhando experiências pessoais. Observou-se que a música funcionou como um catalisador emocional, favorecendo a espontaneidade, a empatia e o fortalecimento dos vínculos afetivos.

O ambiente tornou-se progressivamente mais leve e descontraído, culminando em um momento coletivo de canto e dança ao som de Tempo de Felicidade (Ivete Sangalo). A vivência reforçou a importância de estratégias lúdicas e participativas na educação de adultos e idosos, confirmando que o aprendizado musical pode ser também um espaço de escuta, expressão e autocuidado. A experiência mostrou que estratégias lúdicas e participativas são essenciais na educação musical de adultos e idosos, promovendo escuta, expressão e autocuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade beneficiou participantes e estagiárias, mostrando que unir Psicologia e Música favorece o bem-estar emocional, a socialização e a autoestima de idosos.

A implementação de técnicas de respiração e relaxamento, combinadas com a expressão musical das emoções, favoreceu um ambiente acolhedor, dinâmico e engajador. Os resultados da intervenção indicam que práticas psicológicas, voltadas para a consciência corporal e regulação emocional, podem aprimorar a aprendizagem musical. Recomenda-se a inclusão de iniciativas semelhantes em projetos educacionais e terapêuticos visando à valorização da terceira idade e à promoção da saúde mental por meio da arte.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

DELALANDE, François. A música é um jogo de criança. Curitiba: Intersaberes, 2019.

ANÁLISE DA EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES DE ALUNOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA NO MEIO-OESTE CATARINENSE

Categoria: Práticas de Estágio

Beatriz Gabardo Erhardt[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo - Este trabalho apresenta um relato de experiência do Estágio Supervisionado Básico IV, voltado a área de atuação escolar do profissional psicólogo, realizado em uma instituição de ensino privada situada no Meio Oeste Catarinense. Durante o estágio foi possível analisar a expressão de emoções de alunos, principalmente no que tange às dificuldades emocionais relacionadas ao desempenho nas grades de reforço, como matemática, português e inglês. Observou-se que a metodologia utilizada pela instituição foca em atividades diárias e individualizadas, priorizando o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Contudo, percebeu-se que a expressão emocional dos alunos é pouco explorada, com muitos apresentando frustração e dificuldades de comunicação emocional. Embora o acompanhamento pedagógico seja constante e focado na melhoria de desempenho, não há espaço adequado para o desenvolvimento emocional, o que evidencia a necessidade de práticas psicopedagógicas que integrem o aspecto emocional ao processo educativo.

Palavras-chave: psicologia escolar; expressão emocional; desenvolvimento acadêmico; comunicação emocional; ensino privado.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar desempenha papel essencial no contexto educacional, atuando na promoção do desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos alunos. O presente trabalho desenvolvido foi realizado em uma instituição de ensino privada de Caçador (SC) e teve como objetivo relatar as observações e intervenções realizadas durante o Estágio Supervisionado Básico IV do curso de Psicologia da UNIARP, voltado à área de observação e intervenção em contexto escolar. A instituição utiliza o Método de aprendizagem autodirigida, que busca desenvolver a autonomia e o potencial máximo dos alunos por meio de atividades que respeitam o ritmo individual.

A instituição adota um modelo pedagógico centrado no desempenho acadêmico, nas disciplinas de reforço, como matemática, português e inglês. No entanto, durante o estágio, foi possível observar que as dificuldades emocionais dos alunos, muitas vezes ligadas ao desempenho nas atividades, não eram adequadamente abordadas. Essa dificuldade de comunicação emocional foi uma constante nas interações observadas, onde os alunos se

[1]Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

mostram moldados para atender a exigências externas, muitas vezes sacrificando a expressão de suas vivências internas. A falta de um ambiente que favoreça a comunicação emocional pode ter implicações significativas no desenvolvimento psíquico dos estudantes.

Esse cenário revelou a necessidade de intervenções psicopedagógicas voltadas para a exploração emocional, além de atividades de apoio ao desenvolvimento acadêmico. A intervenção nas expressões emocionais foi realizada com a implementação de atividades práticas, como a Campanha de Setembro Amarelo, Oficina de Orientação Profissional, Feira das Emoções, e Roda de Conversa com o filme O Bom Dinossauro, com o objetivo de integrar o aspecto emocional ao processo pedagógico.

METODOLOGIA

O estágio tem sido realizado na instituição de ensino privada, no período de setembro a dezembro de 2025, com a carga horária total de 90 horas. O estágio teve como foco observar o ambiente escolar, identificar as dificuldades emocionais dos alunos relacionadas ao desempenho acadêmico, e implementar atividades psicopedagógicas para trabalhar essas questões.

As atividades realizadas durante o estágio tiveram enfoque no desenvolvimento integral do aluno, sendo assim foram elas: a) Campanha de Setembro Amarelo: Material informativo e frases motivacionais com foco na saúde mental e prevenção ao suicídio; b) Oficina de Orientação Profissional: Atividade voltada para adolescentes, com o objetivo de ajudar os alunos a refletirem sobre suas aptidões e interesses, promovendo a autonomia na escolha de carreira; c) Feira das Emoções: Atividade de expressão emocional por meio da arte (desenhos), permitindo que as crianças reconhecessem e expressassem suas emoções de forma simbólica. d) Roda de Conversa com o filme O Bom Dinossauro: Utilização de filme para estimular a reflexão emocional sobre temas como perda, medo e coragem, promovendo a empatia e a comunicação entre os alunos.

A avaliação do impacto das atividades foi realizada por meio de observação direta das interações dos alunos durante as atividades e dos progressos no que se refere à expressão emocional e à comunicação interpessoal. As ações buscaram promover o autoconhecimento, o diálogo e a expressão emocional, utilizando estratégias lúdicas e reflexivas condizentes com a faixa etária dos participantes.

A análise considerou os seguintes aspectos:a expressão emocional nas atividades de reforço; falta de comunicação emocional no ambiente escolar; o incentivo constante ao desempenho acadêmico, sem a devida atenção ao desenvolvimento emocional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os alunos são moldados para seguir uma rotina rigorosa, com atividades diárias, e aqueles que não conseguem realizar as tarefas propostas entram em contato com os pais ou têm uma conversa direta com os professores para explicar as falhas. No entanto, nenhum espaço é oferecido para o aluno explorar suas emoções ou refletir sobre as dificuldades enfrentadas, limitando o desenvolvimento emocional dos mesmos. A metodologia adotada pela instituição foca na individualização do ensino, visando a melhoria do desempenho nas grades de reforço. No entanto, isso não contribui para o desenvolvimento das habilidades emocionais dos alunos,

pois o ambiente escolar favorece o cumprimento das tarefas acadêmicas em detrimento da exploração de aspectos subjetivos e emocionais. Como resultado, a expressão emocional e as dificuldades comunicativas dos alunos não são devidamente trabalhadas, deixando de lado uma dimensão fundamental do processo educativo.

A literatura recente, como os estudos de Lima, Vieira e Othon (2025) e Almeida (2025), enfatiza a importância de integrar o desenvolvimento emocional ao processo educacional. Lima, Vieira e Othon (2025) destacam que a inclusão de habilidades socioemocionais no currículo escolar promove um ambiente mais acolhedor e facilita o aprendizado. Além disso, Almeida (2025) sugere que a psicologia escolar deve atuar de forma holística, promovendo tanto o crescimento acadêmico quanto o emocional dos alunos, considerando o impacto direto da regulação emocional e da comunicação nas práticas educacionais.

A intervenção das atividades propostas teve um impacto significativo na expressão emocional dos alunos. A Campanha de Setembro Amarelo, com os materiais informativos e frases motivacionais, ajudou a sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da saúde mental e da prevenção ao suicídio. Como resultado, muitos alunos demonstraram maior disposição para falar sobre suas emoções, o que contribuiu para a redução da estigmatização de sentimentos negativos, como a frustração e a ansiedade. A Oficina de Orientação Profissional permitiu que os adolescentes refletissem sobre suas potencialidades e interesses, ajudando-os a tomar decisões mais conscientes em relação ao futuro. Além disso, a atividade ofereceu um espaço para a exploração emocional, favorecendo a autonomia e a reflexão crítica sobre as escolhas de vida. A Feira das Emoções, por meio da expressão artística, promoveu o reconhecimento das emoções de forma lúdica, contribuindo para o desenvolvimento da inteligência emocional nas crianças. Os alunos foram incentivados a identificar e comunicar seus sentimentos, criando um ambiente mais acolhedor e empático. A Roda de Conversa, mediada pelo filme O Bom Dinossauro, proporcionou uma reflexão coletiva sobre temas emocionais relevantes, como o medo, a perda e a superação. A atividade estimulou a escuta ativa e o respeito às emoções do outro, permitindo que os alunos se expressassem de maneira mais aberta e empática.

No geral, as intervenções psicopedagógicas trouxeram melhoras significativas nas habilidades socioemocionais dos alunos, permitindo que as expressões emocionais fossem mais bem compreendidas e respeitadas no contexto escolar. Esses resultados reforçam a importância de integrar atividades que promovam a expressão emocional ao processo pedagógico, além do foco exclusivo no desempenho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio realizado na instituição de ensino privada demonstrou que, embora a instituição tenha uma abordagem sólida no desenvolvimento acadêmico dos alunos, há uma lacuna significativa no desenvolvimento emocional. As atividades de intervenção realizadas, como a Campanha de Setembro Amarelo, Oficina de Orientação Profissional, Feira das Emoções e Roda de Conversa com o filme O Bom Dinossauro, foram eficazes em promover o desenvolvimento da expressão emocional e da comunicação interpessoal.

A experiência evidenciou que a implementação de práticas psicopedagógicas integradas ao currículo escolar é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, equilibrando desempenho acadêmico e bem-estar emocional. Assim, é essencial que as escolas ofereçam espaços para que os alunos possam explorar suas emoções de forma segura e construtiva, promovendo a saúde mental e o sucesso acadêmico. Considerando os resultados da observação, é necessário que o ambiente escolar seja mais sensível às necessidades emocionais dos alunos, integrando atividades que promovam a expressão e a regulação emocional, permitindo que os estudantes não apenas alcancem sucesso acadêmico, mas também se desenvolvam como indivíduos emocionalmente saudáveis. A experiência permitiu compreender a importância da escuta, da empatia e da mediação como instrumentos fundamentais para o aprendizado e a convivência escolar. As ações propostas poderão servir de base para futuras intervenções, consolidando a Psicologia Escolar como campo essencial na promoção da saúde mental e na melhoria do processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Atuação profissional em psicologia educacional e escolar. Cuadernos de Educación, v. 16, n. 2, p. 123-135, 2024. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/6335/4477. Acesso em: 28 out. 2025.

LIMA, C. F. M.; VIEIRA, J. de S. F.; OTHON, H. H. Contribuições da Psicologia Escolar/Educacional no desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais na Educação Infantil. Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, v. 6, e025013, 2025. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/15812. Acesso em: 28 out. 2025.

HERÓIS EM FORMAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS EM BOMBEIROS MIRINS

Categoria: Práticas de Estágio

Cristhian Vinicius Rodrigues[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – As habilidades socioemocionais são indispensáveis para o desenvolvimento absoluto das crianças e adolescentes, impactando diretamente em suas relações interpessoais e bem-estar. Neste contexto, o projeto Bombeiros Mirins surge com a intenção de contribuir com a educação e a formação de futuros cidadãos, paralelamente objetiva-se a despertar nos adolescentes interesse pela profissão. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências do estágio supervisionado, descrevendo as atividades desenvolvidas para aperfeiçoar as habilidades socioemocionais dos participantes do projeto Bombeiro Mirim. A metodologia baseou-se em um relato de experiência, produzido a partir de observação participante e oficina temática durante o período de estágio. Percebeu-se o projeto tem grande influência no aprimoramento das habilidades socioemocionais dos jovens, impactando no desenvolvimento do trabalho em equipe, empatia e resiliência. Conclui-se que o conjunto Projeto Social Bombeiros Mirins agregado a atividades visando o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais resulta em uma ferramenta de grande valia para a formação cidadã dos jovens.

Palavras-chave: Habilidades socioemocionais. Bombeiro Mirim. Experiências. Empatia. Oficina temática.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional é fundamental que as crianças e adolescentes desenvolvam as competências socioemocionais que "[...] são ferramentas que permitem às pessoas entenderem e regular suas emoções, sentir e mostrar empatia pelos outros, estabelecer e desenvolver relacionamentos positivos, fazer decisões responsáveis, e definir e atingir objetivos" (Do Carmo, 2023, p. 39). Habilidades como resiliência, trabalho em equipe são imprescindíveis para a construção de relacionamentos interpessoais saudáveis e o desenvolvimento de uma vida cívica ativa.

Muto e Galvani (2023) destacam que a o domínio destas competências é fundamental para o desenvolvimento cognitivo. No cultivo do autocontrole emocional, os jovens conquistam a capacidade para administrar adversidades que prejudicam o aprendizado. Diante disso, algumas lacunas referentes a ausência dessas habilidades apresentavam-se no projeto Bombeiro Mirim, e como o ambiente é potencialmente rico para desenvolver e cultivar essas habilidades,

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

fez-se necessário a intervenção para potencializar esses aspectos que são inegociáveis para a composição do caráter dos jovens.

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a relatar e analisar as vivências durante o estágio supervisionado na área educacional, focalizando na identificação e na promoção das principais competências socioemocionais para uma boa vivência em sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada caracteriza-se como um relato de experiência de estrutura qualitativa que "é uma abordagem essencial na investigação científica, que se concentra na compreensão profunda e interpretação dos fenômenos estudados, explorando a complexidade e riqueza dos contextos sociais, culturais e individuais" (Guerra et al., 2024, p. 1)

O método é fundamentado nos princípios da pesquisa-ação, ou seja, "uma investigação prática que evidencia seus esforços, análises e reflexões na possível solução ou proposição de intervenção ao problema levantado pelo pesquisador e participantes do contexto observado" (Silva; Oliveira; Ataídes, 2021, p. 4).

A abordagem foi determinada pela capacidade de uma dupla ação. Ela permitiu ir além de somente observar a realidade, e sim uma intervenção direta no Projeto Bombeiro Mirim. O enfoque era compreender, e simultaneamente potencializar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos participantes.

Os dados foram obtidos através de dois principais instrumentos. O primeiro foi a observação participante, na qual o pesquisador une-se a cultura para registra interações e eventos, possibilitando assim estudar os fenômenos e obter informações por meio de interação direta (Ritchie, 2003 apud Campos; Albuquerque, 2021). As observações foram realizadas durante 28 horas, no Núcleo de Ensino e Instruções da Associação de Serviço Social Bombeiros Voluntários de Caçador, durante as atividades rotineiras do projeto. As interações e diálogos e comportamentos observados foram registrados em um diário de campo, com foco nas demonstrações de ética, flexibilidade, empatia e trabalho em equipe.

O segundo instrumento utilizado foi uma oficina temática intitulada "Habilidades socioemocionais", planejado e executada pelo autor. A duração da oficina foi de 50 minutos e foram utilizadas técnicas como: roda de conversa, dinâmicas de grupo visando o trabalho em equipe, e exercício de reflexão sobre aspectos de melhoria na vida dos jovens, com o objetivo de tratar ativamente as competências socioemocionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de observação, alguns dos aspectos evidentes foram o desenvolvimento de responsabilidade e disciplina por parte dos mirins. Observou-se que desde o início, os participantes demonstraram muito comprometimento com o comprimento de horários, prontidão para realizar as instruções, porém alguns aspectos necessitavam de melhoria.

No início das observações, foi registrado no diário de campo um incidente de mal comportamento desobediência em uma visita técnica, diante disso, foi necessária uma conversa para rever os deveres e a conduta de um bombeiro mirim, após isso, o comportamento coletivo referente a esses aspectos melhorou imensamente. Após a conversa e a oficina verificou-se que as intervenções não serviram apenas como uma orientação, mas para os próprios mirins corrigirem seus companheiros durantes as instruções. O desenvolvimento dessas habilidades não se limitou como apenas como obediência e sim de compreender a importância das regras para o funcionamento do grupo.

Notou-se também que o trabalho em equipe entre os mirins era uma competência admirável, em todas as instruções onde era necessário a colaboração e companheirismo não se teve discordância. Registrou-se no diário de campo, um episódio de uma instrução de simulação de salvamento de vítima em um ambiente comprometido por fumaça, a atividade era feita em trios, e um mirim de um determinado grupo afirmou o seguinte "se vamos entrar em três, todos os três devem sair", demonstrando espírito de equipe.

Resolver problemas complexos em um uma simulação de bombeiros impulsionou o trabalho em equipe, demonstrando aos mirins que o sucesso da equipe está ligado intrinsicamente com a colaboração individual, um aprendizado crucial para a vida social. Verificou-se que a empatia foi outra competência que obteve bom desenvolvimento nos mirins, inicialmente algumas questões relacionadas a falta dessa habilidade foram observadas. No diário de campo, foram registrados acontecimentos envolvendo a exclusão de uma mirim pelo seu círculo de amigos, o estímulo de brigas e a agressividade com o colega.

Após a roda de conversa, as atitudes diante a esses comportamento foram notórias, a mirim excluída voltou ao seu grupo que a recebeu de forma acolhedora, no quesito do estímulo a brigas, o indivíduo responsável assumiu o erro, relatou que estava ciente que foi uma atitude errada e não obteve-se mais queixas. Depois da oficina, não se teve relatos de agressividade envolvendo os mirins.

Evidencia-se que o projeto vai além da instrução técnica, proporcionando um espaço de segurança psicológica onde a vulnerabilidade é aceita. O Projeto Bombeiro Mirim se consolida como ideal para o cultivo da empatia, que é uma habilidade chave para a construção de uma sociedade mais solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, o trabalho buscou relatar e analisar as habilidades socioemocionais e seu desenvolvimento em crianças e adolescentes no projeto Bombeiro Mirim. A experiência de estágio manifestou que o ambiente estruturado e as práticas do projeto são de extrema importância para o desenvolvimento dos jovens. Essas ferramentas mostraram grande eficácia para cultivar a disciplina, o trabalho em equipe e a empatia.

Evidenciou-se que o projeto não se limita ao treinamento técnico, ele constitui uma verdadeira escola de formação humana e cidadã, na qual os valores são aprendidos na prática. O caráter de herói sai da fantasia para ser uma conduta a ser seguida baseada na colaboração e no serviço à comunidade. Este estudo reconhece que por se tratar de um relato baseado em

experiências de um determinado tempo específico, os resultados apresentados não podem ser generalizados. Porém, podem oferecer ideias sobre o potencial das atitudes apresentadas.

Para maximizar o potencial transformador de iniciativas semelhantes, é interessante, primeiramente o desenvolvimento de pesquisas longitudinais que possam determinar o impacto na vida adulta dos participantes. Em segundo lugar, é fundamental implementar práticas pedagógicas intencionais em projetos similares para potencializar ainda mais a capacidade de transformação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO DE FREITAS SILVA, A.; SARAMAGO DE OLIVEIRA, G.; BARROS ATAÍDES, F. **PESQUISA-AÇÃO:** PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021.

CAMPOS, Juliana Loureiro Almeida; SILVA, Taline C.; ALBUQUERQUE, Ulysses P. **Observação participante e diário de campo**: quando utilizar e como analisar. Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. Recife: Nupeea, p. 95-112, 2021.

CARMO, Walkiria Batista do. **Competências Socioemocionais na Escola:** Incertezas e Desafios. ALTUS CIÊNCIA, v. 17, n. 17, 2023. Disponível em: http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/127. Acesso em: 26 out. 2025.

GUERRA, A. de L. e R.; STROPARO, T. R.; COSTA, M. da; CASTRO JÚNIOR, F. P. de; LACERDA JÚNIOR, O. da S.; BRASIL, M. M.; CAMBA, M. **Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica.** Revista de Gestão e Secretariado, *[S. l.]*, v. 15, n. 7, p. e4019 , 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019. Acesso em: 26 out. 2025.

MUTO, J. H. D.; GALVANI, M. D. **O ensino das habilidades socioemocionais na escola:** Uma revisão de literatura. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023156, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17935. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17935. Acesso em: 26 out. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. 157 p. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542. Acesso em: 26 out. 2025.

SAÚDE MENTAL: AUTOCUIDADO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO

Categoria: Práticas de Estágio

Camila Baggio Grando[1]
Daiane Ferreira da Silva Ribas[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – A palestra sobre saúde mental teve como principal objetivo promover a conscientização da importância do cuidado psicológico e da prevenção de transtornos emocionais no cotidiano. A atividade buscou favorecer reflexões sobre equilíbrio emocional e estratégias de autocuidado. O método adotado consistiu em uma exposição dialogada, com a utilização de slides ilustrativos e roda de conversa, que incentivaram a participação ativa dos ouvintes. Conforme Minayo (2014), a metodologia participativa possibilita maior envolvimento e construção de conhecimento coletivo, tornando o aprendizado mais significativo. A palestra foi aplicada em ambiente escolar, com público composto por estudantes e professores, totalizando aproximadamente 50 participantes. Os resultados indicaram aumento na compreensão dos participantes sobre fatores que influenciam a saúde mental, bem como maior disposição para buscar apoio psicológico quando necessário. De acordo com Moreira e Furegato (2013), informação e diálogo são ferramentas fundamentais na redução do estigma associado aos transtornos mentais, favorecendo atitudes empáticas e acolhedoras. Observou-se que a palestra contribuiu para ampliar o entendimento sobre o tema e fortalecer a importância do autocuidado e do apoio mútuo no ambiente escolar. A promoção da saúde mental, conforme Zanella e Marcon (2020), deve ser contínua e integrada às práticas educativas, favorecendo o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Palavras-chave: Saúde mental. Palestra. Equilíbrio. Promoção.

INTRODUÇÃO

Falar sobre saúde mental está se tornando uma demanda cada vez mais urgente em nosso mundo que se encontra em constante evolução e está saturado de estímulos (Hospital Santa Mônica, 2018). Devido a essa necessidade, vê-se a tarefa de encontrar meios claros e simples para abordar esse tema de forma eficaz (Garcia e Silva, 2021, p. 9).

Para isso, a roda de conversa é uma boa alternativa, não apenas porque favorece a aprendizagem de um conteúdo, mas também porque a forma como ele é abordado e discutido propicia troca de experiências, reflexão e debate (Agenda Edu, 2020). Especialmente no campo

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

da saúde mental, a roda de conversa possui grande relevância por favorecer a comunicação aberta sobre sentimentos, emoções e experiências de vida, contribuindo para a quebra de estigmas e preconceitos (Hospital Santa Mônica, 2018).

Além disso, a aplicação da roda de conversa sobre saúde mental foi escolhida com o objetivo geral de promover um espaço de diálogo e reflexão sobre saúde mental, incentivando a conscientização, a escuta ativa e a valorização das experiências dos participantes. E com os objetivos específicos de sensibilizar os participantes sobre a importância da saúde mental, estimular a expressão de sentimentos, percepções e experiências pessoais relacionadas ao tema, apresentar orientações básicas de cuidado, e promover atitudes de respeito, empatia e cooperação entre os participantes.

METODOLOGIA

Essa prática de estágio caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como pesquisa de campo, podendo incluir elementos de estudo de caso e pesquisa documental, uma vez que, para tal, envolveu observação direta do ambiente escolar e análise de documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Essa atividade ocorreu em uma escola particular, apresentando atuação desde a educação infantil, até a educação de jovens e adultos. Contudo, essa atividade realizada pelas estagiárias abrangeu apenas os alunos da classe de supletivo, os quais são jovens e adultos cursando desde as séries iniciais até o último ano do ensino médio.

A palestra com roda de conversa foi realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2025, durante a parte da noite, no mesmo horário das aulas. Para isso, foi utilizado o apoio de slides apresentando o conteúdo, bem como o repertório das próprias estagiárias e dos alunos presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da palestra e roda de conversa sobre saúde mental proporcionou um espaço significativo de escuta e reflexão entre os participantes. Durante a atividade, observou-se grande envolvimento dos alunos, que compartilharam experiências pessoais e dúvidas relacionadas ao estresse, à ansiedade e ao autocuidado emocional. Essa abertura ao diálogo reforça a importância de metodologias participativas no campo da psicologia educacional, uma vez que promovem a construção conjunta do conhecimento e fortalecem vínculos interpessoais (Minayo, 2014).

Os participantes demonstraram interesse em compreender melhor os sinais de sofrimento psíquico e em identificar estratégias práticas de autocuidado, como reservar momentos de lazer, praticar atividades físicas e buscar apoio profissional quando necessário. Esses resultados corroboram o que afirmam Moreira e Furegato (2013), ao destacarem que a informação e o diálogo são instrumentos fundamentais na redução do estigma associado aos transtornos mentais.

Além disso, percebeu-se que a palestra contribuiu para ampliar a compreensão acerca da importância do cuidado psicológico, favorecendo uma postura mais empática entre os colegas e professores. Alguns relataram que, a partir da conversa, passaram a reconhecer a relevância da escuta ativa e do apoio mútuo dentro do ambiente escolar. Tais resultados estão alinhados com Zanella e Marcon (2020), que defendem a promoção contínua da saúde mental como parte integrante das práticas educativas, visando o desenvolvimento humano em sua totalidade.

De forma geral, pode-se afirmar que a experiência foi positiva e cumpriu seus objetivos, promovendo a conscientização sobre saúde mental e incentivando atitudes de autocuidado e empatia. Observou-se, ainda, que a utilização da roda de conversa foi eficaz para criar um ambiente acolhedor e participativo, permitindo que os estudantes se expressarem livremente sobre suas emoções, conforme destacam Garcia e Silva (2021) ao ressaltar que o diálogo favorece a aprendizagem significativa e o fortalecimento de vínculos interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida por meio da palestra "Saúde Mental: Autocuidado como Ferramenta de Prevenção" demonstrou-se de grande relevância tanto para os participantes quanto para as estagiárias, ao proporcionar um espaço de diálogo, reflexão e aprendizado coletivo. O principal objetivo promover a conscientização sobre a importância da saúde mental e do autocuidado foi alcançado, evidenciando a eficácia das metodologias participativas no contexto educacional.

Como principais contribuições, destaca-se o fortalecimento da escuta empática e da sensibilização sobre o tema da saúde mental, elementos essenciais para o desenvolvimento de relações saudáveis no ambiente escolar. Além disso, a atividade permitiu aproximar os alunos da psicologia, desmistificando o cuidado psicológico e incentivando a busca por ajuda profissional quando necessário.

Contudo, identificou-se como limitação o tempo reduzido para aprofundar determinadas temáticas, o que aponta a necessidade de continuidade dessas ações em formato de projetos permanentes de promoção da saúde mental nas escolas.

Por fim, compreende-se que práticas como esta contribuem significativamente para o bem-estar emocional e social dos indivíduos, além de fortalecer o papel da psicologia como ciência e profissão comprometida com a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conforme afirmam Zanella e Marcon (2020), o cuidado psicológico deve ser entendido como um processo contínuo e integrado ao cotidiano escolar, favorecendo o desenvolvimento humano em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA EDU. Roda de conversa: como usar essa estratégia na sala de aula. 12 fev. 2020. Disponível em: https://conteudos.agendaedu.com/praticas-pedagogicas/roda-de-conversa/. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 010/2005, de 21 de julho de 2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

GARCIA, L. A.; SILVA, P. R. Saúde mental e educação: estratégias de diálogo e acolhimento. São Paulo: Cortez, 2021.

GARCIA, Shirlei; SILVA, Adriano Larentes da. Roda de conversa. Florianópolis/SC: 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/698927/1/Shirlei%20T3.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. A saúde mental e a importância dela na vida das pessoas. 25 maio 2018. Disponível em: https://hospitalsantamonica.com.br/a-saude-mental-e-a-importancia-dela-na-vida-das-pessoas/. Acesso em: 9 out. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, W. C.; FUREGATO, A. R. F. Promoção da saúde mental: desafios e perspectivas. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 21, n. 5, p. 1185–1190, 2013.

ZANELLA, A. V.; MARCON, S. S. Saúde mental e educação: reflexões sobre o cuidado e a formação humana. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e223746, 2020.

ZANELLA, C. L.; MARCON, S. R. Revista Psicologia e Educação, Curitiba, v. 25, n. 3, p. 45-58, 2020.

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: ELABORAÇÃO DE CARTILHA DIGITAL PARA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE ENSINO SUPERIOR

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Daiane Urbano dos Santos Alves dos Santos[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o Estágio Básico IV do curso de Psicologia, realizado em 2025 em uma universidade pública do meio-oeste catarinense, no município de Caçador. A atividade central do estágio consistiu na elaboração e divulgação de uma cartilha digital de orientação profissional, desenvolvida com foco na promoção da empregabilidade entre os estudantes da instituição. A cartilha abordou temas fundamentais para a inserção no mercado de trabalho, como elaboração de currículos, preparação para entrevistas, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e estratégias de autoconhecimento profissional. Essa ação educativa teve como propósito não apenas fornecer informações práticas, mas também estimular a autonomia dos alunos na construção de seus projetos de vida e carreira. Além disso, a iniciativa permitiu aprofundar a compreensão sobre o papel do psicólogo escolar como agente de promoção da saúde mental e da humanização no contexto acadêmico. Observou-se que intervenções preventivas e educativas, como a cartilha, contribuem significativamente para o fortalecimento dos vínculos institucionais, a ampliação do senso de pertencimento e o desenvolvimento integral dos estudantes. A experiência demonstrou que ações voltadas à orientação profissional, quando integradas ao cotidiano escolar, podem gerar impactos positivos duradouros, reforçando a importância da atuação do psicólogo na mediação entre os desafios acadêmicos e as demandas do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Cartilha Digital. Orientação Profissional. Empregabilidade.

INTRODUÇÃO

A atividade central do estágio consistiu na elaboração e aplicação de uma cartilha digital de orientação profissional, com foco na promoção da empregabilidade entre os estudantes da instituição. A inserção no mercado de trabalho representa um desafio significativo para muitos universitários, especialmente em contextos marcados por instabilidade econômica e competitividade profissional. Diante disso, torna-se essencial oferecer estratégias de apoio que favoreçam o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. A orientação profissional, nesse cenário, configura-se como uma prática educativa que visa promover escolhas mais conscientes e alinhadas aos projetos de vida dos sujeitos (Oliveira, 2021).

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A cartilha desenvolvida abordou temas como elaboração de currículos, preparação para entrevistas, autoconhecimento, planejamento de carreira e habilidades socioemocionais. A proposta foi fundamentada em princípios da educação integral e da psicopedagogia, priorizando a escuta ativa, o acolhimento e o diálogo como elementos centrais da prática (Oliveira, 2021). Ao promover encontros individuais e ações educativas, o estagiário contribuiu para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da capacidade de planejamento dos estudantes.

Segundo Savickas (2020), a orientação vocacional e profissional deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve escolhas, experiências e reconfigurações ao longo da vida. Nesse sentido, o estágio incluiu atividades como entrevistas individuais, aplicação de instrumentos de autoconhecimento, elaboração de planos de ação e acompanhamento das metas estabelecidas, visando ampliar a consciência dos alunos sobre suas potencialidades e trajetórias profissionais.

A experiência permitiu compreender a importância da atuação do psicólogo escolar como agente de promoção da saúde mental e da humanização no ambiente acadêmico. Intervenções preventivas e educativas, como a cartilha digital, demonstraram potencial para fortalecer vínculos institucionais, ampliar o senso de pertencimento e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi de natureza ação foi fundamentada nos princípios da educação integral e da psicopedagogia, conforme discutido por Oliveira (2021), priorizando o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da capacidade de planejamento dos estudantes. As atividades foram organizadas em três etapas principais:

a) diagnóstico Institucional: levantamento das demandas relacionadas à orientação profissional por meio de observações, conversas informais com alunos e docentes, e análise de documentos institucionais. Essa etapa permitiu identificar lacunas na preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho.

b) Elaboração da Cartilha Digital: com base nas demandas identificadas, foi desenvolvida uma cartilha digital contendo conteúdos sobre elaboração de currículos, preparação para entrevistas, autoconhecimento, planejamento de carreira e habilidades socioemocionais. A construção do material considerou os pressupostos da orientação vocacional como processo contínuo e dinâmico.

c) Aplicação e Acompanhamento: a cartilha foi disponibilizada aos estudantes por meio de canais institucionais, Qr-code nas dependências da Instituição e acompanhamento individuais. Nessas atividades, foram utilizados instrumentos de autoconhecimento, planos de ação personalizados e elaboração de curriculum.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização do Estágio Básico IV – Observação e Intervenção em contexto organizacional permitiu observar resultados significativos no que diz respeito à promoção da empregabilidade

e ao fortalecimento da saúde mental dos estudantes universitários. A aplicação da cartilha digital de orientação profissional revelou-se uma estratégia eficaz para estimular o autoconhecimento, a autonomia e o planejamento de carreira entre os participantes.

Durante os encontros individuais, os estudantes demonstraram interesse e engajamento com os conteúdos abordados, especialmente aqueles relacionados à elaboração de currículos, preparação para entrevistas e identificação de competências pessoais. Muitos relataram que nunca haviam refletido sobre suas trajetórias profissionais de forma estruturada, o que reforça a importância de ações educativas nesse campo.

Apesar dos resultados positivos obtidos com a ação, observou-se que muitos estudantes ainda apresentam dificuldades em buscar ajuda, principalmente por não compreenderem que o mercado de trabalho está em constante transformação. Essa falta de percepção sobre a dinamicidade das exigências profissionais compromete a valorização da busca contínua por conhecimento um diferencial cada vez mais necessário para a inserção e permanência no mundo do trabalho. Diante desse cenário, reforça-se a importância de integrar práticas de orientação profissional ao cotidiano acadêmico de maneira sistemática e colaborativa, promovendo espaços permanentes de reflexão, preparo e desenvolvimento pessoal e profissional.

Em síntese, os resultados obtidos confirmam a relevância da atuação do psicólogo escolar como agente de promoção da saúde e da humanização no ambiente universitário. As intervenções realizadas contribuíram para o fortalecimento dos vínculos institucionais e para o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando-se às diretrizes da Psicologia Escolar e às demandas contemporâneas do ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no Estágio Básico IV evidenciou a importância da atuação do psicólogo escolar como agente estratégico na promoção da saúde mental, da humanização e da empregabilidade no contexto universitário. A elaboração e aplicação da cartilha digital de orientação profissional demonstraram ser uma ação educativa eficaz, capaz de estimular o autoconhecimento, a autonomia e o planejamento de carreira entre os estudantes. Ao abordar temas fundamentais para a inserção no mercado de trabalho, como elaboração de currículos, preparação para entrevistas e desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a cartilha contribuiu para ampliar a consciência dos alunos sobre suas potencialidades e desafios. A prática da escuta ativa e do acolhimento, aliada à construção de planos de ação personalizados, reforçou o papel do psicólogo como facilitador de processos de escolha e desenvolvimento pessoal.

Diante desses desafios, recomenda-se a ampliação das ações de orientação profissional no ambiente acadêmico, por meio de programas permanentes e intersetoriais que envolvam diferentes áreas da instituição. Sugere-se também a realização de estudos futuros que avaliem o impacto dessas intervenções na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento da Psicologia Escolar como campo de atuação essencial no ensino superior.

REFERÊNCIAS

Oliveira, M. A. (2021). **Orientação profissional e desenvolvimento humano: práticas integrativas na educação**. São Paulo: Editora Vozes.

Savickas, M. L. (2020). ***Um modelo para a avaliação de carreira***. Tradução adaptada.Disponível em: https://www.marksavickas.com/files/1_Savickas_bio/Interviews/Savickas%20Publications/Other%20Languages/Portuguese/Um_Modelo_Para.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM CONTEXTO ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio

Isabela Gonçalves Vieira[1]
Kalline Granemann Dalponte[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – A contação de histórias é uma prática pedagógica que favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico, socioemocional e cultural das crianças. A atividade foi desenvolvida com alunos da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral por meio da linguagem, da imaginação e da reflexão crítica. O método consistiu na seleção e narração de histórias adequadas à faixa etária, utilizando recursos como livros infantis, bonecos de pano dramatizações. O espaço foi organizado de forma acolhedora, incentivando a escuta ativa e a participação dos alunos por meio de diálogos, expressões artísticas e corporais. Observou-se que a contação de histórias estimulou a criatividade, a oralidade e o pensamento crítico, além de favorecer a socialização e o trabalho com valores sociais, éticos e culturais. Conclui-se que essa prática se configura como uma ferramenta significativa de aprendizagem, capaz de unir ludicidade e formação humana, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e fortalecendo vínculos afetivos e comunicativos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Literatura infantil. Linguagem oral. Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A contação de histórias é uma prática pedagógica tradicional que exerce papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Essa atividade favorece aspectos cognitivos, linguísticos, socioemocionais e culturais, estimulando a imaginação, a criatividade, a oralidade e o pensamento crítico (Bettelheim, 1991; Vygotsky, 1998). Além disso, possibilita a vivência de diferentes emoções e promove reflexões sobre valores sociais, éticos e culturais, fortalecendo a autonomia, a empatia e as habilidades comunicativas.

No contexto escolar, especialmente na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a contação de histórias se apresenta como uma ferramenta significativa de aprendizagem e socialização. O objetivo geral desta prática foi promover o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando a linguagem, a escuta ativa, a criatividade e a reflexão crítica. Os

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

objetivos específicos incluíram o incentivo à oralidade e ao pensamento crítico, a ampliação do vocabulário, a socialização entre os alunos e o trabalho de valores éticos e culturais de forma lúdica. A relevância desta experiência reside na contribuição para a formação de crianças mais conscientes de si mesmas e do mundo social em que vivem.

A experiência foi realizada em setembro de 2025 em um colégio de referência localizado no meio oeste catarinense que atende os níveis de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, com ênfase na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental para a execução das atividades de contação de histórias. A pesquisa caracteriza-se como relato de experiência pedagógica, de abordagem qualitativa, buscando compreender os efeitos da contação de histórias no desenvolvimento integral dos alunos.

O público-alvo foi constituído por crianças do ensino infantil e dos anos iniciais do fundamental, abordando todas as turmas destes níveis de ensino. A metodologia envolveu planejamento prévio das histórias, adequadas à faixa etária e aos objetivos pedagógicos, e utilização do espaço físico das salas de aula por ser um ambiente já conhecido pelos alunos.

Durante as atividades, os estagiários utilizaram uma adaptação curta de um livro de literatura infantil, bonecos de pano para representação visual dos personagens abordados na história e dramatizações, incentivando a escuta ativa, a expressão oral e a participação das crianças por meio de diálogos, reconto das histórias e atividades complementares de desenho realizadas pelas professoras após a contação. A coleta de dados foi realizada por observação participante e registro descritivo, permitindo analisar o engajamento, a socialização, a criatividade e a expressão socioemocional dos alunos.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, relacionando os resultados observados com a fundamentação teórica sobre desenvolvimento infantil, linguagem, criatividade e valores socioemocionais (Bettelheim, 1991; Vygotsky, 1998; Freire, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade de contação de histórias apresentou resultados significativos em consonância com os objetivos propostos, destacando-se o desenvolvimento integral dos alunos nos aspectos cognitivo, linguístico, socioemocional e cultural. Observou-se maior engajamento das crianças durante a escuta das histórias, com participação ativa em dramatizações, diálogos e atividades realizadas após a contação pelas professoras relacionando a história contada. A criatividade e a imaginação foram estimuladas, refletindo no aumento do interesse por leituras e reconto de narrativas.

O processo também favoreceu a socialização e a interação entre os alunos, promovendo empatia, cooperação e respeito às opiniões dos colegas. Em relação à linguagem, houve ampliação do vocabulário e maior expressão oral, evidenciando o potencial da contação de histórias como ferramenta pedagógica para desenvolver habilidades comunicativas.

Esses resultados corroboram a fundamentação teórica apresentada. Bettelheim (1991) destaca que a narrativa possibilita às crianças vivenciar emoções e compreender valores sociais e culturais. Vygotsky (1998) ressalta a importância da mediação adulta no processo de

aprendizagem, enquanto Freire (1996) enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a autonomia e o pensamento crítico.

Em comparação com estudos precedentes, observou-se semelhança nos efeitos socioemocionais e linguísticos, reforçando a contação de histórias como prática lúdica e educativa eficiente. Diferentemente de algumas pesquisas que priorizam apenas a oralidade, esta experiência evidenciou também o impacto na expressão artística e na socialização, ampliando a compreensão do desenvolvimento integral das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica de contação de histórias demonstrou ser uma ferramenta de grande relevância, atingindo plenamente os objetivos propostos de promover o desenvolvimento integral dos alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais. A prática estimulou de forma significativa os aspectos cognitivos, linguísticos e socioemocionais, alcançando em maior engajamento, socialização e desenvolvimento da empatia. Os resultados confirmam o papel essencial da contação de histórias como mediadora de aprendizagem e socialização, alinhada à fundamentação teórica que ressalta a importância da narrativa, da mediação adulta e da promoção da autonomia. A utilização de recursos como bonecos de pano e a adaptação do texto, juntamente com a observação participante, permitiram constatar a eficácia da prática na expansão do vocabulário e da expressão oral, refletindo diretamente no aumento do interesse pela leitura e pela narrativa.

A principal limitação deste trabalho consiste no seu caráter de relato de experiência pontual, realizado em um único colégio e em um período restrito. Embora a abordagem qualitativa e interpretativa tenha fornecido uma rica compreensão dos fenômenos observados, a ausência de um grupo de controle e a não utilização de instrumentos padronizados limitam a generalização dos resultados, além de a coleta de dados baseada primariamente na observação participante poder ter introduzido um viés de subjetividade nas análises. Em conclusão, esta experiência reforça a contação de histórias não apenas como uma tradição, mas como uma prática pedagógica essencial e contemporânea para a formação de crianças mais autônomas, comunicativas e socialmente conscientes, aptas a compreenderem a si mesmas e ao mundo que as cerca.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, B. (1991). A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/554718/A%2BPsican%C3%A1lise%2Bdos%2BContos%2Bde%2BFadas%2BBruno%2BBettelheim.pdf. Acesso em: 19 out. 2025

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

VYGOTSKY, L. S. (1998). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 19 out 2025.

FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54579/2/freire-pedagogia-da-autonomia.pdf. Acesso em: 19 out 2025

INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA ESCOLAR EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: PREVENÇÃO, ESCUTA E VALORIZAÇÃO DE SABERES

Categoria: Práticas de Estágio

Caroline Ferreira[1]
Laura Regina Rufato[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – Este relato de experiência descreve intervenções em Psicologia Escolar crítica realizadas em escola pública de Santa Cecília/SC em contexto de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo foi relatar o processo de planejamento e implementação parcial de intervenções fundamentadas na perspectiva sócio-histórica. A metodologia, ancorada na pesquisa-ação, envolveu diagnóstico situacional por meio de observação sistemática, entrevistas e análise documental. Foram implementadas duas de quatro intervenções planejadas: o "Baú dos Segredos", dispositivo de escuta anônima, e o "Café com os Heróis", atividade de valorização de saberes de funcionários não-docentes. Os resultados indicam que os dispositivos criaram canais de expressão emocional para crianças e possibilitaram o reconhecimento de saberes marginalizados. As intervenções "Semáforo do Toque" e "Formação Docente" não foram executadas, constituindo-se em limitação que restringe a abrangência da avaliação do plano original. Conclui-se que a atuação pautada na Psicologia Escolar crítica demonstra potência transformadora, mas sua eficácia plena é condicionada pela superação de limitações estruturais.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Prevenção à violência. Autoproteção infantil. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar no Brasil tem passado por significativa transformação paradigmática, evoluindo de uma atuação focada em avaliações psicométricas e adaptação do estudante para um compromisso ético-político com a transformação das realidades educacionais. Conforme elucidado por Bock (2003), esta nova perspectiva, fundamentada na abordagem sócio-histórica, compreende que os fenômenos psicológicos são constituídos nas relações sociais, demandando do psicólogo escolar um posicionamento crítico frente às estruturas excludentes que perpetuam desigualdades no espaço educacional.

Este relato de experiência emerge de um estágio curricular em Psicologia Escolar desenvolvido na Escola Municipal Professora Dilma Grimes Evaristo, localizada em região

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

periférica do município de Santa Cecília/SC. O contexto da escola é marcado por evidentes indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, que se refletem no cotidiano educacional através de múltiplas expressões do sofrimento psíquico, dificuldades de aprendizagem relacionadas às condições de vida, e fragilidades nos vínculos familiares e comunitários.

A observação inicial do ambiente escolar revelou uma dissonância entre o discurso inclusivo presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas efetivamente implementadas. Identificou-se a ausência de protocolos sistemáticos para acolhimento de demandas emocionais dos estudantes e para identificação de situações de violação de direitos, deixando crianças e adolescentes sem amparo institucional adequado para suas vivências de sofrimento.

Diante deste cenário, fundamentamo-nos no referencial de Patto (2000) sobre a "produção do fracasso escolar" para compreender como a escola, muitas vezes, reproduz mecanismos de exclusão ao não problematizar suas próprias práticas. A perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 1999) auxiliou-nos a desnaturalizar as relações de poder instituídas, enquanto a pedagogia freireana (FREIRE, 2016) orientou a construção de uma prática dialógica e emancipatória.

O presente trabalho tem como objetivo central relatar o processo de planejamento e implementação parcial de intervenções em Psicologia Escolar crítica, com ênfase na criação de dispositivos de escuta e valorização de saberes. Especificamente, busca-se: (1) descrever a concepção e operacionalização do "Baú dos Segredos" como dispositivo de escuta anônima; (2) analisar a atividade "Café com os Heróis" como estratégia de reconhecimento dos saberes dos funcionários não-docentes; e (3) analisar criticamente os impasses e possibilidades de uma intervenção parcial em contexto de vulnerabilidade.

A relevância deste relato reside na explicitação dos impasses entre teoria e prática na Psicologia Escolar, oferecendo uma análise honesta sobre as possibilidades e limites de atuação em contextos socialmente vulneráveis, contribuindo para o debate sobre formas mais efetivas de atuação psicológica na educação pública.

METODOLOGIA

A construção metodológica deste trabalho fundamenta-se na abordagem qualitativa de natureza intervencionista, seguindo os princípios da pesquisa-ação conforme proposto por Thiollent (2011). Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática, permitindo não apenas compreender, mas transformar a realidade investigada. Assumimos, desde o início, uma postura epistemológica comprometida com as classes oprimidas, nos moldes freireanos, onde pesquisadores e participantes constroem conjuntamente espaços de reflexão e ação crítica.

O estágio desenvolve-se ao longo de um semestre letivo, totalizando 90 horas de atividades, sendo 80 horas dedicadas à atuação prática e 10 horas à orientação acadêmica supervisionada em uma escola pública de Santa Cecília – SC.

Os procedimentos metodológicos organizaram-se em três eixos complementares: a) Diagnóstico Situacional: Realizou-se observação participante e não participante em diversos ambientes escolares (salas de aula, pátio, refeitório, biblioteca), complementada por entrevistas semiestruturadas com a coordenação pedagógica e análise documental do Projeto Político-Pedagógico. Esta abordagem múltipla permitiu mapear tanto a estrutura formal quanto as dinâmicas relacionais que constituem o tecido social da escola, seguindo os princípios da análise de conteúdo de Bardin (2011). b) Intervenções Estruturadas: Foram planejadas quatro atividades principais, das quais duas foram implementadas até o momento: Baú dos Segredos: dispositivo de escuta anônima inspirado na Abordagem Centrada na Pessoa de Rogers (2009), criando canal seguro para expressão emocional com protocolos específicos de triagem.

Café com os Heróis: roda de conversa com funcionários não-docentes, valorizando saberes no ecossistema educacional, na perspectiva da ecologia de saberes de Santos (2007). As intervenções Semáforo do Toque e Formação Docente encontram-se em fase de planejamento avançado, porém ainda não foram implementadas no período deste estágio, constituindo-se como limitação do estudo.

Sistematização e Análise: Os dados foram registrados em diário de campo e analisados mediante análise de conteúdo temática, articulando as narrativas dos participantes com o referencial teórico da Psicologia Escolar crítica. A análise seguiu os pressupostos de Bardin (2011), garantindo rigor no tratamento do material empírico. O processo de análise foi realizado pelas estagiárias com supervisão do orientador, buscando garantir rigor na interpretação dos dados. As categorias emergiram de forma indutiva a partir do material empírico.

O projeto seguiu as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, garantindo sigilo, anonimato e consentimento livre e esclarecido. Para as atividades com crianças, utilizou-se linguagem acessível, explicando os objetivos de forma compreensível. Os funcionários participantes do "Café com os Heróis" concordaram formalmente com a gravação e uso das falas para fins acadêmicos. A metodologia adotada, portanto, buscou articular consistentemente os pressupostos teóricos da Psicologia Escolar crítica com as práticas intervencionistas, sempre pautada pelo compromisso ético com a transformação social e pelo rigor científico necessário à produção de conhecimento significativo no campo educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos durante o período de estágio revela nuances significativas sobre as potencialidades e limitações da atuação em Psicologia Escolar em contextos de vulnerabilidade social. Os resultados aqui apresentados referem-se exclusivamente às intervenções efetivamente implementadas, mantendo o rigor ético e metodológico necessários à produção de conhecimento científico.

A análise dos registros do "Baú dos Segredos", que contou com a participação de 100% dos estudantes do 4º e 5º ano, revelou um panorama complexo e multifacetado do universo emocional infantil. Diferente da expectativa inicial de que predominariam relatos de conflitos graves, a análise de conteúdo temática identificou três eixos principais:

Medos Cotidianos e Universais da Infância: A categoria mais frequente (aproximadamente 50% dos registros) foi a de medos concretos e imediatos, como "tenho medo de barata", "tenho medo do escuro" e "morro de medo de sapo". Longe de serem insignificantes, estes registros, na perspectiva de Winnicott (1975), representam a externalização de angústias típicas do desenvolvimento, que encontram na escola um ambiente seguro para serem nomeadas. Este resultado demonstra que o dispositivo cumpriu um papel fundamental de normalização e validação de emoções, mostrando às crianças que seus medos são legítimos e compartilháveis. Narrativas de Superação e Resiliência: Surpreendentemente, uma parcela significativa (cerca de 30%) das crianças optou por relatar medos que já haviam sido superados, como "eu tinha medo de nadar, mas agora não tenho mais" ou "tinha pavor de cachorro, mas meu avô me ensinou a não ter medo".

Conflitos e Preocupações no Contexto Escolar Imediato: Cerca de 20% dos registros abordaram questões diretamente ligadas à vida escolar, como pequenos desentendimentos com colegas ("briguei com meu amigo") ou ansiedades relacionadas à aprendizagem ("tenho medo de errar a prova"). Estes dados corroboram a perspectiva vygotskyana (VYGOTSKY, 2007) de que a escola é um palco central para a vivência e elaboração de conflitos socioemocionais.

A atividade "Café com os Heróis" evidenciou, através das falas dos funcionários não-docentes, a existência de um saber prático e aguçado sobre o estado emocional e o comportamento das crianças. Uma merendeira observou: "A gente sabe qual criança chegou brigando em casa pela forma que ela senta na mesa e como pega o garfo. Ela não fala, mas o corpo dela grita.". Já um vigilante comentou sobre seu papel não oficial: "Muitas vezes sou eu quem acalma a ansiedade deles na portaria antes de entrar pra sala. Eles chegam agitados, a gente conversa um pouco, e eles vão mais tranquilos.". Este tipo de observação, conforme a ecologia de saberes de Santos (2007), constitui um conhecimento fundamental, geralmente invisibilizado pelas hierarquias do saber escolar, para uma compreensão holística do ecossistema educacional.

Discussão Integrada: A predominância de medos cotidianos e narrativas de superação, em detrimento de relatos de violência grave, não representa uma limitação do dispositivo, mas sim uma revelação sobre as reais necessidades de escuta daquela comunidade infantil específica. O "Baú" mostrou-se menos um "sistema de alerta" e mais um "espaço de simbolização", onde as crianças puderam exercitar a linguagem para dar forma aos seus afetos. Esta função simbólica, essencial para a saúde mental, é particularmente crucial em contextos de vulnerabilidade, onde a elaboração psíquica pode estar comprometida pelas pressões do ambiente.

A discussão com a teoria foucaultiana (FOUCAULT, 1999) permite refletir como o dispositivo, ao aceitar e acolher todos os tipos de segredo dos mais "banais" aos mais complexos, resistiu à lógica de controle e patologização que frequentemente vigora no espaço escolar. Da mesma forma, a concepção de "intelectuais transformadores" (GIROUX, 1997) encontra eco na valorização dos saberes dos funcionários não-docentes, ampliando o conceito de quem é detentor de conhecimento válido na escola.

Os resultados aqui apresentados dialogam criticamente com a pedagogia freireana (FREIRE, 2016), na medida em que as intervenções buscaram criar espaços de palavra e escuta

que reconhecem os sujeitos como produtores de conhecimento. Esta perspectiva mostra-se particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, onde as vozes das crianças e dos trabalhadores da educação são frequentemente obliteradas pelas estruturas dominantes.

A pesquisa-ação, na perspectiva de Thiollent (2011), mostrou-se adequada como metodologia para intervenções em Psicologia Escolar, pois permitiu a articulação entre teoria e prática de forma contextualizada e crítica. Contudo, a implementação parcial do plano de intervenção evidencia os desafios reais da atuação profissional em contextos educacionais complexos.

A análise dos resultados mantém coerência com o referencial teórico adotado, evidenciando tanto as potencialidades quanto os limites das intervenções realizadas. Esta honestidade acadêmica é fundamental para a construção de conhecimentos significativos no campo da Psicologia Escolar, especialmente em contextos desafiadores como o investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu reflexões profundas sobre os desafios e possibilidades da atuação em Psicologia Escolar em contextos marcados pela vulnerabilidade social. A experiência vivenciada durante o estágio curricular evidenciou tanto o potencial transformador dessa atuação quanto as significativas limitações impostas pelas condições estruturais do sistema educacional brasileiro.

Retomando os objetivos propostos, constata-se que foi possível implementar parcialmente o plano de intervenções, com destaque para a criação de espaços de escuta qualificada e valorização de saberes periféricos. O "Baú dos Segredos", fundamentado na Abordagem Centrada na Pessoa de Rogers (2009), mostrou-se como dispositivo potente para acolhimento das expressões infantis, enquanto o "Café com os Heróis", na perspectiva da ecologia de saberes de Santos (2007), permitiu reconhecer os conhecimentos experienciais dos funcionários não-docentes.

As principais limitações identificadas no estudo referem-se à implementação incompleta do plano original, com a não realização das intervenções "Semáforo do Toque" e "Formação Docente". Esta limitação, embora significativa, não inviabiliza a análise crítica do processo, mas antes a enriquece, pois explicita os reais desafios da atuação profissional em contextos educacionais complexos. A perspectiva de Patto (2000) sobre a produção do fracasso escolar auxiliou na compreensão dessas limitações como expressões de problemas estruturais, e não como falhas individuais.

A reflexão foucaultiana (FOUCAULT, 1999) sobre as relações de poder permitiu desnaturalizar práticas escolares estabelecidas, enquanto a concepção de Giroux (1997) sobre professores como intelectuais transformadores ampliou o olhar sobre os agentes educativos.

Que este trabalho sirva como incentivo para novas investigações e intervenções no campo da Psicologia Escolar, sempre pautadas pelo compromisso ético com a transformação social e pelo rigor teórico-metodológico necessário à produção de conhecimentos significativos. A educação, como nos ensina Freire (2016), não muda o mundo, mas muda as pessoas que podem

mudar o mundo - e é nesta dialética transformadora que reside nossa esperança e nossa luta cotidiana.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica em Psicologia e a educação**. In: BOCK, A. M. B. (Org.). Psicologia e a educação: para além do adaptacionismo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 23-38.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais transformadores**. In: GIROUX, H. A. **Pedagogia radical**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 157-182.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O DESENVOLVIMENTO DAS EMOÇÕES NA INFÂNCIA: UM OLHAR A PARTIR DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Categoria: Práticas de Estágio

Isabelle Roier de Lima[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo- Este trabalho, relata sobre a experiência vivida durante o Estágio Básico IV de Psicologia: Observação e Intervenção no contexto escolar. O programa teve como objetivo incentivar as crianças a reconhecer e entender suas emoções por meio de uma oficina educacional em uma escola particular no Meio-Oeste de Santa Catarina. Seguindo o exemplo do filme, Divertida Mente 2 (2024), as atividades foram projetadas para ajudar os alunos a reconhecer seus sentimentos em situações cotidianas escolares e trabalhar como processá-los e expressá-los, assim como no filme. A metodologia utilizada foi promover a reflexão sobre as emoções para fomentar a autoconsciência e a empatia. A oficina também auxiliou as crianças a expandir seu vocabulário em termos de emoção, para que possam identificar emoções mais complexas. Os resultados indicaram que a atividade elaborada teve uma contribuição positiva para as relações interpessoais com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos. Em síntese, isso nos leva a estabelecer a conclusão de que a Psicologia Escolar é essencial para o bem-estar emocional dos alunos, estabelecendo assim a escola como um lugar de aprendizado e crescimento emocional.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Emoções. Infância. Habilidades socioemocionais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em um relato de experiência referente ao Estágio Básico IV do curso de Psicologia, com foco em observação e intervenção em contexto escolar. As atividades foram desenvolvidas em uma escola privada, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina, tendo um dos principais objetivos, o reconhecimento e a compreensão das emoções na infância.

Para isso, foi desenvolvida uma oficina voltada às crianças, com o propósito de auxiliá-las a identificar suas emoções em diferentes cenários do cotidiano escolar. A prática foi conduzida sob supervisão acadêmica e contou com a autorização da equipe pedagógica da instituição. Essa experiência permitiu a vivência e aplicação dos conhecimentos da Psicologia Escolar, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento socioemocional das crianças.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Psicologia Escolar e Educacional constitui um um campo do conhecimento e prática que busca compreender e promover o desenvolvimento integral dos estudantes, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e institucionais envolvidos no processo educativo. Conforme apontado por Antunes (2008), a Psicologia Educacional se dedica à produção de conhecimentos sobre fenômenos psicológicos que impactam o processo educacional. Por sua vez, a Psicologia Escolar aplica esse conhecimento diretamente na escola, intervindo na dinâmica institucional e promovendo a saúde mental dos alunos.

O trabalho dos profissionais de Psicologia Escolar não se limita a resolver questões individuais, mas também busca criar ambientes inclusivos e acolhedores onde as necessidades emocionais e sociais dos alunos sejam plenamente atendidas (Andrada; Souza, 2015). Nesse contexto, alinhada à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a Psicologia Escolar também se destaca por promover habilidades socioemocionais essenciais, como empatia, autorregulação e autonomia, que são fundamentais para o desenvolvimento completo e equilibrado do aluno (Brasil, 2018).

METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se em fontes bibliográficas, como livros e artigos acadêmicos acessados em plataformas online, como SciELO, Google Acadêmico, e na biblioteca virtual da Universidade UNIARP. A pesquisa foi realizada durante o Estágio Básico IV, com foco na observação e intervenção no contexto escolar, sob supervisão acadêmica.A atividade prática, uma oficina educacional, foi elaborada para ajudar as crianças a reconhecer e compreender suas emoções.

A metodologia adotada foi qualitativa, com observação direta das atividades e análise das reações das crianças, além do feedback dos supervisores e da equipe pedagógica, com autorização das entidades responsáveis, integrando a Psicologia Escolar com a prática educacional, promovendo o desenvolvimento emocional e social dos alunos no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina "Minhas Emoções" foi elaborada com inspiração no filme Divertida Mente 2 (2024), e mostrou-se fundamental para promover o reconhecimento e a expressão das emoções pelas crianças no ambiente escolar. A atividade foi estruturada com base em situações do cotidiano na escola, nas quais os participantes deveriam identificar o que sentiriam em cada situação, e representar as emoções através das cores. Essa metodologia possibilitou a reflexão sobre sentimentos e comportamentos, estimulando o autoconhecimento e a empatia entre os alunos.

Segundo Skinner (1974; 1978, apud Schwartz; Lopes; Veronez, 2016), o ato de sentir e nomear são processos diferentes - sendo a nomeação um aprendizado social mediado pelas interações e pela linguagem. Nesse sentido, a oficina possibilitou a ampliação do vocabulário emocional, facilitando que as crianças pudessem reconhecer emoções mais complexas, como ansiedade, vergonha e inveja, além das mais conhecidas, como alegria, medo e raiva. Esse fator reforça a importância do espaço escolar como ambiente favorável à educação emocional, promovendo a construção das habilidades socioemocionais.

A infância é um período essencial para o desenvolvimento de competências como autocontrole, expressividade e manejo de emoções. Durante a realização da oficina, foi possível observar o envolvimento afetivo das crianças, que demonstraram abertura para conhecer suas próprias emoções, bem como as de seus colegas. Esse processo de troca favoreceu o desenvolvimento da empatia e o fortalecimento das relações interpessoais, aspectos muito importantes para o convívio no âmbito escolar (Del Prette; Del Prette, 2013, apud Schwartz; Lopes; Veronez, 2016).

Conforme autores citados por Schwartz, Lopes e Veronez (2016), a invalidação emocional pode prejudicar a regulação afetiva infantil, tornando indispensável o acolhimento e a escuta ativa por parte dos educadores e profissionais da Psicologia Escolar. Assim, a condução da atividade possibilitou que as crianças se sentissem seguras para expressar até mesmo sentimentos considerados negativos, como a raiva e o medo, e aprender a lidar com elas de forma saudável.

Levando em consideração que a escola é um ambiente onde as crianças passam a maior parte do tempo, seu papel é de extrema importância no desenvolvimento de habilidades e comportamentos adaptativos e saudáveis, favorecendo a construção de indivíduos além do aspecto cognitivo (Pinheiro et al., 2006). Sendo assim, desde cedo, as crianças precisam saber responder emocionalmente as diversas situações de seu cotidiano, sabendo expressar e regular emoções, com base em seu conhecimento sobre. Esses aspectos são essenciais para as relações estabelecidas tanto com adultos, quanto no convívio com seus pares (Denham, et al., 2015 apud Souza; Mendes; Kappler, 2021).

A experiência da oficina demonstrou ser uma estratégia eficaz no contexto escolar, pois possibilitou o desenvolvimento das competências socioemocionais de forma lúdica, reflexiva e acessível às crianças. Conforme Souza, Mendes e Kappler (2021), o trabalho voltado à compreensão e à regulação emocional contribui diretamente para o bem-estar psicológico e a construção de relações mais saudáveis no ambiente escolar. Levando em consideração que as habilidades sociais se desenvolvem desde a infância até a idade adulta, são um ponto fundamental das competências sociais, atuando no estabelecimento de relacionamentos saudáveis da criança em seu meio (Crowe et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no Estágio Básico IV sobre observação e intervenção em um contexto escolar exemplificou a importância da Psicologia Escolar no desenvolvimento emocional e social das crianças. "Minhas Emoções", que se inspirou em "Divertida Mente 2", foi transformado em uma plataforma interativa para promover uma maneira mais integrada de identificar emoções que fazem parte do contexto escolar do dia a dia.

A abordagem, em sala de aula, alinhada com emoções representada por cores, guiou as crianças para um pensamento reflexivo e estimulou a empatia na sala de aula. Ademais, foi visualizado emoções mais complexas, como vergonha, ansiedade e inveja. Também foram definidas e nomeadas usando seu vocabulário emocional, ajudando as crianças desenvolverem autoconsciência, bem como apoiar as relações interpessoais. Ademais, para emoções negativas,

como raiva e medo, foi elaborado um canal seguro para que pudessem ser expressas e com isso aprender a gerenciar e lidar com emoções negativas de maneira saudável.

O comportamento das crianças, durante a oficina, demonstrou o quanto a escola em si (como um lugar de socialização e aprendizado) contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para os acadêmicos. Em síntese, o estágio enfatizou a Psicologia Escolar e como ela é um instrumento para promover o bem-estar emocional dos alunos e como a escola ocupa um papel institucional que enfatiza não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o desenvolvimento emocional e social.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, PATRICIA CRISTINA; Souza, VERA LUCIA TREVISAN. Corpo e docência: a dança circular como promotora do desenvolvimento da consciência. Psicologia Escolar e Educacional, v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/TTy4B9q9D5zgGZHJcn6GFTz/?lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional no ensino superior. Psicologia Escolar e Educacional, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 469–475, 2008. DOI: 10.1590/S1413-85572008000200014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2025.

CROWE, Louise *et al*. Social function assessment tools for children and adolescents: a systematic review from 1998 to 2010. Clinical Psychology Review, v. 31, p. 767–785, 2011. DOI: 10.1016/j.cpr.2011.03.008. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cpr.2011.03.008. Acesso em: 17 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br. Acesso em: 17 out. 2025.

PINHEIRO, Maria Isabel Santos *et al*.. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 3, p. 407–414, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/7SFBvKcMJRynCHNxcqLHvSm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

SCHWARTZ, Fernanda Tabasnik; LOPES, Graziela Pereira; VERONEZ, Lauren Frantz. A importância de nomear as emoções na infância: relato de experiência. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 3, p. 637–639, 2016. Acesso em: 17 out. 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/fvfXxhQpLRgGjwNQW4dMkfb/?format=html&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

SOUZA, Ana Beatriz de Mota; MENDES, Deise Maria Leal Fernandes; KAPPLER, Stella Rabello. A compreensão emocional infantil: uma revisão da literatura. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 224–244, jan./abr. 2021. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p224. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682021000100014. Acesso em: 17 out. 2025.

PSICOEDUCAÇÃO LÚDICA E INCLUSIVA: EMOÇÕES, COGNIÇÃO E VALORES

Categoria: Projetos Extensionistas[1]

Renan Luís Ribeiro Martins[2]
Marileia Batista Fertig[3]

Resumo – Este trabalho propõe uma intervenção pedagógica para o desenvolvimento de competências emocionais e a promoção da inclusão em turmas do Ensino Fundamental, utilizando o filme "Divertidamente" como recurso didático central. Realizado em uma escola municipal durante cinco visitas em novembro de 2024, o projeto teve como objetivos específicos incentivar a identificação e expressão das emoções e fomentar o respeito à diversidade e a convivência inclusiva. A metodologia combinou revisão bibliográfica, exibição de trechos selecionados do filme, debates mediados e atividades práticas. Os resultados evidenciaram que a abordagem lúdica e participativa promoveu significativo engajamento dos alunos, estimulando a empatia, o reconhecimento das diferenças e contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor. Conclui-se que a integração entre educação emocional e práticas inclusivas fortalece vínculos sociais, potencializa a aprendizagem significativa e é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Palavras-chave: educação emocional; inclusão escolar; ludicidade; competências socioemocionais; diversidade.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral das crianças, englobando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Nesse contexto, a Psicologia, enquanto ciência que compreende o comportamento humano em suas múltiplas dimensões, tem contribuído significativamente para a construção de práticas educativas mais humanizadas, inclusivas e emocionalmente conscientes. A inserção de propostas psicoeducativas no cotidiano escolar favorece a ampliação do repertório emocional dos estudantes, ao mesmo tempo em que promove habilidades cognitivas essenciais para a aprendizagem e para a convivência.

Com base nessa compreensão, surgiu a proposta de um projeto integrador voltado a crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal do município de Caçador (SC), tendo como eixo estruturante o filme Divertida Mente. A animação, ao abordar de forma lúdica as emoções básicas e seus impactos nos pensamentos e comportamentos, tornou-se uma poderosa ferramenta de sensibilização e reflexão para o público infantil. A escolha desse

[1] Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

recurso partiu da premissa de que o universo simbólico das crianças pode ser mobilizado de maneira mais eficaz por meio de elementos visuais e narrativos com os quais elas se identificam.

Além da temática emocional, o projeto contemplou atividades voltadas ao estímulo de funções cognitivas, como atenção, memória, linguagem e raciocínio lógico, em consonância com a proposta de desenvolvimento global preconizada pelas diretrizes curriculares nacionais. Também foram promovidas rodas de conversa e oficinas que trataram de temas como respeito, empatia, convivência ética e igualdade, compreendendo que o trabalho com valores humanos é fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social.

A justificativa para a realização deste projeto está ancorada na necessidade de fortalecer a saúde mental na infância, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor, compreensivo e preparado para lidar com a diversidade emocional e social presente entre os alunos. Como destaca Vygotsky (1998), o desenvolvimento emocional está intimamente ligado aos processos de aprendizagem, sendo mediado pelas interações sociais e pelos instrumentos culturais disponíveis.

Diante disso, o presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as ações realizadas no âmbito do projeto de psicoeducação, discutir suas contribuições para o processo formativo das crianças envolvidas e refletir sobre a importância da articulação entre Psicologia e Educação na construção de uma escola mais sensível às necessidades humanas.

METODOLOGIA

Este trabalho é um relato de experiência elaborado a partir da intervenção realizada em uma escola municipal de Caçador (SC), durante o mês de novembro de 2024. Foram feitas cinco visitas, com supervisão docente, em atividades extracurriculares vinculadas ao Estágio Obrigatório do Curso de Psicologia.

As atividades focaram na educação emocional, utilizando o filme Divertidamente como recurso pedagógico, complementadas por oficinas que estimularam habilidades cognitivas e debates sobre valores como respeito e igualdade. As ações foram planejadas coletivamente e adaptadas às faixas etárias do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, respeitando princípios do desenvolvimento infantil e aprendizagem significativa.

Para explicar a utilidade de cada intervenção, foi feita uma revisão bibliográfica, realizada em bases como Scielo, PePSIC e Google Acadêmico, considerou materiais científicos dos últimos 15 anos para embasar a proposta. A experiência foi registrada por meio de diário de campo e observações, sem aplicação de instrumentos formais, já que o objetivo era promover vivências educativas (Dorsa, 2020).

Por se tratar de um projeto educativo e extensionista sem coleta de dados sensíveis, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética. A metodologia favoreceu a integração entre teoria e prática, respeitando o contexto escolar e o desenvolvimento profissional dos acadêmicos (Dorsa, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações realizadas com as turmas tiveram como ponto de partida a proposta de desenvolver competências emocionais e valores inclusivos, utilizando o filme "divertidamente" como recurso didático. As cenas e personagens da animação serviram para despertar o interesse dos alunos, estimular reflexões e criar oportunidades de diálogo sobre sentimentos, convivência e empatia. A dinâmica com os slides sobre as emoções, acompanhada de atividades práticas, favoreceu a identificação e nomeação dos estados emocionais vivenciados pelas crianças em seu cotidiano.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, citado por Brasil (2019, p. 52-53):

> Promovendo uma discussão sobre a inclusão e o respeito à diversidade humana, pode-se ter uma compreensão histórico-social 50 Conselho Federal de Psicologia do significado da deficiência, do preconceito, das práticas excludentes, superando intervenções focadas na atuação clínica, individual. A intervenção focada no grupo, na instituição, certamente colaborará para a inclusão daqueles que estão alijados do processo de escolarização, estudantes com ou sem deficiências.

Essa visão embasou as ações desenvolvidas em sala, reforçando a importância do trabalho com o grupo e da criação de ambientes mais acolhedores e integradores. Ao observar as interações nas turmas, percebeu-se que os alunos demonstraram grande envolvimento nas discussões sobre emoções. Compartilharam experiências de alegria, tristeza, raiva e medo, conectando-as com situações cotidianas e com os personagens do filme. Essa abordagem valoriza os aspectos subjetivos do processo educativo, como ressalta Brasil (2019, p. 44):

> Esse saber fundamenta-se no entendimento da dimensão subjetiva do processo ensino-aprendizagem. Temáticas como: desenvolvimento, relações afetivas, prazeres e sofrimentos, comportamentos, ideias e sentimentos, motivação e interesse, aprendizagem, socialização, significados, sentidos e identificações contribuem para valorizar os sujeitos envolvidos nas relações escolares." Tais aspectos foram visivelmente ativados nas atividades realizadas, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

A presença de elementos lúdicos, como os personagens do filme, favoreceu uma aproximação sensível entre as crianças e seus sentimentos. Conforme análise de Oliveira et al. (2024, p. 402):

> Ao analisar os personagens e cenas apresentadas, buscamos compreender como o filme pode servir como ferramenta didática e terapêutica para ajudar as crianças a identificar e expressar suas emoções. A introdução de conceitos psicológicos de forma acessível e envolvente promove a educação emocional desde cedo e ajuda a potenciar o desenvolvimento da saúde mental. Portanto, 'Divertida Mente' não é apenas uma obra de entretenimento, mas também um importante recurso para a formação emocional e psicológica das crianças.

Esse entendimento justifica o uso do filme como catalisador de vivências emocionais e pedagógicas no espaço escolar.

Além do aspecto emocional, outro foco essencial foi a reflexão sobre diversidade e inclusão. Trabalhar com o conceito de que "todos são iguais nas diferenças" possibilitou discussões importantes sobre respeito, convivência e equidade. Conforme afirmam Pereira e Silva (2022, p. 04):

> A declaração é um compromisso que marca uma mudança conceitual no pensamento sobre educação inclusiva, de uma história sobre crianças e adolescentes com necessidades especiais para uma narrativa sobre escolas inclusivas e ambientes de aprendizagem inclusivos para indivíduos com diferentes aspectos cognitivos, sociais, afetivos, motores e culturais. Ou seja, soluções educacionais segregadas deviam ser evitadas, e a sala de aula deve se abrir à diversidade. Então, a inclusão é um processo contínuo de aumentar a frequência, participação e desempenho de todas as crianças e adolescentes nas escolas.

A prática pedagógica desenvolvida se alinha diretamente com essa concepção, ao buscar construir um espaço onde todas as crianças, com suas singularidades, sintam-se pertencentes.

A construção de um ambiente onde os alunos se sentem seguros para falar sobre o que sentem revelou-se um fator decisivo para o fortalecimento dos vínculos entre colegas e com os educadores. Ao reconhecer que suas emoções têm valor e podem ser acolhidas, as crianças passaram a demonstrar maior empatia, respeito mútuo e disposição para escutar o outro. Essa mudança de postura foi perceptível principalmente nos momentos em que, espontaneamente, os estudantes ofereciam apoio uns aos outros ou relatavam situações em que conseguiram agir de forma mais compreensiva. Essas atitudes indicam que o trabalho com a educação emocional pode reverberar para além das atividades planejadas, impactando positivamente a convivência no dia a dia da escola (Pereira; Silva, 2022).

Observou-se também que a abordagem utilizada favoreceu o protagonismo infantil, pois permitiu que as crianças compartilhassem suas histórias, dúvidas e percepções de maneira livre e criativa. O envolvimento ativo nas atividades, aliado à ludicidade do recurso audiovisual, contribuiu para que os estudantes se sentissem participantes do processo de aprendizagem, não apenas receptores de informações. Com isso, o desenvolvimento de competências socioemocionais deixou de ser uma meta abstrata e passou a fazer parte das interações reais no contexto escolar. Esse caminho aponta para a importância de práticas pedagógicas que valorizem a escuta, a expressão emocional e a construção conjunta de sentidos no cotidiano da sala de aula (Oliveira et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto de psicoeducação com turmas do 1º ao 5º ano em uma escola municipal de Caçador (SC) permitiu observar, de forma sensível e concreta, como ações simples e bem direcionadas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento emocional e social das crianças. Ao utilizarmos o filme Divertidamente como recurso mediador das atividades, conseguimos abordar de maneira lúdica e acessível temas complexos como a identificação das emoções, o respeito às diferenças e a importância da convivência harmoniosa.

A experiência proporcionou momentos de escuta e fala em grupo, nos quais os alunos puderam refletir sobre seus sentimentos, compartilhar vivências e compreender que todos, independentemente de suas características individuais, têm valor e pertencem à comunidade escolar. A proposta se mostrou especialmente eficaz por estar fundamentada em teorias que reconhecem a dimensão subjetiva do processo educativo, favorecendo o diálogo, a empatia e a valorização dos afetos como elementos fundamentais para a aprendizagem. A prática realizada vai ao encontro da perspectiva de educação inclusiva e promoção da saúde mental, destacada por autores que defendem a escola como espaço coletivo e de construção de vínculos. A atuação em grupo, a escolha de estratégias visuais e interativas, como slides e atividades criativas sobre emoções, e a proposição de debates sobre igualdade e inclusão se mostraram recursos potentes para ampliar o olhar das crianças sobre si mesmas e sobre o outro.

Entre as limitações da experiência, destaca-se o tempo reduzido de intervenção, que restringiu a possibilidade de aprofundar alguns temas, como o preconceito, a diversidade cultural e a empatia em situações de conflito. Além disso, o número elevado de alunos por turma exigiu adaptações constantes na condução das atividades, para garantir a escuta ativa e a participação de todos. Ainda assim, os resultados foram positivos e evidenciaram o quanto esse tipo de ação pode ser transformadora.

Como continuidade, sugere-se a ampliação do projeto, tanto em número de encontros quanto na articulação com o corpo docente e com as famílias. A inclusão de outros recursos terapêuticos e pedagógicos, bem como o fortalecimento do diálogo interdisciplinar com profissionais da saúde e da educação, pode potencializar ainda mais os efeitos da proposta. Por fim, é essencial reforçar que cuidar das emoções na escola não é algo acessório, mas uma necessidade urgente para formar sujeitos mais conscientes, respeitosos e preparados para lidar com as complexidades da vida em sociedade.

A proposta foi eficaz por reconhecer a dimensão subjetiva da educação, promovendo diálogo, empatia e valorização dos afetos. A prática seguiu a perspectiva de educação inclusiva e saúde mental, usando estratégias visuais e interativas como slides e atividades criativas sobre emoções, e debates sobre igualdade e inclusão para ampliar o olhar das crianças. Limitações incluíram tempo reduzido e grandes turmas, exigindo adaptações constantes. Resultados positivos indicam que esse tipo de ação é transformadora. Sugere-se ampliar o projeto com mais encontros, maior articulação com docentes e famílias, e recursos terapêuticos e pedagógicos adicionais. Cuidar das emoções na escola é essencial para formar indivíduos conscientes e respeitosos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos.

Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 06 mar. 2025.

OLIVEIRA, Eliana Rayssa Medeiros de; SILVA, Emmily Camily Galvão Monteiro Da; RAMALHO, Jardson Araújo; DINIZ, Genilson Lima. O perfil das emoções no filme "Divertida Mente" e seu impacto na compreensão psicológica das crianças. Revista de Estudos e Conexões, v. 4, n. 2, 2024. Disponível em: https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/rec/article/view/261/380. Acesso em: 1 jun. 2025.

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, spe, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/cjfshVkNBtBbHNtbWjcK36t/. Acesso em: 1 jun. 2025.

VIGOTSKI, L. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DIÁLOGOS EM PSICOFARMACOLOGIA: EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO RACIONAL DE PSICOFÁRMACOS

Categoria: Projeto Integrador

Gustavo Zir[1]
Maria Eduarda Favarin[2]
Leonardo Batista Pinheiro[3]
Sônia de Fátima Gonçalves[4]

Resumo – O uso crescente de medicamentos psicotrópicos no Brasil tem levantado preocupações no campo da saúde pública e da psicologia, especialmente quanto à automedicação e à medicalização excessiva de sintomas psicológicos e sociais. Diante desse cenário, este trabalho apresenta uma experiência extensionista voltada à conscientização e à sensibilização da comunidade sobre o uso adequado de psicofármacos, desenvolvida na forma de uma oficina educativa junto a usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A proposta baseou-se em metodologias participativas, aliando exposição teórica e atividades dialógicas para promover a compreensão acessível dos riscos da automedicação e da importância do acompanhamento multiprofissional. Os resultados apontam que a abordagem grupal e reflexiva favoreceu a troca de experiências, o esclarecimento de mitos e o fortalecimento da autonomia dos participantes na tomada de decisões sobre o cuidado em saúde mental. Conclui-se que iniciativas educativas desse tipo são estratégias eficazes para a promoção da saúde e para a construção de uma cultura de uso racional de medicamentos psicotrópicos.

Palavras-chave: Psicofarmacologia; Automedicação; Saúde Mental; Comunidade.

INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos psicotrópicos tem se intensificado de maneira significativa nas últimas décadas, tornando-se um fenômeno que suscita amplas reflexões no campo da saúde pública e da psicologia. Em diferentes contextos sociais, observa-se o aumento da prescrição e do consumo desses fármacos, muitas vezes sem o devido acompanhamento profissional, o que se relaciona diretamente à prática da automedicação e ao agravamento de quadros clínicos. Tal situação é particularmente preocupante em comunidades em situação de vulnerabilidade, nas quais o acesso limitado a serviços de saúde e a informações qualificadas leva os indivíduos a recorrerem a soluções medicamentosas como forma imediata de enfrentamento do sofrimento psíquico.

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Segundo Paulo e Zanine (1988), a automedicação é caracterizada pela iniciativa do próprio indivíduo em utilizar produtos que acredita trazerem benefícios para o alívio de sintomas ou tratamento de doenças, prática que, embora comum, pode gerar efeitos adversos e retardar o diagnóstico adequado. No contexto brasileiro, uma pesquisa recente do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ) apresentada pelo Conselho Federal de Farmácia (2024) revelou um cenário alarmante: no Brasil, 86% dos entrevistados admitiram tomar medicamentos sem orientação de um prescritor.

Diante dessa realidade, torna-se essencial promover ações educativas que esclareçam o papel dos psicofármacos no tratamento de transtornos mentais, ressaltando tanto seus benefícios quanto seus riscos. Mais do que restringir o uso, o objetivo é fomentar uma compreensão crítica e consciente, baseada em informações científicas e acessíveis, que fortaleça a autonomia dos sujeitos e reduza a vulnerabilidade frente à medicalização.

METODOLOGIA

A proposta metodológica deste trabalho fundamenta-se na realização de uma oficina educativa voltada à comunidade, entendida como uma estratégia participativa de ensino-aprendizagem que busca promover a construção coletiva do conhecimento a partir do diálogo e da reflexão crítica. De acordo com Vieira e Volquind (2002, p. 11), a oficina caracteriza-se como "um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilibrações que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer"

A oficina intitulada "Diálogos em Psicofarmacologia" foi desenvolvida junto a pais e mães vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Martello no município de Caçador (SC). O público-alvo foi escolhido em virtude da relevância social de ampliar o conhecimento de famílias sobre o uso adequado de psicofármacos e os riscos da automedicação. A atividade foi estruturada em dois momentos principais: uma exposição teórica introdutória, que apresentou de forma acessível os conceitos básicos sobre psicofármacos, automedicação e acompanhamento multiprofissional; e uma dinâmica reflexiva, na qual os participantes puderam compartilhar suas experiências pessoais, discutir mitos e crenças sobre o uso de medicamentos e construir, de maneira colaborativa, novos entendimentos sobre o cuidado em saúde mental.

A realização da oficina insere-se no contexto das ações de extensão universitária promovidas pela disciplina "Projeto Integrador" do curso de Psicologia, que tem como propósito levar à comunidade os conhecimentos produzidos na academia, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa prática dialoga com a compreensão de que a extensão universitária constitui um dos pilares fundamentais da formação acadêmica e cidadã. Segundo Sousa (2000), "se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira".

Complementarmente, Antunes e Padilha (2010) reforçam que a extensão não deve ser concebida como um apêndice das funções universitárias, mas sim como parte indissociável do ensino e da pesquisa, integrando-se às práticas pedagógicas e contribuindo para uma formação

integral e não fragmentada. Desse modo, a oficina "Diálogos em Psicofarmacologia" configura-se como uma ação extensionista que possibilita aos estudantes o exercício do compromisso social da Psicologia, ao mesmo tempo em que promove o diálogo entre saber científico e saber popular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização desse projeto possibilitou identificar que a realidade vivenciada pelos participantes reflete de maneira significativa os dados apresentados na literatura sobre automedicação no Brasil. Essa tendência foi confirmada durante a oficina, em que praticamente todos os participantes relataram utilizar medicamentos psicotrópicos, analgésicos ou ansiolíticos sem acompanhamento profissional contínuo.

Essa constatação reforça a importância de ações educativas voltadas à conscientização sobre os riscos da automedicação que exibe potencial de risco nas interações medicamentosas, reações adversas, toxicidade, provocando um diagnóstico incorreto ou tardio, devido ao fármaco mascarar a patologia, resultando em uma resistência ao micro-organismo ou não resolução no quadro clínico dos pacientes (OLIVEIRA, 2018).

O diálogo estabelecido com o grupo revelou que grande parte das pessoas desconhecia os potenciais efeitos adversos decorrentes do uso inadequado de psicofármacos, bem como os mecanismos de tolerância e dependência, conceitos que precisaram ser explicados e exemplificados durante a atividade.

Observou-se também uma carência generalizada de informação sobre o papel dos psicofármacos no tratamento de transtornos mentais, frequentemente associados a crenças equivocadas ou estigmatizantes. Esses achados corroboram a relevância de iniciativas de extensão universitária que levem o conhecimento científico para além dos muros da academia, em linguagem acessível e contextualizada. A democratização da informação é um passo fundamental para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e para a promoção de uma cultura de saúde mais crítica e responsável. Destaca-se ainda, como bem descrito por Ferreira et al. (2021) a importância do profissional habilitado na promoção e prevenção do uso racional do medicamento. Nesse sentido, ações educativas como a oficina aqui relatada se configuram como práticas efetivas de alfabetização científica em saúde, capazes de aproximar a população dos saberes acadêmicos e de fomentar reflexões sobre o cuidado em saúde mental.

Portanto, a discussão dos resultados reforça que comunicar ciência à comunidade de forma acessível, empática e participativa é uma estratégia essencial para combater a automedicação e incentivar o acompanhamento profissional adequado. O diálogo aberto, pautado em informações baseadas em evidências, mostrou-se uma ferramenta potente de sensibilização e de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência durante a realização desse projeto integrador foi positiva tanto sob o ponto de vista formativo quanto social. As opiniões coletadas ao final da atividade indicaram alta receptividade do público e percepção de utilidade prática das informações compartilhadas. Os

participantes destacaram a relevância do tema e a importância de compreender melhor os riscos da automedicação, além de relatarem interesse em buscar acompanhamento profissional para si e seus familiares.

Durante o encerramento, foram realizadas perguntas de fixação e retomada de conceitos-chave, com o intuito de reforçar os conteúdos abordados e verificar a compreensão dos participantes. As respostas demonstraram assimilação satisfatória, especialmente quanto à importância do uso consciente de medicamentos e da necessidade de acompanhamento multiprofissional no tratamento em saúde mental.

De modo geral, os objetivos do projeto foram alcançados: sensibilizar e conscientizar o público sobre o uso mais adaptativo e responsável de psicofármacos, ampliando o entendimento sobre os riscos da automedicação e a relevância do cuidado profissional. A iniciativa reafirma o potencial das atividades de extensão universitária como instrumentos de transformação social, ao integrar ensino, pesquisa e compromisso ético com a comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos nossa professora orientadora Sônia Gonçalves pelos conselhos e direcionamentos. Estendemos nossos agradecimentos à Coordenação do Curso de Psicologia por ampliar nossas perspectivas e incentivar práticas de extensão, e por fim, nossa universidade, a UNIARP, que se destaca pelo compromisso com a excelência em educação integrando Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Pesquisa revela que 9 entre 10 brasileiros se automedicam. Brasília, DF: CFF, 23 abr. 2024. Disponível em: https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/23/04/2024/pesquisa-revela-que-9-entre-10-brasileiros-se-automedicam

FERREIRA, F. das C. G.; LUNA, G. G. de; IZEL, I. C. M.; ALMEIDA, A. C. G. de. O impacto da prática da automedicação no Brasil: revisão sistemática / The impact of the practice of self-medication in Brazil: systematic review. Brazilian Applied Science Review, v. 5, n. 3, p. 1505–1518, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34115/basrv5n3-016

OLIVEIRA, S. B.; BARROSO, S. C.; BICALHO, M. A.; REIS, A. M. Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. Einstein (São Paulo), v. 16, n. 4, p. eAO4372, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2018AO4372

PAULO, L. G.; ZANINE, A. C. Automedicação no Brasil. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 34, p. 69–75, 1988.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. Campinas, SP: Alínea, 2000.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. Oficinas de ensino: o quê? por quê? como? 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

ELDERPILL: UMA DOSE DE CONSCIÊNCIA PARA A MELHOR IDADE

Categoria: Projeto Integrador[1]

Matheus Crivelatti Carneiro[2]
Sonia de Fátima Gonçalves[3]

Resumo – O uso seguro de medicamentos na população idosa é um desafio crítico devido à polifarmácia, à alta prevalência de condições crônicas, ao risco de interações medicamentosas e à automedicação. Tais fatores elevam o perigo de iatrogenias (danos relacionados ao tratamento). Este trabalho teve como objetivo primordial promover a conscientização sobre o uso racional e seguro de fármacos, utilizando um podcast educativo e reflexivo como meio principal de comunicação. A metodologia empregada seguiu uma abordagem qualitativa, combinando uma revisão de literatura recente com a análise das percepções levantadas durante a produção do podcast. Os resultados destacam a urgência de ampliar o acesso à informação de qualidade sobre o manejo correto de medicamentos. Evidencia-se, também, a necessidade crucial de fortalecer uma atuação interdisciplinar robusta entre profissionais de saúde, familiares e cuidadores. Assim conclui-se que o uso de iniciativas comunicativas digitais, como podcasts, e-books, informações em redes sociais etc. constituem ferramentas eficazes para fomentar a educação em saúde geriátrica. Essa estratégia é fundamental para capacitar a população idosa e seu círculo de apoio, promovendo o uso correto dos tratamentos e, assim, reduzindo os riscos associados à terapia medicamentosa na velhice.

Palavras-chave: Farmacodinâmica, Psicologia, Psicofarmacologia; Tecnologia; Terceira idade; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

A polifarmácia, geralmente definida como o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos, não é apenas uma questão de números, mas de risco farmacológico elevado. Nos idosos, as alterações fisiológicas do envelhecimento, como a redução da função renal e hepática, impactam a farmacocinética e a farmacodinâmica dos fármacos, tornando-os mais suscetíveis a reações adversas e toxicidade. Além disso, a cascata de prescrições, onde um novo medicamento é adicionado para tratar o efeito colateral de outro, agrava o quadro, criando um ciclo perigoso de medicalização excessiva (Seto et al., 2022).

Amorim et al. (2024) apontam um aspecto crítico intimamente ligado à polifarmácia, que é o uso de Medicamentos Potencialmente Inapropriados (MPIs), frequentemente identificados por critérios como os de Beers ou STOPP/START. Os MPIs são fármacos que, devido à sua

[1] Laboratório ou Grupo de Pesquisa xxxx (para quem tiver outra entidade envolvida), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Alunos do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

farmacologia ou à maior sensibilidade dos idosos, apresentam um risco de eventos adversos desnecessariamente alto, sem um benefício clínico correspondente. A prevalência de MPIs em idosos brasileiros é significativa e está associada a desfechos negativos como quedas, declínio cognitivo e hospitalizações.

A automedicação na população idosa é um fator complicador que transcende o sistema de prescrição. Muitas vezes motivada pela experiência de vida, pela dificuldade de acesso ao médico ou pela influência de vizinhos e familiares, essa prática descontrolada eleva o risco de interações medicamentosas perigosas e mascaramento de sintomas importantes. O fácil acesso a medicamentos isentos de prescrição (MIPs) e a suplementos dietéticos, que interagem com fármacos de uso contínuo, constitui um desafio adicional para a segurança do paciente idoso (Oliveira et al., 2018).

O uso inseguro e irracional de medicamentos impõe segundo Pereira; Veríssimo e Ribeiro (2024), um fardo significativo não apenas à saúde do indivíduo, mas também aos sistemas de saúde público e privado. As reações adversas, as interações e a ineficácia do tratamento em quadros de polifarmácia resultam em maior número de consultas médicas, atendimentos de emergência, hospitalizações prolongadas e, consequentemente, em gastos públicos elevados. Economicamente, o envelhecimento populacional exige uma reestruturação do cuidado que priorize a desprescrição segura e a atenção primária de qualidade.

O cuidado à pessoa idosa é nas palavras de Kimura et al. (2024), por natureza, interdisciplinar. A gestão de múltiplos medicamentos requer uma comunicação eficaz e constante entre geriatras, clínicos, farmacêuticos, enfermeiros e o próprio paciente, juntamente com seus cuidadores. O farmacêutico, em particular, desempenha um papel fundamental na revisão da medicação, identificação de duplicidades e na conciliação medicamentosa, atuando como um pilar de segurança no processo terapêutico.

A escolha do podcast como ferramenta educativa é estratégica. O formato de áudio oferece uma acessibilidade superior, especialmente para idosos com dificuldades visuais ou menor familiaridade com textos longos, permitindo o consumo da informação durante atividades cotidianas. Ao discutir experiências, o podcast empodera o idoso, transformando-o de receptor passivo em participante ativo de seu processo de cuidado, fomentando a autogestão informada da saúde (Burgos-Alonso et al., 2024).

Os autores ainda comentam que a apesar do potencial do formato digital, é crucial reconhecer a persistente barreira da exclusão digital. Muitos idosos ainda carecem de acesso à internet, dispositivos adequados ou das habilidades necessárias para navegar em plataformas de áudio. Projetos como este devem, portanto, prever estratégias de disseminação que envolvam familiares, cuidadores e profissionais de saúde, garantindo que o conteúdo chegue àqueles que mais precisam, mesmo que por intermédio de terceiros (Burgos-Alonso et al., 2024).

A educação em saúde, como a proposta pelo podcast, afirmam Pereira; Veríssimo e Ribeiro (2024) ser vital para melhorar a adesão ao tratamento. A não adesão, seja por esquecimento, confusão com múltiplos horários, ou por decisões informadas (mas errôneas) do paciente, é um problema sério que compromete o sucesso terapêutico. Ao desmistificar o uso

de medicamentos e fornecer orientações claras e práticas, o podcast contribui para que o idoso compreenda o porquê e o como de cada tratamento, reforçando sua motivação.

O sucesso de projetos de mídia social, comentam Burgos-Alonso et al. (2024) reside em sua capacidade de criar comunidades de apoio e de diálogo, quebrando o isolamento social frequentemente associado à velhice e a problemas de saúde crônicos. A discussão aberta sobre medicamentos, interações e qualidade de vida gera uma inteligência coletiva, que complementa a orientação individual e atua como um mecanismo de vigilância comunitária sobre práticas farmacêuticas seguras.

Para que iniciativas digitais de saúde garantam seu valor a longo prazo, é imprescindível que haja a avaliação contínua do seu impacto. Medir a mudança de comportamento, o nível de conhecimento e a redução de eventos adversos na população-alvo é fundamental. Além disso, a sustentabilidade desses projetos depende da articulação com políticas públicas de saúde, garantindo que as ferramentas de educação digital façam parte da estratégia nacional de cuidado integral à saúde da pessoa idosa (Amorim et al., 2024).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, sendo aquela que produz resultados sem recorrer a estatísticas ou quantificação, sendo empregada quando é difícil obter dados numéricos, como ao buscar a essência de um fenômeno, descrever experiências ou estudar casos em profundidade. Seu caráter é essencialmente interpretativo, visando descobrir conceitos e relações em contextos naturais por meio de um processo não matemático, a fim de entender os significados que as pessoas atribuem aos fenômenos (Gil, 2021).

Seu caráter descritivo bibliográfico sob a visão de Lakatos (2021, p. 19), ""delineia o que é" e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.", em soma a orientação por uma abordagem interdisciplinar e educativa. Esta natureza se justifica pela necessidade de compreender em profundidade e contextualizar o material analisado, que foi produzido durante o desenvolvimento do podcast realizado aqui denominado "Elderpill". Objetivou-se neste como público-alvo principalmente a comunidade idosa e seus cuidadores, configurando assim o corpo de análise primário desta pesquisa.

O percurso metodológico foi estruturado em três etapas interligadas, visando garantir o rigor na contextualização teórica, a exaustividade na análise empírica e a riqueza na interpretação dos achados:

LEVANTAMENTO E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Inicialmente, procedeu-se ao levantamento bibliográfico, fundamental para estabelecer o referencial teórico e delimitar o estado da arte sobre o tema. A busca concentrou-se em artigos científicos publicados no período recente de 2019 a 2024, nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, tendo como descritores "medication safety AND elderly", digital health communication AND elderly e "pharmaceutical care AND older adults". O foco da pesquisa recaiu sobre o uso racional de medicamentos e os riscos da automedicação em idosos. Os critérios de

seleção estabelecidos priorizaram estudos recentes, nos idiomas português e inglês, que abordassem especificamente estratégias de conscientização e práticas educativas voltadas à população idosa.

APLICAÇÃO DO PODCAST

A segunda etapa consistiu na aplicação do podcast Elderpill. Este sendo realizado no Núcleo Integrado de Tecnologia (NIT) da Universidade Alto vale do Rio do Peixe (UNIARP), no dia 3 de setembro de 2025. Com a presença de um profissional da área da Enfermagem há mais de uma década e atuante no mercado com experiência em fármacos e sua administração em geriatria, que juntamente a equipe do projeto trouxe falas, informações e reflexões importantes para o comunidade sobre o assunto polifarmácia e automedicação, buscou-se extrair e categorizar o manifestado e diante da análise futura, concentrar os resultados em eixos temáticos específicos considerados críticos para o estudo, como os hábitos de consumo de medicamentos e a percepção de risco associada à prática da automedicação.

INTERPRETAÇÃO INTERDISCIPLINAR DOS DADOS

Por fim, a terceira etapa envolveu a interpretação interdisciplinar dos dados. Os achados da revisão bibliográfica e da análise de conteúdo produzido foram cruzados e discutidos à luz de referenciais teóricos de áreas distintas, mas complementares. Essa abordagem garantiu uma compreensão multifacetada dos fenômenos observados, utilizando as lentes da Farmacologia (para o rigor técnico sobre o medicamento), da Psicologia (para a compreensão do comportamento e da percepção de risco) e da Gerontologia Social (para a contextualização do idoso e do cuidador em seu ambiente social). Este procedimento assegurou uma análise robusta e coerente com a proposta educativa e abrangente do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O podcast Elderpill, gravado e divulgado pelo NIT da UNIARP, revelou-se uma ferramenta eficaz e amplamente receptiva para a educação em saúde junto ao público acadêmico e à comunidade idosa. A discussão proposta afirmou-se ao abordar temas cruciais como os riscos da automedicação e da polifarmácia, sobre os quais a maioria dos idosos demonstra desconhecimento ou quiçá relutância em desaderir, algo de sumo interesse social. O formato conversacional e a escuta ativa foram fundamentais para o engajamento e a retenção da informação, sendo o assunto abordado criticamente e reflexivamente, reforçando o potencial das mídias digitais em romper barreiras comunicacionais e promover aprendizado significativo na terceira idade.

A abordagem interdisciplinar do episódio, que envolveu as áreas de Psicologia, Enfermagem e Farmacologia, mostrou-se crucial para o sucesso da iniciativa. A participação do especialista facilitou a tradução de conceitos técnicos sobre como as alterações do envelhecimento afetam o metabolismo dos medicamentos, alinhando-se à necessidade de um trabalho colaborativo entre profissionais de saúde para reduzir a prescrição inadequada e os riscos. Além disso, o projeto destacou a importância de fatores emocionais, como ansiedade ou desconfiança, na adesão medicamentosa. Essa percepção pelos acadêmicos sublinhou a

necessidade de incluir estratégias de escuta e acolhimento psicológico como parte integrante das políticas de saúde para idosos.

Apesar da eficácia do formato, o projeto Elderpill identificou a exclusão tecnológica como uma barreira de acesso para parte do público idoso. Essa limitação aponta para a importância de envolver familiares e cuidadores como mediadores e sugere a necessidade de ações de comunicação híbridas, que combinem o meio digital com materiais impressos (cartilhas e folders), para garantir uma cobertura educativa mais abrangente. Em suma, o projeto Elderpill demonstrou que a tecnologia é uma poderosa aliada na promoção da saúde geriátrica, desde que utilizada de forma inclusiva, com base na interdisciplinaridade e comunicação acessível, fortalecendo o papel social da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Elderpill utilizou a educação em saúde e o formato de podcast para promover, de forma acessível e interdisciplinar, a conscientização sobre o uso racional de medicamentos, a automedicação e os riscos da polifarmácia na terceira idade, aproximando o conhecimento científico de idosos e cuidadores. Apesar de ter reforçado o valor das ações colaborativas entre Psicologia, Enfermagem e Farmacologia na atenção integral à saúde do idoso. Conclui-se, assim, que a educação digital, quando bem planejada, é uma ferramenta importante para o envelhecimento saudável e o empoderamento dos idosos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, W. W. *et al.* Using a mobile application to reduce potentially inappropriate prescribing for older Brazilian adults in primary care: a triple-blind randomised clinical trial. **BMC Geriatrics**, v. 24, n. 1, 2024. Disponível em: https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-023-04645-z. Acesso em: 14 out. 25.

BURGOS-ALONSO, N. *et al.* Strategies to Improve Therapeutic Adherence in Polymedicated Patients over 65 Years: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Pharmacy**, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2226-4787/12/1/35. Acesso em: 14 out. 25.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/. Acesso em: 14 out. 25.

KIMURA, T. *et al.* Effectiveness of pharmacist intervention for deprescribing potentially inappropriate medications: a prospective observational study. **Journal of Pharmaceutical Health Care and Sciences**, v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: https://jphcs.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40780-022-00243-0. Acesso em: 14 out. 25.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/. Acesso em: 14 out. 25.

OLIVEIRA, S. B. V. *et al*. Profile of drugs used for self-medication by elderly attended at a referral center. **Einstein Journal,** v. 16, n. 4, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30517365/. Acesso em: 14 out. 25.

PEREIRA, A.; VERÍSSIMO, M.; RIBEIRO, O. Influence of chronic medical conditions on older patients' willingness to deprescribe medications: a cross-sectional study. BMC Geriatrics, v. 24, n. 1, 2024. Disponível em: https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-024-04891-9. Acesso em: 14 out. 25.

SETO, H. *et al.* Multidisciplinary Team Deprescribing Intervention for Polypharmacy in Elderly Orthopedic Inpatients: A Propensity Score-matched Analysis of a Retrospective Cohort Study. Internal Medicine, v. 61, n. 16, p. 2417-2426, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35022357/. Acesso em: 14 out. 25.

AUTOMEDICAÇÃO E USO DE MEDICAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA

Categoria: Projeto Integrador

Aysha dos Santos Brand[1]
Julia Coelho[2]
Kauany Guanabara Correia[3]
Ketlyn Pimentel[4]
Sonia de Fáima Gonçalves[5]

Resumo – O presente projeto tem como objetivo geral promover a conscientização sobre os riscos e malefícios da automedicação, estimulando práticas de prevenção e valorização da busca por acompanhamento profissional, com foco em acadêmicos de Psicologia. Para isso, faz-se necessário o alcance dos seguintes objetivos específicos: I) Levantar dados sobre os índices e padrões de automedicação entre acadêmicos de Psicologia através de formulário eletrônico do Google Forms; II) Identificar os principais medicamentos utilizados sem prescrição; III) Sensibilizar os acadêmicos do curso de Psicologia acerca dos riscos da automedicação a partir de palestras e produção de cartilha informativa. Os dados foram coletados a partir de questionário virtual e desenvolvidos na forma de gráficos. A pesquisa revelou que a automedicação é uma prática recorrente entre os acadêmicos de Psicologia, apontando o uso frequente de medicamentos sem prescrição, sobretudo os de venda livre. Além disso, observou-se a necessidade de destacar as práticas que não são compatíveis com a prática psicológica. Com isso, elaborou-se uma cartilha educativa direcionada aos acadêmicos de Psicologia, com o intuito de estimular comportamentos responsáveis em relação à automedicação.

Palavras-chave: Saúde Pública. Medicação. Autoprescrição. Autocuidado. Prevenção.

INTRODUÇÃO

A automedicação apresenta diversos riscos à saúde pública, incluindo interações medicamentosas, intoxicações, mascaramento de doenças e, até mesmo, à morte (Lima et al., 2022). Dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM, 2014 apud Arrais et al., 2016), indicam que entre os subgrupos terapêuticos mais utilizados em automedicação estão os analgésicos (33,4%), os relaxantes musculares (13,8%) e os anti-inflamatórios/antirreumáticos (11,7%).

Sob essa ótica, destaca-se que a automedicação é uma prática realizada em múltiplos países, abrangendo diferentes públicos, mas com destaque aos universitários, acerca dos quais

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

estudos apontam que o conhecimento adquirido no decorrer do curso pode influenciar esta prática (Lima et al., 2022).

Partindo deste princípio, é indispensável executar mais estudos acerca dessa temática. Portanto, o presente projeto integrador visa promover a conscientização sobre os riscos e malefícios da automedicação, estimulando práticas de prevenção e valorização da busca por acompanhamento profissional, com foco em acadêmicos de Psicologia da UNIARP. Nesse sentido, para que esse objetivo seja alcançado faz-se necessário: I) Levantar dados sobre os índices e padrões de automedicação entre acadêmicos de Psicologia através de formulário eletrônico do Google Forms; II) Identificar os principais medicamentos utilizados sem prescrição; III) Sensibilizar os acadêmicos do curso de Psicologia acerca dos riscos da automedicação a partir de palestras e produção de cartilha informativa.

METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho quantitativo. De acordo com Antônio Carlos Gil (2022), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela utilização de termos numéricos para apresentação dos resultados. Para fins de embasamento científico, o estudo também é caracterizado como bibliográfico, visto que, em conformidade com Gil (2022), essa modalidade utiliza materiais previamente publicados, como livros, artigos e anais de eventos científicos.

Nesse sentido, no que se refere à coleta de dados, os resultados foram obtidos por meio de um questionário virtual, elaborado no Google Forms, o qual foi respondido por acadêmicos do curso de Psicologia. Todas as questões foram construídas a partir da temática da automedicação, com o objetivo de compreender diferentes percepções dos(as) acadêmicos(as) em relação aos riscos e práticas associadas.

Assim sendo, coletou-se a resposta de 141 discentes e analisou-se os dados por meio de estatística descritiva simples, apresentados em gráficos e tabelas, com o intuito de auxiliar na visualização dos padrões identificados.

Sob essa ótica, embasando-se nos resultados do estudo, elaborou-se materiais educativos, que foram divulgados entre acadêmicos(as) de todas as fases do curso de Psicologia, a fim de promover maior conscientização e prevenção em relação ao uso inadequado de medicamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos realizados com estudantes da área da saúde revelam prevalências elevadas da automedicação, chegando a 82% entre acadêmicos de medicina (Arana et al., 2024). Nessa perspectiva, em conformidade com a pesquisa desenvolvida com acadêmicos de Psicologia, nota-se que há uma quantidade exacerbada de estudantes que se automedicam, com medicamentos isentos de prescrição (Figura 1) a seguir.

Figura 1- Resultados do uso de medicamentos isentos de prescrição.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Acerca da conjuntura revelada, é importante dizer que informações da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM) tiveram resultados similares com o presente estudo, uma vez que, de acordo com a PNAUM, 16,1% da população brasileira se automedica, sendo os analgésicos e relaxantes musculares os medicamentos mais utilizados de forma exacerbada e a maioria destes medicamentos era de venda livre (Arrais et al., 2016). Nesse sentido, é importante destacar que "Embora se acredite que o uso de medicamentos de venda livre seja relativamente seguro, seu uso inadequado pode resultar em graves consequências" (Laismann et al., 2024, p. 11).

Outro dado retirado da pesquisa foi acerca do uso de medicamentos controlados (Figura 2).

Figura 2- Resultados uso de medicamentos controlados.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Além disso, quando questionados sobre o uso de medicamentos controlados sem receita (oferecidos por amigo, colegar, familiar) 34,8% dos estudantes afirmaram já ter feito uso, enquanto 65,2% disseram não. As respostas dos estudantes que confirmaram o uso de medicamentos controlados estão expressas na Figura 3.

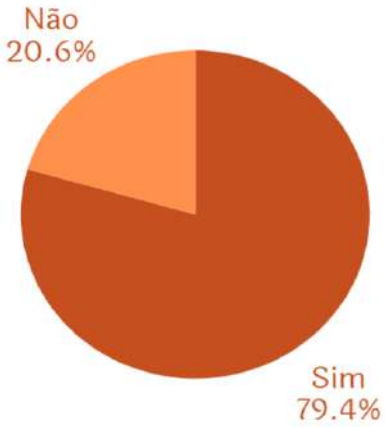
Figura 3- Resultados do uso de medicamentos controlados sem prescrição médica.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Acerca dessa temática, Araujo et al., (2020) apontaram que o uso indiscriminado de medicamento pode ser nocivo, levando a intoxicações. Tais autores indicaram que entre 2007 e 2017, foram registradas 336.143 notificações de intoxicação por medicamentos no Brasil, revelando que o fácil acesso a fármacos sem orientações sobre o uso favorece a utilização inadequada desses medicamentos, o que amplia a necessidade de abordar este tema.

Além disso, é importante destacar que também foi investigado o uso de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), demonstrada na Figura 3 a seguir.

Figura 3- Resultados do uso de práticas integrativas e complementares.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

No que tange aos resultados supracitados, Santana, Assis e Araújo-Jorge (2025) destacam que as PICS fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo diversas terapias como acupuntura, fitoterapia, reiki, ioga e meditação. Ainda, tais autores afirmam que a legitimação dessas práticas representou um avanço importante na valorização de saberes além do modelo biomédico tradicional, mas que estudos apontam desafios como a falta de regulamentação das formações e escassez de pesquisas e investimentos na área, indicando que essas práticas apresentam caráter complementar e não substituem avaliação médica/psicológica.

Além disso, é de suma relevância dizer que no questionamento sobre a utilização de PICS observou-se que alguns acadêmicos responderam que utilizavam a constelação familiar. No que diz respeito à essa prática o Conselho Federal de Psicologia (CFP) esclarece que a constelação familiar não se configura como método ou técnica psicológica, apresentando incompatibilidades éticas com o exercício profissional da Psicologia, especialmente por suas bases teóricas estarem em desacordo com princípios fundamentais da profissão e com o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no presente estudo, constatou-se que a automedicação é uma prática recorrente entre os acadêmicos de Psicologia. Os resultados apontaram o uso frequente de medicamentos sem prescrição, sobretudo os de venda livre, sendo que o uso inadequado destes pode ocasionar intoxicações, interações medicamentosas e mascaramento de doenças. Observou-se, ainda, a necessidade de diferenciar Práticas Integrativas e Complementares (PICS), daquelas que são consideradas incompatíveis com o exercício profissional do psicólogo,

Como produto final da pesquisa, elaborou-se uma cartilha educativa direcionada aos acadêmicos de Psicologia, com o intuito de estimular comportamentos responsáveis em relação à automedicação.

Reconhece-se, entretanto, como limitação do estudo, a amostra restrita a estudantes de um único curso e instituição. Assim, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o público-alvo e

aprofundem o debate sobre a automedicação e suas implicações no contexto universitário e social.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Zalma Nicolle Arana *et al.* Estilos de vida y factores asociados a la automedicación en estudiantes de medicina humana. **Revista Vive**, [*s.l.*], v. 7, n. 19, p. 308-320, 15 jan. 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/pdf/vrs/v7n19/a23-308-320.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado *et al.* Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública**, [*s.l.*], v. 50, n. 2, p. 1-11, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 set. 2025.

ARAUJO, Weslley Pedreira. Prevalence of drug poisoning in the state of Bahia between 2007 and 2017. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Bahia, v. 10, n. 4, p. 1-15, 27 nov. 2020. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/epidemiologia/article/view/15124. Acesso em: 05 set. 2025.

Conselho Federal de Psicologia. **Nota Técnica CFP nº 01/2023: Prática da Constelação Familiar.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Nota-Tecnica_Constelacao-familiar-03-03-23.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

LAISMANN, N. A. *et al*. Mapeamento das evidências de medicamentos isentos de prescrição registrados no Brasil: análise comparativa segundo método Grade. Saúde em Debate, v. 48, n. 143, p. e8939, out. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GWy36TDmNwXNZcGWvMbfbwx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2025.

LIMA, Paula Andreza Viana *et al.*, Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas. **Acta Paulista de Enfermagem**, *[s.l.]*, v. 35, n. 1, p. 1-8, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/4msxJqzGG7skL8FhxKX3ZBM/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTANA, Lauriane Martins; ASSIS, Sheila Soares de; ARAUJO-JORGE, Tania Cremonini de. Práticas integrativas e complementares: institucionalização, perspectivas e desafios para a formação. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/bfqWhyycq9rcR48XD5gFSYm/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

OS DESAFIOS DO PSICÓLOGO NO INÍCIO DA CARREIRA PROFISSIONAL: A ATUAÇÃO NO CONTEXTO HOSPITALAR

Categoria: Projeto Integrador

Camila Bueno[1]
Estephany Cracco Kaziemarczah[2]
Helen de Souza Castilhos[3]
Nicoli Vitória da Silva Wiest[4]
Sonia de Fatima Gonçalves[5]

Resumo – Observa-se que a hospitalização afeta não apenas o corpo físico, mas também as dimensões emocionais e sociais dos pacientes, familiares e equipes de saúde. Nesse contexto, a psicologia hospitalar destaca-se como essencial para a promoção do cuidado integral, oferecendo suporte emocional, acolhimento e práticas humanizadas. A presente pesquisa, de natureza bibliográfica e qualitativa, baseou-se em artigos científicos e em uma entrevista estruturada com uma psicóloga atuante na área hospitalar. O estudo teve o objetivo de ampliar a compreensão sobre o papel do psicólogo hospitalar e os desafios enfrentados em sua atuação. Durante a pesquisa bibliográfica, foi possível constatar que embora o psicólogo hospitalar exerça papel central na assistência humanizada, ainda enfrenta desafios como a falta de reconhecimento, limitações estruturais e elevado desgaste emocional. Apesar disso, observou-se durante a entrevista possíveis mudanças nesse cenário, considerando que a entrevistada aponta boa convivência com a equipe multidisciplinar e sente que seu trabalho e suas opiniões são valorizadas. O estudo ressalta a importância da valorização profissional e do fortalecimento das condições institucionais para o exercício pleno da psicologia hospitalar, bem como a necessidade de preparo psicológico e profissional para o exercício da profissão nessa área.

Palavras-chave: psicologia; hospitalar; acolhimento.

INTRODUÇÃO

A psicologia hospitalar desempenha um papel fundamental na promoção de um cuidado mais humano e eficaz dentro das instituições de saúde. Ao considerar os impactos psicossociais da hospitalização, o psicólogo hospitalar atua na mitigação de sintomas como ansiedade, depressão e estresse, os quais podem comprometer o processo de recuperação clínica. Através do acolhimento, suporte emocional e intervenções específicas, sua atuação contribui

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

significativamente para a adaptação do paciente ao ambiente hospitalar e para a melhora de sua qualidade de vida (Carvalho et al., 2022).

O trabalho do psicólogo hospitalar vai além da intervenção clínica tradicional, atuando em múltiplas frentes para promover o equilíbrio emocional e o enfrentamento das adversidades inerentes ao processo de adoecimento e internação (CFP, 2019). Além disso, o psicólogo contribui para a construção de um ambiente hospitalar mais acolhedor e humanizado, fortalecendo os vínculos entre profissionais de saúde, pacientes e familiares. Essa atuação favorece não apenas a melhora do estado emocional dos envolvidos, mas também pode influenciar positivamente os resultados clínicos, a adesão aos tratamentos e a satisfação com o cuidado recebido (Carvalho et al., 2022).

Em suma, a psicologia hospitalar assume um papel estratégico na articulação entre as políticas públicas de saúde, as equipes multiprofissionais e as necessidades subjetivas dos pacientes, fortalecendo o cuidado integral e respeitando a singularidade de cada indivíduo (Mendes; Lacerda; Barreto, 2020).

Dessa forma, o presente estudo busca analisar os impactos emocionais e dificuldades estruturais e institucionais que interferem na atuação do psicólogo hospitalar, refletir sobre as contribuições da área para a humanização do cuidado, além de compreender quais as principais exigências emocionais e profissionais para se trabalhar na área.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter bibliográfico e qualitativo, sendo fundamentada em artigos científicos disponíveis em repositórios acadêmicos, como a plataforma SciELO, a fim de garantir embasamento teórico ao estudo. Com base nesse referencial, elaboraram-se perguntas para uma entrevista estruturada em formato de podcast.

A entrevista foi realizada no dia 9 de setembro de 2025, na UNIARP, com uma psicóloga atuante no ambiente hospitalar, utilizando um conjunto de questões previamente definidas para explorar aspectos específicos do tema investigado. O áudio foi posteriormente transcrito e analisado qualitativamente, buscando-se identificar padrões e temas recorrentes nas respostas.

A análise dos dados ocorreu de forma integrada, relacionando as respostas obtidas com os conceitos encontrados na literatura, de modo a promover uma discussão crítica e aprofundada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista realizada reforça os achados da literatura ao evidenciar o quanto o trabalho do psicólogo hospitalar é permeado por desafios emocionais e estruturais, mas também por significados profundos ligados à humanização do cuidado. A profissional entrevistada descreve que o contato inicial com a Psicologia Hospitalar surgiu de uma experiência pessoal de luto, o que demonstra como o vínculo afetivo e a empatia podem se transformar em motivação para o exercício da profissão, além de reforçar a ideia de que as atribuições do psicólogo hospitalar vão

muito além do cuidado com o paciente, estendendo-se ao cuidado e acolhimento com os familiares.

Em sua rotina de trabalho, a profissional relata intensa sobrecarga emocional, portanto reforça a necessidade de preparo interno para lidar com situações de dor e perda, especialmente em contextos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Dessa forma, revela a importância do autoconhecimento, autocuidado e também preparo técnico como ferramentas indispensáveis à saúde mental do próprio profissional, bem como ao exercício pleno da profissão. Pinto, Cavalcanti e Maia (2022) também dissertam sobre o assunto em sua produção científica, destacando que a complexidade emocional, em especial de pacientes em estado crítico, exige preparo técnico, resiliência e manejo constante de sentimentos como impotência, frustração e angústia diante da dor e da finitude da vida.

Com relação aos desafios enfrentados, Queiroz et al. (2020) destaca que a psicologia hospitalar lida com a falta de espaços adequados, o pouco reconhecimento da função pelo corpo clínico e a carência de integração entre profissionais, fatores que dificultam o acolhimento e a prática interdisciplinar. Além disso, Lara e Kurogi (2022) afirmam que a desvalorização do psicólogo dentro das equipes pode gerar isolamento e limitar sua participação nos processos decisórios.

Em contraste com os achados da literatura, a profissional entrevistada aponta um cenário de valorização crescente do psicólogo dentro da equipe multiprofissional. Em seu contexto, há abertura ao diálogo e integração nas decisões clínicas, especialmente em momentos delicados como a comunicação de óbitos ou a condução de cuidados paliativos. Essa diferença sugere avanços pontuais em determinados serviços, demonstrando que o reconhecimento do papel do psicólogo pode variar conforme a cultura institucional e o engajamento da equipe, tendo influência direta na qualidade do trabalho desempenhado.

Outro ponto de destaque é a atuação nos cuidados paliativos, que a profissional descreve como um processo voltado à qualidade de vida e ao respeito à subjetividade do paciente. A ênfase no conforto e no vínculo com a família reforça o caráter humanizado dessa prática, reafirmando o papel do psicólogo como mediador do sofrimento e facilitador de despedidas mais dignas. Tal perspectiva amplia a compreensão do cuidado hospitalar para além da cura, aproximando-se das abordagens contemporâneas que reconhecem o valor da escuta.

Por fim, a entrevista também ressalta a necessidade de mais profissionais atuando na área, sobretudo em UTI, onde a demanda emocional e o número de pacientes são elevados. Essa observação reforça a urgência de políticas institucionais que garantam condições adequadas de trabalho, reconheçam a importância da escuta e acolhimento psicológico, fortalecendo a dimensão subjetiva do cuidado em saúde. Mesmo diante das dificuldades, suas falas revelam que o sentido da profissão está em oferecer acolhimento, esperança e dignidade, valores que sustentam a essência não só da Psicologia Hospitalar, como da Psicologia como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica e da entrevista realizada, observa-se que a Psicologia Hospitalar ocupa um papel indispensável na promoção do cuidado integral em saúde, atuando

não apenas sobre o sofrimento psíquico do paciente, mas também sobre as dinâmicas relacionais que envolvem familiares e equipes multiprofissionais. O estudo permitiu compreender que, embora a atuação do psicólogo hospitalar ainda vivencie entraves estruturais e institucionais, há um movimento crescente de reconhecimento e valorização desse profissional em alguns contextos hospitalares.

A experiência da entrevistada revela que o exercício da Psicologia Hospitalar ultrapassa os limites técnicos, exigindo do profissional uma profunda capacidade de escuta, empatia e manejo emocional diante de situações de dor, perda e finitude. Sua trajetória demonstra como o engajamento afetivo pode se transformar em vocação e compromisso ético com a humanização da assistência. Essa dimensão subjetiva do trabalho reafirma a importância de o psicólogo desenvolver autoconhecimento e estratégias de autocuidado, prevenindo o desgaste emocional e garantindo qualidade na escuta e na intervenção.

Além disso, destaca-se a relevância da integração do psicólogo às equipes multiprofissionais, uma vez que o diálogo e o reconhecimento mútuo favorecem a construção de um cuidado mais sensível, colaborativo e efetivo. A presença do psicólogo em momentos críticos, como na comunicação de más notícias e nos cuidados paliativos, demonstra que sua atuação é fundamental não apenas para o paciente, mas também para o fortalecimento emocional dos familiares e dos próprios profissionais de saúde.

Por fim, conclui-se que a Psicologia Hospitalar é uma área que demanda constante aprimoramento técnico e emocional, bem como o fortalecimento de políticas institucionais que assegurem condições adequadas de trabalho e ampliem a presença de psicólogos nos diferentes setores hospitalares. Apesar dos desafios, trata-se de uma especialidade profundamente significativa, que reafirma a dimensão humana do cuidado e o papel essencial da escuta psicológica na promoção da dignidade e da vida, mesmo em seus limites mais delicados. Dessa forma, o trabalho do psicólogo hospitalar transcende a técnica e se torna um ato de humanidade, um gesto de presença diante da dor, que transforma sofrimento em cuidado e finitude em sentido.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Milene de Moura *et al.* Sofrimento e Despersonalização nos Hospitais: os desafios do psicólogo hospitalar. **Research, Society And Developement**, v. 11, n. 17, p. p. e273111739217, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39217. Acesso em: 12 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos serviços hospitalares do SUS**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp_web1.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025

LARA, Lucas Pimentel de; KUROGI, Luciana Tiemi. O (a)parecer da psicologia hospitalar em equipe multiprofissional. **Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v25n1/02.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

MENDES, Bruno Henrique; LACERDA, Jefferson Reis. BARRETO, Andréia Cristina. Psicologia Hospitalar e Políticas Públicas de Saúde: Uma Análise do Fazer da Psicologia Nos Hospitais do SUS. Id on Line Revista de Psicologia, v. 14, n. 53, p. 1173-1188, 2020. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2852. Acesso em: 12 ago. 2025.

PINTO, Karina Danielly Cavalcanti; CAVALCANTI, Alessandra do Nascimento; MAIA, Eulália Maria Chaves. Princípios, desafios e perspectivas dos cuidados paliativos no contexto da equipe multiprofissional: revisão da literatura. Psicología, Conocimiento y Sociedad, Montevideo, v. 10, n. 3, p. 226-257, 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262020000300151. Acesso em: 12 ago. 2025.

QUEIROZ, Lorrayne Leandro Galdino de *et al.* A psicologia na maternidade hospitalar: um relato de experiência. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 32, n. 1, p. 57-63, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/sYQKkhsgm8XCZcjmFVNLmmD/?lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2025.

PERIGOS DA AUTOMEDICAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE OS RISCOS À SAÚDE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Categoria: Projeto Integrador

Agatha Soares Borba[6]
Alisson Pinheiro[7]
Sabrina Souza[8]
Vitor Lucas Rotta[9]
Sônia de Fátima Gonçalves[10]

Resumo – A automedicação é definida pelo Ministério da Saúde (2012) como o uso de medicamentos sem prescrição médica, sendo prática recorrente no Brasil e um problema de saúde pública. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2001), entre os fatores que favorecem a automedicação em crianças e adolescentes estão a repetição de prescrições anteriores, a influência de familiares, a facilidade de acesso a fármacos e a dificuldade de atendimento médico rápido. Elisabetsky et al. (2021) observam que os medicamentos mais utilizados são analgésicos, antitérmicos e antibióticos, o que aumenta o risco de intoxicações, reações adversas e interações medicamentosas. Os autores Cordioli et al. (2015) e Elisabetsky et al., (2021) ressaltam que o uso inadequado pode provocar intoxicação, mascaramento de sintomas e resistência bacteriana. Esses riscos são ainda mais graves na infância, pois o metabolismo e o desenvolvimento neurológico tornam a criança mais vulnerável. Durante a adolescência, conforme Silva e Giugliani (2004), a prática se intensifica pelo desejo de autonomia e pela influência do grupo social, levando ao uso inadequado de medicamentos para dor, sono ou ansiedade. O Ministério da Saúde (2012) reforça que o uso racional de medicamentos depende da prescrição correta e de orientação profissional, exigindo políticas públicas e educação em saúde para reduzir os riscos da automedicação.

Palavras-chave: Saúde. Crianças. Medicamentos. Epidemiológico. Riscos.

INTRODUÇÃO

A automedicação em crianças é um problema que vai muito além de uma simples decisão familiar, é um desafio global de saúde pública que se torna ainda mais complexo em países onde medicamentos são acessíveis sem prescrição médica. A facilidade de compra, a falta de acesso a serviços de saúde e a desinformação criam um cenário perigoso no qual país e responsáveis, na tentativa de aliviar o sofrimento de seus filhos, acabam por expô-los a riscos sérios e, muitas vezes, desconhecidos. De acordo com uma pesquisa feita por Pereira et al. (2007) no Brasil, a

[6]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[9]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[10]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

prevalência da automedicação em crianças é pouco estudada e de forma não sistemática, com a prevalência variando entre 7,1% e 53,2%.

Diante desse panorama, um estudo epidemiológico de base populacional foi realizado em crianças e adolescentes com idade igual ou inferior a 18 anos, em duas cidades de médio porte do interior de São Paulo (Limeira e Piracicaba) pelos autores citados anteriormente. O objetivo desse estudo foi determinar a prevalência da automedicação em crianças e adolescentes nesses municípios e correlacionar os resultados com indicadores sociodemográficos e com o uso de serviços de saúde pública ou privada.

Este trabalho tem como objetivo principal iluminar essa realidade. Não se trata de julgar, mas sim de informar e capacitar a população, apresentando dados concretos e desmistificando crenças populares. Ao longo deste estudo, vamos compreender os perigos da automedicação, explorar suas causas sociais e, o mais importante, oferecer um guia seguro para a saúde das nossas crianças.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, pois busca compreender e discutir os riscos da automedicação infantil por meio da sensibilização da comunidade acadêmica e da população em geral. Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, enquanto a pesquisa descritiva procura expor características de determinado fenômeno.

O procedimento técnico adotado será a realização de uma palestra educativa, fundamentada em dados científicos sobre os perigos da automedicação, seus fatores associados e as consequências para a saúde. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a utilização de atividades educativas permite a difusão do conhecimento e a promoção da conscientização coletiva, contribuindo para mudanças de comportamento.

A palestra contará com recursos visuais (livreto vitural informativo) e linguagem acessível, de modo a facilitar a compreensão do conteúdo. Além disso, haverá espaço para perguntas e discussões, com o objetivo de estimular a reflexão crítica e o diálogo com os participantes. O público-alvo da ação educativa será composto por usuários do SUS, participantes dos grupos de apoio, com estimativa de alcançar aproximadamente 50 participantes. O local de realização será nas UBS's do município de Caçador/SC.

Assim, esta metodologia busca não apenas apresentar informações, mas também provocar reflexões e incentivar práticas seguras relacionadas ao uso de medicamentos em crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa foi desenvolvida com um grupo de seis gestantes vinculadas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos bairros Berger, Alto Bonito e Vila Paraíso. O encontro contou com a presença de duas enfermeiras responsáveis pelas respectivas unidades, uma agente comunitária de saúde que prontamente explicou sobre IST's, prevenção e cuidados, e duas acadêmicas de

Medicina da UNIARP, que abordaram temas complementares sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido. A atividade teve duração aproximada de quarenta minutos e utilizou como principal recurso o livreto informativo intitulado "Automedicação: Riscos e Consequências em Crianças e Adolescentes", elaborado pelos acadêmicos de Psicologia com base em fontes científicas e diretrizes do Ministério da Saúde.

Durante a roda de conversa, observou-se que todas as gestantes relataram já ter praticado automedicação em algum momento da vida, seja em relação a si mesmas ou a familiares. Esse dado reforça o cenário nacional, no qual a automedicação é uma prática amplamente difundida entre mulheres em idade reprodutiva. De acordo com Ruiz (2022), esse comportamento decorre de fatores como a facilidade de acesso a medicamentos, a influência cultural e a percepção equivocada de que experiências anteriores garantem segurança no uso de fármacos. Esse padrão, quando associado à gestação, torna-se ainda mais preocupante, pois o consumo de medicamentos sem prescrição pode gerar riscos teratogênicos, alterações no desenvolvimento fetal e complicações para a saúde materna.

No caso das participantes, os relatos evidenciaram que a automedicação ocorre principalmente por questões de praticidade, falta de tempo para buscar atendimento médico e repetição de condutas aprendidas em contextos familiares. Tais achados dialogam com o estudo de Ferreira et al. (2023), o qual identificou que o comportamento de automedicação está associado à crença de autossuficiência no manejo de sintomas e à ausência de informações adequadas sobre o uso racional de medicamentos. Essa realidade reforça a importância de estratégias educativas que promovam o pensamento crítico e o empoderamento dos usuários no cuidado à própria saúde.

O livreto informativo elaborado para a ação apresentou-se como um instrumento eficaz na mediação do conhecimento, pois utilizou linguagem acessível, ilustrações didáticas e informações cientificamente embasadas, conforme orienta a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) sobre a importância da comunicação clara em campanhas de educação em saúde. Segundo Farias et al. (2023), materiais educativos desse tipo funcionam como ferramentas de prevenção e conscientização, favorecendo a compreensão da população sobre o uso racional de medicamentos e estimulando o comportamento preventivo. Durante a atividade, o livreto foi utilizado para guiar o diálogo e fomentar reflexões sobre temas como o uso indevido e o reaproveitamento de medicamentos; além disso, discutiu-se o descarte incorreto de fármacos e seus impactos na saúde e no meio ambiente.

A discussão também incluiu práticas complementares e seguras que podem ser adotadas no ambiente doméstico, como compressas mornas ou frias, hidratação adequada, repouso, alimentação equilibrada e uso moderado de chás naturais com propriedades calmantes ou digestivas. Essas medidas foram apresentadas como alternativas que contribuem para o bem-estar, desde que acompanhadas de orientação profissional. Essa abordagem vai ao encontro do que destacam Santos e Lima (2021), ao defenderem que a educação em saúde deve promover não apenas a transmissão de informações, mas a construção de autonomia e corresponsabilidade no cuidado.

A presença de profissionais e acadêmicos de diferentes áreas foi essencial para o sucesso da ação. Enquanto as acadêmicas de Medicina contribuíram com orientações técnicas sobre cuidados neonatais, os estudantes de Psicologia exerceram papel mediador na escuta, na facilitação do diálogo e na sensibilização das participantes. Essa integração reforça o que afirmam Farias et al. (2023), para quem a interdisciplinaridade é um elemento-chave na promoção da saúde e na construção de práticas educativas transformadoras.

De modo geral, a ação educativa demonstrou que a combinação entre o diálogo, o material informativo e a mediação interdisciplinar é capaz de gerar impactos positivos no conhecimento e na reflexão crítica das gestantes. A utilização do livreto como suporte didático contribuiu significativamente para a assimilação do conteúdo e para a mudança de percepção em relação à automedicação, evidenciando o potencial das ações educativas como estratégias de prevenção e promoção da saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da ação educativa sobre os riscos da automedicação evidenciou a relevância das práticas de educação em saúde como estratégia preventiva e de conscientização comunitária. A experiência possibilitou identificar que a automedicação ainda é uma prática comum entre gestantes, geralmente associada à facilidade de acesso a medicamentos, à repetição de hábitos familiares e à falta de orientação adequada. Conforme destacam Ruiz (2022) e Ferreira et al. (2023), a ausência de informação e a crença na autossuficiência no cuidado favorecem o uso inadequado de fármacos, reforçando a necessidade de ações educativas contínuas e acessíveis.

O uso do livreto "Automedicação: Riscos e Consequências em Crianças e Adolescentes" mostrou-se eficaz como recurso pedagógico para mediar o diálogo e promover reflexão sobre os riscos do uso indevido de medicamentos. Sua linguagem simples e estrutura visual contribuíram para o engajamento das gestantes, tornando o aprendizado mais significativo. Farias et al. (2023) ressaltam que materiais educativos bem construídos favorecem a adesão da comunidade a comportamentos de saúde mais seguros, especialmente quando utilizados em espaços de diálogo participativo.

Além de gerar impacto informativo, a ação proporcionou aos acadêmicos o aprimoramento de habilidades fundamentais, como comunicação clara, empatia e flexibilidade diante de imprevistos. Para Santos e Lima (2021) esse aprendizado prático reforça a compreensão de que a educação em saúde vai além da transmissão de informações, envolvendo escuta ativa, troca de saberes e valorização do contexto social dos participantes.

Conclui-se que a iniciativa alcançou seu propósito ao promover a conscientização das gestantes sobre os perigos da automedicação e incentivar o comportamento preventivo. A experiência reforça a importância de investir em ações educativas planejadas, com linguagem acessível e recursos didáticos adequados, capazes de gerar reflexão crítica e promover mudanças de atitude. Dessa forma, evidencia-se o papel da educação em saúde como ferramenta essencial para o fortalecimento do autocuidado e para a construção de uma cultura de saúde mais segura e responsável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_temas_selecionados.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

CORDIOLI, A. V.; BARTH, A. L.; LIMA, M. M. Farmacologia aplicada às doenças infecciosas. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ELISABETSKY, E.; OLIVEIRA, R. M.; MACHADO, M. Uso inadequado de medicamentos e seus riscos. Revista Brasileira de Farmacologia Clínica, v. 9, n. 2, p. 45–54, 2021. Disponível em: https://rbfc.emnuvens.com.br/revista/article/view/221. Acesso em: 26 out. 2025.

FARIAS, M. L. et al. Educação em saúde como estratégia articulada entre Farmácia Universitária e Escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro para a promoção do uso racional de medicamentos. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 14, n. 2, p. 114–123, 2023. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11306. Acesso em: 26 out. 2025.

FERREIRA, D. A. et al. Comportamento de profissionais e trabalhadores da saúde quanto ao uso racional de medicamentos. Journal of the Academy of Fundamental Pharmacy, v. 3, n. 1, p. 45–56, 2023. Disponível em: https://ojs.jaff.org.br/ojs/index.php/jaff/article/view/694. Acesso em: 26 out. 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Promoting rational use of medicines: core components. Geneva: World Health Organization, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/handle/10665/67438. Acesso em: 26 out. 2025.

PEREIRA, F. S. et al. Prevalência da automedicação em crianças e adolescentes no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 3, p. 364–370, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/7jZqX5V3pBrvZ3JzD7zTn5s. Acesso em: 26 out. 2025.

RUIZ, A. P. A automedicação no Brasil e a atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. Revista Saúde Multidisciplinar, v. 8, n. 2, p. 55–67, 2022. Disponível em: https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/353. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, R. F.; LIMA, P. C. Educação em saúde e autonomia do usuário: práticas e desafios na atenção básica. Revista de Saúde Coletiva, v. 31, n. 4, p. 1120–1134, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/rsc/article/view/5425. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, C. H.; GIUGLIANI, E. R. J. Comportamento de automedicação em adolescentes brasileiros. Jornal de Pediatria, v. 80, n. 5, p. 403–408, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/G6tYz4Rk3h5Q4Pf8BmjYt9m. Acesso em: 26 out. 2025.

A PRIMEIRA ESCUTA NUNCA SE ESQUECE: ONDE NASCE A IDENTIDADE DO PSICÓLOGO

Categoria: Projetos Integradores

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Pamela Baziuk[2]
Natanael Fernandes de Negreiros[3]
Vanessa Andrade Moreira[4]
Cristhian Rodrigues[5]
Sônia de Fátima Gonçalves[6]

Resumo – O estudo aborda o início da carreira do psicólogo, destacando os desafios, descobertas e aprendizados vivenciados na transição entre a formação acadêmica e o exercício profissional. O objetivo foi compreender como a escuta e a prática cotidiana contribuem para a construção da identidade e do compromisso ético da profissão. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, foi desenvolvida na disciplina de Projeto Integrador do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, por meio de entrevistas presenciais com profissionais atuantes em diferentes áreas, como Clínica, Jurídica, Educacional, Social, Organizacional, Inclusão e Docência. Os resultados evidenciaram que o início da carreira é um período de adaptação emocional e técnica, marcado pela necessidade de maturidade, reflexão e desenvolvimento contínuo. A escuta emergiu como ferramenta essencial de construção profissional e de autoconhecimento, enquanto o compromisso ético e social consolidou-se como base da atuação psicológica. Conclui-se que o início da trajetória do psicólogo representa um processo de formação permanente, no qual teoria e prática se unem na transformação do profissional e da realidade em que ele atua.

Palavras-chave: psicologia; carreira profissional; escuta; identidade; prática profissional.

INTRODUÇÃO

A formação em Psicologia é um processo de descobertas, desafios e amadurecimento pessoal que se intensifica no início da vida profissional. Esse momento representa o encontro entre o conhecimento teórico adquirido durante a graduação e a realidade concreta da prática, na qual o psicólogo passa a lidar com emoções, histórias e contextos humanos complexos. É nesse período que surgem as primeiras experiências que moldam a identidade profissional,

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

exigindo do recém-formado equilíbrio emocional, sensibilidade ética e constante reflexão sobre o próprio papel social.

De acordo com Bordignon (2021), o ingresso no mercado de trabalho após o ensino superior requer "ajustes pessoais e profissionais diante das demandas e desafios da realidade social". Essa transição é marcada por inseguranças e expectativas, mas também por descobertas que fortalecem a compreensão do ser psicólogo em sua dimensão integral. A passagem do ambiente acadêmico para o exercício profissional é um momento de autoconhecimento e de reafirmação do compromisso com a escuta, o acolhimento e a transformação social.

Os primeiros passos na carreira revelam contrastes entre o ideal construído na universidade e as exigências do cotidiano. Segundo Lima et al. (2023), a formação acadêmica oferece fundamentos indispensáveis, mas "o enfrentamento das situações reais de trabalho exige maturidade emocional e reflexão contínua". O conhecimento técnico é essencial, porém insuficiente quando desvinculado da vivência prática e da capacidade de lidar com a imprevisibilidade da experiência humana. É por meio das vivências e do contato direto com pessoas e instituições que o psicólogo transforma a teoria em ação consciente e significativa.

As entrevistas realizadas com profissionais de diferentes áreas, como Psicologia Clínica, Jurídica, Educacional, Social, Organizacional, Inclusão e Docência, permitiram compreender as diversas dimensões da prática psicológica. Cada relato mostrou que a primeira escuta, seja em um consultório, em um centro de referência, em uma escola, em uma empresa ou em uma sala de aula, marca profundamente a trajetória profissional. Essa primeira experiência é simbólica porque representa o encontro entre o conhecimento e a sensibilidade, entre o saber técnico e a empatia necessária para acolher o outro.

Conforme afirmam Silva e Melo-Silva (2021), as transições de carreira envolvem estratégias de enfrentamento que combinam realização pessoal e adaptação às exigências do contexto. Na Psicologia, esse processo se manifesta por meio da capacidade de o profissional sustentar vínculos, compreender emoções e atuar com ética diante da diversidade humana. Assim, a identidade do psicólogo nasce da escuta, do diálogo e da reflexão constante sobre o próprio fazer.

A relevância deste estudo está em destacar que o início da carreira não é apenas o começo de uma trajetória profissional, mas o despertar de uma consciência sobre o papel do psicólogo na sociedade contemporânea. O tema é socialmente importante por revelar as condições reais de inserção desses profissionais e teoricamente relevante por dialogar com autores que analisam o início da carreira como um processo formador de identidade. Com isso, a pesquisa propõe uma reflexão sobre como a primeira escuta, literal e simbólica, constitui o ponto de partida da identidade psicológica e consolida a passagem do estudante para o profissional.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, foi realizada na disciplina de Projeto Integrador do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. O estudo teve como

propósito compreender os desafios e aprendizados do psicólogo em início de carreira, com base em entrevistas presenciais realizadas no segundo semestre de 2025.

Foram entrevistados três profissionais atuantes em diferentes áreas da Psicologia: Clínica, Jurídica, Educacional, Social, Organizacional, Inclusão e Docência. A escolha dos participantes ocorreu por sua experiência diversificada e disponibilidade para contribuir com reflexões sobre o começo da trajetória profissional.

As entrevistas ocorreram em espaços institucionais, como o Centro de Referência de Assistência Social e a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Utilizou-se o formato de entrevista livre, sem roteiro estruturado, para favorecer a espontaneidade e a autenticidade das falas.

Os registros foram realizados por meio de anotações diretas, respeitando os princípios éticos da Psicologia e a confidencialidade dos participantes. A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, relacionando os relatos às reflexões teóricas de Bordignon (2021), Lima et al. (2023) e Silva e Melo-Silva (2021), com o intuito de compreender como essas vivências contribuem para a construção da identidade profissional e para o fortalecimento da prática psicológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O INÍCIO DA CARREIRA COMO DESAFIO E DESCOBERTA

O início da carreira do psicólogo representa uma fase de intensas descobertas e reconfiguração do papel aprendido na universidade. As entrevistas mostraram que esse período é marcado por insegurança, instabilidade e amadurecimento emocional. Conforme Bordignon (2021), a transição entre formação e prática profissional envolve "reajustes pessoais e profissionais diante das demandas e desafios da realidade social", o que reflete as vivências relatadas pelos participantes da pesquisa.

Os resultados revelaram que o início da trajetória é permeado por dúvidas e medos, mas também por motivação e desejo de crescimento. A passagem do ambiente acadêmico para o campo profissional exige a aplicação do conhecimento teórico em situações complexas, exigindo sensibilidade e equilíbrio emocional. Lidar com o sofrimento humano requer preparo técnico e a capacidade de reconhecer limites, desenvolver estratégias de autocuidado e manter o compromisso ético com a escuta e o acolhimento.

Observou-se que o reconhecimento profissional é um processo gradual, construído a partir da experiência e da persistência. Muitos enfrentam desafios na inserção no mercado e percebem a importância de formar redes de apoio e de colaboração. Segundo Lima et al. (2023), "o enfrentamento das situações reais de trabalho exige maturidade emocional e reflexão contínua", confirmando a necessidade de vivência prática para consolidar a identidade profissional.

A diversidade de contextos da Psicologia, clínica, social, educacional, organizacional, jurídica e de inclusão, foi destacada como fator que amplia o olhar do profissional, mas também exige constante adaptação. O trabalho coletivo e a troca entre colegas mostraram-se

fundamentais para o desenvolvimento humano e técnico. Essa experiência de cooperação fortalece o pertencimento à profissão e simboliza o que Bordignon (2021) denomina "amadurecimento coletivo da prática psicológica", que nasce do diálogo, da escuta e da vivência compartilhada.

A ESCUTA COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL

A escuta surgiu como elemento central da prática psicológica e um dos primeiros desafios enfrentados no início da carreira. Aprender a escutar com empatia, sem julgamentos e com presença genuína, mostrou-se um processo que exige tempo e amadurecimento. Embora seja abordada na formação acadêmica, essa habilidade só ganha profundidade na vivência profissional, quando o psicólogo precisa equilibrar técnica e sensibilidade. Segundo Lima et al. (2023), "a formação teórica é essencial, mas o enfrentamento das situações reais de trabalho exige maturidade emocional e reflexão contínua".

Os resultados indicaram que a escuta ultrapassa o campo técnico, tornando-se um exercício emocional e relacional. No início da carreira, muitos profissionais relataram a dificuldade em separar o conteúdo profissional das próprias emoções, percebendo que o envolvimento excessivo pode comprometer o equilíbrio necessário ao atendimento. Esse aprendizado gradual reforça a importância do autocuidado, da supervisão e da reflexão ética como instrumentos de sustentação da prática. Conforme Bordignon (2021), o desenvolvimento profissional é um "aprendizado circular", no qual o psicólogo se transforma à medida que escuta e se permite ser afetado pelo outro.

A escuta também se revelou um caminho de autoconhecimento e identidade. Em diferentes contextos, especialmente em situações de vulnerabilidade, o psicólogo aprende a adaptar-se e a exercer a empatia como forma de resistência e compromisso humano. Essa postura confirma o que Silva e Melo-Silva (2021) apontam ao destacar a resiliência e a adaptação como fundamentos das transições profissionais. Escutar o outro é, portanto, um ato de transformação recíproca, que marca simbolicamente o nascimento da identidade do psicólogo.

O PSICÓLOGO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os resultados apontam que os profissionais compreendem sua atuação como instrumento de transformação social. A Psicologia, segundo os participantes, não se restringe à clínica individual, mas se expande para múltiplos espaços de intervenção, contribuindo para o bem-estar coletivo e para a construção de uma sociedade mais empática e consciente. Bordignon (2021) enfatiza que a Psicologia deve ser vista como uma prática comprometida com a realidade social e com o desenvolvimento humano em sua totalidade.

A atuação em diferentes contextos, como instituições de ensino, políticas públicas, empresas e espaços de assistência, mostrou-se essencial para ampliar o alcance da profissão. Os entrevistados destacaram que o psicólogo precisa compreender as dinâmicas sociais e culturais que influenciam o comportamento humano, atuando de forma ética e contextualizada. Essa perspectiva está em consonância com Lima et al. (2023), que reforçam a necessidade de adaptar o trabalho às especificidades de cada realidade social.

Os relatos evidenciaram também que o papel social do psicólogo se manifesta na promoção de vínculos, no enfrentamento das desigualdades e na defesa dos direitos humanos. O trabalho interdisciplinar foi apontado como ferramenta indispensável para lidar com problemáticas complexas, permitindo ações mais integradas e eficazes. Essa colaboração reflete o que Silva e Melo-Silva (2021) descrevem como "estratégias de enfrentamento compartilhadas", fundamentais para o fortalecimento da prática profissional.

Os participantes ressaltaram que o exercício da Psicologia exige compromisso ético e reflexão constante. O psicólogo atua como mediador entre o sofrimento e a possibilidade de mudança, entre o individual e o coletivo. A compreensão de que o trabalho psicológico tem impacto social direto faz parte da formação da identidade profissional e da consolidação da autonomia técnica.

Outro aspecto discutido foi o equilíbrio entre o cuidado com o outro e o cuidado de si. O cotidiano da profissão envolve contato contínuo com o sofrimento, o que pode gerar sobrecarga emocional. Os entrevistados destacaram que o autocuidado, a supervisão e a busca por apoio são essenciais para garantir a qualidade do atendimento e a saúde mental do próprio profissional. Essa postura reafirma o compromisso ético e humano que caracteriza a Psicologia contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o início da carreira do psicólogo permitiu compreender que a transição entre a formação acadêmica e a atuação profissional é um processo de aprendizado constante, repleto de desafios, descobertas e transformações pessoais. As entrevistas realizadas evidenciaram que o começo da trajetória é um período de adaptação, em que o profissional precisa desenvolver segurança, maturidade emocional e identidade ética diante das múltiplas demandas humanas e sociais.

Os resultados mostraram que a escuta é o eixo central da prática psicológica e o principal instrumento de construção profissional. Por meio dela, o psicólogo aprende a compreender o outro, a reconhecer seus próprios limites e a transformar o conhecimento teórico em prática significativa. O início da carreira se revelou, portanto, um espaço de crescimento mútuo, onde o contato com diferentes realidades amplia a sensibilidade e o compromisso social da profissão.

A atividade extensionista proporcionou uma vivência formativa essencial, aproximando os acadêmicos do cotidiano real da Psicologia e fortalecendo a integração entre teoria, prática e ética. Essa experiência reafirmou a importância da formação continuada, do trabalho interdisciplinar e do autocuidado como pilares para o exercício profissional responsável e humanizado.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o número reduzido de participantes, o que restringe a generalização dos resultados. Ainda assim, as reflexões obtidas contribuíram significativamente para o entendimento das dificuldades e conquistas que marcam o início da carreira. Como sugestão, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a amostra e explorem de forma comparativa as diferentes áreas da Psicologia, possibilitando uma análise mais abrangente sobre as trajetórias profissionais.

A experiência reforçou que ser psicólogo é um processo contínuo de construção. A primeira escuta, simbólica e real, representa o início de uma jornada que une conhecimento, sensibilidade e compromisso com o ser humano em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Gabriela Luana Hennig. Do ensino superior ao mercado de trabalho e início de carreira: a contribuição da psicologia. **Revista Universo Psi**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1905. Acesso em: 20 Out. 2025.

LIMA, Anny Beatriz Cavalcanti; AZEVEDO, Regina Lígia Wanderley de; LIMA, Flávio Lúcio Almeida; MAGALHÃES, Raphaella Stephannie Rosa. A influência da formação acadêmica e os desafios da atuação profissional de psicólogos clínicos recém-formados. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 8, e0612842742, ago. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373105320_A_influencia_da_formacao_academica_e_os_desafios_da_atuacao_profissional_de_psicologos_clinicos_recem-formados.. Acesso em: 20 Out. 2025.

SILVA, Marlize Paulo; MELO-SILVA, Lucy Leal. Transições na carreira na perspectiva de psicólogos: motivos e estratégias de enfrentamento. **Interação em Psicologia**, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 25, n. 1, 2021. DOI: 10.5380/riep.v25i1.70715. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/70715. 20 Out. 2025.

PODMENTE: A PERSPECTIVA ACADÊMICA FRENTE AOS DESAFIOS DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA

Categoria: Projeto Integrador III

Emily Camily Almeida[1]
Jennifer Gois de Lara[2]
Tarsila Scherer Oliveira[3]
Sonia de Fatima Gonçalves[4]

Resumo – O objetivo deste estudo consiste em analisar a perspectiva acadêmica sobre os principais desafios contemporâneos na atuação psicológica, explorando a interface entre a teoria, a prática baseada em evidências e as complexas demandas sociais. Será discutido o papel da academia na formação de um profissional crítico e ético, capaz de responder a contextos como a diversidade, a saúde mental pública e os avanços tecnológicos. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e analítico, fundamentada na literatura científica especializada, pertencente às bibliotecas digitais. O questionamento inicial partiu de como a academia, através de iniciativas como o PodMente, se posiciona e instrumentaliza os discentes para os desafios práticos. Desta forma, diversos artigos foram selecionados, e àqueles com maior relevância apontam a necessidade de uma formação contínua, a importância do trabalho em rede multiprofissional e os imperativos éticos que orientam uma prática psicológica responsável e eficaz.

Palavras-chave: Psicologia Acadêmica. Atuação Psicológica. Formação do Psicólogo.

INTRODUÇÃO

A formação acadêmica é um dos alicerces de maior importância para a qualificação e a legitimidade da atuação profissional em Psicologia. Considerada como um processo fundamental, a perspectiva universitária desempenha um papel crucial na construção de uma prática ética, crítica e baseada em evidências. No contexto atual, a reflexão promovida por iniciativas como o PodCast ganhou destaque, impulsionada pela necessidade de responder a demandas sociais complexas e em constante transformação.

Os desafios contemporâneos da atuação psicológica têm se tornado uma preocupação central para a categoria profissional, levando em consideração fatores como a diversidade cultural, a saúde mental coletiva, os avanços tecnológicos e as pressões por efetividade nas intervenções. O cenário atual apresenta um campo fértil para a investigação sobre como a

[1] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

universidade pode instrumentalizar o discente para lidar com essas realidades, assegurando uma atuação tanto teoricamente sólida quanto socialmente relevante.

Neste panorama, este artigo tem como finalidade fornecer uma análise sobre o papel da perspectiva acadêmica na superação dos obstáculos da prática psicológica, com enfoque nas contribuições de projetos de divulgação científica como o PodMente. Será discutido de que modo o conhecimento acadêmico impacta a formação de competências, a tomada de decisão ética e a promoção de intervenções contextualizadas, analisando suas implicações na clínica, na saúde pública, nas organizações e nas políticas sociais.

Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e analítico, utilizando artigos e livros especializados que investigam a interface entre a academia e a prática profissional. O artigo buscará fornecer uma visão panorâmica e atualizada sobre esse diálogo, baseado em evidências científicas e perspectivas teóricas, contribuindo para aprofundar a compreensão do papel da academia na garantia de uma atuação psicológica responsável e eficaz.

METODOLOGIA

Caracterizando-se como uma revisão bibliográfica, esta pesquisa apoia-se no entendimento de Lakatos (2021, p. 76), que destaca:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações eletrônicas, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido registrados de alguma forma (gravação ou transcrição verbal) (Lakatos, 2021, p. 76).

O presente estudo, desenvolvido no âmbito acadêmico para o Sedepex, adotando uma abordagem qualitativa de investigação, torna-se um campo de conhecimento. Como procedimento metodológico, optando-se pela realização de uma entrevista em grupo do tipo focal, registrada em formato de podcast. A escolha por esta técnica permite captar não apenas as percepções individuais, mas também a dinâmica de interação e o debate entre os participantes. Segundo Bardin (2011, p. 44), "a análise de conteúdo é uma metodologia que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação", o que mostra a adequação para interpretar as discussões emergentes sobre as dificuldades enfrentadas pelo psicólogo no contexto profissional.

O grupo composto por quatro participantes e selecionados intencionalmente para garantir a abrangência e a diversidade de perspectivas torna-se uma forma de viabilizar o tema. A amostra inclui três graduandos em Psicologia, matriculados no 4º, 8º e 10º períodos, e uma psicóloga já formada, com experiência de carreira. Essa composição permite um frutífero diálogo entre visões da formação inicial, do final da graduação e do exercício profissional já consolidado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise do conteúdo produzido no PodMente e na revisão bibliográfica realizada, foi possível perceber que a Psicologia enfrenta desafios cada vez mais complexos, exigindo do profissional uma formação crítica, ética e atualizada. O podcast possibilitou discutir de forma acessível temas importantes sobre a atuação psicológica e refletir sobre como a universidade prepara o estudante para lidar com essas questões na prática.

Durante o desenvolvimento do projeto, ficou evidente que a formação em Psicologia precisa ir além da teoria, valorizando experiências que estimulem o pensamento reflexivo e a aplicação do conhecimento em situações reais. As conversas e análises apresentadas no PodMente mostraram o quanto a integração entre teoria e prática contribui para o amadurecimento profissional e para a compreensão do papel social do psicólogo.

Outro ponto importante discutido foi a necessidade da formação contínua e do trabalho em equipe multiprofissional, já que o psicólogo frequentemente atua em parceria com outras áreas, o que exige escuta ativa, empatia e flexibilidade. Além disso, o avanço das tecnologias e das mídias digitais, tema presente nos episódios, trouxe reflexões sobre a responsabilidade ética do profissional frente às novas formas de comunicação e atendimento psicológico.

De forma geral, o PodMente mostrou-se uma ferramenta de aprendizagem significativa, pois permitiu relacionar os conteúdos acadêmicos com as vivências do cotidiano, estimulando o senso crítico e a compreensão dos desafios reais da profissão. Assim, o projeto reforçou o papel da academia como espaço de construção coletiva do saber e formação de psicólogos mais conscientes, humanos e comprometidos com as demandas da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, por meio desta pesquisa, que a perspectiva acadêmica, tal como apresentada pelo PodMente, configura-se como fundamental para o enfrentamento dos desafios contemporâneos da atuação psicológica acadêmica, instrumentalizando o discente com base científica e reflexão ética. Paralelamente, foi possível constatar que a integração entre teoria e prática é crucial para intervenções qualificadas e socialmente relevantes.

Um aspecto relevante identificado refere-se à importância contínua de iniciativas de divulgação científica que, como o PodCast, atuem como ponte entre a universidade e a comunidade. Evidencia-se, portanto, a necessidade de ampliar e fomentar espaços de discussão que promovam esta interlocução, fortalecendo uma psicologia rigorosa, acessível e sintonizada com as complexas demandas da atualidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/. Acesso em: 07 out. 2025.

PSICOLOGIA FINANCEIRA: COMO O DESEJO, O PODER, O DINHEIRO E AS PESSOAS INFLUENCIAM NOSSAS DECISÕES FINANCEIRAS

Categoria: Projetos Integradores

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – O artigo "Psicologia Financeira: Como o Desejo, o Poder, o Dinheiro e as Pessoas Influenciam Nossas Decisões Financeiras" analisa a intersecção entre Psicologia e finanças, examinando como elementos emocionais e sociais afetam as escolhas financeiras individuais. O objetivo geral é investigar como esses aspectos influenciam as decisões econômicas das pessoas. Os objetivos específicos são (I) compreender os motivadores que moldam o comportamento financeiro, (II) analisar os mecanismos psicológicos envolvidos nas escolhas financeiras, (III) explorar como desejo, poder e relações interpessoais afetam as decisões financeiras, (IV) integrar conceitos de Psicologia, Economia e Finanças para melhorar a gestão financeira e (V) desenvolver estratégias eficazes de educação financeira. Este estudo visa fornecer uma compreensão mais ampla das complexidades das decisões financeiras, considerando tanto aspectos racionais quanto emocionais e sociais. A pesquisa justifica-se pela crescente complexidade do mercado financeiro e das interações sociais que envolvem o dinheiro. Entender esses fatores pode aprimorar a educação financeira e a gestão de recursos, promovendo saúde financeira e bem-estar. Além disso, a pesquisa fundamenta a palestra para jovens em medidas socioeducativas, destacando a importância de abordar as necessidades emocionais e sociais no contexto financeiro.

Palavras-chave: Dinheiro. Gratificação. Relações. Influência. Comportamento.

INTRODUÇÃO

A Psicologia financeira estuda como aspectos emocionais e sociais influenciam decisões econômicas, considerando desejos, poder, dinheiro e relações interpessoais (El Khatib, 2024). Entender os motivadores que moldam o comportamento financeiro vai além da racionalidade tradicional (Meirelles, 2023). Compreender os mecanismos psicológicos nas escolhas financeiras pode levar a uma gestão mais eficaz do dinheiro, promovendo melhor saúde financeira (El Khatib, 2024). Este campo interdisciplinar integra Psicologia, Economia e Finanças, oferecendo insights para melhorar a forma como as pessoas lidam com suas finanças e desenvolver estratégias de educação financeira e gestão de recursos (El Khatib, 2024).

Este trabalho tem como objetivo geral investigar como aspectos emocionais e sociais influenciam decisões econômicas. Os objetivos específicos incluem (I) compreender motivadores

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que moldam o comportamento financeiro, (II) analisar mecanismos psicológicos nas escolhas financeiras para uma gestão eficaz do dinheiro, (III) explorar o impacto do desejo, poder e relações interpessoais nas decisões financeiras para promover saúde financeira, (IV) integrar conceitos de Psicologia, Economia e Finanças para aprimorar a gestão financeira e (V) desenvolver estratégias eficazes de educação financeira baseadas na compreensão dos aspectos emocionais e sociais que influenciam decisões econômicas.

A importância de compreender fatores emocionais e sociais que influenciam decisões econômicas é vital devido à complexidade crescente do mercado financeiro e das interações sociais. Integrar Psicologia, Economia e Finanças pode melhorar a educação financeira e a gestão de recursos, promovendo saúde financeira e bem-estar. Esses conhecimentos também podem apoiar políticas públicas e programas educativos mais eficazes, beneficiando a sociedade.

METODOLOGIA

A investigação sobre Psicologia Financeira e suas implicações nas decisões econômicas envolveu uma revisão de literatura dos últimos cinco anos, com base em artigos da SciELO, utilizando os descritores "Psicologia Financeira", "comportamento financeiro" e "influência emocional nas finanças". Essa etapa, fundamental para o embasamento teórico da atividade, possibilitou compreender os fatores emocionais, sociais e comportamentais que influenciam as decisões financeiras. A partir desse referencial, foi realizada uma atividade extensionista com abordagem qualitativa, incluindo palestras e dinâmicas com jovens de uma instituição de medidas socioeducativas e com alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Foram tratados temas como planejamento financeiro, gerenciamento de dívidas e orçamento pessoal, com exercícios práticos que estimularam o engajamento dos participantes. A atuação de profissionais capacitados e a criação de um ambiente acolhedor contribuíram para o impacto positivo da ação, destacando a relevância de integrar educação financeira e saúde emocional em intervenções adaptadas às realidades dos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPACITAÇÃO FINANCEIRA EM AMBIENTES ESCOLARES E GRUPOS DO CRAS: IMPACTOS E APRENDIZADOS

Durante as atividades de capacitação financeira em escolas e grupos do CRAS, foi evidente que muitos jovens tomam decisões impulsivas influenciadas por fatores emocionais e sociais. A educação financeira, nesse cenário, mostrou-se essencial para promover autocontrole e hábitos sustentáveis frente ao consumismo e à busca por gratificação imediata (Santos; Almeida, 2018). Com alunos do ensino fundamental, utilizamos uma abordagem lúdica para tratar temas como poupança, planejamento e distinção entre desejos e necessidades, gerando forte engajamento. A participação ativa em dinâmicas e jogos evidenciou a carência de compreensão sobre o valor simbólico do dinheiro (Meirelles, 2023).

Nos encontros com jovens em situação de vulnerabilidade no CRAS, adaptamos o conteúdo à sua realidade, discutindo estratégias contra o endividamento e destacando a influência das relações interpessoais e do contexto social nas decisões financeiras (Camargo; Domingos, 2021). Atividades como simulações de orçamento familiar reforçaram a importância

do controle emocional e da construção de redes de apoio. Através dos princípios da Psicologia Financeira, mostramos como compreender a simbologia do dinheiro pode fortalecer escolhas mais conscientes e equilibradas (Santos; Almeida, 2018). Ao final, distribuímos materiais educativos e brindes, incentivando a multiplicação do conhecimento. Essa abordagem integrada favoreceu não só a educação financeira, mas também o bem-estar emocional e social dos participantes (El Khatib, 2024).

A INFLUÊNCIA DO DESEJO E DA GRATIFICAÇÃO INSTANTÂNEA NAS DECISÕES FINANCEIRAS: REFLEXOS NO COMPORTAMENTO ECONÔMICO E NA ESTABILIDADE FINANCEIRA

A influência do desejo e da gratificação instantânea nas decisões financeiras tem sido amplamente estudada em pesquisas recentes devido ao impacto significativo desses fatores emocionais no comportamento econômico dos indivíduos. Estudos indicam que a busca por satisfação imediata está frequentemente associada a escolhas financeiras impulsivas e pouco sustentáveis a longo prazo, o que pode gerar desequilíbrios nas finanças pessoais e instabilidades econômicas mais amplas (El Khatib, 2024). Para promover a estabilidade financeira e conscientização sobre o planejamento financeiro, é essencial compreender a relação entre o desejo, a gratificação instantânea e as decisões financeiras.

Pesquisas enfatizam a importância de estratégias que ajudam os indivíduos a lidar com impulsos consumistas e a desenvolver habilidades de controle emocional em relação ao dinheiro. Isso é fundamental para evitar endividamentos excessivos e instabilidades financeiras que impactam não apenas o bem-estar individual, mas também a saúde econômica da sociedade como um todo (El Khatib, 2024). Promover a educação financeira que inclua a gestão dos impulsos emocionais pode levar a decisões financeiras mais informadas e equilibradas.

A SIMBOLOGIA DO DINHEIRO E SUA PERCEPÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO FINANCEIRA: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O BEM-ESTAR ECONÔMICO

A simbologia do dinheiro desempenha um papel crucial na percepção e tomada de decisões financeiras, sendo influenciada por fatores psicológicos e sociais. Estudos em Psicologia Financeira mostram que os significados atribuídos ao dinheiro, como poder, segurança ou status social, afetam significativamente as escolhas econômicas e o bem-estar financeiro (Santos e Almeida, 2018; Schuabb e França, 2020). Esses significados variam conforme a cultura, educação financeira e experiências pessoais, moldando atitudes em relação às finanças (Meirelles, 2023).

Compreender a simbologia do dinheiro e sua influência nas decisões financeiras é essencial para a educação financeira. Ao integrar aspectos psicológicos, a educação financeira pode promover maior conscientização sobre crenças e valores relacionados ao dinheiro. Isso capacita os indivíduos a fazer escolhas financeiras mais informadas e alinhadas com seus objetivos e valores pessoais, contribuindo para uma relação mais saudável e equilibrada com o dinheiro (Schuabb; França, 2020). Este entendimento pode auxiliar na construção de uma base sólida para a gestão financeira consciente.

Relações Interpessoais e Contexto Social: Como Influenciam o Comportamento Financeiro dos Indivíduos e as Dinâmicas Econômicas.

As relações interpessoais e o contexto social exercem forte influência sobre o comportamento financeiro dos indivíduos, impactando diretamente suas decisões econômicas. A Psicologia Financeira tem demonstrado que fatores como pressão social, normas culturais e expectativas familiares moldam significativamente os hábitos financeiros (Santos; Almeida, 2018). Camargo e Domingos (2021) reforçam que o ambiente social pode induzir comportamentos financeiros impulsivos ou imitar padrões considerados normativos em determinados grupos. Essa influência também se estende à percepção de valor, status e segurança, revelando a complexidade das decisões financeiras dentro de um contexto socialmente construído (Silva; Oliveira, 2019).

Estudos recentes, como os de Alves e Costa (2020), ressaltam a importância de uma abordagem interdisciplinar, que integre os aspectos psicológicos e sociais na análise do comportamento econômico. Ao considerar as dinâmicas sociais e os vínculos interpessoais, a Psicologia Financeira amplia sua capacidade de compreender as motivações que impulsionam escolhas financeiras. Essa integração permite uma análise mais abrangente, sensível ao contexto em que os indivíduos vivem, promovendo intervenções mais eficazes e alinhadas às realidades socioeconômicas (Camargo; Domingos, 2021).

CAPACITAÇÃO FINANCEIRA EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E EM JOVENS DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPACTOS E APRENDIZADOS COM JOVENS E PROFISSIONAIS

Durante a palestra realizada na instituição de medidas socioeducativas e em uma escola de ensino fundamental (1º ao 5º ano), adaptamos a linguagem conforme o público para abordar conceitos essenciais de finanças. Discutimos estratégias básicas para evitar o endividamento e enfatizamos a importância da administração consciente do dinheiro. Com base na Psicologia Financeira, explicamos como o entendimento da simbologia do dinheiro pode impactar positivamente as decisões financeiras, promovendo uma relação mais equilibrada com as finanças (Santos; Almeida, 2018; Schuabb; França, 2020). Também foram apresentadas técnicas práticas, como a criação de orçamentos e a definição de metas claras, destacando a importância do planejamento financeiro como forma de garantir segurança e bem-estar a longo prazo.

Inspirados nos estudos de Meirelles (2023), incentivamos os jovens a refletirem sobre suas atitudes diante do dinheiro, reconhecendo como desejos e crenças pessoais afetam suas escolhas. Ao final, entregamos brindes e mensagens de incentivo, reforçando a relevância da educação financeira como ferramenta de transformação pessoal e social. Ao integrar aspectos emocionais e simbólicos à gestão financeira, buscamos oferecer aos participantes meios para desenvolver práticas mais responsáveis e sustentáveis no dia a dia (El Khatib, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Financeira destaca a importância de considerar não apenas os aspectos individuais, mas também as influências das relações interpessoais e do contexto social na formação do comportamento financeiro dos indivíduos. Estudos recentes têm demonstrado que as interações sociais, normas culturais e expectativas familiares desempenham um papel

significativo nas decisões econômicas das pessoas, influenciando desde a percepção de valor do dinheiro até as escolhas de investimento e consumo.

Compreender essas dinâmicas sociais é essencial para promover uma educação financeira mais eficaz e para auxiliar na construção de uma relação saudável e equilibrada com o dinheiro. A análise das relações interpessoais e do contexto social na Psicologia Financeira ressalta a complexidade e a multidimensionalidade do comportamento financeiro, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos psicológicos quanto os fatores sociais.

Ao reconhecer a influência das interações sociais e das dinâmicas sociais no cenário econômico, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover a educação financeira e o bem-estar econômico dos indivíduos. A interdisciplinaridade entre a Psicologia e a Economia se mostra fundamental para uma compreensão abrangente e contextualizada das decisões financeiras.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 20 mai. 2025.

CAMARGO, Fabiane Kennya de, DOMINGOS, Reinaldo. A influência dos traços de personalidade no comportamento financeiro dos indivíduos: estudo em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. (2021) Revista Científica Multidisciplinar, Núcleo do Conhecimento, 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/comportamento-financeiro. Acesso em 20 mai. 2025.

EL KHATIB, Ahmed Sameer Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Psicologia financeira: descubra o que é e como impacta a sua vida. 2024. Disponível em: https://www.fecap.br/2024/01/26/psicologia-financeira-descubra-o-que-e-e-como-impacta-a-sua-vida/. Acesso em:20 mai. 2025.

MEIRELLES, Valéria Maria. O dinheiro e as relações. Faculdade teológica Sul Americana - Instituto da Família, 2023. Disponível em: https://ifamilia.ftsa.edu.br/o-dinheiro-e-as-relacoes/. Acesso em: 20 mai. 2025.

SCHUABB, Thaís Cravo; FRANCA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 73-98, abr. 2020 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000100005&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 20 mai. 2025.

PSICOLOGIA E INCLUSÃO: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO SURDO EM CAÇADOR SC

Categoria: Projetos Integradores

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – A inclusão da comunidade surda constitui um compromisso ético e social que demanda práticas educacionais, comunicacionais e psicológicas sensíveis às necessidades linguísticas e culturais da pessoa surda. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de visita técnica e observação institucional na Associação de Amigos do Surdo de Caçador SC, destacando o papel da Psicologia no processo de inclusão e promoção da saúde mental. A metodologia adotada foi qualitativa, por meio de projeto integrador acadêmico, com observação direta e entrevistas livres com a direção e o psicólogo da instituição, além de participação em atividade psicoeducativa. Os resultados demonstraram que a APAS oferece suporte pedagógico, psicológico e social, promovendo autonomia, fortalecimento identitário e participação ativa dos usuários. Observou-se ambiente acolhedor, estrutura comunicacional acessível e atuação interdisciplinar comprometida com o desenvolvimento emocional e social da comunidade surda. A ação psicoeducativa reforçou a importância do acesso à informação e da comunicação inclusiva na promoção da prevenção e da saúde mental. Conclui-se que a instituição desempenha papel fundamental na construção de práticas inclusivas, contribuindo para o bem-estar e a cidadania das pessoas surdas, embora desafios estruturais ainda exijam atenção e investimentos contínuos.

Palavras-chave: inclusão; comunidade surda; psicologia; acessibilidade comunicacional; Libras.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas surdas é um compromisso social e ético que exige ações estruturadas e sensíveis às especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. Em Caçador SC, a Associação de Amigos do Surdo (APAS) se destaca como instituição fundamental no apoio educacional, social e psicológico, atuando na promoção de autonomia, cidadania e comunicação acessível para seus usuários (Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS, 2025). A compreensão da surdez como expressão identitária e não apenas como condição clínica fortalece práticas que respeitam a diversidade e ampliam o acesso aos direitos.

A visita institucional permitiu observar o funcionamento da APAS e compreender como o trabalho interdisciplinar contribui para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas surdas. O diálogo com a direção e com o psicólogo da instituição evidenciou a importância da escuta

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

qualificada, da comunicação acessível e da valorização da Libras como língua legítima de expressão. Essa perspectiva acompanha debates contemporâneos que defendem um atendimento orientado pela cultura surda e pela ética do cuidado. Soleman e Bousquat (2021) destacam que a surdez envolve dimensões culturais e sociais, reforçando a necessidade de políticas inclusivas e práticas profissionais que superem modelos puramente biomédicos.

A atuação do psicólogo nesse contexto assume papel estratégico, uma vez que favorece o acolhimento emocional, o fortalecimento da autoestima e a construção de vínculos que respeitam a singularidade de cada sujeito. Observou-se que o trabalho profissional se articula com práticas pedagógicas, familiares e comunitárias, criando um ambiente de apoio integral. Vieira et al. (2023) ressaltam que estratégias comunicacionais adequadas e sensíveis às necessidades de pessoas com deficiência auditiva são fundamentais para garantir acolhimento e autonomia no ambiente de cuidado.

O presente relato tem como objetivo apresentar reflexões sobre a visita à APAS Caçador SC, destacando como a atuação psicológica contribui para a promoção da inclusão, da saúde mental e do acesso à comunicação para a comunidade surda. Busca-se evidenciar o papel transformador de práticas que valorizam a diversidade humana, fortalecem vínculos sociais e ampliam o protagonismo da pessoa surda na construção de sua trajetória.

METODOLOGIA

A metodologia adotada caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido no âmbito de um projeto integrador acadêmico, com foco em práticas profissionais e observação institucional. A experiência ocorreu na Associação de Amigos do Surdo de Caçador SC (APAS), onde foram realizadas uma visita técnica, entrevistas informais e observação das rotinas de atendimento. A abordagem qualitativa foi empregada para compreender aspectos subjetivos, sociais e comunicativos relacionados ao acolhimento e à atuação da equipe, especialmente no que se refere à participação do psicólogo na promoção da inclusão e apoio emocional à comunidade surda (APAS, 2025).

A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas livres com a diretora e com o psicólogo da instituição, buscando compreender práticas, desafios e estratégias de atendimento. A técnica de observação direta permitiu identificar dinâmicas comunicacionais, uso de Libras e recursos acessíveis, além da interação entre profissionais, alunos e intérpretes. Essa abordagem possibilitou captar elementos do cotidiano institucional e estabelecer relação entre vivência prática e referenciais teóricos sobre inclusão e saúde mental. Conforme Vieira et al. (2023), práticas de cuidado com pessoas surdas exigem atenção às especificidades linguísticas e à comunicação visual.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa do material coletado, considerando princípios éticos e respeito à identidade institucional. Por tratar-se de atividade pedagógica sem coleta de informações sensíveis e sem identificação pessoal dos envolvidos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, todos os relatos respeitaram confidencialidade, ética profissional e princípios de dignidade e inclusão, em consonância com as diretrizes acadêmicas e da Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ACOLHIMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL OBSERVADA NA APAS

A visita à APAS Caçador SC evidenciou um ambiente acolhedor e comprometido com a promoção da inclusão social da comunidade surda. Logo na chegada, foi possível perceber uma cultura institucional marcada pelo respeito à Libras, pela valorização da identidade surda e pela criação de espaços seguros de convivência. Esse cenário está alinhado à missão institucional de garantir apoio, valorização e participação social das pessoas surdas (APAS, 2025).

Durante o percurso pelas dependências da instituição, observou-se a existência de salas específicas para atendimentos pedagógicos e psicológicos, além de espaços de convivência voltados ao desenvolvimento socioemocional. A estrutura física apresentada demonstra cuidado com acessibilidade visual e ambiental, favorecendo comunicação e integração dos usuários. Esse modelo acompanha reflexões acadêmicas que compreendem a surdez como fenômeno cultural e social, e não apenas clínico (Soleman; Bousquat, 2021).

O contato direto com os usuários permitiu perceber vínculos afetivos fortes entre equipe e participantes, refletindo a sensibilidade no atendimento e a importância do acolhimento emocional. Essa dinâmica reforça o papel das instituições inclusivas como espaços de pertencimento e reconhecimento. Estudos sobre comunicação e cuidado com pessoas surdas reforçam que ambientes acolhedores são fundamentais para autonomia e segurança emocional (Vieira et al., 2023).

A postura da equipe chamou atenção pelo equilíbrio entre técnica e empatia, demonstrando compromisso com o processo educativo e social dos atendidos. Tal atuação reforça a compreensão de que a inclusão envolve múltiplas dimensões, entre elas suporte emocional, social e linguístico. A literatura enfatiza que políticas inclusivas devem ir além da assistência e promover integração plena (Soleman; Bousquat, 2021).

Os achados iniciais confirmam que a APAS constrói uma cultura institucional sólida, fundamentada em direitos, acolhimento e respeito à singularidade da pessoa surda, contribuindo para fortalecer sua identidade e autonomia.

DIÁLOGO COM PROFISSIONAIS: PAPEL DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO SURDO

A entrevista com o psicólogo e com a direção revelou a importância da atuação profissional para apoiar o desenvolvimento emocional e social dos atendidos. O psicólogo destacou que o trabalho envolve escuta ativa, apoio à autoestima e mediação de experiências sociais, sempre respeitando a Libras como língua central. Essa postura dialoga com reflexões teóricas que defendem atendimento cultural e linguisticamente adequado às pessoas surdas (Vieira et al., 2023).

A diretora enfatizou os desafios e avanços da instituição, destacando que a inclusão vai além do acesso físico, exigindo postura ética, sensibilidade cultural e promoção constante de autonomia. Essa perspectiva reforça ideias defendidas por estudiosos que compreendem a surdez como identidade cultural e expressão comunitária (Soleman; Bousquat, 2021).

No relato do psicólogo, percebeu-se o cuidado em construir vínculos baseados em confiança, acolhimento e valorização emocional. A abordagem prioriza o desenvolvimento subjetivo dos alunos, considerando vivências afetivas e sociais que integram o processo educativo. Pesquisas indicam que comunicação adequada e vínculo terapêutico são essenciais para fortalecer autonomia e participação social (Vieira et al., 2023).

A diretoria também mencionou a necessidade de maior apoio financeiro e institucional para ampliar atividades e número de atendimentos. Essa demanda reflete uma realidade presente em diversas instituições que atuam com comunidades vulnerabilizadas, indicando que inclusão depende também de investimentos e políticas públicas permanentes (Soleman; Bousquat, 2021).

A escuta institucional evidenciou que o papel do psicólogo e da direção vai além do suporte técnico, atuando como facilitadores da inclusão e como articuladores no fortalecimento da comunidade surda e de seus direitos.

AÇÃO PSICOEDUCATIVA E INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE SURDA

A palestra realizada com o grupo da APAS abordou prevenção ao uso de substâncias psicoativas, articulando conceitos de saúde, comportamento e autocuidado. A presença de intérpretes de Libras garantiu compreensão plena do conteúdo, reforçando compromisso com acessibilidade e respeito linguístico. Essa prática segue orientações para comunicação adequada em contextos de saúde com pessoas surdas (Vieira et al., 2023).

O engajamento do público foi significativo, com participação ativa, perguntas e demonstração de interesse pelo tema. A troca estabelecida durante o encontro evidenciou que ambientes acessíveis facilitam aprendizagem, interação e expressão emocional. Essa realidade confirma a importância de espaços educativos inclusivos e sensíveis às especificidades da língua de sinais (Soleman; Bousquat, 2021).

O contato com os alunos evidenciou a relevância da psicoeducação como ferramenta para promover autonomia, reflexão crítica e prevenção em saúde. A abordagem psicossocial desenvolvida durante a palestra também contribuiu para fortalecimento emocional e senso de pertencimento ao grupo (APAS, 2025).

As interações durante o evento demonstraram que ações extensionistas favorecem vínculos afetivos e promovem integração entre comunidade acadêmica e público atendido. Tais atividades contribuem para ampliar visão social sobre inclusão e diversidade e reforçam a importância da Psicologia em contextos comunitários (Vieira et al., 2023). A experiência confirmou que práticas educativas acessíveis possuem impacto significativo na vida dos participantes, fortalecendo identidade, autoestima e participação social, além de consolidar o compromisso ético e humano da psicologia com a diversidade.

A ação psicoeducativa proporcionou uma vivência prática de inclusão comunicativa e emocional, demonstrando que o acesso à informação em Libras e a mediação qualificada ampliam a capacidade de participação e autonomia da comunidade surda. Essa prática reforçou valores institucionais centrados no respeito, no diálogo e no desenvolvimento integral dos

usuários, além de fortalecer a consciência coletiva sobre a responsabilidade compartilhada pela promoção da inclusão (Soleman; Bousquat, 2021).

A experiência confirmou que a oferta de informações acessíveis em saúde contribui para emancipação social e construção de vínculos significativos, alinhando-se às orientações que enfatizam acolhimento, comunicação eficaz e valorização da identidade surda (Vieira et al., 2023). Com isso, evidencia-se que ações educativas bem estruturadas e sensíveis às singularidades linguísticas e culturais da população surda representam ferramentas essenciais para a construção de ambientes mais equitativos, participativos e humanizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada na Associação de Amigos do Surdo de Caçador SC evidenciou a relevância do trabalho desenvolvido pela instituição no fortalecimento da inclusão, da autonomia e da dignidade da comunidade surda. A observação das atividades, o diálogo com os profissionais e a interação com os usuários demonstraram o compromisso da equipe com práticas humanizadas, fundamentadas no respeito à Libras, na valorização da identidade surda e no cuidado integral.

Constatou-se que a atuação do psicólogo desempenha papel central nesse processo, promovendo acolhimento emocional, fortalecimento da autoestima e estímulo ao desenvolvimento social. A instituição apresenta práticas alinhadas às demandas contemporâneas de inclusão e acessibilidade, demonstrando organização, sensibilidade e dedicação no atendimento às necessidades dos alunos e suas famílias.

A ação psicoeducativa realizada durante a visita contribuiu para a ampliação do diálogo sobre saúde e comportamento, estimulando reflexão crítica e participação ativa dos envolvidos. Além disso, reforçou a importância de intervenções acessíveis e culturalmente sensíveis na promoção da qualidade de vida e do bem-estar emocional.

Como limitação, destaca-se que a experiência se concentrou em uma vivência específica, o que não permite generalizações amplas. Ainda assim, os resultados obtidos oferecem perspectivas relevantes para compreensão do papel institucional e do trabalho psicológico nesse contexto. Sugere-se a continuidade de atividades extensionistas e o aprofundamento de estudos sobre práticas inclusivas, a fim de fortalecer ações e ampliar o impacto social.

A visita à APAS reafirmou a importância de iniciativas que promovam inclusão, respeito e reconhecimento da diversidade, fortalecendo o compromisso da psicologia com a construção de uma sociedade mais justa e acessível para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE CAÇADOR - SC (APAS). Quem Somos. Disponível em: https://apascacador.com.br/quem-somos. Acesso em: 24 out. 2025.

SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene. Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 8, 2021. Faculdade de Saúde

Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil; Secretaria de Saúde, Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, Brasil. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00206620. Acesso em: 11 nov. 2025.

VIEIRA, Domisy de Araújo *et al.* Herleis Maria de Almeida. Estratégias de Comunicação dos Profissionais de Saúde com Pessoas com Deficiência Auditiva: Revisão Integrativa. Cogitare Enfermagem, v. 28, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.84359. Acesso em: 24 out. 2025.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O SÉCULO XXI: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Categoria: Projetos Integradores

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – A formação docente para o século XXI constitui um campo estratégico para o avanço da educação e para a construção de práticas pedagógicas alinhadas às transformações sociais e tecnológicas contemporâneas. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades no processo formativo de professores, com foco na articulação entre teoria, prática e desenvolvimento de competências profissionais. A metodologia consistiu em revisão de literatura e entrevista semiestruturada com docente universitário atuante na área da Psicologia Educacional e avaliação científica. A análise evidenciou que a formação docente requer desenvolvimento de competências pedagógicas, socioemocionais e tecnológicas, bem como práticas reflexivas que valorizem a diversidade e promovam inclusão. Os resultados apontaram convergência entre a literatura e a experiência profissional, ressaltando a importância do domínio de metodologias inovadoras, do compromisso com a formação contínua e da capacidade de atuar com sensibilidade ética e social. Conclui se que a formação docente contemporânea demanda processos permanentes de atualização e reflexão, fortalecidos por políticas institucionais, práticas colaborativas e aproximação entre universidade e escola. O estudo contribui para ampliar o debate sobre a formação de professores e reforça a importância do preparo crítico e humanizado para o exercício docente.

Palavras-chave: formação docente; competências profissionais; inclusão educacional; prática pedagógica; educação contemporânea.

INTRODUÇÃO

A formação docente no século XXI assume papel estratégico para garantir práticas educativas alinhadas às demandas contemporâneas, marcadas pela ampliação do acesso ao conhecimento, uso de tecnologias, diversidade sociocultural e necessidade de inclusão. Nesse cenário, refletir sobre os desafios e possibilidades na preparação de professores torna se fundamental para fortalecer a qualidade da educação e garantir equidade nas experiências de aprendizagem. Como afirmam Carvalho et al. (2025, p. 70), "a formação continuada e crítica do professor é elemento chave para acompanhar as transformações sociais e pedagógicas".

O contexto educacional atual exige que o professor desenvolva competências que vão além da dimensão técnica, integrando habilidades pedagógicas, afetivas e tecnológicas. Tal

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

compreensão reforça a importância de modelos formativos que articulem teoria e prática, promovendo o desenvolvimento integral do educador. Estudos recentes indicam que a formação docente deve contemplar aspectos didáticos, tecnológicos e socioemocionais, visando ao preparo para atuação em um ambiente escolar heterogêneo e dinâmico (Lima; Carissimi; Teixeira, 2023).

A inclusão educacional é outra dimensão central nesse processo. Graf et al. (2025) destacam que a formação de professores precisa contemplar princípios de acessibilidade, justiça educativa e práticas inclusivas para atender diferentes necessidades dos estudantes. Isso evidencia que a construção da identidade docente envolve compromisso ético, capacidade reflexiva e disposição para o diálogo com a diversidade.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar os desafios e possibilidades para a formação docente no século XXI, considerando resultados da revisão de literatura e reflexões oriundas de entrevista com professor universitário que atua nas áreas de Psicologia Educacional e avaliação acadêmica. A relevância social deste estudo está na necessidade de preparar profissionais que contribuam para uma educação transformadora, humanizada e socialmente responsável. A relevância teórica se encontra na articulação com pesquisas atuais que direcionam o debate sobre políticas formativas, práticas pedagógicas e inovação educacional.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza se como qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão de literatura com enfoque interpretativo. O estudo teve como objetivo analisar produções acadêmicas recentes sobre formação docente no século XXI, buscando compreender desafios e possibilidades apresentadas pela literatura científica contemporânea. Para isso, foram utilizados como base três artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, selecionados por sua relevância temática e atualidade, sendo eles Carvalho et al. (2025), Graf et al. (2025) e Lima, Carissimi e Teixeira (2023).

A coleta de dados bibliográficos foi realizada em periódicos nacionais indexados e de acesso aberto, priorizando artigos que abordam políticas formativas, práticas pedagógicas inovadoras, inclusão e desenvolvimento profissional docente. O critério de seleção incluiu textos que discutem a formação continuada, competências profissionais, perspectivas pedagógicas contemporâneas e a relação entre teoria e prática educativa. A análise ocorreu através da leitura integral dos estudos, identificação de categorias temáticas e síntese interpretativa dos achados.

Além da revisão bibliográfica, realizou se uma entrevista semiestruturada com um professor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) que atua na área de Psicologia Educacional e avaliação científica. O objetivo dessa etapa foi complementar os dados teóricos com percepções práticas e experiências profissionais ligadas ao desenvolvimento docente. A entrevista seguiu roteiro previamente elaborado, com foco em competências profissionais, desafios da docência contemporânea e perspectivas para formação universitária.

O estudo mantém alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 4, que trata do acesso à educação de qualidade e à

formação profissional contínua. A ONU Brasil (s.d) salienta que fortalecer sistemas educacionais e capacitar educadores constitui uma estratégia essencial para promover desenvolvimento humano e igualdade social.

Por se tratar de pesquisa baseada em revisão teórico documental e entrevista exploratória sem coleta de dados sensíveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que a entrevista foi realizada de forma institucional, com consentimento explicito do participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PERCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

A análise da literatura e dos dados coletados na entrevista demonstra que as demandas para a formação docente na contemporaneidade são multidimensionais. O professor entrevistado afirmou que o docente atual necessita desenvolver competências acadêmicas, socioemocionais e tecnológicas de forma integrada para atender às transformações educacionais e sociais, descrevendo que "o professor precisa ser pesquisador, mediador e alguém que compreende a complexidade humana". Essa percepção converge com Carvalho et al. (2025), que argumentam que a formação continuada é essencial para acompanhar mudanças curriculares e culturais.

Observou se que os cursos de licenciatura necessitam fortalecer a prática reflexiva, proporcionando espaços de vivência escolar e diálogo interdisciplinar. O professor reforçou que o contato com o cotidiano escolar deve ocorrer desde os primeiros semestres, permitindo que o estudante compreenda as realidades e desafios do ambiente educativo. De acordo com Lima, Carissimi e Teixeira (2023), a formação docente precisa valorizar experiências formativas diversificadas e articuladas à pesquisa e à prática pedagógica.

Outro ponto recorrente refere se ao papel da tecnologia no contexto formativo. O docente entrevistado destacou que recursos digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e mídias interativas integram de forma permanente o cotidiano escolar e exigem preparação técnica e pedagógica. Isso confirma achados de estudos recentes, que apontam que a formação tecnológica docente deve ir além do domínio instrumental e envolver planejamento pedagógico crítico (Carvalho et al., 2025).

Notou se, ainda, que a formação docente contemporânea precisa integrar aspectos éticos, sociais e emocionais, considerando o aumento de demandas relacionadas à saúde mental, diversidade cultural e gestão de conflitos. A fala do professor destaca a necessidade de sensibilidade e empatia para atuar em diferentes realidades educacionais. Essa dimensão é igualmente sublinhada por Graf et al. (2025), ao afirmar que práticas inclusivas e humanizadas são pilares da educação do século XXI.

COMPETÊNCIAS DOCENTES DESTACADAS PELA LITERATURA E PELA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Os resultados indicam que habilidades pedagógicas, cognitivas e socioemocionais desempenham papel relevante no exercício da docência. O professor entrevistado enfatizou que competências como comunicação clara, capacidade de escuta, gestão de tempo e organização escolar são essenciais para o trabalho docente atual. Esse entendimento está em consonância com Lima, Carissimi e Teixeira (2023), que destacam que a formação docente deve promover autonomia, pensamento crítico e capacidade de adaptação.

Além das habilidades socioemocionais, observou se forte valorização para o domínio de metodologias ativas de aprendizagem e práticas inovadoras, que favorecem protagonismo discente e aprendizagem colaborativa. O docente relatou que estratégias como aprendizagem por projetos, ensino híbrido e uso de recursos digitais ampliam o engajamento e aprimoram a construção de conhecimento. Essa visão dialoga com Carvalho et al. (2025), que defendem práticas dinâmicas e metodologias interativas na formação de professores.

No que diz respeito às competências inclusivas, a entrevista destacou a necessidade de compreender os diferentes perfis de estudantes e promover educação que respeite as singularidades. O professor afirmou que "o professor inclusivo precisa desenvolver escuta sensível e olhar cuidadoso para cada estudante" (Professor entrevistado, 2025, p. 3). Essa fala converge com Graf et al. (2025), que ressaltam que formação docente e inclusão são indissociáveis para garantir equidade educativa.

Outro aspecto observado é o valor atribuído à pesquisa e ao hábito investigativo no percurso profissional. O docente entrevistado salientou que o professor deve se compreender como pesquisador de sua prática, analisando contextos e propondo soluções pedagógicas baseadas em evidências. Esse posicionamento está alinhado com Lima, Carissimi e Teixeira (2023), que defendem uma formação docente orientada por reflexão crítica e produção de conhecimento.

Conclui se que as competências docentes para o século XXI são interdisciplinares e multifacetadas, exigindo constante aperfeiçoamento e postura ética frente aos desafios educativos. O alinhamento entre literatura e experiência prática demonstra que o professor contemporâneo deve integrar saberes técnicos, humanos e tecnológicos para construir processos de ensino significativos e socialmente responsáveis.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO SÉCULO XXI

Os resultados revelam desafios estruturais na formação docente, especialmente quanto à necessidade de políticas públicas que ampliem investimento, valorização profissional e condições de trabalho. Carvalho et al. (2025) observam que a formação contínua e o reconhecimento social da profissão são fundamentais para o desenvolvimento educacional. O professor entrevistado também apontou a importância de programas institucionais que apoiem o desenvolvimento pedagógico e emocional dos docentes.

Outro desafio identificado é garantir formação sólida para atuação inclusiva. Embora avanços tenham ocorrido, ainda existem dificuldades em oferecer suporte adequado para lidar

com diversidade, deficiências e necessidades educacionais específicas. Graf et al. (2025) afirmam que a formação docente deve promover equidade e fortalecer práticas inclusivas que contemplem diferentes perfis estudantis e contextos escolares.

A formação tecnológica representa outro ponto central. O professor destacou que docentes precisam se atualizar continuamente para utilizar tecnologias digitais de forma pedagógica e não meramente instrumental. Esse ponto reforça a perspectiva de Carvalho et al. (2025), que defendem que inovação pedagógica e fluência tecnológica são essenciais no contexto contemporâneo.

Em termos de possibilidades, observou se fortalecimento crescente no uso de metodologias ativas, integração de ambientes digitais e estímulo a práticas colaborativas entre docentes. Lima, Carissimi e Teixeira (2023) indicam que práticas reflexivas e formação coletiva fortalecem autonomia docente e ampliam oportunidades de aprendizagem significativa.

Os resultados demonstram que a formação docente para o século XXI se reconfigura como processo contínuo, interdisciplinar e contextualizado, que exige compromisso institucional e engajamento individual. A convergência entre literatura e prática indica que o futuro da educação depende de professores preparados, reflexivos e comprometidos com transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a formação docente para o século XXI demanda articulação entre teoria e prática, sensibilidade pedagógica, domínio tecnológico e capacidade de lidar com contextos educacionais diversos. Os resultados apontaram que o desenvolvimento de competências socioemocionais, o compromisso com a inclusão e o uso crítico de metodologias inovadoras constituem dimensões essenciais para a atuação do professor contemporâneo.

A entrevista realizada reforçou a importância do professor como mediador do conhecimento, pesquisador de sua prática e promotor de experiências educativas significativas, demonstrando alinhamento com a literatura consultada. Também se destacou que a formação contínua e o diálogo entre universidade e escola são fundamentais para consolidar práticas pedagógicas transformadoras.

Como limitação, reconhece se que o estudo utilizou número reduzido de fontes empíricas, concentrando se em revisão de literatura e uma única entrevista, o que indica potencial para aprofundamentos futuros. Sugere se, para trabalhos posteriores, ampliar o número de participantes, incluir diferentes contextos escolares e explorar práticas formativas em andamento, visando contribuir de forma ainda mais abrangente para o fortalecimento da formação docente no país.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Juniel dos Santos de *et al.* FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO SÉCULO XXI: NECESSIDADES E PERSPECTIVAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 69–85, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17790. Disponível em:

https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17790. Acesso em: 1 nov. 2025.

GRAF, Lucimar *et al.* FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 11, n. 55, p. e464, 2025. DOI: 10.36238/2359-5787.2025.V11N55.464. Disponível em: https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/464. Acesso em: 1 nov. 2025.

LIMA, C. V. A. C.; CARISSIMI, A. C. V.; TEIXEIRA, R. de F. B. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **Cuadernos de Educación y Desarrollo** - QUALIS A4, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 1052–1069, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n2-007. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1019. Acesso em: 1 nov. 2025.

ONU Brasil. (s.d.) **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.Acesso em: 6 jun. 2025.

ENTRE O RISO E O SILÊNCIO: FORMAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO, AUTOESTIMA E PROTEÇÃO EMOCIONAL DE ADOLESCENTES FRENTE À BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS REDES SOCIAIS

Categoria: Projeto Extensionista

Emanuély Cristina Santos Tillmann[1]
Vanessa Cinelli Maceri[2]

Resumo – A presente proposta visa promover o fortalecimento da autoestima, do pensamento crítico e da proteção emocional de adolescentes do ensino fundamental II frente à naturalização da violência simbólica, psicológica e sexual presente nas redes sociais. O projeto nasce da preocupação com os conteúdos difundidos sob o rótulo de "humor", mas que, na verdade, banalizam o sofrimento humano e incentivam práticas abusivas. Por meio de encontros mensais, são realizadas rodas de conversa, oficinas e atividades interativas com adolescentes dos 8º e 9º anos, abordando temas como identidade, redes sociais, limites, tipos de violência, autoconhecimento e relações familiares. A metodologia valoriza a escuta ativa, a participação coletiva e a construção de vínculos de confiança. Espera-se que os adolescentes desenvolvam maior capacidade de refletir sobre o que consomem e compartilham, reconhecendo a importância de proteger a si e aos outros. O projeto é desenvolvido no CRAS Martello de Caçador/SC, com orientação da professora Vanessa Cinelli Maceri e apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Palavras-chave: Adolescência; Redes Sociais; Violência Simbólica; Autoestima; Pensamento Crítico.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações psíquicas, emocionais e sociais, nas quais o sujeito busca consolidar sua identidade e autonomia. Segundo Bock (2019), esse período é caracterizado por um movimento de construção de si e de adaptação às exigências do meio social, sendo profundamente influenciado pelas experiências familiares, escolares e culturais. No contexto atual, a presença massiva das redes sociais tem se tornado um dos principais espaços de socialização, afetando significativamente o modo como adolescentes percebem o mundo e a si mesmos.

Entretanto, observa-se um fenômeno preocupante: a banalização da violência simbólica e psicológica em conteúdos digitais, muitas vezes disfarçados sob a forma de humor. Memes, vídeos e publicações que ridicularizam o sofrimento humano e objetificam corpos — sobretudo

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor (a) do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de mulheres e crianças — acabam naturalizando discursos abusivos e reforçando estereótipos prejudiciais. Conforme destaca Kehl (2009), a sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais tolerante à dor e ao sofrimento do outro, revelando um processo de dessensibilização afetiva que compromete o desenvolvimento ético e emocional dos indivíduos.

Essa naturalização da violência interfere diretamente na formação subjetiva dos adolescentes, impactando sua autoestima e sua capacidade de reconhecer limites nas relações interpessoais. Para Freud (1996), a constituição psíquica do sujeito é profundamente atravessada pelas experiências de prazer e desprazer, sendo essencial que o indivíduo tenha espaços de elaboração simbólica para lidar com as angústias e conflitos que emergem no processo de amadurecimento. Quando o sofrimento é tratado como entretenimento, o espaço para essa elaboração se reduz, gerando vulnerabilidades emocionais e comportamentos de repetição da violência.

Nesse sentido, o projeto "Entre o Riso e o Silêncio" surge como uma proposta de formação crítica e emocional, voltada a adolescentes do ensino fundamental II. Inspirado na abordagem humanista de Rogers (2009), o projeto valoriza a escuta empática e o acolhimento como instrumentos de transformação subjetiva. Por meio de rodas de conversa, oficinas e dinâmicas reflexivas, busca-se promover o autoconhecimento e fortalecer a autoestima, oferecendo aos participantes um espaço seguro para o reconhecimento de suas emoções, valores e limites.

A fundamentação teórica do projeto também se apoia em Vygotsky (2007), para quem o desenvolvimento humano ocorre por meio da mediação social e simbólica. Assim, a construção do pensamento crítico entre os adolescentes é estimulada pela interação dialógica e pela troca de experiências, favorecendo o surgimento de novos significados e formas de compreender a realidade. Ao refletirem sobre o conteúdo consumido nas redes sociais, os jovens ampliam sua consciência ética e emocional, tornando-se mais capazes de questionar e resistir a práticas violentas naturalizadas.

Por fim, o projeto se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (2015), especialmente ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Esses objetivos reforçam a importância de promover o bem-estar psicológico, a educação ética e a cultura de paz, princípios centrais desta iniciativa de extensão universitária. Desse modo, "Entre o Riso e o Silêncio" representa uma ação concreta de prevenção e fortalecimento emocional, contribuindo para a formação de adolescentes mais críticos, empáticos e conscientes frente aos desafios contemporâneos.

METODOLOGIA

O projeto de extensão "Entre o Riso e o Silêncio" é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Martello, localizado no município de Caçador/SC, com adolescentes entre 12 e 16 anos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A metodologia adotada articula práticas de educação socioemocional, escuta ativa e reflexão crítica, integrando fundamentos da Psicologia Humanista, Sociointeracionista e da Educação Libertadora.

A proposta é estruturada em encontros mensais, organizados em formato de rodas de conversa, oficinas temáticas e dinâmicas interativas. Esses espaços privilegiam a participação dialógica e horizontal, permitindo que os adolescentes expressem seus sentimentos, percepções e experiências diante da violência simbólica presente nas redes sociais. Os encontros são planejados para abordar temas como autoconhecimento, autoestima, ética digital, limites nas relações e reconhecimento das violências naturalizadas no cotidiano.

Segundo Vygotsky (2007), o desenvolvimento psicológico ocorre na interação com o outro, sendo a linguagem e o diálogo instrumentos fundamentais de mediação para a construção de significados. Assim, cada atividade proposta busca estimular o pensamento crítico e a elaboração simbólica das vivências, permitindo que os adolescentes ampliem sua compreensão sobre si e sobre o meio social. As rodas de conversa são utilizadas como espaço de troca e elaboração coletiva, em que o conhecimento é construído de forma cooperativa, reconhecendo a singularidade de cada participante.

Inspirada nos princípios da abordagem centrada na pessoa de Rogers (2009), a metodologia prioriza a escuta empática, o respeito e a autenticidade na relação entre facilitadores e adolescentes. O objetivo é criar um ambiente de confiança que favoreça o surgimento de novas narrativas e o fortalecimento da autoestima. Conforme o autor, quando o sujeito é acolhido sem julgamentos e reconhecido em sua experiência, ele se torna capaz de desenvolver seu potencial e alcançar maior congruência emocional.

A dimensão educativa da proposta também dialoga com os pressupostos de Paulo Freire (1996), ao compreender a prática pedagógica como um processo de conscientização. O projeto, nesse sentido, assume caráter formativo, promovendo a leitura crítica da realidade e estimulando os adolescentes a refletirem sobre os conteúdos que consomem nas redes sociais. A prática da "educação dialógica", proposta por Freire, fundamenta a ideia de que a transformação social nasce do encontro entre saberes e da problematização das experiências cotidianas.

Durante as oficinas, são utilizadas técnicas expressivas e reflexivas, como análise de vídeos, criação de murais e produções escritas, que servem como instrumentos de mediação simbólica. Essas atividades visam facilitar o reconhecimento de emoções, valores e limites pessoais, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais, conforme propõe Bock (2019) ao destacar o papel da Psicologia na formação integral e crítica do sujeito.

Os encontros são registrados por meio de anotações reflexivas e observações qualitativas, permitindo o acompanhamento do processo evolutivo dos grupos e a identificação de temas emergentes. Essa prática favorece a análise das transformações comportamentais e atitudinais ao longo da experiência. Além disso, são observados aspectos de vínculo, participação, expressão e escuta entre os adolescentes, indicadores importantes do impacto emocional e relacional das ações.

Por se tratar de um projeto de extensão com foco comunitário, a metodologia também contempla a devolutiva social, por meio de ações coletivas de expressão, como cartazes, murais, vídeos ou podcasts elaborados pelos adolescentes. Essas produções funcionam como síntese simbólica do processo vivenciado e reforçam valores de respeito, empatia e cooperação.

A atuação é supervisionada pela professora orientadora Vanessa Cinelli Maceri e segue os princípios éticos da Psicologia, conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), garantindo o sigilo, o respeito à autonomia e a proteção integral dos participantes.

Assim, a metodologia do projeto combina ação e reflexão, teoria e prática, escuta e diálogo — promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a construção de um espaço terapêutico-pedagógico, onde os adolescentes são convidados a pensar criticamente o mundo e a si mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados observados até o momento apontam para um avanço significativo na capacidade reflexiva e emocional dos adolescentes participantes, evidenciando o potencial transformador das práticas de escuta e diálogo propostas. A participação ativa nas rodas de conversa tem favorecido o desenvolvimento da autopercepção e da consciência crítica, permitindo que os jovens passem a identificar com mais clareza as formas sutis de violência simbólica presentes nas redes sociais e no cotidiano.

De acordo com Vygotsky (2007), o aprendizado se dá em um processo dialógico e cooperativo, no qual a interação social desempenha papel essencial na formação de novas estruturas cognitivas. Essa perspectiva tem se confirmado nas atividades do projeto, pois a troca de experiências e a escuta entre pares possibilitam a construção de sentidos compartilhados e o fortalecimento dos vínculos afetivos dentro do grupo. A partir desse espaço de convivência, os adolescentes demonstram maior abertura à reflexão sobre comportamentos internalizados e à reconstrução de suas próprias narrativas.

A abordagem humanista de Rogers (2009) também se mostra fundamental na análise dos resultados. Ao serem acolhidos em um ambiente de aceitação e empatia, os adolescentes relatam sentir-se valorizados e respeitados, o que contribui para o aumento da autoestima e da confiança. Essa vivência confirma o pressuposto rogeriano de que o desenvolvimento pessoal ocorre em contextos que favorecem a autenticidade e a expressão genuína do sujeito. Os participantes passaram a reconhecer suas emoções e limites com mais clareza, fortalecendo a capacidade de autorregulação emocional.

Durante as oficinas, emergiram discussões relevantes sobre o impacto do humor nas redes sociais e a naturalização da dor alheia. Muitos participantes relataram que antes não percebiam o caráter violento de determinados conteúdos, mas que passaram a questioná-los a partir das reflexões coletivas. Esse movimento demonstra o que Paulo Freire (1996) denomina de conscientização — processo em que o indivíduo deixa de ser espectador passivo e se torna sujeito ativo da própria realidade. Assim, o projeto tem funcionado como um espaço de educação crítica, no qual os adolescentes aprendem a problematizar o que consomem e compartilham.

Outro aspecto notável é a melhora na expressão emocional e na convivência grupal. As dinâmicas e produções simbólicas (como cartazes e murais) favoreceram a comunicação não verbal e o fortalecimento dos laços de pertencimento. Conforme destaca Bock (2019), o desenvolvimento emocional está intimamente relacionado às experiências de reconhecimento e acolhimento social. Ao se sentirem ouvidos e respeitados, os adolescentes tendem a desenvolver

maior senso de empatia e responsabilidade coletiva, o que repercute positivamente em seus contextos familiares e escolares.

Além disso, o projeto tem revelado a importância da mediação afetiva como estratégia de prevenção à violência e ao sofrimento psíquico. A presença contínua dos facilitadores, aliada ao ambiente de confiança e diálogo, cria um espaço potencial de elaboração simbólica, conforme aponta Freud (1996) ao destacar que a fala e a escuta são vias privilegiadas para a transformação psíquica. A partir dessas trocas, os adolescentes puderam nomear sentimentos e conflitos, ampliando a capacidade de lidar com frustrações e de buscar apoio quando necessário.

A experiência também reforça a relevância da extensão universitária como prática transformadora, articulando teoria e ação social. Por meio da intervenção junto ao CRAS Martello, a universidade se faz presente nas comunidades, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à juventude. Esse papel formativo está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (2015), especialmente no que se refere à promoção do bem-estar, da educação de qualidade e da cultura de paz (ODS 3, 4 e 16).

Portanto, os resultados e discussões do projeto demonstram que o trabalho com adolescentes, quando sustentado por práticas de escuta e reflexão crítica, produz efeitos que transcendem o espaço das oficinas. O "Entre o Riso e o Silêncio" tem se consolidado como uma ação de promoção de saúde mental, ética e cidadania, reafirmando o compromisso da Psicologia com a transformação social e com a construção de sujeitos mais conscientes, críticos e emocionalmente fortalecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Entre o Riso e o Silêncio" demonstra o potencial transformador da extensão universitária ao promover espaços de escuta e reflexão junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade. Por meio do diálogo e da construção coletiva de conhecimento, os participantes são incentivados a reconhecer e enfrentar a banalização da violência nas redes sociais, fortalecendo sua autoestima e autonomia subjetiva. A continuidade do projeto representa uma contribuição significativa à formação ética e emocional dos jovens, bem como ao compromisso social da universidade com o bem-estar da comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ao Programa de Apoio à Extensão Comunitária (PAEC), ao CRAS Martello pela parceria, e à professora orientadora Vanessa Cinelli Maceri pelo apoio e orientação contínua.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. B. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1895). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2023. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/ods/. Acesso em: 19 jun. 2025.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Assembleia Geral das Nações Unidas**, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 19 jun. 2025.

ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NARCISISTA, EU? QUANDO O ESPELHO REFLETE MAIS DO QUE A VAIDADE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Talles Carvalho Elizei[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente trabalho analisa o conceito de narcisismo por meio de uma revisão narrativa de literatura, desde sua origem mitológica e psicanalítica até as atuais manifestações, considerando a influência da cultura digital e das redes sociais. O estudo investiga a formação do "Eu" em um contexto em que o narcisismo é entendido como parte do desenvolvimento psíquico e como constructo que afeta relações interpessoais em vários níveis. Para isso, apresenta os conceitos de narcisismo primário e secundário, discute os desafios relacionados ao Transtorno de Personalidade Narcísica (TPN) e à utilização da Psicoterapia Focada na Transferência (TFP) como abordagem terapêutica. O objetivo é demonstrar que o narcisismo abrange aspectos mais complexos do desenvolvimento do "Eu" na esfera psíquica e social, incluindo suas raízes históricas e interpretações em tempos atuais.

Palavras-chave: narcisismo; transtorno da personalidade narcísica; psicanálise.

INTRODUÇÃO

O conceito de narcisismo, embora enraizado na mitologia grega de Narciso – um jovem belo e orgulhoso que se enamorou de sua própria imagem refletida na água (Diana, 2025) – transcendeu sua origem mítica para se tornar um pilar central na compreensão da psique humana. Inicialmente, o termo foi introduzido no campo da psiquiatria por Havelock Ellis, em 1898, que cunhou a expressão "Narcissus-like", e posteriormente por Paul Näcke em 1899, para descrever uma conduta em que o indivíduo trata seu próprio corpo como um objeto sexual (Guimarães; Endo, 2014; Freud, 1914). Essa visão inicial, que muitas vezes associava o narcisismo a perversões, foi significativamente ampliada e ressignificada pela psicanálise freudiana.

Sigmund Freud, em sua obra, destacou que o narcisismo não é meramente uma patologia, mas um componente essencial do desenvolvimento humano, englobando tanto aspectos saudáveis como a autoestima, quanto manifestações patológicas (Miller et al., 2017, apud Barroso et al., 2022). Ele o descreveu como "o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação" (Freud, 1914, p. 10), elevando-o a um fenômeno psíquico universal. Freud diferenciou o narcisismo primário, um estado inicial de investimento libidinal no Eu, do narcisismo

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

secundário, que emerge da retirada da libido de objetos externos (Freud, 1914). Tal distinção é essencial para entender como o amor-próprio se manifesta e se desenvolve.

No cenário contemporâneo, a relevância do narcisismo ganha novas camadas de complexidade, especialmente impulsionada pela cultura digital e pelas redes sociais. A busca incessante por validação e reconhecimento externos, muitas vezes traduzida em "curtidas e compartilhamentos", demonstra uma "hiperinflação" desse fenômeno, onde a autoestima se torna dependente de métricas efêmeras (Dunker, 2024). Essa dinâmica social, caracterizada por "vínculos frágeis e insuficientes" (Bauman, 1998, 2004, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021), leva o indivíduo moderno a uma "luta defensiva" contra o vazio solitário e a sensação de invasão pelo outro, onde as relações podem se tornar distantes e o outro é instrumentalizado para a autoexaltação (Barbosa; Campos; Neme, 2021).

Diante dessa complexidade histórica e contemporânea, o presente trabalho justifica-se pela necessidade premente de aprofundar a compreensão sobre as múltiplas facetas do narcisismo. Busca-se investigar em que medida esse traço se manifesta de forma saudável, essencial para a constituição subjetiva e as relações sociais, ou se revela em expressões exageradas ou, ainda, em configurações patológicas, como o Transtorno de Personalidade Narcísica (TPN).

METODOLOGIA

O Resumo expandido norteou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando predominantemente publicações científicas (Gil, 2002). Por meio da modalidade de revisão narrativa de literatura, escolhida por sua dinâmica abrangente e exploratória, busca-se sumarizar o conhecimento existente sobre o narcisismo, identificar os principais e construir uma base teórica sólida (Rother, 2007).

A coleta de dados se deu por meio de uma busca em bases de dados científicas como Scielo, Google Scholar, PsycINFO, Web of Science e Scopus, além de repositórios institucionais. Os documentos selecionados foram submetidos a uma leitura flutuante inicial e, posteriormente, a uma leitura analítica aprofundada, com extração e organização de informações em categorias temáticas. A análise e síntese dos dados tiveram caráter qualitativo e interpretativo, buscando identificar consensos e divergências entre autores, principais teorias e lacunas no conhecimento. Essa abordagem permitiu construir uma narrativa coerente e integrada sobre o tema do narcisismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender o narcisismo vai muito além da ideia de vaidade. Trata-se de um conceito complexo dentro da Psicologia, que pode se manifestar tanto de maneira saudável, como parte do desenvolvimento humano, quanto em formas mais disfuncionais ou patológicas. A trajetória desse conceito, desde suas raízes mitológicas e psiquiátricas até as formulações psicanalíticas e as leituras atuais, revela como o “espelho” simboliza uma rede intrincada de processos envolvidos na formação do “Eu”, tanto em sua dimensão psíquica quanto social.

A gênese do termo "narcisismo" remonta ao nascimento da psiquiatria, com Havelock Ellis em 1898, em sua obra Auto-erotism: a study of the spontaneous manifestation of the sexual impulse, cunhando a expressão "Narcissus-like", que por associação semântica deu origem ao conceito que hoje conhecemos (Guimarães; Endo, 2014). Posteriormente, em 1899, P. Näcke utilizou o termo para descrever uma conduta específica na qual o indivíduo trata o próprio corpo como objeto sexual, obtendo satisfação prazerosa por meio de sua admiração e toque (Freud, 1914, p. 10).

Mesmo antes das definições clínicas, o mito de Narciso já ilustrava traços como falta de empatia, dificuldade nas relações interpessoais e egoísmo extremo — aspectos centrais do narcisismo apresentados na história do jovem fascinado por sua própria imagem (Diana, 2025; Miranda; Castro, 2020).

Sigmund Freud, ao analisar o mito de Narciso, aprofundou-se no conceito, estabelecendo-o não apenas como uma condição patológica, mas também como uma fase fundamental do desenvolvimento humano (Miller, et al, 2017, apud Barroso, et al, 2022). Em sua sistematização, o narcisismo emerge como um fenômeno estruturante do psiquismo, cujas raízes residem na dinâmica libidinal e na formação do Ego, transcendendo a mera perversão e sendo entendido como um estágio normal e inerente ao desenvolvimento psíquico (Freud, 1914).

Freud distinguiu dois tipos de narcisismo: o primário e o secundário, destacando que o narcisismo é um fenômeno psíquico universal ligado à autoconservação, e não apenas patológico. O narcisismo primário é concebido como um estado original e normal de investimento libidinal do Eu, um pilar fundamental da teoria psicanalítica que precede a capacidade de investir em objetos externos e, paradoxalmente, torna-se a condição para a emergência das relações objetais (Freud, 1914, p. 11; Freud, 1914, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021).

Em contrapartida, o narcisismo secundário surge da retirada da libido de objetos externos e seu subsequente retorno ao Eu, esclarecendo que essa megalomania não é uma criação nova, mas uma ampliação de um estado preexistente, levando-o a apreender o narcisismo que surge por retração dos investimentos objetais como secundário, edificado sobre um narcisismo primário (Freud, 1914). Essa distinção é vital, pois desloca o narcisismo do âmbito exclusivo da patologia para o de um fenômeno psíquico universal, ligado à própria preservação do indivíduo, como o "complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação" (Freud, 1914, p. 10).

O narcisismo, assim, é compreendido como um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento do Eu, essencial para sua constituição, formação de ideais e mecanismos de autoconservação e defesa (Freud, 1914, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021). O narcisismo secundário ocorre quando a libido retorna ao Eu após se afastar de objetos externos, mostrando que a megalomania resulta da ampliação de um estado anterior.

No cenário contemporâneo, o narcisismo assume uma forma paradoxalmente exteriorizada e autocentrada, buscando incessantemente a validação e admiração externas para sustentar uma imagem identitária frágil (Birman, 2005, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021). As relações humanas em nossa sociedade são marcadas por vínculos frágeis e insuficientes (Bauman, 1998, 2004, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021), onde a imagem e a performance ganham

protagonismo. Os indivíduos se autocentram, utilizando o outro como um espelho para a autoexaltação e descartando-o quando sua função de validação cessa (Birman, 2005, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021). A "cultura somática", que define a identidade por atributos físicos, impõe ideais inatingíveis de beleza, perpetuando um ciclo de insatisfação (Costa, 2005, apud Barbosa; Campos; Neme, 2021).

O sujeito moderno, confrontado com o vazio solitário, a sensação de invasão pelo outro e a impotência diante da incerteza, engaja-se em uma luta defensiva. As relações tornam-se distantes e superficiais, e o outro é objetificado, útil apenas enquanto serve à confirmação da autoimagem (Barbosa; Campos; Neme, 2021). Curiosamente, uma pessoa completamente desprovida de narcisismo apresentaria graves prejuízos funcionais, sendo incapaz de se reconhecer no outro ou de desenvolver empatia. Assim, o narcisismo constitui um "órgão psíquico" fundamental para a constituição subjetiva e as relações sociais. No entanto, a modernidade e pós-modernidade, especialmente com o advento das redes sociais, hiper inflacionaram o fenômeno narcísico, onde a busca constante por validação digital e métricas externas fragiliza a autoestima. Essa dimensão digital do narcisismo apresenta a projeção de si no outro para validação, mas também a agressividade narcísica, manifestada como "haters" e "cancelamento", quando o outro falha em funcionar como espelho validador (Dunker, 2024).

O narcisismo, em seu espectro que varia do normal ao patológico, pode levar a crises significativas quando os anseios grandiosos não se concretizam (Lee; Levy, 2023). O Transtorno de Personalidade Narcísica (TPN) é marcado por um self grandioso patológico, que se percebe como superior e detentor de direitos, em contraposição a um outro desvalorizado, frequentemente projetado em indivíduos ao redor ou assumido pelo próprio paciente (Kernberg, 2014, apud Lee; Levy, 2023). O TPN é um desafio clínico significativo, de difícil tratamento. Apesar da ausência de evidências diretas para um tratamento exclusivo, a Psicoterapia Focada na Transferência (TFP) emerge como uma abordagem relevante. Isso se deve à sua sólida base de evidências no tratamento do Transtorno de Personalidade Borderline e à sua conceituação da Organização da Personalidade Borderline, que abrange e inclui as estruturas narcísicas (Kernberg, 1984, apud Lee; Levy, 2023).

Em síntese, o percurso histórico e teórico do narcisismo, passando pelo mito a prática clínica, evidencia que o espelho representa muito mais do que simples vaidade. Ele reflete as complexas articulações entre a libido, a formação do Eu, as relações com os objetos e as influências do meio social, configurando um fenômeno plural que, ao mesmo tempo em que sustenta a construção da subjetividade, pode também originar experiências de sofrimento e desordem psíquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do narcisismo, desde suas origens míticas até as formulações psicanalíticas e expressões contemporâneas, mostra que o conceito vai muito além da vaidade. Trata-se de um fenômeno essencial à constituição do Eu e às relações sociais, mas que também pode assumir formas patológicas.

A distinção freudiana entre narcisismo primário e secundário ajuda a compreender o investimento libidinal no próprio Eu como base do desenvolvimento psíquico. Contudo, suas versões regressivas — como o narcisismo melancólico ou de morte — revelam a fragilidade subjetiva que emerge quando esse equilíbrio se rompe. Na era digital, tais dinâmicas ganham nova expressão: a busca constante por validação e a objetificação do outro tornam-se marcas das relações atuais. Clinicamente, o Transtorno de Personalidade Narcísica evidencia a rigidez do self grandioso e a necessidade de abordagens específicas, como a Psicoterapia Focada na Transferência.

Em suma, o "espelho" do narcisismo não reflete apenas a vaidade, mas os complexos processos de construção e defesa do Eu na vida psíquica e social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Caroline Garpelli; CAMPOS, Erico Bruno Viana; NEME, Carmen Maria Bueno. **Narcisismo e desamparo: algumas considerações sobre as relações interpessoais na atualidade.** Psicologia USP, São Paulo, v. 32, e190014, 2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/pusp/a/vhBxKSQmYWy8xDTnRWk7S3N/?lang=pt. Acesso em: 04 set. 2025.

BARBOSA, Caroline Garpelli; CAMPOS, Erico Bruno Viana; NEME, Carmen Maria Bueno. **Narcisismo e desamparo: algumas considerações sobre as relações interpessoais na atualidade.** Psicologia USP, São Paulo, v. 32, e190014, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/vhBxKSQmYWy8xDTnRWk7S3N/?lang=pt. Acesso em: 04 set. 2025.

DIANA, Daniela. **O mito de Narciso.** Toda Matéria, 9 mai. 2025. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/o-mito-de-narciso/. Acesso em: 15 mai. 2025.

DUNKER, Christian. **O narcisismo na contemporaneidade: uma análise psicanalítica das relações sociais.** Cortes do MHM, 2024. 1 vídeo (7 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f7uG38tdHa0.

FREUD, Sigmund. **Obras completas: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Luiz Moreno; ENDO, Paulo Cezar. **A origem da palavra narcisismo.** 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/t34rBQhyJmJDxVLTgdwmWVD/. Acesso em: 09 mai. 2025.

LEE, Tennyson; LEVY, Kenneth N. **Treating Narcissistic Personality Disorders: a case illustration of key clinical contributions from Transference Focused Psychotherapy for psychoanalytic practitioners.** Psychoanalytic Psychotherapy. 2023. DOI: 10.1080/02668734.2023.2191264. Disponível em: www.tandfonline.com. Acesso em: 08 set. 2025.

LEE, Tennyson; VAN DEN BOSCH, Jo-Anna. **Using Transference-Focused Psychotherapy (TFP) Principles in the National Health Service (NHS) in the United Kingdom (UK).** Implementing Transference-Focused Psychotherapy Principles. 2024. DOI: 10.1007/978-3-031-68062-5_5.

MIRANDA, Ana Sofia do Carmo; CASTRO, Liliana Correia de. **Narcisismo e perturbação de personalidade narcísica: aspetos clínicos e diagnósticos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/128235/2/410986.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

PARE! O CICLO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Nicole Graeff Marques[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – A violência doméstica contra a mulher constitui um relevante problema social e de saúde pública, caracterizado por ciclos recorrentes de agressões físicas, psicológicas e simbólicas que afetam o bem-estar e a autonomia das vítimas. Apesar dos avanços promovidos por instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha, persistem desafios para que muitas mulheres consigam interromper o ciclo da violência e retomar sua trajetória pessoal. Neste contexto, o presente estudo teve como propósito analisar, por meio de revisão narrativa da literatura, as evidências científicas acerca do papel da psicoeducação na superação da violência doméstica por mulheres que solicitaram medidas protetivas. Os resultados indicam que a psicoeducação desempenha um papel relevante no empoderamento feminino, favorecendo a compreensão do ciclo da violência, o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento da autonomia. Verificou-se também que programas psicoeducativos contribuem para a diminuição da revitimização e para a reconstrução das redes de apoio. Conclui-se que a psicoeducação, ao integrar conhecimento, reflexão e suporte emocional, configura-se como uma estratégia fundamental no enfrentamento da violência doméstica e no aprimoramento psicológico de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: intervenções psicoeducativas; violência de gênero; empoderamento feminino; fortalecimento psicológico; superação da violência.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher constitui uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública que reflete as desigualdades estruturais de gênero enraizadas na sociedade. De acordo com o Atlas da Violência (2024), o lar, espaço que deveria representar proteção e acolhimento, é também o principal cenário de agressões físicas, psicológicas, patrimoniais e sexuais. A naturalização dessas violências mantém as mulheres em ciclos contínuos de dependência e sofrimento, agravados pela falta de suporte social e emocional.

Apesar de avanços legais, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), persistem lacunas entre a proteção jurídica e o real

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

empoderamento das vítimas, o que evidencia a necessidade de estratégias complementares de fortalecimento psicológico.

A psicoeducação é uma ferramenta que promove conhecimento sobre o ciclo da violência, estimula a reflexão crítica e apoia a reconstrução da autonomia (Mendes et al., 2016; Rodrigues et al., 2024). Este estudo amplia a compreensão do papel da psicoeducação na superação da violência doméstica, contribuindo para práticas psicológicas e políticas públicas. Também evidencia a importância de intervenções que garantam não só segurança física, mas também recuperação emocional das mulheres. O objetivo é analisar, por meio de revisão narrativa, evidências científicas sobre como a psicoeducação contribui para o empoderamento e superação da violência doméstica entre mulheres que utilizaram medidas protetivas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. O estudo foi conduzido durante o 1º semestre de 2025 e teve como objetivo identificar, analisar e sintetizar evidências científicas sobre o papel da psicoeducação no empoderamento e na superação da violência doméstica por mulheres que recorreram a medidas protetivas.

Foram incluídos artigos empíricos e revisões teóricas publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a interface entre psicoeducação, empoderamento feminino e enfrentamento da violência. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática propostos por Galvão e Pereira (2014), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados nesta revisão demonstram que a violência doméstica contra a mulher se constitui como um fenômeno complexo, multifatorial e de graves repercussões psicológicas, sociais e emocionais. Conforme enfatiza Machado (2023,

p.29), "as condições geradas por essa vivência violenta repercutem de maneira ampla, com prejuízos concretos para a saúde e a qualidade de vida da mulher". A literatura evidencia que as consequências da violência ultrapassam as marcas físicas, atingindo a subjetividade feminina e comprometendo o senso de valor pessoal, a autoestima e a autonomia (Bittar; Kohlsdorf, 2013).

Os sintomas mais comuns relatados entre mulheres vítimas de violência incluem depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, insônia e sentimento de culpa, vergonha e desamparo (Fonseca et al, 2006). Esses aspectos demonstram como a violência doméstica atua como um fator desencadeante de sofrimento psíquico persistente, que, se não tratado adequadamente, pode levar a quadros severos de adoecimento emocional e, em casos extremos, à ideação ou tentativa de suicídio (Rodrigues, 2006). Além dos danos psicológicos, há repercussões sociais significativas, como o isolamento, a dificuldade de inserção no trabalho e a dependência financeira, fatores que reforçam o ciclo de vulnerabilidade e dificultam a superação da situação de violência (Bittar; Kohlsdorf, 2013).

O ciclo da violência, delineado por Lenore Walker (1979), representa de maneira didática a dinâmica repetitiva presente nas relações abusivas. Este ciclo é composto por três fases principais — tensão, violência aguda e "lua de mel" — que se sucedem periodicamente, dificultando o rompimento do vínculo e fomentando uma percepção ilusória de reconciliação e mudança pelo agressor.

Figura 1: Ciclo da violência contra a mulher

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tal alternância entre sentimentos de medo e esperança favorece a dependência emocional e contribui para a dificuldade de realização da denúncia (Walker, 2009). Compreender esse ciclo é vital para profissionais e políticas públicas. Segundo Saffioti (2002), a violência doméstica está ligada a estruturas patriarcais e à cultura da dominação masculina, exigindo não só ações legais, mas também mudanças sociais que combatam a desigualdade de gênero. No que se refere às medidas protetivas, previstas na Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), estas representam um importante avanço jurídico, mas ainda enfrentam limitações em sua eficácia prática.

Segundo Cabral (2022, p.32), as medidas buscam "garantir a segurança e a integridade da mulher por meio do afastamento do agressor e de ações que assegurem sua autonomia". No entanto, a efetividade dessas medidas é comprometida pela morosidade processual e pela carência de acompanhamento psicossocial contínuo. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) indicam um aumento expressivo na concessão de medidas protetivas em Santa Catarina: de 561 em 2020 para 34.140 em 2024, o que revela maior procura por proteção, mas também evidencia a persistência e o crescimento da violência.

A psicoeducação, baseada na Terapia Cognitivo-Comportamental (Beck, 2022), é fundamental para romper ciclos de violência e fortalecer o empoderamento feminino. Ela ajuda a identificar pensamentos disfuncionais e crenças de desamparo, permitindo que mulheres reconheçam relações abusivas e adotem estratégias mais assertivas (Souza, 2022). A literatura também demonstra que a psicoeducação é um instrumento de empoderamento ao promover a conscientização e a autonomia. Segundo Kabeer (2020), o empoderamento implica na

capacidade de tomar decisões e transformar escolhas em ações efetivas, o que exige não apenas recursos materiais, mas também fortalecimento subjetivo. Essa perspectiva é reforçada pela visão emancipatória de Paulo Freire, para quem a conscientização e a práxis são condições para a libertação e para o desenvolvimento da subjetividade (Durand et al., 2021).

Dessa forma, a psicoeducação se configura como uma prática que articula o conhecimento psicológico e a educação emancipatória, favorecendo o autoconhecimento, o fortalecimento da autoestima e a reconstrução da autonomia feminina. Ao promover a compreensão sobre o ciclo da violência e suas causas estruturais, ela transforma a experiência de dor em aprendizado e resistência, permitindo à mulher reescrever sua história com base na liberdade e na dignidade. A psicoeducação integra saberes psicológicos à educação emancipatória, estimulando o autoconhecimento, fortalecendo a autoestima e apoiando a autonomia das mulheres. Ao ajudar na compreensão do ciclo da violência e suas causas estruturais, essa prática transforma a dor em aprendizado e resistência, possibilitando que a mulher reescreva sua trajetória com liberdade e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é um fenômeno complexo sustentado por fatores estruturais, culturais e emocionais. As medidas protetivas da Lei Maria da Penha são importantes, mas insuficientes sem uma abordagem integrada legal, psicológica e educacional. A psicoeducação surge como ferramenta para promover conscientização, fortalecimento emocional e autonomia, prevenindo revitimização e estimulando o empoderamento feminino. É fundamental ampliar políticas públicas e programas que incluam ações psicoeducativas para apoiar a reconstrução de vidas afetadas pela violência.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Maria Clara Ramos, 2023. Impacto psicológico da violência doméstica contra a mulher: análise dos efeitos nas vítimas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – PUC-SP, São Paulo, 2023. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36873. Acesso em: 31 mai. 2025.

BITTAR, Danielle; KOHLSDORF, Marina. Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência doméstica. Psicologia Argumento, [s.l.], v. 31, n. 400, p.447- 456, 2013. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20447. Acesso em: 31 mai. 2025.

RODRIGUES, A. D, 2006. Violência conjugal: vivência de traumas em mulheres queimadas. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=83911. Acesso em: 31 mai. 2025.

FONSECA, P. M., LUCAS, T. N. S, 2006. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, Bahia, 2006. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

WALKER, Lenore. **A mulher agredida**. New York: Harper and How, 1979.

SAFFIOTI, H. I. (2002). **Violência contra a mulher e violência doméstica. Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora, 34, 321-338. Disponível em: https://marxists.info/portugues/saffioti/ano/mes/40.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

CABRAL, S. K. S.; CORRÊA, I. V. F.; MENEZES, R. L. Lei Maria da Penha: violência doméstica, aplicabilidade e a (in) eficácia das medidas protetivas. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 1, n. 4, p. 20-44, out./dez. 2022. Disponível em: https://www.revistaeletronicaamplamente.com/v1n4-03. Acesso em: 02 jun. 2025.

CNJ. Conselho Nacional De Justiça. **Painel de Estatísticas Processuais – Justiça em Números**. Brasília: CNJ, 2025.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022.

SOUZA, Arruda de, VERAS Augusto D. C., PEIXOTO, F. Campos., & PEREIRA BORGES, P. (2022). Sobre a importância do pensamento socrático na contemporaneidade. **Revista Contemplação,** (27). Recuperado de https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/327. Acesso em: 04 jun. 2025.

KABEER, N. (2020). **Women's Empowerment and Economic Development: A Feminist Critique of Storytelling Practices in "Randomista" Economics**. Feminist Economics, 26(2), 1–26. https://doi.org/10.1080/13545701.2020.1743338. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13545701.2020.1743338#abstract. Acesso em: 18 jun. 2025.

DURAND, M. K. *et al*. Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino: perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 5, p. e20200524, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/KKfcDmSpk9NVBG9y3KpSTyr/. Acesso em: 18 jun. 2025.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014 . Disponível: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. (2015). **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

MENDES, Z. D. R.; NOGUEIRA, W. D. A.; DIAS, J. F.; SOUZA, C. D. A.; ALMEIDA, M. S. P. D.; SILVEIRA, H. F. D.; RIBEIRO JUNIOR, H. L. Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem no núcleo da delegacia em atendimento à mulher de um município do estado da Bahia**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 21–28, 2016. DOI:

10.22478/ufpb.2317-6032.2017v21n1.24414. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/24414. Acesso em: 2 abr. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf . Acesso em: 01 abr. 2025.

MAIS QUE FELICIDADE: CONCEITOS E BASES DA PSICOLOGIA POSITIVA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Inglids Greter de Souza[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – A Psicologia Positiva emergiu como um campo científico dedicado à investigação e promoção das qualidades humanas, ampliando o foco da Psicologia tradicional, que historicamente concentrou-se no estudo de psicopatologias. Este estudo tem como objetivo entender essa abordagem através de conceitos como bem-estar físico, psicológico e social, dando destaque ao fortalecimento de virtudes humanas, emoções positivas, engajamento, propósito de vida e relações saudáveis. Entre os tópicos centrais estão o bem-estar subjetivo, psicológico e coletivo, o conceito de flow, a espiritualidade e o modelo PERMA, que direcionam pesquisas e ações voltadas para promover o florescimento humano. Assim, a Psicologia Positiva contribui para compreender mais que a felicidade, o potencial humano, buscando fortalecer os recursos internos e promover o bem-estar individual e coletivo, sem negligenciar os desafios e adversidades da experiência humana.

Palavras-chave: Psicologia Positiva; bem-estar; virtudes humanas; florescimento.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Positiva, inaugurada por Martin Seligman na década de 1990, consolidou-se como um campo emergente da ciência psicológica, dedicado ao estudo das condições e processos que favorecem o florescimento humano e o bem-estar subjetivo.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a Psicologia tinha três principais propósitos: tratar os transtornos mentais, promover uma vida mais plena e produtiva, além de identificar e apoiar pessoas com altas habilidades, especialmente crianças com elevado quociente intelectual conforme citam Seligman, 2004; Paludo; Koller, 2007 apud Dias; Kumamoto, 2020.

Durante grande parte de sua trajetória, a Psicologia concentrou-se em compreender os problemas humanos, as doenças e as formas de avaliação ligadas a contextos profissionais e escolares. Com o tempo, porém, surgiu a indagação sobre o que as pessoas têm de positivo, dando origem às propostas da Psicologia Positiva. Segundo Seligman (2011 apud Justiniano; Mazzafera, 2023), a Psicologia Positiva se fundamenta no estudo das emoções agradáveis, do engajamento, do sentido de vida, das conquistas e das relações saudáveis, buscando

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

compreender, avaliar e favorecer o desenvolvimento desses elementos essenciais para o bem-estar humano.

A Psicologia Positiva distingue-se das abordagens tradicionais ao ampliar o foco da Psicologia para além do tratamento de patologias, enfatizando forças pessoais, virtudes e recursos internos que promovem uma vida mais plena e significativa. Concebida como uma ciência voltada à promoção da saúde e do bem-estar, busca preencher a lacuna deixada pela ênfase histórica da Psicologia nas doenças humanas (Balancho, 2013; Pereira, 2021 apud Justiniano; Mazzafera, 2023).

Importante ressaltar que a Psicologia Positiva não se apoia em uma visão idealizada ou ingênua do bem-estar. Pelo contrário, fundamenta-se em pesquisas científicas rigorosas que investigam fatores como emoções positivas, engajamento, propósito de vida, relações interpessoais e resiliência. As intervenções inspiradas nessa abordagem têm demonstrado benefícios relevantes, incluindo o fortalecimento de vínculos sociais, o aumento da autoestima, a prevenção de recaídas em transtornos como depressão e ansiedade, e a ampliação da satisfação com a vida.

Em todos os campos da experiência humana, a Psicologia Positiva tem transformado a compreensão da saúde mental ao deslocar o foco da patologia para o florescimento humano, promovendo uma visão integrativa que favorece a prevenção do adoecimento, a formulação de políticas públicas e a redução do estigma em torno da psicoterapia, além de incentivar uma cultura de bem-estar e solidariedade diante das crescentes demandas emocionais da sociedade.

Nesse contexto, a Psicologia Positiva emerge como uma vertente científica que se dedica ao estudo das qualidades humanas, como virtudes, forças de caráter e experiências subjetivas positivas, com objetivo de promover o bem-estar e a realização pessoal (Seligman, 2002; Csikszentmihalyi, 2000 apud Pereira; Silva, 2022). A presente revisão narrativa de literatura, busca consolidar os fundamentos teóricos da Psicologia Positiva, abordando suas origens, conceitos centrais, principais autores e contribuições para a compreensão do florescimento humano. O objetivo é fornecer um panorama atualizado sobre o tema, enfatizando a relevância dessa perspectiva para a saúde mental e o desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, com o objetivo de reunir, descrever e discutir produções científicas sobre a Psicologia Positiva e seus principais conceitos. Esse tipo de revisão permite uma análise interpretativa e reflexiva da literatura disponível, adequada a trabalhos teóricos e exploratórios, sem possibilitar replicação ou produção de dados quantitativos.

Foram selecionados textos publicados entre 2020 e 2025, em português, incluindo artigos científicos, livros, capítulos de obras acadêmicas, dissertações e teses, buscados nas bases SciELO, Google Acadêmico, PePSIC e Periódicos CAPES, por meio de descritores como Psicologia Positiva, bem-estar, forças de caráter, virtudes humanas e florescimento.

Após a seleção, procedeu-se à leitura e análise das fontes, considerando relevância, atualidade e adequação ao tema. Durante o processo, foram elaborados fichamentos para organizar as informações e subsidiar a redação do estudo, garantindo fundamentação teórica consistente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tradicionalmente, a Psicologia concentrou-se na compreensão e tratamento de patologias, refletindo um modelo biomédico individualista. Contudo, a partir da definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) como estado de completo bem-estar físico, psicológico e social, passou a ser reconhecida a importância dos aspectos positivos da experiência humana (Seligman, 2002; Aragão; Maia Filho, 2019 apud Figueiredo et al., 2021), ampliando a visão sobre saúde mental, prevenção, desenvolvimento pessoal e capacidade de lidar com adversidades (WHO, 2018; WHO, 2023 apud Zanini et al., 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Psicologia direcionou-se principalmente ao tratamento de psicopatologias decorrentes do conflito, relegando a estudos sobre potencialidades humanas (Seligman; Csikszentmihalyi, 2000 apud Reppold et al., 2019). Apesar de Maslow, Rogers e Jahoda explorarem crescimento pessoal e virtudes, seu impacto foi limitado frente à predominância de modelos clínicos centrados na patologia (Seligman, 2011 apud Santos-Erandes et al., 2021).

A Psicologia Positiva (PP) surgiu como uma vertente científica voltada ao estudo dos aspectos saudáveis do ser humano, tendo como foco o florescimento, o bem-estar e o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas (Seligman; Csikszentmihalyi, 2000 apud Pereira; Silva, 2022). Seu marco formal ocorreu em 1998, com Martin Seligman, então presidente da American Psychological Association (APA), que propôs a investigação sistemática de forças, virtudes e qualidades positivas, como resiliência, otimismo, gratidão e criatividade, visando não apenas o tratamento de transtornos, mas a promoção de uma vida plena e satisfatória (Dametto, 2017 apud Farah; Vital; Miranda, 2021).

Além disso, a Psicologia Positiva não substitui o estudo das psicopatologias, mas complementa-o, ampliando a compreensão científica da experiência humana ao valorizar o desenvolvimento das potencialidades e a construção de vidas mais satisfatórias, saudáveis e significativas (Hutz, 2014; Seligman; Steen; Park; Peterson, 2005 apud Santini; Campos, 2023).

Desse modo, busca compreender e promover experiências emocionais positivas, traços de caráter virtuosos e ambientes que favoreçam o florescimento humano, ampliando o escopo da Psicologia tradicional (Snyder; Lopez, 2011; Campos et al., 2019 apud Farah; Vital; Miranda, 2021).

O bem-estar humano é estudado sob três dimensões: subjetiva, ligada a experiências positivas e satisfação de vida (Diener et al., 2005 apud Sousa; Melo, 2022); psicológica, relacionada a desenvolvimento pessoal, sentido de vida e autorrealização (Ryan; Deci, 2001; Huta; Ryan, 2010 apud Sousa; Melo, 2022); e coletiva, envolvendo virtudes cívicas e instituições que promovem bem-estar social (Adler; Seligman, 2016). Entre os constructos centrais estão as forças de caráter e virtudes humanas, organizadas por Peterson e Seligman (2004) no sistema VIA, divididas em seis virtudes: sabedoria e conhecimento; coragem; humanidade; justiça;

temperança; e transcendência, englobando traços como curiosidade, perseverança, bondade, liderança, autocontrole e gratidão (Niemiec; Noronha; 2019 apud Reppold, 2021).

Na Psicologia Positiva, o estudo da felicidade compreende conceitos-chave, que incluem o Bem-Estar Psicológico (autoaceitação, crescimento pessoal, sentido de vida, autonomia e experiências positivas) e o Bem-Estar Subjetivo (avaliação pessoal sobre a própria vida, associado à felicidade hedônica), diferenciando-se entre felicidade hedônica e eudaimônica (Sousa; Melo, 2022).

Seligman propôs a Teoria da Felicidade Autêntica e, posteriormente, a Teoria do Bem-Estar, com base no modelo PERMA: Positive emoticons (emoções positivas), Engagement (engajamento), Relationships (relacionamentos positivos), Meaning (sentido, propósito) e Accomplishments (realizações), norteando pesquisas e práticas voltadas à promoção do florescimento humano (Seligman, 2011 apud Rodrigues; Pereira, 2021).

O conceito de Flow, proposto por Csikszentmihalyi (2020), descreve estado de engajamento pleno em atividades desafiadoras, associado a bem-estar, criatividade e desempenho otimizado (Borges, 2017; Rodrigues; Pereira, 2021). A espiritualidade, entendida como busca por sentido e desenvolvimento do potencial humano, também se relaciona ao bem-estar subjetivo e psicológico, independentemente de práticas religiosas (Day, 2010 apud Sousa; Melo, 2022).

Em síntese, a Psicologia Positiva constitui um campo científico consolidado, voltado à investigação e promoção das qualidades humanas, fortalecendo a compreensão das potencialidades e do florescimento, sem desconsiderar os desafios da condição humana (Seligman et al., 2005 apud Machado; Matsumoto, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Positiva consolida-se como uma vertente inovadora da ciência psicológica, dedicada ao estudo das qualidades humanas, virtudes, forças de caráter e experiências positivas. Ao ampliar o foco além da patologia, busca promover o florescimento, o bem-estar e a realização pessoal. Seus aportes teóricos e práticos têm relevância em contextos clínicos, educacionais e organizacionais, favorecendo o desenvolvimento da resiliência, do propósito de vida e da saúde mental. Assim, ao valorizar o que há de certo nas pessoas, essa abordagem representa um avanço científico e social no entendimento do potencial humano, além da felicidade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Evandro de Lemos. **Psicologia Positiva: Uma mudança de perspectiva [recurso eletrônico]:** 1ª ed. – Série Positiva Psicologia. Vol. 1 – Joinville: Clube de Autores, 2017.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow: A Psicologia do Alto Desempenho e da Felicidade:** tradução Cássio de Arantes Leite – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2020.

DIAS, Hívia Cavalcante da Silva, KUMAMOTO, Laura Helena Montenegro Carneiro da Cunha. **O Conceito de Felicidade e Bem-Estar na Perspectiva da Psicologia Positiva.** 2020. TCC-Psicologia

- Universidade Federal da Paraíba. Centro De Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de Psicologia. João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18050?locale=pt_BR. Acesso em 10 abril 2025.

FARAH, Thais Lima; VITAL, Cleida de Lima; MIRANDA, Victor Martins de. Felicidade e bem-estar: o uso das práticas cognitivo-comportamentais e positivas para a busca do funcionamento humano ideal. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo, v. 41, n. 101, p. 229-235, dez. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-711X2021000200009. Acessos em: 10 abril 2025.

FIGUEIREDO, Camilla Vieira et al. Como se articulam a Psicologia Positiva e a Psicologia da Saúde? Society and Development. 10. e16510212288. 10.33448/rsd-v10i2.12288. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12288. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/12288-Article-163757-1-10-20210209%20(2).pdf. Acesso em: 10 abril 2025.

JUSTINIANO, Marcos Messias da Silva. MAZZAFERA, Bernadete Lema. A Psicologia Positiva na formação do psicólogo: o ensino da ciência do bem-estar por meio de recursos educacionais digitais. 2023. Dissertação - Centro Universitário Anhanguera de São Paulo, Pirituba, 2023. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br//handle/123456789/54000. Acesso em: 10 abril 2025.

MACHADO, Leonardo; MATSUMOTO, Lina S. Psicologia positiva e psiquiatria positiva: a ciência da felicidade na prática clínica. Barueri: Manole, 2020. *E-book.* pág.347. ISBN 9786555760194. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555760194/. Acesso em: 29 jun. 2025.

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Autoeficácia, Mindfulness e Autocompaixão : possíveis interlocuções a partir da Psicologia Positiva na educação superior. Memorandum: Memória e História em Psicologia, *[S. l.]*, v. 39, 2022. DOI: 10.35699/1676-1669.2022.36717. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/36717. Acesso em: 10 abril 2025.

REPPOLD, Carolina et al. Felicidade como Produto: Um Olhar Crítico sobre a Ciência da Psicologia Positiva. Avaliação Psicológica, Porto Alegre, 2019, 18(4), pp. 333-342. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v18n4/02.pdf. DOI: http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18777.01. Acesso em: 10 abril 2025.

RODRIGUES, Miriam; PEREIRA, Douglas da Silveira. Psicologia Positiva: Dos conceitos à aplicação. Novo Hamburgo: Sinopsys Editora, 2021.

SANTOS-ERANDES, Sheyla Christine Santos et al. Psicologia positiva no Brasil: cenário atual e indicações futuras. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2021•17(2)•pp.125-134. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-

56872021000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abril 2025. https://doi.org/10.5935/1808-5687.20210025.

SANTINI, Paolla Magioni; CAMPOS, Beatriz Bueno Franco de. A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA POSITIVA NA COMPREENSÃO DO TERMO FELICIDADE. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 71–90, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/31266. Acesso em: 01 jun. 2025.

SOUSA, Ágabo Borges de; MELO, Waleska Naura Santos Oliveira. A felicidade como construto para bem-estar do ser humano na psicologia positiva. Psicologia e Saúde: pesquisa, aplicações e estudos interdisciplinares - ISBN 978-65-5360-208-3 - Vol. 2 - Ano 2022 - Editora Científica Digital – Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220809759 . Acesso em: 01 jun. 2025.

ZANINI, Daniela S; PAIS-RIBEIRO, José; FERNANDES, Iorhana A. Psicologia positiva e saúde: desenvolvimento e intervenções. PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS, 2021, *22*(1), 3-13. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS - www.sp-ps.pt .DOI: http://dx.doi.org/10.15309/21psd220102. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351374589_Positive_psychology_and_health_development_and_interventions. Acesso em: 10 abril 2025.

IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO: A PERSONALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Felipe Locatelli Kosciow[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da personalidade na adolescência sob uma perspectiva biopsicossocial, compreendendo esse período como uma fase de intensas transformações físicas, cognitivas e emocionais. Destacam-se as mudanças hormonais e neurobiológicas que influenciam o comportamento e a maturação cerebral, assim como os avanços cognitivos descritos por Piaget e o desenvolvimento moral proposto por Kohlberg. À luz da teoria psicossocial de Erik Erikson, a adolescência é entendida como um momento crucial na formação da identidade, marcado pela exploração de papéis e pela busca de coerência interna. Conclui-se que a construção da personalidade nessa etapa resulta da interação dinâmica entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, exigindo uma compreensão integrada do processo de amadurecimento humano.

Palavras-chave: adolescência; desenvolvimento humano; personalidade; identidade.

INTRODUÇÃO

A adolescência constitui um dos períodos mais complexos do desenvolvimento humano, caracterizando-se por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais que influenciam diretamente a formação da personalidade. Essa fase, marcada pela busca de identidade e autonomia, representa um ponto de transição entre a infância e a vida adulta, no qual o indivíduo vivencia desafios e experimentações que moldam sua maneira de ser, pensar e agir no mundo. Compreender o desenvolvimento da personalidade na adolescência, portanto, exige uma análise integrada dos fatores biológicos, cognitivos, emocionais e sociais que interagem dinamicamente nesse processo, oferecendo subsídios para a compreensão mais ampla do ser humano em formação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, com abordagem descritiva e exploratória. Foram analisadas produções científicas sobre o desenvolvimento da personalidade na adolescência, buscando compreender o fenômeno sob a ótica biopsicossocial. As fontes foram obtidas nas bases SciELO, PePSIC, Google Scholar e CAPES Periódicos, utilizando descritores

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmico do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

como adolescência, personalidade, biopsicossocial e identidade. A seleção considerou obras publicadas entre 2014 e 2025, com relevância teórica e disponibilidade em texto completo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o desenvolvimento da personalidade, é essencial direcionar a análise ao período da adolescência, fase do desenvolvimento psicossocial que se estende por alguns anos. Considerando o contexto histórico e social, a adolescência pode ser entendida como "um processo que ocorre durante o desenvolvimento evolutivo do indivíduo, caracterizado por uma revolução biopsicossocial" (Levisky, 2025, p. 42).

Assim, antes de abordar como a personalidade se manifesta e se modifica nesse período, torna-se necessário compreender o conceito de adolescência e os desafios que marcam essa etapa do desenvolvimento humano.

Durante a adolescência, o corpo passa por profundas transformações, resumidas na puberdade — fenômeno biológico e fisiológico que ocorre em todos os seres humanos, caracterizado por mudanças hormonais e corporais (Lepre; De Oliveira, 2022). Esse processo de maturação inicia-se antes do nascimento e pode ter implicações psicológicas que se estendem até a vida adulta (Papalia; Martorell, 2022).

O fenômeno central dessa fase é a ativação do eixo hipotálamo-hipófise-gônadas (HPG). O hipotálamo libera o hormônio liberador da gonadotropina (GnRH), que estimula a produção de testosterona, progesterona, estrógeno e outros hormônios sexuais (Tua Saúde, 2022 apud Tavarez; Paz; Juliasz, 2022). Nos meninos, ocorre aumento da testosterona e androstenediona; nas meninas, o FSH estimula a menstruação e o amadurecimento ovariano.

Outro marco é o chamado estirão do crescimento, em que a glândula pituitária secreta hormônios responsáveis pela maturação óssea e pelo crescimento em altura, com diferenças entre os sexos (Santrock, 2014). Meninos tendem a apresentar maior crescimento das pernas e ombros, enquanto meninas têm início puberal mais precoce e alargamento dos quadris, sinalizando a maturidade reprodutiva (Papalia; Martorell, 2018).

Do ponto de vista neurobiológico, o cérebro adolescente ainda está em desenvolvimento. O córtex pré-frontal — responsável pelo raciocínio, planejamento e controle de impulsos — amadurece mais tardiamente, o que explica a impulsividade e a busca por riscos comuns nessa etapa (Lima, 2022). Essa região, por integrar informações sensoriais e motoras, permite o desenvolvimento das funções executivas, como o raciocínio, a atenção seletiva e o controle inibitório. Assim, o cérebro adolescente é ágil e receptivo, mas ainda imaturo quanto à regulação comportamental — uma combinação que marca intensamente essa fase do desenvolvimento.

Paralelamente às transformações corporais, a adolescência é marcada por importantes mudanças cognitivas e emocionais. Segundo Martorell (2019), muitos adolescentes já são capazes de raciocinar de forma abstrata e emitir julgamentos morais complexos, embora ainda apresentem certa imaturidade em suas análises e decisões.

Com base na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, entende-se que a adolescência corresponde ao estágio das operações formais, quando o indivíduo passa a lidar com ideias abstratas e hipotéticas (Bianchi, 2024). O adolescente é capaz de imaginar possibilidades, formular hipóteses e refletir sobre o que poderia ser, e não apenas sobre o que é (Papalia; Martorell, 2018).

Esses processos cognitivos estão ligados à neuroplasticidade e à capacidade de aprendizado, fundamentais para o amadurecimento mental e emocional. Embora ainda haja imaturidade em alguns aspectos, os adolescentes passam a raciocinar de maneira mais abstrata e a planejar o futuro com maior realismo (Papalia; Martorell, 2022). O desenvolvimento cognitivo, portanto, é inseparável dos aspectos emocionais e sociais, que influenciam diretamente a formação dos valores e comportamentos (Santrock, 2014).

O amadurecimento emocional exerce papel decisivo nesse processo. Durante a adolescência, observa-se uma assimetria no desenvolvimento cerebral: enquanto a amígdala — estrutura responsável pelas respostas emocionais intensas — amadurece precocemente, o córtex pré-frontal, responsável pelo controle dos impulsos e pela tomada de decisões, ainda está em formação (Teixeira; Marques; Barros, 2022). Essa diferença explica por que muitos adolescentes reconhecem racionalmente o que seria o comportamento adequado, mas, ainda assim, agem impulsionados pela emoção. Dessa forma, cognição, emoção e comportamento se entrelaçam, refletindo o funcionamento característico do cérebro adolescente (Papalia; Martorell, 2022).

O pensamento moral também se transforma nesse período. Conforme a teoria de Lawrence Kohlberg, o adolescente transita do estágio convencional — guiado pela necessidade de aprovação social — para o estágio pós-convencional, no qual os princípios éticos pessoais passam a ter maior relevância (Papalia, 2019). Esse avanço está intimamente relacionado ao desenvolvimento do pensamento abstrato e à ampliação da empatia, possibilitando ao jovem refletir sobre justiça, direitos e deveres de forma mais crítica e autônoma.

Como afirmam Papalia e Martorell (2022, apud Ginsburg & Opper, 1979, p. 201), "o adolescente pode amar a liberdade ou odiar a exploração... O possível e o ideal cativam tanto a mente quanto os sentimentos". Assim, o amadurecimento moral reflete tanto a evolução cognitiva quanto as experiências emocionais e sociais que caracterizam essa fase.

Após compreender os aspectos biológicos e psicológicos, torna-se possível relacioná-los ao desenvolvimento da personalidade. Erik Erikson propôs oito estágios psicossociais do desenvolvimento humano, sendo o quinto — identidade versus confusão de papéis — o mais marcante na adolescência (Schultz; Schultz, 2021). Nesse estágio, o jovem enfrenta o desafio de definir quem é, o que deseja e qual papel pretende ocupar na sociedade. Essa busca é permeada por experimentações, crises e pela necessidade de pertencimento (Santrock, 2014).

A pressão social contemporânea intensifica esse processo, uma vez que não há uma transição universal e claramente definida entre infância e vida adulta (Teixeira; Marques; Barros, 2022). Cada cultura, portanto, estabelece diferentes parâmetros para o início da maturidade. A construção de uma identidade sólida requer experiências, autoconhecimento e aceitação pessoal — tarefas que, frequentemente, geram ansiedade e instabilidade.

De acordo com Schultz e Schultz (2021), os adolescentes vivenciam múltiplos papéis e ideologias na tentativa de descobrir quais são compatíveis com seus valores e aspirações. Para Erikson, essas crises de identidade não devem ser vistas como traumas, mas como momentos de engajamento ativo, nos quais o indivíduo se apropria de suas crenças e define quem deseja ser (Martorell, 2019).

Ampliando essa perspectiva, Santrock (2014) descreve quatro estágios do desenvolvimento da identidade, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Desenvolvimento da Identidade

Difusão da identidade	O adolescente ainda não passou por crise nem assumiu compromissos.
Identidade outorgada	Há compromisso, mas sem exploração prévia.
Moratória da identidade	Há crise em andamento, sem compromisso definido.
Realização da identidade	O jovem passou pela crise e estabeleceu compromissos sólidos.

Fonte: Dados da pesquisa, (2025)

Esses estágios evidenciam que o desenvolvimento da identidade não ocorre de forma linear, mas depende de um processo contínuo de exploração, reflexão e tomadas de decisão pessoais. Além disso, fatores sociais e ambientais exercem influência significativa sobre a maneira como as fases geneticamente predispostas se manifestam e se consolidam (Schultz; Schultz, 2021).

Compreender o estágio em que o jovem se encontra possibilita uma análise mais ampla de suas escolhas, do autoconhecimento e da preparação para a vida adulta, ressaltando a relevância de contextos de apoio, como a família e a escola, no processo de amadurecimento (Martorell, 2019). Esses ambientes, ao transmitirem tradições, valores e rituais culturais, contribuem para a socialização e para a formação da identidade social, favorecendo o desenvolvimento do senso de pertencimento e da estabilidade emocional do adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desenvolvimento da personalidade na adolescência sob a perspectiva biopsicossocial evidencia a complexidade desse período, marcado por intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. As mudanças hormonais e neuroendócrinas influenciam o comportamento e a regulação emocional, enquanto o avanço do pensamento abstrato e moral, conforme Piaget e Kohlberg, favorece a autonomia e o senso crítico. Na dimensão social, Erikson destaca o desafio de integrar papéis e valores para consolidar uma identidade coerente e singular.

A formação da personalidade, portanto, não resulta apenas de fatores internos, mas da interação contínua com o meio. O contexto familiar, escolar e cultural exerce papel decisivo na consolidação da identidade e no enfrentamento dos conflitos próprios dessa fase (Papalia; Santrock; Martorell). Conclui-se que compreender o adolescente de forma integrada é essencial para promover intervenções educativas e psicológicas mais humanizadas, favorecendo o desenvolvimento saudável e a preparação para a vida adulta.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Vilma Aparecida. O desenvolvimento moral de adolescentes com dotação e talento. 2025. 123 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/260246 Acesso em: 4 set. 2025.

LEPRE, Rita Melissa; DE OLIVEIRA, Jamile. Adolescência e construção da personalidade moral. Dialogia, n. 41, Disponivel em: p. e21333-e21333, 2022. https://uninove.emnuvens.com.br/dialogia/article/view/21333 Acesso em: 03 set. 2025.

LEVISKY, David L. Adolescência. 5. ed. São Paulo: Editora Blucher, [Inserir ano de publicação]. E-book. p.42. ISBN 9788521224860. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521224860/. Acesso em: 03 set. 2025.

LIMA, José Carlos Souza et al. Neurobiologia do Sistema de Recompensa Cerebral. Editor Chefe, p. 52, 2022. Disponivel em: https://www.cadbrasmed.com.br/_files/ugd/c181a5_01e7a938eade4f9b8ee14682f597dc0e.pdf#page=52. Acesso em: 03 set. 2025.

MARTORELL, Gabriel. O mundo da criança: da infância à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2019. E-book. p.445. ISBN 9788580556308. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580556308/. Acesso em: 30 mar. 2025.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022. E-book. p.353. ISBN 9786558040132. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040132/. Acesso em: 30 mar. 2025.

SANTROCK, John W. Adolescência. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014. E-book. p.159. ISBN 9788580552416. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580552416/. Acesso em: 30 mar. 2025.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney E. Teorias da personalidade. 4. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2021. E-book. p.168. ISBN 9786555583946. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555583946/. Acesso em: 30 mar. 2025.

TAVARES, Ana; PAZ, João Pedro; JULIASZ, Maria Fernanda. A PUBERDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES. SEXUALIDADE, p. 15. 2022. Disponivel em: https://site.veracruz.edu.br/documentos/link/ef/ef3_revista_9ano_n1_2022.pdf#page=17. Acesso em: 30 mar. 2025.

TEIXEIRA, Igor B.; MARQUES, Tania B I.; BARROS, Doriana D.; et al. **Psicologia do desenvolvimento da adolescência ao envelhecimento.** Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.45. ISBN 9786556903002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903002/. Acesso em: 30 mar. 2025

AS NOVAS FORMAS DE AMAR: DESAFIOS E REFLEXÕES PARA A PSICOLOGIA CLÍNICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Samantha John Corrêa[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – As transformações socioculturais das últimas décadas trouxeram novas formas de amar e se relacionar, rompendo com o modelo tradicional da monogamia. Os RNMC (relacionamentos não monogâmicos consensuais) — como o poliamor, o relacionamento aberto e o swing — têm ganhado maior visibilidade, desafiando tanto as normas sociais quanto a prática da Psicologia Clínica. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre como a Psicologia pode se adaptar eticamente às novas configurações relacionais, considerando seus desafios e potencialidades. Trata-se de uma revisão narrativa de natureza qualitativa e caráter exploratório, baseada em estudos publicados entre 2015 e 2024. Constatou-se que, apesar do avanço teórico e da crescente discussão sobre a diversidade relacional, ainda existem lacunas significativas na formação de psicólogos quanto ao acolhimento das novas formas de amor. Conclui-se que uma prática clínica ética, crítica e despatologizante é essencial para promover o respeito, a autonomia e o bem-estar emocional dos sujeitos em suas múltiplas maneiras de se vincular.

Palavras-chave: amor contemporâneo; RNMC; diversidade relacional; Psicologia Clínica; ética profissional.

INTRODUÇÃO

O amor, enquanto fenômeno social e psicológico, passou por intensas transformações ao longo da história. Na contemporaneidade, observa-se a emergência de novas formas de relacionamento que desafiam a exclusividade monogâmica e ampliam os modos de vivência afetiva. Modelos como o poliamor, o relacionamento aberto e outras práticas de não monogamia consensual (NMC) refletem mudanças culturais e a busca por vínculos mais autênticos e diversos. Tais transformações colocam a Psicologia Clínica diante de um desafio ético: acolher de maneira sensível e livre de preconceitos os indivíduos que vivenciam essas novas formas de amar.

Assim, este artigo discute as implicações dessas transformações para a prática e formação do psicólogo, analisando como a ciência e a clínica podem responder de modo ético e inclusivo à pluralidade afetiva contemporânea.

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora Mestra do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma revisão narrativa da literatura, de natureza básica e abordagem qualitativa. Foram consultadas as bases SciELO, PePSIC, PubMed e Web of Science, considerando produções entre 2015 e 2024. O levantamento incluiu artigos científicos, dissertações, livros e relatórios técnicos que abordam as novas configurações relacionais, a prática clínica e a formação em Psicologia. As informações foram analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo temática, permitindo identificar conceitos centrais, lacunas e desafios na atuação clínica diante da diversidade relacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O amor tem sido amplamente estudado na Psicologia Social como uma dimensão central das relações humanas (Neves, 2007). Durante séculos, a monogamia consolidou-se como modelo dominante de vínculo afetivo, associada à moral, à religião e à estabilidade familiar (Weaver e Woollard, 2008). Contudo, nas últimas décadas, novas configurações relacionais, como o poliamor, os relacionamentos abertos e o swing, têm desafiado o ideal de exclusividade e revelado a diversidade das formas de amar (Barker, 2018; Cardoso, 2017; Sheff, 2005).

Historicamente, o casamento não foi construído sobre o amor, mas como uma instituição social e econômica (Araújo, 2002; Ferry, 2013). Apenas com a modernidade burguesa o amor romântico passou a justificar o matrimônio, transformando o afeto em ideal de felicidade. O cristianismo e o patriarcado, entretanto, consolidaram a monogamia como padrão moral, vinculando o sexo à procriação e a fidelidade à virtude (Foucault, 1988; Bourdieu, 2019). Essa herança, mantida por séculos, naturalizou o modelo monogâmico e marginalizou outras formas de vínculo, sobretudo femininas e homoafetivas (Carvalho, 2021; Amaral Dantas, 2010).

Com o avanço dos movimentos feministas e das revoluções sexuais do século XX, o amor tornou-se cada vez mais fluido e individualizado (Bauman, 2004; Giddens, 1992). A sociedade contemporânea, marcada pelo imediatismo e pela busca de autorrealização, passou a valorizar relações mais autênticas, baseadas no diálogo e no consentimento. Essa transição abriu espaço para os relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNMCs), vínculos que reconhecem a possibilidade de múltiplos afetos e parcerias, sem traição ou ocultamento (Lima Júnior & Miranda, 2022; Silva, 2022).

Imagem 1 – Principais modelos de relacionamentos não monogâmicos consensuais (RNMC)

Poliamor	Relação em que é possível manter vínculos afetivos e/ou sexuais com mais de uma pessoa, com consentimento de todos os envolvidos.	Baseia-se em amor múltiplo e não exclusivo; prioriza transparência, honestidade e comunicação. Valoriza tanto o vínculo emocional quanto o sexual
Relacionamento Aberto	Relação em que o casal mantém vínculo principal, mas permite envolvimentos sexuais (e, às vezes, afetivos) com outras pessoas, de forma acordada.	O vínculo primário é preservado; define-se por acordos sobre limites e regras. Pode existir hierarquia entre os relacionamentos.
Swing (Troca de Casais)	Prática sexual consensual entre casais, com envolvimento de parceiros externos, geralmente simultâneo e com consentimento mútuo.	Envolve trocas de parceiros, normalmente sem laços afetivos. Foco no prazer sexual e fortalecimento do vínculo conjugal.
Anarquia Relacional	Perspectiva que rejeita hierarquias e normas fixas sobre tipos de vínculo; valoriza autonomia e autenticidade nas relações.	Não diferencia relações amorosas, sexuais ou de amizade; busca liberdade e rejeita rótulos.
Relacionamentos Híbridos	Configurações que combinam características de mais de um modelo de RNMC.	Um parceiro pode adotar práticas abertas enquanto outro prefere exclusividade; requer alto grau de comunicação.

Fonte – Dados da pesquisa (2025).

Segundo Cardoso (2010) e Sheff (2014), o poliamor propõe a coexistência ética de múltiplos vínculos afetivos e sexuais, sustentados pela honestidade e pela transparência. Já o relacionamento aberto, difundido por O'Neill e O'Neill (1972), mantém um vínculo principal, mas permite envolvimentos externos mediante acordo. O swing, por sua vez, caracteriza-se pela troca de parceiros entre casais, sem envolvimento emocional, buscando fortalecer o vínculo conjugal por meio da experiência compartilhada (Von der Weid, 2012; Silvério, 2018). Outras formas, como a anarquia relacional, rejeitam hierarquias entre tipos de vínculo e priorizam a autonomia e o respeito mútuo (Lima Júnior & Miranda, 2022).

Esses modelos desafiam o mito da monogamia natural (Barash & Lipton, 2007) e demonstram que o amor pode ser vivido de maneiras plurais. Estudos indicam que pessoas em RNMCs relatam níveis semelhantes de satisfação e estabilidade emocional quando comparadas a casais monogâmicos, desde que exista comunicação clara e respeito mútuo (Conley et al., 2017). A principal diferença não está na quantidade de parceiros, mas na forma como os vínculos são negociados, pautados pelo consentimento, confiança e transparência (Girard & Brownlee, 2015; Edwards et al., 2023).

A Psicologia Clínica, contudo, ainda carece de preparo para lidar com essas novas configurações. Muitos profissionais mantêm referenciais normativos, o que pode levar à patologização de práticas afetivas não tradicionais (Schechinger, Sakaluk & Moors, 2018; Moors et al., 2024). Autores como Vaughan e Burnes (2022) defendem uma clínica afirmativa e despatologizante, baseada na escuta empática e na ética da diversidade, onde compreender o amor em suas múltiplas expressões é reconhecer a pluralidade da experiência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações humanas são, por natureza, complexas, mutáveis e profundamente influenciadas pelas transformações culturais e sociais. As novas formas de amar, que surgem e se

afirmam na contemporaneidade, revelam não apenas mudanças nas dinâmicas afetivas, mas também novas formas de compreender o vínculo, o compromisso e a liberdade individual.

Essas mudanças são oportunidades para a Psicologia atualizar suas práticas. Estudantes e profissionais devem entender que o amor se expressa de formas variadas e que cada vínculo é único. É papel da Psicologia Clínica acolher essas diferenças com ética, empatia e sem preconceito, reconhecendo a legitimidade de múltiplos modos de viver o amor. Compreender as novas configurações afetivas envolve reconhecer a diversidade e a necessidade de conexão do ser humano. Ao escutar sem julgamentos, o psicólogo legitima o amor como força de construção, liberdade e crescimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL DANTAS, G. **Sexualidade, cristianismo e poder.** *Psicologia e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 562–570, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300005. Acesso em 10 out. 2025.

ARAÚJO, M. F. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 22, n. 2, p. 49–56, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009. Acesso em 14 mai 2025.

BARASH, D. P.; LIPTON, J. E. **O mito da monogamia: fidelidade e infidelidade entre pessoas e animais.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

BARKER, M. **Rewriting the rules: an anti self-help guide to love, sex and relationships.** 2. ed. Abingdon: Routledge, Taylor & Francis Group, 2018.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CARDOSO, D. S. **Amando Vári@S: individualização, redes, ética e poliamor.** 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010

CARDOSO, D. **Amores plurais situados: para uma meta-narrativa socio-histórica do poliamor.** *Revista Sociedade e Cultura*, v. 24, n. 48, p. 17–32, 2017.

CARVALHO, A. C. **A produção sobre relações poliafetivas na psicologia brasileira: uma revisão sistemática sobre não monogamia de 2004 a 2021.** 2021. Monografia (Graduação em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://tede.pucsp.br/handle/handle/26233. Acesso em 10 out. 2025.

CONLEY, T. D.; MATSICK, J. L.; MOORS, A. C.; ZIEGLER, A. **Investigation of consensually nonmonogamous relationships: theories, methods, and new directions.** *Perspectives on*

Psychological Science, v. 12, n. 2, p. 205–232, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/1088868312467087.

EDWARDS, C., ALLAN, R., MARZO, N., WYNFIELD, T., & HICKS, R. (2023). **The use of emotionally focused therapy with polyamorous relationships.** Family Process, 62, 1362–1376. Disponível em: https://doi.org/10.1111/famp.12934 Acesso em 21 Jun. 2025

FERRY, L. (2013). **Do amor:** uma filosofia para o século XXI (R. Janowitzer, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Difel.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIDDENS, A. (1992). **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** 2ª reimp. São Paulo: Editora UNESP. ISBN 857139-0371

GIRARD, Abby & BROWNLEE, Allison (2015) **Assessment guidelines and clinical implications for therapists working with couples in sexually open marriages, Sexual and Relationship Therapy,** 30:4, 462-474, Disponível em: dopi.org.10.1080/14681994.2015.1028352 Acesso em 20 Jun 2025

LIMA JÚNIOR, N. S.; MIRANDA, R. C. (2022). **Não monogamia política:** Um projeto emancipatório. In C. E. D. Villalón (Org.), Em Movimento (pp. 243-252). Edições EACH. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9786588503096 Acesso em 28 mar. 2025.

MOORS, Amy C.; VAUGHAN, Michelle Denise; FLICKER, Sharon M.; MATSUMURA, Kaiponanea T.; SCHECHINGER, Heath A. **Advancing consensual non-monogamy in psychological research, practice, and policy:** A guide for psychologists. Sexual and Intimate Partner Research, [S.l.], 2024. DOI: 10.1111/sipr.12108.

NEVES, S. (2007). **As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor:** A caminho do «amor confluente» ou o retorno ao mito do «amor romântico»? Revista Estudos Feministas, 15(3), 609–627. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300006 Acesso em 03 set. 2025.

O'NEILL, Nena e O'NEILL, George (1972), **Open Marriage:** A New Life Style for Couples, New York, Evans.

SCHECHINGER, H. A., SAKALUK, J. K., & MOORS, A. C. (2018). **Harmful and helpful therapy practices with consensually non-monogamous clients:** Toward an inclusive framework. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 86(11), 879–891. Disponível em: https://doi.org/10.1037/ccp0000349 Acesso em 01 mar. 2025.

SHEFF, E. (2005). **Polyamorous Women, Sexual Subjectivity and Power.** Journal of Contemporary Ethnography, 34(3), 251–283. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0891241604274263 Acesso em 02 out. 2025.

SHEFF, Elisabeth (2014), **The Polyamorists Next Door:** Inside Multiple-Partner Relationships and Families, Plymouth, Rowman & Littlefield.

SILVA, P. N. (2022). **Monogamia na contemporaneidade:** Um estudo sobre exclusividade no casamento. Disponível em http://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.58752 Acesso em 28 mar. 2025.

SILVÉRIO, M. S. (2018**). Eu, tu... ilus:** poliamor e não-monogamias consensuais. Tese de doutorado, Antropologia, ISCTE-IUL Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/18470/1/phd_maria_silva_silverio.pdf Acesso em 28 mar. 2025

VAUGHAN, M. D.; BURNES, T. R. **Handbook for Mental Health Practitioners Working with the Consensual Non-Monogamy Community**. *New Harbinger Publications*, 2022. Disponível em: https://medicalxpress.com/news/2022-09-handbook-mental-health-practitioners-consensual.html. Acesso em 10 out. 2025

VON DER WEID, O. (2012). **A prática do swing e a dimensão do prazer.** Tematicas, 20(40). Disponível em: https://doi.org/10.20396/tematicas.v20i40.11427 Acesso em 10 out. 2025

WEAVER, B. R., WOOLLARD, F., & The Hegeler Institute. (2008). **Marriage and the Norm of Monogamy:** Monist, 91(3), 506–522. Disponível em: https://doi.org/10.5840/monist2008913/428 Acesso em 16 mar. 2025.

OS IMPACTOS DO LUTO NA SAÚDE MENTAL: TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS À PERDA DEFINITIVA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Mirella Raiana da Silva[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – A morte, intrínsecamente ligada à existencia humana, representa um evento transformador na experiencia individual e coletiva. O luto, como resposta psicossocial à perda, possui implicações profundas para a saúde mental (Michel; Freitas, 2019), revelando fragilidade e resiliência humanas (Parkes, 2024). Seus impactos afetam dimensões físicas, emocionais e cognitivas (Prigerson et al., 2021), podendo desencadear sintomas como depressão, ansiedade e alterações no sono (Lima et al., 2024). Transtornos mentais associados ao luto, como luto complicado, depressão maior e TEPT, são objeto de investigação científica (Saeed; Gargano, 2022; Lopes et al., 2021). O DSM-5 introduz o Transtorno de Luto Prolongado, caracterizado por sofrimento intenso e funcionalidade comprometida por mais de 12 meses (Marx et al., 2023). Este estudo tem como objetivo investigar os impactos do luto e os transtornos mentais associados. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa (Gil, 2019; Minayo, 2014), com análise de materiais entre 2010 e 2025, incluindo autores clássicos. Concluiu-se que o luto é um fenômeno complexo, exigindo estratégias de intervenção humanizadas para promover saúde mental e acolhimento clínico (Saeed; Gargano, 2022).

Palavras-chave: Morte. Luto. Perda. Transtornos mentais. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A morte, enquanto fenômeno universal e inevitável, constitui uma das experiências mais impactantes na trajetória humana, marcando profundamente o sujeito em sua dimensão psíquica, relacional e existencial. O luto, nesse contexto, emerge como uma resposta natural à perda, sendo compreendido como um processo complexo e multifacetado que envolve aspectos emocionais, cognitivos, comportamentais e fisiológicos (Michel; Freitas, 2019).

A vivência do luto, embora esperada, pode desencadear reações intensas que ultrapassam os limites da adaptação saudável, configurando quadros clínicos que demandam atenção especializada (Parkes, 2024). A relevância teórica do tema é evidenciada pela crescente produção científica voltada à compreensão dos impactos do luto na saúde mental, especialmente diante da identificação de transtornos como o Transtorno de Luto Prolongado, a depressão maior e o

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

transtorno de estresse pós-traumático (Prigerson et al., 2021; Saeed; Gargano, 2022). Tais manifestações psicopatológicas desafiam os modelos tradicionais de elaboração da perda e exigem abordagens clínicas mais sensíveis e integradas.

Diante disso, este estudo teve como objetivo geral investigar os impactos do luto e os transtornos mentais associados à perda definitiva. Especificamente, busca-se compreender os efeitos existenciais do luto, identificar os principais transtornos correlacionados e refletir sobre o papel do psicólogo no acolhimento de pessoas enlutadas. A justificativa da pesquisa reside na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos psicológicos e neurobiológicos envolvidos no luto, contribuindo para a construção de estratégias de intervenção mais eficazes e humanizadas.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada nos princípios metodológicos descritos por Gil (2019) e Minayo (2014). A pesquisa bibliográfica consiste na análise sistemática de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos e documentos acadêmicos, que abordam o fenômeno do luto e seus desdobramentos na saúde mental. Essa abordagem permite ao pesquisador construir um panorama crítico sobre o tema, articulando diferentes perspectivas teóricas e clínicas.

A escolha por essa metodologia se justifica pela complexidade do objeto de estudo, que demanda uma compreensão aprofundada dos aspectos psicológicos, psiquiátricos, sociais e neurobiológicos envolvidos na experiência da perda. A pesquisa não envolveu coleta de dados empíricos primários, mas priorizou a análise interpretativa de produções científicas relevantes.

O percurso metodológico incluiu etapas interligadas: definição do problema e dos objetivos; busca criteriosa de materiais em bases acadêmicas como SciELO, PubMed, LILACS, PePSIC e Google Scholar; leitura exploratória e seletiva; e organização das informações em categorias temáticas. Foram priorizados textos publicados entre 2010 e 2025, sem desconsiderar autores clássicos como Freud, Bowlby e Worden. Os critérios de inclusão contemplaram estudos que abordassem diretamente o luto e sua relação com transtornos mentais, excluindo textos opinativos sem base científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica realizada evidenciou que o luto, embora seja uma resposta natural à perda, pode desencadear manifestações psicopatológicas significativas quando ultrapassa os limites da adaptação esperada. Estudos apontam que o luto prolongado, a depressão maior e os transtornos de estresse pós-traumático são os principais quadros clínicos associados à vivência de perdas definitivas (Prigerson et al., 2021; Saeed; Gargano, 2022).

A inclusão do Transtorno de Luto Prolongado na CID-11 e no DSM-5 representa um avanço na compreensão diagnóstica do sofrimento psíquico relacionado à perda, permitindo maior precisão na identificação e no tratamento desses casos (Marx et al., 2023; Netto, 2024). Os sintomas mais recorrentes incluem tristeza persistente, anedonia, insônia, alterações no apetite, prejuízos funcionais e dificuldades de concentração (Lima et al., 2024). A

lém disso, a literatura destaca a influência de fatores como personalidade, contexto sociocultural, vínculo com o falecido e recursos psíquicos de enfrentamento na forma como o luto é vivenciado (Rosner et al., 2021). A psicologia contemporânea tem enfatizado abordagens integrativas, que consideram o luto como um processo ativo de reconstrução de significados (Neimeyer, 2024), exigindo do psicólogo uma escuta sensível, acolhedora e culturalmente situada. O CID-10 destaca o transtorno de adaptação (F43.2) como resposta comum à perda (Lenferink et al., 2022).

A inclusão dessas categorias nos sistemas diagnósticos internacionais, como o CID-11 e o DSM-5, representa um avanço na compreensão clínica do sofrimento psíquico decorrente da perda. Além disso, destaca-se o papel fundamental do psicólogo no acolhimento de pessoas enlutadas, considerando a singularidade de cada vivência e os fatores socioculturais que influenciam a elaboração do luto. A escuta qualificada, o respeito à subjetividade e a construção de estratégias de intervenção humanizadas são essenciais para promover saúde mental e bem-estar ao longo do processo de enfrentamento da perda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, conclui-se que o luto é uma experiência humana complexa, que transcende a dimensão emocional e se manifesta como um fenômeno psicossocial, cultural e clínico. Embora seja uma resposta natural à perda, o luto pode evoluir para quadros psicopatológicos quando não elaborado adequadamente, exigindo atenção especializada e intervenções terapêuticas sensíveis.

A identificação de transtornos mentais associados ao luto, como o Transtorno de Luto Prolongado, a depressão maior e o transtorno de estresse pós-traumático, evidencia a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos psicológicos e neurobiológicos envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Rituais e significados do luto nas culturas contemporâneas**. São Paulo: Vozes, 2023.

FREITAS, F. **Luto e saúde mental: uma abordagem psicossocial.** Revista Brasileira de Psicologia, v. 34, n. 2, p. 123–140, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, R. et al. **Sintomas psicológicos associados ao luto prolongado.** Revista Psicologia & Saúde, v. 29, n. 1, p. 45–60, 2024.

MARX, B. et al. **Prolonged grief disorder: DSM-5 criteria and clinical implications.** Psychiatry Research, v. 317, p. 114–122, 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MICHEL, M.; FREITAS, F. **Luto e saúde mental: uma abordagem psicossocial.** Revista Brasileira de Psicologia, v. 34, n. 2, p. 123–140, 2019.

NEIMEYER, R. **Reconstrução de significados no processo de luto.** Revista Psicologia Narrativa, v. 21, n. 1, p. 33–49, 2024.

NETTO, R. **Transtorno do luto prolongado: CID-11 e DSM-5.** Revista de Psiquiatria Clínica, v. 47, n. 1, p. 10–22, 2024.

PARKES, C. M. **Luto: estudos contemporâneos sobre perda e adaptação**. Porto Alegre: Artmed, 2024.

PRIGERSON, H. et al. **Psychiatric disorders related to grief: clinical overview.** Journal of Clinical Psychiatry, v. 82, n. 4, p. 1–9, 2021.

ROSNER, R. et al. **Factors influencing grief reactions: a review.** Clinical Psychology Review, v. 85, p. 101–115, 2021.

SAEED, A.; GARGANO, M. **Complicated grief and mental health outcomes.** Journal of Mental Health, v. 31, n. 2, p. 145–160, 2022.

STEIN, D.; PALK, A.; KENDLER, K. *DSM*-5 **and grief disorders: conceptual challenges.** Psychiatry and Behavioral Sciences, v. 29, n. 1, p. 33–47, 2021.

A CONSTRUÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Márcio Martins Rosa[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, que objetiva investigar o processo de construção do SUAS e a inserção do psicólogo no contexto da política pública de assistência social. Compreende-se que a assistência social no Brasil passa por um processo tenso e gradual de superação do modelo assistencialista para a uma consolidação como política pública de direito, em que a construção do SUAS é um ponto de culminância. De igual maneira, a Psicologia está também em processo de solidificação de sua identidade nesse novo campo, lidando com a tensão na distinção de papéis em relação a outros profissionais e a necessidade de superar seu histórico elitismo. A atuação no SUAS requer um profissional com compromisso ético-político, capaz de acolher o desafio coletivo de produzir alternativas.

Palavras-chave: Assistência Social. SUAS. Psicologia. Subjetividade. Sujeito de Direitos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa sobre o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de direito, e sobre como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social. A pesquisa apresenta o percurso histórico da assistência social no Brasil até 1988, destacando as relações entre assistencialismo, direitos sociais e o papel do Estado. Além disso, analisa a consolidação da assistência social como política pública de direito, com ênfase na estruturação do SUAS, seus princípios e níveis de proteção. A pesquisa identifica as atribuições do psicólogo conforme as normativas do SUAS e discute os principais desafios da atuação do psicólogo diante das demandas psicossociais e das exigências da formação.

Tal pesquisa reforça a importância do SUAS para a efetivação de direitos no Brasil. O debate sobre esse Sistema e a atuação do psicólogo contribui com o seu fortalecimento e favorece o debate sobre direitos sociais e acesso a políticas públicas. Além disso, a pesquisa fortalece a identidade do psicólogo na assistência social, considerando que ainda existe certa invisibilidade da categoria no SUAS, muitas vezes subjugada a outras áreas. O trabalho se

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

mostrou importante ainda para reforçar a necessária atuação crítica e alinhada aos direitos humanos, que é condição sinequanon para o psicólogo, conforme seu código de ética.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, com objetivo exploratório, sobre o processo de construção do SUAS, enquanto política pública de direito, e de como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social. A pergunta que orientou a pesquisa foi: Como se deu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de direito, e como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social?

Na sequência optou-se pelas plataformas a serem pesquisadas: Google Acadêmico e Scielo. Também foram buscados materiais complementares, considerados como literaturas básicas do tema, dispostos em biblioteca virtual e livros impressos, para a devida compreensão dos conceitos abordados pelos artigos.

A pesquisa foi realizada a partir dos seguintes descritores: "atuação do psicólogo na assistência social", "SUAS, psicólogo e assistência social", "psicologia e assistência social". Os fatores de inclusão e exclusão de artigos foram definidos a partir do recorte temporal, limitando a busca a artigos publicados nos últimos cinco anos. Outro critério adotado foi a relevância temática: os artigos selecionados deveriam abordar diretamente a relação entre a evolução da política de assistência social no Brasil e a atuação do psicólogo. Foram consideradas ainda as literaturas reconhecidas pela relevância de publicação e de autoridade nos temas, para a inclusão de livros, da área do serviço social e da psicologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da humanidade mostra que as sociedades sempre buscaram responder às fragilidades e riscos que seus membros vivenciavam. As práticas sociais são anteriores à existência de políticas sociais (Behring; Boschetti, 2011 apud Gomes; Farias; Vieira, 2024). No Brasil a assistência social está presente muito antes da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Era composta inicialmente por práticas caritativas e assistencialistas; e foi se transformando e enfrentando contínuas contradições até o seu reconhecimento como política pública de direito (Duarte; Aerosa, 2020).

Pereira (2007, apud Oliveira; Kahale, 2020) considera que assistência social está presente no Brasil desde o período colonial. Mas era movida por "valores e interesses morais, religiosos ou com clientelismos, populismos e práticas com interesses eleitorais" (p.121). O que existia era assistencialismo, categorizado pela autora como desassistência.

Esse panorama teve uma mudança significativa com a promulgação da Constituição de 1988. Raichelis (2000, apud Gomes; Farias; Vieira, 2024) afirma que a Constituição é "a referência inaugural para a compreensão das transformações e redefinições do perfil histórico da assistência social no país" (p. 124). Aí se configurou a assistência social como política pública de direito. Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2013), depois da promulgação Constituição Federal, seguiu-se com a regulamentação das garantias previstas em relação à assistência social. Em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93). Esses dois marcos

> [...] trouxeram a questão para um campo novo: o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública, campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem (p. 55).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS viria ser aprovada somente em 2004. Essa Política sintetizou as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e efetivou a Assistência Social como política pública (Fernandes; Leonidas; Tílio, 2024). Em 2005 ocorreu a criação do SUAS, para organizar as ações assistenciais de proteção social à população que delas precisar, promovendo o acesso aos direitos para pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. "Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos" (BRASIL, 2004). O SUAS estruturou a proteção social em dois níveis de atenção: proteção social básica e proteção social especial, de alta e média complexidade.

A estruturação do SUAS abriu caminhos para a inserção da Psicologia na assistência social. A partir de 2011 a inclusão do psicólogo nas equipes de referência se tornou obrigatória (Silva; Albanese, 2020). De acordo com Afonso, et al. (2012, apud Oliveira; Kahale, 2020) a preferência por psicólogos na equipe ocorre pelo reconhecimento da subjetividade como elemento fundamental para o exercício da cidadania, sendo que "na medida em que o trabalho social avança na promoção de direitos, questões subjetivas, ao lado das questões sociais e políticas, impactam o acesso e influenciam o exercício desses direitos" (p. 122).

Os princípios para a prática do psicólogo no SUAS direcionam-se à construção de um sujeito ativo, resultando na prevenção de situações de risco, atuando para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, também desenvolvendo as potencialidades pessoais e coletivas. O psicólogo deve atuar de modo interdisciplinar; integrado com o contexto local; identificando os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos; partindo do diálogo entre saber popular e saber científico; favorecendo os espaços de participação social. O profissional deve manter-se em processo de formação profissional; priorizar os atendimentos de maior vulnerabilidade psicossocial; ampliar o espaço das atuações para além do setting convencional (CFP, 2021).

No entanto, a atuação do psicólogo no SUAS tem sido marcada por muitos desafios. Historicamente, a atuação dos psicólogos estava mais restrita a consultórios particulares, escolas e empresas, com acesso limitado a quem podia custear (CFP, 2021). O mesmo Conselho entende que

> [...] esse processo gradativo da transição de uma política assistencialista para uma política de direitos é também atravessado pelo processo histórico da Psicologia, no qual a profissão também passa por um processo de transição de uma perspectiva predominantemente clínica, individual e elitista para a produção e apropriação de teorias e metodologias direcionadas também às coletividades (CFP, 2021, p.24).

Sawaia (2016, apud Oliveira; Kahale, 2020), ressalta que existem ainda conflitos entre psicólogos e outros profissionais, sobretudo com os assistentes sociais. Esses conflitos geram

dúvidas quanto à complementaridade ou a especificidade em relação a sua atuação (Senra; Guzzo (2012, apud Oliveira; Kahale, 2020). Percebe-se falta de formação profissional que permita a verificação das especificidades de cada atuação. Há tensão na distinção do papel do psicólogo em relação ao assistente social, muitas vezes reproduzindo uma visão fragmentada do trabalho. A psicologia ainda busca solidificar sua identidade nesse novo campo.

Os principais desafios e contradições identificados na trajetória do compromisso social da psicologia são a superação do elitismo e da abrangência limitada da profissão; a melhora na qualificação profissional para atuação nessas políticas; o combate ao pensamento colonizado e à visão universalizante de sujeito; o posicionamento firme em relação à defesa da democracia e combate à manifestações autoritárias; e a manutenção do compromisso social diante dos desafios contemporâneos (Bock, et al. 2022).

Neste sentido, Santos (2014) e Bock (1997) afirmam a necessidade do compromisso dos profissionais psicólogos com o enfrentamento da miséria humana e com a transformação da realidade. Esse trabalho requer um profissional em movimento, "capaz de estranhar o que se torna tão familiar que passa a ser concebido como natural. Requer um psicólogo receptivo às inovações, que acolha o desafio coletivo de produzir alternativas nos campos da produção teórica e da atuação profissional" (Bock, et al. 2022, p. 64).

Macedo et al. (2011, apud Duarte; Aerosa, 2020) alerta que a atuação na política de assistência social ainda é um desafio, considerando o quotidiano de trabalho. Situações como carência na formação sobre políticas públicas, a rotatividade de profissionais, a estrutura física inadequada e o baixo investimento público são dificuldades recorrentes. Fernandes, Leonidas e Tílio (2024) relacionam o aspecto da formação dos profissionais em psicologia com a atuação no âmbito da assistência social. Para os autores, é importante que os cursos de graduação em psicologia incluam cada vez mais temas referentes ao SUAS em disciplinas de políticas públicas, o que contribuirá para a atuação de futuros psicólogos nos equipamentos de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social no Brasil passa por um processo gradual de superação do modelo assistencialista para a uma consolidação como política pública de direito. O SUAS é um ponto de culminância desse processo. A psicologia tem atuado no SUAS no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em vista da autonomia e cidadania plenas. Contudo, a implantação dessa política de direitos enfrenta contínuas contradições.

Persistem desafios estruturais, como o baixo investimento público e a estrutura física inadequada, e dificuldades profissionais. A psicologia ainda busca solidificar sua identidade nesse novo campo, lidando com a tensão na distinção de papéis em relação a outros profissionais e a necessidade de superar seu histórico elitismo. A atuação no SUAS requer um profissional com compromisso ético-político. Para tanto, sugere-se que a formação em psicologia priorize temas referentes ao SUAS e às políticas públicas, qualificando cada vez mais o profissional para atuar de forma interdisciplinar e como garantidor de direitos.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia, *et al.* O Compromisso social da psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42 (n.spe), p. 1-12, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1034. Acesso em: 18 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS.** 3. ed. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In: COUTO, Berenice R.; YAZBEK, Maria C.; SILVA, Maria Ozanira da Silva E.; *et al.* (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 54 – 87.

DUARTE, Nívia Arlete Souza; AREOSA, Silvia Virgínia Coutinho. A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 150-161, jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2798. Acesso em 18 jun. 2025.

FERNANDES, Valéria dos Santos; LEONIDAS, Carolina; TÍLIO, Rafael de. (Des)compassos do trabalho psicológico no acompanhamento familiar no CRAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. 1-16. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003264104. Acesso em: 18 jun. 2025.

GOMES, Gabriela; FARIAS, Rita de Cassia Pereira; VIEIRA, Pedro Leonardo Cedrola. Tendências contemporâneas da política de assistência social no Brasil: uma análise a partir da MUNIC. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 495-515. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.27. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Patrícia Araújo de; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 119-131, abr. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, Amanda Carollo Ramos da; ALBANESE, Luciana. Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. **PePsic: pesquisas e práticas psicossociais.** São João Del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2025.

SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DA APOSENTADORIA E SUAS IMPLICAÇÕES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Ana Luiza Lorenço Karsten[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Resumo – Este estudo investiga a relação entre saúde mental e aposentadoria na terceira idade, analisando estratégias de enfrentamento dos impactos desse processo. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de caráter descritivo, bibliográfico e qualitativo. Os resultados apontam que a aposentadoria pode gerar sentimentos de inutilidade e perda de identidade social, embora também represente oportunidade de redescoberta pessoal quando bem planejada. Mostrou que programas de preparação para aposentadoria, manutenção de vínculos sociais e participação em atividades significativas contribuem positivamente para o ajustamento nessa fase. Entende-se que a Psicologia desempenha papel fundamental no auxílio ao aposentado, promovendo a reconstrução identitária e o bem-estar biopsicossocial, especialmente considerando o crescimento acelerado da população idosa brasileira.

Palavras-chave: Saúde mental. Terceira idade. Aposentadoria. Envelhecimento ativo.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento configura-se como um fenômeno inerente à trajetória da vida adulta, caracterizado por um declínio progressivo e dinâmico de diversas funções fisiológicas. Este processo complexo e abrangente encontra-se intrinsecamente interligado a fatores biológicos, psíquicos e sociais. No âmbito do desenvolvimento humano, a senescência manifesta-se através de uma variedade de alterações orgânicas, bioquímicas, psicológicas e comportamentais, representando uma etapa cronológica universalmente experimentada.

No cenário brasileiro, a população idosa, convencionalmente definida como indivíduos com 60 anos ou mais, tem demonstrado um crescimento progressivo e significativo. Essa população chegou a 32.113.490, representando 15,6% da população total, um aumento de 56%

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

em relação a 2010. Além disso, em 2023, os idosos deixaram de ser a menor fatia da população brasileira e, em 2030, é previsto que haverá mais idosos do que crianças no país, segundo a Projeção da População, divulgada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (IBGE, 2022). Com o índice de envelhecimento aumentando cada vez mais no Brasil, como apontam os dados do IBGE (2022), apresenta-se, como consequência direta, um número maior de aposentados. Provando-se através dos dados divulgados pelo portal Previdência em Transparência em dezembro de 2024, o número de aposentados por idade no Brasil é de 104.449.

No entanto, o processo de aposentadoria nem sempre é vivido como um sentimento de dever cumprido, liberdade de tempo e descoberta de novas habilidades. Para muitos, transforma-se em um momento de angústia e sensação de inutilidade, pois sentem que perderam seu papel social e, consequentemente, a capacidade de contribuir com a sociedade. Conforme Silva, Turra e Chariglione (2018), a aposentadoria é um processo de transformação que pode ser vivenciada de maneira distinta pelos indivíduos que se aposentam.

Para Picirilli (2018), a Psicologia tem o papel de auxiliar o aposentado a repensar no estigma de ser inútil, ajudando-o a assumir essa nova etapa reconstruindo a sua identidade pessoal, na compreensão de novos papeis, descobrindo novas metas e uma nova maneira de redefinir a sua vida. O papel do psicólogo nesta fase, é fundamental nesta transição da aposentadoria, auxiliando na amenização desse sofrimento, além de, pode colaborar na implementação de políticas que oportunizam o bem-estar biopsicossocial. Visando a qualidade de atendimento, saúde pública e um acompanhamento tanto medicamentoso, quanto nos cuidados integrais do idoso, existem políticas públicas que asseguram esse compromisso com essa faixa etária.

METODOLOGIA

Os métodos deste estudo são consoantes com os princípios éticos previstos pela Instituição de Ensino e, especificamente, de acordo com os parâmetros do Curso de Psicologia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Para a sua realização, foram planejadas estratégias e meios de pesquisa.

O presente projeto trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e qualitativa e configura-se como uma revisão narrativa de literatura. Vale dizer, a princípio, que, para a elaboração de uma pesquisa, faz-se necessário o planejamento prévio das ações que serão executadas no decorrer do processo (Gil, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental é definida como um estado de bem-estar, no qual os indivíduos são capazes de perceber suas habilidades, lidar com o estresse da vida, aprender, trabalhar e contribuir com a comunidade (WHO, 2022).

O processo de envelhecimento se constitui com um conjunto de várias alterações fisiológicas, morfológicas, bioquímicas e emocionais inter-relacionadas, sendo progressivo e gradativo, marcado por reduções motoras e sensoriais, que tornam os indivíduos mais vulneráveis

e susceptíveis a doenças (MENEZES et al., 2018). Com a redução da autonomia, a pessoa idosa torna-se dependente de auxílio para a realização de atividades básicas e instrumentais da vida diária (GUTIERREZ et al., 2021).

A terceira idade deve ser compreendida em sua totalidade e em todas as suas dimensões, visto que se constitui em um momento do processo biológico, mas também é um fato social e cultural (FREITAS; QUEIROZ; SOUSA, 2010). No entanto, é possível ter saúde e qualidade de vida na terceira idade, em que o idoso pode dispor do que a vida ainda proporciona, respeitando os limites do seu corpo (GARBIN et al., 2010).

A experiência acumulada ao longo dos anos traz uma riqueza de conhecimento e grande sabedoria para a sociedade. A capacidade de resiliência, a perspectiva de vida e a possibilidade de se dedicar a atividades antes negligenciadas são benefícios que a maturidade pode proporcionar (CIOSAK et al., 2011). Considerar a mudança de conceitos que a sociedade vem sofrendo acerca do envelhecimento é uma maneira de se envelhecer bem e com saúde, deixando de lado os paradigmas que remetem o envelhecimento somente a doenças, perdas, limitações e sofrimento (GARBIN et al., 2010).

A sociedade moderna, focada na juventude e na produtividade, muitas vezes marginaliza os idosos, associando-os ao declínio e à incapacidade. Os idosos precisam superar suas transformações e os preconceitos impostos pela sociedade (LIMA, 2006). Essa visão negativa do envelhecimento acaba gerando situações que impossibilitam as oportunidades do idoso desfrutar de uma velhice saudável (SILVA; FOSSATTI; PORTELA, 2007). A constituição de um novo pensar sobre a representação da pessoa idosa remete à compreensão de que é emergente o investimento em espaços e programas que promovam atividades e visibilidade ao envelhecimento ativo (DA CRUZ, 2021; WHO, 2005).

Os Programas de Preparação para Aposentadoria surgem como auxílio para aqueles que pretendem aposentar-se, visando prevenir o surgimento de adoecimentos físicos ou emocionais, trabalhando crenças equivocadas a respeito do envelhecimento (MARQUETE et al., 2024). Algumas estratégias foram consideradas importantes: apoio familiar, social na realocação dos aposentados, apreciar a própria companhia, se preparar para a aposentadoria e encontrar outras atividades para preencher o tempo livre (MARQUETE et al., 2024).

Estudos demonstram que as mulheres conseguem se adaptar de forma mais positiva à aposentadoria do que os homens, o que se deve ao fato de elas conseguirem atuar em diversos papéis (FRANÇA; MURTA, 2014; CUNHA et al., 2021). A psicologia positiva emergiu como disciplina que enfatiza o estudo científico das condições e processos que contribuem para o florescimento humano (SELIGMAN et al., 2006). Permanecer ativo após a aposentadoria, participação em atividades sociais, voluntariado e presença de entes queridos são fatores positivamente associados à saúde mental (ABBAS et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional brasileiro é uma realidade que exige atenção especial às questões de saúde mental na terceira idade, particularmente no contexto da aposentadoria. Esta revisão permitiu compreender que a transição para a aposentadoria representa momento crítico,

podendo ser vivenciada tanto como perda de identidade quanto como oportunidade de renovação pessoal e social.

Os achados evidenciam que a experiência da aposentadoria está intimamente relacionada ao planejamento prévio, ao suporte familiar e social, e à manutenção de atividades significativas. Os Programas de Preparação para Aposentadoria emergem como ferramentas valiosas na prevenção de adoecimentos e na construção de novas perspectivas de vida. A Psicologia, especialmente sob a ótica da Psicologia Positiva, mostra-se fundamental nesse processo, favorecendo o ajustamento e o envelhecimento ativo.

Como limitação, reconhece-se que esta revisão narrativa não esgota a complexidade do tema. Sugere-se, para estudos futuros, pesquisas empíricas que investiguem as vivências concretas de aposentados brasileiros, considerando particularidades regionais e socioeconômicas, bem como a avaliação da efetividade de intervenções psicológicas específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.

CIOSAK, S. I. et al. Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 45, n. esp. 2, p. 1763-1768, 2011.

DA CRUZ, M. V. G. Envelhecimento ativo: representações e práticas. Revista Kairós, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 85-102, 2021.

DURGANTE, H. et al. Planejamento da aposentadoria e satisfação com a vida. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 729-736, 2019.

FRANÇA, L. H. F. P.; MURTA, S. G. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 34, n. 2, p. 318-329, 2014.

FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 407-412, 2010.

GARBIN, C. A. S. et al. Envelhecimento na perspectiva da qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2795-2802, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GUTIERREZ, D. M. D. et al. Dependência funcional em idosos: aspectos relacionados à autonomia. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-8, 2021.

MARQUETE, V. F. et al. Programas de preparação para aposentadoria: revisão integrativa da literatura. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 45-58, 2024.

MENEZES, T. N. et al. Perfil de saúde e alterações fisiológicas do envelhecimento. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 267-274, 2018.

PENG, C. et al. Reflective activities and active aging. Educational Gerontology, [Local], v. 45, n. 5, p. 321-333, 2019.

PICIRILLI, M. L. M. O papel do psicólogo na preparação para aposentadoria. Revista Psicologia & Saberes, Maceió, v. 7, n. 8, p. 136-148, 2018.

SELIGMAN, M. E. P. et al. Positive psychology progress: empirical validation of interventions. American Psychologist, Washington, v. 61, n. 5, p. 410-421, 2006.

SILVA, L. R. F.; FOSSATTI, A. F.; PORTELA, V. C. C. Percepções e autocuidado de idosos sobre envelhecimento. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 12, p. 111-126, 2007.

SILVA, M. C.; TURRA, V.; CHARIGLIONE, I. P. F. S. Aposentadoria: momento de transformação e preparação. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 469-477, 2018.

A CONSTRUÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Márcio Martins Rosa[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, que objetiva investigar o processo de construção do SUAS e a inserção do psicólogo no contexto da política pública de assistência social. Compreende-se que a assistência social no Brasil passa por um processo tenso e gradual de superação do modelo assistencialista para a uma consolidação como política pública de direito, em que a construção do SUAS é um ponto de culminância. De igual maneira, a psicologia está também em processo de solidificação de sua identidade nesse novo campo, lidando com a tensão na distinção de papéis em relação a outros profissionais e a necessidade de superar seu histórico elitismo. A atuação no SUAS requer um profissional com compromisso ético-político, capaz de acolher o desafio coletivo de produzir alternativas.

Palavras-chave: Assistência Social. SUAS. Psicologia. Subjetividade. Sujeito de Direitos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa sobre o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de direito, e sobre como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social. A pesquisa apresenta o percurso histórico da assistência social no Brasil até 1988, destacando as relações entre assistencialismo, direitos sociais e o papel do Estado. Além disso, analisa a consolidação da assistência social como política pública de direito, com ênfase na estruturação do SUAS, seus princípios e níveis de proteção. A pesquisa identifica as atribuições do psicólogo conforme as normativas do SUAS e discute os principais desafios da atuação do psicólogo diante das demandas psicossociais e das exigências da formação.

Tal pesquisa reforça a importância do SUAS para a efetivação de direitos no Brasil. O debate sobre esse Sistema e a atuação do psicólogo contribui com o seu fortalecimento e favorece o debate sobre direitos sociais e acesso a políticas públicas. Além disso, a pesquisa fortalece a identidade do psicólogo na assistência social, considerando que ainda existe certa invisibilidade da categoria no SUAS, muitas vezes subjugada a outras áreas. O trabalho se mostrou importante ainda para reforçar a necessária atuação crítica e alinhada aos direitos humanos, que é condição sinequanon para o psicólogo, conforme seu código de ética.

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, com objetivo exploratório, sobre o processo de construção do SUAS, enquanto política pública de direito, e de como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social. A pergunta que orientou a pesquisa foi: Como se deu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de direito, e como este sistema orienta atuação do psicólogo na assistência social?

Na sequência optou-se pelas plataformas a serem pesquisadas: Google Acadêmico e Scielo. Também foram buscados materiais complementares, considerados como literaturas básicas do tema, dispostos em biblioteca virtual e livros impressos, para a devida compreensão dos conceitos abordados pelos artigos.

A pesquisa foi realizada a partir dos seguintes descritores: "atuação do psicólogo na assistência social", "SUAS, psicólogo e assistência social", "psicologia e assistência social". Os fatores de inclusão e exclusão de artigos foram definidos a partir do recorte temporal, limitando a busca a artigos publicados nos últimos cinco anos. Outro critério adotado foi a relevância temática: os artigos selecionados deveriam abordar diretamente a relação entre a evolução da política de assistência social no Brasil e a atuação do psicólogo. Foram consideradas ainda as literaturas reconhecidas pela relevância de publicação e de autoridade nos temas, para a inclusão de livros, da área do serviço social e da psicologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da humanidade mostra que as sociedades sempre buscaram responder às fragilidades e riscos que seus membros vivenciavam. As práticas sociais são anteriores à existência de políticas sociais (Behring; Boschetti, 2011 apud Gomes; Farias; Vieira, 2024). No Brasil a assistência social está presente muito antes da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Era composta inicialmente por práticas caritativas e assistencialistas; e foi se transformando e enfrentando contínuas contradições até o seu reconhecimento como política pública de direito (Duarte; Aerosa, 2020).

Pereira (2007, apud Oliveira; Kahale, 2020) considera que assistência social está presente no Brasil desde o período colonial. Mas era movida por "valores e interesses morais, religiosos ou com clientelismos, populismos e práticas com interesses eleitorais" (p.121). O que existia era assistencialismo, categorizado pela autora como desassistência.

Esse panorama teve uma mudança significativa com a promulgação da Constituição de 1988. Raichelis (2000, apud Gomes; Farias; Vieira, 2024) afirma que a Constituição é "a referência inaugural para a compreensão das transformações e redefinições do perfil histórico da assistência social no país" (p. 124). Aí configurou-se a assistência social como política pública de direito. Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2013), depois da promulgação Constituição Federal, seguiu-se com a regulamentação das garantias previstas em relação à assistência social. Em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93). Esses dois marcos

> [...] trouxeram a questão para um campo novo: o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública, campo dos direitos, da universalização dos acessos e

> da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem (p. 55).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS viria ser aprovada somente em 2004. Essa Política sintetizou as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e efetivou a Assistência Social como política pública (Fernandes; Leonidas; Tílio, 2024). Em 2005 ocorreu a criação do SUAS, para organizar as ações assistenciais de proteção social à população que delas precisar, promovendo o acesso aos direitos para pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. "Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos" (BRASIL, 2004). O SUAS estruturou a proteção social em dois níveis de atenção: proteção social básica e proteção social especial, de alta e média complexidade.

A estruturação do SUAS abriu caminhos para a inserção da Psicologia na assistência social. A partir de 2011 a inclusão do psicólogo nas equipes de referência se tornou obrigatória (Silva; Albanese, 2020). De acordo com Afonso, et al. (2012, apud Oliveira; Kahale, 2020) a preferência por psicólogos na equipe ocorre pelo reconhecimento da subjetividade como elemento fundamental para o exercício da cidadania, sendo que "na medida em que o trabalho social avança na promoção de direitos, questões subjetivas, ao lado das questões sociais e políticas, impactam o acesso e influenciam o exercício desses direitos" (p. 122).

Os princípios para a prática do psicólogo no SUAS direcionam-se à construção de um sujeito ativo, resultando na prevenção de situações de risco, atuando para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, também desenvolvendo as potencialidades pessoais e coletivas. O psicólogo deve atuar de modo interdisciplinar; integrado com o contexto local; identificando os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos; partindo do diálogo entre saber popular e saber científico; favorecendo os espaços de participação social. O profissional deve manter-se em processo de formação profissional; priorizar os atendimentos de maior vulnerabilidade psicossocial; ampliar o espaço das atuações para além do setting convencional (CFP, 2021).

No entanto, a atuação do psicólogo no SUAS tem sido marcada por muitos desafios. Historicamente, a atuação dos psicólogos estava mais restrita a consultórios particulares, escolas e empresas, com acesso limitado a quem podia custear (CFP, 2021). O mesmo Conselho entende que

> [...] esse processo gradativo da transição de uma política assistencialista para uma política de direitos é também atravessado pelo processo histórico da Psicologia, no qual a profissão também passa por um processo de transição de uma perspectiva predominantemente clínica, individual e elitista para a produção e apropriação de teorias e metodologias direcionadas também às coletividades (CFP, 2021, p.24).

Sawaia (2016, apud Oliveira; Kahale, 2020), ressalta que existem ainda conflitos entre psicólogos e outros profissionais, sobretudo com os assistentes sociais. Esses conflitos geram dúvidas quanto à complementaridade ou a especificidade em relação a sua atuação (Senra; Guzzo (2012, apud Oliveira; Kahale, 2020). Percebe-se falta de formação profissional que permita

a verificação das especificidades de cada atuação. Há tensão na distinção do papel do psicólogo em relação ao assistente social, muitas vezes reproduzindo uma visão fragmentada do trabalho. A psicologia ainda busca solidificar sua identidade nesse novo campo.

Os principais desafios e contradições identificados na trajetória do compromisso social da psicologia são a superação do elitismo e da abrangência limitada da profissão; a melhora na qualificação profissional para atuação nessas políticas; o combate ao pensamento colonizado e à visão universalizante de sujeito; o posicionamento firme em relação à defesa da democracia e combate à manifestações autoritárias; e a manutenção do compromisso social diante dos desafios contemporâneos (Bock, et al. 2022).

Neste sentido, Santos (2014) e Bock (1997) afirmam a necessidade do compromisso dos profissionais psicólogos com o enfrentamento da miséria humana e com a transformação da realidade. Esse trabalho requer um profissional em movimento, "capaz de estranhar o que se torna tão familiar que passa a ser concebido como natural. Requer um psicólogo receptivo às inovações, que acolha o desafio coletivo de produzir alternativas nos campos da produção teórica e da atuação profissional" (Bock, et al. 2022, p. 64).

Macedo et al. (2011, apud Duarte; Aerosa, 2020) alerta que a atuação na política de assistência social ainda é um desafio, considerando o quotidiano de trabalho. Situações como carência na formação sobre políticas públicas, a rotatividade de profissionais, a estrutura física inadequada e o baixo investimento público são dificuldades recorrentes. Fernandes, Leonidas e Tílio (2024) relacionam o aspecto da formação dos profissionais em psicologia com a atuação no âmbito da assistência social. Para os autores, é importante que os cursos de graduação em psicologia incluam cada vez mais temas referentes ao SUAS em disciplinas de políticas públicas, o que contribuirá para a atuação de futuros psicólogos nos equipamentos de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social no Brasil passa por um processo gradual de superação do modelo assistencialista para a uma consolidação como política pública de direito. O SUAS é um ponto de culminância desse processo. A psicologia tem atuado no SUAS no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em vista da autonomia e cidadania plenas. Contudo, a implantação dessa política de direitos enfrenta contínuas contradições. Persistem desafios estruturais, como o baixo investimento público e a estrutura física inadequada, e dificuldades profissionais.

A psicologia ainda busca solidificar sua identidade nesse novo campo, lidando com a tensão na distinção de papéis em relação a outros profissionais e a necessidade de superar seu histórico elitismo. A atuação no SUAS requer um profissional com compromisso ético-político. Para tanto, sugere-se que a formação em psicologia priorize temas referentes ao SUAS e às políticas públicas, qualificando cada vez mais o profissional para atuar de forma interdisciplinar e como garantidor de direitos.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia, *et al.* O Compromisso social da psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42 (n.spe), p. 1-12, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1034. Acesso em: 18 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS.** 3. ed. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In: COUTO, Berenice R.; YAZBEK, Maria C.; SILVA, Maria Ozanira da Silva E.; *et al.* (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 54 – 87.

DUARTE, Nívia Arlete Souza; AREOSA, Silvia Virgínia Coutinho. A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 150-161, jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2798. Acesso em 18 jun. 2025.

FERNANDES, Valéria dos Santos; LEONIDAS, Carolina; TÍLIO, Rafael de. (Des)compassos do trabalho psicológico no acompanhamento familiar no CRAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. 1-16. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003264104. Acesso em: 18 jun. 2025.

GOMES, Gabriela; FARIAS, Rita de Cassia Pereira; VIEIRA, Pedro Leonardo Cedrola. Tendências contemporâneas da política de assistência social no Brasil: uma análise a partir da MUNIC. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 495-515. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.27. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Patrícia Araújo de; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 119-131, abr. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, Amanda Carollo Ramos da; ALBANESE, Luciana. Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. **PePsic: pesquisas e práticas psicossociais.** São João Del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, dez. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2025.

BENEFÍCIOS DA DANÇA PARA A SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO SOBRE DANÇA E NEUROPLASTICIDADE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Liza Maria Ozogovski[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – A dança é compreendida como uma forma de comunicação que integra corpo, emoção e pensamento, permitindo que sentimentos e experiências sejam expressos por meio do movimento. Sua prática estimula o cérebro, promovendo a reorganização das conexões neurais e a interação entre aspectos cognitivos, motores e emocionais. Esses processos favorecem o equilíbrio entre corpo e mente, contribuindo para o bem-estar geral. Além dos ganhos físicos, como melhora da coordenação, equilíbrio e mobilidade, a dança tem se mostrado um recurso importante para o cuidado da saúde mental. Ela auxilia na redução de sintomas de ansiedade e depressão, amplia a consciência corporal e fortalece a autoestima. Ao mesmo tempo, estimula a convivência social e o sentimento de pertencimento, aspectos fundamentais para a qualidade de vida. Por ser uma prática acessível, que pode ser adaptada a diferentes faixas etárias e contextos, a dança torna-se uma estratégia de cuidado e promoção de saúde. Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo investigar os efeitos da dança sobre a saúde mental e o funcionamento neurológico, considerando suas contribuições para o desenvolvimento humano, o envelhecimento saudável e a preservação das capacidades cognitivas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Dança. Neuroplasticidade. Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Borges (2020) compreende a dança como uma forma sinestésica de comunicação, na qual o corpo articula movimentos ritmados e coordenados que simbolizam estados afetivos e vivências subjetivas. Utilizada como recurso terapêutico, especialmente no campo da Fisioterapia, a dança tem demonstrado eficácia na reabilitação de pacientes, funcionando ainda como estratégia motivacional.

Borges (2020) também contribui com os estudos neurocientíficos ao afirmar que o cérebro possui a capacidade de alterar sua estrutura anatômica e funcional em resposta aos estímulos recebidos, o que fundamenta o conceito de neuroplasticidade.

Essa capacidade adaptativa refere-se à reorganização do sistema nervoso diante de experiências, aprendizagens ou lesões, podendo gerar a formação de novas conexões sinápticas ou a ativação de rotas neurais alternativas. Tal propriedade é essencial para os processos de

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

reabilitação, especialmente quando associada a atividades como a dança, que mobiliza simultaneamente funções cognitivas, motoras e emocionais (Teixeira, 2023).

A dança configura-se, portanto, como uma prática de natureza multidimensional, capaz de estimular simultaneamente os sistemas auditivo, visual e sensorial, ao mesmo tempo em que favorece o aprendizado motor, a expressão corporal e a interação social (Teixeira, 2023). Enquanto forma de atividade física, a dança é reconhecida por contribuir para o aprimoramento da resistência cardiorrespiratória, da força muscular, da coordenação motora e do equilíbrio postural (Lazarou et al., 2017).

Nesse sentido, surgiu a seguinte questão norteadora para esta pesquisa: quais são os benefícios que a dança proporciona no contexto da saúde mental e do desenvolvimento neurológico?

METODOLOGIA

A presente pesquisa refere-se a uma revisão bibliográfica narrativa. Foram utilizados, para a elaboração deste estudo, materiais obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, como artigos científicos nacionais e internacionais, livros, dissertações e monografias que tratam sobre os temas saúde mental, dança, movimento corporal, benefícios psicológicos e emocionais da dança, bem como estudos sobre neurociência, neuroplasticidade e suas inter-relações com a prática da dança.

Foram incluídas obras publicadas entre os anos de 2010 e 2025, preferencialmente disponíveis em formato digital em plataformas de acesso livre como Google Acadêmico, Scielo, PubMed, Lilacs e outras bases científicas relevantes, com foco em publicações revisadas por pares e documentos com respaldo teórico e metodológico consistente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As evidências científicas apontam que os correlatos neurológicos de um cérebro em atividade dançante abrangem extensas regiões corticais, os gânglios da base, o cerebelo e núcleos do tronco encefálico. Esses sistemas estão relacionados ao controle do movimento, à percepção rítmica, à propriocepção, à evocação de memórias, à regulação emocional e à observação de ações motoras. Tais elementos tornam a dança especialmente relevante em contextos terapêuticos, pois o movimento coordenado com a música não apenas induz sensações de prazer e bem-estar, como também desencadeia respostas emocionais positivas, favorecendo a adesão à atividade e estimulando o engajamento em grupo (Teixeira, 2023).

A prática frequente da dança tem se mostrado eficaz no fortalecimento da autoestima, especialmente entre aqueles que passaram por momentos de desequilíbrio emocional. Através do aprimoramento do controle corporal e da superação de barreiras internas, ocorre um processo de retomada da independência pessoal e da valorização da própria identidade (Pawluk, 2024).

Além de seus efeitos positivos no âmbito emocional e nas relações interpessoais, a dança também exerce influência significativa na construção de hábitos mais saudáveis. A continuidade

dessa atividade promove maior estabilidade emocional, contribui para a melhora do humor e estimula atitudes mais positivas na rotina, evidenciando seu impacto abrangente na saúde e bem-estar geral do praticante (Zhang; Wei, 2024).

Diante disso, a dança se apresenta como uma intervenção promissora no enfrentamento do declínio funcional relacionado ao envelhecimento e a processos neurodegenerativos, atuando de forma eficaz sobre domínios como cognição, apatia, depressão, interação social e confiança corporal (Teixeira, 2023).

Além dos benefícios neurológicos, ressalta-se o caráter coletivo da prática da dança, que favorece a interação social, o fortalecimento dos vínculos interpessoais e a expressão emocional dos participantes. Tais elementos contribuem para a promoção do bem-estar subjetivo e para a redução de sintomas associados à apatia e à depressão, aspectos frequentemente presentes no envelhecimento e em quadros de declínio cognitivo (Thumuluri et al., 2022).

Teixeira-Machado et al. (2018), em uma revisão sistemática recente, identificaram que o engajamento em atividades de dança promove estímulos cognitivos significativos, favorecendo, assim, o aumento da neuroplasticidade cerebral. Além dos benefícios fisiológicos, a prática da dança também repercute positivamente nos aspectos emocionais e sociais, proporcionando maior motivação, bem-estar psicológico e redução de sintomas associados a transtornos como ansiedade e depressão, sobretudo em idosos com comprometimentos cognitivos (Wu et al., 2012).

Destaca-se, ainda, que a dança se apresenta como uma estratégia terapêutica economicamente viável, especialmente quando comparada a outras intervenções de natureza reabilitativa, sendo de fácil aplicação tanto em contextos clínicos quanto em ambientes comunitários ou instituições de longa permanência. A literatura aponta que atividades com características multicomponentes, como é o caso da dança, promovem impactos mais significativos na qualidade de vida dos praticantes, justamente por integrarem diferentes dimensões da experiência humana (Bisbe et al., 2020).

Estudos recentes apontam que práticas corporais como a dança estão relacionadas à estimulação da neuroplasticidade, ou seja, à capacidade do cérebro de se reorganizar, formar novas conexões neurais e adaptar-se a diferentes estímulos ao longo da vida (Borges, 2020).

O uso do corpo como meio de expressão simbólica permite que vivências internas sejam externalizadas e ressignificadas por meio do movimento. Nesse processo, emoções difíceis de serem verbalizadas encontram na dança um canal transformador, favorecendo o fortalecimento do senso de identidade e da autoestima. Esse potencial terapêutico tem se mostrado especialmente valioso em contextos que envolvem pessoas em situação de fragilidade emocional (Tomaszewski et al., 2022).

Estudos recentes têm ampliado o entendimento sobre os impactos da dança, destacando seus efeitos positivos no desempenho cognitivo. A prática contínua contribui para o fortalecimento de funções como a memória de curto prazo, a atenção focada e a tomada de decisões, evidenciando seu papel não apenas no campo emocional, mas também como aliada no estímulo às capacidades intelectuais (Barnett; Vasiu, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Feitosa et al. (2024), sob a ótica das neurociências, a dança exerce influência direta sobre a estrutura do cérebro, estimulando a plasticidade neuronal. Esse estímulo neurológico está relacionado à melhora da capacidade de autorregulação emocional e ao desenvolvimento de padrões comportamentais mais saudáveis, o que reforça o papel da dança como uma estratégia terapêutica complementar na promoção da saúde mental.

No âmbito das relações psicossociais, a dança se mostra uma ferramenta eficaz na construção de laços entre indivíduos, favorecendo a criação de redes de apoio mútuo. Quando inserida em atividades terapêuticas em grupo, promove o desenvolvimento da empatia, da escuta acolhedora e da confiança, ao mesmo tempo que contribui para a diminuição da ansiedade em contextos sociais e para o aprimoramento do equilíbrio emocional (Wu, 2023).

Por último, a experiência da dança atua como um catalisador para o desenvolvimento da sensibilidade social, reforçando atitudes empáticas por meio da escuta atenta e do reconhecimento do outro. O movimento corporal, orientado pela música, passa a funcionar como uma forma expressiva de comunicação afetiva, estimulando competências socioemocionais essenciais, sobretudo em contextos marcados pelo isolamento ou retraimento social (Lima et al., 2023).

REFERÊNCIAS

BARNETT, K.; VASIU, F. How the arts heal: a review of the neural mechanisms behind the therapeutic effects of creative arts on mental and physical health. Frontiers in Behavioral Neuroscience, v. 18, 2024. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/behavioral-neuroscience/articles/10.3389/fnbeh.2024.1422361/full Acesso em: 02 mar 2025

BISBE, M. *et al.*, Comparative cognitive effects of choreographed exercise and multimodal physical therapy in older adults with amnestic mild cognitive impairment: randomized clinical trial. J Alzheimers Dis., v.73, n.2, p.769-783, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31868666/ Acesso em: 12 abr 2025

BORGES, L. C. C. A importância da reabilitação fisioterápica na qualidade de vida do pós acidente vascular encefálico. Revista Referências em Saúde. V. 03, n° 1, Jan-Julho, 2020. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/rrsfesgo/article/view/213 Acesso em: 20 mai 2025

FEITOSA, M.; AQUINO, A.; NASCIMENTO, T.; RAMOS, I. Efeitos da dança nas funções executivas em crianças: uma revisão integrativa. Revista Neurociências, v. 32, p. 1-16, 2024. Disponível em: https://neuromov.com.br/publicacoes/efeitos_da_danca_nas_funcoes_executivas_em_criancas Acesso em: 15 mar 2025

LIMA, E.; BRUGNARO, B.; ROCHA, N.; PAVÃO, S. Effectiveness and evidence level of dance on functioning of children and adolescents with neuromotor impairments: a systematic review. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 20, n. 2, p. 1501, 2023. Disponivel em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36674254/ Acesso em: 15 mai 2025

PAWLUK, M. Taniec na manifestacjach ulicznych jako forma regulacji autonomicznego układu nerwowego oraz sposób wyrażania emocji. CzK, v. XL, n. 1, p. 127-142, 2024. Disponivel em: http://doi.org/10.61269/HCMT9789 Acesso em: 14 abr 2025

TEIXEIRA, N. O. Fazer da queda um passo de dança: a intrincada coreografia neural do ato de dançar e seu potencial na reabilitação de pessoas com Parkinson / Nathália Oliveira Teixeira. 2023. 28 f. Orientadora: Profa. Dra. Lane Viana Krejčová Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Dança, Curso de Licenciatura em Dança, Belém, 2023.

THUMULURI D., *et al.*, Improvisational movement to improve quality of life in older adults with early-stage dementia: a pilot study. Front Sports Act Living, v.3, jan.2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35098120/ Acesso em: 15 mar 2025

TOMASZEWSKI, C.; BELOT, R.; ESSADEK, A.; ONUMBA-BESSONNET, H.; CLESSE, C. Therapeutic impact of dance therapy on adult individuals with psychological trauma: a systematic review. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1101/2022.10.27.22281614. Acesso em: 17 mai 2025

WU, V. X., *et al.* The effect of dance interventions on cognition, neuroplasticiy, physical function, depression, and quality of life for older adults with mild cognitive impairment: a systematic review and meta-analysis. Int J Nurs Stud., v.122, art.104025, out.2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34298320/ Acesso em: 18 mar 2025

ZHANG, X.; WEI, Y. The role of dance movement therapy in enhancing emotional regulation: a literature review. Heliyon, v. 10, n. 15, e35733, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39170197/ Acesso em: 22 mar 2025

SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL: MUDANÇAS FISIOLÓGICAS, PSICOLÓGICAS E SOCIOEMOCIONAIS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Emanuele Ferreira Leite[1]
Vanessa Cinelli Maceri[2]

Resumo – O ciclo gravídico-puerperal envolve mudanças fisiológicas, psicológicas e socioemocionais significativas que podem impactar a saúde mental da mulher. Entre os transtornos mais recorrentes, destaca-se a depressão pós-parto (DPP), que compromete o bem-estar materno, o vínculo mãe-bebê e a dinâmica familiar. Fatores biológicos, como oscilações hormonais durante a gestação, aliados a elementos psicossociais, como ausência de apoio emocional, vulnerabilidade socioeconômica e experiências de violência, aumentam a susceptibilidade ao desenvolvimento de sintomas depressivos e ansiosos. Intervenções psicoterapêuticas, especialmente a terapia cognitivo-comportamental (TCC) e a terapia interpessoal, demonstram eficácia na prevenção e tratamento da DPP, promovendo reestruturação cognitiva, regulação emocional e melhora das relações interpessoais. Terapias de terceira onda, como mindfulness e aceitação e compromisso, contribuem para maior adaptação emocional e fortalecimento do vínculo materno-infantil. O acompanhamento multiprofissional, incluindo psicólogos, obstetras e assistentes sociais, associado ao apoio social e a políticas públicas voltadas à saúde materna, é essencial para a promoção de cuidados integrados e humanizados. Assim, compreender as transformações do ciclo gravídico-puerperal e implementar estratégias preventivas e terapêuticas adequadas é fundamental para garantir o bem-estar da mulher e o desenvolvimento saudável do bebê.

Palavras-chave: Gravidez, puerpério, depressão pós-parto, saúde mental.

INTRODUÇÃO

O ciclo gravídico-puerperal representa uma fase de intensas transformações fisiológicas, hormonais, emocionais e sociais na vida da mulher, configurando-se como um período de vulnerabilidade psíquica e de profundas reconfigurações identitárias. A saúde mental materna, nesse contexto, assume um papel central, pois influencia diretamente o bem-estar da mulher, o vínculo mãe-bebê e o desenvolvimento infantil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a saúde mental é definida como um estado de bem-estar em que o indivíduo reconhece suas capacidades, lida com as tensões da vida cotidiana e contribui produtivamente para sua comunidade.

[1] Emanuele Ferreira Leite do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Vanessa Cinelli Maceri do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Durante a gestação e o puerpério, alterações hormonais significativas, como o aumento dos níveis de estradiol e progesterona, podem impactar o funcionamento neuroquímico e emocional da mulher, predispondo-a a quadros ansiosos e depressivos (Grillo et al., 2024). Dentre esses transtornos, a depressão pós-parto (DPP) se destaca pela alta prevalência e pelos impactos psicossociais associados, sendo considerada um importante problema de saúde pública.

A relevância teórica e social deste estudo reside na necessidade de compreender a saúde mental materna de maneira integral, superando a visão estritamente biológica e incorporando dimensões psicológicas e sociais. Além disso, reforça-se a importância de políticas públicas, acompanhamento pré-natal psicológico e práticas humanizadas que favoreçam a escuta sensível e o suporte emocional.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos das transformações fisiológicas, psicológicas e socioemocionais na saúde mental das mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal, destacando as principais estratégias terapêuticas e preventivas voltadas à promoção do bem-estar materno.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, realizada por meio de uma revisão narrativa da literatura sobre a saúde mental das mulheres no ciclo gravídico-puerperal. O levantamento bibliográfico contemplou obras publicadas entre 2012 e 2025, selecionadas a partir de bases acadêmicas como Scielo, PubMed, PePSIC e Google Acadêmico, utilizando descritores como saúde mental materna, depressão pós-parto, puerpério e intervenções psicológicas perinatais.

Foram priorizados estudos empíricos, revisões sistemáticas e artigos teóricos que abordassem os aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do ciclo gravídico-puerperal, bem como práticas de prevenção e tratamento da DPP. Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações em português, espanhol e inglês, disponíveis na íntegra e relacionadas ao tema proposto.

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, permitindo a identificação dos principais eixos temáticos: alterações hormonais e emocionais, fatores de risco e proteção, e intervenções terapêuticas eficazes. Por se tratar de pesquisa teórica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As perceptíveis modificações físicas, hormonais e psicológicas que ocorrem durante a gestação são definidas pela instabilidade emocional e ambivalência afetiva. Sendo assim é comum que a mulher fique mais estressada e ansiosa durante a gravidez. Contudo algumas gestantes podem ter esses sentimentos exacerbados, podendo desenvolver transtornos psiquiátricos. Pesquisas apresentam fatores como situação socioeconômicas, falta de rede de apoio, histórico de distúrbio psíquico e gravidez de risco são as principais causas para sintomas de ansiedade e depressão nessa fase (Muchon et al., 2022).

O período pós-parto é estabelecido após o nascimento, entre seis a oito semanas depois do parto, a mulher passa por alterações bruscas dos níveis hormonais, mudanças biológicas, sociais e psicológicas. Nesse período, muitas vezes a mãe precisa reestruturar e adequar sua vida, muitas vezes passando por privações de sono, sentindo-se feia e estando mais vulnerável para o surgimento de diversos transtornos psíquicos (Slomian et al., 2019 apud Assef et al., 2021).

Nesse sentido, o estudo de Trevisano et al. (2022) destaca a relevância do aprimoramento das práticas voltadas à saúde mental no período do puerpério. Os cuidados ofertados devem ser integrais, considerando não apenas as necessidades do recém-nascido, mas também da mãe. É fundamental identificar precocemente os fatores de risco para alterações psicológicas e, a partir disso, desenvolver estratégias de cuidado humanizado, adaptadas individualmente desde o pré-natal, com o objetivo de promover a prevenção e a intervenção antecipada dessas condições.

Além disso, é essencial garantir um ambiente acolhedor e empático, no qual a mulher se sinta segura para expressar suas dúvidas e inseguranças. O atendimento deve estar atento aos sentimentos da puérpera, investigando possíveis alterações psicoemocionais, incluindo uma escuta ativa, a realização de anamnese e o exame físico. As orientações transmitidas nessa etapa devem ser claras e objetivas, de modo a tornar os cuidados mais eficazes. Dessa forma, os medos e incertezas comuns ao período poderão ser atenuados ou até mesmo superados (Santos et al., 2022).

Durante a gestação, a mulher costuma estar inserida em uma rotina estruturada de cuidados em saúde, especialmente por meio dos programas de pré-natal oferecidos tanto na rede pública quanto na saúde suplementar no Brasil. Esse vínculo da gestante com os serviços de saúde representa uma oportunidade privilegiada para a realização de ações de promoção da saúde e prevenção de transtornos, como a Depressão Pós-Parto. As intervenções realizadas nesse período possibilitam não apenas a transmissão de informações relevantes, mas também a criação de um espaço seguro para que a gestante expresse suas angústias, ansiedades e expectativas em relação à maternidade (Benincasa, Freitas, Romagnolo & Heleno, 2019 apud Benincasa; Lanzarini; Andrade, 2021).

De acordo com Figueira; Diniz; Silva; (2011) apud Arrais; Schiavo, (2018) diversos fatores podem influenciar significativamente a saúde mental da mulher no ciclo gravídico-puerperal, sendo comumente organizados em três grandes categorias: psicológicos/psiquiátricos, sociais/contextuais e físicos/obstétricos. Entre os principais fatores de risco psicológicos estão o histórico prévio de depressão, ansiedade durante a gestação, estresse elevado, idealização da maternidade, insatisfação com a gravidez e presença de transtornos mentais na família. Por outro lado, o suporte psicoterapêutico durante o pré-natal e vínculos familiares saudáveis são destacados como fatores de proteção relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a saúde mental das mulheres no ciclo gravídico-puerperal deve ser compreendida de forma ampla e interdisciplinar, reconhecendo a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. A depressão pós-parto desponta como um dos principais desafios da saúde pública contemporânea, exigindo intervenções precoces e integradas.

A literatura evidencia que estratégias como a Terapia Cognitivo-Comportamental, o pré-natal psicológico e o acompanhamento multiprofissional são eficazes na prevenção e tratamento da DPP. Contudo, persistem barreiras de acesso aos serviços de saúde mental, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Dessa forma, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas voltadas à saúde mental materna, a ampliação do acesso a cuidados psicossociais e a capacitação de profissionais da atenção básica para a detecção precoce dos sintomas depressivos. O investimento em práticas preventivas e no cuidado humanizado constitui não apenas uma ação clínica, mas um compromisso ético e social com o bem-estar das mulheres e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, A. DA R.; ARAUJO, T. C. C. F. DE.; SCHIAVO, R. DE A.. Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 38, n. 4, p. 711–729, out. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003342016. Acesso em: 24 de setembro de 2025.

ASSEF, M. R. et al. Aspectos dos transtornos mentais comuns ao puerpério. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, Rio de Janeiro v. 29, p. 7906, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.25248/REAC.e7906.2021. Acesso em: 28 out. 2025.

BENINCASA, M. LAZARINI, M. ANDRADE, C, J. Intervenção Psicológica Durante a Gestação: Revisão Sistemática da Literatura**. Id on Line Rev. Mult. Psic**. V.15, N. 56, p.644-663, Julho/2021 - ISSN 1981-1179. Disponível em: DOI: 10.14295/idonline. v15i56.3163. Acesso em: 28 de out. de 2025.

MUCHON, J. D. et al. As mudanças fisiológicas e a saúde mental das mulheres durante o período gravídico. **Colóquio**, v. 4, n. 1, p. 1-5, 2022. Disponível em: https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/1558. Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, M. L. C. et al. Sintomas de depressão pós-parto e sua associação com as características socioeconômicas e de apoio social. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e 20210265, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0265. Acesso em: 28 de out. de 2025.

TREVISANO, R.G; *et al*. Fragilidades da mulher no parto e puerpério: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v.8, n.3, p. 20637-20655, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-325. Acesso em: 17 de junho de 2025.

TRANSTORNO BIPOLAR NA TELA: "O LADO BOM DA VIDA" SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Categoria: Leitura Interdisciplinar[1]

Julia Coelho[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – O estudo visa analisar, sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), o funcionamento cognitivo e emocional do protagonista Pat, do filme O Lado Bom da Vida. Para o alcance deste objetivo faz-se necessário cumprir os seguintes objetivos específicos: (I) Identificar os pensamentos disfuncionais, crenças centrais, crenças intermediárias e padrões comportamentais do protagonista no contexto do Transtorno Bipolar; (II) Analisar os impactos desses padrões no funcionamento emocional, social e familiar do personagem; (III) Descrever, fundamentando-se na Terapia Cognitivo-Comportamental, possíveis estratégias de intervenção aplicáveis ao caso apresentado no filme. Com um enfoque qualitativo, este estudo apresenta caráter descritivo e exploratório. Em conclusão, pode-se comparar os critérios Diagnósticos de Transtornos de Humor Bipolar segundo o DSM-V-TR do protagonista. A análise fílmica proporciona o entendimento da relação entre pensamento, emoção e comportamento e como crenças centrais disfuncionais podem influenciar diretamente a forma como o indivíduo interpreta suas experiências e reage a elas, bem como, as principais estratégias baseadas na TCC que podem ser utilizadas no tratamento de Pat.

Palavras-chave: TCC; bipolaridade; psicopatologia; transtorno de humor.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) o Transtorno Bipolar (TB) pode ser definido como uma condição psiquiátrica caracterizada por apresentar alterações de humor, episódios maníacos/hipomaníacos e/ou depressivos (APA, 2023). Sob essa ótica, vale dizer que a abordagem denominada Terapia Cognitivo-Comportamental é pautada em aspectos neurocientíficos e apresenta intervenções bem-sucedidas no tratamento de indivíduos diagnosticados com Transtorno de Humor Bipolar (Chequer; Freitas; Cunha, 2023).

[1] Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Sob essa ótica, o filme O Lado Bom da Vida (2012) narra a história de Pat Solitano, um sujeito com Transtorno Bipolar Tipo I, que enfrenta diversas dificuldades e impactos no âmbito familiar e social, devido ao seu diagnóstico.

Partindo deste princípio, o presente estudo objetiva analisar, sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), o funcionamento cognitivo e emocional do protagonista do filme. Para o alcance deste objetivo faz-se necessário cumprir os seguintes objetivos específicos: (I) Identificar os pensamentos disfuncionais, crenças centrais, crenças intermediárias e padrões comportamentais do protagonista no contexto do Transtorno Bipolar; (II) Analisar os impactos desses padrões no funcionamento emocional, social e familiar do personagem; (III) Descrever, fundamentando-se na Terapia Cognitivo-Comportamental, possíveis estratégias de intervenção aplicáveis ao caso apresentado no filme.

METODOLOGIA

A presente análise fílmica é de cunho qualitativo. Marconi e Lakatos (2022), caracterizam a pesquisa qualitativa como aquela que é utilizada para interpretar assuntos mais complexos e, dessa forma, analisa o comportamento humano. Além disso, tal pesquisa caracteriza-se como de caráter descritivo e exploratório. Enquanto a primeira pode ser definida como aquela que visa descrever as características de uma população, a última apresenta como principal finalidade familiarizar o leitor com o problema, tornando-o mais explícito e permitindo, inclusive, a formulação de hipóteses ou o aprimoramento de conceitos (Gil, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A princípio, fundamentando-se nos aspectos apresentados no filme, Pat apresenta sintomatologias convergentes ao Transtorno Bipolar. Há diversas classificações para o Transtorno Bipolar, conforme observado no quadro 1.

Quadro 1- Critérios Diagnósticos de Transtornos de Humor Bipolar segundo o DSM-V-TR.

Transtorno Bipolar Tipo I	Episódio mania e/ou episódio de depressão.
Transtorno Bipolar Tipo II	Episódio depressivo e episódio de hipomania.
Transtorno Ciclotímico	Oscilações persistentes depressivas e de hipomania.
Transtorno Bipolar e Relacionados, induzidos por substâncias/medicamentos	Episódios depressivos, de mania ou hipomania desencadeados por substâncias ou medicamentos.
Transtorno bipolar e relacionados, devido a outra condição médica	Episódios de mania/hipomania causados por outras doenças médicas associadas.
Outro Transtorno Bipolar e relacionados, especificado.	Quando o diagnóstico de episódios depressivos, maníacos ou hipomaníacos não estão suficientemente claras.
Transtorno Bipolar e relacionados, não especificado	Quando não há informações suficientes para que seja feito um diagnóstico mais específico.

Fonte: American Psychiatric Association (2023).

Dessa forma, a tabela acima revela que Pat apresenta Transtorno Bipolar Tipo I, visto que, durante o filme, foi possível perceber sintomatologias características dos episódios de mania, como: agressividade, impulsividade, oscilações de humor e fala acelerada. Uma cena

interessante foi quando Pat diz aos seus pais que iria ler os livros que Nikki, sua ex esposa, usava para lecionar. A partir desse discurso, Pat passa a madrugada toda lendo, mas, em determinado momento, fica irritado com a história do livro e joga-o pela janela, quebrando o vidro. Após isso, ele se direciona ao quarto dos pais e os desperta, relatando, de forma indignada, o quanto a narrativa que acabou de ler era ruim. Tal conjuntura é capaz de representar algumas sintomatologias do episódio maníaco, do Transtorno Bipolar Tipo I, representadas a seguir, de acordo com o DSM-V-TR (2023).

A. Durante o período de perturbação do humor e aumento da energia ou atividade, três (ou mais) dos seguintes sintomas (quatro se o humor é apenas irritável) estão presentes em grau significativo e representam uma mudança notável do comportamento habitual:

1. Autoestima inflada ou grandiosidade.

2. Redução da necessidade de sono (p. ex., sente-se descansado com apenas três horas de sono).

3. Mais loquaz que o habitual ou pressão para continuar falando.

4. Fuga de ideias ou experiência subjetiva de que os pensamentos estão acelerados.

5. Distratibilidade (i. e., a atenção é desviada muito facilmente por estímulos externos insignificantes ou irrelevantes), conforme relatado ou observado.

6. Aumento da atividade dirigida a objetivos (seja socialmente, no trabalho ou escola, seja sexualmente) ou agitação psicomotora (i. e., atividade sem propósito não dirigida a objetivos).

7. Envolvimento excessivo em atividades com elevado potencial para consequências dolorosas (p. ex., envolvimento em surtos desenfreados de compras, indiscrições sexuais ou investimentos financeiros insensatos) American Psychiatric Association (2023, p. 139).

Em vista disso, percebe-se que Pat apresenta diversos pensamentos automáticos disfuncionais, além de crenças centrais e intermediárias que os sustentam e influenciam diretamente seus comportamentos. Tais padrões cognitivos contribuem para a manutenção de seus sintomas e dificultam sua adaptação à realidade. Dentre os pensamentos automáticos estão "O mundo inteiro está contra mim", "Preciso provar que sou melhor". Como crença intermediária, deve-se destacar "Eu só tenho valor se eu for amado pela minha esposa". Nesse sentido, a principal crença central apresentada por Pat é "Sou um fracasso".

Tais conceitos são a estrutura da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e podem ser melhor exemplificados através da conceitualização cognitiva (quadro 2). A conceitualização cognitiva pode ser definida como a aplicação da TCC para promover a compreensão dos fatores que envolvem o problema de saúde mental do cliente (Wenzel, 2018).

Quadro 2- Conceitualização Cognitiva de Pat Solitano.

Crenças Centrais	"O mundo é um lugar imprevisível e perigoso." "Sou emocionalmente vulnerável e incapaz de lidar com perdas."
Crenças Intermediárias	"Se eu não tiver controle sobre as situações, vou ser engolido pelo caos."
Estratégias compensatórias	Tem comportamento agressivo

Situação 1

Pat lê o livro e se revolta com o final trágico

Pensamentos automáticos	Comportamentos
"As coisas nunca acabam bem" "Tudo é sofrimento"	Grita Quebra objetos Acorda os pais

Emoções
Raiva
Frustração
Tristeza

Situação 2

Discussão com os pais após o jogo dos Eagles

Pensamentos automáticos	Comportamentos
"Ninguém me respeita" "Tudo está saindo do controle"	Grita Entra em crise

Emoções
Irritação
Desamparo

Fonte: A autora (2025).

Contudo, é importante evidenciar que o Transtorno Bipolar Tipo I, de Pat, manifestava-se com características psicóticas, o que refletia em algumas crenças que Pat possuía. Como exemplo, temos a crença "Nikki me ama e vai voltar comigo", que, além de ser classificada como crença pela TCC, também pode ser visualizada como um delírio. As características psicóticas, fundamentando-se nos critérios estabelecidos pelo DSM-V-TR (2023), que Pat apresenta podem ser visualizadas no quadro 3.

Quadro 3- Critérios Diagnósticos do DSM-5-TR (2023) - Transtorno Bipolar I com Características Psicóticas.

Critério	Evidência em Pat	Tipo
Delírios	Crença fixa de que Nikki o ama e voltará com ele	Congruente com o humor
Interpretação distorcida da realidade	Acredita que músicas e sinais têm mensagens específicas para ele	Ideias de referência
Comportamento desorganizado	Episódios de agressividade, impulsividade e conduta fora da realidade social	Ruptura parcial com a realidade
Especificador	Episódio maníaco com características psicóticas	Transtorno Bipolar Tipo I com características psicóticas (F31.2)

Fonte: a autora (2025).

Acerca da rede de apoio do protagonista, nota-se, desde o início do filme, que a mãe possui um vínculo afetivo muito grande com o filho, visto que o retirou da internação psiquiátrica,

antes mesmo dele ter recebido alta. No entanto, esse ato da mãe pode demonstrar uma certa negação pela gravidade do quadro de Pat, ou expressar uma forma de proteger o filho dos estereótipos e preconceitos que o diagnóstico de Transtorno Bipolar causa. Na visão da TCC, essa atitude pode interferir negativamente no tratamento, pois impede a continuidade de intervenções estruturadas (psicoeducação, farmacoterapia, etc.) e pode reforçar crenças disfuncionais do cliente (ex: "posso controlar tudo sozinho", "não preciso de ajuda"). O pai de Pat, em contrapartida, apresenta comportamentos característicos do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), e sua relação com Pat é um tanto ambígua.

Por outro lado, Tiffany também pode ser considerada parte significativa da rede de apoio de Pat. Apesar da relação inicialmente ser marcada por manipulação e desconfiança, observa-se que o vínculo entre eles assume papel essencial no processo de mudança do protagonista.

Algumas estratégias baseadas na TCC, que poderiam ser desenvolvidas com Pat, estão representadas no quadro 4.

Quadro 4- Estratégias baseadas na TCC que podem ser utilizadas no tratamento de Pat.

Psicoeducação sobre o Transtorno Bipolar	Possibilita que o cliente entenda o que é seu transtorno e, a partir de tal compreensão, crie ideias sobre si, os outros e o mundo (Beck, 2022).
Reestruturação de pensamentos	Ideal para que o cliente identifique e modifique pensamentos disfuncionais associados às fases do transtorno (Beck, 2022).
Treino de habilidades sociais	Auxilia na melhora da comunicação, e no reconhecimento de limites, além de proporcionar formas de lidar com conflitos interpessoais em diferentes fases do transtorno (Rangé, 2011).
Estratégias de regulação emocional	Promove a estabilização das emoções por meio da análise de pensamentos automáticos e desenvolvimento de respostas mais funcionais (Beck, 2022).
Plano de prevenção de recaídas	Capacita o cliente a identificar sinais precoces de recaída e a utilizar estratégias de psicoeducação e regulação emocional para prevenir a intensificação dos sintomas (Beck, 2022).

Fonte: a autora (2025).

Um aspecto interessante de ser implementado na psicoeducação é a importância da medicação, visto que pessoas com Transtorno Bipolar geralmente possuem dificuldades em aderir o tratamento medicamentoso (Oliveira, 2019 apud Chequer, Freitas e Cunha, 2023, p. 19). Tais autores apontam que a aderência a medicamentos por indivíduos com Transtorno Bipolar deve ser acompanhada de tratamento psicoterapêutico. Pat demonstra recusa para tomar as medicações durante a internação, fato que deve ser acompanhado pelo médico e/ou psicólogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do filme O Lado Bom da Vida, sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), permitiu compreender com mais profundidade a complexidade do Transtorno Bipolar. A trajetória de Pat proporciona o entendimento da relação entre pensamento, emoção e comportamento (núcleo fundamental do modelo cognitivo), e como crenças centrais disfuncionais podem influenciar diretamente a forma como o indivíduo interpreta suas experiências e reage a elas. Assim, fica evidente o quanto a ficção pode ser uma ferramenta de reflexão, desde que aliada ao conhecimento teórico e à análise clínica.

REFERÊNCIAS

BARLOW, David H. **Manual dos Transtornos clínicos psicológicos:** tratamento passo a passo. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2023.

BECK, Judith Sharon. **Terapia cognitivo-comportamental:** teoria e prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022.

CHEQUER, Maria Eduarda de Oliveira Saib; FREITAS, Victória Evelyn de Oliveira; CUNHA, Augusto Cesar Soares. Transtorno de humor bipolar e a terapia cognitivo comportamental. In: CUNHA, Augusto Cesar. **Terapia cognitivo comportamental**: Casos clínicos e intervenções. 1ª ed. Teresina: Digital Editora, 2023 da obra. p. página inicial do capítulo-página final do capítulo.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**, 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**, 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

RANGÉ, Bernard. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais.** 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

WENZEL, Amy. **Inovações em terapia cognitivo comportamental**: intervenções estratégicas para uma prática criativa. Porto Alegre: ArtMed, 2018.

CLIC, GANHEI! A ARMADILHA DO JOGO PATOLÓGICO NA ERA DIGITAL

Categoria: Leitura Interdisciplinar[1]

Agatha Soares Borba[2]
Sabrina de Souza[3]
Mariléia Batista Fertig[4]

Resumo – O jogo, historicamente associado ao lazer e socialização, ganhou nova dimensão com a popularização dos jogos de aposta online, ampliando o risco de desenvolvimento do Transtorno do Jogo (ou Ludopatia), hoje reconhecido pelo DSM-5-TR (2022) e pela CID-11 (2023) como um transtorno psiquiátrico. Diante do aumento de casos, especialmente entre jovens, este estudo teve como objetivo compreender os critérios diagnósticos do Transtorno do Jogo, identificar fatores neurobiológicos, psicológicos e sociais envolvidos, investigar comorbidades e apresentar abordagens terapêuticas eficazes. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica, baseada em publicações científicas entre 2020 e 2025, analisadas por meio de categorias temáticas. Os resultados apontam que o transtorno compartilha características com dependências químicas, incluindo alterações no sistema de recompensa cerebral, impulsividade e busca por alívio emocional. Consequências frequentes envolvem endividamento, isolamento social, sintomas depressivos e risco de suicídio. As terapias cognitivo-comportamental (TCC) e de aceitação e compromisso (ACT) demonstram eficácia clínica, embora a adesão ao tratamento seja um desafio. Conclui-se que, além de intervenções individuais, são necessárias políticas públicas de prevenção, regulação e psicoeducação que envolvam sociedade, profissionais de saúde e famílias, a fim de conter os impactos sociais e clínicos do jogo patológico.

Palavras-chave: jogo patológico; transtorno de jogo; saúde mental; psicopatologia; DSM-5.

INTRODUÇÃO

O jogo, em suas variadas formas, sempre esteve presente na história humana como atividade de lazer, socialização e desafio. Antes, eram comumente encontrados em ambientes físicos como cassinos, no entanto, nas últimas décadas, com o avanço da internet e da tecnologia digital, o acesso a jogos de apostas online tornou-se massivo e constante, levantando preocupações sobre os impactos dessa prática na saúde mental. O Transtorno do Jogo, também denominado Jogo Patológico ou Ludopatia, passou a ser reconhecido como um transtorno

[1] Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Acadêmicas do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmicas do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

psiquiátrico e, atualmente, encontra-se classificado tanto no DSM-5-TR (2022) quanto na CID-11 (2023), refletindo seu status clínico.

Segundo o DSM 5 (2023) esse transtorno é caracterizado pela persistência e recorrência do comportamento de jogar, mesmo diante de prejuízos significativos nas esferas pessoal, familiar, social e ocupacional. Estudos demonstram que os danos associados incluem endividamento, isolamento, sintomas depressivos e risco elevado de suicídio. Nascimento et al., 2025 menciona que as alterações neurobiológicas observadas em indivíduos com Jogo Patológico são semelhantes às encontradas em dependências químicas, afetando regiões cerebrais ligadas ao controle de impulsos e à recompensa, além da liberação de hormônios do estresse e aumento do nível de cortisol devido à adrenalina.

Diante do crescimento da prevalência do transtorno, especialmente entre jovens e adultos expostos a jogos eletrônicos, e considerando os desafios do tratamento e prevenção, este estudo se justifica pela necessidade de ampliar a compreensão sobre a psicopatologia do Jogo Patológico, suas implicações e as abordagens terapêuticas disponíveis. (I) Compreender os critérios diagnósticos e a classificação do Jogo Patológico segundo o DSM-5-TR e a CID-11, (II) Identificar os principais fatores neurobiológicos, psicológicos e sociais envolvidos no desenvolvimento e manutenção do transtorno, (III) Investigar as principais comorbidades associadas ao Jogo Patológico e suas implicações clínicas, (IV) Apresentar as abordagens terapêuticas mais utilizadas na atualidade, incluindo intervenções psicológicas. O objetivo é reunir e discutir os achados mais recentes da literatura sobre esse fenômeno, contribuindo para a reflexão acadêmica e para a construção de estratégias clínicas e preventivas mais eficazes.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e delineamento bibliográfico, conforme Gil (2022). Foram analisados materiais publicados entre 2020 e 2025, selecionados em bases como PubMed, SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, com foco nos critérios diagnósticos, fatores associados, comorbidades e abordagens terapêuticas do Transtorno de Jogo Patológico. A seleção considerou a relevância científica e a atualidade das fontes, e os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo, organizada em categorias temáticas que possibilitaram uma discussão crítica e fundamentada do fenômeno estudado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno do Jogo, ou Jogo Patológico, é classificado pelo DSM-5-TR (2022) como um transtorno relacionado a substâncias e comportamentos aditivos, caracterizado por um padrão recorrente e mal-adaptativo de jogo, que compromete significativamente a vida pessoal, social e ocupacional. O diagnóstico exige o preenchimento de ao menos quatro dos nove critérios estabelecidos em um período de 12 meses, incluindo necessidade de apostas crescentes, perseguição de perdas, tentativas frustradas de parar, uso do jogo para lidar com emoções negativas e mentiras para ocultar o comportamento. A gravidade é classificada em leve, moderada ou grave. O transtorno pode ser episódico ou persistente, e classificado conforme o estágio de remissão. Embora compartilhe características com dependências químicas, é o único

transtorno comportamental incluído nessa seção do manual. Em alguns casos, pode estar associado ao uso de medicamentos dopaminérgicos, como os usados na Doença de Parkinson.

O desenvolvimento do Transtorno do Jogo envolve múltiplos fatores de risco, incluindo vulnerabilidades genéticas, alterações neurobiológicas e influências psicossociais. De acordo com Laranjeira et al. (2024), alterações nas regiões cerebrais ligadas ao sistema de recompensa, como o córtex pré-frontal e o estriado ventral, afetam diretamente o controle de impulsos e o comportamento de busca por prazer imediato. Essa disfunção neurofuncional torna o indivíduo mais suscetível a repetir padrões de jogo, especialmente diante de sensações de excitação, tensão ou frustração. Além disso, o ambiente digital contemporâneo, com fácil acesso a plataformas de jogo, potencializa a manutenção desse comportamento, sobretudo em indivíduos expostos a altos níveis de estresse, isolamento social ou transtornos emocionais prévios. Evidências também sugerem que o sistema dopaminérgico está profundamente envolvido na manutenção do comportamento, em padrões semelhantes aos observados em dependências químicas.

Fatores psicológicos são essenciais. Pessoas com baixa autoestima, dificuldades emocionais e histórico de trauma têm maior tendência a desenvolver comportamentos compulsivos, incluindo o jogo. Souza et al. (2009) apontam que comorbidades como transtornos de humor e ansiedade agravam o problema e diminuem o controle dos impulsos. O padrão de "recuperação de perdas" citado por Oliveira e Sáad (2006), onde o indivíduo aposta para recuperar o perdido, perpetua o transtorno.

O ambiente social e cultural contribui para a prática de jogos de aposta, influenciada pela divulgação e normalização na sociedade, além da falta de políticas de conscientização. Morato et al. (2009) apontam que, fenomenologicamente, o jogo pode ser uma forma de lidar com sofrimento psíquico. Assim, é importante ver o indivíduo como um todo.

Com o avanço das tecnologias digitais, Nascimento et al. (2025) destacam que os jogos de aposta se tornaram populares online, acessíveis em qualquer dispositivo conectado e promovidos nas redes sociais, aumentando o risco de comportamentos problemáticos. Laranjeira et al. (2024) explicam que a exposição prolongada aos jogos afeta adolescentes e jovens adultos, especialmente os impulsivos ou com pouca rede de apoio emocional.

Souza et al. (2009) destacam que indivíduos com transtorno do jogo apresentam maior impulsividade e tendência à busca por recompensas imediatas, frequentemente associadas a disfunções no sistema dopaminérgico mesolímbico. Essa vulnerabilidade se agrava em pessoas com histórico de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, tornando o comportamento de jogo mais difícil de controlar.

Além disso, os jogadores patológicos frequentemente enfrentam graves problemas financeiros, como endividamento crescente e perda de bens, o que compromete sua capacidade de lidar com necessidades básicas e relacionamentos interpessoais (Ribas et al., 2025). Esses conflitos, somados ao isolamento social, resultam na priorização do jogo em detrimento das relações pessoais e do desempenho profissional. Faltas recorrentes ao trabalho, queda de produtividade e demissões são consequências comuns, intensificadas por distorções cognitivas como a "ilusão de controle" e a "falácia do jogador", que alimentam o ciclo compulsivo (Ribas et al., 2025).

Dentre as abordagens contemporâneas aplicadas ao tratamento do transtorno do jogo, destacam-se a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). A TCC segundo Beck (2013) tem se mostrado eficaz ao atuar na identificação e reestruturação de distorções cognitivas relacionadas ao jogo, como pensamentos mágicos ou ilusões de controle. Por meio da modificação destes esquemas disfuncionais, o indivíduo pode desenvolver estratégias mais adaptativas de enfrentamento e prevenção de recaídas. A tabela 1, ilustra tais abordagens.

Tabela 1 - Abordagens psicoterapêuticas para o tratamento do transtorno do jogo

Abordagem	Descrição	Fonte
Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC)	Identificação e reestruturação de distorções cognitivas relacionadas ao jogo	Beck (2013)
Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT)	Tratamento do transtorno do jogo	Saban (2015)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Já a ACT segundo mencionado por Saban (2015) contribui significativamente ao intervir nos processos de evitação experiencial típicos do jogo patológico, nos quais o sujeito recorre ao comportamento aditivo como forma de fuga de emoções negativas. A terapia promove a aceitação de pensamentos e sentimentos difíceis, sem que esses guiem o comportamento, fortalecendo a flexibilidade psicológica e o comprometimento com valores pessoais. Assim, ambas as abordagens oferecem recursos práticos e empiricamente validados que auxiliam na redução dos comportamentos disfuncionais e na construção de uma vida mais significativa para o indivíduo. Desse modo, constituem-se como sugestões terapêuticas baseadas em evidências científicas e indicadas para o manejo clínico do transtorno do jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Jogo, reconhecido no DSM-5-TR e na CID-11, é um transtorno comportamental com impactos neurobiológicos, psicológicos e sociais significativos. A literatura mostra que o jogo patológico tem semelhanças com dependências químicas, como alterações no sistema de recompensa cerebral, alta impulsividade e busca por alívio emocional. Os prejuízos emocionais, sociais e financeiros exigem uma compreensão integrada para desenvolver estratégias de intervenção eficazes.

Embora existam tratamentos com eficácia comprovada, como a Terapia Cognitivo-Comportamental e a Terapia de Aceitação e Compromisso, a adesão e a manutenção dos resultados ainda representam desafios relevantes. Fatores como a falta de políticas públicas preventivas, o acesso facilitado aos jogos online e a naturalização do jogo na cultura contemporânea dificultam o enfrentamento do problema em nível coletivo. Assim, conclui-se que é fundamental não apenas ampliar o conhecimento clínico sobre o transtorno, mas também investir em estratégias de prevenção, psicoeducação e políticas regulatórias que envolvam profissionais da saúde, educadores, famílias e a sociedade como um todo. Portanto, a compreensão ampla do Jogo Patológico deve ir além da clínica individual, exigindo também responsabilidade coletiva e políticas públicas eficazes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental:** *teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LARANJEIRA, Clara Barbosa *et al.* **O impacto dos jogos online na saúde mental: uma revisão de literatura.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, Maceió, v. 6, n. 12, p. 596-613, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n12p596-613. Acesso em: 26 maio 2025.

MORATO, H. T. P. *et al.* **Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial:** uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

NASCIMENTO, Mario Vitor Ferreira *et al.* **Apostas online: uma revisão de literatura sobre a epidemia contemporânea e silenciosa do jogo patológico.** Studies in Health Sciences, v. 6, n. 2, p. e15414-e15414, 2025.

OLIVEIRA, Maria Engel de; SÁAD, Ana Cristina. Jogo patológico: uma abordagem terapêutica combinada. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 162-165, 2006.

RIBAS, Natália Marcondes *et al.* **Jogo do Tigrinho e os perigos do jogo patológico**. Debates em Psiquiatria, v. 15, p. 1-5, 2025.

SABAN, Michaele Terena. **Introdução à Terapia de Aceitação e Compromisso.** 2. ed. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2015.

SOUZA, Diego Luiz de *et al.* Jogo patológico e motivação para mudança de comportamento. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 211-226, 2009. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/estudosinterdisciplinares/article/view/1301. Acesso em: 26 maio 2025.

ENTRE A ESCUTA E A APRENDIZAGEM: A FORÇA DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Categoria: Leitura Interdisciplinar[1]

Renan Luís Ribeiro Martins[2]
Marileia Batista Fertig[3]

Resumo – O presente estudo analisa o papel da Psicologia Escolar na promoção da educação inclusiva, enfatizando a importância da atuação do psicólogo na mediação pedagógica e no apoio à efetivação da Lei Brasileira de Inclusão. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em uma revisão narrativa de literatura com produções publicadas entre 2015 e 2024. Foram consultadas bases acadêmicas de acesso aberto, priorizando estudos que abordassem a relação entre Psicologia, Pedagogia e inclusão educacional. Os resultados demonstram que a Psicologia Escolar exerce influência significativa na construção de ambientes de aprendizagem mais humanizados, contribuindo para o acolhimento das diferenças e para o fortalecimento das relações interpessoais. Constatou-se também que a integração entre Psicologia e Pedagogia potencializa a elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Além disso, o estudo destacou o papel do psicólogo na aplicação prática da Lei Brasileira de Inclusão, por meio de ações que favorecem a acessibilidade e a equidade no contexto escolar. Conclui-se que a Psicologia Escolar é essencial para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de unir conhecimento, sensibilidade e compromisso ético.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; educação inclusiva; mediação pedagógica; interdisciplinaridade; Lei Brasileira de Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional representa um avanço significativo na consolidação dos direitos humanos e na efetivação da cidadania. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146/2015, estabelece que todas as pessoas devem ter garantido o acesso à educação em igualdade de condições, assegurando a eliminação de barreiras que impeçam sua plena participação na sociedade (Brasil, 2015). Essa lei reforça a necessidade de uma escola comprometida com o respeito às diferenças, com práticas pedagógicas adaptadas e com o acolhimento da diversidade humana.

No ambiente escolar, a Psicologia assume papel central ao atuar como mediadora entre o ensino, a aprendizagem e as singularidades dos estudantes. De acordo com Pereira e Silva

[1] Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(2022, p. 5), "a Psicologia Escolar precisa ser compreendida como um campo de atuação voltado à promoção do desenvolvimento humano e à defesa da inclusão como princípio ético e social". Essa perspectiva destaca que o psicólogo escolar não deve ser apenas um técnico de apoio, mas um agente transformador, capaz de sensibilizar a comunidade educativa para práticas mais empáticas e igualitárias.

A interdisciplinaridade entre Psicologia e Pedagogia torna-se fundamental para fortalecer a inclusão. Conforme Monteiro et al. (2020, p. 26), "a atuação conjunta entre educadores e psicólogos permite identificar dificuldades e adaptar métodos de ensino às potencialidades dos alunos". Essa cooperação amplia a compreensão das dimensões emocionais, cognitivas e sociais envolvidas no processo educativo.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da Psicologia Escolar na promoção de uma educação inclusiva, refletindo sobre o papel do psicólogo na mediação das relações entre alunos com deficiência, professores e equipe pedagógica. Busca-se ainda evidenciar como a escuta, o diálogo e o olhar humanizado contribuem para o desenvolvimento integral do estudante e para a consolidação de uma cultura escolar inclusiva, ética e democrática.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa exploratória, baseada em uma revisão narrativa de literatura. O objetivo foi analisar o papel da Psicologia Escolar na construção de práticas inclusivas, considerando sua contribuição para a mediação entre educadores e alunos com deficiência.

A revisão foi realizada por meio da análise de artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, priorizando produções em língua portuguesa que abordassem a atuação do psicólogo escolar e a efetivação da Lei Brasileira de Inclusão. Foram incluídos estudos teóricos e empíricos com base científica consolidada, e excluídos textos opinativos e publicações sem referencial acadêmico.

A busca foi feita em bases de dados de acesso aberto, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, utilizando os descritores: "psicologia escolar", "educação inclusiva", "Lei Brasileira de Inclusão" e "mediação pedagógica". Após leitura criteriosa dos títulos e Resumos, foram selecionados quatro estudos que atenderam aos critérios definidos.

Os dados foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar convergências teóricas sobre a atuação interdisciplinar e os desafios da inclusão escolar. Conforme observa Dorsa (2020, p. 62), "a pesquisa qualitativa em educação permite compreender os fenômenos humanos em sua complexidade e construir significados a partir das experiências vividas".

Por se tratar de um estudo baseado em fontes secundárias, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Psicologia Escolar tem papel essencial na construção de uma escola inclusiva, pois atua na compreensão das diferenças e no fortalecimento da convivência democrática. Segundo Pereira e Silva (2022, p. 5), "a Psicologia Escolar deve ser compreendida como um campo voltado à promoção do desenvolvimento humano e à defesa da inclusão como princípio ético e social". Essa visão destaca que o psicólogo não atua apenas em casos específicos, mas como agente de transformação no contexto educacional.

A literatura revisada aponta que a presença do psicólogo no ambiente escolar promove a escuta ativa e o acolhimento emocional, elementos fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos. Monteiro et al. (2020) observam que a intervenção psicológica auxilia na criação de estratégias que valorizam as singularidades e reduzem práticas discriminatórias. Assim, o trabalho psicológico amplia o entendimento das relações entre ensino, aprendizagem e afetividade.

A inclusão escolar depende de uma postura institucional que reconheça o valor da diversidade humana. O psicólogo, ao dialogar com a equipe pedagógica, contribui para a adaptação de métodos e instrumentos, respeitando as limitações e potencialidades de cada estudante. Conforme Brasil (2015), a Lei Brasileira de Inclusão garante o direito à educação em igualdade de oportunidades, reforçando o papel da escola como espaço de cidadania. Dessa forma, a atuação psicológica complementa a legislação, traduzindo-a em práticas cotidianas.

Além disso, o psicólogo escolar tem o compromisso de promover reflexões sobre as relações interpessoais e sobre os preconceitos que ainda persistem nas instituições de ensino.

Para Pereira e Silva (2022, p. 6), a escuta sensível e o olhar humanizado "permitem compreender as dificuldades não como falhas, mas como expressões legítimas do processo de aprendizagem". Essa abordagem ajuda a ressignificar a diferença, transformando-a em elemento de enriquecimento coletivo.

O trabalho da Psicologia Escolar na inclusão representa uma ação contínua de mediação e transformação. Monteiro et al. (2020, p. 9860) ressaltam que a presença do psicólogo "possibilita a criação de um espaço de ensino mais flexível e acessível às necessidades dos alunos". Portanto, a Psicologia Escolar consolida-se como uma área indispensável à construção de uma escola que ensina, acolhe e forma cidadãos conscientes e solidários.

INTEGRAÇÃO DA PSICOLOGIA E DA PEDAGOGIA NA MEDIAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A integração entre Psicologia e Pedagogia é indispensável para o avanço da educação inclusiva, pois une saberes teóricos e práticos que permitem compreender o processo de aprendizagem em sua totalidade. Monteiro et al. (2020, p. 9860) destacam que "a atuação conjunta entre educadores e psicólogos permite identificar dificuldades e adaptar métodos de ensino às potencialidades dos alunos". Essa cooperação promove o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre ensino e acolhimento.

Os resultados indicam que o trabalho interdisciplinar favorece a construção de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos alunos. Pereira e Silva (2022) ressaltam que o psicólogo escolar deve atuar em parceria com os professores, oferecendo suporte técnico e emocional para o planejamento das práticas educativas. Essa integração gera uma abordagem mais ampla, que valoriza as dimensões afetivas do aprender.

No ambiente escolar, o psicólogo contribui para a reflexão sobre o papel do professor como facilitador e mediador do conhecimento. Segundo Brasil (2015), a inclusão é um dever compartilhado por todos os profissionais da educação, exigindo um olhar atento às diferenças. A Psicologia, nesse sentido, auxilia o corpo docente a compreender que cada aluno possui um ritmo próprio de aprendizagem e que a diversidade deve ser vista como potencial educativo, e não como obstáculo.

A literatura mostra que a parceria entre Psicologia e Pedagogia também amplia a capacidade institucional de promover práticas inclusivas. Monteiro et al. (2020) afirmam que a colaboração interdisciplinar contribui para a redução de barreiras atitudinais, estimulando ações pedagógicas que desenvolvem autonomia e autoestima nos estudantes com deficiência. Essa cooperação fortalece o sentimento de pertencimento e reduz situações de exclusão escolar.

A integração entre Psicologia e Pedagogia constitui um dos pilares da inclusão. Conforme Pereira e Silva (2022, p. 7), "a prática inclusiva se sustenta no diálogo constante entre diferentes áreas do saber, que juntas constroem caminhos para o desenvolvimento humano". Dessa forma, a escola torna-se um espaço de aprendizagem compartilhada, onde o conhecimento é construído coletivamente e o respeito à diversidade se transforma em valor educativo permanente.

PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

A Lei nº 13.146/2015 assegura o direito à educação em igualdade de condições, determinando que as instituições de ensino devem garantir acessibilidade e eliminar barreiras de qualquer natureza (Brasil, 2015). Nesse contexto, o psicólogo escolar é um dos principais responsáveis por transformar os princípios da lei em práticas concretas. Sua atuação reforça o compromisso ético da escola com a cidadania e com a promoção da equidade.

A literatura demonstra que o psicólogo atua como mediador entre a legislação e o cotidiano escolar. De acordo com Pereira e Silva (2022, p. 8), "a presença do psicólogo escolar é fundamental para que a Lei Brasileira de Inclusão se efetive na prática e não permaneça apenas como ideal teórico". Isso significa que o profissional tem a função de sensibilizar a comunidade escolar, orientar educadores e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

O psicólogo contribui na formação continuada dos professores, promovendo reflexões sobre acessibilidade e metodologias inclusivas. Monteiro et al. (2020) reforçam que a atuação desse profissional favorece a adequação das práticas pedagógicas aos diferentes contextos, garantindo o aprendizado de todos. Assim, a escola passa a se configurar como um espaço de valorização da diferença e de superação de preconceitos.

Os resultados analisados também evidenciam que o psicólogo atua como elo entre família, escola e políticas públicas, fortalecendo o diálogo e a corresponsabilidade no processo educacional. Conforme Pereira e Silva (2022, p. 6), "o envolvimento da família e da comunidade é condição essencial para que a inclusão se torne efetiva e permanente". Essa articulação contribui para a consolidação de um ambiente escolar comprometido com a formação humana e o respeito às diversidades.

O papel do psicólogo escolar na implementação da Lei Brasileira de Inclusão ultrapassa a dimensão técnica e assume caráter político e social. Brasil (2015) afirma que o objetivo da lei é assegurar "o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania". Assim, o psicólogo se torna agente indispensável para que essa norma seja vivenciada de modo concreto nas escolas, promovendo uma educação baseada na dignidade, no diálogo e na justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu compreender a importância da Psicologia Escolar como um dos eixos centrais da educação inclusiva no Brasil. A atuação do psicólogo mostrou-se essencial para fortalecer práticas que valorizam a diversidade e promovem o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para o acolhimento das diferenças e para a formação de vínculos que sustentam o processo de aprendizagem.

A integração entre Psicologia e Pedagogia demonstrou-se indispensável, pois possibilita a troca de saberes e a criação de estratégias conjuntas voltadas às necessidades educacionais especiais. Essa parceria amplia a compreensão sobre o ato de educar e favorece o enfrentamento das barreiras que ainda dificultam a inclusão nas escolas

Verificou-se também que a efetivação da Lei Brasileira de Inclusão depende do engajamento da comunidade escolar. A atuação do psicólogo é decisiva para que seus princípios se transformem em ações concretas, promovendo metodologias acessíveis e práticas pedagógicas mais justas e participativas.

Como limitação, observou-se a escassez de estudos recentes sobre a integração entre Psicologia e Pedagogia no contexto inclusivo, apontando a necessidade de novas pesquisas que analisem práticas contemporâneas e resultados efetivos em diferentes regiões.

Conclui-se que a inclusão escolar requer compromisso ético, formação continuada e sensibilidade humana. O psicólogo, junto à equipe pedagógica, deve promover espaços de aprendizagem que respeitem as diferenças e potencializem cada estudante, consolidando a inclusão como um processo contínuo e socialmente transformador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 17 out. 2025.

MONTEIRO, C. P. R. *et al*. A. A atuação do psicólogo na inclusão escolar de pessoas com deficiência: uma revisão narrativa de literatura / The psychologist's performance in school inclusion of people with disabilities: a narrative literature review. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 9858–9863, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n4-216. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/14408. Acesso em: 17 oct. 2025.

PEREIRA, M. D.; SILVA, J. P. da. Psicóloga(o) escolar na educação inclusiva: contribuições e perspectivas da profissão no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 42, n. esp., 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/cjfshVkNBtBbHNtbWjcK36t/?lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003263525.

CÉREBRO EM CONFLITO: A TCC APLICADA AO VÍCIO EM JOGOS ELETRÔNICOS

Categoria: Leitura Interdisciplinar[1]

Jennifer Gois de Lara[2]
Mariléia Batista Fertig[3]

Resumo – Este estudo analisa a aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento do vício em jogos eletrônicos. Por meio de uma revisão narrativa de literatura, investiga-se os princípios da TCC e como atuam no conflito neurocognitivo característico do transtorno do jogo. Os resultados indicam que técnicas como o registro de pensamentos disfuncionais e o questionamento socrático mostram-se eficazes na reestruturação de crenças nucleares relacionadas ao jogo e no fortalecimento do controle executivo. A terapia demonstra eficácia na modificação de padrões cognitivos disfuncionais e na promoção de comportamentos adaptativos. Conclui que a TCC oferece um framework consistente para abordar tanto os componentes cognitivos quanto comportamentais do vício em jogos eletrônicos.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental; vício em jogos; crenças disfuncionais; reestruturação cognitiva; controle de impulsos.

INTRODUÇÃO

A popularização dos jogos eletrônicos nas últimas décadas tem transformado profundamente o cenário do entretenimento digital, gerando simultaneamente preocupações quanto ao uso excessivo e suas consequências, especialmente entre crianças e adolescentes. O DSM-5-TR (Barnhill, 2024) reconhece o transtorno por jogos eletrônicos como uma condição que requer atenção clínica, caracterizada por padrões comportamentais persistente e recorrente de engajamento em jogos, frequentemente associado ao prejuízo clinicamente significativo ou sofrimento.

Conforme destacam Young e Abreu (2020), o acesso precoce à internet e aos jogos eletrônicos podem acarretar problemas sociais, cognitivos, de desenvolvimento e acadêmicos em crianças e adolescentes. Estudos recentes demonstram que a prevalência do transtorno varia significativamente entre diferentes populações. Darvesh et al. (2020) identificaram que as taxas de prevalência na população geral variam de 0,21% a 57,50%, dependendo dos critérios diagnósticos utilizados e do contexto cultural analisado. Essa ampla variação reflete não apenas

[1] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão (GPDSIN), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora Mestre do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

diferenças metodológicas, mas principalmente a complexidade inerente a essa condição comportamental.

Neurocientificamente, o transtorno caracteriza-se por um verdadeiro "conflito cerebral" entre os sistemas de recompensa do cérebro, intensamente ativados pelos estímulos dos jogos, e os mecanismos de controle executivo, responsáveis pelo autocontrole e regulação comportamental. Neste contexto Lemos et al (2014) oferece contribuições fundamentais para compreensão desses mecanismos neurais. O estudo, que analisou 16 pesquisas com diferentes técnicas de neuroimagem, identificou alterações consistentes em regiões cerebrais específicas nos dependentes de jogos eletrônicos. Segundo Lemos et al. (2014), as áreas mais frequentemente afetadas incluíram o lobo frontal (especialmente o córtex pré-frontal dorsolateral e orbitofrontal), núcleos da base (estriado ventral, núcleo caudado), ínsula, tálamo e cerebelo, regiões criticamente envolvidas no processamento de recompensas, controle inibitório e regulação emocional.

Young e Abreu (2020) destacam que o uso excessivo desses recursos por crianças e adolescentes pode levar a alterações significativas no desenvolvimento cerebral, afetando particularmente o córtex pré-frontal, região crucial para o controle inibitório e tomada de decisões. Os achados de Lemos et al. (2014) corroboram esta perspectiva, demonstrando que as alterações no córtex pré-frontal dorsolateral e orbitofrontal observadas em dependentes de jogos eletrônicos são semelhantes às encontradas em outros transtornos aditivos, sugerindo um substrato neurobiológico comum. Lemos et al. (2014) evidencia que essas alterações neurais são particularmente pronunciadas durante o estado de fissura (craving), reforçando a natureza aditiva do comportamento.

É nesse contexto que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se mostra particularmente relevante. A abordagem desenvolvida por Beck oferece uma estrutura sólida para compreender e intervir nos processos cognitivos que sustentam o comportamento aditivo. Segundo Beck (2021), não são as situações em si, mas sim a interpretação que fazemos delas que determina nossas respostas emocionais e comportamentais. Esta premissa mostra-se especialmente relevante no contexto dos jogos eletrônicos, onde pensamentos automáticos e crenças disfuncionais como "só me sinto realizado quando estou jogando" ou "não consigo me socializar fora do mundo virtual" tornam-se alvo central do processo terapêutico.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2023), em documento técnico sobre a CID-11, reforça a importância do reconhecimento precoce do transtorno por jogos eletrônicos, destacando a necessidade de intervenções especializadas e da capacitação dos profissionais de saúde para o adequado manejo desses casos. A compreensão das bases neurobiológicas, como as evidenciadas por Lemos et al. (2014), é essencial para o desenvolvimento de intervenções mais precisas e eficazes.

Pesquisas nacionais recentes vêm demonstrando a eficácia de intervenções baseadas no modelo de Beck para esta população. Young e Abreu (2020) complementam que intervenções precoces são fundamentais para prevenir a cronificação do problema, destacando a importância de estratégias de avaliação e tratamento específicas para essa faixa etária. A interface entre os

achados de neuroimagem e as intervenções cognitivo-comportamentais representa uma fronteira promissora para o tratamento desse transtorno.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias e técnicas da TCC aplicadas ao tratamento do vício em jogos eletrônicos, com foco específico na identificação e reestruturação dos padrões cognitivos disfuncionais que mantêm o comportamento aditivo. Busca-se compreender como a TCC pode contribuir para restaurar o equilíbrio neurocognitivo, inclusive através da modulação das redes neurais identificadas por Lemos et al. (2014) e, desenvolver estratégias de enfrentamento mais saudáveis, oferecendo aos profissionais da saúde mental ferramentas eficazes para intervenção nessa população específica, em especial crianças e adolescentes. A integração entre a compreensão neurocientífica e as intervenções psicológicas baseadas em evidências configura-se como o caminho mais promissor para abordar essa complexa problemática contemporânea.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios e explicativos, conduzida por meio de uma revisão narrativa. A abordagem qualitativa fundamentou-se na análise crítica e síntese integrativa de seis referências fundamentais que compõem o corpus da pesquisa. A seleção do material bibliográfico priorizou fontes diversificadas, incluindo manuais diagnósticos atualizados, diretrizes oficiais do Ministério da Saúde, obras de referência em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), revisões sistemáticas da literatura internacional e estudos nacionais recentes sobre a temática.

O processo de análise seguiu as seguintes etapas: inicialmente realizou-se a leitura integral e analítica de cada uma das seis referências que compõem o corpus documental, a obra de Beck (2021) que fundamenta os princípios da TCC; o manual de Barnhill (2024) que apresenta os critérios diagnósticos do DSM-5-TR; o documento oficial do Ministério da Saúde (Brasil, 2023) sobre a CID-11; a revisão de escopo de Darvesh et al. (2020) sobre prevalência do transtorno; a revisão de Lemos et al. (2014) sobre neuroimagem; o estudo de Freire et al. (2025) sobre os impactos na saúde pública brasileira; e a obra de Young e Abreu (2020) sobre dependência digital em crianças e adolescentes.

A análise do conteúdo permitiu a identificação de categorias temáticas centrais, com destaque para: os critérios diagnósticos atualizados para transtorno por jogos eletrônicos; os dados epidemiológicos sobre prevalência; as bases neurocognitivas do transtorno; as estratégias de intervenção baseadas no modelo de Beck; e os impactos psicossociais do comportamento aditivo. A síntese interpretativa focou na articulação entre esses eixos temáticos, privilegiando a compreensão das interfaces entre a fundamentação teórica da TCC e suas aplicações práticas no tratamento do vício em jogos eletrônicos.

A organização do conhecimento permitiu a construção de uma visão integrada e atualizada sobre as possibilidades de intervenção terapêutica nesta área, sempre considerando as especificidades do contexto clínico brasileiro e as evidências científicas mais recentes sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrativa da literatura demonstra que a (TCC) constitui uma abordagem eficaz para o tratamento do vício em jogos eletrônicos por atuar diretamente no "conflito cerebral" neurocognitivo que sustenta o transtorno. Os resultados indicam que a TCC intervém nos processos mentais que geram e mantêm o comportamento aditivo, alinhando-se com as evidências neurocientíficas.

Os achados de Lemos et al. (2014) fornecem o substrato biológico deste conflito, revelando um padrão característico: hiperativação de circuitos de recompensa (estriado ventral) em oposição à hipofunção de regiões do córtex pré-frontal responsáveis pelo controle executivo. Este desequilíbrio manifesta-se clinicamente como dificuldade acentuada no controle de impulsos e na regulação emocional. A TCC, fundamentada na premissa Beckiana de que as interpretações determinam respostas emocionais e comportamentais (Beck, 2021), mostra-se particularmente adequada para intervir nesta dinâmica disfuncional.

As técnicas cognitivo-comportamentais demonstraram eficácia em atuar nas duas frentes do conflito neurocognitivo. Na dimensão cognitiva, o registro de pensamentos disfuncionais e o questionamento socrático permitem identificar e modificar crenças nucleares como "só me realizo quando jogo" ou "preciso jogar para aliviar a ansiedade". Esta reestruturação cognitiva reduz a valência emocional atribuída ao jogo, atenuando a ativação do sistema de recompensa e o consequente (craving).

Paralelamente, na dimensão comportamental, a TCC fortalece as funções executivas através do desenvolvimento de habilidades sociais, da prática de hobbies alternativos e de técnicas de solução de problemas. Estas intervenções funcionam como um treinamento ativo para o córtex pré-frontal, exercitando e consolidando circuitos neurais de autocontrole e planejamento que competem com os padrões impulsivos.

O reconhecimento formal do transtorno por jogos eletrônicos no DSM-5-TR (Barnhill, 2024) e na CID-11 (Brasil, 2023) corrobora a relevância clínica desta abordagem, enquanto a ampla variação de prevalência reportada por Darvesh et al. (2020) justifica a necessidade de intervenções flexíveis e adaptáveis como as oferecidas pela TCC, particularmente para a população de crianças e adolescentes destacada por Young e Abreu (2020)

Em síntese, a TCC mostra-se uma ferramenta terapêutica particularmente adequada por espelhar em sua estrutura a própria natureza do transtorno. Ao intervir simultaneamente nos componentes cognitivos (crenças que alimentam a recompensa) e comportamentais (déficits no controle executivo), a terapia promove mudanças duradouras que restauram o equilíbrio neurocognitivo e desenvolvem repertórios adaptativos essenciais para a superação do vício em jogos eletrônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu concluir que a TCC constitui um referencial teórico-prático consistente e eficaz para o tratamento do vício em jogos eletrônicos. A análise demonstrou que esta abordagem oferece ferramentas precisas para intervir no "conflito cerebral" característico do

transtorno, atuando tanto nos componentes cognitivos quanto comportamentais que mantêm o padrão aditivo.

Os resultados indicam que as técnicas de reestruturação cognitiva mostram particularmente eficazes na modificação de crenças disfuncionais nucleares relacionadas ao jogo, enquanto as estratégias comportamentais contribuem significativamente para o fortalecimento do controle executivo e o desenvolvimento de repertórios adaptativos. A interface entre os achados neurocientíficos, que evidenciam alterações em regiões pré-frontais e circuitos de recompensa, e as intervenções da TCC revela-se especialmente promissora, sugerindo que a terapia pode facilitar processos de neuroplasticidade ao promover novos padrões de pensamento e comportamento.

Conclui-se que a TCC, com seu embasamento científico e abordagem estruturada, representa uma ferramenta fundamental para o enfrentamento do vício em jogos eletrônicos, oferecendo caminhos concretos para a restauração do equilíbrio psicológico e o desenvolvimento de uma relação mais saudável com a tecnologia.

REFERÊNCIAS

BARNHILL, John W. **Casos Clínicos do DSM-5-TR**. Porto Alegre: ArtMed, 2024. E-book. pi ISBN 9786558821946. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558821946/. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Transtornos devido ao uso de substâncias psicoativas ou comportamentos aditivos na CID-11.** Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/dsS4mjDwZsNQ4BGZRnpXjSs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

BECK, Judith. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. Tradução de Paulo Knapp, Sandra Maria Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

DARVESH, Nazia et al. **Exploring the prevalence of gaming disorder and Internet gaming disorder: a rapid scoping review**. Systematic Reviews, v. 9, n. 68, 2020.

FREIRE, Sara Régia Vieira et al. **Entre o lucro e o sofrimento: o transtorno do jogo como risco à saúde pública**. Id on Line. Revista de Psicologia, v. 19, n. 77, p. 112-134, jul. 2025.

LEMOS, Igor Lins et al. **Neuroimagem na dependência de jogos eletrônicos: uma revisão sistemática.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 57-71, 2014.

YOUNG, Kimberly S.; ABREU, Cristiano Nabuco de. Dependência de Internet em Crianças e Adolescentes: Fatores de Risco, Avaliação e Tratamento. [S.l.]: Editora, 2020. eBook Kindle.

O PROJETO DE VIDA NA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL

Categoria: Leitura interdisciplinar

Alisson Pinheiro dos Santos[1]
Dianiele Cristaldo Rebelo[2]
Douglas Eduardo Maier Camargo[3]
Josiane kuster Pedroso[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo analisar, sob a ótica humanista-existencial, os fundamentos e significados do Projeto de Vida, compreendido como um processo contínuo de autoconhecimento, liberdade e responsabilidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e de natureza bibliográfica, com base em obras da psicologia, filosofia e educação. A análise teórica evidenciou que o Projeto de Vida não se resume à definição de metas, mas representa um movimento existencial constante, no qual o sujeito constrói sentido à sua trajetória a partir de escolhas conscientes e alinhadas a seus valores mais profundos. A perspectiva humanista-existencial destaca o protagonismo do indivíduo, sua capacidade de ressignificar experiências e de comprometer-se com um viver autêntico. Constatou-se que o desenvolvimento de um Projeto de Vida fortalece a autonomia, favorece a realização pessoal e ética, e amplia a compreensão de si mesmo e do mundo. Conclui-se que essa abordagem propicia uma vivência mais plena e significativa, orientando o indivíduo na construção de uma existência coerente com sua essência.

Palavras-chave: Projeto de vida. Existência autêntica. Liberdade. Responsabilidade. Autoconhecimento.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Vida, na visão humanista-existencial, fundamenta-se na crença inegável de que o indivíduo é livre para escolher o seu caminho e, ao fazê-lo, criar o significado de sua própria vida. De acordo com essa perspectiva, ele se configura como um processo contínuo de auto exploração e descoberta, que culmina na criação de um senso de propósito e direção pessoal. É uma jornada incessante que exige o reconhecimento da própria autonomia (Silva; Oliveira; Amoroso, 2024).

Logo, na visão humanista-existencial, o cerne da existência autêntica está intrinsecamente ligado ao Projeto de Vida. É uma filosofia que celebra nossa liberdade radical, enfatizando que cada um de nós detém o poder único de tomar decisões cruciais e de fazer escolhas que moldam

[1] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

nosso próprio ser. Essa liberdade, no entanto, é inseparável de nossa responsabilidade pela existência, pois somos os únicos arquitetos do nosso destino (May, 1953).

Viver de forma autêntica exige uma consciência aguçada de que toda escolha e toda ação desencadeiam mudanças, trazendo consigo consequências que devem ser abraçadas. O indivíduo é chamado a se comprometer de corpo e alma com objetivos e, sobretudo, com valores que ressoam em harmonia com seus mais profundos desejos e necessidades pessoais. É nesse compromisso ativo que o Projeto de Vida se manifesta como a própria essência de quem escolhemos ser (May, 1953).

Com base nestas ideias, (Araújo; Araújo, 2023) trazem a vida como mais que um simples passar de dias; ela pode ser um voo livre ou um caminho cuidadosamente orientado. Um Projeto de Vida tem o poder de nos ancorar no presente, enquanto nos impulsiona com confiança para o futuro, firmados nos valores que são a base de nossas ações. É um convite poderoso ao autoconhecimento, nos levando a mergulhar nas múltiplas e interligadas dimensões da existência do corpo ao espiritual, do profissional ao lazer, desenvolvendo habilidades essenciais para nos tornarmos pessoas melhores.

Além disso, Projetar a Vida é encarar um processo dinâmico, envolvente e, inevitavelmente, desafiador. Onde o sujeito é o protagonista desta jornada, com a incrível capacidade de ressignificar sua vida sempre que for preciso. O Projeto de Vida não é um destino final, mas um processo interminável, continuamente retomado, porque estamos sempre em busca de novas conquistas e de expandir nosso horizonte (Araújo; Araújo, 2023).

Em suma, este processo existencial se apoia em ideias-chave, como a autodescoberta, a autorrealização e o viver em autenticidade. A dinâmica do Projeto de Vida é sustentada pela dialética entre liberdade e responsabilidade, incentivando o desenvolvimento pessoal e a constante busca por sentido. Essa abordagem ressalta que o Projeto é contínuo, não apenas visando o futuro, mas pela importância do engajamento no presente (Silva; Oliveira; Amoroso, 2024).

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, de natureza bibliográfica, com o objetivo de compreender os princípios e significados do Projeto de Vida sob a perspectiva humanista-existencial. Essa metodologia permite uma análise aprofundada das ideias e teorias que sustentam a construção do sentido da vida e da autonomia humana, valorizando a subjetividade, a liberdade e o papel ativo do indivíduo na construção de sua trajetória.

A investigação bibliográfica possibilita o mapeamento e a análise crítica das principais contribuições teóricas sobre o tema, especialmente nas áreas da psicologia, filosofia e educação. Ao integrar conceitos como escolha, responsabilidade e autenticidade, busca-se compreender como o Projeto de Vida pode ser desenvolvido de forma consciente e significativa, oferecendo subsídios para práticas educacionais e psicológicas voltadas ao fortalecimento da autonomia e do sentido existencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um projeto de vida, para Sartre, deve confrontar sua liberdade radical e sua angústia existencial. Em O Ser e o Nada, o filósofo distingue o ser-em-si (o que é, imóvel, fechado) e o ser-para-si (a consciência que não é fixa, que se projeta para o além). O sujeito humano sendo um "para-si" não nasce com essência ou destino traçado: ele está sempre em construção. Assim, projetar a própria vida é assumir que não há "roteiro pronto", mas que cada decisão, cada engajamento é uma formatação momentânea da própria identidade. O peso dessa liberdade é a angústia não por problemas objetivos, mas pela consciência de que somos responsáveis por fazer escolhas que definem quem somos (Sartre, 2015).

Sartre também alerta que, nesse jogo de escolhas, existe o nada, este vazio que marca o mundo entre as possibilidades não dadas e as interrupções. O "nada" atua como agente que nos impele a transcendermos o presente, a romper com a repetição do já dado, a imaginar o que ainda não somos. No projeto de vida, o nada aparece como lacuna criativa: é o espaço em que posso dizer "não" a condicionantes, recusar identificações arbitrárias, reinventar-me. Mas não é uma ilha: é também risco porque o nada pode corroer certezas frágeis e revelar o abismo existencial sob as construções que julgávamos sólidas (Sartre, 2015).

A revista Diaphonía (Vol. 6, n. 1, 2020) abriga olhares filosóficos que dialogam com o existir, a alteridade e a construção do sujeito. No artigo "A leitura de Levinas a respeito da fenomenologia de Husserl", os autores exploram como Levinas critica a redução do sujeito ao cogito e aponta para uma ética radical da alteridade, para um "começar com o Outro" que tensiona o projeto individual (Silva; Oliveira, 2020). Essa ênfase na alteridade pode temperar o projeto de vida sartriano: não sou apenas autor de mim mesmo, mas também responsável por aquela alteridade que me impõe deveres éticos e transformações recíprocas. Outro artigo, "Antropologia existencial no pensamento de Jean-Paul Sartre", retoma os conceitos de projeto e nada e refaz sua importância para compreender o Ser humano na intersecção de liberdade e condicionamento (Souza; Ferreira, 2019).

Quando reunimos Sartre e os estudos da Diaphonía, vemos que um projeto de vida autêntico não mero plano pragmático exige uma tensão entre autonomia e responsabilidade ético-relacional. O eu que projeta sua vida não o faz em isolamento: ele se situa num mundo de outros que o interpelam, exigem acolhimento e geração de sentido coletivo. A construção contínua de sentido através de escolhas conscientes precisa conviver, portanto, com a escuta da alteridade e com a consciência de nossas limitações. Em última instância, projeto de vida é aposta sobre quem posso me tornar, mas sempre em relação ao outro e ao vazio que inspiro para redefinir o presente.

O estudo de Coscioni et al. (2024) reforça que, para a visão humanista, o projeto de vida exige mais do que sonhar ou idealizar: requer consciência clara dos futuros desejados e envolvimento concreto em planos de ação. Essa articulação entre sentido e prática ecoa as bases de Rogers e Maslow, que compreendem a autorrealização como um processo dinâmico de atualização do potencial humano. Assim, o projeto de vida humanista é tanto um exercício de reflexão sobre o ser quanto de responsabilidade diante das escolhas e caminhos assumidos.

Reischer et al. (2020) observaram que indivíduos com elevado grau de auto-transcndência narram seus projetos de vida como jornadas de crescimento interior, reconxão afetiva e expansão de sentido. O estudo revela que o projeto de vida humanista vai além de metas instrumentais: ele se ancora na busca de significado, na integração entre passado, presente e futuro, e na experiência autêntica de ser. Nessa ótica, o viver se transforma em um contínuo processo de autodescoberta, onde o "tornar-se" é mais essencial do que o "chegar".

Já a pesquisa de Azzahrah et al. (2025) mostra como ambientes educativos centraos na pessoa com ênfase em empatia, aceitação e expressão autêntica potencalizam a construção do projeto de vida entre adolescentes. A partir de um modelo de apoio entre pares fundamentado na psicologia humanista, os autores defendem que o sujeito floresce quando encontra espaço para explorar valores pessoais e sentido de existência. Assim, o projeto de vida se consolida não como imposição externa, mas como emergência de um eu autêntico apoiado por relações de confiança e reconhecimento mútuo.

Os resultados teóricos e empíricos analisados evidenciam que o projeto de vida, na ótica humanista-existencial, se estrutura como um processo de autoconstrução contínua, atravessado pela liberdade, pela angústia e pela responsabilidade. A perspectiva sartreana sustenta que o ser humano está condenado a ser livre, isto é, a criar-se por meio das próprias escolhas e é nesse espaço de indeterminação que o projeto de vida se constitui. Ao ser confrontado com o nada, o sujeito percebe a ausência de uma essência prévia e é convocado a assumir seu papel de autor do próprio destino.

Tal concepção dialoga com a abordagem humanista de Rogers e Maslow, que compreendem a autorrealização como movimento de atualização do potencial humano, implicando consciência de si e engajamento ético com o mundo. Dessa forma, o projeto de vida não se limita a metas ou planos instrumentais, mas emerge como expressão de sentido, autenticidade e transcendência.

A análise dos estudos recentes (Coscioni et al., 2024; Reicher et al., 2020; Azzahrah et al., 2025) reforça que o desenvolvimento de um projeto de vida autêntico depende tanto de condições internas como autoconhecimento, coerência e propósito quanto de condições relacionais e ambientais, como empatia, acolhimento e reconhecimento mútuo. A literatura aponta que contextos educativos e sociais que favorecem a escuta e a expressão pessoal cria um terreno fértil para que o indivíduo se perceba protagonista de sua trajetória. Assim, a integração entre liberdade (Sartre) e humanização (Rogers, Maslow) produz um modelo de projeto de vida que une subjetividade e responsabilidade ética: o ser humano se torna capaz de construir sua existência de modo autônomo, mas sempre em diálogo com o outro e com o mundo, assumindo o risco e a beleza de ser o autor de si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida, compreende-se que o Projeto de Vida, sob a perspectiva humanista-existencial, constitui um processo contínuo de autoconhecimento, liberdade e responsabilidade. Essa concepção ultrapassa a ideia de metas fixas e imediatas, enfatizando a trajetória como um espaço de construção de sentido e autenticidade.

A pesquisa evidenciou que a reflexão sobre as próprias escolhas e valores é essencial para que o indivíduo viva de forma coerente com sua essência, fortalecendo sua autonomia e promovendo o crescimento pessoal, ético e social. Assim, o Projeto de Vida se revela como uma ferramenta de desenvolvimento integral, favorecendo o florescimento humano e a realização de potencialidades.

Conclui-se, portanto, que pensar o Projeto de Vida pela ótica humanista-existencial é reconhecer o ser humano como protagonista de sua história, alguém capaz de transformar suas vivências em aprendizado e de construir, a cada escolha, uma existência mais plena, significativa e comprometida com o próprio ser e com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvana Maria de; ARAÚJO, Fabiana Stella Pereira de. **Projeto de vida: nas asas do tempo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

AZZAHRAH, H.; RUSMANA, N.; SARIPAH, I.; SYAHRIL, M. F. A Humanistic-Based Peer Support Model to Promote Subjective Well-Being in Senior High School Students: Design and Development Study. **Bulletin of Counseling and Psychotherapy**, v. 6, n. 1, 2025. Disponível em: [https://journal.kurasinstitute.com/index.php/bocp/article/download/1535/1037]. Acesso em: 17 out. 2025.

COSCIONI, A. et al. *Life Project Scale: a new measure to assess the coherence of the intended future*. **Current Psychology**, 2024. Disponível em: [https://link.springer.com/article/10.1007/s12144-024-06407-5]. Acesso em: 17 out. 2025.

MAY, Rollo. **O homem à procura de si mesmo**. Petrópolis: Vozes, 1953.

REISCHER, H. N.; ROTH, L. J.; VILLARREAL, J. A.; McADAMS, D. P. *Self-transcendence and life stories of humanistic growth among late-midlife adults*. **Journal of Personality**, v. 88, n. 5, p. 1054–1072, 2020. Disponível em: [https://ouci.dntb.gov.ua/en/works/96Qx6yNl/]. Acesso em: 17 out. 2025.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica.** Trad. Paulo Perdigão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, Lilian Adila Cruz; OLIVEIRA, Nyvia Dolores Fernandes de; AMOROSO, Sônia Regina Basili. **Projeto de vida numa perspectiva existencial autêntica**. Real, Brasília, 2024. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/download/5066/2891.Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, C. A.; OLIVEIRA, J. P. A leitura de Levinas a respeito da fenomenologia de Husserl. **Diaphonía – Revista de Filosofia**, v. 6, n. 1, p. 43–60, 2020. Disponível em: [https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/25083]. Acesso em: 18 out. 2025.

SOUZA, R. F.; FERREIRA, M. A. Antropologia existencial no pensamento de Jean-Paul Sartre. **Diaphonía – Revista de Filosofia**, v. 5, n. 2, p. 25–40, 2019. Disponível em: [https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/19802]. Acesso em: 18 out. 2025.

DO SOFRIMENTO À COMPREENSÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOTERAPIA NAS CRISES ANSIOSAS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins
Clayton Luiz Zanella

Resumo – A ansiedade tem se destacado como um fenômeno emocional recorrente na atualidade e, quando intensificada, pode desencadear crises marcadas por medo, desorganização emocional e sensação de ameaça. Este trabalho buscou analisar a contribuição da psicoterapia no manejo das crises ansiosas, considerando seus fundamentos científicos e sua relevância para o desenvolvimento emocional do indivíduo. Trata-se de uma revisão narrativa, construída por meio de leituras interdisciplinares de artigos científicos sobre psicoterapia, ansiedade e cuidado clínico. A análise evidenciou que a intervenção terapêutica oferece espaço seguro para expressão emocional e construção de estratégias de enfrentamento, fortalecendo a autonomia e a regulação interna. Observou-se também que o vínculo terapêutico, associado ao rigor teórico da prática psicológica, contribui para a ressignificação do sofrimento e para a prevenção de novos episódios ansiosos. Os resultados apontam que a psicoterapia promove compreensão subjetiva, desenvolvimento de habilidades emocionais e elaboração das experiências que acompanham a crise. Conclui-se que a atuação clínica fundamentada em evidências constitui instrumento essencial para o cuidado da saúde mental contemporânea, favorecendo processos de crescimento psicológico e autonomia emocional.

Palavras-chave: Psicoterapia. Ansiedade. Crise emocional. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A ansiedade tem se destacado como um dos fenômenos emocionais mais presentes na atualidade, atingindo diferentes perfis e contextos sociais. Quando se manifesta em crises agudas, o indivíduo vivencia intensa sensação de ameaça, desorganização emocional, alterações fisiológicas e dificuldade de recuperar o equilíbrio interno. Esse cenário acompanha transformações sociais, ritmos acelerados e desafios cotidianos que intensificam vulnerabilidades emocionais, tornando o debate sobre saúde mental cada vez mais necessário. A psicoterapia emerge como um espaço estruturado de cuidado que favorece compreensão, regulação emocional e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento diante das crises ansiosas, promovendo acolhimento e reorganização subjetiva.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, construiu ao longo do tempo fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a prática clínica, permitindo que o sofrimento humano seja compreendido em sua complexidade. Araújo (2021) destaca que a consolidação científica da Psicologia foi construída por meio de investigação sistemática, diálogo entre saberes e rigor

conceitual, o que reforça a importância de uma atuação profissional fundamentada na produção de conhecimento confiável. Esse percurso fortalece a legitimidade da psicoterapia no enfrentamento de manifestações emocionais intensas, como as crises ansiosas, por articular ciência, ética e prática clínica.

O vínculo terapêutico e a qualidade da escuta também se apresentam como elementos fundamentais no processo de cuidado. A relação empática, a presença genuína e a compreensão do terapeuta constituem aspectos centrais para que o indivíduo consiga expressar seu sofrimento e construir novos sentidos sobre suas vivências. Stenzel (2021) aponta que habilidades clínicas como empatia e autenticidade, inspiradas nos princípios humanistas, seguem essenciais na prática psicológica contemporânea, especialmente quando alinhadas às evidências científicas que orientam intervenções responsáveis e eficazes. Dessa forma, a psicoterapia se afirma como espaço de transformação emocional, onde o sujeito encontra suporte para atravessar a crise e ampliar sua capacidade de lidar com situações futuras.

A escolha do presente tema se justifica pela crescente demanda por cuidado psicológico e pela necessidade de fortalecer práticas baseadas em ciência que auxiliem indivíduos em sofrimento. O objetivo deste trabalho é discutir a contribuição da psicoterapia no manejo das crises ansiosas, destacando a relevância do vínculo terapêutico, dos fundamentos científicos da Psicologia e do papel da clínica como espaço de elaboração e construção de recursos emocionais. A reflexão proposta busca ampliar o entendimento sobre a importância do cuidado psicológico e evidenciar a psicoterapia como instrumento fundamental para promoção de saúde mental na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como resultado de leituras interdisciplinas, construído a partir de uma revisão de literatura narrativa com foco na compreensão das contribuições da psicoterapia no manejo das crises ansiosas. A busca envolveu produções científicas que discutem fundamentos teóricos da psicologia clínica, história da construção científica da área e perspectivas baseadas em evidências relacionadas ao cuidado emocional.

Os descritores utilizados para a seleção das obras incluíram termos como ansiedade, psicoterapia, crise ansiosa, clínica psicológica, prática baseada em evidências e relação terapêutica. Foram consultadas bases científicas reconhecidas no campo da Psicologia, priorizando artigos completos, disponíveis gratuitamente, publicados em periódicos científicos revisados por pares. A escolha dos textos considerou a relevância teórica para o tema, o alinhamento com os objetivos do estudo e a consistência metodológica apresentada pelos autores.

O processo de análise consistiu na leitura integral do material selecionado, identificação de conceitos centrais, síntese dos achados e articulação entre fundamentos históricos, clínicos e éticos da prática psicológica. Dorsa (2020) destaca que revisões de literatura exercem papel fundamental na produção científica, pois permitem organizar e sistematizar conhecimentos para fundamentar a escrita acadêmica e orientar práticas alinhadas ao rigor científico. A partir desse

procedimento, buscou-se construir uma reflexão fundamentada, coerente e alinhada à literatura atual, preservando a integridade das ideias e o compromisso ético com a produção científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CLÍNICA COMO ESPAÇO DE COMPREENSÃO DA CRISE ANSIOSA

A crise ansiosa aparece como experiência marcada por intensa desorganização emocional e percepção de ameaça mesmo em contextos seguros. A psicoterapia oferece um espaço para dar sentido a essa vivência, auxiliando o indivíduo a compreender seus estados internos. A literatura indica que a prática clínica possibilita que o sofrimento seja elaborado de modo progressivo, fortalecendo o equilíbrio subjetivo diante da ansiedade. Rosa e Laport (2021) ressaltam que práticas fundamentadas ampliam o entendimento clínico, garantindo cuidado psicológico mais efetivo e sensível às necessidades humanas.

A construção de um ambiente terapêutico seguro favorece a expressão do sofrimento emocional e a busca de novos significados para a experiência ansiosa. O acolhimento clínico permite que o sujeito compreenda o que sente e reconheça fatores disparadores de sua ansiedade. Stenzel (2021, p. 56) afirma que "a relação terapêutica possibilita que o cliente vivencie acolhimento e compreensão", o que reforça a relevância do vínculo como base para ressignificação emocional e construção de autonomia interna.

A escuta clínica também facilita o acesso a conteúdos subjetivos que o sujeito não consegue elaborar sozinho. A postura empática e não julgadora contribui para que o paciente explore emoções, pensamentos e sensações que acompanham a crise. A compreensão terapêutica fortalece a capacidade de reconhecer sinais precoces de ansiedade e agir com mais consciência. Segundo Araújo (2021), a psicologia se estruturou como ciência para compreender profundamente a experiência humana, o que legitima o processo clínico como investigação cuidadosa do sofrimento emocional.

Com o apoio psicoterapêutico adequado, o indivíduo passa a interpretar a ansiedade como sinal emocional que pode ser compreendido e trabalhado, e não como falha pessoal. O processo clínico favorece a construção de repertório emocional mais sólido, permitindo enfrentamento mais estável das crises. Stenzel (2021, p. 53) destaca que a prática empática facilita que o paciente "encontre novas formas de lidar consigo mesmo e com seus sentimentos", consolidando a intervenção terapêutica como meio de desenvolvimento emocional e prevenção de recorrências.

O manejo clínico da ansiedade requer embasamento teórico que sustente decisões terapêuticas e intervenções seguras. A psicologia enquanto ciência fornece instrumentos conceituais e metodológicos para compreender e tratar o sofrimento emocional. Rosa e Laport (2021) afirmam que a prática baseada em evidências integra conhecimentos teóricos e experiência profissional, garantindo maior rigor na intervenção e condutas alinhadas ao bem-estar do paciente.

A literatura evidencia que a adoção de métodos científicos evita práticas improvisadas e fortalece a segurança do paciente durante crises ansiosas. O conhecimento produzido pela

pesquisa orienta a escolha de técnicas e a avaliação dos efeitos terapêuticos, reduzindo riscos e aumentando a efetividade. Araújo (2021, p. 25) destaca que "a psicologia científica nasce da tensão entre tradição empírica e exigência teórica", indicando que o cuidado clínico deve se fundamentar em investigação rigorosa e formação qualificada.

A formação contínua do psicólogo é fundamental para atualizar práticas e integrar novas evidências no atendimento clínico. A ansiedade acompanha transformações sociais e subjetivas, exigindo do profissional constante aprimoramento técnico e ético. Rosa e Laport (2021) apontam que o compromisso com a ciência mantém a prática alinhada às necessidades contemporâneas, reforçando a responsabilidade do terapeuta na construção de cuidado qualificado e sensível ao contexto do paciente.

O processo psicoterapêutico baseado em ciência promove segurança emocional e favorece a construção de estratégias de enfrentamento sólidas. Stenzel (2021, p. 57) observa que habilidades terapêuticas devem dialogar com referenciais científicos para garantir intervenções responsáveis, afirmando que a integração entre evidência e relação clínica amplia o potencial de transformação emocional. Dessa forma, o manejo da crise ansiosa encontra na ciência e na ética os pilares centrais para uma prática competente.

A crise ansiosa reflete conflitos emocionais que emergem ao longo da trajetória singular de cada indivíduo e não representam acontecimentos isolados, mas expressões de vivências internas e históricas. A psicoterapia possibilita compreender a ansiedade como parte da história emocional do sujeito, favorecendo a elaboração e significado para o sofrimento. Araújo (2021, p. 22) destaca que "a psicologia científica nasce da tensão entre tradição empírica e exigência teórica", reforçando que o cuidado clínico deve considerar complexidade e subjetividade para promover compreensão profunda do fenômeno ansioso.

Reconhecer que emoções intensas podem indicar processos de transformação interna amplia a visão sobre a crise, que deixa de ser interpretada como falha pessoal e passa a ser vista como movimento de reorganização psíquica. O terapeuta auxilia o indivíduo a simbolizar medos, demandas emocionais e limites afetivos, construindo novos sentidos para a experiência. Rosa e Laport (2021) ressaltam que o cuidado psicológico deve integrar rigor científico e sensibilidade clínica para favorecer mudanças emocionais consistentes e alinhadas à singularidade de cada pessoa.

Ao longo do processo terapêutico, o sujeito desenvolve maior autonomia emocional e estratégias de autorregulação, tornando-se capaz de prevenir intensificações futuras da ansiedade. A escuta empática e autêntica sustenta esse desenvolvimento, favorecendo processos de reflexão e amadurecimento afetivo. Stenzel (2021, p. 563) afirma que a prática clínica sensível possibilita ao paciente "encontrar novas formas de lidar consigo mesmo e com seus sentimentos", evidenciando que a crise pode se tornar oportunidade de crescimento emocional e fortalecimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a psicoterapia exerce papel fundamental no cuidado de pessoas que vivenciam crises ansiosas, oferecendo espaço de acolhimento, reflexão e ressignificação do

sofrimento emocional. Ao proporcionar escuta qualificada e estratégias terapêuticas adequadas, o processo clínico contribui para que o indivíduo compreenda suas emoções, reconheça seus limites e desenvolva recursos internos para lidar com situações de ansiedade de maneira mais consciente e equilibrada.

Verificou-se que a prática fundamentada em evidências e sustentada por postura ética fortalece a eficácia da intervenção psicológica, promovendo cuidado responsável e sensível às singularidades subjetivas. A qualidade do vínculo terapêutico emergiu como elemento central, permitindo que o paciente se sinta seguro para expressar suas angústias e construir novos sentidos para suas experiências.

Como limitação, destaca-se que a revisão narrativa não abrangeu todas as produções científicas sobre o tema, o que sugere a necessidade de estudos futuros que integrem diferentes abordagens teóricas e pesquisas empíricas aplicadas. Investigações posteriores podem ampliar a compreensão sobre práticas clínicas específicas e seus efeitos no manejo das crises ansiosas.

Conclui-se que a psicoterapia, ao unir conhecimento científico, escuta sensível e compromisso ético, constitui recurso essencial para a promoção da saúde emocional e fortalecimento da autonomia do indivíduo diante da ansiedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Saulo de Freitas. O Nome e a Coisa: Sobre as Origens da Psicologia Como Ciência. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 3, p. 1220-1248, dez. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812021000300021&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 out. 2025. https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações** (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 31 mai. 2025.

ROSA, Milena Groetares; LAPORT, Tamires Jordão. A importância da prática psicológica baseada em evidências: aspectos históricos, conceituais e procedimentais. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 12, n. 3, p. [sem paginação definida], 28 out. 2021. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2831. Acesso em: 29 out. 2025. DOI: https://doi.org/10.21727/rm.v12i3.2831.

STENZEL, Lucia Marques. Habilidades terapêuticas interpessoais: A retomada de Carl Rogers na prática da psicologia baseada em evidências. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 33, n. 3, p. 557-576, dez. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 out. 2025. https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A09.

O PREÇO DO IMPULSO: UMA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA SOBRE DÍVIDAS, EMOÇÕES E DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – O presente estudo analisa a relação entre dívidas, emoções e desequilíbrio financeiro sob a perspectiva da Psicologia Financeira. O objetivo foi compreender como impulsos e fatores emocionais interferem nas decisões de consumo e no bem-estar psicológico dos indivíduos. A pesquisa foi realizada por meio de uma leitura interdisciplinar, com base em uma revisão narrativa e interpretativa de artigos publicados entre 2020 e 2025. Foram utilizados os descritores "psicologia financeira", "endividamento", "comportamento de consumo" e "impulso de compra". Os resultados evidenciaram que o comportamento financeiro é fortemente influenciado por emoções, crenças e padrões cognitivos, e que o consumo impulsivo está relacionado à busca de prazer imediato e à compensação emocional. Observou-se também que a ausência de planejamento financeiro e de autocontrole está associada à ansiedade, culpa e sentimento de fracasso, gerando impacto direto na saúde mental. Conclui-se que a Psicologia Financeira desempenha papel essencial na promoção do equilíbrio emocional e na prevenção do endividamento, reforçando a importância da educação emocional e financeira para o bem-estar psicológico e social.

Palavras-chave: psicologia financeira; comportamento de consumo; endividamento; impulso de compra; bem-estar psicológico.

INTRODUÇÃO

O comportamento financeiro humano é permeado por dimensões emocionais, cognitivas e sociais que influenciam as escolhas de consumo, o uso do crédito e a relação com o dinheiro. Camargo e Domingos (2021) apontam que os traços de personalidade interferem diretamente na forma como o indivíduo toma decisões financeiras, revelando que fatores psicológicos podem ser determinantes para o equilíbrio econômico ou para o surgimento de dívidas. A partir dessa perspectiva, a Psicologia Financeira surge como um campo essencial para compreender os vínculos entre emoções, impulsos e decisões de compra.

O cenário atual brasileiro expõe um contexto alarmante de endividamento. El Khatib (2024) afirma que compreender a psicologia financeira "é o primeiro passo para reconhecer como as emoções afetam as decisões e o comportamento econômico". Esse entendimento revela que o ato de consumir não é puramente racional, mas motivado por aspectos subjetivos como

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ansiedade, necessidade de pertencimento e busca de prazer imediato. Nesse sentido, o endividamento pode refletir um desequilíbrio emocional e não apenas uma limitação de renda.

Além disso, o impulso de compra e a dificuldade de planejamento financeiro estão associados à regulação emocional e à forma como o sujeito atribui valor ao dinheiro. Meirelles (2023) destaca que as relações financeiras estão profundamente ligadas às relações afetivas e familiares, pois o dinheiro muitas vezes ocupa o lugar simbólico de segurança, reconhecimento ou poder. Quando o indivíduo utiliza o consumo como forma de compensar frustrações emocionais, instala-se um ciclo de prazer momentâneo e culpa posterior, que intensifica o sofrimento psíquico.

Pesquisas como a de Schuabb e Franca (2020) reforçam a importância do planejamento financeiro como fator de bem-estar e proteção psicológica. A ausência de controle sobre gastos e objetivos concretos aumenta a vulnerabilidade emocional e a sensação de impotência diante das dívidas. Assim, compreender a relação entre endividamento e saúde mental é essencial para promover práticas preventivas que unam educação financeira e equilíbrio psicológico.

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos psicológicos das dívidas e investigar como emoções e impulsos interferem no comportamento financeiro dos indivíduos. Busca-se demonstrar que o desequilíbrio econômico está frequentemente ligado a mecanismos emocionais inconscientes, exigindo uma abordagem que una Psicologia e Educação Financeira na promoção do bem-estar e da autonomia emocional.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na categoria de leitura interdisciplinar, com base em uma revisão narrativa e interpretativa da literatura. O estudo buscou compreender a relação entre comportamento financeiro, impulsividade e bem-estar psicológico, a partir de produções científicas que integram conceitos da Psicologia, Economia e Educação Financeira.

Foram utilizados os descritores “psicologia financeira”, “endividamento”, “comportamento de consumo” e “impulso de compra”. Os critérios de inclusão consideraram textos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em língua portuguesa e com fundamentação teórica no campo da Psicologia. Foram excluídos materiais opinativos ou de caráter exclusivamente econômico.

Conforme Dorsa (2020, p. 12), a revisão da literatura exerce papel central “na construção e sustentação teórica dos trabalhos científicos”, possibilitando ao pesquisador articular e comparar conceitos de forma crítica. Dessa forma, a análise foi conduzida de modo qualitativo e interpretativo, priorizando a identificação de convergências teóricas e a compreensão dos fatores emocionais e comportamentais que permeiam o endividamento e as decisões financeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O COMPORTAMENTO FINANCEIRO E SUAS BASES PSICOLÓGICAS

O comportamento financeiro é uma expressão direta das emoções, crenças e padrões cognitivos formados ao longo da vida. Camargo e Domingos (2021) identificam que os traços de personalidade influenciam significativamente as decisões econômicas, pois indivíduos mais impulsivos e ansiosos tendem a buscar satisfação imediata através do consumo. Esse processo é fortemente associado a fatores emocionais, que interferem na racionalidade e na capacidade de planejar o futuro financeiro.

O consumo, quando utilizado como válvula de escape emocional, torna-se uma estratégia inconsciente de compensação afetiva. Meirelles (2023) afirma que "o modo como nos relacionamos com o dinheiro reflete o modo como nos relacionamos conosco e com o outro" (p. 2). Essa visão reforça que a dificuldade em lidar com o dinheiro muitas vezes é uma metáfora para dificuldades internas, envolvendo autoestima, reconhecimento e controle emocional.

O conceito de psicologia financeira propõe compreender o dinheiro não apenas como recurso material, mas como um símbolo de poder, segurança e pertencimento. El Khatib (2024) ressalta que "as decisões financeiras são motivadas mais por emoções do que por lógica" (p. 1), o que demonstra que a instabilidade emocional pode levar a escolhas impulsivas e a um padrão de endividamento cíclico. Nesse sentido, o consumo desmedido não representa apenas desorganização financeira, mas um reflexo do descompasso emocional.

A análise dos resultados mostra que o comportamento financeiro desajustado tende a provocar impactos psicológicos significativos. Indivíduos endividados relatam sentimentos de culpa, vergonha e fracasso pessoal, indicando uma correlação entre o estado financeiro e o bem-estar emocional. Esse quadro confirma que a saúde mental está diretamente ligada à capacidade de gerir emoções frente às demandas de consumo.

Compreender o comportamento financeiro sob a ótica psicológica é essencial para a construção de estratégias educativas e preventivas. A abordagem emocional do consumo permite desenvolver práticas de autoconhecimento e de controle comportamental, reduzindo a influência de impulsos imediatistas e fortalecendo a autonomia financeira e emocional.

O IMPULSO DE CONSUMO E A GERAÇÃO DE DÍVIDAS

A impulsividade financeira surge como um dos principais fatores para o endividamento contemporâneo. Camargo e Domingos (2021) destacam que a falta de planejamento e a busca por prazer instantâneo comprometem o equilíbrio financeiro e emocional, criando um ciclo de dependência do consumo. A satisfação momentânea oferecida pela compra gera, logo em seguida, arrependimento e frustração, o que reforça a repetição do comportamento impulsivo.

O desejo de consumir é amplificado pela cultura da comparação e pela exposição nas mídias digitais, que estimulam o imediatismo e a validação social através de bens materiais. El Khatib (2024) observa que o consumo impulsivo "é um reflexo das emoções reprimidas e do desejo de pertencimento em um mundo competitivo" (p. 2). A necessidade de se igualar a

padrões sociais acaba superando a racionalidade, levando à desorganização financeira e ao endividamento emocionalmente motivado.

A compulsão por compras é um fenômeno que transcende o aspecto econômico e se insere no campo dos transtornos comportamentais. Meirelles (2023) analisa que muitas pessoas compram "não pelo que precisam, mas pelo que sentem falta emocionalmente" (p. 3). Esse tipo de comportamento cria uma relação simbólica com o dinheiro, em que o ato de comprar substitui, de forma ilusória, a satisfação emocional.

As dívidas, portanto, não são apenas resultado de escolhas financeiras ruins, mas um sintoma de desequilíbrio psicológico. A ausência de autocontrole, somada à influência de fatores externos como o crédito fácil e a pressão social, intensifica a vulnerabilidade emocional e aumenta a sensação de impotência diante da própria vida financeira. O resultado é um quadro de sofrimento psíquico que afeta a autoestima e a qualidade de vida.

O combate a esse tipo de comportamento exige uma atuação interdisciplinar, unindo Psicologia e Educação Financeira. A psicoeducação pode ajudar o indivíduo a reconhecer os gatilhos emocionais que antecedem o consumo, substituindo o impulso pela reflexão e pela tomada de decisão consciente. Essa abordagem previne recaídas e favorece o fortalecimento da saúde mental e financeira.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO, AUTOCONTROLE E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

O planejamento financeiro é apontado pelos estudos como um fator protetor contra o sofrimento emocional e o endividamento. Schuabb e Franca (2020) evidenciam que a prática de planejar a longo prazo contribui para o aumento da sensação de segurança e controle, elementos fundamentais para o bem-estar psicológico. Quando o indivíduo compreende seus limites e estabelece metas realistas, passa a lidar de forma mais saudável com suas finanças e emoções.

O autocontrole emocional é outro componente essencial para a estabilidade financeira.

Camargo e Domingos (2021) defendem que o equilíbrio entre razão e emoção é o ponto-chave para evitar o comportamento impulsivo e a tomada de decisões desorganizadas. Nesse contexto, o autoconhecimento surge como ferramenta terapêutica e preventiva, permitindo ao sujeito perceber suas motivações internas antes de agir.

A Psicologia Financeira, conforme El Khatib (2024), deve ser compreendida como um campo que "ajuda o indivíduo a compreender os próprios padrões mentais e emocionais relacionados ao dinheiro" (p. 3). Essa compreensão amplia a capacidade de ressignificar o consumo, transformando o ato de comprar em uma escolha consciente e não em uma resposta emocional automática.

Meirelles (2023) complementa que o dinheiro pode ser um elemento de harmonia nas relações quando utilizado com consciência e responsabilidade. A educação financeira aliada à psicoterapia oferece caminhos para restaurar o equilíbrio entre necessidade e desejo, prevenindo comportamentos de risco e fortalecendo a estabilidade emocional.

Os resultados demonstram que o bem-estar financeiro e o psicológico são dimensões interligadas e inseparáveis. O desenvolvimento de hábitos conscientes, o planejamento financeiro e o controle emocional se mostram estratégias eficazes para romper o ciclo do endividamento. Assim, investir em autoconhecimento e educação emocional é também investir na saúde mental e na qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que o comportamento financeiro está profundamente relacionado a aspectos emocionais e cognitivos que influenciam diretamente o modo como o indivíduo lida com o dinheiro. O estudo demonstrou que o impulso de consumo, a ausência de planejamento e o uso do crédito como forma de compensação emocional são fatores que contribuem significativamente para o desequilíbrio financeiro e para o sofrimento psíquico.

Ficou evidente que o endividamento não é apenas resultado de fatores econômicos, mas também de mecanismos psicológicos associados à busca por satisfação imediata, ao estresse e à necessidade de pertencimento. A relação entre emoções e finanças revela a importância de compreender o dinheiro como um símbolo de segurança, controle e autoestima, cuja má gestão pode gerar ansiedade, culpa e sentimento de fracasso.

A Psicologia Financeira se apresenta como um campo fundamental de atuação e prevenção, capaz de auxiliar indivíduos na construção de uma relação mais consciente e equilibrada com o consumo. Estratégias de educação emocional e financeira são essenciais para desenvolver o autocontrole, o planejamento e a tomada de decisão racional, promovendo maior estabilidade e qualidade de vida.

Como limitação, destaca-se o caráter teórico da pesquisa, baseada em revisão de literatura. Ainda assim, a análise interdisciplinar ofereceu uma compreensão ampla sobre o tema, servindo como base para futuras investigações empíricas.

Sugere-se que novos estudos explorem a aplicação prática da Psicologia Financeira em programas de educação e intervenção terapêutica, abordando o comportamento impulsivo e o endividamento como fenômenos psicológicos complexos e contemporâneos.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 20 Out. 2025.

CAMARGO, Fabiane Kennya de, DOMINGOS, Reinaldo. A influência dos traços de personalidade no comportamento financeiro dos indivíduos: estudo em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. (2021) Revista Científica Multidisciplinar, Núcleo do Conhecimento, 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/comportamento-financeiro. Acesso em 20 Out. 2025.

EL KHATIB, Ahmed Sameer Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. **Psicologia financeira: descubra o que é e como impacta a sua vida.** 2024. Disponível em: https://www.fecap.br/2024/01/26/psicologia-financeira-descubra-o-que-e-e-como-impacta-a-sua-vida/. Acesso em: 20 Out. 2025.

MEIRELLES, Valéria Maria. O dinheiro e as relações. Faculdade teológica Sul **Americana - Instituto da Família**, 2023. Disponível em: https://ifamilia.ftsa.edu.br/o-dinheiro-e-as-relacoes/. Acesso em: 20 mai. 2025.

SCHUABB, Thaís Cravo; FRANCA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 73-98, abr. 2020 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000100005&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 20 Out. 2025.

ENTRE A BRINCADEIRA E A RESPONSABILIDADE: OS IMPACTOS DA ADULTIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PSICOLÓGICA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – O presente estudo aborda o fenômeno da adultização infantil na contemporaneidade, analisando suas causas, expressões e impactos psicológicos a partir de uma leitura interdisciplinar. O objetivo foi compreender como fatores sociais, culturais e midiáticos influenciam a antecipação de comportamentos adultos em crianças, interferindo em seu desenvolvimento emocional e social. A metodologia baseou-se em uma revisão narrativa e interpretativa de artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, selecionados a partir dos descritores "adultização infantil", "infância contemporânea", "mídias sociais e infância", "erotização precoce" e "desenvolvimento emocional". Os resultados indicaram que a exposição precoce a conteúdos digitais e a pressão estética das mídias contribuem para a perda do espaço simbólico da infância, gerando ansiedade, insegurança e dificuldades na formação da identidade. Conclui-se que a adultização precoce compromete a saúde mental e o amadurecimento psíquico, reforçando a necessidade de ações preventivas e educativas voltadas à preservação da infância e à promoção do desenvolvimento integral.

Palavras-chave: adultização infantil; infância contemporânea; mídias sociais; desenvolvimento emocional; psicologia do desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A adultização infantil constitui um fenômeno cada vez mais presente na sociedade contemporânea, revelando transformações profundas nas formas de ser e estar na infância. Esse processo envolve a antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões de consumo próprios da vida adulta, impactando a formação emocional e social das crianças. Conforme observa Ferreira et al. (2021), a contemporaneidade tem proporcionado novos modos de escolha e expressão infantil, muitas vezes marcados pela pressão de corresponder a expectativas sociais e midiáticas que ultrapassam os limites etários do desenvolvimento.

A exposição precoce a conteúdos digitais e à cultura da imagem tem contribuído para uma construção distorcida da infância. Segundo Sampaio et al. (2022), as mídias sociais exercem influência direta sobre o comportamento infantil, estimulando padrões de erotização e consumo que reforçam o processo de adultização. Tal influência não apenas interfere na formação da

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

identidade, mas também fragiliza o desenvolvimento emocional, criando conflitos entre o desejo de pertencimento e a falta de maturidade emocional para lidar com papéis adultos.

A adultização, portanto, deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, que envolve aspectos culturais, psicológicos e sociais. Bonilha et al. (2025) destacam que esse processo se manifesta de modo diferenciado em cada contexto, sendo atravessado por fatores como classe social, gênero e acesso à tecnologia. Ainda que muitas vezes naturalizada, a adultização precoce provoca efeitos duradouros, que podem comprometer o desenvolvimento da autonomia e da saúde mental das crianças.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da adultização na infância sob a perspectiva psicológica, abordando suas causas, expressões e consequências para o desenvolvimento infantil. Busca-se discutir como os meios de comunicação e as dinâmicas familiares influenciam a antecipação de papéis adultos e quais os reflexos disso para a formação emocional e social das novas gerações.

A pesquisa justifica-se pela relevância social e teórica do tema, uma vez que compreender os efeitos da adultização é fundamental para promover práticas educativas e preventivas que assegurem o direito à infância e o pleno desenvolvimento psicológico das crianças.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como uma leitura interdisciplinar, construída a partir da análise de artigos científicos que abordam o fenômeno da adultização infantil em diferentes contextos psicológicos e socioculturais. Trata-se de uma revisão narrativa e interpretativa, cujo objetivo é compreender as causas, manifestações e consequências desse processo na contemporaneidade.

Foram utilizados como descritores os termos "adultização infantil", "infância contemporânea", "mídias sociais e infância", "erotização precoce" e "desenvolvimento emocional". A busca dos materiais foi realizada em bases acadêmicas de acesso público, priorizando textos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis em português e com relevância científica para a área da Psicologia.

Os critérios de inclusão consideraram artigos que discutissem a influência das mídias digitais, da cultura de consumo e das relações sociais na construção da subjetividade infantil. Foram excluídos textos sem respaldo teórico ou de caráter meramente opinativo. A amostra final de leitura foi composta pelos artigos de Bonilha et al. (2025), Ferreira et al. (2021) e Sampaio et al. (2022), que analisam a adultização sob distintas perspectivas da Psicologia e da Educação.

De acordo com Dorsa (2020), a leitura interdisciplinar favorece a articulação entre diferentes áreas do saber, possibilitando interpretações mais amplas e críticas sobre fenômenos humanos complexos. Assim, os dados foram analisados qualitativamente, por meio de leitura reflexiva e comparativa, buscando convergências e contrastes teóricos entre os autores, com rigor ético e respeito às normas de citação acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CONSTRUÇÃO PSICOLÓGICA DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A infância, que deveria ser vivida em plenitude e espontaneidade, vem sendo atravessada por um processo de antecipação de responsabilidades e comportamentos adultos. Ferreira et al. (2021, p. 12) afirmam que "a contemporaneidade vem transformando a forma como as crianças escolhem e se expressam", o que revela a perda gradual da essência lúdica e emocional da infância. Esse deslocamento simbólico faz com que a criança seja pressionada a assumir papéis que não correspondem à sua etapa de desenvolvimento.

No campo psicológico, tal fenômeno provoca desequilíbrios na formação da identidade e nas competências socioemocionais. Bonilha et al. (2025, p. 15) analisam que a adultização precoce gera "ansiedade, insegurança e baixa autoestima em crianças submetidas a modelos de comportamento inatingíveis". Esse tipo de exigência emocional ultrapassa as capacidades cognitivas infantis e distorce a percepção de si e do outro.

O avanço das tecnologias e a cultura digital reforçam esse processo. Sampaio et al. (2022, p. 18) apontam que as mídias sociais "incentivam a reprodução de comportamentos adultos e sexualizados em idades precoces", criando padrões que interferem na construção da subjetividade infantil. Essa dinâmica reduz o espaço da imaginação e do brincar, que são pilares do amadurecimento emocional.

Ferreira et al. (2021, p. 18) destacam que a infância contemporânea é marcada por "um conflito constante entre o tempo biológico e o tempo social", no qual a criança é induzida a crescer antes da hora. A sobrecarga emocional resultante desse processo afeta o bem-estar psicológico e a capacidade de lidar com frustrações cotidianas.

Diante desse cenário, torna-se essencial resgatar o valor simbólico da infância e reconhecer a criança como sujeito em formação. Bonilha et al. (2025, p. 16) defendem que "é preciso garantir à criança o direito de ser criança", oferecendo ambientes educativos e familiares que promovam o equilíbrio emocional e o desenvolvimento integral.

A MÍDIA E A CULTURA DA EXPOSIÇÃO COMO FERRAMENTAS DE ADULTIZAÇÃO

O papel das mídias digitais na formação infantil é determinante para compreender o avanço da adultização. Sampaio et al. (2022, p. 14) afirmam que "as redes sociais exercem forte influência na erotização precoce e na perda da inocência infantil", tornando a exposição um fator central da identidade das novas gerações. A cultura da visibilidade substitui o brincar pela performance, afastando as crianças de vivências genuínas.

Bonilha et al. (2025, p. 22) ressaltam que o ambiente digital estimula "a busca por validação social e reconhecimento por meio da aparência", o que compromete a autoestima e o senso de pertencimento infantil. Essa exposição precoce altera a forma como as crianças se percebem e se relacionam, levando-as a imitar comportamentos adultos como forma de aceitação.

Ferreira et al. (2021, p. 16) observam que a infância passou a ser "negociada entre o real e o virtual", o que gera uma sobreposição entre o espaço do brincar e o espaço da imagem pública.

Esse conflito interfere na formação da identidade e favorece o surgimento de comparações constantes, um dos gatilhos de sofrimento psicológico em idades precoces.

As consequências dessa dinâmica são perceptíveis na vida cotidiana e familiar. Sampaio et al. (2022) destacam que a influência midiática "não atinge apenas as crianças, mas também os adultos que reforçam o ciclo da exposição", criando um ambiente de validação contínua. A reprodução inconsciente desses padrões normaliza a adultização.

Bonilha et al. (2025, p. 19) sugerem que a Psicologia tem papel essencial em "promover a alfabetização emocional e crítica diante das mídias", ajudando crianças e famílias a compreender os limites entre realidade e representação. Assim, é possível restaurar o equilíbrio entre a vida digital e o desenvolvimento saudável da infância.

AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE

A adultização precoce repercute profundamente na saúde mental infantil. Bonilha et al. (2025, p. 25) apontam que "a exposição a estímulos adultos interfere na regulação emocional e no equilíbrio afetivo", podendo gerar sintomas de ansiedade e insatisfação. A infância deixa de ser um período de aprendizado emocional para se tornar um espaço de cobrança e autocontrole.

Ferreira et al. (2021, p. 22) analisam que, ao serem induzidas a agir como adultos, as crianças "perdem oportunidades essenciais de desenvolver empatia e autonomia emocional". A ausência do brincar simbólico e da liberdade imaginativa compromete o amadurecimento psíquico e favorece o surgimento de comportamentos rígidos e defensivos.

Os impactos também se manifestam na convivência social e escolar. Sampaio et al. (2022, p. 16) observam que "crianças adultizadas demonstram comportamentos competitivos e resistência à autoridade", refletindo a internalização precoce de papéis que não condizem com sua idade. Esse descompasso prejudica as interações interpessoais e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

No âmbito clínico, Bonilha et al. (2025) destacam que o excesso de responsabilidades e pressões estéticas pode "gerar sentimento de culpa e fracasso precoce", levando ao sofrimento psíquico e à dificuldade de aceitação. O acompanhamento psicológico torna-se essencial para auxiliar a criança a reconstruir sua autoimagem e reencontrar o sentido de pertencimento.

Ferreira et al. (2021, p. 18) concluem que "reconhecer e combater a adultização é preservar o direito à infância como etapa indispensável do desenvolvimento humano". A Psicologia deve atuar na promoção de espaços de escuta, acolhimento e liberdade simbólica, para que a criança possa crescer de forma emocionalmente saudável e socialmente integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida possibilitou compreender que a adultização infantil é um fenômeno multifatorial, com raízes sociais, culturais e psicológicas, que interfere diretamente na formação emocional das crianças. A leitura interdisciplinar dos artigos evidenciou que o avanço das tecnologias, a influência das mídias digitais e as pressões estéticas e comportamentais da

sociedade atual têm reduzido o tempo e o espaço da infância, transformando-a em uma fase marcada por exigências incompatíveis com o desenvolvimento infantil.

O estudo permitiu observar que a antecipação de papéis adultos provoca desequilíbrios emocionais e dificuldades na construção da identidade, afetando a autoestima, as relações sociais e o desempenho escolar. A adultização precoce rompe com o ritmo natural do amadurecimento psíquico, levando a sentimentos de inadequação e ansiedade. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas, práticas educativas e familiares que valorizem o brincar, a escuta e o acolhimento como formas de proteção emocional.

A reflexão proposta mostrou que o fenômeno não deve ser tratado apenas como consequência do uso das mídias ou da cultura de consumo, mas como um reflexo das transformações sociais que redefinem os papéis da infância. É necessário que a Psicologia, em diálogo com a Educação e outras áreas, atue na construção de estratégias de prevenção e orientação que favoreçam o desenvolvimento saudável das crianças.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi baseada em uma leitura interpretativa de artigos científicos, sem coleta de dados empíricos. Contudo, a análise teórica possibilitou um panorama abrangente e crítico sobre o tema, permitindo identificar convergências entre os autores e lacunas que podem ser exploradas em estudos futuros.

Recomenda-se a continuidade de pesquisas que abordem a adultização sob a perspectiva clínica e social, com foco nas práticas educativas, nas relações familiares e nas influências digitais. O fortalecimento de políticas e ações voltadas à preservação da infância é essencial para garantir que essa etapa da vida seja vivida com plenitude, liberdade e proteção emocional.

REFERÊNCIAS

BONILHA, Giulia Casagrande *et al.* Adultização Precoce: Revisão Narrativa Crítica De Um Fenômeno Multifatorial Na Infância E Adolescência. ARACÊ , [S. l.], v. 7, n. 10, p. e8774, 2025. DOI: 10.56238/arev7n10-066. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8774. Acesso em: 26 out. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 09 set. 2025.

FERREIRA, Hugo Monteiro; FERREIRA, Fernando Ilídio; MELO, Bruno Cézar de Farias. A adultização infantil na contemporaneidade: as escolhas das crianças. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 8, n. 68, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7040. Acesso em: 26 out. 2025.

SAMPAIO, Evillyn Oliveira, *et al.* INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE EROTIZAÇÃO INFANTIL: FATOR DETERMINANTE PARA UM PROCESSO PRECOCE DA ADULTIZAÇÃO?. Revista Eletrônica da Estácio Recife, [S. l.], v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/665. Acesso em: 26 out. 2025.

AS ABORDAGENS GESTÁLTICA, HUMANISTA E EXISTENCIAL NA PSICOTERAPIA CONTEMPORÂNEA: CONVERGÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES CLÍNICAS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Ana Karolynne Marques Rodrigues
Gabriela Denardi Cuhn
Patricia Morais Maiberg
Weslley da Costa Nascimento
Clayton Luiz Zanella

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais técnicas e fundamentos teóricos das abordagens Gestáltica, Humanista e Existencial na psicoterapia, destacando suas contribuições para a compreensão do sofrimento humano e o desenvolvimento pessoal. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram consultados artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em bases como Scielo e PePsic. As três abordagens, embora distintas em suas origens teóricas, compartilham a valorização da experiência vivida, da autenticidade e da relação dialógica como pilares do processo terapêutico. Observou-se que tanto a Gestalt-terapia quanto a Psicologia Humanista e a Existencial favorecem o autoconhecimento e o fortalecimento da autonomia do indivíduo, promovendo um espaço de acolhimento e transformação subjetiva. Conclui-se que a prática clínica nessas perspectivas propõe uma visão integrada do ser humano, centrada na liberdade, na responsabilidade e na busca de sentido.

Palavras-chave: Psicoterapia; Gestalt-terapia; Humanismo; Existencialismo; Clínica fenomenológica.

INTRODUÇÃO

A psicoterapia ocupa um papel central no campo da Psicologia, configurando-se como uma prática voltada à compreensão e ao cuidado do sofrimento humano. As abordagens Gestáltica, Humanista e Existencial se destacam por proporem uma visão integral do sujeito, na qual a experiência vivida e o diálogo genuíno são instrumentos de transformação. Diferentemente de modelos clínicos mais diretivos ou normativos, essas perspectivas enfatizam a autenticidade da relação terapêutica, o reconhecimento das emoções e o exercício da liberdade como caminhos para o autoconhecimento.

A escolha por estudar essas três abordagens decorre de sua relevância histórica e contemporânea, uma vez que elas resgatam a dimensão ética e humanizada do encontro terapêutico. A prática clínica fundamentada nesses referenciais não busca apenas a redução de sintomas, mas a ampliação da consciência e a construção de sentido diante das experiências existenciais. Como apontam Schievano e Goto (2024), o terapeuta humanista-fenomenológico

atua como facilitador do processo de autodescoberta, sustentando um espaço de escuta empática, congruência e aceitação incondicional.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender as contribuições das psicoterapias Gestáltica, Humanista e Existencial, explorando seus fundamentos teóricos, suas técnicas e o papel da relação terapêutica no processo de desenvolvimento pessoal. A reflexão proposta busca evidenciar como essas abordagens, mesmo distintas, convergem na valorização da subjetividade e da experiência, reafirmando a importância da psicologia clínica enquanto prática de encontro e de construção de sentido.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, onde foram selecionados artigos dos últimos 5 anos (2020 a 2025). Para a escolha dos artigos, foram utilizadas algumas plataformas como: Scielo e PePsic.

Em cada plataforma, foram utilizados os seguintes descritores: "Psicoterapia", "Gestalt-terapia", "Humanismo", "Existencial", "Abordagem Fenomenológica", "Psicologia Clínica" e "Técnica Terapêutica", entre o período de 13 a 17 de outubro de 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicoterapia, em suas diversas abordagens, busca compreender e intervir sobre o sofrimento humano a partir de referenciais teóricos e metodológicos específicos. No campo da clínica fenomenológica, destacam-se as abordagens Gestáltica, Humanista e Existencial, que, embora distintas em suas origens, compartilham a valorização da experiência vivida, da autenticidade e da relação dialógica como principais instrumentos terapêuticos (Schievano & Goto, 2024).

A Gestalt-terapia, desenvolvida por Fritz Perls e colaboradores, entende o ser humano como um organismo em constante relação com o meio. Sua prática clínica enfatiza o "aqui e agora" e a ampliação da consciência do cliente sobre suas próprias experiências. Entre as principais técnicas utilizadas estão o experimento gestáltico, a cadeira vazia e a self-box, que possibilitam a expressão de polaridades internas, o contato com emoções reprimidas e a integração de aspectos fragmentados da personalidade (Lima, 2022; Nufen, 2023).

Essas estratégias permitem que o cliente vivencie situações significativas de forma segura, promovendo awareness e autorregulação. Conforme Lima (2022), o uso de técnicas gestálticas em contextos hospitalares têm se mostrado eficaz na promoção do autocuidado e no fortalecimento da relação terapêutica, ressaltando a importância da presença e da empatia como atitudes fundamentais do psicólogo clínico.

A Psicologia Humanista, influenciada pelos trabalhos de Carl Rogers, coloca o foco na pessoa e em seu potencial de crescimento. O terapeuta atua como facilitador do processo de autodescoberta, adotando uma postura de empatia, congruência e aceitação incondicional positiva. Segundo Schievano e Goto (2024), as intervenções humanistas privilegiam a escuta ativa, o diálogo genuíno e o acolhimento das emoções, o que favorece o desenvolvimento da

autonomia e da autoaceitação do cliente. As técnicas, mais do que procedimentos formais, constituem-se em atitudes relacionais que fortalecem o vínculo e criam um espaço terapêutico de confiança e autenticidade.

Já a Psicoterapia Existencial tem como foco a compreensão da existência humana em suas dimensões fundamentais, liberdade, responsabilidade, finitude, solidão e sentido. O terapeuta auxilia o cliente a reconhecer seus dilemas existenciais e a ressignificar suas experiências de sofrimento. A abordagem valoriza o diálogo filosófico e a reflexão sobre o sentido da vida, integrando técnicas de análise fenomenológica e reconstrução narrativa (Barcelos de Oliveira et al., 2024; Revista PFC, 2024). Estudos recentes evidenciam que a prática existencial tem se mostrado relevante no enfrentamento de crises de sentido, promovendo maior integração entre o vivido e o desejado.

As três abordagens, ainda que distintas em ênfase teórica, convergem na valorização da subjetividade e na centralidade da relação terapêutica como elemento transformador. Tanto na Gestalt quanto no Humanismo e no Existencialismo, a técnica se manifesta na atitude do terapeuta diante do outro, no modo como acolhe, escuta e possibilita novas formas de ser e estar no mundo. Assim, compreender as técnicas utilizadas nessas psicoterapias é compreender, sobretudo, uma forma ética e sensível de encontro humano, que se orienta pela experiência, pela liberdade e pela busca de sentido.

Este estudo aprofundou a análise das abordagens Gestáltica, Humanista e Existencial na psicoterapia, ressaltando suas contribuições valiosas para a compreensão do sofrimento humano e o desenvolvimento pessoal. Embora apresentem distinções teóricas e metodológicas, as três abordagens compartilham um alicerce fundamental: a valorização da experiência subjetiva e de uma relação terapêutica autêntica. A Gestalt-terapia, com seu foco no presente ("aqui e agora") e em técnicas experienciais como a cadeira vazia e a self-box, demonstra sua capacidade de promover a consciência e o processamento de vivências reprimidas, sendo particularmente eficaz em ambientes hospitalares (Lima, 2022; Nufen, 2023).

A Psicologia Humanista, notavelmente representada por Carl Rogers, continua a sublinhar a importância da empatia, congruência e aceitação incondicional, criando um ambiente terapêutico que incentiva o cliente a desenvolver sua autonomia e autoaceitação (Schievano; Goto, 2024). Por sua vez, a Psicoterapia Existencial, ao se concentrar em questões fundamentais como a liberdade e o sentido da vida, revela-se crucial para a superação de crises de significado e para a conciliação entre a experiência vivida e a desejada. Apesar das técnicas e ênfases distintas, todas as abordagens convergem para um ponto central: a primazia da relação terapêutica como um espaço propício à transformação e à autodescoberta. As técnicas terapêuticas, portanto, não são meras ferramentas, mas sim uma extensão da postura do terapeuta, caracterizada pela empatia, acolhimento e facilitação do processo de autoconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente mencionar que esta pesquisa, embora relevante, possui limitações. A seleção restrita de artigos de um período específico e a exclusão de fontes de outras bases de dados são exemplos que poderiam ter enriquecido a análise. Adicionalmente, a aplicação dessas abordagens em contextos clínicos específicos, como no tratamento de transtornos mais complexos, pode demandar adaptações técnicas ou até mesmo a integração com outras linhas terapêuticas.

Em perspectivas futuras, estudos que combinem essas abordagens com outras correntes psicoterapêuticas, como as terapias cognitivas e comportamentais, poderiam oferecer um panorama mais abrangente sobre as possibilidades de intervenção. Pesquisas longitudinais, explorando a efetividade dessas psicoterapias em diversas faixas etárias ou contextos culturais, também poderiam gerar insights valiosos sobre sua aplicabilidade universal ou específica.

Em suma, reforça-se a importância de uma prática clínica humanizada, que, para além do tratamento de sintomas, vise a compreensão integral do indivíduo e o auxílio na construção de seu próprio caminho de transformação e busca por sentido.

REFERÊNCIAS

BARCELOS DE OLIVEIRA, D. C. et al. **O Tratamento Psicoterápico Fenomenológico em Pacientes Psicossomáticos**: Uma Revisão Integrativa. ID on Line. Revista de Psicologia, v. 18, n. 70, p. 1–12, 2024. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3934.

LIMA, N. C. F. de. **Práticas da Gestalt-Terapia no Contexto Hospitalar**: revisão sistemática de literatura. Revista Científica Gênero na Amazônia, v. 5, n. 9, p. 30–47, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13463.

NUFEN. **Gestalt-terapia e luto**: uso da self-box como experimento no trabalho clínico com enlutados. Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity, v. 15, n. 1, p. 89–105, 2023. Disponível em: https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/24820.

REVISTA PFC. Adaptação de um modelo de formulação de caso clínico para as psicoterapias existenciais. **Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 117–132, 2024. Disponível em: https://www.revistapfc.com.br/rpfc/article/view/1151.

SCHIEVANO, A. R.; GOTO, T. A. A psicoterapia humanista, fenomenológica e existencial: Revisão sistemática qualitativa da literatura. **Revista Subjetividades**, v. 24, n. 1, p. 45–62, 2024. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/14159

A COMPLEXIDADE DA NATUREZA DO EXISTIR: CONTRIBUIÇÕES DO EXISTENCIALISMO PARA O SER PSICÓLOGO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Gustavo Zir
Maria Eduarda Favarin
Leonardo Batista Pinheiro
Railsson Camargo Furtado da Silva
Clayton Luiz Zanella

Resumo – O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições do pensamento existencialista para a compreensão do ser humano e para a constituição do ser psicólogo. A partir de uma reflexão teórico-filosófica, busca-se compreender como a complexidade da existência, marcada pela liberdade, pela angústia, pela finitude e pela responsabilidade, oferece fundamentos para uma prática psicológica mais autêntica, ética e consciente da singularidade do sujeito. Discute-se, ainda, como a perspectiva existencialista desafia o psicólogo a posicionar-se não apenas como técnico do comportamento, mas como um ser humano em relação com outro ser humano, reconhecendo a dimensão ontológica da escuta e do cuidado. Conclui-se que a abordagem existencial amplia a compreensão do fenômeno psicológico, favorecendo uma prática reflexiva, ética e comprometida com o sentido do existir, na qual o psicólogo se reconhece como ser-no-mundo em relação ao outro.

Palavras-chave: Existencialismo. Psicologia. Profissão. Sentido.

INTRODUÇÃO

Compreender o existir humano é um desafio que atravessa a história da filosofia e da psicologia. O ser humano, em sua totalidade, é marcado por ambiguidades, escolhas e pela incessante busca de sentido em meio à imprevisibilidade da vida. Essa complexidade, inerente ao existir, convoca o psicólogo a adotar uma postura que vá além da técnica, uma atitude ética e ontológica, pautada na escuta e na presença genuína diante do outro.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, é atravessada por múltiplos paradigmas que procuram explicar o comportamento humano. No entanto, todos podem se beneficiar das construções do pensamento existencialista, que oferece um modo de ver o sujeito em sua singularidade, liberdade e responsabilidade. O existencialismo, mais do que uma corrente filosófica, configura-se como uma atitude diante da vida, uma forma de compreender o ser humano como um ser que se constitui em relação ao mundo, aos outros e a si mesmo.

Este artigo propõe refletir sobre as contribuições do existencialismo para a prática do psicólogo, destacando a importância da fenomenologia como fundamento epistemológico e a

compreensão do ser como ser-no-mundo. A partir dessa perspectiva, busca-se evidenciar como o olhar existencial pode ampliar a compreensão das experiências humanas e fortalecer o vínculo terapêutico, resgatando a dimensão ética, dialógica e de sentido que sustenta a prática psicológica em diferentes contextos de atuação.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em uma abordagem interdisciplinar que integra os campos da filosofia, da psicologia e das ciências humanas. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 157), é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Assim, este estudo adota o método reflexivo como meio para compreender os fundamentos existenciais e suas implicações na prática psicológica contemporânea.

Complementarmente, Santos (2001) define a pesquisa científica como uma atividade racional gerada a partir do conhecimento científico e conduzida de modo intencional, buscando responder aos comportamentos e atitudes dos seres humanos com o objetivo de moldar a realidade. Nessa perspectiva, o pesquisador assume uma postura ativa diante do fenômeno investigado, aproximando-se dele com o intuito de compreendê-lo em sua complexidade.

De acordo com Braucks et al. (2025), a pesquisa bibliográfica ultrapassa o mero levantamento de dados, configurando-se como uma metodologia essencial para a formulação de novas investigações, desde que conduzida com rigor metodológico. Os autores destacam ainda que a divulgação desse conhecimento, especialmente mediante o uso de recursos tecnológicos, contribui para o aprimoramento e a confiabilidade dos estudos científicos.

Dessa forma, o presente trabalho fundamenta-se na revisão e análise crítica de obras clássicas e contemporâneas relacionadas à fenomenologia, ao existencialismo e às contribuições dessas correntes para a Psicologia. A partir desse levantamento, buscou-se realizar uma leitura integradora capaz de articular pressupostos filosóficos e implicações práticas, identificando as formas pelas quais o pensamento existencialista pode sustentar uma atuação psicológica mais ética, reflexiva e comprometida com o sentido do existir humano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão do existir humano, conforme propõe a tradição fenomenológica, inicia-se com o resgate da subjetividade como núcleo da experiência. Segundo Holanda (1997), a Fenomenologia representa um marco na história da Filosofia, podendo ser comparada a autênticas revoluções paradigmáticas como a socrática, a cartesiana e a kantiana. Sua penetração na Psicologia, conforme destaca o autor, é fundamental para se entender a totalidade da relação psicoterapêutica e da psicopatologia. Essa base fenomenológica é o ponto de partida que permite ao psicólogo compreender o sujeito não como um objeto de estudo, mas como um ser de significações.

Ainda segundo Holanda (1997), a importância da fenomenologia se caracteriza pelo resgate da subjetividade na Filosofia e nas demais ciências humanas. Essa ênfase na experiência

vivida e na descrição do fenômeno tal como ele se apresenta à consciência foi o que possibilitou o surgimento das abordagens existenciais, que ampliaram a compreensão da condição humana para além do método científico tradicional.

A partir desse solo fenomenológico, o existencialismo emerge como uma filosofia que coloca o ser humano diante de sua liberdade e responsabilidade. Como afirmam Laing e Cooper (1982), a filosofia existencialista possibilita a compreensão do homem enquanto liberdade, sujeito de sua ação, de sua história. Essa compreensão se opõe à visão determinista e reducionista do homem como objeto, reconhecendo-o como um ser em constante construção de si mesmo.

O pensamento existencialista influenciou diretamente a Psicologia Humanista, cujas bases teóricas e éticas aproximam-se da fenomenologia e do existencialismo. Misiak e Sexton (apud Gomes, Holanda & Gauer, 2004) apontaram a dificuldade de definir a Psicologia Humanista de modo conclusivo, justamente por não se tratar de uma teoria unificada, mas de um movimento que valoriza a singularidade da experiência humana. Nesse sentido, Shaffer (1978) sintetiza as convergências desse movimento em cinco princípios: a valorização da experiência consciente, a visão de totalidade do ser, o reconhecimento da liberdade e da autonomia humanas, a adoção de uma metodologia antirreducionista e uma ética baseada na abertura à experiência e na redefinição do sentido de vida.

Essas concepções aproximam o psicólogo de uma prática reflexiva e ética, centrada na relação autêntica com o outro. Como destacam Gomes, Holanda e Gauer (2004), o humanismo não é uma teoria, não é um método, não é uma filosofia, e nem é uma psicologia. É um movimento implícito na historicidade das ideias e pode estar na base da busca individual por mudança de sentido de vida, ou na mobilização de grandes massas por justiça e reformas sociais. Assim, a dimensão existencial e humanista da Psicologia torna-se um instrumento de transformação, tanto individual quanto coletiva, reforçando a noção de que o psicólogo atua como um facilitador do encontro do sujeito consigo mesmo e com o mundo.

A partir dessas bases conceituais, torna-se possível compreender que as contribuições do existencialismo não se limitam ao campo da filosofia ou da reflexão teórica, mas se estendem à prática concreta do psicólogo em diversos contextos de atuação. A concepção de ser humano como um ente em constante construção de sentido e em relação com o mundo oferece subsídios para uma prática psicológica mais sensível, ética e contextualizada.

No campo clínico, a abordagem existencial tem se mostrado relevante na atenção à saúde por privilegiar a reflexividade como forma de construção de sentido. Conforme Pretto, Langaro e Santos (2009), é através da reflexão que o sujeito estabelece um entendimento de como age, pensa e sente, e essa inteligibilidade é construída na relação com os outros e com os valores da sociedade. O psicólogo, portanto, atua como mediador desse processo de significação, ajudando o indivíduo a reconhecer sua liberdade e responsabilidade diante da própria existência.

Já no contexto organizacional, o pensamento existencial também oferece contribuições importantes. Hoffman (2010) propõe uma analogia entre indivíduos e organizações, sugerindo que estas funcionam como seres vivos em busca de sentido. O autor afirma que a força motriz mais fundamental das organizações humanas não é o poder, o prazer ou o lucro, mas a criação e a prática do significado. Assim, o psicólogo organizacional pode adotar uma postura

existencialista ao compreender as instituições como sistemas humanos que também vivenciam crises, dilemas e possibilidades de transformação.

No contexto escolar, a psicoterapia fenomenológico-existencial também se mostra aplicável e relevante, especialmente no trabalho com crianças. Geremias et al. (2020) ressaltam que, nesse caso, o método de intervenção adquire outra complexidade, pois a criança se lança para as situações que vivencia de maneira espontânea, que para a teoria fenomenológica existencialista é a condição primeira da apropriação do mundo. Essa espontaneidade, característica da infância, expressa uma forma autêntica de ser-no-mundo, ainda não mediada por construções reflexivas maduras.

Conforme destacam Samille et al. (2020), até que tenha um número suficiente de experiências que a possibilite colocar-se em questão, a criança fica impedida de ter uma postura crítica acerca do seu ser no mundo, dos seus direitos e responsabilidades. Esse entendimento contribui para que o psicólogo escolar reconheça o processo de desenvolvimento da consciência e da liberdade como um vir-a-ser, respeitando o modo singular de cada criança experienciar e significar o mundo que a cerca.

Dessa forma, se torna natural perceber que o existencialismo oferece ao psicólogo uma compreensão ampliada do ser humano em múltiplos contextos da profissão, oferecendo uma perspectiva ampliada de análise de um ser de sentido, capaz de transcender condicionamentos e participar ativamente da construção de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a complexidade da natureza do existir humano revela que a prática psicológica não pode se restringir à aplicação de técnicas ou teorias isoladas. O psicólogo, enquanto ser que também existe e se constrói no encontro com o outro, necessita reconhecer-se como parte do processo terapêutico e social que conduz. As contribuições do existencialismo, amparadas na fenomenologia, permitem resgatar a dimensão ética e ontológica da Psicologia, colocando o ser humano no centro de sua própria experiência.

Com base nas ideias apresentadas, evidencia-se que o existencialismo oferece ao psicólogo um horizonte de sentido que transcende o reducionismo técnico e o aproxima de uma postura mais autêntica, empática e comprometida com a liberdade e o desenvolvimento humano. Compreender a Psicologia sob a ótica existencial é reconhecer que o psicólogo não apenas interpreta o comportamento, mas participa da experiência, é também um ser-no-mundo que, ao escutar o outro, escuta a si mesmo e se transforma nesse processo.

Em síntese, pensar o ser humano sob a perspectiva existencial é reafirmar que a tarefa da Psicologia não é apenas compreender o que o homem faz, mas o que ele é: um ser que, em sua finitude e liberdade, busca incessantemente construir significado para o próprio existir.

REFERÊNCIAS

BRAUCKS, J. B.; AZEVEDO, G. P.; NEUBAUER, V. S.; ECKERT, N. H. **Pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa científica.** RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 11, 2025.

GEREMIAS, M. P.; DE SOUZA, S. R. D. B.; PORTELA, W. F.; DOS SANTOS, L. J. P.; PEREIRA, P. M. B. **A psicoterapia fenomenológico-existencialista e sua aplicabilidade em crianças**. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 4, p. 10689-10695, 2020.

GOMES, W. B.; HOLANDA, A. F.; GAUER, G. Psicologia humanista no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (orgs.). **História da psicologia no Brasil do século XX**. São Paulo: EPU, 2004.

HOFFMAN, J. **An organization's search for meaning:** A humanistic and existential theory of organizational identity and voice. Journal of Psychological Issues in Organizational Culture, v. 1, n. 2, p. 40–60, 2010. DOI: 10.1002/jpoc.20019.

HOLANDA, A. F. **Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 14, p. 33-46, 1997.

LAING, R. D.; COOPER, D. Razão e violência: uma década da filosofia de Sartre (1950-1960). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PRETTO, Z.; LANGARO, F.; SANTOS, G. B. **Psicologia clínica na atenção básica: um relato de atuação**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 29, n. 2, p. 394-405, 2009.

SAMILLE, L.; LOBATO, A. P. et al. **Experience in voluntary extracurricular internship through a Family Health Strategy in the city of Baião, state of Pará:** experience report. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 7676-7680, jul./ago. 2020.

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SHAFFER, J. **Humanistic psychology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1978.

ENTRE O LIKE E A AUTOCRÍTICA: COMO A CULTURA DA COMPARAÇÃO MINA O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – O uso intensivo das redes sociais tem influenciado significativamente a percepção que os indivíduos desenvolvem sobre si e sobre os outros, destacando a comparação social como elemento central nesse processo. Este estudo teve como objetivo analisar como a cultura digital da comparação afeta o bem-estar psicológico, especialmente no que se refere à autoestima, autocrítica e construção da identidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão de literatura interdisciplinar, com seleção de artigos publicados nos últimos cinco anos que abordam os impactos psicossociais relacionados ao consumo de conteúdo idealizado nas plataformas digitais. Os resultados demonstraram que a visualização constante de vidas editadas gera sentimentos de inadequação e insatisfação pessoal, favorecendo baixa autoestima, insegurança e padrões de perfeccionismo. Verificou-se ainda a intensificação da dependência de validação externa, autocrítica elevada e fragilidade emocional, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos. Conclui-se que a comparação social digital constitui fator relevante para o sofrimento psíquico contemporâneo e demanda ações preventivas voltadas ao uso consciente das redes sociais, ao desenvolvimento de autocompaixão e ao fortalecimento da saúde emocional em ambientes online e offline.

Palavras-chave: saúde mental digital; comparação social; autocrítica; autoestima; redes sociais.

INTRODUÇÃO

A expansão das redes sociais redefiniu a forma como indivíduos se percebem e se relacionam, inserindo a validação digital como elemento central na construção da autoimagem. Nesse contexto, curtidas, comentários e seguidores passaram a simbolizar valor pessoal e pertencimento, criando um ambiente em que a comparação social se intensifica e o bem-estar psicológico pode ser comprometido. De acordo com Andrade e Alves (2024, p. 4), "a exposição prolongada a conteúdos idealizados pode afetar a autoestima e gerar sentimentos de insuficiência", evidenciando a influência da vida editada apresentada nas plataformas.

A comparação social, embora natural ao desenvolvimento humano, assume caráter amplificado na esfera digital, especialmente entre jovens que buscam aprovação e reconhecimento. A constante exposição a padrões perfeitos de corpo, felicidade e sucesso

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

contribui para insegurança, ansiedade e autodepreciação. Matos e Godinho (2024) apontam que o uso excessivo das redes está associado ao aumento do sofrimento emocional e à distorção na percepção sobre si, indicando riscos psicossociais significativos nesse formato de interação.

A lógica da performance digital sustenta comportamentos perfeccionistas, reforça a autocrítica e estimula a dependência da validação externa, favorecendo sentimentos de inadequação e inferioridade. Conforme afirmam Santos, Silva e Lima (2024, p. 41), "a busca por aceitação social mediada por métricas digitais intensifica o perfeccionismo e a autocrítica", o que evidencia um mecanismo prejudicial de comparação e autoavaliação rígida. Assim, o mito da felicidade constante reforçado nas redes contribui para frustrações emocionais e fragiliza o equilíbrio psíquico.

Diante desse cenário, torna-se essencial analisar como a cultura da comparação nas redes sociais interfere na saúde mental e no processo de construção identitária contemporânea. A fundamentação teórica atualizada é indispensável para compreender este fenômeno de forma consistente. Nesse sentido, Andrade e Alves (2020, p. 10) ressalta que "a revisão da literatura permite situar o estudo no estado da arte e garantir rigor científico". O objetivo deste estudo consiste em investigar como a comparação digital compromete o bem-estar psicológico, enfatizando seus efeitos sobre a autoestima, a autocrítica e o desenvolvimento emocional.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho consiste em uma leitura interdisciplinar com base em revisão de literatura, com abordagem qualitativa interpretativa. O estudo concentrou-se na análise de pesquisas acadêmicas que discutem a relação entre comparação social, uso de redes sociais e bem-estar psicológico, considerando a complexidade emocional e sociocultural envolvida nesse fenômeno.

A busca pelos materiais ocorreu em bases científicas como Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Utilizaram-se descritores como "comparação social", "redes sociais", "saúde mental", "autoestima digital", "autocrítica e comportamento online". Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos publicados nos últimos cinco anos, com acesso integral e pertinência temática. Foram excluídas produções sem rigor científico, textos opinativos e estudos que não abordassem diretamente aspectos psicológicos relacionados à comparação em ambientes digitais.

Os dados foram analisados de forma crítico-interpretativa, articulando conceitos teóricos e evidências empíricas para compreender como a cultura da comparação digital afeta a saúde mental e a construção identitária. Por se tratar de revisão de literatura, não houve necessidade de avaliação por Comitê de Ética em Pesquisa. A justificativa metodológica se alinha ao entendimento de que "a revisão da literatura permite situar o estudo no estado da arte e garantir rigor científico" (Dorsa, 2020, p. 1).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE COMPARAÇÃO SOCIAL E AUTOPERCEPÇÃO

A análise dos estudos revela que a comparação social nas redes se consolidou como um mecanismo constante de avaliação pessoal. A observação de conteúdos editados e situações de sucesso faz com que muitos indivíduos se sintam aquém dos padrões apresentados, criando sensação de inadequação e pressão interna. Andrade e Alves (2024, p. 4) afirmam que "conteúdos idealizados podem gerar insuficiência emocional" e reforçar fragilidades subjetivas.

Esses resultados indicam que o indivíduo tende a comparar sua vida real com recortes idealizados da vida alheia, criando um referencial emocional assimétrico. Esse processo favorece frustração, autocrítica e desvalorização pessoal, especialmente quando os resultados esperados não se concretizam na vida cotidiana. O efeito emocional dessa dinâmica se mostra mais intenso em usuários jovens, devido ao processo de formação identitária e necessidade de aceitação social.

Matos e Godinho (2024) apontam que o uso prolongado das redes está associado ao aumento de ansiedade, sensação de fracasso e comparação constante com modelos inalcançáveis. Isso confirma que a exposição contínua a padrões de sucesso e felicidade digital influencia a percepção de competência e valor pessoal. Em muitos casos, o usuário passa a organizar seu comportamento para atender expectativas externas e não internas.

O impacto emocional também emerge quando o sujeito percebe discrepância entre sua rotina e os momentos extraordinários exibidos nas redes. Essa diferença tende a reduzir a capacidade de reconhecer conquistas próprias e validar experiências pessoais. Em vez de construir autoestima baseada em vivências autênticas, o indivíduo passa a buscar alinhamento com padrões sociais artificiais.

Os resultados demonstram que a comparação social nas plataformas digitais afeta a autopercepção e contribui para insegurança emocional, baixa autoestima e sentimento de insuficiência. A idealização constante do outro fragiliza o equilíbrio psicológico e estimula uma percepção equivocada da própria realidade.

VALIDAÇÃO EXTERNA, PERFECCIONISMO E AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL

Os estudos analisados apontam que a validação externa se tornou elemento central na experiência emocional mediada pelas redes sociais. O engajamento digital funciona como indicador simbólico de valor, influenciando a autoestima e o humor. Santos, Silva e Lima (2024, p. 41) destacam que "a busca por aceitação social mediada por métricas digitais intensifica o perfeccionismo e a autocrítica", confirmando a ligação entre aprovação virtual e autorreprovação.

A dependência de reconhecimento alheio interfere na capacidade de desenvolver autoconfiança interna, levando usuários a organizar comportamentos e escolhas para atender expectativas externas. Essa dinâmica estimula autocobrança excessiva, padrões rígidos de desempenho e necessidade constante de validação, o que compromete a estabilidade emocional e percepção de autonomia.

Esse comportamento tende a dificultar a autorregulação emocional, pois qualquer

oscilação no retorno digital impacta o estado psicológico do indivíduo. Resulta disso uma vulnerabilidade afetiva, marcada pela instabilidade do humor e dificuldade de lidar com frustrações. A oscilação entre euforia e decepção baseia-se na resposta pública ao conteúdo publicado, e não no valor subjetivo da experiência vivida.

O engajamento digital contínuo promove adaptação de identidade para atender ao que o público deseja, enfraquecendo espontaneidade e autenticidade. O sujeito molda sua imagem para ser aceito e elogiado, reforçando dependência emocional e distanciamento de sua individualidade real. Isso resulta em desgaste psicológico progressivo.

Os dados analisados permitem compreender que a cultura do desempenho e da validação digital intensifica perfeccionismo, autocrítica e instabilidade emocional, ao mesmo tempo em que reduz capacidade de sustentação afetiva interna. Esse processo compromete o desenvolvimento saudável da identidade e enfraquece mecanismos de proteção emocional.

IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS

A revisão indica que o uso intenso das redes sociais, associado à comparação e busca por validação, está relacionado ao aumento de sintomas emocionais negativos. Matos e Godinho (2024) evidenciam relação entre consumo digital excessivo e ansiedade, depressão e sentimentos de solidão. Tal contexto reforça a compreensão de que o ambiente virtual pode desencadear sofrimento psíquico em longo prazo.

Outro ponto relevante se refere ao surgimento de sentimentos de inadequação e baixa autoconfiança devido à exposição constante a padrões inalcançáveis. Andrade e Alves (2024) destacam que a percepção de felicidade idealizada nas redes compromete a satisfação com a própria vida, alimentando insegurança e frustração. Isso confirma o impacto emocional da idealização digital.

Além dos aspectos individuais, há repercussões socioculturais, como enfraquecimento de vínculos afetivos, superficialidade nas relações e aumento de competitividade social. A comparação constante gera um ambiente de tensão emocional, no qual o valor pessoal parece depender de aparência, conquistas e visibilidade pública, e não de autenticidade ou vínculos verdadeiros.

A internalização dessas dinâmicas favorece comportamentos compulsivos relacionados ao uso das redes, reforçando um ciclo de exposição, comparação e frustração. Santos, Silva e Lima (2024) observam que a comparação permanente aumenta sentimentos de insuficiência, contribuindo para fragilidade emocional e dificuldade de desenvolver autocompaixão.

Os resultados confirmam que a cultura da comparação digital exerce efeitos significativos na saúde mental, identificando necessidade de estratégias psicoeducativas e práticas de autocuidado digital. A compreensão desses efeitos amplia possibilidades de intervenção preventiva e de orientação para uso saudável das redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciaram que a comparação social nas redes digitais constitui um fenômeno marcante da contemporaneidade, afetando de forma significativa a construção da identidade e o bem-estar psicológico. O estudo demonstrou que a exposição constante a conteúdos idealizados e ao desempenho emocional midiático gera percepções distorcidas sobre a própria vida, favorecendo sentimentos de insuficiência, insegurança e autocrítica. Observou-se também que a busca por validação externa contribui para fragilidade emocional, dificuldade de autorregulação e desenvolvimento de padrões perfeccionistas rígidos.

Além disso, os resultados apontaram que jovens usuários tendem a ser mais vulneráveis a essas dinâmicas, em razão da etapa de formação identitária e da maior sensibilidade a julgamentos sociais. A internalização de expectativas irreais promovidas pelas plataformas digitais pode desencadear sofrimento psíquico e comprometer o desenvolvimento de autoestima saudável, equilíbrio emocional e autenticidade nas relações.

Como limitação, destaca-se que o estudo se baseou exclusivamente em revisão de literatura, o que restringe a observação direta de comportamentos e manifestações emocionais no cotidiano dos usuários. Pesquisas futuras podem ampliar essa análise por meio de abordagens empíricas, entrevistas e instrumentos psicométricos que aprofundem a compreensão dos efeitos subjetivos e sociais do ambiente digital.

Considera-se que o tema permanece relevante e demanda continuidade investigativa, sobretudo diante da crescente influência das tecnologias digitais na vida social e emocional. Sugere-se o desenvolvimento de estratégias educativas e clínico-preventivas voltadas à promoção de uso consciente das redes, fortalecimento da autoestima e desenvolvimento de competências socioemocionais. Espera-se que esta discussão contribua para fomentar reflexão crítica e incentivar práticas saudáveis no contexto digital contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. P. de; ALVES, N. Conectividade e saúde mental: como as redes sociais influenciam o bem-estar psicológico dos usuários. Revista JRG de Estudos Acadêmicos , Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151301, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1301. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1301. Acesso em: 31 out. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 31 mai. 2025.

MATOS, K. A.; GODINHO, M. O. D. A INFLUÊNCIA DO USO EXCESSIVO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. REVISTA FOCO, [S. l.], v. 17, n. 4, p. e4716, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-035. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4716. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, Carla Daiane Silva; SILVA, Sueli Cândida da; LIMA, Alana Ferreira de. Redes sociais e perfeccionismo: como afetam a saúde mental através da exposição e comparação social. Scire

Salutis, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 36–48, 2024. DOI: 10.6008/CBPC2236-9600.2024.002.0005 . Disponível em: https://sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/view/8439. Acesso em: 31 out. 2025.

COMPORTAMENTO HUMANO EM CRISE: TECNOLOGIA, ISOLAMENTO SOCIAL E NOVAS FORMAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – O presente trabalho discute o impacto das tecnologias digitais e das redes sociais sobre o comportamento humano e o surgimento de novas formas de sofrimento psíquico. O objetivo consistiu em analisar como a Psicologia, enquanto ciência, contribui para compreender e enfrentar os desafios emocionais associados à cultura digital contemporânea, marcada por aceleração informacional, comparação social e fragilidade dos vínculos afetivos. A metodologia adotada foi uma revisão de literatura interpretativa, inserida na modalidade de leituras interdisciplinares, com seleção de produções científicas recentes. Os resultados evidenciaram que o uso excessivo da tecnologia pode intensificar sintomas de ansiedade, insegurança emocional e isolamento subjetivo, especialmente entre jovens. Verificou-se que a Psicologia baseada em evidências oferece ferramentas teóricas e práticas para lidar com tais demandas, destacando a importância da escuta qualificada, da regulação emocional e da promoção do uso consciente das tecnologias. Conclui-se que a era digital apresenta benefícios e riscos, exigindo intervenções alinhadas ao conhecimento científico e sensíveis às transformações sociais em curso. O trabalho reforça a necessidade de ações preventivas, educação emocional e estratégias que favoreçam relações humanas mais seguras e saudáveis em ambientes presenciais e virtuais.

Palavras-chave: saúde mental; tecnologia; redes sociais; comportamento humano; psicologia científica.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vivencia transformações profundas impulsionadas pelo avanço tecnológico e pela digitalização das relações. A interação humana, antes predominantemente presencial, passou a ocorrer de maneira mediada por dispositivos eletrônicos, redes sociais e plataformas digitais, alterando a forma como as pessoas constroem vínculos, processam emoções e organizam suas experiências subjetivas. Esse cenário evidencia novas formas de sofrimento psíquico associadas ao excesso de estímulos, à comparação social constante, ao isolamento emocional e às demandas aceleradas por produtividade e desempenho.

[1]Alunos do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Compreender essas mudanças exige reconhecer o percurso que consolidou a Psicologia enquanto ciência capaz de analisar o comportamento humano com rigor e responsabilidade. Araújo (2021) destaca que a psicologia precisou definir seus objetos e métodos para se afastar de explicações meramente especulativas, constituindo bases científicas que permitem analisar fenômenos subjetivos e sociais de maneira consistente. Essa tradição oferece suporte para interpretar os desafios emocionais emergentes em contextos tecnologicamente mediados.

O crescente impacto das tecnologias sobre a saúde mental impõe a necessidade de práticas fundamentadas em evidências. Rosa e Laport (2021) apontam que a Psicologia baseada em evidências integra conhecimentos científicos, experiência profissional e singularidade da pessoa atendida, favorecendo intervenções eficazes frente às demandas contemporâneas. Tal perspectiva reforça que a atuação psicológica deve responder às novas configurações de sofrimento, evitando generalizações simplistas e interpretações reducionistas.

Mesmo diante das modificações digitais, a dimensão relacional permanece essencial para o cuidado em saúde mental. Stenzel (2021) evidencia a relevância da escuta qualificada, autenticidade e postura acolhedora, elementos historicamente associados à prática clínica e atualmente validados por pesquisas científicas. Esses recursos tornam-se fundamentais em um contexto em que vínculos frágeis, solidão subjetiva e hiperexposição emocional afetam o equilíbrio psíquico.

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo discutir a evolução da Psicologia enquanto ciência e sua contribuição para compreender o comportamento humano na era digital, analisando como as bases científicas, as práticas fundamentadas em evidências e as relações humanas se articulam diante das novas formas de sofrimento psíquico. A proposta busca oferecer uma reflexão interdisciplinar, acessível a diferentes áreas do conhecimento e socialmente relevante, considerando os desafios emocionais e sociais que emergem na cultura digital contemporânea.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma produção da modalidade Leituras Interdisciplinares, desenvolvida por meio de uma revisão de literatura de caráter interpretativo. A pesquisa buscou identificar produções científicas recentes que abordam a evolução da Psicologia enquanto ciência, bem como sua interface com os desafios contemporâneos relacionados ao comportamento humano e à saúde mental em contexto digital.

Foram selecionados artigos publicados em periódicos científicos com acesso público, priorizando textos revisados por pares e alinhados às áreas de Psicologia científica e saúde mental. A busca utilizou descritores como Psicologia científica, sofrimento psíquico contemporâneo, tecnologia e saúde mental, vínculos humanos e práticas baseadas em evidências. Foram incluídos materiais publicados preferencialmente nos últimos anos, considerando relevância teórica e pertinência ao tema.

A análise fundamentou-se na leitura interpretativa e na integração conceitual dos conteúdos, buscando identificar convergências teóricas e contribuições sobre o papel da Psicologia diante das transformações sociais e tecnológicas. Conforme ressalta Dorsa (2020), a

revisão de literatura constitui etapa essencial para organizar o conhecimento produzido, situar o pesquisador no campo teórico e fundamentar argumentações consistentes, promovendo um diálogo crítico com as fontes consultadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

TECNOLOGIA, VULNERABILIDADE EMOCIONAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A expansão das tecnologias digitais transformou o cotidiano, oferecendo acesso rápido à informação e criando novos espaços de interação social. Entretanto, o uso excessivo e não crítico das redes tem demonstrado impactos significativos sobre a saúde mental, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens adultos, que lidam com pressões emocionais e intensa exposição social desde muito cedo. A aceleração informacional e a constante comparação com padrões inalcançáveis favorecem sentimentos de inadequação e ansiedade.

Araújo (2021) destaca que a Psicologia consolidou-se como ciência justamente para compreender fenômenos emocionais e sociais com rigor metodológico, o que se torna fundamental para interpretar o sofrimento atual relacionado ao ambiente digital. A presença constante de estímulos e a cultura de validação por curtidas e comentários intensificam a busca por aceitação externa, muitas vezes em detrimento da construção de uma identidade sólida e autêntica.

A facilidade de acesso a conteúdos inadequados, jogos com mecânicas de reforço, propagandas direcionadas e ambientes virtuais competitivos amplia a exposição a riscos. Crianças e adolescentes encontram desafios que envolvem impulsividade, dependência tecnológica e redução da capacidade de autorregulação emocional. Esse cenário favorece comportamentos compulsivos e dificuldades para lidar com frustrações e críticas.

A vulnerabilidade emocional intensificada pelo ambiente digital se expressa na dificuldade de estabelecer limites, na oscilação entre euforia e desânimo e no surgimento de comportamentos autodestrutivos. A Psicologia científica contribui para compreender que a saúde mental na era tecnológica não depende apenas da ausência de transtornos, mas também da capacidade de desenvolver habilidades emocionais, sociais e de autocuidado.

Os achados sugerem que o sofrimento psíquico contemporâneo é multifatorial, resultando da interseção entre aspectos emocionais, sociais e tecnológicos. A análise indica a necessidade de políticas educacionais e estratégias preventivas que promovam uso consciente da tecnologia e desenvolvimento de competências socioemocionais desde a infância.

PRÁTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E A REALIDADE DIGITAL

Diante dos desafios impostos pelo contexto tecnológico, torna-se fundamental que estratégias de cuidado em saúde mental sejam embasadas em ciência. Rosa e Laport (2021) afirmam que a prática baseada em evidências integra conhecimentos científicos, experiência profissional e singularidade do sujeito. Essa abordagem garante intervenções eficazes frente às demandas emocionais vinculadas ao uso excessivo de redes sociais e dispositivos digitais.

As evidências disponíveis sugerem que o uso intenso de redes sociais pode aumentar sintomas de ansiedade, estresse e depressão, especialmente quando há comparação social frequente ou sentimentos de rejeição. A Psicologia científica, ao considerar esses dados, orienta intervenções que busquem promover autorregulação emocional, fortalecimento da autoestima e manejo saudável das emoções em ambientes digitais.

O ambiente virtual apresenta características que ampliam riscos psicossociais, como hiperestimulação, anonimato e acesso rápido a conteúdos emocionalmente carregados. A atuação fundamentada em evidências permite compreender tais fatores como desencadeadores de sofrimento, evitando interpretações simplistas e favorecendo estratégias de cuidado que contemplem as particularidades do mundo digital.

A formação e atualização profissional contínuas tornam-se indispensáveis para enfrentar fenômenos emergentes, como dependência tecnológica e compulsão por jogos eletrônicos. O profissional precisa compreender tanto os aspectos técnicos quanto sociais envolvidos nesses comportamentos, assegurando que suas intervenções sejam éticas, contextualizadas e baseadas em dados confiáveis.

Os resultados indicam que práticas fundamentadas cientificamente oferecem caminhos para enfrentar os desafios emocionais e sociais do uso massivo da tecnologia, promovendo cuidado responsável e qualificado em diferentes contextos da vida moderna.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA HUMANA NO MUNDO DIGITAL

Apesar do avanço tecnológico, a interação humana continua sendo elemento central no cuidado psicológico. Stenzel (2021) destaca que habilidades como escuta qualificada, postura empática e autenticidade permanecem essenciais para o processo terapêutico. Essas capacidades favorecem a construção de vínculos sólidos e promovem segurança emocional, fatores que se tornam ainda mais relevantes em um contexto marcado por isolamento subjetivo e relações fragilizadas.

A mediação das relações por telas pode comprometer a profundidade emocional e reduzir a qualidade das conexões humanas, sobretudo quando os vínculos são construídos com base em idealizações e validação incessante. A prática clínica demonstra que o acolhimento presencial ou estruturado virtualmente, com foco na experiência emocional, auxilia indivíduos a reconhecer sentimentos e desenvolver habilidades para lidar com suas vulnerabilidades.

A escuta qualificada funciona como espaço de desaceleração e reflexão em uma sociedade marcada por fluxos constantes de informação. Esse cuidado contribui para que indivíduos possam elaborar tensões internas e construir estratégias de enfrentamento mais saudáveis para o uso da tecnologia e para as relações sociais mantidas em ambientes digitais.

A Psicologia, ao combinar ciência e sensibilidade humana, reforça que a qualidade da presença, ainda que digital, tem efeito significativo sobre o bem-estar. O afeto, o reconhecimento emocional e a validação são elementos que não podem ser substituídos por algoritmos ou interações automáticas, mesmo em um cenário de intenso desenvolvimento tecnológico.

Os resultados evidenciam que a escuta humana permanece indispensável para promover

saúde mental em um mundo cada vez mais digitalizado. A combinação entre fundamentos científicos e cuidado sensível emerge como estratégia central para enfrentar o sofrimento psíquico contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que as transformações sociais impulsionadas pela tecnologia alteraram de modo significativo as formas de interação humana e as expressões de sofrimento psíquico na atualidade. O ambiente digital, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de comunicação, expõe indivíduos a estímulos constantes, pressões por desempenho e padrões de comparação social que podem fragilizar a saúde emocional. Nesse contexto, compreender os impactos psicológicos da vida online torna-se tarefa essencial para o cuidado em saúde mental e para a promoção de relações mais saudáveis.

A revisão demonstrou que a Psicologia, enquanto ciência, possui ferramentas teóricas e práticas capazes de interpretar essas mudanças e contribuir para respostas éticas e eficazes às demandas emergentes. O reconhecimento da importância da escuta qualificada, aliado ao uso de práticas fundamentadas em evidências, reafirma o compromisso da área com o bem-estar humano e com a compreensão crítica dos fenômenos sociais que influenciam o comportamento e as emoções.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a ausência de dados empíricos, uma vez que se trata de uma revisão de literatura interpretativa. Trabalhos futuros poderão incorporar investigações quantitativas e qualitativas, ampliar fontes teóricas e explorar intervenções específicas para o contexto digital, especialmente voltadas a crianças, adolescentes e jovens, considerados grupos mais vulneráveis ao impacto emocional do uso excessivo de tecnologias.

Como encaminhamento, sugere-se o desenvolvimento de práticas educativas sobre o uso consciente das redes sociais, programas de promoção de saúde mental em ambientes escolares e comunitários, e o fortalecimento de estratégias que integrem suporte afetivo e literacia digital. O debate sobre tecnologia e saúde mental exige continuidade e aprofundamento, de modo a acompanhar o ritmo acelerado das transformações sociais e a promover condições para que indivíduos construam vínculos mais seguros, relações mais humanas e uma vivência digital equilibrada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Saulo de Freitas. O Nome e a Coisa: Sobre as Origens da Psicologia Como Ciência. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 3, p. 1220-1248, dez. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812021000300021&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 out. 2025. https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações** (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 31 mai. 2025.

ROSA, Milena Groetares; LAPORT, Tamires Jordão. A importância da prática psicológica baseada em evidências: aspectos históricos, conceituais e procedimentais. Revista Mosaico, Vassouras, v. 12, n. 3, p. [sem paginação definida], 28 out. 2021. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2831. Acesso em: 29 out. 2025. DOI: https://doi.org/10.21727/rm.v12i3.2831.

STENZEL, Lucia Marques. Habilidades terapêuticas interpessoais: A retomada de Carl Rogers na prática da psicologia baseada em evidências. Psicol. clin., Rio de Janeiro , v. 33, n. 3, p. 557-576, dez. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 out. 2025. https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A09.

ESTRESSE E IMUNIDADE: A CONEXÃO ENTRE O CÉREBRO E O SISTEMA IMUNE

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Agatha Soares Borba[1]
Natalli Amélia do Amaral[2]
Ana Claudia Lawless[3]
Josiéli Varela[4]

Resumo – Este estudo objetivou investigar os impactos do estresse crônico no sistema imunológico, delineando a complexa interação neuroimunológica. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, consultando bases de dados como LILACS, BVS e SciELO, com foco em artigos que elucidam a modulação do estresse sobre as respostas imunes. Os resultados convergem para a ativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA) sob estresse contínuo, culminando em elevação crônica dos níveis de cortisol. Tal hormônio corticosteroide, em concentrações elevadas, deteriora a funcionalidade de células imunes como macrófagos, células Natural Killer (NK) e linfócitos T e B, comprometendo tanto a imunidade inata quanto a adaptativa. O desequilíbrio na produção de citocinas inflamatórias e a supressão imune associada intensificam a vulnerabilidade a infecções e patologias autoimunes. Adicionalmente, o estresse crônico está diretamente correlacionado a transtornos mentais, notadamente ansiedade e depressão, devido à redução de fatores neuroprotetores. Conclui-se que o estresse representa um modulador imunológico significativo, ressaltando a imperatividade de abordagens integradas que contemplem o bem-estar emocional e o equilíbrio fisiológico. Contudo, a escassez de ensaios clínicos nacionais sobre o tema limita as conclusões e reforça a urgência de futuras investigações acerca de intervenções psicossociais direcionadas à saúde imunológica.

Palavras-chave: Estresse; Sistema Imune; Emocional; Psiconeuroimunologia.

INTRODUÇÃO

Com os avanços exponenciais na medicina e nas tecnologias em saúde, observou-se uma notável regressão de doenças infecciosas e inflamatórias agudas. Concomitantemente, há um crescente panorama de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), cuja etiologia frequentemente se associa ao acúmulo de danos fisiológicos, influenciados por fatores como estilo de vida, estresse crônico e exposições ambientais. Conforme Bauer (2002) elucidou, o estresse não é uma patologia em si, mas uma resposta fisiológica inerente a estímulos que desafiam a homeostase corporal, atuando como um mecanismo adaptativo e protetivo.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A compreensão moderna do estresse tem raízes nos trabalhos pioneiros de Hans Selye. Em 1936, Selye revolucionou o campo ao desenvolver um modelo experimental que demonstrou as implicações fisiológicas do estresse. Seus estudos com ratos, expostos a estressores como frio, lesões e intoxicação, revelaram alterações sistêmicas, incluindo hipertrofia das glândulas adrenais, formação de úlceras gástricas e atrofia de órgãos linfoides (Boff & Oliveira, 2021). Tais achados fundamentaram as bases para futuras investigações sobre a interação entre o estresse e os sistemas orgânicos.

Nesse contexto, a relação entre estresse e imunidade emergiu como um campo de pesquisa crucial. Louis Pasteur (1822–1895), microbiologista renomado, foi um dos primeiros a demonstrar empiricamente essa conexão. Em um estudo seminal do século XIX, Pasteur observou que galinhas submetidas a estresse exibiam maior suscetibilidade a infecções bacterianas por Bacillus anthracis, em comparação com aves não estressadas (Bauer, 2002). Essa evidência precoce sublinhou a capacidade do estresse de modular a resposta imunológica.

A complexidade dessa interação se estende ao nível psíquico, onde as exigências emocionais podem se manifestar em sintomas físicos, particularmente quando emoções negativas não são adequadamente processadas (Besouchet, 2022). A adaptação individual a essas demandas emocionais é fundamental, influenciando diretamente a saúde física e mental. Esse vínculo é particularmente evidente no sistema imunológico, um intrincado conjunto de estruturas e mecanismos responsáveis pela proteção do organismo contra patógenos e pela manutenção da integridade biológica (Faccini et al., 2020).

Pesquisas mais recentes, como a de Neca et al. (2022), confirmam que o estresse impacta tanto a imunidade inata (monócitos e macrófagos) quanto a adaptativa (linfócitos Th1 e Th2). O desequilíbrio na relação Th1/Th2 é crítico, podendo levar a disfunções linfocitárias que comprometem as defesas do hospedeiro. De fato, o estresse demonstrou inibir a proliferação celular e atenuar a resposta imune mediada por Th1.

Diante dessas evidências, torna-se evidente o impacto significativo do estresse sobre o sistema imunológico, comprometendo a capacidade de defesa do organismo. Assim, o presente estudo objetiva aprofundar a compreensão da intrínseca relação entre o cérebro e o sistema imune, analisando a modulação direta da imunidade pelo estresse.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura, caracterizada por uma abordagem exploratória, qualitativa e sistemática. Essa metodologia permite a agregação e a análise crítica de estudos prévios, proporcionando uma compreensão abrangente do tema e identificando possíveis lacunas no conhecimento existente.

As consultas bibliográficas foram realizadas em bases de dados científicas de relevância na área da saúde, especificamente: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A escolha dessas plataformas fundamentou-se em sua importância na disseminação de pesquisas revisadas por pares e de acesso aberto, o que assegura a confiabilidade e a amplitude das informações coletadas.

O processo de seleção dos artigos seguiu etapas rigorosas. Inicialmente, foram identificados estudos cujos títulos apresentavam alinhamento com os objetivos da pesquisa. Subsequentemente, realizou-se a leitura dos Resumos para excluir aqueles sem pertinência ao tema. Por fim, os artigos pré-selecionados foram submetidos à leitura na íntegra, permitindo uma análise aprofundada por parte dos pesquisadores.

Após a coleta de dados, os estudos foram submetidos à aplicação de critérios de inclusão e exclusão predefinidos. Aqueles que atenderam aos critérios foram selecionados e, subsequentemente, analisados e discutidos em profundidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estresse E Seus Efeitos No Organismo Atualmente, estudos científicos têm explorado cada vez mais a relação entre as emoções e os processos corporais, destacando os impactos do estresse no sistema imunológico. O estresse é uma reação natural do corpo a situações cotidianas que demandam adaptação, esforço ou mudança, podendo ser provocado por fatores físicos, emocionais ou ambientais. Essa resposta está diretamente ligada ao Sistema Nervoso Central (SNC), que, em momentos de tensão, estimula a liberação de hormônios como adrenalina e cortisol pelas glândulas suprarrenais. Essas substâncias desencadeiam reações como aceleração dos batimentos cardíacos, aumento da pressão arterial, respiração mais rápida e tensão muscular (Oliveira et al., 2024).

Segundo Faccini et al. (2020), o estresse também induz a liberação de hormônios que, além de afetar diversas funções fisiológicas, influenciam o sistema imunológico. O cortisol, principal hormônio envolvido nesse processo (pertencente ao grupo dos glicocorticoides), tem seus níveis elevados no sangue quando o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA) é ativado, algo comum em situações de estresse e até em quadros de depressão.

Os efeitos do estresse na imunidade variam conforme sua intensidade e duração. Em casos agudos, o cortisol pode agir como um anti-inflamatório. Porém, quando o estresse se torna crônico, a produção excessiva e prolongada desse hormônio pode suprimir a resposta imunológica, deixando o corpo mais suscetível a infecções e doenças autoimunes (Nascimento et al., 2022).

Outro aspecto relevante é que o estresse crônico prejudica o funcionamento de células de defesa, como linfócitos T e células natural killer (NK), além de alterar a produção de citocinas, favorecendo um estado inflamatório (Costa et al., 2019). A conexão entre saúde mental e imunidade também é evidente, uma vez que transtornos como ansiedade e depressão, muitas vezes ligados ao estresse, estão associados a desequilíbrios imunológicos significativos (Silva; Torres, 2020).

RESPOSTAS IMUNOLÓGICAS: MECANISMOS INATOS E ADAPTATIVOS

O organismo humano possui um sofisticado sistema de defesa organizado em dois níveis complementares: a imunidade inata e a adaptativa. A resposta inata constitui a primeira linha de proteção, caracterizando-se por sua ação imediata e não específica contra patógenos. Esse mecanismo engloba barreiras físicas (pele e membranas mucosas), células especializadas

(incluindo macrófagos, neutrófilos e células natural killer) e componentes moleculares (como citocinas e proteínas do sistema complemento), que identificam padrões moleculares característicos de microrganismos, permitindo sua rápida neutralização (Figueiredo; Leitão, 2021).

Em contrapartida, a imunidade adaptativa distingue-se por sua alta especificidade e capacidade de memorização antigênica. Coordenada principalmente por linfócitos B e T, esse sistema reconhece antígenos específicos, desenvolvendo respostas cada vez mais eficientes em encontros subsequentes com o mesmo agente patogênico. Embora sua ativação inicial seja mais demorada, proporciona proteção prolongada através da formação de células de memória imunológica (Figueiredo; Leitão, 2021).

O estresse crônico exerce impactos significativos em ambos os sistemas imunes. A liberação sustentada de cortisol decorrente da ativação persistente do eixo HHA pode inibir a função de células de defesa, reduzir a síntese de mediadores inflamatórios e prejudicar globalmente a resposta imunológica. Adicionalmente, observa-se que situações de estresse prolongado podem desencadear processos inflamatórios sistêmicos, com elevação nos níveis de monócitos e citocinas pró-inflamatórias (IL-1β, TNF-α e IL-6), afetando negativamente diversos componentes celulares do sistema imune (Nascimento et al., 2022).

A interface entre os sistemas nervoso e imunológico também é profundamente afetada pelo estresse. A psiconeuroimunologia tem elucidado como fatores psicológicos podem modular a atividade imunológica, aumentando a vulnerabilidade a diversas patologias. Pesquisas recentes associam a exposição crônica a estressores com maior predisposição a transtornos psiquiátricos, mediada por desregulações no sistema imune. Nesse contexto, as citocinas inflamatórias podem alterar funções no SNC, levando à redução de monoaminas e fatores neurotróficos essenciais (Pinheiro et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidencia de forma categórica que o estresse crônico impacta profundamente a interação neuroimunológica. A ativação prolongada do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA) e a consequente elevação dos níveis de cortisol resultam em uma deleção da imunidade inata e adaptativa. Isso se manifesta pelo comprometimento da funcionalidade de linfócitos T e células Natural Killer (NK), bem como pelo desequilíbrio na produção de citocinas, culminando em um estado de imunossupressão. Adicionalmente, o estresse prolongado afeta o sistema nervoso central, levando à redução de neurotransmissores e fatores neurotróficos, o que eleva a vulnerabilidade a transtornos mentais e agrava o estado de saúde geral.

Os achados deste estudo reforçam a imperatividade de estratégias de gerenciamento do estresse e de cuidado emocional como componentes essenciais na manutenção da homeostase imunológica. Como limitação, ressalta-se que o estudo se baseou predominantemente em dados secundários, evidenciando a lacuna de ensaios clínicos interdisciplinares no cenário nacional. Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos prospectivos que avaliem o impacto de intervenções psicossociais na modulação imunológica. Tal direcionamento visa subsidiar a formulação de políticas de saúde mais eficazes e verdadeiramente integrativas, pautadas em evidências sólidas.

REFERÊNCIAS

BESOUCHET, Maria Denise Andrioli; FREITAS, Ângela Maria. Sistema imunológico, vulnerabilidade ao estresse e suas manifestações: revisão de literatura. Revista Perspectiva: Ciência e Saúde, v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: https://cientifica.cnec.br/index.php/revista-perspectiva/article/download/159/160. Acesso em: 17 de mai. 2025.

COSTA, Cássia Lima et al. Correlação entre as disfunções do sistema imunológico e o estado de estresse. *Revista Eixos Tech*, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: https://eixostech.pas.ifsuldeminas.edu.br/index.php/eixostech/article/view/233. Acesso em: 20 de mai. 2025.

FACCINI, Amanda Magnago et al. Influência do estresse na imunidade: revisão bibliográfica. ***Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos***, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: https://revista.fmc.br/ojs/index.php/RCFMC/article/view/312. Acesso em: 22 de mai. 2025.

FIGUEIREDO, A.; LEITÃO, L. Os impactos do estresse sobre o sistema imunológico. ***Revista Fisioterapia em Movimento***, 2021. Disponível em: https://revistaft.com.br/os-impactos-do-estresse-sobre-o-sistema-imunologico/. Acesso em: 22 de mai. 2025.

NASCIMENTO, Antonio Gustavo et al. Os impactos do estresse e ansiedade na imunidade: uma revisão narrativa. ***Revista Eletrônica Acervo Saúde***, v. 15, n. 12, 2022. Disponível em: Vista do Os impactos do estresse e ansiedade na imunidade: uma revisão narrativa. Acesso em: 20 de mai. 2025.

NECA, Cinthia Silva Moura et al. A influência do estresse sobre o sistema imunológico: Uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e539118291-e539118291, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18291/26775. Acesso em: 17 de mai. 2025.

OLIVEIRA, Vanessa Silva et al. A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE SOBRE O SISTEMA IMUNOLÓGICO: UM DESTAQUE AO VITILIGO. **Revista Ibero-**

Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 6679-6688, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17245/9557. Acesso em: 17 de mai. 2025.

PINHEIRO, R. C. D. A. et al. Os impactos do estresse na imunidade humana: um estudo da psiconeuroimunologia sobre os efeitos causados pela pandemia da COVID-19. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/rems/article/view/954. Acesso em: 22 de mai. 2025.

SILVA, L. M. da; TORRES, M. M. O efeito do estresse no sistema imunológico. ***Revista Fisioterapia em Movimento***, v. 33, 2020. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-efeito-do-estresse-no-sistema-imunologico/. Acesso em: 20 de mai. 2025.

DETERMINANTES SOCIAIS E O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: UM OLHAR PSICOLÓGICO SOBRE O IMPACTO DAS DESIGUALDADES

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luis Ribeiro Martins[1]
Vanessa Cinelli Maceri[2]

Resumo – O presente trabalho tem como tema os determinantes sociais da saúde e suas relações com o processo saúde-doença e o bem-estar humano. O objetivo foi analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, como as desigualdades sociais interferem nas condições de saúde e na qualidade de vida, considerando o olhar da Psicologia sobre a dimensão biopsicossocial. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa de literatura, fundamentada em publicações científicas recentes e documentos institucionais que abordam o tema sob perspectivas sociais e psicológicas. Os resultados evidenciaram que fatores como renda, moradia, educação, acesso a serviços e condições de trabalho influenciam diretamente o bem-estar físico e mental, revelando que o adoecimento está fortemente relacionado às desigualdades estruturais. Constatou-se que o conceito de saúde vai além da ausência de doenças, abrangendo aspectos emocionais, sociais e culturais. Conclui-se que compreender os determinantes sociais da saúde é essencial para a promoção de políticas públicas integradas e para a atuação do psicólogo na construção de ambientes mais saudáveis e equitativos.

Palavras-chave: determinantes sociais da saúde; psicologia; bem-estar; saúde mental; desigualdade social.

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre os determinantes sociais da saúde (DSS) é essencial para analisar as desigualdades que interferem diretamente nas condições de vida e bem-estar das populações. A saúde não pode ser compreendida apenas como ausência de doença, mas como um fenômeno complexo, influenciado por fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos que moldam o cotidiano das pessoas. Conforme define a Organização Mundial da Saúde, "os determinantes sociais da saúde são as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e o acesso das pessoas a poder, dinheiro e recursos" (World Health Organization - WHO, [s.d], p. 1). Essa concepção amplia a análise da saúde para além do campo biológico, integrando aspectos estruturais e coletivos.

Em diferentes contextos, o bem-estar é entendido como um estado de equilíbrio entre corpo, mente e ambiente social. Para a psicologia, esse conceito ultrapassa o campo físico e abrange as dimensões emocionais e sociais do indivíduo. A ausência de acesso a condições

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

dignas de moradia, educação, trabalho e lazer compromete esse equilíbrio e favorece o surgimento de doenças relacionadas ao estresse, à exclusão social e à vulnerabilidade. Segundo Kerschbaumer et al. (2024), durante a pandemia de COVID-19, observou-se que "as desigualdades socioeconômicas agravaram o impacto da doença em populações afetadas pela pobreza" (p. 10), evidenciando como os determinantes sociais moldam o risco de adoecimento e a capacidade de recuperação dos indivíduos.

A análise dos determinantes sociais da saúde permite compreender que as desigualdades em saúde não são frutos do acaso, mas resultado de processos históricos e políticos que distribuem de forma desigual os recursos e as oportunidades. Como destaca Santos et al. (2025), a estrutura social e as políticas públicas exercem papel decisivo na garantia de direitos e no enfrentamento das barreiras de acesso aos serviços de saúde. Assim, estudar os determinantes sociais é também refletir sobre justiça social, cidadania e equidade.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, como a literatura aborda os determinantes sociais da saúde e suas relações com o conceito de bem-estar e doença, buscando evidenciar o papel das desigualdades sociais na manutenção ou no comprometimento da saúde. A justificativa do estudo reside na necessidade de compreender que o processo saúde-doença é influenciado por fatores sociais e estruturais, o que exige políticas públicas integradas e uma atuação interdisciplinar, especialmente na área da Psicologia, que considera o sujeito em sua totalidade biopsicossocial.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na modalidade de leitura interdisciplinar, tendo como método a revisão bibliográfica narrativa. Essa abordagem foi escolhida por permitir a integração de diferentes perspectivas teóricas sobre os determinantes sociais da saúde, compreendendo-os em sua dimensão biopsicossocial e contextual. A revisão narrativa possibilita analisar e discutir o tema a partir de autores e instituições reconhecidas, sem a obrigatoriedade de seguir protocolos quantitativos, o que se adequa à natureza reflexiva e teórica do estudo (Dorsa, 2020).

Foram consultadas fontes científicas de acesso público, como artigos indexados em bases eletrônicas e materiais institucionais de organismos internacionais. Entre os critérios de inclusão, consideraram-se publicações disponíveis em português e inglês, com enfoque na relação entre saúde, doença e desigualdade social, preferencialmente publicadas entre os anos de 2020 e 2025, por refletirem o debate contemporâneo sobre o tema. Foram excluídos textos sem base científica, sem revisão por pares ou que não abordassem diretamente o conceito de determinantes sociais da saúde.

Os descritores utilizados nas buscas foram: determinantes sociais da saúde, bem-estar, saúde e doença, desigualdade social e equidade em saúde. As principais referências utilizadas foram a página oficial da World Health Organization - WHO ([s.d]), o artigo de Kerschbaumer et al. (2024) sobre desigualdades em saúde no contexto da COVID-19 e o estudo de Santos et al. (2025) sobre políticas de saúde e barreiras no acesso ao Sistema Único de Saúde.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve envolvimento direto de seres humanos, dispensando aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa. A análise dos dados consistiu

na leitura crítica, comparação e síntese interpretativa do conteúdo das obras selecionadas, buscando identificar os principais fatores sociais que influenciam a saúde e o entendimento de bem-estar, segundo a literatura científica recente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A COMPLEXIDADE DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

O processo saúde-doença é resultado de múltiplas interações entre fatores biológicos, psicológicos e sociais que afetam a vida das pessoas. A Organização Mundial da Saúde afirma que "os determinantes sociais da saúde são as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem" (World Health Organization - WHO, [s.d], p. 1), ressaltando que a saúde não depende apenas do corpo físico, mas também das condições estruturais em que o indivíduo está inserido.

Na Psicologia, esse entendimento amplia o olhar para além da doença e convida à reflexão sobre o contexto que favorece o adoecimento. O sofrimento psíquico, muitas vezes, é reflexo de um ambiente social desigual, permeado por exclusão e falta de acesso a direitos básicos. A vulnerabilidade emocional surge como consequência direta de fatores como desemprego, violência e pobreza. Assim, a saúde deve ser compreendida como equilíbrio dinâmico e não como simples ausência de sintomas.

Kerschbaumer et al. (2024) destacam que "as desigualdades socioeconômicas agravaram o impacto da COVID-19 em populações afetadas pela pobreza" (p. 18), demonstrando como crises sanitárias reforçam as barreiras sociais existentes. A pandemia evidenciou que o acesso desigual à informação, à moradia e aos serviços de saúde interfere tanto na prevenção quanto na recuperação das pessoas. Esse cenário amplia a importância de compreender a saúde como um fenômeno social e psicológico.

Segundo Santos et al. (2025), políticas públicas eficientes e um sistema de saúde equitativo são fundamentais para romper o ciclo de desigualdades que perpetuam o adoecimento. A psicologia, nesse contexto, assume papel de agente transformador, ao promover reflexões sobre a subjetividade e a construção de vínculos saudáveis.

O processo saúde-doença deve ser entendido como um campo interdisciplinar e relacional. Reconhecer suas múltiplas causas é o primeiro passo para o desenvolvimento de estratégias que priorizem a equidade, o bem-estar e o respeito à dignidade humana, pilares centrais da prática psicológica.

DESIGUALDADES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL

As desigualdades sociais estão entre os principais fatores que comprometem a saúde mental e o equilíbrio emocional. A Organização Mundial da Saúde enfatiza que "pessoas com acesso limitado a moradia de qualidade, educação e oportunidades de emprego correm maior risco de adoecer e morrer" (World Health Organization - WHO, [s.d], p. 1). A falta de oportunidades e o estresse causado pela exclusão social se refletem diretamente em transtornos como ansiedade e depressão.

Durante a pandemia, as disparidades sociais ficaram mais evidentes. Kerschbaumer et al. (2024) observaram que "as populações em vulnerabilidade enfrentaram maiores taxas de mortalidade e agravamento de doenças" (p. 10). Esse contexto reforça a importância de políticas públicas voltadas ao acolhimento e à saúde mental, especialmente para grupos marginalizados, que enfrentam a sobrecarga emocional das privações cotidianas.

Na Psicologia, compreender a influência das desigualdades sociais significa reconhecer o sofrimento humano em sua origem social. A carência de recursos, a violência urbana e a discriminação interferem na formação da identidade e no senso de pertencimento, elementos fundamentais para o equilíbrio psíquico. Assim, a desigualdade não apenas adoece fisicamente, mas também fragiliza emocionalmente.

Santos et al. (2025) apontam que as políticas de saúde precisam ser estruturadas com base na equidade e na inclusão, de modo que o cuidado psicológico alcance comunidades e territórios esquecidos pelo poder público. Isso reforça o papel social do psicólogo como agente de transformação, comprometido com a redução das desigualdades e a valorização da saúde integral.

Superar as desigualdades sociais é um desafio ético e coletivo. Para promover saúde mental, é preciso enfrentar as raízes estruturais da pobreza e investir em políticas de prevenção e suporte psicossocial. A atuação interdisciplinar e comunitária torna-se, portanto, um caminho essencial para garantir dignidade e bem-estar.

O CONCEITO DE BEM-ESTAR E O PAPEL DA PSICOLOGIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

O bem-estar é uma condição subjetiva que envolve satisfação, equilíbrio e harmonia entre as dimensões física, mental e social. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a saúde representa "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças" (World Health Organization - WHO, [s.d], p. 1). Essa definição amplia o conceito tradicional e reforça a importância de compreender o ser humano em sua totalidade.

A Psicologia tem papel fundamental na promoção do bem-estar, pois atua na escuta, na acolhida e na reconstrução das relações humanas. O psicólogo, ao considerar os determinantes sociais da saúde, reconhece que o sofrimento psíquico não é apenas individual, mas consequência de realidades sociais desiguais. O bem-estar, portanto, nasce de contextos justos, nos quais as pessoas se sentem incluídas e valorizadas.

Santos et al. (2025) afirmam que "a falta de equidade nos serviços de saúde compromete o desenvolvimento integral do indivíduo" (p. 35). Assim, promover bem-estar exige mais do que cuidado clínico: requer compromisso político e social. A psicologia comunitária e a saúde coletiva se unem nesse propósito, fortalecendo redes de apoio e espaços de escuta.

Kerschbaumer et al. (2024) reforçam que políticas públicas que reduzem a pobreza e ampliam o acesso à saúde "promovem impactos positivos na qualidade de vida e no equilíbrio emocional das populações" (p. 18). Dessa forma, a promoção do bem-estar está diretamente ligada à superação das desigualdades e à valorização da dignidade humana.

O bem-estar é construído a partir de relações saudáveis, solidariedade e inclusão social. A psicologia, ao integrar-se a outras áreas do conhecimento, amplia sua capacidade de promover saúde integral, tornando-se ferramenta indispensável para a transformação social e o fortalecimento da vida em comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre os determinantes sociais da saúde permitiu compreender que o processo de adoecimento é multifatorial e resulta de condições que ultrapassam o campo biológico. O estudo evidenciou que aspectos como renda, moradia, educação, trabalho e acesso a serviços de saúde interferem diretamente na qualidade de vida, na saúde mental e na percepção de bem-estar. Ao reconhecer essa complexidade, torna-se evidente que a saúde não pode ser compreendida de forma isolada, mas como produto das interações entre indivíduo e sociedade.

No campo da Psicologia, a reflexão sobre os determinantes sociais amplia a compreensão do sujeito e de seu contexto. A atuação psicológica, quando pautada em uma visão biopsicossocial, contribui para a promoção de saúde integral e para o enfrentamento das desigualdades que afetam o equilíbrio emocional. O psicólogo, ao trabalhar com comunidades, instituições e políticas públicas, atua como mediador na construção de práticas que fortalecem o bem-estar coletivo.

O estudo também demonstrou que o bem-estar é um estado que depende tanto das condições internas do sujeito quanto das oportunidades externas oferecidas pelo meio. A ausência de equidade social gera sofrimento e limita o desenvolvimento humano. Assim, promover saúde é também promover justiça social, garantindo que todos possam viver com dignidade, acesso e pertencimento.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa teve caráter bibliográfico, não incluindo a aplicação de questionários ou entrevistas que poderiam aprofundar a análise empírica. Ainda assim, a revisão teórica possibilitou uma reflexão ampla e fundamentada sobre a importância dos determinantes sociais na formação de políticas e práticas em saúde.

Sugere-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas de campo que explorem percepções de diferentes grupos sociais sobre o tema, integrando dados quantitativos e qualitativos. Essa continuidade permitiria ampliar a compreensão do papel da Psicologia na promoção da saúde e na redução das desigualdades, fortalecendo o compromisso ético e social da profissão.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 09 set. 2025.

DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa *et al.* POLÍTICAS DE SAÚDE E DESIGUALDADE – DETERMINANTES SOCIAIS E BARREIRAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). ARACÊ , [S. l.], v. 7, n. 4, p. 17006–17039, 2025. DOI: 10.56238/arev7n4-082.

Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4324. Acesso em: 27 out. 2025.

KERSCHBAUMER, Lukas *et al.* COVID-19 e desigualdades em saúde: o impacto dos determinantes sociais da saúde em indivíduos afetados pela pobreza. **Política e Tecnologia em Saúde,** v. 13, n. 1, p. 100803, mar. 2024. [s.l.]: Elsevier, 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211883723000795. Acesso em: 27 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Determinantes sociais da saúde.** Disponível em: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Acesso em: 27 out. 2025.

O PODER DOS QUADRINHOS NA APRENDIZAGEM: GIBIS E MANGÁS COMO FACILITADORES COGNITIVOS E SOCIOEMOCIONAIS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – Este estudo tem como objetivo analisar o potencial pedagógico dos gibis e mangás no contexto educacional, destacando sua relevância para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional dos estudantes. A pesquisa está vinculada à categoria de Leituras Interdisciplinares e fundamentou-se em uma revisão narrativa de literatura, considerando produções acadêmicas dos últimos anos sobre histórias em quadrinhos e processos formativos. Obras da área defendem que os quadrinhos atuam como recurso significativo para estimular o hábito de leitura, facilitar a compreensão textual e promover aprendizagem lúdica e interdisciplinar. Evidências apontam que esse material favorece a formação de leitores críticos, a ampliação do vocabulário, o pensamento criativo e a interpretação de múltiplos códigos comunicativos. Além disso, contribui para o engajamento dos estudantes e para o fortalecimento socioemocional, ao proporcionar identificação com personagens, temas cotidianos e desafios sociais. As conclusões indicam que gibis e mangás podem ser incorporados como ferramentas metodológicas eficazes na educação básica e em práticas psicoeducacionais, desde que utilizados de forma planejada e alinhada às competências formativas. O estudo ressalta a necessidade de ampliar pesquisas práticas na área e incentivar que escolas e profissionais adotem estratégias inovadoras de ensino mediadas por histórias gráficas.

Palavras chave: histórias em quadrinhos; leitura; aprendizagem; desenvolvimento socioemocional; educação.

INTRODUÇÃO

A formação do leitor no contexto contemporâneo exige abordagens pedagógicas dinâmicas, interativas e culturalmente significativas, capazes de dialogar com as realidades e interesses dos estudantes. Nesse cenário, os quadrinhos, incluindo gibis e mangás, consolidam se como ferramentas potentes para estimular o hábito de leitura, promover o engajamento escolar e desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais. A narrativa gráfica, ao integrar texto e imagem, oferece ao aprendiz um ambiente de leitura lúdico e significativo, favorecendo processos de atenção, memória, compreensão e imaginação.

A literatura especializada vem demonstrando que as histórias em quadrinhos exercem papel relevante no desenvolvimento do leitor, especialmente na educação básica. Arruda et al.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(2021, p. 10) afirmam que "as histórias em quadrinhos são um instrumento eficaz na formação do leitor", destacando sua capacidade de despertar interesse e contribuir para práticas pedagógicas inclusivas e motivadoras. Essa afirmação corrobora a importância de metodologias que valorizem o vínculo emocional, a criatividade e a cultura visual como elementos mediadores da aprendizagem.

O uso dos quadrinhos nas escolas está diretamente alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, que reconhece as múltiplas linguagens e os recursos gráficos como componentes essenciais da formação cidadã e crítica. Nakamura, Voltolini e Bertoloto (2020) evidenciam que a integração das histórias em quadrinhos ao currículo escolar atende às competências linguísticas e socioculturais previstas nos documentos oficiais, contribuindo para práticas educativas mais interdisciplinares e dialógicas. Nesse sentido, a incorporação de gibis e mangás ao ambiente escolar fortalece o ensino inclusivo, a expressão simbólica e o desenvolvimento emocional.

A utilização das narrativas visuais também se articula com o fortalecimento do vínculo entre o estudante e a leitura, promovendo acolhimento e engajamento. Para Silva (2023), o caráter lúdico dos gibis amplia o interesse pela leitura e facilita a compreensão de conteúdos complexos, tornando a aprendizagem mais acessível e prazerosa. Assim, os quadrinhos tornam-se instrumentos pedagógicos que favorecem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto a regulação emocional, aspectos indispensáveis na educação atual.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a relevância dos gibis e mangás como mediadores do desenvolvimento cognitivo e socioemocional, discutindo suas contribuições na formação do hábito de leitura e na construção de práticas educativas mais motivadoras e inclusivas. A proposta fundamenta-se na perspectiva psicopedagógica e sociocultural, compreendendo os quadrinhos como recursos que valorizam a subjetividade, estimulam a criatividade e promovem autonomia no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pertencente à categoria de Leituras Interdisciplinares. A abordagem metodológica adotada foi uma revisão narrativa de literatura, com o objetivo de reunir, interpretar e discutir produções científicas relacionadas ao uso de gibis e mangás como ferramentas pedagógicas e psicossociais no desenvolvimento do hábito de leitura e de competências cognitivas e socioemocionais.

A busca bibliográfica contemplou artigos publicados em plataformas acadêmicas nacionais, com recorte prioritário para publicações dos últimos cinco anos, além de documentos institucionais e textos especializados que tratam da aplicação de histórias em quadrinhos no contexto educativo. Foram utilizados descritores como: histórias em quadrinhos na educação, gibis e aprendizagem, mangás e formação do leitor e narrativas visuais na escola.

A análise seguiu etapas de leitura, identificação de categorias temáticas e síntese interpretativa das informações reunidas. Conforme destaca Dorsa (2020), a revisão narrativa possibilita mapear conceitos, integrar referenciais teóricos e contextualizar práticas educativas

emergentes. Por se tratar de pesquisa baseada em fontes secundárias e sem envolvimento de participantes humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

QUADRINHOS COMO ESTÍMULO COGNITIVO E MEDIAÇÃO DA LEITURA

Os resultados demonstram que histórias em quadrinhos funcionam como estímulos cognitivos eficazes, favorecendo a atenção, a inferência e a interpretação visual e textual simultânea. A leitura sequencial exige que o estudante faça antecipações, organize informações e elabore hipóteses, mobilizando habilidades de pensamento crítico e raciocínio lógico. Tal formato aproxima o leitor da construção ativa do conhecimento, processo essencial ao desenvolvimento cognitivo escolar.

Verificou-se que o uso de imagens articuladas ao texto reduz bloqueios emocionais na leitura, especialmente entre estudantes com dificuldade de decodificação e compreensão textual. Elementos visuais servem como apoio interpretativo, permitindo um acompanhamento fluido da narrativa e fortalecendo a autoconfiança. Segundo Arruda et al. (2021), quadrinhos apresentam "significativo potencial para estimular o desenvolvimento leitor e cognitivo", favorecendo o avanço progressivo das competências linguísticas.

Outro achado relevante aponta que os quadrinhos estimulam a criatividade e a imaginação, aspectos fundamentais para a aprendizagem e a resolução de problemas. A construção visual da narrativa amplifica a capacidade de abstração e amplia o repertório de referências simbólicas, possibilitando que o estudante atribua significados pessoais ao conteúdo e desenvolva autonomia intelectual.

Identificou-se também que a estrutura de quadros facilita a organização espacial e temporal dos conteúdos, auxiliando alunos na construção de sequências lógicas e no fortalecimento de funções executivas. Esse formato narrativo favorece estudantes com ritmos diversos de aprendizagem, tornando o processo educativo mais democrático e acessível. Nessa perspectiva, a multimodalidade dos quadrinhos se apresenta como recurso pedagógico contemporâneo e inclusivo.

Os quadrinhos configuram-se como ferramentas cognitivas relevantes, capazes de promover leitura ativa, compreensão progressiva e engajamento intelectual, qualificando seu uso como prática didático pedagógica consistente e fundamentada.

DIMENSÕES SOCIOEMOCIONAIS E MOTIVAÇÃO PARA APRENDER

A análise dos dados indica que quadrinhos exercem forte influência na motivação escolar e no desenvolvimento socioemocional. O caráter lúdico e atraente das narrativas gráficas contribui para uma relação positiva com a leitura, despertando curiosidade e interesse espontâneo. Tal aspecto reduz ansiedade e resistência, frequentemente observadas em práticas tradicionais de alfabetização e letramento.

Observou-se que a identificação com personagens, histórias e conflitos reforça a empatia, o autoconhecimento e o reconhecimento de emoções. Silva (2023) destaca que o uso de gibis na escola promove "um ambiente mais acolhedor e motivador", fortalecendo vínculos afetivos com o processo de aprendizagem. A leitura passa a ser percebida como experiência prazerosa, não apenas como tarefa acadêmica.

O uso de quadrinhos possibilita momentos de socialização, diálogo e trocas simbólicas entre estudantes. A construção coletiva de sentidos fortalece habilidades de comunicação, cooperação e convivência ética, favorecendo um clima escolar positivo. O compartilhamento de interpretações e reflexões amplia a compreensão e fortalece a segurança emocional do aluno.

Outro fator observado refere-se ao aumento do sentimento de competência e autoeficácia, especialmente em estudantes que enfrentam dificuldades na leitura tradicional. O entendimento autônomo de narrativas gráficas eleva a autoestima e incentiva o estudante a participar ativamente das atividades escolares, reforçando a permanência com qualidade educacional.

Quadrinhos se destacam como ferramentas psicoeducativas que aliam aprendizagem e desenvolvimento emocional, contribuindo para práticas sensíveis à subjetividade do aluno e promovendo bem estar e autovalorização no ambiente escolar.

BNCC, PRÁTICAS INCLUSIVAS E ARTICULAÇÃO COM A PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Os resultados revelam que o uso de quadrinhos atende às diretrizes da BNCC ao valorizar multiletramentos, pluralidade linguística e diversidade cultural na prática educativa. A presença de diferentes linguagens estimula competências de leitura crítica, interpretação e argumentação, alinhando se às habilidades descritas nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas. Nakamura, Voltolini e Bertoloto (2020) reforçam que as HQs promovem práticas "interdisciplinares e dialógicas", características essenciais à educação contemporânea.

Nas experiências observadas, quadrinhos se destacaram como instrumentos inclusivos, capazes de atender estudantes com ritmos distintos de aprendizagem. O suporte visual facilita a compreensão textual e reduz barreiras cognitivas, auxiliando alunos com dificuldades de leitura, TDAH e outras demandas educacionais. Arruda et al. (2021) enfatizam que as HQs ajudam a "reduzir desigualdades relacionadas ao acesso à leitura", favorecendo a democratização do conhecimento.

Os quadrinhos ampliam repertórios culturais e fortalecem a reflexão crítica ao apresentar temas sociais, valores democráticos e diversidade. A leitura dessas narrativas promove consciência ética e respeito às diferenças, alinhando-se às competências socioemocionais propostas pela escola contemporânea. O recurso visual comunica mensagens com profundidade simbólica e acessível.

Nas análises, ficou evidente que professores que utilizam quadrinhos valorizam práticas pedagógicas sensíveis às dimensões emocionais e motivacionais da aprendizagem. Essa postura reflete princípios da Psicologia educacional, que reconhece a importância do afeto e da

motivação intrínseca no processo de aprender. A escolha metodológica demonstra atenção ao estudante como sujeito ativo e integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstrou que o uso de gibis e mangás constitui uma prática pedagógica capaz de promover aprendizagem significativa, engajamento e desenvolvimento integral dos estudantes. As evidências destacam que as histórias em quadrinhos favorecem o letramento, estimulam habilidades cognitivas, fortalecem competências socioemocionais e ampliam a criatividade, assumindo relevância tanto na perspectiva educacional quanto psicológica. A leitura mediada por imagens reduz barreiras de acesso ao conhecimento, tornando o processo de aprendizagem mais inclusivo, acessível e prazeroso.

Verificou-se que esse recurso estimula autonomia, melhora a relação dos alunos com a leitura e contribui para o desenvolvimento de competências comunicativas e interpretativas. No campo da Psicologia Educacional, observou-se que os quadrinhos auxiliam na construção da autoestima, na socialização, na expressão de emoções e no reconhecimento de valores éticos, fatores fundamentais para um ambiente escolar saudável.

Ainda que o estudo tenha alcançado seus objetivos ao evidenciar o potencial dos quadrinhos como ferramenta pedagógica interdisciplinar, destaca-se como limitação a natureza bibliográfica da investigação, que não compreende coleta de dados empíricos em contexto escolar. Pesquisas futuras podem incluir estudos de campo, relatos de experiência e avaliações de impacto para aprofundar a compreensão sobre os efeitos dessa metodologia no desempenho acadêmico e no bem estar emocional dos estudantes.

Considera-se essencial que instituições escolares e profissionais da educação ampliem o uso dos quadrinhos como recurso didático, explorando sua potência para integrar currículo, inclusão e desenvolvimento humano. A adoção desse material com intencionalidade pedagógica pode contribuir para uma educação mais significativa, sensível às necessidades dos alunos e alinhada às demandas formativas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ada Aparecida Alves de *et al*. AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA FORMAÇÃO DO LEITOR. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 1249–1256, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i9.2326. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2326. Acesso em: 01 nov. 2025.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 01 Nov. 2025.

NAKAMURA, Lucinete Ornagui de Oliveira; VOLTOLINI, Ana Graciela Mendes F. da Fonseca; BERTOLOTO, José Serafim. O uso de histórias em quadrinhos no ensino: teoria, prática e BNCC. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 29, 2020. s.n. Disponível em:

https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/o-uso-de-historias-em-quadrinhos-no-ensino-teoria-pratica-e-bncc. Acesso em: 01 nov. 2025.

SILVA, Núbia da. Gibis no ensino: uma proposta de aprendizagem lúdica e interdisciplinar. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 42, 31 out. 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/42/gibis-no-ensino-uma-proposta-de-aprendizagem-ludica-e-interdisciplinar. Acesso em: 01 nov. 2025.

DO DESEJO AO VÍCIO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO MARKETING DE INFLUÊNCIA NO BRASIL

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Paulo Assis Crasnhak Filho[2]

Resumo – Este estudo examina os impactos do marketing de influência no comportamento de consumo dos brasileiros, buscando compreender como a atuação de influenciadores digitais tem contribuído para decisões impulsivas, padrões idealizados e comportamentos associados a vícios digitais. O objetivo consiste em analisar a vulnerabilidade do público brasileiro às estratégias de influência mediadas pelas redes sociais, observando consequências psicossociais e seu vínculo com práticas de consumo não sustentável. A pesquisa caracteriza - se como qualitativa, fundamentada em uma revisão narrativa de literatura, com seleção de estudos publicados majoritariamente nos últimos cinco anos, relatórios institucionais e documentos oficiais. Os resultados indicam que o Brasil se destaca como um dos países mais suscetíveis ao impacto dos influenciadores, com alta taxa de compras motivadas por recomendações digitais e crescente exposição a estímulos consumistas, jogos de azar e discursos emocionais persuasivos. Evidenciou-se também relação entre a comparação social online e sintomas de ansiedade e insatisfação. As conclusões reforçam a necessidade de educação midiática, políticas regulatórias e práticas de consumo consciente, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que tratam de saúde mental e consumo responsável. Tais ações são essenciais para promover autonomia crítica e bem estar em ambientes digitais.

Palavras chave: influenciadores digitais; consumo impulsivo; saúde mental; redes sociais; comportamento do consumidor.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais instauraram um novo cenário de consumo no Brasil, marcado por conexões instantâneas, influência midiática intensa e estímulos constantes voltados ao desejo e à aquisição de produtos e serviços. Nesse contexto, os influenciadores digitais assumem papel central, tornando-se figuras capazes de moldar opiniões, promover tendências e direcionar comportamentos de compra. Dados consolidados demonstram que o Brasil ocupa posição de destaque mundial no que se refere à suscetibilidade ao conteúdo digital e às estratégias de marketing mediadas por pessoas públicas (Brenner, 2022).

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A necessidade de compreender tal fenômeno se intensifica à medida que emergem comportamentos de risco associados ao consumo impulsivo, dependência emocional de validação digital, engajamento em jogos de azar e adoção de padrões inalcançáveis de vida. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2023), uma parte expressiva da população brasileira já realizou compras influenciadas por figuras midiáticas, o que evidencia a dimensão social e psicológica dessa prática. Em meio a essa realidade, discute-se também o uso de estratégias persuasivas que atravessam crenças pessoais, emoções e fé, elevando a vulnerabilidade individual diante de estímulos comerciais. Em análise crítica semelhante, Silva e Luiz (2023) destacam que influenciadores utilizam a confiança estabelecida com seus seguidores para orientar decisões de consumo, muitas vezes encobrindo interesses financeiros e comerciais.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo analisar como o marketing de influência contribui para o desenvolvimento de comportamentos impulsivos, vícios digitais e impactos emocionais entre brasileiros. Justifica-se a investigação pela crescente exposição da população a conteúdos manipulativos, pela intensificação de sintomas ansiosos associados à comparação social e pela importância de promover alfabetização midiática capaz de fortalecer o senso crítico e a autonomia dos consumidores. Ao refletir sobre esse cenário, busca-se fomentar debate acadêmico que contribua para práticas de consumo mais conscientes e alinhadas ao bem estar social e psicológico.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, na modalidade de Leituras Interdisciplinares, estruturada como revisão narrativa de literatura. Tal formato permite examinar diferentes perspectivas teóricas e compreender fenômenos contemporâneos ainda em consolidação. Essa estratégia favorece a articulação crítica entre Psicologia, Comunicação e Estudos Sociais, atendendo ao objetivo de analisar a influência digital sobre o consumo no Brasil. Conforme Dorsa (2020), a revisão narrativa possibilita interpretar conceitos e contextualizar evidências por meio de produções acadêmicas já existentes.

A coleta de dados compreendeu artigos científicos, relatórios institucionais e fontes oficiais publicados nos últimos cinco anos, priorizando produções que discutem comportamento digital e consumo impulsivo. Os descritores utilizados foram: "marketing de influência", "consumo impulsivo", "vícios digitais", "comportamento do consumidor" e "influenciadores digitais", consultando bases abertas e plataformas públicas relevantes ao tema.

A análise dos materiais envolveu leitura integral, categorização temática e síntese interpretativa. Essa estratégia possibilitou identificar padrões de influência digital e seus impactos psicossociais, em consonância com abordagens interpretativas que examinam fenômenos sociais contemporâneos (Faciroli et al., 2022). O exame considerou ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 3 (saúde e bem estar) e o ODS 12 (consumo responsável) (Organizações das Nações Unidas - ONU Brasil, [s.d.]).

Por se tratar de investigação baseada exclusivamente em fontes secundárias, sem coleta direta com participantes, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A análise seguiu princípios de rigor acadêmico e fidedignidade, assegurando a integridade dos dados consultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONSUMO IMPULSIVO E PERSUASÃO DIGITAL NO BRASIL

Os resultados demonstram que o Brasil ocupa uma posição singular no cenário digital global, caracterizando se como uma sociedade com elevado nível de engajamento e suscetibilidade aos estímulos originados pelas redes sociais. Observa se um ambiente no qual a publicidade integrada ao cotidiano virtual se naturaliza, favorecendo decisões rápidas e emocionalmente orientadas. Essa realidade é marcada por forte valorização da opinião de influenciadores, que passam a ocupar um espaço simbólico relevante na construção de preferências e desejos individuais. Assim, a decisão de consumo frequentemente emerge mais da busca por pertencimento e identificação social do que por necessidade objetiva ou planejamento racional.

Essa vulnerabilidade se intensifica diante da dificuldade da população em distinguir conteúdos informativos de estratégias publicitárias. Brenner (2022) aponta que o Brasil figura entre os países mais influenciáveis do mundo, fato que indica não apenas a força econômica desse mercado, mas também a construção de imaginários sociais profundamente conectados à performance, à ostentação e ao reconhecimento digital. Nessa dinâmica, a credibilidade atribuída aos influenciadores supera, muitas vezes, a análise crítica do consumidor, criando um cenário no qual o discurso digital adquire autoridade quase normativa na tomada de decisões cotidianas.

De forma consistente, dados do SEBRAE (2023) revelam que a maioria dos brasileiros já realizou compras motivadas diretamente por recomendações digitais, demonstrando que o comportamento de consumo no país se articula com desejos imediatos e com expectativas sociais reforçadas pelo universo online. Esse movimento adquire função psicológica, uma vez que consumir não representa apenas adquirir um produto ou serviço, mas participar simbolicamente de um estilo de vida ou projeção de sucesso amplamente difundida.

A estrutura algorítmica das plataformas digitais contribui para o reforço desse comportamento. Ao identificar preferências e padrões de engajamento, os sistemas de recomendação ampliam a exposição a conteúdos similares, mantendo o usuário em estado constante de estímulo e reforço emocional. Esse mecanismo consolida ciclos de desejo, aquisição e breve satisfação, seguidos de frustração e busca por novas experiências digitais, o que favorece padrões impulsivos.

O marketing de influência no contexto brasileiro assume papel que ultrapassa a esfera mercadológica e adentra dimensões subjetivas, nas quais consumo, identidade e reconhecimento social se tornam interdependentes. Esse fenômeno amplia a compreensão de que o consumo motivado por digital influencers não é apenas um ato econômico, mas uma prática social e emocional profundamente estruturada.

IDEALIZAÇÃO SOCIAL, VULNERABILIDADE PSICOLÓGICA E COMPARAÇÃO CONSTANTE

Os achados revelam que a busca por modelos ideais de beleza, sucesso e estilo de vida nas redes sociais tem gerado impactos emocionais significativos, especialmente entre jovens. A exposição contínua a imagens e narrativas cuidadosamente construídas favorece a internalização de padrões inalcançáveis, resultando em sentimentos de inadequação e autocrítica exacerbada. Trata-se de um processo progressivo, no qual o indivíduo passa a avaliar sua própria vida a partir de métricas visuais e comparativas, guiado pelo que observa no ambiente digital.

Nesse sentido, Faciroli et al. (2022) destacam que o ambiente virtual intensifica os mecanismos de comparação social, levando indivíduos a interpretar a realidade a partir de parâmetros artificialmente elevados. A necessidade de validação externa, expressa por curtidas, comentários e compartilhamentos, torna-se um marcador psicológico de valor pessoal. Quando o retorno social não corresponde às expectativas, emergem sentimentos de frustração, baixa autoestima e ansiedade.

O discurso de autenticidade presente nas redes frequentemente contrasta com práticas de embelezamento digital, edição de imagem e construção narrativa idealizada. Assim, o usuário se vê diante de um paradoxo: busca ser pertencente a um grupo social ao mesmo tempo em que internaliza a percepção de que sua vida real não atende aos padrões esperados. Esse movimento desenvolve uma forma de sofrimento silencioso, produzido pela crença de que todos estão experimentando uma vida mais satisfatória do que a própria.

Além da estética e do estilo de vida, a retórica emocional associada ao discurso religioso digital tem se destacado. Silva e Luiz (2023, p. 5) afirmam que "a confiança estabelecida com influenciadores pode orientar escolhas e reforçar expectativas irreais de vida", evidenciando que a instrumentalização da fé e da espiritualidade pode produzir dependência emocional e fragilidade decisória.

PROMOÇÃO DE JOGOS DE AZAR, CONTEÚDO SEXUAL E RISCOS AOS OBJETIVOS SOCIAIS E DE SAÚDE

O estudo evidenciou a expansão de estratégias digitais associadas a jogos de azar, apostas e plataformas de conteúdo sexual. Essas práticas, frequentemente vinculadas a promessas de ganho financeiro rápido ou estilo de vida glamurizado, atraem principalmente grupos jovens, que buscam ascensão social imediata. A consequência, no entanto, pode ser o desenvolvimento de dependência comportamental, endividamento e sofrimento psicológico, fenômenos que demandam atenção social ampliada.

A promoção de conteúdos sexuais, embora frequentemente apresentada como forma de liberdade e expressão pessoal, pode impactar percepções sobre intimidade, autoestima e relações interpessoais. Silva e Luiz (2023) evidenciam que influenciadores vinculados ao nicho da estética e sensualidade influenciam diretamente a autoimagem e o comportamento dos seguidores, contribuindo para a intensificação de comparações corporais e expectativas distorcidas sobre relações afetivas.

Esse contexto tem implicações diretas para metas globais de bem estar e desenvolvimento social. O ODS 3, que aborda saúde e bem estar, é afetado pela amplificação de quadros ansiosos e depressivos associados à pressão digital e à insegurança emocional. O ODS 12, que trata de consumo responsável, é comprometido pela promoção de práticas de risco e estímulo ao consumo descontrolado (ONU Brasil, [s.d.]).

Faciroli et al. (2022) demonstram que plataformas digitais operam com sistemas de reforço intermitente, favorecendo comportamentos compulsivos e reduzindo a capacidade de autocontrole do usuário. Esse mecanismo psicológico explica a escalada de vícios digitais e a adesão crescente a conteúdos de risco financeiro, emocional e relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender como o marketing de influência atua de forma significativa sobre o comportamento de consumo dos brasileiros, evidenciando elevada vulnerabilidade às práticas persuasivas digitais e às dinâmicas de comparação social presentes nas redes. As análises mostraram que a influência de criadores de conteúdo pode impulsionar decisões de compra imediatas, favorecer o engajamento com práticas de consumo não sustentáveis e intensificar sentimentos de inadequação, ansiedade e frustração, especialmente entre grupos mais suscetíveis ao apelo emocional e simbólico dessas plataformas.

Os resultados reforçam a importância de uma educação crítica para o uso das mídias digitais, bem como a necessidade de estratégias educativas e regulatórias que promovam responsabilidade ética nas práticas de comunicação e publicidade. Tais ações são fundamentais para proteger a saúde mental da população, fortalecer o consumo consciente e estimular a autonomia do indivíduo frente aos estímulos digitais.

Como limitação, destaca-se o caráter teórico da pesquisa, baseado exclusivamente em fontes secundárias. Estudos futuros podem incorporar abordagens empíricas, ampliando a compreensão sobre os mecanismos psicológicos envolvidos e avaliando intervenções educativas e políticas públicas voltadas para o uso crítico das redes sociais.

REFERÊNCIAS

BRENNER, Wagner. Brasil é o país "mais influenciável" do mundo. Update or Die, 5 jul. 2022. Disponível em: https://updateordie.com/2022/07/05/brasil-e-o-pais-mais-influenciavel-do-mundo/. Acesso em: 6 jun. 2025

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 1-2, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 6 jun. 2025.

FACIROLI, Jéssica *et al.* Efeitos das redes sociais nos resultados dos programas governamentais: uma revisão sistemática. Brazil. J. Polit. Econ., v. 42, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/zgTVppXvvDJsySkkhpJTcng/. Acesso em: 6 jun. 2025.

ONU Brasil. (s.d.) **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.Acesso em: 6 jun. 2025.

SEBRAE. **73% dos brasileiros já compraram influenciados pelas redes sociais.** Sebrae, 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/posts/73-dos-brasileiros-ja-compraram-influenciados-pelas-redes-sociais,f4073d58eaf25810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 6 jun. 2025.

SILVA, Vanessa Kelle da; LUIZ, Gilberto Venâncio. Papel dos influenciadores digitais no processo de tomada de decisão em relação à compra de produtos de maquiagem. **Revista de Administração da UEG**, v. 14, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.srvojs.ueg.br/index.php/revista_administracao/article/view/12823. Acesso em: 6 jun. 2025.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: CUIDADO, ESCUTA E AÇÃO NA EDUCAÇÃO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Clayton Luiz Zanella[2]

Resumo – Este trabalho apresenta uma reflexão teórico-científica sobre a atuação do Psicólogo na equipe multidisciplinar escolar, com foco na promoção de cuidado, escuta qualificada e ações educativas orientadas pela ciência. O objetivo consistiu em analisar o papel do Psicólogo no contexto escolar, destacando sua contribuição para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, o fortalecimento do clima institucional e a construção de práticas inclusivas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com revisão narrativa de literatura recente, considerando publicações dos últimos cinco anos disponíveis em bases acadêmicas. Os resultados evidenciaram que o Psicólogo exerce função estratégica no ambiente escolar ao atuar de forma preventiva, colaborativa e interdisciplinar, oferecendo suporte à equipe pedagógica e às famílias, além de mediar processos relacionais e promover saúde mental. Observou-se que a presença do profissional contribui para práticas educativas humanizadas, éticas e integradas ao desenvolvimento pleno dos alunos. Conclui-se que a Psicologia escolar cumpre papel essencial na promoção de ambientes educacionais acolhedores, colaborativos e comprometidos com o bem-estar coletivo, sendo indispensável para fortalecer políticas inclusivas, prevenir sofrimento emocional e incentivar aprendizagens significativas.

Palavras-chave: psicologia escolar; equipe multidisciplinar; saúde mental; educação; inclusão.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Educacional consolidou-se como campo científico essencial para compreender o desenvolvimento humano, as dinâmicas relacionais e os processos de aprendizagem no contexto escolar. A presença do psicólogo em equipes multidisciplinares fortalece práticas pedagógicas integradas que reconhecem a subjetividade dos educandos, a complexidade dos ambientes escolares e a importância do acolhimento emocional. Conforme destacam Silva e Teixeira (2024), a articulação entre pesquisa e intervenção contribui para ações educativas fundamentadas, que valorizam a escuta, a promoção do bem-estar e o fortalecimento das relações entre estudantes e instituições.

O espaço escolar representa ambiente de formação humana que ultrapassa a transmissão de conteúdos curriculares e abrange a construção de vínculos, identidades e competências socioemocionais. Nessa perspectiva, a atuação do psicólogo torna-se estratégica ao apoiar

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

educadores, estudantes e famílias na compreensão de dificuldades, potencialidades e desafios cotidianos. De acordo com Nunes e Santos (2023), a Psicologia na educação favorece a identificação de fatores que interferem na aprendizagem, além de orientar práticas pedagógicas mais sensíveis aos aspectos emocionais e cognitivos envolvidos no processo educativo.

A atuação do psicólogo escolar não se limita a atendimentos individuais, pois envolve planejamento coletivo, mediação de conflitos, análise institucional e promoção de políticas que fortaleçam o bem-estar comunitário. A implementação de ações preventivas, rodas de conversa, programas socioemocionais e acompanhamento de situações de vulnerabilidade integra um conjunto de práticas alinhadas ao papel científico e social da Psicologia. Segundo Silva et al. (2022), práticas colaborativas entre profissionais da educação e Psicologia fortalecem estratégias de cuidado e prevenção, ampliando o alcance de políticas de saúde mental nas escolas.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do psicólogo na equipe multidisciplinar no contexto escolar, enfatizando a importância da escuta qualificada, do cuidado contínuo e da intervenção fundamentada em princípios éticos e científicos. A relevância desta reflexão reside na necessidade de consolidar práticas educativas humanizadas, inclusivas e alinhadas ao compromisso social da Psicologia. Busca-se demonstrar que a presença do psicólogo contribui para ambientes escolares mais saudáveis, relações pedagógicas mais sensíveis e processos de aprendizagem mais significativos e integradores.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de Leituras Interdisciplinares com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão narrativa da literatura. A revisão narrativa foi selecionada em razão de sua adequação para integrar diferentes referenciais teóricos e produzir síntese interpretativa sobre o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar escolar, considerando as dimensões científicas, pedagógicas e socioemocionais do processo educativo. Seguiu-se o critério de seleção de publicações recentes, priorizando materiais dos últimos cinco anos para assegurar relevância e atualidade teórica.

A busca bibliográfica foi realizada em bases científicas de acesso público, com destaque para SciELO e periódicos acadêmicos especializados em Psicologia e Educação. Os descritores utilizados foram "Psicologia Escolar e Educacional", "saúde mental na escola", "equipe multidisciplinar", "aprendizagem" e "promoção de bem-estar", combinados com operadores booleanos para refinar os resultados. As fontes incluídas atenderam aos critérios de pertinência temática, disponibilidade integral para leitura e publicação em revistas revisadas por pares. Foram excluídos textos opinativos, materiais não científicos e estudos sem relação direta com o contexto escolar.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura integral e interpretação teórica dos conteúdos, buscando identificar convergências conceituais e práticas recorrentes relacionadas à atuação do psicólogo no ambiente escolar, com foco em escuta qualificada, cuidado e ações colaborativas. A perspectiva adotada dialoga com Dorsa (2020), que enfatiza a importância da reflexão crítica e da articulação metodológica como eixo estruturante na construção de conhecimento, favorecendo análise rigorosa e sistematizada dos materiais consultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação do psicólogo escolar revela-se fundamental para fomentar práticas educativas que integrem dimensões emocionais, sociais e cognitivas do desenvolvimento. O trabalho pautado em escuta, acolhimento e intervenção planejada permite compreender o estudante como sujeito singular, inserido em contexto complexo e múltiplo. Segundo Silva e Teixeira (2024), a articulação entre pesquisa e prática amplia as possibilidades de intervenção, contribuindo para ambientes pedagógicos mais humanizados e cientificamente fundamentados.

As evidências teóricas analisadas demonstram que o psicólogo colabora para a promoção de relações mais saudáveis no espaço escolar, fortalecendo o clima institucional e prevenindo o surgimento de conflitos. A validação das experiências subjetivas dos alunos e o suporte oferecido aos docentes ampliam a capacidade da escola de construir um ambiente seguro para a expressão emocional. Nunes e Santos (2023) afirmam que compreender dificuldades de aprendizagem exige olhar atento para dimensões afetivas e cognitivas, o que reforça o caráter transformador da Psicologia na educação.

Nesse sentido, a presença do psicólogo contribui para práticas educativas inclusivas e dialógicas, apoiando a construção de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos estudantes. A orientação aos professores emerge como dimensão central do trabalho, uma vez que os educadores são mediadores diretos das experiências de aprendizagem. Silva et al. (2022) apontam que a integração entre equipe pedagógica e Psicologia fortalece ações de cuidado e promoção de saúde mental, garantindo acompanhamento mais efetivo.

A formação de redes de apoio dentro do ambiente escolar representa ponto estratégico observado nas fontes consultadas. A criação de espaços de diálogo, projetos socioemocionais e intervenções coletivas amplia a capacidade institucional de responder aos desafios contemporâneos da educação. Além disso, o psicólogo possui responsabilidade ética e científica ao avaliar demandas da comunidade escolar e propor soluções coerentes com as diretrizes profissionais (Silva; Teixeira, 2024).

A escuta qualificada emerge como ferramenta central na atuação do psicólogo escolar, evidenciando o compromisso da Psicologia com o cuidado integral e a compreensão profunda das experiências estudantis. A atenção ao discurso do aluno, às suas emoções e aos contextos de vida possibilita intervenções sensíveis e alinhadas às demandas contemporâneas do ambiente educativo. Silva e Teixeira (2024) ressaltam que o diálogo entre teoria científica e prática extensionista potencializa ações transformadoras no cotidiano escolar.

Os achados permitem observar que a promoção de saúde mental se fortalece quando o psicólogo atua de forma preventiva, ofertando espaços seguros para expressão, reflexão e regulação emocional. A atuação não se restringe a situações de crise, mas busca antecipar fatores de sofrimento psíquico e fortalecer habilidades socioemocionais. De acordo com Nunes e Santos (2023), compreender processos de aprendizagem exige atenção aos aspectos emocionais, reforçando o papel do psicólogo no cuidado integral do aluno.

Outro eixo central observado envolve o suporte emocional aos professores, que enfrentam desafios intensos relacionados ao manejo de sala de aula, estresse profissional e

demandas pedagógicas crescentes. O psicólogo contribui com estratégias de regulação emocional e mediação de conflitos, fortalecendo o trabalho docente. Silva et al. (2022) destacam que práticas colaborativas entre profissionais da educação qualificam a promoção de saúde mental na escola e ampliam o cuidado coletivo.

A construção de vínculos de confiança entre psicólogo, estudantes e equipe escolar é elemento estratégico para o sucesso das ações de cuidado emocional. O clima institucional se transforma quando há valorização do diálogo e da acolhida como princípios éticos e educativos. Nesse processo, o psicólogo atua como mediador que favorece a cultura do respeito, da cooperação e da empatia.

Os dados analisados demonstram que a escuta qualificada e o acolhimento constituem pilares da ação psicológica, contribuindo para relações saudáveis e práticas educativas mais sensíveis à complexidade do desenvolvimento humano. A promoção da saúde mental torna-se eixo fundamental na missão escolar, consolidando o papel do psicólogo como agente de cuidado e proteção emocional.

A literatura evidencia que a intervenção colaborativa entre Psicologia e equipe pedagógica é fator decisivo para o fortalecimento da inclusão escolar e da qualidade das práticas educativas. O trabalho integrado permite o planejamento de estratégias que atendam às singularidades dos estudantes, garantindo condições reais de participação. Silva e Teixeira (2024) afirmam que práticas fundamentadas na ciência ampliam o impacto social das ações psicológicas no contexto educacional.

A participação ativa do psicólogo em reuniões pedagógicas, planejamento institucional e projetos transversais contribui para a construção de ambientes inclusivos e democráticos. A articulação com diferentes profissionais possibilita identificar demandas emergentes e propor ações que favoreçam aprendizagem significativa. Para Nunes e Santos (2023), a Psicologia educacional orienta processos de ensino ao integrar fatores cognitivos e afetivos, fortalecendo o vínculo entre escola e estudante.

A intervenção colaborativa também fortalece o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a convivência escolar positiva. A mediação de conflitos, programas socioeducativos e práticas restaurativas demonstram o compromisso da Psicologia com relações respeitosas e participativas. Conforme observado em Silva et al. (2022), a integração de saberes multiprofissionais amplia o alcance das estratégias de cuidado e promoção de saúde mental no contexto escolar.

Cabe destacar que ambientes inclusivos não se constroem apenas com políticas formais, mas com práticas sensíveis, observação atenta e compromisso ético. O psicólogo atua como facilitador de processos que valorizam diversidade, equidade e participação social, promovendo escuta coletiva e corresponsabilidade. A atuação fundamentada em princípios científicos garante intervenções sólidas e socialmente comprometidas.

Os resultados evidenciam que a intervenção colaborativa é indispensável para fortalecer práticas inclusivas e assegurar que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pleno. A escola torna-se espaço de cuidado, formação

humana e cidadania, sustentado pela ação qualificada do psicólogo em rede com demais profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu compreender a relevância da atuação do psicólogo na equipe multidisciplinar escolar, destacando seu papel no cuidado emocional, na escuta qualificada e na articulação de ações educativas fundamentadas na ciência. Verificou-se que a presença da Psicologia no ambiente escolar favorece práticas pedagógicas sensíveis às demandas socioemocionais dos estudantes e fortalece relações institucionais baseadas em acolhimento e respeito às singularidades.

O estudo evidenciou que atividades preventivas, diálogo com educadores e promoção de saúde mental representam eixos centrais da prática psicológica no contexto educacional. A articulação entre teoria e prática contribui para intervenções éticas e humanizadas, reforçando o compromisso social da Psicologia com o desenvolvimento integral dos alunos e com o fortalecimento do ambiente escolar.

Quanto às limitações, ressalta-se o caráter interpretativo da revisão narrativa, sem coleta empírica. Ainda assim, o trabalho oferece subsídios teóricos para aprimoramento das práticas na área. Para estudos futuros, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas de campo e avaliações de impacto das ações psicológicas no cotidiano escolar.

Conclui-se que o psicólogo exerce papel fundamental na promoção de uma educação integral, ética e comprometida com o bem-estar coletivo, contribuindo para ambientes inclusivos e aprendizagem significativa no contexto escolar contemporâneo.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 09 set. 2025.

NUNES, Getulio de souza; SANTOS, Valmiro I. A A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM: : ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS . Unificando Saberes, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 03–19, 2023. Disponível em: https://revistas.unifieo.br/psicologia/article/view/1485. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, F. P. A. da; TEIXEIRA, K. P. A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 4, n. 4, p. e3911, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N4-030. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3911. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Luciano *et al.* Saúde mental na escola: práticas e desafios para a Psicologia Escolar e Educacional. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 4269-4278, nov. 2022.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKgkYpwXvHx3B3b/?lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

O PAPEL DO PSICÓLOGO EXISTENCIALISTA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE SENTIDO, LIBERDADE E FINITUDE

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Mirella Raiana da Silva[1]
Sabrina Misturini[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – O presente trabalho aborda o papel do psicólogo existencialista no processo de envelhecimento, buscando compreender como essa abordagem pode auxiliar o idoso na construção de sentido e propósito frente às mudanças da velhice. O estudo fundamenta-se em uma revisão teórica de caráter interdisciplinar, com base em publicações científicas disponíveis em bases como SciELO e PePSIC. Observa-se que o envelhecimento é um fenômeno complexo que envolve dimensões biológicas, psicológicas e existenciais, demandando uma escuta sensível e empática do psicólogo. A abordagem existencial-humanista, ao valorizar a liberdade, a autenticidade e a busca de sentido, contribui para o enfrentamento de perdas e a ressignificação da própria existência. Conclui-se que o psicólogo existencialista tem um papel essencial na promoção de um envelhecer saudável, auxiliando o idoso a lidar com a finitude e a reconstruir sua identidade a partir do autoconhecimento e da aceitação.

Palavras-chave: Psicologia Existencial. Envelhecimento. Saúde Mental. Pessoa idosa.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e inevitável, marcado por transformações físicas, cognitivas, sociais e emocionais. Com o aumento da expectativa de vida, torna-se fundamental compreender as demandas psicológicas envolvidas nessa etapa. Dentro desse contexto, o psicólogo desempenha um papel relevante ao promover o bem-estar psíquico e favorecer a adaptação do indivíduo às mudanças que ocorrem nessa fase da vida. A abordagem existencialista contribui significativamente para esse trabalho, uma vez que propõe uma escuta que valoriza a singularidade, a liberdade e a busca de sentido do ser humano. Segundo Frankl (1991), o homem é um ser em constante busca de significado, e mesmo diante do sofrimento, é possível encontrar propósito e transcendência. Assim, compreender o papel do psicólogo existencialista no envelhecimento é reconhecer a importância de uma prática que acolhe a angústia e possibilita o autoconhecimento e a autenticidade.

[1]Alunos do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Alunos do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O envelhecimento, além de ser um processo biológico inevitável, constitui uma experiência profundamente subjetiva, marcada por mudanças que desafiam o indivíduo a redefinir sua identidade e propósito de vida. Em um contexto social que frequentemente associa a velhice à perda e à decadência, torna-se essencial promover uma nova compreensão sobre essa fase, reconhecendo-a como um período de possibilidades e reconstruções. Nesse sentido, a Psicologia Existencial oferece um olhar humanizado que valoriza a autenticidade e a liberdade de ser, permitindo ao idoso ressignificar a própria história e encontrar novos significados para sua existência (Frankl, 1991). A abordagem existencialista propõe que o ser humano, mesmo diante de limitações, mantém sua capacidade de escolha e de atribuir sentido às experiências. Essa concepção é especialmente relevante no envelhecimento, momento em que o indivíduo pode sentir-se fragilizado por perdas físicas, sociais ou emocionais. Segundo Frankl (1991), a busca por sentido constitui a principal força motivadora do ser humano, e sua ausência pode gerar um vazio existencial que se manifesta em sofrimento psíquico e desmotivação. Assim, o trabalho do psicólogo existencialista é direcionado à escuta empática e à facilitação do encontro do idoso com seu próprio propósito, promovendo um envelhecer mais consciente e significativo.

A Psicologia Existencial baseia-se em autores como Viktor Frankl, Rollo May e Irvin Yalom, que compreendem o ser humano como um ser de possibilidades, livre e responsável por suas escolhas. Para Frankl (1991), o sentido da vida é essencial para a saúde mental, e a perda desse sentido pode gerar vazio existencial. No envelhecimento, o indivíduo se depara com a finitude, o luto e a perda de papéis sociais, o que pode intensificar a busca por significado. De acordo com Yalom (2021), a consciência da morte é um fator que desperta reflexões profundas sobre o viver autêntico. Já May (1982) enfatiza a necessidade de enfrentar a angústia como parte da existência humana. Assim, o psicólogo existencialista atua no acolhimento dessas questões, promovendo um espaço de reflexão e autocompreensão. Estudos recentes (Moreira e Holanda, 2010) demonstram que intervenções psicológicas fundamentadas na logoterapia e na fenomenologia existencial contribuem para o aumento do bem-estar subjetivo e da resiliência emocional entre idosos. No contexto clínico, o psicólogo existencialista atua por meio da escuta empática e da valorização da experiência subjetiva do idoso, incentivando-o a expressar seus sentimentos, medos e expectativas diante das mudanças próprias da velhice.

Além do contexto clínico, a abordagem existencialista pode ser aplicada em espaços comunitários e institucionais, como lares de longa permanência e grupos de convivência. Tais ambientes são propícios para o desenvolvimento de intervenções voltadas à promoção de sentido e pertencimento, favorecendo o combate à solidão e ao sentimento de inutilidade social. Moreira e Holanda (2010) ressaltam que práticas inspiradas na logoterapia contribuem para o fortalecimento do bem-estar subjetivo e da espiritualidade, dimensões essenciais para um envelhecer pleno e saudável. Assim, o psicólogo existencialista atua não apenas como terapeuta, mas como agente de transformação social.

Essa abordagem não busca eliminar a dor, mas compreendê-la como parte constitutiva da existência, possibilitando que o indivíduo encontre sentido mesmo diante do sofrimento (Frankl, 1991). Segundo Samartini e Cândido (2021), a atuação terapêutica com idosos deve favorecer o reconhecimento da autonomia e da liberdade, estimulando o protagonismo na própria história de vida. A escuta existencial se mostra fundamental nesse processo, pois auxilia o idoso a ressignificar suas experiências, integrando passado, presente e futuro. Pesquisas

recentes indicam que práticas baseadas na logoterapia têm se mostrado eficazes na diminuição de sintomas depressivos e no fortalecimento da espiritualidade e do propósito de vida em idosos (Vieira e Aquino, 2016). Em Resumo o papel do psicólogo existencialista vai além do cuidado clínico, abrangendo a promoção de um envelhecimento ativo, consciente e dotado de sentido.

Outro ponto relevante refere-se à integração entre espiritualidade e sentido de vida, destacada por Vieira e Aquino (2016) como um dos pilares do bem-estar emocional na velhice. A espiritualidade, nesse contexto, é compreendida de forma ampla, não restrita à religiosidade, mas como um modo de conexão profunda com valores, memórias e afetos que conferem continuidade à existência. O psicólogo existencialista, ao valorizar essa dimensão, contribui para que o idoso encontre serenidade e gratidão diante das experiências vividas, favorecendo uma postura de aceitação diante da inevitabilidade da morte.

O papel do psicólogo existencialista também se estende ao fortalecimento da autonomia e do protagonismo na velhice. Conforme destacam Samartini e Cândido (2021), reconhecer a capacidade de decisão do idoso e incentivá-lo a exercer sua liberdade é fundamental para a manutenção da dignidade e da autoestima. A escuta existencial, portanto, não se limita a acolher a dor, mas busca estimular a reflexão sobre as escolhas e os significados que compõem a história de vida do sujeito. Essa prática terapêutica se torna uma via de empoderamento, em que o idoso é visto como autor da própria narrativa, mesmo em meio às limitações impostas pela idade.

Por fim, compreender o envelhecimento sob a ótica existencial implica reconhecer que o sentido da vida não se esgota com o passar dos anos, mas se renova conforme o indivíduo se reconcilia com sua história. A atuação do psicólogo, fundamentada na escuta autêntica e na valorização da liberdade, promove um espaço de encontro e reflexão onde o idoso é convidado a ressignificar perdas e reconstruir esperanças. Dessa forma, o envelhecer deixa de ser sinônimo de declínio para se tornar um processo de amadurecimento humano e existencial, em que a busca por significado permanece como essência da vida até o fim (May, 1982).

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e caracteriza-se como uma revisão teórica de caráter interdisciplinar. Foram realizadas buscas em bases científicas, como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, utilizando os descritores “Psicologia Existencial”, “Envelhecimento”, “Sentido da Vida” e “Saúde Mental do Idoso”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2000 e 2024 que abordassem a atuação do psicólogo e os aspectos existenciais do envelhecer. Após a seleção, os estudos foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar as contribuições da abordagem existencialista para o cuidado psicológico na velhice.

Além disso, os artigos foram submetidos a uma leitura minuciosa em três etapas: leitura exploratória, seletiva e interpretativa. Na fase exploratória, realizou-se o levantamento e reconhecimento das principais produções científicas relacionadas ao tema. A leitura seletiva permitiu identificar estudos relevantes e com maior coerência teórica para os objetivos da pesquisa. Por fim, a leitura interpretativa possibilitou a síntese dos resultados e a identificação de categorias temáticas, tais como autenticidade e liberdade no envelhecimento, ressignificação do sofrimento e o papel da espiritualidade na busca de sentido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da revisão teórica evidenciam que o envelhecimento, quando analisado sob a ótica da Psicologia Existencial, transcende o aspecto biológico e se configura como um fenômeno de construção subjetiva. O idoso, ao confrontar-se com a finitude, é convidado a ressignificar sua história e a elaborar novos sentidos para a própria existência. Essa percepção que o sofrimento pode ser um catalisador para o reencontro com o propósito de vida, desde que o indivíduo seja acolhido em sua singularidade e liberdade.

A análise dos estudos selecionados revela que a atuação do psicólogo existencialista favorece o enfrentamento de sentimentos como solidão, medo e desesperança, comuns nessa fase. O acolhimento terapêutico assim enfatiza a autonomia e a autenticidade contribuindo para que o idoso reconheça sua capacidade de escolha e mantenha o protagonismo diante das limitações impostas pela idade. Logo, a prática clínica se consolida como um espaço de autodescoberta e de reconciliação com a própria história.

Observou-se, também, que intervenções pautadas na logoterapia têm promovido resultados positivos na saúde mental dos idosos, especialmente na redução de sintomas depressivos e na ampliação do bem-estar subjetivo. A busca de sentido, quando estimulada pelo psicólogo, proporciona melhora significativa na autoestima e na percepção de valor pessoal. De acordo com Yalom (2021), a consciência da morte não deve ser compreendida apenas como fonte de angústia, mas também como elemento transformador que impulsiona a autenticidade. Ao reconhecer a finitude, o idoso é convidado a revisar prioridades, vínculos e valores, abrindo-se para um processo de aceitação e reconciliação com a própria trajetória. O psicólogo, nesse cenário, atua como mediador do diálogo entre o indivíduo e sua condição existencial, auxiliando-o a transformar o medo em sabedoria e o sofrimento em crescimento interior. Esses achados reforçam o papel do profissional como mediador da reconciliação entre o indivíduo e sua própria finitude.

Do ponto de vista existencial, a consciência da morte, é uma oportunidade de reflexão e crescimento. Nos atendimentos analisados em estudos clínicos, notou-se que o idoso que enfrenta a angústia existencial tende a desenvolver maior aceitação e serenidade diante das perdas. O psicólogo existencialista, nesse contexto, atua não para eliminar a dor, mas para compreendê-la e transformá-la em fonte de aprendizado e significado.

Outro aspecto identificado refere-se ao fortalecimento da espiritualidade como estratégia de enfrentamento. A integração entre logoterapia e espiritualidade promove resiliência emocional e favorece o sentimento de continuidade de vida. Essa dimensão espiritual, longe de se restringir à religiosidade, traduz-se em uma vivência de conexão com valores, afetos e propósitos que sustentam o existir.

No campo da saúde mental coletiva, a literatura indica que o psicólogo existencialista também pode atuar em instituições, lares de idosos e centros de convivência, promovendo grupos reflexivos e oficinas de sentido. Essas práticas possibilitam o fortalecimento das relações sociais e o combate à sensação de inutilidade, ao mesmo tempo em que resgatam a dignidade e a autovalorização. Isso amplia o alcance da Psicologia Existencial para além do setting terapêutico individual.

Os resultados reforçam, ainda, a importância de compreender o envelhecimento como processo ativo, em que o sujeito continua a se reinventar. Enfrentar a angústia e o medo é um caminho necessário para o desenvolvimento autêntico. Nessa perspectiva, o psicólogo existencialista contribui para que o idoso vivencie a velhice como etapa de possibilidades e não apenas de perdas, auxiliando-o na construção de novos projetos e vínculos afetivos.

A abordagem existencial, portanto, se mostra eficaz na promoção de um envelhecer saudável, pois considera a totalidade da experiência humana — corpo, mente e espírito. Conforme observado nos estudos analisados, a escuta empática e o diálogo autêntico são elementos centrais para o fortalecimento do sentido de vida, da autonomia e do pertencimento. Essa prática humanizada potencializa a qualidade de vida e amplia a perspectiva do envelhecimento como fase de plenitude e aprendizado.

Os dados também revelam desafios à prática existencialista, especialmente quanto à necessidade de políticas públicas que integrem o cuidado psicológico nas estratégias de atenção ao idoso. A escassez de programas voltados ao acompanhamento emocional e à formação continuada de profissionais limita a atuação do psicólogo nessa área. É fundamental, portanto, que o conhecimento existencial seja incorporado à formação acadêmica e aos serviços de saúde.

Por fim, os resultados indicam que o papel do psicólogo existencialista no processo de envelhecimento é o de facilitador do autoconhecimento, mediador do diálogo interno e promotor de sentido. A atuação embasada na liberdade, responsabilidade e autenticidade oferece ao idoso condições para reconciliar-se com sua história e encarar a finitude com serenidade. Em síntese, o envelhecer torna-se uma jornada de reconstrução de si, sustentada pelo encontro entre a escuta psicológica e a busca humana por significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão teórica realizada, conclui-se que o psicólogo existencialista desempenha um papel essencial no processo de envelhecimento, ao oferecer um espaço de escuta que favorece o autoconhecimento, a aceitação e a reconstrução de sentido. A abordagem existencial possibilita ao idoso ressignificar experiências, lidar com a finitude e encontrar propósito mesmo diante das perdas. Dessa forma, a atuação do psicólogo existencialista contribui não apenas para a saúde mental individual, mas também para a promoção de um envelhecer mais digno e humano. Recomenda-se que novas pesquisas aprofundem a relação entre práticas existenciais e qualidade de vida na terceira idade.

REFERÊNCIAS

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

YALOM, I. D. **Psicoterapia existencial.** Porto Alegre: Artmed, 2021.

MAY, R. **A descoberta do ser.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, N.; HOLANDA, A. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. Psico-USF, Campinas, v. 15, n. 3, p. 345-356, 2010.Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/HxrrqnNtNcfvGT5xQwbmNTf/?lang=pt. Acesso em: 21 out. 25.

SAMARTINI, R. S.; CÂNDIDO, V. C. Reflexões sobre autonomia de idosos e seu significado para a prática do cuidado em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 74, n. 3, p. 1-5, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/JRBXPrtgNZFdfTGTtx9QhfH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out. 25.

VIEIRA, D. C. R.; AQUINO, T. A. A. de. Vitalidade subjetiva, sentido na vida e religiosidade em idosos: um estudo correlacional. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 573-586, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200005. Acesso em: 21 out. 25.

O ENCONTRO TERAPÊUTICO COM O IDOSO: PERSPECTIVAS DA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Liza Maria Ozogovski[1]
Sarah Elisa Cavalet[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – O processo de envelhecimento humano é compreendido de maneiras distintas por cada indivíduo, pois depende da forma como cada um lida com as transformações que ocorrem ao longo da vida, sejam elas físicas, sociais, psíquicas ou fisiológicas. A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão bibliográfica com análise de textos, fundamentada no método hermenêutico, cuja proposta é favorecer a compreensão e a interpretação dos significados presentes nas experiências humanas.A forma como o idoso se relaciona com sua família é fortemente influenciada pelos princípios e valores que orientam suas decisões e escolhas ao longo da vida. Nesse contexto, a Psicoterapia Existencial surge como uma alternativa diferenciada, que propõe ao idoso ressignificar sua existência e projetar um novo sentido para o futuro. Envelhecer, portanto, envolve o desenvolvimento da consciência sobre si e sobre os aspectos inerentes à própria vida. Essa fase convida o indivíduo a reconhecer a transitoriedade da existência, valorizando cada experiência vivida e compreendendo a finitude como parte do processo natural da vida. Assim, torna-se essencial cultivar a gratidão pelas conquistas e relações construídas, aprender a perdoar, aceitar as diferenças, enfrentar medos e angústias, e buscar uma vida dotada de propósito e significado.

Palavras-chave: Idoso. Envelhecimento. Psicoterapia Existencial.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar de que forma a psicoterapia existencial pode contribuir para que os idosos compreendam e vivenciem melhor o processo de envelhecimento. O envelhecimento humano vai além das mudanças biológicas, envolvendo também dimensões existenciais ligadas ao sentido da vida, à liberdade e à finitude. Nesse contexto, a psicoterapia existencial se mostra uma abordagem relevante para promover o autoconhecimento e auxiliar o idoso a ressignificar sua existência. Ao valorizar a singularidade de cada indivíduo, essa prática possibilita que o idoso se reconheça como protagonista de sua própria história, recuperando valores e propósitos que sustentam sua experiência de vida (Zanatta, 2021).

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Trata-se de um processo fisiológico que todos os seres humanos atravessam, marcado por transformações físicas, psíquicas, sociais e fisiológicas. O envelhecimento reflete tanto fatores biológicos quanto experiências subjetivas e culturais acumuladas ao longo da vida, e a forma como cada pessoa vivencia depende não apenas de sua saúde e genética, mas também de aspectos emocionais, afetivos e do contexto social em que está inserida. Nesse sentido, envelhecer de maneira saudável não se resume à ausência de doenças, mas envolve a capacidade de se adaptar às mudanças, manter autonomia e preservar vínculos significativos, garantindo qualidade de vida e sentido existencial (Araújo; Souza, 2019).

No cuidado com o público idoso, a terapia existencial contribui diretamente para o bem-estar e a qualidade de vida, ao considerar o ser humano em sua totalidade, suas escolhas, responsabilidades e a possibilidade de atribuir significado à própria existência. É comum que, nesse período da vida, surjam reflexões sobre o passado, sobre o sentido da vida e sobre a finitude. A psicoterapia existencial oferece um espaço seguro e acolhedor para que o idoso possa ressignificar sua trajetória, reconhecer conquistas e lidar com perdas de forma mais consciente e autêntica.

Além disso, essa abordagem estimula a autonomia, o protagonismo e o autoconhecimento, permitindo que o idoso se perceba como agente ativo de sua história e capaz de estabelecer novos objetivos, mesmo diante das limitações impostas pelo envelhecimento. A prática terapêutica, especialmente em contextos grupais, também favorece o diálogo, a escuta verdadeira e o fortalecimento dos vínculos sociais, promovendo um sentimento de pertencimento essencial para uma vivência mais plena, equilibrada e significativa nesta etapa da vida.

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma leitura interdisciplinar, no qual foi utilizado o método de revisão bibliográfica. Para tanto, foram pesquisados artigos científicos, revistas e demais publicações acadêmicas relevantes sobre o tema da psicoterapia existencial com pessoas idosas. A metodologia seguiu etapas sistemáticas para garantir rigor na seleção e análise das fontes consultadas.

Inicialmente, foram definidos os termos de busca e os bancos de dados utilizados para localizar estudos pertinentes. Em seguida, realizou-se uma avaliação crítica para selecionar os textos que abordassem aspectos teóricos e práticos da psicoterapia existencial aplicada ao envelhecimento. Os dados foram coletados dessas fontes para analisar os principais conceitos, técnicas e resultados encontrados nas pesquisas.

Por fim, os dados foram organizados e interpretados com foco na compreensão dos benefícios e desafios da psicoterapia existencial na promoção do sentido de vida e qualidade de vida dos idosos. Essa revisão buscou pesquisar, sintetizar e discutir evidências científicas disponíveis para fundamentar a aplicação dessa abordagem terapêutica no contexto do envelhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos recentes mostram que a psicoterapia existencial, especialmente a logoterapia de Viktor Frankl, tem sido utilizada como uma ferramenta psicológica para os idosos, particularmente no combate ao vazio existencial e na criação de um propósito para essa fase da vida (Pordeus, 2023; Silva et al., 2022). As informações sugerem que intervenções desse tipo ajudam a ressignificar a vida, incentivando a busca por significados pessoais.

Além disso, observou-se que o aspecto coletivo da psicoterapia em grupo proporciona um ambiente favorável para o diálogo e a troca de vivências, o que favorece a liberdade de expressão do projeto de vida em uma fase avançada da existência (Silva et al., 2022).

A análise dos resultados indica que a psicoterapia existencial oferece recursos para que os idosos lidem com os desafios do envelhecimento, reconectando-se com seus próprios sentidos de vida. Isso pode ajudar a prevenir ocorrências graves, como o suicídio (Pordeus, 2023). A dinâmica de grupo reforça o sentimento de pertencimento e permite a construção conjunta de significados, potencializando a experiência terapêutica (Silva et al., 2022).

A crítica à medicalização destaca a importância de expandir a perspectiva sobre o envelhecimento além do aspecto biológico, levando em consideração as dimensões subjetivas e as experiências vividas pelo indivíduo (Zanatta, 2021). Portanto, percebe-se a necessidade de criação de políticas públicas que ofereçam formação específica para os profissionais e incentivem intervenções baseadas na vivência do idoso, levando em consideração os contextos culturais e sociais (Zanatta, 2021; Areco, 2024).

Além disso, os estudos indicam desafios, como a demanda por treinamento especializado para os terapeutas, a fim de abordar as particularidades do envelhecimento, e a resistência cultural e social dos idosos em aceitar a psicoterapia (Zanatta, 2021; Areco, 2024). Essas restrições destacam a necessidade de medidas que aumentem o acesso e a aceitação dessas práticas.

Em Resumo, a psicoterapia existencial surge como uma abordagem para entender o envelhecimento como uma oportunidade de ressignificação da vida, incentivando a autonomia e a liberdade no projeto de vida do idoso. No entanto, issorequer esforços para sua democratização e adaptação cultural no âmbito da saúde mental.

CONSDERAÇÕES FINAIS

A psicoterapia existencial se mostra uma abordagem relevante para apoiar os idosos na compreensão e vivência do envelhecimento, promovendo autonomia, ressignificação da vida e fortalecimento do sentido existencial. Técnicas como a logoterapia auxiliam no enfrentamento do vazio existencial, na construção de propósitos pessoais e na valorização da própria história.

O trabalho em grupo reforça vínculos sociais, favorecendo o pertencimento e a troca de experiências, enquanto desafios como a necessidade de formação especializada e a resistência de parte do público idoso apontam para a importância de políticas que ampliem o acesso e a aceitação dessas práticas.

Em suma, a psicoterapia existencial contribui para que o envelhecimento seja vivido como oportunidade de crescimento, liberdade e afirmação da dignidade, promovendo qualidade de vida e bem-estar na terceira idade.

REFERÊNCIAS

ARECO, M. *Envelhecimento e sentido da vida na perspectiva de Viktor E. Frankl.* Research, Society and Development, v. 13, n. 5, 2024.

Areco, F. de S. (2024). As vivências da pessoa idosa diante da solidão e solitude. REFACS.

Pordeus, M. P. (2023). A logoterapia de Viktor Frankl e a contribuição filosófica de Albert Camus no cenário de suicídio de pessoas idosas. Revista Contemporânea.

Silva, F. L. H. da, et al. (2022). Envelhe-"ser": redescobrindo o sentido da vida. Revista NUFEN.

ROSS, Eloise Oliveira; FREIRE, Paula Tessari; FONTIN, Thaila de Oliveira; FORNARI, Gabriela Araújo. A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA NA VELHICE: UM ENFOQUE DA FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL. AKRÓPOLIS - Revista de

Ciências Humanas da UNIPAR, *[S. l.]*, v. 32, n. 2, p. 136–156, 2025.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada.* Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2015.

Zanatta, C. de. (2021). A pessoa idosa e a busca do sentido: um olhar fenomenológico-existencial. PEPSIC.

ZANATTA, L. F. A medicalização da velhice e os desafios do cuidado existencial. Revista Akropolis, v. 29, n. 1, 2021.

O PAPEL DA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Agatha Soares[1]
Márcio Martins[2]
Vitor Lucas Rotta[3]
Sabrina Souza[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – Este artigo propõe uma análise teórica sobre o papel da psicoterapia de inspiração existencial na promoção da saúde mental. A partir de uma revisão da literatura focada em abordagens fenomenológicas e existenciais, investiga-se como conceitos fundamentais como angústia, liberdade e responsabilidade são mobilizados no contexto clínico para auxiliar o indivíduo a ressignificar seu sofrimento e a reconstruir seu projeto de ser. A discussão evidencia que a psicoterapia existencial, ao se afastar de modelos puramente biomédicos, oferece um espaço para que o sujeito se aproprie de sua existência, compreendendo o sofrimento não como um desvio a ser corrigido, mas como parte constitutiva da condição humana. Conclui-se que essa abordagem contribui significativamente para uma concepção ampliada de saúde, na qual ser saudável envolve a capacidade de enfrentar as contradições da vida e de se tornar autor da própria história.

Palavras-chave: Psicoterapia Existencial. Saúde Mental. Fenomenologia. Psicologia Clínica.

INTRODUÇÃO

A psicologia clínica, em suas diversas vertentes, busca oferecer caminhos para a superação do sofrimento psíquico, seja ele individual ou grupal (Schneider, 2011 apud Correa; Oliveira, 2024). Nesse vasto campo, a psicoterapia de inspiração existencial se destaca por sua fundamentação filosófica, que concebe o ser humano não como um conjunto de mecanismos a serem ajustados, mas como um ser em constante vir a ser, confrontado com as realidades da existência (Erthal, 2013 apud Correa; Oliveira, 2024). Essa perspectiva se alinha a compreensão de saúde que transcende a ausência de doença, compreendendo-a como um processo ativo de construção de sentido e de enfrentamento das adversidades inerentes à vida (Kahhale, 2003, apud Pretto, Langaro; Santos, 2009).

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A abordagem existencialista, com forte influência de pensadores como Søren Kierkegaard e Jean-Paul Sartre, propõe que a existência precede a essência, significando que o ser humano se define a partir de suas escolhas e de sua ação no mundo (Sartre, 1978 apud Pretto; Langaro; Santos, 2009) Nesse sentido, o sofrimento e a angústia não são vistos meramente como sintomas patológicos, mas como experiências fundamentais que revelam a condição de liberdade e a responsabilidade de cada um diante de seu próprio projeto de ser (Mattar; Feijoo, 2016 apud Correa; Oliveira, 2024). A psicoterapia, sob essa ótica, funciona como um espaço de mediação no qual o indivíduo pode explorar outras possibilidades de existir, fazendo algo com aquilo que fizeram dele (Schneider, 2011 apud Correa; Oliveira, 2024).

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da psicoterapia existencial na promoção da saúde mental, utilizando como base uma revisão teórica dos estudos de Correa e Oliveira (2024), Pinheiro e Castelo Branco (2024), Pretto, Langaro e Santos (2009) e Schievano e Goto (2024). Busca-se demonstrar como a abordagem existencialista, ao focar na singularidade da experiência humana, contribui para a saúde mental dos clientes, considerando que aponta para uma compreensão mais profunda do sofrimento e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que fortalecem o indivíduo em sua jornada existencial (Pretto; Langaro; Santos, 2009). A prática clínica, portanto, é moldada não apenas por técnicas, mas pela capacidade do psicólogo de criar um espaço de abertura às possibilidades (Dutra, 2013 apud Correa; Oliveira, 2024).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza teórica e analítica. Para cumprir com o objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico focado exclusivamente nos quatro artigos científicos fornecidos, que versam sobre a psicologia clínica de orientação fenomenológica, existencial e humanista: Pinheiro e Castelo Branco (2024); Correa e Oliveira (2024); Pretto, Langaro e Santos (2009); Schievano e Goto (2024).

A escolha por esta delimitação metodológica se justifica pela intenção de aprofundar a análise do corpus documental específico, sintetizando e articulando os argumentos apresentados pelos autores para construir uma reflexão coesa sobre o tema.

O método inspira-se nos princípios da revisão sistemática, que objetiva agrupar, analisar e sintetizar produções de maneira organizada e reflexiva, buscando responder a uma pergunta específica por meio de um método rigoroso Pinheiro e Castelo Branco (2024); Correa e Oliveira (2024), Schievano e Goto (2024).

A análise dos documentos foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar os conceitos centrais, as propostas de intervenção clínica e as discussões sobre o papel do psicoterapeuta nos textos selecionados. Foram extraídos e categorizados trechos relevantes que abordam a relação entre a psicoterapia existencial e a saúde mental, focando em como as teorias filosóficas são aplicadas ao contexto clínico Correa e Oliveira (2024); Pretto, Langaro e Santos (2009). A análise se pautou na articulação das diferentes perspectivas, buscando construir um panorama integrado que reflita as contribuições dessas abordagens para o campo da saúde mental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos materiais permitiu identificar que o núcleo da psicoterapia existencial reside na compreensão do sofrimento humano como um fenômeno intrinsecamente ligado à condição de liberdade (Correa; Oliveira, 2024). Kierkegaard, um dos precursores da filosofia existencial, aponta a angústia como "o mostrar-se da liberdade para si mesma", sendo este o foco de estudo de uma psicologia que se aproxima da existência (Vieira, 2020 apud Correa; Oliveira, 2024). A angústia, portanto, não é um estado a ser eliminado, mas uma "escola" na qual o indivíduo aprende sobre si mesmo e assume a responsabilidade de ser quem é (Silva; Barreto, 2020 apud Correa; Oliveira, 2024).

Essa perspectiva rompe com a lógica puramente biologicista da saúde, que muitas vezes patologiza experiências existenciais universais. A clínica existencialista, ao contrário, oferece um espaço para que o indivíduo possa "refletir e assumir a função libertadora da angústia" (Silva; Barreto, 2020 apud Correa; Oliveira, 2024, p. 88). O psicoterapeuta, nesse contexto, não atua como um especialista que detém a cura, mas como alguém que acompanha o cliente no caminho em que ele narra seu sofrimento e sua história (Margarido, 2017 apud Correa; Oliveira, 2024). O objetivo não é ajustar o sujeito a um padrão de normalidade, mas criar condições para que ele possa reconstruir seu projeto de ser (Pretto; Langaro; Santos, 2009)

Schneider (2011) apud Correa e Oliveira (2024), define a tarefa da psicoterapia existencialista como o ato de

> [...] é a de colocar o ser da pessoa em suas próprias mãos, possibilitando o cliente/paciente se converter em sujeito da sua própria história. Assim, se trata de viabilizar o homem enquanto sujeito para que, assim, este possa superar sua condição de alienação e fazer algo com aquilo que os outros fizeram dele (p. 83).

A relação entre terapeuta e cliente é fundamental nesse processo, sendo ela mesma um instrumento de transformação (Pinheiro; Castelo Branco, 2024). A psicoterapia torna-se uma nova mediação que favorece transformações e possibilita ao sujeito a redefinição de seu projeto. Isso se torna especialmente relevante na atuação da psicologia clínica na atenção básica à saúde, como relatado por Pretto, Langaro e Santos (2009). A demanda diversificada exige do profissional uma amplitude de instrumentos teóricos e metodológicos que a abordagem existencialista pode abarcar (Pretto; Langaro; Santos, 2009).

Nesse fazer clínico, a suspensão de prejulgamentos, inspirada na epoché fenomenológica, é uma ferramenta crucial. Embora a aplicação direta do método fenomenológico husserliano na psicoterapia seja complexa e debatida, a "postura fenomenológica" de colocar ideias e pré-conceitos entre parênteses é frequentemente citada como essencial para uma escuta autêntica (Schievano; Goto, 2024).

Schievano e Goto (2024) entendem que essa suspensão de prejulgamentos permite que o terapeuta se aproxime da experiência vivida pelo cliente sem reduzi-la a diagnósticos prévios, focando no modo como o indivíduo vivencia sua própria história e como chegou a ser quem é. A clínica se torna um espaço para "recriar sentidos e refazer projetos de vida", permitindo a

apropriação da subjetividade individual e social (Kahhale, 2003 apud Pretto; Langaro; Santos, 2009, p. 398).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise teórica demonstrou que a psicoterapia de inspiração existencial desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental, oferecendo uma alternativa robusta aos modelos que tendem a patologizar o sofrimento humano. Ao situar a angústia, a liberdade e a responsabilidade no centro da experiência clínica, essa abordagem permite que o indivíduo se reconheça como sujeito ativo de sua própria história, capaz de transcender as condições que lhe são dadas.

Verificou-se que o papel do psicoterapeuta existencial não é o de eliminar o sofrimento, mas o de acompanhar o indivíduo na exploração de seu sentido, transformando a crise em uma oportunidade de crescimento. A clínica torna-se um laboratório existencial, um espaço de acolhimento e reflexão onde novas possibilidades de ser podem ser vislumbradas e construídas.

Conclui-se, portanto, que a psicoterapia existencial contribui para uma concepção de saúde mental mais ampla e humanizada. Ser saudável, sob essa ótica, não é estar isento de conflitos, mas ter a capacidade de se confrontar com as contradições da existência, de fazer escolhas autênticas e de se responsabilizar por elas, reinventando continuamente o próprio projeto de vida.

REFERÊNCIAS

CORREA, Isabella Cristina; OLIVEIRA, Fabrício Emanuel Soares de. Uma psicologia clínica inspirada em Kierkegaard: revisão integrativa. Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica, v. 30, n. 1, p. 82-91, 2024. Disponível em: https://revistaabordagemgestaltica.com.br/index.php/go/article/view/114. Acesso em: 10 out. 2025.

PINHEIRO, Raquel Fernandes; CASTELO BRANCO, Paulo Coelho. Pesquisas clínicas em abordagem centrada na pessoa no Brasil: Revisão sistemática. Psicologia e Saúde em Debate, v. 10, n. 2, p. 379-392, out. 2024. Disponível em: https://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/1166. Acesso em: 10 out. 2025.

PRETTO, Zuleica; LANGARO, Fabíola; SANTOS, Geórgia Bunn. Psicologia clínica existencialista na atenção básica à saúde: um relato de atuação. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 29, n. 2, p. 394-405, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/GbCLRdyCWH4BZzytvCXWSxz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHIEVANO, Bruna Alves; GOTO, Tommy Akira. A psicoterapia humanista, fenomenológica e existencial: Revisão sistemática qualitativa da literatura. Revista Subjetividades, v. 24, n. 3, e14159, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/388536519_A_psicoterapia_humanista_fenomenologica_e_existencial_Revisao_sistematica_qualitativa_da_literatura. Acesso em: 10 out. 2025.

ENTRE O SER E O FAZER-SE: A CONSTRUÇÃO EXISTENCIAL DO SUJEITO E A LIBERDADE COMO CONDIÇÃO HUMANA EM JEAN-PAUL SARTRE

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Aysha dos Santos Brand[6]
Julia Coelho[7]
Julia Talini Salami[8]
Kauany Guanabara Correia[9]
Clayton Luiz Zanella[10]

Resumo – A partir da ontologia fenomenológica de Jean-Paul Sartre, compreender como os conceitos de liberdade e responsabilidade na perspectiva existencial sartreana podem fundamentar a atuação e a compreensão do sujeito na psicologia contemporânea. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, que utilizou-se das bases de dados PePSIC, CAPES e Google Acadêmico. Dessa forma, embasando-se nos referenciais bibliográficos entende-se que Sartre compreende o ser humano como um ser condenado à liberdade, cuja consciência é movimento e transcendência, não uma substância fixa, mas um vir-a-ser constante. Assim, o sujeito não possui uma essência dada, construindo-se nas escolhas e ações que realiza em um mundo compartilhado com os outros. Nessa perspectiva, a filosofia sartreana propõe uma compreensão do homem como projeto, em permanente processo de totalização inacabada, sempre tensionado entre o ser e o fazer-se. Conclui-se que, para a Psicologia, tal visão amplia a compreensão do sujeito enquanto ser de possibilidades, livre e responsável por atribuir sentido à própria existência.

Palavras-chave: Existencialismo. Subjetividade. Existência. Fenomenologia. Psicologia Existencial.

INTRODUÇÃO

O existencialismo pode ser visualizado como um conjunto de correntes filosóficas que tem como principal objetivo analisar a maneira que o ser humano está e vive no mundo (Machado, 2023). Assim, no que tange ao existencialismo, Jean-Paul Sartre (1905–1980) foi um um influente filósofo existencial francês do século XX, visto que buscava compreender o ser humano, dialogando com correntes como o marxismo, propondo uma revisão crítica da metafísica tradicional e buscando defender a perspectiva do ser humano como livre e responsável

[6]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[9]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[10]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

por construir o próprio sentido da existência (Melo; Santos, 2022). Destaca-se que as experiências de Sartre, bem como suas vivências pessoais influenciaram suas reflexões sobre a existência humana, como é o caso da Segunda Guerra Mundial, que ele serviu como oficial e foi capturado pelo exército alemão como prisioneiro de guerra (Machado, 2023).

Dessa forma, a liberdade como constitutiva da existência humana é um dos principais conceitos de Jean-Paul Sartre, pois o teórico propõe que o ser humano constrói-se a partir de suas escolhas e manifesta-se nas relações entre o sujeito e o mundo (Sousa et al., 2020). Vale dizer, ainda, que de acordo com Sartre (1970, p. 18, tradução de Rita Correia Guedes) "Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada e definitiva; ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade".

Nesse contexto, a presente leitura interdisciplinar visa compreender como os conceitos de liberdade e responsabilidade na perspectiva existencial sartreana podem fundamentar a atuação e a compreensão do sujeito na psicologia contemporânea. Neste sentido, para que esse objetivo seja alcançado faz-se necessário: I) Analisar a noção de liberdade e suas implicações na constituição do ser; II) Refletir sobre a responsabilidade como dimensão ética da existência; III) Relacionar os princípios da psicologia existencial sartreana à prática psicológica atual.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo. Marconi e Lakatos (2022), caracterizam a pesquisa qualitativa como aquela que é utilizada para interpretar assuntos mais complexos e, dessa forma, analisa o comportamento humano.

O procedimento da pesquisa é bibliográfico, o qual, em concordância com Gil (2022), é uma modalidade de pesquisa que utiliza materiais anteriormente publicados, abrangendo, por exemplo, livros, artigos e anais de eventos científicos. A busca pelos materiais foi realizada nas bases PepSic, Google Acadêmico e CAPES utilizando os descritores "Sartre", "existencialismo", "liberdade" e "subjetividade", combinados pelos operadores booleanos "AND" e "OR". Considerou-se artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, escritos em português, com acesso completo e pertinência ao tema da pesquisa. Vale dizer que foram encontrados poucos artigos publicados nos últimos cinco anos, sendo selecionados dois livros disponibilizados na plataforma Minha Biblioteca da UNIARP, em virtude da relevância teórica dos livros e adequação ao tema proposto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Baseando-se na ontologia fenomenológica de Jean-Paul Sartre é importante evidenciar que seu pensamento teórico conclui que o ser humano está condenado a ser livre, tendo em vista que a consciência é nadificadora, sendo capaz de negar ou questionar a realidade vivida, existindo somente de modo relacional, em interação com o mundo (Carvalho, 2025). Assim, vale salientar, a princípio, que a fenomenologia de Sartre incorpora a dialética, articulando o método fenomenológico com o método progressivo-regressivo, sendo o movimento progressivo aquele que parte do presente para verificar os projetos futuros do sujeito, e o regressivo aquele que

retorna às experiências passadas para compreender como moldam o presente (Seel, 1995 apud Castro; Resende; Gabriel, 2020).

Logo, a fenomenologia dialética de Sartre traz uma "contradição insuperável da relação entre a dimensão da objetividade e da subjetividade" (Tamelini; Messas, 2022, p. 308). Nesse contexto, a objetividade é equivalente à materialidade, cuja existência não depende da consciência. Ao existir por si só, sem depender de consciência, pode ser apenas aquilo que se é, pois não tem alteridade, podendo ser visto e interpretado somente por uma consciência (Carvalho, 2025).

Já a subjetividade não tem a possibilidade de existir por si só, haja vista que é um conceito, algo não material na realidade e não possui sustentação para existir, uma vez que necessita estar relacionada a outros para ser compreendida, e, dessa forma, conclui-se que a subjetividade é o nada (Tamelini; Messas, 2022).

Sob essa ótica, observa-se que, enquanto a objetividade é definida como o ser, a subjetividade é vista como o nada, criando uma das dimensões de compreensão da fenomenologia dialética que constitui a realidade proposta por Sartre, onde as coisas e a consciência relacionam-se apesar de serem opostos (Tamelini; Messas, 2022).

Nessa perspectiva, de acordo com Melo e Santos (2022), na obra escrita por Sartre denominada "O Ser e o Nada" (1943), o filósofo critica a psicologia empírica, uma vez que esta reduz o homem a uma essência ou a conteúdos internos da consciência.

Nesse sentido, é importante dizer que Sartre se interessava pela psicanálise, contudo, ele discordava que o sentido da vida emocional estava presente em um inconsciente determinante, visto que considerava que é na existência consciente que o sujeito realiza seu movimento de transcendência e forma com as coisas e com os outros uma unidade sintética indissolúvel (Castro; Resende; Gabriel, 2020). Assim, Sartre propôs uma psicanálise existencial, a qual apresenta como pressuposto que os atos humanos possuem significados que ultrapassam o imediato, e que difere da psicanálise ao compreender que esses sentidos remetem ao projeto de ser e não a estruturas inconscientes (Melo; Santos, 2022).

Segundo Tamelini e Messas (2022), a psicanálise existencial proposta por Sartre, buscou alterar a forma como a clínica psicológica era praticada até então, propondo um rompimento com a concepção liberal de perceber o sujeito. Dessa forma, contrapondo a maneira individualista, que ignorava a história e o ambiente no qual o sujeito estava inserido, e na qual era fundamentada a clínica psicológica, Sartre necessitou reformular seus fundamentos antropológicos, objetivando uma abordagem que equilibrasse o organicismo presente na psicopatologia com o subjetivismo presente no psíquico (Melo; Santos, 2022).

Com isso, a filosofia existencial de Sartre apresenta como conceito principal a liberdade, começo, fim e finalidade de Ser-no-mundo, que parte da consciência, que é intencional e que tal condição é dicotômica (liberdade-situada), limita seu ser e funda-se na fenomenologia, a qual é utilizada para revelar os modos de ser fenomênicos: Em-Si, Para-Si e Para-Outro (Silva, 2023).

Dessa forma, Sartre preconiza o conceito de Em-si para definir o ser, o qual é o que é e nada além disso (Sandoval et al., 2024). Já o Ser-Para-Si jamais coincide consigo mesmo: ele é sempre projeto, superação e busca por ser, mas nunca alcança uma essência definitiva, uma vez que a existência precede a essência, e é o próprio sujeito que, ao escolher, constrói-se e define-se (Sartre, 1995 apud Silva, 2023).

Ressalta-se, portanto, que liberdade está sempre condicionada à facticidade, ou seja, às circunstâncias concretas que delimitam, mas não anulam, as escolhas do sujeito, e é através da nadificação que o Para-si transcende essas limitações, reinterpretando os elementos do mundo conforme seu projeto existencial (Sandoval, et al., 2024)

Outrossim, acerca do Ser-Para-outro, Sartre evidencia que a presença do outro revela aspectos do ser que escapam à própria consciência, como ocorre na experiência da vergonha, em que o sujeito se reconhece a partir do olhar do outro e, nesse sentido, entende-se que somos Para-outro, e é através do Olhar do Outro que se revela um Eu que não produzo, um Eu fora de mim mesmo (Souza, 2020).

Assim sendo, com base nas informações supracitadas conclui-se que Sartre rejeita a ideia da consciência como substância fixa, o que ele denomina de "ilusão substancialista", afirmando que a consciência é movimento e transcendência, não uma coisa, mas um vir-a-ser constante, enfatizando que é o próprio sujeito que se constrói nas escolhas e ações que realiza, sendo a liberdade a condição que o impulsiona a fazer-se continuamente (Melo; Santos, 2022).

Em relação à utilização da psicoterapia existencialista sartriana em contexto clínico, compreende-se que seu objetivo é auxiliar o sujeito a tornar-se responsável por sua própria existência e por suas escolhas, tornando-se protagonista de sua história. Nessa abordagem psicoterapêutica, o sujeito percebe-se em sua condição de liberdade, onde é condenado a fazer escolhas e responsabilizar-se por elas e por suas implicações futuras. Logo, ao exercer sua liberdade de escolha e ação, o sujeito torna-se responsável por sua própria existência (Tamelini; Messas, 2022).

Portanto, a filosofia de Sartre contrasta com a dialética de Hegel, visto que fundamenta-se na ótica de que o ser humano está condenado a um movimento constante entre ser e fazer-se, liberdade e limite, jamais alcançando uma síntese definitiva, mas constituindo-se justamente nesse inacabamento (Carvalho, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que a filosofia existencial de Jean-Paul Sartre é de suma importância para o entendimento da condição humana e para a prática psicológica contemporânea. Sartre é um teórico com relevantes contribuições, pois reconhece a liberdade como condição ontológica e também a consciência como forma de transcendência, rompendo com a noção de essência fixa e reafirma o caráter projetivo da existência. Acerca disso, o pensamento sartreano evidencia que a totalização da existência humana é sempre inacabada e que o sujeito está condenado a um processo contínuo de ser e fazer-se.

Assim, a Psicologia, utilizando-se da abordagem existencial, é capaz de acolher o ser humano com base em sua singularidade, reconhecendo-o como liberdade situada, atravessada por limites, mas capaz de transcender e criar sentido em meio às condições concretas da vida.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Amélia Silva. A ação política no pensamento Sartirano: a liberdade e o inacabamento da realidade humana. Revista Instante, v. 7, n. 1, p. 79-108, 2025. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/revistainstante/article/download/4357/3484. Acesso em:09 out. 2025.

CASTRO, Fernando Gastal; RESENDE, André Diogo; GABRIEL, Mariana. Contribuições da Psicanálise Existencial à Prática Clínica: Indicações Teóricas e Metodológicas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 20, n. 4, p. 1331-1348, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/56664/36301. Acesso em:09 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

MACHADO, Hudson Ribeiro Severiano. O sentido do existencialismo de Jean-Paul Sartre. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia) — Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/FIL/article/view/3937/2933. Acesso em: 15 out. 2025.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica, 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

MELO, Fabíola Freire Saraiva de; SANTOS, Gustavo Alvarenga O. Psicologia fenomenológica e existencial: fundamentos filosóficos e campos de atuação. Barueri: Manole, 2022. E-book. p.37. ISBN 9786555764659. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555764659/. Acesso em: 09 out. 2025.

SANDOVAL, Gabriel Orenga *et al.* O Nada e o Nada: O embate entre o jogador/a/e jogo a partir de Jean-Paul Sarte. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 6, n. 1, p. 01-23, 2024. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/975/1151.Acesso em: 15 out. 2025.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Tradução de Rita Correia Guedes. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SILVA, Luciano Donizetti. O Deus faltado: Sartre e a dicotomia da singularidade histórica. International Journal for Moral Philosophy, v. 22, n. 2, p. 826-849, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/94989/54878. Acesso em: 15 out. 2025.

SOUSA, Adria De Lima *et al.* Diálogos da psicologia existencialista com o conceito de território. Revista da Abordagem Gestáltica, v. 26, n. 3, p. 339-349, 2020. . Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-68672020000300010&script=sci_abstract. Acesso em: 15 out. 2025.

SOUZA, Thana Mara. Sartre e a condição humana: a condenação a uma natureza imposta pela existência. Revista Ética e Filosofia Política, v. 1, n. 23, p. 165-182, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/31478. Acesso em:

TAMELINI, Melissa; MESSAS, Guilherme. Fundamentos de clínica fenomenológica. Barueri: Manole, 2022. E-book. p.308. ISBN 9786555768510. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555768510/. Acesso em: 15 out. 2025.

LIBERDADE, ANGÚSTIA E ESCOLHAS: O CAMINHO EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Renan Luís Ribeiro Martins[1]
Matheus Crivelatti Carneiro[2]
Matheus Mauricio de Moraes[3]
Clayton Luiz Zanella[4]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as contribuições da psicoterapia existencial na compreensão das vivências adolescentes, analisando a liberdade, a angústia e as escolhas como dimensões fundamentais do existir humano. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura na modalidade de leitura interdisciplinar, com abordagem qualitativa e caráter interpretativo. Foram examinadas obras que abordam a clínica fenomenológico-existencial e sua aplicabilidade à adolescência, destacando autores que discutem o sentido da vida, o diálogo autêntico e a experiência do aqui e agora. Os resultados evidenciaram que a angústia, quando compreendida e acolhida, deixa de representar sofrimento paralisante e transforma-se em força de autoconhecimento. O estudo também mostrou que a psicoterapia existencial favorece a vivência da autenticidade e o desenvolvimento da responsabilidade, permitindo que o adolescente se perceba como autor de sua própria trajetória. Conclui-se que essa abordagem amplia a compreensão do ser humano, promovendo a escuta sensível, a consciência do presente e a reconstrução de sentido diante das incertezas que marcam o processo de amadurecimento.

Palavras-chave: Psicoterapia existencial. Adolescência. Angústia. Liberdade. Sentido da vida.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase singular do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações emocionais, cognitivas e sociais. Nesse período, o sujeito começa a experimentar de forma mais consciente os desafios da liberdade e da responsabilidade, enfrentando conflitos internos que muitas vezes despertam sentimentos de angústia, dúvida e incerteza sobre o futuro. Essa travessia, caracterizada pela busca de identidade e sentido, exige um olhar clínico que reconheça a complexidade existencial dessa etapa.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A psicoterapia fenomenológico-existencial oferece um campo fértil para compreender a subjetividade adolescente, pois considera o ser humano em sua totalidade e historicidade. Conforme destaca Machado et al. (2024), essa abordagem compreende a pessoa como autora de sua própria existência, convidando-a a assumir a liberdade de escolher e a enfrentar a angústia que acompanha todo processo de vir-a-ser. Ao invés de reduzir o sofrimento a sintomas, a clínica existencial o compreende como expressão legítima do existir e oportunidade de autoconhecimento.

Freire, Couto e Cardoso (2023, p. 12) afirmam que, "na adolescência, o processo terapêutico adquire papel fundamental na construção de sentido, uma vez que o jovem se encontra diante de um universo de possibilidades e contradições". O diálogo autêntico e a escuta fenomenológica favorecem a emergência do eu em formação, permitindo ao adolescente reconhecer seus medos e ressignificar suas experiências. Nessa perspectiva, a terapia se transforma em espaço de encontro e crescimento, onde a liberdade e a responsabilidade são vividas como dimensões inevitáveis da existência.

Segundo Zanetti (2022), a clínica fenomenológico-existencial rompe com concepções padronizadas de identidade, propondo um saber-fazer que valoriza a singularidade do sujeito e o encontro humano como via de transformação. Essa visão amplia o campo da Psicologia clínica ao enfatizar o respeito pela experiência do outro e o compromisso ético com sua autenticidade. Assim, ao acolher o adolescente como ser em construção, o terapeuta possibilita que ele descubra novas formas de lidar com o mundo e consigo mesmo, integrando a angústia como parte do processo de amadurecimento.

A relevância desta pesquisa reside em compreender como a psicoterapia existencial contribui para o desenvolvimento emocional e identitário de adolescentes, reconhecendo a liberdade e a angústia como forças estruturantes da existência. Dessa maneira, o estudo busca analisar o papel da clínica fenomenológico-existencial na construção do sentido de ser e nas escolhas que definem o caminho do adolescente em seu processo de tornar-se.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura na modalidade de leitura interdisciplinar, com abordagem qualitativa e caráter interpretativo. A proposta consistiu em reunir e analisar produções científicas que abordam a psicoterapia fenomenológico-existencial, com ênfase em suas contribuições para a compreensão da adolescência como fase de formação da identidade, vivência da liberdade e enfrentamento da angústia.

Foram selecionadas obras e artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em bases de dados acadêmicas e editoras reconhecidas, priorizando autores que discutem a fenomenologia, o existencialismo e a clínica psicológica em diferentes perspectivas. A escolha do recorte temporal deve-se à intenção de contemplar reflexões contemporâneas sobre a prática clínica e os desafios do adolescente no contexto atual.

Segundo Dorsa (2020), as revisões bibliográficas de caráter interdisciplinar possibilitam a articulação de saberes, promovendo uma análise integrada de diferentes campos do conhecimento. Nessa direção, o estudo dialoga com contribuições da Psicologia, Filosofia e

Educação, de modo a favorecer uma compreensão ampliada do ser adolescente e de sua experiência existencial.

A leitura e a análise dos materiais seguiram uma abordagem interpretativa, com foco na identificação de conceitos recorrentes relacionados à liberdade, à angústia e às escolhas, e na reflexão sobre sua aplicabilidade à clínica fenomenológico-existencial. A metodologia adotada priorizou a integração teórica entre os autores estudados, buscando compreender como cada um contribui para a ampliação do olhar clínico e ético sobre o adolescente contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A psicoterapia existencial parte do princípio de que o ser humano é um ser em constante construção, livre para escolher e responsável por suas próprias decisões. Essa abordagem entende o sofrimento não como algo a ser eliminado, mas como parte essencial do processo de amadurecimento. Na adolescência, esse olhar é ainda mais relevante, pois esse é o período em que o indivíduo começa a confrontar sua liberdade, seus medos e as incertezas do futuro. Para Machado et al. (2024), a angústia pode ser compreendida como um convite à reflexão, um sinal de que o jovem está diante de novas possibilidades de ser.

Perturbar-se, nesse sentido, é existir. A Psicologia Existencial vê a angústia como algo que revela a profundidade da vida e não como uma falha a ser corrigida. Freire, Couto e Cardoso (2023) explicam que, quando o terapeuta acolhe o desconforto do adolescente com escuta genuína, abre-se espaço para que o sofrimento seja reconhecido como parte natural da experiência humana. Assim, o que antes era visto como desordem passa a ser compreendido como movimento interno de autodescoberta.

O terapeuta existencial não tenta suprimir o conflito, mas auxilia o paciente a compreender o que ele expressa sobre sua forma de estar no mundo. Como apontam Machado et al. (2024, p. 42), "a dor existencial convida o sujeito a olhar para si e reconhecer o que até então permanecia oculto". Essa postura clínica oferece ao jovem um espaço seguro para refletir sobre seus sentimentos, suas decisões e o sentido de suas escolhas.

Zanetti (2022) reforça que, ao aceitar a angústia como parte inevitável da liberdade, o ser humano ultrapassa o medo do sofrimento e descobre o poder criativo que há na perturbação. Essa compreensão é fundamental para o adolescente, que aprende que viver implica incerteza, mas também criação e transformação. A terapia, então, torna-se um espaço para reconhecer que o desconforto é um sinal de movimento e não de fraqueza.

Perturbar-se é o ponto de partida para crescer e tornar-se mais consciente. A psicoterapia existencial ajuda o adolescente a perceber que o sofrimento pode ser um aliado no caminho da autenticidade. O desconforto, quando acolhido e compreendido, transforma-se em força e aprendizado, permitindo ao jovem assumir a responsabilidade por suas escolhas e construir, de modo mais maduro, o próprio sentido de existir.

A Psicologia Existencial valoriza o "aqui e agora" como momento essencial da experiência humana. Essa abordagem entende que a vida acontece no presente, e que o contato autêntico com o instante vivido é o caminho para a consciência e a transformação. Na adolescência, o

jovem tende a se perder entre as lembranças do passado e as expectativas do futuro, esquecendo-se de viver o presente. A psicoterapia existencial busca resgatar essa presença, ajudando o adolescente a perceber-se como protagonista de sua própria história.

Segundo Machado et al. (2024), o terapeuta existencial cria um espaço de encontro real, onde o adolescente pode ser ouvido sem julgamentos. Essa presença genuína favorece a confiança e possibilita que o jovem observe como age, sente e pensa em tempo real. Freire, Couto e Cardoso (2023, p. 115) afirmam que "a presença do terapeuta é o espelho que devolve ao paciente a possibilidade de se ver". Assim, o processo terapêutico torna-se um exercício de consciência e de aceitação do que se é.

O foco no presente não significa desconsiderar o passado ou o futuro, mas compreender que a mudança começa agora. Zanetti (2022) observa que a atenção ao momento vivido permite integrar experiências, emoções e pensamentos, dando coerência à própria existência. Quando o adolescente aprende a estar presente, ele se liberta da culpa pelo que já passou e da ansiedade pelo que ainda não aconteceu.

A vivência do "aqui e agora" também favorece a autenticidade. O jovem é encorajado a reconhecer seus sentimentos e expressá-los de forma verdadeira. Machado et al. (2024) destacam que essa prática rompe com a automatização da vida moderna, na qual as pessoas agem sem consciência de si. Ao se conectar com o momento, o adolescente aprende a agir com intenção e significado, tornando-se mais consciente de suas decisões.

Estar presente é um ato de liberdade e coragem. Quando o adolescente compreende que o tempo presente é o único lugar onde a vida acontece, ele se torna capaz de escolher de forma mais responsável e de relacionar-se de maneira mais profunda com o mundo. Assim, a psicoterapia existencial o ensina a habitar o instante com plenitude, reconhecendo no agora a possibilidade constante de recomeçar.

A busca de sentido é um dos temas centrais da psicoterapia existencial e encontra especial relevância na adolescência, fase marcada por dúvidas, descobertas e questionamentos sobre quem se é e o que se quer da vida. Essa abordagem entende que cada pessoa precisa construir o próprio significado, encontrando motivos para viver mesmo diante do sofrimento. Machado et al. (2024) explicam que o terapeuta existencial não oferece respostas prontas, mas ajuda o paciente a descobrir o que dá valor à sua existência.

Freire, Couto e Cardoso (2023) afirmam que o sentido surge da relação entre o indivíduo e o mundo, a partir das experiências vividas e das escolhas realizadas. A terapia, nesse contexto, se transforma em um espaço de reconstrução e de autenticidade. "Cada encontro terapêutico é uma oportunidade de o jovem se reinventar" (p. 117), dizem os autores. O adolescente passa, então, a compreender que o vazio e a dúvida não são sinais de fraqueza, mas convites à criação de novos caminhos.

A autenticidade é uma conquista desse processo. Quando o jovem reconhece seus valores e os coloca em prática, vive de forma mais coerente com sua essência. Zanetti (2022) ressalta que o papel da clínica existencial é justamente sustentar esse movimento de descoberta,

encorajando o sujeito a aceitar sua singularidade e a agir com responsabilidade diante da liberdade que possui.

Na terapia, o diálogo e a escuta tornam-se ferramentas que permitem nomear o que é importante e transformar o que causa sofrimento. Machado et al. (2024) observam que a reflexão sobre o sentido ajuda o adolescente a entender suas emoções e a fazer escolhas mais conscientes. Esse processo desperta a autonomia e a maturidade emocional, pilares para a construção de uma vida com propósito.

O sentido da vida deixa de ser uma questão abstrata e passa a ser uma vivência concreta. A psicoterapia existencial mostra que o adolescente, ao olhar para si mesmo com sinceridade, pode transformar o vazio em direção, a angústia em movimento e a liberdade em compromisso. Esse caminho de autenticidade é o que permite ao ser humano existir de forma plena e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a psicoterapia existencial é uma abordagem humanista centrada na liberdade, na responsabilidade e na busca de sentido que definem o existir humano. Quando aplicada à adolescência, revela-se como um instrumento de escuta e transformação, auxiliando o jovem a reconhecer o valor de suas emoções, de suas escolhas e da própria angústia como parte natural do amadurecimento.

A análise mostrou que a adolescência é um período de intensas incertezas, no qual o indivíduo se confronta com o desejo de autonomia e o medo do desconhecido. A Psicologia Existencial compreende que perturbar-se é sinal de vitalidade e não de fraqueza, pois é por meio da dúvida e da reflexão que o ser humano se constrói e se torna consciente de si.

Constatou-se ainda que o foco no presente e o diálogo autêntico fortalecem o vínculo terapêutico e favorecem o autoconhecimento. Ao refletir sobre o sentido da vida, o adolescente descobre a possibilidade de viver com mais autenticidade e responsabilidade, reconhecendo que cada escolha molda sua trajetória.

Como limitação, destaca-se o caráter exclusivamente teórico da pesquisa, sem análise prática de atendimentos. Ainda assim, o estudo forneceu bases para novas investigações sobre a aplicação da psicoterapia existencial em contextos educacionais, clínicos e comunitários. Conclui-se que refletir sobre essas experiências é fortalecer uma clínica mais humana, voltada ao ser em sua totalidade e comprometida com o sentido de existir.

REFERÊNCIAS

DORSA, Arlinda Cantero. Editorial. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 681-684, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/. Acesso em: 19 out 2025.

FREIRE, Klessyo do Espirito Santo; COUTO , Fernanda Santos Reis; CARDOSO , Keilla Christina do nascimento. A Clínica fenomenológico existencial infanto juvenil: uma revisão de literatura

integrativa brasileira. **Phenomenology, Humanities and Sciences**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 112–119, 2023. DOI: 10.62506/phs.v4i2.112. Disponível em: https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/112. Acesso em: 19 out. 2025.

MACHADO, Beto *et al.* **Psicologia clínica fenomenológico-existencial: contribuições à prática psicológica.** 1. ed. São Paulo: Artesã Editora, 2024. 216 p. ISBN 978-8570741196.

ZANETTI, Felipe Miranda. A clínica fenomenológico-existencial: um saber-fazer pós identitário: The phenomenological-existential clinic: a post-identitarian know-how. **STUDIES IN HEALTH SCIENCES**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 195–211, 2022. DOI: 10.54018/shsv3n1-017. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/shs/article/view/242. Acesso em: 19 oct. 2025.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO DE CAÇADOR, SANTA CATARINA: MAPEAMENTO DE ATORES, RECURSOS E OPORTUNIDADES DE FOMENTO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Dayse Hofmann[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – Este estudo analisa o ecossistema de empreendedorismo em Caçador (SC), reconhecendo o empreendedorismo como vetor do desenvolvimento econômico e social, em consonância com a teoria da destruição criativa de Schumpeter (1982). O objetivo é mapear os principais atores, descrever suas funções, identificar meios de fomento e financiamento e analisar o acesso a esses recursos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e aplicada, baseada em levantamentos, entrevistas e revisão documental, com análise estatística descritiva e de conteúdo. Os resultados evidenciam que instituições como Inova Contestado, ACIC e SEBRAE exercem papel essencial no estímulo à inovação, mas enfrentam desafios como burocracia e pouca divulgação de oportunidades. Conclui-se pela importância de fortalecer a articulação entre os atores locais, em alinhamento aos ODS 8 e 9.

Palavras-chave: Atores, Fomento, Oportunidades.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo consolidou-se como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social, estimulando a inovação, a geração de empregos e o crescimento regional (Kostakis; Tsagarakis, 2022; Si et al., 2023). Segundo Schumpeter (1982), o desenvolvimento ocorre por meio da destruição criativa, em que novos empreendimentos substituem estruturas antigas, promovendo avanços tecnológicos e novas oportunidades de mercado. O ecossistema de empreendedorismo é formado por elementos interdependentes que influenciam a criação e o fortalecimento de empresas (Scaringella; Radziwon, 2018), envolvendo empreendedores, investidores, universidades, incubadoras, órgãos públicos e associações empresariais. Para Isenberg (2011), um ecossistema eficaz depende da integração entre políticas públicas, financiamento, cultura empreendedora, suporte institucional, capital humano e mercados, criando condições favoráveis à inovação e à sustentabilidade.

Em Caçador (SC), o empreendedorismo exerce papel estratégico no desenvolvimento regional. O ecossistema local reúne instituições de ensino, associações empresariais, órgãos governamentais e startups, que atuam de forma colaborativa no estímulo à inovação (Abraão;

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Hahn, 2023; Zancanaro; Mathias; Hahn, 2024). Contudo, persistem desafios relacionados à burocracia e à falta de informação sobre os mecanismos de fomento e financiamento, dificultando o acesso de empreendedores aos recursos disponíveis.

Este estudo tem como objetivo mapear os atores do ecossistema empreendedor de Caçador, descrevendo suas funções, contribuições e fontes de apoio. Especificamente, pretende identificar os principais agentes, analisar suas contribuições, investigar os tipos de financiamento disponíveis e avaliar os desafios enfrentados.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 e 9, o estudo reforça a importância do empreendedorismo para o crescimento econômico inclusivo, o emprego digno e a inovação, pilares essenciais de um desenvolvimento sustentável e competitivo (Silva, 2025).

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa está estruturada em três etapas: caracterização, coleta e análise dos dados. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, apropriada para compreender as dinâmicas e interações do ecossistema de inovação em Caçador (SC), permitindo uma análise aprofundada das experiências dos participantes (Marconi; Lakatos, 2023). Sua natureza é aplicada, pois busca gerar conhecimento voltado à prática, contribuindo para políticas e estratégias de incentivo à inovação. Segundo Gil (2022), a pesquisa aplicada visa solucionar problemas concretos com base em fundamentos teóricos, transformando conhecimento científico em ações que promovem melhorias sociais e tecnológicas.

O estudo tem como objetivo explorar e descrever as características do ecossistema local, identificando seus principais atores, interações e fatores que impulsionam a inovação. Para isso, emprega-se levantamento de dados e estudo de caso, abrangendo instituições como ACIC, SEBRAE, NIT e Inova Contestado.

A coleta de dados utilizou dois instrumentos: análise documental, envolvendo relatórios, políticas públicas e registros de iniciativas locais; e entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram aprofundar aspectos emergentes durante o diálogo com os participantes. A análise dos dados combinou estatística descritiva, para identificar padrões e tendências, e análise de conteúdo, voltada à interpretação dos significados das respostas. Essa abordagem revelou forças e fragilidades do ecossistema. A fundamentação teórica, baseada em literatura sobre ecossistemas de inovação, permitiu articular teoria e prática, oferecendo subsídios para o fortalecimento da cultura inovadora e para o desenvolvimento sustentável regional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória do município de Caçador (SC) está profundamente ligada à sua riqueza natural, cuja fauna e flora inspiraram seu nome. A denominação "Caçador" surgiu no processo de colonização e ocupação da região em 1881, quando Francisco Correia de Mello, um dos primeiros moradores, registrou suas terras como Fazenda Faxinal do Bom Sucesso, sendo reconhecido como o "caçador" que deu origem ao nome do local. Naquele período, as disputas territoriais entre Santa Catarina e Paraná, julgadas em tribunais federais, deram origem à denominação Contestado (Cabral, 2020).

Entre 1912 e 1916, ocorreu a Guerra do Contestado, conflito que marcou profundamente a história local e nacional, destacando-se pela brutalidade e pelos impactos sociais na população regional. O nome do município consolidou-se com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (SPRG), iniciada em 1907. Em 1910, a inauguração da Estação Rio Caçador, nomeada em referência a um afluente do Rio do Peixe, inseriu o município no cenário geopolítico brasileiro. Em 1923, o Distrito de Rio Caçador foi oficialmente criado como parte de Campos Novos (Teodozio, 2022).

Na década seguinte, a ponte sobre o Rio do Peixe conectou o Distrito do Rio Caçador à Vila Caçador, depois denominada Santelmo, criada em 1928 como distrito de Porto União. Nesse mesmo ano, foi fundado o Ginásio Aurora, instituição de ensino de destaque que contribuiu para a formação educacional e o desenvolvimento local até 1934. A partir daí, Caçador consolidou seu progresso, especialmente com a chegada de imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930 e 1940.

A presença dos povos Kaigang e Xokleng, primeiros habitantes da região, integra as narrativas históricas e reforça a diversidade cultural do município. A economia local destacou-se pela exploração madeireira nos anos 1940, levando Caçador a ser reconhecida como a Capital Brasileira do Pinho. Essa base econômica impulsionou o desenvolvimento industrial e moldou a identidade da cidade ao longo de seus 138 anos de história, marcada pela perseverança dos descendentes de colonizadores, povos indígenas e caboclos (Cabral, 2020).

Atualmente, Caçador abriga um ecossistema empreendedor dinâmico, no qual se destacam instituições como SEBRAE, NIT (Núcleo de Inovação e Tecnologia da UNIARP), Inova Contestado e ACIC (Associação Empresarial de Caçador). O SEBRAE atua no apoio às micro e pequenas empresas, oferecendo consultorias, cursos e programas de capacitação. O NIT, por sua vez, promove a inovação tecnológica e a proteção da propriedade intelectual, facilitando a transferência de tecnologia e o empreendedorismo acadêmico (UNIARP, 2025). Já o Inova Contestado busca fortalecer o desenvolvimento sustentável por meio da integração entre empresas, universidades e governos locais.

Por fim, a ACIC exerce papel essencial na articulação de redes empresariais, na intermediação de fomento e financiamento e na orientação dos empresários sobre linhas de crédito e incentivos à inovação. A atuação conjunta dessas instituições forma um robusto ecossistema de empreendedorismo e inovação, responsável por impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável da região do Contestado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa confirmam o empreendedorismo como um pilar essencial do desenvolvimento econômico e social de Caçador, promovendo inovação, geração de empregos e fortalecimento comunitário. O estudo mapeou os principais atores do ecossistema empreendedor, evidenciando a importância da colaboração entre empresas, instituições de ensino e órgãos públicos para ampliar o acesso a recursos de fomento e financiamento. Além de contribuir para a literatura acadêmica, oferece subsídios práticos para gestores e formuladores de políticas. O fortalecimento desse ecossistema representa um caminho para um crescimento

inclusivo e sustentável, capaz de inspirar outras regiões com características semelhantes, consolidando uma cultura de inovação e colaboração que impulsione o desenvolvimento social e econômico de forma integrada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) "Edital 19/2024".

REFERÊNCIAS

ABRAAO, R.; HAHN, I. S. Políticas públicas de inovação e empreendedorismo: análise dos municípios da AMARP. **Revista Cadernos Acadêmicos**, [s. l.], v. 9, n. 1–16, 2023. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CA/article/view/18566. Acesso em: 30 nov. 2025.

CABRAL, F. L. **Caçador, recortes de sua história através de imagens**. 2020. Disponível em: http://arquivos.ifsc.edu.br/comunicacao/livro_alteracoes_oficial_final.pdf. Acesso em 08 out. 2025.

GIL, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2022.

Isenberg, D. The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship. **Institute of International and European Affairs**. 2011. Dublin, Ireland, 12 May 2011, 1-13.

KOSTAKIS, I.; TSAGARAKIS, K. P. The role of entrepreneurship, innovation and socioeconomic development on circularity rate: Empirical evidence from selected European countries**. Journal of Cleaner Production,** [s. l.], v. 348, n. August 2021, p. 131267, 2022. DOI: 10.1016/j.jclepro.2022.131267. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131267. Acesso em: 30 nov. 2025.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. de A. **Como elaborar projetos e pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2023.

TEODOZIO, T. **Além das 125 casas: ocupação e urbanização no município de Caçador-SC**. Dissertação (Mestrado em Administração pelo Programa de PósGraduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/7187/DISSERTA__O_TAISE_TEODOZIO_19_07_22_16643033007846_7187.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

SCARINGELLA, L.; RADZIWON, A. Innovation, entrepreneurial, knowledge, and business ecosystems: Old wine in new bottles?. **Technological Forecasting and Social Change,** [s. l.], v. 136, n. December 2015, p. 59–87, 2018. DOI: 10.1016/j.techfore.2017.09.023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.09.023. Acesso em: 30 nov. 2025.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SI, S. et al. Technology, entrepreneurship, innovation and social change in digital economics. Technovation, [s. l.], v. 119, 2023. DOI: 10.1016/j.technovation.2022.102484. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0166497222000311. Acesso em: 30 nov. 2025.

ZANCANARO, M.; MATHIAS, T.; HAHN, I. S. O papel das instituições de ensino superior na promoção da inovação e empreendedorismo para o desenvolvimento regional. Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. e023027-e023027, 2024. DOI: 10.22633/rpge.v28i00.19742. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/19742. Acesso em: 30 nov. 2025.

CROSS-DOCKING: UM ESTUDO DE CASO EM UM CD DE UMA TRANSPORTADORA DE CARGAS FRACIONADAS DA CIDADE DE CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Kauan Perboni[1]
André Chiarani da Silva[2]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar o processo de cross-docking em uma transportadora de cargas fracionadas localizada na cidade de Caçador – SC, com foco na identificação de oportunidades de melhoria e na proposição de soluções para aumentar a eficiência operacional. O estudo aborda os conceitos fundamentais de logística, gestão de estoque e automação de processos, além de destacar a importância da integração entre as áreas de transporte e armazenagem. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, foi conduzida por meio de observação direta e análise documental dos processos internos. Os resultados apontam que a adoção de tecnologias, como sistemas automatizados de triagem (Sorter), pode reduzir significativamente o tempo de movimentação das cargas, minimizando custos operacionais e extravios. A implementação de melhorias no processo de cross-docking mostrou-se viável economicamente, reforçando a competitividade e a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Palavras-chave: Cross-Docking; Logística; Transporte de Carga.

INTRODUÇÃO

O cross-docking tem se consolidado como uma prática essencial na logística moderna, especialmente entre as empresas que operam com transporte de cargas fracionadas. Essa estratégia busca otimizar o fluxo de mercadorias por meio da movimentação direta entre os pontos de origem e destino, reduzindo ou eliminando a necessidade de armazenagem prolongada (Stradiotto, 2015). Dessa forma, o sistema contribui para o aumento da eficiência operacional, a redução de custos logísticos e a melhoria da produtividade nas operações de distribuição.

De acordo com Bissoli (2021), o cross-docking consiste em uma instalação intermediária em que os produtos são recebidos, reorganizados e rapidamente expedidos aos clientes, permitindo maior agilidade na distribuição e redução dos custos operacionais. Essa abordagem tem se mostrado especialmente vantajosa em centros de distribuição (CDs) com grande volume

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de cargas e alta rotatividade, nos quais o tempo e a precisão são fatores determinantes para o desempenho logístico.

A escolha do tema justifica-se pela crescente necessidade das empresas de transporte e logística de aprimorar seus processos operacionais, buscando maior agilidade, controle e eficiência na gestão das cargas. No cenário competitivo atual, a capacidade de atender os clientes de forma rápida e precisa representar um diferencial estratégico importante. Assim, estudar o processo de cross-docking e suas potencialidades de melhoria apresenta relevância teórica, por contribuir para o avanço do conhecimento sobre a gestão logística contemporânea, e relevância social, por favorecer a competitividade e sustentabilidade das organizações.

A empresa analisada nesta pesquisa enfrenta dificuldades operacionais relacionadas ao processo de cross-docking, como alocações incorretas de mercadorias durante a descarga e erros de triagem na separação de produtos destinados a diferentes rotas e centros de distribuição. Tais falhas impactam diretamente o tempo de processamento, a qualidade das entregas e o nível de satisfação dos clientes.

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais propostas de melhoria podem ser implementadas no processo de cross-docking em um centro de distribuição (CD) de uma transportadora de cargas fracionadas localizada na cidade de Caçador – SC?

O objetivo geral consiste em propor melhorias para o processo de cross-docking no CD de uma transportadora de cargas fracionadas em Caçador – SC. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: I. Caracterizar a empresa em estudo; II. Descrever o processo atual de cross-docking do CD; III. Identificar tecnologias aplicáveis ao gerenciamento e rastreamento de mercadorias; IV. Propor melhorias para o processo de cross-docking.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é compreender como o sistema de cross-docking é implementado em um centro de distribuição (CD) de uma transportadora de cargas fracionadas localizada em Caçador – SC. Segundo Gil (2008), a pesquisa aplicada busca gerar conhecimentos voltados à solução de problemas específicos, com aplicação prática em contextos reais. A abordagem qualitativa permite interpretar dados a partir das percepções e experiências dos envolvidos nas operações logísticas.

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados os métodos descritivo e documental, por meio de um estudo de caso. Conforme o Centro de Produções Técnicas (CPT, 2025), a pesquisa descritiva tem como propósito "observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los". Já Yin (2015) define o estudo de caso como uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo em seu contexto real.

A empresa analisada é uma transportadora de cargas fracionadas situada em Caçador – SC, cujo CD é responsável pela organização e redistribuição de mercadorias oriundas de diferentes pontos de coleta. A população pesquisada compreende colaboradores diretamente

envolvidos nas atividades logísticas, como supervisores, conferentes e auxiliares. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a delimitação do universo consiste em explicitar quais pessoas, organizações ou fenômenos farão parte do estudo, conforme suas características em comum.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta e análise documental de relatórios e registros operacionais internos. Conforme Gil (2008), a observação direta permite acompanhar os fatos no momento em que ocorrem, registrando informações de forma sistemática. Essa técnica foi complementada pela triangulação de dados, garantindo maior confiabilidade aos resultados.

Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), que propõe a categorização temática de informações qualitativas. As categorias de análise contemplaram o recebimento, triagem e tempo de permanência das cargas, além das tecnologias empregadas e desafios operacionais. Essa metodologia possibilitou identificar oportunidades de melhoria no processo de cross-docking, especialmente relacionadas ao uso de tecnologias automatizadas, como o Sorter, capaz de reduzir erros e aumentar a eficiência operacional.

Por fim, o estudo seguiu os procedimentos éticos de pesquisa, assegurando a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes, com autorização formal da empresa para utilização das informações obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo permitiu compreender o funcionamento do processo de cross-docking no centro de distribuição (CD) da Alfa Transportes, localizada em Caçador – SC, e propor melhorias operacionais com base em teorias de eficiência logística e automação.

A Alfa Transportes atua no transporte de cargas fracionadas, atendendo dez estados e o Distrito Federal, com 30 filiais e 176 unidades de negócios. Sua estrutura conta com mais de 5.000 colaboradores e 800 veículos monitorados via satélite, o que demonstra elevado grau de controle e integração logística.

O CD de Caçador opera em modelo cross-docking, realizando o transbordo de mercadorias para 21 unidades e o atendimento de nove cidades regionais. A operação conta com 20 docas e 45 colaboradores, porém é executada de forma predominantemente manual, ocasionando lentidão, desgaste físico e risco de extravios.

A empresa utiliza os sistemas Heron e Atrol para controle e rastreamento de mercadorias, mas ainda não dispõe da tecnologia Sorter no CD de Caçador. O Sorter, conforme TOTVS (2024), é uma tecnologia que automatiza a triagem e distribuição de produtos, reduzindo falhas humanas e aumentando a eficiência. Sua implantação é recomendada neste estudo, tendo em vista os resultados positivos em outras filiais.

Com base na análise dos processos, sugere-se a substituição das paleteiras manuais por elétricas e a adoção do sistema Sorter, conforme Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Sorter na unidade da Alfa de Navegantes.

Fonte: Alfa Transportes (2025).

Propõe-se que a implantação seja gradual ao longo de 11 meses, conforme cronograma apresentado no Quadro 1. O investimento estimado é de R$ 1,2 milhão, com retorno em aproximadamente oito meses, considerando a redução de 24 colaboradores e a economia mensal de R$ 156 mil. Além da economia, a automação reduziria o tempo médio de descarga de quatro para duas horas, praticamente eliminando erros e extravios.

Quadro 1 – Cronograma

Cronograma	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26
Recebimento do Equipamento	X										
Instalação Docas Fase 1		X	X	X	X						
Instalação Docas Fase 2					X	X	X	X			
Instalação Docas Fase 3								X	X	X	X

Fonte: O Autor (2025)

Assim, a implantação do Sorter representa uma solução viável e sustentável, alinhada à modernização das operações logísticas e à melhoria do desempenho organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito responder à seguinte questão: quais as propostas de melhoria para o processo de cross-docking em um centro de distribuição (CD) de uma transportadora de cargas fracionadas localizada na cidade de Caçador – SC?. A partir dessa problemática, o objetivo geral foi propor melhorias que contribuam para a eficiência operacional e a redução de custos logísticos da empresa analisada.

Os resultados obtidos permitiram atingir os objetivos específicos. Primeiramente, foi realizada a caracterização da empresa Alfa Transportes, uma transportadora de atuação nacional, cuja filial de Caçador – SC funciona como centro de distribuição responsável pela movimentação e redistribuição de mercadorias em um sistema de cross-docking.

Em seguida, ao descrever o processo atual de cross-docking, foram identificadas duas principais dificuldades operacionais: o uso de paleteiras manuais, que torna o processo mais lento e desgastante para os colaboradores, e a triagem manual de mercadorias, que resulta em extravio e erros de alocação, com tempo médio de operação de aproximadamente quatro horas por veículo.

Na sequência, foram identificadas as tecnologias atualmente utilizadas pela empresa: o sistema Heron, destinado à leitura e rastreio de etiquetas; o sistema Atrol, responsável pelo controle interno de dados e rastreamento; e o sistema Sorter, já implantado em outras unidades da transportadora, o qual automatiza o processo de triagem de mercadorias.

Com base nas análises, foram propostas duas melhorias principais: a substituição das paleteiras manuais por modelos elétricos, visando reduzir o esforço físico e aumentar a agilidade operacional, e a implementação do sistema Sorter na unidade de Caçador, com implantação gradual ao longo de 11 meses. O investimento estimado é de R$ 1,2 milhão, com retorno em cerca de oito meses, devido à redução de custos com mão de obra e ao aumento da produtividade.

Dessa forma, conclui-se que as propostas apresentadas neste estudo demonstram potencial significativo para a otimização do processo de cross-docking na transportadora analisada. A expectativa ao término deste trabalho é que o mesmo possa contribuir para a transportadora de cargas fracionadas, elevando sua eficiência operacional e a rentabilidade de seus transportes

REFERÊNCIAS

ALFA TRANSPORTES. solução em transportes fracionados para sua empresa. Matriz Caçador/SC Disponível em: https://alfatransportes.com.br/unidades#santacatarina. Acesso em: 8 out. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/bardin-laurence-analise-de-conteudo. Acesso em: 16 jun. 2025.

BISSOLI, Samara Lorrane. Logística cross-docking: conceito, vantagens e desvantagens. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, [*s. l.*], v. 5, n. 10, p. 35–50, 2021. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/logistica-cross-docking. Acesso em: 28 abr. 2025.

CPT – Centro de Produções Técnicas. Pesquisa descritiva: afinal, o que é isso e como entender esse conceito? 2025. Disponível em: https://www.cpt.com.br/cursos-metodologia-de-ensino/artigos/pesquisa-descritiva-afinal-o-que-e-isso-como-entender-esse-conceito. Acesso em: 16 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8._ed_-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8._ed_-_www.meulivro.biz.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

STRADIOTTO, Diego. Cross-docking: vantagens e desvantagens logísticas na gestão de transporte de cargas. Revista Científica Eletrônica de Administração, v. 14, n. 25, p. 33–42, 2015. Disponível em: http://www.revadmin.edu.br/2015/cross-docking. Acesso em: 28 abr. 2025.

TOTVS. *Sorter na logística:* o que é, como funciona e vantagens do sorter. TOTVS, 13 ago. 2024. Disponível em: https://www.totvs.com/blog/gestao-logistica/sorter-logistica/. Acesso em: 15 out. 2025.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DA CIDADE DE CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Samara do Prado Veber[1]
André Chiarani da Silva[2]

Resumo – O presente trabalho apresenta um estudo de caso com foco na logística de suprimentos em uma cooperativa de crédito localizada no município de Caçador – SC, com o objetivo de identificar falhas nos processos atuais e propor melhorias que contribuam para a eficiência operacional. Para atender a esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar a cooperativa estudada; (II) descrever o processo de compras; (III) descrever a gestão de estoque e o recebimento de materiais; e (IV) propor melhorias para a logística de suprimentos. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada na análise de processos e no estudo de caso, utilizando como técnicas de coleta de dados a observação direta, análise documental e conversas com colaboradores envolvidos nos setores analisados. Os resultados obtidos permitiram identificar desafios como a ausência de padronização nas solicitações de compras, controle insuficiente de estoque, armazenagem inadequada, falta de registros formais de entrada e saída de materiais e utilização limitada dos sistemas internos. Diante dessas fragilidades, foram propostas ações como a criação de fluxos formais de compras, implantação de formulários e sistemas para registros, definição de níveis mínimos e máximos de estoque, uso de checklist para conferência de materiais e maior integração entre os setores. Espera-se que a adoção dessas melhorias contribua para a redução de custos, otimização de recursos, aumento da transparência e fortalecimento da cultura de planejamento na cooperativa, elevando a qualidade dos serviços prestados e a competitividade institucional.

Palavras-chave: Logística de suprimentos; compras; gestão de estoque; cooperativa de crédito.

INTRODUÇÃO

A logística de suprimentos exerce um papel essencial dentro das organizações, sendo responsável pela gestão do fluxo de compras, controle de estoques e recebimento de materiais necessários ao funcionamento das atividades operacionais. Nas cooperativas de crédito, esse processo ganha ainda mais relevância, pois impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados aos cooperados e na eficiência do uso dos recursos financeiros.

O estudo em questão foi desenvolvido em uma cooperativa de crédito localizada na cidade de Caçador – SC e teve como propósito principal propor melhorias para a logística de

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

suprimentos da instituição, buscando torná-la mais eficiente e organizada. A problemática que norteou a pesquisa foi: "Quais as propostas de melhorias para a logística de suprimentos de uma cooperativa de crédito da cidade de Caçador – SC

A partir dessa questão, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar a cooperativa em estudo; (II) descrever o processo atual de compras; (III) descrever o processo de gestão de estoque e recebimento de materiais; e (IV) propor melhorias para a logística de suprimentos.

A relevância do estudo justifica-se pela importância de uma gestão estruturada de suprimentos para a eficiência administrativa e o controle de custos, especialmente em instituições financeiras que prezam pela transparência e pelo uso responsável de recursos. No âmbito teórico, o trabalho contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a aplicação de práticas logísticas em cooperativas de crédito, que possuem características operacionais distintas das empresas comerciais tradicionais.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em uma análise qualitativa, uma vez que busca compreender os processos internos da cooperativa a partir da interpretação de dados coletados, observações diretas dos processos internos.

De acordo com seus objetivos, este trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva e exploratória, através de estudo de caso. A pesquisa descritiva busca apresentar as características dos processos internos da cooperativa, especialmente nas áreas de compras e estoque. Já a pesquisa exploratória visa levantar informações e identificar problemas existentes, possibilitando a formulação de propostas de melhoria.

Segundo Gil (2022), o universo ou população de uma pesquisa é composto pelo conjunto de elementos que possuem as características pertinentes ao estudo, delimitando seu escopo nas ações descritivas.

A metodologia adotada foi qualitativa, com apoio de dados quantitativos. O estudo caracteriza-se como descritivo, exploratório e estudo de caso, aplicado diretamente na sede da cooperativa.

Realizou-se a coleta de dados por meio de observação direta dos processos de compras e estoque; conversas informais com colaboradores dos setores e análise documental, por meio de relatórios internos disponibilizados pela cooperativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos apontaram diversas fragilidades nos processos de compras, gestão de estoque e recebimento de materiais. No setor de compras, observou-se a ausência de um fluxo formalizado de solicitações, sendo os pedidos realizados predominantemente por e-mail ou mensagens informais, muitas vezes em caráter de urgência. Essa prática compromete o planejamento, reduz a capacidade de negociação com fornecedores e aumenta os custos.

Como exemplo, foi identificada uma compra emergencial de uma estação de trabalho nova realizada sem cotação prévia, que gerou um custo superior ao valor de mercado, demonstrando o impacto financeiro da falta de planejamento.

No controle de estoque, verificou-se que não há registros sistemáticos das entradas e saídas de materiais, e que vários colaboradores possuem acesso direto ao armário de armazenamento, retirando itens sem registro. Essa falta de controle resulta em perdas, compras desnecessárias e dificuldade para verificar o saldo real de materiais.

Em relação ao recebimento de materiais, o estudo constatou a inexistência de um processo padronizado de conferência. As entregas são armazenadas sem checklist ou verificação quantitativa e qualitativa, o que acarreta risco de divergências, recebimento de produtos incorretos e ausência de rastreabilidade.

Diante disto, sugere-se melhorias para a logística de suprimentos, visando transformar a logística de suprimentos em um processo estruturado, eficiente e integrado, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Situação atual e propostas de melhoria para a logística de suprimentos.

Situação atual	Proposta de melhoria
Solicitações feitas por e-mail, sem fluxo padronizado	Criação de modelo/formulário padrão para solicitação de compras
Compras realizadas em caráter de urgência	Planejamento antecipado para itens recorrentes, com definição de prazos mínimos
Negociação limitada com fornecedores	Realização de cotações com antecedência, aumentando poder de negociação
Estoque sem controle de entradas e saídas	Implantação de planilha/sistema para registro de movimentações
Retiradas feitas por vários colaboradores sem registro	Restrição de acesso e designação de responsável pelo estoque
Recebimento sem conferência	Implantação de checklist e registro de entregas
Falta de indicadores de consumo	Elaboração de relatórios periódicos e definição de níveis mínimos/máximos

Fonte: Os Autores (2025).

A discussão dos resultados está em consonância com autores como Bowersox, Closs e Cooper (2014), que destacam que a eficiência logística depende da coordenação entre as áreas de suprimentos, tecnologia e controle. Da mesma forma, Dias (2023) reforça que a gestão de estoques é uma das funções mais relevantes na cadeia de suprimentos e requer controle preciso e métodos padronizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu seu objetivo de propor melhorias para a logística de suprimentos de uma cooperativa de crédito da cidade de Caçador – SC.

Constatou-se que a ausência de padronização nos processos de compras, o controle insuficiente de estoque e a falta de conferência adequada no recebimento de materiais são fatores que comprometem a eficiência operacional e a transparência institucional.

As propostas apresentadas como o uso de sistemas informatizados, padronização de fluxos, implantação de checklists e definição de responsáveis representam soluções viáveis e aplicáveis ao contexto da cooperativa, promovendo maior controle, economia e integração entre setores.

Conclui-se que a gestão adequada da logística de suprimentos é essencial para garantir sustentabilidade, otimização de recursos e melhor desempenho organizacional. Além disso, reforça-se que práticas de planejamento logístico bem estruturadas contribuem para o fortalecimento institucional e para a qualidade dos serviços oferecidos aos cooperados.

O trabalho também evidencia a importância da cultura de planejamento e controle em cooperativas financeiras, nas quais a eficiência operacional impacta diretamente a credibilidade e os resultados econômicos.

REFERÊNCIAS

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. B. Gestão logística da cadeia de suprimentos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. E-book. p. 8. ISBN 9788580553185. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580553185/. Acesso em: 15 jun. 2025.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p. 164. ISBN 9786559774784. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774784/. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653?library_return_url=https%3A%2F%2Fapp.minhabiblioteca.com.br. Acesso em: 7 out. 2025.

GESTÃO DE ESTOQUE DE AUTOPEÇAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE MECÂNICA DIESEL NA CIDADE DE CAÇADOR-SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Rafael Vinicius Kowalcziki[1]
André Chiarani da Silva[2]

Resumo – Este trabalho apresenta os resultados do Trabalho de conclusão de curso (TCC) obrigatório do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, realizado em uma empresa do ramo de mecânica diesel na cidade de Caçador SC. O objetivo foi diagnosticar e propor melhorias nos processos organizacionais, com foco na gestão de estoque e estrutura interna. A metodologia adotada baseou-se na observação direta, coleta de dados e análise crítica da rotina da empresa. Foram identificadas fragilidades como local inadequado para descarga das mercadorias, ausência de um sistema informatizado para controle de compras e estoque, e avaliação de documentos internos realizados durante o período deste presente trabalho. Como propostas, destacam-se a implementação de sistema de gestão, novo local de descarga das mercadorias e desembaraço das mesmas, implementação de uma ordem de compra no software da oficina e também implementação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para conferência de mercadorias, contemplando etapas claras de verificação, checklists de recebimento, formulários de divergência e definição de responsabilidades. Ao final, espera-se que as propostas mencionadas nesse trabalho possam contribuir para a gestão do estoque, organização do layout interno e o fortalecimento da relação entre empresa e cliente, trazendo aumento de competitividade e eficiência para a empresa em estudo.

Palavras-chave: Gestão de estoque; Layout de estoque; Local de descarga de mercadorias.

INTRODUÇÃO

A gestão de estoque exerce um papel estratégico nas operações de empresas do setor de autopeças, sendo um fator crítico para garantir a disponibilidade imediata de produtos no momento em que o cliente precisar. Sendo assim o estoque representa um dos ativos de maior valor dentro de uma empresa, a presença de itens obsoletos ou a ausência de mercadorias essenciais pode comprometer diretamente a lucratividade do negócio, resultando em perdas financeiras e impacto negativo na eficiência operacional (Tavares; Cruz, 2023).

A relevância deste estudo reside na importância de manter um equilíbrio entre a oferta e a demanda, evitando tanto a escassez de peças essenciais quanto o excesso de produtos com

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

baixa rotatividade, diante desse contexto, esta pesquisa tem como propósito propor e implementar um método que contribua para a melhoria da gestão de estoque na mecânica em questão, buscando minimizar o fluxo no controle de materiais. Uma gestão de estoque eficiente exige o envolvimento ativo de todos os colaboradores que participam do processo, uma vez que falhas operacionais podem ocorrer mesmo em tarefas consideradas rotineiras, comprometendo a acuracidade e a fluidez das operações logísticas (Steil; Venzon, 2023). A partir disso, o estudo tem como objetivo propor melhorias para a gestão de estoque de autopeças em uma empresa do ramo de mecânica diesel da cidade de Caçador-SC. Para atingimento deste objetivo, são elencados os seguintes objetivos específicos: (I) descrever o processo atual da gestão de estoques de autopeças; (II) realizar inventario do estoque mensurando a acuracidade; (III) avaliar o layout do estoque atual e; (IV) propor melhorias para a gestão de estoque de autopeças.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, já a sua natureza trata-se de uma pesquisa descritiva e documental por meio de estudo de caso e quanto a seus objetivos, são de caráter exploratório. Está pesquisa baseou-se na análise de uma oficina mecânica especializada em motores a diesel, gerenciada por dois sócios e amigos, que lideram a empresa em conjunto, em 2018 decidiram transformar um sonho em realidade, iniciando sua trajetória com poucas ferramentas, mas com muita determinação, com o tempo foram aprimorando suas habilidades e expandindo os serviços à medida que novos desafios surgiam. Em 2025, conta com um total de 11 funcionários e um estoque bem abastecido, onde busca se consolidar no mercado local, com muito trabalho e determinação, seus diretores tem uma visão promissória para o futuro, enfrentando desafios com resiliência, em vez de se abaterem com críticas, utilizam-nas como incentivo para melhorar cada vez mais os serviços, sempre focados na satisfação dos clientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingimento do objetivo do referido estudo, descreveu-se todo o processo de gestão de estoque, bem como realizou-se, de forma amostral, um inventário de estoque das peças elétricas e também avaliou-se o layout do estoque. Pode-se observar falhas de processos, tais como ausência de local para descarga dos materiais, falta de padronização no processo de conferência das mercadorias, além de uma taxa de acuracidade do inventário amostral realizado abaixo das boas práticas, onde apresentou o resultado de 78,7% de taxa de acuracidade.

Diante disto, elaborou-se propostas de melhorias para os pontos observados. O primeiro ponto a ser aprimorado refere-se à forma como são identificadas e controladas as peças em falta ou com estoque reduzido, atualmente, o uso de uma planilha de Excel, embora útil para algumas tarefas, revela-se limitado e impreciso para fins de gestão de compras. Para isso sugere-se a implementação de uma ordem de compra gerada diretamente no sistema de gestão da oficina, essa medida não só padronizaria e agilizaria o processo de solicitação aos distribuidores, como também facilitaria a conferência das peças no momento do recebimento sendo assim, permitiria maior rastreabilidade, controle de histórico e redução de falhas operacionais, contribuindo para uma gestão de estoque mais eficiente e integrada.

Outro ponto crítico identificado é a ausência de um espaço adequado para a descarga das mercadorias, atualmente os produtos são descarregados em frente à oficina, em uma área exposta às condições climáticas em dias de chuva, há o risco de danos aos materiais, além da exposição visual das mercadorias aos clientes, o que compromete a organização e a imagem profissional do local. Uma sugestão de melhoria seria a criação de uma área espaçosa coberta para a realização da descarga. Após essa etapa, as peças poderiam ser conferidas e, somente então, encaminhadas ao seu respectivo local dentro do estoque, garantindo maior segurança, preservação e controle no processo de recebimento.

Desde a primeira etapa do processo até o recebimento das mercadorias, observa-se a inexistência de um espaço adequado destinado à descarga dos produtos, sendo os itens descarregados em frente à oficina, em uma área de intensa circulação de pessoas e veículos. Essa prática compromete não apenas a organização operacional, mas também a segurança dos colaboradores, clientes e fornecedores, além de gerar riscos quanto à integridade dos materiais recebidos. Como proposta de melhoria, sugere-se que os produtos, ao invés de serem descarregados em área externa ao estoque, sejam encaminhados diretamente para a parte interna, utilizando-se a porta lateral atualmente destinada à saída. Dessa forma, foi proposta a instalação de uma sinalização indicando "Exclusivo Carga e Descarga", em frente a essa porta

Outra oportunidade de melhoria observada refere-se à ausência de padronização no processo de conferência das mercadorias recebidas. Após a descarga dos produtos e conferência dos volumes descritos no Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), verifica-se que a empresa realiza a checagem dos itens com base na nota fiscal, analisando caixa por caixa, entretanto esse procedimento é executado de forma empírica, sem a adoção de um método formal ou de registros sistematizados, o que aumenta a probabilidade de falhas operacionais, como divergências entre o estoque físico e o sistema, extravios de peças ou informações incorretas. Diante disso, propõe-se a implementação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para conferência de mercadorias, contemplando etapas claras de verificação, checklists de recebimento, formulários de divergência e definição de responsabilidades, além disso, recomenda-se o registro documental de todo o processo e o treinamento dos colaboradores envolvidos, garantindo assim maior controle, rastreabilidade e confiabilidade nas entradas de materiais, contribuindo diretamente para o aumento.

Diante das dificuldades identificadas na localização de itens de pequeno porte, especialmente do segmento elétrico, torna-se necessária a adoção de um sistema de organização física mais eficiente. Como proposta de melhoria, recomenda-se a implementação de um método de armazenagem baseado na classificação e setorização dos itens, aliado ao uso de divisórias modulares nas prateleiras e caixas organizadoras identificadas por código e categoria. Esse método possibilita melhor aproveitamento do espaço disponível e evita que peças menores fiquem ocultas atrás de componentes maiores. Além disso, é fundamental que cada prateleira esteja devidamente identificada, ao menos com numeração ou códigos padronizados, a ausência desse recurso compromete a rastreabilidade dos itens, aumenta o tempo de busca por produtos e eleva a probabilidade de erros durante o processo de retirada.

Com base no índice de acuracidade identificado no inventário amostral (78,7%), constatou-se a necessidade de aprimorar o controle das movimentações internas de estoque,

visto que divergências dessa magnitude podem resultar em perdas financeiras, questões burocráticas de impostos. Como proposta de melhoria, sugere-se a implementação de um plano sistemático de inventários rotativos, com frequência mensal, priorizando inicialmente os itens de maior giro, maior valor e maior criticidade operacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito propor melhorias na gestão de estoque de autopeças em uma empresa do ramo de mecânica diesel localizada em Caçador-SC. Para tanto, foram definidos quatro objetivos específicos: descrever o processo atual de gestão de estoques; realizar um inventário para mensurar a acuracidade; avaliar o layout do estoque; e propor ações corretivas e de aprimoramento. A análise inicial revelou fragilidades no método de reposição de peças, caracterizadas pela ausência de padronização e de um local adequado para a descarga de mercadorias. O inventário, focado no segmento elétrico, evidenciou uma taxa de acuracidade de 78,7%, valor abaixo dos padrões recomendados pela literatura (95% a 98%), demonstrando a necessidade de maior controle e sistematização. Também se constatou que o layout do estoque apresenta deficiências estruturais, como prateleiras rústicas e corredores estreitos, dificultando o fluxo de materiais e comprometendo a segurança e a organização. A partir dessas constatações, foram sugeridas melhorias, como a criação de ordens de compra padronizadas, a realocação da área de descarga para o interior do estoque, a implantação de inventários mensais e a adoção de procedimentos operacionais padronizados (POP).

Conclui-se que a eficiência na gestão de estoque depende da estruturação e padronização dos processos internos, os quais devem estar alinhados à estratégia organizacional para garantir maior controle, segurança e desempenho operacional.

REFERÊNCIAS

STEIL, Letícia Flores; VENZON, Christian. Gestão de Estoque como Ferramenta Estratégica em uma Oficina Mecânica. Revista de Contabilidade Dom Alberto, v. 12, n. 24, p. 339-358, 2023. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=GEST%C3%83O+DE+ESTOQUE+COMO+FERRAMENTA+ESTRAT%C3%89GICA+EM+UMA+OFICINA+MEC%C3%82NICA&btnG=. Acesso em: 01 nov. 2025.

TAVARES, Vitor Oliver Lima; CRUZ, Sérgio David Ferreira. A Importância do Inventário para a Gestão de Estoques, um Estudo de Caso Realizado em uma Microempresa de Materiais de Construção no Município de Itacaré-Ba. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 2386-2403, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11814. Acesso em: 01 nov. 2025.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR ISO 14001:2015: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DO RAMO MADEIREIRO NA CIDADE DE CAÇADOR – SANTA CATARINA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Andressa Paloma Pino Garcia[1]
André Chiarani da Silva[2]

Resumo – Este trabalho apresenta um estudo de caso que propõe a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) alinhado à ABNT NBR ISO 14001:2015 em uma indústria do ramo madeireiro em Caçador (SC). O objetivo geral foi traduzido em quatro metas específicas: caracterizar a empresa em estudo; descrever a situação atual da gestão ambiental da empresa; realizar comparação dos requisitos normativos da ABNT NBR ISO 14001:2015 em relação ao sistema de gestão já estabelecido na organização e estabelecer cronograma de ações para implantação do sistema de gestão ambiental. A pesquisa adotou natureza qualitativa, base documental e estudo de caso. A coleta de dados envolveu observação direta em processos da área de gestão ambiental, conversas informais para esclarecimentos operacionais e análise de documentos (licenças, procedimentos, matrizes e registros). A análise resultou em um diagnóstico por cláusulas da ISO 14001, indicando estágio intermediário de aderência: 26,09% dos requisitos "Atende", 56,52% "Parcial" e 17,39% "Não Atende". Para as lacunas identificadas, elaborou-se um cronograma de 12 meses orientado ao ciclo PDCA: Planejar (formalização de escopo, governança, riscos e objetivos), Executar (controles operacionais, comunicação, capacitações e gestão documental), Checar (indicadores, auditoria interna e verificação de conformidade) e Agir (análise crítica e tratamento de não conformidades.

Palavras-chave: sistema de gestão ambiental; ISO 14001; indústria madeireira.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade empresarial consolidou-se como imperativo estratégico diante de desafios como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e pressões regulatórias. Nessa agenda, práticas de ESG e de economia circular ganham centralidade, orientando organizações a reduzir impactos, mitigar riscos e criar valor de longo prazo (GSIA, 2022). No Brasil, o setor de base florestal tem papel relevante na bioeconomia, combinando competitividade produtiva com potencial de sequestro de carbono (SILVA, 2024), e respondendo por parcela expressiva do PIB industrial e do emprego (EMBRAPA, 2023). Apesar desse protagonismo, permanecem desafios

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ambientais significativos, especialmente ligados à geração e destinação de resíduos, cuja gestão inadequada pode acarretar poluição do solo, riscos à saúde e danos à biodiversidade (IBÁ, 2018).

Nesse contexto, a ABNT NBR ISO 14001:2015 estabelece diretrizes para planejar, implementar, avaliar e melhorar continuamente um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), integrando política, objetivos, controles operacionais, monitoramento e análise crítica, de modo alinhado ao contexto e às obrigações de conformidade (ABNT, 2015).

A empresa estudada localiza-se em Caçador/SC e atua na transformação de madeira em produtos acabados e semiacabados para mercados interno e externo. Possui relevância regional na geração de empregos e na dinamização da cadeia florestal. Embora a organização já mantenha rotinas legais e documentação essencial, enfrenta oportunidades de avanço na estruturação sistêmica de sua gestão ambiental, o que justifica a presente investigação.

A partir disso, o estudo tem como objetivo propor a implantação o sistema de gestão ambiental (SGA), de acordo com os requisitos da norma ABNT NBR ISO 14001:2015 em uma indústria do ramo madeireiro na cidade de Caçador - Santa Catarina. Para alcance deste objetivo, são elencados os seguintes objetivos específicos: (I) Caracterizar a empresa em estudo; (II) Descrever a situação atual da gestão ambiental da empresa; (III) Realizar comparação dos requisitos normativos da ABNT NBR ISO 14001:2015 em relação ao sistema de gestão já estabelecido na organização; (IV) Estabelecer cronograma de ações para implantação do sistema de gestão ambiental.

METODOLOGIA

Esta pesquisa baseia-se em uma análise qualitativa. Na perspectiva de Gil (2022), a pesquisa qualitativa é voltada à compreensão dos significados que as pessoas atribuem aos fenômenos em seus contextos reais. Em vez de priorizar mensuração e generalização estatística, privilegia-se a descrição, a interpretação e o acompanhamento do processo pelo qual práticas e sentidos são construídos; o pesquisador atua próximo ao campo, triangulando diferentes fontes (documentos, relatos e observações).

A pesquisa qualitativa não se define apenas pelo uso de dados não numéricos; ela exige planejamento, pois seu propósito central é compreender significados, processos e contextos em situações reais, por meio de um procedimento interpretativo que relaciona dados, conceitos e explicações. Nessa abordagem, o pesquisador atua próximo ao campo, reconhece a construção da realidade e privilegia estratégias indutivas (como entrevistas, observações e análise documental) para identificar padrões de sentido, categorias e relações entre fenômenos — razão pela qual é especialmente indicada quando se busca profundidade e entendimento do "como" e do "porquê" das práticas sociais e organizacionais (Gil, 2021).

A análise dos dados seguiu uma perspectiva de processos aplicada ao sistema de gestão ambiental (SGA), integrando análise documental, observação direta e conversas indiretas. Para que seja possível a elaboração de propostas e um cronograma de ações com foco aderência normativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram organizados em torno dos objetivos do estudo. Na descrição da situação atual, constatou-se que a empresa ainda não possui um SGA formalmente implantado, embora mantenha rotinas essenciais de conformidade legal (licenças, condicionantes, MTR, PGRS e CR IBAMA) e controles documentais mínimos nos sistemas utilizados pela organização, por meio de sistemas como da Ambipar. Observa-se, portanto, uma gestão predominantemente orientada ao atendimento legal, com pontos positivos em rastreabilidade de resíduos e acompanhamento de obrigações.

Na análise comparativa com a ABNT NBR ISO 14001:2015, a maturidade mostrou-se intermediária: 28,57% dos requisitos "Atende", 57,14% "Parcial" e 14,29% "Não atende". As forças concentram-se em aspectos/impactos (6.1.2), requisitos legais (6.1.3) e política integrada já vigente (5.2). As lacunas mais relevantes estão em elementos estruturantes do SGA: definição formal do escopo (4.3), papéis e responsabilidades (5.3), objetivos e metas com planos (6.2/6.1.4), controles operacionais (8.1), monitoramento e indicadores (9.1), auditoria interna (9.2) e análise crítica pela direção (9.3).

Por fim, o cronograma de 12 meses proposto (alinhado ao PDCA) responde diretamente às lacunas mapeadas: primeiro, formalizam-se governança, escopo, partes interessadas e planejamento (P); depois, implementam-se controles, comunicação e capacitações (D); em seguida, estruturam-se indicadores, auditoria e verificações (C); e, ao final do ciclo, realiza-se a análise crítica pela direção e o tratamento de não conformidades (A). Esse encadeamento permite migrar de um atendimento legal reativo para um SGA sistematizado, auditável e orientado à melhoria contínua, criando condições para futura certificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder à questão: quais propostas são adequadas para implantar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme a ABNT NBR ISO 14001:2015 em uma indústria madeireira de Caçador/SC. Para isso, caracterizou-se a organização, descreveu-se a situação atual da gestão ambiental, compararam-se as práticas vigentes aos requisitos normativos e estruturou-se um cronograma de implantação pautado no ciclo PDCA. O conjunto dos achados indica que a empresa dispõe de rotinas essenciais de conformidade legal e rastreabilidade mínima, mas carece de elementos estruturantes típicos de um SGA integrado.

A análise comparativa (gap analysis) evidenciou maturidade intermediária: 28,57% dos requisitos "Atende", 57,14% "Parcial" e 14,29% "Não atende". As maiores lacunas concentram-se em: escopo formal do SGA; papéis e responsabilidades; objetivos/metas com planos associados; controles operacionais; monitoramento/indicadores; auditoria interna; e análise crítica pela direção. Em resposta, foi proposto um plano de 12 meses, encadeado em fases lógicas: (P) formalização da governança e do planejamento; (D) implementação de controles, comunicação e capacitações; (C) monitoramento de indicadores, auditorias e verificações; e (A) análise crítica e tratamento de não conformidades, fechando o ciclo de melhoria contínua.

Como contribuição prática, o trabalho entrega um roteiro de implantação factível para a empresa, alinhando documentos, processos e responsabilidades, e oferecendo critério. Como

contribuição acadêmica, demonstra a utilidade da abordagem qualitativa e documental, combinada a estudo de caso e análise de conteúdo, para diagnosticar a aderência normativa e orientar decisões gerenciais na fase de estruturação do SGA.

Vale salientar que a proposta apresentada se refere a comparativo documental e recomenda-se, como continuidade deste trabalho uma análise de investimentos em estrutura física para implementação da norma e acompanhamento de forma sistemática para a eventual revisão da ABNT NBR ISO 14001:2026, a qual ainda está em análise e construção pela ISO.

Em síntese, espera-se que este estudo contribua de forma concreta para o avanço da organização ao transformar um diagnóstico em um roteiro de implementação. A adoção do cronograma proposto tende a fortalecer a governança ambiental, reduzir riscos de não conformidade, padronizar rotinas críticas e elevar a eficiência dos processos, criando bases sólidas para auditorias internas e, futuramente, para a certificação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 14001: Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso. 3 ed. Rio de Janeiro: Abnt, 2015. Disponível em https://www.abntcatalogo.com.br. Acesso em: 10 ago. 2025.

FORESTRY PORTFOLI, 2023, Brasília. Forests: production, conservation and innovation. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1155624/1/Forestry-Portfolio.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2022. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653?library_return_url=https%3A%2F%2Fapp.minhabiblioteca.com.br%2Fhome%2Fmy-library. Acesso em: 3 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/epubcfi/6/22[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml9]!/4. Acesso em: 3 set. 2025.

GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE. Global sustainable investment review 2022. [S.l.]: GSIA, 2022. Disponível em https://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2023/12/GSIA-Report-2022.pdf . Acesso em: 17 ago. 2025.

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores. Relatório Anual 2018. São Paulo: IBÁ, 2018, p. 15. Disponível em: https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/relatorio-iba-2018.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

SILVA, Renata Aguayo Lopes da. Brazilian Forest-Based Sector Perceptions and Contributions to the Sustainable Development Goals (SDGs)—Developing Strategies Using the Strategic Options Development and Analysis (SODA) Approach. Forests, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 198, 19 jan. 2024. MDPI

AG. http://dx.doi.org/10.3390/f15010198. Disponível em: https://www.mdpi.com/1999-4907/15/1/198. Acesso em: 10 ago. 2025.

ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR DE CAÇADOR/SC (2015-2024): INDICADORES DE EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Julia Paz de Freitas[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – O estudo analisou o comércio exterior do município de Caçador, Santa Catarina, entre 2015 e 2024, buscando compreender como as exportações e importações impactam a economia local. O objetivo foi identificar os principais parceiros comerciais, os produtos de maior relevância e o grau de abertura econômica do município. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa, aplicada e descritiva, utilizando dados secundários provenientes do sistema Comex Stat, do IBGE e do Ipeadata. As informações foram tratadas em planilhas eletrônicas e analisadas por meio de indicadores de valor, volume e grau de abertura econômica. Os resultados mostraram que Caçador apresenta forte especialização nos setores de madeira e móveis, com destaque para exportações voltadas a países desenvolvidos, como Estados Unidos, China e Itália. As importações, por sua vez, concentram-se em insumos industriais, especialmente cobre e polímeros, essenciais para a modernização do parque fabril. O grau médio de abertura econômica foi de 51%, evidenciando a expressiva integração do município ao comércio internacional. Conclui-se que o comércio exterior é um vetor de desenvolvimento econômico para Caçador, promovendo competitividade, diversificação produtiva e geração de renda, embora ainda existam desafios relacionados à dependência de insumos externos e à necessidade de inovação tecnológica contínua.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Competitividade industrial, Cadeias globais de valor.

INTRODUÇÃO

O comércio exterior é um componente crucial para o desenvolvimento econômico de qualquer região, incluindo o município de Caçador, Santa Catarina. As transações internacionais influenciam a formação de renda, o nível de vida da população e a taxa de investimentos, criando um ecossistema econômico mais robusto (Mazon; Pansera, 2015). De acordo com estatísticas do Comex Stat e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as exportações e importações têm desempenhado um papel substancial na economia local, exigindo uma análise cuidadosa das tendências comerciais do município.

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A identificação dos principais parceiros comerciais e produtos mais relevantes exportados e importados é uma parte essencial. Estudos demonstram que o comércio exterior amplifica as oportunidades de crescimento para empresas locais e aumenta a competitividade regional (Ribeiro et al., 2021). A abertura econômica da região entre 2015 e 2021, período analisado neste estudo, também deve ser mensurada, contribuindo para a compreensão de como Caçador se posiciona no contexto regional e nacional.

A relevância deste estudo se estende para além da análise estatística. Ele se insere nos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8, que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, pleno emprego e trabalho decente para todos. Estudar o impacto do comércio exterior na economia de Caçador proporciona uma visão sobre a eficácia das políticas comerciais adotadas e gera insights que podem levar a decisões estratégicas que promovam um crescimento sustentável na economia local.

Apesar das contribuições que este estudo pode oferecer, existem lacunas que precisam ser abordadas. Por exemplo, a análise poderia ser expandida para incluir fatores qualitativos das relações comerciais, como a percepção dos empresários locais sobre as barreiras e oportunidades no comércio internacional. Por fim, a pesquisa pretende fornecer informações cruciais que apoiem tanto empresários quanto formuladores de políticas públicas, contribuindo para um desenvolvimento econômico robusto em Caçador.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como quantitativo, por empregar métodos estatísticos e matemáticos na análise das relações entre exportações, importações e PIB de Caçador, permitindo mensurar objetivamente as oscilações do comércio exterior. Quanto à natureza, enquadra-se como aplicado, pois busca gerar conhecimento útil para compreender os impactos econômicos e subsidiar decisões de gestores públicos e empresariais. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, voltada a apresentar e interpretar dados sem interferir na realidade estudada, delineando o perfil das transações comerciais do município e identificando tendências e correlações relevantes.

O método de pesquisa adotado foi o levantamento documental em bases públicas e oficiais. Os dados sobre exportações e importações, correspondentes ao período de 2015 a 2024, foram obtidos junto ao sistema Comex Stat, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que disponibiliza informações desagregadas por município e código NCM/SH4. Já os indicadores socioeconômicos, como PIB municipal, população e participação setorial, foram coletados no portal IBGE Cidades, enquanto as taxas de câmbio (PTAX anuais) foram extraídas do Ipeadata, plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que reúne séries históricas econômicas oficiais do governo brasileiro.

A extração dos dados sobre exportações e importações envolveu filtros por município (Caçador-SC), ano-base (2015–2024) e código SH4, gerando planilhas em formato CSV. Após conferência de consistência e exclusão de possíveis duplicidades, os dados foram organizados e tratados em planilhas do Microsoft Excel, nas quais se aplicaram fórmulas e funções para cálculo de taxas de crescimento, variações percentuais e indicadores derivados, como o efeito preço

(US$), o efeito quantidade (kg) e o grau de abertura da economia — obtido pela razão entre a soma das exportações e importações e o PIB municipal, conforme Moreira (2012). Essa etapa analítica possibilitou decompor o crescimento das transações comerciais em seus componentes de valor e volume, identificando o peso relativo de cada um na geração de riqueza local.

A interpretação dos resultados foi conduzida de forma comparativa, relacionando os indicadores obtidos ao contexto teórico apresentado na fundamentação. O método buscou não apenas descrever as variações nos fluxos comerciais, mas também compreender seus reflexos sobre o desempenho econômico do município, de modo a responder à questão norteadora da pesquisa: "Como as exportações e importações impactam a economia no município de Caçador?"

A caracterização do município de Caçador também integra a metodologia, por fornecer a base contextual necessária à análise dos resultados. Localizado no Meio-Oeste catarinense, Caçador é reconhecido por sua estrutura industrial diversificada e pela liderança regional no setor madeireiro. A escolha do município como unidade de análise justifica-se por sua importância na pauta exportadora de Santa Catarina e por seu papel na formação de cadeias produtivas regionais, o que permite observar de forma precisa a interação entre comércio exterior e desenvolvimento local.

Assim, a metodologia adotada assegura a validade científica e a replicabilidade do estudo, uma vez que utiliza dados oficiais, indicadores consolidados e procedimentos analíticos transparentes. O conjunto de técnicas empregadas permite compreender, de maneira sistemática, como a integração de Caçador às dinâmicas do comércio internacional influencia seu crescimento econômico, confirmando o alinhamento entre os métodos utilizados e os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2015 e 2024, o município de Caçador consolidou-se como um dos principais polos exportadores do Meio-Oeste catarinense, com destaque para os setores madeireiro, moveleiro e coureiro. Essa especialização produtiva reflete a tradição industrial do município e sua capacidade de agregar valor à produção local. As exportações concentraram-se em obras de carpintaria para construções (SH4 4418), painéis de fibras de madeira (SH4 4411) e móveis e suas partes (SH4 9403), que juntos somaram mais de US$ 1,5 bilhão no período. Esses segmentos, além de impulsionarem o emprego e a renda, representam a vocação natural da economia caçadorense e confirmam o papel central da indústria madeireira na geração de valor agregado.

No que se refere aos destinos comerciais, os Estados Unidos se destacam como principal parceiro de Caçador, com aproximadamente US$ 1,7 bilhão acumulado em exportações, seguidos por China, França, Itália e Alemanha. Essa predominância de mercados desenvolvidos reforça o perfil internacionalizado da economia local e sua integração com cadeias globais de alto consumo, conforme também identificado por Vicente et al. (2015) e pelo Observatório FIESC (2025). A orientação para economias maduras e diversificadas evidencia a capacidade competitiva dos produtos locais e o alinhamento com o padrão exportador do estado de Santa Catarina.

Em contrapartida, as importações do município apresentam natureza essencialmente industrial, voltadas ao suprimento de matérias-primas e bens intermediários. O Chile figura como principal país de origem, seguido por Alemanha, China, Argentina e Índia. Entre os produtos importados, destacam-se o cobre refinado e suas ligas (SH4 7403), os polímeros de propileno (SH4 3902) e máquinas e equipamentos industriais (SH4 8465 e 8479), insumos indispensáveis para a continuidade da produção local. Essa estrutura de importações confirma o que apontam Cunha et al. (2013) e Eberhardt e Fochezatto (2023), ao enfatizarem que o comércio internacional de bens intermediários e de capital é um dos pilares para o aumento da produtividade e da inovação tecnológica em economias industriais diversificadas.

De modo geral, os resultados evidenciam que o comércio exterior exerce papel estratégico na sustentação da economia de Caçador. As exportações impulsionam o crescimento e consolidam setores industriais tradicionais, enquanto as importações garantem o acesso a tecnologias e insumos que fortalecem a competitividade produtiva. Essa interdependência entre fluxos de saída e entrada de mercadorias revela a importância do comércio internacional como vetor de desenvolvimento econômico local, integrando Caçador de forma cada vez mais sólida às cadeias globais de valor e contribuindo para o fortalecimento de seu parque industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do comércio exterior de Caçador entre 2015 e 2024 evidencia a robustez de sua estrutura produtiva, especialmente nos setores madeireiro e moveleiro, fundamentais para sua inserção competitiva nas cadeias globais de valor. Esse conjunto industrial dinamiza a economia local, gerando renda, empregos e arrecadação. A concentração das exportações em produtos de maior valor agregado, aliada à dependência de insumos importados, demonstra uma sinergia que fortalece a capacidade produtiva e a integração com mercados externos.

Com grau médio de abertura econômica em torno de 51%, observa-se forte vínculo entre o comércio internacional e o PIB municipal. As transações externas impulsionam a competitividade e a diversificação produtiva, enquanto a busca por inovação e especialização consolida o parque industrial local.

Entretanto, o enfoque quantitativo da pesquisa limita a compreensão de aspectos qualitativos, como percepções empresariais, políticas públicas e impactos sociais e ambientais. Para ampliar essa visão, sugerem-se estudos comparativos com outros municípios industriais e a incorporação de indicadores de sustentabilidade, inovação e governança, de modo a promover uma análise mais abrangente e alinhada ao desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. M.; LELIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. Brazilian Journal of Political Economy, Campinas, v. 33, n. 3, p. 463-485, jul. 2013. DOI: 10.1590/S0101-31572013000300006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000300006. Acesso em: 28 mai. 2025.

EBERHARDT, P. H. de C.; FOCHEZATTO, A. Resiliência econômica regional e choques de importação. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 27, e222713, 2023. DOI:

10.1590/198055272713. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198055272713. Acesso em: 29 mai. 2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/646926100. Acesso em: 30 mai. 2025.

MAZON, F. S.; PANSERA, S. F. Um Estudo Comparativo entre o Comércio Exterior da Região da AMOSC e o Estado de Santa Catarina. Revista de Administração IMED, 5(2), 181-192. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v5n2p181-192. Acesso em: 26 out. 2025.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. Brazilian Journal of Political Economy, Campinas, v. 32, n. 2, p. 213-228, abr. 2012. DOI: 10.1590/S0101-31572012000200004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200004. Acesso em: 28 mai. 2025.

OBSERVATÓRIO FIESC. Comércio exterior de SC: exportações superam US$ 1 bi por mês em 2025. Florianópolis, 07 mai. 2025. Disponível em: https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/economia/comex-SC-aumenta-vendas-internacionais-produtos-sofisticados. Acesso em: 30 mai. 2025.

OBSERVATÓRIO FIESC. Santa Catarina exporta US$ 11,7 bilhões em 2024. Boletim Comércio Exterior, Florianópolis, 10 jan. 2025. Disponível em: https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/santa-catarina-exporta-us-117-bilhoes-em-2024. Acesso em: 28 mai. 2025.

SOUZA RIBEIRO, J. R. de; SANTOS, F. V. D. dos; SILVA FILHO, L. A. da. Competitividade das exportações de frangos da região sul do Brasil – 1997-2018. Revista Estudo & Debate, Lajeado, RS, v. 28, n. 2, 2021. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v28i2a2021.2780. Disponível em: https://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2780. Acesso em: 26 out. 2025.

VICENTE, A. A.; GODOY, R. D.; LAURENTI, A. C. As exportações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: um estudo do setor agropecuário no período 2000-2010. Revista NECAT, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 91–112, 2015. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4441. Acesso em: 11 out. 2025.

WILL, D. E. M. Metodologia da pesquisa científica: livro digital. 2. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2012. 126 p. ISBN 978-85-7817-208-4. Disponível em: https://repositorioapi.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/f6605621-310e-45f5-976b-a292e2506696/content. Acesso em: 30 mai. 2025.

GESTÃO DE COMPRAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DA CIDADE DE CAÇADOR – SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Kauan Salomão Cordeiro[1]
André Chiarani da Silva[2]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo propor melhorias para a gestão de compras de uma empresa do ramo de transporte rodoviário de cargas da cidade de Caçador – SC. Para alcançar este objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (I) Caracterizar a empresa em estudo, (II) Descrever o processo atual de compras, (III) Realizar levantamento de itens necessários para estoque e (IV) Propor melhorias para a gestão de compras. Para atingir tais objetivos a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa, permitindo uma imersão nas práticas de gestão da empresa, enfatizando a percepção dos envolvidos e a análise das dinâmicas internas. Com base nas observações e análises realizadas, propõe-se melhorias para a adaptação e organização do processo de compras da organização. As análises revelaram que as compras estão centralizadas nas atividades do gestor da empresa, sem a existência de um setor específico dedicado a esse fim, o que representa um risco significativo. Deste modo, ao final, desta pesquisa espera-se que este trabalho contribua para garantir uma gestão de compras mais eficaz e alinhada às demandas do mercado de transporte rodoviário de cargas.

Palavras-chave: Gestão de Compras. Logística. Transporte de Cargas.

INTRODUÇÃO

A gestão de compras é essencial para o funcionamento eficiente de uma organização, pois abrange a escolha de fornecedores, avaliação da qualidade, prazos de entrega e custos. Reduzir custos de aquisição pode aumentar significativamente os lucros. Além de diminuir despesas, uma gestão eficaz deve fomentar parcerias estratégicas com fornecedores, possibilitando acesso a inovações e condições comerciais vantajosas, aumentando a competitividade (Basso, 2025).

Uma postura proativa na gestão de compras, que analisa tendências de mercado e antecipa necessidades, é crucial para atender a demandas atuais e futuras, assegurando eficiência e alinhamento estratégico. Isso é particularmente importante em setores como logística e transporte terrestre, onde a qualidade dos insumos diretamente afeta a satisfação do cliente (Silva, 2025).

[1] Aluno do Curso de Administração Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A gestão de compras está interligada à gestão de estoques; juntas, garantem a aquisição de materiais necessários sem excessos que aumentem custos ou faltas que possam interromper a produção. A colaboração entre essas áreas melhora a previsão de demanda e negociação com fornecedores, essencial para a eficácia organizacional (Souza, 2025).

Estudos recentes destacam a importância da gestão de compras como vantagem competitiva em um ambiente com alta concorrência. Este estudo de caso foca em uma empresa de transporte rodoviário de cargas em Caçador, SC, para examinar suas práticas de compras e seu impacto no desempenho. A pesquisa busca analisar desafios como a morosidade nos processos de compra e a falta de controles de estoque, propondo melhores práticas para otimizar a gestão de compras e a entrega de serviços, adaptando-se às constantes mudanças econômicas exigidas pelo mercado (Queiroz; Oliveira, 2024)

Deste modo, o presente estudo visa responder a seguinte questão: Quais as propostas de melhoria para a gestão de compras de uma empresa do ramo de transporte rodoviário de cargas da cidade de Caçador – SC?. A partir disto, o estudo tem por objetivo propor melhorias para a gestão de compras de uma empresa do ramo de transporte rodoviário de cargas da cidade de Caçador – SC. Para atingir esse objetivo, são elencados os seguintes objetivos específicos: (I) Caracterizar a empresa em estudo; (II) Descrever o processo atual de compras; (III) Realizar levantamento de itens necessários para estoque; (IV) Propor Melhorias para a gestão de compras.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme mencionado por Marconi e Lakatos (2022), enfatizando a proximidade do pesquisador com a vivência dos participantes.

A pesquisa qualitativa foca na descrição detalhada de eventos e experiências individuais, priorizando o processo de investigação e a interpretação das vivências. Os pesquisadores buscam compreender o significado que os indivíduos atribuem às suas experiências, levando em consideração seus contextos socioculturais. A análise dos dados ocorre de forma indutiva, permitindo que as descobertas sejam moldadas pelas informações coletadas ao longo do estudo (Marconi; Lakatos, 2023).

A pesquisa é apoiada por métodos descritivos e documentais, com um foco específico na gestão de compras, utilizando estudo de caso como principal abordagem. A pesquisa descritiva visa identificar lacunas e oferecer uma compreensão mais ampla sobre práticas e desafios na área de compras, coletando dados sistemáticos que assegurem a representatividade da amostra. A pesquisa documental complementa a análise, utilizando fontes escritas para reconstruir contextos e avaliar práticas ao longo do tempo (Gil, 2022).

O universo da pesquisa se concentra em uma empresa do setor rodoviário de cargas, onde os pesquisadores colaboram ativamente com os participantes para reconhecer problemas e buscar soluções (Marconi; Lakatos, 2022).

A coleta de dados se foca na gestão de compras, garantindo a representatividade e a qualidade das informações obtidas. Por meio de uma análise qualitativa de relatórios e

observações, o estudo busca caracterizar a população investigada e identificar interações entre as variáveis (Marconi; Lakatos, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Transporte 2 de Julho, fundada em 1º de abril de 1996, tem se destacado ao longo de sua trajetória no setor de transportes, buscando sempre uma posição forte no mercado. Completando 25 anos em 2025, a empresa, localizada em Caçador – SC, é reconhecida por sua qualidade e por seus compromissos em oferecer soluções logísticas eficientes. A frota moderna e diversificada da empresa garante pontualidade e segurança nas entregas. Além disso, a Transporte 2 de Julho investe continuamente em tecnologia e capacitação de seus funcionários, alinhando-se às melhores práticas do setor. A sustentabilidade é uma prioridade, e a empresa adota soluções para minimizar o impacto ambiental de suas operações (TJ2, 2025).

O processo atual de compras da Transporte 2 de Julho ocorre em duas situações principais: reposição de peças para manutenção após viagens e compras urgentes quando os veículos estão em rota. O gestor da empresa é o único responsável por este processo, que envolve a análise das necessidades de manutenção do veículo sem um padrão estabelecido, o que pode resultar em erros e atrasos nas entregas das peças. A empresa mantém um estoque pequeno e desorganizado, dificultando o controle de entrada e saída, o que leva a uma abordagem reativa e emergencial nas compras.

No momento em que um veículo retorna de uma viagem, o gestor, junto ao motorista, verifica as condições do veículo. No entanto, essa avaliação é feita de forma subjetiva, sem um checklist que padronize a inspeção, aumentando o risco de comprar peças desnecessárias ou deixar de fazer manutenções críticas. As compras são preferencialmente feitas junto a fornecedores locais por telefone, sem documentos formais como ordens de compra, o que diminui a rastreabilidade e pode resultar em inconsistências na entrega e nos preços.

Para atender às necessidades de compra, a empresa realiza uma análise dos itens que são fundamentais para o estoque. Entre os produtos identificados, destacam-se molas, amortecedores, buchas e componentes do sistema de freios, cada um com sua respectiva quantidade necessária mensal. Esta análise visa garantir a eficiência operacional, evitando perdas e mantendo os veículos em boas condições de uso.

Considerando as falhas observadas no processo de compras, propõem-se melhorias significativas. Sugere-se a criação de um setor específico para compras e gestão de estoques, assim como um sistema organizado de controle, que inclua a emissão de ordens de compra. A formalização do processo com essas ordens traz vantagens como melhor rastreabilidade, controle financeiro e comunicação clara com fornecedores.

Além disso, propõe-se a implantação de um checklist para a inspeção veicular, estabelecendo critérios claros para a avaliação das condições dos veículos, permitindo assim um histórico detalhado que poderá otimizar a gestão da frota. Enquanto isso, para compras urgentes durante as viagens, o novo setor de compras terá que buscar fornecedores homologados para garantir melhores preços e qualidade de peças e serviços.

Outro ponto crítico é o pequeno e desorganizado estoque atual. Sugere-se a realização de inventários regulares, catalogando os itens e organizando os materiais por categoria, além de implementar fichas de controle que ajudem no monitoramento das quantidades disponíveis. A falta de controle sobre o estoque pode causar tanto excessos quanto faltas, elevando os custos operacionais e comprometendo a capacidade de entrega.

A correta gestão dos processos de compras e do estoque é fundamental para garantir que as peças estejam disponíveis no momento certo. Com uma operação bem estruturada, a empresa poderá melhorar a eficiência nas entregas, atender melhor seus clientes e, consequentemente, manter sua posição de destaque no mercado.

Como forma de sintetizar as propostas acima, no Quadro 1 é apresentado a situação atual e as propostas de melhoria para os itens observados.

Quadro 1: Propostas de melhorias na gestão de compras

Situação atual	Proposta de melhoria
Não há setor específico para compras e estoque	Criação de setor para organização e estabelecimento de processos estruturados de compras
Inspeção dos veículos sem critérios	Criação de check list para inspeção e controle dos itens que necessitam de manutenção
Falta de controle de estoque	Implantar gestão de estoque, realizando inventário para catalogação dos itens em estoque, organização dos materiais por tipo de produto e criação de ficha de controle de estoque
Falta de materiais essenciais em estoque	Através do levantamento de materiais essenciais e processos estruturados de compras, buscar as parcerias adequadas, para aquisição e manutenção dos itens
Compras em viagem realizadas pelo motorista	Estabelecimento de processo estruturado, onde o setor de compras conduzirá o processo de compra.

Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar propostas de melhoria para a gestão de compras de uma empresa de transporte rodoviário de cargas em Caçador, SC. Para isso, foram definidos quatro objetivos específicos: caracterizar a empresa, descrever o processo atual de compras, levantar os itens necessários para o estoque e sugerir melhorias na gestão de compras.

A empresa em questão, Transporte 2 de Julho, é destacada pela qualidade dos serviços e pela busca por melhorias. No entanto, o processo de compras revela lacunas, como a falta de padrões nas análises de manutenção e de um controle sistemático de estoque. Essas deficiências resultam em ineficiências e compras urgentes feitas informalmente, elevando riscos de não conformidades.

O levantamento dos itens necessários para o estoque visa otimizar as operações e a manutenção dos veículos. As propostas de melhoria incluem a criação de um setor específico para reorganizar os processos de compras, elaboração de um checklist para inspeção de itens, gestão eficiente de estoque com inventários regulares e desenvolvimento de fichas de controle sistemático.

Além disso, recomenda-se a construção de parcerias estratégicas para a aquisição adequada dos materiais e um processo de compras estruturado e transparente. Essas iniciativas visam melhorar a governança e a eficácia do setor, reduzindo riscos e otimizando custos, com o intuito de alinhar a gestão de compras às exigências do mercado.

Em conclusão, a implementação das sugestões propostas pode transformar a gestão de compras em um componente estratégico, contribuindo para a eficiência operacional e a satisfação dos clientes, beneficiando a empresa no setor de transporte rodoviário de cargas.

REFERÊNCIAS

BASSO, Micheli Cristiani Aiello. Gestão de compras e estoque como fator decisivo para a competitive empresarial. Observatório de la economía latinoamericana, v. 23, n. 1, p. e8791-e8791, 2025.

GIL, Antônio. Como elaborar projetos e pesquisas. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antônio. Metodologia da pesquisa cientifica. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. Tipo de pesquisas. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Atlas, 2023.

QUEIROZ, Stefania; OLIVEIRA, Marlon Donizete Jayme. A importância da gestão de compras e estoques e a diminuição do desperdício de alimentos de uma empresa varejista: estudo de caso. Revista de Iniciação Científica da Libertas, v. 12, n. 1, 2024.

SILVA, Joyce Aparecida Passos. Gestão de estoque em uma indústria de fitas de borda: evidências por meio de estudo de caso. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 1, p. 1191-1210, 2024.

SOUZA, Pâmela Silva Gomes. Gestão de compras no setor de alimentos: uma análise sobre o impacto causado nas organizações e como o uso de sistemas de gestão podem auxiliar nos processos. Revista Delos, v. 18, n. 68, p. e5690-e5690, 2025.

TJ2 – Transportadora de Julho. Quem somos nós. Disponível em: https://transportes2dejulho.com.br/. Acesso em 20 de out. de 2025.

A MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA EM CAÇADOR/SC: PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES IMIGRANTES SOBRE DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Cherlie Delice[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – O presente artigo tem como objetivo analisar as percepções dos imigrantes a respeito dos desafios e das oportunidades no mercado de trabalho brasileiro. Nos últimos anos, o Brasil tem recebido um número expressivo de imigrantes de diversas nacionalidades, como haitianos, paraguaios, venezuelanos, angolanos, entre outros, o que tem contribuído para a diversificação da força de trabalho e para o debate sobre inserção e integração profissional. A pesquisa adota uma abordagem mista, de natureza aplicada, e contou com a participação de 110 imigrantes, sendo a maioria haitianos, seguidos por cubanos e venezuelanos. O instrumento de coleta de dados foi um questionário elaborado no Google Forms, composto por 17 questões predominantemente fechadas e mistas. A análise dos dados revelou que a barreira linguística constitui a principal dificuldade enfrentada pelos imigrantes, seguida pelo reconhecimento de diplomas estrangeiros, o que limita o acesso a cargos compatíveis com a formação e qualificação profissional desses trabalhadores.

Palavras-chave: Imigração, mão de obra estrangeira, globalização, mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Com a globalização e a crescente interconexão entre os países, o processo de migração internacional tem se tornado mais frequente e acessível. Nos últimos anos, o Brasil tem recebido um número significativo de estrangeiros, como venezuelanos, paraguaios, haitianos, cubanos, entre outros. Esse fluxo migratório ocorre em razão das condições adversas enfrentadas em seus países de origem, caracterizadas por desastres naturais, crises econômicas, desemprego ou instabilidade política (Silva; Bento, 2021). Diante dessa realidade, muitos se veem obrigados a deixar suas nações em busca de melhores condições de vida para suas famílias, configurando um processo de migração forçada.

Antigamente, o processo migratório esteve fortemente vinculado ao desenvolvimento das atividades agrárias e industriais, bem como ao processo de ocupação das grandes áreas urbanas do Brasil, já o cenário atual é marcado por fluxos migratórios motivados principalmente por fatores humanitários, como conflitos armados, crises políticas, desastres naturais e outras

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

situações que forçam indivíduos a buscar refúgio e melhores condições de vida no país (Theves; Uebel, 2021).

A intensificação da chegada de imigrantes ao Brasil teve início, principalmente, a partir de 2010. Segundo dados divulgados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2025), registrada por Sistema de Registro Nacional migratório (SISMIGRA) entre 2010 até 2025, foram registrados aproximadamente 1,8 milhão de estrangeiros no país, sendo fronteiriço, residente, temporário. Com essa intensificação, a demanda por mão de obra estrangeira tem crescido, especialmente em fábricas, com destaque para trabalhadores não qualificados. Pois de acordo com Sayad (1998), presença do imigrante tende a ser percebida como uma força de trabalho temporária, a sua existência é justificada unicamente por sua utilidade no mercado de trabalho. Já o Maciel (2020) aponta que, trabalho desempenha um papel fundamental no processo migratório, pois é por meio dele que o imigrante encontra condições para se estabelecer no novo território. Diante desse contexto, quais são as percepções dos trabalhadores imigrantes sobre desafios e oportunidades no mercado de trabalho na cidade de cidade de Caçador/SC?

Com o aumento do fluxo migratório internacional no Brasil, a presença de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais expressiva. Esse fenômeno tem gerado preocupações entre os brasileiros, principalmente no que se refere à possível substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, o que poderia resultar no aumento do desemprego. O presente trabalho tem como objetivo analisar percepções dos trabalhadores imigrantes sobre desafios e oportunidades no mercado de trabalho na cidade de Caçador/SC. Com objetivo específicos de caracterizar a mão de obra dos estrangeiros em Caçador/SC, compreender as percepções dos imigrantes sobre suas oportunidades e desafios no mercado de trabalho local, e por fim investigar como os imigrantes avaliam sua integração e aceitação nas empresas e na comunidade de Caçador/SC.

METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem mista, de natureza aplicada. De acordo com Appolinário (2011), esse tipo de pesquisa é voltado à resolução de problemas concretos e imediatos. Quanto ao procedimento técnico, trata-se de um levantamento de dados (survey), é método utilizado em pesquisas qualitativas e quantitativas em que os dados são geralmente coletados por meio de questionários aplicados diretamente aos informantes ou grupos envolvidos (Marconi; Lakatos, 2022). De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), o método de pesquisa mista é mais amplo e sistemático, pois integra abordagens qualitativa e quantitativa com a finalidade de obter uma visão mais completa do fenômeno estudado, proporcionando maior compreensão do objeto de análise. O objetivo da pesquisa é exploratório Conforme Gil (2017), a pesquisa exploratória visa investigar temáticas ainda pouco estudadas, tendo como finalidade o desenvolvimento, o esclarecimento e a reformulação de conceitos e ideias, contribuindo para a construção de problemas mais precisos ou hipóteses futuras.

A coleta de dados foi realizada em Caçador (SC) com imigrantes residentes no município, por meio de um formulário online no Google Forms, composto por 17 questões fechadas e mistas. Ao todo, 110 imigrantes participaram da pesquisa, cujas respostas permitiram compreender o

contexto da mão de obra imigrante e sua contribuição para o desenvolvimento econômico local. Cabe destacar que o projeto foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer número 7.934.101.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caçador é uma cidade localizada no meio-oeste de Santa Catarina, que historicamente recebeu um número significativo de imigrantes. No entanto, os motivos que impulsionavam a migração no passado diferem dos atuais. Atualmente, o município se destaca pela oferta de empregos em diversos setores, o que possivelmente explica a escolha dos imigrantes por essa localidade, uma vez que a migração está fortemente associada à busca por oportunidades de trabalho.

De acordo com dados divulgados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2025), monitorada pela Relação anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2010 e 2023, cerca de 3.715 de trabalhadores imigrantes ingressaram no mercado de trabalho formal na cidade de Caçador/SC, ou seja, atuando com carteira assinada. esta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa intitulada a percepções dos trabalhadores imigrantes sobre desafios e oportunidades no mercado de trabalho buscando compreender as experiências e perspectivas desses imigrantes no cenário local.

O questionário aplicado para a coleta de dados contou com a participação de 110 respondentes. A faixa etária predominante foi de 31 a 40 anos, representando 43,6% do total, seguida por 29,1% na faixa de 21 a 30 anos e 22,7% entre 41 e 50 anos, 2,7% mais de 50 anos e 1,8% menos de 20 anos. Sendo 80% dos participantes são haitianos, 10% cubanos, 8,2% venezuelanos, 1,9% paraguaios e 1,9% provenientes da Costa do Marfim. No que se refere ao nível de escolaridade, observa-se que 49,1% dos respondentes possuem ensino médio, 21,8% possuem ensino fundamental, 18,2% possuem ensino superior e 7,3% têm pós-graduação, já os outros da 3,6%, alegam que estão ainda estão estudando, algumas na fundamental, outras no ensino superior.

Quanto ao motivo que levou os imigrantes a virem para o Brasil, observou-se que 58,2% vieram em busca de trabalho, sendo este o principal fator apontado pelos respondentes. Em seguida, 14,5% afirmaram ter vindo para estudar, 12,7% migraram em razão de conflitos políticos em seus países de origem, e 10% vieram para reunir-se com familiares. Por fim, 4,6% mencionaram outros motivos, como a busca por uma melhor qualidade de vida, o desejo de conhecer o Brasil e a expectativa de novas oportunidades pessoais e profissionais.

Ao comparar a formação dos imigrantes e as funções que exerciam em seus países de origem com os cargos que ocupam nas empresas locais, percebe-se uma diferença significativa. Essa discrepância está relacionada, principalmente, às barreiras linguísticas e à dificuldade na revalidação de diplomas, fatores que acabam limitando as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Pois isso ficou em evidencia durante a coleta de dados, ao pergunta sobre os desafios enfrentado no mercado de trabalho. A barreira linguística foi apontada por 49,1% dos respondentes como o maior desafio. Em seguida, 32,7% afirmaram não ter enfrentado dificuldades, enquanto 18,2% relataram preconceito ou discriminação. Já 13,6% mencionaram

adaptação cultural e 0,9% citaram problemas com documentação. Pode-se observar essa realidade no Quadro 1.

Quadro 1 - Cargos exercidos no país de origem versus cargos ocupados em Caçador/SC

Ocupação exercidos pelos imigrantes no país de origem	Cargos ocupados nas empresas pelos imigrantes
31% afirmaram ter exercido outras atividades que não estavam listadas no formulário. A cada cinco respondentes, três indicaram que atuavam na área educacional, seguidos por estudantes, e por profissionais das áreas elétrica, mecânica e da saúde. Agricultura familiar ficou em 2º lugar com 22,7%, seguido de comercio com 20%. serviços gerais com 14,5% e indústria com 11,8%.	43,6% dos participantes ocupam o cargo de operador de máquina, enquanto 31,8% trabalham como auxiliar de produção. Outros 16,4% desempenham diferentes funções, como pedreiro, vendedor, profissional da construção civil, operador de caixa, cozinheira e funções administrativas.

Fonte: os autores (2025)

Quanto à forma de tratamento em comparação aos trabalhadores brasileiros, 37,3% dos imigrantes afirmaram perceber diferenças, apontando que enfrentam mais dificuldades. Em contrapartida, 35,5% disseram não perceber distinções no tratamento, 15% preferiram não responder, e 11,8% consideram que existe diferença positiva, com os imigrantes sendo apoiados pelas empresas. Em relação às oportunidades de crescimento dentro das empresas, 32,7% consideram que existem algumas oportunidades, 30% acreditam que há muitas, 24,5% percebem poucas oportunidades, e 12,7% afirmam que não há nenhuma possibilidade de crescimento.

Quanto às melhorias necessárias para auxiliar os imigrantes no mercado de trabalho, a maioria (67,3%) destacou a importância de cursos de língua portuguesa, reforçando que o idioma ainda é um dos maiores desafios enfrentados. Além disso, 40% apontaram a necessidade de reconhecimento de diplomas, 29,1% sugeriram mais oportunidades de emprego, 26,4% destacaram a importância do combate ao preconceito, e 22,7% mencionaram a necessidade de menos burocracia nos processos de documentação. Apenas 0,9% ressaltaram a relevância de criar espaços de apoio e orientação voltados especificamente aos imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados coletados, observa-se que os trabalhadores imigrantes enfrentam duas grandes dificuldades no mercado de trabalho: a barreira linguística e a revalidação dos diplomas. Essas limitações acabam impedindo que muitos deles atuem em suas áreas de formação, restringindo suas oportunidades profissionais e contribuindo para a subutilização de suas qualificações.

Outro aspecto relevante identificado é a ausência de uma estrutura adequada de apoio aos imigrantes. Seria importante a criação de um centro de convivência que possibilitasse a reunião desses trabalhadores, promovendo debates, projetos e iniciativas voltadas à valorização da diversidade. Essa necessidade ficou evidente durante a coleta de dados, pois houve dificuldade em localizar os participantes, justamente pela falta de um espaço comum de encontro e integração.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ao buscar respostas sobre a realidade dos imigrantes, identificou-se que o CEJA oferece um curso de Língua Portuguesa voltado a esse público. O curso tem duração de um semestre e possui caráter básico, com o objetivo de auxiliar os imigrantes a se familiarizarem com o idioma, algumas expressões do cotidiano e aspectos da cultura brasileira, especialmente a cultura local. Além disso, constatou-se a atuação da Cáritas Diocesana, instituição que desempenha um papel fundamental no acolhimento dos imigrantes. Ao chegarem ao país, muitos procuram a Cáritas para obter apoio na regularização de documentos, o que é essencial para que possam trabalhar, se integrar e estabelecer uma nova vida no Brasil.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

MACIEL, R. O papel dos imigrantes no trabalho. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, p. 25-35, 2020. DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i2.13159. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/13159. Acesso em: 02 nov. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.334. ISBN 9786559770670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/. Acesso em: 10 jun. 2025.

OBMIGRA. **SISMIGRA, Sistema de Registro Nacional migratório**. Brasilia. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzE0M2M1MDUtYTJmYi00NWE0LWEzZWMtNDc1ZDA3OGE5MjlJIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTYzMGItNGQyYi1iODMzLWM4ZTZkNDhmODA1OSJ9&pageName=c47451134a39e637d708. Acesso em: 11 mai. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, R. F. da; BENTO, J. S. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Colombia Internacional**, n. 106, p. 165-198, 2021. 2021. DOI: 10.7440/colombiaint106.2021.07. Disponível em: http://journals.openedition.org/colombiaint/1037. Acesso em: 25 jan. 2025.

THEVES, C.; UEBEL, R. R. G. Imigração, nacionalidade e xenofobia: o caso dos venezuelanos no Brasil - uma análise crítica. Nacionalidade em perspectiva: estudos comparados à luz da experiência brasileira, europeia e possíveis reflexos nas políticas migratórias, p. 66-86, 2021.

ANÁLISE DE TURNOVER EM UMA EMPRESA TERCEIRIZADA NO RAMO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Ronaldo Cristiano Til[1]
Emerson Cardoso Marques[2]

Resumo - A gestão de pessoas em empresas de serviços terceirizados é desafiadora, principalmente em contextos de alta rotatividade, que impacta diretamente a qualidade dos serviços e o clima organizacional. Este estudo analisou os fatores que influenciam o turnover em uma empresa terceirizada do ramo de limpeza e conservação, localizada em Caçador/SC. O objetivo foi identificar as causas e impactos da rotatividade e propor ações de melhoria. Adotou-se uma abordagem quantitativa e descritiva, por meio de questionário aplicado a 50 colaboradores ativos e inativos da organização. Os resultados indicaram predominância feminina (85,7%), alta incidência de jornadas superiores a 40 horas e que 47,6% dos participantes já pensaram em deixar o emprego. As principais causas de insatisfação foram a remuneração inadequada e a falta de reconhecimento. Conclui-se que investir em treinamento, liderança e políticas de valorização é essencial para reduzir a rotatividade e fortalecer o comprometimento dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho mais estável e produtivo.

Palavras-chave: gestão de pessoas; treinamento e desenvolvimento; rotatividade; turnover.Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

INTRODUÇÃO

A gestão de pessoas constitui um dos principais desafios nas organizações modernas, especialmente em empresas de serviços terceirizados, nas quais a alta rotatividade compromete a continuidade e a qualidade dos serviços. O turnover representa a movimentação de entrada e saída de colaboradores e reflete o grau de satisfação, engajamento e estabilidade no ambiente de trabalho (CHIAVENATO, 2022). A rotatividade excessiva implica custos adicionais, perda de conhecimento e queda na produtividade, impactando diretamente o desempenho organizacional.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar os fatores que influenciam a rotatividade de colaboradores em uma empresa de limpeza e conservação localizada em Caçador/SC, identificando suas causas, impactos e possíveis estratégias de retenção. Especificamente, busca-se: (I) identificar as principais razões da saída de colaboradores; (II) avaliar a satisfação e o reconhecimento no trabalho; e (III) propor melhorias para reduzir o turnover.

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A relevância deste estudo está em contribuir para o aprimoramento da gestão de pessoas, oferecendo subsídios práticos e teóricos que auxiliem a empresa na criação de um ambiente de trabalho mais estável, produtivo e humano, alinhado às boas práticas de administração e valorização profissional.

Segundo Pereira (2022), a taxa de rotatividade é um indicador de Recursos Humanos que avalia o fluxo de entrada e saída de funcionários em uma empresa. Este índice é frequentemente utilizado para refletir a estabilidade e a satisfação no ambiente de trabalho. Quando a rotatividade é alta, isso pode trazer efeitos negativos, prejudicando o clima organizacional e os resultados da empresa. As razões para a rotatividade podem ser variadas, incluindo descontentamento no trabalho, falta de adequação à cultura organizacional, oferta de oportunidades mais atraentes fora da empresa e condições econômicas desfavoráveis.

Destaca-se, portanto, que a rotatividade de funcionários representa um dos principais desafios que as empresas contemporâneas enfrentam, independentemente de seu tamanho ou área de atuação. Esse fenômeno não só indica a insatisfação dos empregados, mas também revela a habilidade da empresa em oferecer condições de trabalho adequadas, oportunidades de crescimento e reconhecimento profissional. Portanto, entender as causas e consequências da rotatividade é fundamental para fortalecer a gestão de pessoas e assegurar a sustentabilidade da organização ao longo do tempo (Solha et al., 2024).

Além dos custos diretos com a contratação e demissão, a rotatividade provoca uma série de efeitos negativos indiretos, como a perda de conhecimento específico, diminuição da moral da equipe e redução da produtividade. Autores como Chiavenato (2010) e Solha et al. (2024) destacam que esses elementos podem impactar seriamente os resultados da empresa, tornando o turnover um aspecto estratégico que merece atenção constante.

A relevância deste estudo é destacada pela intensificação da competitividade no ambiente profissional, onde a capacidade de atrair e manter talentos qualificados se tornou um fator estratégico crucial. Organizações que conseguem diminuir suas taxas de turnover estão mais aptas a obter resultados sustentáveis, aprimorar a vivência dos colaboradores e fortalecer sua imagem no setor. Desta forma, a pesquisa oferece contribuições tanto para a aplicação prática nas empresas quanto para o avanço do conhecimento acadêmico na área de gestão de pessoas (Egrees; Espich; Bento, 2024).

O clima organizacional é um elemento fundamental nas pesquisas sobre conduta em ambientes laborais, pois representa a visão compartilhada dos funcionários acerca do local de trabalho, afetando diretamente a performance, a disposição e o engajamento com as metas da instituição. De acordo com Chiavenato (2022), o clima organizacional pode ser entendido como um conjunto de características mensuráveis do ambiente de trabalho que são percebidas, de maneira direta ou indireta, pelos integrantes da organização, influenciando, assim, seu comportamento e desempenho (Lima et al., 2025).

A criação e a preservação do clima dentro de uma organização estão intimamente ligadas à atuação dos líderes. De acordo com Melo et al. (2025), líderes que adotam uma abordagem transformacional são capazes de aumentar a satisfação de suas equipes ao inspirá-las, motivá-las e investir no seu aprimoramento. Esses gestores promovem laços fundamentados na

confiança e no reconhecimento, o que favorece um ambiente de trabalho agradável, marcado pela colaboração e pelo comprometimento do grupo. Por outro lado, Câmara et al. (2025) apresentam o clima organizacional como um dos principais fatores de mediação entre o estilo de liderança e os resultados das organizações.

A rotatividade de colaboradores em empresas terceirizadas tem sido um tema de interesse crescente entre líderes e estudiosos nos últimos tempos. Esse fenômeno diz respeito à regularidade com que os funcionários abandonam seus cargos, sendo frequentemente substituídos por novos talentos. Um alto índice de rotatividade pode trazer diversos desafios para as organizações, principalmente para aquelas que investem na terceirização de serviços para garantir uma operação eficiente e competitiva no mercado (Mota; Moura Júnior, 2025).

A formação corporativa torna-se uma abordagem fundamental, pois possibilita que os colaboradores renovem seus conhecimentos, aprendam novas competências e se ajustem às exigências do setor. As empresas que promovem treinamentos frequentes evidenciam seu empenho em cultivar o potencial de seus talentos, resultando em um ambiente de trabalho mais motivador e eficiente. Quando os funcionários percebem que a organização se preocupa com seu aprendizado, eles costumam se sentir mais engajados e realizados, o que impacta diretamente em sua produtividade e fidelidade (Fortaleza et al., 2024).

Vários elementos podem afetar a rotatividade nas empresas de terceirização. Um deles é a característica provisória das funções. Muitos funcionários são contratados para realizar projetos de curta duração, o que pode gerar uma falta de conexão emocional com a organização. Essa despersonalização do trabalho é particularmente evidente em áreas como limpeza, serviços gerais e atendimento ao cliente, onde os trabalhadores podem se sentir como partes descartáveis do sistema. Além disso, as condições de trabalho, que frequentemente são inadequadas, aliadas a remunerações baixas e benefícios limitados, agravam ainda mais essa questão, fazendo com que os colaboradores busquem novas oportunidades em outras empresas, muitas vezes sem um planejamento adequado (Cunha et al., 2025).

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa e descritiva, com delineamento de estudo de caso. A abordagem quantitativa foi escolhida por permitir mensurar variáveis e identificar padrões comportamentais a partir de dados numéricos.

A pesquisa foi realizada em uma empresa terceirizada do setor de limpeza e conservação, localizada na cidade de Caçador/SC. A amostra foi composta por 50 colaboradores, entre ativos e inativos, abrangendo diferentes setores e funções.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado elaborado no Google Forms, composto por perguntas fechadas e algumas abertas.

Os dados coletados foram tabulados e analisados de forma descritiva, utilizando percentuais e frequências. Essa análise permitiu compreender a percepção dos colaboradores sobre fatores como satisfação, reconhecimento, treinamento e intenção de permanência.O

estudo foi conduzido com observância dos princípios éticos de pesquisa, garantindo anonimato e confidencialidade aos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicaram uma predominância feminina (85,7%) entre os colaboradores e uma faixa etária concentrada entre 25 e 34 anos (57,1%), o que demonstra um perfil jovem e ativo.

A maioria (42,9%) trabalha na empresa entre seis meses e um ano, revelando rotatividade moderada, enquanto apenas 9,5% permanecem por mais de três anos, evidenciando baixa retenção de longo prazo. Quanto à carga horária, 57,1% afirmaram trabalhar mais de 40 horas semanais, fator que pode gerar desgaste e insatisfação. Sobre a satisfação geral, 57,1% declararam-se satisfeitos, mas 47,6% afirmaram já ter pensado em deixar o emprego, sendo a remuneração inadequada (52,4%) e a falta de reconhecimento (38,1%) as principais causas.

Além disso, 52,4% dos colaboradores afirmaram ter recebido treinamento, embora 38,1% considerem o processo insuficiente. Isso reforça a necessidade de investir continuamente em treinamento e desenvolvimento profissional. Esses resultados convergem com autores como Chiavenato (2022) e Moreira e Nantes (2024), que apontam a valorização, o reconhecimento e o crescimento profissional como pilares essenciais para a retenção de talentos. Observou-se que práticas eficazes de gestão de pessoas, comunicação e liderança são determinantes para reduzir o turnover e fortalecer o vínculo entre colaborador e empresa.

Em síntese, os resultados da pesquisa indicam que, apesar da satisfação geral em relação à empresa ser evidente, há aspectos importantes que requerem atenção. Para aprimorar o clima organizacional e a retenção de talentos, a empresa deve analisar sua política de salários, buscando oferecer remunerações que estejam mais em consonância com o mercado e que reconheçam adequadamente o trabalho dos colaboradores. Além disso, é essencial cultivar lideranças que consigam proporcionar apoio eficaz e valorização aos seus times, além de aprimorar o processo de contratação para diminuir a taxa de rotatividade e assegurar que os novos funcionários se integrem bem à cultura da empresa. Também é necessário resolver questões financeiras operacionais, como atrasos em pagamentos e deduções, a fim de criar um ambiente de trabalho mais saudável e motivador. Investir nessas áreas pode não apenas elevar a satisfação dos colaboradores, mas também impulsionar a produtividade e o comprometimento com a empresa, resultando em um ambiente de trabalho mais harmonioso e engajado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações coletadas indicam que, embora muitos participantes demonstrem estar contentes, aspectos como a jornada de trabalho excessiva e a falta de um treinamento apropriado são questões importantes que não devem ser desconsideradas. É claro que o bem-estar e a saúde dos funcionários devem ser levados em conta, uma vez que influenciam diretamente na eficiência e na qualidade das atividades realizadas. Dessa forma, os achados ressaltam a necessidade urgente de implementar medidas que melhorem a retenção de talentos, por meio da reavaliação das políticas salariais, da promoção de um ambiente inclusivo e do reconhecimento genuíno dos colaboradores.

Conclui-se que a alta rotatividade na empresa analisada está associada a fatores como remuneração, reconhecimento e ausência de plano de crescimento profissional. A adoção de práticas estratégicas de gestão de pessoas, como programas de capacitação, valorização salarial, reconhecimento de desempenho e comunicação transparente, é essencial para minimizar o turnover.

O estudo reforça que a retenção de talentos depende de um ambiente organizacional saudável e de uma cultura que valorize o colaborador como parceiro do negócio. Assim, recomenda-se que a empresa desenvolva políticas de valorização contínua, promova a liderança participativa e amplie os programas de treinamento, visando o fortalecimento do comprometimento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Portanto, investir na capacitação e no crescimento dos colaboradores, assim como no desenvolvimento de uma cultura organizacional sólida e alinhada aos princípios da empresa, vai além de uma questão de responsabilidade social; é uma estratégia essencial para fortalecer a marca, aumentar a produtividade e reter talentos, fatores que, juntos, assegurarão a continuidade e o sucesso do negócio no futuro. Sugere-se, portanto, novas pesquisas nesse segmento uma vez que nem todos os participantes sentiram-se à vontade para responder.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. et al. Gestão de pessoas e rotatividade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2025.

CÂMARA, Jéssica Maria Damião de arruda et al. Avaliação do clima organizacional em empresas de serviços da cidade de Currais Novos/RN. Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação, v. 7, n. 2, 2025.

CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

EGGRES, Bruno Bossoni; ESPICH, Denise; BENTO, Marcia Helena. Gestão da rotatividade em um escritório contábil: terceirizar ou não o processo de contratação de funcionários. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 16, n. 2, p. 408-430, 2024.

FORTALEZA, Antônio Cleyton Saboia Ferreira et al. Treinamento e desenvolvimento como ferramenta educacional para os serviços de atendimento ao cliente. Revista Educação & Ensino, v. 8, n. 1, 2024.

LIMA, Lucas Alves et al. Gestão em Saúde: as Contribuições das Pesquisas de Satisfação e de Clima Organizacional para a Qualidade de Vida no Trabalho. Revista de Gestão e Secretariado, v. 16, n. 7, p. e5144-e5144, 2025.

MELO, Márllos Peres et al. Clima organizacional em empresa familiar: estudo de caso na empresa center vidros. LUMEN ET VIRTUS, v. 16, n. 46, p. 2666-2683, 2025.

MOREIRA, D.; NANTES, F. Clima organizacional e engajamento em empresas de serviços. Florianópolis: Bookman, 2024.

MOTA, Pablo Waldíleme Coelho; MOURA JÚNIOR, Paulo Beli Stakoviak. Terceirização do trabalho no brasil: a posição dos tribunais superiores e a construção do entendimento jurisprudencial. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 5, p. 3576-3589, 2025.

PEREIRA, R. Indicadores de RH e turnover. São Paulo: Atlas, 2022.

SOLHA, C. et al. Retenção de talentos e motivação profissional. Curitiba: InterSaberes, 2024.

COMPLIANCE DIGITAL. IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS ORGANIZAÇÕES À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM ENFOQUE NA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Sandra Spautz Granemann[1]
Emerson Cardoso Marques[2]

Resumo - O presente artigo busca desenvolver estudo qualitativo bibliográfico sobre a implantação do compliance digital, nas organizações, sob a ótica, no Brasil, da LGPD, impactos da utilização de tecnologias, especialmente a inteligência artificial (IA). Objetiva-se analisar as necessidades da implantação de programas de compliance digital e a utilização de IA nos processos de gestão das organizações. E, especificamente: 1 - conceituar o instituto do compliance, sua evolução histórica e, propriamente dito, o compliance Digital; 2 – analisar o papel das normas de governança na mitigação dos riscos éticos, jurídicos e das responsabilizações dos gestores através do compliance; 3 - mapear os riscos éticos e jurídicos sob o enfoque da LGPD em processos de conformidade; 4 - investigar aplicações da IA nos processos de conformidade e analisar as vantagens e riscos da utilização de IA e a segurança do uso da tecnologia. Concluindo pela necessidade da utilização das novas tecnologias que otimizam e embasam os processos e tomada de decisões diante dos dados e riscos apontados pelo programa de compliance.

Palavras-chave: Compliance; Governança; LGPD; IA.

INTRODUÇÃO

A evolução e as transformações das relações econômicas internacionais têm impactado de maneira profunda a dinâmica das organizações, trazendo inovações que remodelam práticas de gestão, processos internos e estratégias de mercado. Entre essas inovações, destacam-se a implantação de programas de compliance que visam garantir as boas práticas e seguranças nas relações frente a atos anticorrupção.

Somando-se a isso a Inteligência Artificial (IA), que vem sendo incorporada em diferentes áreas, desde a automação de rotinas até a tomada de decisões estratégicas. Esse cenário, contudo, exige uma revisão dos mecanismos de governança corporativa e de compliance, uma vez que a adoção de sistemas inteligentes, ao mesmo tempo em que oferece eficiência e inovação, também traz novos riscos e desafios regulatórios.

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Portanto, como a transformação digital tem impactado de maneira profunda a dinâmica das organizações, trazendo inovações que remodelam práticas de gestão, processos internos e estratégias de mercado. Esse cenário exige uma revisão dos mecanismos de governança corporativa e de compliance a fim de que a adoção de sistemas inteligentes, ao mesmo tempo em que oferece eficiência e inovação, também traz novos riscos e desafios regulatórios.

Nesse contexto, o compliance digital surge como um conjunto de práticas e ferramentas voltadas à adaptação das organizações à realidade tecnológica. Ele busca assegurar que processos digitais estejam em conformidade com legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e com princípios éticos fundamentais à governança corporativa. Contudo, o uso da IA levanta questões complexas relacionadas à transparência dos algoritmos, à mitigação de vieses, à responsabilidade sobre decisões automatizadas e à proteção das informações. Esses fatores exigem um olhar crítico sobre a efetividade das atuais práticas de compliance e sua capacidade de acompanhar o ritmo da inovação tecnológica.

Em razão desse cenário, atrelado aos impactos nas atividades empresariais, fez com que houvesse a necessidade de uma profunda adaptação de modelos e conceitos administrativos e jurídicos até então estranhos ao ordenamento e costumes, fazendo com que programas de compliance se tornassem o dia a dia de das organizações e, mais recentemente, a observância de regras impostas pela LGPD, utilização de sistemas tecnológicos e IA.

Portanto, o compliance digital contempla duas perspectivas importantes: i) sob a perspectiva jurídica, há a exigência legal de adoção de mecanismos de governança e compliance, sob pena de responsabilização; e ii) enquanto metodologia de gestão de processos, há práticas especificamente desenvolvidas aos temas do "mundo" digital. Numa evolução e cruzamento das dessas perspectivas, pode-se falar em indispensabilidade do uso de algoritmos e instrumentos de inteligência artificial para regular a inteligência artificial (Venturini, 2024).

Diante desse cenário, este trabalho busca responder à seguinte questão: quais são os principais desafios enfrentados pela governança corporativa para assegurar a efetividade dos programas de compliance diante da adoção de sistemas baseados em inteligência artificial (IA) nas organizações? Para tanto, o objetivo geral consiste em analisar as dificuldades e oportunidades da integração entre governança corporativa, compliance digital e inteligência artificial. Especificamente, pretende-se conceituar o compliance digital, investigar aplicações da IA em processos de conformidade, mapear riscos éticos e jurídicos associados ao seu uso, analisar o papel das normas de governança na mitigação desses riscos e propor recomendações para a utilização segura e ética da tecnologia.

A relevância do estudo se fundamenta na crescente digitalização dos negócios e na necessidade urgente de equilibrar inovação tecnológica com responsabilidade corporativa. Ao trazer essas reflexões sobre os impactos da IA nos programas de compliance, este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento da governança organizacional e para a construção de práticas mais transparentes, éticas e sustentáveis no ambiente digital.

No Brasil, Bertocelli (2024) continua ensinando que o compliance era utilizado apenas para grandes organizações multinacionais, instituições financeiras e de saúde. Porém, a partir do ano de 2013, com os movimentos da sociedade contra os diversos atos de corrupção e má gestão

denunciados envolvendo empresas e órgãos públicos e privados, tornou-se um mecanismo de blindagem das relações das pessoas jurídicas em prol a moralidade e ética nas atividades empresariais.

Nessa esteira, a inteligência artificial (IA) que é uma área da ciência da computação que desenvolve máquinas que buscam imitar e executar tarefas que antes apenas a inteligência humana era capaz e com o fim de aprimorar as atividades inerentes ao raciocínio, planejamento, comunicação, dentre outras, tem se mostrado uma ferramenta necessária para otimizar as atividades identificando riscos, detectando fraudes e na tomada de decisões baseadas em dados e em análises previamente desenvolvidas através de Machine Learning, com desenvolvimento de algoritmos e técnicas, alavancando os benefícios do compliance (Dias; Ferreira, 2023).

Botter; Menezes; Silva (2025) esclarecem que a integração de tecnologias emergentes a exemplo da Inteligência Artificial (IA) junto ao compliance não é apenas uma vantagem competitiva, mas uma necessidade para garantir a eficácia na detecção e mitigação de riscos, considerando os desafios da evolução das atividades e relações pessoais e comerciais, além da presença constante da corrupção em contratações públicas. Dessa forma, com a utilização de programas de compliance visa-se garantir maior integridade, aprimoramento dos mecanismos de controle para a otimização dos mecanismos de compliance alcançando um patamar fiscalizatório de larga escala e uma eficiência de nível ótimo.

Assim, as demandas e tecnologias se mostram necessárias para o efetivo funcionamento do programa considerando o volume de dados; procedimentos a serem realizados; processos de due diligence; gestão das informações pelos canais; processamento de dados a fim de monitoramento de todo o sistema; evolução e cruzamento das ações, tornando-se indispensabilidade do uso de algoritmos e instrumentos de inteligência artificial para regular a inteligência artificial (Venturini, 2024).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente estudo é de abordagem qualitativa com investigação dos fenômenos sociais, culturais e educacionais por meio da análise de dados subjetivos buscando obter uma profunda compreensão do assunto em questão, realizando-se realizada através de pesquisa bibliográfica e exploratória que visa compreender e explorar a questão de interesse com objetivo de familiarizar-se com o assunto e, ao final, possibilitar ao pesquisador a habilidade e aptidão para desenvolver o tema, identificar tendências, problemas, oportunidades, novos estudos, principalmente em razão da diversidade dos temas que envolvem o compliance, especificamente o digital com a atuação de IA (UNESP, 2023).

O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica que se cinge no fato de buscar obras já publicadas e relevantes como em: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis, dentre outros, com objetivo de conhecer, analisar e desenvolver o tema problema da pesquisa e de um método adequado a fim de responder o problema objeto do estudo (FUCAMP, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ausência de regulamentação poderia resultar em questões jurídicas significativas, como deep fakes enganosas, ataques cibernéticos sofisticados e a propagação de conteúdo discriminatório e inverídico. Nesse contexto, o estabelecimento de diretrizes legais torna-se crucial para mitigar esses riscos e garantir que a IA seja usada de maneira responsável e benéfica. Portanto, a regulação estatal (PL 2.338/2023), a autorregulação da própria inteligência artificial e a autorregulação regulada tratam-se de mecanismos, sistema, organismo ou entidade capaz de aprimorar regular e controlar seus próprios processos, comportamentos ou atividades de forma autônoma e adaptativa. Em outras palavras, é a habilidade de monitorar e ajustar suas próprias operações internas para alcançar metas específicas ou manter um estado equilibrado, sem depender de intervenções externas. (Bueno; Santos, 2024)

Para a LGPD (Brasil, 2018), o programa de compliance digital deve observar alguns requisitos mínimos:

a) o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;

c) seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados;

d) estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

e) tenha o objetivo de estabelecer relato de confiança com o titular, por meio de atuado transparente e que assegure mecanismos de participado do titular;

f) esteja integrado a sua estrutura geral de governança, estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos;

g) conte com planos de resposta a incidentes e remediado; e

h) seja atualizado constantemente com base em informadas obtidas a partir de monitoramento continuo e avaliações periódicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo verificou-se a importância de analisar as necessidades e as dificuldades da implantação de programas de compliance, desde a conceituação, evolução histórica, princípios, requisitos, regulamentações, processos até a utilização de tecnologias como sistemas de avaliação e gestão até a utilização da inteligência artificial.

E, com essas informações foi possível analisar a importância do papel das normas de governança na mitigação dos riscos éticos e jurídicos tanto para a responsabilização dos gestores bem como para evitar e combater atos ilícitos que venham a ser sancionados pelos órgãos reguladores, interferindo nas atividades das organizações públicas e privadas.

É, portanto, importante que as organizações possam utilizar de ferramentas tecnológicas como sistemas que armazenam e tratam dados com segurança e maior brevidade, possibilitando maior segurança na tomada de decisões dos gestores, preservando-se as responsabilidades a partir da observância das regras estabelecidas pela legislação brasileira, em especial a LGPD e os regramentos que sucedem.

Por fim, com a introdução de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, no campo do compliance tem-se uma resposta às demandas de forma mais eficiente, precisa e automatizada, oferecendo expressivo potencial no monitoramento de grandes volumes de dados, identificar padrões e desvios comportamentais além de prever riscos com maior rapidez e precisão do que os métodos tradicionais. Portanto, o uso responsável da tecnologia não apenas transforma os processos de auditoria e monitoramento, mas também o próprio conceito de conformidade, promovendo uma abordagem preditiva e proativa na gestão de riscos.

REFERÊNCIAS

BERTOCELLI. Rodrigo de Pinho. Manual de *compliance*. 3. *Compliance*. Coordenadores André Castro Carvalho. *et al*., – 4ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

BOTTER. Eduardo Fecchio. MENEZES. Maria Angélica de Souza. SILVA. Vitor Henrique Braz da. Tecnologia e *Compliance* – O papel da inteligência artificial na monitorização de conformidade. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS | v. 27 | n. 53 | Jan./Jun. 2025. ISSN 2178-4396 (on-line), acesso em 22.10.2025.

Bueno. Eric Fiuza. Santos. Marcelo Fonseca. 2024 REVISTA ELETRÔNICA DIREITO & TI – PORTO ALEGRE, VOL. 1 N. 18 JAN./ABR. 2024 1. Disponível em: www.direitoeti.com.br/direitoeti, Acesso em: 27 out 2025.

DIAS. Cintia Coelho; FERREIRA. Roberta Valiatti. O uso da inteligência artificial na atividade de compliance: riscos e benefícios. CPJM. Revista Científica. Rio de Janeiro, Vol.2, N.08, 2023. DOI: 10.55689/rcpjm.2023.08.011| ISSN: 2764-1899. Disponível em: https://rcpjm.cpjm.uerj.br/revista/article/view/249/208 Acesso em: 17 out 2025.

UNESP. RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Araraquara. v. 18. n. 00. e023141,2023. e-ISSN: 1982-5587 DOI: https: doi.org. 10.21723 riaee.vlSiOO.1795

VENTURINI. Otávio. Manual de *compliance*. Programa de *Compliance* digital. Coordenadores André Castro Carvalho *et. al*., – 4ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

GESTÃO FINANCEIRA EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DA PECUÁRIA DE LEITE: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Wandressa Rosa[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – O estudo analisou a produção científica sobre gestão financeira em propriedades rurais familiares da pecuária de leite, com o objetivo de mapear tendências temáticas, autores e lacunas na literatura. Realizou-se uma análise bibliométrica na base Scopus, abrangendo 106 artigos publicados em inglês, português e espanhol. Os resultados evidenciaram crescimento das publicações após 2015, com destaque para o protagonismo do Brasil, seguido pelos Estados Unidos e Índia. As Palavras-chave mais recorrentes relacionam-se à sustentabilidade, controle de custos e eficiência produtiva. Identificaram-se três eixos centrais: gestão financeira, inovação tecnológica e políticas públicas. Conclui-se que a integração entre práticas gerenciais e sustentabilidade é essencial para a competitividade da agricultura familiar leiteira, mas ainda há lacunas em estudos empíricos aplicados. O trabalho contribui para o fortalecimento do debate científico e o desenvolvimento de estratégias que promovam a viabilidade econômica e social das pequenas propriedades.

Palavras-chave: Tributação, Reforma, Desafios. Lei Complementar nº 214/2025, Empresas.

INTRODUÇÃO

O agronegócio constitui um dos pilares da economia mundial, integrando dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que moldam o desenvolvimento rural. Nas últimas décadas, as transformações tecnológicas e o êxodo rural alteraram profundamente a estrutura produtiva no campo, exigindo maior profissionalização da gestão nas propriedades rurais (Almeida. 2017). Nesse contexto, a pecuária leiteira familiar destaca-se como uma das principais atividades da agricultura familiar brasileira, responsável por expressiva geração de renda e emprego no meio rural. O Brasil figura entre os maiores produtores de leite do mundo, e a eficiência da atividade depende diretamente da adoção de práticas gerenciais capazes de assegurar a sustentabilidade financeira e produtiva dessas propriedades (Silveira, 2010; Comin et al., 2017).

O estudo tem como objetivo geral mapear e analisar a produção científica sobre gestão financeira em propriedades rurais familiares da pecuária de leite e, como objetivos específicos: (a) identificar as tendências temáticas e evolução temporal das publicações; (b) apontar os

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

principais autores, instituições e países envolvidos; (c) evidenciar as lacunas de pesquisa e potenciais linhas de investigação futuras.

A justificativa do estudo reside na necessidade de sistematizar o conhecimento científico sobre a gestão financeira aplicada à agricultura familiar leiteira, área ainda fragmentada e pouco explorada. Embora a literatura reconheça a relevância da pecuária leiteira para o desenvolvimento rural e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 e 8), poucos estudos analisam a aplicação de instrumentos financeiros e contábeis em propriedades familiares. O mapeamento bibliométrico realizado pretende contribuir para a consolidação de um corpo teórico que subsidie políticas públicas e práticas de gestão mais eficazes, promovendo a competitividade, a sustentabilidade e a inclusão produtiva dos pequenos produtores.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, com base em uma revisão sistemática de literatura e análise bibliométrica. Essa abordagem possibilitou identificar padrões, tendências e lacunas na produção científica sobre gestão financeira na agricultura familiar leiteira. O estudo fundamenta-se nas diretrizes de Quevedo-Silva et al. (2016), que indicam o uso de análises bibliométricas para mensurar a evolução de campos científicos emergentes.

A coleta de dados foi realizada na base Scopus (Elsevier), reconhecida pela amplitude e qualidade de indexação de periódicos científicos. A busca foi executada em 8 de outubro de 2025, utilizando a estratégia avançada (TITLE-ABS-KEY) combinando termos relacionados a financial management, family farming e dairy farming. O recorte linguístico incluiu publicações em inglês, português e espanhol, e o recorte temporal abrangeu todas as produções disponíveis, totalizando 106 documentos válidos após filtragem.

A análise dos dados envolveu a extração e sistematização de metadados, tais como: título, autores, ano, periódico, país, afiliação institucional e número de citações. As informações foram tratadas no Microsoft Excel, permitindo a elaboração de gráficos, tabelas e nuvens de palavras. Aplicou-se estatística descritiva para identificar a frequência de publicações, os autores mais produtivos, redes de colaboração e as Palavras-chave mais recorrentes. A metodologia adotada garante transparência e reprodutibilidade, buscando evidenciar o estágio de maturidade do campo e as oportunidades de aprofundamento teórico e prático na temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliométrica revelou um crescimento gradual das publicações sobre gestão financeira em propriedades rurais familiares da pecuária de leite, especialmente a partir de 2015, coincidindo com o fortalecimento da Agenda 2030 da ONU e com a expansão dos debates sobre sustentabilidade e eficiência econômica na agricultura familiar. O pico de publicações ocorreu entre 2020 e 2024, período em que a literatura passou a integrar conceitos de gestão financeira, sustentabilidade e inovação tecnológica em sistemas produtivos leiteiros.

Entre os países mais representativos, destacam-se Brasil (28,3%), Estados Unidos (19,8%) e Índia (12,2%), refletindo o peso econômico e social da pecuária leiteira nessas regiões. O Brasil demonstra forte protagonismo acadêmico, com ênfase nas universidades públicas e centros de

pesquisa agropecuária. As instituições mais recorrentes foram a Embrapa, Universidade Federal de Viçosa, Unicamp e Universidade Federal de Santa Maria, que concentram estudos voltados à gestão de custos, inovação e sustentabilidade em pequenas propriedades.

Os autores mais produtivos identificados na amostra incluem Silva, A. B., Souza Filho, H. M., e Martins, M. C., que abordam o uso de ferramentas de gestão financeira e contábil para controle de custos e aumento da rentabilidade. Suas produções reforçam a importância da capacitação do produtor e da assistência técnica como determinantes para a competitividade das propriedades familiares.

No que tange às Palavras-chave mais frequentes, destacam-se financial management, family farming, cost control, dairy productivity, sustainability e economic efficiency, indicando o predomínio de estudos que articulam gestão financeira e sustentabilidade econômica. A análise das redes de coautoria evidencia a formação de núcleos colaborativos interinstitucionais, sobretudo entre pesquisadores brasileiros e latino-americanos, refletindo um movimento crescente de integração regional em torno da agricultura familiar.

A análise temática mostrou três grandes eixos de pesquisa:

Gestão e controle de custos na pecuária leiteira familiar, centrada na eficiência produtiva e na redução de desperdícios;

Sustentabilidade e inovação tecnológica, relacionando boas práticas financeiras com o uso de tecnologias digitais e automação;

Políticas públicas e inclusão produtiva, que destacam a importância do crédito rural, da assistência técnica e da formação gerencial.

Observa-se, entretanto, escassez de estudos empíricos aplicados diretamente em propriedades familiares brasileiras, especialmente em regiões do Sul e Nordeste, o que aponta uma lacuna relevante para pesquisas futuras. O fortalecimento da gestão financeira rural surge, portanto, como uma condição essencial para garantir a permanência das famílias no campo, elevar a rentabilidade e contribuir para os ODS 2 (Fome Zero) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstram que o tema da gestão financeira na agricultura familiar leiteira tem ganhado destaque crescente na literatura científica, embora ainda apresente fragmentação conceitual e baixa aplicação prática. A análise das publicações evidenciou que a integração entre práticas de gestão, sustentabilidade e inovação é o caminho para a viabilidade econômica de pequenas propriedades. O estudo contribui para a consolidação teórica do campo ao sintetizar as principais tendências e propor novas agendas de pesquisa que favoreçam a profissionalização da gestão rural.

Como limitações, destaca-se o uso exclusivo da base Scopus, o que pode restringir a abrangência de estudos regionais não indexados. Além disso, a análise concentrou-se em dados

quantitativos, não abordando em profundidade as metodologias empregadas nos artigos analisados. Recomenda-se que pesquisas futuras integrem abordagens mistas, combinando análise bibliométrica com estudos de caso em propriedades rurais, de modo a traduzir o conhecimento científico em práticas efetivas de gestão.

Assim, este estudo reforça a importância de fomentar políticas públicas, programas de capacitação e incentivos à adoção de ferramentas financeiras e tecnológicas nas pequenas propriedades leiteiras, fortalecendo a agricultura familiar como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina Correia de; Agronegócios 2.0: Os benefícios das redes sociais ao agronegócio. TerraForum Consultores. 2010. Disponível em: http://www.24x7comunicacao.com.br/index.php/estudo-agronegocios-2-0-revela-osbeneficios-das-redes-sociais-para-toda-a-cadeia-produtiva-do-campo/

COMIN, Lidiane Cássia et al. Competências Gerenciais: Uma Perspectiva Dos Gestores Das Empresas Do Agronegócio. PG&C, Perspectivas em Gestão e Conhecimento. UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v. 7, n.1, p. 228-243. 2017. DOI: 10.21714/2236-417X2017v7n1p228.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sobre as Nações Unidas no Brasil. Brasília: ONU Brasil, 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un. Acesso em: 11 out. 2025.

SILVEIRA, Caius Marcellus Reis. Introdução ao Agronegócio. Montes Claros: Unimontes, Universidade Federal de Montes Claros, 2010.

QUEVEDO-SILVA, F. et al. Bibliometric study: Guidelines on its application. Revista Brasileira de Marketing, v. 15, n. 2, p. 246–262, 2016. DOI: 10.5585/remark.v15i2.3274.

ANÁLISE DE CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Lauren Andrade dos Santos[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – presente trabalho tem como objetivo analisar a variação do custo da cesta básica no município de Caçador/SC entre os anos de 2022 e 2024, identificando tendências, sazonalidades e os impactos dessa variação sobre o poder de compra da população local. A metodologia adotada foi quantitativa e descritiva, com base em dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE) e de órgãos oficiais como o IBGE e o IPEA. Os resultados demonstram oscilações significativas nos preços dos alimentos essenciais, especialmente em função de fatores econômicos, sociais, políticos e climáticos. Observou-se que os produtos que mais aumentaram no período analisado foram o arroz, a batata e o feijão, com forte influência de eventos climáticos e custos produtivos. A análise também revelou que as famílias de baixa renda destinam uma parcela substancial de sua renda à alimentação, enquanto as classes mais altas sentem menor impacto percentual. Conclui-se que as variações no custo da cesta básica refletem desigualdades socioeconômicas persistentes e a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à alimentação adequada e à segurança alimentar.

Palavras-chave: Cesta básica, Inflação, Poder de compra, Segurança alimentar.

INTRODUÇÃO

A cesta básica é composta por alimentos definidos pelo Decreto-Lei n° 399 de 1938, que estabelece as quantidades mínimas necessárias para suprir a alimentação de um adulto durante um mês de trabalho. Com base nessa definição, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, avaliando o custo e o comprometimento do salário-mínimo com a alimentação essencial.

A mudança de preços dos alimentos impacta diretamente as famílias, sobretudo as de menor renda, que comprometem grande parte de seus salários com alimentação básica (Kepple; Segall-Corrêa, 2021). Segundo Neckel e Medeiros (2020), a inflação afeta tanto o custo dos produtos quanto o poder de compra dos consumidores, ampliando as dificuldades econômicas de grande parte da população.

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte problemática: Quais os fatores influenciam a variação do custo da cesta básica em Caçador/SC e quais são seus impactos

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

para a população local?. O estudo justifica-se pela relevância social e econômica do tema, uma vez que compreender o comportamento dos preços e seu reflexo sobre a renda permite identificar desigualdades e propor caminhos para o fortalecimento da segurança alimentar no município.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de analisar as variações nos preços dos itens da cesta básica entre 2022 e 2024 e compreender os fatores que influenciam sua formação. A investigação foi de caráter descritivo, observando e registrando os fenômenos sem interferência direta, focando nas oscilações dos preços e seus impactos no bem-estar social. Foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como IBGE e DIEESE, além de artigos científicos e relatórios de organizações internacionais, como a FAO.

A análise considerou os principais produtos da cesta básica ao longo do período, utilizando cálculos de variação percentual, médias mensais e comparações anuais. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, gráficos e quadros comparativos, permitindo identificar tendências nos preços e possíveis correlações com fatores econômicos, sociais e climáticos. Essa metodologia possibilita discutir os efeitos da inflação sobre a alimentação e subsidiar recomendações para políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao desenvolvimento social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O DIEESE (2023) aponta que o valor da cesta básica é um importante indicador do custo de vida e do poder aquisitivo do trabalhador. Em 2023, o comprometimento médio do salário líquido com a alimentação essencial foi de 52,82%, evidenciando a vulnerabilidade de famílias com rendas mais baixas.

A inflação é um dos principais fatores que afetam o custo dos alimentos. Segundo o Banco Central do Brasil (s.d.), a inflação representa o aumento contínuo dos preços de bens e serviços, implicando na redução do poder de compra. Campelo et al. (2022) destacam que a inflação elevada gera desorganização econômica e evidência as desigualdades, atingindo mais as famílias em situações vulneráveis.

Além dos fatores econômicos, aspectos climáticos e geopolíticos também influenciam o preço dos alimentos. A Organização das Nações Unidas (2023) alerta que ondas de calor, secas e enchentes têm comprometido o cultivo de produtos essenciais, como arroz e soja, reduzindo a oferta e pressionando os preços. De forma semelhante, a FAO (2022) afirma que a degradação do solo e o aumento do custo dos insumos agrícolas impactam diretamente a produção e, consequentemente, os preços da cesta básica.

Por fim, o IPEA (2024) observa que a inflação alimentar afeta de forma diferente as faixas de renda, com maior comprometimento orçamentário das classes mais pobres. Essa desigualdade reforça a importância das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional previstas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

A análise dos dados da cesta básica em Caçador/SC entre 2022 e 2024 revelou um comportamento de preços oscilante, com média anual de R$ 579,00 em 2022, R$ 584,84 em 2023 e R$ 602,50 em 2024, representando uma variação acumulada de 4,06% no período. Os maiores aumentos ocorreram nos meses de abril e dezembro, refletindo sazonalidades associadas à oferta e demanda, além de variações climáticas.

Os produtos que apresentaram maior elevação de preço entre 2022 e 2023 foram o arroz (20,6%), o feijão preto (9,4%) e o tomate (12,3%). Já entre 2023 e 2024, destacaram-se a batata (38,9%), o arroz (28,5%) e o feijão (11,3%). Considerando o período completo (2022 a 2024), os maiores aumentos médios foram registrados para o arroz (54,9%), a batata (38,2%) e o feijão (21,7%). Esses resultados indicam forte influência dos custos agrícolas e dos eventos climáticos sobre o comportamento dos preços.

A FAO (2022) e Defendi (2024), destacam que o encarecimento dos insumos agrícolas e o aumento das taxas de juros impactam diretamente o preço dos alimentos básicos, reduzindo o poder de compra da população. Em Caçador, observou-se que o aumento do custo da cesta básica refletiu de forma mais acentuada nas famílias de menor renda.

Com base nas faixas de renda definidas pelo IBGE (E-INVESTIDOR, 2024), a classe média baixa (R$ 3.500 a R$ 8.300) comprometeu, em média, 17% de sua renda mensal com alimentação essencial. Já a classe média alta (R$ 8.300 a R$ 26.000) destinou cerca de 7%, e a classe alta, menos de 3%. Ao se considerar o salário-mínimo nacional, a parcela destinada à alimentação variou de 47,77% em 2022 para 42,67% em 2024, evidenciando uma leve melhora, porém ainda em patamar elevado.

Esses dados reforçam a desigualdade econômica e a vulnerabilidade alimentar das famílias de menor renda. Neder, Alves Filho e Souza (2015) afirmam que a fome no Brasil não decorre apenas da escassez de alimentos, mas principalmente da dificuldade de acesso, agravada pelo baixo poder aquisitivo e pela instabilidade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da variação do custo da cesta básica em Caçador/SC entre 2022 e 2024 evidenciou a influência de múltiplos fatores na formação dos preços, como inflação, custo de insumos agrícolas, políticas econômicas e eventos climáticos. Os produtos com maior aumento (arroz, batata e feijão) refletem tanto a vulnerabilidade das cadeias produtivas quanto os impactos ambientais e macroeconômicos recentes.

Verificou-se também que o custo da alimentação básica compromete parcela significativa da renda das famílias de baixa renda, enquanto as classes mais altas mantêm relativa estabilidade orçamentária. Dessa forma, o estudo reforça a importância da formulação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao controle da inflação alimentar, especialmente em períodos de instabilidade econômica.

Além de contribuir para o entendimento do comportamento dos preços dos alimentos no contexto regional, este estudo oferece subsídios para futuras pesquisas e para o desenvolvimento

de estratégias que minimizem os efeitos da inflação sobre o poder de compra e a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 399, de 30 de abril de 1938**. Câmara dos Deputados. Disponível: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=227039. Acesso em: 18 mar. 2025.

CAMPELO, Aloísio et al. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres.** Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/pressaoinflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres. Acesso em: 14 mai. 2025.

DEFENDI, Gustavo. **Juros voltam a subir e devem ter impacto direto na cesta básica**. Canal Rural, 2024. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/economia/jurosvoltam-a-subir-e-devem-ter-impacto-direto-na-cesta-basica/. Acesso em: 15 maio 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

E-INVESTIDOR. **Você sabe em qual classe social está? Entenda como o IBGE faz a divisão de renda no Brasil**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2024. Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/radar-einvestidor/classe-media-brasil-veja-valoresseparam-faixassociais/#:~:text=Classe%20m%C3%A9dia%20baixa%20(C):,de%204%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 out. 2025.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food and Agriculture 2022: Leveraging automation in agriculture for transforming agrifood systems**. Rome: FAO, 2022. Disponível em: https://www.fao.org/3/cb9479en/cb9479en.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Um terço dos solos do mundo está degradado, alerta FAO**. ONU News, 2023. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824382. Acesso em: 30 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018 – Perfil das despesas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101761.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Inflação por faixa de renda – abril de 2024**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wpcontent/uploads/2024/05/240517_cc_63_nota_12_ifr_abr_24.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2011.v16n1/187-199/pt. Acesso em: 19 mar. 2025.

NECKEL, Gabriele Borille; MEDEIROS, Bruna Taize de. Análise do custo da cesta básica em Concórdia-SC. Ágora: revista de divulgação científica, [S.L.], v. 25, p. 40-56, 9 jul. 2020. Disponível: http://dx.doi.org/10.24302/agora.v25i0.2196. Acesso em: 20 mar. 2025.

NEDER, Henrique; ALVES FILHO, Niemeyer; SOUZA, Sabrina. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 1, p. 51-70, 2015. Disponível: https://www.scielo.br/j/resr/a/DNwrC5s8MJGSNTHLfcBnDyb/?lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2025.

ONU. UNITED NATIONS. World Economic Situation and Prospects: July 2024 Briefing, No. 182. New York: United Nations, 2024. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situationand-prospects-july-2024-briefing-no-182/. Acesso em: 30 mai. 2025.

DESAFIOS E SOLUÇÕES EM TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO APLICADO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS E IMPORTADORAS DE CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Izabela Vitória Pereti[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – Este estudo teve como objetivo identificar estratégias para otimizar a segurança, reduzir falhas operacionais e minimizar custos em transações e pagamentos internacionais realizados por empresas exportadoras e importadoras de Caçador-SC. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem quali-quantitativa, utilizou questionário eletrônico aplicado às principais empresas do município que atuam no comércio exterior. Os resultados indicaram que 100% das empresas utilizam a rede SWIFT/IBAN, demonstrando a prioridade dada à segurança e confiabilidade das operações, apesar dos altos custos. Observou-se que a segurança e a redução de custos são os principais fatores considerados na escolha dos métodos de pagamento. As empresas apontaram como desafios o retrabalho, os custos bancários e a lentidão nas operações, evidenciando a necessidade de automação e integração tecnológica. Conclui-se que a modernização dos processos financeiros internacionais é essencial para aumentar a eficiência e a competitividade das empresas locais.

Palavras-chave: Pagamentos internacionais; Comércio exterior; SWIFT; IBAN; Automação financeira.

INTRODUÇÃO

O avanço da globalização transformou as relações comerciais e financeiras entre países, impulsionando a integração econômica mundial. Segundo Giddens (2002), a globalização intensificou as conexões sociais e econômicas, tornando eventos locais influenciados por contextos globais. Nesse cenário, o comércio internacional exerce papel essencial no desenvolvimento das economias, promovendo crescimento, inovação e geração de empregos (Gimenes; Sprogis, 2018).

O Brasil, conforme Aidar e Deus (2019), aderiu tardiamente ao processo de abertura econômica, consolidando-se como participante ativo nas exportações a partir da década de 1990. Entretanto, as transações internacionais ainda representam um desafio para empresas brasileiras, especialmente no que se refere à segurança, eficiência e custos das operações financeiras.

[1] Acadêmica do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

O presente estudo teve como objetivo identificar estratégias para otimizar a segurança, reduzir falhas operacionais e minimizar custos em pagamentos internacionais realizados por empresas exportadoras e importadoras de Caçador-SC, contribuindo para o fortalecimento da competitividade local e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os ODS 8, 9 e 17.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem quali-quantitativa e de caráter exploratório. Foi utilizada a técnica de levantamento (survey), por meio de questionário eletrônico aplicado às principais empresas exportadoras e importadoras de Caçador-SC.

O instrumento de coleta de dados continha perguntas abertas e fechadas que abordaram métodos de pagamento utilizados, percepção de segurança, custos bancários e desafios operacionais. A análise dos dados quantitativos foi feita por estatística descritiva, com uso de gráficos e porcentagens, enquanto as respostas qualitativas foram analisadas por interpretação de conteúdo.

Os procedimentos éticos foram respeitados, garantindo sigilo e voluntariedade na participação. A escolha do município justifica-se por sua relevância industrial e tradição no comércio exterior, destacando-se historicamente pela exportação de madeira e produtos industrializados. Cabe destacar que o projeto foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer número 7.798.749.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontam que 100% das empresas participantes utilizam a rede SWIFT/IBAN em suas transações internacionais, priorizando a segurança e rastreabilidade das operações (Banco Central do Brasil, 2021). A segurança e a redução de custos foram os critérios mais relevantes na escolha dos métodos de pagamento, seguidos pela agilidade.

Os principais desafios identificados foram o retrabalho, os altos custos bancários e a lentidão nos processos, fatores que impactam diretamente a eficiência operacional. As empresas relataram ainda dependência de sistemas externos e de processos manuais, o que reforça a necessidade de automação e integração tecnológica.

De acordo com Sprogis (2018), a automação financeira reduz falhas humanas e aumenta a confiabilidade das transações, sendo considerada uma tendência inevitável no comércio internacional. Além disso, observou-se que a percepção de segurança é elevada, com 57% das empresas classificando as operações como muito seguras. Esses resultados demonstram a maturidade das empresas locais nas práticas de comércio exterior, embora ainda existam desafios para ampliar a eficiência financeira

Após a análise quantitativa, que evidenciou a predominância do uso do sistema SWIFT e a ênfase na segurança e nos custos bancários, as respostas descritivas complementam essa visão, revelando práticas, desafios e percepções que aprofundam o entendimento sobre a gestão de pagamentos internacionais nas empresas analisadas. Para apresentar de forma clara e organizada

as percepções das empresas participantes, elaborou-se um quadro que compila as principais respostas descritivas obtidas no questionário. O objetivo é destacar os temas recorrentes em pagamentos internacionais, evidenciando aspectos como rotinas operacionais, medidas de segurança, riscos percebidos, estratégias de redução de custos, sugestões de melhorias e as perspectivas do comércio exterior. Esse compilado permite compreender, de maneira sintética, os desafios e avanços relatados pelas organizações, servindo não só como base para a análise e discussão dos resultados desta pesquisa, mas também abrindo a possibilidade de aprofundar-se nos temas e de servir como ponto de partida para novos estudos na área.

O Quadro 1 apresenta um compilado de respostas do questionário.

Quadro 1 - Compilado das respostas

Tema/Assunto	Principais Pontos Relatados pelas Empresas
Rotina de Pagamentos Internacionais	As empresas seguem processos que envolvem pedidos de compra, acompanhamento documental, análise cambial e fechamento com consultores externos ou bancos. Os pagamentos são realizados principalmente via transferência bancária SWIFT.
Falhas e Ocorrências	Foram mencionados erros como pagamentos duplicados, dados incorretos na mensagem SWIFT, feriados bancários, erros de lançamento, invasão de e-mails e falhas humanas, como esquecimentos ou aprovações fora do prazo.
Medidas de Segurança	As práticas mais citadas envolvem controle de acesso por senhas seguras, uso de antivírus atualizados, segregação de funções (quem lança não aprova), verificação das informações bancárias, cofres virtuais de senhas (Keeper) e uso de bancos de confiança.
Riscos nas Transações Internacionais	Os principais riscos percebidos são volatilidade cambial, erros de pagamento, demora na comunicação com bancos estrangeiros, dificuldade de reembolso, atrasos e riscos operacionais, como envio incorreto de valores.
Estratégias de Redução de Custos	As empresas utilizam drawback, contas internacionais, negociação com vários bancos, planejamento tributário e busca por soluções tecnológicas e melhores fretes para otimizar custos.
Melhorias Sugeridas	Destacaram a necessidade de automação dos processos, redução de controles manuais, integração de plataformas/API entre empresa e bancos, agilidade nas transferências e adoção de sistemas de pagamento instantâneo internacional.
Soluções Modernas e Sustentáveis	Algumas empresas citaram o uso de aplicativos e novos sistemas em desenvolvimento, geralmente integrados ao setor de TI, com foco em modernização dos processos financeiros.
Importância do Comércio Exterior	As respostas ressaltam que o comércio exterior é essencial para o crescimento e competitividade, permitindo expansão de mercados, geração de

	empregos, entrada de divisas e fortalecimento da economia local. A tecnologia e a automação são vistas como aliadas no desenvolvimento do setor.
Sugestões Gerais	Houve sugestão para maior troca de experiências entre empresas do mesmo segmento, visando compartilhar soluções e aprimorar práticas de pagamentos internacionais.

Fonte: os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a modernização e automação dos processos de pagamento internacional são essenciais para o aumento da eficiência e competitividade das empresas de Caçador-SC. A adoção de soluções tecnológicas, como integração via APIs bancárias e sistemas de pagamento instantâneo, pode reduzir custos, eliminar falhas operacionais e otimizar o tempo de processamento. O estudo confirma a importância da segurança e da inovação tecnológica no ambiente financeiro internacional, destacando a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e capacitação.

Como limitação, a pesquisa abrangeu um número reduzido de empresas devido à amostra local, sugerindo futuras investigações em outras regiões e a análise do uso de tecnologias emergentes, como blockchain e moedas digitais. Assim, o estudo contribui para o debate sobre modernização dos sistemas de pagamentos e para a promoção de práticas empresariais sustentáveis e competitivas no cenário global.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Gabriela Lima; DEUS, Larissa Naves. O desempenho das exportações brasileiras na perspectiva dos seus principais parceiros comerciais: uma análise pelo método de Vetores Auto-Regressivos (VAR). Econ. e Desenv., Santa Maria, v. 31, e. 6, p. 1–16, 2019. DOI: 10.5902/1414650929686.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. CMN e BC aperfeiçoam regras para pagamentos e transferências internacionais. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17499/nota. Acesso em: 2 jun. 2025.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 2002.

SPROGIS, Maria de Fátima Gimenes Valente. Negócios internacionais. São Paulo: Interativas, 2018. Disponível em: https://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/201801/INTERATIVAS_2_0/NEGOCIOS_INTERNACIONAIS/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

RODRIGUES, C. F. da S. A teoria da base de exportação de Douglass North: uma contraposição entre os casos do Brasil e Estados Unidos a partir do conceito de região. Economia & Região, v.

7, n. 2, p. 165–178, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2317-627X.2019v7n2p165. Acesso em: 4 mar. 2025.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. Comércio exterior: fundamentos e organização. Curitiba: Editora Universitária UniFae, 2021. Disponível em: https://www.fae.br/unifae/cms/filemanager/files/propeq/editora/1624903813792-editora-universitaria-unifae-28-06-2021-livro-comercio-exterior-fundamentos-e-organizacao.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DAS HEURÍSTICAS NAS DECISÕES FINANCEIRAS DE INVESTIDORES INICIANTES

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Agatha Giovana Nunes Gomes[1]
Tatiane Atanasio dos Santos Bernardy[2]

Resumo – O presente estudo analisou os efeitos das heurísticas cognitivas nas decisões financeiras de investidores iniciantes, com foco em acadêmicos da UNIARP, campus Caçador. As Finanças Comportamentais fundamentam a pesquisa, evidenciando como fatores emocionais e cognitivos influenciam percepção de risco, escolhas de investimento e hábitos de consumo desse público. A pesquisa foi descritiva, exploratória e quantitativa, com coleta de dados por meio de questionário online adaptado de Rodrigues (2023). A amostra foi não probabilística por conveniência, composta por estudantes com pouca ou nenhuma experiência em investimentos. A análise utilizou estatística descritiva, apresentando frequências absolutas e relativas em percentuais. Os resultados mostraram que 60% dos participantes eram mulheres, a maioria tinha entre 20 e 30 anos, e 55% se consideraram investidores conservadores. Quanto aos hábitos financeiros, 50% fazem controle mental, 30% utilizam planilhas ou extratos, e 20% não realizam controle formal. Em situações de risco, observou-se avaliação cautelosa, mas também influência de vieses como ancoragem, disponibilidade e aversão à perda. Além disso, 70% nunca receberam educação financeira formal, e 50% se consideraram consumidores conscientes e planejados. Os achados reforçam que heurísticas cognitivas influenciam significativamente decisões financeiras em investidores iniciantes, destacando a importância da educação financeira e estratégias que promovam escolhas mais conscientes e planejadas.

Palavras-chave: Finanças; Comportamento; Tomada de decisão; Heurísticas.

INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia nos serviços financeiros e o aumento da oferta de produtos de investimento tornaram o acesso ao mercado financeiro mais democrático, permitindo que novos investidores iniciantes buscassem alternativas para organizar e aplicar seus recursos. No entanto, conforme aponta a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2024), grande parte dos brasileiros ainda prefere investimentos conservadores, como a poupança, demonstrando resistência a alternativas mais rentáveis, o que revela um comportamento fortemente influenciado por fatores psicológicos e cognitivos.

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Esse padrão de comportamento é explicado pelas Finanças Comportamentais, campo que busca compreender como emoções, crenças e heurísticas afetam a tomada de decisão econômica, distanciando os indivíduos da racionalidade preconizada pelas teorias clássicas (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; THALER, 1999). Segundo Rodrigues (2023), esse campo de estudo considera que o investidor, ao decidir, é influenciado por aspectos subjetivos que o tornam irracional em diversos contextos.

Entre os principais conceitos abordados estão as heurísticas cognitivas, definidas por Kahneman (2012) como atalhos mentais utilizados para simplificar decisões complexas. Embora úteis, elas podem conduzir a erros sistemáticos de julgamento e comprometer o resultado financeiro. As heurísticas de representatividade, disponibilidade e ancoragem são exemplos recorrentes no comportamento de investidores e consumidores, podendo levar à supervalorização de informações recentes, apego a valores iniciais ou decisões baseadas em estereótipos.

Esses fenômenos estão relacionados também aos vieses cognitivos, que, segundo Macedo, Kolinsky e Morais (2015), representam desvios previsíveis do raciocínio lógico, influenciados por emoções e experiências pessoais. Assim, compreender como essas heurísticas e vieses atuam no processo decisório é essencial para entender por que investidores iniciantes tendem a repetir comportamentos irracionais, mesmo diante de informações objetivas.

A presente pesquisa propõe responder à questão: Como as heurísticas cognitivas influenciam as decisões financeiras de pessoas com pouca experiência em investimentos? O objetivo geral é analisar os efeitos dessas heurísticas nas decisões de investimento dos acadêmicos da UNIARP, campus Caçador, buscando identificar as mais recorrentes e compreender como influenciam a percepção de risco e retorno.

A relevância deste estudo reside na importância da educação financeira e na necessidade de compreender como fatores emocionais e cognitivos moldam o comportamento financeiro. Conforme Silva e Souza (2019), as pessoas frequentemente tomam decisões financeiras baseadas em atalhos mentais e não em análises racionais, o que reforça a pertinência de investigações sobre o tema. Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir para o fortalecimento da educação financeira e para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem na tomada de decisões mais conscientes e equilibradas.

METODOLOGIA

O estudo é de caráter descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, e tem como objetivo compreender como as heurísticas cognitivas influenciam o comportamento financeiro de investidores iniciantes. A pesquisa será realizada na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador (SC), tendo como público-alvo acadêmicos dos cursos de graduação.

Os dados serão coletados por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas, aplicado online via Google Forms, adaptado do estudo de Rodrigues (2023), intitulado "Prevalência de vieses cognitivos em finanças pessoais", desenvolvido na UNESC.

A amostra será não probabilística por conveniência, composta por estudantes com pouca ou nenhuma experiência em investimentos. A análise dos dados será feita por meio de técnicas de estatística descritiva, com o uso de frequências absolutas e relativas, apresentadas em gráficos e percentuais, visando identificar padrões de comportamento e incidência de vieses cognitivos como ancoragem, disponibilidade e representatividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos acadêmicos da UNIARP, campus Caçador, com o objetivo de investigar como heurísticas cognitivas influenciam decisões financeiras de investidores iniciantes. Os dados coletados foram analisados utilizando estatística descritiva, com frequência absoluta e relativa, apresentados em gráficos e tabelas para facilitar a compreensão dos padrões de comportamento identificados.

A análise inclui o perfil dos participantes, suas escolhas financeiras, percepções de risco e os hábitos de investimento, permitindo discutir as tendências observadas à luz da literatura de Finanças Comportamentais, como os estudos de Kahneman (2012), Tversky (1979) e Rodrigues (2023).

A amostra apresentou equilíbrio de gênero, com 60% do sexo feminino e 40% masculino, e a maioria com idade entre 20 e 30 anos, cursando das 1ª às 8ª fases dos cursos de Administração e áreas correlatas. Quanto aos hábitos financeiros, 50% dos participantes fazem controle financeiro mental, 30% utilizam planilhas ou extratos, e 20% nunca realizam controle formal; apenas 35% estipulam metas mensais, semanais ou diárias de gastos, evidenciando planejamento limitado.

Sobre o perfil de investimento, 55% se consideram conservadores, 30% moderados e 15% arrojados, demonstrando preferência por segurança. Na avaliação de decisões de risco, 65% escolheram evitar perdas garantidas, enquanto 35% aceitaram risco maior; 60% ignoraram preços passados ao investir em ações, e 40% foram influenciados por valores históricos, revelando a heurística de ancoragem. Quanto à alocação em criptomoedas versus investimentos tradicionais, 55% mantiveram estratégia equilibrada e 45% se deixaram influenciar por relatos recentes de ganhos rápidos, evidenciando a heurística de disponibilidade.

Além disso, 70% afirmaram nunca ter recebido educação financeira formal antes da graduação, e a maior parte descreveu seu perfil de consumidor como consciente e planejado (50%), enquanto 30% demonstraram impulsividade ou tendência consumista.

Observou-se que, mesmo diante de informações objetivas, muitos participantes seguem padrões baseados em experiências passadas, destaques da mídia ou preferências pessoais conservadoras, evidenciando a atuação de mecanismos como ancoragem, disponibilidade e aversão à perda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos das heurísticas cognitivas nas decisões financeiras de investidores iniciantes, especificamente acadêmicos da UNIARP, campus

Caçador. Os resultados obtidos demonstram que fatores emocionais e cognitivos exercem influência significativa sobre o comportamento financeiro, afetando a percepção de risco, a escolha de investimentos e os hábitos de consumo. Observou-se que os participantes frequentemente tomam decisões com base em experiências passadas, informações recentes da mídia ou padrões tradicionais de investimento, evidenciando a atuação de vieses como ancoragem, disponibilidade e aversão à perda, confirmando a relevância das Finanças Comportamentais na compreensão das decisões financeiras individuais.

Entre as limitações, destaca-se a amostra restrita aos acadêmicos da UNIARP e a dependência de autopercepção dos acadêmicos nas respostas do questionário, o que restringe a generalização dos resultados.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra, incluir entrevistas qualitativas e investigar como diferentes níveis de educação financeira podem reduzir vieses e melhorar decisões de investimento.

Em síntese, o estudo evidencia que heurísticas cognitivas influenciam significativamente investidores iniciantes, reforçando a necessidade de estratégias educativas que promovam decisões financeiras mais conscientes e planejadas.

REFERÊNCIAS

ACKERT, Lucy F.; DEAVES, Richard. Behavioral Finance: Psychology, Decision-Making, and Markets. [S. l.]: Cengage Learning, 2010.

BARBEDO, Cristiano da Silva. Finanças comportamentais: heurísticas e vieses que afetam a tomada de decisão dos investidores no mercado financeiro. 2022. 145 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BAZERMAN, M. H.; MOORE, D. Processo decisório. São Paulo: Campus, 2010. CVM. ICVM-Nº554. Rio de Janeiro, 17 dez. 2014. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst554.pdf. Acesso em: 28 maio 2025

BELINI RODRIGUES, Jéssica Maria. Prevalência de vieses cognitivos em finanças pessoais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, 2023.

DOROW, Anderson; MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell; NUNES, Patrícia; REINA, Donizete; MAXIMIANO REINA, Diane Rossi. A heurística da ancoragem e a tomada de decisão sob risco em investimentos imobiliários. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 13, n. 3, p. 86–101, set./dez. 2010. Disponível em: https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/143. Acesso em: 13 jun. 2025.

ECHAR, João Vitor. Finanças comportamentais e o investidor brasileiro. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de São Paulo,

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), Osasco, SP, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/69309. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERNANDEZ, Ramon Garcia; RAMIRO, Thomas. O nudge na prática: algumas aplicações do paternalismo libertário às políticas públicas. **Economia (UFSC),** Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 1–26, 2017. DOI:10.5007/2175-8085.2017v20n1p1. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n1p1/35327. Acesso em: 10 jun. 2025.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**l,v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. **Science**, v. 185, n. 4, p. 1124-1131, sept. 1974.

MILANEZ, Daniel Yabe. (2003). **Finanças comportamentais no Brasil.** 2003. Dissertação de mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), São Paulo, SP, Brasil.

POMPIAN, Michael M. **Behavioral Finance and Wealth Management**: How to Build Optimal Portfolios That Account for Investor Biases. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2006.

RICARDO, Pedro Romero. **Dinâmica do mercado financeiro pela ótica das finanças comportamentais: uma análise a partir do modelo de sentimentos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2022. 119 p. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/handle/1266021. Acesso em: 10 jun. 2025.

SHILLER, Robert J. **Narrative Economics**: How Stories Go Viral & Drive Major Economic Events. [S. l.: s. n.], 2019.

SILVA, Ana Paula Souza Souto; SOUZA, André Luis. Finanças Comportamentais e Heurísticas: Um Estudo Exploratório sobre os Riscos Decorrentes da Presença de Vieses na tomada de decisão em Finanças. **Revista Formadores** -Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 6, p. 83-109, out. 2019.

OLIVEIRA, F. G. M. de. Superendividamento do consumidor. **Cadernos Jurídicos Da Faculdade De Direito De Sorocaba**, 2(1), 268–304. 2020. Recuperado de https://www.fadi.br/revista/index.php/cadernosjuridicos/article/view/60.

THALER, R. H. Misbehaving: **The making of behavioral economics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2015.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. SERASA. Disponível em: https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/. Acesso em: 24/03/2025

RELATO DE EXPERIÊNCIA: GESTÃO DE NEGÓCIOS

Categoria: Projetos Integradores

Lariane Camila Cousseau[1]
Sandra Mara Bragagnolo[2]
LabJr.[3]

Resumo – Este trabalho apresenta os resultados das atividades do componente curricular de Projeto Integrador VII-A, realizado pela estudante autora, em parceria com a PetShop AmiPets, empresa do ramo de cuidados animais, da cidade de Caçador, SC, com mediação do Laboratório de Consultoria Júnior da Uniarp. O Projeto teve como objetivo organizar e sistematizar informações institucionais para apoiar a gestão do negócio, com foco na elaboração do histórico, missão, visão e valores e do organograma. A metodologia combinou análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação do processo de trabalho, permitindo compreender a identidade organizacional, a distribuição de papéis e os fluxos de decisão. Como entregas, o projeto consolidou informações que favorecem a comunicação interna e externa, a clareza de responsabilidades e o alinhamento estratégico. Conclui-se que a experiência promoveu aprendizagem aplicada para a estudante, gerou valor prático para a empresa e reafirmou o papel da Uniarp, como ponte entre demandas locorregionais e formação profissional.

Palavras-chave: Consultoria Empresarial. Gestão de Negócio. Extensão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se de relatório das atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto Integrador VII-A do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, durante os meses de julho a setembro de 2025.

Para que um negócio tenha consistência e se assegurem as possibilidades de desenvolvimento e adaptação ao mercado em que atua, é fundamental que tenha clara a noção de sua evolução, o que se confirma nos registros em seu histórico e, de maneira mais direta, na efetivação de sua missão, visão e valores. Também é importante que as relações hierárquicas estejam claras na configuração formal de seu organograma.

Um organograma é um gráfico que mostra a estrutura organizacional interna de uma organização ou empresa. Sendo fundamental para a gestão de um negócio, pois delimita os cargos e traça as linhas de hierarquia que são adotadas (Maximiano, 2012).

[1]Aluna do Curso de Administração EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Administração EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Laboratório de Consultoria Júnior da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A missão de uma empresa é a sua razão de ser, o propósito fundamental que guia suas ações e decisões. Ou seja, "a missão de uma empresa descreve seu produto, seu mercado e sua tecnologia de um modo que reflita seus valores e as prioridades que norteiam suas decisões estratégicas" (Mussoi; Lunkes; Silva, 2011, p. 364).

A visão deve ser considerada como os limites que os responsáveis pela empresa conseguem enxergar dentro de um período de tempo mais longo. Portanto, o melhor caminho é estabelecer onde se quer chegar e definir tempo para isso, pois assim inspira todos os envolvidos da organização a realizarem ações integradas para alcançar o objetivo (Oliveira, 2009).

De acordo com Machado (2009, p. 32), "os Valores facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da Missão e da Visão e resultam no comprometimento entre a equipe, o mercado, a comunidade e a sociedade".

Como atividade do Projeto Integrador, foi atendida a PetShop AmiPets, empresa da área de cuidados animais (petshop), para a qual foi elaborado o histórico e o organograma a partir de dados coletados junto à proprietária, bem como o alinhamento de sua missão, visão e valores.

METODOLOGIA

O relato presente neste trabalho é resultado das práticas realizadas no Projeto Integrador VII-A do curso de Administração ofertado na modalidade a distância pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado entre os meses de julho e setembro de 2025, em uma empresa do setor de cuidados animais, a PetShop AmiPets.

As atividades foram realizadas a partir de reuniões com a proprietária da empresa, consistindo em uma etapa de observação e coleta de informações com a proprietário; e outro de elaboração dos resultados apresentados à mesma, os quais foram apresentados à empresa e registradas em documento institucional da Uniarp para avaliação no componente curricular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução deste Projeto Integrador em parceria com a empresa cedente, possibilitou integrar teoria e prática em um contexto real de gestão. A empresa abriu suas portas com transparência e confiança, permitindo o levantamento de informações e a construção colaborativa do histórico, missão, visão e valores e do organograma — entregas que fortalecem sua identidade organizacional, aprimoram a clareza de papéis e responsabilidades e oferecem base para decisões de curto e médio prazo.

Durante a realização do trabalho, a atuação da estudante concentrou-se na elaboração do histórico da empresa PetShop AmiPets, bem como na definição de sua missão, visão e valores, de forma a representar a identidade e os objetivos do negócio. Também foi organizado o organograma da empresa, estruturando os setores e funções de acordo com a realidade do empreendimento, o que contribuiu para uma visão mais clara da gestão interna e também na organização interna e na identificação de possíveis necessidades de expansão ou ajustes futuros.

A elaboração do histórico, missão, visão e valores possibilitou ao PetShop AmiPets consolidar sua identidade organizacional, transmitindo de forma clara seus objetivos e princípios aos clientes. O organograma estruturado proporcionou uma visão mais definida das funções e responsabilidades dentro da empresa, o que contribui para uma gestão mais eficiente.

As contribuições realizadas favoreceram o fortalecimento da imagem institucional da empresa, gerando maior profissionalismo e credibilidade perante o mercado. Além disso, a definição dos valores orienta a cultura organizacional, refletindo diretamente no atendimento ao cliente. De forma geral, os impactos observados foram o aumento da clareza na comunicação, a valorização da marca e a preparação da empresa para um crescimento mais estruturado.

A realização desta atividade proporcionou aprendizado significativo tanto no desempenho pessoal quanto profissional para a estudante, que, durante o processo, desenvolveu maior capacidade de organização e análise, além de aprimorar a forma de estruturar informações relevantes para o funcionamento de uma empresa. Foi possível compreender melhor a importância de elementos como missão, visão, valores e organograma para a consolidação da identidade e gestão de um negócio.

A experiência contribuiu para ampliar a visão sobre o papel da administração no fortalecimento de pequenas empresas, destacando a relevância de alinhar estratégias à realidade do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da estudante, a experiência favoreceu o desenvolvimento de competências técnico-analíticas (coleta e sistematização de dados, estruturação de informações gerenciais) e socioemocionais (escuta ativa, comunicação profissional, postura ética), além de consolidar a compreensão do papel da Administração no fortalecimento de pequenos negócios e na criação de rotinas gerenciais simples e eficazes.

Para a empresa PetShop AmiPets, os produtos gerados contribuem para: (i) comunicar com objetividade sua proposta de valor a clientes e parceiros; (ii) orientar a cultura interna a partir dos valores declarados; (iii) apoiar a distribuição de responsabilidades e o planejamento de crescimento com base no organograma. Recomenda-se, como continuidade, a revisão periódica desses artefatos, a definição de indicadores-chave de desempenho relacionados à experiência do cliente e à eficiência operacional, e a promoção de momentos de alinhamento interno para manutenção da coerência entre prática e diretrizes estratégicas.

Registra-se um agradecimento especial à empresa cedente, pela acolhida e disponibilidade ao longo das etapas do trabalho. Agradecemos, igualmente, ao Laboratório de Consultoria Júnior (LabJr/UNIARP) e ao Curso de Administração EaD/UNIARP pelo suporte metodológico e institucional.

Por fim, destaca-se o papel da Uniarp como ponte entre as necessidades do ecossistema externo e o cenário de aprendizagem. Ao aproximar estudantes de demandas reais do território, a universidade cumpre sua missão formativa e seu compromisso com a extensão e o

desenvolvimento regional, viabilizando experiências que geram valor simultaneamente para a sociedade, para as organizações parceiras e para a formação profissional de seus discentes.

REFERÊNCIAS

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MUSSOI, A.; LUNKES, R. J.; DA SILVA, R. V. Missão institucional: uma análise da efetividade e dos principais elementos presentes nas missões de empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Gestão**, v. 18, n. 3, p. 361-384, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DE CARREIRA

Categoria: Projetos Integradores

Ivoney Passold[1]
Sandra Mara Bragagnolo[2]
LabJr.[3]

Resumo – O futuro administrador precisa adotar uma postura estratégica para conduzir sua própria trajetória, alinhando metas pessoais às demandas externas. Este trabalho apresenta os resultados das atividades do componente curricular de Projeto Integrador VIII-A, realizado pelo estudante com o objetivo de promover reflexão sobre a transição do ambiente acadêmico para o profissional. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, aplicação de metodologia para construção de um mapa de carreira, permitindo compreender a complexidade da gestão de carreira e do mundo do trabalho. Conclui-se que a experiência potencializou o protagonismo do estudante na gestão da própria carreira, integrando teoria e prática via mapa de carreira e delineando ações objetivas para a empregabilidade no curto, médio e longo prazos.

Palavras-chave: Sucesso profissional. Gestão de Carreira. Empregabilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como cenário a transição do ambiente acadêmico para o profissional, que representa um dos momentos mais desafiadores na vida de um graduando. No contexto contemporâneo, caracterizado por avanços tecnológicos acelerados, globalização e intensificação da competitividade, o mercado de trabalho tornou-se mais dinâmico, exigente e seletivo. Este trabalho constitui-se de relatório das atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto Integrador VIII-A do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, durante os meses de julho a setembro de 2025.

A gestão de carreira surge, assim, como um processo estruturado e contínuo que envolve planejamento, monitoramento e tomada de decisões sobre a trajetória profissional (Dutra, 2017).

De acordo Chiavenato (2014), o sucesso é cada vez mais medido pela capacidade de manter-se empregável, isto é, de possuir competências valorizadas pelo mercado e de adaptá-las às demandas emergentes. Buscar também como a realização pessoal, a coerência entre valores e práticas, e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Conforme Hall (2004), o sucesso profissional não pode mais ser medido exclusivamente por promoções ou estabilidade em uma única empresa. O sucesso, cada vez mais, é percebido como um conjunto de conquistas pessoais e profissionais que geram satisfação, propósito e

[1]Aluno do Curso de Administração EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Administração EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Laboratório de Consultoria Júnior da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

equilíbrio de vida. Trata-se de um sucesso subjetivo, moldado pelas próprias referências e aspirações do indivíduo, que pode incluir reconhecimento, autonomia, impacto social ou qualidade de vida.

De acordo com Schein (1996), o alinhamento entre valores pessoais e atividades desempenhadas é determinante para a realização profissional e para a sensação de pertencimento.

A atividade do Projeto Integrador foi pautada em reflexões sobre mercado de trabalho e empregabilidade, na elaboração de um mapa de carreira com metas de curto, médio e longo prazo.

METODOLOGIA

O relato presente neste trabalho é resultado das práticas realizadas no Projeto Integrador VIII-A do curso de Administração ofertado na modalidade a distância pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado entre os meses de julho e setembro de 2025.

As atividades foram realizadas em etapas, as quais se organizaram em a) revisão teórica de conceitos-chave sobre empregabilidade, sucesso profissional, gestão e mapa de carreira e valores pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na elaboração da primeira etapa do Projeto Integrador, foram revisados os principais conceitos sobre empregabilidade, mercado de trabalho, sucesso profissional e gestão de carreira, relacionando a teoria estudada com a própria trajetória profissional do estudante autor do projeto.

As ideias foram organizadas de forma crítica, buscando conectar autores clássicos e contemporâneos às exigências atuais do ambiente corporativo. Esse processo exigiu pesquisa, leitura e síntese, além de reflexão pessoal para contextualizar as habilidades e desafios que fazem parte da carreira como futuro administrador.

Durante a construção do mapa de carreira, percebeu-se a importância de planejar cada etapa da trajetória profissional de maneira estruturada, mas ao mesmo tempo flexível, para se adaptar às mudanças do mercado. O exercício ajudou a visualizar com clareza os objetivos de curto, médio e longo prazo, além de definir ações estratégicas que tornam esses objetivos mais concretos. Essa prática trouxe uma sensação de segurança, pois mostrou que ter um plano não significa rigidez, mas sim estar preparado para aproveitar as oportunidades que surgem.

A execução deste Projeto Integrador foi uma experiência enriquecedora, pois desafiou o estudante a conectar teoria e prática, desenvolver disciplina e refletir sobre seu papel profissional. Percebeu-se que o desempenho foi positivo, principalmente pela dedicação em estruturar o trabalho e pela clareza em alinhar valores pessoais às metas profissionais. Ao mesmo tempo, o exercício permitiu perceber o que ainda é preciso melhorar em termos práticos e de atualização constante, principalmente em relação às novas tecnologias que impactam a administração.

O principal aprendizado obtido foi compreender que a gestão de carreira é um processo contínuo, que exige autoconhecimento, atualização e resiliência. O projeto tornou claro que o sucesso profissional vai além de promoções ou status: envolve satisfação, equilíbrio e contribuição para a sociedade. Como ponto de melhoria, identificou-se a necessidade de investir mais em experiências práticas e no fortalecimento do networking, elementos essenciais para consolidar a empregabilidade e alcançar os objetivos traçados no mapa de carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou que a gestão de carreira, quando tratada de modo estruturado e reflexivo no âmbito do Projeto Integrador, favorece o autoconhecimento, a clareza de objetivos e a mobilização de ações factíveis de curto, médio e longo prazo. O mapa de carreira funcionou como instrumento de organização e de sentido, conectando valores pessoais às demandas do mercado e ampliando a percepção do estudante sobre sua própria empregabilidade e protagonismo profissional.

Os resultados indicam que o sucesso profissional extrapola métricas tradicionais de ascensão hierárquica e depende da articulação entre competências técnicas e socioemocionais, atualização contínua e coerência valorativa. A prática acadêmica, ao exigir pesquisa, síntese e autoavaliação crítica, mostrou-se potente para integrar teoria e prática e para fortalecer a adaptação do futuro administrador a contextos organizacionais dinâmicos e tecnologicamente intensivos.

Como limitações, reconhece-se o recorte temporal do projeto e o foco em um único estudante, o que restringe a generalização dos achados. Recomenda-se, para estudos e edições futuras, a adoção de acompanhamento longitudinal do plano de carreira, a inclusão de métricas objetivas (p. ex., indicadores de networking, participação em projetos e certificações), e a triangulação com feedbacks de mentores e profissionais de referência. A incorporação de trilhas formativas em competências digitais e de análise de dados também se mostra pertinente, dada a centralidade dessas capacidades nos ambientes de trabalho atuais.

Em termos práticos, o percurso desenvolvido reforça o papel da universidade como ponte entre o cenário de aprendizagem e as necessidades externas, ao mesmo tempo em que engaja o estudante na gestão ativa de sua trajetória. Conclui-se que iniciativas curriculares como esta contribuem para o desenvolvimento de carreiras mais conscientes, sustentáveis e alinhadas ao propósito pessoal e ao impacto social, consolidando a formação do administrador como agente de transformação em contextos complexos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DUTRA, J. S. Gestão de Carreiras na Empresa Contemporânea. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HALL, D. T. The protean career: A quarter-century journey. Journal of Vocational Behavior, v. 65, n. 1, p. 1–13, 2004. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0001879103001647 Acesso em 17 ago. 2025.

SCHEIN, E. H. Career Anchors: Discovering Your Real Values. San Francisco: Jossey-Bass Pfeiffer, 1996. ISBN: 0883900300.

ARQUITETANDO EXPERIÊNCIAS: DA MODELAGEM EXTERNA AO INTERIOR DOS SONHOS

Categoria: Estágio

Laísa Cristina Figur
Ana Lúcia Córdova Wandscheer

Resumo – O estágio supervisionado é uma etapa fundamental na formação acadêmica por possibilitar ao estudante o contato direto com a realidade profissional e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Essa vivência promove o desenvolvimento de habilidades técnicas, interpessoais e reflexivas, essenciais para a atuação no mercado de trabalho. Este relato de experiência apresenta as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado obrigatório no escritório Francio Arquitetura e Engenharia, em Caçador/SC. O objetivo foi vivenciar o processo projetual na prática, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo. O estágio realizado entre março e abril de 2025, envolveu a elaboração de um projeto arquitetônico e de interiores para uma residência. A metodologia incluiu modelagem 3D no SketchUp, desenvolvimento técnico no Revit e renderizações no Enscape, com apoio da equipe técnica do escritório. Como resultados, destacou-se a produção de imagens realistas, a compatibilização com projetos complementares e a aprovação da proposta pelo cliente. Conclui-se que o estágio contribuiu significativamente para a formação profissional ao integrar teoria e prática, promover reflexões sobre o processo projetual e aproximar o estudante da realidade do mercado de trabalho.

Palavras-chave: edificações; interiores; espaços arquitetônicos; estruturas; projetos.

INTRODUÇÃO

O ambiente profissional exerce um papel fundamental na formação dos indivíduos, sendo um espaço onde habilidades são desenvolvidas e aprimoradas. A inserção dos estudantes nesse contexto contribui significativamente para sua preparação tanto profissional quanto pessoal (Polzin, 2019). Os desafios enfrentados no dia a dia impulsionam o jovem a sair da zona de conforto, despertando novas competências e promovendo o enfrentamento de medos e dificuldades que surgem ao longo do caminho. Nesse processo, o amadurecimento e o senso de responsabilidade tornam-se aspectos centrais na trajetória de desenvolvimento do aluno (Polzin, 2019).

Deste modo, Martins (2012) define o estágio como um procedimento didático-metodológico que promove aprendizagens culturais, sociais e profissionais ao indivíduo. Trata-se, portanto, de um instrumento de integração entre a formação acadêmica, centrada na teoria e o mercado de trabalho, onde ocorre a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Dessa forma, o estágio proporciona uma aproximação concreta com a realidade profissional, alinhada à área de atuação do estudante (Polzin, 2019).

Ademais, Santos (2008) complementa que o estágio representa um período de aquisição e ressignificação de conhecimentos, pois a reflexão crítica sobre a prática vivenciada impulsiona a busca por fundamentos teóricos, permitindo a construção de novas escolhas e estratégias de atuação. Essa interação entre teoria e prática favorece o amadurecimento intelectual e amplia a capacidade de análise e tomada de decisão do estudante. Ao enfrentar situações reais no campo profissional, desenvolvem-se também habilidades como autonomia, adaptabilidade e senso de responsabilidade.

Nesse contexto, o presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado obrigatório, destacando as aprendizagens obtidas a partir da atuação concreta em um ambiente profissional real. A partir da participação em projetos, do uso de ferramentas específicas da área e da interação com uma equipe multidisciplinar, foi possível consolidar conhecimentos teóricos e desenvolver competências técnicas e interpessoais essenciais para a atuação futura na área da arquitetura e urbanismo.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado no escritório Francio Arquitetura e Engenharia, localizado em Caçador/SC. Com 14 anos de atuação no mercado, o escritório desenvolve projetos em diversos segmentos, incluindo projetos arquitetônicos, acompanhamento de obra, projetos de interiores, regularização de imóveis, projetos de reforma, viabilidade de empreendimentos, projetos preventivos contra incêndio e projetos complementares.

Atualmente, os principais serviços prestados concentram-se em projetos de interiores voltados para espaços comerciais e residenciais, além de projetos preventivos de incêndio, especialmente para indústrias do município e região. O período do estágio ocorreu entre 17 de março e 14 de abril de 2025, com participação direta no desenvolvimento de um projeto arquitetônico e de interiores para uma residência situada no Loteamento Champagnat, em Caçador/SC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira semana do estágio, deu-se início a modelagem tridimensional da área externa da casa situada no Loteamento Champagnat. Essa etapa foi realizada no software SketchUp, utilizando como base a planta baixa previamente elaborada no AutoCAD. A modelagem incluiu a construção das paredes, inserção de aberturas, aplicação de texturas, mobiliário externo, vegetação e uma organização inicial dos ambientes internos. Ao final dessa fase, foram desenvolvidas duas propostas de fachada, uma com acabamento branco e outra com acabamento preto, ambas renderizadas no software Enscape.

O acompanhamento técnico contínuo da equipe do escritório desempenhou um papel essencial no processo de aprendizagem, por meio de orientações durante a modelagem e revisões periódicas do projeto. As contribuições da equipe foram decisivas para a correção de detalhes técnicos e o aprimoramento das soluções adotadas, assegurando maior qualidade e coerência ao produto final.

Após alguns dias, a proposta com acabamento branco foi aprovada pelo cliente, destacando-se pela leveza e elegância de sua composição estética. Nas semanas seguintes, a planta baixa foi transferida do AutoCAD para o Revit, com o objetivo de desenvolver o projeto em uma plataforma mais técnica e integrada, favorecendo a compatibilização com os projetos complementares, especialmente o hidrossanitário, elaborado por um colaborador do escritório. A partir da modelagem no Revit, foram gerados os desenhos técnicos: planta baixa, cortes, fachadas e planta de cobertura (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Planta baixa térreo

Fonte: Autora (2025)

Figura 2 – Elevação frontal e corte C

Fonte: Autora (2025)

Concluída essa etapa, foi iniciada a modelagem tridimensional dos ambientes internos, com geração de imagens realistas renderizadas no Enscape e aperfeiçoadas com o uso de inteligência artificial (Figura 3 e 4). Além das atividades técnicas, as reuniões com a equipe foram

essenciais para o alinhamento das decisões estéticas e funcionais, reforçando a importância da compatibilização entre as diferentes disciplinas envolvidas no projeto. Esse diálogo contínuo permitiu que as soluções fossem ajustadas de forma integrada, resultando em um projeto mais coeso e funcional.

Também houve oportunidade em explorar distintas configurações de iluminação e materiais no Enscape, ampliando o realismo das imagens finais. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento da autonomia na resolução de problemas e na busca por soluções criativas. A prática contínua com os softwares resultou em ganhos significativos na agilidade e precisão na modelagem e nas representações gráficas. Além disso, a experimentação com diferentes cenários visuais possibilitou maior domínio sobre os efeitos de composição espacial e percepção do ambiente. Essa fase permitiu compreender com maior clareza a importância da visualização fotorrealista como ferramenta de comunicação entre profissional e cliente, favorecendo a tomada de decisões ao longo do processo projetual.

Figura 3 – Imagens fotorrealistas da área social

Fonte: Autora (2025)

Figura 4 – Imagens fotorrealistas da área íntima

Fonte: Autora (2025)

Ademais, o estágio proporcionou a vivência direta do relacionamento com o cliente, permitindo compreender melhor as etapas de apresentação e negociação das propostas. A experiência evidenciou a importância de equilibrar os aspectos estéticos e funcionais, sobretudo na definição de elementos ligados ao design de interiores. Essa interação também permitiu observar como a escuta ativa e a empatia influenciam positivamente na aceitação das soluções projetuais propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado representou uma etapa essencial na formação acadêmica, ao proporcionar uma experiência prática alinhada aos conteúdos teóricos desenvolvidos no decorrer da graduação. A participação em atividades reais de projeto possibilitou o aprimoramento de competências técnicas, com destaque para a utilização de softwares como SketchUp, Revit e Enscape, fundamentais para a representação e o detalhamento arquitetônico.

Ao longo do período de atuação, uma visão mais ampla e integrada do processo projetual foi adquirida, desde a leitura e interpretação de plantas até a compatibilização com os projetos complementares. A experiência profissional também proporcionou contato direto com a dinâmica do trabalho em equipe, a organização de tarefas, o cumprimento de prazos e o atendimento às exigências específicas de cada fase do projeto.

Dessa forma, conclui-se que o estágio supervisionado contribuiu de maneira significativa para a formação profissional, ao oferecer uma base sólida de conhecimentos técnicos e interpessoais, indispensáveis para uma atuação no mercado de trabalho de forma ética, eficiente e comprometida com a qualidade do espaço construído.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Sérgio Pinto. **Estágio e relação de emprego**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. Acesso em: 15 jun. 2025.

POLZIN, Fernanda Ribeiro. **O estágio obrigatório como instrumento de inserção no mercado de trabalho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4002. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, Adriana Alves Pugas dos. **O estágio como espaço de elaboração dos saberes docentes e a formação do professor**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/51540653-ed0b-407d-80e3-404fd85dfb8d/content. Acesso em: 15 jun. 2025.

ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM INOVAÇÃO NO USO DE RESÍDUOS DE CALDEIRA

Categoria: Estágio obrigatório

Thays Voltolini[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – Este trabalho apresenta o relato de estágio curricular supervisionado realizado na empresa Guararapes Painéis de MDF, localizada em Caçador (SC), entre março e junho de 2025. A atividade teve como objetivo colaborar no desenvolvimento e acompanhamento técnico do reaproveitamento da cinza de caldeira na fabricação de pavers de concreto, buscando alternativas sustentáveis que reduzam impactos ambientais e otimizem recursos produtivos. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo e experimental, com coleta de dados em campo, observação direta, análise de traços de concreto e ensaios laboratoriais baseados na norma NBR 9781:2013. Os resultados evidenciaram o potencial da cinza como substituto parcial do agregado miúdo, destacando-se sua viabilidade técnica em diferentes proporções, bem como os desafios relacionados à variação granulométrica e ao controle de umidade. A experiência permitiu ao estagiário compreender, de forma crítica e aplicada, o papel da ecoinovação na arquitetura e a importância da economia circular no setor industrial. Conclui-se que a integração entre universidade e empresa contribui para a formação de um arquiteto mais preparado para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos, por meio de práticas sustentáveis, técnicas colaborativas e soluções orientadas ao desenvolvimento urbano resiliente.

Palavras-chave: reaproveitamento de resíduos; cinza de caldeira; pavers sustentáveis; economia circular; estágio em arquitetura.

INTRODUÇÃO

A Arquitetura contemporânea demanda, além do domínio técnico e estético, uma postura crítica e propositiva diante dos desafios ambientais que envolvem o ciclo de vida dos materiais e os impactos gerados pelos processos produtivos. Nesse contexto, a sustentabilidade ambiental torna-se um princípio fundamental, exigindo que profissionais e indústrias busquem alternativas que minimizem os danos ao meio ambiente e promovam o uso racional dos recursos naturais (Konzen; Pereira, 2019).

A sustentabilidade é definida como a capacidade de manter determinada atividade indefinidamente sem comprometer os elementos do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, por sua vez, visa melhorar a qualidade de vida humana respeitando os limites ecológicos dos ecossistemas (Oliveira; Silva, 2023). Diante da crescente interdependência entre

[1]Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

os sistemas naturais, mesmo impactos localizados podem desencadear consequências globais, reforçando a urgência de práticas ambientalmente responsáveis (Lozovey; Caduro; Muller, 2019).

A gestão de resíduos industriais é um dos grandes desafios da contemporaneidade, especialmente no setor madeireiro. Na fabricação de MDF, por exemplo, a queima de biomassa para geração de energia térmica gera grandes volumes de cinza, cuja destinação adequada representa elevados custos operacionais e riscos ambientais. Frente a essa problemática, a Indústria Guararapes desenvolveu um projeto de reaproveitamento da cinza de caldeira como insumo para a fabricação de blocos de concreto para pavimentação intertravada, reintegrando esse resíduo ao ciclo produtivo e promovendo uma abordagem alinhada aos princípios da economia circular e das tecnologias limpas.

Foi nesse cenário que se desenvolveu a experiência de estágio na empresa Guararapes, permitindo a aplicação prática do conhecimento técnico adquirido ao longo da graduação em Arquitetura e Urbanismo. A vivência possibilitou explorar um campo interdisciplinar que articula sustentabilidade, gestão de resíduos e inovação tecnológica, por meio da análise de traços de concreto, realização de testes de desempenho e avaliação da viabilidade do uso de materiais alternativos.

O vínculo entre universidade e empresa revelou-se essencial para a construção de um conhecimento aplicado, ético e comprometido com a sustentabilidade ambiental. A experiência contribuiu para ampliar a compreensão sobre os impactos positivos da inserção de tecnologias limpas nos processos construtivos e reforçou o papel do arquiteto e urbanista como agente de transformação e inovação no ambiente construído.

Assim, o objetivo principal do estágio foi colaborar no desenvolvimento e no acompanhamento técnico do reaproveitamento da cinza de caldeira na produção de blocos de concreto para pavimentação intertravada, buscando a redução dos impactos ambientais e a otimização de custos operacionais, em consonância com as demandas atuais por um modelo de construção mais sustentável e resiliente.

METODOLOGIA

O estágio foi desenvolvido na unidade fabril da empresa Guararapes Painéis de MDF, localizada no município de Caçador (SC), no período de março a junho de 2025. As atividades foram concentradas em setores estratégicos da empresa, com ênfase no acompanhamento técnico de processos produtivos, no desenvolvimento de materiais construtivos sustentáveis e no apoio ao setor ambiental.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa e experimental, fundamentada na observação direta, no registro técnico sistemático e na análise comparativa de dados. A coleta de dados primários foi realizada em campo, por meio de interações com profissionais dos setores e o acompanhamento de ensaios laboratoriais desenvolvidos internamente e em empresas parceiras.

As atividades práticas envolveram a atuação direta em processos de coleta, análise e reaproveitamento de resíduos industriais, com foco na cinza proveniente das caldeiras utilizadas

na produção de MDF. Inicialmente, foram coletadas amostras desse resíduo para caracterização física, incluindo o peneiramento para separação granulométrica e a realização de testes de umidade. Simultaneamente, foram monitoradas variáveis operacionais das caldeiras, como o tipo de biomassa utilizada, a temperatura de combustão e a capacidade de geração de vapor, possibilitando a associação entre as condições de queima e a composição final da cinza.

Em paralelo, foi acompanhado o desenvolvimento experimental de fabricação de blocos de concreto para pavimentação intertravada utilizando diferentes proporções de cinza como substituto do agregado miúdo. Durante esse processo, foram observados aspectos como a trabalhabilidade da mistura, o acabamento superficial dos blocos, a absorção de água e a resistência à compressão, com base em parâmetros estabelecidos pela norma NBR 9781:2013, que trata das exigências de desempenho para peças de concreto utilizadas em pavimentação intertravada.

Ao acompanhar todas as etapas do reaproveitamento da cinza de caldeira, foi possível observar os impactos ambientais gerados pela produção e identificar soluções viáveis para a sua reintegração como insumo na construção civil, essa vivência contribuiu para evidenciar os desafios e as oportunidades associados à aplicação dos princípios da economia circular no setor construtivo, destacando a importância de práticas sustentáveis e inovadoras no desenvolvimento de novos materiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do estágio na empresa Guararapes possibilitou a imersão em um ambiente industrial dinâmico, permitindo a articulação prática entre os conhecimentos adquiridos na graduação e as demandas reais do setor produtivo. A proposta de criação de pisos de concreto sustentáveis com o uso da cinza de caldeira como insumo principal evidenciou a importância da pesquisa aplicada, da experimentação técnica e da análise crítica no desenvolvimento de soluções construtivas alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Durante o estágio, foram realizadas atividades técnicas como a coleta e caracterização granulométrica da cinza, avaliação da umidade, testes de resistência à compressão e análise do comportamento do material em diferentes proporções de substituição do agregado miúdo. Essas atividades permitiram compreender, de forma aprofundada, os aspectos físicos e mecânicos dos materiais utilizados, bem como os desafios envolvidos na incorporação de resíduos industriais em novos produtos.

A vivência prática contribuiu significativamente para o aprimoramento de competências técnicas e projetuais, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de soluções construtivas alinhadas aos princípios da sustentabilidade. Paralelamente, foram considerados critérios como permeabilidade, viabilidade de produção e redução de impactos ambientais, reforçando a necessidade de integrar funcionalidade, eficiência e responsabilidade socioambiental nas decisões de projeto, essa abordagem está em sintonia com os princípios da Arquitetura Sustentável, que valorizam soluções inclusivas, adaptáveis e ambientalmente conscientes.

A partir dessas atividades, foi possível observar o papel central da ecoinovação como estratégia para a transformação de resíduos em insumos produtivos. Conceitos como uso eficiente de recursos, redução de impactos ambientais e valorização de tecnologias limpas foram aplicados de forma concreta, evidenciando o potencial da Arquitetura e Urbanismo em contextos interdisciplinares e industriais. Como destacam Oliveira e Silva (2023), a ecoinovação alia inovação tecnológica à sustentabilidade ambiental, promovendo a redução do uso de materiais tóxicos, o reaproveitamento de resíduos e a eficiência dos processos, ao mesmo tempo em que favorece a competitividade e a imagem institucional.

Os pisos de concreto foram elaborados em diferentes proporções de substituição do agregado miúdo, com o objetivo de avaliar seu desempenho físico e mecânico, o produto representa uma alternativa sustentável à pavimentação tradicional, alinhando funcionalidade, reaproveitamento de resíduos industriais e responsabilidade ambiental. A Figura 1 e a Figura 2, apresentadas a seguir, ilustram os protótipos produzidos durante o estágio, evidenciando a aplicação prática do conhecimento técnico e o potencial estético e funcional do material desenvolvido.

Figura 1 e 2 – Pisos de concreto com diferentes proporções de substituição do agregado miúdo.

Fonte: Os autores (2024).

O estágio também proporcionou uma compreensão crítica sobre a economia circular, por meio da observação de como resíduos da própria cadeia produtiva podem ser reintegrados ao sistema industrial como subprodutos de valor. Essa abordagem amplia as possibilidades de atuação do arquiteto e urbanista, que passa a contribuir não apenas com o projeto formal, mas com soluções que impactam positivamente o ciclo de vida dos materiais e os processos produtivos.

Por fim, a experiência evidenciou a importância da integração entre teoria e prática como elemento fundamental para a formação profissional. Ao vivenciar a complexidade dos processos industriais, o estagiário desenvolveu uma percepção ampliada sobre os desafios técnicos, normativos e ambientais da construção civil, além de fortalecer habilidades como trabalho em equipe, pensamento crítico e tomada de decisão. Essa trajetória contribuiu para consolidar o conhecimento acadêmico e estimular uma atuação profissional comprometida com a inovação, a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento urbano resiliente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio curricular supervisionado na empresa Guararapes Painéis de MDF constituiu uma etapa fundamental no processo de formação acadêmica, ao possibilitar a vivência concreta de situações que extrapolam os limites do campo teórico e projetual da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Inserido em um contexto produtivo real, o estágio proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a complexidade dos processos industriais, revelando os desafios técnicos, ambientais e operacionais que envolvem o reaproveitamento de resíduos na construção civil.

A proposta de desenvolvimento de pisos sustentáveis, utilizando a cinza de caldeira como agregado alternativo, evidenciou o potencial da ecoinovação como estratégia viável para a promoção da sustentabilidade industrial. A experiência permitiu o envolvimento direto em atividades de pesquisa aplicada, desde a coleta e caracterização do resíduo até a análise de desempenho do produto final, articulando conhecimentos técnicos com princípios da economia circular e da arquitetura sustentável. Essa abordagem reforça o papel do arquiteto como um profissional capaz de atuar de forma crítica e propositiva na mediação entre a produção e a preservação ambiental.

Os principais desafios enfrentados envolveram a adaptação dos traços de concreto, a variabilidade das características físico-químicas da cinza e a necessidade de controle dos parâmetros de produção, especialmente em relação à granulometria e ao teor de umidade. Como limitação, destaca-se o fato de que os testes permanecem em fase experimental, o que reforça a importância da continuidade das investigações, com a realização de novos ensaios que envolvam aditivos impermeabilizantes, avaliação de durabilidade e comportamento mecânico em condições reais de uso.

Além dos aspectos técnicos, o estágio também contribuiu para o desenvolvimento de competências interpessoais, como a capacidade de trabalhar em equipe, o diálogo interdisciplinar e a adaptação a contextos organizacionais diversos. A vivência reforçou a importância da formação integral do arquiteto, capaz de articular conhecimentos científicos, sensibilidade ambiental e visão estratégica na formulação de soluções inovadoras para os desafios contemporâneos da urbanização e da construção.

Portanto, conclui-se que a integração entre universidade e setor produtivo é essencial para a formação de profissionais mais preparados, engajados e conscientes de seu papel social. Recomenda-se que futuras experiências de estágio incentivem a interdisciplinaridade, a experimentação técnica e o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

(ODS), ampliando a capacidade de atuação do estudante diante das demandas complexas e urgentes do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

KONZEN, Bárbara A. D. V.; PEREIRA, Andrea F. Avaliação do ciclo de vida (ACV) em arquitetura: uma ferramenta para a sustentabilidade ambiental. *In:* A PRODUÇÃO DO HABITAR: PROJETO E TECNOLOGIAS. Fórum HABITAR 2019: Habitação e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte/MG, 8–11 out. 2019. Anais [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/43704 Acesso em: 17 jun. 2025.

LOZOVEY, Ana Carolina Reis; CAUDURO, Flávia; MULLER, Christiane Ribeiro. Destinação planejada e alternativa de reutilização de resíduos da construção civil. In: ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE EM PROJETO – ENSUS, 7., 2019, Florianópolis. *Anais*... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 40–48. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/244345/VOLUME-1-40-48.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

OLIVEIRA, Silvia Regina Siqueira Loureiro; SILVA, Victor Santos da. Sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica: caminhos à ecoinovação. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 14, n. 1, p. e233, 2023. DOI: 10.7213/revdireconsoc.v14i1.25834. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/25834. Acesso em: 17 jun. 2025.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ARQUITETURA E URBANISMO: REVITALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO FRANCISCANO DE CAÇADOR COMO EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Categoria: Estágio Curricular Supervisionado

Eduardo Augusto Alves[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – O estágio supervisionado é fundamental na formação profissional, integrando teoria e prática para desenvolver habilidades e reflexões críticas, preparando o estudante para os desafios da carreira e ajudando-o a construir sua identidade profissional. No Escritório Modelo da Uniarp, voltado para Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, vivenciou-se essa experiência por meio do projeto de revitalização do Antigo Seminário Franciscano em Caçador (SC), um patrimônio histórico abandonado. O projeto resgatou o valor arquitetônico e religioso do local, adaptando-o a novas funções, mantendo a estética original e incorporando acessibilidade e sustentabilidade. A iniciativa transformou o seminário em um espaço multifuncional, promovendo turismo, convívio comunitário e espiritualidade, além de reforçar a importância da preservação patrimonial como elemento de identidade cultural e desenvolvimento regional. A parceria entre universidade e comunidade, através do Escritório Modelo, destacou o papel social do arquiteto e a relevância da extensão universitária na formação crítica do estudante, aproximando-o das demandas reais da sociedade.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Revitalização; Acessibilidade; Sustentabilidade; Identidade Cultural

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um componente fundamental na formação profissional, configurando-se como uma atividade indispensável para a preparação dos futuros profissionais (Molinari; Scalabrin, 2013; Bernardy; Paz, 2012). Sua importância vai além de uma simples exigência acadêmica, pois representa uma oportunidade crucial para o crescimento pessoal e profissional do estudante, permitindo que ele una teoria e prática (Bernardy; Paz, 2012). Uma das principais finalidades do estágio é desenvolver no aluno não apenas a compreensão dos conceitos teóricos aprendidos na graduação, mas também sua aplicação em situações reais, além de estimular a reflexão sobre a prática profissional (Molinari; Scalabrin, 2013). Essa vivência é

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

essencial para que o futuro profissional esteja preparado para os desafios da carreira, devendo ocorrer ao longo de toda a formação acadêmica (Molinari; Scalabrin, 2013).

Ao colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, facilitando uma compreensão mais significativa dos conteúdos, pois o estudante consegue observar como a teoria se materializa no cotidiano profissional (Silva et al., 2024). Além disso, essa experiência permite o domínio de ferramentas teóricas e práticas essenciais para a futura atuação, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, posturas e atitudes necessárias à profissão (Bernardy; Paz, 2012). Outro aspecto relevante é que esses estágios confrontam o estudante com as responsabilidades e desafios do ambiente de trabalho, ampliando sua compreensão sobre a realidade profissional (Molinari; Scalabrin, 2013; Silva et al., 2024). Essa vivência ajuda o aluno a avaliar se sua escolha de carreira está alinhada com suas aptidões e expectativas (Bernardy; Paz, 2012).

Ele também marca o momento em que o estudante começa a se perceber como profissional, construindo sua identidade no campo de atuação e desenvolvendo suas próprias concepções sobre a profissão (Silva et al., 2024). A reflexão crítica sobre as práticas observadas e vivenciadas é um elemento central nesse processo (Corrêa, 2021). Diferente de outras modalidades de formação prática, o estágio supervisionado se destaca por sua abordagem integradora e crítica, evitando a dissociação entre teoria e prática (Molinari; Scalabrin, 2013). Ele não se limita à reprodução de modelos, mas incentiva a transformação das práticas profissionais por meio da reflexão e da inovação (Corrêa, 2021; Silva et al., 2024).

METODOLOGIA

A pesquisa descritiva conforme Guerra e Lunetta (2024) tem como objetivo analisar e descrever fenômenos, características e processos de uma determinada realidade. Conforme os mesmos autores, por meio da coleta de informações detalhadas, busca-se compreender os fatos e mecanismos envolvidos no objeto de estudo. Esse método é especialmente útil quando o pesquisador já possui um conhecimento prévio sólido sobre o tema em análise (Guerra; Lunetta, 2024).

O Escritório Modelo é um ambiente de aprendizagem prática para estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, simulando a rotina profissional. Nele, são desenvolvidos projetos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e de revitalização, atendendo demandas da universidade e da comunidade, com acompanhamento técnico para garantir conformidade com normas e projetos. A iniciativa combina ensino e extensão, promovendo trabalho colaborativo e formação crítica, com foco em soluções socialmente responsáveis e tecnicamente eficientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revitalização de espaços abandonados é fundamental para a preservação da memória coletiva e o desenvolvimento regional. Em Caçador (SC), o antigo Seminário Franciscano, patrimônio histórico construído entre 1954 e 1955, representa um caso emblemático. Após décadas de abandono e degradação, o local está prestes a ser recuperado por meio de um

projeto que não apenas resgata seu valor arquitetônico e religioso, mas também o reinsere na comunidade com novas funcionalidades, integrando passado e futuro.

O seminário, pertencente à Associação dos Franciscanos, teve seu auge até os anos 1980, mas foi abandonado devido ao declínio no interesse por vocações seminaristas, agravado por possíveis questões políticas e financeiras na década de 1990 (Seminário, 2020). Após seu fechamento, o local sofreu sucessivas ocupações e vandalismos. Nos anos 1990, foi utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como espaço de formação, fato amplamente divulgado pela mídia (Seminário, 2020). Com a desocupação no final da década, o prédio teve objetos removidos e parte de sua estrutura danificada.

Em 2000, um incêndio destruiu por completo a biblioteca, que abrigava um vasto acervo (Seminário, 2020). Desde então, o seminário permanece em estado de abandono, sujeito a pichações e depredações, embora ainda seja parcialmente utilizado por membros da comunidade e pela associação (Seminário, 2020). Atualmente em ruínas, o local continua a atrair visitantes, mantendo viva sua memória apesar das marcas de seu passado conturbado.

A proposta, iniciada e aprovada pelos padres de São Francisco de Sales, visa transformar o antigo seminário no Centro de Evangelização dos Missionários de São Francisco de Sales. O projeto arquitetônico e urbanístico, desenvolvido em parceria com o Escritório Modelo da Uniarp, insere a restauração da estrutura original do Seminário e da Capela Nossa Senhora das Dores, além de incrementar infraestruturas complementares ao local (Imprensa Uniarp, 2025).

O projeto ocupa uma área total de 50.815,42 m² e prioriza a harmonia entre o patrimônio histórico e as necessidades contemporâneas (Imprensa Uniarp, 2025). Durante sua elaboração, a comissão responsável sugeriu a ampliação do museu e a consulta à planta original para maior precisão, conforme destacado pelo padre Eldin Barnadu Singarayan (Imprensa Uniarp, 2025).

Para o prédio do seminário (Figura 01), mantivemos sua estrutura original, apenas adaptando seus usos. Nele estarão localizadas as áreas administrativas, os refeitórios, os espaços do museu e um grande auditório. Preservamos suas cores originais e não modificamos suas aberturas, exceto para garantir a acessibilidade do local.

Quanto à capela (Figura 01) a seguir, integramos suas cores às do antigo seminário, criando uma harmonia entre os dois edifícios. A principal alteração foi em seu interior, onde ampliamos a nave da igreja (A parte central e mais extensa do edifício, onde os fiéis se reúnem durante os serviços religiosos) e aumentamos a sacristia (área onde o padre se prepara para as celebrações). Além disso, incluímos um banheiro acessível ao público e uma rampa de acesso.

Figura 1 - Imagens do seminário e da capela.

Fonte: Autor (2025).

Os quiosques (Figura 02) foram projetados para manter a tradição do local. O campo de futebol, sempre muito utilizado para despedidas de solteiro, festas entre amigos e churrascos pós-jogo, além de sediar campeonatos nacionais classificatórios, inspirou a criação dos quiosques. Eles foram distribuídos em vários pontos do loteamento, preservando essa identidade. Todos foram trabalhados em madeira, seguindo características presentes nos demais prédios do projeto.

Figura 2 - Imagens do quiosque.

Fonte: Autor (2025).

Os chalés (Figura 03) a seguir, foram totalmente inspirados no seminário e na capela/igreja, mantendo a paleta de cores. A ideia dos vitrais da igreja foi incorporada em seu design. Eles funcionarão como espaços de hospedagem, podendo ser alugados por casais ou grupos de amigos para encontros e retiros. Cada chalé conta com um quarto suíte, uma cozinha integrada à sala e uma capela privativa (ou espaço de oração), permitindo que os hóspedes tenham um momento de reflexão espiritual com conforto e privacidade.

Figura 3 - Imagens do Chalé.

Fonte: Autor (2025).

Foram projetadas 236 vagas de estacionamento, dimensionadas para atender tanto a demanda do seminário quanto a do salão de festas. Os espaços foram estrategicamente distribuídos e integrados à vegetação, garantindo sombreamento natural e reduzindo o impacto visual e térmico. A arborização também contribui para um ambiente mais agradável e sustentável, alinhando-se à proposta de preservação da identidade do local.

A iniciativa não apenas preserva a história de Caçador, mas também cria um espaço multifuncional que estimula o turismo, o convívio comunitário e a espiritualidade. A integração entre universidade e sociedade, por meio de ações extensionistas, reforça o compromisso universitário com o desenvolvimento regional (Imprensa Uniarp, 2025). Assim, a revitalização do seminário simboliza um avanço para a cidade, transformando um marco de abandono em um legado de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no Escritório Modelo da Uniarp, especialmente no projeto de revitalização do Antigo Seminário Franciscano em Caçador (SC), foi uma experiência transformadora que consolidou a transição entre a formação acadêmica e a prática profissional. Além de aplicar conhecimentos teóricos, ele também permitiu desenvolver habilidades essenciais como planejamento, gestão de projetos e trabalho em equipe multidisciplinar. A intervenção no seminário destacou a importância da preservação patrimonial como elemento de identidade cultural, conciliando restauração com novas funcionalidades e reforçando o papel social do arquiteto na promoção de soluções acessíveis, sustentáveis e inovadoras.

A parceria entre universidade e comunidade, por meio do Escritório Modelo, evidenciou o valor das ações extensionistas na formação crítica do estudante, aproximando-o das demandas reais da sociedade. Os desafios técnicos e as reflexões sobre memória coletiva enriqueceram a compreensão da profissão, consolidando uma postura ética e comprometida com a transformação urbana. Mais do que uma exigência curricular, onde se mostrou um espaço de construção identitária, onde teoria e prática se unem para formar profissionais capazes de intervir no mundo com criatividade e sensibilidade. O legado do projeto vai além da revitalização do

patrimônio histórico, contribuindo para uma formação alinhada com as necessidades sociais e os desafios contemporâneos da Arquitetura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS

BERNARDY, Katieli; PAZ, Dirce Maria Teixeira. Importância do estágio supervisionado para a formação de professores. XVII Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Anais: Unicruz, p. 1-4, 2012. Disponível em: https://encurtador.com.br/10JFX. Acesso em: 17 out. 2025.

CORRÊA, Cintia Chung Marques. Formação de professores e o estágio supervisionado: tecendo diálogos, mediando a aprendizagem. Educação em Revista, v. 37, p. e29817, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/pjSCdw3yLypv6zYPN9qKhvL/?lang=pt. Acesso em: 17 out. 2025.

GUERRA, Rodrigues; LUNETTA, Avaetê de. Metodologias e classificação das pesquisas científicas. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, Jundiai/SP, v. 5, n. 8, p. e585584, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i8.5584. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5584. Acesso em: 17 out. 2025.

IMPRENSA UNIARP. Caçador Online, Caçador/SC, 2025. Escritório Modelo apresenta projetos de revitalização do seminário. Disponível em: https://encurtador.com.br/NI1Q0. Acesso em: 17 out. 2025

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. Revista unar, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013. Disponível em: https://encurtador.com.br/EwiPo. Acesso em: 17 out. 2025.

SEMINÁRIO Franciscano de Caçador Assombrado?. [*s.l.*]: [*s.n.*]. 1 vídeo (43 min). 2020. Publicado pelo canal Caça Fantasmas Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YtbxSUz8WgM. Acesso em: 17 out. 2025.

SILVA, Meiriluce Assunção *et al*. IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE LICENCIANDOS. 2024. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9210. Acesso em: 17 out. 2025.

REFORMA DO ANTIGO SEMINÁRIO SÃO FRANCISCO DE SALES, CAÇADOR (SC) COM FOCO NA ACESSIBILIDADE

Categoria: Relato Estágio

Felipe Pontes de Lima Morais[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo - O direito à acessibilidade, garantido pela Constituição Federal de 1988, ainda encontra barreiras que limitam a plena inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo apresentar o projeto de revitalização do antigo Seminário de Caçador, desenvolvido pelo Escritório Modelo da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), que busca tornar o edifício acessível e funcional para todos os usuários, especialmente pessoas idosas e cadeirantes. A metodologia utilizada baseou-se em levantamentos in loco, com medições e registros fotográficos, além de pesquisa bibliográfica em artigos, teses e dissertações sobre acessibilidade, mobilidade e inclusão. Os resultados evidenciam os desafios de adaptar uma edificação histórica às normas técnicas vigentes, como a NBR 9050:2020, respeitando simultaneamente a identidade arquitetônica original e as restrições orçamentárias do projeto. Entre as principais soluções adotadas estão a construção de uma rampa de acesso frontal, a implantação de pavimentos térreos sem desníveis, o uso de uma passarela conectada ao prédio de apartamentos com elevador e intervenções pontuais que integram modernidade e preservação. O estudo demonstra que, embora a adequação de edifícios antigos apresente limitações técnicas e custos elevados, é possível desenvolver soluções criativas e acessíveis que assegurem o direito de todos à mobilidade e à convivência social. Conclui-se que o projeto reafirma o papel da arquitetura como instrumento de inclusão e cidadania, conciliando acessibilidade, preservação patrimonial e valorização dos espaços coletivos.

Palavra-chave: Acessibilidade. Mobilidade. Pessoas Idosas.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), todos têm direito à igualdade de condições e à livre locomoção. No entanto, esse direito nem sempre se concretiza para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A reforma do antigo seminário da cidade de Caçador teve como um de seus principais objetivos tornar o espaço acessível a todos, especialmente a pessoas idosas e cadeirantes, que enfrentam desafios diários em diversos ambientes.

Embora a acessibilidade esteja prevista em leis e normas técnicas brasileiras, ainda é comum encontrar espaços públicos e privados com barreiras que limitam a mobilidade e excluem uma parcela significativa da população. Essas barreiras, sejam físico-espaciais ou atitudinais, comprometem o direito de participação social plena, afastando as pessoas da convivência comunitária e do acesso a espaços de lazer, como enfatiza a NBR 9050 (ABNT, 2020).

A acessibilidade, portanto, não é apenas uma questão técnica, mas um compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), ambientes acessíveis promovem a participação, a autonomia e a dignidade, fortalecendo o papel dos espaços públicos como locais de convivência democrática (Magnoli, 2006).

Ao reformar o Antigo Seminário, o Escritório Modelo da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) sempre manteve a visão de que o projeto deveria priorizar a acessibilidade e a mobilidade de todos os usuários. Buscou-se não apenas adaptar a edificação, mas transformar o espaço em um ambiente mais justo, funcional e acolhedor. Atualmente, o edifício possui três andares sem rampas de acesso ou elevadores, e a topografia em aclive exige grande esforço físico para alcançar a entrada principal. O projeto, portanto, alinhou-se aos princípios da inclusão social.

METODOLOGIA

Foram realizadas coletas de dados in loco, incluindo medições e fotografias, para análise e posterior elaboração de sugestões de projeto. Pesquisas bibliográficas em artigos, teses e dissertações realizadas em plataformas online, utilizando os descritores "acessibilidade, pessoas idosas e mobilidade". Foram selecionados quatro trabalhos relevantes para o tema do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de elaboração do projeto de revitalização teve início em abril de 2024, por iniciativa do Padre José Devasahayam Saviour Pitchai, que procurou o Escritório Modelo da UNIARP. A partir disso, foram realizadas diversas reuniões para compreender o uso atual do espaço e definir adaptações adequadas. Um dos principais desafios foi planejar a acessibilidade em um edifício antigo, com limitações estruturais significativas.

No Brasil, a luta das pessoas com deficiência por inclusão e acessibilidade ganhou força no final da década de 1970, consolidando-se nos anos 1980, em paralelo a outras mobilizações sociais durante o período da abertura política e na Assembleia Nacional Constituinte. Como resultado, iniciou-se um avanço importante na garantia de acesso ao espaço urbano e construído para pessoas com deficiência.

Embora a Constituição Federal de 1988 não dedique um capítulo exclusivo às pessoas com deficiência, seus direitos estão assegurados em diversos trechos. O artigo 227, § 2º, por exemplo, trata da necessidade de normatizar edificações para atender adequadamente essa população,

enquanto o artigo 244 representa um marco inicial na exigência de adaptações em logradouros e edifícios públicos (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, surgiram iniciativas mais estruturadas, como o Projeto Cidade para Todos, do Programa de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais (1992), lançado pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Esse programa apoiou diversos projetos municipais voltados à promoção da acessibilidade urbana (Santiago, 2005). Apesar desses avanços, ainda não havia instrumentos legais que tornassem obrigatória a acessibilidade nas edificações e espaços urbanos.

Para o acesso principal ao Antigo Seminário, optou-se pela construção de uma rampa localizada na fachada frontal, finalizando diretamente na área do museu no pavimento térreo. Essa solução visa oferecer uma alternativa eficiente à escada, especialmente para pessoas que necessitam de caminhos acessíveis e sem desníveis.

O térreo também abriga diversos ambientes funcionais, como recepção, salas de apoio, refeitório, cozinha, vestiários, áreas técnicas e banheiros. Todo esse pavimento foi projetado em um único nível, sem degraus ou barreiras físicas, facilitando a circulação de todos os usuários. Para reduzir os custos da obra, uma das principais preocupações da Igreja, decidiu-se que o acesso ao pavimento superior seria feito apenas pela passarela conectada ao prédio de apartamentos, sem a inclusão de elevador ou plataforma elevatória no corpo principal do edifício.

A área superior do Seminário abriga ambientes como auditórios, salas de reunião, um espaço de convivência destinado a lanches ou pausas entre apresentações, além de banheiros femininos, masculinos e acessíveis para pessoas com deficiência. Buscando respeitar a identidade histórica do edifício, a proposta de revitalização preservou integralmente elementos originais como as janelas, aberturas e as paredes estruturais internas. O acesso a essa parte superior, como mostra a Figura 1 a seguir, se dá por meio de uma passarela lateral conectada diretamente ao prédio de apartamentos. Essa passarela conduz os usuários ao espaço de convivência do pavimento superior, sendo acessível por elevador instalado nesse mesmo prédio.

Figura 1 Mostra o layout do Antigo Seminário

Figura 2. (A) Planta baixa térreo. (B) Planta pavimento superior.

As edificações de uso privado multifamiliar, bem como as construções, ampliações ou reformas de espaços de uso coletivo, devem obrigatoriamente seguir os princípios da acessibilidade. Isso inclui garantir a conexão entre todas as áreas comuns ou abertas ao público, de acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT (BRASIL, 2004). Nesse contexto, a NBR 9050:2020 reforça a obrigatoriedade do cumprimento dessas diretrizes. Segundo a norma, para que um ambiente seja considerado acessível, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos projetados, construídos, instalados ou reformados devem estar em conformidade com os critérios nela estabelecidos (ABNT, 2020). Como desejávamos preservar ao máximo as características originais da construção, optamos por intervenções pontuais. No espaço ilustrado na Figura 2, foi adicionada apenas uma estrutura metálica fixada ao teto com fitas de LED, promovendo uma iluminação sutil que combina o charme do ambiente antigo com toques de modernidade. A disposição interna das mesas também foi planejada com cuidado, de modo que qualquer pessoa possa escolher livremente onde se sentar, garantindo conforto e promovendo um ambiente acolhedor para refeições e conversas.

Muitas edificações antigas apresentam limitações técnicas que exigem estudos específicos para que seja possível atender às normas e legislações vigentes, sem comprometer a

funcionalidade ou a estabilidade da construção. Além dos desafios técnicos, as restrições orçamentárias também representam um obstáculo frequente nas obras de adaptação. Sobre essa questão, Ferreira (2008) destaca que imóveis antigos, originalmente construídos sem qualquer preocupação com acessibilidade, tendem a enfrentar maiores dificuldades para se adequar. Segundo o autor, "o que se verifica na prática é que alguns imóveis antigos, construídos sem qualquer planejamento de acessibilidade, encontrarão maiores dificuldades para a sua adaptação e apresentarão um custo mais elevado na reforma para garantir tal direito. Isto porque o imóvel inicialmente construído com os critérios de acessibilidade tem um custo inferior daquele que necessita sofrer adaptações para garantir a acessibilidade" (Ferreira, 2008).

Figura 2. Imagens renderizadas do projeto.

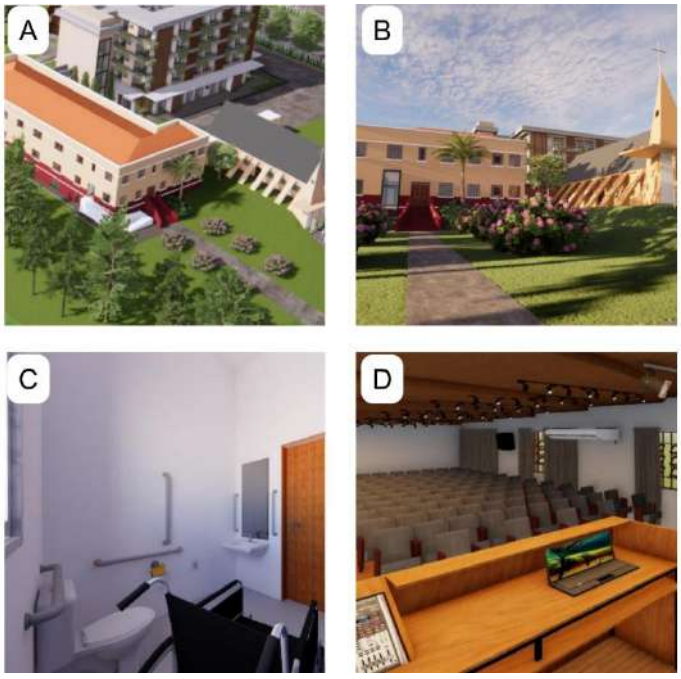


Figura 2. (A) Vista superior de toda a reforma do antigo seminário. (B) Vista frontal da fachada. (C) Imagem interna do banheiro demonstrando acessibilidade. (D) Imagem interna do auditório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que é impossível desenvolver um projeto sem antes compreender profundamente seu uso e o público ao qual ele se destina. Nesse sentido, a acessibilidade se estabelece como um dos pilares centrais deste projeto de revitalização. Nosso objetivo é garantir que todas as pessoas tenham acesso e possam usufruir plenamente de todo o complexo planejado. Além da revitalização, o Escritório Modelo também elaborou projetos para novas edificações, como o prédio de apartamentos, chalés, ginásio, quiosques e a restauração da Igreja de São Francisco de Sales. Cada um desses espaços foi concebido com foco na inclusão, buscando assegurar que a acessibilidade seja um princípio presente em todas as etapas e em todos os ambientes que futuramente receberão os usuários. Imagens a seguir mostrarão mais ideias do projeto de revitalização.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

FERREIRA, M. A. Acessibilidade e patrimônio: desafios na adaptação de edificações históricas. São Paulo: Pini, 2008.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaços livres e cidade. São Paulo: Edusp, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: Organização Mundial da Saúde; Banco Mundial, 2012.

SANTIAGO, Mara Regina. Programa de eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais: cidade para todos. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 2005.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM ARQUITETURA E URBANISMO: REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA E APLICAÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL NO CENTRO DE APOIO AO SUCESSO ACADÊMICO (CASA)

Categoria: Relato de Experiência – Estágio Supervisionado

Milene de Araújo[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – Este relato descreve a experiência desenvolvida durante o estágio supervisionado no Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. A atividade teve como objetivo principal a requalificação do espaço da antiga brinquedoteca universitária, destinada à implantação do Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA), seguindo os princípios do Desenho Universal e as diretrizes da NBR 9050:2020. O processo envolveu levantamento físico, diagnóstico técnico e elaboração de proposta projetual voltada à acessibilidade, conforto e inclusão. O estágio possibilitou compreender, de forma prática, como as decisões arquitetônicas interferem na experiência dos usuários e na qualidade dos espaços institucionais. Os resultados demonstraram que a aplicação dos princípios de acessibilidade contribui para a criação de ambientes mais equitativos e acolhedores, reforçando o papel social do arquiteto na promoção da permanência estudantil e da inclusão universitária.

Palavras-chave: acessibilidade; estágio supervisionado; desenho universal; arquitetura inclusiva; permanência estudantil.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui uma etapa fundamental na formação em Arquitetura e Urbanismo, pois permite a articulação entre a teoria aprendida em sala de aula e a prática profissional. Durante essa vivência, o estudante compreende o impacto das decisões projetuais na qualidade de vida das pessoas e na construção de espaços mais justos e inclusivos.

No âmbito do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP, o estágio teve como principal desafio a requalificação do espaço da antiga brinquedoteca universitária, adaptando-o para receber o Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA). O projeto buscou transformar um ambiente subutilizado em um espaço acessível, acolhedor e funcional, destinado ao atendimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes.

[1] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A proposta foi guiada pelos princípios do Desenho Universal, definidos por Cambiaghi (2007) como um conjunto de diretrizes que visam criar ambientes capazes de atender ao maior número possível de pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Essa abordagem foi complementada pela NBR 9050:2020, que estabelece parâmetros técnicos de acessibilidade, e pelos estudos de Dischinger et al. (2012) e Steinfeld e Maisel (2012), que reforçam a importância de considerar a diversidade humana como parte essencial do processo projetual.

Assim, o estágio representou uma oportunidade de aplicar conhecimentos técnicos e desenvolver uma postura ética e sensível diante da diversidade dos usuários, reafirmando o papel do arquiteto como agente de inclusão social. O presente relato apresenta as etapas e os resultados dessa experiência, evidenciando a contribuição do projeto para a promoção da acessibilidade e da permanência estudantil na universidade.

METODOLOGIA

A elaboração deste relato seguiu abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada na vivência prática do estágio supervisionado em Arquitetura e Urbanismo. A escrita foi desenvolvida a partir de registros realizados durante o processo de requalificação — anotações de campo, fotografias, plantas e relatórios técnicos — sistematizados e interpretados sob a ótica dos princípios do Desenho Universal e das diretrizes da NBR 9050:2020.

O estágio foi realizado entre agosto e outubro de 2025, sob orientação docente e supervisão do Escritório Modelo da UNIARP. A experiência incluiu as etapas de levantamento físico, diagnóstico das condições espaciais e elaboração de proposta arquitetônica para adaptação do espaço da antiga brinquedoteca em Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA).

Para a organização deste trabalho, os dados obtidos durante o processo projetual foram analisados à luz de autores que abordam a relação entre acessibilidade e prática arquitetônica (Cambiaghi, 2007; Dischinger et al., 2012; Steinfeld e Maisel, 2012), buscando compreender de que modo o estágio contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas e éticas relacionadas ao papel social do arquiteto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da metodologia adotada no estágio supervisionado possibilitou transformar a antiga brinquedoteca universitária em um espaço acessível, funcional e acolhedor, destinado à implantação do Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA). O processo, desenvolvido no âmbito do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP, envolveu desde o levantamento físico e diagnóstico técnico até a elaboração da proposta projetual, sempre orientado pelos princípios do Desenho Universal e pelas diretrizes da NBR 9050:2020.

O levantamento físico detalhado, representado na Figura 1, foi fundamental para identificar as condições espaciais pré-existentes. Nessa etapa, registraram-se medidas de pisos, paredes e aberturas, além de fotografias que evidenciaram desníveis de piso, ausência de

sinalização tátil e contrastes visuais insuficientes. Esses elementos configuravam barreiras significativas à mobilidade e à autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Figuras 1. Levantamento fotográfico do ambiente antes da requalificação

Fonte: Acervo pessoal (2025).

Conforme destaca Cambiaghi (2007), o primeiro passo para um projeto acessível é compreender o espaço real e suas limitações, de modo que as soluções sejam integradas desde o início do processo de concepção, e não como correções pontuais. Essa compreensão norteou as decisões projetuais posteriores, que buscaram integrar acessibilidade, conforto e estética.

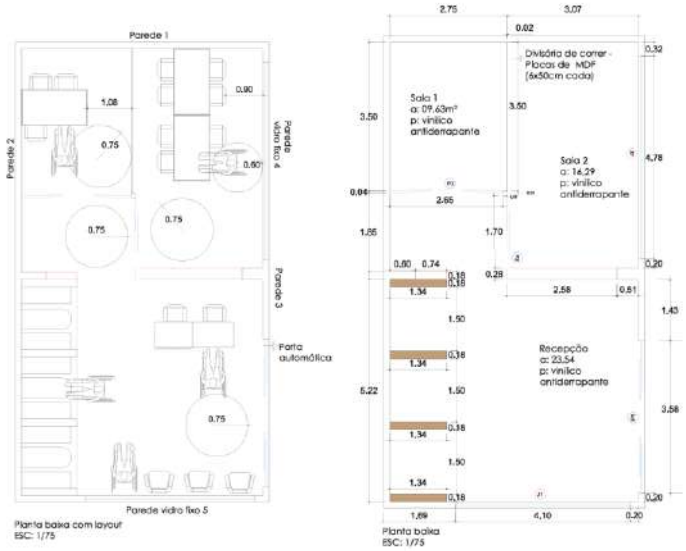
A partir da análise técnica e funcional, foram propostas soluções arquitetônicas que reorganizaram fluxos e percursos internos, eliminando obstáculos e garantindo circulação contínua e segura. As áreas de transição foram niveladas e os corredores ampliados, assegurando a largura mínima necessária para o trânsito de cadeiras de rodas e mantendo percursos desobstruídos.

A Figura 2 apresenta a planta baixa com layout acessível, na qual se observam os raios de manobra para cadeirantes e a setorização dos ambientes de forma clara e intuitiva. Essa estratégia atende ao princípio de "uso equitativo" descrito por Steinfeld e Maisel (2012), segundo o qual o ambiente deve possibilitar o mesmo grau de conforto e segurança a todos os usuários, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas.

A Figura 3 ilustra a planta com detalhamento das áreas de atendimento e permanência, destacando o cuidado na distribuição dos espaços coletivos e individuais. O ambiente resultante apresenta circulação fluida, iluminação adequada e mobiliário acessível, favorecendo o acolhimento e a permanência estudantil.

Como argumentam Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), a acessibilidade deve ser compreendida como um atributo essencial da qualidade arquitetônica, e não como um acréscimo posterior ao projeto. Essa compreensão foi incorporada à proposta, que tratou a acessibilidade como condição intrínseca da concepção espacial, articulando funcionalidade, estética e inclusão.

Figuras 2 e 3. Planta baixa com layout e medidas acessíveis



Fonte: Escritório Modelo UNIARP (2025)

O processo de desenvolvimento contou ainda com momentos de revisão coletiva e validação junto à equipe docente e técnica, reforçando a dimensão interdisciplinar e colaborativa do estágio. Essas discussões permitiram aprimorar o detalhamento técnico e fortalecer a consciência ética e social sobre o papel do arquiteto na promoção da equidade. O trabalho refletiu, assim, o princípio de integração social do Desenho Universal, que busca eliminar barreiras físicas e simbólicas no ambiente construído, conforme apontam Steinfeld e Maisel (2012).

Em síntese, os resultados demonstram que a requalificação arquitetônica do CASA consolidou um espaço acessível e inclusivo, alinhado às normas técnicas e aos valores humanistas da arquitetura. O projeto conciliou funcionalidade, conforto e sensibilidade, tornando-se um exemplo de como a aplicação dos princípios do Desenho Universal pode qualificar os ambientes institucionais e fortalecer as políticas de permanência estudantil e inclusão. Essa experiência reafirma a relevância do estágio supervisionado como oportunidade de formação crítica, técnica e social, capaz de transformar o aprendizado em prática concreta e comprometida com o bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP foi uma etapa decisiva na formação profissional, possibilitando aplicar conhecimentos técnicos e éticos na requalificação da antiga brinquedoteca, transformada em Centro de Apoio ao Sucesso Acadêmico (CASA). A experiência demonstrou que a acessibilidade e o Desenho Universal são elementos essenciais na criação de espaços que promovem inclusão, autonomia e pertencimento.

A vivência prática confirmou que projetar para todos significa compreender a diversidade humana como valor central da arquitetura. Conforme Cambiaghi (2007) e Dischinger et al. (2012),

a acessibilidade deve estar presente desde a concepção do projeto, integrando estética, funcionalidade e responsabilidade social. Nesse sentido, cada decisão adotada no CASA — da circulação ao mobiliário — refletiu o compromisso com o uso equitativo e seguro do ambiente.

Inspirado em Steinfeld e Maisel (2012), o projeto reforçou que o Desenho Universal vai além da técnica: é um processo contínuo de aprimoramento da experiência espacial e de respeito às diferenças. Assim, o estágio consolidou habilidades projetuais e críticas, reafirmando o papel do arquiteto como agente de transformação social na construção de ambientes mais inclusivos e acolhedores.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Senac, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/44289105/Desenho_Universal_Métodos_e_Técnicas_para_Arquitetos_e_Urbanistas. Acesso em: 22 out. 2025.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia. **Acessibilidade e Desenho Universal: caminhos da inclusão.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/acessibilidade/wp-content/uploads/2017/11/Acessibilidade-e-Desenho-Universal.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

STEINFELD, Edward; MAISEL, Jordana. ***Universal Design: Creating Inclusive Environments***. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. Disponível em: https://content.e-bookshelf.de/media/reading/L-592705-5ce358b130.pdf. Acesso em: 22 out 2025.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO TÉCNICA EM SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO: RELATO DE ESTÁGIO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Categoria: Práticas de Estágio

Eliandra Mozara Menez[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – O trabalho apresenta um relato de experiência do estágio obrigatório realizado no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com foco na importância da atuação técnica em segurança contra incêndio para a formação do arquiteto e urbanista. A partir da vivência em vistorias técnicas, atendimento a protocolos e orientação a profissionais e comunidade, foram aprofundados conhecimentos sobre a legislação vigente, normas técnicas da ABNT e às Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros, que regulam a prevenção e segurança contra incêndio e pânico. A pesquisa destaca a relevância da integração interdisciplinar entre Arquitetura, Engenharia e Segurança Pública para assegurar projetos arquitetônicos seguros e em conformidade legal. O relato evidencia a necessidade de aproximação entre teoria e prática na formação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e legais fundamentais à atuação profissional na área.

Palavras-chave: prevenção e proteção; Instruções Normativas; Vistorias técnicas.

INTRODUÇÃO

A segurança contra incêndio é um aspecto fundamental na concepção, aprovação e execução de projetos arquitetônicos, estando regulamentada por normas técnicas que visam assegurar a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente (CBMSC, 2025). Uma das principais é a ABNT NBR 9077:2001 – Saídas de emergência em edifícios, que estabelece os requisitos mínimos para o dimensionamento, localização e sinalização das rotas de fuga em edificações. Esta norma estabelece requisitos para garantir uma evacuação rápida, segura e eficiente em situações de emergência, visando reduzir riscos de acidentes e fatalidades, entre as exigências estão: largura mínima das portas, resistência ao fogo dos materiais, sinalização adequada e iluminação de emergência nas rotas de fuga. (ABNT, 2001).

Outra norma importante é a ABNT NBR 14276:2016, que estabelece os critérios para a formação, capacitação, dimensionamento e atuação das brigadas de incêndio em edificações, especialmente de grande porte. A norma orienta sobre a seleção e o treinamento de brigadistas para atuar na prevenção e combate a princípios de incêndio, evacuação de pessoas e atendimento a vítimas, com o objetivo de garantir uma resposta rápida a emergências, promovendo a segurança dos ocupantes e a proteção do patrimônio (ABNT, 2016). Ambas as

[1]Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

normas são instrumentos fundamentais na elaboração e na fiscalização de projetos arquitetônicos, sendo indispensáveis para a aprovação junto aos órgãos competentes, como o Corpo de Bombeiros Militar.

No Estado de Santa Catarina, a atuação do Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC) no âmbito da segurança contra incêndio é regulamentada principalmente por dois instrumentos legais: a Lei Estadual nº 16.157/2013 e o Decreto nº 1.908/2022. A Lei Estadual nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, dispõe sobre a prevenção e proteção contra incêndios em edificações e áreas de risco, ela estabelece que todas as edificações devem possuir medidas de segurança contra incêndio compatíveis com a sua ocupação e risco, definindo as responsabilidades dos proprietários, ocupantes e do Poder Público, além disso, a lei delega ao Corpo de Bombeiros Militar a competência para estabelecer normas técnicas complementares, realizar análises de projetos e efetuar as vistorias necessárias à concessão de certificados e autorizações (Santa Catarina, 2013).

Em complementação à lei, foi publicado o Decreto nº 1.908, de 16 de fevereiro de 2022, que regulamenta a forma de aplicação das medidas de segurança contra incêndio e pânico no Estado. O decreto disciplina os procedimentos administrativos para análise, aprovação e fiscalização dos sistemas preventivos, bem como define as condições para emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e do Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros, o decreto também reforça a necessidade de observância às Instruções Normativas publicadas pelo CBMSC, que atualizam continuamente os requisitos técnicos conforme a evolução das normas brasileiras e internacionais de segurança contra incêndio (Santa Catarina, 2022).

Dado o exposto, o estágio obrigatório realizado no CBMSC possibilitou a vivência prática das atividades relacionadas à segurança contra incêndio, incluindo vistorias técnicas e o atendimento ao protocolo, com o objetivo de orientar arquitetos, engenheiros e a comunidade na adequação às normas vigentes. Essa experiência permitiu aprofundar o conhecimento sobre as legislações, normas técnicas e as Instruções Normativas aplicáveis, bem como evidenciar a importância da atuação interdisciplinar entre profissionais de Arquitetura, Engenharia e Segurança Pública.

A problematização deste relato reside na necessidade de aproximar a formação acadêmica da realidade prática da segurança contra incêndio, superando a visão meramente projetual e reconhecendo o papel técnico e normativo do arquiteto nesse campo.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas durante o estágio, destacando as competências adquiridas e a contribuição dessa experiência para a formação profissional em Arquitetura e Urbanismo. A relevância social e acadêmica desta experiência está associada ao fortalecimento da capacidade do arquiteto em garantir projetos que atendam aos requisitos de segurança, protegendo vidas e promovendo ambientes construídos para além da estética.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado no CBMSC durante o período de 1º de abril a 7 de maio de 2025, com carga horária total de 120 horas. As atividades ocorreram de forma presencial, sob supervisão direta de profissionais experientes da instituição.

A metodologia adotada no estágio baseou-se na vivência prática das rotinas relacionadas à segurança contra incêndio, incluindo a participação em vistorias técnicas, acompanhamento de protocolos administrativos e orientação a arquitetos, engenheiros e comunidade sobre a adequação das edificações às normas vigentes. As atividades envolveram inspeções in loco, análise documental, interpretação de projetos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) e aplicação das normas técnicas da ABNT, bem como das Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. O processo também incluiu reuniões e orientações técnicas com profissionais das áreas envolvidas, favorecendo o trabalho interdisciplinar e a troca de conhecimento.

Essa abordagem prática permitiu a integração entre o conhecimento teórico adquirido na graduação e sua aplicação direta em situações reais, além de desenvolver competências técnicas, éticas e comunicativas essenciais para a atuação do arquiteto e urbanista na área de segurança contra incêndio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

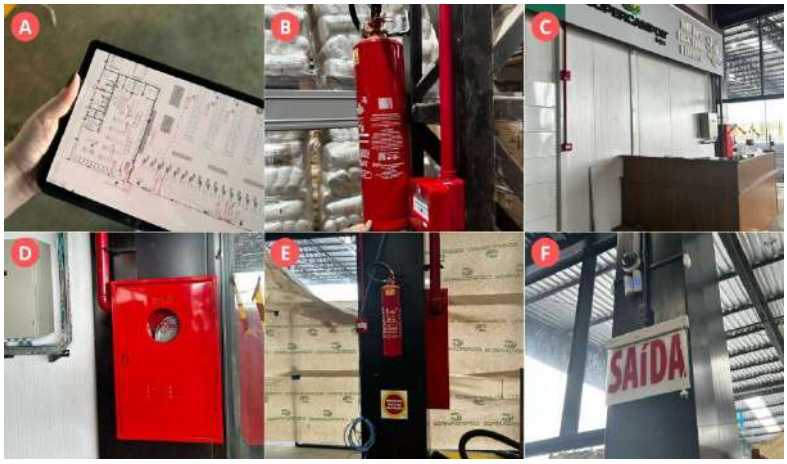
O estágio proporcionou uma vivência prática fundamental para a formação como arquiteta e urbanista. As atividades estiveram focadas no acompanhamento de processos relacionados à fiscalização, análise e aprovação de edificações, possibilitando o contato direto com procedimentos normativos que assegurem a segurança das edificações e de seus ocupantes. Essa experiência permitiu compreender, na prática, a aplicação das normas técnicas, o funcionamento dos sistemas de proteção e a importância da conformidade legal na concepção e execução de projetos arquitetônicos e a importância de um Responsável técnico qualificado.

Durante o estágio, foram desenvolvidas diversas atividades práticas. Entre elas, destaca-se a participação em vistorias técnicas realizadas em edificações, com o objetivo de verificar a conformidade das instalações de segurança com os projetos previamente aprovados. Nessas inspeções, foram analisados elementos essenciais como as rotas de fuga e saídas de emergência, a presença e correta instalação de sistemas de iluminação de emergência, extintores, hidrantes, alarmes e demais dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente.

A visita técnica realizada ao Copercampos Atacadista teve como objetivo principal a vistoria das instalações para a emissão do Atestado de Edificação em Regularização, documento que permite à edificação continuar operando, desde que os sistemas vitais de segurança contra incêndio estejam devidamente instalados. Durante a vistoria, foram avaliados os sistemas presentes na edificação, verificando sua conformidade com o PPCI previamente aprovado, conforme as exigências das IN do CBMSC Além disso, foram identificados sistemas faltantes, elaboradas anotações técnicas para a futura emissão de Autos de Fiscalização (AF) e realizados registros fotográficos que servem como comprovação documental e suporte para o relatório técnico. A participação direta nesse processo permitiu compreender a relevância do Atestado de

Edificação em Regularização, como instrumento que viabiliza a regularização das edificações, assegurando a continuidade das operações empresariais de forma segura e em conformidade com a legislação vigente.

Imagem 1: A) Projeto preventivo; B) Extintor e alarme de incêndio; C) Alarme e Sistema Hidráulico preventivo (SHP); D) Sistema Hidráulico preventivo (SHP); E) Extintor; F) Placa de saída.



Fonte: Autores (2025).

Outra visita técnica relevante, foi ao galpão da empresa Prevemax, destinado exclusivamente ao armazenamento, foi uma das principais experiências práticas do estágio no Corpo de Bombeiros Militar. O objetivo foi verificar a conformidade do sistema de segurança e prevenção contra incêndio com o Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) previamente aprovado, assegurando a correta implementação das medidas projetadas. Durante a inspeção, foram analisados diversos elementos essenciais conforme as Instruções Normativas (IN) do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e as normas da ABNT, como a adequação das saídas de emergência (NBR 9077:2001), o sistema de iluminação de emergência, a correta instalação e sinalização dos extintores, bem como os sistemas hidráulicos preventivos, incluindo hidrantes e alarmes.

Essa experiência permitiu uma compreensão prática da aplicação das exigências normativas, destacando a importância da fiscalização para garantir a segurança em edificações com grandes cargas de incêndio. Além disso, evidenciou a necessidade do trabalho interdisciplinar entre arquitetos, engenheiros e profissionais de segurança, reforçando o papel do arquiteto na correta interpretação e implementação dos projetos técnicos. A participação ativa na vistoria contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências em análise técnica, leitura de projetos e avaliação crítica, aspectos indispensáveis para a atuação profissional na área de segurança contra incêndio.

Imagem 2: A) Conferindo largura de passagem; B) Bombeiros vistoriando; C) Bombeiro conferindo sistema; D) Sistema Hidráulico Preventivo; E) conferência saídas de emergência; F) saídas de emergência.

Fonte: Autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no estágio junto ao Corpo de Bombeiros Militar proporcionou um contato direto com a prática da fiscalização e análise de Projetos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), permitindo consolidar conhecimentos teóricos e desenvolver competências essenciais para a atuação profissional. As atividades realizadas, especialmente as visitas técnicas e as análises de conformidade, reforçaram a importância da aplicação rigorosa das normas técnicas e da legislação vigente como instrumentos indispensáveis para garantir a segurança das edificações e de seus usuários.

A atuação do arquiteto e urbanista vai além do aspecto estético: é também técnica, funcional e social. O profissional da arquitetura é responsável por elaborar projetos que não apenas valorizem a forma e a linguagem visual, mas que garantam funcionalidade, segurança e bem-estar aos usuários. Nesse sentido, o domínio das questões relacionadas à segurança contra incêndio amplia a responsabilidade social do arquiteto e valoriza sua atuação junto a equipes multidisciplinares na construção de cidades mais seguras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14276: brigada de incêndio – requisitos. Rio de Janeiro, 2016. NBR 9077:2001

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: saídas de emergência em edifícios – requisitos. Rio de Janeiro, 2001.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. Missão, visão e valores. Disponível em: https://www.cbm.sc.gov.br/index.php/sobre-o-cbmsc/missao-visao-e-valores. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTA CATARINA. Lei n. 16.157, de 20 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado de Santa Catarina.** Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 20 dez. 2013.

SANTA CATARINA. Decreto n. 1.908, de 28 de dezembro de 2022. Regulamenta a Lei n. 16.157, de 2013. **Dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Estado de Santa Catarina.** Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 28 dez. 2022.'

ARQUITETURA, VIVÊNCIA E PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA CONCEPÇÃO PROJETUAL E REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO SEMINÁRIO DE CAÇADOR-SC

Categoria: Práticas de Estágio

Thainá Scheffemacher Ribeiro[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – Este relato apresenta a experiência de estágio supervisionado no Escritório Modelo da UNIARP, com foco na revitalização do antigo seminário de Caçador/SC. O objetivo foi desenvolver o projeto do bloco de apartamentos e interiores, atendendo à demanda de hospedagem para padres e seminaristas. A metodologia envolveu levantamento de dados, elaboração projetual e acompanhamento colaborativo com supervisão docente. Como resultado, foram desenvolvidas soluções funcionais integradas ao contexto patrimonial. A experiência demonstrou contribuição significativa para a formação profissional, apesar das limitações de tempo, sendo recomendável o acompanhamento futuro da execução e o aprofundamento técnico do projeto.

Palavras-chave: experiência; práticas de estágio; patrimônio; ensino; revitalização.

INTRODUÇÃO

O ensino em arquitetura e urbanismo sempre envolveu diversos aspectos e competências para a elaboração de projetos e percepções sociais. As práticas arquitetônicas enquanto experiência são desafiadoras, e o papel do estágio na função de esclarecimento e experiência dessas teorias e conceitos na elaboração de projetos se encontram de forma imprescindível na formação de futuros profissionais da área e na criação da identidade individual.

Assim, o estágio supervisionado constitui-se como um espaço formativo essencial para a aprendizagem e para a construção da identidade profissional. Nesse contexto, é compreendido como um campo de conhecimento que demanda reconhecimento epistemológico próprio, intrinsecamente vinculado à prática. Nessa perspectiva, o estágio configura-se como práxis, caracterizando-se por uma postura investigativa que articula reflexão e intervenção sobre questões educacionais (Gaspar; Silva, 2018).

Na educação arquitetônica, a inserção em escritórios de projeto e contextos de patrimonialização permite ao estudante vivenciar o processo de tomada de decisão, o diálogo com o patrimônio e a integração entre projeto, sustentabilidade, respeito cultural e contexto

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

urbano (Sales, 2024). Cabe destacar também a experiência como um meio de fortalecer a relação entre teoria e prática, estimulando a autonomia, a reflexão crítica e a convivência com dimensões culturais e sociais do espaço construído (Loureiro; Muniz, 2018).

O presente relato tem como objetivo apresentar a experiência prática vivenciada durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP, realizado junto ao Escritório Modelo da instituição, e os resultados projetuais obtidos nesse processo. O estágio ocorreu no período de fevereiro e maio de 2025 quando foi iniciado o desenvolvimento de um projeto de revitalização do antigo seminário da cidade de Caçador/SC, edificação de valor histórico e simbólico para o município.

O projeto relatado se conecta com a arquitetura patrimonial e a memória coletiva, onde de acordo com Bilsel (2017), a memória coletiva é um processo socialmente construído que permanece no tempo ao se ancorar em espaços arquitetônicos e urbanos. Esses lugares — como edifícios, monumentos e paisagens — funcionam como "quadros de memória", facilitando a lembrança e moldando a forma como os grupos se percebem e reconstroem sua história no presente.

Segundo Franzen, Oliveira e Reichert (2018), o patrimônio edificado atua como mediador simbólico entre o espaço físico e a memória coletiva, desempenhando papel fundamental na construção da identidade cultural de uma comunidade. Por meio da preservação e ressignificação dos bens materiais, é possível fortalecer os vínculos afetivos e históricos entre as pessoas e o território que habitam.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado junto ao Escritório Modelo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A atividade teve como foco a participação na elaboração do projeto de revitalização do antigo seminário localizado no município de Caçador/SC, a partir de uma solicitação direta dos padres Eldin Singarayan e José Devasahayam.

O projeto consistiu em uma intervenção de grande porte, que envolveu tanto a requalificação do edifício principal do seminário quanto a reforma da igreja existente, ainda em funcionamento. No âmbito dessa proposta, foi designada à autora deste relato a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto arquitetônico do Bloco de Apartamentos, cuja finalidade é atender à demanda de hospedagem de padres e seminaristas em períodos de eventos religiosos e institucionais de maior escala.

O processo metodológico adotado envolveu o levantamento de dados sobre a estrutura existente, análise das necessidades apresentadas pelos solicitantes e elaboração de propostas projetuais em consonância com os princípios de funcionalidade, conforto e integração ao conjunto arquitetônico preexistente. Além do projeto arquitetônico, também foi elaborada a proposta de interiores para os ambientes internos das unidades habitacionais, com atenção especial à ergonomia, à praticidade e à harmonia estética dos espaços.

Todas as etapas do desenvolvimento do projeto foram acompanhadas e discutidas em reuniões internas da equipe do Escritório Modelo, com supervisão docente e trocas colaborativas entre os estagiários envolvidos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Integrar a equipe do Escritório Modelo na concepção projetual do bloco de apartamentos do antigo Seminário, revelou-se uma experiência extremamente enriquecedora em todos os aspectos, tanto das aplicações de teorias e estudos vistos dentro da universidade ao longo do curso, quanto de fatores de organização e relacionamento com uma equipe.

A vivência dentro do escritório se mostrou desafiadora, visto que todas as etapas que envolvem a concepção de um projeto foram totalmente realizadas pelos alunos, desde a conversa inicial com os responsáveis pela demanda, onde as necessidades foram captadas e entendidas, quanto a concepção projetual, articulação entre a equipe e apresentação final, onde os professores atuavam como norteadores das ideias e mediadores das práticas projetuais.

O projeto do bloco de apartamentos (Figura 01) se dividiu em algumas etapas: a elaboração das plantas baixas dos pavimentos térreo (Figura 02), primeiro pavimento e pavimento tipo (este se repetiu até o último pavimento), modelagem 3D no aplicativo Sketchup e renderização no aplicativo enscape.

Figura 01 – Render bloco de apartamentos.

Fonte: A autora, (2025).

Figura 02 – Planta baixa humanizada do pavimento térreo do bloco de apartamentos e aproximação da área das demi-suítes.

Fonte: A autora, (2025).

A planta do primeiro pavimento se difere das demais por conter um espaço de convivência maior (Figura 03), com áreas em vidro no chão, possibilitando a passagem de luz para térreo.

Figura 03 – Planta baixa humanizada do primeiro pavimento e renderização da área de convivência.

Fonte: A autora, (2025).

A partir do primeiro pavimento, a configuração dos quartos passou a ser suítes, o pavimento tipo (Figura 04) também seguiu com essa configuração, mas o centro do pavimento deu espaço a uma grande abertura, criando uma visualização interna dos pavimentos acima e abaixo, onde também possibilitou a passagem de iluminação natural a partir da claraboia criada no telhado.

Figura 04 – Planta baixa humanizada do pavimento tipo e configuração do layout do quarto.

Fonte: A autora, (2025).

Após finalizadas as plantas e modelagens 3D, iniciou-se o projeto de interiores, as plantas acima já constam a disposição dos mobiliários. A demanda era por uma proposta simples, mas confortável e que atendesse as necessidades dos padres e seminaristas que ficariam ali. As figuras 05 e 07apresentam algumas imagens de como ficaram as áreas internas tanto das suítes quanto das áreas de convivência dos pavimentos.

Figura 05 – Renderização das áreas internas do pavimento térreo.

Fonte: A autora, (2025).

Figura 06 – Renderização das áreas internas do primeiro pavimento.

Fonte: A autora, (2025).

Figura 07 – Renderização das áreas internas do pavimento tipo.

Fonte: A autora, (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio supervisionado no Escritório Modelo proporcionou uma vivência prática enriquecedora, especialmente no desenvolvimento do projeto do bloco de apartamentos e da proposta de interiores. A experiência permitiu a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, ao mesmo tempo em que exigiu sensibilidade frente às questões patrimoniais e atenção às demandas funcionais reais. A atuação em equipe, aliada à orientação docente, favoreceu o amadurecimento profissional e o entendimento mais amplo do processo projetual em todas as suas etapas.

Como limitação, destaca-se o tempo reduzido para aprofundamento de soluções técnicas e executivas. Sugere-se, para continuidade, o acompanhamento da execução e o desenvolvimento de estudos complementares voltados à integração do novo volume com o conjunto histórico, considerando aspectos de acessibilidade, paisagismo e sustentabilidade. A continuidade desse trabalho representa não apenas um exercício acadêmico, mas também uma contribuição significativa à preservação da memória e valorização do patrimônio arquitetônico da cidade.

REFERÊNCIAS

BILSEL, Can. Arquitetura e as estruturas sociais da memória: um posfácio à “memória coletiva” de Maurice Halbwachs. ICONARP International Journal of Architecture and Planning, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 01–09, 2017. DOI: 10.15320/ICONARP.2017.14. Disponível em: https://iconarp.ktun.edu.tr/index.php/iconarp/index. Acesso em: 29 out. 2025.

MUNIZ, Andreia Fernandes; LOUREIRO, Priscilla Silva. O ambiente de estágio em revista: registro das vivências e experiências dos alunos do curso de arquitetura e urbanismo em seus

ambientes de estágios através da Revista "O Ambiente de Estágio". arq.urb, [s.l.], n. 22, p. 142–161, 2018. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/73?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 out. 2025.

REICHERT, Bárbara; OLIVEIRA, Patrícia Dalmina; FRANZEN, Douglas Orestes. Arquitetura, memória e identidade: interfaces do patrimônio edificado no extremo-oeste catarinense. Revista Grifos, Chapecó, v. 26, n. 43, p. 157-174, fev. 2018. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/3888. Acesso em: 29 out. 2025.

SALES, Luiz Ricardo. Reflexões sobre a importância do estágio docência na formação do discente: notas de uma experiência no curso de arquitetura e urbanismo. Anais do ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/endipe/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV208_MD1_ID2614_TB774_10102024203027.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA Haíla Ivanilda; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de licenciatura em pedagogia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 99, n. 251, 9 maio 2018. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3326. Acesso em: 29 out. 2025.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA NA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM CAÇADOR/SC: UM OLHAR SOBRE A AVENIDA EM FORMA DE CIDADE INTELIGENTE

Categoria: Projeto Integrador

Ana Carolina Theves de Castro[1]
Eloisa Kasectari[2]
Monalisa Cristaldo[3]
Vanessa Donin[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo – O presente artigo analisa as condições de mobilidade urbana na Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador/SC, sob a perspectiva das cidades inteligentes. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada em observações de campo e revisão bibliográfica sobre mobilidade, caminhabilidade e acessibilidade urbana. As atividades práticas incluíram a caminhada comunitária, que possibilitou identificar problemas relacionados à infraestrutura, segurança e integração modal da via. Os resultados demonstraram que o espaço ainda é fortemente orientado à circulação de automóveis, em detrimento do pedestre, apresentando calçadas irregulares, ausência de mobiliário adequado, baixa arborização e carência de sinalização e travessias seguras. Constatou-se que o conceito de cidade inteligente requer não apenas o uso de tecnologias, mas também a requalificação do espaço público, a inclusão social e a sustentabilidade urbana. Conclui-se que a melhoria da mobilidade local depende da articulação entre poder público, comunidade e instituições de ensino, visando promover soluções inovadoras e acessíveis que fortaleçam a qualidade de vida e a vivência cidadã.

Palavras-chave: Smart Cities, Caminhabilidade, Mobilidade Urbana, Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana pode ser compreendida como a condição que possibilita o deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, articulando transporte, acessibilidade e infraestrutura de forma a garantir inclusão social, qualidade de vida e eficiência nos fluxos cotidianos (BRASIL, 2012). A caminhabilidade constitui elemento central para cidades inteligentes e sustentáveis; o planejamento urbano contemporâneo deve priorizar a qualidade do espaço

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pedonal, a integração modal e a conectividade entre usos, de modo a reduzir dependência do automóvel e promover mobilidade ativa e inclusiva (BAOBEID, 2021).

O conceito de smart cities refere-se a modelos urbanos que integram tecnologias digitais, análise de dados e inovação institucional com práticas de governança participativa, visando otimizar recursos, melhorar a prestação de serviços e promover melhoria da qualidade de vida de forma mais sustentável e inclusiva (GARCIAS, 2023). Nesse processo, a mobilidade assume papel central, pois representa tanto um indicador de qualidade de vida quanto um vetor de desenvolvimento econômico e social (ANTONELLO; RECH; SANTOS, 2020). Para Nogueira et al. (2021, p.3), cidade inteligente é um "espaço urbano onde os diversos setores públicos e empresas trabalham para alcançar resultados por meio da análise de dados e informações que subsidiam a tomada de decisões em áreas como: tráfego, distribuição de energia, acompanhamento de obras, transportes públicos, segurança etc., tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas".

Entretanto, muitas cidades ainda enfrentam dificuldades no que se refere à mobilidade urbana, uma vez que essa dimensão precisa ser tratada com a mesma prioridade e dinamismo do desenvolvimento urbano, de modo a atender às necessidades atuais e, ao mesmo tempo, oferecer alternativas para demandas futuras (ANDRADE; GALVÃO, 2016).

Nesse contexto, a Avenida Barão do Rio Branco, localizada na região central de Caçador-SC, constitui um dos principais eixos urbanos da cidade, reunindo comércio, serviços, instituições e espaços de convivência, além de desempenhar papel relevante na identidade e na memória coletiva local.Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar as dificuldades de mobilidade urbana identificadas na caminhada comunitária realizada em 2025.1 pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP e discutir as propostas elaboradas no semestre seguinte, buscando contribuir para a transformação de Caçador em uma cidade mais inteligente e sustentável. Especificamente, pretende-se identificar as principais carências de infraestrutura e acessibilidade da via estudada, compreender as demandas da comunidade por meio do diálogo com seus usuários, relacionar os dados levantados com os conceitos de smart cities e referências acadêmicas recentes, além de propor alternativas de melhoria que fortaleçam a mobilidade, a integração urbana e a qualidade de vida, estimulando o engajamento acadêmico e comunitário na construção de soluções urbanas inovadoras e inclusivas.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, buscando compreender as dinâmicas de mobilidade urbana e caminhabilidade na Avenida Barão do Rio Branco, localizada no centro do município de Caçador-SC, à luz dos conceitos contemporâneos de cidades inteligentes (smart cities). A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos urbanos complexos a partir de múltiplas dimensões, físicas, sociais e ambientais, valorizando a análise contextual e a produção de conhecimento a partir da observação crítica do espaço urbano.

A pesquisa teve início com atividades práticas de campo, realizadas por meio de uma caminhada de sensibilização ao longo da avenida, com o objetivo de observar aspectos como

dimensões das calçadas e vias, qualidade dos materiais e revestimentos, presença de barreiras físicas, condições de acessibilidade, sinalização, mobiliário urbano, arborização, infraestrutura de transporte público e condições de segurança para pedestres. Também foram observadas questões simbólicas e sociais relacionadas ao uso e à apropriação do espaço urbano, complementadas por relatos de usuários e moradores da região.

A etapa posterior consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, que envolveu a leitura e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e legislações específicas relacionadas aos temas centrais do Projeto Integrador da oitava fase do curso de Arquitetura e Urbanismo, como mobilidade urbana, acessibilidade, caminhabilidade, planejamento urbano sustentável e cidades inteligentes. Essa revisão teórica teve como objetivo construir um referencial conceitual sólido que orientasse a análise da área de estudo e embasasse a interpretação dos resultados.

Por fim, os dados coletados foram sistematizados e confrontados com os parâmetros técnicos estabelecidos por normas vigentes, como a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), além de diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012). A análise comparativa entre os achados empíricos e o referencial teórico possibilitou a identificação das principais deficiências e potencialidades da Avenida Barão do Rio Branco, subsidiando reflexões sobre estratégias de intervenção urbana alinhadas aos princípios de cidades inteligentes e à promoção de uma mobilidade mais inclusiva, eficiente e sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cidades são moldadas por políticas públicas que direcionam seu desenvolvimento, refletindo intenções humanas estrategicamente aplicadas. Essas ações visam alinhar o espaço urbano às inovações políticas, sociais e tecnológicas que promovem seu progresso (Ferlin & Rezende, 2019). Nesse contexto, a busca por alternativas que respondam aos desafios do crescimento urbano acelerado e aos impactos decorrentes desse processo tem impulsionado o surgimento do conceito de cidades inteligentes — uma proposta que busca soluções sustentáveis e incentiva a participação ativa da sociedade na construção e gestão dos espaços urbanos (Andrade & Galvão, 2016).

Segundo Nogueira et al. (2021), uma cidade inteligente caracteriza-se como um ambiente urbano onde órgãos públicos e instituições privadas colaboram utilizando dados e informações para subsidiar decisões em áreas como mobilidade, energia, segurança e infraestrutura. O objetivo principal é elevar a qualidade de vida da população por meio de uma gestão mais eficiente e integrada.

Dessa forma, o papel dos planejadores urbanos e da própria comunidade é fundamental, pois a cidade é constantemente transformada pela ação política e social de seus habitantes. Essas intervenções se manifestam tanto na organização física e espacial dos ambientes quanto na dinâmica cotidiana de uso e interação urbana (Nogueira et al., 2023).

O conceito de cidade inteligente emerge, portanto, como uma alternativa ao modelo urbano tradicional, propondo uma gestão orientada pela inovação e pelo uso estratégico da

tecnologia. Conforme Carvalho (2016), esse modelo busca integrar o capital humano, social e tecnológico com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável e a prosperidade coletiva.

Entretanto, a consolidação de uma cidade inteligente depende também de enfrentar desafios históricos da urbanização, como a mobilidade urbana. De acordo com Saraiva et al. (2019), os problemas relacionados ao transporte resultam da priorização do automóvel e do modelo de expansão urbana adotado no Brasil e na América Latina desde a década de 1950. Em resposta a esse cenário, diversas cidades têm buscado reduzir a dependência do transporte individual por meio do incentivo ao transporte público e da adoção de medidas que promovam meios alternativos de locomoção.

A tendência observada nas cidades que investem em soluções inteligentes é priorizar o transporte coletivo, seguro e acessível, além de criar mecanismos que desestimulem o uso cotidiano do automóvel. Como destacam Valle et al. (2023), tais estratégias, somadas à melhoria dos sistemas de transporte alternativo, contribuem para uma mobilidade mais eficiente e sustentável, refletindo diretamente na qualidade de vida urbana.

A partir da caminhada urbana realizada ao longo da Avenida Barão do Rio Branco, observou-se que, embora o eixo concentre atividades comerciais, serviços e fluxos significativos de pedestres, sua configuração ainda revela a permanência de uma lógica urbano-viária centrada na fluidez do automóvel, em detrimento da experiência e segurança do pedestre. Essa constatação evidencia a contradição entre o discurso de modernização urbana, frequentemente associado à ideia de cidade inteligente, e a materialidade do espaço público, que ainda não corresponde aos princípios de mobilidade ativa, inclusão e acessibilidade universal (Brasil, 2012; Baobeid, 2021).

As calçadas, em diversos trechos, apresentam falta de padronização de materiais, desníveis acentuados e presença de barreiras físicas como postes, degraus e mobiliário mal posicionado, comprometendo a fluidez da caminhada e gerando situações de risco, especialmente para idosos, pessoas com deficiência e crianças. Segundo Nogueira et al. (2023), a inteligência urbana também se manifesta na capacidade de organizar o espaço público de forma legível e democrática, garantindo que todos os corpos possam circular com autonomia. No entanto, a avenida analisada ainda traduz uma mobilidade seletiva, que privilegia corpos normativos e limita o acesso pleno aos espaços de convivência.

Do ponto de vista ambiental e de conforto urbano, constatou-se uma escassez de arborização linear e de mobiliários de permanência qualificada. Em um contexto de smart cities, a presença de vegetação e sombreamento não deve ser entendida apenas como elemento estético, mas como infraestrutura ecológica que contribui para o microclima, o bem-estar e a qualidade da experiência urbana (Carvalho, 2016; Garcias, 2023). A ausência desses elementos reforça a percepção de um espaço de passagem e não de permanência, o que fragiliza o potencial da avenida como eixo de convivência e vida pública, dimensões fundamentais para uma cidade verdadeiramente inteligente.

Também foi identificada a falta de integração entre os diferentes modos de deslocamento. As paradas de ônibus carecem de infraestrutura adequada, muitas vezes sem abrigo, sem sinalização clara ou informações acessíveis aos usuários, o que desestimula o uso do transporte

coletivo e reforça a dependência do automóvel. Esse cenário contrasta com os princípios estabelecidos por Saraiva et al. (2019), para quem a eficiência urbana está diretamente relacionada à capacidade de promover sistemas de transporte articulados e voltados ao interesse coletivo. A inexistência de travessias elevadas, faixas de pedestres bem demarcadas e dispositivos de moderação de tráfego evidencia a ausência de prioridade ao caminhar, elemento central das políticas de mobilidade inteligente.

Além dos aspectos físicos, emergiu durante as observações de campo uma percepção social relevante: muitos usuários relataram sentir insegurança ao atravessar determinados trechos, especialmente em horários de pico, quando o fluxo de veículos é intenso. Segundo Biraghi et al. (2025), retomado nas discussões contemporâneas sobre direito à cidade, a experiência urbana é também uma experiência sensível; a cidade não se reduz à infraestrutura, mas à maneira como os sujeitos percebem, habitam e atribuem significado aos espaços. A mobilidade, nesse sentido, não pode ser tratada apenas como deslocamento, mas como vivência e produção de espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mobilidade urbana na Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador/SC, permitiu constatar que, embora o espaço apresenta relevância funcional e simbólica para a cidade, sua configuração atual ainda não atende plenamente aos princípios de acessibilidade, caminhabilidade e integração multimodal que caracterizam uma cidade inteligente. As observações de campo evidenciaram carências significativas de infraestrutura, como calçadas irregulares, ausência de mobiliário urbano adequado, insuficiência de arborização e desarticulação entre os diferentes modos de transporte, fatores que comprometem a segurança, o conforto e a experiência do pedestre.

Nesse sentido, verifica-se que o conceito de smart city ultrapassa o uso de tecnologias digitais e exige uma transformação mais ampla da cultura urbana, pautada na inclusão social, na sustentabilidade e na valorização do espaço público como elemento de convivência e cidadania. A mobilidade deve ser compreendida como um direito coletivo e uma condição essencial para a construção de cidades mais humanas e democráticas.

Os resultados obtidos reforçam a importância de políticas públicas voltadas à requalificação dos eixos urbanos centrais, priorizando intervenções que promovam a mobilidade ativa, o transporte público eficiente e a conectividade entre os espaços. Tais medidas contribuem para reduzir desigualdades socioespaciais e fortalecer o sentimento de pertencimento da população em relação à cidade.

Por fim, o estudo evidencia que a transição para um modelo urbano inteligente depende da articulação entre poder público, comunidade e instituições de ensino. A atuação conjunta desses agentes é fundamental para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis, baseadas em diagnósticos participativos e no uso consciente dos recursos urbanos. Assim, o trabalho contribui para o debate acadêmico e prático sobre os caminhos possíveis para transformar Caçador em uma cidade mais inclusiva, acessível e conectada, alinhada aos princípios das cidades inteligentes e ao direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Josiane Nascimento; GALVÃO, Diogo Cavalcanti. *O conceito de smart cities aliado à mobilidade urbana*. Revista Hum@nae, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/478. Acesso em: 19 set. 2025.

ANTONELLO, I. T.; RECH, L. C.; SANTOS, R. A. Cidades inteligentes e sustentáveis: desafios e perspectivas para a mobilidade urbana. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 9, n. 3, p. 381–398, 2020.

BAOBEID, A. et al. *Walkability and Its Relationships With Health, Sustainability and Livability*. *Frontiers in Built Environment*, 2021. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/built-environment/articles/10.3389/fbuil.2021.721218/full. Acesso em: 29 set. 2025.

BIRAGHI, Carlo Andrea; ZADEH, Hadi Mohammad; BRUSCHI, Andrea; TADI, Massimo. *Reclaiming Urban Spaces: A Systemic Approach to Integrated Pedestrian-Centric City Design in Rio de Janeiro*. Urban Planning, v. 10, art. 9703, 2025. DOI: 10.17645/up.9703. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/view/9703?utm_source. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

CARVALHO, C. H. R. de. Desafios da mobilidade urbana no Brasil. Brasília: Ipea, maio 2016. Texto para Discussão. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3be0cb79-9366-4e00-80e8-645d608e8778/content. Acesso em: 14 out. 2025.

FERLIN, Edson Pedro; REZENDE, Denis Alcides. *Big Data aplicado à cidade digital estratégica: estudo sobre o volume de dados das aplicações Smart City*. Revista Gestão & Tecnologia, v. 19, n. 2, p. 175-194, abr./jun. 2019. DOI: 10.20397/2177-6652/2019.v19i2.1533. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332907214_Big_Data_aplicado_a_cidade_digital_estrategica_estudo_sobre_o_volume_de_dados_das_aplicacoes_Smart_City. Acesso em: 14 out. 2025.

GRACIAS, Jose Sanchez; PARNELL, Gregory S.; SPECKING, Eric; POHL, Edward A.; BUCHANAN, Randy. *Smart Cities—A Structured Literature Review*. Smart Cities, v. 6, n. 4, p. 1719-1743, 2023. DOI: 10.3390/smartcities6040080. Disponível em: https://www.mdpi.com/2624-6511/6/4/80. Acesso em: 29 set. 2025.

NOGUEIRA, Pablo Renan Rodrigues; PAULA, Sílvio Luiz de; SANTANA, Stefany Barbosa de Lima; PINTO, Jananda da Silva; BRAZ, Márcia Ivo; AQUINO, Leonardo Mohandas Pantoja de. Cidades inteligentes e mobilidade urbana: atores e práticas na cidade de Recife/PE / Smart cities and urban mobility: actors and practices in the city of Recife/PE. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 5842-5865, 2023. DOI 10.7769/gesec.v14i4.2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370288328_Cidades_inteligentes_e_mobilidade_urbana_atores_e_praticas_na_cidade_de_RecifePE_Smart_cities_and_urban_mobility_actors_and_practices_in_the_city_of_RecifePE. Acesso em: 14 out. 2025.

SARAIVA, Paola Pol; CÂMARA, Inara Pagnussat; RIBEIRO, Lauro André; SILVA, Thaísa Leal da. *O uso de tecnologias como estratégia na construção de cidades mais inteligentes e sustentáveis*. Gestão & Regionalidade, v. 35, n. 105, 04 jul. 2019. DOI: 10.13037/gr.vol35n105.5292. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/5292. Acesso em: 14 out. 2025.

MOBILIDADE URBANA E CIDADES INTELIGENTES NO BRASIL: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Categoria: Projeto integrador

Claudiceu Luiz Rech[1]
Weligton Lucas Baschera[2]

Resumo – O presente estudo analisa a mobilidade urbana no Brasil à luz dos conceitos de cidades inteligentes, com foco em inovação tecnológica, sustentabilidade e participação cidadã. A pesquisa combinou revisão bibliográfica, participação em palestras, análise de casos e atividades práticas, incluindo uma caminhada avaliativa in loco na Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador-SC, com o objetivo de identificar defasagens na infraestrutura urbana e propor melhorias. Os resultados evidenciam que, apesar de avanços legislativos como o Estatuto da Cidade e a Lei da Mobilidade Urbana, persistem desafios relacionados à priorização do transporte individual, à falta de acessibilidade em calçadas e à necessidade de inclusão dos pedestres nos sistemas de sinalização. Estudos de caso, como o projeto Smart Mobility em Joinville, demonstram que a integração de tecnologias digitais, coleta de dados e metodologias participativas contribui significativamente para otimizar a gestão urbana e melhorar a qualidade de vida. O trabalho reforça a importância de estratégias integradas que envolvam governo, setor produtivo, universidades e sociedade civil, destacando o planejamento urbano colaborativo, a mobilidade como serviço e a humanização de espaços públicos. Observa-se que a incorporação da inovação tecnológica e da participação cidadã é essencial para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, sustentáveis e eficientes.

Palavras-chave: mobilidade urbana; cidades inteligentes; sustentabilidade; participação cidadã; planejamento urbano.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana representa um dos principais desafios para o desenvolvimento das cidades brasileiras, influenciando diretamente a qualidade de vida, a sustentabilidade e a equidade social. O crescimento acelerado das áreas urbanas, aliado à priorização histórica do transporte individual, evidencia a necessidade de soluções integradas e inovadoras para melhorar o deslocamento de pessoas e mercadorias, reduzir impactos ambientais e promover a inclusão socioespacial (Carvalho, 2016; Alvim et al., 2024).

Nesse contexto, as cidades inteligentes surgem como um modelo de gestão urbana que utiliza tecnologias digitais, dados e metodologias participativas para otimizar a mobilidade,

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aprimorar o acesso a serviços públicos e fortalecer a participação cidadã (Hiroki, 2021; De Paula et al., 2024). A implementação de práticas de planejamento urbano colaborativo, mobilidade como serviço e humanização de espaços públicos evidencia a importância de abordagens interdisciplinares que integrem governo, setor produtivo, universidades e sociedade civil.

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar os pontos críticos relacionados à infraestrutura urbana local, de modo a subsidiar proposta de melhorias que atendam às demandas atuais e futuras da cidade. A partir dessa investigação, busca-se compreender de que maneira a incorporação de inovações tecnológicas, aliada a práticas de gestão colaborativa, pode favorecer a construção de ambientes urbanos mais inclusivos, sustentáveis e eficientes, contribuindo, assim, para o fortalecimento das políticas públicas e para o aprimoramento da qualidade de vida da população na Avenida Barão do Rio Branco.

METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa, adotou-se a combinação entre análise bibliográfica, participação em palestras, estudos de caso e uma caminhada avaliativa in loco na Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador-SC. Para fundamentar o estudo, foram examinados seis artigos indicados pelo professor orientador, cujos conteúdos abordaram temáticas pertinentes às cidades inteligentes, à sustentabilidade, à participação cidadã mediada por tecnologias urbanas e à mobilidade urbana.

No âmbito das atividades práticas, durante a semana de curricularização da extensão universitária, realizou-se uma caminhada avaliativa na Avenida Barão do Rio Branco, com o propósito de identificar potenciais melhorias a serem posteriormente apresentadas ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador (IPPUC). De modo complementar, promoveu-se o Seminário de Desenvolvimento do Ensino e o Encontro Regional Tecnológico, que incluiu palestras, debates e ideias de projetos voltados às cidades inteligentes, ao plano diretor municipal e à arquitetura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A mobilidade urbana no Brasil, com sua relevância para o desenvolvimento e a qualidade de vida, dispõe avanços legislativos, como o Estatuto da Cidade e a Lei da Mobilidade Urbana, que promovem planejamento integrado e sustentável. Mesmo com os desafios decorrentes do crescimento urbano acelerado e da priorização histórica do transporte individual em detrimento do coletivo (Carvalho, 2016).

Vem obtendo resultados que permitem discutir as inovações tecnológicas aplicadas à mobilidade urbana sustentável, evidenciando a relevância de investimentos em soluções capazes de responder aos desafios impostos pelo crescimento populacional e pela intensificação da poluição. Tais fatores têm agravado os problemas de deslocamento nas cidades, o que reforça a necessidade de abordagens sustentáveis e integradas (Lélis; Gatti, 2018).

O XI Encontro Regional Tecnológico da UNIARP, realizado entre os dias 20 e 22 de agosto, consolidou-se como espaço de disseminação de conhecimento, inovação e intercâmbio de ideias. O evento reuniu estudantes, docentes, especialistas e profissionais de diferentes áreas,

possibilitando o debate acerca dos principais desafios e oportunidades do cenário tecnológico contemporâneo.

Em destaque, a Dr. Stella Marina Yurí Hiroki, com o tema "Cidades Inteligentes: uma perspectiva brasileira" discutiu o papel das tecnologias digitais na gestão urbana, com foco em mobilidade, sustentabilidade e participação cidadã. A palestrante destacou a necessidade de soluções adaptadas às desigualdades brasileiras, ressaltando a importância da cooperação entre universidades, setor produtivo e poder público para o fortalecimento da inovação e a construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Nesse sentido, observa-se consonância com a literatura, que destaca a importância da legislação brasileira sobre mobilidade urbana e da busca por modelos de cidades inteligentes sustentáveis, fundamentados em práticas inovadoras e viáveis. Ainda que a efetividade dessas propostas depende do engajamento de investidores e do suporte de entidades públicas, de modo a assegurar sua implementação junto à população, promovendo menor impacto ambiental e melhores condições de qualidade de vida (Lélis; Gatti, 2018).

Com isso o artigo "Mobilidade, participação e dados: o caso da aplicação do Waze for Cities Data na cidade de Joinville", Stella explora a metodologia do projeto Smart Mobility, implementado pela Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (Sepud) de Joinville, para otimizar o planejamento de mobilidade urbana. A pesquisa analisa a integração de Big Data do Waze com a gestão municipal, abordando a importância da participação cidadã em projetos de Cidades Inteligentes (Hiroki, 2021).

Com a utilização de dados de tráfego e uma metodologia participativa podem melhorar a gestão urbana, com exemplo da intervenção bem-sucedida na Rua Ottokar Doerffel. Os resultados demonstram benefícios em tempo, produtividade e segurança, posicionando Joinville como referência na aplicação de soluções de mobilidade orientadas a dados (Hiroki, 2021).

No mesmo modo, enfatizando a importância da participação cidadã em iniciativas tecnológicas voltadas à eficiência urbana. Mesmo tendo desafios relacionados à coleta e utilização de dados de mobilidade, tendo inclusão digital e infraestrutura de TIC para o planejamento urbano sustentável. O caso de Joinville (SC) ilustra a atuação das empresas de tecnologia na coleta de dados para otimização do transporte e melhoria da qualidade de vida (Hiroki, 2024).

A mobilidade urbana a partir de múltiplas dimensões, destacando sua complexidade e a relevância de abordagens que integrem aspectos urbanos, ambientais e de inclusão socioespacial. Onde há crescimento do deslocamento de pessoas e mercadorias, devendo estudar seus impactos no tecido urbano, pois há uma alta dependência de veículos individuais (Alvim et al., 2024).

O planejamento urbano colaborativo, mobilidade como serviço, humanização de espaços públicos e incentivo à redução do uso de automóveis, defendendo a mobilidade urbana sustentável como direito fundamental para cidades justas e equitativas (Alvim et al., 2024).

Com os conceitos de cidades inteligentes, dando ênfase nas inovações tecnológicas e práticas de mobilidade urbana, a gestão urbana, o acesso a serviços públicos, o uso de recursos e a qualidade de vida são aprimorados por essas tecnologias. Estando descrito nas pesquisas que adota abordagem qualitativa, com estudo de caso baseado em entrevistas e análise documental para mapear atores, normativas e iniciativas de mobilidade inteligente. Tendo a incorporação da inovação como elemento central para o desenvolvimento urbano sustentável (De Paula et al., 2024).

Com base em estudos, palestras e análise de casos bibliográficos, os acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP, no âmbito da curricularização de extensão, realizaram uma caminhada avaliativa in loco na Avenida Barão do Rio Branco, considerada uma das mais movimentadas e relevantes do município de Caçador-SC. O objetivo da atividade foi identificar pontos que necessitam de melhorias e coletar informações para subsidiar análises urbanísticas.

A partir dessa observação, foi realizado um levantamento detalhado, constatando que diversos trechos da avenida apresentam defasagens: apesar da sinalização existente, os semáforos priorizam veículos em detrimento da inclusão de pedestres e, as calçadas carecem de acessibilidade. Com base nos resultados, foi realizada uma reunião com o IPPUC do município, com o propósito de discutir propostas e estratégias para a melhoria da mobilidade e da acessibilidade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia a complexidade da mobilidade urbana e a relevância de abordagens integradas que considerem aspectos urbanos, ambientais e sociais, bem como a participação cidadã mediada por tecnologias. A análise teórica e as atividades práticas, incluindo a caminhada avaliativa na Avenida Barão do Rio Branco, permitiram identificar defasagens na infraestrutura urbana, especialmente em relação à acessibilidade de pedestres e à priorização excessiva de veículos.

Os resultados reforçam a importância de políticas públicas e estratégias inovadoras que promovam cidades inteligentes e sustentáveis, destacando o papel das tecnologias digitais, do planejamento urbano colaborativo e da mobilidade como serviço na melhoria da qualidade de vida. A interação com o IPPUC e a reflexão sobre experiências como o projeto Smart Mobility em Joinville demonstram que a integração entre governo, setor produtivo, universidades e sociedade civil é essencial para viabilizar soluções urbanas eficazes e inclusivas. Assim, a implementação de práticas de mobilidade urbana sustentável e a incorporação da inovação tecnológica são fundamentais para a construção de cidades mais justas, equitativas e ambientalmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; IZAGA, Fabiana Generoso de; CLAPS, Rosanna Forray. Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea. Cadernos Metrópole, v. 26, n. 60, p. 413-421, 2024.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. 2016.

DE PAULA, Sílvio Luiz *et al*. Cidades inteligentes e mobilidade urbana: inovações tecnológicas desenvolvidas no incentivo à mobilidade inteligente no bairro do Recife. Revista Delos, v. 17, n. 53, p. e1304-e1304, 2024.

LÉLIS, Eliacy Cavalcanti; GATTI, Daniel Couto. Inovações tecnológicas para a mobilidade urbana sustentável. EnGeTec, 2018.

HIROKI, Stella Marina Yurí. Mobilidade inteligente no brasil dados e a importância da participação cidadã em projetos tecnológicos. Communiqué, v.20, p. 106a108, 2024.

HIROKI, Stella Marina Yurí. Mobilidade, participação e dados: o caso da aplicação do Waze for Cities Data na cidade de Joinville (SC). urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, p. e20200030, 2021.

PEQUENOS AVANÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES MAIS INTELIGENTES

Categoria: Projeto Integrador

Felipe Pontes de Lima Morais[1]
Weligton Lucas Baschera[2]

Resumo - O conceito de cidades inteligentes emerge como resposta aos desafios do crescimento urbano acelerado e da necessidade de promover soluções sustentáveis, inclusivas e inovadoras. Nesse contexto, a mobilidade urbana assume papel central, pois influencia diretamente a qualidade de vida, a acessibilidade e a sustentabilidade ambiental. O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, as principais abordagens sobre a relação entre cidades inteligentes e mobilidade urbana, com foco no contexto brasileiro. Foram utilizados artigos científicos, legislações e relatórios que discutem a implementação de tecnologias digitais, marcos legais e práticas de governança participativa. Os resultados apontam que, embora haja avanços no uso de Big Data, participação cidadã e integração de sistemas inteligentes, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a dependência do automóvel, a fragmentação das políticas públicas e a desigualdade no acesso ao transporte. Conclui-se que a integração entre tecnologia, equidade social e planejamento urbano sustentável é essencial para consolidar cidades inteligentes voltadas para a melhoria da vida urbana.

Palavra-chave: Cidades inteligentes; mobilidade urbana; planejamento urbano; tecnologia; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A busca por soluções inteligentes para os desafios do crescimento urbano acelerado e seus impactos resulta no conceito de cidades inteligentes, que é uma abordagem para tratar os problemas nas cidades, visando a promoção por meio de soluções mais sustentáveis e que possibilita a efetiva participação da sociedade em sua construção e desenvolvimento (Andrade & Galvão, 2016). Para (Nogueira et al 2021) reforçam que esse conceito envolve o uso integrado de dados para apoiar decisões em áreas como tráfego, energia, segurança e transporte público, com o objetivo de melhorar a vida urbana.

O modelo mais difundido de análise dessas cidades é apresentado por (Giffinger et al. 2007), que identifica seis dimensões fundamentais: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, meio ambiente inteligente, qualidade de vida inteligente e mobilidade inteligente. Esta última dimensão é particularmente relevante, pois conecta os cidadãos ao espaço

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

urbano por meio de acessibilidade, infraestrutura tecnológica e sistemas de transporte sustentáveis.

No Brasil, iniciativas como a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH, 2020) surgiram para estimular prefeituras e governos locais a adotarem estratégias inovadoras. Contudo, a realidade urbana brasileira ainda é marcada por desigualdades sociais, excesso de automóveis e baixo investimento em transporte público, o que desafia a efetivação de soluções inteligentes.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em artigos, teses e dissertações, em plataformas de dados online, utilizando os descritores cidades inteligentes, mobilidade e sociabilização urbana. Foram selecionados 4 trabalhos que abordavam o tema do trabalho. Após a pesquisa bibliográfica chegamos a essa pesquisa que visa expandir e estimular o pensamento sobre a importância de uma cidade inteligente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de mobilidade urbana no Brasil possui raízes constitucionais. A Constituição de 1988 definiu que os municípios são responsáveis pela gestão do transporte coletivo e do sistema viário e de circulação, enquanto à União cabe instituir diretrizes de política de desenvolvimento urbano. Posteriormente, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelece princípios como o direito à cidade sustentável com destaque para o transporte e as infraestruturas urbanas. Para municípios com mais de 20 mil habitantes, tornou-se obrigatória a elaboração do plano diretor que serve como guia para o crescimento e desenvolvimento do município. (Carvalho, 2016)

Um marco decisivo foi a Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, com princípios de acessibilidade universal, equidade social, prioridade ao transporte coletivo e não motorizado, sustentabilidade ambiental e participação social (Brasil, 2012). Essa legislação representa um dos pontos mais avançados do país na tentativa de alinhar a mobilidade urbana à justiça social.

Para compreender os efeitos práticos desses marcos legais, é necessário analisar os principais desafios estruturais que ainda persistem nas cidades brasileiras.

Vasconcellos (2001) aponta que cidades latino-americanas sofrem com o crescimento populacional acelerado, infraestrutura precária e dependência de veículos individuais, resultando em congestionamentos e poluição.

O Brasil vive uma situação crítica marcada pelo excesso de automóveis e pela instabilidade dos sistemas de transporte público. Investimentos em rodovias e infraestrutura para automóveis continuam superando os investimentos em transporte coletivo, ciclovias ou alternativas sustentáveis. Essa escolha política e econômica intensifica desigualdades, já que a população de baixa renda depende do transporte público. (Alvim et al., 2024).

Diante desses desafios, surge a necessidade de buscar soluções inovadoras que vão além da infraestrutura tradicional, abrindo espaço para o uso de tecnologias digitais no enfrentamento da crise urbana.

A mobilidade inteligente é entendida como um conjunto de projetos e ações interligados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que atuam em diferentes níveis de implementação tecnológica para transformar os deslocamentos urbanos (Benevolo et al., 2016). Nesse contexto, os dados coletados em grande volume, velocidade e variedade tornam-se fundamentais para compreender os fluxos da cidade e para que os sistemas de transporte sejam mais responsivos e eficientes (Batty, 2016; Kitchin, 2017; Cunha et al., 2020).

A integração do Big Data com as infraestruturas urbanas permite que a agenda da mobilidade seja definida a partir de análises em tempo real, favorecendo uma governança urbana mais ágil e adaptável às mudanças cotidianas (Kitchin, 2016).

Além disso, a mobilidade inteligente não se limita ao transporte em si, mas envolve também a interação entre cidadãos, empresas e governos, mediada pelas tecnologias digitais que compõem o ecossistema das Cidades Inteligentes. Essa interligação demonstra como as infraestruturas digitais não apenas otimizam os sistemas de transporte, mas também criam novos atos de cidadania e ampliam os processos de participação no espaço urbano. (Hiroki et al, 2021)

Por isso, iniciativas globais e nacionais, como no caso do Brasil com a criação da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, reforçam o papel das tecnologias digitais no avanço da mobilidade inteligente como prática integrada à vida urbana (RBCIH, 2020).

Nesse mesmo sentido, durante a palestra ministrada na UNIARP, a Dr. Stella Hiroki especialista em Cidades Inteligentes destacou que pesquisas recentes têm demonstrado o potencial dos smartphones como sensores de vibração, capazes de contribuir para a detecção de alterações estruturais em pontes e viadutos. Segundo ela, ao registrar os movimentos de veículos em travessia, os aparelhos conseguem captar dados de aceleração e vibração que, quando analisados em larga escala, revelam o comportamento estrutural da ponte. Essa abordagem, já testada em estruturas como a Golden Gate Bridge, em São Francisco, abre caminhos para sistemas urbanos de baixo custo que utilizam a infraestrutura existente (smartphones de cidadãos) para gerar informações úteis à gestão da cidade. Assim, observa-se como a integração da tecnologia cotidiana no espaço urbano reforça o conceito de cidades inteligentes, promovendo monitoramento em tempo real, segurança e planejamento urbano mais eficiente.

Contudo, para que essas soluções tecnológicas se consolidem, torna-se indispensável considerar o papel da sociedade na construção de uma mobilidade mais inclusiva e democrática.

Destaca-se que as cidades inteligentes podem ser vistas sob três perspectivas: a Sala de Controle, centrada em infraestruturas; a Cidade Criativa, ligada à economia da inovação; e os Cidadãos Inteligentes, voltados à comunidade política e cívica. Para ilustrar como esses conceitos vêm sendo aplicados, é pertinente apresentar alguns exemplos práticos tanto no Brasil quanto no exterior. (Hiroki et al, 2021)

No Brasil, o Bairro do Recife tem se destacado como polo de mobilidade inteligente, utilizando inovações tecnológicas no monitoramento e incentivo ao transporte sustentável. (PAULA et al., 2024) Outro exemplo é a cidade de Joinville, que implantou o Waze For Cities Data, possibilitando a coleta de informações em tempo real para análise do tráfego, favorecendo tanto a gestão pública quanto a experiência do cidadão nos deslocamentos. (Hiroki et al, 2021)

Além disso, algumas capitais brasileiras vêm investindo em corredores exclusivos para ônibus, expansão das linhas de metrô e estímulo ao uso de modais alternativos, como ciclovias e sistemas de transporte ativo, embora essas iniciativas ainda enfrentem limitações estruturais e culturais. (Alvim et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidencia que a mobilidade urbana é um pilar indispensável para as cidades inteligentes. O Brasil possui marcos legais avançados, mas enfrenta desafios significativos relacionados à priorização do automóvel, à fragmentação das políticas públicas e às desigualdades sociais no acesso ao transporte. As soluções tecnológicas, como Big Data e sistemas inteligentes de mobilidade, oferecem grandes oportunidades, mas não devem ser vistas como respostas isoladas. É necessário que essas inovações estejam alinhadas ao planejamento urbano sustentável e à participação cidadã.

Conclui-se que, para consolidar cidades inteligentes no Brasil, é imprescindível integrar tecnologia, equidade social e governança participativa, construindo políticas públicas que tornem a mobilidade urbana mais justa, inclusiva e ambientalmente sustentável. Essa integração permitirá a construção de cidades mais eficientes, saudáveis e centradas no bem-estar de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; IZAGA, Fabiana Generoso de; FORRAY CLAPS, Rosanna. **Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 413–421, maio/ago. 2024.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas.** In: COSTA, Marco Aurélio; BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.) *O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana*. Brasília: Ipea, 2016. p. 345–361.

HIROKI, S. M. Y. **Mobilidade, participação e dados: o caso da aplicação do Waze for Cities Data na cidade de Joinville (SC)**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, 2021.

PAULA, S. L. DE et al. **Cidades inteligentes e mobilidade urbana: inovações tecnológicas desenvolvidas no incentivo à mobilidade inteligente no bairro do Recife.** DELOS: Desarrollo Local Sostenible, v. 17, n. 53, p. e1304–e1304, 1 mar. 2024.

CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA: REFLEXÕES A PARTIR DA MARATONA ACADÊMICA EM CAÇADOR-SC: ESTUDO DO EIXO VIÁRIO CENTRAL DE CAÇADOR-SC

Categoria: Projeto Integrador

Milene de Araújo[1]
Ranses Rodriguez Rios[2]
Weligton Lucas Baschera[3]

Resumo - O conceito de cidades inteligentes tem ganhado destaque no meio acadêmico e nas práticas urbanas ao propor a integração entre tecnologia, sustentabilidade e participação cidadã como estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos dos centros urbanos (SILVA, 2024). Nesse contexto, a mobilidade urbana surge como um dos principais eixos de transformação, por influenciar diretamente a qualidade de vida, a produtividade e o meio ambiente. Durante a Maratona Acadêmica, promovida pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) em setembro de 2025, foi realizada uma palestra sobre cidades inteligentes em Caçador-SC, seguida de atividades de curricularização da extensão do curso de arquitetura e urbanismo que abordaram a requalificação da rua principal do município. O evento proporcionou espaço de reflexão crítica e interdisciplinar sobre o papel da mobilidade e da inovação urbana no fortalecimento da conectividade local. Este artigo tem como objetivo analisar como os princípios das cidades inteligentes podem contribuir para repensar o espaço urbano de Caçador, com foco na mobilidade. Além disso, busca-se relacionar o debate acadêmico a experiências externas, discutindo as potencialidades e os desafios de implementar tais soluções em realidades municipais de médio porte. (NASCIMENTO, 2024).

Palavras-chave: Cidades inteligentes. Mobilidade urbana. Sustentabilidade. Participação cidadã. Caçador-SC

INTRODUÇÃO

O conceito de cidades inteligentes tem conquistado crescente relevância tanto na esfera acadêmica quanto nas práticas de gestão urbana. Essa abordagem propõe a articulação entre tecnologia, sustentabilidade e planejamento participativo como estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos que marcam os centros urbanos (PEDROTTI, 2024; PEDOTT; NECKEL; SILVA, 2024). Entre os diversos eixos de transformação associados a essa perspectiva, a

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

mobilidade urbana se destaca por sua relação direta com a qualidade de vida da população, a produtividade econômica e a sustentabilidade ambiental.

Em setembro de 2025, a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sediada em Caçador-SC, promoveu a Maratona Acadêmica, ocasião em que foi realizada uma palestra dedicada ao tema das cidades inteligentes, com ênfase nos desafios da mobilidade local. A atividade foi complementada pela proposta de curricularização da extensão, voltada ao estudo de alternativas para a requalificação da rua principal do município, compreendida como um espaço estratégico para a circulação, a vitalidade social e a conectividade urbana. Esse conjunto de ações proporcionou um ambiente de reflexão crítica e de troca interdisciplinar, reforçando a urgência de repensar a estrutura viária de Caçador à luz dos princípios de inovação urbana.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo examinar de que modo os princípios das cidades inteligentes podem contribuir para a reconfiguração do espaço urbano de Caçador, com atenção especial à mobilidade em seu principal eixo viário. Busca-se, ainda, articular as discussões acadêmicas promovidas durante a palestra e a maratona com referenciais teóricos e experiências externas, a fim de fortalecer a consistência do debate. Dessa forma, pretende-se evidenciar que a mobilidade não deve ser compreendida apenas como um problema de transporte, mas como um fenômeno de natureza social, espacial e tecnológica, cuja solução requer estratégias integradas e adaptadas às especificidades locais (FROZ, 2025).

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, contemplando artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnicos que abordam os conceitos de cidades inteligentes, mobilidade urbana e sustentabilidade. O objetivo dessa etapa foi consolidar uma base teórica capaz de sustentar a análise crítica sobre os desafios e oportunidades da mobilidade em centros urbanos de médio porte.

Além da revisão bibliográfica, utilizou-se como referência o estudo de caso da cidade de Caçador-SC, tendo como recorte a experiência da Maratona Acadêmica promovida pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) em setembro de 2025. Nesse evento, os acadêmicos participaram de uma palestra e de atividades de extensão relacionadas à requalificação da rua principal do município, o que possibilitou uma reflexão prática e interdisciplinar sobre as propostas de inovação urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões durante a Maratona Acadêmica reforçaram que a mobilidade urbana em Caçador enfrenta desafios estruturais, como a dependência excessiva do automóvel, a pouca valorização do transporte coletivo e a carência de infraestrutura cicloviária e de acessibilidade. Essas limitações afetam não apenas a fluidez do trânsito, mas também a inclusão social e a qualidade de vida dos moradores.

A proposta de requalificação da rua principal, apresentada no evento, mostrou-se estratégica, pois esse espaço urbano concentra fluxos de pessoas, atividades comerciais e potencial de convivência social. Experiências externas, como os casos de Barcelona e Medellín,

demonstram que intervenções em corredores centrais, quando aliadas a tecnologia e participação social, podem transformar a mobilidade e revitalizar o tecido urbano (PEDOTT; NECKEL; SILVA, 2024; FROZ, 2025).

Entretanto, emergiram críticas importantes. Uma delas diz respeito à transposição acrítica de modelos de cidades inteligentes de grandes metrópoles para contextos de médio porte, como Caçador. Muitas dessas soluções exigem alto investimento tecnológico e capacidade institucional, nem sempre disponíveis em cidades menores. Além disso, existe o risco de priorizar soluções digitais em detrimento de políticas de inclusão e acessibilidade, reforçando desigualdades existentes (ROCHA, 2023).

Portanto, o debate mostrou que a mobilidade urbana em cidades inteligentes deve ser entendida não apenas como questão técnica, mas também como fenômeno social e político. Envolver a comunidade local, priorizar meios de transporte sustentáveis e adotar estratégias adaptadas à escala municipal são condições essenciais para que o conceito de cidades inteligentes não se torne um discurso vazio ou excludente.

Outro ponto relevante foi a percepção dos estudantes e professores sobre a importância da rua principal como eixo simbólico da cidade. Para além de um espaço de passagem, ela foi compreendida como palco de interações sociais e de identidade coletiva. Nesse sentido, a requalificação desse espaço não pode ser pensada apenas sob a ótica da fluidez do tráfego, mas também como oportunidade de fortalecer vínculos comunitários e revitalizar a vida urbana (PEDROTTI, 2024).

Durante os debates, destacou-se também a necessidade de integrar o transporte coletivo a sistemas de informação em tempo real, permitindo maior previsibilidade e eficiência. Essa estratégia, já utilizada em diversas cidades inteligentes no mundo, poderia ser implementada de forma gradual em Caçador, considerando o porte da cidade e suas limitações financeiras. A adoção de tecnologias simples, como aplicativos de georreferenciamento, pode representar avanços significativos sem demandar investimentos exorbitantes.

Além disso, discutiu-se a relevância de valorizar modais sustentáveis, como ciclovias, calçadas acessíveis e espaços seguros para pedestres. A mobilidade ativa, quando bem planejada, contribui para a saúde pública, reduz as emissões de carbono e amplia o acesso democrático à cidade. A experiência de Bogotá, por exemplo, demonstra que investimentos relativamente modestos em infraestrutura cicloviária podem gerar impactos expressivos na qualidade de vida urbana. (FROZ, 2025)

Por fim, os participantes enfatizaram que a mobilidade urbana deve ser tratada de forma transversal às demais políticas públicas. Questões como educação, saúde e meio ambiente estão diretamente conectadas às condições de deslocamento da população. Nesse sentido, pensar a cidade inteligente exige um olhar sistêmico, no qual a mobilidade deixa de ser um tema isolado para se tornar parte de um projeto coletivo de desenvolvimento urbano sustentável (PEDROTTI, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno estudo demonstrou que os princípios das cidades inteligentes podem contribuir significativamente para repensar a mobilidade urbana em Caçador, especialmente ao integrar tecnologia, sustentabilidade e participação cidadã. Contudo, os resultados também apontam para a necessidade de cautela na aplicação de modelos externos, evitando soluções genéricas e desconectadas da realidade local.

A reflexão crítica reforça que a mobilidade deve ser tratada como direito coletivo, ligado à inclusão social, à saúde e à sustentabilidade ambiental. Mais do que investir em tecnologias sofisticadas, é fundamental valorizar políticas de transporte público eficiente, infraestrutura para pedestres e ciclistas e a requalificação de espaços públicos que fortaleçam a vida urbana.

Assim, a Maratona Acadêmica representou não apenas um espaço de aprendizado, mas também de questionamento e engajamento social. Ao envolver a comunidade acadêmica em debates sobre a cidade, evidenciou-se que o futuro das cidades inteligentes em municípios de médio porte depende menos da importação de soluções prontas e mais da capacidade de adaptar princípios de inovação às necessidades locais (PEDROTTI, 2024; FROZ, 2025).

REFERÊNCIAS

EDOTT, Georgea Marthina; NECKEL, Alcindo; SILVA, Thaísa Leal da. ***Cidades Inteligentes e a Mobilidade Urbana Sustentável: Uma Análise da Malha Cicloviária de Passo Fundo-RS***. Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade, v. 5, n. 21, 2024.

FROZ, Renato Magno Campos. ***Análise do Plano Nacional de Mobilidade Urbana com foco na infraestrutura de modos não motorizados***. Monografia — Universidade Federal do Maranhão, 2025.

NASCIMENTO, Jussara Cruz; PRATES, Admilson Eustáquio; DOURADO, Lara Fernanda Nunes. ***Mobilidade Urbana e Transportes Não-Motorizados:*** *um estudo de caso do uso da bicicleta na cidade de Januária/MG*. Edição não especificada. Januária-MG: Revista Semiárido De Visu, 2024.

PEDROTTI, Patrícia Sampaio. ***Abordagens e práticas em cidades inteligentes no Brasil: tecnologia, sustentabilidade e participação cidadã.*** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Santa Maria-RS: UFSM, 2024.

ROCHA, Rafael; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. ***A Efetividade de Políticas Públicas para Mobilidade Urbana: Um Estudo de Caso de Corumbá (MS)***. Ensaios de Geografia, v. 6, n. 12.

SOMBRAS QUE ACOLHEM: A INFLUÊNCIA DO VERDE NA VITALIDADE URBANA — ESTRATÉGIAS DE PAISAGISMO E SEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO

Categoria: Projeto Integrador

Amanda Vitória dos Santos[1]
Letícia Ribeiro de Góes[2]
Marcela Zoldan[3]

Resumo – Este trabalho investiga a influência do verde urbano e das estratégias de paisagismo na promoção da vitalidade e da segurança nos espaços públicos. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica narrativa baseada em estudos publicados entre 2000 e 2025. A análise das referências demonstra que a presença de áreas arborizadas contribui significativamente para o conforto térmico, o bem-estar social e o fortalecimento do sentimento de pertencimento coletivo. Verificou-se que o paisagismo, quando planejado de forma integrada, atua como instrumento de revitalização e humanização das cidades, favorecendo a permanência das pessoas e a vigilância natural dos espaços. As "sombras que acolhem" representam, assim, não apenas um benefício climático, mas também um símbolo de refúgio e convivência, capazes de gerar vínculos afetivos entre usuários e o ambiente. Conclui-se que a vegetação urbana, aliada ao desenho paisagístico adequado, é essencial para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, seguras e acolhedoras, reforçando a conexão entre natureza e vida urbana.

Palavras-chave: Vitalidade urbana. Paisagismo. Áreas verdes. Segurança urbana. Conforto ambiental.

INTRODUÇÃO

A vitalidade urbana tem uma conexão direta com a presença de áreas verdes, que são extremamente importantes para a promoção da saúde física, mental e social da comunidade. Diversos estudos mostram que ter contato com a natureza ajuda a diminuir o estresse, melhorar a qualidade de vida e fortalecer a sensação de pertencimento em espaços públicos (Macedo, 1999). Além de seu valor estético, o paisagismo se destaca como uma ferramenta essencial de planejamento, capaz de unir os aspectos ambientais, sociais e culturais da cidade. Nesse sentido, "o planejamento paisagístico deve priorizar a integração entre natureza e espaço urbano, criando cidades mais sustentáveis e humanas" (Panzini, 2013).

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Pesquisas recentes vêm reforçando essa visão ao associar áreas verdes urbanas com segurança, bem-estar e inclusão social. Silva e Oliveira (2021) ressaltam que a arborização urbana ajuda a diminuir a sensação de insegurança, incentivando uma maior circulação de pessoas e, assim, promovendo a vitalidade coletiva. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) também destaca que espaços verdes ajudam a criar cidades mais resilientes, contribuindo para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Além disso, "a arborização urbana melhora a qualidade do ar, o conforto térmico e a valorização dos espaços públicos" (Loboda; Angelis, 2005).

Outros autores reforçam que a paisagem é um elemento essencial da cidade, "responsável por organizar e dar significado aos espaços de uso coletivo" (Souza; Muller, 2004, p. 12). Portanto, considerar sombras acolhedoras é compreender que a vegetação, além de proporcionar conforto e proteção, também redefine a apropriação social dos espaços públicos. Panzini (2006) complementa que "os jardins e as áreas verdes sempre estiveram associados à ideia de proteção e refúgio, funcionando como uma extensão simbólica do lar" (p. 22), mostrando que a ligação entre natureza e cidade vai além do aspecto físico, alcançando o campo da experiência e da memória coletiva.

Pesquisas como a de Pereira (2017) também indicam que "os espaços verdes influenciam diretamente a qualidade de vida urbana, atuando não apenas na estética, mas também na vivência diária dos moradores" (p. 6), o que reafirma a importância de integrar sombreamento e vitalidade urbana nas discussões recentes de planejamento.

Diante desse cenário, este trabalho pretende entender como o verde, em conjunto com estratégias de paisagismo, pode contribuir para a vitalidade urbana e para a segurança em espaços públicos. O objetivo é analisar as relações entre vegetação, conforto ambiental e percepção social, identificando práticas recentes que demonstram como as sombras acolhedoras também são ferramentas de bem-estar e segurança.

METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. As referências foram selecionadas em bases como Scielo, Google Scholar, ResearchGate, Academia.edu e CAPES Periódicos, contemplando publicações entre os anos de 2000 e 2025, com ênfase nos estudos mais recentes.

Foram utilizados descritores em português e inglês, como “paisagismo urbano”, “áreas verdes”, “vitalidade urbana”, “segurança nos espaços públicos” e “conforto ambiental”, além de suas correspondentes em inglês: “urban landscaping”, “green areas”, “urban vitality”, “public space safety” e “environmental comfort”.

Como critério de inclusão, foram selecionados apenas trabalhos que discutem a relação entre vegetação, bem-estar, segurança e conforto ambiental nos espaços públicos. A análise foi de caráter interpretativo, buscando compreender de que forma o verde urbano e as estratégias de paisagismo contribuem para a vitalidade urbana e a sensação de acolhimento nos espaços públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa bibliográfica evidenciam que a presença do verde urbano exerce papel fundamental na promoção da vitalidade e da segurança nos espaços públicos. A análise das referências mostra que áreas arborizadas, além de contribuírem para o conforto térmico e ambiental, estimulam a permanência e o convívio social, fatores diretamente ligados à sensação de segurança e pertencimento coletivo.

De acordo com Silva e Oliveira (2021), o aumento da cobertura vegetal em vias e praças está associado à maior circulação de pessoas, o que reduz a percepção de risco e incentiva o uso contínuo desses espaços. Essa dinâmica confirma a teoria de Jacobs (1961), que defende a importância do "olhar das ruas" — ou seja, a presença constante de cidadãos como elemento essencial da segurança urbana. Assim, o paisagismo atua não apenas na dimensão estética, mas também como estratégia de vigilância natural e fortalecimento da vida urbana.

Um exemplo claro dessa integração entre vegetação, mobilidade e vitalidade é o Parque Madureira, localizado no Rio de Janeiro (Figura 1). O projeto demonstra como o verde pode se articular com ciclovias e espaços de convivência, gerando movimento constante e sensação de segurança.

Figura 1 – Parque Madureira, Rio de Janeiro – exemplo de integração entre vegetação, ciclovias e espaços de convívio.

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2022).

Outro ponto identificado é o impacto positivo das sombras vegetais sobre o conforto térmico e a experiência sensorial do usuário. Estudos como os de Loboda e Angelis (2005) demonstram que a arborização pode reduzir significativamente as temperaturas superficiais e do ar, criando microclimas agradáveis que convidam à permanência. Essa sensação de acolhimento reforça a ideia central do trabalho: as "sombras que acolhem" funcionam como espaços simbólicos de refúgio e encontro, capazes de gerar vínculos emocionais entre as pessoas e o ambiente.

Um caso representativo é a Praça Victor Civita, em São Paulo (Figura 2), que alia vegetação e mobiliário urbano sustentável, criando um ambiente sombreado e confortável, capaz de atrair usuários de diferentes faixas etárias e promover convivência segura.

Figura 2 – Praça Victor Civita, São Paulo – requalificação de espaço urbano com uso de vegetação e mobiliário sustentável.

Fonte: ArchDaily (2021).

Além disso, observou-se que projetos de paisagismo bem planejados, que combinam vegetação, mobiliário urbano e boa iluminação, contribuem para o uso seguro e contínuo dos espaços, inclusive no período noturno. Pereira (2017) aponta que a integração entre elementos naturais e infraestrutura urbana amplia a percepção de cuidado e pertencimento, estimulando o uso coletivo e reduzindo o vandalismo.

O High Line Park, em Nova Iorque (Figura 3), ilustra bem essa estratégia. O espaço, antes uma linha férrea abandonada, foi transformado em um parque linear que combina paisagismo, arte e circulação de pedestres, promovendo vitalidade e segurança por meio da presença constante de pessoas.

Figura 3 – High Line Park, Nova Iorque – transformação de infraestrutura urbana abandonada em parque linear com ênfase na vitalidade social.

Fonte: ArchDaily (2014).

Comparando as diferentes abordagens teóricas, nota-se um consenso sobre a necessidade de incorporar o verde como elemento estruturador das cidades. No entanto, algumas pesquisas ressaltam que a simples presença de vegetação não garante vitalidade — é preciso planejamento, manutenção e diversidade de usos para que esses espaços se tornem efetivamente inclusivos e seguros. Nesse sentido, a vegetação deve ser pensada de forma estratégica, associada a percursos de pedestres, mobiliários confortáveis e visuais abertos que promovam a integração entre pessoas e natureza.

Portanto, os resultados apontam que o verde urbano, quando articulado a um paisagismo sensível e funcional, é capaz de transformar espaços públicos em ambientes acolhedores, seguros e vivos. As sombras projetadas pela vegetação tornam-se, assim, não apenas barreiras climáticas, mas símbolos de pertencimento e vitalidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender como o verde urbano, juntamente com as estratégias de paisagismo, pode ajudar a dar vida e segurança aos espaços públicos. Ao revisar a literatura, ficou claro que a vegetação desempenha um papel fundamental, não só melhorando as condições ambientais e o conforto térmico, mas também promovendo a convivência social e fortalecendo o sentimento de pertencimento na cidade.

As análises mostram que o paisagismo, quando bem planejado e integrado, se torna uma ferramenta eficaz para revitalizar e humanizar as cidades. A ideia das "sombras que acolhem", que é o foco deste trabalho, aparece como um elemento simbólico e funcional, capaz de transformar áreas urbanas em lugares de permanência, encontro e bem-estar para todos. Ter vegetação e sombra por perto estimula o uso contínuo dos espaços, aumenta a sensação de segurança e incentiva práticas sociais que enriquecem a vitalidade urbana.

Por outro lado, a pesquisa também indicou que só adicionar áreas verdes não é o bastante para garantir esses benefícios. É preciso um planejamento técnico adequado, manutenção frequente e uma boa integração com o mobiliário urbano, caminhos acessíveis e uma iluminação eficaz. Essas condições são fundamentais para que o espaço seja realmente inclusivo, seguro e acolhedor.

Para futuras investigações, seria interessante realizar levantamentos no local, comparando diferentes tipos de áreas verdes e suas influências no comportamento dos usuários. Essa abordagem pode aprofundar a compreensão sobre a relação entre vegetação, conforto ambiental e vitalidade social, ajudando a melhorar as práticas urbanas sustentáveis.

Em Resumo, pode-se concluir que o verde urbano é um componente essencial das cidades modernas, servindo como um elo entre a natureza, a segurança e a vida em comunidade. As sombras criadas pela vegetação não apenas protegem do sol, mas também acolhem a convivência, a memória e a identidade urbana.

REFERÊNCIAS

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003. Disponível em: https://favaretoufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/jacobs.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. **Arborização urbana:** importância e contribuição na qualidade de vida. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 1, n. 1, p. 75-84, 2005.

MACEDO, Sílvio Soares. **Paisagem, urbanismo e qualidade de vida**. São Paulo: Annablume, 1999.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. Tradução disponível em: https://www.academia.edu/95370945/Projetar_a_natureza_Arquitetura_da_paisagem_e_dos_jardins_desde_as_origens_at%C3%A9_a_%C3%A9poca_contempor%C3%A2nea_de_Franco_Panzini_tradu%C3%A7%C3%A3o_. Acesso em: 17 set. 2025.

PEREIRA, Juliana L. **Paisagem, modelos urbanísticos e as áreas habitacionais de primeira e segunda residência.** ResearchGate, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319045503. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOS, Milton; MÜLLER, Eduardo. **Paisagem, urbanismo e transformações socioespaciais.** Ambiência, v. 2, n. 1, 2002. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/157/185. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Mariana Alves da; OLIVEIRA, Ricardo José de. **Áreas verdes urbanas como instrumento de segurança e vitalidade social**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, n. 2, p. 357-374, 2021.

SOUZA, Marcelo; MÜLLER, Eduardo. **Paisagem, urbanismo e habitação.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeur/i/2024.v26/. Acesso em: 17 set. 2025.

MOBILIÁRIO URBANO E PAISAGISMO COMO ESTÍMULOS PARA A PERMANÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA ESCALA HUMANA

Categoria: Projeto Integrador

Diogo Deniz Sanches[1]
Julia Fernanda Hirsch[2]
Marcela Zoldan[3]

Resumo – A qualidade dos espaços públicos está diretamente ligada à experiência humana nas cidades. O mobiliário urbano e o paisagismo, quando planejados de forma integrada, desempenham papel essencial na promoção da permanência, do conforto e da convivência social. Fundamentado em autores como Jan Gehl e nas diretrizes da ABNT NBR 9050/2020 e da Lei nº 10.098/2000, este estudo analisa como a combinação entre elementos naturais e construídos pode valorizar a escala humana e contribuir para cidades mais inclusivas, acessíveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Cidades. Urbano. Conforto Térmico. Convívio. Qualidade.

INTRODUÇÃO

A qualidade dos espaços urbanos é um fator determinante para a experiência humana nas cidades, influenciando diretamente a permanência, o bem-estar e a interação social. Neste contexto, o mobiliário urbano e o paisagismo emergem como elementos cruciais, capazes de transformar ambientes genéricos em locais acolhedores e significativos. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, define mobiliário urbano como o "conjunto de objetos presentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação" (Brasil, 2000). Já a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) considera mobiliário urbano como parte essencial da acessibilidade em espaços públicos, estabelecendo que estes devem ser projetados de acordo com os princípios do desenho universal, de modo a proporcionar segurança, autonomia de uso, dimensões adequadas para alcance e mobilidade, além de estar posicionado de forma a não obstruir a circulação de pedestres, garantindo acessibilidade plena (ABNT, 2020).

A relevância de uma abordagem que integre a percepção ambiental no projeto e implantação do mobiliário urbano é fundamental para a qualificação dos espaços públicos, conforme destacado por John e Reis (2009). A disposição ordenada e a coerência estética do mobiliário, aliadas à diversidade para evitar a monotonia (Reis, 2002), contribuem para uma paisagem visualmente agradável e legível. Paralelamente, o paisagismo, definido como a arte e

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ciência de planejar e projetar ambientes equilibrando elementos naturais e construídos (Ribaski; santos, 2024), desempenha um papel vital na criação de espaços urbanos sustentáveis. Ele oferece benefícios ecológicos e sociais, como a melhoria do microclima, a redução de ilhas de calor e a promoção da biodiversidade, conforme enfatizado pelo Artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, que estabelece o "Direito ao Verde" (Ribaski, 2021).

A discussão sobre a qualidade dos espaços urbanos ganha profundidade ao considerar a perspectiva da escala humana, conceito amplamente difundido por Jan Gehl. Para Gehl (2013), a cidade deve ser projetada para as pessoas, priorizando a vida pública e as atividades que ocorrem no nível do pedestre. Ele argumenta que a qualidade do espaço público é relacionada à sua capacidade de convidar as pessoas a caminhar, permanecer e interagir, o que é intrinsecamente ligado à presença e adequação do mobiliário urbano e do paisagismo. Esses elementos, quando bem planejados, criam ambientes que estimulam a permanência ativa, o encontro social e a sensação de pertencimento, elementos essenciais para uma cidade vibrante e humana.

Este artigo busca contextualizar a importância do mobiliário urbano e do paisagismo como estímulos para a permanência e valorização da escala humana, problematizando a necessidade de projetos que considerem a percepção e as necessidades dos usuários. O objetivo é analisar como a integração desses elementos pode criar cidades mais habitáveis, inclusivas e sustentáveis, promovendo o convívio social e a qualidade de vida.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de casos, baseada na leitura de livros, artigos científicos, legislações e normas técnicas que abordam mobiliário urbano, paisagismo e escala humana, com o objetivo de construir o referencial teórico. Em seguida, são analisados exemplos de intervenções urbanas e paisagísticas, selecionados por sua relevância na promoção da permanência e da qualidade da experiência humana nos espaços públicos. A partir dessa análise, busca-se identificar diretrizes que evidenciem a importância da integração entre mobiliário urbano e paisagismo para a valorização da escala humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise relaciona mobiliário urbano, paisagismo com escala humana, evidencia a aplicação prática das teorias apresentadas por Gehl (2013), Reis (2002) e Ribaski e Santos (2024), bem como as diretrizes normativas da ABNT NBR 9050/2020. Essas referências, quando associadas a intervenções urbanas, demonstram que o planejamento integrado entre elementos naturais e construídos é determinante para qualificar o espaço público e favorecer a permanência.

Em Florianópolis (SC), a requalificação da Praça Hercílio Luz (Figura 1) constitui um exemplo expressivo da aplicação desses princípios. Localizada na área central da cidade, a intervenção reorganizou os percursos de pedestres, implantou mobiliário acessível e espécies vegetais nativas, resultando em melhores condições de conforto térmico, mobilidade e legibilidade do espaço. O projeto reafirma a importância da escala humana proposta por Gehl (2013), que defende o espaço público como lugar de encontro e permanência, ao mesmo tempo

em que cumpre as diretrizes da ABNT NBR 9050/2020, que orienta a implantação de mobiliário inclusivo e seguro.

Figura 1 – Plantas nativas no Mirante da Praça Hercílio Luz.

Fonte: Bela Floripa (2025).

Na Orla do Guaíba, em Porto Alegre (RS), a integração entre paisagismo e infraestrutura urbana reforça o papel do ambiente natural como mediador entre o espaço construído e o convívio social. A implantação de ciclovias, espaços de contemplação e áreas verdes contínuas consolidou o local como lazer e convivência. Além de proporcionar conforto térmico e diversidade de usos, a intervenção materializa o pensamento de Reis (2002) ao valorizar a coerência estética e a legibilidade do espaço urbano. O projeto também reflete o preceito do Artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece o direito ao verde como componente essencial da qualidade de vida nas cidades.

Figura 2 – Passarelas integradas a áreas verdes na Orla do Guaíba.

Fonte: Noblesse (2025).

Em Fortaleza (CE), o programa de micro parques urbanos apresenta soluções de pequena escala que transformam áreas degradadas em espaços públicos acessíveis e de uso cotidiano. As intervenções, de baixo custo e rápida execução, incluem mobiliário simplificado, pavimentação permeável e vegetação nativa, favorecendo a convivência entre os moradores e fortalecendo laços comunitários. Essa iniciativa concretiza os princípios de Gehl (2013), que defende a cidade como um organismo vivo e participativo, no qual o espaço público atua como extensão da vida social.

Já o Parque do Santuário Santa Paulina, em Nova Trento (SC), exemplifica a integração entre paisagismo, espiritualidade e acessibilidade. O projeto valoriza a experiência sensorial e contemplativa, incorporando percursos adaptados, mirantes e áreas de descanso que promovem a inclusão e a permanência. O atendimento às diretrizes da Lei nº 10.098/2000 assegura

autonomia e conforto aos usuários, demonstrando que a acessibilidade, quando aliada à dimensão simbólica e natural do espaço, amplia o valor social e afetivo da paisagem.

Figura 3 – Acessos do Parque do Santuário de Santa Paulina.

Fonte: Correio Catarinense (2025).

A análise comparativa entre esses casos evidencia que a escala da intervenção urbana influencia diretamente o tipo de experiência proporcionada, mas em todos os exemplos observa-se a presença de princípios comuns: o estímulo à permanência, a integração entre natureza e urbanidade, a legibilidade espacial e o atendimento às normas de acessibilidade. Essa convergência revela que, independentemente da dimensão física, o desenho urbano sensível à escala humana é capaz de promover espaços mais democráticos e convidativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida, constata-se que o mobiliário urbano e o paisagismo desempenham papel essencial na qualificação dos espaços públicos e na valorização da escala humana. A pesquisa evidenciou que intervenções urbanas bem planejadas, quando orientadas por princípios de acessibilidade, conforto ambiental e integração com a natureza, contribuem diretamente para o fortalecimento do convívio social e para o estímulo à permanência dos usuários.

Os estudos de caso analisados demonstraram que, independentemente da escala ou do contexto urbano, o projeto que articula de forma equilibrada elementos naturais e construídos potencializa o uso e a identidade dos espaços coletivos. Em Florianópolis, a Praça Hercílio Luz reafirma a importância da reorganização do espaço público com foco no pedestre; em Porto Alegre, a Orla do Guaíba expressa a relevância da relação entre paisagem e urbanidade; em Fortaleza, os micro parques urbanos comprovam o impacto positivo de intervenções simples e de baixo custo na vida cotidiana; e, em Nova Trento, o Parque do Santuário Santa Paulina demonstra como o paisagismo pode unir espiritualidade, acessibilidade e bem-estar.

Essas experiências reforçam a aplicabilidade das teorias de Gehl (2013), Reis (2002) e Ribaski e Santos (2024), que compreendem o espaço urbano como ambiente de interação e pertencimento. Também confirmam a importância das normativas da Lei nº 10.098/2000 e da

ABNT NBR 9050/2020, que garantem o direito universal de acesso e uso qualificado dos espaços públicos.

Conclui-se, portanto, que o mobiliário urbano e o paisagismo, quando concebidos de forma integrada e sensível à escala humana, não apenas qualificam a paisagem urbana, mas também fortalecem os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento coletivo. O estudo reforça que a cidade, ao se orientar pelos princípios do desenho universal e do respeito à experiência humana, torna-se mais democrática, acolhedora e capaz de refletir os valores da convivência e da sustentabilidade — fundamentos essenciais para o desenvolvimento das cidades contemporâneas e para a formação crítica e sensível do profissional arquiteto e urbanista.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050:2020** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BELA FLORIPA. **Mirante da Praça Hercílio Luz**. Disponível em: https://belafloripa.com.br/index.php/mirante-da-praca-hercilio-luz/. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 26 maio 2009.

CORREIO CATARINENSE. **Santuário Santa Paulina.** Disponível em: https://correiocatarinense.com.br/geral/santuario-santa-paulina-transmitira-programacao-da-semana-santa-em-nova-trento/. Acesso em: 23 out. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JOHN, Naiana Maura; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. **Mobiliário urbano: estética e uso dos espaços**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2009. p. 114–125.

NOBLESSE. **Descubra a magia da Orla do Guaíba em Porto Alegre**. Disponível em: https://blog.noblesse.com.br/blog/descubra-a-magia-da-orla-do-guaiba-em-porto-alegre/. Acesso em: 23 out. 2025.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz. **Repertório, análise e síntese: uma introdução ao projeto arquitetônico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RIBASKI, Nayara Guetten. **Perícia e avaliação ambiental: um olhar pela legislação.** Curitiba: Editora Reflexão Acadêmica, 2021.

RIBASKI, Nayara Guetten; Santos, Andrew dos. **O direito ao verde: paisagismo, espaço urbano e sustentabilidade social**. Derecho y Cambio Social, n. 78, p. 1–16, out./dez. 2024. DOI: 10.54899/dcs.v21i78.197.

DA OBSERVAÇÃO À AÇÃO: CONSTRUINDO A ACESSIBILIDADE URBANA PARA UMA CIDADE MAIS INCLUSIVA

Categoria: Projeto Integrador - Sedepex

Gustavo Nohan Pereira[1]
Guilherme dos Santos Batista[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – Este artigo visa compartilhar as experiências de extensão que foram realizadas ao longo do semestre, com foco na acessibilidade e na mobilidade urbana, considerando a sustentabilidade e a inclusão social. As ações tiveram como intuito entender de que maneira o desenho urbano impacta o fluxo de pedestres, a integração social e o direito à cidade. A partir da proposta de caminhada inspirada em Jane Jacobs, foi possível olhar criticamente para o espaço urbano e reconhecer barreiras arquitetônicas à circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Este trabalho se apoia nos princípios da mobilidade sustentável nas políticas públicas que promovem a acessibilidade e na visão da cidade como espelho das disparidades socioespaciais.

Palavras-chave: Acessibilidade urbana; mobilidade sustentável; inclusão social; desenho universal; sustentabilidade urbana.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade urbana é um dos pilares do direito à cidade, garantindo que todos os cidadãos possam acessar e aproveitar o espaço público de forma segura, autônoma e equitativa. Falar sobre acessibilidade em Arquitetura e Urbanismo não é só cumprir o que a legislação exige, é entender a cidade pela lente da diversidade humana e da função social dos lugares.

Pereira e Penna e Souza (2016) afirmam que a mobilidade e a acessibilidade são fundamentais para uma qualidade ambiental e social, uma vez que as possibilidades de ir e ficar nos espaços públicos revelam o quanto uma cidade é inclusiva e sustentável. A falta de infraestrutura, somada à ausência de rampas e calçadas acessíveis, impede que a vida urbana aconteça e prejudica a autonomia dos cidadãos.

O Módulo 2 de Mobilidade Urbana e Acessibilidade (UFPR, 2013) acrescenta a esse entendimento que a mobilidade precisa ser planejada de maneira integrada e com a participação da comunidade, assegurando um acesso democrático ao espaço urbano e priorizando os meios de transporte não motorizados, como andar a pé ou de bicicleta. Para isso, é essencial que as

[1] Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

políticas públicas favoreçam um planejamento urbano que seja tanto acessível quanto seguro, promovendo a cidadania e a justiça social.

Admin (2006) também argumenta que as desigualdades na utilização do espaço urbano expõem as contradições estruturais das cidades brasileiras, onde a falta de acessibilidade é um reflexo da exclusão social e da falta de um planejamento que seja inclusivo. Portanto, refletir sobre a mobilidade é também um gesto político e ecológico: como se move, quem se move, diz muito sobre quem é de fato reconhecido como parte da cidade.

Com base nas ideias de Jane Jacobs (2011), que retratam uma cidade vibrante e vista das ruas, este projeto propôs uma atividade de extensão dedicada à análise crítica do centro de Caçador (SC), identificando barreiras arquitetônicas e oportunidades para intervenções. A proposta central foi unir teoria e prática, incentivando uma reflexão sobre a atuação do arquiteto e urbanista na criação de cidades que sejam acessíveis, sustentáveis e justas socialmente.

METODOLOGIA

O trabalho consiste em um relato de experiência no âmbito da extensão, com enfoque qualitativo e descritivo. As atividades aconteceram no contexto do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP, durante o segundo semestre de 2024.

A primeira fase foi uma caminhada pela cidade, guiada pela metodologia de observação de Jane Jacobs, onde os participantes caminharam por diferentes áreas do centro de Caçador (SC) para detectar barreiras arquitetônicas, problemas de locomoção e situações de exclusão no uso do espaço público.

Depois, essas observações foram discutidas em grupo, o que levou à organização das informações e à criação de uma cartilha educativa sobre acessibilidade urbana. Esta cartilha foi elaborada a partir das normas técnicas da ABNT NBR 9050:2020 e dos princípios do Desenho Universal, com o objetivo de tornar os conceitos técnicos mais compreensíveis e aplicáveis na prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No centro de Caçador (SC), durante uma caminhada urbana, foram identificados vários pontos críticos que afetam a acessibilidade e a mobilidade urbana. A experiência foi valiosa para entender na prática como o desenho urbano afeta a movimentação de pedestres e o direito à cidade.

Foram encontradas rampas de acessibilidade com inclinações irregulares, sem piso tátil direcional, sinalizações desgastadas e sem o devido rebaixamento de guias. Estas condições representam barreiras arquitetônicas que prejudicam a autonomia de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em desacordo com os parâmetros da ABNT NBR 9050:2020.

Figura 1: Rampa sinalizada com o símbolo de acessibilidade, porém sem o rebaixamento adequado da guia.

Fonte: Acervo dos autores (2024).

Além disso, observou-se que muitas faixas de pedestres não possuem conexão direta com o nível da calçada, gerando riscos de queda e impossibilitando a travessia segura de cadeirantes e idosos.

Figura 2: Diferença de nível entre a calçada e a faixa de travessia, inviabilizando o acesso por cadeira de rodas.

Fonte: Acervo dos autores (2024).

Outros pontos de observação destacaram a falta de manutenção das calçadas, buracos e desníveis, bem como a ausência de continuidade do piso acessível em cruzamentos. Esses fatores

evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à requalificação das vias e à implementação de um desenho urbano inclusivo.

Figura 3: Faixa de pedestres sem rebaixamento e com piso irregular, dificultando o deslocamento seguro.

Fonte: Acervo dos autores (2024).

A análise dos dados, juntamente com as discussões teóricas de Pereira, Penna e Souza (2016) e UFPR (2013), revelou que a mobilidade urbana sustentável é resultado de um esforço conjunto entre planejamento, infraestrutura e a conscientização da população. Nesse sentido, o arquiteto e urbanista se torna um importante agente de intermediação entre o que a sociedade precisa e o espaço que ocupa, apresentando alternativas que garantam um acesso democrático à cidade.

Como resultado do que foi observado, foi criada uma cartilha educativa sobre acessibilidade urbana, utilizando uma linguagem simples e com ilustrações que explicam os conceitos da NBR 9050 e do Desenho Universal. O conteúdo foi elaborado para sensibilizar a população sobre a contribuição de cada pessoa para a criação de cidades mais humanas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto extensionista "Da Observação à Ação: Construindo a Acessibilidade Urbana para uma Cidade Mais Inclusiva" trouxe uma vivência valiosa na conexão entre teoria e prática. Essa atividade ajudou a aumentar a percepção crítica dos alunos sobre a necessidade de acessibilidade no planejamento da cidade, enfatizando que o espaço público deve ser destinado a todos.

Os dados coletados evidenciam que, embora haja progressos na legislação e nas normas, ainda são muitos os desafios a serem superados para que as cidades do Brasil sejam verdadeiramente inclusivas. É evidente que são necessárias ações intersetoriais entre o poder

público, as universidades e a sociedade civil, pois a falta de rampas apropriadas, calçadas contínuas e sinalizações acessíveis não pode ser subestimada.

Para dar continuidade, recomenda-se aumentar as atividades de extensão, aplicando a cartilha em escolas e comunidades, e estabelecendo parcerias com o governo municipal para sugerir melhorias estruturais em áreas que necessitam.

Portanto, o aprendizado vai além da sala de aula e se torna ação cidadã e transformadora.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo incentivo às atividades de extensão e pela oportunidade de desenvolver um trabalho que contribui para o fortalecimento da inclusão social e da cidadania urbana. Agradecem também aos colegas e professores envolvidos nas caminhadas urbanas e na elaboração da cartilha educativa.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwia2_jyjtCQAxXSrpUCHUgEA8MQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.prefeitura.sp.gov.br%2Fcidade%2Fsecretarias%2Fupload%2FNBR9050_20.pdf&usg=AOvVaw2MTAeUFpQayiNdGcd_W4EE&opi=89978449. Acesso em: 25 out. 2025.

ADMIN, S.; N., L. **A cidade e as desigualdades socioespaciais.** São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/. Acesso em: 25 out. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4117438/mod_resource/content/1/JANE%20JACOBS%20-%20MORTE%20E%20VIDA%20DE%20GRANDES%20CIDADES.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

PEREIRA, R.; PENNA, A.; SOUZA, L. **Mobilidade e acessibilidade urbana sustentável.** Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes. Acesso em: 25 out. 2025.

UFPR. **Módulo 2: Mobilidade Urbana e Acessibilidade.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/. Acesso em: 25 out. 2025.

ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR: ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A INCLUSÃO NA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO

Categoria: Projeto Integrador

Bruna Alves de Melo[1]
Isadora Pacheco Luiz[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – Este artigo apresenta um levantamento de dados sobre as condições de acessibilidade urbana na Avenida Barão do Rio Branco, localizada no município de Caçador (SC). O estudo teve como objetivo observar e avaliar as calçadas e os espaços públicos da via, identificando irregularidades e possíveis adequações, com foco em elementos como mobiliário urbano, estacionamentos acessíveis, rampas, rebaixamentos, travessias de pedestres, vegetação e iluminação, conforme as normas de acessibilidade vigentes. A análise foi organizada em dois trechos, parte alta e parte baixa da avenida, a fim de comparar as condições de acessibilidade entre os diferentes segmentos do local. Após o percurso, realizou-se uma discussão em grupo na praça, possibilitando a troca de percepções e reflexões sobre os principais problemas encontrados e potenciais soluções. A metodologia inicialmente em uma análise preliminar por meio do Google Maps, seguida de visita técnica realizada por grupos de alunos. Foram avaliados aspectos como irregularidades urbana. Os resultados mostraram que muitos elementos urbanos foram instalados apenas para cumprir exigências, sem atender adequadamente às normas de acessibilidade. Foram identificados equipamentos em alturas impróprias, mobiliário mal posicionado e falta de manutenção e padronização. Essas falhas prejudicam a circulação segura e independente dos pedestres, especialmente daqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, reforçando a necessidade de melhorias na infraestrutura da avenida.

Palavras-chave: Acessibilidade, Pesquisa a campo, Caçador SC, Desenho Universal.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade e urbana deve garantir direito a segurança a todos a acessibilidade é um direito que visa assegurar a autonomia e segurança na circulação de pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. Dessa forma, a avaliação das condições físicas da cidade torna-se essencial para promover ambientes urbanos mais inclusivos e funcionais.

O presente relato tem como objetivo apresentar o levantamento de dados realizado na cidade de Caçador, especificamente na Avenida Barão do Rio Branco, com foco na análise das condições de acessibilidade urbana. A atividade teve como propósito observar e avaliar aspectos

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

relacionados às calçadas, ao mobiliário urbano e aos estacionamentos acessíveis, identificando possíveis adequações ou irregularidades conforme as normas vigentes.

Durante o percurso, foram identificadas diversas questões que influenciam diretamente na mobilidade e segurança dos pedestres, como barreiras físicas, condições de segurança ao caminhar, presença e adequação de rampas e rebaixamentos de vias, travessias seguras, acesso às edificações e faixas de pedestres. Para uma melhor compreensão dos resultados, o estudo foi dividido em duas etapas, parte alta e parte baixa da avenida, permitindo uma análise comparativa das condições de acessibilidade em diferentes trechos do local.

METODOLOGIA

A metodologia configurou-se como um estudo de caso qualitativo, focado na análise de acessibilidade da Avenida Barão do Rio Branco. Os procedimentos iniciaram com uma análise exploratória remota (Google Maps) e seguiram para a etapa de campo (levantamento in loco). Para esta, a equipe foi dividida em dois grupos (Parte Alta e Parte Baixa da avenida), que realizaram observação direta e registro fotográfico. Os dados foram consolidados e analisados com base em categorias pré-definidas, como: mobiliário urbano, calçadas, rampas e rebaixamentos, travessia de pedestres, vegetação e iluminação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A concepção de projetos urbanísticos, historicamente baseada em um modelo humano padronizado, ignora a diversidade funcional da população. Essa abordagem se opõe diretamente ao conceito de Desenho Universal, que preconiza a criação de ambientes e produtos que possam ser utilizados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem necessidade de adaptação (CAMBIAGHI, 2007). Ao falhar em adotar essa filosofia, o ambiente construído gera barreiras físicas que impedem o uso pleno dos espaços (CREA-SC, 2022).

Um dos elementos centrais da acessibilidade urbana é a calçada. Ela deve ser concebida como uma rota acessível, garantindo a circulação segura de todos. Para isso, sua concepção é regulamentada tanto por decreto federal (BRASIL, 2004) quanto pela norma técnica ABNT NBR 9050 (2020). Essas regulamentações estabelecem a divisão do passeio em faixas funcionais:

Faixa de Serviço: Destinada à instalação do mobiliário urbano (postes, lixeiras, bancos, sinalização, árvores).

Faixa Livre (ou Passeio): Crucial para a circulação, devendo ser contínua, desobstruída, com largura mínima de 1,20m e altura livre mínima de 2,10m (ABNT, 2020).

Faixa de Acesso: Área adjacente à fachada das edificações, destinada ao acesso aos imóveis.

Durante a observação de campo na Avenida, foi constatado que o mobiliário urbano é um dos principais determinantes da acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) define qualquer entrave que obstrua a circulação como uma "barreira urbanística" (BRASIL, 2015). O

problema recorrente não foi a ausência de mobiliário, mas sua instalação inadequada, criando exatamente essas barreiras.

Observou-se que a "faixa livre" é frequentemente obstruída por mercadorias de comerciantes, vendedores ambulantes e pela má localização de equipamentos (como lixeiras e postes) que deveriam estar contidos na "faixa de serviço". Muitos desses elementos parecem instalados apenas para "cumprir uma exigência", sem atender às normas de uso, posicionamento ou dimensões estabelecidas (ABNT, 2020).

Essa inadequação, somada à falta de padronização e manutenção, compromete a funcionalidade e a segurança do espaço. A primeira solução para os problemas identificados seria, portanto, realocar todo o mobiliário urbano para a "faixa de serviço", conforme preconiza o CREA-SC (2022). Adicionalmente, as esquinas devem estar livres de interferências visuais e físicas até 5,0m do bordo do alinhamento da via, garantindo a segurança na travessia.

As próprias calçadas apresentaram problemas estruturais, como desníveis e aplicação inadequada do piso tátil. Em alguns trechos, a sinalização tátil estava instalada de forma incorreta, podendo induzir pessoas com deficiência visual a riscos, como a direção à via pública. Os rebaixamentos de calçada, essenciais para a travessia, também apresentaram dimensões inadequadas.

A falta de infraestrutura e de políticas públicas efetivas limita a autonomia e a participação social das Pessoas com Deficiência (PCDs). A LBI (BRASIL, 2015) trata a acessibilidade não como uma opção de infraestrutura, mas como um direito humano fundamental. O diagnóstico aponta para uma falha no planejamento urbano, que não assegura o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Cidade, o qual exige a "garantia da acessibilidade universal" como um pilar da política urbana (BRASIL, 2001).

A construção de uma cidade verdadeiramente inclusiva, como Caçador, depende de vontade política e de um planejamento que transforme as demandas da população em ações concretas, aplicando os instrumentos legais e técnicos existentes (BRASIL, 2001; BRASIL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da caminhada possibilitou a identificação de diversos problemas relacionados à acessibilidade na Avenida Barão do Rio Branco, evidenciando falhas estruturais e de planejamento urbano que comprometem a mobilidade e a segurança dos pedestres. A atividade prática demonstrou que, apesar de algumas iniciativas já implementadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir condições adequadas de circulação para todos os cidadãos, especialmente para pessoas com deficiência, idosos, gestantes e demais indivíduos com mobilidade reduzida.

Além do diagnóstico físico do espaço urbano, a ação permitiu uma aproximação significativa com a comunidade local. O diálogo com moradores e usuários da via contribuiu para a compreensão de como as barreiras urbanas afetam o cotidiano das pessoas e reforçou a importância da participação social nos processos de análise e construção de políticas públicas voltadas à acessibilidade.

A atividade também teve caráter educativo e sensibilizador, tanto para os acadêmicos envolvidos quanto para a população. Ao vivenciar as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência e disseminar informações sobre as normas e legislações existentes, reforçou-se a necessidade de respeito, empatia e responsabilidade coletiva na busca por uma cidade mais justa e inclusiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional, pela disponibilização de infraestrutura e pelos recursos acadêmicos essenciais à realização deste trabalho, incluindo espaços de estudo, materiais didáticos e suporte técnico.

Estendemos nossos agradecimentos aos professores envolvidos na orientação e acompanhamento das atividades, cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento metodológico e teórico da pesquisa. Reconhecemos também o empenho dos colegas participantes, que colaboraram com dedicação nas etapas de observação em campo, análise dos dados e construção da cartilha educativa.

Expressamos ainda nossa gratidão à comunidade local da Avenida Barão do Rio Branco, que se dispôs a dialogar e compartilhar suas experiências, contribuindo diretamente para o entendimento das necessidades reais da população e para a reflexão sobre a importância da acessibilidade urbana.

Por fim, reforçamos que este trabalho só foi possível graças ao esforço conjunto entre instituição, docentes, acadêmicos e cidadãos, demonstrando que ações colaborativas são fundamentais para promover cidades mais inclusivas e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ALVAREZ, Eduardo; CAMISÃO, Verônica. **Guia operacional de acessibilidade para projetos de desenvolvimento urbano com critérios de desenho universal**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2004. Disponível em: https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/07/AlvarezCamisao2004BID_GuiaOperacionalAcessibilidadeDesenhoUniversal.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade). Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n<u>o</u> 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA (CREA-SC). **Cartilha de Acessibilidade**. 4. ed. Florianópolis: CREA-SC, 2022.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA (CREA-SC). **Cartilha de Acessibilidade**. 8. ed. Florianópolis: CREA-SC, 2025. Disponível em: https://portal.crea-sc.org.br/wp-content/uploads/2025/03/CARTILHA_ACESSIBILIDADE_2025.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

ICL NOTÍCIAS. **Acessibilidade urbana: como tornar as cidades inclusivas?** 21 ago. 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/conhecimento/acessibilidade-urbana/. Acesso em: 10 out. 2025.

A PSICOLOGIA DO ESPAÇO: POR QUE AS PESSOAS ESCOLHEM CAMINHAR OU FICAR?

Categoria: Projeto Integrador

Dalto Cerino Liepinski[1]
Gabriele Vitória Maiberg[2]
Jennifer Tais Heusser[3]
Luiza Eduarda Santos[4]
Marcela Zoldan[5]

Resumo – No contexto atual a sociedade busca alternativas eficientes para superar os desafios urbanos e sociais. A arquitetura e o paisagismo surgem como respostas às necessidades do mundo contemporâneo, promovendo um futuro mais sustentável. A criação de espaços de permanência arborizados é uma preocupação crescente, uma vez que tais ambientes contribuem para o bem-estar físico e mental da população, permitindo o deslocamento seguro e o descanso em meio à cidade. O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre permanência e arborização urbana e analisar como essa interação influencia o cotidiano dos indivíduos.

Palavras-chave: Permanência; Urbano; Caminhabilidade; Arborização.

INTRODUÇÃO

Apesar de todos os benefícios que o ato de caminhar traz à saúde, ao bem-estar e à vitalidade dos espaços urbanos (WHO, 2011; Gehl, 2010), muitas cidades ainda enfrentam dificuldades em se tornarem mais agradáveis e acessíveis aos pedestres. A priorização do automóvel no desenho urbano é um dos principais obstáculos (Jacobs, 1961; Speck, 2012), somada à ausência de calçadas adequadas, padrões de acessibilidade e à insegurança nas vias públicas (Moura et al., 2017).

Para que o ambiente urbano seja verdadeiramente acolhedor, é essencial que ofereça condições adequadas para que as pessoas caminhem, parem, sentem-se, observem, escutem e conversem. Essas ações simples representam a base da vida urbana, pois promovem o encontro, o pertencimento e o uso contínuo dos espaços públicos. Segundo Gehl (2013), o ato de caminhar não deve ser compreendido apenas como deslocamento, mas como uma oportunidade de interação social e de experiência sensorial com o espaço.

[1]Aluno do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A qualidade do percurso está diretamente relacionada a diversos fatores, como a dimensão e a pavimentação das calçadas, as condições climáticas e a segurança. A acessibilidade, por sua vez, não deve ser vista como um elemento complementar, mas como um princípio essencial de equidade e inclusão social.

A prioridade dada ao tráfego e ao estacionamento de veículos, historicamente, gerou cidades pouco favoráveis ao pedestre. Ter calçadas largas, acessíveis e contínuas é fundamental, sobretudo para crianças e idosos (Gehl, 2013). Pensar a cidade de forma multissensorial, como propõe Pallasmaa (2005) e ArchDaily (2022), é essencial para integrar sons, aromas, texturas e cores ao percurso urbano, criando ambientes que favoreçam o diálogo, a escuta e as relações humanas.

Dessa forma, esta pesquisa busca analisar como a psicologia do espaço influencia o comportamento dos pedestres e de que forma o planejamento urbano pode estimular o ato de caminhar, permanecer e interagir nos espaços públicos, promovendo cidades mais humanas, acessíveis e sensoriais.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica interdisciplinar sobre psicologia do espaço, caminhabilidade e comportamento urbano.

O estudo adota uma abordagem narrativa e interpretativa, com o objetivo de compreender como diferentes áreas do conhecimento — como urbanismo, psicologia ambiental, neuroarquitetura e design urbano — tratam a percepção ambiental e os fatores que influenciam a escolha das pessoas em caminhar ou permanecer em determinados espaços públicos.

A busca bibliográfica foi realizada em bases acadêmicas nacionais e internacionais, como Google Acadêmico, Scielo, ResearchGate e periódicos especializados (ArchDaily, Habitability, entre outros). Foram utilizados os seguintes descritores: psicologia do espaço, psicologia ambiental, caminhabilidade, percepção espacial, comportamento do pedestre e ambiência urbana.

Foram incluídos artigos, livros e dissertações publicados a partir de 2000 que abordassem a relação entre percepção espacial e comportamento humano em ambientes urbanos. Foram excluídos estudos voltados a ambientes privados ou sem vínculo com a experiência urbana.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve envolvimento direto com seres humanos, sendo dispensada a aplicação de protocolos éticos de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Viçosa, localizada em Minas Gerais, possui área territorial de 299,397 km² e população estimada, em 2009, de aproximadamente 77.885 habitantes. Com o objetivo de aprimorar as condições de caminhabilidade urbana, Vegi et al. (2020) desenvolveram uma metodologia baseada em variáveis espaciais e demográficas.

Foram excluídas vias expressas, caminhos rurais e trajetos inadequados ao deslocamento a pé. Em seguida, somou-se o comprimento das ruas dentro dos limites de cada setor censitário. A conectividade viária foi mensurada pela contagem das interseções entre vias, considerando apenas os nós reais (três ou quatro ruas), desconsiderando cul-de-sacs e vias sem saída.

Com base em dados georreferenciados do Censo de 2010, também foram calculadas as densidades residencial e comercial. Ambos os indicadores foram normalizados pela extensão total das ruas em cada setor, permitindo uma análise comparativa entre diferentes áreas da cidade.

A metodologia aplicada evidenciou a importância de integrar variáveis espaciais e demográficas na avaliação da caminhabilidade urbana. Ao relacionar o comprimento das vias, a conectividade e as densidades residencial e comercial, é possível identificar áreas com maior potencial para deslocamentos a pé e aquelas que demandam intervenções urbanas, contribuindo para o planejamento de cidades mais acessíveis e sustentáveis (Figura 03).

A Praça do Forte São Luís, em Florianópolis (Figuras 01 e 02), é outro exemplo de como o espaço urbano pode promover permanência e convivência. Inserida em um rico contexto urbano, próxima à Avenida Beira-Mar — um dos principais parques lineares da cidade —, a praça foi projetada com o objetivo de reconectar arte, natureza e cidade (Moreira, 2025).

O projeto, desenvolvido pela JA8 Arquitetura Viva, propõe um caminho escultural em forma espiral que simboliza a ilha cercada pela água. A presença de fontes, mobiliários móveis e áreas de sombra incentiva a permanência, a contemplação e o encontro entre diferentes grupos sociais (Moreira, 2025).

Esses exemplos demonstram que espaços públicos bem planejados — com arte, vegetação, água e conforto ambiental — fortalecem a vida urbana, promovendo interação, vitalidade e identidade coletiva (Gehl, 2013). Pequenas intervenções em ruas e praças podem transformar significativamente a experiência urbana, estimulando o caminhar e a permanência.

Figura 01 – Praça do Forte São Luís.

Fonte: Archdaily (2025).

Figura 02 – Praça do Forte São Luís.

Fonte: Archdaily (2025).

Figura 03 – Espaço urbano planejado para atender todos os modos de transporte e todos os perfis de usuários, priorizando a segurança, o conforto e a acessibilidade.

Fonte: WRI BRASIL (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de trazer a caminhabilidade e a qualidade dos espaços urbanos com uma abordagem inclusiva para todos. Os resultados evidenciam que o ato de caminhar é a prática urbana fundamental, que transcende o deslocamento funcional ao promover inclusão social, bem-estar e conexão com o ambiente. A análise dos casos de Viçosa (MG) e Florianópolis (SC) demonstrou que variáveis como conectividade viária, densidade residencial, presença de

comércio e elementos sensoriais influenciam diretamente a experiência dos pedestres e a vitalidade dos espaços urbanos.

A pesquisa reforça que o planejamento urbano deve incorporar princípios de desenho universal, estimulando para a permanência, promovendo cidades mais humanas, feitas para pedestres. Também foi destacado a psicologia como uma ferramenta essencial para compreender o comportamento dos usuários e orientar o planejamento urbano em direção à criação de ambientes acessíveis.

Em síntese, este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de cidades acessíveis e acolhedoras, onde o ato de caminhar seja valorizado como prática cotidiana que ajuda muito na saúde e qualidade de vida, com um espaço adequado com sombras, pontos de parada, calçadas com tamanho adequado para os pedestres e faixas para ciclistas.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Urbanismo sensorial: cidades para todos os sentidos.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br. Acesso em: 9 out. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

MOURA, F.; CAMBRA, P.; GONÇALVES, A. B. **Measuring walkability for distinct pedestrian groups with a participatory assessment method: a case study in Lisbon**. Landscape and Urban Planning, v. 157, p. 282–296, 2017.

MOREIRA, C. **Praça do Forte São Luís: reconexão entre arte, natureza e cidade.** Florianópolis, 2025.

MOREIRA Susanna. **Praça do Forte São Luís / JA8 Arquitetura Viva**. 09, ago. 2025. ArchDaily Brasil. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1032456/praca-do-forte-sao-luis-ja8-arquitetura-viva?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 09, out. 2025.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

SCHAFFER, R. M. **The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World.** Rochester: Destiny Books, 1977.

SPECK, Jeff. **Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time.** New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012.

VEGI, A. S. F.; FERNANDES FILHO, E. I.; PESSOA, M. C.; RAMOS, K. L.; RIBEIRO, A. Q. **Indicadores de caminhabilidade: estudo de caso em Viçosa (MG)**. Revista Urbana, v. 12, n. 2, 2020.

WHO – World Health Organization. **Global recommendations on physical activity for health**. Geneva: WHO, 2011.

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces.** Washington: The Conservation Foundation, 1980.

PERSPECTIVA URBANA CENTRADA NA EXPERIÊNCIA DOS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA VIDA COTIDIANA

Categoria: Projeto Integrador

Alana Dornhauser Alves[6]
Cintia Aparecida França[7]
Marcela Zoldan[8]

Resumo – A rápida urbanização tem transformado a relação das pessoas com o espaço urbano, limitando o contato com a natureza e a convivência comunitária. Nesse contexto, os espaços verdes surgem como elementos essenciais para o bem-estar físico, mental e social, promovendo conforto ambiental e fortalecendo laços coletivos. Esta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, analisa a importância desses espaços e a aplicação da acupuntura urbana como estratégia de requalificação. Por meio de revisão bibliográfica e análise de casos, identificou-se que pequenas intervenções — como pocket parks, hortas e praças sensoriais — geram impactos positivos na paisagem e no cotidiano urbano. Além dos benefícios ecológicos, os espaços verdes contribuem para a educação ambiental, o turismo e o sentimento de pertencimento. Conclui-se que o planejamento urbano deve integrar dimensões sensoriais, sociais e culturais, priorizando a vivência cotidiana dos usuários e o engajamento comunitário.

Palavras-chave: Espaços urbanos. Espaços verdes. Vivência cotidiana. Planejamento urbano. Acupuntura urbana.

INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada das cidades contemporâneas tem provocado transformações significativas nos modos de vida, afetando diretamente a relação das pessoas com o espaço urbano. A concentração de edificações, a redução das áreas naturais e a fragmentação dos territórios resultam em ambientes densos, nos quais o contato com a natureza e a convivência comunitária tornam-se limitados.

Nesse contexto, os espaços de vivência urbana assumem papel estratégico, tanto para a promoção da saúde mental e física quanto para a construção de laços sociais e culturais. A literatura recente destaca a relevância das áreas verdes como elementos capazes de proporcionar bem-estar psicológico, conforto ambiental e oportunidades de interação social (Mazzei; Colesanti; Santos, 2019). Além de sua função ecológica, esses espaços representam locais de memória coletiva e expressão da vida cotidiana.

[6]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A apropriação do espaço por meio do uso, da visão e da percepção sensorial configura uma dimensão essencial do urbanismo centrado no usuário. Diante desse panorama, surgem abordagens inovadoras, como a acupuntura urbana, proposta por Lerner (2003), que consiste em intervenções pontuais e estratégicas em áreas degradadas ou subutilizadas, visando gerar impactos positivos em escala ampliada.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a perspectiva urbana a partir da experiência dos usuários dos espaços de vivência, com ênfase nos espaços verdes e sua importância para o cotidiano urbano. Busca-se compreender de que forma esses ambientes influenciam a vida das pessoas, quais benefícios oferecem e como políticas públicas e intervenções locais podem potencializar sua função social.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. O estudo foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica e documental, buscando compreender a importância dos espaços verdes e das práticas de acupuntura urbana na requalificação das cidades contemporâneas.

Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Scholar, ArchDaily e Academia.edu. A análise incluiu estudos acadêmicos, artigos científicos e relatórios técnicos que abordam temas como qualidade de vida, percepção ambiental e intervenções urbanas sustentáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados indicam que os espaços verdes urbanos são amplamente reconhecidos pela população como elementos essenciais para o cotidiano. Contudo, a valorização de seus benefícios varia conforme o contexto. Em áreas densamente urbanizadas, destacam-se os ganhos ambientais, como redução de ruídos, sombreamento e mitigação da poluição atmosférica. Já em regiões periféricas, prevalecem os aspectos sociais, relacionados à segurança e à convivência comunitária (Mazzei; Colesanti; Santos, 2019).

Além dos benefícios ecológicos, os espaços verdes exercem funções simbólicas, culturais e psicológicas. A presença de áreas arborizadas e praças está associada à redução de estresse, depressão e isolamento social, promovendo o sentimento de pertencimento e fortalecendo a memória coletiva (Academia.edu, 2021).

A acupuntura urbana mostra-se uma estratégia eficiente para requalificar espaços subutilizados. Intervenções simples (Figura 01), como pocket parks, hortas comunitárias, instalação de mobiliário urbano e melhorias na acessibilidade, podem gerar grandes impactos, estimulando a coesão social e o uso coletivo do espaço. O ArchDaily (2020) apresenta exemplos de áreas degradadas que foram transformadas em locais de lazer, cultura e convivência por meio de projetos de baixo custo e participação comunitária (Figura 02).

Figura 01 – Espaços de lazer, cultura e convivência.

Fonte: ArchDaily (2020).

Outro aspecto relevante é a multifuncionalidade dos espaços verdes. Além do lazer, contribuem para a biodiversidade, a educação ambiental, o turismo urbano e a integração entre diferentes faixas etárias, reforçando a importância de um planejamento urbano inclusivo e participativo.

Por fim, observa-se que a apropriação do espaço está intimamente relacionada à vivência cotidiana. O ato de "usar, ver e sentir" o ambiente urbano gera vínculos afetivos e simbólicos, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Assim, a qualidade de um espaço urbano não se limita à infraestrutura, mas envolve a experiência subjetiva e sensorial que proporciona aos seus usuários.

Figura 02 – Espaços de lazer, cultura e convivência.

Fonte: ArchDaily (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise confirma que os espaços de vivência urbana, especialmente os espaços verdes, são fundamentais para a qualidade de vida, a saúde mental e a coesão social. Sua relevância ultrapassa a dimensão ambiental, abrangendo aspectos culturais, psicológicos e afetivos que impactam diretamente a vida cotidiana dos cidadãos.

A perspectiva centrada no usuário reforça a necessidade de um planejamento urbano que considere não apenas critérios técnicos, mas também as percepções, emoções e formas de apropriação do espaço pela população. Nesse sentido, a acupuntura urbana configura-se como uma estratégia viável e eficiente para transformar áreas degradadas em ambientes vivos, dinâmicos e significativos para a comunidade.

REFERÊNCIA:

ARCHDAILY. Acupuntura urbana: requalificando espaços públicos por meio de intervenções locais. 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/948851/acupuntura-urbana-requalificando-espacos-publicos-por-meio-de-intervencoes-locais. Acesso em: 5 set. 2025.

MAZZEI, K. C.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, R. C. O. dos. Vivência cotidiana em espaços verdes urbanos: uma perspectiva centrada no usuário. Revista Finisterra, Lisboa, v. 54, n. 111, p. 3-26, 2019. Disponível em: https://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672019000100011. Acesso em: 5 set. 2025.

SILVA, J. A. da. A importância das áreas verdes em espaços urbanos: reflexões sobre qualidade de vida e marcos legais. Academia.edu, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/100520223/A_Import%C3%A2ncia_Das_%C3%81reas_Verdes_Em_Espa%C3%A7os_Urbanos_Reflex%C3%B5es_Sobre_Qualidade_De_Vida_e_Marcos_Legais. Acesso em: 5 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Espaços de vivência urbana e sustentabilidade: reflexões interdisciplinares. João Pessoa: Repositório UFPB, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/35392/1/SPS01082025.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

DESENHO UNIVERSAL E SEUS PRINCÍPIOS-CHAVES: PASSEIOS E CALÇADAS

Categoria: Projeto Integrador

João Roberto Heyer[1]
Anderson Riegert Padilha[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – O presente estudo aborda questões ligadas ao deslocamento pedonal pelas calçadas e passeios com foco no conceito de caminhabilidade e nos fatores que a condiciona. Este artigo relata a experiência sobre acessibilidade, desenho universal e soluções técnicas para problemas de caminhabilidade e acessos no espaço urbano. Além disso, revisa estudos correlatos ao tema, em especial, os que procuraram definir metodologias para aferição da padronização das medidas e usos de materiais adequados. Elegeu-se o deslocamento a pé uma das metodologias revisadas e procurou-se aplicá-la no recorte de um espaço urbano com características específicas, onde analisamos na prática as calçadas e passeios nos espaços urbanos da Av. Barão do Rio Branco parte central de Caçador-SC. A realização desta temática neste percurso, foi feito a análise de dois critérios; conforto e funcionabilidade das calçadas e passeios para mobilidade das pessoas no espaço urbano. Por fim, observou-se a aplicabilidade da metodologia utilizada na Av. Barão do Rio Branco.

Palavras-chave: Caminhabilidade; desenho universal; acessibilidade; calçadas; passeios..

INTRODUÇÃO

As calçadas de uma cidade são vias operadas por um dos modais mais utilizados para realização de pequenos percursos, o caminhar. A sua estruturação permite que as pessoas possam usufruir, independentemente de sua estatura, mobilidade reduzida ou idade, de maneira segura e agradável as paisagens da cidade. Dessa forma, conceito de caminhabilidade surge com a finalidade de medir o quão agradável é caminhar no espaço urbano.

A pesquisa do Ministério das Cidades e da ANTP traçou um perfil do transporte e da mobilidade urbana no Brasil, revelando que o transporte individual motorizado (carro e moto) é o principal modo de deslocamento em municípios de médio e grande porte, respondendo por cerca de 38% das viagens, seguido pelo transporte público, que abrange 28%. A pesquisa também aponta o deslocamento a pé, com 27%, e de bicicleta, com 3%, como outros modos de transporte relevantes, principalmente em municípios menores. O Sistema de Informações da

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Mobilidade Urbana (SIMOB), desenvolvido pela ANTP, reuniu mais de 150 dados básicos de 533 municípios com mais de 60.000 habitantes em 2014 para compor este perfil.

Este trabalho avalia a conectividade de trechos da Av. Barão do Rio Branco parte central de Caçador-SC através da NBR 9050:2015 e NBR 16537:2016, e para a avaliação da caminhabilidade leis como a nº 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade) que estabelecem critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vias e espaços públicos, incluindo calçadas.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um relato de experiência em que a área de estudo foi dividida em 2 trechos, sendo a parte alta e parte baixa da Av. Barão do Rio Branco. Os critérios foram avaliados in loco durante pesquisa de campo por meio de preenchimento de formulário de pesquisa, entrevista com transeuntes, registro de imagens, percepção e análises do conjunto de elementos e equipamentos instalados em espaços públicos da cidade, como bancos, lixeiras, postes, abrigos de ônibus, quiosques e lixeiras, com o objetivo de proporcionar conforto, segurança, estética e funcionalidade aos cidadãos, além de suportar serviços essenciais e orientar a circulação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização das análises do estudo de caso, comparou-se dados coletados em campo por meio da observação e imagens fotográficas com as recomendações das normas, concluindo que tornar a calçada uma via sem estrições e de uso comum para todos os usuários é o objetivo principal das normas brasileiras. Ao verificar um local com o intuito de transformar ou desenvolvê-lo num espaço público que possa ser utilizado por todas as pessoas dependendo somente de seu particular interesse, almeja-se um lugar seguro e agradável para andar e conviver.

Figura 1: Avenida Barão do Rio Branco, Caçador/SC.

Fonte: Google Images (2024).

Nos trechos avaliados foi constatado a falta de padronização e defeitos nas calçadas, formam uma poluição visual e monótona.

Figura 2: Calçada deteriorada.

Fonte: Google Images (2024).

A padronização de calçadas visa garantir acessibilidade, segurança e fluidez para pedestres, nos trechos avaliados foi constatado a falta de padronização e defeitos nas calçadas, formam uma poluição visual e monótona. O objetivo é criar um ambiente urbano uniforme, acessível e seguro, com regras específicas para elementos como rebaixamentos e piso tátil, que variam conforme a legislação local e as normas técnicas, como a NBR 9050.

Figura 3: Cadeirante utilizando a rampa de acesso à calçada.

Fonte: Google Images (2024).

Além disso, a padronização dos passeios é importante pois garante que pessoas com deficiência, idosos e crianças possam se locomover com segurança, previne quedas e acidentes causados por desníveis, buracos ou pisos irregulares, contribui para o planejamento urbano, deixando a cidade mais organizada, bonita e agradável e promove o uso de materiais adequados e a manutenção da calçada, evitando problemas futuros.

Os componentes para uma calçada padronizada consistem em alguns aspectos, dentre eles a largura. A largura mínima para a faixa de circulação deve ser de 1,20 m, livre de obstáculos, desníveis ou vegetação, para permitir a circulação de todos os pedestres. Assim, o mínimo permitido pode variar, mas a faixa de circulação é o elemento principal. Em avenidas e ruas com grande fluxo recomenda-se largura mínima de1,50m.

Outro elemento que deve ser padronizado é a faixa de serviço, que deve possuir uma largura mínima de 0,70m, onde poderá ser instalado postes e floreiras.

Figura 4: Calçada em avenida de grande fluxo.

Fonte: Google Maps (2024).

Além disso, o piso deve ser regular, firme, contínuo e antiderrapante em qualquer condição. Por isso, a NBR 9050:2020 define que os pisos deverão ser feitos em concreto alisado ou material similar.

Além disso, o piso deve ser regular, firme, contínuo e antiderrapante em qualquer condição. Por isso, a NBR 9050:2020 define que os pisos deverão ser feitos em concreto alisado ou material similar.

Quanto à acessibilidade, os rebaixamentos devem possuir inclinação máxima de 8,33% e serem executados nas travessias de pedestres. Além disso, os pisos táteis devem ser instalados em áreas de circulação e rebaixamentos, com a dimensão mínima de 0,25 m.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da metodologia in loco permitiu constatar que os trechos analisados da Avenida Barão do Rio Branco apresentam graves deficiências de acessibilidade e caminhabilidade. O diagnóstico de campo revelou que a falta de padronização, a deterioração dos pisos, a inadequação de larguras das faixas de circulação e serviço, e a execução incorreta de rebaixamentos e pisos táteis são barreiras físicas constantes. Conclui-se, portanto, que o espaço urbano estudado não atende às diretrizes das normas ABNT NBR 9050 e NBR 16537, nem aos princípios da Lei de Acessibilidade.

Essa desconformidade técnica compromete diretamente o conforto e a funcionalidade do percurso pedonal, critérios centrais desta análise, excluindo Pessoas com Deficiência (PCDs), idosos e demais cidadãos com mobilidade reduzida. Os resultados reforçam a urgência de um projeto de requalificação para a avenida que implemente os conceitos do Desenho Universal. A padronização não é uma melhoria estética, mas uma ação fundamental para garantir o direito à cidade de forma segura, autônoma e inclusiva para todos os pedestres.

REFERÊNCIAS

SABINO, Laís Pinheiro. A importância da padronização de calçadas para a acessibilidade urbana: estudo de caso na Av. Humberto Monte em Fortaleza – CE. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36367.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). Relatório Geral 2016: Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMOB). São Paulo: ANTP, 2017.

DA EXPERIÊNCIA AO PROJETO: A CAMINHADA DE SENSIBILIZAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA URBANA

Categoria: Projeto Integrador

Julia Musskopf[1]
Yasmim Souza do Prado[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – A pesquisa aborda os espaços de permanência urbana e o uso das caminhadas de sensibilização como ferramentas de análise da experiência cotidiana nos ambientes públicos. O estudo busca compreender como os indivíduos percebem, utilizam e atribuem significado a esses espaços, considerando aspectos sensoriais, sociais e simbólicos. Por meio de observação direta, registros fotográficos e mapeamento comportamental, foram identificados elementos que influenciam a qualidade da permanência, como sombreamento, conforto térmico, mobiliário, acessibilidade e segurança. As caminhadas de sensibilização mostraram-se eficazes para despertar uma percepção mais crítica e afetiva sobre o espaço urbano, evidenciando potencialidades e fragilidades que nem sempre são captadas por análises técnicas tradicionais. Como resultado prático, propõe-se a criação de uma cartilha educativa destinada à população e aos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e gestão pública. A cartilha visa promover o olhar sensível e o uso responsável dos espaços coletivos, incentivando práticas de projeto e manutenção que priorizem o bem-estar, a convivência e a sustentabilidade. Conclui-se que integrar sensibilização, pesquisa e educação cidadã fortalece a relação entre pessoas e cidade, contribuindo para ambientes urbanos mais humanos e inclusivos.

Palavras-chave: caminhada; conscientização; orientação; permanência; cartilha.

INTRODUÇÃO

Os espaços de permanência urbana representam áreas essenciais para a convivência, o lazer e a expressão social nas cidades contemporâneas. Mais do que simples locais de passagem, esses espaços configuram ambientes de encontro e interação que influenciam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse contexto, compreender como os indivíduos percebem, utilizam e atribuem significado a esses lugares torna-se fundamental para o planejamento e a gestão urbana voltados à humanização e à inclusão social.

A pesquisa parte da premissa de que a vivência cotidiana nos espaços públicos envolve dimensões sensoriais, simbólicas e afetivas que frequentemente escapam às análises técnicas tradicionais.

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse sentido, o uso das caminhadas de sensibilização como ferramenta metodológica se mostra especialmente relevante, pois permite observar e experienciar o espaço urbano a partir da percepção dos próprios usuários. Tal abordagem, inspirada em autores como Gehl (2013), que discute a importância da vida entre edifícios, e Lefebvre (2001), que trata da experiência cotidiana e da produção social do espaço, reforça a necessidade de considerar a dimensão humana no desenho e na manutenção das cidades. A relevância deste estudo se manifesta tanto no campo teórico quanto no social. Teoricamente, contribui para o aprofundamento das discussões sobre a percepção ambiental e a experiência urbana, articulando conceitos da arquitetura, do urbanismo e das ciências sociais. Socialmente, propõe a sensibilização da população e dos profissionais das áreas correlatas por meio da elaboração de uma cartilha educativa, voltada à promoção de um olhar mais atento e empático sobre os espaços coletivos.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar os espaços de permanência urbana por meio das caminhadas de sensibilização, identificando fatores que influenciam a qualidade da permanência como sombreamento, conforto térmico, mobiliário, acessibilidade e segurança, a partir disso, propor estratégias educativas e projetuais que estimulem o uso responsável, o bem-estar e a sustentabilidade nos ambientes urbanos. Assim, esta investigação busca integrar sensibilização, pesquisa e educação cidadã, fortalecendo o vínculo entre pessoas e cidade e contribuindo para a construção de espaços urbanos mais humanos, acolhedores e inclusivos (NAKAYAMA et al., 2019).

METODOLOGIA

A metodologia do projeto integrador foi fundamentada em uma abordagem qualitativa, com um objetivo exploratório. A pesquisa bibliográfica foi conduzida reunir informações sobre áreas de permanência, além da pesquisa foi realizado uma caminhada de sensibilização na Avenida Barão do Rio Branco, para obter informações e assim realizar um projeto para melhorias no local. Segundo Moreira Neto (2021), Pesquisas documentais: são as investigações em fontes primárias (desenhos, fotos, projetos, manuscritos, gravações e outros) que podem estar guardadas em repositórios confiáveis. As pesquisas no campo de história e de preservação do patrimônio costumam utilizar dessa técnica. Entrevistas: são as coletas de dados diretas e imediatas com indivíduos. As entrevistas coletam opiniões, relatos de experiências, preferências e tipos comportamentais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da caminhada de sensibilização na Avenida Barão do Rio Branco possibilitou a identificação de aspectos fundamentais que influenciam a qualidade dos espaços de permanência urbana. A partir da observação direta, dos registros fotográficos e do mapeamento comportamental, foi possível reconhecer tanto potencialidades quanto fragilidades presentes no local. Durante a caminhada, observou-se que foram identificados poucos pontos positivos em relação à qualidade ambiental e ao conforto urbano. Apesar da presença de alguns trechos com vegetação e áreas arborizadas, grande parte do percurso apresenta escassez de sombra e ausência de elementos que proporcionem conforto térmico aos usuários. A falta de árvores de grande porte e de estruturas sombreadas torna o ambiente exposto ao sol excessivo, dificultando

a permanência prolongada e reduzindo o uso desses espaços em horários de maior incidência solar.

Figura 1: Convite enviado sobre a Caminhada de Sensibilização

Fonte: Acervo dos autores (2024).

Essa carência de conforto térmico reflete diretamente na baixa atratividade do local, que acaba sendo utilizado principalmente como área de passagem, e não como um espaço de convivência. Além disso, observou-se que o mobiliário urbano é limitado e pouco convidativo, o que reforça a necessidade de intervenções que valorizem o bem-estar e a permanência. Esses resultados evidenciam a importância de planejar o espaço público de forma sensível, priorizando o conforto ambiental, o sombreamento e a qualidade da experiência do pedestre, aspectos essenciais para a humanização da cidade. Ao relacionar os dados empíricos com as referências teóricas de Gehl (2013) e Lefebvre (2001), confirma-se que o espaço público deve ser entendido como um ambiente de convivência e experiência coletiva, e não apenas como infraestrutura física. As caminhadas de sensibilização se mostraram eficazes como instrumento metodológico, pois ampliaram o olhar das pesquisadoras e dos participantes sobre o ambiente urbano, estimulando uma percepção mais empática e crítica.

Figura 2: Conversa durante a caminhada

Fonte: Acervo dos autores (2024).

Assim, a experiência revelou a importância de associar o estudo técnico à vivência prática, promovendo uma compreensão mais completa e humanizada do espaço urbano. Essa metodologia contribui para o desenvolvimento de propostas projetuais mais sensíveis às reais necessidades dos cidadãos, além de despertar a consciência coletiva sobre o uso e o cuidado com os espaços públicos.

Figura 3: Caminhada na avenida Barão do Rio Branco

Fonte: Acervo dos autores (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os espaços de permanência urbana são essenciais para fortalecer os vínculos sociais, culturais e afetivos entre as pessoas e a cidade. Por meio da caminhada de sensibilização, foi possível compreender o papel das percepções humanas na avaliação e na qualificação desses espaços, revelando que fatores como conforto, segurança e acessibilidade estão diretamente ligados à experiência de permanência.

Conclui-se que a integração entre sensibilização, observação e reflexão teórica gera resultados significativos para o campo da arquitetura e do urbanismo, uma vez que amplia a capacidade de projetar e gerir espaços mais humanos, inclusivos e sustentáveis. Como produto prático, a elaboração da cartilha educativa se apresenta como um instrumento de conscientização e transformação, incentivando a comunidade e os profissionais a adotarem um olhar mais atento sobre o ambiente urbano. Entre as limitações do estudo, destacam-se a abrangência restrita da área analisada e o tempo limitado para observações em diferentes períodos do dia e das estações. Para pesquisas futuras, recomenda-se expandir a metodologia para outros espaços da cidade, bem como incluir a participação de diferentes grupos sociais nas caminhadas, de modo a enriquecer a diversidade de percepções. Dessa forma, o trabalho reafirma a relevância de unir experiência, teoria e educação cidadã, consolidando uma prática projetual voltada para o bem-estar coletivo e o fortalecimento da relação entre pessoas e espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

MOREIRA NETO, Edgardo. **Métodos de pesquisa para a profissão arquitetônica:** uma resenha crítica, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo | Paranoá, Belo Horizonte, v. 32, jan./jun. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/752b8136-9df2-412a-ad81-eefa363fa9bb/content

NAKAYAMA, Katia Atsumi; MACHADO, Marcio Siqueira; CANTARIM, Fernanda. **Sobre dinâmicas urbanas brasileiras**: permanências e impermanências. Revista Políticas Públicas & Cidades, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 32–48, jul./set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.23900/2359-1552v8n3_3

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências**. 2015. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DO PASSEIO AO PERMANESCER: UMA BREVE ANÁLISE DA FUNÇÃO SOCIAL DAS CALÇADAS

Categoria: Projeto Integrador

Felipe de Souza Lopes[1]
Robson Saturnino de Matos[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – O estudo aborda a importância da caminhabilidade e da acessibilidade urbana como elementos fundamentais para a qualidade de vida nas cidades. As calçadas, sendo o ponto de partida e chegada de grande parte dos deslocamentos urbanos, refletem o nível de inclusão e cuidado com o espaço público. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de campo na via Barão do Rio Branco, em Caçador-SC, buscou-se identificar aspectos que favorecem ou comprometem a mobilidade dos pedestres. A caminhabilidade é analisada a partir de cinco pilares: conectividade, conforto, segurança, acessibilidade e atratividade, conforme a NBR 9050 (2020). Os resultados indicam que a falta de padronização e fiscalização das calçadas ainda é um desafio para a acessibilidade plena, enquanto a priorização do automóvel intensifica a segregação socioespacial. O incentivo à caminhabilidade surge como estratégia para promover saúde, sustentabilidade e interação social. Assim, projetar calçadas acessíveis e seguras é essencial para garantir o direito de ir e vir e fortalecer a convivência nos espaços urbanos.

Palavras-chave: caminhabilidade; acessibilidade urbana; mobilidade sustentável; inclusão social;

INTRODUÇÃO

Todos nós somos pedestres. Seja na ida ao trabalho, no passeio com a família, na busca por serviços ou simplesmente ao descer do ônibus ou do carro, nossos pés (ou rodas) tocam a calçada. Ela é o ponto de partida e chegada de quase todas as nossas jornadas urbanas, o acesso à nossa casa, ao comércio, à praça. É na calçada que sentimos o pulso da cidade, observamos os detalhes e encontramos vizinhos. Porém, a realidade de muitas cidades brasileiras transformou esse espaço essencial em um percurso de obstáculos: buracos, degraus inesperados, postes no meio do caminho, lixeiras mal localizadas, carros estacionados irregularmente — barreiras que dificultam a vida de todos e excluem diretamente idosos, crianças, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A caminhabilidade vai muito além das calçadas, ela envolve fatores como conforto, segurança, acessibilidade, conectividade e atratividade, sendo um indicador direto da qualidade

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de vida urbana. Cidades caminháveis são aquelas que convidam o cidadão a permanecer, interagir e viver o espaço público, fortalecendo laços sociais e melhorando a percepção ambiental. O conceito de "caminhabilidade", como define Ghidini, representa uma medida da qualidade urbana e da sustentabilidade de um local, relacionando-se à saúde física, mental e à vitalidade econômica das cidades.

Ele destaca que caminhar é "um exercício que não necessita de ginásio, uma medicação sem remédio e o lazer que não custa um centavo", reforçando o poder transformador do ato de andar. Nesse contexto, compreender e avaliar a condição das calçadas torna-se fundamental para repensar os espaços urbanos e promover ambientes mais inclusivos e humanos, conforme orienta a NBR 9050 e estudos contemporâneos sobre mobilidade urbana sustentável.

METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, adotou-se o método de pesquisa bibliográfica exploratória, buscando compreender o conceito de caminhabilidade e acessibilidade sob diferentes perspectivas teóricas e práticas. Foram consultados autores com ideias que definem parâmetros técnicos para acessibilidade.
Além da pesquisa teórica, este estudo se insere nas atividades práticas do curso de Arquitetura e Urbanismo, integradas à curricularização da extensão universitária, com foco na análise da via Barão do Rio Branco, em Caçador-SC.

O objetivo é identificar pontos críticos e positivos da infraestrutura de pedestres, propondo melhorias baseadas nas boas práticas observadas em experiências nacionais e internacionais.
De forma semelhante, Nunes e Rodrigues (2017) desenvolveram estudo empírico na cidade de Tefé-AM, analisando o uso indevido das calçadas para estacionamento, comércio ambulante e exposição de produtos, fatores que prejudicam a mobilidade e a acessibilidade urbana.

Esse tipo de levantamento de campo, complementado por entrevistas e observações diretas, contribui para uma visão mais realista e humana sobre os desafios enfrentados pelos pedestres no Brasil.
A pesquisa também dialoga com o trabalho de Magagnin, que defende a criação de políticas públicas voltadas à mobilidade sustentável, incentivando o caminhar, o uso de bicicletas e o transporte coletivo como alternativas ao automóvel, tendência já consolidada em várias cidades europeias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de walkability (caminhabilidade) está diretamente ligado à qualidade de vida urbana e ao nível de acessibilidade dos espaços. Ele se apoia em cinco pilares fundamentais: Conectividade, Conforto, Segurança, Acessibilidade e Atratividade. A Conectividade refere-se à existência de trajetos rápidos, contínuos e sem obstáculos, permitindo ao pedestre se deslocar com facilidade e sem dúvidas sobre o caminho. O Conforto está associado à presença de sombreamento, arborização e elementos que proporcionem bem-estar térmico, acústico e visual.

Já a Segurança envolve uma boa iluminação, sinalização adequada e a sensação de acolhimento no espaço público. A Acessibilidade, por sua vez, é garantida quando há pisos táteis bem-posicionados e sinalizados, calçadas com larguras e materiais adequados, e rampas que possibilitem o acesso universal a edificações e serviços. Nesse sentido, a aplicação prática da NBR 9050 (2020) é essencial para o projeto e manutenção de calçadas públicas, assegurando o direito de ir e vir com autonomia e segurança. Por fim, a Atratividade relaciona-se à diversidade de usos ao longo das vias — comércios, serviços e espaços de convivência que estimulem o pedestre a caminhar, permanecer e interagir.

Entretanto, a ausência de padronização e fiscalização ainda representa um grande entrave para a efetivação da acessibilidade nas cidades brasileiras. Além disso, o modelo urbano que prioriza o automóvel gera segregação socioeconômica e espacial, afastando as pessoas do convívio com o ambiente urbano. O incentivo à caminhabilidade surge, portanto, como uma estratégia de reaproximação entre as pessoas e o espaço público, reduzindo impactos ambientais e promovendo inclusão social. No caso de Caçador-SC, a via Barão do Rio Branco apresenta potencial de transformação: já concentra fluxos intensos de pedestres, comércios e serviços. O redesenho das calçadas, aliado à arborização e ao mobiliário urbano adequados, pode transformar o local em um verdadeiro eixo de caminhabilidade e convivência, ampliando a segurança, o conforto e o bem-estar dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo "configuração", derivado do latim configuratio, significa "moldar segundo um padrão", e, neste contexto, representa a busca por uma cidade moldada para o bem coletivo. As calçadas, mais do que espaços de passagem, são espaços de vida. Ao observar as transformações históricas e normativas, percebe-se um avanço constante nas normas construtivas e projetuais, voltadas à acessibilidade universal e à mobilidade sustentável. Como afirmam Magagnin (2009) e Ghidini (2010), é preciso projetar cidades que estimulem o caminhar, a permanência e a convivência — cidades que "moldem o espaço urbano de modo que todos possam usufruí-lo com autonomia e segurança". Em suma, a caminhabilidade é um instrumento de inclusão social, saúde pública e sustentabilidade, e seu fortalecimento depende tanto de políticas públicas quanto da conscientização da sociedade. Projetar e manter calçadas acessíveis, seguras e agradáveis é garantir o direito fundamental de viver a cidade plenamente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Expressamos grande agradecimento a nosso orientador Acauê Zanella por se prontificar fortemente em nos ajudar no trabalho. Juntamente com as atividades propostas na semana de Curricularização que serviram muito bem para nos embasarmos nos assunto "acessibilidade" e "mobilidade urbana".

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Isabella Wanderley de. Os pés da cidade: um estudo sobre a caminhabilidade, relações socioespaciais nas calçadas e mobilidade dos pedestres. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília,

Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32086/3/2017_IsabellaWanderleydeCerqueira.pdf. 2017.

GHIDINI, Roberto. **A caminhabilidade: medida urbana sustentável**. Disponível em: https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/a-caminhabilidade-medida-urbana-sustentavel.pdf. 2010.

MAGAGNIN, Renata Cardoso. **Cidades Acessíveis: o planejamento da infraestrutura para a circulação de pedestres**. Arquitetura e Urbanismo: novos desafios para o século XXI. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312190622_Arquitetura_e_Urbanismo_novos_desafios_para_o_seculo_XXI_CIDADES_ACESSIVEIS_O_PLANEJAMENTO_DA_INFRAESTRUTURA_PARA_A_CIRCULACAO_DE_PEDESTRES. 2009.

RIBEIRO, Ricky; SOUSA, Marcos de. **Caminhabilidade nas cidades brasileiras: muito além das calçadas** Disponível em: https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/caminhabilidade-nas-cidades-brasileiras.pdf. 2017.

STEFANIDIS, Roussetos-Marios; BARTZOKAS-TSIOMPRAS, Alexandros. **Pedestrian Accessibility Analysis of Sidewalk-Specific Networks**: Insights from Three Latin American Central Squares. Sustainability. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/16/21/9294. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO URBANISTÍCO - UM ESTUDO DE CAMPO BASEADO NA CAMINHADA JANE JACOBS

Categoria: Projeto Integrador

Mileny Schmidt[1]
Paola Lima[2]
Acauê Zanella[3]

Resumo – Os espaços urbanos têm grande impacto no que se trata a empatia, acolhimento e acesso, pois ao planejar um espaço urbano, precisa-se pensar no ser humano e suas formas de utilização. As barreiras que se impactam a mobilidade urbana como a falta de segurança, a deterioração dos passeios, e os riscos que envolvem a travessia da via, faz com o ambiente deixe de ser seguro e não passe mais a ser usado como um espaço de permanência. Este estudo tem como principal objetivo entender a importância da acessibilidade dentro do cotidiano das pessoas, e como ele afeta elas. Para que seja elaborado o projeto de um espaço, é importante que seja levado em consideração as questões que envolvem a acessibilidade, garantindo que todos tenham as melhores condições de mobilidade possíveis. Durante a pesquisa foi possível perceber que existe uma grande carência em relação à acessibilidade, e que embora o tema tenha se tornado mais explorado muitas estruturas ainda apresentam barreiras físicas que limitam o uso dos espaços por todas as pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Espaço, Segurança.

INTRODUÇÃO

Percebe-se gradativamente as discussões relacionadas a acessibilidade vem se tornado recorrentes, isso se dá devido a atenção maior que a mídia tem direcionado a esse assunto. É notável como a importância desse tema tem se tornado relevante, em destaque, como todos deveriam ter acesso a todos os lugares. No âmbito urbano pode se dizer que a acessibilidade contemple a empatia, acolhimento e acesso, assim como descrito por Grinover (2006) "Acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço".

Alguns dos questionamentos que são trazidos pelo autor para orientar a análise urbana em cima do tema são "acessibilidade para quem? [...]; com quais informações sobre a forma e a estrutura da cidade?"; entre outras, partir disso é possível se ter uma abrangência maior de como a acessibilidade se torna importante para o urbano.

Por mais que o assunto esteja sendo discutido com maior ênfase, ainda é um tema que está em desenvolvimento, ou seja, de certa forma muito disso não tem sido materializado. Devido

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

isso "as tarefas mais simples se tornam desafios quase que intransponíveis". (Albuquerque; Prata, 2022)

As barreiras que se impactam a mobilidade urbana podem estar relacionadas tanto a aspectos que envolvem elemento naturais, quanto elementos de origem antrópica (Spagnollo; Almeida, 2021). A falta de segurança, e as dificuldades que acarretam a mobilidade, como a deterioração dos passeios, e os riscos que envolvem a travessia da via, faz com o ambiente seja cada vez menos utilizado, ou utilizado apenas quando necessário, deixando de ser um espaço de permanência (Maciorowski, 2018).

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo geral buscar entender melhor a importância da acessibilidade dentro do cotidiano das pessoas, e como ele afeta elas. Considerando isso, nesse trabalho iremos analisar os elementos que dificultam a acessibilidade, usando como base a caminhada de sensibilização realizada no dia 04/05/2025, organizada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos presentes neste trabalho, o método utilizado consiste em uma pesquisa bibliográfica por meio da coleta de dados, usando artigos científicos e livros, a fim de selecionar conceitos que tragam ao texto melhor embasamento e argumentação, sendo considerada uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Os textos abordados durante a pesquisa trazem a seguinte pauta: a acessibilidade nos espaços urbanos busca atender à toda a população, ou acaba afastando grupos com mobilidade reduzida?

Para implementar essa discussão, nesse trabalho serão apresentados os dados encontrados em um estudo de campo onde foi realizada uma caminhada ao longo da Avenida Barão do Rio Branco, localizada no Centro da cidade Caçador-SC.

Acrescenta-se ainda que, para a elaboração e finalização do trabalho foram seguidas todas as formatações e normas exigidas pela instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Jane Jacobs durante sua trajetória escreveu sobre o conceito de "olhos na rua", ela percebia que ruas que havia movimentações eram mais seguras do que ruas desertas. A presença constante de pessoas faz com que o lugar deixe de ser inseguro, assim vemos como a mobilidade se faz importante. Pois apenas quando se tem movimento, interações e convivência entre as pessoas, o espaço se torna humanizado. "Garantir o movimento em diversos períodos do dia faz com que a rua seja permanentemente vigiada mesmo por aqueles que estão apenas de passagem" (Tavolari, 2019).

Tendo em vista os pensamentos originados por Jane Jacobs, o projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo focou em realizar uma caminhada aonde fosse possível refletir sobre uma Caçador mais acessível, acolhedora e pensada para todos. A proposta foi observar como as pessoas se movem, onde há barreiras e o que pode ser melhorado, com o objetivo de

refletir sobre os desafios da mobilidade urbana. Só podemos construir uma cidade melhor quando compreendemos o que realmente precisa mudar.

Durante a caminhada foi possível observar diversos aspectos que impactam a mobilidade urbana, conforme demostrada na Figura 01 em vários pontos da Avenida Barão do Rio Branco se encontraram obstáculos diretos na caminhada, por exemplo, rampas inacessíveis, ou com inclinação fora da exigida pela norma, calçadas fora de padronização e com irregularidade em relação aos pisos táteis. Os materiais usados nos passeios muitas vezes não são adequados e causam deformações em seu decorrer.

Figura 1: Pontos Críticos Localizados

Fonte: Os Autores, (2025).

Esses aspectos causam dificuldade na mobilidade de todas as pessoas que visitam o longo da Avenida, foram relatados diversos acidentes envolvendo as deformidades no passeio. Entre as pessoas que apresentaram seus relatos, incluíam idosos, mães com crianças de colo e que faziam uso de carrinhos de bebê; também pessoas sem mobilidade reduzida.

Também foi observado a deficiência na arborização, o que acarreta o aumento das temperaturas nos espaços e a baixa qualidade do ar. Podemos observar durante a caminhada que naquele trecho, as arvores não possuem padronização, espécies nem manutenção, longos fragmentos com ausência de sombreamento e baixa qualidade paisagística.

Segundo a Norma NBR 9050 a acessibilidade trata-se de viabilizar a qualquer pessoa a possibilidade de alcançar, compreender e utilizar com segurança e autonomia espaços, edificações, mobiliários, transportes, informações, comunicações e demais serviços, sejam públicos ou privados, urbanos ou rurais. Um ambiente é considerado acessível quando pode ser plenamente utilizado e vivenciado por todos.

Durante a observação notamos que uma das maiores irregularidades em relação a acessibilidade foram as rampas e rebaixamento de calçada, onde diversas vezes estavam com a inclinação inadequada, ou extremamente deterioradas. A Norma NBR 9050, deixa como padrão aceitável que as rampas tenham no máximo 8,33% de inclinação e para rebaixamento de calçada o ideal é que esteja com inclinação menor que 5%, mas admite até 8,33%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise, foi possível perceber que existe uma grande carência em relação à acessibilidade. Embora o tema ganhou grande destaque nos últimos anos e houve muitos avanços nas discussões e legislações, muitas estruturas ainda apresentam barreiras físicas que limitam o uso dos espaços por todas as pessoas. Ainda há necessidade de adequações e de uma maior conscientização sobre a importância de pensar e projetar ambientes que possam ser inteiramente inclusivos.

É muito importante que sejam pensados os ambientes de forma que todos possam usar, a acessibilidade não é pensada apenas para as pessoas com mobilidade reduzida, mas para todos. Jane Jacobs mostrou por meio de sua análise, como quando todos tem acesso a um lugar, esse lugar se torna muito mais seguro.

Por meio disso fica claro, que os espaços não devem, mas precisam ser planejados para assegurar seu uso devido a todas as pessoas que pretendem utilizá-lo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a UNIARP (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) pelo apoio e estrutura durante a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ronildo Mourão de; PRATA, Wilson Silva. **Design participativo para identificação de problemas de acessibilidade urbana nas calçadas de Manaus**. Ergodesign & Hci, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 60, 30 jun. 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v10i1.1715.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

GRINOVER, L. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade**. Revista Hospitalidade, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 29–50, 2006. Disponível em: https://revhosp.emnuvens.com.br/hospitalidade/article/view/191. Acesso em: 27 set. 2025.

MACIOROWSKI, Maíra Mesquita. **Vias urbanas e transportes não motorizados: o efeito barreira e os desafios na busca da mobilidade urbana sustentável**. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198573. Acesso em: 01 nov. 2025.

SPAGNOLLO, Pricila; ALMEIDA, Caliane. **O impacto do efeito barreira na mobilidade urbana sustentável**. Revista de Arquitetura Imed, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 1, 31 dez. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18256/2318-1109.2021.v11i2.4630.

TAVOLARI, Bianca. Jane Jacobs: contradições e tensões. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 13, 24 jan. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p13.

REVITALIZAÇÃO DO PLAYGROUND DA EEB DOM ORLANDO DOTTI: JARDIM E ARTE PARA CRIANÇAS

Categoria: Projeto Extensionistas (PAEC)

Diogo Deniz Sanches[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – O presente artigo apresenta o projeto de revitalização do playground da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, desenvolvido como atividade de extensão vinculada ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O objetivo principal foi requalificar o ambiente escolar, aprimorando o jardim e a pintura do entorno, a fim de tornar o espaço mais atrativo, funcional e educativo para as crianças. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, fundamentou-se em observações diretas, levantamento de referências teóricas e participação ativa da comunidade escolar. As intervenções envolveram o redesenho do jardim, a introdução de vegetação adequada e a aplicação de cores e formas que estimulam a ludicidade e o pertencimento. Os resultados evidenciaram melhoria significativa na percepção ambiental e no engajamento dos usuários, confirmando o potencial da arquitetura como instrumento de transformação social e educativa. Conclui-se que pequenas ações colaborativas, quando orientadas por princípios de sustentabilidade, paisagismo ecológico e design inclusivo, podem gerar impactos duradouros na qualidade dos espaços escolares e na formação cidadã das crianças.

Palavras-chave: Revitalização; Playground; Sustentabilidade; Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

Os espaços escolares são ambientes formativos que transcendem o ensino formal, exercendo papel fundamental na construção de valores, sociabilidade e bem-estar infantil. O playground, em especial, constitui um espaço de experimentação corporal, imaginação e convivência. Contudo, a falta de manutenção e o desgaste natural comprometem suas funções lúdicas e pedagógicas, tornando urgente a requalificação desses ambientes com base em princípios de sustentabilidade, estética e inclusão.

A Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, localizada em Caçador (SC), apresentava um playground degradado, com pintura desgastada e vegetação desorganizada, refletindo na pouca atratividade do espaço. Diante disso, este projeto buscou revitalizar o ambiente, articulando o ensino de Arquitetura e Urbanismo à extensão universitária, de modo a promover aprendizagem experiencial e envolvimento comunitário.

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A relevância do estudo está ancorada em referenciais teóricos que apontam a importância do paisagismo ecológico e biofílico como ferramenta educativa e promotora de qualidade ambiental. Para Martins et al. (2021), jardins escolares com espécies nativas favorecem a formação de consciência ecológica e a integração entre natureza e aprendizagem. Nascimento et al. (2018) defendem que a revitalização de espaços escolares é uma estratégia eficaz de educação ambiental e cidadania ativa, pois mobiliza a comunidade em torno de um objetivo comum. Complementarmente, o paisagismo biofílico estimula a criatividade e o bem-estar, fortalecendo a relação entre ambiente e cognição (ArchDaily, 2023).

Assim, a proposta de revitalização do playground da EEB Dom Orlando Dotti fundamenta-se na perspectiva da Arquitetura Escolar (Kowaltowski, 2011), que compreende o espaço físico como um agente pedagógico. A iniciativa se apresenta como um exemplo de intervenção acessível e replicável, demonstrando o potencial da arquitetura e do urbanismo na transformação de espaços educativos e na valorização da escola como território de convivência e pertencimento.

METODOLOGIA

O estudo desenvolveu-se como uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e participativa, orientada à melhoria do ambiente escolar por meio da Arquitetura e do Urbanismo. Adotou-se o método de estudo de caso, conforme Gil (2010), aplicado ao playground da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti, em Caçador (SC), considerando suas condições físicas, uso e potencial educativo.

A metodologia compreendeu observação direta do espaço, levantamento fotográfico e diálogo com professores e funcionários para identificar as principais demandas. Paralelamente, foram consultadas referências teóricas sobre paisagismo ecológico e pintura educativa, destacando-se as contribuições de Martins et al. (2021) e Nascimento et al. (2018) sobre a relevância do envolvimento comunitário em ações sustentáveis.

O processo de intervenção ocorreu de forma colaborativa, por meio de mutirões com alunos, bolsistas e membros da comunidade escolar, que participaram do replantio do jardim, da reorganização dos canteiros e da aplicação de pinturas lúdicas e coloridas. Todo o processo foi documentado e avaliado, observando-se aspectos de funcionalidade, conforto ambiental e apropriação do espaço, reforçando o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social e educativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de revitalização do playground da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti está em execução e demonstra resultados expressivos na transformação física e simbólica do espaço escolar. A análise parte do reconhecimento do estado inicial da área, passa pela elaboração do projeto de intervenção e chega à etapa de execução, que inclui a pintura do entorno e a preparação para o plantio das novas espécies.

No estágio inicial, o playground apresentava características de desgaste e abandono, com pintura desbotada, muros danificados e vegetação desorganizada. Essa condição comprometia tanto o aspecto estético quanto a segurança e o uso do espaço pelas crianças, conforme se

observa na Figura 1. Essa imagem evidencia a necessidade de uma ação planejada, associando arquitetura, paisagismo e participação comunitária.

Figura 1 – Situação inicial do playground da EEB Dom Orlando Dotti.

Fonte: O autor (2025)

A partir do diagnóstico, foi elaborado um projeto de revitalização fundamentado em princípios de paisagismo ecológico e design inclusivo, priorizando o uso de cores, texturas e espécies vegetais compatíveis com o contexto escolar. A Figura 2 e 3 apresentam o modelo proposto, que inclui a reorganização dos canteiros, pintura temática, áreas de convivência sombreadas e o uso de vegetação nativa. Esse projeto foi desenvolvido como parte da formação em Arquitetura e Urbanismo e consolidou a articulação entre teoria e prática defendida por Kowaltowski (2011), na qual o espaço escolar é compreendido como mediador de experiências educativas.

Figura 2 e 3 – Proposta projetual para o playground.

Fonte: O autor (2025)

Na etapa atual, o projeto encontra-se em execução. As paredes já foram pintadas, as espécies antigas foram removidas e o terreno está sendo preparado para o plantio. A Figura 4 e 5 mostra o resultado parcial das intervenções, com destaque para a nova pintura, que transformou a ambiência do espaço e conferiu um caráter mais alegre e convidativo. Segundo Martins et al. (2021), o uso de elementos visuais e naturais no ambiente escolar favorece o bem-estar e estimula a interação social — aspectos que já podem ser observados na rotina da escola após a pintura.

Figura 4 e 5 – Etapa de execução: pintura das paredes e reorganização do entorno.

Fonte: O autor (2025)

Ainda que o plantio das novas espécies vegetais não tenha sido concluído, o projeto já produziu mudanças perceptíveis na forma como o espaço é utilizado e valorizado pela comunidade escolar. A intervenção despertou o interesse das crianças e reforçou a sensação de pertencimento e cuidado coletivo. Conforme argumentam Nascimento et al. (2018) e o ArchDaily (2023), pequenas transformações físicas, quando associadas a práticas colaborativas e princípios de sustentabilidade, geram impactos duradouros na percepção ambiental e na qualidade do espaço educativo.

Em síntese, as figuras apresentadas demonstram a evolução do processo de revitalização, desde o diagnóstico inicial até a materialização das primeiras ações. O caso da EEB Dom Orlando Dotti ilustra o potencial da arquitetura como instrumento de transformação social, capaz de unir estética, sustentabilidade e educação ambiental na construção de espaços escolares mais inclusivos e inspiradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de revitalização do playground da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti evidencia o papel da Arquitetura e do Urbanismo na transformação de espaços educativos. Mesmo em andamento, as ações já promoveram melhoria visual e funcional do ambiente, reforçando a importância de intervenções sustentáveis e participativas.

A pintura das paredes e reorganização do entorno trouxeram nova identidade ao espaço, tornando-o mais acolhedor e atrativo para as crianças. As próximas etapas, voltadas ao plantio das espécies nativas, consolidarão a proposta de integração entre natureza, arte e convivência.

Os resultados confirmam o potencial do paisagismo ecológico e biofílico (Martins et al., 2021; ArchDaily, 2023) e do planejamento colaborativo (Nascimento et al., 2018) na formação de uma consciência ambiental e cidadã. A experiência reforça também a concepção de Arquitetura Escolar defendida por Kowaltowski (2011), que reconhece o espaço como mediador de aprendizado e bem-estar.

Em síntese, o projeto demonstra que pequenas ações coletivas, quando orientadas por princípios de sustentabilidade e inclusão, podem gerar impactos significativos na vida escolar e comunitária, consolidando o valor da extensão universitária como prática transformadora.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo incentivo à realização deste projeto e pelo apoio à integração entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY TEAM. Paisagismo biofílico em espaços educacionais: estimulando a aprendizagem, bem-estar e criatividade. 03 jun. 2023. ArchDaily Brasil. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1001104/paisagismo-biofilico-em-espacos-educacionais-estimulando-a-aprendizagem-bem-estar-e-criatividade. Acesso em: 16 dez. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MARTINS, Maria Eunice da Silva et al. Percepção ambiental e paisagismo ecológico no ensino fundamental: ferramentas importantes para promoção da educação ambiental no contexto escolar. Revbea, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 472-492, jan. 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349488247_Percepcao_ambiental_e_paisagismo_ecologico_no_ensino_fundamental_ferramentas_importantes_para_promocao_da_Educacao_Ambiental_no_contexto_escolar. Acesso em: 16 dez. 2024.

NASCIMENTO, Adriana Ferreira et al. Revitalização do ambiente escolar: promovendo a educação ambiental e agroecológica no ensino básico. Educação Ambiental em Ação, Novo Hamburgo, v. 22, n. 89, p. 1-5, 10 set. 2018. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2866. Acesso em: 16 dez. 2024.

DOCUMENTAR PARA PRESERVAR: A IMPORTÂNCIA DAS FICHAS DE PRÉ-INVENTÁRIO NO RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DE CAÇADOR/SC

Categoria: Projetos de Extensão

Eloisa Kasectari[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Este trabalho apresenta os resultados de um projeto de extensão universitária voltado à documentação e valorização do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade de Caçador/SC. A pesquisa teve como objetivo principal a elaboração de fichas de pré-inventário, instrumento técnico de registro e sistematização de informações essenciais sobre edificações e estruturas urbanas de relevância histórica, cultural e simbólica. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e da aplicação prática do método de inventário em seis bens patrimoniais representativos: Clube 7 de Setembro, Museu do Contestado, Antiga Rodoviária, Linha Férrea, Armazém 01 e Armazém 02. A análise dos dados coletados evidencia a importância desses elementos na construção da memória coletiva, na formação da identidade urbana e no processo de desenvolvimento histórico do município. Constatou-se que as fichas de pré-inventário vão além da simples documentação, atuando como ferramentas estratégicas para políticas públicas de preservação e planejamento urbano, além de promoverem a conscientização social acerca do valor cultural dos bens edificados. Além disso, a pesquisa impactou diretamente cerca de 70 pessoas, promovendo a ampliação da conscientização na comunidade, sendo assim os resultados obtidos reforçam a relevância das ações extensionistas na proteção do patrimônio e demonstram o potencial dessas iniciativas para fortalecer a gestão e a valorização dos espaços históricos.

Palavras-chave: Ficha de Pré-Inventário, Patrimônio Histórico, Preservação.

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico-arquitetônico é fundamental para a manutenção da memória coletiva e da identidade cultural, pois permite que os bens edificados sejam reconhecidos como marcos da trajetória urbana e social de uma comunidade. No Brasil, a proteção do patrimônio cultural é prevista pela Constituição Federal de 1988, que determina que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação" (BRASIL, 1988, art. 216, §1º).

Nesse contexto, o inventário patrimonial se destaca como uma das principais ferramentas de amparo. Mais do que um simples levantamento, trata-se de um processo sistemático de documentação e análise que visa identificar, descrever e contextualizar bens de valor histórico, arquitetônico, social ou afetivo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o inventário patrimonial destaca-se por identificar e contextualizar bens de valor histórico, arquitetônico e simbólico, servindo de base para políticas de preservação (IPHAN, 2016).

Com base nessa perspectiva, a elaboração de fichas de pré-inventário ultrapassa a função meramente técnica de registro para assumir um papel de mediação cultural, aproximando a população de seus referenciais de memória. Segundo o IPHAN (2016), o inventário, quando articulado a ações de educação patrimonial, contribui para que os bens culturais sejam percebidos como parte do cotidiano, reforçando a noção de pertencimento. Como afirma o próprio instituto em suas diretrizes, "conhecer para preservar" é condição essencial para que a sociedade atribua valor aos bens históricos e se reconheça neles (IPHAN, 2014, p. 7).

Fonseca (2005) destaca que a preservação não se efetiva apenas pela proteção legal, mas sobretudo pela construção de consciência crítica sobre o patrimônio, o que exige processos educativos continuados. Nesse sentido, as fichas de pré-inventário não apenas organizam dados, mas produzem leitura e interpretação do território, constituindo-se como instrumentos de educação patrimonial ao tornar o patrimônio mais visível, inteligível e socialmente compartilhado.

Sendo assim, a produção dessas fichas, proposta central deste trabalho, tem como objetivo sistematizar e organizar dados técnicos e históricos sobre as edificações selecionadas, de modo a constituir uma base informacional que possa futuramente subsidiar inventários oficiais, processos de tombamento e estratégias de conservação patrimonial. Ao reunir e disponibilizar essas informações de forma acessível, o projeto busca não apenas documentar o patrimônio existente, mas também contribuir para a construção de um acervo consultável pela população e pelas instituições públicas, fortalecendo políticas de preservação e estimulando a valorização da memória coletiva e da identidade urbana (GIGLIOLI et al., 2022).

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica que incluiu artigos científicos, dissertações, livros e teses, com o objetivo de compreender os temas e conceitos relacionados ao Projeto de Extensão em Patrimônio Histórico Arquitetônico da acadêmica da oitava fase do curso de Arquitetura e Urbanismo. A partir desse embasamento teórico, foi possível levantar a influência da arquitetura e do sentimentalismo na construção do espaço urbano, permitindo a elaboração de um mapa que identifica e destaca as principais edificações da cidade associadas a esses aspectos. Esse mapeamento teve como propósito não apenas reconhecer os imóveis de relevância histórica, estética e simbólica, mas também contextualizar sua importância afetiva para a comunidade local, evidenciando a relação intrínseca entre a materialidade arquitetônica e as memórias coletivas que configuram a identidade urbana.

A primeira etapa do projeto, desenvolvida no ano anterior e já concluída, consistiu precisamente na elaboração desse mapeamento, o qual serviu de base para a atual fase do trabalho. A segunda etapa, atualmente em andamento, concentra-se na produção de fichas de pré-inventário dos imóveis selecionados. Essas fichas são instrumentos técnicos de documentação e análise, que reúnem um conjunto abrangente de informações fundamentais sobre cada edificação. Entre os dados levantados, destacam-se a localização cartográfica, características arquitetônicas, tipologia construtiva, estado de conservação, uso atual, contexto urbano e ambiental, além de dados históricos e atualizações ocorridas ao longo do tempo, também há informações sobre o entorno urbano como características da ambiência, presença de elementos visuais ou publicitários e inserção na malha urbana entre outros aspectos.

O estudo será posteriormente entregue ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador (IPPUC), apresentado na Câmara Municipal da cidade, rádios locais, redes sociais e em escolas que apoiam e incentivam a preservação da cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A etapa de elaboração das fichas de pré-inventário configurou-se como um instrumento fundamental para a preservação e valorização do patrimônio histórico-arquitetônico de Caçador/SC. Esses documentos técnicos têm como finalidade reunir e organizar informações sobre edificações e estruturas de relevância histórica, cultural ou simbólica para a memória coletiva. De acordo com o IPHAN (2016), o inventário patrimonial é uma das principais estratégias de gestão do patrimônio cultural brasileiro, pois permite identificar, registrar e subsidiar ações de conservação e formulação de políticas públicas.

A construção dessas fichas envolve a coleta de dados que abrangem desde aspectos técnicos, como localização cartográfica, tipologia construtiva, estado de conservação, uso original e atual, e características arquitetônicas, até informações contextuais, incluindo o entorno urbano, o valor histórico e simbólico e registros iconográficos. Além de fornecer base documental para processos de tombamento e restauração, essas fichas possuem caráter educativo, ao tornar o patrimônio mais visível e acessível à comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e estimulando práticas de preservação (BRASIL, 1988; IPHAN, 2016).

A elaboração e manutenção desse tipo de documentação são, em grande parte, responsabilidades de instituições públicas e órgãos de proteção do patrimônio, como secretarias municipais de cultura, institutos de planejamento urbano e universidades. Estas, muitas vezes por meio de projetos de extensão, desempenham papel fundamental na coleta e análise dos dados, além de contribuir para a formação de profissionais capacitados para atuar na área da preservação patrimonial. O trabalho aqui apresentado insere-se nesse contexto, resultando na produção de fichas de pré-inventário que registram edificações e estruturas significativas para a história urbana de Caçador/SC, construindo uma base de conhecimento que poderá subsidiar decisões futuras relacionadas ao planejamento urbano e à preservação cultural.

No período destinado ao desenvolvimento do projeto de extensão, foram elaboradas as fichas de pré-inventário referentes a seis bens patrimoniais de relevância histórica e arquitetônica no município: o Clube 7 de Setembro, o Museu do Contestado, a Antiga Rodoviária, a Linha

Férrea e os Armazéns 01 e 02. A análise individual de cada um desses bens permite compreender a diversidade de funções, significados e valores atribuídos ao patrimônio urbano local.

O Clube 7 de Setembro, representa um marco na vida social e cultural da cidade. Sua fachada em estilo Art Déco expressa os ideais de modernidade e progresso do período entre guerras e reflete o contexto histórico da arquitetura brasileira no início do século XX. O edifício foi palco de eventos sociais, políticos e comunitários durante décadas, consolidando-se como um espaço simbólico de encontro e convivência na memória coletiva local.

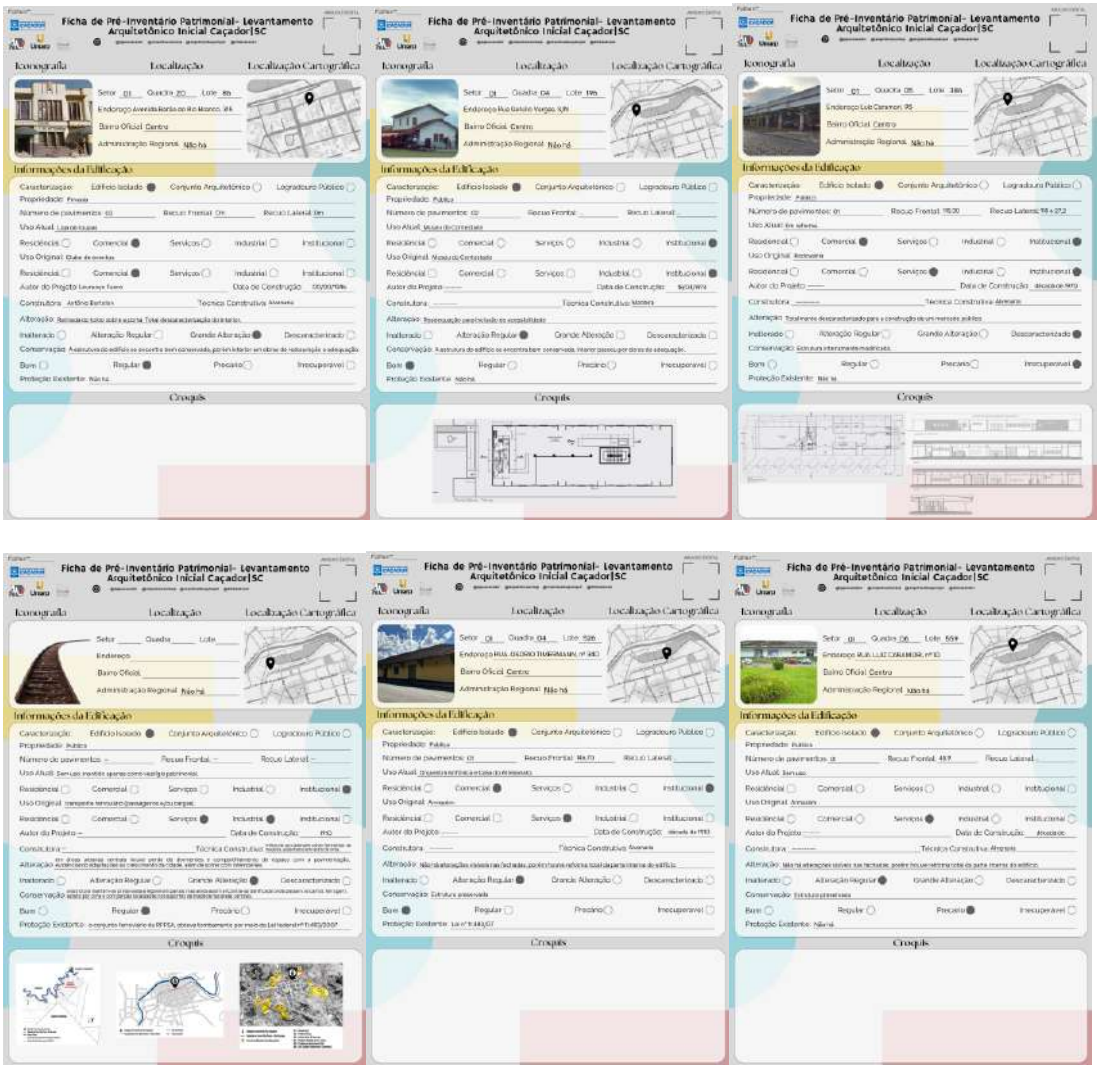
A antiga rodoviária de Caçador/SC, construída na década de 1970, desempenhou papel estratégico na dinâmica urbana e no desenvolvimento da cidade, funcionando como principal ponto de conexão do transporte intermunicipal e interestadual por várias décadas. Atualmente, embora a edificação esteja descaracterizada em decorrência de sua adaptação para um mercado público, o imóvel permanece como testemunho da evolução da infraestrutura de mobilidade urbana e do crescimento da cidade.

O Museu do Contestado, inaugurado em 1974 e localizado na região central de Caçador/SC, configura-se como um dos principais equipamentos culturais da cidade, dedicado à preservação e difusão da memória da Guerra do Contestado, conflito que marcou profundamente a formação sociopolítica do sul do Brasil no início do século XX. Instalado em um edifício construído em madeira, que reproduz a tipologia arquitetônica da antiga estação da cidade destruída em um incêndio, o museu articula patrimônio material e simbólico ao reunir acervo histórico, iconográfico e documental relacionado ao período.

A antiga linha férrea, instalada nas primeiras décadas do século XX, constitui um dos elementos estruturadores do tecido urbano de Caçador/SC e um marco do período de expansão econômica impulsionado pelo ciclo da madeira. Mesmo em desuso, os trilhos e sua configuração espacial permanecem legíveis na paisagem urbana, representando não apenas um vestígio material do passado, mas também um elemento com potencial para projetos de requalificação, turismo histórico e educação patrimonial.

Os armazéns 01 e 02, construídos no início do século XX, estão diretamente associados à infraestrutura ferroviária e ao processo de desenvolvimento urbano e econômico do município. O Armazém 01, preservado em grande parte em sua estrutura original, passou por adaptações de uso e atualmente abriga a Orquestra Sinfônica e a Casa do Artesanato, estabelecendo um elo entre a preservação patrimonial e a vida cultural contemporânea da cidade. O Armazém 02, embora atualmente sem uso definido, mantém sua integridade estrutural e localização estratégica no conjunto ferroviário, apresentando elevado potencial para integração a futuras ações de requalificação urbana e uso social, suas fichas seguiram a mesma metodologia das mostradas anteriormente. Pode-se observar a frente das fichas nas figuras 01 a 06 a seguir.

Figura 01 a 06: frente da ficha de inventário Clube Sete de Setembro, Museu do Contestado, Antiga Rodoviária, Linha Férrea, Armazém 01 e Armazém 02, respectivamente:



Fonte: Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do projeto de extensão voltado à elaboração das fichas de pré-inventário evidenciou a relevância desse instrumento como base documental para a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico de Caçador/SC. Ao reunir dados técnicos e históricos, o trabalho contribuiu para a construção de um acervo capaz de subsidiar políticas públicas e orientar futuras ações de conservação.

Os resultados demonstraram que os bens inventariados representam diferentes momentos da formação urbana e social da cidade, reforçando o patrimônio como expressão da memória coletiva. A atividade contou com a participação direta de aproximadamente 70 pessoas, entre comunidade e agentes interessados, o que ampliou o alcance pedagógico do projeto e promoveu discussões significativas sobre preservação.

Conclui-se que o pré-inventário ultrapassa a função técnica e se consolida como ferramenta estratégica de gestão cultural e urbana, demonstrando seu potencial para fortalecer a consciência patrimonial e contribuir para um desenvolvimento mais comprometido com a valorização do legado arquitetônico local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2005.

GIGLIOLI, R. et al. **Inventário do patrimônio material e imaterial do município de Santo Antônio do Palma (RS)**. *Paranoá – Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, n. 31, p. 1–15, 2022. Acesso em 28 de outubro de 2025.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. (Cadernos de Educação Patrimonial; 1).

IPHAN. **Inventários Participativos: manual de orientações**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

DO DESENHO AO PERTENCIMENTO: EXPERIÊNCIAS PROJETUAIS EM HABITAÇÃO POPULAR EM CAÇADOR/SC

Categoria: Projetos de Extensão

Gabriele Barbosa[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – O artigo analisa a habitação de interesse social como instrumento de promoção da qualidade de vida, destacando a importância da arquitetura na valorização estética, funcional e social dos espaços. A pesquisa, de abordagem qualitativa, uniu revisão bibliográfica e prática projetual, envolvendo a reconfiguração de uma residência e o desenvolvimento de fachadas modelo para a Secretaria de Habitação de Caçador/SC. Os resultados demonstram que soluções arquitetônicas de baixo custo podem promover dignidade, pertencimento e integração urbana, reforçando a relevância do envolvimento dos moradores e do tratamento estético na construção de ambientes mais humanizados e inclusivos.

Palavras-chave: Habitação social. Qualidade de vida. Arquitetura e Urbanismo. Inovação.

INTRODUÇÃO

A necessidade de fornecer moradia para a população com menos recursos financeiros, que não tem acesso à habitação formal, impulsiona o desenvolvimento da habitação de interesse social. Esse tipo de habitação, além de reduzir o déficit habitacional, busca garantir qualidade mínima de vida aos moradores, considerando não apenas a construção física, mas também sua inserção no tecido urbano. De acordo com Bezerra (2024), a evolução histórica das habitações de interesse social evidencia que os projetos precisam avançar de uma visão meramente quantitativa para uma abordagem que contemple aspectos sociais, culturais e ambientais, promovendo pertencimento e integração comunitária.

Ao mesmo tempo, a percepção estética e sensorial da moradia se apresenta como fator determinante para a valorização do espaço e para o bem-estar dos usuários. Gomes (2024) destaca a importância do tratamento das fachadas e da escolha cromática como elementos que influenciam diretamente na relação dos moradores com o ambiente, fortalecendo a identidade e a apropriação positiva dos espaços habitacionais.

Nesse sentido, a pesquisa da Feevale (2023) também aponta que a dimensão estética das habitações sociais está ligada à redução de estigmas e à valorização da identidade coletiva. A forma como os moradores interagem com o espaço é profundamente afetada pela qualidade

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

arquitetônica, o que reforça a necessidade de projetos que considerem não apenas a função, mas também o impacto simbólico e social da arquitetura.

O objetivo deste projeto é estudar a relação entre arquitetura e qualidade de vida, tomando como base uma experiência prática na elaboração de um ambiente destinado a uma pessoa da população, e avançando para o desenvolvimento de propostas de fachadas voltadas à secretaria de habitação social. Busca-se demonstrar como a valorização arquitetônica pode impactar positivamente a vida das pessoas, promovendo dignidade, pertencimento e melhor integração urbana.

METODOLOGIA

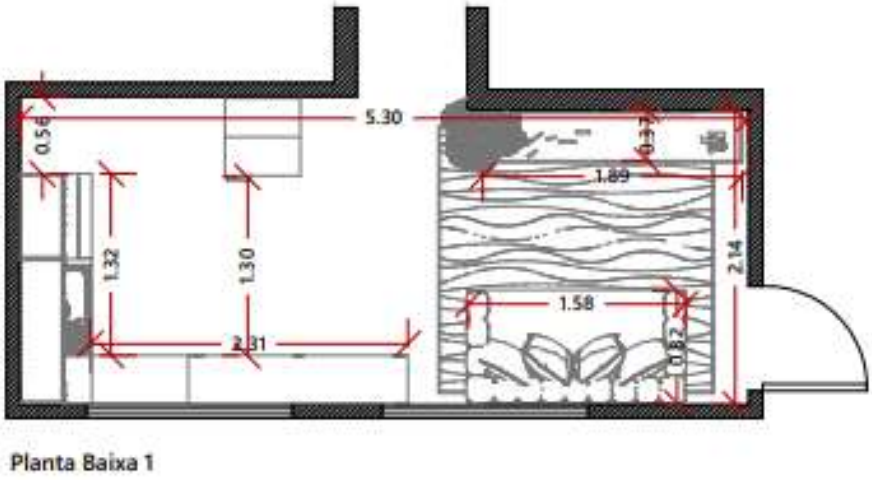
O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica exploratória, com abordagem qualitativa, a partir de artigos e trabalhos acadêmicos que discutem a habitação de interesse social e a influência da arquitetura na qualidade de vida. A partir desse levantamento, foram reunidos referenciais que serviram de base para a elaboração de um projeto que atendesse às demandas específicas de uma moradora residente no bairro Nossa Senhora Salete, em Caçador/SC, com o contato conseguido por meio da Associação Maria Rosa durante o 1° semestre, e durante o 2° semestre foram realizadas propostas de fachadas destinadas à Secretaria de Habitação de Caçador/SC, considerando aspectos estéticos, funcionais e sociais. O material produzido tem como objetivo apresentar soluções arquitetônicas que valorizem a identidade habitacional e possam contribuir para a redução de estigmas, fortalecimento comunitário e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção partiu de um levantamento arquitetônico detalhado da residência existente, seguido de entrevistas presenciais, nas quais a moradora expôs as alterações que já havia realizado no espaço e as expectativas para as melhorias desejadas. Essa etapa dialoga com a perspectiva de Cabral e Barboza (2019), que destacam a importância da escuta e da participação dos moradores na formulação de propostas habitacionais, superando modelos rígidos e pouco adaptados às realidades locais.

Com base nessas diretrizes, foi projetada a reconfiguração da cozinha e sala de jantar, com o intuito de melhorar o aproveitamento e uso no espaço já estabelecido. O novo layout buscou conciliar o reaproveitamento de parte do mobiliário existente com a introdução de novos elementos, ajustados às necessidades da residente. Tal solução está em consonância com Gomes (2024), que aponta a necessidade de considerar dimensões do cotidiano, como o convívio familiar e a flexibilidade de uso dos ambientes, como parte essencial do desenho habitacional.

Figura 01: Planta baixa final com layout reorganizado.



Fonte: Autor (2025).

Figura 02: Maquete 3D ilustrando cozinha e sala de jantar integradas

Fonte: Autor (2025).

Figura 03: Entrega do material para a cidadã

Fonte: Autor (2025).

Paralelamente a essa intervenção, foi desenvolvido um conjunto de cinco opções de fachadas residenciais para apresentação junto à Secretaria de Habitação. Diferentemente do projeto realizado para a moradora, estas propostas foram elaboradas como modelos de referência tipológica, visando subsidiar futuros programas habitacionais e a padronização de soluções acessíveis, que conciliem economia construtiva com valorização estética. Essa estratégia de criação de alternativas referenciais reforça a discussão apresentada em Feevale (2022), segundo a qual a habitação social deve ser compreendida não apenas como resposta emergencial ao déficit habitacional, mas como oportunidade de conferir qualidade urbana e arquitetônica.

As cinco fachadas foram pensadas como alternativas de composição volumétrica e cromática, todas fundamentadas em princípios de baixo custo, racionalidade construtiva e identidade arquitetônica. As variações apresentaram diferentes combinações de materiais, aberturas e esquadrias, bem como uso de cores e elementos simples de composição, permitindo adaptações conforme os recursos disponíveis e o contexto urbano. Nesse sentido, dialoga-se também com o que Luçardo et al. (2020, apud Gomes, 2024) defendem ao apontar a importância de evitar soluções genéricas e apostar em propostas que valorizem a identidade e a dignidade do morar.

Figura 04 e 05: Fachada – opção 01 e 02. Fonte: Autor (2025).

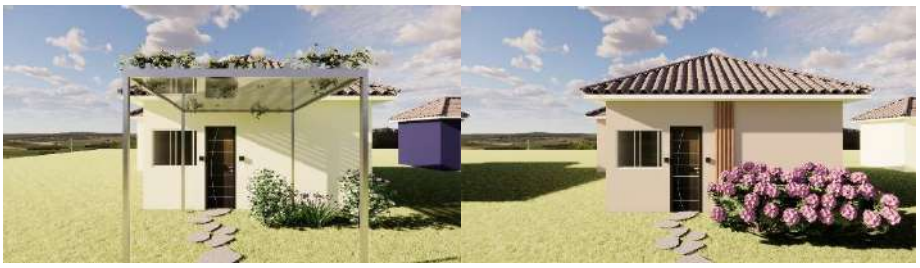


Figura 06 e 07: Fachada – opção 03 e 04. Fonte: Autor (2025).

Figura 08: Fachada – opção 05. Fonte: Autor (2025).

A entrega dessas propostas à Secretaria de Habitação buscou fornecer um repertório projetual que possa ser replicado em iniciativas futuras, fortalecendo a percepção de que, mesmo em contextos de restrição orçamentária, é possível conceber soluções arquitetônicas que conciliem funcionalidade, qualidade espacial e expressão estética. Mackenzie (2023) reforça essa ideia ao destacar que a habitação, enquanto prática arquitetônica e social, deve incorporar valores de identidade e pertencimento, sendo capaz de transcender a simples lógica de produção em massa.

Assim, os resultados obtidos contemplaram duas frentes complementares: a atuação direta junto à moradora, com reorganização dos espaços internos para melhor atender sua rotina, e a produção de modelos referenciais de fachadas, destinados a ampliar o debate sobre a qualidade arquitetônica na habitação social em âmbito institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste artigo enfatiza a importância da habitação de interesse social na promoção de qualidade de vida e bem-estar para populações com acesso limitado a recursos financeiros. A arquitetura, ao considerar aspectos como acessibilidade, sustentabilidade e conforto, é capaz de transformar o ambiente residencial, proporcionando mais do que uma moradia física, mas um lar que atende às necessidades individuais e coletivas dos seus habitantes.

Neste contexto, a intervenção realizada demonstrou a relevância de ouvir as demandas e rotinas dos moradores, permitindo a criação de soluções personalizadas e significativas. O desenvolvimento de uma cartilha informativa e a proposta de intervenção na residência selecionada evidenciam a possibilidade de adotar práticas de baixo custo e alta relevância para a melhoria habitacional, tanto em termos físicos quanto emocionais.

A divulgação das informações da cartilha em órgãos públicos e a elaboração de um projeto de ampliação específico para a moradora, chegando a atingir o total de 70 pessoas, mostram que o acesso ao conhecimento e a aplicabilidade prática são fundamentais para que a população se aproprie dos conceitos de qualidade de vida e faça escolhas mais conscientes para o seu espaço de convivência.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Heloise Helena; BARBOZA, Janaina Karolayne. Investigação de estratégias para HIS no Brasil. Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: https://ct.ufpb.br/ccau/contents/documentos/estagio-supervisionado-i/acervo-virtual-estagio-supervisionado-i-2019-4-suplementar/heloise-cabral-e-janaina-barboza-investigacao-de-estrategias-para-his-no-brasil-heloise-helena-e-janaina-karolayne_compressed.pdf Acesso em: 07 out. 2024.

FEEVALE. Arquitetura e Urbanismo. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2022. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/62dd8b50-3288-4a37-8de6-e71f50b2a3c3/Arquitetura_e_Urbanismo.pdf Acesso em: 07 out. 2024.

GOMES, Gabriel Alves. Habitação de interesse social e design. 2024. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/37588/1/GABRIEL%20ALVES%20GOMES%20-%20%20DISSERTAÇÃO%20%28PPGDesign%29%202024.pdf Acesso em: 07 out. 2024.

MACKENZIE. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2023. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/16746 Acesso em: 07 out. 2024.

LUÇARDO, Juliana da Cunha et al. A PERCEPÇÃO DA ARQUITETURA POR MEIO DOS SENTIDOS COMO BASE GERADORA DE QUALIDADE DE VIDA Pelotas, 2020. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2020/SA_00962.pdf. Acesso em: 07 out. 2024

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE VIDEIRA/SC: A IMPORTÂNCIA DO INVENTÁRIO E DA PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Categoria: Projetos de Extensão

Jennifer Tais Heusser[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Este projeto de extensão evidenciou a importância da preservação do patrimônio arquitetônico de Videira/SC, visando conscientizar a comunidade sobre a valorização da memória urbana. Os resultados destacaram a diversidade de situações encontradas, desde imóveis revitalizados até construções descaracterizadas, revelando a necessidade de maior atenção do poder público e da sociedade. A entrega das fichas e do mapa à Secretaria de Cultura e Turismo constituiu um passo relevante para a oficialização dos registros e para o estímulo à educação patrimonial. Conclui- se que o inventário arquitetônico é uma ferramenta fundamental para proteger a memória urbana, fortalecer a identidade local e ampliar as possibilidades de preservação do patrimônio para as futuras gerações.

Palavras-chave: Patrimônio Arquitetônico; Preservação; Inventário; Memória; Videira.

INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio remete refletir questões relacionadas sobre herança, e está, pode ser tanto coletiva quanto individual, herdado dos nossos familiares ou deixado como legado para as futuras gerações, a arquitetura se integra à paisagem constitui um modelo de patrimônio, vivo e coletivo. O patrimônio arquitetônico colabora de maneira significativa para o diálogo com o contexto urbano, assim como para o seu ordenamento e evolução, ao relacionar-se diretamente com a paisagem e o entorno. Essa relação comunica informações e estimula a imaginação daqueles que o contemplam. Nesse sentido, Vilanova (2013) destaca que conservar é proteger e resguardar e que é, acima de tudo, exercer o direito à identidade, à cidadania, e à memória.

No Brasil, exemplos de patrimônios incluem os centros históricos de São Luís do Maranhão, Olinda, Ouro Preto, Diamantina e Salvador. Além disso, algumas paisagens naturais também fazem parte desse patrimônio, como o Corcovado e as montanhas no entorno da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, além do sítio arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. (Ghisleni, Camilla. 2021).

Conhecer e preservar o patrimônio histórico significa compreender o passado e o comportamento de determinado grupo, cidade ou país, estando intrinsecamente associado à memória coletiva e individual. O estímulo dessa memória também contribui para o fortalecimento

[1]Aluna do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de arquitetura e urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

dos laços de pertencimento ao lugar, assim como contribui para a formação de identidade de um povo. (Ghisleni, Camilla. 2021).

Deste modo o objetivo deste trabalho foi mapear e registrar edificações históricas da cidade de Videira/SC por meio de fichas de pré-inventário. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório-descritivo, combinou revisão bibliográfica e análise de aspectos como uso original e atual, estilo arquitetônico, técnica construtiva e estado de conservação. Ápos uma pesquisa de campo foram catalogadas quatro edificações representativas: Igreja Matriz Imaculada Conceição, Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Casa do Telégrafo e Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA).

METODOLOGIA

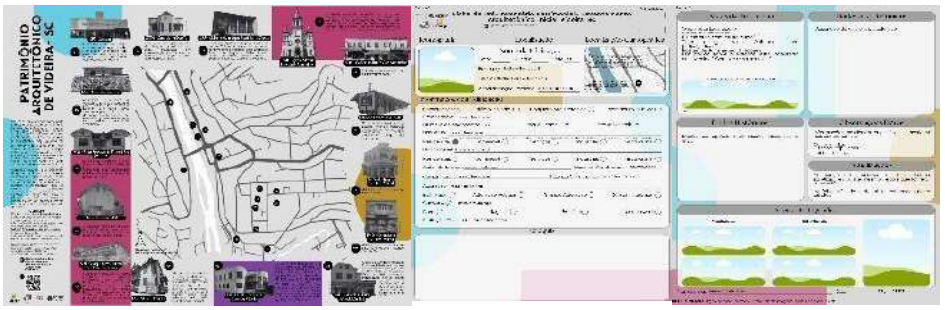
A metodologia adotada neste projeto foi qualitativa, de caráter aplicado e exploratório-descritivo, articulando teoria e prática. A pesquisa bibliográfica serviu como suporte teórico, embasando os conceitos de patrimônio cultural, memória urbana e práticas de preservação, a partir de autores e documentos oficiais, como as diretrizes do IPHAN.

Após a pesquisa bibliográfica, tendo como base o mapa do PAEC do patrimônio arquitetônico de Videira/SC elaborado anteriormente, foram elencados as edificações: Igreja Matriz Imaculada Conceição, Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Casa do Telégrafo e Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), para serem realizadas as fichas de pré-inventário. A partir de parâmetros como localização, uso original e atual, estilo arquitetônico, técnica construtiva, estado de conservação, autor e ano de construção, contexto histórico, alterações sofridas, proteção existente, croquis, dados de ambiência, arquitetônicos e históricos para a elaboração das fichas. No segundo semestre de 2025, as fichas finalizadas, juntamente com o mapa, foram entregues à Secretaria da Cultura e Turismo de Videira, constituindo um registro oficial das edificações inventariadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo os estudos e referências bibliográficas em relação do tema de patrimônio, preservação, inventário e educação, em 2025, foi preenchido fichas de pré-inventário (figura 1), sobre as edificações históricas da cidade de Videira/SC. Através do mapeamento foram identificados pontos históricos da cidade, alguns em bom estado de conservação, outros descaracterizados e fora de uso, o que desencadeou em outro debate, como conscientizar a população e o poder público da importância de preservação e proteção dessas edificações.

Figura 1 – Mapeamento das edificações históricas da cidade de Videira/SC e modelo de ficha de pré-inventário.



Fonte: Thainá Scheffemacher Ribeiro e Karoline Vezoli (2024).

É relevante considerar que o patrimônio arquitetônico se constitui de forma coletiva, reunindo uma diversidade de grupos despertando um grande interesse da sociedade, haja visto, que a proteção da arquitetura torna-se significativa quando relacionada à coletividade e à conservação da memória urbana. A memória constitui um elemento essencial na formação da identidade coletiva e auxilia para o entendimento da trajetória humana. Desse modo, preservar é essencial para compreender como os nossos antepassados pensavam e percebiam o mundo, pois a arquitetura, entendida como patrimônio, reflete os valores e as transformações da sociedade. (Oliveira; Mussi; Engerroff,2020).

As fichas foram elaboradas conforme o modelo visto acima, foram selecionadas quatro edificações a partir do mapeamento para serem analisada e catalogadas, sendo elas: Igreja Matriz Imaculada Conceição, Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Casa do Telégrafo e Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA).

A Igreja Matriz Imaculada Conceição (figura 2) é o principal elemento da arquitetura religiosa da cidade de Videira/SC, sua construção ocorreu com o auxílio da comunidade e da paróquia e foi inaugurada no dia 19 de setembro de 1944. A igreja apresenta um estilo arquitetônico eclético que combina elementos renascentistas e neogótico, caracterizando a presença do ecletismo, uma das características mais marcantes do movimento romântico. No ano de 2011 até o ano de 2013 a igreja Matriz de Videira, foi restaurada desde o telhado à todas as pinturas e vitrais, e é tombada pelo município desde 1999. (Biasi; Felisberto; Piasson, 2024).

Já o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição (figura 2) está situado nas proximidades da Igreja Matriz Imaculada Conceição, a proximidade entre essas duas instituições ressalta não apenas a relevância arquitetônica do conjunto, mas também sua importância simbólica para a comunidade local. Ambos os espaços desempenham papéis fundamentais na formação cultural, espiritual e educacional da cidade. Com o passar do tempo, a estrutura de madeira do antigo colégio já não comportava o crescente número de alunos. Assim, no dia 15 de maio de 1949, foi estabelecido o marco inicial para a construção de um novo edifício, agora em alvenaria, localizado do outro lado da Igreja Matriz. Desde sua fundação, há mais de 70 anos, o colégio passou por diversas ampliações, mas suas características arquitetônicas originais foram preservadas. Atualmente, o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição é reconhecido como patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Videira, ocupando um lugar de destaque na memória e na identidade da comunidade local. (Colégio Salvatoriano, 2025).

Figura 2- Ficha de Pré-Inventário da Igreja Matriz Imaculada Conceição e Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição de Videira/SC

Fonte: A autora (2025).

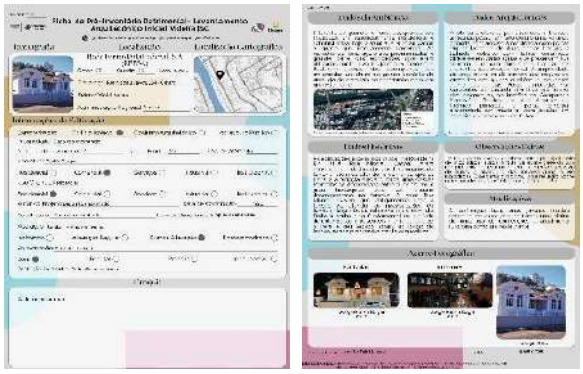
A Casa do Telégrafo (figura 3) a demolição da Casa do Telégrafo original, ocorrida em 1998, sem qualquer consulta pública ou reconhecimento de sua relevância histórica, fez com que o pequeno edifício construído na década de 1940 destinado ao transporte ferroviário, fosse demolido em poucos minutos. Em 2004, foi reconstruída uma réplica do antigo telégrafo, a localização do terreno está logo à frente do antigo, próximo aos trilhos da ferroviária. Atualmente funciona como a Central de Atendimento ao Turista (CAT) da cidade de Videira/SC. Mesmo que uma réplica tenha sido construída, nem todos os detalhes do patrimônio original conseguiram ser mantidos. Vale ressaltar que o antigo telégrafo não era tombado como patrimônio histórico na época de sua demolição, assim como os exemplares ferroviários presentes na cidade. Ao comparar a edificação original à sua réplica, é possível observar diferenças de proporção entre eles, principalmente em comparação à altura do edifício. O espaçamento entre as janelas laterais foi reduzido e o friso, que anteriormente enquadrava as janelas e o óculo, passou a enquadrar apenas o segundo, resultando em um formato mais simples e atualmente a réplica não possui uma proteção existente. (Biasi; Felisberto, 2024).

Figura 3- Ficha de Pré-Inventário da Casa do Telégrafo de Videira/SC.

Fonte: A autora (2025).

A Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA (figura 4) as construções na beira dos trilhos, na Rua Beira Rio (atual Rua Nicolau Cavon), eram edificadas e destinadas aos funcionários da ferrovia, além de atender às necessidades operacionais do transporte ferroviário, cada uma dessas edificações apresentavam caracteristicas distintas. A planta é elevada por alicerces, A fachada simétrica apresenta uma varanda coberta que dá acesso à residência por meio de portas duplas, com duas janelas laterais. O telhado, revestido com telhas cerâmicas, divide-se em várias águas que preservam a simetria da composição e evidenciam dois oitões trapezoidais na elevação frontal. Uma arquitetura simples se dá através dos requadros presentes nas quinas e nos oitões, bem como dos requadros localizados acima das janelas. A edificação apresenta um friso liso posicionado abaixo das pingadeiras, e os brasões da Companhia Ferroviária fixados nos dois frontões da fachada principal. A porta de acesso é em madeira, enquanto as janelas possuem duas folhas, também em madeira e vidro. A edificação teve suas janelas frontais retiradas em 2017 para se tornar uma vitrine de uma loja de confecções e atualmente funciona como um restaurante, e atualmente a rede ferroviária não possui uma proteção existente. (Biasi, Juliana. 2021).

Figura 4- Ficha de Pré-Inventário da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) de Videira/SC.



Fonte: A autora (2025).

As análises das edificações — Igreja Matriz Imaculada Conceição, Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, Casa do Telégrafo e Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) — possibilitaram registrar seus valores arquitetônicos, históricos e identitários, reforçando a importância da preservação da memória urbana local. Como resultado, as fichas de pré-inventário, acompanhadas do mapa, foram entregues à Secretaria de Cultura e Turismo do município (Figura 5).

Figura 5 – Registros da entrega das fichas à Secretaria de Cultura e Turismo do município.

Fonte: A autora (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto evidenciou a importância da preservação do patrimônio arquitetônico para a identidade cultural de Videira/SC. O trabalho envolveu pesquisa teórica e com alguns desafios encontrados ao longo do caminho. Enquanto a Igreja Matriz Imaculada Conceição e o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição estão preservados, a Casa do Telégrafo e a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) foram descaracterizadas. A elaboração das fichas de pré-inventário e sua entrega à Secretaria de Cultura e Turismo marcaram um avanço na consolidação de registros e na conscientização sobre a proteção do patrimônio. O material alcançou aproximadamente 70 pessoas e pode ser acessado de forma digital. Para trabalhos futuros, recomenda-se intensificar a educação patrimonial e ampliar o inventário a outras edificações, sendo assim garantir a preservação da memória urbana para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BIASI, J.; FELISBERTO, L.; PIASSON, M. O ROMANTISMO NA ARQUITETURA CATARINENSE: ANÁLISE ARQUITETÔNICA DA IGREJA MATRIZ DE VIDEIRA (SC). 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381578290_O_ROMANTISMO_NA_ARQUITETURA_CATARINENSE_ANALISE_ARQUITETONICA_DA_IGREJA_MATRIZ_DE_VIDEIRA_SC. Acesso em: 27, set. 2025.

BIASI, J.; LIMA, L. A Réplica do Antigo Telégrafo da Ferroviária de Videira (SC): Uma análise comparativa. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381578823_A_Replica_do_Antigo_Telegrafo_da_Ferroviaria_de_Videira_SC_Uma_analise_comparativa. Acesso em: 27, set. 2025.

BIASI, Juliana. Estudo de Obras Arquitetônicas em Santa Catarina. Editora Unoesc. 2021.Disponível em: https://www.unoesc.edu.br/wpcontent/uploads/2023/08/Estudo-de-obras-arquitetonicas_.pdf. Acesso em: 27, set. 2025.

Colégio Salvatoriano. Disponível em: https://www.redesalvatoriana.org.br/imaculada/institucional/historia/#history. Acesso em: 27, set. 2025.

ENGERROFF, F.; MUSSI, A.; OLIVEIRA, T. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E SUAS RELAÇÕES COM O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO. Revista Missioneira. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343680099_A_PRESERVACAO_DO_PATRIMONIO_ARQUITETONICO_E_SUAS_RELACOES_COM_O_PLANEJAMENTO_E_DESENVOLVIMENTO_URBANO. Acesso em: 28, set. 2025.

GHISLENI, Camilla. O que é patrimônio material e imaterial. 4, março 2021. ArchDaily Brasil. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/957956/o- que-e- patrimonio-material-e-imaterial. Acesso em: 27, set. 2025.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO E INVENTÁRIO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA CIDADE DE VIDEIRA - SC

Categoria: Projetos de Extensão

Thainá Scheffemacher Ribeiro[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Este projeto de extensão evidenciou a importância da preservação do patrimônio arquitetônico de Videira/SC, visando conscientizar a comunidade sobre a valorização da memória urbana. O objetivo foi mapear e registrar edificações históricas por meio de fichas de pré-inventário. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório-descritivo, combinou revisão bibliográfica e levantamento em campo, com registro fotográfico, observação direta e análise de aspectos como uso original e atual, estilo arquitetônico, técnica construtiva e estado de conservação. Foram catalogadas quatro edificações representativas: Museu do Vinho, Casa de Pernoite, Casa Alfredo Mariani e Estação Ferroviária. Os resultados destacaram a diversidade de situações encontradas, desde imóveis revitalizados até construções descaracterizadas, revelando a necessidade de maior atenção do poder público e da sociedade. A entrega das fichas e do mapa à Secretaria de Cultura e Turismo constituiu um passo relevante para a oficialização dos registros e para o estímulo à educação patrimonial. Conclui-se que o inventário arquitetônico é uma ferramenta fundamental para proteger a memória urbana, fortalecer a identidade local e ampliar as possibilidades de preservação do patrimônio para as futuras gerações.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; preservação; inventário; memória urbana; Videira.

INTRODUÇÃO

A arquitetura, por sua natureza interdisciplinar, demanda múltiplas abordagens no campo do patrimônio, em que se destacam instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) — criado em 1936 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por iniciativa do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Responsável por ações como mapeamento, diagnóstico, inventário e tombamento, o IPHAN atua na preservação da memória coletiva e da identidade dos espaços (Grieco; Rezende; Teixeira; Thompson, 2015).

A arquitetura que se insere de forma harmônica na paisagem pode ser compreendida como uma expressão de patrimônio dinâmico, coletivo e significativo, mesmo quando vinculada

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

a experiências individuais. O patrimônio arquitetônico desempenha um papel relevante na relação com o espaço urbano, contribuindo para seu planejamento e desenvolvimento. Isso ocorre porque ele dialoga diretamente com a paisagem e seu entorno, oferecendo referências visuais e simbólicas que despertam a interpretação e a imaginação de quem o observa (Engerroff; Mussi; Oliveira, 2020).

O patrimônio materializa experiências humanas que ganham permanência em bens e monumentos, carregando valor identitário e formando imaginários coletivos que revelam nossa origem, identidade e aspirações. Mais que o bem físico, envolve também seus usos e significados sociais, sendo ao mesmo tempo concreto e simbólico, como vetor da memória coletiva (Lopis, 2017).

Este projeto de extensão tem como objetivo principal evidenciar a importância da preservação do patrimônio arquitetônico local, promovendo a conscientização e o engajamento da comunidade em relação à valorização desse patrimônio. Além disso, busca-se identificar e apresentar edificações históricas significativas da cidade de Videira/SC, por meio do mapeamento e da catalogação preliminar (pré-inventário) de quatro construções relevantes para a formação e a memória urbana do município.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste projeto foi qualitativa, de caráter aplicado e exploratório-descritivo, articulando teoria e prática. Foram utilizadas duas modalidades de investigação: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica serviu como suporte teórico, embasando os conceitos de patrimônio cultural, memória urbana e práticas de preservação, a partir de autores e documentos oficiais, como as diretrizes do IPHAN.

A pesquisa de campo ocorreu em etapas: no segundo semestre de 2024 foi realizado o mapeamento das edificações históricas de Videira/SC, com registro fotográfico, observação direta e organização das informações em mapa. No primeiro semestre de 2025 foram elaboradas as fichas de pré-inventário de quatro edificações representativas, estruturadas a partir de parâmetros como uso original e atual, estilo arquitetônico, técnica construtiva, estado de conservação, contexto histórico, alterações sofridas e nível de proteção existente.

No segundo semestre de 2025, as fichas finalizadas, juntamente com o mapa, foram entregues à Secretaria da Cultura e Turismo de Videira, constituindo um registro oficial das edificações inventariadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao abordar a temática do patrimônio, é inevitável a articulação com os conceitos de memória, e a relação entre passado e futuro. A preservação da memória e da identidade de um lugar ou edificação torna-se essencial para a continuidade histórica. Nesse sentido, o patrimônio adquire um papel fundamental ao evidenciar a necessidade de conservar, cuidar e manter viva a história. Para Vilanova Junior (2013), preservar significa respeitar o direito das gerações futuras ao conhecimento de sua própria trajetória, pois apenas se preserva aquilo que se ama, e só se ama aquilo que se conhece.

A preservação da arquitetura patrimonial tanto edificada quanto dos centros urbanos conta com diversos instrumentos legais. Nesse contexto, o inventário arquitetônico configura-se como uma ferramenta relevante para a salvaguarda de bens que possuam valor não apenas arquitetônico, mas também histórico, ambiental ou social (Engerroff; Oliveira, 2020).

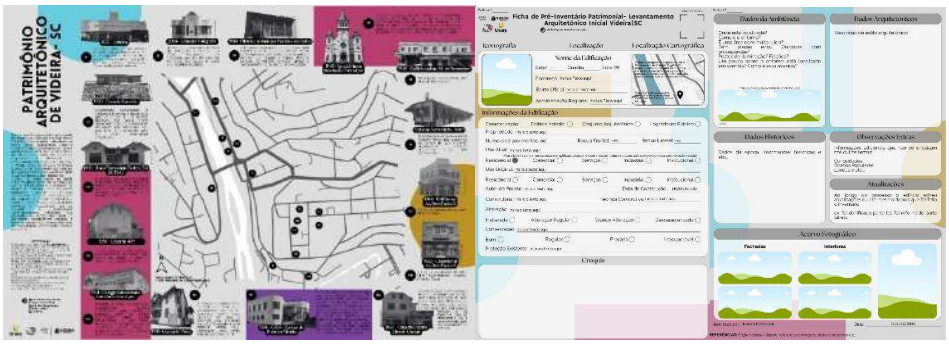
Nas palavras de Oliveira e Lopes (2018, p. 14-15):

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que aquilo que lhes falam realmente existiu. A construção da memória social urbana implica na referência ao que não foi presenciado, onde representa processos e estruturas sociais que já se transformam.

A educação patrimonial é um importante instrumento de preservação, pois utiliza o patrimônio cultural como fonte de conhecimento e formação contínua. Ao servir de base para práticas pedagógicas, promove a observação crítica e a interpretação dos bens culturais, contribuindo para a "alfabetização cultural" e para a compreensão do contexto histórico e social em que o indivíduo está inserido (Medeiros; Surya, 2009).

Dados os estudos e referências bibliográficas acerca do tema de patrimônio, preservação, inventário e educação, em 2024, foi elaborado um mapeamento das edificações históricas da cidade de Videira/SC (Figura – 1). Através do mapeamento foram identificados pontos históricos da cidade, alguns em bom estado de conservação, outros totalmente descaracterizados e fora de uso, o que desencadeou em outro debate, como conscientizar a população e o poder público da importância de preservação e proteção desses bens, a partir disso surge a ideia da catalogação e elaboração de fichas de pré-inventário (Figura – 1).

Figura 1 – Mapeamento das edificações históricas da cidade de Videira/SC e modelo de ficha de pré-inventário.



Fonte: A autora (2024).

A conscientização acerca da preservação do patrimônio contribui para a manutenção da memória urbana, incentivando a comunidade a estabelecer um diálogo com os bens de referência, articulando passado, presente e futuro. Nessa perspectiva, o inventário arquitetônico constitui-se como um instrumento de proteção que assegura a continuidade desse diálogo ao longo das gerações (Engerroff; Oliveira, 2020).

As fichas foram elaboradas conforme o modelo visto acima, foram selecionadas quatro edificações a partir do mapeamento para serem analisada e catalogadas, sendo elas: O Museu do Vinho, a Casa de Pernoite, Casa da Cultura Alfredo Mariani e Estação Ferroviária de Videira.

O Museu do Vinho e a Casa de Pernoite (Figura – 2) representam importantes referências históricas de Videira, ambas ligadas à formação urbana e cultural da cidade. O Museu, construído em 1931 pelos padres Salvatorianos como Casa Canônica, apresenta arquitetura em madeira com base em cantaria e elementos ornamentais de influência germânica e italiana. Tombado em nível municipal (1998) e estadual (2002), o edifício hoje preserva e difunde a memória da vitivinicultura local, mantendo-se em bom estado de conservação. Já a Casa de Pernoite (Figura – 2), datada de 1908-1910 e destinada ao alojamento de trabalhadores da ferrovia, reflete o estilo neocolonial simplificado, com técnicas construtivas em alvenaria e madeira. Tombada pelo município em 1999, a edificação permanece como um dos poucos exemplares remanescentes ligados diretamente à ferrovia, conservando características originais e ressaltando a relevância da malha ferroviária para o crescimento da cidade.

Figura 2 – Ficha de Pré-Inventário do Museu do Vinho e Casa de Pernoite de Videira/SC.

Fonte: A autora (2025).

A Casa Alfredo Mariani e a Estação Ferroviária (Figura – 3) também se destacam como bens arquitetônicos que testemunham a história local e foram ressignificados ao longo do tempo.

Figura 3 – Ficha de Pré-Inventário da Estação Ferroviária e Casa Alfredo Mariani de Videira/SC.

Fonte: A autora (2025).

A Casa Alfredo Mariani, adquirida em 2021 e revitalizada em 2024, reúne técnicas em madeira e alvenaria com influências da colonização italiana e alemã. Hoje abriga a Casa da Cultura e sediará o Memorial Ferroviário, reforçando sua ligação com a memória urbana. A Estação Ferroviária, originalmente de 1910 e reconstruída em 1940, possui arquitetura colonial em

alvenaria e madeira, e atualmente funciona como restaurante e lojas de artesanato, integrada ao Parque Linear Rio do Peixe como espaço de lazer e turismo cultural.

As análises das edificações — Museu do Vinho, Casa de Pernoite, Casa Alfredo Mariani e Estação Ferroviária — possibilitaram registrar seus valores arquitetônicos, históricos e identitários, reforçando a importância da preservação da memória urbana local. Como resultado, as fichas de pré-inventário, acompanhadas do mapa, foram entregues à Secretaria de Cultura e Turismo do município (Figura – 4).

Figura 4 – Registros da entrega das fichas à Secretaria de Cultura e Turismo do município.

Fonte: A autora (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto evidenciou a importância da preservação do patrimônio arquitetônico para a identidade cultural de Videira/SC. O trabalho envolveu pesquisa teórica e levantamento em campo, com desafios como a dificuldade em selecionar edificações e a constatação de diferentes estados de conservação. Enquanto o Museu do Vinho e a Casa Alfredo Mariani estão preservados, a Casa de Pernoite e a Estação Ferroviária exigem maior atenção. A elaboração das fichas de pré-inventário e sua entrega à Secretaria de Cultura e Turismo marcaram um avanço na consolidação de registros e na conscientização sobre a proteção do patrimônio. Como limitação, destacou-se a escassez de informações online sobre algumas edificações, o que demandou maior esforço em campo. Para trabalhos futuros, recomenda-se intensificar a educação patrimonial e ampliar o inventário a outras construções, garantindo a preservação da memória urbana para as próximas gerações

REFERÊNCIAS

LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. Mosaico, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65461/66858. Acesso em: 14 mai. 2025.

MEDEIROS, M. C.; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para presevação do patrimônio. ANPUH –XXV Simpósio Nacional de História [Anais]. Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. METAgraphias, [S. l.], v. 3, n. 3, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/19762. Acesso em: 16 jun. 2025.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; ENGERROFF, Franciele Zientarski. O inventário como possibilidades de preservação do patrimônio arquitetônico. **Revista Plures Humanidades**, [S.l.], v. 21, ed. 1, p. 27-37, 2021.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; MUSSI, Andréa Quadrado; ENGERROFF, Franciele Zientarski. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano. **Revista Missioneira**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 23-34, 15 ago. 2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.** Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: https://l1nk.dev/jxbRd. Acesso em: 6 mai. 2025.

VILANOVA JUNIOR, Ararê de Azambuja. **A preservação do Patrimônio.** Disponível em http://parquedaciencia.blogspot.com/2013/09/a-preservacao-do-patrimonio.html. Acesso em mar. de 2020.

ENTRE SIRENES E SABERES: AÇÕES DA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS DE CAÇADOR/SC

Categoria: Projeto de Extensão

Vanessa Donin[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – A Defesa Civil exerce um papel fundamental na prevenção e redução de riscos de desastres, promovendo ações educativas que fortalecem a preparação das comunidades. Esta pesquisa presenta uma iniciativa desenvolvida em escolas públicas de Caçador/SC, voltada à sensibilização de crianças sobre os perigos associados a eventos como enchentes, deslizamentos e tempestades. A ação consistiu na criação de uma cartilha educativa, elaborada com linguagem acessível e ilustrações lúdicas, com orientações sobre como agir antes, durante e depois de situações de risco. As atividades foram realizadas por meio de palestras aplicadas em turmas do 5º e 6º ano de escolas públicas da cidade de Caçador/SC, envolvendo 218 estudantes. A proposta buscou não apenas informar, mas também promover o protagonismo infantil na disseminação do conhecimento em seus lares e comunidades, estimulando atitudes de autoproteção e prevenção. Os resultados evidenciam que a integração entre escola, estudantes, famílias e a Defesa Civil contribui diretamente para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção desde a infância. Conclui-se que ações como essa são eficazes na formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e preparados para enfrentar os desafios impostos pelos desastres naturais, fortalecendo a resiliência coletiva.

Palavras-chave: Desastres Naturais. Defesa Civil. Comunidade. Prevenção.

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais representam uma das maiores ameaças à vida humana, ao patrimônio e ao meio ambiente em escala global. Sua ocorrência tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por fatores como o crescimento populacional, a urbanização acelerada e as mudanças climáticas. Eventos como enchentes, deslizamentos de terra, secas e tempestades têm causado impactos significativos, especialmente em países em desenvolvimento, onde a infraestrutura e os sistemas de prevenção muitas vezes são insuficientes para lidar com tais fenômenos (Freitas e Silva, 2018).

A urbanização desordenada, caracterizada pela expansão de áreas urbanas sem planejamento adequado, tem levado à ocupação de regiões naturalmente vulneráveis, como encostas íngremes, margens de rios e áreas de várzea. Essa ocupação irregular aumenta a exposição das populações aos riscos de desastres, ao mesmo tempo em que compromete os

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ecossistemas locais. A retirada da vegetação nativa e a impermeabilização do solo reduzem a capacidade de infiltração da água, elevando o escoamento superficial e, consequentemente, o risco de inundações durante períodos de chuva intensa (IPEA, 2016).

Diante desse cenário, a atuação da Defesa Civil torna-se fundamental para a redução de riscos e a proteção das populações expostas. Mais do que responder às emergências, a Defesa Civil deve atuar na prevenção, monitoramento, preparação e recuperação das comunidades, adotando uma abordagem integrada que envolva órgãos públicos, a sociedade civil e o setor privado. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012, orienta essa atuação no Brasil, estabelecendo diretrizes para a gestão de riscos e desastres em todos os níveis de governo (Brasil, 2012).

A atuação da Defesa Civil no Brasil é estruturada por meio do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), também previsto na Lei nº 12.608/2012. Esse sistema organiza a Defesa Civil em três níveis: federal, estadual e municipal, promovendo a integração e coordenação das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres naturais. A implementação eficaz da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) envolve a elaboração de planos de contingência, realização de treinamentos e monitoramento contínuo das ações, visando garantir a eficiência na gestão de riscos e desastres. Além disso, a gestão do conhecimento é essencial para aumentar a eficácia das ações e o fluxo de informações (Freitas e Silva, 2018; Brasil, 2012).

Esta pesquisa aborda a importância da sensibilização e educação preventiva sobre desastres naturais, destacando uma ação realizada em escolas com crianças, promovida juntamente com a Defesa Civil. A iniciativa teve como objetivo conscientizar os estudantes sobre os riscos associados a eventos como enchentes, deslizamentos e tempestades, além de incentivar práticas seguras e a preparação para emergências. Por meio de palestras, buscou-se fortalecer a cultura de prevenção desde a infância, reconhecendo que a educação é uma ferramenta fundamental para a construção de comunidades mais resilientes e capazes de responder adequadamente aos desafios impostos pelos desastres naturais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, com o objetivo de embasar teoricamente a temática da educação para a redução de riscos de desastres naturais.

Como parte da aplicação prática, foi elaborada uma cartilha educativa destinada ao público infantil, com linguagem acessível e conteúdo ilustrado. O material abordou os seguintes temas: Definição de desastres naturais, tempestades, inundações, incêndios florestais, secas e deslizamentos de terra, além das medidas de prevenção a serem adotadas antes, durante e depois de cada evento.

A cartilha foi apresentada e distribuída em escolas públicas do município de Caçador/SC, por meio de palestras realizadas em parceria com a Defesa Civil. As ações foram direcionadas a estudantes do 5º e 6º ano do ensino fundamental, com faixa etária entre 10 e 12 anos. O material também foi entregue aos órgãos competentes, como a Secretaria Municipal de Educação e a própria Defesa Civil, com o intuito de fortalecer ações educativas permanentes no município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A promoção da educação em prevenção de desastres nas escolas é uma diretriz prevista na Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). De acordo com o Art. 8º, inciso XV, essa política deve ser implementada por meio da "promoção da educação continuada em proteção e defesa civil, inclusive nas escolas da rede pública e privada de ensino" (Brasil, 2012). Esse princípio reconhece que, desde a infância, é possível fomentar uma cultura de prevenção, conscientização e autoproteção, reduzindo significativamente os riscos associados a desastres naturais.

Discutir proteção e Defesa Civil com o público infantil é uma estratégia preventiva e um investimento na formação de cidadãos conscientes e socialmente responsáveis. A infância, etapa crucial para o desenvolvimento de valores e hábitos, é o momento ideal para introduzir noções de segurança, percepção de risco e autoproteção, fundamentais para a construção de uma cultura de prevenção e redução de desastres. Além disso, as crianças têm grande potencial de multiplicar esses saberes, levando-os para suas famílias e comunidade (Brasil, 2012).

Com base nesse entendimento, foi desenvolvido a criação de uma cartilha educativa voltada para o público infantil. A cartilha foi pensada de forma lúdica como mostra na figura 1, com ilustrações e linguagem acessível, abordando temas como: o que fazer antes, durante e depois de eventos como enchentes, deslizamentos, tempestades e outros desastres comuns na realidade local. A intenção foi proporcionar às crianças ferramentas que pudessem ajudá-las não apenas a se proteger, mas também a compartilhar o conhecimento com suas famílias.

Figura 1: Capa da cartilha desenvolvida.

Fonte: Autor (2025).

Após a finalização da cartilha educativa, foram promovidas palestras em escolas públicas em Caçador/SC, visando à disseminação de conhecimentos sobre prevenção e atuação em situações de desastres. Essas ações tiveram como público-alvo principal os estudantes do 6° e 5°

ano, reconhecendo-se o papel fundamental da escola na formação de uma cultura de prevenção desde a infância. Durante os encontros, os alunos tiveram contato direto com os conteúdos apresentados na cartilha, que foi utilizada como material didático de apoio e entregue como mostra as figuras 2 e 3.

As apresentações abordaram o papel da Defesa Civil, os tipos de desastres naturais mais recorrentes na região e, principalmente, as condutas adequadas a serem adotadas em cada situação, promovendo uma abordagem pedagógica participativa e contextualizada. Essa estratégia está de acordo com estudos que destacam como as práticas escolares voltadas à Educação para a Redução de Riscos de Desastres (ERRD) fortalecem a resiliência comunitária e funcionam como ferramentas eficazes de gestão de riscos (Campos e Soares, 2021).

A cartilha, ao aliar uma linguagem clara e acessível a ilustrações didáticas e atrativas, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento do processo de aprendizagem durante e após as palestras. Essa combinação facilitou a compreensão dos conteúdos, tornando-os mais próximos da realidade dos estudantes, o que contribuiu para a fixação das informações transmitidas. Além disso, ao ser entregue aos alunos, a cartilha possibilitou que o conhecimento fosse levado para o ambiente familiar, incentivando o diálogo e a disseminação das práticas de prevenção e segurança em casa.

Esse efeito multiplicador ampliou significativamente o alcance das ações educativas, fortalecendo o engajamento da comunidade como um todo. Dessa forma, a iniciativa ultrapassou o caráter pontual de uma atividade isolada e se consolidou como um importante instrumento de mobilização social, capaz de promover a construção de comunidades mais conscientes, preparadas e seguras diante dos riscos e das possíveis situações de desastres naturais. O material, portanto, contribuiu não apenas para a formação individual dos estudantes, mas também para a criação de uma cultura coletiva de prevenção e resiliência

Figura 2 e 3: Aplicação das palestras.

Fonte: Autor (2025).

Em suma, a abordagem preventiva realizada por meio da cartilha educativa e das palestras escolares reafirma a importância de investir na conscientização desde a infância para a construção de uma cultura sólida de prevenção e defesa civil. A integração entre escola, alunos e famílias

fortalece a capacidade coletiva de resposta aos riscos naturais, promovendo a resiliência social necessária para minimizar os impactos dos desastres. Dessa forma, ações educativas como esta não só contribuem para a formação de cidadãos mais informados e responsáveis, mas também para o desenvolvimento de comunidades mais preparadas, seguras e engajadas na proteção do seu próprio território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente frequência e intensidade dos desastres naturais, impulsionadas por fatores como urbanização desordenada, mudanças climáticas e ocupações irregulares em áreas de risco, torna-se indispensável a adoção de estratégias preventivas com foco na educação. A experiência realizada nas escolas de Caçador/SC, com a criação e aplicação de uma cartilha educativa voltada ao público infantil, evidenciou o papel fundamental da escola na formação de uma cultura de prevenção desde a infância. A abordagem lúdica e acessível, aliada à realização de palestras, favoreceu a compreensão dos riscos mais comuns na realidade local e contribuiu para que as 218 crianças se tornassem agentes ativos na difusão do conhecimento sobre segurança e autoproteção em seus lares e comunidades.

Essa iniciativa reforça a importância de integrar ações educativas às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconhecendo que a prevenção e a redução de riscos devem ser incorporadas ao cotidiano escolar e comunitário. Ao promover o engajamento de alunos, professores, famílias e instituições como a Defesa Civil, o projeto demonstrou ser uma ferramenta eficaz na construção de comunidades mais resilientes e conscientes frente às adversidades ambientais. Assim, investir na educação para a redução de riscos de desastres é investir na proteção da vida, no fortalecimento da cidadania e na construção de um futuro mais seguro e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rosangela do; GUTJAHR, Mirian Ramos. **Desastres naturais**. São Paulo: Instituto Geológico, 2015. 100 p. (Cadernos de Educação Ambiental, 8). ISBN 978-85-86624-81-0.

BRASIL. **Caderno de Defesa Civil: educação para redução de riscos de desastres**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAMPOS, Fábio; SOARES, Mariana. **Educação para a redução de riscos de desastres: estratégias pedagógicas e políticas públicas**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 16, n. 1, p. 45–59, 2021. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/revistaea/article/view/39500. Acesso em: 26 jun. 2025.

FREITAS, C. M.; SILVA, D. R. P. Desastres naturais e saúde no Brasil: uma abordagem da perspectiva da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1463–1476, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/qBLJGdyNfGqzpNdYWKHy8dL. Acesso em: 2 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mudança do clima no Brasil: vulnerabilidade socioeconômica, impactos e adaptação*. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes. Acesso em: 2 jul. 2025.

ENTRE TEORIA E PRÁTICA: DA ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL À CONSTRUÇÃO PROJETUAL DE ESPAÇOS RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo

Thays Voltolini[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]
Cláudia Maté[3]

Resumo – Este relato apresenta a experiência de construção do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, articulando o desenvolvimento do artigo científico Habitação de Interesse Social: Resiliência, Sustentabilidade e Bem-Estar e o projeto arquitetônico Tecituras. O percurso integrou pesquisa teórica e prática projetual voltadas à compreensão de como as condições físicas, ambientais e urbanísticas das Habitações de Interesse Social (HIS) influenciam a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores. A Avaliação Pós-Ocupação (APO) foi utilizada como método analítico, possibilitando identificar limitações de padronização, conforto ambiental e inserção urbana em HIS da Região Sul. Tais resultados fundamentaram diretrizes arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas aplicadas ao projeto: propor moradias adaptáveis às diversas configurações familiares, promover integração com o tecido urbano e qualificar os espaços públicos e naturais. A experiência evidenciou o valor da pesquisa aplicada para a prática arquitetônica, consolidando uma proposta de requalificação urbana sustentável e resiliente para Caçador/SC.

Palavras-chave: habitação de interesse social; avaliação pós-ocupação; qualidade de vida; sustentabilidade; requalificação urbana.

INTRODUÇÃO

A habitação de interesse social é um dos principais instrumentos de efetivação do direito à cidade e da justiça socioambiental (Santos, 2020). No Brasil, apesar dos avanços quantitativos, a produção habitacional ainda apresenta deficiências construtivas e urbanísticas que perpetuam vulnerabilidades socioespaciais (Ribeiro, 2022; Andrade et al., 2023).

Diante de um processo de urbanização caracterizado por desigualdades socioespaciais, assentamentos informais acabam se tornando uma alternativa habitacional por grande parte da população de baixa renda (Ribeiro, 2022).

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Em sua obra, Moretti (2022) afirma que a população de baixa renda enfrentam com maior intensidade os efeitos dos impactos climáticos como inundações, deslizamentos e contaminações, eventos esses que são agravados pela precarização da infraestrutura urbana.

Segundo Andrade et. al. (2023), as precarizações habitacionais afetam diretamente a saúde física e mental das famílias de baixa renda, que por muitas vezes residem em áreas de risco.

Em um cenário onde torna-se essencial repensar as habitações e seus modelos de produção, adotando soluções técnicas e urbanísticas que considerem as especificidades territoriais, as condições ambientais e a resiliência das moradias frente os riscos naturais e climáticos. Portanto, neste contexto levantamos a seguinte pergunta: como as condições das Habitações de Interesse Social (HIS) influenciam a qualidade de vida, segurança e bem-estar físico e mental dos moradores?

O artigo científico desenvolvido na primeira etapa do TCC teve como objetivo específico, compreender a situação das HIS, analisando seu reflexo na segurança, qualidade de vida e o bem-estar dos habitantes e analisou as HIS sob a ótica da Avaliação Pós-Ocupação (APO), identificando fatores que comprometem o conforto e a qualidade de vida dos moradores. Essas investigações fundamentaram a segunda etapa – a proposição projetual Tecituras, que materializa diretrizes de resiliência, sustentabilidade e pertencimento no espaço urbano de Caçador/SC.

Assim, o SEDEPEX apresenta a trajetória integrada de pesquisa e projeto, ressaltando o papel da arquitetura como mediadora entre diagnóstico social e transformação espacial.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental sobre habitação social, áreas de risco e bem-estar. A Avaliação Pós-Ocupação (APO) foi utilizada como principal instrumento metodológico, por possibilitar identificar o desempenho físico, ambiental e urbano das habitações já consolidadas. Para isso, foram analisados comparativamente três estudos de caso aplicados em empreendimentos de HIS situados em Maringá/PR, Blumenau/SC e Pelotas/RS, cujas abordagens apresentaram semelhanças com o cenário caçadorense.

Os critérios de análise foram sistematizados em três eixos principais:

- Condições físicas e construtivas – materiais, conforto térmico, durabilidade e manutenção;
- Condições ambientais – ventilação, insolação, drenagem e áreas verdes;
- Condições urbanísticas e de infraestrutura – acessibilidade, mobilidade, integração ao entorno e presença de equipamentos públicos.

Os resultados orientaram as diretrizes projetuais do Tecituras, que se estruturam em:

- Arquitetônicas: habitações adaptáveis, confortáveis e integradas ao terreno, respeitando topografia e ventilação natural;

- Urbanísticas: integração entre novos lotes e o tecido existente, priorizando mobilidade e acessibilidade universal;

- Paisagísticas: uso de elementos naturais, áreas verdes e pavimentações inspiradas em tramas, símbolo de pertencimento e conforto ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A habitação de interesse social é essencial para garantir o direito à moradia digna das populações de baixa renda diante da Constituição Federal, especialmente aquelas que vivem em condições precárias e sem acesso à infraestrutura urbana (Fundação João Pinheiro, 2022).

A análise comparativa dos três estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) aplicados em empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) em Maringá/PR, Blumenau/SC e Pelotas/RS revelou padrões recorrentes de fragilidade que comprometem a qualidade de vida dos moradores. Entre os principais desafios observados, destacam-se a padronização excessiva das tipologias, a baixa qualidade construtiva, a ausência de conforto ambiental e a implantação periférica dos conjuntos habitacionais, frequentemente desconectados da infraestrutura urbana (Bavaesco et. al., 2021; Bogo & Horongoso, 2018).

No eixo físico e construtivo, constatou-se a predominância de projetos genéricos e pouco adaptáveis à diversidade dos núcleos familiares. As unidades analisadas apresentaram limitações espaciais, patologias construtivas e dificuldade de expansão, o que reforça a rigidez dos modelos adotados e a ausência de assistência técnica pós-ocupação.

No eixo ambiental, as habitações apresentaram baixo desempenho térmico e lumínico, ausência de ventilação cruzada e pouca adequação às condições climáticas regionais. A falta de soluções passivas e o uso de materiais pouco sustentáveis refletem a carência de sensibilidade ambiental nos processos projetuais.

Já no eixo urbanístico e de infraestrutura, a localização periférica dos conjuntos, aliada à escassez de equipamentos públicos e serviços básicos, reforça a segregação socioespacial e limita o acesso ao direito à cidade. A falta de participação dos moradores nas decisões e a ausência de planejamento integrado agravam a vulnerabilidade social e territorial das comunidades.

Com base nesses achados, o projeto Tecituras foi concebido como contraponto aos modelos rígidos, propondo moradias modulares e expansíveis, capazes de evoluir conforme as necessidades familiares (Parreira, 2020).

No campo urbanístico, o projeto requalifica uma área de déficit habitacional de Caçador/SC, costurando-a à malha urbana por meio de eixos de caminhabilidade, praças de convivência e espaços compartilhados, alinhados aos princípios da Nova Agenda Urbana (ONU-HABITAT, 2017) e dos ODS 11 e 13.

Esses resultados reforçam a necessidade de repensar o modelo habitacional vigente, substituindo a lógica da produção em massa por estratégias que priorizem a qualidade, a diversidade e o pertencimento. Nesse sentido, as diretrizes projetuais do Teciturras emergem como resposta a essas lacunas, propondo habitações modulares e adaptáveis, implantadas de forma integrada ao terreno e ao tecido urbano existente, com soluções passivas de conforto térmico e ambiental e espaços coletivos que promovem sociabilidade e identidade local. Dessa forma, o estudo articula teoria, diagnóstico e prática projetual, contribuindo para a formulação de novos paradigmas de Habitação de Interesse Social mais sustentáveis, resilientes e sensíveis às realidades humanas e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento integrado do artigo e do projeto Teciturras demonstrou que a pesquisa científica aplicada potencializa a prática projetual e amplia o papel social da arquitetura.

A análise realizada permitiu responder ao questionamento central da pesquisa, demonstrando que as condições das habitações inseridas em áreas de risco impactam diretamente a qualidade de vida, a segurança e o bem-estar físico e mental dos moradores. A partir da revisão bibliográfica, da análise de três estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) aplicados na Região Sul do Brasil e da sistematização de critérios físicos, ambientais e urbanísticos, constatou-se que a precariedade habitacional compromete não apenas o desempenho funcional das moradias, mas também a saúde integral e o sentimento de pertencimento das famílias ao território.O SEDEPEX, portanto, sintetiza uma experiência que ultrapassa a dimensão acadêmica, consolidando-se como um exercício de cidadania e inovação voltado à sustentabilidade e à resiliência urbana de Caçador/SC.

Diante dos compromissos assumidos pelo Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a Nova Agenda Urbana (NAU), torna-se evidente a urgência em adotar modelos projetuais participativos, sustentáveis e baseados em evidências empíricas, como as fornecidas pela Avaliação Pós-Ocupação.

Conclui-se que os desafios enfrentados pelas moradias em áreas de risco extrapolam o campo físico da edificação, alcançando dimensões de saúde, inclusão social e direito à cidade. A APO demonstrou ser uma ferramenta potente para compreender tanto os aspectos materiais quanto os fatores subjetivos e psicossociais da experiência de habitar. Recomenda-se, assim, que futuros programas habitacionais incorporem, desde a concepção, critérios de flexibilidade, conforto térmico, adequação ambiental, participação dos moradores e vínculo com o território, assegurando moradias que promovam segurança, pertencimento e bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Hugo Márcio V. de et al. A efetividade da política habitacional no Brasil: O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, São Paulo, [S. l.], v. 20, n. 35, p. 104-122, 2023. DOI: 10.22481/ccsa.v20i35.12574. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/12574. Acesso em: 10 mar.2025.

BAVARESCO, Mateus V. et al. Aspectos impactantes no desempenho energético de habitações de interesse social brasileiras: revisão de literatura. Ambiente Construído, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 263–292, jan., 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/s1678-86212021000100505. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ac/a/MCZzz7WysfwRdfyN6YzjmLJ/?lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2025.

BOGO, Amilcar José; HORONGOSO, Beatriz Cristina. Avaliação pós-ocupação das condições de habitação em conjuntos habitacionais do PMCMV em Blumenau SC. HOLOS, [S. l.], v. 8, p. 59-71, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.7210. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7210. Acesso em: 21 mai. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Site FJP - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: 12 mar. 2025.

MORETTI, Julia A. Gestão de risco e propriedade: um estudo de caso sobre qualificação da segurança em ocupações no centro de São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.2.2022.tde-30092022-083820. Acesso em: 17 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nova Agenda Urbana. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III. Quito: ONU-Habitat, 2017. Disponível em: https://habitat3.org/wp content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

PARREIRA, Fernanda V. M. Estratégias de flexibilidade orientadas ao usuário como facilitador da resiliência em habitação de interesse social. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.805. Acesso em: 12 mar. 2025.

RIBEIRO, Camila Mattos. Área especial de interesse social: um estudo de caso no assentamento informal urbano Nova Vida, Boa Vista - Roraima - Amazônia - Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista/RR, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/927. Acesso em: 12 mar. 2025.

SANTOS, Emerson D. Simplício. dos. Instrumentos para lidar com a ocupação desordenada em áreas de risco: o caso Cidade do Povo. In.: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 12, 2020, São Paulo – Lisboa. Anais [...]. São Paulo – Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020. DOI: 10.5821/siiu.10024. Acesso em: 09 mar. 2025.

ARQUITETURA MULTISSENSORIAL EM SPAS E RESORTS: A INFLUÊNCIA DOS SENTIDOS NO DESIGN DE ESPAÇOS DE BEM-ESTAR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Manoela Nordio[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]
Cláudia Maté[3]

Resumo – Este trabalho investiga a influência da arquitetura multissensorial na criação de experiências de bem-estar em spas e resorts, integrando a pesquisa teórica desenvolvida no TCC I com sua aplicação projetual no TCC II. Adota-se abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de três projetos internacionais: Four Seasons Resort Koh Samui (Tailândia), Spa Fazenda Xcanatún (México) e Termas de Vals (Suíça). A análise evidencia como a integração dos cinco sentidos visão, audição, tato, olfato e paladar fortalece o equilíbrio psicofísico e o vínculo afetivo entre usuário e espaço. Inspirado em autores como Juhani Pallasmaa e Charles Spence, o estudo aplica esses princípios no projeto "Imersão Sensorial", um spa contemporâneo de luxo na Praia do Rosa (Imbituba, SC), que utiliza formas orgânicas, materiais naturais e estímulos sensoriais controlados para promover relaxamento e reconexão com a natureza. O trabalho destaca a arquitetura multissensorial como ferramenta holística para o design de bem-estar, conciliando percepção, emoção e memória.

Palavras-chave: arquitetura multissensorial. bem-estar. spas. design sensorial. Praia do Rosa.

INTRODUÇÃO

A arquitetura, assim como outras formas de expressão, comunica-se com os indivíduos de maneiras diversas, influenciando diretamente suas emoções e comportamentos no cotidiano. Mais do que simplesmente cumprir funções, os espaços arquitetônicos têm o potencial de despertar sensações como conforto e alegria, ou, quando mal planejados, provocar estados indesejáveis, como ansiedade, afetando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos usuários.

Nesse sentido, arquitetura e psicologia convergem como aliadas na compreensão e na potencialização das relações entre o ambiente e os estados emocionais. Neste caso, a psicologia fornece o conhecimento científico sobre os mecanismos psicológicos e emocionais que orientam o modo como as pessoas percebem e se afetam pelo ambiente. E a arquitetura ao atuar na configuração de espaços que estimulam positivamente os sentidos, tem o potencial de contribuir

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

significativamente para o equilíbrio psicofísico das pessoas, seja em residências, locais de trabalho ou ambientes voltados ao cuidado e ao relaxamento, como spas e resorts.

Em spas e resorts, espaços concebidos para promover relaxamento e conexão emocional, a arquitetura multissensorial, associada ao conhecimento da psicologia, revela-se uma abordagem indispensável, justamente por integrar aspectos físicos e emocionais da experiência. Como aponta Pallasmaa (2011), a ênfase excessiva no visual, característica da arquitetura moderna, empobrece a vivência humana, evidenciando a necessidade de projetos que dialoguem com todos os sentidos.

Em um contexto de ritmos acelerados e desconexão com a natureza e sobrecarga digital impulsionada pelas redes digitais, a ausência de ambientes que estimulem os sentidos de forma integrada tem contribuído para reduzir a qualidade da experiência espacial. Desta forma, tem-se como pergunta orientadora da pesquisa: de que maneira a integração de estímulos sensoriais no projeto arquitetônico de spas e de resorts contribui para o bem-estar dos usuários?

A pesquisa tem como objetivo geral explorar o potencial da arquitetura multissensorial na transformação do design de interiores de spas e resorts, promovendo bem-estar e a criação de ambientes que favoreçam a harmonia e a introspecção.

O estudo traz, ainda, como objetivos específicos, os seguintes:

a) analisar os princípios da arquitetura multissensorial e seus impactos psicofisiológicos e emocionais nos usuários, considerando a interação entre estímulos sensoriais e a percepção do espaço arquitetônico como um todo;

b) identificar estratégias projetuais em spas e resorts que integrem elementos como iluminação natural e artificial, texturas, sonoridade e aromas, visando desenvolver experiências imersivas que promovam a autorreflexão, o engajamento afetivo e a integração psicossomática dos usuários.

c) elaborar um projeto arquitetônico que aplique as análises e os estudos realizados no TCC I, integrando os princípios da arquitetura multissensorial em um espaço de spa.

Este estudo é relevante por atender à crescente demanda contemporânea por ambientes construídos que ultrapassem a funcionalidade e promovam o bem-estar integral dos usuários. Em um cenário caracterizado por estresse crônico, hiperconectividade e excesso de estímulos, há uma crescente busca por espaços capazes de proporcionar experiências regeneradoras, especialmente nos setores da hospitalidade e do turismo.

Nesse contexto, a arquitetura multissensorial atua como uma abordagem relevante e significativa, ao voltar seu olhar para o usuário de forma singular, integrando percepção, emoção e memórias por meio da ativação dos cinco sentidos. Essa perspectiva considera o ser humano como o eixo central da funcionalidade e oferece uma resposta às necessidades físicas, mentais e emocionais do indivíduo no espaço construído.

A relação entre arquitetura e os sentidos transcende a mera apreciação visual, propondo uma experiência multissensorial que envolve corpo, mente e memórias afetivas. Essa perspectiva,

amplamente discutida por teóricos como Juhani Pallasmaa (2011), Jun Okamoto (2002) e Charles Spence (2020), enfatiza a importância de projetar espaços que dialoguem com os sentidos, promovendo bem-estar e conexões emocionais. Pallasmaa (2011) destaca que a arquitetura deve integrar os cinco sentidos.

Assim, a arquitetura multissensorial posiciona o usuário como centro do processo projetual, priorizando não apenas a funcionalidade, mas a qualidade da vivência sensorial. Em spas e resorts, isso significa criar espaços que transcendem o visual, convidando o corpo inteiro a participar da experiência arquitetônica.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de três projetos de referência internacional Four Seasons Resort Koh Samui, Spa Fazenda Xcanatún e Termas de Vals. A revisão baseou-se em autores como Pallasmaa (2011), Spence (2020), Okamoto (2002) e Joshi e Musmade (2025), que abordam a percepção sensorial e seus efeitos emocionais no espaço arquitetônico.

Os estudos de caso foram examinados quanto a elementos como luz, textura, som, aroma e integração com a natureza. Em seguida, os princípios identificados foram aplicados ao projeto "Imersão Sensorial", um spa implantado em terreno de 2.426,91 m² na Praia do Rosa, com base em diagnóstico físico-ambiental e diretrizes sensoriais. O projeto organiza-se em três blocos acolhimento, social e terapêutico, articulando fluxos graduais de imersão sensorial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da análise confirmam que a arquitetura multissensorial transforma espaços em experiências emocionais profundas. Vamos discutir cada estudo de caso e compará-los ao meu projeto, focando nos cinco sentidos e relacionando aos autores.

No Four Seasons Resort Koh Samui, a visão é capturada por vistas infinitas do mar e vegetação luxuriante, criando sensação de amplitude, como Pallasmaa (2011) defende para envolver o corpo inteiro. A audição beneficia-se de sons naturais como ondas e pássaros, alinhado à arquitetura aural de Gazana e Ramos (2023), promovendo relaxamento. O tato é estimulado por brisas e texturas de bambu, o olfato por flores tropicais, e o paladar por frutas frescas no café. Essa sinestesia, per Spence (2020), gera frescor e leveza, reduzindo estresse como em Joshi e Musmade (2025).

O Spa Fazenda Xcanatún usa herança maia para sensorialidade cultural. Visão: iluminação difusa em ruínas restauradas evoca história; audição: fontes de água corrente para calma; tato: pedras antigas quentes; olfato: ervas mexicanas como hortelã; paladar: chás regionais. Okamoto (2002) explicaria isso como percepção ambiental evocando memórias e pertencimento, fortalecendo vínculos afetivos.

As Termas de Vals, de Zumthor (1996), são minimalistas: visão na penumbra para introspecção; audição no eco sutil da água; tato no quartzito frio/aquecido e variações térmicas;

olfato neutro, sem aromas artificiais; paladar nas águas minerais bebíveis. Pallasmaa (2011) elogiaria isso por priorizar silêncio interior, criando equilíbrio psicofísico.

Comparando ao "Imersão Sensorial", adotei elementos semelhantes adaptados ao contexto brasileiro. Visão: formas curvas como ondas, com aberturas para vistas da praia e Mata Atlântica. Audição: sons de mar e vento filtrados por vegetação, inspirado em Gazana e Ramos. Tato: madeira nativa macia, pedras aquecidas e pisos texturizados no jardim sensorial. Olfato: aromas de eucalipto e flores locais em difusores. Paladar: infusões de ervas da região no café. Nos blocos, o acolhimento inicia com estímulos visuais leves; o social integra piscina infinita para visão e tato aquático; o terapêutico usa saunas com aromas para imersão total.

Criticamente, benefícios incluem relaxamento profundo e reconexão natural, elevando o turismo sustentável na Praia do Rosa. Desafios: custos altos para materiais sensoriais, manutenção em climas úmidos (umidade pode alterar aromas), e inclusão para deficientes sensoriais (ex.: adaptações para cegos via tato e som). Em contextos turísticos, isso pode atrair mais visitantes, mas exige equilíbrio entre luxo e acessibilidade, como discuto baseado em Borges et al. (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a relevância da arquitetura multissensorial na criação de experiências espaciais que promovem o bem-estar em spas e resorts. A pesquisa confirmou que a integração intencional de estímulos como luz, som, textura, temperatura e aromas contribui significativamente para a construção de ambientes emocionalmente acolhedores e psicologicamente restauradores.

A partir da revisão bibliográfica e da análise de projetos arquitetônicos de referência, foi possível compreender que a atuação coordenada dos diferentes sentidos amplia a percepção espacial, fortalece os vínculos emocionais com o ambiente e estimula a introspecção. Os projetos analisados demonstraram que soluções como o uso de materiais naturais, a variação térmica, o controle da iluminação e a atenção à paisagem sonora são estratégias eficazes para gerar conforto sensorial e estimular a conexão entre corpo, espaço e natureza.

Além disso, a investigação reforçou que a arquitetura multissensorial vai além da estética visual, assumindo um papel fundamental na mediação de emoções, memórias e estados físicos e mentais. Essa abordagem representa uma resposta às necessidades contemporâneas por espaços que favoreçam o relaxamento, a recuperação e o equilíbrio emocional.

A aplicação no projeto "Imersão Sensorial" válida a integração entre teoria e prática, sugerindo que futuros projetos adotem uma visão holística para promover bem-estar integral.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luana Raquel Saldanha Coutinho de. Arquitetura fenomenológica: um olhar sobre as obras de Tadao Ando. Recife: Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.Disponivel em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/2329/1752. Acesso em: 22 de outubro 2025.

ALEXANDRINO, Letícia Keroly Bezerra; LAPA JUNIOR, Luiz Gonzaga. A arquitetura sensorial. Open Science Research VIII. São Paulo: Editora Científica Digital, 2022.Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br. Acesso em: 21 outubro 2025.

BORGES, Rafaela; MOURTHÉ, Cláudia; DAMAZIO, Vera. Sobre coisas que fazem bem sentir: contribuições para o design sensorial. Projética, Londrina, v.15, n.1, 2024.Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/48191. Acesso em: 21 outubro. 2025.

GAZANA, Cleber; VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo. Arquitetura Aural: do espaço visual ao espaço auditivo. Revista Projetar, Natal, v.8, n.2, p.84–94, 2023.Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/31295. Acesso em: 20 outubro. 2025.

JOSHI, Ishwarya; MUSMADE, Ar. Payal. The role of sensory design in wellness centers. International Research Journal of Engineering and Technology, Índia, v.12, n.2, p.157–170, 2025.

OKAMOTO, Jun. Percepção ambiental e comportamento. São Paulo: Mackenzie, 2002.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SPENCE, Charles. Senses of place: architectural design for the multisensory mind. Cognitive Research, v.5, 2020.Disponível em: https://doi.org/10.1186/s41235-020-00243-4. Acesso em: 20 outubro. 2025.

TALLER MEXICANO DE ARQUITECTURA. Spa Fazenda Xcanatún by Angsana Heritage Collection. ArchDaily Brasil, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1012336/spa-fazenda-xcanatun-by-angsana-heritage-collection-taller-mexicano-de-arquitectura. Acesso em: 19 outubro 2025.

ZUMTHOR, Peter. Therme Vals. Suíça, 1996.Disponível em:https://www.archdaily.com.br/br/01-15500/classicos-da-arquitetura-termas-de-vals-peter-zumthor. Acesso em: 19 de outubro 2025.

REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM CAÇADOR/SC: PROJETO URBANO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Andrieli Perego[1]
Cláudia Maté[2]

Resumo – O planejamento urbano contemporâneo propõe repensar as cidades sob a perspectiva da inclusão, sustentabilidade e valorização do espaço público. Nesse contexto, a requalificação urbana configura-se como instrumento fundamental para a transformação das dinâmicas urbanas e para o fortalecimento da identidade coletiva. O objetivo deste trabalho é desenvolver o anteprojeto de requalificação da Avenida Barão do Rio Branco, localizada em Caçador/SC, eixo de relevância funcional, histórica e simbólica no contexto urbano local. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, envolveu revisão bibliográfica, estudos de caso, diagnóstico técnico e proposição projetual. O anteprojeto foi estruturado em seis eixos que articulam sustentabilidade, mobilidade e acessibilidade, qualificação espacial e valorização histórica, orientando as diretrizes e soluções de reconfiguração da avenida. As intervenções propostas incluem ciclovias integradas, calçadas acessíveis, jardins de chuva, mobiliário padronizado, fachadas ativas e espaços de convivência, promovendo a humanização do espaço público e a integração entre mobilidade, sustentabilidade e patrimônio histórico. Alinhado aos ODS 11 e 3, o projeto evidencia o papel do urbanismo como agente de transformação social e ambiental, consolidando uma visão de cidade mais inclusiva, resiliente e centrada nas pessoas.

Palavras-chave: planejamento urbano; mobilidade ativa; acessibilidade; espaço público; infraestrutura verde.

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano contemporâneo possibilita repensar as cidades a partir de uma abordagem que considera tanto suas dimensões físicas quanto simbólicas, valorizando os elementos que conectam a comunidade ao seu passado e fortalecem o senso de pertencimento (Felipe et al., 2020). Nesse contexto, a requalificação urbana se apresenta como um instrumento essencial de valorização das cidades, pois permite preservar e destacar aspectos humanos e naturais que compõem a identidade urbana, influenciando diretamente a percepção coletiva e individual do espaço (Franco, 2024).

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Em Caçador/SC, diversas vias apresentam potencial para intervenções de requalificação; entretanto, a Avenida Barão do Rio Branco se destaca por seu caráter funcional, histórico e simbólico dentro do tecido urbano, configurando-se como principal eixo comercial e de serviços da cidade. Apesar dessa relevância, a avenida enfrenta problemas de caminhabilidade, acessibilidade e infraestrutura, que comprometem o uso equitativo do espaço e a segurança dos pedestres, especialmente de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Cincatarina, 2022).

Essa realidade reforça a necessidade de planejar cidades inclusivas e acessíveis, capazes de acolher a diversidade humana e oferecer múltiplas formas de apropriação do território. Conforme Lynch (1999), o planejamento urbano deve criar ambientes legíveis, convidativos e acessíveis, estimulando o reconhecimento e o pertencimento.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolver o anteprojeto de requalificação da Avenida Barão do Rio Branco, propondo diretrizes e soluções projetuais que promovam acessibilidade universal, caminhabilidade e mobilidade sustentável. Essa proposta está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 3, visando tornar as cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis (ODS 11) e assegurar a saúde e o bem-estar coletivo (ODS 3) (Nações Unidas, 2025).

A proposta busca não apenas melhorar a infraestrutura urbana, mas também fortalecer a relação entre cidade e cidadão, transformando a avenida em um espaço público inclusivo, verde e socialmente ativo. Ao integrar aspectos de mobilidade, acessibilidade, sustentabilidade e valorização da paisagem urbana, o anteprojeto se configura como uma aplicação prática dos princípios do urbanismo contemporâneo, orientado à criação de ambientes urbanos mais humanos, equitativos e sustentáveis. Dessa forma, reafirma-se o papel da requalificação urbana como ferramenta de integração social e ambiental, capaz de promover cidades mais conectadas às necessidades da população e comprometidas com o bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

O Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo foi desenvolvido em duas fases, articulando pesquisa teórica (TCC I) e aplicação projetual (TCC II).

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e exploratória. Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre requalificação urbana, mobilidade sustentável e acessibilidade. Em seguida, foram analisados estudos de caso nacionais e internacionais, como a Avenida Paulista, o Bairro Pedra Branca e as Superquadras de Barcelona, que serviram de referência para a definição de estratégias aplicáveis ao contexto local.

O diagnóstico técnico e urbano da Avenida Barão do Rio Branco envolveu levantamentos de campo, registros fotográficos e análise de uso do solo, infraestrutura e acessibilidade, possibilitando a identificação das principais deficiências e potencialidades da via. A partir dessa leitura, foram estabelecidos seis eixos estruturantes que nortearam o anteprojeto: Mobilidade Ativa e Acessibilidade; Sustentabilidade; Desenho Urbano e Segurança; Espaço Público e Convivência; Dinâmica Urbana; e Comunicação e Resgate Histórico.

A aplicação projetual consistiu no desenvolvimento do anteprojeto, que compreendeu a definição do conceito e do partido, a setorização e a hierarquização espacial, o redesenho do perfil da via e das áreas de permanência, a proposição de soluções de desenho urbano, mobiliário e infraestrutura verde, bem como a incorporação de diretrizes de acessibilidade e mobilidade ativa conforme a NBR 9050. A valorização da paisagem e da identidade urbana orientou a criação de espaços de convivência, conectividade e pertencimento. O resultado foi consolidado na elaboração da planta de implantação geral e plantas setorizadas, seções transversais e longitudinais, diagramas e detalhamentos que sintetizam as diretrizes de requalificação.

Assim, a metodologia estabeleceu uma relação contínua entre pesquisa teórica, diagnóstico empírico e proposição projetual, consolidando o processo como um estudo de caráter aplicado, que busca transformar a teoria em prática urbana e contribuir para a construção de cidades mais sustentáveis, acessíveis e integradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados materializam-se no anteprojeto de requalificação urbana da Avenida Barão do Rio Branco, que sintetiza um processo estruturado em análise urbana, diagnóstico técnico e formulação de diretrizes projetuais. A proposta parte da compreensão da avenida como eixo estruturante do centro de Caçador/SC, com papel histórico, econômico e simbólico para a cidade. O estudo revelou um cenário de fragmentação urbana, marcado pela priorização do automóvel, descontinuidade de calçadas, escassez de áreas verdes e falta de acessibilidade universal, condições que comprometem a vitalidade e a função social do espaço público.

O anteprojeto foi desenvolvido a partir de seis eixos estruturantes: Mobilidade Ativa e Acessibilidade; Sustentabilidade; Desenho Urbano e Segurança; Espaço Público e Convivência; Dinâmica Urbana; e Comunicação e Resgate Histórico, que orientaram a estrutura espacial e conceitual da proposta. Cada eixo se inter-relaciona, compondo um sistema urbano coerente, no qual o desenho físico traduz princípios de inclusão, sustentabilidade e integração.

No eixo Mobilidade Ativa e Acessibilidade, foram propostas calçadas niveladas e padronizadas em piso drenante de concreto, com largura ampliada e implantação de faixas e cruzamentos elevados para garantir acessibilidade e segurança nas travessias. Uma ciclovia contínua foi inserida no trecho de menor aclive, conectando-se à Beira Rio e ao Parque Linear, formando uma malha cicloviária integrada ao sistema viário existente. Essas ações visam reduzir a dependência do automóvel e promover deslocamentos sustentáveis, de curta distância e com conforto ambiental.

O eixo Sustentabilidade foi abordado por meio da introdução de infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza, como jardins de chuva para retenção e filtragem de águas pluviais e sistema de coleta seletiva aprimorado com lixeiras inteligentes. A arborização em ambos os lados da via proporciona sombras lineares e conforto térmico, contribuindo para a mitigação das ilhas de calor e o aumento da biodiversidade urbana. Tais estratégias dialogam com os ODS 3 e 11, reforçando o compromisso do projeto com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar coletivo.

No eixo Desenho Urbano e Segurança, o anteprojeto propõe iluminação pública em LED, balizadores metálicos e sistema de monitoramento, ampliando a segurança noturna e a percepção de cuidado com o espaço. As fachadas ativas nos pavimentos térreos incentivam a ocupação contínua e o contato visual entre interior e exterior, favorecendo a vitalidade e a sensação de segurança pela presença constante de pessoas.

O eixo Espaço Público e Convivência foi definido como o elemento central do anteprojeto, articulando os demais eixos e propondo espaços de interação, lazer e uso coletivo, valorizando a experiência urbana e o senso de pertencimento. Foram previstos paraciclos, bancos, quiosques, banheiros autolimpantes e abrigos de ônibus com cobertura e iluminação integrada. Essas estruturas diversificam o uso do espaço público, incentivando o lazer, a permanência e o encontro social, transformando a avenida em um ambiente de convivência urbana contínua.

Em Dinâmica Urbana e Funções do Espaço, a proposta reorganiza o tráfego para equilibrar os fluxos de transporte. A Figura 1 apresenta a proposta preliminar do calçadão urbano, que restringe a circulação de automóveis a veículos de serviço, transporte público e carga e descarga em horários específicos. Essa solução amplia as áreas destinadas a pedestres e ciclistas, reduz o ruído urbano e favorece a convivência entre diferentes modos de deslocamento.

Figura 1 - Proposta preliminar de calçadão urbano na Avenida Barão do Rio Branco (Caçador/SC).

Fonte: Autora (2025).

Por fim, o eixo Comunicação e Resgate Histórico valoriza o patrimônio edificado e a memória urbana da Avenida Barão do Rio Branco. Propõe-se a preservação das edificações históricas, a padronização dos letreiros comerciais e da sinalização, além da instalação de totens informativos com conteúdo histórico e turístico, aproximando a população da identidade e da narrativa urbana da cidade. Essa abordagem reforça o vínculo entre passado e presente, consolidando o espaço como eixo cultural e referência simbólica para Caçador.

O tratamento paisagístico e o uso de materiais sustentáveis complementam a proposta: piso drenante de concreto em diferentes tonalidades, concreto moldado in loco nas faixas livres para pedestres e mobiliário em aço galvanizado com pintura preta. O emprego de espécies vegetais nativas e ornamentais ao longo da avenida cria uma paisagem contínua e coesa, que alia funcionalidade, conforto e valor estético ao espaço urbano.

Como resultado geral, o anteprojeto apresenta-se como um modelo replicável de requalificação urbana, que alia funcionalidade, sustentabilidade e identidade cultural. A nova configuração da Avenida Barão do Rio Branco propõe um espaço público de escala humana, acessível, verde e dinâmico, que estimula a circulação de pessoas, fortalece o comércio local e ressignifica o centro da cidade como território de encontro e pertencimento. Dessa forma, o projeto demonstra o potencial do urbanismo contemporâneo como instrumento de integração social e ambiental, consolidando uma visão de cidade mais conectada, inclusiva e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anteprojeto de requalificação da Avenida Barão do Rio Branco, desenvolvido neste trabalho, representa mais do que uma intervenção física no espaço urbano: constitui uma proposição estratégica de transformação da dinâmica central de Caçador/SC, pautada em princípios de sustentabilidade, inclusão e vitalidade urbana. O processo projetual integrou teoria e prática, resultando em um desenho urbano que responde às necessidades contemporâneas de mobilidade, acessibilidade e convivência, sem desconsiderar o valor histórico e simbólico da avenida.

A proposta busca ressignificar a relação entre o cidadão e o espaço público, promovendo a apropriação social da via e resgatando o sentido de pertencimento coletivo. Ao integrar mobilidade ativa, sustentabilidade e preservação patrimonial, o anteprojeto propõe um corredor urbano inclusivo e equilibrado, orientado à escala do pedestre e à melhoria da qualidade de vida. Elementos como ciclovia contínua, calçadas acessíveis, travessias elevadas, áreas verdes e mobiliário sustentável configuram um sistema urbano eficiente e humanizado, que une funcionalidade e sensibilidade urbana.

O desenho urbano adotado valoriza a linearidade da avenida e sua função estruturante, organizando usos e percursos em eixos temáticos que reforçam o papel do centro como espaço de convivência, comércio e cultura. As fachadas ativas, abrigos de ônibus, paraciclos e mobiliário urbano padronizado fortalecem a vitalidade econômica e social do entorno, incentivando a permanência e o uso contínuo do espaço. Além disso, o tratamento paisagístico e a arborização qualificam o ambiente urbano, favorecendo o conforto térmico e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Enquanto instrumento de planejamento, o projeto reafirma a importância da integração entre políticas públicas, planejamento urbano e arquitetura, destacando o papel do arquiteto urbanista na mediação entre a dimensão técnica e social da cidade. A requalificação da Avenida Barão do Rio Branco busca consolidar um modelo de cidade mais acessível, segura e resiliente, capaz de inspirar futuras intervenções urbanas em Caçador e em outros municípios de porte similar.

Conclui-se que o anteprojeto desenvolvido não apenas requalifica um eixo urbano de relevância local, mas propõe uma nova experiência de cidade: mais conectada, sustentável e centrada nas pessoas. Assim, o trabalho reafirma o compromisso da arquitetura e do urbanismo com a construção de espaços urbanos que traduzem função, identidade e qualidade de vida, e

evidencia o potencial transformador do projeto urbano como agente de desenvolvimento e integração social.

REFERÊNCIAS

CINCATARINA - CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA. **Plano de Mobilidade Urbana – Caçador/SC:** 5º Diagnóstico de Mobilidade Urbana de Caçador/SC. Florianópolis: CINCATARINA, 2022. Disponível em: https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=cacador&idref=47187. Acesso em: 10 mar. 2025

FELIPE, Andressa Sarita *et al.* A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v.9, n.2, p. 171-191, maio/ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/9172/7315. Acesso em: 20 maio 2025.

FRANCO, Fernando Túlio Salva Rocha. **Urbanismo carbocêntrico:** uma miragem ecocapitalista nas cidades segregadas, um estudo de caso de Sao Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-15082024-110043/publico/TEFernandoTulioSalvaRochaFranco_Rev.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 10 mar. 2025.

CAVALGANDO NOVOS RUMOS: PROPOSTA DE CENTRO EQUESTRE COM INFRAESTRUTURA TURÍSTICA EM CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Dionatan André de Jesus Pereira[1]
Cláudia Maté[2]
José Antônio de Albuquerque Neto[3]

Resumo – Este trabalho apresenta a proposta de implantação de um Centro Equestre com infraestrutura turística e educacional na cidade de Caçador/SC, articulando ensino, esporte, turismo rural e conservação ambiental. A escolha do cavalo como elemento central está relacionada à valorização da cultura equestre, que representa práticas tradicionais, vínculos comunitários e experiências terapêuticas. O projeto parte da análise físico-territorial de um terreno de 96.800 m², com topografia plana e vegetação nativa, localizado entre duas rotas de turismo rural. A metodologia adotada é qualitativa, incluindo levantamento documental e cartográfico, análise de campo, estudo de referências projetuais e elaboração de programa de necessidades com pré-dimensionamento. O partido arquitetônico busca integrar pessoas, animais e paisagem, promovendo fluidez espacial, conforto térmico e sustentabilidade por meio de técnicas passivas, manejo de águas pluviais e uso de materiais locais. O programa organiza-se em quatro setores (administrativo, público, equino e atividades), totalizando 15.662,42 m². Espera-se que o empreendimento funcione como vetor de desenvolvimento regional, oferecendo formação técnica, atividades terapêuticas, eventos e hospedagem especializada. Recomenda-se aprofundamento em estudos de gestão, impacto socioeconômico e monitoramento ambiental.

Palavras-chave: Arquitetura Equestre; Turismo Rural; Sustentabilidade; Planejamento Territorial; Caçador.

INTRODUÇÃO

Segundo Cintra (2011), os cavalos foram domesticados entre 4.500 e 2.500 a.C., em uma área que se estende da China até a Mesopotâmia. Por muitos séculos, os cavalos desempenharam um papel crucial, sendo utilizados como meio de transporte, fonte de força de trabalho, na construção de cidades e também em conflitos bélicos. Com o passar dos séculos, homens e cavalos construíram uma variedade de relações, seja no ambiente de trabalho, em competições esportivas, nos campos de batalha do passado, nos processos terapêuticos, para

[1] Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

facilitar o transporte e também como uma fonte de diversão, alegria e realização ao cavalgar (Marins, 2005).

Nesse contexto, surgem os centros de equitação, estabelecimentos que oferecem alternativas de entretenimento, treinamento e interação com os cavalos, contribuindo para o bem-estar físico e emocional dos praticantes (Ribeiro, 2014). A equitação, quando praticada regularmente, desenvolve qualidades como força física, autoconfiança, iniciativa, tomada de decisões e solução de problemas (Associação Nacional De Equoterapia, 2010).

De acordo com Micklem (2003), o cavalo se destaca no universo equestre por reunir características como força, inteligência, sensibilidade e docilidade, o que o torna um animal singular e admirável.

Dessa forma, o objetivo principal desse trabalho é o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um centro equestre com infraestrutura turística. Nesse sentido, o trabalho se faz importante para termos uma percepção das dificuldades enfrentadas pelos arquitetos responsáveis técnicos na criação de espaços que atendam simultaneamente às necessidades humanas e equinas.

METODOLOGIA

Este presente Resumo é resultado de pré-projeto de TCC elaborado na disciplina de TCC I no primeiro semestre de 2024 com abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma revisão teórica através de coletas de dados para o desenvolvimento do projeto.

Na etapa correspondente ao TCC II, foram desenvolvidas pesquisas de obras correlatas, buscando compreender soluções arquitetônicas aplicadas em projetos similares. Essa análise comparativa permitiu identificar diretrizes projetuais, estratégias funcionais e elementos construtivos relevantes, que contribuíram para o aprimoramento das decisões adotadas no desenvolvimento do trabalho.

Neste sentido, a pesquisa fundamenta-se em conhecimentos previamente estabelecidos, por meio de uma revisão teórica que reúne dados e informações. O autor, a partir de estudos realizados, apresenta uma construção teórica própria sobre a arquitetura equestre e suas vertentes, com o intuito de ampliar o entendimento sobre o tema. Essa produção foi orientada por questionamentos específicos, articulando referências científicas e contribuições gerais, a fim de consolidar uma base conceitual sólida para o desenvolvimento do projeto.

Além disso, nesta fase também foram realizados o pré-dimensionamento dos espaços, a definição do conceito e a formulação do partido arquitetônico do projeto. Esses procedimentos possibilitaram a materialização das ideias iniciais em uma proposta coerente e fundamentada, alinhando os aspectos teóricos à prática projetual, de modo a garantir uma solução arquitetônica adequada às necessidades e ao contexto do centro equestre.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa iniciou no segundo semestre de 2023, buscando compreender de que forma a arquitetura influencia o bem-estar de seus usuários e dessa maneira foram explorados conceitos relacionados à criação de ambientes que favorecem o conforto térmico — tanto de animais quanto de pessoas — em centros equestres.

O projeto do Centro Equestre com Infraestrutura Turística em Caçador/SC apresenta uma proposta arquitetônica inovadora, que integra esporte, lazer, educação e turismo em um ambiente sustentável e funcional. Os resultados obtidos a partir da análise territorial, levantamento técnico e estudo de referências projetuais foram fundamentais para a definição do terreno e da organização espacial do empreendimento.

No decorrer da aplicação do projeto evidenciou-se a necessidade de estudar a região local do terreno escolhido, para que a implantação do centro equestre fosse integrada da melhor forma possível entre duas rotas turísticas, com o objetivo também de incorpora uma infraestrutura completa, proporcionando uma vivência imersiva aos visitantes.

O hotel oferece hospedagem para turistas, atletas e participantes de eventos, enquanto o restaurante serve como espaço de convivência e valorização da gastronomia local, fortalecendo o vínculo entre cultura, lazer e natureza.

A escolha de Caçador/SC como local para implantação do projeto se justifica pela sua localização estratégica na região do Contestado, pela presença de propriedades rurais, rotas turísticas consolidadas e pela crescente valorização da cultura equestre no município. A proposta busca integrar esporte, turismo e educação em um ambiente sustentável, promovendo o desenvolvimento regional e a valorização da identidade rural.

A topografia, favoreceu o programa de necessidades permitindo a uma distribuição integrada de quatro setores funcionais. O Setor Equino contempla os espaços destinados ao manejo e treinamento dos cavalos, incluindo estábulos, redondéis, pistas de treino e áreas para competição. O Setor Público reúne as áreas voltadas à recepção e convivência dos visitantes, como restaurante, espaços de lazer e ambientes de interação social. Já o Setor de Hotelaria é composto por suítes e áreas comuns destinadas à hospedagem de visitantes, oferecendo conforto e comodidade. Por fim, o Setor Administrativo e de Serviços concentra as atividades de apoio técnico, manutenção e gestão, garantindo o funcionamento eficiente de todo o complexo.

Diante disso, passou-se para a escolha de obras correlatas que poderiam dar partido ao conceito e diretrizes arquitetônicas do projeto.

Uma das referências projetuais utilizadas, como o Centro Equestre de Merricks, Austrália (Seth Stein Architects), influenciaram diretamente na escolha de materiais, na leveza das estruturas e na valorização da paisagem como elemento ativo da arquitetura.

O projeto (Figura 1) a seguir, está situado na Península de Mornington, ao sul de Melbourne, Austrália, é um exemplo notável. O cliente contratou os arquitetos para conceber uma arquitetura que fosse funcional e prática, mas que, acima de tudo, valorizasse a paisagem local, utilizando materiais resistentes e sustentáveis (Stein Architects, 2014).

Figura 1 – Centro Hípico Seth Stein

Fonte: Stein Architects (2014)

Após os estudos elencados acima, obra correlata escolhida e análise do entorno, foi elaborado um estudo inicial do projeto. O partido arquitetônico adotado valoriza a fluidez entre áreas abertas e edificadas, respeitando o ritmo da natureza e o movimento dos cavalos. A vegetação existente foi mantida como parte da composição paisagística (figura 2).

Outro destaque do projeto é a integração com o meio natural, evidenciada na implantação das pistas e redondéis em áreas sombreadas e ventiladas, aproveitando a vegetação de araucárias e a orientação solar:

Figura 02: Estudo de implantação do projeto.

Fonte: Autor (2025).

Portanto, os resultados demonstram que a proposta atende aos objetivos de funcionalidade, sustentabilidade e valorização cultural, consolidando-se como um equipamento urbano capaz de promover o desenvolvimento regional e fortalecer a identidade rural em Caçador/SC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida sobre o conforto térmico de animais e usuários em centros equestres resultou na proposição de soluções arquitetônicas que buscam melhorar a experiência e o bem-estar dentro desses espaços. As estratégias foram selecionadas com base em sua viabilidade técnica e ambiental, priorizando o uso de materiais locais, sistemas construtivos sustentáveis e o aproveitamento das condições naturais do terreno para ventilação e iluminação adequadas.

O processo de desenvolvimento do projeto está em andamento, contemplando estudos de implantação, setorização e aplicação de técnicas bioclimáticas que favorecem a integração entre arquitetura, natureza e comportamento animal. Esta fase inicial vem sendo documentada e servirá como base para futuras etapas de detalhamento e execução do centro equestre.

Portanto, conclui-se que a arquitetura, quando orientada por princípios de conforto térmico e sustentabilidade, tem papel essencial na criação de ambientes mais equilibrados e saudáveis — tanto para os usuários humanos quanto para os animais.

REFERÊNCIAS

CINTRA, André Galvão de Campos. O Cavalo: Características, Manejo e Alimentação. Editora Roca. São Paulo, 2011. Disponível em:https://andrecintra.vet.br/2016/08/01/o-cavalo-características-manejo-e-alimentação/. Acesso em: 10 out. 2024.

MARINS, A.; LESCHONSKI, C.S. Implantação de estabelecimentos equestres. São Paulo, Horse Cursos, 2005. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/en/documentos/texto/estudo-do-complexo-do-agronegocio-do-cavalo-Resumo-coletanea-estudos-gleba.aspx. Acesso em: 20 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA (Brasil). Apostila do Curso Básico de Equoterapia – ANDE-BRASIL. COEPE. Florianópolis, 2010. _____. Equipe multiprofissional. Acesso em: 09 mai. 2025.

MICKLEM, W. Complete Horse Riding Manual. London: Dk, 2003. 400 p.

RIBEIRO, Andrea de Menezes Caldas. Gerenciamento de facilitades em centros equestres. 113f. Monografia (Especializacao em MBA em Gerenciamento de Facilidades). Escola Politecnica da Universidade de Sao Paulo. Universidade de Sao Paulo. Sao Paulo, 2014. Disponivel em:http://www.poliintegra.poli.ups.br/library/pdfs/00636eb977808f6f5c34eaa312ea7f76.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

REIS, Antônio T. Repertório, Análise e síntese: Uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2002. Disponivel em:http:

https://pt.scribd.com/document/629506544/Repertorio-analise-e-sintese-Uma-introducao-ao-projeto-arquitetonico. Acesso em: 14 out. 2025.

SETH STEIN, Architects; WATSON, Architecture. Centro Equestre. ArchDaily Brasil, 2016. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/791392/centro-equestre-seth-stein-architects-plus-watson-architecture-plus-design. ISSN 0719-8906. Acesso em: 03 set. 2025.

ARQUITETURA PARA ALÉM DO HUMANO: CENTRO ANIMALIS, ESPAÇO DE ACOLHIMENTO, SAÚDE E RECOMEÇO EM CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Eliandra Mozara Menez[1]
Cláudia Maté[2]
José Antônio de Albuquerque Neto[3]

Resumo – O presente artigo investiga o papel da arquitetura na promoção do bem-estar animal, com foco nos ambientes destinados ao cuidado veterinário e ao acolhimento de cães e gatos. O estudo parte da compreensão de que o espaço construído influencia diretamente o comportamento, a recuperação e a saúde emocional dos animais, propondo diretrizes que conciliam funcionalidade, conforto e ética interespécies. A metodologia é qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de referências projetuais, culminando na aplicação prática por meio do anteprojeto do Centro Animalis: espaço de acolhimento, saúde e recomeço em Caçador/SC. O projeto arquitetônico, desenvolvido com base em princípios de etologia e enriquecimento ambiental, contempla hospital veterinário público e abrigo temporário integrados, priorizando espaços amplos destinados aos animais, áreas verdes e áreas de socialização. Os resultados indicam que a arquitetura, ao incorporar parâmetros biocêntricos e normativos (CFMV, 2019), pode reduzir o estresse, estimular comportamentos naturais e fortalecer o vínculo entre espécies. Conclui-se que o espaço construído, quando sensível às necessidades dos animais, torna-se instrumento de cuidado, reabilitação e educação ambiental, reafirmando o papel social e ecológico da arquitetura contemporânea.

Palavras-chave: Arquitetura Veterinária, Bem-estar Animal, Etologia Aplicada, Enriquecimento Ambiental, Projeto Arquitetônico.

INTRODUÇÃO

A arquitetura contemporânea tem ampliado seu campo de atuação ao reconhecer que o espaço construído exerce influência direta sobre o comportamento e o bem-estar de todos os seres vivos que dele fazem uso. Essa compreensão rompe com a lógica antropocêntrica, que historicamente orientou o fazer arquitetônico, e propõe uma abordagem mais sensível, ética e integradora.

No Brasil, a presença de animais de companhia é um fenômeno consolidado. Dados da ABINPET (2024) indicam que o país possui mais de 160 milhões de pets, com predominância de cães e gatos, o que posiciona o país entre os maiores mercados mundiais do setor. Esse

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

crescimento reflete transformações socioculturais profundas, nas quais os animais passaram a ocupar papel afetivo e simbólico nas famílias humanas (Tatibana; Costa-Val, 2009).

Diante dessa nova configuração, a infraestrutura veterinária e de acolhimento enfrenta o desafio de adaptar-se não apenas às exigências técnicas, mas também às dimensões comportamentais e emocionais dos animais. Hospitais, clínicas e abrigos muitas vezes reproduzem modelos padrões, ignorando o impacto do ambiente sobre o estresse e o processo de recuperação. Estudos indicam que sons altos, iluminação inadequada e confinamento excessivo contribuem para quadros de medo e agressividade (Foltin; Ganslosser, 2021).

Nesse contexto, a etologia aplicada e o enriquecimento ambiental emergem como fundamentos essenciais para a formulação de diretrizes projetuais voltadas ao bem-estar animal. De acordo com Henzel (2014), o enriquecimento ambiental visa modificar o espaço físico e social do animal, promovendo estímulos sensoriais e comportamentais que favorecem sua expressão natural.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral compreender como a arquitetura pode contribuir para o desenvolvimento de espaços veterinários que promovam o bem-estar físico, psicológico e social de cães e gatos, gerando um anteprojeto nomeado Centro Animalis: espaço de acolhimento, saúde e recomeço em Caçador/SC como proposta arquitetônica aplicada ao tema.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter exploratório, buscando compreender como a arquitetura pode contribuir para o bem-estar animal em espaços de cuidado veterinário e acolhimento. O estudo desenvolveu-se em três etapas: revisão bibliográfica, análise de referências projetuais e aplicação prática.

A revisão bibliográfica fundamentou-se em autores da etologia aplicada, do bem-estar animal e da arquitetura biocêntrica, além de diretrizes do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Em seguida, foram analisados projetos que incorporam princípios de conforto ambiental e estímulos comportamentais.

Por fim, os conceitos teóricos foram aplicados no Anteprojeto Centro Animalis: espaço de acolhimento, saúde e recomeço em Caçador/SC, que materializa diretrizes projetuais voltadas ao bem-estar físico e psicológico de cães e gatos. Assim, a metodologia integra reflexão e prática, reconhecendo o espaço construído como instrumento de cuidado e reabilitação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A concepção de espaços voltados ao cuidado animal exige uma abordagem interdisciplinar capaz de integrar arquitetura, etologia e medicina veterinária. O bem-estar, segundo Faraco (2021), é um estado dinâmico no qual o animal consegue adaptar-se às condições ambientais, expressando comportamentos naturais e evitando o sofrimento físico e emocional. Lorenz (1995) já apontava que o comportamento animal resulta da interação entre

herança biológica e estímulos do meio, evidenciando que o ambiente construído atua como mediador dessas relações, podendo gerar tranquilidade ou estresse.

Dentro desse contexto, o enriquecimento ambiental surge como uma ferramenta projetual essencial. De acordo com Henzel (2014), trata-se de promover estímulos físicos, sensoriais, cognitivos e sociais que tornem o ambiente mais próximo das condições naturais de cada espécie. Diversos estudos comprovam sua eficácia: Camuci e Sunada (2022) observaram que gatos internados em ambientes enriquecidos apresentaram menor estresse e maior curiosidade exploratória, enquanto cães submetidos a estímulos variados mostraram-se mais equilibrados e sociáveis.

Nessa perspectiva, Siqueira e Bastos (2020) defendem que a arquitetura voltada ao bem-estar animal deve considerar fatores técnicos e sensoriais, como conforto térmico e acústico, iluminação natural difusa, uso de cores e texturas adequadas à percepção animal, setorização funcional e áreas externas para recreação e socialização. Tais princípios se alinham à Resolução nº 1069/2014 do CFMV, que define parâmetros mínimos de conforto, segurança e saúde em estabelecimentos veterinários.

A aplicação desses princípios ganha relevância diante da realidade local. No município de Caçador/SC, localizado no meio-oeste catarinense, observa-se uma carência significativa de equipamentos públicos destinados à saúde e ao acolhimento animal. Essa ausência sobrecarrega organizações voluntárias, dificultando o controle populacional e o tratamento de animais em situação de vulnerabilidade. Atualmente, o Centro de Bem-Estar Animal constitui o único espaço público que oferece serviços veterinários no município, o que fundamenta a proposta do Centro Animalis, um complexo veterinário público voltado ao acolhimento, tratamento e reabilitação de cães e gatos.

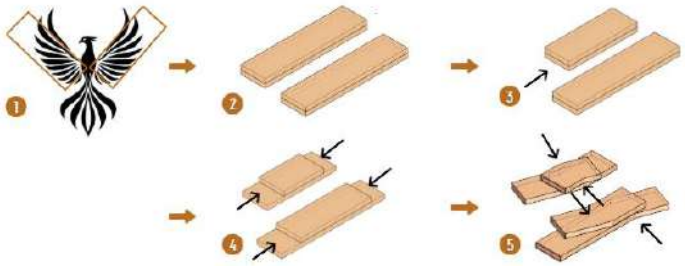
As diretrizes do Centro Animalis buscam unir funcionalidade, bem-estar animal e integração social. A localização estratégica dentro do perímetro urbano facilita o acesso da comunidade e amplia o alcance do serviço. Áreas externas controladas favorecem a socialização e o teste de adoção, fortalecendo o vínculo entre humanos e animais. Os canis e gatis foram dimensionados acima do mínimo normativo, garantindo conforto e liberdade de movimento. Além disso, a proposta inclui espaços de convivência, como café e praça pública, estimulando a adoção responsável e o envolvimento social.

A escolha do terreno, situado no bairro São Cristóvão, baseou-se em critérios de localização e transporte público. Com cerca de 20.000 m², o lote apresenta declive, ventilação cruzada, insolação favorável e acesso facilitado pela BR SC-350. O afastamento das áreas residenciais evita conflitos acústicos e riscos sanitários, reforçando o caráter estratégico da implantação.

O conceito que orienta o projeto é o "renascimento", simbolizando o percurso de transformação e recuperação dos animais acolhidos. O espaço arquitetônico é concebido como um ciclo de renascer, onde o animal deixa o estado de vulnerabilidade e sofrimento para reencontrar o equilíbrio, a saúde e o pertencimento. A arquitetura atua como mediadora desse processo, criando uma trajetória simbólica e sensorial, do acolhimento à libertação, do silêncio à luz, da clausura ao horizonte.

O partido arquitetônico (Figura 1), inspirado na fênix, materializa essa simbologia de renascimento e transformação, representando o processo de reabilitação dos animais. A disposição dos blocos, que remete às asas da ave, traduz essa metáfora em forma e função, organizando o percurso do acolhimento ao recomeço. Jardins e pátios interligam os setores, promovendo integração entre natureza e arquitetura e reforçando o caráter terapêutico e acolhedor do espaço.

Figura 1 - Partido Arquitetônico



Fonte: Autor, (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que a arquitetura, ao incorporar princípios da etologia e do enriquecimento ambiental, pode promover o bem-estar animal. O Centro Animalis, ainda em desenvolvimento, busca traduzir esses princípios em soluções projetuais que conciliam funcionalidade, conforto e sensibilidade, respondendo à carência de espaços públicos de cuidado animal em Caçador/SC.

O projeto demonstra que a distribuição, tamanho e conforto ambiental dos espaços são fundamentais para um ambiente veterinário eficiente, enquanto a integração paisagística e o controle sensorial reforçam seu papel terapêutico. Assim, projetar para além do humano significa reconhecer a interdependência entre espécies e criar espaços que cuidem da vida em todas as suas formas. O Centro Animalis representa, portanto, um exercício de responsabilidade social e afetiva, simbolizando recomeço, acolhimento e respeito à pluralidade da vida.

REFERÊNCIAS

CAMUCI, Victor Espindola; DA SILVA SUNADA, Natália. Enriquecimento ambiental para gatos em ambiente de internação. Veterinária e Zootecnia, v. 29, p. 1-6, 2022. Disponível em: https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/656/570. Acesso em: 16 abr. 2025.

FOLTIN, Sandra; GANSLOSSER, Udo. Relationship between dog walking behaviour and owner-dog attachment using the Lexington Attachment to Pets Scale. Journal of Zoological Research, v. 4, n. 2, 2022. DOI: 10.30564/jzr.v4i2.4526. Acesso em: 25 mai. 2025.

LORENZ, K. **Os fundamentos da etologia**. Tradução de Pedro Mello Cruz e Carlos C. Alberts. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 466 p.

TATIBANA, M.; COSTA-VAL, A. P. Bem-estar animal e saúde pública. **Revista VZ**, n. 3, p. 13-14, 2009. Disponível em: https://crmvmg.gov.br/RevistaVZ/Revista03.pdf#page=11. Acesso em: 14 mar. 2025

HENZEL, Marcelo. **O enriquecimento ambiental no bem-estar de cães e gatos**. 2014. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104884. Acesso em: 13 mar. 2025.

XAVIER, Bruno Henrique do Rosário; SGANZERLA, Anor. **A humanização de animais como compulsão à dominação do mundo natural.** Revista Inclusiones – Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 179–196, jul./set., 2022. ISSN 0719-4706. DOI: 10.58210/fprc3373. Acesso em: 25 maio 2025.

ARQUITETURA IN CENA: A CENOGRAFIA E A ARQUITETURA NA ARTICULAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CRIAÇÃO DE UM COMPLEXO CULTURAL E ARTÍSTICO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Thainá Scheffemacher Ribeiro[1]
Cláudia Maté Feiten[2]
José Antônio de Albuquerque Neto[3]

Resumo – O presente trabalho articula etapa teórica e projetual, investigando as relações entre arquitetura, cenografia e percepção do espaço na criação de um complexo cultural. O estudo parte da abordagem fenomenológica da experiência espacial e do entendimento da cenografia como linguagem capaz de induzir sensações e atmosferas, estendendo-se para a aplicação prática no projeto Quadra das Artes – Complexo Integrativo de Arte, Cultura e Experiência em Caçador-SC. O projeto propõe um conjunto de espaços integrados, conectados por passarelas que simbolizam fluxos urbanos e humanos, traduzindo o conceito de cidade como organismo vivo. A articulação entre teoria e prática permitiu compreender a arquitetura como meio expressivo e comunicativo, aproximando a experiência do espaço construído à teatralidade e à poética cenográfica.

Palavras-chave: Arquitetura; Cenografia; Percepção do Espaço; Complexos Culturais.

INTRODUÇÃO

A arquitetura e a cenografia compartilham um território comum: a criação de atmosferas e construção da experiência espacial. Ambas se fundamentam na capacidade de envolver o usuário em uma narrativa sensorial e simbólica, em que cada elemento material e imaterial contribui para o despertar da percepção. Essa relação se aproxima da compreensão fenomenológica do espaço, que reconhece o corpo como mediador da experiência e os sentidos como parte essencial da percepção arquitetônica (Pallasmaa, 2011).

A cenografia envolve a concepção e execução de projetos, elementos visuais, como cenários, iluminação, figurinos e objetos de cena, para criar uma atmosfera e um ambiente que apoie a narrativa e a emoção (Queiroz, 2021).

E segundo a percepção de Breda e Ravache (2021), a arquitetura se aproximava das belas artes por valorizar mais a expressividade do arquiteto do que a funcionalidade do objeto. Essa

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

visão reflete nas novas formas de atuação, onde o cenógrafo surge como um elo entre expressão e função, retomando a dialética entre arquitetura e arte.

Com isso o objetivo do TCC I foi compreender a relação entre sujeito e ambiente, analisando como a arquitetura pode transcender sua função prática para assumir um papel expressivo e comunicativo como na cenografia, através de elementos presentes em ambas as temáticas: percepção do espaço, luz e sombra, cor, textura, materialidade e composição formal.

As reflexões acerca da teoria durante o TCC I foram o ponto de partida para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e urbanístico cujo objetivo conectasse as áreas artísticas envolvidas com a narrativa e múltiplas formas de criação presentes na cenografia e a espacialidade formal e construtiva existente na arquitetura bem como as conexões, fluxos, e organizações espaciais voltadas ao usuário do urbanismo.

Dessa forma, a pesquisa integra a dimensão sensorial e simbólica da arquitetura à sua aplicação urbana, promovendo um diálogo entre o pensamento fenomenológico e a prática projetual, evidenciando a importância da cenografia como linguagem na construção do espaço contemporâneo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e aplicada, unindo etapas de pesquisa teórica (durante o desenvolvimento do TCC I) e desenvolvimento projetual (durante o TCC II) onde ainda segue em fase de desenvolvimento. A primeira fase no TCC I consistiu em uma revisão bibliográfica interpretativa, que aborda a arquitetura como fenômeno sensorial e perceptivo. Essa base teórica permitiu compreender o espaço como campo de experiência e o projeto arquitetônico como um meio de expressão fenomenológica.

A segunda fase envolveu a aplicação prática desses conceitos no desenvolvimento de um complexo cultural urbano (função projetual TCC II), localizado em Caçador/SC, concebido como espaço de formação, experimentação e convivência artística. O processo projetual foi conduzido por meio de ensaios volumétricos, simulações de fluxos e análises de percursos visuais, buscando traduzir espacialmente a ideia de “arquitetura em cena”.

As ideias centrais de espacialização e distribuição dos fluxos foram concebidas através de analises urbanísticas embasadas em Kevin Lynch, onde em seu livro A imagem da cidade, observa pontos importantes do tecido urbano para ordenação territorial, como marcos, limites, pontos nodais (nós), bairros e caminhos. Onde na concepção do projeto foram utilizados mapas de pontos nodais e caminhos que articularam e protagonizaram os conceitos, disposições espaciais e fluxos na ordenação do terreno.

Uma das abordagens ao local foi trabalhar com a pré-existência no terreno, visto que hoje ele é ocupado pelo grupo Viposa/SA, onde foi considerado o galpão onde hoje é o curtume da empresa, respeitando a existência e a história do local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Arquitetura e cenografia, embora tratadas como disciplinas distintas, compartilham fundamentos conceituais e operacionais ligados ao domínio do espaço. A cenografia pode ser vista como uma extensão investigativa da arquitetura, ao utilizar signos espaciais para construir significados visuais e narrativos, aproximando projeto arquitetônico e composição cênica (Silva, 2021).

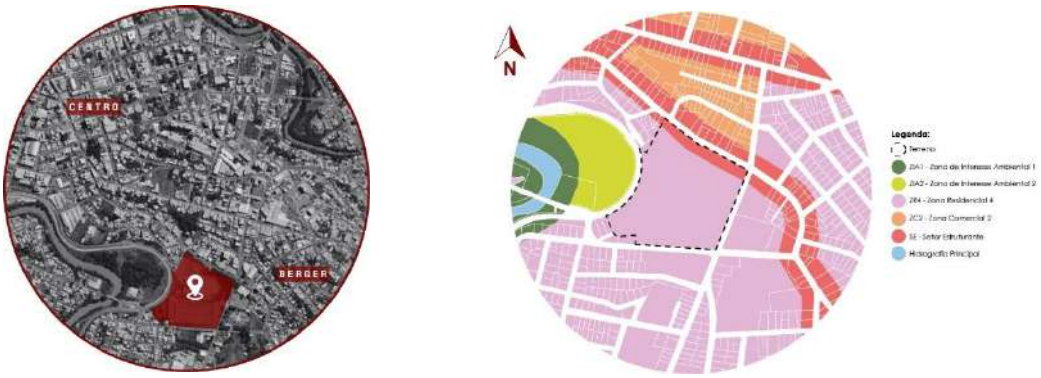
A maneira como o espaço é concebido, estruturado e utilizado determina a relevância da arquitetura e a importância de projetar ambientes que estimulem os sentidos, despertem memórias e impactem tanto o indivíduo quanto o coletivo. Gamboias (2013, p. 39) cita que: ''Através dos sentidos é possível captar as informações sensoriais presentes no espaço. Após receber um estímulo, o corpo absorve-o e interpreta-o. Este processo é chamado de percepção e se manifesta de forma diferente para cada pessoa''

Articulando os elementos a análise do espaço arquitetônico revela a integração de forma, luz, cor e textura, que conferem significado ao ambiente. Esses elementos articulam o espaço geométrico com a experiência subjetiva, fazendo do projeto arquitetônico uma mediação intencional entre o sujeito e o espaço, por meio da organização sensível e racional de seus componentes (Brito, 2020).

No TCC1, o foco da pesquisa foi compreender a relação entre arquitetura e cenografia a partir da percepção fenomenológica do espaço, identificando como elementos cenográficos podem induzir experiências sensoriais e emocionais. Essa etapa teórica serviu de base conceitual para o TCC2, em que tais princípios foram aplicados no desenvolvimento de um projeto arquitetônico real, resultando no Complexo Cultural Quadra das Artes.

O processo projetual iniciou-se com a escolha do terreno, localizado onde hoje ocupa a indústria Viposa/SA em Caçador/SC (Figura 01), escolhido por estar situado em uma região predominantemente residencial (Figura 01) a seguir, e ser intermédio entre o parque linear em consolidação na cidade e a praça Sérgio D'Agostini (conhecida como praça do Berger) revelando-se uma área de lazer e sua capacidade de articular fluxos e acessos entre diferentes setores da cidade, análise essa realizada a partir de mapas baseados nos estudos urbanos de Kevin Lynch, onde foi possível observar a existência de diversos caminhos e percursos realizados pelas pessoas e automóveis, formando diversos fluxos na região e projetando novas possibilidades de caminhos pelo terreno. Em seguida, foi elaborado o programa de necessidades, estruturado a partir das demandas observadas na cidade e dividido em setores de ensino, criação, exposição, apresentações e convivência.

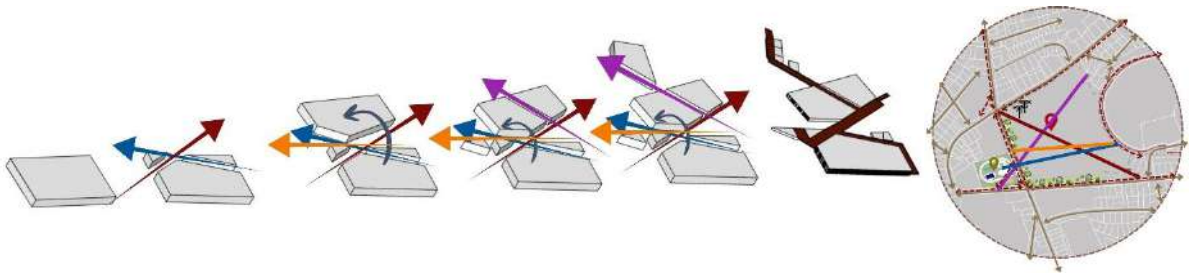
Figura 01 – Mapa de localização do terreno e mapa de zoneamento.



Fonte: Autore, (2025).

A etapa de análise de obras correlatas possibilitou compreender como outros centros culturais e espaços cenográficos abordam a relação entre experiência, percurso e composição arquitetônica, contribuindo para a definição do conceito principal do projeto: a cidade como organismo vivo. Assim, o conceito nasce da ideia de fluxos que se cruzam e se transformam, simbolizados pelas vias que cortam o terreno (Figura 02) e originam os volumes do complexo. Esses volumes são conectados por passarelas que representam os encontros humanos, artísticos e urbanos — elementos centrais do partido arquitetônico.

Figura 02 – Diagrama de vias cortando a volumetria e mapa das vias.

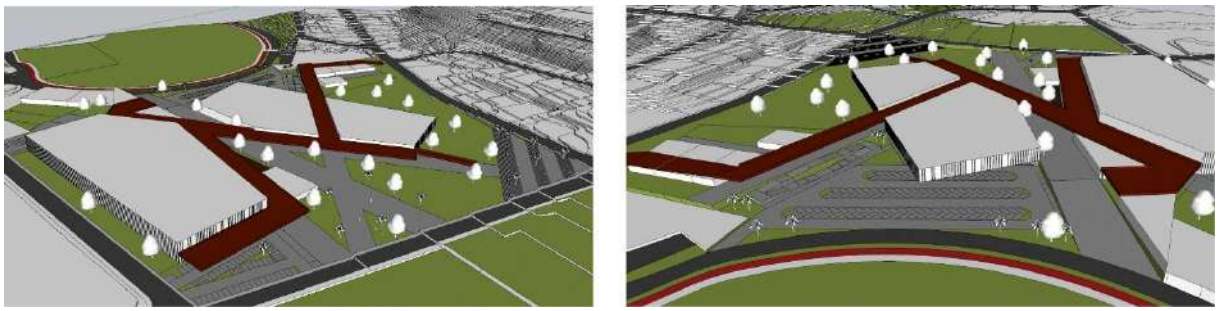


Fonte: Autores, (2025).

A partir disso, o projeto passou a ser compreendido dentro da metáfora da cidade como organismo vivo, um corpo em constante movimento e transformação, composto por partes interdependentes que se conectam e se regeneram. Essa visão foi traduzida na organização espacial da Quadra das Artes, onde cada bloco representa um "órgão" que cumpre uma função dentro do todo: o ensino, a criação, a exibição e a convivência. As passarelas, por sua vez, funcionam como "artérias" que conduzem fluxos humanos e simbólicos, reforçando a ideia de vitalidade e de continuidade entre o urbano e o arquitetônico.

O partido arquitetônico foi, portanto, definido a partir da sobreposição entre os eixos de circulação e os espaços edificados, criando uma composição dinâmica e integrada. As vias transformadas em passarelas estruturam o conjunto, enquanto praças e vazios reforçam a ideia de continuidade entre interior e exterior (Figura 03). Essa organização espacial expressa a busca por uma arquitetura sensível e simbólica, capaz de provocar experiências perceptivas e narrativas.

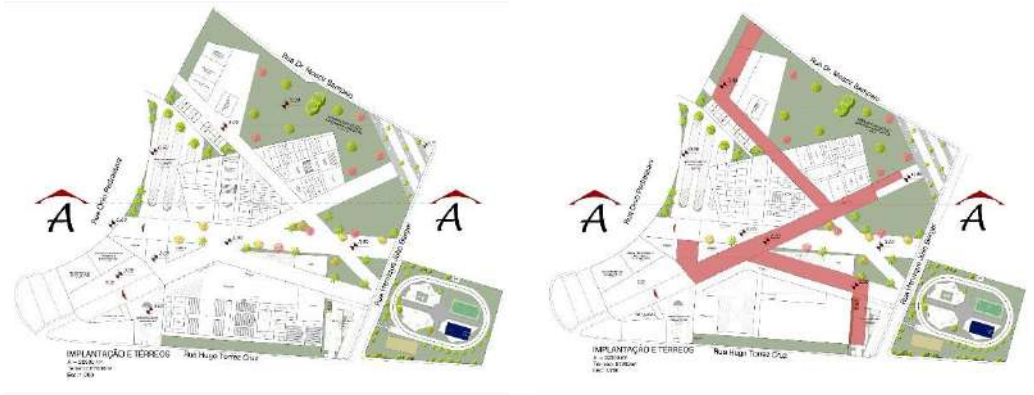
Figura 03 – Imagem da volumetria base e passarelas.



Fonte: Autores, (2025).

O resultado projetual materializa a transição entre teoria e prática: da reflexão sobre a percepção fenomenológica do espaço à concretização de um complexo cultural que traduz esses princípios em forma, luz, percurso e matéria. A Quadra das Artes organiza-se a partir de eixos que conectam diferentes blocos – ensino, exposições, oficinas, teatro, cinema e convivência (Figura 04) – configurando um sistema integrado de experiências sensoriais e visuais.

Figura 04 – Implantação do projeto.



Fonte: Autores, (2025).

As passarelas e pátios funcionam como dispositivos de transição, evocando a teatralidade da cenografia ao guiar o olhar e o corpo do visitante. A relação entre cheios e vazios, transparências e opacidades, cria uma narrativa espacial que convida o usuário a vivenciar o espaço como parte da própria cidade. Essa articulação entre arquitetura e cenografia reforça a ideia de que o espaço urbano pode ser interpretado como cenário da vida coletiva, onde o gesto arquitetônico não apenas abriga atividades, mas constrói experiências, em coerência com a compreensão fenomenológica do espaço e da percepção sensorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu consolidar a compreensão da arquitetura como linguagem sensível e narrativa, capaz de unir técnica e poética. A articulação entre o estudo teórico e o processo projetual evidenciou a importância da cenografia como ferramenta de

percepção e expressão espacial, potencializando a experiência do usuário e a significação do espaço.

O projeto Quadra das Artes representa, até o momento, a síntese dessa investigação, configurando-se como um complexo cultural que busca integrar arte, arquitetura e experiência. O processo, entretanto, ainda se encontra em fase de desenvolvimento, sendo constantemente aprimorado a partir das análises, devolutivas e discussões realizadas durante o percurso acadêmico e na pré-banca.

Como continuidade, pretende-se aprofundar o detalhamento técnico e compositivo do projeto, além de expandir a reflexão sobre a interação do público com os espaços cenográficos urbanos. Assim, o trabalho segue em evolução, reafirmando a arquitetura como campo poético, expressivo e experiencial — uma arquitetura em cena, que transforma o espaço em narrativa e o usuário em protagonista.

REFERÊNCIAS

BREDA, Maria Eduarda; RAVACHE, Rosana Lia. Arquitetura cenográfica e o papel do arquiteto. Connection Line – Revista Eletrônica do UNIVAG, [*s. l.*], n. 24, 2021. Disponível em: https://l1nq.com/oWOTQ. Acesso em: 19 out. 2025.

BRITO, Leonardo de Oliveira. Intenções em Arquitetura Fractal: uma análise da forma em duas obras de Steven Holl – Sarphatistraat e Loisium. 2020. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://encr.pw/PSqta. Acesso em: 19 out. 2025.

GAMBOIA, Hugo Filipe Duarte. Arquitectura com sentidos: os sentidos como modo de viver a arquitectura. 2013. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24409. Acesso em: 19 out. 2025.

PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

QUEIROZ, Jéssica Spirandelli de. Arquitetura e cenografia: uma experiência na produção de um curta-metragem. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: https://encr.pw/k5y8a. Acesso em: 19 out. 2025.

SILVA, Maria Fernanda Vasques. O processo criativo da cenografia como um outro modo de se fazer arquitetura. 2021. Trabalho Final de Graduação (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: https://encr.pw/RIprt. Acesso em: 21 out. 2025.

TEMPOS DE COLAPSOS CLIMÁTICOS: A REGENERAÇÃO COMO CONTINUIDADE DA VIDA NA ARQUITETURA, COM PROPOSIÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL E EXPERIMENTAL DE SUSTENTABILIDADE REGENERATIVA EM CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Tiago Bukowski Fredes[1]
Cláudia Maté[2]
José Antônio de Albuquerque Neto[3]

Resumo – É de interesse proposto uma inflexão paradigmática no campo da arquitetura ambiental, ao transpor os fundamentos teóricos da sustentabilidade regenerativa e biomimética para um modelo arquitetônico de natureza sistêmica e cognitiva. O Centro Educacional e Experimental de Sustentabilidade Regenerativa constitui-se como expressão material dessa síntese, integrando ensino, pesquisa e experimentação em um organismo edificado capaz de restaurar fluxos ecológicos e socioculturais. Fundamentado em análise crítica das limitações do modelo sustentável convencional, o trabalho evidencia doze barreiras estruturais, que inviabilizam a transição para uma arquitetura de desempenho evolutivo. A metodologia de caráter interdisciplinar, teórico-experimental e projetual é aplicada como instrumento de investigação e proposição, articulando parâmetros regenerativos e biomiméticos. O resultado configura-se como uma nova epistemologia projetual, na qual o edifício deixa de ser um artefato passivo e assume a condição de agente ecológico ativo, restaurador de sistemas, mediador entre o humano e o biótico, e catalisador de transformações socioambientais duradouras.

Palavras-chave: Arquitetura Biomimética; Arquitetura Regenerativa; Projeto Arquitetônico; Emergência climática.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as temperaturas médias globais atingiram os níveis mais elevados dos últimos 1.400 anos, consequência direta das mudanças climáticas intensificadas pela ação antrópica (Oliveira, 2020). A Revolução Industrial consolidou um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais e na queima massiva de combustíveis fósseis, provocando impactos significativos sobre os sistemas ecológicos e o equilíbrio climático. No âmbito da construção civil, a adoção de métodos construtivos pautados em tecnologias de elevado consumo energético e materiais industrializados posicionou o setor como um dos

[1] Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

principais vetores desse desequilíbrio ambiental, sendo responsável por emissões expressivas de dióxido de carbono (CO_2) e pela degradação da qualidade do ar (Artaxo, 2020; Saramago, 2022).

Segundo a International Energy Agency (IEA, 2024), o setor de construção e uso de edificações representou aproximadamente 38% das emissões globais de CO_2 em 2019. No Brasil, dados do SEEG (2023) indicam que, entre 2022 e 2023, o setor emitiu cerca de 511,3 milhões de toneladas de CO_2 equivalente, correspondendo a 22% das emissões brutas nacionais. Esse cenário evidencia a necessidade premente de estratégias construtivas e projetuais que transcendam a lógica mitigadora tradicional, consolidada a partir da década de 1970 com o surgimento da arquitetura sustentável, e que incorporem princípios regenerativos capazes de restaurar e fortalecer os sistemas ambientais e sociais degradados (Tavares, 2022; Mang & Reed, 2011).

A partir desse referencial, o presente estudo tem como objetivo geral desenvolver um projeto arquitetônico que materialize os princípios da sustentabilidade regenerativa e biomimética, estruturado em um Centro Educacional e Experimental capaz de integrar pesquisa, ensino e desenvolvimento de soluções inovadoras aplicáveis a múltiplos setores. O projeto visa não apenas a mitigação de impactos ambientais, mas também a adaptação, regeneração e efetivação de estratégias projetuais frente à intensificação da crise climática.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de redefinir o papel da arquitetura frente ao colapso climático, promovendo a integração entre conhecimento técnico, teoria ambiental e prática projetual em uma abordagem consciente, responsável e regenerativa. Dessa forma, o projeto propõe traduzir em termos arquitetônicos e urbanos os conceitos teóricos do TCC 1, articulando diretrizes espaciais e funcionais que incentivem o aprendizado ativo, a experimentação tecnológica e a regeneração ambiental.

METODOLOGIA

A metodologia empregada fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar de caráter teórico-experimental, estruturada sob os princípios da pesquisa aplicada e qualitativa, com ênfase no processo projetual como instrumento de investigação científica. O estudo parte da integração entre bases conceituais, análises ambientais e experimentação projetual, articulando o campo empírico e o campo teórico na construção de um modelo arquitetônico orientado pela sustentabilidade regenerativa e biomimética.

O desenvolvimento metodológico ocorreu de forma progressiva, acompanhando a transição entre o TCC 1 e o TCC 2, de modo a converter a fundamentação científica em proposições espaciais e construtivas. No TCC 1, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória e analítica, voltada à identificação dos impactos ambientais decorrentes da construção civil e à investigação das estratégias bioclimáticas e sustentáveis aplicáveis ao contexto urbano contemporâneo. Esse estudo consolidou o embasamento teórico da arquitetura regenerativa e biomimética, que constitui o alicerce conceitual do presente projeto.

Na etapa subsequente, correspondente ao TCC 2, as ações metodológicas se voltaram à definição da área de intervenção, selecionada mediante critérios ambientais, topográficos e de integração urbana. Posteriormente, foi elaborado o programa de necessidades, estruturado para

atender às dimensões pedagógicas, laboratoriais e experimentais do centro educacional. O processo compreendeu também a análise de obras correlatas, nacionais e internacionais, que contribuíram para a formulação do conceito e das diretrizes do partido arquitetônico, orientando a composição volumétrica, a organização espacial e a relação simbiótica entre edificação e meio natural.

A partir dessas etapas, definiram-se as diretrizes projetuais baseadas em estratégias de eficiência energética, conforto ambiental e regeneração ecológica, incorporando princípios bioclimáticos e soluções de drenagem sustentável. O projeto evoluiu até a fase de anteprojeto, apresentada na pré-banca, como uma síntese entre teoria e prática, materializando um modelo arquitetônico que integra educação, pesquisa e sustentabilidade regenerativa como resposta à intensificação da crise climática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do TCC 1 evidenciaram as limitações da sustentabilidade tradicional e a necessidade de paradigmas regenerativos e biomiméticos frente à crise climática. Apesar dos avanços tecnológicos, persistem barreiras estruturais que limitam sua efetividade (Silva et al., 2021; Perri, 2021): falta de mão de obra qualificada, ausência de políticas públicas, baixo desenvolvimento de fornecedores sustentáveis, carência de conhecimento técnico, resistência de mercado, priorização de custos, deficiência de planejamento, dificuldade de aplicação em pequenas empresas, ausência de indicadores, medo da inovação, elitização das certificações e práticas de greenwashing. Tais entraves reforçam a urgência de ações regenerativas, capazes de restaurar ecossistemas e reconfigurar as interações entre ambiente natural e construído (Mang & Reed, 2011).

O Centro Educacional e Experimental de Sustentabilidade Regenerativa foi concebido como um sistema arquitetônico adaptativo, configurado para integrar pesquisa, ensino e experimentação aplicada à sustentabilidade ambiental e tecnológica. A proposta espacial estrutura-se a partir de um eixo pedagógico-experimental, articulando ambientes de aprendizagem, laboratórios, áreas de cultivo e espaços de observação ecológica, configurando uma arquitetura de desempenho dinâmico, na qual estratégias passivas e ativas convergem em um mesmo organismo construtivo.

A escolha programática de um centro educacional emerge diretamente da análise crítica das doze barreiras diagnosticadas no modelo sustentável tradicional, reconhecendo o conhecimento técnico, científico e cultural como o vetor fundamental de transformação. O edifício, portanto, é pensado como infraestrutura de disseminação cognitiva e ambiental, um espaço que conecta saberes, práticas e agentes, população, profissionais e futuros projetistas, em torno de uma cultura regenerativa.

A definição do terreno obedeceu a critérios de potencial ecológico, acessibilidade e capacidade de recomposição ambiental. Inserido em área suscetível a fragilidades hidrológicas e carente de espaços públicos de integração, o sítio se apresentou como campo experimental ideal para a aplicação de estratégias inspiradas no conceito de cidades-esponja, visando à

recomposição das relações entre drenagem natural, solo e paisagem urbana, como representada na figura 1 a seguir.

Figura 1: Imagem do projeto com a localização em implantação.

Fonte: Autor (2025).

O programa de necessidades foi elaborado de forma a garantir flexibilidade funcional e interação interdisciplinar, integrando salas de ensino, auditório, laboratórios, áreas de convivência e espaços de experimentação ao ar livre, conectados por percursos biofílicos e zonas de transição ambiental.

O partido arquitetônico deriva de uma analogia direta com sistemas biológicos e ecológicos, aplicando princípios biomiméticos inspirados em processos de adaptação, simbiose e resiliência. A volumetria foi orientada pela análise da trajetória solar e dos fluxos de ventilação predominantes, configurando cheios e vazios interdependentes que favorecem ventilação cruzada, iluminação difusa e redução da carga térmica. Materiais de baixo impacto ambiental, modularidade construtiva e soluções de reversibilidade foram incorporados como diretrizes técnicas que asseguram longevidade e adaptabilidade ao ciclo de vida da edificação.

Os resultados demonstram que a convergência entre sustentabilidade regenerativa e arquitetura biomimética constitui um caminho metodológico capaz de promover equilíbrio entre desempenho ambiental, função social e expressão formal. A proposta sintetiza um novo paradigma projetual a arquitetura como agente ecológico, consolidando-se como uma manifestação prática do TCC 1 e reafirmando o papel do arquiteto como mediador entre ciência, ecologia e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desempenha-se e reafirma a urgência de reconfigurar o papel da arquitetura diante do colapso climático e da obsolescência dos modelos sustentáveis convencionais. A partir da base teórica desenvolvida no TCC 1, o TCC 2 expandiu-se como exercício projetual de síntese e experimentação, no qual a arquitetura regenerativa é concebida não como categoria estética, mas como ferramenta epistemológica e operacional de transformação ambiental e social.

A integração entre biomimética e regeneração no processo de concepção do Centro Educacional e Experimental de Sustentabilidade Regenerativa demonstrou a potência de uma abordagem interdisciplinar, em que ciência, tecnologia, ecologia e pedagogia se entrelaçam para gerar arquiteturas resilientes e evolutivas. O edifício transcende a condição de objeto estático e se converte em organismo cognitivo e ambiental, capaz de aprender, adaptar-se e restituir energia, matéria e conhecimento ao seu contexto.

Os resultados indicam que a aplicação dos princípios regenerativos e biomiméticos não apenas eleva o desempenho ambiental e energético das edificações, mas também redefine a função sociocultural da arquitetura, que passa a operar como mediadora entre o humano e o biossistêmico. Este projeto consolida-se, portanto, como síntese empírica de uma nova epistemologia projetual, na qual teoria e prática coexistem em um mesmo campo de experimentação crítica.

A arquitetura do futuro não deve apenas buscar a sustentabilidade como permanência, mas a regeneração como continuidade da vida. Edificando espaços que não apenas abrigam, mas curam, educam e reequilibram os ecossistemas dos quais fazemos parte.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 100, set./dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005. Acesso em: 26 outubro 2025.

IEA, INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Breakthrough Agenda Report 2023: Buildings*. Paris: IEA, 2023. Disponível em: https://www.iea.org/reports/breakthrough-agenda-report-2023/buildings. Acesso em: 26 outubro 2025.

MANG, P.; REED, B. Designing from place: a regenerative framework and methodology. Building Research & Information, v. 40, n. 1, p. 23–38, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233298832. Acesso em: 26 outubro 2025.

OLIVEIRA, R.; CORTES, S.; PAES, B. B.; CORTES, T. B. Os objetivos de desenvolvimento sustentável no ensino de componentes curriculares aplicados à arquitetura e urbanismo. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 31, p. 34–59, 31 jan. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/28497. Acesso em: 26 outubro 2025.

PERRI, I. A.; RAVACHE, R. L. Bioarquitetura: a arquitetura da vida. Connection Line – Revista Eletrônica do UNIVAG, n. 24, 2021. Disponível em: https://periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/1630. Acesso em: 26 outubro. 2025.

SARAMAGO, R. C. P. Arquitetura sustentável? Quando o discurso não mais sustenta um futuro para a prática arquitetônica. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-24062022-125604. Acesso em: 26 outubro. 2025.

SEEG – SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: Relatório Analítico 12. São Paulo: Observatório do Clima, 2024. p. 21. Disponível em: https://seeg.eco.br. Acesso em: 26 outubro 2025.

SILVA, W. de A., et al. Barreiras à sustentabilidade ambiental na cadeia logística da construção civil de Curitiba/PR. Revista De Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 10(1), e16148. https://doi.org/10.5585/geas.v10i1.16148. Acesso em: 26 outubro. 2025.

TAVARES, S. F. Conceituação e caracterização de Tecnologia Construtiva de Baixo Carbono – TCBC: arquitetura e construção sustentável em discussão. ResearchGate, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374582400 Acesso em: 26 outubro 2025.

A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS DO AMBIENTE FÍSICO NO DESENVOLVIMENTO SENSORIAL E COGNITIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Laísa Cristina Figur[1]
Cláudia Maté[2]
Marcelo Wandscheer[3]

Resumo – Muito além de simples cenários, os espaços de aprendizagem configuram-se como agentes ativos no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Quando bem planejados, especialmente em contextos de contraturno escolar, esses ambientes ampliam as possibilidades de estímulo cognitivo, sensorial e emocional. No entanto, a ausência de diretrizes projetuais adequadas ainda compromete sua eficácia pedagógica e afetiva. Assim, este trabalho tem como objetivo desenvolver um anteprojeto de centro de contraturno infantojuvenil para o município de Caçador/SC. Adotou-se uma metodologia qualitativa e aplicada, fundamentada em pesquisa bibliográfica, análise de referências projetuais nacionais e internacionais e observação direta em três instituições locais. A partir desses procedimentos, foram elaboradas as diretrizes projetuais, as quais, em seguida, foram aplicadas na concepção do anteprojeto do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá. Os resultados apontaram a carência de estímulos sensoriais e o uso limitado de elementos arquitetônicos, comprometendo o bem-estar e a concentração dos usuários. O projeto Ninho do Sabiá materializa os princípios da neuroarquitetura e da pedagogia ativa por meio de ambientes biofílicos, acolhedores e estimulantes. Conclui-se que repensar os espaços de aprendizagem sob uma perspectiva sensorial e afetiva é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e significativa, fortalecendo a integração entre teoria e prática.

Palavras-chave: neuroarquitetura; percepção sensorial; aprendizado ativo; arquitetura educacional; ambientes imersivos.

INTRODUÇÃO

A arquitetura desempenha um papel essencial na criação de conexões entre as pessoas e os espaços que ocupam. Assim, como base para todas as atividades humanas, o ambiente construído vai além de sua função básica de ser abrigo, influenciando de maneira sutil, mas profunda, as sensações, emoções e memórias dos indivíduos (Wandscheer, 2023). Cada pessoa

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

vivencia os espaços de forma única, atribuindo a eles significados distintos e ressignificando sua relação com o mundo ao seu redor.

Do mesmo modo, essa conexão entre as pessoas e os espaços se dará em ambientes de aprendizagem, fundamentais para o desenvolvimento sensorial e cognitivo de crianças e adolescentes. Esses espaços marcam o primeiro contato das crianças com a sociedade, influenciando seus valores e o pensamento crítico (Gambús; Araújo; Portilho, 2022). Assim, o aprendizado ultrapassa o conteúdo teórico e envolve a interação entre mente e corpo. Para isso, são necessários estímulos sensoriais variados que promovam um desenvolvimento integral (Oliveira; Oliveira, 2021).

Nesse contexto, muitas crianças podem enfrentar dificuldades em seu aprendizado e no processo de escolarização. No entanto, essas dificuldades são frequentemente confundidas com problemas, distúrbios ou transtornos, o que pode resultar em equívocos tanto no diagnóstico quanto na abordagem educacional (Seabra, 2020). Assim, a dificuldade de aprendizagem se caracteriza pela ausência de estímulos adequados, sejam eles físicos, mentais ou sociais (Azevedo, 2021). Logo, a ausência de estimulação adequada compromete essas funções, gerando dificuldades de aprendizagem mesmo em indivíduos com condições afetivas, motoras, cognitivas e sociais normais (Lyra, 2015).

Assim, sob a ótica da neuroarquitetura, os elementos do espaço físico: cores, aromas, sons (acústica), formas, biofilia, iluminação e personalização (layout) desempenham um papel essencial, pois um ambiente projetado com base nesses princípios pode proporcionar uma experiência mais enriquecedora e contribuir significativamente para a qualidade da educação (Wandscheer, 2023). Portanto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de criar espaços de aprendizagem mais estimulantes e acolhedores, que promovam o desenvolvimento infantojuvenil de maneira integral.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver um anteprojeto de centro contraturno infantojuvenil para o município de Caçador/SC. Fundamentado nos princípios da neuroarquitetura e da pedagogia ativa, o anteprojeto propõe espaços que estimulem a criatividade, a autonomia e o aprendizado por meio da experiência sensorial. A proposta arquitetônica pretende ainda valorizar a integração entre natureza e edificação, o uso de materiais regionais e a criação de ambientes acolhedores, funcionais e emocionalmente significativos, reafirmando o papel da arquitetura como agente transformador no processo educativo e no desenvolvimento humano integral.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com foco na análise técnica de espaços de aprendizagem localizados no município de Caçador/SC. A investigação concentrou-se, especificamente, em ambientes de contraturno infantil, os quais foram analisados segundo os preceitos da neuroarquitetura.

Inicialmente, a pesquisa assumiu um caráter exploratório, com a finalidade de ampliar a compreensão acerca do objeto de estudo. Posteriormente, evoluiu para uma abordagem

descritiva, com base na análise de referências projetuais nacionais: Escola Maple Bear em Marília/SP e Escola em Alto de Pinheiros em São Paulo/SP e internacionais: Jardim de Infância YueCheng em Beijing/China e Escola de Educação Infantil Jacques Gilbert-Collet na França. Essas referências foram selecionadas em virtude de suas contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento de ambientes educacionais qualificados.

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando como referência autores como Eva Heller (2022), além da observação direta não participante em três instituições locais. A partir da análise comparativa entre os estudos de caso e as referências teóricas, foram elaboradas diretrizes projetuais que orientaram o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá. O projeto foi concebido a partir da integração entre natureza e edificação, priorizando conforto ambiental, estímulos sensoriais e flexibilidade espacial.

Logo, a pesquisa desenvolvida no TCC I fundamentou-se em princípios da neuroarquitetura e da pedagogia ativa, estabelecendo diretrizes projetuais voltadas à criação de ambientes sensoriais, acolhedores e funcionais. Já no TCC II, essas diretrizes foram aplicadas e materializadas no anteprojeto do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá, concebido como um espaço que traduz, na prática, os conceitos teóricos investigados. O projeto demonstra como a arquitetura pode promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio de uma ambiência planejada para despertar sensações, estimular a autonomia e fortalecer vínculos afetivos com o ambiente.

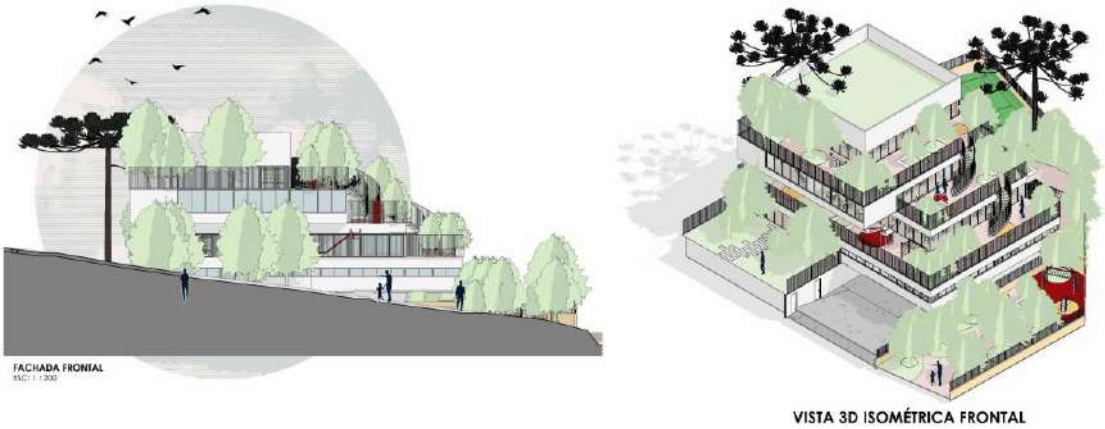
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os espaços de aprendizagem analisados demonstram limitações significativas na aplicação dos elementos do ambiente físico, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento sensorial e cognitivo das crianças, comprometendo a qualidade das experiências educacionais oferecidas. A ausência de estratégias projetuais integradas, como o uso adequado de cores, formas envolventes, layout bem-dispostos e presença de elementos naturais, revela a necessidade de reavaliação dos ambientes existentes.

Diante das análises realizadas, das referências teóricas e dos princípios pedagógicos contemporâneos, foram definidas as diretrizes projetuais que norteiam o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem voltados ao contraturno escolar. Estas diretrizes visam garantir espaços que não apenas atendam às necessidades funcionais, mas que também promovam o desenvolvimento integral dos usuários, considerando aspectos sensoriais, emocionais, sociais e culturais. São elas: uso estratégico das cores, formas envolventes e interativas, integração da natureza (biofilia), layout funcional e fluido e valorização da identidade local e cultural.

O Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá nasce da ideia de acolhimento e liberdade, inspirado no sabiá, ave presente em Caçador e símbolo do meio-oeste catarinense. Assim como o ninho protege e prepara os filhotes para o voo, o projeto oferece um espaço seguro, acolhedor e estimulante, onde crianças e adolescentes possam crescer em contato com a natureza (Figura 1).

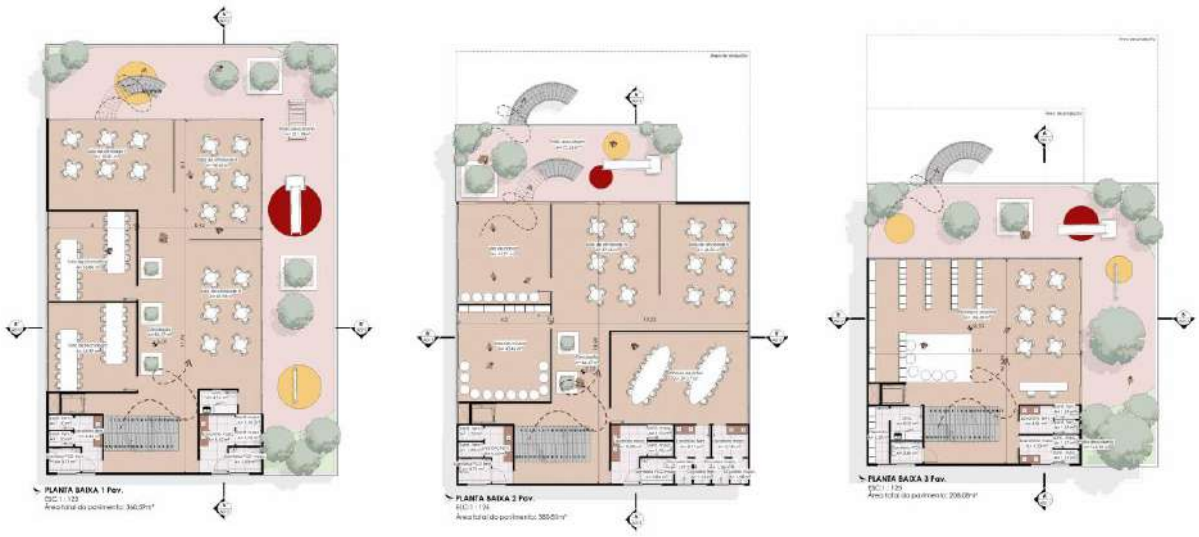
Figura 1 – Vista do projeto do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá



Fonte: O autor (2025)

A organização espacial busca criar percursos intuitivos, com circulações amplas que favorecem o movimento e a autonomia das crianças, remetendo à fluidez de um ninho acolhedor (Figura 2). A arquitetura valoriza elementos do regionalismo ao preservar as araucárias existentes no terreno e ao utilizar materiais naturais como madeira e pedra, em harmonia com a paisagem do meio-oeste catarinense. Essa integração entre forma, materialidade e contexto reforça a identidade local e promove uma experiência sensorial rica, onde o espaço se torna um instrumento de aprendizado, pertencimento e conexão com a natureza.

Figura 2 – Plantas baixas do primeiro, segundo e terceiro pavimento do projeto



Fonte: O autor (2025)

Assim, os resultados evidenciam que o projeto do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá traduz, por meio da arquitetura, uma proposta educativa sensível e integrada à natureza. As estratégias projetuais aplicadas demonstram que o ambiente físico pode ser um agente ativo no processo de aprendizagem, estimulando a criatividade, a socialização e o bem-estar das crianças e adolescentes. Dessa forma, o espaço proposto consolida-se como um

modelo de ambiente de ensino que valoriza a identidade local, a sustentabilidade e o desenvolvimento integral dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, fica evidente a importância dos elementos do ambiente físico no contexto educacional, especialmente em espaços de contraturno. As reflexões construídas ao longo deste trabalho permitiram compreender os desafios enfrentados e apontar soluções para qualificar esses ambientes. Além disso, reforçam a necessidade de um planejamento consciente e integrado, que considere aspectos sensoriais, funcionais e estéticos para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, a pesquisa possibilitou compreender como os componentes do espaço físico impactam diretamente as experiências sensoriais e cognitivas de crianças e adolescentes. Cores bem aplicadas, formas acolhedoras, biofilia e layouts organizados estimulam os sentidos, favorecem a concentração e fortalecem os vínculos afetivos, promovendo uma aprendizagem mais significativa e experiências escolares mais acolhedoras.

Ademais, a avaliação dos espaços de contraturno em Caçador/SC revelou a escassez de soluções arquitetônicas adequadas, evidenciando a urgência de intervenções que considerem as necessidades específicas do público infantojuvenil. Torna-se imprescindível repensar esses ambientes a partir de diretrizes projetuais que estimulem experiências sensoriais integradas.

O anteprojeto do Centro de Contraturno Infantojuvenil Ninho do Sabiá demonstra a aplicabilidade das diretrizes elaboradas, evidenciando que repensar os espaços de aprendizagem sob a ótica da neuroarquitetura não é apenas uma questão estética, mas um compromisso com uma educação mais inclusiva e humana. A integração entre TCC I e TCC II reforça a relevância acadêmica deste trabalho, que alia fundamentação teórica e prática projetual, oferecendo contribuições reais para o avanço da arquitetura educacional na região de Caçador/SC.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gilson Xavier de. Dificuldades de aprendizagem: uma revisão de literatura. Educação em Debate, Fortaleza, ano 43, n. 84, p. 38-52, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58868/1/2021_art_gxazevedo.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

GAMBÚS, Ana Letícia Marcolla; ARAÚJO, Louisiane da Silva; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Estilos de Aprendizagem: o estado do conhecimento de 2011 a 2021.

Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 27, p. 1-14, 2022. DOI: https://doi.org/10.34019/2447-5246.2022.v27.38666. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/38666. Acesso em: 18 mai. 2025.

HELLER, Eva. A Psicologia das cores: Como as cores afetam a emoção e a razão. 1. ed. São Paulo: Olhares, 2022.

LYRA, Glaciene Januario Hottis. As dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar; Patologias ou Intervenções Pedagógicas não adequadas: o Universo do impedimento do não Saber; o ser Aprendente em risco. Semana Acadêmica, Fortaleza, v.1, n. 000070, p. 01-34, 2015. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/dificuldades-de-aprendizagem-no-contexto- escolar-patologias-ou-intervencoes-pedagogicas-nao. Acesso em: 16 mar. 2025.

OLIVEIRA, Angélica Carla Porfirio; OLIVEIRA, Mário Cesar Fialho de. Neuroarquitetura e o Método Montessori: impacto do ambiente construído na educação infantil. Mythos, Cataguases, v. 17, n. 1, p. 75-86, 2021. DOI: http://dx.doi.org/%2010.36674/mythos.v17i1.709. Disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/mythos/article/view/709. Acesso em: 18 mai. 2025.

SEABRA, Magno Alexon Bezerra. Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos metodológicos e educacionais. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2020. DOI: https://doi.org/ 10.37008/978-65-87204-87-1.27.11.20. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584716/2/EditoraBAGAI-Dist%C3%BArbioseTranstornosdeAprendizagem.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

WANDSCHEER, Marcelo. A Neuroarquitetura no Contexto Hospitalar: estudo de caso do Hospital Maicé. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2023.

ARQUITETURA QUE CUIDA: UM HOSPITAL INFANTIL HUMANIZADO COM SUPORTE DE UTI NEONATAL E PEDIÁTRICA PARA CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Anna Eduarda Zanchi Peretto[1]
Cláudia Maté[2]
Marcelo Wandscheer[3]

Resumo – A arquitetura hospitalar é fundamental na qualidade do atendimento à saúde, influenciando diretamente a experiência de pacientes e usuários. No Brasil, a carência de leitos especializados e ambientes infantis adequados reforça a urgência de repensar os espaços de saúde sob uma perspectiva humana e acolhedora. O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso foi investigar como a arquitetura pode contribuir para a humanização de ambientes hospitalares infantis e, posteriormente, desenvolver uma proposta arquitetônica de um hospital infantil humanizado para Caçador/SC. O trabalho foi desenvolvido em duas etapas: o TCC I consistiu em pesquisa teórica (revisão bibliográfica, documental e estudos de caso) e proposição de diretrizes projetuais; e o TCC II consistiu na aplicação dessas diretrizes no projeto arquitetônico, contemplando UTI Neonatal e Pediátrica. Os resultados evidenciaram que fatores como iluminação natural, cores, elementos lúdicos, biofilia, conforto ambiental e organização espacial favorecem a experiência positiva de crianças hospitalizadas, acompanhantes e profissionais. A aplicação dessas diretrizes originou o Hospital Infantil Estrela-Guia, concebido em conjunto com uma praça pública e voltado à humanização do cuidado infantil. Conclui-se que a arquitetura pode atuar como instrumento terapêutico, promovendo ambientes acolhedores, funcionais e salutogênicos, essenciais para inspirar práticas de saúde mais humanas.

Palavras-chave: arquitetura hospitalar; ambientes terapêuticos; acolhimento; cuidado; bem-estar infantil.

INTRODUÇÃO

A arquitetura hospitalar desempenha papel fundamental na qualidade do atendimento à saúde, especialmente em unidades de terapia intensiva (UTI) neonatal e pediátrica, impactando a experiência dos usuários no espaço (Sebben, 2020). No Brasil, a carência de leitos especializados e de ambientes adequados ao atendimento infantil compromete o bem-estar e a recuperação das crianças (SBP, 2023). Especificamente, na cidade de Caçador/SC, essa deficiência é evidente, obrigando pacientes e seus familiares a se deslocarem em momentos de fragilidade para outros

[1] Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

municípios em busca de atendimento, o que pode agravar o estresse físico, psicológico e as dificuldades financeiras desses indivíduos (Rodrigues; Fernandes; Marques, 2020).

Na Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, o município de Caçador concentra a maior parte dos nascimentos (Brasil, 2025), o que reforça a urgência de uma estrutura hospitalar adequada. Mesmo com a abertura de novos leitos de UTI neonatal e pediátrica no estado, a superlotação persistiu em 2024 (Quariniri, 2024) e, de janeiro a outubro de 2025, a taxa de ocupação dos leitos neonatais chegou a 100% na Macrorregião Meio Oeste (CIEGES SC, 2025), inclusive resultando em perdas de vidas durante a espera por transferência.

Ademais, além da insuficiência de leitos, a maioria dos ambientes hospitalares ainda não é projetada com foco na humanização, o que intensifica o desconforto e o estresse (Sebben, 2020). Nesse contexto, o conceito de humanização hospitalar busca transformar os espaços em ambientes acolhedores e terapêuticos, reduzindo o impacto da hospitalização e favorecendo a recuperação da saúde (Medeiros, 2024).

Assim, evidencia-se a urgência de repensar os espaços de saúde, sendo essencial considerar soluções arquitetônicas humanizadas que associem funcionalidade, conforto e bem-estar, principalmente em unidades pediátricas, onde crianças estão mais vulneráveis emocionalmente e afastadas do núcleo familiar (Rodrigues; Fernandes; Marques, 2020).

A partir dessa problemática, o objetivo geral da pesquisa do TCC I foi investigar como a arquitetura pode contribuir para a humanização dos ambientes hospitalares pediátricos, promovendo espaços que favoreçam o bem-estar físico e emocional dos pacientes. Os objetivos específicos foram: a) discutir os princípios da humanização em espaços de saúde, bem como a influência do ambiente físico na recuperação e saúde emocional de crianças hospitalizadas; b) compreender as melhores práticas arquitetônicas e de ambientação hospitalar infantil que promovem o bem-estar dos pacientes; c) propor diretrizes projetuais para ambientes hospitalares pediátricos mais humanizados, considerando aspectos como conforto ambiental, iluminação, integração com a natureza, uso de cores, materiais e elementos lúdicos.

Com base nas diretrizes projetuais sistematizadas no TCC I, o TCC II teve como objetivo geral desenvolver o projeto arquitetônico de um hospital infantil público humanizado de médio porte para a cidade de Caçador/SC, contemplando unidades de UTI Neonatal e Pediátrica. O projeto visa atender às necessidades locais e regionais de saúde, oferecendo espaços acolhedores e funcionais, incluindo uma praça pública aberta à comunidade, fortalecendo o vínculo entre o hospital e o tecido urbano.

Dessa forma, o trabalho busca suprir uma carência estrutural da região e demonstrar o potencial transformador da arquitetura como instrumento de cuidado.

METODOLOGIA

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Arquitetura e Urbanismo é estruturado em duas etapas complementares: TCC I (pesquisa teórica) e TCC II (aplicação projetual).

Neste trabalho, o TCC I caracterizou-se como uma pesquisa aplicada e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. O embasamento teórico incluiu revisões bibliográficas e documentais realizadas em livros, teses, artigos científicos e documentos oficiais, consultados em bases como SciELO, Portal CAPES e Google Acadêmico, com foco nos conceitos de humanização hospitalar, ambiência e arquitetura pediátrica. Em seguida, foram conduzidos estudos de caso em hospitais infantis humanizados, incluindo duas referências internacionais — o EKH Children's Hospital (Tailândia) e o Queensland Children's Hospital (Austrália) —, bem como uma pesquisa de campo no Hospital Pequeno Príncipe (Curitiba/PR), reconhecido nacionalmente pelo atendimento pediátrico humanizado.

O TCC II consistiu na aplicação prática dessas diretrizes no desenvolvimento do projeto arquitetônico. A metodologia projetual envolveu análise do terreno e entorno, definição do conceito e partido arquitetônico, elaboração do programa de necessidades, organograma, fluxograma e desenvolvimento de soluções espaciais, técnicas e formais, baseadas nas normas da ANVISA e nas diretrizes do Ministério da Saúde, como a RDC 50.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam como a arquitetura pode atuar como agente terapêutico na promoção do bem-estar infantil em ambientes hospitalares. O EKH Hospital (Figura 1a) destaca-se por sua abordagem sensível e lúdica, partindo do princípio de que "brincar é curar". Sua concepção utiliza cores suaves, luz natural, formas orgânicas e ambientação na escala infantil, transformando o hospital em um espaço de acolhimento e imaginação. Já o Queensland Children's Hospital (Figura 1b) representa uma arquitetura de grande escala, inspirada na metáfora da "árvore viva", que integra natureza, arte e tecnologia. Suas soluções de biofilia, ventilação cruzada, jardins terapêuticos e uso de cores inspiradas na fauna e flora locais reforçam a experiência salutogênica e o conforto emocional dos usuários.

A visita técnica ao Hospital Pequeno Príncipe (Figura 1c) permitiu observar a aplicação prática dos princípios de humanização, destacando a integração entre arte, ludicidade, acessibilidade e acolhimento familiar. Ambientes como o Jardim dos Sonhos, a Biblioteca Pequeno Príncipe e o Túnel do Tempo demonstram a importância de espaços que favorecem o vínculo afetivo e o cuidado integral.

Figura 1 - EKH Hospital / Queensland Children's Hospital / Hospital Pequeno Príncipe.

Fonte: Integrated Field (2020); Lyons + Conrad Gargett (2016); O autor (2025).

O estudo aprofundado dessas referências demonstrou a viabilidade da aplicação dos princípios da arquitetura como ferramenta terapêutica e serviu como base para a sistematização das diretrizes projetuais. Elas estão organizadas em dez eixos temáticos, conforme Figura 2:

ambientação lúdica e acolhedora; conforto ambiental; integração com a natureza e biofilia; privacidade, segurança e acessibilidade; espaços de convivência e expressão; organização espacial funcional e intuitiva; atenção ao acompanhante e vínculo afetivo; flexibilidade e adaptabilidade; acolhimento nas UTI's; e, participação da comunidade e cuidado integral. Essas diretrizes orientam a criação de ambientes hospitalares mais humanizados, afetivos e eficazes para crianças, acompanhantes e profissionais de saúde.

Figura 2 – Quadro síntese das diretrizes projetuais.

Fonte: O autor (2025).

A partir dessas diretrizes, foi desenvolvido o Hospital Infantil Estrela-Guia, localizado em Caçador/SC — entre a Av. Fahdo Thomé e a Rua Alfredo Cachoeira, próximo ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e implantado em terreno resultante da união de cinco lotes urbanos. O projeto propõe um hospital público de médio porte, concebido como resposta à carência local e regional de leitos pediátricos e neonatais, unindo sensibilidade, técnica e funcionalidade.

Inspirado no simbolismo da "Estrela-Guia", que representa direção, luz e esperança, o conceito orientou o partido arquitetônico, estruturado a partir de um eixo central irradiador que organiza os fluxos e conecta os principais setores. A luz natural atua como elemento condutor e terapêutico, explorada por meio de claraboias, aberturas zenitais e pátios internos que iluminam e suavizam os percursos.

O programa de necessidades, definido com base na RDC 50 e nas demandas regionais, contempla setores de apoio técnico, logístico e ambulatorial, urgência e emergência, diagnóstico e terapia, internação, além de áreas voltadas ao acolhimento de acompanhantes e profissionais da saúde, espaços lúdicos e jardins terapêuticos. A setorização prioriza percursos intuitivos, ventilação cruzada, iluminação natural e integração com áreas verdes.

Na concepção formal (Figura 3) a seguir, o edifício combina curvas suaves e arestas poligonais que remetem à forma da estrela, utilizando materiais naturais — como madeira, brises e cobogós cerâmicos — aliados a cores suaves e elementos lúdicos que favorecem a ambientação infantil sem comprometer a funcionalidade técnica. A implantação (Figura 3) busca integrar o hospital ao tecido urbano por meio de uma praça pública central, que funciona como espaço de convivência e apoio. O posicionamento do conjunto considera orientação solar, topografia e fluxos de circulação, garantindo acessibilidade, conforto ambiental e eficiência operacional.

Figura 3 – Painel com concepção formal, corte esquemático, implantação, volumetria básica e render.

Fonte: O autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do TCC I e II evidenciou o papel da arquitetura como agente ativo na promoção do cuidado, do acolhimento, da esperança, da vida e da humanização em ambientes hospitalares infantis. A pesquisa demonstrou que fatores como ambiência, luz natural, cores e integração com a natureza influenciam diretamente o bem-estar de pacientes, familiares e profissionais da saúde.

Com base no embasamento teórico, nas referências projetuais e na visita técnica realizada, o Hospital Infantil Estrela-Guia, proposto para Caçador/SC, foi concebido como uma resposta sensível e funcional às demandas locais e regionais, unindo técnica, empatia e impacto social. A proposta busca suprir a carência de infraestrutura especializada e inspirar novas abordagens projetuais para hospitais infantis no Brasil, reafirmando a importância de uma arquitetura que acolhe, cura e promove transformações positivas na vida das pessoas.

Ao integrar-se à cidade e priorizar o conforto, a dignidade e a recuperação de quem mais precisa, o projeto reforça a humanização como princípio essencial para o futuro dos espaços de saúde. Como desdobramento, recomenda-se a ampliação dos estudos sobre arquitetura salutogênica e o incentivo a políticas públicas que priorizem ambientes hospitalares mais humanos e acolhedores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos. Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: http://plataforma.saude.gov.br/natalidade/nascidos-vivos/. Acesso em: 19 mar. 2025

CIEGES/SC - CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO DO SUS DE SANTA CATARINA. Painel de leitos de Santa Catarina. Florianópolis: CIEGES/SC, 2025. Disponível em: https://cieges.saude.sc.gov.br/. Acesso em: 06 out. 2025.

INTEGRATED FIELD. EKH Children Hospital. Bangkok: Integrated Field, [s. l.], 03 jul. 2025. Disponível em: https://www.integratedfield.com/projects/ekh-children-hospital/. Acesso em: 08 abr. 2025.

LYONS + CONRAD GARGETT. Hospital Infantil Lady Cilento. Archdaily Brasil, Australia, 06 fev. 2016. Disponível em: https://shre.ink/queenslandhospital. Acesso em: 07 abr. 2025.

MEDEIROS, L. Arquitetura e Humanização em Saúde: aproximando saberes e perspectivas. Gestão & Tecnologia de Projetos, São Carlos, v.19, n.1, 2024. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/ 210108/205105. Acesso em: 03 mar. 2025.

QUARINIRI, S. S. SC vive superlotação nos hospitais e ocupação de leitos de UTI adulto se aproxima dos 100%. NSC Total, Florianópolis, 14 maio 2024. Disponível em: https://shre.ink/noticiasuperlotacao. Acesso em: 21 fev. 2025.

RODRIGUES, J. I. B.; FERNANDES, S. M. G. C.; MARQUES, G. F. S. Preocupações e necessidades dos pais de crianças hospitalizadas. Saúde Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 2, e190395, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TynT8xkCD3swkkgWy6kFFwP/?format=html&lang=pt. Acesso em: 21 fev. 2025.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. A insuficiência de leitos hospitalares terciários pediátricos no Brasil. Boletim Informativo da Academia Brasileira de Pediatria, 2023, p. 1-2. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin /user_upload/sbp/2024/janeiro/11/Boletim_ABP__1_.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

SEBBEN, V. A. Humanização da arquitetura hospitalar: diretrizes projetuais para espaços criativos de internação pediátrica, 2020. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: https://shre.ink/humanizacaodaarquiteturahospitalar. Acesso em: 17 mar. 2025.

PLANEJAMENTO E EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES PARA O NOVO NÚCLEO DAS ENGENHARIAS E ARQUITETURA DA UNIARP EM CAÇADOR/SC

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Eduardo Augusto Alves[1]
Cláudia Maté[2]
Marcelo Wandscheer[3]

Resumo – O estudo analisa as transformações territoriais decorrentes da expansão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) e sua influência no desenvolvimento urbano de Caçador/SC. Os resultados indicam que a universidade atuou como vetor de desenvolvimento econômico e social, mas sem diretrizes articuladas que orientassem sua integração ao tecido urbano. A partir dessa constatação, foram propostas diretrizes estratégicas estruturadas em eixos acadêmico, urbano, socioambiental e comunitário, culminando na definição do bairro Bello como área para o novo núcleo das Engenharias e Arquitetura. O projeto propõe respeitar as condições naturais do terreno, valorizar suas curvas de nível e integrar o campus ao entorno por meio de um parque drenante e de soluções ambientalmente sustentáveis. Conclui-se que o planejamento universitário deve priorizar a harmonia entre expansão institucional, preservação ambiental e inclusão social, consolidando a Uniarp como agente de equilíbrio entre cidade e conhecimento.

Palavras-chave: Planejamento Territorial; Sustentabilidade Urbana; Integração Paisagística; Infraestrutura Verde; Requalificação Institucional.

INTRODUÇÃO

A expansão universitária, quando não acompanhada de planejamento adequado, tende a provocar impactos profundos nas dinâmicas urbanas e sociais do entorno imediato das instituições de ensino (Araújo; Santos, 2014). Em cidades de pequeno e médio porte, como Caçador/SC, onde a universidade se constitui em polo estratégico, tais impactos se manifestam de forma ainda mais perceptível, revelando tanto oportunidades quanto fragilidades no tecido urbano (Rodrigues, 2022).

Nesse contexto, o Plano Diretor Universitário (PDU) surge como ferramenta essencial para orientar o crescimento físico e funcional das universidades, articulando-se ao planejamento municipal e às políticas públicas urbanas (Santos; Silva, 2022; Guimarães; Guilherme Júnior, 2023). Este estudo busca compreender como o crescimento da Uniarp impactou o desenvolvimento

[1] Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

urbano de Caçador, identificando as transformações territoriais geradas e propondo diretrizes que garantam uma expansão sustentável e integrada.

Os objetivos específicos consistem em: (a) analisar os impactos da expansão universitária sobre o ambiente urbano e educacional, distinguindo processos planejados e não planejados; (b) avaliar os efeitos da implantação e consolidação do campus da Uniarp; e (c) propor diretrizes para futuros processos de expansão institucional. A relevância deste trabalho está em preencher uma lacuna sobre o tema em cidades de pequeno porte, oferecendo subsídios técnicos para o planejamento universitário sustentável (Ceccatto; Hahn; Martins, 2021).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, o ensino superior consolidou-se tardiamente, e apenas nas últimas décadas passou a influenciar significativamente a configuração urbana (Souza; Miranda; Souza, 2019). Com políticas como o Reuni, a criação de novos campi universitários promoveu o acesso à educação, mas também desencadeou efeitos urbanos ambíguos sobre à valorização imobiliária e sobrecarga de infraestrutura (Calderari, 2017; Calderari; Felipe, 2021).

O Plano Diretor, enquanto instrumento de ordenamento territorial (Brasil, 2022; Villaça, 1999), assume papel fundamental na regulação do uso do solo e na garantia da função social da propriedade. Adaptado ao contexto universitário, o PDU representa um meio eficaz para articular as demandas acadêmicas e as necessidades urbanas, assegurando integração física, social e ambiental (Santos, 2011; Ferreira, 2019).

A expansão das universidades impacta não apenas o espaço físico, mas também o tecido social, econômico e ambiental das cidades (De Oliveira Junior, 2014). O campus universitário pode atuar como "microcidade", promovendo desenvolvimento ou segregação, dependendo da forma como é planejado (Buffa; Pinto, 2016; Gattupalli, 2023). Assim, o PDU se consolida como uma ferramenta estratégica capaz de transformar a universidade em agente de integração e não de isolamento (Guimarães; Guilherme Júnior, 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa (Guerra; Lunetta, 2024), com base em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Foram utilizados registros históricos, projetos arquitetônicos, imagens de satélite e políticas públicas municipais para examinar a relação entre a expansão da Uniarp e o desenvolvimento urbano de Caçador. A triangulação de dados permitiu identificar padrões espaciais e temporais de transformação e fundamentar a formulação das diretrizes propostas.

O método de estudo de caso foi essencial para compreender as especificidades da relação entre universidade e cidade. A análise histórica foi complementada com a observação de imagens do Google Earth (2025) e documentos institucionais, permitindo visualizar a progressiva transformação do entorno ao longo de cinco décadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde sua fundação em 1971, como Faculdade de Educação do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), a Uniarp transformou-se em vetor de desenvolvimento urbano, cultural e econômico (Ceccatto; Hahn; Martins, 2021). A instalação do campus em área até então rural estimulou a urbanização, o comércio e a verticalização do entorno. Entre 1997 e 2006, com a expansão física e a construção dos Blocos B e D, observou-se uma pressão imobiliária crescente e adensamento populacional, fenômeno intensificado a partir de 2010 com a diversificação dos cursos e o aumento do corpo discente.

O período recente (2019–2025) marcou uma nova etapa de consolidação, com reformas internas e requalificações conduzidas pelo Escritório Modelo, que modernizaram a infraestrutura e reforçaram a identidade institucional. Em paralelo, o entorno do campus se consolidou como um pólo multifuncional, com residências, comércios e serviços voltados à comunidade acadêmica. Contudo, essa expansão espontânea evidenciou desafios: sobrecarga viária, carência de áreas públicas e valorização imobiliária excludente (Araújo; Santos, 2014; Calderari; Felipe, 2021).

A análise do processo de crescimento da Uniarp demonstra que o desenvolvimento institucional e o urbano ocorreram de forma interdependente, mas sem diretrizes articuladas. Diante disso, o estudo propôs um conjunto de diretrizes estratégicas para orientar futuras expansões, estruturadas em quatro eixos temáticos: acadêmico, urbano, socioambiental e comunitário.

Com base nas diretrizes estabelecidas, o local para o novo núcleo das Engenharias e Arquitetura da UniARP, no bairro Bello em Caçador/SC, foi definido por ser uma área já estruturada e com grande potencial de crescimento. O terreno, desocupado e de topografia acidentada, tem suas características naturais como elemento orientador do partido arquitetônico, visando uma integração sutil com o entorno e uma relação de continuidade entre o campus e o bairro.

Entre as principais estratégias, destaca-se a criação de um parque drenante, que alia a manutenção da fauna e flora locais ao tratamento de águas pluviais. Este parque funcionará como um espaço público de convívio e lazer, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a universidade.

Foi formulada ainda uma diretriz específica para manter o local o mais original possível, priorizando soluções que dialoguem com o relevo e a vegetação e evitando grandes movimentações de terra. Dessa forma, a transformação do espaço ocorre de maneira integrada, permitindo sua evolução sem a perda de sua essência natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações territoriais associadas à expansão da Uniarp evidencia que o crescimento acadêmico e o desenvolvimento urbano de Caçador ocorreram de forma interdependente. A universidade consolidou-se como agente de transformação regional, promovendo avanços econômicos e sociais, mas também revelando desafios decorrentes da ausência de diretrizes integradas de planejamento. O estudo confirma que instrumentos como o

Plano Diretor Universitário (PDU) são essenciais para orientar a expansão institucional de maneira sustentável e participativa.

As diretrizes propostas neste trabalho demonstram a importância de alinhar o crescimento físico da universidade à preservação ambiental e à integração comunitária. A implantação do novo núcleo das Engenharias e Arquitetura no bairro Bello reflete essa visão, buscando harmonizar o projeto às condições naturais do terreno e à dinâmica urbana existente. A criação do parque drenante e a valorização das características originais da área expressam o compromisso com um desenvolvimento que respeita o ambiente e estimula a convivência social.

Conclui-se que o futuro da Uniarp depende da capacidade de planejar sua expansão com sensibilidade territorial e responsabilidade social. Mais do que ampliar sua infraestrutura, é necessário consolidar um modelo de universidade integrada à cidade, capaz de equilibrar o progresso acadêmico com o bem-estar coletivo e de transformar o território de forma sutil, contínua e coerente com suas origens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristiane Belo de; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. Impactos da expansão universitária para moradores de São João Del-Rei. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte/MG, v. 26, p. 420-429, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/r7XtBqhmWmcxvYFbBPD6jqJ/. Acesso em: 24 fev. 2025

BRASIL. Ministério das Cidades. Guia para elaboração e revisão de planos diretores. Projeto ANDUS – Cooperação para o Desenvolvimento Urbano Sustentável. Brasília/DF: Ministério das Cidades, 2022. Disponível em: https://xurl.ooo/222dj. Acesso em: 16 mai. 2025.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/RJ, v. 21, n. 67, p. 809-831, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413- 24782016216742. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/R4n89tmfBdv TDTc9X8KWNQm/. Acesso em: 16 mai. 2025.

CALDERARI, Elaine Saraiva. (Des)continuidades e rupturas nos espaços urbanos contemporâneos: reflexões sobre o papel dos novos campi universitários. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-17042018-154833/pt-br.php. Acesso em: 16 mai. 2025.

CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira. Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos. Novos Campi Universitários Brasileiros: processos e impactos, [s. l.], p. 1-201, 23 set. 2021. Universidade de Brasília. http://dx.doi.org/10.29327/543631. Disponível em: https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134. Acesso em: 16 mai. 2025.

CECCATTO, Aline; HAHN, Ivanete Schneider; MARTINS, Anderson Antônio Mattos. Uniarp 50 anos: história e memórias. Caçador: Editora EdUniarp, 2021. Disponível em:

https://uniarp.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/e-book-Uniarp-50-Anos-1.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

FERREIRA, Dayana Alves. O processo de construção do plano diretor no planejamento universitário da UFAL Campus Arapiraca: um estudo de caso. 2019. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2019. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5805. Acesso em: 15 abr. 2025.

GATTUPALLI, Ankitha. Campi universitários e sua integração com as cidades. Archdaily Brasil. Tradução de SIMÕES, Diogo. [s. l.], 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/996419/campi-universitarios-e-sua-integracao-comas-cidades. Acesso em: 12 mai. 2025.

GUERRA, Rodrigues; LUNETTA, Avaetê de. Metodologias e classificação das pesquisas científicas. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, Jundiai/SP, v. 5, n. 8, p. e585584, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i8.5584. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5584. Acesso em: 14 abr. 2025.

GUIMARÃES, Inácio Andruski; GUILHERME JÚNIOR, Vicente dos Santos. Instrumentos de Planejamento Urbano em Campi Universitários: aportes do modelo digital de elevação à construção do Plano Diretor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Revista PGPU, Rio de Janeiro - RJ, v. 7, n. 2, p. 240-264, 2023. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/58004. Acesso em: 10 abr. 2025

RODRIGUES, Lessandro Lessa. Como os centros de formação impactam o espaço urbano. Habitability, 2022. Disponível em: https://habitability.com.br/universidadese-cidades-como-os-centros-de-formacao-profissional-impactam-o-espaco-urbano/. Acesso em: 15 mai. 2025.

SANTOS, Roberto Luis dos. Subsídios para o plano diretor visando a gestão de um campus universitário: estudo de caso da Universidade da Região de Joinville - SC. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de PósGraduação em Engenharia Civil Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95779. Acesso em: 12 mar. 2025.

SANTOS, Janio; SILVA, Maria do Socorro. Plano diretor e expansão do campus universitário: o caso da UEFS, Bahia, Brasil. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba/PR, v. 11, n. 03, pag. 580-600, set./dez. 2022. Disponível em: https://revistas.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/14643. Acesso em: 18 fev. 2025.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro - RJ, v. 19, n. 5, 12 de março de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historicoacerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil. Acesso em: 12 mar. 2025.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: SEIXAS, Sergio Gabriel; REBOUÇAS, Aldo da Cunha. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Cepam, 1999. p. 237-247. Disponível em: httpshttps://www.yumpu.com/pt/document/view/27463754/dilemas-do-plano-diretorcidade-centro-de-assessoria-e-#google_vignette. Acesso em: 12 mar. 2025.

A MOBILIDADE URBANA COMO EIXO DE PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO EM UM MUNICÍPIO DO MEIO-OESTE CATARINENSE

Categoria: Projeto Integrador

Laísa Cristina Figur
Gislaine Ribeiro Klug
Gabriele Barbosa
Bianca Regina Zanatta
Weligton Lucas Baschera

Resumo – A mobilidade urbana constitui um dos principais desafios contemporâneos, pois influencia diretamente a qualidade de vida, o equilíbrio ambiental e a eficiência das cidades. Assim, este estudo tem como objetivo analisar as condições de mobilidade da Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador/SC, propondo soluções alinhadas ao conceito de cidades inteligentes e aos princípios da sustentabilidade. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas semiestruturadas com usuários da via. Os dados foram analisados à luz do materialismo histórico-dialético, relacionando as percepções dos participantes com as dinâmicas urbanas observadas. Os resultados evidenciaram deficiências na caminhabilidade, acessibilidade e infraestrutura urbana, revelando a priorização do transporte motorizado e a ausência de integração entre modais. As discussões apontam a necessidade de redesenhar o espaço urbano considerando a escala humana, o incentivo à mobilidade ativa e a adoção de indicadores de mobilidade sustentável. Conclui-se que promover a mobilidade urbana sustentável requer planejamento participativo, governança eficiente e infraestrutura inclusiva, capazes de transformar a Avenida Barão do Rio Branco em um eixo estruturador de conectividade, equidade e qualidade de vida no município.

Palavras-chave: mobilidade urbana; arquitetura e urbanismo; cidades inteligentes; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O perfil de mobilidade no Brasil vem se modificando desde o século XX (Saraiva et al., 2019). Contudo, o processo de urbanização e a valorização do automóvel, especialmente a partir da década de 1950, geraram diversos problemas relacionados à mobilidade urbana, que permanecem evidentes na contemporaneidade (Saraiva et al., 2019). Assim, a mobilidade urbana configura-se como um dos maiores desafios da atualidade, pois influencia diretamente a qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental, ao mesmo tempo em que demanda soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável das cidades (Carvalho, 2016).

Nesse contexto, os impactos da falta de planejamento adequado vão além da circulação de pessoas e bens. Dentre esses problemas, destacam-se o agravamento das desigualdades socioespaciais e os impactos negativos no equilíbrio ambiental (Carvalho, 2016). Em cidades médias e grandes, tais questões se manifestam de forma mais acentuada, trazendo repercussões sociais, ambientais, tecnológicas e também culturais (Lélis; Gatti, 2018).

Em contrapartida, estudos recentes apontam que as políticas urbanas devem priorizar soluções sustentáveis, integrando tecnologia, infraestrutura e planejamento urbano inteligente para reduzir desigualdades e impactos ambientais negativos (Ravache et al., 2024; Almeida, 2015). Nesse contexto, o conceito de cidades inteligentes surge como uma abordagem estratégica capaz de promover o uso racional dos recursos urbanos e aprimorar os deslocamentos de forma inclusiva e eficiente.

Portanto, a transição para modelos de mobilidade baseados em sustentabilidade e inteligência urbana é uma necessidade urgente, capaz de reduzir congestionamentos, acidentes de trânsito e desigualdades no acesso aos espaços urbanos. Desse modo, o presente estudo busca analisar as condições de mobilidade urbana da Avenida Barão do Rio Branco, em Caçador/SC, propondo soluções alinhadas ao conceito de cidades inteligentes e visando maior eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida para a população.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: a) identificar soluções arquitetônicas e urbanísticas inovadoras aplicadas em projetos de mobilidade urbana em âmbito nacional e internacional, b) analisar de que forma as estratégias de cidades inteligentes podem contribuir para o desenvolvimento de sistemas de mobilidade urbana sustentável, em consonância com a ODS 11 da Agenda 2030, promovendo deslocamentos mais seguros, acessíveis e ambientalmente responsáveis.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória, de abordagem descritiva, fundamentada em bases teóricas voltadas à mobilidade urbana sustentável e às cidades inteligentes. A investigação tem como objetivo compreender as condições de mobilidade da Avenida Barão do Rio Branco, localizada no município de Caçador (SC), analisando suas dinâmicas urbanas e propondo soluções teóricas alinhadas ao conceito de sustentabilidade e à Agenda 2030 (ODS 11).

A pesquisa foi desenvolvida no contexto das atividades de extensão universitária realizadas no município de Caçador, que possibilitaram a observação direta do espaço urbano e a aplicação de entrevistas com moradores e usuários da via. As ações ocorreram durante o primeiro semestre de 2025, abrangendo observações em campo, registro fotográfico e análise da infraestrutura existente da avenida em relação à caminhabilidade e à acessibilidade urbana.

O referencial teórico-metodológico adotado é o Materialismo histórico-dialético, que permite compreender a mobilidade urbana como um fenômeno social e histórico, resultante das relações econômicas, políticas e culturais que estruturam o espaço urbano. Essa abordagem possibilita uma leitura crítica sobre como a priorização do automóvel e a falta de planejamento

contribuem para as desigualdades socioespaciais, conforme discutido por Carvalho (2016) e Lélis e Gatti (2018).

A população do estudo compreendeu os usuários da Avenida Barão do Rio Branco, incluindo pedestres, comerciantes locais e moradores do entorno. A amostra foi composta por participantes selecionados de forma intencional, considerando sua frequência de uso do espaço e disponibilidade em contribuir com o estudo.

As técnicas de coleta de dados incluíram Entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente com usuários da via, buscando compreender suas percepções sobre as condições de mobilidade, acessibilidade e segurança, Observação direta do espaço urbano, com registro fotográfico e anotações de campo, Análise documental, contemplando legislações municipais e planos diretores relacionados à mobilidade urbana.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa, com base no referencial teórico adotado. As falas dos entrevistados foram organizadas em categorias temáticas, permitindo relacionar as percepções da população com os conceitos discutidos por Saraiva et al. (2019), Ravache et al. (2024) e Almeida (2015) sobre mobilidade sustentável e cidades inteligentes.

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios do Comitê de Ética em Pesquisa (CONEPE). Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e autorizaram voluntariamente sua participação, garantindo-se o anonimato e o uso das informações apenas para fins acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados iniciais apontam que a mobilidade urbana em Caçador demanda soluções mais integradas e sustentáveis, alinhadas aos princípios das cidades inteligentes. Conforme destacado por Lima e Fontgalland (2022), a combinação entre planejamento urbano, tecnologia e sustentabilidade é essencial para promover deslocamentos mais eficientes e inclusivos. Nesse sentido, as análises realizadas na Avenida Barão do Rio Branco reforçam a importância de repensar o espaço urbano de forma a favorecer a conectividade entre modais e a qualidade de vida da população.

Além disso, ao considerar a resiliência da rede viária frente a eventos extremos, como inundações, evidencia-se outra dimensão crítica da mobilidade urbana que merece atenção. Segundo Morelli e Cunha (2019), ao simular a indisponibilidade de segmentos da malha viária, verificou-se que os veículos motorizados sofrem perdas de eficiência muito mais expressivas do que os deslocamentos a pé, o que aponta para a maior vulnerabilidade dos sistemas orientados ao automóvel em situações de crise. Essa constatação reforça que, ao pensar intervenções para a Avenida Barão do Rio Branco, não basta apenas focar na fluidez sob condições normais: é necessário desenhar uma infraestrutura com redundâncias, conectividade alternativa e robustez, capaz de manter acessibilidade mesmo sob eventos adversos.

Complementando essa reflexão, também se torna relevante considerar os estudos de Pedott & Silva (2023) sobre mobilidade ativa em cidades médias, que evidenciam como a

expansão de ciclovias e infraestrutura para pedestres pode alterar padrões de uso modal e promover inclusão social. Ao trazer essas evidências para o contexto da Avenida Barão do Rio Branco, vê-se que a priorização desses modais não apenas reforça a sustentabilidade e a resiliência da mobilidade, mas também oferece caminhos para mitigar desigualdades no acesso ao espaço urbano. Além dos aspectos já analisados, torna-se relevante compreender como o desenho urbano influencia diretamente a percepção de mobilidade e o uso dos espaços públicos. A qualidade das calçadas, a arborização e a presença de mobiliário urbano adequado são fatores que estimulam o deslocamento a pé e a permanência nos espaços urbanos. De acordo com Gehl (2013), cidades que priorizam o pedestre e o convívio humano fortalecem o senso de pertencimento e tornam-se mais sustentáveis, seguras e atrativas. No caso da Avenida Barão do Rio Branco, a ausência de elementos de conforto e de continuidade nas calçadas limita a caminhabilidade e reduz o potencial de vitalidade urbana, indicando a necessidade de um redesenho espacial orientado à escala humana.

Outro ponto a ser destacado é a importância da governança urbana e do uso de indicadores de mobilidade sustentável. Segundo Ferreira e Sanches (2018), a implementação de políticas públicas efetivas depende do monitoramento constante de parâmetros como acessibilidade, eficiência energética, redução de emissões e equidade social. A aplicação desses indicadores permite que os gestores municipais planejem intervenções baseadas em evidências e acompanhem os impactos das ações ao longo do tempo, o que é essencial para municípios de porte médio como Caçador.

Por fim, deve-se considerar que a mobilidade urbana é também uma questão de justiça social e direito à cidade. Lefebvre (2001) argumenta que o acesso pleno ao espaço urbano constitui um direito fundamental do cidadão, e que a exclusão de determinados grupos das infraestruturas e serviços urbanos representa uma forma de desigualdade. Nesse sentido, projetar uma Avenida Barão do Rio Branco acessível, inclusiva e conectada a diferentes modais não é apenas uma meta técnica, mas uma ação política e social que promove cidadania e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Avenida Barão do Rio Branco evidenciou que a mobilidade urbana em Caçador ainda enfrenta desafios significativos relacionados à caminhabilidade, acessibilidade e integração entre modais. A priorização do transporte motorizado em detrimento do pedestre e do ciclista reforça desigualdades socioespaciais e reduz a qualidade de vida urbana.

Constatou-se que a adoção de princípios de cidades inteligentes, associada a políticas públicas baseadas em indicadores de sustentabilidade, pode transformar a via em um eixo estruturador de conectividade e inclusão. Intervenções como ampliação das calçadas, arborização, mobiliário urbano adequado e ciclovias contribuem para a valorização da escala humana e para o fortalecimento do direito à cidade.

Portanto, promover uma mobilidade urbana sustentável exige planejamento participativo, governança eficiente e o uso estratégico da tecnologia. Apenas por meio dessas ações integradas será possível construir uma cidade mais acessível, equitativa e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriella Cirqueira de. **Mobilidade Sustentável em Cidades de Pequena a Média Dimensão**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil na Especialidade de Urbanismo, Transportes e Vias de Comunicação) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. In: ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia (org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**. Brasília: Ipea, 2016. p. 345-364. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, M. A. G.; SANCHES, S. P. Indicadores de mobilidade urbana sustentável: uma proposta de avaliação integrada. Revista Transporte e Desenvolvimento, v. 1, n. 2, p. 34–51, 2018.. Acesso em: 14 out. 2025.

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 14 out. 2025.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001. 14 out. 2025.

LÉLIS, Emerson; GATTI, Edna. Mobilidade urbana e os impactos nas cidades contemporâneas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-58, 2018. Acesso em: 18 set. 2025.

LIMA, Lucas Vitor Andrade; FONTGALLAND, Isabel Lausanne. Mobilidade Urbana Sustentável para Cidades Inteligentes. **E-Acadêmica**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e023180, 2022. DOI: 10.52076/eacad-v3i1.80. Disponível em: https://eacademica.org/eacademica/article/view/80. Acesso em: 13 out. 2025.

PEDOTT, Georgea Marthina; SILVA, Thaísa Leal da. Cidades Sustentáveis e a Mobilidade Ativa: O Caso de Passo Fundo-RS. **Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável**, [S. l.], v. 2, n. 6, 2023. DOI: 10.17271/rtgs.v2i6.4304. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/rtgs/article/view/4304. Acesso em: 13 out. 2025.

RAVACHE, Rosana Lia *et al*. Cidades inteligentes e sustentáveis: uma perspectiva para a cidade de Sorriso no estado de Mato Grosso. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 12, n. 87, p. 106–122, 2024. DOI: 10.17271/23188472128720245239. Acesso em: 03 out. 2025.

SARAIVA, Paola Pol *et al*. O uso de tecnologias como estratégia na construção de cidades mais inteligentes e sustentáveis. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 35, n. 105, p. 4-19, 2019. DOI: https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n53-009. Acesso em: 18 set. 2025.

CIDADANIA FISCAL: A IMPORTÂNCIA E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Categoria: Extensão universitária

Louisa Prandini[1]
Emilene Murer[2]

Resumo – A cidadania fiscal constitui um elemento essencial para o fortalecimento da democracia e da gestão pública eficiente. Ela representa a conscientização do cidadão quanto ao papel social dos tributos e ao dever de acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo a transparência e o controle social. Este relato de experiencia tem como objetivo demonstrar a importância da cidadania fiscal e sua influência na formação de uma sociedade mais ética, participativa e comprometida com o bem comum. Por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, foram examinados conceitos, programas e políticas voltados à educação fiscal e ao exercício da cidadania. Por meio da extensão realizada pelo curso de Ciências Contábeis da UNIARP, possibilitou-se evidenciar os princípios da cidadania fiscal para alunos do terceiro ano do ensino médio. Os resultados indicam que a consolidação da cidadania fiscal depende diretamente da ampliação do conhecimento tributário e da participação ativa da população nos processos de fiscalização e gestão dos recursos públicos. Conclui-se que a educação fiscal é um instrumento transformador, capaz de fortalecer o vínculo entre Estado e sociedade, fomentar a justiça social e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: Cidadania fiscal; Educação fiscal; Extensão universitária; Controle social.

INTRODUÇÃO

A relação entre Estado e cidadão é mediada, em grande parte, pelos tributos. No entanto, essa relação vai além do simples ato de pagar impostos, envolve a compreensão de como esses recursos são administrados e devolvidos à sociedade em forma de políticas públicas. Nesse contexto, surge o conceito de cidadania fiscal, que consiste no exercício da cidadania por meio da conscientização sobre os deveres tributários e o direito de acompanhar a aplicação dos recursos públicos. De acordo com a Escola de Administração Fazendária (ESAF, 2018), "a cidadania fiscal é a capacidade do cidadão de compreender a função socioeconômica dos tributos e exigir a correta aplicação dos recursos públicos". Essa definição reforça o papel ativo da população na consolidação de uma gestão pública transparente e participativa.

A educação fiscal, nesse sentido, torna-se um instrumento estratégico para promover a consciência social. A educação fiscal é responsável por despertar no cidadão a compreensão de que os tributos são meios de financiamento coletivo das necessidades públicas, e não apenas um

[1]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ônus individual. Essa conscientização fortalece o controle social e amplia a corresponsabilidade pela construção de um Estado mais justo e eficiente (Brasil, 2021).

Para contribuir nessa conscientização o documento Cidadania Fiscal no currículo escolar da Receita Federal do Brasil (RFB) dá encaminhamentos para o alinhamento dos programas de Cidadania Fiscal às habilidades contidas no texto da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BNCC), com a extensão universitária em consonância com a Resolução CNE/CES nº 07/2018. O estudante universitário coloca em prática seus conhecimentos para a comunidade (Brasil, 2025).

Portanto, discutir cidadania fiscal é discutir o próprio desenvolvimento democrático do país. A ausência de conhecimento sobre o sistema tributário e a destinação dos recursos públicos resulta em apatia social e reduz o poder fiscalizador da sociedade. Assim, o presente relato de experiência busca refletir sobre a importância da cidadania fiscal e como ela influencia o comportamento e a participação da população brasileira na vida pública.

METODOLOGIA

Este relato de experiência tem uma natureza predominantemente descritiva segundo Gil (2002) e Provdanow, Freitas (2013), buscando a investigação, o registro, a análise e a classificação das características da vivência ou fenômeno em questão. Adota uma abordagem qualitativa conforme Richardson (2012), essencial para a sua finalidade de explorar e detalhar o entendimento dos significados, particularidades e aprendizados resultantes da experiência relatada.

A metodologia do estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental Gil (2002). A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante a consulta de fontes acadêmicas, enquanto a pesquisa documental incluiu a análise de relatórios institucionais e publicações oficiais da Receita Federal, do Ministério da Fazenda e da Escola de Administração Fazendária (ESAF).

A atividade de extensão universitária realizada pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP teve os seguintes passos: (i) elaboração de material explicativo para ser distribuído aos alunos do ensino médio das escolas, retirado da página da Receita Federal do Brasil – RFB; (ii) capacitação dos universitários com agente da RFB; (iii) aplicação de práticas educativas com base no material impresso, promovendo discussões e atividades sobre o papel dos tributos e o exercício da cidadania fiscal.

Optou-se por uma abordagem descritiva, pois o objetivo central é compreender e interpretar a importância da cidadania fiscal e suas repercussões no comportamento da população, sem a pretensão de mensurar estatisticamente seus efeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta curricularização da extensão evidenciou que o exercício da cidadania fiscal vai além do pagamento de impostos, implica em acompanhar, fiscalizar e exigir transparência na aplicação dos recursos públicos, corroborando com ESAF (2018). Quando o cidadão entende a função social dos tributos, ele passa a cobrar resultados do Estado e a valorizar os serviços públicos que

são financiados pela coletividade. De forma indireta, isso contribui para o aumento da eficiência administrativa e o combate à má gestão dos recursos.

Em consonância com Brasil (2025), outra questão relevante é o impacto da cidadania fiscal na justiça social. A compreensão que os tributos têm papel redistributivo, isto é, de financiar políticas que reduzem desigualdades, ele passa a enxergar o imposto não como penalidade, mas como instrumento de solidariedade social. Assim, a cidadania fiscal estimula a corresponsabilidade e o sentimento de pertencimento social.

A experiência prática proporcionada pela extensão universitária reforçou a importância da educação fiscal no ambiente escolar. Ao trabalhar o tema com alunos do terceiro ano do ensino médio, através da figura 1 é possível perceber o interesse e a curiosidade dos jovens em compreender como os tributos impactam diretamente a vida cotidiana.

Figura 1: alunos terceiro ano do ensino médio

Fonte: as autoras (2025)

A experiência de extensão universitária realizada pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe reforçou que o contato direto com a comunidade escolar é essencial para despertar o interesse pela cidadania fiscal e formar cidadãos conscientes e comprometidos com o bem coletivo. A educação fiscal é o principal instrumento de consolidação dessa cidadania, pois amplia o conhecimento sobre o sistema tributário e incentiva a participação ativa da população nas decisões públicas.

É importante ressaltar também o papel das instituições de ensino e das campanhas públicas na formação dessa consciência. A implementação de programas de educação fiscal em escolas e universidades tem mostrado resultados significativos, promovendo o senso crítico e o

envolvimento cívico entre jovens e adultos. Isso demonstra que a cidadania fiscal é um processo contínuo de aprendizado e engajamento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania fiscal constitui um dos pilares para o fortalecimento da democracia, da ética e da responsabilidade social no Brasil. Através dela, o cidadão torna-se agente transformador, capaz de compreender o papel dos tributos e exigir uma gestão pública eficiente e transparente.

Essa vivência demonstrou que a formação cidadã pode e deve começar ainda na educação básica, criando uma geração mais crítica e participativa. Portanto, investir em cidadania fiscal é investir num futuro em que os recursos públicos sejam aplicados com responsabilidade e em benefício da coletividade, assegurando um Estado mais justo, democrático e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Escola de Administração Fazendária (ESAF). Programa Nacional de Educação Fiscal. Brasília: ESAF, 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Educação fiscal e cidadania no Brasil. Brasília, 2021.

BRASIL. Receita Federal. Cidadania fiscal no currículo escolar. 2.ed, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/revistas/cidadania-fiscal/cidadania-fiscal-no-curriculo-escolar. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Cidadania Fiscal. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal. Acesso em: 21 out. 2025.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
OLIVEIRA, R. A. Controle social e gestão pública: o papel do cidadão. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

CIDADANIA FISCAL: UM LABORATÓRIO PARA HABILIDADES DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Categoria: curricularização da extensão

Tainá Aparecida Padilha Fernandes[1]
Emilene Murer[2]

Resumo – Este trabalho descreve e analisa a experiência da primeira semana de Curricularização da Extensão, intitulada "Cidadania Fiscal", implementada no curso de Ciências Contábeis, com o objetivo de integrar Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo uma formação socialmente referenciada. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e exploratória, estruturada em duas etapas: a capacitação interna dos estudantes por uma representante da Receita Federal (RFB) e a subsequente intervenção prática com a multiplicação do conhecimento para alunos do Ensino Médio em escolas públicas e privadas. Os resultados e discussões confirmaram a validade do novo paradigma curricular, demonstrando que o caráter obrigatório da extensão foi um fator decisivo para a alta adesão e o amplo alcance do projeto. A experiência prática atuou como um "laboratório" que desenvolveu habilidades cruciais como didática e oratória, consolidando a visão da função social do contador como agente de transformação cívica. A conclusão valida a curricularização como uma ferramenta potente para formar profissionais mais humanizados e engajados, contribuindo diretamente para o fomento de uma sociedade mais consciente e ativa no controle dos recursos públicos.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; cidadania fiscal; formação de contadores.

INTRODUÇÃO

Curricularização da extensão emerge no cenário do ensino superior brasileiro como um imperativo legal e pedagógico, instituído pela Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e regulamentado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Este movimento visa superar o modelo tradicional, integrando de forma indissociável o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a fim de promover uma formação acadêmica mais completa e socialmente referenciada.

Conforme preconiza o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a extensão deve ser compreendida como o "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e os demais setores da sociedade" (FORPROEX, 2012).

[1]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Ciência Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Portanto, a inclusão de, no mínimo, 10% da carga horária curricular em atividades de extensão representa não apenas uma adequação normativa, mas uma profunda "conversão epistemológica" conforme Imperatore (2019) do modo de conhecer e de atuar da academia, sendo, antes de tudo, um "desafio das instituições de ensino superior a ousar e construir uma nova identidade para a Universidade" em consonância com Ribeiro (2018), fortalecendo seu compromisso social.

Neste contexto de formação cidadã e engajamento social, a temática da Cidadania Fiscal se apresenta como um campo de atuação estratégico para a Extensão Universitária. A Cidadania Fiscal pode ser entendida como a consciência de direitos e deveres no exercício da democracia que capacita o indivíduo a compreender a origem e a aplicação dos recursos públicos, bem como a importância social dos tributos (ESAF, 2014).

Torres (2001) define a cidadania como o "vínculo de pertencimento a uma comunidade que assegura ao ser humano um conjunto de direitos e, simultaneamente, impõe deveres", sendo a dimensão fiscal um pilar para o exercício pleno dessa cidadania. A articulação entre a Curricularização da Extensão e a Cidadania Fiscal possibilita, assim, que a universidade promova intervenções práticas junto à comunidade, transformando o conhecimento técnico em ferramenta de controle social e de fomento à participação ativa dos cidadãos.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo descrever e analisar a experiência de aplicação desses princípios no curso de Ciências Contábeis, por meio da primeira semana de Curricularização da Extensão, intitulada 'Cidadania Fiscal' (2025/2).

METODOLOGIA

A experiência de Curricularização da Extensão do curso de Ciências Contábeis, materializada na primeira semana com o tema 'Cidadania Fiscal' (semestre 2025/2), foi conduzida por meio de uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória.

A iniciativa se desdobrou em duas etapas distintas. A primeira etapa consistiu em uma palestra interna de capacitação técnica para os estudantes de graduação, ministrada por representante da Receita Federal do Brasil (RFB) agência de Chapecó/SC. O foco temático incluiu a definição e tipologia dos tributos, sua função social e a relevância do sistema de arrecadação, servindo como embasamento conceitual e técnico fundamental para a intervenção subsequente.

A segunda etapa consistiu na intervenção prática junto à comunidade externa. Sob acompanhamento docente e com o envolvimento de estudantes de todas as fases do curso, foram organizadas e ministradas palestras educativas e dialógicas. Esta ação de extensão foi replicada em um total de cinco escolas estaduais da rede pública do município de Caçador. O objetivo principal foi a replicação dos saberes adquiridos, visando compartilhar o conhecimento e incentivar o exercício da cidadania fiscal entre os alunos do terceiro ano do ensino médio.

Complementando o planejamento do semestre 2025/2, foi lançada a programação da segunda semana de curricularização, que dará continuidade ao projeto extensionista com a ‘Gincana Cidadania Fiscal’, um quiz interativo e a distribuição de prêmios ao 1º, 2º e 3º lugares, provenientes de projeto institucional de mercadorias apreendidas RFB.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira etapa do projeto, conduzida pela representante da RFB, cumpriu seu papel de oferecer o embasamento teórico-prático necessário. O feedback positivo dos estudantes de Ciências Contábeis destacou a clareza didática da explanação, que facilitou a articulação dos conceitos de função social do tributo e controle social.

Este momento foi fundamental para fortalecer a percepção da relevância social da profissão contábil, um aspecto que deve ser intrínseco à formação. Conforme Lima e Rabelo (2019), o contador deve se identificar como um agente de modificação social e ser proativo na conscientização do contribuinte para o exercício da cidadania fiscal A curricularização da extensão, ao fornecer essa base sólida, alinhou-se a essa perspectiva, transformando o conhecimento fiscal em uma ferramenta para o ativismo cívico.

A intervenção prática nas escolas confirmou a curricularização da extensão como um laboratório de competências transversais. O ato de replicar o conhecimento, realizado pelos universitários, demonstrou ser um grande desafio que envolveu o nervosismo inicial e a necessidade de adaptação didática para o público jovem, como pode ser observado na figura 1. No entanto, o uso de exemplos práticos e cotidianos foi eficaz, gerando interesse e participação dos alunos do ensino médio, que se engajaram com perguntas pertinentes.

Figura 1: estudantes do ensino médio e graduação

Fonte: as autoras (2025)

Essa vivência prática, embora desafiadora, está em consonância com outras realidades universitárias em seus relatos que apontam que a experiência em campo ajuda o estudante a sentir na pele a realidade e as dificuldades que surgem, impulsionando a aprendizagem. Essa prática contribuiu para o desenvolvimento de habilidades interpessoais cruciais, como oratória e didática, reforçando que a curricularização da extensão é essencial para a formação integral e não fragmentada dos futuros profissionais da contabilidade, equipando-os como agentes de transformação, e não apenas como técnicos (UFSB, 2020 e PUC, 2023).

O caráter curricular e obrigatório da extensão revelou-se um catalisador para a alta adesão e o compromisso da maioria dos universitários, garantindo a ampla execução do projeto. Este resultado está associado à forma como o engajamento estudantil é percebido no ensino superior, sendo um processo ativo que, quando institucionalizado (curricularizado), envolve a parceria entre alunos, professores e instituição para promover aprendizagem de qualidade (Brasil, 2018).

A estratégia de utilizar itens confiscados pela Receita Federal como prêmios na segunda semana de curricularização é um ponto de inovação didática que estabelece um elo tangível e simbólico com a Cidadania Fiscal. Ao vincular o bem material (prêmio) ao resultado da fiscalização (apreensão e uso cívico), a ação busca reforçar a conscientização dos estudantes de que a exigência e o controle social da gestão pública são pilares para a construção de uma sociedade mais justa (Brasil, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição do projeto reside na formação integral do futuro profissional de Contabilidade. A experiência de intervenção nas escolas foi um laboratório prático que consolidou a visão da função social do contador e desenvolveu habilidades cruciais como comunicação e didática, superando o nervosismo inicial dos universitários.

Por fim, o caráter obrigatório da curricularização provou ser um fator decisivo para a alta adesão e o alcance do projeto, garantindo uma abrangência que não seria alcançada em um formato voluntário.

Em suma, a experiência validou a curricularização como uma ferramenta potente para a formação de profissionais de Contabilidade mais humanizados e para a construção de uma sociedade mais consciente e ativa no controle social dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional de Educação*: PNE 2014–2024*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/resolucoes-cne-ces-2018/. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Receita Federal, ESAF. Educação fiscal e cidadania. Brasília, DF: ESAF, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Cidadania fiscal no currículo escolar. 2.ed, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/revistas/cidadania-fiscal/cidadania-fiscal-no-curriculo-escolar. Acesso em: 22 out. 2025.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/. Acesso em: 22 out. 2025.

IMPERATORE, Simone. Curricularização da extensão universitária: fundamentos, desafios e práticas. Curitiba: CRV, 2019.

LIMA, Franknauria Guilherme Da Silva. RABELO, Gerson Muniz. **O papel do contador na conscientização do contribuinte para o exercício da cidadania fiscal mediante a aplicação de deduções na DIRPF**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 09, Vol. 04, pp. 175-201. Setembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/papel-do-contador/. Acesso em: 22 out. 2025.

PUC-CAMPINAS. **Curricularização da extensão e formação integral**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2023. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/. Acesso em: 22 out. 2025.

RIBEIRO, Maíra Baumgarten et al. **Curricularização da extensão: fundamentos e práticas na universidade brasileira**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 9, n. 3, p. 329–339, 2018. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU. Acesso em: 22 out. 2025.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de direito constitucional financeiro e tributário: os direitos humanos e a tributação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia. **Relatório de práticas extensionistas: experiências e percepções docentes e discentes**. Itabuna: UFSB, 2020. Disponível em: https://www.ufsb.edu.br/. Acesso em: 22 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA DO NAF PARA A CIDADANIA FISCAL

Categoria: Curricularização da Extensão

Henrique Duarte da Silva[3]
Emilene Murer[4]

Resumo – O presente estudo busca evidenciar se a integração entre ensino, extensão e prática social, por meio da curricularização da extensão, uma estratégia eficaz para fortalecer a cidadania fiscal. A ação, composta pela capacitação dos alunos universitários e pela aplicação prática aos estudantes do ensino médio de escolas estaduais, utilizou-se de metodologia descritiva com abordagem qualitativa com finalidade de proporcionar aprendizado teórico-prático e conscientizar a comunidade escolar sobre a função social dos tributos. Observou-se impacto relevante no desenvolvimento de competências acadêmicas, como comunicação, pensamento crítico, responsabilidade e engajamento cívico. Os estudantes ampliaram conhecimentos sobre tributos e arrecadação, desenvolvendo habilidades para transmitir esses conceitos de forma acessível e participativa. O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) mostrou-se essencial na integração entre universidade e sociedade, oferecendo aprendizado contextualizado e promovendo a formação de profissionais da contabilidade conscientes de seu papel social. Sua atuação ultrapassa o ensino técnico, tornando-se agente de transformação e promoção da cidadania fiscal. Conclui-se que ações extensionistas planejadas e alinhadas à curricularização de extensão contribuem para a formação cidadã dos estudantes e a conscientização comunitária sobre os tributos.

Palavras-chave: Cidadania fiscal; curricularização da extensão; NAF (Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal); educação fiscal; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão é uma diretriz estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina a integração de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão. Essa política visa consolidar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aproximando as instituições de ensino superior da comunidade e fortalecendo a formação cidadã dos estudantes. No contexto dos cursos de Ciências Contábeis, essa integração ocorre por meio de projetos e ações que buscam aliar o conhecimento técnico à responsabilidade social, especialmente nas temáticas relacionadas à educação e cidadania fiscal (BRASIL, 2018).

A cidadania fiscal, por sua vez, representa a consciência e a participação do cidadão na gestão pública, compreendendo o papel social dos tributos e o controle sobre a aplicação dos recursos arrecadados. De acordo com o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), instituído

[3]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pelo Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, a educação fiscal é um processo contínuo que visa promover a compreensão da função socioeconômica dos tributos e estimular o exercício da cidadania plena. Assim, desenvolver ações de extensão voltadas à educação fiscal contribui diretamente para o fortalecimento da democracia e para a consolidação de uma cultura de transparência e responsabilidade social (PNEF, 2022).

Nesse contexto, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), convênio firmado entre o curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Receita Federal do Brasil (RFB), destaca-se como um instrumento de integração entre o meio acadêmico e a sociedade. De acordo com a RFB (2022), o NAF tem como objetivo oferecer aos estudantes oportunidades de aprendizado prático em contabilidade e tributação, por meio de atendimentos gratuitos à comunidade.

Essa prática pedagógica possibilita a vivência real de situações profissionais, contribuindo para a formação ética, técnica e cidadã dos discentes, além de atender às diretrizes da curricularização da extensão previstas diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2018).

Identifica-se como problema a carência de compreensão, por parte da sociedade, sobre a relevância dos tributos e sobre como a atuação fiscal consciente, impacta no desenvolvimento social e econômico da sociedade. Essa ausência de conhecimento reduz o engajamento popular em práticas de controle social e enfraquece a cidadania fiscal.

Assim, este relato de experiência tem como propósito analisar como a atuação do NAF contribui para o fortalecimento da cidadania fiscal e para o cumprimento das diretrizes de extensão universitária no cursos de Ciências Contábeis.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma ação extensionista de natureza descritiva e qualitativa, desenvolvida no contexto da curricularização da extensão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Gil,2002).

A atividade foi realizada em cinco dias consecutivos, envolvendo 90 discentes universitários, sob orientação docente e com apoio institucional da Receita Federal do Brasil através do NAF. O objetivo metodológico foi promover o aprendizado prático sobre cidadania fiscal por meio da integração entre ensino, os discentes do curso de Ciências Contábeis, e extensão, a comunidade público alvo da ação estudantes do ensino médio das escolas estaduais do município de Caçador.

O projeto de curricularização de extensão possuiu várias etapas, sendo a primeira a elaboração de material de apoio para ser distribuído aos estudantes do ensino médio. Esta etapa foi realizada pelo NAF com a impressão de material do portal Cidadania Fiscal da RFB.

A segunda etapa consistiu em uma palestra de capacitação ministrada por servidora da RFB da agência de Chapecó/SC, com foco na explicação sobre a função social dos tributos, os processos de arrecadação e a importância da participação cidadã na gestão fiscal. Essa etapa teve como propósito ampliar o conhecimento teórico dos estudantes de Ciências Contábeis sobre

o tema e prepará-los para a atividade de extensão. O encontro ocorreu nas dependências da universidade, em ambiente previamente organizado com recursos multimídia, folders informativos e materiais de apoio obtidos no portal Cidadania Fiscal da RFB.

A terceira etapa, no decorrer da semana, os acadêmicos foram divididos entre as 5 escolas de ensino médio, cada fase do curso atendeu uma escola, aplicando os conhecimentos adquiridos.

Este relato evidencia a ação específica da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti (EEB Dom Orlando Dotti) que ficou sob responsabilidade da segunda fase do curso de Ciências Contábeis. Divididos em pequenos grupos, os estudantes de graduação compartilharam o conhecimento através de atividades interativas com os alunos do terceiro ano do ensino médio, abordando os conceitos de cidadania fiscal, a importância dos tributos e a função social da arrecadação pública.

Durante a atividade, foram utilizados recursos visuais e didáticos de linguagem acessível, de apresentação visual do material impresso distribuído, teatro simples demonstrando um exemplo do ciclo do tributo, visando facilitar a compreensão dos participantes e promover o diálogo entre universidade e comunidade. A ação envolveu uma média de 60 alunos da escola EEB Dom Orlando Dotti, com registros fotográficos como pode-se evidenciar na figura 1, a participação e interação entre os estudantes.

Figura 1: estudantes do ensino médio e graduação interagindo

Fonte: os autores (2025)

Todas as ações respeitaram os princípios éticos da pesquisa em extensão, garantindo a voluntariedade e o consentimento dos participantes. A metodologia, portanto, buscou unir teoria e prática, favorecendo a formação cidadã dos discentes e fortalecendo o compromisso social da universidade com a comunidade local, em consonância com os objetivos da curricularização da extensão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção realizada permitiu identificar diferentes níveis de compreensão e engajamento dos estudantes em relação à temática da cidadania fiscal. No primeiro dia, durante a palestra de capacitação ministrada pela servidora da Receita Federal, observou-se que os discentes das primeiras fases do curso possuíam conhecimento inicial limitado sobre a função social dos tributos e os mecanismos de arrecadação pública.

Corroborando com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, por meio de explicações detalhadas e exemplificações práticas, os participantes conseguiram estabelecer relações entre teoria e aplicação prática, compreendendo a importância do exercício consciente da cidadania fiscal como instrumento de participação social.

Nota-se que a ação extensionista realizada na EEB Dom Orlando Dotti demonstrou que os alunos da escola reagiram positivamente às atividades interativas e à linguagem acessível utilizada pelos acadêmicos. Foi possível observar maior atenção e participação ativa com os questionamentos sobre a função dos tributos e a aplicação dos recursos públicos. Os registros das observações indicaram que a utilização de exemplos do cotidiano e materiais visuais contribuiu significativamente para o entendimento da cidadania fiscal, ratificando a ideia PNEF (2022) de que a educação fiscal integrada ao contexto social facilita a assimilação dos conceitos por diferentes públicos.

A análise qualitativa dos relatos dos estudantes universitários indicou que a experiência proporcionou um aprendizado significativo, promovendo não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como comunicação, empatia e responsabilidade social. Esse resultado está alinhado com os objetivos da curricularização da extensão em consonância com BRASIL (2018), que visa integrar ensino, pesquisa e extensão para formar profissionais conscientes e comprometidos com a sociedade. Além disso, a prática contribuiu para a internalização de conceitos de cidadania fiscal, reforçando o papel da universidade como agente de transformação social.

Observa-se, portanto, que o modelo de intervenção adotado, capacitação seguida de aplicação prática nas escolas, favorece a transferência de conhecimento e engajamento da comunidade, fortalecendo a educação fiscal de forma contextualizada e significativa.

A intervenção mostrou que, mesmo em um período curto de prática, é possível gerar impacto relevante na formação cidadã de estudantes e na conscientização da comunidade atendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto mostrou que a integração entre ensino e extensão, a curricularização da extensão, por meio de projetos em parceria com o NAF, apresenta-se como uma solução eficaz para integrar o ensino contábil à realidade social, promovendo a conscientização sobre a função dos tributos e incentivando o exercício da cidadania em ambos níveis de ensino.

As atividades práticas na EEB Dom Orlando Dotti permitiram aprendizado significativo e engajamento dos participantes. O NAF se mostrou importante para aproximar universidade e sociedade, fortalecendo a educação fiscal. Apesar do tempo curto e da amostra limitada, os resultados indicam que ações similares podem ser repetidas e ampliadas. Recomenda-se ampliar iniciativas semelhantes, fortalecendo a cultura da cidadania fiscal e a integração entre universidade e sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a UNIARP pela ajuda financeira para impressão do material distribuído aos estudantes do ensino médio das cinco escolas estaduais. À direção, professores e alunos da EEB Dom Orlando Dotti, pela receptividade e participação nas atividades realizadas, que possibilitaram a aplicação prática do conhecimento acadêmico. E aos colegas da segunda fase do curso de Ciências Contábeis, pelo comprometimento, colaboração e dedicação durante todas as etapas do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 set. 1995.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PNEF. Programa Nacional de Educação Fiscal. Brasília: Ministério da Fazenda, 2022.

BRASIL. Receita federal do brasil. **Manual do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF).** Brasília: RFB, 2022.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO FISCAL NO ENSINO MÉDIO

Categoria: Curricularização da Extensão

Julia Aparecida Bueno Magueroski[1]

Resumo - Este trabalho relata a experiência de um projeto de extensão curricular do curso de Ciências Contábeis, focado na promoção da cidadania fiscal para estudantes do ensino médio. Por meio de palestras e rodas de conversa em escolas do ensino médio da cidade de Caçador/SC. A iniciativa buscou conectar o conhecimento teórico da universidade com a realidade da comunidade, esclarecendo a função social dos tributos e a importância do controle dos gastos públicos. A metodologia deste relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, envolveu a capacitação dos universitários por uma profissional da Receita Federal, seguida pela aplicação prática em sala de aula, onde os graduandos atuaram como multiplicadores do conhecimento. Os resultados demonstraram grande interesse e participação dos jovens, validando o projeto como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de competências profissionais e para a formação cívica dos futuros cidadãos, ao mesmo tempo em que fortaleceu o aprendizado dos acadêmicos em um cenário real.

Palavras-chave: Cidadania fiscal; extensão universitária; educação fiscal; ensino médio.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária, processo que integra ao currículo dos cursos de graduação, possibilita que os estudantes diante a uma estratégia pedagoga apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula na resolução de problemas reais da comunidade, processo fundamental para desenvolver suas competências profissionais proposta pela Resolução CNE/CES n. 7 de dezembro de 2018.

No segundo semestre de 2025, a temática das ações de extensão curricularizada do curso de Ciências Contábeis intitulou-se Cidadania Fiscal, um tema de grande relevância social e econômica, dada sua complexidade e impacto direto na vida dos cidadãos. Segundo a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2018) "A Educação Fiscal visa a um cidadão que, ciente dos seus direitos e deveres, entenda a função socioeconômica do tributo e atue com compromisso e responsabilidade com o bem público, exercendo o controle social."

[1]Aluna do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As diversas dúvidas da população sobre os direitos, deveres tributários a função social dos impostos e a importância do controle social dos gastos públicos reforçam a importância da atuação dos extensionistas neste contexto.

Assim, por meio de atividades que envolvem o atendimento a estudantes do ensino médio das escolas estaduais, com orientação e esclarecimento de dúvidas, os universitários ampliam seus saberes técnicos sobre a legislação tributária brasileira e contribuem ativamente para a formação da cidadania fiscal.

Segundo Carrazza (2022), a compreensão da função socioeconômica dos tributos é um instrumento fundamental para a justiça fiscal e para a arrecadação de recursos públicos. Levar esse conhecimento ao ambiente escolar é essencial para que o futuro cidadão possa, desde cedo, entender a importância de acompanhar a aplicação do dinheiro público e exigir seus direitos.

Por conseguinte, a curricularização da extensão com foco na cidadania fiscal nas escolas é de extrema importância e torna-se uma oportunidade para aprendizado mútuo entre universitários e alunos da educação básica (BRASIL, 2018).

Analisando o cenário atual do Brasil, é visível que grande parte da população encontra dificuldades em compreender seu papel no sistema tributário e a importância de seus deveres como cidadãos. Este problema se intensifica diante da complexidade da legislação, da falta de informações claras sobre a função social dos tributos e da escassez de orientação gratuita e confiável, principalmente para pessoas de baixa renda.

Diante desta situação se justifica aplicação deste projeto de extensão para mudar essa percepção de que os impostos são apenas uma obrigação, e sim um instrumento de financiamento para serviços essenciais para população.

METODOLOGIA

A execução do projeto foi cuidadosamente planejada, caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, realizado por acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Primeiramente para aprofundar e alinhar os conhecimentos dos extensionistas, foi promovida uma palestra sobre tributos e cidadania fiscal ministrada por agente da Receita Federal do Brasil (RFB) da agência de Chapecó/SC, para todos os alunos do curso de Ciências Contábeis como pode-se visualizar na Figura 1 a seguir. Essa capacitação foi fundamental para aprimorar a compreensão sobre o tema antes de irem a campo.

Figura 1: capacitação dos estudantes de graduação

Fonte: as autoras (2025)

Em um segundo momento, as atividades práticas foram direcionadas as escolas atendendo os alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas estaduais do município de Caçador - SC. Sendo 05 (cinco) escolas estaduais, num universo de 220 estudantes do terceiro ano do ensino médio. Os alunos de cada fase do curso de graduação, se organizaram em grupos para realizar a atividade em cada turma em suas respectivas escolas.

Nas escolas os universitários realizaram apresentação completa do material impresso distribuído e abriram rodas de conversa com os alunos para explicar a função social dos tributos, esclarecer dúvidas e debater a importância da cidadania fiscal, levando o conhecimento acadêmico à comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização do projeto extensionista, voltado a cidadania fiscal nas escolas, apresentou resultados expressivos tanto na esfera social quanto na formação acadêmica dos estudantes envolvidos.

Ao longo da execução do projeto de extensão, foi possível alcançar centenas de alunos do ensino médio em diversas escola do município de Caçador. Em consonância com Carrazza (2022), o que se observou foi um grande interesse e curiosidade por parte dos jovens, que, em sua maioria, possuíam um conhecimento limitado sobre a função social dos tributos e o funcionamento do estado.

As dúvidas sobre como os impostos que se transformam em serviços públicos e qual o papel do cidadão na fiscalização de gastos foram as mais recorrentes, corroborando com ENAP (2018) sobre a importância de introduzir o tema na educação básica.

A atuação direta dos universitários, utilizando uma linguagem próxima á dos alunos do ensino médio, contribuiu não apenas para sanar as dúvidas, mas também para despertar a consciência crítica sobre a relevância da participação cidadã.

Os estudantes do curso de Ciências Contábeis, tiveram a oportunidade de vivenciar, por meio destas atividades extensionistas uma experiência reveladora durante a apresentação em uma das turmas da escola Dom Orlando Dotti, foco específico deste relato de experiência.

Contrariando a ideia de que o tema seria distante para os jovens, os alunos se mostraram extremamente interessados e participativos, com muitas dúvidas que conectavam o conteúdo à sua própria realidade. Surgiram perguntas práticas sobre seus próprios bens, como a responsabilidade pelo pagamento do IPVA do primeiro carro.

Além disso, a conversa se enriqueceu quando os alunos do ensino médio começaram a compartilhar histórias e experiências reais que ouviram em casa ou vivenciavam em seus trabalhos. Os alunos relacionaram as consequências da ausência de pagamento de tributos de uma empresa com o retorno através de políticas públicas, como o atendimento no posto de saúde, a segurança com policiais nas ruas.

Essa troca de experiências entre os estudantes do ensino médio e graduação, demonstrou na prática que, mesmo antes de se tornarem contribuintes diretos, os jovens já estão imersos em um ambiente afetado pela complexidade tributária pois tudo que gira na economia é tributado, e perceberam que seu impacto afeta principalmente os cidadãos de baixa renda.

O resultado desta curricularização de extensão foi a promoção de um diálogo construtivo entre estudantes de graduação e ensino médio, evidenciando que a educação fiscal nas escolas não apenas desperta a consciência para o futuro, mas também os ajuda a compreender o presente.

A atuação direta dos universitários, que percorreram desde a sua preparação teórica com a palestra da RFB até a resolução de dúvidas práticas dos adolescentes nas escolas, proporcionou aos jovens uma base para a regularidade fiscal no futuro, mas, principalmente, fortaleceu o aprendizado dos acadêmicos em um ambiente real de ensino e diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da curricularização da extensão do curso de Ciências Contábeis, focada na promoção da cidadania fiscal nas escolas estaduais de ensino médio, demonstrou ter um papel crucial tanto para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes quanto para a formação cívica da juventude.

Os resultados obtidos, alcançando uma média de 200 estudantes em suas próprias salas de aulas, comprovam a eficácia da iniciativa em preencher uma lacuna de conhecimento na educação básica.. A iniciativa se consolida, portanto, como uma ponte valiosa entre a universidade e a comunidade escolar, investindo na educação como a principal ferramenta para uma sociedade mais justa e participativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira. Acesso em: 23 out. 2025

BRASIL. Escola nacional de administração pública (ENAP). **O que é Educação Fiscal?** [S. l.], [s. d.]2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.enap.gov.br. Acesso em: 23 out. 2025.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2022. https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/8eb6b1d5-78a3-4b61-9380-4b8b7e0f620a/content. Acesso em: 23 out. 2025.

IA NA ANÁLISE CONTÁBIL

Categoria: Projeto Integrador

Bryan Fellipe Soares de Souza[1]
Suzana Alves de Morais Franco[2]

Resumo – Com a crescente evolução da tecnologia, influenciada pela inteligência artificial (IA), a contabilidade sofre alterações em seu alicerce e metodologia. Diante disso, este trabalho apresenta o tema A Inteligência Artificial Aplicada à Análise de Dados Contábeis, destacando a problemática: Como a aplicação da Inteligência Artificial na contabilidade pode otimizar a análise de dados e auxiliar na tomada de decisões estratégicas nas empresas? O objetivo geral é compreender o potencial da IA para otimizar a análise de dados, investigando como suas ferramentas e técnicas contribuem para o aprimoramento da tomada de decisões estratégicas no ambiente empresarial. Os objetivos específicos são: I) listar as ferramentas de IA para a análise de dados contábeis; II) explicar como a IA melhora a eficiência na contabilidade; III) demonstrar como a IA apoia a tomada de decisões dos gestores. O estudo tem como base a pesquisa bibliográfica, com foco na Inteligência Artificial na análise de dados contábeis, realizada com a análise de artigos e capítulos de livros publicados entre 2021 e 2025. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa exploratória e leitura analítica, utilizando fontes cientificas recentes e confiáveis como Google Acadêmico e Scielo.

Palavras-chave: análise; dados; contabilidade; decisões.

INTRODUÇÃO

Com a crescente evolução da tecnologia, influenciada pela inteligência artificial (IA), têm afetado diversas áreas do conhecimento humano e da prática profissional, especificamente o cenário empresarial. A contabilidade, como pilar da gestão, é uma das áreas mais afetadas, sofrendo alterações em seu alicerce e metodologia. No entanto, para o êxito da aplicação da IA, é fundamental compreender seus limites e a necessidade de capacitação dos profissionais (Martins et al., 2025).

Diante desse cenário apresenta-se o tema da pesquisa A Inteligência Artificial Aplicada à Análise de Dados Contábeis. Ainda assim, destaca-se a problemática da pesquisa Como a aplicação da Inteligência Artificial na contabilidade pode otimizar a análise de dados e auxiliar na tomada de decisões estratégicas nas empresas?

A inserção da IA neste campo transcende um simples programa de rotinas. Ela atua como uma ferramenta que contribui para uma atuação mais estratégica dos profissionais da área,

[1]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[2]Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

resultando na mudança do papel do contador, que passa a ter maior eficácia e eficiência em suas tarefas, focando nas análises estratégicas da organização (Oliveira; Azevedo; Ávila, 2024).

Contudo, a presente pesquisa justifica-se em razão de sua relevância acadêmica e profissional para a área de Ciências Contábeis. Além de contribuir para a ampliação de conhecimento e o cumprimento da disciplina curricular intitulada Projeto Integrador (da 6ª fase do Curso de Ciências Contábeis, modalidade presencial, da Uniarp), este estudo busca desenvolver habilidades na pesquisa e facilitar a melhor compreensão das transformações digitais no ambiente empresarial.

O presente estudo tem como objetivo geral compreender o potencial da Inteligência Artificial para otimizar a análise de dados contábeis, investigando como suas ferramentas e técnicas podem contribuir para o aprimoramento da tomada de decisões estratégicas no ambiente empresarial. Para alcançar o objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos: I) listar as ferramentas de IA para a análise de dados contábeis; II) explicar como a IA melhora a eficiência na contabilidade; III) demonstrar como a IA apoia a tomada de decisões dos gestores.

Conceitos de IA no Setor Contábil A IA (Inteligência Artificial) na área contábil possui uma atuação significativa na eficácia das operações, podendo automatizar atividades do dia a dia e facilitando entendimentos importantes por meio da análise de informações. Contudo, existem obstáculos éticos relevantes, como a confidencialidade, a proteção de dados e a habilidade algorítmica (Pinheiro, 2024).

Na área fiscal, nota-se uma carência de estudos e uma aplicação limitada do recurso da IA por parte das empresas, sendo poucos os trabalhos que a citam neste setor, revelando uma lacuna de pesquisa e um campo promissor, dada a importância estratégica desta área para as organizações (Silvia; Costa; Pimenta, 2022).

Com os avanços da IA, houve uma contribuição significativa para o baixo consumo de papel e a eliminação da dependência por espaço físico para a guarda de arquivos, resultando em corte relevantes de custos. Além disso, a capacidade de automatizar cálculos e tarefas rotineiras permite aos profissionais maior concentração na análise de dados para a tomada de decisões (Moreira, 2024).

Os desafios enfrentados envolvem a adoção eficaz da inteligência artificial nas empresas, onde a carência do conhecimento sobre ela dificulta a integralização. Embora alguns a considerem uma ameaça no vazamento dos dados, outros acreditam que ela possa fortalecer a segurança, mantendo-se a discussão sobre os riscos associados ao uso da IA (Silvia; Costa; Pimenta, 2022).

Embora o uso da IA esteja se expandindo em diversas áreas, a área fiscal e tributária demonstra um desenvolvimento mais limitado. Não obstante, a aplicação da inteligência artificial nessas áreas pode trazer avanços importantes, atuando na classificação tributária, cálculo de impostos, verificação de dados e auditoria, podendo até prevenir evasões fiscais (Silvia; Costa; Pimenta, 2022).

Com o grande avanço da tecnologia, torna-se mais viável reunir e examinar grandes quantidades de dados, podendo identificar inconsistências e padrões atípicos. Isso contribui para a identificação de fraudes e a prática de evasão fiscal, promovendo clareza e confiança nos procedimentos fiscais (Costa, 2024).

A automação das tarefas é uma vantagem central da implementação da IA na contabilidade, como processos rotineiros, emissão de documentos fiscais e registros financeiros, que são realizados com precisão. Isso aumenta a produtividade e diminui as falhas, tornando as operações mais ágeis e confiáveis (Alves, 2025).

Com esses avanços, a IA permite que os profissionais foquem em outras atividades, como a interpretação de dados e análises mais complexas, oferecendo integralização entre sistemas e diferentes fontes de dados para uma visão integrada da empresa (Guedes, 2024).

A incorporação dessas tecnologias não só torna processos mais ágeis e confiáveis, mas também fortalece o papel da contabilidade gerencial como uma ferramenta estratégica de apoio à gestão e à tomada de decisões. Isso melhora áreas como a análise de dados e o fortalecimento da gestão de riscos (Araujo, 2024).

A adoção da IA proporciona a geração ágil e precisa de relatórios financeiros, onde os gestores passam a contar com dados atualizados em tempo real e acessíveis. Isso auxilia em decisões mais acertadas e estratégicas, permitindo uma identificação imediata de possíveis desequilíbrios financeiros, fortalecendo o controle e a gestão (Guedes, 2024).

Estudos indicam que a Inteligência Artificial pode ser inserida com eficácia no setor de auditorias, sem comprometer a qualidade das auditorias internas ou externas. Já foram criados modelos capazes de diferenciar empresas fraudulentas e não fraudulentas, contribuindo para maior segurança e confiança nos processos de auditorias (Keocheguerian; Martins, 2021).

A partir de dados extraídos, um estudo possibilitou uma avaliação comparativa das técnicas da Inteligência Artificial em detecção de inconsistências e possíveis fraudes em lançamentos contábeis nas áreas da saúde e educação. Isso demonstra a vantagem de desenvolver ferramentas de IA que os profissionais da área contábil e de auditoria possam utilizar nas avaliações das informações (Pinto, 2024).

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se na Pesquisa Bibliográfica, método fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento do tema escolhido, A Inteligência Artificial Aplicada à Análise de Dados Contábeis. O foco da busca foi direcionado para artigos e capítulos de livros publicados no período compreendido entre 2021 e 2025.

A metodologia bibliográfica é utilizada por permitir que o pesquisador explore obras já existentes, permitindo que responda seu problema e verifique hipóteses, fortalecendo seu conhecimento sobre o assunto. Para realizar tal pesquisa, o pesquisador precisa de tempo, cuidado e interpretação das obras consultadas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa exploratória e foi submetida a uma leitura analítica nas seguintes bases de dados acadêmicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar. A pesquisa exploratória é fundamental para obter uma visão aprofundada do tema, favorecendo a busca por soluções e facilitando a identificação do problema, permitindo ao pesquisador acessar um universo de respostas e informações relevantes referente ao assunto tratado.

O presente estudo foi realizado no ambiente acadêmico da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), utilizando como base produções científicas recentes e fontes institucionais confiáveis, garantindo a validade e a pertinência dos dados levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados bibliográficos confirmou a tendência de que a IA tem a capacidade de otimizar rotinas operacionais e facilitar a interpretação de grandes volumes de dados no setor contábil. Este potencial, contudo, é acompanhado de desafios éticos, como a proteção da privacidade e a necessidade de garantir a confiabilidade dos algoritmos (Pinheiro, 2024).

A mudança nos métodos tradicionais da contabilidade é evidente, à medida que a IA permite lidar com uma grande quantidade de dados e operações, liberando os contadores para se dedicarem a tarefas de maior valor agregado (Oliveira; Azevedo; Ávila, 2024). A implantação da IA demonstra benefícios tangíveis, como a redução de custos operacionais (devido ao baixo consumo de papel e eliminação de arquivos físicos) e o aumento da produtividade pela automação de tarefas rotineiras (Moreira, 2024).

Contudo, persistem limitações relativas à falta de conhecimento da tecnologia, dificultando sua integralização, e os riscos de segurança de dados. Em resposta à problemática, a IA otimiza a análise de dados ao identificar inconsistências e padrões atípicos, sendo crucial na detecção de fraudes e evasão fiscal. Embora sua integração plena seja limitada nas áreas tributária e fiscal, ela já proporciona realizações significativas, como a classificação de tributos e a auditoria preditiva (Silvia; Costa; Pimenta, 2022).

A principal contribuição estratégica da IA é o fortalecimento da contabilidade gerencial (Araújo, 2024). Ao automatizar o processamento e oferecer relatórios financeiros em tempo real (Guedes, 2024), a IA torna os processos mais confiáveis e eficientes, apoiando os gestores na tomada de decisões estratégicas e na melhoria da gestão de riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o impacto da IA na contabilidade, confirmando seu potencial transformador ao automatizar rotinas, aumentar a precisão e liberar o profissional para a análise estratégica e tomada de decisões, destacando a redução de custos e a otimização de fluxos. Contudo, a pesquisa identificou limitações nas áreas tributária e fiscal (lacuna de pesquisa), carência de conhecimento e riscos de segurança. Para estudos futuros, sugere-se o aprofundamento em controladoria, planejamento tributário e a investigação do impacto da IA na formação curricular dos contadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Sousa Dias. Inteligência artificial e o impacto na contabilidade: Artificial intelligence and the impact on accounting. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025. Disponível em: https://submissoesrevistarcmos.com.br/index.php/rcmos/article/view/1058. Acesso em: 10 out. 2025.

ARAUJO, Marcelo Henrique de; CORNACCHIONE, Edgard. Reflexões sobre o uso de inteligência artificial na contabilidade gerencial: oportunidades, desafios e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 18, e231688 (2024). Disponível em: https://revistas.usp.br/rco/article/download/231688/210408/734018. Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Bruna Santos da. **Impacto da transformação digital preconizada pela administração fiscal no combate à fraude e evasão fiscal e na contabilidade**. 2024. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/entities/publication/656b0850-7a77-4a0c-a287-911d9fab631f. Acesso em: 10 out. 2025.

GUEDES, Umberto Vinicius Alves. **Impacto da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade.** 2024. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/58062. Acesso em: 11 out. 2025.

KEOCHEGUERIAN, Ivan Barbosa; MARTINS, Viidigal Fernandes. (2021). A utilização da inteligência artificial nos trabalhos de auditoria independente. **Revista Científica E-Locução**, 1(20), 21. Disponível em: https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucao/article/view/390. Acesso em: 10 out. 2025.

MARTINS, Brenda Oliveira *et al*. A Revolução da Inteligência Artificial Na Contabilidade: Transformação Digital e Novas Oportunidades. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e8297, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n5-023. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8297. Acesso em: 5 set. 2025.

MOREIRA, Keylle da Silva. **Os principais impactos da inteligência artificial na contabilidade: uma avaliação dos benefícios, desafios e transformações no papel do profissional contábil na era digital**. 2024. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado da Bahia, Barreiras, 2024. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/bitstreams/c5354839-1b16-4358-a147-a0ff5776f0e1/download. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, Mylenna de Paula Caetano; AZEVEDO, Magno Santana; ÁVILA, Wellington. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À CONTABILIDADE: ANÁLISE DE TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 6, p. e5487, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco. v17n6-141. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5487. Acesso em: 5 set. 2025.

PINHEIRO, Levy Benoni Braga. Impacto da utilização da inteligência artificial no ambiente contábil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/d060f5aa-7337-4e3f-ae11-6d3fe7abdab6.%20. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Denis Ribeiro; COSTA, Daniel Fonseca; PIMENTA, Alexandre. A Influência da Inteligência Artificial na Contabilidade e na Tributação das Organizações: uma revisão de literatura. In: Conferência Internacional de Contabilidade-USP. São Paulo. 2022. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3929.pdf%20. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336. Acesso em: 23 out. 2025.

A TRIBUTAÇÃO DE PRODUTOS COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INVESTIDORES

Categoria: Projeto Integrador

Gabriel Fagundes Dos Santos[3]
Suzana Alves de Morais Franco[4]

Resumo – O presente estudo tem como tema as perspectivas do mercado financeiro brasileiro diante da taxação de produtos, com foco na análise dos desafios e oportunidades para investidores. Nesse contexto o objetivo geral é compreender os impactos da taxação de produtos no mercado financeiro nacional analisando como essas medidas afetam os desafios e as oportunidades de investimento. Dentre os objetivos específicos, são notáveis os seguintes: a identificação dos efeitos da tributação sobre o mercado financeiro, a análise de sua influência nas estratégias e decisões dos investidores e a avaliação dos riscos e oportunidades decorrentes das medidas fiscais. A pesquisa fundamenta-se em método bibliográfico e exploratório, voltado ao desenvolvimento teórico do tema, utilizando como fontes de dados bases como Anbima, Banco Central do Brasil, Google Acadêmico, legislação brasileira e Unifor. O material coletado foi submetido a uma leitura analítica e classificação temática, possibilitando a identificação de conceitos centrais e conexões entre as ideias, viabilizando uma compreensão mais clara de como a tributação afeta o mercado financeiro brasileiro, funcionando tanto como um mecanismo de estabilidade fiscal quanto como um fator limitante para os investimentos. Quando ajustadas as políticas econômicas e as medidas fiscais reforçam a confiança e as oportunidades.

Palavras-chave: tributos; taxação; mercado financeiro.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o mercado financeiro brasileiro tem sido fortemente impactado por mudanças na política fiscal e pela possibilidade de ampliação da taxação de determinados produtos, cenário que desperta tanto preocupações quanto expectativas entre os investidores. No âmbito internacional, o Brasil enfrenta pressões externas, exemplificadas pelo anúncio dos Estados Unidos, em 2025, de tarifas de até 50% sobre exportações brasileiras (Ap News, 2025), o que onera o acesso a mercados e reduz a rentabilidade de setores exportadores, afetando indiretamente o desempenho de ativos negociados no mercado de capitais nacional (Ap News, 2025.)

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como tema Perspectivas do Mercado Financeiro Brasileiro Diante da Taxação de Produtos: Análise dos Desafios e Oportunidades para

[3]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[4]Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

Investidores, estabelecendo-se como problema: O que a taxação de produtos representa para o mercado financeiro brasileiro, onde e quando aplicada, e como pode gerar desafios e oportunidades para os investidores?

A justificativa deste estudo reside no atendimento às exigências acadêmicas da disciplina Projeto Integrador, do curso de Ciências Contábeis da UNIARP, e, principalmente, na sua contribuição prática em ampliar o conhecimento sobre o tema, fortalecendo a compreensão crítica acerca da relação entre política tributária e comportamento dos investidores.

O objetivo geral é compreender os impactos da taxação de produtos no mercado financeiro brasileiro, identificando de que forma essas medidas influenciam os desafios e as oportunidades para os investidores. Para alcançar tal propósito, definem-se os objetivos específicos: I) identificar os principais efeitos da tributação sobre o mercado financeiro brasileiro; II) analisar de que forma a taxação influencia a tomada de decisão e as estratégias dos investidores; III) avaliar os potenciais riscos e oportunidades das medidas fiscais no cenário econômico nacional.

Antes de analisar as perspectivas do mercado financeiro diante da taxação, é fundamental entender a definição de tributo determinada pelo código tributário nacional:

O CTN determina o conceito de tributo como: "tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada" (Brasil, 1966, art. 3°).

Compreendido o conceito de tributo, que é a base da política fiscal, torna-se essencial examinar o ambiente em que ele incide: o mercado financeiro. O funcionamento desse mercado é determinado por instrumentos regulatórios como a política monetária, que atua na capacidade de converter ativos em meios de circulação de bens e mercadorias (Sousa, 2024), e a política cambial, que estabelece as relações financeiras internacionais (Banco Central do Brasil, 2023).

A taxação, ao influenciar a liquidez e a rentabilidade dos ativos, afeta diretamente o mercado de capitais, permitindo que as empresas aumentem a liquidez por meio da compra e venda de títulos (Bartoncello, 2022). Desse modo, a tributação é um fator estruturante do ambiente macroeconômico.

O fator tributário atua como um estímulo externo que interfere na racionalidade do investidor. No contexto dos investimentos, a taxação é frequentemente percebida como uma perda ou redução do lucro, e é notável que as pessoas experimentam mais intensamente a dor da perda do que a alegria do lucro (Pereira; Silva, 2021).

Essa percepção fiscal, somada a vieses cognitivos como o excesso de confiança, onde os agentes supervalorizam sua habilidade de antecipar movimentos de mercado e minimizar riscos (Souza, 2025), influencia diretamente a seleção de opções e o julgamento financeiro. Embora o processo de tomada de decisão, sob a ótica da economia tradicional, sugira que o indivíduo toma decisões racionais, as finanças comportamentais preveem uma racionalidade limitada,

considerando a complexidade humana nos aspectos cognitivo, social e emocional (Kummer et al., 2023).

Portanto, o sistema tributário é um elemento que interage com a racionalidade limitada, moldando as estratégias dos investidores ao afetar a percepção de risco e o retorno líquido esperado. Risco é a incerteza relacionada à possibilidade de um investimento gerar um resultado diferente do retorno previsto (Pereira, 2023). Todo investimento envolve risco, e a alta percepção de incerteza fiscal pode levar investidores a optar por alternativas seguras e de alta liquidez, como as rendas fixas (Souza, 2023).

Essa incerteza é exacerbada pelos movimentos da política fiscal. Ao longo dos anos, a política brasileira tem sido marcada por esforços governamentais para aumentar a arrecadação federal, sob o argumento de que é necessário reequilibrar as contas (Castro Filho, 2024).

Tais iniciativas fiscais, somadas a tensões externas, como os anúncios de imposição de tarifas comerciais pelos EUA ao Brasil (Ap News, 2025), consolidam um cenário caracterizado por expectativas desancoradas, altas projeções de inflação e tensões no mercado de trabalho (Banco Central do Brasil, 2025; Borges, 2025). Nesse contexto, as medidas fiscais no âmbito da economia nacional atuam tanto como fontes de risco, pela imprevisibilidade, quanto de oportunidades, pela reconfiguração dos ativos mais vantajosos.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, método essencial para o desenvolvimento teórico e o aprofundamento da temática. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por um conjunto de procedimentos organizados para solucionar um objeto e um problema de pesquisa determinados (Silva, M.; Oliveira; Silva, 2021). A coleta dos dados foi conduzida por meio de pesquisa exploratória, que busca respostas para perguntas (Losch; Rambo; Ferreira, 2023).

As bases de dados acadêmicas utilizadas foram: Anbima, Banco Central do Brasil, Google Acadêmico, legislação brasileira e Unifor. O material bibliográfico escolhido passou por uma leitura analítica e as informações foram estruturadas de acordo com suas semelhanças temáticas, constituindo a elaboração do referencial teórico (Silva; Rocha, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada demonstrou que a tributação desempenha um papel duplo no mercado financeiro brasileiro: de um lado, é uma ferramenta essencial e estruturante para a estabilidade fiscal e, de outro, pode atuar como um fator limitante da liquidez e da rentabilidade (Bartoncello, 2022). Nesse contexto, é fundamental que as políticas fiscal, monetária e cambial sejam harmonizadas para manter o equilíbrio entre a arrecadação e o estímulo econômico (Sousa, 2024; Banco Central do Brasil, 2023).

A taxação influencia diretamente as estratégias e o comportamento dos investidores, sendo impactada por aspectos técnicos e estruturais do sistema fiscal, que interagem com os vieses comportamentais. Por exemplo, a percepção de uma carga tributária alta reforça a aversão

à perda (Pereira; Silva, 2021) e afeta a racionalidade limitada na tomada de decisão (Souza, 2025; Kummer et al., 2023).

As medidas fiscais no âmbito da economia nacional atuam, assim, tanto como fontes de risco quanto de oportunidade (Pereira, 2023; Souza, 2023). O cenário atual é marcado por iniciativas do governo para aumentar a arrecadação e equilibrar as contas públicas (Castro Filho, 2024; Borges, 2025), em face de incertezas externas (Banco Central do Brasil, 2025). Conclui-se que a tributação desempenha um papel crucial, afetando tanto a estabilidade fiscal quanto as decisões dos investidores, e requer um monitoramento constante do cenário macroeconômico e fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou a compreensão de que a tributação exerce um impacto considerável no mercado financeiro brasileiro, influenciando sua competitividade e sua atratividade. A tributação, além de garantir o equilíbrio fiscal, pode limitar a liquidez dos ativos, de acordo com o que foi explorado no referencial teórico.

Portanto, é fundamental o alinhamento das políticas fiscal, monetária e cambial para preservar a estabilidade econômica. Além disso, constatou-se que a percepção dos investidores em relação à tributação tem um impacto direto em suas decisões e estratégias de investimento, sendo influenciada por fatores comportamentais e pela imprevisibilidade das regras. O estudo cumpriu seu objetivo geral ao analisar essa complexa inter-relação, apontando para a necessidade de clareza nas medidas fiscais para otimizar o ambiente de investimentos.

REFERÊNCIAS

AP NEWS. Tarifa de 50% de Trump sobre produtos brasileiros, como café e suco de laranja, pode aumentar o custo do café da manhã nos EUA. AP News, Washington, 29 jul. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/5c8bcd74e157963c7c5fe63991f90d15. Acesso em: 4 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Copom mantém a taxa Selic em 15,00% a.a. Brasília, DF, jul. 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20779/nota. Acesso em: 09 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política cambial. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial. Acesso em: 08 out. 2025.

BARTONCELLO, Maximiliano Gabriel. Mercado de capitais: notas sobre a importância do mercado de capitais brasileiro. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: content. Acesso em: 08 out. 2025.

BORGES, Bráulio. Pela primeira vez desde 2020, PIB brasileiro não deverá surpreender as expectativas. FGV, 2025. Disponível em: Pela primeira vez desde 2020, PIB brasileiro não deverá surpreender as expectativas | Portal FGV. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Disponível em: https://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5172-1966-codigo-tributario-nacional-ctn.htm?utm_source. Acesso em: 09 out. 2025.

CASTRO FILHO, Haroldo. **As últimas décadas de política no Brasil**. Jusbrasil. Fev. 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/as-ultimas-decadas-da-politica-no-brasil/2169673175?msockid=3c47e63f3c5c6f542a27f3e03d8a6e11. Acesso em: 11 out. 2025.

KUMMER, Karine *et al*. **Finanças comportamentais e a tomada de decisão organizacional.** *Caderno Pedagógico*, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 74–92, 2023. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/19952/11018. Acesso em: 10 out. 2025.

PEREIRA, Ektor Phillipe dos Santos. **Análise quantitativa das carteiras automatizadas da XP Investimentos.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/0000b9/0000b980.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

PEREIRA, Emanuel Lima; SILVA, John Pablo Cândido Dantas. **Um estudo sobre a associação da educação financeira na heurística de aversão à perda.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/2420eae8-781e-4794-8305-c31830ad00be/content. Acesso em 08 out. 2025.

SOUSA, Carlos Gabriel da Roza. **Revisão sistemática da política monetária brasileira: Um estudo sobre o uso das operações compromissadas no período 2007-2023. 2024**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/44077. Acesso em: 10 out. 2025

SOUZA, Gabriela Regina de. **A influência de vieses cognitivos na formação e intensificação de bolhas financeiras: o caso das empresas ponto com**. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de ciências econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266302. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, Ronaldo. Aversão ao risco e seu impacto no investidor. Penso, logo invisto / Portal do Investidor, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/aversao-ao-risco-e-seu-impacto-no-investidor. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Glênio Oliveira da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. Revista prisma, Rio de

Janeiro, v. 2, n. 1, p. 92-94, 2021.
Disponível em: https://share.google/WdIGJ2kbqojxdKMsu. Acesso em: 12 out. 2025.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 03-05, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Simone Oliveira Fonseca; ROCHA, Karina Bersan. Estratégias de leitura eficiente: Como ler livros. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024. Disponível em:https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/6068/TCC_Estrat%C3%A9gias_Leitura_Eficiente_Como_Ler.pdf?isAllowed=y&sequence=1&utm_source. Acesso em: 14 out. 2025.

COMPLIANCE E A LGPD NA CONTABILIDADE

Categoria: Projeto Integrador

Kassiely dos Santos[1]
Suzana Alves de Morais Franco[2]

Resumo – O estudo analisou a aplicação do compliance e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na contabilidade, destacando impactos na segurança e confiabilidade das informações. Realizou-se pesquisa bibliográfica interpretativa baseada em livros, artigos e legislações. Os resultados mostram que o compliance fortalece a governança e práticas éticas, enquanto a LGPD orienta a proteção de dados, exigindo ajustes nos processos e capacitação profissional. A integração dessas práticas aumenta a segurança da informação e valoriza o papel do contador, sendo essencial para assegurar integridade, transparência e conformidade legal, embora estudos empíricos sejam necessários para avaliar sua aplicação prática.

Palavras-chave: compliance; LGPD; contabilidade; segurança da informação; governança corporativa.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço tecnológico e o aumento do acesso à internet transformaram a geração e o compartilhamento de informações. Segundo o IBGE (2025), explanou que em 2024, 89,1% da população brasileira acima de dez anos utilizou a internet, cerca de 168 milhões de pessoas. Esse cenário evidencia a necessidade de mecanismos que garantam a proteção e a integridade dos dados, especialmente em áreas sensíveis como a contabilidade.

Entre esses instrumentos, destacam-se o compliance e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). O compliance assegura o cumprimento de normas legais e condutas éticas (Mendes; Carvalho, 2017), enquanto a LGPD estabelece regras para o tratamento de dados pessoais (Brasil, 2018), reforçando a responsabilidade e a governança corporativa no ambiente contábil.

O estudo tem como tema a aplicação dessas práticas na contabilidade, com foco na segurança e confiabilidade das informações, e se propõe a responder: como as práticas de compliance, em conformidade com a LGPD, são aplicadas na contabilidade organizacional no Brasil e quais impactos exercem sobre a rotina e os processos contábeis?

A pesquisa justifica-se pela relevância de compreender como os profissionais contábeis podem adequar seus processos às exigências legais, garantindo integridade, ética e conformidade. Além disso, atende às exigências da disciplina de Projeto Integrador do curso de

[1]Aluna do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[2]Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

Ciências Contábeis da UNIARP, contribuindo para o aprimoramento acadêmico e profissional na área de segurança da informação contábil.

O objetivo geral é analisar como práticas de compliance relacionadas à LGPD têm sido incorporadas à contabilidade e identificar seus impactos na rotina e nos processos contábeis, sendo os objetivos específicos: compreender o conceito de compliance; analisar a aplicação da LGPD; e identificar seus impactos na contabilidade, bem como iniciativas para assegurar a segurança e integridade dos dados.

Segundo Coimbra e Manzi (2010), o compliance surgiu nos Estados Unidos após o escândalo Watergate, com a criação do Foreign Corrupt Practices Act em 1977, estimulando programas de integridade corporativa. O compliance garante que as organizações atuem conforme leis, regulamentos e padrões éticos, promovendo integridade e transparência. O termo deriva do inglês to comply, significando cumprir determinações, e abrange também governança corporativa e alinhamento estratégico (Febraban, 2018). No Brasil, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) estabelece responsabilidade administrativa e civil das empresas por atos ilícitos, incentivando práticas éticas e mitigando impactos da corrupção (Brasil, 2013; Moreira; Canto; Guzela, 2020).

A LGPD (Lei nº 13.709/2018), inspirada no GDPR europeu, estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, reconhecendo sua proteção como direito fundamental e impondo responsabilidades a empresas e órgãos públicos (Cruz, Passaroto; Thomaz Júnior, 2021).

A adequação exige revisão de processos, treinamento de colaboradores e uso de tecnologias de segurança (Santos; Silva, 2021). A Lei nº 13.709/18 reforça princípios como respeito à privacidade, autodeterminação informativa e dignidade da pessoa natural (Brasil, 2018), promovendo mudança cultural nas organizações e uso ético das informações.

A proteção de dados sensíveis é essencial para garantir privacidade e direitos fundamentais. O aumento dos riscos digitais demanda medidas eficazes de segurança da informação (Viegas; Fernandes, 2024), enquanto o grande volume de dados coletados exige controle e responsabilidade no tratamento das informações (Griseoto; Sant'Ana; Santarém, 2015).

A LGPD provocou mudanças na rotina contábil, exigindo políticas de privacidade, controles internos e treinamentos (Cruz, Passaroto; Thomaz Júnior, 2021). Além da conformidade legal, fortalece a governança corporativa e eleva padrões éticos, valorizando o contador como agente estratégico na proteção e na confiança das informações (Krüger et al., 2022; Santos; Silva, 2021).

A confiabilidade dos dados é crucial para atender à LGPD. Comitês de Segurança auxiliam na implementação e monitoramento de políticas (Costa; Altoé, 2025), auditorias digitais identificam inconsistências e políticas claras de retenção e treinamentos contínuos garantem o manejo adequado das informações (Souza, 2024). Dessa forma, a contabilidade assume papel estratégico na integridade e confiança dos dados empresariais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos que abordam o compliance e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto contábil. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa busca reunir, organizar e discutir informações já publicadas, permitindo uma compreensão mais ampla e fundamentada sobre o tema estudado.

Foi utilizada uma revisão teórica de caráter interpretativo, que, conforme Marconi e Lakatos (2018), possibilita analisar e comparar ideias de diferentes autores, favorecendo a compreensão de como as práticas de conformidade e proteção de dados têm influenciado a atuação contábil nas organizações.

A pesquisa foi conduzida no ambiente acadêmico da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), com base em produções científicas recentes, legislações e fontes institucionais reconhecidas. O material selecionado foi avaliado quanto à sua relevância e atualidade, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica e garantindo a correta citação das fontes conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise revelou que o compliance é central na conformidade legal e na governança corporativa, garantindo normas éticas, mitigando riscos e alinhando estratégias (Coimbra; Manzi, 2010; Febraban, 2018). No Brasil, a Lei nº 12.846/2013 reforça sua relevância ao responsabilizar empresas por condutas ilícitas e estimular programas de integridade (Moreira; Canto; Guzela, 2020; Brasil, 2013).

A LGPD consolidou-se como marco na proteção de dados pessoais, exigindo revisão de processos, capacitação e medidas de segurança (Santos; Silva, 2021), promovendo conformidade, privacidade e integridade das informações. Autores destacam os riscos do uso indevido de dados e a importância de práticas éticas (Viegas; Fernandes, 2024; Griseoto; Sant'Ana; Santarém, 2015).

No contexto contábil, políticas de privacidade, controles internos e treinamentos fortalecem a governança e valorizam o contador como agente estratégico (Cruz; Passaroto; Thomaz Júnior, 2021; Krüger et al., 2022; Santos; Silva, 2021).

Comitês de segurança, auditorias digitais e políticas de retenção de dados contribuem para a integridade, transparência e confiança nas informações (Costa; Altoé, 2025; Souza, 2024).

Dessa forma, os resultados evidenciam que a integração entre compliance e LGPD na contabilidade não apenas garante conformidade legal, mas também promove uma cultura organizacional orientada à ética, à segurança da informação e à proteção dos direitos pessoais, refletindo impactos positivos na rotina e na qualidade dos processos contábeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a implementação de práticas de compliance e a observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são essenciais para a contabilidade contemporânea,

assegurando a segurança, a confiabilidade e a integridade das informações organizacionais. Verificou-se que o compliance ultrapassa o simples cumprimento legal, atuando como instrumento estratégico de governança e estímulo à ética corporativa.

A LGPD, por sua vez, estabelece parâmetros objetivos para o tratamento de dados pessoais, exigindo revisão de processos, qualificação profissional e adoção de tecnologias de proteção, reforçando o papel das empresas e dos contadores na preservação da privacidade e da conformidade informacional.

Constatou-se que a integração entre compliance e LGPD promove uma cultura organizacional orientada à ética, à transparência e à proteção de dados, valorizando o contador como agente de confiança e gestor da integridade das informações.

Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico e interpretativo da pesquisa, que impossibilitou a análise prática em empresas específicas. Assim, recomenda-se que estudos futuros realizem investigações de campo ou estudos de caso para avaliar, de forma empírica, os impactos da aplicação dessas práticas nas rotinas contábeis e na segurança das informações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013. **Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014** (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 05 ago. 2025.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Orgs.). **Manual de *compliance*: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, Maressa Pontes da; ALTOÉ, Stella Maris Lima. **Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**: uma análise dos determinantes junto aos profissionais de contabilidade. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 2025. Disponível em: https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3552. Acesso em: 29 set. 2025.

CRUZ, Uniran Lemos; PASSAROTO, Matheus; THOMAZ JÚNIOR, Nauro. **O impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nos escritórios de contabilidade**. ConTexto – Contabilidade em Texto, Porto Alegre, v. 21, n. 49, p. 30-39, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/112561. Acesso em: 29 set. 2025.

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. Guia boas práticas de *compliance*. 2018. Disponível em: https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/febraban_manual_*compliance*_2018_2web.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRISEOTO, Marcio; SANT'ANA, Paulo César Gonçalves de; SANTARÉM, Vinícius. Privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil: um estudo sobre a necessidade de uma lei geral. Revista de Informação e Comunicação, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73-90, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2066. Acesso em: 29 set. 2025.

IBGE. Pela primeira vez, mais da metade da população acessa a internet pela TV. Agência de Notícias, 24 jul. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44033-pela-primeira-vez-mais-da-metade-da-populacao-acessa-a-internet-pela-tv. Acesso em: 25 ago. 2025.

KRÜGER, Cristiane; *et al*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: análise dos determinantes junto aos profissionais de Contabilidade. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 2022. Disponível em: https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3220. Acesso em: 29 set. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MENDES, Francisco Schertel; CARVALHO, Vinicius Marques. *Compliance*: Concorrência e combate à corrupção. 1. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595450073/. Acesso em: 06 ago. 2025.

MOREIRA, Egon Bockmann; CANTO, Mariana Dall'agnol; GUZELA, Rafaella Peçanha. Lei Anticorrupção Brasileira. In: CARVALHO, André Castro; BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho; ALVIM, Tiago Cripa; VENTURINI, Otavio (Orgs.). Manual de *Compliance*. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 339-368.

SANTOS, Adriana; SILVA, Maria. Os desafios da LGPD para a contabilidade brasileira. Revista de Estudos Contábeis, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 45-58, 2021.

SOUZA, Diego Lima. Estratégias de adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em escritórios de contabilidade. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14936. Acesso em: 29 set. 2025.

VIEGAS, João; FERNANDES, Custódio. Proteção de dados pessoais no espaço digital e a importância da segurança da informação. Revista ALBA, Moçambique, v. 3, n. 1, p. 105-121, 2024. Disponível em: https://alba.ac.mz/index.php/alba/article/view/79. Acesso em: 29 set. 2025.

REEDIÇÃO: CARTILHA SOBRE A NOTA ELETRÔNICA DE PRODUTOR RURAL: MÓDULO 02 (LEBON RÉGIS)

Categoria: Programa de Apoio a Extensão e Cultura - PAEC

Marina Arigoni[1]
Thiago Augusto Duarte[2,3]
Leandro Hupalo[4]
Cristine Vanz Borges[5,6]

Resumo – O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Receita Federal do Brasil e diversas secretarias estaduais da fazenda, como a Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, vêm reformulando a legislação fiscal relativa à comercialização de produtos industrializados e agropecuários. Nesse processo, destaca a gradual implantação da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) que substitui o modelo de talão impresso (modelo 4). Conforme o Ajuste SINIEF 27/2024 a obrigatoriedade inicia em 3 de fevereiro de 2025 para produtores com receita bruta acima de R$ 360 000,00 em anos recentes e em 5 de janeiro de 2026 para a totalidade dos produtores, em todas as operações internas e interestaduais.

Independentemente dos prazos, muitos produtores rurais enfrentam problemas de acesso à internet e recursos tecnológicos para cumprimento das normas digitais. Em resposta a esse cenário, o presente projeto teve como objetivo desenvolver um material paradidático para a emissão da NFP-e junto aos produtores rurais do município de Lebon Régis/SC. Foi elaborada a Cartilha Nota Fiscal Eletrônica para Produtor Rural – Passo a Passo para Você Emitir Sua Nota Fiscal Eletrônica.

Palavras-chave: Produtor Rural. Nota Fiscal Eletrônica. Sefaz SC.

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em conjunto com o Secretário-Geral da Receita Federal do Brasil, instituiu a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), por meio do Ajuste SINIEF nº 07/05. Essa medida foi aprovada durante a 119ª reunião ordinária do CONFAZ, realizada em Manaus (AM) no dia 30 de setembro de 2005, considerando as disposições do artigo 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). O ajuste estabeleceu que a NF-e, modelo 55, passa a substituir tanto a Nota Fiscal

[1] Aluna do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Programa de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

modelo 1 ou 1-A quanto a Nota Fiscal de Produtor modelo 4, sendo um documento exclusivamente digital, com validade jurídica asseguara pela assinatura digital. Além disso, o ajuste autorizou que as unidades federadas determinassem a obrigatoriedade da emissão da NF-e, especificando faixas de reitas, atividade econômica ou natureza das operações dos contribuintes, consolidando o respaldo jurídico para a transição gradual das obrigações fiscais para o meio digital.

> [...] Cláusula primeira – Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:
>
> - à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;
>
> - à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.
>
> - REVOGADO
>
> - REVOGADO
>
> § 1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
>
> § 2º Ficam as unidades federadas autorizadas a estabelecer a obrigatoriedade da utilização da NF-e, a qual será fixada por intermédio de Protocolo ICMS, o qual será dispensado:
>
> - na hipótese de contribuinte inscrito no cadastro do ICMS de uma única unidade federada;
>
> - a partir de 1º de dezembro de 2010.
>
> § 3º Para fixação da obrigatoriedade de que trata o protocolo previsto no § 2º, as unidades federadas poderão utilizar critérios relacionados à receita de vendas e serviços dos contribuintes, atividade econômica ou natureza da operação por eles exercida [...] (CONFAZ, 2005a, P.01).

Em 2016, importantes mudanças ocorreram na legislação fiscal brasileira relacionadas à emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Na 163ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), realizada em 9 de dezembro daquele ano, em Palmas (TO), foi aprovada uma alteração no Ajuste SINIEF 07/05, com base no artigo 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). Essa modificação teve como objetivo aprimorar a regulamentação da NF-e e de seu documento auxiliar (CONFAZ, 2016b). No mesmo período, o Estado de Santa Catarina também avançou nesse processo de modernização fiscal. Por meio do Decreto nº 779, de 13 de julho de 2016, foi inserida a alteração nº 3.713 no Regulamento do ICMS (RICMS/SC-01),

tornando obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica por produtores rurais em operações interestaduais (SEFAZ/SC, 2016b).

Contudo, a transição para a Nota Fiscal Eletrônica de Produtor (NFP-e), conforme legislações que se tornaram amplamente obrigatórias a partir de julho de 2023 para transações nacionais e com previsão de abrangência total a partir de 2025/2026, apresenta um desafio significativo (Fenacon, 2025).

No que se refere ao conhecimento e às habilidades em informática, os produtores rurais encontram dificuldades. Muitos possuem pouca ou nenhuma familiaridade com o uso de tecnologias digitais, o que dificulta o cumprimento das exigências legais ligadas à emissão da Nota Fiscal Eletrônica. Essa dificuldade é agravada pela falta de infraestrutura adequada, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de internet de qualidade nas áreas rurais fator essencial para a execução do processo eletrônico.

Embora o Estado tenha regulamentado por meio da legislação, o suporte técnico necessário para orientar e capacitar os produtores rurais não tem sido devidamente oferecido. Nesse contexto, as prefeituras e as associações regionais têm assumido, de forma não oficial, a responsabilidade de prestar esse suporte. Um exemplo é a atuação da AMARP (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe), que busca minimizar os impactos da falta de suporte estatal.

Os setores recebem constantemente capacitação do Estado para execução de suas atividades. Nessas formações, é reforçado que a responsabilidade pela habilitação no sistema da Nota Fiscal do Produtor Eletrônica (NFP-e) e pela emissão das notas fiscais é exclusiva do produtor rural. Os servidores não têm autorização para preencher as notas em nome dos produtores, cabendo-lhes a parte orientativa e, em casos excepcionais, disponibilizar equipamentos para que o produtor possa emitir sua NFP-e de forma autônoma, garantindo o cumprimento da legislação que estabelece a obrigatoriedade da emissão eletrônica.

Inicialmente, a legislação exigia a emissão da NFP-e apenas para operações interestaduais, permitindo que os produtores utilizassem tanto a nota eletrônica quanto o modelo 4 (impresso). No entanto, com as atualizações ocorridas em 31 de março e 7 de abril de 2022, o alcance da obrigatoriedade foi ampliado, fortalecendo a transição para a emissão de notas totalmente eletrônicas no meio rural. Já em 6 de dezembro de 2024 passa por ajuste SINIEF 27/2024, de 6 de dezembro de 2024

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados na cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 10, de 7 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2022, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput":

> "Cláusula primeira Os Estados e o Distrito Federal acordam em estabelecer a obrigatoriedade para produtor rural de utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - prevista no Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005, ou a Nota Fiscal

> de Consumidor Eletrônica - NFC-e - prevista no Ajuste SINIEF nº 19, de 9 de dezembro de 2016, em substituição à Nota Fiscal, modelo 4, a partir de:
>
> I - 3 de fevereiro de 2025, nas operações:
>
> a) interestaduais;
>
> b) internas praticadas por produtor rural que, nos anos de 2023 ou 2024, obteve em qualquer um dos períodos receita bruta decorrente de atividade rural em valor superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
>
> II – 5 de janeiro de 2026, nas operações praticadas pelos demais produtores rurais.";
>
> II - os §§ 1º e 2º:
>
> "§ 1º A partir do início da obrigatoriedade prevista nos incisos I e II do "caput" fica vedada a emissão de Nota Fiscal, modelo 4.
>
> § 2º A critério da unidade federada poderá ser definido prazo inferior ao previsto nos incisos I e II do "caput" (CONFAZ, 2024, p.01).

A transição para a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a NFC-e é obrigatória a partir de julho de 2023 para produtores rurais, conforme o AJUSTE SINIEF nº 10. A nova exigência abrange todos os produtores até fevereiro de 2025 e janeiro de 2026, respectivamente.

Outro ponto positivo que justifica este projeto, é o fato do professor orientador ser o coordenador do setor na prefeitura municipal de Caçador/SC, o que facilita e agiliza o acesso as informações e troca de ideias para a construção deste material didático, bem como, a sua distribuição após a conclusão deste. Para tanto, o objetivo deste projeto foi criar um material paradidático para auxiliar os produtores rurais do município de LeboN Régis/SC na emissão de notas fiscais eletrônicas. Para isso foi levantando as informações na Secretaria de Fazenda de Estado de Santa Catarina em relação a nota fiscal eletrônica de produtor rural; Elaborado a Cartilha de auxílio para emissão de nota fiscal eletrônica de produtor rural e; Distribuindo a Cartilha aos produtores rurais do município de Caçador com o auxílio da prefeitura municipal e demais entidades da área.

METODOLOGIA

A cartilha foi elaborada considerando um estudo da legislação CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, Receita Federal do Brasil e SEFAZ/SC – Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina vigentes sobre a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Produtor Primário (Produtor Rural). Para a elaboração da cartilha, os dados oriundos do estudo realizado foram analisados qualitativamente e recorreu-se às pesquisas bibliográficas sobre o assunto para a proposição de um material paradidático que possua uma linguagem e recursos visuais de fácil entendimento para o público-alvo. As ilustrações foram coletadas da internet (Google imagens e/ou outro banco de imagem gratuito) e em ambiente natural, com o uso de uma câmera digital, caso necessário. Para tanto, o referido material paradidático foi elaborado em estrutura esquemática e texto com linguagem simples para se tornar acessível a pessoas de qualquer faixa etária e nível escolar. Para a diagramação será utilizado o Software Word 2016, com formatação

em tamanho A4, fonte Arial Black, tamanho 25 no título de cada seção e Calibri, 20, no corpo do manuscrito, salvo em PDF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

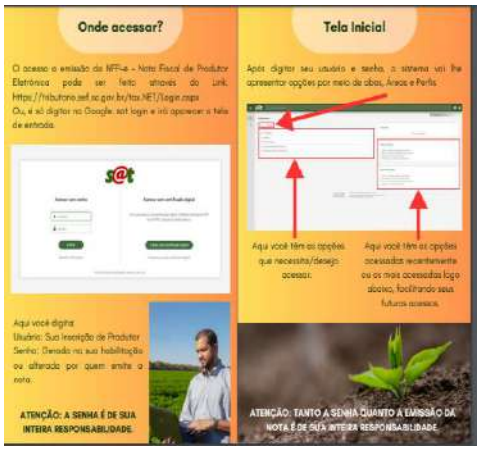
Os resultados do projeto, descritos neste tópico, podem ser visualizados nas Figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 – Capa e contracapa do e-book

Fonte: Dos autores (2025).

A Figura 1 apresenta a representação visual da capa e contracapa da cartilha, contendo a identificação do título, subtítulo e autores, bem como os logotipos da universidade, da Prefeitura de Lebon Régis/SC, do Governo do Estado de Santa Catarina, da AMARP, do curso de Ciências Contábeis, do Estúdio de Finanças e do NAF. Na parte inferior da capa, também consta a referência ao PAEC, programa do qual este projeto teve origem.

Figura 2 – Exemplo do conteúdo presente na cartilha



Fonte: Dos autores (2025).

A Figura 2 apresenta a organização visual do conteúdo da cartilha, estruturada de forma clara e de fácil compreensão para o público-alvo do projeto. O desenvolvimento do trabalho ocorreu na Prefeitura de Lebon Régis/SC, no setor de Cadastro de Produtor Primário (Bloco de

Produtor Rural), com a colaboração dos servidores públicos locais. Contou ainda com o apoio do Secretário da Fazenda Municipal, da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), do Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil (NAF) e do Estúdio de Finanças da UNIARP. Para sustentar o desenvolvimento do conteúdo, realizaram-se pesquisas em fontes bibliográficas, sites especializados, além de órgãos reguladores..

O materia desenvolvido pelo projeto consiste em uma cartilha intitulada Cartilha Nota Fiscal Eletrônica para Produtor Rural – Passo a Passo para Você Emitir Sua Nota Fiscal Eletrônica, com 21 páginas. Ela está disponível para download no site da Prefeitura de Lebon Régis/SC e da Uniarp, respectivamente na página principal e no link do curso de Ciências Contábeis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem FAP Edital 037/2024 e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa, por meio dos seguintes instrumentos: Edital FAPESC nº 61/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; Edital FAPESC nº 19/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; e Edital FAPESC nº 51/2024 – Grupos de Pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto teve como objetivo desenvolver um material paradidático para auxiliar os produtores rurais de Lebon Régis/SC, promovendo maior segurança no cumprimento das obrigações fiscais. O conteúdo beneficia não apenas os produtores, mas também profissionais, empresas e instituições do meio rural, de modo que pelo menos um membro de cada núcleo familiar adquira conhecimento teórico sobre a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFP-e), reduzindo a dependência de terceiros.

A iniciativa visa proporcionar autonomia aos produtores por meio do compartilhamento de conhecimento e inclusão digital, ensinando o uso do aplicativo de notas disponibilizado pela Fazenda do Estado de Santa Catarina e suas funcionalidades. Recomenda-se a criação de novos materiais eletrônicos semelhantes e a atualização periódica do conteúdo, conforme alterações promovidas pela Sefaz/SC, para garantir que os produtores continuem cumprindo suas obrigações fiscais de forma independente.

REFERÊNCIAS

CONFAZ a. Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005. Lex: Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: https: //www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/AJ007_05. Acesso em: 02 out. 2025.

CONFAZ, b. Ajuste SINIEF 17, de 9 de dezembro de 2016. Lex: Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ ajustes/2016/ AJ_017_16. Acesso em: 10 out. 2025.

CONFAZ, Ajuste SINIEF n.º 27, de 6 de dezembro de 2024. Lex: Altera o Ajuste SINIEF n.º 10, de 7 de abril de 2022, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – em substituição à Nota Fiscal, modelo 4. Publicado no D.O.U. de 12.12.24, pelo Despacho 53/24. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2024/ajuste-sinief-27-24. Acesso em: 02 out. 2025.

FENACON. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) será obrigatória para produtores rurais em 2025. Publicado por Fernando Olivan – Comunicação Fenacon, 2025. Disponível em: https://fenacon.org.br/noticias/nfe-obrigatoria-produtores-rurais/. Acesso em: 15 out. 2025.

SEFAZ/SC. DECRETO Nº 779, DE 13 DE JULHO DE 2016. Lex: Legislação estadual que Introduz a Alteração 3.713 no RICMS/SC-01. Disponível em: <https:// legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2016/dec_16_0779.htm#:~:text=Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Nota%20Fiscal,de%20bens%20do%20ativo%20imobilizado>Acesso em: 02 out. 2025.

CARGAS TRIBUTÁRIAS SOBRE IMPORTAÇÃO E OS INCENTIVOS FISCAIS DISPONIVEIS PARA EMPRESAS IMPORTADORAS DE PNEUS EM SANTA CATARINA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Resumo – O trabalho analisa a carga tributária sobre a importação de pneus em Santa Catarina, focando nos principais tributos e incentivos fiscais disponíveis para empresas importadoras. Utilizando uma abordagem qualiquantitativa, a pesquisa bibliográfica e dados oficiais foram combinados com uma simulação prática no sistema da Receita Federal para avaliar o impacto do Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) 409. Os resultados mostram que o ICMS é o tributo de maior impacto devido à sua base de cálculo ampliada e efeito cumulativo, influenciando significativamente o custo final da importação. A simulação comprovou que a aplicação do TTD 409 reduz o valor do ICMS, resultando em uma diminuição expressiva no custo total da operação. Conclui-se que o uso estratégico dos benefícios fiscais, aliado a um planejamento tributário eficiente, é fundamental para aumentar a competitividade das empresas importadoras de pneus em Santa Catarina, reduzindo custos e fortalecendo o setor, além de apoiar políticas fiscais que promovem desenvolvimento econômico sustentável.

Palavras-chave: Importação; Carga Tributária; Benefícios Fiscais; ICMS; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A importação refere-se à entrada de bens, produtos ou serviços estrangeiros, mesmo em países com recursos próprios, sendo composta pelas etapas administrativa, fiscal e cambial. Segundo dados de 2025, as importações brasileiras cresceram 2,6% em março, totalizando US$ 21,02 bilhões, e 13,7% no acumulado de janeiro a março, atingindo US$ 67,33 bilhões (Balança [....], 2025).

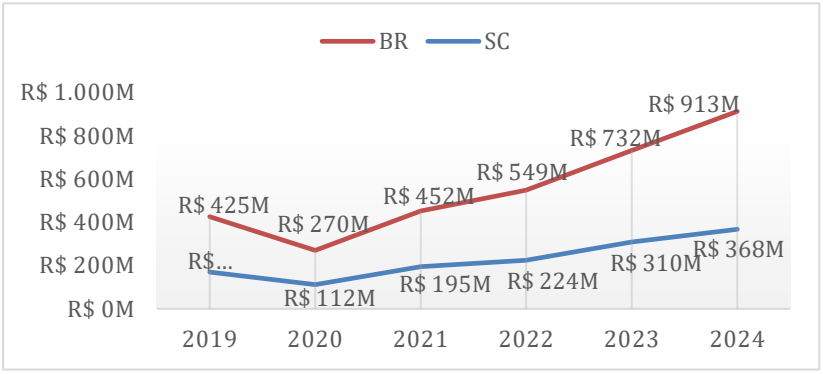
As importações são essenciais para o desenvolvimento econômico, pois garantem acesso a tecnologias, insumos e ampliam a presença no mercado global. No entanto, a complexidade tributária eleva os custos empresariais, tornando necessária a adoção de estratégias legais de redução de impostos, como os benefícios fiscais. Apesar das discussões sobre a alta carga tributária, muitas empresas ainda desconhecem esses incentivos governamentais, que visam estimular as importações por meio da redução de parte da arrecadação (Roos; Silva, 2023).

O trabalho tem como foco analisar a carga tributária sobre a importação de pneus e os benefícios fiscais oferecidos às empresas importadoras em Santa Catarina. Busca identificar esses incentivos, mapear os tributos incidentes e comparar os custos com e sem a aplicação dos

benefícios, enfatizando as vantagens relacionadas ao ICMS. A pesquisa parte das questões sobre as cargas tributárias enfrentadas, os incentivos disponíveis e os motivos que levam as empresas a continuarem importando mesmo com altos tributos. Justifica-se pela relevância da importação no contexto da globalização e pela necessidade de compreender os incentivos fiscais como meio de reduzir custos, aumentar a competitividade e melhorar a lucratividade

Como podemos ver no Gráfico 1 a seguir, o Brasil e Santa Catarina, são notáveis importadores de pneus, classificados na NCM 40.11 e 40.13.

Gráfico 1 – Demonstrativo de importação nacional e estadual.



Fonte: Adaptado de Dados [...] (2025).

Em observação ao Gráfico 1, podemos ver que ambos os indicadores representados sofreram uma queda em 2020, podemos citar que um fator dessa queda tenha sido a pandemia. O abalo rápido e maciço da pandemia de coronavírus e as medidas de bloqueio total para contê-la lançou a economia mundial em uma recessão severa (Young; Felsenthal, 2020).

METODOLOGIA

O trabalho utilizou o método qualiquantitativo para uma análise ampla. Na parte qualitativa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com fontes como Google Acadêmico, Receita Federal e Comex Stat, focando em publicações recentes sobre importação, carga tributária, incentivos fiscais e custos. Na parte quantitativa, foi usada uma simulação com dados do sistema da Receita Federal, considerando a importação de R$ 100.000,00 em pneus (NCM 4011.20.90). Foram comparados dois cenários: com e sem o Tratamento Tributário Diferenciado (TTD 409), para avaliar os impactos financeiros e tributários da medida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importação de pneus permite oferecer uma ampla gama de modelos, tecnologias e marcas, garantindo assim que os consumidores tenham acesso a uma ampla diversificação de produtos. Houve um alto crescimento na importação de pneus nos últimos anos por questões tributárias no país. Entretanto, não podemos deixar de mencionar os impostos sobre essas operações. O imposto de importação possui função extrafiscal, sendo usado principalmente para regular o comércio, ajustando alíquotas para equilibrar a balança comercial e compatibilizar as importações com o mercado interno (Ferraz; Silva, 2024).

Portanto, como em todo processo de importação, na importação de pneus há incidência de impostos sobre a carga que afetam o valor final do produto. Na tabela 1, a seguir, observam-se os impostos e suas respectivas alíquotas sobre a importação de pneus para Santa Catarina.

Tabela 1 – Imposto incidentes sobre a importação de pneus para Santa Catarina e suas respectivas alíquotas.

Impostos	Alíquotas
Imposto de Importação (II)	16%
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	9,75%
Programa de Integração Social (PIS)	2,68%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	12,35%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	17% - 2,60%

Fonte: Adaptado de Dados... (2025).

A Tabela 1 apresenta os principais tributos e suas alíquotas sobre a importação de pneus (NCM 4011.20.90), que influenciam o custo final. Também são destacadas as despesas do desembaraço aduaneiro, que exige licenciamento do Decex e inclui a conferência documental e pagamento de taxas como SISCOMEX, AFRMM, THC e armazenagem no Portonave. Embora as altas cargas tributárias e taxas de importação sejam grandes desafios para as empresas brasileiras, os benefícios fiscais funcionam como um instrumento para reduzir o impacto financeiro desses tributos, especialmente quando combinados com um planejamento tributário eficiente (Junior; Alberton; Saath, 2021). Para ilustrar, o Quadro 1 a seguir apresenta as principais TTD utilizadas por empresas importadoras em Santa Catarina.

Quadro 1 – Benefícios fiscais para empresas importadoras em Santa Catarina.

TDD	DESCRIÇÃO	OBJETIVO	PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS
409	Diferimento do ICMS e crédito presumido para importadoras em SC	Reduzir a carga tributária e aumentar a competitividade	ICMS diferido no desembaraço; Apuração com carga efetiva definida no TTD; Lançamento do crédito presumido na apuração do ICMS.
410	GNRE para recolhimento do ICMS em operações interestaduais	Garantir recolhimento padronizado e receita ao estado correto	Preenchimento da GNRE com o código de receita correto; Pagamento antecipado antes do despacho da mercadoria; Emissão por operação.
411	Obrigações acessórias da substituição tributária.	Assegurar escrituração correta do imposto	Escrituração fiscal; Emissão das NF/CF; Envio de arquivos digitais ao fisco; Controle internos.

Fonte: Adaptado de Costa (2023).

No estado de Santa Catarina, a principal TTD para o setor de pneus é a TTD 409, que oferece um tratamento tributário diferenciado para mercadorias destinadas à revenda. Essa TTD reduz a alíquota do ICMS para 2,60% nos primeiros 36 meses e 1% após esse período, permitindo o recolhimento sobre uma base de cálculo reduzida ou com diferimento. Sem esse benefício, o ICMS teria que ser pago integralmente no desembaraço aduaneiro, aumentando os custos

No intuito de estabelecer uma conexão entre os assuntos já citados neste trabalho, será realizado uma simulação pelo simulador da receita federal, utilizando o NCM 4011.20.90, com um valor aduaneiro convertido de R$ 100.000,00. Como veremos na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Cálculo do custo de importação.

Imposto	Alíquota	Valores Sem a TTD	Valores Com a TTD 409
II	16%	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00
IPI	1,30%	R$ 1.508,00	R$ 1.508,00
PIS	2,68%	R$ 2.680,00	R$ 2.680,00
COFINS	12,35%	R$ 12.350,00	R$ 12.350,00
THC		R$ 2.000,00	R$2.000,00
FRETE		R$ 4.800,00	R$ 4.800,00
AFRMM	25%	R$ 1,200,00	R$ 1.200,00
DESPACHANTE + TAXA SISCOMEX		R$ 800,00	R$ 800,00
ARMAZENAGEM		R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
ICMS	17%- 2,60%	R$ 28.170,43	R$ 3.576,00
Totais dos custos		R$ 70. 508,43	R$ 45. 914,00

Fonte: Adaptado de Simulador [...] (2025).

A tabela 2 mostra que a aplicação do TTD 409 reduz significativamente o custo do ICMS na importação, gerando uma economia de R$ 24.594,43, o que representa cerca de 87% de redução nesse tributo. Os outros tributos permanecem inalterados, e as demais despesas apresentadas são apenas taxas para fins ilustrativos. Assim, o impacto direto do TTD 409 no ICMS destaca sua importância para a redução dos custos totais na operação de importação.

A base de cálculo dos tributos na importação é o valor aduaneiro, que inclui o preço da mercadoria, frete internacional e seguro. Sobre esse valor incide o Imposto de Importação (II). O IPI é calculado sobre o valor aduaneiro somado ao II, aumentando o custo. PIS-Importação e COFINS-Importação incidem cumulativamente sobre o valor aduaneiro mais II e IPI. Já o ICMS é calculado sobre a soma de todos esses tributos e despesas aduaneiras, gerando o chamado efeito cascata, tornando-se o tributo estadual que mais impacta o custo final da importação (Ramos; Lutz; Calil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a complexidade do processo de importação de pneus no Brasil, destacando desafios tributários e logísticos, bem como oportunidades comerciais. A diversidade de fornecedores internacionais amplia a oferta e a competitividade no mercado. No entanto, a elevada carga tributária, especialmente o ICMS, impacta fortemente o preço final. Despesas acessórias também reforçam a necessidade de planejamento eficiente. A simulação prática evidenciou que o Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) 409 pode reduzir significativamente os custos, especialmente o ICMS, aumentando a competitividade das importadoras. Conclui-se que o uso estratégico de incentivos fiscais e o planejamento tributário são essenciais para otimizar operações no setor. Recomenda-se a ampliação dos estudos para outros setores e uma análise dos impactos socioeconômicos da renúncia fiscal no Estado.

REFERÊNCIAS

BALANÇA Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior. **Receita Federal.** 2025. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/nota.html. Acesso em: 26 abr. 2025.

COSTA, Indryde Soares. **Diferencial de alíquotas: Um estudo de caso sobre a majoração das alíquotas do ICMS em 2023 em uma empresa do segmento de comércio de produtos estéticos do Sul Catarinense.** 2023. Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/10726. Acesso em 13 de jun. de 2025.

DADOS Gerais. **Comex Stat**. Brasília, 2025. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 26 abr. 2025.

FERRAZ, João Pedro Matos. SILVA, João Paulo Soares e. Mudanças Legislativas e um Breve **Resumo** do Atual Cenário Tributário de Importação. **Revista Foco.** 2024.Disponivel em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6719/4903. Acesso em: 21 ago. 2025.

GOULARTI, Juliano Giasse. O "lado avesso" da política de renúncia de receitas tributária do estado de Santa Catarina: impacto financeiro, desvinculação de receita constitucional e fragilização do pacto federativo. **Revista NECAT- Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense.** v. 10, n. 20, 2022. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/5345/4007. Acesso em: 01 de maio de 2025.

JUNIOR, Amery Moisés Nadir. ALBERTON, Anete. SAATH, Kleverton Clóvis de Oliveira. Benefícios fiscais e sustentabilidade: um estudo dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública.** 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220200597. Acesso em: 28 ago. 2025.

RAMOS, Daiane Dias Taborda. LUTZ, Udo Guilherme. CALIL, Vera Lúcia Lelis Oliveira. Recuperação Tributária Após o Julgamento do Re 574.706- STF: um estudo de caso da exclusão do ICMS, da base de cálculo do PIS e da COFINS, 2022. **Caderno PAIC,** 2023. Disponível em: https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/561/514. Acesso em: 16 set. 2025.

ROOS, Euceir Henrique; SILVA, Rosália Maria Passos da. Incentivo fiscal ou guerra fiscal dos portos? Análise nº 1.473/2005 que institui o regime especial de importação do Estado de Rondônia. **Management Journal,** v. 5, n. 1, p. 11-22, 2023.

SIMULADOR do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações. **Receita Federal.** 2025. Disponível em: https://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/. Acesso em: 05 set. 2025.

YOUNG, David; FELSENTHAL, Mark. **O COVID-19 Lança a Economia Mundial na Pior Recessão desde a Segunda Guerra Mundial.** 2020. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii. Acesso em: 21 maio 2025.

CONTROLE FINANCEIRO SIMPLIFICADO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA PROPRIEDADE MULTICULTURAL NA CIDADE DE CAÇADOR-SC

Categoria: Trabalho conclusão de Curso

Sthefany Lasta[1]
Karina Kelly Tessaro[2]
Thiago Augusto Duarte[3]

Resumo – O estudo analisou a viabilidade e os impactos da implementação de um sistema simplificado de controle financeiro para pequenos produtores rurais, a partir de um estudo de caso em uma propriedade multicultural em Caçador-SC. A metodologia qualiquantitativa combinou revisão bibliográfica com estudo de caso, utilizando entrevistas, análise documental e a implementação de uma planilha eletrônica personalizada. Os resultados evidenciaram a ausência de registros financeiros formais na propriedade, dificultando a mensuração da lucratividade real e a projeção do fluxo de caixa. A planilha implementada permitiu organizar receitas e despesas, segregar custos por cultura e projetar a lucratividade. Concluiu-se que o controle financeiro simplificado é uma ferramenta viável, de baixo custo e alta eficácia, contribuindo para a sustentabilidade econômica dos pequenos produtores, apesar de limitações como o curto período de análise e o foco em um único caso.

Palavras-chave: controle financeiro; gestão rural; pequeno produtor; contabilidade; planilha eletrônica.

INTRODUÇÃO

No panorama atual do agronegócio brasileiro, verifica-se uma carência significativa de acompanhamento financeiro sistematizado entre os pequenos produtores rurais, similar ao praticado no meio empresarial. Para assegurar o sucesso de sua produção, o produtor rural necessita utilizar métodos que auxiliem na gestão adequada de seus proventos e da produção (Oliveira, 2023).

A ausência de um controle financeiro adequado é um dos principais fatores que comprometem a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio. Cerca de 60% dos pequenos produtores rurais não realizam gestão financeira sistemática, resultando em dificuldades para mensurar custos, receitas e, consequentemente, a lucratividade real da atividade (SEBRAE, 2020).

[1] Aluna do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Sem registros precisos, muitos agricultores subestimam despesas com insumos, manutenção e mão de obra, levando a orçamentos distorcidos e prejuízos acumulados. Essa realidade é agravada pela mentalidade tradicional de muitos produtores, que preferem administrar seus negócios com base em experiências passadas, renunciando aos benefícios da contabilidade (CREPALDI, 2006), (IBGE, 2023).

Dessa forma, a problematização deste trabalho está focada em como a adoção de um sistema de controle financeiro e contábil simplificado pode superar as dificuldades de gestão enfrentadas por pequenos produtores rurais multiculturais, visando melhorar sua rentabilidade e sustentabilidade econômica. O objetivo geral foi analisar a viabilidade e os impactos da implementação de um sistema simplificado de controle financeiro e contábil na gestão de pequenos produtores rurais multiculturais.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: I) Observar as principais dificuldades enfrentadas por pequenas propriedades rurais na gestão financeira sem o uso de uma sistemática contábil; II) Identificar os métodos e ferramentas contábeis mais adequados para a gestão financeira em pequenas propriedades rurais; e III) Propor um modelo simplificado de sistemática contábil adaptado às necessidades de pequenas propriedades rurais.

O estudo sustenta-se em quatro pilares teóricos inter-relacionados: a gestão financeira rural, a contabilidade de custos aplicada ao agronegócio, a legislação tributária para o produtor rural pessoa física e as ferramentas de controle simplificado.

A Gestão Financeira no contexto rural vai além do simples cuidado com o dinheiro, constituindo-se em um processo estratégico que envolve o planejamento, a análise e o controle das finanças para garantir a sustentabilidade do negócio (FRISKE; SOARES, 2021).

Para o produtor rural, isso se materializa no controle rigoroso do Fluxo de Caixa, ferramenta imprescindível para acompanhar as entradas e saídas de recursos, permitindo a manutenção do equilíbrio financeiro e a minimização da necessidade de empréstimos onerosos (OLIVEIRA; BRITO, 2022).

Nesse contexto, a Contabilidade de Custos surge como uma ferramenta vital para a administração e o controle das despesas, um desafio particularmente complexo na agricultura devido às suas particularidades, como a heterogeneidade da produção e os longos ciclos de investimento (BARROS; MACHADO; FERREIRA, 2024).

A correta apuração e segregação dos custos por cultura é fundamental para determinar a rentabilidade real de cada atividade, evitando a subestimação de despesas que leva a orçamentos distorcidos (CORRÊA, 2023).

Do ponto de vista legal, a Contabilidade Rural aplica os princípios da Contabilidade Geral às empresas rurais, visando orientar operações, auxiliar na tomada de decisão e no planejamento (FREITEN, 2021).

No entanto, sua adoção é limitada pela mentalidade tradicional de muitos produtores, que administram seus negócios com base na experiência, renunciando a seus benefícios (CREPALDI, 2006).

Especificamente para o produtor pessoa física, a Legislação Tributária oferece regimes especiais, como a isenção do Imposto de Renda para ganhos de até R$ 153.199,50 anuais e a tributação pelo Funrural sobre a receita bruta (BRASIL, 2024; BRASIL, 2023).

O Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) consolida-se como um instrumento modernizador, permitindo o registro unificado das movimentações financeiras e facilitando o acesso a benefícios fiscais (OLIVEIRA, 2021).

Por fim, a premissa do Controle Simplificado alinha-se às recomendações do SEBRAE (2020) de que ferramentas de gestão para pequenos produtores devem ser de baixo custo, acessíveis e de fácil utilização. Planilhas eletrônicas e aplicativos móveis se enquadram nesse perfil, representando uma alternativa prática para superar a resistência a sistemas complexos e viabilizar a transição da gestão empírica para uma gestão profissionalizada, baseada em informações precisas.

METODOLOGIA

Este trabalho é classificado como qualiquantitativo, adotando uma abordagem metodológica de pesquisa mista, que combinou pesquisa bibliográfica e estudo de caso (MINEIRO; SILVA; FERREIRA, 2022).

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais.

Inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, abrangendo artigos científicos, livros, relatórios institucionais e legislação pertinente. As fontes bibliográficas incluíram bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em agronegócio, contabilidade rural e gestão financeira.

Posteriormente, foi desenvolvido um estudo de caso em uma propriedade rural multicultural situada no município de Caçador-SC. A propriedade foi escolhida por sua representatividade regional, pelas dificuldades de gestão financeira relatadas e pela diversificação de culturas (milho, soja, tomate, cebola, pimentão, abóbora), o que permitiu uma análise abrangente das práticas de controle em diferentes atividades.

Para a coleta de dados, foram empregados três instrumentos principais:

Entrevistas semiestruturadas com o produtor rural e colaboradores, para compreender as práticas de gestão adotadas, os principais desafios e as necessidades específicas.

Análise documental de registros financeiros informais, notas fiscais e dados de produção referentes às safras mais recentes, para identificar padrões de receitas e despesas.

Implementação de um modelo piloto de controle financeiro simplificado, elaborado em planilha eletrônica e adaptado às particularidades da propriedade. Este modelo foi acompanhado

mensalmente durante um período de três meses, para avaliar sua aplicabilidade e impacto na organização das finanças. O preenchimento inicial dos dados históricos foi realizado por meio da metodologia do "Balanço Perguntado".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados da propriedade estudada revelou a ausência completa de um controle financeiro formal. O produtor limitava-se a anotações escassas e ao arquivamento de algumas notas fiscais, com datas espaçadas. Pagamentos em dinheiro sem nota fiscal frequentemente eram esquecidos por falta de registro. Essa realidade corrobora as afirmações de SEBRAE (2020), que aponta a falta de gestão financeira como uma das principais causas do comprometimento da rentabilidade.

As principais dificuldades identificadas foram:

Falta de registro sistemático: Impossibilitava o acompanhamento em tempo real do fluxo de caixa.

Dificuldade em mensurar a lucratividade real: A impossibilidade de segregar custos por cultura impedia a determinação da viabilidade econômica de cada cultivo, levando à supervalorização ou subestimação de sua rentabilidade.

Imprevisibilidade do fluxo de caixa: A ausência de projeções dificultava a organização das finanças, gerava riscos e comprometia a capacidade de negociação.

Diante desse cenário, foi proposta e implementada uma ferramenta de controle simplificado baseada em planilhas eletrônicas, priorizando acessibilidade e facilidade de uso, alinhando-se ao perfil do pequeno produtor que, conforme Crepaldi (2006), muitas vezes possui resistência a sistemas complexos.

O modelo foi estruturado em quatro seções principais:

Controle de Receitas: Registro detalhado de vendas por cultura/atividade, quantidade, valor e forma de recebimento.

Controle de Despesas: Categorização de gastos em centros de custo (Insumos, Mão de Obra, Manutenção etc.).

Indicadores de Resultado: Cálculo automático de rentabilidade por cultura, análise de margem de lucro e identificação de gargalos.

Controle Financeiro Consolidado: Visão geral do fluxo de caixa e desempenho econômico.

A implementação da planilha permitiu organizar de forma inédita as finanças da propriedade. Foi possível segregar os custos e as receitas por cultura, o que revelou, por exemplo, quais atividades (como o tomate e os serviços de frete) contribuíam significativamente mais para o faturamento, enquanto outras apresentavam margens menores. A visualização imediata do

saldo de caixa e a projeção de entradas e saídas futuras aumentaram a previsibilidade e a segurança para a tomada de decisão.

O produtor relatou uma melhora significativa na organização financeira e na conscientização sobre a rentabilidade de cada cultura. A ferramenta, de custo zero e customizável, mostrou-se um avanço na profissionalização da gestão, permitindo decisões mais assertivas sobre priorização de culturas, redução de custos e planejamento de investimentos. Esses achados reforçam a relevância de um controle financeiro acessível, conforme destacado por Oliveira (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a implementação de um controle financeiro simplificado, baseado em planilhas eletrônicas, é plenamente viável e gera impactos positivos imediatos na gestão de pequenas propriedades rurais. A ferramenta proposta mostrou-se eficaz em organizar as finanças, permitir a segregação de custos por cultura, mensurar a lucratividade real e projetar o fluxo de caixa, contribuindo decisivamente para a tomada de decisões mais assertivas e para a sustentabilidade econômica do negócio.

A pesquisa, entretanto, apresenta limitações. O estudo concentrou-se em uma única propriedade, o que restringe a generalização dos resultados. Ademais, o período de acompanhamento foi relativamente curto, limitando a observação de impactos em ciclos produtivos completos e de longo prazo.

Sugere-se, como continuidade, a ampliação da aplicação do modelo em outras propriedades multiculturais e familiares, a fim de comparar realidades distintas e validar a eficácia do controle simplificado em diferentes contextos. Recomenda-se também a integração com ferramentas digitais mais avançadas, como aplicativos de gestão agrícola, que podem potencializar ainda mais o monitoramento em tempo real e a análise gerencial.

Conclui-se, portanto, que o controle financeiro simplificado se apresenta como uma ferramenta eficaz, acessível e estratégica para pequenos produtores rurais, representando um mecanismo fundamental para garantir a rentabilidade e a perenidade de seus negócios no complexo cenário do agronegócio.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à instituição de ensino UNIARP que através da bolsa de estudos FILANTROPIA ASSISTENCIA SOCIAL 100% - GC nos proporcionou a oportunidade de cursar a graduação em Ciências Contábeis e aprimorar nossos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. P. de; GABRIEL, M. J. L.; MELO, G. C. V. de; NASCIMENTO, Í. C. S. do; SILVA, J. F. da. Percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio. Revista Conhecimento Contábil, [S. l.], v. 13, n. 1, 2023.

BARROS, E. V. de M. O.; MACHADO, L. D. L.; FERREIRA, R. M. Gestão financeira no agronegócio: desafios e estratégias no contexto global. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 8, p. e3934, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.515, de 2023**. Atualiza as regras do Funrural. Diário Oficial da União, Brasília, 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 2.178, de 5 de março de 2024**. Dispõe sobre IRPF. Disponível em: https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/136488. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra. Diário Oficial da União, Brasília, 1964.

CORRÊA, G. A. P. **Contabilidade de custos: um comparativo entre diferentes culturas em uma propriedade gaúcha**. 2023.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREITEN, N. L. **Contabilidade rural: análise do uso de metodologias de custos no setor do agronegócio da região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/274240. Acesso em: 14 ago. 2025.

FRISKE, Hadassa Landherr; SOARES, Ana Cristina Beck Serra. Gestão Financeira Através do Fluxo de Caixa: Estudo de Geração de Dados para Tomada de Decisões em Propriedades Rurais. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 15, n. 54, p. 134–149, 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A. Alves da; FERREIRA, Lúcia Gracia. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 03, p. 201–218, 2022.

OLIVEIRA, Ane Sara Alves de. **Utilização de ferramentas contábeis como apoio à gestão do produtor rural**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023.

OLIVEIRA, J. M. **Tributação rural: aspectos legais e práticos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, W.; BRITO, V. R. **Fluxo de caixa das demonstrações financeiras utilizando o Excel**. 2022.

SEBRAE. **Gestão financeira para o agronegócio**. 2020. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 14 ago. 2025.

A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE COTAÇÃO PARA GESTÃO DE COMPRAS ASSOCIADA A GESTÃO TRIBUTÁRIA

Categoria: Trabalho Conclusão de Curso

Elisangela Finger de Lorena[1]
Emilene Murer[2]

Resumo – O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, a contribuição de um sistema de cotação eficiente para a melhoria da gestão de compras associada à gestão tributária. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem exploratória, utilizou livros, artigos e relatórios para fundamentação teórica. Os resultados demonstram que a adoção de plataformas de e-procurement é estratégica, pois fornecem uma visão consolidada de gastos e aplicam algoritmos de regras tributárias, essenciais no complexo cenário fiscal brasileiro. Isso permite identificar o custo financeiro real das aquisições, considerando impostos recuperáveis e não recuperáveis e o DIFAL (Diferencial de Alíquota), apoiando a escolha da melhor proposta (TCO) e não apenas o menor preço nominal. A integração desses sistemas se revela fundamental para a saúde financeira, promovendo redução de custos, conformidade fiscal e melhoria na tomada de decisão, interligando os processos para otimizar resultados de aquisição.

Palavras-chave: Compras; gestão tributária; impostos; e-procurement; sistema.

INTRODUÇÃO

A mudança vinda com o avanço tecnológico impactou e mudou a forma como as pessoas e as organizações se comportam. O conceito de indústria 4.0 traz o uso da tecnologia de forma inteligente e intensa para planejar, comprar, produzir e entregar produtos e subprodutos. Desse modo, as organizações devem compreender o uso da tecnologia e utilizá-la corretamente para obter vantagem competitiva e garantir melhores resultados (Bertaglia, 2020).

Neste contexto, o tema do presente trabalho é a contribuição que um sistema de cotação eficiente pode proporcionar para melhoria na gestão de compras associada a gestão tributária, a fim de interligar os processos para otimizar resultados por meio de operação de aquisição.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de apresentar como o uso da tecnologia através de sistemas automatizados pode impactar positivamente na saúde financeira e econômica da empresa. A partir do uso de sistema de cotação que visa garantir os melhores preços levando em consideração os tributos incidentes na operação, qualidade, prazo de entrega

[1] Aluna do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e condições de pagamento impactando de forma positiva na gestão estratégica otimizando processos, reduzindo custos e aumentando a competitividade (Calandrini et al., 2023).

A pesquisa em questão tem como objetivo geral: Analisar por meio de revisão integrativa da literatura a contribuição que o uso de um sistema de cotação eficiente pode proporcionar melhoria da gestão de compras e da gestão tributária. E como a otimização de um desses elementos pode impactar nos demais interligando os processos para otimizar resultados por meio de operação de aquisição (Pohlmann, 2024 e Luiza, 2024).

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) Conceituar a gestão de compras, gestão tributária e sistema de cotação; (b) Explorar o impacto dos tributos economicamente nas aquisições de produtos e serviços para as empresas; (c) Identificar a interdependência entre sistema de cotação e gestão tributária.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como pesquisa teórica de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, voltada à análise e à integração de conhecimentos já produzidos sobre gestão de compras, gestão tributária e sistema de cotação (Lozada; Nunes, 2019).

Para formulação da pesquisa foram elencadas as etapas da revisão integrativa: a) Definição da questão de pesquisa- A pergunta norteadora foi: "Como o uso de um sistema de cotação eficiente é abordado na literatura, de que forma ele pode otimizar o processo na gestão de compras e impactar positivamente na gestão tributária?"; b) Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão: Período de análise últimos 10 anos (2015–2025); Tipos de fontes: artigos científicos, dissertações, teses, livros e documentos técnicos (white papers); Bases de dados utilizadas: Google Acadêmico, ebooks e bases técnicas da área de Administração e Ciências Contábeis; c) Análise e síntese dos dados: Após a seleção e leitura dos textos, os dados foram organizados em fichamentos com as seguintes categorias analíticas: Conceito e funções da gestão de compras; Conceito e funções da gestão tributária; Conceito e ferramentas de sistema de cotação; Efeitos tributários nas decisões de compra; Impactos da cotação e tributação sobre a rentabilidade empresarial; Integração sistêmica e tecnológica entre os três processos; Boas práticas e gargalos evidenciados na literatura.

Os resultados serão organizados de forma a atender aos objetivos específicos: Primeiro, será feita uma análise teórica de cada um dos três processos (cotação, compras e tributário), para responder ao primeiro objetivo específico; Em seguida, será abordado o impacto econômico da carga tributária nas aquisições empresariais, com base em estudos aplicados e análises críticas da literatura; Por fim, será explorada a interdependência entre sistema de cotação e gestão tributária, identificando os principais fatores utilizados no sistema de cotação que podem afetar o planejamento fiscal e a rentabilidade empresarial.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não foi necessário submeter o estudo ao Comitê de Ética, pois não envolve seres humanos como participantes diretos. No entanto, será respeitado rigorosamente o direito autoral e a integridade das fontes utilizadas, com devidas citações e referências conforme as normas da ABNT ou APA..

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a contribuição que o uso de um sistema de cotação eficiente pode proporcionar para a melhoria da gestão de compras associada à gestão tributária. A pesquisa buscou responder à questão de como o uso de um sistema de cotação eficiente é abordado na literatura, de que forma ele pode otimizar o processo na gestão de compras e impactar positivamente na gestão tributária.

Para atender ao objetivo geral, a pesquisa cumpriu os objetivos específicos definidos em conhecer a gestão de compras, gestão tributária e sistema de cotação. Estabeleceu-se que a gestão de compras é um processo fundamental e estratégico, visando qualidade, quantidade, preço e condição de pagamento, com a eficiência como fator de bom desempenho. A gestão tributária, por sua vez, é responsável pelo planejamento, controle e apuração dos tributos, sendo essencial para a saúde financeira e econômica da empresa. O sistema de cotação, com destaque para o e-procurement, define-se como uma ferramenta ou software que automatiza e agiliza a solicitação, seleção e comparação de fornecedores, garantindo melhores preços e condições.

Da mesma forma explorar o impacto dos tributos economicamente nas aquisições de produtos e serviços para as empresas, outro objetivo específico que demonstrou a elevada e complexa carga tributária brasileira reflete diretamente no preço de produtos e serviços. Os tributos não recuperáveis incidentes na operação devem compor o custo de aquisição e o valor de estoque. A diferença no custo de aquisição é significativa entre os regimes tributários (Lucro Presumido e Lucro Real), principalmente pela possibilidade de recuperação de impostos, como IPI, ICMS, PIS e COFINS. O cálculo do Diferencial de Alíquota (DIFAL) e a retenção na fonte também foram apontados como fatores que elevam o custo das aquisições e devem ser geridos de forma estratégica.

Por fim, como último objetivo específico, identificar a interdependência do sistema de cotação na gestão tributária. Constatou-se que as plataformas de e-procurement oferecem uma visão consolidada dos gastos e contam com algoritmos de regras tributárias que ajudam a identificar oportunidades de otimização fiscal. Ao considerar toda a carga tributária (alíquotas, benefícios fiscais, frete etc.), esses sistemas conseguem demonstrar o custo financeiro real de uma aquisição. A correta parametrização e integração desses sistemas é crucial para a conformidade fiscal e para a análise econômica da aquisição, apoiando indicadores como saving e Custo Total de Propriedade (TCO). A conciliação do e-procurement com a gestão tributária é complexa, mas fundamental para a saúde financeira, pois auxilia na tomada de decisão, redução de custos e conformidade legal, através da compreensão dos impostos incidentes e critérios de recuperação.

Dessa forma, a revisão integrativa comprovou a contribuição estratégica do sistema de cotação eficiente e-procurement, que otimiza a gestão de compras ao centralizar dados, agilizar processos e comparar fornecedores. Além disso, a sua integração com a gestão tributária permite a análise do custo efetivo da aquisição, considerando a complexidade tributária, possibilitando a escolha da melhor proposta (que nem sempre é o menor preço nominal), o que impacta positivamente na lucratividade e competitividade da empresa. A otimização em um desses

elementos (sistema de cotação ou gestão tributária) interliga os processos para otimizar resultados por meio da operação de aquisição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a contribuição de um sistema de cotação eficiente para a melhoria da gestão de compras associada à gestão tributária se revela fundamentais para a saúde financeira de uma empresa, promovendo redução de custos, conformidade fiscal e melhoria na tomada de decisão.

Como sugestões para pesquisas futuras, propõe-se um estudo de caso aplicado para mensurar o saving real obtido em uma empresa que implementou o e-procurement com parametrização tributária completa. Também, sugere-se uma pesquisa para explorar os desafios práticos da integração e parametrização de regras tributárias complexas em softwares de gestão.

REFERÊNCIAS

BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440975/. Acesso em: 19 abr. 2025.

CALANDRINI, Danielle Oliveira da Costa. *et al*. Benefícios e desafios da adoção de tecnologias disruptivas na gestão de compras. Revista Gestão e Secretariado (GeSec), São Paulo, v. 14, n.7, p. 10766-10782, 2023. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2431/1306. Acesso em: 21 abr. 2025.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. Metodologia científica. Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/. Acesso em: 31 mai. 2025.

LUIZA, Ana. Maximizando suas compras: a importância de um sistema de cotação. Tecnoweb, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://tecnoweb.com.br/maximizando-suas-compras-a-importancia-de-um-sistema-de-cotacao/. Acesso em: 29 abr. 2025.

POHLMANN, Marcelo C. Contabilidade Tributária. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775873/. Acesso em: 19 abr. 2025.

HOLDING FAMILIAR – O QUE MUDA COM A REFORMA TRIBUTÁRIA

Categoria: TCC

Kauan Moreira[1]
Suzana Alves de Morais Franco[2]

Resumo – O presente estudo aborda os impactos da recente Reforma Tributária brasileira, promulgada pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, sobre a holding familiar, instrumento amplamente utilizado para o planejamento patrimonial e sucessório. O objetivo principal é analisar como essas alterações legislativas afetam os benefícios fiscais e a viabilidade econômica dessa estrutura. A metodologia empregada foi a de revisão de literatura narrativa, com aplicação teórica do método dedutivo, a partir da análise de doutrina jurídica e contábil, artigos científicos e da legislação vigente. Os resultados indicam que a progressividade obrigatória do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e a regulamentação da tributação sobre bens no exterior reduzem significativamente a economia fiscal antes obtida. Consequentemente, o papel estratégico da holding se transforma, deslocando seu foco da elisão fiscal para os benefícios não tributários, como organização patrimonial, governança familiar e mitigação de conflitos sucessórios. Conclui-se que a Reforma Tributária não extinguiu a relevância da holding familiar, mas exigiu uma reavaliação de seu custo-benefício, tornando sua justificativa mais dependente das vantagens de gestão patrimonial do que das puramente tributárias.

Palavras-chave: holding familiar; reforma tributária; planejamento sucessório; ITCMD; planejamento patrimonial.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) n. 132/2023, a Reforma Tributária brasileira gerou amplo debate sobre suas implicações. Uma das estruturas mais afetadas é a holding familiar, mecanismo tradicional de gestão patrimonial. Diante das novas regras, que afetam diretamente a transmissão de bens, surge o problema de pesquisa: De que forma as mudanças propostas pela Reforma Tributária impactarão a viabilidade e os benefícios fiscais da holding familiar como ferramenta de planejamento sucessório no Brasil?

A justificativa deste estudo reside na imprescindível necessidade de reavaliar essa estratégia, amplamente utilizada no país para a otimização da carga tributária na sucessão patrimonial. Analisar como as alterações da Emenda Constitucional n.º 132/2023 afetam a estrutura da holding familiar e seus benefícios fiscais é fundamental para orientar o planejamento sucessório no novo contexto normativo brasileiro.

[1]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[2]Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos da Reforma Tributária nos benefícios fiscais da holding familiar como instrumento de planejamento sucessório. Para isso, os objetivos específicos são: I) Identificar as mudanças na legislação tributária; II) Compreender a redução da economia fiscal; e III) Propor estratégias de adaptação ao novo cenário fiscal.

A holding é uma estrutura societária, fundamentada na Lei n. 6.404/1976, cujo objetivo é deter participação no capital de outras empresas ou gerenciar e proteger bens (Brasil, 1976). Na esfera familiar, é usada para organizar o patrimônio e facilitar a sucessão, permitindo a doação de quotas com reserva de usufruto aos patriarcas, o que evita o processo de inventário (Lustosa; Campos, 2024; Santos; Viegas, 2020; Siqueira; Cardoso, 2025; Silva; Santos, 2025; Mamede G.; Mamede E., 2021).

Historicamente, seu principal atrativo era a otimização tributária. Contudo, a EC nº 132/2023 alterou profundamente este cenário (Brasil, 2023). A primeira grande mudança (Objetivo I) foi a instituição da progressividade obrigatória para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Antes, muitos estados utilizavam alíquotas fixas; agora, a alíquota deve aumentar conforme o valor do patrimônio transferido, elevando a carga tributária sobre grandes heranças (Silva et al., 2024; Lustosa; Campos, 2024).

A segunda mudança (Objetivo II) relevante foi a regulamentação da tributação sobre bens no exterior. A reforma definiu regras claras para a incidência do ITCMD sobre ativos internacionais, aumentando o risco de dupla tributação e a complexidade do planejamento sucessório global (Paula, 2024).

Essas alterações legislativas resultam na redução da economia fiscal (Objetivo II). A progressividade do ITCMD e a tributação de bens no exterior atingem o principal atrativo financeiro da holding. O custo de manutenção da estrutura (honorários contábeis e jurídicos) pode não ser mais compensado pela economia gerada, caracterizando uma significativa diminuição da atratividade fiscal da estrutura (Tôrres, 2024; Neto, 2024).

Diante disso, a viabilidade da holding exige uma reavaliação do custo-benefício (Objetivo III). A vantagem competitiva da estrutura não é mais garantida. A holding familiar corre o risco de perder sua função primária de economia fiscal, transformando-se. Sua justificativa passa a depender dos benefícios não tributários: a organização patrimonial, a proteção de ativos contra litígios, a profissionalização da gestão e a governança familiar para mitigação de conflitos (Silva, 2024; Poffo, 2024).

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem bibliográfica por meio de uma revisão da literatura narrativa, alinhando-se aos requisitos do SEDEPEX para leituras interdisciplinares. O método proporciona uma visão integrada sobre os impactos da Reforma Tributária na holding familiar. O método dedutivo foi aplicado de forma teórica para extrair conclusões a partir das premissas gerais das alterações legislativas (Marconi; Lakatos, 2023; Gil, 2022; Colares Júnior, 2023).

A seleção das fontes focou em produções acadêmicas e científicas publicadas a partir de 2020, garantindo a atualidade da análise frente à nova legislação. As buscas ocorreram em bases

de dados como Google Scholar, SciELO e JSTOR. Por se tratar de uma revisão teórica, o estudo depende de fontes secundárias, o que é adequado à natureza da pesquisa (Batista; Kumada, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo buscou analisar os impactos da Emenda Constitucional nº 132/2023 nos benefícios fiscais da holding familiar como mecanismo de planejamento sucessório. Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa e aplicação dedutiva, foram identificadas alterações legislativas significativas. Os resultados indicam uma transformação na função da holding, que deixa de ser primariamente uma ferramenta de otimização tributária para se tornar um instrumento de organização patrimonial, proteção de ativos e governança familiar.

A análise permitiu atender aos objetivos específicos propostos. Em relação ao primeiro objetivo, a principal mudança fiscal identificada foi a instituição da progressividade compulsória para o ITCMD, removendo a previsibilidade das alíquotas fixas. Adicionalmente, a regulamentação da tributação de ativos no exterior introduziu maior complexidade e risco de dupla tributação ao planejamento (Silva et al., 2024; Lustosa; Campos, 2024; Oliveira, 2024; Pereira; Mairink, 2024; Paula, 2024).

Quanto ao segundo objetivo, as mudanças legislativas reduziram a economia fiscal, que historicamente era o principal atrativo da holding. Essa nova realidade força uma reavaliação do custo-benefício da estrutura, pois seus custos de manutenção podem superar a economia gerada, deslocando o foco da elisão fiscal para os benefícios não tributários (Neto, 2024; Poffo, 2024; Pegoraro; Gontijo, 2024; Tôrres, 2024).

Concernente ao terceiro objetivo, as estratégias de adaptação ao novo contexto exigem que a holding não seja mais vista como uma solução isolada, mas integrada a outros instrumentos, como testamentos e seguros de vida. A ênfase agora recai sobre a governança familiar, a organização patrimonial e a prevenção de litígios sucessórios (Alexandre, 2024; Sabbag, 2025; Pegoraro; Gontijo, 2024; Silva, 2024; Mamede G.; Mamede E., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Tributária, portanto, promoveu uma mudança de paradigma. O valor da holding familiar, antes concentrado na otimização fiscal, agora reside na sua capacidade de estruturar o patrimônio, profissionalizar a gestão e organizar a sucessão.

Como limitações do estudo, destaca-se que a pesquisa se baseia em fontes secundárias, o que restringe a generalização empírica. Sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de estudos empíricos com famílias e a aplicação de modelos quantitativos para avaliar os impactos econômicos reais, contribuindo para um planejamento sucessório mais resiliente diante das incertezas fiscais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário. 18. ed. Salvador: JusPodivm, 2024.

BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista brasileira de iniciação científica**, p. e021029-e021029, 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. **Altera o Sistema Tributário Nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 21 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Brasília/DF: Diário Oficial da União,1976.

COLARES JÚNIOR, Raimundo Nonato. Revisão integrativa, sistemática e narrativa-aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, p. 11, 2023.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos e pesquisas.** São Paulo: Atlas, 2022.

LUSTOSA, João Paulo Pessoa Pereira; CAMPOS, Hélio Silvio Ourém. O usufruto como fato gerador tributário: análise da (in) constitucionalidade da incidência do imposto de transmissão causa *mortis* e doação (ITCMD) sobre o usufruto. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ-RFD**, n. 43, 2024.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. ***Holding* Familiar e suas Vantagens**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book.

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. **Metodologia da pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2023.

NETO, João Carlos dos Santos. O planejamento sucessório via *holding* familiar e os impactos da reforma tributária. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 9, n. 10, p. 111-127, out. 2024.

OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a progressividade do ITCD. ***Revista* Carioca de Direito**, v. 5, n. 2, p. 7-19, 2024.

PAULA, Breno de. A Reforma Tributária (EC 132/2023) e o ITCMD. **Instituto Brasileiro de Direito Tributário**, São Paulo, 13 fev. 2024.

PEGORARO, Daniele; GONTIJO, Julia. **Reforma Tributária: a *holding* familiar ainda vale a pena?**. *Consultor Jurídico*, 29 abr. 2024.

PEREIRA, Gustavo Helano Alves; MAIRINK, Carlos Henrique Passos. *Holding* familiar como instrumento de planejamento sucessório–aspectos tributários e societários. **Libertas: Revista de Ciênciais Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 2, 2024.

POFFO, Marco Aurélio. *Holding* familiar precisa ser repensada com a reforma tributária. Consultor Jurídico, 22 fev. 2024.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

SANTOS, Ana Bárbara Moraes; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Planejamento Sucessório e Societário: a *Holding* Familiar e a Governança Corporativa. Jusbrasil. São Paulo/SP, 2020. Disponível em: https://claudiamaraviegas.jusbrasil.com.br/artigos/859806674/planejamentosucessoro-e-societario-a-*holding*-familiar-e-a-governanca-corporativa. Acesso em: 14 mar. 2025.

SILVA, Fabio Pereira *et al*. O Princípio da Progressividade e o Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doação (ITCMD) em Relação à Emenda Constitucional n. 132/2023. Revista Direito Tributário Atual, n. 56, p. 197-215, 2024.

SILVA, Edenilson de Lima; SANTOS, Gabriel; AGUIAR, José Hilton. Análise da carga tributária por setor no índice mlcx da b3 (2020-2022) por meio da demonstração do valor adicionado. Revista Fatec Zona Sul (REFAS), v. 11, n. 5, 2025.

SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves; CARDOSO, Gabriela Dos Santos. *Holding* como medida de planejamento sucessório à luz da jurisprudência paulista e do superior tribunal de justiça. Ponto de Vista Jurídico, v. 14, n. 1, p. e3728-e3728, 2025.

TÔRRES, Leonardo de Andrade. Planejamento Sucessório e a Reforma Tributária: reavaliando o uso da *holding* familiar. Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas, v. 18, n. 75, p. 112-130, 2024.

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: UM ESTUDO BIBLIOGRAFICO SOBRE SEU IMPACTO E AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Categoria: TCC

Miguel Felipe dos Santos Alves[1]
Suzana Alves de Morais Franco[2]

Resumo – O presente artigo analisa as transformações trazidas pela Lei n.º 14.133/2021, com o propósito de examinar suas inovações e avaliar o potencial impacto na otimização dos processos de contratação pública. A problemática central questionou de que forma esta nova legislação moderniza as aquisições e quais são os reais impactos nos mecanismos de controle e na eficácia administrativa. Para responder a este desafio, o objetivo geral foi examinar a capacidade da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) de aprimorar procedimentos e fomentar a eficiência, sendo o estudo orientado pela análise da transparência, da Gestão de Riscos e da agilidade contratual. A metodologia empregada caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, baseada na confrontação e integração de literatura especializada e legislação. Os achados evidenciam que a NLLC não é apenas uma substituição legal, mas um marco regulatório essencial que convida a Administração Pública a romper com o formalismo estrito. A lei eleva os padrões de controle e transparência por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, de forma decisiva, transforma a gestão pela inclusão da Gestão de Riscos e Governança.

Palavras-chave: Lei n. 14.133/2021; licitações públicas; governança; gestão de riscos; transparência.

INTRODUÇÃO

O processo de licitação constitui o procedimento formal da administração pública para a aquisição de bens ou contratação de serviços, devendo ser sempre pautado pela transparência e busca pela competitividade. Inicia-se com a divulgação do edital, prossegue com a seleção dos concorrentes e a avaliação das propostas, culminando na aprovação da oferta mais apropriada. Todos esses atos são regidos pelos princípios fundamentais da administração pública (Brasil, 2024).

A aprovação da Lei n. 14.133/2021 representa um marco na legislação de licitações no Brasil, visando corrigir lacunas, burocracia excessiva e vulnerabilidade a fraudes do regime anterior. Diante desse cenário, surge a problemática central desta pesquisa: De que maneira a

[1]Aluno do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[2]Professora Mestra do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

Lei n. 14.133/2021 auxilia na modernização dos processos de licitação e contratação pública, além de quais são os principais efeitos causados em sua implementação?

Para responder a este desafio, este artigo tem como objetivo geral analisar as principais mudanças trazidas pela Lei n. 14.133/2021, examinando sua capacidade de aprimorar os procedimentos e fomentar a eficiência administrativa. Para tanto, buscar-se-á, como objetivos específicos: (I) Discutir a influência da Lei n. 14.133/2021 nos mecanismos de controle e transparência das contratações públicas; (II) Examinar a inclusão dos conceitos de Gestão de Riscos e Governança Contratual, analisando como esses mecanismos estruturais contribuem para a prevenção de irregularidades e a otimização dos resultados na administração pública; (III) Analisar a agilidade processual de licitar e no processo de contratação.

Para assegurar a cultura de integridade, e a governança nas contratações públicas vai além do mero cumprimento de normas, formando um sistema complexo que envolve instituições, processos e estruturas claramente estabelecidas. Essa estratégia visa garantir que as compras públicas contribuam para o bem comum com o máximo de integridade, eficiência e transparência, funcionando como um instrumento fundamental para prevenir desperdícios, sobrepreço e corrupção (Camarão, 2024).

A Lei n. 14.133/2021, se destaca por introduzir inovações que visam modernizar os processos e corrigir as deficiências burocráticas da legislação anterior. Uma dessas novidades é a inclusão de conceitos como a gestão de riscos, que objetiva evitar a ineficiência, os atrasos e a vulnerabilidade a fraudes que marcavam o regime passado. A gestão de riscos, portanto, estabelece-se como um mecanismo de caráter preventivo na administração pública (Nohara, 2021).

O processo licitatório não é um fim em si, mas um meio de buscar a melhor proposta, conferindo legitimidade à contratação que melhor atenda ao interesse público. Um planejamento robusto e detalhado, materializado no ETP e no Termo de Referência, é a garantia de que o procedimento estará legalmente fundamentado, permitindo que a administração pública supra sua necessidade e maximize a entrega de valor à sociedade (Di Pietro, 2023).

A Nova Lei de Licitações (NLLC) prioriza o formato eletrônico com objetivo de aumentar a eficácia. Essa modernização é centralizada pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que unifica os processos e melhora a comunicação. Ao abolir o uso de papel, o processo digital agiliza a contratação, ultrapassa limitações geográficas e diminui a duração dos certames. Assim, a virtualização é fundamental para a eficácia da administração pública (Brito, 2024).

METODOLOGIA

A natureza da pesquisa utilizada neste trabalho é a qualitativa, onde são realizadas a interpretação de conteúdos e análise de documentos. Nesse sentido, utiliza documentos como fontes primárias, o processo analítico exige uma primeira etapa de familiarização com a área de estudo em questão. Essa fase possibilita ao pesquisador definir o objeto de estudo com mais exatidão, e formular perguntas que guiarão a coleta e análise dos dados (Dourado; Ribeiro, 2023).

Além disso, a pesquisa possui natureza bibliográfica e documental, fundamentada como documento primário a Lei n. 14.133/2021 e como fontes secundárias as publicações científicas, sendo o embasamento acadêmico e ao desenvolvimento do pensamento crítico. Ao analisar os materiais de outros autores, o pesquisador pode confrontar e integrar diferentes pontos de vista, elaborando argumentos mais sólidos para defender suas ideias e, assim, contribuir para o avanço da ciência (Gil, 2002).

Para maximizar sua utilização, é essencial integrar a revisão sistemática às ferramentas digitais contemporâneas, garantindo assim a extensão do assunto e a atualização contínua do material de pesquisa (Andrade, 2010).

Portanto, foram analisados artigos em periódicos entre os anos 2021 e 2025 da área de licitações públicas, utilizando os descritores da Lei n. 14.133 de 2021, Licitações Públicas, Nova Lei das Licitações, entre outros, ainda assim, o número final de artigos embasados nessa pesquisa ficou em 24, todos incluídos na base de dados como a do google acadêmico e Scielo. A seleção seguiu critérios de recorte temporal e relevância teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo principal da pesquisa foi examinar os efeitos dessa lei na contratação pública. Buscou-se mostrar como a nova lei realmente moderniza as aquisições e quais são os efeitos práticos de sua implementação para a eficácia administrativa e os mecanismos de controle.

Em primeiro lugar, em resposta ao primeiro objetivo específico, o estudo demonstrou que a NLLC eleva os padrões de controle e transparência por meio da digitalização e da Governança. A criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não é apenas uma ferramenta, mas um pilar democrático que garante a publicidade centralizada e rápida dos atos, atuando como um inibidor de irregularidades e potencializando o indispensável controle social.

Em relação ao segundo objetivo do estudo, a lei inova na gestão ao priorizar a prevenção e a otimização dos resultados. A inclusão da Gestão de Riscos, agora obrigatória, muda o foco do gestor, incentivando-o a agir proativamente sobre as fraquezas do processo. Essa abordagem preventiva é ancorada na ênfase conferida à Fase Preparatória, tornando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência instrumentos robustos que asseguram que a contratação seja legalmente fundamentada, economicamente vantajosa e eficiente (Di Pietro, 2023).

O terceiro objetivo é concretizado pela NLLC ao estabelecer o formato eletrônico como padrão, atendendo à exigência constitucional de eficiência (Castro, 2025). Essa digitalização, centralizada pelo PNCP, atua diretamente na desburocratização, reduzindo o excesso de formalidades, eliminando etapas presenciais e o consumo de papel. A desburocratização também é alcançada pela simplificação de documentos para microempresas e pela integração de sistemas, resultando em um fluxo de contratação mais ágil e direto (Brito, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao concluir esta análise da Lei n. 14.133/2021, fica evidente que suas inovações representam uma mudança histórica na Administração Pública do país. Os resultados desta presente pesquisa evidenciam, de forma inequívoca, que a NLLC transcende a mera substituição legal; ela consolida um marco regulatório essencial que convida a Administração Pública a romper com o formalismo estrito e a abraçar uma gestão focada em estratégia, planejamento e entrega de valor público à sociedade.

Contudo, para que a agilidade do processo eletrônico se concretize, é preciso vencer desafios consideráveis. A carência de capacitação técnica dos servidores públicos é o maior obstáculo, sendo fundamental o treinamento constante para a nova plataforma e a adaptação às novas regras e modalidades de licitações. Estudos indicam que 60% dos municípios brasileiros enfrentam dificuldades de adaptação devido a essa lacuna (Brasil, 2023).

Sugere-se como estudos futuros, a realização de pesquisas empíricas, tais como estudos de caso em municípios de pequeno e médio porte, a fim de mensurar o impacto real da Gestão de Riscos e da virtualização de processos na redução de falhas e na melhoria dos indicadores de eficiência das contratações públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, Portal da Transparência. Licitações e Contratações. Controladoria-Geral da União (CGU), 2024. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/licitacoes-e-contratacoes. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório de Fiscalização: Implementação da Lei 14.133/2021 em Municípios Catarinenses. Portal TCU, Brasília, 2023. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/24/D4/C3/F8/8D86B8108DD885A8F18818A8/documentos%20-%202023-10-25T144558.599.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRITO, Thiago Lucas Carneiro. A virtualização do processo de licitação na lei nº 14.133/2021: análise da eficiência administrativa e modernização das compras públicas. 2024. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

CAMARÃO, Tatiana. Governança nas contratações públicas: princípios e desafios. Migalhas, 20 set. 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/410145/governanca-nas-contratacoes-publicas-principios-e-desafios. Acesso em: 16 out. 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. Metodologia qualitativa e quantitativa. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (Org.). Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. Nova Lei de Licitações e Contratos Comparada. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: GESTÃO DE PROJETOS

Categoria: Projetos Integradores

Leticia Merfort de Oliveira[1]
Sandra Mara Bragagnolo[2]
LabJr.[3]

Resumo – Este trabalho apresenta os resultados das atividades do componente curricular de Projeto Integrador VI-B, realizado pela estudante autora, em uma empresa do ramo de distribuição de cosméticos, no município de Caçador, SC, com mediação do Laboratório de Consultoria Júnior da Uniarp. O Projeto teve como objetivo propor melhoria no controle de estoque e gestão de pedidos para a empresa em estudo. A metodologia combinou análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação do processo de trabalho, permitindo compreender a dinâmica dos setores envolvidos. Como entregas, o projeto reuniu informações que favorecem o controle de estoques e gestão de pedidos. Conclui-se que a aplicação deste projeto proporcionou o desenvolvimento de competências importantes para a estudante, ao mesmo tempo em que gerou valor prático para a empresa, consolidando o papel da Uniarp, atendendo a demandas de seu entorno e formação profissional.

Palavras-chave: Consultoria Empresarial. Gestão de Projetos. Extensão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se de relatório das atividades desenvolvidas durante a aplicação do Projeto Integrador VI-B do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, durante o mês de outubro de 2025.

A gestão de projetos é fundamental para a organização e planejamento de atividades em qualquer empresa. Segundo PMI (2021), a aplicação de práticas de gerenciamento de projetos permite o alinhamento de objetivos, controle de recursos e acompanhamento de resultados, garantindo maior eficiência e previsibilidade nos processos. No contexto de empresas revendedoras, essa abordagem é essencial para lidar com limitações de recursos e evitar perdas financeiras decorrentes de atrasos ou falta de produtos.

O controle de estoque, por sua vez, é um dos pilares da gestão logística, pois garante que os produtos estejam disponíveis no momento certo, evitando tanto a falta quanto o excesso de itens em estoque (Ballou, 2006). A falta de padronização nos registros e a ausência de sistemas

[1]Aluna do Curso de Ciências Contábeis EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Ciências Contábeis EaD, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Laboratório de Consultoria Júnior da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de acompanhamento podem gerar retrabalho, atrasos nas entregas e insatisfação do cliente, fatores que impactam diretamente na competitividade (Bowersox; Closs, 2001).

Como atividade do Projeto Integrador, foi realizada análise contextual da empresa, para a qual foi elaborado um projeto capaz de possibilitar o alinhamento de ações pontuais para correção de intercorrências que prejudicam a gestão de estoque e as entregas de pedidos.

METODOLOGIA

O relato de experiência apresentado neste Resumo expandido é resultado da aplicação prática realizada como atividade do Projeto Integrador VI-B do curso de Ciências Contábeis ofertado na modalidade a distância pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado e outubro de 2025, em uma empresa do setor de distribuição de cosméticos.

As propostas foram construídas a partir de reuniões com a empresa, sendo em uma etapa de observação e coleta de informações; e outro de elaboração do projeto para resolução do problema pontual identificado na empresa: dificuldade no controle de estoque e atraso na entrega de pedidos. A gestão manual, sem padronização, gera falta de produtos, retrabalho e insatisfação dos clientes, impactando diretamente nas vendas e na eficiência do atendimento. Os resultados apresentados foram apresentados à empresa e registrados em documento para avaliação no componente curricular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução deste Projeto Integrador voltado à resolução de um problema da empresa cedente, possibilitou integrar teoria e prática em um contexto real de gestão. Durante o mês de outubro de 2025, foi realizada uma análise detalhada do processo de controle de estoque da empresa em estudo. Identificaram-se falhas na atualização das informações e atrasos nas entregas.

A partir disso, a estudante autora do projeto desenvolveu uma planilha de controle de estoque e pedidos, testando sua funcionalidade e implementando uma rotina de atualização semanal. O acompanhamento dos resultados permitiu realizar ajustes conforme as necessidades da revenda para garantir mais precisão e organização no acompanhamento das vendas e entregas.

Os resultados foram positivos e perceptíveis em pouco tempo. A utilização da planilha facilitou o controle das entradas e saídas de produtos, reduzindo falhas e atrasos nas entregas. A organização das informações proporcionou maior clareza sobre os níveis de estoque e contribuiu para a reposição antecipada dos itens mais vendidos. Como resultado, houve aumento na satisfação dos clientes e melhoria na eficiência da gestão de pedidos.

A experiência foi enriquecedora, pois permitiu à estudante colocar em prática os conhecimentos adquiridos na área de gestão de projetos e controle de processos. Foram desenvolvidas habilidades de planejamento, organização e análise de resultados, além de reforçar a importância da disciplina e da constância para alcançar melhorias reais. O projeto

contribuiu para o meu crescimento profissional e para a compreensão de como pequenas mudanças podem gerar grandes impactos positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada materializa o propósito do Projeto Integrador ao aproximar a realidade empresarial do percurso formativo da estudante, com mediação do LabJr/UNIARP. As etapas de diagnóstico, organização das informações gerenciais e proposição de melhorias em rotinas de trabalho favoreceram a aplicação de conceitos estudados e a geração de valor prático para a empresa cedente.

Do ponto de vista formativo, a estudante ampliou competências técnico-analíticas (mapeamento de processos, sistematização de dados, redação técnico-gerencial) e socioemocionais (escuta ativa, comunicação profissional, postura ética), fortalecendo sua autonomia, capacidade de argumentação e visão sistêmica do negócio.

Para a empresa, os produtos e recomendações apresentados contribuem para: (i) maior clareza organizacional (papéis, fluxos e registros); (ii) padronização de rotinas críticas; e (iii) tomada de decisão mais ágil e baseada em evidências. Recomenda-se dar continuidade com revisões periódicas das rotinas e indicadores-chave (por exemplo, nível de serviço, acurácia de registros e eficiência operacional), reuniões de alinhamento e registro das lições aprendidas, garantindo a melhoria contínua.

Registra-se sincero reconhecimento à empresa cedente pela confiança, disponibilidade e abertura ao processo de coleta e validação das informações; à gestão e equipe pela colaboração nas entrevistas e conferência de dados; e ao Laboratório de Consultoria Júnior (LabJr/UNIARP).

Por fim, destaca-se o papel da UNIARP, atenta ao ecossistema externo e ao cenário de aprendizagem aplicada. Ao articular demandas reais de organizações parceiras a desafios acadêmicos, a universidade reafirma seu compromisso com a formação profissional de excelência, a extensão universitária e o desenvolvimento regional, promovendo benefícios compartilhados para a sociedade, para empresas e discentes.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2001.

LACERDA, Rafael de Souza; CARVALHO, Mariana de; LIMA, Ana Paula. Gestão de Estoques: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2018.

PMI – Project Management Institute. Guia PMBOK – Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 7. ed. Newtown Square, PA: PMI, 2021.

BEBIDAS EM REFIL: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO USO DE GARRAFAS PLÁSTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Ana Julia Trevisol Colussi[1]
Isabelly Ribeiro Gabardo[2]
Joyce Spautz Bender[3]
Murilo Otávio Ramos Wegner[4]
Nicolas Lemos dos Santos[5]
Marileusa Carvalho[6]
Murilo R. de Morais Júnior[7]

Resumo - Este trabalho apresenta o projeto "Bebidas em Refil", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir o uso excessivo de garrafas plásticas no ambiente escolar. A iniciativa integrou o projeto interdisciplinar Ciclo Verde e culminou na participação em um Hackathon de Inovação. O grupo identificou o problema da invasão de garrafas PET na escola e propôs a instalação de uma máquina de bebidas em sistema de refil, que funcionaria por meio de pagamento eletrônico e incentivo ao uso de copos reutilizáveis. A experiência promoveu aprendizado coletivo, criatividade, responsabilidade socioambiental e contato direto com a prática científica. O projeto demonstrou ser uma alternativa viável para diminuir a produção de resíduos plásticos e conscientizar a comunidade escolar sobre práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Garrafas PET; Refil; Educação Ambiental; Hackathon.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[7]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

No contexto dos problemas ambientais e de sustentabilidade, entende-se que a comunidade escolar possui um papel fundamental na formação de atitudes e consciência ambiental.

Segundo Nelson Mandela, "a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo". Sabendo disso, a educação ambiental em sala de aula proporciona aos alunos experiências, aproximando o convívio em sociedade com a natureza, o novo conhecimento e habilidades.

Em função disso, tomando o desafio de transformar a aprendizagem mais significativa, foi realizado no Colégio de Aplicação da UNIARP com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio, o projeto Ciclo Verde, como pesquisa de doutorado da coordenadora de cursos da UNIARP, Talize Foppa.

Várias etapas constituíram esse feito, tornando uma experiência prática que relacionasse sustentabilidade promovendo a aprendizagem mais enriquecedora e útil para a vida cotidiana dos estudantes. As fases contaram com uma visita ao Horto Municipal e ao Aterro Sanitário, além de aulas práticas e teóricas.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto ocorreu no Colégio de Aplicação – Uniarp, durante o período de março a novembro de 2025, com a presença de aproximadamente 80 alunos do primeiro ano do Ensino Médio e acompanhamento dos mentores Murilo Morais Júnior e Talita Foppa.

As áreas do conhecimento envolvidas foram: Biologia, Química, Sociologia, Inglês, Português, Artes, Geografia e Filosofia. A primeira fase foi dedicada a aulas sobre sustentabilidade e posterior realização de uma visita técnica ao Aterro Sanitário, seguida de palestras sobre lixo zero, montanha de lixo do Deserto do Atacama, Eco Eficiência e Reciclabilidade.

Os estudantes socializaram as aprendizagens em pequenos grupos e realizaram uma visita ao Horto Municipal, onde fizeram a dinâmica da compostagem. Em continuidade, aconteceu uma atividade interdisciplinar, utilizando lixo que virou arte. Na última etapa, os alunos participaram de oficinas de reciclabilidade e preparação para o Hackaton, momento em que apresentaram projetos diversos. Nosso grupo apresentou o projeto "Filtro do Eco Aluno", que consistiu na diminuição do excesso de garrafas plásticas no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 26 de agosto de 2025, aconteceu uma grande atividade a Maratona de Inovação da UNIARP, que se desenvolveu na Arena da Inovação. Nosso grupo recebeu uma problemática para desenvolver: "Invasão das garrafas PET no ambiente escolar".

O problema central apresentado consiste em criar uma ideia prática e viável que diminua o uso de garrafas plásticas no ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma comunidade educativa mais sustentável e alinhada com os princípios do consumo consciente e do lixo zero.

Para solucionar o problema, nossa equipe desenvolveu a ideia de instalar uma máquina de bebidas com refil, as quais poderiam ser utilizadas pelos estudantes mediante pagamento eletrônico (PIX ou crédito no crachá do estudante). As pessoas que trouxessem seu próprio copo poderiam utilizá-la também, recebendo descontos no valor final. Nosso objetivo com esse projeto foi reduzir o uso excessivo de garrafas plásticas no ambiente escolar.

Cada estudante possuiria um crédito, que poderia ser recarregado via PIX. O valor seria debitado por meio de QR Code presente no site ou crachá do aluno. Além disso, um sistema de bonificação seria implementado: estudantes que trouxessem seu próprio copo receberiam um desconto especial.

Nossa equipe dividiu as tarefas de modo que cada integrante ficou encarregado de uma função específica. Todos contribuíram com ideias, buscaram informações com terceiros para aprimorar o projeto e elaboraram a apresentação no Canva. Nosso principal desafio foi encontrar uma solução viável para o excesso de garrafas PET em ambiente escolar e apresentá-la de forma convincente no concurso. Superamos esse desafio de maneira amigável, definindo como objetivo a redução do consumo de garrafas plásticas na universidade e no meio ambiente.

Houve discussões para encontrar a melhor solução, avaliando pontos positivos e negativos de cada ideia. Aprendemos e desenvolvemos diversas habilidades, como: comunicação, oratória, trabalho em equipe, liderança, criatividade e gestão do tempo.

Durante o Hackathon, também realizamos contatos importantes, como a conversa com a proprietária da cantina, que trouxe informações valiosas para a construção do nosso projeto. Esse diálogo nos ajudou a compreender melhor a realidade do consumo dentro da escola e a pensar em soluções mais próximas do cotidiano dos alunos.

A principal mensagem que o projeto nos transmitiu é que a educação vai muito além da sala de aula, possuindo inúmeras finalidades e possibilidades de transformação. A experiência do Hackathon nos proporcionou o trabalho em equipe, o desenvolvimento de um projeto de forma lógica e prática, sempre com o olhar voltado para o bem da escola e da sociedade

Nossa equipe recomenda que outros alunos participem, pois o hackathon proporciona diversas habilidades que podem ser usadas tanto no meio escolar como futuramente no mercado de trabalho. Um dos pontos mais importantes foi o início na iniciação científica, já que tivemos a oportunidade de aprender técnicas da escrita acadêmica, contribuindo para a formação estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Bebidas em Refil" demonstrou que pequenas mudanças estruturais podem gerar grande impacto ambiental no espaço escolar. A proposta de instalar máquinas de bebidas em sistema de refil mostrou-se uma alternativa eficaz para reduzir o consumo de garrafas plásticas, além de incentivar hábitos sustentáveis entre os alunos. A experiência no Hackathon evidenciou a importância do trabalho coletivo, da criatividade e da conscientização socioambiental, reforçando que ações simples podem transformar realidades e inspirar novas práticas de cuidado com o planeta.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

MANDELA, Nelson. **Educação: discursos e reflexões**. África do Sul, 1994.

COMPOSTEIRA: PROJETO DE REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Bernardo Carneiro de Paris[1]
Henrique Mariani Bresolin[2]
Lucas Ferlin Auerswald Grazziotin[3]
Marcelo Muzolon Tortato[4]
Vicenzo Binotto Cracco[5]
Vinicius Antônio Padilha Souza[6]
Marileusa Carvalho[7]
Murilo R. de Morais Júnior[8]

Resumo - O presente trabalho relata a experiência do projeto 'Composteira', desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, que teve como objetivo reduzir o acúmulo de resíduos orgânicos na cantina escolar. A proposta buscou transformar o lixo produzido em adubo natural, destinado ao cultivo de uma horta, aproximando os estudantes de práticas sustentáveis. A metodologia envolveu aulas teóricas, visitas técnicas, palestras e atividades interdisciplinares, culminando na participação em um Hackathon. Os resultados evidenciaram a eficiência da composteira elétrica na redução dos resíduos e na produção de adubo para o cultivo escolar. Conclui-se que o projeto promoveu a conscientização ambiental e proporcionou uma experiência pedagógica significativa.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Resíduos Orgânicos; Compostagem; Educação Ambiental; Horta Escolar.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[8] Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

O desafio de tornar a aprendizagem mais significativa é central para os estudantes do 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP. Projetos interdisciplinares, segundo Fazzanella (1998), devem integrar conteúdos e promover conexões, estimulando investigações sobre temas atuais. Nesse contexto, a sustentabilidade surge como eixo formativo.

Nosso trabalho de pesquisa aborda os resíduos orgânicos gerados pela cantina escolar. De acordo com a revista Unifloresta (2014), todo composto orgânico pode se tornar adubo natural, contribuindo para a redução do lixo e o processo de compostagem. Ribeiro (2017) explica que a compostagem é a decomposição de materiais orgânicos, transformando-os em nutrientes para novas plantações.

Assim, nosso projeto propôs o desenvolvimento de uma composteira elétrica como protótipo, com a intenção de reduzir o excesso de lixo orgânico da cantina e transformá-lo em adubo para a manutenção de uma horta escolar.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre março e novembro de 2025, com a participação de 77 estudantes do 1º ano do Ensino Médio, orientados pelos professores envolvidos. Foram contempladas disciplinas como Português, Inglês, Filosofia, Sociologia e Biologia.

O conjunto de etapas realizadas incluiu aulas teóricas direcionadas à discussão sobre sustentabilidade e ciclo verde, seguidas de uma visita técnica ao aterro sanitário e de palestras sobre resíduos e reciclabilidade. Também houve uma saída ao horto municipal para observar os processos de compostagem, além de uma atividade interdisciplinar que utilizou resíduos como recurso pedagógico. Por fim, foram ministradas instruções sobre reciclabilidade e feita a preparação para o Hackathon, momento em que foi apresentada a proposta de compostagem escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto foi apresentado na maratona de inovação sobre sustentabilidade com a proposta de construção de composteiras elétricas. O objetivo principal foi eliminar o excesso de lixo orgânico da cantina e transformá-lo em adubo para uma horta nos fundos da escola.

A composteira elétrica mostrou-se uma solução prática para selecionar e processar semanalmente cerca de 60 a 90 litros de resíduos, transformando-os em adubo. Essa iniciativa reduziu significativamente o acúmulo de resíduos e apresentou potencial para ser ampliada com novas composteiras em outros espaços da escola.

Durante o desenvolvimento, a equipe dividiu-se em grupos com funções específicas, realizando pesquisas, entrevistas e contato com a cantina. O uso de ferramentas digitais auxiliou na estruturação do projeto. Apesar das dificuldades de organização e seleção das melhores propostas, o grupo conseguiu consolidar uma solução viável, que alia sustentabilidade, baixo custo e funcionalidade.

O ponto de maior destaque foi a eficiência da composteira elétrica, que promoveu benefícios ambientais e pedagógicos, fortalecendo valores como dedicação, disciplina e trabalho em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto 'Composteira' demonstrou que a gestão adequada dos resíduos orgânicos pode transformar desafios em soluções sustentáveis para o ambiente escolar. Além de reduzir o descarte inadequado, o trabalho possibilitou a criação de um recurso pedagógico, contribuindo para a formação ambiental dos estudantes e incentivando práticas responsáveis. Como continuidade, recomenda-se a ampliação do projeto para outros setores da escola e a implementação definitiva da horta escolar, fechando o ciclo de reaproveitamento dos resíduos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

FAZZANELLA, R. Interdisciplinaridade: conceitos e práticas. São Paulo: Cortez, 1998.

REVISTA UNIFLORESTA. Compostagem e práticas ambientais. Curitiba: Unifloresta, 2014.

RIBEIRO, C. Compostagem: fundamentos e práticas. São Paulo: Edusp, 2017.

DO LIXO AO LUXO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES DE SUSTENTABILIDADE NO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS.

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Arthur de Figueiredo Robeiro[1]
Heitor Pollo Oliveira[2]
Julia Bassegio[3]
Julia Westphalen de Godoy[4]
Lucas Gabriel Pacievitcz[5]
Maria Rita Schumann Petry[6]
Yasmin Baldicera de Freitas[7]
Marileusa Carvalho[8]
Murilo R. de Morais Júnior[9]

Resumo - O presente trabalho apresenta o projeto interdisciplinar "Do Lixo ao Luxo", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, no período de março a novembro de 2025. O objetivo foi promover a conscientização sobre o descarte correto dos resíduos sólidos e estimular práticas sustentáveis entre os estudantes. A metodologia incluiu aulas teóricas, visitas técnicas, oficinas de reciclagem, socializações e participação no Hackathon, integrando as disciplinas de Biologia, Inglês, Português, Artes, Geografia e Química. Os resultados evidenciaram maior engajamento dos alunos, que desenvolveram propostas criativas para o reaproveitamento de tampas plásticas, lacres de alumínio e garrafas PET. As ações culminaram em iniciativas de caráter social, como doações para associações beneficentes, e educacional, por meio de estratégias de gamificação. Conclui-se que a experiência contribuiu para o fortalecimento da consciência ambiental e para a integração entre teoria e prática no Ensino Médio.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[8]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[9]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

Palavras-chave: sustentabilidade; interdisciplinaridade; ensino médio; reciclagem.

INTRODUÇÃO

O desafio de lidar com o excesso de resíduos sólidos no ambiente escolar motivou a realização de um projeto interdisciplinar no Colégio de Aplicação da UNIARP. A questão do lixo, quando trabalhada em sala de aula, permite integrar diferentes áreas do conhecimento, tornando a aprendizagem mais significativa. Segundo Santos (1993), novos conhecimentos surgem da interação de linguagens de distintas disciplinas. Morin (2007) acrescenta que a interdisciplinaridade articula saberes em torno de problemas comuns, integrando diferentes horizontes.

Diante da crise socioambiental, Boff (2017) defende que a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte. Nesse sentido, o projeto "Do Lixo ao Luxo" foi elaborado com o objetivo de incentivar o descarte correto de resíduos e estimular práticas de cooperação e responsabilidade socioambiental.

METODOLOGIA

O projeto ocorreu entre março e novembro de 2025, envolvendo cerca de 80 estudantes dos primeiros anos do Ensino Médio, sob a supervisão de dois professores e com a participação de seis disciplinas (Biologia, Inglês, Português, Artes, Geografia e Química). A primeira etapa consistiu em aulas teóricas sobre sustentabilidade e ciclo verde. Posteriormente, realizou-se visita técnica ao Aterro Sanitário, seguida de palestras sobre descarte correto.

Em outro momento, os alunos visitaram o Horto Municipal e aprenderam técnicas de compostagem. Também foi promovida uma atividade prática de criação com materiais recicláveis. Na etapa final, os estudantes participaram de um Hackathon de inovação, no qual apresentaram propostas criativas para o reaproveitamento de resíduos, como tampas de garrafas plásticas, lacres de alumínio e garrafas PET.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 26 de agosto de 2025, aconteceu a Maratona de Inovação Hackathon no Colégio de Aplicação da UNIARP. A equipe desenvolveu o projeto "Do Lixo ao Luxo", que teve como principal objetivo incentivar o descarte correto dos resíduos plásticos gerados na cantina da escola.

A proposta consistiu em criar ações que estimulassem os estudantes a separar corretamente os materiais recicláveis. Para isso, foi planejada uma disputa entre as turmas, envolvendo a coleta de tampas plásticas que seriam destinadas à reciclagem. Essas tampas seriam encaminhadas para uma associação parceira, responsável por sua reutilização. Já os lacres de garrafas seriam aproveitados na fabricação de cadeiras de rodas, contribuindo para uma causa social. Além disso, foram elaboradas estratégias de gamificação, premiando os alunos que se destacassem na prática do descarte correto, por meio da distribuição de alimentos da cantina e outras recompensas simbólicas. Dessa forma, buscou-se transformar o ato de reciclar em uma experiência divertida, interativa e educativa.

Durante o processo, alguns desafios surgiram, principalmente relacionados à execução prática do projeto. No entanto, a ideia mostrou-se viável e promissora, pois alia sustentabilidade, consciência ambiental e engajamento estudantil. O ponto forte da apresentação foi a criatividade e a originalidade, aspectos reconhecidos e valorizados pelos avaliadores do evento. O trabalho em equipe também foi um diferencial importante: cada integrante contribuiu individualmente e, ao mesmo tempo, colaborou de forma coletiva para a conclusão do projeto.

A ação "Do Lixo ao Luxo" demonstrou potencial para continuidade e expansão dentro do colégio, podendo futuramente se transformar em um programa permanente de conscientização ambiental. Com iniciativas como essa, torna-se possível fortalecer o compromisso da escola com a sustentabilidade, promovendo impacto positivo tanto no ambiente escolar quanto na comunidade..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Do Lixo ao Luxo" demonstrou ser uma prática interdisciplinar eficaz, ao integrar diferentes áreas do conhecimento em torno de um problema real e urgente. Os estudantes desenvolveram maior consciência ambiental, aprenderam sobre processos de reciclagem e vivenciaram o valor do trabalho coletivo. Além disso, a proposta mostrou potencial de continuidade e expansão, podendo transformar-se em um programa permanente de conscientização ambiental dentro da escola.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. Sustentabilidade: o que é, o que não é. Petrópolis: Vozes, 2017.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1993.

ECOLANCHEIRA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO LIXO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Ana Clara Gonçalves Vieira[1]
Clara Dugaich Rodrigues[2]
Gustavo Bisotto Scolaro[3]
Isabel Moschetta Santos[4]
Lauro Benjamin Franco Rosa[5]
Manuela Ochiali Bonfim Puin[6]
Nathalia Schulze Cordeiro[7]
Marileusa Carvalho[8]
Murilo R. de Morais Júnior[9]

Resumo - O presente trabalho descreve o desenvolvimento do projeto "EcoLancheira", realizado no Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados nos intervalos escolares. A partir de visitas técnicas, aulas teóricas e práticas, bem como da participação em palestras e Hackaton de Inovação, os estudantes analisaram o impacto do lixo escolar e propuseram alternativas viáveis para diminuir o uso de embalagens descartáveis. A solução apresentada foi a criação de uma lancheira feita de fibra de bambu, resistente e reutilizável, que substitui as embalagens de isopor e plásticos derivados de casa. Além de contribuir para a redução de resíduos, a proposta promove hábitos alimentares mais saudáveis e maior conscientização ambiental entre os estudantes.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Resíduos escolares; EcoLancheira; Reciclagem; Educação Ambiental.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[8]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[9]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

A produção de lixo no horário do intervalo é um dos maiores problemas encontrados no Colégio de Aplicação, localizado em Caçador/Santa Catarina. Baseando-se em visitas técnicas, aulas práticas e teóricas, os alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação propuseram soluções para o referido problema.

O projeto começou como uma experiência de pesquisa de Doutorado referente à sustentabilidade e ao ciclo verde, que, segundo Jacob Besson (2010), é uma estratégia que viabiliza o reaproveitamento de resíduos, a fim de manter os recursos em circulação. No hackaton, a problematização recaía sobre o excesso de lixo do lanche que vinha de casa e que resultava em lixo na escola.

A proposta de nossa equipe foi a criação da EcoLancheira, que tinha como objetivo maior a redução de plásticos derivados de casa e que estavam poluindo a escola, tendo ainda como uma alimentação mais saudável para os estudantes.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação – Uniarp, entre os meses de março a novembro de 2025, contando com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio e orientação dos professores Murilo Morais Júnior e Talize Foppa. Foram contempladas as disciplinas de Filosofia, Biologia, Inglês, Geografia, entre outras, com aulas sobre sustentabilidade e ciclo verde. Na segunda fase, houve uma visita técnica ao aterro sanitário e, além disso, os estudantes participaram de palestras sobre reciclabilidade.

As descobertas foram apresentadas em forma de socialização. Também ocorreu uma visita ao Horto Municipal, onde aprenderam a manusear o composto e lixo e criar uma composteira.

Outra experiência relevante foi a atividade interdisciplinar com foco no uso de materiais recicláveis, na qual foram usados pelos alunos diversos objetos, explorando a criatividade com a produção de textos e pinturas.

Por fim, os alunos realizaram oficinas sobre reciclabilidade e participaram do hackaton, evento no qual nossa equipe apresentou o projeto da EcoLancheira.

A EcoLancheira é uma proposta desenvolvida que consiste em uma lancheira feita de fibra de bambu com alta resistência, portando talheres, com o principal objetivo de substituir os plásticos derivados de casa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as aulas do projeto Ciclo Verde, o grupo trabalhou com a temática “Lixo na Escola”. A participação no Hackaton de Inovação, realizado no dia 26 de agosto, no qual o grupo buscou desenvolver uma solução viável para reduzir o acúmulo de resíduos no ambiente escolar. O objetivo principal foi avaliar a quantidade de lixo produzido na escola e propor alternativas para diminuir esse volume, promovendo mais consciência e práticas sustentáveis.

O problema identificado foi o acúmulo de lixo oriundo de casa e da própria cantina da escola. Observou-se que, em diversos espaços, há uma grande quantidade de resíduos e que a participação dos estudantes na coleta seletiva ainda é baixa. Muitos relataram que a falta de lixeiras adequadas dificulta a separação correta do lixo, o que contribui para o descarte inadequado de materiais recicláveis.

A solução proposta pelo grupo foi a criação do Eco-lanche, uma lancheira feita de fibra de bambu. Esse recipiente substituiria as embalagens de isopor utilizadas na cantina. O isopor, além de não ser reciclável, causa impactos negativos ao meio ambiente e contribui significativamente para o aumento do volume de lixo escolar. A bandeja de folha de bananeira apresenta-se como prática, sustentável, ecológica e biodegradável, garantindo menor impacto ambiental.

Além disso, o grupo também sugeriu envolver os familiares dos alunos na proposta, incentivando-os a utilizar embalagens reutilizáveis para sucos e salgados, diminuindo, assim, a quantidade de resíduos descartados diariamente.

A participação no Hackaton possibilitou ao grupo desenvolver competências importantes, como: Organizar melhor as informações pesquisadas; Trabalhar em equipe de forma mais colaborativa; Diminuir a ansiedade durante apresentações; Melhorar a capacidade de expor ideias com clareza e segurança.

Durante o evento, também foi possível compreender a importância de divulgar projetos sustentáveis dentro da escola. Ao compartilhar as soluções criadas, os estudantes perceberam que poderiam inspirar outros colegas a desenvolver novas ideias em prol do meio ambiente.

O projeto "Eco-lanche" mostrou-se uma alternativa prática e sustentável para reduzir o uso de isopor na escola, contribuindo para a diminuição do lixo e para a conscientização da comunidade escolar.

A experiência no Hackaton foi enriquecedora, pois proporcionou aprendizado coletivo, engajamento dos estudantes e valorização da criatividade e do trabalho em conjunto.

Assim, o projeto reforça a necessidade de ações simples, mas significativas, para a construção de uma escola mais sustentável e comprometida com o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto EcoLancheira evidencia que mudanças simples no cotidiano escolar podem reduzir significativamente o impacto ambiental. A substituição de materiais descartáveis por alternativas sustentáveis, como a lancheira de bambu e bandejas biodegradáveis, demonstrou-se viável e eficaz. Além de contribuir para a diminuição do lixo, a iniciativa promoveu maior conscientização ambiental entre os estudantes, incentivando também o envolvimento das famílias. O projeto proporcionou aprendizagens relevantes, trabalho colaborativo e integração interdisciplinar, fortalecendo a construção de uma cultura escolar voltada para a sustentabilidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BESSON, Jacob. **Ciclo Verde: uma estratégia sustentável para o reaproveitamento de resíduos**. São Paulo: Atlas, 2010.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. ONU, 1992.

ELETROLIXO: PROJETO DE REDUÇÃO E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Beatriz Francio Parisotto[1]
Eduarda Cristina Pschiski Florindo[2]
Jaqueline Cardoso Ribeiro dos Santos[3]
Julia Piran Tortato Lava[4]
Kauane Santos de Almeida[5]
Maria Clara Marini dos Santos[6]
Sofia Dal Pizzol Danese[7]
Marileusa Carvalho[8]
Murilo R. de Morais Júnior[9]

Resumo - O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do projeto "Eletrolixo", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, voltado à redução e ao reaproveitamento do lixo eletrônico. A proposta surgiu da necessidade de diminuir o acúmulo de resíduos obsoletos e contaminantes no ambiente escolar, promovendo a sustentabilidade por meio da reutilização de componentes em aulas de robótica e atividades artísticas. A metodologia incluiu aulas teóricas, palestras, visitas técnicas, produção interdisciplinar de obras com materiais reciclados e a participação no Hackathon. Os resultados indicaram avanços na conscientização dos estudantes, implementação de espaços de coleta, parceria com a empresa Recicla Caçador e desenvolvimento de protótipos de robótica a partir de materiais reaproveitados. Conclui-se que a iniciativa contribuiu para reduzir o descarte inadequado, fortalecer a consciência ambiental e aproximar teoria e prática em um contexto pedagógico inovador.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[8]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[9]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Lixo eletrônico; Reciclagem; Educação Ambiental; Robótica.

INTRODUÇÃO

O desafio para a diminuição do descarte incorreto do lixo eletrônico cresce a cada dia, pois aumenta a liberação de substâncias tóxicas, contaminando a natureza e espalhando doenças devido à sua composição de metais pesados e outros componentes.

Segundo o relatório The Global E-Waste Monitor (ONU, 2021), em 2030 o lixo eletrônico mundial chegará a 74 milhões de toneladas anuais. Considerando esse contexto, a sustentabilidade foi escolhida como tema gerador do Projeto Integrador no Colégio de Aplicação da UNIARP.

Conforme Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações. Para Boff (2017), trata-se de "questão de vida ou morte, já que vivemos uma crise socioambiental generalizada".

Assim, desenvolveu-se o projeto "Lixo Zero", que originou a proposta "Eletrolixo", voltada à reorganização dos processos institucionais de descarte eletrônico, à triagem de materiais e ao reaproveitamento pedagógico em aulas de robótica e eletrônica.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre março e novembro de 2025, com a participação de 80 estudantes do 1º ano do Ensino Médio e orientação dos professores responsáveis. Foram envolvidas as disciplinas de Inglês, Artes, Química, Biologia, Português, Sociologia e Filosofia.

As etapas contemplaram:

Aulas teóricas sobre sustentabilidade e ciclo verde;

Saída técnica ao aterro sanitário, com estudo sobre purificação do chorume;

Palestras sobre eco-barreiras, reciclabilidade e socialização de conhecimentos;

Visita ao Horto Municipal, com trilha ecológica e reflexão sobre compostagem;

Produção de obras artísticas com materiais reciclados;

Instruções sobre reciclabilidade e participação no Hackathon de sustentabilidade.

Durante o Hackathon, a equipe apresentou propostas como: aulas de robótica com reaproveitamento de peças eletrônicas, criação de espaço de coleta no colégio e formação de equipe de triagem com estudantes de TI.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto possibilitou conscientização sobre o descarte adequado do lixo eletrônico, reduzindo o acúmulo de materiais obsoletos na universidade. Os resíduos foram classificados em reaproveitáveis (utilizados em aulas de robótica) e não reaproveitáveis (destinados à empresa Recicla Caçador).

A principal inovação consistiu em transformar o lixo eletrônico em ferramenta educativa, aplicando-o em oficinas de robótica e esculturas artísticas. Além disso, o projeto contribuiu para a melhoria do espaço escolar, anteriormente prejudicado pelo acúmulo de resíduos.

No Hackathon, a equipe se organizou com divisão clara de tarefas (apresentação, criação de slides e banner, pesquisa e contato com fontes). Apesar dos desafios de tempo e seleção de ideias, o grupo desenvolveu uma solução consistente, aliando sustentabilidade, criatividade e interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Eletrolixo" demonstrou que é possível unir educação, sustentabilidade e inovação, promovendo práticas que diminuem o descarte incorreto e, ao mesmo tempo, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. A reutilização de resíduos eletrônicos em aulas de robótica favoreceu o desenvolvimento de habilidades criativas, o trabalho em equipe e a conscientização ambiental. Recomenda-se, como continuidade, a ampliação das parcerias com instituições de reciclagem e a inclusão de novas disciplinas no processo, garantindo maior alcance e impacto social.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our Common Future. Oxford**: Oxford University Press, 1987.

GAIA – **Global Alliance for Incinerator Alternatives. Zero Waste Definition.** Berkeley: GAIA, 2015.

ONU. **The Global E-Waste Monitor 2021.** United Nations University, ITU, ISWA, 2021.

FESTAS COM SABOR, MAS SEM LIXO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Bernardo Telck[1]
Gabriel Cassiano Pegoraro[2]
Henrique Zart[3]
Igor Susin[4]
Luiz Eduardo Guzella Gomes[5]
Pedro Eduardo Nica Caetano[6]
Pietro Bajuk[7]
Marileusa Carvalho[8]
Murilo R. de Morais Júnior[9]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência desenvolvida no Colégio de Aplicação da UNIARP, no âmbito do projeto "Festas com Sabor e Sem Lixo", realizado com estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A proposta surgiu da necessidade de tornar a aprendizagem mais significativa por meio da reflexão sobre práticas sustentáveis no espaço escolar. A fundamentação teórica apoiou-se em Boff (2017), Elkington (1997) e Morin (2018). A metodologia envolveu aulas teóricas, palestras e visitas técnicas ao aterro sanitário e ao Horto Municipal, complementadas por momentos de pesquisa e pela participação em um Hackaton. Como resultado, foi desenvolvida a proposta de reutilizar resíduos de festas escolares — especialmente o E.V.A. — para a produção de materiais didáticos e brinquedos destinados à Educação Infantil. Conclui-se que a iniciativa contribuiu tanto para a redução do descarte de resíduos quanto para o fortalecimento da consciência ambiental e da prática do trabalho coletivo, configurando-se como uma ação pedagógica inovadora e socialmente relevante.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Ensino Médio; Sustentabilidade, Reaproveitamento.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[8]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[9]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

O desafio de tornar a aprendizagem mais significativa para os estudantes do Ensino Médio envolve a necessidade de abordar questões pertinentes, especialmente relacionadas às práticas sustentáveis. Segundo Boff (2017), "a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte, uma vez que sofremos uma crise socioambiental generalizada." Já Elkington (1997) a compreende como sustentada em três pilares fundamentais: viabilidade econômica, qualidade ambiental e justiça social.

O Colégio de Aplicação da UNIARP busca promover um ensino inovador, integrando temas urgentes e problemáticas contemporâneas, de modo a estimular os estudantes a desenvolverem projetos autorais. Conforme Morin (2018), o ensino Inovador valoriza a diversidade de estilos de aprendizagem e contribui para aumentar o interesse dos adolescentes em questões atuais, como a reciclagem e o reaproveitamento de materiais — tópicos ainda pouco explorados no cotidiano escolar.

A relevância da educação ambiental também é evidenciada pela Constituição Brasileira (1988), que a reconhece como fundamental para a formação cidadã em todos os níveis de ensino.

Diante desse cenário, desenvolveu-se o projeto Festas com Sabor, mas sem Lixo, com o propósito de estimular práticas educativas sustentáveis por meio da reutilização de sobras e descartes de eventos escolares. O objetivo central foi criar materiais pedagógicos e objetos lúdicos, especialmente para apoiar o trabalho realizado na Educação Infantil.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre os meses de março e novembro de 2025, com a participação de aproximadamente 80 alunos do 1º ano do Ensino Médio, sob a orientação de professores das várias disciplinas envolvidas: Filosofia, Artes, Inglês, Português, Língua e Química, abrangendo atividades como aulas teóricas e palestras sobre sustentabilidade e ciclo verde.

Como parte das ações práticas, os estudantes realizaram uma visita técnica ao aterro sanitário da cidade, onde participaram de palestras sobre reciclagem e, posteriormente, compartilharam suas descobertas com os colegas. Também visitaram o Horto Municipal, aprendendo sobre o processo de compostagem e refletindo sobre sua relevância para a comunidade escolar.

Em outra etapa, os participantes receberam orientações sobre reciclabilidade, como preparação para o Hackaton, evento que representou a culminância do projeto e resultou na apresentação de diferentes propostas de intervenção. Entre elas, destacou-se este projeto, que propôs a reutilização dos resíduos de festas escolares na produção de materiais didáticos e brinquedos para as turmas da Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto desenvolvido recebeu o título "Festas com Sabor, mas sem Lixo" e foi apresentado na Maratona de Inovação sobre Sustentabilidade, realizada em 26 de agosto de 2025.

A proposta buscou responder ao desafio de repensar o destino dos resíduos de festas escolares, especialmente o descarte de E.V.A., material amplamente utilizado em decorações e atividades pedagógicas, mas que muitas vezes é inutilizado após os eventos.

A estratégia desenvolvida consistiu na coleta, higienização e reaproveitamento desses materiais, transformando-os em recursos didáticos e objetos lúdicos voltados para a Educação Infantil.

Durante o processo, a equipe se organizou em dois grupos: um dedicado às pesquisas, em parceria com os professores orientadores, e outro responsável pela preparação do pitch e da apresentação digital do projeto. O principal desafio enfrentado foi a limitação de tempo para os ensaios, o que exigiu flexibilidade e adaptações ao longo das etapas.

Apesar desses obstáculos, o grupo conseguiu apresentar uma proposta consistente e com potencial de continuidade, já em fase de implementação no Colégio de Aplicação. Entre os pontos fortes do projeto destacam-se a simplicidade, a objetividade e a relevância social, fatores que reforçam sua contribuição para a redução de resíduos e para a promoção da educação ambiental.

Além dos resultados práticos, a experiência proporcionou uma importante aprendizagem coletiva: a compreensão de que o trabalho em equipe é essencial para alcançar objetivos comuns. O processo favoreceu a cooperação, fortaleceu os vínculos entre os estudantes e promoveu reflexões significativas sobre sustentabilidade no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse projeto, percebemos que é possível aprender de forma prática e divertida. O trabalho interdisciplinar mostrou que os conteúdos de diversas disciplinas, quando conectados, facilitam o aprendizado. Também aprendemos a importância de cuidar do meio ambiente e vimos que a horta pode continuar trazendo benefícios para a escola. Como sugestão, acreditamos que no futuro outras disciplinas também possam participar e que outros assuntos relevantes possam ser abordados numa metodologia mais versátil e moderna.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. . Acesso em: 10 set. 2025.

ELKINGTON, John. Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business [Canibais com garfos: o tripé dos negócios do século 21]. Oxford: Capstone, 1997.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 23. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

LIXO QUE VIRA ARTE: TRANSFORMAÇÃO DE RESÍDUOS EM BRINQUEDOS SUSTENTÁVEIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Ângelo Cordeiro Balchak[1]
Isabeli Frigeri Lima[2]
Julia Manfroi Faoro[3]
Julia Prigol Delavi[4]
Luis Gustavo da Silva[5]
Marileusa Carvalho[6]
Murilo R. de Morais Júnior[7]

Resumo - Este trabalho apresenta o projeto "Lixo que Vira Arte", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP no contexto do projeto Ciclo Verde. O objetivo foi transformar resíduos plásticos em materiais úteis, explorando a criatividade e a interdisciplinaridade para fomentar a consciência ambiental. A proposta surgiu a partir de aulas, visitas técnicas, palestras e participação em Hackathon de Inovação. A equipe identificou o problema do descarte inadequado de garrafas PET e resíduos plásticos, propondo sua transformação em filamentos reciclados para a produção de brinquedos destinados à educação infantil. O projeto evidenciou a viabilidade da reutilização criativa de materiais, integrando práticas pedagógicas, sustentabilidade e ludicidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Reciclagem; Educação Infantil; Lixo que Vira Arte; Hackathon.

INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento do projeto de doutorado da professora Talize Foppa, em conjunto com o Colégio de Aplicação da Uniarp, tivemos a oportunidade de reunir alunos da escola, vivenciando experiências enriquecedoras por meio das atividades, com as quais tivemos

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[7]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

contato com o aprendizado e, além de visitas técnicas, oficinas sobre sustentabilidade e a conscientização sobre a elevada índice de produção de lixo e as práticas de reciclagem.

Essas atividades nos possibilitaram uma maior compreensão acerca da importância de preservar o meio ambiente, da grande quantidade dos resíduos, da reciclagem e da necessidade de conscientizar cada vez mais os alunos da educação básica.

A inserção da reflexão crítica e a preocupação com o meio se tornam um diferencial no ensino. A busca por soluções sustentáveis não exige um custo muito alto para sua aplicação, porque através de ações coletivas podemos alcançar resultados finais.

Diante da importância de pensarmos uma escola mais sustentável, destaca-se a necessidade de aplicar programas que possam auxiliar a transformação de resíduos plásticos, reutilizando-os para a criação de novos produtos artísticos e objetos úteis que influenciam no desenvolvimento da atividade docente interdisciplinar.

Conforme afirma a diretiva 2008/98/CE da União Europeia: "Reutilização é o processo de reaproveitamento de produtos ou componentes para a mesma finalidade."

Nosso objetivo justifica-se em uma busca por uma educação crítica e lúdica com a reciclagem como um disparador pedagógico para a formação integral de um sujeito sensível, cognitivo, afetivo, crítico e inovador, proporcionando condições para que ele seja capaz de se ressocializar (Ceara, 2019).

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da Uniarp, entre março e novembro de 2025, com a participação de 80 alunos do 1º ano do Ensino Médio e orientação de 12 professores, licenciados e mestres palestrantes. As principais disciplinas envolvidas foram Português, Biologia, Geografia, Matemática e Sociologia.

Concordando com Edgar Morin (2005), que afirma: "é fundamental um fator interdisciplinar na compreensão das dificuldades que assolam a sociedade, pois apenas assim se alcança uma escola com ricas práticas totalmente fiéis à realidade."

A primeira etapa consistiu em aulas teóricas sobre sustentabilidade e ciclo verde. Depois, os estudantes fizeram uma visita técnica ao Aterro Sanitário para conscientizar e aprofundar os conteúdos. Posteriormente, ocorreram palestras sobre a reciclagem dos resíduos com o intuito de envolver ainda mais os alunos, demonstrando a diversidade e suas deficiências.

Houve também uma visita ao Horto Municipal, onde foi tratado sobre a importância e a possibilidade de solução para compostagem e demais resíduos, aproximando os alunos da proposta de ensino técnico em diversas atividades. Posteriormente, uma atividade interdisciplinar foi realizada,resultando na criação de uma maquete com funcionamento da reciclagem e o descarte correto. A aprendizagem não somente dos alunos, mas também dos observadores que pela exposição passaram.

Outro momento foi de instruções sobre reciclabilidade e preparação para o Hackaton, último evento que culminou com a criação de diversos projetos de sustentabilidade. Nessa ocasião, nossa equipe apresentou a proposta de transformar o lixo em arte. Tentamos relacionar um projeto que envolvesse a educação infantil, pois, conforme orienta a BNCC, é necessário que as crianças tenham oportunidades de aprender de diferentes formas, seja por meio de interações ou atividades lúdicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossa equipe participou da maratona de inovação sobre sustentabilidade que ocorreu no dia 26/08. Nosso grupo teve como problemática o lixo que viria a ser arte. O tema estava relacionado à sustentabilidade e reaproveitamento dos materiais, criando uma obra de arte usando apenas materiais que seriam considerados "lixo". Inserimos soluções criativas que unissem tecnologia e meio ambiente.

Identificamos que havia uma grande quantidade de resíduos plásticos, especialmente garrafas PET, um grande problema é ao tempo que o plástico leva para se decompor e seus impactos ambientais. Além disso, o lixo, quando descartado incorretamente, causa muitos impactos no maio ambiente.

Nossa proposta foi transformar garrafas PET e resíduos plásticos em filamentos de plástico reciclado para produção de brinquedos destinados às crianças da educação infantil. Algumas das fases do processo foram: coleta de garrafas PET, derretimento do plástico, transformação em filamento, construção do protótipo que passaria pela máquina que faria o modelo 3D. Assim, daríamos um destino útil ao lixo e ao mesmo tempo promoveríamos a educação sustentável.

Nosso objetivo principal é reduzir o descarte inadequado de plásticos, estimular a conscientização ambiental e fornecer brinquedos educativos e sustentáveis para o Colégio. Cada integrante assumiu uma função; alguns ficaram na pesquisa, outros desenvolveram slides e se dividiram nas ligações para fechamento de parcerias. Fizemos uso do notebook, celular e post it e a comunicação presencial. Enfrentamos dificuldades técnicas para entender o processo de derretimento de alguns plásticos no aquecimento. Superamos os desafios através da troca de informações entre os integrantes do grupo. Contamos com a colaboração dos mentores do hackathon que nos ajudaram a simplificar o processo e dar prioridade para as soluções.

Apresentamos como resultado final do nosso projeto as seguintes propostas: fazer com que a destinação final dos plásticos não seja apenas para o aterro, mas sim transformá-los em brinquedos, onde as crianças de maneira lúdica vivenciem, aprendam e ao mesmo tempo cuidem do meio ambiente, pois sua recompensa maior estaria em receber, como resultado, o brinquedo.

O final seria as próprias crianças com um brinquedo construído por elas, dando às mesmas a oportunidade de brincar com um brinquedo sustentável. Tudo por trás de um apoio em grande projeto, que se muito bem aplicado e desenvolvido poderá tornar o colégio um lugar muito mais sustentável.

Nossa equipe aprendeu muito com esse projeto de hackathon; dentre essas aprendizagens está como classificar e separar o lixo, quais plásticos podem ser reciclados ou não, quando em vista ao Aterro aprendemos que o impacto positivos do descarte correto de lixo.

Tivemos experiências individuais do projeto, onde foram feitas várias tarefas que deixaram tudo mais interessante e real para nós, uma vez que nem imaginávamos o quão abrangente era o problema com o lixo. Foi uma experiência única vivenciada por todos nós, sem dúvidas todos deveriam ter a oportunidade de participar de um hackathon.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto 'Composteira' demonstrou que a gestão adequada dos resíduos orgânicos pode transformar desafios em soluções sustentáveis para o ambiente escolar. Além de reduzir o descarte inadequado, o trabalho possibilitou a criação de um recurso pedagógico, contribuindo para a formação ambiental dos estudantes e incentivando práticas responsáveis. Como continuidade, recomenda-se a ampliação do projeto para outros setores da escola e a implementação definitiva da horta escolar, fechando o ciclo de reaproveitamento dos resíduos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Reciclagem como recurso pedagógico.** Fortaleza: SEDUC, 2019.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008**.

MONTANHA DE PAPEL: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA REDUÇÃO DO USO EXCESSIVO DE PAPEL NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Enzo Henry Lenadt Melo[1]
Guilherme Colussi Cordeiro[2]
Gustavo Petrykowski Martins[3]
João Vitor Machado[4]
Otávio Tristão de Souza[5]
Pedro Otávio Langaro Roveda[6]
Marileusa Carvalho[7]
Murilo R. de Morais Júnior[8]

Resumo - O presente trabalho relata o desenvolvimento do projeto "Montanha de Papel", realizado no Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir o uso excessivo e o descarte inadequado de folhas no ambiente escolar. O projeto foi construído a partir de aulas expositivas, visitas técnicas, palestras e oficinas, culminando na participação em um Hackaton educacional sobre sustentabilidade. Durante o evento, o grupo apresentou uma solução prática e inovadora para o reaproveitamento de papel, com a criação de um equipamento capaz de triturar folhas já utilizadas e transformá-las em novos materiais. A iniciativa, além de contribuir para a diminuição de resíduos, promoveu a conscientização ambiental, a cooperação entre os alunos e a busca por alternativas viáveis de cuidado com o meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Reciclagem de papel; Montanha de Papel; Educação Ambiental; Hackaton.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[8]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

O Colégio de Aplicação da UNIARP, visando um ensino inovador, elaborou por meio de uma proposta de integração da Coordenadoria de Graduação da UNIARP, com o objetivo de estimular os alunos a refletirem sobre sustentabilidade no ambiente escolar. De acordo com a Agenda 21, sustentabilidade é o uso de recursos de maneira eficiente e sem prejudicar as gerações futuras, garantindo que as gerações presentes sobrevivam sem prejudicar seus sucessores.

Diante disso, os alunos do 1º ano do Ensino Médio participaram de oficinas e visitas técnicas que culminaram em novas propostas de ação. Na etapa final, foi realizado um Hackaton educacional, em que elaboraram projetos inovadores de cunho sustentável.

Nesse evento, nosso grupo propôs uma solução viável para o uso excessivo de papel, problema recorrente em nosso colégio. Segundo Sornnato, Silva e Zeura et al. (2019), o papel usado tem grande possibilidade de reaproveitamento. Dados mostram que a cada tonelada de papel reciclado são poupadas vinte árvores, além de outros benefícios.

Como objetivo secundário, destacamos a importância de proteger o meio ambiente. Levando isso em consideração, nosso grupo propôs o reaproveitamento dos papéis utilizados, reciclá-los e reutilizá-los, tornando o colégio mais sustentável.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação entre março e novembro de 2025, contando com a presença de aproximadamente 80 estudantes do 1º ano do Ensino Médio e orientação dos professores Murilo Morais Júnior e Talize Foppa. Foram contempladas as disciplinas de Português, Biologia, Química, Sociologia, Matemática, História, Redação e Geografia.

Inicialmente houve aulas expositivas sobre sustentabilidade e ciclo verde. Na segunda fase, os estudantes realizaram uma visita técnica ao aterro sanitário, além de participarem das palestras sobre reciclagem. As descobertas foram apresentadas em forma de socialização.

Também ocorreu uma visita ao Horto Municipal, onde acompanharam todo o processo de compostagem. Outra experiência relevante foi a atividade interdisciplinar com foco no uso do lixo que virou arte.

Por fim, os alunos realizaram uma oficina sobre reciclabilidade e participaram do Hackaton, evento no qual uma equipe apresentou o projeto "Montanha de Papel", com objetivo de reduzir as folhas de papel no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto "Montanhas de papel" tem como objetivo reduzir o uso excessivo de folhas de papel, que muitas vezes são descartadas de forma incorreta, impossibilitando sua reciclagem. A proposta foi desenvolvida durante a Mostra de Inovação sobre Sustentabilidade (Hackaton),

realizada no dia 26 de agosto, na qual o grupo participou com o intuito de adquirir conhecimento e propor soluções inovadoras para o lixo no ambiente escolar.

O problema principal identificado pela equipe foi o acúmulo de papel utilizado em excesso e, consequentemente, descartado de maneira inadequada ou armazenado sem destino correto.

A equipe observou que existe uma grande quantidade de papel inutilizado, o que representa uma média de cerca de 350 mil folhas por ano apenas na escola. Além disso, a indisponibilidade de impressoras, bibliotecas e computadores dificulta o acesso a recursos digitais, tornando ainda maior a dependência do material impresso.

Com o avanço das tecnologias e a crescente digitalização das atividades, o uso descontrolado de papel torna-se inviável. Assim, novas soluções precisam ser buscadas para reduzir esse impacto ambiental.

A solução idealizada pelo grupo foi a criação de uma "Montanhas de papel", equipamento capaz de triturar e reciclar folhas já utilizadas, transformando-as em novas folhas menores, prontas para reutilização.

Essa proposta busca reduzir o desperdício, facilitar a reciclagem e contribuir para a sustentabilidade ambiental, promovendo maior consciência ecológica dentro da escola e inspirando práticas que podem ser aplicadas também em outros ambientes.

Para que o projeto fosse concluído no tempo disponível, a equipe organizou-se de forma colaborativa: Alguns membros ficaram responsáveis pela escrita; outros cuidaram das ilustrações e desenhos; outros organizaram a montagem dos cartazes. Essa divisão de tarefas foi fundamental, pois garantiu que todos os integrantes participassem ativamente e que o trabalho fosse concluído com qualidade e dentro do prazo.

A participação no Hackaton proporcionou à equipe maior experiência em organização, integração e resolução de problemas. O trabalho coletivo possibilitou desenvolver uma ideia inovadora em pouco tempo, mas de forma objetiva e eficiente. Além disso, o projeto contribuiu para a reflexão sobre a importância da sustentabilidade e da qualidade do trabalho em grupo, reforçando valores como cooperação, criatividade e consciência ambiental.

O projeto "Montanhas de papel" demonstrou que pequenas ações podem gerar grandes impactos. Ao propor uma alternativa para o reaproveitamento do papel, a equipe buscou não apenas reduzir o desperdício, mas também fomentar práticas sustentáveis que auxiliem no cuidado com o meio ambiente.

O Hackaton, portanto, foi uma oportunidade de aprendizado e de construção coletiva, evidenciando que a união de esforços é essencial para a criação de soluções simples, eficazes e com potencial de transformação social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Montanha de Papel" demonstrou que a redução do uso de papel no ambiente escolar é possível e necessária. A criação de um equipamento capaz de reaproveitar folhas

inutilizadas revelou-se uma proposta inovadora, prática e de baixo custo, capaz de inspirar mudanças sustentáveis no cotidiano escolar. Além da conscientização ambiental, a experiência proporcionou desenvolvimento de habilidades coletivas, criatividade e responsabilidade socioambiental, mostrando que iniciativas locais podem gerar impactos positivos significativos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. ONU, 1992.

SORNNATO, Silva; ZEURA, et al. Reciclagem de papel: potencialidades e benefícios ambientais. Revista Brasileira de Sustentabilidade, 2019.

RESTOS QUE TRANSFORMAM: COMPOSTAGEM E REDUÇÃO DE DESPERDÍCIO NA CANTINA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS.

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Helouyse Colussi[1]
Henrique Maurina[2]
João Gomes Queiroz Neto[3]
Luiz Bernardo da Silva[4]
Luiza Zanchi[5]
Sofia Morando Schramoswski[6]
Marileusa Carvalho[7]
Murilo R. de Morais Júnior[8]

Resumo - O presente trabalho apresenta o projeto "Restos que Transformam", realizado pelos alunos do Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir o desperdício de alimentos na cantina escolar por meio da compostagem. A proposta surgiu a partir do projeto interdisciplinar "Ciclo Verde", no qual foram desenvolvidas atividades práticas, visitas técnicas e participação em Hackathon de Inovação. O grupo identificou o problema do descarte inadequado de restos alimentares e propôs a utilização de uma composteira biodigestora, capaz de transformar resíduos em adubo orgânico, aplicado posteriormente em uma horta suspensa. Além de diminuir os impactos ambientais, a iniciativa buscou promover práticas ecológicas, a conscientização dos estudantes e a integração entre teoria e prática. O trabalho reforça a importância da sustentabilidade e do consumo consciente no ambiente escolar.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Compostagem; Restos de alimentos; Educação Ambiental; Hackathon.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[8]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema recorrente nos dias atuais, e é de extrema importância que seja abordado desde a educação infantil até o ensino superior.

Como parte de uma pesquisa de doutorado da UNIARP, os alunos do primeiro ano do ensino médio do Colégio de Aplicação da UNIARP contribuíram com o projeto interdisciplinar "Ciclo Verde", voltado para a sustentabilidade.

De acordo com o EMBRAPA (2016), um bilhão de toneladas de alimentos que são produzidos em todo o mundo para o consumo humano são desperdiçados, o que afeta diretamente o meio ambiente. Com base nesse índice, iniciou-se nosso projeto, que visa a reduzir o resto de comida da cantina e destiná-los a um lugar adequadamente.

Nossa proposta, "Resto que se transformam", tem a finalidade de compostar os restos de comida da cantina e destinar o resíduo a uma horta suspensa; porém, isso só será possível com a separação correta do lixo na cantina escolar.

O projeto "Resto que se transformam" tem como objetivo reduzir o desperdício de alimentos na cantina escolar, por meio da compostagem dos restos que seriam jogados no lixo. Essa prática possibilita a transformação do resíduo orgânico em adubo, que pode ser utilizado na horta escolar, contribuindo para a sustentabilidade e para a conscientização dos estudantes quanto ao consumo consciente e ao cuidado com o meio ambiente.

Além disso, a iniciativa busca incentivar práticas ecológicas, promovendo a redução de impactos ambientais e colaborando para um espaço escolar mais sustentável.

METODOLOGIA

O projeto aconteceu no Colégio de Aplicação da UNIARP, no período de Março a Novembro de 2025, envolvendo aproximadamente 80 alunos do 1º ano do Ensino Médio, sob a supervisão da Professora Talize Foppa e do Professor Murilo R. de Morais Júnior. O trabalho integrou as disciplinas de Biologia, Química, Português, Arte, Filosofia, Geografia, Física e Inglês.

A primeira etapa incluiu estudos teóricos sobre sustentabilidade. Depois, foi realizada uma visita técnica ao Aterro Sanitário de Caçador, seguida de palestras sobre "lixo zero" e "economia circular", apresentadas pela engenheira agrônoma Ângela Paviane.

Os alunos compartilharam suas descobertas em socializações coletivas. Em seguida, houve a visita ao Horto Municipal, onde aprenderam sobre compostagem e realizaram uma trilha ecológica.Outro momento marcante foi a atividade interdisciplinar de criação com lixo reciclável, realizada na Arena do Colégio com a participação dos grupos do projeto.

Na etapa final, os alunos receberam instruções sobre reciclabilidade e participaram do Hackaton, que resultou em propostas inovadoras. Nessa ocasião, nosso grupo apresentou o projeto Restos que se transformam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto da nossa equipe recebeu o nome "Restos que Transformam" e foi elaborado durante o Hackathon, a maratona de inovações sobre sustentabilidade, realizada no dia 26 de agosto de 2025.

O problema identificado estava relacionado ao desperdício e descarte de resíduos alimentares da cantina. Muitas vezes, restos de comida eram simplesmente jogados fora, sem um destino adequado, o que gerava impacto ambiental.

Diante dessa problemática, a solução proposta pelo grupo foi a aquisição de uma composteira biodigestora, capaz de transformar os resíduos alimentares em adubo orgânico de forma eficiente. Além disso, foi pensada a criação de uma horta suspensa, que utilizaria o composto gerado para produzir alimentos e temperos a serem consumidos no próprio Colégio. Outra ideia complementar foi a instalação da chamada "mão do lixo", um recurso pedagógico para incentivar a correta separação dos resíduos por parte dos alunos.

A proposta tem grande potencial de desenvolvimento, principalmente por sua eficiência na minimização do envio de resíduos ao aterro sanitário. Além disso, contribui para atividades educativas, possibilitando que crianças e adolescentes aprendam, na prática, sobre sustentabilidade e preservação ambiental.

No processo de desenvolvimento do nosso projeto, a nossa equipe se organizou de forma na qual cada integrante estava encarregado de uma tarefa específica e objetiva. Em alguns momentos, trabalhamos juntos para a seleção e resolução do problema em geral. Todos participaram ativamente das partes e problemas que surgiram durante o Hackathon. Um deles foi a gestão de tempo e divisão das tarefas. A divergência de ideias foi um problema recorrente, sendo um grupo de seis integrantes, havia sempre momentos de embates de visões, mas estávamos sempre à procura da melhor solução.

Vale ressaltar as ferramentas utilizadas, pois se constituíram indispensáveis para a elaboração do projeto, como computadores e celulares, por meio dos quais pesquisamos e buscamos por ideias e soluções. Nosso grupo utilizou-se também de um software para construção de slides, o Canva, facilitando assim a nossa apresentação no Pitch.

A experiência de participação no Hackathon foi extremamente positiva. Tivemos a oportunidade de compreender melhor conceitos como lixo, compostagem e economia circular, e conseguimos transformar nosso aprendizado em um projeto inovador que pode diminuir significativamente o desperdício de alimentos na cantina do Colégio de Aplicação da UNIARP. Mais do que isso, aprendemos a importância do trabalho em equipe, desenvolvemos novas habilidades e reconhecemos que, juntos, podemos alcançar resultados mais eficazes e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Restos que Transformam" demonstrou a viabilidade da compostagem como alternativa eficaz para o descarte de restos alimentares na cantina escolar. Além de contribuir para a redução do desperdício de alimentos, promoveu práticas ecológicas, ampliou o

aprendizado sobre sustentabilidade e envolveu os estudantes em um processo colaborativo de transformação social e ambiental. O uso da composteira biodigestora e a proposta da horta suspensa revelaram-se ferramentas pedagógicas eficazes para integrar teoria e prática no cotidiano escolar, despertando a consciência coletiva sobre o consumo consciente e a preservação do meio ambiente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. ONU, 1992.

EMBRAPA. **O Desperdício de Alimentos no Mundo**. Brasília: Embrapa, 2016.

SORNNATO, Silva; ZEURA, et al. **Reciclagem de papel: potencialidades e benefícios ambientais.** Revista Brasileira de Sustentabilidade, 2019.

REUNE: REAPROVEITAMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Arthur Melek[1]
Diogo Andreas C. Pereira[2]
João Arthur Santos Dutra[3]
José Lucas Marchinhacki[4]
Pedro Henrique Faganello[5]
Marileusa Carvalho[6]
Murilo R. de Morais Júnior[7]

Resumo - Este trabalho apresenta o projeto "Reune", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de propor soluções para o descarte de uniformes escolares inutilizados. A iniciativa surgiu no contexto do projeto interdisciplinar Ciclo Verde e culminou na participação em um Hackathon sobre sustentabilidade. O grupo identificou como problemática o acúmulo de uniformes descartados e sugeriu alternativas sustentáveis como a criação de ecobags, estojos e mochilas a partir do reaproveitamento desses materiais. Além disso, foi proposta a implementação de um banco de uniformes, baseado em doações da comunidade escolar. A experiência proporcionou aprendizado coletivo, desenvolvimento de habilidades socioambientais e reconhecimento da importância de ações que unem responsabilidade social, consciência ecológica e engajamento estudantil.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Reaproveitamento de uniformes; Reciclagem têxtil; Educação Ambiental; Hackathon.

INTRODUÇÃO

Em busca da conscientização ambiental, foi desenvolvida a proposta "Ciclo Verde", projeto esse que integra uma pesquisa de doutorado da UNIARP. A pesquisa teve seu início no mês de

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[7]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

março de 2025, quando os estudantes do 1º ano do Ensino Médio realizaram atividades integradoras e interdisciplinares, buscando fomentar a criatividade e incentivar o trabalho em grupo.

Segundo Kolmuss (2002), "a consciência ambiental crítica vai além do conhecimento, buscando transformações sociais", o que evidencia que as ações do presente resultam em consequências naturais no futuro.

Em meio ao projeto foram integrados temas únicos e desafiadores, em busca de desenvolver o raciocínio lógico e a resolução de problemas, sendo assim o 11º grupo do projeto abordou dentre outros, os uniformes escolares que não seriam mais utilizados, e que são recolhidos no Colégio de Aplicação.

Em suma, focou-se em utilizar o raciocínio lógico e compartilhar suas ideias, o que levou o grupo a apresentar a proposta de criação artesanal de "ecobags" a partir dos uniformes escolares descartados. Essas ecobags, estojos, mochilas, etc., seriam destinados a dar uma nova função as vestimentas escolares que estavam inutilizados.

O objetivo geral do projeto "Reune" é destinar esse material que possui fatores que dificultam a sua reciclagem, como, por exemplo, os microplásticos presentes no tecido. O projeto ressalta a importância da auto sustentabilidade e da preservação ecológica, destinando roupas que seriam descartadas, dando-lhes uma nova vida. Junto a isso, o projeto visa o retorno financeiro para a instituição pedagógica, incentivando cada vez mais iniciativas como essa.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado no Colégio de Aplicação, entre os meses de março até agosto de 2025, contando com a participação de aproximadamente 80 estudantes do primeiro ano do Ensino Médio e a orientação de Talize Foppa, Murilo R. de Morias Junior e outros professores. Foram envolvidas as disciplinas de Biologia, Sociologia, Química, Arte e Filosofia.

Inicialmente, os alunos participaram de encontros teóricos sobre sustentabilidade e ciclo verde. Em seguida, aconteceu uma visita técnica ao Aterro Sanitário e ao Horto Municipal, onde puderam observar de perto o processo de tratamento do chorume e compostagem. Logo depois, os alunos participaram de uma palestra sobre ecobarreiras e da "montanha do lixo" no teatro da Uniarp e fizeram a socialização dos primeiros aprendizados.

Entre os encerramentos, os estudantes realizaram uma instrução sobre reciclabilidade e se prepararam para o Hackaton, culminando na apresentação do projeto final, em que nossa equipe propôs uma solução para os uniformes escolares serem destinados com a finalidade de reduzir o lixo e gerar lucro para o grêmio estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Hackathon teve como principal desafio diminuir o lixo produzido na escola. Nossa equipe foi encarregada de buscar soluções voltadas especialmente para os uniformes

escolares, já que muitos alunos tinham dificuldade em adquirir novas peças ou acabavam descartando uniformes ainda utilizáveis.

Ao longo do processo, os estudantes participaram de reuniões e palestras sobre meio ambiente, sustentabilidade e reciclagem, o que possibilitou maior conscientização sobre a importância da reutilização de materiais no cotidiano escolar. A ideia central desenvolvida foi a criação de um banco de uniformes, que funcionaria por meio de doações da comunidade escolar. Dessa forma, as roupas poderiam ser reaproveitadas, beneficiando alunos que necessitam e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto ambiental causado pelo descarte.

Durante a maratona, o grupo se organizou e dividiu as funções: uma parte ficou responsável por pesquisar informações na internet, outra pela elaboração das anotações e desenvolvimento da proposta e, por fim, alguns integrantes trabalharam na produção dos slides e na apresentação final. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a falta de tempo para finalizar todas as etapas e a necessidade de tornar as informações mais precisas, o grupo conseguiu superar os desafios e concluiu o projeto com êxito.

Na apresentação final, destacamos a importância da reutilização dos uniformes não apenas como alternativa sustentável, mas também como forma de auxílio econômico às famílias. A proposta despertou interesse entre professores, colegas e representantes da comunidade escolar que acompanharam a atividade.

Como resultado, nossa equipe conquistou a terceira colocação no Hackathon, reconhecimento que reforçou o valor do trabalho realizado. Além disso, a experiência possibilitou o desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação, de criatividade e de trabalho em equipe, competências que certamente contribuirão para projetos futuros.

O Hackathon nos ensinou que é possível transformar ideias simples em ações sustentáveis e eficazes, gerando benefícios para os estudantes, para a escola e para o meio ambiente. O banco de uniformes escolares mostrou-se uma proposta viável e de grande potencial, unindo consciência ecológica, responsabilidade social e engajamento estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Reune" demonstrou a viabilidade de reaproveitar uniformes escolares descartados, transformando-os em novos produtos como ecobags e mochilas, além de propor a criação de um banco de uniformes. Essas ações contribuem para a redução de resíduos têxteis, fortalecem a consciência ecológica e oferecem suporte social às famílias. A experiência no Hackathon evidenciou que, com organização, colaboração e criatividade, é possível transformar desafios ambientais em soluções práticas e inovadoras, gerando impactos positivos para a comunidade escolar e para o meio ambiente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. ONU, 1992.

KOLMUSS, Anja. **Mind the Gap: why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior?** Environmental Education Research, 2002.

TRASHLESS: APLICATIVO PARA ORGANIZAÇÃO E REDUÇÃO DO LIXO NAS SALAS DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS.

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Caio Rabelo da Silva[1]
Eduardo Bataglion[2]
Giulia Tavares da Silva[3]
Heitor Amer Lopes[4]
Isadora Elias kvitschal[5]
Isadora Wolmer Rodrigues Fernandes[6]
Leonardo Carvalho Muncinelli[7]
Marileusa Carvalho[8]
Murilo R. de Morais Júnior[9]

Resumo - O presente trabalho apresenta o projeto "Restos que Transformam", realizado pelos alunos do Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir o desperdício de alimentos na cantina escolar por meio da compostagem. A proposta surgiu a partir do projeto interdisciplinar "Ciclo Verde", no qual foram desenvolvidas atividades práticas, visitas técnicas e participação em Hackathon de Inovação. O grupo identificou o problema do descarte inadequado de restos alimentares e propôs a utilização de uma composteira biodigestora, capaz de transformar resíduos em adubo orgânico, aplicado posteriormente em uma horta suspensa. Além de diminuir os impactos ambientais, a iniciativa buscou promover práticas ecológicas, a conscientização dos estudantes e a integração entre teoria e prática. O trabalho reforça a importância da sustentabilidade e do consumo consciente no ambiente escolar.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[8]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[9]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Compostagem; Restos de alimentos; Educação Ambiental; Hackathon.

INTRODUÇÃO

O lixo nas salas é um dos maiores desafios nas escolas, exigindo soluções práticas e criativas que envolvam diferentes áreas do conhecimento.
Com base em aulas teóricas, visitas técnicas e discussões em grupo, estudantes do 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação participaram do Hackaton educacional, no qual elaboraram uma proposta para reduzir o lixo e a sujeira nas salas de aula.

A motivação desse estudo que gerou o Hackaton foi a pesquisa de um programa de doutorado da casa. O problema a ser solucionado nesse evento foi a falta de lixeiras para separar o lixo nas salas e a desorganização que o excesso de lixo gerava.

A resolução desse problema se revelou pertinente para tornar o ambiente escolar mais limpo e organizado, contribuindo para o melhor desempenho dos alunos, além de desenvolver a consciência ambiental. Alguns autores falam desse assunto, um deles é Garpel (1996), que diz que ser responsável ambientalmente é também se reconhecer como parte da teia da vida e colaborar a favor da sua comunidade.

Ademais, documentos oficiais falam sobre a importância da responsabilidade socioambiental, como a Constituição Federal (1988), que destaca no art. 225: "Cuidar do meio é responsabilidade de todos, pois se trata de um bem comum e essencial à vida".

Pensando nisso, elaborou-se um projeto de um sistema de organização das salas através de um aplicativo em inglês, junto ao PES English – programa de ensino avançado de inglês do Colégio de Aplicação.

Para que cada sala controlasse o lixo e a organização, ao fim do ano, a sala com melhor desempenho seria bonificada de alguma forma, sendo contempladas as turmas desde a infantil até o ensino médio.

Porém, para que isso funcione, será necessária a presença de lixeiras para lixo seco e úmido dentro das salas, para facilitar a coleta e a organização.
O objetivo desse projeto é aumentar o entendimento, a conscientização e a autorresponsabilização com o lixo e com o meio ambiente.

METODOLOGIA

O projeto aconteceu no Colégio de Aplicação no período de março a novembro de 2025, envolvendo alunos do primeiro ano do Ensino Médio, sob a supervisão dos professores Murilo Morais Júnior e Talize Foppa, interligando as disciplinas de Filosofia, Artes, Inglês, Biologia, Sociologia, Português e Química.

A primeira etapa consistiu em estudos teóricos sobre sustentabilidade e ciclo verde. Depois, foi realizada uma visita técnica ao aterro, seguida de palestras sobre reciclagem. Os alunos compartilharam suas descobertas em socializações coletivas.

Em seguida, houve a visita ao Horto Municipal, onde aprenderam sobre descarte do lixo e como o mesmo é tratado. Outro momento marcante foi a atividade interdisciplinar de criação artística com o lixo reciclável.

Na etapa final, os alunos receberam instruções sobre reciclagem e participaram do Hackaton que resultou em propostas inovadoras.

Nessa ocasião, nosso grupo apresentou a proposta de um aplicativo para controle e motivação de limpeza e organização das salas de aula, que foi batizado como "TRASHLESS", por se tratar de uma proposta relacionada ao programa bilíngue da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 26 de agosto de 2025 ocorreu o evento Hackaton Pedagógico, uma maratona de inovação em sustentabilidade que marcou o encerramento do projeto Ciclo Verde. Nesse evento, nossa equipe foi desafiada a encontrar uma solução para o excesso de lixo nas salas de aula.

A proposta escolhida foi desenvolver uma alternativa criativa e tecnológica: o aplicativo "Trashless", em parceria com o PES English. O tema central do grupo foi manter as salas limpas e organizadas, focando especialmente no problema do lixo acumulado. Para isso, pensamos em soluções simples, como a separação entre lixo seco e úmido e a destinação adequada de pequenos resíduos gerados em sala de aula.

Por meio do aplicativo, seria também organizada uma ação de organização seletiva. A cada semana, uma equipe dentre a turma seria responsável por fazer o housekeeping de sua sala e, ao final do período, seria contabilizada a produção de cada equipe. Após a organização das salas ao final do dia, um avaliador, possivelmente um dos professores da turma, faria a avaliação por meio do aplicativo, classificando-a em: Insufficient (I), Satisfactory (S) or Excellent (E). A turma poderia acompanhar sua colocação em relação às demais equipes do Colégio, podendo melhorar seu desempenho. O lixo recolhido seria também registrado no aplicativo.

O grupo que alcançasse maior pontuação durante o ano letivo receberia uma premiação simbólica. Essa estratégia de gamificação possibilitaria maior engajamento dos estudantes e incentivaria a separação correta dos resíduos, contribuindo para salas mais limpas e organizadas.

Nossa equipe se organizou distribuindo funções e responsabilidades, o que facilitou a execução das tarefas. Contamos ainda com o apoio dos mentores, que orientaram nossas primeiras ideias e ajudaram na superação dos desafios. Produzimos slides para o pitch final, utilizando as tecnologias disponíveis na escola e com a orientação de profissionais convidados.

O maior desafio enfrentado foi a gestão do tempo e a consolidação das ideias iniciais. Contudo, a união do grupo foi essencial para alcançar um resultado inovador. Nesse processo, aprendemos sobre trabalho em equipe, comunicação, divisão de tarefas e responsabilidades. A experiência de desenvolver juntos uma proposta aplicada em plataforma digital, com apoio de especialistas, tornou o aprendizado ainda mais significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Trashless" demonstrou que o uso da tecnologia pode ser uma ferramenta eficaz para engajar estudantes na redução do lixo escolar e na promoção da organização das salas de aula. O aplicativo proposto uniu gamificação, educação ambiental e recompensas simbólicas, o que pode criar um ambiente escolar mais limpo, consciente e participativo. A experiência reforçou a importância do trabalho colaborativo, da criatividade e da aplicação prática dos conhecimentos, mostrando que pequenas iniciativas podem resultar em grandes transformações.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARPEL, J. Responsabilidade Ambiental e Comunidade. São Paulo: Edusp, 1996.

VAI DE BIKE: INCENTIVO AO USO DE BICICLETAS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIARP: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO PEDAGÓGICO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO VOLTADO A QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE E REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Bernardo Salamone Tesser[1]
Erik Cassiano Almeida[2]
Gabriel Matheus Dalla Santa[3]
Pedro Henrique Feigl Dos Santos[4]
Pietro Navroski Pellizzaro Coelho[5]
Roger Colley[6]
Marileusa Carvalho[7]
Murilo R. de Morais Júnior[8]

Resumo - O presente trabalho apresenta o projeto 'Vai de Bike', desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, com o objetivo de reduzir o fluxo de veículos no entorno escolar e minimizar a emissão de CO_2, incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte pelos estudantes. O projeto buscou também promover a prática de atividades físicas e oferecer incentivos, como descontos em mensalidades e na cantina. A metodologia envolveu aulas, palestras, visitas técnicas, atividades interdisciplinares e participação no Hackathon. Os resultados evidenciaram que a proposta, embora desafiadora em termos de recursos e apoio, mostrou-se viável, criativa e com potencial de impacto positivo para a comunidade escolar e o meio ambiente.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Sustentabilidade; Bicicletas; Educação Ambiental; Incentivos Escolares.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[6]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[7]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[8]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade foi escolhida como tema gerador de um projeto de aprendizagem aplicado aos alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP. O crescimento do número de estudantes aumentou o fluxo de veículos nos arredores da escola, gerando problemas de infraestrutura e de mobilidade. Esse contexto motivou nosso grupo a buscar soluções inovadoras.

O objetivo principal foi propor uma alternativa para mitigar os problemas de trânsito nos horários de entrada e saída, reduzir a emissão de CO_2 e minimizar o desconforto térmico local.

O projeto também buscou incentivar deslocamentos ativos, valorizando o uso da bicicleta como meio de transporte. A ONU, por meio da Agenda 21, reforça a importância de escolhas individuais para o bem coletivo.

Jackson (2022) destaca a necessidade de ambientes escolares planejados para incentivar deslocamentos ativos. Pellock e Wilmore (1993) apontam que grande parte da obesidade juvenil está relacionada à inatividade física, reforçando a importância da atividade física diária.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido entre março e setembro de 2025, envolvendo aproximadamente 80 alunos do 1º ano do Ensino Médio. As atividades integraram Ciências da Natureza e Ciências Humanas, incluindo palestras, atividades interdisciplinares, eventos temáticos e visitas técnicas. Entre as ações realizadas estiveram atividades de sustentabilidade, visita ao Aterro Sanitário e ao Horto Municipal que favoreceram a compreensão da compostagem e reaproveitamento de resíduos.

No Hackathon, a equipe apresentou o projeto 'Vai de Bike', propondo o incentivo ao uso de bicicletas como transporte escolar. A proposta prevê a construção de um bicicletário próximo à área de convivência, além de descontos em mensalidades e cantina para os alunos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 26 de agosto foi realizado na Uniarp o Hackathon pelos alunos do do primeiro ano do ensino médio. A maratona de inovação sobre sustentabilidade aconteceu nos períodos da manhã e da tarde. Nosso problema na maratona de inovação foi pensar no alto fluxo de automóveis nos arredores da escola e na emissão de CO_2. A equipe decidiu resolver o problema da emissão de CO_2 e do fluxo de carros próximo à escola. Assim, nossa solução buscou reduzir esses problemas, que afetam diretamente os moradores. Pensando nisso, nosso grupo encontrou uma solução eficaz para ajudar a resolver esses problemas municipais.

O uso da bicicleta é uma forma simples e prática para enfrentar essas questões, que impactam tanto a nossa vida quanto o meio ambiente. Nossa equipe se reuniu para, primeiramente, formar e criar ideias que posteriormente seriam solucionadas. Uma das propostas foi incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte para chegar à escola. A partir dessa ideia foram pensados cálculos e aplicativos de controle para o aluguel de bicicletas pela escola.

Também foram selecionados locais para estacionar bicicletas e planejada a criação de uma via exclusiva no fundo da escola, além da instalação de espaços coletivos para que os alunos aguardassem seus responsáveis em dias de chuva.

A proposta considerou que a escola poderia disponibilizar bicicletas como incentivo, de modo que os estudantes chegassem até ela utilizando esse transporte, contribuindo para o aprendizado e para o meio ambiente. O funcionamento seria assim: o aluno, ao chegar de bicicleta, entraria pelo portão de controle, onde receberia um cartão. Esse cartão serviria como incentivo, funcionando também como uma ficha de desconto. As assinaturas dos alunos seriam contabilizadas ao fim de cada trimestre. De acordo com a frequência do uso da bicicleta (maior que 75%), o estudante poderia ganhar uma bolsa com desconto de 10% na mensalidade.

A proposta foi instalar um bicicletário atrás da cantina e oferecer incentivos, como 10% de desconto na mensalidade e 5% de desconto na cantina para os alunos que utilizassem esse meio de transporte. Um monitor organizaria o processo, registrando os nomes dos estudantes em fichas e guardando os dados com imagens e exemplos explicativos. O destaque ficou para os descontos nos valores da mensalidade e nos lanches da cantina.

Dessa forma, o objetivo seria reduzir o aumento do barulho, da poluição e da emissão de poluentes, além de incentivar os jovens a praticar mais atividades físicas, melhorando sua saúde.

Fomos surpreendidos por algumas exigências burocráticas. Durante a proposição do projeto, não havíamos observado certas demandas, no entanto, tivemos que participar de etapas adicionais e ainda elaborar um documento escrito apresentando todos os resultados do nosso projeto.

Os principais problemas enfrentados foram: dificuldades com cálculos, falta de apoio de empresas parceiras, necessidade de suporte financeiro e entraves técnicos.

Mesmo diante dessas dificuldades, conseguimos concluir o projeto dentro do prazo, apresentando uma proposta organizada e criativa. O projeto foi encaminhado à direção da escola para avaliação.

Aprendemos que, mesmo diante de obstáculos, é possível desenvolver um trabalho coletivo de qualidade. Percebemos que, se quisermos mudanças, pequenas atitudes coletivas podem gerar resultados visíveis que, somados, constroem um novo mundo. Ao final do Hackathon, nossa equipe apresentou uma ideia para diminuir o trânsito em frente ao colégio e, ao mesmo tempo, incentivar os alunos a praticarem atividades físicas.

Reconhecemos que foi uma ótima iniciativa, mas acreditamos que, com mais tempo, poderíamos desenvolver aplicativos de controle comunitário ou outras soluções para diminuir ainda mais o trânsito em frente à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse projeto, percebemos que é possível aprender de forma prática e divertida. O trabalho interdisciplinar mostrou que os conteúdos de diversas disciplinas, quando conectados,

facilitam o aprendizado. Também aprendemos a importância de cuidar do meio ambiente e vimos que a horta pode continuar trazendo benefícios para a escola. Como sugestão, acreditamos que no futuro outras disciplinas também possam participar e que outros assuntos relevantes possam ser abordados numa metodologia mais versátil e moderna.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção da escola por apoiar a ideia e aos professores participantes pela orientação, bem como à nossa mantenedora, a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe por proporcionar este projeto.

REFERÊNCIAS

JACKSON, M. **Active school travel and the role of infrastructure**. London: Routledge, 2022.

PELLOCK, R.; WILMORE, J. **Exercise and childhood obesity**. New York: Human Kinetics, 1993.

ONU. Agenda 21: **United Nations Conference on Environment & Development.** Rio de Janeiro: ONU, 1992.

A HISTÓRIA DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE OBSERVADA NOS AMBIENTES DE SAÚDE

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Ana Luiza Ceretta Jung[1]
Anna Luíza Cardonetti Rachinski[2]
Laura Valentina de Oliveira[3]
Luiza Pompermaier Lemos[4]
Marileusa Carvalho[5]
Murilo R. de Morais Júnior[6]

Resumo - O presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela gestão pública da saúde no município de Caçador, Santa Catarina, com foco na atenção básica e na execução das políticas do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi desenvolvida no Colégio de Aplicação da UNIARP, por meio de um trabalho interdisciplinar envolvendo estudantes do 2º ano do Ensino Médio e docentes das áreas de Sociologia, Inglês, Filosofia, Português e Biologia. A metodologia compreendeu aulas teóricas, visitas técnicas ao Hospital Maicé, à Unidade Básica de Saúde Central e ao Corpo de Bombeiros Voluntários, além de entrevistas e debates reflexivos sobre políticas públicas. Os resultados evidenciaram carências de recursos humanos e materiais, dificuldades de gestão e desigualdades de acesso entre o atendimento público e o privado. Com base em autores como Foucault, Freire, Pinafo e Milani, conclui-se que as fragilidades observadas decorrem de limitações financeiras, descontinuidade administrativa e ausência de integração entre os níveis de atenção. O estudo reforça a importância da formação cidadã e da educação crítica como instrumentos de transformação social, capazes de promover maior engajamento comunitário e defesa do direito à saúde pública de qualidade.

Palavras-chave: Saúde Pública; Sistema Único de Saúde; Gestão Municipal; Políticas Públicas; Educação Interdisciplinar.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[6]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, observa-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) está há décadas integrado à sociedade brasileira, mas ainda enfrenta desafios quanto à sua efetividade, sobretudo em municípios de pequeno porte. Segundo Foucault (2008), a saúde não deve ser compreendida apenas como um fenômeno biológico, mas como uma construção social e política, expressão das relações de poder que moldam o cuidado e a vida coletiva.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à saúde como dever do Estado, efetivado pela criação do SUS, que visa à universalidade, integralidade e equidade dos serviços (BRASIL, 1988). Entretanto, conforme Milani et al. (2020), a execução dessa política pública é, em grande parte, responsabilidade dos municípios, o que impõe desafios de gestão e financiamento. Pinafo et al. (2019) complementam que municípios de pequeno porte apresentam menores capacidades técnicas e orçamentárias, o que repercute diretamente na qualidade dos serviços oferecidos.

Diante disso, este estudo propõe uma análise crítica sobre a realidade dos ambientes de saúde do município de Caçador (SC), destacando disparidades entre atendimentos via SUS e unidades privadas, bem como limitações estruturais e de gestão.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP entre setembro e outubro de 2025, com a participação de 30 estudantes do 2º ano do Ensino Médio, sob orientação dos professores Murilo Moraes Júnior e Marileusa Carvalho. As áreas envolvidas foram Sociologia, Inglês, Filosofia, Português e Biologia.

A metodologia compreendeu aulas expositivas sobre o funcionamento do SUS, visitas técnicas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central de Caçador, além de uma roda de conversa com o médico Dr. Lucas Castilho Lopes. As observações e entrevistas subsidiaram uma análise qualitativa e reflexiva sobre o sistema local de saúde, com ênfase nos aspectos estruturais, de gestão e de acesso aos serviços públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As visitas e conversas com profissionais evidenciaram uma discrepância entre os princípios do SUS e a realidade local. Observou-se uma infraestrutura desigual entre alas antigas e novas do Hospital Maicé, revelando o impacto da falta de financiamento contínuo.

A ausência de materiais em situações de urgência e a escassez de profissionais qualificados foram apontadas como entraves recorrentes à eficiência do sistema. Conforme Pinafo et al. (2019), esses desafios são comuns a municípios de pequeno porte, cuja gestão enfrenta limitações técnicas e financeiras. O Plano Municipal de Saúde (2017) já apontava dificuldades semelhantes, destacando a necessidade de fortalecer áreas de auditoria, regulação e planejamento, além de aperfeiçoar o financiamento público.

Outro aspecto identificado foi a desigualdade de acesso entre usuários do SUS e de convênios privados, especialmente quanto à infraestrutura e à rapidez no atendimento. Tal

cenário, segundo Foucault (2008), reflete o modo como o poder é exercido sobre os corpos e populações — determinando quem recebe o cuidado e quem permanece à margem. Ainda que o município tenha aderido ao Pacto de Gestão em 2010 (CAÇADOR, 2017), as fragilidades persistem, indicando que a implementação das políticas públicas não é acompanhada de uma estrutura sólida de suporte financeiro e técnico.

As entrevistas com os profissionais de saúde evidenciaram que a carência de recursos materiais e humanos impacta diretamente a motivação das equipes e a qualidade dos serviços prestados. Milani et al. (2020) ressaltam que a gestão da saúde municipal deve priorizar políticas de valorização profissional e de melhoria das condições de trabalho, como forma de garantir a efetividade das ações e o vínculo entre profissionais e comunidade. Além disso, os estudantes observaram que a comunicação entre os diferentes níveis de atenção — UBS, hospitais e serviços de emergência — é falha, o que compromete a continuidade dos atendimentos e gera retrabalho, conforme já discutido por Giovanella e Mendonça (2021).

Por outro lado, as visitas técnicas e as discussões em sala proporcionaram aos alunos uma compreensão mais ampla e crítica sobre o funcionamento do SUS e sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais. Esse processo pedagógico se articula com a proposta de Paulo Freire (1996), que defende a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação social. O contato direto com os ambientes de saúde favoreceu a empatia e a reflexão sobre a importância da saúde pública como pilar da cidadania.

Dessa forma, o estudo reforça a relevância de práticas interdisciplinares que aproximem o ensino da realidade social, possibilitando o desenvolvimento de competências investigativas, éticas e cidadãs. Ao compreender as limitações estruturais e de gestão do sistema local, os alunos puderam propor soluções concretas, como campanhas de conscientização e projetos de integração entre escola e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, embora o SUS seja um sistema de referência mundial por sua concepção universal e equitativa, sua efetividade ainda é limitada em municípios de pequeno porte, como Caçador (SC), devido à escassez de recursos, à carência de profissionais e às desigualdades de infraestrutura.

O estudo contribuiu para a formação crítica dos estudantes ao promover uma compreensão realista sobre a saúde pública e seus desafios locais. Reforça-se a necessidade de políticas de valorização profissional, de investimentos contínuos na atenção básica e de integração entre os níveis de atenção. Um futuro mais justo e eficiente depende do fortalecimento da gestão municipal e do compromisso ético e coletivo com o princípio constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAÇADOR (SC). **Plano Municipal de Saúde 2017–2020**. Caçador: Secretaria Municipal de Saúde, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena. **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e desafios.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

MILANI, D. R. et al. **A Gestão e o Plano Municipal de Saúde do Município de Caçador, SC**. Caçador: Secretaria Municipal de Saúde, 2020.

PINAFO, E. et al. Problemas e Estratégias de Gestão do SUS: uma análise das dificuldades enfrentadas na atenção básica. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 112–128, 2019.

A RELAÇÃO CONSTRUÍDA ENTRE OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, O SAMU E OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR E SEUS DESAFIOS

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Amanda Lima da Silva[1]
Sofia Nathália Ansiliero Nazario[2]
Marileusa Carvalho[3]
Murilo R. de Morais Júnior[4]

Resumo - O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre os Bombeiros Voluntários de Caçador, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e os serviços de saúde do município, evidenciando a importância da integração entre esses setores para um atendimento ágil, humanizado e eficiente em situações de urgência e emergência. A pesquisa foi desenvolvida no Colégio de Aplicação da UNIARP, com alunos do 2º ano do Ensino Médio, por meio de aulas teóricas, visitas técnicas ao Hospital Maicé, Corpo de Bombeiros e Posto de Saúde Central, além de palestras e entrevistas com profissionais da área. Os resultados mostraram que, apesar da dedicação das equipes, ainda existem desafios estruturais e comunicacionais que comprometem a agilidade dos atendimentos e a clareza dos papéis profissionais. A integração entre bombeiros, SAMU e unidades de saúde mostrou-se essencial para reduzir a fragmentação do sistema e garantir a continuidade do cuidado. O estudo também apontou a relevância de projetos educativos, como o SAMU na Escola, na formação de uma cultura de prevenção e responsabilidade social. Conclui-se que o fortalecimento da comunicação interinstitucional e o investimento em educação para primeiros socorros são fundamentais para aprimorar o sistema de atendimento pré-hospitalar e promover a saúde pública de forma mais eficiente e integrada.

Palavras-chave: Atendimento pré-hospitalar; Integração interinstitucional; Bombeiros Voluntários; SAMU; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

A atuação dos Bombeiros Voluntários de Caçador desempenha um papel essencial em situações nas quais a rapidez pode salvar vidas, como acidentes de trânsito, emergências clínicas (paradas cardiorrespiratórias, crises convulsivas, quedas graves) e resgates. Essa presença contribui para a agilidade no primeiro atendimento e para a qualidade do cuidado imediato até a chegada ao hospital (SOUZA; VELLOSO; OLIVEIRA, 2011). No entanto, há limitações

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[4]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

importantes, conforme relata Dienifer Nunes, uma das voluntárias da corporação: a estrutura é sustentada pelo trabalho voluntário, depende de recursos financeiros limitados, do engajamento comunitário e da capacitação contínua dos bombeiros (NUNES, informação verbal, 2025).

Os Bombeiros Voluntários, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) atuam de forma complementar no atendimento à saúde da população (RIBEIRO, 2019). A comunicação eficiente entre esses três serviços é fundamental para garantir um atendimento ágil, eficaz e humanizado à comunidade (MELO, 2015).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar como ocorre a relação entre os Bombeiros Voluntários, o SAMU e os serviços de saúde do município, destacando a importância da integração entre esses pontos de atenção para assegurar um atendimento coordenado, qualificado e resolutivo em situações de urgência e emergência.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP entre os meses de setembro e outubro de 2024, contando com a participação de 27 estudantes do 2º ano do Ensino Médio, sob a orientação dos professores Murilo Moraes Júnior e Marileusa Carvalho. As disciplinas envolvidas foram Sociologia, Português e Inglês. Inicialmente, os alunos participaram de aulas sobre políticas públicas e sobre a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida, realizaram uma visita técnica ao Hospital Maicé, onde puderam observar a realidade atual do sistema básico de saúde e sua relação com os demais serviços de transporte móvel. Logo após, acompanharam uma vistoria técnica ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, oportunidade em que observaram de perto a interação e os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde pública. Posteriormente, os estudantes assistiram a uma palestra sobre medicina familiar, ministrada por Lucas Castilho Lopes. Também foi realizada uma visita ao Posto de Saúde Central, onde puderam testemunhar a superlotação, a falta de estrutura física, de equipamentos e de profissionais qualificados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 17 de setembro de 2025, ocorreu a visita aos Bombeiros Voluntários de Caçador, marcando o início do projeto Saúde em Prática. A partir dessa visita, ficou evidenciado de que forma a atuação dos bombeiros influencia a qualidade e a agilidade dos atendimentos básicos de saúde do município, bem como os limites e desafios dessa interação. A equipe buscou caracterizar os motivos dos conflitos entre os profissionais da área, e os resultados apontaram a existência de tensões decorrentes da falta de definição clara dos espaços de atuação durante as ocorrências — um tipo de conflito frequentemente citado na literatura como "falta de definição de papéis" (FERREIRA, 2015).

Durante a visita técnica às Unidades Básicas de Saúde e ao hospital do município, tornou-se possível observar a relevância da integração entre os diferentes pontos da rede de atenção à saúde, sobretudo no relacionamento entre os Bombeiros Voluntários, o SAMU e os serviços locais. Esse tipo de integração é considerado essencial para reduzir a fragmentação dos serviços e garantir a continuidade do cuidado (DAMACENO et al., 2020).

Apesar do comprometimento e da dedicação das equipes envolvidas, identificaram-se desafios operacionais e estruturais que comprometem a agilidade e a eficiência dos atendimentos. Entre eles estão as dificuldades de acolhimento dos profissionais envolvidos (especialmente do atendimento pré-hospitalar), os estigmas relacionados ao aumento da demanda gerada por esse serviço e as fragilidades nas relações de trabalho entre as equipes. A literatura aponta que os conflitos no ambiente de saúde podem surgir, sobretudo, quando há falta de clareza de papéis e conflitos interprofissionais decorrentes das relações assimétricas entre os profissionais (ALMEIDA, 2007; INDRUCZAKI et al., 2020).

Esses aspectos reforçam a necessidade de aprimorar a comunicação e a articulação interinstitucional, promovendo um fluxo de informações mais efetivo e garantindo a continuidade do cuidado ao paciente. A ideia de que a integração entre serviços melhora o resultado do atendimento já é evidenciada em estudos sobre as Redes de Atenção à Saúde (RAS), que a apontam como uma importante estratégia de coordenação (DAMACENO et al., 2020).

Observou-se, ainda, que os profissionais qualificados são reconhecidos pela rapidez no atendimento, pela confiança transmitida e pelo caráter humanitário do serviço (SOUZA; VELLOSO; OLIVEIRA, 2011). Sua presença gera sensação de proteção e segurança na comunidade, além de fortalecer vínculos de solidariedade. Quando há integração e troca efetiva de informações entre os serviços, os usuários percebem um atendimento mais ágil, eficiente e humanizado — condizente com os preceitos de uma rede integrada (RIBEIRO, 2019; MELO, 2015).

Em síntese, embora já existam esforços conjuntos relevantes, os resultados indicam que há margem para otimizar a integração entre os serviços, especialmente no que se refere à clareza de papéis, ao fortalecimento da comunicação e ao estabelecimento de articulações formais que reduzam conflitos e promovam o fluxo contínuo de cuidado (DAMACENO et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, ao longo dessa trajetória, os profissionais da saúde enfrentam limitações de ordem moral, ética, penal, civil e, sobretudo, de natureza científica, relacionadas à formação e ao conhecimento técnico necessários para o desempenho de suas funções.

Uma das sugestões para amenizar essas fragilidades seria a implantação do Projeto SAMU na Escola, desenvolvido Nucci et al, o qual apresentou diversos resultados positivos devidamente registrados. Entre eles, destacam-se:

Redução de trotes: o número de ligações feitas em tom de brincadeira para o SAMU diminuiu significativamente, demonstrando maior conscientização das crianças;

Atendimentos bem-sucedidos: casos reais de emergências atendidas por crianças treinadas evidenciam a efetividade do projeto. Em um depoimento emocionante, um aluno relatou ter salvo um colega engasgado após aplicar a manobra de desobstrução aprendida no treinamento;

Chamados qualificados: observou-se aumento nas chamadas realizadas por crianças capazes de reconhecer situações de emergência, como convulsões e hipoglicemia, auxiliando adultos em risco;

Reconhecimento escolar: as escolas participantes receberam o selo "Escola Amiga do SAMU", promovendo sentimento de orgulho, pertencimento e valorização da educação em saúde.

Dessa forma, constata-se que iniciativas como essa podem contribuir significativamente para o fortalecimento da educação em primeiros socorros, ampliando o conhecimento da comunidade e promovendo uma cultura de responsabilidade e cooperação entre escola, saúde e sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. M. **O trabalho em equipe no atendimento pré-hospitalar: uma análise das interações entre profissionais.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90578/243657.pdf?sequence=1. Acesso em: 9 out. 2025.

DAMACENO, A. N. et al. Redes de Atenção à Saúde: desafios para a integração e coordenação do cuidado no Sistema Único de Saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 10, p. 1–17, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/36832. Acesso em: 9 out. 2025.

FERREIRA, A. B. Conflitos interprofissionais em serviços de saúde: revisão de literatura. **Revista de Administração em Saúde,** v. 17, n. 67, p. 12–20, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5555832.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

INDRUCZAKI, Natasha da Silva; MIORIN, Jeanini Dalcol; PAIS, Volmir Figueiredo; GEMELLI, Mariana Pereira; LIMA, Maria Alice Dias da Silva; DAL PAI, Daiane. Conflitos entre as equipes de saúde na transferência do cuidado pré-hospitalar. **Revista de Enfermagem UERJ**, v. 28, e50078, 2020.

MELO, Lúcia Petrucci. **Síndrome de Burnout em bombeiros: prevalência, fatores de risco e proposta de intervenção**. 2015. 25 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NUCCI, Camila Soares; PIRES DO NASCIMENTO, Laysa Christina; ABREU, Dilmar Oliveira; OLIVEIRA, Carla Brasil de. **A educação como ferramenta: o impacto do SAMU nas escolas na promoção da saúde comunitária.** São Paulo: COSEMS/SP, 2025. Disponível em: https://www.cosemssp.org.br/noticias/acervo-digital/a-educacao-como-ferramenta-o-impacto-do-samu-nas-escolas-na-promocao-da-saude-comunitaria/. Acesso em: 16 de out. de 2025.

RIBEIRO, Thiago Coelho. **Serviços de atendimentos pré-hospitalares SAMU e bombeiros: missão e diferenciação na atuação.** 2019. 52 f. Monografia (Graduação em Enfermagem) — Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUZA, K. M. O.; VELLOSO, M. P.; OLIVEIRA, S. S. A profissão de bombeiro militar e a análise da atividade para compreensão da relação trabalho-saúde: revisão da literatura. Anais do Seminário Trabalho e Saúde dos Servidores Públicos, Rio de Janeiro, 2011.

D. Nunes, informação verbal, 15 mar. 2025

A RELAÇÃO ENTRE O HOSPITAL MAICÉ E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Emili Cristini Almeida de Souza[1]
Julia Maria Filipini[2]
Laura Almeida Köehler[3]
Letícia Dellai de Vargas[4]
Marileusa Carvalho[5]
Murilo R. de Morais Júnior[6]

Resumo - O presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Hospital Maicé, localizado na cidade de Caçador (SC), buscando compreender os desafios e as dinâmicas de comunicação entre essas instâncias. O estudo foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, com alunos do segundo ano do Ensino Médio, integrando as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Português e Inglês. A pesquisa envolveu aulas teóricas sobre políticas públicas de saúde e visitas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central. Durante as atividades, constatou-se que a principal dificuldade enfrentada pelos serviços de saúde locais é a falta de conscientização da população quanto à utilização adequada dos diferentes níveis de atendimento, o que contribui para a superlotação e para a ineficiência dos serviços de urgência. Os resultados apontam ainda para a escassez de recursos e a necessidade de aprimoramento na comunicação entre os setores públicos e as unidades de saúde. Conclui-se que o fortalecimento das práticas educativas e a melhoria na articulação entre os níveis de atenção são medidas essenciais para o bom funcionamento do sistema de saúde e para a efetivação dos princípios do SUS — universalidade, equidade e integralidade.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Hospital Maicé; Políticas Públicas; Educação em Saúde; Conscientização Social.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[6]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

INTRODUÇÃO

Durante as aulas de Sociologia e de Inglês, os alunos do segundo ano do Ensino Médio dedicaram-se ao estudo do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na relação entre o SUS e o Hospital Maicé, localizado na cidade de Caçador.

O principal problema identificado foi a falta de conscientização da população caçadorense quanto à adequada utilização dos diferentes níveis de urgência e atendimento à saúde. De acordo com a Constituição Federal de 1988, "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Diante desse princípio, compreende-se a relevância de conhecer e refletir sobre as práticas que estruturam o sistema público de saúde.

Como destacam Paim et al. (2011), o SUS constitui uma conquista social que exige constante aprimoramento de sua gestão e da participação cidadã para que seus princípios de universalidade, equidade e integralidade sejam efetivamente garantidos. Nessa mesma direção, Santos e Teixeira (2019) ressaltam que o uso inadequado dos serviços de urgência reflete não apenas a desinformação da população, mas também fragilidades no processo de educação em saúde e na comunicação entre os níveis de atenção.

O objetivo central deste trabalho consiste em analisar e identificar as relações existentes entre o SUS e o Hospital Maicé, buscando compreender a dinâmica de comunicação e o funcionamento integrado entre essas duas instâncias.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre os meses de setembro e outubro de 2025, com a participação de 29 alunos do segundo ano do Ensino Médio, sob a orientação dos professores Marileusa Carvalho e Murilo Morais Júnior. A iniciativa envolveu as disciplinas de Português, Inglês, Sociologia e Filosofia, integrando diferentes áreas do conhecimento em uma proposta interdisciplinar.

Durante a execução, os estudantes participaram de aulas práticas sobre a história do Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas de saúde no Brasil, além de realizarem visitas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central. O projeto também contou com palestras ministradas por Lucas Castilho Lopes, professor do curso de Medicina da UNIARP, que proporcionaram um entendimento mais amplo sobre o funcionamento do sistema de saúde no município de Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as visitas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central, observou-se que, na maioria das vezes, ocorre superlotação nesses locais, ocasionada pela falta de instrução e conscientização da população quanto à busca pelo atendimento médico mais adequado. Essa situação compromete a eficiência do sistema de saúde em casos de urgência e emergência. Um aspecto marcante identificado ao longo da pesquisa foi a insuficiência de recursos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e solicitados pelo município, o que acarreta transtornos significativos ao serviço público.

Com os dados obtidos, foi possível compreender melhor a relação entre o Hospital Maicé e o SUS; contudo, constatou-se a ausência de informações mais detalhadas acerca da dinâmica de interação entre ambas as instâncias. De modo geral, o grupo destacou como principais aprendizados o entendimento sobre a condução dos atendimentos à população e os desafios enfrentados na solicitação dos primeiros socorros. Entre os exemplos citados, observam-se situações recorrentes, como o requerimento de transporte de uma UBS para o hospital sem real necessidade, o acionamento simultâneo do SAMU e de ambulâncias para um mesmo caso e o chamado de uma unidade de resgate em contextos já resolvidos.

No decorrer da análise, a principal limitação encontrada foi a falta de transparência na divulgação de informações, o que dificultou o aprofundamento dos estudos e a obtenção de um panorama completo sobre o funcionamento do sistema. Para contornar esse obstáculo, a equipe recorreu a dados estatísticos complementares, integrando-os à pesquisa. Segundo Caroline Delavechia, psicóloga do Hospital Maicé e responsável pela recepção dos alunos do Colégio de Aplicação UNIARP, os resultados evidenciam que o conhecimento da comunidade sobre os graus de urgência, conforme o Protocolo de Manchester, é fundamental para evitar complicações e desentendimentos entre pacientes e profissionais de saúde, situação que ainda ocorre com frequência.

De acordo com Paim et al. (2011), o SUS enfrenta desafios históricos relacionados à insuficiência de financiamento, gestão e educação em saúde, fatores que impactam diretamente na qualidade do atendimento e na eficiência dos serviços prestados. Nessa mesma perspectiva, Cecílio (2012) ressalta que a superlotação dos serviços de urgência está intimamente ligada à dificuldade de articulação entre os diferentes níveis de atenção, o que reforça a necessidade de aprimoramento da regulação e da conscientização da população sobre o uso adequado dos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, pode-se considerar que os sistemas são eficientes até certo ponto, em que há recursos e serviços disponíveis, infraestrutura bem desenvolvida e em andamento para melhorias e reformas e ampla disponibilização de consultas, materiais e medicamentos fornecidos pelo SUS. Entretanto, ainda há muitas barreiras que precisam ser superadas e repassadas à população para que haja uma resolução mais eficiente, como a escassez de informação relacionada aos atendimentos e transportes médicos.

A fim de resolver todos esses problemas é indispensável a presença e contribuição dos diversos ramos da sociedade em prol de um melhor funcionamento dos sistemas de saúde. Além disso, outra medida necessária é a evolução da comunicação entre os setores públicos, visando melhorar a qualidade do suporte e auxílio para a comunidade. Citando um exemplo de sugestão, temos o aperfeiçoamento de interação entre o governo municipal e as unidades de saúde para que assim os recursos designados por eles atendam a demanda.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à professora Marileusa Carvalho, ao professor Murilo Morais Júnior, ao médico Lucas Castilho Lopes, a psicóloga do hospital Caroline Delavechia e ao

bombeiro Giancarlo de Oliveira, que nos auxiliaram na execução do projeto "Saúde em Prática", as Instituições hospital Maicé, UBS central e Corpo de Bombeiros Voluntários que nos receberam em nossas visitações e ao apoio da direção do Colégio de Aplicação UNIARP.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 5º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. Saúde em Debate, v. 36, n. 94, p. 24–34, 2012.

MILANI, Maria Luiza; ALMEIDA, Humberto Assis de; PEDRASSANI, Daniela; MARCHESAN, Jairo. **A gestão e o Plano Municipal de Saúde do Município de Caçador, Santa Catarina.** Desenvolvimento em Questão, ano 18, n. 53, p. 266–287, out./dez. 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.53.266-287. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniela-Pedrassani/publication/345628387_Revista_Desenvolvimento_em_Questao/links/5fa95654299bf10f733028a2/Revista-Desenvolvimento-em-Questao.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios.** The Lancet, v. 377, n. 9779, p. 1778–1797, 2011.

SANTOS, Luciana; TEIXEIRA, Carmen. **Atenção primária e redes de atenção à saúde no SUS: desafios e perspectivas.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 6, p. 2041–2050, 2019.

DESAFIOS DO CONTROLE DA ATENÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE UMA UBS DE CAÇADOR – SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Letícia Knoryk Ramos[1]
Lívia Cruz[2]
Maria Eduarda Maffioletti[3]
Sarah Ramos Nonato[4]
Marileusa Carvalho[5]
Murilo R. de Morais Júnior[6]

Resumo - O presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Caçador, Santa Catarina, a partir de uma abordagem interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Filosofia, Português, Inglês e Sociologia. O estudo foi desenvolvido por estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP, por meio de aulas teóricas, visitas técnicas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e à UBS Central, além de palestra sobre políticas públicas. As observações revelaram deficiências estruturais, carência de insumos e sobrecarga de profissionais, aspectos que comprometem a efetividade da Atenção Básica. A análise teórica e prática, fundamentada em autores como Aristóteles, Paim, Mendes e Campos, evidenciou a necessidade de políticas públicas mais consistentes e de integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde. O projeto também demonstrou o potencial educativo das ações interdisciplinares, ao estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua importância social. Conclui-se que experiências pedagógicas dessa natureza fortalecem a formação cidadã e ampliam o entendimento sobre o papel do Estado na promoção da dignidade humana e do bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Saúde Pública; Atenção Básica; Políticas Públicas; Sistema Único de Saúde; Educação Interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

No contexto dos desafios sociais relacionados à Atenção Básica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Caçador, compreende-se que as instituições escolares devem oportunizar o conhecimento acerca da realidade da saúde pública local. A formação cidadã exige

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[6]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

que os estudantes compreendam os mecanismos de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as dificuldades enfrentadas pelos serviços básicos.

Segundo Aristóteles, em A Política (2017), a finalidade do Estado é assegurar uma vida boa aos cidadãos. A partir dessa perspectiva, entende-se que as UBS e os hospitais são deveres do Estado e constituem instrumentos fundamentais para garantir a dignidade e o bem-estar da população. Assim, torna-se necessário que a administração pública estabeleça estratégias de gestão que priorizem não apenas a oferta de serviços, mas também uma avaliação contínua de sua eficácia e impacto social.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, assegura a saúde como um direito social, integrando os direitos mínimos que garantem a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos. Dada a relevância do tema, refletimos sobre as dificuldades enfrentadas pelas UBS. Conforme destacou Nelson Mandela (2004), "a saúde não deve ser um privilégio dos ricos; é um direito humano básico". Dessa forma, reforça-se a importância dos atendimentos básicos de saúde, que devem ser assegurados a todos os cidadãos.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre os meses de setembro e outubro de 2025, com a participação dos alunos do 2º ano do Ensino Médio e a orientação dos professores Murilo e Marileusa Carvalho. As disciplinas envolvidas foram Filosofia, Inglês, Português e Sociologia. Inicialmente, os estudantes participaram de aulas teóricas sobre saúde pública e o Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida, realizaram visitas técnicas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e ao Posto de Saúde Central, onde puderam observar de perto o funcionamento dos atendimentos primários e compreender situações reais do cotidiano dessas instituições. Após as visitas, ocorreu uma palestra sobre políticas públicas, ministrada pelo médico Dr. Lucas Castilho Lopes, o que complementou o aprendizado teórico e prático do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1948), "saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças". Assim, entende-se que é dever dos órgãos públicos garantir a qualidade e o acesso equitativo à saúde. Durante as visitas técnicas, foi possível constatar que o sistema público, embora bem estruturado em sua concepção teórica, apresenta lacunas significativas na prática cotidiana.

No Posto de Saúde Central, observou-se a carência de insumos básicos, como gazes e recipientes adequados para descarte de materiais perfurocortantes, o que compromete a segurança tanto dos profissionais quanto dos pacientes. Essa situação evidencia a fragilidade dos mecanismos de financiamento e a carência de políticas de manutenção das UBS, conforme apontam Paim et al. (2011), que destacam a importância de um financiamento estável e de uma gestão descentralizada para garantir o funcionamento efetivo da Atenção Básica.

Além disso, notou-se que o sistema de atendimento não realiza distinção entre classes sociais ou condições econômicas, priorizando o atendimento segundo o grau de urgência —

princípio central da universalidade e da equidade do SUS (BRASIL, 1990). Entretanto, a sobrecarga de atendimentos e o número insuficiente de profissionais comprometem a resolutividade dos serviços. Segundo Mendes (2011), a Atenção Primária deve ser estruturada de modo a constituir a "porta de entrada" do sistema de saúde, garantindo continuidade e integralidade do cuidado — o que ainda se configura como um desafio nos municípios de médio porte, como Caçador.

Outro ponto relevante observado pelos alunos foi a comunicação entre os diferentes níveis de atenção. Muitas vezes, a falta de integração entre UBS, hospitais e serviços de emergência (como o SAMU e o Corpo de Bombeiros) gera retrabalho e demora no encaminhamento dos pacientes. Campos (2014) destaca que a fragmentação do cuidado e a ausência de comunicação entre equipes prejudicam o acompanhamento integral do usuário, tornando essencial a adoção de redes de atenção mais articuladas.

Os relatos dos profissionais de saúde entrevistados indicaram também dificuldades relacionadas à infraestrutura física e à alta rotatividade de funcionários. Essas limitações impactam a motivação das equipes e a continuidade dos atendimentos, conforme já discutido por Giovanella e Mendonça (2021), que apontam a valorização e a capacitação permanente dos profissionais como elementos-chave para a consolidação de uma atenção primária resolutiva e humanizada.

Do ponto de vista educacional, o projeto permitiu aos alunos compreender a importância da responsabilidade social e do engajamento comunitário. Ao aproximar a escola das instituições de saúde, promoveu-se um processo de aprendizagem interdisciplinar e significativa, fortalecendo o vínculo entre conhecimento teórico e realidade social. Essa experiência vai ao encontro da proposta de educação cidadã de Paulo Freire (1996), que defende a formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de transformar o contexto em que vivem.

Portanto, o estudo revelou não apenas as deficiências estruturais das UBS de Caçador, mas também o potencial transformador de iniciativas escolares voltadas à reflexão sobre políticas públicas e direitos sociais. A articulação entre teoria e prática mostrou-se essencial para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a importância do SUS como patrimônio social brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores Murilo e Marileusa pelo incentivo, orientação e apoio em todas as etapas do projeto. Manifestamos também nossa gratidão ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros e à UBS Central de Caçador, que nos acolheram e contribuíram com informações essenciais para o desenvolvimento do estudo. Por fim, agradecemos ao Colégio de Aplicação da UNIARP pela confiança e por proporcionar experiências que ampliam nossos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho permitiu concluir que, apesar das falhas existentes, a Saúde Pública é essencial para garantir atendimentos básicos e complexos a toda a população. Como afirmou Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.), "o homem saudável é aquele que possui estado mental e físico em perfeito equilíbrio."

O projeto contribuiu significativamente para a compreensão do funcionamento dos serviços de saúde e da atuação dos profissionais que neles trabalham. Além disso, reforçou a importância de a comunidade escolar promover ações que desenvolvam o pensamento crítico, a cidadania e habilidades socioemocionais.

Recomenda-se que o Colégio de Aplicação da UNIARP continue realizando projetos como este, que proporcionem aprendizado prático e estimulem a reflexão sobre questões sociais e de saúde pública, fortalecendo o compromisso ético e solidário com o bem comum.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, DF, 1990.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reflexões sobre o SUS e a atenção básica no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 2, p. 361-371, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena. **Atenção Primária à Saúde no Brasil: conceitos, práticas e desafios.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

MANDELA, Nelson. **Long Walk to Freedom**. Boston: Little, Brown and Company, 2004.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constitution of the World Health Organization.** Geneva, 1948.

PAIM, Jairnilson Silva et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. The Lancet, v. 377, p. 1778–1797, 2011.

FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Marcelo Scapinelli Lührs[1]
Samuel Heinzmann Antes[2]
Marileusa Carvalho[3]
Murilo R. de Morais Júnior[4]

Resumo - O objetivo principal da pesquisa é mostrar os problemas causados pela falta de saneamento básico, principalmente na área da saúde pública na cidade de Caçador, SC. No desenvolvimento do projeto, foram realizadas visitas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador e ao Posto Central de Saúde, bem como uma palestra proferida pelo médico Lucas Castilho Lopes e entrevistas a profissionais capacitados para obtermos conhecimento mais abrangente sobre o tema em foco. Concluiu-se que a falta de saneamento básico em algumas regiões tem uma grande influência na aparição de doenças no setor público da saúde. O resultado do estudo mostra que a incidência de doenças comuns nesse setor é causada pela falta de saneamento básico.

Palavras-chave: Saneamento básico; Saúde pública; Doenças.

INTRODUÇÃO

Em toda a abrangência da saúde pública, pode-se identificar a relação do saneamento básico com doenças e como essa problemática chega às instituições de serviços da saúde. De acordo com Oliveira (2012), a falta de saneamento básico nos interiores e cidades, que foi inerente no passado e é uma característica do presente, reflete na saúde dos cidadãos nos dias atuais. Segundo Heller e Castro (2013), o saneamento básico é um dos principais determinantes sociais da saúde, influenciando diretamente na ocorrência de enfermidades como diarreias, hepatites e leptospirose, especialmente em populações de baixa renda. Para Barcellos e Sabroza (2001), a ausência de infraestrutura adequada de água e esgoto é um dos fatores que mais agravam as desigualdades socioespaciais no campo da saúde pública.

No Colégio de Aplicação da UNIARP, a saúde é considerada um tema de extrema relevância, e, por isso, nosso enfoque nesse tema, dando surgimento ao projeto "Saúde em Prática", que engloba matérias como: Sociologia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Biologia,

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[4]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

Geografia e Matemática. Essa perspectiva interdisciplinar segue a orientação de Freire (1996), para quem o conhecimento deve ser construído de forma crítica e integrada com a realidade social, estimulando nos alunos a consciência cidadã e o compromisso com o bem coletivo. Conforme Gadotti (2000), a educação para a saúde deve ir além da transmissão de informações, buscando promover autonomia, participação e transformação social.

O objetivo central da pesquisa foi relacionar o saneamento básico e sua influência na saúde pública, visando trazer uma interpretação clara e explicativa para as problemáticas em foco. Tal proposta está alinhada à visão de Czeresnia e Freitas (2003), que defendem a promoção da saúde como um processo que articula fatores biológicos, sociais e ambientais, e de Buss e Pellegrini Filho (2007), que destacam a necessidade de políticas públicas integradas para enfrentar os determinantes sociais da saúde.

METODOLOGIA

O desenvolvimento de nossa pesquisa ocorreu no Colégio de Aplicação da UNIARP, no período de setembro e outubro, junto dos alunos do 2o ano do ensino médio e com a presença dos professores Marileusa Carvalho e Murilo Moraes Júnior.
As respectivas áreas de conhecimento envolvidas no projeto foram: Sociologia, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Biologia, Geografia e Matemática.

No início do projeto, tivemos aulas sobre a história do SUS e políticas públicas. Logo após, nossa turma visitou o Hospital Maicé e o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, onde aprendemos na prática aquilo que o professor Murilo havia nos ensinado de forma teórica na aula. Em seguida, a turma participou de uma palestra com o médico Lucas Castilho Lopes, que nos ajudou a entender mais a fundo como funciona a saúde pública em nosso município. Por fim, tivemos nossa última visita no Posto de Saúde Central de Caçador, acompanhados pela enfermeira que prestava serviço no local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossas visitas, observamos que a falta do saneamento básico é um problema vigente em Caçador e que se distribui de forma heterogênea, sendo mais evidente nos locais de precariedade e nível de desenvolvimento menor. De acordo com Heller (1997), a desigualdade no acesso aos serviços de saneamento é um reflexo direto da desigualdade social brasileira e constitui um fator determinante na propagação de doenças de veiculação hídrica.

Além disso, através de questionamentos referidos a médicos e enfermeiros que trabalhavam nas instituições públicas de saúde que foram visitadas, conseguimos constatar que as principais doenças causadas por esse problema são: Doenças diarreicas, Ascaridíase, Escabiose (Sarna) e Bicho-de-Pé. Conforme Moraes e Borja (2016), essas doenças representam parte significativa da carga de enfermidades evitáveis no país e estão fortemente associadas à ausência de esgotamento sanitário e tratamento de água.

Na palestra acompanhada e guiada por Lucas Castilho Lopes, foi relatado que as doenças nos bairros que carecem de condições como o CAIC aparecem em maior quantidade do que no bairro Berger, com melhores condições. Essa observação encontra respaldo em dados de

Barcellos et al. (2008), que evidenciam a correlação entre infraestrutura urbana precária e aumento da incidência de doenças infecciosas em áreas periféricas. Segundo o Instituto Trata Brasil (2022), municípios com baixos índices de coleta e tratamento de esgoto tendem a registrar maiores taxas de internações hospitalares por doenças de origem hídrica, reforçando o que foi observado no campo.

Apesar da pesquisa feita pela nossa equipe desdobrar e investigar alguns aspectos da problemática, ainda há muitas coisas importantes a serem investigadas mais profundamente, para serem esclarecidos alguns pontos importantes que nossas perguntas, palestras e visitas não foram suficientes no que tange à abrangência e complexidade que o estudo desperta. Muitas limitações foram notadas, como por exemplo a falta de tempo para melhores aprofundamentos do tema e a falta de contatos e fontes para fundamentar nossa pesquisa. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa em saúde pública exige um olhar interdisciplinar e contínuo, uma vez que a compreensão dos determinantes ambientais e sociais da saúde demanda tempo, observação e diálogo com múltiplos atores sociais.

Os resultados evidenciados mostraram como hoje a falta de saneamento básico em algumas regiões influencia a saúde de múltiplas formas, trazendo doenças e dificuldades para o setor da saúde. Para Czeresnia e Freitas (2003), os problemas de saneamento devem ser compreendidos não apenas como falhas de infraestrutura, mas como expressões de injustiça social que impactam a qualidade de vida e o direito à saúde. Nesse sentido, os achados corroboram a visão de Buss e Pellegrini Filho (2007), segundo os quais os determinantes sociais, como moradia, renda e saneamento, precisam ser enfrentados com políticas públicas articuladas e participativas.

O projeto também visa conscientizar a população para que redobre os cuidados em relação à higiene, impulsionando a mobilidade social como vetor de crescimento do trabalho em comunidade e incentivando, assim, a criação de políticas públicas por parte de órgãos estatais. Essa proposta dialoga com Freire (1996), que defende a educação como prática libertadora e promotora de conscientização crítica, e com Gadotti (2000), que destaca o papel transformador da educação ambiental e sanitária no desenvolvimento comunitário sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida pelo projeto "Saúde em Prática" permitiu compreender de forma concreta a profunda relação entre o saneamento básico e a saúde pública, revelando como a ausência de infraestrutura adequada afeta diretamente a qualidade de vida da população e a eficiência dos serviços de saúde. As visitas realizadas, as palestras e as entrevistas possibilitaram aos alunos uma visão crítica e realista sobre a realidade local, especialmente no município de Caçador, onde persistem desigualdades no acesso a serviços essenciais.

Conclui-se, portanto, que investir em saneamento básico é investir em saúde, dignidade e justiça social. Espera-se que o presente estudo possa servir como ponto de partida para novas pesquisas e ações comunitárias que visem fortalecer a conscientização e a mobilização em prol de uma sociedade mais saudável, equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Christovam; SABROZA, Paulo C. **Vigilância ambiental em saúde: uma proposta de estruturação.** Cadernos de Saúde Pública, v. 17, n. 3, p. 585–593, 2001.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

ESREY, Steven A.; POTASH, Jack B.; ROBERTS, Lisa. Effects of improved water supply and sanitation on ascariasis, diarrhoea, dracunculiasis, hookworm infection, schistosomiasis, and trachoma. Bulletin of the World Health Organization, v. 69, n. 5, p. 609–621, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

HELLER, Léo. **Saneamento e saúde pública: uma visão integrada**. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 2, n. 1, p. 5–11, 1997.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil. São Paulo: ITB, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Lenir Santos de; BORJA, Patricia Castro. **Saúde e saneamento: interdependência e desafios**. Revista de Saúde Pública, v. 50, p. 45–52, 2016.

OLIVEIRA, José Carlos de. **Saneamento básico e saúde pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista de Saúde e Meio Ambiente, v. 2, n. 1, p. 45–58, 2012.

SAÚDE BUCAL E SUAS PROBLEMÁTICAS NO SUS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

João Antônio Repa Balestrin[1]
Rafael Lopes John[2]
Henrique Lângaro[3]
Lucas Furtado Riquetti[4]
Marileusa Carvalho[5]
Murilo R. de Morais Júnior[6]

Resumo - O presente trabalho aborda a saúde bucal pública no município de Caçador-SC, buscando compreender seus principais desafios e contribuições para a qualidade de vida da população. A pesquisa foi desenvolvida pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP, por meio de aulas teóricas e visitas técnicas ao Hospital Maicé, à Unidade Básica de Saúde (UBS) e aos Bombeiros Voluntários. Observou-se que, embora o município conte com profissionais comprometidos, há deficiências estruturais e limitações de recursos que impactam o atendimento odontológico. O estudo evidenciou a importância da educação em saúde e do fortalecimento das políticas públicas para ampliar o acesso e a efetividade dos serviços odontológicos do SUS.

Palavras-chave: Saúde Bucal. SUS. Políticas Públicas. Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

A saúde bucal é um componente essencial do bem-estar geral do ser humano, pois interfere diretamente na alimentação, comunicação e autoestima. No contexto das políticas públicas brasileiras, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como princípio garantir acesso universal e integral à saúde, incluindo os serviços odontológicos. Segundo Mendes (2018), "o SUS é uma conquista social que expressa o direito à saúde como dever do Estado e direito de todos".

O município de Caçador-SC apresenta avanços significativos no atendimento à saúde, mas ainda enfrenta desafios quanto à infraestrutura e aos investimentos destinados à área odontológica. Diante desse cenário, o presente projeto buscou compreender como a saúde bucal

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[5]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[6]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

é tratada nas unidades públicas de atendimento e de que forma as políticas públicas influenciam a qualidade dos serviços oferecidos.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, fundamentada na observação direta e em visitas técnicas realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2025. A investigação foi conduzida pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP, sob orientação dos professores Murilo Morais Júnior e Marileusa Carvalho. A metodologia envolveu três etapas principais:

Etapa teórica, na qual os estudantes participaram de aulas expositivas e dialogadas sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), políticas públicas e saúde bucal coletiva, com base em autores como Mendes (2018) e Freire (2000).

Etapa prática, composta por visitas técnicas ao Hospital Maicé, à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central e ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, com o objetivo de observar a estrutura física, os fluxos de atendimento e as práticas relacionadas à saúde bucal no contexto público.

Etapa reflexiva e de socialização dos resultados, na qual os alunos realizaram anotações de campo, registros fotográficos autorizados e relatórios reflexivos, sistematizando as informações coletadas e debatendo, em grupo, os desafios e as potencialidades identificadas nos serviços visitados.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, considerando os relatos dos profissionais de saúde, as observações empíricas e as percepções dos estudantes, sem a pretensão de generalização dos resultados. Essa abordagem permitiu compreender as problemáticas da saúde bucal em Caçador-SC sob uma perspectiva crítica e educativa, evidenciando o papel das políticas públicas e da conscientização comunitária na promoção da saúde.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa foi desenvolvida entre setembro e outubro de 2025, com orientação dos professores Murilo Moraes Junior e Marileusa Carvalho. O projeto envolveu encontros teóricos sobre o funcionamento do SUS e as políticas públicas de saúde, seguidos de visitas técnicas ao Hospital Maicé, à UBS Central e ao Corpo de Bombeiros Voluntários.

Durante a visita ao Hospital Maicé, os alunos observaram uma estrutura moderna e bem equipada, com profissionais de diversas especialidades médicas. Em contraste, na Unidade Básica de Saúde, verificou-se uma infraestrutura mais antiga e limitada, com menor disponibilidade de recursos humanos e materiais. Uma das médicas da UBS relatou que, devido à baixa verba investida, os profissionais priorizam os casos mais urgentes conforme o Protocolo de Manchester, buscando garantir o atendimento aos pacientes mais graves.

O odontólogo entrevistado destacou que os principais atendimentos realizados envolvem cáries, extrações simples e tratamentos de urgência. Entretanto, casos mais complexos são encaminhados ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Segundo ele, "a carência de recursos limita o tratamento completo, mas buscamos aliviar a dor e orientar o paciente até que receba atendimento especializado".

As experiências vivenciadas pelos alunos proporcionaram uma compreensão prática sobre o funcionamento do sistema de saúde e a importância da educação em saúde bucal. Conforme Freire (2000, p. 78), "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda", reafirmando a relevância de ações educativas que conscientizem sobre hábitos de higiene e prevenção de doenças.

Os alunos constataram também a relevância da participação popular por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde, espaços democráticos onde a população pode propor melhorias e fiscalizar a execução das políticas públicas.

CONCLUSÃO

Os objetivos do projeto foram plenamente alcançados, possibilitando aos estudantes compreender o papel do SUS e a importância da saúde bucal como parte integrante da saúde pública. O estudo evidenciou a necessidade de fortalecer as ações educativas, ampliar investimentos e modernizar a infraestrutura das unidades básicas de saúde para garantir atendimento de qualidade.

Apesar das limitações metodológicas, o trabalho contribuiu para despertar nos alunos uma consciência crítica sobre a realidade da saúde em Caçador e a importância do engajamento social na construção de políticas públicas mais eficazes. Sugere-se que futuras pesquisas explorem o impacto de campanhas preventivas e o uso de tecnologias educacionais voltadas à promoção da saúde bucal nas escolas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENDES, Eugênio Vilaça. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2018.

SAÚDE EM PRÁTICA: A VIVÊNCIA ESTUDANTIL NA COMPREENSÃO DO SUS E DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM CAÇADOR-SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Gabriela Granemann[1]
Débora Duarte[2]
Marileusa Carvalho[3]
Murilo R. de Morais Júnior[4]

Resumo - O projeto "Saúde em Prática", desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, teve como objetivo compreender o funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF) em Caçador-SC e identificar seus principais desafios. A partir de aulas teóricas sobre o SUS e visitas ao Hospital Maicé, Corpo de Bombeiros e UBS Central, os alunos observaram a importância da medicina preventiva e os problemas enfrentados pelo sistema, como falta de recursos, profissionais e desinformação sobre o uso dos serviços. Constatou-se que, apesar de avanços como reorganizações físicas e projetos voltados à promoção da saúde, ainda há necessidade de melhorias na eficiência, financiamento e valorização dos profissionais. O estudo evidenciou que a saúde familiar é essencial para o bem-estar social e que o fortalecimento da ESF é fundamental para garantir o direito à saúde previsto na Constituição.

Palavras-chave: Saúde Pública; Estratégia Saúde da Família; Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

A célebre máxima popularmente atribuída a Sócrates — "Saúde não é tudo, mas tudo é nada sem saúde" — sintetiza a ideia de que o bem-estar físico e mental é condição essencial para a realização plena da vida humana.". A saúde familiar constitui um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. O ambiente familiar exerce influência direta sobre os hábitos de vida, o acesso aos serviços de saúde e o enfrentamento de doenças.

Os desafios para uma efetiva implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF) em Caçador-SC motivaram a busca pelo entendimento de como esse sistema funciona e quais são as principais formas de melhoria. Segundo a CF88, no art. 196°, "A saúde é direito de todos e

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[4]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

dever do Estado", e também de acordo com a Declaração Universal dos Diretos Humanos (DUDH) 1948, o direito a saúde é totalmente ligado ao direito a vida.

O desenvolvimento do projeto ocorreu no Colégio de Aplicação da UNIARP, o qual teve a primeira fase iniciada em uma aula teórica de Sociologia sobre Políticas Públicas e a história do Sistema Único de Saúde (SUS), em que foram elaboradas problemáticas sobre o assunto, surgindo o interesse de descobrir o funcionamento do sistema, principalmente na área da saúde familiar.

A segunda fase contou com visitas ao Hospital Maicé, ao Corpo dos Bombeiros e à Unidade Básica de Saúde (UBS) Central. Durante as visitações, os alunos participaram de pequenas palestras, nas quais aprenderam sobre o funcionamento das estruturas e escutaram vários relatos de experiências dos profissionais. Com as visitas os alunos perceberam que há uma falta de recursos financeiros, de profissionais especializados, o que gera uma desorganização e uma demora nos atendimentos e, de acordo com eles, existe uma desinformação com relação a qual recurso usar em cada caso.

METODOLOGIA

O projeto "Saúde em Prática" foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP, entre setembro e outubro de 2025, contando com a participação dos estudantes do 2° ano do Ensino Médio e a orientação dos professores Murilo Moraes Júnior e Marileusa Carvalho, no qual foram contempladas as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Português e Inglês. Inicialmente, houveram aulas teóricas sobre a história do SUS e Políticas Públicas. Na segunda etapa, os alunos realizaram uma visita técnica ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros e à UBS Central, além de assistirem palestras sobre o funcionamento do SUS e as suas variadas estruturas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam que a ESF em Caçador-SC funciona em unidades básicas de saúde, onde equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e outros) atuam em regiões específicas para acompanhar a saúde das famílias. Conforme Souza (2014), a consolidação do sistema público de saúde depende da articulação entre os diferentes níveis de atenção e da ampliação das ações de caráter preventivo, a fim de reduzir a demanda por atendimentos especializados e hospitalares. Nesse contexto, a administração das Unidades Básicas de Saúde (UBS) deve priorizar práticas de promoção e prevenção em saúde, que fortaleçam o vínculo entre equipes e comunidades e contribuam para evitar a sobrecarga do sistema médico.

Essa perspectiva também é reforçada pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que define a Atenção Primária como coordenadora do cuidado e ordenadora das redes de atenção à saúde, destacando a importância das ações educativas, da vigilância em saúde e do acompanhamento contínuo das famílias (Brasil, 2017).

Nesse sentido, a UBS assume um papel primordial, uma vez que um dos seus enfoques é a medicina preventiva. Contudo, devido às crescentes demandas por especializações, tem-se sobrecarregado a estrutura vigente com o resserviço devido à falta de acompanhamento e

investigação das necessidades do usuário, acarretando em custos muito maiores, em uma demanda de estruturas ainda mais distintas e especializadas.

Com esse projeto, os alunos analisaram os principais desafios enfrentados pela ESF, que em geral incluem a falta de financiamento adequado, a formação profissional desajustada ao modelo, a fragilidade nas relações internas do sistema e a precarização das condições de trabalho dos profissionais.

Através de pesquisas, observou-se que a ESF em Caçador-SC tem evoluído por meio de reorganizações físicas e de serviços, como o compartilhamento de espaços em UBS e a readequação da localização da farmácia para melhor atendimento à população. A cidade também implementa o projeto "Cuidar", focado na prevenção de doenças e na promoção da saúde de servidores públicos, o que reflete o compromisso da administração com a melhoria contínua dos serviços de saúde para comunidade.

Os estudantes aprenderam os diferentes tipos de atividades existentes dentro desse sistema, entre eles estão consultas médicas e de enfermagem, vacinação, distribuição de medicamentos, curativos e atividades em grupo, como educação em saúde.

Inicialmente, visitaram o hospital e participaram de uma palestra na qual foram relatadas as diferentes experiências vivenciadas diariamente pelos profissionais da saúde, focando, principalmente, na área psicológica. Também conheceram os diferentes departamentos, incluindo as UTI, que geraram um desconforto nos alunos em ver a realidade difícil com a qual os profissionais lidam durante os dias e os sofrimentos dos pacientes em determinadas condições.

A segunda experiência ocorreu no Corpo de Bombeiros, na qual participaram de uma pequena apresentação sobre como funciona o sistema e o trabalho dos envolvidos. De acordo com um dos bombeiros voluntários, muitas pessoas não sabem como usar esse recurso e acabam fazendo mal-uso dele, dessa forma muitas ocorrências urgentes não são atendidas pela distração com outras que poderiam ser evitadas. Um fator que surpreendeu muito os alunos, foi o relato de que o número de trotes diminuiu consideravelmente nos últimos anos.

A terceira e última visita foi à UBS Central, na qual os alunos conheceram o interior da unidade, viram os profissionais atuando em suas áreas e o dia a dia deles com seus pacientes. Os alunos se decepcionaram pela objetividade da enfermeira e pela forma como foram tratados, porém entenderam que ela estava no ambiente de trabalho e com pressa para voltar a seus atendimentos, pois já havia pacientes à sua espera.

Considerando as visitas, os alunos concluíram que, embora o sistema apresente funcionamento adequado, ainda existem diversos pontos que precisam ser aprimorados para garantir maior eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Essa percepção está em consonância com os princípios da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/2017), segundo a qual a Atenção Primária deve atuar como coordenadora do cuidado e ordenadora das redes de atenção, promovendo a integração entre prevenção, promoção e recuperação da saúde.

De acordo com relatórios de avaliação de políticas públicas (Brasil, 2020) e análises de eficiência do gasto (Banco Mundial, 2017), a qualidade dos serviços públicos depende não apenas

do financiamento adequado, mas também da capacidade dos gestores de transformar os investimentos em benefícios concretos para a população, assegurando o retorno social dos tributos pagos pelos cidadãos. Assim, o fortalecimento da gestão pública, aliado à valorização dos profissionais e à participação social, constitui um caminho essencial para que o sistema de saúde ofereça respostas mais efetivas e equitativas às demandas da comunidade.

AGRADECIMENTOS

Os alunos gostariam de agradecer aos professores que participaram do projeto, por ajudarem em cada etapa de desenvolvimento e por proporcionarem momentos muito importantes para os estudantes. Também gostariam de agradecer aos profissionais que atenderam aos alunos no hospital, no Corpo dos Bombeiros na UBS central, sem eles a maior parte do projeto não seria possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o projeto "Saúde em Prática" no Colégio de Aplicação da UNIARP forneceu uma visão abrangente sobre o funcionamento e os desafios da Estratégia Saúde da Família (ESF) em Caçador-SC.

Através da combinação de aulas teóricas e visitas a unidades de saúde locais, os alunos puderam identificar questões cruciais como a falta de recursos, a escassez de profissionais e a desinformação sobre o acesso aos serviços, que comprometem a eficácia do sistema.

No entanto, também foi possível perceber os avanços alcançados, como a reorganização das unidades e a implementação de projetos voltados à promoção da saúde.

O estudo reafirma a importância da saúde familiar no contexto do bem-estar social e destaca a necessidade de continuar investindo na melhoria da eficiência, no financiamento adequado e na valorização dos profissionais de saúde. O fortalecimento da ESF se apresenta como um caminho fundamental para garantir o acesso universal à saúde e cumprir os direitos previstos pela Constituição Brasileira.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: Análise da eficiência do gasto público no Brasil (Public Expenditure Review – Overview).* Brasília, DF: Banco Mundial, 2017. Disponível em: https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/117861512133832252/Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.* Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Controladoria-Geral da União (CGU).* Guia para avaliação ex post de políticas públicas. Brasília, DF: CGU, 2020.
Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/guiaexpost.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.* Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR (SC). *Site oficial da Prefeitura de Caçador-SC*. Disponível em: https://cacador.sc.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, Louise Pereira. *Proposta do índice OEE para o setor de serviços em saúde: o caso de avaliação da produtividade de uma UBS no município de Caçador/SC*. Caçador, SC: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Caçador, 2022. Monografia (Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção).
Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/2434. Acesso em: 20 out. 2025.

SOUZA, Luis Eugênio Portela Fernandes de. *Saúde pública ou saúde coletiva? Espaço para a Saúde*, Londrina, v. 15, n. 4, p. 7–21, out./dez. 2014.

SAÚDE MENTAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PERCEPÇÕES E REALIDADES EM CAÇADOR – SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Isabela Zenere[1]
Natália Suchara[2]
Yasmim Jung[3]
Marileusa Carvalho[4]
Murilo R. de Morais Júnior[5]

Resumo - O presente estudo investigou a forma como a saúde mental é tratada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Caçador (SC). O objetivo principal consistiu em compreender de que maneira a atenção à saúde mental é abordada e percebida em diferentes contextos institucionais. Para tanto, foram realizadas visitas técnicas ao Hospital Maicé, ao Corpo de Bombeiros Voluntários e a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município. Os resultados evidenciaram que o Hospital Maicé apresenta limitações estruturais significativas no acolhimento de pacientes com transtornos mentais, uma vez que dispõe de apenas dois leitos destinados a esse público, o que restringe a capacidade de atendimento e internação. No Corpo de Bombeiros, observou-se o empenho e a sensibilidade dos voluntários em oferecer suporte às pessoas em situação de sofrimento psíquico, ainda que sem formação específica na área. Por outro lado, nas UBSs verificou-se uma postura de menor envolvimento dos profissionais com os casos relacionados à saúde mental, resultando em encaminhamentos recorrentes ao Hospital Maicé. Essas constatações revelam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde mental, bem como da integração entre os diferentes níveis de atenção do SUS, a fim de garantir um cuidado mais humanizado e resolutivo à população.

Palavras-chave: Saúde mental; Bem-estar; Hospital Maicé; Corpo de Bombeiros; Unidade Básica de Saúde (UBS); CAPS.

INTRODUÇÃO

A saúde mental constitui um dos pilares mais relevantes da saúde pública e tem sido amplamente discutida em escala global. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o cuidado com a saúde mental é essencial para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, uma vez que influencia diretamente nas relações sociais, no desempenho profissional e

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[5]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

no processo de aprendizagem. Nos últimos anos, a OMS tem alertado para o aumento expressivo de transtornos como ansiedade e depressão, especialmente após a pandemia de Covid-19, que provocou profundos impactos emocionais e intensificou os casos de sofrimento psíquico em diversos países.

No município de Caçador (SC), a saúde mental também se tornou uma preocupação crescente. Profissionais do Hospital Maicé e do Corpo de Bombeiros relataram um aumento considerável nos casos de surtos psicóticos, tentativas de suicídio e uso abusivo de substâncias psicoativas após o período pandêmico. Tal crescimento está associado a fatores como o isolamento social, a ruptura do convívio interpessoal e o uso excessivo das redes sociais — elementos que contribuíram para o aumento do individualismo e da sensação de solidão. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à saúde mental, promovendo estratégias eficazes de acolhimento e prevenção no município.

Durante as visitas técnicas e entrevistas realizadas, observou-se que o atendimento à saúde mental em Caçador ocorre de forma articulada entre diferentes instâncias do sistema público. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem o primeiro ponto de acolhimento, no qual o médico realiza a avaliação inicial e define se o paciente pode prosseguir o tratamento na própria unidade ou se necessita de atendimento especializado. Quando há necessidade, o paciente é encaminhado ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), responsável pelos casos de transtornos mentais graves — como esquizofrenia e transtorno bipolar —, ou ao CAPS AD, voltado ao tratamento de dependência de álcool e outras drogas. Situações de crise, por sua vez, são direcionadas ao Hospital Maicé, responsável pelo atendimento de urgência.

Segundo o médico Régis Fabiano de Oliveira, a rede de atenção à saúde mental segue três níveis de atendimento: o primário, realizado nas UBS; o secundário, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); e o terciário, no Hospital Maicé, onde se concentram os atendimentos de urgência e internação. Conforme o médico Lucas Castilho Lopes e a psicóloga Laisa Regina Chaves, que atua na área de saúde mental no município, as internações podem ocorrer em três modalidades: voluntária, quando o paciente consente com o tratamento; involuntária, quando a família autoriza a internação; e compulsória, determinada judicialmente. A profissional também ressaltou que o CAPS é o principal espaço de acompanhamento contínuo, oferecendo suporte psicológico e psiquiátrico de forma a evitar hospitalizações desnecessárias. O funcionamento integrado desses serviços evidencia o esforço do município em equilibrar o acolhimento comunitário com o atendimento hospitalar, promovendo uma atenção mais humanizada, contínua e resolutiva à população em sofrimento psíquico.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da UNIARP em Caçador (SC), entre setembro e outubro de 2025, contando com a participação de 29 alunos do 2° ano do Ensino Médio e a orientação dos professores Murilo Moraes e Marileusa Carvalho. Foram envolvidas as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Inglês e Português. Os alunos realizaram pesquisas teóricas, feitas no Google Acadêmico, além de visitas técnicas, inicialmente ao Hospital Maicé, em seguida ao Corpo de Bombeiros e, por fim, à Unidade Básica de Saúde (UBS). Após as visitas, houve uma breve conversa com o Dr. Lucas Castilho Lopes. Logo depois, uma entrevista com o Dr. Régis

Fabiano de Oliveira, e uma conversa com a Psicóloga Laisa Regina Chaves, profissional da área da saúde mental com o objetivo de compreender o funcionamento da rede de saúde. As atividades foram desenvolvidas em três etapas: aulas sobre o assunto, pesquisa bibliográfica, visitas técnicas e análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as visitas técnicas e entrevistas realizadas, foi possível compreender de maneira mais abrangente o funcionamento do atendimento à saúde mental no município de Caçador (SC). As Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem o primeiro ponto de procura da população que enfrenta algum tipo de sofrimento emocional ou transtorno psíquico. Nessas unidades, o médico realiza a avaliação inicial do quadro clínico e decide se o paciente pode permanecer em acompanhamento local ou se necessita de atendimento mais especializado.

Nos casos em que se faz necessário um acompanhamento contínuo, o paciente é encaminhado ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que conta com uma equipe multiprofissional composta por psicólogos, enfermeiros e psiquiatras responsáveis pelo processo de recuperação e reinserção social.

De acordo com a profissional Laisa Regina Chaves, o CAPS II atende pessoas com transtornos mentais graves, como esquizofrenia e transtorno bipolar, enquanto o CAPS AD é direcionado ao tratamento da dependência de álcool e outras drogas. A entrevistada destacou que o principal objetivo do CAPS é evitar internações desnecessárias, promovendo um atendimento mais próximo da comunidade e pautado no respeito à autonomia e à liberdade do paciente.

Nos casos de crise aguda, o atendimento inicial é realizado no Hospital Maicé, que dispõe de plantão de urgência. Contudo, o hospital não possui estrutura específica para internações psiquiátricas, o que faz com que os pacientes que necessitam desse tipo de cuidado sejam encaminhados para outros municípios, por meio do sistema de regulação estadual.

Os profissionais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador relataram que, após a pandemia de Covid-19, houve um aumento expressivo no número de surtos psicóticos, tentativas de suicídio e casos de uso abusivo de substâncias psicoativas. Segundo eles, o isolamento social e o uso excessivo de celulares e redes sociais contribuíram para a diminuição do convívio interpessoal, afetando significativamente a saúde emocional da população.

Já os profissionais das Unidades Básicas de Saúde observaram que muitos pacientes chegam em situação de crise, ressaltando que o acolhimento inicial é fundamental para estabilizá-los antes do encaminhamento ao CAPS ou ao Hospital Maicé.

De modo geral, as informações coletadas evidenciam que, embora o município de Caçador disponha de uma rede de atenção psicossocial estruturada, ainda existem limitações significativas, sobretudo em relação à escassez de leitos e de profissionais especializados. Apesar desses desafios, é notável o comprometimento das equipes de saúde em oferecer um atendimento humanizado, integrado e resolutivo entre os diferentes níveis de atenção do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal conclusão do estudo foi que a rede de atendimento à saúde mental do SUS em Caçador ainda apresenta dificuldades. O Hospital Maicé, por exemplo, não possui estrutura para internação de pacientes com distúrbios mentais, sendo necessário encaminhar casos mais complexos para hospitais psiquiátricos fora da cidade, conforme a legislação estadual.

O estudo pode ajudar a escola e a comunidade de Caçador a aumentar a conscientização sobre a importância do cuidado com a saúde mental, incentivando o diálogo e o acolhimento entre as pessoas. Também ajuda a entender melhor como funciona o atendimento público na cidade e a identificar os pontos que precisam ser melhorados, motivando os alunos e a população a procurarem soluções e apoio para quem enfrenta dificuldades emocionais.

Para projetos futuros, sugere-se ampliar as ações de prevenção e conscientização sobre saúde mental nas escolas e na cidade, oferecer apoio emocional nas instituições públicas e promover parcerias entre escolas, profissionais da saúde e órgãos municipais para fortalecer o cuidado e o bem-estar mental da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

CHAVES, Laisa Regina. Entrevista concedida à equipe de pesquisa sobre o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de Caçador (SC). Caçador, 2024.

CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR. Entrevista concedida à equipe de pesquisa sobre o atendimento a ocorrências relacionadas à saúde mental no município de Caçador (SC). Caçador, 2024.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 61–70, 2008.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/7SxLwT9xPqkB6j. Acesso em: 20 out. 2025.

SAÚDE EM PRATICA: VACINAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM CAÇADOR-SC

Categoria: Iniciação Científica Júnior

Mirella Dallazem[1]
Valentina Morona Giaretta[2]
Raul Pellegrinello[3]
Marileusa Carvalho[4]
Murilo R. de Morais Júnior[5]

Resumo - O presente estudo, desenvolvido com estudantes do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP, teve como objetivo analisar o papel das políticas públicas de saúde e a importância da vacinação como instrumento de cidadania e prevenção. O projeto "Saúde em Prática" integrou os componentes curriculares de Sociologia, Português, Inglês e Biologia, articulando aulas teóricas, visitas técnicas e palestras. A metodologia envolveu a observação em campo em instituições de saúde do município de Caçador (SC), entrevistas com profissionais e levantamento de informações sobre a cobertura vacinal. Os resultados apontaram limitações no acesso a dados locais, além da influência negativa da desinformação e do movimento antivacina, fatores que comprometem as metas de imunização. Constatou-se, contudo, o empenho das Unidades Básicas de Saúde em ampliar o atendimento e flexibilizar horários, reforçando a importância do SUS e das ações educativas na promoção da saúde coletiva. O estudo evidencia que a educação em saúde é fundamental para combater a hesitação vacinal e fortalecer a consciência cidadã sobre a imunização como direito e dever social.

Palavras chave: Vacinação; Políticas públicas; SUS.

INTRODUÇÃO

A educação exerce papel fundamental na formação da cidadania, sendo essencial a conscientização acerca das políticas públicas de saúde. Conforme já afirmava Paulo Freire (1979), quando o indivíduo compreende a sua realidade, torna-se capaz de levantar hipóteses sobre seus desafios, buscar soluções e, assim, transformá-la. Considerando que a vacinação é um direito garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o exercício pleno da cidadania envolve a busca e a compreensão sobre a imunização — aspecto crucial que motivou a presente pesquisa.

[1]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[2]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[3]Estudante da Primeira Série do Ensino Médio. Colégio de Aplicação – Uniarp – Caçador-SC.
[4]Profa. Orientadora. Graduada em Letras – Português/ Inglês pela Unc – Caçador. Mestre em Desenvolvimento regional pela Uniarp – Caçador. marileusa@uniarp.edu.br.
[5]Prof. Orientador. Graduado em Filosofia pela Unar – Araras/SP. Especialista em Tecnologia na educação e metodologias ativas com foco na BNCC pela Uniarp – Caçador-SC.murilo.raimundo@uniarp.edu.br.

Nesse sentido, o Colégio de Aplicação da UNIARP tem tratado com urgência a necessidade de promover o conhecimento, especialmente diante do avanço do movimento antivacina, que, segundo Nassarala et al. (2019), favorece o adoecimento individual e coletivo, contribuindo para a disseminação de doenças na comunidade — situação que representa um risco à saúde pública.

Dessa forma, desenvolveu-se o projeto "Saúde em Prática", com o propósito de articular os componentes curriculares de Sociologia, Português, Inglês e Biologia. O objetivo central foi compreender o papel da sociedade nas políticas públicas de saúde e o funcionamento do SUS no município de Caçador (SC), além de aprimorar a escrita acadêmica e a experiência de pesquisa dos estudantes.

A temática da vacinação foi escolhida devido à sua relevância para a comunidade e aos desafios enfrentados localmente, como a escassez de doses, a baixa adesão da população e a dificuldade de obtenção de dados atualizados sobre o tema.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado na turma de Segundo Ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UNIARP, contando com 28 alunos e sendo planejado pelos professores Murilo Moraes Junior e Marileusa Carvalho no período entre os meses de setembro e outubro de 2025. O processo de pesquisa foi dividido nas seguintes etapas: aulas teóricas, visitas técnicas e também uma palestra.

O estudo teve início nas aulas de sociologia, em que o professor Murilo explicou a história do SUS e como funcionam as políticas públicas, em seguida os alunos se dividiram em grupos, receberam os temas a serem trabalhados e foram direcionados a realização da primeira parte da pesquisa em sala de aula.

Após isso, ocorreu a visita técnica ao Hospital Maicé, na qual além de um percurso por dentro das alas, com explicações sobre seus funcionamentos, também explicaram sobre a história do Hospital desde sua construção até os dias atuais e as evoluções nas suas instalações e nos serviços lá oferecidos, sobre a vacinação não houveram muitas respostas, apenas informaram que oferecem a aplicação de doses para os funcionários, e que para mais informações deveria ser contatada uma UBS.

Em seguida a turma foi ao Corpo de Bombeiros Voluntários da cidade para mais uma visita, onde ocorreu uma roda de conversa acerca da atuação dos bombeiros em parceria com o SUS, entretanto não houve relação com o tema proposto ao grupo, pois a imunização não faz parte dessa aliança.

A próxima etapa foi uma palestra com o médico especializado em saúde da família e professor universitário Lucas Castilho Lopes, em que ele sanou várias dúvidas da turma e contou suas experiências de atendimento nas unidades básicas de saúde que já trabalhou. Ele explicou que não são todas as vacinas que são disponíveis pelo SUS, apenas as básicas, bem como, essas não são disponíveis para todas as faixas etárias, em caso de necessidade comprovada os requerentes devem entrar na justiça em busca das doses.

Por fim ocorreu a última visita no posto de saúde Central, na qual a enfermeira que atendeu a turma apresentou as instalações e respondeu algumas dúvidas da turma. Na unidade há uma sala de vacinação em que auxiliares de enfermagem aplicam-nas, os horários de atendimento foram repassados junto de informações sobre a abertura de novos horários de imunização durante o período da noite. Entretanto não foi possível coletar dados sobre a cobertura vacinal, que era um dos objetivos do grupo, pois segundo a profissional que acompanhou os alunos são informações disponíveis apenas na vigilância sanitária.

O grupo também pesquisou notícias e notou o aumento nas campanhas de vacinação em contraponto com o aumento do movimento antivacina, que tem afetado fortemente a população.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as visitas técnicas, a palestra e as atividades em sala, observou-se um conjunto de achados que merecem destaque:

ACESSO E OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO

Foi constatado que, em diversas unidades de saúde visitadas, o serviço de vacinação consta como disponível, mas sob condições restritas. No Hospital Maicé, por exemplo, as vacinas eram aplicadas apenas aos funcionários, sendo as Unidades Básicas de Saúde (UBS) responsáveis pelas demais aplicações. Já na Unidade de Saúde Central, verificou-se que há uma sala de vacinação estruturada e que algumas unidades funcionam também em horários estendidos — das 18h às 22h em determinadas quartas e sextas-feiras — para atender à população que não pode comparecer no horário comercial.

Esse cenário evidencia a existência de esforços administrativos para ampliar o acesso, mas também revela limitações operacionais e de alcance social, o que está em consonância com estudos que apontam fragilidades semelhantes no funcionamento de programas municipais de imunização em várias regiões do país (Boing et al., 2023).

QUEDA OU INSUFICIÊNCIA NA COBERTURA VACINAL

Foi possível observar que a cobertura vacinal tem apresentado queda significativa nos últimos anos, fenômeno também registrado em nível nacional. Pesquisas indicam que, entre as vacinas para crianças menores de dois anos, houve redução nas taxas de imunização e aumento no índice de abandono entre doses. Em 2012, a cobertura da poliomielite era de aproximadamente 96,5%, caindo para 77% em 2022, o que representa uma diminuição de cerca de 20 pontos percentuais (UFSM, 2022).

No contexto municipal, não foi possível obter dados atualizados de cobertura vacinal, pois, segundo informações da equipe da UBS, esses registros são disponibilizados apenas pela Vigilância Sanitária. Essa ausência de dados é, por si só, um resultado importante: demonstra a dificuldade de acesso às informações locais, o que dificulta o monitoramento e o planejamento de políticas públicas eficazes.

FATORES DE RECUSA, HESITAÇÃO E INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO ANTIVACINA

Outro resultado relevante refere-se à identificação de fatores que dificultam a procura ou adesão à vacinação. A análise de notícias e a palestra com o médico convidado permitiram constatar que há um aumento do movimento antivacina e de campanhas de desinformação. Essa constatação é respaldada por Ramos et al. (2023), que destacam que o movimento antivacina tem impacto direto na diminuição da cobertura vacinal no Brasil.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) já reconheceu a hesitação vacinal como uma das dez maiores ameaças à saúde pública global (OMS, 2019). A propagação de notícias falsas e informações imprecisas nas redes sociais tem contribuído para o aumento dessa resistência. Especialistas apontam que fake news e discursos negacionistas têm reduzido a confiança da população nas vacinas e, consequentemente, a adesão às campanhas (Ministério da Saúde, 2020).

INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIEDADE E FUNCIONAMENTO DO SUS

Os resultados também demonstraram que, embora haja uma estrutura básica de atendimento vacinal disponível, a articulação entre comunidade, informação e políticas públicas ainda enfrenta entraves. A palestra ministrada pelo médico Lucas Castilho Lopes revelou que nem todas as vacinas são disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e que, em alguns casos, o acesso depende de ações judiciais.

Essas informações reforçam o que Boing et al. (2023) apontam sobre as disparidades geográficas e socioeconômicas no alcance das vacinas no Brasil. Mesmo com um sistema universal, as desigualdades regionais e a falta de educação em saúde limitam o impacto das campanhas públicas e comprometem o princípio da equidade do SUS.

LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A COMUNIDADE LOCAL

Uma das principais limitações encontradas durante a pesquisa foi a dificuldade de acesso aos dados oficiais de cobertura vacinal, impossibilitando a análise quantitativa da adesão no município de Caçador. Contudo, os resultados qualitativos — obtidos por meio das visitas, relatos e observações — sugerem que o município enfrenta desafios semelhantes aos observados em nível nacional: necessidade de aprimorar a divulgação das campanhas, ampliar o horário de funcionamento das salas de vacinação e fortalecer a confiança da população.

Do ponto de vista prático, conclui-se que ações educativas intersetoriais (entre escola, família e comunidade), associadas à comunicação científica acessível e contínua, podem contribuir para ampliar a cobertura vacinal e reduzir o impacto do movimento antivacina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a imunização, uma das principais formas de evitar doenças e epidemias, deve ser um assunto cada vez mais incentivado e discutido, dado que as informações só são encontradas quando procuradas a fundo, explicitando que ainda há um caminho longo para trilhar até a devida valorização, além de ser fator crucial para a cidadania dos indivíduos,

conforme José Augusto Alves de Britto, do instituto Fiocruz (2018), a importância da vacinação não está somente na proteção individual, porque ela evita a propagação em massa de doenças que podem levar à morte ou a sequelas graves em todo o povo.

Além disso é crucial o estudo acerca das políticas públicas e do SUS para a identificação de seus problemas a serem resolvidos, assim como Paulo Freire (2000) afirmou, se a educação sozinha não é capaz de transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade é capaz de mudar. A pesquisa foi de grande importância para o conhecimento do Sistema de Saúde e de seus funcionamentos, e também essencial para a formação da cidadania dos alunos, mostrando que todos fazem parte de uma comunidade.

REFERÊNCIAS

BOING, Antônio Fernando et al. Disparidades geográficas, socioeconômicas e demográficas na cobertura vacinal contra a COVID-19 entre municípios brasileiros. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 47, e57, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Especialistas falam sobre o impacto das notícias falsas nas coberturas vacinais do país. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASSARALLA, Anna Paula Amaral; DOUMIT, Arthur Marinho; MELO, Caio Freitas; LÉON, Lucas Caldas; VIDAL, Rafael Augusto Reis; MOURA, Léa Resende. Dimensões e consequências do movimento antivacina na realidade brasileira. Revista Educação em Saúde, v. 7, supl. 1, p. 120-125, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Ten threats to global health in 2019. Genebra: World Health Organization, 2019.

RAMOS, Ana Paula et al. O impacto do movimento antivacina na saúde pública brasileira. Revista Brasileira de Saúde e Sociedade, v. 5, n. 2, p. 45-59, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Volta de doenças controladas: queda da cobertura vacinal preocupa especialistas. Santa Maria, RS: UFSM, 2022.

PODCAST DO CURSO DE JORNALISMO UNIARP: VOZES E HISTÓRIAS

Categoria: Extensão Universitária - PAEC

Zita Aparecida Duarte Tives Tramontina[1]
Neocimar Pinto Ribeiro[2]
Juciele Marta Baldissarelli[3]
Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy[4]

Resumo – A gravação dos episódios de podcast com Adelino Martins Vicente, Bruna Manenti e Júlio Santos integrou o projeto de extensão "Jornalismo UNIARP: Vozes e Histórias", do curso de jornalismo. A atividade teve como foco a valorização das narrativas locais e o desenvolvimento de habilidades jornalísticas. As entrevistas foram conduzidas por Fernanda Silva, Fernanda dos Santos, Celma Aparecida Rodrigues do Amaral, com planejamento e edição técnica dos alunos Zita Aparecida Duarte Tives Tramontina e Neocimar Pinto Ribeiro. Adelino e Júlio compartilharam as trajetórias no rádio e reflexões sobre ética e prática jornalística. Bruna falou sobre música, protagonismo feminino e impacto social. Os episódios foram gravados em estúdio, debatidos em sala e integrados ao portfólio do curso. A ação contribuiu para a formação dos estudantes e para o fortalecimento do vínculo com a comunidade, com foco em comunicação ética e sensível.

Palavras-chave: Jornalismo. Podcast. Comunicação. Entrevista.

INTRODUÇÃO

A utilização de podcasts como ferramenta educacional em universidades permite que o conteúdo seja acessado a qualquer momento e local, facilitando o aprendizado flexível e adaptável ao ritmo dos alunos. Estudantes valorizam tanto os podcasts completos de aulas quanto Resumos mais curtos, que facilitam a revisão de conceitos já apresentados em sala de aula, ajudando a consolidar o conhecimento em momentos de revisão e aprofundamento (Zanten et al., 2012; Scriven, 2019). A flexibilidade do formato contribui para um ambiente de aprendizado mais inclusivo, pois estudantes podem adaptar o consumo do conteúdo a suas necessidades, promovendo um aprendizado contínuo e acessível (Evans, 2008).

Como instrumento de extensão, os podcasts democratizam o conhecimento ao permitir que informações geradas na universidade alcancem uma audiência mais ampla, incluindo a comunidade em geral. Isso é especialmente útil para envolver o público com temas relevantes e discussões que ampliam o impacto social da instituição. Nesse sentido, o podcast possibilita que tanto professores quanto especialistas compartilhem informações de forma acessível,

[1] Aluno do Curso de Jornalismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Jornalismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Jornalismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Jornalismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

promovendo a inclusão e uma relação mais próxima entre a academia e a sociedade (Scriven, 2019; Fernandez et al., 2009). Além de servir como um canal de disseminação de conhecimento, o podcast também incentiva uma visão mais inclusiva sobre o papel da universidade na transformação social.

A criação de podcasts por estudantes é uma abordagem que estimula a participação ativa e o desenvolvimento de habilidades cruciais, como síntese de informações e comunicação, promovendo uma experiência de aprendizado prática e colaborativa. Essa prática permite que os estudantes desenvolvam competências que vão além do conteúdo acadêmico, como organização e autonomia no aprendizado, o que é valorizado no mercado de trabalho. Estudos mostram que a produção de podcasts incentiva o engajamento e a motivação, pois os alunos passam a ser responsáveis pelo conteúdo que criam, o que contribui para uma compreensão mais profunda e significativa do conteúdo teórico (Struck et al., 2011; Hall & Jones, 2021).

METODOLOGIA

A gravação dos podcasts com Adelino Martins Vicente, locutor Júlio Santos e Bruna Manenti integrou uma ação de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), com foco na articulação entre teoria e prática, e no fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade. A proposta foi concebida no contexto da disciplina de produção de áudio, alinhada ao eixo extensionista da formação, visando desenvolver habilidades técnicas, comunicacionais e reflexivas nos estudantes por meio da criação de produtos jornalísticos sonoros.

A atividade iniciou-se com o planejamento coletivo, orientado pela professora responsável, que propôs aos acadêmicos a produção de dois episódios com convidados cujas trajetórias fossem representativas para os temas de comunicação, cultura e identidade local. Foram escolhidos, de forma consensual entre docentes e discentes, o jornalista e radialista Adelino Martins Vicente, o locutor Júlio Santos, ambos com vasta experiência no rádio regional e contribuição histórica à imprensa local, e a cantora caçadorense Bruna Manenti, artista reconhecida por sua atuação no sertanejo e pelo envolvimento em causas sociais.

Com os nomes definidos, as estudantes envolvidas – Fernanda Silva, Fernanda dos Santos e Celma Aparecida Rodrigues do Amaral – formaram um grupo de trabalho e iniciaram a etapa de pesquisa sobre os perfis dos convidados. A partir dessas informações, elaboraram roteiros estruturados com perguntas abertas, buscando favorecer uma entrevista fluida, sensível e próxima da realidade dos entrevistados. O foco foi criar uma atmosfera de escuta ativa e troca de experiências, permitindo que os convidados compartilhassem não apenas suas trajetórias, mas também visões sobre os desafios e transformações de suas áreas de atuação.

O agendamento das entrevistas foi feito em articulação com os próprios convidados e com o suporte da equipe do estúdio de gravação da universidade. A preparação do espaço incluiu a organização técnica dos equipamentos de áudio e a definição dos papéis de cada integrante da equipe. Curiosamente, o primeiro entrevistado, Adelino Vicente, além de convidado, atua no apoio técnico do estúdio, o que enriqueceu ainda mais a vivência das estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente Resumo dos podcasts produzidos para o Paec apresenta um panorama das histórias e personagens que compõem a série "Jornalismo UNIARP: Vozes e Histórias. Abaixo segue o relato dos podcasts.

REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA JORNALÍSTICA DE ADELINO VICENTE

A experiência compartilhada por Adelino Martins Vicente no Podcast 01 do curso de Jornalismo da UNIARP é um testemunho precioso sobre a essência do fazer jornalístico em sua forma mais autêntica. Ao narrar sua trajetória, marcada por improviso, paixão e resistência, Adelino reconecta os estudantes às origens do jornalismo regional e às transformações vividas pelo ofício ao longo das últimas décadas.

Sem formação acadêmica inicial, mas movido pela curiosidade e pelo amor ao rádio, Adelino iniciou sua jornada com gravadores a fita e reportagens feitas no peito, sem pauta, mas com intuição e escuta. Essa abordagem, que ele mesmo reconhece como rudimentar, está carregada de sentido pedagógico: mostra que, antes da técnica, há o desejo de comunicar, de fazer sentido do mundo e compartilhá-lo com a comunidade.

Seu relato é também uma aula sobre ética jornalística. Ao dizer que nunca valorizou o "furo" pela urgência e sim pela qualidade da informação, Adelino nos convida a refletir sobre o jornalismo contemporâneo, muitas vezes refém da pressa e da superficialidade. Ao preferir reportagens bem construídas, mesmo que não exclusivas, ele reforça a responsabilidade social que cabe ao jornalista: ser mediador confiável entre os fatos e o público.

Ademais, as passagens emocionadas sobre os tempos de rádio mostram como a comunicação forma memórias coletivas. Ao citar vozes como Luiz Zanella Sobrinho, ou ao descrever programas feitos com vinil e sonoplastia artesanal, Adelino reconstitui um tempo em que o rádio era centro cultural e fonte de pertencimento. Isso não é só saudosismo: é compreensão de que a evolução da comunicação também carrega perdas simbólicas que devem ser reconhecidas.

O jornalismo de Adelino, fundado na observação empírica e no respeito aos saberes populares, é também um modelo possível para a formação de novos profissionais. Sua prática é humanizada, permeada por escuta ativa, capacidade de improviso e sensibilidade para o que importa. Em um tempo de multiplataformas e inteligência artificial, a história de Adelino nos relembra que o diferencial do jornalista é, e sempre será, sua humanidade.

Adelino conclui sua fala com orgulho de hoje ser um jornalista diplomado. Isso representa mais do que uma conquista individual: simboliza a valorização da formação acadêmica e a reconciliação entre a experiência de campo e o conhecimento sistematizado. Para os estudantes de jornalismo, ouvir Adelino é mais que uma entrevista: é uma aula viva sobre memória, resistência e paixão pelo ofício.

Bruna Manenti: voz, presença e protagonismo feminino na música sertaneja

> A entrevista com Bruna Manenti no Podcast 02, conduzida com sensibilidade por Celma, Fernanda Silva e Fernanda dos Santos, apresenta muito mais do que uma trajetória musical: é uma narrativa potente sobre empoderamento, identidade e empreendedorismo feminino no meio artístico. Bruna compartilha, com franqueza e leveza, os bastidores de uma carreira que transcende a música para tocar em temas como inclusão, maternidade, superação e paixão.

Seu relato de como personaliza cada show para conectar-se com o público mostra que a comunicação musical não é apenas performática, mas profundamente interativa. Bruna valoriza a escuta da audiência e entrega experiências únicas, tornando seu palco um espaço de acolhimento. Sua percepção sobre o público - suas dores, alegrias e contextos - é também um exemplo de inteligência emocional e empatia como ferramentas de comunicação.

Entre os desafios relatados, destaca-se o enfrentamento de preconceitos por ser mulher em um setor ainda dominado por homens. Bruna narra situações em que não foi levada a sério como profissional e empresária, apontando a persistência como caminho para conquistar respeito. Ao compartilhar esses obstáculos, ela também oferece inspiração para outras mulheres que desejam ocupar espaços de liderança e expressão.

Seu compromisso com causas sociais, como a inclusão de pessoas autistas e a mobilização solidária no Rio Grande do Sul, reforça uma visão de carreira que não se limita à fama, mas abraça o papel de influência positiva na comunidade. A música de Bruna é meio e mensagem: entretém, emociona e transforma.

Outro destaque da entrevista é o relato sobre sua transição da fisioterapia para a música. Ao afirmar que "a música me escolheu", Bruna legitima o direito de mudar, de reinventar-se, e de seguir o coração mesmo diante das inseguranças. Essa coragem é uma mensagem poderosa, especialmente para jovens em busca de propósito.

Por fim, a cantora afirma: "Hoje, Bruna Manenti é uma empresa". Essa declaração sintetiza a visão contemporânea do artista como empreendedor, gestor de sua imagem e protagonista do seu percurso. A entrevista se encerra com leveza, música e emoção, mas deixa um legado: arte também é resistência, presença e construção coletiva de sentidos.

A Experiência de Júlio Santos no Programa Canta Galo

> A análise dos dados obtidos por meio da entrevista com o locutor Júlio Santos, âncora do programa Canta Galo da Rádio Fraiburgo FM 95.1, evidencia que o rádio, mesmo diante do avanço das mídias digitais, continua sendo um meio essencial para o desenvolvimento cultural, informacional e social da comunidade. Com quase duas décadas à frente do programa, o locutor destaca que a rádio representa para os ouvintes um símbolo de pertencimento e progresso, sendo percebida como um elemento de identidade local e de conexão entre as pessoas.

Segundo Júlio Santos, o Canta Galo é um programa construído de forma híbrida, mesclando entretenimento, motivação matinal e jornalismo informativo. Ele organiza a

programação em blocos temáticos e ressalta a importância dos quadros fixos de notícias, como o boletim conduzido pelo repórter Genauro Stefanski. O locutor observa que, quando uma notícia vai ao ar, há uma mudança imediata na interação com o público — as mensagens diminuem e a atenção se volta totalmente para a informação —, o que demonstra o grau de credibilidade e de envolvimento que o rádio ainda desperta.

Durante situações de crise, como temporais e apagões de energia que afetaram Fraiburgo, o programa assumiu papel essencial na prestação de serviços à população. Júlio relatou que a emissora operou com gerador próprio, tornando-se a única fonte ativa de informação local naquele período. Nessas ocasiões, a programação musical foi substituída por transmissões ao vivo, relatos dos ouvintes e atualizações em tempo real, transformando o rádio em um canal de apoio e segurança para a comunidade.

O locutor também ressaltou a forte participação dos ouvintes na construção das pautas do programa. Muitas informações chegam por meio do público, que atua como uma rede informal de repórteres locais. Para Júlio, essa interação direta amplia o alcance e a relevância da rádio, além de fortalecer o sentimento de pertencimento entre os participantes.

Outro ponto destacado é o papel cultural do Canta Galo, que valoriza expressões regionais, músicas tradicionais e histórias da cidade. O locutor enxerga o programa como um espaço de preservação da memória e de divulgação das tradições locais, aproximando a rádio das pessoas e reforçando sua função social e educativa.

Ao final da entrevista, Júlio Santos expressou o desejo de ampliar o conteúdo jornalístico do programa, especialmente no horário de maior audiência, entre 7h e 7h30. Ele pretende criar novos quadros e aumentar a participação de repórteres, inclusive com a possibilidade de integrar estudantes e instituições de ensino nesse processo. Essa ampliação, segundo ele, visa fortalecer o jornalismo local e consolidar o rádio como um meio dinâmico, educativo e comprometido com o desenvolvimento da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas reunidas na série de podcasts Jornalismo UNIARP: Vozes e Histórias revelam a potência da comunicação como instrumento de transformação social, preservação da memória e valorização de identidades locais. As narrativas de Adelino Martins Vicente, Bruna Manenti e Júlio Santos, cada uma a seu modo, evidenciam diferentes dimensões do protagonismo regional — seja pela ética e paixão pelo jornalismo, pela força e representatividade feminina na música, ou pela função social do rádio como elo comunitário. Em conjunto, os relatos reafirmam que a comunicação vai além da técnica: é expressão humana, empatia e compromisso com o outro. Os podcasts demonstram, ainda, que contar histórias reais, com autenticidade e sensibilidade, é um caminho eficaz para formar novos comunicadores conscientes de seu papel social e cultural, fortalecendo o vínculo entre universidade, comunidade e território.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Alunos e docentes agradecem agência de fomento de financiamento do projeto de extensão Uniarp, por intermédio do PAEC.

REFERÊNCIAS

Evans, C. (2008). **The effectiveness of m-learning in the form of podcast revision lectures in higher education.** Comput. Educ., 50, 491-498.

Fernandez, V., Simo, P., & Sallan, J. (2009). **Podcasting: A new technological tool to facilitate good practice in higher education.** Comput. Educ., 53, 385-392.

Hall, N. M., & Jones, J. M. (2021). **Student-Produced Podcasts as a Teaching and Learning Tool.** American Journal of Distance Education, 37, 53-65.

Scriven, R. (2019). **Podcasts as a tool to engage broader audiences. Learning Connections 2019:** Spaces, People, Practice.

Struck, R., Kynäslahti, H., Lipponen, L., Vesterinen, O., & Vahtivuori-Hänninen, S. (2011). **Podcasts as Learner-Created Content in Higher Education**. Int. J. Online Pedagog. Course Des., 1, 20-30. Link

Zanten, R. V., Somogyi, S., & Currò, G. (2012). **Purpose and preference in educational podcasting.** Br. J. Educ. Technol., 43, 130-138.

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO: ANÁLISE ESTRATÉGICA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Categoria: IV – Projetos Integradores

Jennifer Nichele Gonçalves[1]
Camila Lenardt Pereira Melo[2]

Resumo – O interesse em desenvolver este estudo surgiu a partir da compreensão de que a conscientização e a prevenção do assédio no ambiente de trabalho são necessidades cada vez mais urgentes nas organizações modernas. A gestão estratégica tem como função alinhar pessoas, processos e cultura organizacional de modo a garantir ambientes éticos, produtivos e saudáveis (CHIAVENATO, 2020).

Segundo Wright e McMahan (2019), a gestão estratégica de pessoas deve ser vista como uma ferramenta essencial para consolidar práticas sustentáveis, promover o bem-estar e garantir a conformidade com princípios de responsabilidade social. Dessa forma, a prevenção do assédio deve ser incorporada como parte integrante da estratégia organizacional, e não tratada de forma pontual ou isolada.

Empresas que integram políticas de respeito e equidade aos seus planos estratégicos corporativos fortalecem sua reputação, reduzem índices de rotatividade e aumentam o engajamento interno (MARRAS, 2022). Nesse sentido, a gestão estratégica de pessoas atua como um elo entre a ética organizacional e o desempenho coletivo, sendo o pilar para um ambiente de trabalho livre de abusos e discriminação.

Palavras-chave: assédio; conscientização; políticas internas empresariais; gestão de pessoas; segurança no ambiente empresarial.

INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver este estudo surgiu a partir da compreensão de que a conscientização sobre o assédio no ambiente de trabalho é uma necessidade crescente nas organizações modernas. Com o avanço das políticas de diversidade, inclusão e saúde mental, as empresas são desafiadas a criar ambientes seguros, éticos e livres de comportamentos abusivos.

O tema torna-se ainda mais relevante ao considerar que o assédio, seja moral ou sexual, afeta não apenas a saúde psicológica dos colaboradores, mas também o desempenho organizacional, a produtividade e o clima interno. A ausência de políticas claras e de uma cultura

[1] Aluna do Curso de Gestão de Recursos Humanos, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Orientadora do Projeto Integrador I-B, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de respeito pode gerar altos índices de rotatividade, absenteísmo e desgaste institucional, comprometendo a imagem e a sustentabilidade da empresa.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre a gestão estratégica relacionada à prevenção e conscientização do assédio dentro do ambiente organizacional, tomando como base as informações fornecidas pelo gestor entrevistado e cruzando-as com fundamentos teóricos e científicos sobre o tema. Buscando assim, compreender de que maneira as práticas de gestão de pessoas podem contribuir para a formação de um ambiente de trabalho mais saudável, equitativo e alinhado aos princípios éticos e legais que regem as relações de trabalho contemporâneas.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como objetivo analisar a gestão estratégica na empresa Madevali, situada na cidade de Caçador, voltada à prevenção e conscientização sobre o assédio no ambiente de trabalho, evidenciando a importância de práticas éticas e de liderança humanizada nas organizações.

A partir da entrevista com o gestor, observou-se que a empresa reconhece o tema como relevante, mas ainda carece de políticas formais, treinamentos regulares e protocolos institucionais definidos. Essa ausência demonstra a necessidade de estruturar ações preventivas, incorporando a ética e o respeito como pilares da cultura organizacional. Com base na literatura, autores como Chiavenato (2020) e Limongi-França (2018) reforçam que a prevenção do assédio deve ser parte da estratégia de gestão de pessoas, garantindo um clima organizacional saudável e produtivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O assédio no ambiente de trabalho é caracterizado por condutas abusivas, repetitivas e intencionais, que causam constrangimento, humilhação e sofrimento psicológico ao trabalhador (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2019). Essas condutas podem se manifestar de diversas formas moral, sexual, institucional, digital, entre outras e geram impactos profundos tanto no indivíduo quanto na estrutura organizacional.

O assédio moral é o mais recorrente, definido como "toda e qualquer conduta abusiva que atente contra a dignidade ou integridade psíquica de uma pessoa, degradando o clima de trabalho" (BARRETO, 2021, p. 42). Já o assédio sexual envolve atitudes indesejadas de conotação sexual, físicas ou verbais, com o objetivo de obter vantagens ou constranger o outro.

Esses comportamentos comprometem o clima organizacional, elevam o absenteísmo e afetam diretamente a produtividade e o engajamento dos colaboradores. Conforme afirma Limongi-França (2018), "a saúde organizacional depende da capacidade da empresa em promover respeito, confiança e justiça nas relações interpessoais".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propõe-se, portanto, que a empresa invista na formalização de políticas internas, em capacitação de líderes e na criação de canais seguros de comunicação, promovendo um ambiente de confiança e integridade. Como a empresa estava em semana de palestras, sobre a conscientização do outubro rosa o qual é marcado para a prevenção do câncer de mama, foi realizada uma breve abordagem junto à empresa e ao palestrante, incluindo a entrega de panfletos informativos sobre o tema. Conclui-se que a conscientização e a prevenção do assédio dependem não apenas de normas e políticas, mas do compromisso humano e ético de todos os envolvidos no ambiente de trabalho.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à empresa e a gestora entrevistada pela colaboração e à instituição de ensino (Uniarp) pelo incentivo à pesquisa e à reflexão sobre temas de relevância social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida. Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações. São Paulo: Editora Educ, 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

FREITAS, Maria Ester; HELOANI, José Roberto; BARRETO, Margarida. Assédio moral no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

WRIGHT, Patrick M.; McMAHAN, Gary C. Theoretical perspectives for strategic human resource management. Journal of Management, v. 18, n. 2, p. 295–320, 1992.

EXPERIÊNCIA DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL PELA ASSISTENTE SOCIAL

Categoria: IV – Projetos Integradores

Pâmela Balsanelli[1]
Camila Lenardt Pereira Melo[2]

Resumo - A desigualdade social é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira, refletindo-se na distribuição desigual de renda, oportunidades, acesso à educação, saúde, moradia e demais direitos fundamentais. De acordo com Piketty (2014), a desigualdade é resultado de um processo histórico de concentração de riqueza, que tende a se reproduzir quando o Estado e as políticas públicas não atuam de forma eficaz para garantir a equidade entre os cidadãos. Essa disparidade social compromete o pleno exercício da cidadania e acentua as situações de vulnerabilidade, especialmente entre as camadas mais pobres da população.

No contexto brasileiro, a desigualdade está intimamente ligada às estruturas sociais e econômicas formadas ao longo da história. Segundo Santos (2018), o Brasil é marcado por uma herança colonial que gerou profundas divisões sociais e econômicas, tornando persistente a exclusão de determinados grupos. Essa realidade evidencia a importância de políticas públicas efetivas e de profissionais comprometidos com a transformação social, capazes de atuar na linha de frente do combate às injustiças e desigualdades.

Palavras-chave: desigualdade; políticas públicas; direitos sociais; assistência social pública.

INTRODUÇÃO

A compreensão da desigualdade social também exige analisar as condições estruturais que perpetuam a concentração de renda e o acesso desigual a bens e serviços. Conforme afirma Souza (2019), a desigualdade brasileira é sustentada por um sistema que naturaliza privilégios e legitima as diferenças sociais por meio de mecanismos institucionais e culturais. Assim, o enfrentamento desse fenômeno demanda um conjunto articulado de ações intersetoriais, que envolvem políticas públicas, programas sociais e práticas profissionais voltadas à promoção da inclusão e da equidade.

O Serviço Social, nesse contexto, desempenha papel fundamental na mediação entre o Estado e a sociedade civil, buscando garantir que os direitos previstos na legislação sejam efetivamente concretizados. Segundo Iamamoto (2015), o assistente social atua com base em princípios éticos e políticos que orientam uma prática voltada à emancipação humana, ao fortalecimento da cidadania e à democratização do acesso a políticas sociais. Essa prática

[1] Aluna do Curso de Gestão de Recursos Humanos, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Orientadora do Projeto Integrador I-B, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

profissional vai além do atendimento direto, envolvendo também a análise crítica das condições sociais e econômicas que produzem a desigualdade.

De acordo com Netto (2011), o trabalho do assistente social deve articular teoria e prática, reconhecendo as contradições existentes na sociedade e buscando transformá-las a partir de uma atuação crítica e propositiva. O enfrentamento das expressões da questão social exige, portanto, uma postura comprometida com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa perspectiva, o Serviço Social assume não apenas uma função técnica, mas também política, contribuindo para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão social.

Para Sposati (2019), combater a desigualdade requer uma ação coletiva e contínua, em que o Estado, a sociedade civil e os profissionais das áreas sociais compartilhem responsabilidades. A pesquisadora destaca que o fortalecimento das políticas públicas depende da articulação entre diferentes setores e da atuação ética e comprometida dos profissionais que lidam diretamente com as demandas sociais. Assim, a pesquisa sobre experiências de combate à desigualdade social permite compreender a complexidade das intervenções realizadas e sua importância para o desenvolvimento social.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como objetivo relatar a experiência de combate à desigualdade social desenvolvida pela Assistente Social, evidenciando suas estratégias e práticas profissionais voltadas à melhoria da qualidade de vida de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de uma entrevista, colhendo seu relato.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise realizada neste projeto, é possível constatar que a desigualdade social continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira, manifestando-se de forma expressiva nas áreas de educação, saúde, moradia e oportunidades de trabalho. A atuação do serviço social, como evidenciado neste estudo, revela-se essencial para a identificação das necessidades da população em situação de vulnerabilidade, bem como para a proposição e implementação de políticas públicas e ações de intervenção que promovam a equidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de combate às desigualdades exige que o profissional de serviço social não apenas compreenda as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a exclusão, mas também articule estratégias que favoreçam a inclusão e a promoção de direitos. Nesse sentido, os movimentos sociais e as políticas públicas desempenham papel complementar, reforçando a importância da participação coletiva e da responsabilidade institucional na construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, este projeto evidencia que a integração entre conhecimento teórico e prática profissional é fundamental para que o serviço social contribua de maneira efetiva na redução das

desigualdades, reafirmando seu compromisso com a justiça social e a valorização da dignidade humana.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à assistente social Daiane pela colaboração na coleta do relato que deu embasamento a este estudo e à instituição de ensino (Uniarp) pelo incentivo à pesquisa e à reflexão sobre temas de relevância social.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. 5. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Desigualdade e políticas públicas: a luta pela equidade social no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2019.

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

PROJETO DE EXTENSÃO DO CURSO DE AGRONOMIA: HORTA MEDICINAL PARA O HOSPITAL MAICÉ

Categoria: Extensão Universitária

Aline de Quadra[1]
Elisson Borsatto[2]
Tiago da Silva Vieira[3]
Débora Ceretta Jung[4]
Caroline de Fátima Esperança[5]
Flávia Werner[6]

Resumo – A implantação de uma horta medicinal apresenta múltiplos benefícios documentados na literatura acadêmica, como o uso de plantas terapêuticas em ações de educação ambiental, o fortalecimento da sustentabilidade e a promoção da saúde coletiva. O presente trabalho descreve o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária voltado para a construção de uma horta medicinal do Hospital Maicé, em Caçador (SC). A iniciativa teve como objetivo promover a integração entre universidade e comunidade, além de incentivar práticas sustentáveis e de promoção da saúde. O projeto foi realizado por acadêmicos de Agronomia, sob orientação docente, com foco no cultivo de espécies medicinais como capim-limão, erva-cidreira, melissa e hortelã. As atividades envolveram desde a revisão bibliográfica sobre o tema até o preparo do solo, transplante das mudas, manejo, irrigação, adubação, colheita e armazenamento das plantas. Os resultados destacam a importância da valorização de saberes populares, a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos e os benefícios proporcionados tanto aos alunos quanto à comunidade hospitalar.

Palavras-chave: horta medicinal; extensão universitária; plantas medicinais; saúde coletiva.

INTRODUÇÃO

Uma horta medicinal é um agrupamento de plantas e ervas com propriedades medicinais, que podem ser usadas para tratar ou aliviar problemas de saúde. É uma prática antiga relacionada a cultura popular que é transmitida de geração para geração (Oliveira; Mezzomo; Moraes, 2018), que permite o cultivo de ervas com efeitos benéficos para diversas condições de saúde, como dores, inflamações e outros problemas.

Inicialmente o projeto da horta medicinal foi estudado, procurando entender o que compõe o cultivo dessas ervas, as necessidades e cuidados. Segundo uma matéria publicada pelo Blog Plantiê (2022), uma horta medicinal nada mais é do que um agrupamento de ervas ou

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

plantas medicinais, ou seja, que quando usadas, fazem bem para a saúde. Trata-se de uma tradição criar um ambiente como este, tanto no Brasil, quanto em todo o resto no mundo.

O cultivo de plantas medicinais como capim-limão (Elionurus muticus), requer cuidados com solo, luminosidade e manejo adequado. O capim-limão deve ser plantado em locais com boa incidência solar, solo bem drenado e rico em matéria orgânica, sendo recomendado o plantio por divisão de touceiras (EMBRAPA, 2011).

A implantação de uma horta medicinal apresenta múltiplos benefícios documentados na literatura acadêmica, como o uso de plantas terapêuticas em ações de educação ambiental, o fortalecimento da sustentabilidade e a promoção da saúde coletiva (Coutinho et al., 2021; Gomes, 2022). Estudos realizados por Arruda e Leão (2016) demonstram que hortas orgânicas com fitoterápicos favorecem a produção de alimentos saudáveis, incentivam práticas de autocuidado e educam para o consumo consciente de plantas medicinais e alimentação natural

Esses aspectos positivos motivaram o Hospital Maicé a buscar a parceria com a universidade para desenvolver um projeto de extensão — "Construção de uma Horta Medicinal para as Irmãs do Hospital Maicé" — apoiado por docentes e alunos de Agronomia, com orientação da professora Débora Ceretta Jung. A iniciativa não só garante o acesso a plantas medicinais de qualidade no ambiente hospitalar, mas também integra teoria e prática acadêmica, fomenta a educação em saúde, promove o autocuidado entre pacientes e profissionais, e fortalece o vínculo entre universidade e comunidade.

O objetivo do trabalho foi promover a integração entre universidade e comunidade, além de incentivar práticas sustentáveis e de promoção da saúde, portanto, foi incrementada uma horta medicinal em Rio das Antas com a finalidade de promover o bem-estar dos pacientes do Hospital Maicé.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura em bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e em sites governamentais confiáveis, com o objetivo de entender o conceito de horta medicinal e identificar quais ervas seriam mais adequadas ao projeto, priorizando uma produção o mais orgânica possível. O projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira, teórica, com o planejamento das ações; e a segunda, prática, com a construção efetiva da horta, incluindo o preparo do terreno, o transplante das mudas, a irrigação e a adubação das ervas medicinais. As atividades práticas ocorreram durante os meses de maio e junho de 2025.

Dessa forma, o trabalho foi conduzido de maneira prática e analítica, com foco específico no estudo do capim-limão (Elionurus muticus), principal planta temática do projeto. Cada modalidade de trabalho deverá adaptar esta seção de acordo com a atividade realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação da horta medicinal no Hospital Maicé (Figura 1), localizado em Rio das Antas, na Linha Santo Antônio, foi realizada com o intuito de proporcionar benefícios diretos à

instituição e de promover o aprendizado prático aos acadêmicos de Agronomia envolvidos no projeto. A proposta atendeu à demanda do hospital por um espaço com plantas medicinais utilizadas no dia a dia, como forma de complementar o tratamento dos pacientes.

Figura 1 - Pessoal envolvido iniciando os trabalhos.

Fonte: Angela Cardoso/Ascom Uniarp (2025).

Durante a execução, foram escolhidas quatro espécies de plantas comumente utilizadas no hospital: cidreira, capim-limão, melissa e hortelã. Segundo o Blog Plantiê (2022), hortas medicinais como essa são importantes por oferecerem alternativas naturais para o preparo de chás, xaropes, óleos e pomadas, promovendo a saúde e reduzindo a dependência de medicamentos industrializados.

A atividade prática ocorreu no dia 17 de maio de 2025, quando acadêmicos, professores e as irmãs do hospital participaram ativamente das etapas de limpeza da área, correção do solo, preparo dos canteiros (Figura 2), adubação e transplante das mudas (Figura 3). Foram plantadas aproximadamente mil mudas, com espaçamento adequado, seguindo as orientações técnicas estudadas durante a curricularização. Ainda restou espaço disponível, o que abre possibilidades para a inclusão de novas espécies medicinais em futuras ações de extensão.

Figura 2 - Acadêmicos abrindo as covas para receber as mudas.

Fonte: Angela Cardoso/Ascom Uniarp (2025).

Figura 3 - Início do plantio das mudas de ervas medicinais.

Fonte: Angela Cardoso/Ascom Uniarp (2025).

Dentre as espécies cultivadas, o destaque foi para o capim-limão (Elionurus muticus), considerado foco principal deste trabalho. Essa planta, uma gramínea perene que forma touceiras de 30 a 75 cm de altura, possui folhas longas e estreitas, com inflorescências pilosas de coloração branco-prateada que exalam um aroma característico de limão (Füller et al., 2010).

O cultivo do capim-limão exigiu atenção a aspectos específicos de manejo. As condições climáticas ideais são as de clima tropical ou subtropical, com temperaturas entre 20 °C e 35 °C, além de pelo menos seis horas de sol direto por dia. O solo foi preparado para garantir boa drenagem e riqueza em matéria orgânica, com pH entre 5,5 e 7,0 (Ceagesp, 2013).

A propagação se deu principalmente por divisão de touceiras, respeitando o espaçamento de 50–75 cm entre linhas e 30–60 cm entre plantas, conforme indicado por Lorenzi e Matos (2008). A irrigação foi feita com frequência nas primeiras semanas para evitar o estresse hídrico, com recomendação de adubação periódica, utilizando esterco bovino curtido e, futuramente, aplicação de NPK conforme análise de solo (Embrapa, 2001).

A colheita do capim-limão deverá seguir orientações técnicas específicas para garantir a qualidade dos óleos essenciais. O corte será realizado entre 4 e 6 meses após o plantio, preferencialmente nas primeiras horas da manhã, e de 2 a 3 vezes ao ano (Veiga Junior; Pinto; Maciel, 2005).

Após a colheita, o processo de secagem das folhas será feito em local ventilado e protegido da luz solar direta, visando à preservação das propriedades terapêuticas. O armazenamento também seguirá os cuidados recomendados, utilizando recipientes herméticos e protegidos de umidade, calor e luz (Lorenzi; Matos, 2008).

O projeto não só atendeu ao objetivo inicial de criação da horta medicinal, como também proporcionou uma vivência prática muito significativa aos acadêmicos, fortalecendo a integração entre teoria e prática (Figura 4) a seguir. Além disso, a parceria com o hospital e a comunidade reafirma a importância da extensão universitária na promoção da saúde e da sustentabilidade local.

Figura 4 - Registro de todo o pessoal envolvido na construção da horta.

Fonte: Angela Cardoso/Ascom Uniarp (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de extensão para a construção da horta medicinal no Hospital Maicé evidenciou a importância de iniciativas que promovam a saúde, o bem-estar e a integração entre universidade e comunidade. A horta medicinal não apenas oferecerá aos pacientes e colaboradores do hospital o acesso a plantas com reconhecidas propriedades terapêuticas, mas também proporcionou aos acadêmicos uma experiência prática enriquecedora, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática.

Além de ressaltar os benefícios das espécies cultivadas, o projeto destacou a confiança depositada pela direção do Hospital Maicé na universidade e nos alunos envolvidos, reconhecendo a relevância do conhecimento técnico aplicado na realidade local. Essa parceria reafirma o papel social da universidade na promoção de ações sustentáveis e de educação em saúde.

Diante dos resultados obtidos, recomenda-se a continuidade e a expansão do projeto, com a inclusão de novas espécies medicinais, a realização de atividades educativas junto aos pacientes e colaboradores, além da promoção de oficinas temáticas, como o preparo de chás e outras formas de uso das plantas cultivadas. Assim, a horta medicinal se consolida como um espaço de cuidado, aprendizagem e valorização do saber popular aliado ao conhecimento científico.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os envolvidos no projeto "Construção de uma Horta Medicinal para as Irmãs do Hospital Maicé". Expressamos nossa gratidão à universidade, especialmente aos docentes e alunos de Agronomia, e à professora Débora Ceretta Jung, pela parceria e dedicação. A horta medicinal em Rio das Antas visa promover o bem-estar dos pacientes do Hospital Maicé e representa a colaboração entre a universidade e a comunidade. Este projeto garante acesso a plantas medicinais, une teoria e prática acadêmica, fomenta a educação em saúde e incentiva o autocuidado entre pacientes e profissionais, além de fortalecer laços comunitários. Acreditamos

que a horta trará benefícios contínuos, alinhando-se com os princípios de sustentabilidade e promoção da saúde. Nosso muito obrigado!

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gisele; YABUSHITA RIGOTI, Letícia Y.; VALENTE, Caroline. Implementação de horta medicinal: uma alternativa para aulas práticas na escola do campo. **Revista Faz Ciência,** v. 22, n. 35, p. 82, 2020.

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. **Cultivo do capim-limão (*Cymbopogon citratus*).** São Paulo, 2013.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Plantas medicinais e aromáticas:** manejo e cultivo. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2001.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Capim-limão:** cultivo, colheita e uso. Brasília: Embrapa, 2011.

FÜLLER, Thanise Nogueira; TESSELE, Carolina; BARROS, Ingrid B. I.; BARBOSA NETO, José Fernandes. ***Elionurus muticus*** **(Spreng.) Kuntze.** 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/floracampestre/elionurus-muticus/. Acesso em: 18 jun. 2025.

GOMES, Amanda Maria Martins. Horta medicinal na escola como ferramenta de ensino. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239874. Acesso em: 18 jun. 2025.

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

OLIVEIRA, Bruna Santos de; COSTA, Lenina Damasceno; ARAÚJO, Patricia Sodré; LISBOA, Marisa dos Santos; DAMASCENA, Dhuliane Macêdo; CARDOSO, Sarah Senna dos Santos; PONCE, Jesica Tatiana; NOVAES, Helena Patáro de Oliveira. Horta medicinal na saúde da família: resgatando saberes e sentidos das plantas medicinais. **Comunicação em Ciências da Saúde,** Salvador, v. 32, n. 1, p. 141-146, 2021.

PLANTIÊ. **Horta medicinal:** o que é e como cultivar. Blog Plantiê, 24 jun. 2022. Disponível em: https://blog.plantie.com.br/horta-medicinal-o-que-e-e-como-cultivar/. Acesso em: 17 jun. 2025.

VEIGA JÚNIOR, Valdir F.; PINTO, Ângelo C.; MACIEL, Maria A. M. **Plantas medicinais:** cura segura? Química Nova, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 519–525, jun. 2005.

HORTO MEDICINAL: CULTIVO E MANEJO DE MELISSA OFFICINALIS L.

Categoria: Extensão Universitária

Gean Franco[1]
Isadora Xavier Busch[2]
Manueli Regina Fioreze[3]
Mateus Parizzotto Perazzoli[4]
Caroline de Fátima Esperança[5]
Flávia Werner[6]

Resumo - O uso de plantas medicinais é uma prática ancestral que ao longo dos anos, tem ganhado respaldo científico e espaço dentro de propostas integrativas de cuidado à saúde. A valorização desses recursos naturais contribui não apenas para o bem-estar da população, mas também para a preservação do conhecimento tradicional e a promoção de práticas sustentáveis. Além disso, promove o uso racional de alternativas naturais no apoio ao tratamento de diversas condições de saúde, respeitando a biodiversidade e os saberes populares. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a planta medicinal Melissa officinalis L. e implementar uma horta de plantas medicinais, a fim de atender as necessidades da comunidade que faz uso do Hospital Maicé, em Caçador, Santa Catarina. A escolha da espécie se deu por suas propriedades calmantes, digestivas e ansiolíticas, bastante reconhecidas tanto pela medicina popular quanto por estudos científicos. Para os estudantes do Curso de Agronomia essa iniciativa oferece, oportunidade prática de aplicar e aprimorar seus conhecimentos. Já o Hospital Maicé será diretamente beneficiado com o acesso a essas ervas no tratamento e bem-estar dos pacientes.

Palavras-chave: Melissa officinalis L.; horta medicina plantas medicinais.

INTRODUÇÃO

Uma horta medicinal é um agrupamento de plantas e ervas com propriedades terapêuticas, utilizadas para tratar ou aliviar problemas de saúde. Essa é uma prática milenar, enraizada na cultura popular e transmitida de geração em geração, conforme apontam Oliveira, Mezzomo e Moraes (2018). Ela permite o cultivo de ervas com efeitos benéficos para diversas condições, como dores, inflamações e outros problemas.

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Melissa officinalis L., popularmente conhecida como erva-cidreira ou melissa, é amplamente utilizada na medicina popular por suas propriedades digestivas, carminativas, antiespasmódicas, sedativas, analgésicas, tônicas e diuréticas. Devido a esse notável potencial terapêutico, a Melissa se tornou uma das plantas medicinais mais procuradas para compor hortas medicinais, oferecendo uma alternativa natural e acessível para o bem-estar (Nogueira, et al., 2024). Contudo, é fundamental estar atento à quantidade e à forma de uso dessa planta, pois o consumo excessivo ou inadequado pode levar a possíveis intoxicações e danos a órgãos, como o fígado, reforçando a importância de um manejo consciente e informado.

Este trabalho explorará os múltiplos benefícios de se ter uma horta medicinal, com foco especial nas propriedades da melissa e em como ela pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da comunidade. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a planta medicinal Melissa officinalis L. e implementar uma horta de plantas medicinais, a fim de atender as necessidades da comunidade que faz uso do Hospital Maicé, em Caçador, Santa Catarina.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, buscando para a construção teórica deste trabalho por meio de contribuições dos autores. A partir de pesquisas online realizadas em artigos científicos disponíveis em plataformas como: Google Acadêmico, Scielo Brasil, Periódicos da Capes e utilizando os seguintes descritores: benefícios, melissa, plantas medicinais, usos. Utilizou-se materiais do período de 2005-2021.

No dia 17 de maio de 2025 foi realizado os trabalhos práticos de cultivo da horta medicinal. Uma semana antes foi realizado o preparo do solo, para realizar a implantação das mudas de Capim limão, Cidreira, Hortelã e Melissa, e após a implantação das mudas foi adicionado um sistema de irrigação, para que essa horta medicinal seja produtiva por muitos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Meira, Martins e Manganotti (2012) relatam que, a erva Melissa officinalis L., popularmente conhecida como erva-cidreira pertence à família Lamiaceae, tem origem asiática e europeia, no Brasil ela foi introduzida há mais de um século. Utilizada para controlar crises nervosas, taquicardia, melancolia, histerismo e ansiedade.

A Melissa officinalis L., pertencente à família Lamiaceae, é uma planta perene e arbustiva que pode alcançar entre 30 e 100 cm de altura. Possui caule quadrangular, herbáceo, ereto, piloso e aromático, com ramificações que se originam a partir da base, formando touceiras. Suas folhas, dispostas de forma oposta, apresentam formato oval, são pecioladas, pilosas, com nervuras evidentes e coloração verde-escura na face superior e verde-clara na inferior, medindo de 5 a 8 cm de comprimento (Blank et al., 2005).

Estudos foram realizados em relação acerca da produção de compostos químicos vegetais, devido à alta demanda dos produtos sintéticos extraídos a partir desses produtos. Na Melissa, por exemplo o óleo essencial está presente nos tricomas secretores das folhas e flores, cita Meira, Martins e Manganotti (2012).

O uso tradicional desta erva foi registrado em países europeus, região do Mediterrâneo e países do Oriente Médio. Pesquisas fitoquímicas revelaram que esta planta contém compostos voláteis, triterpenoides, ácidos fenólicos e flavonoides, exibindo efeitos farmacológicos, dos quais apenas atividades ansiolíticas, antivirais e antiespasmódicas desta planta, bem como seus efeitos no humor, cognição e memória foram demonstrados em ensaios clínicos. Por mais de 2000 anos, as folhas perfumadas desta planta têm sido amplamente utilizadas na culinária para adicionar sabor aos pratos. A planta também tem sido usada para o tratamento de doenças mentais e do SNC, problemas cardiovasculares e respiratórios, vários tipos de câncer e como um intensificador de memória, tônico cardíaco, antidepressivo, auxiliar de sono e antídoto (Shakeri; Sahebkar; Javadi, 2016).

De acordo com que afirma Luz et al. (2014), por ser uma planta perene, prefere climas temperados sendo mais fraca a geadas e ao vento frio, se adapta melhor em lugares parcialmente sombreados e não tolera calor excessivo, é importante destacar que nela existe um alto interesse econômico, visto que, possui componentes aromáticos, sendo amplamente utilizada na produção de óleos essenciais, o Brasil tem lugar de destaque na produção, seguido da Índia, China e Indonésia. Em nosso país temos o registro de mais de 1.200 espécies aromáticas, que fornecem informações importantes e valiosas sobre o potencial econômico dessas plantas.

O extrato de erva-cidreira e erva-doce, como Melissa officinalis L., é um extrato de ervas iraniano com efeito ansiolítico e tem um efeito positivo nos distúrbios do sono. Investigações fitoquímicas revelaram que esta planta contém compostos voláteis, triterpenoides, ácidos fenólicos e flavonoides e efeitos no humor, cognição e memória.O presente estudo foi conduzido para determinar os efeitos deste ingrediente à base de ervas na melhoria dos distúrbios do sono e da qualidade de vida de mulheres na pós-menopausa, em comparação com citalopram e placebo (Shirazi et al., 2021).

Foi possível comprovar que o uso dessa planta medicinal se mostrou mais eficaz do que o citalopram e o placebo na melhoria da qualidade de vida dos participantes. Os sintomas vasomotores e a qualidade de vida dos participantes em geral foram positivos no grupo M. Officinalis L, segundo o que foi dito por Shirazi et al. (2021). A prática foi realizada no dia 17 de maio de 2025, chegando no local os cinco canteiros já estavam preparados (Figura 1) a seguir, o transplante das mudas ocorreu de forma manual, e as mudas foram separadas por variedade nos canteiros.

Figura 1 - Canteiros preparados antes do transplantio de mudas.

Fonte: Os autores (2025).

As mudas foram preparadas no Horto Municipal de Caçador, e colocadas sobre bandejas sementeiras, para facilitar o processo de transferência das mudas para o solo já preparado. O transplantio ocorreu no dia 17, no período da tarde e contou com ajuda dos acadêmicos do Curso de Agronomia, professores, e as irmãs também participaram desse momento (Figura 2).

Após o transplantio, foi realizada adubação nos canteiros, que fornece os nutrientes necessários para o desenvolvimento saudável das plantas, promovendo um crescimento vigoroso, e as plantas de qualidade (Figura 3). E no dia 28 de junho foi montado um sistema de irrigação para os canteiros.

Figura 2 - Alunos realizando o transplantio das mudas.

Fonte: Angela Cardoso/Ascom Uniarp (2025).

Figura 3 - Canteiros após transplantio de mudas.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de parceria entre a UNIARP e o Hospital Maicé, voltado à implementação de uma horta medicinal, representa o resgate de uma prática ancestral fundamentada em conhecimentos populares e agregando conhecimentos científicos). A iniciativa válida a importância do cultivo de plantas com propriedades terapêuticas, como a Melissa officinalis L., reconhecida por seus benefícios, porém destaca a necessidade de um manejo consciente, baseado em informações seguras, para evitar riscos à saúde.

Os objetivos do projeto foram plenamente atingidos, proporcionando aos estudantes do curso de Agronomia da UNIARP uma experiência prática enriquecedora, além do aprofundamento em fitoterapia e na compreensão dos princípios ativos das plantas medicinais. Paralelamente, o Hospital Maicé foi beneficiado com uma alternativa sustentável e de baixo custo, contribuindo para o bem-estar e o cuidado humanizado de seus pacientes.

A colaboração entre uma instituição de ensino e um hospital, como demonstrado neste trabalho, evidencia o potencial das parcerias interinstitucionais na promoção de ações de impacto social, ao integrar o conhecimento acadêmico com as demandas práticas. Essa articulação entre saberes tradicionais e científicos reforça a relevância de iniciativas voltadas à promoção da saúde e à valorização da biodiversidade local. Como limitação, ressalta-se a importância do monitoramento contínuo quanto ao uso terapêutico das espécies cultivadas, especialmente da melissa, considerando que sua eficácia e segurança dependem de dosagens adequadas e de avaliações técnicas criteriosas para prevenir possíveis efeitos colaterais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossa sincera gratidão à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo apoio institucional e pela oportunidade concedida aos acadêmicos do curso de Agronomia para o desenvolvimento de atividades práticas significativas. Através do incentivo à pesquisa e à

extensão, a UNIARP tem sido essencial na formação de profissionais comprometidos com o bem-estar social e a sustentabilidade. Agradecemos, de maneira especial, ao Hospital Maicé, pela valiosa parceria e por abrir suas portas à implementação do projeto da horta medicinal.

Essa colaboração possibilitou a união entre o saber acadêmico e a prática em saúde, promovendo benefícios diretos à comunidade e fortalecendo a integração entre ciência, natureza e cuidado humano. O sucesso deste projeto só foi possível graças ao empenho conjunto, à confiança mútua e ao compromisso de ambas as instituições com a promoção da saúde, da educação e da responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

BLANK, A. F. *et al.* Influência do horário de colheita e secagem de folhas no óleo essencial de melissa (*Melissa officinalis* L.) cultivada em dois ambientes. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 8, n. 1, p. 73-78, 2005.

MEIRA, M. R.; MARTINS, E. R.; MANGANOTTI, S. A. Crescimento, produção de fitomassa e teor de óleo essencial de melissa (Melissa officinalis L.) sob diferentes níveis de sombreamento. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 14, p. 352-357, 2012.

SHAKERI, Abolfazl; SAHEBKAR, Amirhossein; JAVADI, Behjat. *Melissa officinalis* L.–A review of its traditional uses, phytochemistry and pharmacology. **Journal of ethnopharmacology**, v. 188, p. 204-228, 2016.

LUZ, J. M. Q. et al. Produção de óleo essencial de Melissa officinalis L. em diferentes épocas, sistemas de cultivo e adubações. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 16, p. 552-560, 2014.

SHIRAZI, M. et al. A eficácia de Melissa Officinalis L. versus citalopram na qualidade de vida de mulheres na menopausa com distúrbios do sono: um ensaio clínico duplo-cego randomizado. **Revista brasileira de ginecologia e obstetrícia: revista da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 2, p. 126–130, 2021.

RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NA AGRÍCOLA WEHRMANN

Categoria: Práticas de Estágio

Julio Cesar Neis Bisotto[1]
Caroline de Fatima Esperança[2]
Flávia Werner[3]

Resumo – Este relato descreve as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na empresa Agrícola Wehrmann, em Cristalina (GO). O objetivo foi compreender o funcionamento da empresa, compreender as etapas do sistema produtivo e identificar os principais desafios da horticultura empresarial. O estágio acorreu entre 10 de agosto e 10 de outubro de 2025, totalizando 240 horas, com foco em atividades práticas no campo e no setor administrativo. As ações envolveram preparo do solo, irrigação, controle de pragas e doenças, análises de solo, acompanhamento de colheitas e visitas ao laboratório e à biofábrica. Durante o período, foi possível observar o uso de tecnologias modernas, a adoção de práticas sustentáveis e a necessidade de integração entre os diferentes setores para garantir eficiência produtiva. De forma geral, o estágio contribuiu de maneira significativa para o aprimoramento técnico e para ampliar a compreensão sobre como a gestão profissionalizada e o uso de tecnologias podem tornar a cadeia de hortaliças mais eficiente e competitiva.

Palavras-chave: horticultura; produção de sementes; irrigação; manejo de pragas.

INTRODUÇÃO

Em 2022, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira foi estimado em R$ 1,32 trilhão, registrando um crescimento de 2,1% em relação ao ano anterior (CNA, 2022). As principais cadeias produtivas de maior representatividade foram soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão. No entanto, o segmento das hortaliças também se destacou, especialmente pelas culturas de batata, tomate e cebola, que juntas movimentaram R$ 29,8 bilhões em VBP – valor superior ao obtido por cadeias tradicionais como arroz e feijão, evidenciando a relevância econômica desse setor no cenário agrícola nacional (Embrapa, 2023).

Apesar de sua expressividade, a horticultura brasileira enfrenta um contexto de instabilidade. O aumento dos custos de produção, a escassez de mão de obra, a retração do consumo devido à perda de poder aquisitivo da população e os impactos climáticos têm reduzido a rentabilidade do setor. Soma-se a isso a desinformação frequentemente divulgada sobre preços, sem considerar a dinâmica de oferta e demanda.

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além dos desafios conjunturais, persistem entraves estruturais, como a necessidade de maior profissionalização, adoção de tecnologias que ampliem a eficiência produtiva, incorporação de práticas sustentáveis e atenção às novas demandas do consumidor, que valoriza segurança alimentar, responsabilidade socioambiental e experiências diferenciadas de consumo. Também é fundamental considerar o cenário internacional, tanto em relação à concorrência quanto às oportunidades de exportação (Oliveira, 2022).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas e as experiências adquiridas durante o estágio supervisionado realizado na empresa Agrícola Wehrmann, possibilitando compreender sua estrutura produtiva e os principais desafios enfrentados pela horticultura em escala empresarial.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado na Agrícola Wehrmann, empresa pertencente ao grupo Wehrmann, que atua desde 2002 na produção de hortaliças em Cristalina (GO). A empresa emprega aproximadamente 3 mil colaboradores, possui certificações ambientais e sociais, e desenvolve atividades de responsabilidade socioambiental, além de contar com biofábrica própria para produção de mudas e sementes livres de vírus. As atividades do estágio ocorreram entre 10 de agosto e 10 de outubro de 2025, totalizando 240 horas. As práticas realizadas incluíram:

Acompanhamento de preparo de solo; Visitas as propriedades da empresa; Acompanhamento de lavouras de batata e cebola; Dias de campo com diferentes multinacionais; Conferência e manutenção de equipamentos agrícolas; Visita ao beneficiamento de batata, cebola, cenoura e alho; Acompanhamento de multiplicação de bactérias na biofábrica da fazenda; Visita ao telado para produção de semente de alho e batata livres de vírus; Cursos de tecnologia de aplicação; Acompanhamento de aplicações de defensivos e fertilizantes; Contagem e classificação de batata e alho semente; Controle de qualidade de batata consumo; Acompanhamento de irrigação por pivô central; Palestra de utilização de bioinsumos; Técnicas de manejo integrado de pragas e doenças; Manejo consciente de irrigação; Identificação de pragas e doenças; Acompanhamento direto das culturas a campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cada dois dias eram feitas visitas às lavouras de batata para monitorar pragas e doenças, uma vez que a cultura é bastante suscetível a problemas como requeima, murcha bacteriana, oídio e traça-do-tubérculo, que podem comprometer folhas e tubérculos (Tadesse, 2024). O Manejo Integrado (MIP) foi adotado como estratégia principal, priorizando prevenção, uso de variedades mais tolerantes, inimigos naturais e práticas culturais para reduzir o uso de defensivos e o impacto ambiental. Paralelamente, foram acompanhados níveis de água no solo, irrigação, adubações em cobertura e pulverizações. Esse manejo hídrico foi fundamental, pois, quando a demanda de água é atendida — com reposição de 100% da evapotranspiração — a batata responde com maior produtividade, sobretudo em períodos quentes e secos (Grimm et al., 2011). O controle químico em fases úmidas também contribuiu para manter o potencial produtivo da cultura (Figura 1) a seguir.

Figura 1 – Lavoura de Batata.

Fonte: Os autores (2025).

Também foi feito o acompanhamento de áreas de cebola, com conferência de stand, avaliação da sanidade e verificação de pragas e doenças, além do monitoramento diário da umidade do solo. A cultura é bastante sensível ao déficit hídrico e necessita de irrigação regular, mas o excesso de água, sobretudo em dias quentes, favorece patógenos e reduz o crescimento, o que exige manejo criterioso da irrigação (Costa et al., 2002). O uso de tensiômetros permitiu definir o momento e o volume de irrigação, mantendo a umidade em faixa adequada e evitando lixivação (MORGAN et al., 2001). De forma complementar, adotou-se controle preventivo de pragas e doenças, com uso racional de fungicidas e inseticidas, além do acompanhamento de fertilizações, fertirrigação, colheita, ensaios de cultivares e envio da produção (Marcuzzo, 2016).

Figura 2 – Lavoura de Cebola.

Fonte: Os autores (2025).

Houve participação em várias operações mecanizadas, especialmente na colheita de batata, realizada de forma totalmente mecanizada. Esse sistema, além de acelerar o trabalho, reduz custos. Cunha (2011) aponta que a colheita mecanizada tem custo cerca de 49% menor que a semimecanizada e substitui, em média, o trabalho de 23 pessoas, com menores perdas de produtividade (2,35% contra 6,32%). Também foram acompanhadas colheitas de cebola e outras operações, como aplicação de corretivos, pulverizações, manutenção de máquinas e colheita de batata-semente, tanto manual quanto mecanizada (Figura 3) a seguir.

Figura 3 – Colheita de Batata Semente.

Fonte: Os autores (2025).

Foram realizadas visitas periódicas ao laboratório de cultura de tecidos, onde não é permitido registrar imagens para proteção da empresa e do material genético. O setor trabalha com batata e alho livres de vírus, obtidos por cultura de meristemas, técnica amplamente utilizada para recuperar plantas sadias, já que o patógeno não se distribui de forma uniforme na planta e os tecidos meristemáticos tendem a estar isentos de infecção (Fortes; Pereira, 2003). Também foi acompanhado o plantio de mudas de batata em estufas de produção de semente, localizadas em Monte Alto (GO), a cerca de 200 km da fazenda, além de visitas à biofábrica, onde são multiplicados microrganismos para uso na semeadura de diferentes culturas (Figura 4).

Figura 4 – Estufa de Semente e Biofábrica.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio na Agrícola Wehrmann possibilitou vivenciar, na prática, a dinâmica da produção de hortaliças em larga escala. Ao longo do período, o estagiário participou de atividades de preparo do solo, irrigação, manejo de pragas e doenças, adubações, colheitas mecanizada e manual, além de visitas ao laboratório de cultura de tecidos e à biofábrica. Essas

experiências evidenciaram que a integração entre setores, o uso de tecnologias e a adoção de práticas sustentáveis são decisivos para alcançar produtividade e qualidade.

Ficou claro também que o manejo adequado da irrigação, aliado ao controle integrado de pragas e ao uso de materiais propagativos livres de vírus, melhora o desenvolvimento das plantas e os resultados da lavoura. A colheita mecanizada se destacou pela agilidade e pela redução de perdas em relação ao processo manual. De modo geral, o estágio contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades práticas e para a compreensão da horticultura profissionalizada, reforçando a importância da tecnologia e da gestão no desempenho do setor agrícola.

REFERÊNCIAS

BOAS, R. C. V.; PEREIRA, G. M.; SOUZA, R. J. de; CONSONI, R. Desempenho de cultivares de cebola em função do manejo da irrigação por gotejamento. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v. 15, n. 2, p. 117-124, fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Valor bruto da produção agropecuária de 2022 é estimado em R$ 1,2 trilhão. Brasília, DF, 15 fev. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/02/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-de-2022-e-estimado-em-r-1-2-trilhao\. Acesso em: 31 out. 2025.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA avalia ações estratégicas para 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/comissao-nacional-de-hortalicas-e-flores-da-cna-avalia-acoes-estrategicas-para-2022\. Acesso em: 31 out. 2025.

COSTA, E. L.; MAROUELLI, W. A.; CAMBOIM NETO, L. F.; SILVA, W. L. C. Irrigação da cebola. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 23, n. 218, p. 57-66, 2002.

CUNHA, J. P. A. R. da; MARTINS, D. H.; CUNHA, W. G. da. Desempenho operacional da colheita mecanizada e semimecanizada de batata. Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v. 31, n. 4, p. 826-834, jul./ago. 2011.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A cadeia produtiva de hortaliças e o valor bruto da produção. Brasília, DF: Embrapa.

FORTES, G. R. de L.; PEREIRA, J. E. S. Batata-semente pré-básica: cultura de tecidos. *In:* PEREIRA, A. S.; DANIELS, J. (org.). O cultivo da batata na Região Sul do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 421-433. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/502638/1/11493.pdf\. Acesso em: 31 out. 2025.

MORGAN, K. T.; PARSONS, L. R.; WHEATON, T. A. Comparison of laboratory- and field-derived soil water retention curves for a fine sand soil using tensiometric, resistance and capacitance methods. Plant and Soil, v. 234, n. 2, p. 153-157, jul. 2001. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1017915114685\>. Acesso em: 31 out. 2025. DOI: 10.1023/A:1017915114685.

OLIVEIRA, R. Desafios da horticultura no Brasil. **HF Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.hfbrasil.org.br/br/espaco-hf-desafios-da-horticultura-no-brasil.aspx\. Acesso em: 15 set. 2025.

TADESSE, K. T. Integrated pest management of potato (Solanum tuberosum L.). **Advances in Crop Science and Technology,** v. 12, n. 6, p. 705, 30 jun. 2024.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio

Daiane Aparecida Susin[1]
Mariana Rosa Wappler[2]
Claudio Ogoshi[3]
Caroline de Fátima Esperança[4]
Flávia Werner[5]

Resumo – O estágio curricular foi realizado na Estação Experimental de Caçador - EECD, no laboratório de fitopatologia, entre setembro e novembro de 2025, com carga horária de 240 horas. O objetivo foi vivenciar atividades práticas relacionadas à identificação, monitoramento e manejo de doenças da macieira (Malus domestica Borkh.), cultura com grande importância econômica para o estado de Santa Catarina, por meio da participação em ensaios experimentais conduzidos em campo, casa de vegetação e laboratório. Durante o estágio foram realizadas coletas de folhas e frutos sintomáticos, preparo de lâminas e observações microscópicas, isolamento e repicagem de fungos, além da instalação de experimentos in vitro e in vivo. No ensaio com fungicidas em meio de cultura, foram testadas diferentes concentrações sobre o crescimento micelial dos fungos Athelia, Colletotrichum e Botrytis, com medições do diâmetro das colônias e análise estatística dos resultados. Conclui-se que o estágio foi fundamental para integrar a teoria à prática, ampliando minhas competências técnicas e fortalecendo minha atuação profissional futura de engenheira agrônoma.

Palavras-chave: Malus domestica Borkh; in vitro; fitopatologia.

INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva da maçã possui relevância global, com produção estimada em aproximadamente 97,3 milhões de toneladas anuais (FAO, 2025). No Brasil, a safra 2022/2023 alcançou cerca de 1,2 milhão de toneladas, cultivadas em uma área de 33,3 mil hectares, concentradas principalmente na região Sul do país (IBGE, 2023). Entre os estados produtores, Santa Catarina se destaca como líder nacional, com 593 mil toneladas, seguida pelo Rio Grande do Sul, com 553 mil toneladas, e pelo Paraná, com 26 mil toneladas (IBGE, 2023).

A produção de maçãs é altamente dependente das condições meteorológicas. Variações no clima podem afetar de forma significativa tanto a produtividade quanto a qualidade dos frutos. Em especial, oscilações de temperatura e de precipitação durante a primavera e o verão

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Bolsista FAPESC
[3]Professore do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professore do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professore do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

influenciam diretamente o desenvolvimento vegetativo e reprodutivo da cultura, resultando em diferenças expressivas de uma safra para outra. Além disso, essas condições climáticas podem criar um ambiente favorável à ocorrência e ao desenvolvimento de doenças, uma vez que muitos patógenos encontram nesse período de temperaturas e níveis de umidade ideais para a infecção, colonização e disseminação nos pomares (Nachtigall; Hawerroth, 2023).

Diante desse cenário, o estágio teve como propósito vivenciar atividades práticas e teóricas na área de fitopatologia da macieira, com foco em identificação, monitoramento e manejo de doenças, por meio da participação em rotinas de laboratório da Estação Experimental de Caçador – EECD.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado na Estação Experimental de Caçador - EECD da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), no período de setembro a novembro de 2025, totalizando 240 horas. As atividades desenvolvidas contemplaram:

Acompanhamento de ensaios experimentais em campo e em casa de vegetação;

Coleta de folhas e frutos sintomáticos para diagnóstico;

Preparo de lâminas e observações microscópicas;

Isolamento de patógenos em meio de cultura;

Avaliações de severidade de doenças na macieira;

Instalações de experimentos in vitro e in vivo;

Treinamento em atividades de tabulação e análise de dados experimentais, bem como interpretação de resultados e redação de textos;

Participação em discussões técnicas com pesquisadores da área.

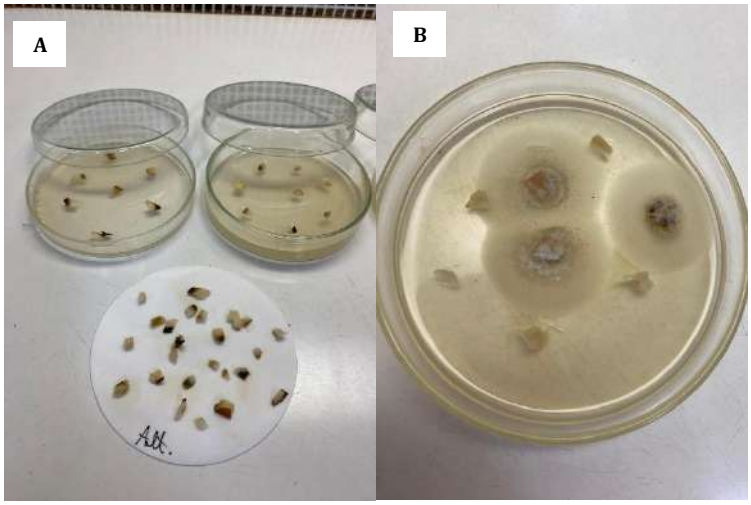
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades voltadas ao isolamento, cultivo e avaliação de fungos fitopatogênicos associados às podridões de frutos de macieira. Inicialmente, foram realizadas análises de frutos com sintomas de diferentes tipos de podridão, com o objetivo de identificar e isolar os agentes causadores. Para o isolamento, os fragmentos de tecido foram retirados da região de transição entre a parte sadia e a afetada dos frutos e submetidos a dois métodos de desinfestação superficial: o primeiro utilizando álcool 70% por 30 segundos seguido de hipoclorito de sódio 2% por 40 segundos, e o segundo com flambagem rápida após imersão em álcool.

Em ambos os métodos, os fragmentos foram semeados em placas de Petri contendo meio de cultura sólido previamente esterilizado em autoclave (120 °C/25 min) (Figura 1A). Após a

incubação, observou-se o crescimento de diferentes colônias fúngicas (Figura 1B), as quais foram repicadas para a obtenção de culturas puras.

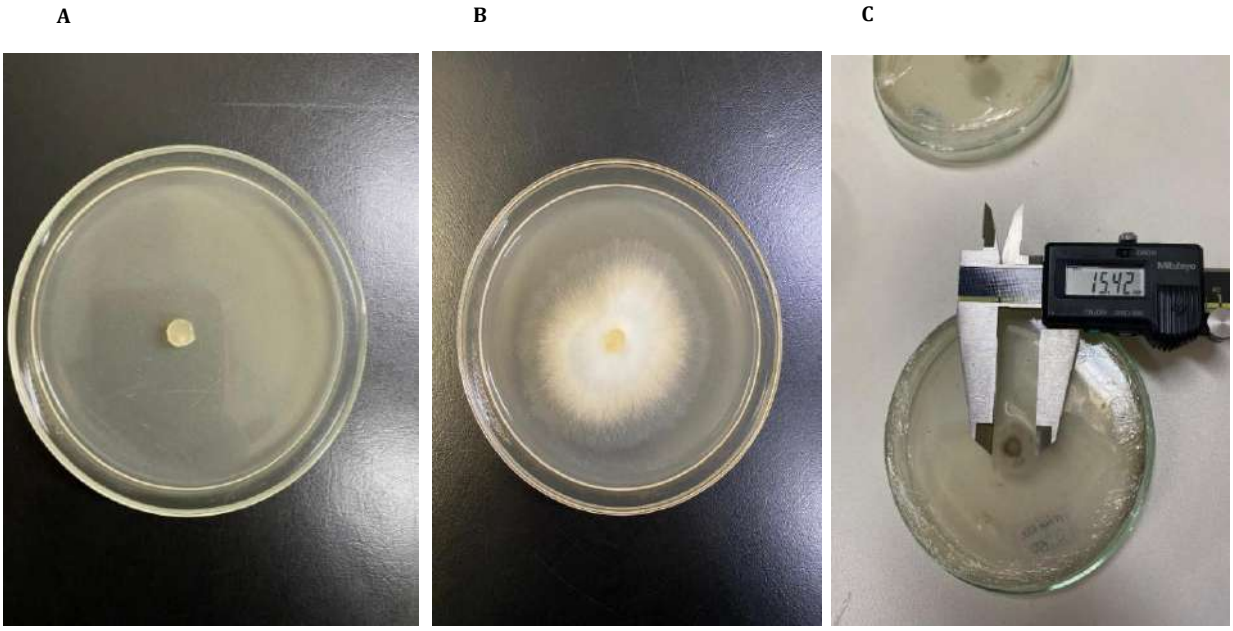
Figura 1 – (A) Fragmentos dos isolados de patógenos dispostos sobre meio de cultura sólido; (B) Crescimento de isolados fúngicos associados às podridões de frutos.



Fonte: A autora (2025).

O experimento com fungicidas em meio de cultura teve como objetivo avaliar o efeito de diferentes produtos sobre o crescimento micelial de fungos Colletotrichum, Botrytis e Athelia. Para isso, foi preparado o meio de cultura contendo extrato de malte, ágar e água destilada, posteriormente esterilizado em autoclave. O fungicida foi diluído em 20 ml de água destilada para obtenção de uma solução-estoque e, a partir dela, foram preparadas diluições em diferentes concentrações (0,250; 0,50; 1,0; 1,5 e 2,0 uL). O meio ainda líquido foi misturado às concentrações dos fungicidas, vertido em placas de Petri e, após a solidificação, inoculado com discos miceliais de fungos dos gêneros Athelia, Colletotrichum e Botrytis (Figura 2A) a seguir. As placas foram incubadas e o crescimento das colônias foi monitorado (Figura 2B), após o crescimento foi realizada a medição do diâmetro com paquímetro (Figura 2C). Os dados obtidos foram analisados estatisticamente no programa SISVAR, permitindo comparar o efeito das diferentes concentrações sobre o desenvolvimento micelial.

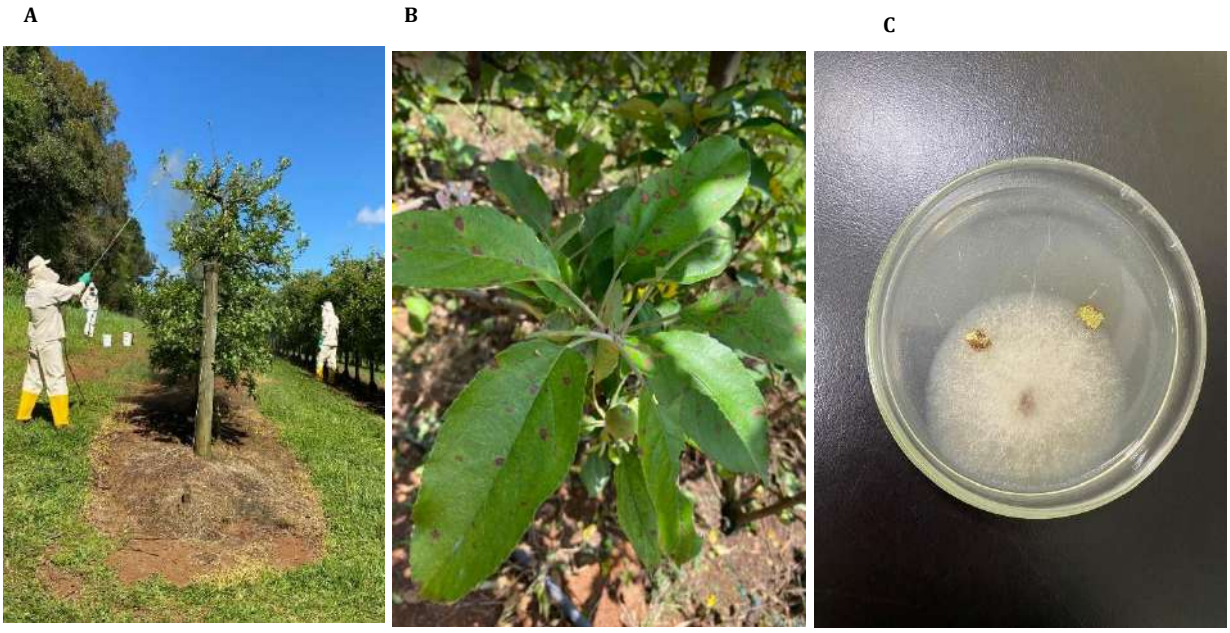
Figura 2 – (A) Discos com fungo colocado em meio de cultura com fungicida; (B) Crescimento micelial dos fungos; (C) Medição do crescimento micelial dos fungos com o paquímetro.



Fonte: A autora (2025).

Após a realização do experimento in vitro com os fungicidas, procedeu-se à condução do teste a campo utilizando os mesmos produtos, com o objetivo de avaliar a eficiência dos tratamentos em condições ambientais de cultivo, favoráveis ao desenvolvimento do patógeno. As aplicações dos fungicidas foram realizadas semanalmente (Figura 3A) a seguir, de forma a garantir uma cobertura uniforme das plantas e um intervalo adequado entre as pulverizações. Foi realizado o monitoramento visual da incidência da doença nas plantas (Figura 3B), causada pelo fungo Colletotrichum spp., as folhas que apresentaram sintomas da doença foram coletadas aleatoriamente e levadas ao laboratório de fitopatologia para isolamento do fungo (Figura 3C).

Figura 3: (A) Aplicação dos fungicidas nos tratamentos a campo; (B) Sintomas do patógeno nas plantas; (C) Isolamento do patógeno coletado a campo.



Fonte: A autora (2025).

Além das atividades experimentais, também foram realizadas observações microscópicas das estruturas reprodutivas dos fungos isolados, auxiliando na identificação morfológica dos patógenos. Durante o estágio, foi possível aprimorar habilidades práticas de pipetagem, preparo de soluções e meios de cultura, repicagem e manutenção de isolados fúngicos, bem como o domínio de técnicas básicas de assepsia e cálculos de diluição. As atividades possibilitaram a consolidação dos conhecimentos teóricos em fitopatologia, além de proporcionar experiência direta com metodologias de diagnóstico e avaliação de fungos associados à pós-colheita de maçãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular supervisionado realizado na Estação Experimental de Caçador (EECD/Epagri) proporcionou oportunidade de aprimoramento técnico e científico na área de fitopatologia, especialmente no diagnóstico e manejo de doenças que afetam a cultura da macieira. As atividades desenvolvidas permitiram a integração entre teoria e prática, reforçando a importância da pesquisa aplicada para o fortalecimento da fruticultura catarinense.

A vivência nas diferentes etapas experimentais, desde a coleta de material vegetal sintomático até a condução de ensaios in vitro e in vivo com fungicidas, possibilitou compreender de forma mais ampla os processos que envolvem a identificação e o controle de patógenos como Colletotrichum spp., Botrytis e Athelia. A experiência também evidenciou a importância da experimentação científica no desenvolvimento de estratégias de manejo integrado de doenças, fundamentais para a sustentabilidade da produção de maçãs. Assim, o estágio contribuiu de forma efetiva para a formação profissional, ampliando a visão sobre o papel do engenheiro agrônomo na pesquisa e na solução de problemas fitossanitários da fruticultura.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação e do Programa Uniedu – Bolsas Art. 170, pelo apoio financeiro concedido durante a graduação, que viabilizou o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Production: Crops and livestock products. **Production of apples.** Roma: FAO, 2025. Disponível em: https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL. Acesso em: 02 mai. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção de Maçã.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/maca/br. Acesso em: 02 mai. 2025.

NACHTIGALL, G. R.; HAWERROTH, F. J. **Condições meteorológicas na fase vegetativa da macieira nos Campos de Cima da Serra do RS.** Comunicado Técnico 227. Embrapa Uva e Vinho. Bento Gonçalves, 2023.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM AGRONOMIA: ACOMPANHAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS NA CULTURA DA MACIEIRA

Categoria: Práticas de Estágio

Ronaldo Lara Dos Santos[1]
Carolina de Fatima Esperança[2]
Flávia Werner[3]

Resumo – O estágio supervisionado obrigatório na empresa Scienfruti Ltda. possibilitou o aprimoramento técnico e prático no manejo da cultura da macieira, destacando-se atividades relacionadas à quebra de dormência, monitoramento fenológico, controle fitossanitário e adubação foliar com cálcio. A vivência em pomares experimentais das cultivares 'Gala' e 'Fuji' permitiu compreender de forma integrada as relações entre nutrição, sanidade e desenvolvimento vegetativo, reforçando a importância da observação de campo e da aplicação criteriosa de produtos químicos e nutricionais. Apesar do período de estágio ter restringido o acompanhamento de todas as fases produtivas, as experiências adquiridas foram significativas para consolidar o aprendizado e desenvolver habilidades de análise e interpretação técnica. O contato direto com a pesquisa aplicada e o trabalho conjunto com profissionais experientes contribuíram para o entendimento da importância do monitoramento agronômico contínuo, do uso racional de insumos e da busca por práticas sustentáveis que assegurem qualidade e produtividade na fruticultura de clima temperado.

Palavras-chave: fruticultura; quebra de dormência; poda; controle fitossanitário.

INTRODUÇÃO

A cultura da macieira (Malus doméstica Borkh.) possui grande relevância econômica e social, sendo considerada uma das principais frutíferas de clima temperado cultivadas em âmbito mundial. No Brasil, a produção está concentrada principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que juntos, que juntos respondem por mais de 95% do total nacional, destacando-se as cultivares 'Gala' e 'Fuji' (Petri et al., 2011).

A cadeia produtiva da maçã exerce papel fundamental no desenvolvimento regional, não apenas pela geração de empregos diretos e indiretos, mas também pelo impacto em setores relacionados, como o beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização dos frutos. Contudo, o cultivo da macieira em regiões subtropicais enfrenta limitações devido à

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professoras do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professoras do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

insuficiência de horas de frio, fator que compromete a quebra de dormência e a brotação uniforme, resultando em queda de produtividade e qualidade (Anzanello; Christo; Sartori, 2020).

Diante desse contexto, práticas como o uso de reguladores vegetais, podas adequadas e controle fitossanitário tornam-se fundamentais para assegurar equilíbrio vegetativo e produtivo. O estágio supervisionado na Scienfruti Ltda. buscou vivenciar essas práticas, permitindo compreender sua influência direta no desempenho agronômico da macieira.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado na empresa Scienfruti Ltda., em Fraiburgo (SC), que atua na área de pesquisa aplicada à fruticultura de clima temperado. A empresa desenvolve parcerias com fruticultores, disponibilizando áreas experimentais representativas para estudos em condições reais de cultivo.

As atividades foram acompanhadas por pesquisadores e engenheiros agrônomos da empresa, envolvendo as principais frentes de manejo:

quebra de dormência: avaliação do uso de indutores químicos e monitoramento da resposta fenológica;

controle fitossanitário: acompanhamento de aplicações e avaliação da incidência de doenças, bem como adubação foliar.

Além das atividades práticas, foram realizados registros de dados experimentais, observações fenológicas e discussões técnicas com a equipe de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio foram desenvolvidas atividades voltadas à observação, análise e registro do desenvolvimento fenológico da cultura da macieira (Malus doméstica Borkh.), com ênfase nas cultivares ‘Gala’ e ‘Fuji’, amplamente cultivadas na região de Fraiburgo (SC). As avaliações foram realizadas nos pomares utilizados nos experimentos de quebra de dormência, abrangendo desde o início da brotação até a fase de frutificação.

As análises fenológicas envolveram o acompanhamento detalhado dos estádios de desenvolvimento das plantas, incluindo percentual de gemas brotadas, floração e frutificação, permitindo quantificar o comportamento das cultivares em resposta aos diferentes tratamentos aplicados.

Os experimentos de quebra de dormência foram conduzidos em dois pomares comerciais distintos, pertencentes às empresas Panho Frutas e Fischer, localizadas em Fraiburgo. O objetivo foi avaliar a eficiência de diferentes produtos e doses no estímulo à brotação e na uniformidade do desenvolvimento vegetativo e reprodutivo das plantas. Essas atividades proporcionaram uma visão prática dos efeitos dos tratamentos de dormência sobre o desempenho fenológico inicial das macieiras e sua importância para o estabelecimento de uma frutificação equilibrada e produtiva.

Segundo Petri et al. (2021), a quebra adequada da dormência é essencial para garantir uma brotação uniforme e vigorosa, diretamente relacionada à floração e à produtividade das macieiras, sendo influenciada por fatores climáticos e pelo uso de reguladores de crescimento (Figura 1).

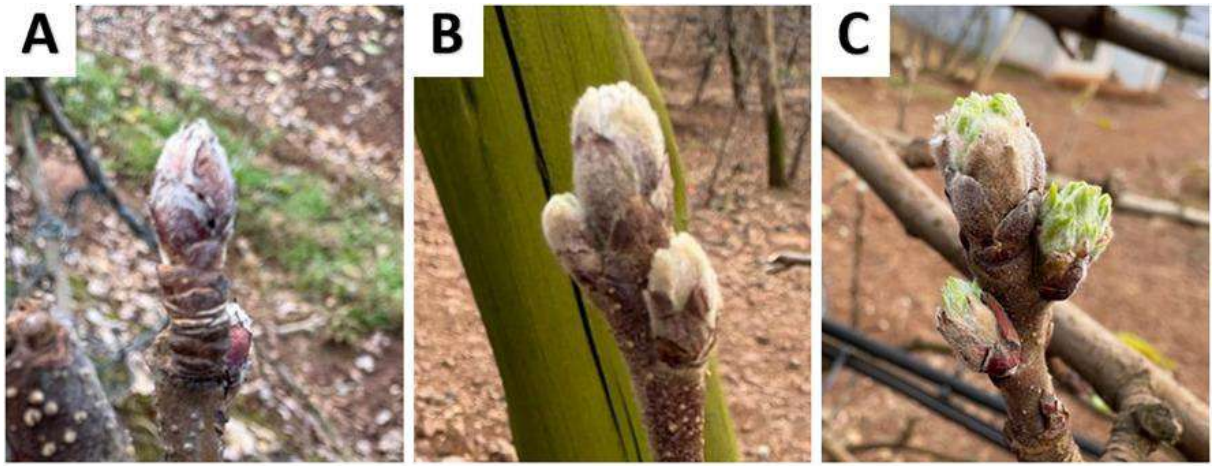
Figura 1 – Pomares de macieiras tratados com indutores de brotação.

Fonte: O autor (2025).

Durante o estágio, foi possível perceber a importância do monitoramento fenológico (desde a saída da dormência até o início da brotação (Figura 2) a seguir, como ferramenta de apoio às decisões de manejo, como o momento ideal de aplicar reguladores vegetais, realizar podas ou iniciar o controle fitossanitário. Essa vivência prática proporcionou um melhor entendimento sobre os fatores que determinam a uniformidade da brotação e o potencial produtivo da macieira.

Além disso, a experiência de campo contribuiu significativamente para a formação profissional, fortalecendo a capacidade de observação técnica, análise crítica e compreensão dos aspectos fisiológicos que influenciam a frutificação e o sucesso da cultura.

Figura 2 – Estádios fenológicos iniciais de gemas de macieira (Malus doméstica Borkh.)



Legenda: (A) gema dormente (estádio A); (B) gema em ponta verde (estádio B); (C) gema em estádio C3, com início de brotação. Fonte: O autor (2025).

Durante o estágio, também foram acompanhadas atividades pontuais de controle fitossanitário e adubação foliar realizadas nos pomares experimentais. As ações de manejo fitossanitário concentraram-se principalmente nas pulverizações para o controle da mancha foliar da 'Gala', doença causada por fungos do gênero Glomerella (Colletotrichum spp.), que pode comprometer a área fotossintética das folhas e afetar o desenvolvimento dos frutos.

As aplicações foram conduzidas de forma preventiva, conforme as condições climáticas e o histórico de ocorrência da doença no pomar. Essa experiência permitiu compreender a importância do monitoramento constante e da aplicação criteriosa de fungicidas, respeitando o intervalo entre pulverizações e a rotação de ingredientes ativos, de modo a evitar resistência dos patógenos (Araujo, 2024).

Além do controle de doenças, foi conduzido um experimento específico de adubação foliar com cálcio, com o objetivo de avaliar seus efeitos na qualidade dos frutos. Embora essa atividade não tenha representado a principal frente de atuação do estágio, contribuiu para o entendimento da integração entre manejo nutricional e fitossanitário, reforçando o papel do cálcio na manutenção da sanidade foliar e no equilíbrio fisiológico da macieira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio desenvolvido na Scienfruti Ltda., em Fraiburgo (SC) representou uma oportunidade valiosa de aperfeiçoamento técnico e de vivência prática no cultivo da macieira. As atividades acompanharam etapas importantes do ciclo produtivo, como a quebra de dormência, o monitoramento fenológico, o controle fitossanitário e a adubação foliar. A observação das respostas das gemas aos tratamentos e o acompanhamento das pulverizações para controle da mancha da 'Gala', juntamente com o experimento de cálcio, evidenciaram a importância da integração entre nutrição e sanidade na determinação da qualidade final dos frutos. Essa

experiência contribuiu para consolidar o aprendizado teórico e ampliar a compreensão dos fatores que influenciam o desempenho produtivo da cultura.

Embora o estágio tenha abordado um conjunto específico de atividades, os resultados observados foram significativos para o desenvolvimento profissional e técnico. Recomenda-se a continuidade dos estudos sobre manejo nutricional e fitossanitário, bem como o acompanhamento de diferentes ciclos produtivos, a fim de ampliar o entendimento sobre a resposta da macieira e aprimorar as práticas aplicadas à fruticultura de clima temperado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Scienfruti Ltda. pela oportunidade de estágio e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo suporte acadêmico.

REFERÊNCIAS

ANZANELLO, Rafael; CHRISTO, Mariane Castanho; SARTORI, Gabriele Becker Delwing. Superação da dormência em macieira: efeito do frio combinado com uso de indutor de brotação. **Pesquisa Agropecuária Gaúcha**, v. 26, n. 1, p. 190–200, 14 ago. 2020.

ARAUJO, Leonardo *et al.* **AVISO FITOSSANITÁRIO -Nº 1 -Ciclo 2024/2025**. Disponível em: https://ciram.epagri.sc.gov.br/ciram_arquivos/site/boletins_culturas/maca/maca_aviso_fitossanitario_n01_21082024.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

PETRI, José Luiz *et al.* Avanços na cultura da macieira no Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 33, p. 48–56, 2011.

PETRI, José Luiz et al. Dormência e indução à brotação de árvores frutíferas de clima temperado. Boletim Técnico, n. 192, 3 maio 2021.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM AGRONOMIA

Categoria: Práticas de Estágio

Romário de Jesus Rosa[1]
Caroline de Fátima Esperança[2]
André Amarildo Sezerino[3]

Resumo – O estágio supervisionado foi realizado na Estação Experimental da Epagri em Caçador, SC, entre setembro e novembro de 2025, totalizando 240 horas. As atividades direcionadas à apicultura, incluindo o manejo de colmeias de Apis mellifera e a avaliação da infestação pelo ácaro Varroa destructor, considerada a principal praga das abelhas. O estagiário já atua como apicultor e o período de estágio possibilitou comparar as práticas adotadas em sua própria criação com os procedimentos técnicos utilizados na Estação Experimental, favorecendo o aperfeiçoamento do manejo e do monitoramento sanitário. As atividades desenvolvidas incluíram inspeções em colmeias e participação em experimento com produto para controle do ácaro Varroa destructor. Os resultados reforçam a importância do monitoramento e do manejo integrado das colmeias, bem como o papel essencial das abelhas na polinização agrícola, em especial nos pomares de macieira (Malus domestica), em que sua presença é decisiva para o aumento da produtividade e sustentabilidade dos sistemas de produção.

Palavras-chave: apicultura; Apis mellifera; Varroa destructor; polinização; formação profissional.

INTRODUÇÃO

As abelhas desempenham papel essencial na manutenção da biodiversidade e na produção agrícola por meio da polinização. Estima-se que cerca de 30% da produção agrícola brasileira dependa desse serviço ecossistêmico, cujo valor econômico ultrapassa U$$ 12 bilhões ao ano (Giannini et al., 2015; IPBES, 2016). A espécie Apis mellifera é amplamente utilizada em sistemas produtivos por apresentar elevada eficiência de polinização e facilidade de manejo. Em culturas como a macieira, colmeias são alugadas por produtores durante a floração para garantir melhor pegamento de frutos e incremento de produtividade (Garcés; Soto, 2000).

Entre os principais entraves da atividade apícola destaca-se o ácaro Varroa destructor, considerado a principal praga de Apis mellifera, por ser um ectoparasita que se aloja nas abelhas e compromete a saúde da colmeia, podendo transmitir vírus e causar más-formações nas crias (Moreira, 2017). Por isso, o monitoramento da infestação é fundamental, uma vez que níveis

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Pesquisador da Epagri/Estação Experimental de Caçador "José Oscar Kurtz"

acima de 5% sem tratamento podem levar à queda total da produção de mel e até à perda do enxame em dois anos (Fuentes, 2021).

Nesse contexto, o estágio supervisionado foi planejado para aprofundar o manejo apícola em ambiente experimental, o que foi especialmente relevante porque o estagiário já atua como apicultor, permitindo comparar suas práticas de campo com os procedimentos técnicos adotados na Estação Experimental da Epagri, em Caçador. O objetivo foi acompanhar e participar das atividades de manejo de colmeias de Apis mellifera, com ênfase na avaliação da infestação por Varroa destructor e na integração da apicultura com sistemas agrícolas.

METODOLOGIA

O estágio foi desenvolvido na Estação Experimental de Caçador – Epagri, entre setembro e novembro de 2025, totalizando 240 horas. As atividades contemplaram rotinas de manejo apícola e participação em experimento de avaliação de produto para controle de Varroa destructor. As ações realizadas foram:

manejos de rotina em colmeias de Apis mellifera (inspeção de ninho, avaliação de crias, reservas de mel e pólen);

contagem de infestação do ácaro Varroa destructor;

participação em experimento de campo com novo produto para controle da Varroa destructor.

Como o aluno já possuía experiência prévia com apicultura, registrou em diário de campo as diferenças entre o manejo praticado na propriedade familiar e os procedimentos padronizados da Estação, reforçando o caráter formativo do estágio obrigatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio foram realizadas práticas de manejo voltadas à manutenção da sanidade e produtividade das colmeias de Apis mellifera. As inspeções periódicas permitiram acompanhar a postura da rainha, o desenvolvimento de crias e a disponibilidade de alimento, o que favoreceu a tomada de decisão sobre intervenções sanitárias e nutricionais (Figura 1) a seguir.

Figura 1 – Manejo de colmeias e coleta de abelhas para controle de Varroa destructor.

Fonte: O autor (2025).

A atividade de maior relevância foi o monitoramento e controle do ácaro Varroa destructor. Para isso, coletaram-se cerca de 200 abelhas aderidas aos quadros de cria, utilizando potes com álcool 70%, procedimento que possibilitou calcular o índice de infestação por amostra. A partir desses dados foi aplicado um produto em teste, sem identificação prévia, para avaliar sua eficiência no controle da praga.

O estágio também permitiu discutir o risco do uso inadequado de produtos químicos no controle da Varroa destructor, que pode levar ao surgimento de resistência e à contaminação de cera e mel, razão pela qual vêm sendo testadas alternativas como o uso racional de ácido oxálico, conforme já relatado na literatura recente.

Outro aprendizado importante foi a relação entre apicultura e fruticultura de clima temperado, sobretudo a macieira (Malus domestica). A presença de colmeias em pomares durante a floração aumenta a taxa de frutificação efetiva e contribui para a uniformidade dos frutos, como ressaltam Salomé (2014) e demais autores utilizados no relatório. Assim, o manejo apícola adequado não garante apenas produção de mel, mas também presta serviço ecossistêmico essencial à fruticultura regional.

Figura 2 – Florada de macieira na EPAGRI de Caçador, SC.

Fonte: O autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas no estágio contribuíram para o aprimoramento do conhecimento técnico em apicultura e para a consolidação de práticas de monitoramento e controle da Varroa destructor. Ficou evidente que a apicultura, além da produção de mel, oferece serviços ecossistêmicos relevantes, principalmente a polinização de cultivos agrícolas, favorecendo culturas dependentes de polinização cruzada, como a macieira.

Por se tratar de um aluno que já é apicultor, o estágio supervisionado teve caráter complementar e validou tecnicamente procedimentos que ele já vinha realizando em nível produtivo, fortalecendo sua formação profissional e ampliando a capacidade de atuar de forma integrada com a fruticultura regional.

REFERÊNCIAS

FALLAS, R. A.C. *et al.* Control integrado del ácaro Varroa destructor (Mesostigmata: Varroidae) con ácido oxálico en colmenas de abejas africanizadas en las condiciones tropicales de Costa Rica. Rev. Ciências Veterinárias, v. 42, n. 2, p. 1-19, E-ISSN: 2215-4507, julio-diciembre, 2024. DOI: https://doi.org/10.15359/rcv.42-2.2.

FUENTES, J. H. R. *et al*. Fitoterapia una alternativa de control de plagas y enfermedades de abejas. Journal of the Selva Andina Animal Science, v. 8, n. 2, 2021.DOI: https://doi.org/10.36610/j.jsaas.2021.080200114

GARCÉS, N. B.; SOTO, G. M. Producción del manzano (Malus sp. cv Anna) en el oriente Antioqueño con la abeja melífera Apis mellifera L. (Hymenoptera: Apidae). Revista Facultad Nacional de Agronomía Medellín, v. 53, n. 1, p. 849-862, 2000.

GIANNINI, T. C. *et al.* The dependence of crops for pollinators and the economic value of pollination in Brazil. **Journal of Economic Entomology,** v. 108, n. 3, p. 849-857, 2015. DOI: https://doi.org/10.1093/jee/tov093.

IPBES – Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Thematic assessment of pollinators, pollination and food production**. Bonn, Alemanha: IPBES, 2016.

MOREIRA, S. B. L. C. *et al.* Infestação do ácaro *Varroa destructor* em colônias de abelhas africanizadas (*Apis mellifera* L.) no Semiárido potiguar, Nordeste do Brasil. **Revista Verde,** ISSN 1981-8203, Pombal-PB, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.18378/rvads.v12i1.4845.

SALOMÉ, J. A.; ORTH, A. I. Polinização Dirigida em Pomares de Macieiras (*Malus x domestica* Borkh) com o uso de Colmeias de *Apis mellifera* L. **FAO AGRIS - International System for Agricultural Science and Technology.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Florianópolis, 2014.

PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE EXPERIMENTO: DESEMPENHO OPERACIONAL EM DIFERENTES ESPAÇAMENTOS DE PINUS TAEDA L.

Categoria: Práticas de estágio

Julia Mezzalira Santos[1]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[2]
Caroline de Fátima Esperança[3]

Resumo – O estágio curricular foi realizado na Empresa Adami S/A Madeiras, localizada em Caçador (SC), com foco no planejamento e execução de experimentos, avaliação do espaçamento e desempenho populacional do Pinus taeda L. As atividades desenvolvidas envolveram acompanhamento técnico e coleta de dados, permitindo compreender a importância da silvicultura e do manejo florestal. O estágio contribuiu significativamente para o aprimoramento técnico e científico da formação profissional, proporcionando uma visão ampla sobre o processo de pesquisa e desenvolvimento no setor florestal.

Palavras-chave: Pinus taeda L.; silvicultura; colheita; manejo florestal

INTRODUÇÃO

A busca por maior desenvolvimento, produtividade e rentabilidade das florestas tem levado o setor a aprofundar a relação entre o solo e dinâmica de plantio. Nesse contexto, os estudos silviculturais têm se intensificado, com foco na adoção de tratos adequados e na definição do espaçamento ideal entre plantas, visando otimizar o manejo florestal e elevar a qualidade e a produtividade de povoamentos de Pinus sp. (Mendes et al., 2016).

Nas plantações de Pinus, um dos sistemas de colheita mais utilizado combina o corte e o processamento mecanizado das árvores, com o subsequente transporte até ao pátio de estocagem (Ghaffariyan; Sessions; Brown, 2012). De acordo com Linhares et al. (2012), as máquinas harvester e forwarder apresentam desempenho operacional satisfatório na colheita florestal, atingindo eficiência superior a 70%, percentual considerado mínimo para operações mecanizadas. Contudo, os autores ressaltam que as interrupções operacionais ainda têm influência significativa sobre o tempo total de trabalho, podendo reduzir a produtividade efetiva do sistema.

Além disso, o estudo de tempos e movimentos aplicado às atividades de colheita florestal é essencial, pois permite ajustes no processo produtivo, contribuindo para a racionalização de

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

recursos, otimização operacional e redução de custos, além de viabilizar melhorias significativas na eficiência do sistema como um todo (Bonazza et al., 2023).

Os povoamentos florestais implantados apresentam vantagens em relação às florestas naturais para fins industriais, sobretudo, pelo controle do número de plantas e do espaçamento adotado, fatores que influenciam diretamente o crescimento e a conformação das árvores, refletindo no diâmetro e, consequentemente, na qualidade da madeira (De Souza, 1995). Essa distribuição planejada no plantio interfere também em diversos aspectos do manejo, como a necessidade de tratos culturais, e impacta atributos como dominância, volume de copa, frutificação e custos de produção (Sanquetta et al., 2003).

Considerando a forte influência do espaçamento sobre o crescimento e a produtividade das espécies florestais, torna-se fundamental desenvolver estudos que avaliem o desempenho das plantas em diferentes arranjos espaciais, de modo a compreender melhor sua interação com as condições ambientais (Lima et al., 2013). O presente relato tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas durante o estágio na Empresa Adami S/A Madeiras, com enfoque na instalação e no acompanhamento de experimentos sobre diferentes espaçamentos em áreas de Pinus taeda L.

METODOLOGIA

O estágio foi desenvolvido na Empresa Adami S/A Madeiras, empresa com mais de 80 anos de atuação no setor florestal, localizada em Caçador (SC). A Adami S/A Madeiras possui unidades com foco no negócio de áreas florestais, madeireira, papel, embalagens e energia elétrica, sendo referência regional em produção e manejo de florestas plantadas.

As atividades ocorreram entre setembro e novembro de 2025, totalizando 240 horas. O estágio foi acompanhado por engenheiros florestais e técnicos da empresa, contemplando as seguintes etapas: planejamento experimental em escritório; acompanhamento e participação na instalação de experimento em povoamento de Pinus taeda L.; e execução prática em campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio supervisionado foi possível acompanhar todas as etapas envolvidas no planejamento e execução de experimentos florestais, com ênfase no estudo de espaçamento e desempenho operacional em povoamentos de Pinus taeda L. As atividades compreenderam desde o planejamento experimental, elaboração de croquis, demarcação das parcelas, até o acompanhamento das operações de colheita e baldeio com as máquinas harvester e forwarder, respectivamente (Figura 1)a seguir. Essa vivência permitiu compreender a importância do delineamento adequado aos testes e da padronização dos métodos de avaliação para garantir resultados consistentes e aplicáveis ao manejo florestal.

Figura 1 – Área do teste (a) e croqui da área (b).

Fonte: O autor (2025).

A instalação do experimento foi realizada delimitando a área de avaliação nos tratamentos, sendo T1: 2,5 x 2,5 m; T2: 3,5 x 3,5 m; T3: 1,5 x 3 m – 3 x 3 m; T4: 2 x 2,5 – 3 x 3 – 3 x 2,5 m. O T1, correspondeu ao espaçamento utilizado atualmente pela empresa (Figura 2). Os resultados mostraram que os espaçamentos influenciam diretamente o crescimento, o volume individual das árvores e a eficiência operacional das máquinas florestais (Figura 3). Segundo Leite et al. (2006), a definição do espaçamento inicial entre as árvores é uma das decisões mais importantes na implantação florestal, pois influencia diretamente o crescimento, a forma e o uso final da madeira.

O estágio proporcionou uma experiência prática na aplicação de métodos de tempo e movimento, coleta de dados operacionais e análise de produtividade. Essa integração entre campo e teoria possibilitou compreender a importância da padronização metodológica, da coleta sistemática e do tratamento de dados, esses fundamentais para a geração de informações confiáveis em experimentos florestais.

Figura 2 – Implantação de parcelas experimentais.

Fonte: O autor (2025).

Figura 3 – Avaliação de corte e baldeio.

Fonte: O autor (2025).

Nesse contexto, pode ser aferido que o período de estágio contribuiu para consolidar os conhecimentos sobre planejamento experimental, eficiência operacional e manejo silvicultural, destacando a relevância do espaçamento para o aprimoramento da produtividade e sustentabilidade das florestas de Pinus taeda L. Igualmente, o estágio proporcionou uma experiência direta no planejamento experimental, coleta de dados em campo e interpretação dos resultados, integrando teoria e prática do manejo florestal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio realizado na Empresa Adami S/A Madeiras proporcionou uma vivência significativa nas práticas de manejo florestal, especialmente no que se refere a operacionalização

em distintos espaçamentos de plantios de Pinus. As atividades desenvolvidas contribuíram para o conhecimento técnico sobre o comportamento da espécie, reforçando a importância da otimização das práticas de manejo para o sucesso do povoamento.

A experiência também permitiu a dinâmica de trabalho em uma empresa florestal de grande porte, destacando a integração entre pesquisa, planejamento e execução das atividades em campo. Assim, o estágio representou uma etapa principal para a formação profissional, ampliando a visão sobre o manejo sustentável e produtivo de florestas plantadas.

REFERÊNCIAS

BONAZZA, M. *et al.* O desempenho do forwarder no corte final do pinus melhora com a extração de um sortimento por viagem? Série técnica IPEF, v. 26, n.48, 2023.

GRAFFARIYAN, M. R.; SESSIONS, J.; BROWN, M. Machine productivity and residual harvesting residues associated with a cut-to-length harvest system in southern Tasmania. Southern Forests, v. 74, n. 4, p. 229-235, 2012.

MENDES, J. O. *et al.* Crescimento e produção de *Pinus taeda L.* sob diferentes espaçamentos. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344690011_Crescimento_e_producao_de_Pinus_taeda_L_sob_diferentes_espacamentos. Acesso em: 1 nov. 2025.

SANQUETTA, C. R. *et al.* Efeito do espaçamento de plantio em reflorestamentos II *Pinus taeda* L. em Jaguariaíva – PR. Revista Acadêmica Ciência Animal, v. 1, n. 1, p. 55-61, 2003.

LINHARES, M. *et al.* Eficiência e desempenho operacional de máquinas harvester e forwarder na colheita florestal. Pesquisa Agropecuária Tropical, v. 42, n. 2, p. 212-219, 2012.

LIMA, R. *et al.* Effect of spacing on the volumetric development of *Pinus taeda L.* Floresta e Ambiente, v. 20, p. 223-230, 2013. DOI: https://doi.org/10.4322/floram.2013.001

DE SOUZA, D. R. Efeito do espaçamento na produtividade volumétrica de madeira em povoamentos de *Pinus oocarpa* e Pinus *caribaea var. houdurensis*.1995. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 1995.

LEITE, H. G.; NOGUEIRA, G. S.; MOREIRA, A. M. Efeito do espaçamento e da idade sobre variáveis de povoamentos de *Pinus Taeda* L. Revista Árvore, v. 30. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-67622006000400013

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Categoria: Projeto Integrador

Alexsandro de Souza Prestes[4]
Lucas André Alves Batista[5]
Lucas Scheffmacher Carneiro[6]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[7]
Caroline de Fátima Esperança[8]

Resumo – Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) constitui-se como uma intervenção prática essencial para o desenvolvimento do agricultor familiar. A sua função transcende a mera difusão de conhecimento técnico-agronômico, focando na resolução de um dos principais entraves à prosperidade: a gestão econômico-financeira. Reconhecendo que muitos produtores dedicam intenso esforço laboral sem, contudo, identificar precisamente as fontes de lucro ou o fluxo de capital, a ATER provê a metodologia necessária para a correta escrituração e análise de custos e receitas, elevando a unidade produtiva rural ao status de um empreendimento economicamente viável. Adicionalmente, a ATER é instrumental na promoção da sustentabilidade, auxiliando na transição para sistemas produtivos de base ecológica (exemplo agricultura orgânica) e na otimização dos processos de comercialização da produção. O sucesso da ATER, por sua vez, repousa na figura do profissional de extensão, que deve possuir um perfil holístico, conjugando o domínio técnico-agrícola com habilidades de pedagogia, consultoria financeira e motivação do produtor. É por meio desse suporte especializado que se consolida um setor agrícola familiar caracterizado pela sustentabilidade econômica, resiliência e responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: Assistência técnica; Agricultura familiar; Gestão econômica.

INTRODUÇÃO

A agricultura moderna enfrenta desafios cada vez mais complexos – das exigências de mercado às transformações socioambientais. Nesse contexto, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) configura-se como um instrumento estratégico de qualificação produtiva e de gestão na agricultura familiar.

Historicamente, a extensão rural brasileira foi influenciada pelo modelo de "Revolução Verde", que priorizou o aumento da produtividade mediante tecnologias e do uso intensivo de insumos. Embora tenha gerado ganhos de produção, esse enfoque também produziu efeitos

[4]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8]Professor do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

adversos, como a degradação dos recursos naturais e a ampliação de desigualdades sociais (Comin, 2021).

No Brasil, a ATER é orientada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei n.º 12.188/2010, que enfatiza sustentabilidade, inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar. Apesar dos avanços, persiste a lacuna sobre como a ATER influencia a gestão econômico-financeira e a transição agroecológica em contextos de pequena escala.

Assim, pergunta-se: em que medida a ATER contribui para resultados econômicos, sociais e ambientais na agricultura familiar? Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é analisar o papel da ATER na promoção do desenvolvimento rural sustentável, destacando sua relevância econômica, social e ambiental.

METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental. Conforme Gil (2019), pesquisas descritivas visam observar, registrar e analisar fenômenos sem interferência do pesquisador. Já a revisão bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2017), fundamenta-se na análise sistemática de materiais publicados (livros, artigos científicos e documentos oficiais), com o propósito de mapear, compreender e discutir os principais referenciais teóricos sobre o tema.

Foram priorizados estudos recentes acerca de ATER, gestão econômico-financeira e agricultura familiar, com destaque para Azevedo et al. (2024) e Simões (2022). A interpretação dos dados seguiu abordagem descritivo-analítica, articulando os achados com políticas públicas e práticas extensionistas no contexto brasileiro, de modo a evidenciar mecanismos, limites e potencialidades associados ao papel da ATER na qualificação produtiva e gerencial das unidades familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em princípio, o artigo buscou explorar a importância da ATER em duas frentes complementares: como instrumento indispensável para a melhoria da gestão econômico-financeira das propriedades; como um suporte estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar e a viabilização de sistemas de produção sustentáveis. Nesse sentido, destacam-se o trabalho de Azevedo et al. (2024), que investiga o impacto da assistência técnica na gestão econômico-financeira de propriedades rurais no Rio Grande do Sul, e o estudo de Simões (2022), que analisa a importância da ATER para produtores de base familiar com foco em agricultura orgânica e políticas públicas.

A sobrevivência e o sucesso de uma propriedade rural dependem, fundamentalmente, de uma gestão econômico-financeira eficiente. Práticas como controle do fluxo de caixa, análise de custos e despesas e planejamento orçamentário são cruciais para decisões que garantam lucratividade e viabilidade das atividades. Entretanto, a realidade do campo frequentemente destoa dessa necessidade. A pesquisa de Azevedo et al. (2024) evidencia carência significativa na adoção de ferramentas gerenciais: 45,35% dos produtores utilizam controle manual, 19,77%

confiam apenas na memória e 10,47% utilizam softwares. A ausência ou subutilização dessas ferramentas compromete o desenvolvimento das propriedades, pois, sem dados precisos, o produtor não consegue avaliar a rentabilidade de suas atividades nem planejar investimentos de longo prazo. Nesse ponto, a ATER tem papel central ao capacitar os produtores e introduzir rotinas gerenciais compatíveis com a condução do negócio rural.

Um dos achados mais relevantes do estudo de Azevedo et al. (2024) é que o perfil do assistente técnico exerce influência significativa sobre a gestão das propriedades. A atualização profissional e, sobretudo, o tempo de atuação em campo mostraram-se mais influentes do que variáveis como tamanho da propriedade ou origem da assistência (pública ou privada). Assim, não basta deter conhecimento técnico de produção: a extensão demanda competências em gestão, finanças e comunicação, de modo que o técnico consiga dialogar com o produtor, traduzir conceitos e convencê-lo a incorporar novas práticas.

No âmbito da agricultura familiar, reconhecida como base da segurança alimentar no Brasil e responsável pela maior parte dos alimentos básicos, a agricultura orgânica encontra sua maior expressão, com 90% da produção nacional proveniente de produtores de base familiar. A transição para sistemas orgânicos, contudo, apresenta desafios relacionados à complexidade normativa e aos custos de certificação. Nesse cenário, políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atuam como canais de escoamento que absorvem parte significativa da produção e garantem preços mais justos, incluindo acréscimo de até 30% para orgânicos certificados. A ATER, novamente, se mostra fundamental ao orientar o atendimento às exigências e qualificar o acesso a esses mercados.

Por fim, o fator mais determinante para o êxito dessas frentes é a qualificação do profissional de extensão. Investir em formação contínua, capacitação em gestão e habilidades de comunicação dos agentes técnicos é ação estratégica para assegurar que a ATER cumpra seu papel e contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do campo.

Resposta à pergunta de pesquisa (com base nos achados apresentados): a ATER contribui de forma direta para resultados econômicos (melhoria das rotinas de gestão e da capacidade decisória), sociais (fortalecimento da agricultura familiar e acesso qualificado a políticas e mercados) e ambientais (viabilização de transições produtivas mais sustentáveis), sendo que a qualificação e a experiência do extensionista se mostram elementos-chave para a efetividade dessas contribuições.

O fortalecimento da agricultura familiar e a viabilização de sistemas produtivos mais sustentáveis (agroecologia/agricultura alternativa) estão intrinsecamente ligados às relações sociais e organizacionais do campesinato. A Agroecologia, enquanto movimento e ciência, propõe a conservação dos recursos naturais, baixa dependência de insumos comerciais, diversidade biológica e cultural, e envolve a participação política e a ação social coletiva dos atores. Essa resiliência e capacidade de reprodução da unidade produtiva familiar dependem fundamentalmente do que se pode chamar de "princípio camponês" ou "condição camponesa", que articula a coprodução com a natureza e a autogestão de recursos próprios com a cooperação e as relações de reciprocidade. Essas relações de reciprocidade, como a ajuda mútua

(ayni nos Andes ou cura na Itália), a gestão compartilhada de recursos comuns e os valores de solidariedade, constituem um reservatório estratégico de relações não mercantis que protege o agricultor da exploração dos mercados de troca. Nesse contexto, a ATER qualificada assume a responsabilidade de apoiar não apenas a conversão técnica para a agroecologia, mas também de fortalecer a capacidade organizacional e o poder de barganha dos agricultores familiares, inclusive facilitando o acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que se mostra uma ferramenta adaptada para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é, na verdade, muito mais do que apenas levar tecnologia para o campo, ela é o alicerce fundamental para que o agricultor familiar possa prosperar de maneira concreta. Economicamente, a ATER é vital porque a maioria dos produtores ainda gerencia seus negócios "no olho" ou "na memória". O técnico rural, nesse cenário, intervém para ensinar a colocar as contas no papel e determinar se culturas como o café ou a hortaliça estão, de fato, gerando lucro, assegurando a transformação da propriedade em um negócio bem-sucedido. Social e ambientalmente, a ATER estende a mão ao produtor que busca cultivar de forma mais limpa, seja na complexa transição para o orgânico ou prestando auxílio na comercialização. Em última análise, a peça-chave para tudo isso é o agente de extensão devidamente preparado, que deve ter um perfil multidisciplinar, precisando entender não apenas de plantas, mas também de gestão, finanças e, crucialmente, ser um bom comunicador para orientar e persuadir o produtor em direção à sustentabilidade. Em síntese, a ATER é o investimento mais inteligente para construir um campo que seja vigoroso, justo e ambientalmente consciente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jenaine de *et al.* Gestão econômico-financeira de propriedades rurais: uma análise a partir da assistência técnica. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 8, p. 01-22, 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. 2005.COMIN, Márcio. A Revolução Verde e o processo de modernização agrícola em Soledade (RS, Brasil) de 1960 a 1990: The Green Revolution and the agricultural modernization process in Soledade/RS from 1960 to 1990. **REVHIST-Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. e022122-e022122, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SIMÕES, Michele da Rosa Scholant. A importância da assistência técnica e extensão rural a produtores de base familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, **Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 1058-1075, jan. 2022.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas:** uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

DESAFIOS DO MERCADO PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Categoria: Projeto Integrador

Angelo Francisco Gatti[1]
Claiton Teles Farapo[2]
Nicolas Schimidt Schuh[3]
Otavio Donaldo Koch[4]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[5]
Caroline de Fátima Esperança[6]

Resumo – A agricultura familiar constitui a base da produção de alimentos no Brasil e desempenha papel que ultrapassa a esfera econômica relacionadas à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, ou seja, além da economia, envolve segurança alimentar, preservação ambiental e manutenção de tradições culturais. Entretanto, a inserção de produtos de origem animal nesse setor enfrenta barreiras estruturais e institucionais. Este trabalho apresenta uma síntese de três estudos que discutem, de forma complementar, aspectos produtivos, desafios mercadológicos e exigências de fiscalização sanitária relacionados à agricultura familiar. Para tanto, foram considerados artigos publicados entre 2018 e 2024 em periódicos nacionais, além de documentos técnicos e legislações. A análise evidenciou que políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e o Selo Arte contribuem para o escoamento da produção e valorização dos produtos. No entanto, entraves como a burocracia regulatória, a escassez de crédito e assistência técnica e a baixa escala produtiva ainda mantêm grande parte dos produtores na informalidade. Conclui-se que a consolidação dessa atividade depende de políticas públicas ajustadas à realidade regional, de fiscalização inclusiva e de incentivo ao cooperativismo, de modo a fortalecer a agricultura familiar como vetor de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; Fiscalização sanitária; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar responde por cerca de 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil, desempenhando papel decisivo no abastecimento de alimentos e na geração de renda em diferentes regiões do Brasil (IBGE, 2017). Apesar dessa relevância, a comercialização de produtos

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de origem animal oriundos da agricultura familiar enfrenta obstáculos. Exigências legais, custos de regularização e infraestrutura insuficiente levam alguns produtores à informalidade. Por outro lado, programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são instrumentos de inclusão produtiva e garantia de segurança alimentar em instituições públicas (Paula et al., 2023).

Nesse cenário, marcos legais recentes, como a que regulamenta o Selo Arte - que permite a comercialização nacional de produtos artesanais de origem animal - e a institucionalização do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), ampliam as possibilidades de inserção da agricultura familiar em mercados mais abrangentes (Brasil, 2006; Brasil, 2018). O desafio, contudo, permanece: conciliar a fiscalização sanitária com a realidade das pequenas propriedades, prevenindo efeitos excludentes da regulação.

Diante disso, este trabalho analisa os desafios e as oportunidades da comercialização de produtos de origem animal na agricultura familiar, considerando os aspectos legais, produtivos e a inclusão em mercados institucionais e formais.

METODOLOGIA

O presente trabalho consistiu em uma revisão integrativa, de caráter narrativa, com base em artigos que abordam a produção animal da agricultura familiar sob diferentes perspectivas: (i) aspectos produtivos e mercadológicos; (ii) desafios do mercado formal; e (iii) exigências regulatórias associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os textos foram publicados entre 2018 e 2024 em periódicos nacionais de acesso aberto, além de documentos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A informalidade na produção e comercialização de produtos de origem animal na agricultura familiar não pode ser entendida apenas como falta de fiscalização ou resistência ao controle. Está vinculada historicamente como essas famílias aprenderam e reproduzem seus fazeres produtivos. Em muitas propriedades, a elaboração artesanal de derivados lácteos, como queijos e manteigas, ainda ocorre amplamente em ambientes domésticos, baseada em saberes empíricos, passados de geração em geração, e com baixa incorporação de boas práticas de fabricação (Abujamra et al., 2020). Coloca-se, então, uma questão central para a extensão rural e para a vigilância sanitária: como qualificar esses processos sem descaracterizar o conhecimento tradicional e o papel sociocultural da produção artesanal?

Apesar da ampla aceitação regional e relevância sociocultural, a ausência de controle higiênico-sanitário padronizado acarreta riscos à saúde pública e dificulta o acesso a mercados formais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que conciliem a valorização dos produtos tradicionais com a segurança alimentar, por meio de ações de capacitação técnica, inspeção adaptada e apoio à formalização progressiva.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), apresentam que a agricultura famílias responde por mais de 70% dos estabelecimentos rurais do país, mas grande parte desses agricultores trabalha com baixa mecanização, infraestrutura limitada e pouca inserção em canais formais de comercialização. Isso significa que exigir o mesmo padrão de adequação sanitária de uma pequena queijaria de fundo de quintal e de uma indústria láctea estruturada é, na prática, excluir o agricultor familiar do mercado. Nesse cenário, sistemas locais de inspeção, o fortalecimento de cooperativas e associações e a construção de arranjos territoriais de comercialização aparecem como estratégias viáveis para ampliar o acesso ao mercado sem comprometer a sustentabilidade econômica e social dos sistemas familiares.

Nascimento et al. (2024) reforçam ao destacar que os produtos de origem animal da agricultura familiar carregam não apenas valor econômico, mas também simbólico e territorial, expressando a identidade e os modos de vida locais. Essa dimensão cultural confere potencial para estratégias de diferenciação de mercado, como a certificação artesanal, a rotulagem de origem e o turismo rural. Entretanto, tais oportunidades ainda esbarram na ausência de assistência técnica contínua e na fragmentação das políticas de apoio à produção artesanal. Dessa forma, promover o fortalecimento institucional, o acesso ao crédito e a simplificação dos processos de registro sanitário são medidas essenciais para consolidar a competitividade desses produtos, especialmente em regiões de vulnerabilidade econômica e ambiental.

Vasconcelos (2022), aponta que o desafio da fiscalização sanitária no contexto da agricultura familiar não reside apenas em ampliar o controle, mas em construir uma regulação que dialogue com a realidade produtiva dos pequenos agricultores. A adoção de instrumentos legais como o SISBI-POA e o Selo Arte representa avanços na flexibilização e na inclusão produtiva, mas sua efetividade depende da capacidade de articulação entre os entes federativos, da atuação dos serviços de inspeção municipais e da integração das ações de vigilância sanitária e extensão rural. Assim, a conciliação entre segurança dos alimentos, valorização cultural e viabilidade econômica constitui elemento central para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e coerente com a diversidade produtiva brasileira.

Portanto, a discussão não é "ou cultura ou segurança dos alimentos", o que se coloca é a necessidade de modelos graduais de formalização que preservem o caráter artesanal e territorial da produção, mas que elevem o padrão sanitário mínimo, garantindo proteção ao consumidor e ampliando mercados. Conciliar segurança alimentar, valorização cultural e viabilidade econômica é condição para consolidar um modelo de desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e coerente com a diversidade produtiva brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, embora consolidada como base da produção de alimentos no Brasil, continua enfrentando entraves estruturais que limitam sua inserção em mercados formais. A integração dos três estudos demonstra que políticas públicas, fiscalização e apoio institucional são peças-chave para o fortalecimento do setor.

Conclui-se que a valorização dos produtos de origem animal da agricultura familiar passa pela combinação de diferentes estratégias: adequação regulatória com caráter inclusivo, acesso

a crédito e assistência técnica, estímulo ao cooperativismo e reconhecimento da diversidade cultural. Somente com a integração desses elementos será possível consolidar a agricultura familiar como um eixo de desenvolvimento sustentável e de justiça social no país.

REFERÊNCIAS

ABUJAMRA, T. *et al.* Produção informal de derivados de leite e riscos sanitários. **Revista de Saúde Animal**, v. 15, n. 2, p. 45-53, 2020. Disponível em: https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/download/3983/3931/2846. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.** Regulamenta o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Diário Oficial da União, Brasília, 31 mar. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5741.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018.** Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre a fiscalização de produtos artesanais de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13680.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html. Acesso em: 1 out. 2025.

PAULA, S. R. *et al.* **Inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/ba6beba8-805c-4b1f-9772-d3eb7c76fa38. Acesso em: 1 out. 2025.

NASCIMENTO, K. N. L. do *et al.* Produtos de origem animal advindos da agricultura familiar: aspectos produtivos e mercadológicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 1, n. 3, p. 1-20, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13374. Acesso em: 29 set. 2025.

VASCONCELOS, T. C. B. de. Produtos de origem animal: condições e desafios da fiscalização sanitária brasileira na agenda do desenvolvimento sustentável. **Ciência Animal**, v. 32, n. 3, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/cienciaanimal/article/view/9507. Acesso em: 29 set. 2025.

DESEMPENHO DE CAÇADOR (SC) NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Categoria: Projeto Integrador

Ana Laura Becker[1]
Calita Luana da Rosa[2]
Isadora Xavier Bush[3]
Manueli Regina Fioreze[4]
Rafaela Groff Piccoli[5]
Caroline de Fátima Esperança[6]

Resumo – O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) é uma ferramenta que permite avaliar o progresso dos municípios em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este trabalho tem por objetivo analisar o desempenho do município de Caçador (SC) no IDSC, com ênfase nos indicadores ligados à agricultura e sustentabilidade. A pesquisa teve caráter descritivo e exploratório e abordagem qualitativa. Os indicadores mostram bom desempenho em infraestrutura básica e aspectos econômicos, mas revelaram fragilidades na agricultura familiar, na adoção de práticas agroecológicas e na conservação ambiental. Conclui-se que o fortalecimento da sustentabilidade agrícola em Caçador depende da integração entre políticas públicas, valorização da agricultura familiar e ampliação das práticas de manejo sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; agricultura familiar; indicadores de sustentabilidade; agroecologia; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O debate em torno do desenvolvimento sustentável tem se consolidado como um dos principais desafios da atualidade, especialmente no contexto da agricultura. A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, busca alinhar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, promovendo indicadores que permitam avaliar a sustentabilidade em diferentes escalas territoriais (ONU, 2015). Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), elaborado pela SDSN Brasil e Instituto Cidades Sustentáveis

[1]Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

apresenta-se como uma ferramenta estratégica para monitorar o desempenho de municípios, contribuindo, para políticas públicas e práticas de gestão mais eficientes (IDSC, 2021).

A agricultura desempenha papel fundamental na economia mundial e na segurança alimentar, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à conservação ambiental, inclusão social e eficiência produtiva. A análise dos indicadores relacionados à agricultura permite evidenciar aspectos tanto positivos quanto negativos, refletindo sobre temas centrais, tais como acesso ao crédito rural, práticas de agricultura orgânica, conservação florestal, uso de recursos hídricos e vulnerabilidade energética (Veiga, 2010).

O problema de pesquisa baseia-se em compreender como esses indicadores contribuem para o desenvolvimento territorial e de que forma os indicadores expressam avanços e retrocessos frente às metas estabelecidas. Compreender como a sustentabilidade agrícola impacta a renda, a segurança alimentar e à conservação dos recursos naturais. Assim, a importância desta pesquisa está em sua contribuição para o debate científico e prático sobre desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de integrar informações e indicadores na formulação de estratégias que garantam equilíbrio entre produção, ambiente e qualidade de vida (Sachs, 2008; Altieri, 2012).

METODOLOGIA

Este estudo tem caráter descritivo e exploratório e adotou abordagem qualitativa, baseada em fontes secundárias. A fundamentação teórica apoiou-se em autores que discutem desenvolvimento sustentável e sustentabilidade agrícola, especialmente Sachs (2008), Veiga (2010) e Altieri (2012), por tratarem das dimensões econômica, social, ambiental e territorial aplicadas ao meio rural.

Foram utilizados dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, plataforma vinculada ao programa Cidades Sustentáveis (SDSN Brasil / Instituto Cidades Sustentáveis), consultada em setembro de 2025. Como o IDSC disponibiliza indicadores com anos de referência distintos (2010, 2017, 2019, 2021, 2023 e 2024), adotou-se, para cada variável, o ano mais recente disponível na plataforma.

O recorte espacial correspondeu ao município de Caçador (SC). Entre os indicadores do IDSC foram selecionados aqueles diretamente relacionados à agricultura e ao desenvolvimento rural sustentável (apoio do PRONAF, agricultura orgânica, água, energia, queimadas, desflorestamento e áreas florestadas), além de um indicador econômico (PIB per capita) para contextualização.

Os dados foram organizados conforme a classificação por faixas do próprio IDSC (verde, amarela, laranja e vermelha), que expressam o grau de aproximação do município às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise foi descritiva e interpretativa, buscando: (i) identificar avanços; (ii) apontar fragilidades; e (iii) relacionar os resultados às recomendações de sustentabilidade presentes no referencial teórico.

Por tratar-se de uma pesquisa baseada apenas em fontes documentais e indicadores secundários, não foram realizadas entrevistas nem trabalho de campo, o que constitui limitação do estudo e indica a necessidade de levantamentos locais complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável relacionados à agricultura no município de Caçador (SC) evidencia avanços significativos em alguns aspectos, mas também revela fragilidades em outros que merecem atenção. Considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, percebe-se que o desempenho municipal apresenta algumas diferenças entre questões sociais, econômicas e ambientais.

O IDSC-BR utiliza limiares quantitativos para classificar o desempenho dos municípios em cada indicador, estruturando os resultados em uma escala semelhante a um "semáforo". O limiar verde representa o valor mínimo a partir do qual se considera que o município atingiu o cumprimento do ODS, tendo como limite superior ao valor alvo do indicador. As faixas amarela, laranja e vermelha indicam níveis crescentes de afastamento em relação à meta. Esses limiares são definidos por meio de métodos estatísticos e com apoio de especialistas, sendo aplicados de forma padronizada em todo o país.

O Quadro 1 apresenta os indicadores positivos utilizados como base para a análise a seguir.

Quadro 1 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável relacionado à Agricultura do Município de Caçador, SC.

ODS	Indicador positivos	Valor	Ano	Nível (cor)	Limiar verde
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF	1.75	2017	Vermelho	7
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	24.92	2017	Vermelho	75
6	População total atendida com abastecimento de água	91.09	2024	Verde	85
7	Domicílios com acesso à energia elétrica	99.48	2010	Verde	99
7	Vulnerabilidade Energética	0.52	2019	Amarelo	0.47
8	PIB per capita	58773.87	2021	Verde	38000
13	Concentração de focos de queimadas	0.02	2024	Verde	0.18
13	Percentual do município desflorestado	0.36	2023	Laranja	0.05
15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0.49	2023	Vermelho	25.25

Legenda: Muito alto (80-100); Alto (60-79,99); Médio (50-59,99); Baixo (40-49,99); Muito baixo (0-39,99). Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Plataforma Cidades Sustentáveis. Dados mais recentes disponíveis para o município de Caçador (2010–2024).

No contexto socioeconômico, observa-se que apenas 1,75% dos produtores de agricultura familiar contam com apoio do PRONAF, valor considerado muito baixo diante do limiar de

referência (7%). Esse dado indica que a política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar não alcança de forma satisfatória os agricultores locais, comprometendo a inclusão social e o acesso a crédito e assistência técnica (ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável). Outro aspecto preocupante é a baixa proporção de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (24,92%), distante do valor de referência (75%), o que evidencia desafios na transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Por outro lado, o município apresenta bom desempenho no PIB per capita, com valor de R$ 58.773,87, superior ao limiar verde (R$ 38.000,00). Esse resultado reflete uma economia local relativamente fortalecida, embora seja necessário discutir em que medida esse desenvolvimento econômico se distribui entre os diferentes setores e agricultores. Já em relação à vulnerabilidade energética, o valor de 0,52 aproxima-se do limiar de risco (0,47), apontando para a necessidade de diversificação e maior segurança no abastecimento energético, principalmente se tratando de áreas rurais, onde o acesso à energia é reduzido e dificultoso (ODS 7 – Energia Limpa e Acessível). Levando em consideração que os quesitos observados neste tópico são contemplados por três eixos: (1°) acesso físico a fontes de energia, medido, por exemplo, pela existência de conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN), (2°) a posse de equipamentos, como televisão, geladeira, refrigerador e acesso à internet e (3°) a acessibilidade, ou capacidade de pagamento pelo uso da energia, avaliado com base no peso das despesas de energia sobre o total de despesas da residência.

No que se refere aos indicadores ambientais, os dados mostram resultados positivos no acesso a recursos básicos. A população atendida com abastecimento de água chega a 91,09% (limiar verde = 85%), e os domicílios com acesso à energia elétrica correspondem a 99,48% (limiar verde = 99%), evidenciando avanços relevantes no cumprimento das metas de universalização (ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7). Além disso, a concentração de focos de queimadas é baixa (0,02), encontram-se dentro de parâmetros sustentáveis, contribuindo para a redução dos impactos das mudanças climáticas (ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Entretanto, os indicadores ligados à conservação ambiental revelam fragilidades. O percentual de área desflorestada (0,36) é superior ao limiar aceitável (0,05), classificando-se como baixo desempenho, o que compromete a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Além disso, o município apresenta apenas 0,49 hectares de áreas florestadas por habitante, número muito abaixo do limiar de 25,25, refletindo uma situação crítica em termos de cobertura vegetal e sustentabilidade a longo prazo (ODS 15 – Vida Terrestre).

De forma geral, os resultados mostram que Caçador apresenta avanços em infraestrutura básica e desempenho econômico, mas ainda enfrenta grandes desafios na agricultura familiar, no incentivo à produção orgânica e na conservação ambiental. Esses contrastes evidenciam a necessidade de políticas públicas mais direcionadas, capazes de fortalecer a agricultura de base familiar, promover práticas produtivas sustentáveis e ampliar a proteção dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades relacionados à agricultura e ao meio ambiente em Caçador (SC) evidenciou avanços importantes em infraestrutura básica – especialmente no acesso à água potável e à energia elétrica – e em desempenho econômico, com PIB per capita acima do limiar de referência. Esses resultados indicam que o município dispõe de condições estruturais favoráveis para sustentar parte das metas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, permaneceram evidentes desafios vinculados à base produtiva rural. A baixa participação da agricultura familiar em linhas de apoio como o PRONAF, o número reduzido de estabelecimentos com práticas de agricultura orgânica e os indicadores críticos de cobertura e conservação florestal revelam um quadro de vulnerabilidade socioambiental que ainda precisa ser enfrentado. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas públicas mais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, de ações de fomento à agroecologia e de programas de recuperação e proteção de áreas naturais.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade agrícola de Caçador depende da integração entre desenvolvimento econômico, manejo produtivo de menor impacto e conservação ambiental, de modo a garantir equilíbrio entre produção, ambiente e qualidade de vida. Ressalta-se que os resultados aqui apresentados baseiam-se exclusivamente em dados secundários disponibilizados pelo IDSC em diferentes anos de referência, o que configura uma limitação do estudo e indica a importância de futuras análises com informações locais mais detalhadas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

IDSC – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. Caçador (SC). Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/. Acesso em: 16 set. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030. Acesso em: 16 set. 2025.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE TRIGO EM FUNÇÃO DE DOSES DE BIOESTIMULANTE

Categoria: Projeto Integrador

Evaldo Buss Junior[1]
João Vitor Vian[2]
Luiz Fernando Lima Bizerra[3]
Mickael Caldatto[4]
Flávia Werner[5]

Resumo – A utilização de bioestimulantes nas sementes de trigo ajudam no desenvolvimento e produtividade da cultura, principalmente nas fases iniciais desenvolvimento da cultura, onde tem uma melhor performance das plântulas de trigo. O presente trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos da aplicação de bioestimulante no tratamento de sementes de trigo, visando verificar sua influência sobre a germinação e desenvolvimento vegetativo. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, em esquema fatorial 2 x 4 constituindo-se como fatores, duas cultivares de trigo (Ponteiro e Falcão) e quatro doses de bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), com quatro repetições. Foram avaliadas a germinação final de sementes, comprimento de parte aérea, de raiz e total de plântula, massa seca de parte aérea, de raiz e total de plântula. Houve interação entre os fatores estudados para todas as variáveis testadas, exceto para a germinação final. Houve uma tendência de aumento dos comprimentos e da massa seca de plântulas com o aumento da dose do bioestimulante aplicado. Não houve diferenças consistentes entre as cultivares avaliadas.

Palavras-chave: Triticum aestivum L.; Stimulate; germinação; desenvolvimento vegetativo.

INTRODUÇÃO

A utilização de bioestimulantes nas sementes de trigo ajudam no desenvolvimento e produtividade da cultura, principalmente nas fases iniciais desenvolvimento da cultura, onde tem uma melhor performance das plântulas de trigo, ou seja, processos como germinação, crescimento vegetativo, florescimento, frutificação e maturação são afetados por diversos fatores, sendo que os hormônios vegetais desempenham um papel importante no controle do desenvolvimento dos componentes de produtividade (Cato, 2006).

Biorreguladores ou reguladores vegetais são compostos orgânicos, naturais ou sintéticos, que em pequenas doses, inibem ou modificam de alguma forma processos morfológicos e fisiológicos do vegetal. Esses compostos podem ser aplicados diretamente nas plantas,

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ocasionando alterações nos processos essenciais e estruturais, com o objetivo de aumentar a produção, melhorar a qualidade e facilitar a colheita. Quando aplicadas em sementes ou nas folhas, podem interferir em processos como germinação, enraizamento, floração, frutificação e senescência (Cato, 2006).

O trigo é a principal matéria prima para a produção de farinha, sendo amplamente apreciada para sua utilização em massas, porém devido a fatores edafoclimáticos esta cultura tem diminuído seu cultivo segundo Epagri a área plantada deve cair 5,6%, para 116 mil hectares, com produtividade estável em cerca de 3.500 kg/ha.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos da aplicação de bioestimulante no tratamento de sementes de trigo, visando verificar sua influência sobre a germinação e desenvolvimento vegetativo inicial.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, em esquema fatorial 2 x 4 constituindo-se como fatores, duas cultivares de trigo (Ponteiro e Falcão) e quatro doses de bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), com quatro repetições.

O bioestimulante utilizado para o tratamento de sementes foi o Stimulate®. Este é um regulador de crescimento vegetal que proporciona incremento no crescimento e no desenvolvimento vegetal, maior enraizamento e maior produtividade de grãos, composto por Citocinina + Giberelina + Ácido Indolalcanóico (Stoller, 2025). A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através dos seguintes testes:

Germinação: realizado com quatro subamostras de 100 sementes por repetição, totalizando 400 sementes por tratamento. As sementes foram distribuídas sobre o papel toalha germitest, umedecidos com um volume de água destilada equivalente a 2,7 vezes a massa do papel seco. As sementes foram acondicionadas, em forma de rolos, em germinador sob temperatura de 25 ºC, durante sete dias. Posteriormente, foram realizadas as avaliações conforme recomendações das Regras para Análise de Sementes (Brasil, 2025), e os resultados expressos em porcentagem de plântulas normais.

Comprimento de parte aérea e raiz: foram utilizadas quatro subamostras de 20 sementes por repetição. As sementes foram dispostas no terço superior no sentido longitudinal do papel. Os rolos foram acondicionados em sacos plásticos posicionados verticalmente em germinador regulado a 25 ºC, durante sete dias. Após, foi efetuada a medida das plântulas normais (comprimento de parte aérea e de raiz) com auxílio de uma régua milimetrada. Os resultados foram expressos em centímetros (Nakagawa, 1999).

Massa seca de parte aérea e raiz: realizada com as plântulas normais obtidas no teste de comprimento de plântula. Após a mensuração do comprimento de plântula, retirou-se o restante da semente e separou-se a parte aérea e a raiz. Em seguida, estas foram colocadas em saco de papel e levadas à estufa com circulação de ar forçado, onde permaneceram por 48 horas à

temperatura de 65 ºC, até atingir massa constante. Ao final deste período, a massa seca foi avaliada em balança com precisão de 0,001 g, e os resultados expressos em mg por plântula.

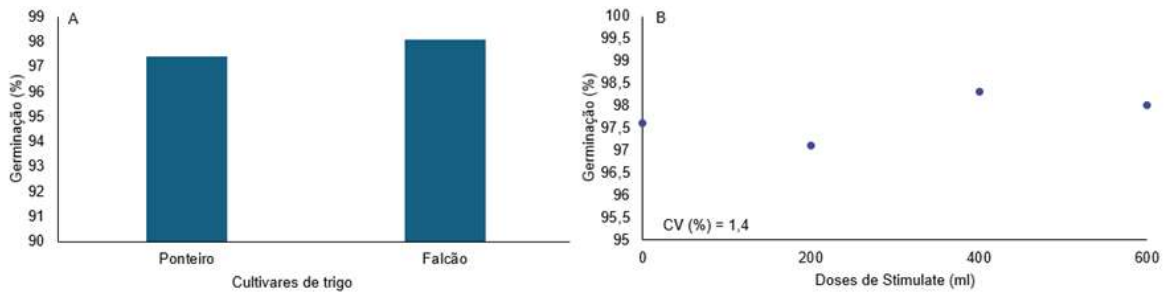
Os dados foram submetidos à análise de variância e teste F. As médias das cultivares foram comparadas pelo teste Tukey ($p<0,05$). Os dados quantitativos (doses do bioestimulante) foram submetidos à análise de regressão até o 2º grau. As análises foram executadas através do programa computacional Sistema para Análise de Variância - SISVAR (Ferreira, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve interação significativa entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para todas as variáveis analisadas, exceto para a germinação final, que não apresentou efeito isolado nem combinado dos fatores avaliados. A germinação final das sementes não foi influenciada pelas cultivares nem pelas doses de bioestimulante. Ainda assim, todas as cultivares apresentaram porcentagens de germinação superiores a 97%, evidenciando a elevada qualidade fisiológica das sementes avaliadas (Figura 1A). Da mesma forma, as diferentes doses de bioestimulante mantiveram altos índices de germinação, com valores também acima de 97% (Figura 1B).

Resultados semelhantes foram relatados por Silva et al. (2023), que observaram que o uso de bioestimulantes e inoculantes não influenciou a germinação final de sementes de trigo, embora todas as cultivares avaliadas apresentassem alta qualidade fisiológica.

Figura 1 – Germinação final (%) (A) em três cultivares de trigo (médias de quatro doses de bioestimulante) e germinação final (%) em em quatro doses de bioestimulante (médias de três cultivares de trigo). Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para o comprimento de parte aérea houve interação entre os fatores avaliados, em que houve uma tendência de aumento do comprimento de parte aérea com o aumento da dose aplicada para as cultivares Falcão e Ponteiro. O ponto de máximo comprimento de Parte Aérea para a cultivar Falcão é de 400 ml por 100 kg de sementes, já para a cultivar Ponteiro o ponto de máximo comprimento é de 406,3 ml por 100 kg de sementes (Figura 2A).

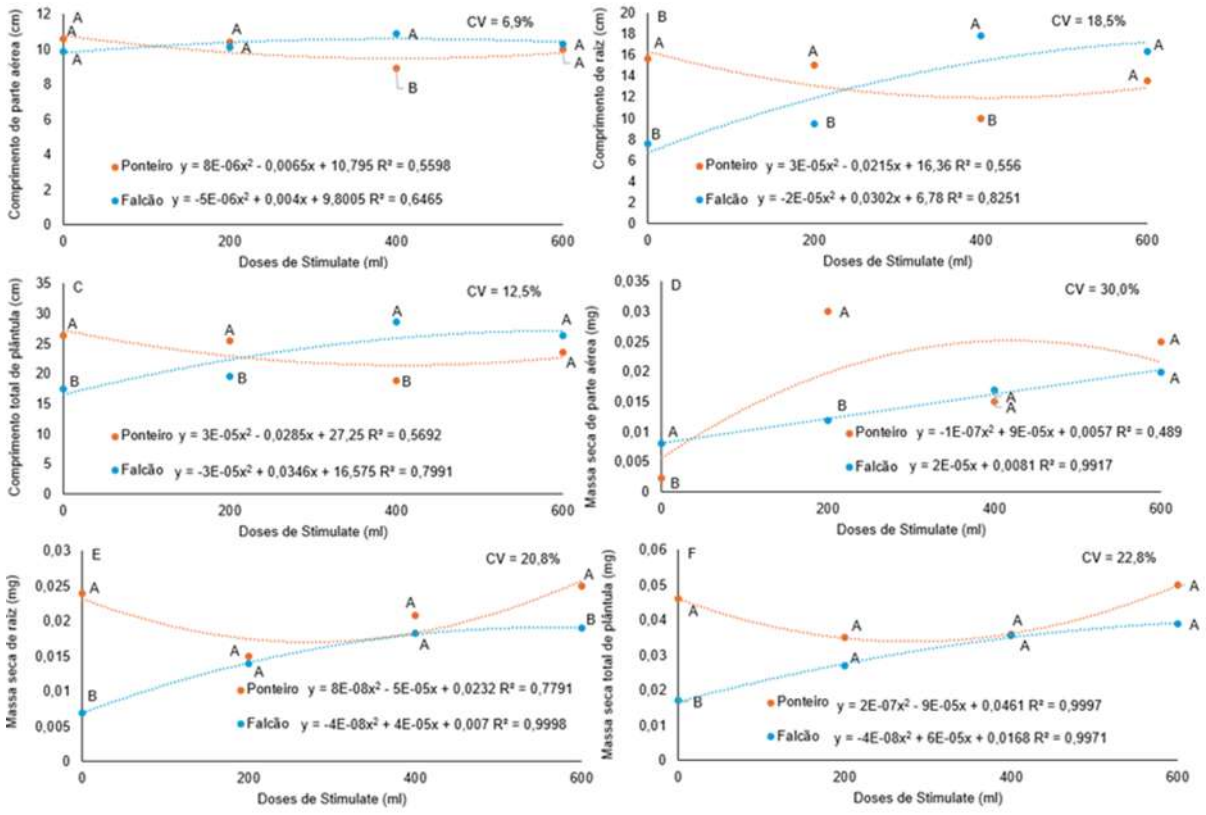
Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que para as doses de 0, 200 e 600 ml por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares

testadas. Já para a dose de 400 ml por 100 kg de sementes, a cultivar Falcão (10,9 cm) apresentou o maior comprimento de parte aérea em comparação com a cultivar Ponteiro (8,9 cm).

Para o comprimento de raiz, houve uma interação de forma distinta entre as cultivares, a cultivar Ponteiro apresentou uma tendência decrescente de acordo com o aumento das doses, tendo um maior tamanho de raiz na ausência do bioestimulante, onde o ponto máximo atingido foi de 358,3ml por 100kg de semente, já para a cultivar Falcão, o ponto máximo para o comprimento de raiz é acima de 600 ml por 100 kg de sementes, (Figura 2B), onde apresentou um valor máximo estimado na dose de 600 ml, respondendo de forma bem expressiva a dose aplicada do bioestimulante.

Para o comprimento total de planta, houve um resultado de forma individual de acordo com as doses, a cultivar Ponteiro não obteve uma resposta significativa com o aumento das doses, chegando ao ponto máximo de 27 cm sem a aplicação do bioestimulante, já a cultivar Falcão apresentou um comportamento de forma crescente, chegando a um ponto máximo na dose mais elevada de bioestimulante, equivalente a 600 ml, demonstrando uma resposta positiva ao bioestimulante (Figura 2C).

Figura 2 – Comprimento de parte aérea (cm) (A), comprimento de raiz (cm) (B), Comprimento total de plântula (cm) (C), massa seca de parte aérea (mg) (D), massa seca de raiz (mg) (E) e massa seca total de plântula (mg) (F) em três cultivares de trigo e quatro doses de bioestimulante. Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para massa seca de parte aérea da planta, observou que a cultivar Ponteiro apresentou resposta significativas, com aumento da massa seca com o aumento da dose. Já a cultivar Falcão

mostrou comportamento linear crescente, indicando resposta positiva e proporcional ao incremento das doses do bioestimulante. A cultivar Falcão foi superior a cultivar Ponteiro quando não houve aplicação de bioestimulante, entretanto a cultivar Ponteiro foi superior na dose de 200 ml por 100 kg sementes (Figura 2D).

Para massa seca de raiz, a cultivar Ponteiro apresentou uma leve redução da massa seca até a dose intermediária e aumento nas doses mais altas, alcançando o maior valor em 600 mL. Já a cultivar Falcão mostrou uma tendência crescente até a dose de 400 mL, com pequena estabilização depois disso. De modo geral, a cultivar Ponteiro apresentou maior massa seca de raiz na maior dose aplicada e quando n]ao houve aplicação de bioestimulante (Figura 2E).

Para massa seca total de plântula, houve uma leve redução nos valores até a dose intermediária, seguida de aumento nas doses mais altas, atingindo o maior valor em 600 mL. Já a cultivar Falcão mostrou uma tendência crescente ao longo de todas as doses, com os valores aumentando gradualmente. Observa-se também que a cultivar Ponteiro apresentou maior valor somente quando não houve aplicação de bioestimulante (Figura 2F).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve interação entre os fatores estudados para todas as variáveis testadas, exceto para a germinação final.

Houve uma tendência de aumento dos comprimentos e da massa seca de plântulas com o aumento da dose do bioestimulante aplicado.

Não houve diferenças consistentes entre as cultivares avaliadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2025.

CATO, Stella Consorte. Ação de bioestimulante nas culturas do amendoizeiro, sorgo e trigo e interações hormnais entre auxinas, citocininas e giberelinas. 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura ''Luiz de Queiroz'', Piracicaba, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde-15012007-143914/publico/StellaCato.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

CATO, S. C. Uso de reguladores vegetais na agricultura. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde-15012007-143914/publico/StellaCato.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

EPAGRI. Epagri divulga estimativas iniciais da safra de inverno 2025/26 em Santa Catarina. Florianópolis, 2025. Disponível em: https://www.epagri.sc.gov.br/epagri-divulga-estimativas-iniciais-da-safra-de-inverno-2025-26-em-santa-catarina/. Acesso em: 23 set. 2025.

DECKERT, Cristiele. Epagri divulga estimativas da safra de inverno em SC. 2025. Epagri. Disponível em: https://www.epagri.sc.gov.br/epagri-divulga-estimativas-iniciais-da-safra-de-inverno-2025-26-em-santa-catarina/#:~:text=Para%202025%2F26%2C%20a%20%C3%A1rea,safra%20anterior%20ter%20sido%20excepcional. Acesso em: 24 ago. 2025.

FERREIRA, Daniel Furtado. Sisvar: a computer analysis system to fixed effects split plot type designs. **Brazilian Journal of Biometrics,** Lavras, v. 37, n. 4, p. 529–535, 2019.

NAKAGAWA, João. Teste de vigor baseados no desempenho das plântulas. *In:* KRZYZANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton; FRANÇA NETO, José de Barros. **Vigor de sementes**: conceitos e testes. Londrina: ABRATES, 1999. p. 2.1-2.24.

STOLLER. **Bula Stimulate.** Houston, 2025. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/stimulate.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

QUALIDADE FISIOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO INICIAL DE SEMENTES DE TRIGO EM FUNÇÃO DO TRATAMENTO COM BIOESTIMULANTES

Categoria: Projeto Integrador

José Armando Nichelatti da Silva[1]
Júlio Zanela Baldissera[2]
Gustavo Erobin Anton[3]
Flávia Werner[4]

Resumo – A agricultura contemporânea enfrenta desafios cada vez mais complexos, sobretudo em condições climáticas desfavoráveis, como nas culturas de inverno. Este trabalho teve como objetivo analisar o efeito do bioestimulante Stimulate® no tratamento de sementes de trigo, buscando verificar sua influência sobre a germinação e o desenvolvimento inicial das plântulas. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, em esquema fatorial 2 x 4 constituindo-se como fatores, duas cultivares de trigo (Guardião e Sentinela) e quatro doses de bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), com quatro repetições. Foram realizados testes de germinação, primeira contagem, comprimento da parte aérea, das raízes e total de plântula, massa seca comprimento da parte aérea, das raízes e total de plântula. Houve interação entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para o comprimento de parte aérea, de raiz e de total de plântula. Houve uma tendência de aumento da germinação, dos comprimentos e da massa seca de plântulas com o aumento da dose do bioestimulante aplicado. Não houve diferenças consistentes entre as cultivares avaliadas.

Palavras-chave: Triticum aestivum L.; germinação; vigor de plântulas; fitorregulador.

INTRODUÇÃO

O cultivo de trigo tem se expandido de forma significativa em diferentes regiões do Brasil, inclusive em Santa Catarina, impulsionado pelos avanços nos programas de melhoramento genético. Entre as principais conquistas, destacam-se cultivares com ciclo reduzido e maior tolerância a temperaturas elevadas, fatores decisivos para o sucesso da produção em áreas de cultivo de segunda safra, onde o risco de geadas tardias no outono representa um obstáculo recorrente. A boa adaptação e o desempenho satisfatório dessas variedades em distintas condições edafoclimáticas demonstram não apenas o progresso obtido, mas também o potencial de expansão da cultura na região sul do país (Silva et al., 2021).

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Atualmente, a agricultura é marcada por desafios cada vez mais complexos, sobretudo diante de cenários climáticos adversos, típicos das culturas de inverno. Nesse contexto, práticas e tecnologias que favoreçam maior eficiência produtiva e sustentabilidade têm sido cada vez mais estudadas, entre elas o uso de bioestimulantes. Esses produtos são definidos como formulações que combinam reguladores vegetais com substâncias de diferentes naturezas químicas, podendo ser aplicados diretamente nas plantas ou utilizados no tratamento de sementes, com a finalidade de estimular processos fisiológicos e otimizar o desempenho das culturas (Yakhin et al., 2017).

De acordo com Marcos Filho (2015), a avaliação do potencial fisiológico das sementes é um critério fundamental nos programas de controle de qualidade, pois permite identificar diferenças no desempenho entre lotes, principalmente por meio de testes de germinação e vigor.

Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito do uso de bioestimulante no tratamento de sementes de trigo, visando verificar sua influência sobre a germinação e o desenvolvimento inicial de plântulas.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, em esquema fatorial 2 x 4 constituindo-se como fatores, duas cultivares de trigo (Guardião e Sentinela) e quatro doses de bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), com quatro repetições.

O bioestimulante utilizado para o tratamento de sementes foi o Stimulate®. Este é um regulador de crescimento vegetal que proporciona incremento no crescimento e no desenvolvimento vegetal, maior enraizamento e maior produtividade de grãos, composto por Citocinina + Giberelina + Ácido Indolalcanóico (Stoller, 2025). A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através dos seguintes testes:

Germinação: realizado com quatro subamostras de 100 sementes por repetição, totalizando 400 sementes por tratamento. As sementes foram distribuídas sobre o papel toalha germitest, umedecidos com um volume de água destilada equivalente a 2,7 vezes a massa do papel seco. As sementes foram acondicionadas, em forma de rolos, em germinador sob temperatura de 25 ºC, durante sete dias. Posteriormente, foram realizadas as avaliações conforme recomendações das Regras para Análise de Sementes (Brasil, 2025), e os resultados expressos em porcentagem de plântulas normais.

Comprimento de parte aérea e raiz: foram utilizadas quatro subamostras de 20 sementes por repetição. As sementes foram dispostas no terço superior no sentido longitudinal do papel. Os rolos foram acondicionados em sacos plásticos posicionados verticalmente em germinador regulado a 25 ºC, durante sete dias. Após, foi efetuada a medida das plântulas normais (comprimento de parte aérea e de raiz) com auxílio de uma régua milimetrada. Os resultados foram expressos em centímetros (Nakagawa, 1999).

Massa seca de parte aérea e raiz: realizada com as plântulas normais obtidas no teste de comprimento de plântula. Após a mensuração do comprimento de plântula, retirou-se o restante da semente e separou-se a parte aérea e a raiz. Em seguida, estas foram colocadas em saco de papel e levadas à estufa com circulação de ar forçado, onde permaneceram por 48 horas à temperatura de 65 ºC, até atingir massa constante. Ao final deste período, a massa seca foi avaliada em balança com precisão de 0,001 g, e os resultados expressos em mg por plântula.

Os dados foram submetidos à análise de variância e teste F. As médias das cultivares foram comparadas pelo teste Tukey ($p<0,05$). Os dados quantitativos (doses do bioestimulante) foram submetidos à análise de regressão até o 2º grau. As análises foram executadas através do programa computacional Sistema para Análise de Variância - SISVAR (Ferreira, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

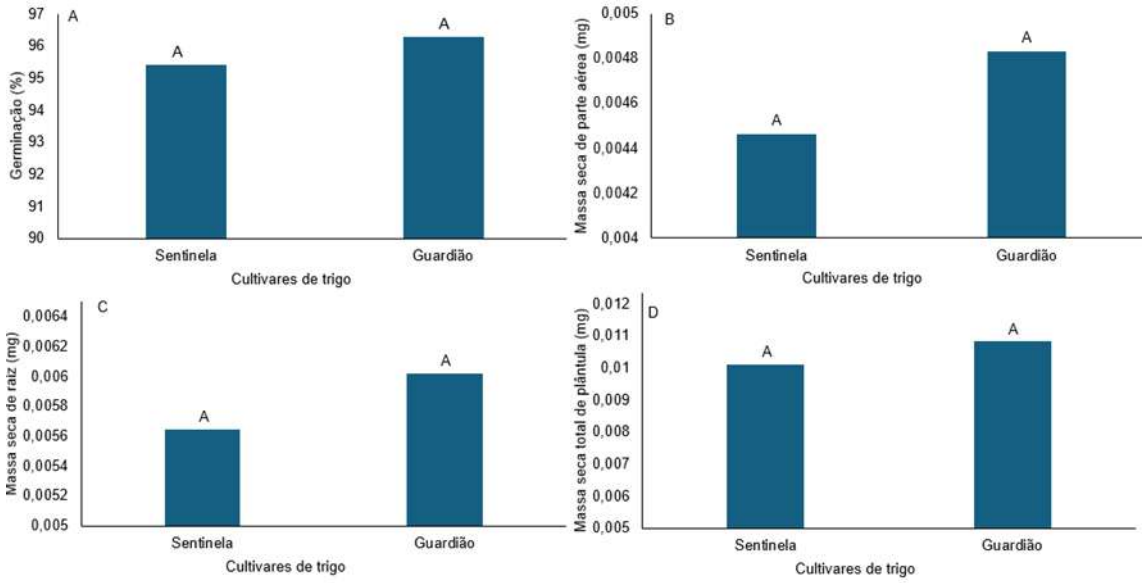
Houve interação entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para as variáveis: comprimento de parte aérea, comprimento de raiz e de comprimento total de plântula. Para a germinação final, massa seca de parte aérea, massa seca de raiz e massa seca total de plântula observou-se efeito isolado de doses de bioestimulante. Não houve efeito de cultivares para nenhuma variável avaliada.

Não houve efeito de cultivares para a variável germinação, porém as cultivares Sentinela e Guardião obtiveram germinação superior a 95%, denotando a alta qualidade fisiológica das cultivares avaliadas (Figura 1A). Para a massa seca de parte aérea, a cultivar Sentinela apresentou valores próximos de 0,0044 mg por plântula, já a cultivar Guardião apresentou valores próximos de 0,0048 mg por plântula, porém não houve diferença entre as cultivares para essa variável (Figura 1B).

Para a massa seca de raiz, a cultivar Sentinela apresentou valores próximos de 0,0056 mg por plântula, já a cultivar Guardião apresentou valores próximos de 0,006 mg por plântula (Figura 1C).

Para a massa seca total de plântula, a cultivar Sentinela apresentou valores próximos de 0,01 mg por plântula, já a cultivar Guardião apresentou valores próximos de 0,011 mg por plântula (Figura 1D).

Figura 1 – Germinação final (%) (A), massa seca de parte aérea (mg) (B), massa seca de raiz (mg) (C) e massa seca total de plântula (mg) (D) em três cultivares de trigo (médias de quatro doses de bioestimulante). Caçador/SC, 2025.

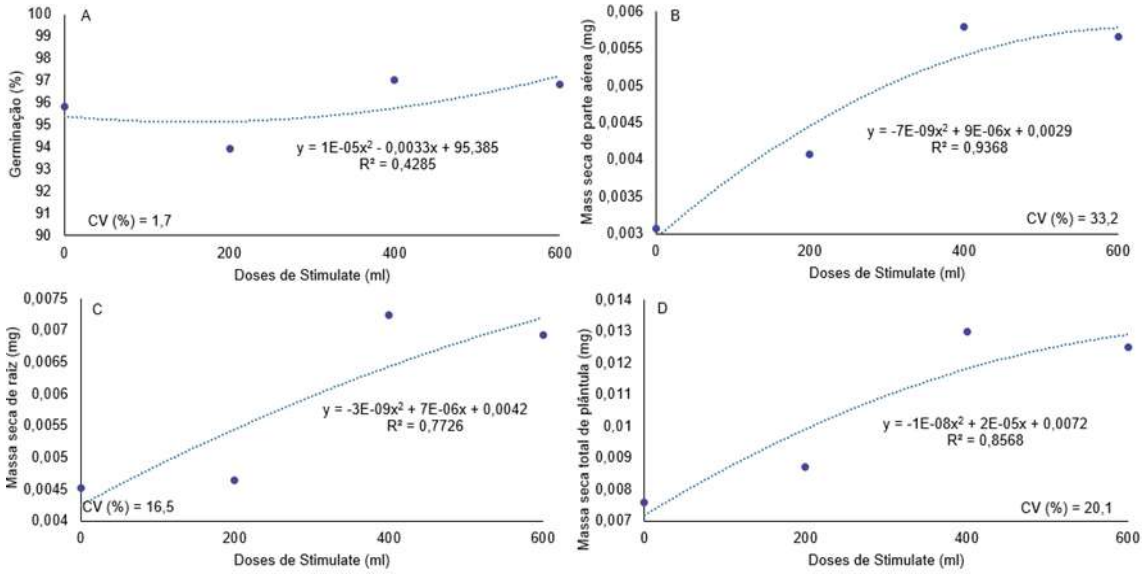


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Houve efeito isolado de doses para a germinação final em que a tendência apresentada é de leve aumento com o aumento da dose de bioestimulante aplicada, entretanto a variação é de apenas 3% de germinação final, sendo o ponto de mínima germinação obtido em 165 ml por 100 kg de sementes, sugerindo que esta dose seja a que confere menor germinação final das sementes de trigo (Figura 2A).

Para a massa seca de parte aérea houve uma tendência de aumento da massa seca de parte aérea com o aumento da dose aplicada, sendo que o ponto de máxima seria em torno de 600 ml 100 kg^{-1} de sementes (Figura 2B). Quanto a massa seca de raiz houve a mesma tendência, de aumento da massa com o aumento da dose de bioestimulante aplicada (Figura 1C), o que ocasionou o mesmo comportamento para a massa seca total de plântula (Figura 1D), demonstrando que a aplicação do bioestimulante promove um aumento de massa de forma proporcional para todas as partes das plântulas de trigo.

Figura 2 – Germinação final (%) (A), massa seca de parte aérea (mg) (B), massa seca de raiz (mg) (C) e massa seca total de plântula (mg) (D) em quatro doses de bioestimulante (médias de três cultivares de trigo). Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para o comprimento de parte aérea houve interação entre os fatores avaliados, em que houve uma tendência de aumento do comprimento de parte aérea com o aumento da dose aplicada. Para a cultivar Sentinela o ponto de máximo comprimento de Parte Aérea é muito próximo de 600 ml por 100 kg de sementes, para a cultivar Guardião o ponto de máxima seria em 508 ml por 100 kg de sementes (Figura 3A).

Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que para as doses de 0 e 400 mls por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Já para as doses de 200 e 600 ml por 100 kg de sementes, a cultivar Sentinela, apresentou 12,3 e 12,6 cm, respectivamente para as doses de 200 e 600 mls, observando-se o maior comprimento de parte aérea em comparação com a cultivar Guardião, com 10,8 e 11,4 cm, respectivamente para as doses de 200 e 600 mls.

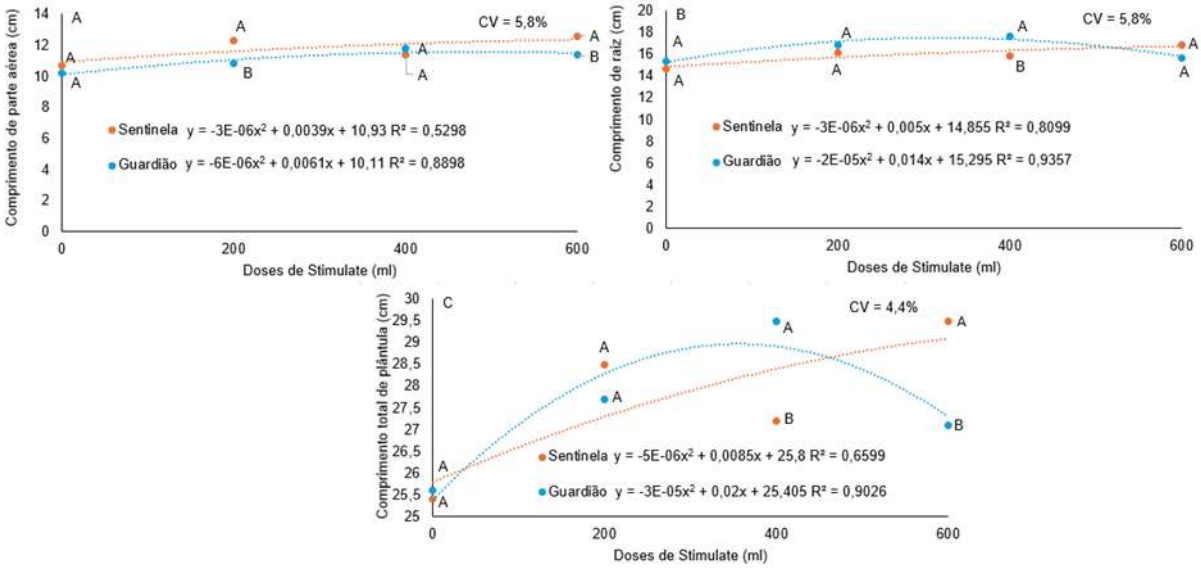
Para o comprimento de raiz também houve interação entre os fatores avaliados, em que houve uma tendência de aumento do comprimento de parte aérea com o aumento da dose aplicada para a cultivar Sentinela. Já para a cultivar Guardião o ponto de máxima seria em 350 ml por 100 kg de sementes, ocorrendo tendência de queda com o aumento da dose aplicada (Figura 3B).

Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que para as doses de 0, 200 e 600 mls por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Já para a dose de 400 ml por 100 kg de sementes, a cultivar Guardião, apresentou 17,7 cm, em comparação com a cultivar Sentinela, que apresentou 15,9 cm.

Para o comprimento total de plântula houve uma tendência de aumento do comprimento de parte aérea com o aumento da dose aplicada, para a cultivar Sentinela. Já para a cultivar Guardião o ponto de máxima seria em 333 ml por 100 kg de sementes (Figura 3C).

Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que para as doses de 0 e 200 mls por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Já para as doses de 400 e 600 ml por 100 kg de sementes, a cultivar Sentinela, apresentou 27,2 e 29,5 cm, respectivamente para as doses de 400 e 600 mls. Já para a cultivar Guardião, observou-se o comprimento total de plântula de 29,5 e 27,1 cm, respectivamente para as doses de 400 e 600 mls.

Figura 3 – Comprimento de parte aérea (cm) (A), massa seca de parte aérea (mg) (B) e massa seca total de plântula (mg) (C) em três cultivares de trigo e quatro doses de bioestimulante. Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve interação entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para o comprimento de parte aérea, de raiz e de total de plântula.

Houve uma tendência de aumento da germinação, dos comprimentos e da massa seca de plântulas com o aumento da dose do bioestimulante aplicado.

Não houve diferenças consistentes entre as cultivares avaliadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análise de sementes**/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2025.

FERREIRA, Daniel Furtado. Sisvar: a computer analysis system to fixed effects split plot type designs. **Brazilian Journal of Biometrics,** Lavras, v. 37, n. 4, p. 529–535, 2019.

MARCOS FILHO, Júlio. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas.** 2. ed. Londrina: Abrates, 2015.

NAKAGAWA, João. Teste de vigor baseados no desempenho das plântulas. *In:* KRZYZANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton; FRANÇA NETO, José de Barros. **Vigor de sementes**: conceitos e testes. Londrina: ABRATES, 1999. p. 2.1-2.24.

STOLLER. **Bula Stimulate.** Houston, 2025. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/stimulate.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

YAKHIN, O.I *et al.* Biostimulants in plant science: A global perspective. **Frontiers Plant Science,** v. 7, p. 1-32, 2017.

POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE CULTIVARES DE TRIGO SUBMETIDAS À DIFERENTES DOSES DE BIOESTIMULANTE

Categoria: Projetos Integradores

João Vitor Sabini[1]
Rafaela Walesko Elias[2]
Ketlin Antunes Ramos[3]
Leidiane Susin[4]
Everton Bendlin Collet[5]
Flávia Werner[6]

Resumo – Devido à crescente demanda pelo aumento da produtividade de grãos, busca-se cada vez mais alternativas para que a produção de trigo seja alavancada, utilizando, por exemplo, bioestimulantes para aumento da taxa de germinação e uniformidade. Desta forma, objetivou-se avaliar o efeito de bioestimulante na germinação e qualidade fisiológica de três cultivares de trigo. O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado em esquema fatorial 3×4, com quatro repetições. Os tratamentos consistiram em quatro doses de Stimulate® de 0, 200, 400 e 600 mL por 100 kg de sementes e três cultivares de trigo (TBio Motriz, TBio Calibre e ORS Turbo). Foram avaliadas a germinação, comprimento e massa seca de parte aérea, raiz e total. Houve interação entre os fatores estudados para todas as variáveis avaliadas, exceto para a germinação final e o comprimento de raiz. Doses moderadas de Stimulate® promovem maior desenvolvimento inicial das plântulas de trigo, especialmente no crescimento radicular e da parte aérea, sem comprometer a germinação. Entre as cultivares avaliadas, as cultivares Calibre e Turbo apresentaram maior germinação, porém os resultados de vigor foram contrastantes.

Palavras-chave: Triticum aestivum L.; germinação; Stimulate®; alta produção.

INTRODUÇÃO

Segundo a Embrapa (2023), aproximadamente, 30% da produção mundial de grãos é representada pelo trigo (Triticum aestivum L.). Empregado tanto na alimentação humana (produção de farinha e seus diversos na culinária), como na alimentação animal através de forragem, de grão ou na composição de ração e em produtos não alimentícios, (como misturas adesivas, agentes surfactantes, álcool, antibióticos, vitaminas).

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O trigo faz parte do grupo de commodities agrícolas dominando tanto a produção, o consumo e o comércio mundial de grãos. É um cultivo de ciclo anual e de inverno (Akutagawa; Moreira; Silva, 2017). A União Européia, China, Índia e Rússia são os maiores produtores a nível mundial deste cereal. O Brasil ocupa a 15ª posição no ranking dos maiores produtores de trigo, sendo os estados da região sul, Rio Grande do Sul e Paraná, os estados que mais produzem trigo no país (Santos, 2023).

Pela grande adaptação às condições encontradas na região sul do Brasil, a cultura do trigo tem destaque importante, sendo a cultura produzida no inverno mais utilizada. Os fatores que mais influenciam positivamente para a implantação da cultura do trigo são a adoção de um sistema de rotação de culturas, adquirir melhorias nas propriedades químicas e físicas do solo assim como, contribuir para a redução da incidência de plantas daninhas e redução da pressão de inóculo de pragas e doenças (Santos, 2023).

Devido à crescente demanda pelo incremento na produção de alimentos, busca-se cada vez mais alternativas para que a produção de grãos seja alavancada, utilizando, por exemplo, bioestimulantes para aumentar a produção de grãos ou reguladores de crescimento para aumento da taxa de germinação e uniformidade. Segundo Hansen et al. (2022) o crescimento do trigo é condicionado por características genéticas, externas e fisiológicas e/ou hormonais, de modo que a utilização de catalisadores do desenvolvimento vegetal como técnica agronômica elevando a produção da cultura.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar o efeito do uso de diferentes doses de bioestimulante, Stimulate®, na germinação inicial, avaliando a qualidade fisiológica de três diferentes cultivares de trigo, Motriz, Calibre e Turbo.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC. O delineamento experimental adotado foi inteiramente casualizado (DIC), de acordo com as recomendações das Regras para Análise de Sementes (RAS) (Brasil, 2025). As sementes utilizadas corresponderam às cultivares de trigo TBio Motriz, TBio Calibre e ORS Turbo, em esquema fatorial 3 × 4, constituído por três cultivares e quatro tratamentos, com quatro repetições. Os tratamentos consistiram na aplicação de 0, 200, 400 e 600 mL 100 kg-1 de sementes do bioestimulante comercial Stimulate®. O Stimulate® é um regulador de crescimento vegetal que possui na sua composição ácido indolbutírico (auxina) 0,005% m/v, cinetina (citocinina) 0,009% m/v e ácido giberélico (giberelina) 0,005% m/v entre outros ingredientes 99,98% m/v. A forma de utilização na cultura do trigo pode ser utilizada no tratamento de sementes, no sulco de plantio ou pulverização foliar (Stoller, 2025).

A qualidade fisiológica das sementes avaliou-se por meio de testes de germinação, comprimento e massa seca de parte aérea e raiz. As sementes foram subdivididas em 100 sementes por repetição, totalizando 400 sementes por tratamento, submetidas a teste de germinação, conforme as Regras para Análise de Sementes (BRASIL, 2025). O papel germitest foi umedecido em água destilada a proporção de 2,7 vezes a massa do papel seco, germinadosr a

25 ºC por sete dias. A germinação foi avaliada considerando-se plântulas normais, e os resultados expressos em porcentagem.

Para avaliar o comprimento da parte aérea e raiz, utilizaram-se subamostras de 20 sementes por repetição, as quais foram dispostas longitudinalmente no terço superior do papel germitest, acondicionado em sacos plásticos posicionados verticalmente em germinador a 25 ºC por sete dias. Após esse período, mediu-se o comprimento das plântulas normais com régua milimetrada, expressos em centímetros (Nakagawa, 1999).

A massa seca da parte aérea e da raiz foi determinada a partir das plântulas normais do teste de comprimento. Após a mensuração, separou-se a parte aérea da raiz, acondicionou-se em sacos de papel e submeteu-se à estufa com circulação de ar forçado a 65 ºC por 48 horas, até atingir massa constante. Ao final, a massa seca foi considerada em balança com precisão de 0,001 g e expressos em mg por plântula.

Os dados obtidos foram submetidos ao teste F para aferir os efeitos dos tratamentos sobre as variáveis avaliadas. Em seguida, os dados passaram por análise de regressão polinomial para a determinação da melhor concentração de Stimulate® utilizando o software estatístico SISVAR (Ferreira, 2019).

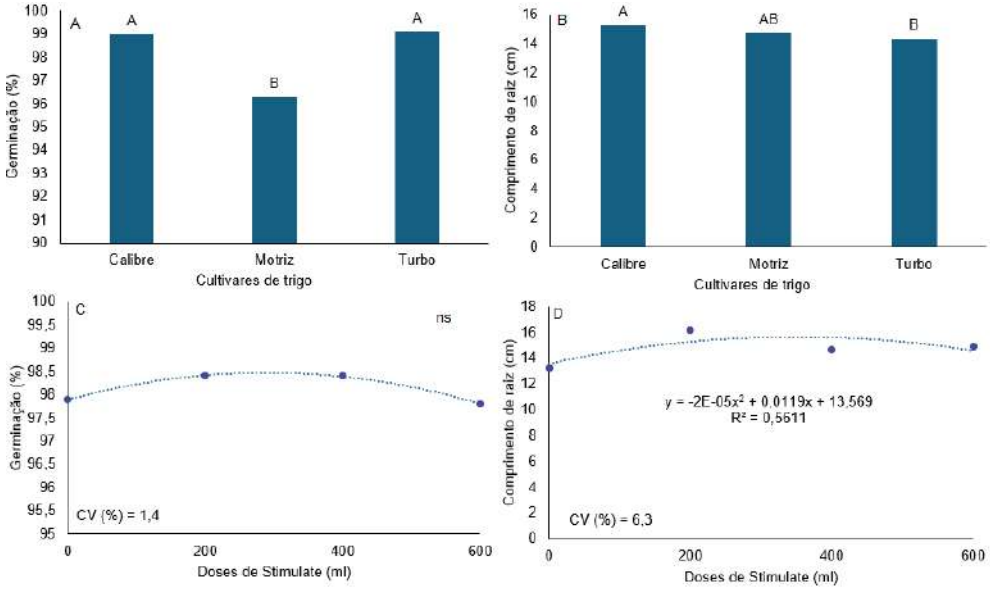
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve interação significativa entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para as variáveis comprimento total de plântula e parte aérea, massa seca da parte aérea e de raiz e massa seca total de plântula. Para a germinação final e o comprimento de raiz, observou-se efeito isolado de cultivares, sendo que, especificamente para o comprimento radicular, também se constatou efeito das doses de bioestimulante.

Em relação à germinação final, as cultivares Tbio Calibre e ORS Turbo apresentaram desempenho superior à cultivar Tbio Motriz (Figura 1A). Apesar disso, todas as cultivares obteram altos índices germinativos, superiores a 95%, o que demonstra a elevada qualidade fisiológica das sementes utilizadas. Quanto às doses de bioestimulante, não foram verificadas diferenças estatísticas para a germinação (Figura 1C), indicando que a variável não é sensivelmente influenciada pelo produto nas condições do presente estudo.

Para o comprimento de raiz a cultivar Calibre (16,0 cm) foi superior a cultivar Turbo (14,0 cm), sendo que não houve diferença estatística com a cultivar Motriz (15,0 cm). Também houve efeito de doses para o comprimento de raiz em que houve uma tendência de redução do comprimento de raiz com o aumento da dose do bioestimulante aplicada.

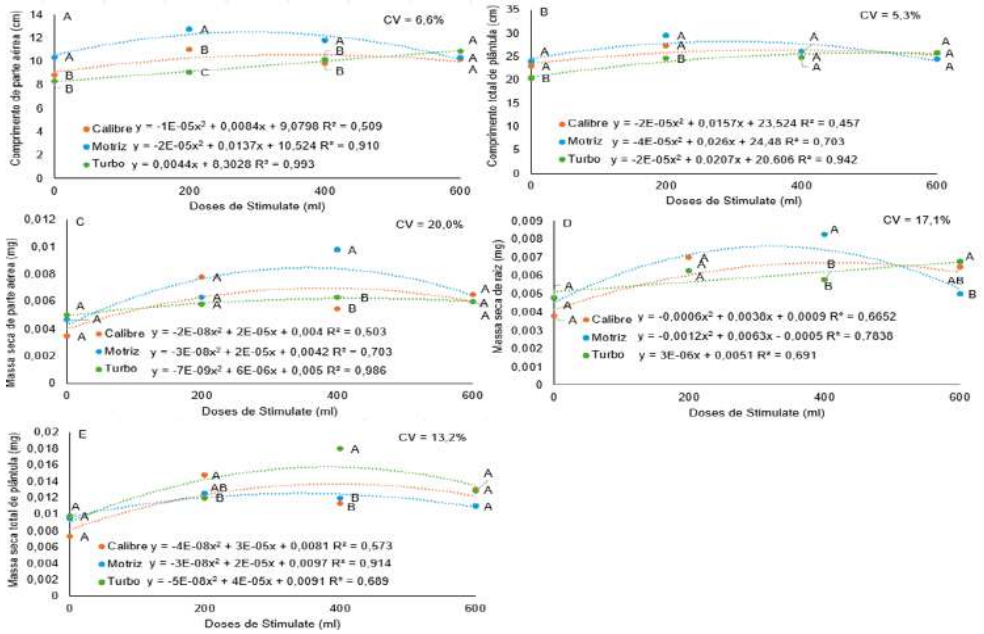
Figura 1 – Germinação final (%) (A) e comprimento de raiz (B) em três cultivares de trigo (médias de quatro doses de bioestimulante) e germinação final (%) (C) e comprimento de raiz (D) em quatro doses de bioestimulante (médias de três cultivares de trigo). Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para o comprimento de parte aérea, verificou-se interação entre os fatores. Nas doses de 0, 200 e 400 mL por 100 kg de sementes, a cultivar Motriz apresentou os maiores valores, sendo que, especificamente na dose de 200 mL, a cultivar Calibre apresentou diferença estatística em relação à cultivar Turbo, com maior comprimento de parte aérea (Figura 2A). Na dose de 600 mL, não houve diferenças significativas entre as cultivares. De modo geral, observou-se uma tendência de redução no comprimento de parte aérea com o aumento da dose até 600 mL, com pontos de máxima resposta estimados em 342,5 e 420 mL para as cultivares Motriz e Calibre, respectivamente, sugerindo efeito de saturação ou toxicidade. Para a cultivar Turbo, entretanto, verificou-se tendência oposta, com incremento do comprimento de parte aérea à medida que aumentaram as doses de bioestimulante.

Figura 2 – Comprimento de parte aérea (cm) (A), comprimento total de plântula (cm) (B), massa seca de parte aérea (mg) (C), massa seca de raiz (mg) (D) e massa seca total de plântula (mg) (E) em três cultivares de trigo e quatro doses de bioestimulante. Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para o comprimento total de plântula (Figura 2B), nas doses de 0 e 200 mL por 100 kg de sementes, as cultivares Motriz e Calibre apresentaram os maiores valores em comparação com a cultivar Turbo, já nas doses superiores não houve diferença estatística entre as cultivares. De modo geral, observou-se uma tendência de redução no comprimento total de plântula com o aumento da dose até 600 mL.

Para a massa seca de parte aérea (Figura 2C), nas doses de 0, 200 e 600 mL por 100 kg de sementes, não houve diferença estatística entre as cultivares avaliadas. Na dose de 400 mL por 100 kg de sementes a cultivar Motriz foi superior as demais cultivares avaliadas. Também para esta variável, observou-se uma tendência de redução no comprimento total de plântula com o aumento da dose até 600 mL.

Para a massa seca de raiz (Figura 2D), nas doses de 0 e 200 por 100 kg de sementes, não houve diferença estatística entre as cultivares avaliadas. Na dose de 400 por 100 kg de sementes a cultivar Motriz foi superior as demais cultivares avaliadas e na dose de 600 mL por 100 kg de sementes a cultivar Turbo foi superior a cultivar Motriz, porém não diferiu estatisticamente da cultivar Calibre. Para esta variável, observou-se uma tendência de redução no comprimento total de plântula com o aumento da dose até 600 mL para as cultivares Motriz e Calibre e de aumento linear com o aumento da dose para a cultivar Turbo.

Para a massa seca total de plântula (Figura 2E), nas doses de 0 e 600 mL por 100 kg de sementes, não houve diferença estatística entre as cultivares avaliadas. Na dose de 200 mL por 100 kg de sementes a cultivar Calibre foi superior a cultivar Turbo, porém não diferiu estatisticamente da cultivar Motriz e na dose de 400 mL por 100 kg de sementes a cultivar Turbo

foi superior as demais cultivares. Também para esta variável, observou-se uma tendência de redução no comprimento total de plântula com o aumento da dose até 600 mL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve interação entre os fatores estudados para todas as variáveis avaliadas, exceto para a germinação final e o comprimento de raiz.

Doses moderadas de Stimulate® promovem maior desenvolvimento inicial das plântulas de trigo, especialmente no crescimento radicular e da parte aérea, sem comprometer a germinação.

Entre as cultivares avaliadas, as cultivares Calibre eTurbo apresentaram maior germinação, porém os resultados de vigor foram contrastantes.

REFERÊNCIAS

AKUTAGAWA, Karla Hikari; MOREIRA, Régis Eduardo; SILVA, Aylanna Alves da. Fatores e técnicas de produção da cultura do trigo visando à produtividade e qualidade. **Revista da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR,** Campo Mourão, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análise de sementes**/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Cultivo de trigo. 2. ed. rev. ampl. Passo Fundo: **Embrapa Trigo**, 2014. (Sistema de Produção, 4). ISSN 1809-2985.

FERREIRA, Daniel Furtado. Sisvar: a computer analysis system to fixed effects split plot type designs. **Brazilian Journal of Biometrics,** Lavras, v. 37, n. 4, p. 529–535, 2019.

HANSEN ALVES, Rafael; OLIVEIRA DOS REIS WICKERT, Maria Fernanda; RAVAZZOLI FERNANDES, Gustavo; TOEWS DOLL HOJO, Ellen; OLIVEIRA MARREIROS, Erivan. **Uso de diferentes doses de Stimulate® em sementes de trigo.** City Farm, Cascavel, v. 2, 2022. ISSN 2965-5668.

NAKAGAWA, João. Teste de vigor baseados no desempenho das plântulas. *In:* KRZYZANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton; FRANÇA NETO, José de Barros. **Vigor de sementes**: conceitos e testes. Londrina: ABRATES, 1999. p. 2.1-2.24

SANTOS, João Vitor Ail dos. **Doses de bioestimulante no desenvolvimento inicial de plântulas de trigo.** 2023. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Pampa, Itaqui, 2023.

STOLLER. **Bula Stimulate.** Houston, 2025. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/stimulate.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

DOSES DE BIOESTIMULANTE NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE CULTIVARES DE TRIGO

Categoria: Projeto Integrador

João Gabriel Cesca Rotta[1]
João Paulo Baseggio[2]
Bruno Alex Bento Paravisi[3]
Luis Ricardo Perego Spautz[4]
Gerson Borga[5]
Flavia Werner[6]

Resumo – O uso de bioestimulantes como o Stimulate no tratamento de sementes visa potencializar o desempenho inicial das plântulas. O objetivo do trabalho foi avaliar os efeitos de diferentes doses do bioestimulante Stimulate sobre a qualidade fisiológica de sementes de três cultivares de trigo. O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia da UNIARP, em delineamento inteiramente casualizado, em esquema fatorial 3 x 4, com três cultivares (Talismã, Feroz e Selvagem) e quatro doses do bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), em quatro repetições. Foram avaliados a germinação, o comprimento e massa seca de parte aérea e raiz. Houve feito de interação entre cultivares de trigo e de doses de bioestimulante para o comprimento de parte aérea, massa seca de parte aérea e total de plântula. Entre as cultivares, a cultivar Selvagem se destacou apresentando maior vigor de plântulas, em comparação com as demais cultivares avaliadas. Doses intermediárias de bioestimulante podem ser uma estratégia eficiente no crescimento inicial das plântulas de trigo, porém interferem pouco na germinação de sementes de trigo.

Palavras-chave: Triticum aestivum L.; regulador de crescimento; germinação; vigor de sementes.

INTRODUÇÃO

O trigo (Triticum aestivum L.) é um dos cereais mais importantes do mundo, sendo amplamente cultivado e consumido. No Brasil, seu cultivo possui relevância econômica e estratégica, especialmente para a região Sul. A qualidade fisiológica das sementes é um fator determinante para garantir o estabelecimento adequado da lavoura e a obtenção de produtividades elevadas (Ortiz, 2024).

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As cultivares de trigo apresentam ampla variabilidade genética, o que se reflete em diferenças significativas quanto à qualidade das sementes e às respostas ao uso de bioestimulantes. Essa variabilidade está relacionada à herança de características fisiológicas, morfológicas e bioquímicas que influenciam fatores como vigor, germinação, tolerância ao estresse e eficiência no aproveitamento de nutrientes. Assim, enquanto algumas cultivares demonstram maior potencial de resposta aos bioestimulantes, com melhorias na emergência e no desenvolvimento inicial, outras apresentam respostas mais discretas ou até indiferentes, devido à sua constituição genética e à interação genótipo × ambiente. Essas diferenças ressaltam a importância da escolha adequada da cultivar e da avaliação prévia de sua resposta aos tratamentos para otimizar o desempenho produtivo (Soares, 2025).

A qualidade das sementes de trigo é influenciada por diversos fatores, como condições ambientais durante o enchimento e maturação dos grãos, manejo de colheita, secagem e armazenamento, além da sanidade e do grau de deterioração fisiológica. Temperaturas elevadas, déficit hídrico e ataques de patógenos, por exemplo, podem comprometer o vigor e a germinação (Abati et al., 2017).

Nesse contexto, os bioestimulantes surgem como ferramentas importantes para atenuar os efeitos de estresses e potencializar o desempenho das sementes, pois atuam na ativação de processos metabólicos relacionados ao crescimento radicular, à absorção de nutrientes e à síntese de hormônios vegetais. Dessa forma, seu uso pode resultar em maior uniformidade de emergência, melhor desenvolvimento inicial das plântulas e, consequentemente, em um estabelecimento mais vigoroso da cultura no campo (Castro; Vieira, 2024).

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos de diferentes doses do bioestimulante Stimulate sobre a qualidade fisiológica de sementes de três cultivares de trigo.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador-SC. O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente casualizado, em esquema fatorial 3 x 4, sendo os fatores constituídos por três cultivares de trigo (Talismã, Feroz e Selvagem) e quatro doses do bioestimulante (0, 200, 400 e 600 ml/100 kg de sementes), com quatro repetições.

O bioestimulante utilizado foi o Stimulate, um regulador de crescimento vegetal composto por citocinina, giberelina e ácido indolacético, aplicado no tratamento de sementes (Stoller, 2025). A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada por diferentes testes

O teste de germinação foi conduzido com quatro subamostras de 100 sementes por repetição. As sementes foram colocadas em papel germitest umedecido com água destilada (2,7 vezes a massa do papel seco), em forma de rolos, e mantidas a 25 ºC por sete dias. Após o período, avaliou-se a porcentagem de plântulas normais, conforme as Regras para Análise de Sementes (BRASIL, 2025).

Para a avaliação do comprimento da parte aérea e da raiz, utilizaram-se quatro subamostras de 20 sementes, dispostas no terço superior do papel germitest. Os rolos foram

acondicionados em sacos plásticos e mantidos em germinador a 25 ºC por sete dias. As plântulas normais foram medidas com régua milimetrada, obtendo-se valores em centímetros.

A massa seca da parte aérea e da raiz foi obtida a partir das plântulas utilizadas no teste de comprimento. Após a separação, os materiais foram acondicionados em sacos de papel e levados à estufa a 65 ºC por 48 horas, até atingir massa constante. A pesagem foi realizada em balança de precisão de 0,001 g.

Os dados foram submetidos à análise de variância (teste F), sendo as médias das cultivares comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Para as doses do bioestimulante, realizou-se análise de regressão polinomial até o segundo grau. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o software SISVAR.

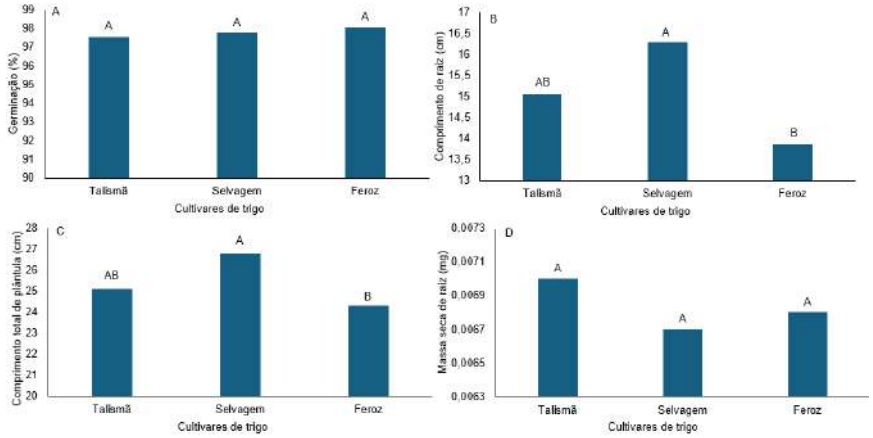
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve interação entre as cultivares de trigo e as doses de bioestimulante para as variáveis: comprimento de parte aérea, massa seca da parte aérea e de e massa seca total de plântula. Para a germinação final e o comprimento de raiz, observou-se efeito isolado de doses de bioestimulante. Para o comprimento de raiz e total de plântulas houve efeito isolado de cultivares e para a massa seca de raiz não houve efeito de ambos fatores avaliados.

Não houve efeito de cultivares para a variável em germinação, porém todas as cultivares obtiveram germinação superior a 97%, denotando a alta qualidade fisiológica das cultivares avaliadas (Figura 1A). Para o comprimento de raiz, a cultivar Selvagem apresentou valores superiores a cultivar Feroz, não diferindo estatisticamente da cultivar Talismã, que apresentou valores superiores a 15 cm.

Quanto ao comprimento de raiz a cultivar Selvagem (16,5 cm) apresentou os maiores valores em comparação com a cultivar Feroz (13,5 cm), porém não diferiram estatisticamente da cultivar Talismã (15,0 cm) (Figura 1B). O comprimento total de plântula apresentou o mesmo comportamento que o comprimento de raiz sendo que, a cultivar Selvagem (26,5 cm) apresentou os maiores valores em comparação com a cultivar Feroz (24,0 cm), porém não diferiram estatisticamente da cultivar Talismã (25,0 cm) (Figura 1C). As cultivares avaliadas não apresentaram diferenças estatísticas para a massa seca de raiz, apresentando variação entre 0,0070 e 0,0066 mg de raiz por plântula avaliada (Figura 1D).

Figura 1 – Germinação final (%) (A), comprimento de raiz (B), comprimento total de plântula (cm) (C) e massa seca de raiz (mg) (D) em três cultivares de trigo (médias de quatro doses de bioestimulante). Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Houve efeito isolado de doses para a germinação final em que a tendência apresentada é de leve queda com o aumento da dose de bioestimulante aplicada, entretanto a variação é de apenas 2% de germinação final, sendo o ponto de máxima germinação obtido em 465 ml por 100 kg de sementes, sugerindo que esta dose seja a que confere maior germinação final das sementes de trigo (Figura 2A).

O comprimento de raiz apresentou tendência de queda com aumento da dose aplicada, apresentando seu ponto de máximo comprimento em 160 ml por 100 kg de sementes de trigo, portanto esta dose provavelmente será a que confere maior comprimento de raiz das plântulas de trigo (Figura 2B). Para o comprimento total de plântula (Figura 2C) e massa seca de raiz (Figura 2D) não houve efeito de dose de bioestimulante, portanto, a aplicação deste produto seria dispensável, pois não proporcionaria incremento de comprimento total de plântula nem aumento de massa seca de raiz.

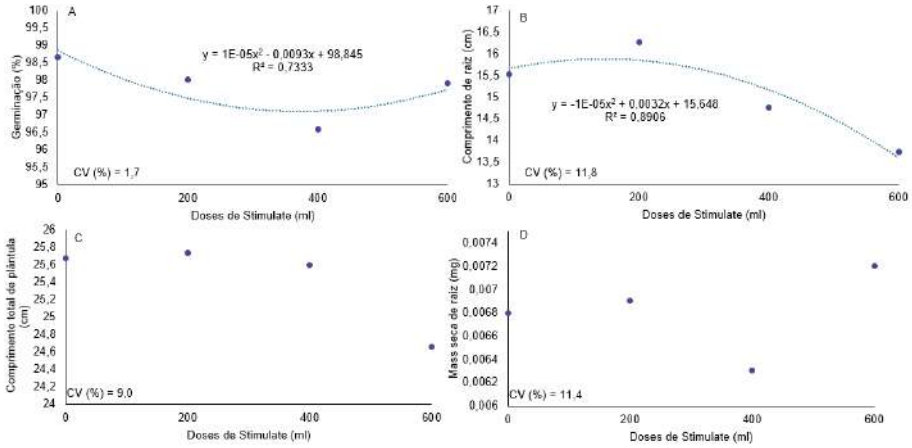
Para o comprimento de parte aérea houve interação entre os fatores avaliados, em que houve uma tendência de aumento do comprimento de parte aérea com o aumento da dose aplicada. Para a cultivar Talismã o ponto de máximo comprimento de Parte Aérea é de 420 ml por 100 kg de sementes, para a cultivar Selvagem o ponto de máxima seria em 342,5 ml por 100 kg de sementes, já para a cultivar Feroz o melhor ajuste foi uma equação linear, o que significa dizer que o ponto de máximo comprimento de parte aérea será maior que a máxima dose testada (Figura 3A).

Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que para as doses de 0, 400 e 600 ml por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Já para a dose de 200 ml por 100 kg de sementes, a cultivar Selvagem (11,0 cm) apresentou o maior comprimento de parte aérea em comparação com a cultivar Talismã (7,9 cm) não diferindo estatisticamente da cultivar Feroz (9,4 cm).

Para a massa seca de parte aérea houve uma tendência de aumento da massa seca de parte aérea com o aumento da dose aplicada (Figura 3B). Comparando as cultivares dentro de

cada dose testada verificou-se que quando não se aplicou o bioestimulante a cultivar Feroz foi superior as demais cultivares avaliadas. Já para a dose de 200 mls por 100 kg de sementes, a cultivar Feroz apresentou a maior massa seca de parte aérea em comparação com a cultivar Talismã não diferindo estatisticamente da cultivar Selvagem. Para a dose de 400 mls por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Na dose de 600 mls por 100 kg de sementes, a cultivar Talismã apresentou a maior massa seca de parte aérea em comparação com a cultivar Selvagem não diferindo estatisticamente da cultivar Feroz.

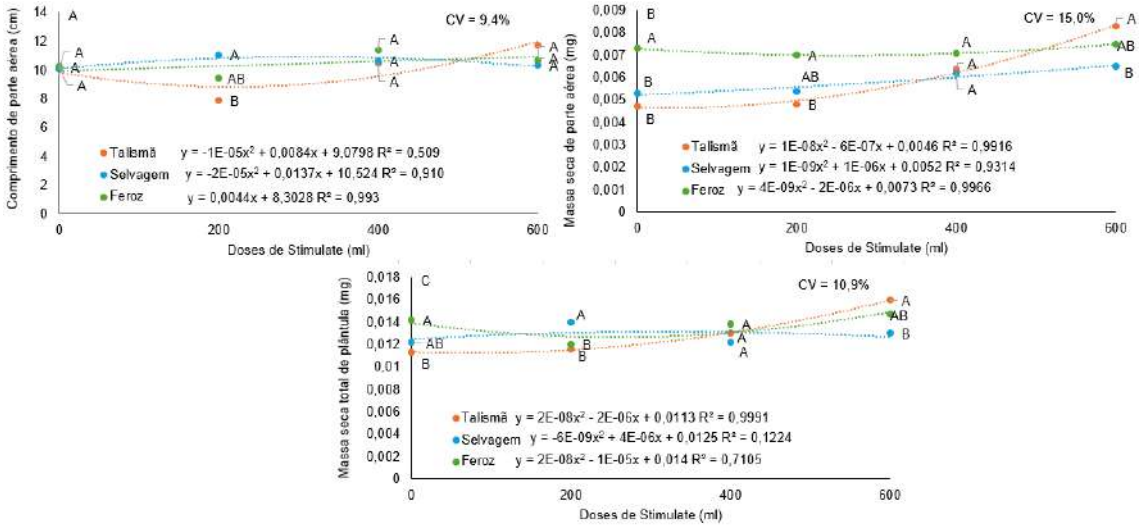
Figura 2 – Germinação final (%) (A), comprimento de raiz (B), comprimento total de plântula (cm) (C) e massa seca de raiz (mg) (D) em quatro doses de bioestimulante (médias de três cultivares de trigo). Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para a massa seca de total de plântula houve uma tendência de aumento da massa seca total com o aumento da dose aplicada para as cultivares Feroz e Talismã, no entanto para a cultivar Selvagem houve uma tendência de queda com o aumento da dose de bioestimulante aplicada (Figura 3C). Comparando as cultivares dentro de cada dose testada verificou-se que quando não se aplicou o bioestimulante a cultivar Feroz foi superior a cultivar Talismã, não diferindo estatisticamente da cultivar Selvagem. Já para a dose de 200 mls por 100 kg de sementes, a cultivar Selvagem apresentou a maior massa seca de parte aérea em comparação com as demais cultivares avaliadas. Para a dose de 400 mls por 100 kg de sementes não houve diferença estatística entre as cultivares testadas. Na dose de 600 mls por 100 kg de sementes, a cultivar Talismã apresentou a maior massa seca de parte aérea em comparação com a cultivar Selvagem não diferindo estatisticamente da cultivar Feroz.

Figura 3 – Comprimento de parte aérea (cm) (A), massa seca de parte aérea (mg) (B) e massa seca total de plântula (mg) (C) em três cultivares de trigo e quatro doses de bioestimulante. Caçador/SC, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados sugerem que o uso de Stimulate no tratamento de sementes, em dose intermediária, pode ser uma estratégia eficiente para aumentar o vigor inicial de cultivares de trigo, potencialmente favorecendo o estabelecimento da cultura e a competitividade inicial frente a plantas daninhas e estresses do ambiente. Entretanto, recomenda-se cautela na extrapolação dos resultados para campo: ensaios em condições de estufa e em campo são necessários para confirmar os efeitos sobre estabelecimento, sanidade e produtividade final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve feito de interação entre cultivares de trigo e de doses de bioestimulante para o comprimento de parte aérea, massa seca de parte aérea e total de plântula.

Entre as cultivares, a cultivar Selvagem se destacou apresentando maior vigor de plântulas, em comparação com as demais cultivares avaliadas.

Doses intermediárias de bioestimulante podem ser uma estratégia eficiente no crescimento inicial das plântulas de trigo, porém interferem pouco na germinação de sementes de trigo.

REFERÊNCIAS

ABATI, Julia *et al.* Seedling emergence and yield performance of wheat cultivars depending on seed vigor and sowing density. Journal of Seed Science, v. 39, n. 01, p. 058-065, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2025.

CASTRO, P. R. C.; VIEIRA, E. L. Ação de bioestimulantena germinação de sementes, vigor das plântulas, crescimento radicular e produtividade de soja. **Revista Brasileira de Sementes,** v. 23, n. 2, p. 222-228, 2024.

ORTIZ, Thiago Alberto. Physiological quality of wheat seeds produced in different municipalities in the north of the State of Paraná. **Revista de Ciências Agroveterinárias,** v. 23, n. 2, p. 177-183, 2024.

SOARES, Paulo Matheus Porto. **Efeito de bioestimulantes na germinação e desenvolvimento inicial de duas cultivares de trigo.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agronômica) –Universidade do Estado da Bahia, Barreiras – Bahia, 2025.

STOLLER. **Bula Stimulate.** Houston, 2025. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/stimulate.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O DESCARTE CORRETO DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS E O USO CORRETO DO EPI PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES RURAIS

Categoria: Projetos Extensionistas

Isadora Xavier Busch[1]
Flávia Werner[2]

Resumo – Muitas vezes, as embalagens de agrotóxicos são descartadas de formas inadequadas, e poucos produtores fazem uso ou possuem conhecimento adequado sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) agrícolas. O presente trabalho teve como objetivo promover a conscientização nas comunidades rurais sobre a importância do uso correto dos EPI's, e do descarte correto das embalagens de agrotóxicos para preservação ambiental e saúde pública. O projeto foi realizado no município de Rio Das Antas, para filhos e mulheres produtoras rurais e também na Escola de Educação Básica Santos Anjos, somando em torno de 100 pessoas contempladas com as palestras. O contato com essas substâncias oferece sérios riscos à saúde humana e ao nosso meio-ambiente. Nesse sentido, é fundamental promover a disseminação do conhecimento sobre o uso adequado dos EPIs conforme as condições locais, pois, embora as informações estejam disponíveis, muitos produtores não sabem como acessá-las ou compreender a importância da proteção durante a aplicação de defensivos agrícolas. A execução do projeto mostrou-se de grande relevância, pois possibilitou a conscientização dos agricultores e de suas famílias, contribuindo diretamente para a preservação ambiental e a promoção da saúde pública. Assim, torna-se essencial difundir essas orientações entre os produtores da região Meio-Oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: extensão rural; saúde; sustentabilidade; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira se destaca entre as maiores do mundo, representando uma importante fonte de alimentos e de matéria-prima para diversos países (Delgado, 2017). Nos últimos dez anos, o Brasil tem se consolidado como um dos principais produtores de commodities agrícolas e, paralelamente, como um dos maiores consumidores de agrotóxicos. As consequências do uso intensivo desses produtos são amplamente conhecidas e, muitas vezes, trágicas (Santos et al., 2024).

[1] Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entre essas consequências, destaca-se a falta de utilização correta do Equipamento de Proteção Individual (EPI), que constitui uma das principais estratégias para mitigar os riscos de exposição aos agrotóxicos. O uso adequado dos EPIs é essencial para proteger os trabalhadores rurais contra intoxicações, acidentes com máquinas agrícolas e condições ambientais adversas.

Os agrotóxicos são substâncias químicas sintéticas utilizadas para eliminar pragas e doenças, sob a justificativa de reduzir os danos causados por esses vetores e regular o crescimento da vegetação no ambiente rural. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os agrotóxicos são responsáveis por cerca de 70 mil casos de intoxicações agudas e crônicas por ano, muitos deles evoluindo para óbito.

Além da exposição direta, o descarte incorreto das embalagens de agrotóxicos é outro fator crítico, responsável por contaminações do solo, da água e do ar. Segundo dados da SEINFRA, um dos principais desafios é a falta de conhecimento ou de conscientização por parte dos agricultores quanto às práticas corretas de manejo dessas embalagens, como a tríplice lavagem, a lavagem sob pressão, a inutilização das embalagens, o armazenamento temporário seguro e a devolução aos pontos de recebimento autorizados.

Em muitos casos, embalagens vazias ainda são abandonadas em estradas, lavouras ou até reutilizadas para fins domésticos ou agrícolas, práticas que aumentam consideravelmente o risco de contaminação ambiental e humana. Quando as embalagens não são descartadas ou tratadas adequadamente, as consequências são múltiplas, afetando o equilíbrio ambiental e a saúde pública.

A Lei Federal nº 14.785/2023, que trata das embalagens de agrotóxicos e seus afins, estabelece que é de responsabilidade dos usuários a devolução das embalagens vazias, tampas e resíduos pós-consumo aos estabelecimentos comerciais onde foram adquiridas. No Brasil, a implementação da política de logística reversa de embalagens de agrotóxicos representa um avanço importante. O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), por meio do Sistema Campo Limpo, tem desempenhado papel fundamental na redução dos impactos ambientais decorrentes do descarte incorreto.

No entanto, ainda existem regiões e produtores em que o manejo inadequado dessas embalagens persiste. Diante desse cenário, reforça-se a importância da conscientização e capacitação dos agricultores, para que compreendam a necessidade da tríplice lavagem, da lavagem sob pressão, da perfuração das embalagens após o uso, da devolução dentro do prazo e da não reutilização para outros fins. A adoção dessas práticas garante melhor qualidade de vida aos trabalhadores rurais e contribui para um meio ambiente mais equilibrado e sustentável. Nesse cenário, a extensão rural desempenha um papel essencial na difusão de práticas sustentáveis e na sensibilização dos agricultores quanto à adoção de medidas seguras no campo.

Assim, o presente Projeto de Extensão teve como propósito conscientizar as comunidades rurais da região Meio-Oeste de Santa Catarina sobre a relevância do descarte correto das embalagens de agrotóxicos e do uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visando à preservação do meio ambiente e à promoção da saúde pública.

METODOLOGIA

Com o intuito de promover a conscientização dos produtores sobre a utilização do EPI e do descarte adequado das embalagens de agrotóxicos, com sues impactos no meio ambiente, criou-se o projeto e foi executado em forma de palestras técnicas-educativas sobre esses dois importantes temas.

O projeto ocorreu no município de Rio Das Antas, para filhos de produtores, e mulheres produtoras que auxiliam, em suas propriedades. Em 20 de setembro de 2025, realizou-se uma palestra no clube de mães, um grupo de mulheres que são todas produtoras rurais da comunidade da Linha Moresco, que contou com a presença de 13 mulheres, que estão na linha de frente de suas propriedades.

No dia 26 de setembro, foi realizada uma palestra na Escola de Educação Básica Santos Anjos, em Rio das Antas, que contou com a presença de 80 alunos e professores, sendo esses alunos filhos de agricultores e que auxiliam em suas propriedades.

A palestra abordou as novas classificações toxicológicas dos agrotóxicos e ressaltou a importância do uso correto dos EPIs, incluindo a demonstração de como utilizar adequadamente cada vestimenta que compõe o equipamento. Também foram apresentadas as formas corretas de vestir, retirar, realizar a manutenção e a higienização dessas vestimentas.

Além disso, a palestra ofereceu orientações sobre as intoxicações provocadas por esses produtos. Os alunos e produtores receberam ainda capacitação quanto aos procedimentos adequados para o armazenamento, transporte e descarte correto das embalagens de agrotóxicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para realizar essa etapa de conscientização dos produtores, a respeito da importância do uso de EPIs, e descarte correto das embalagens de agrotóxicos, realizou-se duas palestras, com informações técnicas e educativas, para melhor entendimento do público-alvo. Essas palestras foram realizadas no município de Rio Das Antas, nos dias 20 e 26 de setembro. E contou com a parceria da coordenadora do clube de mães, Elizandra Prigol Ferreira, e da Gestora da EEB Santos Anjos, Silvia Barzotto, as quais organizaram o espaço e divulgaram sobre as palestras (Figura 1A e 1B).

Figura 1 – Público da palestra sobre o descarte correto das embalagens de agrotóxicos e uso do EPI rural (A) e o início dela com a explicação sobre a classificação toxicológica (B).

Fonte: As autoras (2025).

O primeiro tema abordado com os participantes foi sobre as classificações toxicológicas dos agrotóxicos, que passaram por uma reclassificação em 2019, com o intuito de facilitar a identificação dos riscos à saúde humana. É fundamental que os usuários desses produtos compreendam claramente as informações presentes em suas bulas, a fim de prevenir possíveis acidentes e fatalidades.

Em seguida, abordou-se o tema do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Os participantes foram informados sobre as normas regulamentadoras que determinam a obrigatoriedade do uso desses equipamentos, bem como a responsabilidade dos empregadores em fornecê-los adequadamente aos trabalhadores. A discussão prosseguiu com a demonstração da importância do uso do EPI, destacando-se a prevenção de intoxicações como o principal benefício.

Durante a palestra, explicou-se a composição completa de um EPI, apresentando as vestimentas que o compõem e a forma correta de utilizá-las em diferentes situações de aplicação e manuseio de agrotóxicos. Essa etapa contou com grande interação do público, que levantou dúvidas sobre o uso adequado de luvas, botas e aventais em distintas modalidades de aplicação. Também se enfatizou a relevância da qualidade dos materiais utilizados na confecção dos EPIs e a importância da limpeza e manutenção corretas para garantir sua durabilidade e eficiência.

Após as explicações, foi realizada uma atividade prática em que um dos participantes, de forma voluntária, vestiu o EPI completo. A dinâmica teve como objetivo demonstrar a sequência correta para vestir e retirar os equipamentos, evitando riscos de contaminação e intoxicação.

Figura 2 – Público da palestra sobre uso do EPI rural, com a vestimenta I (A) e o início da dinâmica com a explicação sobre a maneira de vestir e retirar corretamente o EPI rural (B).

Fonte: As autoras (2025).

Na segunda parte da palestra, o tema abordado foi o descarte adequado das embalagens vazias de agrotóxicos e produtos correlatos. Inicialmente, discutiu-se a importância da devolução dessas embalagens para a preservação da saúde humana e do meio ambiente. Os participantes foram informados sobre as legislações que regulamentam esse processo, estabelecendo as responsabilidades dos usuários, fabricantes e comerciantes desses produtos.

Em seguida, foram apresentados os diferentes tipos de embalagens de agrotóxicos disponíveis no mercado e as formas corretas de armazenamento. Explicou-se também quais embalagens podem ser submetidas à limpeza, seja pela tríplice lavagem ou pela lavagem sob pressão, detalhando o procedimento de cada método. Por fim, destacou-se a maneira adequada de separar, acondicionar e devolver as embalagens, bem como os locais apropriados para sua entrega.

Para concluir, os participantes foram apresentados ao Sistema Campo Limpo e à Logística Reversa, por meio de uma breve explicação acompanhada de um vídeo informativo do InpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias).

Encerrando o evento, foi realizado o sorteio de um Equipamento de Proteção Individual, como forma de incentivar o uso correto desses materiais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do projeto mostrou-se de grande relevância, pois possibilitou a conscientização e a orientação dos agricultores e de suas famílias sobre a importância do descarte correto das embalagens de agrotóxicos e do uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), contribuindo diretamente para a preservação ambiental e a promoção da saúde pública. As discussões e reflexões geradas durante a palestra favoreceram a redução dos impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado dessas embalagens, além de

promoverem a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e das comunidades do entorno.

Além disso, o projeto desempenhou um papel essencial no fortalecimento dos vínculos entre as comunidades rurais e as instituições de ensino e pesquisa, estimulando a troca de conhecimentos e a construção conjunta de práticas mais seguras e sustentáveis no meio agrícola.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC), à Epagri e à Escola de Educação Básica Santos Anjos do munícipio de Rio das Antas.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro.Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. ISSN / ISBN 978-85-8354-016-8.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Agrotóxico. Rio de Janeiro: INCA; publicado em 20 maio 2022, atualizado em 20 dez 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico. Acesso em: 25 nov 2025.

RODRIGUES, A. S.; LIMA, M. C.; DOS SANTOS, M. A.; SANTOS, D. M.; FREITAS, A. DE L.; CARVALHO FILHO, Á. M. DE; PINTO, A. DE V. F.; LEITE, M. J. de H. Use of pesticides and disposal of agricultural waste in Brazil. Research, Society and Development, [s. l.], v. 11, n. 7, p. e46511730329, 2022.

SANTOS, Evanny Laryssa dos; FARIAS, Maria Thalia Paulino de; PINHEIRO, Francieli Costa; NUNES, Gustavo Renan Pereira; BARROS, Eva Priscyla de Moraes. Impactos causados pelo uso excessivo de agroquímicos na agricultura familiar: uma revisão. Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 01-15, 2024.

SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos). Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens. Disponível em: https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/agrotoxicos-seus-residuos-e-embalagens/. Acesso em: 25 out. 2025.

FITOTOXICIDADE DO REPOLHO E CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS SOB EFEITO DE HERBICIDAS PRÉ E PÓS-EMERGENTES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Alexandre Bisotto[1]
Flávia Werner[2]

Resumo – Existem poucas opções de controle de plantas daninhas na cultura do repolho. O objetivo do trabalho foi identificar alternativas para o manejo químico de plantas daninhas na cultura do repolho, com o uso de herbicidas pré e pós-emergentes. O experimento foi conduzido em Rio das Antas, SC. O delineamento experimental adotado foi o de blocos casualizados em esquema fatorial 5x2 e quatro repetições, sendo os tratamentos compostos por quatro herbicidas (Clomazone, Flumioxazina, Oxifluorfem, Piroxasulfona + Flumioxazina) e duas épocas de aplicação (antes e após o transplantio), além de uma testemunha absoluta e uma testemunha capinada. As variáveis analisadas foram: controle das plantas daninhas aos 7, 14, 21 e 28 Dias Após Aplicação (DAA) e na colheita das plantas de repolho, os sintomas visuais da fitotoxicidade foram avaliados aos 7, 14, 21 e 28 DAA, número de plantas produtivas e plantas de repolho suprimidas, massa fresca média da cabeça e o diâmetro de cabeça. O Clomazone e o Oxifluorfem são eficazes no controle de plantas daninhas, já a combinação Piroxsulfona + Flumioxazina também são muito eficientes no controle das plantas daninhas mas com um percentual de fitotoxicidade mais elevado na cultura do repolho.

Palavras-chave: Brassica oleracea var. capitata; produtivas; suprimidas.

INTRODUÇÃO

A cultura do repolho é uma das mais importantes Brassicas cultivadas, por se tratar de uma hortaliça herbácea, com folhas cerosas e arredondadas, formando uma cabeça compacta. Possui sua origem na região do Mediterrâneo, na Europa e foi introduzida no Brasil a partir do século XV. O repolho sempre foi uma cultura bem adaptada às condições de clima um pouco mais ameno, muito diferente do clima tropical, por este motivo, por muito tempo se restingui somente no inverno o cultivo, com isso ao longo dos anos através de sucessivos melhoramentos pode-se começar os cultivos nos períodos de calor, ou seja, no verão. Além disso, várias questões fisiológicas vieram se desenvolvendo como tamanho da cabeça, qualidade das folhas, paladar, resistências a doenças, entre outros fatores. Estima-se que cada hectare plantado com a cultura do repolho possa vir a gerar, em média, entre 3 a 6 empregos diretos e um número idêntico de indiretos (Xavier et al., 2019).

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante da baixa disponibilidade de formulações de herbicidas registrados para a cultura do repolho no Brasil, foram realizados estudos que possam contextualizar alguns herbicidas como é o caso do S-metolachlor, Oxyfluorfen, Flumioxazin, Clomazone e Oxyfluorfen + Flumioxazin, podendo serem usados antes e depois do transplante das mudas, já o S-metolachlor + Flumioxazin, após o transplante. Dessa maneira, apresenta-se duas estratégias de manejo a serem utilizadas sendo os pré emergentes que não deixam as plantas daninhas germinarem ou se desenvolverem. A outra opção é a utilização de ação pós emergência que pode proporcionar uma fitotoxicidade nas plantas daninhas após elas estarem presentes sobre o solo e com isso levando a morte das mesmas, os quais são chamados de pós emergentes (Reis et al., 2017).

O objetivo do trabalho foi identificar alternativas para o manejo químico de plantas daninhas do repolho, com o uso de herbicidas pré e pós-emergentes bem como verificar a fitotoxicidade e a produção da cultura do repolho.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido em Rio das Antas, SC e está localizado na lati-tude 26º53'55" sul e longitude 51º04'28" oeste com altitude de 940 metros. O manejo de pragas e doenças realizado pelo produtor seguiu as recomen-dações técnicas para a cultura, tendo em vista pouca ocorrência de doenças e maior incidência de pragas durante o ciclo.

O delineamento experimental adotado foi o de blocos casualizados (DBC) em esquema fatorial 5x2 e quatro repetições, sendo os tratamentos compostos por cinco herbicidas e duas épocas de aplicação (antes e após o transplantio), além de uma testemunha absoluta e uma testemunha capinada, totalizando 40 parcelas experi-mentais. Os tratamentos avaliados estão listados na Tabela 1. As parcelas experi-mentais foram constituídas de cinco linhas de 10,0 m de comprimento, totalizando 20,0 m2. Foi considerada como área útil para avaliações, as duas linhas centrais, desconsiderando as bordaduras.

Tabela 1 – Lista de tratamentos avaliados.

Tratamento	Estádio de aplicação	Dose aplicada (L ha^{-1})
Testemunha	-	-
Testemunha capinada	-	-
Clomazone	Antes do transplantio	720
Flumioxazina	Antes do transplantio	40
Oxifluorfem	Antes do transplantio	240
Oxifluorfem + Flumioxazina	Antes do transplantio	240 + 20
Clomazone	Depois do transplantio	360
Flumioxazina	Depois do transplantio	40
Oxifluorfem	Depois do transplantio	96
Oxifluorfem + Flumioxazina	Depois do transplantio	96 + 20

Fonte: Os autores (2025).

A cultivar utilizada foi a Daros, de ciclo mediano, com início da colheita em média de 80 dias. As mudas foram produzidas, pelo próprio produtor e o transplantio do experimento foi realizado manualmente, no espaçamento de 30 cm e com a densidade de 50.000 plantas ha^{-1}.

No transplantio foi realizado a adubação com 300 kg ha^{-1} do fertilizante formulado 9-33-12 (NPK). Trinta dias após o plantio realizando-se a adução de cobertura com o formulado 16-16-16, utilizando como fonte de nitrogênio, a ureia 15 dias antes de fechar cabeça totalizando 100 kg N ha^{-1}.

Foi avaliada a eficiência dos herbicidas para o controle das plantas daninhas aos 7, 14, 21 e 28 Dias Após Aplicação (DAA) e na colheita das plantas de repolho. As avaliações foram realizadas de forma visual e os dados foram expressos em porcentagem, avaliando-se a porcentagem da cobertura de solo por plantas daninhas utilizando-se a escala de 0 a 100%, onde 100 representa o controle total de plantas daninhas e 0 a cobertura completa da parcela por plantas invasoras. As aplicações dos herbicidas serão realizadas com a utilização de um equipamento CO2 equipado com pontas de pulverização tipo leque com indução de ar, o volume de calda utilizado será de 150 L ha^{-1}. No momento da aplicação as condições atmosféricas eram de 71% umidade relativa do ar, com temperatura de 26ºC e a velocidade do vento era de 4,7 km/h.

Os sintomas visuais da fitotoxicidade foram avaliados aos 7, 14, 21 e 28 Dias Após Aplicação (DAA), através de uma escala de 0 a 100%, onde 0% representa ausência de sintomas e 100% representa morte da planta.

Os dados obtidos através do experimento foram submetidos a análise de vari-ância e as médias comparadas pelo teste de Scott-Knott, a 5% de probabilidade. As análises foram realizadas através do programa computacional Sistema para Análise de Variância – SISVAR.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve interação entre os herbicidas avaliados e a época de aplicação para a fitotoxicidade de plantas no sétimo, décimo quarto, vigésimo primeiro e vigésimo oitavo dia após a aplicação (DAA) dos herbicidas na cultura do repolho. Houve efeito isolado de herbicidas para a porcentagem de controle de plantas daninhas na cultura do repolho do sétimo ao vigésimo oitavo dia após aplicação.

Os herbicidas utilizados para o controle de plantas daninhas na cultura do repolho se mostraram eficientes do sétimo ao vigésimo oitavo dia após a aplicação (DAA) dos produtos, sendo que somente a testemunha apresentou diferença estatística para os demais produtos utilizados (Tabela 2). Com o passar dos dias de avaliação observou-se uma queda no controle das plantas daninhas. O tratamento Oxifluorfem apresentava um controle de 98,9% aos 7 DAA, mantendo o controle em 89,4% aos 28 DAA. Os tratamentos com Flumioxazina e Piroxasulfona + Flumioxazina apresentaram um controle de plantas daninhas de 99,8% aos 7 DAA para 94% de controle aos 28 DAA, demonstrando que são produtos eficientes para conseguir evitar o desenvolvimento das plantas daninhas na lavoura.

Pode se mencionar que de um modo geral a resposta ao controle das plantas daninhas em ambos os herbicidas foi imediata, ou seja houve um excelente controle se tratando de um local onde se apresentava um pequeno banco de sementes por se tratar de uma área onde se tinha a utilização com maior frequência para o cultivo de hortaliças, como é o caso da cultura da beterraba que precedeu a cultura do repolho, sendo assim, as plantas invasoras que se desenvolveram se atribuía uma certa resistência a alguns princípios ativos. Além disso, pode se notar que a testemunha também apresentou-se com um controle satisfatório nos primeiros dias após a implantação da cultura, tendo se a ideia de que essa característica é atribuída ao controle manual feito alguns dias antes do plantio, ou seja, a limpeza de toda a área com a retirada de plantas daninhas e restos culturais para que nenhum tratamento fosse prejudicado.

Tabela 2 – Porcentagem do controle de plantas de plantas daninhas no sétimo, décimo quarto, vigésimo primeiro e vigésimo oitavo dia após a aplicação (DAA) em função de diferentes herbicidas na cultura do repolho. Rio das Antas, SC, safra 2025.

Herbicidas	7 DAA	14 DAA	21 DAA	28 DAA
Testemunha	92,0 B[1]	85,0 B	71,3 B	70,0 B
Testemunha capinada	100,0 A	100,0 A	100,0 A	100,0 A
Clomazone	98,9 A	94,4 A	91,5 A	90,6 A
Flumioxazina	99,8 A	98,1 A	93,8 A	93,8 A
Oxifluorfem	98,9 A	93,8 A	89,9 A	89,4 A
Piroxasulfona + Flumioxazina	99,8 A	98,8 A	95,0 A	94,0 A
CV (%)	1,9	6,7	12,4	12,1

[1]Médias seguidas pelas mesmas letras maiúsculas na coluna não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Não houve diferença estatística entre os herbicidas avaliados para a fitotoxicidade de plantas aos 7 DAA. Porém, quando a aplicação foi realizada depois do transplantio os herbicidas já demonstraram diferença estatística (Tabela 3). Com base em Reis et al., (2017) os tratamentos com Flumioxazina e Piroxasulfona + Flumioxazina apresentaram altos valores de fitotoxicidade de plantas, com valores de 62,5% e 75,0%, respectivamente, e os tratamentos com Clomazone e Oxifluorfem também apresentaram fitotoxicidade, com valores de 17,5% e 2,8%, respectivamente. Avaliando as épocas de aplicação dos herbicidas, observou-se que a aplicação depois do transplantio ocasionou maiores valores de fitotoxicidade para todos os produtos avaliados, demonstrando que a aplicação de alguns produtos como Flumioxazina e Piroxasulfona + Flumioxazina depois do transplantio são muito prejudiciais a cultura do repolho.

Esse resultado pode ser atribuído em razão de que a Flumioxazina e a mistura Piroxasulfona + Flumioxazina foram prejudiciais à cultura do repolho aplicadas após o transplantio por conta de sua ação residual agressiva e baixa seletividade para culturas de folhas largas como o repolho (Brassica oleracea var. capitata). O repolho é uma dicotiledônea, e tanto a Flumioxazina quanto a Piroxasulfona têm ação residual e herbicida de contato não seletivo para esse tipo de planta. Sendo que esses produtos foram originalmente desenvolvidos para culturas como soja e milho (mais tolerantes), podendo se dizer também que a Flumioxazina permanece ativa no solo por várias semanas, mesmo após a aplicação. Quando aplicada após o transplantio, a substância pode ser absorvida pelas raízes ou atingir folhas novas por respingos, causando

fitotoxicidade, como os sintomas de queimaduras nas folhas, nanismo, clorose (amarelecimento), necrose (morte de tecidos) e até morte da planta. Em estágios iniciais, o repolho é muito sensível, e a aplicação de herbicidas como esses pode comprometer o desenvolvimento, como apresentados os seus resquícios de fitotoxidade segundo Reis et al., (2017), como demostrado na Tabela 5.

Tabela 3 – Fitotoxicidade de plantas de repolho no sétimo, décimo quarto, vigésimo primeiro e vigésimo oitavo dia após a aplicação (DAA) em função dos herbicidas e da época de aplicação de herbicidas na cultura do repolho. Rio das Antas, SC, safra 2025.

	Época de aplicação	
Herbicidas	Antes do transplantio	Depois do transplantio
	Fitotoxicidade aos 7 DAA (%)	
Testemunha	0,0 Aa[1]	0,0 Da
Testemunha capinada	0,0 Aa	0,0 Da
Clomazone	3,8 Ab	17,5 Ca
Flumioxazina	3,8 Ab	62,5 Ba
Oxifluorfem	0,5 Ab	2,8 Ca
Piroxasulfona + Flumioxazina	3,8 Ab	75,0 Aa
CV (%)	24,5	
	Fitotoxicidade aos 14 DAA (%)	
Testemunha	0,0 Ba	0,0 Ca
Testemunha capinada	0,0 Ba	0,0 Ca
Clomazone	8,8 Bb	35,0 Ba
Flumioxazina	18,8 Bb	65,0 Ba
Oxifluorfem	3,8 Bb	10,0 Ca
Piroxasulfona + Flumioxazina	52,5 Ab	93,8 Aa
CV (%)	25,6	
	Fitotoxicidade aos 21 DAA (%)	
Testemunha	0,0 Ba	0,0 Ca
Testemunha capinada	0,0 Ba	0,0 Ca
Clomazone	8,8 Bb	48,8 Ba
Flumioxazina	38,8 Ab	93,8 Aa
Oxifluorfem	4,5 Ba	12,5 Ca
Piroxasulfona + Flumioxazina	62,5 Ab	94,5 Aa
CV (%)	25,8	
	Fitotoxicidade aos 28 DAA (%)	
Testemunha	0,0 Ba	0,0 Da
Testemunha capinada	0,0 Ba	0,0 Da
Clomazone	13,8 Bb	31,3 Ba
Flumioxazina	55,0 Ab	96,5 Aa
Oxifluorfem	4,5 Ba	12,5 Ca
Piroxasulfona + Flumioxazina	67,5 Ab	95,8 Aa
CV (%)	17,1	

[1]Médias seguidas pelas mesmas letras maiúsculas na coluna e minúsculas na linha não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Herbicidas com ação residual no solo podem ser absorvidos com facilidade e afetar o crescimento. No pós-transplantio, a planta já está passando por um período de adaptação ao novo ambiente (luz, umidade, solo). Aplicar herbicidas nesse momento adiciona um estresse químico, que pode intensificar os danos. Nem todos os herbicidas são seletivos para culturas específicas. Aplicá-los após o transplantio pode resultar em dano direto à cultura, especialmente se ela for uma hortaliça ou uma planta de folhas largas, como repolho, alface, couve, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que herbicidas como o Clomazone e o Oxifluorfem são eficazes no controle de plantas daninhas sem comprometer significativamente a produtividade do repolho, já a combinação Piroxsulfona + Flumioxazina também são muito eficientes no controle das plantas daninhas mas com um percentual de fitotoxicidade um pouco mais elevado na cultura do repolho.

A Flumioxazina isolada, embora também muito eficaz no controle de plantas daninhas, reduziu consideravelmente o número de plantas produtivas, o que pode limitar seu uso na cultura.

REFERÊNCIAS

REIS, M. R. et al. Selectivity of herbicides to cabbage (Brassica oleracea var. capitata). Planta Daninha, v. 35, 2017.

XAVIER, Mariana Caroline Guimarães et al. Produtividade de repolho em função de doses de bokashi. Revista de Agricultura Neotropical, v. 6, n. 1, p. 17-22, 2019.

QUALIDADE DE PULVERIZAÇÃO COM DRONE NOS TERÇOS DO DOSSEL DO MILHO COM DIFERENTES ADJUVANTES

Categoria:Trabalho de Conclusão de Curso

Igor Ferlin de Souza[1]
Flávia Werner[2]

Resumo – A combinação de drones e adjuvantes representa uma fronteira pouco explorada, especialmente em relação à cobertura nos diferentes terços do dossel do milho. O objetivo do trabalho foi avaliar a deposição de gotas nos terços superior, médio e inferior do dossel do milho, utilizando diferentes adjuvantes na calda de aplicação com um drone. O experimento foi desenvolvido em lavoura comercial de milho, localizada no município de Lebon Régis/SC. O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado com quatro repetições. Os tratamentos consistiam em um volume de calda de 15 litros L ha^{-1} e cinco adjuvantes (AD+, Defity, Furious, Drive, Baruc) e uma aplicação que continha apenas água como testemunha. Para a avaliação do experimento foram utilizados papéis hidrossensíveis. Foram avaliados nos três terços do dossel (superior, médio e inferior) a densidade de gotas, porcentagem de cobertura, número de diâmetros e fator de dispersão de tamanho de gotas. No terço superior da planta, o adjuvante AD+ apresentou o melhor desempenho, com a maior cobertura foliar (40,8%) e o menor fator de dispersão (0,98), indicando maior uniformidade no tamanho das gotas e melhor capacidade de espalhamento sobre a superfície das folhas. Já nos terços médio e inferior, o adjuvante Drive demonstrou desempenho superior.

Palavras-chave: Zea mays L.; densidade de gotas; porcentagem de cobertura; número de diâmetros de gotas.

INTRODUÇÃO

O uso de drones pulverizadores permite a aplicação precisa de caldas fitossanitárias, com o controle rigoroso do volume aplicado, promovendo uniformidade na distribuição, aumentando a eficiência da aplicação e reduzindo desperdícios (Barbizan, 2022). Além disso, contribui para a economia de água, uma vez que permite trabalhar com volumes significativamente menores, em comparação às pulverizações convencionais que utilizam vazões entre 200 a 1000 litros por hectare sem comprometer a eficiência da aplicação (Silva, 2019).

A adição de adjuvantes à calda de pulverização é uma estratégia importante para otimizar a aplicação. Esses produtos atuam modificando características físico-químicas da calda, como tensão superficial e viscosidade, podendo reduzir a formação de espuma, facilitar a penetração do princípio ativo nas plantas e melhorar a cobertura foliar. Seu uso é especialmente relevante

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

em aplicações com baixo volume, como as realizadas por drones, pois contribuem para a eficiência e a uniformidade da deposição de gotas (Sartore, 2021).

Com o crescente uso de tecnologias inovadoras no setor agrícola, como o uso de drones de pulverização, surgem diversos questionamentos quanto à sua real eficácia. Apesar da rápida popularização desses equipamentos, ainda há carência de estudos que avaliem de forma criteriosa sua eficiência. Além disso, existe uma grande variedade de adjuvantes disponíveis no mercado, cada um com diferentes modos e efeitos sobre a pulverização. A combinação de drones e adjuvantes representa uma fronteira pouco explorada, especialmente em relação à cobertura nos diferentes terços do dossel do milho, que possuem microambientes e níveis de interceptação de calda variados.

Dessa forma, o objetivo do trabalho foi avaliar a deposição de gotas nos terços superior, médio e inferior do dossel da cultura do milho, utilizando diferentes adjuvantes na calda de aplicação, aplicados por meio de um Veículo Aéreo Não Tripulado (drone).

METODOLOGIA

O experimento foi desenvolvido em lavoura comercial de milho, localizada no município de Lebon Régis/SC (Latitude: 26° 54' 16'' Sul, Longitude: 51° 24' 23'' Oeste e altitude de 840 metros). O clima dessa região caracteriza-se como "Cfb" (subtropical chuvoso com verão ameno), segundo caracterização climática de Koppen. O solo da região em estudo foi classificado como Nitossolo Bruno Distrófico.

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado com quatro repetições. Os tratamentos consistiam em um volume de calda de 15 litros L ha^{-1} e cinco adjuvantes (AD+, Defity, Furious, Drive, Baruc) e uma aplicação que continha apenas água como testemunha. Para a avaliação do experimento foram utilizados papéis hidrossensíveis. Os papéis hidrossensíveis foram presos às folhas das plantas com grampeador nos terços inferior, médio e superior do dossel e após a pulverização foram recolhidos e reservados. A aplicação foi realizada lado a lado em faixas que continham 9 metros de largura com o drone a 3 metros de altura da cultura.

A cultivar utilizada foi a P3016VYHR, o espaçamento entre linhas foi de 50 cm, com densidade de 70 mil plantas por hectare. Para os tratamentos padronizou-se a utilização de água misturada com cada adjuvante, aplicado com drone da marca dji, modelo T40, equipado com 2 pontas de pulverização do modelo centrífugo, o reservatório do equipamento tem capacidade para 40 L de calda com volume de calda de 15 L ha^{-1}, aplicado quando as plantas de milho estavam no estádio R2. As condições atmosféricas no momento da aplicação eram de 59% umidade relativa do ar, com temperatura de 19ºC e a velocidade do vento era de 10 km/h.

Foram avaliados nos três terços do dossel (superior, médio e inferior) a densidade de gotas (nº/cm^2), porcentagem de cobertura (%), número de diâmetros de gotas e fator de dispersão de tamanho de gotas. Para avaliação das diferentes variáveis foi utilizado o programa computacional "GOTAS" desenvolvido pela Embrapa Informática Agropecuária e Embrapa Meio Ambiente, que processa as informações através da leitura dos papéis hidrossensíveis.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância e teste F. As médias foram comparadas pelo teste de Tukey e adotou-se o nível de probabilidade de erro de 5%. Em função da falta de homogeneidade, todos os dados foram transformados em $(x+1)^{1/2}$. O programa computacional utilizado para realizar as análises foi o Sistema para Análise de Variância – SISVAR.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A densidade de gotas é um parâmetro crítico na pulverização, pois está diretamente relacionada à capacidade de cobertura da superfície foliar. Densidades muito baixas podem resultar em falhas na deposição, deixando partes da planta desprotegidas, enquanto densidades excessivamente altas podem aumentar os custos operacionais sem ganhos proporcionais na eficiência da aplicação. Segundo Chaim et al. (2000), a densidade ideal depende do tipo de produto utilizado, sendo mais relevante para produtos de contato do que para os sistêmicos.

A cobertura é um dos principais indicadores da qualidade da aplicação, pois revela a extensão da área de contato do produto com o tecido vegetal. É estabelecida pela densidade de gotas, pelo diâmetro volumétrico e pela dispersão. Maiores valores de cobertura estão geralmente associados à maior eficiência no controle de pragas e doenças, especialmente para produtos de contato.

Para estes parâmetros, houve diferença estatística no terço superior e médio para cobertura (%) e no terço inferior para densidade de gotas (nº de gotas/cm²) (Tabela 1).

A variação no tamanho de gotas (número de diâmetros), expressa a heterogeneidade da pulverização, ou seja, a diferença entre o tamanho de gotas. A variável dispersão, indica uniformidade no tamanho de gotas, o que pode contribuir para maior eficiência e menor risco de deriva, conforme também descrito por Chaim et al. (2000). Maiores valores de diâmetros de gotas apresentam maior heterogeneidade, o que indica que a aplicação teve maior variação de tamanho de gota, reduzindo a qualidade da aplicação por não obter um padrão. Isso, somado a dispersão, causa perda de calda, menor eficiência de aplicação, maior deriva e menor resultado esperado. Estes parâmetros fornecem importantes noções das dispersões dos tamanhos das gotas dentro da amostra. A dispersão relativa é uma medida da diferença das dimensões de gotículas de uma determinada pulverização (Chaim et al., 2000).

Tabela 1 - Densidade de gotas (nº/cm²) e porcentagem de cobertura (%), número de diâmetros e fator de dispersão de tamanho de gotas, nos terços superior, médio e inferior do dossel aplicado com drone da marca DJI, modelo T40, equipado com 2 pontas de pulverização do modelo centrífugo utilizando diferentes adjuvantes. Lebon Régis/SC, 2025.

Tratamentos	Densidade (Gotas/cm²)	Cobertura (%)	Número Diâmetros	Dispersão
		Terço superior		
Água	6,2 A	5,8 B	54,0 A	2,42 A
AD+	4,6 A	40,8 A	46,6 A	0,98 B
Defity	8,9 A	10,7 AB	26,0 A	1,98 AB
Furious	7,8 A	7,7 B	52,6 A	1,68 AB
Drive	7,0 A	13,1 AB	49,8 A	1,32 AB
Baruc	7,2 A	5,2 B	39,2 A	2,42 A

CV (%)	28,9	27,9	21,7	12,9
		Terço Médio		
Água	6,8 A	19,6 AB	64,0 A	1,37 A
AD+	8,1 A	7,0 AB	52,6 A	1,64 A
Defity	1,9 A	1,4 B	27,8 A	1,42 A
Furious	2,8 A	5,3 AB	56,2 A	1,24 A
Drive	3,5 A	19,7 A	33,6 A	0,78 A
Baruc	2,4 A	13,2 AB	22,6 A	1,35 A
CV (%)	32,2	26,3	25,3	13,8
		Terço Inferior		
Água	6,1 A	9,7 A	81,4 A	1,33 A
AD+	2,2 AB	1,9 A	31,6 AB	1,85 A
Defity	0,97 B	9,2 A	22,8 B	0,92 A
Furious	2,4 AB	8,8 A	42,2 AB	1,13 A
Drive	2,8 AB	15,7 A	24,8 B	0,85 A
Baruc	3,5 AB	2,0 A	24,8 B	1,95 A
CV (%)	27,3	26,6	22,8	13,4

Nota: [1]Médias seguidas pelas mesmas letras na coluna não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No terço superior do dossel, o tratamento com o adjuvante AD+ apresentou o maior valor de cobertura foliar (40,8%), diferindo estatisticamente dos demais tratamentos, com exceção do Defity (10,7%) e Drive (13,1%). Esse resultado evidencia que, mesmo com menor densidade de gotas (4,6 gotas/cm^2), o AD+ foi capaz de promover maior extensão de contato da calda com a superfície foliar, indicando provável redução na tensão superficial da gota e maior capacidade de espalhamento. Segundo Chaim et al. (2000), a cobertura é fortemente influenciada por características como diâmetro volumétrico e dispersão, o que justifica o desempenho do AD+ também nesse estrato, pois ele apresentou o menor valor de dispersão (0,98), refletindo maior uniformidade no tamanho das gotas e, consequentemente, menor risco de deriva.

No terço médio do dossel, ainda que não tenham sido observadas diferenças estatísticas entre os tratamentos para densidade de gotas, número de diâmetros ou dispersão, o tratamento com o adjuvante Drive apresentou os melhores resultados práticos. Este produto gerou a maior cobertura (19,7%), associada à segunda maior densidade de gotas (3,5 gotas/cm^2) e ao menor valor de dispersão (0,78), o que indica uma aplicação mais concentrada e uniforme. A despeito da ausência de diferença estatística, a menor heterogeneidade entre o tamanho das gotas e a capacidade de penetração proporcionada por gotas maiores e mais estáveis favoreceram a eficiência da deposição nesse estrato, reforçando a recomendação do adjuvante para aplicações em dosséis mais fechados.

No terço inferior, o adjuvante Drive também apresentou os melhores resultados práticos. Apesar da densidade de gotas ter sido intermediária (2,8 gotas/cm^2), a cobertura obtida foi a mais elevada (15,7%), superando inclusive tratamentos com maior número de gotas, como Água (6,1 gotas/cm^2). Além disso, o Drive obteve os menores valores de número de diâmetros (24,8) e dispersão (0,85), o que indica uma pulverização com maior uniformidade e menor perda por deriva ou escorrimento. De acordo com Chaim et al. (2000), aplicações com maior uniformidade

de tamanho de gota e menor dispersão relativa favorecem a eficiência do processo e reduzem perdas da calda. Tais características são especialmente importantes nas camadas inferiores da planta, onde a interceptação pelo dossel superior tende a dificultar a chegada da calda.

Em síntese, embora algumas variáveis não tenham apresentado diferença estatística significativa pelo teste de Tukey (5%), a análise conjunta dos parâmetros medidos evidência que o adjuvante AD+ foi mais eficiente no terço superior, enquanto o Drive demonstrou melhor desempenho nos terços médio e inferior. Essa diferença pode ser explicada pelas propriedades físico-químicas dos adjuvantes, que influenciam diretamente o espectro de gotas e sua capacidade de atingir diferentes estratos da planta. Dessa forma, os resultados sugerem que a seleção adequada de adjuvantes pode ser estratégica para maximizar a eficiência da pulverização, conforme o alvo desejado na cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No terço superior da planta, o adjuvante AD+ apresentou o melhor desempenho, com a maior cobertura foliar (40,8%) e o menor fator de dispersão (0,98), indicando maior uniformidade no tamanho das gotas e melhor capacidade de espalhamento sobre a superfície das folhas. O AD+ favoreceu a formação de gotas maiores e mais estáveis nesse estrato, reduzindo o risco de deriva e promovendo maior eficiência na deposição.

Já nos terços médio e inferior, o adjuvante Drive demonstrou desempenho superior. No terço médio, apresentou o maior valor de cobertura (19,7%), o menor fator de dispersão (0,78) revelando melhor penetração da calda e menor variabilidade no tamanho das gotas. No terço inferior, o Drive novamente obteve maior cobertura (15,7%), indicando sua capacidade de manter gotas consistentes e eficazes mesmo nas camadas mais baixas do dossel.

Embora nem todos os parâmetros tenham apresentado diferença estatística, os valores observados indicam tendências consistentes. Assim, conclui-se que o adjuvante AD+ é mais eficaz para aplicações em partes superiores da planta, enquanto o Drive é mais eficiente na deposição média e inferior, favorecendo a penetração e uniformidade da pulverização em profundidade. A escolha do adjuvante vai depender da finalidade, alvo e condições ambientais no momento da aplicação.

REFERÊNCIAS

BARBIZAN, R, Z; CAVICHIOLI, F, A. Uso de drones na pulverização da agricultura 4.0. **Revista Interface Tecnológica,** Taquaritinga, v. 19, n. 2, p. 584-596, 2022. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1454/834. Acesso em: 23 mar. 2025.

CHAIM, Aldemir. *et al*. **Gotas:** Programa de análise de deposição de agrotóxicos – Manual de utilização. 1. ed. Embrapa Meio Ambiente: Jaguariúna/SP, 2000.

SARTORE, N. **Adjuvantes em caldas de pulverização.** Agroinovadores, 16 abr. 2021. Disponível em: https://agro.genica.com.br/2021/04/16/adjuvantes-calda-pulverizacao/. Acesso em: 1 jun. 2025.

SILVA, A. C.; CUNHA, J. P. A. R. da; LIMA, M. A. Efeito do volume de calda e da pressão na eficiência da pulverização em soja. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 23, n. 7, p. 543-549, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-1929/agriambi.v23n7p543-549. Acesso em: 1 jun. 2025.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PARECERES CIENTÍFICOS AUTOMATIZADOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AVALIAÇÕES HUMANAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriel Dalpiaz[1]
Ms. Edilson Marino Canalle[2]

Resumo – A avaliação de artigos científicos é um pilar para a qualidade da ciência, mas o processo é cronicamente lento, subjetivo e sujeito a inconsistências. A Inteligência Artificial (IA) surge como uma alternativa para otimizar essa revisão, usando Processamento de Linguagem Natural e aprendizado de máquina para automatizar verificações gramaticais, detecção de plágio e análise de coerência. Ferramentas como Turnitin, Scite.ai e Trinka AI já auxiliam na triagem, padronização e redução de vieses. Contudo, a IA apresenta limitações claras, como a dificuldade em julgar criatividade e nuances conceituais, além de riscos de viés algorítmico e do problema da "caixa preta". Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, compara diretamente os pareceres de ferramentas de IA (Grammarly, Trinka AI, Writefull, Scite, ChatGPT e Elicit) com avaliações humanas em 12 artigos de diferentes áreas (Exatas, Humanas e Saúde), publicados entre 2020 e 2024. Utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), o estudo foca nas convergências e divergências quanto à profundidade argumentativa, rigor linguístico e clareza. A pesquisa segue todos os princípios éticos, visando um processo editorial mais eficiente e confiável. Palavras-chave: Inteligência artificial; revisão por pares; avaliação científica; processamento de linguagem natural; ética em pesquisa.

Palavras-chave: Inteligência artificial; revisão por pares; avaliação científica; processamento de linguagem natural; ética em pesquisa.

INTRODUÇÃO

A produção científica é a uma das partes acadêmicas para garantir que a qualidade e o impacto da ciência atual sejam bem elaborados. Ela impulsiona o avanço ao do conhecimento e cumpre um papel social ao buscar soluções para problemas da sociedade e estimular o desenvolvimento intelectual. Nesse contexto, a avaliação de artigos científicos é uma etapa indispensável para garantir a qualidade, originalidade e relevância das publicações O processo é complexo, exigindo domínio técnico, imparcialidade e responsabilidade ética. A avaliação científica, contudo, enfrenta problemas crônicos: subjetividade, variação de critérios entre avaliadores e lentidão. Essas falhas atrasam publicações, frustram autores e afetam a credibilidade das revistas. O aumento exponencial no volume de artigos submetidos, impulsionado pela digitalização, exige uma otimização desse processo. É preciso, então, refletir sobre a real

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

contribuição da IA na avaliação científica, comparando-a aos métodos tradicionais. Este trabalho busca entender os limites e o potencial dessas tecnologias, visando seu uso responsável e ético. O objetivo é discutir como a IA pode auxiliar a criar um processo editorial mais ágil e confiável.

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e aplicada, comparou pareceres de ferramentas de Inteligência Artificial com avaliações humanas em artigos científicos. O corpus de análise foi formado por conveniência (não probabilístico), composto por 12 artigos fornecidos pelo professor.

Estes artigos, publicados entre 2020 e 2024, já possuíam revisões humanas textuais completas, sendo este o principal critério de inclusão. Os textos foram submetidos a um conjunto de ferramentas de IA especializadas (incluindo Grammarly, Trinka AI, ChatGPT e um projeto próprio).

As revisões geradas foram comparadas usando a técnica de acordo com Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). A análise busca identificar diferenças e divergências em critérios chave, como profundidade dos argumentos, rigor linguístico e clareza.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os modelos de IA desenvolvidos na pesquisa foram significativamente mais ágeis (tempo médio de 18 minutos contra 120 dos humanos) e demonstraram maior consistência em critérios linguísticos, como clareza e coerência (Tabela 1 e Gráfico 1). Esses ganhos de eficiência corroboram estudos de Wang (2022) e Marques (2021).

Tabela 1: Comparativo de Desempenho entre Revisão Humana e Automatizada (Dados Fictícios para Exemplo)

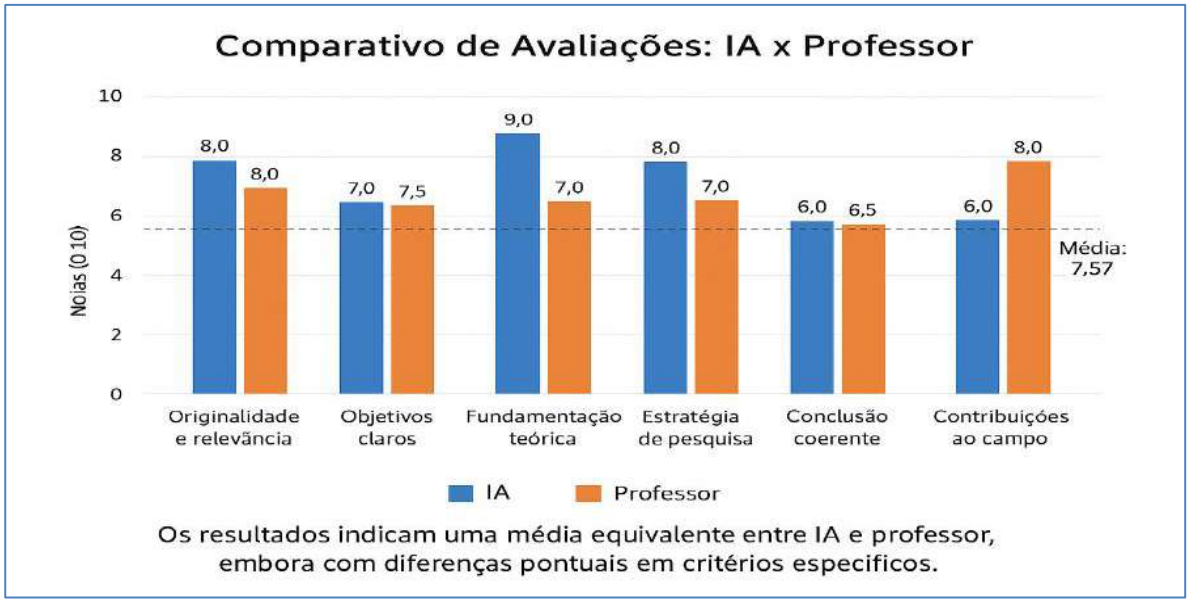
Critério de Avaliação	Média Humana (Esclbardiala 1-5)	Média IA (Escala 1-5)	Diferença
Rigor Linguístico	4.1	4.8	+0.7
Clareza Textual	4.0	4.6	+0.6
Profundidade Argumentativa	4.5	3.2	-1.3
Análise Metodológica	4.3	3.5	-0.8

Os revisores humanos, por sua vez, apresentaram desempenho superior na avaliação da profundidade argumentativa e na análise metodológica dos textos, quando comparados às IAs e aos professores avaliadores. Esse resultado confirma a hipótese inicial e está em consonância com Fernandes (2023) e Smith e Jones (2023), que destacam a dificuldade dos modelos de IA em compreender nuances conceituais e reconhecer a originalidade dos argumentos.

O Gráfico 1 evidencia essa parte da pesquisa: a IA se destaca em critérios técnicos, enquanto os humanos lideram na análise como um todo, exemplo na organização. O resultado

reforça o argumento de Nature (2023) e Abelha et al. ([s.d.]) sobre o potencial de uma colaboração híbrida para equilibrar precisão técnica e julgamento crítico.

Gráfico 1: Representação Gráfica do Comparativo de Desempenho (Gráfico de Radar ou Barras)



A análise qualitativa do modelo próprio revelou dificuldades na interpretação de contexto e criatividade, principalmente em Ciências Humanas. O sistema tendeu a focar na padronização gramatical em detrimento da diversidade argumentativa, apresentando recomendações normativas, como também observado por Noble (2018) e O'Neil (2016). A revisão humana, por sua vez, mostrou maior sensibilidade à intenção do autor e ao contexto do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma abordagem híbrida alinha-se às diretrizes éticas da UNESCO (2021) sobre o uso responsável da IA. Instituições editoriais precisam criar diretrizes claras sobre a privacidade dos dados e o risco de vieses algorítmicos, que podem ampliar desigualdades (O'Neil, 2016; Noble, 2018).

A expansão da IA exige reflexão sobre seu impacto na formação de novos pesquisadores. A dependência da automação pode prejudicar o desenvolvimento do pensamento crítico e do julgamento metodológico. A tecnologia deve ser, assim, um suporte à ciência, e não um substituto para o julgamento humano de modo algum, pois a IA jamais irá substituir a inteligência humana.

O debate sobre o uso responsável da IA precisa analisar falhas algorítmicas e exigir transparência com todas as partes envolvidas. Um debate contínuo e políticas claras são necessários para que a IA contribua para um processo editorial mais editorial mais eficiente e ético nos dias atuais, levando em consideração a responsabilidade em todas as etapas do processo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pela estrutura e apoio institucional fornecidos durante a realização deste trabalho.

Ao Professor Ms. Edilson Marino Canalle, pela orientação, paciência e ajuda ao desenvolver o trabalho.

REFERÊNCIAS

ABELHA, M.; GARCIA, F.; MACHADO, J. Automação e Inteligência Artificial na revisão por pares: desafios e oportunidades para a eficiência. Revista de Ciência e Tecnologia, [S.l.], v. X, n. Y, p. Z–W, [s.d.]. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/16714. Acesso em: 15 out. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: https://bds.unb.br/handle/123456789/904. Acesso em: 15 out. 2025.

BENDER, Emily M. et al. On the Dangers of Stochastic Parrots: Can Language Models Be Too Big? In: Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency (FAccT '21). New York: ACM, 2021. p. 610–623. Disponível em: https://doi.org/10.1145/3442188.3445922. Acesso em: 15 out. 2025.

FERNANDES, L. M. A.; MACIEL, F. A. D. Questões éticas em IA e PLN. In: Tópicos em Processamento de Linguagem Natural: O que o PLN tem a nos dizer? São Paulo: Sociedade Brasileira de Computação (SBC), 2023. Disponível em: https://brasileiraspln.com/livro-pln/1a-edicao/parte10/cap24/cap24.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

MARQUES, Fabrício. Inteligência artificial na revisão por pares. Revista Pesquisa FAPESP , São Paulo, n. 299, jan. 2021. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/inteligencia-artificial-na-revisao-por-pares/. Acesso em: 15 out. 2025.

NATURE. Artificial intelligence in scientific peer review: enhancing human judgement. Nature , Londres, v. 614, p. 45–51, 2023.

NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018. Disponível em: https://nyupress.org/9781479837243/algorithms-of-oppression/. Acesso em: 15 out. 2025.

O'NEIL, Cathy. Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown, 2016.

SMITH, Andrew; JONES, Brian. The human factor in AI-assisted peer review: risks and considerations. Ethics in Science and Technology , v. 12, n. 1, p. 34–47, 2023.

UNESCO. Recommendation on the ethics of artificial intelligence. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por. Acesso em: 15 out. 2025.

WANG, Xiaoming. Automated peer review systems: performance and challenges. arXiv preprint , arXiv:2201.01234, 2022. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2201.01234. Acesso em: 6 jun. 2025.

AUTOMAÇÃO NA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIDÁTICO E COMERCIAL: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE MATERIAIS DIGITAIS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Adriel Eduardo Carlin Muller[1]
Ms. Edilson Marino Canalle[2]

Resumo – Este trabalho visa investigar as implicações da inteligência artificial para a automação da criação e reprodução de conteúdo, não apenas em termos de sua complexidade, mas também em suas implicações para os setores educacional e comercial. O desenho da pesquisa foi qualitativo e exploratório, com base em uma extensa revisão de literatura e estudos de caso. A análise indicou que as aplicações mais comuns de IA nos contextos selecionados incluem reduções de custo, aumento na velocidade de trabalho e melhor acessibilidade. No entanto, outras implicações também foram observadas, como o uso moral do conteúdo, responsabilidade na verificação de informações e vieses algorítmicos. Este trabalho sugeriu a utilização hipotética de bots que interligam ferramentas populares, como ChatGPT, ElevenLabs e Adobe Express, na tentativa de criar processos interligados e automatizados para diversos resultados multimídia. Os resultados do estudo encontraram que a criação de respostas automatizadas baseadas em IA democratiza a produção e o acesso ao conteúdo educacional e comercial, fazendo com que mais pessoas se envolvam na educação e adaptando as PMEs (Pequenas e Médias Empresas).A novidade apresentada é a exploração das coerências entre os campos acadêmico e comercial.

Palavras-chave: inteligência artificial; automação; educação; marketing digital.

INTRODUÇÃO

Não é mais segredo que a inteligência artificial vem remodelando a forma como o conteúdo digital tem sido criado. Embora não tenha muito tempo, o desenvolvimento de materiais de estudo e comerciais estava intrinsecamente ligado a uma produção atenta em cada estágio. Desde a escrita de um texto ou um roteiro, até a renderização de imagens, criação de versões finais de áudio e corte de clipes de vídeo. No entanto, muitas dessas tarefas podem ser automatizadas com IA. Esse fenômeno não só representa um progresso tecnológico, mas também indica uma revolução massiva na forma como as sociedades lidam com a informação, precisamente porque a IA deixou de ser um mero instrumento de apoio e alcançou o status de elemento central de alguns setores.

[1] Aluno do Curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] rofessor do Curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No campo acadêmico, a IA pode criar caminhos de aprendizado otimizados e recursos multimídia acessíveis. Ao mesmo tempo, também pode ser uma ferramenta para o marketing: pavimentando o caminho para uma campanha segmentada, gerando novo conteúdo e otimizando sua comunicação com múltiplos públicos. Em outras palavras, a tecnologia não só aumenta a eficiência, mas também iguala o acesso a instrumentos que costumavam ser monopolizados por grandes empresas.

No entanto, esse rápido desenvolvimento também desafia muitas ideias convencionais. Apesar dos benefícios, a implementação da IA levanta desafios prementes. A discussão central envolve a ética de dados, questionando como é possível garantir que a informação gerada seja precisa e confiável, evitando fenômenos como as "alucinações" da IA. Paralelamente, surge o debate social sobre o potencial de desemprego estrutural, à medida que a automação avança sobre tarefas antes humanas. Portanto, discutir o impacto real da IA no conteúdo digital implica mais do que descrever menos custos para produção e ser mais rápido. Significa que a discussão está entre o entusiasmo pela inovação e a paranoia quanto à responsabilidade geral e pessoal. Portanto, este trabalho desdobra as formas das IAs serem empregadas para gerar conteúdo educacional e comercial e para mediar os riscos e lucros de fazê-lo.

Este artigo definiu os seguintes objetivos: identificar as ferramentas mais frequentes que a IA emprega na geração de conteúdo; investigar seus riscos e lucros na qualidade do produto final; avaliar como funciona a automação em relação a maior rapidez, acessibilidade e envolvimento do público; e, finalmente, apresentar uma discussão sobre a GDPR (General Data Protection Regulation.) Em português, é conhecido como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dado no mundo virtual. Este trabalho visa contribuir com este fenômeno prevalente em nosso cotidiano. Dessa forma, esta análise visa contribuir para que professores e profissionais de comunicação adotem a inteligência artificial de forma crítica, consciente e estratégica.

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa adotado foi um estudo de abordagem qualitativa e exploratória, focado em compreender o impacto da inteligência artificial na automação de conteúdo. O tipo de revisão classifica-se como uma revisão narrativa, que permitiu interpretar e sintetizar o conhecimento de diferentes áreas (educação e marketing). As técnicas de coleta de dados centralizam-se e no levantamento bibliográfico. Os critérios de buscas utilizados para a seleção das fontes focaram em artigos científicos, relatórios de mercado e estudos de caso que continham os conhecimentos relacionados à "inteligência artificial", "automação", "educação" e "marketing digital".A metodologia de análise de dados empregada foi a comparativa. Essa estratégia consistiu em contrastar os métodos tradicionais de produção de conteúdo com os processos automatizados por IA permitindo uma análise crítica dos benefícios (como eficiência e acessibilidade) e das limitações (como vieses e questões éticas).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação focou no impacto da inteligência artificial (IA) sobre a automação de conteúdos didáticos e comerciais. A análise da literatura e dos casos práticos selecionados revela um cenário de transformação tecnológica acelerada. Fica claro que ferramentas de IA generativa

como o ChatGPT, ElevenLabs e Adobe Express, estão reconfigurando os processos produtivos tanto na educação quanto no marketing. Os dados levantados confirmam as hipóteses iniciais do trabalho: a IA pode trazer redução de custos, maior agilidade e mais acessibilidade. Contudo, uma análise mais aprofundada sugere que o impacto mais significativo da tecnologia não é apenas a eficiência operacional, mas sim sua capacidade de democratizar o acesso a recursos de alta complexidade e de permitir uma hiper-personalização em larga escala.

Os resultados desta revisão bibliográfica podem ser organizados em duas vertentes principais: de um lado, o potencial transformador da IA; de outro, os desafios éticos e operacionais que sua adoção impõe.No setor educacional, os achados reforçam a visão de que a IA deve atuar como uma "aliada estratégica" do professor, e não como sua substituta. Ferramentas como o Duolingo são um exemplo claro de como a IA pode personalizar o aprendizado, um dos objetivos desta pesquisa, adaptando-se ao ritmo de cada aluno. Isso está em linha com estudos mais amplos, como o de Zhou et al. (2024), que destacam o potencial da IA para apoiar tanto políticas educacionais quanto às práticas de ensino diárias. A capacidade de usar ferramentas como o ElevenLabs para converter textos em áudios realistas, por exemplo, é um resultado prático que atende diretamente à demanda por maior acessibilidade, um dos benefícios investigados. No universo do marketing digital, os resultados são ainda mais evidentes do ponto de vista quantitativo. Um dado central vem do relatório da McKinsey (2022), que aponta um aumento de receita de até 40% para empresas que investem em personalização. Esse achado se materializa no estudo de caso da PepsiCo e Google (2023). Nele, a IA não se limitou a gerar anúncios, mas também otimizou sua distribuição, resultando em aumento de vendas e na expansão da base de dados da empresa. Fica claro, portanto, que a automação já ultrapassou a simples geração de texto (com o ChatGPT) ou de design (com o Adobe Express); ela evoluiu para um marketing preditivo e multimodal.

Em contrapartida aos benefícios, os resultados também apontam limitações expressivas, alinhadas aos objetivos éticos desta pesquisa. A literatura é enfática ao alertar sobre os riscos dos vieses algorítmicos, como destacado por Holmes et al. (2020), e sobre as sérias questões de privacidade. Atualmente, a discussão mais premente encontrada na literatura refere-se à "explicabilidade" da IA. Gillani et al. (2022) abordam a necessidade de "desempacotar a caixa preta" da IA na educação, permitindo que os educadores compreendam os critérios que as ferramentas utilizam. Sem essa transparência, corre-se o risco de adotar tecnologias que, inadvertidamente, acabam por perpetuar desigualdades. No campo comercial, a privacidade dos dados surge como o desafio central. As recentes iniciativas do Google (2023), como o Privacy Sandbox, são uma resposta direta à pressão regulatória e à crescente desconfiança dos consumidores. Paradoxalmente, a IA é ao mesmo tempo a causa do problema (pela coleta massiva de dados) e a chave para a solução (ao permitir personalização sem depender dos antigos cookies de terceiros).

A principal constatação desta pesquisa é que o debate sobre a IA mudou de patamar. A discussão não é mais se a IA irá impactar a produção de conteúdo, mas sim como iremos gerenciar esse impacto. Esses resultados reforçam a tese central deste trabalho: a IA é uma oportunidade estratégica que exige, indelevelmente, supervisão humana e critérios éticos claros.

A análise sugere, ainda, uma nítida mudança no perfil profissional. Tanto o professor quanto o profissional de marketing deixam de ser primariamente "executores" de conteúdo para se tornarem "curadores", "estrategistas" e "gestores de IA". O valor humano parece estar se deslocando da tarefa puramente operacional para a tarefa estratégica: definir o prompt correto, avaliar a qualidade do resultado e garantir o alinhamento ético da produção. Esta pesquisa corrobora a visão de Adrienne Gulin-Merle (Google, 2023), de que a IA pode liberar os profissionais para tarefas mais criativas. Contudo, a discussão contemporânea adiciona um novo desafio: a "crise da autenticidade". Com a proliferação de conteúdo sintético, o diferencial humano passa a ser a capacidade de injetar nuance, empatia e um contexto cultural que as máquinas ainda não alcançam. Um ponto crucial levantado pela literatura recente é a avaliação. Bulut et al. (2024) são categóricos ao afirmar que, em avaliações educacionais, a IA deve ser uma ferramenta auxiliar, jamais uma substituta do julgamento docente. O mesmo princípio se aplica ao marketing. Embora a automação com IA possa, de fato, aumentar o engajamento, como visto no caso da PepsiCo, o efeito contrário também é uma ameaça. Se o conteúdo gerado for de baixa qualidade, repetitivo ou factualmente incorreto (um fenômeno conhecido como "alucinação" da IA), o resultado pode ser a rápida perda de confiança do público. Portanto, a "supervisão humana" não é apenas uma salvaguarda ética; ela é um mecanismo de controle de qualidade indispensável para garantir a confiabilidade da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o impacto da inteligência artificial na automação de conteúdos didáticos e comerciais. A conclusão central é que a IA se consolida como uma oportunidade estratégica para a inovação, mas seu sucesso depende de dois fatores-chave: supervisão humana e critérios éticos rigorosos para assegurar qualidade e confiabilidade. Os resultados apontam implicações diretas para professores e pequenos empreendedores: a IA funciona como um "nivelador competitivo". Ela permite que pequenos negócios utilizem ferramentas de marketing antes restritas a grandes corporações, e que professores criem materiais didáticos multimídia sofisticados sem necessitar de conhecimento técnico avançado em design ou edição.

É importante ressaltar, contudo, que este estudo possui limitações inerentes à sua metodologia. A análise foi estritamente bibliográfica e conceitual, focando nas ferramentas disponíveis no momento da pesquisa. Não foi realizado um teste empírico do fluxo de automação proposto (a integração entre ChatGPT, ElevenLabs e Adobe Express). Essa limitação impede uma análise de desafios práticos da implementação, como os custos reais de API, a latência na geração de conteúdo e o nível de integração técnica entre essas plataformas distintas.

Diante do exposto, a discussão aponta para direções claras de pesquisas futuras, que podem dar sequência a este trabalho: (1) Estudos Empíricos, sugere-se a implementação do fluxo de automação multimodal proposto em um cenário real, visando medir quantitativamente os ganhos de eficiência x os desafios de qualidade; (2) Estudos de Recepção, investigar como o público-alvo (alunos e consumidores) percebe e interage com conteúdo 100 % gerados por IA, com foco especial nas percepções de "autenticidade" e "confiança" ; e (3) Desenvolvimento de Frameworks Éticos, aprofundar a discussão sobre vieses algorítmicos, especificamente na geração de conteúdo em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ADOBE INC. Adobe Express: Crie gráficos, vídeos e documentos com facilidade. [s.l.]: Adobe, 2024. Disponível em: https://www.adobe.com/br/express/. Acesso em: 4 jul. 2025.

BULUT, Okan; ZHU, Min; KIM, Yoon Jeon. The Rise of Artificial Intelligence in Educational Measurement: Promises and Perils. arXiv, [s.l.], v. 1, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2406.18900. Acesso em: 4 jul. 2025.

DUOLINGO. How AI Personalizes Language Learning on Duolingo. [s.l.], 2024. Disponível em: https://blog.duolingo.com/ai-in-education/. Acesso em: 4 jul. 2025.

ELEVENLABS. Voice AI for creators and publishers. [s.l.]: ElevenLabs, 2024. Disponível em: https://elevenlabs.io/. Acesso em: 4 jul. 2025.

GILLANI, Nabeel; MOORE, Rob; GRUNBERG, George. Unpacking the "Black Box" of AI in Education: Making Sense of "Human-Centered" AI in Theory and Practice. arXiv, [s.l.], v. 1, 2022. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2301.01602. Acesso em: 4 jul. 2025.

GOOGLE. IA e marketing: como a PepsiCo usou dados e automação para acelerar o crescimento. Think with Google, São Paulo: Google Brasil, 2023. Disponível em:https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/automacao/ia-e-marketing/. Acesso em: 4 jul. 2025.

GOOGLE. Uma nova era de marketing: criatividade, privacidade e IA. Think with Google, São Paulo: Google Brasil, 2023. Disponível em: https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/automacao/nova-era-de-marketing/. Acesso em: 4 jul. 2025.

HOLMES, Wayne et al. Artificial Intelligence in Education: challenges and opportunities. AI & Society, Londres: Springer, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00146-020-01033-8. Acesso em: 4 jul. 2025.

HOLMES, Wayne; BIALECKI, Ian; SCHARF, Fred. Artificial Intelligence in Education: Promise and Implications for Teaching and Learning. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/education/artificial-intelligence-in-education.htm. Acesso em: 4 jul. 2025.

MCKINSEY & COMPANY. The Future of Personalization, And How to Get Ready for It. [s.l.], 2022. Disponível em: https://www.mckinsey.com/business-functions/growth-marketing-and-sales/our-insights/the-future-of-personalization-and-how-to-get-ready-for-it. Acesso em: 4 jul. 2025.

OPENAI. Introducing ChatGPT. San Francisco: OpenAI, 2023. Disponível em: https://openai.com/pt-BR/index/chatgpt/. Acesso em: 4 jul. 2025.

PEPSICO; GOOGLE. Case Study: How PepsiCo Used AI to Boost Sales on YouTube. [s.l.], 2023. Disponível em: https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/case-studies/pepsico-youtube-ai-campaign/. Acesso em: 4 jul. 2025.

ZHOU, Molly et al. **Artificial Intelligence in Education: Implications for Policymakers, Researchers, and Practitioners.** TechTrends, Nova York: Springer, v. 68, n. 1, p. 15–27, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10758-024-09747-0. Acesso em: 4 jul. 2025.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SIMULADOR WEB PARA TREINAMENTO EM MERCADO DE AÇÕES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Fernando Pereira Monteiro[1]
André Leonardo Radeck Maia[2]

Resumo – Este estudo apresenta o desenvolvimento de um simulador web voltado para operações em bolsa de valores, com o objetivo de promover a educação financeira de estudantes e iniciantes em investimentos. De caráter aplicado, exploratório e descritivo, a pesquisa buscou criar uma solução tecnológica e avaliar seu impacto no aprendizado. O trabalho envolveu duas etapas: o desenvolvimento do simulador e sua validação com base em critérios de usabilidade e testes de montagem de carteiras. O protótipo foi implementado em Python, integrando diversas tecnologias. Um Raspberry Pi 5 executa scripts de web scraping para coleta automatizada de preços de ações, disponibilizados via Flask e expostos por meio de um túnel criado com Ngrok. A aplicação principal, desenvolvida em Django e hospedada no Render, consome esses dados em tempo real. O banco de dados PostgreSQL da Neon garante desempenho e escalabilidade. A interface foi construída com React e estilizada com Bootstrap, oferecendo usabilidade e responsividade. Os resultados indicam que o simulador é uma ferramenta eficaz de apoio ao ensino, ao integrar tecnologias acessíveis e metodologias ativas. Além de proporcionar um ambiente seguro para a prática de investimentos, contribui para democratizar o conhecimento financeiro e aproximar o usuário da realidade do mercado.

Palavras-chave: gamificação; bolsa de valores; tomada de decisão; aprendizagem ativa.

INTRODUÇÃO

A crescente participação de pessoas físicas no mercado de capitais, que passou de 813 mil em 2018 para mais de 4,5 milhões em 2023, evidencia a necessidade de ampliar a educação financeira no Brasil. Muitos novos investidores enfrentam barreiras como a complexidade dos instrumentos financeiros, o risco de perdas e os desafios emocionais (Damodaran, 2012). Nesse contexto, o desenvolvimento de um simulador educacional de mercado de ações surge como uma solução prática para promover o aprendizado seguro e interativo.

Com elementos de gamificação, como rankings de desempenho, o simulador busca tornar o aprendizado mais envolvente (Dicheva et al., 2015). A hipótese central é que simulações em ambiente controlado favorecem o desenvolvimento técnico e comportamental, contribuindo para a formação de investidores mais preparados e conscientes.

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O sistema proposto reproduz operações reais da bolsa sem risco financeiro, permitindo que os usuários pratiquem estratégias e compreendam o funcionamento do mercado. Utiliza React no frontend, Flask e Django no backend, PostgreSQL como banco de dados, ngrok como túnel de acesso remoto e Selenium para atualização de preços via web scraping.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, por buscar o desenvolvimento de uma solução prática para simulação de operações em bolsa de valores, e de natureza exploratória e descritiva, pois detalha o processo de concepção e implementação do simulador.

DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DO SIMULADOR

O simulador foi concebido para permitir a prática de compra e venda de ações com base em dados reais do mercado brasileiro (B3), integrando backend, frontend, automação e banco de dados em uma arquitetura web funcional, segura e responsiva. A linguagem Python foi escolhida como ferramenta principal de programação, viabilizando tanto a construção da API quanto a automação da coleta de cotações via web scraping, incluindo o uso de bibliotecas para lidar com sites dinâmicos (Python Software Foundation, 2025).

O Flask foi empregado no desenvolvimento da API, responsável por disponibilizar os dados de ações em formato JSON, garantindo interoperabilidade eficiente com a interface web (Grinberg, 2018). A interface do usuário foi construída com Django e React, permitindo a gestão de usuários, visualização de carteiras de investimento, histórico de operações e integração direta com a API (Holovaty; Kaplan-Moss, 2009). A estilização e o design responsivo foram implementados com Bootstrap, assegurando consistência visual e navegação intuitiva em diferentes dispositivos (BOOTSTRAPCSS, 2023).

O armazenamento de dados, incluindo histórico de operações, carteiras simuladas e informações complementares sobre ações, foi realizado com PostgreSQL hospedado na Neon, oferecendo robustez, confiabilidade e escalabilidade futura. A execução contínua da coleta de dados foi realizada em um Raspberry Pi 5, garantindo baixo consumo energético e operação autônoma (Monk, 2016). Para permitir o acesso remoto seguro à API, foi utilizado o ngrok, garantindo a exposição controlada da aplicação à internet sem comprometer a segurança dos dados (Stallings; Brown, 2018). Adicionalmente, o Selenium foi empregado para web scraping dinâmico, capturando informações de páginas que carregam conteúdo via JavaScript (Selenium, 2025).

CRIAÇÃO DE CARTEIRAS SIMULADAS

Para simular diferentes estratégias de investimento, foram implementadas carteiras baseadas em premissas reconhecidas no mercado financeiro. Entre elas destacam-se:

Investimento em Valor (Benjamin Graham): seleção de ações subvalorizadas, utilizando métricas como preço-lucro e margem de segurança, priorizando empresas financeiramente sólidas (Graham, 2013).

Fórmula Mágica (Joel Greenblatt): combinação de retorno sobre capital investido (ROIC) e lucro operacional em relação ao valor de mercado, permitindo identificar ações com bom desempenho operacional e precificação atrativa (Greenblatt, 2006).

Dividend Growth Investing: carteiras focadas em empresas com histórico consistente de pagamento e crescimento de dividendos, promovendo estabilidade e renda passiva (Gordon, 2013).

Market Value / Book Value: identificação de ações cujo preço de mercado é inferior ao valor patrimonial, enfatizando segurança e potencial de valorização (Penman, 2010).

Essas carteiras são atualizadas automaticamente com os dados coletados da B3, permitindo que os usuários comparem estratégias, simulem operações e acompanhem a evolução de portfólios teóricos de acordo com diferentes premissas de investimento.

FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

O sistema permite a execução de operações simuladas de compra e venda de ações utilizando dados reais de mercado, proporcionando experiência próxima à realidade. Os usuários podem criar portfólios personalizados, acompanhar o desempenho de suas carteiras e acessar informações complementares das empresas por meio de links diretos para as páginas de Relações com Investidores. A coleta de dados ocorre a cada hora durante o expediente da B3, equilibrando atualização em tempo quase real e economia de recursos computacionais.

Com essa estrutura, o simulador oferece um ambiente funcional, seguro e educativo, integrando tecnologias modernas e estratégias de análise fundamentadas em premissas consolidadas de mercado, permitindo que os usuários compreendam diferentes abordagens de investimento e a relação entre risco e retorno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O arquivo JSON gerado pelo script em Python contém as cotações das ações obtidas por meio de web scraping, com cada chave representando o ticker e o valor do preço de mercado no momento da coleta. Esse formato garante padronização, interoperabilidade e atualização dinâmica dos dados, permitindo que as informações sejam disponibilizadas à aplicação web via Ngrok, simulando condições reais de negociação.

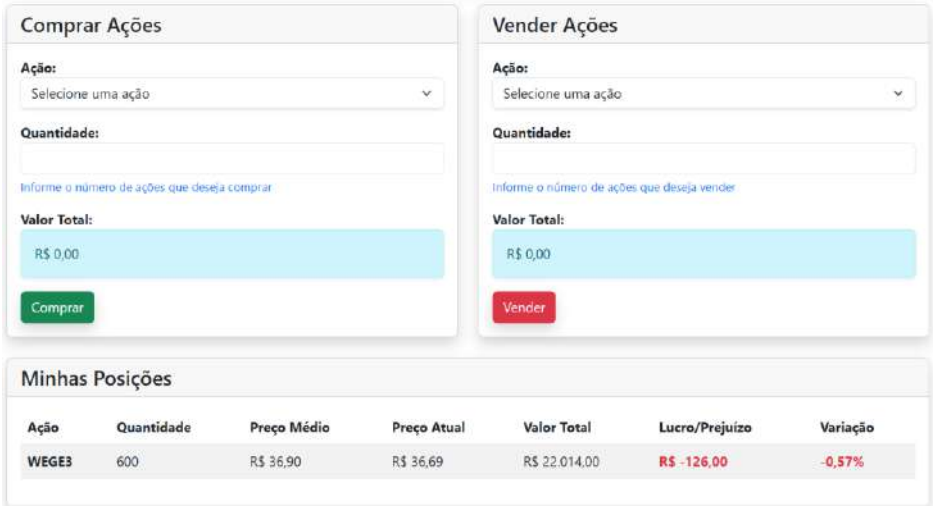
A plataforma do simulador, disponível em https://simula-bolsa-web.onrender.com, oferece R$100.000,00 fictícios para operações no mercado de ações. A aba Meu Portfólio exibe os principais indicadores financeiros, como saldo, patrimônio total, resultado acumulado e desempenho das posições (Figura 1). Esses dados permitem ao usuário compreender o impacto das operações e da tributação sobre os resultados (Assaf Neto, 2018).

Figura 1 – Aba Meu Portfólio com o Resumo das operações.

Fonte: o autor (2025).

A funcionalidade de compra e venda possibilita simular negociações de forma prática e intuitiva, com cálculo automático do valor da operação (Figura 2). A tabela de posições mostra quantidade, preço médio, valor investido e variação percentual dos ativos, promovendo o aprendizado sobre conceitos como valorização, preço médio e lucro não realizado (Assaf Neto, 2018).

Figura 2 – Composição da carteira e operações de compra e venda.



Fonte: o autor (2025).

O ranking de investidores organiza os participantes conforme a variação percentual de suas carteiras (Figura 3), estimulando a competição saudável e o engajamento. Ademais, a gamificação, favorece a motivação e o aprendizado experiencial em finanças.

Figura 3 – Ranking de investidores.

Ranking de Investidores

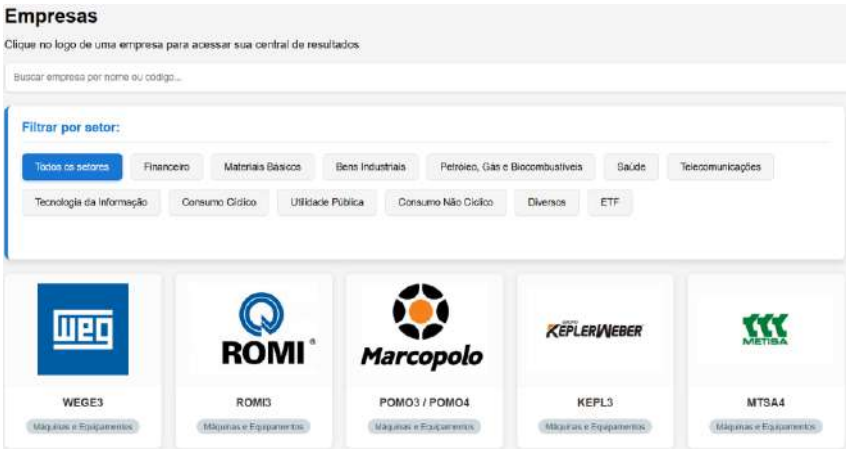
Investidor	Lucro/Prejuízo (%)
Maia	-0.09%
Dividendos	-2.36%
Joel_Greenblatt	-4.19%
Benjamin_Graham	-4.45%
Market_value_Book_value	-5.24%
fernandomonteiro	-6.29%

Fonte: o autor (2025).

O glossário apresenta, em ordem alfabética, os principais termos do mercado de ações, auxiliando na compreensão dos conceitos financeiros e promovendo autonomia no aprendizado (Assaf Neto, 2018).

O módulo de listagem das empresas (Figura 4) organiza as companhias por setor e direciona o usuário às páginas de Relações com Investidores, onde é possível acessar documentos como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Esse recurso aproxima o simulador das práticas reais do mercado e incentiva a análise fundamentalista (Assaf Neto, 2018; Damodaran, 2012).

Figura 4 – Empresas listadas no simulador e relação com os investidores.



Fonte: o autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O simulador integra dados reais, ferramentas de análise, glossário e elementos de gamificação, criando um ambiente seguro e envolvente para o aprendizado. Ao unir prática e teoria, favorece a compreensão dos conceitos do mercado acionário, estimula a autonomia do usuário e apoia a formação de investidores mais preparados e críticos em suas decisões.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BOOTSTRAPCSS. **Guia Bootstrap: introdução**. BootstrapCSS, 2023. Disponível em: https://bootstrapcss.com.br/guia-bootstrap/introducao. Acesso em: 13 out. 2025.

DAMODARAN, Aswath. **Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any asset**. 3. ed. Hoboken: Wiley, 2012.

DICHEVA, Darina et al. **Gamification in education: a systematic mapping study.** Educational Technology & Society, v. 18, n. 3, p. 75-88, 2015. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/jeductechsoci.18.3.75. Acesso em: 18 out. 2025.

GORDON, Myron J. **The investment, financing, and valuation of the corporation.** Homewood: R. D. Irwin, 2013.

GRAHAM, Benjamin. **The intelligent investor**. New York: Harper Business, 2013.

GREENBLATT, Joel. **The little book that beats the market**. Hoboken: Wiley, 2006.

GRINBERG, Miguel. **Flask Web Development: Developing Web Applications with Python**. 2. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2018.

HOLOVATY, Adrian; KAPLAN-MOSS, Jacob. **The definitive guide to Django: Web development done right**. Berkeley: Apress, 2009.

MONK, Simon. **Programming Arduino: getting started with sketches**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2016.

PENMAN, Stephen H. **Financial statement analysis and security valuation**. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

PYTHON SOFTWARE FOUNDATION. **Python documentation**. 2025. Disponível em: https://www.python.org. Acesso em: 19 set. 2025.

SELENIUM. **Selenium documentation**. 2025. Disponível em: https://www.selenium.dev/documentation/. Acesso em: 19 set. 2025.

STALLINGS, William; BROWN, Lawrie. **Computer Security: Principles and Practice**. 4. ed. Boston: Pearson, 2018.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DOS FRAMEWORKS DJANGO, LARAVEL E EXPRESS (NODE.JS) NO DESENVOLVIMENTO WEB

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gerson Isai Peña Ferreira[1]
André Leonardo Radeck Maia[2]

Resumo – O desenvolvimento web contemporâneo é marcado pela diversidade de tecnologias e frameworks que permitem a construção de aplicações de forma mais ágil, escalável e eficiente. Entre essas tecnologias, destacam-se Django, Laravel e Express (Node.js), amplamente utilizados em projetos de diferentes portes e finalidades. Este Resumo expandido apresenta uma revisão bibliográfica sobre esses três frameworks, enfatizando suas características, estruturas, linguagem envolvida e modelos de desenvolvimento. O objetivo é compreender seus princípios fundamentais e identificar aspectos que posteriormente subsidiarão uma análise comparativa prática no desenvolvimento de uma aplicação de cadastro simples. A revisão destaca fatores como curva de aprendizagem, organização do código, comunidade, documentação e ecossistema, fornecendo base para avaliação crítica. Apesar de ainda não incluir resultados empíricos, o estudo evidencia a importância da escolha adequada de ferramentas no planejamento e execução de projetos web.

Palavras-chave: desenvolvimento web; django; laravel; express; node.js

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento web evoluiu significativamente ao longo das últimas décadas, impulsionado pela consolidação de arquiteturas cliente-servidor e pela crescente demanda por aplicações dinâmicas e escaláveis. Com isso, frameworks passaram a desempenhar papel central na organização de projetos, padronização de código e aceleração de processos de desenvolvimento (FLANAGAN, 2020).

Nesse contexto, Express (Node.js) se destaca por sua flexibilidade na construção de APIs e servidores utilizando JavaScript no lado do servidor, permitindo um desenvolvimento baseado em módulos e uma abordagem minimalista (BROWN, 2019; HERRON, 2020). Django, por sua vez, utiliza Python e segue o princípio "batteries included", fornecendo alto nível de abstração e diversos componentes integrados voltados à segurança e rapidez no desenvolvimento (VINCENT, 2023). Já Laravel é um framework PHP conhecido pela elegância sintática e forte ecossistema,

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

oferecendo ferramentas nativas que agilizam rotinas recorrentes e contribuem para uma experiência de desenvolvimento fluida (STAUFFER, 2021).

Comparar esses frameworks permite identificar suas vantagens e limitações, contribuindo para uma escolha consciente em projetos de desenvolvimento web.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica exploratória, cujo objetivo é mapear conceitos, características técnicas e abordagens de desenvolvimento presentes em Express, Django e Laravel. Foram utilizados livros técnicos de referência que apresentam fundamentos das linguagens e frameworks, bem como suas abordagens estruturais e práticas recomendadas.

A análise inicial buscou compreender:

A filosofia central de cada framework;

Os padrões arquiteturais utilizados;

Os recursos nativos e dependências externas;

O suporte do ecossistema e documentação;

A curva de aprendizagem envolvida.

Como o estudo ainda está em desenvolvimento, a etapa prática — implementação de uma interface de cadastro em cada framework para análise comparativa aplicada — será realizada posteriormente. Assim, neste momento, a metodologia possui caráter teórico-analítico, servindo como base estruturante para o desenvolvimento dos experimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica evidencia diferenças importantes na filosofia de projeto e na experiência de desenvolvimento proporcionada por cada framework.
No caso do Express (Node.js), a abordagem minimalista proporciona elevado grau de flexibilidade. De acordo com Brown (2019), o framework oferece apenas o núcleo essencial, cabendo ao desenvolvedor decidir como organizar rotas, middleware e camadas adicionais. Isso dá liberdade, mas exige conhecimento prévio mais sólido sobre padrões arquiteturais. Um exemplo simples de rota em Express pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Definição de rota no Express (NODE.JS - JavaScript).

```
const express = require('express');
const app = express();

app.get('/cadastro', (req, res) => {
  res.send('Página de cadastro');
});

app.listen(3000);
```

Fonte: O autor (2025)

No Django, por outro lado, a estrutura é mais fortemente padronizada, seguindo o padrão MTV (Model-Template-View). Como ressalta Vincent (2023), essa padronização ajuda iniciantes e agiliza o desenvolvimento de aplicações maiores, pois reduz decisões estruturais e fornece componentes nativos integrados, como o ORM e o painel administrativo. Um exemplo da sintaxe do Django (python) pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Sintaxe do Django (Python).

```
from django.http import HttpResponse

def cadastro(request):
    return HttpResponse("Página de cadastro")
```

Fonte: O autor (2025)

Já Laravel apresenta um equilíbrio entre estrutura e flexibilidade, combinando uma sintaxe mais expressiva com diversas abstrações que simplificam tarefas comuns. Stauffer (2021) aponta que o framework foi projetado para tornar o desenvolvimento "agradável", incentivando fluidez e legibilidade. A definição de rota em Laravel é, portanto, direta, conforme Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Definição de rota em Laravel (Linguagem PHP).

```
Route::get('/cadastro', function () {
    return 'Página de cadastro';
});
```

Fonte: O autor (2025)

Ao comparar esses exemplos, percebe-se que Laravel privilegia elegância e padronização sintática; Django enfatiza arquitetura organizada e componentes internos; e Express fornece liberdade quase total ao desenvolvedor.

Além disso, a documentação e suporte comunitário também diferem. Laravel e Django possuem vasto ecossistema educativo e documentação detalhada. Já Express, por ser mais modular, depende de múltiplas fontes e bibliotecas externas, o que pode gerar complexidade adicional para iniciantes (HERRON, 2020; BROWN, 2019).

Assim, a literatura sugere que a escolha do framework não deve considerar apenas desempenho técnico, mas também contexto do projeto, experiência da equipe e maturidade da organização no uso de padrões de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão realizada, conclui-se que não existe um framework universalmente superior: cada um oferece vantagens e compromissos. Express (Node.js) se destaca pela flexibilidade e integração natural com o ecossistema JavaScript, sendo recomendado para projetos que exigem arquiteturas customizadas. Django, por sua robustez e padronização, favorece equipes que desejam produtividade com segurança estrutural. Laravel oferece um meio-termo entre organização, acessibilidade e elegância sintática, sendo especialmente atraente para desenvolvedores PHP que buscam rapidez e qualidade.

A próxima etapa da pesquisa, ainda em desenvolvimento, envolverá a implementação prática de uma mesma aplicação simples em cada framework, de modo a comparar empiricamente:

Tempo de desenvolvimento;

Curva de aprendizagem percebida;

Clareza e acessibilidade da documentação;

Complexidade de configuração;

Experiência subjetiva do desenvolvedor.

Espera-se que os resultados tragam contribuições relevantes para estudantes e profissionais que necessitam tomar decisões fundamentadas sobre ferramentas de desenvolvimento web, bem como para instituições que pretendem orientar processos de formação e escolha tecnológica em ambientes reais de produção.

REFERÊNCIAS

BROWN, Ethan. **Web Development with Node and Express**. 2. ed. O'Reilly Media, 2019.

FLANAGAN, David. **JavaScript:** The Definitive Guide. 6. ed. O'Reilly Media, 2020.

GRINBERG, Miguel. **Flask Web Development**. 2. ed. O'Reilly Media, 2018.

HERRON, David. **Node.js Web Development**. 4. ed. Packt Publishing, 2020.

STAUFFER, Matt. **Laravel: Up & Running**. 2. ed. O'Reilly Media, 2021.

VINCENT, William S. **Django for Beginners**. 5. ed. WelcomeToCode, 2023.

FACILITANDO A GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL COM INTERAÇÃO POR ÁUDIO NO WHATSAPP

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Arthur Henrique Mazzotti[1]
Daniel Antônio Conte[2]

Resumo – Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma solução prática para facilitar esse processo de gestão financeira pessoal, permitindo ao usuário registrar transações financeiras por meio de mensagens de áudio no WhatsApp. A metodologia empregada foi o desenvolvimento de uma aplicação em Python, orquestrada por um backend em Flask. O sistema utiliza a API do Twilio para a interação com o WhatsApp, o modelo Whisper para o Reconhecimento Automático de Fala (ASR), o LLM Gemini para a extração e categorização dos dados e o Cloud Firestore como banco de dados. Como resultado, obteve-se um protótipo funcional que recebe o áudio do whatsapp, transcreve e retorna uma mensagem de confirmação com as transações classificadas e um link para um dashboard. Conclui-se que a solução cumpre o objetivo de simplificar o controle financeiro, tornando a inserção de dados mais rápida, validando a ferramenta no quesito facilitar a gestão financeira.

Palavras-chave: gestão financeira pessoal; inteligência artificial; processamento de linguagem natural; Whatsapp; reconhecimento de fala.

INTRODUÇÃO

A gestão financeira doméstica é uma tarefa essencial, porém desafiadora para muitos brasileiros. A dificuldade em manter a disciplina de registrar detalhadamente cada gasto em aplicativos financeiros tradicionais, muitas vezes por falta de tempo em rotinas corridas ou por baixa afinidade com a tecnologia, compromete o controle orçamentário e pode gerar surpresas ao final do mês. Como aponta a Forbes (2024), a falta de tempo é um fator decisivo que leva usuários a negligenciarem esses registros, mesmo com a facilidade aparente das ferramentas digitais.

Este trabalho busca solucionar essa lacuna, partindo da pergunta central: "Como o uso de mensagens de áudio no WhatsApp pode tornar a inserção de dados financeiros mais simples e eficiente, ajudando a melhorar o controle financeiro?"

O objetivo geral é desenvolver uma solução prática para o controle financeiro doméstico, utilizando o WhatsApp — ferramenta de comunicação amplamente disseminada no Brasil — como plataforma para registrar despesas por meio de mensagens de áudio. A proposta visa

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

tornar o processo de inserção de dados mais rápido, intuitivo e acessível, eliminando a necessidade de digitação manual e preenchimento de formulários.

Para alcançar este objetivo, o projeto focará em objetivos específicos: 1) Implementar a transcrição automática do áudio utilizando tecnologia de reconhecimento de voz; 2) Criar um sistema inteligente de categorização automática das despesas (ex: alimentação, transporte), poupando o usuário desse trabalho manual; e 3) Desenvolver um sistema de feedback que permita ao usuário consultar e visualizar facilmente os gastos registrados.

Em síntese, o trabalho justifica-se pela sua capacidade de transformar uma tarefa complexa e demorada em um processo simples e rápido, integrado a uma ferramenta já utilizada no cotidiano. Ao simplificar drasticamente a entrada de dados, a solução tem o potencial de contribuir significativamente para a melhoria da saúde e gestão financeira de diversos usuários.

METODOLOGIA

Nosso projeto é criar um assistente financeiro prático que funciona direto no WhatsApp. A grande sacada parte de um fato simples: as pessoas desistem de apps financeiros se eles forem difíceis de usar. Análises de mercado mostram que a usabilidade é o fator que mais define o sucesso de um app (Rankmyapp, 2024a). Por isso, nossa abordagem foca em reduzir o esforço a quase zero. A ideia é que o usuário simplesmente mande um áudio falando do seu gasto, e a ferramenta, usando Python e IA, "ouve", transcreve e organiza tudo automaticamente.

Para fazer isso funcionar, toda a lógica será centralizada em uma única aplicação Python (com Flask), que vai funcionar como o "cérebro" do sistema. O processo começa quando o usuário envia o áudio. Uma plataforma (como a Twilio) nos notifica, e a aplicação encaminha o áudio para ser transcrito (usando um modelo como o Whisper). Em seguida, o texto puro vai para uma IA (LLM), que, através de prompt engineering, "lê" o texto e extrai as informações importantes—valor, data e categoria—já formatando tudo em JSON.

Esses dados organizados são salvos num banco de dados (como o Cloud Firestore), e o usuário recebe uma mensagem de confirmação com um link. Esse link leva a um painel visual simples onde ele pode ver exatamente para onde o dinheiro está indo. Claro, existem desafios, como fazer a IA entender áudios ambíguos ou conversas fora do tópico (Interaction Design Foundation, 2025), mas o potencial de simplificar a gestão financeira ao integrá-la numa conversa do dia a dia justifica o esforço.

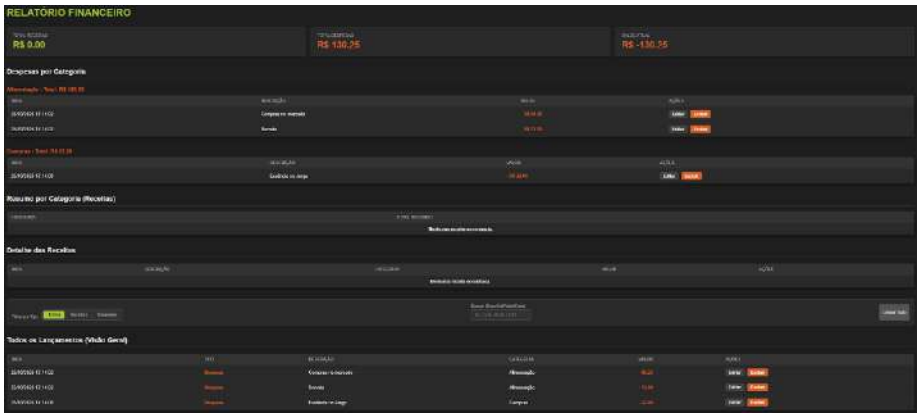
RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início do projeto, focamos em uma solução de baixo custo, como recomendado por Goodfellow et al. (2016), e usamos a API gratuita da Hugging Face para a transcrição de áudio. Os testes iniciais foram ótimos, mostrando alta precisão mesmo com ruídos, o que confirmou a robustez desses modelos (Radford et al., 2023). Na etapa seguinte, usamos o Gemini, com licença educacional, para classificar o texto. Aí, topamos com um problema: a IA só identificava a primeira transação em áudios que tinham vários gastos. Isso é uma limitação conhecida (Bommasani et al., 2021), que mostra como os LLMs são sensíveis à forma como pedimos as coisas.

A solução foi refinar o prompt (a instrução dada à IA), um processo de engenharia experimental (Liu et al., 2023) para que ele conseguisse extrair todas as transações de uma vez. Depois, partimos para a integração com o WhatsApp usando o Twilio (Twilio, 2025). O desafio aqui foi que o Twilio exige que os webhooks (as notificações em tempo real) estejam em um link público, o que impediu nossos testes locais. Para resolver, hospedamos a aplicação no Render. No entanto, o plano gratuito do Render era lento e "hibernava" a aplicação, causando atrasos (Pressman e Maxim, 2020). Essa lentidão, somada à API gratuita do Hugging Face, começou a gerar falhas, especialmente em áudios longos.

Diante disso, fizemos uma mudança estratégica: substituímos a API da Hugging Face pela API paga do Whisper (OpenAI). Embora tenha gerado custos, essa troca garantiu a estabilidade e o desempenho que precisávamos, alinhando-se aos estudos que apontam o Whisper como superior para produção (Radford et al., 2023). Na reta final, criamos o dashboard com Flask e Jinja2, para o usuário ver um Resumo claro de seus gastos, o que é vital para a tomada de decisão (Few, 2013).

Figura 1 - Dashboard com os gastos lançados.



Fonte: O Autor (2025)

Por fim, melhoramos a mensagem de resposta no WhatsApp. Em vez de um texto simples, criamos uma resposta organizada que lista todas as transações (tipo, categoria, valor) e inclui um link direto para o dashboard pessoal. Essa clareza na informação é crucial para a experiência do usuário (Shneiderman et al., 2016). Com isso, o projeto atingiu todos os objetivos: um sistema que captura áudio pelo WhatsApp, transcreve, categoriza gastos automaticamente e fornece um feedback visual claro.

Figura 2 - Resposta ao áudio com as devidas categorizações e informações.

Fonte: O Autor (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho teve um objetivo claro: criar um jeito mais fácil de controlar as finanças de casa, usando áudios no WhatsApp. A ideia era fugir da complexidade de planilhas e apps tradicionais, tornando o processo acessível para qualquer pessoa.

E conseguimos atingir o que propusemos. Implementamos a API Whisper (da OpenAI) para transcrever os áudios com boa precisão, conectamos tudo ao WhatsApp usando o Twilio, e o sistema conseguiu categorizar os gastos automaticamente, separando certinho o tipo, a descrição e o valor. Além disso, criamos um painel visual simples para o usuário acompanhar o saldo e para onde o dinheiro está indo.

Claro, encontramos algumas dificuldades. A hospedagem gratuita que usamos (no Render) era lenta e às vezes "dormia", o que afetava a estabilidade. Também percebemos que a API de áudio gratuita que tentamos usar no início não deu conta do recado, e precisamos migrar para uma solução paga (Whisper) para garantir o desempenho.Mesmo com esses desafios, os testes mostraram que a ideia funciona. O sistema é fácil de usar, cumpre seu papel de controlar gastos por áudio e, no fim das contas, torna a organização financeira mais simples, que era o nosso grande objetivo.

Para o futuro, já pensamos em melhorias, como adicionar gráficos ao painel, deixar o usuário exportar relatórios (PDF/Excel) e, quem sabe, usar IA para ajudar a prever gastos. No fim, entregamos uma ferramenta prática e de baixo custo que tem um grande potencial para ajudar as pessoas no dia a dia.

REFERÊNCIAS

BOMMASANI, R. *et al*. ***On the Opportunities and Risks of Foundation Models.*** arXiv preprint arXiv:2108.07258, 2021 Disponivel em: https://arxiv.org/pdf/2108.07258 Acesso em: 30 out. 2025.

FEW, S. (2013). **Information Dashboard Design: Displaying Data for At-a-Glance Monitoring.** 2. ed. Burlingame, CA: Analytics Press. Disponivel em: https://public.magendanz.com/Temp/Information%20Dashboard%20Design.pdf Acesso em: 31 out. 2025.

FORBES MONEY. Por que os apps de organização financeira podem ser uma armadilha no seu celular. **Forbes Brasil**, 19 ago. 2024. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2024/08/por-que-os-apps-de-organizacao-financeira-podem-ser-uma-armadilha-no-seu-celular/. Acesso em: 1 nov. 2025.

GOODFELLOW, I.; BENGIO, Y.; COURVILLE, A. ***Deep Learning.*** MIT Press, 2016. Disponivel em: https://aikosh.indiaai.gov.in/static/Deep+Learning+Ian+Goodfellow.pdf Acesso em: 31 out. 2025.

INTERACTION DESIGN FOUNDATION. **What are chatbots?.** 6 jun. 2025a. Disponível em: https://www.interaction-design.org/literature/topics/chatbots. Acesso em: 3 jul. 2025.

LIU, P. *et al*. ***Pre-train, Prompt, and Predict: A Systematic Survey of Prompting Methods in Natural Language Processing.*** ACM Computing Surveys, v. 55, n. 9, p. 1–35, 2023. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3560815 Acesso em: 30 out. 2025.

PRESSMAN, R. S.; MAXIM, B. R. *Software Engineering: A Practitioner's Approach.* **9. ed.** McGraw-Hill, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365946272_Software_Engineering_A_Practitioner's_Approach_9_th_Edition. Acesso em: 28 out. 2025.

RADFORD, A. *et al*. **Robust speech recognition via large-scale weak supervision.** In: 2023 IEEE International Conference on Acoustics, Speech and Signal Processing (ICASSP). Rhodes Island, Greece: IEEE, 2023. p. 1-5. Disponível em: https://cdn.openai.com/papers/whisper.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

RANKMYAPP. **Usabilidade: O Que é Fundamental para o Sucesso de Aplicativos e Sites?.** 29 abr. 2024. Disponível em: https://rankmyapp.com/pt-br/usabilidade-fundamental-para-o-sucesso-do-app/. Acesso em: 3 jul. 2025.

SHNEIDERMAN, B. *et al*. **Designing the User Interface: Strategies for Effective Human-Computer Interaction.** 6. ed. Pearson, 2016.

TWILIO. **WhatsApp Business Platform with Twilio.** [s.d.]. Disponível em: https://www.twilio.com/docs/whatsapp. Acesso em: 3 jul. 2025.

UTILIZANDO OCR E LLM EM UM PROCESSO DE ETL PARA DADOS DESESTRUTURADOS

Categoria: Artigo Científico

Gabriel Gruckowski Kowalczyk[1]
Daniel Antônio Conte[2]

Resumo – O presente trabalho propõe a integração entre as tecnologias de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLM) em um processo de ETL (Extração, Transformação e Carga) para a digitalização, padronização e análise de documentos comerciais não estruturados. A pesquisa foi conduzida com dados reais oriundos de uma empresa doadora, que possuía registros manuscritos de suas vendas. O pipeline desenvolvido contemplou as etapas de extração dos textos via Google Cloud Vision OCR, correção e validação semântica com auxílio de LLMs e posterior organização e análise dos resultados utilizando Python, Pandas e Google Colab. O processo demonstrou que, mesmo sem alcançar 100% de assertividade na leitura, a combinação entre OCR e LLM foi capaz de estruturar os dados de forma coerente, reduzindo significativamente o ruído textual e o tempo de digitalização. Como resultado, obteve-se uma base tabular limpa e analisável, permitindo a geração de gráficos e métricas relevantes para a gestão de vendas. Conclui-se que a integração entre essas tecnologias representa uma solução prática e acessível para pequenas empresas que buscam modernizar sua gestão documental e aproximar-se da transformação digital.

Palavras-chave: OCR; LLM; ETL; digitalização de documentos; análise de dados.

INTRODUÇÃO

Em um cenário onde a transformação digital se torna fator essencial para a competitividade, muitas empresas ainda enfrentam dificuldades em converter seus processos para o ambiente digital. Conforme a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2022), cerca de 66% das micro e pequenas empresas brasileiras estão nos níveis iniciais de maturidade digital, e 18% ainda operam de forma totalmente analógica, o que evidencia o atraso na digitalização de informações e a dependência de registros físicos. Esse contexto é especialmente relevante em pequenos empreendimentos, nos quais a gestão documental e o controle de vendas continuam sendo realizados de forma manual, limitando a análise de dados e a tomada de decisão. Nesse contexto, os processos de Extração, Transformação e Carga (ETL), aliados às tecnologias de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLM), apresentam-se como alternativas promissoras para a digitalização e padronização de dados desestruturados.

[1]Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Com base nesse panorama, este trabalho propõe a integração entre OCR, LLM e ETL como solução tecnológica para a digitalização, padronização e análise de documentos comerciais manuscritos, aplicando essas ferramentas em um estudo real realizado com uma empresa do setor madeireiro. O objetivo é demonstrar que a combinação dessas tecnologias pode não apenas automatizar o processo de extração de dados desestruturados, mas também gerar informações estratégicas, contribuindo para a modernização e eficiência das pequenas empresas diante da transformação digital.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada e de caráter exploratório, sendo conduzida a partir de documentos reais cedidos por uma empresa doadora. O método utilizado foi a pesquisa-ação, permitindo o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo das etapas do projeto.

Inicialmente, os documentos físicos foram digitalizados e processados por meio do Google Cloud Vision OCR, responsável pela conversão das imagens em texto editável. Em seguida, os resultados foram submetidos a um Modelo de Linguagem de Grande Escala (LLM), instruído através de um prompt específico, com o objetivo de corrigir inconsistências, validar contextos e padronizar descrições.

Por fim, os dados tratados foram organizados e analisados com auxílio da biblioteca Pandas, em ambiente Google Colab, compondo o pipeline completo de ETL. Essa integração possibilitou a criação de uma base tabular estruturada, pronta para análise, com custo operacional nulo e alta replicabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O pipeline desenvolvido foi composto por três etapas principais: extração de texto (OCR), validação semântica (LLM) e tratamento e análise (ETL/Pandas). Todos aplicados sobre um conjunto de aproximadamente 600 imagens digitalizadas de blocos de orçamento manuscritos.

Na primeira fase, o Google Cloud Vision OCR apresentou desempenho superior ao Tesseract OCR, principalmente na leitura de caracteres irregulares e desalinhados. Embora tenha havido limitações na extração de valores monetários e nomes próprios, a taxa média de acurácia foi de 82,9%, conforme verificação manual e comparativa com um dataset de referência elaborado pelo autor. Essa taxa foi calculada a partir da correspondência entre letras e números reconhecidos, evidenciando que o OCR conseguiu gerar uma base suficientemente coerente para a etapa seguinte de correção semântica.

Na segunda fase, o LLM foi aplicado para revisar e padronizar os textos extraídos, corrigindo erros de digitação, unidades de medida e descrições de produtos. O modelo interpretou expressões incorretas, como “Pretallo tolvade vedio”, transformando-as em “Retalho tábua de cedro”, e padronizou medidas e formatações. De acordo com Carraro (2024), esse tipo de refinamento é possível graças à engenharia de prompts, técnica que orienta o comportamento do modelo de linguagem por meio de instruções estruturadas. Após o processamento pelo LLM,

houve uma melhora de 130% no número de linhas completamente corretas, comprovando a eficiência da integração entre as duas tecnologias.

Por fim, na etapa de análise e tratamento (ETL), os dados corrigidos foram processados com Python e Pandas no ambiente Google Colab, onde foram geradas tabelas e gráficos representativos. Entre os resultados obtidos, destacam-se:

- Gráfico de principais compradores do semestre, evidenciando concentração de vendas em poucos clientes-chave;
- Distribuição de vendas por tipo de madeira, revelando padrões de demanda e sazonalidade;
- Cálculo do total de descontos aplicados, que resultou em ajustes internos no setor comercial da empresa.

Essas análises demonstraram a capacidade do pipeline em converter dados não estruturados em indicadores reais de desempenho, permitindo à empresa identificar falhas de registro, duplicidades e oportunidades de melhoria. Além disso, o tempo de processamento foi reduzido drasticamente: enquanto a digitação manual de 50 registros levava mais de três horas, a digitalização automatizada de cerca de 600 registros foi concluída em menos de duas horas.

Esses resultados confirmam o potencial da integração entre OCR, LLM e ETL como ferramenta prática para o avanço da digitalização em pequenas empresas, validando o modelo proposto como uma solução acessível e tecnicamente eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a combinação entre OCR, LLM e ETL constitui uma solução viável e de baixo custo para a digitalização e análise de documentos comerciais não estruturados. O método proposto reduziu significativamente o tempo de processamento, aumentou a consistência dos dados e gerou insights relevantes para a empresa estudada.

Como aprimoramento futuro, recomenda-se a automação completa do pipeline, transformando-o em um sistema autônomo capaz de executar todas as etapas de forma integrada. Além disso, a substituição de planilhas por um banco de dados relacional pode ampliar o desempenho e a escalabilidade da solução.

O estudo reforça o potencial da integração entre inteligência artificial e análise de dados como caminho para a modernização da gestão documental em pequenas empresas, contribuindo para sua inserção efetiva na transformação digital.

REFERÊNCIAS

ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Maturidade Digital das MPEs Brasileiras. Portal FGV, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://api.abdi.com.br/file-manager/upload/files/Mapa_da_Digitaliza%C3%A7%C3%A3o_das_MPEs_Brasileiras__1___1_.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

CARRARO, Fabrício. **O que é Engenharia de Prompt e quais as suas principais técnicas? Aprenda a escrever um bom comando para IA.** Alura, São Paulo, 07 fev. 2024. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/engenharia-prompt?srsltid=AfmBOoqNUaayZxMsBwNfEy4swe3kvTlil3_3OVfS2NJJ9MzAQHaZQqo8. Acesso em: 14 set. 2025.

RECONHECIMENTO FACIAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR

Categoria: Artigo de Pesquisa Aplicada

Humberto Pohlenz[1]
Daniel Antonio Conte[2]

Resumo – Este artigo apresenta o desenvolvimento de uma ferramenta de reconhecimento facial aplicada ao ambiente escolar com o objetivo de automatizar o processo de registro de presença dos alunos e otimizar o tempo pedagógico dos professores. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e experimental, com abordagem quantitativa e qualitativa. O protótipo foi desenvolvido utilizando bibliotecas de visão computacional, como OpenCV e face_recognition, com processamento local de imagens capturadas em ambiente de sala de aula. Resultados simulados indicam que o sistema pode reduzir o tempo destinado à chamada manual, apresentando acurácia satisfatória em testes realizados até o momento, respeitando limitações decorrentes de iluminação, ângulos de captura e oclusões faciais. Conclui-se que a ferramenta apresenta potencial para apoiar a modernização de rotinas administrativas escolares, contribuindo para um melhor aproveitamento do tempo de aula e maior precisão no controle de presença, sem abrir mão da supervisão humana e do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Palavras-chave: visão computacional; automação; deep learning.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de Inteligência Artificial e Visão Computacional tem possibilitado a automatização de tarefas rotineiras em diversos setores da sociedade. No contexto educacional, um dos processos mais recorrentes e demorados é o registro de presença dos alunos em sala de aula, tradicionalmente realizado de maneira manual. Esse método, além de consumir tempo pedagógico, está sujeito a falhas, como esquecimentos, marcações incorretas ou até mesmo fraudes entre os estudantes. Diante desse cenário, surge a necessidade de soluções tecnológicas que tornem esse processo mais ágil, seguro e preciso.

Nesse contexto, o reconhecimento facial destaca-se como uma tecnologia promissora para automatizar a chamada escolar, uma vez que permite identificar indivíduos por meio de características únicas de seus rostos, sem necessidade de intervenção manual. A aplicação dessa técnica em instituições de ensino pode contribuir para a modernização da gestão acadêmica, garantindo maior eficiência no controle de presença e oferecendo dados mais confiáveis à administração escolar.

[1] Humberto Pohlenz do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Daniel Antonio Conte do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A escolha desta temática justifica-se pela crescente demanda por sistemas automatizados e pelo potencial impacto positivo na rotina de professores e alunos. Além disso, o uso de ferramentas de código aberto, como a biblioteca OpenCV e a face_recognition, amplia o acesso a essa tecnologia, permitindo que soluções funcionais sejam desenvolvidas com baixo custo e em máquinas de desempenho comum, como computadores presentes em laboratórios escolares.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo desenvolver uma aplicação capaz de realizar a chamada automática de alunos por meio de reconhecimento facial, utilizando bibliotecas como OpenCV e face_recognition. Especificamente, busca-se detectar rostos em tempo real, comparar as faces capturadas com uma base de dados previamente cadastrada e registrar automaticamente a presença dos alunos.

A relevância deste estudo se manifesta tanto no âmbito teórico, por contribuir com discussões sobre a aplicação da visão computacional em ambientes educacionais, quanto no âmbito prático, por propor uma solução que otimiza processos administrativos e pode ser adaptada a diferentes realidades escolares. Contudo, reconhece-se a importância da supervisão humana para garantir a confiabilidade do sistema, especialmente em situações de baixa iluminação, mudanças na aparência dos alunos ou limitações técnicas da ferramenta.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e qualitativa, e caráter exploratório e experimental. O estudo envolve o desenvolvimento e a validação de uma aplicação para registro automático de presença por reconhecimento facial. Serão utilizados 10 participantes voluntários em ambiente simulado. O sistema será avaliado por métricas de acurácia, precisão,bem como pela percepção quanto à usabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação desenvolvida foi testada com o objetivo de verificar sua eficiência na identificação automática por meio de reconhecimento facial. As imagens utilizadas para treinamento e cadastro dos rostos foram capturadas com um iPhone 13, garantindo boa resolução e nitidez. Os testes foram realizados com grupos de alunos posicionados a uma distância de até quatro metros da câmera.

Em condições adequadas — isto é, com boa iluminação, rostos totalmente visíveis e ausência de acessórios como bonés ou capuzes — o sistema obteve desempenho satisfatório, alcançando 100% de acurácia no reconhecimento facial dos estudantes presentes. Nesses cenários, o algoritmo conseguiu detectar, codificar e comparar corretamente os embeddings faciais armazenados na base de dados, registrando automaticamente a presença dos alunos de maneira rápida e sem falhas aparentes.

Contudo, quando foram inseridas condições adversas, como iluminação precária ou o uso de bonés e capuzes, a taxa de reconhecimento sofreu queda significativa, atingindo aproximadamente 70% de acurácia. Nessas situações, foram observados casos de não reconhecimento de alunos presentes (falsos negativos) e, em menor escala, erros de identificação incorreta (falsos positivos). Esses resultados indicam que a obstrução parcial do rosto e a falta de

iluminação adequada interferem diretamente na qualidade dos embeddings gerados, dificultando a comparação com a base de dados.

Os achados deste trabalho estão em conformidade com a literatura. Wang e Deng (2018) destacam que variações de iluminação, oclusões faciais e mudanças de ângulo são fatores críticos que reduzem o desempenho de sistemas baseados em redes neurais convolucionais para reconhecimento facial. Da mesma forma, indica que a etapa de detecção e alinhamento facial é altamente sensível à visibilidade dos pontos de referência do rosto, o que explica a queda de acurácia observada em testes com bonés e capuzes. Além disso, Guo e Zhang (2019) apontam que técnicas baseadas em embeddings faciais apresentam resultados superiores às abordagens tradicionais, desde que as condições de captura de imagem sejam adequadas — o que também foi confirmado neste experimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, os resultados demonstram que o sistema proposto é eficiente e viável para aplicação quando utilizado em condições adequadas de iluminação e com os rostos totalmente visíveis, sem o uso de bonés, capuzes ou outros acessórios que comprometam a detecção facial. Nessas circunstâncias, o sistema apresentou desempenho máximo, registrando corretamente todos os presentes.

Contudo, verificou-se que fatores como iluminação insuficiente, mudanças de ângulo e obstruções parciais do rosto influenciam diretamente a acurácia do reconhecimento facial, reduzindo os índices de acerto para aproximadamente 70%. Tais limitações reforçam que, embora a tecnologia seja funcional, ela ainda depende de condições controladas para garantir resultados consistentes. Por esse motivo, recomenda-se a supervisão humana durante a utilização do sistema, a fim de validar os registros de presença e solucionar eventuais falhas de identificação.

Os resultados obtidos confirmam os objetivos propostos e evidenciam o potencial do reconhecimento facial como ferramenta de apoio à gestão escolar, tornando a chamada mais rápida, precisa e menos suscetível a erros humanos. Além disso, demonstram que soluções tecnológicas baseadas em bibliotecas de código aberto, como OpenCV e face_recognition, podem ser implementadas com baixo custo e aplicadas na realidade de escolas públicas ou privadas.

Como perspectivas futuras, sugere-se a integração de modelos baseados em redes neurais convolucionais mais avançadas, capazes de reconhecer rostos mesmo em condições desfavoráveis, como variações de iluminação ou presença de acessórios. Também se recomenda o aprimoramento do banco de dados de imagens, com múltiplas fotos por aluno em diferentes ângulos e expressões, além da inclusão de mecanismos de tratamento de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Suhaani; BHANGALE, Tejashree; PAUL, Austin; MORE, Jyoti.Face Recognition Using Python and OpenCV: Review. 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/378391379_Face_Recognition_Using_Python_and_OpenCV_Review.Acesso em: 18 out. 2025.

GEITGEY, Adam. Machine Learning is Fun! Part 4: Modern Face Recognition with Deep Learning. Medium, 2016. Disponível em: https://medium.com/@ageitgey/machine-learning-is-fun-part-4-modern-face-recognition-with-deep-learning-c3cffc121d78.Acesso em: 27 out. 2025.

GUO, Guodong; ZHANG, Na. A survey on deep learning based face recognition. Computer Vision and Image Understanding, v. 189, p. 102805, dez. 2019. Elsevier. DOI:10.1016/j.cviu.2019.102805. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1077314219301183.Acesso em: 27 out. 2025.

HE, Kaiming et al. Deep residual learning for image recognition. In: IEEE Conference on Computer Vision and Pattern Recognition (CVPR), 2016, Las Vegas. Proceedings [...]. p. 770–778. DOI: 10.1109/CVPR.2016.90. Disponível em: https://openaccess.thecvf.com/content_cvpr_2016/html/He_Deep_Residual_Learning_CVPR_2016_paper.html.Acesso em: 29 out. 2025.

IBM. What Is Artificial Intelligence (AI)? IBM Think, 2025. Disponível em: https://www.ibm.com/think/topics/artificial-intelligence.Acesso em: 29 out. 2025.

KING, Davis E. Dlib-ml: A Machine Learning Toolkit. Journal of Machine Learning Research, v. 10, p. 1755–1758, 2009. Disponível em: https://www.jmlr.org/papers/volume10/king09a/king09a.pdf.Acesso em: 28 out. 2025.

SHAFI, Zaid Bin. Real Time Object Detection and Tracking Using OpenCV. International Journal of Scientific Research & Engineering Trends, v. 8, n. 2, Mar–Apr 2022. Disponível em: https://ijsret.com/wp-content/uploads/2022/03/IJSRET_V8_issue2_235.pdf.Acesso em: 20 out. 2025.

SZELISKI, Richard. Computer Vision: Algorithms and Applications. London; New York: Springer Science & Business Media, 2011. Disponível em: https://szeliski.org/Book/.Acesso em: 29 out. 2025.

TRIGUEROS, Daniel S.; CARNEIRO, Gilberto; RIVERA, Ana. Face Recognition: From Traditional to Deep Learning Methods. arXiv preprint, arXiv:1811.00116, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1811.00116.Acesso em: 29 out. 2025.

TURK, Matthew; PENTLAND, Alex. Eigenfaces for recognition. Journal of Cognitive Neuroscience, v. 3, n. 1, p. 71–86, 1991. DOI: 10.1162/jocn.1991.3.1.71. Disponível em: https://direct.mit.edu/jocn/article/3/1/71/3025.Acesso em: 29 out. 2025.

WANG, Mei; DENG, Weihong. Deep Face Recognition: A Survey. arXiv preprint, 1804.06655, 2018. Disponível em: https://www.arxiv.org/pdf/1804.06655.Acesso em: 29 out. 2025.

TRANSFORMANDO DADOS EM INFORMAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO COM INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Murilo Donato Castilho[1]
Carlos Alberto Zorzo[2]

Resumo – Este trabalho apresenta o desenvolvimento e a aplicação de um dashboard interativo no Power BI com o objetivo de monitorar e analisar os principais indicadores de avaliação do Ministério da Educação (MEC) — ENADE, CPC, IDD e IGC — nos cursos de graduação da UNIARP. A iniciativa visa fornecer subsídios para a tomada de decisão estratégica por meio da visualização clara e integrada dos dados institucionais. A análise dos resultados permitiu identificar tendências, pontos fortes e fragilidades nos cursos, possibilitando a adoção de ações corretivas e melhorias contínuas. A utilização de ferramentas de BI na gestão acadêmica mostrou-se eficaz, contribuindo significativamente para a qualidade do ensino superior oferecido pela instituição.

Palavras-chave: power BI; indicadores educacionais; gestão acadêmica; business intelligence.

INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino superior brasileiro é avaliada por meio de indicadores como ENADE, CPC, IDD e IGC, definidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituído pela Lei nº 10.861/2004 (Brasil, 2004). Esses indicadores permitem mensurar o desempenho institucional e subsidiar decisões estratégicas das Instituições de Ensino Superior (IES).

Muitas instituições ainda enfrentam dificuldades em centralizar e interpretar os dados educacionais de maneira eficiente. Nesse contexto, o Business Intelligence (BI) surge como uma ferramenta essencial para transformar dados em informações úteis à tomada de decisão (Oliveira et al., 2022).

O presente estudo tem como objetivo desenvolver e aplicar um dashboard no Power BI capaz de consolidar e analisar os indicadores de qualidade da UNIARP, fornecendo uma visão integrada do desempenho institucional ao longo do tempo. A pesquisa busca responder como o BI pode apoiar a gestão acadêmica e promover melhorias contínuas na qualidade do ensino superior. (Lopes; Guimarães, 2023).

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e aplicada, com abordagem qualitativa. Foram utilizados dados secundários obtidos no portal do INEP referentes aos indicadores ENADE, CPC, IDD e IGC dos cursos de graduação da UNIARP, abrangendo o período de 2004 a 2023 (INEP, 2023).

O processo metodológico seguiu as etapas clássicas do BI: extração, transformação e carregamento (ETL). Os dados coletados em planilhas CSV e XLSX foram tratados no Power Query, padronizando nomes de cursos, formatos de data e eliminando inconsistências.

Figura 1 – Fluxograma do Processo ETL.

Etapa	Descrição
Extração	Coleta de dados de fontes como planilhas Excel, bancos de dados ou APIs.
Transformação	Padronização, limpeza e enriquecimento dos dados para garantir consistência.
Carga	Inserção dos dados processados em um *Data Warehouse* ou banco de dados.

Fonte: Os autores (2025).

Em seguida, os dados foram importados para o Power BI Desktop, onde foram criados relacionamentos e medidas utilizando a linguagem DAX (Data Analysis Expressions). Essas medidas permitiram calcular médias, somatórios e variações percentuais entre períodos.

Foram aplicados princípios de design de dashboards, priorizando clareza, interatividade e legibilidade das informações (Ferreira, 2023). As visualizações incluíram gráficos de linha para evolução temporal, cartões para valores atuais e segmentações por curso e ano.

Para justificar a escolha da ferramenta, realizou-se comparação entre Power BI, Tableau e QlikView, destacando-se o primeiro pela integração com o ecossistema Microsoft, custo acessível e facilidade de uso (Silva, 2023).

Figura 2 – Comparação de Ferramentas de BI.

Ferramenta	Vantagens	Limitações
Power BI	Integração com Microsoft, custo acessível, interface amigável	Curva de aprendizado para DAX
Tableau	Visualizações avançadas, flexibilidade	Custos elevados
QlikView	Análises associativas, alta escalabilidade	Interface menos intuitiva

Fonte: Os autores (2025).

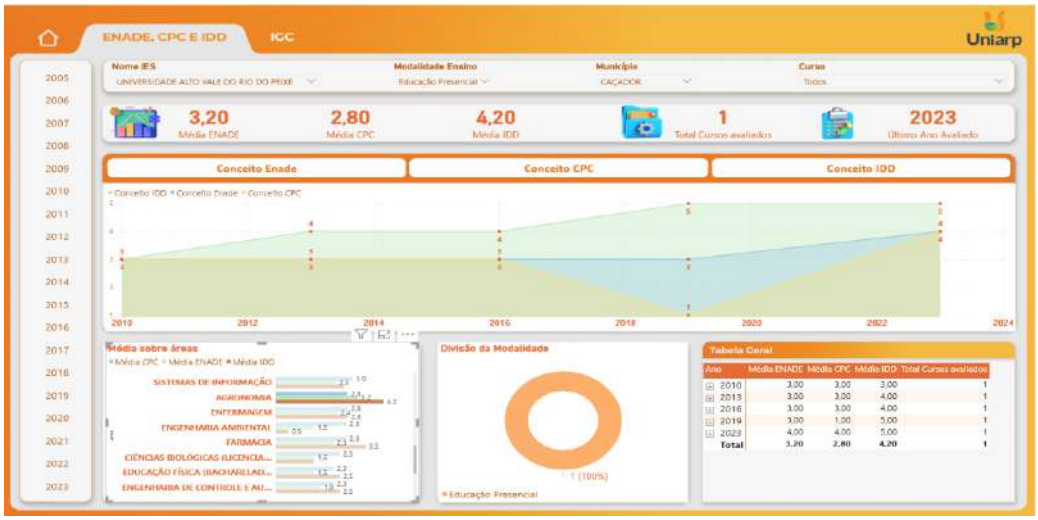
A última etapa consistiu na publicação do painel no Power BI Service, permitindo acesso remoto, colaboração entre usuários e atualização automática dos dados. Essa integração garantiu a transparência e reprodutibilidade dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O dashboard desenvolvido possibilitou a análise integrada dos principais indicadores de qualidade da UNIARP. A ferramenta apresenta filtros interativos que permitem comparar cursos, anos e indicadores de forma dinâmica.

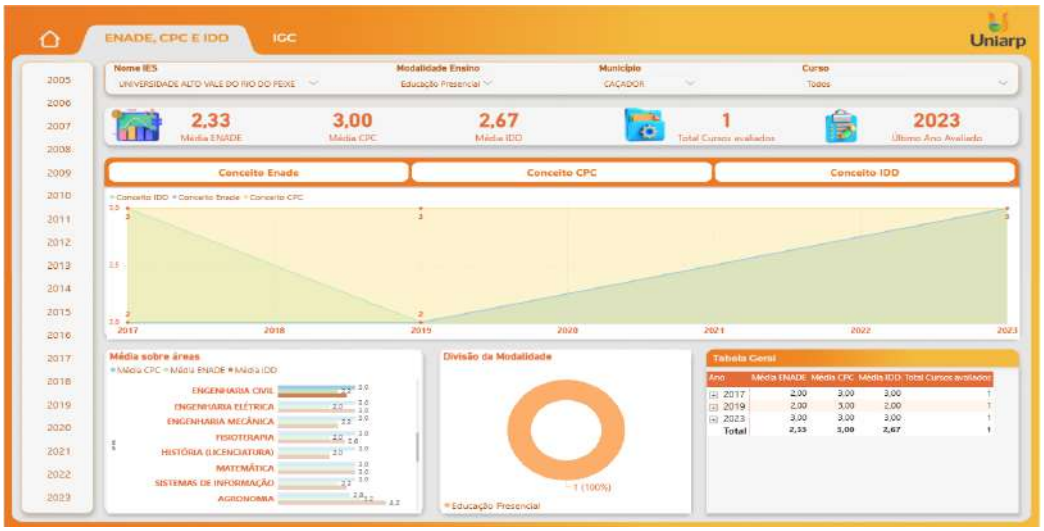
A análise revelou que alguns cursos, como Agronomia, apresentaram evolução significativa no ENADE entre 2019 e 2023, passando de conceito 3 para 4. Já Engenharia Civil manteve estabilidade até 2019, mas apresentou crescimento posterior de um ponto em 2023.

Figura 3 – Dashboard criado visualizando ENADE em Agronomia.



Fonte: Os autores (2025).

Figura 4 – Dashboard criado visualizando ENADE em Engenharia Civil.



Fonte: Os autores (2025).

Essas visualizações demonstram a capacidade do BI de evidenciar tendências e apoiar a gestão baseada em evidências. Além disso, observou-se correlação positiva entre IDD e CPC: cursos com IDD acima de 1 tendem a obter CPC 4 ou 5 (Lopes; Guimarães, 2023).

O uso de dashboards interativos promove maior engajamento entre gestores e docentes, permitindo decisões rápidas e precisas. O BI mostrou-se eficaz para identificar fragilidades e orientar ações corretivas em tempo hábil. Conforme Costa (2025), os principais desafios ainda envolvem a qualidade dos dados e a capacitação de usuários, mas os benefícios superam amplamente as barreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu seu objetivo ao desenvolver um dashboard no Power BI que integra e analisa os indicadores ENADE, CPC, IDD e IGC dos cursos da UNIARP, possibilitando uma visão ampla e dinâmica da qualidade institucional. A aplicação de BI na gestão educacional demonstrou ser um recurso acessível e eficiente para transformar dados em informações estratégicas.

A solução proposta oferece benefícios como transparência, precisão e suporte à tomada de decisão, além de fortalecer a cultura de dados na instituição. A metodologia empregada mostrou-se replicável para outras IES, contribuindo para a modernização da gestão acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

CAVALCANTE, K. C. R.; FRASÃO, C. C.; LIMA, J. O. A contribuição dos indicadores de qualidade do ensino superior para gestão nas instituições. Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, v. 6, n. 1, p. 83–92, 2024. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/323. Acesso em: 3 jul. 2025.

COSTA, M. A. Os desafios para a utilização plena do Business Intelligence em instituições de ensino superior. Liceu Online, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1–15, 2025. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/download/1952/1243/13851. Acesso em: 3 jul. 2025.

FERREIRA, L. M. Análise do uso de dashboard como ferramenta de apoio à tomada de decisão na educação superior. RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 1–12, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/renote/article/download/134356/89311. Acesso em: 3 jul. 2025

INEP. Painel BI do Censo da Educação Superior como ferramenta de análise. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/painel-de-bi-do-censo-da-educacao-superior-deed-inep.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

LOPES, M. V. S.; GUIMARÃES, J. C. Indicadores de qualidade na educação superior brasileira: uma análise do ENADE nos cursos EAD/UFPI. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 16, n. 1, p. 465–492, 2023. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/20728. Acesso em: 3 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. C. de et al. Uma experiência com Business Intelligence para apoiar a gestão acadêmica em uma universidade federal brasileira. Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, Porto, n. 46, p. 5–20, 2022. Disponível em: https://scielo.pt/pdf/rist/n46/1646-9895-rist-46-5.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, J. M. da. Utilizando data warehouse e business intelligence para aprimorar a gestão educacional. Revista Tópicos, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1–15, 2023.

COMPARAÇÃO ENTRE POWER BI E PYTHON PARA CRIAÇÃO DE DASHBOARDS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Edison Huan Margoti[1]
Carlos Alberto Zorzo[2]

Resumo – A análise de dados, muito útil atualmente, demanda ferramentas que transformem informações em indicadores visuais. Esse trabalho aborda uma comparação entre o Power BI e os recursos do Python para a criação de dashboards, tendo por objetivo identificar as limitações, vantagens e desvantagens de cada uma delas. A metodologia utilizada combina uma pesquisa teórica sobre Business Intelligence com um desenvolvimento prático. Os resultados foram analisados pelos critérios da facilidade de uso, personalização e tempo de implementação. Foi percebido que o Power BI se sobressai pela interface intuitiva e rapidez, sendo ideal para analistas de negócios, iniciantes ou equipes iniciantes no Business Intelligence enquanto Python, com suas bibliotecas, oferece flexibilidade e personalização inigualáveis, atendendo a demandas de desenvolvedores e cientistas de dados os quais são mais avançados no mesmo tema. Conclui-se que a seleção da ferramenta fica dependendo das necessidades do projeto e disponibilidade de mão de obra especializada.

Palavras-chave: indicadores; banco de dados; analise; tabelas; visualização de dados.

INTRODUÇÃO

A análise de dados tem ganhado cada vez mais espaço em diversos setores, aumentando a necessidade de ferramentas eficientes para transformar grandes volumes de informação em indicadores visuais. Entre as principais opções disponíveis para a criação de dashboards, Python e Power BI se destacam por algumas características distintas.

O Python, através de bibliotecas como Pandas, Matplotlib e Plotly, oferece um alto nível de personalização sobre os dados, sendo muito utilizado por cientistas de dados e desenvolvedores. Já o Power BI, desenvolvido pela Microsoft, se destaca por sua interface intuitiva e integração facilitada com diferentes fontes de dados, sendo uma escolha popular entre analistas de negócios.

A relação entre essas ferramentas e sua aplicação no contexto atual da análise de dados torna-se um tema de interesse, especialmente considerando a crescente digitalização e a necessidade de tomada de decisão baseada em dados. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma comparação entre Python e Power BI, permitindo compreender suas vantagens e

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

limitações, auxiliando profissionais e empresas na escolha da ferramenta que mais se adequa às suas necessidades.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste numa revisão bibliográfica sobre os conceitos associado à Business Intelligence, a ferramenta Microsoft Power BI e a linguagem de programação de computadores Python e suas bibliotecas para tratamento e visualização de dados.

A partir do embasamento teórico sobre os assuntos acima citados, será desenvolvido um dashboard com as ferramentas Power BI e os recursos do Python para o tratamento e visualização de dados. O objetivo com isto é poder entender os recursos de cada uma das ferramentas, permitindo a sua comparação.

Por fim, um artigo científico será inscrito com os conhecimentos sistematizados a partir do trabalho realizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Business Intelligence (BI), ou Inteligência de Negócios, é um conjunto de estratégias, processos, tecnologias e ferramentas dedicado a transformar dados brutos em informações relevantes para tomar decisões em todos os níveis organizacionais. Segundo Turban et al. (2009) implica na transformação de dados em informações, depois em decisões e, finalmente, em ações, o que deixa evidente o valor que o BI proporciona as empresas.

Para Barbieri (2001), o BI envolve a utilização de diferentes fontes de informação para extração de informações úteis para a definição de estratégias competitivas, reforçando seu caráter estratégico nas organizações. Da mesma forma, Serra (2002) destaca que o BI consolida tecnologias e tipos de dados distintos, estruturados e não estruturados em um ambiente acessível e disponível a qualquer momento.

O Power BI é uma ferramenta de Business Intelligence desenvolvida pela Microsoft para transformar dados brutos em informações visuais, acessíveis e interativas, permitindo assim uma tomada de decisão mais ágil e assertiva. Segundo Gartner (2023), o Power BI se destaca por sua boa aceitação no mercado e por combinar usabilidade, integração com várias fontes de dados (sistemas ERP, CRM, bancos de dados SQL e NoSQL, planilhas, APIs e serviços de nuvem) e funções avançadas de visualização, desenvolvendo uma cultura corporativa com visão para os dados.

Python é uma linguagem de programação de alto nível, interpretada e multiparadigma, muito utilizada para análise de dados, automação de processos e criação de dashboards. É muito popular pois há uma combinação de simplicidade sintática, flexibilidade e robustez, além de um grande ecossistema de bibliotecas especializadas para diversas funcionalidades, como visualização de dados, análise estatística e integração com diferentes sistemas (Perkovic, 2022).

O Python foi usado inicialmente para gerar uma estrutura especifica de duas tabelas de formato .xlsx, que serão usadas para alimentar os dashboards, elas são fEntradas e fSaidas.

Lembrando que todos os dados apresentados ao decorrer do desenvolvimento e apresentação do trabalho são fictícios. A Figura 1, Figura 2 e Figura 3 apresentam os códigos para a geração dos dados.

Figura 1 – Parte do código gerador de dados 1.

```python
import pandas as pd
from faker import Faker
import random
from datetime import datetime, timedelta, date
import binascii
import os
from pathlib import Path

# --- INICIALIZAÇÃO E FUNÇÕES AUXILIARES ---

# Inicializa o Faker para gerar dados em português
fake = Faker('pt_BR')

def generate_objectid():
    """Gera uma string hexadecimal de 12 bytes, similar ao ObjectId do MongoDB."""
    return binascii.hexlify(os.urandom(12)).decode('ascii')

print("Iniciando geração de dados mestres...")

# --- 1. GERAÇÃO DOS DADOS MESTRES (Para manter a consistência) ---

# a) Lista de Empresas
empresas_nomes = ['Filial SP', 'Filial SC', 'Filial MG', 'Filial RJ']
empresas_list = []
for nome in empresas_nomes:
    empresas_list.append({
        'EmpresaID': generate_objectid(),
        'Empresa': nome
    })
print(f"Empresas (Filiais) definidas: {[e['Empresa'] for e in empresas_list]}")
```

Fonte: O Autor (2025).

Figura 2 – Parte do código gerador de dados 2.

```python
print("Gerando fSaidas...")
NUM_LANCAMENTOS_SAIDAS = 5000
fsaidas_data = []

# Definindo o novo intervalo de datas (2024 e 2025)
start_date = datetime(2024, 1, 1).date() # Usando .date() para consistência
end_date = datetime(2025, 12, 31).date() # Usando .date() para consistência
hoje = date(2025, 10, 29) # Data atual para simulação

for _ in range(NUM_LANCAMENTOS_SAIDAS):
    # Escolhe um mestre aleatório
    empresa_escolhida = random.choice(empresas_list)
    fornecedor_escolhido = random.choice(fornecedores_list)
    plano_escolhido = random.choice(plano_saidas)

    # Define datas
    data_competencia = fake.date_between_dates(date_start=start_date, date_end=end_date)
    data_vencimento = data_competencia + timedelta(days=random.randint(10, 45))

    # Define status de pagamento
    if data_competencia > hoje:
        pago = random.choices([True, False], weights=[0.1, 0.9], k=1)[0] # 10% pago (adiantado)
    else:
        pago = random.choices([True, False], weights=[0.8, 0.2], k=1)[0] # 80% pago (passado)

    data_pagamento = None
    valor_pago = 0.0
    valor_saida = round(random.uniform(50.0, 4500.0), 2) # Valor provisionado

    if pago:
        data_pagamento = fake.date_between_dates(date_start=data_competencia, date_end=data_vencimento + timedelta(days=5))

        if random.random() < 0.05:
            valor_pago = round(valor_saida * random.uniform(0.98, 1.05), 2)
        else:
            valor_pago = valor_saida
```

Fonte: O Autor (2025).

Figura 3 – Parte do código gerador de dados 3.

```
    fsaidas_data.append({
        'id': generate_objectid(),
        'Fornecedor': fornecedor_escolhido['Fornecedor'],
        'FornecedorID': fornecedor_escolhido['FornecedorID'],
        'DataCompetencia': data_competencia,
        'DataPagamento': data_pagamento,
        'DataVencimento': data_vencimento,
        'Empresa': empresa_escolhida['Empresa'],
        'EmpresaID': empresa_escolhida['EmpresaID'],
        'Pago': pago,
        'PlanoDeConta': plano_escolhido['PlanoDeConta'],
        'PlanoDeContaID': plano_escolhido['PlanoDeContaID'],
        'Saida': valor_saida,
        'ValorPago': valor_pago
    })

fSaidas = pd.DataFrame(fsaidas_data)
for col in ['DataCompetencia', 'DataPagamento', 'DataVencimento']:
    fSaidas[col] = pd.to_datetime(fSaidas[col]).dt.strftime('%Y-%m-%d').replace('NaT', None)


# --- 3. GERAÇÃO DA TABELA fEntradas (Estrutura espelhada) ---

print("Gerando fEntradas...")
NUM_LANCAMENTOS_ENTRADAS = 5000
fentradas_data = []

# (As datas start_date, end_date e hoje já foram definidas acima)

for _ in range(NUM_LANCAMENTOS_ENTRADAS):
    empresa_escolhida = random.choice(empresas_list)
    cliente_escolhido = random.choice(clientes_list)
    plano_escolhido = random.choice(plano_entradas)

    data_competencia = fake.date_between_dates(date_start=start_date, date_end=end_date)
    data_vencimento = data_competencia + timedelta(days=random.randint(5, 30))
```

Fonte: O Autor (2025).

A partir da criação do dashboard com o Power BI foi possível então comparar os recursos do Microsoft Power BI e do Python na confecção de dashboards.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho atingiu o objetivo proposto que era comparar o Microsoft Power BI e os recursos da linguagem de programação de computadores Python para a criação e visualização de dados. Ambas as ferramentas possuem recursos para a integração de dados de diferentes fontes, tratamento e manipulação de dados, e recursos avançados para a visualização e segmentação de dados com vistas à implementação de indicadores de qualidade (KPI). Entretanto, atendem a usuários e finalidades um pouco diferentes. O Microsoft Power BI possui uma interface mais intuitiva e possibilita maior rapidez para a criação de dashboards de dados. Da mesma forma, não exige conhecimentos técnicos avançados, sendo indicado para analistas de negócios, iniciantes ou equipes iniciantes no Business Intelligence. Por outro lado, o Python, com sua grande variedade de bibliotecas, oferece flexibilidade e personalização inigualáveis, exigindo conhecimentos mais técnicas e atendendo a demandas de desenvolvedores e cientistas de dados.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Carlos. **Inteligência competitiva:** instrumento de gestão estratégica nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GARTNER. **Gartner® Market Guide 2023 for Augmented Analytics Focuses on the Impact of Generative AI and Domain-Specificity**. WhizAI, [*s. l.*], 07 nov. 2023. Disponível em: https://www.whiz.ai/resources/whitepaper-and-report/gartner-r-market-guide-2023-for-augmented-analytics-focuses-on-the-impact-of-generative-ai-and-domain-specificity. Acesso em: 27 out. 2025.

PERKOVIC, Ljubomir. **Introdução à computação usando Python:** um foco no desenvolvimento de aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2022. Livro eletrônico. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521630937. Acesso em: 22 out. 2025.

SERRA, Laércio. **Business Intelligence:** como transformar dados em informações e informações em decisões. São Paulo: Atlas, 2002.

TURBAN, Efraim *et al*. **Business Intelligence:** A Managerial Approach. Upper Saddle River: Pearson, 2009.

USO DE MODELOS DE LINGUAGEM EM SISTEMAS COM INFORMAÇÕES PERSONALIZADAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Dionathan Domingues Mazzotti[1]
Carlos Alberto Zorzo[2]

Resumo – Os Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs) demonstram notável capacidade de compreender a linguagem natural e gerar respostas coerentes e contextualizadas em diversos domínios do conhecimento. Apesar desses avanços, esses modelos ainda enfrentam limitações significativas quando aplicados a ambientes que exigem acesso a informações altamente específicas, restritas ou confidenciais. Para superar esse desafio e aumentar a relevância e a precisão das respostas, é possível integrar tecnologias complementares, como o Ollama e a arquitetura Retrieval-Augmented Generation (RAG). O Ollama possibilita a execução e o gerenciamento local de modelos de linguagem, garantindo maior privacidade, segurança e controle sobre os dados e os recursos computacionais utilizados. Já o método RAG permite que o modelo recupere e incorpore informações externas provenientes de bases de dados, repositórios de documentos ou fontes de conhecimento personalizadas, enriquecendo as respostas com conteúdos atualizados e contextualmente adequados. A integração dessas duas tecnologias resulta em uma solução poderosa e flexível, capaz de produzir respostas personalizadas, contextualizadas e confiáveis, alinhadas às necessidades específicas de ambientes corporativos, acadêmicos ou de pesquisa.

Palavras-chave: inteligência artificial; modelos de linguagem; Ollama; recuperação aumentada por geração; personalização de respostas.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) tem avançado rapidamente, tornando-se um dos campos mais influentes da ciência da computação moderna. Segundo Russell e Norvig (2021), a IA é a disciplina que busca desenvolver sistemas capazes de realizar tarefas que exigem inteligência humana, como reconhecimento de padrões, raciocínio e aprendizado a partir de dados. Dentro desse vasto campo, os modelos de linguagem de grande porte (Large Language Models – LLMs) representam uma das inovações mais notáveis dos últimos anos, ao permitir que sistemas computacionais compreendam e gerem texto com coerência e contextualização, aproximando-se da comunicação humana.

De acordo com Minaee et al. (2024), os LLMs utilizam grandes volumes de dados textuais e arquiteturas de redes neurais profundas, como os Transformers, para aprender relações

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

semânticas complexas e gerar respostas contextualizadas. Modelos como o GPT, da OpenAI, e o LLaMA, desenvolvido pela Meta AI, são exemplos marcantes dessa tecnologia, sendo amplamente aplicados em tarefas de tradução automática, análise de texto, geração de conteúdo e chatbots interativos (Touvron et al., 2023). Esses avanços transformaram os LLMs em ferramentas essenciais para o desenvolvimento de soluções baseadas em linguagem natural, com aplicações crescentes em áreas como educação, saúde e atendimento ao cliente.

Contudo, a predominância de soluções baseadas em nuvem levanta preocupações quanto à privacidade, à dependência tecnológica e aos custos de operação. Diante disso, este trabalho investiga a viabilidade de utilização de modelos de linguagem executados localmente, como alternativa segura e autônoma aos serviços em nuvem. Conforme Bacci (2025), o aprendizado de máquina constitui o principal motor da IA, permitindo que sistemas melhorem seu desempenho com base em dados e experiências anteriores. Beltrão (2025) complementa que os LLMs representam a evolução natural desse processo, ao expandirem a capacidade das máquinas de compreender e gerar linguagem com um nível de complexidade sem precedentes.

Assim, este estudo propõe analisar as vantagens, desafios e limitações da execução local de LLMs, considerando aspectos de desempenho, precisão e aplicabilidade prática. A pesquisa busca contribuir para o debate sobre o equilíbrio entre eficiência computacional, privacidade e acessibilidade no uso de sistemas inteligentes, explorando caminhos para uma Inteligência Artificial mais autônoma, ética e descentralizada.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e aplicada, desenvolvida em três etapas principais. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre Inteligência Artificial, aprendizado de máquina e modelos de linguagem, a fim de compreender os fundamentos teóricos e os principais avanços no uso de LLMs.

Na segunda etapa, foi desenvolvido um protótipo de chatbot local, implementado em Python com Flask para o backend e interface web em HTML e CSS. O modelo de linguagem utilizado foi o LLaMA, executado localmente por meio da ferramenta Ollama, que possibilita a execução de LLMs sem conexão com a internet. O chatbot foi treinado para responder a perguntas com base em dados armazenados localmente, simulando um ambiente controlado e seguro.

Por fim, foram conduzidos testes de desempenho e usabilidade, realizados em duas máquinas com diferentes configurações de hardware. Avaliaram-se a coerência das respostas, o tempo médio de processamento e as dificuldades técnicas associadas à execução local. A análise dos resultados buscou identificar limitações e potenciais melhorias no uso de LLMs offline para aplicações práticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo teve como objetivo implementar um protótipo de chatbot utilizando um modelo de linguagem local (LLM) com execução offline, a fim de avaliar sua funcionalidade,

desempenho e capacidade de geração de respostas contextualizadas a partir de arquivos PDF. A seguir, são apresentados os resultados obtidos durante o desenvolvimento e os testes do sistema.

A primeira etapa consistiu na leitura e segmentação do conteúdo de um documento PDF em chunks menores, que servem como base para a consulta pelo modelo LLaMA. Essa abordagem permite que o LLM acesse trechos específicos de texto e forneça respostas mais precisas.

Figura 1 – Código para criação dos chunks a partir do PDF

```python
from PyPDF2 import PdfReader

def extract_text_from_pdf(pdf_path):
    reader = PdfReader(pdf_path)
    text = ""
    for page in reader.pages:
        text += page.extract_text() + "\n"
    return text

def create_chunks(text, chunk_size=800, overlap=100):
    chunks = []
    start = 0
    while start < len(text):
        end = start + chunk_size
        chunk = text[start:end]
        chunks.append(chunk.strip())
        start += chunk_size - overlap
    return chunks

if __name__ == "__main__":
    pdf_path = "c:\\Users\\Dio\\Downloads\\NORMALIZACAO-UNIARP-VERSAO-FINAL-1.pdf"
    text = extract_text_from_pdf(pdf_path)
    chunks = create_chunks(text)

    with open("chunks.txt", "w", encoding="utf-8") as f:
        for chunk in chunks:
            f.write(chunk + "\n---CHUNK---\n")

    print(f"✅ {len(chunks)} chunks gerados e salvos em chunks.txt")

```

Fonte: Os autores (2025).

Em seguida, foi desenvolvido um script em Python para realizar a comunicação com o modelo LLaMA executado localmente via Ollama. Esse script envia prompts ao modelo e retorna respostas geradas com base nos dados previamente segmentados.

Figura 2 – Código de comunicação com a LLM local

```python
import subprocess

def load_chunks(file_path="chunks.txt"):
    with open(file_path, "r", encoding="utf-8") as f:
        data = f.read().split("---CHUNK---")
    return data

def build_context(question, chunks, max_chunks=3):
    # seleciona os chunks mais relacionados (versão simples)
    relevant = [c for c in chunks if any(word.lower() in c.lower() for word in question.split())]
    return "\n\n".join(relevant[:max_chunks])

def query_ollama(prompt, model="llama3.1:latest"):
    """Executa o Ollama localmente via linha de comando"""
    result = subprocess.run(
        ["ollama", "run", model, prompt],
        capture_output=True,
        text=True
    )
    return result.stdout.strip()

def chat(question):
    chunks = load_chunks()
    context = build_context(question, chunks)
    prompt = f"Baseado nas informações abaixo, responda à pergunta do usuário de forma objetiva.\n\nCONTEÚDO:\n{context}\n\nPERGUNTA: {question}"
    return query_ollama(prompt)

if __name__ == "__main__":
    while True:
        question = input("Você: ")
        if question.lower() in ["sair", "exit", "quit"]:
            break
        resposta = chat(question)
        print(f"IA: {resposta}\n")
```

Fonte: Os autores (2025).

Durante os testes, observou-se que modelos mais leves apresentavam lentidão e algumas respostas inconsistentes (alucinações), especialmente quando os chunks continham informações complexas. Modelos mais robustos, executados em máquinas com maior capacidade de processamento, melhoraram a velocidade e a coerência das respostas.

Para permitir uma interface interativa com o usuário, foi criado um aplicativo web utilizando Flask, com front-end em HTML e CSS. O chat permite ao usuário enviar perguntas e receber respostas do modelo LLaMA de forma prática e intuitiva.

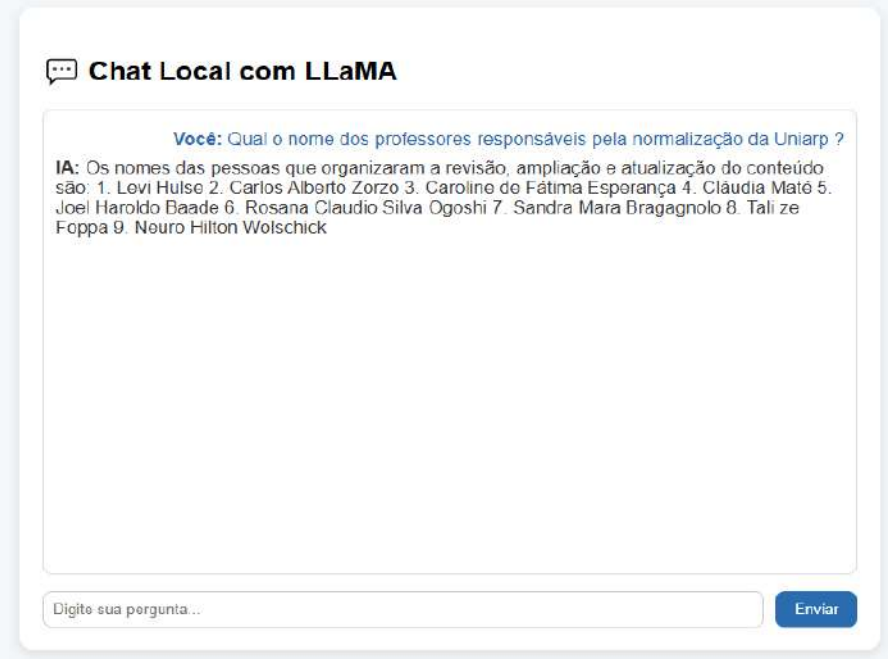
Figura 3 – Código do aplicativo Flask

```python
from flask import Flask, render_template, request, jsonify
from chat_with_llm import chat

app = Flask(__name__)

@app.route("/")
def index():
    return render_template("index.html")

@app.route("/ask", methods=["POST"])
def ask():
    data = request.get_json()
    question = data.get("question", "")
    answer = chat(question)
    return jsonify({"answer": answer})

if __name__ == "__main__":
    app.run(debug=True)

```

Fonte: Os autores (2025).

Por fim, foram realizados testes de interação com o chatbot. O sistema foi capaz de interpretar corretamente as perguntas e fornecer respostas baseadas nos chunks do PDF, demonstrando a viabilidade da abordagem de execução local e integração de dados específicos.

Figura 4 – Chat respondendo corretamente uma pergunta dentro do Flask



Fonte: Os autores (2025).

Os resultados mostram que, embora seja possível executar LLMs localmente e obter respostas relevantes, o desempenho e a qualidade das respostas dependem significativamente da capacidade do hardware e do tamanho do modelo utilizado. O uso de modelos mais robustos proporciona maior precisão e velocidade, mas requer mais recursos computacionais. Além disso, a execução offline garante maior segurança e privacidade dos dados, uma vez que as informações não são transmitidas para servidores externos.

Em síntese, o protótipo implementado confirma a aplicabilidade de LLMs locais em sistemas de chatbot personalizados, destacando a importância da escolha do modelo, da segmentação adequada dos dados e do balanceamento entre desempenho e recursos computacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que é viável implementar chatbots com LLMs locais, proporcionando respostas contextualizadas e maior segurança dos dados por execução offline. Observou-se que o desempenho e a precisão dependem da robustez do modelo e da capacidade computacional do equipamento, sendo os modelos mais leves mais lentos e sujeitos a respostas inconsistentes. Como limitações, destacam-se o número restrito de documentos testados e o ambiente controlado de execução. Para trabalhos futuros, recomenda-se explorar

modelos mais avançados, técnicas de fine-tuning e avaliação em cenários de maior escala, ampliando a aplicabilidade e eficiência dos sistemas de IA locais.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Amarilis. LLM: entenda o que é e como funcionam os Large Language Models. Distrito, 21 maio 2025. Disponível em: https://distrito.me/blog/llm-entenda-o-que-e-e-como-funciona-os-large-language-models/. Acesso em: 24 out. 2025.

BACCI, Julia. Machine Learning: saiba tudo sobre aprendizado de máquina. Distrito, 14 maio 2025. Disponível em: https://distrito.me/blog/machine-learning-o-que-e-aprendizado-de-maquina/. Acesso em: 24 out. 2025.

DUBEY, Abhimanyu *et al*. The Llama 3 Herd of Models. arXiv preprint arXiv:2407.21783v3, p. 1-92, nov. 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2407.21783v3. Acesso em: 23 out. 2025.

MINAEE, Shervin *et al*. Large Language Models: A Survey. arXiv preprint arXiv:2402.06196, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2402.06196v3. Acesso em: 23 out. 2025.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. Artificial Intelligence: A Modern Approach. 4. ed. Estados Unidos: Pearson, 2021. *E-book*. Disponível em: https://aima.cs.berkeley.edu/. Acesso em: 22 out. 2025.

TOUVRON, Hugo *et al*. LLaMA: Open and Efficient Foundation Language Models. arXiv preprint, 2023a. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2302.13971. Acesso em: 24 out. 2025.

TOUVRON, Hugo *et al*. LLaMA 2: Open Foundation and Fine-Tuned Chat Models. arXiv preprint, 2023b. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2307.09288. Acesso em: 24 out. 2025.

LANGCHAIN: DESENVOLVIMENTO E ORQUESTRAÇÃO DE APLICAÇÕES COM GRANDES MODELOS DE LINGUAGEM

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Luis Otávio Ferreira Passos[1]
Ireus Carlos de Souza Junior[2]

Resumo – Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) são promissores, mas seu uso prático é limitado pela dificuldade em conectá-los a dados externos e privados. Este artigo investiga o uso do framework LangChain para resolver esse desafio, aplicando-o no desenvolvimento de uma interface conversacional para um sistema de controle de estoque. O objetivo foi validar se o LangChain simplifica a criação de aplicações inteligentes. A metodologia integrou um LLM a um banco de dados MySQL usando um agente SQL do LangChain, que traduz linguagem natural em consultas. Os resultados mostram que o protótipo teve alta precisão na interpretação de comandos e reduziu a curva de aprendizado do usuário. Conclui-se que o LangChain é uma ferramenta eficaz para simplificar a interação e facilitar o acesso a sistemas de gestão por usuários não técnicos.

Palavras-chave: LangChain; grandes modelos de linguagem; inteligência artificial generativa; sistemas de controle de estoque; processamento de linguagem natural.

INTRODUÇÃO

Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) mudaram as expectativas dos usuários, oferecendo interfaces conversacionais intuitivas que contrastam fortemente com as interfaces gráficas (GUIs) rígidas de softwares tradicionais. No ambiente corporativo, essa diferença cria atrito: sistemas legados, como ERPs ou controles de estoque, são complexos e exigem treinamento extensivo, impedindo que um usuário simplesmente "pergunte" ao sistema por uma informação.

Essa disparidade representa um gargalo de produtividade e um obstáculo para a tomada de decisões ágeis, pois a democratização do acesso aos dados ainda esbarra na barreira do conhecimento técnico. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de modernizar a interação com esses sistemas essenciais, propondo uma "ponte" entre o poder conversacional dos LLMs e os dados corporativos.

O desafio técnico é que os LLMs são, por definição, estáticos e isolados dos dados privados e em tempo real de uma empresa. Um LLM não sabe, por exemplo, quantas unidades de um produto específico estão no estoque "hoje". Isso leva a dois problemas centrais: a desconexão contextual e o risco de "alucinação", onde o modelo inventa fatos (JI et al., 2023).

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Para ser útil, o LLM precisa ser "aterrado" (grounded) nos dados reais, mas a tradução da linguagem humana (ambígua) para a linguagem de máquina (lógica e inflexível como o SQL) é um desafio complexo, conhecido como Text-to-SQL (AFZAL et al., 2023; ZHU et al., 2024).

Diante disso, o problema de pesquisa é: Como integrar LLMs a um sistema de controle de estoque legado, permitindo que o usuário realize consultas em linguagem natural e receba respostas precisas, baseadas nos dados do banco de dados, sem conhecimento técnico?

O objetivo geral é validar a eficácia do framework LangChain como ferramenta de orquestração para esta tarefa. Os objetivos específicos incluem: revisar a literatura sobre LLMs e o padrão RAG (Geração Aumentada por Recuperação); estudar os componentes do LangChain, com foco em SQL Agents; desenvolver um protótipo funcional integrando um LLM (Google Gemini) a um banco de dados MySQL; implementar o Agente SQL; avaliar a acurácia do protótipo; e analisar a viabilidade da solução.

METODOLOGIA

Esta pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, foi dividida em duas etapas: revisão teórica e desenvolvimento prático. A etapa teórica focou em IA, modelos de linguagem e na arquitetura LangChain, escolhida por sua capacidade de orquestrar a comunicação entre LLMs e fontes de dados externas.

A etapa prática consistiu no desenvolvimento de um protótipo com banco de dados relacional MySQL (simulando um sistema de estoque) e a integração de um chatbot (via API do Google Gemini). O framework LangChain foi usado para orquestrar essa comunicação, especificamente com a função create_sql_agent, que interpreta a linguagem natural do usuário e a traduz em consultas SQL.

A eficácia do protótipo foi medida por uma análise qualitativa baseada em critérios predefinidos. A acurácia foi avaliada comparando as respostas do chatbot com os dados reais do banco de dados em cenários de teste variados. A usabilidade foi observada pela capacidade de usuários realizarem consultas sem treinamento prévio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução dos testes validou a arquitetura (Usuário -> Agente -> LLM -> Schema -> LLM -> SQL -> DB -> LLM -> Resposta) e a hipótese central. A acurácia geral do protótipo foi de 90% (18 acertos em 20 testes).

Os resultados foram segmentados: Categoria 1 (Consultas Simples, ex: "Qual a quantidade do 'Laptop Z'?") teve 100% de acerto. Categoria 2 (Consultas de Agregação, ex: "Qual o produto mais caro?") também alcançou 100%, indicando que o LLM traduziu bem conceitos abstratos para lógica SQL.

As falhas ocorreram na Categoria 3 (Consultas Complexas - JOINs), com 60% de acerto. As falhas principais foram por ambiguidade semântica (o agente interpretou "popular" como

COUNT, em vez de SUM (quantidade_vendida)) e na geração de JOINs complexos com lógica negativa (ex: "categorias que não tiveram vendas").

Uma acurácia de 90% "de fábrica" (sem fine-tuning ou engenharia de prompt avançada) é um forte indicador da viabilidade da solução. A contribuição mais notável, alinhada aos objetivos, foi a drástica redução na curva de aprendizado: um usuário sem conhecimento de SQL obteve respostas complexas em segundos. As falhas de ambiguidade poderiam ser resolvidas instruindo o agente sobre as regras de negócio no prompt inicial. A arquitetura RAG aplicada ao SQL provou ser eficaz para "aterrar" o LLM e mitigar quase totalmente o risco de alucinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho validou uma solução para conectar o poder conversacional dos LLMs aos dados corporativos estruturados, um dos desafios prementes da IA moderna. Utilizando o framework LangChain e um Agente SQL (baseado no padrão RAG), o protótipo desenvolvido confirmou a hipótese central: o LangChain é uma ferramenta eficaz para traduzir linguagem natural em consultas SQL, atingindo 90% de precisão nos testes e democratizando o acesso aos dados para usuários não técnicos.

As principais contribuições são a validação prática da arquitetura (LLM + LangChain + SQL), a demonstração de que o padrão RAG mitiga alucinações em aplicações de dados e a identificação de limitações claras na interpretação de ambiguidades semânticas e na geração de SQL complexo.

O estudo foi limitado a um banco de dados simulado e focado apenas em operações de leitura (SELECT). Para trabalhos futuros, recomenda-se a expansão das capacidades para operações de escrita (INSERT, UPDATE), a aplicação de engenharia de prompt avançada para ensinar regras de negócio ao agente e a realização de um estudo de caso em uma empresa real para avaliar o impacto na produtividade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pela oportunidade de realizar este estudo.

REFERÊNCIAS

ACCENTURE. Uma nova era de IA generativa para todos. 2023. Disponível em: https://www.accenture.com/content/dam/accenture/final/accenture-com/document/Accenture-A-New-Era-of-Generative-AI-for-Everyone-PT-v2.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

AFZAL, Muhammad et al. A survey of deep learning approaches for conversational text-to-sql. ACM Computing Surveys, New York, v. 55, n. 11s, p. 1-38, dez. 2023. DOI: 10.1145/3571749. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3571749. Acesso em: 15 jul. 2025.

AGUIAR, Datan Azevedo; SANTANA, Wesley Jorge Gomes de Souza. Inteligência artificial, as limitações da linguagem natural e seus impactos: estado da arte. Revista Americana de

Empreendedorismo e Inovação, Paranaguá, v. 5, n. 1, p. 7-17, mar. 2023. DOI: 10.33871/26747170.2023.5.1.7423. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/raei/article/view/7423. Acesso em: 17 jul. 2025.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). **Inteligência artificial generativa**. Brasília, DF: ANPD, 2024. (Radar Tecnológico, n. 3). Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/documentos-de-publicacoes/radar_tecnologico_ia_generativa_anpd.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

CHASE, Harrison. **LangChain: Get Started**. LangChain, 2022. Disponível em: https://python.langchain.com/docs/get_started/introduction. Acesso em: 19 maio 2025.

CUPERTINO, Rafael Teodoro. **Impactos da inteligência artificial na economia mundial**. 2023. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38432. Acesso em: 13 jun. 2025.

DATACAMP. **How Transformers Work**. DataCamp, 2024. Disponível em: https://www.datacamp.com/pt/tutorial/how-transformers-work. Acesso em: 15 jun. 2025.

DIALZARA. **5 Metrics for Evaluating Conversational AI**. Dialzara, 2024. Disponível em: https://dialzara.com/blog/5-metrics-for-evaluating-conversational-ai. Acesso em: 04 jul. 2025.

ELASTIC. **What is a large language model?**. Elastic, c2025. Disponível em: https://www.elastic.co/what-is/large-language-model. Acesso em: 08 maio 2025.

EPISTA. **A Break Down of Four of the Biggest Players in AI: GPT, Claude, Llama, and Mistral**. Epista, 2025. Disponível em: https://www.epista.com/knowledge/break-down-four-of-the-biggest-players-in-ai-gpt-claude-llama-and-mistral. Acesso em: 16 out. 2025.

FAVARON, Guilherme. **LangChain para Arquitetura Empresarial em Produção**. 2023. Disponível em: https://www.guilhermefavaron.com.br/post/langchain-arquitetura-empresarial-producao. Acesso em: 12 jun. 2025.

GOMES, Eduardo Leite. A transformação digital das PMEs brasileiras: desafios e oportunidades. **International Seven Multidisciplinary Journal**, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./fev. 2023. Disponível em: https://sevenpubl.com.br/ISJM/article/download/5325/9695/21334. Acesso em: 10 out. 2025.

JI, Zhaofeng et al. Survey of hallucination in natural language generation. **ACM Computing Surveys**, New York, v. 55, n. 12, p. 1-38, mar. 2023. DOI: 10.1145/3571730. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3571730. Acesso em: 19 out. 2025.

KATZ, D. **Challenges of Building Production-Ready LLM Text-to-SQL and How to Overcome Them**. Aidetic Blog, 2024. Disponível em: https://blog.aidetic.in/challenges-of-building-production-ready-llm-text-to-sql-and-how-to-overcome-them-04a6d32cc5e8. Acesso em: 09 jul. 2025.

LANGCHAIN. SQL Agent. LangChain, 2024. Disponível em: https://python.langchain.com/docs/tutorials/sql_qa/. Acesso em: 18 maio 2025.

LEWIS, Patrick et al. Retrieval-augmented generation for knowledge-intensive NLP tasks. In: ADVANCES IN NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS 33 (NIPS 2020), 33., 2020, Vancouver. Anais [...]. La Jolla, CA: Neural Information Processing Systems Foundation, 2020. p. 9459-9474. Disponível em: https://proceedings.neurips.cc/paper/2020/hash/6b493230205f780e1bc26945df7481e5-Abstract.html. Acesso em: 6 out. 2025.

LIMA, Claudio. Inteligência Artificial para PMEs: Como a tecnologia está transformando pequenos e médios negócios. Beanalytic, 2024. Disponível em: https://beanalytic.com.br/blog/inteligencia-artificial-nas-empresas-pme/. Acesso em: 18 maio 2025.

LIU, B. et al. A comprehensive survey on text-to-sql. arXiv, [s. l.], 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2308.09248. Acesso em: 22 set. 2025.

MORAIS, Flávio Daniel Borges de; BRANCO, Valdec Romero Castelo. A Inteligência Artificial: conceitos, aplicações e controvérsias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 20., 2022, Guarujá. Anais [...]. Guarujá: Unaerp, 2022. p. 1-19. Disponível em: https://www.unaerp.br/documentos/5528-a-inteligencia-artificial-conceitos-aplicacoes-e-controversias/file. Acesso em: 02 set. 2025.

PINHEIRO, Álvaro Farias. Inteligência Artificial. Recife: Escola de Governo de Administração Pública de Pernambuco, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/386045790_Inteligencia_Artificial. Acesso em: 12 maio 2025.

RAHMAN, Mehdi. Hands-On Large Language Models with LangChain. Birmingham: Packt Publishing, 2023. Disponível em: https://www.packtpub.com/product/hands-on-large-language-models-with-langchain/9781837635232. Acesso em: 29 maio 2025.

REIS, Ricardo. LangChain. Medium, 2023. Disponível em: https://ricardo-reis.medium.com/langchain-9cb65027c56e. Acesso em: 21 maio 2025.

VASWANI, Ashish et al. Attention is all you need. In: ADVANCES IN NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS 30 (NIPS 2017), 30., 2017, Long Beach. Anais [...]. La Jolla, CA: Neural Information Processing Systems Foundation, 2017. p. 5998-6008. Disponível em: https://proceedings.neurips.cc/paper/2017/hash/3f5ee243547dee91fbd053c1c4a845aa-Abstract.html. Acesso em: 6 out. 2025.

WANG, Lilian. LLM-powered autonomous agents. OpenAI Blog, 2023. Disponível em: https://lilianweng.github.io/posts/2023-06-23-agent/. Acesso em: 8 out. 2025.

WU, T. et al. AI-Powered Conversational Chatbots in the ChatGPT Era. In: ACM INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION AND KNOWLEDGE MANAGEMENT, 32., 2023, Birmingham.

Anais [...]. New York: ACM, 2023. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3583780.3615104. Acesso em: 22 maio 2025.

WU, Tongshuang et al. AI chains: Transparent and controllable human-AI interaction by chaining large language model prompts. In: PROCEEDINGS OF THE 2023 CHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 2023. Anais [...]. New York: ACM, 2023. p. 1-19. DOI: 10.1145/3544548.3581379. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3544548.3581379. Acesso em: 14 set. 2025.

ZHAO, W. X. et al. A Survey of Large Language Models. arXiv, [s. l.], 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2303.18223. Acesso em: 25 maio 2025.

FERRAMENTA DE IA PARA GERAR MANUAIS FISCAIS PERSONALIZADOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Thauã Kaike de Souza Milan[1]
Ireus Carlos de Souza Junior[2]

Resumo - Este trabalho apresenta o desenvolvimento de uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) voltada para a criação automática de manuais fiscais personalizados, com o objetivo de facilitar a configuração do módulo fiscal em sistemas ERP (Enterprise Resource Planning). O foco é ajudar empresas e profissionais que enfrentam dificuldades ao configurar notas fiscais eletrônicas de serviço (NFS-e), que variam de acordo com as regras de cada prefeitura. O projeto foi aplicado no sistema Belle Software, desenvolvido pela empresa GeInfo, especializada em soluções de gestão para o setor de estética. A ferramenta utiliza IA para interpretar os dados fornecidos pelos clientes e gerar, em poucos segundos, um manual em PDF com instruções passo a passo, exemplos e observações específicas para cada município. A pesquisa teve caráter prático, exploratório e intervencionista, com aplicação em três cidades de Santa Catarina: Florianópolis, Blumenau e Caçador. Os resultados mostraram que o uso da IA reduziu o tempo de implantação, diminuiu erros fiscais e melhorou a comunicação entre cliente e equipe técnica. Além disso, a ferramenta contribuiu para o aprendizado dos usuários e para a padronização interna da empresa.

Palavras-chave: inteligência artificial; sistemas ERP; notas fiscais; automação.

INTRODUÇÃO

A tecnologia está cada vez mais presente nas rotinas empresariais e a automação tem se mostrado essencial para otimizar tempo e reduzir erros. Os sistemas de gestão empresarial, conhecidos como ERP, reúnem diversas funções que auxiliam empresas na administração de suas atividades, incluindo a emissão de notas fiscais. Porém, esse processo é desafiador no Brasil, pois cada município tem suas próprias regras fiscais. Isso faz com que o módulo de notas fiscais seja uma das partes mais complexas de configurar. Erros de configuração podem gerar problemas tributários e atrasos para as empresas. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de criar uma solução que unisse tecnologia e praticidade. Assim, este trabalho propõe uma ferramenta de Inteligência Artificial que gera manuais fiscais personalizados, ajudando o usuário a realizar a configuração correta e de forma mais simples. A pesquisa se baseia no sistema Belle Software, utilizado em clínicas e salões de beleza, e busca mostrar como a IA pode melhorar processos reais de implantação e suporte técnico.

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O projeto também tem um caráter educacional e de acessibilidade tecnológica, pois muitos usuários não possuem conhecimento técnico ou contábil. Com o auxílio da IA, esses profissionais podem compreender melhor as exigências fiscais de sua cidade e configurar o sistema sem depender totalmente da equipe de suporte. Além de resolver um problema técnico, o trabalho também promove inclusão digital e maior autonomia para os usuários.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, exploratória e prática, buscando entender o problema no ambiente real e propor uma solução tecnológica viável. O trabalho foi realizado na empresa GeInfo, onde o autor atua profissionalmente, e envolveu observação direta, coleta de dados e desenvolvimento de software. A metodologia foi dividida em cinco etapas principais: planejamento, desenvolvimento do backend, integração com IA, geração de manuais e testes de validação.

Na etapa de planejamento, foram definidos os objetivos do sistema e os tipos de dados necessários para gerar os manuais. O backend foi criado em Python utilizando o framework FastAPI, que é leve e rápido, permitindo integração com a API da OpenAI. A ferramenta recebe informações fiscais do cliente, como nome da cidade, CNAE, código de tributação e regime fiscal. Esses dados são processados pela IA, que interpreta as regras fiscais e gera o conteúdo do manual automaticamente. O texto gerado é transformado em um arquivo PDF interativo, com seções organizadas e instruções claras para o usuário.

Os testes foram feitos com dados reais de três municípios de Santa Catarina. Cada cidade foi escolhida por apresentar características fiscais diferentes, o que ajudou a avaliar se a ferramenta conseguiria se adaptar corretamente. Durante os testes, foram medidos o tempo de configuração e o número de erros antes e depois do uso da ferramenta. Também foram coletados feedback dos usuários e da equipe técnica, que avaliaram a clareza e a utilidade dos manuais gerados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a ferramenta trouxe melhorias significativas no processo de implantação do módulo fiscal do Belle Software. O tempo médio de configuração caiu de aproximadamente 3 horas para 1 hora e 40 minutos. A redução se deve à clareza das instruções geradas e à eliminação de erros repetitivos nos formulários enviados pelos clientes. A equipe técnica passou a receber informações mais completas e precisas, o que diminuiu o retrabalho. Em Florianópolis, por exemplo, a ferramenta auxiliou no cadastro de certificados digitais. Em Blumenau, organizou o envio de arquivos XML. Em Caçador, corrigiu problemas nas alíquotas de ISS.

Além de ganhos técnicos, o projeto também melhorou a experiência dos clientes, que passaram a compreender melhor o funcionamento do sistema e a sentir mais segurança nas etapas de configuração. Os treinamentos ficaram mais curtos e objetivos, e os manuais passaram a ser utilizados como material de apoio dentro da empresa. Isso também ajudou na capacitação de novos colaboradores, que puderam entender as variações fiscais entre municípios de forma mais rápida.

A ferramenta também demonstrou potencial para ser expandida para outros módulos do sistema, como financeiro e estoque. A automação proporcionada pela IA não apenas reduziu o tempo de trabalho, mas também padronizou o processo de suporte. Mesmo com resultados positivos, a pesquisa identificou limitações, como a necessidade de atualizar constantemente as regras fiscais, já que os portais municipais sofrem alterações frequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da ferramenta de Inteligência Artificial mostrou que é possível aplicar tecnologias modernas de forma prática e eficiente no dia a dia das empresas. A solução proposta contribui para a redução de erros, economia de tempo e aumento da produtividade, beneficiando tanto os usuários quanto a equipe técnica. A ferramenta ainda pode evoluir, incluindo integração direta com o painel administrativo do Belle Software e aprendizado contínuo, para aprimorar a precisão das informações geradas.

Este projeto reforça a importância da união entre tecnologia, gestão e inovação, mostrando que a IA pode ser uma grande aliada no desenvolvimento de soluções empresariais acessíveis e eficazes.

Mais do que um ganho técnico, este estudo representa uma mudança de mentalidade dentro da empresa, que passa a adotar a IA como parte de sua rotina de trabalho. A experiência mostra que, quando aplicada de forma responsável e supervisionada, a IA pode tornar processos complexos mais simples e acessíveis, ajudando pessoas e empresas a se adaptarem à transformação digital.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da UNIARP e aos professores orientadores pelo suporte técnico e acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Rodrigues. Interfaces acessíveis para aplicações com Inteligência Artificial: desafios e possibilidades. São Paulo: Atlas, 2023.

DIAS, Lucas Leonardo da Cruz Medeiros. Vantagens e desafios do uso de sistemas ERP no Brasil. Revista Brasileira de Tecnologia e Gestão Empresarial, São Paulo, v. 8, n. 2, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OPENAI. GPT-4 Technical Report. San Francisco: OpenAI, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO – IBPT. Panorama Tributário Nacional 2023. Curitiba: IBPT, 2023.

ESTUDO DE VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ACERTO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA PROGRAMÁVEL AUTOMOTIVA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Breno Kuntz[1]
Ireus Carlos de Souza Junior[2]

Resumo – Este artigo investiga a viabilidade da aplicação de inteligência artificial (IA) no acerto de injeções eletrônicas programáveis automotivas, um processo que exige conhecimento técnico especializado e equipamentos caros. O objetivo é democratizar o acesso ao ajuste fino de motores, superando a barreira técnica e a dependência de profissionais. A metodologia é uma pesquisa exploratória e aplicada, baseada em revisão bibliográfica e na modelagem conceitual de uma arquitetura de Edge AI integrada a uma ECU programável, como a Injepro T4000. O estudo foca na análise dos sinais de sensores (RPM, MAP, TPS, AFR) para treinar uma Rede Neural Artificial (ANN), capaz de prever os valores ótimos de Tempo de Injeção e Avanço de Ignição em tempo real. Os resultados confirmam a viabilidade técnica da arquitetura Edge AI e projetam ganhos significativos, incluindo a redução de 10% a 15% no consumo de combustível e a otimização de torque e potência, superando o acerto empírico manual e estático. A conclusão é que a IA transforma o ajuste estático em um sistema auto adaptativo, seguro e contínuo, representando o próximo passo na evolução da engenharia automotiva e de performance

Palavras-chave: inteligência artificial; injeção eletrônica; machine learning; sistemas embarcados; democratização.

INTRODUÇÃO

A paixão por automóveis, historicamente ligada à busca por desempenho e eficiência, evoluiu para um cenário de crescente complexidade devido ao avanço da tecnologia embarcada e dos sistemas de gerenciamento eletrônico. Ajustar o comportamento de um motor, outrora baseado em carburadores e ajustes puramente mecânicos, passou a exigir conhecimento técnico especializado e equipamentos adequados. Essa constatação se torna evidente na dificuldade em acertar a injeção eletrônica programável, um processo que se revela complexo e dependente de profissionais altamente capacitados, muitas vezes escassos e de custo elevado.

A injeção eletrônica, controlada por uma Unidade Eletrônica Central (ECU), utiliza sensores como TPS, MAP, rotação e sonda lambda para ajustar, em tempo real, a quantidade exata de combustível e o momento ideal da ignição. As versões programáveis, como a Injepro T4000,

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor orientador do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

oferecem liberdade para ajustes personalizados, mas trazem consigo o grande desafio do processo de acerto (tuning). O acerto incorreto pode resultar em falhas, perda de potência ou danos ao motor, sendo um trabalho minucioso que depende de dinamômetros e profissionais experientes.

Nesse contexto, surge a problematização central do estudo: seria possível utilizar inteligência artificial para automatizar parte desse processo e torná-lo mais acessível? O objetivo é investigar a viabilidade técnica dessa aplicação para democratizar o acesso ao acerto fino, permitindo que usuários sem conhecimento avançado realizem ajustes seguros.

A relevância do estudo reside em duas dimensões: a social, ao tornar uma tecnologia avançada acessível a um público mais amplo de entusiastas; e a tecnológica, ao explorar uma aplicação prática da IA no acerto automatizado de injeções eletrônicas programáveis, um campo pouco explorado no Brasil. A IA, por meio do aprendizado de máquina (Machine Learning), pode simular a capacidade humana de aprender e tomar decisões a partir da experiência (RUSSELL; NORVIG, 2013), analisando sinais de sensores para prever e sugerir ajustes ideais de injeção e ignição.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de viabilidade técnica. O alinhamento com a pesquisa exploratória se justifica pela busca em proporcionar maior familiaridade com o problema e construir hipóteses sobre a aplicação da IA em sistemas intrinsecamente técnicos.

A metodologia foi estruturada em três etapas principais:

Revisão Teórica e Tecnológica Aprofundada: Consistiu no mapeamento da evolução tecnológica entre a engenharia de combustão e eletrônica automotiva e os avanços em inteligência computacional. O foco foi identificar a arquitetura de Machine Learning mais eficaz, destacando as Redes Neurais Artificiais (ANNs) por sua excelência na modelagem de relações não lineares complexas, cruciais para o controle de motores.

Análise da Unidade de Comando Programável (Injepro T4000): A plataforma Injepro T4000 foi selecionada por sua ampla difusão e documentação de comunicação via software. A análise identificou que a ECU utiliza mapas 3D, tipicamente com Rotação (RPM) e Carga do Motor (MAP ou TPS) como eixos. Os parâmetros-chave para otimização foram definidos como Tempo de Injeção e Avanço de Ignição, sendo a Relação Ar–Combustível (AFR) a principal métrica de erro (feedback) para o treinamento do modelo de IA.

Modelagem Conceitual da Arquitetura Inteligente: A etapa crítica foi a proposição de uma arquitetura baseada em Edge AI, na qual o processamento ocorre no veículo, e não em servidores externos, para garantir a baixa latência e velocidade de resposta (medida em milissegundos) exigida pelo sistema de injeção. A arquitetura consiste em:

Coleta de Dados: Sinais dos sensores (TPS, MAP, Rotação etc.) são coletados e enviados ao módulo de IA.

Modelo de Inferência de IA: Um algoritmo de ANN, treinado com dados ideais, prevê o valor ótimo de Tempo de Injeção e Avanço de Ignição para a condição específica.

Mecanismo de Correção: O valor predito pela IA é comparado com o valor programado. O sistema pode operar em Modo Assistido (sugere a correção ao usuário) ou Modo Automático (reescreve o valor da célula do mapa em tempo real).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo exploratório confirmam a viabilidade técnica da aplicação da IA no acerto de injeções eletrônicas programáveis, representando um avanço lógico para a engenharia automotiva. A capacidade das Redes Neurais Artificiais (ANNs) de mapear as complexas relações não lineares de um motor supera o acerto empírico manual.

Os ganhos técnicos esperados com a precisão algorítmica são:

Otimização de Eficiência (Consumo): Ao manter a mistura ar-combustível próxima do alvo ideal (14,7:1 para gasolina pura) em todas as células do mapa, a IA minimiza o desperdício de combustível. Estudos na área sugerem que esse ajuste fino pode resultar em uma redução de 10% a 15% no consumo.

Melhoria do Desempenho (Torque e Potência): A IA identifica o ponto ideal de ignição para maximizar o torque em cada regime de RPM e carga, algo extremamente difícil de otimizar manualmente.

Redução de Risco Operacional: O modelo de IA, treinado em dados de segurança, atua como um "guardião" digital, sugerindo ajustes que previnem danos causados por acertos incorretos ou excessivamente agressivos.

A viabilidade da arquitetura de Edge AI garante que o processamento do modelo neural ocorra com a baixa latência necessária, permitindo correções eficazes em milissegundos. A IA supera o acerto estático e empírico, transformando a ECU em um agente de calibração auto adaptativo:

Limitação do Acerto Empírico	Solução Proposta pela IA
Preenchimento Manual de Células: O preparador precisa rodar o motor em cada ponto específico (RPM x MAP) para ajustar manualmente [cite: 183].	Previsão Algorítmica: A ANN é treinada para interpolar e prever o valor ótimo para qualquer condição de entrada, preenchendo o mapa com coerência e base em dados [cite: 183].

Acerto Estático: O mapa se torna fixo e não se adapta a variações de combustível, temperatura ou altitude [cite: 117, 183].	Correção Dinâmica: O sistema de IA monitora continuamente o AFR e pode reescrever o valor da célula do mapa imediatamente, tornando a calibração auto adaptativa [cite: 183].
Alto Custo e Especialização: Dependência de dinamômetros e profissionais caros [cite: 115, 183].	Democratização: O sistema oferece o Modo Assistido, reduzindo drasticamente a necessidade de horas em dinamômetro e a dependência de *experts* [cite: 183].

O impacto social mais significativo é a democratização da preparação veicular, permitindo que o entusiasta médio maximize o potencial de seu veículo com segurança e autonomia. Este estudo solidifica a tendência de que as futuras ECUs serão intrinsecamente auto adaptativas e preditivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo cumpriu seu objetivo ao demonstrar que a utilização de inteligência artificial no acerto de injeções eletrônicas programáveis é uma alternativa promissora e plenamente viável, estabelecendo a ponte entre a engenharia automotiva e o poder preditivo das Redes Neurais Artificiais (ANNs).

A principal contribuição é a proposição de um modelo para a democratização do acerto fino. A IA dissolve a barreira técnica, permitindo que o usuário comum realize ajustes finos de forma segura e com suporte algorítmico. A adoção da arquitetura de Edge AI é fundamental para o sucesso prático, garantindo a baixa latência exigida pela dinâmica da combustão, e solidifica a tendência de que as futuras ECUs evoluirão para sistemas cognitivos auto adaptativos.

Como perspectiva futura, propõe-se o desenvolvimento de um protótipo funcional, utilizando a Injepro T4000 como base de controle. Os próximos passos metodológicos imediatos incluem: 1) o treinamento do Modelo ANN em uma base de dados robusta; 2) o desenvolvimento do Módulo Edge em hardware de baixo custo; e 3) a validação em dinamômetro, comparando o acerto manual e o auto adaptativo da IA. O sucesso desse protótipo abrirá caminho para a fundação de soluções comerciais, consolidando o vínculo entre a paixão pela mecânica e o poder transformador dos algoritmos inteligentes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pela oportunidade de realizar este estudo.

REFERÊNCIAS

ALPAYDIN, Ethem. Introduction to Machine Learning. 4. ed. Cambridge: MIT Press, 2020.

BARION, Pedro Henrique. Implantação de um sistema de injeção eletrônica programável em um motor monocilíndrico para projeto de eficiência energética. Londrina: UTFPR, 2021.

BOSCH. Manual de Tecnologia Automotiva. 25. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAMED, Mohamed A.; KHAFAGY, Mohammed H.; BADRY, Rasha M. Fuel Consumption Prediction Model using Machine Learning. International Journal of Advanced Computer Science and Applications (IJACSA), v. 12, n. 11, 2021.

MCKINSEY & COMPANY. The rise of edge AI in automotive. 25 de agosto de 2025. Disponível em: https://www.mckinsey.com/industries/semiconductors/our-insights/the-rise-of-edge-ai-in-automotive. Acesso em: 31 out. 2025.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência artificial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SCHULER, Jardel Henrique Gosmann. Revista Injeção eletrônica programável e leitura. 2024.

ZHOU, Quan; LI, Ji; XU, Hongming. Artificial Intelligence and Its Roles in the R&D of Vehicle Powertrain Products. International Journal of Automotive Manufacturing and Materials, v. 1, n. 1, p. 6, 2022.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE INSIGHTS DE MARKETING ATRAVÉS DE LEADS DO WHATSAPP

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Anderson Mazzoti[1]
André Leonardo Radeck Maia[2]

Resumo – A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma ferramenta essencial no aprimoramento das estratégias de marketing, permitindo a personalização de atendimentos e a análise de grandes volumes de dados. No contexto do setor educacional, destaca-se como aliada no processo de captação de alunos, especialmente quando associada a canais de comunicação amplamente utilizados, como o WhatsApp. Este estudo, de caráter bibliográfico, tem como objetivo analisar a aplicação da IA e do Processamento de Linguagem Natural (PLN) na extração de insights de marketing a partir de interações em plataformas de mensagens. A revisão de literatura abrange conceitos de inteligência artificial, machine learning, marketing digital e marketing educacional, evidenciando a relevância dessas tecnologias para otimização de processos e tomada de decisão baseada em dados. Os resultados esperados apontam para a viabilidade do uso de IA como ferramenta estratégica para automatizar o atendimento e melhorar a eficiência da comunicação entre instituições e potenciais alunos.

Palavras-chave: inteligência artificial; marketing; processamento de linguagem natural; Whatsapp; captação de alunos.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) vem transformando diferentes setores da sociedade ao possibilitar a automatização de tarefas, o reconhecimento de padrões e a tomada de decisões orientadas por dados (MULLER; MASSARON, 2019). No campo do marketing, a IA tem permitido maior personalização na comunicação com os consumidores, aprimorando a eficiência das estratégias e otimizando recursos (TEIXEIRA, 2021). No setor educacional, a captação de alunos depende fortemente da comunicação eficaz entre a instituição e seus potenciais estudantes. Nesse cenário, o WhatsApp tem se tornado um canal estratégico para interação, mas o grande volume de mensagens dificulta a análise sistemática dessas conversas. A aplicação de técnicas de IA e Processamento de Linguagem Natural (PLN) surge como alternativa promissora para identificar padrões e extrair insights relevantes, favorecendo decisões de marketing mais assertivas e baseadas em evidências (VIEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2022).

[1] Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender as contribuições da Inteligência Artificial e do Processamento de Linguagem Natural (PLN) para a extração de insights em estratégias de marketing digital. Foram analisadas publicações acadêmicas, livros e artigos científicos disponíveis em bases como Google Scholar, Scielo e ResearchGate, além de referências consolidadas em Inteligência Artificial e marketing (RUSSELL; NORVIG, 2022; KOTLER; KELLER, 2016; TEIXEIRA, 2021).

A revisão buscou identificar relações entre comportamento do consumidor, atendimento digital e comunicação automatizada, com especial atenção para aplicações em instituições de ensino, onde a eficiência no atendimento a potenciais alunos representa fator determinante no processo de captação (VIEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2022).

Além disso, considerou-se o papel do Processamento de Linguagem Natural (PLN) como técnica capaz de interpretar linguagem escrita de forma automatizada, permitindo que sistemas de IA identifiquem padrões de intenção, dúvidas recorrentes, termos emocionais e níveis de engajamento no discurso. Segundo Manning e Schütze (1999), o PLN busca estruturar o texto natural de modo que ele possa ser compreendido computacionalmente, utilizando modelos estatísticos para detectar regularidades linguísticas e significados contextuais.

No contexto das conversações via WhatsApp, o PLN pode, por exemplo, classificar mensagens em categorias de interesse (como dúvidas, objeções, intenções de matrícula), identificar sentimentos presentes na linguagem (como entusiasmo, insegurança, urgência) e detectar temas emergentes que auxiliem equipes de marketing a ajustar discursos e estratégias de comunicação (BARBOSA et al., 2017). Embora este estudo ainda não tenha iniciado sua fase aplicada, a literatura revisada indica que a análise de linguagem em canais digitais tem potencial para aprimorar a tomada de decisão, tornando o marketing mais assertivo, responsivo e orientado por dados.

Para a fase de aplicação da pesquisa, foi solicitada a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o qual foi aprovado com o nº de parecer 7.940.779.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica revelou que a inteligência artificial tem evoluído de forma significativa nas últimas décadas, impulsionada pelo avanço de técnicas como o aprendizado de máquina e o aprendizado profundo (LIMA, 2014; SILVA et al., 2018). Essas tecnologias possibilitam que sistemas identifiquem padrões e aprendam continuamente a partir de grandes volumes de dados, tornando-se cada vez mais precisos.

No marketing, a IA é aplicada para automatizar processos, prever comportamentos de compra e personalizar interações com clientes (DAVENPORT; RONANKI, 2018). No contexto educacional, seu uso é especialmente relevante para o aprimoramento da comunicação com potenciais alunos, permitindo segmentar e analisar dados de conversas em aplicativos como o WhatsApp. O PLN, ao possibilitar a compreensão de linguagem natural, viabiliza a identificação

de intenções, sentimentos e tendências nos diálogos (BARBOSA et al., 2017). Com base na literatura, observa-se que a IA pode desempenhar papel central na extração de insights estratégicos a partir de interações textuais, auxiliando as equipes de marketing a desenvolver ações mais direcionadas e eficazes (ANTUNES, 2023; DE MEDEIROS JR et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica demonstra que o uso de Inteligência Artificial, especialmente em conjunto com o Processamento de Linguagem Natural, representa um avanço significativo para o marketing digital e educacional. Ao permitir a análise automatizada de mensagens e a identificação de padrões de comportamento, a IA contribui para uma gestão de relacionamento mais inteligente e estratégica.
Embora o presente estudo ainda não inclua resultados empíricos, as bases teóricas analisadas reforçam o potencial dessas tecnologias para transformar a captação de alunos em instituições de ensino, reduzindo o tempo de resposta, melhorando a experiência do usuário e aumentando a eficiência das campanhas de marketing. Futuras etapas da pesquisa buscarão validar essas premissas por meio da aplicação prática de modelos de IA em bases reais de conversações extraídas do WhatsApp.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Diogo. O impacto da inteligência artificial no marketing digital. The Trends Hub, n. 3, 2023. Disponível em: https://parc.ipp.pt/index.php/trendshub/article/download/5085/2750. Acesso em: 3 jul. 2025.

BARBOSA, J.; VIEIRA, J. P. A.; SANTOS, R.; JUNIOR, G. V. M.; MUNIZ, M. D. S.; MOURA, R. S. Introdução ao processamento de linguagem natural usando Python. In: ESCOLA REGIONAL DE INFORMÁTICA DO PIAUÍ – ERIPI, 3., 2017. Anais [...]. Teresina: ERIPI, 2017. v. 1, p. 336–360. Disponível em: https://www.facom.ufu.br/~wendelmelo/terceiros/tutorial_nltk.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

DAVENPORT, Thomas H.; RONANKI, Rajeev. Artificial Intelligence for the Real World. Harvard Business Review, v. 96, n. 1, p. 108-116, Jan./Feb. 2018.

DE MEDEIROS JR, A.; de AMORIM, B. P.; TABATA, P. I.; da CUNHA FELICISSIMO, V. R. Os impactos da Inteligência Artificial nas estratégias de marketing. Refas - Revista Fatec Zona Sul, v. 9, n. 1, p. 1–24, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v09n01_02. Acesso em: 3 jul. 2025.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

LIMA, Isaías. Inteligência Artificial. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2014. E-book. p. 1. ISBN 9788595152724. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152724/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MANNING, C.; SCHÜTZE, H. Foundations of Statistical Natural Language Processing. MIT Press, 1999.

MULLER, Paul; MASSARON, Luca. Inteligência Artificial para leigos. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019. E-book. p. 7. ISBN 9788550808505. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550808505/. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, Bárbara Stéphanie Neves et al. Processamento de linguagem natural via aprendizagem profunda. Sociedade Brasileira de Computação, p. 2, 2022. Disponível em: https://irislab.ce.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/93-Manuscrito-de-capitulo-679-1-10-20220714.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

TEIXEIRA, Fernando. Inteligência Artificial em Marketing e Vendas. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. E-book. p. 12. ISBN 9786555204858. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555204858/. Acesso em: 31 mar. 2025.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial*: Uma Abordagem Moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9788595159495. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595159495/. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Fabrício M.; LENZ, Maikon L.; FREITAS, Pedro H. C.; et al. Inteligência artificial. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p. 13. ISBN 9788595029392. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029392/. Acesso em: 22 jun. 2025.

VIEIRA, Renata; LOPES, Lucelene. Processamento de linguagem natural e o tratamento computacional de linguagens científicas. Em corpora, p. 183, 2010. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/linguagensespecializadasemcorpora.pdf#page=184. Acesso em: 30 jun. 2025.

MONITORAMENTO INTELIGENTE DE REDES COM ZABBIX E GRAFANA

Categoria: Projeto de Conclusão de Curso

Jose Henrique Pasternak[1]
Edilson Marino Canalle[2]

Resumo – O estudo investiga a aplicabilidade das ferramentas Zabbix e Grafana no monitoramento inteligente de redes, inserindo-se no contexto de uma sociedade cada vez mais dependente da conectividade digital. A pesquisa parte da problemática sobre como a integração dessas plataformas pode fortalecer a segurança, o desempenho e a governança das redes institucionais e corporativas. Justifica-se pela relevância teórica e prática do tema, em meio à crescente complexidade das infraestruturas tecnológicas e à necessidade de soluções acessíveis e eficientes. Adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em análise documental e revisão de produções científicas entre 2020 e 2025. Os resultados apontam que Zabbix e Grafana, quando integrados, transcendem o campo técnico e assumem papel estratégico na gestão digital, ao proporcionar observabilidade, automação e inteligência operacional. A pesquisa conclui que o monitoramento de redes não é apenas exercício técnico, mas ato de governança e cidadania digital, promovendo transparência, eficiência e inovação.

Palavras-chave: governança; observabilidade; automação; segurança; inovação.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive uma era em que a conectividade se tornou elemento vital da vida institucional e produtiva, e o monitoramento de redes de computadores emergiu como um imperativo estratégico para a estabilidade, a segurança e a eficiência dos sistemas digitais. O presente estudo situa-se nesse contexto, ao examinar a aplicabilidade e o potencial transformador das ferramentas Zabbix e Grafana, duas soluções open source amplamente reconhecidas no campo da engenharia de redes e da governança informacional. O propósito central deste trabalho é compreender como a integração dessas plataformas pode elevar os padrões de desempenho, de segurança e de visualização de dados em ambientes empresariais e públicos, redefinindo o próprio conceito de gestão digital.

A problemática que sustenta a pesquisa parte de uma indagação essencial: de que modo a adoção combinada das ferramentas Zabbix e Grafana contribui para fortalecer a governança das redes, antecipar falhas e aprimorar a tomada de decisão institucional? A relevância teórica e prática da questão é inequívoca. Em um plano técnico, a expansão do monitoramento proativo tornou-se condição de sobrevivência organizacional, diante de ataques cibernéticos cada vez mais sofisticados e da crescente complexidade das infraestruturas digitais. Em um plano ético e

[1] Aluno do Curso de Sistemas de Informação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Sistemas de Informação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

social, a questão transcende o domínio da técnica para se inscrever na pauta da transparência, da responsabilidade e da cidadania digital. Trabalhos como os de Brito et al. (2025), Dantas (2024), Roger Silva (2024) e Soares et al. (2024) confirmam que a inteligência aplicada ao monitoramento de redes não se resume à eficiência operacional, mas participa de uma nova ética da observabilidade — uma vigilância a serviço da confiança e da inovação.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a aplicabilidade do Zabbix e do Grafana no monitoramento inteligente de redes, destacando suas dimensões de segurança, desempenho e visualização. Como objetivos específicos, busca-se compreender suas funcionalidades técnicas, examinar experiências empíricas de implementação, identificar vantagens e limitações da integração entre ambas, e discutir os impactos institucionais, educacionais e éticos de sua adoção. Assim, mais do que investigar ferramentas, pretende-se refletir sobre a formação de um novo paradigma de governança digital orientado pela automação inteligente, pela accountability técnica e pela democratização do acesso tecnológico.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e analítica, apoiada em análise documental e revisão bibliográfica de produções científicas e técnicas publicadas entre os anos de 2020 e 2025. O corpus da investigação foi constituído por treze trabalhos acadêmicos e institucionais que tratam da aplicação prática, dos fundamentos conceituais e dos aspectos de segurança e visualização das ferramentas estudadas. O levantamento incluiu estudos de Brito et al. (2025), Bueno (2022), Chaves et al. (2020), Dantas (2024), Corrêa e Cantarelli, Dos Santos et al. (2020), Fontenelle (2024), Gonçalves (2024), Jesus e Martins (2022), Silva, Carlos (2021), Silva, Roger (2024) e Soares et al. (2024), os quais compõem um mosaico representativo da evolução contemporânea do monitoramento digital.

A metodologia estruturou-se em três eixos complementares: primeiro, a seleção criteriosa do corpus, priorizando estudos que relatam experiências práticas em instituições públicas, universidades e indústrias; segundo, a leitura integral e análise comparativa das obras, buscando padrões de aplicabilidade, eficiência e limitações; e terceiro, a interpretação argumentativa dos achados, articulando a dimensão técnica à sociotécnica, organizacional e ética. Ainda que desprovida de experimentação empírica direta, a investigação sustenta-se pela profundidade hermenêutica e pelo rigor de sua análise teórico-aplicada, apresentando-se como um estudo bibliográfico com vocação pragmática. Ao tratar das interfaces entre tecnologia e governança, este trabalho insere-se na fronteira entre ciência e ética, evidenciando que monitorar redes é, antes de tudo, compreender estruturas de poder e responsabilidade digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das fontes revelou que o Zabbix e o Grafana, quando integrados, configuram um sistema de inteligência operacional capaz de transformar a lógica da administração digital. O Zabbix demonstrou robustez técnica, escalabilidade e capacidade de adaptação a múltiplos contextos, desde redes industriais baseadas em IoT, como analisado por Fontenelle (2024), até instituições públicas com infraestrutura limitada, conforme descrito por Corrêa e Cantarelli. A ferramenta permite o monitoramento simultâneo de dispositivos e serviços, emissão de alertas e

execução de scripts automatizados, estabelecendo um novo patamar de previsibilidade e segurança. Já o Grafana, ao converter métricas em visualizações dinâmicas e intuitivas, acrescenta uma dimensão estética e cognitiva à gestão, tornando os dados inteligíveis e estratégicos para os tomadores de decisão. Conforme observa Gonçalves (2024), sua interface visual constitui uma "ponte semântica" entre a técnica e a governança.

Os resultados também indicam que a automação configurada pelo Zabbix, discutida por Dantas (2024) e Dos Santos et al. (2020), permite a antecipação de falhas e a execução de respostas automáticas, reduzindo drasticamente o tempo de indisponibilidade de serviços críticos. Esse monitoramento proativo inaugura uma cultura de prevenção em substituição à lógica reativa tradicional, conferindo às instituições maior autonomia e racionalidade técnica. No estudo de Soares et al. (2024), a integração com algoritmos de inteligência artificial elevou esse modelo a um novo patamar de complexidade, dando origem ao CyberWatch Guard, um ecossistema de observabilidade automatizada que antecipa crises e reconfigura o papel humano na gestão da informação.

Contudo, a pesquisa também identificou desafios estruturais. A configuração inicial do Zabbix demanda elevado conhecimento técnico, como advertido por Roger Silva (2024), e a ausência de políticas robustas de segurança da informação pode converter a solução em vetor de vulnerabilidade. Além disso, o sucesso da implementação depende da cultura organizacional e da formação contínua dos operadores, pois, como observou Silva, Carlos (2021), a técnica sem cultura digital converte-se em improvisação. Há, ainda, o risco ético associado à transparência excessiva: conforme alertam Gonçalves (2024) e Brito et al. (2025), dashboards públicos podem expor informações sensíveis se não houver mecanismos de anonimização e controle de acesso.

Por outro lado, a literatura destaca benefícios pedagógicos e formativos. Dos Santos et al. (2020) e Fontenelle (2024) demonstram que o uso dessas ferramentas em universidades e indústrias fomenta uma pedagogia da automação, aproximando estudantes e profissionais das práticas contemporâneas de análise de dados e governança digital. Nesse sentido, o monitoramento torna-se também um ato educativo, que forma sujeitos críticos e conscientes da responsabilidade técnica. Chaves et al. (2020) complementam essa visão ao mostrar que a observabilidade reformula rotinas organizacionais, reduz desperdícios e promove a accountability técnica princípio basilar da ética administrativa moderna. Assim, os resultados consolidam a ideia de que monitorar é gerir, mas também educar; é antecipar falhas, mas sobretudo formar consciências tecnológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conduzido permitiu concluir que o monitoramento inteligente de redes por meio das ferramentas Zabbix e Grafana representa mais do que uma solução técnica: trata-se de um movimento paradigmático rumo a uma cultura institucional baseada na transparência, na automação ética e na inteligência digital. As análises demonstraram que, quando implementadas de forma integrada e responsável, essas ferramentas convertem-se em instrumentos de governança cibernética, capazes de antecipar crises, qualificar decisões e consolidar a confiança nos sistemas que sustentam a vida informacional contemporânea.

A pesquisa evidenciou também que a eficácia das soluções não reside apenas na tecnologia em si, mas na maturidade institucional, na formação continuada dos profissionais e na existência de políticas claras de segurança e privacidade. O Zabbix, ao oferecer monitoramento robusto e escalável, e o Grafana, ao fornecer visualização intuitiva e estratégica, complementam-se em um equilíbrio entre racionalidade técnica e inteligibilidade humana. Contudo, o avanço dessas práticas exige a consolidação de uma ética da vigilância digital uma ética que substitua o controle pela responsabilidade e a opacidade pela confiança. Assim, conclui-se que monitorar redes é, em última instância, um ato de cidadania digital e de compromisso com o bem comum tecnológico.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pela estrutura acadêmica e pelo incentivo à pesquisa interdisciplinar, bem como aos autores cujas produções fundamentaram este estudo. Reconhece-se, ainda, a relevância das iniciativas públicas e privadas que fomentam o acesso a tecnologias open source, contribuindo para a democratização da governança digital.

REFERÊNCIAS

BRITO, Débora Cristina Santos de et al. Implementação do monitoramento de redes com Zabbix. 2025.

BUENO, Lucas Eduardo Neuhaus. Monitoramento de dispositivos em rede utilizando Zabbix e Grafana. 2022.

CHAVES, Anderson et al. Implantação de uma solução open source na gestão de uma rede de computadores em uma média empresa com as ferramentas Zabbix e Grafana. 2020.

DANTAS, Pedro Henrique Ribeiro. Gerência de redes com Zabbix em ambiente nuvem. 2024.

DOS SANTOS CORRÊA, Jefferson; CANTARELLI, Gustavo Stangherlin. Proposta de Monitoramento de Rede para a Prefeitura Municipal de São Sepé Utilizando a Ferramenta Zabbix.

DOS SANTOS, Jonata Braz Marim; DOS SANTOS, Jeison Gomes; DE OLIVEIRA PEREIRA, Roberto Benedito. Monitoramento proativo e gerenciamento de rede da UFMT, usando a ferramenta Zabbix. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 6, p. 38139-38146, 2020.

FONTENELLE, Maria Elisa Monteiro. Monitoramento de uma indústria com dispositivos IoT: estudo de caso em uma indústria farmacêutica. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2024.

GONÇALVES, Gabriel de Castro. Grafana como uma ferramenta de visualização de monitoramento de redes de computadores. 2024.

JESUS, Victor Renan Silva de; MARTINS, Gabriel Hungaro. Tecnologias e monitoramento em redes de computadores: implementação de tecnologias e, exploração de recursos de monitoramento. 2022.

SILVA, Carlos Henrique Garcia da. Monitoramento de ambiente de rede com a ferramenta Zabbix. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2021.

SILVA, Roger Assunção da. A implementação do Zabbix com segurança: um estudo de caso Zabbix safely. 2024.

SOARES, Mateus et al. CyberWatch Guard: Solução Integrada para Análise e Monitoramento de Redes Empresariais. In: Escola Regional de Redes de Computadores (ERRC). SBC, 2024.

MONITORAMENTO E MITIGAÇÃO DE ÁREAS INUNDÁVEIS: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E RESPOSTA

Categoria: Extensão Universitária

Maria Eduarda Boff[1]
Jaíne Carneiro[2]
Cesar Henrique Wanke[3]
Weligton Lucas Baschera[4]

Resumo – O projeto visou instruir a comunidade do bairro Martello, em Caçador/SC, sobre os riscos de inundações, desenvolvendo ações de conscientização e mitigação em parceria entre a universidade, escolas de fases iniciais, órgãos públicos e moradores. Por meio de levantamento de campo, elaboração de materiais educativos e palestras interativas, busca-se identificar os principais fatores que contribuem para as enchentes e propor soluções práticas e sustentáveis. A metodologia baseia-se em pesquisa teórica, diagnóstico participativo e aplicação de Design Thinking, promovendo o engajamento comunitário. Espera-se como resultado a ampliação da consciência ambiental, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais e a formação de engenheiros mais preparados para atuar frente aos desafios das mudanças climáticas.

Palavras-chave: enchentes; mitigação; sustentabilidade; comunidade; engenharia civil.

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais, especialmente os relacionados às inundações, vêm se intensificando nas últimas décadas, impulsionados pelas mudanças climáticas globais e pela expansão urbana desordenada (IPCC, 2023). No Brasil, eventos extremos de chuva têm se tornado cada vez mais frequentes, provocando deslizamentos de terra, perdas materiais e humanas, e comprometendo a infraestrutura urbana (ONU, 2024). Essa realidade evidencia a urgência de desenvolver estratégias de planejamento e mitigação de riscos hídricos, que conciliem sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e gestão pública eficiente.

Em nível local, o município de Caçador (SC) tem enfrentado episódios recorrentes de alagamentos, sendo o bairro Martello uma das áreas mais afetadas. A região apresenta um declive acentuado, sistema de drenagem deficiente e presença de córregos subterrâneos, o que agrava o risco de inundações mesmo em períodos de chuva moderada. Estudos técnicos elaborados pela Prefeitura indicam a necessidade de implantação de estruturas de contenção e de drenagem mais eficientes, aliadas à conscientização da população quanto ao manejo adequado das águas pluviais.

[1]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante desse cenário, o curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desenvolveu um projeto de curricularização da extensão voltado à educação ambiental e mitigação de áreas inundáveis no bairro Martello. A proposta foi conduzida em parceria com a EEB Wanda Krieger Gomes e órgãos públicos municipais, buscando integrar a formação acadêmica dos estudantes à realidade social local.

O projeto fundamentou-se em bases teóricas de sustentabilidade urbana e resiliência comunitária, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). Ao promover o diálogo entre universidade e comunidade, buscou-se fortalecer a cultura da prevenção e desenvolver soluções técnicas e educativas capazes de reduzir a vulnerabilidade da população frente aos eventos climáticos extremos.

Portanto, o presente estudo teve como objetivo geral instruir a comunidade do bairro Martello sobre os riscos de inundações e as medidas preventivas disponíveis, fomentando a criação de soluções colaborativas entre estudantes, moradores e órgãos públicos.

De forma complementar, definiram-se como objetivos específicos em realizar levantamento teórico e empírico sobre as causas das enchentes no bairro Martello; identificar os pontos críticos e suas implicações para a infraestrutura urbana local; desenvolver materiais educativos e oficinas de conscientização junto à comunidade e escolas parceiras; aplicar metodologias participativas, como o Design Thinking, para estimular a proposição de soluções práticas e sustentáveis; e aelaborar um relatório final com estratégias de mitigação e recomendações técnicas para reduzir os impactos das inundações no município.

METODOLOGIA

O presente estudo configurou-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão dos fatores que contribuem para as inundações recorrentes no bairro Martello, em Caçador (SC), e ao desenvolvimento de estratégias de mitigação fundamentadas em práticas de educação ambiental e planejamento urbano sustentável.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto das atividades de curricularização da extensão universitária do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), realizadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Caçador e com a EEB Wanda Krieger Gomes, durante o primeiro semestre de 2025. As ações ocorreram em duas etapas principais, distribuídas entre os meses de abril e junho, envolvendo observação direta do território, coleta de informações com a comunidade e atividades educativas voltadas à conscientização sobre os riscos de inundações.

Inicialmente, os acadêmicos realizaram uma revisão teórica sobre drenagem urbana, infraestrutura verde e mitigação de riscos hídricos, com base em artigos científicos, normas técnicas e relatórios institucionais. Essa etapa teve por objetivo embasar o diagnóstico de campo e a elaboração dos materiais educativos.

Em seguida, foi conduzido o levantamento de campo no bairro Martello, contemplando o registro fotográfico das áreas suscetíveis a alagamentos, a observação das condições de drenagem e o mapeamento dos principais pontos críticos indicados pelos moradores. Durante as visitas, os estudantes realizaram entrevistas informais e observações sistemáticas, buscando compreender a percepção da comunidade sobre as causas e os impactos das inundações.

Com base nas informações obtidas, os acadêmicos desenvolveram materiais educativos, como cartilhas, vídeos e apresentações, abordando medidas preventivas e boas práticas de manejo das águas pluviais. Esses materiais foram apresentados e discutidos em oficinas e palestras na EEB Wanda Krieger Gomes, envolvendo alunos e professores da escola, que atuaram como multiplicadores do conhecimento.

A metodologia adotou como princípio norteador o Design Thinking, favorecendo a colaboração entre universidade, poder público e comunidade na construção de soluções práticas e acessíveis. A análise dos resultados baseou-se em uma abordagem interpretativa, relacionando as percepções dos moradores e as observações de campo às estratégias de mitigação estudadas.

Por fim, a atividade foi avaliada por meio de feedback dos participantes, possibilitando identificar o nível de engajamento da comunidade e aprimorar as ações futuras voltadas à redução de riscos hídricos no município de Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir das ações extensionistas desenvolvidas no bairro Martello evidenciaram avanços significativos na conscientização ambiental da comunidade e no fortalecimento do vínculo entre universidade, escola e poder público. A abordagem adotada demonstrou que a educação ambiental participativa pode gerar impactos concretos na percepção coletiva sobre os riscos de inundações e sobre a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos e das águas pluviais.

Durante as atividades, os acadêmicos do curso de Engenharia Civil desenvolveram materiais educativos e de sensibilização, entre eles cartilhas informativas sobre mitigação de riscos hídricos, calendários de coleta seletiva com dias e horários atualizados e apresentações interativas realizadas junto às turmas de 5º ao 9º ano da EEB Wanda Krieger Gomes. As ações foram complementadas por gincanas temáticas que abordaram o descarte correto de resíduos e o papel da população na preservação dos recursos hídricos.

Além disso, os estudantes promoveram oficinas de instrução sobre o uso do aplicativo Caçador Digital, ferramenta destinada a denúncias e reclamações relacionadas ao descarte irregular de lixo, podas e resíduos de construção civil. Durante as atividades, foi possível ouvir relatos e críticas da comunidade sobre o funcionamento do aplicativo e, principalmente, sobre a falta de resposta efetiva por parte dos setores responsáveis da Prefeitura Municipal de Caçador. Essas informações foram sistematizadas e encaminhadas ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Gustavo Kucher Furlin, em caráter de devolutiva institucional, como parte da proposta de aproximação entre universidade e gestão pública.

Os resultados também envolveram a proposição de vídeos educativos a serem produzidos em colaboração com a Prefeitura, com o objetivo de ampliar o alcance das mensagens de conscientização. Contudo, até o momento da elaboração deste relatório, não houve retorno formal do setor de marketing municipal sobre a execução dessa etapa, o que limita a disseminação em maior escala do conteúdo produzido.

Sob a perspectiva acadêmica, o projeto proporcionou aos alunos experiências práticas de diagnóstico comunitário, comunicação científica e elaboração de soluções técnicas com foco social. A vivência em campo possibilitou compreender de forma aplicada os conceitos de sustentabilidade urbana, drenagem pluvial e educação ambiental, temas centrais para a formação do engenheiro civil contemporâneo.

Conforme apontam Jacobi (2012) e Carvalho (2016), o engajamento da população em ações de educação ambiental é essencial para o êxito de políticas públicas de mitigação de riscos e promoção da sustentabilidade. Nesse sentido, os resultados obtidos confirmam que a articulação entre universidade e comunidade local é capaz de gerar aprendizagens recíprocas, promover empoderamento social e contribuir para a construção de cidades mais resilientes frente aos eventos climáticos extremos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto de curricularização da extensão "Monitoramento e Mitigação de Áreas Inundáveis: Estratégias de Prevenção e Resposta" demonstraram que a integração entre ensino, comunidade e poder público é essencial para a construção de soluções sustentáveis e de impacto social efetivo. A atuação dos acadêmicos do curso de Engenharia Civil permitiu articular teoria e prática, evidenciando que a educação ambiental participativa pode ser um instrumento potente de transformação local.

O projeto alcançou resultados expressivos na formação cidadã dos alunos e na conscientização da comunidade do bairro Martello, que passou a compreender melhor as causas e consequências das inundações, bem como o papel individual e coletivo na mitigação dos riscos. As atividades realizadas nas escolas e nas ruas do bairro mostraram que a comunicação acessível e o envolvimento direto da população são estratégias fundamentais para o êxito de ações extensionistas.

Apesar dos avanços, alguns desafios persistem, como a baixa resposta institucional do setor público frente às demandas levantadas pelos moradores e estudantes, e a necessidade de continuidade das ações educativas para consolidar as mudanças de comportamento ambiental. Ainda assim, a sistematização das informações coletadas e o diálogo com o poder público representam passos concretos rumo a uma gestão ambiental mais participativa e transparente no município.

Do ponto de vista acadêmico, a experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e éticas, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o papel da engenharia civil na promoção do bem-estar coletivo e na adaptação das cidades às mudanças climáticas. Assim, este projeto reafirma o compromisso da UNIARP com a formação de

profissionais críticos, sensíveis às demandas sociais e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a curricularização da extensão mostrou-se uma oportunidade valiosa de aprender fazendo, transformando conhecimento científico em ação concreta e aproximando a universidade da realidade comunitária. O legado deixado por essa experiência vai além dos produtos elaborados ele se manifesta na construção de consciência ambiental, engajamento social e esperança coletiva por uma Caçador mais resiliente, sustentável e humana.

REFERÊNCIAS

IPCC. **Sixth Assessment Report: Climate Change 2023 – Synthesis Report**. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. Acesso em: 1 nov. 2025.

ONU. **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024.** Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2024. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda 2030**. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas no Brasil, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 1 nov. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 351-366, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003. Acesso em: 1 nov. 2025.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MODELAGEM BIM E ORÇAMENTAÇÃO COM TABELAS SINAP

Categoria: Projeto Integrador

Andresa Ap. G. Zambonin[1]
Guilherme Pincolini[2]
João Vitor Gois[3]
Vitor Domingues Willer[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo – Este trabalho aborda a integração entre o BIM e o SINAPI na elaboração de orçamentos de obras. Observou-se que a qualidade da modelagem e o nível de detalhamento influenciam diretamente na precisão dos quantitativos, mas também que muitas composições do SINAPI não possuem correspondência direta com os elementos do modelo. Apesar dessas limitações, a integração se mostrou vantajosa por agilizar a extração de dados, reduzir erros e permitir rastreabilidade no modelo 3D. Conclui-se que a adoção dessa prática depende do desenvolvimento de bibliotecas específicas e da capacitação de profissionais para garantir sua aplicação em larga escala.

Palavras-chave: Orçamento. Bim. Sinap. Projetos.

INTRODUÇÃO

Em um projeto de construção, geralmente a orçamentação ocorre por meio de uso de planilhas de custos, que são preenchidas com os dados quantitativos retirados dos projetos e multiplicados pela unidade de custo do material, contabilizando equipamentos, mão de obra e assim por diante (ABANA et al., 2017).

Por vezes o processo de levantamento quantitativo pode conter erros, o que acaba afetando o desempenho da empresa. Diante desse problema o Building Information Modelling (BIM), consegue estabelecer uma precisão mais exata no quantitativo dos orçamentos, causando também a otimização do tempo e acelerando o tempo de execução de obras uma vez que os dados são extraídos instantaneamente do programa. (EASTMANN et al., 2011).

Segundo Mattana e Librelotto (2018), a precisão dos quantitativos e dos custos extraídos por meio de ferramentas BIM está diretamente relacionada a uma série de fatores que antecedem o processo de orçamentação, dentre os quais se destacam:

[1]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A qualidade do modelo desenvolvido;

O nível de detalhamento das informações incorporadas;

A metodologia adotada na modelagem;

A experiência técnica do profissional responsável pela orçamentação;

O grau de facilidade ou complexidade na auditoria das quantidades geradas pelo modelo.

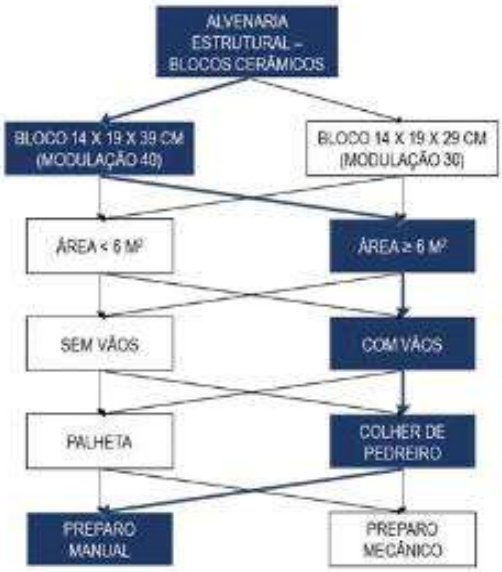
Espera-se que o uso do BIM cresça no Brasil nos próximos anos. Isso porque, segundo o Governo Federal, a utilização da metodologia BIM passou a ser obrigatória em licitações de obras públicas a partir de 2021 (BRASIL, 2019). Além disso, desde 2003 já é obrigatório o uso do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) para calcular os custos de obras públicas federais. O SINAPI fornece, todos os meses, tabelas com preços de serviços, materiais, equipamentos e mão de obra, que servem como referência para orçamentos de construção (CAIXA, 2020).

O orçamento de uma obra representa a estimativa dos custos necessários para a execução do empreendimento, conforme um plano previamente definido (LIMMER, 1997). Essa estimativa costuma ser uma das primeiras informações buscadas pelo empreendedor, pois é fundamental para avaliar se o projeto é viável do ponto de vista financeiro (GOLDMAN, 2004).

De acordo com Moraes e Vitória Gomes (2024), embora os maiores benefícios do BIM sejam inicialmente percebidos pelos projetistas, seus impactos também alcançam contratados e proprietários, tanto no curto quanto no longo prazo. No curto prazo, destaca-se a diminuição de erros na documentação, fator crítico em projetos que envolvem equipes multidisciplinares. Já no longo prazo, o uso do BIM contribui para uma expressiva redução nos custos de construção, uma vez que possibilita processos mais eficientes e melhor controle do empreendimento.

Segundo Silva e Pereira (2019), a grande variabilidade de composições no SINAPI pode aumentar o tempo necessário para a orçamentação, uma vez que o orçamentista precisa analisar as diferenças entre as composições, de acordo com os níveis de definição, para então decidir qual delas utilizar. Na figura 1 a seguir, temos como exemplo as especificações de alvenaria estrutural – Blocos cerâmicos.

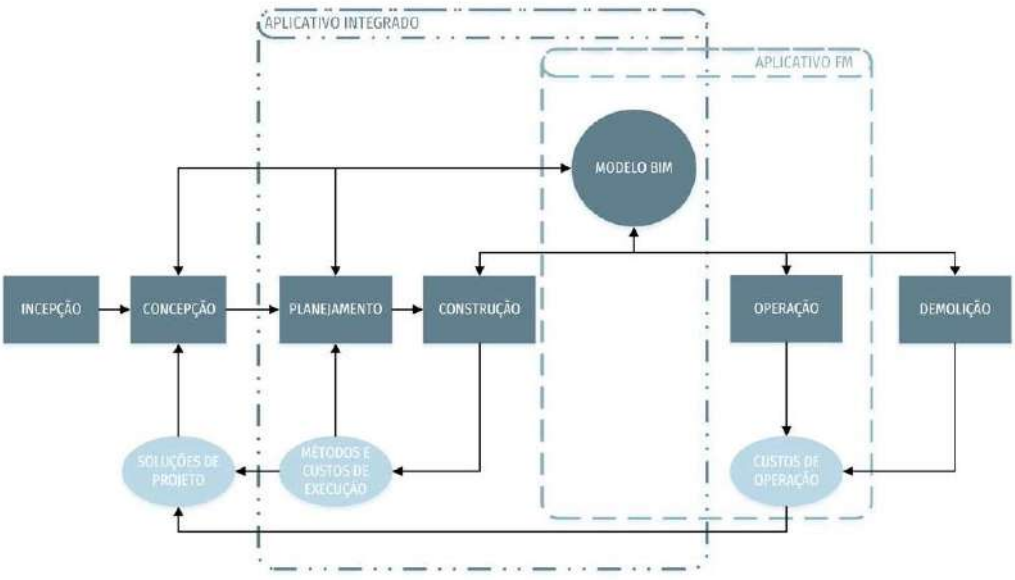
Figura 1 Caixa, 2017



METODOLOGIA

Os métodos adotados para a realização desta pesquisa são de origem bibliográfica e exploratória. Lakatos e Marconi (2003, p. 183): "[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". Desta forma, foram consultados sites, artigos científicos, livros e publicações relacionadas a modelagem BIM e orçamentação com tabela SINAP.

Figura 2. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2017)



O estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as formas para realizar orçamentos, suas estimativas e execução.

Figura 3. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2017)

Tipo de orçamento	Fase de projeto	Cálculo do preço	Faixa de precisão
Estimativa de custo	Estudos preliminares	Área de construção multiplicada por um indicador.	± 30%*
Preliminar	Anteprojeto	Quantitativos de serviços apurados no projeto ou estimados por meio de índices médios, e custos de serviços tomados em tabelas referenciais.	± 20%
Detalhado ou analítico (orçamento base da licitação)	Projeto Básico	Quantitativos de serviços apurados no projeto e custos obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos oriundos de tabelas referenciais ou de pesquisa de mercado relacionados ao mercado local, levando-se em conta o local, o porte e as peculiaridades de cada obra.	± 10%
Detalhado ou analítico	Projeto executivo	Quantitativos apurados no projeto e custos de serviços obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos negociados, ou seja, advindos de cotações de preços reais feitas para a própria obra ou para outra obra similar ou, ainda, estimados por meio de método de custo real específico.	± 5%

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar a integração entre modelos desenvolvidos em BIM e a utilização das planilhas do SINAPI para a elaboração de orçamentos de obras. Para isso, foi realizada a modelagem de um projeto de edificação utilizando a plataforma Autodesk Revit, com foco na extração de quantitativos compatíveis com as composições do SINAPI.

A qualidade da modelagem no BIM influencia muito na precisão dos quantitativos. Modelos pouco detalhados ou sem parâmetros adequados dificultam a ligação com o SINAPI e, muitas vezes, é preciso adaptar as composições.

Mesmo assim, a integração traz vantagens, como rapidez na extração de dados, rastreabilidade no modelo 3D e menos erros nos orçamentos. Para funcionar bem, é necessário seguir boas práticas de modelagem e ter profissionais capacitados, o que ainda é um dos maiores desafios para ampliar o uso dessa metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre BIM e SINAPI representa um avanço importante na orçamentação de obras, oferecendo maior agilidade, precisão e rastreabilidade dos quantitativos. Apesar disso, ainda existem obstáculos a superar, como a ausência de bibliotecas adaptadas ao sistema e a

carência de profissionais qualificados. Superar esses desafios é essencial para que essa metodologia seja aplicada de forma ampla e eficiente no setor da construção civil.

REFERÊNCIAS

ABANDA, F.H.; KAMSU-FOGUEM, B.; TAH, J.H.M. BIM –New rules of measurement ontology for construction cost estimation. Engineering Science and Technology, An International Journal. V.20, n.2. p. 443-459. abr. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (Brasil). BIM na Quantificação, orçamentação, planejamento e gestão de serviços da construção. Coletânea Guias Bim Abdi-Mdic: Volume 3. Brasilia, 22 ago. 2017. p. 1-67. Disponível em: https://plataformabimbr.abdi.com.br/guias-normas/GUIA_BIM_03.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Decreto n. 9.983, de 22 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno Técnico do Grupo Alvenaria Estrutural Blocos Cerâmicos. 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. SINAPI: Metodologias e Conceitos:Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. 8ª Ed. Brasília: CAIXA, 2020.

EASTMAN, C.M.; TEICHOLZ, P.; SACKS, R.; LISTON, K. BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors. Hoboken: Wiley, 2011.

GOLDMAN, P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira, 4ª edição. São Paulo: PINI, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LIMMER, C.V. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1997.

MATTANA, L.; LIBRELOTTO, L.I. Estratégias para ensino de orçamentação com adoção de BIM em ambiente acadêmico. Gestão e Tecnologia de Projetos, v.13, n.3, p.97-118, dez. 2018.

MORAES, Vitória Gomes et al. Aplicação da metodologia BIM no planejamento de obras: Estudo de caso. Research, Society and Development, v. 13, n. 3, p. e11513345393-e11513345393, 2024.

SILVA, R.P.; PEREIRA, S.L. Análise do serviço de chapisco do SINAPI para utilização em projetos BIM. In: Simpósio Brasileiro de Tecnologia.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE CONCRETO ARMADO, ALVENARIA ESTRUTURAL E ESTRUTURA METÁLICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

João Gabriel Menegotto de Almeida[1]
Carolina Fruet de Lima[2]
Roger Francisco Ferreira dos Campos[3]
Letícia Maria Scolaro[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo – O presente trabalho apresenta um estudo comparativo entre os custos dos sistemas construtivos em concreto armado, alvenaria estrutural e estrutura metálica, aplicados a uma residência unifamiliar de dois pavimentos, com área total de 128,00 m². O objetivo principal consistiu em analisar economicamente as três alternativas, identificando qual delas apresenta melhor relação entre custo e viabilidade técnica. O dimensionamento estrutural foi realizado por meio dos softwares Eberick e QIBuilder, seguindo as normas NBR 6118 (concreto armado), NBR 16868 (alvenaria estrutural) e NBR 8800 (estruturas de aço). Após o levantamento dos quantitativos e elaboração dos orçamentos, verificou-se que o sistema em alvenaria estrutural apresentou o menor custo médio, de R$720,41/m², seguido do concreto armado, com R$ R$971,27/m² e da estrutura metálica, com R$1.421,37/m². Observou-se ainda que a a estrutura metálica transmitiu menores cargas às fundações, o que pode reduzir custos complementares. Conclui-se que a alvenaria estrutural se mostrou a alternativa mais econômica e racional para edificações de pequeno porte, confirmando tendências observadas em estudos anteriores. Recomenda-se, para trabalhos futuros, a ampliação da análise para construções de maior complexidade e a inclusão de parâmetro de tempo de execução.

Palavras-chave: Comparação; Custo; Alvenaria; Concreto; Metálica.

INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de obras seguras, rápidas e sustentáveis, diversos sistemas estruturais vêm sendo estudados, como o concreto armado, a alvenaria estrutural e as estruturas metálicas (Santos; Pinas, 2022). A alvenaria estrutural, um dos métodos mais antigos, combina funções de vedação e resistência, proporcionando economia de materiais como aço e madeira (Kageyama; Kishi; Meirelles, 2016). As estruturas metálicas, por sua vez, destacam-se pela precisão

[1] Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e rapidez construtiva, atendendo às exigências de produtividade e sustentabilidade do setor (Guarnier, 2009). Já o concreto armado, amplamente difundido mundialmente, deve sua popularidade à elevada resistência e durabilidade resultantes da combinação entre aço e concreto (Schmidt, 2020).

Apesar das vantagens, cada sistema apresenta limitações que precisam ser consideradas no planejamento. A alvenaria estrutural possui restrições quanto à flexibilidade arquitetônica e à criação de grandes vãos, devido à função estrutural das paredes (Mauricio, 2020). O concreto armado, embora confiável, pode gerar desperdícios de até 25% por falhas de execução e superdimensionamento (Galceran, 2013). Já as estruturas metálicas, mesmo oferecendo rapidez e leveza, demandam mão de obra especializada e possuem custo elevado de material, o que restringe sua ampla adoção (Nakahara, 2017). Tais características tornam indispensável a análise comparativa entre os diferentes sistemas, de modo a identificar aquele que melhor equilibra custo, desempenho e viabilidade técnica.

Nesse contexto, a escolha do sistema estrutural torna-se uma decisão estratégica, podendo representar até 25% do custo total da obra (Costa, 1997 apud Albuquerque, 1999). Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente os custos dos sistemas construtivos em concreto armado, alvenaria estrutural e estrutura metálica, aplicados a uma edificação residencial de dois pavimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou caráter quantitativo, com o objetivo de analisar os dados de forma numérica e estabelecer comparações entre os grupos/variáveis estudados (Gil, 2022). Foi fundamentada em uma análise econômica dos sistemas construtivos em concreto armado, alvenaria estrutural e estrutura metálica. O estudo desenvolveu-se em um projeto de uma residência unifamiliar de dois pavimentos, com área total de 128,00 m².

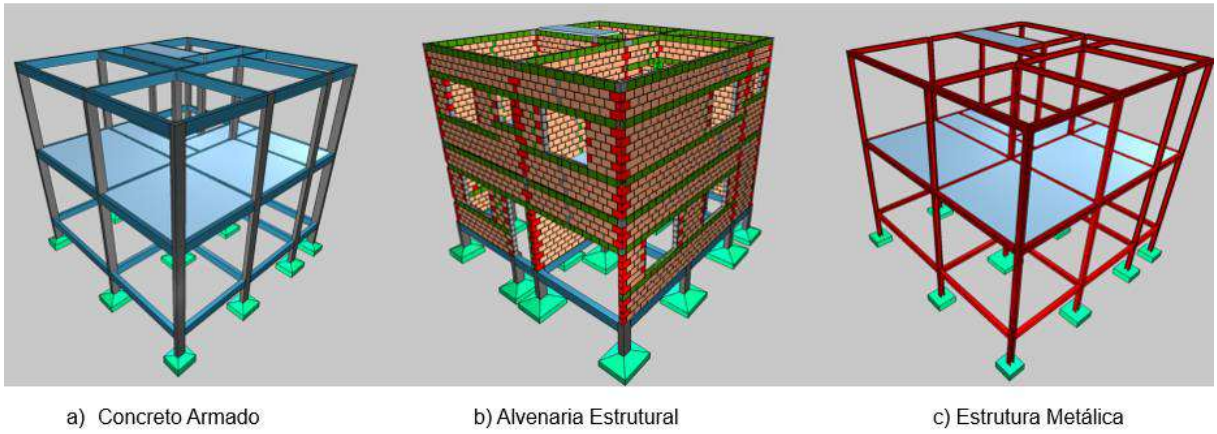
O dimensionamento estrutural foi realizado com auxílio dos softwares Eberick e QIBuilder (AltoQI, 2025), conforme as normas NBR 6118 (concreto armado), NBR 16868 (alvenaria estrutural) e NBR 8800 (estrutura metálica). Cada modelo teve suas configurações realizadas de acordo com suas especificidades.

Após a modelagem pronta, procedeu-se ao levantamento dos quantitativos de materiais e elaboração dos orçamentos com base na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do mês de setembro do estado de Santa Catarina (Caixa, 2025). Os dados foram organizados em planilhas Excel e analisados por meio de gráficos comparativos, possibilitando a avaliação do custo total e por pavimentos dos sistemas construtivos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 a seguir, obtida a partir do software Eberick, ilustra a modelagem estrutural de cada um dos três métodos construtivos analisados.

Figura 1 – Modelagem dos projetos estruturais dos sistemas construtivos.

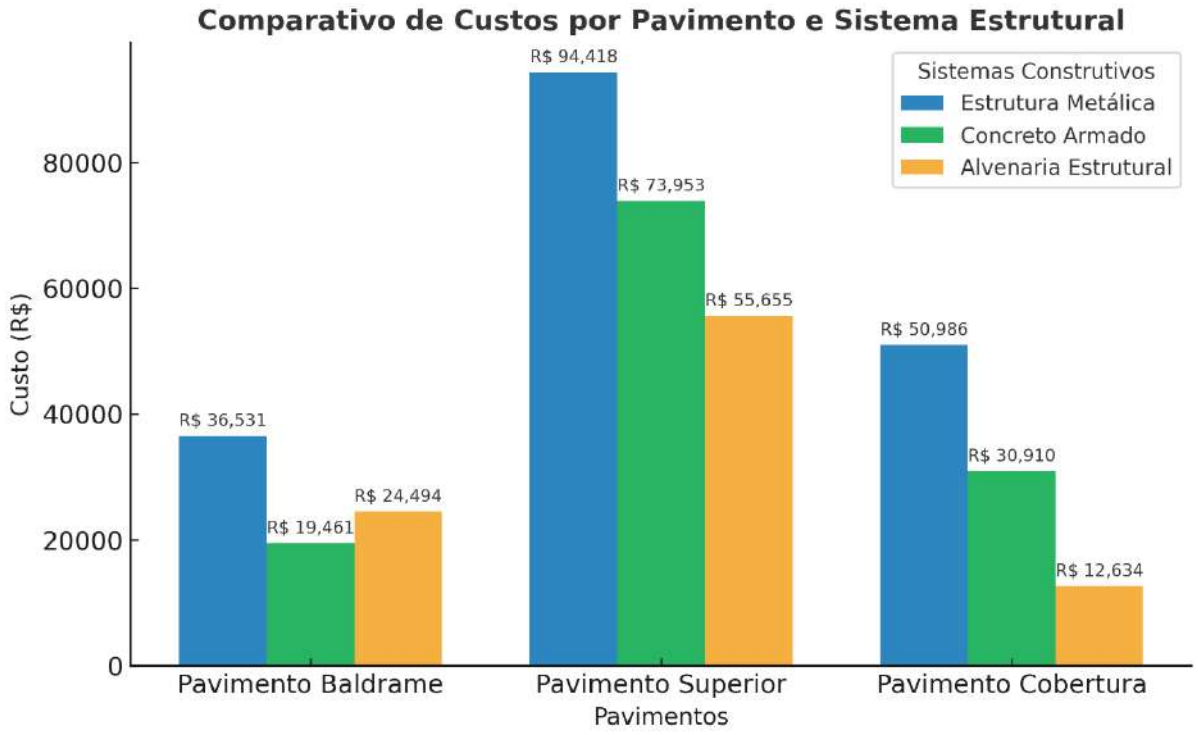


Fonte: Autor (2025).

A análise demonstrou que o sistema em alvenaria estrutural apresentou o menor custo médio, de R$ 720,41/m², devido à eliminação de fôrmas e à redução no consumo de aço e concreto. O concreto armado apresentou custo intermediário, de R$ 971,27/m², influenciado pelo uso de fôrmas, escoramentos e armaduras. Já a estrutura metálica mostrou-se a opção mais onerosa, com R$ 1.421,37/m², reflexo do alto valor do aço e da necessidade de mão de obra especializada.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos custos por pavimento, evidenciando as diferenças entre os sistemas construtivos avaliados.

Figura 2 – Comparativo entre custos por pavimentos dos sistemas.

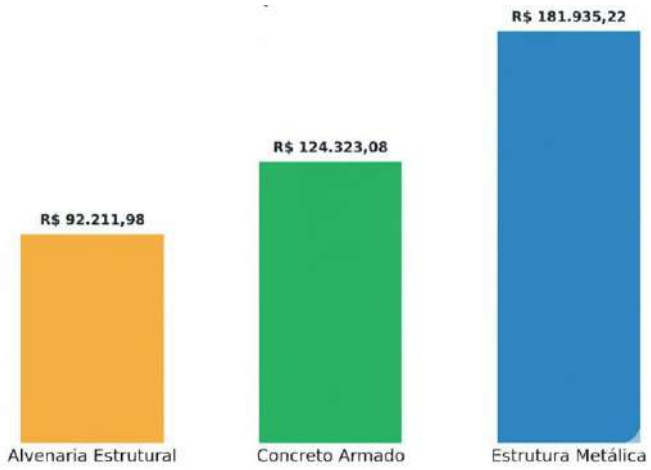


Fonte: Autor (2025).

A análise dos custos por pavimento demonstra que as variações observadas entre os sistemas construtivos estão diretamente associadas aos materiais e elementos estruturais empregados em cada etapa da edificação. No pavimento baldrame, os sistemas em concreto armado e alvenaria estrutural apresentaram custos semelhantes, devido à similaridade dos processos executivos e ao consumo equivalente de materiais. No entanto, o sistema em estrutura metálica apresentou acréscimo de custo, em virtude da substituição das vigas baldrames convencionais por perfis metálicos, que possuem maior valor.

Na Figura 3 apresenta-se o orçamento final dos três sistemas construtivos, elaborado a partir da consideração integral de todas as etapas dos respectivos processos construtivos, incluindo insumos de materiais, mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários para execução.

Figura 2 – Custo total dos sistemas.



Fonte: Autor (2025).

Os resultados confirmam os estudos de Zart e Oliveira (2023), que apontam a alvenaria estrutural como o método de menor custo global, e estão em consonância com Rodrigues, Fonseca e Ruas (2020), que identificaram custos próximos entre concreto armado e alvenaria em edificações de pequeno porte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizou uma análise comparativa dos custos entre os sistemas construtivos em concreto armado, alvenaria estrutural e estrutura metálica, aplicados a uma residência unifamiliar de 128,00 m². O dimensionamento seguiu as normas NBR 6118, 16868 e 8800, com apoio dos softwares Eberick e QIBuilder, permitindo avaliar quantitativos e custos de execução.

Os resultados mostraram que a alvenaria estrutural apresentou o menor custo médio (R$ 720,41/m²), seguida do concreto armado (R$ 971,27/m²) e da estrutura metálica (R$ 1.421,37/m²).

Verificou-se que a estrutura metálica apresentou um custo adicional de R$89.723,24 em relação à alvenaria estrutural e de R$57.612,14 quando comparada ao concreto armado. Consequentemente, a adoção da alvenaria estrutural resultou em uma redução de 49,31% no custo total, enquanto o sistema em concreto armado apresentou-se 31,67% mais econômico em comparação à estrutura metálica.

A economia da alvenaria decorre da redução de fôrmas e da menor necessidade de aço e concreto, enquanto o elevado custo da estrutura metálica está associado ao preço do aço e à exigência de mão de obra especializada.

Como limitação, o estudo abordou apenas uma residência de pequeno porte, sem considerar prazos de execução ou manutenção. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação para obras de maior complexidade, incorporando variável de tempo, a fim de aprimorar a avaliação da viabilidade técnica e econômica dos sistemas construtivos.

De modo geral, conclui-se que a alvenaria estrutural é a alternativa mais econômica e racional para edificações de pequeno porte, enquanto o concreto armado mantém-se como solução técnica consolidada e versátil. A estrutura metálica, embora tecnicamente eficiente, apresenta custo elevado, limitando seu uso a projetos específicos que demandem leveza, grandes vãos e rapidez construtiva

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Augusto Teixeira de. **Análise de alternativas estruturais para edifícios em concreto armado**. 1999. Dissertação (Mestre em Engenharia de Estruturas) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18134/tde-23112017-143521/publico/Dissert_Albuquerque_AugustoT.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

GALCERAN, Bruno Augusto Pissini. **Redução do desperdício na construção civil através de técnicas construtivas mais eficazes**. 2013. Monografia (Especialização em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9ACKDH/1/microsoft_word___monografia_entrega_final_rev_6___15.04.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.44. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/. Acesso em: 24 out. 2025.

GUARNIER, Christiane Roberta Fernandes. **Metodologias de detalhamento de estruturas metálicas**. 2009. Dissertação (Especialização em Engenharia Civil) – Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstreams/397c019c-496e-42cd-8206-ad39a3514298/download. Acesso em: 20 ago. 2025.

KAGEYAMA, Tacao; KISHI, Sunao; MEIRELLES, Célia Regina Moretti. As interferências do processo construtivo da alvenaria estrutural na redução dos custos na construção arquitetônica.

Revista Mackenzie de Engenharia e Computação, São Paulo, v. 6-10, p. 44-64, out. 2016. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmec/article/view/3326/2778. Acesso em: 20 ago. 2025.

NAKAHARA, Flávia Sayuri. Análise da viabilidade estrutural e econômica entre estruturas de concreto armado e estruturas metálicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/29ca781d-009b-4689-897c-d3f46092b8de/content. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTOS, José Carias Gomes dos; PINAS, David Costa. Construções em estrutura metálica. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, Teófilo Otoni, v. 9, p. 1-9, nov. 2024. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1169/1133. Acesso em 20 ago. 2025.

SCHMIDT, Bruno Mateus. Projeto estrutural de edificação multifamiliar em concreto armado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218087/001121501.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 set. 2025.

ANÁLISE COMPARATIVA DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA ENTRE MUROS DE GRAVIDADE E MUROS DE FLEXÃO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Vanessa Ferreira da Silva[1]
Leticia Maria Scolaro[2]
Carolina Fruet de Lima[3]
Roger Francisco Ferreira de Campos[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo – O presente trabalho apresenta uma análise técnica e comparativa entre as tipologias de estruturas de contenção existentes, o muro de concreto armado e o muro de gabião. O estudo tem como objetivo principal avaliar o desempenho estrutural e a viabilidade econômica de ambas as soluções, considerando um cenário urbano. Desta forma, foram utilizadas as normas da ABNT NBR 6118, NBR 8681 e NBR 11682 como referência para o dimensionamento e verificação da estabilidade. A metodologia empregou os softwares GAWAC 3 e GEO5, que permitiram simular condições reais de carregamento e características geotécnicas do solo. Os resultados apontaram que o muro de concreto armado apresentou maior resistência e estabilidade global, sendo indicado para situações críticas e maiores alturas. Já o muro de gabião destacou-se pela simplicidade executiva, flexibilidade e melhor relação custo-benefício, especialmente em obras de pequeno e médio porte. Conclui-se que a escolha entre os modelos deve considerar fatores como características do terreno, disponibilidade de materiais, mão de obra e exigências estruturais, buscando sempre o equilíbrio entre segurança, funcionalidade e economia.

Palavras-chave: Concreto armado; contenção; taludes; gabião.

INTRODUÇÃO

As estruturas de contenção são utilizadas para conter maciços de terra, mediante situações que demandem corte, aterro ou ainda frente a taludes que não apresentem estabilidade própria (Moliterno, 1994). Essas estruturas são projetadas para suportar empuxos de terra, bem como sobrecargas transmitidas por edificações ou cargas móveis, buscando proporcionar estabilidade ao solo, processo que acarreta a diminuição na movimentação do terrapleno (Botelho, 2014).

[1] Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As estruturas de contenção em gabiões, embora atuem predominantemente por gravidade devido ao seu peso próprio, apresentam comportamento flexível, permitindo deformar - se e adaptar-se aos esforços atuantes (Santos; Trindade, 2021). Configurados por sua geometria predominantemente retangular são compostas por módulos, confeccionados em malha metálica de aço galvanizado, frequentemente revestida com PVC que impactam diretamente em sua durabilidade (Barros, 2017).

Dentre as principais vantagens deste sistema construtivo, destaca-se o baixo custo dos insumos utilizados, bem como a eliminação da necessidade de sistemas de drenagem convencionais como utilizado em muros de arrimo de concreto armado (Camelo; Paschoalin Filho, 2025). Essa eficiência hidráulica se deve, a granulometria do agregado, aliado à aplicação de uma manta geotêxtil como o Bidim, posicionada entre o paramento do talude e a face posterior do gabião, cuja função principal é promover a filtração da água e impedir o arraste de partículas finas do solo (Barros, 2017).

Araújo, Gomes e Ayres, (2020) ainda observa que a falta de critério técnico pode comprometer o desempenho da estrutura ou gerar custos desnecessários. Diante do exposto, a pesquisa é de considerável relevância, tendo como objetivo, comparar duas tipologias (muro de gravidade e flexão), a fim de compreender suas aplicações mais adequadas, desempenho estrutural e subsidiar decisões mais eficientes no campo da engenharia. Desse modo, a presente pesquisa busca responder à seguinte problemática: entre os modelos de muro de arrimo do tipo flexão e gravidade, qual apresenta melhor desempenho em termos de resistência estrutural e viabilidade econômica?

Existem diversas alternativas técnicas para obras de contenção, tanto em relação aos materiais empregados quanto às configurações geométricas disponíveis. Esta ampla variedade possibilita inúmeras soluções, mediante situações do dia a dia, para escolher entre elas é indispensável a realização de uma análise criteriosa do caso específico, considerando fatores geotécnicos, estruturais e ambientais, buscando definir a solução mais adequada para cada situação (Lima, 2016).

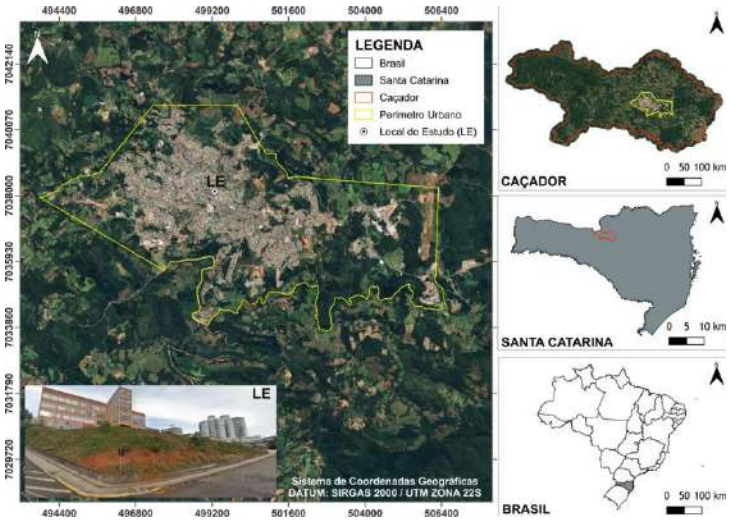
Diante das diferentes soluções estruturais para este fim e considerando que cada modelo apresenta suas particularidades estruturais distintas, torna-se importante realizar um estudo aprofundado sobre os tipos de solicitações que atuam sobre esses elementos e como cada sistema responde a elas, como o empuxo de solo, o peso próprio da estrutura e as reações de apoio, compreendê-las é fundamental para garantir soluções seguras e eficazes (Guilherme, 2017).

Portanto, o objetivo do presente trabalho é abordar um tema de suma importância, o qual diz respeito aos muros de contenção, uma vez que o mesmo é muito importante dependendo da topografia do terreno. No geral, o presente trabalho tem como objetivos específicos realizar o dimensionamento e a análise técnica de diferentes sistemas de contenção, abrangendo tanto estruturas do tipo gravidade quanto do tipo flexão, incluindo: muro de gabião, muro de concreto armado, e efetuar uma análise comparativa entre eles.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em um terreno pertencente à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizado no município de Caçador, Estado de Santa Catarina, situado na região Meio-Oeste catarinense, conforme Figura 1.

Figura 1 – Local do estudo



Fonte: A autora (2025).

O terreno em análise compreende, em sua porção edificada, o bloco D da instituição, enquanto a área remanescente é atualmente destinada ao uso como estacionamento como apresentado na Tabela 1. Contudo, a plena utilização desse espaço encontra-se restrita devido à presença de um talude que delimita três de seus lados, conforme ilustrado na Figura 2. Diante da elevada demanda por vagas, decorrente do fluxo diário de acadêmicos e colaboradores em regime integral, torna-se essencial o desenvolvimento de uma solução construtiva que possibilite a expansão da capacidade de acomodação veicular da instituição.

Figura 1 – Entrada do local

Fonte: A autora (2025).

Tabela 1 - Dados da edificação

	Quantidade	Unidade
Área do terreno	4.384,77	m^2
Área de construída	1.111,89	m^2
Maior altura registrada do talude	700	cm
Área atual utilizada para estacionamento	918,66	m^2
Número atual de vagas	50	Un

Fonte: A autora (2025).

O subsolo da área do talude aonde foi realizado o estudo, está inserido em uma região de solo argiloso, a investigação geotécnica fictícia utilizada para o local, foi realizada por meio de sondagens à percussão (SPT), conforme a ABNT NBR 6484/2020, totalizando três furos de prospecção e aproximadamente 25,3 m de perfuração. Os perfis geotécnicos evidenciaram uma sequência estratigráfica característica de depósitos residuais argilosos, apresentando, nas camadas superficiais, solos de baixa resistência, seguidos por materiais progressivamente mais consistentes em maiores profundidades.

A implementação de sistemas de contenção estrutural, associada a soluções de drenagem eficientes, configura-se como medida fundamental para a mitigação dos riscos de deslizamentos e processos erosivos superficiais. Ademais, buscou-se estimar o investimento necessário para a implantação da solução que melhor atendeu a situação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo ressaltam que não existe uma solução de contenção estrutural que seja claramente melhor que outra, ou seja, cada solução vai depender de uma situação. Artigos mostram que, embora diferentes tipos de muros de contenção tenham suas vantagens e desvantagens específicas, a escolha da melhor opção depende bastante das condições locais do terreno onde o mesmo será executado, bem como vai depender do tipo de solo, do espaço disponível e dos recursos financeiros do cliente.

Estudos evidenciam que os muros de gabião se adaptam bem ao terreno, além de ter boa drenagem natural e suportar melhor as deformações na fundação, o que os torna uma boa escolha para solos com comportamento imprevisível ou ainda em casos onde alguma movimentação é esperada. Sobretudo, os muros de concreto armado, que são mais rígidos e pesados, oferecem maior resistência e menor deformação, sendo indicados para locais com espaço limitado ou quando é necessário maior firmeza na estrutura.

Entretanto, as pesquisas ainda salientam que escolher um muro de concreto apenas por sua rigidez pode implicar em custo mais elevado, maior necessidade de drenagem, maior espessura e maiores fundações, o qual pode não ser viável ou necessário em todas as situações. Desta maneira, optar por um muro de gabião por ser mais econômico em alguns casos, pode não ser adequado quando o terreno exige uma contenção muito alta, ou quando o espaço de base disponível é restrito e a estética ou uso final da estrutura impõem requisitos de acabamento mais rigorosos.

Por isso, com os resultados obtidos neste estudo e nas pesquisas disponíveis na literatura, pode-se entender que a melhor solução de contenção vai depender de cada situação, ou seja, ela deve ser escolhida levando em conta os aspectos estruturais, geotécnicos, espaciais e econômicos específicos de cada projeto. Essa abordagem, que é comum na engenharia, ajuda a encontrar uma solução que seja segura, prática e econômica, sem acreditar que uma tecnologia específica seja sempre a mais adequada para todas as circunstâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises desenvolvidas neste trabalho, constatou-se que não existe um único sistema de contenção considerado superior em todos os aspectos técnicos e econômicos, ambos os muros apresentam características próprias, que os tornam mais ou menos adequados, tudo vai depender das condições geotécnicas, espaciais e financeiras de cada projeto.

Dessa forma, conclui-se que a escolha do sistema de contenção ideal deve ser pautada em uma análise integrada entre os fatores econômicos, estruturais e geotécnicos, buscando sempre o equilíbrio entre segurança, funcionalidade e viabilidade financeira. A decisão final deve considerar as particularidades de cada obra, o perfil do solo, o nível de complexidade da execução e o orçamento disponível.

Por fim, este estudo reforça a importância do papel do engenheiro civil na tomada de decisão técnica, pois, mesmo com o uso de softwares avançados, é o conhecimento profissional que garante o dimensionamento adequado e a segurança das estruturas. A pesquisa contribui, portanto, para o entendimento de que a engenharia de contenção exige não apenas domínio técnico e normativo, mas também visão crítica e contextual, assegurando que cada projeto seja desenvolvido de forma racional, segura e economicamente aprovado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla Beatriz Costa de; GOMES, Jane Kathleen Pereira; AYRES, Thiago Moura da Costa. Análise da capacidade de carga de fundações superficiais por diferentes metodologias. **Revista de Ciência e Tecnologia,** Fortaleza, v. 6, n. 24, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/rct/article/view/5477. Acesso em: 13 out. 2025.

BARROS, Pérsio Leister de Almeida. **Obras de contenção.** 1. ed. Florianópolis: Maccaferri, 2017. Disponível em: https://marcosporto.eng.br/wp-content/uploads/2018/02/TM-_-BR-_-Manual-Obras-de-Conten%C3%A7%C3%A3o-_-PT-_-Feb21.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

BOTELHO, Manoel Henrique. **Princípios da mecânica dos solos e fundamentos para a construção civil.** 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521208501/. Acesso em: 13 out. 2025.

CAMELO, Diego Gonçalves; PASCHOALIN, João Alexandre. Comparação entre custos executivos de gabião tipo Macsoil com outras soluções de contenção de maciços de solo. **VII SINGEP,** São Paulo, v. 7, n. 02, p. 01-15, 2018. Disponível em: https://www.singep.org.br/7singep/resultado/74.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

GUILHERME, Mariane Lemes. **Análise de tensão-deformação e de estabilidade global em muros de arrimo de flexão.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, 2017. Disponível em: http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/133/1/TCC%20Mariane%20Lemes%20Guilherme.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

LIMA, Paulo Rogério Gomes. **Dimensionamento de estruturas de contenção em solo reforçado com geossintético e face elaborada com blocos segmentais de concreto.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/4358/1/Dimensionamento%20de%20estruturas%20de%20conten%c3%a7%c3%a3o%20em%20solo%20refor%c3%a7ado%20com%20geossint%c3%a9tico%20e%20face%20elaborada%20com%20blocos%20segmentais%20de%20concreto.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

MOLITERNO, Antonio. **Caderno de muros de arrimo.** 1. ed. São Paulo: Blucher, 1994.

SANTOS, Kaway Wylke Pereira dos; TRINDADE, Vinicius Augusto Pereira. **ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OBRAS DE CONTENÇAO:** MURO DE ARRIMO X CORTINA DE ESTACAS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Centro Universitário Presidente Antonio Carlos, Barbacena, 2021. Disponível em: https://ri.unipac.br/repositorio/trabalhos-academicos/estudo-comparativo-entre-obras-de-contencao-muro-de-arrimo-x-cortina-de-estacas/. Acesso em: 13 out. 2025.

ANÁLISE DE COMPORTAMENTO À FLEXÃO EM PROTÓTIPOS DE VIGAS ARMADAS COM AÇO E VIGAS ARMADAS COM FIBRA DE VIDRO (GFRP)

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Lucas de Moura Mocellin[1]
Leticia Maria Scolaro[2]
Carolina Fruet de Lima[3]
Roger Francisco Ferreira de Campos[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo – A substituição do aço pela armadura de fibra busca o aumento da durabilidade de estruturas quando submetidas à corrosão e a campos eletromagnéticos. Este trabalho tem como foco analisar o comportamento à flexão de vigas de concreto armadas com barras metálicas e não metálicas. Os ensaios de determinação das propriedades das barras da armadura não metálica de GFRP (glass fiber polymer – polímero reforçado com fibra de vidro) combinam a determinação do diagrama tensão deformação e capacidade resistente. As vigas armadas com barras de GFRP foram ensaiadas à flexão em quatro pontos e os resultados comparados com o de uma viga armada com barras de aço CA-50 também ensaiada a flexão. Nos protótipos pôde-se perceber a influência das propriedades das barras de GFRP no comportamento estrutural das vigas. Por exemplo, as grandes deformações nas barras longitudinais e os deslocamentos dos modelos foram determinados pelo baixo módulo de elasticidade das barras de GFRP.

Palavras-chave: vigas; aço; fibra de vidro; GFRP; flexão.

INTRODUÇÃO

A infraestrutura é a base do desenvolvimento econômico e social, sendo essencial buscar soluções inovadoras que unam desempenho e sustentabilidade. O concreto armado tradicional utiliza aço como armadura, material que pode sofrer corrosão ao longo do tempo. Nesse contexto, o uso de polímeros reforçados com fibra de vidro (GFRP) surge como alternativa promissora por sua resistência à corrosão e leveza. Este trabalho objetiva avaliar o comportamento à flexão de vigas armadas com aço e com GFRP, verificando as diferenças estruturais entre os dois materiais em termos de carga, deslocamento e ruptura.

[1] Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor(a) do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Segundo Nanni, Luca e Zadeh (2014) a Fiber Reinforced Polymer tem se tornado uma tecnologia alternativa viável na substituição do aço das armaduras convencionais por não sofrer os efeitos de corrosão tendo diversas publicações e a elaboração de normas internacionais e nacionais, para a utilização desse material. Este trabalho teve como principal objetivo avaliar se o formato da propagação de fissuras das vigas armadas com FRP podem variar em comparação com o aço, por se tratar de um material que possui a relação entre tensão e deformação linear até a ruptura, e se ocorre a viabilidade técnica de vigas armadas com aço e fibra de vidro.

METODOLOGIA

Os ensaios experimentais foram realizados na UNIARP, em Caçador (SC). Foram moldados dez protótipos de vigas de concreto armado: cinco com barras de aço CA-50 e cinco com barras de GFRP, ambos com 110 cm de comprimento, 15 cm de largura e 20 cm de altura. As vigas foram ensaiadas à flexão em quatro pontos até a ruptura. Durante os testes, registraram-se carga de fissuração, carga máxima, deslocamentos e modo de ruptura.

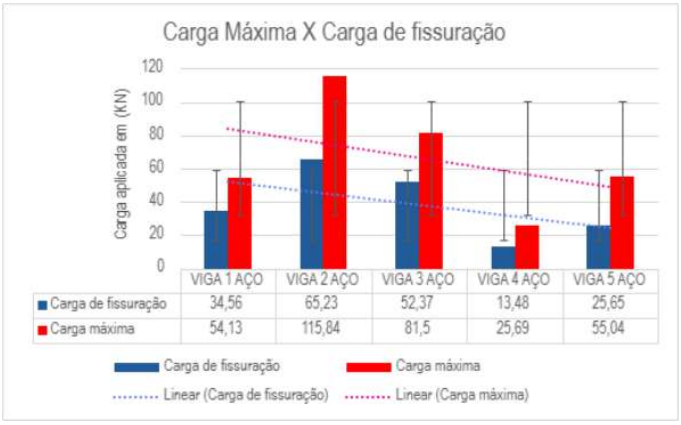
RESULTADOS E DISCUSSÕES

As vigas com armadura de aço apresentaram maior carga de ruptura e menor deslocamento médio em relação às vigas com GFRP. O ensaio demonstrou que as vigas de GFRP exibem comportamento elástico linear até a ruptura, enquanto o aço apresenta ductilidade e maior absorção de energia antes do colapso. A análise estatística confirmou diferenças significativas entre os dois tipos de armaduras. A Figura 1 apresenta a comparação entre as cargas médias de ruptura e fissuração, e a Tabela 1 sintetiza os principais resultados obtidos.

CARGAS E DESLOCAMENTOS

A comparação das cargas máximas e das cargas de fissuração nas vigas armadas com aço como define a Figura 14 a seguir, demonstrou uma distância entre as vigas começarem a fissurar e chegarem à ruptura, esse fenômeno é explicado pela linha de tensão e deformação do aço que chega à ruptura após passar pelos estádios de deformação.

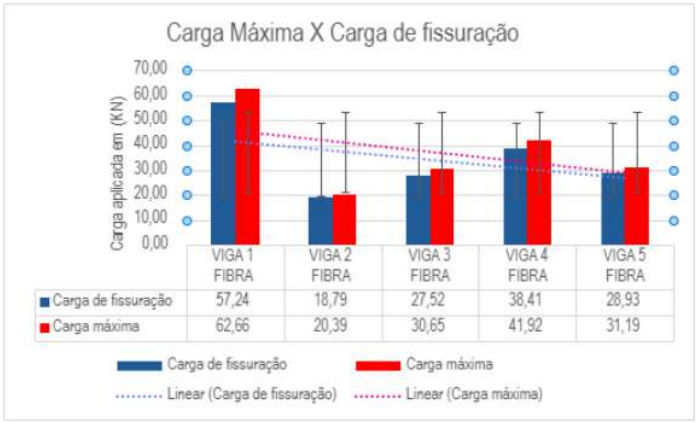
Figura 14 – Carga máxima e carga de fissuração em vigas de aço.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme os ensaios também realizados por Tavares (2006), as barras de GFRP apresentaram deformação logo ao atingir a capacidade resistente, diferente das vigas armadas com aço que apresentaram deformação após a mudança do estádio de deformação. Nas vigas armadas com fibra essa distância é bem reduzida, como mostra a Figura 15, pelo fato da linha entre tensão e deformação da fibra ser constante.

Figura 15 – Carga máxima e carga de fissuração em vigas de fibra.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nos deslocamentos as vigas armadas com fibra deformaram-se mais que as armadas com aço, sendo o aço um material dúctil pode deformar-se permanentemente antes de chegar à ruptura, enquanto a fibra apresenta uma deformação mais pronunciada antes mesmo de romper.

Figura 16 – Deslocamentos das vigas.

	V1F / V1A	V2F / V2A	V3F / V3A	V4F / V4A	V5F / V5A
Deslocamento vigas com fibra	7,52	6,38	1,16	0,85	2,32
Deslocamento vigas com aço	2,24	1,24	0,84	9,28	0,49

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tavares (2006) ainda demonstra que a diferença entre a deformação das barras de aço e as barras de GFRP é bem expressiva e pode ser explicada em virtude do baixo módulo de elasticidade das barras de GFRP. As diretrizes de dimensionamento de elementos de concreto armado com GFRP colocam como principal fator de limitação, os deslocamentos e aberturas de fissuras. Nos ensaios isso ficou muito claro, os modelos de GFRP apresentam deslocamentos extremamente superiores aos da viga armada com barras de aço.

Por essa análise dos gráficos, fica claro que a grande deformabilidade das barras de GFRP, leva as vigas armadas sob o critério de mesma resistência a atingirem a deformação limite com a metade do carregamento. Portanto a deformação da armadura é uma variável muito mais significativa para o dimensionamento de elementos com GFRP que para elementos usuais de concreto armados com aço.

Esta diferença de comportamento acena para a possibilidade de aplicação da protensão como um fator de minimização das conseqüências das altas deformações apresentadas em barras de GFRP em vigas submetidas a forças de tração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que as vigas armadas com GFRP têm comportamento distinto das vigas armadas com aço. O baixo módulo de elasticidade do GFRP resulta em maiores deslocamentos, porém o material se destaca por sua resistência à corrosão e leveza, apresentando potencial para aplicação em estruturas sujeitas a ambientes agressivos. Sugere-se a continuidade de estudos envolvendo protensão e otimização do compósito de fibra de vidro para ampliar sua aplicação em elementos estruturais de concreto armado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio técnico e à orientação da professora Letícia Maria Scolaro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 6118: Projeto de estruturas de concreto. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

FUSCO, Péricles Brasiliense. Introdução à engenharia de estruturas de concreto. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

GARRISON, Philip. Fundamentos de estruturas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

HOLLAWAY, Leonard Charles. A review of the utilization of FRP composites in civil infrastructure. Construction and Building Materials, v.24, n.12, p.2419–2445, 2010.

MAZZÚ, Amanda Duarte Escobal. Estudo sobre a substituição de armadura metálica por barras de GFRP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UFSCar, 2020.

TAVARES, Danusa Haick. Análise teórica e experimental de vigas de concreto armadas com barras não metálicas de GFRP. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

INTEGRAÇÃO ENTRE BIM E SINAPI: INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Categoria: Projeto Integrador

Amanda Stefani Pavloski[1]
Ana Caroline Quadros de Souza[2]
Andressa Rodrigues Almeida[3]
Maria Eduarda Boff Neis[4]
Weligton Lucas Baschera[5]

Resumo- Uma vez que as tecnologias digitais foram integradas na Engenharia Civil, o Brasil passou por transformações significativas. As metodologias vinculadas tinham como objetivo aumentar a eficiência, precisão e transparência do projeto de acordo com uma escala relativa — o Building Information Modeling (BIM) destaca-se neste cenário como um conjunto de processos para modelar e gerenciar informações integradas ao longo do ciclo de vida do edifício (CAIXA, 2024). E o SINAPI, a Tabela de Composição de Custos da Caixa Econômica Federal, transmitiu dados para a ferramenta de referência nacional em orçamento de obras públicas e privadas (CAIXA, 2024). Pesquisas mostram que o uso integrado BIM-SINAPI pode dar origem a estimativas de custo aprimoradas com taxas de erro menores, através da automação de um trabalho historicamente realizado manualmente na extração de quantidades (ANDRADE; BIOTTO; SERRA, 2022). A interoperabilidade entre os dois ainda precisa enfrentar desafios impostos por normas técnicas e a formação problemática de dados para diferentes locais (SILVA et al., 2022). Este artigo tem como objetivo revisar a literatura sobre o uso combinado dos dois instrumentos, considerando suas vantagens e desvantagens, bem como oferecendo casos reais de aplicação no Brasil de hoje. A ênfase é colocada no uso integrado BIM e SINAPI como meio de inovação tecnológica na gestão de construção.

Palavras-chave: BIM; SINAPI; orçamento; Engenharia Civil.

INTRODUÇÃO

A construção civil está entre os setores econômicos mais relevantes do Brasil, contribuindo com cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) e proporcionando empregos a milhões de trabalhadores de diversas áreas, desde o projeto até a execução (MDIC, 2024). Apesar de sua importância, esta área é marcada por grandes problemas em termos de produtividade, gestão de custos, cronogramas atrasados e desperdício de materiais. Estudos indicam que uma das

[1]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

principais causas subjacentes dessas dificuldades é a falta de ligação entre as fases de design e construção, processos manuais caracterizados por um alto grau de variabilidade (ANDRADE; BIOTTO; SERRA, 2022).

A digitalização e a introdução de novas tecnologias são, portanto, estratégias essenciais para reformar o setor e reduzir algumas de suas falhas. O Building Information Modeling (BIM) é uma abordagem que permite a modelagem digital e integrada das informações do edifício ao longo de seu ciclo de vida inteiro, incluindo atividades em dimensões como 3D (geometria), 4D (tempo), 5D (custo) e 6D (sustentável) (ANDRADE; BIOTTO; SERRA, 2022; MDIC, 2024).

O BIM possibilita mesclar diferentes disciplinas como arquitetura, estrutura e instalações para análise de visualização e tomada de decisão ativa. Isso traz não apenas maior eficiência, mas também reduz redundâncias, menos erros em projetos e obras. Ao mesmo tempo, o SINAPI composto pela Tabela de Preços da Caixa Econômica Federal é material de referência nacional para preparação de orçamentos ou planos de obras públicas e privadas, fornecendo insumos, composição de serviços e índices de preços em grande detalhe (CAIXA, 2024).

Contudo, o SINAPI tem limitações, tanto na padronização dos dados que contém quanto em relação à compatibilidade com sistemas digitais. Isso pode obstruir a integração com ferramentas de modelagem como o BIM (SILVA et al., 2022). Assim, a integração de BIM e SINAPI representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a gestão de projetos e cortar custos na construção civil brasileira.

A automação na extração de quantitativos, como resultado da modelagem digital, combinada com os parâmetros de preço do SINAPI, garante uma avaliação mais confiável dos itens orçamentários: estimativas mais próximas da realidade, redução de desperdício e maior transparência dos processos público-privados (ANDRADE; BIOTTO; SERRA, 2022; SILVA et al., 2022).

A segunda razão para investigar os resultados do estudo de interface BIM-SINAPI veio tanto do ponto de vista dos acadêmicos quanto daqueles envolvidos na prática real. Serve para disseminar o conhecimento sobre boas práticas de gestão na construção, imergir a força de trabalho em artigos tecnológicos digitais, bem como ajudar a fazer da política industrial nacional uma verdadeira renovação da construção no Brasil (MDIC, 2024).

Além disso, a revisão da literatura contribui para a coleta de informações dispersas, destacando os benefícios e desafios da integração dessas duas tecnologias, e indicando futuros desenvolvimentos deste trabalho no contexto brasileiro. Em vista desses resultados, é necessário estudar como a integração de BIM e SINAPI pode trazer maior eficiência e inovação para a construção civil brasileira.

METODOLOGIA

Com o exposto em mente, o objetivo deste trabalho é investigar por meio de uma revisão de literatura a integração de BIM e SINAPI na Engenharia Civil Brasileira e seu impacto na

eficiência, precisão, inovação e sustentabilidade da gestão e orçamentos de projetos para obras públicas e privadas.

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica exploratória, descritiva e de natureza qualitativa, que analisa os temas de integração entre Building Information Modeling (BIM) e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

A pesquisa foi conduzida em fontes secundárias, incluindo artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais e publicações técnicas da Caixa Econômica Federal e Ministério da Indústria, Comércio e Serviços que estão disponíveis em bases de dados como Scielo ou Google Scholar, além de carregar publicações de Periódicos da CAPES e outras fontes de dados de domínio público.

Os critérios de seleção priorizaram publicações recentes (2018-2024), relevância acadêmica e pertinência ao tema de interoperabilidade entre BIM e sistemas de orçamentação. E as buscas utilizaram Palavras-chave como "BIM", "SINAPI", "integração de sistemas", "orçamentação de obras" e "gestão de custos na construção civil".

A metodologia adotada pode ser resumida da seguinte forma: Revisão e seleção de literatura: identificação de materiais relacionados ao uso de BIM em orçamentação de obras e o uso do SINAPI como base de custos; Análise e categorização: os estudos são classificados de acordo com os benefícios, desafios e aplicações práticas da integração de ferramentas; Síntese interpretativa: com base em evidências da literatura, discutem-se os resultados obtidos e busca-se entender o potencial da integração BIM-SINAPI na modernização da engenharia civil brasileira.

A abordagem metodológica adotada permitirá também consolidar o conhecimento existente sobre o assunto e identificar lacunas para pesquisas futuras, fornecendo uma base teórica para entender os impactos dessa integração no empreendedorismo público e na gestão empresarial privada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura mostrou que no Brasil, a integração de BIM e SINAPI está aumentando, impulsionada por políticas governamentais e pela necessidade de tornar transparente a informação de planejamento de projetos, controle e gastos públicos. Vários estudos confirmaram que quando o BIM é utilizado para extrair automaticamente as quantidades de materiais e serviços, o número de erros humanos que ocorrem e os custos para retrabalhos posteriores reduzem significativamente (DA SILVA; DEMEY; LE, 2022).

Quando combinado com o SINAPI, o processo de orçamentação torna-se mais padronizado e confiável. Isso ocorre porque o banco de dados da Caixa Econômica Federal fornece parâmetros de preço para custos por unidade de área padrão em diferentes regiões (CAIXA, 2024). No entanto, a literatura nos diz que existem grandes desafios para a interoperabilidade entre BIM e SINAPI, especialmente em relação a convenções de formato e nomenclatura. As composições de custos mapeadas devem se aliar com os elementos modelados pelo BIM através de plataformas intermediárias ou bibliotecas paramétricas baseadas em

convenções padrão desenvolvidas paralelamente. Isso é feito por pessoas possuidoras de conhecimento profissional na área e que receberam treinamento profissional (SILVA et al., 2022). Do ponto de vista prático, estudos de caso em faculdades e setores de serviços públicos apontam para melhorias significativas em eficiência e rastreabilidade nas etapas de orçamento e controle de projetos. Projetos que integram BIM e SINAPI, segundo Andrade, Biotto e Serra (2022), mostraram uma redução média de 15% a 25% no tempo necessário para a preparação do orçamento.

Também houve um grande aumento na precisão das estimativas. Além disso, a adoção conjunta de ambas as ferramentas é conducente à sustentabilidade e transparência da construção civil, permitindo que estudos de impacto nas frentes econômica e ambiental sejam simulados desde os períodos iniciais dos projetos. Essa abordagem está relacionada à modernização da governança pública com o Decreto nº 10.306/2020, implementado em etapas nas obras públicas federais. Mas a difusão dessa prática ainda é limitada por obstáculos de natureza institucional e cultural, como resistência a processos de mudança e dificuldade em vincular informações de banco de dados regionais juntos.

A literatura sugere o estabelecimento de protocolos nacionais de interoperabilidade e a promoção de parcerias entre universidades, setor público e empresas privadas, como um meio eficaz de integrar o uso de BIM com SINAPI em todos os seus aspectos e escalas (SILVA et al., 2022; MDIC, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do Building Information Modelling (BIM) com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Brasil é um avanço estratégico para a engenharia civil brasileira: significa que tanto a automação quanto o baixo erro durante os processos de orçamentação podem ajudar a cortar drasticamente o desperdício, melhorar a produtividade e reduzir custos. Os achados da revisão da literatura mostram que essa integração tem o efeito de promover estabilidade econômica nas organizações gerenciadoras, promovendo equidade entre os setores público e privado.

Além disso, essa é uma mudança modernizadora de promoção de tecnologia: incentiva a digitalização e padronização para assumir os processos de construção. No entanto, desafios de interoperabilidade, assim como aqueles relacionados a convenções de dados, treinamento especializado e afins, impõem restrições ao pleno potencial de aplicação dessas ferramentas.

Portanto, é necessário investimento contínuo em pesquisa, ensino e normas técnicas que estabeleçam a interface entre produtos BIM (como plataformas de software arquitetônicos) e bancos de dados orçamentários como SINAPI. Em conclusão, a adoção simultânea de BIM e SINAPI dará passos fundamentais em direção à modernização, sustentabilidade e competitividade internacional da construção civil brasileira, alinhando-se plenamente com a orientação governamental em sua busca por inovar para o sucesso digital no setor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. R.; BIOTTO, C. N.; SERRA, S. M. B. *Modelagem BIM para orçamentação com uso do SINAPI.* 2022. Disponível em: https://www.journals.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/170318. Acesso em: 22 set. 2025.

SILVA, R. F. T.; MARCHIORI, F. F.; CORREIA, V. L.; ABREU, J. P. M. *Recomendações para a implementação da interoperabilidade entre SINAPI e normas da série NBR 15965.* 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/112576. Acesso em: 22 set. 2025.

MDIC. *Meta Difundir o BIM e seus Benefícios.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/sdic/construa-brasil/metas/difundir-o-bim-e-seus-beneficios. Acesso em: 22 set. 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Documentação e critérios técnicos do SINAPI.* 2024. Disponível em: https://caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx. Acesso em: 22 set. 2025.

DEMANDA 5

Categoria: Curricularização

Bruno Misturini[1]
Gonçalo Espanholo[2]
Gustavo de Jesus Santos[3]
Edson Alan Grein Martins[4]
Weslen Tavares Pereira[5]
Vilmar Wille[6]

Resumo – Este trabalho apresenta um plano de ação estratégico desenvolvido para o Grupo Krona , focado na Curricularização da extenção (Demanda 05). O objetivo principal foi criar um método de integração dos sistemas da empresa para remodelar a produtividade de maneira mais eficiente. A metodologia adotada foi a quali-quantitativa. A fase quantitativa utilizou a análise de dados secundários da empresa (indicadores de aderência e gráfico de Pareto) para o diagnóstico ; a qualitativa focou na interpretação desses dados e na estruturação do plano de ação. Os resultados do diagnóstico apontaram uma desconexão significativa entre o planejamento de vendas e a execução da produção. Concluiu-se com a proposta de três soluções: a implementação de um Ciclo Mensal de S&OP (Planejamento de Vendas e Operações) ; a adoção de um Sistema Especialista (PCP/APS) ; e a centralização do controle em um Dashboard Único.

Palavras-chave: Krona,S&OP,Dashboard,PCP,Diagnóstico

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com base na apresentação do Plano de Operações fornecida pelo Grupo Krona , como parte da "Curricularização da extenção" (Demanda 05).

O problema a ser resolvido, identificado a partir do material da empresa, é a necessidade de "Criação de um método de integração dos sistemas da empresa para remodelar a produtividade de maneira mais eficiente". O diagnóstico principal, conforme os dados apresentados pela companhia, revela uma desconexão significativa entre o planejamento de demanda (vendas) e a execução da produção.

A justificativa para a intervenção baseia-se na constatação de que, embora a empresa demonstre alta capacidade de atingir volumes de produção (aderência quantitativa de até 100%),

[1]Aluno do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Engenharias, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

a baixa aderência qualitativa (máximo de 53%) e de vendas (máximo de 44%) indica que as fábricas estão produzindo os itens errados ou em momentos inadequados.

O objetivo geral deste plano é, portanto, resolver essa desconexão. Os objetivos específicos são atacar as principais causas de falhas identificadas, como o "Desvio de Previsão" (responsável por 35% das falhas) , e as perdas por erros de programação e lotes ineficientes (que somam 24% dos motivos de não aderência).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O diagnóstico da empresa revelou um desalinhamento clássico entre demanda e produção, onde a alta eficiência em volume (produzir muito) não se traduz em eficácia (produzir o que o cliente quer, quando quer). As soluções propostas são ferramentas consolidadas na Administração da Produção para resolver exatamente esta integração.

S&OP (Planejamento de Vendas e Operações) A primeira solução proposta é a implementação de um Ciclo Mensal de S&OP , principal ferramenta de gestão para resolver o "Desvio de Previsão" , causa de 35% das falhas. O S&OP é um processo de decisão integrado que promove o consenso organizacional para equilibrar oferta e demanda. Conforme define o Gartner, o S&OP é um "processo interfuncional mais importante e crítico", que, se feito corretamente, "levará a retornos significativos, incluindo aumento de receita e rentabilidade" (SAP, 2024).

O objetivo do S&OP é exatamente o que a empresa precisa: garantir que se produza a "quantidade certa de produtos para atender à demanda dos clientes de forma eficiente", evitando excesso de estoque ou falta de produtos (OMIE, 2024). Ao criar reuniões mensais obrigatórias com Vendas, Marketing, Produção e Suprimentos , o S&OP força o alinhamento e a criação de um "plano único", melhorando a previsibilidade e a comunicação entre setores (FM2S, 2025).

Sistemas Especialistas (PCP/APS) Para atacar os 24% de falhas oriundas de "erros de programação, lotes ineficientes e antecipação de plano" , propõe-se a adoção de um Sistema Especialista (PCP/APS). APS, ou Advanced Planning and Scheduling (Planejamento Avançado da Produção), é um software que otimiza o sequenciamento da produção.

Enquanto o planejamento manual é complexo e lento, um sistema APS utiliza dados em tempo real para tomar decisões informadas, considerando restrições, disponibilidade de recursos e demanda (ALOEE, 2024). Conforme Slack, Brandon-Jones e Burgess (2023), o Planejamento e Controle da Produção (PCP) é a atividade central que reconcilia a demanda com os recursos. O APS é a ferramenta tecnológica que executa essa reconciliação de forma otimizada, permitindo calcular lotes econômicos, reduzir tempos de setup e aumentar a utilização de máquinas (NOMUS, 2025). Isso ataca diretamente os erros de programação e lotes ineficientes diagnosticados.

Dashboard Único e Gestão de Indicadores (KPIs) A terceira solução é a criação de um "Dashboard Único" para monitorar indicadores em tempo real. Esta proposta se alinha ao princípio de Kaplan e Norton (1997), criadores do Balanced Scorecard (BSC), que defendem que "não se pode gerenciar aquilo que não se mede".

Um dashboard de Key Performance Indicators (KPIs) fornece dados em tempo real e insights acionáveis que permitem aos gestores "fazer ajustes estratégicos proativos, em vez de reativos" (SCOPI, 2024). Ao unificar a visão dos resultados e monitorar indicadores como "recursos gargalo" e "BTS (Build To Schedule)", a empresa garante que as ações estejam alinhadas aos objetivos estratégicos, permitindo a correção rápida de desvios (SCOPI, 2024).

METODOLOGIA

A abordagem utilizada para a elaboração do plano de ação foi a quali-quantitativa.

A dimensão quantitativa foi empregada na fase de diagnóstico. Esta fase consistiu na análise de dados secundários apresentados pela empresa. As técnicas e instrumentos de coleta analisados foram os indicadores percentuais de aderência ao plano de operações (abrangendo as áreas quantitativa, qualitativa e de vendas) e o gráfico de Pareto, que foi utilizado para hierarquizar os motivos de não aderência ao plano.

A dimensão qualitativa se manifestou na etapa subsequente, focada na análise e interpretação dos dados quantitativos. Esta abordagem permitiu a compreensão do fluxo de planejamento existente e foi fundamental para a estruturação do plano de ação, que envolve a reorganização de processos e a interação entre diferentes setores da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da análise metodológica levaram à estruturação de um plano de ação focado em três soluções principais, desenhadas para atacar as causas-raiz dos problemas diagnosticados.

A primeira solução proposta é a Implementação de um Ciclo Mensal de S&OP (Planejamento de Vendas e Operações). Esta ação consiste em criar reuniões mensais obrigatórias com a participação dos setores de Vendas, Marketing, Produção e Suprimentos. Nestas reuniões, a empresa irá consolidar a previsão de vendas, validar a capacidade de produção e de compra de insumos, e aprovar um plano único para todos os setores. A meta específica desta solução é atacar a principal causa de problemas identificada no diagnóstico, que é o "Desvio de Previsão", responsável por 35% das falhas no plano.

A segunda solução é a Adoção de um Sistema Especialista (PCP/APS). Propõe-se implementar um software (Ex: PY System) focado em otimizar a programação detalhada da fábrica. Este sistema deverá calcular os lotes econômicos ideais e melhorar a aderência à programação diária. A meta desta ação é reduzir as perdas por erros de programação, lotes ineficientes e antecipação de plano, que, somados, representam 24% dos motivos de não aderência.

A terceira solução proposta é a Centralização do Controle em um Dashboard Único. Esta ação visa criar um painel de controle centralizado para monitorar os indicadores mais importantes em tempo real. Este painel deve incluir o acompanhamento de recursos gargalo, o indicador BTS (Build To Schedule) e um "semáforo" para a entrega do plano por item (SKU). A meta é unificar

a visão dos resultados e automatizar a coleta de informações, alinhando-se às premissas de melhoria da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de ação desenvolvido para o Grupo Krona buscou endereçar de forma estratégica a desconexão entre o planejamento de vendas e a execução da produção. A análise dos dados fornecidos permitiu identificar que o problema não era a capacidade de produção (quantitativa), mas a aderência ao que era necessário (qualitativa e vendas).

As soluções propostas — S&OP, Sistema APS e Dashboard Centralizado — são interdependentes e visam criar o método de integração necessário para alinhar os setores e melhorar a eficiência produtiva.

REFERÊNCIAS

ALOEE. **O que é o sistema APS?** 2024. Disponível em: https://www.aloee.it/blog/o-que-e-sistema-aps. Acesso em: 31 out. 2025.

FM2S. **S&OP: o que é, como funciona e quais os benefícios**. 2025. Disponível em: https://www.fm2s.com.br/blog/o-que-e-sop. Acesso em: 31 out. 2025.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NOMUS. **O que é APS e para que serve o sistema?** 2025. Disponível em: https://www.nomus.com.br/blog-industrial/aps/. Acesso em: 31 out. 2025.

OMIE. **S&OP: o que é, quais seus benefícios e dicas eficientes para a sua implementação**. 2024. Disponível em: https://www.omie.com.br/blog/s-op-o-que-e/. Acesso em: 31 out. 2025.

SAP. **O que é planejamento de vendas e operações (S&OP)?** 2024. Disponível em: https://www.sap.com/brazil/products/scm/integrated-business-planning/what-is-supply-chain-planning/sop-sales-operations.html. Acesso em: 31 out. 2025.

SCOPI. **Dashboard de KPIs: potencialize a gestão de indicadores com a ferramenta**. 2024. Disponível em: https://scopi.com.br/blog/dashboard-de-kpis/. Acesso em: 31 out. 2025.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; BURGESS, Nicola. **Administração da Produção.** 10. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2023.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PROATIVA DA PRODUÇÃO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PREDITIVA ESTUDO DE CASO SOBRE OTIMIZAÇÃO DE PCP E INTEGRAÇÃO DE DADOS MES, ERP (TOTVS) E QLIK EM OPERAÇÕES COMPLEXAS

Everton Ricardo dos Santos[1]
Felipe Orchulhak[2]
Gabriel Silveira[3]
Georgia Luíza Milek Laskoski[4]
Vilmar Wille[5]

Resumo – O presente trabalho aborda o desenvolvimento e a análise de um sistema de controle de produção focado na otimização de operações complexas e na mitigação de problemas crônicos de gestão. O principal desafio é a integração de dados fragmentados entre sistemas como MES, ERP (TOTVS) e Qlik, que atualmente forçam a consolidação manual, geram decisões reativas e sobrecarregam as equipes de PCP (Planejamento e Controle da Produção). A solução proposta baseia-se na implementação de um módulo de inteligência artificial preditiva, utilizando algoritmos de Machine Learning treinados com dados históricos para antecipar desvios de previsão, gargalos e necessidades de manutenção. Os resultados iniciais demonstram a viabilidade do sistema, projetando uma redução significativa no Desvio de Previsão e um aumento de 8% no OEE, validando a eficácia da gestão proativa e da integração automatizada de dados.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Gestão de produção. Análise preditiva. Otimização. Machine learning.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o desenvolvimento de um sistema de controle de produção com foco na otimização de operações complexas, gerenciando milhares de SKUs e múltiplas linhas fabris. O contexto industrial atual é marcado pela fragmentação de dados entre sistemas essenciais como MES, ERP (TOTVS) e Qlik. Essa lacuna tecnológica exige uma consolidação de informações manual e dispendiosa, resultando em sobrecarga para as equipes de PCP (Planejamento e Controle da Produção) e lentidão na tomada de decisões. Historicamente, essa gestão reativa tem levado a problemas recorrentes, como gargalos, atrasos crônicos, desperdício de matéria-prima e perda de eficiência operacional.

[1] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A relevância deste estudo reside, portanto, na proposição de uma solução proativa que integra tecnologias de Inteligência Artificial (IA) preditiva. O objetivo é aplicar Machine Learning para analisar padrões históricos e antecipar com precisão os desvios de planejamento e problemas operacionais. Essa abordagem não apenas automatiza o processo decisório, mas também otimiza cenários de produção, garantindo uma gestão mais eficiente e um aumento significativo na performance global (OEE).

A Seção 2 descreve a metodologia utilizada, a Seção 3 apresenta o protótipo desenvolvido, a Seção 4 discute os resultados obtidos e a Seção 5 traz as considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo é de natureza exploratória e descritiva, baseada em um relato de experiência sobre a concepção e implementação de um módulo de controle de produção preditivo. O corpus da pesquisa foi composto por um conjunto de dados históricos provenientes de um ambiente de operações complexas, caracterizado por milhares de SKUs e múltiplas linhas de produção. As fontes primárias de informação foram os sistemas de MES, ERP (TOTVS) e Qlik, cuja análise revelou a ineficiência causada pela consolidação manual dos dados e a consequente lentidão na gestão.

O cerne do estudo descreve o processo de implementação de um módulo de inteligência artificial preditiva. Utilizaram-se algoritmos de Machine Learning, que foram treinados com o histórico de dados operacionais do MES para modelar o comportamento da produção. As etapas metodológicas seguiram o ciclo de desenvolvimento de sistemas de IA:

Coleta e Preparação de Dados: Estruturação dos dados brutos de MES, ERP e outras fontes.

Treinamento do Modelo de Machine Learning: Criação do modelo preditivo para identificar padrões de falhas e desvios.

Análise Preditiva e Prescritiva: Geração de cenários otimizados, sugestão de redistribuição de recursos e indicação de manutenção preventiva.

Validação em Ambiente Controlado: Teste da acurácia do modelo antes da implantação total.

Implantação: Uso dos insights da IA em reuniões de Torre de Controle para tomada de decisão em tempo real.

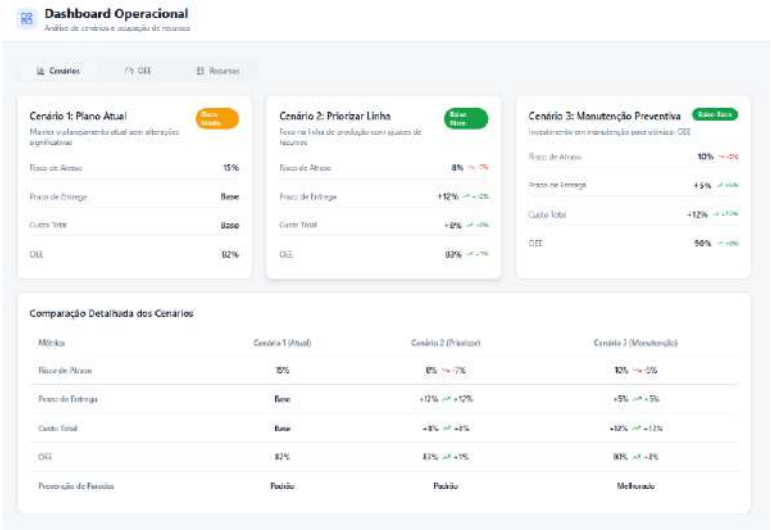
Os procedimentos de análise se basearam na confrontação do rendimento esperado (pós-implementação da IA) com o rendimento atual (cenário reativo), focando na redução dos índices de não aderência ao plano de operações, com destaque para a diminuição dos desvios de previsão.

A aplicação de técnicas de Inteligência Artificial no Planejamento e Controle da Produção (PCP) permite transformar grandes volumes de dados em informações estratégicas, proporcionando previsões mais precisas e decisões automatizadas. Essa perspectiva fundamenta

a metodologia adotada neste trabalho, baseada no treinamento de modelos de Machine Learning a partir de dados históricos do MES e ERP.

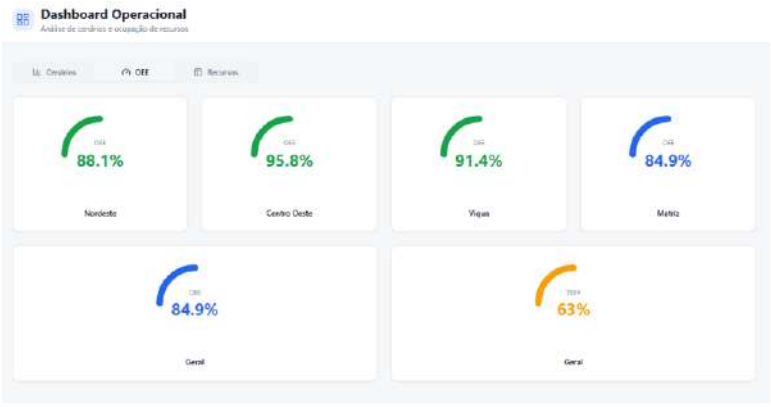
PROTÓTIPO

Figura 1 - Aba "Cenários" do dashboard



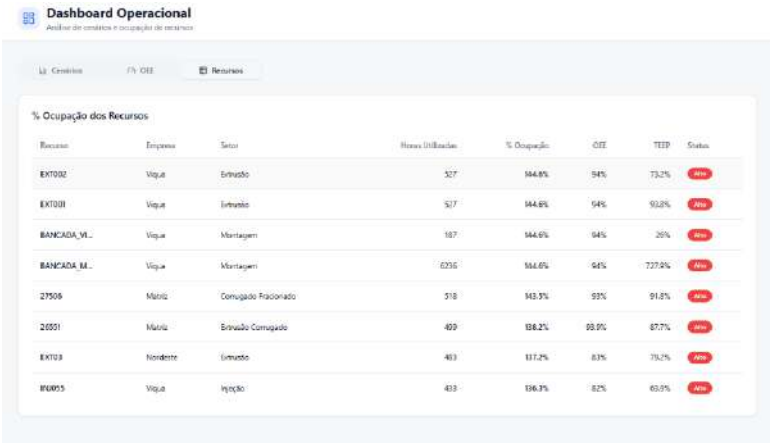
Fonte: Os autores (2025).

Figura 2 - Aba "OEE" do dashboard



Fonte: Os autores (2025).

Figura 3 - Aba "Recursos" do dashboard



Fonte: Os autores (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implementação do sistema de inteligência artificial preditiva resultou em ganhos diretos e alinhados com os objetivos de otimização da produção. A análise inicial do cenário reativo, antes da intervenção, revelou que o problema do "Desvio de Previsão" representava a principal fonte de ineficiência, concentrando 35% dos motivos de não aderência ao plano de operações.

Com a aplicação da metodologia proposta, observou-se uma redução expressiva neste e em outros fatores críticos. O rendimento projetado, baseado nas simulações do módulo de IA, indica uma queda do "Desvio de Previsão" para 18%. Esta redução demonstra a capacidade da IA de antecipar com sucesso as necessidades de realocação de recursos e de refino no planejamento.

Além disso, a capacidade do sistema em prever paradas e indicar manutenção preventiva contribuiu para a otimização dos recursos, resultando em um aumento de 8% no OEE confirmando as hipóteses levantadas.

A confrontação dos resultados confirma a relevância do projeto ao demonstrar que o fim da consolidação manual de dados e a agilidade na tomada de decisões — agora baseada em cenários simulados e não apenas em dados passados — validam a premissa de que a automação e a análise preditiva otimizam o tempo da equipe de PCP e elevam a eficiência operacional. A transformação da gestão de reativa para prescritiva é o principal sucesso alcançado.

A integração entre sistemas MES e ERP é um fator determinante para reduzir retrabalhos, eliminar redundâncias de informação e melhorar o tempo de resposta operacional. No contexto deste estudo, a consolidação automatizada dos dados proporcionada pelo módulo de IA reforçou essas vantagens, otimizando o desempenho global do sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou a viabilidade técnica e a eficácia gerencial de um sistema de controle de produção baseado em inteligência artificial. O objetivo central de resolver a fragmentação de dados e a lentidão na tomada de decisões foi alcançado, promovendo uma transição bem-sucedida de uma gestão reativa para uma proativa e prescritiva. Os resultados projetados, notadamente a redução dos motivos de não aderência ao plano (em especial o Desvio de Previsão) e o aumento de 8% no OEE, confirmam o potencial de retorno do investimento e a melhoria na eficiência operacional.

A principal limitação identificada neste estágio é que os resultados apresentados são projeções e simulações baseadas nos dados históricos de treinamento e não de uma implementação em larga escala em ambiente de produção real. Para dar continuidade e consolidar a pesquisa, sugere-se como trabalho futuro a validação em um ambiente de produção real (piloto) e o aperfeiçoamento contínuo dos algoritmos de Machine Learning para aumentar a acurácia preditiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ALMEIDA PEREIRA, Joao Luis Ract et al. Tendências e perspectivas da inteligência artificial no planejamento e controle da produção. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Diaz-Schery/publication/385642706_TENDENCIAS_E_PERSPECTIVAS_DA_INTELIGENCIA_ARTIFICIAL_NO_PLANEJAMENTO_E_CONTROLE_DA_PRODUCAO/links/672ea86677b63d1220e5baa4/TENDENCIAS-E-PERSPECTIVAS-DA-INTELIGENCIA-ARTIFICIAL-NO-PLANEJAMENTO-E-CONTROLE-DA-PRODUCAO.pdf?__cf_chl_rt_tk=60VwsKGsETQc5FIebHxFaKRkA254d1xB.8b5fD6cUfg-1761612290-1.0.1.1-m1fnhO1Nlrer28GHNcRH.LY38G3wLWoaemUDTIp7td4

DA SILVA, Bruno Fernandes; BARRETO, Wellington Pedrosa; PEDROSA, Paulo de Tarso Falcão. A importância do Planejamento e Controle da Produção (PCP) na gestão da produção numa fábrica de luvas de segurança no estado de Pernambuco.Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/941

ALVES, Patrícia Sanches et al. Suprimentos 4.0: estudo exploratório baseado na utilização de ferramentas da indústria 4.0, IA e big data, visando a melhoria de processos. 2021.Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/

MOURA, L. F.; GONÇALVES, R. F. Aplicação de Inteligência Artificial no Planejamento e Controle da Produção: uma revisão sistemática. *Revista Gestão & Produção*, v. 31, n. 2, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-530X.gp2024.024

SOUZA, C. A.; VIEIRA, M. R. Integração entre Sistemas MES e ERP na Indústria 4.0: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Engenharia de Produção*, v. 27, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.rbep.org.br/article/view/mes-erp-integracao

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO

Allison Fellipe Tortato[1]
Matheus Carneiro[2]
Pedro Lucas Michaltchuk[3]
André Lens[4]
Vinicius de Campos Peretti[5]
Vilmar Wille[6]

Resumo – Atualmente, os dados de produção, manutenção e disponibilidade encontram-se dispersos em diferentes sistemas, dificultando a análise consolidada e a tomada de decisão em tempo hábil. Essa fragmentação de informações gera inconsistências entre o planejado e o realizado, dificulta o acompanhamento de indicadores e compromete a eficiência operacional.

Palavras-chave: Interação, produção, ferramentas e dashboards

INTRODUÇÃO

O projeto visa estruturar uma solução técnica e estratégica para consolidar em um único dashboard os dados provenientes do sistema MD (responsável por registrar os eventos de produção em tempo real), do TOTVS (ERP que concentra ordens de produção, manutenção e planejamento) e do Qlik (ferramenta de BI utilizada para visualização e análise).

METODOLOGIA

O estudo foi efetuado a partir de uma revisão de livros, artigos e revistas buscando aprofundar o conhecimento sobre interações de ferramentas para criação de dashboard. Para a execução deste presente artigo foram utilizados como referenciais dados coletados a partir de videochamada com a empresa solicitante.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO

A fundamentação teórica deste projeto tem como objetivo apresentar conceitos e práticas que embasam a integração de sistemas corporativos e industriais, com foco em controle de produção e manutenção.

[1] Aluno do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Engenharia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A integração de sistemas de chão de fábrica (MD) com sistemas de gestão empresarial (ERP, como o TOTVS) e ferramentas de Business Intelligence (BI, como o Qlik) é um tema amplamente discutido em literatura técnica e casos de sucesso em indústrias modernas. Essa integração é necessária para garantir a confiabilidade das informações, reduzir retrabalho e melhorar a tomada de decisão.

Autores como Davenport (1998) e Hammer & Champy (2009) destacam que a transformação digital na indústria depende da integração eficiente de processos e dados. Nesse sentido, sistemas ERP são responsáveis por centralizar informações administrativas e de planejamento, enquanto sistemas industriais capturam dados em tempo real. O BI atua como camada analítica que consolida, trata e apresenta essas informações de maneira acessível e estratégica.

O conceito de Indústria 4.0 também reforça a necessidade de integração. Segundo Kagermann (2013), a quarta revolução industrial é marcada pela digitalização completa da cadeia de valor, onde dados de sensores, máquinas e sistemas administrativos precisam ser conectados e analisados em tempo real.

ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

A arquitetura proposta contempla três camadas principais:

Camada de Fonte: TOTVS (ordens, manutenção, cadastros) e MD (produção em tempo real, paradas).

Camada de Integração: processos de ETL responsáveis por coletar, padronizar e armazenar dados em um repositório intermediário (QVDs no caso do Qlik).

Camada Analítica: dashboards desenvolvidos no Qlik, acessíveis por diferentes níveis hierárquicos (diretoria, PCP, manutenção).

MODELOS DE DADOS E INDICADORES

O modelo de dados segue uma estrutura em estrela, com tabelas de fatos e dimensões. Exemplos:

Dimensões: calendário, equipamentos, ordens de produção, produtos, paradas, manutenção.

Fatos: produção realizada, produção planejada, eventos de parada, ordens de manutenção.

Indicadores estratégicos:

- Produção Esperada (TOTVS)
- Produção Realizada (MD)
- Aderência ao Plano (%) = Realizado / Planejado

- Disponibilidade (%) = Tempo Operando / Tempo Planejado
- Horas de Máquina Parada (MD)
- MTBF e MTTR (Manutenção)
- OEE (Disponibilidade x Performance x Qualidade)

PLANO DE INTEGRAÇÃO E VALIDAÇÃO

O plano de integração prevê a coleta incremental dos dados do TOTVS e o recebimento contínuo de dados do MD. Para garantir confiabilidade:

- Comparação diária entre produção registrada no MD e apontamentos confirmados no TOTVS.
- Auditoria de divergências e ajuste de cadastros.
- Testes de consistência de indicadores antes da publicação no Qlik.
- Homologação com usuários-chave de PCP e manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração dos sistemas MD, TOTVS e Qlik representa um avanço significativo na gestão da produção e manutenção industrial. O projeto garante visibilidade consolidada dos indicadores-chave, aumenta a confiabilidade dos dados e apoia a tomada de decisão estratégica.

Com o dashboard único, será possível reduzir inconsistências entre o planejado e o realizado, otimizar recursos de manutenção, aumentar a disponibilidade de máquinas e melhorar o desempenho global da operação.

REFERÊNCIAS

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação**. São Paulo: Futura, 1998.

HAMMER, M.; CHAMPY, J. **Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. **Recommendations for implementing the strategic initiative INDUSTRIE 4.0**. Final report of the Industrie 4.0 Working Group. Forschungsunion, 2013.

QlikTech International AB. **Qlik Sense® Product Documentation**. Disponível em: https://help.qlik.com. Acesso em: 08 set. 2025.

TOTVS S.A. **Documentação técnica TOTVS Protheus**. Disponível em: https://tdn.totvs.com. Acesso em: 08 set. 2025.

ISO 22400-2:2014. Automation systems and integration — Key performance indicators (KPIs) for manufacturing operations management — Part 2: Definitions and descriptions.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, C. A.; SACCOL, A. M. Sistemas ERP no Brasil: teoria e casos. São Paulo: Atlas, 2003.

ECOSSISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E ANÁLISE INDUSTRIAL

Categoria: Curricularização[1]

Vitor Henrique de Freitas[2]
Adrian Thiago Meshow[3]
Adryan Felipiaski[4]
Vilmar Wille[5]

Resumo – O Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial visa transformar dados de produção em vantagem competitiva por meio da integração entre sistemas de gestão, monitoramento fabril e inteligência de negócios, unificando informações para melhorar a tomada de decisão e o desempenho produtivo.

Palavras-chave: Integração, Produtividade, Inteligência e Gestão.

INTRODUÇÃO

O avanço da transformação digital na indústria tem impulsionado a necessidade de sistemas integrados capazes de conectar todos os níveis de gestão e operação. Nesse contexto, o Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial surge como uma solução completa para unificar dados, otimizar processos e fortalecer a tomada de decisão estratégica. Ao combinar ferramentas de gestão empresarial (Protheus), monitoramento em tempo real (MCP) e inteligência de negócios (Qlik Sense), o ecossistema promove uma visão ampla e precisa das operações industriais. Essa integração garante maior eficiência, controle e agilidade, tornando os dados produtivos um verdadeiro diferencial competitivo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento do Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial foi estruturada de forma sistemática, visando garantir a integração eficiente entre os sistemas e a confiabilidade das informações obtidas. Inicialmente, realizou-se o mapeamento de processos, com a identificação e documentação de todos os fluxos operacionais e administrativos, desde o planejamento da produção até a análise gerencial. Essa etapa foi essencial para compreender as necessidades da indústria e definir os pontos críticos de coleta e integração de dados.

Na sequência, ocorreu a integração dos sistemas — Protheus (ERP), MCP (Monitoramento em Tempo Real) e Qlik Sense (Business Intelligence) —, permitindo o fluxo automático de

[1] Laboratório ou Grupo de Pesquisa Uniarp , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

informações entre os módulos e garantindo consistência e sincronização dos dados. Após a integração, iniciou-se a fase de configuração e testes, onde foram parametrizados indicadores de desempenho, como OEE e TEEP, além da validação dos relatórios e painéis de controle em ambiente produtivo, assegurando a precisão e a atualização em tempo real das informações.

Em seguida, foi promovida a capacitação das equipes operacionais e gerenciais, com treinamentos voltados ao uso dos sistemas e à interpretação dos dados gerados. Esse processo visou aprimorar a autonomia dos colaboradores e fortalecer a cultura de gestão orientada por dados. Por fim, implantou-se uma rotina de monitoramento e melhoria contínua, utilizando os recursos analíticos do Qlik Sense para acompanhar indicadores de desempenho, identificar oportunidades de otimização e ajustar processos conforme os resultados obtidos.

Com essa metodologia, foi possível estabelecer uma integração sólida entre tecnologia e gestão, resultando em um ambiente industrial mais inteligente, eficiente e direcionado à tomada de decisões estratégicas baseadas em dados confiáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação do Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial gerou resultados significativos, com aumento de 40% na eficiência operacional, melhoria de 60% na visibilidade dos processos e redução de 50% no tempo de decisão. A integração entre Protheus, MCP e Qlik Sense garantiu dados mais confiáveis, decisões mais rápidas e maior controle produtivo. Em síntese, o sistema consolidou a transformação digital da indústria, promovendo eficiência, redução de desperdícios e uma gestão baseada em dados estratégicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Ecossistema Integrado de Gestão e Análise Industrial demonstrou ser uma solução eficaz para otimizar processos, unificar informações e fortalecer a tomada de decisão nas operações industriais. A integração entre os sistemas Protheus, MCP e Qlik Sense possibilitou uma gestão mais inteligente, com dados em tempo real, indicadores precisos e maior controle sobre cada etapa da produção.

Os resultados alcançados evidenciam ganhos expressivos em eficiência, visibilidade e agilidade, confirmando o impacto positivo da digitalização na gestão industrial. Além disso, o ecossistema contribuiu para a redução de desperdícios, melhor aproveitamento de recursos e aumento da confiabilidade operacional.

Conclui-se que a adoção desse modelo integrado representa um avanço significativo rumo à Indústria 4.0, promovendo uma cultura organizacional baseada em dados, inovação e melhoria contínua. Dessa forma, o ecossistema não apenas potencializa o desempenho produtivo, mas também consolida um ambiente mais sustentável, competitivo e alinhado às demandas do mercado atual.

REFERÊNCIAS

ACHIAVENATO, I. ***Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações***. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HEIZER, J.; RENDER, B.; MUNSON, C. ***Administração da Produção e Operações***. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

MINELLA, N. A.; SANTOS, **C. A. Indústria 4.0 e Transformação Digital**: Integração de sistemas e gestão inteligente de processos. *Revista de Engenharia e Inovação Industrial*, v. 6, n. 2, 2021.

MARR, B. ***Data Strategy: How to profit from a world of big data, analytics and the Internet of Things***. Kogan Page Publishers, 2017.

OLIVEIRA, **D. P. R. *Sistemas, Organização e Métodos:*** *Uma abordagem gerencial*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

QLIK. ***Qlik Sense: Modern Data Analytics Platform***. Disponível em: https://www.qlik.com. Acesso em: 31 out. 2025.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. ***Administração da Produção***. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TOTVS. *PROTHEUS ERP* – ***Soluções Integradas de Gestão Empresarial.*** Disponível em: https://www.totvs.com. Acesso em: 31 out. 2025.

SISTEMA EMBARCADO PARA CONTROLE DE LUMINOSIDADE E SEGURANÇA TÉRMICA COM ARDUINO

Felipe Orchulhak[1]
Marco Aurélio de Farias[2]
Celso Cardoso de Lima Junior[3]

Resumo - Este trabalho apresenta o desenvolvimento e a análise prática de um sistema embarcado de controle de luminosidade e segurança térmica, utilizando a plataforma Arduino Uno e o algoritmo de Controle PID. O sistema busca manter constante o nível de iluminação de um LED principal, compensando variações de luminosidade ambiente detectadas por um LDR. Paralelamente, um sensor de temperatura monitora a condição térmica e, em caso de aquecimento excessivo, reduz a intensidade do LED principal e aciona um LED auxiliar. O circuito foi montado fisicamente em protoboard, empregando dois LEDs, quatro resistores, um botão, um LDR e um sensor de temperatura, todos controlados pelo Arduino Uno. Os resultados experimentais demonstraram estabilidade, precisão e resposta dinâmica satisfatória, comprovando a aplicabilidade do controle PID em sistemas embarcados simples e de baixo custo.

Palavras-chave: Controle, PWM, LDR, Proteção Térmica.

INTRODUÇÃO

O controle automático de variáveis físicas, como temperatura e luminosidade, é um dos pilares da Engenharia de Controle e Automação. A aplicação de técnicas de controle em sistemas embarcados de baixo custo possibilita o desenvolvimento de soluções acessíveis, eficientes e didáticas.

Neste contexto, o presente trabalho propõe o desenvolvimento prático de um sistema embarcado voltado ao controle de luminosidade e à proteção térmica, utilizando o microcontrolador Arduino Uno como unidade de processamento e o algoritmo PID como base de controle. O sistema atua diretamente sobre um LED principal, cuja intensidade luminosa é ajustada automaticamente de acordo com as variações da luz ambiente, buscando manter o nível de iluminação próximo a um valor de referência predefinido.

Adicionalmente, um sensor de temperatura é empregado para monitorar a condição térmica do sistema. Quando a temperatura ultrapassa o limite estabelecido, o controle reduz de forma automática o sinal PWM aplicado ao LED principal e aciona um LED auxiliar como indicador visual de alerta.

[1] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O objetivo principal deste trabalho consiste em demonstrar, de maneira prática, a aplicação do controle PID em um circuito montado em protoboard, utilizando componentes eletrônicos simples e de fácil acesso. Busca-se, assim, avaliar o comportamento dinâmico do sistema de controle de luminosidade, integrar um mecanismo de proteção térmica eficiente e proporcionar uma experiência didática que reforce os conceitos de controle e sensoriamento em sistemas embarcados.(CONCEIÇÃO,2020)

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido de forma experimental e prática, por meio da montagem física do circuito em protoboard e da implementação do código de controle no Arduino Uno. Essa abordagem possibilitou observar diretamente o comportamento dinâmico do sistema diante das variações de luminosidade e temperatura, permitindo uma análise realista da resposta do controle PID.

O sistema foi constituído pelos seguintes componentes eletrônicos: um microcontrolador Arduino Uno, dois LEDs, um principal, responsável pelo controle de luminosidade, e um auxiliar, utilizado como alerta térmico, quatro resistores de 280 Ω e 2 kΩ, um LDR como sensor de luminosidade, um sensor de temperatura do tipo NTC ou LM35, um botão de acionamento manual, além de protoboard e jumpers para as interligações.

Na montagem do circuito, o LDR foi conectado à entrada analógica A0 do Arduino, formando um divisor de tensão com o resistor de 2 kΩ. O sensor de temperatura foi ligado à entrada analógica A1, enquanto os LEDs principal e auxiliar foram conectados às saídas PWM (pino 9) e digital (pino 8), respectivamente, cada um com resistor limitador de 280 Ω. O botão de acionamento foi conectado a uma entrada digital com resistor de pull-down, permitindo iniciar o funcionamento do sistema apenas mediante comando manual.

O controle de luminosidade foi implementado com base em um algoritmo PID, responsável por calcular o valor de saída PWM conforme o erro entre o valor de referência (setpoint) e a leitura proveniente do LDR

Os testes experimentais foram realizados em ambiente controlado, variando-se a intensidade luminosa incidente sobre o LDR e aquecendo o sensor de temperatura com pequenas fontes de calor. O comportamento do sistema foi monitorado tanto por meio do Serial Plotter da IDE do Arduino quanto pela observação direta dos LEDs, o que permitiu correlacionar a resposta do controle com as variações físicas aplicadas.(FACCIN,2004)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os testes práticos confirmaram o funcionamento eficaz do controle PID. O LED principal ajustou sua intensidade de forma automática e proporcional à variação de luminosidade ambiente, apresentando resposta estável e rápida. Com o ajuste adequado dos ganhos do PID, o sistema apresentou mínimo overshoot e sem erro estacionário perceptível, comprovando a eficácia do controle embarcado.

O módulo térmico respondeu adequadamente: ao elevar a temperatura do sensor, observou-se a redução gradual do brilho do LED principal, até o ponto de acionamento do LED auxiliar. Essa estratégia garantiu proteção térmica e demonstrou a integração funcional entre os módulos óptico e térmico. A montagem em protoboard facilitou a análise de cada subsistema e permitiu ajustes de forma prática e segura, comprovando o potencial do Arduino como plataforma educacional e experimental para o ensino de controle PID.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema embarcado de controle de luminosidade com segurança térmica demonstrou bom desempenho na prática, comprovando que é possível aplicar o algoritmo PID com eficiência mesmo em circuitos simples e de baixo custo. A montagem em protoboard permitiu observar com clareza os efeitos de cada termo do PID e a importância do ajuste de ganhos para estabilidade do sistema.

Como trabalhos futuros, recomenda-se a migração do protótipo para uma placa definitiva (PCB), a inclusão de um display LCD ou sensor digital, e a integração com comunicação sem fio para monitoramento remoto da luminosidade e temperatura.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio técnico e acadêmico, e ao professor Celso Cardoso de Lima Junior pela orientação e acompanhamento durante o desenvolvimento experimental deste projeto.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Felipe C.; BECCARO, Wesley; JUSTO, João F. Ensinando métodos de discretização para projeto de sistemas de controle: Comparação de controladores pid em sistemas embarcados. Journal of Applied Instrumentation and Control, v. 7, n. 2, p. 8-16, 2020.Acessado em 19 de outubro de 2025. Disponivel em: https://periodicos.utfpr.edu.br/bjic/article/view/10197

FACCIN, Flávio. Abordagem inovadora no projeto de controladores PID. 2004..Acessado em 19 de outubro de 2025. Disponivel em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12544

LIMA, Sarah Gemaque Correia Lima et al. Implementação de sistema IoT para aquisição de dados climáticos e luminosos em ambiente fechado utilizando sistemas embarcados. 2025. Acessado em 19 de outubro de 2025. Disponivel em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8912

PROJETO PID: CONTROLE DE TEMPERATURA

Categoria: Projeto Integrador

Douglas Matheus Jakubin[1]
Luiz Antonio Setti[2]
Celso Cardoso de Lima Junior[3]

Resumo – O controle de temperatura é um processo essencial para vários sistemas, dentre eles os que mais se destacam são os sistemas industriais, sistemas laboratoriais e também os sistemas domésticos, onde visa garantir o funcionamento seguro e eficiente de equipamentos, produtos e até mesmo de ambientes. As soluções eletrônicas de controle de temperatura tem se destacado por oferecer praticidade, precisão e baixo custo para a aplicação. A utilização de plataformas programáveis facilita o uso - por ser uma linguagem de programação aberta - e possibilita o desenvolvimento de projetos automatizados que monitoram e regulam a temperatura em tempo real. Através de sensores adequados, a variação de temperatura é detectada e, com base nos valores pré-estabelecidos, atuadores como resistências elétricas e coolers são acionados para então, aquecer ou resfriar. Além disso, os indicadores visuais fornecem aos usuários, informações instantâneas sobre o estado de operação, tornando o controle mais intuitivo.

Palavras-chave: PID; controle; temperatura; projeto; arduino; ide.

INTRODUÇÃO

O controle de temperatura é uma prática relevante para inúmeros processos, desde as aplicações domésticas, uso em laboratórios até os sistemas industriais, garantindo eficiência energética, segurança e estabilidade operacional. Essas soluções se deram através do avanço da eletrônica e da automação onde foi possível desenvolver situações práticas e acessíveis para monitorar e regular a temperatura de forma automática.

O uso de plataformas programáveis como por exemplo, o Arduino, é uma alternativa eficiente para projetos de controle térmico, pois, através das configurações pré-estabelecidas, o sistema identifica a temperatura ambiente e aciona os componentes para aquecer (resistência) ou para resfriar (coolers), mantendo o ambiente controlado e dentro da faixa de temperatura desejada. Os LEDs, por sua vez, indicam claramente o estado de funcionamento a fim de facilitar a operação e o monitoramento em tempo real.

A integração entre esses componentes eletrônicos e do controle automatizado possibilitam a criação de sistemas precisos, econômicos e de fácil adaptação, sendo assim, este

[1] Aluno do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor Especialista do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um sistema de controle de temperatura que utiliza resistência, cooler, LEDs, resistores e o Arduino, para demonstrar a sua aplicabilidade em diferentes contextos práticos.

METODOLOGIA

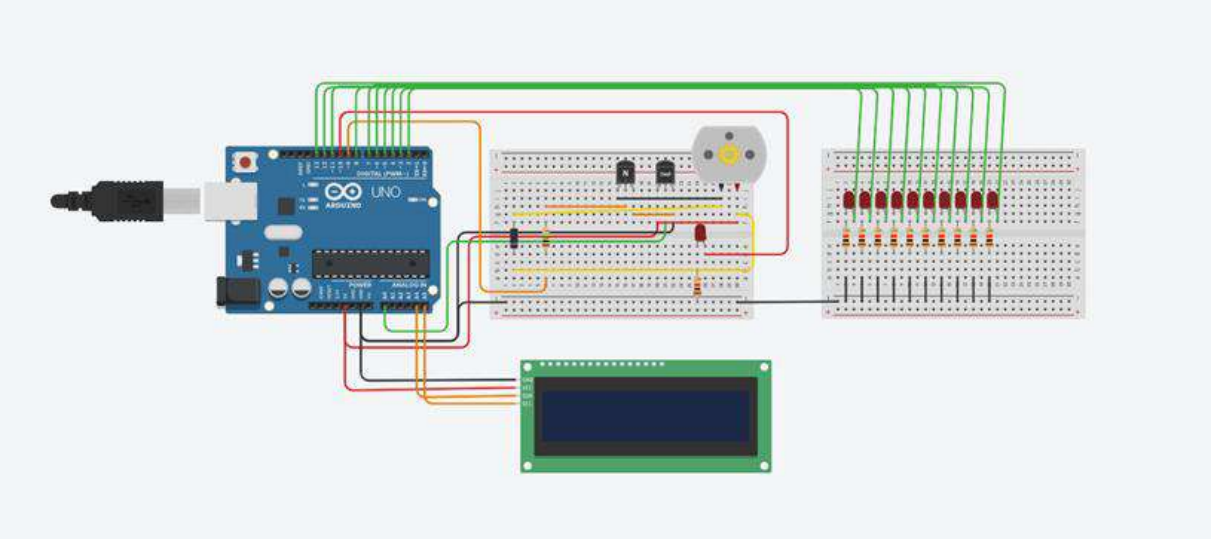
Este trabalho se deu através de uma pesquisa prática experimental, dividida em etapas que vão desde o planejamento/projeto até a validação do sistema de controle de temperatura, incluindo a programação no software em questão.

Inicialmente foram listados os materiais/componentes eletrônicos necessários para a realização deste trabalho, onde todos os componentes permaneceram disponíveis nos laboratórios da universidades em excelentes condições para o mesmo, antes visto que não haviam sido deformados ou que tiveram qualquer alteração de sua característica de forma visível antes da realização do trabalho.

Em seguida, foi realizado o diagrama eletroeletrônico do circuito - conforme imagem abaixo - para que as conexões fossem definidas entre os componentes até a placa controladora. A programação foi desenvolvida na plataforma Arduino IDE, utilizando a lógica condicionada para acionar os atuadores (cooler e resistência), de acordo com a temperatura programada.

Foi realizado os testes práticos no TinkerCAD, plataforma simuladora de circuitos eletrônicos, a fim de verificar as respostas sobre o comportamento do circuito antes que o mesmo fosse montado em bancada. Ao analisar os resultados das variações de temperatura e eficiência dos componentes, os dados coletados serviram para verificar a precisão, estabilidade e o funcionamento do projeto em geral.

Foto 01: Diagrama Eletroeletrônico do circuito



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos resultados, na simulação na plataforma do TinkerCAD, os componentes eletrônicos funcionarão todos de forma correta, utilizando a mesma programação para que fosse realizado a demonstração prática com o Arduino IDE.

Conforme demonstrado na imagem do esquema eletroeletrônico contido neste trabalho, pode-se obter a conclusão que, ao refazer o mesmo esquema de forma prática/física, obteve-se os mesmos resultados para a conclusão deste trabalho. Sendo assim, foi possível compreender, analisar e também simular situações problemas onde a aplicação do controlador de temperatura é útil, não só em sistemas industriais, mas também em circuitos domésticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que ao combinar o que aprendemos em sala de aula, combinando com as experiências práticas, podemos sim fazer um controlador de temperatura de forma prática e eficiente utilizando componentes eletrônicos de fácil acesso e baixo custo. A programação feita com o Arduino IDE possibilitou a leitura precisa da temperatura para que pudesse ocorrer o acionamento automático dos dispositivos de saída (aquecimento e resfriamento), garantindo melhor estabilidade térmica no sistema.

A utilização de componentes eletrônicos foram essenciais para que uma resistência elétrica pudesse fazer o aquecimento e o cooler fazer o resfriamento, bem como o uso dos LEDs para a sinalização visual do sistema, tornando-o um sistema simples, intuitivo e funcional.

Além disso, a programação aplicada permitiu respostas rápidas às diversas variações de temperatura, demonstrando a viabilidade dessas soluções em automação para diferentes contextos e ambientes, sejam eles domésticos, laboratoriais ou industriais.

Com base nisso tudo, conclui-se que o projeto atendeu as expectativas propostas, oferecendo uma alternativa de baixo custo, eficiente, acessível e de fácil implementação, visto que foram necessários poucos dias para a realização do mesmo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente o apoio, presença e a experiência do professor orientador citado na capa deste trabalho e também agradecemos à UNIARP - Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, por fazer a disponibilidade do mesmo até a sua publicação.

REFERÊNCIAS

Costa, Cesar da. SERVOMECANISMO. Controlador - Controle PID. Disponível em: https://professorcesarcosta.com.br/upload/imagens_upload/5.a%20Aula%20_%20N7SRV_%20Controle%20PID.pdf. Acesso em: 20 out. 2025

Dillenburg, Marcos R. Indo além do controle P.I.D., Novus. Disponível em: https://www.novus.com.br/downloads/Arquivos/indoalemdocontrolepid.pdf. Acesso em: 20 out.

2025.

MAKER HERO. Guia de Componentes Eletrônicos, WEB. MAKER HERO. Disponível em: https://www.makerhero.com/guia/componentes-eletronicos/?srsltid=AfmBOorkDNsgWKHMtuPxWD6AzohkP71p3ILa6ADKnEcDPQgvRjtEEcoj. Acesso em: 20 out. 2025.

McRoberts, Michael. Arduino Básico, Novatec Editora LTDA. Disponível em: https://techsuleletronicos.com.br/wp-content/uploads/2018/12/Ardu%C3%ADno-B%C3%A1sico-Michael-McRoberts.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

Silveira, Cristiano Bertulucci. Citisystems: Controle PID de Forma Simples e Descomplicada. 14 de Novembro de 2016. https://www.citisystems.com.br/controle-pid. Acesso em: 20 out. 2025.

PLANO DE MANUTENÇÃO PREDITIVA DE UMA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA

Categoria: Manutenção preditiva em subestação

José Leandro do Amaral[1]
Antonio Tessaro[2]

Resumo – O presente artigo propõe um plano de manutenção preditiva para uma subestação elétrica de 5 MVA, visando aumentar a confiabilidade, a segurança e a disponibilidade dos equipamentos do sistema elétrico. A manutenção preditiva permite identificar e corrigir falhas potenciais antes que causem paradas inesperadas ou danos graves. A metodologia envolveu o levantamento e a categorização dos equipamentos da subestação, incluindo disjuntores, chaves seccionadoras, transformadores, para-raios, transformadores de corrente e relés de proteção, bem como a definição dos ensaios preditivos apropriados para cada um, considerando suas condições de operação e normas técnicas aplicáveis. O plano foi elaborado com base nas normas da ABNT e da IEC, destacando as séries ABNT NBR IEC 62271 (2020), NBR 5419 (2015) e NBR 61869 (2020), e resultou em um quadro consolidado contendo os ensaios recomendados, os instrumentos de medição necessários e a finalidade de cada procedimento. A implementação da proposta contribui para a redução de custos com manutenções corretivas, otimização de recursos e prolongamento da vida útil dos equipamentos. Como trabalho futuro, recomenda-se a execução prática dos ensaios em campo e a utilização de sistemas de monitoramento online, visando validar e aperfeiçoar a metodologia desenvolvida, fortalecendo a eficiência e a segurança operacional da subestação.

Palavras-chave: Manutenção Preditiva. Subestação. Ensaios Elétricos. Confiabilidade.

INTRODUÇÃO

A engenharia elétrica é fundamental na geração, distribuição e manutenção dos sistemas de energia, sendo essencial para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Com a crescente dependência da eletricidade, torna-se indispensável garantir a eficiência e a confiabilidade dos sistemas elétricos, fundamentais para atividades produtivas e o bem-estar da sociedade. Esse campo busca desenvolver tecnologias que permitam o uso de diferentes fontes de energia, como hidrelétricas, termelétricas, eólicas e solares, aprimorando o desempenho e reduzindo impactos ambientais (José Filho, 2021).

As subestações são elementos críticos da infraestrutura de distribuição, ajustando níveis de tensão e garantindo o fornecimento contínuo de energia. A manutenção preditiva se destaca por permitir a identificação antecipada de falhas, possibilitando intervenções planejadas e

[1] Aluno do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

precisas, diferentemente das manutenções corretiva e preventiva. Sua implementação contribui para redução de custos, aumento da confiabilidade, ampliação da vida útil dos equipamentos e maior eficiência e sustentabilidade do sistema elétrico (Cardoso, 2025).

De acordo com Freitas e Piccinini (2023), apesar dos benefícios, a manutenção preditiva apresenta desafios, como integração com sistemas existentes, capacitação técnica e investimentos iniciais. O sucesso depende de uma cultura organizacional proativa e da priorização da segurança em ambientes de alta tensão. Assim, este estudo tem como objetivo desenvolver um plano de manutenção preditiva para uma subestação de 5 MVA, visando prevenir falhas, otimizar o desempenho dos equipamentos e garantir a confiabilidade do sistema elétrico.

METODOLOGIA

Por meio de um enfoque qualitativo, a investigação teve como objetivo descrever os equipamentos utilizados, os ensaios aplicados, sua utilização e valor de referência. A análise qualitativa possibilitou uma interpretação mais aprofundada dos dados, permitindo gerar insights para aprimorar a manutenção de subestações elétricas, garantindo maior confiabilidade, eficiência e segurança na distribuição de energia elétrica (Gil, 2022).

A metodologia adotada baseou-se na elaboração de uma proposta de plano de manutenção preditiva para a subestação elétrica de 5 MVA, visando maior confiabilidade operacional e continuidade no fornecimento de energia. O estudo envolveu o levantamento dos equipamentos instalados, análise de suas funções e definição dos ensaios mais adequados para monitorar suas condições.

Inicialmente, foram identificados os componentes críticos da subestação, como disjuntores, chaves seccionadoras, para-raios, transformadores de corrente e potência e relés de proteção, para determinar sua importância no plano preditivo. A partir desse levantamento, selecionaram-se os ensaios e medições adequados a cada equipamento, considerando suas características, condições de operação e normas técnicas aplicáveis.

Para os disjuntores, foram propostos o teste de operação e o ensaio de resistência de isolamento; nas chaves seccionadoras, testes de resistência de contato e isolamento; nos para-raios, inspeções visuais e medições de resistência; nos transformadores de corrente, ensaios de relação de transformação e resistência de isolamento; nos transformadores de potência, resistência de isolamento, resistência ôhmica dos enrolamentos e análise do óleo isolante; e, nos relés de proteção, testes de funcionamento e sensibilidade.

Todos os ensaios e inspeções compõem o plano preditivo, que estabelece intervalos de monitoramento, procedimentos de análise e critérios de aceitação dos resultados, utilizando instrumentos de medição adequados, como microhmímetros, megômetros, analisadores de relés e equipamentos de medição de corrente e tensão.

Como resultado, foi elaborado um quadro consolidado com a proposta de ensaios preditivos recomendados para cada equipamento da subestação, acompanhado dos instrumentos necessários para execução, apresentado na seção de resultados deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da metodologia apresentada, foi elaborado um plano proposto de manutenção preditiva para a subestação elétrica em estudo. O resultado, apresentado no Quadro 1, relaciona todos os equipamentos principais da subestação e os respectivos ensaios preditivos sugeridos, com a indicação dos instrumentos necessários e da finalidade de cada teste. Esse quadro representa a aplicação prática da metodologia desenvolvida e pode servir como base técnica para futuras implementações do plano de manutenção, contribuindo para o aumento da confiabilidade e segurança operacional da instalação.

Quadro 1 - Equipamentos de ensaio preditivo de uma subestação

(continua)

Equipamento	Ensaios preditivos	Equipamentos utilizados	Valor de referência	Norma	Periodicidade
Transformadores	**a) Ensaio de isolamento**: Medição da resistência do isolamento (em Megaohms - MΩ). **b) Ensaio de relação de transformação:** Verificação da relação de transformação através de um teste de tensão aplicado. **c) Ensaio de corrente curto-circuito**: Simulação e análise de comportamento sob sobrecargas.	- Megômetro; - Multímetro; - Gerador de tensão (para ensaio de relação)	**Resistência do isolamento:** 100 MΩ em transformadores novos. **Relação:** deve estar dentro de 1% da especificação nominal.	- NBR IEC 61869; - NBR 5356.	a) bianual b) bianual c) após intervenção ou quando houver suspeita de falha
Disjuntores	**a) Teste de operação:** Verificação da abertura e fechamento do disjuntor sob tensão. **b) Ensaio de resistência de isolamento**: Medida da resistência do isolamento.	- Banco de testes para disjuntores; - Megômetro; - Equipamento para teste de curva de disparo.	Resistência de isolamento: 100 MΩ. **Tempo de disparo**: 20 - 30 ms em curtos-circuitos.	- NBR 62271.	a) anual ou a cada 2000 manobras b) anual c) anual

	c) Teste de curva de disparo: Medição do tempo de resposta em diferentes correntes de curto.				
Relés de proteção	a) Teste de funcionamento: Simulação de condições para verificar o funcionamento. b) Teste de sensibilidade: Avaliação da capacidade de detecção de correntes.	- Simuladores de relés; - Equipamentos de medição de corrente e tensão.	Sensibilidade: deve atuar em condições de 5-10% acima do nominal	- NBR 11770 EB 1961.	a) anual b) anual

(conclusão)

Equipamento	Ensaios preditivos	Equipamentos utilizados	Valor de referência	Norma	Periodicidade
Transformadores de Potencial (TPs) e Transformadores de Corrente (TCs)	a) TPs: Teste de relação de transformação: Medição da relação. b) Isolamento: Verificação da resistência.	- Multímetros; - Simuladores de tensão e corrente.	Relação: em geral, com margem de 1% do valor nominal.	- NBR IEC 61869; - NBR 5356.	a) trianual b) anual
	a) Isolamento: Os TCs reduzem a corrente para níveis que podem ser medidos com segurança.				a) trianual
Comutadores sob carga	a) Teste de contato: Verificação de resistências de contato e, se necessário, teste da resistência de operação.	- Medidores de resistência de contato; - Multímetro.	Resistência de contato: deve ser 20 mΩ.	- NBR 5356; - NBR IEC 60214.	a) bianual ou a cada 10000 manobras
Chaves seccionadoras	a) Teste de isolamento: Verificação da resistência de isolamento. b) Teste de contato: Avaliação da resistência de contato.	- Megômetro; - Medidores de resistência de contato.	Resistência de isolamento: 100 MΩ.	- NBR IEC 62271.	a) anual b) bianual

Para-raios	**a) Teste de inspeção visual:** Verificação física das conexões. **b) Teste de resistência de aterramento:** Medição da resistência do sistema de aterramento.	- Equipamento de teste de aterramento.	Resistência de aterramento: 10 Ω.	- NBR 5419; - NBR IEC 62305.	a) semestral b) anual ou após descargas atmosféricas intensas

Fonte: O autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs um plano de manutenção preditiva para uma subestação elétrica de 5 MVA, visando aprimorar a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos equipamentos. Com base em referências técnicas e normas da ABNT e IEC, foram definidos os principais ensaios e medições para cada componente, considerando suas funções e condições de operação.

A metodologia apresentada oferece um modelo prático de acompanhamento preventivo, permitindo diagnosticar falhas antecipadamente e reduzir custos com manutenções corretivas. Ensaios como testes de operação, resistência de contato e isolamento, sensibilidade de relés e análises dielétricas em transformadores possibilitam identificar anomalias antes que afetem o desempenho da subestação.

O quadro consolidado de ensaios preditivos constitui o principal resultado do estudo, servindo como referência técnica para planejamento de cronogramas, priorização de intervenções e seleção de instrumentos adequados, promovendo gestão eficiente dos ativos elétricos.

Recomenda-se, como continuidade, a execução prática dos ensaios em campo para validar os resultados teóricos e ajustar a periodicidade das inspeções, bem como a adoção de tecnologias de monitoramento online, possibilitando evolução para manutenção baseada em condição.

Em síntese, a manutenção preditiva mostra-se essencial para garantir confiabilidade, segurança e continuidade operacional, consolidando-se como prática estratégica para otimizar recursos e reduzir riscos em sistemas elétricos de potência.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1:** Princípios gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR IEC 61869-1 –Transformadores para instrumento Parte 1:** Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR IEC 62271 – Manobra e comando de alta tensão – Parte 1:** Especificações comuns para equipamentos de manobra e comando em corrente alternada. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CARDOSO, Felipe da Silveira *et al.* Manutenção Preditiva Para Garantir a Operação Segura de Subestações de Energia: Um estudo de Caso em um Laboratório de Arcos Elétricos. *In:* **Proceedings of the 16th Seminar on Power Electronics and Control (SEPOC 2024)**. Brasil, 2025.

FREITAS, Renê Cunha; PICCININI, Marco Aurélio. Manutenção em disjuntores grande volume de óleo de alta tensão. **Caderno de Estudos em Engenharia Elétrica**, v. 5, n. 2, 2023.

JOSÉ FILHO, Mamede. **Subestações de Alta Tensão.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 2021.

OTIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO CONSUMO DE CAVACO NO PROCESSO VAPOR

Categoria: Extensão - Curricularização

João Henrique Tonieto Tortato[1]
João Prestes[2]
Jeverson Antonio Furtado[3]
Weliton Luz[4]
Anderson Soares[5]
Letícia Andrighetti[6]

Resumo – A obtenção de energia através de caldeiras é parte fundamental para diversos segmentos dentro de uma empresa, seja na geração do vapor para o processo produtivo, na energia elétrica e no aquecimento, necessitando ser um sistema que se encaixe nos custos da empresa e possua eficácia. A empresa Knauff Embalagens utiliza uma caldeira aquatubular onde seu balanço energético indica que há uma baixa eficiência, que impacta diretamente na sua produtividade e custo operacional. A partir disso, foi elaborado uma análise que visa obter uma melhora nos resultados energéticos, por meio da automatização do processo, em que a utilização de sensores poderá permitir monitoramento em tempo real do processo produtivo, visando reduzir falhas tais como o desperdício do vapor por meio de vazamentos ou irregularidades do sistema. Bem como atuar de forma preventiva com processamentos de dados e monitoramento.

Palavras-chave: Energia; Caldeira; Eficiência; Automatização; Manutenção.

INTRODUÇÃO

De acordo com Nogueira (2005), as caldeiras são um trocador de calor que opera com uma pressão maior que a pressão atmosférica, gerando o vapor através da energia térmica fornecida por alguma fonte. Na atualidade, um fator interessante para se explorar é a automação e utilização de sensores a partir da indústria 4.0, que segundo Lima (2020), a quarta revolução industrial é uma mudança oriunda de inovação, que tendem a alterar totalmente os processos e a organização das empresas e seus interesses.

Os sensores apresentam diversos benefícios notáveis como tornar sistemas de produção mais enxutos, seguros, economicamente viável e autônomo. (SANTOS, 2023).

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A empresa produz 200 toneladas por mês de isopor com a sua caldeira consumindo 3300m^3/mês e com um custo de R$ 300.000, o que encarreta em uma baixa eficiência energética, gerando mais gastos e prejuízo aos mesmos. A partir dessas informações foi possível desenvolver o caminho para analisar a viabilidade da instalação de sensores, padronização do processo e do combustível, tendo em vista que a granulometria do cavaco não é uniforme, algo que afeta no desempenho da caldeira.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesse trabalho foi um estudo de caso, onde foram realizadas análises de dados repassados pela Indústria, como o seu relatório de inspeção da Caldeira, respostas de um questionário, imagens e vídeos. A partir de todos os tópicos citados anteriormente, foi possível desenvolver propostas e soluções que visam a otimização do processo a partir da eficiência energética.

Foi identificado que seria necessária uma automatização no processo, incluindo sensores e softwares integrados que gerariam todos os dados imprescindíveis para evitar percas significativas na caldeira, localizando perdas de pressão, vazamentos, umidade, volume e outros valores que impactam diretamente na produção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

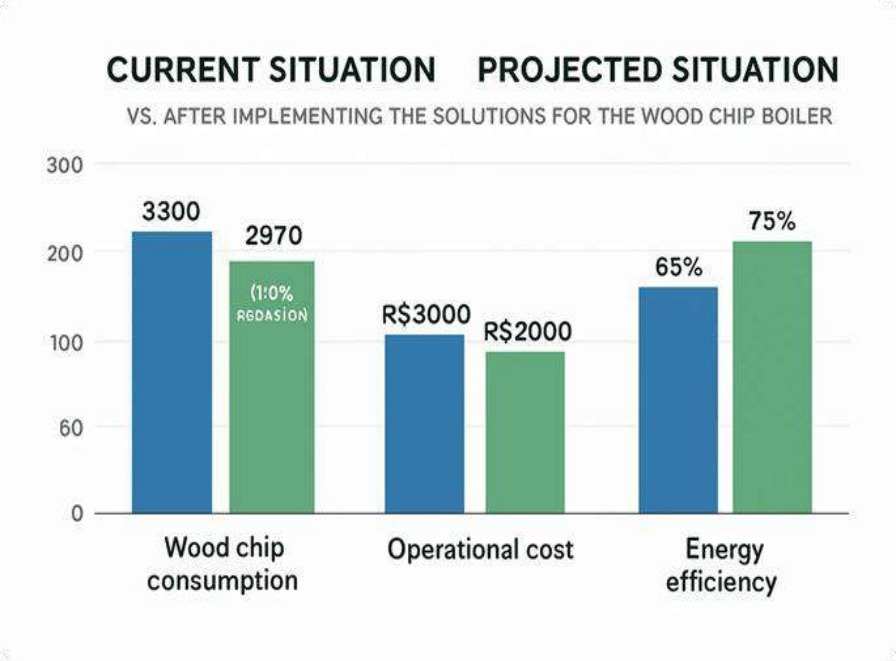
A automação visa aumentar a eficiência, a precisão e a consistência das operações, além de reduzir o tempo e os custos associados às atividades manuais. (OLIVEIRA et al., 2024).

De acordo com Milani et al. (2025) A automação industrial constitui um dos elementos mais impactantes da revolução tecnológica atual, atuando como um fator decisivo para o incremento da produtividade, o aprimoramento da qualidade dos produtos e o fortalecimento de economias modernas e competitivas.

Um estudo relacionado as possíveis soluções da perda de eficiência da caldeira identificam que uma hipótese seria localizar e corrigir as perdas a partir do controle de qualidade, assim garantindo um maior controle e estabilidade do processo.

Outro levantamento realizado seria aumentar em 10% a eficiência da combustão a partir do controle de excesso do ar, que poderia reduzir também em 10% o consumo do cavaco.

Figura 1 – Gráfico que indica os dados da proposta de solução



Fonte: Gerado por Inteligência Artificial (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esse estudo de caso, nota-se que a automação do processo é algo vital para a otimização e eficiência energética do consumo de cavaco no processo a vapor, onde pode obter ganhos significativos em relação à produção e a custos, apresentando um ótimo potencial de inovação e tecnologia se bem implementado o projeto, executando detalhadamente cada tópico envolvido e analisando os indicadores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a empresa Knauff Embalagens pela colaboração durante o desenvolvimento do projeto, fornecendo informações necessárias para conseguirmos propor soluções, também saudamos ao IEL pela iniciativa do PROTALENT, a UNIARP e aos professores envolvidos que possibilitaram essa conexão e por aproximar a empresa com os conhecimentos adquiridos no dia a dia e a Bolsa de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

HANAUER, Anderson; CECCONELLO, Ivandro. Sensoriamento para automatização em processo industrial de tratamento térmico. Revista Produção Online, Florianópolis, v. 23, n. 2, e-4846, 2023. DOI: 10.14488/1676-1901.v23i2.4846. Disponível em: https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/4846. Acesso em: 01 nov. 2025.

LIMA, F. R.; GOMES, R. *Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0: uma análise bibliométrica*. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 19, n. 2, p. 1-30, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbi/a/x6jdz4t869KnNFWRdgqVyws/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 nov. 2025.

MILANI, Vitor Blanc; MENDONÇA, Márcio; PALÁCIOS, Rodrigo Henrique Cunha; MACHADO, Iago Maran; MILANEZ, Fábio Rodrigo. *Automação industrial no Brasil: uma análise sobre impactos, avanços e desafios no Brasil*. Open Science Research, Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), v. 18, 2025. p. 1–21. ISBN 978-65-5360-871-9. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/250118743.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

NOGUEIRA, Luiz Augusto Horta; NOGUEIRA, Fábio José Horta; ROCHA, Carlos Roberto. Eficiência energética no uso de vapor. Rio de Janeiro: Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), 2005. 196 p. Disponível em: https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2014/04/22/6281/LivroVapor.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

OLIVEIRA, Eric Sampaio de; BACCI, Silvio César Cardoso; PARIS, Lucio Rogério Pelizer; MENEGASSI, Wladimir José Camillo; ANTUNES NETO, Joaquim M. F. Automação nos processos industriais. Prospectus, Itapira, v. 6, n. 1, p. 1–51, 2024. Disponível em: https://www.prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pst/article/download/220/156/397. Acesso em: 02 nov. 2025

SANTOS, Gabriel da Silva Rocha. *Sensores aplicados na automação: uma revisão bibliográfica*. [S.l.: s.n.], 2023. 12 p. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/66304/1/GABRIEL_DA_SILVA_ROCHA_SANTOS.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO: ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM INDÚSTRIA DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS

Categoria: Práticas de Estágio

Eduardo Ribeiro[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – O presente trabalho apresenta algumas atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na empresa Videplast, localizada em Videira/SC, na área de manutenção industrial. O estágio, de caráter obrigatório conforme a Lei nº 11.788/2008, teve como objetivo principal aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação em situações práticas do ambiente produtivo. As atividades abrangeram manutenções corretivas, preventivas e preditivas, além do acompanhamento de intervenções em máquinas injetoras e processos de extrusão. O método utilizado baseou-se na observação direta, registro das atividades e acompanhamento supervisionado das tarefas diárias. Os resultados demonstraram a importância da integração entre teoria e prática, possibilitando o desenvolvimento de habilidades técnicas, analíticas e comportamentais essenciais para o exercício profissional. Constatou-se, ainda, a relevância da manutenção como área estratégica para o bom desempenho industrial. Conclui-se que o estágio proporcionou uma formação prática consistente, contribuindo significativamente para o aprimoramento profissional e para a consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Palavras-chave: estágio supervisionado; manutenção industrial; práticas profissionais; Videplast; aprendizado técnico.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788/2008, possui caráter obrigatório e constitui parte integrante da formação acadêmica. Essa etapa tem como principal finalidade proporcionar ao estudante a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso em situações práticas reais, dentro do ambiente de trabalho, promovendo a integração entre teoria e prática profissional.

A empresa Videplast, localizada na cidade de Videira (SC), é reconhecida como uma das maiores indústrias de soluções em embalagens flexíveis do país. Atua de forma abrangente em todas as etapas do processo produtivo, desde a extrusão dos materiais plásticos até as fases de

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

impressão, laminação, corte, acabamento e expedição, constituindo uma cadeia produtiva completa e integrada.

O estágio supervisionado foi desenvolvido na unidade de Videira/SC, especificamente no setor de manutenção industrial, permitindo vivenciar de forma direta as rotinas e desafios dessa área. As atividades abrangeram manutenções corretivas, preventivas e preditivas, possibilitando uma compreensão aprofundada dos procedimentos necessários para garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos equipamentos utilizados na produção.

Durante o estágio, foi possível aplicar de maneira prática os conhecimentos adquiridos na graduação, especialmente aqueles relacionados às disciplinas técnicas e de gestão de manutenção. Essa aplicação contribuiu para o desenvolvimento de um perfil profissional mais completo, baseado na capacidade de análise, na tomada de decisão e na resolução de problemas em contextos reais de produção.

De forma geral, a experiência proporcionou um aprendizado teórico-prático consistente, fortalecendo as competências técnicas e comportamentais necessárias para o exercício profissional na área industrial. O estágio representou, assim, um elo fundamental entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, permitindo o amadurecimento profissional e a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado, foi desenvolvido na empresa Videplast, situada na cidade de Videira/SC, no período compreendido entre 21 de agosto e 15 de outubro de 2025, na área de manutenção.

O setor de manutenção da Videplast, é dividido internamente em Manutenção interna e Manutenção oficina.

A manutenção interna é responsável pelo cuidado/trato de toda a produção, ou seja, são os profissionais que atendem as máquinas diretamente. Ainda dentro da manutenção interna, existem subáreas, que são responsáveis pelo atendimento de cada setor.

A manutenção oficina é responsável por toda a área externa da fábrica, e também serve como área de apoio para manutenção interna, como usinagem, manutenção predial, elétrica e ar-condicionado.

Durante o estágio, foram acompanhadas atividades de manutenção corretiva e preventiva, além do aprendizado sobre o funcionamento da empresa e as normas que devem ser seguidas. Nos primeiros dias, foram realizadas manutenções de forma preventiva em cabeçotes de canhões da extrusão, esse processo, garante o funcionamento do canhão, verificando se existe acúmulo de materiais na rosca, se há problemas nas resistências ou se existe algum outro tipo de imperfeição perceptível. Na Figura 1 pode ser observado a parte interna de um cabeçote.

Figura 1 - Cabeçote do canhão de uma extrusora

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

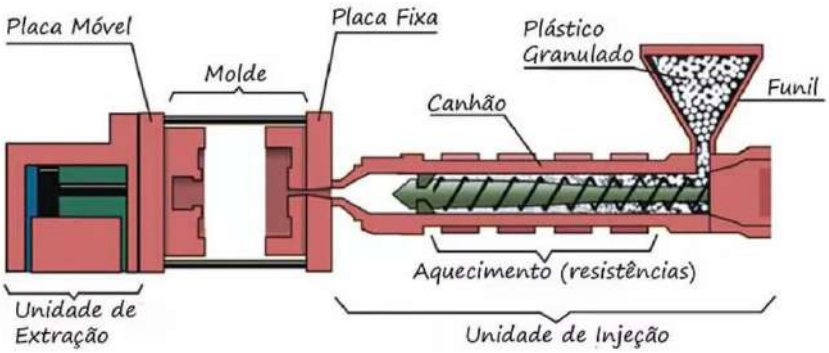
Em contrapartida, além das manutenções realizadas diretamente nos equipamentos, foi possível acompanhar atividades conhecidas como manutenções de bancada, que envolvem intervenções e pequenas fabricações em menor escala. Um exemplo relevante foi a confecção de um molde para injeção plástica destinado à produção de tampas para tubetes de papelão. Essas tampas desempenham um papel essencial na preservação da geometria dos tubetes, garantindo sua integridade dimensional. O desafio desse trabalho não se limitou apenas à etapa de projeto do molde, mas também envolveu o processo de usinagem, que demandou alta precisão devido às geometrias complexas e tolerâncias reduzidas exigidas pela aplicação.

Durante o estágio, também foi possível acompanhar o processo de parametrização de uma máquina injetora de plástico, que anteriormente era utilizada na produção de tampas e colheres plásticas. O objetivo foi adaptá-la para operar com um volume de injeção superior ao nominal da máquina, o que exigiu modificações mecânicas específicas em dois componentes principais.

O primeiro ajuste consistiu na substituição da rosca do canhão, que foi ampliada para proporcionar um curso maior, aumentando assim a capacidade de injeção de material tanto em volume quanto em tempo de operação. O segundo ajuste envolveu o reposicionamento e a instalação de novas resistências elétricas, uma vez que a ampliação da rosca criou regiões onde o material não estava sendo devidamente aquecido. Dessa forma, as resistências foram redistribuídas para garantir a uniformidade térmica ao longo do canhão e assegurar a qualidade do processo de injeção.

Na Figura 2, são apresentados os principais componentes de uma máquina injetora plástica, possibilitando a identificação visual das partes descritas e melhor compreensão do processo.

Figura 2 - Principais componentes de uma injetora plástica



Fonte: Revimaq (2015)

Durante o período de estágio, foram registrados todos os procedimentos e atividades executadas, com acompanhamento contínuo do supervisor responsável. As ações desenvolvidas foram posteriormente analisadas pelo professor orientador, o que permitiu evidenciar a relevância prática e profissional dessa experiência, reforçando a importância do estágio como componente essencial para a formação acadêmica e para o desenvolvimento das competências exigidas pelo mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio realizado na área de manutenção da empresa Videplast teve papel fundamental na consolidação da formação acadêmica, possibilitando o contato direto com situações práticas do ambiente industrial. Essa vivência permitiu aplicar, de forma concreta, os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, ampliando a compreensão sobre os processos de manutenção e aprimorando habilidades técnicas e profissionais. Além disso, o estágio proporcionou uma visão mais realista sobre o funcionamento da indústria e os desafios que envolvem o setor produtivo.

A empresa demonstrou grande comprometimento com o processo de aprendizado, mostrando-se aberta e colaborativa em relação às atividades desenvolvidas. A coordenação buscou oferecer experiências diversificadas, que abrangessem diferentes áreas e equipamentos, favorecendo o desenvolvimento técnico do estagiário. Essa postura contribuiu para que o estágio não se limitasse à observação, mas se tornasse uma experiência ativa e enriquecedora, com oportunidades de participação efetiva nas rotinas de manutenção.

Entre as atividades realizadas, destacam-se as intervenções em máquinas injetoras plásticas, especialmente na parte de ajustes e parametrizações. Esses procedimentos exigiram atenção aos detalhes, domínio técnico e compreensão sobre o comportamento dos equipamentos durante o processo de produção. Também houve participação nas atividades do setor de extrusão, onde foi possível acompanhar manutenções preventivas e corretivas, observando a importância da organização, do controle de processos e da busca constante por eficiência operacional.

Ao longo do estágio, foi possível perceber como a integração entre teoria e prática é essencial para o desenvolvimento profissional. O contato direto com situações reais contribuiu para o fortalecimento do raciocínio técnico e da capacidade de análise, além de desenvolver competências como trabalho em equipe, comunicação e responsabilidade técnica. Essa experiência reforçou a importância da manutenção como área estratégica dentro do ambiente industrial, sendo determinante para a continuidade e a qualidade da produção.

De modo geral, o estágio na Videplast representou uma troca significativa entre empresa e estagiário. A organização contribuiu de forma decisiva para o aprendizado e crescimento profissional, enquanto o estagiário pôde agregar valor ao ambiente de trabalho por meio de um olhar técnico atualizado e comprometido com a melhoria contínua. Essa interação consolidou o estágio como uma etapa indispensável na formação acadêmica, evidenciando sua relevância na preparação para o mercado de trabalho e no aperfeiçoamento das competências técnicas e humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado realizado na empresa Videplast, na área de manutenção industrial, possibilitou uma vivência ampla e significativa do ambiente produtivo, reafirmando sua importância como etapa essencial da formação acadêmica. Os objetivos inicialmente propostos foram plenamente alcançados, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso e o desenvolvimento de competências técnicas, analíticas e comportamentais indispensáveis à atuação profissional.

A experiência prática proporcionou a compreensão aprofundada dos processos de manutenção corretiva, preventiva e preditiva, além de permitir o acompanhamento de intervenções complexas, como ajustes e parametrizações em máquinas injetoras e atividades de bancada envolvendo a confecção de moldes. Essas vivências contribuíram diretamente para o aprimoramento da capacidade de diagnóstico, tomada de decisão e resolução de problemas técnicos, aproximando o aprendizado teórico da realidade industrial.

O estágio também permitiu observar a relevância da manutenção como um setor estratégico dentro do contexto produtivo, sendo determinante para o desempenho e a eficiência das operações da empresa. A postura colaborativa da equipe de manutenção e o acompanhamento constante do supervisor foram fatores fundamentais para o êxito das atividades desenvolvidas, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e troca de experiências.

Como limitação, destaca-se o curto período de duração do estágio, que restringiu a possibilidade de aprofundar alguns conhecimentos específicos e de acompanhar ciclos completos de manutenção preventiva em determinados equipamentos. No entanto, mesmo com essa limitação, a experiência foi suficiente para consolidar uma base prática sólida e um entendimento realista sobre os desafios da área industrial.

Em síntese, o estágio supervisionado representou um marco de transição entre a formação acadêmica e o exercício profissional, contribuindo de forma significativa para o amadurecimento técnico e pessoal do estagiário. A vivência na Videplast reforçou a importância

da integração entre teoria e prática e despertou o interesse por uma atuação profissional pautada na melhoria contínua, na inovação e na responsabilidade técnica. Para trabalhos futuros, sugere-se o aprofundamento em metodologias de manutenção preditiva e automação de processos, visando ampliar a eficiência e a sustentabilidade das operações industriais.

REFERÊNCIAS

ALVARO, Julie. Injetoras de plástico: descubra tudo sobre. Plástico.com.br, 21 maio 2022. Disponível em: https://www.plastico.com.br/injetoras-de-plastico-descubra-tudo-sobre/. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 25 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

REVIMAQ. Soluções WEG garantem economia em extrusoras e injetoras. Disponível em: https://revimaq.com/blog/solucoes-weg-garantem-economia-em-extrusoras-e-injetoras.html. Acesso em: 28 out. 2025.

ACOMPANHAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PCM

Categoria: Práticas de estágio

Gustavo Henrique Souza Pedroso[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – O presente Resumo apresenta as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado em Engenharia Mecânica, realizado na empresa Bonet Madeiras e Papéis, localizada em Santa Cecília (SC). O estágio teve como principal objetivo aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação, com ênfase na área de manutenção mecânica. Durante o período, foram abordados temas como os tipos e estratégias de manutenção, corretiva, preventiva, preditiva e proativa, e a importância do Planejamento e Controle da Manutenção (PCM) na otimização de recursos e no aumento da confiabilidade dos equipamentos. As atividades envolveram o levantamento e a catalogação de ativos industriais, a elaboração de fluxogramas de processo, a análise de criticidade dos equipamentos e a aplicação de normas técnicas e de segurança. Essa experiência proporcionou uma compreensão prática sobre o funcionamento dos sistemas mecânicos e sobre o papel da manutenção como ferramenta estratégica para a produtividade, a sustentabilidade e a segurança no ambiente industrial. O estágio contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento técnico e profissional do acadêmico, reforçando a integração entre teoria e prática na formação do engenheiro mecânico.

Palavras-chave: engenharia mecânica; manutenção industrial; PCM; confiabilidade; estágio supervisionado.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado representa uma etapa essencial na formação do engenheiro mecânico, pois possibilita a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. Segundo Yang (2014), esse processo de imersão prática contribui para o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e comportamentais fundamentais ao exercício profissional, promovendo a integração entre o ambiente acadêmico e o setor produtivo.

A manutenção mecânica destaca-se como uma área estratégica dentro da engenharia, pois está diretamente relacionada à confiabilidade, segurança e eficiência operacional dos equipamentos industriais. Conforme Xenos (2014), a gestão moderna da manutenção evoluiu de um modelo puramente corretivo para abordagens mais estruturadas, como a manutenção preventiva, preditiva e proativa. Essa transição, impulsionada pela indústria 4.0, tem como

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

objetivo otimizar o desempenho dos ativos e reduzir custos operacionais, por meio do uso de tecnologias de monitoramento e análise de dados (Mobley, 2002).

Durante o estágio, o estudante teve contato com rotinas de planejamento, inspeção e execução de atividades de manutenção, o que permitiu compreender, na prática, a importância dessas ações para a eficiência e continuidade dos processos produtivos. De acordo com Norton (2013), a vivência profissional é essencial para consolidar a capacidade analítica e a tomada de decisões técnicas que caracterizam a atuação do engenheiro mecânico.

O estágio foi realizado na Bonet Madeiras e Papéis, empresa catarinense com mais de 70 anos de atuação, sediada nos municípios de Santa Cecília e Timbó Grande (SC). Fundada na década de 1930, a empresa consolidou-se como referência nos setores de madeira e papel, destacando-se pelo investimento constante em inovação, sustentabilidade e verticalização produtiva.

A Bonet possui estrutura industrial ampla, com unidades fabris que ocupam mais de 743 mil m^2, contando com geração própria de energia e certificações reconhecidas, como ISO 9001:2015 e FSC. Sua missão é oferecer produtos de qualidade com foco na satisfação dos clientes, enquanto sua visão busca consolidar a empresa como referência nacional em soluções sustentáveis no setor madeireiro.

Os valores corporativos incluem responsabilidade socioambiental, valorização dos colaboradores e incentivo à capacitação profissional. Essa filosofia está presente em programas de parceria com o SENAI, políticas de igualdade salarial e incentivo à formação acadêmica. Tais princípios refletem o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e com a excelência em processos industriais.

METODOLOGIA

A metodologia do estágio supervisionado foi baseada na observação direta, análise documental e participação ativa nas rotinas do setor de manutenção mecânica da Bonet Madeiras e Papéis. Essas etapas foram essenciais para compreender a estrutura organizacional e o desempenho dos sistemas industriais.

Inicialmente, realizou-se o levantamento e a catalogação dos ativos industriais, registrando dados como fabricante, modelo, capacidade e função de cada equipamento. O registro detalhado de ativos permitiu o planejamento e o controle das atividades de manutenção, fornecendo informações úteis para a análise de falhas e o acompanhamento do histórico operacional.

Em seguida, foi elaborado o mapeamento de criticidade dos equipamentos, classificando-os segundo o impacto na produção, nos custos de manutenção e na segurança operacional. Essa priorização possibilitou a definição de estratégias preventivas e corretivas mais adequadas, garantindo a continuidade produtiva e a redução de falhas críticas.

Também foram realizadas inspeções técnicas nos sistemas hidráulicos, pneumáticos e de lubrificação, aplicando-se as normas da ABNT — NBR ISO 9001, 14224 e 55000 — e as Normas

Regulamentadoras NR-12, NR-13, NR-33 e NR-35, assegurando a conformidade técnica e a segurança das atividades.

Paralelamente, foram elaborados fluxogramas de processo representando o fluxo produtivo, desde o recebimento da matéria-prima até a expedição, com o intuito de associar os equipamentos às etapas críticas da linha de produção. A representação visual dos processos auxiliou na identificação de gargalos e na busca por melhorias contínuas nas operações.

Por fim, foram analisados indicadores de desempenho como MTBF (Mean Time Between Failures), MTTR (Mean Time To Repair) e OEE (Overall Equipment Effectiveness), fundamentais para avaliar a eficiência das intervenções e embasar a tomada de decisões na gestão da manutenção.

O estágio foi desenvolvido no setor de manutenção mecânica, com a aplicação de conceitos teóricos relacionados aos tipos e estratégias de manutenção industrial. As principais modalidades de manutenção compreendem:

- Manutenção corretiva, aplicada após a ocorrência de falhas;
- Manutenção preventiva, baseada em inspeções e substituições programadas;
- Manutenção preditiva, que utiliza medições e monitoramentos para prever falhas;
- Manutenção proativa, voltada à eliminação das causas raiz dos problemas.

Entre as atividades práticas realizadas, destacam-se o levantamento e a catalogação de máquinas e equipamentos industriais, como caldeiras, prensas, queimadores, compressores e esteiras. Após essa etapa, foi implementada a classificação de criticidade dos ativos, considerando critérios como impacto na produção, custo de manutenção e segurança operacional.

A elaboração dos fluxogramas de processo foi orientada pelos princípios de eficiência e otimização produtiva, permitindo a identificação de gargalos e oportunidades de melhoria nos fluxos de produção.

Além disso, o estagiário participou de análises em sistemas hidráulicos e pneumáticos, avaliando também os sistemas de lubrificação para garantir o correto funcionamento dos equipamentos. A observância das normas técnicas e regulamentadoras assegurou a segurança e a padronização das práticas de manutenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio supervisionado possibilitou o aprofundamento dos conhecimentos sobre manutenção mecânica e demonstrou sua relevância estratégica para o desempenho industrial. A análise das práticas aplicadas na Bonet Madeiras e Papéis evidenciou que o levantamento sistemático de ativos e a classificação de criticidade foram etapas fundamentais para o estabelecimento de um Planejamento e Controle da Manutenção (PCM) mais estruturado. O registro histórico e a análise de falhas permitiram definir estratégias de manutenção baseadas em dados, contribuindo para maior confiabilidade operacional e redução do tempo de parada.

Durante o estágio, observou-se que a ausência inicial de um sistema integrado de controle dificultava a rastreabilidade das intervenções. A criação de uma base de dados e de um fluxograma de produção proporcionou uma visão global dos processos e dos equipamentos críticos, facilitando a identificação de gargalos e o planejamento de ações preventivas. Essa prática reforçou a importância da digitalização e da gestão da informação como ferramentas essenciais para a eficiência operacional.

Outro resultado relevante foi a aplicação prática dos indicadores de desempenho da manutenção, como MTBF (Mean Time Between Failures), MTTR (Mean Time To Repair) e OEE (Overall Equipment Effectiveness), que serviram para mensurar a confiabilidade e a eficiência das operações. Esses indicadores mostraram-se fundamentais para a tomada de decisão e para o aprimoramento contínuo das práticas de manutenção, permitindo correlacionar o desempenho dos ativos com os resultados produtivos.

Também foi possível constatar que a adoção das normas técnicas da ABNT (NBR ISO 9001, 14224 e 55000) e das Normas Regulamentadoras (NR-12, NR-13, NR-33 e NR-35) promoveu uma cultura de segurança e conformidade no ambiente de trabalho, reduzindo riscos operacionais e aumentando a padronização dos procedimentos.

Do ponto de vista pessoal e acadêmico, o estágio contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, aprimorando habilidades de análise crítica, tomada de decisão e trabalho em equipe. A vivência no setor de manutenção proporcionou uma visão sistêmica sobre as inter relações entre segurança, confiabilidade e desempenho, além de estimular a busca constante por soluções inovadoras e eficientes.

Em síntese, os resultados obtidos reforçam que a manutenção mecânica, quando bem planejada e executada, não apenas evita paradas imprevistas, mas também agrega valor ao processo produtivo, contribuindo para a sustentabilidade, competitividade e segurança industrial. A integração entre tecnologia, gestão e capacitação humana se consolida como o alicerce da manutenção moderna, tornando-a uma área indispensável dentro das organizações industriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na empresa Bonet Madeiras e Papéis possibilitou aplicar na prática os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, especialmente na área de PCM. As atividades realizadas contribuíram para compreender a importância da gestão dos ativos, da análise de criticidade e do uso de indicadores de desempenho na melhoria da eficiência operacional. A experiência reforçou a relevância da manutenção como área estratégica e promoveu o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais essenciais à atuação do engenheiro mecânico.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR ISO 9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ESPOSITO, A. *Fluid Power with Applications*. 7. ed. Upper Saddle River: Pearson, 2009.

HAMROCK, B. J.; JACOBSON, B. O.; SCHMID, S. R. *Fundamentals of Machine Elements*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2014.

JARDINE, A. K. S.; LIN, D.; BANJEVIC, D. *A review on machinery diagnostics and prognostics implementing condition-based maintenance*. *Mechanical Systems and Signal Processing*, v. 20, n. 7, p. 1483–1510, 2006.

KARDEC, A.; NASCIF, J. *Manutenção: função estratégica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

LEE, J.; KAO, H. A.; YANG, S. *Service innovation and smart analytics for Industry 4.0 and big data environment*. *Procedia CIRP*, v. 16, p. 3–8, 2014.

LEVESON, N. *Engineering a Safer World: Systems Thinking Applied to Safety*. Cambridge: MIT Press, 2011.

MOBLEY, R. K. *An Introduction to Predictive Maintenance*. 2. ed. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2002.

NORTON, R. L. *Machine Design: An Integrated Approach*. 5. ed. Upper Saddle River: Pearson, 2013.

XENOS, H. G. *Gerenciamento da Manutenção Produtiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

APLICAÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE NO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP) DA EMPRESA TMO FOREST

Categoria: Práticas de estágio.

Josue Tenczna[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – Este trabalho apresenta uma análise sobre a aplicação da gestão da qualidade no setor de Planejamento e Controle da Produção (PCP) da empresa TMO Forest, localizada em Caçador–SC, a partir das experiências vivenciadas durante o estágio da disciplina de Engenharia Mecânica. O principal objetivo foi compreender como os conceitos de qualidade e padronização podem ser aplicados no PCP, fortalecendo a confiabilidade das informações produtivas e promovendo melhorias nos processos. A metodologia baseou-se na observação direta e no acompanhamento das rotinas do PCP, com análise documental e uso de ferramentas da qualidade, como controle de versões e padronização de fichas técnicas. Os achados indicaram que a combinação da gestão da qualidade com o planejamento e controle de produção (PCP) tem um impacto positivo na eficiência operacional, diminuição de retrabalhos e elevação da confiabilidade das informações produtivas. O estágio permitiu consolidar conhecimentos teóricos e práticos, demonstrando a importância da qualidade na formação do engenheiro mecânico.

Palavras-chave: gestão da qualidade; PCP; padronização; produção enxuta; melhoria contínua.

INTRODUÇÃO

A competitividade na indústria contemporânea demanda processos produtivos que sejam cada vez mais eficientes, precisos e uniformes. Nesse cenário, a gestão da qualidade é fundamental, pois busca garantir que cada fase do processo cumpra com os padrões de desempenho e confiabilidade estabelecidos. Conforme Paladini (2024), a qualidade deve ser vista como uma abordagem gerencial focada na satisfação do cliente e na melhoria constante, abrangendo todas as áreas da organização.

O departamento de Planejamento e Controle da Produção (PCP) atua como a ponte entre a estratégia empresarial e a implementação das operações de fabricação. Conforme mencionado por Campos (2014), o PCP é considerado o núcleo do sistema produtivo, incumbido de converter dados em decisões que definem tanto a cadência quanto a ordem da produção. Assim, falhas em suas práticas podem prejudicar não apenas o desempenho operacional, mas também a reputação e a credibilidade da organização.

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A seleção deste tema é fundamentada na crescente demanda por incorporar os princípios de qualidade nas atividades diárias das indústrias metalmecânicas, sobretudo em empresas que buscam certificações e práticas de excelência. A padronização de documentos, o controle de versões e a gestão de informações confiáveis tornam-se pilares essenciais para o bom funcionamento do PCP. Como destaca Falconi (2019), a disciplina da rotina e o controle padronizado são os principais meios para alcançar resultados sustentáveis e previsíveis.

Além dos pontos destacados, a engenharia moderna tem sido profundamente impactada pelos avanços da Indústria 4.0, que combina sistemas ciberfísicos, automação e monitoramento de dados em tempo real para otimizar a produção. Essa transformação digital demanda que engenheiros e gestores não apenas tenham proficiência nas ferramentas técnicas, mas também desenvolvam competências em análise de dados, rastreabilidade e gestão da informação. Nesse contexto, o Planejamento e Controle da Produção (PCP) desempenha um papel crucial, funcionando como um ponto de interseção entre qualidade, produtividade e inovação (Slack, 2023).

Assim, a finalidade deste estudo é analisar a aplicação prática da gestão de qualidade no departamento de PCP da TMO Forest. A pesquisa demonstra como os conceitos e ferramentas associados à qualidade contribuem para a otimização das rotinas produtivas, a redução de erros e o aprimoramento da comunicação interna. Os princípios teóricos que fundamentam esta investigação incluem a qualidade total, a padronização de processos, o pensamento enxuto e o contínuo aperfeiçoamento (Liker, 2021), que guiaram a observação e análise das atividades realizadas durante o estágio.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado ocorreu na empresa TMO Forest (Cia Olsen), referência nacional na fabricação de equipamentos florestais, localizada em Caçador–SC. O período compreendeu os meses de setembro a novembro de 2025, com carga horária total de 240 horas. As atividades foram desenvolvidas no setor de PCP e envolveram observação direta, acompanhamento e execução de tarefas relacionadas à padronização e ao controle de documentos técnicos.

A metodologia adotada teve caráter descritivo e qualitativo, fundamentada na observação das rotinas produtivas, análise documental e participação ativa nas atividades do setor. As ações buscaram compreender como os princípios da gestão da qualidade podem ser aplicados de forma prática à organização das informações e à melhoria da comunicação entre os setores da empresa. Foram registradas anotações e relatórios diários descrevendo as tarefas, os problemas identificados e as soluções propostas, permitindo uma análise sistemática dos processos e dos resultados obtidos.

Além disso, o método de observação foi complementado por conversas informais com colaboradores e supervisores, permitindo compreender a percepção da equipe em relação às práticas de qualidade já implantadas e os principais desafios enfrentados no dia a dia. Essa abordagem colaborativa possibilitou identificar oportunidades reais de melhoria e reforçou a importância do envolvimento humano no sucesso das ações de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades desenvolvidas evidenciaram a importância da padronização e do controle das informações no setor de PCP. Durante o acompanhamento, foram detectadas inconsistências entre versões de desenhos e fichas técnicas, ocasionando retrabalhos e atrasos. A implantação de uma rotina de verificação cruzada entre os departamentos de PCP e Engenharia corrigiu essas falhas e aumentou a confiabilidade do fluxo de informação.

A melhoria também se refletiu na organização dos arquivos e documentos internos, que passaram a seguir uma sequência lógica na parte de identificação e revisão. A adoção de pastas padronizadas e a atualização constante dos roteiros de produção contribuíram para a redução do tempo de busca de informações e para o aumento da rastreabilidade. Essa prática reforça o conceito de gestão visual, fundamental para a transparência e o controle de processos na manufatura.

Outro resultado significativo foi a avaliação das capacidades das máquinas e dos períodos de operação, o que possibilitou a identificação de gargalos na produção e a recomendação de ajustes no balanceamento da carga de trabalho. Com base nesses dados, foi viável desenvolver propostas para reestruturar as ordens de produção, maximizando os recursos disponíveis e diminuindo períodos ociosos. A utilização dessas informações também permitiu a simulação de cenários produtivos e a sugestão de métricas de desempenho, como eficiência por equipamento e taxa de retrabalho.

Com base nas análises realizadas, foi possível reconhecer obstáculos a serem enfrentados, como a resistência inicial de certos colaboradores em relação às alterações nos métodos de registro e controle. Contudo, essa dificuldade foi diminuindo à medida que os resultados passaram a ser claros e quantificáveis. Para reforçar esse processo, sugere-se que a empresa invista em treinamentos regulares, auditorias internas e na implementação de indicadores visuais que auxiliem no acompanhamento do desempenho do PCP.

Por fim, recomenda-se que o setor adote uma rotina formal de revisão de processos, com reuniões quinzenais para análise de resultados, verificação de não conformidades e proposição de melhorias. A utilização de ferramentas como o 5S, o ciclo PDCA e checklists operacionais pode contribuir para manter o sistema estável e em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estágio na TMO Forest, foi possível vivenciar de perto como a gestão da qualidade influencia o desempenho do setor de PCP e, consequentemente, de toda a fábrica. Observou que detalhes simples, como manter as fichas atualizadas, organizar os roteiros e verificar as versões corretas dos desenhos, tem uma grande diferença na questão do resultado final. Com o passar das semanas, compreendeu melhor a importância da padronização e da boa comunicação entre os setores para evitar retrabalhos e atrasos. Esse estágio permitiu avistar que a engenharia vai além dos cálculos e dos projetos, ela está presente na forma como o trabalho é organizado e executado com qualidade.

O estágio evidenciou que a formação do engenheiro mecânico vai além dos cálculos e projetos: envolve também a capacidade de planejar, organizar e gerir processos com foco na qualidade e na sustentabilidade produtiva. Essa experiência consolidou a importância da disciplina da rotina e do comprometimento individual na busca por resultados coletivos e duradouros.

Com base nas observações e nas ações implementadas, conclui-se que a integração entre qualidade e PCP representa uma vantagem competitiva significativa para as indústrias metalmecânicas. A estruturação de rotinas padronizadas, o uso de indicadores de desempenho e a valorização do trabalho em equipe são fatores determinantes para a eficiência do sistema produtivo e para o desenvolvimento profissional do engenheiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à TMO Forest (Cia Olsen) pela oportunidade de aprendizado e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela orientação e acompanhamento durante o estágio supervisionado.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, V. F. **Qualidade total-Padronização de empresas.** 9. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Campos+Gerenciamento+da+rotina+2014. Acesso em: 23 out. 2025.

FALCONI, V. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia.** 12. ed. Nova Lima: Falconi Editora, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Falconi+Gerenciamento+da+rotina+2019. Acesso em: 23 out. 2025.

LIKER, J. K. **O modelo Toyota: 14 princípios de gestão do maior fabricante do mundo.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Liker+Modelo+Toyota+2021. Acesso em: 24 out. 2025.

OLIVEIRA, L. M. de et al. **mplementação do overall equipment effectiveness (OEE): estudo de caso em um curtume.** Revista FOCO, v. 10, n. 2, p. 139–156, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Oliveira+OEE+2022. Acesso em: 23 out. 2025.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2024. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Paladini+Gestão+da+qualidade+2024. Acesso em: 24 out. 2025.

SLACK, N. et al. **Administração da produção.** 10. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2023. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?q=Slack+Administração+da+produção+2023. Acesso em: 24 out. 2025.

ANÁLISE DE VELOCIDADE EM TUBULAÇÃO DE VÁCUO COM TUBO DE PITOT DURANTE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DA CIDADE DE CAÇADOR-SC

Categoria: Práticas de Estágio

Marcos Vinicius Pereira[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – O estágio supervisionado foi realizado na empresa Adami S.A., localizada em Caçador, Santa Catarina, com o objetivo de aplicar conhecimentos adquiridos durante o curso de Engenharia Mecânica, especificamente na área de medição de velocidade de escoamento utilizando tubo de Pitot. Durante o estágio, foi realizada a análise de velocidade nas tubulações de vácuo da empresa, utilizando o tubo de Pitot tipo Prandtl. As medições foram realizadas em diversos pontos das tubulações para avaliar a uniformidade da velocidade do ar no processo de transporte pneumático de aparas de papel. O objetivo principal foi garantir a eficiência do sistema, por meio da análise das condições operacionais e do comportamento do fluxo nas tubulações.

Palavras-chave: Engenharia Mecânica; Medição de Velocidade; Tubo de Pitot; Transporte Pneumático; Processos Industriais.

INTRODUÇÃO

Um estágio supervisionado é uma atividade acadêmica de caráter prático, realizada por estudantes de graduação, com o objetivo de integrá-los ao ambiente profissional, proporcionando a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. Durante o estágio, o aluno tem a oportunidade de desenvolver competências técnicas, sociais e profissionais, além de vivenciar a rotina do mercado de trabalho. Segundo a Resolução nº 7 de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), o estágio supervisionado é obrigatório para alguns cursos de graduação, devendo ser acompanhado por um professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da empresa ou organização onde o estágio ocorre (BRASIL, 2018).

A Adami S/A é uma empresa localizada em Caçador, Santa Catarina, reconhecida pela sua atuação no setor de embalagens de papel. Fundada em 1942, a companhia tem se consolidado como um dos principais players do mercado nacional, com foco na produção de soluções sustentáveis e de alta qualidade para embalagens. A empresa investe constantemente em inovação tecnológica e sustentabilidade, garantindo a competitividade e o atendimento aos altos padrões de segurança e qualidade em seus processos produtivos (Universo Adami, 2025).

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O estágio realizado na Adami S/A permitiu a realização de atividades práticas relevantes, como a análise de pressão utilizando o tubo de Pitot, um instrumento fundamental para medir a pressão de estagnação e estática em escoamentos de fluidos. De acordo com Nicolau e Güths (2001), o tubo de Pitot funciona com base no princípio da equação de Bernoulli, que correlaciona a pressão e a velocidade em fluidos incompressíveis e sem fricção. Esse dispositivo permite determinar a velocidade média do escoamento, possibilitando o cálculo da vazão a partir da diferença de pressões medidas.

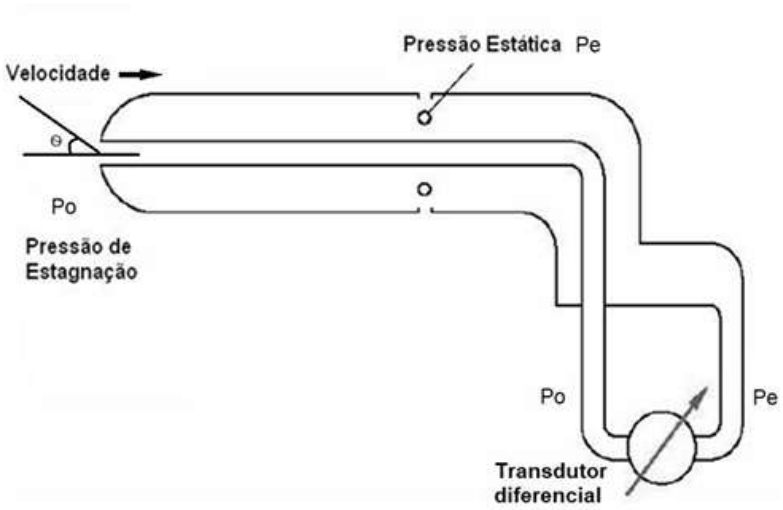
Oliveira (2019) destaca que a construção do tubo de Pitot requer cuidados com o alinhamento adequado da sonda ao escoamento, a fim de obter medições precisas de pressão dinâmica. A calibração do equipamento e a manutenção da geometria do tubo são essenciais para garantir a confiabilidade dos resultados. Além disso, Silva (2017) reforça que a instrumentação correta e o uso de manômetros são cruciais para a precisão das medições. A análise experimental com tubos de Pitot, conforme Silveira e Possamai (2020), também revela a importância de escolher o método de medição adequado, já que as estimativas de vazão podem variar significativamente, dependendo do método aplicado, validando o uso do tubo de Pitot como uma ferramenta eficiente em sistemas hidráulicos e aerodinâmicos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste estudo envolveu uma abordagem prática e direta para avaliar a eficiência do transporte pneumático de aparas de papel ondulado em uma fábrica de embalagens. Durante a terceira quinzena do estágio, foi possível observar e acompanhar um prestador de serviço especializado na medição das velocidades nas tubulações de vácuo, utilizando um tubo de Pitot, instrumento essencial na determinação da velocidade do escoamento do ar.

As medições foram realizadas em diversos pontos das tubulações, incluindo interseções e ramificações, com o intuito de analisar a uniformidade e a adequação da velocidade do ar no processo de transporte. Para possibilitar uma leitura precisa, pontos de acesso de 10 mm foram instalados nas tubulações, permitindo a inserção do tubo de Pitot do tipo Prandtl. A introdução do tubo era realizada até a zona de escoamento representativa, para garantir que os dados coletados fossem representativos do regime de fluxo do sistema. Em cada ponto de medição, a máquina associada ao processo foi temporariamente parada, com o objetivo de evitar que partículas em suspensão interferissem nas medições. A Figura 1 a seguir apresenta o diagrama de funcionamento do tubo de Pitot do tipo Prandtl.

Figura 5 - Tubo de Pitot tipo Prandtl



Fonte: Paim (2019)

O processo de medição incluiu várias etapas cruciais para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados. Inicialmente, foi necessário estabilizar o regime de vácuo nas tubulações antes de realizar as medições de pressões estática e total. Esses dados foram então convertidos em velocidades de escoamento utilizando a equação de Bernoulli, permitindo a análise detalhada do comportamento do fluxo. Adicionalmente, as condições operacionais, como temperatura e pressão ambiente, foram anotadas, garantindo que os resultados pudessem ser comparados em condições controladas.

Essa abordagem metodológica permitiu uma análise detalhada das condições operacionais do sistema de transporte pneumático de aparas de papel, fornecendo informações cruciais para a otimização dos processos da empresa. Além disso, as medições realizadas foram essenciais para a identificação de potenciais melhorias no desempenho do sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das medições realizadas nas tubulações de vácuo revelou que várias linhas operavam com velocidades superiores ao necessário para o processo de transporte pneumático das aparas de papel. A velocidade recomendada para a eficiência do sistema foi estabelecida em 13 m/s, levando em consideração as características do material transportado e os parâmetros operacionais do sistema. Foi identificado que em algumas linhas, as velocidades de escoamento excediam esse valor de referência, o que poderia indicar desperdício de energia e comprometer a eficiência do sistema.

Como medida corretiva, foi sugerido o ajuste das válvulas tipo guilhotina, as quais controlam o fluxo do ar nas tubulações. A abertura das válvulas pode ser regulada de forma a reduzir a velocidade do escoamento, mantendo os parâmetros dentro da faixa desejada e

contribuindo para a otimização do processo. Além disso, ajustes adequados nas válvulas podem melhorar a distribuição de pressão e, consequentemente, a uniformidade do fluxo nas diferentes seções do sistema.

A aplicação dos conceitos de mecânica dos fluidos durante as medições, como o perfil de velocidades, as perdas de carga e a relação entre a pressão dinâmica e a velocidade do escoamento, foi fundamental para o entendimento do comportamento do fluxo nas tubulações de vácuo. A análise dos dados permitiu identificar a necessidade de melhorias no sistema, como o ajuste de variáveis operacionais e a validação de cálculos relacionados à vazão e pressão do ar.

Outro ponto importante observado foi a relevância da padronização dos pontos de medição. Durante o processo de medição, a precisão dos dados foi garantida por meio de um rigoroso controle das condições de operação, como a estabilização do regime de vácuo e o registro sistemático dos parâmetros envolvidos. O bloqueio seguro das máquinas associadas ao processo também foi fundamental para evitar interferências, como partículas suspensas que poderiam alterar as medições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na Adami S.A. foi fundamental para o desenvolvimento profissional e acadêmico. A experiência prática proporcionada pelas atividades realizadas no setor de projetos permitiu aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso de Engenharia Mecânica, além de proporcionar uma visão realista sobre os desafios enfrentados no ambiente industrial. As atividades de conferência de medidas, análise de projetos, acompanhamento de segurança e participação em reuniões de planejamento de projetos foram de grande relevância para o aprendizado. As contribuições para os projetos da empresa evidenciaram a importância da precisão técnica, segurança operacional e do trabalho em equipe para a realização bem-sucedida dos projetos industriais.

REFERÊNCIAS

ADAMI UNIVERSO. Nossa Empresa. Disponível em: https://universo.adami.com.br/empresa/. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 1/2018, de 24 de janeiro de 2018. Consulta sobre estágio supervisionado na educação profissional. *Despacho do Ministro*, publicado no D.O.U. de 21 nov. 2018, Seção 1, p. 51. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81351-pceb001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 out. 2025.

NICOLAU, Vicente de Paulo; GÜTHS, Saulo. Medição de Velocidade de Escoamentos com o Tubo de Pitot. Florianópolis: Laboratório de Ciências Térmicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218454. Acesso em: 19 out. 2025.

OLIVEIRA, João Paulo. **Construção de um Tubo de Pitot: Medindo a Velocidade do Vento.** São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019. Disponível em: https://www.fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/1326/1075. Acesso em: 19 out. 2025.

PAIM, Lucas Santos. **Análise da influência da mudança do ângulo de pitch de tubo de Pitot Prandtl na medição de velocidade de ar em condutos**. [*s.l.*],25 out. 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/208921/Poster_64444.pdf?sequence=2 Acesso em: 28 out. 2025.

DESENVOLVIMENTO DE UMA MÁQUINA PRENSADORA HIDRÁULICA PARA FABRICAÇÃO DE ELOS DE ROSCA HELICOIDAL: PROJETO, DIMENSIONAMENTO E ANÁLISE DE DESEMPENHO DE UM SISTEMA PARA PRODUÇÃO DE ROSCAS TRANSPORTADORAS

Categoria: Práticas de Estágio

Nathan Straginski Dias[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – Este estudo desenvolvido durante o Estágio curricular supervisionado trata da criação de uma máquina prensadora hidráulica para a produção de elos de rosca helicoidal, que são usados na fabricação de roscas transportadoras empregadas em sistemas de transporte e dosagem de materiais a granel, como grãos, minérios e produtos industriais. O objetivo do projeto é melhorar o processo de conformação dos elos, assegurando maior precisão dimensional, repetibilidade e eficiência na produção. Para dimensionar o equipamento, levaram-se em conta a força de prensagem, o curso do cilindro hidráulico, a resistência dos materiais, o projeto estrutural e a análise dos esforços mecânicos nos componentes principais, como o conjunto de matriz e punção. A máquina foi concebida utilizando conceitos de mecânica dos fluidos, resistência dos materiais e sistemas hidráulicos industriais, empregando os princípios básicos da engenharia mecânica no desenvolvimento de equipamentos para conformação metálica. A proposta oferece uma opção de baixo custo e alta resistência, adequada para uso em pequenas e médias indústrias de produção de transportadores helicoidais. A pesquisa destaca a relevância de esforços mecânicos e da hidráulica na modernização dos processos de produção, o que resulta em maior produtividade, melhor qualidade das peças conformadas e maior segurança operacional.

Palavras-chave: Prensa hidráulica; rosca helicoidal; conformação metálica; engenharia mecânica; eficiência produtiva.

INTRODUÇÃO

Na Engenharia Mecânica, o progresso dos equipamentos industriais voltados para a conformação metálica tem recebido atenção. O desenvolvimento de uma máquina prensadora hidráulica para fabricar elos de rosca helicoidal representa uma solução inovadora, com possibilidades de uso em várias áreas da indústria. Chiaverini (2012) declara que o domínio dos

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

processos de conformação é essencial para o avanço tecnológico da indústria metalmecânica, pois influencia diretamente a performance e a durabilidade dos componentes produzidos.

A rosca helicoidal, também conhecida como rosca transportadora, é bastante utilizada em áreas como agricultura, alimentação, metalurgia e mineração, executando funções de transporte, mistura e dosagem de materiais a granel. Segundo o Senai (2018), esse tipo de componente é fundamental para os sistemas automatizados de movimentação de materiais, garantindo a eficácia dos processos industriais. A precisão geométrica e a resistência mecânica dos elos que compõem essas roscas são elementos cruciais para o desempenho eficiente dos equipamentos, o que torna essencial o uso de tecnologias adequadas de conformação metálica.

As prensas hidráulicas são comumente empregadas em processos de estampagem, corte, dobra e conformação de metais. Kalpakjian e Schmid (2014) ressaltam que a principal vantagem desses aparelhos está na habilidade de aplicar forças elevadas de forma controlada, assegurando a precisão dimensional e prolongando a vida útil das ferramentas. Groover (2015) complementa que os sistemas hidráulicos oferecem versatilidade, segurança e confiabilidade operacional, características que os tornam essenciais para as linhas de produção modernas e automatizadas.

O desafio que levou à criação deste projeto diz respeito à dificuldade que pequenas e médias indústrias têm para obter equipamentos de conformação metálica de alto desempenho, que normalmente só estão disponíveis em versões importadas e a preços elevados. Essa restrição tecnológica impacta diretamente a competitividade e a habilidade de inovação do setor (Kalpakjian; Schmid, 2014). Desse modo, a criação de uma máquina hidráulica nacional, que seja acessível e eficaz, surge como uma opção viável e estratégica.

O objetivo principal deste estudo é projetar e construir uma máquina prensadora hidráulica para fabricar elos de rosca helicoidal, com base nos princípios de resistência dos materiais, hidráulica e mecânica aplicada. Os principais objetivos específicos incluem a determinação do tamanho do sistema hidráulico, o cálculo estrutural dos componentes, a definição do conjunto de matriz e punção, e a avaliação do desempenho operacional do equipamento. Essa abordagem possibilita a combinação de conceitos teóricos e práticas experimentais essenciais para a formação do engenheiro mecânico.

METODOLOGIA

O auxílio no desenvolvimento da máquina prensadora hidráulica para a produção de elos de rosca helicoidal começou com uma demanda concreta identificada pela empresa DDA Usinagem Industrial, situada em Fraiburgo - SC. A empresa procurava uma solução personalizada para melhorar o processo de fabricação de roscas transportadoras. Com base nessa demanda, foi elencado como atividade a ser auxiliada durante o desenvolvimento do estágio, sendo que, o projeto foi organizado utilizando uma abordagem de pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental, visando converter uma necessidade prática em um produto funcional, de acordo com as fases metodológicas descritas a seguir.

A primeira fase envolveu a identificação e descrição da demanda industrial, utilizando reuniões técnicas com a supervisão do estágio e visitas à empresa requerente. Nesta etapa, foram coletadas informações sobre os tipos de elos fabricados, materiais empregados, dimensões

padrão e volume de produção. Esse estudo possibilitou a definição dos requisitos técnicos e funcionais do equipamento, como a força necessária para a conformação, curso útil, dimensões da estrutura e capacidade do sistema hidráulico.

Na segunda fase, foram conduzidos estudos teóricos e comparativos sobre diversos modelos de prensas hidráulicas disponíveis no mercado, visando entender os princípios de operação e encontrar soluções que se encaixassem no contexto do projeto. Sistemas de acionamento, métodos de conformação, dispositivos de segurança e parâmetros de desempenho foram analisados com base em referências técnicas da literatura de conformação mecânica.

Em seguida, começou o processo de auxílio no dimensionamento dos esforços mecânicos necessários para a conformação dos elos, com base nos princípios da resistência dos materiais e da mecânica aplicada. Essa fase incluiu cálculos relacionados à força de prensagem, área de atuação do pistão hidráulico, pressão operacional do sistema e tensões suportáveis nos componentes estruturais. Com base nessas informações, foi possível identificar os principais parâmetros de projeto necessários para garantir a segurança e a eficiência operacional.

Posteriormente, foram selecionados e cotados os componentes do sistema hidráulico, como bomba, válvulas, mangueiras e cilindros, levando em conta critérios de custo-benefício, disponibilidade no mercado nacional e adequação ao desempenho necessário. Esse procedimento visou garantir a viabilidade econômica e técnica do projeto, possibilitando a produção do equipamento com recursos acessíveis, sem comprometer sua robustez e precisão.

A próxima etapa envolveu a criação do modelo tridimensional da máquina com o uso do software SolidWorks, uma ferramenta bastante utilizada em projetos de engenharia mecânica. A utilização do ambiente CAD 3D permitiu a visualização do conjunto completo, a análise de possíveis interferências entre os componentes e a realização de ajustes geométricos, assegurando maior exatidão na fase de fabricação.

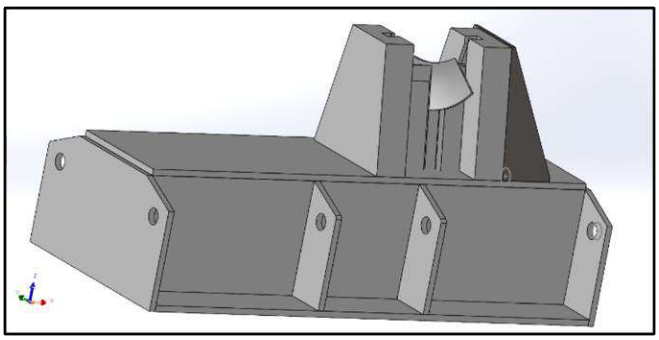
Finalmente, com o modelo 3D validado pela supervisão, foram criados os desenhos técnicos detalhados e a lista de materiais, que são fundamentais para a fabricação e montagem do equipamento no futuro. A documentação técnica, juntamente com os resultados dos cálculos e simulações, serve como fundamento para a criação do protótipo físico da prensa hidráulica. Assim, a metodologia empregada possibilitou a integração de teoria, prática e tecnologia, gerando um projeto aplicável e que atende às demandas produtivas reais da empresa DDA Usinagem Industrial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto da máquina prensadora hidráulica para produção de elos de rosca helicoidal evidenciaram a viabilidade técnica e financeira da proposta apresentada. Com base nos cálculos de dimensionamento realizados, foi possível estabelecer uma força de prensagem apropriada para o tipo de material empregado e para as dimensões dos elos fabricados pela DDA Usinagem Industrial, assegurando uma conformação eficaz e segura. A criação de um modelo tridimensional no SolidWorks possibilitou uma visualização detalhada da estrutura e do sistema hidráulico, o que permitiu fazer ajustes no

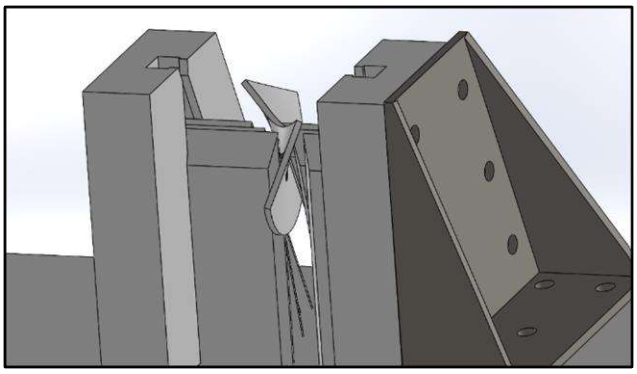
projeto antes de entrar na etapa de fabricação. Essa fase foi crucial para minimizar os riscos de erros na construção e aprimorar a montagem do equipamento, reforçando a relevância da utilização de ferramentas CAD no processo de engenharia de produto (Groover, 2015), conforme pode-se observar nas Figura 1 e Figura 2.

Figura 6 - Pré-Montagem de prensa.



Fonte: O Autor (2025).

Figura 7 - Dobra de elos.



Fonte: O Autor (2025).

Ademais, a avaliação dos componentes e das condições de operação mostrou que a máquina projetada cumpre os requisitos funcionais estabelecidos pela empresa, exibindo robustez, custo de fabricação reduzido e manutenção simples. A pesquisa comparativa de sistemas hidráulicos e o estudo de esforços mecânicos levaram à criação de um projeto equilibrado entre desempenho e economia. Isso demonstra o potencial de uso da máquina em pequenas e médias indústrias que precisam de equipamentos personalizados para conformação metálica. Além disso, o projeto ajuda a fortalecer a autonomia tecnológica do país ao empregar componentes disponíveis no mercado interno e aderir às normas de projeto mecânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da máquina prensadora hidráulica para a produção de elos de rosca helicoidal cumpriu os objetivos estabelecidos, oferecendo uma solução técnica viável e em sintonia com as demandas produtivas da empresa DDA Usinagem Industrial, localizada em

Fraiburgo-SC. O projeto incorporou princípios básicos de engenharia mecânica, resistência dos materiais e sistemas hidráulicos, gerando um equipamento econômico, de fácil operação e com manutenção simplificada. A utilização de instrumentos de modelagem 3D, como o SolidWorks, foi fundamental para a confirmação estrutural e funcional do projeto antes da produção, assegurando maior exatidão e credibilidade nos resultados alcançados.

Assim, além de cumprir seu papel como proposta de engenharia aplicada, este trabalho abre caminho para novas pesquisas e avanços tecnológicos focados na inovação e no fortalecimento da indústria metalmecânica do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colaboradores e gestores da DDA Usinagem Industrial, localizada em Fraiburgo-SC, pela confiança, colaboração e pela chance de auxiliar na realização deste projeto. A colaboração técnica e o suporte fornecido foram essenciais para a implementação prática dos conhecimentos de engenharia e para o êxito no desenvolvimento da máquina prensadora hidráulica.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2023. Disponível em: https://www.normasabnt.org/abnt-nbr-14724/. Acesso em: 25 out.

CHIAVERINI, Vicente. Fundamentos da Tecnologia Mecânica. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. Disponível em: https://kaiohdutra.files.wordpress.com/2012/10/vicente-chiaverini-tecnologia-mecc3a2nica-vol-iii-materiais-de-construc3a7c3a3o-mecc3a2nica.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

GROOVER, Mikell P. Fundamentals of Modern Manufacturing: Materials, Processes, and Systems. 6. ed. New York: Wiley, 2015. Disponível em: https://www.wiley.com/en-us/Fundamentals%2Bof%2BModern%2BManufacturing%3A%2BMaterials%2C%2BProcesses%2C%2Band%2BSystems%2C%2B6th%2BEdition-p-x000786957. Acesso em: 25 out. 2025.

KALPAKJIAN, S.; SCHMID, S. R. Manufacturing Engineering and Technology. 7. ed. Hoboken, NJ: Pearson, 2014. Disponível em: https://www.pearson.com/se/Nordics-Higher-Education/subject-catalogue/engineering/ManufacturingEngineering-and-Technology-7th-SI-Edition.html. Acesso em: 24 out. 2025.

SENAI. Tecnologia Mecânica: Processos de Fabricação. Brasília: SENAI/DN, 2018. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/390751766/19424881-Senai-Mecanica-Processos-de-fabricacao-pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

USINAGEM DE BLOCOS HIDRÁULICOS DURANTE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO EM EMPRESA METALMECÂNICA DE CAÇADOR-SC NO SETOR DE USINAGEM

Categoria: Práticas de Estágio

Nicole Carolina Cordeiro De Jesus[3]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[4]

Resumo – O estágio supervisionado foi realizado na empresa GMTR Máquinas e Equipamentos, localizada em Caçador-SC, no setor de usinagem, no período de 13/08/2025 a 04/11/2025. O foco principal para esse estudo foi acompanhar o processo de usinagem de blocos hidráulicos, com a utilização do centro de usinagem CNC, garantindo a precisão e repetibilidade das operações. Durante o estágio, foram executadas etapas como o desbaste, acabamento, furação e rosqueamento, com controle rigoroso das tolerâncias dimensionais e da qualidade superficial das peças. Os resultados mostraram alta conformidade com as especificações do projeto, evidenciando a eficiência dos parâmetros de corte e a qualidade do processo de usinagem. As medições indicaram que as peças estavam dentro das tolerâncias requeridas, atendendo aos requisitos do sistema hidráulico para o qual foram projetadas.

Palavras-chave: usinagem; blocos hidráulicos; centro CNC.

INTRODUÇÃO

Conforme Bianchi (2012), o estágio supervisionado corresponde a uma etapa fundamental da formação acadêmica, caracterizada pela aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Desenvolve-se em ambientes profissionais reais, sob a orientação de um responsável técnico na instituição concedente. Essa experiência possibilita a vivência das rotinas, processos e desafios inerentes à profissão, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais necessárias ao exercício profissional.

O estágio foi realizado na empresa do ramo metal mecânico denominada GMTR Máquinas e Equipamentos na cidade de Caçador no período de 13/08/2025 a 04/11/2025. O foco principal do estágio foi acompanhar processos envolvidos no setor de usinagem da empresa, iniciando em etapas como a conferência do material bruto até a peça finalizada pronta para a montagem.

O estudo concentrou-se na usinagem de um conjunto de 14 blocos hidráulicos empregados em diferentes equipamentos da empresa. A execução do processo favoreceu a

[3]Aluna do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

consolidação dos conteúdos do curso, ao articular fundamentos teóricos previamente estudados com a prática operacional no setor de usinagem.

O processo de usinagem constitui etapa central na engenharia mecânica, responsável pela conformação final de componentes por remoção controlada de material. A aplicação abrange operações como torneamento, fresamento, furação, retificação e rosqueamento, com impacto direto na precisão dimensional, na rugosidade superficial e na integridade metalúrgica das peças (Machado, 2015).

O desempenho do processo é determinado por parâmetros de corte, destacando-se a velocidade de corte, o avanço e a profundidade de usinagem, selecionados conforme o material da peça e da ferramenta, a rigidez do sistema máquina-ferramenta-dispositivo e o objetivo de qualidade. Fatores complementares, como geometria e revestimento da ferramenta, estratégia de refrigeração e lubrificação, e condições de fixação, influenciam a taxa de remoção de material, a vida útil da ferramenta e o custo por peça. A escolha adequada desses parâmetros viabiliza maior produtividade com controle de desgaste, minimização de vibrações e atendimento às tolerâncias especificadas em projeto (Pfeil, 2021).

METODOLOGIA

A usinagem dos blocos hidráulicos realizou-se em centro de usinagem CNC (Controle Numérico Computadorizado), assegurando alta precisão, repetibilidade e atendimento às especificações do desenho técnico. O processo iniciou com o corte do material bruto, empregando barra quadrada de alumínio de 76 mm. As peças foram cortadas em comprimentos adequados às operações subsequentes e fixadas no centro CNC com rigidez e alinhamento, garantindo estabilidade durante a usinagem.

Na primeira etapa, executou-se o desbaste das faces por meio de fresa apropriada ao alumínio. Ajustaram-se os parâmetros de corte, avanço, profundidade de passe e rotação conforme a resistência do material e as capacidades da máquina, otimizando a remoção de material e a obtenção das dimensões preliminares.

Concluído o desbaste, procedeu-se ao acabamento das superfícies com fresas de acabamento, sob controle rigoroso de tolerâncias dimensionais. Em sequência, realizaram-se as operações de furação e rosqueamento nos pontos especificados para a montagem. Utilizaram-se brocas de 6 mm e 8 mm com profundidades programadas conforme a estratégia de usinagem, monitorando-se a posição dos furos para assegurar conformidade ao desenho. Um exemplo de furação da peça pode ser observado na Figura, na qual é possível identificar o auxílio do fluido de corte durante o processo.

Figura 1 - Furação dos blocos hidráulicos

Fonte: O autor (2025).

Ao longo de todas as etapas, manteve-se controle de qualidade metrológico. Após cada operação, verificaram-se dimensões críticas como diâmetros de furos e acabamento superficial por meio de medições com paquímetros, registradas para comparação com os requisitos do projeto. As verificações confirmaram a aderência às especificações e a aptidão funcional dos blocos para o sistema hidráulico previsto

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos durante o processo de usinagem demonstraram elevada precisão dimensional e qualidade superficial adequada às exigências do sistema hidráulico. A utilização do centro de usinagem CNC possibilitou a padronização das etapas de desbaste e acabamento, reduzindo variações e garantindo a repetibilidade do processo. As tolerâncias dimensionais observadas permaneceram dentro dos limites estabelecidos no desenho técnico, confirmando a eficiência dos parâmetros de corte adotados.

As medições realizadas após cada operação indicaram conformidade entre as dimensões programadas e as medidas finais dos blocos. Os valores de rugosidade atingidos atenderam aos requisitos de vedação do sistema, demonstrando eficiência no controle de avanço e profundidade durante o acabamento. As operações de furação e rosqueamento apresentaram alinhamento preciso e boa integridade geométrica, evidenciando estabilidade no posicionamento das peças e no desempenho do equipamento utilizado.

O controle de qualidade aplicado em todas as etapas assegurou a confiabilidade dos resultados obtidos. As inspeções dimensionais, executadas com instrumentos de medição de precisão, validaram a adequação dos blocos às especificações técnicas. A conformidade dos parâmetros verificados confirmou a eficiência do processo de usinagem empregado, resultando

em componentes com desempenho satisfatório para aplicação no sistema hidráulico. Alguns dos blocos usinados podem ser vistos na Figura 2.

Figura 2 - Blocos Hidráulicos Prontos

Fonte: O autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio proporcionou a aplicação prática de conceitos teóricos aprendidos ao longo do curso de Engenharia Mecânica, permitindo uma experiência enriquecedora no setor de usinagem. A utilização do centro CNC demonstrou sua eficácia em processos de alta precisão e repetibilidade, fundamentais para garantir a qualidade das peças produzidas. Apesar dos bons resultados obtidos, é importante destacar que o processo de usinagem exige constante monitoramento dos parâmetros de corte, de forma a otimizar a produtividade sem comprometer a qualidade. Para futuras aplicações, sugere-se a implementação de novas tecnologias de controle de qualidade, como sensores de monitoramento em tempo real, para aprimorar ainda mais a precisão dos processos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à empresa GMTR Máquinas e Equipamentos e ao meu supervisor Jeferson Ribeiro pela oportunidade de realizar estágio na empresa, aos conhecimentos e ao acompanhamento durante esse período.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Anna Cecília de M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual De Orientação - Estágio Supervisionado. 4.ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. pág.10. ISBN 9788522114047. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114047/. Acesso em: 20 out. 2025.

MACHADO, Álisson R.; COELHO, Reginaldo T.; ABRÃO, Alexandre M. Teoria da usinagem de materiais. 3.ed. São Paulo: Editora Blucher, 2015. E-book. pág.19. ISBN 9788521208440. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521208440/. Acesso em: 24 de out. 2025.

PFEIL, Walter; PFEIL, Michele. Estruturas de Aço - Dimensionamento Prático. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9788521637974. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521637974/. Acesso em: 25 out. 2025.

APLICAÇÃO DE CONCEITOS DE ENGENHARIA MECÂNICA NA OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS

Categoria: Práticas de estágio

Silmar Zonta[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – Este trabalho apresenta a experiência de estágio curricular supervisionado realizado na Videplast (Videira–SC), empresa de embalagens plásticas flexíveis com processos de extrusão, impressão e acabamento. O objetivo foi aplicar conhecimentos da graduação no setor de Projetos para analisar o fluxo produtivo e propor melhorias de desempenho, qualidade e segurança. Como método, adotou-se observação direta no chão de fábrica, levantamento de dados de processo, análise de documentos e desenho de soluções em CAD, além de comparações simples entre alternativas de projeto e parâmetros de operação. Conclui-se que o estágio consolidou competências técnicas (diagnóstico de processo, projeto de soluções e comunicação técnica) e contribuiu para ganhos de organização e previsibilidade operacional, aproximando fundamentos acadêmicos das demandas práticas da indústria.

Palavras-chave: engenharia mecânica; estágio; projetos mecânicos; extrusão; embalagens plásticas flexíveis.

INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado, realizado na Videplast (Videira–SC), empresa do setor de embalagens plásticas flexíveis com processos integrados de extrusão, impressão e acabamento, constituiu oportunidade decisiva para integrar teoria e prática na formação em Engenharia Mecânica. Inserido no setor de Projetos, o trabalho possibilitou uma visão abrangente do fluxo fabril e das interações entre materiais, equipamentos e parâmetros de processo, favorecendo decisões orientadas à eficiência, qualidade e segurança. Segundo Prado (2012), experiência se justifica pela aplicação direta de conteúdos como mecânica dos materiais, resistência dos componentes, processos de fabricação e projeto de máquinas em situações reais, consolidando competências técnicas e profissionais.

Teve como objetivo aplicar conhecimentos da graduação na análise e no aprimoramento de processos ligados à extrusão e ao acabamento, compreender o funcionamento dos sistemas mecânicos envolvidos, analisar e propor melhorias de projeto e de processo, apoiar o planejamento e controle da produção e fortalecer a comunicação técnica e o trabalho em equipe. Dessa forma, o estágio contribuiu para a formação crítica e prática, aproximando fundamentos acadêmicos das demandas concretas da indústria.

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

O estágio curricular supervisionado foi desenvolvido na empresa Videplast, localizada em Videira, SC, no período de 21 de agosto a 15 de outubro de 2025, totalizando 40 dias de atividades presenciais no setor de Projetos. Esse setor é responsável por desenvolver e implementar soluções de engenharia voltadas à otimização de processos de extrusão, impressão e acabamento de embalagens plásticas flexíveis. A experiência teve caráter aplicado e observacional, permitindo ao estudante integrar a teoria aprendida na graduação em Engenharia Mecânica com as práticas industriais.

O método adotado baseou-se na observação direta das atividades técnicas realizadas pela equipe de engenharia, no acompanhamento de projetos mecânicos em andamento e na participação supervisionada em etapas de medição, modelagem e elaboração de soluções de melhoria. Todas as ações foram registradas em formato de diário de campo, o que possibilitou uma análise contínua do aprendizado e das situações vivenciadas.

Inicialmente, o estagiário passou por uma etapa de ambientação, conhecendo o funcionamento da empresa, os setores produtivos e as normas de segurança aplicadas ao ambiente industrial. Essa fase envolveu a observação do processo de criação de placas de identificação no software CorelDRAW, possibilitando compreender o fluxo de comunicação visual utilizado para padronização de equipamentos e sinalização.

A metodologia empregada envolveu também o registro fotográfico e descritivo das atividades, a análise comparativa de soluções técnicas propostas pela equipe de engenharia e a discussão dos resultados parciais com o orientador interno da empresa. Essa interação possibilitou a aplicação prática de conceitos teóricos como resistência dos materiais, processos de fabricação, controle dimensional e gestão de qualidade.

Por fim, todo o processo foi conduzido de forma supervisionada, com acompanhamento direto do engenheiro responsável e da professora orientadora da universidade. As observações, análises e registros realizados constituíram a base metodológica deste trabalho, que busca relatar a experiência prática e demonstrar a relação entre o conhecimento acadêmico e a aplicação profissional no contexto industrial da Videplast.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

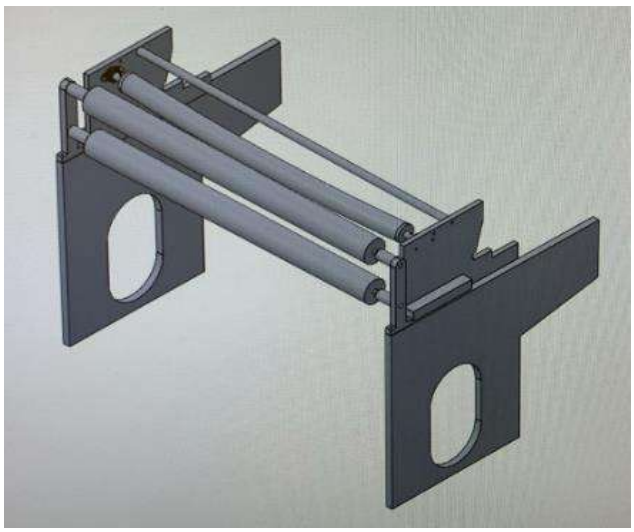
O estágio supervisionado realizado na empresa Videplast possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Engenharia Mecânica. A vivência no setor de Projetos permitiu compreender como o engenheiro atua na otimização de processos industriais, especialmente nas áreas de extrusão, impressão e acabamento de embalagens plásticas. Desde o início, foi possível observar a importância da padronização, da comunicação técnica e da segurança operacional, que sustentam a eficiência e a qualidade dos processos.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacaram-se as adaptações e melhorias em equipamentos, como os rolos curvos e rolos-banana, utilizados na extrusão e impressão. Essas modificações resultaram em maior estabilidade do material e redução de falhas no processo produtivo. Além disso, possibilitaram uma melhoria no controle de qualidade das embalagens,

garantindo maior uniformidade. Também se acompanhou o processo de medição e substituição do anel circular de suporte da extrusora, evidenciando a importância da análise dimensional e da escolha adequada de materiais para aumentar a durabilidade e reduzir custos de manutenção. Com essas ações, observou-se uma significativa diminuição nas paradas não programadas e um aumento na eficiência do processo.

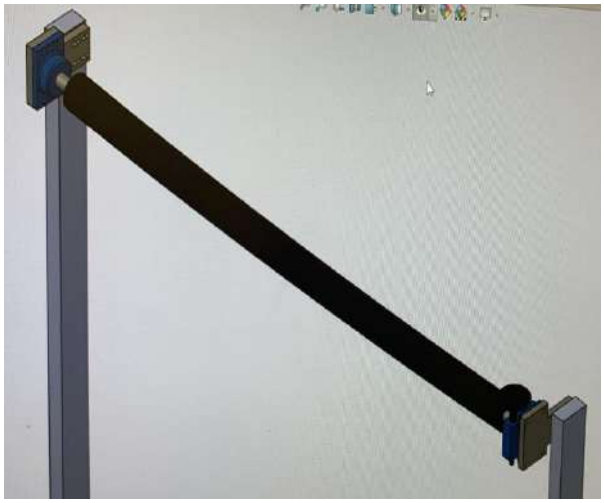
Nas Figuras 1 e 2 podemos observar a adaptação e desenvolvimento do projeto dos rolos curvos e rolos-banana

Figura 1 - Processo de adaptação do rolo curvo.



Fonte: Fotos autor (2025).

Figura 2 - Rolo-banana para a extrusora



Fonte: Fotos autor (2025).

As atividades de modelagem tridimensional em software CAD permitiram aprimorar habilidades técnicas e compreender as etapas de concepção e detalhamento de projetos mecânicos. Foram desenvolvidos e revisados modelos de equipamentos como peneiras vibratórias, cabeçotes e sistemas de tubulação. Além disso, foram projetados dispositivos

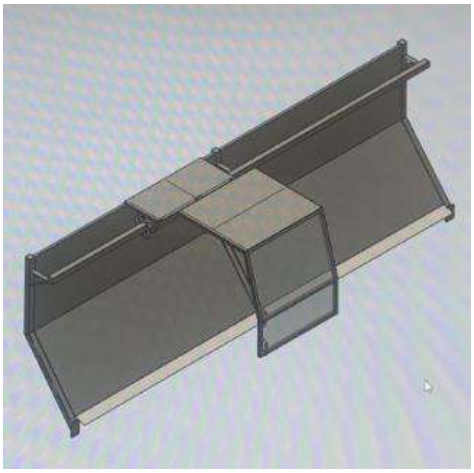
auxiliares, como o carro para elevação de bobinas e o púlpito de trabalho da extrusora, voltados à melhoria da ergonomia e da organização fabril, reforçando o papel da engenharia na busca por soluções práticas e funcionais.

Outra contribuição significativa foi o acompanhamento da fabricação do carro elevador de bobinas, conforme ilustrado na Figura 3, e das adequações de segurança em máquinas, como a instalação da proteção de torno, em conformidade com a NR- 12, conforme a Figura 4. Além disso, foi possível estudar processos específicos, como a soldagem manual e a operação das selecionadoras ópticas. Essas atividades evidenciaram a importância do controle rigoroso dos parâmetros operacionais, além da integração de sistemas automatizados, para garantir não apenas a qualidade e a precisão dos produtos, mas também a segurança no ambiente fabril. Tais experiências reforçam o impacto positivo da Indústria 4.0, ao proporcionar um ambiente mais eficiente, seguro e alinhado com as tendências tecnológicas da produção moderna.

Figura 3 - carro para elevar bobinas

Fonte: Fotos autor (2025).

Figura 4 - Desenvolvimento e adequação de NR12 para torno



Fonte: Fotos autor (2025).

Em paralelo às atividades de projeto, foi possível acompanhar o funcionamento e a manutenção de equipamentos de extrusão e acabamento, como soldadeiras manuais, microperfuradores de embalagens e selecionadoras ópticas, analisando parâmetros de operação, ajustes de temperatura, alinhamento e precisão dos sistemas. Essas observações permitiram compreender como pequenas modificações em componentes e regulagens influenciam diretamente a qualidade do produto final. Durante o estágio, o acadêmico participou da elaboração e revisão de projetos

3D em software de modelagem (CAD), acompanhando desde o desenvolvimento de layouts de extrusoras até o detalhamento de equipamentos como peneiras vibratórias, cabeçotes, trocas de tela e sistemas de tubulação. Essas atividades exigiram atenção à geometria das peças, às conexões e ao alinhamento dos componentes, proporcionando aprendizado sobre princípios de projeto mecânico e desenho técnico.

De modo geral, os resultados obtidos demonstram que o estágio proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais ao engenheiro mecânico, como análise crítica, tomada de decisão e trabalho em equipe. A experiência possibilitou compreender a integração entre teoria e prática, confirmando que a engenharia é um campo dinâmico, onde o conhecimento científico é aplicado para gerar melhorias concretas em produtividade, qualidade e sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular supervisionado realizado na Videplast representou uma etapa fundamental para a consolidação da formação em Engenharia Mecânica, proporcionando uma imersão real nas práticas industriais do setor de embalagens plásticas. A experiência permitiu compreender o funcionamento integrado dos processos de produção e evidenciou como a engenharia atua de forma estratégica na resolução de problemas e na busca por soluções que conciliam desempenho técnico, eficiência e sustentabilidade. O contato com diferentes projetos, tecnologias e profissionais da área contribuiu para ampliar a visão sobre as responsabilidades e desafios do engenheiro no ambiente corporativo.

Além do aprendizado técnico, o estágio proporcionou o desenvolvimento de competências interpessoais essenciais, como comunicação, trabalho em equipe e capacidade de adaptação a contextos complexos. Essa vivência reforçou a importância da observação crítica, da iniciativa e do compromisso com a melhoria contínua, valores indispensáveis à atuação profissional. Assim, o estágio não apenas consolidou conhecimentos adquiridos na graduação, mas também despertou uma postura proativa e analítica frente aos desafios da engenharia moderna, fortalecendo a preparação para futuras oportunidades na área industrial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 12 (NR- 12): Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Brasília, DF: MTE, 2023.

PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de Projetos. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. pág.3. ISBN 9788502133297. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502133297/. Acesso em: 12 ago. 2025.

VIDEPLAST. Nosso propósito. Disponível em: https://videplast.com.br/nossos- proposito/. Acesso em: 26 ago. 2025.

PROJETO E DETALHAMENTO DE UM MEZANINO METÁLICO ESTRUTURAL

Categoria: Práticas de Estágio

Victor Henrique Alves Batista[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – Este trabalho relata a experiência prática de estágio em Engenharia Mecânica, focada no desenvolvimento de um projeto completo de um mezanino metálico para uma empresa do setor metalmecânico. O objetivo principal foi aplicar os conhecimentos acadêmicos na criação de uma solução de engenharia para a otimização de espaço de armazenamento. A metodologia adotada incluiu o levantamento de requisitos com o cliente, o estudo e aplicação de normas técnicas (ABNT NBR 8800, NBR 6120 e NR 12), a modelagem tridimensional (CAD) no software Autodesk Inventor e a elaboração do memorial de cálculos para validação estrutural. Os resultados culminaram em um projeto executivo detalhado, apresentando uma solução com vigas treliçadas em aço ASTM A36, que otimizou a relação rigidez/peso, e um sistema de acesso (escada e guarda-corpos) em total conformidade com os padrões de segurança da NR 12. O projeto foi documentado em um pacote técnico contendo memorial, desenhos de fabricação e lista de materiais (BOM). Conclui-se que a atividade proporcionou uma valiosa conexão entre a teoria de engenharia e a prática industrial, consolidando competências em projeto, cálculo estrutural e normalização técnica.

Palavras-chave: projeto estrutural; mezanino; modelagem CAD; NBR 8800; relato de experiência.

INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado é o pilar que conecta o arcabouço teórico da Engenharia Mecânica, construído em disciplinas como Resistência dos Materiais e Elementos de Máquinas, com a dinâmica e os desafios reais do ambiente profissional. Esta imersão permite ao estudante não apenas observar, mas participar ativamente da solução de problemas de engenharia. Este Resumo expandido descreve uma dessas experiências: o projeto de um mezanino metálico desenvolvido integralmente durante o período de estágio em uma empresa de manutenção e fabricação metalmecânica.

A problematização surgiu de uma necessidade estratégica da empresa concedente: a otimização do espaço vertical da área comercial (loja) para a estocagem de materiais de baixo peso, como componentes e peças de reposição, que atualmente ocupam espaço útil no solo. A solução proposta foi a construção de um mezanino, e ao estagiário foi delegada a

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

responsabilidade de conduzir o projeto. A justificativa para este trabalho reside na relevância da atividade, que exigiu a aplicação direta de competências de engenharia em um projeto real, desde a concepção inicial, passando pela modelagem 3D e cálculo estrutural, até o detalhamento para fabricação.

O objetivo deste trabalho é, portanto, relatar e discutir as etapas metodológicas e os resultados técnicos obtidos no desenvolvimento deste projeto estrutural, demonstrando a correlação entre os fundamentos de engenharia e a tomada de decisão técnica em um contexto industrial.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência profissional, com abordagem de pesquisa-ação, onde o estagiário atuou diretamente na solução de um problema real da empresa. O projeto foi desenvolvido nas instalações da M.C. Equipamentos e Serviços, entre os dias 04 e 26 de setembro de 2025, seguindo um roteiro metodológico de engenharia de projeto. Os procedimentos foram divididos em cinco fases principais:

Briefing e Levantamento de Requisitos: Reunião com o gestor da empresa para definir o escopo, a área de instalação, a altura do pé-direito e a estimativa de carga de uso (materiais leves).

Pesquisa e Estudo Normativo: Consulta e análise da legislação e das normas técnicas aplicáveis, com foco na ABNT NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço), ABNT NBR 6120 (Ações para o cálculo de estruturas) e NR 12 (Segurança em meios de acesso).

Concepção e Modelagem 3D: Utilização do software Autodesk Inventor para a modelagem paramétrica tridimensional da estrutura, incluindo pilares, vigas, escada e guarda-corpos.

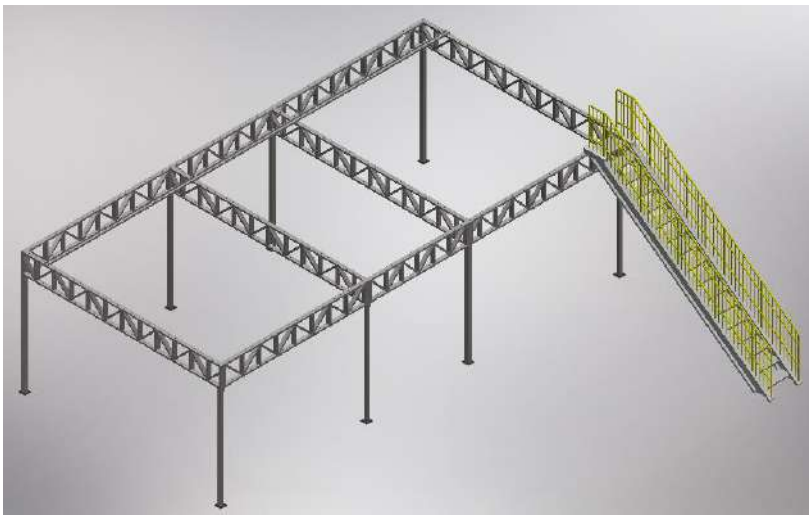
Análise e Validação: Elaboração do memorial de cálculos para o dimensionamento e validação de todos os componentes estruturais, verificando a resistência à flexão, cisalhamento e a flambagem dos pilares.

Detalhamento e Documentação: Geração dos desenhos técnicos de fabricação, detalhamento de conexões e soldas, e criação da lista de materiais (Bill of Materials - BOM).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação da metodologia resultou em um projeto executivo completo para um mezanino metálico. A concepção inicial, que previa o uso de perfis de alma cheia (Vigas U), foi refinada durante o processo de engenharia. A principal decisão técnica foi a substituição destes perfis por vigas treliçadas para as longarinas principais. Esta escolha, visível na Figura 01 a seguir, otimizou a relação rigidez/peso da estrutura, vencendo os vãos necessários com maior eficiência e menor consumo de material (Aço ASTM A36).

Figura 01 - Montagem inicial do mezanino



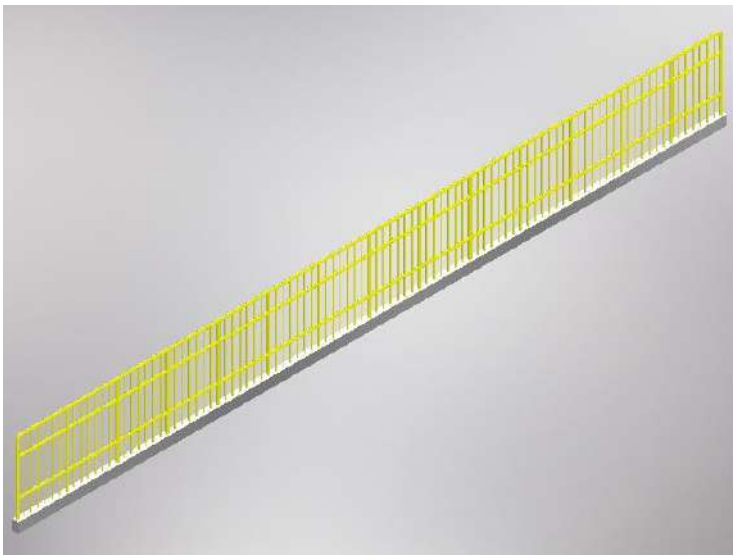
Fonte: Autoria própria (2025)

Um dos focos centrais do projeto foi a segurança, em conformidade com a NR 12. A escada de acesso, Figura 02, foi projetada com um patamar de descanso e dimensionada para garantir ergonomia na inclinação e na profundidade dos degraus. O sistema de guarda-corpo, tanto da escada quanto da plataforma, Figura 03, foi detalhado para incluir corrimão, travessão intermediário e rodapé, elementos obrigatórios para a prevenção de quedas de pessoas e objetos.

Figura 02 - Modelo da escada conforme NR-12

Fonte: Autoria própria (2025)

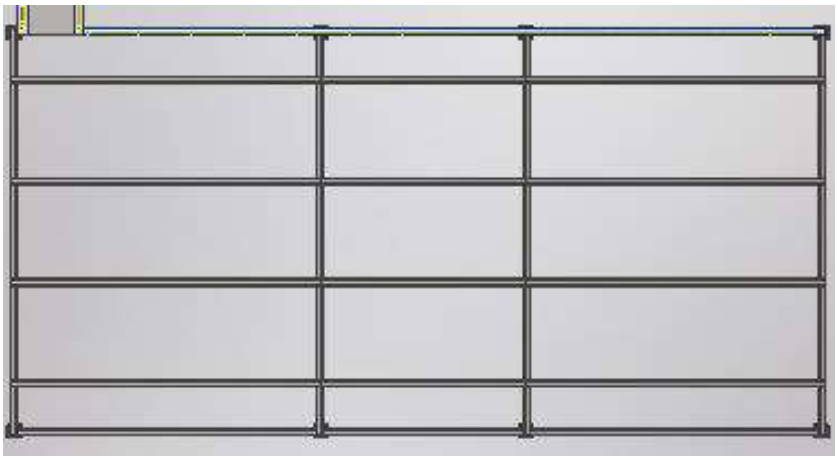
Figura 03 - Modelo do guarda corpo conforme NR-12



Fonte: Autoria própria (2025)

Durante a fase de detalhamento, o modelo 3D permitiu a análise de pontos críticos, como as conexões estruturais. Foram projetadas as juntas entre as vigas treliçadas e os pilares. Verificou-se também a necessidade de adicionar terças (vigas secundárias) para suportar adequadamente o piso de chapa xadrez antiderrapante, reduzindo o vão livre da chapa, representado nas Figura 04.

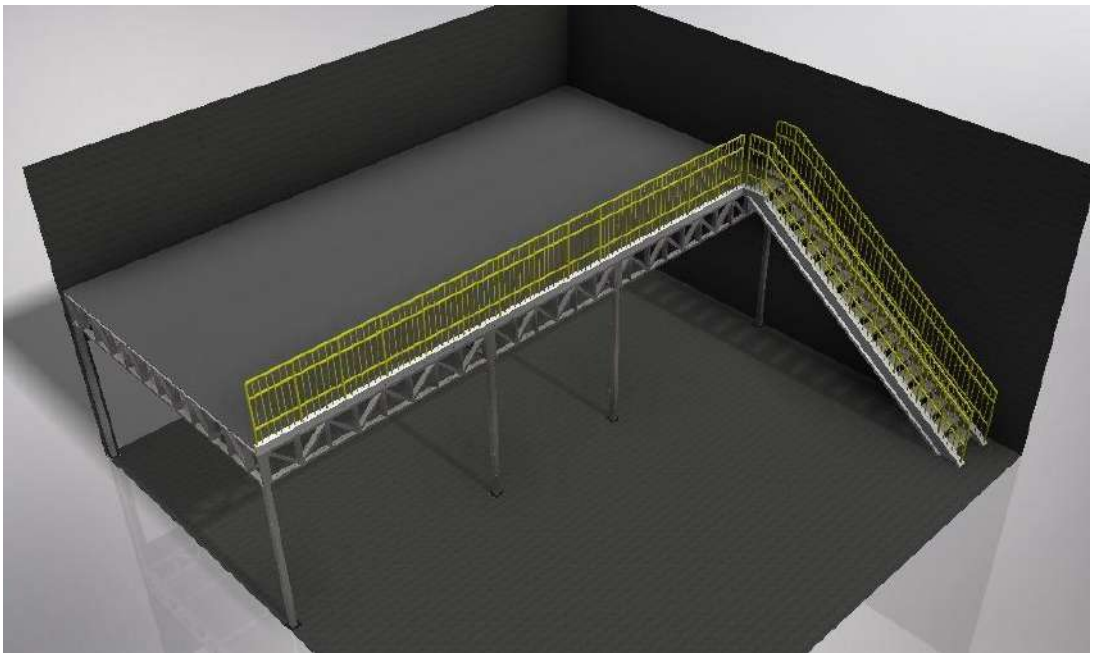
Figura 04 - Esquema de malhas das terças



Fonte: Autoria própria (2025)

O resultado final do projeto, conforme a Figura 05 a seguir, não foi apenas a estrutura em si, mas o pacote de documentação técnica, que inclui o Memorial de Cálculos validando a estrutura conforme a NBR 8800, a lista de materiais (BOM) e os desenhos de fabricação, permitindo que a empresa execute a obra com precisão e segurança.

Figura 05 - Representação final do projeto



Fonte: Autoria própria (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto do mezanino metálico permitiu atingir o objetivo de aplicar na prática os conhecimentos teóricos da Engenharia Mecânica. A experiência foi fundamental para consolidar o aprendizado em análise estrutural, seleção de materiais e, principalmente, na aplicação rigorosa de normas técnicas de projeto (ABNT NBR 8800) e segurança (NR 12).

O projeto forneceu à empresa uma solução de engenharia completa, validada por cálculo e documentada para fabricação, resolvendo a demanda de otimização de espaço. A principal limitação da experiência foi o acompanhamento apenas da fase inicial da fabricação (soldagem dos pilares), não abrangendo a montagem final da estrutura. Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se o acompanhamento da fabricação e montagem, realizando uma análise comparativa entre o custo e o tempo previstos no projeto e os custos e tempos reais da execução.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à empresa M.C. Equipamentos e Serviços pela oportunidade e ao supervisor Marciano Carvalho pelo apoio técnico.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6120:2019 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações.** Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8800:2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios.** Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12): Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.** Brasília, DF: MTE, 2023.

SHIGLEY, Joseph Edward; MISCHKE, Charles R.; BUDYNAS, Richard G. **Projeto de Engenharia Mecânica.** 10. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

ZEID, Ibrahim. **CAD/CAM: Theory and Practice.** 2. ed. Boston: McGraw-Hill, 2011.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** *Lex: coletânea de legislação: edição federal*, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA EMPRESA DE SANEAMENTO DE CAÇADOR SC

Categoria: Práticas de Estágio

Vinicius Rodrigues De Souza[1]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[2]

Resumo – O estágio supervisionado foi desenvolvido na empresa BRK Ambiental, no município de Caçador, Santa Catarina, com foco nas atividades de projetos e acompanhamento de obras relacionadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário. O objetivo consistiu em compreender a aplicação prática dos conhecimentos teóricos da engenharia, observando o processo de elaboração, análise e execução de projetos de infraestrutura. A metodologia adotada baseou-se na observação técnica e no acompanhamento das etapas construtivas em campo, permitindo o registro e a análise das práticas executivas. Os resultados demonstraram a importância do planejamento e do controle de cronogramas para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Verificou-se que a integração entre os setores de projeto e execução é essencial para reduzir falhas e assegurar o cumprimento dos padrões técnicos estabelecidos. A experiência proporcionou aprimoramento técnico e maior entendimento sobre os processos que envolvem a gestão de obras e projetos, no âmbito do desenvolvimento de sistemas sanitário, voltados para a área da engenharia como um todo. Concluiu-se que o estágio atingiu os objetivos propostos, contribuindo para a formação profissional e para o entendimento prático das etapas que compõem o ciclo de um projeto de saneamento.

Palavras-chave: projetos. acompanhamento de obras. saneamento. infraestrutura urbana. engenharia.

INTRODUÇÃO

O saneamento básico é um elemento essencial para o desenvolvimento urbano e para a promoção da saúde pública, representando um dos principais indicadores de qualidade de vida da população. A ampliação e a modernização das redes de esgotamento sanitário são etapas indispensáveis para o alcance da sustentabilidade nas cidades, reduzindo impactos ambientais e assegurando condições adequadas de habitação e infraestrutura (ABNT, 2020; BRK Ambiental, 2023).

A empresa BRK Ambiental, responsável pelos serviços de saneamento no município de Caçador, em Santa Catarina, desempenha papel significativo na execução de projetos voltados à universalização do acesso ao esgoto tratado. As obras desenvolvidas no Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) envolvem planejamento técnico detalhado, controle de qualidade e observância

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o que garante a conformidade das redes coletoras e a eficiência operacional do sistema (BRK Ambiental, 2019; Saneago, 2023).

O estágio supervisionado realizado na BRK Ambiental proporcionou vivência prática nas etapas de elaboração, acompanhamento e verificação de projetos de engenharia aplicados ao SES. As atividades contemplaram desde a análise de plantas e memoriais descritivos até o monitoramento de obras de campo, com observação direta das etapas de instalação, recomposição de pavimentos e adequação das estruturas de drenagem. Essa experiência contribuiu para o entendimento dos processos de planejamento e execução de obras, destacando a importância da integração entre as áreas técnicas e operacionais (DNIT, 2024; Silva; Morais; Barboza, 2021).

A atuação no setor de projetos também evidenciou a necessidade de gestão eficiente do cronograma e de monitoramento constante das etapas construtivas. A aplicação de metodologias de gerenciamento, como as apresentadas no Guia PMBOK e em manuais de controle de cronogramas, permite o alinhamento entre prazos, recursos e metas estabelecidas (Picinini; Dias, 2022; Targino, 2025; Patah, 2023).

O objetivo deste trabalho é relatar e analisar as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado na BRK Ambiental, com ênfase nas ações voltadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Caçador. Busca-se evidenciar o papel do acompanhamento técnico e da gestão de projetos como instrumentos fundamentais para assegurar a qualidade das obras e a melhoria contínua dos serviços de saneamento.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se no acompanhamento sistemático das atividades conduzidas pela equipe de engenharia da empresa BRK Ambiental, localizada no município de Caçador, Santa Catarina. O estágio supervisionado ocorreu no setor de projetos, com ênfase nas atividades voltadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), abrangendo o período de realização das obras e o monitoramento técnico dos serviços executados.

As ações desenvolvidas compreenderam a observação direta das etapas de elaboração, revisão e interpretação de projetos de engenharia, além do suporte nas tarefas de planejamento e acompanhamento de obras. As atividades foram registradas por meio de anotações, relatórios internos e análises técnicas que permitiram compreender a aplicação prática dos conceitos teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica.

O método utilizado consistiu na observação participante, em que o estagiário acompanhou rotinas de campo e de escritório, colaborando na verificação da conformidade dos serviços, controle de prazos e registro do progresso das obras. Esse acompanhamento possibilitou identificar a integração entre as etapas de concepção e execução de projetos, observando-se os padrões técnicos e normativos aplicáveis ao SES.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades desenvolvidas no estágio supervisionado no setor de projetos da BRK Ambiental possibilitaram a observação detalhada das etapas de concepção e execução das obras vinculadas ao Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Caçador. A participação no processo de análise e revisão de projetos permitiu compreender os critérios técnicos empregados no dimensionamento das redes coletoras, ramais e ligações domiciliares, considerando aspectos topográficos, hidráulicos e construtivos. Durante o acompanhamento das obras, foi possível observar a aplicação prática dos projetos elaborados, verificando-se a compatibilidade entre os desenhos técnicos e as condições reais do terreno. As visitas a campo possibilitaram a avaliação da execução de valas, assentamento de tubulações, recomposição de pavimentos e implantação de poços de visita, elementos fundamentais para a funcionalidade do sistema. O contato direto com as etapas construtivas favoreceu a consolidação do conhecimento sobre técnicas de projeto, assegurando a integridade das vias e o cumprimento dos padrões de qualidade definidos pela empresa. Conforme modelo de projeto apresentado na Figura 1.

Figura 8 – Auxílio no projeto executivo de implantação do SES.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O acompanhamento das equipes de campo (Figura 2) a seguir também possibilitou a identificação de desafios comuns em obras de infraestrutura urbana, como a interferência com redes existentes, variações no tipo de solo e necessidade de ajustes no traçado. Essas situações exigem comunicação constante entre os setores de projeto e execução, demonstrando a importância do trabalho colaborativo para evitar retrabalhos e garantir a eficiência operacional.

Figura 9 – Acompanhamento de execução de obras de implantação de rede coletora.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A comparação entre o conteúdo dos projetos e o progresso físico das obras evidenciou a relevância do planejamento técnico e do controle de cronogramas para o sucesso dos empreendimentos. O uso de metodologias de gestão de projetos e de acompanhamento de desempenho contribui para a redução de falhas, o cumprimento de prazos e a otimização dos recursos empregados.

A experiência prática proporcionada pelo estágio permitiu compreender que o desenvolvimento de projetos de engenharia voltados ao saneamento requer precisão técnica, integração interdisciplinar e rigor no acompanhamento das etapas executivas. A correlação entre teoria e prática demonstrou que a qualidade dos resultados está diretamente associada à eficiência da comunicação entre projetistas, engenheiros de campo e equipes operacionais, refletindo no desempenho global do sistema de esgotamento sanitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de consolidar conhecimentos em projetos e acompanhamento de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário foi atingido. As atividades permitiram verificar coerência entre escopo projetado e execução em campo, com ganhos em leitura de projetos, compatibilização técnico-executiva, controle de prazos e verificação de conformidade.

As principais limitações envolveram interferências de redes existentes, condições geotécnicas variáveis e ajustes pontuais de traçado. Recomenda-se intensificar o monitoramento de desempenho, registrar lições aprendidas em repositório padronizado e aprimorar procedimentos executivos para elevar eficiência, previsibilidade e robustez nas próximas frentes do SES.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento é direcionado à empresa BRK Ambiental pelo apoio e pela oportunidade de realização das atividades de estágio, que contribuíram para o desenvolvimento técnico e profissional no setor de projetos e acompanhamento de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9649: Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Guia de gerenciamento de riscos em empreendimentos. Brasília: DNIT, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/instrucao-normativa/2024/in-9-2024-direx-anexo.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

BRK AMBIENTAL. BRK Ambiental assume serviços de saneamento em Caçador (SC). brkambiental.com.br. [S. l.]: BRK Ambiental, 2019. Disponível em: https://www.brkambiental.com.br/brk-ambiental-assume-servicos-de-saneamento-em-cacador. Acesso em: 19 out. 2025.

BRK AMBIENTAL. Relatório ESG 2023: propósito, missão, visão e valores. brkambiental.com.br. [S. l.]: BRK Ambiental, 2023. Disponível em: https://brkambiental.com.br/storage/rebranding/relatorio-de-sustentabilidade/brk-ra-2023-port-vf-alta.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

PATAH, Leandro Alves. A gestão de projetos vista como sistemas não lineares complexos e dinâmicos de forma adaptativa e híbrida. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2023. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/leandroalvespatah_a_gestao_de_projetos_vistos_como_sistemas_nao_lineares_complexos_e_dinamicos_de_forma_adaptativa_e_hibrida.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

PICININI, E. F.; DIAS, T. Gerenciamento do cronograma de projetos como fator de sucesso para sua execução: estudo de caso em uma empresa de calçados no Vale do Paranhana/RS. Revista de Administração Faccat, 2022. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/2453/1539. Acesso em: 19 out. 2025.

SANEAGO – Saneamento de Goiás S.A. Manual de projetos: redes coletoras de esgoto e coletores-tronco. Goiânia: SANEAGO, 2023. Disponível em: https://saneago.com.br/2023/arquivos/manual-projetos/05-PROJETOS-HIDRAULICOS-SES/IT00.0723-05.01-Redes-Coletoras-de-Esgoto-e-Coletores-Tronco.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

SILVA, Cícera Adailza Mourão da; MORAIS, João Marcos Pereira de; BARBOZA, Eliezio Nascimento. Gestão da qualidade na construção civil: análise do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat em Juazeiro do Norte, Ceará. *Research, Society and*

Development, v. 10, n. 3, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/download/4962/4500. Acesso em: 19 out. 2025.

TARGINO, Brendha Truta. **Elaboração da estrutura analítica do projeto (EAP) com ênfase nas diretrizes do Guia PMBOK: estudo de caso em uma distribuidora no Estado da Paraíba**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal da Paraíba, Paraíba, 2025. Disponível em: https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/4327.Acesso em: 19 out. 2025.

DIMENSIONAMENTO TÉRMICO DE UM TROCADOR DE CALOR PARA O PROCESSO DE DESTILAÇÃO

Categoria: Projeto Integrador

João Henrique Tonieto Tortato[1]
Marco Antônio Di Domenico[2]
William Miguel Berezanski[3]
Zair Fernandes Abrão[4]
Salmo Mardegan[5]

Resumo – O desenvolvimento de projetos de engenharia exige a análise integrada de materiais, cálculos e parâmetros operacionais, visando garantir funcionalidade, eficiência e segurança. No dimensionamento térmico de sistemas de destilação, é essencial assegurar que o processo ocorra com o máximo aproveitamento energético e controle térmico adequado. Esse dimensionamento envolve a determinação da transferência de calor necessária para as etapas de vaporização e condensação dos gases, considerando fatores como temperatura de ebulição, pressão e propriedades termofísicas dos fluidos envolvidos. O destilador, construído em aço inoxidável, foi selecionado devido à sua elevada resistência à corrosão, estabilidade em altas temperaturas e longa vida útil, assegurando desempenho térmico e qualidade no produto final.

Palavras-chave: destilação; transferência de calor; termodinâmica; aço inoxidável.

INTRODUÇÃO

A concepção de trocadores de calor aplicados a destiladores artesanais envolve a integração de fundamentos de termodinâmica e transferência de calor com requisitos específicos do processo de destilação de bebidas. É essencial dimensionar corretamente não apenas a etapa de aquecimento do mosto ou vinho-base até a vaporização dos componentes desejados, mas também a secundária de condensação dos vapores. Tal esquema exige a consideração de fatores como diferença de temperatura (ΔT), propriedades termofísicas dos fluidos, regime de escoamento e coeficiente global de transferência de calor (U), de modo a maximizar a eficiência energética e garantir o controle térmico adequado do processo. (NASCIMENTO et al, 1998)

Nesse contexto, a seleção dos materiais e configurações construtivas assume papel crítico. A adoção de aço inoxidável para o corpo do alambique e de cobre para a serpentina ou condensador é prática comum, pois o aço inox oferece excelente resistência à corrosão e compatibilidade alimentar, enquanto o cobre proporciona elevada condutividade térmica,

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

favorecendo a transferência de calor. O condensador representa componente determinante na eficiência final da coluna ou alambique artesanal, sendo muitas vezes fabricado segundo normas e práticas de engenharia, como os trocadores de paredes e tubos ou serpentinas imersas. (SERAFIM, 2012)

Além dos fundamentos clássicos de dimensionamento, é imprescindível considerar as perdas térmicas e a eficiência energética em instalações artesanais de destilação. Estudos apontam que a implementação de sistemas de recuperação de calor pode reduzir significativamente a carga energética total de pequenas destilarias, tanto em termos de combustível quanto de água de resfriamento. Por exemplo, uma investigação aplicada em microdestilarias demonstrou que a utilização de trocadores de calor para recuperação de calor residual permitiu reduções de até 23% nas emissões de CO_2 e foco relevante em economia de água e energia. Esse tipo de abordagem ressalta a necessidade de projetar o trocador não apenas com base na carga térmica imediata, mas também conforme a integração do processo global, minimizando "efeitos de segundo plano" como aquecimento de utilidades e resfriamento de retorno. (MARSARO e GUIMARÃES, 2007)

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido como uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, através de estudo bibliográfico, com o objetivo de dimensionar e projetar um trocador de calor para processo de destilação. A metodologia inclui a definição dos requisitos operacionais do sistema como volume de mosto a ser aquecido, temperatura de ebulição do álcool, pressão de operação e vazão de vapor gerado para posterior determinação da carga térmica necessária ao aquecimento e vaporização do fluido.

O projeto do trocador de calor levou em consideração as propriedades termofísicas do álcool e da mistura hidroalcoólica, tais como calor específico, temperatura de transição de fase e entalpia de vaporização. Para a etapa de condensação, foram analisados o coeficiente global de transferência de calor, o regime de escoamento no interior do tubo serpentinado, o gradiente térmico entre o vapor e a água de resfriamento e a geometria da serpentina, buscando maximizar a eficiência térmica e minimizar perdas energéticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O destilador é um equipamento cuja finalidade é separar componentes de uma mistura por meio de transferência de calor e condensação. Neste trabalho, o equipamento foi projetado em Aço Inoxidável 304, selecionado por sua resistência à corrosão, facilidade de limpeza e compatibilidade com alimentos, garantindo a segurança e a pureza do produto final. A capacidade determinada para o volume de mosto foi de 30 litros. Adicionado fator de segurança sobre o volume e também a disponibilidade do material para a fabricação, o destilador possui formato cilíndrico, com diâmetro da base e da tampa de 370 mm e altura total de 380 mm. Tanto a base quanto a tampa terão espessura de 6,35 mm, assegurando robustez e segurança durante o processo de aquecimento.

O mosto de maçã foi o insumo selecionado para posterior destilação ao aquecimento controlado até a vaporização dos componentes voláteis, principalmente o álcool. Após a

vaporização ocorre a condensação no trocador de calor, constituído de tubo de cobre em formato de serpentina, com diâmetro de ⅜" e comprimento de 7 m, imersa em um tubo resfriador com circulação de água mantida por uma bomba, garantindo a eficiência do resfriamento e a condensação adequada do destilado. A tampa do destilador possui um termômetro, permitindo o monitoramento contínuo da temperatura do vapor, essencial para separar frações indesejadas e otimizar a qualidade do destilado. Além disso, há uma conexão específica entre a tampa e a serpentina, assegurando a passagem segura do vapor para o resfriador.

As juntas e conexões foram especificadas para montagem por meio de soldagem TIG (GTAW), processo que proporciona cordões limpos e sem contaminação, atendendo aos padrões sanitários exigidos para equipamentos de alimentos e bebidas. O acabamento superficial foi definido com polimento interno grau sanitário (Ra ≤ 0,8 µm), a fim de reduzir a aderência de resíduos e facilitar a limpeza CIP (Clean In Place). Para o controle de temperatura foi inserido da tampa um termômetro com haste traseira para contato com o mosto.

No desenvolvimento do projeto foi utilizado o software Autodesk Inventor ® para elaboração do modelo 3D do equipamento, conforme Figura 1, assim facilitando a compreensão do equipamento.

Figura 1: Montagem do Destilador

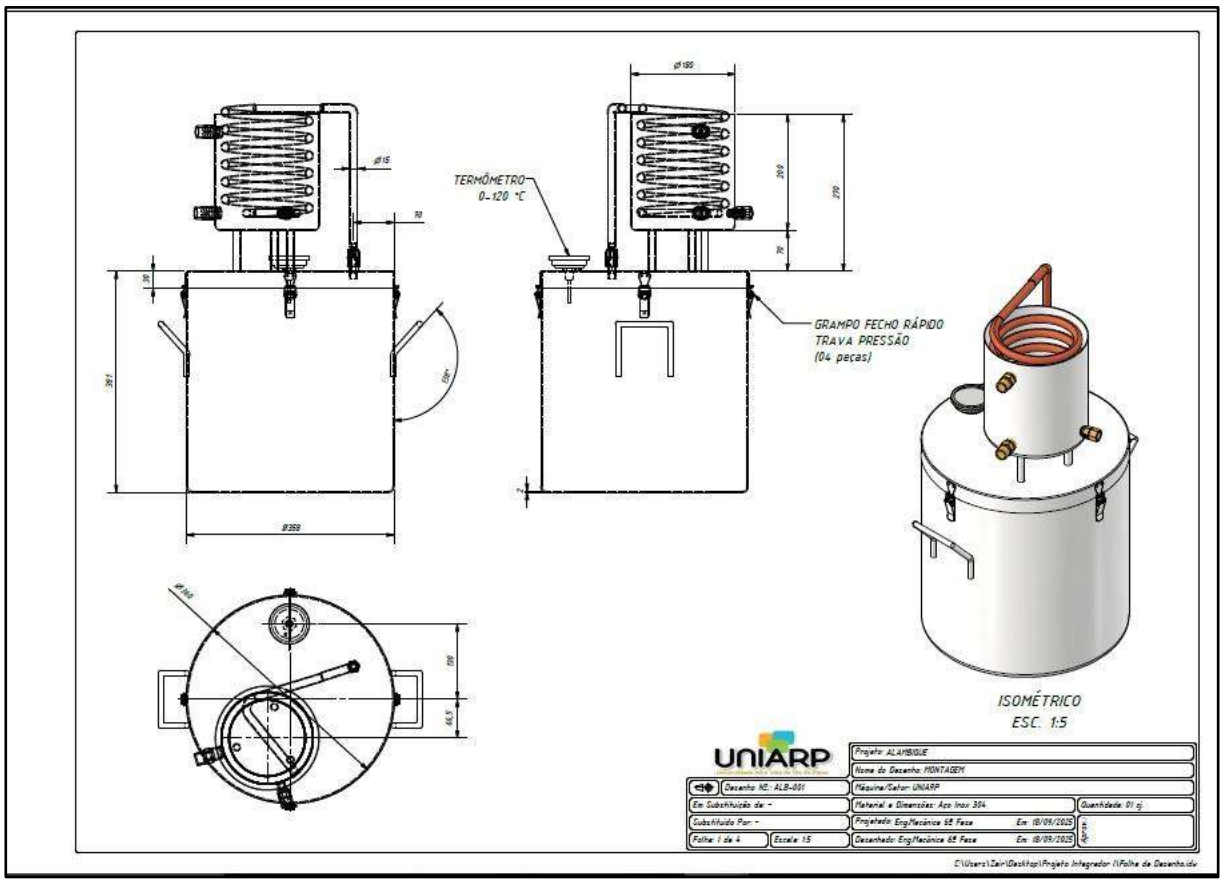
Fonte: Os Autores 2025

Finalizado o dimensionamento e a modelagem 3D, foram elaborados os desenhos de detalhamento técnico do projeto, contemplando todos os elementos necessários para a

fabricação das peças e a montagem do equipamento. Os desenhos incluem vistas ortogonais, cortes e seções, além de representações isométricas que auxiliam na visualização tridimensional do conjunto. As cotas funcionais, geométricas e de montagem foram estabelecidas conforme os requisitos de projeto, assegurando a precisão dimensional e a intercambialidade dos componentes.

O detalhamento seguiu rigorosamente as normas da ABNT NBR 8403, referentes à indicação de tolerâncias dimensionais e geométricas, e da NBR ISO 2768, que define as classes gerais de tolerância. Também foram aplicadas convenções gráficas padronizadas para a representação de soldas, rugosidades superficiais e ajustes de acoplamento mecânico, garantindo a conformidade do produto com os critérios de qualidade e desempenho exigidos. Dessa forma, o conjunto de desenhos gerados serve como base documental para as etapas subsequentes de fabricação, inspeção e montagem final do equipamento. A Figura 2 apresenta uma folha de desenho com detalhamento da montagem:

Figura 2: Detalhamento de Montagem



Fonte: Os Autores 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do destilador de aço inox 304, além de possibilitar a fabricação segura de bebidas artesanais a partir de mostos de frutas como a maçã, traz benefícios para a sociedade ao incentivar a educação e capacitação de pequenos produtores, promover o aproveitamento de subprodutos agrícolas e fortalecer cadeias produtivas locais.O projeto, desenvolvido com base em princípios de transferência de calor e termodinâmica, assegura uma adequada relação entre volume útil, potência térmica e capacidade de condensação, resultando em um equipamento funcional, de fácil operação e com elevado rendimento energético. A utilização do cobre na serpentina condensadora contribuiu significativamente para a eficiência térmica do sistema, otimizando o processo de condensação dos vapores alcoólicos e garantindo a qualidade final do destilado. A modelagem 3D e o detalhamento técnico realizados no software Autodesk Inventor® proporcionaram uma visualização fiel do equipamento e facilitaram a verificação de interferências, o planejamento da fabricação O equipamento, testado farmacologicamente quanto à liberação de impurezas, serve como referência em segurança alimentar e pode ser utilizado como ferramenta para difundir boas práticas de produção artesanal, além de estimular a inovação tecnológica e a valorização de produtos regionais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural e sustentável das comunidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 2768-1: tolerâncias gerais: parte 1: tolerâncias para dimensões lineares e angulares sem indicação de tolerância individual. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8403: aplicação de linhas em desenhos: tipos de linhas: larguras das linhas: procedimento. Rio de Janeiro, 1984.

INCROPERA, Frank e DEWITT, David. Fundamentos da Transferência de Calor e Massa. 6. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MARSARO, G.C.S.; GUIMARÃES, C.P. Avaliação da viabilidade de reutilização da água de refrigeração dos destiladores para lavagem de pipetas. In: I Simpósio de Recursos Hídricos do Norte e Centro-Oeste. 2007.

NASCIMENTO, R. F.; CARDOSO, D. R.; LIMA NETO, B. S.; FRANCO, D. W. FARIAS, J. B. Influência do material do alambique na composição química das aguardentes de cana-de-açúcar. Química Nova, São Carlos, nov. 1998

SERAFIM, F. A. T. *et al*. Comparação do perfil químico entre cachaças de um mesmo vinho destiladas em alambiques e em colunas. Química Nova, v. 35, n. 7, p. 1412 - 1416, 2012

GARANTIA DE CONFORMIDADE ENTRE ETIQUETA PAINEL E ETIQUETA SERIAL

Categoria: Projetos Extensionistas

Marco Aurelio de Farias[1]
Gabriel Henrique Da Ré[2]
Pedro Henrique Tragancin dos Santos[3]
Pedro Jair Ramos Filho[4]
Mayne Francieli Gonçalves Portugal[5]

Resumo – A Wanke é uma empresa brasileira de referência na fabricação de máquinas de lavar roupas, além de outros eletrodomésticos, como centrífugas e secadoras. Com o propósito de fortalecer a conexão entre a academia e a indústria, foi criado o Programa ProTalent, uma iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A demanda apresentada pela Wanke consistiu em garantir a conformidade entre as etiquetas de painel e as etiquetas seriais aplicadas nas máquinas durante o processo de montagem. O objetivo do projeto foi otimizar a identificação dos equipamentos, e, para isso, as informações foram coletadas por meio de videoconferências com o representante da empresa, que apresentou detalhes do processo produtivo. Apesar de a empresa já ter realizado diversas tentativas de solucionar o problema — como treinamentos, elaboração de procedimentos e instruções aos colaboradores —, a dificuldade persistia, evidenciando a necessidade de uma solução que eliminasse o fator de erro humano. Assim, foi proposta uma solução composta por uma câmera com inteligência artificial, um módulo de processamento, um leitor de código de barras e um alarme visual, com possibilidade de integração a uma interface de controle. A proposta desenvolvida demonstrou viabilidade técnica e fácil aplicação, atendendo plenamente às necessidades da empresa.

Palavras-chave: Wanke; máquinas de lavar; otimização de processo; sistema de visão.

INTRODUÇÃO

A Wanke S.A., fundada em 10 de agosto de 1966 tem sua sede em Indaial (SC), além de mais duas filiais. É uma empresa brasileira referência na fabricação de máquinas de lavar roupas, além de outros eletrodomésticos como centrífugas e secadoras. Com mais de cinco décadas de atuação no mercado, a Wanke consolidou-se pela qualidade e durabilidade de seus produtos, aliando tradição e inovação em seus processos produtivos. Sua linha de produção é de forma manual e contínua, com um ritmo acelerado, produzindo cerca de uma máquina por minuto, o que exige precisão, padronização e total controle sobre cada etapa da produção (Wanke, 2025).

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica ou Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica ou Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica ou Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica ou Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora dos Cursos de Engenharia Mecânica e Elétrica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse ambiente dinâmico, pequenos erros podem gerar grandes impactos, especialmente no que se refere à aplicação correta de etiquetas de identificação nos produtos.

Com o intuito de fortalecer a conexão entre a academia e a indústria, surge o Programa ProTalent, uma iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) voltada à integração entre estudantes, professores e empresas catarinenses. O programa tem como objetivo estimular a inovação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas para desafios reais enfrentados pelo setor produtivo. Por meio dessa parceria, os acadêmicos têm a oportunidade de vivenciar a prática profissional em ambiente industrial, enquanto as empresas recebem propostas inovadoras e viáveis de melhoria. Nesse contexto, a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), por meio do curso de Engenharia Elétrica e Engrenharia Mecânica, assumiu o desafio proposto pela empresa Wanke no âmbito do ProTalent, fortalecendo o elo entre conhecimento teórico e aplicação prática.

A demanda apresentada pela Wanke consiste em garantir a conformidade entre as etiquetas, de painel e etiquetas seriais, aplicadas nas máquinas durante a montagem. Mesmo após diversos treinamentos e orientações operacionais, o erro humano continua presente, ocasionando retrabalho, atrasos e comprometendo a rastreabilidade do processo. Nesse contexto, observa-se que a adoção de mecanismos de verificação e conformidade de processos tornou-se uma prática indispensável nas organizações, sendo fator determinante para a competitividade e a permanência no mercado (Favarato, 2020). Diante disso, a empresa manifestou o desejo de automatizar o processo de verificação, sem comprometer o ritmo de produção. Assim, o presente projeto propõe o desenvolvimento de um sistema automatizado de conferência de etiquetas, utilizando visão computacional e inteligência artificial. Através de uma visão crítica da câmera inteligente ela identificará a bandeira de produção da linha, o sistema saberá qual modelo está sendo produzido por meio do processamento de dados de um Módulo e em seguida, a mesma câmera treinada verificará automaticamente se a etiqueta aplicada corresponde ao modelo que está na bandeira. Em caso de divergência, um alerta visual e sonoro será emitido instantaneamente, assegurando a conformidade em tempo real, sem interromper o fluxo produtivo da empresa.

Mais do que um simples processo automatizado, este projeto representa uma ponte entre a universidade e a área industrial, mostrando como o conhecimento acadêmico pode ser aplicado para solucionar problemas reais com eficiência e inovação. A proposta busca não apenas eliminar falhas operacionais, mas também reforçar o papel das engenharias na modernização dos processos industriais, promovendo tecnologia, confiabilidade e transformação dentro do chão de fábrica.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um projeto extensionista, desenvolvido por meio da parceria entre o PROTALENT do IEL/SC e a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador (SC). O objetivo foi otimizar o processo de identificação das máquinas na empresa Wanke, de Indaial (SC), garantindo a conformidade entre a etiqueta painel e a etiqueta serial, que vinham sendo aplicadas de forma incorreta, gerando confusão entre os modelos produzidos.

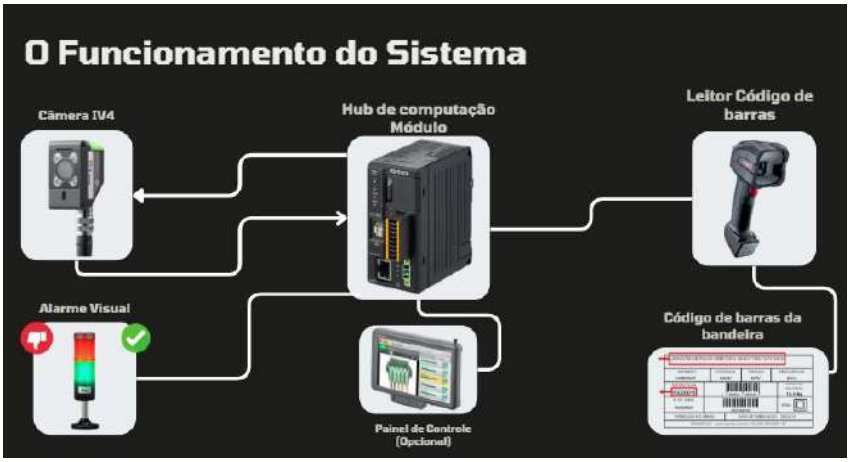
A metodologia adotada foi qualitativa e aplicada, com foco na integração entre os alunos das Engenharias e as demandas reais do setor industrial. As informações foram coletadas por meio de videoconferências com o representante da empresa, que apresentou detalhes do processo produtivo. A Wanke também disponibilizou imagens e vídeos de sua linha de produção, possibilitando a análise do fluxo de identificação dos equipamentos.

A partir desses materiais, os acadêmicos, sob orientação docente, propuseram melhorias para padronizar e otimizar o processo, contribuindo tanto para o aprendizado prático dos estudantes quanto para o aperfeiçoamento das operações da empresa parceira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base neste desafio, foi buscado no mercado de soluções industriais uma alternativa viável e de fácil implementação. Foi identificada a possibilidade de uso de um sistema de visão com inteligência artificial (IA), que fosse capaz de verificar a conformidade entre as etiquetas painel e serial de forma automática. Então, a solução proposta inclui uma câmera com inteligência artificial, um módulo de processamento, um leitor de código de barras e um alarme visual, podendo ainda ser integrada a uma interface de controle, caso necessário, conforme Figura 01.

Figura 01 – Sistema de identificação de etiquetas



Fonte: Os autores (2025).

O funcionamento será simples: ao abrir uma nova ordem de produção, o código de barras com as informações do pedido será lido, as informações coletadas serão enviadas ao módulo de processamento, desta forma, identificando qual etiqueta deve ser escaneada. Ao seguir a linha de produção, o material já etiquetado passará pelo campo de visão da Câmera IV4, que com seu sistema de inteligência artificial, irá realizar uma análise entre o código de barras identificado no início do processo e o adesivo colado, visando a conformidade de ambos. Caso a etiqueta colada esteja incorreta, como vem acontecendo, será disparado um alarme para os operadores ficarem cientes do erro e corrigi-lo.

A proposta apresentada demonstra grande alinhamento com a realidade operacional da empresa Wanke, uma vez que os itens necessários à sua implementação são de fácil instalação, tanto do ponto de vista elétrico quanto físico. A câmera será posicionada estrategicamente na esteira da linha de produção, logo após a etapa de etiquetagem do painel da máquina. Dessa forma, eventuais erros poderão ser identificados antes que o equipamento siga para o próximo estágio do processo produtivo. A câmera selecionada conta com tecnologia de gatilho automático, o que dispensa o uso de sensores externos para disparo da conferência. Ela é capaz de detectar automaticamente a presença da peça e realizar a leitura de forma precisa. Além disso, possui um sistema próprio de iluminação, que emite um feixe de luz alguns microssegundos antes da captura da imagem, garantindo que a luminosidade ambiente não interfira na verificação da etiqueta. A programação do módulo e da câmera também se mostra de simples execução. Após o estabelecimento da comunicação da etiqueta serial com a etiqueta painel, o processo de conferência é conduzido pela inteligência do software, que, a partir de uma única imagem de referência do item correto, é capaz de gerar mais de cem amostras para comparação.

Essa funcionalidade facilita futuras ampliações ou alterações no layout das etiquetas, tornando o sistema mais versátil e adaptável. A câmera escolhida apresenta alta precisão na leitura de caracteres, sendo capaz de distinguir letras pequenas e visualmente semelhantes com elevado grau de confiabilidade. Seu campo de visão ajustável e autorregulável permite adaptação a diferentes distâncias e posições na linha de produção, o que amplia as possibilidades de uso. Além disso, o sistema é totalmente flexível, podendo ser configurado conforme as necessidades específicas da empresa Wanke. Na Figura 02 é apresentado uma amostra de funcionamento da câmara.

Figura 02 – Amostra de funcionamento da câmera

Para validar a proposta, foi realizado contato com uma empresa especializada em sensores industriais, que confirmou a viabilidade técnica da solução e apresentou um orçamento compatível com as necessidades da Wanke. Assim, o sistema desenvolvido apresenta-se como uma alternativa eficiente e acessível, capaz de detectar falhas ainda na linha de montagem, eliminando o envio de produtos com etiquetas incorretas e reduzindo custos de retrabalho e logística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho proporcionou aos acadêmicos das Engenharias da UNIARP uma experiência prática importante, aproximando-os da realidade do setor industrial catarinense e das necessidades por inovação e melhoria dos processos produtivos. A parceria entre a universidade, o PROTALENT do IEL/SC e a empresa Wanke mostrou como a curricularização da extensão pode unir teoria e prática, permitindo que os alunos participem ativamente na busca por soluções reais para problemas enfrentados pelas indústrias.

A proposta desenvolvida mostrou-se viável e de fácil aplicação, atendendo às necessidades da empresa e contribuindo para reduzir erros humanos e garantir mais eficiência na identificação das máquinas. Além de auxiliar na melhoria do processo produtivo da Wanke, o projeto reforçou a importância da integração entre universidade e empresa, promovendo aprendizado, desenvolvimento profissional e crescimento para ambos os lados.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao PROTALENT do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC) e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio e incentivo na realização deste projeto, que possibilitou a integração entre os acadêmicos e o ambiente industrial. Agradecem também à professora Mayne, pela orientação, acompanhamento e contribuição fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

WANKE. Loja Wanke. Disponível em: https://loja.wanke.com.br. Acesso em: 20 out. 2025.

FAVARATO, M. Verificação da conformidade do processo em uma área de produção industrial: estudo de caso. Revista Humanidades & Inovação, v. 7, n. 4, pp. 370-385, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1817. Acesso em: 20 out. 2025.

ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA GEOMETRIA DA CÂMARA DE COMBUSTÃO NA EFICIÊNCIA DE MOTORES CICLO OTTO 1.0

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Victor Henrique Alves Batista[1]
Gilberto Camilo Marafon Junior[2]

Resumo – O design da câmara de combustão exerce papel fundamental na eficiência dos motores de ciclo Otto, pois influencia diretamente a conversão de energia e o desempenho global do sistema. Este trabalho teve como objetivo quantificar o impacto da evolução geométrica da cabeça do pistão sobre a eficiência do motor, por meio de um estudo de caso comparativo. Foram analisados dois pistões de motores Chevrolet 1.0 de diferentes gerações: o modelo Corsa, motor 1.0 EFI, com cabeça côncava tradicional, e o modelo Onix, motor 1.0 SPE/4, com geometria moderna do tipo bowl-in-piston. A pesquisa, de caráter experimental e quantitativo, utilizou o método de preenchimento com líquido para determinar o volume das cavidades de cada pistão. Com base nesses dados e em parâmetros de projeto, foram elaborados modelos tridimensionais em CAD e calculados indicadores geométricos, como a Relação Área/Volume (A/V), e de desempenho, incluindo eficiência térmica ideal e potência específica. Os resultados revelaram diferenças marcantes entre os dois projetos. O pistão do Corsa apresentou uma cavidade de 12,5 cm^3, com taxa de compressão de 9,2:1 e Relação A/V de 0,32 mm^{-1}. Já o pistão do Onix, com cavidade de 3,2 cm^3, alcançou taxa de compressão de 12,6:1 e relação A/V de 1,24 mm^{-1}. A análise teórica indicou que o motor do Onix possui potencial de eficiência térmica 8,2% superior e potência específica 56% maior. Conclui-se que a transição de uma geometria ampla e de baixa compressão para um formato compacto bowl-in-piston, otimizado para promover turbulência e mistura ar-combustível, constitui o principal avanço de engenharia responsável pelo expressivo ganho em eficiência e desempenho, confirmando a hipótese central do estudo.

Palavras-chave: motor a combustão interna; câmara de combustão; geometria do pistão; eficiência térmica; taxa de compressão.

INTRODUÇÃO

O motor a combustão interna (MCI) é um pilar da engenharia mecânica e da mobilidade global. Contudo, a indústria automotiva contemporânea enfrenta o desafio de conciliar o aumento da eficiência energética com legislações ambientais rigorosas, como as normas do PROCONVE. Neste cenário, a câmara de combustão, onde a energia química é convertida em trabalho, é um fator determinante. A geometria da câmara governa a dinâmica dos fluidos, a homogeneidade da mistura e a velocidade da frente de chama, influenciando diretamente fatores

[1] Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[2] Professor do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

como a taxa de compressão, a relação superfície/volume (A/V) e a turbulência (squish e tumble), que impactam o rendimento térmico e a formação de poluentes (Heywood, 1988).

O problema central desta pesquisa é: de que forma a geometria da câmara de combustão influencia o complexo balanço entre rendimento térmico, eficiência energética e a emissão de poluentes? A justificativa para este estudo reside na urgência de aprofundar o conhecimento sobre essas interações. Academicamente, a pesquisa contribui com dados que podem validar modelos de simulação (CFD), enquanto do ponto de vista socioambiental, os resultados podem guiar projetos de motores mais eficientes e com menor consumo de combustíveis fósseis.

O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo sistemático sobre a influência da geometria da câmara de combustão na eficiência global dos motores. Especificamente, busca-se quantificar o impacto da evolução do design da cabeça do pistão (de uma geometria côncava tradicional para um moderno bowl-in-piston) na eficiência, por meio de um estudo de caso comparativo.

METODOLOGIA

Este estudo foi concebido com uma abordagem quantitativa e analítica, caracterizando-se como um estudo de caso comparativo de natureza experimental. A metodologia foi estruturada na seleção dos objetos de estudo, execução de procedimentos experimentais e de cálculo, e tratamento e interpretação dos dados.

A amostra foi selecionada para maximizar o contraste entre as filosofias de projeto:

Pistão Convencional: Modelo do motor Chevrolet Corsa 1.0 EFI (1995), com cabeça côncava tradicional e taxa de compressão (CR) de 9,2:1.

Pistão Moderno: Modelo do motor Chevrolet Onix 1.0 SPE/4 (2019), com geometria bowl-in-piston e CR de 12,6:1. A compatibilidade da comparação é assegurada, pois ambos os motores possuem o mesmo diâmetro nominal de cilindro (71,1 mm).

Os instrumentos utilizados incluíram Paquímetro Digital, Seringa Graduada e o software de modelagem CAD Autodesk Inventor. O procedimento experimental centrou-se na determinação do volume da cavidade da cabeça do pistão (Vp) através do método de preenchimento com líquido (água destilada). Paralelamente, os pistões foram modelados em CAD para o cálculo preciso da área superficial da cabeça (A).

A análise de dados consistiu no cálculo de indicadores geométricos, como a Relação Área/Volume (A/V), e indicadores de desempenho, como a eficiência térmica ideal (calculada a partir da CR) e a potência específica (baseada em dados de ficha técnica). Os resultados foram interpretados por meio de uma análise cruzada com o referencial teórico (Heywood, 1988; Pulkrabek, 2014; Stone, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A medição experimental do volume da cavidade (Vp) revelou a drástica diferença de projeto: o pistão do Corsa, ilustrado na Figura 1, apresentou 12,5 cm^3, enquanto o do Onix

registrou apenas 3,2 cm^3. Esses dados, compilados na Tabela 1, demonstram a base para as diferenças de desempenho observadas.

Tabela 1 – Comparativo de dados técnicos: Corsa 1.0 EFI vs. Onix 1.0 SPE/4.

Parâmetro de Análise	Corsa 1.0 EFI (1995)	Onix 1.0 SPE/4 (2019)
Diâmetro do Cilindro (mm)	71,1	71,1
Curso do Pistão (mm)	62,9	62,9
Taxa de Compressão	9,2:1	12,6:1
Potência Máxima (cv)	50 (Gasolina)	78 (Gasolina)
Volume da Cavidade (Vp) (cm^3)	12,5	3,2
Relação Área/Volume (mm^{-1})	0,32	1,24

Fonte: Autoria própria (2025).

A análise dos dados (Tabela 1) evidencia que, embora o volume da cavidade do Onix seja 74% menor, sua arquitetura permite uma taxa de compressão 37% superior. O indicador geométrico crítico, a relação Área/Volume (A/V), é quase quatro vezes maior no Onix (1,24 mm^{-1}) em comparação com o Corsa (0,32 mm^{-1}).

Confrontando com a teoria e conforme discute Heywood (1988), uma menor relação A/V, como no caso do Corsa, implica maior área superficial relativa, intensificando as perdas térmicas para as paredes do cilindro e reduzindo a eficiência global. Em contrapartida, a geometria compacta bowl-in-piston do Onix, ilustrada na Figura 2, com alta A/V, minimiza as trocas térmicas e retém mais energia da combustão. Além disso, essa geometria moderna promove intensa turbulência (tumble e squish), acelerando a queima e permitindo a operação segura com a elevada taxa de compressão de 12,6:1. O Gráfico 1 sintetiza como esses ganhos geométricos se traduzem em desempenho.

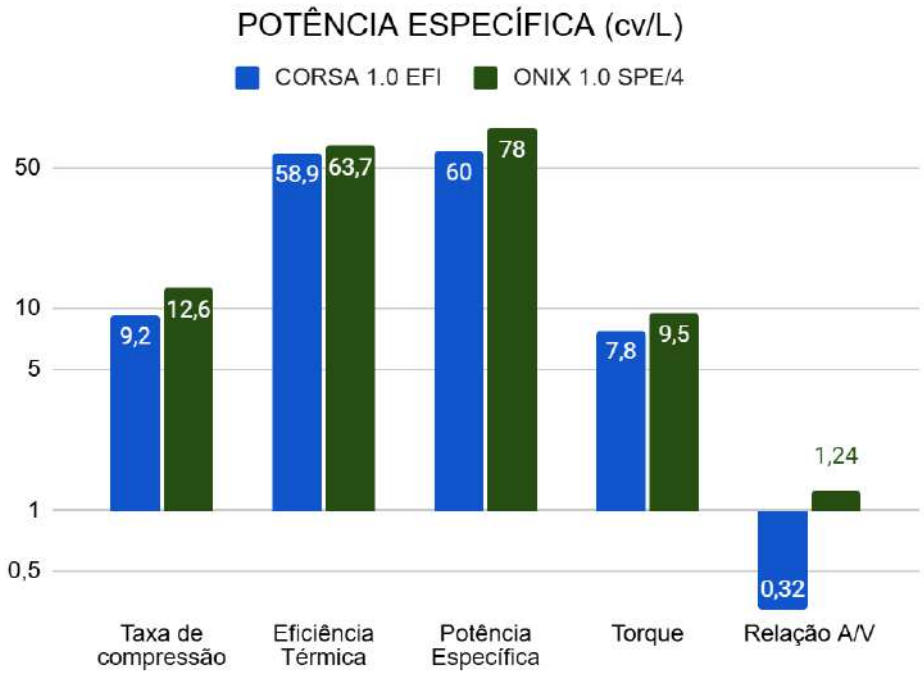
Figura 1 - Pistão do Corsa 1.0 EFI.

Fonte: Autoria própria (2025).

Figura 2 - Pistão do Ônix 1.0 SPE/4.

Fonte: Autoria própria (2025).

Gráfico 1 – Comparativo dos principais indicadores de desempenho e geometria.



Fonte: Autoria própria (2025).

A análise do Gráfico 1 confirma a superioridade do Onix: a maior taxa de compressão (12,6:1 contra 9,2:1) possibilita uma eficiência térmica ideal 8,2% superior (63,7% contra 58,9%).

Esse potencial se converte em desempenho prático, visto que a potência específica — indicador-chave da eficiência do projeto — atinge 78,0 cv/L no Onix, um aumento de 56% em relação aos 50,0 cv/L do Corsa.

Conclui-se que a transição para a geometria bowl-in-piston otimizada é o principal vetor tecnológico responsável pelo avanço de desempenho entre as duas gerações de motores analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu seu objetivo de quantificar o impacto da evolução da geometria da cabeça do pistão na eficiência de motores 1.0. Foi validada a hipótese de que a transição de um design côncavo tradicional para um formato bowl-in-piston moderno é um vetor de engenharia fundamental para os ganhos de eficiência. A metodologia híbrida (experimental e CAD) demonstrou que o design moderno, embora com volume de cavidade 74% menor, permite uma taxa de compressão 37% superior e uma relação A/V quase quatro vezes maior. Isso corrobora a teoria de Heywood (1988), indicando menor perda de calor e, como resultado prático, um aumento de 56% na potência específica.

Como principais limitações, reconhece-se o foco na análise teórica e geométrico-experimental, sem ensaios práticos em dinamômetro; a eficiência calculada foi a ideal, não a efetiva. Além disso, os fenômenos de turbulência não foram visualizados por simulação (CFD) e as emissões de poluentes (NOx, HC) não foram quantificadas.

Sugerem-se, como trabalhos futuros, a realização de ensaios em dinamômetro para validar os dados e mensurar o consumo específico; o uso de simulação CFD para modelar e visualizar os fenômenos de squish e tumble; e a análise de gases de escape para quantificar o impacto real na emissão de poluentes.

REFERÊNCIAS

GANESAN, Venkatesan. Internal Combustion Engines. 3. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2012.

HEYWOOD, J. B. Internal Combustion Engine Fundamentals. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 1988.

NISHIWAKI, K. et al. Combustion Analysis of Varying Piston Bowl Geometries in SI Engines. SAE Technical Paper, 2014-01-2540, 2014. Disponível em: https://legacy.sae.org/publications/technical-papers/content/860467/. Acesso em: 18 fev. 2025.

PULKRABEK, Willard W. Engineering Fundamentals of the Internal Combustion Engine. 2. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2014.

STONE, Richard. Introduction to Internal Combustion Engines. 4. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

ZHAO, Hua et al. Engine combustion instrumentation and diagnostics. Warrendale: SAE International, 1999.

ESTUDO DE SUSTENTAÇÃO NO PERFIL DE ASA NACA 8512 UTILIZANDO DINÂMICA DOS FLUÍDOS COMPUTACIONAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Vinícius Souza[1]
Salmo Mordegan[2]

Resumo – Este estudo analisa o desempenho aerodinâmico do perfil de asa NACA 8512, por meio de simulações em Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD), comparando-o ao NACA 2412, amplamente utilizado em aeronaves de pequeno porte. A escolha do NACA 8512 se deve à falta de pesquisas sobre suas características, enquanto o NACA 2412 serve como referência consolidada para validação dos resultados.

A modelagem tridimensional foi realizada no Autodesk Inventor® e as simulações no Autodesk CFD®, adotando parâmetros fixos: massa específica do ar de 0,00120473 g/cm^3, viscosidade de 0,0001817 poise e velocidade de fluxo de 250 m/s. Foram avaliados ângulos de ataque de 5°, 15° e 30°, permitindo observar o impacto dessas variações na sustentação e na distribuição de pressão.

Os resultados mostraram que o NACA 8512 apresentou melhor desempenho nos ângulos de 5° e 15°, gerando maior sustentação e eficiência aerodinâmica, enquanto o NACA 2412 demonstrou estabilidade e consistência. Em 30°, ambos exibiram comportamento. Conclui-se que o NACA 8512 é indicado para aplicações que buscam desempenho e eficiência em ângulos intermediários, enquanto o NACA 2412 permanece adequado para cenários que exigem robustez e confiabilidade.

Palavras-chave: aerodinâmica; perfil NACA 8512; perfil NACA 2412; sustentação; CFD.

INTRODUÇÃO

O setor aeronáutico brasileiro tem se destacado no cenário internacional graças ao investimento contínuo em inovação e tecnologia. A integração entre ciência, engenharia e pesquisa tem impulsionado o desenvolvimento de soluções mais eficientes, especialmente no campo da aerodinâmica, que é essencial para aprimorar o desempenho e a segurança das aeronaves. O uso de simulações computacionais tem se tornado indispensável nesse processo, permitindo analisar o comportamento do fluxo de ar sobre as asas e superfícies de controle com alta precisão e menor custo.

[1] Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

De acordo com Pinheiro (2021), a aviação geral tem papel relevante na economia global, promovendo geração de empregos, transporte de pessoas e bens, além de contribuir em setores como agricultura, saúde e emergências. No contexto técnico, a Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD) se destaca por possibilitar o estudo detalhado do escoamento do ar em torno dos perfis aerodinâmicos, reduzindo a necessidade de testes físicos.

Este estudo aplica a CFD para examinar o perfil de asa NACA 8512, avaliando sua resposta a diferentes ângulos de ataque e sua influência sobre forças de sustentação e arrasto. A pesquisa busca ampliar o conhecimento sobre o comportamento aerodinâmico desse perfil, pouco explorado nacionalmente, e reforçar a importância das ferramentas computacionais na engenharia aeronáutica brasileira, contribuindo para o avanço tecnológico e a formação de profissionais capacitados.

A busca humana pelo voo é uma das mais antigas expressões de curiosidade e engenhosidade. Desde os primeiros desenhos de Leonardo da Vinci, inspirados na anatomia das aves, até as experiências pioneiras de Santos Dumont e dos irmãos Wright, o desejo de compreender e dominar o ar moldou séculos de descobertas científicas e avanços tecnológicos. O voo do 14-Bis, em 1906, marcou um divisor de águas na história da aviação, comprovando que era possível construir máquinas mais pesadas que o ar, capazes de se sustentar de forma controlada. A partir daí, o progresso foi acelerado, impulsionado por guerras, desafios econômicos e pela crescente necessidade de transporte rápido e eficiente. No século XXI, a aviação se consolida como um dos setores mais avançados da engenharia, voltado não apenas ao desempenho, mas também à sustentabilidade, à segurança e à eficiência energética (Pinheiro, 2021).

A aerodinâmica, campo essencial dentro da mecânica dos fluidos, tem papel central nessa evolução. Ela estuda o comportamento do ar e suas interações com superfícies em movimento, permitindo projetar asas e fuselagens capazes de equilibrar forças como sustentação e arrasto. O Princípio de Bernoulli explica que, ao aumentar a velocidade do ar sobre a asa, a pressão diminui, gerando sustentação. Outros conceitos, como camada limite e número de Reynolds, auxiliam na previsão do tipo de escoamento laminar ou turbulento, aspectos fundamentais para o desempenho de uma aeronave.

Compreender esses fenômenos é essencial para aprimorar o voo, reduzir o consumo de combustível e garantir maior estabilidade. O domínio sobre o comportamento dos fluidos torna possível desenvolver aeronaves mais leves, seguras e eficientes, fortalecendo o elo entre ciência, engenharia e inovação tecnológica.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho foi estruturada de forma a garantir precisão, reprodutibilidade e coerência entre os dados teóricos e experimentais, integrando conceitos fundamentais de aerodinâmica com o uso de ferramentas computacionais avançadas. Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico sobre o comportamento dos perfis aerodinâmicos e a influência do ângulo de ataque no desempenho das asas, tomando como base os parâmetros definidos pela National Advisory Committee for Aeronautics (NACA). Em

seguida, procedeu-se à etapa de modelagem e simulação, utilizando os softwares Autodesk Inventor® 2025 e Autodesk CFD® 2024, ambos obtidos por licença estudantil da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

O ponto de partida foi a geração das coordenadas bidimensionais do perfil NACA 8512, por meio de um programa gratuito disponibilizado pelo Istituto Tecnico Aeronautico di Stato Francesco De Pinedo, que possibilita o cálculo preciso das curvaturas e dimensões de perfis NACA. A partir dessas coordenadas, desenvolveu-se no Autodesk Inventor® um modelo tridimensional detalhado, ao qual foi atribuído o material alumínio, amplamente utilizado na indústria aeronáutica por combinar leveza, rigidez estrutural e resistência à fadiga.

Posteriormente, o modelo 3D foi exportado para o Autodesk CFD®, ambiente destinado à análise de Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD). Nesse software, foi criado um túnel de vento virtual capaz de reproduzir o comportamento do ar em condições controladas, simulando o escoamento em torno da asa. Foram definidos parâmetros físicos realistas, como massa específica do ar de 0,00120473 g/cm^3, viscosidade dinâmica de 0,0001817 poise e velocidade de escoamento de 250 m/s, representando o fluxo de ar em regime estacionário e incompressível, com predominância de turbulência.

A análise contemplou três ângulos de ataque 5°, 15° e 30°, com o intuito de observar a variação das forças de sustentação e arrasto em diferentes inclinações da asa em relação ao fluxo de ar. Esses ângulos foram escolhidos por representarem situações típicas de voo, desde o baixo ângulo, associado à máxima eficiência e menor resistência, até o alto ângulo, em que ocorre o estol, fenômeno em que a sustentação diminui drasticamente.

Para validar os resultados, aplicaram-se as mesmas condições de contorno e propriedades físicas ao perfil NACA 2412, modelo consolidado na aviação leve, conhecido por seu desempenho equilibrado e previsível. Essa comparação direta permitiu identificar vantagens e limitações de cada geometria de asa, fornecendo um panorama mais abrangente sobre a influência do formato e do ângulo de ataque no desempenho aerodinâmico.

Por fim, os resultados obtidos foram analisados com base nos campos de pressão e velocidade gerados nas simulações, permitindo compreender a distribuição de forças ao longo da superfície dos perfis. Essa metodologia integrada, aliando modelagem tridimensional, simulação numérica e fundamentação teórica, assegurou a consistência dos dados e ampliou a compreensão sobre o comportamento aerodinâmico dos perfis NACA 8512 e NACA 2412, oferecendo subsídios técnicos valiosos para futuros estudos e aplicações na engenharia aeronáutica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das simulações revelaram diferenças evidentes no comportamento aerodinâmico dos dois perfis analisados em cada ângulo de ataque. No ângulo de 5°, o perfil NACA 8512 apresentou uma sustentação mais eficiente e um escoamento de ar mais uniforme, demonstrando melhor aproveitamento da energia do fluxo. Esse desempenho indica que o perfil é mais adequado para situações de voo que exigem estabilidade e controle, como na decolagem

e em manobras a baixa altitude, já que a passagem do ar sobre a asa ocorre de forma mais suave e contínua, reduzindo áreas de turbulência.

O perfil NACA 2412, embora tenha apresentado bons resultados, mostrou desempenho inferior em relação ao 8512. Sua sustentação foi menor e o aproveitamento aerodinâmico, menos eficiente, o que sugere um comportamento mais conservador e estável, adequado para operações que priorizam segurança e equilíbrio, mas sem o mesmo ganho de desempenho observado no outro modelo.

Ao elevar o ângulo de ataque para 15°, as diferenças se tornaram ainda mais perceptíveis. O NACA 8512 manteve sua superioridade, alcançando maior força de sustentação e melhor distribuição de pressão sobre as superfícies. Essa configuração demonstrou que o perfil mantém um fluxo de ar mais acelerado e homogêneo, favorecendo o aumento da sustentação e reduzindo o arrasto. O NACA 2412, por sua vez, continuou apresentando estabilidade, mas com desempenho inferior, confirmando que o formato geométrico do 8512 oferece vantagens em condições intermediárias de voo.

Quando o ângulo de ataque atingiu 30°, ambos os perfis passaram a exibir sinais de estol, fenômeno que ocorre quando o fluxo de ar se desprende da superfície da asa, resultando na perda de sustentação. Mesmo nessa condição crítica, o NACA 8512 apresentou valores mais altos de sustentação e pressão em relação ao NACA 2412, evidenciando sua capacidade de manter eficiência superior até o limite físico de operação.

Esses resultados mostram que o NACA 8512 é mais eficiente em ângulos baixos e médios, apresentando melhor aproveitamento do fluxo e menor perda de energia. Já o NACA 2412, embora mais estável e previsível, oferece desempenho mais modesto, mas com comportamento consistente e confiável, o que explica sua ampla utilização em aeronaves leves.

De forma geral, a comparação entre os perfis demonstra que o NACA 8512 possui potencial para aplicações que buscam eficiência, leveza e melhor rendimento aerodinâmico, enquanto o NACA 2412 se mantém uma alternativa sólida para projetos que priorizam robustez e equilíbrio. Essa análise contribui para ampliar o entendimento sobre o comportamento dos perfis de asa, reforçando a importância de considerar tanto as condições operacionais quanto os objetivos do projeto na escolha do formato mais adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas permitiram compreender, de forma detalhada, as diferenças de desempenho entre os perfis aerodinâmicos NACA 8512 e NACA 2412 sob variados ângulos de ataque. A escolha do NACA 2412 como referência mostrou-se estratégica, devido à sua ampla utilização em aeronaves leves e à confiabilidade já consolidada, permitindo validar os resultados e destacar as características do NACA 8512, ainda pouco explorado.

Nos ângulos de ataque de 5° e 15°, o NACA 8512 demonstrou superioridade em eficiência de sustentação e resistência a pressões mais altas, sugerindo que seu design favorece operações que exigem economia de energia, estabilidade em baixas altitudes e melhor aproveitamento do fluxo de ar. Isso indica que o perfil pode ser especialmente útil em projetos que buscam otimizar

desempenho sem comprometer a segurança. O NACA 2412, apesar de apresentar valores inferiores, manteve consistência, confirmando sua confiabilidade em diferentes condições de voo.

Com o aumento do ângulo para 30°, ambos os perfis exibiram comportamento semelhante, refletindo os efeitos do estol e mostrando que, independentemente da geometria, existem limitações aerodinâmicas universais. Esse resultado evidencia a importância de não considerar apenas os números de sustentação e pressão, mas também os limites práticos de cada perfil em situações reais.

A organização dos dados e a inclusão de variáveis como densidade do fluido, velocidade e área projetada possibilitaram uma análise mais clara e fundamentada, tornando a interpretação mais objetiva e confiável. A comparação mostrou que a escolha de um perfil ideal não depende apenas da maior sustentação; fatores como robustez, equilíbrio, versatilidade e finalidade do projeto são igualmente relevantes. Assim, o NACA 8512 destacou-se por sua eficiência em ângulos intermediários, enquanto o NACA 2412 mostrou-se adequado para cenários que priorizam estabilidade e durabilidade.

Conclui-se que o NACA 8512 apresenta grande potencial competitivo e pode se tornar uma alternativa viável em aeronaves leves, experimentais ou em projetos que demandem maior eficiência aerodinâmica. O estudo reforça a importância de combinar inovação e tradição na engenharia aeronáutica: enquanto o NACA 2412 representa a consolidação de décadas de uso, o NACA 8512 abre possibilidades para novos caminhos, ampliando as opções disponíveis para o futuro da aviação.

Para pesquisas futuras, recomenda-se explorar diferentes abordagens, comparar métodos e avaliar em quais circunstâncias cada perfil apresenta melhor desempenho, fornecendo bases sólidas para aplicações práticas e novos estudos.

REFERÊNCIAS

ÇENGEL, Yunus A.; CIMBALA, John M. Mecânica dos fluidos. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. E-book. p.1-631. ISBN 9788580554915. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580554915/. Acesso em: 11 mar. 2025.

COELHO, João Carlos M. Energia e Fluidos: Mecânica dos fluidos. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788521209485. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521209485/. Acesso em: 11 mar. 2025.

KADIVAR, Mohammadreza; MCGRANAGHAN, Gerard; TORMEY David. A review on turbulent flow over rough surfaces: Fundamentals and theories. International Journal of Thermofluids. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ijft.2021.100077. Acesso em: 7 de outubro de 2025.

PINHEIRO, Felipe. Análise Evolutiva de Aeronaves da Aviação Geral. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. São João da Boa Vista, 2021. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6e49ee93-390f-4d24-bf76-c97902ba62b5/content. Acesso em: 7 de outubro de 2025.

SILVA, Odair Vieira da. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA AVIAÇÃO MUNDIAL. Disponível em: http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/WydybjUDpYtjIL4_2013-5-23-10-51-57.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2025.

WHITE, Frank M. Mecânica dos fluidos. 8. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book. p. Capa. ISBN 9788580556070. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580556070/. Acesso em: 11 mar. 2025

APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE GESTÃO PARA OTIMIZAÇÃO DO FLUXO DE USINAGEM EM AÇO SAE 1045

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Cassiano Vaz[1]
Salmo Mardegan[2]

Resumo – O presente estudo apresenta a aplicação do método PDCA em um processo de usinagem que apresentava inconsistências na tolerância dimensional de furos, comprometendo a qualidade final das peças produzidas. O objetivo foi identificar e eliminar as causas de variação que resultavam em desvios fora do padrão especificado. A metodologia adotada baseou-se nas etapas do ciclo PDCA Planejar, Executar, Verificar e Agir, permitindo uma abordagem sistemática e contínua de melhoria. Na fase de planejamento, foram coletados dados de medição e identificadas possíveis causas de variação por meio de ferramentas da qualidade. Em seguida, implementaram-se ações corretivas, como ajustes de parâmetros de corte, verificação do desgaste de ferramentas e padronização do método de fixação das peças. Após a execução das melhorias, realizou-se nova coleta de dados e análise estatística, constatando-se a redução significativa do desvio padrão e o restabelecimento da conformidade dimensional. Conclui-se que a aplicação do PDCA mostrou-se eficaz para o controle e aprimoramento do processo, promovendo maior estabilidade e qualidade na usinagem.

Palavras-chave: PDCA; usinagem; qualidade; tolerância; desvio padrão.

INTRODUÇÃO

A busca pela qualidade e pela estabilidade dos processos produtivos é uma exigência crescente na indústria moderna, especialmente em setores que envolvem operações de usinagem de precisão. A variabilidade dimensional, quando não controlada, compromete diretamente a conformidade dos produtos e a confiabilidade do processo, gerando retrabalho, desperdício de material e custos adicionais. Nesse contexto, a aplicação de métodos de gestão da qualidade, como o ciclo PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Agir), torna-se uma ferramenta estratégica para o diagnóstico e a correção de inconsistências em processos industriais.

Através do PDCA é um método de gestão voltado para a melhoria contínua, que permite identificar causas fundamentais de problemas e implementar ações corretivas de forma estruturada e mensurável. Essa metodologia, amplamente utilizada na engenharia de produção, tem como foco principal o controle sistemático das variáveis que influenciam o desempenho dos processos (Campos,2019).

[1] Aluno do Curso de Engenharia mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Engenharia mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A aplicação de ferramentas de controle e padronização é essencial para garantir a previsibilidade e a eficiência operacional, reduzindo a probabilidade de falhas durante a execução das operações (Slack et al. 2018).

Para o ambiente de usinagem, o controle dimensional é um dos fatores mais críticos para assegurar a qualidade do produto final, a análise estatística dos dados de medição, aliada à aplicação de ciclos de melhoria contínua, contribui para o aumento da confiabilidade do processo e para a redução do desvio padrão, indicadores fundamentais para a competitividade industrial. Assim, a utilização do PDCA em processos de furação com inconsistências dimensionais permite não apenas corrigir falhas existentes, mas também criar uma base consolidada de melhoria contínua, reforçando o compromisso da organização com a excelência produtiva, (Oliveira; Silva, 2020).

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em uma empresa do setor metalmecânico especializada em usinagem de componentes industriais, que atua na fabricação seriada de peças destinadas a diversos segmentos, como agrícola, plástico, madeireiro e de máquinas e equipamentos. A empresa dispõe de um parque fabril composto por tornos CNC, centros de usinagem CNC e fresadoras convencionais, operando com alto grau de precisão dimensional e produtividade. No entanto, durante o acompanhamento das atividades de produção, foi identificado um problema recorrente em determinados modelos de peças fabricadas em série: variações dimensionais nos furos, especialmente em relação às tolerâncias estabelecidas em projeto.

Essas variações ocasionavam a elevação do índice de não conformidades e retrabalhos, gerando aumento de custos, desperdício de tempo e comprometimento do prazo de entrega. Diante dessa situação, foi proposta a aplicação do método PDCA como ferramenta principal para o diagnóstico e correção do problema, com o objetivo de reduzir o desvio padrão dos furos e melhorar o desempenho do processo de furação em termos de qualidade e produtividade.

Na fase planejar, foi realizada uma coleta detalhada de dados no setor de usinagem, com foco no processo de furação de peças produzidas em série. Foi utilizado micrômetro interno, a fim de monitorar as dimensões dos furos e determinar o comportamento estatístico do processo.

A partir da análise inicial, identificou-se que os furos apresentavam variações dimensionais fora da tolerância estabelecida, ocasionadas por múltiplos fatores interligados. As principais causas apontadas incluíam o desgaste prematuro da ferramenta de corte, a falta de padronização na fixação das peças durante a operação, oscilações de velocidade e avanço no programa CNC e a ausência de uma rotina de inspeção intermediária eficiente. Essas causas foram representadas graficamente por meio de um Diagrama de Ishikawa (ou Diagrama de Causa e Efeito), que ferramenta essencial para a identificação visual e estruturada das origens dos problemas.

Com base nesse diagnóstico, definiu-se um plano de ação detalhado para eliminar ou reduzir as causas identificadas. Entre as medidas planejadas estavam: a revisão dos parâmetros de corte utilizados no centro de usinagem, a substituição das brocas por modelos com maior resistência ao desgaste, a padronização do método de fixação no dispositivo de gabarito, a

implementação de intervalos fixos para a troca ou rotação das arestas da pastilha e o treinamento dos operadores quanto à correta execução do ciclo de furação.

Durante a fase executar (Do), o plano de ação foi implementado progressivamente no ambiente produtivo. As alterações nos parâmetros de corte foram programadas no CNC conforme as recomendações técnicas do fabricante da ferramenta, levando em consideração a geometria da broca, o material da peça (aço SAE 1045) e as condições de refrigeração disponíveis. Além disso, foram desenvolvidos procedimentos operacionais padronizados para orientar os operadores quanto ao posicionamento e fixação das peças no gabarito, reduzindo assim as variações causadas por falhas humanas.

Simultaneamente, foi inserido no processo um sistema de monitoramento de desempenho das ferramentas, com controle visual e dimensional a cada 30 peças produzidas. Essa verificação periódica permitiu identificar o momento ideal para o revezamento das arestas de corte e prevenir que o desgaste excessivo comprometesse a precisão dos furos. Paralelamente, foram promovidos treinamentos técnicos com a equipe de operadores, abordando boas práticas de usinagem, manuseio de ferramentas e leitura de instrumentos de medição, reforçando a importância da qualidade em cada etapa da produção.

Na fase verificar, foram coletados novamente os dados dimensionais dos furos após a implementação das ações. Os resultados foram submetidos a análises estatísticas utilizando medidas de tendência central (média e mediana) e dispersão (desvio padrão). A comparação entre os dados obtidos antes e depois das melhorias evidenciou uma significativa redução do desvio padrão dos furos, indicando maior uniformidade e estabilidade no processo.

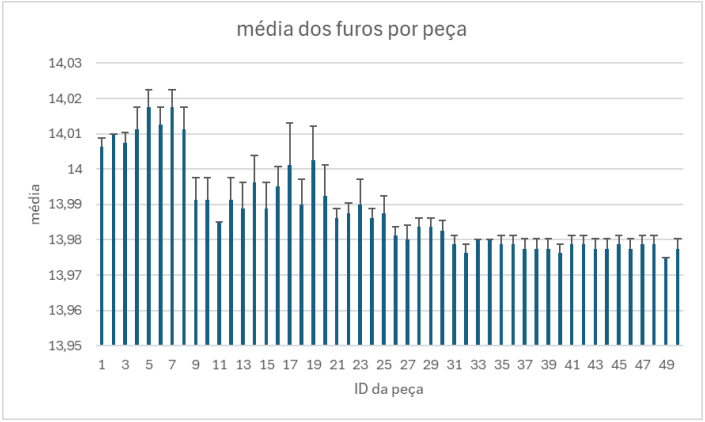
Além da melhoria dimensional, observou-se também uma redução no tempo total de ciclo da operação de furação, resultado da padronização dos métodos e da eliminação de retrabalhos. A redução do tempo de ciclo foi quantificada por meio do acompanhamento direto da produção e pela comparação dos tempos de operação registrados antes e após a aplicação do PDCA.

A metodologia aplicada demonstrou a importância da utilização de ferramentas de gestão da qualidade no ambiente fabril, sobretudo em processos de usinagem de alta precisão. O acompanhamento sistemático das variáveis de processo e a análise baseada em dados permitiram não apenas identificar as causas das falhas, mas também estabelecer soluções de caráter permanente, voltadas à confiabilidade e ao desempenho do processo produtivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos em conformidade alinhados para os objetivos estabelecidos, os quais foram confrontados com fundamentos teóricos e estudos precedentes, de modo a destacar as semelhanças e diferenças observadas. O principal foco da análise foi a avaliação dos efeitos da aplicação do método PDCA no processo de usinagem, especificamente na etapa de furação de peças fabricadas em série, que anteriormente apresentavam inconsistências dimensionais em relação às tolerâncias especificadas em projeto, o gráfico 1 mostra o controle dimensional dos furos antes da implantação.

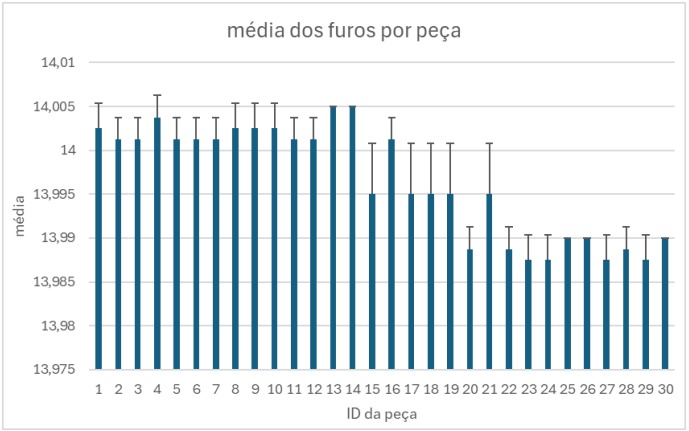
Gráfico 1-Média dimensional dos furos por peça.



Fonte: O Autor (2025).

Com a implementação das ações corretivas como o ajuste dos parâmetros de corte, a padronização da fixação das peças e o controle do desgaste das ferramentas, observou-se uma redução expressiva do desvio padrão representado no gráfico 2, que representa uma maior uniformidade dimensional e um aumento na capacidade do processo (Cp e Cpk).

Gráfico 2- Média dos furos por peça após implantação de PDCA.



Fonte: O Autor (2025).

Além da melhoria na precisão dimensional, foi observada também uma redução significativa no tempo de ciclo da operação de furação. Essa redução decorreu da eliminação de retrabalhos e da maior previsibilidade do processo, uma vez que as operações passaram a ocorrer de maneira mais fluida e controlada. O tempo total da operação diminuiu em aproximadamente 12%, contribuindo para o aumento da eficiência produtiva e redução dos custos associados à produção em série.

No entanto, diferentemente de alguns estudos que focaram apenas no controle dimensional, o presente trabalho obteve ganhos adicionais ao integrar a redução do tempo de ciclo com a estabilidade geométrica das peças, mostrando que a aplicação do PDCA pode simultaneamente aprimorar a qualidade e a eficiência operacional. Essa abordagem integrada reforça a importância de considerar o processo de usinagem como um sistema interdependente, no qual fatores como desgaste de ferramenta, parâmetros de corte e métodos de fixação influenciam diretamente a qualidade final do produto.

Durante a análise pós-implantação, também foi constatado um aumento na confiabilidade do processo de inspeção, uma vez que a padronização dos métodos de medição e a capacitação dos operadores resultaram em uma menor dispersão nos resultados de verificação. Esse aspecto é fundamental, pois assegura a repetibilidade e a rastreabilidade das medições, aspectos amplamente discutidos nas normas de gestão da qualidade.

Em síntese, o confronto entre os resultados práticos e os fundamentos teóricos demonstra que a utilização do PDCA proporciona benefícios concretos e mensuráveis em processos de usinagem. O método atua não apenas como um instrumento corretivo, mas também como um mecanismo preventivo, promovendo a aprendizagem organizacional e a busca permanente pela excelência operacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste estudo permitiu comprovar que a aplicação estruturada do ciclo PDCA é uma ferramenta competente para a resolução de problemas e melhoria contínua em processos de usinagem de precisão. A empresa analisada, ao adotar essa metodologia, conseguiu não apenas identificar as causas das variações dimensionais nos furos das peças produzidas em série, mas também implementar soluções técnicas capazes de estabilizar o processo e reduzir o desvio padrão das medições.

A partir da análise dos resultados, verificou-se que a padronização dos métodos de fixação, o controle sistemático do desgaste das ferramentas e a revisão dos parâmetros de corte foram fatores determinantes para o alcance dos objetivos propostos. Como consequência, houve uma expressiva melhoria na qualidade dimensional das peças e uma redução do tempo de ciclo da operação de furação, evidenciando ganhos em produtividade e eficiência.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)*. 10. ed. Nova Lima: Falconi, 2019.

SLACK, Nigel et al. *Administração da Produção*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, José A.; SILVA, Marcos R. *Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua nos Processos de Usinagem*. Revista Brasileira de Engenharia de Produção, v. 26, n. 2, p. 45-58, 2020.

ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO SITEMA DE ABASTECIMENTO DE CAÇADOR SC

Categoria: TCC

Vinicius Rodrigues de Souza[1]
Salmo Mardegan[2]

Resumo – Este estudo tem como objetivo otimizar a gestão das redes de abastecimento de água em Caçador, Santa Catarina, visando a redução das perdas hídricas e a minimização dos vazamentos. Para isso, foi desenvolvido um modelo hidráulico utilizando o software WaterGEMS, que permitiu simular diferentes cenários operacionais, como a redução de pressão e a setorização da rede. A pesquisa foi baseada em dados operacionais fornecidos pela BRK Ambiental, incluindo medições de pressão e vazão, registros de perdas e volumes de entrada e saída. Os resultados indicaram uma recuperação significativa de água, com uma redução de até 48,18% nas perdas hídricas no cenário de maior pressão. Constatou-se que o controle de pressão é uma estratégia eficaz na redução de perdas, especialmente em áreas críticas da rede. A modelagem hidráulica mostrou-se uma ferramenta essencial para o planejamento e otimização dos sistemas de abastecimento, contribuindo para a sustentabilidade hídrica e energética, recomenda-se a ampliação do estudo para outras áreas da cidade e a implementação de tecnologias de monitoramento em tempo real.

Palavras-chave: perdas hídricas. controle de pressão. Modelagem hidráulica. eficiência hídrica. abastecimento de água.

INTRODUÇÃO

A gestão eficiente das redes de abastecimento de água tem se tornado um desafio crescente em áreas urbanas, especialmente em municípios com grande extensão territorial e condições topográficas irregulares, como é o caso de Caçador, Santa Catarina. As perdas de água representam um dos maiores problemas enfrentados por essas redes, com impacto direto na sustentabilidade e nos custos operacionais dos serviços de saneamento (Bezerra; Cheung, 2013). A elevada taxa de perdas hídricas não apenas compromete a eficiência do sistema, mas também exige investimentos elevados para sua manutenção e operação, além de prejudicar a qualidade do serviço prestado à população (Alegre et al., 2004).

Estudos mostram que as estratégias de controle de perdas, como a modelagem hidráulica e a gestão da pressão, são eficazes na minimização de vazamentos e na melhoria da eficiência das redes de abastecimento (Alegre et al., 2004). A modelagem hidráulica, por exemplo, permite simular cenários de operação e testar diferentes estratégias de gestão, como a redução da

[1]Aluno do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pressão e a setorização da rede, proporcionando dados valiosos para a tomada de decisões (Bezerra; Cheung, 2013).

A importância desse estudo está no seu potencial de contribuir para o aprimoramento da infraestrutura de abastecimento de água em Caçador, promovendo não apenas a eficiência hídrica, mas também a sustentabilidade do sistema a longo prazo. Ao focar na redução das perdas hídricas e na minimização dos vazamentos, a pesquisa visa oferecer soluções práticas e aplicáveis, alinhadas com os objetivos do Marco Legal do Saneamento e as diretrizes de gestão hídrica estabelecidas por organismos internacionais (Alegre et al., 2004).

O objetivo principal deste trabalho é analisar as perdas de água na rede de abastecimento de Caçador e desenvolver um modelo hidráulico que permita identificar as principais falhas do sistema, propondo estratégias para o seu controle e otimização. Ao atingir esse objetivo, espera-se contribuir para a melhoria da gestão de recursos hídricos no município, com base em métodos científicos e técnicas de modelagem avançada.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza quantitativa, com foco na análise e otimização das redes de abastecimento de água de Caçador, Santa Catarina. A pesquisa adota o formato de estudo de caso, considerando a especificidade do sistema de abastecimento local, com a utilização de um modelo hidráulico desenvolvido por meio do software WaterGEMS.

A pesquisa foi realizada em parceria com a concessionária responsável pelo abastecimento de água em Caçador, a BRK Ambiental, que forneceu dados operacionais e históricos necessários para a construção do modelo. O local da pesquisa corresponde à área urbana de Caçador, incluindo a rede de distribuição de água e as estações de tratamento de água (ETA) que atendem a população local. A amostra foi definida com base nos dados de consumo, vazão e pressão fornecidos, englobando os setores de maior incidência de vazamentos e perdas hídricas.

Foram coletados dados primários, como medições de pressão e vazão em diferentes pontos da rede, além de informações sobre os históricos de perdas hídricas e ordens de serviço. A metodologia de análise de dados envolveu a utilização do modelo hidráulico, que foi calibrado a partir das medições reais obtidas, para simular diferentes cenários operacionais. A calibragem do modelo assegurou a aderência dos dados simulados com os valores observados na prática.

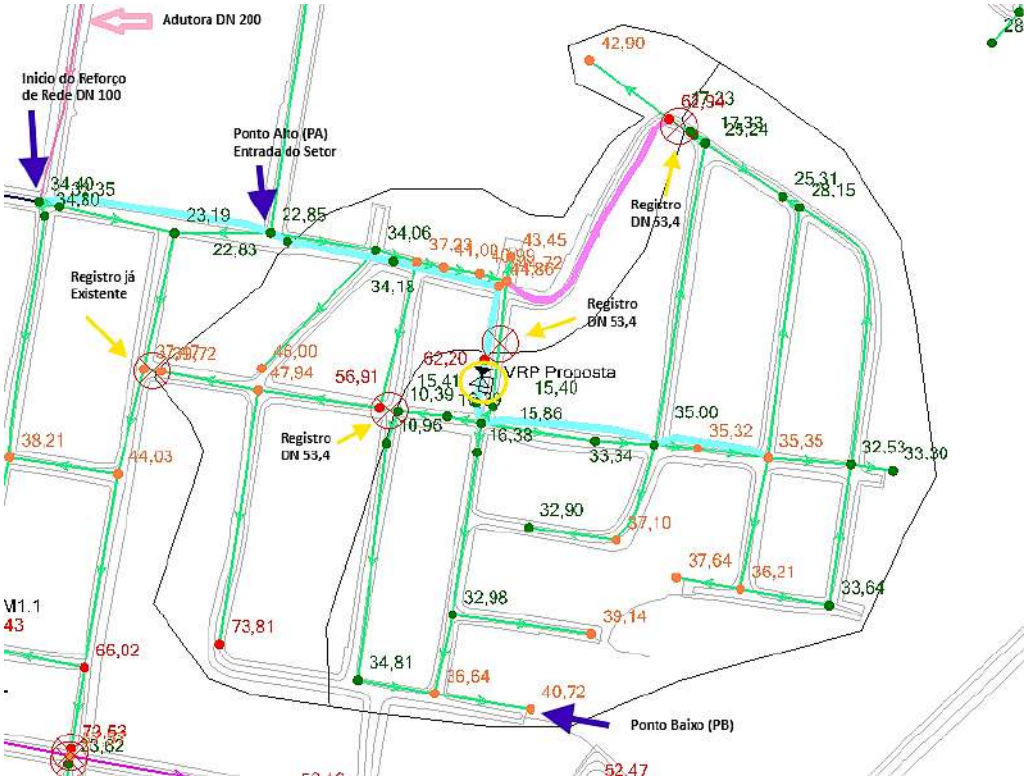
A análise dos resultados foi feita por meio de comparações entre os cenários simulados, permitindo avaliar o impacto das diferentes estratégias de controle de pressão e setorização na redução das perdas de água. A abordagem analítica também incluiu a aplicação de indicadores de desempenho para a avaliação da eficiência hídrica e energética do sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na análise do modelo hidráulico desenvolvido para a rede de abastecimento de água de Caçador evidenciam uma redução significativa nas perdas hídricas, o

que está em conformidade com os objetivos da pesquisa, que visavam otimizar o controle de vazamentos e melhorar a eficiência do sistema. As simulações realizadas para os diferentes cenários de pressão (maior e menor) demonstraram variações significativas nos volumes de água recuperados, indicando que o controle de pressão é uma estratégia eficaz para a redução das perdas. Foi possível estimar a recuperação de 68,41 m^3/h, o que representou uma redução de 48,18% nas perdas hídricas. Em comparação com o cenário de menor pressão, onde a recuperação foi de 49,46 m^3/h, com uma redução de 34,84%, os dados demonstram que a diminuição da pressão, especialmente em áreas com alta incidência de vazamentos, pode contribuir de forma relevante para a eficiência do sistema de distribuição de água. Figura 1 demonstra o projeto desenvolvido como estratégia de redução, no cenário de maior pressão.

Figura 1 – Novo projeto de modelo hidráulico, com redução de pressão e reforço de rede.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses resultados estão alinhados com estudos anteriores que apontam a redução da pressão como uma medida eficaz no controle de perdas em sistemas de abastecimento. Bezerra e Cheung (2013) destacam que a redução da pressão nas redes de distribuição pode diminuir a incidência de vazamentos, especialmente em regiões com infraestrutura mais antiga e fragilizada, a redução de pressão foi identificada como uma das práticas mais econômicas e de fácil implementação para a diminuição de perdas, corroborando os achados do presente estudo, conforme apresentado nas Tabelas 1 e 2 a seguir, onde demonstra a estimativa de ganhos com a redução de pressão, utilizando uma VRP (Válvula Redutora de Pressão) no setor.

Tabela 1 – Aplicação dos conceitos de favad, para redução de pressão.

Horário	Cenário	Perdas Reais (m^3/h)	Pressão Média Sem VRP (mca)	Pressão Média Com VRP (mca)	FAVAD (m^3/h)	Vol. Recuperado (m^3/h)	Vol. Recuperado (%)
10 Hrs	Maior Pressão	141,98	60,47	34,14	73,57	68,41	48,18%
20 Hrs	Menor Pressão	141,98	46,47	32,02	92,52	49,46	34,84%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tabela 2 – Estimativa de reparo de vazamentos que poderiam ser evitados.

Horário	Cenário	Nº de Vazamentos Reparados	Vol. Recuperado (%)	Nº de Vazamentos Evitáveis
10 Hrs	Maior Pressão	219	48,18%	106
20 Hrs	Menor Pressão	219	34,84%	76

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A calibração do modelo hidráulico, baseada em dados reais obtidos da concessionária, assegurou que as simulações refletissem as condições operacionais do sistema. A comparação entre os dados simulados e os medidos em campo mostrou uma boa aderência, com margens de erro dentro dos limites de tolerância definidos para a pesquisa. Isso valida o uso da modelagem hidráulica como uma ferramenta confiável para a análise e otimização das redes de abastecimento de água.

Apesar das evidências positivas, é importante destacar que o impacto das variáveis geográficas e estruturais da rede de abastecimento, como o relevo irregular e a extensão da rede, também exerce influência significativa nas perdas de água (Alegre et al., 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cumpriu os objetivos propostos ao investigar a eficiência do controle de perdas hídricas nas redes de abastecimento de Caçador, Santa Catarina, por meio da modelagem hidráulica. Os resultados obtidos demonstraram que a aplicação de estratégias como a redução de pressão e a setorização da rede são eficazes na redução das perdas, com ganhos significativos em termos de recuperação de volumes de água e diminuição da incidência de vazamentos.

A análise dos cenários simulados, que variaram entre maior e menor pressão, comprovou que o controle de pressão pode resultar em reduções de até 48,18% nas perdas hídricas, especialmente em regiões com alta vulnerabilidade a vazamentos. Estes achados corroboram a literatura existente sobre o impacto da pressão nas perdas de água, destacando a relevância de estratégias simples e de baixo custo para a melhoria da eficiência das redes de abastecimento.

Algumas limitações foram observadas durante o desenvolvimento da pesquisa, a principal delas refere-se à complexidade das variáveis geográficas e estruturais da rede, que, em um

município com relevo irregular como Caçador, pode dificultar a aplicação uniforme das estratégias de controle de pressão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à BRK Ambiental, pela parceria e disponibilização dos dados operacionais e históricos essenciais para o desenvolvimento deste estudo. A colaboração da concessionária foi fundamental para a realização da pesquisa e para o alcance dos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Saulo de Tarso Marques; CHEUNG, Peter Batista. Perdas de água: tecnologias de controle. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 220 p. ISBN 978-85-237-0701-9.

ALEGRE, H. *et al*. Indicadores de desempenho para serviços de abastecimento de água. Manual da IWA. London: IWA Publishing, 2004. Disponível em: https://www.pseau.org/outils/ouvrages/ersar_indicadores_de_desempenho_para_servicos_de_abastecimento_de_agua_2004.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BENTLEY SYSTEMS. Software de hidráulica e hidrologia. br.bentley.com, [s. d.]. Disponível em: https://br.bentley.com/software/hydraulics-and-hydrology/. Acesso em: 31 mar. 2025.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

TOMOGRAFIA NO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Categoria: Práticas de Estágio

Elisa Maria Da Silva[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – A tomografia computadorizada (TC) é um método de diagnóstico por imagem que permite visualizar, de forma detalhada, elementos em diferentes planos anatômicos, com mínima sobreposição de estruturas. O avanço tecnológico, especialmente com a introdução de tomógrafos multidetectores e o uso de contraste iodado, possibilitou maior precisão na avaliação de órgãos, sistemas e estruturas vasculares. O estágio supervisionado realizado no setor de Tomografia Computadorizada teve caráter observacional e participativo, permitindo acompanhar todas as etapas do exame, desde o acolhimento do paciente até o pós-processamento das imagens, com atenção às normas de biossegurança e radioproteção. As atividades englobaram orientação do paciente, verificação de contraindicações, auxílio no posicionamento, seleção de parâmetros técnicos e acompanhamento da administração de contraste quando indicado. Os resultados evidenciam o aprendizado técnico sobre parâmetros de aquisição e ferramentas de pós-processamento, além da importância da comunicação clara, ética profissional e práticas de radioproteção. Conclui-se que o estágio proporcionou desenvolvimento técnico e ético, consolidando a compreensão da atuação profissional em tomografia computadorizada e sua relevância clínica no diagnóstico de diversas condições.

Palavras-chave: Tomografia; Diagnóstico; Imagem.

INTRODUÇÃO

A tomografia é uma palavra composta pela junção de dois termos gregos: tomos e grafos, que significam, respectivamente, “camadas” e “escrita”, sendo definida como um método que mostra, de forma clara, elementos encontrados em um determinado plano, tendo como finalidade evidenciar a região desejada com pouca ou nenhuma sobreposição (Miranda et al., 2020). A partir desse conceito inicial, a área passou por expressivo avanço tecnológico ao longo dos anos.

Com o desenvolvimento dos equipamentos, especialmente após a introdução dos tomógrafos multidetectores e do uso de meio de contraste iodado, ocorreu um salto significativo na qualidade diagnóstica, permitindo estudos mais detalhados de diferentes órgãos e sistemas, bem como de suas estruturas vasculares e manifestações patológicas (Junior; Janson-Ney;

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Natan Veiga, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Fonseca, 2020). Dessa forma, a tomografia consolidou-se como uma ferramenta fundamental para o diagnóstico por imagem.

No contexto clínico-prático, a TC sem contraste é amplamente utilizada como exame de primeira escolha em pacientes que apresentam déficit neurológico súbito, sobretudo nos casos de suspeita de acidente vascular cerebral (AVC). Esse tipo de exame possibilita descartar hemorragias intracranianas, avaliar edema cerebral e identificar sinais precoces de isquemia, o que justifica sua importância em situações de urgência pela rapidez, disponibilidade e eficácia na diferenciação entre lesões isquêmicas, hemorrágicas e infecciosas. Além disso, exames complementares como a TC de perfusão cerebral e a angiotomografia permitem uma avaliação mais aprofundada da circulação encefálica quando necessário (Queiroz; Vedovato; Silva, 2025).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância da tomografia computadorizada no contexto diagnóstico, destacando sua aplicabilidade clínica, seus avanços tecnológicos e sua contribuição para a tomada de decisão no ambiente assistencial.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado no setor de Tomografia Computadorizada de um serviço de diagnóstico por imagem, com caráter observacional e participativo. Durante o período de atuação, foi possível acompanhar todas as etapas do exame, desde o acolhimento do paciente até o pós-processamento das imagens, sempre sob a orientação de um profissional habilitado e de acordo com as normas de biossegurança e radioproteção. As atividades desenvolvidas incluíram a orientação do paciente quanto ao preparo e ao procedimento, a verificação de dados clínicos e possíveis contraindicações, especialmente nos exames com uso de contraste iodado, bem como o auxílio no posicionamento do paciente na mesa do equipamento e na seleção dos parâmetros técnicos conforme o protocolo institucional. Também foi possível acompanhar a administração do meio de contraste quando indicado e observar a realização das aquisições tomográficas, respeitando os limites legais do estágio. Na sequência, foram acompanhados o processo de reconstrução das imagens em diferentes planos e janelas, o pós-processamento e o envio para o sistema de arquivamento, compreendendo na prática o fluxo completo do exame. A metodologia adotada fundamentou-se na integração entre teoria e prática, buscando consolidar o aprendizado técnico associado à segurança do paciente e à aplicação dos princípios de radioproteção, especialmente o princípio ALARA, com foco na otimização da dose e qualidade da imagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização do estágio no departamento de Tomografia Computadorizada, foi possível vivenciar, de maneira prática, como se dá o fluxo de atendimento aos pacientes e a aplicação dos principais protocolos em uso no serviço. Foi possível observar a rotina do setor, desde o acolhimento e orientação dos pacientes, passando pela correta posição na mesa do aparelho, até a captação e reconstrução das imagens. Também se teve a oportunidade de acompanhar exames com e sem a utilização de contraste iodado, reconhecendo as principais indicações e cuidados essenciais em relação à segurança e aos potenciais reações adversas.

Ao longo das atividades, foi possível aumentar o conhecimento sobre os parâmetros técnicos empregados nos diversos segmentos do corpo, como espessura de corte, pitch, tempo de rotação e janelas de reconstrução. Além disso, compreendeu-se a importância de ajustar corretamente as técnicas para melhorar a qualidade das imagens e diminuir a exposição à radiação. Outro aspecto importante foi entender as ferramentas de pós-processamento disponíveis no aparelho, como reconstrução multiplanar (MPR) e renderização volumétrica (VR), que são úteis na interpretação diagnóstica.

Foi notável também o papel do tecnólogo/radiologista em seguir as normas de radioproteção, tanto para os pacientes quanto para a equipe, assim como a relevância de manter uma comunicação clara e acolhedora durante o exame. Diante disso, os resultados demonstram que o estágio possibilitou um desenvolvimento tanto técnico quanto ético, contribuindo para uma compreensão mais ampla da atuação profissional na área de diagnóstico por imagem.

Figura 1- Tomografia de tórax

Fonte: Os autores (2025).

Figura 2- Tomografia de Crânio

Fonte: Os autores (2025).

Assim, observa-se que, a utilização criteriosa da tomografia, quando associada ao exame clínico e a exames laboratoriais, compõe um tripé essencial para a condução diagnóstica segura e eficiente. Diante dessa relevância, o acesso rápido à TC e a padronização dos protocolos nos serviços de urgência surgem como estratégias fundamentais para a melhoria da assistência (Almeida; Medeiros; Andrade, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Tomografia Computadorizada ofereceu uma extensa visão sobre a relevância desse método na medicina clínica e no diagnóstico. Foi possível participar de todas as fases do procedimento, desde a recepção do paciente até o processamento das imagens, fortalecendo o aprendizado tanto técnico quanto ético. Notou-se a importância das inovações tecnológicas, como os tomógrafos que possuem múltiplos detectores e a aplicação de contraste iodado, que melhoram a exatidão dos diagnósticos e possibilitam a análise detalhada de órgãos, sistemas e estruturas vasculares. Ademais, a vivência reforçou a importância de aplicar corretamente os parâmetros técnicos, fazer uso adequado das ferramentas de pós-processamento e respeitar as diretrizes de radioproteção, assegurando a segurança do paciente e da equipe. Por conseguinte, o estágio teve um papel crucial no crescimento profissional, facilitando a conexão entre teoria e prática, e destacou a tomografia computadorizada como uma ferramenta essencial para decisões clínicas, combinando qualidade das imagens, eficiência e segurança.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Stéffany Alves de; MEDEIROS, Raissa Paiva de; ANDRADE, Ana Laura Marto de. Utilização da tomografia no diagnóstico diferencial das síndromes inflamatórias abdominais agudas: diverticulite, apendicite, colite e colecistite. Journal Archives of Health, [s. l.], v. 6, n. 4, p. e2878–e2878, 13 ago. 2025. https://doi.org/10.46919/archv6n4espec-15872.

JUNIOR, Jorge Augusto dos Santos; JANSONNEY, Mônica Silva Costa; FONSECA, Giuliana Vasconcelos de Souza. Dose efetiva de radiação nos exames de tomografia computadorizada: um estudo retrospectivo e descritivo. Diagnóstico e Tratamento, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 46–51, 10 abr. 2020. .

MIRANDA, Jessika Karlla Teixeira; MORAES, Melissa Emilly Pereira de; PADILHA, Ellen Marcella Freire; ROCHA, Anderson de Oliveira; SANTOS, Diogo Dionizio Delmiro dos; OLIVEIRA, Ana Luiza Pontes de; SILVA, Fabrício Rutz da; FRANCO, Aurea Valéria de Melo; LINS, Fernanda Freitas. Tomografia computadorizada em endodontia: revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, [s. l.], n. 50, p. e3238, 4 jun. 2020. https://doi.org/10.25248/reas.e3238.2020.

QUEIROZ, João Vitor de Paula; VEDOVATO, Camila; SILVA, Gabriela Fonseca. Tomografia computadorizada no diagnóstico diferencial de alterações neurológicas agudas: da infecção à

isquemia. Journal Archives of Health, [s. l.], v. 6, n. 4, p. e2852–e2852, 12 ago. 2025. https://doi.org/10.46919/archv6n4espec-15858.

RELATO DE EXPERIÊNCIA CLÍNICA EM ESTÉTICA: CASO DE APLICAÇÃO DE TOXINA BOTULÍNICA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III DE BIOMEDICINA

Categoria: Práticas de Estágio

Gabriela Martinez Zarpelon[1]
Natan Veiga[2]

Resumo - O estágio obrigatório III em Biomedicina na área estética é essencial para a formação profissional, permitindo a integração entre teoria e prática e preparando o aluno para a realidade clínica. Este relato descreve um caso clínico de aplicação estética de toxina botulínica (TXB) realizado na Clínica Santa Ana, sob supervisão de uma fisioterapeuta dermatofuncional. A paciente, mantida em anonimato, apresentava linhas de expressão faciais sem contraindicações médicas. O procedimento seguiu todas as etapas clínicas, incluindo avaliação anatômica, marcação de pontos, preparo da toxina e aplicação com técnicas adequadas de biossegurança. Observou-se suavização significativa das linhas de expressão, elevação das sobrancelhas e harmonia facial, além de impacto positivo na autoestima da paciente. Esses resultados confirmam a eficácia da TXB na estética facial, atuando tanto como recurso terapêutico quanto estético, ao bloquear a liberação de acetilcolina nos terminais nervosos e promover relaxamento muscular. A experiência evidenciou a importância do atendimento individualizado, do cuidado técnico e da observação contínua do paciente, além de contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas e comunicativas do biomédico. O estágio reforçou a relevância da prática clínica supervisionada, consolidando habilidades essenciais para atuar de forma ética, segura e eficiente na área estética.

Palavras-chave: estágio; toxina botulínica; biomedicina estética.

INTRODUÇÃO

O estágio é de extrema importância à formação profissional, unindo a teoria à prática e para fins de adequar a expectativa do estagiário à realidade cotidiana profissional. Este possibilita ao graduando desenvolver a postura de pesquisador, despertar a observação, ter uma boa reflexão crítica, facilidade de reorganizar as ações para poder reorientar a prática quando necessário (Lombardi, 2005). Para Leite (2023) o estágio surge como um processo fundamental na formação do aluno estagiário pois é a forma de fazer a transição de aluno para profissional.

[1]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O estágio na área da Estética surge como uma oportunidade de enfrentar desafios, inseguranças e aumentar a postura profissional dentro da prática clínica e interpessoal. Também possibilita aprimorar os conhecimentos adquiridos em teoria, adequando-os à realidade.

O presente relato de experiência do Estágio Obrigatório III, realizado na Clínica Santa Ana, no campo de Estética, sob supervisão de uma fisioterapeuta dermatofuncional abordará um caso clínico de aplicação estética de Toxina Botulínica.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de caso clínico realizado durante o Estágio Obrigatório III em Biomedicina na área estética, com foco na aplicação de toxina botulínica. A paciente, mantida em anonimato, apresentava queixa de linhas de expressão faciais, sem histórico de alergias ou condições médicas que contraindicassem o procedimento. O atendimento seguiu todas as etapas clínicas, incluindo avaliação da região, marcação dos pontos de aplicação, preparo da toxina com diluição adequada e técnica de aplicação, respeitando protocolos de assepsia e biossegurança. Todos os materiais utilizados, como seringas, agulhas e produtos antissépticos, foram devidamente registrados. O procedimento foi conduzido com consentimento informado do paciente, garantindo confidencialidade e anonimato, e foram observadas reações imediatas e fornecidas orientações pós-aplicação, com planejamento de acompanhamento conforme necessidade clínica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A toxina botulínica (TXB) desempenha um papel importante na estética facial, proporcionando benefícios tanto terapêuticos quanto estéticos. Ela é amplamente utilizada para o tratamento de rugas e linhas de expressão, atuando no relaxamento dos músculos que as formam, o que contribui para o suavizar das marcas faciais e confere ao paciente uma aparência mais jovem e revitalizada (Francisco; Suguihara; Muknicka, 2023).

A toxina botulínica (TXB) atua bloqueando a liberação de acetilcolina nos terminais nervosos. Quando administrada em doses corretas, ela se liga seletivamente aos receptores pré-sinápticos, impedindo a fusão das vesículas que contêm acetilcolina com a membrana celular. Isso provoca uma diminuição da liberação do neurotransmissor, responsável pela contração dos músculos (Francisco; Suguihara; Muknicka, 2023).

A experiência de aplicação de toxina botulínica durante o estágio demonstrou resultados altamente positivos, promovendo suavização significativa das linhas de expressão faciais. Além disso, observou-se elevação das sobrancelhas, melhorando a estética do terço superior da face. O procedimento também contribuiu para o aumento da autoestima do paciente, ressaltando sua função terapêutica além do efeito estético. Esses resultados são consistentes com a literatura, que confirma a eficácia da toxina botulínica na diminuição de rugas e na melhora da expressão facial quando realizada com precisão técnica. A avaliação contínua do paciente evidencia a importância de uma prática clínica individualizada, assegurando segurança, satisfação e desenvolvimento de competências fundamentais para o biomédico na área estética.

Na figura 1 eu e a supervisora de estágio fazemos a avaliação anatômica da paciente e realizamos as marcações antes da aplicação. A paciente demonstrou linhas de expressão principalmente na região frontal, com padrão de contração muscular total. A região dos músculos corrugadores do supercílio também demonstrou força, sendo essas as principais regiões abordadas. Também houveram aplicações no músculo orbicular do olho e prócero.

Figura 1: Análise anatômica da paciente e marcação dos pontos.

Fonte: Os autores (2025).

Na figura 2 a seguir demonstra-se o resultado após 17 dias. Percebe-se uma harmonia facial maior, com características mais suaves e uma pele com melhor aspecto.

Figura 2: Resultados

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio obrigatório III em Biomedicina na área estética foi uma oportunidade valiosa de aprendizado prático na aplicação de toxina botulínica, permitindo acompanhar de perto todas as etapas do atendimento, desde a avaliação inicial até o acompanhamento pós-procedimento. A experiência mostrou como a técnica correta, a atenção à biossegurança e o cuidado individualizado são fundamentais para alcançar resultados satisfatórios e seguros. Além dos benefícios estéticos observados, foi possível perceber o impacto positivo do procedimento na autoestima e no bem-estar do paciente, evidenciando a importância da estética para a qualidade de vida. Mais do que aprimorar habilidades técnicas, o estágio contribuiu para o desenvolvimento de competências comunicativas e profissionais essenciais, consolidando a integração entre teoria e prática e preparando o biomédico para atuar de forma ética, segura e confiante na área estética.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha supervisora de estágio e fisioterapeuta dermatofuncional, Fabiane Granetto, por todos os ensinamentos dos últimos meses.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Manoel Lesser Filho; SUGUIHARA, Roberto Teruo; MUKNICKA, Daniella Pilon. Mecanismos de ação e indicações da Toxina Botulínica. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, p. e15712642223-e15712642223, 2023. Acesso em: 27 out. 2025

LEITE, Natanielle de Oliveira Gomes. A Relevância do Estágio Curricular Supervisionado na Formação Docente. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 1, 2023. Acesso em: 27 out. 2025.

LOMBARDI, Roseli Ferreira. **Formação Inicial: Uma observação da prática docente por discurso de alunos estagiários do curso de Letra**, 2005. Disponível em Internet. http:www.congresso/ed2005.puc.c/pdf/ferreira%20lombardipdf. Acesso em 27 out. 2025.

ESTÁGIO FINAL SUPERVISIONADO EM MICROBIOLOGIA NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS EM CAÇADOR-SC

Categoria: Práticas de Estágio

Isabela Machado Canalli[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O estágio supervisionado em microbiologia foi realizado no Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Caçador-SC, entre agosto e novembro de 2025, com o objetivo de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Biomedicina. Durante o período, foram acompanhadas e executadas atividades de rotina laboratorial, incluindo semeaduras, colorações de Gram, testes bioquímicos, repiques bacterianos e antibiogramas. A experiência possibilitou o aprimoramento das habilidades técnicas e a compreensão da importância da padronização e do controle de qualidade na rotina microbiológica. O estágio contribuiu para consolidar a integração entre teoria e prática, destacando a relevância do biomédico na identificação de microrganismos e no diagnóstico laboratorial de infecções.

Palavras-chave: biomedicina; saúde pública; diagnóstico.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é uma etapa indispensável na formação acadêmica, pois permite que o estudante vivencie situações reais de trabalho e consolide as habilidades adquiridas ao longo do curso (Lima et al., 2020). Segundo Gehlen et al. (2022), essa vivência prática complementa o aprendizado teórico e proporciona ao acadêmico uma visão mais ampla do campo profissional, favorecendo a autonomia, a responsabilidade e o senso crítico diante dos desafios da rotina de trabalho. No campo da Biomedicina, o estágio possibilita o desenvolvimento de competências técnicas e éticas essenciais para a atuação profissional, contribuindo para a formação de um biomédico mais preparado para lidar com a complexidade dos processos laboratoriais e com as demandas da saúde pública (Barroso, 2023).

A microbiologia clínica é uma das áreas mais relevantes das análises clínicas, visto que se dedica à identificação e estudo de microrganismos patogênicos, como bactérias e fungos, que estão frequentemente associados a doenças infecciosas (Funke et al., 2024). A identificação laboratorial desses agentes é fundamental para o diagnóstico e o direcionamento do tratamento adequado (Murray et al., 2023). Segundo Ingraham e Ingraham (2025), compreender a interação entre o microrganismo e o hospedeiro é essencial para o controle e prevenção das infecções.

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O setor de microbiologia desempenha papel crucial na vigilância epidemiológica e no uso racional de antibióticos, aspectos reforçados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2013), que destaca a necessidade de precisão e padronização dos métodos laboratoriais. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências e aprendizados obtidos durante o estágio supervisionado em microbiologia, evidenciando a importância dessa vivência para a formação do biomédico e para a prática diagnóstica laboratorial.

METODOLOGIA

O estágio foi desenvolvido no Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Caçador-SC, entre 04 de agosto e 28 de novembro de 2025, sob a supervisão técnica do professor Msc. Natan Veiga. O laboratório é uma instituição pública de referência regional, responsável por exames nas áreas de bioquímica, hematologia, parasitologia, urinálise e microbiologia, oferecendo apoio diagnóstico à rede municipal de saúde.

As atividades foram realizadas de forma prática e supervisionada, incluindo a triagem e o processamento de amostras biológicas, principalmente urinas e secreções. Foram aplicadas técnicas como semeaduras em meios seletivos e diferenciais, coloração de Gram, repiques bacterianos, testes bioquímicos (Bactray 1, 2 e 3, kit bioquímico de provas para enterobactérias, bile esculina, meio de tolerância ao sal, fator CAMP, coagulase, catalase, entre outros) e testes de sensibilidade antimicrobiana (TSA).

Também foram acompanhados os procedimentos de controle de qualidade dos meios de cultura por meio do Programa Nacional de Controle da Qualidade (PNCQ), garantindo a confiabilidade dos resultados. Todas as práticas seguiram as normas de biossegurança e de qualidade preconizadas pela ANVISA (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio, foi possível compreender na prática o funcionamento da rotina microbiológica, desde o recebimento das amostras até a emissão de laudos. As atividades proporcionaram o domínio técnico das etapas de isolamento, cultivo e identificação de microrganismos, bem como o entendimento da importância do controle de qualidade na rotina laboratorial, onde este é essencial para garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados, impactando diretamente a segurança e o tratamento do paciente. Ele assegura a credibilidade do laboratório, permite a melhoria contínua dos processos, minimiza erros e atende a exigências regulatórias (Tripathi; Sapra, 2023). De acordo com a ANVISA (2023), a padronização das metodologias e o controle rigoroso de qualidade são essenciais para garantir resultados confiáveis e auxiliar no enfrentamento da resistência bacteriana.

O acompanhamento das diferenciações microbianas e dos testes de sensibilidade antimicrobiana permitiu observar a diversidade de microrganismos isolados e o padrão de resistência apresentado, o que reforça a importância da correta identificação para a escolha terapêutica adequada (Terra; Mello; Santos, 2024). A aplicação do TSA, evidenciou que a variedade de cepas multirresistentes encontradas foi de aproximadamente 2,7% semanalmente,

o que leva ao laboratório a emissão de resultados críticos, foram notificados a vigilância epidemiológica e o paciente.

Além disso, a vivência prática reforçou a importância da biossegurança, do uso de equipamentos de proteção individual e da correta manipulação de materiais biológicos, fundamentais para a prevenção de acidentes e contaminações (Pandey; Cascella, 2023). A experiência consolidou o aprendizado teórico e contribuiu para a formação crítica e reflexiva do acadêmico, enfatizando o papel do biomédico na promoção da saúde pública e na prevenção de doenças infecciosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Microbiologia representou uma etapa enriquecedora na formação profissional, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de habilidades laboratoriais. A experiência proporcionou segurança técnica, aprimoramento científico e a percepção da relevância do biomédico na rotina clínica e na promoção da saúde.
A atuação no setor de microbiologia permitiu compreender a importância da padronização, da biossegurança e da constante atualização científica, reforçando a necessidade de profissionais capacitados e comprometidos com a qualidade dos resultados laboratoriais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Caçador-SC, à professora esp. Mariane, Rafaela Seidel por me acompanhar durante esse período, à coordenadora do laboratório Dayana Holz e ao professor orientador Natan Veiga pelo suporte e orientação durante o desenvolvimento do estágio supervisionado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Manual de Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: ANVISA, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Boletim Informativo sobre Resistência Microbiana. Brasília: ANVISA, 2023.

BARROSO, Edmilson Pereira. Estágio supervisionado em Biomedicina: um relato de experiência no setor de exantemáticas do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) no município de Rio Branco – Acre. DêCiência em Foco, v. 4, n. 1, p. 266-271, 2023. Disponível em: https://revistas.uninorteac.edu.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/98.

GEHLEN, Fernanda dos Santos; ADORNO, Hellen Maria Bezerra Santiago; JESUS, Caroline Severo de; DIAS, Adriana Keila; REZENDE, Mairy Ferreira Melo; PEREIRA, Reobbe Aguiar; MARKUS, Glaucya Wanderley Santos. A percepção de acadêmicos da área da saúde acerca dos estágios supervisionados. Research, Society and Development, v. 11, n. 9, e12411931562, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31562.

FUNKE, G.; BARON, E. J.; JANDA, W. M.; LANDRY, M. L.; SCHRECKENBERGER, P. C. Manual of Clinical Microbiology. 14. ed. Washington: ASM Press, 2024.

INGRAHAM, J. L.; INGRAHAM, C. A. Introduction to Microbiology. 4. ed. Belmont: Cengage Learning, 2025.

LIMA, P. S. et al. Gestão Organizacional e Cultura Corporativa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S.; PFALLER, M. A. Medical Microbiology. 10. ed. Philadelphia: Elsevier, 2023.

PANDEY, B.; CASCELLA, M. Antibiotic Resistance. StatPearls Publishing, 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554560/.

TERRA, A. P.; MELLO, T. L.; SANTOS, R. J. Resistência Bacteriana e Infecções Hospitalares. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

TRIPATHI, K. D.; SAPRA, S. Essentials of Pharmacology for Health Professionals. 8. ed. New Delhi: Jaypee Brothers Medical Publishers, 2023.

A IMPORTÂNCIA DO DIAGÓSTICO BASEADO EM EXAMES DE IMAGEM: UM RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio

Isabely Recalcate Petry[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – Exames como a tomografia computadorizada (TC), as radiografias convencionais e a angiografia por subtração digital utilizam radiação ionizante e são indispensáveis no diagnóstico e tratamento de pacientes em terapia intensiva. Embora a exposição à radiação represente risco potencial ao DNA, os benefícios do diagnóstico por imagem superam os possíveis danos, pois garantem informações essenciais para a tomada de decisões clínicas e o cuidado ao paciente.
O estágio supervisionado, realizado entre 1º de outubro e 17 de dezembro de 2025 no Hospital Salvatoriano Divino Salvador, em Videira (SC), possibilitou o aprimoramento de técnicas em radiografia e tomografia computadorizada, além do desenvolvimento de competências como comunicação, empatia e ética profissional, fundamentais para uma prática segura, humanizada e comprometida com a excelência em saúde.

Palavras-chave: imagenologia; radiografia; tomografia computadorizada; Biomédico.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1895, o físico alemão Wilhelm Conrad Roentgen descobriu os raios X, o que transformou a medicina ao permitir o estudo das estruturas ósseas do corpo humano até então inacessíveis à observação (Bueno; Crescêncio; Maia, 2022). Atualmente, a imagenologia é crucial no tratamento do paciente (Onder et al., 2021). Exames como tomografia computadorizada (TC), radiografias convencionais e angiografia por subtração digital são baseados em radiação, porém tornam-se fundamentais no diagnóstico e tratamento de indivíduos em terapia intensiva (Grote et al., 2025).

Segundo Bueno; Crescêncio; Maia, 2022, a radiografia fornece imagens rápidas de alta qualidade e possui um preço acessível, sendo a principal ferramenta complementar de diagnóstico para os cirurgiões em qualquer especialidade. Além disso, também tem um papel fundamental na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), pois é por meio desse exame que se tem um monitoramento constante dos pacientes.

De acordo com Queiroz; Vedovato; Silva, 2025, a TC sem contraste é amplamente utilizada como exame de primeira escolha em pacientes que apresentam déficit neurológico

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

súbito, como nos casos de suspeita de acidente vascular cerebral (AVC). Esse exame permite descartar hemorragias intracranianas, avaliar o grau de edema cerebral e identificar sinais precoces de isquemia. Assim, torna-se indispensável em contextos de urgência devido à sua rapidez, ampla disponibilidade e capacidade de distinguir entre lesões isquêmicas, hemorrágicas e infecciosas. Além disso, podem ser realizados exames complementares com contraste, como a TC de perfusão cerebral e a angiotomografia, que possibilitam uma avaliação detalhada da circulação cerebral.

A exposição à radiação pode danificar o DNA, dessa forma, é um agente potencialmente carcinogênico, e sua exposição quase dobrou nas últimas décadas, sobretudo devido ao aumento do uso de exames de TC e de procedimentos de medicina nuclear (Karavas et al., 2022).

. Groteet al al., 2025, define a dose efetiva, medida em milisieverts (mSv), como a métrica amplamente utilizada para quantificar o risco de exposição a essa radiação, considerando a quantidade absorvida por diferentes órgãos e tecidos e aplicando fatores de ponderação que refletem as distintas sensibilidades de cada um deles. Porém, representa uma aproximação baseada em um indivíduo de referência padronizado e não considera variáveis específicas do paciente.

Por isso, Alshamrani; Alrehily, 2025, cita o risco atribuível ao longo da vida (RAL), que também surgiu para avaliar o risco de câncer a longo prazo associado à exposição à radiação ionizante em procedimentos médicos, levando em consideração as variáveis essenciais como idade do paciente, sexo, natureza da exposição à radiação e frequência da exposição. Portanto, o RAL fornece uma avaliação de risco mais individualizada, considerando que diferentes populações apresentam sensibilidades variadas à radiação.

Brower; Rehani, 2021, afirma que é apropriado analisar separadamente as diferentes modalidades de imagem para compreender melhor os riscos associados à exposição à radiação. Por exemplo, estudos radiográficos como radiografia simples, mamografia e exames odontológicos, envolvem doses relativamente baixas (uma única radiografia simples de tórax, cabeça, abdômen ou pelve envolve uma dose efetiva entre 0,02 e 2 mSv). Já os estudos de imagem nuclear (imagem de perfusão miocárdica MPI, PET/CT e SPECT/CT), envolvem altas doses em exames individuais e nos últimos anos, a imagem híbrida está sendo usada de forma recorrente, resultando em altas doses cumulativas.

Grote et al., 2025, informa que por esses motivos, torna-se essencial a adoção de protocolos de segurança radiológica, que envolvem a otimização das doses, a justificativa da realização dos exames e a consideração de modalidades alternativas, com o objetivo de mitigar riscos a longo prazo. Ainda assim, os benefícios proporcionados pelo diagnóstico por imagem superam os riscos associados à exposição à radiação, uma vez que a obtenção de informações diagnósticas precisas é fundamental para otimizar os resultados clínicos e garantir o melhor cuidado ao paciente.

METODOLOGIA

O estágio iniciou no dia primeiro de outubro de 2025 e encerrou em dezessete de dezembro de 2025. As práticas ocorreram no Hospital Salvatoriano Divino Salvador, localizado

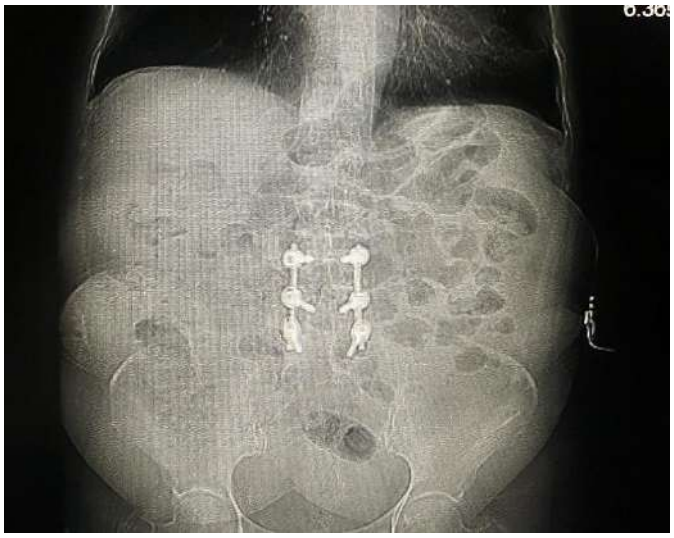
em Videira-SC. O hospital oferece uma ampla variedade de serviços em diferentes especialidades médicas, abrangendo internação, pronto-socorro e exames diagnósticos, atuando de forma integrada para promover o bem-estar dos pacientes.

O setor de Imagenologia, onde o estágio foi realizado, desempenha um papel fundamental no apoio às decisões clínicas, fornecendo exames de imagem que contribuem para a identificação, o acompanhamento e a avaliação de diversas patologias desenvolvidas, destacaram-se: o preparo do paciente para a realização dos exames (tanto tomografia quanto radiografia), a realização do exame de tomografia (com e sem contraste), realização da radiografia em seus diferentes locais: na sala de radiografia, no centro cirúrgico e nos leitos hospitalares (como na UTI).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das práticas realizadas durante o período de estágio, foi possível adquirir e aprimorar conhecimentos sobre as diversas técnicas envolvidas na realização de exames radiográficos, incluindo os diferentes posicionamentos, as áreas de interesse a serem colimadas e a distância adequada entre o paciente e a fonte de radiação. Além disso, a análise das estruturas ósseas e das possíveis patologias associadas a elas foram aprimoradas. A seguir, são apresentadas algumas imagens de casos clínicos observados ao longo do estágio, relacionados a esse tipo de exame.

Imagem 1 – Radiografia de um paciente que realizou uma artrodese (fixação de pinos na coluna).



Fonte: a autora, 2025.

Legenda: Paciente 1, que após a realização de uma artrodese, precisou de uma radiografia para a visualização dos parafusos e hastes na coluna lombar.

Imagem 2- Radiografia de pulmão.

Fonte: a autora, 2025.

Legenda: Paciente 2, que apresentava dispneia, realizou o exame de radiografia, no qual foi possível identificar alterações em seus pulmões. Seguiu para tomografia para um diagnóstico mais preciso.

Outro exame frequentemente realizado durante o período de estágio foi a tomografia computadorizada. Esse procedimento requer posicionamentos específicos e segue protocolos próprios para a reconstrução das imagens. Trata-se de um exame de grande importância diagnóstica, pois permite a visualização tridimensional das estruturas anatômicas e a navegação pelas imagens. A seguir, são apresentadas algumas reconstruções em 3D, bem como as imagens obtidas durante a realização do exame.

Imagem 3- Reconstrução de uma fratura mandibular.

Fonte: a autora, 2025.

Legenda: Paciente 3, que após a uma colisão automobilística, precisou de uma TC para a visualização da fratura. Após a execução do exame, foi feito o protocolo para a reconstrução óssea da imagem.

Imagem 4- Reconstrução de uma angiotomografia de abdômen e pelve.

Fonte: a autora, 2025.

Legenda: Paciente 4, que realizou uma angiotomografia de abdômen e pelve, que permite investigar condições como aneurismas, estenoses ou oclusões arteriais. Após a realização de exame, foi feita a reconstrução da imagem baseado no protocolo específico de angiotomografia.

Imagem 5- TC de abdômen total.

Fonte: a autora, 2025.

Legenda: Paciente 5, que realizou uma TC de abdômen total para acompanhamento de seu caso: rins policísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio permitiu a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos aplicados ao ambiente hospitalar, além do aprimoramento de habilidades práticas no manuseio de equipamentos e no posicionamento de pacientes, sempre em conformidade com as normas de biossegurança e ética profissional. A vivência com os pacientes favoreceu o desenvolvimento da comunicação, empatia e cuidado, essenciais para uma atuação humanizada. Essa experiência ampliou a formação profissional ao proporcionar compreensão da rotina em imagenologia, do

trabalho em equipe e da importância da precisão técnica, consolidando uma postura ética, responsável e comprometida com a excelência no cuidado à saúde.

REFERÊNCIAS

ALSHAMRANI, Abdullah Fahad A.; ALREHILY, Faisal A. Lifetime attributable risk of radiation exposure from cardiac and parathyroid SPECT/CT scan. **Journal of Radiation Research and Applied Sciences**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 101303, mar. 2025. https://doi.org/10.1016/j.jrras.2025.101303.

BROWER, Charles; REHANI, Madan M. Radiation risk issues in recurrent imaging. **British Journal of Radiology**, [*s. l.*], v. 94, n. 1126, p. 20210389, 1 out. 2021. https://doi.org/10.1259/bjr.20210389.

BUENO, Milene Bernardo; CRESCÊNCIO, Maiara da Silva; MAIA, Luiz Faustino dos Santos. Radiologia Na Medicina Atual: Importância Do Exame Por Imagem No Diagnóstico Do Paciente. **Revista Atenas Higeia**, [*s. l.*], v. 4, n. 1, 23 jun. 2022. Disponível em: https://revistas.atenas.edu.br/higeia/article/view/127. Acesso em: 20 out. 2025.

GROTE, Alexandre *et. al.* Radiation exposure in neurosurgical intensive care unit patients: Balancing diagnostic benefits and long-term risks. **Life Sciences**, [*s. l.*], v. 364, p. 123426, mar. 2025. https://doi.org/10.1016/j.lfs.2025.123426.

KARAVAS, Erdal *et. al.* Are we aware of radiation: A study about necessity of diagnostic X-ray exposure. **World Journal of Methodology**, [*s. l.*], v. 12, n. 4, p. 264–273, 20 jul. 2022. https://doi.org/10.5662/wjm.v12.i4.264.

ONDER, Omer *et. al.* Errors, discrepancies and underlying bias in radiology with case examples: a pictorial review. **Insights into Imaging**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 51, 20 abr. 2021. https://doi.org/10.1186/s13244-021-00986-8.

RELATO DE EXPÊRIENCIA DE ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA

Categoria: Práticas de Estágio

Isadora Suchara Rachinski[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O presente Resumo expandido descreve a experiência do estágio curricular supervisionado de 500 horas do curso de Biomedicina, realizado na Refletto Clínica de Biomedicina Estética, localizada em Caçador-SC. O objetivo foi combinar teoria e prática por meio da observação de procedimentos estéticos minimamente invasivos, de acordo com as Resoluções n.º 197/2011, n.º 200/2011 e n.º 241/2014 do Conselho Federal de Biomedicina. As tarefas abrangeram o gerenciamento de estoque, a organização de materiais, a observância das normas de saúde e a supervisão de procedimentos como toxina botulínica, preenchimentos, microagulhamento, radiofrequência e intradermoterapia, sob a supervisão do biomédico encarregado. A experiência possibilitou a compreensão do funcionamento da clínica, o aperfeiçoamento de habilidades técnicas e o fortalecimento de uma atuação ética e segura. Pode-se concluir que o estágio foi crucial para o crescimento profissional, solidificando os conhecimentos teóricos e práticos essenciais para a formação de um biomédico esteta.

Palavras-chave: biomédico; estética; estágio.

INTRODUÇÃO

Em 21 de fevereiro de 2011, o Conselho Federal de Biomedicina (CFBM) regulamentou a atuação de biomédicos na área da saúde estética, autorizando-os a realizar procedimentos destinados ao tratamento de disfunções estéticas faciais, corporais e associadas ao envelhecimento fisiológico. A resolução ainda dispõe sobre os deveres do profissional nesse cenário, o qual deverá estar devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional, seguindo as normas éticas da profissão e com a devida qualificação (Resolução no 197, de 21 de fevereiro de 2011).

Conforme a Resolução n.º 241, de 29 de maio de 2014, o CFBM permitiu que biomédicos estetas realizem procedimentos minimamente invasivos para fins de rejuvenescimento. Os procedimentos não cirúrgicos superficiais, como a aplicação de toxina botulínica tipo A, preenchimentos e intradermoterapia estão entre os autorizados, desde que sigam as normatizações da ANVISA (Resolução no 241, de 29 de maio de 2014).

Ademais, de acordo com o artigo 6º da Resolução nº 200/2011 o profissional biomédico tem direito a habilitação definitiva em biomedicina estética caso esteja cursando a graduação na

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

área, cumprindo o estágio supervisionado mínimo de 500 horas (Resolução no 200, de 1o de julho de 2011).

Dessa forma, percebe-se a importância do estágio supervisionado, o qual garante o desenvolvimento prático dos estudantes e incentiva a aplicação adequada dos conhecimentos adquiridos (Silva, Livia Maria da et al., 2019). As práticas realizadas auxiliam no desenvolvimento de competências acadêmicas que se convertem em habilidades profissionais e incentivam uma atuação mais confiante e habilidosa ao longo da formação, sendo essencial para a formação de biomédicos (Gehlen et al., 2022).

Com isso, o presente Resumo tem como objetivo relatar a experiência de estágio curricular supervisionado de 500h do curso de Biomedicina. O documento irá apresentar desde os procedimentos acompanhados às práticas executadas, ressaltando a integração entre teoria e prática.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência levará em conta a primeira e segunda quinzena de estágio (28/07 a 05/09), o qual foi realizado na Refletto Clínica de Biomedicina Estética, situada em Caçador- SC. A clínica tem como objetivo proporcionar um ambiente único e personalizado, onde a beleza e o bem-estar de cada pessoa são cultivados de maneira individual.

O espaço conta com 11 ambientes diferentes, incluindo uma recepção, cinco salas de atendimento, dois banheiros, uma copa, uma sala de esterilização e um depósito para materiais de limpeza. Durante o estágio, a maior parte dos procedimentos foi realizada na sala do Dr. Natan Veiga, diretor da clínica, responsável principalmente pela execução dos procedimentos minimamente invasivos.

Durante o estágio, a observação e avaliação das práticas clínicas foram conduzidas por meio do acompanhamento direto dos procedimentos executados pelo Dr. Natan Veiga, abrangendo procedimentos como bioestimuladores, toxina botulínica, preenchimentos. Os aspectos observados incluíam o protocolo de atendimento, o manuseio de materiais, as técnicas de aplicação e a interação com os pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PRIMEIRA QUINZENA (28 DE JULHO A 15 DE AGOSTO)

O começo do estágio foi voltado à adaptação à clínica, à familiarização com as atividades e à aprendizagem do sistema Clínica Experts, empregado para agendamentos, gestão de estoque, definição de preços e verificação de validade de produtos. Nesse período, foram executadas tarefas de organização, como verificação de estoque, registro de novos produtos, monitoramento da temperatura de salas e geladeiras, além da verificação de documentos solicitados pela Vigilância Sanitária.

Simultaneamente, diversos procedimentos estéticos foram monitorados, como a aplicação de toxina botulínica em toda a face, preenchimentos faciais, fios de PDO, Skinbooster Vital,

microagulhamento facial, radiofrequência corporal e consultas faciais, sempre sob a supervisão do biomédico responsável. No dia 08/08, houve uma agenda em Porto União, que consistiu em uma aula teórica e prática sobre a aplicação do laser Lavieen, além de acompanhamentos de Ultraformer, preenchimento de olheiras, toxina botulínica e preenchimento labial, experimentando toda a rotina de atendimento ao paciente.

SEGUNDA QUINZENA (18 DE AGOSTO A 05 DE SETEMBRO)

Nesta etapa, as tarefas de organização envolveram a verificação de documentos para a Vigilância Sanitária, elaboração de etiquetas para identificação de armários e gavetas, reposição de materiais nas bancadas, atualização do controle de estoque e acompanhamento das temperaturas. Os procedimentos acompanhados incluíram retornos de preenchimento labial e limpeza de pele com luz LED. Já os procedimentos realizados englobaram limpeza de pele, dermaplaning, microagulhamento facial e labial, radiofrequência corporal e facial, intradermoterapia com lipossomas de girassol e diluição de toxina botulínica, todos supervisionados pelo biomédico responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio vivida na Refletto Clínica de Biomedicina Estética possibilitou a combinação entre teoria e prática, oferecendo conhecimento em procedimentos estéticos avançados e na administração clínica, abrangendo o gerenciamento de estoque e a observância de normas sanitárias. O acompanhamento de procedimentos como toxina botulínica, preenchimentos, microagulhamento, radiofrequência e intradermoterapia permitiu um aprofundamento nos conhecimentos técnicos e no atendimento personalizado, tendo um impacto considerável na formação profissional no campo da biomedicina estética.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial a Refletto Clínica de Biomedicina Estética, a qual forneceu o suporte necessário para a realização deste estágio, disponibilizando sua infraestrutura, materiais e orientação técnica essenciais para a execução das atividades práticas.

REFERÊNCIAS

GEHLEN, Fernanda dos Santos *et al.* A percepção de acadêmicos da área da saúde acerca dos estágios supervisionados. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 9, p. e12411931562–e12411931562, 4 jul. 2022. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31562.

RESOLUÇÃO No 197, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011. [s. d.]. **Conselho Federal de Biomedicina**. Disponível em: https://cfbm.gov.br/resolucao-no-197-de-21-de-fevereiro-de-2011/. Acesso em: 3 set. 2025.

RESOLUÇÃO No 200, DE 1o DE JULHO DE 2011. [s. d.]. **Conselho Federal de Biomedicina**. Disponível em: https://cfbm.gov.br/resolucao-no-200-de-1o-de-julho-de-2011/. Acesso em: 3 set. 2025.

RESOLUÇÃO No 241, DE 29 DE MAIO DE 2014. [s. d.]. Conselho Federal de Biomedicina. Disponível em: https://cfbm.gov.br/resolucao-no-241-de-29-de-maio-de-2014/. Acesso em: 4 set. 2025.BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

SILVA, Livia Maria da *et al.* Estágio curricular supervisionado: dificuldades e perspectivas vivenciadas por acadêmicos de enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], n. 18, p. e662, 9 jul. 2019. https://doi.org/10.25248/reas.e662.2019.

EXPERIÊNCIAS LABORATORIAIS NO SETOR ENOLÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO FINAL PARA A FORMAÇÃO BIOMÉDICA

Categoria: Práticas de Estágio

Julia Rissardi[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O estágio curricular supervisionado realizado na Estação Experimental de Videira da EPAGRI teve como objetivo principal vivenciar atividades laboratoriais voltadas as análises físico-químicas de espumantes e sucos, em sua maioria de vinhos, contribuindo para a validação de pesquisas com genótipos de videiras PIWI. Durante o período de 04 de agosto a 05 de dezembro de 2025, foram executadas análises, como densidade, pH, acidez titulável e volátil, grau alcoólico e anidirdo sulforoso total e livre, além de avaliações sensoriais. As análises realizadas permitiram caracterizar a qualidade dos produtos enológicos, monitorar processos fermentativos e apoiar o desenvolvimento de variedades adaptadas às condições edafoclimáticas de Santa Catarina. O estágio possibilitou também a integração entre teoria e prática, fortalecendo competências técnicas, senso crítico e capacidade de interpretação de resultados. Em síntese, a experiência contribuiu significativamente para a formação biomédica, evidenciando a importância da prática laboratorial na pesquisa aplicada, no controle de qualidade e no desenvolvimento sustentável da vitivinicultura regional.

Palavras-chave: Análises físico-químicas. Variedades PIWI. Vinho.

INTRODUÇÃO

A vitivinicultura tem se consolidado como uma das atividades agroindustriais de maior relevância em Santa Catarina, contribuindo significativamente para o fortalecimento econômico e a valorização regional. Nos últimos anos, as áreas de maior altitude do estado ganharam destaque pela produção de vinhos finos reconhecidos nacionalmente, resultado das condições edafoclimáticas favoráveis e da constante busca por inovação tecnológica e sustentabilidade na cadeia produtiva (RUFATO et al., 2021).

Entretanto, a introdução de novas cultivares adaptadas às condições locais e resistentes a doenças fúngicas ainda representa um desafio para o setor. Nesse contexto, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), por meio de sua Estação Experimental de Videira, vem desenvolvendo projetos voltados ao melhoramento genético de videiras, com especial enfoque nas variedades PIWI, que apresentam maior resistência a fungos e menor necessidade de defensivos agrícolas (PEREIRA et al., 2024).

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O estágio curricular supervisionado realizado na EPAGRI, mais especificadamente na Estação Experimental de Videira, possibilitou vivenciar de forma prática o rigor técnico e científico que envolve o controle de qualidade enológico, etapa essencial para a validação das pesquisas e a garantia da qualidade dos produtos derivados da uva. A experiência permitiu acompanhar e executar análises físico-químicas e sensoriais em vinhos, espumantes, sucos, colaborando com estudos voltados ao desenvolvimento de genótipos mais sustentáveis e adequados ao clima catarinense (NARDI, 2023).

Dessa forma, o presente relato tem como objetivo compartilhar as experiências vivenciadas durante o estágio final supervisionado, destacando os aprendizados técnicos e pessoais adquiridos ao longo do processo. Busca-se refletir sobre como a prática laboratorial no setor enológico contribuiu para a formação profissional biomédica, fortalecendo competências analíticas, senso crítico e compreensão sobre a importância do controle de qualidade dentro do contexto da pesquisa científica e da indústria de alimentos e bebidas.

METODOLOGIA

O estágio final supervisionado foi realizado na Estação Experimental da EPAGRI, localizada em Videira (SC), no período de 04 de agosto a 05 de dezembro de 2025, com carga horária de seis horas diárias. As atividades foram desenvolvidas no laboratório de análises físico-químicas, que além de apoiar pesquisas voltadas ao melhoramento genético de videiras do grupo PIWI (pilzwiderstandsfähigen), realizou-se análises do projeto artesanal com vinhos desenvueltos por produtores rurais da região meio-oeste catarinense.

Durante a experiência, foram acompanhadas e executadas análises de rotina, como determinação de densidade, pH, acidez titulável, acidez volátil, teor alcoólico e anidirdo sulforoso livre e total, seguindo metodologias oficiais reconhecidas pelo MAPA e EMBRAPA. As amostras analisadas eram provenientes de vinificações experimentais realizadas nas estações da EPAGRI de Videira e dos municípios de São Joaquim, Curitibanos e Urussanga.

O estágio também possibilitou a participação em atividades sensoriais e treinamentos olfativos, integrando aspectos teóricos e práticos relacionados à qualidade dos produtos enológicos. Dessa forma, esta experiência caracteriza-se como um relato de natureza descritiva e qualitativa, que busca evidenciar a importância da prática profissional na consolidação de competências analíticas e científicas voltadas à formação biomédica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio curricular supervisionado na Estação Experimental de Videira da EPAGRI, foram realizadas diversas atividades laboratoriais voltadas as análises físico-químicas em sua maioria de vinhos, bem como à validação de pesquisas relacionadas ao melhoramento genético de videiras, com especial atenção às variedades PIWI. As análises executadas permitiram integrar a prática laboratorial à compreensão dos parâmetros regulamentados e sensoriais essenciais para o setor vitivinícola, proporcionando aprendizado técnico e científico.

As análises físico-químicas tiveram papel central na caracterização da qualidade dos produtos enológicos, sendo determinantes para monitorar a fermentação, identificar a

composição das amostras e verificar a conformidade com padrões legais estabelecidos pelo MAPA e EMBRAPA. Entre os parâmetros avaliados, destacam-se:

Densidade: Determinada por método densimétrico, a densidade forneceu informações sobre a relação entre açúcar residual e teor alcoólico final das amostras. Vinhos com densidade acima de 1,000 $g \cdot mL^{-1}$ foram classificados como doces, enquanto valores inferiores indicaram vinhos secos (RIGON, 2025). A execução dessa análise reforçou a atenção aos detalhes, a precisão na leitura de instrumentos e a interpretação de resultados em função do estágio de fermentação.

pH: Medido diretamente em titulador Mettler Toledo, o pH influencia na coloração, sabor e estabilidade microbiológica dos vinhos (CHAVARRIA, 2008). A análise permitiu compreender a importância do equilíbrio ácido para prevenir oxidação e alterações biológicas, bem como reforçou o conhecimento sobre o impacto de condições laboratoriais na confiabilidade dos resultados.

Acidez titulável e volátil: A acidez titulável refletiu a presença de ácidos orgânicos como tartárico, málico e cítrico, sendo essencial para a estabilidade sensorial e microbiológica (BRITO, 2019). Já a acidez volátil, determinada por destilação seguida de titulação, indicou a integridade do vinho frente à presença de ácidos da série acética, associada a possíveis contaminações ou degradação do produto (SILVA, 2018). O manuseio desses procedimentos contribuiu para o desenvolvimento do raciocínio crítico e capacidade de relacionar parâmetros químicos a características qualitativas do vinho.

Anidrido Sulforoso livre e total: Quantificado pelo método de Ripper, o SO2 livre atuou como conservante e antioxidante, enquanto o SO2 total indicou a soma das frações livre e combinada (VANDERLINE; BENEDET, 1995; NUNES et al., 2012). Essa análise reforçou a importância de respeitar limites legais e de interpretar corretamente resultados que afetam tanto a segurança do produto quanto a experiência sensorial do consumidor.

Grau alcoólico: Determinado por destilação alcoólica e medição de densidade do destilado, o teor alcoólico indicou a eficiência da fermentação e contribuiu para a avaliação da estabilidade microbiológica do vinho (DE OLIVEIRA; DE SOUZA; MAMEDE, 2011). A execução deste procedimento destacou a necessidade de precisão em medições volumétricas e controle rigoroso de temperatura.

Além das análises físico-químicas, a participação de atividades sensoriais e treinamentos olfativos em vinhos, espumantes e sucos, como uma das experiências que permitiram associar percepções organolépticas a parâmetros laboratoriais, fortalecendo a compreensão sobre como características químicas se traduzem em aroma, sabor e textura do produto final. Desta forma, o envolvimento nas análises sensoriais reforçou habilidades de observação, interpretação crítica e comunicação de resultados qualitativos.

Ademais, as análises realizadas durante o estágio forneceram suporte direto ao projeto de avaliação de genótipos de videiras PIWI, auxiliando na identificação de variedades adaptadas às condições edafoclimáticas de Santa Catarina. A integração entre resultados laboratoriais e metas de pesquisa permitiu compreender a relevância da prática laboratorial para a validação de hipóteses científicas e desenvolvimento de produtos mais sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular supervisionado proporcionou uma vivência prática de extrema valia, no qual, as atividades laboratoriais, voltadas ao controle de qualidade de vinhos, espumantes, sucos e vinagres, possibilitaram desenvolver competências técnicas em análises físico-químicas e sensoriais, essenciais para a validação de pesquisas com genótipos.

A execução de métodos padronizados, como determinação de densidade, pH, acidez titulável e volátil, grau alcoólico e quantificação de anidrido sulforoso, reforçou habilidades relacionadas à precisão, interpretação de resultados e rigor científico, competências fundamentais para a atuação biomédica em contextos laboratoriais diversos. Além disso, a participação em avaliações sensoriais permitiu compreender a integração entre parâmetros químicos e percepções organolépticas, destacando a importância da análise multidimensional na produção de alimentos e bebidas.

O estágio também evidenciou a relevância da pesquisa aplicada e do controle de qualidade para o desenvolvimento de soluções sustentáveis, ao apoiar projetos de melhoramento genético de videiras adaptadas às condições climáticas de Santa Catarina, promovendo a redução do uso de defensivos agrícolas e a melhoria da qualidade dos produtos finais.

Por fim, a experiência contribuiu de maneira significativa para a formação acadêmica e profissional, fortalecendo o senso crítico, a capacidade de análise, a organização de dados e a compreensão do impacto da prática laboratorial na produção enológica e na pesquisa científica. Assim, o estágio representa uma etapa fundamental na consolidação das competências necessárias para a futura atuação como biomédica, destacando a importância da vivência prática como complemento indispensável à formação teórica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à EPAGRI, em especial à Estação Experimental de Videira pela disponibilidade e confiança em me permitir realizar o estágio e à Vanderleia Retore Bertelli, por sua dedicação, paciência e generosidade em compartilhar conhecimentos, orientações e apoio ao longo de todas as atividades desenvolvidas. Registro também, meus agradecimentos aos pesquisadores André Kulkamp de Souza e Vinicius Caliari, meus supervisores de estágio, pelo suporte técnico e orientação científica.

REFERÊNCIAS

BRITO, Jade Menezes de. **Comparações entre vinhos Cabernet Sauvignon fermentados por leveduras comerciais e autóctones.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2019. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/1343. Acesso em: 31/08/2025.

CHAVARRIA, Geraldo et al., Caracterização físico-química do mosto e do vinho Moscato Giallo em videiras cultivadas sob cobertura de plástico. **Pesquisa Agropecuária Brasileira,** v. 43, p. 911-916, 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/pab/a/x3QHc8C9pPjzGJMp9QLwWPh/?lang=pt. Acesso em: 30/08/2025.

DE OLIVEIRA, Luisa Costa; DE SOUZA, Sara Oliveira; MAMEDE, Maria Eugênia de Oliveira. Avaliação das características físico-químicas e colorimétricas de vinhos finos de duas principais regiões vinícolas do Brasil. **Revista Instituto Adolfo Lutz**. São Paulo. v.70. n.2. p.158-67. 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2011/ses-22113/ses-22113-2904.pdf. Acesso em: 18/10/2025.

NARDI, Milena. **Epagri desenvolve projeto inédito de melhoramento genético da uva Piwi.** Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC. 2023. Disponível em: https://www.epagri.sc.gov.br/epagri-desenvolve-projeto-inedito-de-melhoramento-genetico-da-uva-piwi/. Acesso em: 25/08/2025.

NUNES, Cláudia et al. **Desenvolvimento de metodologias para a produção de vinho sem adição de anidrido sulfuroso**. Química 127. 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220518041955id_/https://b-quimica.spq.pt/magazines/BSPQuimica/658/article/30001807/pdf. Acesso em: 18/10/2025.

PEREIRA, Evelyn França et al., Composição físico-química de vinhos de 'Calardis Blanc' elaborados em diferentes métodos de vinificação. **Revista Ambientes em Movimento** n.2. v.4. 2024. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/am/article/view/7922. Acesso em: 27/08/2025.

RIGON, Emily Kathelyn Meirelles. **Avaliação físico-química de vinhos PIWI 'Felicia' e 'Helios' elaborados com diferentes períodos de maceração fermentativa**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Curitibanos, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/266401/TCC%20Agronomia%202025-1%20Emily%20Kathelyn%20Meirelles%20Rigon.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31/08/2025.

RUFATO, Leo et al., **A cultura da Videira: Vitivinicultura de Altitude**. Editora UDESC. 2021. p.27. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Douglas-Wurz/publication/356552970_A_cultura_da_videira_viticultura_de_altitude/links/61a3ac483068c54fa523b613/A-cultura-da-videira-viticultura-de-altitude.pdf#page=29. Acesso em: 25/08/2025.

SILVA, Irlane Almeida da. **Desenvolvimento de esferas de vinho tinto pelo processo de gelificação iônica: avaliação da estabilidade do produto, caracterização dos compostos bioativos e identificação do perfil volátil**. 2018. Dissertação de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/16120. Acesso em: 01/09/2025.

VANDERLINDE, Regina; BENEDET, Honório Domingos. **Controle analítico dos vinhos de diversas variedades produzidas numa indústria vinícola do Rio Grande do Sul**. B. Ceppa, Curitiba. v.13. n.1. p. 7-12. 1995. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/alimentos/article/download/14153/9525/47644?. Acesso em: 18/10/2025.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA

Categoria: Práticas de Estágio

Karoline Perazzoli Alberti[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O presente relatório refere-se ao estágio supervisionado obrigatório do curso de Biomedicina Estética, realizado na Clínica Dra. Brendha Dutra, localizada na Cidade de Videira-SC, com carga horária total de 500 horas. O estágio teve como objetivo principal proporcionar o desenvolvimento teórico e prático na área da estética avançada, integrando conhecimentos científicos e clínicos aplicados aos procedimentos estéticos. Durante o período, foram acompanhados e realizados procedimentos como aplicação de toxina botulínica, preenchimentos faciais, bioestimuladores de colágeno, secagem de microvasinhos (PEIM), microagulhamento, laser de CO_2, peelings e lipo enzimática. Além da prática clínica, o estágio permitiu compreender aspectos essenciais como organização, biossegurança, gestão de clínica, marketing, atendimento e empreendedorismo na área estética. A experiência contribuiu para o aprimoramento das habilidades técnicas, senso ético, empatia e capacidade de tomada de decisão, fundamentais à atuação do biomédico esteta. O estágio proporcionou ainda o entendimento sobre a importância da estética avançada na promoção da autoestima e bem-estar, evidenciando o papel do profissional biomédico como agente de transformação social e promotor de saúde e equilíbrio entre corpo e mente.

Palavras-chave: estética avançada; biomedicina; autoestima.

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao estágio supervisionado obrigatório do curso de Biomedicina, realizado na Clínica Dra. Brendha Dutra, Biomédica Esteta, localizada na Rua Saul Brandalise, em Videira-SC, com carga horária total de 500 horas, no período de 28 de Julho a 27 de Novembro.

A estética avançada é uma área que vem crescendo cada vez mais, dedicada à promoção da saúde, bem-estar e autoestima, por meio de procedimentos invasivos que melhoram a aparência e a qualidade de vida dos pacientes (Siqueira et al., 2024). Segundo (Santos et al., 2024), os tratamentos estéticos vêm se tornando cada vez mais acessíveis e procurados, impulsionados pela busca por rejuvenescimento facial, harmonização e prevenção do envelhecimento (Caetano; Vieira, 2024).

[1]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Atualmente, procedimentos como toxina botulínica, preenchedores faciais, bioestimuladores de colágeno e tecnologias a laser representam grande parte da demanda em clínicas especializadas, devido aos seus resultados eficazes e tempo reduzido de recuperação (Santos et al., 2024). A prática clínica na área da estética exige conhecimento técnico, senso crítico e atenção aos princípios éticos, garantindo a segurança do paciente e dando a eles excelência nos resultados (Ribeiro, 2023).

A metologia caracterizou-se como relato de experiencia.

O estágio teve como objetivo geral desenvolver e proporcionar o aprendizado teórico-prático na área de estética avançada, permitindo ao acadêmico vivenciar a rotina clínica, desenvolver habilidades técnicas e compreender a importância da humanização no atendimento ao paciente. Já os objetivos específicos deste relatório foram observar e participar de protocolos de aplicação de toxina botulínica, preenchimentos faciais e bioestimuladores de colágeno, acompanhar procedimentos de lipo enzimática, secagem de microvasos (PEIM) e laser de CO_2, compreender os cuidados pré e pós-procedimento indicados para cada tratamento, e adquirir noções de empreendedorismo e gestão de clínica estética.

Este relatório está estruturado de forma organizada, contemplando a caracterização da unidade concedente, a fundamentação teórica, a descrição das atividades desenvolvidas, as sugestões de melhorias e as considerações finais.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência resultante do estágio supervisionado obrigatório do curso de Biomedicina na área estética, realizado na Clínica Dra. Brendha Dutra, localizada na Cidade de Videira-SC. A vivência ocorreu no período de 28 de julho a 27 de novembro de 2025, totalizando uma carga horária de 500 horas. O estágio foi desenvolvido por meio de observação direta, participação assistida e execução supervisionada de procedimentos estéticos minimamente invasivos, possibilitando o aperfeiçoamento das habilidades práticas e teóricas na área da estética avançada.

As atividades foram conduzidas em ambiente clínico devidamente estruturado, respeitando as normas de biossegurança e ética profissional. Entre os procedimentos observados e acompanhados destacam-se a aplicação de toxina botulínica, preenchimentos faciais, peelings, secagem de microvasos (PEIM), bioestimuladores de colágeno, microagulhamento, laser de CO_2 e lipo enzimática. A coleta de informações ocorreu de forma contínua, por meio de registros de estágio e anotações de observação.

A fundamentação teórica foi baseada em artigos e materiais científicos que abordam a estética avançada e suas aplicações clínicas, permitindo relacionar teoria e prática. O estágio foi realizado sob supervisão profissional, garantindo a segurança e o cumprimento das normas éticas vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tive a oportunidade de aprender e implementar protocolos de tratamento específicos para as diversas demandas dos clientes. Desenvolvi a habilidade de realizar procedimentos com segurança, usando os equipamentos e produtos apropriados, além de aprender a gerenciar a rotina de uma clínica.

A experiência possibilitou a identificação do perfil dos clientes interessados em procedimentos estéticos, além dos tratamentos mais requisitados e das queixas mais frequentes. Após a aplicação de certos tratamentos, notei uma melhora estética nos pacientes, evidenciando a eficácia dos procedimentos monitorados.

Houve progresso na comunicação com os clientes, adquiri a capacidade de orientá-los quanto aos procedimentos e cuidados pós-tratamento.

O estágio possibilitou a conexão entre os conhecimentos teóricos obtidos durante a graduação e a prática clínica cotidiana.

Esse foi o momento para ponderar sobre a experiência, os obstáculos enfrentados e a forma como superá-los. É possível debater a relevância da ética e da responsabilidade no dia a dia da clínica.

Foi possível examinar os obstáculos encontrados, como a dificuldade inicial em operar determinados equipamentos, e como essas questões foram resolvidas com a orientação do supervisor da clínica.

Essa experiência prática permitiu uma percepção mais concreta do mercado de trabalho na estética, destacando a relevância de aderir a protocolos de biossegurança e normas, como as estabelecidas pela ANVISA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Biomedicina estética representou uma etapa essencial na consolidação da formação profissional, permitindo a integração entre teoria e prática e a vivência real das rotinas de uma clínica de estética avançada. A experiência proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e interpessoais, fundamentais para o exercício da profissão com excelência, ética e segurança.

Durante o período de estágio, foi possível acompanhar diversos procedimentos estéticos. Cada atendimento representou uma oportunidade de aprendizado sobre anatomia, fisiologia, protocolos clínicos, biossegurança e humanização no cuidado com o paciente. Além disso, o convívio com profissionais experientes contribuiu para aprimorar a postura ética e a responsabilidade no ambiente de trabalho, fortalecendo a compreensão sobre a importância da empatia e da comunicação no atendimento estético.

O estágio também proporcionou contato com aspectos de gestão e empreendedorismo, ampliando a visão sobre a atuação do biomédico esteta como profissional e gestor da própria

carreira. Essa vivência prática consolidou o compromisso com a atualização constante, a busca por conhecimento científico e a valorização do bem-estar dos pacientes.

Conclui-se que o estágio foi uma experiência enriquecedora e transformadora, que contribuiu significativamente para o crescimento profissional e pessoal, reafirmando a relevância da Biomedicina Estética na promoção da saúde e autoestima pessoal.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), instituição responsável pela formação acadêmica.

Agradeço à Clínica Dra. Brendha Dutra por ter concedido o espaço e a oportunidade de vivenciar a prática profissional em um ambiente ético, seguro e acolhedor, contribuindo de forma significativa para o meu crescimento profissional.

Manifesto também minha gratidão aos professores orientadores e aos docentes do curso de Biomedicina da UNIARP, pelo comprometimento, paciência e incentivo contínuo durante todo o processo de aprendizado.

E, de forma muito especial, agradeço à minha família, pelo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos dessa caminhada acadêmica. O apoio incondicional e as palavras de motivação foram fundamentais para que eu persistisse e concluísse mais essa etapa com dedicação e comprometimento.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Maria Eduarda Costa; VIEIRA, Maria Eduarda Domingos. Principais procedimentos estéticos realizados em jovens e possíveis intercorrências. 2024.

RIBEIRO, Guilherme Fernando. Estrutura de Comissões: um estudo da atual Comissão Interna do Vestibular de uma Universidade. In: OPEN SCIENCE RESEARCH XI. Editora Científica Digital, 2023. p. 1048-1059.

SANTOS, Gyovanna Emily Silva dos et al. Entre a perfeição e o exagero: estudo narrativo sobre procedimentos estéticos. 2024.

SIQUEIRA, Daniela Leandro Barros de et al. Declarações de Missão e Visão Organizacionais: Uma Análise das Cem Maiores Empresas do Brasil de Acordo com o Anuário da Revista Exame, de 2020. 2024.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANÁLISES CLÍNICAS: VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS NO LEAC (LABORATÓRIO ESCOLA DE ANÁLISES CLÍNICAS)

Categoria: Prática de Estágio

Kawane Ribeiro França[1]
Natan Veiga[2]

Resumo : O presente trabalho apresenta um relato das vivências e aprendizados obtidos durante o estágio supervisionado em Análises Clínicas, realizado no Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. O estágio teve como objetivo proporcionar o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e éticas, além de integrar teoria e prática na formação do biomédico. As atividades contemplaram setores como Hematologia, Microscopia, Microbiologia, Coleta e Controle de Qualidade, com ênfase em biossegurança, padronização de técnicas e gestão laboratorial. A experiência contribuiu para a consolidação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, reforçando a importância do estágio supervisionado na formação profissional e no compromisso social do biomédico. A atuação no LEAC possibilitou compreender a relevância da prática laboratorial no contexto da saúde pública e a necessidade de constante aprimoramento técnico e ético.

Palavras-chave: estágio supervisionado; análises clínicas; biomedicina; laboratório escola; biossegurança.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Análises Clínicas representa uma etapa essencial na formação do biomédico, pois permite a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento das competências profissionais. Segundo Silva e Ferreira (2021), essa fase contribui significativamente para a construção da identidade profissional, favorecendo a integração entre teoria e prática. O Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da UNIARP possibilita aos acadêmicos vivenciarem atividades que abrangem setores como hematologia, bioquímica, urinálise, parasitologia e microbiologia, proporcionando o aprendizado técnico e a experiência com rotinas laboratoriais reais. Além disso, o estágio estimula o comprometimento ético, o trabalho em equipe e a responsabilidade social do biomédico (Lima e Costa, 2019).

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi desenvolvido no Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC), localizado na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, entre os meses de julho e novembro de 2025, totalizando 500 horas. As atividades foram realizadas sob orientação do

[1]Aluno do Curso de biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Prof. Natan Veiga e supervisão técnica de Emyr Hiago Bellaver e da Professora Paula Kath. Foram contemplados diversos setores, incluindo Hematologia, Microscopia, Controle de Qualidade, Microbiologia e Coleta. Durante o período, foram realizados coletas, análises laboratoriais, leituras microscópicas, treinamento de novos estagiários além de participação em auditorias internas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As experiências vivenciadas no estágio supervisionado permitiram consolidar conhecimentos teóricos e aprimorar habilidades técnicas. No setor de Hematologia, foram desenvolvidas competências na confecção e leitura de esfregaços, contagem diferencial e interpretação de hemogramas. Em Microscopia e Microbiologia, o foco esteve na leitura de lâminas de urina e secreções, bem como na identificação morfológica de microrganismos. A participação em auditorias e no controle de qualidade reforçou a importância da padronização de processos e da rastreabilidade dos resultados, aspectos fundamentais destacados por Santos e Trevisan (2021).

Além disso, o estágio proporcionou o desenvolvimento de habilidades interpessoais, como comunicação, empatia e trabalho em equipe (Gomes e Andrade, 2021), essenciais para a atuação biomédica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no LEAC proporcionou uma vivência enriquecedora, consolidando a formação técnica, científica e ética necessária à atuação biomédica.

A experiência permitiu compreender a importância do controle de qualidade, da biossegurança e da padronização dos procedimentos laboratoriais, além de reforçar o compromisso social e humano da profissão. Assim, o estágio contribuiu não apenas para o aprimoramento profissional, mas também para o fortalecimento da identidade do biomédico como agente transformador na saúde pública.

REFERÊNCIAS

BARROSO, E. P. Estágio supervisionado em Biomedicina: relato de experiência no setor de exantemáticas do LACEN – Rio Branco – Acre. DêCiência em Foco, v.4, n.1, 2023.

GOMES, A. C.; ANDRADE, P. R. O estágio como estratégia de integração teoria-prática na saúde. Revista Ensino e Pesquisa em Saúde, v.9, n.1, p.56-64, 2021.

LIMA, D. S.; COSTA, M. R. Ética e responsabilidade profissional na formação em saúde. Revista Bioética em Foco, v.7, n.2, p.33-41, 2019.

OPAS; FIOCRUZ. Manual de Biossegurança Laboratorial. 4ª ed. Brasília: OPAS, 2021.

SANTOS, K. A.; TREVISAN, M. A importância do controle de qualidade nos laboratórios de análises clínicas: uma revisão integrativa. PubSaúde, v.6, 2021.

SILVA, R. A.; FERREIRA, M. L. O papel do estágio supervisionado na formação do biomédico. Revista de Ensino em Ciências da Saúde, v.5, n.1, p.12-20, 2021.

ESTÁGIO FINAL SUPERVISIONADO EM ANÁLISES CLÍNICAS NO HOSPITAL MAICÉ EM CAÇADOR-SC

Categoria: Prática de estágio

Kioanne Carla Pereira[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O estágio foi realizado na área de análises clínicas no Hospital Maice, no período de julho a novembro na cidade de Caçador - SC e teve como objetivo proporcionar a capacitação profissional e colocar na prática às rotinas de laboratório teóricas vistas durante o curso. As atividades desenvolvidas envolveram os setores de bioquímica, microbiologia, hematologia, urinálise, e até mesmo triagem e coleta, possibilitando o aprimoramento de habilidades e conhecimentos técnicos e práticos, contribuindo significativamente para a formação profissional. Além disso, a vivência no ambiente hospitalar permitiu compreender a importância do trabalho em equipe, da responsabilidade técnica e da precisão nos procedimentos laboratoriais, reforçando o papel essencial do biomédico na área da saúde e na qualidade do diagnóstico clínico.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Análises Clínicas; Biomedicina; Experiência Hospitalar.

INTRODUÇÃO

A função do Estágio Supervisionado ultrapassa a simples aplicação da teoria adquirida nas instituições de ensino, pois leva o estudante a pensar sobre sua posição como profissional, além de promover a humanização em sua atividade ao atender um paciente. (Pascoal; Souza, 2021).

Um estudo realizado por Silva; Gaydeczka (2024) ressalta que a experiência supervisionada é essencial na formação, proporcionando a oportunidade de obter vivências, aprimorar habilidades, ponderar sobre a atuação e consolidar a identidade profissional. Antes visto como burocrático e baseado na imitação, hoje ele é compreendido como uma prática apoiada em fundamentos teórico-metodológicos sólidos.

Os laboratórios de análises clínicas são parte importante do sistema de saúde, contribuindo diretamente para ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e gerenciamento de patologias. (Dias; Barquette; Bello. 2021). Os resultados obtidos nos exames laboratoriais influenciam entre 60 e 70% das decisões tomadas pelos médicos, por isso, a medicina diagnóstica está cada vez mais focada em fornecer resultados que sejam precisos em um tempo reduzido (ELSTON, 2008). A participação de um laboratório no diagnóstico é um processo iniciado com a

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

coleta do espécime diagnóstico e termina com a emissão de um laudo (Dias; Barquette; Bello. 2021)

Por meio dessa vivência, aparecem chances de obter experiência prática, aprimorar habilidades, pensar sobre as próprias atividades e fortalecer a identidade profissional. Se antes o estágio era visto como uma tarefa administrativa, técnica e focada na cópia de exemplos, hoje as conversas ressaltam a importância de que ele constitua uma prática apoiada em bases teóricas e metodológicas consistentes adquiridas durante a formação. (Silva; Gaydeczka. 2024)

METODOLOGIA

O estágio foi realizado no período de julho a novembro de 2025, no laboratório do Hospital Maice em Caçador - SC, na área de análises clínicas sob supervisão técnica do professor Natan Veiga. O hospital, cujo nome deriva do Tupi Guarani e significa "fazer amigos-amizade" foi iniciado pela Congregação dos Santos Anjos em 1831 na França e fundado pela madre Maria São Miguel Pou, possui cerca de 350 colaboradores e é uma entidade filantrópica que se dedica a oferecer atendimentos médicos de qualidade para adultos e crianças, contando com o apoio de doações da comunidade. Ativo no centro de Caçador desde fevereiro de 1979, conta com 124 leitos, unidade de terapia intensiva, estrutura de cardiologia completa, com equipamentos da Hemodinâmica e equipe especializada, é também referência no campo da neurologia.

O laboratório realiza exames nas áreas de bioquímica, hematologia, urinálise, microbiologia e parasitologia. As atividades realizadas compõem esses setores além de triagem, coletas venosas e arteriais, testes rápidos, entre outras atividades relacionadas, além de acompanhamento das rotinas hospitalares e controles de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizados uma variedade de exames no período do estágio, proporcionando diversos conhecimentos e possibilitando a prática dos conteúdos vistos anteriormente em sala. Divididos por setor, são eles:

HEMATOLOGIA

Confecção de lâminas/esfregaços;

Coloração;

Hematócrito;

Identificação de células;

Leitura e comparação de resultados;

MICROBIOLOGIA

Semear urina, secreção traqueal, swab retal, coprocultura;

Realização de antibiograma e leitura de sensibilidade ou resistência;

Coloração de Gram e leitura;

Coagulase, oxidase e outros testes até identificação do microrganismo;

Bactrey e minikit;

URINÁLISE

Preparo de urinas e leitura;

Creatinina e proteína na urina;

Comparação de resultados;

BIOQUÍMICA

Preparo do controle e calibrador;

Manuseio correto do AUDMAX e COBAS;

Rodar amostras em ambos equipamentos;

Acompanhamento em liberar resultados;

Armazenamento e uso correto dos reagentes;

AGÊNCIA TRANSFUSIONAL

Acompanhar sangria;

Realizar tipagem direta e reversa;

Recebimento e conferência de hemocomponentes;

Verificar integridade e conferência no sistema;

Prova cruzada;

PAI1 e PAI2;

Teste de coombs;

Controle e registro no sistema e tabelas

DEMAIS EXAMES E ATIVIDADES REALIZADAS

Triagem de amostras;

Coagulograma e controle;

Gasometria;

Na/K e troca de reagente;

Coletas venosas;

Treinamento em coleta arterial;

Preparo de controle para bioquímica e coagulograma;

Triagem das amostras;

Testes rápidos;

VDRL;

Troponina;

Ao longo do estágio, a diversidade de exames e tarefas que o hospital possibilitou permitiu consolidar alguns conhecimentos já adquiridos em sala, bem como aprimorar habilidades e aprender novas. A experiência proporcionou o conhecimento de todos os setores integrados, desde a triagem e análise de amostras até procedimentos mais complexos na agência transfusional. Além disso, o contato direto com diferentes métodos e equipamentos reforçou a importância da atenção aos detalhes, organização, responsabilidade técnica e ética, bem como da comunicação em equipe. A seguir, estão registradas algumas das atividades realizadas ao longo do estágio:

Figura 1 – Atividades do estágio.

Fonte: O autor (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Análises Clínicas foi uma etapa fundamental na formação, permitindo colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. A atuação nos diferentes setores laboratoriais, possibilitou entender de maneira abrangente como cada setor funciona na prática e colabora para o diagnóstico laboratorial e para o atendimento ao paciente. Durante o estágio, ficou evidente a importância da padronização dos procedimentos, do controle de qualidade e do trabalho em equipe para garantir resultados seguros e confiáveis. A vivência também proporcionou o aperfeiçoamento de técnicas laboratoriais, o manuseio correto de equipamentos e a interpretação de resultados, além de fortalecer princípios éticos e profissionais que são fundamentais para um biomédico. O tempo de estágio proporcionou uma compreensão mais clara da função do biomédico na promoção da saúde e na prevenção de enfermidades, ressaltando a relevância do envolvimento técnico e do cuidado humanizado. Apesar de algumas limitações, como a falta de tempo em determinados setores e a exigência de constante atualização e adaptação, a vivência foi muito valiosa e teve um grande impacto no meu desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente pelo contato direto com os pacientes, aprimorando a ética no local de trabalho, bem como a empatia e responsabilidade técnica.

Conclui-se que o estágio supervisionado em Análises Clínicas cumpriu seu papel formativo de forma satisfatória, integrando teoria e prática de maneira coerente, além de aprimorar tanto o conhecimento técnico quanto às habilidades éticas e profissionais do futuro biomédico. A vivência possibilitou a consolidação de competências laboratoriais, a compreensão da relevância da segurança e da qualidade nos procedimentos e a percepção do impacto que o trabalho do biomédico tem na saúde dos pacientes. Assim, conclui esta fase do aprendizado prático, com a certeza de que os conhecimentos e vivências obtidos servirão como uma base sólida para a atuação profissional, consolidando a preparação para os próximos desafios na área da Biomedicina.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Hospital Maice, ao professor orientador Natan Veiga, à responsável técnica e coordenadora do laboratório Marycia Martello Carneiro e, principalmente, à equipe do laboratório, com quem tive a honra de aprender e compartilhar esse estágio.

REFERÊNCIAS

PASCOAL, Matheus Mendes; SOUZA, Vanieli de. A Importância do Estágio Supervisionado na Formação do Profissional de Enfermagem. **Revista**

Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.6. jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1408. Acesso em: 29 nov. 2025.

BALCÃO, Yolanda Ferreira. Organograma: representação gráfica da estrutura. **Revista de Administração Empresarial**, v. 5, n. 17, dez. 1965. DOI: 10.1590/S0034-75901965000400003. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S0034-75901965000400003. Acesso em: 20 set. 2025.

PILAVDJIAN, Arthur Georges; MENDES, Samara Jamile. Alocação de recursos públicos para os sistemas de laboratórios de análises clínicas no SUS: uma revisão da literatura. **Journal of Management in Primary Health Care**, v. 15, e009, 2023. DOI: 10.14295/jmphc.v15.1330. Disponível em: https://doi.org/10.14295/jmphc.v15.1330. Acesso em: 8 out. 2025.

SANTOS, Kariny Alves; TREVISAN, Marcio. A importância do controle de qualidade nos laboratórios de análises clínicas – uma revisão integrativa. **Pubsaúde**, [S.l.], v. 6, a168, 2021. Disponível em: https://dx.doi.org/10.31533/pubsaude6.a168. Acesso em: 10 set. 2025.

SOUSA, Rener Leite et al., Erros pré-analiticos em laboratórios de análises clínicas: uma revisão. **Brazilian Journal of Health Review**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 9132-9142, mar./apr. 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-416. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28676/22655.Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Meiriluce Assunção; GAYDECZKA, Beatriz. Importância do Estágio Supervisionado: Integraçãoentre Teoria e Prática e Formação Profissional Delicenciandos. **SciELO Preprints**, 24 de Jul. 2024. Disponivel em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9210/17191. Acesso em: 29 de out. 2025.

ESTÁGIO FINAL OBRIGATÓRIO EM UM CENTRO DE GENÉTICA E DOENÇAS RARAS DE SANTA CATARINA

Categoria: Práticas de Estágio

Laís Ponzoni[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O estágio curricular supervisionado foi realizado no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis (SC), centro de referência estadual em genética médica e único a oferecer consultas e exames genéticos pela rede pública de saúde. O objetivo do estágio foi vivenciar na prática o funcionamento do setor de genética, compreendendo o processo diagnóstico de doenças genéticas e a aplicação de exames laboratoriais de alta complexidade. Consistiu-se na observação supervisionada das rotinas clínicas, incluindo o acompanhamento de consultas e infusões medicamentosas, discussões de casos clínicos e a realização de exames. Os resultados evidenciaram a importância do trabalho multidisciplinar e da integração entre conhecimento teórico e prática profissional, permitindo compreender a complexidade das patologias genéticas e a relevância do diagnóstico preciso para o tratamento adequado.A experiência proporcionou uma formação ampla e enriquecedora, reforçando o papel essencial do biomédico na área da genética, tanto na investigação científica quanto na atuação clínica.

Palavras-chave: estágio supervisionado; biomedicina; genética medica.

INTRODUÇÃO

A área da genética é voltada para o estudo de composições e alterações do nosso DNA. Os profissionais da área possuem um aprofundamento em genes e cromossomos investigando como as características são transmitidas de geração em geração e como alterações no material genético influenciam o funcionamento do corpo humano. Baseia-se principalmente na análise do DNA molécula que contém as informações hereditárias e dos genes, que correspondem a segmentos dessa molécula responsáveis por codificar proteínas essenciais à vida (Lewis, 2010). O entendimento da estrutura e do funcionamento dos genes tem permitido grandes avanços na medicina, contribuindo para o diagnóstico, tratamento e prevenção de inúmeras doenças genéticas (Smith et al., 2023)

As doenças genéticas podem ser classificadas de 3 maneiras: hereditárias, congênitas e mutações. As doenças hereditárias são aquelas transmitidas de pais para filhos por meio dos genes, estando presentes no material genético familiar, como a fibrose cística, Síndrome de Prader-Willi e a anemia falciforme. Já as doenças congênitas estão presentes desde o nascimento, podendo ter origem genética ou ser causadas por fatores ambientais durante a gestação, como

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

infecções ou exposição a substâncias tóxicas; exemplos incluem a espinha bífida e a síndrome da rubéola congênita. Por fim, as doenças causadas por mutações gênicas decorrem de alterações espontâneas ou adquiridas no DNA, que podem ocorrer ao longo da vida, como em alguns tipos de cânceres genéticos e distrofias musculares (Brasil, 2014).

Entre as condições genéticas mais conhecidas e estudadas estão a trissomia do 21, também chamada síndrome de Down, e os transtornos do espectro autista (TEA), que apresentam importante componente genético. A trissomia do 21 é causada pela presença de um cromossomo extra no cromossomo 21, o que leva a alterações no desenvolvimento físico e intelectual, além de maior predisposição a doenças cardíacas e endócrinas (Russo et al., 2024). Já o TEA está relacionado a múltiplas alterações genéticas e epigenéticas que afetam o desenvolvimento neurológico e a comunicação social, variando em intensidade e manifestações clínicas (Genovese et al, 2023). Além dessas, há as chamadas doenças raras, que afetam um pequeno número de pessoas, mas que, somadas, representam um importante desafio de saúde pública. Exemplos incluem a glicogenose, a mucopolissacaridose, a fenilcetonúria, a distrofia muscular de Duchenne e diversas outras síndromes metabólicas (Groft et al., 2021)

As alterações gênicas podem ocorrer em diferentes níveis, desde mutações pontuais em um único gene com pequenas duplicações ou deleções até grandes alterações estruturais em cromossomos. Essas modificações podem ser herdadas ou surgir de forma espontânea, e o avanço das biotecnologias tem possibilitado o desenvolvimento de terapias inovadoras, como a terapia gênica, que busca corrigir ou substituir genes defeituosos, e as terapias-alvo, voltadas a mecanismos moleculares específicos. Além disso, o uso de técnicas de edição gênica, como o CRISPR-Cas9, que funciona como uma tesoura molecular com a intenção de editar o código genético, tem ampliado as possibilidades de tratamento e estudo das doenças genéticas, avançando significativamente no tratamento de doenças (Li et al., 2023)

A atuação de uma equipe multidisciplinar é essencial no diagnóstico e manejo de pacientes com doenças genéticas. Profissionais como médicos geneticistas, biomédicos, enfermeiros, nutricionistas, neurologistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais trabalham em conjunto para oferecer acompanhamento integral, promovendo não apenas o tratamento clínico, mas também o suporte emocional e social ao paciente e à família (Ma et al., 2024).

Nesse contexto, a triagem neonatal, popularmente conhecida como teste do pezinho, e os exames genéticos específicos como CGH Array e Exoma são ferramentas fundamentais para a detecção precoce de alterações metabólicas e genéticas. Essa identificação antecipada permite o início rápido do tratamento e o acompanhamento adequado, prevenindo complicações e melhorando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos afetados. Por isso é tão necessário a inserção de novos profissionais e estudos voltados ao estudo genético possibilitando um avanço ainda maior na área (Royer-Bertrand et al., 2021)

METODOLOGIA

O estágio curricular supervisionado foi realizado no Hospital Infantil Joana de Gusmão, localizado na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, instituição reconhecida como centro de

referência estadual em genética médica. A experiência ocorreu no setor de genética, durante o período de 01 de outubro de 2025 a 10 de dezembro de 2025, totalizando uma carga horária de 500 horas.

A metodologia empregada neste estágio consistiu na observação supervisionada e participativa das rotinas clínicas realizadas no setor de genética, abrangendo o acompanhamento de consultas, discussões de casos clínicos, coleta e análise de amostras biológicas, além do acompanhamento de exames genéticos de alta complexidade, como painéis genéticos específicos, CGH Array e sequenciamento de exoma. Durante a vivência, foram observados os fluxos de atendimento, desde o acolhimento do paciente até a emissão do laudo diagnóstico, respeitando os princípios éticos e de confidencialidade dos dados..

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O hospital, que se destaca por ser o único em todo o estado de Santa Catarina a oferecer consultas e exames genéticos por meio da rede pública de saúde. Essa exclusividade reforça a importância da instituição como referência estadual no atendimento e diagnóstico de doenças genéticas, sendo responsável por acolher pacientes das mais diversas regiões do estado em busca de avaliação especializada.

Diariamente, são realizadas aproximadamente 20 consultas no setor, abrangendo desde casos clínicos raros e complexos até alterações cromossômicas mais conhecidas, como a Síndrome de Down. Essa ampla variedade de atendimentos possibilita uma vivência prática diversificada e enriquecedora, permitindo o acompanhamento de diferentes manifestações genéticas, bem como o entendimento dos processos diagnósticos, prognósticos e terapêuticos envolvidos.

Além do atendimento clínico, o setor se destaca pela realização de exames laboratoriais de alta complexidade, que incluem painéis genéticos específicos, CGH Array (Hibridização Genômica Comparativa em Microarranjos) e sequenciamento de exoma, exames fundamentais para a detecção de variações genéticas sutis e para a confirmação diagnóstica de diversas condições (Figura 1) a seguir. São realizadas também as infusões de doenças tratáveis como a mucopolissacaridoses e doença de Gaucher, terapia essencial para controle das patologias.

Figura 1: Número de consultas e exames realizados no período de 5 dias.

Fonte: os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio final, sendo disponibilizado em outra área de atuação, além das análises clínicas, proporciona uma oportunidade única de vivenciar na prática a amplitude da Biomedicina, que contempla mais de 40 áreas distintas. Essa diversidade reflete o caráter multidisciplinar da profissão e reforça a importância de um profissional capaz de atuar em diferentes contextos da saúde e da pesquisa científica.

A rotina no setor de genética possibilitou compreender a complexidade dos processos diagnósticos, desde a análise laboratorial até a correlação clínica, integrando conhecimentos de biologia molecular, bioquímica e citogenética. Além disso, essa vivência reforçou o papel essencial da Biomedicina na investigação de doenças genéticas, destacando a importância da atuação interdisciplinar e do trabalho em equipe entre biomédicos, médicos, nutricionistas e outros profissionais da saúde.

Essa experiencia não apenas consolidou o aprendizado teórico, mas também reafirmou a relevância da prática como ferramenta indispensável para a formação de um profissional completo, crítico e preparado para os desafios da área biomédica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pela estrutura, apoio e dedicação ao longo de toda a graduação, bem como pela oportunidade de realização deste estágio, etapa essencial para minha formação acadêmica e profissional.

Expresso também minha sincera gratidão ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, especialmente ao setor de Genética, pela acolhida, pela troca de conhecimentos e pela vivência enriquecedora proporcionada durante o período de estágio.

Agradeço, ainda, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, em especial à Coordenação do Curso, representada pelo Dr. Emyr Hiago Bellaver; à Coordenação de Estágio, na pessoa do Esp. Natan Veiga; e à minha Orientadora de Estágio e responsável pelo setor de genética, Dra. Louise Lapagesse de Camargo Pinto, pela orientação, disponibilidade e incentivo contínuo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 fev. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0199_30_01_2014.html. Acesso em: 30 out. 2025.

GENOVESE, A.; BUTLER, M. G. The Autism Spectrum: Behavioral, Psychiatric and Genetic Associations. Genes, v. 14, n. 3, p. 677, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2073-4425/14/3/677. Acesso em: 30 out. 2025.

GROFT, Stephen C.; POSADA de la Paz, Manuel; TARUSCIO, Domenica. Progress, challenges and global approaches to rare diseases. Acta Paediatrica, v. 110, n. 10, p. 2711–2716, 2021. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/apa.15974. Acesso em: 30 out. 2025.

LEWIS, Ricki. Human Genetics: The Basics. 1. ed. London: Routledge, 2010. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203840580/human-genetics-basics-ricki-lewis. Acesso em: 30 out. 2025.

LI, Tianxiang; YANG, Yanyan; QI, Hongzhao; CUI, Weigang; ZHANG, Lin; FU, Xiuxiu; HE, Xiangqin; LIU, Meixin; LI, Pei-feng; YU, Tao. CRISPR/Cas9 therapeutics: progress and prospects. Signal Transduction and Targeted Therapy, v. 8, art. 36, 2023. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41392-023-01309-7. Acesso em: 30 out. 2025.

MA, A.; O'SHEA, R.; WEDD, L.; WONG, C.; JAMIESON, R. V.; RANKIN, N. What is the power of a genomic multidisciplinary team approach? A systematic review of implementation and sustainability. European Journal of Human Genetics, v. 32, p. 381-391, 2024. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41431-024-01555-5. Acesso em: 30 out. 2025.

ROYER-BERTRAND, A.; JALLOUL, S.; BELET, S.; SCHMITZ, A.; DELIGNY, H.; et al. CNV detection from exome sequencing data in routine diagnostics: benefits and limitations in 450 patients. Genes, v. 12, n. 9, p. 1427, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2073-4425/12/9/1427. Acesso em: 30 out. 2025.

RUSSO, Matthew L.; SOUSA, André M. M.; BHATTACHARYYA, Anita. Consequences of trisomy 21 for brain development in Down syndrome. Nature Reviews Neuroscience, v. 25, p. 740-755, 2024. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41583-024-00866-2. Acesso em: 30 out. 2025.

SMITH, L.; MALINOWSKI, J.; CEULEMANS, S.; PECK, K.; WALTON, N.; SHEIDLEY, B. R.; LIPPA, N. Genetic testing and counseling for the unexplained epilepsies: An evidence-based practice guideline of the National Society of Genetic Counselors. Journal of Genetic Counseling, v. 32, n. 2, p. 266-280, 2023. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/jgc4.1646. Acesso em: 30 out. 2025.

ANÁLISE DE MIRNAS HEPÁTICOS EM PLASMA DE PACIENTES SUBMETIDOS A TRATAMENTO COM ALIMENTO FUNCIONAL

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Letycia Vitória Corrêa[2]
Vinícius Graneman Recalcatte[3]
Ariana Centa[4]
Claudriana Locatelli[5]
Natan Veiga[6]

Resumo – Durante o estágio em Biotecnologia realizou-se a avaliação da expressão dos microRNAs miR-122 e miR-29 no plasma de participantes submetidos ao consumo diário de um alimento funcional com proposta hepatoprotetora. Três coletas, antes e após o uso do alimento funcional (C1 baseline; C2 período intermediário; C3 pós-intervenção), permitiram avaliar alterações na expressão dos miRNAs estudados. A análise da expressão dos miRNAs foi realizada por RT-qPCR (ensaios TaqMan), utilizando o miR-146 como miRNA normalizador. As análises foram feitas com base nos valores de ΔCt, indicando níveis relativos de expressão gênica. O consumo do alimento funcional rico em compostos bioativos não resultou em alterações estatisticamente significativas na expressão dos miRNAs hepáticos avaliados (miR-29 e miR-122), possivelmente influenciada pela redução do número de amostras válidas analisadas. Ainda assim, os resultados mostraram tendência de modulação da expressão destes mi-RNAs. Estes achados reforçam a importância de estudos sobre o uso de miRNAs circulantes como biomarcadores sensíveis a intervenções dietéticas e destacam a utilidade do treinamento laboratorial em RT-qPCR durante o estágio.

Palavras-chave: miRNA-122; miRNA-29; hepatoproteção; RT-qPCR.

INTRODUÇÃO

O fígado é um órgão envolvido em múltiplas funções e papeis vitais como no controle da homeostase de lipídios e glicose para o metabolismo (Barroso et al., 2023). A doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA), definida como esteatose hepática, é a doença hepática crônica mais comum em todo o mundo e frequentemente está associada à síndrome metabólica (SM), caracterizada por resistência à insulina, obesidade central e dislipidemia. Evidências

[1] Laboratório de Pesquisa Translacional em Saúde - UNIARP.
[2]Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[3]Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[4]Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.
[5]Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.
[6]Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.

mostram que microRNAs (miRNAs) desempenham um papel vital na progressão da DHGNA e outras ligadas ao fígado (Lin et al., 2019).

Os miRNAs são pequenos RNAs não codificantes que regulam a expressão gênica pós-transcricional e desempenham papel central em processos metabólicos, inflamatórios e na fisiopatologia hepática. Os miRNAs estão presentes em tecidos e fluidos corporais, como plasma e soro, sendo alvos de muitos estudos nos últimos anos, principalmente por sua possível utilização como biomarcadores diagnósticos de diversas doenças, como o câncer (Colaianni et al., 2024).

O miRNA-29 desempenha um papel importante na redução da inflamação e da fibrose e evidências mostram que os níveis deste miRNA são significativamente diminuídos em fígados fibróticos (Li et al., 2020). Já Colaianni et al. (2024) menciona que o miRNA-122 é específico e abundante do fígado, envolvido principalmente no metabolismo e inflamação hepática, cuja função fisiológica e patológica foi extensivamente descrita e caracterizada.

Considerando que padrões dietéticos e bioativos alimentares, incluindo polifenóis, podem modular perfis de miRNA (DeLucas et al., 2024), a avaliação da expressão de miRNA-122 e miRNA-29 em resposta a um alimento funcional é relevante para caracterizar potenciais efeitos hepatoprotetores e para sugerir estes miRNAs como possíveis biomarcadores nutricionais.

METODOLOGIA

Este relato de estágio é do caráter experimental utilizando amostras de plasma para análise laboratorial de miRNAs e de abordagem quantitativa por Reação em Cadeia da Polimerase de transcrição reversa quantitativa (RT-qPCR). O local de estágio foi Laboratório de Bioeconomia Aplicada a Saúde (LAB Biosaúde) da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sendo realizado no período de 28 de julho a 28 de novembro de 2025.

As amostras utilizadas são de participantes de uma pesquisa com intervenção nutricional e foram realizadas três coletas (C1 antes do consumo do alimento; C2 durante o consumo do alimento; C3 no fim do consumo). Os participantes foram divididos em dois grupos, sendo o grupo controle composto pelos participantes sem SM, enquanto o grupo teste foi composto pelos participantes com SM.

O procedimento das análises aconteceu inicialmente com a extração do RNA total enriquecido com miRNAs a partir de 200 µl do plasma utilizando o kit mirVana™ PARIS™, seguindo os protocolos do fabricante. A partir do RNA, procedeu-se com a síntese de cDNA, que se refere a transcrição reversa específica para miRNA, usando o kit TaqMan Advanced miRNA Assays. Por fim, a quantificação por RT-qPCR com sondas TaqMan específicas para miRNA-122, miRNA-29 e miRNA-146 (basal normalizador), em triplicatas. No protocolo, volumes e concentrações seguiram recomendações do fabricante.

Após a leitura, foram realizados cálculo de valores de Ct médios, normalização utilizando miR-146 como referência técnico, cálculo de expressão relativa do ΔCt (Ct[target] – Ct[miR-146]). Assim, os resultados foram representados em scatter plots de valores individuais e não pareados com análise descritiva, utilizando os valores relativos de ΔCt, a fim de comparar as expressões dos miRNAs antes e após o consumo do alimento funcional (C2 e C3 vs C1).

O projeto foi conduzido sob supervisão dos pesquisadores responsáveis pelo laboratório e relacionados ao projeto de pesquisa. O estudo que coletou as amostras seguiu as normas éticas e consentimento informado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, conforme os pareceres nº 7.111.870 e nº6.304.432.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo incluiu 40 indivíduos, em que 60% (n=24) foram diagnosticados com SM e 40% (n=16) sem SM, com idades entre 35 e 87 anos. A amostra foi predominantemente composta por mulheres, que representaram 77,5% (n = 31) dos participantes, enquanto os homens corresponderam a 22,5% (n=9).

Entre os indivíduos com SM, observou-se maior prevalência de hipertensão arterial com 79,2% (n=24), seguida de diabetes mellitus com 62,5%, hipercolesterolemia 29,2% e a esteatose hepática previamente diagnosticada 8,3%. Outras doenças como câncer, asma, depressão, glaucoma, dreno vascular, gota e a pré-diabetes apresentaram uma ocorrência menor, de 4,1% a 8,3%.

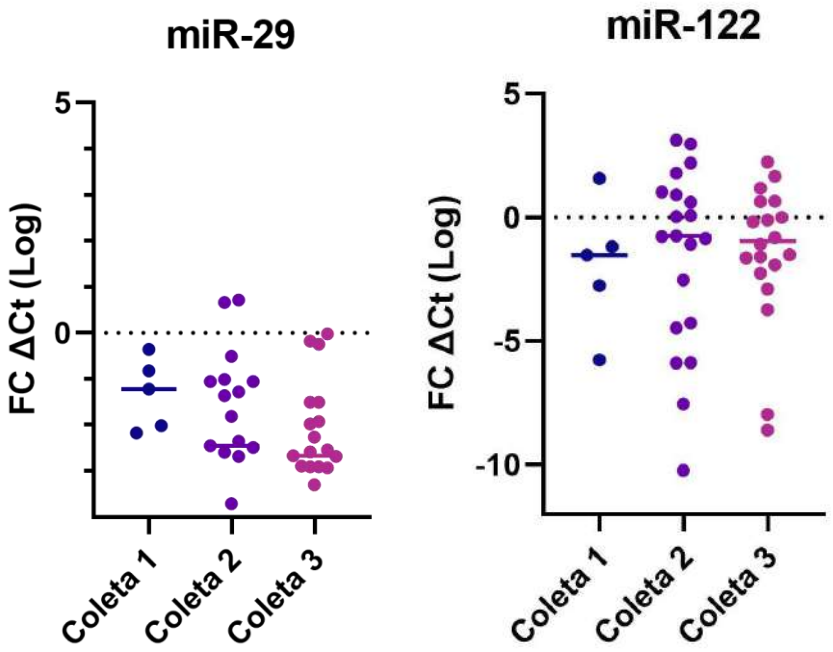
No grupo sem SM, a hipertensão arterial também foi a doença mais prevalente, presente em 50% dos participantes, porém ainda com uma proporção menor que no grupo com SM. A diabetes mellitus e a pré-diabetes apresentaram a mesma frequência de 16,6%. Enquanto outras doenças como a esteatose hepática, hipercolesterolemia e problemas na tireoide tiveram menores prevalências de 4,1% a 8,3%.

Durante a pesquisa, os pacientes ingeriram um alimento funcional rico em compostos bioativos, com o objetivo de avaliar possíveis efeitos hepatoprotetores e moduladores da expressão de miRNAs associados à função hepática. Foram analisados o miR-29, relacionado a efeitos anti-inflamatórios e antifibróticos, e o miR-122, um marcador de inflamação e lesão hepática. A hipótese inicial previa que o consumo do alimento funcional poderia promover aumento da expressão do miR-29 e redução do miR-122, refletindo um possível efeito protetor sobre o fígado e o metabolismo lipídico.

Os resultados, representados em scatter plots de valores individuais e não pareados na Figura 1, mostraram, entretanto, uma tendência oposta: observou-se discreta diminuição do miR-29 e aumento do miR-122 após o período de intervenção quando comparamos todos os participantes, não separando por grupo com e sem SM. Apesar dessa direção inversa, as diferenças não atingiram significância estatística. É importante destacar que houve a desconsideração de muitas amostras, especialmente na C1, devido à presença de hemólise, o que reduziu o número efetivo de análises e, consequentemente, a potencial estatística do estudo. Assim, a diferença entre o número de amostras nas diferentes coletas pode ter influenciado o resultado, mascarando possíveis efeitos moduladores do alimento funcional sobre a expressão dos miRNAs avaliados.

Ainda, é relevante salientar que, devido às dificuldades na amostragem, não foi possível realizar as comparações específicas em cada grupo, participantes com e sem SM, o que também pode influenciar diretamente na análise estatística do estudo.

Figura 1- Gráfico de dispersão de pontos da expressão relativa dos miR-29 e miR-122.



A tendência de aumento do miR-122 observada no estudo não necessariamente indica um efeito adverso do alimento funcional, mas pode refletir a variabilidade individual associada à heterogeneidade da amostra e à baixa reprodutibilidade das medidas em coletas hemolisadas. O miR-122 é amplamente reconhecido como um microRNA hepatoespecífico, em que sua expressão plasmática aumenta em situações de inflamação ou dano hepático. Por exemplo, níveis elevados de miR-122 foram associados à SM e a esteatose hepática em modelos experimentais (Hess et al., 2020; Qiang et al., 2018; Wen; Friedman, 2012).

Por outro lado, a leve redução do miR-29, pode estar associada à interferência de comorbidades metabólicas, e ao pequeno número de participantes válidos na análise. A literatura indica que a família miR-29 exerce papel antifibrótico e protetor contra a inflamação hepática, e estudos sugerem que compostos bioativos, podem modular positivamente a expressão de miR-29 e reduzir a de miR-122 (Baselga-Escudero et al., 2014; Rose; Ghasan; Jones, 2023).

Dessa forma, embora os resultados não tenham confirmado a expectativa inicial, as tendências observadas devem ser interpretadas com um olhar crítico. Considerando as limitações metodológicas, o estudo sugere que a expressão desses microRNAs pode ser sensível à intervenção dietética, mas que são necessários estudos futuros com maior controle experimental, número amostral ampliado e padronização das condições analíticas para esclarecer o real impacto dos compostos bioativos sobre esses biomarcadores moleculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos indicam que o consumo do alimento funcional avaliado não promoveu alterações estatisticamente significativas na expressão dos miRNAs analisados nos participantes, embora tenham sido observadas tendências individuais de modulação do miR-29 e do miR-122. Adicionalmente, a ausência de análises estratificadas entre participantes com e sem síndrome metabólica constitui um fator potencial de confusão, podendo ter influenciado a interpretação dos resultados relativos à modulação dos miRNAs avaliados. Esses achados reforçam a complexidade da resposta molecular a compostos bioativos e a importância de estudos com amostras maiores, melhor controle experimental e padronização técnica.

Além disso, o trabalho contribuiu para o aprimoramento das habilidades laboratoriais em biologia molecular, especialmente nas etapas de extração, síntese de cDNA e quantificação por RT-qPCR, demonstrando o valor formativo do estágio na aplicação prática de metodologias avançadas e na compreensão do papel dos miRNAs como potenciais biomarcadores de resposta nutricional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Lygia N. *et al.* Effect of fish oil supplementation on the concentration of miRNA-122, FGF-21 and liver fibrosis in patients with NAFLD: Study protocol for a randomized, double-blind and placebo-controlled clinical trial. Clinical nutrition ESPEN, v. 57, p. 117–125, out. 2023.

BASELGA-ESCUDERO, Laura *et al.* Resveratrol and EGCG bind directly and distinctively to miR-33a and miR-122 and modulate divergently their levels in hepatic cells. Nucleic Acids Research, v. 42, n. 2, p. 882–892, 1 jan. 2014.

COLAIANNI, Francesco *et al.* Role of Circulating microRNAs in Liver Disease and HCC: Focus on miR-122. Genes, v. 15, n. 10, p. 1313, out. 2024.

DELUCAS, María *et al.* The Impact of Diet on miRNA Regulation and Its Implications for Health: A Systematic Review. Nutrients, v. 16, n. 6, p. 770, jan. 2024.

HESS, Anne Lundby *et al.* Levels of Circulating miR-122 are Associated with Weight Loss and Metabolic Syndrome. Obesity (Silver Spring, Md.), v. 28, n. 3, p. 493–501, mar. 2020.

LI, Kun *et al.* miR-146a improves hepatic lipid and glucose metabolism by targeting MED1. International Journal of Molecular Medicine, v. 45, n. 2, p. 543–555, fev. 2020.

LIN, Hung-Yu *et al.* MicroRNA-29a Suppresses CD36 to Ameliorate High Fat Diet-Induced Steatohepatitis and Liver Fibrosis in Mice. Cells, v. 8, n. 10, p. 1298, out. 2019.

QIANG, Jun *et al.* High Fat Diet-Induced miR-122 Regulates Lipid Metabolism and Fat Deposition in Genetically Improved Farmed Tilapia (GIFT, Oreochromis niloticus) Liver. **Frontiers in Physiology**, v. 9, p. 1422, 5 out. 2018.

ROSE, Michael; GHASAN, Mohammad; JONES, Emilia. Nutritional Considerations Regarding the Role of MicroRNAs in the Regulation of Obesity-Related Breast Cancer. **Preprints,** , 15 nov. 2023. Disponível em: <https://www.authorea.com/users/699844/articles/686983-nutritional-considerations-regarding-the-role-of-micrornas-in-the-regulation-of-obesity-related-breast-cancer?commit=d4463e860394f86928eab1ecbc16a0c7442468bd>. Acesso em: 25 out. 2025

WEN, Jessica; FRIEDMAN, Joshua R. miR-122 regulates hepatic lipid metabolism and tumor suppression. **The Journal of Clinical Investigation**, v. 122, n. 8, p. 2773–2776, 1 ago. 2012.

A IMPORTÂNCIA DA HABILITAÇÃO EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA OS ESTUDANTES DE BIOMEDICINA

Categoria: Práticas de Estágio

Letícia Caroline Zonta[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – A habilitação em Análises Clínicas constitui um dos pilares importante para a formação de um biomédico, pois o habilita em atuar em uma das áreas mais demandadas da saúde diagnóstica. Este estudo teve como objetivo discutir a importância de os estudantes de Biomedicina concluírem a graduação com a habilitação em Análises Clínicas, considerando aspectos legais, técnicos e sociais. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos e documentos do Conselho Federal de Biomedicina (CFBM). Os resultados indicam que essa habilitação amplia a empregabilidade do biomédico, garante respaldo legal para o exercício profissional e contribui para a qualidade e segurança nos serviços laboratoriais. Conclui-se que a habilitação em Análises Clínicas é fundamental para a formação plena do biomédico, sendo indispensável para a integração efetiva entre o ensino superior e o mercado de trabalho.

Palavras-chave: diagnóstico laboratorial; habilitação profissional; laboratório clínico.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e científico na área da saúde tem ampliado a importância do diagnóstico laboratorial na prática médica. Estima-se que aproximadamente 70% das decisões clínicas dependem de resultados laboratoriais (DWAYNE, 2021). Diante dessa realidade, a formação do biomédico precisa contemplar competências que o tornem apto a participar desse processo de diagnóstico com qualidade e segurança.

A Biomedicina é uma profissão regulamentada no Brasil desde 1983, e o Conselho Federal de Biomedicina (CFBM) estabelece que o profissional só pode exercer atividades nas áreas em que possua habilitação formal, incluindo Análises Clínicas, garantindo respaldo legal para a atuação em laboratórios clínicos e hospitais (CFBM, 2023). Entre as habilitações reconhecidas pelo CFBM, as Análises Clínicas destacam-se como uma das mais tradicionais e essenciais, permitindo ao profissional atuar em laboratórios de diagnóstico, hospitais, clínicas e centros de pesquisa.

A escolha por essa habilitação, ainda durante a graduação, garante que o estudante saia preparado tecnicamente para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, a atuação em Análises Clínicas fortalece o papel social do biomédico no cuidado com a saúde pública, contribuindo para o diagnóstico, prevenção e monitoramento de doenças.

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além disso, a habilitação em Análises Clínicas proporciona ao estudante uma experiência prática significativa, permitindo o desenvolvimento de habilidades críticas, como análise e interpretação de resultados, aplicação de normas de biossegurança e execução de técnicas laboratoriais complexas. Essa formação prática não só amplia a empregabilidade do biomédico, como também assegura maior confiança na tomada de decisões clínicas e na atuação interdisciplinar com médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde. Por fim, estar habilitado desde a graduação possibilita ao biomédico assinar laudos oficiais, assumir responsabilidades técnicas em laboratórios e garantir a qualidade e confiabilidade dos exames realizados, consolidando seu papel essencial na cadeia de cuidados à saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como uma revisão bibliográfica narrativa, com base em artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, com destaque para pesquisas sobre a atuação do biomédico em Análises Clínicas e a importância da habilitação profissional.

As buscas foram realizadas em bases como SciELO, PubMed e MDPI, utilizando termos como "biomédico", "Análises Clínicas", "habilitação" e "laboratório clínico". Foram incluídos apenas artigos científicos publicados em português e inglês, e a análise considerou aspectos técnicos, legais e de mercado.

As informações obtidas foram analisadas qualitativamente, destacando pontos convergentes sobre a importância da habilitação em Análises Clínicas para a formação profissional, empregabilidade e qualidade dos serviços laboratoriais. Durante a análise, também foram identificados desafios enfrentados pelos biomédicos recém-formados, lacunas na formação prática e a necessidade de estágios supervisionados para o desenvolvimento de habilidades técnicas e éticas.

Essa abordagem permitiu uma visão integrada sobre a relevância da habilitação, contemplando tanto os aspectos legais, técnicos e normativos quanto a prática do estudante, garantindo uma base sólida para discutir a contribuição do biomédico para a saúde pública e para a eficiência dos laboratórios clínicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos revisados demonstram que a habilitação em Análises Clínicas proporciona ao biomédico base científica, técnica e legal essencial para atuar no diagnóstico laboratorial, área responsável por fornecer dados indispensáveis ao médico e demais profissionais da saúde.

Segundo Dwayne (2021), o biomédico habilitado em análises clínicas desempenha papel essencial na validação e interpretação de exames, contribuindo diretamente para decisões médicas assertivas. O autor destaca que mais de 70% dos diagnósticos médicos são baseados em resultados laboratoriais, o que reforça o papel crítico dos biomédicos nesse contexto.

De acordo com Zynge (2022), a patologia clínica é o elo entre ciência e prática médica, pois fornece parâmetros quantitativos e qualitativos para o diagnóstico e monitoramento de

doenças. Assim, a ausência de formação e habilitação adequada compromete a confiabilidade dos resultados e a segurança dos pacientes.

Em complemento, Stollenwerk et al. (2022) aponta que as competências essenciais do biomédico incluem precisão analítica, controle de qualidade, ética, biossegurança e capacidade de interpretar resultados laboratoriais em contexto clínico. Essas habilidades são consolidadas durante a formação prática em laboratórios, geralmente obtida por meio de estágios supervisionados, etapa obrigatória para a obtenção da habilitação.

O CFBM (2023) reforça que a Patologia Clínica envolve o uso de métodos bioquímicos, hematológicos, imunológicos e microbiológicos para identificar alterações fisiológicas e patológicas. Dessa forma, a habilitação em análises clínicas capacita o biomédico a operar equipamentos automatizados, aplicar normas de biossegurança e garantir rastreabilidade dos resultados.

Além disso, a RCPath (2023) ressalta o protagonismo do biomédico em setores especializados, como a citopatologia e a patologia digital, áreas emergentes que demandam conhecimento técnico e constante atualização. A introdução da Patologia Digital (IBMS, 2025) também amplia o campo de atuação, exigindo biomédicos habilitados e tecnologicamente preparados para lidar com dados e imagens de alta complexidade.

No contexto brasileiro, Santos e Pacheco (2023) destacam que a atuação do biomédico é ampla e abrange desde as análises clínicas até áreas forenses, reforçando a importância da formação técnica e ética como base para uma atuação segura e qualificada. Da mesma forma, Duarte et al. (2022) apontam que o laboratório clínico representa um eixo central na prática médica moderna, sendo o biomédico o profissional capacitado para garantir a confiabilidade dos resultados e o controle de qualidade nos exames.

Dessa forma, a revisão evidencia que sair da graduação com a habilitação em Análises Clínicas não é apenas uma vantagem competitiva, mas uma necessidade formativa, reforçada também pelo respaldo legal do CFBM, que regulamenta a atuação do biomédico nas áreas em que esteja habilitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habilitação em Análises Clínicas é, portanto, fundamental para a formação integral do biomédico. Ela aumenta a inserção no mercado de trabalho e promove a qualificação técnica necessária para atender às demandas de diagnóstico laboratorial com excelência.

Os estudos analisados mostram que o biomédico habilitado contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, assegurando precisão nos resultados e segurança aos pacientes. Assim, recomenda-se que as instituições de ensino incentivem fortemente que os estudantes concluam o curso já com essa habilitação, garantindo estágios supervisionados e capacitação prática alinhada com as exigências do mercado.

Conclui-se que a habilitação em Análises Clínicas não deve ser vista como uma especialização opcional, mas sim como parte essencial da formação biomédica, promovendo

profissionais mais competentes, éticos e preparados para os desafios da saúde moderna, amparados legalmente pelo CFBM.

REFERÊNCIAS

STOLLENWERK, Maria M. *et al*. Core competencies for a biomedical laboratory scientist – a Delphi study. **BMC Medical Education,** v. 22, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-022-03509-1. Acesso em: 31 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA – CFBM. Resolução CFBM nº 450/2023: Regulamenta a habilitação do biomédico para atuação em Análises Clínicas, 2023. Disponível em: https://www.portal.cfbm.org.br. Acesso em: 31 out. 2025.

DUARTE, Alberto José da Silva *et al*. Laboratório na prática clínica: o papel da patologia clínica. **Editora dos Editores**, 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003253730. Acesso em: 31 out. 2025.

DWAYNE, Mark. Career as a Biomedical Scientist and Why it is Important? **IT Medical Team,** v. 10, n. 4, p. 59, 2021. Disponível em: https://www.itmedicalteam.pl/articles/career-as-a-biomedical-scientist-and-why-it-is-important-107005.html. Acesso em: 31 out. 2025, 2025.

INSTITUTO DE BIOMEDICAL SCIENCE – IBMS. Digital pathology: the role of the biomedical scientist. Disponível em: https://www.ibms.org/resource/digital-pathology-the-role-of-the-biomedical-scientist.html. Acesso em: 31 out. 2025.

RCPATH. The role of biomedical scientists within the provision of a diagnostic cytopathology service. **Royal College of Pathologists**. Disponível em: https://www.rcpath.org/resourceLibrary/the-role-of-biomedical-scientists-within-the-provision-of-a-diagnostic-cytopathology-service.html. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, Alice Alves Bispo; PACHECO, Clissiane Soares Viana. Atuação do biomédico na toxicologia forense. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 3940-3952, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11875. Acesso em: 31 out. 2025, 2023.

ZYNGE, Debra. Role and Importance of Clinical Pathology in Medical Field. **Journal of Clinical Chemistry & Laboratory Medicine**, v. 5, p. 234, 2022. Disponível em: https://www.longdom.org/open-access/role-and-importance-of-clinical-pathology-in-medical-field-93634.html. Acesso em: 31 out. 2025.

ANÁLISE DE BEBEDOUROS NA EMPRESA GUARARAPES PAINÉIS S/A

Categoria: Práticas de Estágio

Marcelly Isadora da Silva[1]
André Trevisan[2]
Natan Veiga[3]

Resumo – O trabalho foi desenvolvido na empresa Guararapes Painéis S/A, localizada em Caçador (SC), com o objetivo de avaliar a qualidade da água utilizada pelos colaboradores, por meio de análises físico-químicas e microbiológicas, comparadas aos parâmetros da Portaria GM/MS nº 888/2021. As coletas foram realizadas em diferentes setores da empresa, utilizando procedimentos padronizados e frascos esterilizados, garantindo a integridade das amostras. Foram analisados parâmetros como pH, turbidez, dureza, condutividade elétrica, alcalinidade e cloro residual, além da presença de microrganismos indicadores de contaminação. Os resultados demonstraram que, de modo geral, os parâmetros físico-químicos estavam dentro dos limites aceitáveis, com pH médio de 7,49, turbidez de 0,10 NTU e dureza moderada. Nas análises microbiológicas, observou-se crescimento bacteriano em Ágar Nutriente e MacConkey, indicando a presença de bactérias Gram-negativas e coliformes em alguns pontos, especialmente no setor de Laboratório L03 e Almoxarifado L02. Esses resultados apontam risco potencial à saúde dos consumidores e evidenciam falhas no processo de higienização e manutenção dos bebedouros. Diante das não conformidades, o relatório recomenda revisar os sistemas de água, intensificar a higienização e manutenção preventiva dos reservatórios, realizar monitoramento contínuo da qualidade e realizar coleta de amostras em tempos menores. Conclui-se que, embora os parâmetros físico-químicos esteja conforme, a presença de microrganismos patogênicos revela vulnerabilidades no sistema de abastecimento interno, exigindo ações corretivas imediatas para assegurar a potabilidade da água e a saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Qualidade da água; Bebedouros; análise microbiológica; cloro residual.

INTRODUÇÃO

A água é essencial à saúde e ao bem-estar, sendo sua qualidade um fator determinante na prevenção de doenças. A ingestão de água contaminada pode ocasionar efeitos imediatos, como diarreia e vômitos, bem como consequências de longo prazo, incluindo infecções persistentes e comprometimento da qualidade de vida.

A temática da qualidade da água possui crescente relevância em saúde pública e ambiental, especialmente em ambientes laborais, onde o consumo de água potável é

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

indispensável. A presença de microrganismos representa risco significativo tanto em curto prazo, por meio de doenças de veiculação hídrica, quanto em longo prazo, pelo desenvolvimento de enfermidades crônicas.

Nesse contexto, a iniciativa da Guararapes Painéis S/A em promover a melhoria da qualidade da água destinada aos trabalhadores destaca-se como ação preventiva estratégica. A coleta e a análise das amostras são etapas fundamentais para garantir condições seguras de consumo, permitindo a identificação de possíveis fontes de contaminação e a implementação de medidas corretivas antes que ocorram riscos à saúde. Estudos apontam que o monitoramento hídrico sistemático contribui para a redução de agravos à saúde e para a promoção de ambientes de trabalho mais seguros.

Entre os principais problemas associados à água de baixa qualidade, destaca-se a proliferação de bactérias heterotróficas, fatores que comprometem a eficiência dos processos de desinfecção e favorecem a disseminação de doenças. A ingestão contínua de água imprópria pode estar relacionada ao desenvolvimento de gastroenterites, infecções parasitárias e distúrbios metabólicos.

A exposição prolongada a metais pesados e outros compostos químicos, comuns em áreas industriais, pode afetar órgãos vitais e sistemas, como o nervoso e o reprodutivo. Esses fatores reforçam a importância do monitoramento contínuo dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos, assegurando uma avaliação completa da potabilidade da água. O investimento em qualidade hídrica integra a responsabilidade socioambiental das organizações, fortalecendo sua imagem institucional e contribuindo para a saúde coletiva e o bem-estar dos colaboradores.

Assim, ao garantir água limpa e segura, a Guararapes Painéis S/A demonstra compromisso com a sustentabilidade, a prevenção de doenças e a promoção de um ambiente laboral saudável e produtivo. A análise da água utilizada pelos trabalhadores configura-se, portanto, como ação estratégica essencial, com impactos positivos diretos sobre a saúde dos colaboradores e a eficiência das empresas.

METODOLOGIA

O processo envolveu cinco etapas principais:

Planejamento da coleta: seleção de pontos estratégicos (laboratórios, almoxarifados, áreas administrativas), inspeção dos bebedouros e registro documental e fotográfico para garantir rastreabilidade.

Coleta: higienização das torneiras com álcool 70%, descarte inicial da água por 2 a 3 minutos e acondicionamento das amostras em frascos esterilizados sob refrigeração.

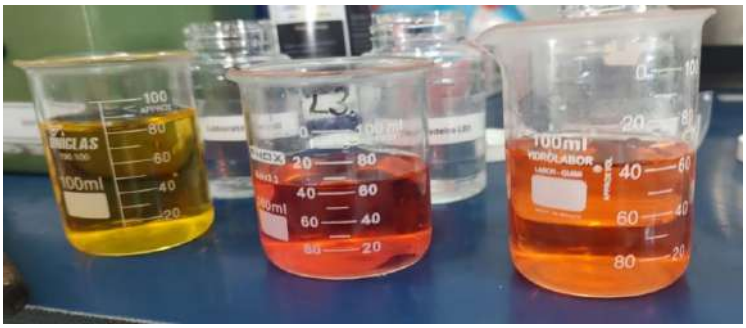
Análises físico-químicas: avaliação de pH, turbidez, dureza, alcalinidade, condutividade elétrica e temperatura, com resultados registrados em planilhas padronizadas.

Análises microbiológicas: detecção de coliformes totais, E. coli e bactérias heterotróficas por meio de inoculação em meios seletivos e contagem de colônias, permitindo identificar pontos críticos de contaminação.

Ações corretivas: definição de medidas como revisão da cloração, higienização dos bebedouros, monitoramento contínuo e capacitação dos responsáveis, assegurando conformidade legal e controle da qualidade da água.

Na Figura 1, abaixo, é apresentado o teste de alcalinidade da água, cuja avaliação também é feita com base na variação das cores.

Figura 1 – Teste de alcalinidade da água



Fonte: O Autor (2025).

Análises Microbiológicas

Após a análise físico-química, foram realizadas as análises microbiológicas, cujo objetivo foi detectar a presença de microrganismos indicadores de contaminação, como coliformes totais, coliformes fecais e outros patógenos potenciais. O procedimento incluiu:

Coleta das amostras em frascos esterilizados, transportados em condições refrigeradas.

Inoculação em meios seletivos para os diferentes microrganismos.

Incubação em temperatura e tempo específicos conforme protocolo.

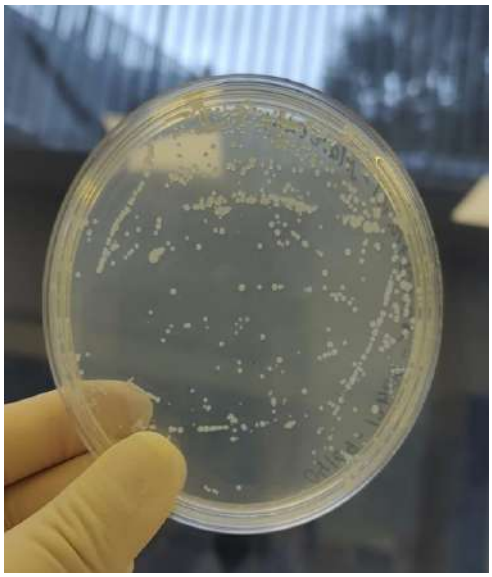
Contagem de colônias e registro dos dados obtidos.

Todos os parâmetros analisados têm como finalidade identificar possíveis alterações na qualidade da água e planejar medidas corretivas, como higienização dos bebedouros, manutenção ou substituição de componentes, conforme a necessidade. Após a finalização das análises microbiológicas, será possível integrar todos os resultados e definir instruções operacionais detalhadas para cada setor responsável, garantindo o fornecimento de água segura e adequada aos usuários.

Conforme a análise realizada, observou-se o crescimento bacteriano tanto no Ágar Nutriente quanto no Ágar MacConkey. O crescimento no Ágar Nutriente indica a presença de microrganismos viáveis de caráter geral, visto que esse meio é não seletivo e permite o desenvolvimento de uma ampla variedade de bactérias. Já o crescimento no Ágar MacConkey

demonstra que, além de serem bactérias viáveis, trata-se de micro-organismos Gram-negativos, uma vez que este meio é seletivo para esse grupo. Dependendo da coloração das colônias, pode-se ainda inferir se são fermentadoras ou não fermentadoras de lactose.

Figura 2 – Crescimento bacteriano em Ágar Nutriente



Nota: Placa de Petri contendo Ágar Nutriente, meio não seletivo e de uso geral, no qual se observa crescimento abundante de colônias bacterianas. Esse resultado indica a presença de diferentes microrganismos viáveis, sem seleção específica. Fonte: Autor, (2025).

Obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1 – Resultados das análises físico-químicas e microbiológicas da água em diferentes pontos da empresa

	Físico / Químico						Microbiologia			
	pH	Turbidez	Dureza total	Condutividade elétrica	Temperatura	Alcalinidade	Contagem Nutriente	UFC/mL	Contagem Macconkey	UFC/mL
Padrão/Valor ideal	6,0 – 9,5	≤ 5 UNT	≤ 500 mg/L $CaCO_3$	≤ 1500 µS/cm	≤ 25 °C	30 – 500 mg/L $CaCO_3$	< 100 UFC		0 UFC/mL	
Laboratório L03	8,50	0,10	72,00	631,20	17,90	121,00	101,00	4713,33	28,00	1166,67
Cintadeira L03	7,76	0,10	69,50	434,90	16,50	200,00	6,00	280,00	13,00	606,67
Central de Resíduos	7,56	0,10	64,50	224,00	14,50	120,00	49,00	2286,67	8,00	373,33
Elétrica L03	7,79	0,10	66,50	434,20	15,30	150,00	50,00	2333,33	0,00	0,00
Florestal	7,83	0,10	58,50	371,00	17,10	100,00	21,00	980,00	0,00	0,00
Sala dos Motoristas P02	6,50	0,10	64,50	444,70	20,10	90,00	2,00	93,33	0,00	0,00
Sala de jogos	7,74	0,10	65,00	234,90	14,00	130,00	9,00	420,00	0,00	0,00
Sala de controle I03	7,71	0,10	70,00	427,10	18,30	110,00	7,00	326,67	2,00	93,33
Almoxarifado L02 (copa)	6,27	0,10	67,50	360,20	17,10	140,00	128,00	5973,33	3,00	140,00
Logística	7,81	0,10	63,00	471,60	15,80	110,00	6,00	280,00	0,00	0,00
Mecânica Central 1	6,35	0,10	72,00	501,30	12,90	100,00	1,00	46,67	0,00	0,00
ETE/ETA	7,71	0,10	69,00	444,40	14,20	120,00	6,00	280,00	0,00	0,00
Mezanino	7,81	0,10	66,00	470,00	13,20	100,00	60,00	2800,00	0,00	0,00
Média	**7,49**	**0,10**	**66,77**	**415,19**	**15,92**	**120,85**	**34,31**	**1601,03**	**3,92**	**183,08**

Fonte: O Autor, (2025)

Na Tabela 1 estão apresentados todos os resultados obtidos no estudo. As células destacadas em vermelho indicam alterações negativas nos parâmetros analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere aos parâmetros físico-químicos, o pH médio (7,49) manteve-se dentro da faixa recomendada (6,0 a 9,5). A turbidez permaneceu em 0,10 NTU em todos os pontos, valor significativamente inferior ao limite máximo permitido (5,0 NTU), o que indica boa claridade da água. A dureza total apresentou média de 66,77 mg/L, caracterizando água moderadamente dura, sem risco à saúde.

A condutividade elétrica apresentou média de 419,19 µS/cm, com valores mais elevados no Laboratório L03 (631,20 µS/cm) e menores na Central de Resíduos (224,00 µS/cm), refletindo variações na concentração de sais dissolvidos. A temperatura média foi de 15,92 °C, compatível com padrões naturais e sem influência negativa sobre a potabilidade. Já a alcalinidade apresentou valores médios de 120,85 mg/L, com destaque para a Cintadeira L03 (200 mg/L).

Estes resultados estão em conformidade com a legislação vigente. Nos parâmetros microbiológicos, a contagem heterotrófica média foi de 1601,03 UFC/mL, sendo os maiores valores encontrados no Laboratório L03 (4713,33 UFC/mL) e no Almoxarifado L02 (5973,33 UFC/mL). Embora a Portaria 888/2021 não estabeleça limite específico para a contagem heterotrófica, o elevado crescimento microbiano sugere falhas no processo de desinfecção.

Outro ponto crítico foi a detecção de coliformes em meio MacConkey em alguns pontos de coleta, com destaque para a Cintadeira L03 (13,00 UFC/mL) e a Central de Resíduos (8,00 UFC/mL). A legislação determina ausência total de coliformes em 100 mL de amostra, o que caracteriza não conformidade e risco potencial à saúde humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os parâmetros físico-químicos da água encontram-se dentro dos limites aceitáveis de potabilidade. Os resultados microbiológicos evidenciam contaminação significativa em alguns pontos, especialmente no Laboratório L03 e no Almoxarifado L02, indicando necessidade de medidas corretivas imediatas.

O presente estudo teve como objetivo analisar a qualidade da água em diferentes pontos de consumo da empresa, por meio da avaliação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, à luz dos limites estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021.

Como principais limitações desta pesquisa, destacam-se a ausência de séries históricas mais extensas que possibilitariam uma análise temporal da variação dos parâmetros, bem como a limitação na quantidade de pontos amostrais e na frequência de coleta. Apesar disso, os dados obtidos fornecem um panorama confiável da situação atual e servem como base para a implementação de medidas corretivas.

Para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação do número de coletas, a realização de análises em diferentes períodos do ano e a incorporação de novos parâmetros físico-químicos e microbiológicos, de modo a aprofundar a avaliação da qualidade da água. Também se recomenda a adoção de um programa de monitoramento contínuo, que inclua não apenas

análises laboratoriais, mas também ações de manutenção preventiva e capacitação das equipes responsáveis pelo sistema de abastecimento.

Conclui-se, portanto, que, embora a água analisada apresente conformidade em diversos parâmetros, falhas relacionadas à ausência de cloro residual e à presença de microrganismos em alguns pontos demonstram vulnerabilidades no sistema, que precisam ser corrigidas para assegurar a potabilidade da água e a proteção da saúde da população consumidora.

Diante disso, recomenda-se a revisão do processo de cloração, a realização de manutenções preventivas na rede de distribuição e o monitoramento contínuo da qualidade microbiológica, a fim de garantir o atendimento pleno à legislação e a segurança da água para consumo humano.

REFERÊNCIAS

Agrad BALCÃO, Yolanda Ferreira. Organograma: representação gráfica da estrutura. **Revista de administração de empresas**, v. 5, p. 107-125, 1965.

BÁRTA, Renata Linassi et al. Qualidade da água para consumo humano no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 9, n. 4, p. 74-85, 2021.

CUENCA, Rosa Irene Alvarado. Normas ISO en Gestión Sanitaria: Revisión Sistemática. **Ciencia Latina: Revista Multidisciplinar**, v. 8, n. 4, p. 5035-5058, 2024.

DOS SANTOS, Mateus Leonardo Welika et al. Bebedouros coletivos: análises microbiológicas e plano de higienização baseado no ambiente de instalação. **Peer Review**, v. 6, n. 9, p. 88-103, 2024.

FREITAS, Rafael de Jesus et al. Caracterização microbiológica e físico-química da água de consumo e de bebedouros de uma instituição de ensino superior no vale do Araguaia-MT. 2025.

LIMA, Hemelyni Cecília Gonçalves et al. PARASITOSES TRANSMITIDAS PELA ÁGUA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 5491-5501, 2023.

SILVA, Jéssica Adriele da et al. Avaliação microbiológica da água potável utilizada nos bebedouros de uma instituição de ensino superior na cidade de Recife. 2023.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO HEMOSC (CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA) – JOAÇABA/SC

Categoria: Práticas de Estágio

Stefani de Lima Schneider[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O presente relatório refere-se ao Estágio Supervisionado III do curso de Biomedicina, realizado no Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), na unidade de Joaçaba/SC, com carga horária total de 500 horas. O estágio teve como objetivo integrar os conhecimentos teóricos à prática profissional, proporcionando ao acadêmico a vivência das rotinas laboratoriais e o desenvolvimento de competências técnicas e éticas essenciais à atuação biomédica. O método utilizado baseou-se na observação e na participação supervisionada nas atividades do setor de Imuno-hematologia, abrangendo procedimentos como tipagem sanguínea ABO e Rh, fenotipagem eritrocitária, testes de Coombs direto e indireto e provas de compatibilidade, fundamentais para garantir a segurança transfusional. Os resultados evidenciaram a importância da padronização, do controle de qualidade e da responsabilidade ética nas etapas pré-transfusionais, reforçando o papel do biomédico na prevenção de reações adversas e na manutenção da qualidade dos hemocomponentes. Conclui-se que o estágio contribuiu significativamente para a formação profissional, permitindo a consolidação dos conhecimentos teóricos e o aperfeiçoamento das habilidades técnicas, além de destacar a relevância da atuação do biomédico nos bancos de sangue e na segurança transfusional.

Palavras-chave: Hemocomponentes, imuno-hematologia, transfusão, sangue, bancos de sangue.

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado III constitui uma etapa essencial na formação do estudante de Biomedicina, por promover a integração entre teoria e prática e consolidar as competências técnicas e éticas necessárias à atuação profissional. Com carga horária de 500 horas, foi desenvolvido no Hemocentro HEMOSC de Joaçaba (SC), especificamente no setor de Imuno-hematologia, sob supervisão técnica e orientação docente. As atividades práticas abrangeram a rotina laboratorial voltada à segurança transfusional, com execução e acompanhamento de exames indispensáveis à compatibilidade entre doadores e receptores.

Entre os principais procedimentos realizados, destacam-se a tipagem sanguínea ABO e Rh, a fenotipagem eritrocitária estendida (antígenos C, c, E, e e sistemas Kell, Kidd, Duffy e MNS), bem como os testes de Coombs direto e indireto, responsáveis pela detecção de anticorpos

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aderidos às hemácias ou livres no soro (Macedo et al., 2024). Também foi realizada a prova de compatibilidade (crossmatch), que simula a transfusão em ambiente laboratorial, assegurando a compatibilidade entre doador e receptor (Elliott et al., 2025).

METODOLOGIA

O estágio final foi realizado no setor de Hemoterapia, com ênfase nas práticas imunológicas e laboratoriais que envolvem o processo pré-transfusional. As atividades foram supervisionadas e seguiram as normas de biossegurança e os protocolos estabelecidos pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde. Durante o período, o estagiário acompanhou as etapas de triagem clínica dos doadores, coleta e processamento das amostras, tipagem ABO e fator Rh, triagem de anticorpos irregulares, provas de compatibilidade cruzada e controle de qualidade dos hemocomponentes. As observações e resultados foram registrados em relatórios técnicos, promovendo a integração entre teoria e prática e o desenvolvimento das competências éticas e científicas essenciais à atuação profissional em Hemoterapia.

CARACTERÍSTICAS IMUNOLÓGICAS E LABORATORIAIS DO PROCEDIMENTO PRÉ-TRANSFUSIONAL

O biomédico exerce papel central na segurança transfusional, participando desde a coleta e triagem até a análise laboratorial, garantindo a compatibilidade entre doador e receptor. Nos bancos de sangue, são realizados testes sorológicos para detecção de doenças infecciosas (hepatite, HIV, sífilis) e análises imunológicas que identificam anticorpos irregulares, fundamentais para evitar reações hemolíticas (Caires, 2020). O laboratório de referência em imuno-hematologia é essencial para o suporte transfusional de alta complexidade, possibilitando a identificação de anticorpos, fenotipagem e seleção de hemocomponentes compatíveis (Costa et al., 2023). Testes pré-transfusionais asseguram a compatibilidade ABO e Rh e detectam aloanticorpos produzidos após transfusões, gestações ou transplantes (Elliott et al., 2025; Syrjälä, 2022). Aproximadamente 2% a 4% da população possui anticorpos irregulares não ABO, o que reforça a necessidade de triagem rigorosa (Waggiallah et al., 2021).

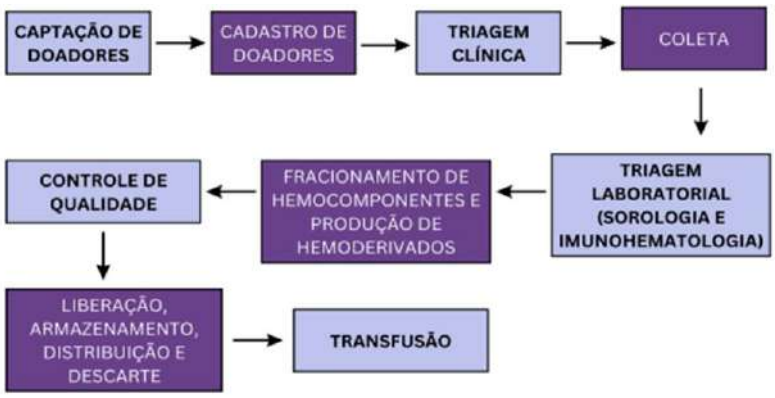
DESENVOLVIMENTO DA HEMOTERAPIA E SEGURANÇA NA TRANSFUSÃO

A hemoterapia evoluiu de um procedimento experimental e arriscado para uma prática clínica segura, impulsionada pela descoberta dos grupos sanguíneos e do fator Rh, além do aprimoramento tecnológico após a epidemia de AIDS (Gomes et al., 2021). Hoje, a transfusão restabelece a capacidade de transporte de oxigênio em pacientes com anemias e hemorragias, sustentando a vitalidade dos tecidos (BRASIL, 2001). Há cerca de 39 sistemas sanguíneos reconhecidos e 360 antígenos eritrocitários identificados, sendo os principais o ABO, Rh, Kidd, Kell, MNS e Duffy, fundamentais para a segurança transfusional (Rodrigues; Ribeiro, 2021; Macedo et al., 2024). A transfusão de hemocomponentes é essencial em tratamentos como quimioterapia, transplantes e cirurgias, exigindo rigor técnico e rastreabilidade (Oliveira, 2023; Rambo; Magnago, 2023).

FLUXO OPERACIONAL DA HEMOTERAPIA

A Figura 1 representa o ciclo do sangue, desde a captação de doadores até a hemovigilância, envolvendo triagem, coleta, processamento, armazenamento e distribuição dos hemocomponentes (Oliveira, 2023).

Figura 1 – Ciclo do Sangue



Fonte: Oliveira (2023).

A hemovigilância constitui um sistema de monitoramento contínuo que visa registrar e investigar eventos adversos, prevenindo reincidências e garantindo a qualidade dos processos e produtos. Ela acompanha todo o ciclo do sangue, desde a seleção do doador até o ato transfusional, assegurando a segurança do doador e do receptor (Manual para o Sistema Nacional de Hemovigilância – ANVISA;Pessoa; Aguiar; Silva, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio supervisionado no Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC) – unidade de Joaçaba, foi possível vivenciar a rotina laboratorial do setor de Imuno-hematologia, corroborando os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Biomedicina. As atividades realizadas incluíram a triagem pré-transfusional, tipagem sanguínea dos sistemas ABO e Rh, teste de Coombs direto e indireto, fenotipagem eritrocitária, detecção de anticorpos irregulares e provas de compatibilidade. A aplicação prática desses procedimentos permitiu compreender a importância da padronização das técnicas e do controle de qualidade, princípios que garantem resultados fidedignos e a segurança transfusional. Observou-se que, assim como descrito por Costa et al. (2023), a imuno-hematologia é indispensável para a prevenção de reações hemolíticas e a escolha adequada de hemocomponentes compatíveis. O domínio técnico e o rigor analítico do biomédico são fundamentais nesse processo, visto que pequenas falhas podem resultar em incompatibilidades graves. Durante o período de estágio, verificou-se também a atuação do biomédico em etapas administrativas e de gestão laboratorial, reforçando o papel multifuncional desse profissional no contexto dos bancos de sangue. A prática mostrou que a hemovigilância é um componente essencial da segurança transfusional,

permitindo o monitoramento e registro de eventos adversos, o que corrobora as diretrizes da ANVISA, a observação do fluxo operacional da hemoterapia desde a captação do doador até a liberação do sangue proporcionou uma visão ampla do ciclo do sangue e das etapas críticas que exigem atenção e rastreabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no HEMOSC – Joaçaba proporcionou uma experiência formativa completa, unindo teoria e prática de forma concreta e enriquecedora. As atividades desenvolvidas permitiram compreender de maneira aprofundada os processos que envolvem o ciclo do sangue, especialmente no setor de Imuno-hematologia, o aprendizado obtido confirmou a relevância do biomédico na área da hemoterapia, não apenas pela execução dos testes laboratoriais, mas também pela atuação na gestão da qualidade, na segurança transfusional e na pesquisa científica aplicada à melhoria dos processos. Foi possível observar que a precisão técnica, o controle de qualidade e a padronização metodológica são fatores essenciais para prevenir reações adversas e garantir a compatibilidade entre doadores e receptores. Conclui-se que o estágio contribuiu de maneira significativa para a formação profissional, evidenciando a importância da Imuno-hematologia como uma das áreas mais críticas e nobres da Biomedicina, essencial para a preservação da vida e para o avanço da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids. Imunohematologia: testes pré-transfusionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 72 p. (Série TELELAB).

CAIRES, Nereida Maria de Paula. A Importância do Biomédico no Banco de Sangue. 2021. 27. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) – Faculdade Anhanguera, São José dos Campos, 2021.

BROWN, Miriam; SHARMA, Deva; ATCHISON, Kaycie; DENNIS, Bradley M.; HALL, Erika; MUELLER, Angela; SCHAEFFER, Christine; SCHUCHT, Jessica E.; STREAMS, Jill R.; TAHIRI, Toufik; BOOTH, Garrett S.; JACOBS, Jeremy W. Incorrect blood typing and mis-transfusion due to low-titer group O whole blood resuscitation. Transfusion, [*s. l.*], v. 65, n. 6, p. 1203–1209, jun. 2025. https://doi.org/10.1111/trf.18268.

COSTA, R. G.; PROCHASKA, C. L.; MENDES, V. a. M.; MACHADO, M. B.; ALVES, F. V. T.; FABRIS, B. A.; GUEBERT, J. T.; MACHADO, A. M. B. A IMPLANTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE IMUNO-HEMATOLOGIA EM UM HEMONÚCLEO NO INTERIOR DO PARANÁ. Hematology, Transfusion and Cell Therapy, [*s. l.*], v. 45, p. S734–S735, 1 out. 2023. https://doi.org/10.1016/j.htct.2023.09.1332.

ELLIOTT, Christopher; KELHAM, Stephanie; ZHANG, Liu; GRIEVE, Stacy; LAN, Tommy; MORADIAN, Hoora; COLL-ORTEGA, Cristina; GÓMEZ-ULLOA, David. Systematic literature review and meta-analysis of concordance and accuracy of pretransfusion immunohematology routine tests. Transfusion Medicine (Oxford, England), [*s. l.*], v. 35, n. 5, p. 445–457, out. 2025. https://doi.org/10.1111/tme.70010.

GOMES, Guilherme de Souza; FARINA, Guilherme Laval; SOARES, Victor Hugo Côrtes; ARRUDA, Evilanna Lima. Soroprevalências e descartes de bolsas de sangue em um banco de sangue em Goiânia-GO. Research, Society and Development, [*s. l.*], v. 10, n. 16, p. e516101623816–e516101623816, 17 dez. 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23816.

LOPES, Ailson da Silva. INVERSÃO DO ORGANOGRAMA: UMA PODEROSA FERRAMENTA PARA MELHORIA DA TOMADA DE DECISÕES ORGANIZACIONAIS. Revista Valore, [*s. l.*], v. 4, p. 306–316, 2019. https://doi.org/10.22408/reva402019372306-316.

MACEDO, Bruna de Almeida; TAVEIRA, Marina Curado; PRATES, Giovanna Cordeiro; TEIXEIRA, Ludmylla Ramos; DINIZ, Nathallia Viana; JAIME, Jivago Carneiro. Fenotipagem eritrocitária de doadores de sangue do Estado de Goiás. Revista Eletrônica Acervo Saúde, [*s. l.*], v. 24, n. 11, p. e17552, 2 nov. 2024. https://doi.org/10.25248/reas.e17552.2024.

MANUAL PARA O SISTEMA NACIONAL DE HEMOVIGILÂNCIA NO BRASIL — AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. [*s. d.*]. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/manual_de_hemovigilancia__dez22-07-12-2022.pdf/view?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 out. 2025.

OLIVEIRA, Agatha Pereira Amaro de. Principais causas do descarte de hemocomponentes e hemoderivados em bancos de sangue do Brasil. [*s. l.*], 2023. Disponível em: http://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/17028. Acesso em: 21 out. 2025.

PESSOA, Rayssa Maria da Silva; AGUIAR, Karina Marini; SILVA, Caroline Nogueira Maia e. Rastreamento pós-doação de sangue de doenças infecciosas agudas em um hemocentro regional. [*s. l.*], v. 35, n. 1, p. 1–9, 2025. https://doi.org/10.5935/2238-3182.2025e35112.

RAMBO, Christiani Andrea Marquesini; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza. CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE CHECKLIST PARA SEGURANÇA DO PACIENTE NO ATO TRANSFUSIONAL. Texto & Contexto - Enfermagem, [*s. l.*], v. 32, p. e20230123, 2023. https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0123pt.

RODRIGUES, Arieny Dias; RIBEIRO, Lília Rosário. Sistemas sanguíneos, incompatibilidade e procedimentos alternativos à transfusão / Blood systems, incompatibility of alternative procedures to transfusion. Brazilian Journal of Development, [*s. l.*], v. 7, n. 2, p. 13007–13027, 8 fev. 2021. https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-085.

SYRJÄLÄ, Teemu. Simultaneous Use of Two Recombinant Blood Group Antigens for Identification of Rare Complex Antibody Mixtures. Transfusion Medicine and Hemotherapy, [*s. l.*], v. 49, n. 5, p. 315–319, 8 mar. 2022. https://doi.org/10.1159/000522112.

WAGGIALLAH, Hisham Ali; ALENZI, Faris Q.; BIN SHAYA, Abdulkarim S.; HATTAN HATTAN, Ahmed; MOHAMMED ELMOSAAD, Yousif; ALENAZI, Maher M. The Prevalence of unexpected antibodies in Saudi's plasma prior blood transfusion and their association with clinical conditions: A cross-sectional study. Saudi Journal of Biological Sciences, [*s. l.*], v. 28, n. 8, p. 4699–4703, ago. 2021. https://doi.org/10.1016/j.sjbs.2021.04.083.

PRÁTICAS DE CULTIVO CELULAR NA BIOLOGIA MOLECULAR: USO DE LINHAGEM HEPATOCELULAR NA PESQUISA CIENTÍFICA

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Vinícius Granemann Recalcatte[2]
Letycia Vitória Corrêa[3]
Ariana Centa[4]
Claudriana Locatelli[5]
Natan Veiga[6]

Resumo – O cultivo celular é uma ferramenta essencial na biologia molecular e nas pesquisas biomédicas, permitindo o estudo controlado de células humanas fora do organismo. Este trabalho teve como objetivo Este trabalho tem como objetivo relatar as práticas de estágio realizadas no Laboratório Multiusuário BioSaúde da UNIARP, com ênfase no cultivo e na manutenção da linhagem hepatocelular HepG2, amplamente utilizada em estudos metabólicos e de toxicidade, descrevendo os conhecimentos adquiridos na área de biologia molecular e as técnicas aplicadas em ensaios in vitro. As atividades incluíram o preparo de meios de cultura, descongelamento, repicagem, contagem e armazenamento das células em nitrogênio líquido, seguindo protocolos de biossegurança e assepsia. O meio DMEM suplementado com soro fetal bovino e antibióticos foi empregado para garantir condições ideais de crescimento e viabilidade celular. A observação morfológica sob microscópio invertido e o acompanhamento de ensaios de viabilidade celular, como o MTT, permitiram garantir o controle de variáveis experimentais envolvendo a assepsia. As práticas realizadas contribuíram para consolidar o conhecimento teórico e técnico sobre o manejo de linhagens celulares humanas, reforçando o papel do cultivo celular como base da pesquisa científica moderna e da biotecnologia aplicada.

Palavras-chave: Biologia molecular, cultivo de células, estágio, HepG2.

INTRODUÇÃO

Experimentos de cultivos celulares são amplamente usados nas pesquisas biomédicas, medicina regenerativa e produções biotecnológicas. Devido às restrições quanto ao uso de animais de laboratório por leis de proteção aos animais e outras questões éticas, é de se esperar que o uso de linhagens celulares aumentará nos próximos anos, visando substituir a pesquisa baseada em animais (Weiskirchen et al., 2023). Todavia, experimentos que envolvem cultivo

[1] Laboratório Multiusuário BioSaúde, Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

celular, quando não propriamente conduzidos, são inclinados a erros. Deste modo, é essencial que os estudos in-vitro sejam realizados com boas práticas de cultivo celular para garantir a reprodutibilidade dos experimentos (Pamies et al., 2022).

O desenvolvimento das técnicas de cultivo celular tem suas raízes na microbiologia, quando, por volta de 1880 o microbiologista alemão Robert Koch propôs o uso de gelatina para solidificação dos meios de cultivo (Moro et al., 2024). No entanto, foi somente em 1951 que a primeira linhagem de células humanas foi imortalizada, as células foram extraídas do adenocarcinoma cervical de uma mulher chamada Henrietta Lacks. O tecido de adenocarcinoma foi encaminhado para George Otto Gey que, junto com sua assistente Mary Kubicek, isolou as células em plasma de galinha, resultando em um modelo de cultivo celular robusto (Masters, 2002). Esta linhagem celular, denominada HeLa se mantém viva até hoje, 70 anos depois da morte de Henrietta.

Este trabalho tem como objetivo relatar as práticas de estágio realizadas no Laboratório Multiusuário BioSaúde da UNIARP, com ênfase no cultivo e na manutenção da linhagem hepatocelular HepG2, amplamente utilizada em estudos metabólicos e de toxicidade, descrevendo os conhecimentos adquiridos na área de biologia molecular e as técnicas aplicadas em ensaios in vitro, desenvolvidas nos Laboratórios Multiusuários BioSaúde da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP em parceria com a FAPESC.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado no Laboratório multiusuários BioSaúde da UNIARP, durante o segundo semestre de 2025 totalizando 500 horas de atividades. As práticas foram supervisionadas por profissionais da área de biotecnologia e envolveram o acompanhamento de rotinas laboratoriais relacionadas à manutenção de culturas celulares, além da participação em atividades associadas à Biologia Celular e Molecular, como PCR e Western Blotting.

As atividades práticas incluíram o preparo e esterilização de meios de cultura, descongelamento de células, repiques, contagem celular e avaliação morfológica sob microscópio invertido. Durante o estágio, foram rigorosamente aplicadas normas de biossegurança, bem como técnicas assépticas em câmara de fluxo laminar, assegurando o descarte adequado de materiais biológicos contaminados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

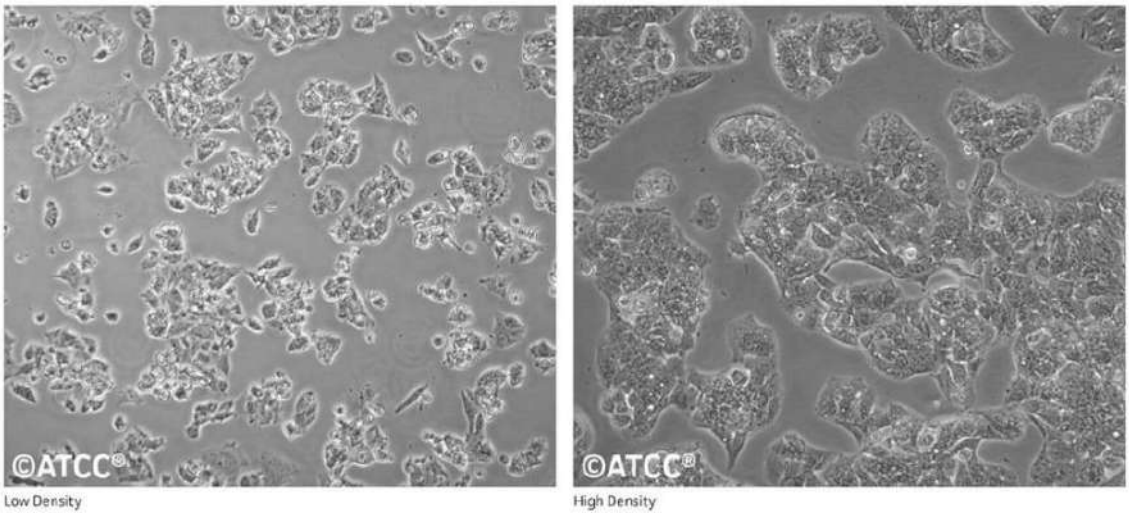
Antes do início dos ensaios de pesquisa envolvendo células, é necessário descongelar e preparar o cultivo, de modo a obter uma população celular suficiente para atender aos objetivos experimentais e também, preservar uma amostra da linhagem para armazenamento em nitrogênio líquido. Esta prática garante que o laboratório mantenha um estoque viável das linhagens utilizadas, permitindo sua reutilização em futuras pesquisas. As linhagens celulares são padronizadas, catalogadas e comercializadas pela ATCC (American Type Culture Collection), garantindo a rastreabilidade. A linhagem utilizada para descrição deste trabalho foi a HepG2, derivada de um carcinoma hepatocelular humano (Javitt, 1990).

Para o descongelamento e estabelecimento da cultura celular é fundamental fornecer condições adequadas de crescimento e manutenção, o que envolve o uso de meios de cultura específicos. Neste sentido, destaca-se o meio de cultura DMEM (Meio de Eagle Modificado de Dulbecco) amplamente empregado em cultivos de células HepG2. No laboratório, o DMEM é utilizado com adição de 10% de soro fetal bovino e 1% de antibióticos para garantir a segurança, estabilidade e devida nutrição das células cultivadas. Todo preparo é realizado em ambiente estéril, dentro de câmara de fluxo laminar, conforme normas de biossegurança a fim de evitar a contaminação do material e do ambiente de trabalho.

Durante o cultivo celular, observou-se que as células HepG2 aderiram ao fundo dos frascos específicos contendo meio DMEM, suplementado com 10% de soro fetal bovino e 1% de antibiótico, proliferando progressivamente até atingirem confluência A Figura 1 ilustra a morfologia característica da linhagem em diferentes densidades: à esquerda, células em baixa densidade, com morfologia mais dispersa, e à direita, alta densidade, com formação de colônias mais compactas.

Antes de congelar uma alíquota da linhagem, é necessário fazer a repicagem do cultivo para outra garrafa, processo essencial para manutenção da viabilidade celular. A tripsina, uma enzima proteolítica usada amplamente na pesquisa celular, foi utilizada para desafixação das células, permitindo sua redistribuição em novos frascos. As garrafas de cultivo foram mantidas em estufa à 37ºC e 5% pCO_2 enquanto os vials de células foram armazenados em nitrogênio líquido, assegurando a preservação da linhagem.

Figura 1 – Células da linhagem HepG2 visualizadas em microscópio invertido.



Legenda: À esquerda, células Hep G2 em baixa densidade e, à direita, células HepG2 em alta densidade

Fonte: ATCC (2025).

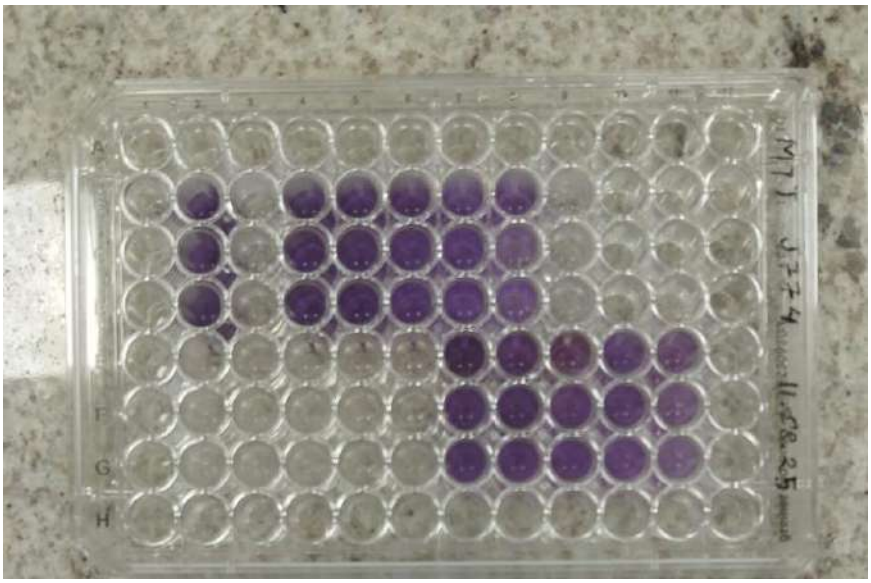
Após o estabelecimento do cultivo, as células foram utilizadas em ensaios in vitro, incluindo o ensaio de MTT para avaliação de viabilidade celular. Para o MTT, as células HepG2 foram semeadas em placas de 96 poços (densidade conforme padronização do laboratório), tratadas conforme o desenho experimental e, ao final do período de exposição, incubadas com

MTT (0,5 mg/mL) por 2-3 h. Formaram-se cristais de formazan intracelulares, posteriormente solubilizados com DMSO (Dimetil- sulfóxido) para leitura espectrofotométrica em 570 nm (Grela; Kozlowska & Grabowiecka, 2018). A viabilidade (%) foi calculada como:

$$\text{Viabilidade} = \frac{A_{570}\,(\boldsymbol{tratado})}{A_{570}\,(\boldsymbol{controle})} \times 100$$

Na Figura 2, observa-se a microplaca de 96 poços após a reação do MTT, onde a formação dos cristais de formazan resultou em coloração violeta de intensidade variável conforme a viabilidade das células. Poços com coloração mais intensa indicam maior número de células metabolicamente ativas, enquanto tons mais claros sugerem redução da atividade celular, permitindo assim a análise quantitativa por leitura espectrofotométrica.

Figura 2 – Microplaca para ensaio de MTT com linhagem de células J774.



Fonte: Os autores (2025).

A experiência no cultivo da linhagem HepG2 e na execução de ensaios como o MTT possibilitou o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o trabalho em pesquisa translacional, unindo teoria e prática em biologia molecular. A vivência no Laboratório Multiusuário BioSaúde contribuiu para o aprimoramento técnico, o entendimento das etapas críticas do cultivo celular e a valorização das normas de biossegurança. Além disso, reforçou a importância da padronização e do controle de qualidade nos experimentos, destacando o papel das culturas celulares como modelo confiável para estudos de toxicidade, metabolismo e mecanismos moleculares em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas realizadas durante o estágio proporcionaram uma compreensão aprofundada das técnicas envolvidas no cultivo celular e de sua relevância para a biologia molecular e a biotecnologia. O manejo da linhagem Hep-G2 permitiu observar na prática a importância de variáveis como assepsia, temperatura e composição do meio para o sucesso do cultivo e a confiabilidade dos resultados experimentais. Além disso, a vivência no ambiente laboratorial destacou o rigor necessário no controle de qualidade e na padronização de procedimentos.

As atividades contribuíram significativamente para o aprimoramento técnico e científico, ampliando a percepção sobre o papel do cultivo celular na pesquisa aplicada, especialmente em estudos de toxicidade, metabolismo e desenvolvimento de novos fármacos. Dessa forma, o estágio representou uma experiência formativa essencial para a atuação profissional na área biomédica e biotecnológica, consolidando a ponte entre teoria e prática científica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Laboratório de Pesquisa Multiusuário BioSaúde, à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e à FAPESC pelo incentivo à pesquisa e pela oportunidade de desenvolvimento técnico e científico durante este estágio.

REFERÊNCIAS

GRELA, Ewa; KOZŁOWSKA, Joanna; GRABOWIECKA, Agnieszka. Current methodology of MTT assay in bacteria–A review. Acta histochemica, v. 120, n. 4, p. 303-311, 2018.

JAVITT, Norman B. Hep G2 cells as a resource for metabolic studies: lipoprotein, cholesterol, and bile acids. The FASEB Journal, v. 4, n. 2, p. 161-168, 1990.

MASTERS, John R. HeLa cells 50 years on: the good, the bad and the ugly. Nature Reviews Cancer,v. 2, n. 4, p. 315-319, 2002.

MORO, Lincoln Gozzi et al. A Brief History of Cell Culture: From Harrison to Organs-on-a-Chip. Cells,v. 13, n. 24, p. 2068, 2024.

PAMIES, David et al. Guidance document on good cell and tissue culture practice 2.0 (GCCP 2.0). 2022.

WEISKIRCHEN, Sabine et al. A beginner's guide to cell culture: Practical advice for preventing needless problems. Cells, v. 12, n. 5, p. 682, 2023.

PRÁTICAS E APRENDIZADOS NO ESTÁGIO EM BIOMEDICINA ESTÉTICA

Categoria: Práticas de Estágio

Gabriele Tarachuk[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – Este trabalho mostra as atividades e aprendizados obtidos durante o Estágio Supervisionado em Biomedicina Estética, realizado na Clínica de Estética Avançada Refletto, com carga horária total de 500 horas. O estágio teve como objetivo integrar teoria e prática, possibilitando ao acadêmico vivenciar a rotina clínica, compreender os protocolos de atendimento e desenvolver habilidades técnicas sob orientação profissional. Durante o período, foram observados e executados procedimentos estéticos faciais e corporais, como limpeza de pele, microagulhamento, peelings químicos, radiofrequência, entre outros protocolos. A prática possibilitou compreender a importância da avaliação estética e da personalização dos tratamentos, reforçando a relação entre estética, saúde e bem-estar. Os resultados evidenciaram o papel essencial do biomédico esteta na promoção da autoestima e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes, por meio de procedimentos seguros e eficazes. Conclui-se que o estágio foi de extrema relevância para a formação profissional, permitindo o aprimoramento técnico e o desenvolvimento de uma postura ética, responsável e humanizada, consolidando a importância da Biomedicina Estética como área que une ciência, cuidado e transformação pessoal.

Palavras-chave: biomedicina estética; procedimentos estéticos; saúde; rotina.

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta o Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Biomedicina, com carga horária total de 500 horas, realizado na Clínica de Estética Avançada Refletto, sob a orientação do Dr. Natan Veiga. Durante o estágio, foi possível aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos na área da estética, vivenciando de forma mais ampla as rotinas, procedimentos e técnicas que compõem essa especialidade.

A área da Biomedicina Estética vem se destacando pelo aumento da busca por cuidados que melhoram a aparência e promovem o rejuvenescimento. O biomédico esteta alia conhecimento científico e sensibilidade para oferecer tratamentos personalizados, que valorizam a saúde, o bem-estar e a autoestima. Por meio de uma avaliação cuidadosa, esse profissional desenvolve protocolos seguros e eficazes, unindo beleza e equilíbrio de forma natural e responsável (Alencar, 2024).

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A estética tem ganhado destaque entre pessoas de todas as idades, por oferecer alternativas que realçam a beleza e fortalecem o autocuidado, uma aparência mais equilibrada e natural tem impulsionado a procura por técnicas e equipamentos atuais, capazes de promover resultados seguros e personalizados. As mudanças na autoimagem e o desejo de rejuvenescimento têm levado muitos a escolherem procedimentos práticos e pouco invasivos, que proporcionam efeitos visíveis sem necessidade de cirurgias (Feitosa; Aires, 2024).

Nos últimos tempos, essa tendência cresceu de forma expressiva, tornando os tratamentos estéticos faciais e corporais cada vez mais acessíveis e procurados. Além de melhorarem o aspecto da pele e a harmonia do rosto e do corpo, esses procedimentos contribuem diretamente para o aumento da autoconfiança, isso, quando realizados com responsabilidade, refletem positivamente na autoestima e na qualidade de vida dos pacientes (Feitosa; Aires, 2024).

Portanto, o estágio é fundamental para o aprendizado prático e o desenvolvimento de um olhar mais humano e atento às necessidades de cada paciente. Essa experiência permite ao aluno aprimorar técnicas, compreender a importância do cuidado individualizado e atuar com ética e sensibilidade, unindo conhecimento científico e empatia para promover resultados seguros e naturais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estágio foi estruturada de forma a integrar conhecimentos teóricos previamente adquiridos ao desenvolvimento de habilidades práticas em ambiente clínico real. O estágio supervisionado foi realizado na Clínica de Estética Avançada Refletto, totalizando 500 horas, distribuídas em atividades de observação, acompanhamento profissional e execução assistida de procedimentos, sob supervisão do biomédico esteta responsável.

Inicialmente, foi realizado um período de ambientação, visando compreender a dinâmica organizacional da clínica, incluindo fluxos de atendimento, acolhimento, prontuário do paciente, biossegurança, preparo de materiais e higienização de equipamentos. Após essa etapa, as atividades práticas foram sendo inseridas gradativamente, de acordo com o nível de habilidade e com as autorizações do supervisor.

A participação envolveu procedimentos estéticos faciais e corporais, tais como: limpeza de pele, microagulhamento, peelings químicos, aplicação de skinbooster e técnicas de fototerapia e radiofrequência. Para cada atendimento, foram seguidos os protocolos clínicos estabelecidos pela instituição, com foco na segurança do paciente, avaliação individualizada e personalização dos tratamentos.

Durante todo o período, foram realizadas anotações sistemáticas das atividades desenvolvidas, possibilitando o registro detalhado da experiência e evolução profissional. Também foram feitas discussões de casos e estudo contínuo sobre as técnicas aplicadas, materiais e possíveis intercorrências, reforçando o aprendizado e a tomada de decisões clínicas.

Assim, a metodologia deste estágio se baseou no aprendizado supervisionado e progressivo, fundamentado em princípios éticos, científicos e de humanização no atendimento, reafirmando a importância da prática profissional na formação do biomédico esteta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O biomédico esteta atua promovendo cuidados que unem saúde, beleza e bem-estar, auxiliando o paciente que busca melhorar sua aparência por meio de procedimentos estéticos, esses profissionais são capacitados para aplicar técnicas que não apenas transformam a estética física, mas também proporcionam benefícios emocionais e psicológicos, fortalecendo a autoestima e a confiança de cada pessoa (Alves; Dutra; Souza, 2022).

Seu papel envolve avaliar cuidadosamente as condições dermatológicas e fisiológicas de cada paciente, definindo estratégias de tratamento personalizadas e seguras. A partir dessa análise, o biomédico propõe soluções adequadas para corrigir imperfeições e disfunções estéticas, promovendo resultados que contribuem para a melhoria da aparência, do bem-estar e da qualidade de vida de quem busca seus cuidados (Delmiro; Dutra; Souza, 2022).

A autoestima diz respeito à maneira como cada indivíduo se percebe, julga suas atitudes e reage às situações, sendo influenciada por suas crenças, valores e pelo ambiente cultural, ela envolve sensações de bem-estar, satisfação e uma visão positiva de si mesmo. Quando elevada, a autoestima contribui para a saúde física e mental, fortalece os relacionamentos interpessoais e profissionais, e estimula a determinação necessária para alcançar aquilo que deseja (Salomão; Silva; Santos, 2021).

A área da estética tem apresentado um crescimento expressivo nos últimos anos, impulsionada pelo interesse das pessoas em valorizar sua aparência e fortalecer a autoestima, esse mercado em expansão também tem fomentado o empreendedorismo e a inovação. A estética vai além da beleza superficial, sendo uma ciência que integra arte, ética e influências socioculturais, buscando proporcionar experiências de prazer, bem-estar e satisfação ao indivíduo ao contemplar a harmonia e a beleza em diferentes formas (Alencar, 2024).

A autoestima pode ser compreendida de diversas formas, sendo frequentemente definida como o equilíbrio entre o autoconhecimento e a percepção que cada pessoa tem de si mesma, incluindo a avaliação de seu valor e suas capacidades. Em outras palavras, é a maneira como nos vemos e nos sentimos em relação a nós mesmos. Nesse contexto, os estabelecimentos de estética surgem com o objetivo de oferecer tratamentos que valorizem a aparência, promovendo não apenas cuidados com a pele, cabelo e corpo, mas também fortalecendo a autoestima, a saúde e o bem-estar de cada indivíduo (Santos, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Biomedicina Estética realizado na Clínica de Estética Avançada Refletto representou uma etapa fundamental para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. A vivência prática permitiu compreender de forma mais ampla a rotina profissional do biomédico esteta, desde o acolhimento do paciente até a execução e acompanhamento dos procedimentos estéticos.

Durante o período de estágio, foi possível aprimorar habilidades técnicas e desenvolver uma postura ética, responsável e humanizada, aspectos essenciais para a atuação segura e eficaz na área estética. A experiência proporcionou um aprendizado significativo sobre a importância

da personalização dos tratamentos, do respeito às individualidades e da aplicação correta dos protocolos de biossegurança.

Além do desenvolvimento técnico, o estágio contribuiu para o crescimento pessoal e profissional, fortalecendo o compromisso com a saúde, o bem-estar e a autoestima dos pacientes. Dessa forma, esta experiência reforçou a relevância da Biomedicina Estética como área de atuação que une ciência, cuidado e transformação, evidenciando o papel do biomédico esteta na promoção de resultados seguros, naturais e que valorizam a beleza de forma equilibrada e responsável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Cleide Meneses de Alencar. Atuação do Biomédico na Área da Estética: Um Levantamento Bibliográfico. Centro Universitário Leão Sampaio-UNILEÃO. 2024, 21 páginas totais.

DELMIRO, Evellyn Karoline Alves Maciel. Biomedicina Estética: Procedimento Realizado pelo Biomédico Esteta e Empreendedorismo. Centro Universitário UMA. 2022.

FEITOSA, Fatima Regina Carvalho *et al.* Intercorrências e Complicações por Procedimentos Estéticos: Uma Revisão Bibliográfica. Centro Universitário IBMR. 2024, 17 páginas totais.

FERREIRA, Hugo Silva. Organogramas, A Importância da Setorização e Definição de Cargos e Funções em Empresas. Revista Científica Multidisciplinar: Núcleo do Conhecimento. v. 7, n. 3, p. 124-138, 2021, Disponível em: 10.32749/nucleo conhecimento.com.br/administracao/importancia-da-setorizacao. Acesso em: out 2025

SALOMÃO, Any Caroline de Morais *et al*. Benefícios dos procedimentos estéticos na melhora da autoestima. Research, Society and Development. v. 10, n. 16, p. e590101624308, 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.24308. Acesso em: out 2025.

SANTOS, Gyovanna Emily Silva dos Santos. Entre a Perfeição e o Excesso: Estudo Narrativo da Literatura Sobre Procedimentos Estéticos. Pontifícia Universidade Católica de Goiás-Escola de Ciências Sociais e da Saúde. 2024, 30 páginas totais.

O FEIJÃO, FERRO E SAÚDE INFANTIL: ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS PARA PREVENIR A ANEMIA FERROPRIVA

Categoria: Projeto integrador.

Deisiane Rachinski[1]
Ester Lopes Krieguer[2]
Laura do Prado[3]
Mayndra Martello[4]
Rayssa dos Santos Zancan[5]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[6]

Resumo – A alimentação infantil é um pilar essencial para o crescimento saudável e o desenvolvimento cognitivo. No Brasil, observa-se a substituição gradual de alimentos tradicionais, como o feijão, por produtos ultraprocessados, o que compromete a qualidade nutricional e favorece deficiências, especialmente a anemia ferropriva. Essa condição afeta cerca de um terço das crianças brasileiras, interferindo diretamente na aprendizagem e no desenvolvimento global. Este estudo tem como objetivo evidenciar a relevância do consumo de alimentos ricos em ferro, com ênfase no feijão, destacando seus nutrientes e benefícios na prevenção da anemia ferropriva e na promoção da saúde infantil. As ações educativas foram realizadas no Colégio Adventista EBI Centro de Educação LTDA, em Caçador (SC), com crianças de 6 a 7 anos, por meio de atividades lúdicas e interativas, como a dinâmica "Caixinha das Escolhas: brincando de comer bem!" e jogos de quebra-cabeça temáticos. Também foram promovidas rodas de conversa para estimular a reflexão e o reconhecimento do valor cultural e nutricional do feijão. Os resultados ressaltam a eficácia da educação alimentar no ambiente escolar como estratégia para formar hábitos saudáveis desde a infância, contribuindo para a prevenção de deficiências nutricionais e para a melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Palavras-chave: Feijão; Anemia ferropriva; Alimentos ricos em ferro; Prevenção; Hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO

A infância é um período marcado por intensas transformações físicas, cognitivas e sociais, o que torna a alimentação um fator importante para a prevenção de doenças futuras. Uma dieta equilibrada, capaz de atender às necessidades nutricionais dessa fase essencial, auxiliando no crescimento adequado, mas também no desenvolvimento cognitivo, no fortalecimento do

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Biomedicina Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sistema imunológico e na formação de hábitos alimentares contínuos. Dentro desse contexto, o feijão se destaca como um alimento de grande relevância na mesa dos brasileiros. Tradicionalmente presente nas refeições, ele é reconhecido por sua elevada densidade nutricional, oferecendo ferro, proteínas de origem vegetal, fibras, vitaminas do complexo B e minerais indispensáveis ao funcionamento do organismo infantil (Soares et al., 2023).

Apesar de sua importância, observa-se uma diminuição no consumo do feijão em diversas regiões do país, sobretudo no Sul e Sudeste, acompanhada pelo aumento da ingestão de produtos ultraprocessados. Essa substituição alimentar influencia diretamente a qualidade da dieta das crianças brasileiras, uma vez que os ultraprocessados apresentam baixo valor nutricional e estão frequentemente associados ao excesso de açúcar, sódio e gorduras (Soares et al., 2023). As consequências dessa mudança de padrão alimentar já podem ser observadas em estudos epidemiológicos e nacionais que apontam deficiências nutricionais generalizadas, como o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani, 2019). Essa investigação revelou não apenas carências de micronutrientes em crianças menores de cinco anos, mas também o afastamento de práticas alimentares tradicionais, evidenciando o risco frequente de hábitos pouco saudáveis desde a infância (Kac et al., 2023; Brasil, 2025).

Uma das manifestações mais preocupantes dessa realidade é a prevalência da anemia ferropriva, ainda considerada um dos principais problemas de saúde pública na população infantil brasileira. Índices apontam que cerca de 33% das crianças entre 0 e 7 anos convivem com a deficiência de ferro, condição que compromete diretamente a atenção, a memória, a aprendizagem e, consequentemente, o desempenho escolar (Ued, 2021).

O início de práticas educativas e culturais no ambiente escolar, por meio de atividades lúdicas como o cultivo de feijão em pequenos recipientes, podem despertar nas crianças o interesse pelo alimento, além de fortalecer vínculos com a tradição alimentar nacional. Dessa forma, a inserção do feijão na dieta infantil influencia a parte nutricional tendo grande relevância na construção de hábitos saudáveis, na prevenção da anemia ferropriva e na promoção de uma infância mais nutritiva com melhores perspectivas de desenvolvimento (Soares et al., 2023; Kac et al., 2023; Brasil, 2025; Ued, 2021).

O ferro é um mineral fundamental e extremamente importante para os processos fisiológicos e ao metabolismo energético. Contudo, temos uma diferença quando comparamos a absorção do ferro de origem vegetal e animal mesmo não diminuindo a importância da ingestão adequada pode ser um grande fator para prever a anemia ferropriva na infância. Sua biodegradação pode ser difícil quando não temos estratégias que aumentem sua ingestão e sua utilização no corpo humano, porém, com uma dieta balanceada e incentivo familiar e escolar muitos casos de anemia podem ser prevenidos (Garcia et al., 2024).

Nesse sentido, existem fatores que facilitam o aumento da absorção do ferro como por exemplo a vitamina C, encontradas em frutas como goiaba, laranja e kiwis sendo as principais para facilitar a ingestão e potencializar o ferro ingerido na refeição. As estratégias alimentares na idade infantil têm um importante papel para prevenção da doença e inibição da seletividade alimentar, já que nesta idade e preciso trazer alimentos ricos em nutrientes para o crescimento

saudável, reforçando a necessidade de estratégias educativas e nutricionais que integrem familiares otimizando a absorção adequada do ferro na infância (Machado, 2023).

Diante desse contexto, o projeto teve como objetivo principal evidenciar a importância do feijão como um alimento essencial na infância, promovendo a reflexão sobre hábitos alimentares saudáveis e a segurança nutricional. Buscou-se, ainda, tornar esse aprendizado significativo por meio de uma abordagem lúdica e interativa, levando às crianças da escola uma experiência educativa que unisse conhecimento e diversão, reforçando o valor do feijão na alimentação cotidiana e no desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um projeto de extensão desenvolvido em duas etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão narrativa, construída a partir da leitura e análise de artigos científicos que abordam a alimentação infantil, o consumo de feijão e a prevalência de anemia ferropriva no Brasil. O levantamento bibliográfico reuniu publicações recentes, datadas entre 2021 e 2025, com o objetivo de compreender a importância dos alimentos ricos em ferro — com ênfase no feijão — na dieta das crianças, bem como as consequências da substituição desses alimentos por produtos ultraprocessados. A pesquisa foi vinculada à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador (SC), visando integrar teoria e prática em uma proposta de extensão universitária voltada à promoção da saúde.

Na segunda etapa, foi realizado uma ação educativa com crianças de 6 a 7 anos do primeiro ano do Colégio Adventista de Caçador (SC). As atividades incluíram jogos da memória, rodas de conversa e a dinâmica "Caixinha das Escolhas: brincando de comer bem!", com o propósito de despertar o interesse pelo tema de forma lúdica e participativa. Durante as atividades, abordaram-se conceitos sobre anemia ferropriva e a importância do feijão e de outros alimentos ricos em ferro e vitaminas. As crianças foram incentivadas a reconhecer o valor nutricional do feijão e sua presença no cotidiano alimentar, levando para casa um jogo educativo que reforça, junto aos responsáveis, a relevância de uma alimentação saudável e equilibrada

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir do desenvolvimento do projeto de extensão demonstraram que a utilização de metodologias lúdicas e participativas foi eficaz para promover o interesse e a compreensão das crianças sobre a importância de uma alimentação saudável. Durante a ação educativa, observou-se um alto nível de engajamento e curiosidade dos alunos em relação aos temas abordados, especialmente quando apresentados de forma dinâmica por meio dos jogos da memória e da caixinha das escolhas. As atividades permitiram que as crianças assimilassem de maneira natural o papel do feijão como fonte de ferro e reconhecessem a sua relevância na prevenção da anemia ferropriva. Além disso, as interações durante a roda de conversa possibilitaram identificar que muitas crianças já possuíam contato com o feijão no cotidiano, mas desconheciam seu valor nutricional (Cardoso et al., 2023).

A análise das percepções e falas das crianças durante a ação reforçou a importância das intervenções educativas no ambiente escolar como estratégia de promoção da saúde e de

incentivo a hábitos alimentares saudáveis desde a infância. A abordagem prática, associada a explicações simples e visuais, contribuiu para o desenvolvimento de uma compreensão mais sólida sobre o impacto dos alimentos ultraprocessados e a necessidade de valorizar alimentos naturais e tradicionais da cultura alimentar brasileira. Além disso, a literatura sobre políticas e programas de alimentação observa desafios na efetiva promoção e oferta de alimentos locais/tradicionais nas ações públicas, o que evidencia a importância de intervenções que articulem escola, família e políticas locais para fortalecer o consumo de alimentos como o feijão (Oliveira et al., 2025). A entrega do jogo da memória para ser levado às famílias também ampliou o alcance da ação, fortalecendo o vínculo entre escola e lar, e promovendo o diálogo sobre alimentação saudável entre as crianças e seus responsáveis.

Esses resultados evidenciam que projetos de extensão universitária, ao aliarem teoria e prática, possuem grande potencial transformador tanto para a comunidade escolar quanto para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos. A partir dessa experiência, foi possível observar que atividades educativas simples, quando bem planejadas, podem gerar conscientização e mudança de comportamento alimentar em longo prazo — aspecto relevante diante das altas prevalências de anemia e da necessidade de intervenções preventivas baseadas em alimentos fontes de ferro. Assim, o projeto cumpriu seu papel social ao aproximar o conhecimento científico da população, reforçando a importância do feijão como alimento essencial na prevenção da anemia ferropriva e na promoção da saúde infantil.

Fotos 1 e 2: Jogo da memória e Caixinha das escolhas: " Brincando de comer bem"

Fonte: As autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos e nos estudos analisados, observa-se que a adoção de uma dieta equilibrada, rica em feijão, frutas, vegetais e outros alimentos que favorecem a absorção de ferro e vitamina C, apresenta inúmeros benefícios à saúde infantil. Além de contribuir para a prevenção da anemia ferropriva, essa prática fortalece o sistema imunológico, melhora o

desempenho físico e cognitivo e promove maior vitalidade no cotidiano das crianças. A valorização desses alimentos naturais reforça a importância de preservar hábitos alimentares tradicionais e de reconhecer o papel do feijão como componente essencial da dieta brasileira.

O desenvolvimento deste projeto evidenciou que o feijão exerce papel central na nutrição infantil, sendo indispensável para o crescimento e desenvolvimento saudáveis. As atividades lúdicas e educativas realizadas na escola demonstraram-se eficazes em despertar o interesse das crianças pela alimentação saudável, além de reduzirem a seletividade alimentar comum nessa faixa etária. Tais ações reforçam que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para a promoção da saúde e para a construção de hábitos alimentares adequados, capazes de prevenir deficiências nutricionais e distúrbios metabólicos futuros.

Por fim, destaca-se que a educação alimentar nos primeiros anos de vida é uma estratégia essencial para a formação de uma relação positiva com os alimentos e para a redução do consumo de produtos ultraprocessados. Iniciativas educativas contínuas, que envolvam escola, família e comunidade, são fundamentais para incentivar escolhas alimentares conscientes e sustentáveis. Dessa forma, promover o consumo do feijão e de outros alimentos ricos em nutrientes não apenas contribui para uma infância mais saudável, mas também fortalece a valorização da cultura alimentar brasileira e o compromisso com uma vida equilibrada desde os primeiros anos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador, pelo apoio institucional, Colégio Adventista e à professora Ana Paula Pincolini, pela orientação, auxílio na elaboração e aplicação do projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

KAC, G. et al. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil: evidências para políticas em alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, supl. 2, 2023.

SOARES, A.; SILVA, Í. de S.; OLIVEIRA, J. G.; LUCAS, R. J. de L.; OLIVEIRA, Â. G. R. da C. Atual cenário brasileiro do consumo e hábitos alimentares e estado nutricional de crianças escolares: um estudo epidemiológico. *Revista Boca*, 2023.

UED, F. da V. "Uma a cada três crianças tem anemia ferropriva". *Jornal da USP*, 2021; atualizado em 2024. "Isso significa que uma em cada três crianças brasileiras têm anemia ferropriva" (Ued, 2021).

BRASIL. Ministério da Saúde; Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani, 2019): evidências para políticas em alimentação e nutrição*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

CARDOSO, Marly A.; LOURENÇO, Bárbara H.; MATIJASEVICH, A.; CASTRO, Márcia C.; FERREIRA, Marcelo U. Prevalence and correlates of childhood anemia in the MINA-Brazil birth cohort study. Revista de Saúde Pública, v. 57, suppl. 2, p. 5s, 2023.

OLIVEIRA, Felipe L. et al. **Alimentação e Nutrição: Interface das Políticas Públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Segurança Alimentar e Nutricional para a Agenda 2030.** Interface (Botucatu), v. 29, e240052, 2025. DOI: 10.1590/interface.2400052.

CUIDADOS QUE NUTREM: A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E CONSUMO DAS FRUTAS PARA A MELHOR IDADE

Categoria: Projeto Integrador

Camila Alves Carlin de Souza[1]
Juliane Rodrigues Antunes[2]
Leticia Ramos de Souza[3]
Suelen de Fátima Antunes Dias[4]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[5]

Resumo – O consumo insuficiente de frutas e a falta de cuidados adequados com a higienização desses alimentos representam um risco significativo à saúde de idosos, favorecendo infecções e intoxicações alimentares. Considerando a vulnerabilidade dessa população e a importância dos hábitos alimentares na prevenção de doenças crônicas, este estudo teve como objetivo sensibilizar idosos do município de Caçador acerca da higienização correta das frutas, ressaltando seus benefícios nutricionais e bromatológicos. A metodologia envolveu a realização de uma ação educativa na UNIARP, com a participação de idosos atendidos pelo CRAS, por meio de palestras e rodas de conversa com linguagem acessível, além de uma demonstração prática com a preparação de uma salada de frutas saudável. A atividade contribuiu para a identificação dos principais riscos relacionados ao consumo inadequado de frutas e para a adoção de práticas simples e eficazes de higienização. Como resultado, observou-se a promoção da segurança alimentar, o incentivo ao consumo frequente de frutas e o fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis entre os idosos. Conclui-se que ações de caráter educativo voltadas a esse público favorecem a prevenção de agravos à saúde, ampliam a qualidade de vida e reforçam a importância da alimentação equilibrada no processo de envelhecimento.

Palavras-chave: idosos; higienização de frutas; segurança alimentar; promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

Ao observar o cenário brasileiro e mundial, percebe-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno crescente: no Brasil, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais subiu de cerca de 7,4% em 2010 para 10,9% em 2022, e globalmente há aumento contínuo da parcela de idosos (60+) em quase todos os países." (IBGE, 2022; OMS/ONU, 2024). Dessa forma, esse cenário demográfico reforça a necessidade de atenção especial à saúde e qualidade de vida dos idosos. Entre os diversos fatores relacionados ao bem-estar nessa fase da vida, a alimentação

[1]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ocupa papel central, sendo determinante para a prevenção e o controle de doenças crônicas não transmissíveis. O consumo regular de frutas é amplamente recomendado por fornecer vitaminas, minerais, fibras e compostos bioativos que auxiliam na manutenção da saúde e na redução de riscos associados ao envelhecimento (Souza et al., 2019).

Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de promover a conscientização sobre a importância do consumo seguro e frequente de frutas, considerando não apenas os seus aspectos nutricionais, mas também os bromatológicos, que garantem a segurança alimentar. Essa abordagem se justifica pelo fato de que, embora o consumo diário de aproximadamente 400 g de frutas e hortaliças esteja associado à redução da incidência de doenças crônicas, grande parte dos idosos ainda não atinge essa recomendação (Bolbinski et al., 2023). Além disso, a higienização inadequada compromete os benefícios desses alimentos, podendo transformá-los em veículos de microrganismos patogênicos e representar riscos adicionais à saúde dessa faixa etária já mais vulnerável. Por isso, a orientação sobre a higienização correta, incluindo o uso de soluções cloradas em proporções seguras para alimentos, é essencial para reduzir a carga microbiana e prevenir intoxicações e infecções alimentares (BRASIL, ANVISA, 2020).

Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo principal sensibilizar os idosos do município de Caçador sobre a relevância do consumo e da higienização correta das frutas, destacando seus benefícios para a saúde e sua contribuição na prevenção de complicações comuns no envelhecimento. Ao unir incentivo ao consumo adequado e à prática da manipulação segura desses alimentos, busca-se promover a melhoria da qualidade de vida, fortalecendo a autonomia e o bem-estar da população idosa.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de um projeto extensionista desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador, com a participação de idosos atendidos pelo CRAS, que integraram uma tarde de atividades educativas. A metodologia envolveu duas etapas complementares: a revisão de literatura e a ação educativa.

Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando como descritores os termos “idosos” e “higienização”. Essa revisão teve como objetivo fundamentar teoricamente as ações propostas e reforçar a relevância do tema na promoção da saúde e na prevenção de doenças relacionadas ao consumo de alimentos contaminados.

Na segunda etapa, foi conduzida uma palestra em linguagem acessível, abordando os riscos associados ao consumo de frutas mal higienizadas, os benefícios nutricionais das frutas e as práticas corretas de higienização. Em seguida, realizou-se uma roda de conversa, possibilitando aos participantes tirar dúvidas, compartilhar experiências e consolidar os conhecimentos adquiridos.

Durante a atividade prática, as frutas utilizadas para o preparo da salada foram higienizadas com uma solução clorada preparada na proporção de uma colher de sopa de água sanitária para um litro de água, conforme orientação da Anvisa. Essa etapa foi demonstrada e explicada aos participantes, destacando-se a importância da correta diluição e do tempo de

imersão para a eliminação de microrganismos potencialmente patogênicos, garantindo maior segurança alimentar.

Para encerrar a ação, foi preparada e apresentada uma salada de frutas saudável, com a participação dos idosos, demonstrando de forma prática as técnicas adequadas de higienização e incentivando o consumo seguro. Foram utilizados recursos visuais e materiais didáticos para facilitar o entendimento e tornar o aprendizado mais dinâmico.

Quanto aos aspectos éticos, todas as atividades foram realizadas após autorização da coordenação das instituições participantes, garantindo o sigilo ético e profissional em todas as etapas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade de higienização e preparo da salada de frutas com o grupo de idosos apresentou resultados amplamente positivos. Observou-se elevado engajamento dos participantes durante todas as etapas da ação, demonstrando interesse genuíno em compreender os riscos relacionados à higienização inadequada e os benefícios nutricionais do consumo regular de frutas. Os idosos participaram ativamente, interagindo com a equipe e compartilhando experiências pessoais e memórias afetivas relacionadas à alimentação saudável, o que reforça a dimensão social e emocional do ato de comer (Silva et al.,2021).

Durante as demonstrações práticas, foi evidente o aprendizado sobre a importância do uso correto da solução clorada e do tempo de imersão recomendado pela Anvisa (BRASIL, 2020), sendo este um dos pontos mais valorizados pelos participantes. Ao final da oficina, todos puderam degustar a salada de frutas preparada coletivamente, momento que uniu prazer, aprendizado e estímulo ao convívio social, aspectos que, segundo Pereira et al. (2022), exercem papel determinante na adesão a práticas alimentares mais seguras e saudáveis.

Além da transmissão de conhecimento técnico, a ação promoveu reflexões sobre autonomia alimentar e autocuidado, estimulando os idosos a adotarem uma postura mais ativa e consciente em relação à sua alimentação. Essa abordagem dialoga com o conceito de promoção da saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), que valoriza o protagonismo individual na manutenção do bem-estar físico e mental.

Os resultados obtidos também demonstraram o impacto positivo das ações extensionistas na integração entre universidade e comunidade, favorecendo o fortalecimento do vínculo social e intergeracional. A troca de saberes entre os idosos e os acadêmicos participantes consolidou o aprendizado mútuo e o desenvolvimento de competências socioeducativas, em consonância com o proposto por Freire (2019), ao defender a educação dialógica como caminho para a emancipação e transformação social. Dessa forma, a experiência demonstrou não apenas ganhos cognitivos, mas também benefícios emocionais e sociais, contribuindo para o envelhecimento ativo e saudável.

Foto 1 – Frutas em processo de higienização

Fonte: os autores (2025)

Foto 2 – Idosos participando da prática.

Fonte – os autores (2025) fotos autorizadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ação educativa voltada à higienização e ao consumo seguro de frutas desempenhou papel essencial na conscientização dos idosos quanto aos cuidados necessários para garantir uma alimentação saudável e livre de contaminações. A atividade possibilitou reforçar a importância da higienização adequada como etapa indispensável para prevenir doenças transmitidas por microrganismos frequentemente presentes na superfície dos alimentos em razão do manuseio inadequado.

A prática demonstrativa, realizada por meio da preparação coletiva de uma salada de frutas, permitiu aos participantes compreender de maneira clara e acessível como a lavagem e a desinfecção corretas reduzem significativamente o risco de infecções e intoxicações alimentares. Além disso, evidenciou que hábitos simples de higiene podem ser incorporados com facilidade à rotina diária, promovendo autonomia e segurança alimentar.

Assim, ações educativas e participativas voltadas ao consumo e à higienização de frutas configuram-se como estratégias eficazes de promoção da saúde, fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis e melhoria da qualidade de vida na terceira idade, contribuindo para o envelhecimento ativo e para a redução de agravos associados à alimentação inadequada.

REFERÊNCIA

BOLBINSKI, P. et al. Consumption of fruits and vegetables among older adults: findings from the ELSI-Brazil study. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, e00158122, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XEN158122. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2023.v39n6/e00158122/en/?utm_source. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Nota Técnica Nº 47/2020/SEI/COSAN/GHCOS/DIRE3. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/586json-file-1. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Manual de boas práticas para o consumo seguro de frutas, legumes e verduras. Brasília, 2020.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022 Census: number of elderly persons in the Brazilian population grew 57,4% in 12 years. Agência de Notícias IBGE (versão English), 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/38187-2022-census-number-of-elderly-persons-in-the-brazilian-population-grew-57-4-in-12-years. Acesso em: 27 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global report on ageism. Geneva: World Health Organization, 2022.

PEREIRA, R. S. et al. Práticas alimentares seguras e o papel da educação nutricional em idosos: revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 25, n. 3, p. 1–10, 2022.

SILVA, A. L.; COSTA, D. F.; MOURA, M. R. Alimentação saudável e socialização entre idosos: um olhar para o envelhecimento ativo. Revista Saúde em Foco, v. 13, p. 45–57, 2021.

SOUZA, Bianca B. de et al. Consumo de frutas, legumes e verduras e associação com hábitos de vida e estado nutricional: um estudo prospectivo em uma coorte de idosos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1463-1472, abr. 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018244.03782017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/LXbcKRjL5ZqznQjM4KPxtNy/?format=html&lang=pt. Acesso em: 13 set. 2025.

World Health Organization. Ageing and health (fact sheet). WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health. Acesso em: 27 set. 2025.

CUIDADOS QUE NUTREM: A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E CONSUMO DAS FRUTAS PARA A MELHOR IDADE

Categoria: Projeto Integrador

Camila Alves Carlin de Souza[1]
Juliane Rodrigues Antunes[2]
Leticia Ramos de Souza[3]
Suelen de Fátima Antunes Dias[4]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[5]

Resumo – O consumo insuficiente de frutas e a falta de cuidados adequados com a higienização desses alimentos representam um risco significativo à saúde de idosos, favorecendo infecções e intoxicações alimentares. Considerando a vulnerabilidade dessa população e a importância dos hábitos alimentares na prevenção de doenças crônicas, este estudo teve como objetivo sensibilizar idosos do município de Caçador acerca da higienização correta das frutas, ressaltando seus benefícios nutricionais e bromatológicos. A metodologia envolveu a realização de uma ação educativa na UNIARP, com a participação de idosos atendidos pelo CRAS, por meio de palestras e rodas de conversa com linguagem acessível, além de uma demonstração prática com a preparação de uma salada de frutas saudável. A atividade contribuiu para a identificação dos principais riscos relacionados ao consumo inadequado de frutas e para a adoção de práticas simples e eficazes de higienização. Como resultado, observou-se a promoção da segurança alimentar, o incentivo ao consumo frequente de frutas e o fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis entre os idosos. Conclui-se que ações de caráter educativo voltadas a esse público favorecem a prevenção de agravos à saúde, ampliam a qualidade de vida e reforçam a importância da alimentação equilibrada no processo de envelhecimento.

Palavras-chave: idosos; higienização de frutas; segurança alimentar; promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

Ao observar o cenário brasileiro e mundial, percebe-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno crescente: no Brasil, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais subiu de cerca de 7,4% em 2010 para 10,9% em 2022, e globalmente há aumento contínuo da parcela de idosos (60+) em quase todos os países." (IBGE, 2022; OMS/ONU, 2024). Dessa forma, esse cenário demográfico reforça a necessidade de atenção especial à saúde e qualidade de vida dos idosos. Entre os diversos fatores relacionados ao bem-estar nessa fase da vida, a alimentação ocupa papel central, sendo determinante para a prevenção e o controle de doenças crônicas não

[1]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

transmissíveis. O consumo regular de frutas é amplamente recomendado por fornecer vitaminas, minerais, fibras e compostos bioativos que auxiliam na manutenção da saúde e na redução de riscos associados ao envelhecimento (Souza et al., 2019).

Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de promover a conscientização sobre a importância do consumo seguro e frequente de frutas, considerando não apenas os seus aspectos nutricionais, mas também os bromatológicos, que garantem a segurança alimentar. Essa abordagem se justifica pelo fato de que, embora o consumo diário de aproximadamente 400 g de frutas e hortaliças esteja associado à redução da incidência de doenças crônicas, grande parte dos idosos ainda não atinge essa recomendação (Bolbinski et al., 2023). Além disso, a higienização inadequada compromete os benefícios desses alimentos, podendo transformá-los em veículos de microrganismos patogênicos e representar riscos adicionais à saúde dessa faixa etária já mais vulnerável. Por isso, a orientação sobre a higienização correta, incluindo o uso de soluções cloradas em proporções seguras para alimentos, é essencial para reduzir a carga microbiana e prevenir intoxicações e infecções alimentares (BRASIL, ANVISA, 2020).

Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo principal sensibilizar os idosos do município de Caçador sobre a relevância do consumo e da higienização correta das frutas, destacando seus benefícios para a saúde e sua contribuição na prevenção de complicações comuns no envelhecimento. Ao unir incentivo ao consumo adequado e à prática da manipulação segura desses alimentos, busca-se promover a melhoria da qualidade de vida, fortalecendo a autonomia e o bem-estar da população idosa.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de um projeto extensionista desenvolvido na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador, com a participação de idosos atendidos pelo CRAS, que integraram uma tarde de atividades educativas. A metodologia envolveu duas etapas complementares: a revisão de literatura e a ação educativa.

Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando como descritores os termos "idosos" e "higienização". Essa revisão teve como objetivo fundamentar teoricamente as ações propostas e reforçar a relevância do tema na promoção da saúde e na prevenção de doenças relacionadas ao consumo de alimentos contaminados.

Na segunda etapa, foi conduzida uma palestra em linguagem acessível, abordando os riscos associados ao consumo de frutas mal higienizadas, os benefícios nutricionais das frutas e as práticas corretas de higienização. Em seguida, realizou-se uma roda de conversa, possibilitando aos participantes tirar dúvidas, compartilhar experiências e consolidar os conhecimentos adquiridos.

Durante a atividade prática, as frutas utilizadas para o preparo da salada foram higienizadas com uma solução clorada preparada na proporção de uma colher de sopa de água sanitária para um litro de água, conforme orientação da Anvisa. Essa etapa foi demonstrada e explicada aos participantes, destacando-se a importância da correta diluição e do tempo de

imersão para a eliminação de microrganismos potencialmente patogênicos, garantindo maior segurança alimentar.

Para encerrar a ação, foi preparada e apresentada uma salada de frutas saudável, com a participação dos idosos, demonstrando de forma prática as técnicas adequadas de higienização e incentivando o consumo seguro. Foram utilizados recursos visuais e materiais didáticos para facilitar o entendimento e tornar o aprendizado mais dinâmico.

Quanto aos aspectos éticos, todas as atividades foram realizadas após autorização da coordenação das instituições participantes, garantindo o sigilo ético e profissional em todas as etapas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade de higienização e preparo da salada de frutas com o grupo de idosos apresentou resultados amplamente positivos. Observou-se elevado engajamento dos participantes durante todas as etapas da ação, demonstrando interesse genuíno em compreender os riscos relacionados à higienização inadequada e os benefícios nutricionais do consumo regular de frutas. Os idosos participaram ativamente, interagindo com a equipe e compartilhando experiências pessoais e memórias afetivas relacionadas à alimentação saudável, o que reforça a dimensão social e emocional do ato de comer (Silva et al.,2021).

Durante as demonstrações práticas, foi evidente o aprendizado sobre a importância do uso correto da solução clorada e do tempo de imersão recomendado pela Anvisa (BRASIL, 2020), sendo este um dos pontos mais valorizados pelos participantes. Ao final da oficina, todos puderam degustar a salada de frutas preparada coletivamente, momento que uniu prazer, aprendizado e estímulo ao convívio social, aspectos que, segundo Pereira et al. (2022), exercem papel determinante na adesão a práticas alimentares mais seguras e saudáveis.

Além da transmissão de conhecimento técnico, a ação promoveu reflexões sobre autonomia alimentar e autocuidado, estimulando os idosos a adotarem uma postura mais ativa e consciente em relação à sua alimentação. Essa abordagem dialoga com o conceito de promoção da saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), que valoriza o protagonismo individual na manutenção do bem-estar físico e mental.

Os resultados obtidos também demonstraram o impacto positivo das ações extensionistas na integração entre universidade e comunidade, favorecendo o fortalecimento do vínculo social e intergeracional. A troca de saberes entre os idosos e os acadêmicos participantes consolidou o aprendizado mútuo e o desenvolvimento de competências socioeducativas, em consonância com o proposto por Freire (2019), ao defender a educação dialógica como caminho para a emancipação e transformação social. Dessa forma, a experiência demonstrou não apenas ganhos cognitivos, mas também benefícios emocionais e sociais, contribuindo para o envelhecimento ativo e saudável.

Foto 1 – Frutas em processo de higienização

Fonte: os autores (2025)

Foto 2 – Idosos participando da prática.

Fonte – os autores (2025) fotos autorizadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ação educativa voltada à higienização e ao consumo seguro de frutas desempenhou papel essencial na conscientização dos idosos quanto aos cuidados necessários para garantir uma alimentação saudável e livre de contaminações. A atividade possibilitou reforçar a importância da higienização adequada como etapa indispensável para prevenir doenças transmitidas por microrganismos frequentemente presentes na superfície dos alimentos em razão do manuseio inadequado.

A prática demonstrativa, realizada por meio da preparação coletiva de uma salada de frutas, permitiu aos participantes compreender de maneira clara e acessível como a lavagem e a desinfecção corretas reduzem significativamente o risco de infecções e intoxicações alimentares. Além disso, evidenciou que hábitos simples de higiene podem ser incorporados com facilidade à rotina diária, promovendo autonomia e segurança alimentar.

Assim, ações educativas e participativas voltadas ao consumo e à higienização de frutas configuram-se como estratégias eficazes de promoção da saúde, fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis e melhoria da qualidade de vida na terceira idade, contribuindo para o envelhecimento ativo e para a redução de agravos associados à alimentação inadequada.

REFERÊNCIA

BOLBINSKI, P. et al. Consumption of fruits and vegetables among older adults: findings from the ELSI-Brazil study. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, e00158122, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XEN158122. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2023.v39n6/e00158122/en/?utm_source. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Nota Técnica Nº 47/2020/SEI/COSAN/GHCOS/DIRE3. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/586json-file-1. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Manual de boas práticas para o consumo seguro de frutas, legumes e verduras. Brasília, 2020.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022 Census: number of elderly persons in the Brazilian population grew 57,4% in 12 years. Agência de Notícias IBGE (versão English), 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/38187-2022-census-number-of-elderly-persons-in-the-brazilian-population-grew-57-4-in-12-years. Acesso em: 27 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global report on ageism. Geneva: World Health Organization, 2022.

PEREIRA, R. S. et al. Práticas alimentares seguras e o papel da educação nutricional em idosos: revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 25, n. 3, p. 1–10, 2022.

SILVA, A. L.; COSTA, D. F.; MOURA, M. R. Alimentação saudável e socialização entre idosos: um olhar para o envelhecimento ativo. Revista Saúde em Foco, v. 13, p. 45–57, 2021.

SOUZA, Bianca B. de et al. Consumo de frutas, legumes e verduras e associação com hábitos de vida e estado nutricional: um estudo prospectivo em uma coorte de idosos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1463-1472, abr. 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018244.03782017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/LXbcKRjL5ZqznQjM4KPxtNy/?format=html&lang=pt. Acesso em: 13 set. 2025.

World Health Organization. Ageing and health (fact sheet). WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health. Acesso em: 27 set. 2025.

SAÚDE NA MATERNIDADE: A IMPORTÂNCIA DE PREVENIR A ANEMIA GESTACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Categoria: Projeto Integrador

Isabella Alves da Silva[1]
Jordana Milek Laskoski[2]
Larissa Luiza Bassani[3]
Paolla Loize Aldrovandi[4]
Thaysa Fernanda Siqueira de Souza[5]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[6]

Resumo – O estudo aborda a anemia gestacional, destacando suas causas, consequências para a saúde materna e fetal e a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. Realizado na unidade Mãe Caçadorense, em Caçador, SC, o projeto teve como público-alvo gestantes atendidas pela instituição, com o objetivo de promover a conscientização sobre os riscos e cuidados relacionados à anemia durante a gravidez. A ação educativa incluiu rodas de conversa e distribuição de materiais informativos, abordando temas como alimentação adequada, suplementação de ferro e acompanhamento pré-natal. Observou-se que muitas gestantes apresentaram desconhecimento sobre os sintomas e complicações da anemia, como parto prematuro e baixo peso ao nascer. Após a intervenção, houve maior interesse e engajamento nas práticas preventivas, evidenciando a importância de ações contínuas de educação em saúde para reduzir a prevalência da anemia gestacional e contribuir para a melhoria da qualidade de vida materno-fetal.

Palavras-chave: Anemia; Gravidez; Saúde; Maternidade; Prevenção.

INTRODUÇÃO

A anemia gestacional constitui um grave problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, devido às suas importantes implicações para a saúde materna e fetal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como baixos níveis de hemoglobina com valores inferiores a 11 g/dL no primeiro e no terceiro trimestres, ou inferiores a 10,5 g/dL no segundo trimestre da gestação. Esta condição está frequentemente relacionada a diversos fatores, como o aumento das necessidades de ferro, vitaminas B9 e B12, além das alterações fisiológicas naturais da gestação, que tornam a gestante mais suscetível ao desenvolvimento da doença (Silva et al., 2024).

[1] aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professora do Curso de Saúde,, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A anemia predispõe a gestante e o feto a diversos fatores de risco, como o comprometimento da função plaquetária, pré-eclâmpsia, abortos espontâneos, parto prematuro, aumento da morbidade materna e neonatal e até a mortalidade. Os sintomas da anemia podem incluir cansaço, fadiga, palidez e taquicardia, estando associados a manifestações adversas e doenças crônicas pré-existentes. Vale ressaltar que ela não apenas compromete os resultados imediatos do nascimento, mas também impacta a saúde infantil a longo prazo (Freitas et al., 2024).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025), a anemia acomete em média 4 em cada 10 gestantes. A prevalência da anemia gestacional em mulheres de 15 a 49 anos equivale a 35,5%, causando preocupação para a saúde pública, visto que apenas 10% dos países demonstraram progresso, enquanto a meta é reduzir os casos em 50% até 2030.

Diante da problemática apresentada, o projeto justificou-se pela necessidade de compreender os fatores associados à anemia gestacional, visando promover ações preventivas e sensibilizar as gestantes do município de Caçador sobre os riscos dessa condição. Para isso, abordou suas causas, sinais, sintomas e consequências para a mãe e o feto, além de orientar sobre medidas preventivas e ressaltar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado. Descreveu também as principais causas da anemia gestacional, forneceu informações sobre os riscos e possíveis complicações ao feto, elaborou materiais informativos para distribuição na unidade Mãe Caçadorense e realizou ações educativas dinâmicas, como rodas de conversa, contribuindo, enquanto futuros profissionais da saúde, para a sensibilização e orientação do público-alvo quanto aos riscos e implicações da anemia durante a gestação.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de extensão realizado em 28 de outubro de 2025, conduzido na unidade Mãe Caçadorense, localizada no município de Caçador, Santa Catarina. A instituição é referência no município, voltada ao acolhimento e atendimento de gestantes, oferecendo suporte em saúde e orientações sobre cuidados materno-infantis, além de atividades preventivas e educativas, nas quais desenvolve ações multiprofissionais que fortalecem o vínculo familiar e contribuem para a promoção da saúde. Nesse contexto, o projeto buscou contribuir para as práticas já existentes, colaborando com o fortalecimento da conscientização acerca da anemia gestacional.

Para o desenvolvimento teórico do projeto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica simples nas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), utilizando as Palavras-chave: anemia e gravidez.

A ação educativa consistiu na distribuição de materiais informativos em linguagem acessível e de fácil compreensão, contendo informações sobre a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do tratamento da anemia durante a gestação. Os materiais informativos foram entregues às gestantes e acompanhantes presentes durante o aguardo para consulta, servindo como instrumento de apoio à educação em saúde (figura 1).

A intervenção prática ocorreu por meio de uma ação educativa fundamentada em preceitos éticos básicos. Portanto, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que não foram coletados dados individuais das participantes nem informações sigilosas. Contudo, a atividade só foi realizada após o aceite da instituição beneficiada, respeitando todos os princípios éticos, o sigilo profissional, o respeito às participantes e a confidencialidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gestação demanda um aumento significativo nas necessidades de ferro, essencial para o desenvolvimento saudável do feto e da placenta, bem como para a expansão da massa eritrocitária materna e a compensação das perdas sanguíneas que acontecem no parto. Estima-se que a demanda fisiológica total de ferro nesse período varia entre 1000 e 1200 mg em mulheres com peso médio de 55 kg, sendo aproximadamente 350 mg utilizados no crescimento fetal e placentário, 500 mg na ampliação da massa de glóbulos vermelhos e cerca de 250 mg destinados a repor as perdas sanguíneas associadas ao parto (Garzon et al., 2020).

A anemia ferropriva é uma das anemias mais comuns, causadas por distúrbios metabólicos de ferro, sendo também a deficiência nutricional mais recorrente no mundo. Diante disso, comprova-se a necessidade de uma atenção especial durante a gestação, para evitar complicações para a mãe e o feto, seja durante o período da gestação ou pós-parto (Galdino; Silva, 2023).

O projeto teve como objetivo sensibilizar e informar as gestantes da unidade Mãe Caçadorense sobre os principais sintomas da anemia gestacional, destacando seus impactos e possíveis complicações para a saúde do feto, incluindo parto prematuro, baixo peso ao nascer e outros riscos associados à deficiência de ferro durante a gestação, além de reforçar a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do acompanhamento nutricional adequado para garantir o bem-estar materno e fetal (figura 2 e 3) a seguir.

A distribuição dos materiais informativos contribuíram para um maior entendimento do conteúdo abordado, esclarecendo dúvidas e despertando interesse pelo tema, que até então era desconhecido por muitas gestantes. O panfleto, elaborado com linguagem simples e de fácil compreensão, aumentou o conhecimento sobre a anemia gestacional e reforçou a importância da prevenção e do acompanhamento adequado para a saúde da mãe e do feto.

Figura 1 – Material informativo disponibilizado na unidade Mãe Caçadorense

Fonte: As autoras (2025).

Figura 2 – Desenvolvimento da ação educativa.

Fonte: As autoras (2025).

Figura 3 – Desenvolvimento da ação educativa.

Fonte: As autoras (2025).

A ação extensionista demonstrou que a apresentação do tema despertou grande interesse entre as gestantes, que buscaram compreender melhor os sintomas, as formas de prevenção e os cuidados necessários para evitar complicações durante a gestação. Observou-se que muitas desconheciam aspectos importantes sobre a anemia ferropriva nesse período, evidenciando a necessidade de que o tema seja abordado com maior frequência e promovido por profissionais de saúde. A troca de informações entre a comunidade e as autoras mostrou-se essencial para ampliar o conhecimento, incentivar práticas preventivas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida materno-fetal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da ação extensionista demonstraram que os objetivos foram alcançados, sensibilizando as gestantes sobre os principais impactos da anemia gestacional, suas causas, sinais e sintomas, consequências para mãe e feto, e a importância da prevenção. A temática foi apresentada por meio de materiais informativos disponibilizados no local, utilizando linguagem clara e acessível ao público-alvo. Durante as rodas de conversa, observou-se que muitas gestantes apresentavam conhecimento insuficiente sobre o assunto, a falta de informações adequadas sobre a anemia gestacional pode aumentar o risco de complicações maternas e fetais, incluindo abortos espontâneos e, em casos graves, morte fetal.

Portanto, embora a ação tenha sido bem sucedida com às gestantes participantes, o grupo abordado representa uma parcela restrita em relação ao total da população gestante brasileira, que ainda possui acesso limitado a informações sobre o tema. Isso reforça a importância de ampliar o alcance de projetos e iniciativas similares em outras unidades para um melhor acompanhamento materno-fetal, garantindo que um maior número de mulheres receba orientações e garanta a educação em saúde como ferramenta essencial para o fortalecimento da atenção primária.

REFERÊNCIAS

DE FREITAS, M. D. et al. Anemias na gestação. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 241–255, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n1-019. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/66118

GALDINO, R. G. S. L.; SILVA, J. D. Anemia ferropriva na gestação: uma revisão da literatura. Revista Multidisciplinar do Sertão, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 64–72, 2023. DOI: 10.37115/rms.v5i1.530. Disponível em: https://revistasertao.ifsertao-pe.edu.br/index.php/revista/article/view/530.

GARZON, S. et al. Iron deficiency anemia in pregnancy: novel approaches for an old problem. Oman Medical Journal, [S. l.], v. 35, n. 5, p. e166, 2020. DOI: 10.5001/omj.2020.108. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7477519/.

LACERDA, A. K. V. et al. Anemias na gestação como um problema de saúde pública. Hematology, Transfusion and Cell Therapy, [S. l.], v. 46, supl. 7, p. S25–S26, 2024. DOI: 10.1016/j.htct.2024.09.044. Disponível em: https://www.htct.com.br/pt-anemias-na-gestacao-como-um-articulo-S2531137924003778

LAZZARINI BULLA, L. et al. **Características da anemia ferropriva e megaloblástica no período gestacional**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 1090–1099, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n6p1090-1099. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2349

PREFEITURA DE CAÇADOR. **Projeto Mãe Caçadorense conta com uma estrutura especial para atender a população**. Prefeitura de Caçador, Caçador, 2023. Disponível em: https://cacador.sc.gov.br/noticia-757287/

SILVA, L. C. L. da et al. **Anemia ferropriva na gravidez: prevalência, fatores de risco e implicações para a saúde materna e fetal**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 153–163, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n6p153-163

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Anaemia in women and children**. 2025. Disponível em: https://www.who.int/data/gho/data/themes/topics/anaemia_in_women_and_children

AUTOMEDICAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA AÇÕES EDUCATIVAS PARA O USO RACIONAL E DESCARTE CORRETO DE MEDICAMENTOS

Categoria: Projeto Integrador

Alessa Caroline Teles[1]
Jaqueline Mattos da Silva[2]
Kailane da Cruz Schmitz[3]
Raiana Clara Farias[4]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[5]

Resumo – A automedicação configura-se como um desafio crescente à saúde pública, ao entrelaçar riscos que vão desde intoxicações silenciosas até a resistência antimicrobiana, além de reações adversas que podem comprometer seriamente a qualidade de vida dos pacientes. Soma-se a esse cenário o descarte inadequado de medicamentos, frequentemente realizado sem orientação, que atua como um "veneno invisível", contaminando o meio ambiente e retornando, de forma indireta, à própria população. Diante dessa problemática, o objetivo principal deste estudo foi realizar uma ação educativa desenvolvida em uma farmácia do município de Caçador (SC), voltada à conscientização da comunidade sobre os riscos da automedicação e sobre a importância do descarte correto de medicamentos. As atividades envolveram a divulgação em redes sociais, a distribuição de materiais informativos, orientações breves aos clientes e a instalação de um ponto de coleta de medicamentos vencidos ou em desuso, disponível por quinze dias. A iniciativa buscou despertar o uso racional dos fármacos e a responsabilidade ambiental no manejo de resíduos farmacêuticos. Espera-se que esta ação tenha contribuído para fortalecer a consciência sanitária e ambiental da comunidade, reafirmando o papel das ações educativas como ferramentas eficazes de promoção da saúde e de aproximação entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: automedicação; saúde pública; uso racional de medicamentos; descarte de medicamentos; conscientização.

INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos, quando orientado e prescrito corretamente, é uma ferramenta indispensável no cuidado em saúde. No entanto, a automedicação acontece quando as pessoas escolhem e utilizam medicamentos sem acompanhamento profissional, constituindo um risco silencioso, capaz de gerar intoxicações, reações adversas, resistência antimicrobiana e outros agravos que ultrapassam o indivíduo, alcançando custos econômicos e sociais. Trata-se de um

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

problema que à primeira vista, parece pequeno, mas na realidade deixa ramificações dos seus prejuízos no sistema de saúde. Segundo Aizenstein (2016, p.1), "a prescrição e utilização impróprias de medicamentos constituem uma das principais causas de complicações à saúde e prejuízos econômicos e sociais".

Um levantamento nacional sobre a gravidade da automedicação no Brasil traz um alerta, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o Mercado Farmacêutico (ICTQ), 86% dos brasileiros com 16 anos ou mais, admitem praticar algum tipo de automedicação sem orientação profissional, o que revela não só uma prática disseminada, mas quase cotidiana, corroendo os limites entre o alívio pretendido e o risco real (Brasil, 2025). Além dos riscos diretos à saúde, a automedicação compromete a eficácia do processo assistencial. Conforme relata Elaine Bidoia, chefe do Setor de Farmácia Hospitalar do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap-UFMS 2025), o uso inadequado de medicamentos dificulta diagnósticos corretos, podendo mascarar sintomas, gerar efeitos adversos e até dependência química. Há casos de falência hepática em pacientes que usaram medicamentos por conta própria, além de resistência microbiana e o comprometimento de um início correto de tratamento medicamentoso.

Não menos preocupante é o descarte inadequado de medicamentos, que revela uma outra face do problema. Segundo Silva (2023), as principais causas do descarte inadequado de medicamentos ao longo do tempo estiveram relacionadas à falta de informação da população quanto à destinação final adequada desses resíduos, à ausência de fiscalização, à necessidade de políticas públicas para treinamento de pessoal e recursos para viabilização da destinação apropriada, além de estrutura sanitária adequada para receber tais resíduos. Os resíduos farmacêuticos, mesmo em pequenas concentrações, são conhecidos por causar desequilíbrios hormonais em organismos aquáticos e, de forma mais crítica, contribuir para o aumento da Resistência Antimicrobiana (RAM), quando antibióticos são liberados no meio ambiente (Campos et al., 2020; Correia, 2025).

Quando essas substâncias químicas invadem o lixo comum ou os cursos d'água, o solo e os rios se tornam atores silenciosos da contaminação, absorvendo os resíduos e ampliando os riscos à fauna, à flora e às comunidades humanas. Assim, o descarte incorreto não é apenas uma questão ambiental: é uma extensão do risco à saúde pública, um lembrete contínuo da urgência em educar, conscientizar e estruturar mecanismos de logística reversa que transformem resíduos perigosos em ações seguras.

Pensando na necessidade de levar mais conhecimentos e informações para a comunidade, o objetivo principal deste trabalho foi realizar uma ação educativa, que foi desenvolvida no município de Caçador (SC), através de atividades educacionais em uma farmácia local, com grande circulação de pessoas. As estratégias incluem a exposição de banners informativos, breve conversa explicativa, entrega de materiais educativos e a disponibilização de um recipiente para coleta de medicamentos vencidos ou em desuso. A iniciativa busca aproximar a universidade da comunidade, promovendo conhecimento, incentivando práticas seguras e reforçando o papel das ações educativas na promoção da saúde pública.

METODOLOGIA

Este estudo teve como proposta desenvolver uma ação educativa voltada à conscientização da população sobre os riscos da automedicação e sobre as práticas adequadas de descarte de medicamentos. A intervenção foi direcionada à comunidade de Caçador (SC), abrangendo diferentes faixas etárias, com ênfase em famílias e indivíduos que fazem uso frequente de fármacos sem prescrição médica ou acompanhamento profissional. Por meio do contato direto com os participantes, buscou-se estimular a reflexão crítica acerca do uso racional de medicamentos e fomentar mudanças de comportamento que contribuam para a promoção da saúde coletiva e a preservação ambiental. A ação também objetivou fortalecer o vínculo entre a universidade e a comunidade, reforçando o papel das práticas educativas como instrumentos de transformação social e de responsabilidade compartilhada pela saúde pública.

Para a execução da ação, foi estabelecida uma parceria com um ponto de coleta acessível e de ampla visibilidade para a população. A Farmácia São João, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, no centro de Caçador (SC), foi selecionada por sua localização estratégica e pelo fluxo contínuo de usuários. A caixa de coleta de medicamentos foi confeccionada especificamente para a campanha e permaneceu disponível no local entre os dias 7 e 24 de outubro de 2025. Durante esse período, foram distribuídos folders informativos aos clientes e disponibilizados exemplares junto à caixa, a fim de estimular o descarte adequado de medicamentos vencidos ou em desuso e promover a conscientização sobre o uso racional de fármacos.

A ação de descarte foi complementada por métodos educacionais presente nos materiais informativos, onde abordaram tópicos como os riscos do uso constante de medicamentos sem prescrição, a resistência bacteriana por parte dos antibióticos, a contaminação ambiental pelo desprezo incorreto de fármacos e a orientação detalhada sobre o descarte correto de resíduos farmacêuticos, incluindo as informações sobre o ponto de coleta realizado (Correia, 2025).

A participação da comunidade foi registrada por meio da contagem dos medicamentos descartados e da análise da aceitação do ponto de coleta. Esta estratégia reforça o papel da educação em saúde como ferramenta essencial na mitigação dos problemas de saúde pública decorrentes do uso irracional de medicamentos. A literatura aponta que a automedicação, muitas vezes motivada por indicação leiga, leva a falhas terapêuticas, toxicidade e ao mascaramento de doenças (Ferreira et al., 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A iniciativa de promover a logística reversa de medicamentos, por meio da disponibilização de um ponto de coleta em farmácia parceira, resultou na captação de um volume significativo de fármacos. A caixa de coleta permaneceu acessível à comunidade por um período de duas semanas, culminando na recuperação de 44 (quarenta e quatro) medicamentos vencidos ou em desuso. O total coletado demonstra que, mesmo em um período limitado, a população possui resíduos farmacêuticos em domicílio e demonstra potencial de adesão a mecanismos de descarte seguro, quando há facilidade de acesso. Após a coleta, os medicamentos foram destinados ao descarte adequado e controlado na Universidade UNIARP, seguindo os procedimentos de gerenciamento de resíduos químicos, conforme a legislação vigente (RDC 222/2018 da ANVISA e Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O número de itens recolhidos nesta ação específica se alinha a estudos que apontam para a vasta quantidade de resíduos gerados anualmente. O descarte inadequado de medicamentos no lixo comum, pia ou vaso sanitário ainda é uma prática comum no Brasil, resultando na contaminação do solo e dos recursos hídricos por substâncias farmacologicamente ativas. A intervenção, ao oferecer uma solução concreta para o destino final, demonstrou ser um passo fundamental no processo de responsabilidade compartilhada da logística reversa, envolvendo o cidadão, o comércio farmacêutico e a universidade (Neres et al., 2021).

As ações educativas, ao fornecerem informações claras sobre os riscos da automedicação e os malefícios do descarte inadequado, buscam transformar o comportamento da população. Intervenções educativas bem-sucedidas têm o potencial de reduzir em até 40% a proporção de internações em serviços de urgência, que são frequentemente causadas pelo uso incorreto de medicamentos (Ferreira et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos evidenciam a necessidade premente de programas de descarte e confirmam que a facilidade de acesso ao ponto de coleta, aliada a uma campanha educativa multicanal (física e digital), é fundamental para conscientizar a população e garantir a destinação segura dos resíduos farmacêuticos. Portanto, campanhas de conscientização e a ampliação de pontos de coleta são medidas fundamentais para garantir o destino correto desses produtos.

Em suma, o fortalecimento da educação em saúde, aliado a políticas públicas eficazes, é o caminho para formar cidadãos mais conscientes e responsáveis quanto ao uso e descarte de medicamentos, promovendo uma sociedade mais segura e sustentável.

Portanto, iniciativas como esta reforçam o papel transformador da universidade ao aproximar o conhecimento científico da realidade social, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a promoção da saúde pública. A continuidade e ampliação de projetos semelhantes em outros contextos e municípios podem potencializar os resultados alcançados, consolidando uma rede de conscientização e responsabilidade compartilhada entre comunidade, instituições de ensino e setor farmacêutico. Assim, a educação em saúde se afirma não apenas como uma ferramenta de prevenção, mas como um verdadeiro instrumento de mudança cultural em prol do bem-estar coletivo e da preservação ambiental.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa, à extensão e à formação acadêmica comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

AIZENSTEIN, Moacyr L. Fundamentos para o uso Racional de Medicamentos. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016. *E-book*. p.1. ISBN 9788595151710. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595151710/. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Uso racional de medicamentos: um compromisso com a saúde. Brasília, 5 maio 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/uso-racional-de-medicamentos-um-compromisso-com-a-saude. Acesso em: 11 set. 2025

SILVA, V. W. P. Descarte de medicamentos e os impactos ambientais: uma revisão crítica. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 1, p. 1-12, jan. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/6wySXdYtDxp3vjcnxM8sWyH/?lang=pt. Acesso em: 12 set. 2025.

CAMPOS, Y. F. A. et al. Impactos do descarte de medicamentos: olhares sobre o meio ambiente e a saúde. Revista Interdisciplinar em Saúde, v. 7, n. 1, p. 2118-2134, 2020.

CORREIA, P. O desafio global da resistência aos antimicrobianos. Correio Braziliense, Brasília, 19 out. 2025. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/portuguese-english/artigo. Acesso em: 28 out. 2025.

FERREIRA, Valdemária Abigail da Fonseca et al. Comportamento de profissionais e trabalhadores da saúde quanto ao uso racional de medicamentos. JORNAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E FARMACOECONOMIA, [S.l.], v. 1, supl. 2, p. 33, 2023. Disponível em: https://ojs.jaff.org.br/ojs/index.php/jaff/article/view/694. Acesso em: 28 out. 2025.

NERES, João Pedro Granjeiro et al. Descarte adequado de medicamentos: uma estratégia integrada de educação em saúde voltada à comunidade acadêmica. Infarma - Ciências Farmacêuticas, Brasília, v. 33, n. 1, p. 75-80, 2021. Disponível em: https://www.keyaccess.com.br/](https://www.keyaccess.com.br/. Acesso em: 28 out. 2025.

VACINAS SALVAM VIDAS? O QUE SÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A POPULAÇÃO

Categoria: Projetos Extensionistas

Kemily Granemann Moreira[1]
Karine Luz[2]
Natan Veiga[3]

Resumo – As vacinas representam um dos maiores avanços da saúde pública, sendo fundamentais na prevenção, controle e erradicação de doenças infecciosas. Ao estimular o sistema imunológico, promovem não apenas a proteção individual, mas também a imunidade coletiva, reduzindo a propagação de determinados agentes patogênicos. Apesar de sua eficácia comprovada, ainda persistem dúvidas e informações imprecisas que podem enfraquecer a confiança da população nas ações de imunização. Nesse contexto, o projeto de extensão teve como objetivo ampliar a compreensão científica sobre a vacinação entre alunos do Ensino Fundamental, destacando sua importância para a saúde pública e o bem-estar social. A atividade foi desenvolvida por meio de uma apresentação, seguida de diálogo e de um jogo interativo com perguntas, o que favoreceu o pensamento crítico, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Iniciativas extensionistas voltadas à educação em saúde mostram-se determinantes para ampliar o conhecimento científico, estimular atitudes conscientes e consolidar o compromisso social.

Palavras-chave: doenças; imunização; educação.

INTRODUÇÃO

A imunização por meio de vacinas constitui uma das mais poderosas ferramentas da saúde pública para a prevenção de doenças infectocontagiosas, sendo capaz de evitar surtos e epidemias. Estudos apontam que as vacinas reduzem significativamente a circulação de agentes infecciosos e favorecem a imunidade coletiva, protegendo tanto o indivíduo quanto a comunidade. Quando a cobertura vacinal se reduz, aumenta o risco de reintrodução de doenças previamente controladas, como o sarampo, a difteria ou a poliomielite (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023; Brasil, 2019).

Com a pandemia de SARS-CoV-2, ocorreram mais de 150 milhões de casos e 3,2 milhões de mortes associadas à COVID-19. As vacinas eficazes são medidas importantes na prevenção de

[1]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso da Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso da Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

doenças infecciosas, assim, foi observado que o aumento da vacinação contra COVID-19, o número de casos e casos graves reduziu de forma importante (Sharif et al., 2021).

Outro ponto importante a ser considerado, é que algumas doenças imunopreveníveis mesmo que em redução, podem ser preocupantes em casos de não adesão as vacinações, sendo importantes causas de morbimortalidade. Além disso, muitos indivíduos são contra as vacinações, realizando movimento anti-vacinas. Para evitar possíveis surtos ou reaparecimento de doenças já erradicadas, é importante que a cobertura vacinal seja alta (Oliveira et al., 2022).

Com o passar dos anos, as vacinações proporcionaram avanços importantes na saúde pública, reduzindo de forma substancialmente a morbimortalidade das doenças imunopreveníveis. Todavia, muitas pessoas ainda são contra as vacinas e não aderem a vacinação. Vários surtos de doenças imunopreveníveis, como febre amarela e sarampo, ocorreram no Brasil nos últimos anos, isso devido à movimentos anti-vacinas e/ou desinformação da população. Para evitar novos surtos, é de suma importância que ocorra uma alta cobertura vacinal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) sugeriu novas ações para a próxima década por meio da Agenda de Imunização 2030 para controlar, reduzir ou erradicar doenças evitáveis por vacinação (Oliveira et al., 2022).

Além dos surtos de doenças evitáveis na comunidade em geral, podem ocorrer surtos em ambientes hospitialares. Tem sido descrito que profissionais de saúde com cartão de vacinação atualizado desempenham um papel importante na redução do risco de disseminação nosocomial de doenças imunoevitáveis. Todavia, em vários locais, os profissionais de saúde relatam que seu estado de imunização é desconhecido ou não atualizado (Eltvedt et al., 2021).

Segundo o Ministério da Saúde, com a vacinação em massa da população, muitas doenças deixaram de ser um grande problema de saúde pública, fazendo com que diminua a transmissão dessas doenças, como por exemplo, sarampo, rubéola, tétano, poliomielite. Além disso, o SUS disponibiliza mais de 20 vacinas contra doenças imunopreviníveis, que fazem parte do calendário vacinal (BRASIL, 2022).

Portanto, para evitar o ressurgimento de muitas doenças que hoje estão controladas e controlar e evitar a transmissão de doenças imunoevitáveis, é de grande importância conscientizar crianças, profissionais da saúde, e população em geral sobre a importância da vacinação. Além disso, ao transmitir informações de qualidade e com comprovação científica, pode-se ocorrer uma melhora na adesão da vacinação e uma diminuição das fakenews.

Diante do contexto apresentado, o presente projeto de extensão teve como objetivo principal promover a conscientização e a educação da população sobre a importância da vacinação na prevenção de doenças infectocontagiosas. Para atingir esse objetivo, foi conduzida uma ação educativa que abordou o conceito e o funcionamento das vacinas, as principais doenças preveníveis e os benefícios da imunização, tanto individual quanto coletiva. Durante a atividade, foram apresentados o calendário vacinal e informações atualizadas por meio de materiais educativos. Essa abordagem teve como finalidade esclarecer sobre os diferentes tipos de vacinas, desmistificar concepções equivocadas e reforçar a importância da adesão às campanhas de vacinação, promovendo uma compreensão crítica e fundamentada acerca da imunização e de seu papel na saúde pública.

METODOLOGIA

A ação foi aplicada na Escola Municipal de Educação Básica Maria Luiza Barbosa, no município de Caçador, com os alunos do 8º ano do ensino fundamental, após autorização da Secretaria da Educação e da direção da escola.

Para a execução da atividade, foi elaborada uma apresentação em slides com linguagem simples e exemplos do cotidiano, visando facilitar a compreensão e promover o engajamento do público-alvo. Além da exposição teórica, foi desenvolvido um jogo educativo no formato de "jogo da velha", contendo perguntas e respostas relacionadas à vacinação e ao calendário vacinal. A cada resposta correta, o grupo tinha a oportunidade de marcar uma posição no tabuleiro, tornando a dinâmica mais interativa, lúdica e participativa. Essa estratégia contribuiu para estimular o aprendizado ativo, favorecendo a assimilação dos conteúdos de forma leve e descontraída, ao mesmo tempo em que reforçou conceitos essenciais sobre imunização.

Para complementar a atividade, foram elaborados folders informativos, incluindo informações sobre o calendário vacinal correspondente à faixa etária dos alunos.

Por tratar-se de um projeto de promoção e prevenção em saúde, desenvolvido por meio de ações educativas e informativas, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa essa exigência para atividades que não envolvem coleta de dados ou intervenções com seres humanos. Ainda assim, a acadêmica respeitou integralmente os preceitos éticos que regem as ações de extensão universitária, mantendo a dignidade, o sigilo, o respeito e a voluntariedade dos participantes, bem como a fidedignidade das informações repassadas e o comprometimento com a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto foi desenvolvido com uma turma do 8º ano do ensino fundamental, composta por 20 estudantes. As atividades realizadas possibilitaram observar o envolvimento ativo dos participantes, evidenciando interesse e curiosidade em relação ao tema.

A ação extensionista incluiu uma breve contextualização sobre a história das vacinas, as principais doenças contra as quais elas oferecem proteção, bem como seu papel no controle e na erradicação de enfermidades. Além disso, abordou o funcionamento do sistema imunológico, favorecendo a compreensão de como o organismo responde aos agentes infecciosos. Essa abordagem possibilitou o fortalecimento do conhecimento científico dos alunos, permitindo-lhes estabelecer relações entre o conteúdo e a relevância da vacinação para a proteção individual e coletiva.

Durante a ação, foi promovida uma discussão sobre mitos e verdades acerca das vacinas, o que favoreceu a identificação e a correção de concepções equivocadas previamente apresentadas pelos estudantes. O uso do jogo educativo mostrou-se eficaz como recurso didático, uma vez que estimulou a participação, o raciocínio e o aprendizado de forma interativa.

A partir das perguntas e comentários realizados pelos alunos, foi possível constatar que muitos já possuíam conhecimentos básicos sobre o tema. No decorrer das atividades, surgiram algumas dúvidas relacionadas à necessidade das doses de reforço e ao motivo de ainda ser possível contrair gripe mesmo após a vacinação. Esses questionamentos foram esclarecidos de forma dialogada, favorecendo a reflexão e a ampliação da compreensão sobre o funcionamento das vacinas e a importância da imunização contínua.

A entrega de folders informativos possibilitou que os estudantes compartilhassem o conhecimento adquirido com seus familiares, ampliando o alcance e o impacto da ação extensionista. De modo geral, os resultados obtidos em sala de aula indicam que o projeto se mostrou eficaz na ampliação do conhecimento dos alunos sobre a vacinação, reforçando assim, a importância da imunização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância da vacinação para a saúde pública mundial, observa-se que ela é uma das estratégias mais eficazes na prevenção e no controle de doenças infecciosas. Diante disso, é essencial que, desde a juventude, compreendam o papel das vacinas no fortalecimento do sistema imunológico e na promoção da qualidade de vida. Durante o desenvolvimento do projeto, buscou-se despertar nos estudantes a curiosidade científica acerca do tema, promovendo reflexões sobre o impacto coletivo da adesão às campanhas vacinais.

Dessa forma o aprendizado estende-se para além do ambiente escolar, podendo incentivar a prática de atitudes responsáveis, como a manutenção atualizada da caderneta de vacinação. Ressalta-se que ciência e sociedade devem caminhar lado a lado. Projetos de educação e extensão, como este, aproximam o saber científico da população e contribuem para uma sociedade mais informada, saudável e comprometida com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO 2022. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinação é a maneira mais eficaz para evitar doenças. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/vacinacao-e-a-maneira-mais-eficaz-para-evitar-doencas. Acesso em: 23 out. 2025.

ELTVEDT, Anna Korsgaard et al. Barriers for vaccination of healthcare workers. Human Vaccines & Immunotherapeutics, v. 17, n. 9, p. 3073-3076, 2021.

OLIVEIRA, Isadora Sousa de et al. Anti-vaccination movements in the world and in Brazil. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 55, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Imunização. Brasília: OPAS/OMS, 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/imunizacao. Acesso em: 23 out. 2025.

SHARIF, Nadim et al. Efficacy, immunogenicity and safety of COVID-19 vaccines: a systematic review and meta-analysis. Frontiers in Immunology, p. 4149, 2021.

REAÇÕES IMUNOLÓGICAS NA PELE E ATIVAÇÃO DE CÉLULAS IMUNES DURANTE O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DA TATUAGEM: UMA REVISÃO NARRATIVA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Isabely Recalcate Petry[1]
André Trevisan[2]

Resumo – A tatuagem, prática milenar presente ao longo da história, consiste na introdução de pigmentos na pele por meio de agulhas, processo que gera lesão dérmica e desencadeia uma resposta imunológica. O presente trabalho, elaborado como uma revisão bibliográfica narrativa, tem como objetivo analisar a reação imune associada à tatuagem, destacando a ativação celular e comparando as respostas imunológicas frente a diferentes tipos e colorações de pigmentos. Durante a aplicação, ocorre ruptura de capilares superficiais e da membrana basal, resultando em sangramento leve, necrose celular e posterior resposta inflamatória aguda. Essa resposta pode ser dividida em três fases: inflamação (até 10 dias), formação de tecido (até 3 meses) e remodelação tecidual (até 1 ano). Conclui-se que a tatuagem desencadeia uma resposta imunológica que, em condições normais, tende a se resolver espontaneamente.

Palavras-chave: resposta imune tatuagem; pigmento tatuagem e granuloma; resposta inflamatória tatuagem; imunologia tatuagem.

INTRODUÇÃO

A tatuagem, prática de origem milenar, está profundamente ligada à história, com evidências registradas há mais de 5.000 anos. (Chalarca-Cañas et al., 2024). A pigmentação corporal sempre desempenhou um papel singular nos povos antigos, especialmente para aqueles que a utilizavam como rito de passagem, atribuindo aos desenhos e instrumentos um significado único dentro de sua cultura (Lopes, 2021). Embora tatuagens de diferentes estilos remontem às primeiras civilizações, seu reconhecimento consolidado na sociedade moderna, tanto pela comunidade científica quanto por autoridades reguladoras, ocorreu apenas recentemente (Giulbudagian et al., 2020).

O processo da tatuagem utiliza agulhas para que a tinta seja injetada na pele, o que gera uma lesão na derme e provoca uma resposta imunológica, que pode ser subdividida em: inflamação (10 dias), formação de tecido (até 3 meses) e tecido remodelação (até 1 ano) (Giulbudagian et al., 2024). A resposta do sistema imune desencadeada pelo estímulo gerado

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pela tatuagem é inflamatória asséptica aguda de intensidade variável e caracteriza-se por: aspecto edematoso, endurecimento e eritema, acompanhados da dilatação dos folículos pilosos (Bălăceanu-Gurău et al., 2024).

Dentre todas as complicações associadas à tatuagem, cerca de 37% têm origem alérgica (Giulbudagian et al., 2020). Em relação ao risco de infecção, certos fatores devem ser considerados, como: esterilização adequada do equipamento, a condição e desinfecção da pele sob a qual a tatuagem foi feita, contaminação da tinta e cuidados posteriores adequados (Huisman et al., 2020). A aderência e estabilidade do pigmento na derme, podem ser influenciados pela: profundidade da agulha, a máquina que será utilizada para a realização do trabalho, o volume e escolha do pigmento adequado (Lopes, 2021).

Diante do contexto apresentado, que evidencia a complexidade da resposta do organismo ao estímulo provocado pela perfuração da pele e pelo depósito de tinta na derme, torna-se essencial compreender esse processo de forma integral. O presente trabalho tem como objetivo analisar a reação imunológica desencadeada pela tatuagem e avaliar a ativação de células imunológicas (como macrófagos e linfócitos T).

METODOLOGIA

O atual trabalho corresponde a uma revisão bibliográfica narrativa. Para a sua construção foram levados em consideração artigos científicos, pesquisados na base de dados do Google Acadêmico, PubMed e Science Direct. Na procura pelos textos utilizou-se as seguintes palavras chaves: "resposta imune tatuagem", "resposta inflamatória tatuagem", "ativação de macrófagos tatuagem", "granuloma pigmento tatuagem", "tinta tatuagem inflamação" e também foram verificados os subsequentes descritores na língua inglesa: "immune response tattoo", "inflammatory response tattoo", "macrophage activation tattoo", "granuloma pigment response" e "tattoo pigment inflammation". Após a leitura dos Resumos dos textos, foram selecionados os artigos apropriados, cujo tema tratasse da resposta imunológica frente à tatuagem ou que abordasse a ativação das células imunológicas ao longo desse processo. Foram utilizados trabalhos publicados durante os últimos 5 anos, ou seja, de 2020 a 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. REAÇÃO INFLAMATÓRIA NA PELE

A tatuagem é uma técnica que utiliza agulhas para penetrar na barreira cutânea com a intenção de depositar pigmentos (Huisman et al., 2020). Durante as punções, ocorre a ruptura dos capilares superficiais e da membrana basal, que causa sangramento leve e a necrose de algumas células dérmicas e epidérmicas, gerando assim, uma resposta inflamatória aguda durante as primeiras duas horas do procedimento, manifestando-se clinicamente como edema transitório (Chalarca-Cañas et al., 2024).

Logo após a penetração da agulha na pele, a região tatuada manifesta bordas sensíveis, eritematosas, podendo incluir púrpura petequial, além do endurecimento da pele e dilatação dos folículos pilosos (Neves, 2024). O processo de reparação tecidual acontece de uma forma organizada para promover a recuperação do tecido lesionado, por meio de uma série de

atividades bioquímicas sequenciais e ordenadas (Lopes, 2021). Essa resposta desencadeada pela lesão causada pela tatuagem pode ser dividida em três fases: inflamação (até 10 dias), formação de tecido (até 3 meses) e tecido remodelação (até 1 ano) (Giulbudagian et al., 2024).

Segundo Lopes (2021), a fase inflamatória inicia logo após o contato da agulha e a pele, momento no qual uma vasoconstrição é estabelecida, com o intuito de diminuir o sangramento local e conjuntamente ocorre a diminuição do líquido circulante, pois a rede linfática é igualmente afetada. A noradrenalina, também secretada por macrófagos, é uma substância precursora fundamental para promover a vasoconstrição, além de desempenhar funções citotóxicas contra microrganismos e células tumorais. Seguidamente, com o objetivo de estimular a coagulação, ocorre a agregação plaquetária (e leucocitária) na parede interna dos vasos lesionados, formando assim o coágulo local, composto por colágeno, plaquetas e as trombinas.

Ainda seguindo a ideia de Lopes (2021), depois da formação do coágulo, para permitir a passagem de fluídos e células de defesa para o tecido lesionado, ocorre uma vasodilatação compensatória, para que a sinalização química que servirá de amparo para o processo de quimiotaxia seja feita. De acordo com Su et al. (2020), em caso de invasão de patógenos ou lesão tecidual, os neutrófilos são rapidamente ativados na corrente sanguínea, sendo assim os primeiros leucócitos a chegar ao local da lesão. Os neutrófilos infiltrados além de eliminar patógenos, também iniciam cascatas inflamatórias.

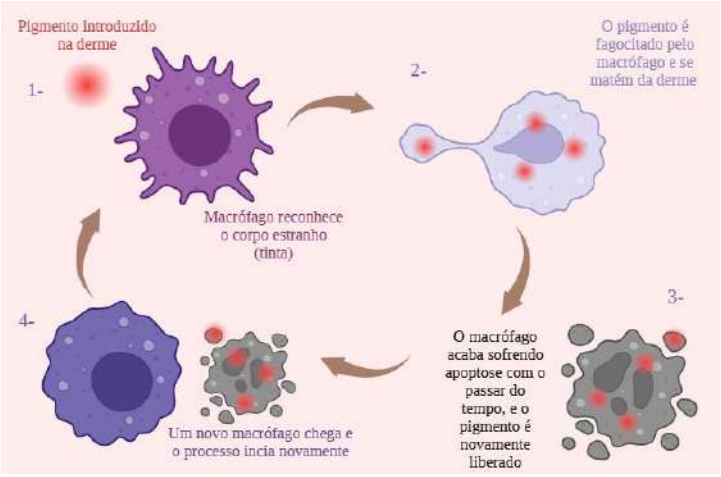
Na fase de formação do tecido, o principal foco é a regeneração das camadas da pele na área tatuada, como a epiderme e a derme, sendo necessário reparo dos vasos sanguíneos, nervos e glândulas sudoríparas (Giulbudagian et al., 2024). Nos dias seguintes, cerca de 2 a 3 semanas, há formação de crostas superficiais, com gradual cicatrização da tatuagem (Bălăceanu-Gurău et al., 2024).

Após a resposta aguda do hospedeiro e a regeneração da camada basal, ocorre uma resposta imune, mediada inicialmente por células, ao pigmento depositado na derme (Chalarca-Cañas et al., 2024). Portanto, na última fase, na tecido remodelação, células especializadas do sistema imunológico, como por exemplo os macrófagos, reconhecem o corpo estranho (tinta) e tentam fagocitá-lo ou quebrá-lo em partículas menores para que, dessa maneira, possam ser transportadas e removidas pelo sistema linfático (Lopes, 2021).

Partículas maiores do pigmento não são transportadas para outros locais, assim, tornam-se residentes na derme, onde são sequestradas por células mononucleares, fibroblastos e tecido extracelular (Chalarca-Cañas et al., 2024). Ou seja, o pigmento é encapsulado e fixado no local, por meio de filamentos, chamados fibrilas e por células do sistema imunológico (Lopes, 2021). Consequentemente, as partículas de pigmento na pele são encontrados principalmente no citoplasma dessas células (Giulbudagian et al., 2024).

Por este mesmo motivo, a tatuagem é algo permanente, pois os macrófagos carregados de pigmento morrem após determinado período de tempo, e o pigmento liberado é absorvido pelos macrófagos vizinhos, processo descrito pelo modelo de captura-liberação-recaptura (Tampa et al., 2022). Na figura 2 é possível visualizar como esse processo acontece:

Figura 2: Modelo captura-liberação-recaptura do pigmento da tatuagem.



Fonte: A autora (2025).

A concentração da tinta da tatuagem depositada na pele diminui desde o momento em que a tatuagem iniciou, tanto através do processo de exsudação, que transporta para fora uma parte do pigmento através das perfurações da própria pele, quanto pela ação do sistema imunológico (Giulbudagian et al., 2024).

2. ATIVAÇÃO DAS CÉLULAS IMUNOLÓGICAS

Nas primeiras 24 horas, o acúmulo do pigmento da tatuagem se dá nos fagossomos citoplasmáticos de queratinócitos, fibroblastos, histiócitos e mastócitos (Chalarca-Cañas et al., 2024). A fase de inflamação inclui hemóstase, além do recrutamento de macrófagos e neutrófilos (Giulbudagian et al., 2024). Os níveis elevados de interleucina (IL)-1β e IL-10 na pele tatuada e nos linfonodos regionais desencadeados pela inflamação são recuperados em 14 dias (Giulbudagian et al., 2020).

As partículas menores de tinta são reconhecidas pelas células de Langerhans, tendo em vista que penetram mais profundamente na derme, e são eventualmente transportadas para os linfonodos, gerando uma resposta linfocítica reativa (Chalarca-Cañas et al., 2024).

Giulbudagian et al. (2024) explica que o transporte sistêmico pode ocorrer de forma passiva, por meio de células linfáticas, fluido intersticial ou sangue, e de forma ativa, através da atuação de células dendríticas. Neutrófilos, macrófagos e células dendríticas são capazes de captar esse material no local e transportá-lo pelo sistema linfático.

Giulbudagian et al. (2020) ressalta que diferentemente das células dendríticas imaturas, que migram para os linfonodos de drenagem, as células dendríticas derivadas de monócitos e os macrófagos residentes nos tecidos permanecem no local, com o intuito de contribuir para a resposta imune local e para a manutenção da homeostase tecidual.

As reações alérgicas a tatuagens são a complicação mais prevalente (Bălăceanu-Gurău et al., 2024). As reações alérgicas retardadas de tipo IV, também conhecidas como dermatite de

contato alérgica, são mediadas por células T (Neves, 2024). A progressão desse tipo de hipersensibilização geralmente consiste em uma fase de sensibilização e uma fase de elicitação (Bălăceanu-Gurău et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a tatuagem provoca uma resposta imunológica que, em condições normais, se resolve de forma espontânea. Porém, diversos fatores devem ser levados em consideração para que esse processo ocorra de forma correta, como por exemplo: a devida esterilização dos materiais utilizados, a qualidade da tinta e a profundidade correta da agulha durante a aplicação da tatuagem. No entanto, ainda existe uma lacuna considerável na literatura científica sobre o tema. Dessa maneira, são necessários estudos que identifiquem as células do sistema imunológico envolvidas nessa cascata de reações e que avaliem como fatores externos influenciam a intensidade e o tipo de resposta imune, contribuindo assim para a prática segura dos profissionais tatuadores e para a proteção dos indivíduos tatuados.

REFERÊNCIAS

BĂLĂCEANU-GURĂU, Beatrice *et. al.* Cutaneous Adverse Reactions Associated with Tattoos and Permanent Makeup Pigments. **Journal of Clinical Medicine**, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 503, jan. 2024. https://doi.org/10.3390/jcm13020503.

CHALARCA-CAÑAS, David *et. al.* Tattoos: risks and complications, clinical and histopathological approach. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, [*s. l.*], v. 99, n. 4, p. 491–502, 1 jul. 2024. https://doi.org/10.1016/j.abd.2023.07.004.

GIULBUDAGIAN, Michael *et. al.* Lessons learned in a decade: Medical-toxicological view of tattooing. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, [*s. l.*], v. 38, n. 10, p. 1926–1938, 2024. https://doi.org/10.1111/jdv.20072.

GIULBUDAGIAN, Michael *et. al.* Safety of tattoos and permanent make-up: a regulatory view. **Archives of Toxicology**, [*s. l.*], v. 94, n. 2, p. 357–369, 1 fev. 2020. https://doi.org/10.1007/s00204-020-02655-z.

HUISMAN, Sanne *et. al.* Cutaneous non-allergic complications in tattoos: An overview of the literature. **La Presse Médicale**, Tattoos. [*s. l.*], v. 49, n. 4, p. 104049, 1 dez. 2020. https://doi.org/10.1016/j.lpm.2020.104049.

LOPES, Wbyster Júnio Paiva. Efeitos dos pigmentos exógenos utilizados na pigmentação cutânea e sua interação na produção de mediadores inflamatórios. **Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora,** Juiz de Fora, 2021. DOI 10.34019/ufjf/di/2021/00373. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13765. Acesso em: 6 mar. 2025.

NEVES, Sofia Maria Ferreira Esteves Matos. Caracterização dos tatuadores e percepção das complicações de saúde associadas à tatuagem. **Universidade Católica Portuguesa**, Porto, 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.14/45733. Acesso em: 10 de março de 2025.

SU, Yujie *et. al.* Neutrophils and Macrophages as Targets for Development of Nanotherapeutics in Inflammatory Diseases. **Pharmaceutics**, [*s. l.*], v. 12, n. 12, p. 1222, dez. 2020. https://doi.org/10.3390/pharmaceutics12121222.

TAMPA, Mircea *et. al.* Viral Infections Confined to Tattoos—A Narrative Review. **Medicina**, [*s. l.*], v. 58, n. 3, p. 342, mar. 2022. https://doi.org/10.3390/medicina58030342.

INTERVENÇÃO COM FARINHA DO BAGAÇO DA UVA NA MICROBIOTA INTESTINAL DE PACIENTES COM SÍNDROME METABÓLICA

Categoria: Projeto de Conclusão de Cursos

Letycia Vitória Corrêa[1]
Emyr Hiago Bellaver[2]
Claudriana Locatelli[3]

Resumo – A Síndrome Metabólica (SM) é caracterizada por um conjunto de fatores de risco inter-relacionados, como dislipidemia, hipertensão, obesidade abdominal e resistência à insulina, que em conjunto aumentam o risco de doenças cardiovasculares, hepáticas e diabetes. Essa condição não se restringe mais a populações adultas e idosas, sendo também observada entre jovens. A Microbiota Intestinal (MI), composta por trilhões de microrganismos, exerce papel fundamental na saúde metabólica, e a alimentação influencia diretamente sua composição e funcionalidade. Nesse contexto, estratégias dietéticas têm se mostrado eficazes na modulação da MI, contribuindo para a melhora clínica da SM. O bagaço de uva (BU) surge como uma alternativa promissora por ser um resíduo rico em compostos fenólicos, fibras e probióticos. Substâncias como antocianinas, flavonoides e estilbenos apresentam efeitos benéficos sobre a MI e o metabolismo. Além disso, o uso do BU configura-se como uma ação sustentável, por representar a valorização de um subproduto da indústria vinícola. Assim, este trabalho tem como objetivo revisar e discutir as evidências científicas sobre o uso da farinha de bagaço de uva como estratégia nutricional na modulação da microbiota intestinal em indivíduos com Síndrome Metabólica.

Palavras-chave: modulação; dieta; risco cardiometabólico; compostos fenólicos.

INTRODUÇÃO

A Síndrome Metabólica (SM) é caracterizada pela associação entre obesidade abdominal, dislipidemia, hipertensão e resistência à insulina, aumentando o risco de doenças cardiovasculares, hepáticas e diabetes tipo 2 (Li et al., 2024). Sua prevalência global é de cerca de 25%, contribuindo para 7% da mortalidade mundial e até 17% dos óbitos por doenças cardiovasculares (Mendes et al., 2019), com crescente incidência entre jovens e idosos (Neves et al., 2019).

A alimentação exerce papel decisivo na modulação da microbiota intestinal (MI), e dietas desequilibradas favorecem a disbiose, inflamação sistêmica e resistência à insulina (Machado et al., 2025). Assim, alimentos ricos em fibras e compostos bioativos têm sido propostos como

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Coordenador de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor dos Cursos da Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

estratégias de modulação da MI (Lima, Andrade e Raimann, 2024). Nesse contexto, o bagaço de uva (BU) surge como alternativa sustentável e funcional, por concentrar 60–70% dos compostos fenólicos da uva, capazes de modular a microbiota e reduzir inflamação (Taladrid et al., 2023; Rodrigues et al., 2024).

Dessa forma, este trabalho revisa evidências científicas sobre o uso da farinha de bagaço de uva como estratégia nutricional na modulação da microbiota intestinal em indivíduos com Síndrome Metabólica.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, caracterizada como uma revisão bibliográfica narrativa, elaborada no contexto da realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para garantir a validade do material, foram realizadas pesquisas em bases de dados como Scopus, CAPES, Scielo, PubMed e LILACS, utilizando artigos científicos como principais fontes de referência. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2017 e 2025, em inglês ou português, que abordassem o tema do estudo e que apresentassem dados relevantes e atualizados, foram excluídos da seleção os artigos que discutiam temas distintos. A pesquisa de revisão bibliográfica foi realizada no ano de 2025.

Quanto aos aspectos éticos, este estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de uma revisão de literatura sem envolvimento direto de seres humanos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A SÍNDROME METABÓLICA

A SM define-se como uma condição clínica desafiadora para a saúde pública, sendo caracterizada pelo conjunto de alterações interrelacionadas que elevam o risco do desenvolvimento de doenças cardiovasculares, diabetes mellitus e até a morte explica Vezaro e Vidal (2020). Os fatores de risco para a síndrome incluem: hipertensão, acúmulo de gordura na região central do corpo, dislipidemia (com aumento de LDL-colesterol e triglicerídeos, além da diminuição do HDL-colesterol) e resistência à insulina (Fonseca et al., 2024).

Segundo os critérios da National Cholesterol Education Program Adult Treatment Panel III (NCEP-ATP III) de 2001 e International Diabetes Federation (IDF), é necessário possuir três ou mais dos seguintes itens presentes no quadro 1 para que possa enquadrar o indivíduo como portador de SM. A seguir no quadro 1 estão listados os critérios clínicos e parâmetros de referência para diagnóstico da SM (Quadro 1) a seguir.

Quadro 1 – Critérios diagnósticos da Síndrome Metabólica e valores de referência utilizados.

Critério Clínico	Parâmetro de Referência
Obesidade abdominal (circunferência da cintura)	Mulheres ≥ 88 cm Homens ≥ 102 cm
Triglicerídeos	≥ 150 mg/dL
HDL-colesterol (*High-density Lipoprotein Cholesterol*)	Mulheres < 50 mg/dL Homens < 40 mg/dL
Pressão Arterial	PAS ≥ 130 mmHg e/ou PAD ≥ 85 mmHg
Glicemia em jejum	≥ 110 mg/dL (IDF: ≥ 100 mg/dL)

Notas: mg: miligrama, dL: decilitro, mmHg: milímetros de mercúrio, PAS: Pressão arterial sistólica, PAD: pressão arterial diastólica. Fonte: ZIMMET; ALBERTI; RÍOS, 2005.

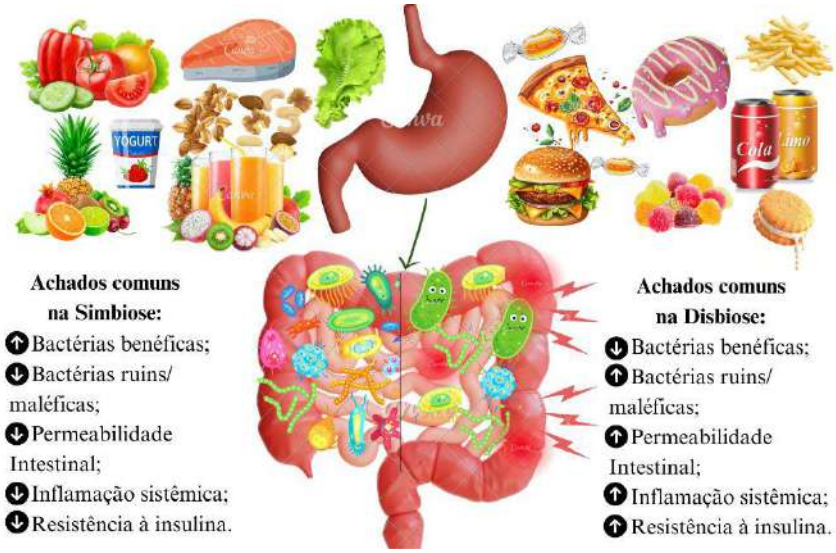
Mendes et al. (2019) cita estudos recentes que demonstram a crescente evolução da SM sendo a prevalência global de 25%, contribuindo para 7% da mortalidade mundial e 17% dos óbitos por doenças cardiovasculares. Para Neves et al. (2019) em adolescentes a prevalência pode chegar a 22,2%, em idosos varia de 25% a 60% dependendo de fatores como: sexo, idade, etnia e ambiente. Já em países de baixa e média renda os índices podem atingir até 58,1% na China e cerca de 50% em algumas regiões do Brasil.

MICROBIOTA INTESTINAL

Para Kamel et al. (2024) o microbioma é um conjunto de microbiotas que envolve a boca, pele, trato gastrointestinal e órgãos reprodutivos, os quais são compostos por trilhões de microrganismos, incluindo bactérias, vírus, fungos e archaea, estes coexistem no corpo humano, em especial na MI gastrointestinal humana, exercendo funções vitais em simbiose com o hospedeiro, como na fermentação de fibras alimentares, síntese de vitaminas, regulação imunológica e proteção conta patógenos.

Sabe-se que a alimentação exerce forte influência sobre a microbiota intestinal (MI), sendo que dietas ricas em alimentos ultraprocessados estão associadas ao aumento da disbiose intestinal (Pinheiro et al., 2024). Em contrapartida, uma alimentação abundante em frutas, vegetais e fibras favorece a produção de ácidos graxos de cadeia curta e o crescimento de bactérias benéficas, contribuindo para o equilíbrio microbiano e a manutenção da saúde metabólica. A Figura 1 a seguir ilustra o impacto da dieta sobre a modulação da MI.

Figura 1 - Relação entre hábitos alimentares, composição da microbiota intestinal e impacto metabólico.



Fonte: Autores (2025).

A Disbiose Intestinal (DI) pode ser definida como um desequilíbrio na composição e/ou função da MI, estando associada a inflamação sistêmica, hiper permeabilidade intestinal e resistência à insulina, estes fatores implicam na fisiopatologia da SM (Machado et al., 2025).

Sabe-se que a intervenção dietética é uma das formas mais eficazes de modular a MI, como explicam Lima, Andrade e Raimann (2024), alimentos ricos em fibras, prebióticos e compostos bioativos são capazes de promover o crescimento bacteriano equilibrado, como aumento de Lactobacillus e Bifidobacterium, responsáveis por reestabelecer a simbiose e reduzir mercadores inflamatórios, por exemplo.

FARINHA DO BAGAÇO DA UVA

O BU gerado durante a produção de vinho geralmente é descartado ou subutilizado (Romero et al., 2020), sendo um subproduto composto por cascas, sementes e caules, rico em fibras alimentares e polifenóis (particularmente os chamados polifenóis não extraíveis, associados à fibra alimentar), assim sugerido como um novo ingrediente em vários produtos. Os autores ainda citam que as elevadas quantidades de compostos fenólicos presentes no BU podem proporcionar atividades antioxidante, antimicrobianos, anti-inflamatória, antitumoral e antienvelhecimento.

Taladrid et al. (2023) estima em seu estudo que cerca de 60–70% dos compostos fenólicos da uva permaneçam no bagaço após a vinificação representando 4,8 – 5,4% da matéria seca do BU. Os autores mencionam ainda que o principal componente do BU é a fibra alimentar, cerca de 29 a 58% de seu peso seco, conhecida como uma ´´fibra alimentar antioxidantes´´ já que é fundamentalmente insolúvel e composta principalmente de fibras estruturais polissacarídeos, comumente ligados a polifenóis e outros componentes não digeríveis.

Para Lopes et al. (2025) a introdução da farinha do BU na dieta em pães, bolos, iogurtes, entre outros, possui potencial de melhora do valor nutricional através de efeitos benéficos na MI, desenvolvendo um ambiente favorável para o crescimento de microrganismos, contribuindo para a simbiose entre microbiota-hospedeiro.

Rodrigues et al. (2024) explica que se levar em conta os desafios ambientais contemporâneos, a transformação do bagaço de uva em um produto seguro e útil é uma opção sustentável para a administração de resíduos, neste cenário, o processo de secagem e moagem do bagaço produz uma farinha de alto valor nutricional, repleta de fibras solúveis e insolúveis, e ainda contém compostos bioativos com atividade antioxidante, tais como fenólicos, antocianinas, flavonoides e resveratrol. Os autores relembram ainda que BU, devido à sua composição química promissora, tem sido foco de estudos recentes que investigam seus benefícios na modulação de distúrbios metabólicos associados a doenças degenerativas e à SM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura evidenciou que a inclusão da farinha de bagaço de uva (FBU) na dieta de pacientes com Síndrome Metabólica (SM) apresenta efeitos benéficos sobre parâmetros metabólicos e inflamatórios. Por ser rica em fibras, polifenóis e antioxidantes, a FBU auxilia na modulação positiva da microbiota intestinal, contribuindo para a melhoria da sensibilidade à insulina, redução de lipídios séricos e controle glicêmico.

Apesar dos resultados promissores, a maioria dos estudos apresenta limitações metodológicas, o que reforça a necessidade de novas pesquisas clínicas para confirmar os efeitos e definir protocolos nutricionais padronizados. Conclui-se que a FBU representa uma alternativa funcional e sustentável, com potencial para auxiliar na prevenção e manejo da Síndrome Metabólica.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Luiza Viza *et al.* Síndrome metabólica: abordagem multidisciplinar, complicações e perspectivas futuras. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 9, p. e74296-e74296, 2024.

KAMEL, Mohamed *et al.* Microbiome dynamics: a paradigm shift in combatting infectious diseases. Journal of Personalized Medicine, v. 14, n. 2, p. 217, 2024.

LI, Mengmeng *et al.* Association of metabolic syndrome with lung cancer risk: a population-based prospective cohort study. Chest, v. 165, n. 1, p. 213-223, 2024.

LIMA, Daniel José Matos de Medeiros; ANDRADE, Lorena Pinto; RAIMANN, Gabriela. Modulação da microbiota intestinal com estilo de vida: resultados de um programa intensivo de 14 dias. In: Congresso Brasileiro de Medicina do Estilo de Vida. 2024.

LOPES, Janice da Conceição *et al.* Grape pomace: a review of its bioactive phenolic compounds, health benefits and applications. Molecules , v. 30, n. 2, p. 362, 2025.

MACHADO, Rodrigo Cury *et al.* Impacto da síndrome metabólica na saúde cardiovascular. Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 17, n. 1, p. 6-6, 2025.

MENDES, Myrla Gabriela *et al.* Prevalência de Síndrome Metabólica e associação com estado nutricional em adolescentes. Cadernos Saúde Coletiva, v. 27, p. 374-379, 2019.

NEVES, Cristiane Vilas Boas *et al.* Associação entre síndrome metabólica e marcadores inflamatórios em idosos residentes na comunidade. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 3, p. e00129918, 2019.

PINHEIRO, Débora Fernandes *et al.* Impact of Fruit Consumption on Gut Microbiota: Benefits, Contaminants, and Implications for Human Health. Trends in Food Science & Technology, p. 104785, 2024.

RODRIGUES, Luis Monteiro et al. Metabolic effects of Type 2 Diabetes mellitus might be mitigated by grape pomace flour. Physiology, v. 39, n. S1, p. 1413, 2024.

ROMERO, Sara Ramos *et al.* Modifications of the intestinal microbiota after grape pomace supplementation in individuals with cardiometabolic risk: a randomized controlled crossover clinical trial. Foods , v. 9, n. 9, p. 1279, 2020.

TALADRID, Diego *et al.* Grape pomace as a cardiometabolic health-promoting ingredient: activity in the intestinal environment. Antioxidants, v. 12, n. 4, p. 979, 2023.

VEZARO, Bianca Loss; VIDAL, Rafael Gemin. Diagnóstico e tratamento da síndrome metabólica: Um estudo de revisão. Revista Renovare, v. 2, 2020.

ZIMMET, Paul; ALBERTI, K. George MM; RÍOS, Manuel Serrano. Uma nova definição mundial da Federação Internacional de Diabetes (IDF) para a síndrome metabólica: a justificativa e os resultados. Revista Española de Cardiología (Edição em Inglês) , v. 58, n. 12, p. 1371-1375, 2005.

ANEMIA FALCIFORME, COMPLICAÇÕES PULMONARES E A IMPORTÂNCIA DO HEMOGRAMA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Felipe Moraes Malmann[1]
Iderson Dayan Brazil Agostini[2]
Vilmair Zancanaro[3]

Resumo – A anemia falciforme é uma hemoglobinopatia hereditária resultante de mutação no gene HBB, que leva à formação da hemoglobina S (HbS) e à deformação das hemácias, ocasionando crises vaso-oclusivas, hipóxia tecidual e complicações sistêmicas, especialmente pulmonares. Este estudo teve como objetivo analisar as manifestações clínicas e laboratoriais da anemia falciforme, com ênfase nas complicações pulmonares, na importância do hemograma e na atuação multiprofissional no cuidado ao paciente. Trata-se de uma revisão de literatura descritiva e qualitativa, baseada em artigos publicados entre 2022 e 2025, selecionados nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. A análise evidenciou que o hemograma é um exame fundamental para o diagnóstico e acompanhamento da doença, permitindo identificar alterações hematológicas que orientam condutas terapêuticas. Observou-se também que o diagnóstico precoce, por meio da triagem neonatal, e o acompanhamento contínuo por equipe multiprofissional são determinantes para reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. O manejo integrado, com hidratação, analgesia, transfusões, suporte psicológico e educação em saúde, reforça a importância de uma abordagem humanizada e centrada no paciente. Por isso, novas pesquisas são essenciais para aprimorar estratégias terapêuticas e fortalecer a prática clínica baseada em evidências.

Palavras-chave: anemia falciforme; crises vaso-oclusivas; hemograma; complicações pulmonares.

INTRODUÇÃO

A anemia falciforme (AF) é uma das hemoglobinopatias hereditárias mais prevalentes e clinicamente relevantes, causada por uma mutação pontual no gene HBB, localizado no cromossomo 11. Essa alteração leva o surgimento da hemoglobina S (HbS), que em determinadas condições, transforma hemácias normais em forma de foice. Essas células deformadas tornam-se rígidas e menos elásticas, dificultando a circulação sanguínea e prejudicando o transporte de oxigênio no organismo (Pereira; Andrade, 2022; Medeiros et al., 2024).

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As crises vaso-oclusivas recorrentes são responsáveis por episódios dolorosos intensos, inflamação crônica e lesões em diversos órgãos vitais, como rins, fígado e pulmões. Entre as complicações mais graves, destaca-se a Síndrome Torácica Aguda (STA). Essa condição é uma das principais causas de hospitalização e mortalidade em pessoas com AF, exigindo manejo clínico imediato e adequado. (Costa et al., 2024; Knight-Madden; Hambleton, 2022; Almusally, 2023).

O diagnóstico precoce e o acompanhamento multidisciplinar são fundamentais para o controle da anemia falciforme e a prevenção de complicações (Brandow; Liem, 2022). O hemograma desempenha papel central nesse processo, por permitir a detecção de alterações hematológicas que refletem a gravidade e a evolução clínica da doença. Além disso, a triagem neonatal possibilita a identificação precoce dos casos e o início imediato de medidas preventivas. A combinação entre tratamento medicamentoso, apoio psicológico e educação em saúde promove um cuidado integral e humanizado, essencial para melhorar a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas com anemia falciforme. (Ferreira; Ribeiro; Oliveira, 2024; Neto; Deuner; Oliveira, 2025; Oliveira, 2024; Heim, 2024; Kirkham et al., 2023)

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, desenvolvida com o intuito de reunir e compreender estudos que abordam a anemia falciforme, suas complicações pulmonares, a importância do hemograma e a atuação da equipe multiprofissional no cuidado ao paciente. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores como anemia falciforme, hemograma, complicações pulmonares e abordagem multiprofissional.

Foram selecionados estudos publicados entre 2022 e 2025, disponíveis na íntegra, em português ou inglês, que tratavam de forma direta os aspectos clínicos, laboratoriais e terapêuticos da anemia falciforme. Excluíram-se publicações repetidas, estudos com foco em outras hemoglobinopatias e materiais que não apresentavam embasamento científico consistente. Após a leitura e análise dos textos, as informações foram organizadas por temas, permitindo compreender como o diagnóstico precoce, o acompanhamento laboratorial e a abordagem multiprofissional podem transformar o cuidado e a qualidade de vida das pessoas com anemia falciforme.

DESENVOLVIMENTO

A anemia falciforme (AF) tem como principal causa a mutação específica substitui o ácido glutâmico por valina na sexta posição da cadeia beta, originando a hemoglobina S (HbS), cuja polimerização em condições de baixa oxigenação promove alterações estruturais nas hemácias, transformando-as em drepanócitos rígidos e alongados. Essa deformidade celular reduz a flexibilidade das hemácias, dificultando o fluxo sanguíneo (Pereira; Silva, 2025; Costa et al., 2024; Castro et al., 2024).

As manifestações clínicas da AF são complexas e variam de acordo com o genótipo e a gravidade do quadro. As crises vaso-oclusivas representam o evento mais comum e doloroso, ocorrendo quando as hemácias falcêmicas obstruem vasos, causando dor intensa, hipóxia

tecidual e áreas de infarto, podendo afetar ossos, órgãos internos e extremidades (Lima et al., 2023). Essas manifestações, frequentemente recorrentes, reforçam a necessidade de monitoramento contínuo e de intervenções rápidas, de modo a reduzir a morbimortalidade, prevenir complicações graves e melhorar a qualidade de vida, estabelecendo a importância de uma abordagem clínica estruturada e individualizada para cada paciente. (Fonseca; Borges, 2024).

As complicações pulmonares, especialmente a Síndrome Torácica Aguda (STA), estão entre os fatores mais críticos na evolução da doença e podem se manifestar de forma aguda ou crônica (Owusu, 2025). A STA apresenta sintomas como febre, dor torácica intensa, tosse persistente e dificuldade respiratória, muitas vezes acompanhada de hipoxemia, e nos exames de imagem pode ser observada através de infiltrados pulmonares, atelectasia e derrame pleural (Knight-Madden; Hambleton, 2022; Almusally, 2023). O tratamento envolve analgesia com opioides, oxigenoterapia quando necessário, antibioticoterapia empírica, hidratação, fisioterapia respiratória e transfusões em casos graves, demonstrando a necessidade de uma abordagem integrada que englobe diferentes profissionais de saúde (Conte et al., 2023).

O hemograma é um exame central no diagnóstico e acompanhamento da AF, permitindo a análise quantitativa e qualitativa das células sanguíneas (Ferreira; Ribeiro; Oliveira, 2024). Ele revela alterações características da doença, como a presença de drepanócitos, eritroblastos e aumento do RDW, além de alterações na contagem de reticulócitos, hemoglobina e hematócrito. O leucograma também fornece informações importantes sobre infecções e hemólise, enquanto o plaquetograma pode apresentar elevação em decorrência de atrofia esplênica (Castro et al., 2024; Capelim et al., 2024). Apesar de ser um exame simples e de baixo custo, o hemograma é fundamental para acompanhar a evolução clínica, orientar intervenções terapêuticas e monitorar a resposta ao tratamento, servindo como ferramenta indispensável para decisões clínicas rápidas e precisas, conectando diretamente os achados laboratoriais às manifestações clínicas da AF (Neto; Deuner; Oliveira, 2025).

Diante do exposto, o diagnóstico precoce e o acompanhamento contínuo são essenciais para reduzir complicações, melhorar a sobrevida e promover qualidade de vida. A triagem neonatal permite identificar a doença antes do aparecimento dos sintomas, possibilitando medidas preventivas como uso de antibióticos profiláticos, suplementação de ácido fólico e orientações familiares (Oliveira et al., 2024; Costa et al., 2024). O acompanhamento por uma equipe multiprofissional oferece consultas regulares, exames periódicos, suporte psicológico e educação em saúde, fortalecendo o vínculo entre paciente e profissionais e garantindo cuidado integral. Além disso, estratégias terapêuticas incluem controle da dor com analgésicos e técnicas não farmacológicas, hidratação, transfusões, aconselhamento genético e atenção psicossocial, permitindo que o manejo da doença seja individualizado, preventivo e humanizado, promovendo segurança, autonomia e bem-estar físico e emocional para os portadores de anemia falciforme (Brandow; Liem, 2022; Heim, 2024; Kirkham et al., 2023; Medeiros et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências reunidas nesta revisão reforçam que a anemia falciforme é uma condição complexa, de origem genética, cujas manifestações clínicas e laboratoriais demandam atenção

contínua e especializada. O conhecimento aprofundado da fisiopatologia, das crises vaso-oclusivas e das complicações, em especial as pulmonares, permite uma intervenção precoce e direcionada, contribuindo para a redução da morbimortalidade. Além disso, o hemograma se mostra uma ferramenta indispensável, não apenas para diagnóstico, mas também para monitoramento da evolução clínica, identificando alterações hematológicas que refletem diretamente o estado do paciente e orientam condutas terapêuticas adequadas.

O acompanhamento contínuo e o cuidado multidisciplinar se destacam como pilares do manejo da doença, possibilitando intervenções preventivas, controle da dor, suporte psicológico e orientação genética individualizada. Estratégias integradas que incluem triagem neonatal, terapias farmacológicas, transfusões, hidratação e acompanhamento psicossocial promovem não apenas a redução de complicações, mas também melhoram a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar do paciente. Dessa forma, este estudo evidencia que a abordagem humanizada e coordenada entre diferentes profissionais de saúde é essencial para transformar o cuidado da anemia falciforme, tornando-o mais eficaz, seguro e centrado nas necessidades do indivíduo.

Com isso, é de extrema importância que novas pesquisas sejam realizadas para aprofundar o conhecimento sobre a anemia falciforme, identificar fatores que influenciam a gravidade das complicações e aprimorar estratégias terapêuticas. Estudos futuros podem contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes, personalizadas e seguras, reforçando a prevenção de crises, a melhoria da qualidade de vida e o cuidado integral aos pacientes, fortalecendo a prática clínica baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

ALMUSALLY, Rayyan. *Early recognition of pulmonary complications of sickle cell disease.* Saudi Medical Journal, v. 44, n. 1, p. 10–18, jan. 2023. Disponível em: https://smj.org.sa/content/44/1/1o. Acesso em: 02 jun. 2025.

BRANDOW, Amanda; LIEM, Richard. *Advances in the diagnosis and treatment of sickle cell disease.* Journal of Hematology & Oncology, v. 15, art. 20, 2022. DOI: 10.1186/s13045-022-01237-z. Acesso em: 07 jun. 2025.

CAPELIM, M. C. *et al.* Crise álgica em anemia falciforme: um relato de caso pediátrico. Hematologia, Transfusão e Terapia Celular, v. 46, supl. 4, p. S662, out. 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2531137924014433. Acesso em: 01 jun. 2025.

CASTRO, José Walber Gonçalves *et al.* Anemia falciforme: dos aspectos clínicos aos achados laboratoriais. Conexões Interdisciplinares, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 33–38, jan. 2024.

CONTE, Tatyeli Olga de Carvalho *et al.* Incidência e manejo das urgências clínicas de pacientes portadores de anemia falciforme. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 4, p. 18603–18619, jul./ago. 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/62415. Acesso em: 27 mar. 2025.

COSTA, Priscila Neves *et al*. Anemia falciforme, diagnóstico precoce e aconselhamento genético na doença falciforme: uma revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 15, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1181. Acesso em: 07 jun. 2025.

FERREIRA, Cleidiane de Sá Gonçalves; RIBEIRO, Jennifer Vitória Ferreira; OLIVEIRA, Mariana Leal. Importância do hemograma no diagnóstico da anemia: uma revisão bibliográfica. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 7, 2024. Disponível em: http://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2740. Acesso em: 31 mai. 2025.

FONSECA, Edna; BORGES, Alessandra. Anemia falciforme: manifestações clínicas e diagnósticos laboratoriais. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 960–969, nov. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16540. Acesso em: 03 mar. 2025.

HEIM, Jocelyn Brice Alexandre. Anemia falciforme: diagnóstico laboratorial e abordagens terapêuticas. Universidade de Lisboa, 2024. Acesso em: 04 mai. 2025.

KIRKHAM, Justin K. *Genetic variation and sickle cell disease severity*. *JAMA Network Open*, v. 6, n. 10, e2337484, out. 2023. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2023.37484. Acesso em: 08 jul. 2025.

KNIGHT-MADDEN, Jennifer; HAMBLETON, Ian. *Inhaled bronchodilators for acute chest syndrome in people with sickle cell disease*. The Cochrane Database of Systematic Reviews, v. 12, p. CD003733, dez. 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36458811/.Acesso em: 23 mar. 2025.

LIMA, Roberto *et al*. Anemia falciforme: uma abordagem clínica e laboratorial. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 9, set. 2023. DOI: 10.25248/REAS.e13812.2023. Acesso em: 02 mai. 2025.

MEDEIROS, Adriane Menezes de *et al*. Anemia falciforme: uma revisão narrativa dos avanços, desafios e perspectivas futuras. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 6, p. 941–957, jun. 2024.

NETO, Paulo Pereira Lima; DEUNER, Melissa Cardoso; OLIVEIRA, Gregório Otto Bento de. Anemia falciforme: correlação entre hemograma e manifestações clínicas no diagnóstico. Editora Científica, p. 57–64, abr. 2025. Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/250419127. Acesso em: 01 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. T. R. S. Manejo e prevenção das complicações da doença falciforme desde o nascimento até a infância: uma revisão sistemática. Hematology, Transfusion and Cell Therapy, v. 46, supl. 4, p. S659–S660, 2024. DOI: 10.1016/j.htct.2024.09.1105. Acesso em: 07 jun. 2025.

OWUSU, Sandra Kwarteng. *Sickle lung disease: long-term consequences and prevention*. Pediatric Pulmonology, v. 60, p. S1–S184, mar. 2025. DOI: 10.1002/ppul.27374. Acesso em: 02 jun. 2025.

PEREIRA, Alice Eduarda Valadares; SILVA, Aislander Junio da. Etnia e sangue: relação entre preconceito racial e anemia falciforme: um breve panorama fisiológico e histórico-cultural.

Revista Brasileira de Ciências Biomédicas, v. 6, e01003025, p. 1–5, mai. 2025. Disponível em: https://rbcbm.com.br/journal/index.php/rbcbm/article/view/103/65. Acesso em: 30 mai. 2025.

PEREIRA, E. A.; ANDRADE, L. G. de. Diagnóstico laboratorial da anemia falciforme no sistema único de saúde. Revista FT – Ciências da Saúde, v. 26, n. 116, nov. 2022. Disponível em: https://revistaft.com.br/diagnostico-laboratorial-da-anemia-falciforme-no-sistema-unico-de-saude/. Acesso em: 27 mai. 2025.

IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO A PESTICIDAS ORGANOFOSFORADOS NA SAÚDE DE ACADÊMICOS DE AGRONOMIA NO MEIO RURAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Valdinei de Lima Leite[1]
Laura Regina dos Santos[2]
Evelyn Denise Vortmann[3]
Andressa Ana Ansiliero[4]

Resumo – Os pesticidas organofosforados (OFs) representam um dos grupos químicos mais utilizados na agricultura brasileira, sendo reconhecidos por sua alta eficácia inseticida e potencial neurotóxico. Sua ação baseia-se na inibição da enzima acetilcolinesterase (AChE), provocando o acúmulo de acetilcolina nas sinapses e gerando disfunções neuromusculares e autonômicas. Este estudo tem como objetivo analisar a literatura sobre os efeitos fisiológicos, neurológicos e sociais da exposição a organofosforados, especialmente em acadêmicos de Agronomia inseridos no contexto rural e comparar com dados obtidos a partir de um questionário aplicado. A revisão evidenciou que a exposição contínua, mesmo em níveis subclínicos, está associada a alterações enzimáticas e sintomas neurocomportamentais leves, como cefaleia, fadiga e distúrbios do sono. Também se observou a carência de protocolos de biossegurança e educação preventiva nas universidades, o que amplia a vulnerabilidade dessa população. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, registrado sob CAAE nº 87807625.3.0000.0259 e Parecer nº 7.612.786, emitido em 02 de julho de 2025. Diante disso, reforça-se a importância do monitoramento bioquímico e da educação em saúde como estratégias para mitigar riscos e promover práticas seguras no ambiente acadêmico e rural.

Palavras-chave: Colinesterase; saúde ocupacional; agronomia; biossegurança.

INTRODUÇÃO

O uso intensivo de pesticidas na agricultura brasileira é uma realidade consolidada e de grande impacto socioeconômico. Entre as substâncias mais empregadas, os organofosforados destacam-se por sua eficácia, mas também pelos sérios riscos que representam à saúde humana e ambiental. No contexto rural, a exposição frequente a esses compostos é um problema silencioso que atinge não apenas trabalhadores formais, mas também estudantes e familiares que participam das atividades agrícolas cotidianas (Hassan et al., 2022).

[1] Acadêmico do Curso de Biomedicina e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmico do Curso de Biomedicina e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Acadêmico do Curso de Biomedicina e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Docente do Curso de Biomedicina e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os acadêmicos de Agronomia compõem um grupo vulnerável, pois frequentemente residem ou atuam em propriedades agrícolas onde há contato direto ou indireto com pesticidas. A falta de acompanhamento técnico, de uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de conhecimento sobre toxicologia reforça sua condição de risco. Ainda que as exposições sejam de baixa intensidade, a literatura científica aponta para a ocorrência de intoxicações subclínicas, caracterizadas pela inibição enzimática e sintomas neurológicos sutis (Buralli et al., 2020; Hassan et al., 2022).

A invisibilidade desse grupo dentro das políticas de vigilância em saúde e das estatísticas oficiais demanda a ampliação de estudos voltados à compreensão dos impactos toxicológicos e à construção de estratégias institucionais de prevenção, monitoramento e educação em biossegurança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os pesticidas organofosforados agem pela inibição irreversível da AChE, responsável pela degradação da acetilcolina nas sinapses nervosas. O bloqueio dessa enzima resulta em acúmulo de acetilcolina, gerando estímulo contínuo dos receptores colinérgicos e disfunções autonômicas e musculares (Sanborn et al., 2022; Vohra, 2024). Mesmo em níveis baixos, a exposição prolongada a esses compostos pode causar sintomas como cefaleia, insônia, irritabilidade e dificuldades cognitivas, caracterizando intoxicações crônicas de difícil diagnóstico (Hassan et al., 2022; Moura et al., 2020).

Os efeitos tóxicos não se limitam ao sistema nervoso. Estudos apontam que os organofosforados atuam também como desreguladores endócrinos e imunológicos, interferindo em hormônios tireoidianos e reprodutivos, além de aumentar o estresse oxidativo e a vulnerabilidade imunológica (Kovács et al., 2022; Buralli et al., 2020). A contaminação ambiental e alimentar amplia o alcance dos efeitos, uma vez que resíduos de organofosforados foram detectados inclusive em produtos processados, como vinhos e cereais (Pinheiro et al., 2025).

Entre os grupos de risco, os acadêmicos de Agronomia merecem atenção especial. Muitos participam de atividades agrícolas familiares, sem supervisão técnica ou medidas de proteção adequadas, configurando um tipo de exposição invisível e não reconhecida institucionalmente (Nogueira et al., 2020; Rodrigues et al., 2025). A literatura mostra que, mesmo na ausência de sintomas graves, há evidências de inibição enzimática e comprometimentos cognitivos sutis em populações rurais expostas (La Serra et al., 2023; Melo et al., 2023).

O monitoramento bioquímico, através da análise da atividade das enzimas AChE e BChE, é considerado o principal biomarcador para detecção precoce da exposição a organofosforados. Técnicas laboratoriais como espectrofotometria e cromatografia líquida de alta eficiência (CLAE) permitem identificar alterações enzimáticas antes do surgimento de sintomas clínicos (Kumar et al., 2023; Sanborn et al., 2022).

Por outro lado, a educação preventiva e a inserção de conteúdos sobre toxicologia e biossegurança nos cursos de Ciências Agrárias são estratégias essenciais para minimizar os riscos. Estudantes que compreendem as vias de exposição, os sintomas precoces e as medidas de

prevenção demonstram maior adesão ao uso de EPIs e à adoção de práticas agrícolas sustentáveis (Silva et al., 2025; Hassan et al., 2022).

Assim, a literatura converge no reconhecimento de que a exposição a organofosforados ultrapassa as fronteiras do trabalho formal, atingindo também estudantes e famílias rurais. O conhecimento científico e o fortalecimento institucional da biossegurança são caminhos fundamentais para proteger a saúde desses futuros profissionais e promover práticas agrícolas mais seguras e sustentáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, registrado sob CAAE nº 87807625.3.0000.0259 e Parecer nº 7.612.786, emitido em 02 de julho de 2025.

O estudo, ainda em andamento, prevê identificar redução significativa da atividade colinesterásica em estudantes expostos a pesticidas organofosforados, conforme apontam La Serra et al. (2023) e Hassan et al. (2022). Alterações leves, como fadiga e déficit de atenção, podem indicar intoxicação subclínica associada à inibição enzimática.

A pesquisa de campo mostrou que 67,4% dos acadêmicos residem ou trabalham em áreas rurais, evidenciando contato direto com o ambiente agrícola e maior risco de exposição. Entre eles, 62,8% relataram contato com defensivos e 58,1% já haviam manipulado produtos químicos. Apesar disso, apenas 17,4% utilizam EPIs regularmente, enquanto 40,7% os usam ocasionalmente e 41,9% nunca os utilizam. Essa baixa adesão demonstra lacunas de conhecimento e atitudes preventivas, confirmando o cenário descrito por Santos et al. (2023) e Fona et al. (2024), que relatam a naturalização do risco químico entre jovens rurais.

Esses resultados reforçam a importância de estratégias de biossegurança e educação preventiva nas instituições de ensino. Pesquisas anteriores (Buralli et al., 2020; Silva et al., 2021) indicam que o monitoramento toxicológico e a formação contínua em segurança química são essenciais para reduzir a vulnerabilidade dos estudantes e promover práticas mais seguras no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição a organofosforados constitui um problema de saúde pública e educacional. O conhecimento teórico evidencia que os efeitos tóxicos desses compostos vão além do ambiente ocupacional, alcançando populações rurais e acadêmicas. Para os estudantes de Agronomia, a ausência de monitoramento e de políticas institucionais de biossegurança intensifica os riscos de intoxicação silenciosa.

A análise da literatura reforça a necessidade de ações educativas e laboratoriais preventivas, com destaque para o monitoramento da colinesterase como biomarcador de exposição. Além disso, propõe-se que as instituições de ensino superior incorporem, de forma permanente, práticas de biossegurança e educação ambiental, assegurando uma formação mais consciente e responsável com a saúde humana e o meio ambiente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo de Apoio a Pesquisa - FAP UNIARP, pelo aporte financeiro na contemplação do edital nº 37/2024.

REFERÊNCIAS

BURALLI, Ricardo Júlio; *et al.* Exposição ocupacional a pesticidas e sintomas de saúde entre agricultores familiares no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 133, 2020. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002263.

FONA, C. M. T.; *et al.* Biomarkers of pesticide exposure in a traditional Brazilian Amazon community. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 21, n. 11, p. 1396, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph21111396.

HASSAN, Ahmed; *et al.* Toxic effects of organophosphates on human health: a review. **Toxicology Reports**, v. 9, p. 373–386, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.toxrep.2022.01.015.

KOVÁCS, Katalin; JABLONKAI, István; LUKÁCS, András; SZÉKÁCS, Anna. Organophosphorus pesticides as modulating substances of the immune system: a review. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 23, n. 9, p. 4523, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/ijms23094523.

KUMAR, Deepak; SINHA, Shiv Narayan; VASUDEV, Krishan. Detection of organophosphate metabolites in urine using LC-MS/MS. **Molecules**, v. 28, n. 15, p. 5800, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/molecules28155800.

LA SERRA, Luiza; SALATHIEL; *et al.* Quantificação de pesticidas em amostras de cabelo de pacientes com pênfigo foliáceo e pênfigo vulgar no Sudeste do Brasil. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 98, n. 5, p. 644–650, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.abd.2022.10.010.

MELO, Ana Luíza; CARVALHO, Lívia Andrade; PEREIRA, João Vítor; MOURA, Juliana de Souza. Riscos ocupacionais e a negligência na exposição a pesticidas: estudo em jovens do meio rural. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 48, n. 1, p. e20230112, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-63690000000000.

MOURA, Camila Pereira; ALVES, Tatiana Souza; SOUZA, Rafael Martins. Exposição crônica a organofosforados e a incidência de doenças hematológicas em trabalhadores agrícolas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 4, p. e00045620, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00045620.

NOGUEIRA, Francisco Antônio Monteiro; SZWARWALD, Cláudia Lúcia; DAMACENA, Gisélia Nogueira. Exposição a agrotóxicos e agravos à saúde em trabalhadores agrícolas: o que revela a literatura? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, e36, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369000041118.

PINHEIRO, Débora Fernandes *et al.* Assessment of pesticides concentration in South American wines by liquid chromatography-tandem mass spectrometry. **Journal of Food Composition and Analysis**, v. 105, p. 107225, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jfca.2025.107225.

SANBORN, Margaret; KERR, Kathleen J.; SANIN, Lucia Helena Chaves; COLE, Donald C.; BASSIL, Kate L.; KERR, John. Non-cancer health effects of pesticides: a systematic review. Canadian Family Physician, v. 68, n. 2, p. 111–119, 2022. Disponível em: https://www.cfp.ca/content/68/2/111.

SANTOS, B.; et al. Perceptions about exposure to pesticides among rural undergraduate students. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 20, n. 8, p. 4812, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph20084812.

SILVA, Andressa Santos; FREITAS, Lara Oliveira; NASCIMENTO, Gabriel Henrique. Percepção de risco e uso de EPIs entre estudantes de Agronomia: estudo em instituição pública do Sul do Brasil. Revista Saúde & Ambiente, v. 21, n. 3, p. 123–134, 2021. DOI: https://doi.org/10.20435/saudeambiente.v21i3.2021.

VOHRA, R. Organophosphate toxicity. StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2024. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK556002/

O IMPACTO DO PREENCHIMENTO LABIAL NA AUTOESTIMA FEMININA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Brenda Milek Alano de Souza[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – A autoestima é um conceito dinâmico e mutável, influenciado pelos sentimentos que uma pessoa tem a respeito de si mesmos refletindo em suas atitudes positivas e negativas. Sua formação se dá por fatores culturais, sociais, relações interpessoais, saúde e percepção corporal. Essa visão é mutável e pode ser alterada, gerando dificuldades relacionadas à saúde, autoestima e estado emocional. A crescente exposição a padrões idealizados pela mídia e redes sociais intensificou a preocupação das mulheres com a aparência, levando a comparações nocivas e sentimentos de inadequação. Nesse contexto, a atenção à estética, que antes era vista como algo desnecessário, agora é percebida como uma ferramenta que afeta não apenas a imagem, mas também o estado emocional e a confiança pessoal. Tratamentos como a aplicação de ácido hialurônico nos lábios têm ganhado destaque por oferecer equilíbrio facial, rápida recuperação e resultados que parecem naturais. No entanto é essencial que esses procedimentos sejam feitos com responsabilidade, colocando a satisfação do paciente em primeiro lugar e evitando excessos que possam causar descontentamento ou prejudicar a autoestima.

Palavras-chave: Estética; autoestima; ácido hialurônico; preenchimento labial; mulheres.

INTRODUÇÃO

A autoestima é um conceito dinâmico e mutável, moldado pelos sentimentos e pensamentos que uma pessoa tem em relação a si mesma e às suas habilidades. Isso se reflete em atitudes que podem ser positivas, como o sentimento de satisfação e valorização pessoal, ou negativas, como a sensação de inutilidade e fracasso (Fonseca et al., 2023). Além disso, a maneira como se vê a beleza varia dentro da sociedade e pode mudar de acordo com hábitos culturais e trocas sociais, como a exibição nas redes sociais. (Laughter et al., 2023)

Nos últimos anos a sociedade tem testemunhado um notável aumento na preocupação das mulheres com a aparência física, impulsionado principalmente pela constante exposição a padrões de beleza idealizados veiculados pela mídia, indústria da moda e redes sociais(Godoi; Pinto; Cardoso, 2024). Entre os recursos mais utilizados na harmonização orofacial destacam-se os preenchimentos dérmicos, substâncias de consistência semelhante a gel, injetadas sob a pele.

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Esses materiais são empregados para tratar cicatrizes, restaurar volume, redefinir contornos faciais, suavizar rugas e realçar proporções do rosto(Colon et al., 2023)

O ácido hialurônico (AH) apresenta vantagens bem destacadas em relação a outros tipos de preenchedores. Ele concede resultados naturais, possui excelente biocompatibilidade, reduzindo o risco de reações imunológicas. Pesquisas destacam ainda, a sua efetividade na regeneração tecidual e cicatrização de feridas, por oferecer uma matriz ideal para o desenvolvimento e diferenciação celular(Czumbel et al., 2021)

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvida com o intuito de analisar, a partir de publicações científicas recentes, como o preenchimento labial com ácido hialurônico pode influenciar a autoestima feminina.

A pesquisa foi conduzida por meio de levantamento teórico em bases de dados científicas, incluindo SciELO, PubMed, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores: "preenchimento labial", "ácido hialurônico", "autoestima feminina", "harmonização facial" e "procedimentos estéticos minimamente invasivos". Foram selecionados artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em português ou inglês, que abordassem os aspectos psicológicos, emocionais e sociais relacionados ao preenchimento labial e à percepção da autoimagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A harmonização facial, ao promover pequenas melhorias na aparência, tende a gerar uma percepção mais positiva de si mesmo, fortalecendo sentimentos de autoconfiança, satisfação pessoal e valorização(Calheiros et al., 2024)

Do mesmo modo, pesquisas indicam que o preenchimento labial, além de alterar características anatômicas especificas, pode reforçar o sentimento de identidade e pertencimento, especialmente em indivíduos que apresentavam previamente insatisfação com sua aparência(Salomão; Silva; Santos, 2021)

Outros estudos também apontam que mulheres submetidas a procedimentos estéticos minimamente invasivos relatam melhor percepção corporal, menos problemas interpessoais e níveis mais elevados de autoestima, demonstrando que os efeitos estéticos frequentemente se estendem ao campo emocional e social(Misici et al., 2025).

No geral, os resultados reforçam que o impacto do preenchimento labial é mais evidente em mulheres com autoestima basal mais baixa, o que condiz com pesquisas que associam a realização de procedimentos estéticos a um efeito de autorreconhecimento e empoderamento emocional(Agrizzi et al., 2025). Esse impacto simbólico é frequentemente mencionado por autores que relatam que os resultados psicológicos da harmonização facial ultrapassam a estética, envolvendo sentimentos de autoconfiança, prazer e pertencimento. Portanto, o preenchimento labial não deve ser compreendido apenas como um recurso de rejuvenescimento, mas como um instrumento que interfere e impacta dimensões emocionais e

sociais mais amplas, contribuindo para o bem-estar subjetivo e para a reconstrução da autoimagem feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso nota-se que a aplicação do preenchimento labial, como uma intervenção de baixo impacto, vai além de mudanças físicas afetando de maneira significativa as esferas emocionais e sociais. Os dados indicam que pequenas alterações na aparência podem provocar autoavaliações mais positivas, aumentando a autoconfiança, a satisfação pessoal e o sentimento de inclusão. Esse efeito é mais significativo entre aquelas que possuem autoestima inicial mais baixa mostrando um processo de reconhecimento próprio e fortalecimento emocional. Portanto, o preenchimento labial se estabelece não apenas como prática estética, mas também como ferramenta de ajuda para promover o bem-estar subjetivo e a reconfiguração da autoimagem feminina, reafirmando sua relevância no cenário psicossocial atual.

REFERÊNCIAS

AGRIZZI, Rafaela Rocha; PERONI, Matheus Bellanda; GONÇALVES-SOARES, Leticia Machado; CARBONE, Ana Claudia; CÂMARA-SOUZA, Mariana Barbosa; SANCHEZ-AYALA, Alfonso; MANSO, Ana Cristina; DE LA TORRE CANALES, Giancarlo. Beauty Choices: Uncovering the Profile of Who Opts for Aesthetic Procedures. **Aesthetic Plastic Surgery**, [*s. l.*], v. 49, n. 17, p. 4941–4948, 2025. https://doi.org/10.1007/s00266-025-05011-7.

CALHEIROS, Monique Suiane Cavalcante; ARAÚJO, Luan Bezerra de; SILVA, Ana Beatriz Santos da; FERNANDES, Mateus Almeida; LIMA, Marlon João dos Santos; CAVALCANTE, Kauanny Elisabete Loureiro; SILVA, João Victor Pessoa da; PEIXOTO, Fernanda Braga. Procedimentos estéticos como impulsionadores da autoestima dos indivíduos. **Brazilian Journal of Health Review**, [*s. l.*], v. 7, n. 3, p. e70026–e70026, 29 maio 2024. https://doi.org/10.34119/bjhrv7n3-181.

COLON, Jessica; MIRKIN, Sophia; HARDIGAN, Patrick; ELIAS, Matthew J.; JACOBS, Robin J. Adverse Events Reported From Hyaluronic Acid Dermal Filler Injections to the Facial Region: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Cureus**, [*s. l.*], v. 15, n. 4, p. e38286, abr. 2023. https://doi.org/10.7759/cureus.38286.

CZUMBEL, László Márk; FARKASDI, Sándor; GEDE, Noémi; MIKÓ, Alexandra; CSUPOR, Dezső; LUKÁCS, Anita; GAÁL, Valéria; KISS, Szabolcs; HEGYI, Péter; VARGA, Gábor. Hyaluronic Acid Is an Effective Dermal Filler for Lip Augmentation: A Meta-Analysis. **Frontiers in Surgery**, [*s. l.*], v. 8, p. 681028, 2021. https://doi.org/10.3389/fsurg.2021.681028.

FONSECA, Jaqueline Silva; SILVA, Karine Brito Beck da; SILVA, Rita de Cássia Ribeiro; SANTANA, Mônica Leila Portela de. IMAGEM CORPORAL E AUTOESTIMA EM ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR-BAHIA. **Psicologia em Estudo**, [*s. l.*], v. 28, p. e51926, 8 maio 2023. https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.51926.

GODOI, Myllena Pereira Bispo de; PINTO, Katiely Vieira; CARDOSO, Lahís Alves Lopes. A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA PARA MULHERES E A QUALIDADE DE VIDA NA SATISFAÇÃO COM

A AUTOIMAGEM CORPORAL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [*s. l.*], v. 10, n. 6, p. 962–973, 1 jun. 2024. https://doi.org/10.51891/rease.v10i6.14429.

LAUGHTER, Melissa R.; ANDERSON, Jaclyn B.; MAYMONE, Mayra B. C.; KROUMPOUZOS, George. Psychology of aesthetics: Beauty, social media, and body dysmorphic disorder. Clinics in Dermatology, Psychocutaneous Medicine. [*s. l.*], v. 41, n. 1, p. 28–32, 1 jan. 2023. https://doi.org/10.1016/j.clindermatol.2023.03.002.

MISICI, Ilaria; MICARELLI, Beatrice; VENTURINO, Pierluca; ALESSANDRINI, Nicolò; BASSO, Luigi; GALLO, Gaetano; ALESSANDRINI, Marco; MICARELLI, Alessandro. Psychological profile in women undergoing minimally invasive cosmetic procedures: A pilot-survey-based-retrospective study. Medicine, [*s. l.*], v. 104, n. 17, p. e42255, 25 abr. 2025. https://doi.org/10.1097/MD.0000000000042255.

SALOMÃO, Any Caroline de Morais; SILVA, Lorena Lanusse de Oliveira; SANTOS, Jeane Rocha. Benefícios dos procedimentos estéticos na melhora da autoestima. Research, Society and Development, [*s. l.*], v. 10, n. 16, p. e590101624308–e590101624308, 19 dez. 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.24308.

AVALIAÇÃO DOS PERFIS GLICÊMICO E LIPÍDICO E SUA RELAÇÃO COM O ESTILO DE VIDA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Elisa Maria da Silva[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a relação entre os perfis glicêmico e lipídico e o estilo de vida, com ênfase na prática de atividade física e no comportamento sedentário. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, baseada em artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, obtidos nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os estudos selecionados evidenciaram que a prática regular de atividade física está associada à melhora dos parâmetros metabólicos, como a redução da glicemia em jejum, colesterol total e LDL, além do aumento do HDL, considerado fator protetor contra doenças cardiovasculares. Em contrapartida, o sedentarismo foi identificado como um importante fator de risco para o desenvolvimento de dislipidemias e diabetes mellitus tipo 2, elevando os níveis de triglicerídeos, LDL e glicose sanguínea. Conclui-se que o estilo de vida exerce influência significativa sobre os indicadores metabólicos, reforçando a importância da adoção de hábitos saudáveis e da prática regular de exercícios físicos para a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.

Palavras-chave: Perfil glicêmico; Perfil lipídico; Estilo de vida; Sedentarismo; Atividade física.

INTRODUÇÃO

Diversos fatores associados ao processo de globalização têm contribuído para o crescimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), uma vez que estão diretamente ligados à exposição dos indivíduos a comportamentos de risco à saúde (Quadra, 2021). Essas doenças englobam patologias como o diabetes mellitus e as doenças cardiovasculares.

Nesse contexto, tais condições se caracterizam por longos períodos de latência e evolução silenciosa, o que dificulta sua detecção precoce e o tratamento adequado (Feliciano; Villela; Oliveira, 2022).

No cenário atual, observa-se que, no Brasil, há predomínio das DCNT, com destaque para o diabetes mellitus e as doenças cardiovasculares, cujas principais causas estão relacionadas aos

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

hábitos de vida, como alimentação não saudável, consumo de álcool, tabagismo e falta de atividade física (Wehrmeister; Wendt; Sardinha, 2022).

Entre os componentes envolvidos nesse processo, a glicose se destaca como elemento essencial para o fornecimento de energia ao organismo. No entanto, o excesso de glicose no sangue pode acarretar complicações à saúde, resultando em doenças como o diabetes mellitus (DM) (Costa; Corona; Habitante, 2022).

O DM, por sua vez, é um distúrbio metabólico caracterizado pela subutilização da glicose e sua superprodução devido a distúrbios como a gliconeogênese e glicogenólise, resultando em hiperglicemia (American Diabetes Association Professional Practice Committee, 2024).

Entretanto, destaca-se que o estilo de vida exerce papel crucial no desenvolvimento do DM tipo 2 (Sacks et al., 2023). Além disso, embora o diabetes tipo 2 possa ser assintomático por anos, seus sinais iniciais incluem sede excessiva, poliúria e visão turva (Quadra, 2021). Dessa forma, o controle glicêmico, por meio de exames como a HbA1c e a glicemia em jejum, é essencial para prevenir complicações, sendo o manejo da glicemia e a redução do sedentarismo fundamentais para a manutenção da saúde (Moraes et al., 2020).

Paralelamente, as populações adultas estão expostas a doenças cardiovasculares devido aos níveis elevados de colesterol total e suas frações, associados a estilos de vida inadequados, doenças crônicas ou fatores genéticos (Nogueira de Sá et al., 2022).

Apesar dos avanços nas práticas de manejo clínico, a prevalência de doenças crônicas e de comorbidades associadas continua crescente nas últimas décadas (Valença et al., 2021). Estima-se que grande parte das mortes precoces esteja relacionada a fatores de risco modificáveis, como obesidade, inatividade física e tabagismo (Saúde, 2021; Seibert et al., 2022).

A atividade física é uma das ferramentas mais poderosas para melhorar a saúde e a longevidade, oferecendo benefícios que vão desde a melhora da função cerebral e da saúde cardiovascular até a redução do risco de doenças crônicas, incluindo diabetes, câncer e doenças neurodegenerativas. A movimentação regular, seja aeróbica, anaeróbica, treinamento de força ou exercícios de equilíbrio, impacta positivamente o metabolismo, a função imunológica, o bem-estar mental e o envelhecimento (Thacker, 2025).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, que teve como objetivo reunir informações sobre os perfis glicêmico e lipídico e sua relação com o estilo de vida, incluindo hábitos de atividade física e sedentarismo.

A busca dos materiais foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “perfil glicêmico”, “perfil lipídico”, “atividade física”, “sedentarismo” e “doenças crônicas não transmissíveis”, combinados por meio dos AND e OR.

Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que apresentavam relação direta com o tema proposto. Foram

excluídos trabalhos duplicados, Resumos e estudos que não abordassem a relação entre os parâmetros metabólicos e o estilo de vida.

Após a seleção, os artigos foram lidos e analisados de forma descritiva, destacando os principais resultados e conclusões sobre como os hábitos de vida influenciam os níveis glicêmicos e lipídicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados mostraram que a prática regular de atividade física está associada à melhora dos indicadores metabólicos, especialmente à redução da glicemia em jejum, do colesterol total e do LDL, além do aumento do HDL, considerado fator protetor contra doenças cardiovasculares. Pesquisas recentes também indicaram que pessoas com maior nível de atividade física apresentam menor risco de desenvolver diabetes mellitus tipo 2 e dislipidemias.

Por outro lado, o sedentarismo foi apontado como um dos principais fatores de risco para o desequilíbrio metabólico. Indivíduos com baixo gasto energético diário e rotinas laborais sedentárias apresentaram maiores valores de triglicerídeos, LDL e glicose sanguínea, além de menor concentração de HDL. Essa condição foi associada ao aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e doenças cardiovasculares.

Estudos da literatura descrevem o impacto da atividade física no perfil lipídico(Cho et al., 2023; Neil-Sztramko; Caldwell e Dobbins, 2021). A prática regular de atividade física é fundamental para a promoção da saúde, pois além de contribuir para a aptidão física, o exercício auxilia no controle dos níveis lipídicos, reduzindo o LDL e aumentando o HDL.

Wan et al., (2025) afirmaram em seu estudo que a atividade física com tempo acima dos limites recomendados pelas diretrizes reduz significativamente o risco de dislipidemias. Além disso, observou-se que o colesterol de lipoproteína de alta densidade (HDL-C) apresentou a associação positiva mais forte com a atividade física, aumentando progressivamente dos participantes menos ativos para os mais ativos, com diferenças significativas quando a atividade ultrapassou os níveis mínimos.

Em síntese, os resultados obtidos confirmam a relevância da prática constante de exercício físico para a preservação da saúde metabólica. Nota-se que níveis adequados de atividade física com intensidade moderada a alta estão ligados a perfis lipídicos mais saudáveis, enquanto a permanência em comportamentos sedentários por longos períodos está associada a alterações negativas nos biomarcadores lipídicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estilo de vida e o nível de atividade física exerceram influência significativa sobre os perfis glicêmico e lipídico dos funcionários avaliados. Indivíduos fisicamente ativos apresentaram resultados laboratoriais mais adequados, enquanto o comportamento sedentário esteve associado a valores alterados de glicose e lipídios, reforçando a importância da prática regular de atividades físicas para a manutenção da saúde metabólica. A pesquisa

evidenciou, ainda, a relevância de estratégias institucionais voltadas à educação em saúde, prevenção de doenças crônicas e estímulo à adoção de hábitos saudáveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC).

REFERÊNCIAS

American Diabetes Association Professional Practice Committee. 2. Diagnosis and Classification of Diabetes: Standards of Care in Diabetes-2024. Diabetes Care, [*s. l.*], v. 47, n. Suppl 1, p. S20–S42, 1 jan. 2024. https://doi.org/10.2337/dc24-S002.

COSTA, Ted Tavares da; CORONA, Luiz Felipe Petusk; HABITANTE, Carlos Alexandre. ANÁLISE DA GLICEMIA E COMPOSIÇÃO CORPORAL DE POLICIAIS MILITARES DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT. Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, [*s. l.*], v. 14, n. 2, 2022. DOI 10.36692/v14n2-02. Disponível em: https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/936. Acesso em: 23 mar. 2025.

CHO, Kyung-Hyun; NAM, Hyo-Seon; KANG, Dae-Jin; ZEE, Seonggeun; PARK, Min-Hee. Enhancement of High-Density Lipoprotein (HDL) Quantity and Quality by Regular and Habitual Exercise in Middle-Aged Women with Improvements in Lipid and Apolipoprotein Profiles: Larger Particle Size and Higher Antioxidant Ability of HDL. International Journal of Molecular Sciences, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 1151, 6 jan. 2023. https://doi.org/10.3390/ijms24021151.

NEIL-SZTRAMKO, Sarah E; CALDWELL, Hilary; DOBBINS, Maureen. School-based physical activity programs for promoting physical activity and fitness in children and adolescents aged 6 to 18. Cochrane Database of Systematic Reviews, [s. l.], v. 2021, n. 9, 23 set. 2021. DOI 10.1002/14651858.CD007651.pub3. Disponível em: http://doi.wiley.com/10.1002/14651858.CD007651.pub3. Acesso em: 31 out. 2025.

NOGUEIRA DE SÁ, Ana Carolina Micheletti Gomide; GOMES, Crizian Saar; MOREIRA, Alexandra Dias; VELASQUEZ-MELENDEZ, Gustavo; MALTA, Deborah Carvalho. Prevalence and factors associated with self-reported diagnosis of high cholesterol in the Brazilian adult population: National Health Survey 2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, [*s. l.*], v. 31, p. e2021380, 29 jun. 2022. https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200002.especial.

QUADRA, Micaela Rabelo. UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC) PRÓ-REITORIA ACADÊMICA (PROACAD) DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (PPGSCol) [MESTRADO PROFISSIONAL]. 2021

SAÚDE, Ministério da. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

SEIBERT, Bruna Scherer; FRANZONI, Lucas; RAASCH, Juliana Raquel; CAMPOS, César Augusto Miorelli; VARGAS, Tainara Gomes; DRIES, Larissa Selbach; PERASSOLO, Magda Susana. Avaliação da qualidade de vida em portadores de doenças crônicas no sul do Brasil / Quality of life evaluation in patients with chronic diseases in southern Brazil. Brazilian Journal of Development, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 40533–40550, 25 maio 2022. https://doi.org/10.34117/bjdv8n5-506.WAN, Kang;

THACKER, Melinda. Physical Activity. Otolaryngologic Clinics of North America, [s. l.], v. 58, n. 6, p. 1021–1032, dez. 2025. https://doi.org/10.1016/j.otc.2025.06.003.

VALENÇA, Silvia Eugênia Oliveira; BRITO, Alice Divina Melo; SILVA, Danielle Cristina Guimarães da; FERREIRA, Fabrícia Geralda; NOVAES, Juliana Farias; LONGO, Giana Zarbato. Prevalência de dislipidemias e consumo alimentar: um estudo de base populacional. Ciência & Saúde Coletiva, [s. l.], v. 26, p. 5765–5776, 26 nov. 2021a. https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.28022020.

WANG, Ruwen; YAN, Hongmei; CHENG, Wei; MA, Fuyi; JIN, Yue; WANG, Ru. Physical activity dose-response and long-term effects on dyslipidemia in Chinese adults: a CHARLS study. BMC Public Health, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 3147, 29 set. 2025. https://doi.org/10.1186/s12889-025-24568-1.

RETINOSE PIGMENTAR: UM RELATO DE CASO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

José Eduardo Lissenko[2]
João Paulo Assolini[3], [4]
Ariana Centa[5], [6]

Resumo – A retinose pigmentar é uma distrofia hereditária progressiva da retina que afeta cerca de 1 em cada 4.000 indivíduos, sendo, portanto, classificada como uma doença rara. Com este estudo objetivou-se relatar e discutir um caso de retinose pigmentar, destacando os exames diagnóstico e tratamentos inovadores. Relato de caso sobre um paciente com retinose pigmentar, baseado em laudos médicos, exames e relato do participante. Os dados foram analisados cronologicamente e comparados à literatura para compreender a evolução e os desafios do diagnóstico e tratamento. Diagnosticado com retinose pigmentar aos 11 anos, após apresentar cegueira noturna e perda progressiva do campo visual periférico. O diagnóstico foi confirmado por exames oftalmológicos e eletrorretinográficos. A análise cronológica do caso evidenciou a evolução típica da doença e os desafios associados ao diagnóstico precoce. A retinose pigmentar, uma distrofia hereditária da retina, pode ter origem genética esporádica e apresenta impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes. O uso de terapias inovadoras, como células-tronco e fotobiomodulação, demonstram resultados promissores, embora ainda limitados e temporários. O estudo reforça a importância da detecção precoce, do acompanhamento multidisciplinar e da ampliação de pesquisas clínicas voltadas ao manejo das doenças degenerativas da retina.

Palavras-chave: Retinopatias; distrofia hereditária da retina; exames oftalmológicos; terapias com células-tronco.

INTRODUÇÃO

A retinose pigmentar (RP) é caracterizada por uma tríade clássica de achados retinianos, que inclui a presença de espículas ósseas, palidez do disco e atenuação vascular (Inada et al., 2023). A retinose pigmentar é uma distrofia hereditária progressiva da retina que afeta cerca de 1 em cada 4.000 indivíduos, sendo, portanto, classificada como uma doença rara (Inada et al., 2023). Essa condição apresenta diferentes padrões de herança: autossômica dominante, autossômica recessiva, ligada ao cromossomo X e esporádica. Atualmente, aproximadamente 69 genes já foram associados à RP, e muitos deles estão sob investigação em estudos clínicos em

[1] Laboratório de Pesquisa Translacional em Saúde - UNIARP.
[2] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[3] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[4] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.
[5] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[6] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.

andamento, o que torna o diagnóstico molecular preciso de extrema importância (Inada et al., 2023).

Os primeiros sintomas da RP mais frequentemente observados incluem a diminuição da visão noturna, seguida por um estreitamento do campo visual em um padrão concêntrico, resultado da disfunção dos bastonetes (Castro et al., 2020). Com o tempo, ocorre também a perda do campo visual central, ocasionada pela disfunção dos cones (Castro et al., 2020).

O diagnóstico clínico é fundamentado na observação da cegueira noturna, na presença de alterações no campo visual periférico, em lesões no fundo do olho, em traços de eletroretinografia (ERG) com voltagens reduzidas e na progressão desses sinais ao longo do tempo (Hamel, 2006).

As consequências da RP impactam profundamente a forma como as pessoas enxergam o mundo. Não existe cura para essa condição, apenas opções de tratamento, como suplementos nutricionais, vitamina, proteção ocular, terapia genética e alguns remédios (Silva, 2022).

A RP, caracterizada pela perda gradual do campo visual periférico, prejudica a capacidade de perceber movimentos e potenciais perigos ao redor (Oliveira et al., 2024). Essa condição impacta atividades que requerem visão lateral, como dirigir, operar máquinas ou realizar tarefas em ambientes dinâmicos (Oliveira et al., 2024). Assim, com este estudo objetivou-se relatar e discutir um caso de RP, destacando os exames diagnóstico e tratamentos inovadores.

METODOLOGIA

Relato de caso descritivo, com abordagem qualitativa para analisar os resultados obtidos a partir de exames clínicos, além das informações fornecidas pelo paciente. O estudo relatou o caso de um paciente do sexo masculino, com 22 anos de idade, residente em um município do Alto Vale do Rio do Peixe, na região Meio-Oeste de Santa Catarina, com diagnóstico de retinose pigmentar.

Inicialmente, foi disponibilizado ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados a partir de documentos médicos de posse do paciente, incluindo relatórios oftalmológicos contendo informações detalhadas sobre o exame ocular, mensuração da acuidade visual, campo visual, eletrorretinograma e outras análises específicas para a retinose pigmentar, além de laudos médicos e receituários. Também foram considerados depoimentos do participante e resultados de exames clínicos, todos obtidos mediante autorização do paciente.

Os dados coletados a partir dos documentos apresentados pelo paciente, juntamente com seu relato, foram analisados de forma cronológica, o que permitiu compreender de maneira completa a evolução da patologia, assim como o tratamento e acompanhamento da doença.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da UNIARP sob parecer de número 7.934.357.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relato do caso: paciente do sexo masculino, natural de Caçador (SC), diagnosticado com retinose pigmentar aos 11 anos de idade, após relatar dificuldade para enxergar em ambientes com baixa luminosidade e perda progressiva do campo visual periférico. O diagnóstico foi confirmado em 2011 por meio de eletrorretinograma (ERG), tomografia de coerência óptica (OCT) e campimetria, exames que evidenciaram alterações compatíveis com a distrofia retiniana. Na ausência de tratamento específico, o paciente recebeu apenas correção óptica e acompanhamento clínico. A partir de 2014, diante da progressão rápida da perda visual, o paciente buscou terapias alternativas e tomou conhecimento de um tratamento experimental com células-tronco para doenças retinianas, desenvolvido em São José do Rio Preto (SP). Após mobilização comunitária e arrecadação de recursos, o paciente submeteu-se ao procedimento em junho de 2015, com aplicação autóloga de células-tronco na retina do olho esquerdo, e posteriormente, em junho de 2016, no olho direito. Nos meses subsequentes, relatou melhora parcial da acuidade visual e dos campos visuais, resultados corroborados pelos exames de controle. Contudo, em 2020, observou-se nova piora progressiva da visão. Um teste genético abrangente não identificou mutações conhecidas associadas à retinose pigmentar. O paciente manteve o uso contínuo de antioxidantes, como N-acetilcisteína e Ômega Vision, para suporte metabólico retiniano. Em 2024, foi iniciado um novo protocolo terapêutico baseado em fotobiomodulação, realizado entre 11 e 17 de julho, que resultou em melhora significativa na função visual e nos parâmetros de ERG, OCT e campimetria, sugerindo efeito benéfico do estímulo luminoso controlado sobre a retina residual.

O caso evidencia a evolução clínica típica da retinose pigmentar e destaca o potencial terapêutico de abordagens inovadoras, como o uso de células-tronco e a fotobiomodulação, no manejo de doenças degenerativas da retina, ressaltando a importância do acompanhamento contínuo e da investigação genética individualizada.

A retinose pigmentar, que causa a diminuição gradual do campo visual lateral, prejudica a habilidade de perceber movimentos e riscos ao redor, afetando atividades que necessitam da visão lateral, como conduzir, manobrar equipamentos ou executar tarefas em locais dinâmicos (Oliveira et al., 2024).

Com a degeneração inicial dos bastonetes, que são essenciais para a visão em circunstâncias de baixa luminosidade e para a percepção visual periférica, normalmente os primeiros sintomas estão relacionados a dificuldades ou até a incapacidade de enxergar em locais escuros ou com pouca luz, frequentemente chamada de 'cegueira noturna' (Nguyen et al., 2023). O segundo sinal é uma redução gradual dos campos visuais laterais, e conforme a degeneração dos fotorreceptores avança, os defeitos no campo visual também se intensificam (Nguyen et al., 2023). De forma semelhante, dificuldade de enxergar em locais com pouca iluminação, e perca gradual da visão periférica foram os primeiros sinais apresentados pelo paciente do caso.

O paciente foi diagnosticado com 11 anos, apresentando uma evolução de piora no quadro de forma rápida e significativa. Assim, tem sido demonstrado na literatura, que, em geral, os subtipos de RP que se manifestam cedo tendem a ter um progresso mais acelerado, começando em média por volta dos 10 anos, e a deficiência visual se torna evidente, muitas vezes irreversível, entre os 40 e 50 anos (Liu et al., 2022).

Além disso, essa doença é considerada a forma mais frequente de distrofia da retina de origem genética, marcada pela degeneração progressiva da retina e pela diminuição de fotorreceptores e do epitélio pigmentar da retina. O progresso clínico e a gravidade da condição estão ligados aos genes que causam a doença (Castro et al., 2020). No caso do paciente referido, foi devidamente originado pelo sexo (masculino) e esporádico (sofrendo uma possível mutação genética).

Considerando a evolução e sintomas envolvidos, protocolos de avaliação para diagnóstico e acompanhamento devem ser rigorosos, a fim de garantir o bem-estar dos pacientes e sua proteção, inclusive em ambientes de trabalho (Oliveira, 2024). Tudo isso pode impactar na qualidade de vida, uma vez que o paciente relatou um abalo emocional dele e de seus familiares.

O exame de eletrorretinografia de campo total é considerado o principal diagnóstico, especialmente em pacientes assintomáticos (Hamel, 2006). O paciente realizou este exame rotineiramente. Ainda, como auxílio diagnóstico são utilizados outros testes, como a retinografia e testes específicos, como a perimetria de Goldmann, a tomografia de coerência óptica e exames de sensibilidade ao contraste, são essenciais para mensurar de maneira precisa o grau de comprometimento da visão e acompanhar a evolução da enfermidade (Matzenbacher, 2021; Silva, 2024). O paciente apresentou resultado dentro da normalidade para a tomografia de coerência óptica, realizados em 2013 e 2024.

Para a retinose pigmentar, os principais tratamentos têm o objetivo de diminuir a sintomatologia e retardar a progressão da doença. Diversas pesquisas estão progredindo no desenvolvimento de tratamentos inovadores, como a terapia genética, o uso de células-tronco e dispositivos eletrônicos intra-retinianos. No entanto, é fundamental que sejam realizados mais estudos para aprimorar essas terapias e, assim, proporcionar um prognóstico mais favorável aos pacientes (Castro et al., 2020). O paciente realizou o tratamento com células tronco autólogas entre os anos de 2015 e 2016, apresentando uma melhora na visão, todavia, após alguns anos, o paciente notou nova perda de visão.

Em 2024, o paciente foi submetido ao tratamento com fotobiomodulação, apresentando uma melhora na qualidade da visão. A fotobiomodulação representa um tipo de tratamento com luz que utiliza diodos emissores de luz (LEDs) (Siqueira, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios no diagnóstico da retinose pigmentar estão principalmente ligados aos sintomas e à falta de conhecimento dos profissionais de saúde em realizar o manejo adequado do caso. Isso pode levar a diagnósticos tardios e prognósticos piores, os quais podem ter um impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes e nos resultados da situação.

Este relato destaca a relevância da pesquisa por terapias inovadoras para doenças degenerativas da retina. O uso de células-tronco e a fotobiomodulação mostraram resultados promissores na melhoria da função visual em pacientes com retinose pigmentar, embora de maneira parcial e temporária. É recomendável continuar com estudos clínicos controlados e monitorar os pacientes que receberam esses tratamentos por um período mais longo para avaliar sua eficácia, durabilidade e possíveis efeitos colaterais.

Nesse sentido, destaca-se a relevância do diagnóstico precoce devido à gravidade e complexidade da retinose pigmentar, além do efeito negativo dos sintomas na qualidade de vida dos pacientes. Ademais, o reconhecimento precoce permite o uso de abordagens terapêuticas eficazes, que melhoram significativamente a qualidade de vida dos pacientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela organização do Sedepex.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Alanderson Passos Fernandes *et al*. Aspectos clínicos da retinose pigmentar: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e48291211482–e48291211482, 31 dez. 2020.

HAMEL, Christian. Retinitis pigmentosa. **Orphanet Journal of Rare Diseases**, [*s. l.*], v. 1, p. 40, 11 out. 2006. https://doi.org/10.1186/1750-1172-1-40.

INADA, Vitor Yuzo; CAMPOS, Victor de Oliveira; PALMA, Mariana Matiolo da. Retinose pigmentar autossômica dominante: relato de caso. **eOftalmo**, v. 9, n. 1, p. 40–42, 2023.

LIU, Wanqin *et al*. Retinitis Pigmentosa: Progress in Molecular Pathology and Biotherapeutical Strategies. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 23, n.9, p. 4883, jan. 2022.

MATZENBACHER, Ana Maria Frölich Prevalência de doenças oculares do segmento posterior encontradas nas retinografias de um serviço de telediagnóstico em oftalmologia no Sul do Brasil. 2021

NGUYEN, Xuan-Thanh-An. *et al*. Retinitis Pigmentosa: Current Clinical Management and EmergingTherapies. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 24, n. 8, p. 7481, jan. 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Magno da Silva *et al*. Avaliação e recomendações para pacientes com doenças da retina no contexto da medicina do trabalho e segurança no trânsito. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 9, p. e74724–e74724, 19 nov. 2024.

SILVA, Matheus Henrique Dias da. "Vivendo nesse mundo de quase enxergar": trajetórias de vida e as múltiplas formas de viver com a baixa visão. 2022.

SIQUEIRA, Rubens Camargo. Photobiomodulation Using Light-Emitting Diode (LED) for Treatment of Retinal Diseases. **Clinical Ophthalmology (Auckland, N.Z.)**, [*s. l.*], v. 18, p. 215–225, 2024.

O IMPACTO DO PREENCHIMENTO LABIAL NA IDADE PERCEBIDA: UM ESTUDO PILOTO SOBRE REJUVENESCIMENTO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Stefani de Lima Schneider[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O envelhecimento facial constitui um processo progressivo e multifatorial, marcado por alterações estruturais e funcionais que afetam a qualidade da pele, incluindo diminuição da síntese de colágeno e elastina, reabsorção óssea e danos cumulativos por fatores externos, como exposição solar. Essas modificações resultam em rugas, flacidez e perda de volume, elementos que podem comprometer a autoestima e influenciar negativamente a forma como o indivíduo é percebido socialmente. Diante desse cenário, a procura por procedimentos estéticos minimamente invasivos tem aumentado significativamente, destacando-se o preenchimento labial com ácido hialurônico, substância biocompatível amplamente utilizada para restaurar volume, melhorar contornos e suavizar sinais de envelhecimento. Os lábios desempenham papel central na harmonia facial, sendo associados à juventude, atratividade e expressividade. Com o passar do tempo, é comum observar o afinamento labial, a perda de definição do contorno e alterações na proporção perioral, contribuindo para uma aparência envelhecida, com isso o preenchimento labial é indicado tanto para realce estético quanto para rejuvenescimento sutil e natural, apresentando resultados imediatos e mínima recuperação.

Palavras-chave: Ácido hialurônico; percepção; estética; técnica; satisfação; estudo quantitativo.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é marcado pela diminuição gradual das funções fisiológicas tendo um impacto significativo na pele, ele é consequência de fatores internos e externos (Freytag et al., 2022). A diminuição da síntese de colágeno e elastina, associada a reabsorção óssea e a exposição solar evidencia linhas de expressão, rugas, flacidez tecidual, melanoses solares e desabamento facial. (Hussein et al., 2025) Os sinais de envelhecimento podem afetar negativamente a autoestima e a maneira como a pessoa é vista socialmente. Dessa forma, os procedimentos estéticos que são eficazes no rejuvenescimento facial podem aprimorar a autoimagem e ter um impacto positivo na forma como o indivíduo é visto socialmente.(Swift et al., 2021)

A busca por intervenções estéticas aumentou em 40% entre os anos de 2019 a 2023. Os procedimentos estéticos não cirúrgicos, por serem menos invasivos e com menor tempo de

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

recuperação, tornaram-se opções de tratamento populares para indivíduos que buscam melhorias estéticas. Dentro os procedimentos, se destacam os preenchimentos dérmicos que ganharam grande atenção para propósitos estéticos, principalmente após sua aprovação para diferentes condições de saúde, incluindo o aumento labial.(Coppini et al., 2024; Global Survey 2022, [s. d.])

O preenchimento com ácido hialurônico (AH) é uma técnica não cirúrgica, minimamente invasiva, bastante empregada na regeneração e reconstrução de tecidos especialmente por meio de preenchimentos dérmicos. Eles são empregados para expandir os tecidos moles, aprimorar características indesejadas e restaurar o volume perdido devido ao envelhecimento.(Zhou; Yu, 2025)

Os lábios desempenham um papel fundamental na estética facial, tradicionalmente lábios volumosos foram ligados à juventude e ao charme, principalmente na beleza feminina.(Global Survey 2022, [s. d.]) O volume e a definição dos lábios são fatores estéticos essenciais associados à atratividade, razão pela qual o aumento labial com preenchimentos de AH se tornou tão popular isso porque lábios mais cheios são percebidos como mais atraentes do que lábios mais finos.(de Queiroz Hernandez et al., 2023) Embora esse procedimento seja comumente solicitado por pacientes mais jovens, uma população mais velha também pode se beneficiar do tratamento, pois os lábios se tornam mais finos com a idade.(Bertucci et al., 2021)

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo caracterizado como uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvida com o intuito de analisar, a partir de publicações científicas recentes, como o preenchimento labial com ácido hialurônico pode influenciar o rejuvenescimento facial. A pesquisa foi conduzida por meio de levantamento teórico em bases de dados científicas, incluindo SciELO, PubMed, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores: "preenchimento labial", "ácido hialurônico", "rejuvenescimento", "harmonização facial" e "procedimentos estéticos minimamente invasivos". Foram selecionados artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em português ou inglês, que abordassem o rejuvenescimento relacionados ao preenchimento labial e à percepção da idade percebida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O avanço científico nos mecanismos do envelhecimento cutâneo tem demonstrado que o colágeno, a elastina e o ácido hialurônico são componentes fundamentais para a manutenção da firmeza, elasticidade e integridade da pele, atuando de forma decisiva no retardamento dos sinais do envelhecimento.(Song et al., 2024)

O processo do envelhecimento é natural, mas afeta a fisionomia da pele facial ao longo do tempo, algumas mudanças estéticas podem causar desconforto nos pacientes como as rugas, perda de volume e flacidez. Há uma variedade de procedimentos estéticos de rejuvenescimento facial para combater esses sinais, no entanto uma técnica mais apropriada exige uma análise cuidadosa de sua eficácia e segurança.(Morais; Melo, 2023; Nunes; Bran, 2021) Dessa forma, os preenchedores à base de ácido hialurônico têm se consolidado como opções seguras e minimamente invasivas para o rejuvenescimento facial, proporcionando melhora da sustentação

e da textura da pele. Esses procedimentos vêm ganhando destaque por promoverem resultados rápidos, naturais e com mínima recuperação, reforçando o foco crescente no uso de preenchedores para restaurar volumes, expandir tecidos e otimizar a estética facial.(Morais; Melo, 2023)

Esses resultados corroboram com achados anteriores na literatura que evidenciam a influência da região perioral na percepção de idade e atratividade facial. Pequenas modificações no volume labial e na definição do contorno dos lábios podem impactar significativamente a forma como a idade é percebida.(de Queiroz Hernandez et al., 2023; Nunes; Bran, 2021) Para melhor compreensão, é importante considerar que o envelhecimento facial resulta de alterações estruturais e funcionais progressivas, que afetam diretamente a elasticidade, o volume e as proporções faciais.(Freytag et al., 2022)

O envelhecimento envolve fatores estruturais e funcionais que exigem abordagens combinadas. Neurotoxinas, microagulhamento, bioestimuladores e preenchedores dérmicos quando aplicados com planejamento individualizado e conhecimento anatômico, são ferramentas essenciais para corrigir rugas, restaurar volumes e redefinir o contorno perioral, resultando em efeitos naturais e duradouros.(Fisher et al., 2024; Lorenz; Schopper; Walen, 2025; Spataro; Dierks; Carniol, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preenchimento labial com ácido hialurônico demonstrou ser um procedimento minimamente invasivo capaz de promover resultados estéticos satisfatórios, contribuindo para o rejuvenescimento facial e melhora da harmonia do terço inferior da face. A literatura analisada evidenciou que o envelhecimento cutâneo envolve fatores estruturais complexos, como a diminuição da síntese de colágeno e elastina, reabsorção óssea e alterações volumétricas, que impactam diretamente a aparência e a autoestima dos indivíduos. Nesse contexto, intervenções direcionadas à região perioral demonstram potencial para suavizar sinais do envelhecimento, restaurar volume e melhorar proporções faciais.

Observou-se que o preenchimento com ácido hialurônico apresenta baixo índice de complicações quando realizado por profissionais qualificados, além de promover resultados imediatos, naturais e com curto período de recuperação, favorecendo sua crescente popularidade. Pequenas modificações no volume e no contorno dos lábios são suficientes para alterar significativamente a percepção de idade e atratividade facial, ressaltando a relevância estética dessa região.

Embora o procedimento apresente alta taxa de satisfação, torna-se fundamental considerar a individualidade anatômica, o planejamento adequado e o conhecimento técnico para garantir segurança, naturalidade e longevidade dos resultados. Além disso, sua associação com outras técnicas, como microagulhamento, bioestimuladores e toxinas botulínicas, pode potencializar o rejuvenescimento facial. Dessa forma, conclui-se que o preenchimento labial é uma abordagem eficaz para o rejuvenescimento perceptivo e harmonização facial, contribuindo positivamente para a autoimagem dos pacientes. Sugere-se o aprofundamento de estudos

quantitativos e metodologias comparativas, visando fortalecer a produção científica e aprimorar a prática clínica na área estética.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Vince; NIKOLIS, Andreas; SOLISH, Nowell; LANE, Vanessa; HICKS, Jessica. Subject and partner satisfaction with lip and perioral enhancement using flexible hyaluronic acid fillers. Journal of Cosmetic Dermatology, [s. l.], v. 20, n. 5, p. 1499–1504, 2021. https://doi.org/10.1111/jocd.13956.

COPPINI, M.; CAPONIO, V. C. A.; MAUCERI, R.; PIZZO, G.; MAUCERI, N.; LO MUZIO, L.; CAMPISI, G. Aesthetic lip filler augmentation is not free of adverse reactions: lack of evidence-based practice from a systematic review. Frontiers in Oral Health, [s. l.], v. 5, 17 out. 2024. DOI 10.3389/froh.2024.1495012. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/oral-health/articles/10.3389/froh.2024.1495012/full. Acesso em: 26 ago. 2025.

DE QUEIROZ HERNANDEZ, Paula Martins; COTRIN, Paula; VALARELLI, Fabricio Pinelli; DE OLIVEIRA, Ricardo Cesar Gobbi; BISPO, Carina Gisele Costa; FREITAS, Karina Maria Salvatore; OLIVEIRA, Renata Cristina; COTRIN, Dra Paula. Evaluation of the attractiveness of lips with different volumes after filling with hyaluronic acid. Scientific Reports, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 4589, 21 mar. 2023. https://doi.org/10.1038/s41598-023-31332-1.

FISHER, Sean M.; BORAB, Zachary; WEIR, David; ROHRICH, Rod J. The emerging role of biostimulators as an adjunct in facial rejuvenation: A systematic review. Journal of plastic, reconstructive & aesthetic surgery: JPRAS, [s. l.], v. 92, p. 118–129, maio 2024. https://doi.org/10.1016/j.bjps.2024.02.069.

FREYTAG, Lysander; ALFERTSHOFER, Michael G.; FRANK, Konstantin; MOELLHOFF, Nicholas; HELM, Sabrina; REDAELLI, Alessio; VOROPAI, Daria; HERNANDEZ, Claudia A.; GREEN, Jeremy B.; COTOFANA, Sebastian. Understanding Facial Aging Through Facial Biomechanics: A Clinically Applicable Guide for Improved Outcomes. Facial Plastic Surgery Clinics of North America, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 125–133, maio 2022. https://doi.org/10.1016/j.fsc.2022.01.001.

GLOBAL SURVEY 2022: FULL REPORT AND PRESS RELEASES. [s. d.]. Disponível em: https://www.isaps.org/discover/about-isaps/global-statistics/global-survey-2022-full-report-and-press-releases/. Acesso em: 26 ago. 2025.

HUSSEIN, Ramadan S.; BIN DAYEL, Salman; ABAHUSSEIN, Othman; EL-SHERBINY, Abeer Ali. Influences on Skin and Intrinsic Aging: Biological, Environmental, and Therapeutic Insights. Journal of Cosmetic Dermatology, [s. l.], v. 24, n. 2, p. e16688, 2025. https://doi.org/10.1111/jocd.16688.

LORENZ, F. Jeffrey; SCHOPPER, Heather K.; WALEN, Scott G. The Role of Toxins and Fillers in Optimizing Perioral Rejuvenation. Facial plastic surgery: FPS, [s. l.], v. 41, n. 5, p. 637–649, out. 2025. https://doi.org/10.1055/a-2626-9218.

MORAIS, Kelly Cíntia Rufino de; MELO, Carla Mickaelly Soares. Avaliação e comparação da eficácia e segurança de diferentes técnicas de rejuvenescimento facial. Research, Society and Development, [s. l.], v. 12, n. 12, p. e68121243934–e68121243934, 15 nov. 2023. https://doi.org/10.33448/rsd-v12i12.43934.

NUNES, Diogo; BRAN, Gregor. The Impact of the Philtrum on Facial Attractiveness, Perioral Proportions, and Perceptions of Facial Aging. Aesthetic Surgery Journal, [s. l.], v. 41, n. 7, p. 816–825, 1 jul. 2021. https://doi.org/10.1093/asj/sjaa174.

SONG, Lu; QIU, He; CHEN, Zhiru; WANG, Jing; XU, Yang; LIU, Zhanhong; LIU, Shuo; WANG, Zhiyuan; ZHU, Xiangdong; ZHANG, Kai; LIN, Hai; ZHANG, Xingdong. Injectable hyaluronate/collagen hydrogel with enhanced safety and efficacy for facial rejuvenation. Collagen and Leather, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 21, 1 jun. 2024. https://doi.org/10.1186/s42825-024-00165-7.

SPATARO, Emily A.; DIERKS, Kennedy; CARNIOL, Paul J. Microneedling-Associated Procedures to Enhance Facial Rejuvenation. Facial Plastic Surgery Clinics of North America, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 389–397, ago. 2022. https://doi.org/10.1016/j.fsc.2022.03.012.

SWIFT, Arthur; LIEW, Steven; WEINKLE, Susan; GARCIA, Julie K; SILBERBERG, Michael B. The Facial Aging Process From the "Inside Out". Aesthetic Surgery Journal, [s. l.], v. 41, n. 10, p. 1107–1119, 1 out. 2021. https://doi.org/10.1093/asj/sjaa339.

ZHOU, Rongying; YU, Mei. The Effect of Local Hyaluronic Acid Injection on Skin Aging: A Systematic Review and Meta-Analysis. Journal of Cosmetic Dermatology, [s. l.], v. 24, n. 1, p. e16760, jan. 2025. https://doi.org/10.1111/jocd.16760.

EFICÁCIA DA DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS: IDENTIFICAÇÃO E CONTAGEM MICROBIANA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Vanessa Correia[1]
Mariane Rafaela Seidel[2]

Resumo – A biossegurança é fundamental em laboratórios clínicos, pois garante a proteção dos profissionais, a confiabilidade dos resultados e a qualidade dos serviços prestados. Nesse contexto, a limpeza e a desinfecção adequadas das superfícies de trabalho são etapas essenciais para evitar contaminações cruzadas e reduzir o risco de propagação de microrganismos. Este estudo teve como objetivo avaliar a eficácia dos procedimentos de descontaminação realizados em diferentes setores de um laboratório de análises clínicas, comparando a carga microbiana antes e após a higienização. Observou-se predominância de cocos Gram-positivos, especialmente Staphylococcus coagulase negativa, além de bacilos Gram-negativos como Escherichia coli, Serratia liquefasciens e Acinetobacter baumannii. Após a higienização, houve redução superior a 90% nas Unidades Formadoras de Colônia (UFC), comprovando a eficiência dos desinfetantes utilizados, principalmente o álcool 70% e o hipoclorito de sódio. Apesar disso, algumas áreas úmidas e de maior circulação apresentaram contaminação pontual, indicando a necessidade de reforçar os protocolos e o monitoramento contínuo.

Palavras-chave: biossegurança, higienização, microbiologia, laboratórios clínicos, desinfecção.

INTRODUÇÃO

A biossegurança consiste em um conjunto de medidas preventivas voltadas à redução dos riscos biológicos em ambientes laboratoriais, sendo essencial para a proteção dos profissionais da saúde, a integridade das amostras e a confiabilidade dos resultados. A aplicação adequada dessas normas contribui significativamente para a prevenção de contaminação e infecção causadas por microrganismos, especialmente bactérias, em áreas críticas de trabalho (Machado et al., 2023; Mendonça; Mafra, 2023).

As normas internacionais da International Organization for Standardization como ISO 14856, são amplamente utilizadas para garantir que os procedimentos e resultados de análises microbiológicas sigam padrões de qualidade e confiabilidade.

[1] Acadêmica do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A escolha adequada de técnicas e produtos de higienização é fundamental para o controle microbiológico. Substâncias como álcool 70%, hipoclorito de sódio 0,5 a 1,0% e peróxido de hidrogênio 10% são eficazes contra diversos microrganismos, quando aplicadas corretamente em superfícies (Freitas et al., 2019).

Este trabalho foi realizado com o objetivo principal de avaliar a eficácia dos protocolos de descontaminação de superfícies de um laboratório de análises clínicas, considerando a importância de reduzir a contaminação bacteriológica para garantir a segurança e a confiabilidade dos procedimentos laboratoriais.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido como uma pesquisa quantitativa aplicada, executada em um Laboratório de Análises Clínicas da Região Meio Oeste de Santa Catarina, Brasil. A coleta de amostras foi realizada pelas pesquisadoras e um responsável pelo laboratório parceiro, sem que os demais colaboradores tivessem conhecimento, a fim de evitar possíveis interferências na pesquisa. Foram coletadas 16 amostras com auxílio de swab estéril, e diretamente semeadas em ágar sangue em diferentes ambientes do laboratório antes, e 16 amostras nos mesmos locais depois da descontaminação.

Após a coleta foram realizadas as análises laboratoriais no Laboratório da Uniarp. Os dados obtidos foram comparados em tabelas de excel para determinar a redução na carga microbiana.

Os valores de UFC obtidos nas superfícies foram comparados com parâmetros da ISO 14698, a fim de avaliar se a carga microbiana encontrada se encontrava dentro de limites aceitáveis para ambientes laboratoriais de saúde, buscando identificar a eficácia dos protocolos de descontaminação e propor medidas de correção e melhorias, se necessário.

A presente pesquisa foi conduzida em conformidade com os preceitos éticos definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta estudos envolvendo seres humanos em contextos de saúde. Considerando que a coleta de dados foi realizada em um ambiente laboratorial, o projeto foi submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme exigido pela legislação vigente e aprovado pelo parecer número 7.857.705. A identidade do laboratório avaliado será mantida em sigilo, e todas as informações obtidas foram tratadas com total confidencialidade, resguardando tanto os dados quanto os profissionais envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As coletas foram realizadas em diferentes ambientes do Laboratório de Análises Clínicas, cuja distribuição possibilitou observar a contaminação microbiana em locais com diferentes níveis de manipulação e fluxo de pessoas. Foram identificadas diferentes colônias nos locais coletados antes e após a descontaminação, as quais foram submetidas aos testes para identificação.

A presença de bacilos Gram-negativos (BGN) em algumas amostras indicou falhas na higienização, pois esses microrganismos estão associados a ambientes úmidos, como pias e

torneiras, favorecendo a formação de biofilmes (Garcia, 2024; Vianna et al., 2022). As colônias incolores e úmidas, não fermentadoras, foram associadas a gêneros como Pseudomonas e Acinetobacter, comumente isolados em superfícies úmidas e resistentes a desinfetantes (Garcia et al., 2024; Corrêa et al., 2021).

Foram identificadas as espécies Escherichia coli, Serratia liquefasciens, Cryseomonas luteola e Acinetobacter baumannii. As amostras de E. coli e S. liquefasciens cresceram em superfícies frequentemente úmidas, como torneiras e assentos sanitários, sugerindo contaminação fecal ou pela água. Esses microrganismos são indicadores de falhas na desinfecção (Corrêa et al., 2021). O A. baumannii tem uma alta resistência e capacidade de formar biofilmes, permanecendo viável por longos períodos (Faustino; Pessoa, 2025; Frota; Ferreira; Rigotti, 2020). A Cryseomonas luteola, é ambiental, encontrada em água e superfícies molhadas, indicando ineficiência parcial na limpeza química (Garcia et al., 2024). Foram também identificadas as espécies Grimontia hollisae e Sphingomonas paucimobilis, que são associadas a ambientes úmidos. G. hollisae é uma bactéria isolada de água, enquanto S. paucimobilis sobrevive em soluções desinfetantes diluídas e sistemas de abastecimento de água, podendo causar contaminação persistente.

Staphylococcus coagulase negativa (SCN) em vários pontos. Esses microrganismos, são comuns na microbiota da pele, indicam ineficácia na higienização ou contaminação pós-limpeza (Corrêa et al., 2021; Frota; Ferreira; Rigotti, 2020). Também foram identificados Micrococcus sp., microrganismo ambiental associado à poeira e à microbiota cutânea, cuja presença demonstra a necessidade de limpeza constante e controle do fluxo de ar (Garcia et al., 2024).Por fim, bacilos Gram-positivos esporulados, foram isolados e são reconhecidos por sua resistência à ação química dos desinfetantes devido à formação de esporos, explicando seu aparecimento mesmo após descontaminação.

O quadro 1 mostrou uma redução significativa das Unidades Formadoras de Colônia (UFC) após os processos de limpeza e descontaminação na maioria dos ambientes.

Quadro 1 – Unidades formadoras de colônias (UFC) e identificação dos microrganismos nas superfícies do estudo, antes e após a descontaminação.

SUPERFÍCIE	ANTES DESCONTAMINAÇÃO	DEPOIS DESCONTAMINAÇÃO
BALCÃO RECEPÇÃO (BALCÃO)	04 UFC SCN	02 UFC SCN
ASSENTO SANITÁRIO PACIENTES	ZERO	ZERO
BRAÇO DA CADEIRA DE COLETA	10 UFC SCN	ZERO
MACA COLETA GINECOLÓGICA	02 UFC SCN	ZERO
BOTÃO CENTRÍFUGA TRIAGEM	ZERO	ZERO
BALCÃO TIPAGEM SANGUÍNEA	ZERO	02 UFC SCN
TRINCO DA PORTA MICROBIOLOGIA	10 UFC SCN; 08 UFC Micrococcus sp.	ZERO

MOUSE ANALISADOR BIOQUÍMICA	02 UFC Micrococcus sp.	ZERO
BALCÃO ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA UROANÁLISE	01 UFC SCN	ZERO
BALCÃO PREPARO FEZES	ZERO	01 UFC Bacilo Gram-positivo não esporulado
PIA LAVAGEM MATERIAIS	ZERO	ZERO
MAÇANETA ESTUFA ESTERILIZAÇÃO	06 UFC SCN	ZERO
TORNEIRA COPA	> 105 UFC Escherichia coli; 01 UFC Acinetobacter baumannii	14 UFC/mL Serratia liquefasciens; > 103 UFC SCN; 24 UFC Grimontia hollisae
ASSENTO VASO SANITÁRIO	01 UFC Escherichia coli; 05 UFC SCN; 03 UFC Cryseomonas luteola	ZERO
MAÇANETA BANHEIRO FUNCIONÁRIOS	48 UFC SCN; 01 UFC de Micrococcus sp.	04 UFC SCN; 01 UFC Micrococcus sp.
CHÃO RECEPÇÃO	03 UFC Bacilos Gram-Positivos esporulados; 08 UFC Sphingomonas paucimobilis; 18 UFC SCN; 01 UFC Escherichia coli	> 10.000 SCN

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Nota: SCN = Staphylococcus coagulase negativa; UFC = Unidade Formadora de Colônia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferença entre as contagens antes e depois da descontaminação demonstram a eficiência dos produtos e protocolos de limpeza utilizados. A maioria dos setores apresentaram eliminação completa do crescimento bacteriano. Em locais como torneira da copa e chão da recepção apresentaram crescimento bacteriano de espécies ligadas à presença de umidade que reduz a ação dos desinfetantes. A contaminação em superfícies de contato manual, como balcões e maçanetas, indica a necessidade de reforçar a frequência de limpeza e implementar medidas complementares.

De acordo com a ISO 14648, os resultados obtidos neste estudo indicaram que a maioria dos setores analisados se manteve dentro dos níveis aceitáveis após a descontaminação, demonstrando eficiência dos protocolos aplicados. Nos locais onde houve crescimento microbiano, como as áreas úmidas e de grande fluxo de pessoas, ultrapassaram os valores preconizados pelas normas ISO, o que demonstra a necessidade de revisão das rotinas de limpeza e reforço dos procedimentos de descontaminação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e à professora orientadora Prof. Esp. Mariane Rafaela Seidel pelo apoio e orientação no desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, E. R. *et al.*, 2021;Bactérias resistentes isoladas de superfícies inanimadas em um hospital público. **Cogitare Enfermagem,** v. 26, e74774, 2021.

FAUSTINO, K. P.; PESSOA, B. G. Persistência de *Pseudomonas aeruginosa* e *Acinetobacter baumannii* complexo nos leitos de UTI em hospitais de Brasília-DF após a higienização terminal. Programa de Iniciação Científica – UniCEUB, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/391290767_Persistencia_de_Pseudomonas_Aeruginosa_e_Acinetobacter_Baumannii_complexo_nos_leitos_de_uti_em_hospitais_de_Brasilia-DF_apos_a_higienizacao_terminal. Acesso em: 27 out. 2025.

FREITAS, Lara Aparecida de *et al.* Eficácia do hipoclorito de sódio e do álcool 70% na desinfecção de superfícies: revisão integrativa. **Ciência, Cuidado e Saúde,** v. 18, n. 2, 2019.

FROTA, O. P.; FERREIRA, A. M.; RIGOTTI, M. A. Effectiveness of clinical surface cleaning and disinfection: evaluation methods. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 73, n. 1, e20180623, 2020.

GARCIA, P. G. *et al.* Bactérias em torneiras de um hospital geral brasileiro. Revista Médica de Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2489. Acesso em: 27 out. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 14698-1:2023 — **Controle de biocontaminação em salas limpas e ambientes controlados associados.** Geneva: ISO, 2018. Disponível em: https://www.iso.org/standard/66451.html. Acesso em: 27 out. 2025.

MACHADO, Maria Helena *et al.* Condições de trabalho e biossegurança dos profissionais de saúde e trabalhadores invisíveis da saúde no contexto da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 28, p. 2809–2822, 2023.

MENDONÇA, André de Oliveira; MAFRA, Cláudio. Política e requisitos regulatórios para biossegurança e bioproteção laboratorial no Brasil. **Revista Brasileira de Inteligência,** n. 18, p. 13–31, 2023.

SILVA, Tânia; RODRIGUES, Francisco. Ambientes e superfícies públicas: contaminação microbiológica ativa. 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.11/6873. Acesso em: 27 out. 2025.

SILVEIRA, F. de B. *et al.* Superfícies inanimadas podem ser fontes de contaminação estafilocócica em UTI? **Ensaio & Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde,** v. 24, n. 4, p. 444–448, 2020.

VIANNA, G. N.; LIMA, M. F. S.; SANTOS, R. B. Testagem bacteriológica sobre a eficiência de diferentes marcas de álcool 70% na desinfecção de superfícies do laboratório de Microbiologia em tempos de pandemia. **Revista de Medicina Veterinária do UNIFESO,** v. 2, n. 1, 2022.

EIXO INTESTINO/PELE: ANÁLISE INTEGRATIVA DA LITERATURA ACERCA DE CORRELAÇÕES DA MICROBIOTA E PERMEABILIDADE INTESTINAL NO DESENVOLVIMENTO DA PSORÍASE

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Isadora Suchara Rachinski[1]
Jaqueline Maisa Franzen[2]
Emyr Hiago Bellaver [3]

Resumo – Este estudo investigou a conexão entre pele e intestino, concentrando-se no papel da microbiota intestinal e da permeabilidade intestinal no surgimento da psoríase. Por meio de uma revisão integrativa orientada pela estratégia PICO e utilizando descritores booleanos (MeSH), foram escolhidos estudos que discutiram e relacionaram diretamente o desequilíbrio da microbiota e as reações inflamatórias e imunológicas da psoríase. Os resultados mostraram que a disbiose e a maior permeabilidade intestinal ativam principalmente as vias mediadas por IL-17 e IL-23, causando inflamação tanto no sistema quanto na pele. Concluiu-se que o eixo intestino-pele exerce papel fundamental na fisiopatologia da psoríase e que a modificação da microbiota intestinal se apresenta como uma opção terapêutica promissora.

Palavras-chave: psoríase; pele; disbiose; microbioma gastrointestinal; microbioma intestinal humano; sistema imunológico.

INTRODUÇÃO

O epitélio intestinal é o maior sítio de contato entre o ambiente externo e o meio interno, atuando na regulação da entrada de microrganismos estranhos e na absorção de nutrientes, água e eletrólitos (Macura; Kiecka; Szczepanik, 2024). Para desempenhar essas tarefas, a mucosa intestinal compreende uma gama de células de defesa inatas e adaptativas, incluindo células dendríticas, células linfoides inatas, granulócitos, macrófagos, linfócitos B e células T (Neurath; Artis; Becker, 2025).

O trato gastrointestinal é habitado por uma variedade de microrganismos, incluindo bactérias, vírus, fungos e archaea, os quais compõem a microbiota intestinal e desempenham função reguladora entre o intestino e o sistema imunológico (Bueno et al., 2024). Ao longo da vida, a composição do microbioma intestinal pode ser afetada pela dieta, idade, estresse, genética, geografia associada, prática de exercícios e uso de antibióticos e outros medicamentos (Long-Smith et al., 2020).

[1] Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Evidências crescentes e cada vez mais robustas indicam que a desregulação da microbiota intestinal está associada à ocorrência de diversas enfermidades, como doença inflamatória intestinal (DII), alergias, doenças autoimunes, distúrbios inflamatórios obesidade, e problemas neurológicos, entre outros (Ansaldo; Farley; Belkaid, 2021; Zuo et al., 2023).

A psoríase é uma doença inflamatória crônica de origem autoimune e com forte predisposição genética, contudo, existem comprovações de uma relação importante entre a saúde do sistema gastrointestinal e a homeostase da pele, sugerindo que alterações na composição e na função da microbiota intestinal podem estar ligadas ao surgimento e à evolução da psoríase (Buhaș et al., 2022).

Embora haja progressos na compreensão da psoríase, os mecanismos que envolvem o eixo intestino-pele ainda não foram completamente elucidados. É imprescindível investigar novas abordagens terapêuticas, uma vez que não há cura para essa doença. Dessa forma, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão da literatura sobre a conexão entre intestino e pele, examinando de que maneira as mudanças na microbiota e na permeabilidade intestinal podem estar relacionadas ao desenvolvimento da psoríase.

METODOLOGIA

A atual pesquisa refere-se a uma revisão integrativa da literatura, com a finalidade de compilar as provas científicas a respeito dos mecanismos da disbiose intestinal e sua ligação com a psoríase. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, orientada pela estratégia PICO, com base na seguinte questão: "Como a disbiose intestinal pode alterar a permeabilidade do intestino, impactando na psoríase?". Nesse modelo, considerou-se a população (P) pessoas com psoríase; a intervenção (I) diz respeito ao estudo dos mecanismos de modulação da microbiota intestinal; a comparação (C) inclui indivíduos saudáveis; e o desfecho (O) abrange as respostas imunológicas e manifestações cutâneas relacionadas à doença.

A coleta e análise dos dados foram conduzidas nas bases Web of Science, Annual Reviews e PubMed (National Library of Medicine), abrangendo apenas artigos em inglês, publicados nos últimos cinco anos e de acesso aberto, que discutissem desfechos clínicos, histológicos, moleculares ou revisões bioinformáticas. A pesquisa empregou os descritores MeSH: "Psoriasis", "Skin", "Dysbiosis", "Gastrointestinal Microbiome", "Human Gut Microbiome" e "Immune System". Estes termos foram combinados pelos operadores booleanos "AND", "OR" e "AND OR".

Excluiu-se revisões, editoriais, cartas e outros tipos de documentos não originais. A seleção dos estudos foi realizada de acordo com as diretrizes PRISMA 2020, sendo selecionados primeiramente com base na relevância por título, seguido da leitura do seu Resumo, e pôr fim a leitura completa do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um modelo murino de pele inflamatória (camundongos transgênicos Kcasp1Tg), notou-se que o microbioma intestinal era dominado por Staphylococcus aureus e Streptococcus danieliae. A exposição a essas bactérias levou ao agravamento das lesões na pele, juntamente com um aumento das citocinas pró-inflamatórias, como IL-17A, IL-17F, IL-22 e TNF-α. Além disso,

percebe-se que a barreira intestinal está comprometida em pacientes com psoríase, o que é evidenciado pelo aumento sérico de proteína de ligação a ácidos graxos intestinais e claudina-3 (Olejniczak-Staruch et al., 2021).

Paralelamente, foi evidenciado que no intestino de pacientes com psoríase, há uma diminuição do filo Bacteroidetes e um crescimento do filo Firmicutes, o que provoca mudanças na diversidade microbiana. Ademais, essas alterações na composição da microbiota intestinal parecem desempenhar um papel na fisiopatologia da doença, levando à ativação de mediadores imunológicos, como IL-23, IL-17 e IL-22, que modulam o interferon-gama (IFN-γ) e inibem a produção de células T reguladoras (Tregs) (Zuo et al., 2023).

Somado a isso, uma pesquisa conduzida por Zhang et al., (2021) mostrou que o tratamento com antibióticos de amplo espectro em um modelo murino de psoríase induzida por imiquimod resultou na diminuição da espessura da pele e na redução da proporção de células T ativas. Ademais, notou-se que Phascolarctobacterium tinha uma correlação significativa com citocinas inflamatórias sistêmicas, ao passo que pacientes com psoríase mostravam um aumento na abundância de Faecalibacterium. Esses achados fortalecem a conexão entre a disbiose do microbioma intestinal e a resposta inflamatória mediada por células T.

Em suma, no momento em que a parede do intestino é comprometida, o sistema imunológico inato entra em ação, principalmente por intermédio de macrófagos e células dendríticas, buscando identificar os invasores e desencadear uma resposta inflamatória para eliminá-los e recuperar a integridade da barreira (Schoultz; Keita, 2020). Com isso, conclui-se que a disbiose intestinal estabelece uma relação extremamente significativa com a resposta imunológica, exercendo grande influência na saúde da pele (Lai et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a forte ligação do desequilíbrio da microbiota intestinal e o aumento da permeabilidade do intestino com a ativação de processos inflamatórios e imunológicos associados à psoríase. Embora a ciência tenha avançado, ainda há lacunas consideráveis em relação à causalidade e à padronização dos modelos experimentais. Dessa forma, entender as relações entre o trato gastrointestinal, sistema imunológico e pele pode contribuir no desenvolvimento de terapias mais eficientes e personalizadas para o tratamento da doença.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

ANSALDO, Eduard; FARLEY, Taylor K.; BELKAID, Yasmine. Control of Immunity by the Microbiota. Annual Review of Immunology, [*s. l.*], v. 39, p. 449–479, 26 abr. 2021. https://doi.org/10.1146/annurev-immunol-093019-112348. Disponível em:

www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-immunol-093019-112348. Acesso: 30 out. 2025.

BUENO, Isabele Borges; *et al.* O papel da microbiota intestinal na patogênese das doenças autoimunes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [*s. l.*], v. 10, n. 8, p. 3000–3007, 1 ago. 2024. https://doi.org/10.51891/rease.v10i8.15174.Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15174 Acesso em: 30 out. 2025.

BUHAŞ, Mihaela Cristina; *et al.* Gut Microbiota in Psoriasis. **Nutrients**, [*s. l.*], v. 14, n. 14, p. 2970, jan. 2022. https://doi.org/10.3390/nu14142970. Disponível em https://www.mdpi.com/2072-6643/14/14/2970. Acesso em: 30 out. 2025.

LAI, Yuhsien; *et al*. Impact of Gut Bacterial Metabolites on Psoriasis and Psoriatic Arthritis: Current Status and Future Perspectives. **The Journal of Investigative Dermatology**, [*s. l.*], v. 143, n. 9, p. 1657–1666, set. 2023. https://doi.org/10.1016/j.jid.2023.05.012. Disponível em: https://www.jidonline.org/article/S0022-202X(23)02135-8/fulltext. Acesso em: 30 out. 2025.

LONG-SMITH, Caitríona; *et al*. Microbiota-Gut-Brain Axis: New Therapeutic Opportunities. **Annual Review of Pharmacology and Toxicology**, [*s. l.*], v. 60, n. Volume 60, 2020, p. 477–502, 6 jan. 2020. https://doi.org/10.1146/annurev-pharmtox-010919-023628. Disponível em: https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-pharmtox-010919-023628. Acesso em: 30 out. 2025.

MACURA, Barbara; KIECKA, Aneta; SZCZEPANIK, Marian. Intestinal permeability disturbances: causes, diseases and therapy. **Clinical and Experimental Medicine**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 232, 28 set. 2024. https://doi.org/10.1007/s10238-024-01496-9. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10238-024-01496-9. Acesso em: 30 out. 2025.

NEURATH, Markus F.; ARTIS, David; BECKER, Christoph. The intestinal barrier: a pivotal role in health, inflammation, and cancer. **The Lancet. Gastroenterology & Hepatology**, [*s. l.*], v. 10, n. 6, p. 573–592, jun. 2025. https://doi.org/10.1016/S2468-1253(24)00390-X. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/langas/article/PIIS2468-1253(24)00390-X/fulltext. Acesso em: 30 out. 2025.

OLEJNICZAK-STARUCH, Irmina; *et al*. Alterations of the Skin and Gut Microbiome in Psoriasis and Psoriatic Arthritis. **International Journal of Molecular Sciences**, [s. l.], v. 22, n. 8, p. 3998, 13 abr. 2021. https://doi.org/10.3390/ijms22083998. Disponível em: https://www.mdpi.com/1422-0067/22/8/3998. Acesso em: 30 out. 2025.

SCHOULTZ, Ida; KEITA, Åsa V. The Intestinal Barrier and Current Techniques for the Assessment of Gut Permeability. **Cells**, [*s. l.*], v. 9, n. 8, p. 1909, ago. 2020. https://doi.org/10.3390/cells9081909. Disponível em: https://www.mdpi.com/2073-4409/9/8/1909. Acesso em: 30 out. 2025.

ZHANG, Xinyue; *et al*. Dysbiosis of gut microbiota and its correlation with dysregulation of cytokines in psoriasis patients. **BMC Microbiology**, [*s. l.*], v. 21, n. 1, p. 78, 8 mar. 2021. https://doi.org/10.1186/s12866-021-02125-1. Disponível em:

https://bmcmicrobiol.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12866-021-02125-1. Acesso em: 30 out. 2025.

ZUO, Wei-Fang; *et al*. Gut microbiota: A magical multifunctional target regulated by medicine food homology species. Journal of Advanced Research, Food and Drug Interaction with Gut Microbiota. [*s. l.*], v. 52, p. 151–170, 1 out. 2023. https://doi.org/10.1016/j.jare.2023.05.011.Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090123223001492?via%3Dihub. Acesso em: 30 out. 2025.

ENTEROBACTÉRIAS PRODUTORAS DE ESBL: CARACTERÍSTICAS, MECANISMOS DE RESISTÊNCIA E IMPORTÂNCIA CLÍNICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Isabela Machado Canalli[1]
Mariane Rafaela Seidel[2]

Resumo – As enterobactérias representam um grupo de bacilos Gram-negativos amplamente distribuídos na natureza e na microbiota intestinal humana e animal. Algumas espécies, entretanto, adquirem mecanismos de resistência aos antimicrobianos, destacando-se a produção de beta-lactamases de espectro estendido (ESBL), que comprometem a eficácia de antibióticos como penicilinas e cefalosporinas. Este estudo teve como objetivo revisar aspectos estruturais, fisiológicos e clínicos das Enterobacteriaceae produtoras de ESBL, bem como os mecanismos que conferem resistência bacteriana aos beta-lactâmicos. Foi realizada uma revisão bibliográfica descritiva, realizada com base em publicações científicas atualizadas. Observou-se que as ESBLs são enzimas capazes de hidrolisar o anel beta-lactâmico, inativando o antibiótico e permitindo a sobrevivência bacteriana. Essas enzimas, frequentemente codificadas por plasmídeos, disseminam-se com facilidade entre diferentes espécies bacterianas, acelerando a propagação da resistência. O fenômeno tem impacto direto na prática clínica, elevando os índices de morbimortalidade e os custos hospitalares. Conclui-se que o avanço da resistência bacteriana em enterobactérias é um desafio crescente na saúde pública, sendo essencial o uso racional de antimicrobianos e o monitoramento constante da disseminação desses microrganismos.

Palavras-chave: enterobacteriaceae; resistência bacteriana; antibióticos beta-lactâmicos; saúde pública.

INTRODUÇÃO

Bactérias são organismos relativamente simples, facilmente adaptáveis, unicelulares e procariontes, podendo adquirir diversas formas, como bacilos, cocos e espirais, vivendo em diversos locais como ar, água, solo e corpo humano (Funke et al., 2024). A principal diferenciação ocorre pela coloração de Gram, dividindo-as em Gram-positivas e Gram-negativas (Tripathi; Sapra, 2023).

As bactérias Gram-negativas se destacam por possuírem uma parede celular delgada e uma membrana externa com lipopolissacarídeos, que confere resistência adicional a agentes antimicrobianos (Terra; Mello; Santos, 2024). Dentre elas, as Enterobacteriaceae formam um grupo de grande relevância clínica por integrarem a microbiota intestinal e, ao mesmo tempo,

[1] Acadêmica do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

estarem envolvidas em diversas infecções oportunistas, especialmente em indivíduos imunocomprometidos (Ingraham; Ingraham, 2010).

A família Enterobacteriaceae compreende gêneros amplamente conhecidos, como Escherichia, Klebsiella, Enterobacter, Proteus, Serratia e Citrobacter, os quais possuem elevada capacidade de adaptação e disseminação em diferentes ambientes. No contexto hospitalar, essas bactérias são frequentemente associadas a infecções do trato urinário, respiratório e corrente sanguínea, representando importantes causas de morbimortalidade (Koneman et al., 2017; Paiva, 2024). A facilidade com que adquirem e transmitem genes de resistência faz com que sejam consideradas patógenos prioritários para vigilância global, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

O surgimento e disseminação de cepas resistentes aos antibióticos têm se tornado um dos principais desafios da medicina moderna. A resistência antimicrobiana é hoje considerada uma emergência mundial de saúde pública, com estimativas de que em até 2050 possa ser responsável por milhões de mortes anuais se não houver controle efetivo (Sarango Berru, 2023). Esse fenômeno é resultado da pressão seletiva exercida pelo uso excessivo e inadequado de antibióticos, tanto na medicina humana quanto na veterinária e na agricultura, o que favorece a seleção de microrganismos resistentes e dificulta o tratamento de infecções previamente controláveis (De Andrade; Da Costa Darini, 2020).

Entre os mecanismos mais preocupantes de resistência estão as beta-lactamases de espectro estendido (ESBL), enzimas capazes de hidrolisar uma ampla gama de antibióticos beta-lactâmicos, como penicilinas, cefalosporinas e monobactâmicos, inativando sua ação e comprometendo a terapêutica antimicrobiana (Bush; Bradford, 2020). As ESBLs são, em sua maioria, codificadas por genes localizados em plasmídeos, o que facilita sua transferência entre diferentes espécies bacterianas, ampliando o alcance da resistência (Machado; Gasparino; Serafim, 2023).

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com base em artigos científicos, livros e manuais técnicos publicados entre 2010 e 2025. As bases utilizadas incluíram PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Scholar, selecionando estudos em português, inglês e espanhol que abordassem resistência bacteriana, beta-lactamases e Enterobacteriaceae. Após leitura e análise crítica, as informações foram organizadas por eixos temáticos, contemplando aspectos morfológicos, mecanismos de resistência e impacto clínico. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As enterobactérias são bacilos Gram-negativos amplamente distribuídos, facultativos anaeróbios, fermentadores de glicose e oxidase-negativos (Fagundes, 2021). Estão presentes em diferentes ambientes e na microbiota intestinal, participando de funções benéficas, como a síntese de vitaminas e a competição com patógenos (Funke et al., 2024). Contudo, quando há

desequilíbrio ou exposição a ambientes hospitalares, tornam-se importantes agentes de infecções oportunistas (Koneman et al., 2017).

Os beta-lactâmicos são amplamente utilizados no tratamento de infecções bacterianas, atuando na inibição das proteínas ligadoras de penicilina (PBPs) e bloqueando a síntese da parede celular. Entretanto, a produção de beta-lactamases de espectro estendido (ESBL) é um dos mecanismos mais eficientes de resistência entre as enterobactérias. Essas enzimas são capazes de hidrolisar penicilinas, cefalosporinas de amplo espectro (incluindo as de terceira geração) e monobactâmicos, mas são inibidas por compostos como o ácido clavulânico (Bush; Bradford, 2020).

As ESBLs surgiram por mutações pontuais nos genes de beta-lactamases pré-existentes, como TEM e SHV, originalmente sensíveis aos inibidores. Com o tempo, novas variantes, como as do tipo CTX-M, tornaram-se predominantes globalmente, associadas principalmente a cepas de Escherichia coli e Klebsiella pneumoniae (Bush; Bradford, 2020; Yip; Gerriets, 2024).

Esses genes são frequentemente carreados por plasmídeos conjugativos, o que possibilita a transferência horizontal entre diferentes gêneros bacterianos, acelerando a disseminação da resistência (Chatuverdi et al., 2021). Além disso, os plasmídeos que codificam ESBLs frequentemente carregam outros genes de resistência, como para aminoglicosídeos, tetraciclinas e quinolonas, resultando em multirresistência (De Andrade; Da Costa Darini, 2020).

A ação das ESBLs baseia-se na hidrólise do anel beta-lactâmico, estrutura essencial à atividade antibiótica. Ao romper a ligação amida do anel, o antibiótico perde sua capacidade de ligação às PBPs, inviabilizando a inibição da síntese da parede celular e permitindo a sobrevivência bacteriana (Chatuverdi et al., 2021).

Clinicamente, infecções por bactérias produtoras de ESBL estão associadas a falhas terapêuticas, maior tempo de internação e mortalidade elevada, uma vez que limitam as opções terapêuticas eficazes. O tratamento, nesses casos, depende do uso de carbapenêmicos ou combinações com inibidores de beta-lactamase, fármacos de uso restrito e custo elevado (Sarango Berru, 2023).

Dessa forma, a disseminação dessas cepas representa uma séria ameaça à saúde pública global, reforçando a importância do controle do uso de antibióticos e do monitoramento laboratorial contínuo de isolados clínicos para identificação precoce de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Enterobacteriaceae produtoras de ESBL configuram um dos maiores desafios da atualidade em saúde pública. Sua capacidade de inativar uma ampla gama de antibióticos beta-lactâmicos compromete a eficácia terapêutica e favorece a disseminação hospitalar de cepas multirresistentes. A presença de genes plasmidiais, frequentemente associados a múltiplos mecanismos de resistência, contribui para a rápida expansão do problema em escala mundial. Assim, a vigilância microbiológica, o uso racional de antimicrobianos e a implementação de políticas de controle de infecção são fundamentais para conter a propagação dessas bactérias e reduzir o impacto clínico e econômico das infecções associadas

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sílvia Marisa Moreira. **Farmacologia dos antibióticos Beta-lactâmicos.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

BHAGWAT, Amrita; HALDAR, Tiyasa; KANOJIYA, Poonam; SAROJ, Sunil D. Bacterial metabolism in the host and its association with virulence. **Virulence,** v. 16, n. 1, p. 2459336, 2025. DOI: 10.1080/21505594.2025.2459336. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11792850/. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia clínica para o controle de infecção relacionada à assistência à saúde. Módulo 6: Detecção e identificação de bactérias de importância médica.** Brasília, DF: ANVISA, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/modulo-6-deteccao-e-identificacao-de-bacterias-de-importancia-medica/view. Acesso em: 25 mar. 2025.

BUSH, Karen; BRADFORD, Patricia A. Epidemiology of β-Lactamase-Producing Pathogens. **Clinical Microbiology Reviews,** v. 33, n. 10, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1128/cmr.00047-19. Acesso em: 15 mar. 2025.

CHATURVEDI, Preeti; GIRI, Balendu Shekher; SHUKLA, Parul; GUPTA, Pratima. Recent advancement in remediation of synthetic organic antibiotics from environmental matrices: Challenges and perspective. **Bioresource Technology,** v. 319, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0960852420314358. Acesso em: 03 mai. 2025.

DE ANDRADE, Leonardo Neves; DA COSTA DARINI, Ana Lúcia. **Mecanismos de resistência bacteriana aos antibióticos.** Universidade de São Paulo, 2020.

FUNKE, Gerard J.; TORTORA, Christine L.; CASE, Warner B.; BAIR III, Derek Weber, Berdell R. **Microbiologia.** 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2024. E-book. ISBN 9786558822585. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558822585/. Acesso em: 01 mar. 2025.

GAUBA, Anusha; RAHMAN, Khondaker Miraz. Evaluation of antibiotic resistance mechanisms in Gram-negative bacteria. **Antibiotics (Basel),** Basileia, v. 12, n. 11, art. 1590, 2023. DOI: 10.3390/antibiotics12111590. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10668847/. Acesso em: 24 set. 2025.

HABBOUSH, Yacob; GUZMAN, Nilmarie. Antibiotic Resistance. **National Library of Medicine,** 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK513277/. Acesso em: 22 mar. 2025.

INGRAHAM, John L.; INGRAHAM, Catherine A. **Introdução à microbiologia: uma abordagem baseada em estudos de casos.** Porto Alegre: +A Educação – Cengage Learning Brasil, 2010. E-book. ISBN 9786555584370. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555584370/. Acesso em: 01 mar. 2025.

KONEMAN, Elmer W. et al. **Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

MACHADO, Daisy; GASPARINO, Marcia Cristina dos Santos; SERAFIM, Mariana de Oliveira. **Análise da resistência antimicrobiana de Escherichia coli: avaliação e implicações.** *Ensaios UFSC*, 2023. Disponível em: https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/1892123057370876.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

OELSCHLAEGER, Peter. Lactamases: Sequence, Structure, Function, and Inhibition. **Biomolecules,** v. 11, n. 7, p. 986, 2021. DOI: 10.3390/biom11070986. Acesso em: 01 mar. 2025.

PANDEY, Neelanjana; CASCELLA, Marco. Beta lactam antibiotics. **StatPearls,** Treasure Island (FL), 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/books/NBK545311/. Acesso em: 23 mar. 2025.

PAIVA, Isabella da Costa. **Perfil de prevalência de infecções por enterobactérias e sua resistência antimicrobiana em um laboratório de análises clínicas.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SARANGO BERRU, Ary Sebastian. **Resistencia a los antimicrobianos por enterobacterias a nivel de América Latina y el Caribe.** Universidade Católica de Cuenca, 2023.

SILVA, Roberto Viana da; PINHEIRO-MACHADO, Rita; SOUSA, Ana Cristina Augusto de. **Penicilina: da descoberta ao patenteamento do processo de produção em larga escala.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 31, p. e2024021, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/TFLRcQ6snngtyT6btqfMHns/. Acesso em: 02 mai. 2025.

SIZAR, Omeed; LESLIE, Stephen W.; UNAKAL, Chandrashekhar G. Gram-Positive Bacteria. **StatPearls,** Treasure Island (FL), 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK470553/. Acesso em: 23 mar. 2025.

TERRA, Ester; MELLO, Wallace de; SANTOS, Débora Ribeiro de Souza. Avaliação do perfil de suscetibilidade aos antimicrobianos de bactérias gram-negativas de origem clínica. **Revista Científica do UBM,** v. 26, n. 51, p. 39–50, jul. 2024. DOI: 10.52397/rcubm.v26i51.2114. Acesso em: 15 mar. 2025.

TRIPATHI, Nishant; SAPRA, Amit. Gram Staining. **StatPearls,** Treasure Island (FL), 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32965827/. Acesso em: 23 mar. 2025.

YIP, Derek W.; GERRIETS, Valerie. Penicillin. **StatPearls,** Treasure Island (FL), 2024. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554560/. Acesso em: 24 set. 2025.

NEFROPATIA POR IGA: UM ESTUDO DE CASO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Karoline Perazzoli Alberti[1]
Mariane Rafaela Seidel[2]

Resumo – A Nefropatia por IgA (NIgA), frequentemente chamada de Doença de Berger, é a forma mais comum de glomerulonefrite caracterizada pela deposição de imunoglobulina A (IgA) nos glomérulos renais. O objetivo geral deste trabalho foi analisar a evolução clínica da NIgA a partir de um relato de caso de um indivíduo com diagnóstico tardio, avaliando as estratégias para a identificação precoce e condução clínica da doença. A metodologia foi um estudo descritivo longitudinal. Após passar por todos os exames clínicos foi diagnosticado um quadro de insuficiência renal crônica (IRC) com hipertensão arterial (HAS), hematúria e proteinúria persistente, sendo necessário um transplante renal. Contudo, a forma de lidar com essa condição continua incerta e influenciada pela significativa diversidade que apresenta. Os fatores aceitos atualmente, que indicam de maneira independente a evolução da doença, são principalmente clínicos como a HAS e laboratoriais (proteinúria e níveis de creatinina). Recentemente o papel da histopatologia também foi reconhecido.

Palavras-chave: glomerulonefrite; prognóstico; biópsia renal.

INTRODUÇÃO

A nefropatia por IgA (NIgA), também conhecida como doença de Berger, é a glomerulonefrite primária mais comum, caracterizada pela deposição de imunoglobulina A (IgA) nos glomérulos renais, que desencadeia uma resposta inflamatória progressiva, resultando em lesão dos glomérulos (Paula et al., 2024). Como uma das principais causas de doença renal crônica (DRC) e doença renal crônica terminal (DRCT), a NIgA está frequentemente associada a hematúria macroscópica ou microscópica, presença de células imaturas na urina, e proteinúria e pode acometer indivíduos de diferentes faixas etárias, sendo mais provável em homens (Caminha et al., 2024).

A NIgA pode também se apresentar como uma glomerulonefrite secundária, ocorrendo de maneira conjunta a outras condições, como infecções do trato respiratório e gastrointestinal, vasculites sistêmicas e cirrose hepática. Estudos apontam que cerca de 50% das glomerulopatias e aproximadamente 40% dos casos de doença renal em estágio terminal têm a NIgA como causa subjacente (Pattrapornpisut; Avila-Casado; Reich, , 2021).

[1] Acadêmica do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução clínica da NIgA a partir do relato de caso de um indivíduo com diagnóstico tardio, avaliando estratégias para a identificação precoce e condução clínica da doença.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em um estudo descritivo longitudinal, que analisou a evolução clínica de um indivíduo com diagnóstico tardio de NIgA. A abordagem contemplou as estratégias diagnósticas e terapêuticas empregadas em seu acompanhamento clínico, bem como os impactos do transplante renal em sua qualidade de vida. O estudo foi realizado com base em revisão de dados de prontuários e exames, no Hospital Divino Salvador e Instituto de Patologia (IPA) em Videira, Santa Catarina, e Instituição Renal Vida, Blumenau, Santa Catarina, onde o indivíduo realizou seu transplante de rim há mais de 11 anos, e recebe atendimento médico especializado. Também foram incluídos relatos do indivíduo.

O diagnóstico de NIgA foi confirmado por biópsia renal, e o histórico clínico do paciente encontra-se documentado. Para este estudo, foram considerados nos prontuários médicos, dados referentes ao histórico clínico, exames laboratoriais e evolução do tratamento. Os dados coletados foram organizados e analisados de forma quantitativa e qualitativa. Os parâmetros laboratoriais quantitativos foram inicialmente tabulados no Microsoft Excel e, posteriormente, analisados com o auxílio dos softwares SPSS, GraphPad Prism e Origin. Já os achados clínicos e demais exames laboratoriais foram examinados por meio de métodos descritivos, possibilitando a identificação de padrões na evolução clínica do indivíduo.

A pesquisa seguiu as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Por envolver dados de um paciente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), assegurando o cumprimento dos princípios éticos. O sigilo e a confidencialidade das informações foram garantidos, com a não identificação do participante, que autorizou a utilização de seus dados clínicos para fins de pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, sob o parecer nº 7.857.890.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O indivíduo do estudo de caso, trata-se de um homem de 33 anos, residente em Videira, Santa Catarina, Brasil, diagnosticado com NIgA. Em termos epidemiológicos, a NIgA é mais comum em populações do Leste Asiático, como Japão e China, onde representa até 50% dos casos de glomerulonefrite diagnosticados por biópsia renal. Em países europeus e no Brasil, essa prevalência varia de 20% a 40% (Correia et al., 2022). Veloso et al. (2024), também descrevem que asiáticos e caucasianos, têm maior predisposição genética à NIgA.

O indivíduo do caso, procurou atendimento médico após episódios de HAS, cefaléia e calafrios. Relatou hematúria macroscópica em 2010, sem investigação complementar, e três anos depois apresentou picos hipertensivos intensos (até 220/100 mmHg), sendo internado para investigação detalhada.

A NIgA apresenta grande variabilidade clínica, o que torna o reconhecimento de seus sinais e sintomas um desafio. A HAS é comum, podendo estar presente desde os estágios iniciais da doença, sendo um importante fator de risco para progressão da lesão renal (Pitcher et al., 2023). Em determinados indivíduos, episódios de hematúria macroscópica podem vir acompanhados de dor lombar, embora esse sintoma não esteja presente em todos os casos (Veloso et al., 2024).

O achado mais característico da NIgA foi a hematúria, que pode se manifestar de forma macroscópica, com coloração avermelhada da urina, especialmente após infecções de vias aéreas superiores, ou de forma microscópica, sendo detectada apenas por exames laboratoriais. A hematúria microscópica persistente, isolada ou associada à proteinúria, é uma das principais alterações laboratoriais observadas especialmente em homens jovens, sendo necessária avaliação criteriosa para exclusão de outras causas de glomerulonefrite (Veloso et al., 2024).

Os exames laboratoriais iniciais incluem urina (hematúria e proteinúria). A persistência desses achados, especialmente proteinúria leve ou moderada, sugere NIgA (Veloso et al., 2024). Quando a proteinúria ultrapassa 1g/dia, o prognóstico é desfavorável. Em alguns casos, a doença pode se manifestar apenas com proteinúria isolada, reforçando a importância da uroanálise no diagnóstico e monitoramento (Chimelli et al; 2022).

Conforme apresentado no quadro 1, os exames laboratoriais iniciais evidenciaram insuficiência renal significativa, com alteração dos parâmetros séricos de função renal creatinina (CRE) e ureia (URE), e alteração em padrões urinários, como a taxa de filtração glomerular (TFG), proteinúria, hematúria microscópica, cilindrúria, e alta relação proteína/ creatinina (RPC), indicando significativa perda proteica renal. Houve também aumento do ácido úrico, associado à diminuição da TFG.

Quadro 1. Padrão sérico e urinário do indivíduo com NIgA

Exame	Resultado	Valores normais
Creatinina sérica	5,47 mg/dL	0,70 e 1,3 mg/dL
Ureia	141 mg/dL	10 e 50 mg/dL
Ácido úrico	8,2 mg/dL	3,4 mg/dL e 7,0 mg/dL
TFG	12,79 ml/min/1,73 m^2	90 a 120 ml/min/1,73 m^2
RPC	371,5 mg/g	0,7 a 1,3 mg/dL

Fonte: Os autores (2025)

A apresentação clínica do paciente, incluindo HAS, hematúria e proteinúria, refletiu o espectro típico da NIgA, especialmente em casos de progressão rápida para insuficiência renal crônica, corroborando com Barros et al., 2021).

Exames bioquímicos, como dosagem de CRE, URE e cálculo da TFG, são indispensáveis para avaliação da função renal (Veloso et al., 2024). A CRE e a TFG são úteis para avaliar a função renal, mas costumam estar normais nas fases iniciais, principalmente nos casos com hematúria isolada. Com a progressão da doença, especialmente para formas rapidamente progressivas, a TFG tende a cair (Barreto et al., 2024). A TFG significativamente reduzida reforça a necessidade de acompanhamento rigoroso e estratégias terapêuticas voltadas para o controle da pressão arterial, redução da proteinúria e preservação da função renal residual.

O paciente apresentou elevado grau na RPC (371,5 mg/g). A RPC na urina é uma alternativa prática à coleta de 24 horas para estimativa da magnitude da proteinúria (Veloso et al., 2024).

Diante do quadro de insuficiência renal crônica com proteinúria significativa, foi realizada biópsia renal guiada por ultrassonografia, a qual apontou glomeruloesclerose segmentar focal, associada à imunofluorescência positiva para IgA e C3 em padrão granular mesangial, confirmando o diagnóstico de NIgA (Figura 1). Esses achados são consistentes com a literatura, que destaca a deposição mesangial de IgA como característica patognomônica da doença. Podem ser identificados ainda depósitos de C3, proliferação mesangial, esclerose glomerular e fibrose intersticial tendo alterações associadas a pior prognóstico (Pattrapornpisut; Avila-Casado; Reich, , 2021). Assim, o diagnóstico definitivo de NIgA é feito por biópsia renal, com imunofluorescência como método padrão-ouro para identificar depósitos de IgA no mesângio (Dias et al., 2021).

Figura 1 – Resultado da biópsia renal guiada por ultrassonografia

Fonte: Instituto de Patologia (2013). Notas: IgA = Imunoglobulina A; C3 = Complemento 3

A ultrassonografia é comumente utilizada como exame complementar, especialmente antes da biópsia, para avaliar o tamanho dos rins, alterações estruturais ou sinais de doença renal crônica, como nefroesclerose (Oliveira et al; 2023). Em indivíduos com hipertensão associada à lesão renal, exames de imagem são úteis para monitoramento e direcionamento terapêutico (Petreski et al., 2021).

O indivíduo do caso passou por transplante renal em 2013 sendo a doadora a esposa, que foi compatível. Veloso et al. (2024) indicaram em seu estudo, que a evolução da NIgA é imprevisível. Em alguns indivíduos, mantém-se estável por anos e em outros, evolui progressivamente. Aproximadamente 20% a 30% dos indivíduos podem desenvolver doença

renal crônica terminal, necessitando de hemodiálise ou transplante renal como forma de tratamento definitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de sinais clínicos importantes, como hematúria macroscópica, dores lombares intensas e aumento progressivo da creatinina, não houve investigação aprofundada por parte da equipe médica na época, o que retardou o diagnóstico. Assim, o caso pode ser considerado de evolução tardia, uma vez que o acompanhamento inicial não foi conduzido de forma adequada, permitindo o avanço da lesão renal. Após cerca de três anos, houve piora acentuada do quadro clínico, com elevação expressiva dos níveis de creatinina e proteinúria, além de hipertensão grave e sintomas sistêmicos mais intensos.

A ausência do diagnóstico precoce e a falta de medidas terapêuticas adequadas contribuíram para a rápida progressão da doença, levando à IRC e, posteriormente, à necessidade de transplante renal.

Esse caso reforçou a importância da investigação imediata diante de alterações urinárias e laboratoriais, pois o diagnóstico precoce poderia possibilitar um manejo clínico menos invasivo e a prevenção da evolução para o estágio terminal da doença.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), instituição responsável pela formação acadêmica.

Manifesto também minha gratidão aos professores orientadores e aos docentes do curso de Biomedicina da UNIARP, pelo comprometimento, paciência e incentivo contínuo durante todo o processo de aprendizado.

E, de forma muito especial, agradeço à minha família, pelo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos dessa caminhada acadêmica. O apoio incondicional e as palavras de motivação foram fundamentais para que eu persistisse e concluísse mais essa etapa com dedicação e comprometimento.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. C. *et al*. Comparação de fórmulas para cálculo da taxa de filtração glomerular estimada e seus limiares diagnósticos para doença renal crônica em pessoas idosas: um estudo transversal. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,** Rio de Janeiro, v. 27, p. e240002, 2024.

BARROS, R. T. *et al*. Registro Brasileiro de Biópsias Renais (RBCR): primeiros resultados e análise epidemiológica. **Jornal Brasileiro de Nefrologia,** São Paulo, v. 43, n. 4, p. 475-485, 2021.

CAMINHA, M. F. *et al.* Fisiopatologia e clínica da Nefropatia por IgA: uma revisão de literatura. São Paulo**, Research, Society and Development**, v. 13, n. 7, e9113746378, 2024.

CHIMELLI, Y. S.; MAGRANI, G.C. Uso de creatina em praticantes de exercícios físicos e sua correlação com injúrias renais: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, Brasília,** v. 8, n. 4, p. 1696-1704, 2022.

CORREIA, R. E. **Alterações hematológicas das doenças autoimunes.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Portugal. 2022. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/512534a1-87f3-4dce-9296-c67e7373ac6a. Acesso em 26 fev. 2025.

DIAS, C. B. *et al*. Nefropatia por IgA em pacientes com anticorpo anticitoplasma de neutrófilo positivo: série de casos. **Brazilian Journal of Nephrology,** v. 44, p. 42-47, 2021.

PATTRAPORNPISUT, P.; AVILA-CASADO, C.; REICH, H. N. IgA nephropathy: core curriculum 2021. **American Journal of Kidney Diseases**, v. 78, n. 3, p. 429-441, 2021.

PAULA, Ana Clara Abreu Lima de; VICTÓRIA, Pedro Henrique Santos *et al*. Doença de Berger: principais aspectos da doença. **Journal of Social Issues and Health Sciences,** [s.l], v. 1, n. 5, p. 1-7, 2024.

PETRESKI, T. *et al.* Review on inflammation markers in chronic kidney disease. **Biomedicines,** [s.l], v. 9, n. 2, p. 182, 2021. Doi: 10.3390/biomedicines9020182.

PITCHER, D. *et al*. Long-term outcomes in IgA nephropathy. **Clinical Journal of the American Society of Nephrology,** [s.l], v. 18, n. 6, p. 727-738, 2023. Doi: 10.2215/CJN.0000000000000135.

VELOSO, B. C. A abordagem da doença de Berger: uma nefropatia provocada por IgA. **Research, Society and Development,** Brasília, v. 13, n. 10, p. e09131047026, 2024.

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL CITOTÓXICO DO EXTRATO DO BAGAÇO DE UVA EM LINHAGEM CELULAR DE LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA (LMC)

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso[1]

Wilian Henrique Furtado[2]
Claudriana Locatelli[3],[4]
Ariana Centa[5], [6]

Resumo – Leucemia mieloide crônica é uma neoplasia hematológica associada ao gene de fusão BCR-ABL, resultando em proliferação celular descontrolada e resistência à apoptose. Diante da busca por terapias complementares menos tóxicas, este estudo avaliou o potencial citotóxico de extratos do bagaço de uva em linhagem leucêmica K562. Extratos do bagaço de uva (variedades Tannat, Cabernet, Izabel e Blend) foram preparados e testados in vitro em células de leucemia K-562, e células não tumorais HUVEC. A viabilidade celular foi avaliada pelo ensaio de MTT. A partir destes resultados foi estimado o valor de IC50 e a seletividade frente às células tumorais. Os extratos das variedades Cabernet, Tannat e Blend reduziram significativamente a viabilidade das células K562 de forma tempo e dose-dependente, especialmente em concentrações entre 250 e 500 µg, enquanto o Izabel não apresentou atividade citotóxica. A análise de IC_{50} revelou maior potência para o extrato de Cabernet (232,3 µg), sugerindo influência da composição fenólica sobre a atividade biológica. Nos testes com HUVEC, observou-se toxicidade moderada, sem comprometimento expressivo da viabilidade celular, demonstrando seletividade tumoral. Conclui-se que os extratos de bagaço de uva apresentam potencial antiproliferativo, indicando a necessidade de estudos adicionais para elucidar os mecanismos moleculares envolvidos na citotoxicidade.

Palavras-chave: Citotoxicidade celular; K-562; leucemia mieloblástica crônica; mieloproliferação;

INTRODUÇÃO

A leucemia é uma neoplasia hematológica que se origina na medula óssea, local responsável pela produção de células sanguíneas, como leucócitos, eritrócitos e plaquetas (Inca, 2022). Ela ocorre quando células sanguíneas imaturas crescem descontroladamente e não

[1] Laboratório de Pesquisa Translacional em Saúde - UNIARP.
[2] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[3] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[4] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.
[5] Curso de Graduação em Biomedicina, Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[6] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.

conseguem completar seu processo de maturação natural, permanecendo na corrente sanguínea e substituindo células normais e saudáveis (Nunes *et al*., 2023).

Neste contexto temos quatro principais tipos de leucemia, linfoide aguda (LLA), linfoide crônica (LLC), mieloide aguda (LMA) e mieloide crônica (LMC) (Pfizer, 2021). Enquanto as leucemias crônicas se caracterizam por uma progressão lenta e fases assintomáticas prolongadas, as leucemias agudas têm um rápido e agressivo desenvolvimento (Abreu; Sousa; Gomes, 2021). De acordo com estudo de Chennamadhavuni *et al*. (2025), as leucemias linfoides afetam o sistema imunológico do nosso corpo, enquanto as mieloides, interferem no equilíbrio e renovação sanguínea, afetando os leucócitos, hemácias e plaquetas.

A LMC é uma doença mieloproliferativa clonal resultante de uma alteração genética nas células-tronco hematopoiéticas da medula óssea (Maria Marin *et al*., 2021). Essa mutação leva à formação do gene de fusão BCR-ABL, derivado de uma translocação mútua entre os cromossomos 9 e 22, conhecido como cromossomo Filadélfia (Ph) (Jabbour; Kantarjian, 2025). A oncoproteína produzida por essa fusão exibe atividade desregulada da tirosina quinase, promovendo proliferação celular excessiva, inibindo a apoptose e suprimindo a hematopoiese normal do sangue (Filho *et al*., 2023).

No Brasil, aproximadamente 11.540 novos casos de leucemia são notificados anualmente, sendo cerca de 1.700 classificados como LMC, afetando principalmente indivíduos com mais de 45 anos e sendo ligeiramente mais prevalente em homens (Inca, 2023). A maioria dos pacientes (cerca de 80%) é diagnosticada durante a fase crônica, quando a doença progride lentamente e responde melhor à terapia. Clinicamente, os pacientes podem permanecer assintomáticos por longos períodos, e o diagnóstico frequentemente ocorre acidentalmente durante exames de sangue de rotina (Beligoy *et al*., 2023). Quando os sintomas estão presentes, eles podem incluir fadiga, perda de peso, febre, sudorese noturna, esplenomegalia, dor óssea e anemia. O diagnóstico é confirmado por meio de análises hematológicas e moleculares, como hemograma completo, estudos citogenéticos e detecção molecular do gene BCR-ABL (Maria Marin *et al*., 2021).

Nos últimos anos, tem crescido o interesse científico em torno de compostos bioativos naturais como potenciais terapias complementares com menor toxicidade e efeitos sinérgicos. Entre estes, os polifenóis derivados do extrato do bagaço de uva, como o resveratrol, a quercetina e as catequinas, demonstraram propriedades antioxidantes e pró-apoptóticas promissoras em vários modelos de câncer (Kim; Kin; Beck, 2024). Esses compostos podem modular o estresse oxidativo, induzir apoptose e interferir nas vias de sinalização celular envolvidas na sobrevivência e proliferação tumoral.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar os efeitos citotóxicos de extratos de bagaço de uva em uma linhagem de leucemia mieloide crônica (K562).

METODOLOGIA

As linhagens celulares utilizadas foram a K-562 (leucêmica) e HUVEC (não tumoral). As células foram mantidas em meio DMEM, suplementado com 10 % de soro fetal bovino e 1% de antibiótico, em incubadora a 37 °C com 5 % CO_2.

O bagaço de uva das variedades Tannat, Cabernet Sauvignon, Izabel e Blend (Bordô:Izabel), obtido nas vinícolas Grando e Frigotto (Caçador-SC), foi acondicionado em bandejas de aço inoxidável e submetido à secagem em estufa com ventilação forçada a 45 °C por sete dias, no Laboratório Translacional em Saúde da UNIARP. Para os testes de viabilidade celular, uma solução estoque a 100 mg/mL (diluída em DMEM com 10% de DMSO) de cada extrato foi preparada e, a partir desta solução outras diluições foram feitas para utilização no tratamento das células.

As células K-562 e HUVEC foram plaqueadas em microplacas de 96 poços na densidade de $1x10^4$ células/poço, em 100 µl de meio DMEM. Após o plaqueamento, as células foram tratadas com os extratos em diferentes concentrações (25 a 1000 µg) totalizando 200 µl em cada poço. O tempo de exposição foi de 24, 48 e 72 horas. Foram utilizados controles para o veículo (DMSO) e controle positivo de morte celular (H_2O_2) A viabilidade celular foi avaliada pelo ensaio colorimétrico de MTT. Os valores de IC_{50} foram determinados por regressão não linear. Os dados foram analisados estatisticamente utilizando o software GraphPad Prism® 9.5.0.

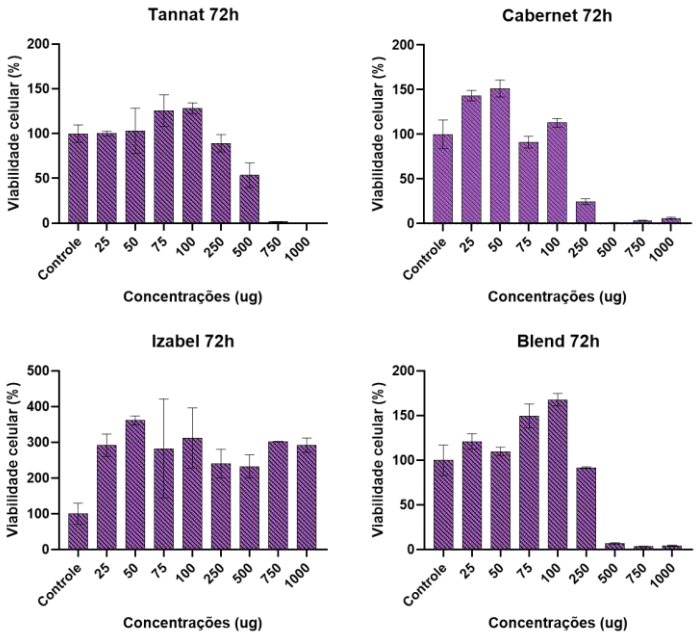
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Extratos hidroetanólicos do bagaço de uva das variedades Tannat, Cabernet, Izabel e Blend foram avaliados quanto ao seu potencial citotóxico em linhagens celulares leucêmicas K562 e células não tumorais HUVEC.

Após 72 horas de exposição, observou-se expressiva redução da viabilidade das células K-562 com os extratos Cabernet, Blend e Tannat, especialmente em concentrações entre 250 e 500 µg, com resultados estatisticamente significativos, conforme apresentado na Figura 1. O extrato de Izabel não demonstrou efeito citotóxico sobre a linhagem K-562. Esse resultado sugere o efeito citotóxico dependente de tempo e dose (o efeito nos tempos de 24 e 48 horas foram menores – dados não mostrados), indicando que a exposição prolongada intensifica a ação antiproliferativa sobre as células leucêmicas, com viabilidade residual inferior a 10% em alguns casos.

Em contraste, nenhum dos extratos demonstrou grande toxicidade nas células HUVEC, apresentando efeito somente com 1000 µg.

Figura 1 – Viabilidade celular da linhagem K562 tratada com extratos de bagaço de uva Tannat, Cabernet, Blend e Izabel durante 72 horas, nas concentrações de 25 a 1000 µg.



Fonte: Os autores (2025).

A partir dos dados de viabilidade celular, foram estimados os valores de IC_{50} de cada um dos extratos Tannat, Cabernet e Blend nas linhagens celulares K-562 e HUVEC. Para o extrato de Izabel não foi possível estimar o IC50, pois ele não diminuiu a viabilidade celular em nenhuma das linhagens testadas. A Tabela 1 apresenta o IC_{50} após 72 horas de tratamento. Conforme os resultados, observa-se uma maior potência do extrato de Cabernet em comparação aos demais, seguido do Blend e do Tannat. Essas diferenças provavelmente se devem à distinta composição fenólica e aos teores de antocianinas e taninos condensados, responsáveis por efeitos antiproliferativos mais pronunciados.

Nos testes com HUVEC, observou-se toxicidade menor de todos os extratos, sem comprometimento expressivo da viabilidade celular, demonstrando seletividade tumoral.

Tabela 1 – Valores estimados de IC_{50} (µg) dos extratos do bagaço de uva após 72 horas de exposição.

Variedade de uva utilizada na preparação do extrato	IC_{50} (µg) em K-562	IC_{50} (µg) em HUVEC
Tannat	507,6	1283,0
Cabernet	232,3	641,8
Blend	350,2	875,7

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os extratos de bagaço de uva possuem atividade citotóxica relevante frente à linhagem leucêmica K-562, principalmente nas variedades Cabernet, Tannat e Blend, cujos efeitos foram dependentes da dose e do tempo de exposição. Esses achados indicam que compostos fenólicos presentes nesses extratos, como taninos e antocianinas, podem contribuir para a redução da viabilidade e proliferação celular.

Em contrapartida, o extrato Izabel apresentou comportamento irregular e baixa citotoxicidade, possivelmente devido à menor diversidade e concentração de compostos bioativos. A avaliação em células endoteliais humanas (HUVEC) não mostrou efeitos severos, o que indica uma margem de segurança satisfatória para o uso dos extratos em estudos futuros.

Dessa forma, conclui-se que o bagaço de uva, um subproduto agroindustrial de baixo custo, apresenta potencial promissor como fonte de compostos bioativos com propriedades antiproliferativas. No entanto, ressalta-se a necessidade de novos estudos que investiguem frações específicas dos extratos e explorem os mecanismos moleculares de apoptose e estresse oxidativo envolvidos em sua ação sobre células leucêmicas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pelo incentivo à pesquisa durante a graduação.

REFERÊNCIAS

ABREU, GABRIELLA MORAIS; SOUSA, SARAH CAMPOS DE; GOMES, ERISTON VIEIRA. LEUCEMIA LINFOIDE E MIELOIDE: UMA BREVE REVISÃO NARRATIVA / LYMPHOID AND MYELOID LEUKEMIA: A BRIEF NARRATIVE REVIEW. BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT, V. 7, N. 8, P. 80666–80681,13 AGO. 2021. DISPONÍVEL EM: HTTPS://OJS.BRAZILIANJOURNALS.COM.BR/OJS/INDEX.PHP/BRJD/ARTICLE/VIEW/34429. ACESSO EM: 27 MAR. 2025.

BELIGOY, Luis et al. Leucemia mieloide crónica. Sociedad Argentina de Hematología, 2023. Acesso em: 23 out. 2025.

CHENNAMADHAVUNI, Adithya et al. Leukemia. In: StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2025. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK560490/. Acesso em: 06 mar. 2025.

FILHO, DSC et al. Leucemia aguda de células dendríticas plasmocitóides blásticas secundária a policitemia vera: relato de caso e revisão da literatura. Hematology, Transfusion and Cell Therapy, v. 45, p. S202–S203, 1 out. 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2531137923006041?via%3Dihub Acesso em: 23 out. 2025.

HÄSELBARTH, Lukas et al. Synergistic lethality in chronic myeloid leukemia – targeting oxidative phosphorylation and unfolded protein response effectively complements tyrosine kinase inhibitor treatment. BMC Cancer, v. 23, n. 1, p. 1–12, 1 dez. 2023. Disponível em: https://bmccancer.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12885-023-11623-6. Acesso em: 25 out. 2025.

INCA. Leucemia. Instituto Nacional de Câncer - INCA, jun. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/leucemia. Acesso em: 03 mar. 2025.

INCA. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional de Câncer - INCA Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional De Câncer, 2023. Acesso em: 10 jun. 2025.

JABBOUR, Elias; KANTARJIAN, Hagop. Chronic Myeloid Leukemia: A Review. JAMA, v. 333, n. 18, p. 1618–1629, 13 maio 2025. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ajh.27708. Acesso em: 10 jun. 2025.

KIM, Ryungsa; KIN, Takanori; BECK, William T. Impact of Complex Apoptotic Signaling Pathways on Cancer Cell Sensitivity to Therapy. Cancers, v. 16, n. 5, p. 984, jan. 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2072-6694/16/5/984. Acesso em: 10 jun. 2025

PFIZER. Leucemia Linfoblástica Aguda (LLA). Pfizer. Disponível em: https://www.pfizer.com.br/noticias/ultimas-noticias/leucemia-linfoblastica-aguda-lla. Acesso em: 06 mar. 2025.

MARIA MARIN, Anelis et al. Archives of Cancer Biology and Therapy Editorial. Molecular Biology for BCR-ABL1 Quantification for Chronic Myeloid Leukemia Monitorization and Evaluation. Archives of Cancer Biology and Therapy, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.scientificarchives.com/article/molecular-biology-for-bcr-abl1-quantification-for-chronic-myeloid-leukemia-monitorization-and-evaluation. Acesso em: 23 out. 2025.

NUNES, Laura de Oliveira Santos et al. Procedimentos e evolução no diagnóstico da lla: uma revisão bibliográfica. REVISTA FOCO, v. 16, n. 10, p. e3234–e3234, 2023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3234. Acesso em: 03 mar. 2025.

DIABETES E INFECÇÕES URINÁRIAS: MICRORGANISMOS PREDOMINANTES E SEU PERFIL DE RESISTÊNCIA EM INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS

Categoria:Trabalho de Conclusão de Curso

Kioanne Carla Pereira[1]
Mariane Rafaela Seidel[2]

Resumo – O trabalho atual examinou a quantidade de microrganismos identificados em uroculturas e o padrão de resistência a antimicrobianos em pacientes com diferentes níveis de glicose no sangue. Diante do aumento no número de casos de Diabetes Mellitus e da elevação nas taxas de resistência bacteriana, essa pesquisa teve importância clínica e epidemiológica significativa para o tratamento das infecções do sistema urinário. O principal resultado identificado foi a predominância de Escherichia coli em todos os grupos analisados; além disso, o aumento da glicose no sangue esteve relacionado a mudanças no padrão de sensibilidade, o que pode aumentar a chance de falha na terapia empírica. Esses achados destacam a necessidade de monitoramento contínuo dos perfis de sensibilidade locais e a implementação de tratamentos baseados em antibiograma, com o objetivo de melhorar a eficácia do tratamento e minimizar a resistência bacteriana.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Infecção Urinária; Microrganismos; Perfil de Prevalência.

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus se classifica em duas categorias: o tipo 1 (DM1), que resulta da destruição das células β do pâncreas e da ausência total de insulina, e o tipo 2 (DM2), que está relacionado à resistência à insulina e à produção insuficiente do hormônio (Darenskaya; Kolesnikova; Kolesnikov, 2021). A resistência bacteriana crescente tem tornado os tratamentos mais desafiadores, e elementos como a imunidade diminuída e a presença de glicose na urina favorecem infecções mais graves e onerosas (Pinheiro et al. , 2021). Portanto, é fundamental descobrir métodos terapêuticos eficazes, já que o impacto do diabetes no Brasil vai além das despesas financeiras, afetando também o bem-estar dos pacientes e de suas famílias (Jacomini et al. , 2023).

As infecções urinárias em indivíduos com DM, quando não tratadas adequadamente, podem se agravar e afetar os rins, resultando em complicações sérias, como a pielonefrite. Isso ocorre porque essas infecções apresentam uma dificuldade maior de cura e prevenção. Diante dessa predisposição, este estudo tem como objetivo responder à seguinte questão: quais os

[1] Acadêmica do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

microrganismos mais prevalentes nas infecções urinárias de indivíduos com DM? Qual o perfil de resistência dos microrganismos causadores de infecções urinárias em indivíduos com DM?

A hipótese deste estudo foi investigar a relação entre Diabetes Mellitus e a prevalência de infecções urinárias, a frequência dos microrganismos causadores dessas infecções e seu perfil de resistência antimicrobiana

METODOLOGIA

Este estudo retrospectivo, observacional e quantitativo recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 7. 857. 664), seguindo a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi realizada com dados de pessoas que apresentavam uroculturas positivas e critérios laboratoriais para Diabetes Mellitus , coletados entre setembro e outubro de 2025, em um laboratório de análises clínicas na região do meio-oeste de Caçador (SC), utilizando um sistema informatizado (SIL). Foram selecionados adultos de ambos os sexos que tinham realizado pelo menos dois testes diagnósticos de DM nos três meses anteriores, de acordo com os critérios da SBD 2025: glicemia em jejum ≥126 mg/dL, hemoglobina glicada ≥6,5%, ou glicemia após 1 hora ≥209 mg/dL.

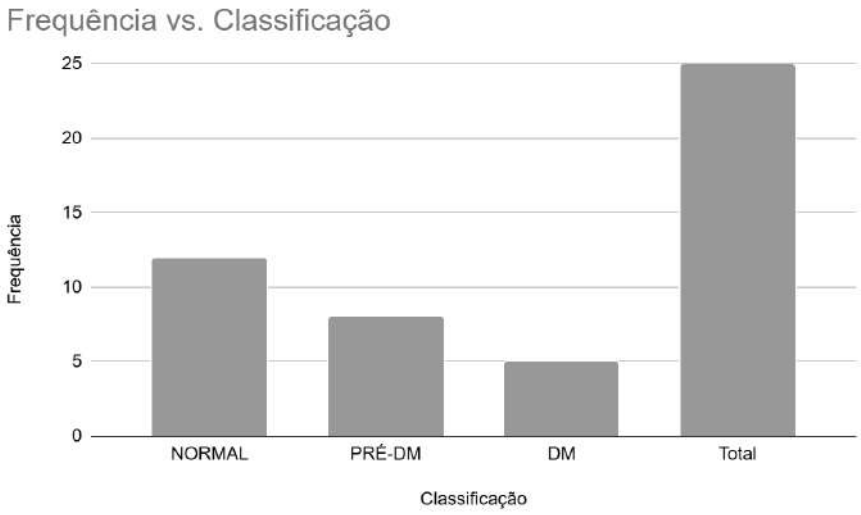
Foram registrados os microrganismos isolados e seus perfis de sensibilidade e resistência aos antimicrobianos nas uroculturas positivas, classificando os antibióticos como sensível (s), sensível com exposição aumentada (i) ou resistente (r). indivíduos com glicemia de jejum entre 100–125 mg/dl e/ou hemoglobina glicada ≥6,5% foram considerados pré-diabetes (pré-dm), assim como aqueles com glicemia de jejum <100 mg/dl e hb glicada ≥6,5%. os demais foram classificados como saudáveis. os dados foram organizados e analisados em planilhas do excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de estudo, das 381 uroculturas, 122 foram positivas. Destas, foream analisadas no SIL, aquelas que tinham histórico de pelo menos duas medidas de glicemias de jejum hemoglobina glicada e/ou TTGO 1 h superiores aos valores de referência preconizados pela Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). Foram selecionadas nesse perfil 35 uroculturas, classificadas em três grupos: a) 22 indivíduos saudáveis; b) 06 indivíduos pré-diabetes; c) 07 indivíduos com DM, conforme a figura 2. Os indivíduos saudáveis tiveram prevalência de Escherichia coli (50%). Enterococcus sp., Staphylococcus coagulase negativa e Streptococcus agalactiae apresentaram a mesma frequência neste grupo (9,1%), bem como Streptococcus sp., Klebsiella sp. e Proteus sp., que apresentaram a mesma frequência (4,5%).

Indivíduos do grupo pré-DM tiveram 100% de prevalência de Escherichia coli, assim como indivíduos com DM, representando 57,1% dos achados, seguido de Streptococcus grupo viridans (28,6%) e Streptococcus grupo D (14,3%).

Figura 2 – Classificação de indivíduos com DM, pré-DM e normais.



Fonte – O autor (2025).

De acordo com Leal et al. (2021), mais de 10% das mulheres sofrem de infecções no trato urinário, e aproximadamente 50% delas terão pelo menos um episódio durante a vida. A bactéria Escherichia coli é responsável por mais de 75% desses casos, acompanhada por outros microrganismos como Klebsiella, Enterobacter, Proteus mirabilis, Staphylococcus saprophyticus e Streptococcus agalactiae. Um estudo conduzido por Galvão (2024) revelou que 85,04% das amostras analisadas eram de origem hospitalar, sendo que 30,96% apresentaram resultados positivos — 65,83% para bactérias e 34,17% para fungos — com o sexo feminino sendo o mais afetado (50,27%). As espécies mais frequentemente isoladas foram Pseudomonas aeruginosa, E. coli, Klebsiella pneumoniae e Enterococcus faecalis.

A análise do perfil de sensibilidade e resistência foi realizada analisando os dados dos resultados do teste de sensibilidade aos antibióticos (TSA), conforme diretrizes do BrCast (2025). Em pessoas saudáveis, 50% das amostras de Enterococcus sp. apresentaram resistência à ampicilina e ciprofloxacino, enquanto Staphylococcus coagulase negativa e Streptococcus agalactiae mostraram resistência e sensibilidade de 50% à clindamicina, tetraciclina e vancomicina. Segundo Nunes (2022), o tratamento das ITUs deve priorizar antibióticos eliminados pelos rins, como nitrofuranos, quinolonas, beta-lactâmicos e sulfonamidas, destacando-se cefalosporinas, sulfametoxazol-trimetoprima e aminopenicilinas. No grupo "saudáveis", Streptococcus grupo D foi 100% sensível à clindamicina, penicilina, eritromicina, rifampicina e tetraciclina, mas resistente à ampicilina e vancomicina; já em diabéticos, houve resistência total à benzilpenicilina e eritromicina.

Nos indivíduos normais, Escherichia coli apresentou maior resistência à ampicilina (81,8%) e amoxicilina+clavulanato (72,7%), e menor ao imipenem (9,1%) e nitrofurantoína (18,2%). No grupo pré-diabetes, destacou-se resistência ao ciprofloxacino (66,7%) e ampicilina (50%), enquanto nos indivíduos com DM os maiores índices ocorreram para amoxicilina+clavulanato, ampicilina, nitrofurantoína e sulfazotrim (75%). E. coli, P. aeruginosa, P. mirabilis e Enterococcus mostram maior resistência à ciprofloxacina e menor à nitrofurantoína. Observou-se ainda relação

entre hiperglicemia e resistência à ampicilina+sulbactam, amoxicilina+clavulanato, ceftazidima e sulfazotrim. Em indivíduos com DM, Streptococcus viridans teve 50% de resistência à clindamicina e benzilpenicilina, enquanto Enterococcus sp., Staphylococcus coagulase negativa e Streptococcus grupo D mostraram sensibilidade aumentada ao imipenem e levofloxacino. A E. coli apresentou sensibilidade intermediária ao cefepime em indivíduos normais (54,5%), ao imipenem em pré-diabéticos (50%) e ao aztreonam e cefepime em diabéticos (50%).

Tabela 2 – Porcentagem de indivíduos normais, pré-DM e DM.

ANTIBIÓTICOS	NORMAIS	PRÉ-DM	DM
ATM	36.40%	0%	50%
CAZ	36.40%	0%	0%
CPM	54.50%	0%	50%
CRO	18.20%	16.60%	0%
CIPRO	9.10%	0%	0%
IPM	0%	50.00%	0%

Fonte: O autor (2025)

No grupo saudável, Escherichia coli mostrou maior sensibilidade ao cefepime (54,5%), seguida de aztreonam e ceftazidima (36,4%), ceftriaxona (18,2%) e ciprofloxacino (9,1%). Conforme a Tabela 2, apenas o aztreonam apresentou aumento da sensibilidade com a elevação do perfil glicêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escherichia coli foi o microrganismo mais frequente em todos os grupos analisados. Outros microrganismos, como Enterococcus sp., Staphylococcus coagulase negativa, Streptococcus agalactiae e Streptococcus do grupo D, apresentaram ocorrência importante, enquanto Klebsiella sp., Proteus sp. e Streptococcus sp. tiveram baixa ocorrência. Esses dados indicam que E. coli é uma causa comum de infecções urinárias, independentemente do estado glicêmico. Antibióticos como imipenem, cefepime, ceftriaxona, nitrofurantoína e rifampicina demonstraram eficácia elevada, ao passo que ampicilina, sulfametoxazol-trimetoprim, piperacilina-tazobactam e amoxicilina-clavulanato mostraram alta resistência.

Para pacientes com DM, a seleção de antibióticos deve priorizar aqueles com eficácia comprovada e resistência baixa, com base em urocultura e antibiograma, assegurando um tratamento seguro e minimizando complicações.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela chance de aprendizado e evolução ao longo do curso. À minha orientadora, Mariane Rafaela Seidel, pela sua dedicação, paciência e por todo o suporte no desenvolvimento deste trabalho. Sou grata também à banca examinadora, pelas contribuições e pelo tempo que dispensaram para avaliar este TCC.

REFERÊNCIAS

DARENSKAYA, M. A.; KOLESNIKOVA, L. I.; KOLESNIKOV, S. I. Oxidative stress: pathogenetic role in Diabetes mellitus and its complications and therapeutic approaches to correction. Bulletin of Experimental Biology and Medicine, v. 171, n. 2, p. 179–182, jun. 2021. DOI: 10.1007/s10517-021-05191-7. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10517-021-05191-7. Acesso em: 2 maio 2025.

GALVÃO, Ana Cecília de Menezes. Perfil de resistência bacteriana em pacientes com infecção urinária. Repositório Institucional, Natal, 2024.https://repositorio.ufrn.br/items/1cb0fcb7-7dba-4ad2-9ebf-952e778c1b8d Acesso em: 20 de ago. 2025.

JACOMINI, Cínthia Pereira et al., A prevalência de internações hospitalares por Diabetes mellitus no Brasil entre 2020 e 2023. Revista Foco, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 123–135, abr./jun. 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2615/1901. Acesso em: 27 mar. 2025.

LEAL et al., Infecção urinária. Ginecologia e Obstetrícia - Edição IX. Editora Pasteur (2021).

NUNES, Isabella Ferreira. Infecção urinária por escherichia coli e sua resistência ao ciprofloxacino. Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/54071. Acesso em: 20 de ago. 2025.

PINHEIRO, Milena Afonso et al., Infecção do trato urinário e diabetes em adultos e idosos da cidade de Pelotas-RS, 2021. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 31., 2022, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: UFPel, 2022. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2022/CS_03515.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diagnóstico de diabetes mellitus. In: Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes – Edição 2025. Disponível em: https://diretriz.diabetes.org.br/diagnostico-de-diabetes-mellitus. Acesso em: 22 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Diabetes: fact sheet. Genebra: WHO, 14 nov. 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/diabetes. Acesso em: 27 mar. 2025.

ALÉM DA ESTÉTICA: TOXINA BOTULÍNICA COMO ALTERNATIVA TERAPÊUTICA PARA A DOR CRÔNICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Rafaela Magueroski da Cruz [1]
Natan Veiga[2]

Resumo – A dor crônica é uma condição persistente que afeta a qualidade de vida dos pacientes e representa um desafio para os profissionais de saúde. Nesse contexto, a toxina botulínica, amplamente conhecida por seu uso estético, tem se destacado como uma alternativa terapêutica promissora. O presente estudo, desenvolvido por meio de uma revisão integrativa de literatura, teve como objetivo analisar a eficácia e a segurança da toxina botulínica no manejo da dor crônica, em comparação a outras estratégias terapêuticas. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Acadêmico, considerando publicações entre 2020 e 2025. Os resultados evidenciaram que a toxina botulínica tipo A apresenta benefícios clínicos significativos em condições como enxaqueca crônica, dor miofascial e disfunção temporomandibular, com redução da intensidade e frequência da dor. Os efeitos adversos relatados foram, em sua maioria, leves e transitórios, relacionados ao local de aplicação. Conclui-se que, embora ainda existam lacunas sobre seu uso em algumas condições, a toxina botulínica demonstra perfil de segurança favorável e eficácia comprovada, configurando-se como uma alternativa viável e minimamente invasiva para o tratamento da dor crônica.

Palavras-chave: toxina botulínica; dor crônica; terapias alternativas; segurança; efeitos adversos.

INTRODUÇÃO

A dor crônica é uma experiência sensitiva e emocional desagradável que persiste por mais de três meses e afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que vão além do desconforto físico, impactando aspectos psicológicos, sociais e ocupacionais dos pacientes. Segundo a International Association for the Study of Pain (IASP, 2021), sua prevalência crescente representa um desafio significativo para os sistemas de saúde, devido ao aumento da procura por atendimentos e uso contínuo de medicamentos analgésicos.

Nos últimos anos, a busca por terapias alternativas tem se intensificado, especialmente entre pacientes que não obtêm alívio com tratamentos convencionais. Nesse cenário, a toxina botulínica, tradicionalmente utilizada em procedimentos estéticos, vem ganhando destaque no controle da dor crônica por atuar na modulação neuromuscular e na redução de mediadores

[1] Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

inflamatórios. Estudos recentes (Dhanasekara et al., 2023; Pereira et al., 2024) evidenciam sua eficácia em condições como enxaqueca, fibromialgia e dor miofascial.

Com base nisso, este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa de literatura, a eficácia e a segurança da toxina botulínica no tratamento da dor crônica, comparando-a a outras abordagens terapêuticas disponíveis.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão integrativa da literatura. O método permite reunir e sintetizar resultados de estudos científicos sobre um tema específico, possibilitando uma análise ampla e crítica das evidências existentes.

A busca de dados foi realizada nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Acadêmico, utilizando os descritores controlados "toxina botulínica", "dor crônica", "efeitos adversos", "eficácia" e "segurança", combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem o uso terapêutico da toxina botulínica na dor crônica. Excluíram-se estudos duplicados, Resumos sem texto completo e pesquisas voltadas exclusivamente à estética.

A seleção seguiu o fluxograma PRISMA (Page et al., 2021), garantindo transparência e rigor metodológico. Como se trata de uma revisão de estudos já publicados, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados indicaram que a toxina botulínica tipo A (BoNT/A) apresenta resultados promissores no tratamento de diferentes condições dolorosas crônicas. Na enxaqueca crônica, sua aplicação reduziu significativamente a frequência das crises e o uso de analgésicos (Dhanasekara et al., 2023). Em casos de dor miofascial e disfunção temporomandibular, a substância proporcionou relaxamento muscular e melhora da qualidade de vida (Shabaan et al., 2024).

Os efeitos adversos relatados foram leves e autolimitados, incluindo dor ou edema no local da aplicação. Complicações mais graves, como ptose palpebral ou fraqueza muscular, ocorreram apenas em situações de técnica incorreta ou dosagem inadequada (Cavalcante et al., 2024).

Além disso, a literatura destaca que o uso terapêutico da toxina botulínica é considerado seguro quando realizado por profissionais capacitados. Seu mecanismo de ação — bloqueando a liberação de acetilcolina — permite alívio prolongado da dor, com efeitos que duram de três a quatro meses, o que representa uma vantagem em relação a terapias convencionais que exigem uso contínuo de medicamentos.

Dessa forma, a toxina botulínica consolida-se como uma alternativa eficaz e minimamente invasiva no manejo da dor crônica, apresentando perfil de segurança favorável e resultados consistentes em diferentes condições clínicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a toxina botulínica representa uma alternativa terapêutica eficaz e segura para o manejo da dor crônica, especialmente em pacientes que não respondem adequadamente aos tratamentos convencionais. Embora ainda sejam necessários estudos longitudinais que avaliem seus efeitos em longo prazo, as evidências atuais apontam para sua eficácia na redução da dor e melhora da funcionalidade dos pacientes.

A pesquisa reforça a importância de profissionais capacitados para sua aplicação e de protocolos padronizados que assegurem segurança e resultados positivos. A toxina botulínica, portanto, ultrapassa o campo estético e se consolida como ferramenta relevante na reabilitação e no tratamento da dor crônica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao professor orientador Natan Veiga pelo apoio acadêmico e orientação durante o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, A. B.; SANTOS, J. H. O. B.; OLIVEIRA, J. R. Toxina botulínica para fins terapêuticos. Brazilian Journal of Integrative Health, v. 5, n. 2, 2023.

DHANASEKARA, C. S. et al. The effectiveness of botulinum toxin for chronic tension-type headache prophylaxis. Cephalalgia, v. 43, n. 2, 2023.

MENDONÇA, A. O.; COSTA JUNIOR, F.; PINTO, E. V. Uso terapêutico da toxina botulínica na disfunção temporomandibular: uma revisão de literatura. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, 2024.

PEREIRA, I. N. et al. Botulinum toxin effects on biochemical biomarkers related to inflammation-associated head and neck chronic conditions: a systematic review. Journal of Neural Transmission, v. 131, n. 4, p. 643–658, 2024.

PAGE, M. J. et al. PRISMA 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. BMJ, v. 372, n. 160, p. 1–36, 2021.

IMUNOGENICIDADE DOS PREENCHEDORES DE ÁCIDO HIALURÔNICO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE RESPOSTAS IMUNOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriela Martinez Zarpelon [1]
Natan Veiga[2]

Resumo – O ácido hialurônico (AH) é amplamente utilizado em procedimentos estéticos por sua capacidade de promover volume, hidratação e firmeza à pele. Apesar de sua biocompatibilidade e segurança clínica, há relatos crescentes de reações imunológicas adversas, especialmente após o advento das vacinas contra COVID-19. Este estudo teve como objetivo revisar a literatura científica sobre a imunogenicidade dos preenchedores de AH e suas implicações clínicas. Trata-se de uma revisão integrativa do tipo PRISMA, realizada nas bases SciELO, PubMed e ScienceDirect, com publicações entre 2020 e 2025. Foram incluídos estudos que abordaram as reações imunológicas associadas ao uso de AH em procedimentos estéticos. Os resultados indicam que fatores como peso molecular, técnica de aplicação e estado imunológico do paciente influenciam a resposta inflamatória. Embora as complicações sejam raras, podem envolver edema tardio, granulomas e hipersensibilidade. Conclui-se que o conhecimento técnico do profissional e a seleção criteriosa dos produtos são essenciais para a prevenção de intercorrências e a garantia da segurança do paciente.

Palavras-chave: ácido hialurônico; imunogenicidade; intercorrências; preenchimento facial; segurança estética.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento facial acarreta mudanças estruturais na pele, como perda de firmeza, redução do suporte ósseo e diminuição dos depósitos de gordura. Essas alterações impactam diretamente a aparência e a autoestima, sendo o ácido hialurônico (AH) uma das principais substâncias utilizadas na harmonização facial devido à sua biocompatibilidade e resultados satisfatórios (Breda, 2022; Ureña, 2024).

O AH é reconhecido por seus inúmeros benefícios estéticos, atuando como estimulador de colágeno, preenchedor para suavizar linhas de expressão e volumizador para restaurar a estrutura facial (figura 1), apresentando uma baixa incidência de intercorrências quando aplicado corretamente (Breda, 2022). Entretanto, apesar de sua segurança clínica, o uso inadequado da

[1] Aluna do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

substância pode gerar complicações que envolvem reações imunológicas e inflamatórias, exigindo do profissional conhecimento teórico e técnico aprofundado (Filho et al., 2023).

Figura 1. Efeitos do ácido hialurônico na pele.

Fonte: A autora (2025).

A biomedicina estética, regulamentada pela Resolução nº 200/2011 do Conselho Federal de Biomedicina, habilita o biomédico esteta a realizar procedimentos com substâncias injetáveis, como o AH, desde que respeitadas as normas técnicas e científicas (Conselho Federal de Biomedicina, 2012; Brasil, 2021). Assim, a formação biomédica capacita o profissional a atuar com segurança, baseando-se em uma anamnese detalhada e na prevenção de riscos (Trindade et al., 2020).

Com o aumento do uso dos preenchedores dérmicos, observou-se a necessidade de compreender os mecanismos imunológicos associados a possíveis reações adversas, especialmente após o advento das vacinas contra COVID-19, que trouxeram à tona novas manifestações inflamatórias, como o edema tardio intermitente persistente (Lopes, 2023; Safran et al., 2021).

Diante desse cenário, compreender os fatores que influenciam a imunogenicidade dos preenchedores de ácido hialurônico é essencial para a prática biomédica. Esta revisão de literatura busca analisar as respostas imunológicas associadas ao AH e suas implicações clínicas, contribuindo para a segurança do paciente e a qualificação do profissional esteta.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, conduzida segundo o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), com o objetivo de identificar e sintetizar evidências sobre as respostas imunológicas associadas ao uso do ácido hialurônico em procedimentos estéticos.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed (National Library of Medicine) e ScienceDirect, abrangendo publicações de 2020 a 2025, nos idiomas português e inglês. Utilizaram-se os descritores: "ácido hialurônico", "imunogenicidade", "intercorrências", "hyaluronic acid", "adverse events" e "delayed reactions", combinados pelos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos de revisão, estudos clínicos e relatos de caso sobre reações imunológicas ao AH. Excluíram-se trabalhos com mais de seis anos ou que não envolvessem preenchimentos dérmicos. Os dados extraídos foram organizados conforme título, autores, ano, tipo de estudo e principais achados. Para análise bibliométrica, empregou-se o software VOSviewer

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ácido hialurônico é um polissacarídeo natural presente em tecidos conjuntivos, cuja função é reter água e proporcionar volume e elasticidade à pele. Seu uso em preenchimentos faciais tem se destacado pela eficácia e baixa taxa de intercorrências. Entretanto, por ser uma substância exógena, pode desencadear respostas imunológicas.

Estudos indicam que o peso molecular do AH influencia diretamente na resposta inflamatória: moléculas de baixo peso podem ativar receptores Toll-like e induzir inflamação, enquanto as de alto peso tendem a exercer efeito anti-inflamatório (Owczarczyk-Saczonek et al., 2021).

Durante a pandemia, observou-se o aumento de edemas tardios intermitentes e reações granulomatosas em pacientes vacinados contra COVID-19, provavelmente devido à ativação do sistema imune mediada pela enzima conversora de angiotensina 2 (ECA-2) (Munavalli et al., 2022). Esses episódios reforçam a importância do acompanhamento profissional e do conhecimento técnico adequado.

Além disso, a hialuronidase destaca-se como agente essencial na reversão de complicações, atuando na degradação do AH em casos de hipersensibilidade, oclusão vascular ou excesso de volume (Cunha e Silva, 2023). A prevenção depende de anamnese detalhada, técnicas assépticas rigorosas e domínio anatômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ácido hialurônico continua sendo uma substância segura e eficaz em procedimentos estéticos, mas não isenta de riscos imunológicos. As reações adversas, embora raras, podem ser minimizadas por meio de técnicas corretas, seleção criteriosa de produtos e atualização científica constante.

O estudo reforça a importância do conhecimento técnico e da formação qualificada do biomédico esteta para reconhecer precocemente as manifestações imunológicas e intervir de maneira segura. A educação continuada e a adesão às boas práticas clínicas são fundamentais para a segurança do paciente e o avanço ético da biomedicina estética.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e ao orientador Natan Veiga, pelo apoio e incentivo durante a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BARANSKA-RYBAK, W. et al. Late-Onset Reactions After Hyaluronic Acid Dermal Fillers: A Consensus Recommendation on Etiology, Prevention and Management. Dermatology and Therapy, v.14, n.7, p.1767–1785, 2024.

BRASIL. Conselho Regional de Biomedicina – 1ª Região. Manual do Biomédico. 2021. Disponível em: https://crbm1.gov.br. Acesso em: 20 mar. 2022.

BREDA, Pedro Luís de Castro Lanzoni. Edema Tardio Intermitente Persistente (ETIP) após uso de substâncias à base de ácido hialurônico: Revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review, v.5, n.4, p.12821–12838, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA (CFBM). Resolução nº 214, de 10 de abril de 2012. Dispõe sobre atos do profissional biomédico e o uso de substâncias em procedimentos estéticos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 abr. 2012. Disponível em: https://crbm1.gov.br/RESOLUCOES/Res_214de10abril2012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

FILHO, Roberto Rheingantz da Cunha et al. Edema Tardio Intermitente e Persistente (ETIP) – Reação Adversa Tardia ao Preenchedor de Ácido Hialurônico Desencadeada Pelo Denosumabe: Um relato de caso. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, v.27, n.6, p.2572-2584, 2023.

LOPES, Natiely Viana. A relação entre o ácido hialurônico e a COVID-19: uma revisão narrativa da literatura. Research, Society and Development, v.12, n.8, p.e2612842869, 2023.

SAFRAN, Sophie et al. Inflammatory complications following hyaluronic acid filler injections: current evidence and management strategies. Aesthetic Surgery Journal, v.41, n.6, p.712–722, 2021.

TRINDADE, Adriana Pereira et al. Perfil do biomédico esteta e a segurança do paciente em procedimentos estéticos: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v.12, n.10, p.e4783, 2020.

UREÑA, José et al. Edema Tardio Intermitente Persistente (ETIP) após o uso de ácido hialurônico – desafios e abordagens clínicas: Um relato de caso. Research, Society and Development, v.13, n.12, p.136131247768, 2024.

OCORRÊNCIA DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM ALIMENTOS MANIPULADOS EM RESTAURANTES SELF-SERVICE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Letícia Caroline Zonta[1]
Alana Karine Baldicera[2]

Resumo – O aumento do consumo de refeições fora do lar, decorrente da urbanização e do ritmo acelerado da vida moderna, impulsionou o crescimento dos restaurantes self-service. Embora ofereçam praticidade, esses estabelecimentos apresentam riscos à segurança alimentar, especialmente pela contaminação por Staphylococcus aureus, bactéria comum na pele e mucosas humanas. Quando há falhas nas boas práticas de higiene, o microrganismo pode produzir enterotoxinas termoestáveis, capazes de causar intoxicações alimentares mesmo após o cozimento. Esta revisão de literatura, baseada em publicações entre 2020 e 2025, analisou estudos sobre a presença, identificação e controle do S. aureus em alimentos prontos para consumo, bem como legislações como a RDC nº 216/2004 e a Lei nº 11.346/2006. Os resultados apontam que muitos restaurantes ainda não cumprem integralmente as normas de higiene, favorecendo a disseminação do patógeno. Conclui-se que o Staphylococcus aureus permanece como um dos principais agentes de contaminação em restaurantes self-service. A aplicação rigorosa das boas práticas de manipulação, o treinamento contínuo dos manipuladores e a fiscalização sanitária são fundamentais para garantir a segurança alimentar e proteger a saúde dos consumidores.

Palavras-chave: segurança alimentar; refeições; bactéria; patologias.

INTRODUÇÃO

O aumento no consumo de refeições fora do lar é um reflexo das mudanças socioeconômicas recentes, como a urbanização e o ritmo acelerado de vida nas cidades, o que favorece o crescimento dos restaurantes self-service (Ferreira, 2021). Esses estabelecimentos oferecem praticidade, variedade e rapidez, mas também exigem atenção redobrada quanto à segurança alimentar. A manipulação inadequada, a exposição prolongada dos alimentos e o contato constante de diferentes consumidores são fatores que aumentam o risco de contaminação microbiológica (ANR, 2024).

Entre os microrganismos mais preocupantes está o Staphylococcus aureus, uma bactéria amplamente distribuída no ambiente, que compõe a microbiota normal da pele e das mucosas humanas (Ahmad-Mansour et al., 2021). Embora faça parte do organismo de indivíduos

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

saudáveis, pode causar doenças graves quando há falhas nas boas práticas de higiene e manipulação de alimentos (Cheung; Bae; Otto, 2021).

Esse patógeno é capaz de produzir enterotoxinas termoestáveis, que resistem ao calor e mantêm o potencial de causar intoxicações alimentares mesmo após o cozimento. Além disso, o S. aureus pode adquirir resistência a antibióticos, tornando-se uma ameaça à saúde pública e à indústria alimentícia (Paiva et al., 2021).

Dessa forma, compreender a dinâmica de contaminação por S. aureus em restaurantes self-service e as estratégias preventivas disponíveis é essencial para aprimorar as práticas de segurança alimentar e reduzir os riscos à saúde dos consumidores. Com isso, o presente estudo tem como objetivo revisar a literatura científica sobre a presença e a importância do Staphylococcus aureus em alimentos manipulados em restaurantes self-service, destacando os principais fatores de contaminação, métodos de identificação e medidas preventivas descritas em estudos recentes.

METODOLOGIA

Esta revisão de literatura foi elaborada a partir de artigos científicos, legislações e publicações oficiais disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Scholar e PubMed, publicados entre 2020 e 2025. Foram utilizados descritores como "Staphylococcus aureus", "restaurantes self-service", "segurança alimentar" e "boas práticas de manipulação".

Foram incluídos trabalhos que abordaram a ocorrência, os mecanismos de contaminação e as medidas de controle do S. aureus em alimentos prontos para consumo. Também foram consultadas legislações vigentes, como a Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA e a Lei nº 11.346/2006, que tratam das boas práticas de manipulação e da segurança alimentar. A seleção priorizou estudos nacionais e internacionais com acesso público e relevância científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

SEGURANÇA ALIMENTAR E BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO

A segurança alimentar é definida pela Lei nº 11.346/2006 como o direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). Em restaurantes self-service, esse conceito ganha ainda mais relevância, pois o contato direto do consumidor com os alimentos amplia as possibilidades de contaminação.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da Resolução RDC nº 216/2004, estabelece diretrizes para garantir boas práticas de fabricação e manipulação. Estudos recentes evidenciam, entretanto, que muitos estabelecimentos ainda apresentam deficiências no cumprimento dessas normas, principalmente quanto à higienização de utensílios, controle de temperatura e lavagem das mãos (Manuel et al., 2023).

Essas falhas favorecem a disseminação de microrganismos patogênicos e reforçam a necessidade de treinamento contínuo e fiscalização sanitária, a fim de assegurar que os padrões exigidos sejam efetivamente cumpridos.

PONTOS CRÍTICOS DE CONTAMINAÇÃO E DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS

Os restaurantes self-service apresentam pontos críticos de contaminação associados ao compartilhamento de utensílios, à exposição dos alimentos à temperatura ambiente e ao manuseio inadequado (Ferreira, 2020). A ausência de barreiras físicas e a reposição irregular dos alimentos facilitam a proliferação bacteriana (Taylor; Unakal, 2024).

As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) permanecem entre os principais problemas de saúde pública no Brasil, sendo responsáveis por surtos que comprometem tanto a economia quanto a saúde coletiva. Entre os agentes etiológicos mais comuns estão Salmonella spp., Escherichia coli, Listeria monocytogenes e Staphylococcus aureus (Idaron, 2020).

No caso do S. aureus, a ingestão de suas enterotoxinas pode causar sintomas como náuseas, vômitos, cólicas e diarreia poucas horas após o consumo do alimento contaminado (Ministério da Saúde, 2010). Mesmo após o cozimento, essas toxinas resistem ao calor, o que torna o controle da contaminação durante a manipulação a principal forma de prevenção (Fayisa; Tuli, 2023).

CARACTERÍSTICAS E IDENTIFICAÇÃO DO STAPHYLOCOCCUS AUREUS

O Staphylococcus aureus é um coco Gram-positivo, imóvel e catalase positivo, com capacidade de sobreviver em ambientes com alta concentração salina e baixa atividade de água (Ahmad-Mansour et al., 2021). Está presente em cerca de 30% da população saudável, sendo encontrado principalmente nas mãos, narinas e pele dos manipuladores de alimentos (Dias, 2022).

Sua identificação laboratorial é realizada pelo cultivo em Ágar Sal Manitol, onde colônias típicas apresentam coloração amarelada. A confirmação se dá por testes bioquímicos, como catalase e coagulase (Fayisa; Tuli, 2023). Métodos moleculares, como a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR), têm sido amplamente utilizados por apresentarem alta sensibilidade e especificidade na detecção de genes relacionados à produção de enterotoxinas (Khehra; Padda; Swift, 2023).

Além disso, estudos recentes apontam o surgimento de cepas resistentes à meticilina (MRSA) em ambientes de manipulação de alimentos, o que representa uma preocupação adicional para a saúde pública (Liu et al., 2021).

PREVENÇÃO E CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO

A prevenção da contaminação por S. aureus envolve a implantação rigorosa das boas práticas de manipulação, incluindo higiene pessoal, uso de equipamentos de proteção, limpeza adequada das superfícies e controle de temperatura dos alimentos (ANVISA, 2007).

Treinamentos regulares são essenciais para reforçar a importância dessas práticas entre os manipuladores. A utilização de checklists baseados na RDC nº 216/2004 permite avaliar e corrigir falhas, garantindo a manutenção das condições higiênico-sanitárias adequadas (Ferreira; Franco, 2021).

Além disso, a conscientização dos gestores sobre a responsabilidade sanitária e a cultura de segurança alimentar é fundamental para evitar surtos e proteger a saúde dos consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura evidencia que o Staphylococcus aureus permanece como um dos principais agentes de contaminação em restaurantes self-service, devido à sua ampla distribuição ambiental e à facilidade de transmissão por meio do contato humano. A falta de adesão às boas práticas de higiene e manipulação é o principal fator que contribui para sua disseminação.

O cumprimento rigoroso da legislação sanitária, aliado à capacitação contínua dos manipuladores e ao monitoramento constante das condições de higiene, constitui a estratégia mais eficaz para reduzir o risco de contaminação e garantir a segurança alimentar dos consumidores.

REFERÊNCIAS

AHMAD-MANSOUR, Nour *et al. Staphylococcus aureus* Toxins: An Update on Their Pathogenic Properties and Potential Treatments. Toxins. V.13, n.10, p.677, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2072-6651/13/10/677. Acesso em: 09 outubro 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), visando assegurar o direito humano a alimentação adequada. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2006. https://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.346,par%C3%A2metros%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20do. Acesso em 27 ago. 2025.

BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial da União, Brasília, 17 set. 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html. Acesso em 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n° 466, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 27 outubro 2025.

CHEUNG, Gordon Y. C.; BAE, Justin S. Bae; OTTO, Michael. Pathogenicity and virulence of *Staphylococcus aureus*. Virulência. V.12, n.1, p.547–569, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33522395/. Acesso em: 09 outubro 2025.

DIAS, Diana Milheiro. Presença de *Staphylococcus aureus* em alimentos. Universidade Fernando Pessoa, 2022. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/11603/1/TC_37069.pdf. Acesso em: 09 outubro 2025.

FERREIRA, Rhaissa Pinheiro; FRANCO, Nathália dos Reis. A importância das boas práticas de manipulação dos alimentos ao combate de doenças: revisão de literatura. Revista Interdisciplinar em Saúde, V.8, p.365-378, 2021. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_29/Trabalho_29_2021.pdf. Acesso em: 09 outubro 2025.

FAYISA, Wakgari Oljira; TULI, Nugusa Fikadu. Review on *Staphylococcus Aureus*. International Journal of Nursing Care and Research, V.1, N,2, p.1-8, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378292546_Review_on_*Staphylococcus_Aureus*. Acesso em: 09 outubro 2025.

IDARON, Instituto de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. Secretaria do Estado de Rondônia, 2020. Disponível em: https://www.idaron.ro.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/cartilha-virtual.pdf. Acesso em: 09 outubro 2025.

LIU, Y. Y. *et al.* Prevalence, Antimicrobial Resistance, and Molecular Characterization of Staphylococcus aureus Isolated from Animals, Meats, and Market Environments in Xinjiang, China. Foodborne Pathogens and Disease, v. 18, n. 5, p. 326–332, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33534639/. Acesso em: 12 outubro 2025.

MANUEL, Clyde S. *et al.*, Hand hygiene product use by food employees in casual dining and quickservice restaurants. Journal of Food Protection, V.86, N.100004, p.0362-028, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jfp.2022.10.003. Acesso em: 09 outubro 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de Doenças Transmitidas por Alimentos, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf. Acesso em: 09 outubro 2025.

TAYLOR, Tracey A.; UNAKAL, Chandrashekhar G. *Staphylococcus aureus* infection. StatPearls Publishing LLC, 2024. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK441868/. Acesso em: 09 outubro 2025.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR PACIENTES NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS GENÉTICAS RARAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Laís Ponzoni[1]
Alana Baldicera[2]

Resumo – As doenças raras (DRs) constituem um grupo heterogêneo de condições que, embora individualmente incomuns, atingem milhões de indivíduos no mundo. No Brasil, cerca de 13 milhões de pessoas convivem com alguma dessas doenças, a maioria sem cura. O diagnóstico é frequentemente tardio devido a sintomas inespecíficos, escassez de profissionais especializados e acesso limitado a exames genéticos. Essa demora compromete o tratamento e sobrecarrega o sistema público de saúde. Torna-se essencial o investimento em políticas públicas, capacitação profissional e ampliação do acesso à genética para garantir diagnósticos precoces e melhor qualidade de vida aos pacientes.

Palavras-chave: diagnóstico genético; saúde pública; políticas de saúde

INTRODUÇÃO

As doenças raras (DRs) constituem um grupo heterogêneo de condições que afetam um número reduzido de pessoas, sendo classificadas, segundo a Portaria GM/MS nº 199/2014, como aquelas que atingem até 65 indivíduos a cada 100.000 habitantes (Brasil 2014). Estima-se que existam entre 6 e 8 mil tipos diferentes de doenças raras, afetando cerca de 300 milhões de pessoas em todo o mundo, o que representa aproximadamente 4,7% da população global (Nguengang Wakap et al., 2020). No Brasil, o Ministério da Saúde calcula que aproximadamente 13 milhões de brasileiros convivem com alguma dessas doenças (Brasil, 2025). Em cerca de 95% dos casos, as doenças raras não têm cura, sendo tratadas apenas com medidas paliativas e de reabilitação, o que reforça a importância do diagnóstico precoce e eficaz (Aureliano, 2018).

O diagnóstico das doenças raras é um desafio complexo devido à dos sinais e sintomas inexpecificos, que muitas vezes se confundem com outras patologias, resultando em atrasos no diagnóstico e tratamentos inadequados (Cunha, 2014). Essa demora acarreta sofrimento físico e emocional aos pacientes e familiares, além de custos elevados e sobrecarga para o Sistema Único de Saúde (SUS). A falta de profissionais capacitados, o alto custo dos exames e a escassez de centros especializados agravam o problema, comprometendo o acesso e a qualidade do atendimento (Luz et al. 2015).

[1] Acadêmico do Curso de Biomedicina e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

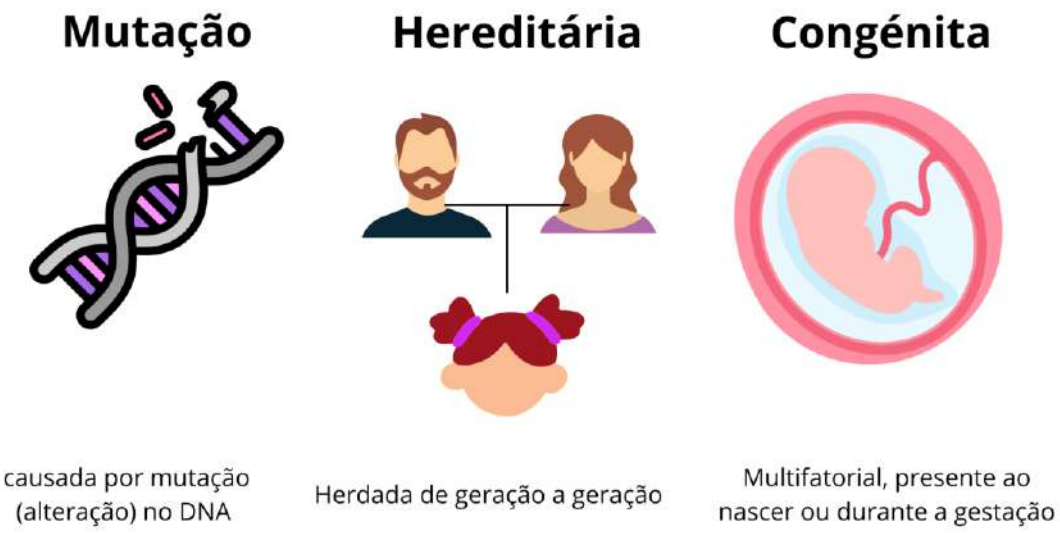
Diante desse cenário, é essencial o fortalecimento das políticas públicas voltadas às doenças raras, priorizando a capacitação de profissionais, a ampliação do acesso a testes genéticos e a descentralização dos serviços de referência. A implementação de estratégias para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado é fundamental para reduzir o sofrimento dos pacientes, melhorar sua qualidade de vida e promover maior equidade na atenção à saúde (Iriart et al., 2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Thompson et al. (1991) o ser humano possui aproximadamente 3 bilhões de pares de bases nitrogenadas, que são responsáveis pela construção da informação genética. Essas bases: adenina (A), timina (T), citosina (C) e guanina (G) organizam-se em pares específicos (A com T, C com G), o que forma longas sequências que constituem o genoma humano. O genoma é o conjunto completo de instruções genéticas contidas no DNA, essas instruções estão organizadas em genes, que são as unidades funcionais responsáveis por codificar proteínas e nos dar as características individuais como cor dos olhos, cabelos e predisposições. Os genes estão distribuídos ao longo de 23 pares de cromossomos localizados no núcleo das células humanas. Desses pares, 22 são autossomos de herança genética e um dos pais e 1 par determina o sexo biológico (XX para mulheres, XY para homens). O DNA, portanto, é uma molécula essencial, responsável por armazenar e transmitir a informação genética de geração em geração. A ordem das bases ao longo da molécula de DNA determina a sequência de aminoácidos que compõem as proteínas, substâncias essenciais para o desenvolvimento, funcionamento e manutenção do organismo.

Em casos de erro em um dos pares de bases há a disposição de uma doença genética que pode ser classificada em três grandes categorias: (Figura 1) a seguir.

Figura 1: Diferenças em erros nos pares de base nitrogenada do DNA



Fonte: Os autores (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As buscas evidenciaram que os pacientes passam frequentemente por diversos especialistas e exames ineficazes antes de receberem um diagnóstico definitivo, um processo que pode durar anos (Luz et al, 2015). O acesso precoce a testes genéticos e centros de referência ainda é limitado, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Segundo dados do Sistema Nacional de Regulação SISREG, em Santa Catarina o tempo de espera para consultas especializadas em genética é de 235,8 dias, ou seja, 8 meses aguardando por uma só consulta, e esse número fica ainda mais alarmante quanto a disponibilidade de profissionais, segundo o Núcleo de Gestão de Informação do Governo Federal, somente 26 especialistas em Atenção Especializada em Doenças Raras, sendo somente 4 médicos geneticista e 1 biomédico da rede pública de atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso às consultas genéticas ainda é um desafio significativo no contexto da saúde pública e privada. A limitação e, por vezes, a demora nesse atendimento comprometem o diagnóstico precoce e a implementação de estratégias terapêuticas adequadas, fatores essenciais para o manejo eficaz de doenças genéticas. A falta de profissionais especializados, a escassez de centros de referência e a desigualdade regional no acesso aos serviços contribuem para a defasagem no cuidado aos pacientes. Portanto, é imprescindível que políticas públicas e investimentos em capacitação profissional sejam fortalecidos, de modo a garantir que o atendimento genético seja oportuno, acessível e equitativo, promovendo uma melhor qualidade de vida e favorecendo o avanço da medicina personalizada no país.

REFERÊNCIAS

AITH, Fernando et al. Os princípios da universalidade e integralidade do SUS sob a perspectiva da política de doenças raras e da incorporação tecnológica. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 10–39, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/82804. Acesso em: 27 mar. 2025.

AURELIANO, Waleska de Araújo. Trajetórias terapêuticas familiares: doenças raras hereditárias como sofrimento de longa duração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 369–379, fev. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/jz3TPMVKdg4FbbRzNRKTSBq/?lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/outras-normativas/constituicaofederal.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Doenças raras. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/doencas-raras/doencas-raras. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 fev. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0199_30_01_2014.html. Acesso em: 27 mar. 2025.

CUNHA, Marília Regina Soares. **O direito constitucional à saúde e o dever do Estado em fornecer medicamentos não previstos nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS aos portadores de doenças raras**. Natal, RN, 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2014. Disponível em: https://repositorio.apps.uern.br/jspui/bitstream/123456789/1148/1/MAR%c3%8dLIA%20REGINA%20SOARES%20CUNHA.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

D'IPPOLITO, Pedro Ivo Martins Caruso; GADELHA, Carlos Augusto Grabois. O tratamento de doenças raras no Brasil: a judicialização e o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe4, p. 219–231, dez. 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2019.v43nspe4/219-231/. Acesso em: 27 mar. 2025.

FÉLIX, Têmis Maria et al. Epidemiology of rare diseases in Brazil: protocol of the Brazilian Rare Diseases Network (RARAS-BRDN). **Orphanet Journal of Rare** Diseases, v. 17, n. 84, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13023-022-02254-4. Acesso em: 13 jun. 2025.

GIUGLIANI, Roberto et al. Redefining the approach to rare diseases: the experience of "Casa dos Raros" in Brazil. **Journal of Community Genetics**, Heidelberg, 6 fev. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s12687-025-00785-6. Acesso em: 27 mar. 2025.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al. Da busca pelo diagnóstico às incertezas do tratamento: desafios do cuidado para as doenças genéticas raras no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 10, p. 3637–3650, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vgJYDtBJhpBBzj44Sz76btG/?lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2025.

LUZ, Geisa dos Santos; SILVA, Mara Regina Santos da; DEMONTIGNY, Francine. Doenças raras: itinerário diagnóstico e terapêutico das famílias de pessoas afetadas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 395–400, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/nKQ88s3pGchdHWPwHxjCS3G/?lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2025.

NGUENGANG WAKAP, Ségolène et al. Estimating cumulative point prevalence of rare diseases: analysis of the Orphanet database. **European Journal of Human Genetics**, London, v. 28, n. 2, p. 165–173, fev. 2020. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41431-019-0508-0. Acesso em: 27 mar. 2025.

VITÓRIO, Felipe. DNA no ensino de biologia e química. **Revista Educação Pública [da Diretoria de Extensão da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro]**, Rio de Janeiro, v. 22, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Vitorio/publication/351197990_DNA_no_Ensino_de_Biologia_e_Quimica/links/608b544092851c490fa77334/DNA-no-Ensino-de-Biologia-e-Quimica.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

FOTOTERAPIA E TERAPIAS COMBINADAS PARA VITILIGO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Sthefany Thayssa Rocha Brusco[1]
Natan Veiga[2]

Resumo - O vitiligo é uma doença autoimune caracterizada pela perda de pigmentação cutânea decorrente da destruição dos melanócitos, afetando entre 0,5% e 2% da população mundial (Bergqvist & Ezzedine, 2020). Apesar de existirem diversas abordagens terapêuticas, ainda não há cura definitiva. A fototerapia, especialmente com luz ultravioleta B de banda estreita (NB-UVB) e terapia com LED, tem se mostrado uma alternativa promissora, estimulando a migração e proliferação de melanócitos (Mendes et al., 2021). O presente estudo, de caráter qualitativo e revisão integrativa, analisou publicações entre 2015 e 2025 sobre o uso da terapia com LED e terapias combinadas no tratamento do vitiligo. As evidências apontam que o LED pode contribuir na repigmentação cutânea e potencializar os efeitos da fototerapia convencional, principalmente quando associado a agentes tópicos ou terapias adjuvantes (Hongbin et al., 2022; Kanokrungsee et al., 2021). Conclui-se que, embora promissora, a terapia com LED requer padronização de protocolos e mais estudos clínicos para validação de sua eficácia e segurança a longo prazo.

Palavras-chave: vitiligo; fototerapia; terapia combinada; LED; repigmentação.

INTRODUÇÃO

O vitiligo é um distúrbio de despigmentação cutânea adquirido, caracterizado pela perda progressiva de melanócitos na pele e mucosas (Bergqvist & Ezzedine, 2020). Sua prevalência é estimada entre 0,5% e 2% da população mundial, afetando ambos os sexos e todas as etnias de forma semelhante (Ezzedine et al., 2015). É reconhecido como uma doença autoimune, associada a outras condições imunomediadas, como doenças da tireoide e diabetes tipo 1 (Speeckaert et al., 2017). A fototerapia é considerada uma das principais opções terapêuticas, incluindo PUVA e UVB de banda estreita (NBUVB), sendo esta última mais segura e eficaz (Silpa-Archa et al., 2017). Apesar disso, requer sessões prolongadas e adesão contínua (Zhang et al., 2021).

A terapia com LED vem se destacando como uma alternativa moderna e não invasiva, capaz de estimular a regeneração dos melanócitos e modular a inflamação (Mendes et al., 2021). Assim, este estudo busca analisar as evidências sobre a eficácia do LED e das terapias combinadas no tratamento do vitiligo, considerando suas vantagens clínicas e limitações.

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, que visa coletar, analisar e sintetizar resultados de estudos que investigaram o uso da terapia com LED no tratamento do vitiligo (Souza et al., 2020).

Foram pesquisados artigos entre 2015 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, com os descritores: "vitiligo", "terapia LED", "fototerapia", "repigmentação", "melanocytes" e "terapia de luz de baixo nível".

Foram incluídos estudos em humanos e excluídos os realizados em animais, Resumos de conferências e textos sem relação direta com o tema.

Os dados foram organizados em planilhas com informações sobre autor, ano, tipo de estudo, amostra, intervenção e resultados principais. A análise foi feita de forma descritiva, buscando identificar padrões, divergências e lacunas científicas (Souza et al., 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O vitiligo é uma doença crônica que resulta na perda de pigmentação devido à destruição dos melanócitos (Campos et al., 2024). Existem dois tipos principais: o segmentar, que afeta uma única região, e o não segmentar, que apresenta lesões simétricas em várias partes do corpo (Campos et al., 2024).

A fototerapia com NB-UVB é considerada o tratamento padrão-ouro, por oferecer eficácia e segurança superiores à PUVA (Mendes et al., 2021). Além disso, a associação de NB-UVB com outras terapias, como inibidores de JAK, laser CO_2 e carboxiterapia, mostrou resultados mais expressivos na repigmentação (Hongbin et al., 2022; Kanokrungsee et al., 2021).

Estudos recentes apontam que combinações como NB-UVB + carboxiterapia (OR 32,35), Er:YAG + 5-FU (OR 10,74) e microneedling (OR 3,42) aumentam a taxa de repigmentação acima de 75% (Zhu et al., 2022). Também foi observada melhora significativa na concentração de melanina em áreas tratadas com terapia tripla (NB- UVB + laser CO_2 + bimatoprost) (Kanokrungsee et al., 2021).

A terapia com LED apresenta resultados promissores devido à sua ação bioestimulante, que favorece a multiplicação e a atividade dos melanócitos. Além disso, reduz o estresse oxidativo e inflamatório presente no vitiligo (Mendes et al., 2021). Quando usada em conjunto com a fototerapia tradicional, o LED pode otimizar a resposta terapêutica, melhorar a aderência e minimizar efeitos colaterais.

Apesar dos avanços, persistem desafios, como a necessidade de protocolos padronizados, custos de equipamentos e a variação individual de resposta (Kanokrungsee et al., 2022). Assim, as terapias combinadas demonstram grande potencial, mas exigem mais pesquisas clínicas de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão indicam que a terapia com LED, isolada ou associada à NB-UVB e agentes tópicos, apresenta resultados promissores no tratamento do vitiligo. Além de favorecer a repigmentação, mostra boa tolerabilidade e segurança (Mendes et al., 2021; Hongbin et al., 2022).

No entanto, as limitações metodológicas dos estudos, amostras reduzidas e a ausência de protocolos padronizados dificultam comparações diretas e conclusões definitivas. Assim, recomenda-se a realização de ensaios clínicos mais amplos e de longo prazo para confirmar a eficácia e segurança da fototerapia com LED no manejo do vitiligo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ao orientador Esp. Natan Veiga e a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. et al. Fototerapia no tratamento do vitiligo: revisão de literatura. Revista Científica de Biomedicina, v. 5, n. 1, p. 22–30, 2024.

BERGQVIST, C.; EZZEDINE, K. Vitiligo: A review of pathogenesis and treatment. American Journal of Clinical Dermatology, v. 21, n. 6, p. 741–760, 2020.

CAMPOS, M. et al. Vitiligo: padrões de despigmentação e opções terapêuticas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 8, p. 1772–1779, 2024.

CESTARO, A. et al. Vitiligo: padrões de despigmentação, opções de fototerapia e técnicas de camuflagem cosmética. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 8, p. 1772–1779, 2024.

HONGBIN, L. et al. Combined narrow-band UVB and oral tofacitinib therapy in vitiligo: clinical outcomes. Photodermatology, Photoimmunology & Photomedicine, v. 38, n. 3, p. 215–223, 2022.

KANOKRUNGSEE, S. et al. Combination therapy with NB-UVB, CO_2 laser and bimatoprost in vitiligo: clinical evaluation. Journal of Cosmetic Dermatology, v. 20, p. 27–33, 2021.

LIU, Y. et al. Effect of calcipotriol/tacalcitol with NB-UVB on vitiligo: a meta-analysis. Dermatologic Therapy, v. 35, n. 4, p. e15241, 2022.

MENDES, R.; ALPALHÃO, M.; FILIPE, P. UVB phototherapy in the treatment of vitiligo: state of the art and clinical perspectives. *Photodermatology, Photoimmunology & Photomedicine,* v. 38, n. 3, p. 215–223, 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, 2020.

SPEECKAERT, R.; VAN GEEL, N. Vitiligo: na update on pathophysiology and treatment options. American Journal of Clinical Dermatology, v. 18, n. 6, p. 733–744, 2017.

ZHU, W. et al. Efficacy of combination therapies in vitiligo: a systematic review and meta-analysis. Frontiers in Medicine, v. 9, p. 859423, 2022.

METABOLISMO DA GLICOSE EM AMOSTRAS SANGUÍNEAS: IMPLICAÇÕES FORENSES NA ESTIMATIVA DO INTERVALO POST MORTEM

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Vinícius Granemann Recalcatte[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – A estimativa do intervalo post mortem (PMI) é uma etapa essencial na perícia criminal, tradicionalmente baseada em parâmetros físicos e entomológicos. Contudo, em situações nas quais o corpo não está presente, a análise bioquímica de manchas de sangue pode fornecer informações complementares. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica que teve como objetivo investigar a viabilidade do uso das concentrações de glicose em amostras de sangue seco como marcador auxiliar na estimativa do tempo de formação da mancha. Foram analisados estudos prévios que aplicaram metodologias bioquímicas e automatizadas para avaliar o comportamento temporal da glicose pós-coleta. A literatura demonstra que a concentração de glicose sofre redução significativa nas horas subsequentes à formação da amostra, influenciada por fatores como glicólise residual, temperatura e umidade. Observa-se, contudo, que a variação é dinâmica e não linear, o que limita seu uso isolado como marcador de tempo. Conclui-se que a glicose apresenta potencial como indicador bioquímico complementar, especialmente quando associada a outros metabólitos e parâmetros ambientais, contribuindo para aprimorar modelos multivariados de estimativa forense do PMI.

Palavras-chave: Biomarcadores; Bioquímica; Ciências forenses; Glicólise; Medicina legal.

INTRODUÇÃO

A perícia médico legal é definida como o conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato do interesse da Justiça (França, 2025). A aplicação de ciências forenses é um pré-requisito necessário para a investigações de crimes, sendo indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado (Brasil, 1941).

Durante a perícia criminal, a patologia forense é utilizada, essencialmente, para definir o tempo após a morte para que se possa limitar um período entre os fatos, assim diminuindo o número de suspeitos em casos de homicídios (Shrestha; Kanchan; Krishan, 2019).

Os métodos atuais usados em cenas de crime para determinar o tempo em que os eventos ocorreram avaliam a temperatura corporal, o rigor mortis, a entomologia forense, e para

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

a realização desses métodos faz-se necessária a presença de um corpo (Franceschetti et al., 2023). Caso nenhum corpo se encontre presente, a estimativa do tempo de uma mancha de sangue pode se transformar em uma informação complementar às outras informações disponíveis (Smith; Nicloux; Brutin, 2020).

O sangue se encontra presente nas cenas da maioria dos casos de crimes violentos (Batista et al., 2024), sendo que este se trata de um material biológico responsável por transportar o oxigênio para o corpo todo, além de, também, levar células do sistema imune até o local dos agentes infecciosos (Ren; Yan; Yang, 2023).

De caráter heterogêneo, o sangue é formado por 55% de água e outros componentes (parte líquida) e 45% de elementos figurados (Mathew; Sankar; Varacallo, 2023). A parte líquida carrega, além dos eritrócitos, as células do sistema imune e proteínas como a albumina, o fibrinogênio, anticorpos, enzimas, hormônios e açúcares, como a glicose (Nieuwland; Siljander, 2024).

A glicose é um monossacarídeo obtido através da metabolização dos carboidratos, ela atua como principal fonte de energia celular, inclusive para as hemácias (Holesh; Aslam; Martin, 2023). As concentrações de glicose em amostras de sangue total não são suficientemente estáveis (Flores et al., 2020). Significa que, após a coleta, a concentração de glicose diminui aproximadamente entre 5 e 7% por hora por conta da glicólise feita pelas células sanguíneas (Pleus et al., 2022).

Com base nesse princípio, a variação temporal da glicose em manchas de sangue pode representar um indicador indireto do tempo decorrido desde a formação da amostra, mesmo em situações em que o corpo não está presente.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo revisar a literatura acerca da viabilidade da utilização da glicose como biomarcador para determinação do intervalo post mortem, utilizando análise automatizada e metodologia adaptada de estudos prévios.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa, de caráter analítico e exploratório. Este estudo foi realizado por meio das bases de dados PubMed (National Library of Medicine) e Google Acadêmico. A pesquisa foi feita utilizando termos Booleanos AND, OR e Palavras-chave relacionadas à perícia criminal, investigação criminal, intervalo post mortem, glicose, metabolismo bioquímico, bioquímica e hematologia. Foram aceitos trabalhos publicados preferencialmente nos últimos cinco anos, nos idiomas português e/ou inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A perícia criminal representa uma das principais ferramentas da justiça para a elucidação de crimes, sendo indispensável na coleta e análise de provas materiais (Amaral; Bruni, 2023). Segundo França (2017), trata-se de um conjunto de procedimentos técnicos e científicos que têm como objetivo esclarecer fatos de interesse jurídico. Em especial, a perícia médico-legal assume papel essencial nos casos de mortes violentas, colaborando na definição da causa da morte.

Diversas metodologias são empregadas atualmente para a estimativa do tempo de morte, como a análise da temperatura corporal (algor mortis), rigidez muscular (rigor mortis), livores cadavéricos (livor mortis), e a entomologia forense. No entanto, esses métodos exigem a presença do corpo e apresentam limitações quanto à precisão, especialmente em ambientes com variações extremas de temperatura ou quando há decomposição já em estágios mais avançados (Franceschetti et al., 2023).

O quadro 1, a seguir, expõe de forma resumida alguns métodos de estimativa do Intervalo Post-Mortem.

Quadro 1 - Métodos atuais de estimativa do IPM.

Tipo de método	Principais achados	Referências
Métodos físicos	Têm como princípio a análise dos processos físicos presentes na decomposição humana. Análise do *algor mortis*, *livor mortis* e *rigor mortis*. Estima-se o IPM com base na temperatura, rigidez e a formação dos livores no cadáver.	Mathur; Agrawal, 2011.
Entomologia forense	A entomologia forense determina o IPM com base na colonização de insetos presentes no cadáver. São analisados o ciclo de vida da espécie presente, como ovos ou larvas, por exemplo.	Kotzé *et al.*, 2021.
Uso de marcadores de RNA	Envolve técnicas inovadoras, incluindo procedimentos complexos como eletroforese, citometria de fluxo, imuno-histoquímica e espectroscopia, A combinação de diferentes métodos é aplicada para reduzir a margem de erro decorrente de um único método.	Sangwan *et al.*, 2021.
Abordagens "ômicas", baseadas em espectrometria de massa	As tecnologias ômicas visam reconstruir a biologia do sistema investigado (a célula, o tecido ou o organismo) por meio da detecção de genes (genômica), mRNA (transcriptômica), proteínas (proteômica) e metabólitos (metabolômica) em uma amostra biológica específica de maneira holística, não direcionada e não tendenciosa.	Secco *et al.*, 2025; Sangwan *et al.*, 2021.

Nesse contexto, abordagens mais recentes têm proposto o uso combinado de múltiplos biomarcadores metabólicos para aprimorar a estimativa do intervalo post mortem. A literatura atual destaca o potencial das ciências ômicas na construção de modelos preditivos baseados em perfis moleculares complexos, capazes de representar melhor os processos bioquímicos que ocorrem após a morte (Secco et al. 2025).

Após a coleta, a estabilidade bioquímica do sangue passa a ser um fator limitante em análises forenses. Estudos mostram que a glicose, em especial, apresenta uma rápida degradação devido à atividade metabólica residual das células sanguíneas, o que leva a uma queda contínua na sua concentração (Flores et al., 2020). Esse fenômeno, denominado glicólise, é responsável por uma redução média de 5 a 7% da glicose por hora (Pleus et al., 2022).

Pesquisas apontam que a análise simultânea de diferentes classes de moléculas oferece resultados mais robustos do que o uso isolado de um único marcador. A revisão sistemática de

Sacco et al. (2022), envolvendo 47 estudos sobre alterações proteicas pós-morte, evidenciou, entretanto, uma escassez de dados referentes a fluidos biológicos, reforçando a importância de se identificar biomarcadores plasmáticos pela facilidade de obtenção e aplicação forense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da glicólise anaeróbica, que por si só não fundamenta o aumento da glicose sérica, outras interações a nível molecular podem explicar essa flutuação: a degradação de carboidratos mais complexos, a liberação de outros metabólitos celulares e alterações oriundas do ambiente (temperatura e umidade), este último que adiciona uma camada ainda mais complexa em cima de uma infinidade de variáveis que envolve a variação da glicose de um indivíduo.

Pesquisas futuras devem abordar a problemática com outros pontos de vista, ou, então, explorar a inclusão de enzimas específicas e perfis metabólicos mais amplos, com o intuito de desenvolver modelos de regressão multivariada ou algoritmos baseados em machine learning capazes de correlacionar a dinâmica bioquímica do sangue com o PMI.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Laboratório de Pesquisa Multiusuário BioSaúde por ceder o uso dos equipamentos utilizados nesta pesquisa, à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e à FAPESC pelo incentivo à pesquisa e pela oportunidade de desenvolvimento técnico.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Eduarda Azambuja; BRUNI, Aline Thaís. Prova pericial no processo penal: a compreensão e a mitigação dos erros forenses como mecanismo de respeito ao contraditório, à ampla defesa e ao direito à prova lícita. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 9, n. 2, p. 877-912, 2023.

BATISTA, Felipe *et al*. O papel do biomédico na perícia criminal através da análise forense de amostras biológicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 1628-1644, 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União: seção 1**, Rio de Janeiro, RJ, 13 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 07 mai. 2025.

FLORES, Carlos Fernando Yauli *et al*. Sample management: stability of plasma and serum on different storage conditions. **E-Journal of the International Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine**, v. 31, n. 1, p. 46, 2020.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal.** 11ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book. p.13. ISBN 9788527732284. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527732284/. Acesso em: 07 mai. 2025.

FRANCESCHETTI, Lorenzo *et al*. Estimation of late postmortem interval: where do we stand? A literature review. **Biology**, v. 12, n. 6, p. 783, 2023.

HOLESH, Julie E.; ASLAM, Sanah; MARTIN, Andrew. Physiology, Carbohydrates. **StatPearls Publishing**, Treasure Island, Flórida, 2023.

KLIMONTOV, Vadim V.; SAIK, Olga V.; KORBUT, Anton I. Glucose variability: how does it work?. International journal of molecular sciences, v. 22, n. 15, p. 7783, 2021.

KOTZÉ, Zanthé et al. The forensic entomology case report—A global perspective. **Insects**, v. 12, n. 4, p. 283, 2021.

MATHEW, Joscilin; SANKAR, Parvathy; VARACALLO, Matthew A. Physiology, Blood Plasma. **StatPearls Publishing**, Treasure Island, Flórida, 2023.

MATHUR, Ashima; AGRAWAL, Y. K. An overview of methods used for estimation of time since death. **Australian Journal of Forensic Sciences**, v. 43, n. 4, p. 275-285, 2011.

NIEUWLAND, Rienk; SILJANDER, Pia Riitta-Maria. A beginner's guide to study extracellular vesicles in human blood plasma and serum. **Journal of Extracellular Vesicles**, v. 13, n. 1, p. e12400, 2024.

PLEUS, Stefan *et al*. Stability of glucose concentrations in frozen plasma. **Journal of diabetes science and technology**, v. 16, n. 5, p. 1096-1100, 2022.

REN, Yijun; YAN, Chengkai; YANG, Huan. Erythrocytes: Member of the immune system that should not be ignored. **Critical Reviews in Oncology/Hematology**, v. 187, p. 104039, 2023.

SACCO, Matteo Antonio *et al*. Systematic review on post-mortem protein alterations: analysis of experimental models and evaluation of potential biomarkers of time of death. **Diagnostics**, v. 12, n. 6, p. 1490, 2022

SANGWAN, Amita et al. Role of molecular techniques in PMI estimation: an update. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 83, p. 102251, 2021.

SECCO, Laura *et al*. "Omics" and Postmortem Interval Estimation: A Systematic Review. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 26, n. 3, p. 1034, 2025.

SHRESTHA, Rijen; KANCHAN, Tanuj; KRISHAN, Kewal. Methods of estimation of time since death. **StatPearls Publishing,** Treasure Island, Flórida, 2019.

SMITH, F. R.; NICLOUX, C.; BRUTIN, David. A new forensic tool to date human blood pools. **Scientific reports**, v. 10, n. 1, p. 8598, 2020.

TERSARUOLO, Claudio; FRIAS, Jesus; HOWE, Orla. An Alternative Method to Measure Glucose and Lactic Acid as Biomarkers of the Postmortem Interval (PMI). **Forensic Sciences**, v. 5, n. 2, p. 17, 2025.

RELAÇÃO ENTRE VARIAÇÕES HORMONAIS E ALTERAÇÕES CUTÂNEAS EM MULHERES DURANTE O TRATAMENTO DE FERTILIDADE

Categoria: Trabalho de conclusão do curso

Gabriele Tarachuk[1]
Natan Veiga[2]

Resumo – Este estudo analisa a conexão entre mudanças hormonais e alterações na pele em mulheres durante a gravidez e tratamentos de fertilidade, como a fertilização in vitro (FIV). A pesquisa aponta que os hormônios sexuais femininos, como estrogênio, progesterona e testosterona, estão em níveis elevados durante esse período, o que afeta diretamente a fisiologia da pele. Essas mudanças nos hormônios podem causar ou piorar problemas de pele, como melasma, acne e dermatite atópica, afetando não só a aparência, mas também o bem-estar emocional, com impactos na autoestima, sono, estresse e qualidade de vida. Os hormônios desempenham um papel fundamental na produção de melanina pelos melanócitos e na função das glândulas sebáceas, destacando a influência direta do sistema endócrino na saúde da pele. Os resultados destacam a relevância de uma estratégia multidisciplinar, que inclui dermatologistas, obstetras e profissionais de saúde mental, para lidar de forma eficaz com as mudanças na pele e seus efeitos emocionais. Entender os mecanismos hormonais que afetam a pele possibilita a criação de estratégias preventivas, tratamentos personalizados e suporte emocional apropriado, garantindo segurança, bem-estar e qualidade de vida para mulheres em processos de reprodução assistida.

Palavras-chave: fertilização; pele; alterações hormonais; saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

A fertilização in vitro (FIV) é um dos maiores avanços da medicina reprodutiva, oferecendo esperança e novas oportunidades para casais que têm problemas para alcançar o sonho da maternidade e paternidade. Além de ser um progresso científico, a FIV oferece uma chance concreta de mudar vidas, vencendo obstáculos biológicos e emocionais que antes eram considerados insuperáveis. Devido à sua eficácia e resultados positivos, passou a ser uma das principais alternativas terapêuticas para a infertilidade, proporcionando esperança renovada e a oportunidade real de constituir uma família (Tavares et al, 2024).

Durante esse período, a pele pode passar por várias mudanças, desde aquelas consideradas fisiológicas, e até alterações que indicam o agravamento ou a melhora de

[1] Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

dermatoses já existentes. Em geral, as alterações cutâneas fisiológicas são consequência do aumento da atividade glandular, especialmente da maior produção dos hormônios esteroides progesterona e estrogênio, cujos níveis flutuam de acordo com a fase do tratamento ou gestação (Alhomieed et al, 2025).

Uma das manifestações mais notáveis da relação entre hormônios e pele é a acne hormonal. É uma condição com múltiplas causas, que geralmente se agrava devido às variações hormonais, especialmente em mulheres. Androgênios, como a testosterona, aumentam a produção de sebo e a obstrução dos folículos, o que pode causar lesões acneicas. Estrogênios e progesterona também afetam a situação, alterando a função das glândulas sebáceas e a interação entre os hormônios sexuais (Rodrigues et al, 2024).

Por outro lado, o melasma é outra condição relacionada a desequilíbrios hormonais, sendo caracterizado por manchas escuras na pele. Nesse processo, o estrogênio desempenha um papel fundamental, e alterações hormonais, como as que acontecem durante a gestação ou com o uso de anticoncepcionais, podem provocar ou agravar as lesões. Essa influência ocorre tanto pela regulação da produção de melanina quanto pela reação dos melanócitos à radiação ultravioleta (Rodrigues et al, 2024).

A dermatite atópica se manifesta por meio de erupções vermelhas e coceira, causando um impacto significativo na qualidade de vida. Esse quadro pode se tornar ainda mais difícil para as mulheres que já o apresentam durante ou no processo de gravidez, período caracterizado por mudanças hormonais intensas, pois as oscilações hormonais podem piorar os sintomas. Ademais, a preocupação com a segurança dos tratamentos durante a gestação torna o manejo da dermatite atópica especialmente complicado, gerando um interesse crescente na comunidade médica e científica (Carvalho et al. 2024).

Diante desse contexto, torna-se evidente que as alterações hormonais, sejam elas decorrentes da gestação natural ou de intervenções como a fertilização in vitro, exercem influência direta sobre a fisiologia cutânea e o comportamento de diversas dermatoses. A compreensão dessa relação entre o sistema endócrino e a pele é essencial para o manejo clínico adequado. Assim, o estudo das manifestações dermatológicas associadas às variações hormonais não contribui apenas para uma melhor abordagem terapêutica, mas também para a promoção da saúde integral da mulher durante os tratamentos de reprodução assistida.

METODOLOGIA

Este estudo será desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, método essencial para reunir e organizar o conhecimento existente, identificar lacunas e direcionar futuras pesquisas. Esse tipo de abordagem possibilita integrar resultados de estudos anteriores, analisar criticamente o estado atual do tema e propor novas perspectivas teóricas e práticas, contribuindo para o avanço científico e profissional na área.

A pesquisa dos artigos será realizada em bases científicas reconhecidas, como SciELO, PubMed, Google Acadêmico, Web of Science, BWS Journal e Revista Contemporânea, utilizando descritores como “alterações hormonais”, “fertilidade”, “tratamentos hormonais”, “reprodução assistida”, “saúde da pele”, “dermatoses gestacionais”, “melasma” e “progesterona”. Serão

incluídos artigos completos, disponíveis online, publicados entre 2020 e 2025, em português ou inglês, que abordem a relação entre o uso de hormônios em tratamentos de fertilidade e as manifestações cutâneas em mulheres.

A análise dos estudos será feita por meio de leitura detalhada e organização das informações em categorias: hormônios utilizados nos tratamentos, alterações fisiológicas e cutâneas, impacto estético e emocional das dermatoses e orientações terapêuticas disponíveis. Os resultados serão interpretados de forma crítica e descritiva, visando à construção de uma base teórica consistente para discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os níveis de estrogênio e progesterona aumentam consideravelmente durante a gestação e tratamentos de fertilidade, essas mudanças nos hormônios têm impacto na pele, podendo causar ou piorar problemas dermatológicos, o melasma, a acne e várias formas de dermatite estão entre as mais frequentes e essas alterações podem afetar tanto a aparência quanto o bem-estar emocional da mulher (Rodrigues et al. 2024).

O estrogênio, a testosterona e a progesterona são hormônios que exercem funções fundamentais na regulação e no funcionamento do corpo, com receptores específicos para esses hormônios, a pele funciona como um órgão-alvo, recebendo e transmitindo sinais químicos que podem alterar seu estado, suas funções e causar mudanças estéticas, principalmente no rosto, sendo ssim, as alterações hormonais afetam as propriedades fisiológicas da pele antes que os impactos evidentes se tornem notáveis (Bulla; Cortez; Gorny, 2025).

Os hormônios progesterona e estrogênio, utilizados durante o tratamento para gravidez, que ativam enzimas responsáveis pela produção de melanina, como tirosinase e dopacromo tautomerase. Esse processo está ligado ao aparecimento de hiperpigmentação facial, os melanócitos, situados na camada basal da epiderme, fabricam e enviam melanina aos queratinócitos por meio de suas extensões dendríticas. Os melanossomas, organelas especializadas presentes nos melanócitos, armazenam tirosinase e produzem melanina, que é responsável pela cor da pele (Alhomieed et al, 2025).

O agravamento da dermatite atópica durante esse período pode gerar um desconforto considerável e preocupação nas mulheres, o agravamento do prurido, das erupções e da inflamação impacta não só o bem-estar físico, mas também pode afetar a saúde mental e a qualidade de vida. Por exemplo, o prurido intenso pode afetar o sono, interferir nas atividades diárias e prejudicar as relações pessoais, aumentando o estresse e a ansiedade, além disso, as mudanças na aparência da pele podem afetar a autoestima e a autoconfiança, principalmente durante um período caracterizado por transformações físicas e emocionais significativas (Carvalho et al, 2024).

Os resultados indicam que os picos hormonais durante a gravidez e tratamentos de fertilidade impactam a pele, podendo causar ou piorar condições como melasma, acne e dermatite atópica. Essas mudanças afetam tanto a aparência quanto o bem-estar emocional, afetando o sono, elevando os níveis de estresse e reduzindo a autoestima. Portanto, o

acompanhamento multidisciplinar é essencial para proporcionar um tratamento médico eficiente e suporte emocional, elevando a qualidade de vida das mulheres durante esses períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão realizada, pode-se concluir que as mudanças hormonais que ocorrem durante a gestação e em tratamentos de fertilidade têm um impacto direto e considerável na saúde da pele feminina. Hormônios como estrogênio, progesterona e testosterona desempenham um papel importante na modulação de processos fisiológicos fundamentais, como a produção de melanina pelos melanócitos e controle das glândulas sebáceas. Além disso, eles podem agravar condições dermatológicas já existentes, como acne, melasma e dermatite atópica. Essas alterações transcendem o aspecto visual, afetando o bem-estar físico e emocional das mulheres e causando desconforto, coceira, impacto na autoestima, estresse e ansiedade, principalmente em um período que já é caracterizado por mudanças corporais e emocionais significativas.

Dessa forma, fica claro que é preciso uma abordagem multidisciplinar que leve em conta os aspectos clínicos e psicológicos das pacientes. A gestão das alterações cutâneas e de seus impactos na qualidade de vida é mais eficiente quando há acompanhamento conjunto de dermatologistas, obstetras e profissionais de saúde mental. Ademais, entender os mecanismos hormonais que afetam a pele permite desenvolver estratégias preventivas, tratamentos personalizados e suporte emocional apropriado, o que proporciona mais segurança e bem-estar durante a gravidez ou em processos de reprodução assistida.

REFERÊNCIAS

ALHOMIEED, Maya Faissal *et al*. Efeito da gravidez em distúrbios dermatológicos: uma revisão sistemática. Clinics and Practice. v. 15, n. 4, p. 68, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.3390/clinpract15040068. Acesso em: 25 out. 2025.

BULLA, Marria Clara Neves *et al.* A influência dos hormônios sexuais na pele feminina: um estudo para a prática da estética facial. Revista Cientifica Multidisciplinar O Saber. v. 1, n. 1, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2025.980. Acesso em: 27 out. 2025.

CARVALHO, Bruno Guilherme Melo *et al.* Impacto da gravidez na dermatite atópica: um estudo abrangente. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. v. 6, n. 2, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n2p2106-2123. Acesso em: 26 out. 2025.

RODRIGUES, Mariana Gomes Silva *et al*. Impacto Hormonal nas Patologias Dermatológicas em Mulheres. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. v. 10, n. 3, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v10i3.13249. Acesso em: 26 out. 2025.

TAVARES, Letícia Lobato *et al*. Tratamento da Infertilidade com Fertilização In Vitro. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação. v. 10, n. 4, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v10i4.13446. Acesso em: 25. out. 2025.

PREVENÇÃO E MANEJO DE ENGASGOS EM RECÉM-NASCIDOS E LACTENTES

Categoria: Projeto Integrador[1]

Neudimar Karpinski Suszek[2]
Bruna Horn[3]
Bruno Rosa de Souza[4]
Samy Vieira[5]
Wilson Ferreira[6]
Alesandra Perazzoli de Souza[7]

Resumo – A chegada de um bebê é um período de expectativas e desafios, exigindo preparo dos cuidadores para situações emergenciais, como o engasgo em recém-nascidos e lactentes, que representa risco imediato de vida. O objetivo deste estudo foi orientar gestantes, familiares e cuidadores por meio de uma ação educativa sobre prevenção e manejo do engasgo, visando promover segurança e autonomia no cuidado de recém-nascidos e lactentes. Caracterizou-se como pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, na modalidade de pesquisa-ação, desenvolvida em parceria com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador. Participaram 30 pessoas, entre gestantes, parceiros, cuidadores e familiares, em uma oficina prática de duas horas, utilizando recursos audiovisuais e manequins simuladores. Os resultados mostraram que a maioria buscou o workshop para aprendizado preventivo, enquanto alguns relataram dificuldade de acesso a serviços de emergência e outros experiências prévias de engasgo sem intervenção adequada. Observou-se participação ativa e boa aceitação da metodologia prática, o que reforça a efetividade dessas ações para a fixação do conhecimento. Conclui-se que ações educativas no pré-natal e pós-natal são estratégias eficazes para capacitar gestantes, parceiros, cuidadores e familiares, fortalecendo a rede de apoio e prevenindo complicações graves, sendo recomendada a ampliação de iniciativas semelhantes em unidades de saúde e comunidades.

Palavras-chave: primeiros socorros; engasgo; gestantes; educação em saúde; lactentes.

INTRODUÇÃO

A chegada de um bebê é um momento repleto de expectativas, alegrias e novos desafios. Durante a gestação, além dos cuidados voltados à saúde materna e ao desenvolvimento fetal, é fundamental que a futura mãe receba informações práticas que possam auxiliá-la a lidar com

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

situações emergenciais. Entre essas situações, o engasgo em recém-nascidos e lactentes é uma das ocorrências mais preocupantes, por se tratar de um risco imediato à vida e exigir intervenção rápida e adequada (Lima et al., 2021).

O engasgo pode ocorrer de forma súbita, seja durante a amamentação, ao oferecer líquidos ou mesmo devido à presença de pequenos objetos no ambiente. Recém-nascidos e lactentes, por possuírem vias aéreas mais estreitas e ainda em processo de desenvolvimento, estão mais vulneráveis a esse tipo de acidente. A ausência de conhecimento sobre como agir nesses momentos aumenta significativamente o risco de complicações graves, incluindo a asfixia e até o óbito (Conceição; Silva; Pereira, 2022).

A educação em saúde voltada para gestantes torna-se um recurso essencial. Iniciar esse preparo ainda durante o pré-natal permite que a futura mãe, juntamente com seus acompanhantes e cuidadores, se familiarize com sinais de risco, medidas preventivas e manobras de desobstrução adaptadas ao público leigo. Essa preparação antecipada não apenas promove segurança, mas também reduz a ansiedade diante de possíveis emergências (Silva; Oliveira; Almeida, 2021).

A orientação preventiva sobre engasgo deve priorizar uma linguagem clara e recursos visuais ou práticos, para garantir compreensão e memorização das técnicas. Além disso, é necessário que as orientações estejam alinhadas a protocolos reconhecidos por entidades de saúde e adaptados à realidade do ambiente domiciliar, onde a maioria dos casos ocorre. Assim, a informação se torna acessível, aplicável e eficaz (American Heart Association, 2020).

Investir em conhecimento durante a gestação contribui para a criação de um ambiente doméstico mais seguro e preparado para receber o bebê. Essa abordagem preventiva fortalece a autonomia e a confiança da gestante e de sua rede de apoio, favorecendo respostas rápidas e corretas diante de emergências (Brasil, 2023; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2021).

Portanto, compreender como a educação em saúde no pré-natal pode influenciar na prevenção de acidentes por engasgo em recém-nascidos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de capacitação mais eficientes. Ao unir teoria e prática, é possível salvar vidas e transformar o cuidado nos primeiros meses de vida em um processo mais seguro e consciente.

Diante disso, elaborou-se a seguinte questão norteadora para guiar este estudo: "Como gestantes, familiares e cuidadores percebem e vivenciam a prevenção e o manejo do engasgo em recém-nascidos e lactentes?" E o objetivo geral de orientar gestantes, familiares e cuidadores por meio de uma ação de educação em saúde sobre prevenção e manejo do engasgo, promovendo segurança e autonomia no cuidado de recém-nascidos e lactentes.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada na modalidade de pesquisa-ação para o desenvolvimento de uma ação educativa em saúde, uma vez que busca intervir diretamente no contexto educativo de gestantes, promovendo aprendizado prático sobre a prevenção e manejo de engasgos em recém-nascidos e lactentes.

A ação foi desenvolvida em forma de workshop com gestantes, parceiros ou familiares através de um mini curso em parceria com o Corpo de Bombeiros Voluntário do município de Caçador. A amostra foi composta por 30 participantes (07 gestantes, 07 familiares (esposo, mãe, vó, entre outros), 04 cuidadoras, e 12 mães com filhos pequenos (neonato e/ou lactente), selecionadas por conveniência e mediante aceite voluntário.

O recrutamento de participantes se deu por meio de convite aberto para a comunidade divulgado nas redes sociais dos pesquisadores e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador e realização de inscrição. Foram disponibilizadas 30 vagas, a fim de garantir a qualidade da ação.

O workshop foi realizado na sede do Corpo de Bombeiros Voluntário de Caçador, no dia 11 de setembro de 2025, em forma de oficina, com duração aproximada de 2 horas, utilizando recursos audiovisuais, demonstrações práticas com manequins simuladores e linguagem acessível, conduzida pelos acadêmicos da 6ª fase do Curso de Enfermagem. O conteúdo abrangeu fatores de risco para engasgos, prevenção, sinais de alerta e manobras de desobstrução das vias aéreas em RN e lactentes, baseadas nas diretrizes da American Heart Association (2020) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (2021).

Para avaliar a compreensão e percepção das participantes, foi aplicado um questionário de opinião com perguntas objetivas e subjetivas, além da observação direta da participação nas oficinas, registrada em notas de campo.

A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e análise qualitativa temática das respostas abertas e observações, buscando identificar padrões de compreensão e percepções dos participantes.

Quanto aos aspectos éticos, por se tratar de uma ação de educação em saúde, não houve necessidade de submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa. No entanto, todas os participantes foram informados sobre os objetivos da atividade e sua participação será voluntária, sem identificação nominal, garantindo sigilo e confidencialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O workshop sobre prevenção e manejo de engasgos em recém-nascidos e lactentes contou com a participação de 30 pessoas, distribuídas em quatro categorias de público: gestantes, parceiros, cuidadoras e mães de neonatos ou lactentes, representados na Tabela 1.

Tabela1 - Perfil dos participantes do workshop sobre engasgos em RN e lactentes. Caçador, SC, Brasil.

Categoria	Quantidade	Percentual (%)
Gestantes	7	23,3
Familiares	7	23,3
Cuidadoras	4	13,3
Mães (neonatos/lactentes)	12	40,0
Total	30	100

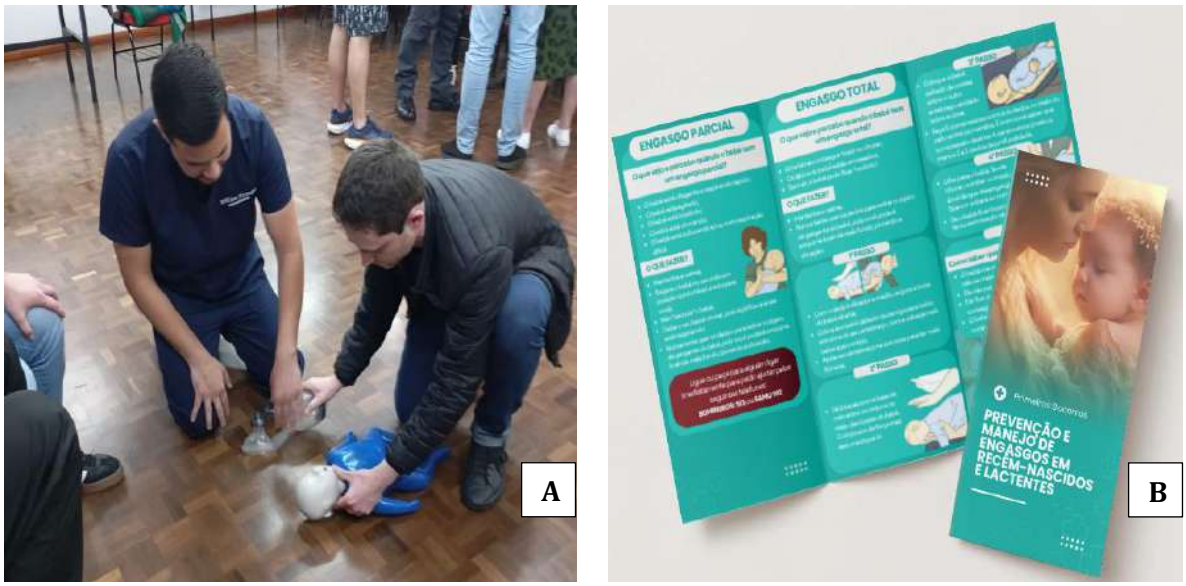
Fonte: os Autores (2025).

A diversidade de perfis reforça a relevância do tema, especialmente para aqueles diretamente envolvidos no cuidado infantil. Observou-se a maioria dos participantes buscou o workshop visando o aprendizado, o que demonstra o interesse preventivo e educativo. Além disso, alguns participantes justificaram a busca pelo fato de morarem em áreas do interior, onde o acesso rápido a serviços de emergências pode ser limitado, aumentando necessidade de preparo frente a emergências.

Dois casos relatados de obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) em neonato em ambiente doméstico, sem intervenção adequada, ilustram a vulnerabilidade das famílias e a urgência de disseminar conhecimento acessível sobre primeiros socorros. Essa constatação converge com os achados de Conceição, Silva e Pereira (2022), que também identificaram maior procura por treinamentos entre familiares e cuidadores que já vivenciaram emergências semelhantes.

Durante a ação, a utilização de recursos audiovisuais, manequins simuladores, distribuição de folder orientativo e linguagem acessível favoreceu a compreensão e a retenção das técnicas. Houve participação ativa, com perguntas, relatos pessoais e interesse em reproduzir as manobras aprendidas (Imagens 1). Esses achados confirmam a literatura, que destaca que oficinas práticas são mais eficazes do que abordagens exclusivamente expositivas para fixação do conhecimento em primeiros socorros (Silva; Oliveira; Almeida, 2021).

Imagens 1 – Registro participação do público-alvo nas atividades práticas.



(A)Atividade prática. (B) Material educativo desenvolvido para o workshop.

Fonte: Acervo próprio (2025).

Outro aspecto relevante foi o impacto positivo da parceria entre a universidade e o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador. A presença de profissionais de referência e a condução

prática supervisionada aumentaram a credibilidade e a segurança dos participantes na execução das manobras, ampliando a aplicabilidade do aprendizado.

Assim, os dados obtidos reforçam a importância de ações educativas em saúde voltadas à prevenção de acidentes com neonatos e lactentes. O estudo demonstrou benefícios importantes, como o aumento da segurança, autonomia e confiança de gestantes, familiares e cuidadores no manejo do engasgo, além da prevenção de complicações graves em recém-nascidos e lactentes. Além disso, fortaleceu a rede de apoio comunitário, qualificou a formação acadêmica dos estudantes de enfermagem e forneceu subsídios para políticas públicas nessa área.

Contudo, reconhece-se como limitações o número reduzido de participantes, a realização em apenas um workshop e a ausência de avaliação objetiva da aprendizagem. Sugere-se, portanto, que novas pesquisas ampliem o público, realizem intervenções em diferentes contextos e avaliem a retenção do conhecimento a longo prazo, de modo a consolidar evidências sobre a eficácia dessas ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações educativas em saúde, como o workshop realizado, mostram-se estratégias efetivas para orientar gestantes, familiares e cuidadores quanto à prevenção e manejo do engasgo em recém-nascidos e lactentes, favorecendo o desenvolvimento de conhecimento prático, a autonomia no cuidado e a segurança no ambiente domiciliar. A experiência evidenciou o interesse da comunidade em capacitações acessíveis e reforçou a importância de parcerias intersetoriais para ampliar o alcance e a credibilidade das intervenções.

Apesar das limitações, o estudo contribui como iniciativa piloto, sugerindo a necessidade de expandir ações semelhantes em outros espaços como programas de pré-natal, pós-natal, escolas e na comunidade, a fim de preparar um maior número de pessoas para agir de forma rápida e correta em situações de urgência e/ou emergência, reduzindo riscos potenciais e salvando vidas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao Curso de Enfermagem, pelo apoio e incentivo às atividades de pesquisa e extensão, bem como ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, pela parceria e disponibilização do espaço e dos recursos necessários para a realização desta ação educativa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Pediatric Basic Life Support: Guidelines for CPR and Emergency Cardiovascular Care. Dallas: AHA, 2020. Disponível em: https://cpr.heart.org/en/resuscitation-science/cpr-and-ecc-guidelines/pediatric-basic-life-support. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. 3. ed. Brasília: MS, 2023. . Disponível em:https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/saude-da-mulher/saude-materna. Acesso em: 14 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, N. O. de S.; SILVA, L. C. O. e; PEREIRA, A. dos S. Engasgos em crianças e lactentes: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva, São José dos Pinhais, v. 11, n. 2, p. 51-70, 2022. Disponível em: https://rescceafi.com.br/vol11/n2/artigo%209%20pags%2051%20a%2070.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

LIMA, M. L. et al. Condutas de puérperas imediatas frente a um suposto engasgo em bebês. Research, Society and Development , Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 10, e501101018902, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/19133. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, L. B. da; OLIVEIRA, A. L. P. de; ALMEIDA, R. P. de. Educação em saúde para gestantes: preparando para emergências pediátricas. Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva, Florianopolis, v. 10, n. 3, p. 115-124, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/SKrdt6kHxFfsZQQyYKMppcj/?format=html&lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação para a saúde do bebê. São Paulo: SBP, 2021. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/manual_orientacao_sbp_cen_.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

ALEITAMENTO MATERNO: UM ATO DE AMOR E SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador[1]

Angela Maria Gonçalves[2]
Gabriela Moraes Telles de Souza[3]
Roberta Thailis Moraes Pereira[4]
Vitória Maria Gris Preveda[5]
Alesandra Perazzoli de Souza[6]

Resumo – O aleitamento materno é essencial para a saúde do bebê e da mãe, garantindo nutrição adequada, proteção imunológica e fortalecimento do vínculo afetivo. Este estudo teve como objetivo demonstrar a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento do bebê e os benefícios para a saúde materna. Tratou-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, na modalidade projeto integrador e pesquisa-ação, realizada no Instituto Mãe Caçadorense (Caçador-SC), com gestantes de diferentes idades gestacionais. A ação educativa foi desenvolvida em três etapas: apresentação teórica, atividades práticas com simuladores e roda de conversa, finalizando com aplicação de questionário de opinião. Os resultados mostraram envolvimento ativo das participantes, que relataram esclarecimento de dúvidas, desconstrução de mitos e reconhecimento da importância do aleitamento exclusivo até seis meses. Houve ainda solicitação de continuidade das oficinas por parte das gestantes e profissionais da instituição, evidenciando boa aceitação da metodologia. Entre as limitações destacam-se o espaço físico reduzido e o caráter pontual da atividade. Conclui-se que ações educativas participativas fortalecem a autonomia materna, contribuem para a adesão ao aleitamento exclusivo e devem ser incorporadas às políticas públicas de saúde como estratégias de promoção e apoio ao cuidado materno-infantil.

Palavras-chave: aleitamento materno; educação em saúde; gestantes; políticas públicas; saúde materno-infantil.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é considerado a forma mais eficaz e natural de garantir a nutrição adequada nos primeiros meses de vida. O leite materno contém todos os nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento infantil, além de anticorpos que fortalecem o sistema imunológico do bebê. A prática da amamentação exclusiva até os seis meses de vida é fortemente recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde do Brasil,

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sendo também estimulada a sua continuidade de forma complementar até os dois anos de idade ou mais (Silva et al., 2023).

Além dos benefícios nutricionais, o aleitamento materno proporciona vantagens emocionais e psicossociais, pois fortalece o vínculo entre mãe e filho, favorecendo o desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança. Para a mãe, a prática auxilia na involução uterina pós-parto, contribui para a redução do risco de hemorragia, além de estar associada à diminuição da incidência de câncer de mama e ovário, diabetes tipo 2 e hipertensão. Dessa forma, a amamentação deve ser entendida como um investimento em saúde pública, com efeitos positivos para toda a sociedade (Brasil, 2015).

Apesar das evidências científicas sobre seus benefícios, a manutenção do aleitamento materno ainda enfrenta múltiplos desafios. Entre eles, destacam-se a falta de informação adequada, o retorno precoce da mãe ao trabalho, a influência de fatores culturais, o uso de fórmulas infantis e a ausência de suporte familiar e profissional (Souza et al., 2024). Essas barreiras podem levar ao desmame precoce, comprometendo os ganhos nutricionais e imunológicos da criança, além de impactar negativamente nas taxas de aleitamento exclusivo no país (Fribel et al., 2025).

Nesse contexto, políticas públicas como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e a licença-maternidade ampliada representam avanços importantes no incentivo à amamentação.(Figueiredo et al,2012).

Da mesma forma, o papel dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, é fundamental para orientar, apoiar e acolher mães durante o processo de amamentação, promovendo práticas que favoreçam o sucesso do aleitamento materno exclusivo. (Bauer,2019).

Discutir o aleitamento materno não se restringe apenas à esfera individual da mãe e do bebê, mas envolve também fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam sua prática. É fundamental compreender esses determinantes para fortalecer ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento, assegurando que mais crianças tenham acesso ao que é considerado o melhor início de vida.

Diante disso, elaborou-se a seguinte questão norteadora para este estudo: "Qual a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento e saúde dos bebês e os seus benefícios para as mães?" E o objetivo de demonstrar a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento do bebê e os benefícios para a saúde materna.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, aplicada e de natureza qualitativa na modalidade de projeto integrador. O projeto foi desenvolvido na unidade de Saúde Mãe Caçadorense, na cidade de Caçador – SC e conduzido pelos acadêmicos de enfermagem da 6ª fase, no dia 12 de setembro de 2025 para gestantes de todas as idades gestacionais

A atividade foi organizada em forma de roda de conversas na sala de espera, enquanto os participantes aguardavam para a consulta do pré-natal. Foram abordados temas relacionados

a importância do aleitamento materno exclusivo para o recém-nascido, técnicas de amamentação, mitos e verdades, além de orientações sobre as dificuldades mais frequentes enfrentadas durante a amamentação. A escolha da roda de conversa como técnica principal buscou garantir um espaço de diálogo e troca de experiências, possibilitando que as gestantes expusessem dúvidas, receios e conhecimentos prévios sobre o tema (Dayane,2022).

Posteriormente, foi aplicado um questionário de opinião com perguntas abertas e fechadas para avaliação da ação. A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva a partir dos dados provenientes do questionário de opinião e complementada pela observação qualitativa das interações

O projeto não necessitou ser submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, por se tratar de uma ação coletiva de educação em saúde, não sendo coletados dados sensíveis. No entanto, a execução da ação respeitou todos os preceitos éticos, incluindo a solicitação de autorização para o desenvolvimento da atividade ao responsável da instituição, a preservação da privacidade e confidencialidade das participantes, além da condução das discussões com respeito e acolhimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa alcançou a participação de 19 gestantes em diferentes idades gestacionais, variando do primeiro trimestre ao terceiro. Participaram também 3 pais e acompanhantes, totalizando 22 participantes. Essa interação possibilitou a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento (Imagem 1).

Imagens 1 – Registro participação do público-alvo nas atividades práticas.

Fonte: Acervo próprio (2025).

Durante a roda de conversa, observou-se envolvimento ativo de todos os participantes, na qual as dúvidas, crenças e receios sobre o aleitamento materno foram expostos e discutidos de forma acolhedora. Verificou-se que muitas gestantes possuíam concepções equivocadas como a ideia de leite fraco ou insuficiente, as quais foram esclarecidas durante a atividade. Essa desconstrução de mitos reforça a importância de abordagens educativas no pré-natal que

identificam desinformação como uma das principais causas do desmame precoce (Holanda, 2022).

A maiorias dos participantes reconheceram a relevância da amamentação exclusiva até os seis meses de idade da bebê, destacando benefícios como nutrição adequada, fortalecimento imunológico e vínculo afetivo entre mãe e bebê. Estudos demonstram que crianças amamentadas exclusivamente nos seis primeiros meses apresentam menor incidência de infecções respiratórias, gastrointestinais e otites, além de hospitalizações menos frequentes, em comparação com aquelas que não o foram integralmente(Barreto, 2019).

Outro aspecto observado foi a solicitação de continuidade do projeto por parte das gestantes e dos próprios profissionais da instituição, evidenciando a boa aceitação da metodologia e a necessidade de estratégias permanentes de apoio às mães. Esse achado dialoga com a literatura que defende a incorporação de ações educativas no pré-natal como parte essencial da rede de apoio à amamentação (Viana, 2021).

Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas, como realização da atividade em um espaço físico pequeno e pouco adaptado, o que restringiu a organização das dinâmicas. Além disso, trata-se de uma ação pontual, sem acompanhamento longitudinal das gestantes, o que limita a avaliação de impacto sobre a prática de amamentação no pós-parto.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que avaliem o efeito das oficinas educativas sobre a manutenção do aleitamento exclusivo após o nascimento. Recomenda-se ainda, a ampliação de investigações em diferentes contextos sociais e institucionais, possibilitando compreender as barreiras e potencialidades da educação em saúde no fortalecimento da amamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstrou que ações educativas sobre aleitamento materno constituem estratégias efetivas para a promoção da saúde da mãe e do bebê, sobretudo quando fundamentadas em metodologias participativas que favorecem a escuta, a interação e a troca de saberes. A atividade possibilitou esclarecer dúvidas, corrigir concepções equivocadas e estimular a autonomia das gestantes e familiares no cuidado, confirmando o papel essencial da educação em saúde na adesão ao aleitamento exclusivo.

Nesse sentido, recomenda-se que políticas públicas de saúde priorizem o incentivo e a institucionalização de programas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, garantindo recursos, infraestrutura e estratégias intersetoriais que assegurem o direito da criança a um início de vida saudável. Reafirma-se ainda, que o aleitamento materno deve ser compreendido não apenas como uma prática individual, mas como um investimento coletivo em saúde pública, com benefícios duradouros para mães, crianças e para a sociedade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e ao Curso de Enfermagem pelo apoio e incentivo a pesquisa e a extensão e agradecemos também na Unidade de Saúde Mãe Caçadorense por ter possibilitado a aplicação do projeto

REFERÊNCIAS

BAUER, D. F. V.; FERRARI, R. A. P.; CARDELLI, A. A. M.; HIGARASHI, I. H. Orientação profissional e aleitamento materno exclusivo: um estudo de coorte. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 24, p. e56532, 2019.

BARRETO, M. S.; SALDIVA, S. R. D. M. Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: desafios para a sua implantação em um município da Grande São Paulo. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 20, n. 1, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

FIGUEREDO, S. F.; MATTAR, M. J. G.; ABRÃO, A. C. F. V. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: uma política de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 459-463, 2012.

FRIBEL. Talita da Silva et al. Os desafios enfrentados pelas mães no aleitamento materno exclusivo. **Enfermagem Brasil,** [*s. l.*], , v. 24, n. 3, p. 2403–2415, 2025.

HOLANDA, E. R. DE .; SILVA, I. L. DA ..Fatores associados ao desmame precoce e padrão espacial do aleitamento materno em território na Zona da Mata de Pernambuco, Brasil.**Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil,** v. 22, n. 4, p. 803–812, out. 2022.

ROMÃO, Dayane Madalena Lima; MACIEL DE ARAÚJO, Eduarda; MACIEL, Nathanael de Souza. Roda de conversa sobre aleitamento materno exclusivo: um relato de experiência. **Brazilian Journal of Case Reports**, v. 2, Suppl. 3, p. 260-264, 2022.

SILVA, Ananda Larisse Bezerra da et al. Determinantes em saúde associados ao aleitamento materno exclusivo: uma revisão de escopo. **Revista CEFAC**, Campinas, v. 25, n. 5, p. e6822, 2023.

SOUZA, Thanandra Freitas de et al. Causas do desmame precoce no aleitamento materno: revisão integrativa. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. e6318–e6318, 2024.

VIANA, M. D. Z. S.; DONADUZZI, D. S. S.; ROSA, A. B.; FETTERMANN, F. A.; et al. Estratégias e ações de enfermagem no incentivo ao aleitamento materno: revisão integrativa. **Revista Pesquisa: Cuidado Fundamental Online**, v. 13, p. 1199-1204, 2021.

EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO SOCORROS PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CAÇADOR-SC

Categoria: Projeto Integrador[1]

Elisa Maria dos Santos[2]
Jonatas Misael Dias[3]
Katrini Cavalett[4]
Ludimila Angélica dos Passos[5]
Alesandra Perazzoli de Souza[6]

Resumo – Acidentes e situações de urgência são frequentes no ambiente escolar, tornando essencial a capacitação de estudantes em noções básicas de primeiros socorros. Este estudo teve como objetivo orientar alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola EEF Graciosa Copetti Pereira, em Caçador-SC, sobre técnicas fundamentais de atendimento inicial e avaliar o conhecimento adquirido após intervenção educativa. Tratou-se de uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa e descritiva, realizada em setembro de 2025, com 12 estudantes selecionados por conveniência. A intervenção ocorreu em três etapas: aula teórica expositiva-dialogada, oficinas práticas supervisionadas (reanimação cardiopulmonar, manobra de Heimlich, imobilização de fraturas, condutas frente a desmaios e cortes) e avaliação por simulações e questionário de opinião. Todos os estudantes participaram ativamente das atividades; 91,6% executaram corretamente as técnicas propostas e 83,3% relataram sentir-se confiantes para prestar primeiros socorros. As falas dos alunos evidenciaram maior segurança, valorização da prática e percepção do papel social como multiplicadores do conhecimento. Conclui-se que ações educativas interativas e inclusivas em primeiros socorros favorecem a aprendizagem significativa, promovem confiança para atuação em situações de emergência e reforçam a necessidade de políticas públicas que consolidem esse ensino na educação básica.

Palavras-chave: primeiros socorros; educação em saúde; ensino fundamental; estudantes; prevenção.

INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros correspondem às ações iniciais realizadas para auxiliar pessoas em sofrimento ou em situação de risco de morte, podendo ser aplicadas por qualquer indivíduo leigo, sem a necessidade de formação profissional em saúde (Silva et al., 2023). A escola é um dos ambientes em que emergências e situações de urgência podem ocorrer, considerando que

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna(o) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna(o) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna(o) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluna(o) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

crianças e adolescentes passam grande parte do dia nesse espaço. Nesses locais, os acidentes são frequentes devido à presença de áreas de risco, como pátios, corredores, parques, banheiros, salas de aula, escadas e quadras poliesportivas (Grimaldi et al., 2020).

Dessa forma, os estudantes estão sujeitos a intercorrências, o que evidencia a importância do conhecimento adequado sobre as intervenções que devem ser realizadas em situações de urgência ou emergência, uma vez que um atendimento incorreto pode agravar o estado de saúde da vítima (Silva et al., 2023). Com isso, se resalta a importância de capacitar principalmente alunos dos estabelecimentos de ensino público e/ou privado de nível básico, bem como nos estabelecimentos de recreação infantil (Grimaldi et al., 2020).

Nas escolas, os estudantes também exercem o importante papel de multiplicadores, transmitindo as informações que recebem aos outros colegas e aos membros da família, de forma que o ensino de primeiros socorros, na escola, pode potencialmente atingir a maioria da população. Pesquisas indicam que crianças e adolescentes estão dispostos a prestar os primeiros socorros e que o treinamento é útil para aumentar a confiança e a eficácia da assistência ofertada (Cruz et al., 2020). Uma intervenção educativa sobre noções básicas de primeiros socorros, realizada com estudantes de escolas públicas e privadas, verificou que os participantes obtiveram aprendizado significativo sobre o tema (Cruz et al., 2020).

O município de Caçador, localizado na região do planalto norte catarinense, apresenta características demográficas e geográficas que amplificam a relevância de programas de capacitação em primeiros socorros. Com população estimada pelo IBGE de 76.298 habitantes (IBGE, 2025) distribuída entre área urbana e rural, o município enfrenta desafios relacionados ao tempo de resposta dos serviços de emergência, especialmente em localidades mais distantes do centro urbano. Diante desse contexto, a formação de uma rede de jovens capacitados em primeiros socorros representa estratégia fundamental para fortalecer a resposta comunitária às emergências médicas, contribuindo para a redução da morbimortalidade por causas evitáveis.

Diante deste cenário, identificou-se a necessidade de investigar: 'Qual o conhecimento dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em técnicas básicas de primeiros socorros?' O objetivo deste projeto é orientar estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola EEF Graciosa Copetti Pereira de Caçador-SC, em técnicas básicas de primeiros socorros.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter aplicado, com abordagem qualitativa e delineamento de pesquisa-ação, desenvolvido como projeto integrador no curso de Enfermagem da UNIARP. A intervenção ocorreu no dia 04 de setembro de 2025 com 12 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola EEF Graciosa Copetti Pereira, em Caçador-SC, selecionados por conveniência mediante autorização da direção, da professora da disciplina do dia e aceite da turma.

O projeto foi estruturado em três etapas: (1) aula teórica expositiva-dialogada, com uso de recursos visuais (slides e cartazes) para apresentação dos conceitos e importância dos primeiros socorros; (2) oficinas práticas supervisionadas, abordando técnicas como reanimação cardiopulmonar (RCP), manobra de Heimlich, imobilização de fraturas, manejo de objetos

encravados, condutas frente a desmaios e infarto, conduzidas por acadêmicos de Enfermagem com participação de um bombeiro voluntário; e (3) avaliação do aprendizado, realizada por meio de simulações de situações de urgência e aplicação de questionário de opinião sobre a ação educativa.

Os dados foram analisados de forma descritiva e qualitativa, com ênfase nas falas dos estudantes expressas nos questionários de opinião e complementada pela observação qualitativa das práticas.

. Todos os preceitos éticos foram respeitados, garantindo anonimato e participação voluntária, não havendo necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa conforme a Resolução CNS nº 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto foi realizado com 12 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola EEF Graciosa Copetti Pereira, em Caçador-SC, no dia 04 de setembro de 2025. Houve participação integral dos alunos presentes (100%), demonstrando elevado interesse na temática de primeiros socorros (Imagens 1).

Imagens 1 – Registros da ação de educação em Saúde com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola EEF Graciosa Copetti Pereira. Caçador, Santa Catarina, 2025. (N=12)

Fonte: Acervo próprio (2025).

Na avaliação prática, que incluiu simulações de situações de urgência (desmaio, engasgo, fratura, corte com objeto perfurante), todos os estudantes participaram ativamente das atividades, demonstrando envolvimento e disposição em aplicar os conhecimentos adquiridos. Observou-se que, mesmo diante de tarefas mais complexas, como a reanimação cardiopulmonar, os alunos buscaram executar as etapas corretamente, evidenciando a

assimilação do conteúdo teórico e a capacidade de transferi-lo para situações simuladas de forma prática.

No questionário de opinião aplicado ao final da atividade, 10 estudantes (83,3%) declararam sentir-se "confiantes" ou "muito confiantes" em prestar primeiros socorros em casos simples. Esses resultados indicam melhora significativa na autopercepção de competência, mesmo em um curto período de intervenção. As falas coletadas no questionário de opinião evidenciaram três categorias principais: "confiança e segurança", associada ao sentimento de preparo diante de emergências; "aprendizagem prática aplicada", relacionada ao valor das oficinas e simulações; e "relevância social", destacando a importância de compartilhar o conhecimento com familiares e comunidade (Quadro 1).

Quadro 1 – Representação das categorias emergidas pelas falas dos estudantes no questionário de opinião. Caçador, Santa Catarina, 2025. (N=12)

Categoria	Fala expressa no questionário de opinião
Confiança e segurança	"A aula foi interessante e me deixou mais confiante pra ajudar em situações de emergência". "Antes eu não sabia que era tão importante manter a calma, agora entendi que isso faz toda a diferença."
Aprendizagem prática aplicada	"Gostei de aprender sobre como agir em casos de desmaio ou cortes, porque são coisas que podem acontecer a qualquer momento". "Aprendi que não é só chamar o SAMU, mas também saber o que fazer até a ajuda chegar".
Relevância social	"Acho que todo mundo deveria aprender isso, porque pode salvar vidas".

Fonte: os Autores (2025).

Esses depoimentos evidenciam além da apropriação técnica pelos participantes, mas também a percepção do papel social e multiplicador dos estudantes, aspecto já destacado em outras pesquisas sobre educação em saúde no ambiente escolar (Grimaldi et al., 2020; Cruz et al., 2020).

Destaca-se a inclusão de um estudante com deficiência auditiva, que acompanhou integralmente a atividade com apoio de intérprete de Libras, reforçando a necessidade de práticas acessíveis em saúde escolar. Os resultados corroboram estudos anteriores que demonstram o impacto positivo de intervenções educativas em primeiros socorros no aumento da confiança e eficácia dos estudantes (Cruz et al., 2020; Grimaldi et al., 2020).

Além disso, a participação do bombeiro voluntário na ação enriqueceu a experiência, proporcionando diferentes perspectivas profissionais sobre o tema e aproximando os estudantes da realidade prática das emergências, contribuindo para tornar a atividade mais dinâmica, realista e motivadora. Sendo possível, reforçar a importância da integração entre a comunidade escolar e profissionais da área da saúde e segurança.

Os resultados observados neste projeto, estão em consonância com estudos que apontam aumento da confiança e da eficácia dos estudantes após intervenções em primeiros socorros. Além disso, a percepção dos alunos sobre a importância de "manter a calma" durante emergências dialoga com evidências internacionais que destacam o papel do preparo emocional no sucesso do atendimento leigo, fundamentais em situações de emergência (Cruz et al., 2020).

Contudo, admite-se a presença de limitações, como o pequeno tamanho amostral, a ausência de avaliação pré-intervenção que permitisse comparar o desempenho antes e depois da atividade, e a falta de acompanhamento longitudinal para verificar a retenção do conhecimento adquirido. Estes fatores restringem a generalização dos achados, embora não comprometam o valor formativo e social da experiência.

Dessa forma, recomenda-se a ampliação do projeto para outras escolas do município, incluindo professores, funcionários e familiares, bem como a realização de estudos futuros com amostras maiores, grupos controle e avaliações de médio e longo prazo. Essas medidas podem consolidar evidências mais robustas para subsidiar políticas públicas de educação em saúde, em consonância com a "Lei Lucas" (Brasil, 2018) e outras iniciativas voltadas à segurança escolar no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções educativas em primeiros socorros, quando associam teoria e prática de forma participativa e inclusiva, são eficazes para aumentar a confiança, a segurança e a capacidade técnica de estudantes do ensino fundamental, configurando-se como estratégia promissora de educação em saúde e prevenção de agravos. Apesar das limitações relacionadas ao tamanho amostral e à ausência de avaliação longitudinal, seus achados reforçam a importância de expandir iniciativas desse tipo em diferentes contextos escolares e comunitários. A implementação em escala maior, como em redes de escolas, pode potencializar o impacto na formação de jovens multiplicadores de conhecimento, fortalecendo a prevenção de acidentes e emergências cotidianas.

Além disso, os resultados oferecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas à educação em primeiros socorros e à promoção de ambientes mais seguros, solidários e preparados para responder a situações de urgência.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e ao Curso de Enfermagem pelo apoio à pesquisa e extensão, à escola EEF Graciosa Copetti Pereira, à direção, professores e alunos do 9º ano pelo acolhimento e participação, e ao bombeiro voluntário pela valiosa colaboração, que tornou o projeto mais dinâmico e enriquecedor.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Karine Bianco *et al.* Intervenções de educação em saúde de primeiros socorros, no ambiente escolar: uma revisão integrativa. Enfermería Actual, Costa Rica, n. 40, 2020.

GRIMALDI, Monaliza Ribeiro Mariano *et al*. A escola como espaço para aprendizado sobre primeiros socorros. Revista de Enfermagem da UFSM. Santa Maria, v. 10, n. 20, p. 1-15, 2020.

NETO, Nelson Miguel Galindo *et al*. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. Revista Acta Paulista em Enfermagem. São Paulo, n.30, p. 87-93, 2017.

SILVA, Ana Clara Jagi Porto *et al.* Primeiros socorros na escola, papel da enfermagem e a contribuição da lei de Lucas. **Contemporânea**. Volta Redonda, v. 3, n. 9, p. 14446-14462, 2023.

IBGE. **Cidades e Estado**: Caçador. ibge.gov.br. 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/cacador.html. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Dispõe sobre a criação da "Lei Lucas". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 out. 2018.

PRIMEIROS CUIDADOS COM O BEBÊ: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA GESTANTES E PUÉRPERAS

Categoria: Projeto Integrador[1]

Adriana Meireles Cruz[2]
Crislaine Novais[3]
Ester Tainá da Silva[4]
Isabela de Souza Carlin[5]
Laisa Tibes de Campos[6]
Alesandra Perazzoli de Souza[7]

Resumo – Este projeto integrador tem como objetivo principal promover a educação em saúde voltada para gestantes e puérperas, com enfoque nos cuidados básicos com o recém-nascido, por meio de apresentações em slides, distribuição de folders educativos e demonstrações práticas com manequins simuladores, a fim de facilitar a compreensão e a fixação dos conteúdos abordados. Os temas contemplam aspectos fundamentais da atenção neonatal, incluindo higiene do recém-nascido (banho, cuidados com o coto umbilical e troca de fraldas), aleitamento materno (técnica de pega correta, prevenção de intercorrências e benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais), bem como orientações sobre sono seguro e identificação de sinais de alerta que podem indicar complicações no bebê. Espera-se que, ao final do projeto, as participantes apresentem maior segurança e autonomia no cuidado com seus filhos, reduzindo inseguranças comuns no período puerperal e contribuindo para a promoção da saúde materno-infantil. Além disso, o projeto busca fortalecer o vínculo mãe-bebê, fomentar práticas de cuidado baseadas em evidências científicas e colaborar para a redução de agravos preveníveis na saúde neonatal.

Palavras-chave: educação em saúde; cuidado materno-infantil; promoção em saúde; gestantes; puérperas.

INTRODUÇÃO

O cuidado com a saúde do bebê tem importância fundamental para a redução da mortalidade infantil, ainda elevada no Brasil, assim como a promoção de melhor qualidade de vida e a diminuição das desigualdades em saúde. (Brasil, 2014).

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno(a) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno(a) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno(a) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno(a) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Aluno(a) do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A OMS recomenda promover o primeiro banho do recém-nascido em até 24 horas após o nascimento, mantendo a pele com a camada protetora do vérnix caseoso, o que melhora a adaptação da transição do neonato do meio intrauterino aquoso para o ambiente extrauterino seco, promovendo a função antimicrobiana, a hidratação da pele, a diminuição da descamação, a redução do eritema tóxico neonatal e a termorregulação, além do tempo adicional pele a pele com a mãe. (Oliveira et al.,2020).

O Ministério da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo em crianças durante os seis meses de idade, e complementado, até os dois anos. Nesse sentido, há garantia do pleno crescimento e desenvolvimento saudável do lactente, pelos valores nutricionais e de proteção do leite materno que, além de promover os laços afetivos entre mãe e filho, contribui para a recuperação da mulher-mãe no pós-parto. (Ramos et al.,2015).

Além da higiene e da alimentação, práticas de sono seguro são indispensáveis para reduzir riscos como a síndrome da morte súbita do lactente. Posicionar o bebê de barriga para cima, evitar excesso de roupas e manter o berço livre de objetos soltos são medidas simples, mas eficazes, que precisam ser amplamente divulgadas às famílias (Rio Grande do Sul, 2025).

A identificação de sinais de alerta, como febre, dificuldade para respirar, sonolência excessiva ou recusa alimentar, permite a busca precoce por atendimento médico e pode ser determinante para a saúde do recém-nascido. Nesse contexto, promover a educação em saúde para gestantes e mães puérperas sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido, com ações de educação em saúde desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), tornam-se fundamentais para capacitar gestantes e puérperas, fortalecendo sua autonomia e promovendo um cuidado seguro e humanizado

Diante disso, este projeto integrador propõe a seguinte questão norteadora: Como ações de educação em saúde podem contribuir para melhorar o conhecimento de gestantes e puérperas sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido? Com o objetivo de promover a educação em saúde para gestantes e mães puérperas sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa e o desenvolvimento de uma ação de educação em saúde realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Lebon Régis-SC. A população do estudo foi composta por 15 gestantes de qualquer idade gestacional acompanhadas pela UBS. A amostra foi não probabilística e selecionada por conveniência.

O método de pesquisa consistiu na realização de oficinas educativas conduzidas pelos acadêmicos da 6ª fase de Enfermagem, nas quais foram desenvolvidas orientações utilizando apresentações em slides, folders educativos e demonstrações práticas com manequins simuladores. Foram abordados temas relacionados à educação em saúde para mães e puérperas, com ênfase nos principais cuidados com o recém-nascido: higiene do recém-nascido (banho, coto umbilical, troca de fraldas); aleitamento materno (pega correta, prevenção de intercorrências, benefícios); e sono seguro e sinais de alerta no recém-nascido.

A coleta de dados ocorreu por meio de técnicas de observação direta, participação e interação com as participantes, além da aplicação de um questionário de opinião para avaliação da ação.

A análise dos dados será conduzida de forma descritiva e complementada pela observação qualitativa das práticas, buscando compreender a experiência relatada pelas participantes na ação.

Quanto aos aspectos éticos, por se tratar de uma ação de educação em saúde, não foi necessário submissão ao Comitê de ética e Pesquisa. No entanto, foi garantido o sigilo das informações, bem como a autorização para o uso de imagens, participação voluntária e a autorização da instituição para a realização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa contou com a participação de 15 gestantes, que interagiram ativamente durante as oficinas. As oficinas foram marcadas por grande interação e engajamento das participantes, que demonstraram interesse nos temas abordados, especialmente sobre a técnica da pega correta na amamentação e a prevenção de intercorrências como fissuras mamilares e ingurgitamento (Imagem 1).

Imagem 1 – Registro das atividades desenvolvidas com as gestantes durante a oficina.

Fonte: Acervo próprio (2025).

Quando abordado sobre o aleitamento materno, as gestantes mostraram dúvidas quanto à pega correta e algumas relataram experiências prévias de dor e fissuras mamilares anteriores.

Após as demonstrações práticas com manequins, observou-se melhora na compreensão e maior segurança para o manejo da amamentação. Algumas participantes destacaram:

"Eu não sabia que o bebê precisa abocanhar a aréola toda, achei que era só o bico" (P3).

"Aprendi como posicionar o bebê e isso me deixou mais confiante para amamentar" (P8).

Esses relatos reforçam a importância da prática educativa na prevenção de intercorrências e no sucesso do aleitamento materno, conforme apontado por Azevedo et al. (2015), que evidenciam o papel do enfermeiro como facilitador do aprendizado e do manejo clínico da amamentação. Estudos recentes corroboram que oficinas participativas ampliam o conhecimento e fortalecem o vínculo mãe-bebê (Santos et al., 2022; Oliveira et al., 2023).

Quanto aos cuidados com a higiene do recém-nascido, principalmente o banho e o coto umbilical, muitas participantes relataram insegurança inicial, confirmando a necessidade de educação em saúde nesse período.

Em relação a higiene do recém-nascido, a maioria das gestantes expressou insegurança inicial quanto ao banho e à limpeza do coto umbilical. Após as simulações práticas, houve mudança perceptível na autoconfiança das participantes, representadas por algumas falas relatadas no questionário de opinião:

"Eu tinha medo de dar banho sozinha, mas agora vi que consigo fazer do jeito certo" (P11).

"Aprendi que não precisa passar álcool 70 no umbigo, só manter limpo e seco" (P6).

Esses relatos confirmam os achados de Lima, Estevam e Leite (2020), que demonstraram que intervenções educativas com simulação realística reduzem a ansiedade materna e melhoram o desempenho no cuidado neonatal.

Quanto ao sono seguro e identificação de sinais de alerta, as participantes relataram pouco conhecimento prévio sobre o tema. Após a atividade, referiram entender melhor medidas de prevenção da síndrome da morte súbita, como posicionar o bebê de barriga para cima e evitar excesso de roupas ou objetos no berço. Esse aprendizado está em consonância com as recomendações da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (2025) e reforça a relevância de ações educativas na atenção primária à saúde.

De forma geral, as participantes avaliaram a oficina como positiva, destacando que os conteúdos foram "fáceis de entender" e que as práticas "ajudaram a perder o medo". Observou-se, portanto, melhoria na autonomia e segurança das gestantes, fortalecendo o autocuidado e o vínculo com a equipe de saúde. Esse resultado converge com a literatura que reconhece as ações educativas como instrumentos de empoderamento materno e de humanização do cuidado (Silva, 2014; Rodrigues et al., 2023).

A experiência também evidencia a importância do enfermeiro como mediador do conhecimento e promotor de um cuidado integral e baseado em evidências. Além disso, a metodologia participativa adotada favoreceu a troca de saberes e a construção coletiva do

aprendizado, aspectos essenciais para a efetividade das práticas de educação em saúde (Carvalho et al., 2021).

Como limitação, destaca-se o número reduzido de participantes e a realização em apenas uma unidade de saúde, o que restringe a generalização dos resultados. Contudo, a ação demonstra potencial para replicação em outros contextos da atenção primária, com inclusão de avaliações longitudinais que mensurem o impacto das oficinas no período puerperal e na prática do cuidado domiciliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida evidenciou a relevância das ações educativas voltadas às gestantes e puérperas como estratégia eficaz na promoção da saúde materno-infantil. A oficina proporcionou um espaço de diálogo, troca de experiências e construção coletiva de saberes, permitindo às participantes maior segurança no cuidado com seus filhos e fortalecendo sua autonomia diante das demandas do período puerperal.

A utilização de diferentes recursos pedagógicos como folders, slides e simulações práticas mostrou-se fundamental para a fixação do conteúdo, especialmente nos temas que geram maior insegurança, como o aleitamento materno e os cuidados de higiene com o recém-nascido. Observou-se que o aprendizado se tornou mais significativo quando associado à prática, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e reduzindo a ansiedade das mães.

Por fim, a experiência reafirma o papel central da enfermagem na educação em saúde e aponta para a necessidade de fortalecer práticas de cuidado baseadas em evidências científicas, capazes de contribuir para a redução de agravos evitáveis e para a melhoria da qualidade de vida de mães e recém-nascidos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e aos Cursos de Enfermagem pelo apoio e incentivo à pesquisa e a extensão, bem como à Secretaria Municipal de Saúde, pela disponibilização do espaço na Unidade Básica de Saúde e pelo fornecimento dos materiais utilizados na ação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Regina Ramos; ALVES, Valdecyr Herdy; SOUZA, Rosangela de Mattos Pereira. O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v 3, n 19, 2015.. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150058. Acesso em: 04 set 2025.

LIMA, Rosana Oliveira; ESTEVAM, Larissa Dantas; LEITE Franciele Marabotti Costa. Intervenção de enfermagem-primeiro banho do recém-nascido: estudo randomizado sobre o comportamento neonatal. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0031. Acesso em: 04 set 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária Estadual da Saúde. **Atenção do PIM à puérpera e ao recém-nascido em parceria com a atenção primária à saúde.** Porto Alegre: Secretaria Estadual da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202506/05154833-cartilha-atencao-a-puerpera-e-rn.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

SILVA, Cristiano Francisco. **Atenção à Saúde do Recém-Nascido:** cuidados com o recém-nascido pré-termo. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

ATENÇÃO E ACOLHIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA CASA AMAR

Categoria: Projeto Integrador[1]

Adriana Aparecida Goes[2]
Danielle de Fatima Vieira[3]
Debora Cavichioli Flores1 Thainá Lara[4]
Viviane Pontes Gonçalves[5]
Alesandra Perazzoli de Souza[6]

Resumo: A violência contra a mulher configura-se como um grave problema de saúde pública e social, exigindo ações integradas de prevenção, acolhimento e cuidado. Este estudo teve como objetivo promover o acolhimento, a escuta ativa e atividades socioeducativas voltadas à valorização pessoal e fortalecimento da autonomia de mulheres em situação de violência acolhidas pela Casa AMAR, em Caçador-SC. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação, desenvolvida com 10 mulheres e 2 crianças acolhidas na instituição. As atividades compreenderam uma roda de conversa, uma oficina socioeducativa e uma oficina de autocuidado, acompanhadas por questionário de avaliação e observação participante. Os resultados demonstraram boa adesão e satisfação das participantes, destacando-se sentimentos de acolhimento, alegria e confiança. Observou-se também o reconhecimento da rede de apoio e a importância das ações educativas na promoção do autocuidado e da autonomia. Conclui-se que a enfermagem exerce papel essencial no enfrentamento da violência de gênero, ao oferecer espaços de escuta e educação em saúde que fortalecem o empoderamento feminino. Contudo, ressalta-se a necessidade de continuidade e ampliação dessas iniciativas, com pesquisas que avaliem seus efeitos a longo prazo.

Palavras-chave: mulheres; violência contra a mulher; acolhimento; autonomia; empoderamento.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um grave problema social e de saúde pública, presente em todas as classes sociais, faixas etárias e regiões do mundo. Ela não se limita à agressão física, mas envolve também outras formas de abuso que violam os direitos e a dignidade da mulher, como

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

violência física agressões que causam lesões internas externas ou ambas e dor (Albuquerque Netto, 2018).

No Brasil, os indicadores de violência apresentam dados preocupantes. O cenário atual apresenta um aumento alarmante da violência contra a mulher nos últimos três anos. Entre março de 2022 e dezembro de 2024, foram registrados 2.451 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro e estupro de vulnerável contra mulheres, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado em 2024. (FBSP, 2024)

Esses números reforçam a urgência de políticas públicas, serviços de acolhimento e estratégias comunitárias que fortaleçam a rede de apoio às vítimas. A rede de enfrentamento à violência contra a mulher, composta por serviços de saúde, assistência social, segurança pública e sistema de justiça, desempenha papel essencial na prevenção e interrupção do ciclo da violência (Silva, 2022).

No âmbito dessa rede, a Enfermagem têm atuação estratégica, pois estão na linha de frente da Atenção Básica, das Unidades de Pronto Atendimento e dos serviços especializados, sendo responsáveis pela escuta qualificada, identificação de sinais de violência e encaminhamento adequado (Alecrim et al., 2020).

O acolhimento e a escuta ativa são ferramentas essenciais na Enfermagem, pois são facilitadores na criação de vínculo, na promoção de segurança e confiança, e no fomento ao empoderamento e autonomia feminina. Iniciativas voltadas para a educação e o autocuidado intensificam o protagonismo das mulheres e aprimoram sua capacidade de resposta e enfrentamento, em concordância com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) (Brasil, 2011) e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Salvador; Silva, 2024).

Diante desse cenário, torna-se fundamental desenvolver ações de acolhimento, escuta ativa e fortalecimento da autonomia das mulheres em situação de violência. Assim, este projeto tem como questão norteadora: Como ações de acolhimento, escuta ativa e oficinas socioeducativas podem contribuir para a valorização pessoal e o fortalecimento da autonomia de mulheres vítimas de violência acolhidas pela Casa AMAR, em Caçador-SC? E o objetivo de promover o acolhimento, a escuta ativa e atividades socioeducativas voltadas à valorização pessoal e fortalecimento da autonomia de mulheres em situação de violência acolhidas pela Casa AMAR, em Caçador-SC.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada na modalidade de pesquisa-ação para o desenvolvimento de uma ação de educação em saúde. Foi desenvolvido junto às mulheres acolhidas na Casa AMAR, instituição localizada em Caçador-SC que, desde 1989, atua no acolhimento de mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência doméstica da região. Participaram da ação 10 mulheres e 02 crianças acolhidas, selecionadas por conveniência, mediante aceite voluntário para participação na ação e autorização da instituição.

A ação foi desenvolvida no dia 04 de outubro de 2025 pelas acadêmicas da 6ª fase do curso de Enfermagem e organizadas em três etapas principais: 1) Roda de conversa, como espaço de escuta ativa e acolhimento, com duração aproximada de 40 minutos, propondo promover a troca de experiências, valorização pessoal e fortalecimento emocional; 2) Oficina socioeducativa, através de uma atividade interativa com duração de aproximadamente 1h30, abordando temas como direitos da mulher, rede de apoio e estratégias de enfrentamento da violência. Foram utilizados recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo e materiais impressos; e 3) Oficina de autocuidado, um momento prático de 1h, com orientações sobre higiene, saúde, autoestima e bem-estar, incentivando práticas de autocuidado como parte do processo de empoderamento.

Ao final da atividade, foi aplicado um questionário de opinião, com perguntas fechadas e abertas para avaliar satisfação, utilidade e percepções sobre as atividades, e observação participante durante os encontros.

A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e temática, sendo as respostas fechadas apresentadas em frequências e percentuais e as respostas abertas, juntamente com os registros de observação.

O estudo, embora não submetido ao Comitê de Ética por se tratar de uma ação educativa em saúde, seguiu princípios éticos, garantindo voluntariedade, anonimato e confidencialidade. As atividades ocorreram em local reservado, com linguagem acolhedora e sem gravações, preservando a privacidade e evitando revitimização. As participantes foram orientadas sobre a rede de apoio, e a ação ocorreu mediante autorização institucional.

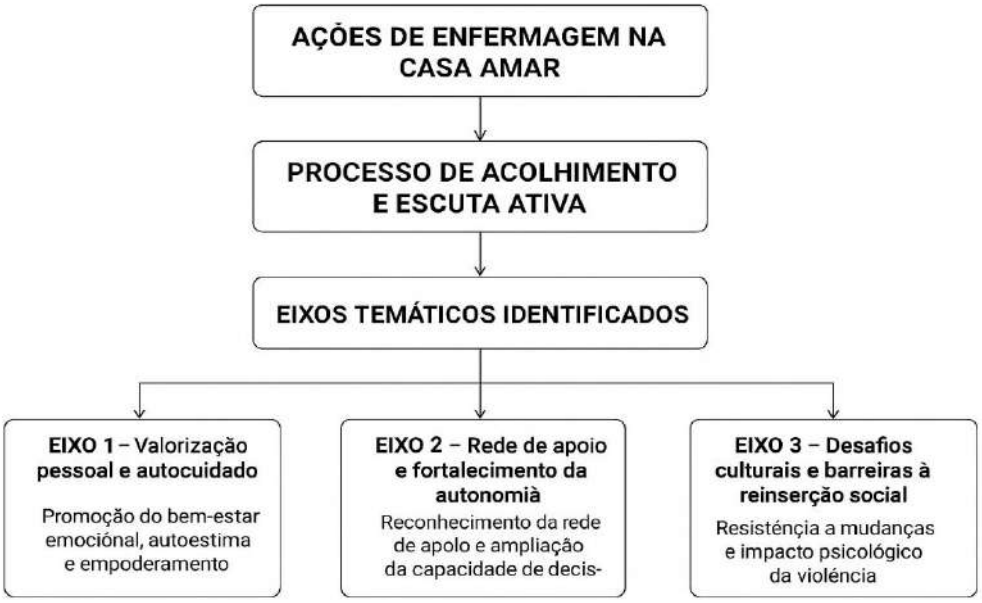
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho desenvolvido pela Casa AMAR apresenta grande relevância social e sanitária, considerando seu papel no acolhimento e proteção de mulheres em situação de violência. Entre 2020 e 4 de outubro de 2025, a instituição atendeu mais de 142 famílias, totalizando 361 pessoas acolhidas. Observa-se uma variação no número de atendimentos ao longo dos anos: em 2020, foram acolhidas 49 famílias (80 pessoas); em 2021, 40 famílias (82 pessoas); e, em 2022, 15 famílias (35 pessoas). No ano de 2023, verificou-se uma redução para 10 famílias (24 pessoas). Contudo, em 2024, houve um aumento expressivo, com 35 famílias (69 pessoas) acolhidas. O ano de 2025, até o mês de outubro, já apresenta quantitativo semelhante ao total do ano anterior, o que projeta tendência de crescimento dos casos de violência contra a mulher na região (AMAR, 2025).

Durante a execução do projeto, foram realizadas três atividades principais: Roda de Conversa, Oficina Socioeducativa e Oficina de Autocuidado. As ações tiveram boa adesão das participantes, com destaque para o ambiente de escuta e troca de experiências, que possibilitou reflexões sobre autonomia, autoestima e direitos. O questionário de avaliação demonstrou satisfação geral: 65% classificaram a atividade como "muito boa", 25% como "boa", e 70% relataram sentir-se totalmente à vontade para participar. Além disso, 75% afirmaram que os conteúdos abordados podem auxiliar no cotidiano, evidenciando o potencial educativo e transformador das intervenções.

A análise temática revelou três eixos principais: 1) Valorização pessoal e autocuidado; 2) Rede de apoio e fortalecimento da autonomia 3) Desafios culturais e barreiras para a reinserção social (Figura 1).

Figura 1 - Eixos temáticos do estudo sobre o acolhimento de mulheres em situação de violência na Casa AMAR. Caçador, Santa Catarina, 2025.



Fonte: as Autoras (2025).

Em relação ao primeiro eixo, Valorização pessoal e autocuidado, as participantes relataram sentimentos de acolhimento, alegria e realização, expressando a importância de atividades que promovam bem-estar emocional e físico. O estímulo ao autocuidado foi percebido como parte do processo de empoderamento feminino, em consonância com estudos que apontam a necessidade de integrar práticas de saúde e autoestima no enfrentamento da violência (Bueno et al., 2021).

Quanto ao segundo eixo, Rede de apoio e fortalecimento da autonomia, a discussão sobre direitos e serviços de proteção favoreceu o reconhecimento da rede de apoio local, como Delegacia da Mulher e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse aspecto é essencial para romper o ciclo da violência, conforme reforça Teixeira e Paiva (2021), ao apontarem que o acesso à informação e suporte multiprofissional reduz a dependência emocional e financeira das vítimas.

No último eixo, Desafios culturais e barreiras para a reinserção social, algumas participantes demonstraram resistência em retomar atividades de trabalho ou práticas de autocuidado, o que reflete o impacto psicológico e estrutural da violência. Essa condição está alinhada à literatura que evidencia a persistência de padrões culturais de submissão e dependência, exigindo ações contínuas de educação e empoderamento (Santos et al., 2014).

A partir dessas observações, compreende-se que o papel da enfermagem vai além da assistência imediata, incluindo a educação em saúde e o fortalecimento emocional das mulheres. O trabalho desenvolvido na Casa AMAR contribuiu para o acolhimento e para o resgate da dignidade dessas mulheres, reafirmando que intervenções comunitárias podem gerar impactos significativos mesmo em curto prazo.

De forma geral, as ações realizadas demonstraram que a enfermagem exerce papel essencial na promoção de espaços de acolhimento e escuta qualificada, contribuindo para o resgate da dignidade e autonomia das mulheres. O projeto reafirma que intervenções educativas podem gerar impactos significativos mesmo em curto prazo, fortalecendo a autopercepção e o empoderamento das participantes.

Quanto as limitações do estudo, estas incluem o número reduzido de participantes, a curta duração da intervenção e a impossibilidade de acompanhamento longitudinal dos efeitos das ações. Além disso, o contexto institucional, marcado pela rotatividade das acolhidas, limitou a coleta de dados mais aprofundada sobre as percepções individuais.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de estudos longitudinais e comparativos que avaliem o impacto de programas de acolhimento e oficinas educativas no fortalecimento da autonomia e na redução da reincidência da violência. Investigações interdisciplinares envolvendo áreas como psicologia, serviço social e enfermagem também podem ampliar a compreensão sobre os fatores que favorecem ou dificultam a reconstrução da vida dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto contribuiu para o fortalecimento do acolhimento e da escuta qualificada às mulheres em situação de violência, evidenciando a importância das ações educativas e de autocuidado conduzidas pela enfermagem em espaços de proteção social. As atividades realizadas possibilitaram reflexões sobre autonomia, valorização pessoal e acesso à rede de apoio, reforçando o papel do cuidado como instrumento de transformação social.

Constata-se que o enfrentamento da violência contra a mulher demanda ações intersetoriais contínuas, envolvendo saúde, assistência social e educação. A enfermagem, ao atuar de forma humanizada e educativa, mostra-se essencial para a promoção da autonomia e da saúde integral dessas mulheres.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e ao Cursos de Enfermagem pelo apoio e incentivo a pesquisa e a extensão, e a Associação Maria Rosa, por nos permitir realizar o projeto e por possibilitar a oportunidade de conhecer a história de cada mulher, que faz parte desse abrigo.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Fabiana dos Santos et al. Atuação do enfermeiro no contexto da violência contra a mulher: revisão integrativa da literatura. **Revista Saúde,** v. 14, n. 1-2, p. 43-50, 2020.

SALVADOR, Marileia Borges de Lima ; SILVA, Valteir Conceição da. Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra Mulher. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 3, p. 716–740, 2024.

ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA – AMAR. **Serviços**. Caçador, Santa Catarina.

BUENO, Samira *et al.* Violência contra mulheres 2021. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** Princípios e Diretrizes.1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024.* São Paulo: FBSP, 2024.

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas de *et al.* Atuação da enfermagem na conservação da saúde de mulheres em situação de violência. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 22, p. 1-8, 2018.

SANTOS, Joselito *et al.* Conhecimento de enfermeiras em unidades de saúde sobre a assistência à mulher vítima da violência. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 260-270, 2014.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 2, p. 1-21, 2021.

SILVA, K. E. A. et al. O conhecimento e a abordagem médica nos casos de violência contra a mulher em um hospital público de Alagoas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 1, e 3, 2022.

AUTOCUIDADO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE AUTOESTIMA COM PACIENTES QUE FREQUENTAM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Categoria: Projeto Integrador[1]

Ivonéia dos Santos[2]
Izadora Mariana Padilha[3]
Jamili Vieira[4]
Ramon Furlan Bender[5]
Talia Cabral[6]
Alesandra Perazzoli de Souza[7]

Resumo – O estudo teve como objetivo promover a autoestima de usuários do CAPS II de Caçador (SC) por meio do incentivo às práticas de autocuidado. Trata-se de uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, desenvolvida com 16 participantes, durante uma oficina vivencial conduzida por acadêmicos de Enfermagem. As atividades envolveram dinâmicas de valorização pessoal, reflexão diante do espelho e orientações sobre higiene e autocuidado, buscando fortalecer a autoimagem e a autonomia. A avaliação, realizada por questionário com escala visual, mostrou que 68,7% classificaram a oficina como boa e 31,2% como ótima, sem avaliações negativas. As observações qualitativas revelaram engajamento, interação e satisfação dos participantes, indicando que atividades coletivas contribuem para o fortalecimento da autoestima, a construção de vínculos sociais e a redução do estigma relacionado ao sofrimento psíquico. Conclui-se que ações educativas em saúde, como oficinas de autocuidado, são estratégias eficazes na promoção da autonomia e da autoestima, reforçando a importância de sua continuidade nos serviços psicossociais.

Palavras-chave: autoestima; autocuidado; Centro de Atenção Psicossocial; promoção da saúde; saúde mental.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um componente fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, sendo influenciada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Dessa forma, não

[1] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

se resume à ausência de transtornos, mas envolve a capacidade de lidar com as adversidades cotidianas, trabalhar de maneira produtiva e contribuir para a comunidade (OMS, 2018).

Nesse contexto, o autocuidado é compreendido como um conjunto de práticas realizadas pelos indivíduos com o propósito de manter a saúde física, mental e social, configurando-se como uma estratégia relevante para o fortalecimento da autoestima. De acordo com Orem (2001), trata-se de ações intencionais e aprendidas, desempenhadas pelo próprio sujeito com vistas à preservação da vida, da saúde e do bem-estar.

A autoestima, definida por Branden (1994) como a confiança do indivíduo em sua própria capacidade de enfrentar os desafios da vida e sentir-se merecedor da felicidade, está diretamente ligada ao modo como a pessoa se percebe e interage socialmente. Quando fragilizada, pode contribuir para quadros de depressão, ansiedade e isolamento social (Skinner, 2021).

No contexto da atenção psicossocial, o incentivo ao autocuidado entre usuários acompanhados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) favorece o desenvolvimento da autonomia e da auto estima, a valorização pessoal e contribui de forma significativa para o processo de reabilitação psicossocial.

Os CAPS, instituídos pela Reforma Psiquiátrica, são dispositivos fundamentais para o cuidado em liberdade, oferecendo acompanhamento contínuo e humanizado às pessoas em sofrimento mental (Brasil, 2001). Segundo Amarante (2007), esses serviços representam espaços de acolhimento e inclusão social, contrapondo-se ao modelo hospitalocêntrico e fortalecendo práticas de cuidado integrais. Dessa forma, a promoção do autocuidado estimula a autonomia e o desenvolvimento da autoestima, possibilita a construção de vínculos, a socialização e a redução do estigma relacionado ao sofrimento psíquico desses usuários.

Dessa forma, as atividades coletivas voltadas ao autocuidado têm efeitos positivos na autoestima e no bem-estar dos participantes. A realização de oficinas de beleza, rodas de conversa e dinâmicas de valorização pessoal realizadas em CAPS contribuem para a autoimagem, para a humanização do cuidado e para o fortalecimento do convívio social, sendo instrumentos de integração e transformação no contexto da atenção psicossocial (Rodrigues et al., 2022).

Diante desse cenário, esta pesquisa justifica-se pela relevância em compreender e estimular práticas que favoreçam a autonomia e a valorização pessoal de usuários do CAPS II de Caçador, Santa Catarina. O estudo tem como questão norteadora: "Como atividades de autocuidado podem contribuir para a promoção da autoestima de usuários do CAPS II de Caçador-SC?" E o objetivo geral de promover a autoestima de usuários do CAPS II de Caçador por meio do incentivo a práticas de autocuidado.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação para o desenvolvimento de uma ação de educação em saúde, de abordagem qualitativa, realizada com usuários do CAPS II de Caçador-SC. A amostra foi composta por 16 participantes presentes no serviço no dia da atividade, mediante convite aberto e participação voluntária.

A ação consistiu em uma oficina vivencial de autocuidado, conduzida por acadêmicos da 6ª fase do curso de Enfermagem. A oficina vivencial foi apoiada em dinâmicas de valorização pessoal, com foco no fortalecimento da autoestima e na promoção de práticas de autocuidado com os participantes abordando temas relacionados à autoestima, autocuidado e higiene pessoal, apoiada por cartazes ilustrativos e fundamentada em dinâmicas de valorização pessoal

Para avaliar os resultados, foi aplicado um questionário de opinião, anônimo, utilizando escala com emojis representando quatro níveis de avaliação: "ótima", "boa", "regular" e "ruim". Além disso, foram registradas percepções qualitativas observadas durante a atividade.

A análise dos dados ocorreu de forma descritiva, com a apresentação da frequência das respostas obtidas no questionário de opinião, complementada por análise qualitativa das percepções relatadas e observadas, possibilitando analisar o quanto a ação foi efetiva e se os objetivos propostos foram atingidos.

Embora não tenha sido submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de uma ação educativa em saúde, o estudo respeitou os princípios éticos, garantindo voluntariedade, anonimato, sigilo das informações e cuidado para evitar desconforto emocional ou revitimização dos participantes. A ação foi desenvolvida somente após a autorização do responsável pela instituição.

RESULTADOS E DISCUSÕES

A oficina vivencial em autocuidado realizada no CAPS II de Caçador-SC teve a participação de 16 usuários, que se envolveram ativamente nas atividades propostas. (Imagem 1). Durante a oficina, os participantes foram estimulados a refletir sobre sua autoimagem e a reconhecer suas potencialidades por meio de exercícios diante do espelho, utilizando frases motivacionais. Indivíduos com limitações visuais ou dificuldades de compreensão receberam apoio dos acadêmicos, favorecendo a inclusão de todos no processo.

Imagem 1 – Desenvolvimento da oficina vivencial com usuários do CAPS II. Caçador, SC, Brasil, 2025.

Fonte: Acervo próprio (2025).

A avaliação da oficina ocorreu por meio de um questionário de opinião com escala visual baseada em emojis, permitindo uma linguagem acessível e inclusiva. Dos participantes, 11 (68,7%) classificaram a atividade como boa e 5 (31,2%) como muito boa, não havendo registros de avaliações negativas. Essa resposta positiva demonstra a aceitabilidade da intervenção e reforça a pertinência da estratégia educativa no contexto da saúde mental. Além dos dados quantitativos, observou-se durante a dinâmica que os participantes expressaram satisfação, interagiram entre si e demonstraram interesse em compartilhar experiências pessoais relacionadas ao autocuidado.

Os resultados corroboram estudos que apontam os efeitos positivos de oficinas coletivas na promoção da autoestima e da socialização de usuários de serviços de saúde mental (Silva et al., 2020). A literatura enfatiza que práticas de autocuidado, quando incentivadas em espaços coletivos, contribuem não apenas para a melhoria da autoimagem, mas também para a construção de vínculos sociais e para a diminuição do estigma associado ao sofrimento psíquico (Skinner, 2021).

Destaca-se ainda, que o uso de metodologias participativas e lúdicas, como dinâmicas de grupo e recursos visuais, foi fundamental para ampliar o engajamento dos participantes. Essas estratégias estão em consonância com a proposta dos CAPS de promover cuidado humanizado e integral, rompendo com práticas tradicionais centradas apenas no tratamento medicamentoso (Silva et al., 2020).

Admite-se como limitação o número reduzido de participantes e o caráter pontual da intervenção, que não permite avaliar impactos a médio e longo prazo. Apesar disso, os achados reforçam a importância de incorporar oficinas de autocuidado na rotina dos CAPS como prática sistemática e contínua, capaz de potencializar a autonomia e fortalecer a autoestima dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de ações de educação em saúde são fundamentais para promover a autonomia, o autocuidado e o fortalecimento da autoestima entre usuários dos serviços psicossociais. Estas iniciativas promovem significativamente a humanização do cuidado, incentivando práticas que não se enquadram somente no modelo biomédico tradicional, promovendo a inclusão social e a redução do estigma associado ao sofrimento mental.

Além disso, este tema apresenta grande relevância para a prática profissional e para a compreensão dos desafios enfrentados por esses pacientes no cotidiano. Permitiu ainda refletir sobre os principais aspectos envolvidos, destacando a importância da integração entre teoria e prática, bem como da atuação crítica e responsável dos profissionais, essencial para o desenvolvimento de intervenções estratégicas e sensíveis às necessidades dos usuários.

Portanto, a continuidade e sistematização de oficinas e outras atividades educativas nos CAPS são estratégias indispensáveis para consolidar processos de reabilitação psicossocial e promover o bem-estar dos participantes. Essas ações garantem um espaço de aprendizado constante, troca e fortalecimento pessoal, possibilitando que os usuários desenvolvam habilidades sociais, aumentem sua autonomia e construam vínculos positivos com a comunidade e com a própria rede de cuidado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e ao Curso de Enfermagem pelo apoio e incentivo a pesquisa e a extensão.

REFERÊNCIAS

BRANDEN, Nathaniel. **Os seis pilares da autoestima**. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil**. Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001**. Brasília, DF, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde mental: fortalecer nossa resposta.** Genebra: OMS, 2018. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response. Acesso em: 26 ago. 2025.

RODRIGUES, Fernanda; SILVA, Mariana; OLIVEIRA, Carla. Oficinas de autocuidado e autoestima em Centros de Atenção Psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 75, n. 2, p. 1-9, 2022.

RODRIGUES, Scarlett Gomes Breves et al. Promovendo autocuidado e bem-estar: relato de experiência de acadêmicos em uma oficina da beleza no CAPS. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 6, n. 1, p. 1–8, mar. 2025.

SILVA, M. A. P. Bordando saúde: percepção de mulheres em sofrimento psíquico sobre a participação em oficina terapêutica. Cadernos de Enfermagem, 2022.

SKINNER, Barbara. Autoestima e saúde mental: contribuições da psicologia positiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 1-12, 2021.

SLVA, Priscilla dos Santos da et al. Therapeutic workshops as a care strategy: a statement experience report on social psychology. **Journal of Nursing and Health**, [s. l.], v. 10, n. 5, 2020.

SUASSUNA, Danilo. Os 4 pilares da autoestima: Compreendendo e Desenvolvendo os Quatro Pilares da Autoestima: Um Guia Detalhado. **Instituto Suassuna**, 09 jun. 2022.

DESCONSTRUINDO TABUS SOBRE SAÚDE MENTAL: A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA UBS

Categoria: Projeto Integrador

Isadora Francione de Barros[1]
Nayara Mereles Allebrandt[2]
Rômulo Martins[3]
Vanessa Caroline Carlin Subtil[4]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[5]

Resumo – A presença do profissional de enfermagem na área da saúde mental, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde, tem se revelado fundamental para garantir um cuidado mais sensível e próximo da realidade dos pacientes. Por meio de práticas como a escuta atenta, o acolhimento e a orientação em saúde, o enfermeiro desempenha um papel ativo na quebra de preconceitos relacionados aos transtornos mentais, promovendo inclusão e fortalecendo a autonomia dos usuários. Mais do que executar procedimentos clínicos, o enfermeiro atua como elo entre o paciente e os serviços de apoio psicossocial, contribuindo para ações de prevenção e cuidado contínuo. Sua atuação na UBS possibilita a identificação precoce de sinais de sofrimento emocional, além de permitir o acompanhamento das famílias e a construção de estratégias que respeitem as necessidades individuais de cada pessoa (GUEDES, 2024).

Palavras-chave: setembro amarelo, adolescente, enfermagem, prevenção.

INTRODUÇÃO

O dia 10 de setembro foi instituido em 2003, pela Organização mundial da Saúde (OMS), como a data oficial de prevenção e concientização ao suicídio. O início da mobilização em torno do tema, só foram iniciadas com o falecimento de Mike Emme nos EUA em 1994, quando não apresentou identificação de causa, sinais ou sintomas que pudessem ser percebidos pelos familiares e amigos. A partir desse dia começou-se uma discussão de que deveria ser disseminado a informação à população sobre como prevenir ou perceber algo errado em alguém próximo, buscando mostrar a valorização da vida em diferentes contextos. Como resultado, criou-se a campanha de prevenção ao suicidio conhecida como Setembro Amarelo, que adotou o laço amarelo como símbolo, cor presente nas cestas do funeral de Mike (COELHO et al., 2021).

O suicidio é um tema de extrema relevância e impacto na sociedade, sendo considerado atualmente um grave problema de saúde pública. Não possuindo apenas uma única causa,

[1] Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

necessitando de uma análise integral do paciente, visualizando o mesmo como um todo, com atenção à presença de sinais de risco, como doenças mentais pré-existentes e maltratadas, além de aspectos sociais e contextuais envolvidos, podendo ser considerado fatores fisiológicos, genéticos e biológicos. Mundialmente, o suicídio está entre as três principais causas de mortalidade em jovens de 15 a 19 anos.(ARAÚJO et al., 2020).

As taxas de tentativas são 10 vezes maiores que as taxas de suicidio efetuado propriamente, e por esses dados, demanda ainda mais atenção dos profissionais de saúde da APS para sinais e sintomas que possam permear o suicidio antes da sua concepção de fato. Estudos realizados em 2020 indicaram que 75% dos casos de suicídio, os pacientes apresentavam algum tipo de sofrimento psíquico, sendo os principais a depressão e o transtorno bipolar, o uso de álcool também entrou como um grande incidente de suicidio no brasil, sendo a prevalencia total dos casos maior em pessoas com baixa e média renda (COELHO et al., 2021).

Entrelaçar saúde mental a APS é essencial para prevenir a incidência dos casos de suicidio no Brasil. É necessário buscar identificar sinais precoces em pacientes de saúde mental. Considerando a realidade atual das estratégias em saúde, o enfoque é a produção, buscando consultas rápidas, com modelo tradicional, focando em solicitações de exames e considerando o paciente como um "corpo doente" e não em sua totalidade, como um ser com problemas e realidades diferentes. As intervenções coletivas, são dificilmente visualizadas no dia a dia, raramente as consultas buscam entender o paciente como um todo, em sua integralidade. Nesse contexto, é necessário compreender as possíveis alterações psíquicas que possam ser trabalhadas no contexto das UBSs, com foco na busca ativa dos pacientes e conhecimento dos profissionais acerca do melhor manejo dos mesmos. (TONIN et al., 2021)

O objetivo deste projeto é promover educação continuada aos profissionais da saúde sobre prevenção e promoção à saúde relacionado aos fatores de atenção para enfrentamento do suicidio, utilizando a campanha setembro amarelo como ferramenta principal para intermediar a aplicação do projeto.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de extensão com abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido pela turma da 7ª/8ª fase de Enfermagem com o objetivo de unir os conteúdos de saúde e aplicá-los de maneira educativa para o público em geral. O projeto foi desenvolvido em duas etapas, a primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica simples, onde foram utilizadas Google Acadêmico e Scielo para busca dos artigos, as Palavras-chave "setembro amarelo", "adolescentes", "prevenção" e "enfermagem", a partir das quais foram selecionados artigos científicos, sendo eles diretamente relacionados aos temas propostos e utilizados na construção do projeto.

A segunda etapa foi a ação educativa, que ocorreu por meio da aplicação do projeto nas UBS dos municípios de Monte Carlo e Caçador, buscando levar conhecimento e informação a profissionais com realidades e percepções distintas dos casos já vistos.

Utilizando o contexto do mês de Setembro ser em alusão a campanha de prevenção ao suicidio, conhecido como setembro amarelo, constatou-se a oportunidade de realizar uma

reunião com profissionais da saúde da APS como forma de educação continuada sobre o enfrentamento ao suicidio na atenção básica, buscando permear o assunto bem como trazer a reflexão de formas de prevenir a incidência, também busca-se levar um momento de descontração aos profissionais realizando técnicas de meditação guiada para melhor exemplificar a importância de cuidado e atenção a saúde mental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto "DESCONSTRUINDO TABUS SOBRE SAÚDE MENTAL: A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA UBS" nos Municípios de

Caçador/SC e Monte Carlo/SC foi iniciativa dos acadêmicos de Enfermagem das 7º e 8ª fases da UNIARP, focado na campanha Setembro Amarelo, promovendo a prevenção do suicidío e a saúde mental.

O Movimento Setembro Amarelo concentra-se na conscientização e prevenção do suicídio, tendo como principal objetivo o acolhimento. O suicídio é imprevisível, desta forma, a disseminação de informações da campanha ressalta a importância da saúde mental, com o intuito de fortalecer o apoio emocional.

Nos dias 26 e 30 de Setembro, foram realizadas duas ações de educação continuada com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) das Unidades Básicas de Saúde (UBS) das cidades de Caçador e Monte Carlo, respectivamente. Ambas as atividades tiveram como foco a campanha Setembro Amarelo e a prevenção ao suicídio, com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais sobre a importância da temática e seu impacto na saúde pública. Durante os encontros, foram abordados conteúdos essenciais como o propósito da campanha, os principais fatores de risco e sintomas relacionados ao comportamento suicida, o papel fundamental dos ACS na identificação precoce e no acolhimento de pacientes em sofrimento psíquico, além dos canais de atendimento disponíveis, como o CVV e os serviços especializados da rede municipal.

Em ambas as cidades, a receptividade dos ACS foi extremamente positiva. Os profissionais demonstraram atenção, interesse e participaram ativamente das discussões, o que proporcionou uma troca rica de experiências e saberes. A interação foi marcada por empatia, escuta ativa e comprometimento com a temática, evidenciando o impacto da educação continuada na qualificação da atenção básica. Essas ações reforçam a importância de investir na formação contínua dos profissionais da saúde, especialmente em temas sensíveis como a saúde mental, promovendo uma rede de apoio mais preparada, acolhedora e vigilante diante das demandas da comunidade.

Figura 01: Agentes de saúde - Caçador/SC

Fonte: Autores 2025.

Figura 02: Agentes de saúde - Monte Carlo/SC

Fonte: Autores 2025.

Figura 03: Profissionais com Checklist.

Fonte: Autores 2025.

Figura 04:

Fonte: Autores 2025

Figura 05:

Fonte: Autores 2025.

Figura 06:

Fonte: Autores 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema "Desconstruindo Tabus sobre Saúde Mental: A Enfermagem como Agente de Mudança na UBS" para o projeto integrador se justifica pela crescente necessidade de abordar a saúde mental como parte essencial do cuidado integral à população, especialmente no contexto da Atenção Primária à Saúde. O suicídio, considerado um grave problema de saúde pública, afeta principalmente adolescentes e jovens, sendo uma das principais causas de mortalidade nessa faixa etária. Diante disso, é urgente capacitar os profissionais de saúde, para atuarem de forma sensível, acolhedora e proativa na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, contribuindo para a prevenção de agravos e promoção da qualidade de vida.

O enfermeiro, por estar diretamente inserido na rotina das Unidades Básicas de Saúde, desempenha um papel fundamental na desconstrução de preconceitos, na escuta ativa dos usuários e na articulação com os serviços de apoio psicossocial. Sua atuação vai além dos procedimentos clínicos, sendo um elo entre o paciente, a família e a rede de cuidado, fortalecendo vínculos e promovendo a autonomia dos indivíduos.

Portanto, o projeto visa não apenas capacitar os profissionais da UBS, mas também transformar a prática cotidiana da enfermagem em um instrumento de mudança social, humanização do cuidado e valorização da saúde mental como parte indissociável da saúde integral.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colegas de equipe pelo trabalho árduo e dedicação, as Unidades Básicas de Saúde dos municípios de Caçador e Monte Carlo - SC. Em especial, expressamos nosso reconhecimento à professora Achaiane Camila da Silva dos Anjos, que nos guiou e compartilhou seu conhecimento. E ainda, reconhecemos nosso apreço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo prestado à introdução à pesquisa científica em Enfermagem através do Projeto Integrador.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luana Matos Silva; ANDRADE, Raquel Dully; MAIA, Fernanda Fonseca; SOUZA, Isabela Afonso; MARTINS, Poliana Pereira; FERREIRA, Natássia Carmo Lopes Queiroz. Setembro Amarelo como estratégia de prevenção de suicídio em adolescentes: um relato de experiência. Revista Saúde Multidisciplinar, Mineiros, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/105/103>. Acesso em: 18 ago. 2025.

COELHO, Ana Karina Rodrigues; CUNHA, Amanda Guimarães; SILVA, Ana Beatriz Cravo da; CID, Andrey Santana; CASTRO, Luna Carolina Cardoso; LOPES, Bárbara Cybelle Monteiro; LUZ, Barbara Maria Neves Mendonça; MENDONÇA, João de Souza; SILVA, Larissa Pantoja; SANTOS, Leidiane de Jesus da Costa; ABREU, Suely Patrícia Perdigão de; FRANCO, Tamires Costa; SILVA, Tâmia Rayara Carvalho Araujo da. Práticas de enfermagem associadas às dinâmicas de prevenção ao suicídio: um relato de experiência. *Research, Society and Development*, v. 10,

n. 4, e50310413819, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13819. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13819>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GUEDES, Ana Clara Melo Teixeira. **O papel da enfermagem no cuidado de pacientes com transtornos mentais: desafios e perspectivas no contexto da saúde pública.** *Revista FT*, v. 29, n. 141, dez. 2024

TONIN, Carolina Francielle; SOUZA, Janaína Medeiros de; MANFRINI, Gisele Cristina; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; DURAND, Michelle Kuntz; ARAKAWA-BELAUDE, Aline Megumi. **Como vai a saúde mental? Diálogos e reflexões sobre as estratégias de cuidado na Atenção Primária à Saúde.** Research, Society and Development, v. 10, n. 8, e5810817050, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17050. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17050. Acesso em: 27 ago. 2025.

CONTROLE E QUALIDADE: A RELEVÂNCIA DOS INDICADORES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Anne Luize Setti Tonet[1]
Gisele da Silva Meirelles[2]
Ketlin Tais Wittman[3]
Laísa Da Silva Rambo[4]
Sirlene Silva[5]
Sarah Cristina Chiesa Massoco[6]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[7]

Resumo - Os indicadores de saúde são usados para avaliar o desempenho da Atenção Primária à saúde, possuin.do papel fundamental na melhora do gerenciamento de saúde e na eficiência do atendimento, tornando-se possível identificar os pontos fortes e as fragilidades do cuidado fornecidos pela unidade básica. Destaca-se o papel fundamental dos agentes comunitários de saúde na identificação de populações em risco, no estímulo e práticas de prevenção e no acompanhamento contínuo do cuidado. Este projeto tem como objetivo conscientizar os (ACS) Agentes Comunitários de Saúde da UBS sobre a importância dos indicadores, constituindo estas ferramentas essenciais para avaliação precisa e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos à população. A utilização adequada de indicadores permite identificar pontos fortes e fragilidades no cuidado em saúde fornecido pela atenção básica, favorecendo o planejamento de ações eficazes, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados e qualificação do atendimento à comunidade.

Palavras-chave: atenção primária; conscientizar; indicadores; população; saúde.

INTRODUÇÃO

Os indicadores de saúde são peças-chave no gerenciamento da Atenção Primária à Saúde. Acompanham, avaliam e aperfeiçoam os serviços oferecidos à população. Um indicador de desempenho é uma medida que quantifica o grau de eficiência e também eficácia de uma atividade, processo ou determinado serviço em geral (Brasil, 2024).

[1]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professora do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O objetivo deste projeto é auxiliar na melhoria dos indicadores do Previne Brasil na Unidade Básica de Saúde, buscando o controle de doenças crônicas visando acompanhar os casos de hipertensão e diabetes da população, aumento da cobertura vacinal da comunidade e a qualificação do pré-natal, garantindo que as gestantes tenham um atendimento seguro, completo e de qualidade. Visando uma redução dos erros nos registros e aumento da melhoria do desempenho da equipe multiprofissional, garantindo mais recursos e oferecer um cuidado de excelência aos pacientes.

O principal público-alvo do projeto são os ACS, pois conseguem identificar populações em risco, avaliar a eficiência do atendimento e assistência, estimular ações de prevenção e cuidado contínuo, baseado nas necessidades reais da população, promovendo uma atenção primária mais eficiente e humanizada.

As doenças crônicas permanecem apresentando-se como os principais fatores de risco para as internações. No ano de 2024, cerca de 30% das internações hospitalares estavam relacionadas a complicações de hipertensão e diabetes, o que reforça a importância do acompanhamento contínuo na Atenção Básica. Também segundo os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, o Brasil apresentou uma leve recuperação na cobertura vacinal de crianças até 1 ano de idade em 2024, após quedas vigorosas nos anos anteriores, e o acompanhamento adequado de gestantes é um dos indicadores mais sensíveis à qualidade da APS (Observatório de saúde pública, 2024). No caso específico de Caçador/SC, os dados mostram que o município está abaixo da meta recomendada pelo Ministério da Saúde para alguns componentes do pré-natal, especialmente no número mínimo de seis consultas realizadas por gestante (Brasil, 2024).

Os benefícios para a comunidade incluem, entre outros: a prevenção fortalecida, mediante acompanhamento regular de doenças crônicas, vacinação em dia e pré-natal de qualidade, visível melhoria na adesão ao tratamento, afinal, o acompanhamento próximo do ACS permite que os usuários esclareçam possíveis dúvidas (lembrar consultas, reforçar a importância do uso correto de medicamentos), melhoria na qualidade de vida dos habitantes do território ao ampliar cuidados preventivos com acompanhamento contínuo, a população passa á receber serviços de saúde com maior segurança e confiança no sistema (Oliveira, 2022).

METODOLOGIA

O estudo em questão caracteriza-se como descritivo, de campo, com enfoque qualitativo. Trata-se do relato de uma experiência prática desenvolvida por acadêmicas de Enfermagem na Unidade Básica de Saúde Santa Catarina. Expõe a experiência do Projeto Integrador de Enfermagem III tendo o foco sobre a relevância dos Indicadores de Saúde na Unidade Básica de Saúde de Caçador-SC com a equipe de Agentes Comunitários de Saúde. A iniciativa tem como propósito o fortalecimento dos indicadores de saúde, especialmente no controle de doenças crônicas, no calendário vacinal infantil e no cuidado pré-natal. Essas áreas foram escolhidas por seu impacto direto na qualidade de vida da população e na melhoria da Atenção Primária.

Para alcançar esse objetivo, no dia 17 de setembro de 2025, foi realizada a primeira ação do projeto, por meio de uma entrevista na Rádio Caçanjurê, durante o programa “Minuto Uniarp”,

a fim de sensibilizar e informar a população sobre esse tema. Posteriormente, em 20 de outubro de 2025, ocorreu a segunda atividade, realizada na Unidade Básica de Saúde Santa Catarina, com duração de 30 minutos. Participaram deste momento 8 (oito) ACS que atuam na área de abrangência da unidade. Durante a ação, foi utilizado um checklist elaborado pela equipe de acadêmicas aplicadoras da ação, como instrumento informativo e de apoio visual, com intuito de facilitar a orientação aos profissionais sobre os principais pontos a serem observados durante o acompanhamento dos indicadores. A UBS participante foi selecionada considerando os critérios de número de agentes comunitários atuantes e o interesse da equipe em participar da proposta.

Nos dias atuais, mesmo o Brasil sendo o país com maior cobertura vacinal global, ainda possuímos um grande déficit de vacinação quando verificadas as populações isoladas dos territórios. Como protocolo atual, temos que a primeira consulta de pré-natal deve ser realizada até a 12ª semana de gestação, tal exigência legal é essencial para identificar precocemente possíveis complicações, acompanhando a gestação e garantindo o bem estar da mãe e do bebê. Pacientes portadores de doenças crônicas não são necessariamente pessoas atingidas pela senilidade, devido a idade, atualmente há um crescente número de jovens apresentando tais patologias. Nosso desafio é trazer a entendimento de tais situações alinhada aos indicadores atuais para que o cuidado possa ser integral, humanizado e resolutivo, além de promover a tomada de consciência dos pilares que fundamentam o tema central deste trabalho.

Ademais, esse material servirá como apoio visual e informativo reforçando o compromisso da equipe com a qualidade do cuidado prestado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 17/09/2025, ocorreu a realização da primeira aplicação do projeto de forma prática, através da participação em uma entrevista realizada na rádio Caçanjurê de Caçador-SC, durante o programa "Minuto Uniarp". Na entrevista, foi abordada a importância dos indicadores de saúde como ferramentas essenciais para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações em saúde pública. Esses indicadores permitem compreender a situação de saúde da população e medir o desempenho dos serviços oferecidos, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). Sendo esta entrevista realizada com uma linguagem acessível à população ouvinte.

Durante a exposição do tema, ressaltou-se que os indicadores não são unicamente números e metas, mas possuem objetivo de promover maior qualidade de vida à população assistida, possibilitando decisões mais assertivas, identificação de falhas e promoção da equidade no acesso à saúde. A entrevista reforçou o papel dos profissionais de saúde na coleta de dados de qualidade, bem como, o uso consciente dessas informações para aprimorar práticas de atuação das equipes de saúde, buscando fortalecer o SUS como um sistema cada vez mais eficiente e humano.

Na data do dia 20/10/2025 ocorreu a aplicação da segunda ação, sendo realizado um diálogo com Agentes Comunitários de Saúde da UBS Santa Catarina, apresentando os três indicadores escolhidos para o desenvolvimento do presente projeto, discorrendo detalhadamente acerca de sua importância para a comunidade e ressaltando a necessidade de ampliar índices de saúde das áreas abordadas, visando sua importância, de forma complementar

houve o fornecimento de Checklist e banner de cada um dos 3 indicadores como material de apoio aos ACS.

Figura 1: Rádio Caçanjure (Caçador)

Fonte: As autoras (2025).

Figura 2: Acadêmicas/ACS na UBS

Fonte: As autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indicadores de saúde funcionam como métodos eficazes para a gestão da Atenção Primária à Saúde, pois evidenciam as vulnerabilidades do desempenho dos serviços de saúde em dias atuais, direcionando e orientando profissionais e gestores da APS à compreender de forma adequada os padrões esperados do cuidado a ser ofertado pelas equipes, permitindo identificar reais problemas do dia a dia, aperfeiçoando as ações ofertadas aos pacientes com suporte de qualidade para os serviços de saúde. Sugerimos a continuidade de ações de conscientização acerca do tema central deste trabalho, podendo estas serem realizadas durante encontros com grupos de pacientes atendidos pela UBS, a fim de divulgar a informação à população.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, assim como, às professoras Sarah Cristina Chiesa Massoco e Achaiane Camila da Silva dos Anjos e especialmente à Unidade Básica de Saúde Santa Catarina, pela oportunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicador de Pré-Natal na Atenção Básica. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS).** Disponível em: https://sisab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorio/indicadores/IndicadorPren atal.xhtml Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde apresenta novos indicadores de indução de boas práticas para a Atenção Primária**. Brasília: Ministério da Saúde, 21 maio 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/ministerio-da-saude-apresenta-novos-indicadores-de-inducao-de-boas-praticas-para-a-atencao-primaria. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB.** Disponível em: https://sisab.saude.gov.br. Acesso em: 9 set. 2025.

FGV IBRE, Umane. FGV IBRE e Umane lançam painel com indicadores sobre a Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Observatório da Saúde Pública**, 2024. Disponível em: https://observatoriosaudepublica.com.br/static/frontend/pesquisa/PressRelease_APSemNumeros.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

OLIVEIRA, et al. **Importância do agente comunitário de saúde nas ações da Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa.** Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 46, n. 3, p. 1–19, 2022. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3771 . Acesso em: 8 out. 2025. https://doi.org/10.22278/2318-2660.2022.v46.n3.a3771

PARANÁ, Secretaria da Saúde. **Indicadores da Atenção Primária à Saúde. Curitiba: Secretaria da Saúde do Estado do Paraná**, [s.d.]. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-da-APS. Acesso em: 2 set. 2025

SCHÖNHOLZER, et al. **Indicadores de desempenho da Atenção Primária do Programa Previne Brasil.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, *[S. l.]*, v. 31, p. e4009, 2023. DOI: 10.1590/1518-8345.6640.4009. Disponível em: https://revistas.usp.br/rlae/article/view/218375 Acesso em: 2 set. 2025.

EDUCAÇÃO E IMUNIZAÇÃO: O PAPEL DO ACS NA ADESÃO À VACINA CONTRA O HPV

Categoria: Projeto Integrador

Bruna Andrade Calixtro[1]
Franciele Antunes dos Santos[2]
Sabrina Tenczna[3]
Sabrini Siqueira Silva[4]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[5]

Resumo – A vacinação é uma estratégia muito eficiente para a promoção da saúde da população, no entanto a falta de informação leva a não adesão. Para os jovens de 9 a 14 anos é disponibilizada a vacina do HPV, que previne infecções causadas pelo papilomavírus humano sorotipos 6, 11, 16 e 18, também pode vacinar-se o público portador de HIV, transplantados e oncológicos com o limite máximo de idade sendo 45 anos. Apesar da prevenção eficaz, encontramos dificuldades no consentimento dos pais/responsáveis para a realização da vacina. Diante disso o objetivo é ressaltar e qualificar o trabalho do ACS na propagação dos benefícios desta vacina para a comunidade, tendo esse profissional como mediador entre comunidade e ESF.

A realização do projeto com os agentes comunitários de saúde, aconteceu em duas ESF do município de Caçador, sendo promovido um coffee break juntamente com uma roda de conversa, tornando o ambiente mais descontraído e acolhedor, fornecendo informações sobre o HPV, além de orientar sobre a conscientização dos responsáveis pelos adolescentes e instruir os grupos especiais a realizarem a vacina ofertada pelo SUS.

Palavras-chave: HPV; prevenção; adesão; vacina; ACS.

INTRODUÇÃO

O HPV (Papilomavírus Humano) é um vírus que atinge pele e as mucosas, sendo a infecção sexualmente transmissível mais comum no mundo, existindo mais de 200 tipos de HPV, podendo causar verrugas genitais, outros estão associados a tumores malignos, como o câncer do colo do útero, ânus, pênis, boca e orofaringe. A vacinação contra o HPV é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a maneira mais eficiente de prevenção, juntamente ao uso de preservativos, ajudando a reduzir o risco de contaminação (Ministério da Saúde).

[1]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

"Calcula-se que ocorram 32 milhões de novos casos de verrugas genitais anualmente, com cerca de 1,9 milhão destes no Brasil, onde a maioria é atribuída ao HPV tipo 6 (70% dos casos) e ao tipo 11 (20% dos casos)"

Atualmente, existem três vacinas disponibilizadas contra os tipos de HPV com grande potencial para o desenvolvimento de câncer: bivalente (HPV 16/18), quadrivalente (HPV 6/11/16/18) e nonavalente (HPV 6/11/16/18/31/33/45/52/58). As três vacinas são consideradas seguras e efetivas, sendo recomendadas, principalmente, para crianças e adolescentes que não iniciaram a atividade sexual. (SANTOS et al., 2018).

Indivíduos com imunodeficiências, doenças crônicas, câncer, transplantados ou que vivem com HIV, entre outras condições, têm maior risco de desenvolver formas graves e complicações de doenças infecciosas. Isso ocorre porque seu sistema imunológico pode estar comprometido pela própria condição de saúde ou pelos tratamentos em uso, tornando-os mais vulneráveis a infecções que, em outras pessoas, seriam mais leves. (Ministério da Saúde, 2025).

"A vacinação contra o papilomavírus humano (HPV) é crucial para o controle do câncer no Brasil. Apesar dos esforços, o país ainda não atingiu as metas globais projetadas para 2030 que podem levar à erradicação do câncer do colo do útero após 2050", pensando no futuro do nosso país é inevitável que os jovens sejam alvo dessas campanhas, mas para que os adolescentes compareçam e realizem essa vacina, precisa-se da autorização de seus responsáveis, que muitas vezes por conta da rotina de trabalho, casa e as demandas que os adultos vivem, esses compromissos acabam sendo colocados em segundo plano.

O ACS é um dos principais pilares que compõem a ESF, seu trabalho é essencial criando um vínculo de confiança entre a comunidade e a ESF, identificando as necessidades de saúde da população e promovendo ações de prevenção e promoção de saúde. (Oliveira et al., 2022).

Tem papel de grande importância na imunização, além de estar totalmente direcionado a comunidade e possuir conhecimento dos grupos de risco, é responsável por divulgar para a comunidade a importância da vacinação, garantindo a saúde individual e coletiva. Assim, evitando a transmissão de doenças, estimulando a comunidade a concluírem seus esquemas vacinais, realizando buscas ativas e alertando a população sobre as vacinas em atrasos, orientando sobre a importância de preservar o cartão vacinal em dia, e então com essas ações trazendo a proteção e a promoção da saúde para toda a comunidade. (DA SILVA et al., 2023).

Diante do cenário de baixa adesão à vacinação contra o HPV, é essencial a atuação do ACS como mediador entre os serviços de saúde e a comunidade, promovendo informação, diálogo e confiança. (Ministério da Saúde, 2023).

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto extensionista, elaborado em duas etapas, na primeira sendo realizada uma pesquisa descritiva da atividade prática de extensão em enfermagem, estudo bibliográfico simples para embasamento a atividade educativa, utilizando as principais bases de dados, como: Scielo, Google Acadêmico, Órgãos Governamentais, entre outros. A primeira etapa, dia 01/10/2025 no período da manhã baseou-se na atividade extensionista, com 8 agentes

comunitários de saúde da ESF do bairro Santa Catarina da cidade de Caçador-SC, onde as acadêmicas abordaram assuntos referentes ao HPV e adesão à vacinação. A ação educativa foi realizada através de roda de conversa e dinâmicas interativas com coffee break onde os profissionais foram compartilhando suas vivências e esclarecendo dúvidas. Por fim, foram distribuídos chocolates com mensagens motivacionais para fortalecer a participação.

A segunda ação foi realizada em forma de palestra no dia 30/10/2025 pela tarde em um evento sobre o Outubro Rosa, na Associação Maria Rosa instituição que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade, contamos a participação de 30 mulheres, algumas residentes do abrigo, funcionárias e voluntárias, fato esse que ampliou e gerou muita participação, pois tínhamos ali mulheres de todas as classes sociais, muitas eram mães de adolescentes que se enquadram na faixa etária da vacina contra o HPV, também foi ressaltado a importância da vacinação e de manter o calendário vacinal em dia, mesmo durante a adolescência. Foram utilizadas as palavras chaves: HPV, adesão, vacina, ACS.

Por tratar se de um projeto de extensão com o objetivo de promover a saúde, não foi necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, as acadêmicas comprometem-se a preservar a privacidade das participantes, garantindo que todas as questões éticas sejam rigorosamente respeitadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossa ação foi muito positiva em todos os sentidos, tanto para nós acadêmicos quanto para o nosso público alvo, ACS, durante a roda de conversa podemos ver o quando esse profissional é qualificado e realmente tem o vínculo com a comunidade, pois cada um sabia exatamente quais eram os pacientes que podiam fazer uso da vacina do Hpv disponibilizada em sua área de cobertura, também analisamos que o Acs tem um grande comprometimento com a função desempenhada pois eles sabiam exatamente todas as vacinas do calendário e também as dos grupos especiais, inclusive estavam se preparando para a formatura em Técnico em Agente de Saúde, programa do Ministério da Saúde que se chama, Mais Saúde com agente, que visa valorizar e capacitar esse profissional, objetivo esse que está sendo alcançado, pois todos nos comunicaram e nos convidaram para a solenidade.

Já na segunda ação que foi com um grupo de mulheres em um evento com a temática do outubro rosa, tivemos a oportunidade de falar sobre o Câncer de colo de útero, doença que pode ser evitada através da vacina do HPV, durante a roda de conversa, uma das mulheres compartilhou que quando era mais jovem teve contato com o vírus do HPV e precisou tratar a lesão com cauterização. Esse relato reforçou o que já estávamos discutindo a importância da informação, da prevenção e do acompanhamento regular, cuidar da saúde e buscar atendimento no tempo certo faz toda diferença. Ninguém precisa enfrentar isso sozinha, o diálogo e o acolhimento salvam vidas.

No momento da ação, estavam presentes em torno de 9 profissionais, os quais demonstraram conhecimento sobre a vacina contra o HPV e sua importância para a comunidade, onde ocorreu também uma troca de informações entre acadêmicos e ACS. Podemos afirmar que a informação salva vidas, e que todos nós podemos contribuir com nosso conhecimento, os ACS

são um exemplo prático disso, pois estes profissionais são extremamente comprometidos e habilitados para promover a adesão das vacinas do HPV, claro que medidas como a exigência dessa vacina na caderneta para a matrícula na escola ajuda bastante, pois sem a vacina, crianças/adolescentes não conseguem frequentar a mesma. Infelizmente a grande massa ainda não possui o conhecimento real da importância, mas por caminhos alternativos a vacina é aplicada, e é isso realmente o que importa.

Figura 1 – Acadêmicas e ACS durante roda de conversa.

Fonte: Autores (2025).

Figura 2 – Acadêmicas e ACS em frente a UBS.

Fonte: Autores (2025).

Figura 3 – Palestra outubro rosa.

Fonte: Autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o desenvolvimento desse projeto possibilitou uma reflexão aprofundada em relação à importância da imunização contra o Papiloma Vírus (HPV) como estratégia fundamental contra o câncer do colo de útero e outras enfermidades associadas ao vírus. A capacitação dos agentes comunitários de saúde demonstrou-se essencial, uma vez que esses profissionais exercem papel estratégico na promoção de saúde, na orientação da população e da cobertura vacinal. Conclui-se, que ações educativas voltadas aos profissionais da atenção básica são indispensáveis para o fortalecimento das políticas públicas de imunização, refletindo diretamente na melhoria da qualidade da assistência e na redução de doenças preveníveis por vacinas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

Falcão, D. P., & Suassuna, R. M. (2024). PREVALÊNCIA DE HPV EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA . *Revista Contemporânea*, *4*(7), e 5113 . https://doi.org/10.56083/RCV4N7-134 2024-07-16. Acesso em 10 de Setembro de 2025.

REIS Rejane et al.Infecção por HPV e Controle do Câncer no Brasil: O Importante Papel da Vacinação. Rev. Bras. Cancerol. [Internet]. 3º de fevereiro de 2025 ;71(1):e-164928.Disponívelem:https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/4928. Acesso em 10 de setembro de 2025.

SANTOS, Ana Carolina et al. Efeitos de uma intervenção educativa no conhecimento sobre HPV e na taxa de vacinação em adolescentes. Caderno Saúde Coletiva, Ouro Preto MG, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/nXTLcZg9thb4HBW5xxRSG3m/?lang=pt Acesso em 10 set. 25.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2025. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hpv.Acesso em: 8 set. 2025.

Oliveira, Flávia et al. Importância do agente comunitário de saúde nas ações da estratégia saúde da família: Revisão integrativa v.46,n.3,p.291-313 jul./set.2022. Disponível em: Vista do Importância do agente comunitário de saúde nas ações da Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. Acesso em: 10 set.2025

DA SILVA, Alexandre et al. A importância da imunização e o papel do agente comunitário de saúde. São Paulo, 2023. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/15931/1/agentedesaude_2023_2_Alexandredasilvaesperidi%c3%a3o_Aimportanciadaimuniza%c3%a7%c3%a3oeoagentecomunitariodesaude.pdf Acesso em: 10 set. 25

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia de atuação do Agente Comunitário de Saúde na vacinação. Brasília, 2023. Acesso em: 20 set. 25

MISSÃO BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM AS VOZES QUE CUIDAM

Categoria: Projeto Integrador

Andréa Santos de Oliveira[1]
Jaqueline Serafim Ribeiro[2]
Niscareli Antunes Bento[3]
Vitória do Nascimento[4]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[5]

Resumo – Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, de natureza extensionista, voltada à promoção da saúde mental e do autocuidado entre profissionais da saúde, visando discutir os fatores que afetam o bem-estar emocional em contextos laborais exaustivos. A metodologia foi estruturada em um eixo teórico, que consistiu em pesquisa bibliográfica (setembro de 2025) nas bases SciELO, Google Scholar e documentos do Ministério da Saúde, e um eixo prático, que correspondeu à intervenção "Missão Bem-Estar com Vozes que Cuidam". Esta ação incluiu uma intervenção complementar realizada no Centro Cirúrgico do Hospital Maicé, em 19 de outubro de 2025, e uma ação principal na Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Caçador (SC), em 31 de outubro de 2025. Esta ação principal utilizou a produção de podcasts educativos e a aplicação de um jogo de tabuleiro gamificado para promover reflexão e engajamento de forma acessível e lúdica. Os resultados indicaram ampla receptividade das equipes e o fortalecimento das práticas de autocuidado, demonstrando que abordagens educativas e criativas favorecem a promoção da saúde mental e contribuem para ambientes de trabalho mais saudáveis e humanizados.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Qualidade de vida. Equipe multiprofissional. Metodologias ativas. Educação em saúde.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, de caráter extensionista, tem como foco a saúde mental dos profissionais da saúde, tema de crescente relevância no contexto brasileiro. Esses trabalhadores enfrentam condições laborais complexas, caracterizadas por jornadas extensas, sobrecarga de tarefas, contato contínuo com o sofrimento humano e, frequentemente, ausência de apoio institucional — fatores que contribuem significativamente para o adoecimento psíquico (BRASIL, 2012; ESPERIDIÃO; SAIDEL; RODRIGUES, 2020).

[1]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Apesar de ocuparem papel essencial na manutenção da vida, muitos profissionais, especialmente os da enfermagem, têm sua saúde emocional negligenciada. Estudos recentes indicam que 35,1% dos enfermeiros avaliados apresentaram sintomas de transtornos mentais, evidenciando a urgência de ações voltadas à prevenção e à promoção do autocuidado (OLIVEIRA et al., 2025).

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) reconhece a necessidade de ambientes laborais saudáveis e humanizados; entretanto, persistem obstáculos à efetivação dessas diretrizes. Nesse cenário, o projeto "Missão Bem-Estar com Vozes que Cuidam" propõe uma intervenção educativa e lúdica voltada à valorização do autocuidado e ao fortalecimento do bem-estar emocional de profissionais de saúde, integrando informação, reflexão e práticas simples aplicáveis ao cotidiano de trabalho.

Dessa forma, o projeto busca conscientizar e discutir os principais fatores que afetam a saúde mental dos trabalhadores da saúde, com ênfase em uma Unidade Básica de Saúde do município de Caçador (SC). Por meio de metodologias participativas — como rodas de conversa, podcasts e elementos de gamificação — pretende-se estimular o autocuidado de forma acessível, interativa e sustentável, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional mais saudável e empática.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, de caráter extensionista, voltada à promoção da saúde mental e do autocuidado entre profissionais de saúde. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares: uma fase teórica, de fundamentação bibliográfica, e uma fase prática, de intervenção extensionista.

Na primeira etapa, realizada em setembro de 2025, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica nas bases SciELO, Google Scholar e em documentos oficiais do Ministério da Saúde. Essa fase teve como objetivo identificar produções científicas e institucionais sobre saúde mental de trabalhadores da saúde, com foco em autocuidado, prevenção do estresse e promoção do bem-estar emocional. O levantamento teórico serviu de base para o delineamento das ações educativas e para a definição dos eixos temáticos da intervenção.

A segunda etapa correspondeu à execução da intervenção "Missão Bem-Estar com Vozes que Cuidam", estruturada em dois eixos integrados. O primeiro eixo consistiu na produção e difusão de uma série de cinco episódios de podcast educativo, abordando temas como saúde mental, autocuidado e qualidade de vida, em linguagem acessível e empática, disponibilizada aos participantes via aplicativo de mensagens. O segundo eixo envolveu a aplicação de uma estratégia de gamificação, desenvolvida sob a forma de um jogo de tabuleiro, com perguntas relacionadas ao conteúdo dos podcasts e a conhecimentos gerais, promovendo uma aprendizagem lúdica e colaborativa.

As atividades foram realizadas no município de Caçador (SC), em dois contextos distintos: no Centro Cirúrgico do Hospital Maicé, em 19 de outubro de 2025, com uma roda de conversa sobre práticas de autocuidado, e em uma Unidade Básica de Saúde, em 31 de outubro de 2025, com a realização do jogo de tabuleiro. A metodologia integrou informação, reflexão e prática,

estimulando empatia, escuta ativa e valorização das dimensões emocionais do trabalho, demonstrando flexibilidade e adequação às particularidades de cada ambiente institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta a análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da implementação de atividades interventivas voltadas à promoção do bem-estar de profissionais de saúde. As evidências foram contextualizadas conforme a literatura científica, abordando os eixos da saúde mental, do autocuidado e das estratégias de promoção da saúde por meio de recursos lúdicos e tecnológicos, como podcasts e gamificação.

O levantamento bibliográfico foi realizado em setembro de 2025, utilizando as bases de dados SciELO, Google Scholar e documentos oficiais do Ministério da Saúde. As fontes analisadas indicaram alta prevalência de estresse, burnout e fragilidade emocional entre profissionais da saúde, apontando a relevância do tema e a necessidade de ações preventivas. Os estudos consultados sugerem que práticas institucionais que incentivem o autocuidado e o bem-estar contribuem para a melhoria da saúde mental desses trabalhadores.

Com base nesses resultados, foi desenvolvido o projeto "Missão Bem-Estar com Vozes Cuidadoras", inicialmente concebido como um podcast educacional e posteriormente ampliado para incluir uma intervenção gamificada. Essa abordagem buscou romper paradigmas tradicionais da educação em saúde, promovendo maior engajamento e flexibilidade. O formato em podcast permitiu o acesso assíncrono ao conteúdo, adaptando-se à rotina intensa dos profissionais, enquanto a gamificação, representada por um jogo de tabuleiro, transformou o processo de aprendizagem em uma experiência interativa e lúdica, favorecendo a retenção de conhecimento e a reflexão sobre práticas de autocuidado.

A primeira intervenção foi realizada no Centro Cirúrgico do Hospital Maicé, em Caçador (SC), no dia 19 de outubro de 2025. A atividade ocorreu em formato de roda de conversa, estimulando reflexões sobre práticas simples de autocuidado, como descanso adequado, alimentação equilibrada, sono reparador e relaxamento. A proposta obteve boa receptividade entre os profissionais, que reconheceram as dificuldades de incorporar tais práticas no contexto hospitalar, marcado por sobrecarga e imprevisibilidade. Destacou-se a reflexão de que "para oferecer um cuidado humano e eficiente, é necessário iniciar com o autocuidado", evidenciando uma mudança de perspectiva na relação dos profissionais com seu próprio bem-estar.

Entre os desafios operacionais, observou-se a necessidade de adaptações metodológicas diante da rotina instável do ambiente cirúrgico, o que exigiu flexibilidade e planejamento coletivo. Apesar das limitações logísticas, a coerência do conteúdo foi garantida pela preparação prévia e colaborativa entre os autores.

A segunda intervenção foi desenvolvida na Unidade Básica de Saúde de um bairro do município de Caçador (SC), em 31 de outubro de 2025, após a divulgação dos episódios do podcast "Vozes que Cuidam" em grupo de mensagens. O jogo de tabuleiro, elemento central da gamificação, proporcionou alto engajamento da equipe, integrando perguntas de conhecimento geral e conteúdos abordados nos episódios do podcast. Essa dinâmica favoreceu a aprendizagem ativa e reforçou temas como higiene do sono e práticas de mindfulness. Foram

distribuídos prêmios simbólicos, individuais e coletivos, os quais funcionaram como incentivo e valorização das ações voltadas ao autocuidado.

O projeto integrador "Missão Bem-Estar dos Profissionais de Saúde com as Vozes que Cuidam" demonstrou a viabilidade e a eficácia de um modelo interventivo que alia informação, motivação e prática para o fortalecimento do bem-estar dos profissionais de saúde. Recomenda-se sua replicação em outros contextos institucionais e a realização de estudos futuros que avaliem os efeitos a longo prazo sobre o estresse e a saúde mental desses profissionais.

Figura 1 - fotos realizadas na gravação dos PodCast

Figura 2 - primeira intervenção no Centro Cirúrgico do Hospital Maicé

Figura 3 - segunda intervenção na UBS Nossa Senhora Salete

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, de caráter extensionista, atingiu seus objetivos ao desenvolver e implementar a intervenção "Missão Bem-Estar com Vozes que Cuidam", voltada à promoção do autocuidado e ao fortalecimento da saúde mental dos profissionais de saúde. A proposta articulou estratégias educativas e lúdicas, combinando recursos tecnológicos, como podcasts, e metodologias ativas, como a gamificação, para promover o engajamento e a reflexão sobre práticas saudáveis no ambiente laboral.

Os resultados demonstraram a viabilidade e a eficácia da intervenção em diferentes contextos de atenção à saúde, como a Atenção Primária e o ambiente hospitalar, evidenciando receptividade positiva dos participantes e reconhecimento da importância do autocuidado como premissa essencial para a qualidade do cuidado prestado ao paciente. A experiência também destacou o valor da escuta ativa, da empatia e da valorização simbólica como elementos que fortalecem o bem-estar coletivo nas equipes multiprofissionais.

A principal contribuição deste trabalho consiste na proposição de um modelo de intervenção flexível, de baixo custo e alto potencial de replicabilidade, capaz de integrar informação, motivação e prática de maneira significativa. Ressalta-se, entretanto, que a natureza exploratória do estudo não permitiu a mensuração de impactos a longo prazo, sendo recomendada a realização de novas pesquisas com instrumentos psicométricos para avaliação dos efeitos sobre o estresse e o burnout.

Conclui-se que o projeto "Missão Bem-Estar com Vozes que Cuidam" representa uma ação extensionista inovadora e aplicável a diversos contextos institucionais, reforçando que o cuidado com o outro inicia-se com o cuidado consigo mesmo. Dessa forma, o modelo proposto demonstra potencial de adaptação e aplicação em diferentes serviços e realidades do sistema de

saúde, contribuindo para a construção de ambientes laborais mais saudáveis, humanos e sustentáveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à coordenação do Centro Cirúrgico do Hospital Maicé pela autorização e apoio à realização da intervenção, agradecemos também a Enfª Heline e sua equipe por nos receber e participar do projeto e aos convidados do podcast – Regis Fabiano de Oliveira, Débora Fernandes, Josieli Varela e Marcos Bauerle – pela colaboração e compartilhamento de conhecimentos, bem como à professora orientadora e aos profissionais de saúde participantes do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/pnst. Acesso em: 8 set. 2025.

ESPERIDIÃO, Elizabeth; SAIDEL, Maria Giovana Borges; RODRIGUES, Jeferson. Saúde mental: foco nos profissionais de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, supl. 1, e73supl01, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167.202073supl01. Acesso em: 8 set. 2025.

OLIVEIRA, Mayara Stefanie Sousa; ALVES, Verônica de Medeiros; LÚCIO, Ingrid Martins Leite; SANTOS, Priscilla Souza dos. Adoecimento mental e estratégias de enfrentamento de enfermeiros de um hospital universitário. Cogitare Enfermagem, v. 30, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cenf/a/YQNLDMMFTryCNxtbqpcfCxz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2025.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. Saúde mental dos trabalhadores de saúde no Brasil pós pandemia de covid-19: um estudo de revisão sistemática. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 28204-28219, 2021. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv4n6-371. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/41549. Acesso em: 8 set. 2025.

RIBEIRO, Bruno Chapadeiro; GIONGO, Carmem Regina; PEREZ, Karine Vanessa. "Não somos máquinas!": saúde mental de trabalhadores de saúde no contexto da pandemia covid-19. Revista Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.82617. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/82617. Acesso em: 8 set. 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: AÇÃO EDUCATIVA PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM COLOSTOMIA COM AGENTES DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE FRAIBURGO E CAÇADOR- SC

Categoria: Projeto Integrador

Carolina Pinz Wiebling[1]
Daiane Silva Ferreira[2]
Daniela Pinz Lara[3]
Deliane Hoffman Varela[4]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[5]

Resumo – Este projeto, de natureza qualitativa e descritiva, relata uma experiência de educação continuada voltada aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos municípios de Fraiburgo e Caçador (SC), com foco no acolhimento e cuidado às pessoas com bolsa de colostomia. O objetivo foi atualizar os conhecimentos dos profissionais sobre os principais desafios enfrentados por pacientes estomizados, abrangendo aspectos técnicos, emocionais e sociais do cuidado. Foram realizadas duas capacitações, envolvendo 78 agentes de saúde, por meio de oficinas educativas, rodas de conversa, demonstrações práticas e distribuição de folders informativos. A ação contribuiu para o fortalecimento do conhecimento técnico, a humanização da assistência e o estímulo à autonomia dos pacientes, promovendo melhor qualidade de vida e prevenção de complicações. A educação continuada mostrou-se uma estratégia essencial na Atenção Primária à Saúde, ao integrar saber técnico, acolhimento humanizado e fortalecimento do vínculo entre paciente, família e equipe multiprofissional. O tema despertou grande interesse entre os ACS, que relataram não ter tido contato prévio com materiais sobre o assunto, destacando a relevância do projeto como espaço de troca de experiências e aprimoramento profissional no cuidado à pessoa estomizada.

Palavras-chave: Colostomia; Agentes de Saúde; Educação continuada; Prevenção.

INTRODUÇÃO

A colostomia é uma intervenção cirúrgica que cria uma abertura no abdome para a saída do intestino grosso, permitindo a eliminação das fezes por meio de um estoma (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTOMATERAPIA, 2023). Embora não seja uma doença, está associada a

[1]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

condições clínicas como câncer colorretal, doenças inflamatórias intestinais, traumas abdominais e malformações congênitas (BRASIL, 2021).

A realização da colostomia implica mudanças significativas na vida do paciente, exigindo cuidados específicos com o estoma, manejo da bolsa coletora e adaptações nos hábitos alimentares e sociais. Esse processo pode gerar dificuldades no autocuidado e impactos emocionais, como baixa autoestima e isolamento (SILVA, 2020). Nesse contexto, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) tem papel essencial na Atenção Primária à Saúde (APS), atuando como elo entre os serviços e a comunidade, acompanhando o paciente, orientando, apoiando e identificando precocemente possíveis complicações.

Os ACS são fundamentais para garantir a continuidade do cuidado, especialmente diante das dificuldades que muitos pacientes enfrentam no manejo da bolsa e na prevenção de complicações, que podem levar a infecções e intervenções evitáveis. A APS tem papel central nesse acompanhamento, oferecendo orientações e garantindo o acesso a direitos, como o fornecimento de bolsas e insumos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Este projeto tem como objetivo oferecer orientação abrangente e prática aos Agentes Comunitários de Saúde dos municípios de Fraiburgo e Caçador (SC) sobre o acolhimento e cuidado às pessoas com colostomia, abordando os principais desafios enfrentados por esses pacientes.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), com foco na capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos municípios de Fraiburgo e Caçador (SC) sobre o acolhimento e o cuidado às pessoas com colostomia. O projeto foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu em um levantamento bibliográfico, conduzido em setembro de 2025, por meio de pesquisa de documentos eletrônicos disponíveis nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e da Sociedade Brasileira de Estomaterapia, utilizando os descritores: colostomia, agentes de saúde, educação continuada, acolhimento humanizado e prevenção.

A segunda etapa envolveu a realização de ações educativas presenciais voltadas aos ACS. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) participantes foram selecionadas em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, considerando critérios como número de agentes vinculados e presença de pacientes estomizados acompanhados pela APS.

A primeira ação ocorreu em 24 de setembro de 2025, na UBS São Miguel, em Fraiburgo (SC), com a participação de 14 agentes comunitários de saúde. A segunda foi realizada em 3 de outubro de 2025, em Caçador (SC), reunindo 64 ACS de diferentes microáreas, totalizando 78 profissionais. Cada ação teve duração aproximada de uma hora, as atividades incluíram exposição teórica sobre tipos de estoma e bolsas coletoras, atividades práticas, com demonstrações práticas sobre o uso e troca de bolsas coletoras, prevenção de complicações e direitos da pessoa estomizada e entrega de folders educativos elaborado pelas acadêmicas, contendo perguntas

sobre cuidados e possíveis complicações. Por tratar-se de uma ação extensionista voltada à promoção da saúde, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, todos os preceitos éticos foram observados, assegurando a integridade e o bem-estar dos participantes durante as atividades educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto teve como objetivo orientar, de forma interativa, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre o acolhimento e o cuidado às pessoas com bolsa de colostomia, abordando os principais desafios enfrentados por esses pacientes. Para isso, foi confeccionada uma boneca ostomizada, utilizada nas oficinas para demonstrar a higienização do estoma e a troca da bolsa coletora, um instrumento de verificação e um folder educativo com orientações básicas de autocuidado.

Observou-se grande interesse dos participantes, especialmente quanto à troca da bolsa e à identificação precoce de complicações. Muitos relataram insegurança prévia em orientar pacientes estomizados, reforçando a importância da educação continuada na Atenção Primária à Saúde (APS).

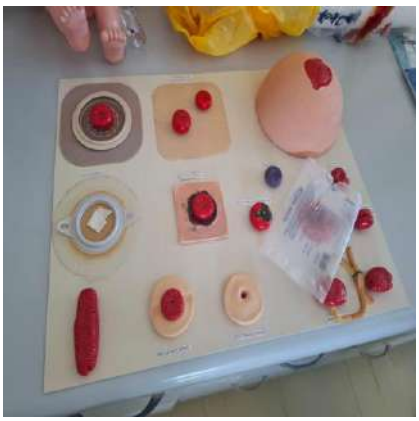
Os resultados corroboram Silva et al. (2020), que destaca a importância de preparar os profissionais para o cuidado integral, incluindo apoio emocional e social. A experiência das oficinas mostrou que, ao participar de atividades práticas, os ACS desenvolvem maior empatia e segurança no cuidado, conforme aponta Maciel (2018), ao relacionar a educação em saúde à autonomia do paciente e ao fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade.

Destaca-se ainda a relevância do acompanhamento domiciliar e da integração entre ACS e equipe de enfermagem, princípios da Rede de Atenção à Saúde (RAS), como reforça Farias et al. (2022). Apesar dos resultados positivos, persistem desafios, o que evidencia a necessidade de manter a educação permanente como estratégia fundamental para fortalecer a APS, pois a atuação informada e humanizada dos ACS contribui para a prevenção de complicações, adesão ao tratamento e reinserção social da pessoa estomizada.

Fonte: Autores (2025)

Fonte: Autores (2025)

Fonte: Autores (2025)



Fonte: Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a capacitação de ACS representa uma estratégia eficaz de educação permanente, fortalecendo a integralidade do cuidado e a inclusão social da pessoa estomizada na APS. A roda de conversa e as oficinas promovidas durante a aplicação do projeto, permitiram uma troca de experiências, reforçando a importância das agentes comunitárias de saúde no cuidado integral e contínuo, e informando como se deve realizar os cuidados básicos com o estoma, como a higienização, troca da bolsa coletora e avaliação do estoma, identificando complicações precocemente, visando esclarecer dúvidas e compartilhar conhecimento.

Neste contexto, é importante destacar a relevância dos agentes de saúde durante esta fase, no cuidado integral da pessoa com colostomia, promovendo saúde e oferecendo orientações sobre os cuidados necessários com o estoma, a higiene, a alimentação e o uso adequado dos dispositivos coletores. A atuação dos agentes de saúde vai muito além da prática assistencial, sendo fundamental no apoio emocional, na educação em saúde e no fortalecimento da confiança dos pacientes e de suas famílias para o enfrentamento dessa nova condição.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo às atividades de extensão em Enfermagem através das semanas de curricularização da extensão. A Secretaria de Saúde e a UBS do bairro São Miguel em Fraiburgo, Secretaria de Saúde do município de Caçador por ceder o espaço para a execução do projeto, e as orientadoras Achaiane Camila da Silva dos Anjos e Sarah Massoco.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde da pessoa com estomia: orientações para profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

DA SILVA, Letícia Gomes et al. O papel do enfermeiro na promoção do autocuidado e na adaptação de pacientes com ostomias fecais: uma revisão integrativa. Research, Society and Development, v. 9, n. 11, 2020. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10241.

LIMA, Clara Cynthia Melo; FERNANDES, Tatiana Fróes; CALDEIRA, Antônio Prates. Contexto de trabalho e custo humano no trabalho para agentes comunitários de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 8, p. 3181-3192, 2022.

MARTINS, Maique Berlote; CARBONAI, Davide. Entre o vínculo e o distanciamento: desafios na atuação de agentes comunitárias de saúde. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, e3711001, 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde (SES-SC). Secretaria de Saúde intensifica ações para pessoas com estomias em 2024. Florianópolis, 27 dez. 2024. Disponível em: https://www.saude.sc.gov.br/index.php/pt/component/content/article/secretaria-de-saude-intensifica-acoes-para-pessoas-com-estomias-em-2024. Acesso em: 3 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTOMATERAPIA (SOBEST). Diretrizes para cuidados com estomias. São Paulo: SOBEST, 2023.

CAPACITAÇÃO RÁPIDA EM TRIAGEM E IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE SINAIS E SINTOMAS DE AGRAVO

Categoria: Projeto Integrador

Greicy Kemely Bortolini Blind[1]
Guilherme do Nascimento Ribeiro[2]
Mariane Campagnaro[3]
Mayra Anton[4]
Achaiane Camila da Silva dos Anjos[5]

Resumo – A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do SUS e tem papel essencial na organização do cuidado à comunidade. Na rotina da Unidade Básica de Saúde (UBS), a triagem realizada pelos profissionais de enfermagem é decisiva para reconhecer sinais precoces, definir prioridades e prevenir complicações. No entanto, ainda existem dificuldades no uso de escalas rápidas, na percepção de manifestações clínicas sutis e na interpretação de sinais de alerta, o que pode comprometer a segurança do paciente. Pensando nisso, elaboramos este projeto com foco na educação continuada dos profissionais de enfermagem da APS, por meio de capacitações práticas e materiais de apoio visual, como cards. A proposta é tornar a triagem mais clara, objetiva e acessível no dia a dia, auxiliando a equipe a identificar riscos de forma ágil e segura. Com isso, buscamos fortalecer a resolutividade do serviço, ampliar a segurança do atendimento e contribuir para um cuidado mais qualificado à população.

Palavras-chave: Educação permanente; Enfermagem; Identificação precoce; Saúde; Triagem.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável por acolher a maioria das demandas e organizar os fluxos de cuidado da população (BRASIL, 2017). Nesse contexto, a triagem realizada pela equipe de enfermagem possui papel estratégico, pois representa o primeiro contato com o usuário, momento em que são identificados sinais e sintomas iniciais, estabelecendo-se prioridades de atendimento e prevenindo desfechos desfavoráveis (SANTOS; SOUZA; MORAIS, 2020).

Conforme estudo de Furlan, Lima e Ferreira (2022), profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde demonstram fragilidade na dimensão prática de suas competências,

[1]Aluno do Curso de enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

apresentando dificuldades em aplicar conhecimentos teóricos no reconhecimento precoce de situações de risco e agravos à saúde.

Diante dessa realidade, estratégias de educação permanente em saúde são essenciais para qualificar o processo de trabalho. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) preconiza que ações educativas sejam construídas a partir das necessidades reais do serviço, de forma participativa, crítica e integrada ao cotidiano laboral (BRASIL, 2018). O uso de ferramentas de apoio visual, como cards e outros materiais educativos de fácil acesso, configura-se como alternativa prática e eficaz para apoiar a tomada de decisão clínica e contribuir para a fixação do conhecimento (COSTA et al., 2021).

O objetivo deste trabalho é qualificar a atuação dos técnicos de enfermagem na triagem da Atenção Primária à Saúde, por meio de capacitação prática e apoio visual, visando à identificação precoce de sinais e sintomas de agravo em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e do tipo pesquisa-ação, realizada na Unidade Básica de Saúde São Miguel, no município de Fraiburgo, Santa Catarina, durante o segundo semestre de 2025. A intervenção ocorreu no mês de setembro, os participantes foram os profissionais de enfermagem que atuam na triagem, selecionados por conveniência, de acordo com sua disponibilidade e interesse em participar da proposta.

A capacitação aconteceu em formato de roda de conversa, utilizando materiais de apoio confeccionados em forma de cards plastificados. Esses cards ficaram disponíveis para cada profissional, facilitando a consulta rápida durante o trabalho. O momento foi marcado pela troca de experiências e pelo interesse da equipe em aprimorar suas práticas na triagem, tornando o aprendizado leve e participativo.

A análise das observações e percepções dos acadêmicos foi feita de forma qualitativa e descritiva, com base nos princípios da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). A participação ocorreu de maneira totalmente voluntária, com garantia de sigilo e respeito à autonomia, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do projeto aconteceu de forma bem tranquila e acolhedora. Já tínhamos um bom relacionamento com a equipe de enfermagem da Unidade Básica de Saúde São Miguel, em Fraiburgo, e isso facilitou bastante. Os profissionais foram muito receptivos e demonstraram interesse em participar da atividade. Durante a roda de conversa, todos se envolveram e mostraram vontade de aprender mais sobre a triagem.

Os cards em formato de chaveiro chamaram bastante atenção e foram muito elogiados pela equipe. Eles comentaram que o material ficou prático e fácil de usar no dia a dia, principalmente para consultar durante o atendimento. Também aproveitaram o momento para compartilhar com a gente, acadêmicos, algumas experiências e situações vividas na rotina da unidade, o que deixou o encontro ainda mais interessante e próximo da realidade.

No final, percebemos que todos ficaram satisfeitos com a metodologia. A atividade foi leve, dinâmica e ao mesmo tempo produtiva. O feedback foi bem positivo, destacando que as explicações foram claras e que o conteúdo realmente ajuda no trabalho. Além disso, o projeto acabou despertando o interesse da equipe em continuar participando de outras ações de educação em saúde dentro da unidade, o que foi muito gratificante para nós.

Fonte: Os autores

Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto de extensão reafirma a relevância da capacitação dos profissionais de enfermagem como estratégia para o fortalecimento da triagem e da identificação precoce de sinais e sintomas de agravos na Atenção Primária à Saúde. As ações propostas demonstram potencial para qualificar a prática assistencial, ampliar a resolutividade dos serviços e contribuir para a segurança do paciente.

A utilização de recursos educativos de apoio visual, articulada à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, configura-se como uma abordagem eficaz e de fácil aplicabilidade, favorecendo a consolidação do conhecimento e a tomada de decisão clínica em situações de risco. Reconhece-se, entretanto, a necessidade de avaliações posteriores que permitam mensurar o impacto da proposta na rotina dos serviços e nos desfechos em saúde.

Assim, considera-se que a presente iniciativa contribui de maneira significativa para a integração entre ensino e serviço, promovendo melhorias contínuas na assistência à comunidade e incentivando práticas educativas sustentáveis no âmbito da enfermagem.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossa gratidão à equipe de Enfermagem da Unidade Básica de Saúde São Miguel, em Fraiburgo, pela receptividade e colaboração durante o desenvolvimento deste projeto. Estendemos nossos agradecimentos aos profissionais de saúde envolvidos, aos professores e aos colegas que, com incentivo, orientação e compromisso, contribuíram para a construção deste trabalho e para o fortalecimento de um cuidado seguro e de qualidade na atenção primária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html Acesso em: 08 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://busqueda.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1538253 Acesso em: 08 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade de informação. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/saude_brasil_2020_2021_situacao_saude_web.pdf/view Acesso em: 09 de setembro de 2025.

COSTA, A. L. et al. Ferramentas educativas como apoio à tomada de decisão em saúde: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem em Atenção Primária à Saúde, v.

24, n. 2, p. 45-52, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3wP8JDq48kSXrFMZqGt8rNQ/?format=html&lang=pt Acesso em: 09 de setembro de 2025.

FURLAN, M. C. R.; LIMA, J. R. C.; FERREIRA, V. S. Saúde socioambiental na Atenção Básica: conhecimento, formação e prática. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 46, n. 134, p. 734-749, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46n134/734-749/. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, M. R.; SOUZA, L. F.; MORAIS, G. R. Acolhimento com classificação de risco na APS: desafios e perspectivas. Saúde em Debate, v. 44, n. 126, p. 1125-1136, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cenf/a/bnNhWnMjpHvfRmF5PmWggTL/?format=html&lang=pt Acesso em: 10 de setembro de 2025.

SILVA, R. P. et al. Competências da equipe de enfermagem na identificação de sinais de risco em triagem. Revista Saúde em Foco, v. 14, n. 1, p. 88-97, 2022. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Vk5Ms3vswfTZphYbMJYLTsn/?format=html&lang=pt Acesso em: 09 de setembro de 2025.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ORIENTAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS EM CAÇADOR E SALTO VELOSO (SC)

Categoria: Projeto Integrador

Franciele Aparecida Pontes Guedes[1]
Isabela Coelho[2]
Marcelli Cristina Nunes[3]
Maria Eduarda Araújo Abati[4]
Mirtes Cristina Palhano[5]
Sarah Cristina Chiesa Massoco[6]
Achaiane Cristina da Silva dos Anjos[7]

Resumo – O projeto consiste em uma roda de conversa sobre sífilis com Agentes Comunitários de Saúde da UBS Central de Caçador e UBS de Salto Veloso, incluindo divulgação na rádio Caçanjurê de Caçador. Também haverá distribuição de panfletos e realização da dinâmica "Mitos e Verdades", com o objetivo de esclarecer dúvidas e fortalecer o papel dos agentes como multiplicadores de conhecimento na comunidade. Como resultado, a divulgação na rádio ajudou a disseminar informações para um público maior, já ambas as ações nas UBS foram bem recebidas, tendo uma ampla participação dos ACS nas discussões e dinâmica. Assim, foi possível destacar e reconhecer o papel fundamental dos ACS como mediadores entre os serviços de saúde e a população.

Palavras-chave: Sífilis; Educação permanente; Unidade Básica.

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST), curável, que tem como agente etiológico a bactéria Treponema pallidum. Pode apresentar diversas manifestações clínicas e diferentes estágios: sífilis primária, secundária, latente (assintomática) e terciária (Brasil, 2021). Tal infecção pode ser transmitida por via transplacentária da mãe para o feto, nas relações sexuais desprotegidas e por transfusão sanguínea. Nesse sentido, quando não tratada, tem potencial para ocasionar lesões cardiovasculares e ósseas, além de, no caso das gestantes, gerar a sífilis

[1]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

congênita, que está associada a aborto espontâneo, natimortalidade, prematuridade e malformações (Souza et al., 2023).

No Brasil, é evidente a persistência desta doença, principalmente em populações vulnerabilizadas, devido à desinformação, estigma e limitação de acesso ao diagnóstico (Júnior, 2022). O preconceito associado à sífilis está relacionado à crenças equivocadas e julgamentos morais, o que impacta diretamente na adesão ao tratamento e controle da doença. Além disso, muitos profissionais de saúde ainda apresentam atitudes discriminatórias em relação ao tema, resultando em barreiras significativas no que diz respeito à comunicação entre profissionais e pacientes (Ferreira, 2025). Dessa forma, a educação permanente é de extrema importância para promover um diálogo mais eficaz entre profissionais de saúde e população, a fim de reduzir preconceitos e incentivar a adesão aos tratamentos (Oliveira; Cordeiro, 2025).

Assim, o presente projeto tem o objetivo de capacitar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), sobre o enfrentamento da sífilis, a fim de ampliar o conhecimento e fortalecer as estratégias de prevenção nas Unidades Básicas de Caçador e Salto Veloso (SC).

METODOLOGIA

O projeto consiste em um relato de experiência com abordagem qualitativa e descritiva. Nesse sentido, será realizada, em setembro de 2025, a divulgação do projeto na rádio Caçanjurê de Caçador. Posteriormente, em outubro de 2025, serão desenvolvidas ações educativas com os ACS da UBS Central de Caçador e UBS de Salto Veloso, na forma de roda de conversa. Haverá participação de 7 ACS na UBS Central e 6 ACS na UBS de Salto Veloso, totalizando um público de 13 pessoas.

Durante as ações, inicialmente, será realizada uma abordagem sobre a sífilis, discutindo aspectos referentes à transmissão, estágios clínicos, sintomas, medidas de prevenção e tratamento. Na sequência, os Agentes Comunitários participarão de uma dinâmica de "Mitos e Verdades", uma estratégia interativa para identificar e esclarecer dúvidas. Nesta dinâmica, os participantes irão receber plaquinhas com a palavra "Mito" de um lado e "Verdade" do outro e deverão responder à perguntas levantando um lado da plaquinha. Ao final da atividade, será entregue um panfleto educativo como material de apoio, visando reforçar as informações discutidas e possibilitar o uso nas práticas de orientação junto à comunidade. O projeto também incluirá uma discussão sobre a melhor forma de abordar a sífilis com os pacientes, promovendo uma visão empática.

Como não haverá coleta de dados pessoais nem intenção de publicação, o projeto dispensa submissão ao Comitê de Ética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vale destacar, primeiramente, que, a partir da divulgação do projeto na rádio Caçanjurê de Caçador, foi possível orientar a comunidade sobre a importância do tema, além de destacar as informações mais relevantes sobre a sífilis. A atividade contribuiu, portanto, para ampliar o conhecimento da população e fortalecer as estratégias de conscientização e combate à sífilis.

Posteriormente, realizou-se a aplicação do projeto na UBS Central de Caçador e na UBS de Salto Veloso. Ambas as ações foram bem recebidas, tendo uma ampla participação dos ACS nas discussões e dinâmica. Observou-se que eles já possuíam certo conhecimento sobre o tema, reconhecendo as problemáticas que a sífilis envolve, especialmente no que se refere à falta de adesão ao tratamento. Assim, as ações reforçaram a importância de aumentar a divulgação sobre esta IST ainda tão presente em meio à população em geral.

Além disso, foi aplicada uma pesquisa de opinião a fim de avaliar a percepção dos participantes quanto às atividades desenvolvidas e à compreensão do tema proposto. Dessa forma, 100% dos profissionais referiram que, em uma escala de 0 a 10, a relevância do tema abordado seria 10. Ademais, a totalidade dos ACS avaliou as dinâmicas realizadas como "excelente", relatando ter compreendido o tema.

Ao final, foi entregue folders informativos e uma lembrancinha com bombom para encorajar os profissionais a multiplicar o conhecimento sobre o assunto para a comunidade.

Figura 1 – Pesquisa de opinião

Fonte: As autoras (2025)

Figura 2 – Ação em Salto Veloso

Fonte: As autoras (2025)

Figura 3 – Ação em Caçador

Fonte: As autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da roda de conversa e dinâmica sobre sífilis com os Agentes Comunitários de Saúde evidenciou a importância da educação permanente em saúde como ferramenta essencial para o fortalecimento das práticas de prevenção e promoção na atenção básica. Dessa maneira o diálogo e interação permitiu não apenas a troca de saberes, mas também o reconhecimento do papel fundamental dos ACS como mediadores entre os serviços de saúde e a comunidade, contribuindo para a disseminação de informações corretas e acessíveis sobre a infecção.

Por fim, constata-se que a atividade atingiu seus objetivos ao promover o empoderamento dos ACS e ampliar a compreensão sobre a sífilis, suas formas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) pelo incentivo à introdução à pesquisa científica em Enfermagem através da disciplina do Projeto Integrador, à Unidade Básica de Saúde Central e de Salto Veloso e todas as suas equipes de profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Técnico para o diagnóstico da sífilis. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sifilis/publicacoes/manual-tecnico-para-o-diagnostico-da-sifilis.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

FERREIRA, Mayara Patrícia do Nascimento. Estigma e adesão ao tratamento da sífilis: a perspectiva de parceiros e profissionais de saúde. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2025. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7232. Acesso em: 29 ago. 2025.

JUNIOR, Alberto Novaes. Persistência da sífilis como desafio para a saúde pública no Brasil: o caminho é fortalecer o SUS, em defesa da democracia e da vida. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 5, p. 1-6, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2022.v38n5/PT069022/?utm_source. Acesso em: 29 ago. 2025.

OLIVEIRA, Tatiana de Cássia Ferreira Leal de; CORDEIRO, Benedito Carlos. O saber profissional sobre educação permanente em saúde e sífilis congênita na Estratégia de Saúde da Família. v. 25, n. 1, p. 1-9, 2025. Revista Eletrônica Acervo Saúde. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/18758. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUZA, Letícia Ferreira de et al. Desafios e atualizações no manejo da sífilis: impacto na saúde da população em geral, gestantes e neonatos. Brazilian Journal Of Health Review, v. 6, n. 5, p. 20447-20461, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/62888/45223. Acesso em: 29 ago. 2025.

A IMPORTÂNCIA DO TECIDO CONJUNTIVO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA REPARAÇÃO TECIDUAL

Categoria: Leituras interdisciplinares

Sara Carlin de Souza[1]
Scheila da Silva dos Santos[2]
Schanielle Hirsh[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo- O processo de cicatrização é essencial para a restauração da integridade tecidual e envolve fases inflamatória, proliferativa e de remodelamento. O tecido conjuntivo exerce papel central nesse processo, fornecendo sustentação, nutrientes e promovendo regeneração celular. Este estudo analisou a importância do tecido conjuntivo na cicatrização e a atuação da Enfermagem no cuidado com feridas, enfatizando a integração entre conhecimento teórico e prática clínica. Trata-se de uma revisão narrativa, realizada em bases SciELO, LILACS e Google Acadêmico, com publicações de 2015 a 2024. Os resultados mostram que a compreensão da fisiologia do tecido conjuntivo é indispensável à prática de enfermagem segura e eficaz, possibilitando avaliação adequada das feridas e condutas terapêuticas assertivas. Conclui-se que a articulação entre teoria e prática é essencial para otimizar a reparação tecidual, prevenir complicações e promover a qualidade de vida do paciente.

Palavras-chave: cicatrização; tecido conjuntivo; enfermagem; cuidados com feridas.

INTRODUÇÃO

O processo de cicatrização constitui um mecanismo biológico fundamental para a restauração da integridade dos tecidos e a manutenção da homeostase do organismo. Ele envolve etapas complexas e dinâmicas, que englobam reações inflamatórias, proliferativas e de remodelamento, nas quais diversas células e substâncias interagem para reparar a área lesionada. Nesse contexto, o tecido conjuntivo exerce papel essencial, visto que é responsável pela sustentação, nutrição e regeneração dos tecidos corporais. Segundo Junqueira e Carneiro (2017), esse tecido é composto por diferentes tipos celulares e uma matriz extracelular rica em colágeno e fibras elásticas, que conferem resistência e elasticidade, favorecendo a reparação tecidual.

[1]Aluna do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A relevância teórica do tema está na necessidade de compreender como o tecido conjuntivo participa ativamente nas fases do processo cicatricial e como esse conhecimento fundamentar as práticas de cuidado em saúde. Para os profissionais de Enfermagem, essa compreensão é indispensável, uma vez que o cuidado com feridas é uma atividade rotineira e de grande responsabilidade na assistência ao paciente. De acordo com Ferreira et al. (2021), o enfermeiro deve possuir domínio técnico e científico sobre os mecanismos fisiológicos da cicatrização para avaliar corretamente o tipo de ferida, identificar intercorrências e escolher as condutas terapêuticas mais adequadas.

A problemática que norteia este estudo consiste em compreender de que forma o tecido conjuntivo influencia o processo de cicatrização e de que maneira o conhecimento sobre sua fisiologia pode aprimorar a atuação da Enfermagem no cuidado com feridas. Tal questionamento se torna pertinente, pois a falta de embasamento teórico sobre os mecanismos celulares e estruturais da cicatrização pode comprometer a qualidade da assistência e prejudicar a recuperação do paciente.

A justificativa para a realização deste trabalho fundamenta-se na importância de reforçar o conhecimento científico da Enfermagem acerca da biologia tecidual, contribuindo para uma prática mais segura, eficaz e humanizada. O estudo se mostra

socialmente relevante por abordar um tema presente em diversos níveis de atenção à saúde, impactando diretamente na qualidade de vida dos pacientes e na eficiência do processo de reabilitação.

Na prática de Enfermagem, compreender os mecanismos fisiológicos da cicatrização permite intervenções mais precisas, reduzindo complicações e otimizando resultados (Almeida et al., 2021). Assim, este trabalho busca analisar a importância do tecido conjuntivo na cicatrização e a atuação da Enfermagem, destacando a relevância do conhecimento teórico aliado à prática clínica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa, de natureza qualitativa e descritiva, realizada entre agosto e setembro de 2025. Foram consultadas as bases SciELO, LILACS e Google Acadêmico, utilizando os descritores "tecido conjuntivo", "cicatrização", "enfermagem" e "cuidados com feridas".

Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, em português, inglês e espanhol, que abordassem a fisiologia do tecido conjuntivo e o cuidado de enfermagem em feridas. Trabalhos duplicados, incompletos ou sem relação direta foram excluídos.

A análise seguiu abordagem integrativa, destacando as principais contribuições teóricas e práticas para a compreensão do tema. Por tratar-se de estudo bibliográfico, foi dispensada a apreciação do Comitê de Ética, conforme Resolução nº 466/12 do CNS.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão bibliográfica permitiu observar que o tecido conjuntivo desempenha um papel indispensável em todas as etapas do processo de cicatrização, desde a fase inflamatória até a remodelação tecidual. De acordo com Junqueira e Carneiro (2017), o tecido conjuntivo é constituído por uma matriz extracelular composta por fibras colágenas, elásticas e reticulares, além de substâncias fundamentais, que conferem resistência, elasticidade e sustentação aos tecidos. Esses elementos são essenciais para a regeneração celular e a restauração da integridade do tecido lesado.

Os fibroblastos, principais células do tecido conjuntivo, apresentam função principal na produção de colágeno e na formação da nova matriz extracelular, o que garante a força tensora da ferida em cicatrização. Conforme destacado por Rodrigues et al. (2020), a atividade dos fibroblastos é diretamente influenciada por fatores de crescimento e pela oxigenação adequada dos tecidos, elementos que podem ser otimizados por cuidados de Enfermagem adequados, como a manutenção da higiene da ferida e o uso de coberturas apropriadas.

As publicações revisadas evidenciaram que o cuidado de enfermagem em pacientes com ferida na Atenção Primária à Saúde (APS) envolve desafios e potências que impactam diretamente a qualidade da assistência prestada. Entre os desafios, destacam-se a escassez de tempo para atendimento adequado, a falta de capacitação da equipe técnica, a dificuldade na avaliação e escolha do tratamento apropriada, além da baixa adesão dos pacientes ao tratamento e da insuficiência de recursos materiais e tecnológicos, conforme observado por Hoepers et al. (2025). Tais limitações podem comprometer o processo de cicatrização e a recuperação do paciente, evidenciando a necessidade de estratégias de intervenção eficazes.

Por outro lado, a literatura aponta potências significativas no cuidado de enfermagem. A atuação dedicada dos profissionais, a colaboração em equipes multidisciplinares e a autonomia no planejamento das intervenções são fatores que fortalecem a assistência. Além disso, a capacitação contínua e a utilização de protocolos baseados em evidências são apontadas como estratégias eficazes para otimizar os cuidados com feridas, contribuindo para a cicatrização adequada e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes (Almeida, 2021).

Ao confrontar os resultados obtidos com a teoria, verifica-se que há convergência entre os autores quanto à importância do tecido conjuntivo como estrutura essencial à reparação tecidual e à necessidade de o enfermeiro compreender seus mecanismos fisiológicos para atuar de forma eficiente. Entretanto, algumas publicações destacam que ainda existem lacunas na formação profissional quanto ao ensino aprofundado sobre os processos histológicos e bioquímicos da cicatrização, o que pode limitar a autonomia do enfermeiro na tomada de decisão clínica (LIMA et al., 2022).

De modo geral, os resultados evidenciam que o conhecimento sobre o tecido conjuntivo e suas funções no processo cicatricial constitui base indispensável para a prática de Enfermagem qualificada e segura, contribuindo para a redução do tempo de cicatrização, prevenção de complicações e promoção da saúde. Assim, reforça-se a necessidade de contínua capacitação dos profissionais e de integração entre teoria e prática na assistência a pacientes com feridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o tecido conjuntivo tem papel determinante na reparação tecidual, e que o conhecimento aprofundado sobre sua estrutura e funções é essencial para a prática de Enfermagem. O domínio teórico associado à prática clínica contribui para uma assistência mais segura, eficaz e baseada em evidências.

O estudo também evidencia que desafios como escassez de tempo, recursos limitados e lacunas de capacitação podem comprometer o cuidado. No entanto, a integração entre equipe multiprofissional, protocolos clínicos e formação continuada potencializa os resultados.

Sugere-se a ampliação de pesquisas práticas e capacitações permanentes que explorem novas terapias e estratégias de cuidado de feridas. Assim, a Enfermagem pode fortalecer seu protagonismo no processo de cicatrização e na promoção da saúde do paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo suporte acadêmico e infraestrutura disponibilizada para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. S. et al. A atuação do enfermeiro no cuidado de feridas na atenção primária à saúde: revisão integrativa. Revista de Casos e Consultoria, v.15, n.1, p.1–9, 2021.

HOEPERS, H. S. S. et al. Cuidado de enfermagem à pessoa com ferida na Atenção Primária à Saúde: desafios e potências. ESTIMA, Braz. J. Enterostomal Ther., v.22, e1437, 2024.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia básica: texto e atlas. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

RODRIGUES, R. M. et al. Fatores de crescimento e remodelamento tecidual no processo de cicatrização: implicações clínicas e terapêuticas. Revista de Enfermagem Atual In Derme, v.94, p.71–78, 2020.

SANTOS, R. M.; ALVES, A. G.; MELO, C. D. Protocolos de cuidado com feridas e o papel do enfermeiro: revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, v.76, n.5, p.3211–3223, 2023.

THEOCHARIS, A. D.; SKANDALIS, S. S.; KAROUSOU, E.; KARAMANOS, N. K. Extracellular matrix structure and function in tissue homeostasis and disease. FEBS Journal, v.289, p.4390–4412, 2022.

IMPACTO DO VAPING NA SAÚDE DE ADOLESCENTES: A DESMISTIFICAÇÃO DOS RISCOS DO CIGARRO ELETRÔNICO - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Categoria: Projeto de Extensão

Fabiana Gatti[1]
Elizama de Gregório[2]

Resumo – O projeto de extensão teve como foco a crescente popularidade dos Cigarros Eletrônicos (CEs) entre os jovens, impulsionada pela falsa percepção de segurança, apesar de evidências de que o aerossol inalado contém substâncias tóxicas. O objetivo central foi conscientizar os adolescentes do Ensino Médio sobre os riscos físicos do vaping, desmistificando a narrativa de segurança. Utilizando a metodologia de relato de experiência, com palestra e atividades interativas em encontros mensais na Escola Irmão Léo, o projeto buscou traduzir o conhecimento científico. Os resultados revelaram que o conhecimento inicial dos alunos era superficial e distorcido, justificando a intervenção. As ações educativas, alertaram que o uso de CEs está associado à redução da capacidade aeróbica (VO2máx) e ao Uso de Cigarro Eletrônico ou vaping (EVALI). A experiência demonstrou que a metodologia interativa é eficaz na tradução de conhecimento científico para a realidade juvenil.

Palavras-chave: adolescência; cigarros eletrônicos; educação em saúde.

INTRODUÇÃO

No contexto infantojuvenil é notável uma crescente popularidade dos Dispositivos Eletrônicos para fumar (DEFs), cigarros eletrônicos (CEs) ou vapes, representa um problema de saúde pública global que exige atenção imediata. Inicialmente introduzidos no mercado como uma alternativa menos nociva ao tabagismo convencional, ou como ferramentas de cessação tabágica, esses dispositivos se disseminaram rapidamente entre a população jovem, impulsionados por um marketing agressivo, pela variedade de sabores e pela falsa percepção de segurança (RUSSO et al., 2023; JESUS et al., 2025). Contudo, a facilidade de acesso, a alta concentração de nicotina e o apelo estético transformam os CEs em uma porta de entrada para a dependência nicotínica em indivíduos que anteriormente não eram consumidores, conforme alertado por Carroll et al. (2020) e Corcoran et al. (2020). Transformando em um cenário de alto consumo e vulnerabilidade (MENDES et al., 2025; RUSSO et al., 2023).

Diante disso, a principal preocupação reside nas consequências do aerossol inalado sobre o organismo no desenvolvimento de adolescentes e adultos jovens. Estudos clínicos e

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

laboratoriais revelaram que o vapor dos CEs não é inofensivo, contendo substâncias tóxicas como metais pesados, aldeídos e solventes (propilenoglicol e glicerina vegetal), que quando aquecidos, promovem estresse oxidativo, inflamação crônica e dano epitelial pulmonar (MENDES et al., 2025; LOPES et al., 2025). Alterações funcionais subclínicas, como a redução da capacidade vital forçada e os quadros agudos graves, como a Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Cigarro Eletrônico ou Vaping (EVALI) estão associados à essa exposição aos componentes dos CEs (OLIVEIRA et al., 2022; LOPES et al., 2025).

A problematização central emerge da discrepância entre a percepção de menor risco associada ao uso dos CEs e as evidências científicas que demonstram seu impacto negativo na saúde, principalmente na função cardiorespiratória. Especificamente, questiona-se a correlação do consumo de cigarros eletrônicos com a capacidade aeróbica e a função pulmonar de adolescentes com a síndrome EVALI. A urgência dessa investigação é justificada pela crescente prevalência do uso de vapes na faixa etária escolar, conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), e pela necessidade de fornecer subsídios científicos para a construção de políticas públicas de saúde mais eficazes e direcionadas (OLIVEIRA et al., 2022; LOPES et al., 2025; RUSSO et al., 2023).

A relevância social do estudo se manifesta na necessidade de conscientização e intervenção. A constatação de que adolescentes usuários de CEs apresentam menor capacidade aeróbica, medida pelo consumo máximo de oxigênio (VO2máx), em comparação com não fumantes, conforme demonstrado por Jesus et al. (2025), estabelece esta declaração direta entre o uso do dispositivo e o comprometimento da deficiência física e da saúde cardiovascular (JESUS et al., 2025).

A disseminação de informações precisas sobre os riscos, em contraposição a cultura midiática que normaliza o consumo, é crucial para a proteção da saúde pública. Sabendo da importância do tema abordado, o objetivo central desse projeto extensionista foi promover ativamente a conscientização sobre o uso dos CEs, detalhando seus ricos para a saúde física em adolescentes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Irmão Leo através de atividades multidisciplinares que incluiu a aplicação de palestras informativas, além de jogos educativos realizados mensalmente.

METODOLOGIA

O presente trabalho é um relato de experiência de um projeto de extensão universitária, caracterizado por uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. O objetivo central da metodologia foi a disseminação de informações científicas atualizadas sobre os riscos do uso de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), como os cigarros eletrônicos (vapes), para a conscientização de adolescentes. A intervenção foi realizada na Escola de Educação Básica Irmão Leo, com em torno 300 alunos, e foco em turmas do Ensino Médio, faixa etária considerada de alta vulnerabilidade à iniciação do uso desses dispositivos, conforme apontam dados epidemiológicos recentes (OLIVEIRA et al., 2022). O local da intervenção foi escolhido estrategicamente por representar um ambiente propício para a educação em sade e para o diálogo direto com público-alvo.

As atividades foram desenvolvidas em encontros mensais, adotando uma abordagem pedagógica dinâmica e interativa para facilitar a absorção de informações complexas pelo público adolescente. Para isso, o projeto iniciou-se com a aplicação de questionários exploratórios, visando mapear o nível de conhecimento e as percepções dos alunos sobre os CEs, o que direcionou o conteúdo das intervenções subsequentes. Durante os encontros foram realizadas palestras temáticas sobre riscos fisiológicos, psicológicos e sociais, complementadas por atividades participativas com debates e estudos de caso, transformando a informação científica em ferramenta para o desenvolvimento de senso crítico e da autonomia decisória dos jovens.

Visto que o projeto se configurou como uma ação de extensão de cunho estritamente educativo e de promoção de saúde, sem envolver qualquer procedimento experimental ou coleta de dados para fins de pesquisa individual, a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi dispensada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira etapa da ação de extensão na Escola E.B.B Irmão Leo, marcada pela aplicação de questionamento aos alunos, onde revelou um conhecimento superficial e frequentemente distorcido sobre os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), o que demonstra a urgência da intervenção. A percepção de que os cigarros eletrônicos (CEs) são inofensivos ou menos prejudiciais que o tabaco tradicional, observada na fase inicial, é um reflexo direto da cultura midiática que os promove, conforme discutido por Russo et al. (2023). Essa desinformação inicial justificou a necessidade de embasar as palestras subsequentes em evidências científicas robustas, transformando a discussão em um contraponto direto à narrativa de segurança propagada pelo marketing (RUSSO et al., (2023); MENDES et al., (2025).

As palestras temáticas e as atividades participativas subsequentes permitiram a discussão aprofundada dos achados científicos, sendo o impacto fisiológico do vaping um dos temas centrais. A literatura, como o estudo de Jesus et al. (2025), demonstra que a capacidade aeróbica (VO2máx) é significativamente reduzida em adolescentes usuários de CEs, o que estabelece uma clara correlação com o comprometimento da aptidão física e da saúde cardiovascular. Ao traduzir esse dado técnico em um argumento prático e tangível para os alunos, a ação de extensão conseguiu ligar o uso de dispositivos a uma perda de desempenho percebida no cotidiano, reforçando a mensagem que o risco não é apenas futuro, mas afeta a qualidade de vida presente (JESUS et al., 2025).

A discussão sobre a composição química e a toxicidade do aerossol, conforme detalhado por Mendes et al. (2025) e Lopes et al. (2025), foi fundamental para desmistificar a ideia de "vapor d'água". A exposição a substâncias como metais pesados, aldeídos e nicotina em alta concentração é o fator etiológico para disfunções pulmonares subclínicas e para quadros agudos graves, como a Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Cigarro Eletrônico ou Vaping (EVALI). A apresentação desses dados nas atividades participativas, com foco na vulnerabilidade do sistema respiratório em maturação dos jovens, permitiu que os alunos compreendessem a gravidade da EVALI, que é um diagnóstico de alta suspeição clínica e pode ser fatal (OLIVEIRA et al., 2022).

A articulação entre os achados científicos e a realidade dos alunos, facilitada pelas atividades participativas, demonstrou a vulnerabilidade da educação em saúde como ferramenta de prevenção. A discussão sobre a proibição da comercialização no Brasil e a burla regulatória, baseada na análise de Russo et al. (2023), incentivou os alunos a desenvolverem uma postura crítica frente à manipulação de mercado. A ação de extensão, ao utilizar artigos como base para a desconstrução da narrativa pró-vaping, cumpriu seu papel de fornecer subsídios para a tomada de decisão consciente, transformando o conhecimento científico em prática educativa e preventiva no ambiente escolar.

Em síntese, a experiência na Escola Irmão Léo confirmou que a desinformação é o principal vetor para a iniciação no uso de CEs, e que a ciência é a ferramenta mais eficaz para combatê-la. Os resultados da intervenção, ancorados a evidências sobre o comprometimento da capacidade aeróbica, a toxicidade do aerossol e o risco de EVALI, forneceram um modelo para futuras ações de saúde pública. O projeto se justifica assim, como uma resposta necessária e bem-sucedida à crescente prevalência do vaping entre adolescentes, estimulando a reflexão crítica e a proteção da saúde respiratória e cardiovascular dos jovens.

Figura 1- Aplicação do projeto na escola Irmão Léo

Fonte: A autora (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão cumpriu seu objetivo ao conscientizar os alunos da Escola Irmão Leo sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos, desmistificando a falsa percepção de segurança com base em evidências científicas sobre o comprometimento da capacidade aeróbica e o risco de EVALI. A metodologia interativa, demonstrou ser eficaz na tradução do conhecimento científico para a realidade juvenil. Contudo, a principal limitação reside no caráter pontual da intervenção, o que sugere a necessidade de programas longitudinais e a inclusão de instrumentos qualitativos para mensurar o impacto da mudança de comportamento a longo prazo. Em síntese, o trabalho reforça a urgência da atuação acadêmica no ambiente escolar para combater a desinformação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) oferecido pela Uniarp pelo apoio concedido, o qual foi essencial para a realização deste projeto.

REFERÊNCIAS

JESUS, Eduarda Eugenia Dias de et al. Capacidade aeróbica e uso de cigarros eletrônicos em adolescentes: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 1-7, ago. 2025. Disponível em: DOI: 10.5281/zenodo.17048485. Acesso em: 22 out. 2025.

LOPES, Anabelle de Paiva et al. Cigarros eletrônicos e doenças pulmonares: revisão das evidências sobre EVALI em adolescentes. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 01-19, mar./apr., 2025. DOI:10.34119/bjhrv8n2-035.Acesso em: 20 out. 2025.

MENDES, Vitória Mendonça et al. Impacto do Uso de Cigarros Eletrônicos (Vapes) na Função Pulmonar de Adolescentes e Adultos Jovens. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 9, p. 264-276, 2025. Disponível em:https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n9p264-276. Acesso em: 22 out. 2025.

OLIVEIRA, Amanda Távora et al. EVALI em adolescentes: alterações resultantes da utilização de cigarros eletrônicos nessa faixa etária. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, e127111335250, 2022. Disponível em:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35250. Acesso em: 17 out. 2025.

RUSSO, Diogo de Assis et al. O consumo de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes e a cultura midiática violenta: um problema jurídico ou social?. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2023. Disponível em:https://www.politicasobredrogas.pr.gov.br/sites/depsd/arquivos_restritos/files/documento/2023-04/consumo_def_criancas_adolescentes_cult_midi_vio_.docx_-_artigo_cigarro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

ATUAÇÃO FARMACÊUTICA EM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS: RELATO DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Daiane Tenczna[2]
Emyr Hiago Bellaver[3]
Paula Carolina Kath[4]

Resumo – O presente relato descreve as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado em um Laboratório de Análises Clínicas, no município de Caçador, proporcionando ao acadêmico a vivência prática das rotinas laboratoriais em diferentes setores. O estágio teve como objetivo compreender o funcionamento e a integração entre as etapas que compõem o processo analítico, desde a coleta até a liberação dos resultados, destacando a importância da atuação ética e técnica do profissional da área da saúde. A metodologia adotada foi de natureza descritiva e qualitativa, fundamentada na observação direta e participante das práticas laboratoriais. Durante o estágio, foi possível acompanhar atividades nas salas de coleta, triagem, bioquímica, hematologia, microbiologia, microscopia, uroanálise, parasitologia e digitação, observando o uso adequado de equipamentos, técnicas de assepsia, preparo de reagentes e controle de qualidade. Constatou-se que cada setor desempenha um papel essencial para garantir a precisão, a confiabilidade e a segurança dos resultados emitidos. Conclui-se que a experiência contribuiu significativamente para o aprimoramento técnico, científico e ético, consolidando o aprendizado teórico adquirido durante a formação acadêmica.

Palavras-chave: laboratório de análises clínicas; estágio supervisionado; controle de qualidade; microbiologia; bioquímica clínica.

INTRODUÇÃO

O Laboratório de Análises Clínicas exerce um papel fundamental nos serviços de saúde, sendo responsável pela realização de exames laboratoriais que auxiliam no diagnóstico, acompanhamento e prevenção de doenças. O trabalho desenvolvido nesse ambiente exige rigor técnico, responsabilidade e precisão, pois os resultados obtidos influenciam diretamente as decisões médicas e a conduta terapêutica do paciente (BRASIL, 2020).

A atuação do profissional de laboratório abrange diversas etapas, desde a coleta das amostras até a análise e liberação dos resultados, demandando conhecimento técnico, senso crítico e atenção aos protocolos de biossegurança. Segundo o Conselho Federal de Farmácia

[1] Laboratório Escola de Análises Clínicas – LEAC, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(CFF, 2019), a execução correta dessas etapas é essencial para garantir a qualidade dos exames e a segurança tanto dos pacientes quanto dos profissionais envolvidos.

O estágio supervisionado em laboratório de análises clínicas representa uma etapa indispensável na formação acadêmica, permitindo ao estudante integrar teoria e prática e compreender a complexidade dos processos laboratoriais. De acordo com Silva et al. (2021), a vivência prática contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e éticas, fortalecendo a autonomia e a capacidade de tomada de decisão em situações reais.

Durante o estágio, foi possível observar o funcionamento de diferentes setores do laboratório, como coleta, triagem, bioquímica, hematologia, microbiologia, microscopia, uroanálise, parasitologia e digitação. Cada um desses ambientes possui características e procedimentos específicos, que se complementam no processo de obtenção de resultados confiáveis e precisos.

A relevância deste relato consiste em evidenciar a importância do estágio supervisionado como instrumento de aprimoramento técnico e ético, destacando o papel do profissional de laboratório na promoção da qualidade e segurança dos serviços prestados à população. Assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado em um Laboratório de Análises Clínicas, enfatizando a contribuição dessa experiência para a formação profissional e para o fortalecimento das práticas laboratoriais seguras e eficientes.

METODOLOGIA

O presente relato refere-se às atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado em um Laboratório de Análises Clínicas, localizado no município de Caçador-SC, no período de 29 de setembro a 11 de novembro de 2025. O estágio teve como objetivo proporcionar ao acadêmico a vivência prática dos procedimentos laboratoriais, possibilitando a compreensão das etapas que compõem o processo analítico e o papel do profissional da área na garantia da qualidade dos resultados emitidos.

Trata-se de um estudo de natureza descritiva e qualitativa, baseado na observação direta e participante das rotinas e práticas desenvolvidas nos diferentes setores do laboratório. As atividades foram acompanhadas sob a supervisão de profissionais habilitados, com registro diário das tarefas executadas e análise das técnicas utilizadas em cada etapa do processo laboratorial.

Durante o período de estágio, foram observadas as rotinas de trabalho em diversos setores, incluindo: sala de coleta, triagem, bioquímica, hematologia, microbiologia, microscopia, uroanálise, parasitologia e digitação. Em cada setor, foram avaliados aspectos como organização do ambiente, uso de equipamentos e reagentes, aplicação das normas de biossegurança e procedimentos de controle de qualidade.

A metodologia adotada permitiu compreender a importância da padronização das técnicas, da calibração de equipamentos e da correta identificação e conservação das amostras biológicas. Além disso, a observação das práticas de higienização, descarte de resíduos e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) reforçou a relevância das normas de segurança

preconizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2019) e pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2019).

Essa experiência prática contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e científicas, possibilitando uma visão ampliada sobre o papel do profissional de laboratório no processo diagnóstico e na promoção da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio supervisionado realizado no Laboratório de Análises Clínicas, foi possível vivenciar o funcionamento integrado dos diferentes setores que compõem o processo laboratorial, observando a importância da organização, da biossegurança e da responsabilidade técnica para a obtenção de resultados confiáveis.

O estágio iniciou-se na sala de coleta, onde ocorre o primeiro contato com o paciente. Essa etapa exige atenção, empatia e rigor técnico, pois é fundamental para garantir a qualidade e a integridade das amostras. Observou-se o uso adequado dos EPIs, a higienização correta das mãos e superfícies, além da identificação padronizada dos tubos e frascos, conforme o tipo de exame solicitado. Segundo a ANVISA (2019), o correto manuseio e rotulagem das amostras são essenciais para evitar trocas, contaminações e prejuízos ao diagnóstico clínico.

Após a coleta, as amostras são encaminhadas para a triagem, onde são verificadas as condições de conservação e a correspondência entre os materiais biológicos e as requisições de exame. Essa etapa é determinante para assegurar a rastreabilidade e o controle de qualidade do processo. Foi possível observar o cuidado dos profissionais na separação das amostras por tipo e prioridade, seguindo as normas de biossegurança. De acordo com Martins et al. (2021), a triagem adequada contribui diretamente para a confiabilidade dos resultados e a segurança do paciente.

No setor de bioquímica, observou-se a preparação de reagentes, a calibração dos equipamentos e o uso de analisadores automatizados para a realização de testes bioquímicos. A rotina incluiu o acompanhamento de exames como glicose, ureia, creatinina e transaminases, essenciais para o monitoramento das funções metabólicas. A manutenção preventiva dos equipamentos e a checagem dos controles internos foram práticas constantes, garantindo a precisão dos resultados. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), o controle interno de qualidade é indispensável para a validação dos procedimentos analíticos e a credibilidade do serviço laboratorial.

A hematologia é um dos setores mais dinâmicos do laboratório, responsável pela análise dos componentes sanguíneos. Foi possível acompanhar a realização de hemogramas completos, contagem de plaquetas e leucócitos em equipamentos automatizados, além da confecção de lâminas para esfregaço sanguíneo. A correta homogeneização das amostras e a calibração dos aparelhos mostraram-se essenciais para evitar erros analíticos. Conforme Silva e Souza (2021), a precisão nas etapas pré-analíticas e analíticas é determinante para diagnósticos hematológicos seguros e eficientes.

No setor de microbiologia, observou-se o preparo e a semeadura de amostras em meios de cultura, a incubação e a leitura de colônias bacterianas. Essa área exige atenção à assepsia e ao descarte correto de materiais contaminados, conforme a Resolução RDC nº 306/2004 da ANVISA (BRASIL, 2004). A rotina incluiu a identificação de microrganismos patogênicos e a realização de testes de sensibilidade antimicrobiana, que auxiliam na escolha do tratamento adequado. Essa experiência reforçou a importância da biossegurança e da responsabilidade no manuseio de agentes biológicos.

Por fim, na sala de digitação, observou-se o processo de conferência e registro dos resultados antes da liberação dos laudos. Essa etapa requer concentração e responsabilidade, pois qualquer erro de transcrição pode comprometer o diagnóstico e a conduta médica. De acordo com Oenning e Silva (2020), a conferência final é uma etapa essencial para assegurar a fidedignidade das informações e a confiabilidade do serviço prestado.

De forma geral, o estágio permitiu compreender a interdependência entre os setores do laboratório e a importância da padronização das rotinas. A vivência prática consolidou o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso, reforçando a relevância da ética profissional, da biossegurança e do compromisso com a qualidade no desempenho das atividades laboratoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado realizado no Laboratório de Análises Clínicas proporcionou uma experiência enriquecedora, permitindo a vivência prática das rotinas laboratoriais e a compreensão da importância de cada etapa no processo diagnóstico. O objetivo principal deste relato foi descrever as atividades desenvolvidas e observadas durante o período de estágio, evidenciando a relevância da atuação técnica e ética dos profissionais da área na promoção da qualidade e segurança dos resultados laboratoriais.

Durante o estágio, foi possível perceber que a precisão e a confiabilidade dos exames dependem diretamente da execução correta das etapas pré-analíticas, analíticas e pós-analíticas, bem como da observância rigorosa das normas de biossegurança e controle de qualidade. A organização dos setores, a calibração dos equipamentos e o uso adequado dos reagentes demonstraram ser fundamentais para a obtenção de resultados consistentes e fidedignos.

Além do desenvolvimento técnico, a experiência também reforçou valores éticos e humanos, como a empatia no atendimento ao paciente, a responsabilidade no manuseio de amostras biológicas e o compromisso com a veracidade das informações. A vivência prática contribuiu significativamente para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação acadêmica, preparando o futuro profissional para atuar com competência, segurança e responsabilidade no campo das análises clínicas.

Dessa forma, o estágio constituiu uma etapa essencial para o aprimoramento das habilidades técnicas e comportamentais, fortalecendo a compreensão sobre o papel do profissional de laboratório como agente fundamental na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na garantia da qualidade assistencial prestada à população.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo suporte acadêmico e pela oportunidade de desenvolvimento profissional por meio do estágio supervisionado, que contribuiu significativamente para o aprimoramento técnico e científico durante a formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 dez. 2004. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Serviços farmacêuticos na atenção hospitalar e urgência e emergência.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2025.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 675, de 31 de outubro de 2019.** Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da farmácia hospitalar e clínica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.cff.org.br/. Acesso em: 17 out. 2025.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. **Farmácia hospitalar e clínica: manual de boas práticas.** Brasília: CFF, 2020. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/Manual_Farmacia_Hospitalar.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

MARTINS, A. P.; SILVA, R. F.; LIMA, T. P. **Gestão e segurança no armazenamento de medicamentos em farmácias hospitalares.** *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, v. 12, n. 3, p. 45–53, 2021.

OENNING, D.; SILVA, A. C. **Atuação do farmacêutico hospitalar e desafios da prática clínica.** *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 24, n. 4, p. 115–124, 2020.

SILVA, J. R.; SOUZA, L. M. **Boas práticas laboratoriais e controle de qualidade em análises clínicas.** *Revista Científica de Ciências da Saúde*, v. 9, n. 2, p. 78–86, 2021.

RELATO DE ESTÁGIO NO SUS: VIVÊNCIA NA FARMÁCIA MUNICIPAL E ANÁLISE DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

Categoria: Relato de Experiência de Estágio

Adrielle Wagner Paes[1]
Wesley Alessandro Costa[2]
Gabriela Mezomo[3]
Eliana Rezende Adami[4]

Resumo – Este trabalho apresenta o relato de estágio realizado na farmácia municipal vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na análise de uma prescrição de um paciente polifarmacia contendo 11 medicamentos. O objetivo foi descrever a experiência prática do estágio, identificar possíveis interações medicamentosas e discutir a importância da atuação farmacêutica na atenção básica. O método utilizado consistiu na vivência diária na dispensação de medicamentos, análise da prescrição e pesquisa em bases de dados e protocolos clínicos para avaliação das interações. Os resultados evidenciaram a presença de potenciais riscos clínicos, como hipoglicemia acentuada pela associação de insulina, glimepirida e dapagliflozina; possível rabdomiólise pela combinação de sinvastatina e ciprofibrato; redução da eficácia da levotiroxina com uso concomitante de omeprazol; além de hipotensão acentuada pela associação entre enalapril e hidroclorotiazida. A experiência no estágio permitiu desenvolver habilidades na análise de prescrições, no contato direto com usuários do SUS e na compreensão da importância da farmacovigilância. Conclui-se que o estágio em farmácia municipal proporciona aprendizado essencial para a prática clínica, reforçando a necessidade do acompanhamento farmacêutico na prevenção de eventos adversos e na promoção do uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Estágio. Farmácia municipal. Interações medicamentosas. SUS. Uso racional.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo acesso gratuito e universal a medicamentos essenciais e serviços de atenção básica à população brasileira (BRASIL, 2017). Nesse contexto, a farmácia municipal desempenha papel estratégico, não apenas na dispensação de fármacos, mas também na promoção do uso racional de medicamentos e no acompanhamento farmacoterapêutico. A presença do farmacêutico no cotidiano da unidade possibilita a identificação de problemas

[1] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Estágio deFarmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

relacionados a medicamentos (PRM), como erros de prescrição, uso inadequado e potenciais interações medicamentosas (Castro; Cassiani, 2019).

A experiência de estágio supervisionado nesse cenário é de grande relevância, pois permite ao estudante vivenciar situações práticas que envolvem tanto aspectos técnicos quanto sociais do cuidado em saúde. Considerando que muitos usuários do SUS utilizam múltiplos medicamentos para tratamento de doenças crônicas, a análise crítica de prescrições torna-se uma prática fundamental, especialmente no reconhecimento de interações medicamentosas que podem comprometer a eficácia terapêutica e a segurança do paciente (Mendesa et al., 2020).

Este relato tem como objetivo descrever a vivência de estágio na farmácia municipal, com ênfase na análise de uma prescrição polifarmácia contendo 11 medicamentos de uso concomitante. Busca-se, ainda, discutir os principais riscos de interações medicamentosas identificados e refletir sobre a importância da atuação farmacêutica na atenção primária à saúde.

METODOLOGIA

No presente trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica e um relato de experiências vividas durante o estágio IESC II na Farmácia do SUS do bairro Berger, em Caçador-SC. Com o objetivo de observar e destacar as funções exercidas e a importância do profissional farmacêutico no âmbito do SUS, o estágio, ministrado pela Profa. Dra. Eliana Adami, durante o mês de agosto, com duração de 60 horas, proporcionou uma imersão na rotina da farmácia, permitindo a observação direta das atividades desenvolvidas pelo profissional farmacêutico. Diversas atividades foram realizadas, incluindo o acompanhamento do Ciclo da Assistência Farmacêutica, discussões sobre a indicação, mecanismo de ação e uso adequado dos medicamentos, atendimento aos pacientes, e análise de prescrições de pacientes polimedicados. Foi selecionada uma prescrição de pacientes do SUS para análise de possíveis interações medicamentosas e sugestões de intervenções farmacêuticas. Além disso foi realizada uma revisão bibliográfica sobre polifarmácia nas principais bases de dados: SciELO, BVS e Google acadêmico no período de 2014 a 2024 adotando como critério artigos, teses e dissertações que abordassem a relação adequada da polifarmácia e o paciente.

Considerando que se trata de uma pesquisa com seres humanos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), sendo aprovado sob o número 6.304.459.

Assim, a metodologia do estágio se baseou na integração entre a vivência prática no serviço de saúde e a análise crítica fundamentada em literatura científica, possibilitando ao estudante compreender de maneira aplicada a importância da atuação farmacêutica na atenção básica, especialmente no monitoramento de interações medicamentosas e na promoção do uso racional de medicamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio realizado na farmácia municipal, foi analisada uma prescrição contendo 11 medicamentos: omeprazol, ciprofibrato, hidroclorotiazida, enalapril, insulina, suganon, sinvastatina, levotiroxina, alopurinol, glimepirida e dapagliflozina. A análise permitiu identificar potenciais interações medicamentosas relevantes para a prática clínica.

Os resultados indicaram risco de hipoglicemia acentuada pela associação de insulina, glimepirida e dapagliflozina, reforçando a necessidade de monitoramento glicêmico rigoroso, como recomendado por Mendes et al. (2020). Também foi observada a possibilidade de rabdomiólise devido à combinação de sinvastatina e ciprofibrato, o que confirma evidências da literatura sobre interações entre fibratos e estatinas (Castro; Cassiani, 2019). A administração concomitante de omeprazol e levotiroxina pode reduzir a absorção da levotiroxina, exigindo ajustes de horário ou monitoramento da função tireoidiana, conforme relatado por Silva e Almeida (2018). Adicionalmente, a combinação de enalapril e hidroclorotiazida pode resultar em hipotensão acentuada, evidenciando a necessidade de acompanhamento da pressão arterial (BRASIL, 2017).

A experiência prática permitiu confrontar os achados com a teoria, demonstrando que o acompanhamento farmacêutico é essencial para reduzir riscos de eventos adversos e otimizar a terapêutica. A identificação precoce de interações e a orientação ao paciente evidenciam o impacto positivo do farmacêutico na atenção primária, reforçando a importância do estágio como espaço de aprendizagem e intervenção clínica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de estágio realizado na farmácia municipal evidenciou a importância da atuação do farmacêutico na atenção primária à saúde, especialmente na análise crítica de prescrições contendo múltiplos medicamentos. A experiência permitiu identificar potenciais interações medicamentosas entre os 11 fármacos analisados, como risco de hipoglicemia, rabdomiólise, hipotensão e redução da eficácia de determinados medicamentos, confirmando a relevância do acompanhamento farmacoterapêutico para garantir a segurança e eficácia do tratamento.

O estágio também possibilitou o desenvolvimento de habilidades práticas, como análise de prescrições, orientação ao paciente e aplicação de protocolos clínicos, fortalecendo a integração entre teoria e prática.

Entre as limitações do estudo, destaca-se que a análise foi realizada com base em uma única prescrição, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, a observação direta dos efeitos clínicos das interações não foi possível devido à natureza do estágio.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a análise de um maior número de prescrições, o acompanhamento longitudinal dos pacientes e a implementação de estratégias de monitoramento contínuo das interações medicamentosas, contribuindo para a consolidação da farmacovigilância e da promoção do uso racional de medicamentos no SUS.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente relatório de estágio foi realizado com o apoio da Farmácia Municipal vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), juntamente com a UNIARP, cuja equipe contribuiu com orientação, acompanhamento e disponibilização de dados para análise das prescrições. Agradece-se também à Eliana Adami coordenadora do estágio da UNIARP pelo suporte acadêmico e acompanhamento durante todas as atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos: acesso, uso racional e atenção farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CASTRO, M. A.; CASSIANI, S. H. D. Farmácia clínica e atenção farmacêutica: práticas na atenção primária à saúde. In: SILVA, P. R.; ALMEIDA, T. M. (Org.). Farmácia: ciência e prática clínica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2019. p. 145-162.

MENDES, K. D.; SILVA, F. A.; SANTOS, L. R. Análise de interações medicamentosas em pacientes polimedicados. Revista Brasileira de Farmácia, São Paulo, v. 101, n. 2, p. 55-62, abr. 2020.

SILVA, J. R.; ALMEIDA, R. P. Levotiroxina e inibidores da bomba de prótons: impacto na absorção e ajuste de dose. Revista de Endocrinologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 120-127, jul. 2018.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS NA ROTINA DA FARMÁCIA MUNICIPAL

Categoria: Relato de Estágio

Carwy Santos[1]
Gustavo Polez Pinheiro[2]
Nathália Ribeiro Caetano[3]
Eliana Rezende Adami[4]

Resumo – O presente relato aborda as atividades realizadas durante o estágio supervisionado na farmácia municipal de Caçador. O estágio ocorreu ao longo de oito dias, onde os acadêmicos puderam acompanhar e auxiliar durante a dispensação de medicamentos. As atividades possibilitaram observar todo o processo realizado na farmácia, desde a análise e conferência de prescrições médicas, recebimento de medicamentos até a entrega dos mesmos para os usuários, incluindo orientações sobre o uso correto. Um dos principais pontos observados foi a atenção à possíveis interações medicamentosas, um aspecto essencial para garantir a segurança do paciente e a eficácia do tratamento. Vale ressaltar a relevância do momento da dispensação, uma vez que pode representar a última, ou até mesmo única oportunidade de comunicação do usuário com um profissional da saúde antes da administração do medicamento. A experiência prática permitiu compreender a importância da atuação do farmacêutico na prevenção de riscos relacionados ao uso simultâneo de diferentes fármacos, além de reforçar a necessidade de uma comunicação clara e humanizada. Desta forma, o estágio contribuiu para fortalecer os conhecimentos teóricos, ampliar a visão sobre a responsabilidade e comprometimento de competências indispensáveis à prática profissional.

Palavras-chave: Medicamentos. Dispensação. Interações medicamentosas. Farmácia. Estágio.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado teve início no dia 04 de agosto de 2025, sendo realizado na Farmácia Municipal de Caçador, com o término em 20 de agosto de 2025. A carga horária cumprida foi de 6 horas diárias, no período vespertino, 3 vezes por semana, das 13h às 19h. Também contou com encontros online, totalizando assim, 60 horas de experiência.

Durante esse período, o foco foi a dispensação de medicamentos, uma das principais atividades na área farmacêutica, caracterizando-se como o ato profissional de fornecer o

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

medicamento ao usuário acompanhado de orientações sobre o uso correto, posologia, conservação e possíveis reações adversas (Costa et al., 2017). Trata-se de um processo que ultrapassa a simples entrega do fármaco, exigindo uma abordagem técnica, ética e humanizada, voltada a promoção do uso racional de medicamentos e a segurança paciente (Oliveira; Cardozo, 2017). Nesse contexto, a atuação do farmacêutico torna-se essencial, visto que a dispensação pode representar um momento decisivo de educação em saúde, em que o usuário recebe informações fundamentais para a efetividade do tratamento.

Outro aspecto de grande relevância é a análise das possíveis interações medicamentosas, que correspondem a alterações nos efeitos de um fármaco quando administrado juntamente com outro medicamento, alimento ou substâncias (Hoefler, 2005). Essas interações podem potencializar benefícios, reduzir a eficácia terapêutica ou aumentar os riscos de reações adversas, o que requer uma avaliação criteriosa durante o processo de dispensação.

O estágio realizado proporcionou a vivência prática desses conceitos ao longo dos dias de atividades. Além do acompanhamento da dispensação e da avaliação de prescrições, os alunos participaram de rodas de conversa com a professora sobre anti-hipertensivos, estudaram as listas oficiais de medicamentos Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), elaboraram e distribuíram flyers educativos a respeito do uso correto de anti-hipertensivos, bem como sobre o descarte correto de medicamentos. Também foi desenvolvido um estudo de caso, o que possibilitou aplicar os conhecimentos adquiridos em situações reais, estimulando o raciocínio clínico e a tomada de decisões fundamentadas.

METODOLOGIA

No presente trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica e um relato de experiências vividas durante o estágio IESC II na Farmácia do SUS do Bairro Berger, em Caçador-SC. Com o objetivo de observar e destacar as funções exercidas e a importância do profissional farmacêutico no âmbito do SUS, o estágio, ministrado pela Profa. Dra. Eliana Adami, durante o mês de agosto, com duração de 60 horas, proporcionou uma imersão na rotina da farmácia, permitindo a observação direta das atividades desenvolvidas pelo profissional farmacêutico. Diversas atividades foram realizadas, incluindo o acompanhamento do Ciclo da Assistência Farmacêutica, discussões sobre a indicação, mecanismo de ação e uso adequado dos medicamentos, atendimento aos pacientes, e análise de prescrições de pacientes polimedicados. Foi selecionada uma prescrição de pacientes do SUS para análise de possíveis interações medicamentosas e sugestões de intervenções farmacêuticas. Além disso foi realizada uma revisão bibliográfica sobre polifarmácia nas principais bases de dados: SciELO, BVS e Google acadêmico no período de 2014 a 2024 adotando como critério artigos, teses e dissertações que abordassem a relação adequada da polifarmácia e o paciente.

Considerando que se trata de uma pesquisa com seres humanos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), sendo aprovado sob o número 6.304.459.

Assim, a metodologia do estágio se baseou na integração entre a vivência prática no serviço de saúde e a análise crítica fundamentada em literatura científica, possibilitando ao

estudante compreender de maneira aplicada a importância da atuação farmacêutica na atenção básica, especialmente no monitoramento de interações medicamentosas e na promoção do uso racional de medicamentos. A metodologia adotada buscou integrar a prática profissional à reflexão crítica, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas, éticas e comunicativas, além de reforçar o compromisso com o uso racional de medicamentos no contexto do serviço público de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio, foi realizada a análise detalhada de uma prescrição médica composta por dez medicamentos, a qual exigiu uma avaliação criteriosa dos acadêmicos em relação à compatibilidade dos fármacos, suas indicações terapêuticas, dosagens, formas farmacêuticas e possíveis duplicidades terapêuticas. Esse exercício possibilitou a identificação de situações que poderiam comprometera segurança do paciente, como a sobreposição de classes terapêuticas e a necessidade de ajustes posológicos.

No decorrer da atividade, foram investigadas possíveis interações medicamentosas em base de dados especializados, permitindo a compreensão dos riscos clínicos decorrentes da administração simultânea de múltiplos fármacos. Essa etapa reforçou a importância da revisão farmacêutica das prescrições como instrumento fundamental para a promoção da segurança do paciente.

A partir da análise, foi elaborado um plano terapêutico mais seguro, no qual a rotina medicamentosa foi reorganizada de modo a minimizar interações indesejadas e facilitar a adesão do paciente ao tratamento. Essa reorganização incluiu orientações quanto aos melhores horários para administração dos fármacos, ao controle rigoroso da glicemia capilar, especialmente nos momentos que antecedem a aplicação da insulina, e a necessidade de monitoramento de sinais de hipoglicemia. Tais ajustes demonstraram, na prática, como a atuação do farmacêutico pode contribuir para a prevenção de complicações associadas ao uso inadequado dos medicamentos.

Tabela 1: Modificação

HORARIO	MEDICAMENTO	ORIENTAÇÃO
Manhã	Levotiroxina (Puran T4 50 mcg)	Administrar em jejum com água, 30 a 60 minutos antes do café da manhã.
Café da manhã	Omeprazol 20 mg	Tomar 30 minutos antes do café da manhã, pode ser associado a Levotiroxina, se necessário.
Café da manhã	Metformina XR (Glifage XR 500 mg)	Tomar durante a refeição para melhorar a tolerância gastrointestinal.
Café da manhã	Anlodipino 10 mg	Administrar durante a refeição para melhor adesão.
Café da manhã	Enalapril 10 mg	Pode ser ingerido junto ao café da manhã.

Café da manhã	Espironolactona	Ingerir preferencialmente no período da manhã.
Café da manhã	Ciprofibrato 100 mg	Tomar com alimento para melhor digestão.
Café da manhã	Lacribell (uso oftalmológico)	Utilizar conforme prescrição médica.
Café da manhã	Insulina NPH	Administrar conforme prescrição, geralmente antes do café da manhã.
Almoço	Insulina Regular	Aplicar 30 minutos antes do almoço. Monitorar glicemia capilar.
Janta	Insulina Regular	Aplicar conforme orientação médica. Monitorar a glicemia capilar.
Ceia	Insulina NPH (dose noturna)	Administrar conforme prescrição médica. Pode ser associada a Metformina noturna.

Fonte: Os Autores (2025).

Os resultados obtidos (Tabela 1) evidenciam a relevância da intervenção clínica do farmacêutico no contexto da atenção básica, em especial na análise de prescrições complexas. A atividade também proporcionou o desenvolvimento do raciocínio clínico, da capacidade crítica e da autonomia profissional, confirmando que o acompanhamento farmacêutico não apenas garante o uso racional de medicamentos, mas também contribui para a segurança terapêutica e a qualidade de vida do paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio proporcionou uma experiência adicional aos alunos, permitindo o conhecimento dos medicamentos disponibilizados pela farmácia municipal, e a habilidade de aprender e ensinar ao próximo corretamente.

Ademais, os estudantes tiveram o privilégio de ter conversas simples com pacientes de uma forma que fosse possível obter as informações corretas de ambos os lados, de alunos para paciente e vice-versa. Esse contato foi possível por meio dos flyers que foram realizados pelos alunos e entregues aos pacientes na entrada da farmácia municipal. Foram abordados conteúdos como descarte correto de medicamentos e as classes de anti-hipertensivos, para serem disponibilizados para a população promovendo assim, conscientização e conhecimento da comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A realização deste estágio somente foi possível graças ao apoio e a colaboração de diversas pessoas e instituições que contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento profissional dos alunos.

Agradece-se à Farmácia municipal de Caçador pela oportunidade de realização do estágio, em especial ao farmacêutico responsável César Antônio Velasques e a todos os funcionários pela orientação, pela disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos e pelo auxílio nas diferentes etapas do estágio, proporcionando um ambiente de aprendizado colaborativo.

Por fim, os alunos expressam seu agradecimento à professora Eliana Rezende Adami, pela orientação acadêmica, incentivo e apoio constante ao longo dessa experiência, que foi fundamental para integrar teoria e prática ao longo dos dias.

REFERÊNCIAS

HOEFLER, Rogério. Interações medicamentosas, 2005. Disponível em:<https://www.saudedireta.com.br/docsupload/1339871306intMed.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

LEITE, Silvana Nair *et al.* Serviço de dispensação de medicamentos na atenção básica no SUS. *Revista De Saúde Pública*, *51*(suppl.2), 11s, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/rsp/article/view/139757. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, Daniela; CARDOZO, Lia Lusitana. A contribuição do farmacêutico para a promoção do acesso e uso racional de medicamentos essenciais no SUS, 2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/csc/a/HFMqZG99cH8p7rQYTZJX45S/?lang=pt>. Acesso em: 25 de agosto de 2025.

SANTOS, Fábio Genuíno. Dispensação de medicamentos na farmácia comunitária: é ofertada com o devido cuidado e humanização? 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/f4407170-8d27-4899-aa0e-507f1c0342c6/content>. Acesso em: 24 de agosto de 2025.

SOUZA, Lucas Henrique et al. Interações medicamentosas em unidades de terapia intensiva do Brasil: Revisão integrativa, 2021. Disponível em:<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27923>. Acesso em: 24 de agosto de 2025.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE QUALIDADE DE CÁPSULAS NA FARMÁCIA MAGISTRAL

Categoria: Práticas de Estágio

Amanda Kaliandra Batistella[1]
Dandara Moriggi[2]
Gabriella de Castilho[3]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[4]

Resumo – A farmácia de manipulação é muito importante na nossa saúde, pois personaliza tratamentos com medicamentos feitos sob medida para cada paciente. Essa abordagem exige um controle de qualidade rigoroso para garantir a segurança, eficácia e estabilidade dos produtos. Este trabalho foi desenvolvido combinando uma revisão bibliográfica com um relato de experiência prática vivenciado durante o estágio supervisionado na Farmácia Escola - UNIARP, localizada no município de Caçador, estado de Santa Catarina. O controle de qualidade nas farmácias de manipulação é um processo que abrange todas as etapas da produção de um medicamento, desde a qualificação de fornecedores e o recebimento da matéria-prima até a análise do produto acabado e a sua dispensação ao paciente. Conclui-se que a integridade do setor magistral depende diretamente da exigência científica e normativa.

Palavras-chave: manipulação; cápsulas; personalização; saúde.

INTRODUÇÃO

A farmácia de manipulação é muito importante na nossa saúde, pois personaliza tratamentos com medicamentos feitos sob medida para cada paciente. Essa abordagem exige um controle de qualidade rigoroso para garantir a segurança, eficácia e estabilidade dos produtos. A crescente demanda por medicamentos personalizados e a complexidade da manipulação tornam práticas rigorosas de qualidade fundamental. Essas práticas são o que garantem a credibilidade e a confiança no setor magistral (Souza et al., 2024).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67/2007, estabelece as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em farmácias. Essas farmácias desempenham um papel crucial ao personalizar fórmulas, permitindo o controle preciso da dose, a associação de fármacos e a escolha da forma farmacêutica ideal, o que resulta em benefícios como a redução do desperdício, da automedicação e dos gastos financeiros. (Brasil, 2007; Portz et al., 2025).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Por mais que os excipientes sejam considerados substâncias inertes, eles podem causar interações tanto no estado sólido (pó com pó, por exemplo) quanto em solução (quando o medicamento é dissolvido ou disperso em meio líquido). A degradação de produtos farmacêuticos muitas vezes ocorre pela reação entre o princípio ativo, o veículo utilizado, e as impurezas presentes nos excipientes que podem comprometer a segurança, eficácia e qualidade do medicamento (Facci et al., 2020).

O controle de qualidade de cápsulas é um tema de particular interesse, já que esta é uma das formas farmacêuticas mais comuns e versáteis no setor magistral. A variabilidade na produção de cápsulas, sobretudo na uniformidade de peso e dose, é um ponto crítico. A falha nesse controle compromete diretamente a qualidade do produto e acarreta riscos (Tiffarti et al., 2024).

Ao abordar o controle de qualidade, devemos considerar a concentração do princípio ativo sem ultrapassar a dose prescrita, assegurar a uniformidade das cápsulas, manter cuidado com a contaminação cruzada e preservar a integridade física do medicamento, garantindo maior eficácia terapêutica até o momento da administração (Schaurich et al., 2023).

Em Resumo, as farmácias magistrais são essenciais para a oferta de medicamentos individualizados, dando importância a um controle de qualidade rigoroso, fundamental para garantir a integridade, a eficácia terapêutica e a confiança nos produtos manipulados. O presente trabalho, resultante do estágio obrigatório do sexto período do curso de Farmácia, tem por objetivo realizar uma breve revisão sobre a importância do controle de qualidade de cápsulas na farmácia magistral. Ainda, relacionar o conteúdo com a prática vivida durante o estágio.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido combinando uma revisão bibliográfica com um relato de experiência prática, vivenciado durante o estágio supervisionado na Farmácia Escola - UNIARP, localizada no município de Caçador, estado de Santa Catarina. O estágio, orientado pela professora Evelyn Gabriela Dalla Santa, ocorreu entre os meses de agosto e setembro, totalizando uma carga horária de 60 horas. O principal objetivo da experiência foi observar de forma crítica e reflexiva as funções desempenhadas pelo profissional farmacêutico, bem como compreender sua importância no cuidado com o paciente e na gestão segura e eficaz dos medicamentos e controle de qualidade de cápsulas na farmácia magistral. A vivência permitiu acompanhar de perto a rotina da equipe de manipulação da Farmácia Escola, possibilitando a coleta de informações relevantes sobre os processos, os serviços prestados e os desafios enfrentados no exercício da profissão farmacêutica nesse contexto.

A pesquisa foi realizada em bases de dados científicas, como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de documentos oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Farmacopeia Brasileira. Foram utilizados artigos científicos publicados entre 2020 à 2025, com o objetivo de garantir a atualidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O controle de qualidade nas farmácias de manipulação é um processo que abrange todas as etapas da produção de um medicamento, desde a qualificação de fornecedores e o

recebimento da matéria-prima até a análise do produto acabado e a sua dispensação ao paciente. Este processo é essencial para garantir que cada cápsula manipulada contenha a dose correta do princípio ativo, seja livre de contaminações e apresente as características farmacotécnicas adequadas para a sua finalidade terapêutica (Santos et al., 2025).

A farmácia escola - UNIARP, como ambiente de ensino, pesquisa e extensão, desempenha um papel fundamental na formação de profissionais farmacêuticos e na promoção da qualidade dos serviços de saúde. O controle de qualidade de cápsulas na farmácia escola segue os mesmos princípios e regulamentações de uma farmácia de manipulação comercial, mas com o diferencial de integrar o processo de aprendizagem aos alunos da universidade.

Todas as matérias-primas (princípios ativos e excipientes) são analisadas no recebimento para verificar a integridade da embalagem, a rotulagem e o laudo de análise do fornecedor. São realizados testes de identificação para confirmar a identidade da substância como as análises de características organolépticas como aspecto, cor, odor, solubilidade e pH. A Farmacopeia Brasileira e a RDC 67/2007 são as principais referências de embasamento para a realização destes testes (Brasil, 2007; Brasil, 2024).

Durante o processo de encapsulação, são realizados controles para garantir a homogeneidade da mistura de pós e o correto preenchimento das cápsulas. O peso médio das cápsulas é monitorado em todas as manipulações para garantir que a variação de peso esteja dentro dos limites aceitáveis. O controle do ambiente, como temperatura e umidade, também é fundamental para a estabilidade dos insumos e do produto final (Tiffarti et al., 2024).

Após a manipulação, as cápsulas manipuladas passam por testes de qualidade essenciais antes da dispensação, visando garantir a segurança e eficácia. Estes incluem a verificação do Peso Médio, com limites de variação definidos pela Farmacopeia Brasileira, conforme a Figura 1. A Uniformidade de Conteúdo, crítica para baixas dosagens, assegura a dose correta em cada unidade e o Teor do princípio ativo, que deve estar entre 90% e 110% conforme a RDC 67/2007, sendo um teste realizado por um laboratório externo (Tiffarti et al., 2024).

A rotulagem das cápsulas manipuladas é um elemento crucial do controle de qualidade, devendo conter todas as informações obrigatórias da RDC 67/2007 para garantir o uso seguro e eficaz, como dados do paciente, prescritor, farmácia de manipulação, composição, posologia e validade. Essas obrigatoriedades se justificam para evitar ineficácia ou toxicidade, já que pequenas variações em baixas dosagens comprometem a segurança do paciente e a qualidade da preparação (Brasil, 2007).

A prática da Farmácia Escola de enviar cápsulas com menos de 25 mg para análise em laboratórios externos, a cada dois meses, é um exemplo do cumprimento da legislação vigente. Essa obrigatoriedade de terceirizar análises, especialmente para baixas dosagens onde a uniformidade é crítica, garante a imparcialidade e a confiabilidade dos resultados. Os laboratórios de controle de qualidade parceiros realizam análises dos produtos acabados, reforçando o compromisso da farmácia de manipulação com a máxima segurança, precisão e qualidade dos medicamentos dispensados (Tiggemann; Maraschin; Silva, 2024).

Figura 1 - Critérios de avaliação da determinação de peso para formas farmacêuticas sólidas em dose unitária.

Formas farmacêuticas em dose unitária	*Peso médio*	*Limites de variação*
Comprimidos não-revestidos ou revestidos com filme, comprimidos efervescentes, comprimidos sublinguais, comprimidos vaginais e pastilhas	80 mg ou menos mais que 80 mg e menos que 250 mg 250 mg ou mais	± 10,0% ± 7,5% ± 5,0%
Comprimidos com revestimento açucarado (drágeas)	25 mg ou menos mais que 25 mg e até 150 mg mais que 150 mg e menos que 300 mg 300 mg ou mais	± 15,0% ± 10,0% ± 7,5% ± 5,0%
Cápsulas duras e moles, cápsulas vaginais	menos que 300 mg 300 mg ou mais	± 10,0% ± 7,5%
Supositórios e óvulos	independente do peso médio	± 5,0%
Pós estéreis, pós liofilizados e pós para injetáveis	mais que 40 mg*	± 10,0%
Pós para reconstituição (uso oral)	menos que 300 mg 300 mg ou mais	± 10,0% ± 7,5%

(*) Se o peso médio for de 40 mg ou menos, submeter ao teste de *Uniformidade de doses unitárias* **(5.1.6)**.

Fonte: Farmacopeia Brasileira 7ª edição (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reitera a importância fundamental da farmácia de manipulação na personalização de medicamentos que demandam um controle de qualidade rigoroso. A complexidade de produzir medicamentos sob medida, conforme regulamentado pela RDC nº 67/2007 da ANVISA, expõe desafios críticos como as interações de excipientes e a variabilidade de produção de cápsulas, especialmente na uniformidade de peso e dose.

A experiência do estágio na Farmácia Escola - UNIARP nos mostrou que não basta seguir apenas o mínimo, a aplicação prática desses padrões, aliada à terceirização de análises para segurança dos resultados é essencial.

Conclui-se que a integridade do setor magistral depende diretamente da exigência científica e normativa. A formação de profissionais farmacêuticos engajados em rotinas de controle que priorizam a qualidade é crucial. Ao valorizar a excelência em todas as etapas de manipulação, o setor garante que o medicamento personalizado seja de confiança, segurança e cuidado individualizado ao paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Com carinho e gratidão, agradecemos à UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, pelo apoio por meio da Farmácia Escola, essencial para o desenvolvimento do estágio. Estendemos nossos agradecimentos a professora Evelyn Gabriela Dalla Santa orientadora responsável pelo estágio, por toda oportunidade e conhecimento que nos foi transmitido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Brasileira**. 7 ed. Brasília, DF: ANVISA, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/farmacopeia-brasileira. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007.** Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em farmácias. Brasília, DF: ANVISA, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html. Acesso em: 25 set. 2025.

FACCI, Julia *et al*. Evolução da legislação e das técnicas analíticas aplicadas a estudos de estabilidade de insumos e produtos farmacêuticos. **Química Nova**. 2020. Vol. 43(7):959-973. Disponível em: https://doi.org/10.21577/0100-4042.20170565. Acesso em: 26 set. 2025.

PORTZ, Joana Pretto *et al*. Avaliação do controle de qualidade de cápsulas de coenzima Q10 produzidas em farmácias magistrais. **REVISTA DELOS**, *[S. l.]*, v. 18, n. 68, p. e5605, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/5605. Acesso em: 24 set. 2025.

SANTOS, Glawberton Souza dos *et al*. Controle de qualidade de cápsulas de ácido ascórbico produzidas em farmácias de manipulação em um município do estado de Sergipe, Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo - QUALIS A4**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. e7221, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/cuadv17n1-068. Acesso em: 26 set. 2025.

SCHAURICH, Simone Madalena *et al.* Avaliação da qualidade das cápsulas de piroxicam elaborados por diferentes setores de produção de medicamentos. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, Brasil, v. 2, n. 5, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.56166/remici.2023.7.v2n5.3.44. Acesso em: 26 set. 2025.

SOUZA, Ravyni Stefan Gonçalves de *et al*. Análises de laudos de insumos vegetais comercializados para farmácias magistrais. **VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde**, *[S. l.]*, v. 36, n. 1, p. 47–68, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.14295/vittalle.v36i1.15790. Acesso em: 24 set. 2025.

TIFFARTI, Josineide da Silva *et al*. Qualidade de cápsulas de paracetamol: estudo de caso em farmácia de manipulação. **Ensaios USF**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.24933/e-usf.v8i1.446. Acesso em: 26 set. 2025.

TIGGEMANN, Hugo Mauricio; MARASCHIN, Alef Venite; SILVA, Denis Kelvin da. Avaliação de parâmetros de qualidade de cápsulas duras de furosemida manipuladas nas farmácias de Toledo/PR. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141186, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1186. Acesso em: 25 set. 2025.

CONTAMINAÇÃO CRUZADA EM FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE BOAS PRÁTICAS

Categoria: Práticas de Estágio

Jeane Aparecida de Moura[1]
Maiara Pierdoná de Araújo[2]
Maria Gabriela de Oliveira[3]
Tayssa Spautz Moreira[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

Resumo – A contaminação cruzada em farmácias de manipulação representa um risco significativo à qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos magistrais. As legislações sanitárias brasileiras estabelecem diretrizes rigorosas para minimizar o risco de contaminação cruzada nas farmácias de manipulação. Este trabalho caracteriza-se por uma revisão da literatura, associada a experiências vividas no estágio de farmácia de manipulação. Os artigos selecionados foram publicados entre 2020 e 2024, utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google acadêmico. Os resultados demonstraram que a contaminação pode ocorrer em todas as etapas do processo magistral, sendo causada por falhas na limpeza, inadequações estruturais, ausência de segregação de áreas, deficiência no treinamento da equipe e não padronização de protocolos. A legislação sanitária brasileira, em especial a RDC nº 67/2007 e a RDC nº 430/2020, estabelecem normas rigorosas para prevenir tais riscos, reforçando a importância da validação de processos e da rastreabilidade. Conclui-se que a prevenção da contaminação cruzada depende de infraestrutura adequada, protocolos padronizados e da atuação qualificada do farmacêutico responsável, garantindo a segurança do paciente.

Palavras-chave: contaminação cruzada; farmácia magistral; boas práticas de manipulação; controle de qualidade; segurança do paciente.

INTRODUÇÃO

A contaminação cruzada é uma das principais preocupações sanitárias dentro das farmácias de manipulação, sendo caracterizada pela transferência acidental de substâncias químicas, microbiológicas e físicas de uma preparação para outra. Este fenômeno pode ocorrer em qualquer etapa do processo magistral, incluindo a pesagem de insumos, manipulação, envase, armazenamento e até mesmo durante a dispensação dos medicamentos. Em ambientes onde diversos fármacos e formas farmacêuticas são produzidos simultaneamente, o risco de contaminação se intensifica, podendo comprometer diretamente a segurança e a eficácia dos tratamentos oferecidos aos pacientes (Dos Passos et al., 2022).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entre os principais fatores que contribuem para a contaminação cruzada nas farmácias magistrais estão o uso inadequado dos equipamentos, falhas nos procedimentos de limpeza, ausência de segregação de áreas para substâncias críticas, deficiências no treinamento da equipe e a não padronização de protocolos operacionais. O descumprimento das Boas Práticas de Manipulação (BPM), estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) por meio da RDC nº 67/2007, expõe não apenas o paciente a riscos, mas também coloca em risco a credibilidade da farmácia perante os órgãos de fiscalização sanitária. A contaminação, mesmo em baixa quantidade, pode desencadear reações adversas, interações indesejadas ou falhas terapêuticas graves (Brasil, 2007; Dos Passos et al., 2022).

As legislações sanitárias brasileiras estabelecem diretrizes rigorosas para minimizar o risco de contaminação cruzada nas farmácias de manipulação. A RDC nº 430/2020, que Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos, reforça a obrigatoriedade da qualificação dos ambientes, validação de limpeza, uso racional de áreas segregadas e monitoramento constante dos processos. Tais medidas visam garantir que os medicamentos manipulados atendam aos critérios de qualidade, segurança e eficácia, assegurando que cada formulação seja livre de contaminantes provenientes de outros processos realizados no mesmo local. Além disso, a rastreabilidade de cada etapa da produção é fundamental para identificar e corrigir falhas que possam levar à contaminação (Brasil, 2020).

Nesse contexto, o papel do farmacêutico responsável técnico é determinante para a prevenção da contaminação cruzada. Cabe a ele garantir a correta implementação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), promover o treinamento contínuo da equipe, supervisionar as etapas de sanitização dos ambientes e equipamentos, e assegurar o cumprimento das normas sanitárias vigentes. Assim, o combate à contaminação cruzada deve ser uma prioridade constante nas farmácias de manipulação, envolvendo estrutura física adequada, processos controlados e, principalmente, uma equipe capacitada e comprometida (Dos Passos et al., 2022).

METODOLOGIA

A prática do Estágio IV, com carga total de 60 horas, foi realizada entre os dias 03/09 de setembro e 24/09 de setembro de 2025, na Farmácia Escola de Manipulação localizado na Uniarp em Caçador/SC. Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura científica, combinado com relato de experiência do estágio realizado, com o objetivo de analisar os principais fatores relacionados à contaminação cruzada em farmácias de manipulação, bem como as estratégias para sua prevenção. A busca por artigos e publicações foi realizada nas bases de dados Google acadêmico, SciELO e PUBMED, abrangendo o período de 2020 a 2024, para garantir a atualidade das informações.

Foram utilizados os descritores nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola: “contaminação cruzada”, “farmácia magistral”, “farmácia de manipulação”, “boas práticas de manipulação” e “segurança do paciente”. A seleção dos artigos considerou publicações que abordassem aspectos relacionados às boas práticas de manipulação, controle de qualidade, legislação sanitária e o papel do farmacêutico na prevenção da contaminação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da necessidade de garantir a integridade dos medicamentos manipulados, as agências de saúde, como a ANVISA no Brasil, estabelecem normas rigorosas. O controle de qualidade e as Boas Práticas de Manipulação (BPM) são essenciais para as farmácias magistrais, pois ajudam a mitigar possíveis desvios de qualidade e a contaminação cruzada. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67/2007, é um marco regulatório que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano, definindo requisitos mínimos para a atividade. O cumprimento destas normas é crucial para assegurar a qualidade e a segurança dos medicamentos (Brasil, 2007; Brasil, 2019).

A complexidade do processo de manipulação abre margem para diversas fontes de contaminação. Fatores como a organização inadequada do espaço de trabalho, a proximidade de insumos incompatíveis e a falta de fluxo de trabalho definido contribuem para o risco. Adicionalmente, a reutilização imprópria de utensílios e equipamentos também é citada como causa de contaminação cruzada. Estudos demonstraram que a contaminação microbiológica é uma preocupação notável, especialmente em matérias-primas de origem vegetal. Inclusive, pesquisas específicas mostraram que grandes quantidades de resíduos de fármacos podem permanecer nos dispositivos de encapsulamento mesmo após procedimentos de limpeza padrão, sugerindo a necessidade de melhorias nos protocolos para alcançar limites seguros (Lopes; Silveira Filho, 2022).

Para garantir que as matérias-primas e os produtos acabados atendam aos padrões de qualidade, diversas metodologias analíticas são aplicadas. O controle de qualidade envolve a realização de testes, como a avaliação de características organolépticas, solubilidade, pH, peso, volume e densidade. Uma revisão de literatura verificou que a espectrofotometria de UV é o método mais amplamente utilizado e possui o melhor custo-benefício para a análise de validação de conteúdo de cápsulas e detecção de contaminação cruzada, apresentando seletividade e confiabilidade. Além disso, a análise microbiológica é indispensável para identificar e quantificar microrganismos no ambiente e nos produtos farmacêuticos, sendo que os valores de referência aceitáveis para a carga microbiana são definidos pelas farmacopeias (Tischner; Penteado; Colacite, 2024).

Na Farmácia Escola foram realizadas atividades de manipulação, nas atividades foi possível observar a importância do controle rigoroso de higiene, organização e segregação de áreas para a prevenção da contaminação cruzada.

A observação prática evidenciou que a contaminação cruzada pode ocorrer por diversas vias ar, superfícies, equipamentos, embalagens e até mesmo por manipuladores. Por isso, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a higienização frequente das bancadas e utensílios, e o controle de entrada e saída nas salas de manipulação são medidas essenciais para evitar interferências microbianas e físico-químicas entre formulações.

Outro ponto observado foi a necessidade de treinamento contínuo dos manipuladores, reforçando o conhecimento sobre protocolos de higiene e segregação de áreas. A conscientização da equipe é um dos pilares mais importantes para garantir que as Boas Práticas de Manipulação sejam efetivamente aplicadas no cotidiano da farmácia. Em Resumo, os principais

fatores e estratégias de prevenção da contaminação cruzada em farmácias de manipulação são diversos, assim como suas consequências e estratégias de prevenção, conforme Figura 01.

Figura 01 – Principais meios de contaminação cruzada.

Principais fatores e estratégias de prevenção da contaminação cruzada em farmácias de manipulação

Fatores de Risco	Consequências	Estratégias de Prevenção
Falhas na limpeza de utensílios e equipamentos	Resíduos de fármacos em preparações subsequentes	Validação e registro dos procedimentos de limpeza; uso de detergentes adequados; inspeção visual e testes de resíduos
Inadequações estruturais (falta de áreas segregadas)	Mistura acidental de matérias-primas e contaminação cruzada entre produtos	Segregação física das áreas; fluxo unidirecional de manipulação; barreiras físicas
Treinamento insuficiente da equipe	Erros de manipulação e falhas no cumprimento de POPs	Capacitação contínua e reciclagem periódica dos colaboradores
Manuseio incorreto de matérias-primas	Introdução de microrganismos e impurezas químicas	Controle de qualidade rigoroso; quarentena e análise microbiológica das matérias-primas
Ausência de rastreabilidade	Dificuldade de identificar a origem da contaminação	Registro completo de cada etapa; identificação por lote e registro eletrônico
Ventilação e fluxo de ar inadequados	Dispersão de partículas e aerossóis contaminantes	Instalação de sistemas de exaustão e filtros HEPA; controle ambiental periódico

Fonte: As autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as atividades práticas realizadas na farmácia-escola, foram elaborados produtos cosméticos, cápsulas e outras formulações manipuladas, o que permitiu vivenciar na prática os cuidados necessários para evitar contaminações durante o processo magistral. Essa experiência reforçou a importância da organização adequada do ambiente, da higienização criteriosa dos utensílios, da utilização de equipamentos devidamente calibrados e do cumprimento rigoroso dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs).

Os resultados obtidos na revisão integrativa e na prática profissional demonstram que a contaminação pode ocorrer em todas as etapas do processo, sendo causada por falhas de limpeza, inadequações estruturais, ausência de segregação de áreas, deficiências no treinamento da equipe e falta de padronização dos protocolos. Além disso, observou-se que matérias-primas de origem vegetal apresentam maior risco microbiológico, exigindo controle rigoroso e validação de processos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP por disponibilizar o espaço da Farmácia Escola e também a professora Evelyn Gabriela Dalla Santa por todo apoio e dedicação durante os dias de estágio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007**. Dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em Farmácias. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 9 out. 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 430, de 8 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. Disponível em: https://www.in.gov.br. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019**. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br. Acesso em: 25 set. 2025.

DOS PASSOS, Márcia Maria Barros *et al*. Farmacovigilância de medicamentos manipulados-Parte 1: perfil das notificações no Brasil. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 10, n. 3, p. 29-37, 2022. Disponível em: https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1999. Acesso em: 25 set. 2025.

LOPES, Lorrany Dheyms Almeida; SILVEIRA FILHO, Marcelo Martins da. **Controle de qualidade aplicado à farmácia magistral**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Faculdade de Inhumas FacMais, Inhumas, 2022. Disponível em: http://65.108.49.104/bitstream/123456789/631/1/tcc%20lorrany%20e%20marcelo.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

TISCHNER, Gustavo; PENTEADO, Camila Valéria da Silva; COLACITE, Jean. Garantia de segurança e eficiência na farmácia magistral: um estudo sobre as práticas de controle de qualidade. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 13, n. 12, e173131247795, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47795. Acesso em: 29 set. 2025.

CONTROLE DE QUALIDADE EM FARMÁCIA MAGISTRAL

Categoria: Práticas de Estágio

Amanda Cristina do Sacramento[1]
Bruna Ramiro Simão[2]
Caio Freitas de Souza[3]
Marcos Eduardo Alves de Oliveira[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

Resumo – Os antigos boticários produziam medicamentos de forma natural, com os meios que existiam na época, dando origem assim na farmácia magistral, conhecida como farmácia de manipulação. Com os anos as práticas foram se aperfeiçoando, incluindo os conhecimentos técnicos e científicos, garantindo a segurança e eficácia dos medicamentos. Esse estudo resultou da prática de estágio supervisionado com uma revisão de literatura sobre controle de qualidade. Evidencia-se que o controle de qualidade acontece desde a seleção e compra de insumos, monitoramento ambiental, testes microbiológicos e físico-químicos. Além de garantir a segurança e padronização, as práticas diminuem o desperdício e garante a qualidade e acabam fortalecendo a confiança nos produtos manipulados. Conclui-se que com os ensinamentos deixado pelos boticários com a ciência e tecnologia na manipulação é essencial para produção de medicamentos individualizados, eficazes e confiáveis, destacando o papel essencial do farmacêutico.

Palavras-chave: controle de qualidade; magistral; manipulação.

INTRODUÇÃO

A farmácia de manipulação, tem origem antiga, voltando ao tempo dos boticários, que produziam medicamentos de forma artesanal. Os mesmos elaboravam medicamentos individualizados, adaptando as fórmulas conforme os sintomas de cada paciente. Essa prática juntamente com o conhecimento científico e a habilidade técnica serviu como base para o desenvolvimento da farmácia magistral atual. Desde os registros mais antigos de preparações manipuladas em civilizações como Mesopotâmia e Egito, a manipulação sempre teve o objetivo de assegurar maior eficiência e segurança no tratamento de diversas doenças (Tischner; Penteado; Colacite, 2024).

Com o passar do tempo, essa tradição evoluiu e, nos últimos anos, o setor magistral apresentou um crescimento expressivo, o que exigiu maior atenção da vigilância sanitária. Diante

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

disso, o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estabeleceu normas específicas para regulamentar a atuação das farmácias de manipulação. Entre as diretrizes publicadas, destaca-se a exigência da implementação de controles de qualidade em todas as preparações, de modo a garantir padronização, segurança e eficácia nos medicamentos disponibilizados à população (Petroceli; Baiense, 2023).

Os processos de análise de insumos e o controle de qualidade tem padrão e regras já pré-estabelecidas pelo conselho federal de farmácia (CFF), com sua última publicação feita em outubro de 2017, denominada como ''guia prático do farmacêutico magistral'' (CFF, 2017). Neste guia prático, está o protocolo de padronização em farmácias magistrais, que fala sobre boas práticas, compra de insumos, etapas que devem ser seguidas do controle de qualidade até a dispensação do medicamento (CFF, 2017).

Nesse cenário, a produção de medicamentos em farmácias magistrais passou a depender de mecanismos de padronização capazes de assegurar a qualidade e a constância das características dos produtos ao longo do tempo. Quando bem estruturados, esses mecanismos não apenas fortalecem a manutenção dos serviços, como também contribuem para a redução dos custos de produção. Assim, as transformações recentes no setor estão direcionadas ao cumprimento das normas regulatórias, à valorização da qualidade dos fármacos e à melhoria da gestão dos processos, com a implementação de sistemas de garantia da qualidade em todas as etapas de elaboração dos medicamentos (Dalmaso; Maciel, 2024).

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo evidenciar a importância do farmacêutico magistral na preparação de medicamentos ou outras manipulações individualizadas e na garantia do cumprimento de etapas fundamentais que garantem a eficácia e segurança dos pacientes.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão de literatura, voltada para a análise de literatura científica na área de farmácia magistral. As análises foram realizadas por meio da consulta a periódicos publicados entre os anos de 2019 e 2025, indexados nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico. Utilizaram-se como Palavras-chave os descritores "manipulação" e "controle de qualidade", associados pelo conector "e" quando necessário. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados nos idiomas português e inglês.

Além da etapa de revisão bibliográfica, o trabalho foi desenvolvido no âmbito de um estágio supervisionado, realizado nos meses de outubro e novembro de 2025, na Farmácia Escola da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), possibilitando a integração entre a fundamentação teórica e a prática profissional. Durante a experiência, foram conduzidas observações e registros sistematizados das atividades, relacionando-as aos referenciais teóricos encontrados na literatura e analisando a adequação das práticas às normativas vigentes no setor magistral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A introdução de práticas rigorosas de controle de qualidade nas farmácias de manipulação é um componente fundamental para garantir a segurança, eficácia e padronização dos

medicamentos produzidos. Historicamente, a farmácia magistral evoluiu da manipulação artesanal para processos mais sistematizados, incorporando conhecimentos científicos e técnicos que permitem o controle consistente de todas as etapas de produção (Tischner; Penteado; Colacite, 2024). Esse avanço assegura que as preparações magistrais mantenham suas propriedades terapêuticas e sejam confiáveis para uso clínico.

Segundo Coêlho et al. (2021), a consolidação das Boas Práticas de Manipulação (BPM) e a modernização das rotinas laboratoriais têm sido determinantes na uniformidade dos lotes produzidos e na confiabilidade das matérias-primas. O uso de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) possibilita documentar detalhadamente cada etapa da produção, desde o recebimento dos insumos até a rotulagem e liberação do produto final. Essa padronização não apenas reduz falhas humanas, mas também melhora a rastreabilidade das preparações, permitindo identificar e corrigir possíveis desvios antes que comprometam a segurança do paciente.

O estudo de caso realizado por Corrêa e Costa (2020) demonstra como o controle físico-químico das matérias-primas, incluindo testes de pH, densidade, solubilidade, ponto de fusão e avaliação organoléptica, aliado à análise criteriosa dos laudos dos fornecedores, garante a qualidade e a uniformidade dos produtos manipulados. A pesquisa evidencia que farmácias que adotam essas práticas conseguem manter padrões elevados de qualidade, minimizando o risco de falhas farmacotécnicas e fortalecendo a segurança terapêutica das preparações.

De acordo com Dos Santos et al. (2022), o acompanhamento ambiental é outro fator crítico do controle de qualidade. O controle da temperatura, umidade, ventilação e limpeza das áreas de manipulação diminui a probabilidade de contaminação cruzada e mantém a estabilidade físico-química das formulações. Este cuidado é importante em preparações estéreis ou semissólidas, nas quais variações ambientais podem comprometer a eficácia do produto.

Para supervisionar todo processo, desde identificação de erros, interpretação de resultados e garantir o cumprimento de normas regulamentares é essencial o treinamento do farmacêutico responsável técnico. Segundo Tischner, Penteado e Colacite (2024), a formação e ética do farmacêutico traz maior confiança por parte dos prescritores e pacientes, mostrando que a farmácia de manipulação é um serviço confiável e seguro.

Os estudos mostram a realização de ensaios físico-químicos e microbiológicos regulares. Esses testes permitem avaliar parâmetros importantes, como pH, densidade, uniformidade de massa, pureza e ausência de contaminação microbiana. Eles garantem que cada preparação esteja de acordo com as especificações técnicas e que o desempenho terapêutico esperado seja alcançado (Coêlho et al., 2021; Corrêa; Costa, 2020). A checagem regular de cada lote fortalece a rastreabilidade, facilita auditorias internas e externas e reforça a confiança na atuação farmacêutica.

Na visão econômica, o controle de qualidade também representa eficiência e redução de perdas. A descoberta logo no início de desvios evita desperdício de matéria prima e desperdício de tempo. Conforme destacam Dos Santos et al. (2022) e Coêlho et al. (2021), farmácias que valorizam o controle de qualidade conseguem diminuir custos e melhorar o uso de recursos. O uso de tecnologias de rastreabilidade e softwares de farmacotécnica ajuda a acompanhar cada

etapa do processo de produção com mais cuidado, promovendo melhorias e prevenindo erros que geralmente acontecem no processo.

Além disso, o controle de qualidade contribui significativamente para a credibilidade e valorização do serviço farmacêutico. Ao garantir a segurança e a eficácia das preparações, ele fortalece a confiança dos pacientes e dos profissionais de saúde na manipulação magistral, consolidando a farmácia como um componente essencial da atenção farmacêutica. Segundo Tischner, Penteado e Colacite (2024), a consolidação de uma cultura de qualidade promove não apenas a segurança do paciente, mas também a excelência na prática farmacêutica, integrando os avanços científicos, tecnológicos e regulamentares às necessidades individuais dos pacientes.

Em síntese, os resultados apontam que o controle de qualidade é um pilar estratégico da farmácia magistral, que vai além do cumprimento de normas regulatórias. Ele abrange dimensões éticas, técnicas, econômicas e gerenciais, contribuindo para a segurança terapêutica, a padronização dos processos, a redução de custos e a reputação da farmácia. A integração das boas práticas descritas pelos quatro autores analisados mostra que a manipulação magistral pode conciliar tradição, ciência e tecnologia, oferecendo medicamentos seguros, eficazes e individualizados para cada paciente.

A implementação de práticas rigorosas de controle de qualidade nas farmácias de manipulação é um componente fundamental para garantir a segurança, eficácia e padronização dos medicamentos produzidos. Historicamente, a farmácia magistral evoluiu da manipulação artesanal para processos mais sistematizados, incorporando conhecimentos científicos e técnicos que permitem o controle consistente de todas as etapas de produção (Tischner; Penteado; Colacite, 2024).

Esse avanço assegura que as preparações magistrais mantenham suas propriedades terapêuticas e sejam confiáveis para uso clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no presente estudo, verifica-se a importância do controle de qualidade nas farmácias magistrais, onde cada processo rigorosamente testado e aprovado, está diretamente ligado à excelência e eficácia do produto entregue.

Não somente no produto, mas pode-se notar a presença do controle de qualidade em todo processo organizacional que envolve a produção. Como na gestão de custos, desde a escolha da matéria prima de qualidade e com o melhor custo benefício, até a capacitação dos seus farmacêuticos e auxiliares, e ainda, na execução de leis que regulam as práticas corretas a serem realizadas nas farmácias de manipulação.

Conclui-se que apesar da manipulação de medicamentos ser uma prática antiga, com o controle de qualidade, as farmácias podem se manter sempre atualizadas, sem perder qualidade e segurança.

REFERÊNCIAS

COÊLHO, A. G *et al*. Controle de qualidade em farmácias de manipulação: uma revisão sistematizada. In: **Fármacos, Medicamentos, Cosméticos e Produtos Biotecnológicos**. 2021. pág. 73–90. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/controle-de-qualidade-em-farmacias-de-manipulacao-uma-revisao-sistematizada. Acesso em: 05 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Guia prático do medicamento magistral.** Brasília: CFF, 2017. Disponível em: https://share.google/7veNYiw2FJl79QAgo. Acesso em: 06 out. 2025.

CORRÊA, L. H.; COSTA, E. D.; Estudo de caso: análise do controle de qualidade de matérias-primas em uma farmácia magistral. Sete lagoas: **Faculdade Ciências da Vida**, 2020. Disponível em: https://www.faculdadecienciasdavida.com.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/000166_624c565ec324c_048536_5febb07a38b06_TCC_Luiz.pdf. Acesso em: 08 out. 2025

DALMASO, C.; MACIEL, A. Controle de qualidade: um desafio para as farmácias magistrais. **Faculdade Anhanguera**. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/62072/1/CAMILA_DALMASO.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

DOS SANTOS, A. L. M *et al*. Farmácia magistral e as boas práticas de manipulação de manipulação magistrais e oficinais no Brasil nos últimos 10 anos: revisão de literatura. **Brasilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, pág. 2–18, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-001. Acesso em: 08 out. 2025.

PETROCELI, R. N. S; BAIENSE, A. S. R. Papel do farmacêutico na garantia do controle de qualidade da farmácia magistral. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 4, pág. 358-370, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9179. Acesso em: 05 out. 2025.

TISCHNER, G.; PENTEADO, C. V. S; COLACITE, J. Garantia de segurança e eficiência na farmácia magistral: um estudo sobre as práticas de controle de qualidade. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 13, n. 12, pág. e173131247795-e173131247795, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47795. Acesso em: 29 set. 2025.

MARKETING EM FARMÁCIAS MAGISTRAIS: DESAFIOS REGULATÓRIOS E ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO NO BRASIL

Categoria: Práticas de estágio

Fabiana Gatti[1]
Jessica Aparecida Miranda[2]
Larissa Domingues Mazzurana Gazzi[3]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[4]

Resumo – O setor magistral brasileiro é consolidado como um importante componente do sistema farmacêutico, destaca-se pela oferta de tratamento e atendimento personalizado, voltado às necessidades específicas de cada paciente. O presente estudo teve como objetivo compreender, através de uma revisão de literatura combinada ao relato de estágio, como o marketing é aplicado nas farmácias magistrais no Brasil, os desafios regulatórios enfrentados e as práticas que contribuem para a fidelização de clientes e personalização do atendimento. A partir dos resultados foi possível evidenciar que o setor movimenta cerca de 3 bilhões de reais anuais, representando 8% do mercado farmacêutico brasileiro, seus produtos são em média 15% mais baratos que os similares industrializados. O marketing enfrenta desafios relacionados às restrições da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), especialmente a RDC nº 96/2008. Concluiu-se que o marketing ético e educativo, aliado à profissionalização da gestão e constante inovação é essencial para fortalecer a relação com clientes, valorizar o atendimento personalizado e garantir a sustentabilidade econômica e competitividade do setor magistral brasileiro. Ressalta-se, ainda, a limitação referente à escassez de literatura recente sobre o tema, evidenciando a necessidade de novos estudos.

Palavras-chave: gestão de marketing; medicamentos manipulados; ANVISA; atenção farmacêutica.

INTRODUÇÃO

O setor magistral brasileiro tem se consolidado como um componente essencial do mercado farmacêutico, destacando-se pela oferta de tratamentos personalizados e atendimento voltado às necessidades individuais dos pacientes. As farmácias de manipulação exercem papel relevante ao disponibilizar formas farmacêuticas e dosagens adaptadas, especialmente úteis para públicos como crianças e idosos, que muitas vezes não encontram a dose adequada em produtos industrializados (Dias; Frey; Marquez, 2021).

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Segundo Oliveira e Oliveira (2022), o farmacêutico magistral atua de forma decisiva na promoção do cuidado individualizado e no uso racional de medicamentos. A manipulação personalizada, também fortalece o vínculo entre o profissional e o paciente (Petroceli; Baiense, 2023). A divulgação de informações sobre boas práticas e controle de qualidade fortalece a confiança do consumidor e a credibilidade profissional (Petroceli; Baiense, 2023). Entretanto, as ações de comunicação devem seguir rigorosamente as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Federal de Farmácia (CFF), assegurando que o conteúdo seja claro, verdadeiro e não induza o público a erro (Martins et al., 2023).

Apesar de seu potencial, o marketing magistral enfrenta desafios significativos, como a concorrência com a indústria farmacêutica e as restrições legais que limitam a publicidade de medicamentos manipulados (Martins et al., 2023). A complexidade das normas da ANVISA e do CFF exige planejamento cuidadoso das estratégias de comunicação, para que as farmácias possam divulgar seus diferenciais de maneira ética e segura. Além disso, a falta de informação da população sobre a segurança e eficácia dos produtos manipulados representa um obstáculo, demandando ações educativas contínuas que fortaleçam a imagem do farmacêutico como agente de saúde (Petroceli; Baiense, 2023).

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura, com o objetivo de compreender como o marketing é aplicado nas farmácias magistrais no Brasil, os desafios regulatórios enfrentados e as práticas que contribuem para a fidelização de clientes e a personalização do atendimento.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada na leitura de artigos científicos publicados entre 2006 e 2023, obtidos nas bases Scielo e Google Acadêmico, utilizando os descritores: farmácia magistral, marketing farmacêutico, gestão farmacêutica e políticas de medicamentos. Foram analisados cerca de 23 artigos, sendo selecionados 11 que apresentavam informações mais relevantes e atualizadas sobre o tema. Os dados foram organizados de forma descritiva, destacando categorias como estratégias de marketing, inovação, desafios regulatórios e fidelização de clientes, permitindo compreender o papel do marketing ético, combinado com um breve relato sobre o estágio obrigatório na Farmácia Escola de Manipulação, da Uniarp.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados de estudos analisados evidenciaram que o setor magistral brasileiro representa um segmento econômico potente e em expansão. Conforme Franken (2007), o setor fatura anualmente cerca de 3 bilhões no Brasil, tendo aproximadamente 5.300 estabelecimentos em funcionamento, o que representa cerca de 8% do mercado de medicamentos. Segundo Oliveira (2006), dados da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (ANFARMAG), indicam que o valor do medicamento manipulado é cerca de 15% mais barato que o similar industrializado. Este cenário confirma que a farmácia magistral cumpre um papel social e econômico importante no mercado farmacêutico brasileiro.

No setor magistral o marketing enfrenta desafios específicos relacionados às restrições regulatórias impostas pela ANVISA. Bonfilio et al. (2010) destacam que, em comparação com o setor industrial, as farmácias magistrais não possuem os recursos sofisticados de divulgação sobre

os produtos, ocasionando uma valorização do produto industrializado em detrimento do manipulado. Os autores ressaltaram que a ANVISA publicou a RDC n° 96/2008 (Brasil, 2008), que dispõe sobre a publicidade de medicamentos, expressando claramente que as empresas não podem outorgar, oferecer, prometer ou distribuir brindes, benefícios ou vantagens aos profissionais prescritores ou dispensadores, determinando ainda que as informações devem ser comprovadas cientificamente. Essa resolução desempenha papel fundamental na promoção de informações mais seguras sobre medicamentos, contudo, limita as estratégias promocionais disponíveis para as farmácias magistrais, exigindo que o marketing seja direcionado a aspectos educativos e informativos que valorizem a qualidade, a segurança e a personalização dos produtos (Bonfilio et al., 2010).

Costa et al. (2018) enfatiza que as empresas precisam adaptar-se às exigências do mercado. Santos (2020) aponta que ferramentas como análise Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (SWOT) e brainstorming permitem identificar ameaças e oportunidades. Segundo o SEBRAE cerca de 50% das empresas fecham antes de completar dois anos, por falta de planejamento estratégico (Franken, 2007).

Existem rigorosas normas regulatórias que governam o setor. Santos et al. (2022) destacam regulamentações como a RDC n° 67/2007, que dispõem sobre Boas Práticas de Manipulação, a RDC n° 87/2008, que altera o Regulamento Técnico, e a RDC n° 44/2009, sobre Boas Práticas Farmacêuticas. Bonfilio et al. (2010) ressaltam que a ANVISA tem demonstrado preocupação com os produtos magistrais, aumentando o rigor nas legislações. É evidente a necessidade de marketing ético e educativo, priorizando informações corretas para moldar a confiança do consumidor, conforme Figura 01.

Oliveira (2006) define que a satisfação deriva da comparação de desempenho real e expectativas, devendo as empresas conhecer essas expectativas para criar retenção. Dessa forma, o marketing de relacionamento surge como uma abordagem estratégica para a fidelização do cliente a longo prazo.

Santos (2020) aponta que são escassos os relatos sobre atuação do farmacêutico gestor em marketing e inovação, evidenciando a lacuna na formação profissional. A adoção de ferramentas de gestão e inovação, como a telefarmácia, são caminhos essenciais para à adaptação a novas demandas. Bonfilio et al. (2010) reforçam que as farmácias magistrais desempenham um papel importante na Política Nacional de Medicamentos, promovendo o uso racional de medicamentos e acesso da população.

Figura 1 - Fluxograma: Marketing em Farmácias Magistrais no Brasil

Fonte: As autoras (2025).

O estágio supervisionado realizado na Farmácia-Escola de Manipulação da UNIARP proporcionou uma vivência prática essencial para compreender as responsabilidades e desafios envolvidos na rotina magistral. Essa experiência possibilitou acompanhar de forma direta todas as etapas do processo, desde a análise da prescrição até a dispensação personalizada ao paciente, evidenciando a aplicação das Boas Práticas de Manipulação e a importância do controle de qualidade em cada formulação.

Além disso, a produção de um vídeo educativo sobre cosméticos manipulados ampliou a percepção sobre o compromisso ético e técnico do farmacêutico. Durante a gravação, foi necessário seguir cuidadosamente as orientações do projeto, respeitando o sigilo de informações, mantendo a higiene do ambiente e assegurando a clareza das informações transmitidas. A atividade também mostrou o papel do marketing ético nas farmácias de manipulação, que deve ser voltado à educação do público, promovendo o uso racional e seguro dos produtos sem fins comerciais indevidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura mostrou que o marketing nas farmácias magistrais é essencial para fortalecer a relação com os clientes, valorizar o atendimento personalizado e destacar o trabalho do farmacêutico. Apesar dos desafios regulatórios e da concorrência com a indústria farmacêutica, estratégias éticas e educativas ajudam a promover a manipulação individualizada e o uso racional de medicamentos. O estudo também evidenciou a importância da inovação e da gestão profissional, como o uso de ferramentas digitais, para melhorar o atendimento e a

sustentabilidade do setor. Assim, o marketing aplicado de forma responsável contribui tanto para a competitividade das farmácias quanto para a confiança e satisfação dos pacientes.

Ressalta-se, ainda, a limitação referente à escassez de literatura recente sobre o tema, evidenciando a necessidade de novos estudos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à orientadora da disciplina, à Farmácia Escola pelo espaço concedido para a realização do estágio e à Universidade pelo apoio à formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BONFILIO, R. *et* al. Farmácia magistral: sua importância e seu perfil de qualidade. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 34, n. 3, p. 653-664, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2010.v34.n3.a63. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 96, de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2008. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000096&seqAto=000&valorAno=2008&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true. Acesso em: 23 out. 2025.

COSTA, A. de C *et* al. Estratégias de marketing para o posicionamento competitivo: estudo de caso da Farmácia de Manipulação Magistral Pharma. Revista Científica da Facer, v. 6, n. 2, p. 51-66, 2018. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/731. Acesso em: 23 out. 2025.

DIAS, K. L. F.; FREY, J. A.; MARQUEZ, C. de O. As vantagens dos medicamentos manipulados x medicamentos industrializados. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 6, n. 12, 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/333. Acesso em: 23 out. 2025.

FRANKEN, M. Uma proposta de planejamento estratégico de marketing para a Farmácia e Manipulação Pharmacos. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131265. Acesso em: 21 out. 2025.

MARTINS, C. M. O. *et al*. Cosmecêutica e farmácia magistral: uma revisão integrativa sobre o uso de dermocosméticos no Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 21, n. 12, 2023. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1777. Acesso em: 23 out. 2025.

OLIVEIRA, D. N.; OLIVEIRA, G. S. da S. **Panorama magistral no cenário da pandemia do coronavírus: atuação, inovações e novas perspectivas para o cuidado farmacêutico personalizado**. 2022. Monografia (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/16765. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, F. M. A. de**. Marketing de relacionamento na Alquimia Farmácia de Manipulação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul**,** Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24435/000548390.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 out. 2025.

PETROCELI, R. N. da S.; BAIENSE, A. S. R. Papel do farmacêutico na garantia do controle de qualidade da farmácia magistral. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 4, p. 358–370, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9179. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS, A. L. da M. dos. *et al*. Farmácia magistral e as boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais no Brasil nos últimos 10 anos: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 2-18, jan. 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42206. Acesso em: 23 oct. 2025.

SANTOS, B. L. dos. **Gestão de marketing e da inovação no contexto da farmácia magistral: um estudo de caso na cidade de Aracaju-SE**. Monografia (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15991. Acesso em: 12 out. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DO FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO NO CONTROLE DA PRÉ-ECLÂMPSIA DURANTE A GESTAÇÃO

Categorias: Práticas de Estágio

Letícia Alvarenga de França[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – A pré-eclâmpsia é uma síndrome hipertensiva multissistêmica que ocorre após a 20ª semana de gestação, sendo caracterizada pelo aumento da pressão arterial, acompanhada de proteinúria ou disfunção de órgãos-alvo. É uma das principais causas de morbimortalidade materna e fetal no mundo. Este artigo analisa o papel do farmacêutico no manejo da gestante com pré-eclâmpsia, enfatizando a importância dos exames bioquímicos para o diagnóstico e monitoramento da doença. Destacam-se a relação proteína/creatinina urinária, a contagem de plaquetas e os biomarcadores angiogênicos sFlt-1/PlGF como ferramentas fundamentais para estratificação de risco e acompanhamento clínico. A atuação do farmacêutico bioquímico inclui o monitoramento dos achados laboratoriais e a orientação clínica baseada em evidências, contribuindo para melhores desfechos maternos e neonatais. A integração dos exames laboratoriais tradicionais com as tecnologias emergentes de biomarcadores permite uma abordagem personalizada e eficaz, sendo essencial na redução dos impactos adversos da pré-eclâmpsia. Este artigo reforça a necessidade da participação ativa do farmacêutico na equipe multidisciplinar para melhorar o atendimento obstétrico e garantir a segurança da gestante e do feto.

Palavras-chave: Pré-eclâmpsia; Biomarcadores; Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

A hipertensão gestacional é uma condição que pode surgir a partir da 20ª semana de gestação, caracterizada por elevação da pressão arterial sem a presença de proteinúria, podendo normalizar-se após o parto. Quando a hipertensão ocorre associada a edema e proteinúria acima de 300 mg em 24 horas, configura-se a pré-eclâmpsia, uma síndrome hipertensiva multissistêmica exclusiva da gestação que pode afetar múltiplos órgãos e apresenta risco significativo para a saúde materna e fetal. Caso a pré-eclâmpsia evolua para quadros mais graves, com convulsões e coma, denomina-se eclâmpsia, emergência obstétrica que demanda atenção imediata. Assim, o reconhecimento e acompanhamento dessas condições são essenciais para a prevenção de complicações graves durante a gestação (Barcellos; Andrade, 2023).

No Brasil, essa condição afeta aproximadamente 5% a 7% das gestações e é uma das principais causas de complicações obstétricas (Iost *et. al*, 2022). O diagnóstico precoce e o manejo adequados são cruciais para a redução dos estágios adversos como prematuridade e restrição

[1] Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de crescimento fetal, resultando em resultados melhores para mãe e bebê especialmente por meio do monitoramento clínico e laboratorial rigoroso (Névoa et. al, 2024).

Neste contexto, a atuação do setor farmacêutico se destaca como parte integrante da equipe multidisciplinar, sendo fundamental na orientação e monitoramento do uso racional de medicamentos, como anti-hipertensivos e sulfato de magnésio, além da avaliação dos exames bioquímicos que sinalizam a gravidade da doença (Barcellos; Andrade, 2023). Exames como a dosagem de proteína/creatinina urinária, hemograma e contagem de plaquetas são valorizados por sua capacidade de auxiliar no diagnóstico e no acompanhamento clínico da pré-eclâmpsia. Ainda não se recomenda o uso rotineiro de biomarcadores para a predição da pré-eclâmpsia, em razão das limitações de sensibilidade desses exames e dos custos associados à sua implementação na prática clínica (Peraçoli et. al, 2018).

O manejo multidisciplinar, aliado a políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento, é fundamental para melhorar os resultados maternos e fetais, diminuindo assim o impacto da pré-eclâmpsia na saúde pública. Conforme evidenciado na literatura recente, fatores de risco importantes para o desenvolvimento da pré-eclâmpsia incluem histórico pessoal e familiar da doença, doenças crônicas pré-existentes como hipertensão e diabetes, além de condições demográficas e socioeconômicas, como idade materna avançada, raça negra e baixo nível socioeconômico. Detectar esses fatores precocemente, aliado a estratégias preventivas e a um manejo clínico adequado, é essencial para diminuir os efeitos negativos ligados à pré-eclâmpsia. Assim, este estudo visa fortalecer o conhecimento atual sobre esses fatores para promover uma melhor compreensão e direcionar estratégias futuras de prevenção e tratamento (Costa Junior et. al, 2024).

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura, que teve como objetivo analisar as publicações científicas recentes sobre a atuação do farmacêutico no manejo da gestante com pré-eclâmpsia, com ênfase nos exames bioquímicos utilizados no diagnóstico e acompanhamento da doença. Os artigos foram encontrados nas bases PubMed, SciELO, BVS e Google Scholar, e foram publicados nos últimos 5 anos.

Além da revisão teórica, o estudo foi complementado com informações obtidas durante o estágio supervisionado no laboratório do Hospital Maicé, totalizando 192 horas de atividades, realizadas no período de agosto a setembro de 2025. Essa experiência prática possibilitou observar a atuação do farmacêutico no acompanhamento de parâmetros clínicos relacionados às síndromes hipertensivas gestacionais, contribuindo assim para o embasamento técnico e contextual da análise bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pré-eclâmpsia é uma condição obstétrica complexa caracterizada por hipertensão que surge a partir da 20ª semana de gestação, associada à proteinúria e à presença de sintomas orgânicos, com impacto significativo na saúde materno-fetal (Kamińska et al., 2020). Entretanto, a doença pode se manifestar de forma precoce, antes da 34ª semana, ou tardia, após esse período, sendo que a pré-eclâmpsia precoce geralmente está relacionada à disfunção

placentária, enquanto a tardia está mais associada a alterações cardiovasculares maternas. Essa diferenciação é relevante para o manejo clínico e o prognóstico, uma vez que os casos de início precoce tendem a apresentar maior incidência de desfechos adversos (Tomkiewicz; Darmochwał-Kolarz, 2024).

A relação proteína/creatinina (P/C) em amostra isolada de urina destaca-se como um método prático, rápido e confiável para a triagem e quantificação da proteinúria, sendo especialmente útil no diagnóstico de doenças renais, hipertensão gestacional e pré-eclâmpsia. No contexto da pré-eclâmpsia, a adoção do ponto de corte de 30 mg/mmol (0.3 mg/mg), conforme recomendado por sociedades internacionais, permite maior agilidade e precisão diagnóstica, embora ressalte-se a importância de calibragem de valores em cada laboratório e cautela em situações nas quais a análise da urina de 24 horas segue sendo essencial (Kamińska et al., 2020).

Estudos recentes enfatizam o papel dos biomarcadores angiogênicos, especialmente a relação entre sFlt-1 (Fator antiangiogênico) e PlGF (Fator pró-angiogênico), como ferramentas auxiliares no diagnóstico e prognóstico da pré-eclâmpsia. A dosagem desses marcadores é realizada em amostras de soro materno por meio de imunoensaio do tipo sanduíche. A elevação dos níveis de sFlt-1 e a redução concomitante de PlGF resultam em uma relação sFlt-1/PlGF aumentada, refletindo o desequilíbrio angiogênico característico da doença (Lino et al., 2025).

A síndrome HELLP é uma complicação grave da pré-eclâmpsia caracterizada por hemólise, elevação das enzimas hepáticas e plaquetopenia, que contribui significativamente para o mau prognóstico materno. A plaquetopenia, ou redução do número de plaquetas no sangue, é um marcador crítico dessa síndrome e indica alterações na coagulação, sendo um marcador de gravidade que pode prever complicações hemorrágicas. Essa condição requer diagnóstico precoce e manejo intensivo para prevenir desfechos adversos, incluindo a progressão para eclâmpsia ou falência múltipla de órgãos. O reconhecimento da síndrome HELLP e da plaquetopenia permite a decisão rápida de uso de protocolos de profilaxia que incluem o uso de sulfato de magnésio para a prevenção de convulsões e da eclâmpsia (Lino et al., 2025).

No Brasil, a pré-eclâmpsia representa uma das principais causas de mortalidade materna, sendo responsável por cerca de um quarto dos óbitos, destacando a importância do diagnóstico precoce e do manejo clínico adequado para reduzir a morbimortalidade associada. O manejo da pré-eclâmpsia envolve avaliação contínua do estado materno-fetal, controle rigoroso da pressão arterial e a prevenção de complicações graves com o uso de sulfato de magnésio para profilaxia e tratamento da eclâmpsia. A decisão pelo momento da resolução da gestação deve ponderar o equilíbrio entre os riscos maternos e os benefícios da maturidade fetal, com internação hospitalar indicada para monitoramento intensivo em casos suspeitos ou confirmados. A avaliação multidisciplinar e o acompanhamento laboratorial frequente são indispensáveis para detectar precocemente sinais de deterioração e orientar a conduta terapêutica, visando a redução da morbimortalidade materno-infantil (Korkes et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a pré-eclâmpsia é uma condição de grande risco para a gestante, por isso a monitoração cuidadosa e contínua dos exames laboratoriais durante a gestação permite a identificação precoce e a adoção de condutas terapêuticas adequadas. Desta maneira, os exames bioquímicos, especialmente a dosagem da razão de proteína/creatinina urinária, a contagem de plaquetas e os biomarcadores angiogênicos sFlt-1/PlGF, são ferramentas essenciais para a estratificação do risco e monitoramento da doença. A atuação do farmacêutico, integrando conhecimentos sobre farmacoterapia e interpretação laboratorial, é fundamental para garantir intervenções seguras e eficazes, contribuindo para a redução dos efeitos adversos maternos e fetais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a atenção da professora Paula e da supervisora de estágio e o conhecimento adquirido na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe e no estágio realizado no Laboratório do Hospital Maicé.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, R. L. P.; ANDRADE, L. G.. ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO EM FARMÁCIA COMERCIAL PARA CUIDADOS COM GESTANTE HIPERTENSA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S.L.], v. 9, n. 11, p. 3028-3039, 13 dez. 2023. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciencias e Educacao. http://dx.doi.org/10.51891/rease.v9i11.12530. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12530. Acesso em: 27 ago. 2025.

KAMIŃSKA, J. *et al*. Diagnostic utility of protein to creatinine ratio (P/C ratio) in spot urine sample within routine clinical practice. Critical Reviews In Clinical Laboratory Sciences, [S.L.], v. 57, n. 5, p. 345-364, 14 fev. 2020. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/10408363.2020.1723487. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10408363.2020.1723487. Acesso em: 18 set. 2025.

IOST, A. R. J. *et al*. Biomarcadores e pré-eclâmpsia: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Médico, [S.L.], v. 11, 25 jun. 2022. Revista Eletronica Acervo Saude. http://dx.doi.org/10.25248/reamed.e10389.2022. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/10389. Acesso em: 27 ago. 2025.

KORKES, H. A. *et al*. Pré-eclâmpsia - Protocolo 2025. Rede Brasileira de Estudos sobre Hipertensão na Gravidez (RBEHG), 2025. Disponível em: https://rbehg.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Protocolo-RBEHG-2025-PDF-2.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

LINO, T. K. A. de S. *et al*. Pré-eclâmpsia: revisão literária dos critérios laboratoriais e manejo clínico, e sua correlação com a disbiose como fator de risco. Revista Brasileira de Ciências Biomédicas, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 4-5, 13 jun. 2025. Revista Brasileira de Ciencias Biomedicas. http://dx.doi.org/10.46675/rbcbm.v6i1.104. Disponível em: https://doi.org/10.46675/rbcbm.v6i1.104. Acesso em: 18 set. 2025.

NÉVOA, A. C. de L. L. *et al*. Pré-eclâmpsia e saúde fetal: estratégias para reduzir os riscos de prematuridade e restrição de crescimento. Journal Of Medical And Biosciences Research, [S.L.], v. 1, n. 5, p. 534-544, 19 dez. 2024. Nilton Lins University. http://dx.doi.org/10.70164/jmbr.v1i5.411. Disponível em: https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/411. Acesso em: 27 ago. 2025.

PERAÇOLI, J. C. et al. Pré-eclâmpsia/eclâmpsia. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2018. Protocolo FEBRASGO – Obstetrícia, nº 8. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/images/pec/Protocolos-assistenciais/2020-Pr-Eclmpsia.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

COSTA JUNIOR, I. P. *et al*. Prevalência e fatores de risco para a pré-eclâmpsia em gestantes. Studies In Health Sciences, [S.L.], v. 5, n. 3, 22 jul. 2024. South Florida Publishing LLC. http://dx.doi.org/10.54022/shsv5n3-007. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/shs/article/view/5966. Acesso em: 28 ago. 2025.

TOMKIEWICZ, J.; DARMOCHWAŁ-KOLARZ, D. A.. Biomarkers for Early Prediction and Management of Preeclampsia: a comprehensive review. Medical Science Monitor, [S.L.], v. 30, 30 mar. 2024. International Scientific Information, Inc. http://dx.doi.org/10.12659/msm.944104. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11131432/. Acesso em: 18 set. 2025.

ERROS DE PRESCRIÇÃO DE ANTIMICROBIANOS E SUA RELAÇÃO COM RESISTÊNCIA BACTERIANA

Categoria: Práticas de Estágio

Mariana Gomes Ribeiro[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – A resistência bacteriana representa um desafio mundial à saúde pública, sendo agravada por erros de prescrição e pelo uso indiscriminado de antibióticos. Este estudo, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, teve como objetivo analisar as principais consequências desses fatores e destacar a importância do papel do farmacêutico na prevenção de danos. Os resultados apontam que falhas como prescrição incompleta, ilegível, doses inadequadas e uso irracional dos antimicrobianos contribuem para reações adversas, aumento da morbimortalidade, prolongamento da internação e surgimento de patógenos resistentes. Além disso, práticas como automedicação, abandono do tratamento e pressão por parte dos pacientes intensificam o problema. A atuação do farmacêutico mostra-se essencial na conferência das prescrições, orientação aos pacientes e comunicação com a equipe médica, funcionando como uma barreira de segurança que promove maior adesão terapêutica e redução de riscos. Conclui-se que a conscientização sobre o uso racional de antibióticos e a atenção redobrada na prescrição e dispensação são fundamentais para minimizar erros, garantir a eficácia dos tratamentos e combater a resistência bacteriana.

Palavras-chaves: Resistência. Bacteriana. Farmacêutico. Inadequado.

INTRODUÇÃO

A resistência bacteriana é um grande desafio mundial, compromete o êxito do tratamento prescrito, prolonga o tempo de internação, aumenta o custo do tratamento, e causa a morte de inúmeras pessoas mundialmente. Diante deste fato, diversos fatores têm se demonstrado relacionados ao desenvolvimento de resistência bacteriana, dentro deles o uso indiscriminado e erros na prescrição dos mesmos (Costa et al., 2025).

Dos medicamentos mais receitados para o público, os antibióticos são aqueles que exigem a necessidade de um plano de tratamento específico e devido a negligência e/ ou falta de legibilidade da prescrição erros de dispensação desse medicamento são cada vez mais comuns, gerando assim diversos efeitos negativos para o público. Assim, o principal objetivo é discorrer sobre as principais consequências dos erros de prescrição e o uso indiscriminado, a fim de conscientizar sobre como é necessário um maior cuidado e atenção na prescrição e dispensação de antibióticos. Os erros de medicação (EM), podem ser definidos como qualquer evento evitável

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que, de fato ou potencialmente, possam levar ao uso inadequado de medicamentos, que causam prejuízos financeiros, danos aos pacientes e profissionais de saúde, podendo ser classificados em erro de prescrição, dispensação e administração (Meira et al., 2020).

Os seguintes itens podem ser considerados erros na prescrição: incompletude, ilegibilidade e ausência de dados como o nome, idade, peso do paciente, data da prescrição, prescrição do medicamento de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), forma farmacêutica, via de administração, frequência de administração, dose, além da assinatura, especialidade e carimbo do prescritor, duração do tratamento, uso de abreviaturas não padronizadas. As doses que foram prescritas, são consideradas erros, quando a dose está abaixo ou acima da recomendada, para o tratamento da doença, bem como em dosagens inexistentes ou com a posologia (Meira, Gabriela Miranda, et al., 2020).

Além de erros na prescrição, podemos afirmar que o uso indiscriminado de medicamentos pode ser considerado outro fator a favorecer o surgimento de patógenos resistentes, visto que o uso irracional dos mesmos está vinculado a diversas razões que abrangem desde o prescritor até a comunidade geral, diante deste cenário a atuação do farmacêutico é de extrema importância, podendo minimizar e prevenir qualquer problema decorrente de erros de prescrição e o uso irracional de antimicrobianos (Costa et al., 2025).

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir do relato das experiências adquiridas no cenário I do Estágio Final, aplicado na Farmácia São Pedro da Rede Usifarma entre os dias 19 de setembro e 20 de outubro. Foi realizado o acompanhamento do ambiente e da rotina diária da farmácia. Assim, para completar as informações apresentadas a busca por material foi realizada por meio de consulta a bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

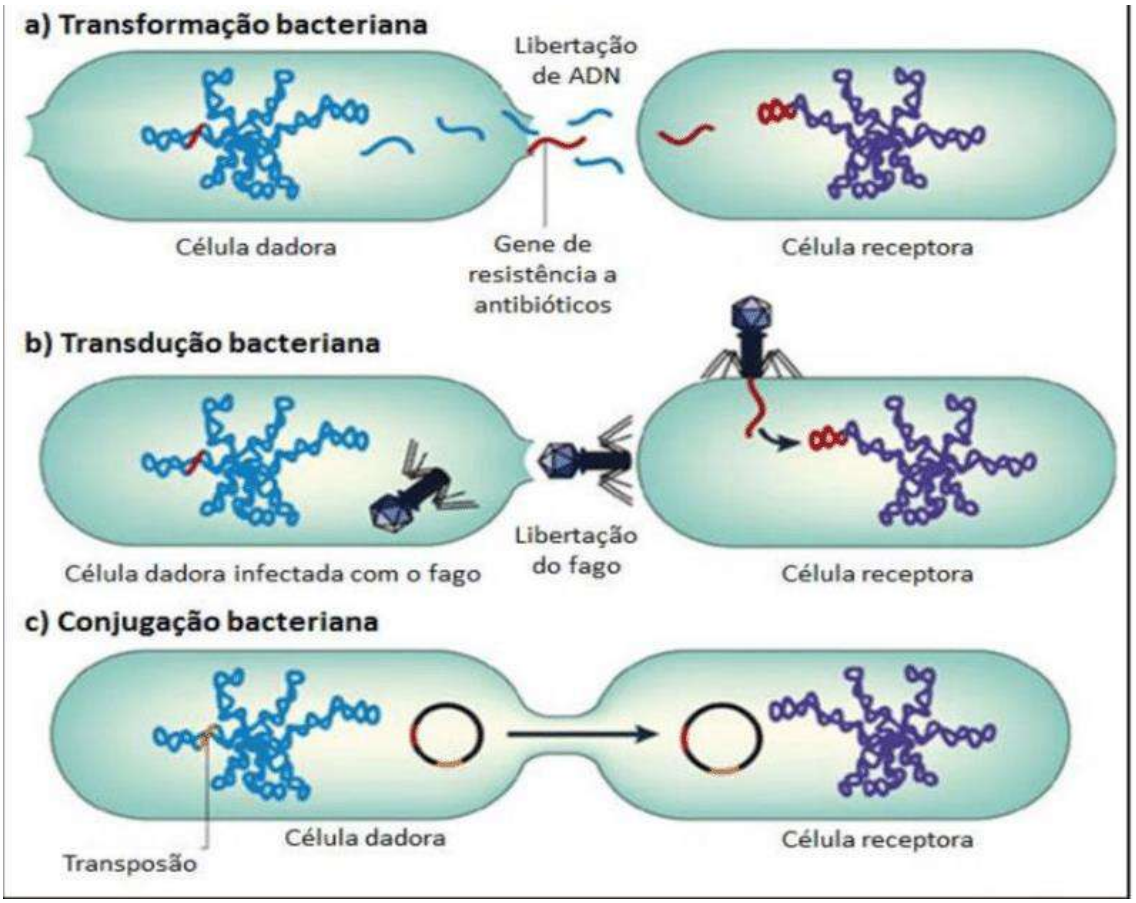
Os antibióticos desempenham um papel crucial na cura de doenças infecciosas, uma vez que têm a capacidade de impedir o desenvolvimento ou eliminar as bactérias que causam a infecção. Contudo, a utilização incorreta desses medicamentos ocorre por diversos motivos como: prescrição errada, dosagem errada e falta de adesão correta ao tratamento. Estas ações podem gerar graves consequências para a saúde da população, como o aumento alarmante da resistência bacteriana, comprometendo a eficácia dos tratamentos e contribuindo para a progressão da mortalidade por doenças infecciosas (Da Silva Miranda; Vieira; Souza, 2022).

Erros na prescrição de antibióticos podem ter várias consequências como: dosagem incorreta podendo levar a reações adversas imediatas, como alergias, problemas gastrointestinais como náuseas, vômito e diarreia e danos aos órgãos, especialmente rins e fígado. Importante ressaltar que além da prescrição, outro erro que pode interferir no tratamento são exemplos de uso inadequado, dosagem acima ou abaixo do recomendado, administração em horários divergentes, duração do tratamento e falta de adesão do antibiótico. Esse uso inadequado pode resultar em um tratamento insuficiente o que permite que a infecção persista ou piore

aumentando a necessidade de hospitalização e consequente resistência bacteriana. (Colouna et al., 2023).

Estima-se que cerca de 700 mil mortes por ano sejam causadas em decorrência de patógenos resistentes. A resistência aos antibióticos pode ser dividida em duas categorias, sendo a primeira natural, ou seja, cepas específicas possuem genes com essa característica naturalmente, e a adquirida, conforme figura 1, quando a bactéria obtém a resistência de outro micro-organismo ou do meio ambiente, por processo de transformação (absorvendo ADN externo), transdução(transferência de material genético de uma bactéria para outra através de um vírus, bacteriófago) ou conjugação (transferência horizontal de material genético entre uma bactéria doadora e uma receptora), os mecanismos que são desenvolvidos por esses patógenos podem gerar alterações nos sítios-alvos, inativação enzimática da droga, desenvolvimento de diferentes vias metabólicas por parte da bactéria (Costa et al., 2025).

Figura 1- Esquematização dos mecanismos de resistência bacteriana adquirida por transferência horizontal de genes: a) transformação, b) transdução e c) conjugação.



Fonte: Teixeira et al., 2019.

De acordo com King et al. (2018) a sobrecarga de trabalho dos prescritores pode induzi-los a prescrever inadequadamente, causando erros de prescrições, além disso a inexatidão diagnóstica sobre a etiologia da doença ou pressão por parte do paciente para receber um

antimicrobiano podem levar a prescrições inadequadas. Ademais, podemos definir o uso inadequado de antimicrobianos pela população como o abandono prévio do tratamento, automedicação, falta de adesão ao tratamento.

Diante desses cenários, o farmacêutico apresenta um papel fundamental na orientação dos pacientes e na atenção durante a dispensação, a fim de conscientizar sobre o uso inadequado de antimicrobianos e agir como uma barreira contra a resistência bacteriana. Por tratar-se da última etapa antes do início do tratamento, o profissional de farmácia deve atentar-se a todos os detalhes a fim de filtrar uma última vez todas as informações, tanto da receita como as trazidas pelo paciente, como por exemplo relatos de hábitos de vida e outras medicações que podem causar interações. A adesão ao tratamento se inicia na orientação e compreensão por parte do paciente da importância de cumprir horários e dosagens corretas (Ferreira et al., 2021).

O farmacêutico desempenha um papel de extrema importância na prevenção de erros de prescrição de antibióticos, contribuindo de várias maneiras para garantir a segurança e a eficácia do tratamento. Suas principais atribuições frente a isso são: verificação da prescrição a fim de garantir que estejam corretas as informações como: identificação do paciente, se a receita está assinada e carimbada, se o medicamento foi prescrito no receituário que corresponde a classe de antibióticos, nesse receituário o farmacêutico deve se atentar as seguintes informações nome do medicamento e qual a sua forma farmacêutica, se a dosagem está adequada para sua faixa etária, peso e se a quantidade prescrita irá contemplar o tratamento por inteiro (Colouna et al., 2023).

Há uma grande necessidade diante a notificação desses erros, a comunicação entre farmacêutico e médico é de extrema importância para minimizar efeitos adversos. Esses fatores associam-se também à competência do profissional, seu conhecimento e ao seu compromisso com o paciente, tanto médico como farmacêutico, visando que isso pode contribuir significativamente para quantificação e qualificação desses incidentes serem mais recorrentes. Deve-se sempre explorar novas técnicas e possibilidades para minimizar os danos causados e aumentar a efetividade e promover segurança ao paciente (Almeida et al., 2022).

Um olhar atento não é apenas uma qualidade de um farmacêutico, mas sim uma obrigação. As vidas dos pacientes estão nas mãos dos profissionais de saúde que devem estar sempre se especializando e atualizados sobre novas terapias e atualizações das já existentes para sempre prover o melhor e mais seguro tratamento aos seus pacientes (Ferreira et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de estágio foi possível compreender, no dia a dia, como a resistência bacteriana está presente no cotidiano farmacêutico e o quanto ela afeta diretamente a qualidade do atendimento em saúde. Vivenciar de perto situações envolvendo prescrições incompletas, ilegíveis ou com dosagens incompatíveis tornou ainda mais evidente o impacto que erros simples podem gerar na segurança terapêutica e nos resultados clínicos dos pacientes. O farmacêutico age como uma barreira de segurança. Desde a conferência minuciosa da prescrição até a orientação clara ao paciente, pude compreender que isso faz diferença na prevenção de reações adversas, evitar falhas no tratamento e reduzir o risco de resistência bacteriana. Além disso, o

contato com a equipe multiprofissional mostrou que a comunicação ativa e respeitosa entre profissionais de saúde é fundamental para minimizar erros e promover decisões mais assertivas.

Também foi possível perceber, na prática, como hábitos comuns entre os pacientes, como automedicação, interrupção precoce do tratamento e pressão para receber antibióticos contribuem para o avanço desse problema. Diante disso, reforço que a conscientização da população e a educação em saúde são tão importantes quanto a prescrição correta.

Concluo que essa experiência foi extremamente enriquecedora, proporcionando tanto o amadurecimento profissional quanto clareza sobre o papel do farmacêutico na dispensação de medicamentos. A partir dessa vivência, tornou-se ainda mais claro que a atualização constante, o comprometimento com a segurança do paciente e o zelo no ato da dispensação são indispensáveis para enfrentar a resistência bacteriana e promover o uso racional de antimicrobianos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Encarecidamente agradeço a UNIARP por proporcionar o estágio, também a Rede Usifarma por disponibilizar sua farmácia para assim concluir o mesmo da melhor forma, e as farmacêuticas e demais funcionárias da farmácia que tornaram o estágio uma experiência enriquecedora e esclarecedora.

REFERÊNCIAS

COLOUNA, Amanda Alves Teodoro et al. O uso indiscriminado de antibióticos na resistência bacteriana infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 9, p. 3686-3695, 2023. Disponível em https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11514. Acesso em set. de 2025.

COSTA, Claudio Allison Lima, et al. O fenômeno da resistência bacteriana e a atuação do farmacêutico para seu enfrentamento e racionalização do uso de antibióticos. Brazilian Journal of Health Review, v.8, n.3, p. 1-22, maio/junho, 2025.Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/79556/54904. Acesso em set. 2025.

DA SILVA MIRANDA, Isabela Carollaynne; VIEIRA, Roberta Michelly Silva; SOUZA, Thamyres Fernanda Moura Pedrosa. Consequências do uso inadequado de antibióticos: uma revisão de literatura. Research, Society and Development, v. 11, n.7, p. e58411730225-e58411730225, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/30225/26188/348341. Acesso em set. de 2025.

FERREIRA, Fabiana Sari, et. al. O papel do farmacêutico na prevenção de erros de medicação. Research, Society and Development, v.10, n.3, e18310313280, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13280. Acesso em set. de 2025.

KING, Laura, et al. Avanços na otimização da prescrição de antibióticos em ambientes ambulatoriais. **British Medical Journal,** 2018. Disponível em: https://www.bmj.com/content/363/bmj.k3047. Acesso em set. de 2025.

MEIRA, Gabriela Miranda et al. Erros de prescrição e de administração de antimicrobianos em unidade de internação pediátrica. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**.;v. 11, n.4, p.502, 2020. Disponível em: https://rbfhss.org.br/sbrafh/article/view/497. Acesso em set. de 2025.

TEIXEIRA, Alyson Ribeiro et al. Resistência bacteriana relacionada ao uso indiscriminado de antibióticos. **Revista Saúde em Foco**, v. 11, p.853-875, 2019. Disponível em:https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/09/077_RESIST%C3%8ANCIA-BACTERIANA-RELACIONADA-AO-USO-INDISCRIMINADO-DE-ANTIBI%C3%93TICOS.pdf. Acesso em: set. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DO EXAME VDRL PARA O DIAGNÓSTICO E MANEJO DA SÍFILIS EM HOSPITAIS

Categoria: Práticas de Estágio

Mariana Gomes Ribeiro[3]
Paula Carolina Kath[4]

Resumo – O exame VDRL (Venereal Disease Research Laboratory) é um teste sorológico amplamente utilizado no âmbito hospitalar para triagem e acompanhamento da sífilis. Sua importância clínica está relacionada à detecção precoce da infecção por Treponema pallidum, permitindo o início imediato do tratamento e a interrupção da cadeia de transmissão. No contexto obstétrico e neonatal, o VDRL desempenha papel fundamental na prevenção e diagnóstico da sífilis congênita, uma vez que gestantes infectadas podem transmitir a bactéria para o feto durante a gestação ou no parto. Assim, a realização rotineira do exame em gestantes e recém-nascidos possibilita a identificação de casos assintomáticos, reduz a morbimortalidade perinatal e auxilia na implementação de protocolos terapêuticos adequados. Portanto, o VDRL é uma ferramenta indispensável para o controle da sífilis em nível hospitalar, contribuindo tanto para a saúde individual quanto para a saúde pública.

Palavras-chave: Prevenção. Hospitalar. Sífilis. VDRL. Congênita.

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma doença infecciosa crônica, presente há séculos na sociedade, porém ainda hoje é um desafio que acomete a sociedade de forma drástica. Causada pela bactéria chamada Treponema pallidum do gênero Treponema, teve sua incidência diminuída na década de 40 com o surgimento da penicilina, hoje se é observado uma tendência mundial de crescimento nos casos de sífilis na população em geral, e nos casos de sífilis congênita (Comarella, Fernandes, Elias; 2023).

Apesar de seu caráter milenar e da grande variedade de estudos que aumentam o conhecimento sobre a sífilis, ainda é um grave problema de saúde pública, evidenciou-se que a maioria dos achados de sífilis congênita estavam relacionados a falta de assistencialismo às mães (Rocha et al., 2021).

O Ministério da Saúde em 2021, disponibilizou através do Boletim Epidemiológico a crescente taxa de detecção de sífilis congênita. Segundo o boletim em houve uma taxa de incidência ascendente até o ano de 2018, tendo entre 2018 e 2020 um declínio e nova elevação entre 2020 e 2021, números estes que podem ser atribuídos a elevação de número de testagem,

[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

disseminação de testes rápidos e a redução no uso de preservativos, entre outros, incluído nesses números estão gestantes. (Brasil, 2021).

Diante deste cenário foi desenvolvido um protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para a prevenção vertical de sífilis durante a gestação. Segundo este protocolo, nos recém-nascidos de mães com sífilis não tratada ou tratada de forma inadequada durante a gestação o tratamento será definido a partir de exames como o VDRL (Venereal Disease Research Laboratory), teste não treponêmico, sendo indicada a Benzilpenicilina em dose única IM, nos casos dos exames estarem normais e o VDRL não reagente (Brasil, 2022).

O VDRL é amplamente utilizado no rastreio da sífilis, baseando-se no uso de uma suspensão antigênica composta por uma solução alcoólica contendo cardiolipina, colesterol e lecitina purificada, e utiliza líquor ou soro inativado como amostra.

Este trabalho tem como objetivo evidenciar o impacto dos exames laboratoriais como o VDRL no âmbito hospitalar, na detecção de sífilis congênita. Buscando também destacar a importância do papel do farmacêutico bioquímico na identificação e interpretação de tais exames, a fim de conceder segurança no diagnóstico e tratamento dos pacientes.

METODOLOGIA

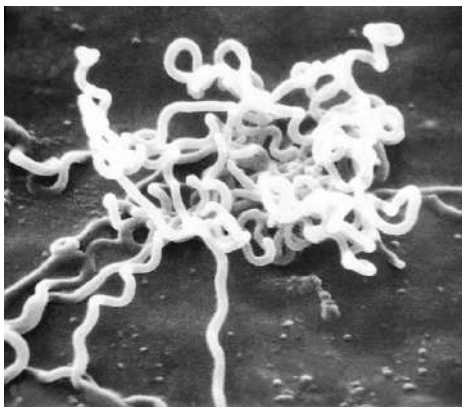
Este trabalho foi desenvolvido a partir do relato das experiências adquiridas no cenário II do Estágio Final, aplicado no Hospital Maicé entre os dias 01 de agosto e 15 de setembro. Foi realizado o acompanhamento do ambiente e da rotina diária de um laboratório hospitalar. Assim, para completar as informações apresentadas a busca por material foi realizada por meio de consulta a bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a OMS, cerca de um milhão de gestações por ano em todo o mundo são complicadas pela ocorrência de sífilis. É de suma importância realizar o cuidado à criança exposta à sífilis e\ou com sífilis congênita, sendo necessário a realização de exames como o VDRL e titulações não treponêmicas até o momento da cura (Ministério da Saúde, 2022).

O Treponema pallidum (Figura 1), é uma bactéria espiroqueta gram-negativa, a ausência de polissacarídeos na membrana externa faz com que se diferencia das demais bactérias gram-negativas. As lipoproteínas expressas pelo T. pallidum, estão localizadas principalmente abaixo da membrana externa, o que faz com que o sistema imune tenha dificuldade em reconhecer e iniciar uma resposta inflamatória eficaz, o que faz com que a bactéria consiga se replicar com facilidade pelo corpo do hospedeiro, isso inclui a passagem transplacentária. No contexto fetal, isso permite com que se estabeleça uma infecção crônica sem ser eliminado pelo sistema imunológico materno ou fetal, o que resulta em uma disseminação rápida da espiroqueta para os tecidos fetais (Silva et al., 2024).

Figura 1- Treponema Pallidum.



Fonte: David Cox, 1971.

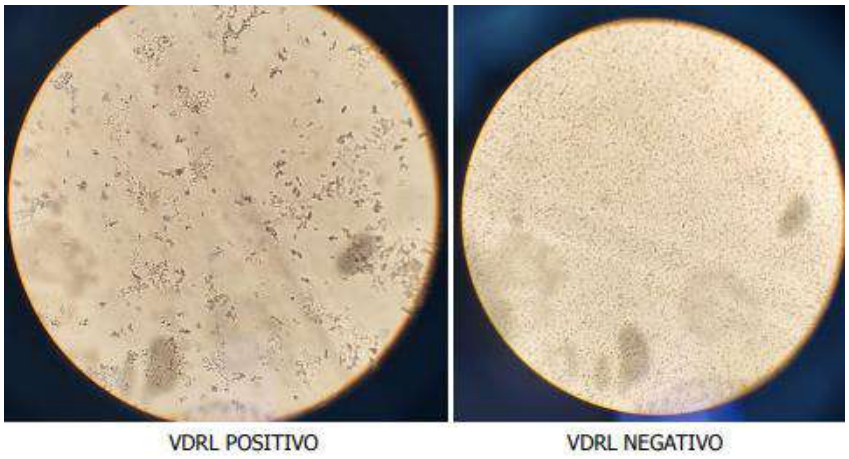
De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis, e Hepatite Virais do Ministério da Saúde de 2022, a partir da suspeita da infecção por T. pallidum é necessário a confirmação diagnóstica, utilizando de testes (Silva et al., 2024).

O VDRL é um teste não treponêmico utilizado para a determinação qualitativa e semiquantitativa de anticorpos não treponêmicos (reaginas), que estão presentes no soro ou plasma, sendo usado para a triagem sorológica da sífilis e para o acompanhamento do tratamento. No VDRL partículas de colesterol são revestidas com cardiolipina e lecitina, reagindo com os anticorpos presentes na amostra causando floculações em resultados positivos, a ausência de floculação indica resultado negativo. O reagente utilizado pelo teste é uma suspensão de antígenos estabilizada, que apresenta resposta rápida confirmada pela queda de títulos e até mesmo a negativação (Labtest, 2011).

O exame VDRL é amplamente utilizado no diagnóstico e acompanhamento da sífilis congênita, condição resultante da disseminação hematogênica do Treponema pallidum da gestante não tratada ou tratada de forma inadequada para o feto, por via transplacentária, durante o parto (quando há contato com lesões genitais) ou, mais raramente, pela amamentação em casos de lesões mamárias. Durante o pré-natal, a realização do VDRL é obrigatória. Toda gestante admitida em ambiente hospitalar ou em trabalho de parto deve ser testada, e o recém-nascido também deve ser submetido ao exame quando a mãe apresentar resultado reagente ou histórico prévio de sífilis (Bomfim et al., 2021).

De acordo com a bula de teste (Labtest, 2011), o teste qualitativo deve ser realizado utilizando 50µL da amostra em uma placa de Kline, utilizando 20µL da suspensão antigênica sobre a amostra e agitando a 180 rmp por 4 minutos, após esse tempo visualizar os resultados no microscópio, conforme a figura 2, o VDRL positivo terá a presença de floculação, já o negativo terá a ausência delas.

Figura 2- Resultados VDRL qualitativo.



Fonte: GoldAnalisa, 2023.

Em caso de VDRL qualitativo positivo, é necessário realizar os testes semiquantitativos, preparando diluições seriadas do soro (½, ¼ ⅛, 1/16, 1/32), em tubos de ensaio utilizando salina 0,9% (0,1ml). Adicione 0,1mL de salina em cada tubo. Transferir para o 1º tubo 0,1 mL da amostra qualitativo positivo, misturar e transferir 0,1mL do 1º para o 2º tubo e assim sucessivamente. Repetir os passos do teste qualitativo. Será considerado como título a maior diluição da amostra que apresentar aglutinação, em caso de a aglutinação estiver presente até 1/32, continuar as diluições do teste (Labtest, 2011).

No VDRL da criança, uma titulação maior que a materna em pelo menos duas diluições é sugestiva de sífilis congênita (ex: materno 1:4, RN maior ou igual a 1:16) (Ministério da Saúde, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de estágio no laboratório hospitalar, foi possível vivenciar de perto a rotina de testagem e monitoramento de pacientes suspeitos de sífilis, o que permitiu compreender na prática a relevância do exame VDRL no contexto clínico. A cada amostra analisada, ficou evidente como esse teste influencia diretamente na definição de condutas terapêuticas, principalmente em casos envolvendo gestantes e recém-nascidos. Observar a preocupação das equipes assistenciais diante de um resultado reagente reforçou a responsabilidade que envolve o processo laboratorial. O exame VDRL permanece como uma ferramenta essencial no contexto hospitalar, especialmente no rastreio, diagnóstico e acompanhamento da sífilis. Sua utilização rotineira em gestantes e recém-nascidos é determinante para a prevenção e redução da sífilis congênita, configurando-se como medida eficaz de saúde pública.

Ao acompanhar a execução técnica do VDRL, pude perceber a importância de seguir rigorosamente cada etapa do procedimento, desde a manipulação adequada da amostra até a interpretação correta das floculações. Pequenas falhas podem comprometer o diagnóstico e, consequentemente, o cuidado ao paciente. Essa experiência prática ampliou minha visão sobre

o papel do farmacêutico bioquímico, destacando sua contribuição para garantir confiança e segurança nos resultados liberados. Além dos aspectos técnicos, presenciei a relevância do VDRL como ferramenta de saúde pública. Em diversos casos, o exame permitiu identificar infecções assintomáticas e orientar o início precoce do tratamento, interrompendo a cadeia de transmissão e evitando desfechos graves, como a sífilis congênita. Essa experiência reforçou que a atuação laboratorial vai além do ambiente físico do laboratório.

O estágio proporcionou crescimento profissional e pessoal, permitindo aprimorar meu senso crítico, responsabilidade ética e maior sensibilidade diante de situações clínicas reais. O contato direto com a equipe multiprofissional e a vivência na rotina hospitalar solidificaram a compreensão de que o VDRL é um exame indispensável para o acompanhamento da sífilis, contribuindo para a redução da morbimortalidade materno-infantil e para a promoção de um cuidado em saúde mais seguro e humanizado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao apoio, incentivo e zelo da professora Paula com o andamento desse estágio. Além disso, agradeço ao Hospital Maicé, a Coordenadora de Laboratório Marycia e aos seus funcionários pela atenção, recepção positiva e aprendizado. Por fim, sou grata à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, pela oportunidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico: sífilis, 2021. **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI),** [S.L.], 2021. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2021/sifilis/boletim_sifilis_2021_internet.pdf/view. Acesso em set. 2025.

COMARELLA, Laura *et al*. Tratamento da sífilis congênita e sua repercussão na rotina neonatal. **Cuid Enferm**. v.17, n.1, p.97-102, jan.-jun. 2023, Catanduva, 2019. Disponível em: https://docs.fundacaopadrealbino.com.br/media/documentos/768df38374f47cd80e187ee22225cbdb.pdf. Acesso em set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis – IST. **Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_atecao_integral_ist.pdf

. Acesso em set. 2025.

GOLD, Analisa. Certificado de Análise: Sífilis VDRL REF 129, lote 2101.**Gold Analisa Diagnóstica**, Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: https://www.goldanalisa.com.br/images/upload/a5cae1096b51801f6482e7c3e22c507eb5262460fab7a95f2fce08bcd87acc9b.pdf. Acesso em set. 2025.

LABTEST, Diagnóstica. VDRL: Instruções de uso – Ref. 119. **Labtest**, Lagoa Santa, 2016. Disponível em: https://labtest.com.br/wp-content/uploads/2016/09/VDRL_119_Port.pdf. Acesso em: set. 2025.

SILVA, Sofia Xavier *et al.* Sífilis Congênita: Uma revisão integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Health Review.** Curitiba, v.7, n.9, p. 01-14, nov/dez. 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75446/52560. Acesso em set. 2025.

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO TRICOLOGISTA: AVALIAÇÃO E TERAPIAS PERSONALIZADAS

Categoria: Práticas de Estágio

Letícia Alvarenga de França[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – Este artigo aborda a atuação do farmacêutico tricologista, destacando seu papel fundamental na avaliação clínica e na personalização das terapias capilares. Com base em uma revisão bibliográfica dos últimos cinco anos, demonstra-se que a regulamentação da tricologia para farmacêuticos tem ampliado as possibilidades de intervenção desses profissionais, permitindo o desenvolvimento de tratamentos eficazes, seguros e adaptados às necessidades individuais dos pacientes. A manipulação magistral de formulações capilares se mostra essencial para ajustar concentrações e combinações de princípios ativos, promovendo melhores resultados terapêuticos com menor risco de efeitos adversos. O uso de tecnologias avançadas, como nanocarregadores e terapias regenerativas, confere maior precisão e eficiência às abordagens tricológicas personalizadas. Além disso, destaca-se a importância do farmacêutico no monitoramento contínuo da terapia e na integração multidisciplinar para o cuidado capilar. Os resultados das pesquisas recentes confirmam que o farmacêutico, ao unir conhecimentos técnicos, regulação adequada e inovação, torna-se peça-chave no cenário da tricologia clínica, contribuindo para a melhora da saúde capilar e da qualidade de vida dos pacientes. O estudo reforça a necessidade de formação contínua e investimento em pesquisa para consolidar essa especialidade em expansão.

Palavras-chave: alopecia; tratamentos capilares; queda capilar; nanotecnologia.

INTRODUÇÃO

A tricologia é a ciência que estuda o cabelo e se dedica a solucionar problemas relacionados ao cabelo e ao couro cabeludo. A palavra vem do grego trikhos, que significa cabelo. A tricologia é um campo ainda recente e em crescimento no Brasil, com uma demanda crescente por tratamentos capilares tanto para homens quanto para mulheres (Fustinoni, 2022).

A publicação da Resolução CFF nº 745/2023 representou um marco, ao regulamentar a especialidade em tricologia para farmacêuticos, permitindo a realização de consultas farmacêuticas, para avaliar quadros capilares e desenvolver planos terapêuticos personalizados sem a necessidade de formação prévia em estética. Essa regulamentação amplia as possibilidades de atuação do farmacêutico, que pode agora atuar com responsabilidade técnica em clínicas e

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

consultórios especializados, aplicando recursos terapêuticos não invasivos como microagulhamento e intradermoterapia, sempre respeitando os limites éticos e legais da profissão (BRASIL, 2023).

A avaliação capilar detalhada, incluindo a análise da estrutura, ciclo de crescimento e condições do couro cabeludo, é etapa primordial na tricologia. Além do exame físico, os exames laboratoriais são essenciais para identificar causas sistêmicas de alopecias, como déficits nutricionais e desequilíbrios hormonais, facilitando a escolha terapêutica adequada. A integração dos resultados laboratoriais com as informações clínicas permite a individualização dos tratamentos, aumentando as chances de sucesso terapêutico e satisfação do paciente (NECA et al., 2025).

A manipulação farmacêutica desempenha papel fundamental na tricologia, possibilitando a personalização dos tratamentos capilares conforme as necessidades específicas de cada paciente. Através da formulação magistral, o farmacêutico pode combinar ativos farmacológicos, fitoterápicos e excipientes adequados para otimizar a eficácia terapêutica e minimizar efeitos adversos. Essa manipulação individualizada é especialmente importante em tricologia, pois cada tipo de alopecia ou desordem do couro cabeludo exige abordagens específicas e ajustadas, que muitas vezes não estão disponíveis em apresentações comerciais padrão (Oliveira; Pinto; Santos, 2024).

A expertise do farmacêutico na seleção criteriosa dos princípios ativos que podem incluir: minoxidil, inibidores da 5 α-redutase como a finasterida e a dutasterida, vitaminas, aminoácidos e extratos vegetais, aliada ao conhecimento das formas farmacêuticas ideais (loções, sprays, shampoos, géis) assegura a criação de formulações estáveis, seguras e eficazes. Além disso, a manipulação permite a adaptação das concentrações e combinações dos ativos para atender às particularidades bioquímicas, alergias e preferências dos pacientes, promovendo maior adesão e sucesso terapêutico (Tayt-Sohn et al., 2024) (BRASIL, 2024).

Outra vantagem da manipulação na tricologia é a possibilidade de inovar com tecnologias avançadas, como nanocarregadores que aumentam a penetração transdérmica e protegem a degradação dos ativos, garantindo que os compostos atinjam o folículo piloso, melhorando os resultados clínicos (Borges, 2025).

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de revisão integrativa de literatura, cuja finalidade foi reunir informações sobre a atuação do farmacêutico na área estética relacionada a tricologia. Os dados foram coletados utilizando as bases de dados: SciELO, BVS e Google Acadêmico, com Palavras-chave como: alopecia; tratamentos capilares; queda capilar; nanotecnologia. Além disso, usou-se o site do Conselho federal de farmácia, para localizar leis que permitem as atribuições do farmacêutico no campo estético. Foram selecionados 10 artigos publicados entre o período de 2020 e 2025.

Como complemento prático à pesquisa teórica, foi considerado o período de estágio supervisionado na clínica de estética Refletto e na farmácia de manipulação Usifarma, totalizando 198 horas, realizado entre setembro e outubro de 2025. Durante o estágio, foi possível

acompanhar e participar de diferentes etapas do processo magistral, incluindo o desenvolvimento e controle de qualidade de formulações cosméticas e capilares, aplicação das Boas Práticas de Manipulação, além da observação da atuação direta do farmacêutico na personalização de produtos e na orientação aos pacientes. Essa vivência reforçou os conhecimentos teóricos sobre tricologia, proporcionando uma compreensão prática da atuação farmacêutica no contexto estético e magistral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Conselho Federal de Farmácia, por meio da resolução nº 616/2015, regulamenta a atuação do farmacêutico em saúde estética, permitindo a realização de procedimentos invasivos minimamente cirúrgicos (Brasil, 2015).

A atuação do farmacêutico tricologista no contexto da farmácia estética é marcada pelo monitoramento individualizado e pela orientação precisa quanto ao uso do minoxidil, especialmente no tratamento da alopecia androgênica. A personalização do tratamento, baseada em uma avaliação clínica precisa e, quando necessário, em exames laboratoriais complementares, permite a escolha criteriosa dos ativos tópicos e orais, formulações manipuladas e outras modalidades terapêuticas, como laserterapia de baixa intensidade e plasma rico em plaquetas. Essas estratégias têm demonstrado eficácia no estímulo do crescimento capilar, na redução da queda e na melhora da saúde do couro cabeludo, conforme evidenciado em revisões sistemáticas recentes (Ferreira; Santos, 2024).

Além disso, segundo a Resolução CFF n° 760/2023, Art. 3°, o farmacêutico com seu conhecimento em farmacologia e manipulação, pode ajustar as concentrações dos princípios ativos de acordo com o perfil individual, considerando fatores como sensibilidade, alergias e resposta clínica (BRASIL, 2023).

A versatilidade da manipulação permite também a produção de fórmulas personalizadas, como soluções tópicas combinadas, cápsulas vitamínicas, tônicos e loções, atendendo a demandas específicas de fortalecimento capilar e cuidados estéticos. Essa flexibilidade contribui para a adesão ao tratamento, já que os produtos podem ser adaptados para minimizar efeitos colaterais e otimizar resultados. Fatores cruciais para o sucesso do tratamento em tricologia (BRASIL, 2024).

Além do preparo, a fiscalização da procedência das matérias-primas, a correta esterilização dos equipamentos e o armazenamento dos medicamentos manipulados são etapas essenciais para prevenir contaminações e manter a estabilidade dos produtos. O farmacêutico também desempenha papel importante na orientação do paciente quanto ao uso correto dos medicamentos manipulados, destacando a importância do acompanhamento clínico para ajustes na terapia conforme resposta individual (Oliveira; Pinto; Santos, 2024).

A regulamentação da área consolidou legalmente a atuação do farmacêutico na tricologia, garantindo respaldo para o exercício de suas funções, aumento da qualificação profissional e ampliação do acesso da população a tratamentos modernos e eficazes (BRASIL, 2023).

Dessa forma, os resultados apontam que o farmacêutico tricologista, ao unir avaliação técnica rigorosa, manipulação farmacêutica e inovação tecnológica, desempenha papel essencial na oferta de tratamentos capilares personalizados, promovendo melhorias significativas na saúde capilar e na qualidade de vida dos pacientes (Oliveira; Pinto; Santos, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a atuação do farmacêutico na tricologia representa um avanço importante no cuidado personalizado e integral da saúde capilar. A regulamentação da especialidade, consolidada pela Resolução CFF nº 745/2023, ampliou as oportunidades para esses profissionais utilizarem seus conhecimentos na avaliação criteriosa dos pacientes e no desenvolvimento de tratamentos individualizados.

Além disso, estudos recentes evidenciam que a manipulação farmacêutica, aliada a técnicas terapêuticas inovadoras, contribui significativamente para o sucesso dos protocolos personalizados em tricologia, aumentando a eficácia e a adesão dos pacientes. Além disso, a adoção de tecnologias de ponta, como os nanocarregadores, fortalece a posição do farmacêutico como um agente inovador em tratamentos para cabelo. Assim, enfatiza-se a relevância de uma avaliação clínica minuciosa e do acompanhamento constante para promover melhorias significativas na densidade e na saúde dos cabelos, o que impacta positivamente na qualidade de vida e na autoestima dos pacientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio da professora Paula, ao biomédico Natan e a farmacêutica Aryane por proporcionar espaço e conhecimento para o desenvolvimento desse trabalho. Além disso, agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, pelo espaço e conhecimento para o desenvolvimento desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Letycia Cristina Azevedo. Tecnologia e inovações nos tratamentos capilares. 2025. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Modalidade Médica, Pontifícia Universidadecatólica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/9062. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO N°616, de 25 de novembro de 2015. Brasília, DF: Define os requisitos técnicos para o exercício do farmacêutico no âmbito da saúde estética, ampliando o rol das técnicas de natureza estética e recursos terapêuticos utilizados pelo farmacêutico em estabelecimentos de saúde estética.. Disponível em: https://crfse.org.br/texto/5/fiscalizacao-legislacao. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 745, de 16 de fevereiro de 2023. Brasília, DF: Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na área da tricologia. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-745-de-16-de-fevereiro-de-2023-465432672. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CFF N°760, de 19 de dezembro de 2023. Brasília, DF: Dispõe sobre a competência e as atribuições do farmacêutico relacionadas ao uso de produtos injetáveis. Disponível em: https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/RESOLUCAO-CFF-N%C2%BA-760-DE-19-12-2023.html. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Farmacopeia Brasileira 7ª edição: volume I - versão RDC nº 940/2024 - VIGENTE. Brasília, DF: A Farmacopeia Brasileira é o código oficial farmacêutico do país, onde se estabelecem os requisitos mínimos de qualidade para insumos farmacêuticos, medicamentos e produtos para a saúde. Disponível em: http://bibliotecadigital.anvisa.gov.br/jspui/handle/anvisa/11937. Acesso em: 15 out. 2025.

FERREIRA, Maria Esmirna dos Santos; SANTOS, Viviane Marinho dos. Minoxidil na farmácia estética: análise da sua eficácia no tratamento da alopecia. Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar - Issn 2675-6218, v. 5, n. 11, 11 nov. 2024. Editora RECIMA21 LTDA. http://dx.doi.org/10.47820/recima21.v5i11.5901. Disponível em: https://doi.org/10.47820/recima21.v5i11.5901. Acesso em: 17 out. 2025.

FUSTINONI, Lucas. Manual internacional de tricologia avançada: um guia completo sobre cabelo, couro cabeludo, e doenças capilares. Cotia: Vital Editora, 2022. 329 p. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?as_ylo=2021&q=tricologia&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#:~:text=MANUAL%20INTERNACIONAL%20DE%20TRICOLOGIA%20AVAN%C3%87ADA%3A%20Um%20guia%20completo%20sobre%20cabelo%2C%20couro%20cabeludo%20e%20doen%C3%A7as%20capilares. Acesso em: 23 set. 2025.

NECA, Cinthia Silva Moura *et al*. "Exames laboratoriais na avaliação e tratamento das alopecias: uma revisão integrativa. Revista Ft, v. 29, n. 148, p. 36-37, 24 jul. 2025. http://dx.doi.org/10.69849/revistaft/ma10202507241036. Disponível em: https://revistaft.com.br/exames-laboratoriais-na-avaliacao-e-tratamento-das-alopecias-uma-revisao-integrativa/. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, Lucas Borges de. PINTO, Milena Oliveira Medrado. SANTOS, Fábio Mendes dos. Atuação do farmacêutico na saúde estética. Revista Científica Doctum Saúde, v. 1, n. 2, 2024. Disponível em: https://revista.doctum.edu.br/index.php/Saude/article/view/619. Acesso em: 15 out. 2025.

TAYT-SOHN, Bárbara dos Santos *et al*. Abordagens terapêuticas comtemporâneas para o tratamento da alopécia androgenética: uma revisão de medicamentos, procedimentos cirúrgicos e terapias emergentes. Revista Contemporânea, Nova Iguaçu, v. 4, n. 10, 31 out. 2024. Brazilian Journals. http://dx.doi.org/10.56083/rcv4n10-227. Disponível em: https://doi.org/10.56083/RCV4N10-227. Acesso em: 15 out. 2025.

IDENTIFICAÇÃO DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM AMOSTRA DE URINA - RELATO DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio

Vanessa Lima Dos Santos[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O exame microbiológico da urina é fundamental para o diagnóstico de Infecções do Trato Urinário (ITU). Este trabalho descreve o processo de identificação bacteriana presente em uma amostra de urina. Utilizando etapas de coleta, semeadura, isolamento, provas de bioquímica e antibiograma, além de realçar a importância do farmacêutico bioquímico no âmbito hospitalar como analista responsável. Baseou-se em um relato de estágio supervisionado, com abordagem qualitativa e descritiva, realizado no Hospital Maicé. Os resultados obtidos demonstraram a presença de Staphylococcus aureus (S. aureus), microrganismo associado a infecções urinárias hospitalares, destacando a importância da prática laboratorial para compreensão e diagnóstico clínico.

Palavras-chave: staphylococcus aureus; microbiologia; urocultura; estágio.

INTRODUÇÃO

Para a identificação de bactérias são utilizados vários meios como a urocultura, sendo um exame de referência na identificação de infecções do ITU. É um método capaz de diferenciar infecções, colonizações e contaminações de amostra. Após a semeadura e crescimento bacteriano, podem ser feitos análises morfológicas como coloração de gram, visualizando formas e arranjos bacterianos, em seguida as provas bioquímicas (catalase, oxidase, coagulase, fermentação de açúcares) e o teste de sensibilidade antimicrobiana, a qual é indispensável para se ter sucesso no tratamento do paciente, sendo práticas regulamentadas pela RDC n°302/2005 (Mengati, 2023).

A detecção de Staphylococcus aureus em amostras de urina é um achado de valor epidemiológico, sendo uma bactéria gram positiva encontrada normalmente na pele, sendo mais comuns achados como Escherichia coli, Klebsiella pneumoniae, Proteus miriabili, Enterobacter spp. e Pseudomonas aeruginosa. S. aureus é uma bactéria mais associada a mulheres idosas, grávidas e ao âmbito hospitalar representando 2,42% dos achados (Oliveira, 2021).

Para obter um tratamento eficaz é necessário o envolvimento da equipe multidisciplinar. A colaboração entre os profissionais da saúde é indispensável para assegurar um atendimento focado no paciente. Nesse contexto, o farmacêutico bioquímico é responsável pela realização e

[1]Aluno do Curso de Fármacia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

interpretação laboratorial, orientação terapêutica racional, além de atuar na implantação de programas de controle de infecções hospitalares e resistência bacteriana, segundo a RDC n° 302/2005 que define suas atribuições.

Portanto este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência prática na identificação de S. aureus em amostra de urina, evidenciando os principais procedimentos realizados no laboratório e os resultados obtidos, destacando a importância do farmacêutico bioquímico no âmbito hospitalar em análises clínicas.

METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um relato de estágio supervisionado, realizado com base na rotina laboratorial. Sua abordagem é qualitativa, descritiva e com base na observação e participação no laboratório, com acompanhamento das etapas de processamento microbiológico das amostras de urina.

O estágio foi realizado no período de agosto e setembro de 2025, entre os dias 11/08 e 23/09 totalizando uma carga horária de 186,75 horas, para comprimento da grade acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado no laboratório do hospital Maicé.

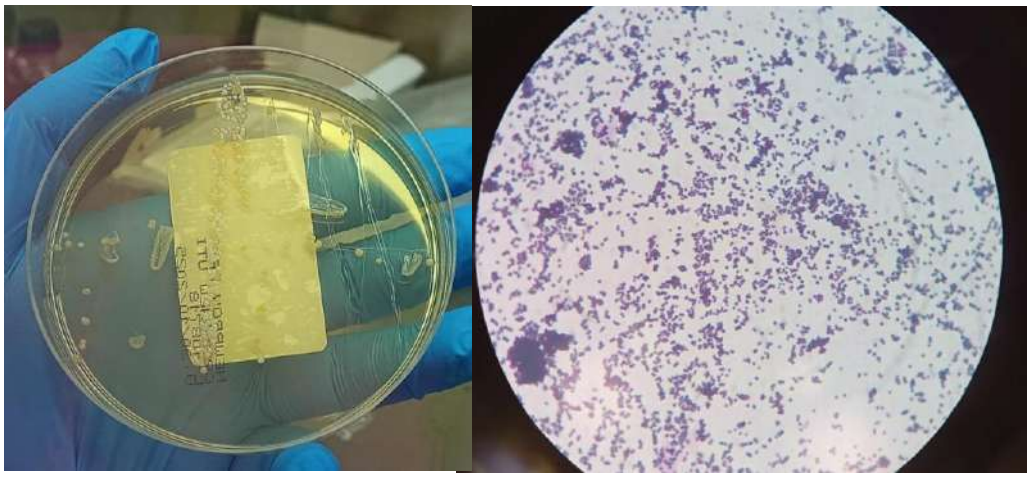
Durante o estágio foram desenvolvidas atividades laboratoriais envolvendo, coleta e recepção de amostras, hematologia, bioquímica, parasitologia, urinálise e microbiologia, onde foi possível observar e participar da rotina laboratorial, adequando técnicas de conhecimento na aplicação de exames e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A recepção da amostra de urina é coletada em frasco estéril, devidamente identificado. Após confirmação no sistema, é dirigida a sala de urinálise para realização do exame macroscópico e a análise físico-química. Em seguida observado o sedimento no microscópio para pesquisa de leucócitos, hemácias, células epiteliais, flora, muco, cristais, cilindros e leveduras, (urina de rotina).

A semeadura é realizada em meio de cultura ágar cromogênico, sendo um meio de cultura que possui cromógenos (corantes) que apresentam cores distintas para certas bactérias, possibilitando uma identificação visual, sendo incubado a 35-37°C por 24 horas, (não houve necessidade de isolamento, pois não houve crescimento de outra bactéria). Foi observado crescimento bacteriano significativo. As colônias apresentaram coloração esbranquiçada, (figura 1) a seguir.

Figura 1- Semeadura por estrias em meio ágar cromogênico e lâmina de gram- achados cocos gram positivo.



Fonte: Autora, 2025.

Para primeira identificação foi realizado uma coloração de Gram, onde foram visualizados cocos gram-positivo, seguindo para a identificação bioquímica foi realizado a prova de catalase. O procedimento envolve adicionar uma gota de peróxido de hidrogênio em uma lâmina e com o auxílio de uma alça misturar um pouco de colônias bacterianas, caso sejam visualizadas bolhas é considerado um resultado positivo, confirmando a presença de um Staphylococcus sp. (figura 2). Seguindo para a prova de coagulase, que verifica se há a coagulase livre, uma enzima liberada pela bactéria. Essa enzima reage com um fator plasmático, formando um complexo que atua sobre o fibrinogênio, transformando-o em fibrina. A formação de coágulos indica a presença de S.aureus.

Figura 2- Prova de Catalase.

Fonte: Autora, 2025.

Assim, depois dos testes bioquímicos é dado sequência ao Teste de susceptibilidade antimicrobiana pelo método de difusão em disco (Kirby-Bauer) em placas de ágar Mueller Hinton (figura 4), juntamente aos resultados de sensibilidade dos antimicrobianos, os quais são interpretados pelo tamanho do halo criado entre a bactéria e o antimicrobiano, pela medição em milímetros se denominada como Sensível (S), Intermediário (I) e Resistentes (R).

Figura 4- Antibiograma.

Fonte: Autora, 2025

O S. aureus apresentou sensibilidade ampla a diversos antibióticos de diferentes classes. Demonstrando sensibilidade a 12 antibióticos, sugerindo que a bactéria ainda não é multirresistente. No antibiograma a Oxacilina e a Penicilina G foram consideradas sensíveis, porque a Cefoxitina foi sensível. Assim, por apresentar sensibilidade a Cefoxitina e a Oxacilina, o microrganismo não é considerado um MRSA (S.aureus resistente à Meticilina). A Ciprofloxacina e Levofloxacina tiveram resultado intermediário, indicando resistência parcial ou redução da eficácia clínica, sugerindo que não são tão indicadas para o tratamento quanto os outros antibióticos testados.

De acordo com as normas da ANVISA, RDC n° 302/2005 é obrigatório manter registros sobre a identificação do paciente, condições de coleta, transporte, armazenamento, padronização de técnicas, equipamentos utilizados, resultados de isolamentos, identificação de microrganismo e testes de sensibilidade antimicrobiana, além disso, a notificação obrigatória a setores como a Comissão de Controle de Infecções Hospitalar (CCIH), regulamentada pela RDC n 36/2023 e a Portaria MS n 2.616/1998, em casos de surtos ou cepas multirresistentes. Neste caso, se o microorganismo fosse um MRSA seria necessário a notificação para contenção e prevenção da bactéria. Já a RDC n° 222/2018 define as normas para gerenciamento de resíduos, para garantir a biossegurança no descarte dos materiais contaminados utilizados durante a realização dos testes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de S. aureus em uma amostra de urina mostra a importância do exame microbiológico e do antibiograma na rotina do laboratório. Pois essa bactéria coloniza a pele e as narinas, ou seja, não se origina de uma contaminação local, vindo a estar associado a fatores que afetam a saúde do trato urinário.

Dessa forma, o bioquímico junto a equipe multidisciplinar desempenha um papel fundamental para um tratamento efetivo. E, portanto, devem manter-se atualizados quanto às melhores práticas de diagnóstico, prevenção e tratamento. A capacitação contínua permite que bioquímicos, médicos, enfermeiros e toda a equipe envolvida aprimorem suas habilidades e conhecimentos.

Assim, o estágio proporcionou a oportunidade de compreender a aplicação prática do conhecimento teórico, abrangendo o adequado manuseio das amostras até a análise crítica dos resultados. Ademais, enfatizou a importância da responsabilidade técnica do bioquímico nas análises clínicas, com a emissão de relatórios que apoiam diretamente a equipe médica em suas decisões.

Portanto, o relato reforça a necessidade de atualização científica contínua, o cumprimento rigoroso das diretrizes de biossegurança e a aplicação cuidadosa dos antimicrobianos, com o objetivo de garantir eficácia no tratamento e enfrentar a resistência bacteriana, que se apresenta como um dos principais desafios da saúde pública atual.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Mariane Silva *et al*. Principais bactérias encontradas em culturas de urina de pacientes com infecções do trato urinário (ITU) e seu perfil de resistência a antimicrobianos. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , *[S. l.]* , v. 10, n. 7, p. e5310716161, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/16161 . Acesso em: 26 set. 2025.

MENGATI, Bianca Nunes *et al*. Exames laboratoriais para diagnósticos das infecções do trato urinário. Revista Mato-grossense de Saúde, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 16–30, 2023. Disponível em: https://revistas.fasipe.com.br/index.php/REMAS/article/view/175. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005. Dispõe sobre o regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 out. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Estabelece diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 maio.1998.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre os requisitos para a gestão dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica e o Código de Processo Ético. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 fev. 2014.

UREIA TÓPICA COMO ESTRATÉGIA FARMACOTERAPÊUTICA PARA O CUIDADO CUTÂNEO EM PACIENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 1

Categoria: Práticas de Estágio

Amanda Antunes Gonçalves[1]
Josiane Caroline Rodrigues[2]
Kauane de Moura Keller[3]
Milena Cabral da Rocha[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – O Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença autoimune caracterizada pela destruição das células beta pancreáticas, resultando em hiperglicemia e dependência de insulina exógena. Além das repercussões metabólicas, pacientes com DM1 frequentemente apresentam alterações dermatológicas, como xerose e rachaduras, associadas à neuropatia e à má circulação. Nesse contexto, o creme de ureia atua como importante recurso terapêutico na hidratação e prevenção de complicações cutâneas. O farmacêutico tem papel essencial nesse cuidado, orientando e promovendo a educação em saúde. Este trabalho, de abordagem qualitativa, integra revisão bibliográfica e experiência prática em estágio supervisionado na Farmácia Central Jonas Ramos (Caçador-SC), onde foi conduzido uma ação educativa e a entrega de creme de ureia a pacientes com DM1. A iniciativa reforçou a relevância do farmacêutico na promoção do cuidado integral e no uso racional de dermocosméticos baseados em evidências científicas.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 1; farmácia; ureia; educação em saúde.

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença crônica, autoimune e hereditária, caracterizada pela destruição das células beta do pâncreas, responsáveis pela produção da insulina, hormônio essencial para o transporte da glicose do sangue para as células. A deficiência de insulina leva à hiperglicemia crônica, exigindo o uso contínuo de insulina exógena para o controle glicêmico (BRASIL, 2020).

Embora o DM1 acometa principalmente crianças e adolescentes, pode surgir em qualquer faixa etária. O tratamento requer uma abordagem multidisciplinar, incluindo alimentação equilibrada, prática de atividades físicas, educação em saúde e monitoramento da glicemia capilar

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(SBD, 2024). O sucesso terapêutico depende diretamente do envolvimento do paciente e do apoio familiar.

Além das complicações metabólicas, pessoas com DM1 enfrentam alterações dermatológicas relevantes, como ressecamento da pele (xerose), rachaduras, calosidades e infecções. Essas alterações estão associadas à neuropatia diabética e à má circulação, que dificultam a cicatrização e favorecem infecções fúngicas e bacterianas, aumentando a morbidade (LEITÃO FILHO et al., 2023).

Os sintomas iniciais da doença geralmente são evidentes e incluem sede intensa (polidipsia), micção frequente (poliúria), fome excessiva (polifagia), perda de peso, fraqueza e náuseas (BRASIL, 2020). Quando não diagnosticada precocemente, a doença pode evoluir rapidamente para cetoacidose diabética, uma complicação grave (SBD, 2024). O impacto psicossocial do DM1 também é significativo, envolvendo estresse, ansiedade e baixa aceitação do diagnóstico, dificultando o autocuidado (LEITÃO FILHO et al., 2023).

Assim, este estudo tem como objetivo avaliar a importância do uso tópico da ureia no cuidado cutâneo de pacientes com diabetes tipo 1 e destacar o papel do farmacêutico na educação em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, desenvolvido durante o estágio supervisionado na Farmácia Central Jonas Ramos, localizada no município de Caçador (SC). O estágio foi orientado pela professora Débora Marins e realizado entre agosto e setembro de 2025, com carga horária total de 60 horas.

O objetivo da vivência foi observar criticamente as atribuições do profissional farmacêutico no processo de dispensação de medicamentos e produtos de saúde, enfatizando seu papel na educação em saúde e no cuidado integral ao paciente com Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1). Durante o estágio, foi desenvolvida uma ação educativa voltada ao cuidado com a pele, na qual as acadêmicas promoveram orientações sobre o uso adequado do creme de ureia como medida terapêutica para prevenção de complicações dermatológicas em pacientes diabéticos.

Como recursos metodológicos, foram realizadas observações diretas da rotina da farmácia, coleta de relatos informais de pacientes e equipe técnica, e elaboração de material educativo (folder informativo), abordando sintomas, prevenção e cuidados com o DM1. A análise dos dados ocorreu de forma reflexiva e descritiva, articulando a experiência prática com a literatura científica atual e com os princípios éticos e legais do exercício farmacêutico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A diabetes tipo 1 é uma doença crônica caracterizada pela destruição autoimune das células beta pancreáticas, resultando em deficiência absoluta de insulina e, consequentemente, em níveis persistentemente elevados de glicose no sangue.

Entre as diversas complicações associadas a essa condição, destaca-se a pele ressecada, frequentemente observada em indivíduos com diabetes tipo 1. Esse quadro está relacionado, em grande parte, ao controle glicêmico inadequado e às alterações na função das glândulas sudoríparas e sebáceas, conforme descrito por Monterroso et al. (2019), o que compromete a integridade da barreira cutânea e torna a pele mais suscetível a fissuras, infecções e desconforto.

Diante desse cenário, a intervenção com o creme de ureia surge como uma estratégia relevante, visto que promove a restauração da hidratação e da elasticidade da pele, contribuindo para a preservação de sua função protetora. No presente estudo, além da disponibilização das amostras do creme de ureia, elaborado pela Farmácia Escola, foram também entregues folders informativos sobre o diabetes tipo 1 (DM1) demonstrados nas figuras 1 e 2, contendo orientações sobre sintomas e cuidados essenciais. Essa ação foi conduzida pelas alunas durante o estágio na Farmácia Central, reforçando a importância do papel educativo do farmacêutico no acompanhamento de pacientes com doenças crônicas.

Figura 1: Folder e Creme de Ureia.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2025).

Figura 2: Ação educativa realizada na Farmácia Central Jonas Ramos.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2025).

A proposta dessa abordagem foi não apenas oferecer um tratamento tópico para o ressecamento cutâneo, mas também capacitar os pacientes com informações relevantes sobre a manutenção da saúde da pele e sua relação com o diabetes. Essa combinação de intervenção terapêutica e educativa se faz eficaz, pois melhora a hidratação e a elasticidade pele, além de maior conscientização acerca da necessidade de cuidados diários. Nesse contexto, os resultados obtidos sugerem que o uso regular do creme de ureia, aliado a estratégias de educação em saúde, pode exercer impacto positivo tanto na qualidade de vida dos pacientes quanto na prevenção de complicações dermatológicas associadas ao diabetes tipo 1.

A experiência prática confirmou os achados de Monterroso et al. (2019), ao evidenciar melhora da hidratação cutânea e maior adesão dos pacientes após orientação farmacêutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio supervisionado destacou a relevância do creme de ureia no cuidado com a pele de pacientes com diabetes. A ureia, como componente natural da epiderme, atua como um potente agente hidratante, capaz de atrair e reter umidade. A revisão da literatura científica reforça essa constatação, com evidências que apoiam o uso de cremes de ureia para o tratamento da xerose (pele seca) e outras manifestações dermatológicas comuns em pessoas com diabetes tipo 1. Artigos científicos demonstram a eficácia da ureia, em concentrações apropriadas como 10%, na hidratação, restauração da barreira cutânea e no alívio da aspereza da pele.

A ação educativa realizada na Farmácia Central-Jonas Ramos sobre o uso do creme de ureia foi recebida com grande interesse pela população local. Durante a atividade, foram distribuídas amostras do creme e folders informativos, com ênfase na orientação sobre sua aplicação na prevenção de complicações dermatológicas.

A iniciativa reforçou o papel do farmacêutico como educador em saúde, indo além da gestão de medicamentos. O diálogo entre o conhecimento popular e o técnico-científico fortaleceu o vínculo entre a universidade, a farmácia e a comunidade, promovendo o uso racional de dermocosméticos e valorizando o cuidado da pele com base em evidências científicas para o tratamento do diabetes tipo 1.

Conclui-se que o uso de creme de ureia, associado à orientação farmacêutica, contribui significativamente para o cuidado integral de pacientes com DM1, demonstrando o potencial educativo e preventivo do farmacêutico no contexto do SUS.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio financeiro, por meio da Farmácia Escola, bem como à Farmácia Central Jonas Ramos pela receptividade e suporte técnico, fundamentais para a realização das atividades do estágio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Diabetes mellitus tipo 1*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/diabetes. Acesso em: 25 ago. 2025.

LEITÃO FILHO, A. S.; LEITÃO, G. G. A. S.; SANTOS, P. E. S.; DE MARCHI, A. E. R. *Diabetes mellitus type 1: the impact on quality of life. Research, Society and Development*, v. 12, n. 3, p. e21512340680, 2023. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40680. Acesso em: 25 ago. 2025.

MONTERROSO, L. et al. Estudo do efeito da aplicação de um creme hidratante suplementado com ureia no tratamento da região plantar do pé hiperqueratinizada em pacientes com diabetes mellitus tipo II. 2019. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/entities/publication/42dfe807-9dfa-4f9e-9799-0abefb98cecd. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). *Casos de diabetes tipo 1 aumentam em todo o mundo*. 2024. Disponível em: https://diabetes.org.br/casos-de-diabetes-tipo-1-aumentam-em-todo-o-mundo/. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). *O que todos precisam saber sobre diabetes tipo 1*. 2024. Disponível em: https://diabetes.org.br/o-que-todos-precisam-saber-sobre-diabetes-2020/. Acesso em: 25 ago. 2025.

CREME DE UREIA COMO ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO CUIDADO CUTÂNEO DE INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2

Categoria: Práticas de Estágio

Ana Julia Kunen[1]
Maria Vitória Scolaro de Moraes[2]
Mariana Pelepe[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) é uma doença metabólica crônica caracterizada pela resistência à insulina, frequentemente associada à má alimentação e ao sedentarismo. Este trabalho, de abordagem qualitativa, integra uma revisão de literatura e a experiência prática obtida no estágio supervisionado na Farmácia Central Jonas Ramos, em Caçador (SC). O objetivo foi divulgar informações sobre a doença, seus cuidados e prevenção, com foco no uso do creme de ureia como estratégia terapêutica para hidratação e prevenção de lesões cutâneas em pacientes diabéticos. O farmacêutico, como agente de saúde, desempenha papel essencial na promoção do autocuidado e na orientação sobre o uso adequado de produtos tópicos. Durante o estágio, foram elaborados e distribuídos folders informativos e amostras do creme de ureia a pacientes da rede pública. A ação evidenciou a importância da educação em saúde e do envolvimento do farmacêutico na atenção integral ao paciente diabético, promovendo o uso racional de dermocosméticos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: diabetes tipo II; ureia; farmácia; saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a classificação da Diabetes Tipo II é definida como uma síndrome metabólica global, caracterizada por sua resistência à insulina e hiperglicemia crônica.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, predominantemente, a doença acomete mais adultos e mulheres, no entanto, a enfermidade tem apresentado um aumento alarmante de casos em ambos os gêneros e diferentes idades, desencadeados principalmente por fatores como a má alimentação e o sedentarismo, podendo provocar complicações permanentes, como doenças cardiovasculares, insuficiência renal e problemas neurológicos.

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Ademais, esses fatores interferem na saúde da pele, ocasionando alterações cutâneas, ressecamentos e descamações em áreas propensas como mãos, pés, cotovelos e joelhos. Por esse motivo, o diagnóstico em estágios iniciais é essencial para um tratamento eficiente e preventivo da doença.

Nesse contexto, a hidratação da pele se torna algo essencial para prevenção de feridas cutâneas, especialmente em pessoas com diabetes tipo 2, onde a hiperqueratose é frequente. Assim, o uso contínuo do creme de ureia emerge como uma opção viável para auxiliar no controle desse problema.

Assim, este estudo tem como objetivo revisar a literatura científica e relatar a experiência prática relacionada ao uso do creme de ureia como abordagem terapêutica para o cuidado cutâneo em indivíduos com diabetes tipo 2.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que combina revisão bibliográfica e relato de experiência prática desenvolvido durante o estágio supervisionado na Farmácia Central Jonas Ramos, no município de Caçador (SC). O estágio, orientado pela professora Débora Marins, ocorreu entre agosto e setembro de 2025, totalizando 60 horas.

O objetivo da vivência foi observar de forma crítica as atribuições do farmacêutico na dispensação e orientação de medicamentos, com ênfase no cuidado à saúde de pacientes com Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2). Durante o estágio, foi conduzida uma ação educativa que envolveu a distribuição de amostras do creme de ureia 5% e de folders informativos, abordando medidas de prevenção e cuidados com a pele de pacientes diabéticos atendidos pela farmácia municipal.

Para a fundamentação teórica, foram utilizados artigos científicos, livros técnicos e documentos oficiais relacionados à atenção farmacêutica e à terapêutica dermatológica com ureia. A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e reflexiva, integrando a experiência prática à literatura revisada, com o propósito de destacar a importância da educação em saúde e da atuação do farmacêutico no cuidado integral de pacientes com DM2.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência no estágio supervisionado evidenciou a importância do auxílio e divulgação de informações ao distribuir um folder sobre os cuidados e prevenções sobre a Diabetes Mellitus tipo II. Além disso, ao distribuir o creme de ureia, a população demonstrou maior interesse na ação.

A ureia, um constituinte natural da epiderme, atua como um agente umectante de elevada eficácia, capaz de atrair e reter água, favorecendo a hidratação da pele. Segundo Monterrosso et al. (2019), estudos demonstram a efetividade dos cremes à base de ureia no tratamento da

xerose (ressecamento da pele) e em outras alterações dermatológicas recorrentes em pacientes com Diabetes tipo II.

A distribuição do creme de ureia 5%, teve como objetivo a prevenção e tratamento de complicações dermatológicas comuns associadas ao Diabetes e a conscientização da educação em saúde sobre os cuidados diários e manter a pele sempre hidratada para evitar complicações serias.

O diálogo estabelecido entre o conhecimento científico e populares contribuiu para unir os laços entre a universidade, a farmácia e a comunidade, valorizando o uso racional de dermocosméticos e a atenção à saúde da pele com base em evidências científicas aplicadas ao tratamento do diabetes mellitus tipo II.

Os resultados da ação educativa confirmam os achados de Monterroso et al. (2019) e Addor et al. (2009), que demonstram a eficácia da ureia na restauração da barreira cutânea e na hidratação de peles xeróticas em indivíduos com diabetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio supervisionado ressaltou a importância do creme de ureia no tratamento cutâneo de pacientes com diabetes tipo II. A ureia, sendo um componente essencial da epiderme, atua como um poderoso agente com a capacidade de atrair e conservar a hidratação. A análise da literatura científica valida essa percepção, apresentando fatos que atestam a aplicação de cremes à base de ureia para o manejo da xerose (pele ressecada) e de outros problemas dermatológicos frequentes em indivíduos com diabetes.

Publicações científicas garantem a eficácia da ureia, em concentrações apropriadas como 10%, na hidratação, na recuperação da barreira protetora da pele e na suavização da aspereza cutânea. A ação educativa, desenvolvida na Farmácia Central-Jonas Ramos a respeito do uso do creme de ureia, foi acolhida com entusiasmo pela população local. No decorrer da aplicação, foram entregues amostras do produto e folhetos explicativos, focando na instrução sobre seu uso para a prevenção de complicações na pele decorrentes da doença.

Tal iniciativa fortaleceu o papel do farmacêutico como um agente de educação em saúde, indo além da simples administração de medicamentos. A interação entre o saber popular e o conhecimento técnico-científico estreitou os laços entre a universidade, o estabelecimento farmacêutico e a comunidade. Como demonstradas nas fotos abaixo.

Figura 1 – Folder entregue na ação educativa.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2025).

Figura 2: Ação educativa realizada na Farmácia Central Jonas Ramos.

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2025).

Conclui-se que o uso tópico de ureia, associado à orientação farmacêutica, constitui uma estratégia terapêutica eficaz para a manutenção da integridade cutânea em pacientes com DM2.

A experiência de estágio reforçou o papel do farmacêutico como educador em saúde e agente de promoção do autocuidado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio financeiro, por meio da Farmácia Escola, bem como à Farmácia Central Jonas Ramos pela receptividade e suporte técnico, fundamentais para a realização das atividades do estágio.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. A. S. A. et al. Correlação entre o efeito hidratante da ureia em diferentes concentrações de aplicação: estudo clínico e corneométrico. *Surgical & Cosmetic Dermatology*, v. 1, n. 1, p. 5-9, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2655/265520995004.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). Pacientes com diabetes melito tipo 2 têm linha de tratamento atualizada no SUS. Brasília, DF, 20 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/pacientes-com-diabete-melito-tipo-2-tem-linha-de-tratamento-atualizada-no-sus. Acesso em: 25 ago. 2025.

LYRA, R. et al. Prevenção do diabetes mellitus tipo 2. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 370-377, abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abem/a/yjg8YbM6k8KhCB6BWFQCBGy/?format=html&lang=pt. Acesso em: 25 ago. 2025.

MONTERROSO, L. et al. Estudo do efeito da aplicação de um creme hidratante suplementado com ureia no tratamento da região plantar do pé hiperqueratinizada em pacientes com diabetes mellitus tipo II. In: *Fórum Internacional de Úlceras e Feridas*, 10., 2019, Aveiro. *Anais*... Aveiro: [s.n.], 2019. p. 13. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstreams/4ec58e24-d26c-4811-99f0-0a6ad2d951a8/download. Acesso em: 25 ago. 2025.

ROSADO, C.; LOURENÇO, A.; RODRIGUES, L. M. Avaliação da eficácia de um creme contendo ureia na função de barreira cutânea. *Revista Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde*, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2008. Disponível em: https://research.ulusofona.pt/en/publications/.... Acesso em: 25 ago. 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO DO COLESTEROL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA

Categoria: Práticas de estágio

Ana Carolina Buffon[1]
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski[2]
Larissa Wanciw[3]
Suélen Nascimento da Luz[4]
Debora Soares Souza Marins[5]

Resumo – O colesterol LDL, conhecido como "colesterol ruim", está diretamente associado ao risco cardiovascular quando presente em níveis elevados. Este trabalho teve como objetivo conscientizar a população sobre os riscos do LDL e promover práticas alimentares saudáveis como forma de prevenção. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, complementada por uma ação educativa na Farmácia Municipal Jonas Ramos, em Caçador (SC). Durante a intervenção, foram distribuídos folders informativos e oferecido suco natural de laranja sem açúcar como alternativa saudável. Os resultados evidenciaram grande interesse da população, com relatos de desconhecimento prévio sobre o tema e intenção de mudança de hábitos após a atividade. A experiência reforça o papel do farmacêutico como educador em saúde e demonstra que ações simples e acessíveis podem gerar impacto positivo na promoção do autocuidado e na prevenção de doenças crônicas.

Palavras-chave: LDL; doenças cardiovasculares; colesterol; farmácia comunitária.

INTRODUÇÃO

O colesterol LDL, conhecido como "colesterol ruim", está diretamente associado ao aumento do risco cardiovascular quando presente em níveis elevados. Segundo a FIOCRUZ (2021), o consumo frequente de alimentos ultra processados contribui para o aumento do LDL e de outras dislipidemias, elevando o risco de doenças crônicas. De acordo com Oliveira (2019), hábitos alimentares inadequados e o sedentarismo são fatores determinantes na elevação do colesterol, enquanto a adoção de práticas saudáveis contribui para seu controle. A EBSERH (2022) reforça que o excesso de LDL pode levar ao entupimento das artérias (aterosclerose), aumentando as chances de infarto e AVC. A ação realizada na farmácia do Jonas buscou aproximar esse tema da população, oferecendo suco natural de laranja sem açúcar como

[1]Aluno do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

exemplo prático de substituição saudável e promovendo orientações educativas sobre alimentação e prevenção.

O trabalho tem como objetivo investigar e divulgar informações sobre o colesterol LDL e sua relação com doenças cardiovasculares, destacando a importância da prevenção e do controle por meio de hábitos de vida saudáveis. A atividade desenvolvida na farmácia do Jonas buscou conscientizar a comunidade sobre o impacto do LDL elevado, fornecendo suco de laranja natural sem açúcar como estratégia educativa prática, além da distribuição de informações sobre alimentação, prevenção e cuidados com o colesterol. Na prática farmacêutica comunitária, essas ações reforçam o papel do farmacêutico na promoção de saúde, incentivando a prevenção por meio de escolhas alimentares equilibradas, substituição de produtos industrializados por naturais e educação em saúde.

Assim, este trabalho tem como objetivo divulgar informações sobre o colesterol LDL e sua relação com doenças cardiovasculares, relatando a experiência de uma ação educativa em farmácia comunitária voltada à prevenção e promoção da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida com base em artigos científicos obtidos em bases de dados como Google Acadêmico. O estudo buscou sintetizar o conhecimento atual sobre a fisiopatologia, os fatores de risco e as estratégias de prevenção do colesterol LDL, relacionando-os à prática farmacêutica comunitária.

Como aplicação prática, foi realizada uma ação educativa na Farmácia Municipal Jonas Ramos, em Caçador (SC), orientada pela professora Débora Marins. A atividade ocorreu durante o estágio supervisionado, no segundo semestre de 2025, e consistiu na distribuição de folders informativos sobre o colesterol e oferta de suco natural de laranja sem adição de açúcar, como exemplo de substituição alimentar saudável.

Os dados foram analisados de forma descritiva e reflexiva, considerando os relatos dos participantes, a receptividade da comunidade e a observação da prática farmacêutica, à luz da literatura científica e das diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa realizada na Farmácia Jonas Ramos possibilitou observar resultados relevantes na conscientização da comunidade acerca do colesterol e sua relação com a saúde cardiovascular. Durante a atividade, foram distribuídos folders explicativos sobre as diferenças entre o colesterol LDL (“ruim”) e HDL (“bom”), acompanhados de orientações sobre hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada e prática regular de exercícios físicos. Além disso, foi ofertado suco natural de laranja sem adição de açúcar, utilizado como exemplo prático de substituição saudável, destacando os benefícios das fibras e vitaminas presentes na fruta para o controle do colesterol, em consonância com as recomendações do EBSERH (2022), que destacam a importância de ações educativas para prevenção do colesterol elevado.

A receptividade da população foi positiva, com relatos de desconhecimento prévio sobre os diferentes tipos de colesterol. Muitos participantes demonstraram surpresa ao compreender como escolhas alimentares e o estilo de vida influenciam diretamente a prevenção de doenças cardiovasculares, o que reforça achados da FIOCRUZ (2021), que relacionam o consumo de ultra processados e hábitos inadequados a maiores níveis de LDL e risco de dislipidemias. Após a intervenção, observou-se que diversos indivíduos manifestaram a intenção de realizar exames laboratoriais e adotar mudanças em seus hábitos, como incluir o consumo regular de frutas. Esses resultados reforçam o papel do farmacêutico como educador em saúde, ampliando sua atuação para além da dispensação de medicamentos.

Os resultados observados confirmam achados de Oliveira (2019) e da FIOCRUZ (2021), que associam o consumo de ultraprocessados ao aumento do colesterol LDL e ao risco cardiovascular.

A farmácia comunitária se mostrou um espaço estratégico de promoção da saúde, capaz de integrar informações acessíveis e práticas educativas de forma a estimular o autocuidado e a prevenção de doenças, conforme defendem as diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2025), que ressaltam a importância de ações multiprofissionais na redução do risco cardiovascular. A experiência ainda evidenciou que a combinação de recursos simples, como a entrega de material informativo e a oferta de um alimento saudável, associada ao diálogo direto com a comunidade, cria uma conexão eficaz. Essa abordagem potencializa o impacto das ações educativas, demonstrando que iniciativas de baixo custo e fácil execução podem gerar mudanças significativas na percepção da população sobre saúde e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elevação persistente do colesterol LDL constitui um fator de risco bem estabelecido para doenças cardiovasculares, incluindo infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral, devido ao processo de aterosclerose desencadeado pelo acúmulo lipídico nas artérias (Ministério da Saúde, 2022). Estudos recentes demonstram que o consumo frequente de alimentos ultra processados está fortemente associado ao aumento do LDL e a outras dislipidemias, ampliando o risco de complicações crônicas. (FIOCRUZ, 2021). Nesse contexto, a adoção de práticas alimentares saudáveis, como a substituição de alimentos industrializados por opções naturais, associada à prática regular de atividade física, é fundamental para a prevenção e o controle do colesterol elevado (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2025).

Evidências mostram que hábitos alimentares inadequados, ricos em ultra processados, associados ao sedentarismo, favorecem o aumento desse marcador lipídico (Simone et al., 2007).

Portanto, conclui-se que a redução dos níveis de LDL exige uma abordagem multiprofissional e integrada, envolvendo políticas públicas de saúde, acesso a medicamentos quando necessário, e, sobretudo, ações educativas baseadas em evidências, que reforcem o papel do farmacêutico e de outros profissionais como agentes essenciais na promoção da saúde cardiovascular.

Por fim, a farmácia comunitária se constitui em um espaço privilegiado de promoção da saúde, onde o farmacêutico atua como educador, contribuindo para a redução de fatores de risco e o fortalecimento das políticas públicas de prevenção cardiovascular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Dia do combate ao colesterol: Saúde reforça cuidados e amplia acesso a medicamentos.* Portal Gov.br, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/dia-do-combate-ao-colesterolsaude-reforca-cuidados-e-amplia-acesso-a-medicamentos. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Colesterol: o que isso quer dizer?* Eu Quero Me Alimentar Melhor, 30 ago. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/noticias/2022/colesterol-o-que-isso-quer-dizer. Acesso em: 24 set. 2025.

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. *Prevenção e informação são intensificadas no Dia Nacional de Combate ao Colesterol.* 07 ago. 2020. Atualizado em 21 nov. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/prevencao-e-informacao-sao-intensificadas-no-dia-nacional-de-combate-ao-colesterol. Acesso em: 24 set. 2025.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. *Estudo aponta associação entre alimentos ultraprocessados e risco de doenças.* 10 ago. 2021. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2021/08/estudo-aponta-associacao-entre-alimentos-ultraprocessados-e-risco-de-doencas. Acesso em: 24 set. 2025.

OLIVEIRA, L. A. de. *Impacto dos hábitos de vida sobre a hipercolesterolemia em adultos de uma Unidade Básica de Saúde.* 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Atenção Básica) – Universidade Federal do Paraná, Cambará, 2019. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70698. Acesso em: 24 set. 2025.

SIMONE, M. F. de et al. Avaliação do impacto da dieta e do exercício físico nas concentrações dos lipídios séricos. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 32-39, jul./ago. 2007. ISSN 1981-9927. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4841939. Acesso em: 24 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). *Novas diretrizes para colesterol tornam valores mais rígidos.* São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.sbcm.org.br/v2/index.php/not%C3%ADcias/4366-novas-diretrizes-para-colesterol-tornam-valores-mais-r%C3%ADgidos. Acesso em: 24 set. 2025.

COLESTEROL HDL E FARMÁCIA CLÍNICA: NOVOS OLHARES SOBRE A PREVENÇÃO DE EVENTOS CARDIOVASCULARES EM ADULTOS E IDOSOS

Categoria: Práticas de estágio

Denise Matachon[1]
Eduarda Natalia Arcontti[2]
Paola de oliveira[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – As doenças cardiovasculares estão entre as principais causas de mortalidade no Brasil e o colesterol é um dos fatores de risco modificáveis. O colesterol de lipoproteína de alta densidade (HDL-c), conhecido como "colesterol bom", exerce função protetora vascular. Este trabalho relata uma ação educativa desenvolvida na Farmácia Municipal Jonas Ramos, em Caçador (SC), com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do HDL na prevenção de doenças cardiovasculares. A atividade consistiu na entrega de folders explicativos e de chocolates 50% cacau, simbolizando escolhas alimentares benéficas ao perfil lipídico. Aproximadamente 15 pessoas participaram, demonstrando interesse e receptividade às orientações. A ação promoveu reflexões sobre hábitos de vida saudáveis e reforçou o papel do farmacêutico como educador em saúde. Conclui-se que iniciativas simples e de baixo custo podem favorecer o autocuidado e a prevenção de doenças crônicas, ampliando a atuação da farmácia clínica na atenção primária.

Palavras-chave: colesterol HDL; educação em saúde; farmácia clínica; doenças cardiovasculares; promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares continuam entre as principais causas de morbimortalidade no Brasil e no mundo, configurando-se como um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. Entre os fatores de risco modificáveis, destacam-se as alterações no perfil lipídico, especialmente os desequilíbrios nos níveis de colesterol. Nesse contexto, a lipoproteína de alta densidade (HDL-c), conhecida popularmente como "colesterol bom", tem papel protetor fundamental sobre o sistema cardiovascular, por participar do transporte reverso do colesterol e promover a remoção de lipídios das paredes arteriais, favorecendo sua excreção hepática. Além

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

disso, o HDL-c exerce efeitos anti-inflamatórios, antioxidantes e de preservação da função endotelial (Current Atherosclerosis Reports, 2022).

Estudos nacionais indicam que níveis persistentemente baixos de HDL-c estão associados ao aumento do risco de eventos cardiovasculares, principalmente em populações idosas (Freitas et al., 2009). No entanto, há crescente discussão sobre o fato de que valores elevados nem sempre garantem proteção, uma vez que a funcionalidade do HDL pode variar conforme fatores genéticos, metabólicos e ambientais. Dessa forma, torna-se relevante compreender não apenas a quantidade, mas também a qualidade funcional dessa lipoproteína (FIOCRUZ, 2021).

Do ponto de vista social e de saúde pública, ressalta-se a importância de ações educativas e preventivas voltadas à promoção de hábitos saudáveis e ao uso racional de medicamentos. Programas como o Farmácia Popular do Brasil, instituído pelo Ministério da Saúde em 2004, ampliam o acesso da população a medicamentos essenciais — como as estatinas — utilizados no controle do colesterol, reforçando a integração entre a atenção farmacêutica e as políticas públicas de prevenção cardiovascular.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do colesterol HDL na prevenção de doenças cardiovasculares e relatar a experiência de uma ação educativa realizada em farmácia comunitária, voltada à conscientização da população sobre hábitos de vida saudáveis e à valorização do papel do farmacêutico na promoção da saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e descritiva, desenvolvido durante o estágio supervisionado realizado entre os dias 9 e 25 de setembro de 2025, nas dependências da Farmácia Municipal Jonas Ramos, localizada no município de Caçador (SC). O local é destinado à dispensação gratuita de medicamentos e à orientação farmacêutica à população, o que possibilitou a integração entre a prática profissional e as ações de educação em saúde.

A atividade teve como foco a promoção da saúde cardiovascular e a conscientização da comunidade sobre o colesterol HDL ("colesterol bom"). A ação educativa foi conduzida por meio da abordagem direta aos usuários da farmácia, que receberam folders explicativos com informações sobre o papel do HDL na prevenção de doenças cardiovasculares, bem como orientações sobre hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis.

Como recurso lúdico e simbólico, foram distribuídos chocolates 50% cacau, representando uma alternativa alimentar que pode favorecer o perfil lipídico quando consumida de forma equilibrada. A estratégia teve o objetivo de tornar o conteúdo mais acessível e promover maior engajamento da comunidade.

Participaram aproximadamente 15 pessoas, selecionadas de forma aleatória, independentemente de idade ou sexo. As observações sobre a receptividade, o interesse e os questionamentos dos participantes foram registrados durante a ação e analisadas de forma reflexiva e descritiva, com base nos princípios da educação em saúde coletiva e nas evidências científicas atuais sobre dislipidemias e prevenção de doenças cardiovasculares.

Essa metodologia buscou integrar teoria e prática, permitindo vivenciar a atuação do farmacêutico clínico como agente de promoção da saúde na atenção primária e evidenciando o potencial das ações educativas de baixo custo como ferramentas de impacto positivo na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa realizada na Farmácia Municipal Jonas Ramos possibilitou observar resultados relevantes na conscientização da comunidade sobre o papel do colesterol HDL ("colesterol bom") e sua importância na prevenção de doenças cardiovasculares. Durante a atividade, foram entregues folders informativos abordando os conceitos de HDL e LDL, os fatores de risco associados à dislipidemia e as práticas que favorecem o aumento do HDL, como alimentação equilibrada, redução do consumo de ultraprocessados e prática regular de exercícios físicos.

O uso de chocolates 50% cacau como recurso simbólico despertou a curiosidade dos participantes e facilitou o diálogo sobre escolhas alimentares mais saudáveis. Esse elemento lúdico se mostrou eficaz para aproximar o público e transformar o conteúdo técnico em uma experiência educativa e participativa.

No total, 15 pessoas participaram da ação, e a maioria demonstrou interesse e receptividade às orientações recebidas, relatando desconhecimento prévio sobre o colesterol HDL e suas funções. Alguns participantes manifestaram a intenção de realizar exames laboratoriais e adotar hábitos mais saudáveis, o que evidencia o impacto positivo da atividade sobre a percepção de autocuidado.

Esses resultados estão em consonância com estudos recentes que destacam o papel do HDL-c como marcador protetor contra a aterosclerose e os eventos cardiovasculares, atuando no transporte reverso de colesterol e na proteção endotelial (CURRENT Atherosclerosis Reports, 2022; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC), 2023). Da mesma forma, Freitas et al. (2009) ressaltam a importância do acompanhamento clínico dos níveis lipídicos, sobretudo em populações idosas, nas quais o risco cardiovascular é elevado.

A experiência reforça ainda a importância do farmacêutico clínico na atenção primária à saúde, como agente educador e multiplicador de informações baseadas em evidências. A farmácia comunitária, nesse contexto, se mostra um espaço estratégico para ações de educação em saúde acessíveis, contínuas e de baixo custo, capazes de promover o autocuidado e fortalecer o vínculo entre profissionais de saúde e comunidade.

Portanto, a intervenção prática não apenas ampliou o conhecimento da população sobre o colesterol HDL, mas também evidenciou a capacidade das ações educativas farmacêuticas de contribuir para a prevenção de doenças crônicas e a melhoria da qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio supervisionado possibilitou vivenciar a prática farmacêutica sob a perspectiva da educação em saúde, destacando o papel do colesterol HDL como marcador essencial na prevenção de doenças cardiovasculares e o potencial da farmácia comunitária como espaço de promoção do autocuidado. A ação desenvolvida, por meio da entrega de folders educativos e chocolates 50% cacau, demonstrou ser uma estratégia acessível, de baixo custo e com grande potencial de impacto na conscientização da população.

A iniciativa favoreceu a aproximação entre a equipe farmacêutica e a comunidade, promovendo o diálogo sobre hábitos de vida saudáveis e a importância do acompanhamento clínico periódico. As reações positivas dos participantes e o interesse despertado pelas orientações indicam que ações educativas simples podem gerar mudanças significativas de percepção e comportamento, contribuindo para a prevenção de dislipidemias e a redução de fatores de risco cardiovasculares.

Conclui-se que o farmacêutico clínico exerce papel fundamental na atenção primária à saúde, atuando não apenas na dispensação de medicamentos, mas também na orientação, educação e promoção da saúde da população. Recomenda-se que iniciativas semelhantes sejam ampliadas e replicadas em outros contextos, com o acompanhamento longitudinal dos resultados, a fim de fortalecer o impacto das práticas educativas farmacêuticas sobre a saúde cardiovascular e a qualidade de vida da comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e a farmácia municipal do Jonas Ramos, pela oportunidade e apoio na realização desse projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Farmácia Popular do Brasil.* Brasília, DF, 2004.

CURRENT Atherosclerosis Reports. *High-density lipoprotein functionality and cardiovascular risk. Current Atherosclerosis Reports*, v. 24, n. 7, p. 567-578, 2022.

FREITAS, E. V.; PY, L.; NERI, A. L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; ROCHA, S. M. O. *Tratado de geriatria e gerontologia.* 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. *Estudo aponta associação entre consumo de ultraprocessados e risco de doenças cardiovasculares.* Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br. Acesso em: 24 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). *Diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose – Atualização 2023. Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 120, n. 4, p. 1–50, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc. Acesso em: 24 set. 2025.

HIPERTENSÃO ARTERIAL E ESTILO DE VIDA: AÇÕES EDUCATIVAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Categoria: Práticas de estágio

Gustavo Luiz Ventz[1]
João Vitor dos Santos[2]
Paula Maia[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um distúrbio crônico de alta prevalência e um dos principais fatores de risco para complicações cardiovasculares graves, como acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio. Estilo de vida inadequado — alimentação rica em sódio, sedentarismo, tabagismo, consumo excessivo de álcool e estresse — está diretamente associado à elevação da pressão arterial. Embora o tratamento medicamentoso seja essencial, mudanças no estilo de vida são fundamentais para a prevenção e o controle da doença. Este trabalho, de caráter qualitativo e educativo, relata uma ação desenvolvida por acadêmicos de Farmácia na Farmácia Escola e no Hospital Jonas Ramos, em Caçador (SC), com a distribuição de folders informativos e amostras de chá de hibisco, reconhecido por suas propriedades hipotensoras. A iniciativa promoveu o diálogo com a comunidade e despertou interesse sobre terapias naturais complementares ao tratamento convencional. Conclui-se que ações de educação em saúde e incentivo a hábitos saudáveis podem contribuir significativamente para a prevenção da hipertensão e a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: hipertensão; distúrbio; doença; dietas; obesidade.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica crônica caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial, estando diretamente associada ao aumento do risco de complicações cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. É reconhecida como um dos principais problemas de saúde pública no Brasil e no mundo, acometendo cerca de um terço da população adulta, muitas vezes de forma silenciosa e sem diagnóstico precoce.

Diversos fatores estão relacionados ao desenvolvimento e à progressão da hipertensão, destacando-se o estilo de vida inadequado, que inclui alimentação rica em sódio e gorduras, sedentarismo, tabagismo, consumo excessivo de álcool e estresse emocional. Esses fatores

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

comportamentais, quando não controlados, contribuem para o aumento da pressão arterial e para o surgimento de outras doenças crônicas não transmissíveis.

Além dos impactos individuais, a hipertensão representa um problema social e econômico, gerando elevados custos com hospitalizações e tratamentos de suas complicações. Assim, o enfrentamento dessa condição requer uma abordagem multidimensional, que envolva ações interdisciplinares e estratégias de educação em saúde, capazes de promover o autocuidado e a adoção de hábitos saudáveis pela população.

Nesse contexto, o farmacêutico desempenha papel fundamental na atenção primária à saúde, atuando na promoção do uso racional de medicamentos e na orientação de práticas preventivas. O desenvolvimento de atividades educativas voltadas à conscientização sobre a hipertensão contribui para fortalecer a adesão terapêutica e reduzir os riscos associados à doença.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre hipertensão arterial e estilo de vida, destacando a importância das ações educativas e das mudanças de hábitos como estratégias eficazes de prevenção e controle da doença.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e exploratória, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A ação educativa ocorreu no Hospital Jonas Ramos, no município de Caçador (SC), no dia 7 de outubro de 2025, com o objetivo de conscientizar a população sobre a prevenção e o controle da hipertensão arterial sistêmica (HAS). A atividade foi planejada e preparada na Farmácia Escola da UNIARP, onde os acadêmicos produziram 15 embalagens de chá de hibisco (Hibiscus sabdariffa L.), devidamente higienizadas e rotuladas, além de folders informativos sobre hábitos saudáveis e controle da pressão arterial.

A escolha do chá de hibisco foi fundamentada em estudos que relatam suas propriedades antioxidantes e hipotensoras, como descrito por Hashemi et al. (2024). Durante a ação, os materiais foram distribuídos à comunidade, acompanhados de orientações sobre o uso seguro de terapias naturais, ressaltando que essas práticas não substituem o tratamento medicamentoso.

Os dados foram obtidos por meio de observação direta e feedback verbal dos participantes, sendo analisados de forma descritiva e reflexiva, considerando o impacto educativo e a adesão da população às recomendações de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa teve boa aceitação pela comunidade, especialmente entre os idosos, público que demonstrou familiaridade com o uso de chás para fins terapêuticos. Os participantes relataram curiosidade e receptividade às informações sobre o chá de hibisco e sua relação com o controle da pressão arterial.

Durante as orientações, os acadêmicos reforçaram a importância da adesão ao tratamento medicamentoso e dos hábitos saudáveis, destacando o chá como medida complementar e segura quando utilizada sob orientação profissional.

O feedback dos participantes evidenciou o impacto positivo da intervenção, com relatos de maior compreensão sobre os riscos da automedicação e da necessidade de acompanhamento regular.

Esses resultados corroboram os achados de Radovanovic et al. (2014) e Ferreira et al. (2024), que destacam a educação em saúde como fator determinante para o controle da hipertensão e redução de desfechos cardiovasculares. A vivência também reforçou a importância da atuação do farmacêutico como educador em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipertensão arterial sistêmica representa um importante desafio para a saúde pública devido à sua alta prevalência e às complicações que acarreta. Entretanto, trata-se de uma condição prevenível e controlável quando há mudança efetiva nos hábitos de vida.

O projeto desenvolvido demonstrou que ações simples e educativas, como a distribuição de folders e o uso de plantas medicinais com respaldo científico, podem promover a conscientização e o engajamento da população.

Conclui-se que a abordagem interdisciplinar e a inserção do farmacêutico nas práticas de educação em saúde são essenciais para o controle da hipertensão e para o fortalecimento das políticas de promoção da qualidade de vida. Recomenda-se a continuidade e ampliação dessas ações em outros contextos comunitários, integrando estratégias preventivas e terapêuticas complementares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. et al. *Hipertensão arterial sistêmica: uma revisão da literatura atual. Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 4, p. 15200-15210, 2022. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2682. Acesso em: 9 out. 2025.

FERREIRA, A. M. et al. *Hipertensão e risco cardiovascular: associação direta com desfechos cardiovasculares. International Journal of Cardiovascular Sciences*, v. 37, n. 1, p. 80-88, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11495811/. Acesso em: 9 out. 2025.

HASHEMI, S. A.; BAKHTIARI, S. et al. *Roselle (Hibiscus sabdariffa L.) extract as an adjunct to valsartan in patients with mild chronic kidney disease: a double-blind randomized controlled clinical trial. Avicenna Journal of Phytomedicine*, v. 14, n. 4, p. 505-519, 2024.

LIMA, J. R.; CORDEIRO, P. L. *Relação entre hábitos de vida, aspectos clínicos e pressão arterial em pacientes hipertensos. Enfermagem em Foco*, v. 13, n. 1, e202225, 2022. Disponível em: https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-13-e-202225/2357-707X-enfoco-13-e-202225.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

MORAES, A. C.; SANTOS, M. P.; LOPES, D. F. *Hipertensão arterial e fatores associados: revisão integrativa. Revista de Saúde Pública*, v. 56, n. 122, p. 1-9, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2022.v56/122/pt/. Acesso em: 9 out. 2025.

NASCIMENTO, B. R. et al. *Comportamentos em saúde e o controle da hipertensão: contribuição para o controle da doença. Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 7, e00091018, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35n7/e00091018/. Acesso em: 9 out. 2025.

OLIVEIRA, L. M.; SANTOS, R. F.; COSTA, J. P. *Fatores associados à ocorrência de hipertensão arterial em uma população brasileira. Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 24, n. 2, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8462968/. Acesso em: 9 out. 2025.

RADOVANOVIC, C. A. T. et al. *Hipertensão arterial e outros fatores de risco associados às doenças cardiovasculares em adultos. Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 22, n. 6, p. 959-967, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/98MYtgmnbDSm5rR4pGMgcRk/. Acesso em: 9 out. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). *Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 116, supl. 1, p. 516-658, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9949730/. Acesso em: 9 out. 2025.

TEIXEIRA, E. R. et al. *O estilo de vida do cliente com hipertensão arterial e implicações para o autocuidado. Revista de Enfermagem UERJ*, v. 14, n. 2, p. 211-216, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/BknvMBtg3yj63B4XHJN6xgc/. Acesso em: 9 out. 2025.

HIPOTENSÃO ARTERIAL: O LADO OCULTO DA SAÚDE CARDIOVASCULAR

Categoria: Prática de estágio

Franciele Aparecida Correia[1]
Louise de Borba[2]
Sabrina Eduarda Varotto Bertoni[3]
Débora Soares de Souza Marins[4]

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a elaboração e entrega de um folder educativo com orientações sobre a hipotensão arterial, desenvolvido por acadêmicos do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na Assistência Farmacêutica do Complexo Jonas Ramos, em Caçador (SC). O objetivo da atividade foi oferecer informações acessíveis à população sobre sintomas, causas e formas simples de prevenção da pressão baixa. O material foi elaborado em linguagem clara e voltado principalmente a idosos e usuários de medicamentos contínuos. Como complemento simbólico, foi entregue um copo de suco de uva, utilizado como exemplo de alimento que pode auxiliar na recuperação de quadros leves de hipotensão. A ação reforçou a importância da educação em saúde e da comunicação acessível entre profissionais e usuários do SUS. Conclui-se que iniciativas simples, quando bem estruturadas, fortalecem o papel do farmacêutico como promotor do autocuidado e ampliam a compreensão da população sobre os cuidados com a pressão arterial.

Palavras-chave: Hipotensão; pressão baixa; coração; tontura; circulação.

INTRODUÇÃO

A hipotensão arterial, também conhecida como pressão baixa, é caracterizada por níveis de pressão arterial abaixo do considerado normal, podendo causar tontura, fraqueza, visão turva e desmaios. Embora seja menos discutida que a hipertensão, pode comprometer a qualidade de vida e aumentar o risco de quedas e acidentes, especialmente em idosos (BRASIL, 2022).

Estudos nacionais evidenciam que a hipotensão ortostática apresenta prevalência significativa entre adultos e idosos, associando-se à idade avançada, uso de anti-hipertensivos, variação postural e comorbidades cardiovasculares (VELTEN; MILL et al., 2019). A falta de informação sobre seus sintomas e prevenção contribui para subnotificação e automanejo inadequado.

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Com o intuito de ampliar a conscientização sobre o tema, acadêmicos do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desenvolveram uma ação educativa na Farmácia do SUS do Complexo Jonas Ramos, em Caçador (SC). A iniciativa consistiu na elaboração de um folder informativo sobre hipotensão arterial e na oferta simbólica de suco de uva, utilizado como exemplo de alimento que pode auxiliar em casos leves de queda de pressão.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da ação educativa e discutir a importância da comunicação acessível como estratégia de promoção da saúde cardiovascular.

METODOLOGIA

A ação educativa foi realizada na Farmácia do SUS do Complexo Hospitalar Jonas Ramos, em Caçador (SC), por acadêmicos do curso de Farmácia da UNIARP, sob orientação docente. O objetivo foi desenvolver um material educativo sobre hipotensão arterial em linguagem simples, destinado à população idosa e usuários de medicamentos de uso contínuo.

O folder informativo abordou o conceito de hipotensão, sintomas comuns (tontura, fraqueza, palidez e visão turva), causas e medidas básicas para lidar com episódios leves de queda de pressão. O material foi produzido na Farmácia Escola da UNIARP, utilizando linguagem visual e acessível.

Como parte simbólica da ação, os acadêmicos ofereceram copos de suco de uva integral, bebida rica em carboidratos simples e polifenóis, que pode auxiliar na recuperação da pressão em situações momentâneas. A entrega do material foi acompanhada de orientações e conversas informais com os usuários, enfatizando que a automedicação e o uso de substâncias estimulantes devem ser evitados.

A atividade foi conduzida com base nos princípios da educação em saúde e da promoção do autocuidado, valorizando o diálogo e a escuta ativa como instrumentos de aprendizado coletivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa sobre hipotensão arterial contribuiu significativamente para aumentar a conscientização dos usuários da Farmácia do SUS acerca dos cuidados preventivos e das medidas imediatas em casos de pressão baixa. A entrega dos folders permitiu difundir informações de forma simples e efetiva, estimulando a busca por orientação profissional.

Observou-se que muitos idosos relataram já ter experimentado sintomas como tontura e fraqueza, mas não associavam esses episódios à hipotensão. Esse dado reforça a necessidade de ações contínuas de educação em saúde, especialmente em contextos de atenção básica.

A atividade também favoreceu o fortalecimento do vínculo entre os acadêmicos e a comunidade, aproximando a prática farmacêutica da realidade local. Resultados semelhantes foram descritos por Gardenghi e Balestra (2017), que destacam a importância da educação em saúde para reduzir o risco de quedas e acidentes decorrentes da hipotensão ortostática.

Assim, a vivência demonstrou que estratégias educativas simples, quando aliadas à comunicação clara e acolhedora, são eficazes na promoção da saúde cardiovascular e no empoderamento do paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e distribuição do folder sobre hipotensão arterial proporcionou aos acadêmicos a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico na prática, evidenciando a importância da educação em saúde na atenção primária. A ação reforçou o papel da farmácia comunitária como espaço de promoção da saúde e mostrou que iniciativas simples podem gerar grande impacto na conscientização da população.

Conclui-se que a comunicação acessível e o uso de materiais educativos atrativos são fundamentais para aproximar o conhecimento científico do público, especialmente entre idosos. A experiência destacou também o papel do farmacêutico como educador e agente de transformação social, fortalecendo sua atuação no cuidado integral e na prevenção de agravos à saúde.

Recomenda-se que ações semelhantes sejam realizadas periodicamente, a fim de ampliar o alcance das práticas educativas e consolidar a presença do farmacêutico no âmbito da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Educação em saúde: orientações para a Atenção Básica.* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://aps.saude.gov.br. Acesso em: 9 out. 2025.

GARDENGHI, G.; BALESTRA, M. L. *Fisiopatologia da hipotensão postural e da intolerância ortostática. Revista Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 182-188, 2017. Disponível em: https://journals.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1225. Acesso em: 9 out. 2025.

MIRANDA NETO, M. H. C. *Efeitos do suco de uva integral sobre a pressão arterial, perfil lipídico e função endotelial de idosos.* 2015. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPB. Acesso em: 9 out. 2025.

VELTEN, C. C.; MILL, J. G. et al. *Prevalência e fatores associados à hipotensão ortostática: estudo longitudinal de saúde do adulto (ELSA-Brasil). Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, 2019. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/6997. Acesso em: 9 out. 2025.

O FARMACÊUTICO E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Categoria: Práticas de Estágio

Bruna Schumacher Flor[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O presente trabalho discute o papel do farmacêutico na humanização do atendimento em laboratórios de análises clínicas, destacando sua importância para a qualidade dos serviços e para a experiência do paciente. A atuação desse profissional vai além da execução técnica de exames, envolvendo escuta ativa, acolhimento e orientação, especialmente em situações em que o paciente se encontra fragilizado. O farmacêutico participa de todas as etapas do processo laboratorial, da coleta à interpretação dos resultados, garantindo diagnósticos mais precisos e maior confiabilidade. Estudos demonstram que sua presença contribui para a prevenção de erros, padronização de processos e fortalecimento do vínculo entre paciente e equipe multiprofissional. Além disso, a formação acadêmica e o estágio supervisionado são fundamentais para desenvolver competências técnicas e humanas, como empatia, responsabilidade e comunicação. A experiência prática permite ao futuro profissional compreender a importância da biossegurança, do manejo adequado de equipamentos e da gestão laboratorial. O farmacêutico, portanto, representa o elo entre a tecnologia e o cuidado centrado na pessoa, sendo peça-chave para a promoção de um atendimento mais ético e humanizado. Ao unir rigor científico e sensibilidade, esse profissional contribui de forma decisiva para o fortalecimento do sistema de saúde e para a valorização do cuidado integral ao paciente.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. SUS. Equipe Multidisciplinar.

INTRODUÇÃO

O cuidado em saúde vai muito além da realização de diagnósticos e do fornecimento de medicamentos, envolvendo também a forma como os pacientes são acolhidos e orientados. Em patologias crônicas, como o diabetes mellitus tipo 2, observa-se que a atuação do farmacêutico contribui significativamente para melhorias clínicas e para a adesão ao tratamento, justamente pela proximidade e pelo vínculo estabelecido entre profissional e paciente (Silva et al., 2023). Essa experiência evidencia que, nos laboratórios de análises clínicas, o papel do farmacêutico também é fundamental, não apenas na garantia da qualidade técnica dos exames, mas sobretudo na humanização do atendimento, oferecendo suporte, esclarecimentos e segurança a indivíduos que muitas vezes chegam fragilizados diante de suas condições de saúde.

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A humanização no atendimento em saúde envolve práticas que valorizam a escuta ativa, o respeito às necessidades individuais e o fortalecimento do vínculo entre profissional e paciente. No contexto laboratorial, essa postura é essencial para reduzir a ansiedade, proporcionar acolhimento e promover maior confiança nos procedimentos realizados. A forma como o paciente é atendido influencia diretamente sua percepção sobre a qualidade dos serviços, o que reforça a importância do farmacêutico como mediador entre a tecnologia dos exames e o cuidado humano. Assim, a presença do farmacêutico nas análises clínicas não se restringe à execução de técnicas laboratoriais, mas também à oferta de um atendimento empático e centrado na pessoa (Pereira; Benchaya 2021).

Além disso, a atuação do farmacêutico bioquímico nas análises clínicas envolve responsabilidade em todas as etapas, desde a coleta até a interpretação dos resultados, garantindo maior segurança e confiabilidade. Estudos, como o de Aguiar et al. (2021), ressaltam que esse profissional é essencial para assegurar diagnósticos mais precisos e evitar falhas que possam comprometer o tratamento. Quando associada a uma prática humanizada, essa postura permite não apenas oferecer resultados laboratoriais de qualidade, mas também acolher o paciente em suas fragilidades, reforçando a confiança no serviço prestado. Dessa forma, o farmacêutico nos laboratórios de análises clínicas representa o elo entre a competência técnica e o cuidado centrado no ser humano.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a atuação do farmacêutico nos laboratórios de análises clínicas ultrapassa a dimensão técnica, assumindo também um papel estratégico na promoção de um atendimento mais humano e acolhedor. Considerando que o paciente busca não apenas resultados confiáveis, mas também segurança e empatia durante o processo, é essencial compreender de que forma esse profissional pode contribuir para integrar qualidade, humanização e confiança no serviço laboratorial. Assim, o presente artigo tem como objetivo discutir o papel do farmacêutico na humanização do atendimento em laboratórios de análises clínicas, destacando sua importância na melhoria da experiência do paciente e na valorização do cuidado em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise narrativa de literatura, realizada por meio de consulta a artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico e PubMed. Foram utilizadas como Palavras-chave: "farmacêutico", "análises clínicas" e "humanização do atendimento", empregando-se o conector "e" quando necessário. Os critérios de inclusão consideraram publicações em português e inglês, com texto completo disponível e que abordassem diretamente a atuação do farmacêutico em laboratórios de análises clínicas sob a perspectiva da humanização. Como critérios de exclusão, descartaram-se estudos fora do recorte temporal definido, trabalhos que não apresentavam dados relevantes ao tema ou que não se relacionavam à prática farmacêutica.

O estágio foi realizado na Farmácia Municipal de Santa Cecília (SC), no período de 08 de outubro a 21 de novembro de 2025, com carga horária total de 192 horas, distribuídas em 6 horas diárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura mostra que a atuação do farmacêutico nos laboratórios de análises clínicas vai além da execução de exames, abrangendo desde a fase pré-analítica até a pós-analítica, o que garante maior qualidade e confiabilidade nos laudos emitidos. De acordo com Lavor et al. (2023), esse profissional desempenha um papel estratégico na mediação entre tecnologia, equipe de saúde e paciente, contribuindo para diagnósticos mais seguros e para a tomada de decisões clínicas. Além disso, os autores destacam que as atribuições do farmacêutico se organizam em três eixos principais: cuidados em saúde, tecnologia e inovação em saúde, e gestão em saúde, demonstrando que sua atuação é essencial tanto no aspecto técnico quanto no cuidado centrado no paciente.

Segundo Caixeta (2022), o farmacêutico também exerce papel fundamental na prevenção de erros, na padronização de processos e na implementação de medidas de biossegurança, assegurando maior confiabilidade nos resultados laboratoriais. Os autores ressaltam ainda que a presença desse profissional na rotina laboratorial fortalece o vínculo entre equipe multiprofissional e paciente, pois, além do domínio técnico, ele contribui para um atendimento mais acolhedor e humanizado. Essa integração entre competência científica e sensibilidade no cuidado reforça a importância do farmacêutico como mediador essencial entre tecnologia, qualidade e saúde do indivíduo.

A experiência prática em laboratórios de análises clínicas também reforça a relevância da integração entre teoria e prática na formação e atuação do farmacêutico. A vivência em um laboratório de saúde pública possibilita ao profissional e ao estudante compreender não apenas os procedimentos técnicos, como coleta, análise e descarte de amostras, mas também a importância da biossegurança e da gestão laboratorial. Essa inserção favorece o desenvolvimento de competências essenciais, como a habilidade no manejo de equipamentos, a interpretação de exames e a organização dos fluxos de trabalho.

Além disso, evidencia-se que o farmacêutico não se restringe a um papel técnico, mas atua como protagonista no cuidado em saúde, garantindo diagnósticos mais precisos e contribuindo para a humanização do atendimento por meio do acolhimento e da orientação ao paciente (Freire et al., 2023).

A formação acadêmica exerce influência direta na forma como o farmacêutico atua nos laboratórios de análises clínicas, sobretudo no que diz respeito à humanização do atendimento. O estágio supervisionado, segundo Melo e Vilela (2020), configura-se como um espaço essencial de profissionalização, pois permite ao estudante vivenciar situações que exigem tanto competência técnica quanto sensibilidade no cuidado com o paciente.

Essa experiência possibilita a construção de habilidades críticas e reflexivas, fundamentais para um atendimento humanizado, em que a escuta, o acolhimento e o vínculo com o paciente são priorizados. Assim, a prática no ambiente laboratorial, quando bem estruturada e acompanhada, contribui não apenas para a segurança dos resultados diagnósticos, mas também para consolidar uma postura ética e humanizada no futuro profissional farmacêutico.

Por fim, o farmacêutico exerce papel estratégico na gestão da qualidade e na promoção da humanização, atuando desde a padronização de procedimentos até o acolhimento individualizado. A clareza das informações prestadas, o investimento em formação contínua e o compromisso com a escuta ativa são fatores que fortalecem a confiança do paciente nos serviços laboratoriais. Dessa forma, ao unir rigor científico e sensibilidade humana, o farmacêutico contribui não apenas para diagnósticos mais seguros, mas também para a valorização do cuidado em saúde e para a fidelização dos usuários (Bueno, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências apresentadas, torna-se clara a relevância da atuação do farmacêutico nos laboratórios de análises clínicas não apenas como executor técnico, mas como um agente ativo na promoção da humanização do atendimento em saúde. Ao integrar conhecimento científico, habilidades práticas e sensibilidade no trato com o paciente, esse profissional assume um papel estratégico que impacta diretamente na qualidade dos serviços laboratoriais, na segurança dos diagnósticos e na construção de um ambiente mais acolhedor. A presença do farmacêutico, portanto, contribui para a criação de vínculos de confiança entre paciente e equipe de saúde, promovendo um cuidado mais ético, empático e centrado na pessoa.

Além disso, a formação acadêmica e a vivência prática em ambientes laboratoriais mostram-se fundamentais para consolidar competências que ultrapassam a técnica, incorporando valores como escuta ativa, responsabilidade e empatia. Ao valorizar tanto a qualidade dos resultados quanto a experiência do paciente, o farmacêutico reforça seu papel como elo entre a ciência e o cuidado humanizado. Assim, sua atuação representa uma importante contribuição para o fortalecimento do sistema de saúde, garantindo não apenas a eficácia dos procedimentos laboratoriais, mas também o respeito à dignidade e às necessidades individuais de cada paciente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR , Jean Bastianello, et al. A importância do farmacêutico bioquímico no diagnóstico da púrpura trombocitopênica idiopática (PTI). Research, Society and Development, v. 10, n. 9, 2021. Acesso em 15 set. 2025

BUENO, Fátima Gisele de Sousa. Atendimento humanizado em laboratórios de análises clínicas: revisão de literatura. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Farmácia, Natal, 2025.

CAIXETA, Warlei José. A importância da atuação do profissional farmacêutico em laboratório de análises clínicas. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 34816-34827, maio 2022. Acesso em: 15 set. 2025.

DA SILVA, Leticia Christielle Ferreira; BENCHAYA, Aline de Almeida. Atuação do farmacêutico bioquímico no setor laboratorial em tempo de pandemia da COVID-19 Performance of the biochemical pharmacist in the laboratory sector during the COVID-19 pandemic. Brazilian

Journal of Development, v. 7, n. 11, p. 106543-106560, 2021. DOI:10.34117/bjdv7n11-339. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, Jhullyara Moraes; MATOS, Helen Regina Silva Sodré de; MOURA, Daniel; SANTOS, Gleice; RIBEIRO, Elenice; SANTOS, Carina Carvalho dos. O profissional farmacêutico em um laboratório de saúde pública: relato de experiência na imunologia clínica. Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 47, n. 3, p. 273-281, jul./set. 2023. DOI: 10.22278/2318-2660.2023.v47.n3.a3994. Acesso em: 15 set. 2025.

LAVOR, Lucia Cristina Holanda de; AMORIM, Samuel Ilo Fernandes de; GOMES, Charmenes Alves; TEIXEIRA NETO, Paulo Florentino. Atuação do profissional farmacêutico no laboratório de análises clínicas: atribuições e desafios. Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation, v. 1, n. 1, p. 37-42, jul. 2023. Acesso em: 15 set. 2025.

MELO, Adriano Cavalcante; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Estágio em análises clínicas: a visão da gestão e egressos de Farmácia. Revista Portal: Saúde e Sociedade, v. 5, n. 3, p. 1504-1517, 2020. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, A. de A.; VITÓRIA, C. S. M.; LANDULFO, H. de J.; SANTOS, L. da S. B.; NERI, F. S. M. A RELEVÂNCIA DO CUIDADO FARMACÊUTICO NO MANEJO DO DIABETES TIPO 2 – UMA REVISÃO INTEGRATIVA. REVISTA FOCO, *[S. l.]*, v. 16, n. 12, p. e3963, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n12-143. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3963. Acesso em: 14 set. 2025.

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Categoria: Práticas de Estágio

Alessandra Ignácio da Cruz[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – Este trabalho aborda a atuação do farmacêutico dentro do laboratório de análises clínicas, destacando suas responsabilidades técnicas, administrativas e de atendimento clínico, além dos obstáculos que podem surgir no dia a dia. O farmacêutico desempenha papel fundamental nas etapas pré-analíticas, analíticas e pós-analíticas assim assegurando a precisão e a confiabilidade dos resultados que influenciam diretamente na decisão clínica e o tratamento correto para o paciente. Além disso, a pesquisa analisa a relevância da integração do setor farmacêutico juntamente com a equipe multidisciplinar, a conformidade com as resoluções atuais e a necessidade da educação continuada dos profissionais para acompanhar as inovações e tecnológicas e normativas. Por último, é destacada a necessidade de manter a documentação adequada para garantir a segurança e a qualidade nos processos do laboratório. O estudo destaca que a presença do farmacêutico é crucial para a eficácia dos serviços laboratoriais, ajudando a promover a saúde pública e a melhoria constante da prática profissional.

Palavras-chave: Análises Clínicas; Farmacêutico; Educação Continuada.

INTRODUÇÃO

O setor de análises clínicas tem papel fundamental na identificação, prevenção e acompanhamento de enfermidades. Neste cenário, o farmacêutico responsável pela análise clínica ocupa uma posição crucial na asseguração da qualidade dos procedimentos nas etapas pré-analíticas, analíticas e pós-analíticas dos testes de laboratório. Assim assegurando a precisão dos resultados e, garantindo a eficácia do tratamento correto para o paciente (Cruz; Silva, 2023).

O papel do farmacêutico vai além das funções técnicas, a administração de laboratórios, inovação em tecnologia e a colaboração com a equipe multidisciplinar de saúde também fazem parte das funções do farmacêutico dentro do laboratório de análises. A presença desses profissionais nas equipes clínicas favorece uma análise mais precisa dos resultados e a comunicação eficaz, garantindo um atendimento integro e cooperativo ao paciente. No entanto, esse profissional se depara com desafios significativos, como a adaptação a uma crescente automação, a exigência de atualização constante e o cumprimento rigoroso das normativas sanitárias atuais, evidenciando uma prática em constante evolução (Brasil, 2005; Brasil, 2023).

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Frente essas responsabilidades, as funções e os desafios enfrentados pelo farmacêutico em um laboratório de análises clínicas, destaca sua relevância dentro da equipe multidisciplinar, e a necessidade de atualização técnica e as regulamentações que guiam sua prática. É importante enfatizar a importância da educação contínua como ferramenta para o desenvolvimento profissional e para a melhoria da qualidade dos serviços laboratoriais, auxiliando na eficácia do atendimento laboratorial e na promoção da saúde coletiva (Costa; Oliveira; Santos, 2023).

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado como parte do estágio do curso de Farmácia da décima fase no Laboratório Municipal de Caçador, Santa Catarina, entre as datas de 22 de setembro e 12 de novembro de 2025, totalizando uma carga horária de 186 horas. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica exploratória, com abordagem qualitativa que envolveu a pesquisa e análise de artigos científicos, relacionados à atuação do farmacêutico em laboratórios de análises clínicas.

Foram utilizadas as bases de dados como Pubmed, Google Acadêmico, Scielo. A seleção dos artigos seguiu critérios que se relacionavam ao tema principal, abrangendo as responsabilidades, desafios, regulamentações vigentes e aspectos interdisciplinares da atividade farmacêutica nos laboratorios. Os textos escolhidos passaram por uma análise crítica para a estrutura e organização dos tópicos discutidos, visando integrar as informações e criar um panorama coerente e abrangente sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O farmacêutico exerce uma função crucial no setor de análise clínica, atuando como um elo entre a equipe técnica e o atendimento ao paciente. Conforme destacado por Cruz e Silva (2023), o profissional farmacêutico que analisa aspectos clínicos desempenha papel nas etapas pré-analítica, analíticas e pós-analíticas, assegurando a qualidade da coleta, processamento, análise e interpretação dos testes laboratoriais. Essa atuação impacta de forma direta na precisão dos diagnósticos, afetando tanto no tratamento quanto a segurança do paciente, o que reforça a relevância da presença desse profissional no cotidiano do laboratório.

Dentro do ambiente laboratorial, o farmacêutico enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade constante de se manter atualizado em relação ás inovações tecnológicas e às normas regulatórias. Estudos indicam que a automação crescente dos procedimentos laboratoriais demanda uma adaptação na atuação farmacêutica, abrangendo novas técnicas e uma gestão mais ampla, além de cuidados com a saúde que incluam iniciativas educativas e preventivas voltadas para pacientes e equipes multidisciplinares. Refletir sobre esses aspectos possibilita a ponderação do papel expandido do farmacêutico, que vai além de uma tarefa meramente técnica (Silva; Souza, 2021).

A cooperação farmacêutica dentro da equipe multidisciplinar é destacada como um ponto essencial para um cuidado integral ao paciente. Os artigos realçam que a cooperação entre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde facilita uma comunicação mais eficaz dos resultados dos exames laboratoriais e proporciona um suporte mais adequado para as decisões clínicas. Essa participação reforça a atuação do farmacêutico não só como realizador de testes,

mas também como um consultor técnico que auxilia na obtenção de diagnósticos mais precisos e tratamento mais efetivos (Costa; Oliveira: Santos, 2023).

O atendimento às determinações do Conselho Federal de Farmácia, como a RDC n° 302/2015 e a RDC n° 786/2023, é um pré-requisito fundamental para a atuação do farmacêutico em laboratórios de análises clínicas. Essas diretrizes estabelecem a responsabilidade técnica, a qualidade dos procedimentos laboratoriais e a segurança das informações geradas. O cumprimento dessas normas assegura que o laboratório funcione em conformidade com normas de saúde e técnicas, protegendo a saúde pública e garantindo a remuneração pelo serviço oferecido (Brasil, 2005; Brasil, 2023).

Para certificar a qualidade no trabalho, a formação contínua é essencial. O artigo ressalta que a formação incessante possibilita ao farmacêutico adaptar-se ás transformações tecnológicas, às inovações nos métodos de análises e as melhores práticas administrativas em laboratórios. Iniciativas organizadas de aprendizado contínuo são cruciais para o crescimento profissional, promovendo a atualização do conhecimento e a melhoria contínua, alinhando a prática aos avanços científicos e regulatórios (Cruz; Silva, 2023).

O monitoramento rigoroso da documentação é uma responsabilidade do farmacêutico que atua como responsável técnico. Os registros de procedimento operacionais, validação de metodologia, controle de qualidade e de aderência às regulamentações atuais são essenciais. Estas documentações iram garantir a rastreabilidade dos processos e a clareza das operações, critérios fundamentais para auditorias e para a afirmação de qualidade dos laudos laboratoriais, evidenciando a dedicação e o comprometimento do laboratório com a saúde da comunidade (Cruz; Silva, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do farmacêutico dentro de um laboratório de análises clínicas vai além da simples execução técnica, envolvendo também responsabilidades relacionadas à educação, gestão e a integração a equipe multidisciplinar. O trabalho desse profissional é fundamental para garantir a qualidade nos diagnósticos laboratoriais, tendo um impacto direto no atendimento ao paciente. A contínua atualização, a adesão às normas regulamentares e a cooperação com os outros membros da equipe de saúde são imprescindíveis para a excelência na prática farmacêutica em laboratórios, que se apresenta como um setor vital para a saúde pública atual.

Durante o período de estágio no Laboratório Municipal de Caçador, foi possível vivenciar na prática a importância do farmacêutico em todas as etapas que ocorrem dentro do laboratório. Ao acompanhar a rotina do laboratório foi possível observar a necessidade do controle de qualidade, conferência dos laudos, calibração dos equipamentos e na gestão dos insumos. A experiência permitiu compreender o quanto a atuação do farmacêutico é determinante para assegurar resultados confiáveis e a integração entre os setores técnicos e administrativos do laboratório.

A vivência proporcionou maior compreensão sobre os desafios enfrentados no cotidiano, como a necessidade de atualizações constante frente às mudanças tecnológicas e a responsabilidade de garantir o cumprimento das normas sanitárias. Essa experiência reforçou o

reconhecimento da importância do comprometimento ético, dedicação profissional e principalmente da educação continuada.

Assim, podemos concluir que a atuação do farmacêutico vai além da execução técnica envolvendo gestão, comunicação, ensino e trabalho em equipe. Sua presença e conhecimento contribuem diretamente para a qualidade dos diagnósticos, a segurança do paciente e o fortalecimento da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005**. Dispõe sobre o regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 786, de 5 de abril de 2023**. Dispõe sobre requisitos para laboratórios clínicos e serviços de apoio à diagnose. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2023.

COSTA, J. P.; OLIVEIRA, L. M.; SANTOS, R. F. **Importância do farmacêutico nas etapas pré-analítica, analítica e pós-analítica**. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v. 44, n. 1, p. 12–18, 2023. Disponível em: *https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov*. Acesso em: 15 out. 2025.

CRUZ, A. I.; SILVA, P. **A atuação do profissional farmacêutico no laboratório de análises clínicas: atribuições e desafios**. *Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation*, v. 2, n. 1, p. 37–42, 2023. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, M. A.; SOUZA, R. T. **A atuação do farmacêutico em laboratórios de análises clínicas: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 19, n. 2, p. 45–52, 2021. Disponível em: *https://www.scielo.br*. Acesso em: 15 out. 2025.

INTERVENÇÃO FARMACÊUTICA EM PACIENTE POLIMEDICADA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Categoria: Práticas de Estágio

Emely Caroline Horn[1]
Janine Guedes Hoffmann de Souza[2]
Maria Gabriela de Oliveira[3]
Patrícia Aparecida da Silva[4]
Jéssica Camile Favarin[5]

Resumo - O farmacêutico exerce papel central na segurança terapêutica, especialmente em pacientes polimedicados, atuando na prevenção de problemas relacionados a medicamentos (PRMs), interações medicamentosas e reações adversas. Inserido na equipe multiprofissional de saúde, contribui de forma significativa para a eficácia e a segurança do tratamento farmacoterapêutico. Este trabalho objetivou relatar o estudo de caso de uma paciente polimedicada, atendida durante o Estágio/IESC VI no Ambulatório da Uniarp (Caçador/SC), portadora de múltiplas comorbidades, considerando critérios como complexidade do tratamento e potencial risco de interações medicamentosas. Foi realizada consulta farmacêutica, na qual foi possível identificar e ajustar os PRMs. A partir dessas observações, elaborou-se um plano de cuidado individualizado, contendo uma tabela de horários e condutas descritas em linguagem acessível, com elementos visuais, promovendo maior compreensão, segurança e eficácia terapêutica durante as orientações ao paciente. Este caso evidencia a importância do cuidado clínico farmacêutico na Atenção Primária à Saúde, destacando seu papel na prevenção de riscos, na otimização dos resultados terapêuticos e na melhoraria da qualidade de vida do paciente.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica; Problemas Relacionados a Medicamentos; Polifarmácia.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS), por ser o principal ponto de entrada da população ao sistema público de saúde, tem como missão acolher os usuários, fortalecendo o vínculo entre equipe e comunidade, visando a responsabilidade pelo cuidado. Nesse contexto, o farmacêutico atua como parte da equipe multiprofissional, contribuindo para a segurança e eficácia dos tratamentos por meio do uso racional de medicamentos (Melo et al., 2021).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Considerando que o uso inadequado dos fármacos, as interações medicamentosas e a prática de polimedicação representam um grande risco para a saúde pública, a atenção farmacêutica torna-se fundamental na promoção do bem-estar do paciente, por meio de ações de acompanhamento, orientação e monitoramento do uso dos medicamentos por meio de intervenções mensuráveis (Silva et al., 2022).

Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo discutir os PRM e analisar o caso de uma paciente polimedicada com múltiplas comorbidades, propondo um plano de intervenção farmacêutica individualizada para otimizar sua farmacoterapia e promover resultados terapêuticos positivos.

METODOLOGIA

Este trabalho consistiu em um relato de caso com delineamento descritivo e abordagem qualitativa, de caráter narrativo e reflexivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 6.304.363 e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo participante.

A prática do Estágio/IESC VI, ocorreu com carga horário total de 60 horas, foi realizada entre os dias 5 de setembro e 9 de outubro de 2025, no Ambulatório da Uniarp localizado no Jonas Ramos, em Caçador/SC. As atividades ocorreram em pequenos grupos, sob supervisão docente, possibilitando a vivência do atendimento clínico farmacêutico. Durante o estágio, foram realizadas consultas farmacêuticas individuais, nas quais foi possível identificar os PRMs e realizar intervenções necessárias. Os atendimentos abrangeram pacientes referenciados de Unidades Básicas de Saúde e dos Ambulatórios do Jonas Ramos, com diferentes condições clínicas e polimedicados, permitindo o acompanhamento farmacoterapêutico. Para isso, foi selecionada uma paciente polimedicada com múltiplas comorbidades, considerando critérios como complexidade do tratamento e potencial risco de interações medicamentosas. O processo incluiu orientações a paciente com o objetivo de otimizar a farmacoterapia

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os PRMs são considerados um grave desafio de saúde pública devido à sua frequência e aos impactos negativos sobre a qualidade de vida e os desfechos clínicos que causam na vida dos pacientes. Além de contribuírem para o aumento da morbimortalidade, esses eventos geram altos custos para os sistemas de saúde (Abdin et al., 2020).

Estima-se que aproximadamente 5% a 6% das hospitalizações estão associadas ao uso inadequado de medicamentos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) alerta que mais da metade dessas ocorrências poderiam ser evitadas com estratégias de prevenção adequadas e acompanhamento farmacoterapêutico (Anvisa, 2020).

Conceitualmente, os PRMs são caracterizados como qualquer evento ou circunstância vinculada à farmacoterapia que possa comprometer os resultados esperados do tratamento. Uma vez que a utilização inadequada de medicamentos é uma das principais causas dessas ocorrências, que se manifestam como agravos de saúde capazes de gerar efeitos clínicos indesejados, impedindo o alcance dos objetivos terapêuticos esperados (Abdin et al., 2020).

Sabendo disso, o aumento da prevalência de doenças crônicas, principalmente em pacientes idosos, aliados à polifarmácia, intensifica a ocorrência de complicações. Essas situações podem gerar ou agravar alterações em diversos processos fisiológicos, incluindo aqueles ligados à farmacocinética e à farmacodinâmica (Souza et al., 2022).

Durante o estágio em farmácia clínica, foi acompanhado o caso de uma paciente do sexo feminino, 53 anos encaminhada pelo médico para avaliação por uso concomitante de múltiplos medicamentos, com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus tipo 2 descompensado, depressão, neuropatia diabética, fibromialgia e asma, relatando dores generalizadas decorrentes do quadro clínico e dificuldade em seguir o tratamento prescrito.

Na consulta farmacêutica, verificou-se o uso contínuo de 14 medicamentos, os quais eram tomados sem segurança, apresentando possíveis riscos de interações medicamentosas, além da baixa adesão ao tratamento ao seguir as orientações necessárias. Durante a anamnese observou-se que a paciente não possuía hábitos alimentares adequados que sua condição exige e não seguia uma rotina organizada para ingestão.

Diante deste caso foi realizado um estudo detalhado referente às possíveis interações para avaliar a farmacoterapia e foram identificados os PRMs de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - PRMs identificados durante o acompanhamento farmacêutico.

Tipo de PRM	Medicamento envolvido	Descrição do problema	Intervenção
Adesão	Insulina Regular	Hiperglicemia e descompensação metabólica, falha na adesão	Orientação quanto a importância da aplicação conforme prescrição e monitoramento da glicemia capilar.
Efetividade	Levotiroxina 75 mg	Comprometimento da absorção e efetividade terapêutica	Reorganização do horário de uso para tomar em jejum
Segurança	Beclometasona (inalatória)	Uso irregular e técnica inalatória incorreta	Orientação a respeito da técnica correta e da importância do uso contínuo.
	Trazodona + Duloxetina	Risco de síndrome serotoninérgica por uso concomitante	Reorganização dos horários de uso
	Carbamazepina + Zolpidem + Furosemida	Pode causar hiponatremia (náusea, fraqueza, sonolência)	Reorganização dos horários de uso

Fonte: Os autores (2025).

A partir da análise farmacoterapêutica, foi elaborada uma tabela personalizada de horários e condutas corretas (figura 1), com linguagem acessível e elementos visuais que facilitam o entendimento da paciente quanto ao uso correto das medicações. Essa intervenção permitiu reduzir o risco de interações promovendo maior segurança e eficácia terapêutica.

Figura 1 - Horário das medicações montado para a paciente

Horário das medicações Uniarp

Horario	Medicação	Conduta correta
JEJUM 07:30	1 cp Levotiroxina 75mcg	Levotiroxina 30 minutos **antes** da furosemida
CAFÉ DA MANHÃ	50UI Insulina NPH 1 cp Furosemida 40 mg	**Antes** do café da manhã
	2 cp Duloxetina 30mg 1 cp Metformina 850 mg 2 jatos beclometasona 250	**Após** o café da manhã
10:00	1 cp de Forxiga 10mg	
ALMOÇO	2 cp Sulfato ferroso 1 cp de Carvedilol 12,5 mg 1 cp Metformina 850 mg 1cp Gabapentina 300 mg	Sulfato ferroso 30 min a 1h **antes** do almoço, carvedilol, gabapentina e metformina **após**
13:00	50 UI Insulina NPH	
16:00	1 cp Furosemida 40 mg	
20:00	1 cp de Ciclobenzaprina 10mg 1 cp de Carbamazepina 200 mg	Evitar uso junto com trazodona
21:30	1 cp de Trazodona 50mg 2 jatos Beclometasona 250 50 UI Insulina NPH	**Antes** do jantar
JANTA	1 cp Metformina 500 mg 1 cp Carvedilol 12,5mg 1 cp Gabapentina 300mg 1cp Sinvastatina 40mg	**Após** o jantar
DORMIR	1 cp de Zolpidem 3cp de Amitriptilina 25mg	Ao deitar

Fonte: Os autores (2025).

A atuação do farmacêutico clínico nesse contexto demonstrou-se essencial para o manejo adequado da farmacoterapia. Esse profissional, com base na Resolução nº 585/2013 do Conselho Federal de Farmácia, que reconhece a clínica farmacêutica como campo de atuação do farmacêutico, assume papel central no cuidado ao paciente, realizando consultas, anamnese, elaboração do perfil e plano de farmacoterapia, avaliação de prescrições, intervenções e registro da evolução terapêutica (CFF, 2013).

A partir dessa prática, observa-se que o acompanhamento farmacoterapêutico favorece a detecção precoce de PRMs e a promoção do uso racional de medicamentos. A integração do farmacêutico à equipe multiprofissional contribui diretamente para a diminuição de internações evitáveis, redução de custos com medicamentos, melhoria da qualidade de vida e aumento da efetividade terapêutica (Sousa et al., 2025).

Assim, a experiência prática evidencia que a consolidação da farmácia clínica fortalece o papel do farmacêutico como agente ativo no processo de cuidado, com foco não apenas na logística e dispensação, mas principalmente na gestão da farmacoterapia e na prevenção de PRMs. O caso acompanhado reforça a importância da atuação clínica na individualização do

tratamento e na educação em saúde, demonstrando o impacto positivo na segurança e qualidade da assistência prestada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento farmacoterapêutico realizado durante o estágio demonstrou, na prática, a relevância do farmacêutico clínico como agente de cuidado direto ao paciente. A análise individualizada da terapia medicamentosa permitiu identificar riscos de interações, duplicidades e falhas na adesão, possibilitando intervenções direcionadas e eficazes.

Essa experiência prática evidenciou que o farmacêutico, especialmente na atenção primária, exerce papel essencial na promoção do uso racional de medicamentos e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes. O estágio, portanto, consolidou a importância da prática clínica como instrumento de humanização do cuidado e de integração efetiva entre o profissional farmacêutico e a equipe multiprofissional de saúde.

REFERÊNCIA

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Boletim de Farmacovigilância: erros de medicação. Brasília: ANVISA, 2020. Disponível em:https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/boletim-de-farmacovigilancia-aborda-erros-de-medicacao. Acesso em: 10 out. 2025

CFF – CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico. Brasília: CFF, 2013. Disponível em:https://www.cff.org.br. Acesso em: 10 out. 2025

MELO, D. S. et al. O direito à saúde no território: o olhar dos usuários para Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 10, p. 25, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10722021. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, E. et al. A importância do acompanhamento farmacêutico na promoção da qualidade de vida da população idosa polimedicada. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 744–759, 2023. DOI: 10.51891/rease.v8i12.8068. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8068. Acesso em: 9 out. 2025.

SOUSA, A. et al. Papel do Farmacêutico Clínico na detecção precoce e manejo dos Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs). Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e79634, 2025. DOI: 10.34119/bjhrv8n3-058. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/79634. Acesso em: 5 out. 2025.

SOUZA, M. F. R., et al. A atuação do farmacêutico na identificação e resolução de problemas relacionados a medicamentos: uma revisão integrativa. Research, Society and Development, v. 11, n. 1, e41811125053, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/25053/22025. Acesso em: 10 out. 2025.

AVALIAÇÃO FARMACOTERAPÊUTICA EM PACIENTE POLIMEDICADO: RELATO DE CASO

Categoria: Práticas de Estágio

Alice de Souza[1]
Emanuelli Fabrizia Scheffer[2]
Franciele Finger de Lorena[3]
Maíve Carvalho da Silva[4]
Matheus Fernandes[5]
Jessica Camile Favarin[6]

Resumo - A polimedicação, comumente definida como o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos, representa um enorme fator de risco para a ocorrência de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs), principalmente em grupos de risco como idosos ou portadores de doenças crônicas. Os PRMs configuram-se como uma das principais causas de comprometimento da eficácia terapêutica e da segurança do paciente, podendo resultar em hospitalizações, reações adversas e falhas no tratamento. O presente estudo buscou analisar o perfil e identificar os PRMs de uma paciente idosa, 67 anos, polimedicada e atendida no ambulatório de saúde da Uniarp. Por meio de avaliação farmacoterapêutica, foram analisadas prescrições, identificadas possíveis interações medicamentosas e fornecidas orientações quanto à adesão e uso racional da farmacoterapia. Observou-se que a fraqueza muscular apresentada pela paciente poderia estar associada ao uso de atorvastatina e diuréticos, caracterizando um PRM de segurança quantitativa. A intervenção farmacêutica possibilitou ajustes terapêuticos, orientações específicas e monitoramento, evidenciando a importância do acompanhamento individualizado para otimização da farmacoterapia e

Palavras-chave: Farmácia Clínica; Polifarmácia; Problemas Relacionados a Medicamentos.

INTRODUÇÃO

A terapia farmacológica tem como propósito principal melhorar a qualidade de vida dos pacientes, entretanto, a prática da polimedicação, comumente definida como o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos tem se mostrado um fator de risco relevante para o surgimento de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRM). Essa condição é especialmente frequente entre idosos e portadores de doenças crônicas, uma vez que a presença de múltiplas patologias leva à necessidade de terapias complexas e prolongadas. Estudos apontam que quanto maior o

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

número de fármacos utilizados, maior a probabilidade de interações medicamentosas, reações adversas e falhas terapêuticas, o que torna a polimedicação um problema crescente de saúde pública. Assim, compreender os fatores que influenciam a adesão e promover o uso racional de medicamentos são medidas fundamentais para assegurar terapias mais seguras e efetivas (Barreto et al., 2024).

Os PRM configuram-se como uma das principais causas de comprometimento da eficácia terapêutica e da segurança do paciente, podendo resultar em hospitalizações, reações adversas e falhas no tratamento. Nesse contexto, a consulta farmacêutica surge como uma ferramenta indispensável para a promoção do uso racional de medicamentos e a otimização da farmacoterapia. Por meio desse serviço clínico, o farmacêutico realiza a anamnese, avalia prescrições, identifica interações medicamentosas e acompanha a adesão ao tratamento, assegurando a continuidade e a efetividade da terapia. Estudos demonstram que a atuação do farmacêutico em consultas clínicas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, reduzindo eventos adversos e fortalecendo o vínculo entre o paciente e a equipe multiprofissional de saúde (Silva et al., 2025).

Nesse cenário, destaca-se a relevância do acompanhamento farmacoterapêutico como estratégia essencial para otimizar os resultados da farmacoterapia e minimizar os riscos associados à polimedicação. O farmacêutico, por meio da avaliação contínua das prescrições, da identificação de possíveis interações e da orientação adequada ao paciente, exerce papel na promoção da segurança e eficácia do tratamento. A intervenção farmacêutica contribui para o uso racional de medicamentos e para o fortalecimento da adesão terapêutica, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida dos pacientes polimedicados (Souza; Broetto; Salci, 2021). Dessa forma, esse estudo teve como objetivo analisar o perfil de utilização de medicamentos de uma paciente, identificar PRMs e fornecer orientações para intervenções farmacoterapêuticas seguras e eficazes, evidenciando a importância do acompanhamento individualizado para a melhoria da farmacoterapia e da qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo consistiu em um relato de caso, com abordagem descritiva, realizado durante atendimento farmacêutico no Estágio/IESC VI nos ambulatórios da Saúde no Jonas Ramos, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos sob o número 6.304.363 e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado. A paciente, uma idosa com múltiplas comorbidades e polifarmácia, foi acompanhada individualmente, com levantamento detalhado do histórico de saúde, análise das prescrições médicas e identificação de possíveis PRMs. Durante o acompanhamento, foram aplicadas orientações quanto à adesão, horários corretos e forma adequada de administração dos medicamentos, além do monitoramento de efeitos adversos e possíveis interações medicamentosas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de senescência é marcado por diversas mudanças no perfil de saúde, dentre os numerosos aspectos que precisam ser explorados, inclui-se a farmacoterapia, visto que a população idosa é a faixa etária que mais utiliza medicamentos. A terapia farmacológica em

idosos deve ganhar mais atenção e cuidado, pois algumas mudanças fisiológicas que estão conectadas ao envelhecimento, como por exemplo, modificação da composição corporal, redução das funções renal e hepática, diminuição da produção do suco gástrico e menor quantidade de proteínas plasmáticas, podem alterar a farmacocinética e a farmacodinâmica de diversos fármacos. Diante disso, esse fato faz com que os indivíduos idosos estejam mais suscetíveis a efeitos adversos ou terapêuticos mais intensos pelo uso de medicamentos, que pode levar muitas vezes a uma necessidade de ajustes e orientações (Nogueira et al., 2021).

A paciente atendida,do sexo feminino, 67 anos, possui como comorbidades Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2), obesidade, Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), depressão, ansiedade, asma e bronquite. Foi encaminhada pelo SUS devido ao quadro de polifarmácia, com suspeita de possível paresia devido ao uso de medicamentos. A terapia farmacológica abrangia os seguintes medicamentos: Omeprazol 20mg, Insulina NPH, Furosemida 40mg, Espironolactona 25mg, Losartana 50mg, Dapaglifozina 10mg, Fluoxetina 20mg, Glimepirida 2mg, Nebivolol 5mg, Metformina XR 500mg, Gabapentina 400mg, Anlodipino 5mg, Atorvastatina 20mg, Prometazina 25mg, Ibuprofeno 600 mg e Dexclorfeniramina 2mg em caso de dor e alergia. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo traçar o perfil de utilização de medicamentos e identificar os PRMs (Tabela 1) envolvidos no tratamento do relato do caso clínico.

Tabela 1: Classificação dos Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs), de acordo com o Método Dáder.

Necessidade
PRM 1: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por não utilizar a medicação de que necessita.
PRM 2: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por utilizar um medicamento de que não necessita.
Efetividade
PRM 3: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma inefetividade não quantitativa da medicação.
PRM 4: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma inefetividade quantitativa da medicação.
Segurança
PRM 5: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma insegurança não quantitativa de um medicamento.
PRM 6: Quando o paciente apresenta um problema de saúde por uma insegurança quantitativa de um medicamento.

Fonte: Abreu et al., (2013).

Em vista disso, a perda de força identificada na paciente pode estar associada ao uso concomitante de medicamentos com potencial de causar efeitos adversos musculares ou neuromusculares. A atorvastatina, utilizada para controle do colesterol, é reconhecida por ter a possibilidade de induzir mialgia e miopatia, em especial em pacientes idosos e polimedicados, respectivo à interferência na síntese de coenzima Q10 e consequente redução da energia muscular. Além do mais, o uso de diuréticos como a furosemida e espironolactona pode ocasionar desequilíbrios eletrolíticos, como hipocalemia e hiponatremia, que se manifestam clinicamente por fraqueza e fadiga muscular. Medicamentos com ação no sistema nervoso central, como a gabapentina e a fluoxetina, também podem favorecer uma redução da força

funcional e causar sensação de astenia, que acaba agravando o quadro clínico do paciente. Em conjunto, esses fatores farmacológicos, agregados à idade e pela presença de comorbidades, aumentam a vulnerabilidade da paciente a manifestações de fraqueza muscular e o comprometimento funcional.

De acordo com a classificação dos PRM, a situação analisada da paciente, pode ser enquadrada no item segurança, em especial como uma insegurança quantitativa (PRM 6), pois, foi exposto um provável problema de saúde consecutivo de um efeito adverso associado ao uso contínuo de determinados medicamentos. A fraqueza muscular, que possivelmente associada à atorvastatina ou a distúrbios eletrolíticos induzidos por diuréticos, representa um acontecimento que compromete a segurança do tratamento farmacoterapêutico. A relevância de identificar e classificar precisamente os PRM, é essencial para a intervenção farmacêutica, possibilitando ajustes terapêuticos, monitoramento laboratorial e a prevenção de novas reações adversas, principalmente em pacientes idosos e polimedicados.

Durante o atendimento da paciente, foram realizadas orientações detalhadas quanto ao uso correto e aos horários de administração dos medicamentos, conforme prescrição médica. A paciente foi instruída a seguir o cronograma conforme Figura 1.

Figura 1: Tabela de medicamentos organizados conforme prescrição médica e PRMs identificados.

MANHÃ

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
CAFÉ DA MANHÃ	OMEPRAZOL 20MG	ANTES	TOMAR EM JEJUM, ESPERAR 30 MINUTOS ANTES DE COMER
CAFE DA MANHÃ	INSULINA NPH	ANTES	APLICAR 14 UI
CAFÉ DA MANHÃ	FUROSEMIDA 40MG	ANTES	1 COMPRIMIDO
CAFÉ DA MANHÃ	ESPIRONOLACTONA 25MG	ANTES	1 COMPRIMIDO- Evitar usar junto com losartana
CAFÉ DA MANHÃ	LOSARTANA 50MG	DEPOIS	1 COMPRIMIDO
10:00	FORXIGA 10MG	DEPOIS	1 COMPRIMIDO
10:00	FLUOXETINA 20MG	DEPOIS	1 COMPRIMIDO

ALMOÇO

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
ALMOÇO	INSULINA NPH	ANTES	APLICAR 12 UI
ALMOÇO	GLIMEPIRIDA 2MG	ANTES	TOMAR 2 COMPRIMIDOS
ALMOÇO	NEBIVOLOL 5MG	DEPOIS	TOMAR 1 COMPRIMIDO
ALMOÇO	GLIFAGE XR 500MG	DEPOIS	TOMAR 2 COMPRIMIDO

TARDE

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
	GABAPENTINA 400MG	DEPOIS	TOMAR 1 COMPRIMIDO

JANTAR

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
JANTAR	INSULINA NPH	ANTES	APLICAR 10 UI
JANTAR	GLIMEPIRIDA 2MG	ANTES	TOMAR 1 COMPRIMIDO
JANTAR	ANLODIPINO 5 MG	ANTES	TOMAR 1 COMPRIMIDO- Não tomar junto com atorvastatina
JANTAR	GLIFAGE XR 500MG	DEPOIS	TOMAR 2 COMPRIMIDOS

NOITE

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
NOITE	LOSARTANA 50 MG	DEPOIS	TOMAR 1 COMPRIMIDO
NOITE	ATORVASTATINA 20MG	DEPOIS	TOMAR 1 COMPRIMIDO
NOITE	PROMETAZINA	DEPOIS	TOMAR 30 MINUTOS ANTES DE DORMIR

SOMENTE QUANDO NECESSARIO

HORÁRIO	MEDICAMENTO	ANTES OU DEPOIS DA REFEIÇÃO	OBSERVAÇÕES
	IBUPROFENO 600MG 12/12h	DEPOIS	TOMAR APENAS SE TIVER DOR, SEMPRE DEPOIS DE SE ALIMENTAR
	DEXCLORFENIRAMINA 2MG 8/8h	DEPOIS	APENAS SE ALERGIA (COCEIRA OU LESÕES NA PELE)

Fonte: Os autores (2025).

Além disso, foram fornecidas orientações sobre o local adequado para armazenamento dos medicamentos, modo de uso e conservação da insulina, bem como as técnicas corretas de sua aplicação. Também foi reforçada a importância da manutenção de hábitos de vida saudáveis,

com alimentação equilibrada e aumento da ingestão hídrica, além de recomendações sobre práticas antes de dormir que favorecem uma boa qualidade do sono.

Ao final do acompanhamento, foi realizada a contrarreferência médica, na qual foram apresentados todos os procedimentos e orientações realizadas durante o atendimento farmacêutico. Durante essa devolutiva, o médico foi informado sobre as intervenções e ajustes na rotina medicamentosa da paciente onde foi sugerido a descontinuação da atorvastatina, caso fosse possível, com acompanhamento através de exames do perfil lipídico. A suspensão do medicamento teve como objetivo reduzir os efeitos adversos, especialmente a fraqueza e as dores musculares, melhorar a qualidade de vida e preservar a funcionalidade física da paciente. Essa decisão reforça a importância de um acompanhamento individualizado e da avaliação contínua da farmacoterapia, mostrando como o trabalho conjunto entre equipe médica, farmacêutica e paciente é essencial para garantir intervenções seguras, ajustadas às necessidades reais e capazes de promover tratamentos mais eficazes e com menor risco de efeitos adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio permitiu compreender a relevância do farmacêutico clínico no cuidado a pacientes polimedicados, especialmente diante do envelhecimento populacional e das doenças crônicas. Foi possível identificar PRMs e reconhecer que o uso simultâneo de vários medicamentos aumenta os riscos de interações, reações adversas e falhas terapêuticas. As intervenções farmacêuticas, por meio da consulta, anamnese e acompanhamento clínico, mostraram-se fundamentais para otimizar a farmacoterapia e promover o uso racional de medicamentos. A experiência contribuiu para o aprimoramento das competências clínicas e reforçou o papel do farmacêutico na equipe multiprofissional, evidenciando sua importância na adesão ao tratamento, na redução de riscos e na segurança do paciente. Os achados desse caso reforçam a relevância da atuação farmacêutica na atenção à saúde e demonstram a necessidade de ampliar os serviços oferecidos para promover uma melhor adesão ao tratamento de pacientes polimedicados, especialmente idosos que frequentemente possuem dificuldades em seguir corretamente as terapias prescritas.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. R. O. *et al*. Problemas relacionados aos medicamentos em idosos fragilizados da Zona da Mata Mineira, Brasil. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/rM8yWf3VX8pT6T5LdG6VXdP/?format=html&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

BARRETO, E. S. *et al*. Adesão de pacientes idosos polimedicados: como eles se comportam frente à tomada de medicamentos?. Revista Brasileira De Geriatria e Gerontologia, [Rio de Janeiro], v. 27, n. e230211, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/BDD4cghZgvwvwgGf9xY8QDc/?format=html&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

NOGUEIRA, R. P. S. *et al*. A importância da atenção farmacêutica como ferramenta para a promoção do uso racional de medicamentos para idosos que fazem uso de polifarmácia: uma

revisão integrativa. **Pesquisa, Soc.ou sejaty e Devfuga,** v.10, n.15, e543101523560, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/23560/20578. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, F. B. G. *et al*. Impacto das consultas farmacêuticas na qualidade de vida dos pacientes – Uma Revisão da Literatura. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [Teófilo Otoni], v. 10, n. 1, p. 1–11, 2025. Disponível em: https://www.revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/4072. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, A. A. P.; BROETTO-BIAZON, A.; SALCI-ARAN, T. P. Avaliação de problemas relacionados a medicamentos em pacientes polimedicados. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, [Brasília], v. 33, n. 1, p. 67–74, 2021. Disponível em: https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/2758. Acesso em: 10 out. 2025.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA E A VALORIZAÇÃO DO CUIDADO

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Arieli Alves Massaneiro[2]
Karine Luz[3]

Resumo – A atenção farmacêutica representa um modelo de prática centrado no paciente, no qual o farmacêutico assume responsabilidade ativa pelos resultados terapêuticos, prevenindo, identificando e resolvendo problemas relacionados ao uso de medicamentos. No contexto comercial, especialmente em farmácias comunitárias e de varejo, essa prática ganha relevância, pois esses estabelecimentos constituem um dos primeiros pontos de contato da população com o sistema de saúde. O estudo que se segue possui como objetivo analisar a atenção farmacêutica direcionada ao atendimento comercial, discutindo benefícios, barreiras e estratégias de implementação a partir de evidências recentes. Para este trabalho foram consultados períodos relevantes dos últimos cinco anos, que destacam a contribuição do farmacêutico em aspectos clínicos, econômicos e sociais. Buscou-se analisar intervenções farmacêuticas que promovam maior adesão ao tratamento, redução de problemas relacionados a medicamentos, melhoria da satisfação dos usuários e diminuição de custos para os sistemas de saúde. Desafios como falta de tempo, estrutura física inadequada, ausência de remuneração específica e desconhecimento dos serviços pela população ainda limitam a efetividade dessas práticas. Conclui-se que a incorporação sistemática da atenção farmacêutica no atendimento comercial pode ampliar o impacto positivo da profissão, desde que acompanhada de políticas públicas, incentivos institucionais e capacitação contínua.

Palavras-chave: Comunidade; Drogarias; Farmacodinâmica; Medicação.

INTRODUÇÃO

A atenção farmacêutica consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um modelo de prática profissional centrado no paciente, que desloca o foco do simples fornecimento de medicamentos para a promoção de resultados terapêuticos positivos. Segundo Eldooma et al. (2023), trata-se de um processo no qual o farmacêutico assume a responsabilidade de acompanhar e intervir no uso de medicamentos, prevenindo riscos, identificando falhas no tratamento e oferecendo suporte clínico e educativo.

A literatura mais recente enfatiza que a farmácia, em especial a comunitária, deve ser reconhecida como espaço de saúde e não apenas de comércio (Eldooma et al., 2023). Essa visão

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

rompe com a concepção tradicional do farmacêutico como mero dispensador de produtos, integrando-o à equipe multiprofissional e atribuindo-lhe papel ativo no cuidado em saúde.

No Brasil, esse movimento tem respaldo em políticas como a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, mas sua efetivação ainda enfrenta obstáculos, sobretudo no ambiente comercial, no qual coexistem interesses clínicos e de mercado, essa dualidade constitui uma das principais barreiras para a consolidação da atenção farmacêutica (Neves et al., 2024).

As farmácias comunitárias constituem um dos pontos de acesso mais frequentes da população ao sistema de saúde. Muitas vezes, os usuários procuram esses estabelecimentos antes mesmo de recorrer a consultas médicas, em busca de soluções rápidas para seus problemas. Alotaibi et al. (2024) demonstraram que grande parte dos pacientes percebe a farmácia como um local de conveniência, mas desconhece a amplitude dos serviços farmacêuticos disponíveis.

Esse cenário configura tanto uma oportunidade quanto um desafio. A oportunidade reside na proximidade do farmacêutico com a comunidade, o que lhe permite desenvolver vínculos, realizar acompanhamentos contínuos e intervir precocemente em situações de risco. O desafio, por sua vez, está no reconhecimento limitado do público acerca do papel clínico do farmacêutico, que frequentemente é visto apenas como vendedor de medicamentos (Alotaibi et al., 2024).

Eldooma et al. (2023), reforça que as intervenções estruturadas em farmácias comunitárias têm potencial para reduzir eventos adversos, melhorar a adesão terapêutica e promover uso racional de medicamentos. Contudo, sua efetividade depende de fatores institucionais, como treinamento adequado, disponibilidade de espaço privativo e sistemas de registro clínico.

Evidências recentes indicam que a atenção farmacêutica no varejo farmacêutico gera impactos positivos em três dimensões: clínica, econômica e social. Do ponto de vista clínico, os resultados incluem melhor controle de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, além da redução de problemas relacionados a medicamentos (Eldooma et al., 2023).

No aspecto econômico, Neves et al. (2024) identificaram que a atuação clínica do farmacêutico reduz custos com hospitalizações e procedimentos decorrentes do mau uso de medicamentos. Essa economia reflete tanto para o sistema de saúde quanto para o paciente individual, reforçando a importância de integrar esses serviços de forma estruturada.

Já em termos sociais, Alotaibi et al. (2024) relatam que pacientes atendidos em farmácias comunitárias que oferecem atenção farmacêutica expressam maior satisfação com o cuidado recebido, sobretudo quando há escuta ativa, aconselhamento individualizado e acompanhamento longitudinal. Essa valorização repercute diretamente na imagem da profissão farmacêutica, que passa a ser reconhecida como essencial ao cuidado em saúde.

Apesar dos benefícios evidenciados, há uma série de obstáculos que limitam a consolidação da atenção farmacêutica no atendimento comercial. Mas palavras de Ilardo e Speciale (2020), o fator mais frequentemente relatado é a falta de tempo, visto que o farmacêutico precisa conciliar atividades de gestão, vendas e dispensação.

Outro ponto relevante é a ausência de espaços adequados para a realização de atendimentos clínicos. Muitas farmácias não possuem consultórios ou salas privativas, o que compromete a confidencialidade e a qualidade da interação com o paciente (Ilardo e Speciale, 2020).

Além disso, como a receita das farmácias ainda está fortemente vinculada à venda de produtos, os serviços clínicos não são priorizados. De acordo com Pereira et al. (2021), essa lacuna reflete a necessidade de políticas públicas e modelos de remuneração que reconheçam o valor agregado pelo farmacêutico.

Por fim, destacam-se a baixa integração interprofissional e a falta de reconhecimento pela população. O estudo de Alotaibi et al. (2024) revela que muitos pacientes sequer sabem que podem receber orientação clínica em farmácias comunitárias, limitando a procura por tais serviços.

Apontam-se diversas estratégias para superar as barreiras identificadas. Uma das principais é a formação continuada dos farmacêuticos, com foco em competências clínicas, comunicação centrada no paciente e uso de protocolos baseados em evidências (Pereira et al., 2021).

Outra medida essencial é a adequação estrutural dos estabelecimentos, com implantação de consultórios farmacêuticos que garantam privacidade e qualidade no atendimento. Essa prática já é adotada em alguns países e tem se mostrado eficaz para melhorar a adesão do público (Eldooma et al., 2023).

Também se destaca a necessidade de modelos de remuneração específicos, que reconheçam a atenção farmacêutica como serviço de saúde. Experiências internacionais apontam que programas de incentivo financeiro aumentam significativamente a oferta e a adesão a serviços clínicos em farmácias comunitárias (Ilardo e Speciale, 2020).

Além disso, é crucial promover a integração com outros profissionais de saúde, possibilitando troca de informações clínicas e participação ativa do farmacêutico no acompanhamento terapêutico (Neves et al., 2021).

Somando-se a campanhas de educação em saúde voltadas à população que, podem ampliar o conhecimento sobre os serviços farmacêuticos, fortalecendo o vínculo entre farmácia, paciente e comunidade (Alotaibi et al., 2024).

A consolidação da atenção farmacêutica no atendimento comercial exige uma mudança cultural tanto entre profissionais quanto na sociedade. A farmácia deve ser compreendida como espaço híbrido, que concilia a função comercial com a função clínica. Essa transição, entretanto, só será viável se houver suporte político, regulatório e institucional.

Para Eldooma et al. (2023), o futuro da farmácia comunitária tende a integrar tecnologias digitais, como prontuários eletrônicos, teleatendimento e sistemas de suporte à decisão clínica. Tais ferramentas podem otimizar o tempo do farmacêutico, ampliar a cobertura do cuidado e aproximar o paciente da prática clínica.

E em território nacional, experiências como o projeto MedMinas mostram que ainda há distância entre o que se preconiza e o que é efetivamente realizado. Entretanto, avanços recentes em políticas de saúde e regulamentações podem favorecer a implementação progressiva da atenção farmacêutica nas farmácias comunitárias (Pereira et al., 2021).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, cuja finalidade foi reunir, analisar e interpretar criticamente a produção científica relacionada à atenção farmacêutica direcionada ao atendimento comercial. Esse tipo de abordagem permite compreender, a partir de diferentes perspectivas teóricas e empíricas, como o tema vem sendo estudado, quais são as principais contribuições já consolidadas e quais lacunas permanecem em aberto.

A pesquisa bibliográfica como informa Gil (2022, p.58), "inicia-se com a escolha de um tema. É uma tarefa considerada fácil, porque qualquer ciência apresenta grande número de temas potenciais para pesquisa". O autor comenta ainda que,

> As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente, que podem se apresentar no formato impresso ou como e-books. Mas existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de Resumo, apresentados com frequência cada vez maior sob a forma impressa (Gil, 2022, p. 61).

Sendo também uma pesquisa qualitativa, Gil (2021, p. 15) expõe que,

> Sua utilização não se deve a uma opção preferencial pelos procedimentos qualitativos, mas à dificuldade para obtenção de resultados quantitativos em determinados campos. É o que ocorre quando se busca, por exemplo, conhecer a essência de um fenômeno, descrever a experiência vivida de um grupo de pessoas, compreender processos integrativos ou estudar casos em profundidade. O que se busca com a pesquisa qualitativa é, mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo (Gil, 2021, p.15).

A aquisição de informações foi realizada em principal nas fontes de dados da PubMed e Google Acadêmico. A escolha dessas plataformas se deve ao amplo alcance e à credibilidade dos periódicos indexados, possibilitando acesso a estudos nacionais e internacionais atualizados.

Foram utilizados os seguintes descritores, isolados e combinados por meio do operador booleano AND: "pharmaceutical care", "community pharmacy", "retail pharmacy", "patient care", "medication adherence", "pharmaceutical services" e "Brazilian primary health care".

Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos: (a) publicados entre 2020 e 2025; (b) disponíveis em texto completo; (c) escritos em português ou inglês; e (d) que abordassem práticas de atenção farmacêutica em farmácias comunitárias ou de caráter comercial. Foram excluídos

estudos fora do recorte temporal, artigos de opinião sem dados empíricos e trabalhos que não tratassem diretamente da temática.

A análise dos dados ocorreu em duas etapas: primeiramente, realizou-se a leitura exploratória dos títulos e Resumos para triagem dos estudos mais relevantes. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos artigos selecionados, destacando-se categorias como benefícios clínicos e econômicos, barreiras de implementação, estratégias de fortalecimento e percepção dos usuários. A abordagem qualitativa buscou interpretar o conteúdo dos estudos à luz de referenciais teóricos, de modo a construir uma discussão crítica e integrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Evidenciou-se que a atenção farmacêutica no ambiente comercial, especialmente em farmácias comunitárias, apresenta resultados consistentes em termos clínicos, econômicos e sociais. Demonstrando que a atuação do farmacêutico reduz problemas relacionados a medicamentos, melhora a adesão ao tratamento e promove o uso racional de fármacos. Tais achados corroboram a ideia de que a farmácia de varejo pode ser um espaço efetivo de cuidado em saúde, além de sua função comercial.

Economicamente, notou-se que intervenções farmacêuticas resultam em redução de custos associados a hospitalizações e complicações decorrentes do uso inadequado de medicamentos. Além disso, há evidências de que a implementação de serviços clínicos em farmácias comunitárias contribui para maior sustentabilidade dos sistemas de saúde e para a satisfação dos usuários, que reconhecem o valor agregado do atendimento qualificado.

Entretanto, os resultados também mostram desafios persistentes. Barreiras referentes a infraestrutura inadequada, pouco incentivo subsidiário governamental e baixo reconhecimento da população limitam a efetividade da prática. Esses obstáculos reforçam a necessidade de políticas públicas e incentivos institucionais que permitam consolidar a atenção farmacêutica como serviço regular no contexto comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que a atenção farmacêutica no atendimento comercial mostra-se essencial para ampliar a adesão ao tratamento, prevenir problemas relacionados a medicamentos e melhorar a satisfação dos usuários. Apesar dos benefícios clínicos, econômicos e sociais já evidenciados, sua consolidação ainda enfrenta dificuldades das quais para sua superação, faz-se necessário o investimento em pesquisas futuras na área, investimento em políticas públicas, capacitação dos profissionais e integração com o sistema de saúde. Assim, a farmácia/drogaria pode se consolidar como espaço estratégico de promoção da saúde, além de sua função comercial.

REFERÊNCIAS

ALOTAIBI, M. M. *et al*. Assessing Public Awareness, Utilization and Satisfaction with Community Pharmacy Services. Patient Preference and Adherence, v. 18, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38882642/. Acesso em: 17 set. 25.

ELDOOMA, I. *et al*. Outcomes of Pharmacist-Led Pharmaceutical Care Interventions Within Community Pharmacies: Narrative Review. **Integrated Pharmacy Research & Practice**, v. 12, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10198268/. Acesso em: 17 set. 25.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/. Acesso em: 17 set. 25.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/. Acesso em: 17 set. 25.

ILARDO, M. L.; SPECIALE, A. The Community Pharmacist: Perceived Barriers and Patient-Centered Care Communication. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 2, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31952127/. Acesso em: 17 set. 25.

NEVES, C. V. *et al*. Drug dispensing in public community pharmacies: evidence from the MedMinas project. **BMC Health Services Research**, v. 24, n. 1, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39506736/. Acesso em: 17 set. 25.

PEREIRA, N. C. *et al*. Implementation of pharmaceutical services in Brazilian primary health care: a cross-sectional study. **BMC Family Practice**, v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: https://bmcprimcare.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12875-021-01516-7. Acesso em: 17 set. 25.

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA MUNICIPAL DO SUS: INTEGRAÇÃO À EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E IMPACTO NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Bruna Schumacher Flor[2]
Karine Luz[3]

Resumo – O Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, consolidou-se como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo à população brasileira o acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde. A integração do farmacêutico na equipe vai além da atuação técnica, exigindo habilidades de comunicação, empatia e colaboração. Experiências descritas na literatura demonstram que essa participação ativa favorece a troca de informações, promove decisões clínicas mais seguras e fortalece a resolutividade dos serviços. Trata-se de uma análise narrativa de literatura, realizada por meio de consulta a periódicos científicos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizadas as Palavras-chave assistência farmacêutica, SUS e equipe multidisciplinar, recorrendo ao uso do conector "e" quando necessário. Os critérios de inclusão abrangeram ano de publicação, estudos em português e inglês, além da disponibilidade de dados comprovados. Ressalta-se que a educação permanente em saúde é indispensável para garantir a atualização contínua do farmacêutico e a qualidade dos serviços prestados. Investir em capacitação e integração entre os profissionais é um caminho essencial para aprimorar práticas clínicas, fortalecer vínculos com a comunidade e consolidar a assistência farmacêutica como componente essencial do SUS.

Palavras-chave: Assistência farmacêutica; Sistema Único de Saúde (SUS); Equipe multidisciplinar.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, consolidou-se como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo à população brasileira o acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde. Entre seus avanços, destaca-se a formação de equipes multiprofissionais, nas quais o farmacêutico exerce papel fundamental tanto na assistência quanto na atenção farmacêutica, contribuindo para a promoção da saúde, o uso racional de medicamentos e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No contexto da farmácia municipal, essa atuação se estende para além da simples dispensação, envolvendo ações clínicas, educativas e administrativas que integram o cuidado e fortalecem o trabalho da equipe multidisciplinar (Menezes et al., 2025). Nesse âmbito, a assistência farmacêutica segue as diretrizes do Plano Municipal de Saúde, que orienta ações para garantir a disponibilidade e o uso racional de medicamentos. O farmacêutico, portanto, atua como elo entre a gestão e o cuidado ao paciente, desempenhando funções que vão da gestão de estoques à orientação farmacoterapêutica, sempre em integração com outros profissionais (Pinto et al., 2025).

A integração do farmacêutico na equipe vai além da atuação técnica, exigindo habilidades de comunicação, empatia e colaboração. Experiências descritas na literatura demonstram que essa participação ativa favorece a troca de informações, promove decisões clínicas mais seguras e fortalece a resolutividade dos serviços (Ferreira; Pinto, 2024).

Outro aspecto essencial é a educação permanente em saúde, que garante atualização constante de conhecimentos e habilidades, permitindo ao profissional acompanhar mudanças nas políticas, legislações e práticas clínicas. Investimentos em capacitações e trocas de experiências refletem diretamente na eficiência da assistência e na satisfação dos usuários, fortalecendo o vínculo entre profissionais e comunidade (Santos; Silva, 2025).

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do farmacêutico a farmácia municipal no contexto do Sistema único de Saúde (SUS), destacando sua atuação integrada às equipes multiprofissionais e sua contribuição para a promoção da saúde, o uso racional de medicamentos e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Enfatiza-se que, além da dispensação de medicamentos, o farmacêutico desempenha funções clínicas, educativas e administrativas, atuando como elo entre a gestão e o cuidado ao paciente, em conformidade com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma análise narrativa de literatura, complementada por uma experiência prática realizada durante o estágio supervisionado na Farmácia Básica do Município de Santa Cecília (SC), no período de 26 de agosto de 2025 a 08 de outubro de 2025. A vivência proporcionou a observação e a participação nas atividades relacionadas à assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), favorecendo a compreensão das práticas de dispensação, controle e orientação aos usuários.

A etapa teórica foi desenvolvida por meio de consulta a periódicos científicos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Foram empregadas as Palavras-chave assistência farmacêutica, SUS e equipe multidisciplinar, utilizando o conector "e" quando necessário. Os critérios de inclusão consideraram o ano de publicação, idioma (português e inglês) e a disponibilidade de dados comprovados e relevantes ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação do SUS representou um marco histórico para a saúde pública no Brasil, ao consolidar princípios como universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços.

Nesse processo, a assistência farmacêutica passou a ser reconhecida como componente essencial das políticas de saúde, fortalecida pela Política Nacional de Medicamentos (1998) e pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (2004). Essas diretrizes ampliaram o papel do farmacêutico, que deixou de atuar apenas na logística de medicamentos para assumir funções clínicas, educativas e multiprofissionais, em consonância com os objetivos do SUS (Cunha; Quintilio, 2023).

A formação acadêmica do farmacêutico também evoluiu, adequando-se às demandas do sistema de saúde. Antes centrada em atividades técnicas e laboratoriais, passou a incorporar competências clínicas, comunicativas e sociais, fundamentais para o trabalho em equipes multiprofissionais e para o fortalecimento do vínculo com o paciente. Assim, o farmacêutico tornou-se um agente essencial na promoção do cuidado integral, atuando não apenas na dispensação, mas também no acompanhamento farmacoterapêutico e na educação em saúde (Destro et al., 2021).

Apesar desses avanços, persistem desafios na assistência farmacêutica, principalmente no nível municipal. A carência de infraestrutura, os recursos limitados e as falhas na gestão de medicamentos comprometem a integralidade do cuidado. Nesse cenário, a atuação do farmacêutico é estratégica para otimizar processos, promover educação em saúde e articular-se com a equipe multiprofissional, contribuindo para a superação dessas fragilidades (Ferreira; Pinto, 2024).

Por fim, a educação permanente em saúde surge como ferramenta indispensável para qualificar a prática farmacêutica. Ela assegura a atualização frente às mudanças nas políticas públicas e nas práticas clínicas, além de estimular a integração entre profissionais. O investimento contínuo em capacitação amplia a atuação clínica do farmacêutico e contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população (Ferreira et al., 2022).

Além disso, estudos recentes reforçam que a ausência do farmacêutico nas Unidades Básicas de Saúde compromete seriamente a qualidade da assistência prestada, gerando inconformidades no armazenamento e dispensação de medicamentos, além de aumentar os riscos de uso irracional e interações medicamentosas. Por outro lado, sua presença integral está associada a melhorias na estrutura das farmácias, maior disponibilidade de medicamentos e acompanhamento farmacoterapêutico mais seguro, contribuindo para a adesão ao tratamento e a prevenção de agravos (Aguiar et al., 2025).

A atuação do farmacêutico vai além da gestão de medicamentos, alcançando também atividades educativas e preventivas junto à comunidade. A realização de orientações sobre o uso racional, campanhas de conscientização e acompanhamento clínico contribuem diretamente para a redução da automedicação e para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Quando inserido de forma efetiva nas equipes multiprofissionais, o farmacêutico fortalece a integralidade da atenção em saúde, favorecendo a promoção, a prevenção e a recuperação da saúde, aspectos fundamentais para a consolidação do SUS como sistema universal e resolutivo (Oliveira et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu constatar que a atuação do farmacêutico no Sistema Único de Saúde, especialmente no âmbito municipal, vai muito além da simples dispensação de medicamentos. Seu papel abrange dimensões clínicas, educativas, administrativas e sociais, que se refletem diretamente na qualidade da atenção à saúde e na promoção do uso racional de medicamentos. Dessa forma, a presença do farmacêutico qualificado fortalece a resolutividade dos serviços e contribui para o alcance dos princípios do SUS.

Verificou-se também que, embora haja avanços significativos na valorização e inserção do farmacêutico nas equipes multiprofissionais, ainda existem desafios a serem superados. A falta de infraestrutura adequada, os recursos limitados e as dificuldades de gestão são obstáculos que comprometem a integralidade do cuidado. Nesse contexto, a atuação estratégica do farmacêutico, aliada à colaboração com outros profissionais da saúde, mostra-se fundamental para minimizar tais fragilidades e potencializar a atenção básica.

Por fim, ressalta-se que a educação permanente em saúde é indispensável para garantir a atualização contínua do farmacêutico e a qualidade dos serviços prestados. Investir em capacitação e integração entre os profissionais é um caminho essencial para aprimorar práticas clínicas, fortalecer vínculos com a comunidade e consolidar a assistência farmacêutica como componente essencial do SUS. Assim, a valorização do farmacêutico e o fortalecimento de sua atuação no sistema público de saúde representam não apenas um avanço profissional, mas um benefício direto à população e à efetividade das políticas de saúde.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eutayson Lima *et al*. **Os impactos da ausência do profissional farmacêutico na atenção primária à saúde: revisão sistemática**. Revista Expressão Católica Saúde, v. 10, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.25191/recs.v10i1.881. Acesso em 27 ago. 2025.

CUNHA, Laura Vitória Ramos Moreira; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. **Dificuldades enfrentadas pelo profissional farmacêutico no Sistema Único de Saúde (SUS).** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 6, n. 13, 2023. DOI:10.5281/zenodo.8050755. Acesso em 21 ago. 2025.

DESTRO, Délcia Regina *et al*. **Desafios para o cuidado farmacêutico na Atenção Primária à Saúde**. Physis: Revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312021310323. Acesso em 21 ago. 2025.

FERREIRA, Samyra Lima *et al*. **Assistência farmacêutica na atenção primária à saúde: desafios e contribuições**. Research, Society and Development, v. 11, n. 11, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33295. Acesso em 21 ago. 2025.

FEREIRA, Wanessa Pessoa; PINTO, Thiago Serrão. **A competência do farmacêutico na equipe multidisciplinar do sistema de saúde pública no Brasil: Revisão de literatura.** Revista Foco, v. 17, n. 11, p. 1 – 16, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-05. Acesso em 21 ago. 2025.

MENEZES, Ueslei Paim *et al.*, Implementação da atenção farmacêutica no sistema único de saúde. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 11, n. 4, 2025. DOI: doi.org/10.51891/rease.v11i4.1897. Acesso em 25 ago. 2025.

OLIVEIRA, Thais Castro *et al.*, Estratégias de promoção para a segurança do paciente: Uma revisão integrativa quanto ao papel do farmacêutico na equipe multidisciplinar. Brazilian Journal of Development, v.7, n. 12, p. 111801-111818, 2021. Acesso em 27 ago. 2025.

PINTO, Rodrigo Silveira *et al.*, A assistência farmacêutica no plano municipal de saúde: Estratégias para uma gestão integrada e eficiente. Jornal Brasileiro de Políticas Farmacêuticas, v. 1, 2025. Disponível em: http://www.jbpf.org.br/. Acesso em 25 ago. 2025.

SANTOS, Sulamita de Oliveira; SILVA, Diogo Aquiles Alves. A importância da assistência farmacêutica no sistema único de saúde. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 8, n. 18, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2190. Acesso em 25 ago. 2025.

FARMÁCIA HOSPITALAR: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO HOSPITAL MAICÉ

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Daiane Tenczna[2]
Karine Luz[3]

Resumo – O presente relato descreve as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na Farmácia Hospitalar do Hospital Maicé, localizado no município de Caçador (SC). O estágio teve como objetivo observar e compreender a rotina da farmácia hospitalar, destacando a importância da atuação do farmacêutico na gestão, armazenamento, dispensação e controle de medicamentos. A metodologia utilizada foi de natureza descritiva e qualitativa, baseada na observação direta e participante das práticas do setor farmacêutico, com registros diários e análise das atividades realizadas. Durante o estágio, constatou-se que a farmácia central é organizada de forma sistemática, com medicamentos dispostos em ordem alfabética e identificados por classes terapêuticas, etiquetas coloridas e sistemas de rastreabilidade. O farmacêutico supervisiona todas as etapas do processo, desde o fracionamento até a dispensação mediante prescrição médica, garantindo segurança e eficiência no atendimento aos pacientes. Além disso, a farmácia central é responsável pelo abastecimento das farmácias satélites, assegurando o fornecimento contínuo de medicamentos aos diversos setores do hospital. Conclui-se que a experiência proporcionou um aprendizado significativo, fortalecendo as competências técnicas e éticas necessárias à prática profissional do farmacêutico hospitalar.

Palavras-chave: Farmácia hospitalar; Dispensação de medicamentos; Gestão farmacêutica; Segurança do paciente; Estágio supervisionado.

INTRODUÇÃO

A farmácia hospitalar exerce um papel essencial no contexto dos serviços de saúde, sendo responsável pelo armazenamento, controle, dispensação e distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, garantindo o uso racional e seguro dos fármacos (BRASIL, 2019). A atuação do farmacêutico dentro desse ambiente vai muito além da gestão de estoque, envolvendo também a análise das prescrições médicas, a supervisão de processos e a promoção da segurança do paciente, aspectos fundamentais para a qualidade da assistência (CFF, 2020).

O estágio supervisionado na farmácia hospitalar possibilita ao acadêmico vivenciar a rotina desse setor, compreendendo a importância da organização, da rastreabilidade e da

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

responsabilidade técnica no manejo dos medicamentos. Segundo Oenning e Silva (2020), a prática hospitalar é essencial para o desenvolvimento das competências clínicas e administrativas do futuro farmacêutico, permitindo a integração entre teoria e prática.

Durante essa experiência, observou-se que a estrutura física e o fluxo de trabalho da farmácia são organizados de forma sistemática, com medicamentos dispostos em ordem alfabética e separados por classes terapêuticas, o que contribui para a eficiência e segurança dos processos (MARTINS et al., 2021). Essa organização visa atender às normas de boas práticas de armazenamento, conservação e controle de medicamentos, conforme preconiza a Resolução nº 675/2019 do Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2019).

No Hospital Maicé, local de realização do estágio, a farmácia hospitalar atende tanto pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto particulares, atuando como um setor central de suporte às unidades clínicas e de internação. A farmácia central é responsável por abastecer as farmácias satélites, como as dos setores de Pronto-Socorro, Unidades de Terapia Intensiva e Centro Cirúrgico, garantindo o fornecimento contínuo e seguro dos medicamentos prescritos. Essa estrutura assegura a integralidade do cuidado, contribuindo para o tratamento adequado dos pacientes e para o bom funcionamento institucional (BRASIL, 2021).

A relevância deste relato consiste em demonstrar a importância da atuação do farmacêutico hospitalar na promoção do uso racional e seguro dos medicamentos, na gestão eficiente dos estoques e na supervisão da equipe técnica. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar as principais atividades desenvolvidas durante o estágio na farmácia hospitalar do Hospital Maicé, evidenciando os procedimentos realizados, a organização do ambiente e a contribuição dessa vivência para a formação profissional do acadêmico de Farmácia.

METODOLOGIA

O presente relato refere-se às atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na Farmácia Hospitalar do Hospital Maicé, localizada no município de Caçador (SC), no período de 04 de agosto à 26 de setembro de 2025. A unidade atende pacientes internados tanto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quanto particulares, prestando suporte integral aos diferentes setores do hospital, como o Pronto-Socorro, as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e o Centro Cirúrgico.

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e qualitativa, fundamentado na observação direta e participante das rotinas e práticas do setor farmacêutico hospitalar. As atividades foram registradas de forma descritiva, acompanhadas de análise qualitativa dos procedimentos realizados, buscando relacioná-los às normas técnicas e às boas práticas profissionais recomendadas pelos órgãos reguladores, como o Conselho Federal de Farmácia (CFF) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A metodologia adotada teve como foco a vivência prática das atividades sob supervisão do farmacêutico responsável, com o objetivo de compreender os processos que envolvem a gestão, o armazenamento, a dispensação e o controle de medicamentos. Essa abordagem possibilitou identificar a importância da atuação do farmacêutico hospitalar na garantia da

segurança do paciente, no uso racional dos medicamentos e na eficiência da logística interna do hospital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio supervisionado na Farmácia Hospitalar do Hospital Maicé, foi possível observar que o setor é organizado de maneira sistemática e funcional, o que contribui significativamente para a segurança e a eficiência no processo de dispensação de medicamentos. Todos os medicamentos são dispostos em ordem alfabética e separados por classes terapêuticas, seguindo um padrão visual de identificação por etiquetas coloridas: amarela para antibióticos, vermelha para medicamentos de alto risco e branca para medicamentos de uso comum. Já os medicamentos controlados são armazenados em armários fechados e restritos, e os que necessitam de refrigeração, como as insulinas, são mantidos sob condições específicas de temperatura, em conformidade com as normas de conservação estabelecidas pela ANVISA (BRASIL, 2019).

Essa organização garante o cumprimento das Boas Práticas de Armazenamento, fundamentais para preservar a estabilidade e a eficácia dos medicamentos (CFF, 2020). De acordo com Silva e Souza (2021), a padronização e o controle rigoroso das condições de armazenamento são essenciais para reduzir erros de dispensação e evitar perdas por vencimento ou deterioração.

As assistentes de farmácia desempenham um papel importante no processo, sendo responsáveis pelo fracionamento, rotulagem e etiquetagem dos medicamentos conforme o código de barras, assegurando a rastreabilidade e o controle de estoque. No entanto, essas atividades são supervisionadas diretamente pelo farmacêutico responsável, que realiza a liberação das etiquetas e orienta a equipe quanto aos procedimentos adequados. Essa prática está alinhada à Resolução nº 675/2019 do Conselho Federal de Farmácia, que estabelece como competência do farmacêutico hospitalar a supervisão técnica das atividades de manipulação, fracionamento e dispensação (CFF, 2019).

O farmacêutico também é o profissional encarregado de analisar as prescrições médicas antes da liberação dos medicamentos, garantindo que sejam atendidos os critérios de dose, via de administração e possíveis interações medicamentosas. Essa etapa é essencial para a segurança do paciente, uma vez que evita erros de medicação e reações adversas. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), a conferência farmacêutica é uma das barreiras mais eficazes na prevenção de eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos no ambiente hospitalar.

Além das atividades realizadas na farmácia central, observou-se que esta unidade é responsável pelo abastecimento das farmácias satélites, que atendem setores específicos como o Pronto-Socorro (P.S.), a UTI Santos Anjos, as UTIs São Miguel e São Rafael e o Centro Cirúrgico (C.C.). Essa estrutura descentralizada possibilita maior agilidade na dispensação e contribui para o atendimento contínuo e humanizado aos pacientes internados, tanto do SUS quanto da rede particular.

Outro aspecto relevante é a função de supervisão do farmacêutico, que orienta os auxiliares e técnicos responsáveis pela separação e distribuição dos medicamentos. O profissional deve manter o controle dos itens mais utilizados, identificar medicamentos inativos e garantir o

descarte correto dos que estão fora de uso, conforme determina a Resolução RDC nº 306/2004 da ANVISA (BRASIL, 2004). Essa atuação reflete o compromisso do farmacêutico com a segurança, eficiência e sustentabilidade no ambiente hospitalar (Martins et al., 2021).

O farmacêutico hospitalar também atua diretamente na assistência clínica ao paciente, participando de discussões multiprofissionais sobre terapias medicamentosas e auxiliando na individualização dos tratamentos. Essa prática fortalece a integração entre as equipes de saúde e promove o uso racional de medicamentos, conforme reforça o Conselho Federal de Farmácia, que destaca a importância do acompanhamento farmacoterapêutico como parte da assistência integral ao paciente (CFF, 2019).

Outro papel relevante do farmacêutico é a implementação de práticas de farmacovigilância e tecnovigilância, que consistem no monitoramento sistemático de reações adversas, falhas terapêuticas e eventos relacionados ao uso de medicamentos e produtos para saúde. Esse trabalho, além de garantir maior segurança ao paciente, contribui para a melhoria contínua dos processos internos e para a atualização dos protocolos institucionais, conforme as orientações da ANVISA (BRASIL, 2019).

Além disso, o farmacêutico hospitalar exerce uma função educacional e de gestão, ao promover capacitações para a equipe técnica e de enfermagem, reforçando boas práticas de armazenamento, dispensação e administração. A educação permanente em saúde é essencial para manter a equipe atualizada e reduzir erros associados ao uso de medicamentos, conforme salientam Silva e Souza (2021), que destacam a importância da atuação educativa do farmacêutico para fortalecer a cultura de segurança hospitalar.

De modo geral, as atividades observadas evidenciam que a farmácia hospitalar é um setor estratégico para o bom funcionamento do hospital, assegurando que o paciente receba o medicamento certo, na dose e horário corretos, contribuindo diretamente para sua recuperação e para a qualidade da assistência prestada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na Farmácia Hospitalar do Hospital Maicé permitiu vivenciar, na prática, o funcionamento de um dos setores mais estratégicos do ambiente hospitalar. O objetivo principal deste relato foi descrever as atividades observadas e desenvolvidas, destacando a importância da atuação do farmacêutico na organização, dispensação e controle de medicamentos, além de compreender o impacto direto dessas ações na segurança e recuperação dos pacientes.

Os resultados observados reforçam que a organização sistemática da farmácia, o cumprimento das normas de armazenamento e conservação, e a supervisão constante do farmacêutico são fatores determinantes para a eficiência do serviço e para a prevenção de erros de medicação. Além disso, a estrutura de abastecimento da farmácia central e das farmácias satélites contribui para o fluxo contínuo de atendimento e garante a integralidade do cuidado aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e particulares.

Entre os aspectos mais relevantes da experiência, destaca-se a importância do trabalho em equipe e da comunicação entre farmacêuticos, técnicos e demais profissionais de saúde, o que torna possível um serviço mais ágil, seguro e humanizado. Essa interação reflete o papel do farmacêutico hospitalar como elo essencial entre a equipe multiprofissional e o paciente.

Dessa forma, o estágio constituiu uma etapa fundamental para a formação profissional, reforçando o compromisso ético e técnico do farmacêutico hospitalar com a qualidade, a segurança e a efetividade da assistência prestada aos pacientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Hospital Maicé pela oportunidade de aprendizado e pela receptividade durante o período de estágio, e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo suporte acadêmico e pela orientação na realização desta experiência formativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Serviços farmacêuticos na atenção hospitalar e urgência e emergência.* Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes para estruturação e funcionamento de farmácias hospitalares e unidades de saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 dez. 2004. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jun. 2013. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/. Acesso em: 15 out. 2025.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 675, de 31 de outubro de 2019. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da farmácia hospitalar e clínica. Diário Oficial da União, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.cff.org.br/. Acesso em: 15 out. 2025.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. *Farmácia hospitalar e clínica: manual de boas práticas.* Brasília: CFF, 2020. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/Manual_Farmacia_Hospitalar.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

MARTINS, A. P.; SILVA, R. F.; LIMA, T. P. Gestão e segurança no armazenamento de medicamentos em farmácias hospitalares. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, v. 12, n. 3, p. 45-53, 2021.

OENNING, D.; SILVA, A. C. Atuação do farmacêutico hospitalar e desafios da prática clínica. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 24, n. 4, p. 115-124, 2020.

A CRESCENTE DO USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM FARMACÊUTICA EM CASOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Artur Carneiro Canalle[2]
Karine Luz[3]

Resumo – O uso irracional de medicamentos representa um problema mundial que compromete a saúde dos pacientes e a eficácia dos tratamentos, aumentando a incidência de efeitos adversos e custos para o sistema de saúde. No Brasil, apesar do acesso fácil por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o uso indevido tem aumentado, em especial nas farmácias municipais que atendem grande parte da população. Este estudo teve como objetivo analisar a demanda por medicamentos e o papel da atenção farmacêutica na farmácia municipal do SUS de Caçador. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025 e observação das práticas de dispensação e acompanhamento farmacoterapêutico. Os resultados indicam que a automedicação e o uso inadequado estão ligados a fatores socioculturais e econômicos, reforçando a importância do farmacêutico no acompanhamento e educação para o uso racional dos medicamentos. Conclui-se que a atenção farmacêutica integrada à equipe multiprofissional é indispensável para a redução dos riscos do uso irracional, melhoras de adesão ao tratamento e promoção da integralidade do cuidado.

Palavras-chave: Uso irracional; Atenção farmacêutica; SUS.

INTRODUÇÃO

O uso irracional dos medicamentos é um problema mundial que compromete a saúde do paciente e também a eficácia de tratamentos que estejam sendo realizados, aumenta a incidência de efeitos adversos e gera altos custos para o sistema de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o uso irracional como prescrição, dispensação ou consumo inadequado, gerando riscos à segurança dos indivíduos. No Brasil, apesar do acesso de medicamentos ser facilitado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o uso indevido permanece aumentado e tornando-se preocupante, especialmente nas farmácias municipais, que são pontos estratégicos de atendimento à população (Rezende; Pinto, 2025).

Segundo uma pesquisa feita Pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) e Instituto Datafolha (2024), pelo menos 90% dos brasileiros fazem a prática da automedicação, sendo que cerca de

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

77% admitem fazer alterações nas dosagens prescritas sem o devido acompanhamento profissional, aumentando significativamente os riscos de eventos adversos e resistências microbianas. Após a pandemia do Covid-19, exacerbou-se esse cenário, aumentando o consumo indiscriminado de medicamentos sem indicação clínica correta (Melo et al., 2021). -

A atenção farmacêutica nas farmácias municipais do sistema único de saúde desempenha cada vez mais uma função estratégica que vai além somente da simples dispensação de medicamentos, promovendo também a orientação, acompanhamento e educação em saúde, voltado principalmente para o uso de maneira correta dos medicamentos. Essas ações contribuem para a redução dos impactos negativos do uso indevido, como os efeitos adversos, intoxicações, reações medicamentosas, não adesão aos tratamentos. Dessa forma favorecendo a segurança e a eficiência dos tratamentos farmacológicos. Além disso, a atenção farmacêutica faz parte fundamental da equipe multiprofissional de saúde, favorecendo a conexão entre os pacientes e demais profissionais para garantir a funcionalidade do cuidado (Pinto et al., 2025).

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido durante estágio um realizado na farmácia municipal do SUS de Caçador, cidade localizada no meio oeste catarinense, no período de 04 de agosto a 17 de setembro de 2025. A metodologia apresentada fundamentou-se em uma revisão bibliográfica, selecionando artigos científicos publicados entre 2020 e 2025 nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico.

Além desta revisão, o estágio também possibilitou a observação direta das práticas de dispensação, atendimento e acompanhamento farmacêutico. O objetivo foi identificar o perfil da demanda por medicamentos, a prevalência do uso inadequado e a atuação da atenção farmacêutica como uma ferramenta fundamental na abordagem dessa questão de saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos recentes apontam que a automedicação e o uso indevido de medicamentos no Brasil estão associados a múltiplos fatores, incluindo dificuldades para acessar à assistência médica adequada, baixa escolaridade e educação, informações incompletas ou incorretas e influências sociais e culturais. Um estudo revisional demonstrou que a regionalização, o perfil socioeconômico, idade e gênero influenciam de maneira direta para a prevalência da automedicação, com destaque para as mulheres e idosos, que buscam aliviar rapidamente os sintomas sem devida orientação profissional, refletindo carências na saúde pública. Essa prática é fortalecida ainda pela facilidade de acesso a medicamentos isentos de prescrição e a orientações informais vindas de familiares, amigos e vizinhos, criando um ciclo que dificulta o uso racional (Martins et al., 2025).

Nas farmácias municipais do sistema único de saúde, onde o acesso aos medicamentos essenciais é de certa forma garantido, o fornecimento de maneira fácil deve estar relacionado a ações preventivas. Conforme destacou o Ministério da Saúde (2024), o papel do farmacêutico vai além da dispensação dos medicamentos, para incluir o acompanhamento farmacoterapêutico se necessário, com intervenções clínicas que buscam explicar para o paciente sobre posologia, possíveis efeitos colaterais, interações entre medicamentos e quais os riscos do uso inadequado. Além disso, a atenção farmacêutica tem a capacidade de identificar o uso abusivo ou

desnecessário, promovendo uma descontinuação segura e correta daqueles medicamentos que possam trazer riscos, reduzindo os danos à saúde e otimizando a utilização de recursos do SUS (Pereira et al., 2023).

Essas práticas acabam por resultar na diminuição significativa da automedicação inadequada, melhorias na adesão ao tratamento e também na promoção efetiva do uso correto e racional de medicamentos, reforçando a necessidade de integrar o farmacêutico como peça chave à equipe multiprofissional. Esses modelos estão alinhados aos princípios do SUS, assegurando a integralidade do cuidado e contribuindo para que os pacientes recebam um atendimento qualificado e humanizado, que considera as especificidades de cada caso clínico (Ferreira; Pinto, 2024).

Outro aspecto relevante decorre de que grande parte da população brasileira não busca atendimento médico quando realmente necessário, o que favorece o abuso da automedicação. Um levantamento de 2024 apontou que 62% das pessoas que precisaram de atendimento médico na atenção primária, não o buscaram, sendo que entre os motivos se davam principalmente por listas de espera ou demora para atendimento, burocracia de encaminhamento, e a própria automedicação. Esses dados reforçam o ciclo da automedicação e explica por que a prevalência de uso de medicamentos sem prescrição continua tão alta. Ao escolher não recorrer a um profissional de saúde, os indivíduos se expõem a riscos como diagnóstico tardio, uso prolongado de fármacos sem acompanhamento e interação medicamentosa não monitorada. Principalmente com populações vulneráveis que tem menor escolaridade, renda reduzida ou moram em regiões com menor número de profissionais de saúde (Bazoni et al., 2023).

Além disso, o debate sobre o uso racional de medicamentos mostra que o problema não está apenas no acesso ou na prescrição, mas também na necessidade de integrar políticas públicas, capacitação profissional e articulação entre os serviços de saúde. As ações de uso racional de medicamentos, devem envolver equipes multiprofissionais e novas estratégias, garantindo que os pacientes recebam medicamentos adequados às suas condições clínicas, nas doses e tempo corretos, com o menor custo possível. Nesse contexto, o farmacêutico tem papel fundamental atuando na farmacoterapia, no acompanhamento de interações e na orientação ao paciente, o que contribui para o uso seguro de medicamentos (Moreira; Bottoni, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente uso irracional de medicamentos provoca sérios riscos à saúde pública, evidenciando a necessidade da elaboração de novas estratégias para ajudar no seu controle. O papel do farmacêutico nas farmácias municipais do sistema único de saúde deve ser fortalecido, com investimentos em capacitação de maneira recorrente, integrações multiprofissionais e uso de novos métodos para o monitoramento farmacoterapêutico. Essas ações contribuem diretamente para a construção de uma rede de cuidado com foco no paciente, que se alinha aos princípios do SUS e à promoção do uso racional de medicamentos, diminuindo custos e riscos associados ao uso inadequado (Moraes, et al., 2024).

A experiência prática na farmácia municipal da cidade de Caçador demonstra que a atenção farmacêutica é essencial para transformar a dispensação em um momento didático e clínico, promovendo qualidade ao tratamento e prevenindo danos relacionados à automedicação e uso irracional.

Por fim, buscar políticas públicas que ajudem a ampliar a conscientização da população sobre os perigos da automedicação e incentivem o papel ativo do farmacêutico, medidas que se fazem fundamentais para garantir a segurança terapêutica e a sustentabilidade dos serviços de saúde no Brasil. A atenção farmacêutica, portanto, atua como protagonista na busca por um manejo mais racional e humanizado dos medicamentos nas farmácias municipais do SUS.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Em agradecimento à orientadora Karine Luz, também aos farmacêuticos e funcionários da Farmácia Municipal do SUS pela orientação e apoio durante este trabalho, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional. Expresso gratidão também à Prefeitura de Caçador e a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo espaço e suporte fornecidos para realização do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vivian Ferreira; et al. Fatores sociodemográficos, culturais e comportamentais relacionados à automedicação: análise no contexto da atenção primária à saúde. Cuadernos de Educación y Desarrollo, *[s.l.]*, v. 17, n. 8, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n8-053. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/9124. Acesso em: 15 set. 2025.

BAZONI, Patricia; et al. Self-Medication during the COVID-19 Pandemic in Brazil: Findings and Implications to Promote the Rational Use of Medicines. International Journal of Environmental Research and Public Health, *[s.l.]*, v. 20, n. 12, p. 6143, 2023. DOI: 10.3390/ijerph20126143. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37372730/Acesso em: 17 set. 2025.

MARTINS, Layanne.; *et al*. Fatores associados à automedicação no Brasil: uma revisão integrativa. Revista Foco, *[s.l.]*, v. 18, n. 6, p. 100-120, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n6-008. Acesso em: 17 set. 2025.

MELO, José Ricardo R.; et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19: uma perspectiva brasileira. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 7, p. e00084721, julho 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ. Acesso em: 15 set. 2025.

MORAES, Halyson Farias; LINS, Francisca Sabrina Vieira; ARAÚJO, Diego Igor Alves Fernandes de; ALVES, Francisco Eduardo Ferreira. Atenção farmacêutica na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa da literatura. Revista Interdisciplinar em Saúde, *[s.l.]*, v. 11, n. único, p. 93-107, 2024. DOI: 10.35621/23587490.v11.n1.p93-107. Disponível em:

https://interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_32/Trabalho_07_2024.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

MOREIRA, Rodrigo Christiano Hilário; BOTTONI, Andrea. Uso racionalizado de medicamentos: realidades e desafios no Sistema Único de Saúde — uma revisão integrativa. Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar, *[s.l.]*, v. 3, n. 7, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i7.1701. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1701. Acesso em: 15 set. 2025.

PEREIRA, Alex Santos; MESQUITA, Ana Oclenidia Dantas; CASTRO, Daniela Lima de. O papel do farmacêutico no âmbito do SUS: uma visão sobre os serviços prestados na atenção primária. Revista FT, *[s.l.]*, v. 27, ed. 122, 30 maio 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7990388. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-papel-do-farmaceutico-no-ambito-do-sus-uma-visao-sobre-os-servicos-prestados-na-atencao-primaria. Acesso em: 17 set. 2025.

PINTO, Rodrigo; et al. A assistência farmacêutica no Plano Municipal de Saúde: estratégias para uma gestão integrada e eficiente. JBPF – Jornal Brasileiro de Planos de Saúde e Farmacêutica, *[s.l.]* 2025. Disponível em: https://jbpf.org.br/index.php/ojs/article/view/9. Acesso em: 15 set. 2025.

REZENDE, Gabriela Silva; PINTO, Jader Camilo. Self-medication and its impacts on public health in Brazil. Research, Society and Development, *[s. l.]*, v. 14, n. 5, p. e3514548627, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i5.48627. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48627. Acesso em: 16 set. 2025.

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA COMUNITÁRIA PRIVADA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Alessandra Ignácio da Cruz[2]
Karine da Luz[3]

Resumo – Este trabalho aborda o papel do farmacêutico dentro do âmbito da farmácia comunitária, destacando sua importância na promoção do uso racional de medicamentos e garantindo a segurança do paciente. São discutidas as reponsabilidades técnicas, o relacionamento interdisciplinar com a equipe, as normativas que regulamentam a prática, além da necessidade da educação permanente para atualização profissional. Este estudo também reflete sobre os desafios enfrentados e as oportunidades para a ampliação da atuação do setor farmacêutico, ressaltando a relevância da documentação adequada para o cumprimento legal e a qualidade dos serviços prestados. Durante o período do estágio em que realizei na farmácia Preço Popular entre os dias 01 de agosto até 17 de setembro de 2025 foi possível identificar a importância de cada responsabilidade que o farmacêutico realiza no cotidiano dentro de uma farmácia comunitária.

Palavras-chave: Farmácia Comunitária; Cuidado Farmacêutico; Assistência Farmacêutica; Antibióticos.

INTRODUÇÃO

A farmácia comunitária constitui-se em um estabelecimento de caráter privativo, que não tem vínculo a hospitais ou ambulatórios, oferecendo serviços de atenção primária à saúde, destinados a promoção do uso racional de medicamentos e ao acompanhamento farmacoterapêutico da população. Desempenhando papel fundamental nos cuidados e orientações aos pacientes, em específicos aos grupos de risco, como idosos e crianças, pois requerem maior atenção devido a fragilidade que apresentam, assim podendo garantir segurança e eficácia ao tratamento (Costa et al., 2021).

O farmacêutico por meio de estratégia na promoção do uso racional dos antimicrobianos, auxilia no combate a resistência bacteriana não apenas na dispensação do medicamento, mas através de orientações educativas e acompanhamento do tratamento, contribuindo para que

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ocorra a adesão terapêutica correta, frequência e duração do tratamento, prevenindo o uso inadequado evitando gerar resistência bacteriana (Freitas; Silva, 2024).

O farmacêutico desempenha um papel fundamental, sua atuação vai muito além da simples dispensação de medicamentos e a orientação ao paciente, abrangendo também os serviços clínicos que ajudam a prevenir agravos, identificar riscos relacionados a farmacoterapia e contribuir na adesão ao tratamento (Costa; Lima, 2024).

A pratica profissional do farmacêutico é respaldada por resoluções do Conselho Federal de Farmácia (CRF) e as legislações sanitárias vigentes, que normatizam a responsabilidade técnica, documentação obrigatória e os requisitos adequados para o funcionamento da farmácia. A educação continuada e essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados, assegurando que a farmácia cumpra papel social e sanitário (Maciel et al., 2024).

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado como parte do estágio do curso de Farmácia da décima fase na Farmácia Preço Popular, Caçador, Santa Catarina, entre as datas de 01 de agosto e 19 de setembro de 2025. O objetivo foi identificar o papel do farmacêutico, inserção a equipe multidisciplinar, educação continuada, documentação exigida para o funcionamento, rotina diária do farmacêutico dentro de uma farmácia comunitária.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática. A busca foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, SciELO, Google acadêmico.Os critérios de inclusão foram estudos publicados em inglês e português nos últimos cinco anos que abordassem a temática. Os artigos selecionados foram revisados criticamente para garantir a qualidade e a relevância dos dados apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A farmácia comunitária privada constitui-se em um estabelecimento de caráter comercial, de propriedade particular, destinado à dispensação de medicamentos e produtos para a saúde. Apesar de sua natureza comercial, desempenha papel essencial na atenção primária, representando o ponto de contato mais acessível da população com o profissional de saúde, encontrando espaço para o desenvolvimento de atividades clínicas, orientações farmacoterapêutica e promoção a saúde, assim conciliando sua função comercial com a responsabilidade sanitária (Freitas; Silva, 2024).

No cenário da farmácia comunitária privada, o farmacêutico exerce um papel que vai além da simples dispensação de medicamentos. Sua atuação deve estar voltada para a promoção do uso racional dos fármacos, orientação individualizada ao paciente e acompanhamento da farmacoterapia. Essa prática contribui para maior adesão ao tratamento, além de reduzir de riscos relacionados a interações medicamentosas e efeitos adversos, assim fortalecendo a segurança a segurança do paciente e a credibilidade do serviço prestado (Freitas; Silva, 2024).

Na farmácia comunitária o farmacêutico tem papel fundamental para consolidar a visão que o estabelecimento também e uma unidade de saúde e não apenas de comércio. Esse

profissional deve estar apto para orientar sobre o uso correto dos medicamentos, realizar acompanhamento farmacoterapêutico e prevenir riscos relacionados à automedicação e interações medicamentosas. Sua presença garante não apenas a dispensação segura, mas também a promoção de saúde, ampliando o acesso a informação de qualidade e fortalecendo o papel da farmácia como ponto estratégico da atenção primária (França; Guimarães, 2021).

A atuação juntamente com a equipe multidisciplinar é indispensável para garantir um cuidado mais completo ao paciente. O trabalho em conjunto com médicos, nutricionistas, enfermeiros entre outros profissionais de saúde possibilita maior eficiência no manejo de doenças crônicas, melhora na adesão terapêutica e prevenção de complicações. Essa integração reforça a importância do farmacêutico como elo entre o paciente e o sistema de saúde (Miranda; Moreira, 2024).

Alguns grupos exige uma atenção especial, como as crianças e idosos pois apresentam maior vulnerabilidade a efeitos adversos e necessidades específicas. O acompanhamento da polifarmácia, o monitoramento de possíveis interações medicamentosas, orientações sobre a adesão correta e continua dos medicamentos são essenciais para promover qualidade de vida e prevenir complicações. Já para as crianças as orientações sobre dosagem corretas, formas farmacêuticas adequadas, estar atendo para possíveis erros posológicos que podem comprometer a segurança e a eficácia do tratamento (França; Guimarães, 2021).

O farmacêutico exerce a um papel de suma importância no combate à resistência bacteriana, devendo orientar sobre a importância de cumprir com rigor a prescrição, orientar sobre a duração do tratamento e as contraindicações. A adesão ao tratamento se inicia na orientação e compreensão por parte do paciente da importância de cumprir horários e dosagens corretas (Freitas; Silva, 2024).

Erros na prescrição de antibióticos podem trazer várias consequências, como a administração de uma dosagem incorreta, o que pode levar a reações adversas rápidas, como alergias, problemas gastrointestinais incluindo náuseas, vômitos e diarreia e até danos aos órgãos, especialmente rins e fígado. Além da prescrição em si, é importante ficar atento a outros erros que podem afetar o tratamento. Isso inclui o uso inadequado do medicamento, como doses acima ou abaixo do recomendado, administração em horários diferentes do indicado, duração incorreta do tratamento e falta de adesão ao uso do antibiótico. Esses erros podem fazer com que o tratamento seja insuficiente, permitindo que a infecção continue ou piore. Como consequência, pode ser necessário hospitalizar o paciente e aumentar o risco de resistência bacteriana (Colouna et al., 2023).

A prática profissional é respaldada por um conjunto de legislações e resoluções que asseguram tanto a função sanitária quanto o papel clínico do farmacêutico. Entre essas normativas, destacam-se estão a Resolução CFF nº 357/2001, que dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas, e completada pela RDC nº 44/2009 da ANVISA, que estabelece normas de funcionamento e prestação de serviços farmacêutico. A Resolução CFF nº 654/2018 fala sobre os serviços ofertados em farmácias comunitárias, enquanto a Resolução CFF nº 596/2014, trata do Código de Ética, a qual orienta a conduta profissional. A Portaria SVS/MS nº 344/1998 normatiza

a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial, garantindo segurança e rastreabilidade (Lira et al., 2020).

Além dessas normativas, destaca-se a Lei nº 13.021/2014 a qual reforça a farmácia como um estabelecimento de saúde, assim reforçando seu caráter assistencial e não apenas comercial. Seguindo na mesma linha a Resolução CFF nº 585/2013 regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico, consolidando sua inserção no cuidado a saúde da população e fortalecendo a imagem da farmácia comunitária como um espaço de atenção primária em saúde (Maciel et al., 2024).

Entre os principais documentos exigidos para o funcionamento adequado estão: o Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária, o Certificado de Regularidade Técnica, emitido pelo CRF, o Livro de Registro de Substâncias Sujeitas a Controle Especial, protocolos operacionais padrão (POP's), manuais de boas práticas farmacêuticas, e registro eletrônico no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC). O correto preenchimento e manutenção desses documentos garantem a conformidade legal do estabelecimento (Lira et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A farmácia comunitária privada ultrapassa a visão de mero estabelecimento comercial, consolidando-se como um espaço de promoção da saúde, de orientação a farmacoterapêutica a integração com a rede de atenção primária. A atuação do farmacêutico, respaldada por regulamentos e legislações, assim fortalecendo a segurança do paciente e garantindo a prestação de serviços qualificados, e ampliando o acesso da população aos cuidados de saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a professora Karine da Luz, pela valiosa orientação, apoio e dedicação ao longo deste trabalho. Também manifestar gratidão a Farmácia Preço Popular e a Juliana Andreuzzi e toda a equipe pelo espaço disponibilizado e pelo suporte técnico imprescindível para realização das atividades práticas que enriqueceram este estágio.

REFERÊNCIAS

COLOUNA, Amanda Alves Teodoro *et al*. O uso indiscriminado de antibióticos na resistência bacteriana infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 9, p. 3686-3695, 2023. Disponível em https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11514. Acesso em 16 de out. de 2025.

COSTA, Alexandro Moraes da *et al.* Atenção farmacêutica na farmácia comercial. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 9, p. 965-977, 30 set. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i9.2299. Acesso em: 24 ago. 2025.

COSTA, Pedro Lucas Aguiar da; LIMA, Cristiane Gomes. A evolução da farmácia comunitária e a importância dos serviços farmacêuticos na atualidade. Research, Society and Development, v. 13, n. 6, p. e13213646141, 22 jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i6.46141. Acesso em: 24 ago. 2025.

FRANÇA, Cristina; GUIMARÃES, Leonardo. Atuação do farmacêutico na assistência em farmácias comunitárias. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 9, p. 398-413, 30 set. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i9.2223. Acesso em: 4 set. 2025.

FREITAS, Márcia Gabriela Braga de; SILVA, Tallyson Menezes Bento da. Estratégio de atuação do farmacêutico na farmácia comunitária: desafios para a promoção do uso racional de medicamentos. Revista Contemporânea, v. 4, n. 10, p. e6262, 22 out. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.56083/rcv4n10-161. Acesso em: 28 ago. 2025.

LIRA, Marilene de Sousa *et al.* Procedimentos para abertura de drogaria: Exigências Legais e Específicas. [*S. l.*]: Atena Editora, 2020. *E-book*. ISBN 9786557065228. Disponível em: https://doi.org/10.22533/at.ed.228202610. Acesso em: 28 ago. 2025.

MACIEL, Alexandre Alves *et al.* Da lei à prática: Analisando os desafios regulatórios no contexto das farmácias comerciais brasileiras. Research, Society and Development, v. 13, n. 6, p. e1413645990, 3 jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v13i6.45990. Acesso em: 21 ago 2025.

MIRANDA, Maciene da Silva; MOREIRA, Yasmin Cabral. Farmacêutico na Farmácia Comunitária: Desafios e Responsabilidades na Atuação do Farmacêutico na Comunidade. COGNITIONIS Scientific Journal, v. 7, n. 2, p. e566, 25 nov. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.38087/2595.8801.566. Acesso em: 4 set. 2025.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO: CONHECENDO O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Categoria: Práticas de estágio

Amanda Pedrotti[1]
Érica Cardoso dos Santos[2]
Isadora Zanatta da Rocha[3]
João Vitor Moreira[4]
Letícia Chistinne Chavalla Amancio[5]
Débora Soares Souza Marins[6]

Resumo – Este trabalho apresenta o relato de experiência de acadêmicos do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), que desenvolveram, durante o estágio supervisionado, um vídeo educativo sobre o funcionamento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do município de Caçador (SC). O objetivo foi divulgar à comunidade acadêmica e ao público em geral o papel estratégico da CAF no gerenciamento, armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos da rede pública de saúde, além de demonstrar as atividades desempenhadas pelo estagiário de Farmácia no local. O vídeo foi elaborado com base em linguagem simples e recursos visuais didáticos, abordando desde o fluxo logístico de recebimento e dispensação até as responsabilidades técnicas do farmacêutico na garantia da qualidade e rastreabilidade dos produtos. A produção da mídia contribuiu para o desenvolvimento das competências comunicativas e técnicas dos alunos, além de promover a valorização do papel do farmacêutico na gestão pública.

Palavras-chave: Central de Abastecimento Farmacêutico; gestão de medicamentos; farmácia pública; estágio supervisionado; educação em saúde.

INTRODUÇÃO

A Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) é um setor estratégico da Assistência Farmacêutica Municipal, responsável por receber, armazenar, controlar e distribuir medicamentos e insumos destinados às unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). O funcionamento adequado da CAF é essencial para garantir o uso racional de medicamentos, a segurança dos pacientes e a continuidade do tratamento farmacoterapêutico (BRASIL, 2023).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O farmacêutico desempenha papel técnico e gerencial nesse processo, atuando na logística, controle de qualidade, rastreabilidade, planejamento e distribuição de medicamentos (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2021). Além disso, é responsável pela implementação de boas práticas de armazenamento e dispensação, assegurando que os produtos farmacêuticos cheguem às unidades de saúde em condições ideais.

O estágio supervisionado em farmácia pública representa uma oportunidade fundamental para que o acadêmico vivencie na prática o ciclo da assistência farmacêutica, consolidando conhecimentos sobre gestão, responsabilidade técnica e ética profissional (SOUZA; PEREIRA; LIMA, 2023). A atuação do estagiário na CAF amplia a compreensão sobre a importância do farmacêutico na rede pública e estimula o desenvolvimento de competências voltadas à gestão de medicamentos e à promoção da saúde coletiva.

Com o intuito de aproximar a comunidade acadêmica e a população do funcionamento da CAF, os acadêmicos de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desenvolveram um vídeo educativo que apresenta o papel da Central, suas principais atividades e a rotina do estagiário no local. Essa iniciativa permitiu integrar teoria, prática e comunicação científica, utilizando a linguagem audiovisual como ferramenta de educação em saúde e valorização da profissão farmacêutica.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência da produção de um vídeo educativo sobre a Central de Abastecimento Farmacêutico, destacando sua relevância para o ensino, a divulgação científica e o fortalecimento da assistência farmacêutica no SUS.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa e descritiva, desenvolvido durante o estágio supervisionado em Farmácia Pública do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A atividade foi realizada no mês de outubro de 2025, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do município de Caçador (SC), sob orientação da professora Débora Marins.

A proposta consistiu na produção de um vídeo educativo voltado à divulgação do funcionamento da CAF, destacando sua importância para a gestão e logística de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Ministério da Saúde (2022), a CAF é responsável por coordenar o fluxo de recebimento, armazenamento, controle e distribuição de medicamentos, garantindo o abastecimento contínuo das unidades básicas de saúde e a segurança do paciente.

O desenvolvimento da atividade ocorreu em quatro etapas:

- Planejamento e roteirização do conteúdo, com levantamento teórico sobre a CAF, suas funções e as atribuições do farmacêutico e do estagiário;
- Filmagem no local de estágio, com autorização da coordenação municipal de assistência farmacêutica, mostrando a estrutura física, os setores e os processos logísticos da Central;

- Edição e narração do vídeo, realizada pelos próprios acadêmicos, utilizando linguagem acessível e recursos audiovisuais que facilitassem a compreensão do público;

- Validação técnica do material, feita pela professora orientadora e pelo farmacêutico responsável pela CAF, assegurando a precisão das informações apresentadas.

Durante a atividade, os acadêmicos aplicaram princípios de educação em saúde, conforme preconizado por Vilela e Farias (2024), que defendem o uso de metodologias ativas e recursos tecnológicos para fortalecer o vínculo entre ensino, serviço e comunidade. A elaboração do vídeo também favoreceu o desenvolvimento de competências de comunicação científica e trabalho em equipe, aspectos fundamentais no processo formativo do farmacêutico, conforme descrito pelo Conselho Federal de Farmácia (2021).

Assim, a metodologia adotada buscou unir teoria, prática e tecnologia educacional, transformando a vivência no estágio supervisionado em uma experiência significativa de aprendizado e difusão do conhecimento sobre a assistência farmacêutica no SUS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização do vídeo educativo sobre a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do município de Caçador (SC) resultou em uma experiência formativa de grande relevância acadêmica e social. Durante o processo de filmagem e edição, os acadêmicos puderam compreender de maneira prática os fluxos operacionais da CAF, incluindo o recebimento, armazenamento, controle de validade e distribuição de medicamentos às unidades básicas de saúde, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (2022).

A vivência permitiu observar o papel central do farmacêutico como gestor técnico da assistência farmacêutica, responsável por assegurar o cumprimento das normas sanitárias, a rastreabilidade dos medicamentos e a qualidade dos serviços prestados à população. Paralelamente, os estagiários de Farmácia puderam atuar na prática da logística farmacêutica, acompanhando as etapas do ciclo do medicamento — da entrada até o controle de saída — e exercitando competências essenciais de organização, responsabilidade e comunicação profissional.

Embora o vídeo tenha sido produzido com caráter institucional, sua proposta ultrapassa os limites acadêmicos e administrativos, assumindo também um papel educativo e orientador para a sociedade. O conteúdo foi estruturado para que qualquer cidadão pudesse compreender o funcionamento da CAF Jonas Ramos, sua importância dentro do SUS e o impacto direto desse serviço na garantia do acesso seguro e contínuo aos medicamentos. Assim, o material cumpre um papel social de divulgação científica e transparência pública, aproximando a comunidade das atividades desenvolvidas na assistência farmacêutica municipal.

A produção audiovisual também contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de comunicação científica, trabalho em equipe e uso de tecnologias educativas, elementos essenciais na formação do farmacêutico contemporâneo (VILELA; FARIAS, 2024). Além disso, reforçou o

potencial do uso de mídias digitais como instrumentos de educação em saúde, conforme destaca a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023), que reconhece os recursos audiovisuais como estratégias eficazes para ampliar o alcance das ações de promoção e informação em saúde.

Por fim, o vídeo produzido pelos acadêmicos mostrou-se uma ferramenta de aprendizagem significativa, ao unir teoria, prática e extensão universitária. Ele não apenas valorizou o trabalho técnico desenvolvido na CAF Jonas Ramos, mas também fortaleceu o vínculo entre universidade, serviço público e comunidade, demonstrando que a comunicação acessível e a difusão do conhecimento científico podem transformar a percepção social sobre a importância do farmacêutico na gestão pública de medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do vídeo educativo sobre a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) de Caçador (SC) proporcionou aos acadêmicos uma experiência formativa completa, integrando teoria, prática e comunicação científica. A vivência no estágio supervisionado possibilitou compreender o papel estratégico da CAF no contexto da Assistência Farmacêutica Municipal e o impacto direto do trabalho do farmacêutico e dos estagiários na gestão racional de medicamentos dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

A atividade contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas e comunicacionais, como o domínio da linguagem audiovisual, a capacidade de síntese e a responsabilidade na divulgação de informações em saúde. Embora o vídeo tenha caráter institucional, seu conteúdo foi planejado com propósito educativo e orientador, possibilitando que a comunidade conheça como funciona a CAF Jonas Ramos e entenda a importância desse setor para o acesso seguro e contínuo aos medicamentos.

A experiência demonstrou que ações educativas baseadas em recursos audiovisuais podem aproximar a sociedade do serviço público de saúde, promovendo transparência, valorização profissional e disseminação de boas práticas farmacêuticas. Conclui-se que o uso de mídias digitais na educação em saúde é uma ferramenta eficaz para fortalecer a integração entre universidade, gestão pública e comunidade, consolidando o papel do farmacêutico como agente essencial na promoção da saúde e na gestão do cuidado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo e apoio institucional na realização das atividades de estágio supervisionado, que possibilitaram a integração entre o ensino e a prática profissional.

Estendemos nossos agradecimentos à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) Jonas Ramos, do município de Caçador (SC), pela acolhida, disponibilidade e colaboração durante o desenvolvimento do projeto, permitindo que a experiência prática se transformasse em uma ação educativa de relevância social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de gestão da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Assistência Farmacêutica.* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 20 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). *O farmacêutico e a assistência farmacêutica no SUS.* Brasília, DF: Conselho Federal de Farmácia, 2021. Disponível em: https://www.cff.org.br. Acesso em: 20 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Educação em saúde e comunicação digital: estratégias para o fortalecimento das práticas educativas no SUS.* Brasília, DF: OPAS/OMS, 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt. Acesso em: 20 out. 2025.

SOUZA, D. S. S.; PEREIRA, M. C.; LIMA, J. R. *Gestão e logística de medicamentos no sistema público de saúde. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, v. 14, n. 3, p. 122–130, 2023.

VILELA, C. A.; FARIAS, M. R. *Educação em saúde e o papel do farmacêutico na formação de práticas seguras no SUS. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v. 45, n. 2, p. 45–52, 2024. Disponível em: https://rcfba.fcfar.unesp.br. Acesso em: 20 out. 2025.

TROPONINAS CARDÍACAS: RELEVÂNCIA DIAGNÓSTICA E O PAPEL DO FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO NO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Categoria: Práticas de Estágio

Gabrielly Juliê Rodrigues[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O diagnóstico precoce e preciso do infarto agudo do miocárdio (IAM) é fundamental para a redução da mortalidade e morbidade cardiovascular. A dosagem da troponina cardíaca, especialmente utilizando métodos ultrassensíveis, revolucionou a detecção precoce do IAM aumentando significativamente a sensibilidade e especificidade diagnósticas. Este artigo analisa os mais recentes avanços, diretrizes, utilidades clínicas e limitações do exame de troponina ultrassensível, abordando sua aplicabilidade, e o papel do farmacêutico bioquímico para a contribuição para o diagnóstico do paciente em base em literatura publicada nos últimos cinco anos.

Palavras-chave: Infarto agudo do miocárdio; troponina ultrassensível; biomarcadores cardíacos; diagnóstico; farmacêutico bioquímico.

INTRODUÇÃO

O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) caracteriza-se como uma manifestação clínica da Doença Isquêmica do Miocárdio, resultante, predominantemente, da ruptura de uma placa aterosclerótica. Esse evento pode levar à formação de trombos ou êmbolos, culminando na diminuição ou interrupção do fluxo sanguíneo destinado ao tecido cardíaco. Dessa forma, a deficiência no suprimento sanguíneo para determinada região do miocárdio desencadeia um processo de isquemia, predispondo ao desenvolvimento do IAM (Sousa et al, 2021).

De modo geral, a interrupção do fluxo sanguíneo no miocárdio ocorre devido ao acúmulo de placas lipídicas nas artérias coronarianas, podendo também estar associada à obstrução total decorrente da formação de trombos ou êmbolos na luz arterial. A dor torácica, de longa duração e elevada intensidade, constitui a principal manifestação clínica do IAM localizando-se, frequentemente, nas regiões precordial, subesternal ou epigástrica, com possível irradiação para o ombro, braço esquerdo, pescoço ou mandíbula. No contexto pré-hospitalar, a evolução do quadro clínico do IAM pode ser dividida em dois períodos distintos: (1) o intervalo entre o início dos sintomas, geralmente caracterizado por dor torácica aguda, e a decisão do paciente em buscar atendimento; e (2) o período entre essa decisão e a chegada ao hospital (Ribeiro et al, 2021).

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Em aproximadamente 95% dos casos, o IAM é desencadeado pela ruptura de placas ateromatosas localizadas no endotélio vascular. O diagnóstico baseia-se na avaliação clínica associada à realização de exames complementares, como o eletrocardiograma (ECG) e a dosagem seriada de marcadores de necrose miocárdica, troponina, creatina quinase (CK) e fração MB da creatina quinase (CK-MB). Esses procedimentos são fundamentais para a identificação precoce do quadro e a instituição imediata do tratamento adequado (Andrade et al, 2021).

Atualmente, as troponinas têm se destacado como marcadores altamente específicos de lesão celular miocárdica. Essas proteínas formam um complexo regulador da interação cálcio-dependente entre a miosina e a actina, sendo compostas por três subunidades distintas, troponina I, troponina C e troponina T. Embora presentes tanto no músculo esquelético quanto no músculo cardíaco, cada isoforma é codificada por genes diferentes, conferindo às troponinas cardíacas elevados grau de especificidade diagnóstica (Sampaio et al, 2023).

O farmacêutico bioquímico exerce um papel central e multidisciplinar na análise laboratorial do exame de troponina para o diagnóstico do infarto agudo do miocárdio, com a importância deste profissional sendo ressaltada cada vez mais na literatura recente. Entre as principais atribuições destacam-se: a validação e liberação dos resultados dos ensaios de troponina, o controle de qualidade dos processos analíticos, a orientação das equipes quanto à coleta correta das amostras e a interpretação clínica-laboratorial em conjunto com a equipe médica (Bittencourt et al, 2025).

O objetivo deste estudo é evidenciar a importância dos exames de troponina no diagnóstico precoce do IAM destacando o papel fundamental do farmacêutico bioquímico na análise laboratorial e na contribuição para o diagnóstico.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa baseada em artigos publicados entre 2021 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar, utilizando os descritores "troponina ultrassensível", "infarto agudo do miocárdio" e "papel do farmacêutico no infarto agudo do miocárdio". Foram selecionados artigos originais, revisões sistemáticas, diretrizes e manuais clínicos em português e inglês. Apenas estudos de relevância clínica reconhecida e com amostras representativas foram incluídos para discussão crítica.

O estágio final foi realizado no setor de Laboratório do Hospital Maice no município de Caçador-SC com carga horária de 186,75 horas, no período de setembro a novembro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A troponina C exerce função essencial como proteína de ligação reversível ao cálcio. Quando ativada por este íon, promove uma alteração conformacional nos filamentos finos, possibilitando a contração muscular. Estruturalmente, apresenta dois domínios principais, terminais N e C, conectados por um ligante central, cada qual contendo sítios específicos para ligação ao cálcio. A troponina I, por sua vez, é uma unidade monomérica com peso molecular de 23,5 kDa e atua como componente inibitório do complexo troponínico, impedindo a contração muscular quando a concentração plasmática de cálcio é reduzida.

Tal como a troponina C, apresenta um terminal N, responsável pela função inibitória, e um terminal C, que se liga à actina. A interação da actina com o domínio inibitório da troponina I bloqueia o efeito ativador da actina sobre a ATPase da miosina, resultando em relaxamento muscular. Ademais, diversos estudos atribuem à cTnI e à cTnT igual relevância e especificidade no diagnóstico e monitoramento de lesões miocárdicas (Sampaio et al, 2023).

Diretrizes recentes recomendam a coleta seriada da troponina ultrassensível na chegada do paciente e após uma a duas horas, permitindo diagnóstico ou exclusão rápida do IAM, especialmente útil em serviços de emergência com alta rotatividade. Um valor acima do percentil 99 na ausência de outras causas de lesão miocárdica indica IAM. O ensaio ultrassensível possui alto valor preditivo negativo; isto é, valores baixos praticamente excluem a doença, evitando hospitalizações desnecessárias (Filho et al, 2022).

Além do diagnóstico, a troponina ultrassensível demonstra utilidade na estratificação prognóstica hospitalar e pós-alta, estando associada com maior risco de morte, choque cardiogênico e insuficiência cardíaca em pacientes com valores persistentemente elevados. Estudos sugerem ainda rastreamento rotineiro de pacientes em situações clínicas críticas, mesmo de baixo risco, para prevenção de eventos adversos (Gomes et al, 2024)

Com os avanços dos métodos ultrassensíveis, o farmacêutico bioquímico precisa conhecer profundamente a cinética da troponina (início de elevação, pico e tempo de persistência no sangue), além das várias causas não cardíacas que podem elevar o marcador e gerar falsos positivos, como insuficiência renal, miocardites e condições sépticas, colaborando para que o diagnóstico final seja preciso e contextualizado. Sua atuação é fundamental, por exemplo, na padronização dos ensaios, estabelecimento dos valores de referência (como o percentil 99) e na adoção de protocolos internacionais capazes de reduzir erros pré-analíticos, garantindo confiabilidade e rastreabilidade dos resultados (Silva et al, 2024).

Além do contexto técnico-operacional, o farmacêutico bioquímico também contribui com ações educativas e treinamento das equipes de saúde, incentivando o uso racional e seguro dos biomarcadores cardíacos, inclusão apropriada dos exames nos protocolos de dor torácica e a promoção da segurança do paciente. Cabe ainda a este profissional participar ativamente de comitês de revisão de casos críticos, contribuindo para a discussão multiprofissional sobre diagnóstico e desfecho do paciente, e fortalecer a integração entre laboratório e áreas assistenciais para reduzir o tempo porta-diagnóstico e, consequentemente, a morbimortalidade do IAM (Bittencourt et al, 2025).

Em hospitais com protocolos estruturados de dor torácica, o farmacêutico bioquímico é fundamental para manter a agilidade no processamento das amostras e na entrega dos resultados em tempo hábil, o que impacta diretamente no tempo porta-diagnóstico e prognóstico do paciente com suspeita de IAM. Ele também pode participar da elaboração e atualização dos fluxogramas laboratoriais, integrando os novos ensaios ultrassensíveis e alinhando procedimentos às diretrizes internacionais (Bonoto, et al, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame de troponina ultrassensível é atualmente o marcador de escolha para o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio devido à sua superioridade em sensibilidade e valor prognóstico. Sua aplicação em protocolos rápidos agiliza decisões e impacta positivamente no desfecho dos pacientes, embora seja imprescindível avaliar possíveis causas alternativas para a elevação dos níveis séricos. Investir na adequada implementação dos exames e capacitação das equipes pode potencializar ainda mais os benefícios dessas novas metodologias nas rotinas hospitalares e de emergência, contribuindo para a redução da mortalidade cardiovascular.

Em síntese, o farmacêutico bioquímico desempenha um papel essencial na cadeia diagnóstica do Infarto Agudo do Miocárdio, assegurando a obtenção de resultados laboratoriais sensíveis e específicos, auxiliando as equipes clínicas em tomadas de decisão precisas e contribuindo para a implementação de protocolos laboratoriais baseados nas melhores evidências científicas disponíveis.

A atuação no setor de laboratório representou uma grande experiência, contemplando as etapas pré-analítica, analítica e pós-analítica. Durante esse período, foi possível vivenciar atividades relacionadas aos setores de triagem, urinálise, bioquímica, hematologia, microscopia e microbiologia. Além disso, essa vivência contribuiu para o aprimoramento dos conhecimentos sobre controle de qualidade, a relevância dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e a compreensão das atribuições e responsabilidades do farmacêutico bioquímico no contexto de um laboratório hospitalar.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos às instituições participantes, setor do Laboratório do Hospital Maice, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL-SC) pelas oportunidades de ensino, apoio e aprendizados adquiridos durante o período de estágio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vinícius Marques et al. **Fatores socioeconômicos e mortalidade no infarto agudo do miocárdio/ Socioeconomic factors and mortality in acute myocardial** infarction. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 7, p. 73734–73748, 2021. Disponível em: 10.34117/bjdv7n7-514. Acesso em: 10 out 2025.

BITTENCOURT, Daniely et al. **Infarto: diagnóstico e intervenções atualizadas contra uma das condições mais mortais do mundo**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 7, n. 3, p. 2203–2220, 2025. Disponível em: 10.36557/2674-8169.2025v7n3p2203-2220. Acesso em: 10 out 2025.

BONOTO, Luiz Gustavo et al. **A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO TESTE DE TROPONINA DE ALTA SENSIBILIDADE COMO MARCADOR CARDÍACO EM HOSPITAIS DA AERONÁUTICA DE SEGUNDO ESCALÃO REFORÇADO**. Rev Sau Aer, v. 3, p. 17–23, 2020. Disponível em: https://share.google/6eQZVUpsjFEN2QBOP. Acesso em: 10 out 2025.

DE SOUSA, André Carvalho et al. O conhecimento de leigos sobre os sinais e sintomas do infarto agudo do miocárdio: revisão integrativa / Laymen's knowledge about the signs and symptoms of acute myocardial infarction: an integrative review. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 6, p. 60692–60706, 2021. Disponível em: 10.34117/bjdv7n6-445. Acesso em: 10 out 2025.

FILHO, Antonio Haddad et al. Troponina I por Percentil 99 da Definição Universal de Infarto do Miocárdio versus Ponto de Corte de Melhor Acurácia em Síndromes Coronárias Agudas. Arquivos brasileiros de cardiologia, 2022. Disponível em: 10.36660/abc.20210191. Acesso em: 10 out 2025.

GOMES, Bruno Ferraz de Oliveira et al. Adição da Troponina Ultrassensível à Avaliação de Risco Perioperatório Melhora a Capacidade Preditiva de Morte em Pacientes Submetidos à Cirurgia Não Cardíaca. Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 121, n. 4, p. e20230623, 2024. Disponível em: 10.36660/abc.20230623. Acesso em: 10 out 2025.

RIBEIRO, Hortênsia Paula Bernardino et al. INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO: PERFIL CLÍNICO E FATORES ASSOCIADOS AO ÓBITO EM PACIENTES ATENDIDOS EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO / MYOCARDIAL INFARCTION: CLINICAL PROFILE AND FACTORS ASSOCIATED WITH DEATH IN PATIENTS SEEN AT AN EMERGENCY CARE UNIT. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, p. 32319–32330, 2021. Disponível em: 10.34117/bjdv7n3-786. Acesso em: 10 out 2025.

SAMPAIO, Janaína Mendes Caldas et al. Troponina elevada e a relação com lesões cardiovasculares. Research, Society and Development, v. 12, n. 7, p. e3912742373, 2023. Disponível em: 10.33448/rsd-v12i7.42373.

SILVA, Gabriele Maria Henrique da et al. ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NO DIAGNÓSTICO LABORATORIAL E TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 5, p. 182–201, 2024. Disponível em: 10.51891/rease.v10i5.13630. Acesso em: 10 out 2025.

INTEGRAÇÃO DO FARMACÊUTICO CLÍNICO-LABORATORIAL NO AMBIENTE HOSPITALAR: EXPERIÊNCIAS, ANÁLISES E IMPACTO NA SEGURANÇA DO PACIENTE

Categoria: Práticas de Estágio

Arieli Alves Massaneiro[1]
Paula Kath[2]

Resumo – O presente relato de experiência descreve a vivência prática no setor hospitalar de análises clínicas laboratoriais na cidade de Caçador, com ênfase na atuação estratégica do farmacêutico. O foco foi a participação integral na execução e, sobretudo, na interpretação técnica de exames essenciais à rotina clínica. A imersão abrangeu áreas chave: Bioquímica, com dosagens de metabólitos, eletrólitos e enzimas; Gasometria, para avaliação do equilíbrio ácido-base e ventilatório em pacientes críticos; Coagulograma, no monitoramento de anticoagulantes e distúrbios hemorrágicos; Hematologia, incluindo hemogramas e identificação de anomalias celulares e Urinálise, revelando função renal e infecções. Essa experiência destacou o papel pivotal do farmacêutico em todo o fluxo analítico, da fase pré-analítica à validação de resultados. Sua contribuição é crucial para o suporte diagnóstico e terapêutico, posicionando o laboratório como elo vital entre equipe médica e paciente. A precisão das análises, somada a controles de qualidade interno e externo rigorosos e ao trabalho interdisciplinar eficiente, garante segurança, efetividade e agilidade nas decisões clínicas imediatas.

Palavras-chave: Cuidado hospitalar; Farmácia clínica; Saúde.

INTRODUÇÃO

A análise clínica laboratorial constitui um pilar essencial no suporte ao diagnóstico médico, fornecendo dados objetivos e quantitativos sobre parâmetros fisiológicos e patológicos em pacientes internados em ambientes hospitalares de alta complexidade, incluindo a avaliação de marcadores inflamatórios, funcionais e metabólicos que orientam condutas terapêuticas imediatas (Lubin et al., 2021).

Conforme evidenciado por Chandran et al. (2021), a gasometria arterial avalia parâmetros como pH (7,35-7,45), pressão parcial de dióxido de carbono (pCO_2: 35-45 mmHg), pressão parcial de oxigênio (pO_2: 80-100 mmHg), saturação de oxigênio (SaO_2 >95%) e bicarbonato (22-26 mEq/L), revelando distúrbios ácido-base como acidose metabólica (pH <7,35 com HCO_3^- reduzido) ou respiratória (pCO_2 >45 mmHg), especialmente em unidades de terapia intensiva,

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

onde sua interpretação em menos de 15 minutos pode alterar parâmetros ventilatórios como FiO_2 ou PEEP.

O coagulograma abrange testes como tempo de protrombina (TP: 11-13,5 segundos, expresso em INR para pacientes em varfarina), tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPA: 25-35 segundos), contagem de fibrinogênio (200-400 mg/dL) e D-dímero (<500 ng/mL), fundamentais para monitorar pacientes em terapia anticoagulante com heparina ou anticoagulantes orais diretos, ou submetidos a procedimentos cirúrgicos de grande porte, com contribuições farmacêuticas na prevenção de eventos tromboembólicos venosos através da validação de doses e detecção de resistência (Danilatou e Zubair, 2025).

Seo e Lee (2022) informam que o hemograma completo fornece informações detalhadas sobre série vermelha (hemoglobina: 13-17 g/dL homens; 12-15 g/dL mulheres; VCM, HCM, CHCM), série branca (leucócitos totais: 4.000-11.000/mm^3, com diferencial de neutrófilos, linfócitos, eosinófilos) e plaquetária (150.000-450.000/mm^3), permitindo a detecção de anemias microcíticas (ferroprivas), macrocíticas (deficiência de B12), leucocitoses bacterianas (>15.000/mm^3 com desvio à esquerda) ou leucopenias associadas a quimioterapia (<1.000/mm^3), com análise crítica farmacêutica assim reduzindo discrepâncias interpretativas.

A urinálise integra na visão de Queremel milani e Jialal (2025) uma avaliação física (cor amarelo-palha, aspecto límpido, densidade 1.005-1.030 g/L), química (pH 4,5-8,0; proteínas <150 mg/24h; glicose negativa; cetonas negativas; urobilinogênio <1 mg/dL; nitrito negativo; leucócitos esterase negativa) e microscópica (eritrócitos <3/campo; leucócitos <5/campo; bactérias ausentes; cristais ausentes; cilindros hialinos ocasionais), sendo ferramenta sensível para diagnosticar infecções do trato urinário (leucócitos >10/campo + nitrito positivo), nefropatias glomerulares (proteinúria >300 mg/dL + hematúria) ou desidratação (densidade >1.025), com ênfase na padronização da coleta em primeira urina da manhã.

A execução desses exames em laboratórios hospitalares exige rigoroso controle de fases pré-analítica (identificação correta do paciente, jejum adequado, horário de coleta, anticoagulante específico como EDTA para hemograma ou citrato para coagulograma), analítica (calibração diária, uso de controles internos e externos, temperatura controlada de reagentes) e pós-analítica (validação técnica, liberação eletrônica com alertas críticos), minimizando erros como hemólise (liberação de potássio intracelular), lipemia (interferência em turbidimetria) ou contaminação (pseudobacteriúria), que podem comprometer até 70% dos resultados em ambientes de alta rotatividade (Nordin et al., 2024).

O farmacêutico hospitalar atua como validador técnico-científico, interpretando resultados à luz do perfil farmacoterapêutico do paciente — por exemplo, elevação de creatinina por inibidores da ECA, hipocalemia por diuréticos de alça ou pseudotrombocitopenia por agregação plaquetária em EDTA —, evitando interações medicamentosas que alterem parâmetros laboratoriais e emitindo alertas para médicos, conforme destacado por Almeida et al. (2022), que implementaram validação farmacêutica em 800 laudos e preveniram 42 eventos adversos potenciais (Althomali et al., 2022).

Além disso, supervisiona controles internos de qualidade, calibrando equipamentos como analisadores de gasometria (verificação diária com soluções padrão), espectrofotômetros (curva

de calibração multiponto) e coagulômetros (controles em três níveis) Maschiettto et al. (2023), validando reagentes com certificados de análise e assegurando conformidade com normas da ANVISA (RDC 302/2005) e ISO 15189.

A integração multidisciplinar entre farmacêuticos, médicos e enfermeiros fortalece a cadeia analítica, padronizando protocolos como o uso de tubos com separador de gel para bioquímica, diminuindo variações em urinálise (redução de falsos-positivos por contaminação) e hemogramas (evitando pseudoleucocitose por aglutinação) (Hueth; Prinzi e Timbrook, 2022).

Embora não realize diagnósticos, Kumano; Akatsuchi e Amiral (2021) apontam que o farmacêutico correlaciona alterações bioquímicas com uso de medicamentos, como hipercalemia induzida por espironolactona ou inibidores da ECA (potássio >5,5 mEq/L), hiponatremia por tiazídicos (sódio <130 mEq/L) ou elevação de TTPA por heparina não fracionada, orientando ajustes terapêuticos como suspensão temporária ou antidotação com protamina.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, tendo por objetivo reunir, analisar e interpretar criticamente a produção científica relativa à atuação do farmacêutico clínico em ambiente hospitalar em conluio com a prática do estágio protagonizado.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, Gil (2021) explica que sua aplicação não ocorre por mera preferência, mas pela dificuldade de obter dados quantitativos em certos contextos. Esse tipo de abordagem busca interpretar fenômenos de forma não matemática, permitindo compreender experiências, identificar conceitos e estabelecer relações entre os dados.

A aquisição de informações foi realizada em principal nas fontes de dados da PubMed e Google Acadêmico. A escolha dessas plataformas se deve ao amplo alcance e à credibilidade dos periódicos indexados, possibilitando acesso a estudos nacionais e internacionais atualizados.

Foram utilizados os seguintes descritores, isolados e combinados por meio do operador booleano and e or: “laboratory quality control”, “clinical pharmacist”, “pre-analytical errors” e “hospital laboratory.

Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos: (a) publicados entre 2020 e 2025; (b) disponíveis em texto completo; (c) escritos em português ou inglês; e (d) que abordassem práticas de atenção farmacêutica em farmácias comunitárias ou de caráter comercial. Foram excluídos estudos fora do recorte temporal, artigos de opinião sem dados empíricos e trabalhos que não tratassem diretamente da temática.

A coleta e análise dos dados ocorreu em duas frentes: realizou-se a pesquisa e leitura dos periódicos e Resumos para triagem dos estudos mais relevantes juntamente com a vivência em ambiente laboral oportunizado pelo estágio onde buscou-se interpretar o conteúdo dos estudos no cotidiano, de modo a construir uma prática coesa e ética da farmácia clínica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência prática no laboratório hospitalar evidenciou o impacto direto da atuação farmacêutica clínica-laboratorial na otimização dos processos diagnósticos e na segurança do paciente. A presença do farmacêutico nas etapas pré, analítica e pós-analítica contribuiu para a redução de erros de coleta e validação, além de garantir maior confiabilidade dos resultados laboratoriais. A supervisão farmacêutica mostrou-se fundamental para minimizar ocorrências como hemólise e lipemia, fatores determinantes para a precisão diagnóstica e para a qualidade das análises realizadas.

No setor de bioquímica, observou-se que o monitoramento farmacêutico na calibração de equipamentos e validação de reagentes assegurou resultados mais consistentes, especialmente em dosagens de glicose, eletrólitos e enzimas hepáticas. Essa conduta preventiva reforçou a importância da rastreabilidade técnica e da interpretação criteriosa de resultados alterados, evitando decisões terapêuticas equivocadas. A atuação clínica na gasometria, por sua vez, demonstrou-se essencial para a comunicação interdisciplinar, visto que resultados críticos, como os que indicam acidose metabólica, exigem resposta imediata da equipe médica.

Os dados obtidos ao longo da vivência apontaram que a intervenção farmacêutica ampliou a segurança clínica dos pacientes, especialmente em unidades de terapia intensiva e no manejo de distúrbios hematológicos e de coagulação. A atuação conjunta com a equipe multiprofissional, baseada em protocolos bem estruturados e indicadores laboratoriais, fortaleceu a tomada de decisão terapêutica e o uso racional de medicamentos. Essa integração entre farmacêutico, equipe médica e enfermagem mostrou-se indispensável para o acompanhamento clínico eficaz e a prevenção de eventos adversos.

No contexto do coagulograma, verificou-se que a interpretação técnica dos tempos de protrombina e tromboplastina parcial ativada, associada ao monitoramento de terapias anticoagulantes, evitou intercorrências hemorrágicas em pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. Da mesma forma, no hemograma e urinálise, o olhar farmacêutico possibilitou identificar alterações correlacionadas ao uso de medicamentos, como distúrbios eletrolíticos e renais, reafirmando a importância da abordagem farmacoterapêutica integrada e do acompanhamento individualizado do paciente.

Além disso, o estágio possibilitou compreender a importância da formação continuada e da padronização de processos laboratoriais conforme as normas e regulamentações vigentes. A experiência prática demonstrou que a implementação de controles internos e externos de qualidade eleva o padrão técnico e científico do laboratório, promovendo confiabilidade e rastreabilidade dos resultados e fortalecendo a credibilidade institucional. Assim, o papel do farmacêutico clínico-laboratorial transcende a mera execução técnica, consolidando-se como agente ativo de segurança, educação e gestão da qualidade em ambiente hospitalar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O farmacêutico clínico-laboratorial desempenha um papel indispensável no ambiente hospitalar, sendo crucial para a qualidade assistencial e a segurança do paciente. A sua atuação é confirmada como relevante em todas as fases do processo analítico, pois o profissional contribui

diretamente para a confiabilidade dos exames e estabelece a correlação essencial entre parâmetros laboratoriais e as terapias medicamentosas. Essa intervenção aprimora as condutas clínicas e é fundamental para a redução de riscos.

Os resultados reforçam que este farmacêutico é um elo estratégico entre o laboratório e a equipe médica, promovendo o uso racional de medicamentos e a prevenção de eventos adversos. No entanto, para que essa prática se consolide plenamente, é necessário superar desafios institucionais, notadamente a escassez de recursos humanos e a falta de protocolos uniformizados de comunicação intersetorial. Desta forma, o texto conclui que é crucial o incentivo a políticas que ampliem a capacitação técnica, a pesquisa aplicada e a modernização laboratorial, fortalecendo, assim, a atuação clínica desse profissional e transformando o cuidado em saúde em um processo mais seguro, científico e centrado no paciente.

REFERÊNCIAS

ALTHOMALI, A. *et al*. Impact of Clinical Pharmacist Intervention on Clinical Outcomes in the Critical Care Unit, Taif City, Saudi Arabia: A Retrospective Study. Pharmacy (Basel), v. 10, n. 5, p. 108, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9498917/. Acesso em: 28 out. 25.

CHANDRAN, J. *et al*. Clinical Utility of Arterial Blood Gas Test in an Intensive Care Unit: An Observational Study. Indian Journal of Critical Care Medicine: Peer-reviewed, Official Publication of Indian Society, v. 25, n. 2, p. 172-175, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7922451/. Acesso em: 28 out. 25.

DANILATOU, V.; ZUBAIR, M. Laboratory Evaluation of Coagulopathies. StatPearls Publishing, 2025. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK606118/. Acesso em: 28 out. 25.

GIL, A. C. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/. Acesso em: 28 set. 25.

HUETH, K. D.; PRINZI, A. M.; TIMBROOK, T. T. Diagnostic Stewardship as a Team Sport: Interdisciplinary Perspectives on Improved Implementation of Interventions and Effect Measurement. Antibiotics (Basel), v. 11, n. 2, p. 250, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8868553/. Acesso em: 28 out. 25.

KUMANO, O.; AKATSUCHI, K.; AMIRAL, J. Updates on Anticoagulation and Laboratory Tools for Therapy Monitoring of Heparin, Vitamin K Antagonists and Direct Oral Anticoagulants. Biomedicine, v. 9, n. 3, p. 264, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7998518/. Acesso em: 28 out. 25.

LUBIN, I. M. *et al*. Bringing the clinical laboratory into the strategy to advance diagnostic excellence. Diagnosis (Berl), v. 8, n. 3, p. 281-294, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8255320/. Acesso em: 28 out. 25.

MASCHIETTO, C. *et al.* Minimal requirements for ISO15189 validation and accreditation of three next generation sequencing procedures for SARS-CoV-2 surveillance in clinical setting. Scientific

Reports, v. 13, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10140720/. Acesso em: 28 out. 25.

NASERALALLAH, L. *et al.* Characteristics of the clinical pharmacists' interventions at the main general tertiary care hospital in Qatar. Qatar Medical Journal, v. 2023, n. 4, p. 28, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10611941/. Acesso em: 28 out. 25.

NORDIN, N. *et al*. Preanalytical Errors in Clinical Laboratory Testing at a Glance: Source and Control Measures. Cureus, v. 16, n. 3, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10981510/. Acesso em: 28 out. 25.

QUEREMEL MILANI, D. A.; JIALAL, I. Urinalysis. StatPearls Publishing, 2025. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK557685/. Acesso em: 28 out. 25.

SEO, I.; LEE, Y. Usefulness of Complete Blood Count (CBC) to Assess Cardiovascular and Metabolic Diseases in Clinical Settings: A Comprehensive Literature Review. Biomedicines, v. 10, n. 11, p. 2697, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9687310/. Acesso em: 28 out. 25.

ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS NO CONTROLE DA RINITE ALÉRGICA COM ÊNFASE NA ATENÇÃO FARMACÊUTICA: RELATO DE ESTÁGIO

Categoria: Práticas de Estágio

Vanessa Lima Dos Santos[1]
Karine Luz[2]
Paula Carolina Kath[3]

Resumo – A rinite alérgica (RA) é uma condição inflamatória das vias nasais a qual compromete a qualidade de vida da população. Portanto, a atenção farmacêutica tem papel essencial na promoção, prevenção e recuperação da saúde. Este trabalho visa descrever alternativas farmacológicas para o manejo da rinite alérgica e enfatizar a relevância da atuação farmacêutica, além de suas atribuições dentro das farmácias comerciais. Baseou-se em um relato de estágio supervisionado, com abordagem qualitativa e descritiva, realizado na Usifarma, Timbó Grande.

Palavras-chave: rinite alérgica; farmacoterapia; atenção farmacêutica; corticosteroides; anti-histamínicos.

INTRODUÇÃO

A rinite alérgica é um distúrbio inflamatório da mucosa nasal, caracterizado por sintomas como congestão nasal, espirros, rinorréia, crises esternutatórias e prurido. Pode ser classificada como sazonal ou perene, tendo como base a duração e intensificação dos sintomas, atingindo uma prevalência de 10% a 40%, podendo variar conforme a região habitada. O processo alérgico pode ser desencadeado pela presença de ácaros, pólens, pêlos de animais, dentre outros. Sendo o resultado de uma resposta inflamatória mediada por imunoglobulina E (IgE) (Caldeira,2021).

O manejo do tratamento é associado a anti-histamínicos, corticosteroides intranasais, descongestionantes, antagonistas de leucotrieno e imunoterapia. Sendo fundamental para o controle da doença, alívio dos sintomas e prevenir complicações, como a sinusite e a asma. No entanto, o uso irracional de medicamentos podem agravar o quadro clínico (Maia, 2024).

A atenção farmacêutica é um modelo de prática farmacêutica, desenvolvida no contexto da Assistência Farmacêutica. Compreende atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades, compromissos e corresponsabilidades tanto individuais quanto da equipe multidisciplinar, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso ao seu uso racional. Desta maneira o

[1]Aluna do Curso de Fármacia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

farmacêutico deve ver o paciente como um todo, observando suas especialidades para estabelecer um melhor tratamento e devidas orientações (Costa, 2021).

A conduta do farmacêutico deve garantir segurança e eficácia. Em suas atribuições é possível observar: dispensação de medicamentos, análise de prescrições, desenvolvimento de ações preventivas, promoção e recuperação da saúde, orientações aos pacientes e educação continuada, monitoramento farmacológico, gestão de estoque, controle de qualidade. Seus serviços favorecem a adesão à terapia farmacológica e não farmacológica, minimizam erros de administração, interações medicamentosas, além de orientações sobre armazenamento dos fármacos (Garcia, 2022). Este trabalho tem o objetivo de discutir as principais estratégias farmacológicas no manejo da rinite e destacar a importância e atribuições do farmacêutico dentro das drogarias.

METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um relato de estágio supervisionado, realizado com base na alta procura por medicamentos para alívio dos sintomas da rinite. Sua abordagem é qualitativa, descritiva, com base na observação e participação na dispensação dos medicamentos.

O estágio foi realizado no período de setembro a novembro de 2025, entre os dias 29/09 á 11/11 totalizando uma carga horária de 193,5 horas, para comprimento da grade acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, realizado na farmácia de dispensação, Usifarma Timbó Grande.

Durante o estágio foram desenvolvidas atividades envolvendo a dispensação e orientação dos medicamentos, discussão dos casos com a equipe da farmácia, organização de estoques, documentação mensal de medicamentos controlados e trimestral, analisando receitas e dado baixa nas mesmas, educação continuada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do tratamento baseia-se em controlar a inflamação da mucosa nasal, aliviando os sintomas e restaurando a qualidade de vida do paciente, possibilitando uma melhora da respiração e sono, além de prevenir crises recorrentes e evitar complicações. Assim os grupos terapêuticos devem ser escolhidos conforme os sintomas e sua gravidade, podendo fazer combinações dos mesmos (Caldeira, 2021).

Os anti-histamínicos agem como antagonistas dos receptores de H1, ocupando o lugar onde a histamina se ligaria, diminuindo ou minimizando os efeitos alérgicos. São classificados em dois grupos: primeira geração e segunda geração. Os anti-histamínicos de primeira geração atravessam a barreira hematoencefálica agindo no Sistema Nervoso Central (SNC), ocasionando em maiores efeitos adversos como sonolência e prejuízo do desempenho cognitivo, por isso, não são indicados para o tratamento da RA. Já os de segunda geração são mais seletivos e proporcionam maior segurança e menores efeitos colaterais: cetirizina, loratadina, fexofenadina, epinastina, ebastina, olopatadina, bopotastina e levocetirizina. Posteriormente os tópicos nasais são mais eficazes para rinorreia e prurido nasal, indicados para pacientes que não respondem

adequadamente aos anti-histamínicos orais. Para maior efeito sinérgico são utilizados juntamente aos glicocorticóides (Nur Husna, 2022).

Glicocorticóides intranasais atuam em todos os sintomas, tanto, sazonal ou perene. São considerados a base do tratamento, sendo indicados tanto para adultos, quanto para crianças, por apresentarem poucos efeitos adversos. Já os orais são reservados casos mais graves, devendo ser utilizados apenas por períodos curtos devido ao risco de efeitos colaterais sistêmicos, podem ser: budesonida, mometasona e fluticasona (Rollema,2022).

Antagonistas de Leucotrienos, bloqueiam a ação dos leucotrienos que são causadores de inflamação. Montelucaste e Pranlucaste são eficazes para congestão nasal e casos persistentes moderada a grave (Maia, 2024).

Os descongestionantes nasais podem ser: oximetazolina, fenilefrina e pseudoefedrina os quais agem se ligando aos receptores α1 e α2-adrenérgicos, reduzindo o edema da mucosa. São eficazes para o alívio rápido, mas não devem ser usados continuamente, pois podem levar a uma rinite medicamentosa (Maia,2024).

Imunoterapia Específica com Alérgenos (AIT) é a única terapia capaz de modificar o curso da rinite alérgica. Induz a dessensibilização e promove resistência aos alérgenos. Estudos mostram que a AIT tem benefícios duradouros mesmo após a interrupção do tratamento. Também contribui para a prevenção da asma brônquica e reduz a ocorrência de sinusite recorrente. Seu mecanismo de ação inclui o aumento da produção de anticorpos IgG bloqueadores, mudança do perfil imunológico de Th2 para Th1, aumento das células T reguladoras, mediadas por IL-10 e TGF-β (Pavón-Romero, 2022).

Diante disso, é possível observar que a farmacoterapia da RA é vasta e deve ser bem orientada, onde o farmacêutico deve alertar sobre o uso limitado dos descongestionantes, ensinar a aplicação de sprays nasais, reforçar a importância da adesão ao tratamento prescrito, orientar sobre medidas preventivas como: evitar tapetes e animais de estimação dentro de casa, além do uso de soluções salinas para higiene nasal. Além dessas obrigatoriedades aos pacientes, o farmacêutico é responsável pela drogaria onde exerce sua profissão. Representando a drogaria em todos os aspectos clínicos, técnicos e científicos, respondendo por cada ato praticado. No aspecto técnico, ele é responsável: Pela elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); Elaboração de Manual de Boas práticas; Atualização legal dos documentos; Elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs); Além de utilizar ferramentas administrativas como o SNGPC, para gerenciamento de produtos controlados (Silva, 2021).

A RDC n° 44/2009 traz artigos sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. Esta RDC dispõe das condições gerais, documentos que devem estar anexadas em local visível ao público, são elas: I - Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Anvisa; II - Licença ou Alvará Sanitário expedido pelo órgão Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária, segundo legislação vigente; III - Certidão de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da respectiva jurisdição.

A RDC informa que esses documentos são de responsabilidade técnica do farmacêutico e deve-se mantê-las atualizadas (Freitas, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eficácia do tratamento da RA exige uma escolha adequada dos medicamentos e da adesão ao tratamento. O farmacêutico como profissional da equipe multidisciplinar exerce papel indispensável. Podendo orientar o paciente sobre a doença, o uso correto dos medicamentos, como posologia, via de administração e possíveis efeitos colaterais, além de dar opções não farmacológicas que envolvem o estilo de vida da pessoa como: evitar tapetes, cortinas, animais de estimação dentro de casa, entre outros. Fazer o acompanhamento do paciente e realizar atividades educativas, como palestras para comunidade para ensinar a identificação da doença e evitar crises.

Este tema foi abordado visto que durante o estágio, uma das maiores reclamações na farmácia foi a RA, uma condição comum, mas muito negligenciada. Muitos pacientes buscam a farmácia em períodos de crises, muitas das vezes fazendo automedicação, especialmente com descongestionantes nasais por períodos longos. Nesses momentos se nota a importância do farmacêutico na orientação sobre efeitos colaterais, uso racional, técnicas de aplicação dos sprays nasais, e orientar medidas não farmacológicas. Vendo que pequenas conversas sobre o tema podem melhorar a qualidade de vida dos pacientes, assim o farmacêutico é muito além do que apenas um dispensador de medicamentos, mas é um educador em saúde.

Diante disso, o relato reforça a necessidade do acompanhamento farmacêutico, proporcionando ao paciente educação em saúde, prevenção de riscos e promoção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Leonor Esteves *et al*. Rinite alérgica–Classificação, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento. Rev Port Imunoalergologia, v. 29, n. 2, p. 95-106, 2021. Disponível em: https://anuariohde.com/artigos_posters/artigos/3019.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

COSTA, Maria Candida Valois *et al*. Atenção farmacêutica e a atuação do profissional farmacêutico na saúde básica / Pharmaceutical assistance, pharmaceutical care and the role of the pharmaceutical professional in basic health care. Brazilian Journal of Health Review, [*S. l.*], v. 4, n. 2, p. 6195–6208, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/26825. Acesso em: 05 out. 2025.

FREITAS, Crystyanne de Sousa *et al*. Análise administrativa assistencial das farmácias comunitárias no estado do Pará, com ênfase na RDC 44/2009. Revista Eletrônica Acervo Saúde. [*S. l.*], v. 23, n. 5, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12122/7500. Acesso em: 5 out. 2025.

GARCIA, Neudimar Soares *et al*. O FARMACÊUTICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA FARMÁCIA COMERCIAL. Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação, *[S. l.]*, v. 8, n. 4, p.

792–803, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4996. Acesso em: 5 out. 2025.

MAIA, Ingrid Bouillet *et al*. Avanços e tendências no manejo de rinite alérgica: uma revisão atualizada. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences , *[S. l.]*, v. 6, n. 8, p. 2082–2094, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2905. Acesso em: 4 out. 2025.

Nur Husna, Siti Muhamad *et al*. "Allergic Rhinitis: A Clinical and Pathophysiological Overview." *Frontiers in medicine* vol. 9 874114. 7 Apr. 2022. Disponível em:https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9021509/. Acesso em: 6 out.2025.

Pavón-Romero, Gandhi F et al. "Allergen Immunotherapy: Current and Future Trends." *Cells* vol. 11,2 212. 8 Jan. 2022. Disponível em: https://www.mdpi.com/2073-4409/11/2/212. Acesso em: 6 out.2025.

ROLLEMA, Corine *et al*. "Pharmacology, particle deposition and drug administration techniques of intranasal corticosteroids for treating allergic rhinitis." *Clinical and experimental allergy : journal of the British Society for Allergy and Clinical Immunology* vol. 52,11 (2022): 1247-1263. Disponível em:https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35947495/. Acesso em: 6 out.2025.

SILVA, Aurileane Carneiro da *et al*. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM DROGARIAS: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E IMPEDIMENTOS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REAS. [*S. l.*], v. 7, n. 12, p. 1609–1621, 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3619/1431. Acesso em: 5 out. 2025.

A RELEVÂNCIA DA ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO EM LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Artur Carneiro Canalle[2]
Emyr Hiago Bellaver[3]
Paula Carolina Kath[4]

Resumo – O presente estudo analisa o papel e a importância do farmacêutico no laboratório de análises clínicas, reforçando suas contribuições para a qualidade e segurança dos serviços de saúde. O objetivo foi identificar, com base na literatura científica recente e em observação prática, as funções principais e impactos desse profissional no ambiente laboratorial. O método consistiu em uma revisão narrativa de artigos científicos e na observação direta das rotinas realizadas entre 3 e 15 de outubro de 2025 no Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da UNIARP, em Caçador (SC). Os resultados mostram que o farmacêutico atua como parte essencial no controle de qualidade, padronização de procedimentos, interpretação de resultados e na integração com novos programas, contribuindo para o uso racional de exames e medicamentos. Conclui-se que suas ações fortalecem a segurança do paciente, otimiza recursos e melhora a comunicação entre o laboratório e a equipe clínica, sendo indispensável para o funcionamento e sustentabilidade dos serviços laboratoriais.

Palavras-chave: farmacêutico; análises clínicas; laboratório.

INTRODUÇÃO

A atuação do farmacêutico no sistema de saúde é sustentada por normas e marcos legais que descrevem competências técnicas e responsabilidades sanitárias do profissional. No cenário brasileiro, a Lei nº 3.820/1960 e as normas do Conselho Federal de Farmácia estabelecem competências relativas à responsabilidade técnica, supervisão de serviços laboratoriais e atividades exclusivas do farmacêutico. A Resolução CFF nº 700/2021, por exemplo, atualizou procedimentos de fiscalização e orientações sobre o exercício profissional, refletindo a necessidade de regulamentação concreta para a prática do profissional nos diferentes ambientes, inclusive laboratórios clínicos (Claeys; Morgan; Johnson, 2024).

No plano das práticas profissionais, houve um aumento das competências clínicas do atribuídas ao farmacêutico desde o início da década de 2000, intensificada também pela experiência COVID-19 e pelos novos modelos de atenção centrada no paciente. Essa ampliação inclui atividades que vão além da dispensação e manipulação de fármacos como gestão de

[1] Laboratório Escola de Análises Clínicas, LEAC, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

insumos laboratoriais, controle de qualidade, validação de resultados e suporte na interpretação dos exames, colocando o farmacêutico bioquímico em contato direto com o diagnóstico laboratorial e a decisão terapêutica (Chagas et al., 2022).

O avanço das práticas da atenção farmacêutica e o aumento das competências clínicas do farmacêutico têm levado a uma integração positiva entre a farmácia clínica e os laboratórios de análises clínicas. Embora comumente vistos como setores distintos a farmácia que é responsável por medicamentos e os laboratórios pelos exames hoje se vê o reconhecimento crescente de que o farmacêutico pode atuar de forma complementar no processo de diagnóstico e terapêutico, em especial nas áreas como gestão de insumos laboratoriais, interpretação básica de exames, e a comunicação entre prescritor, paciente e equipe do laboratório. Essa integração favorece maior segurança ao paciente, melhor uso de recursos e decisões clínicas mais rápidas e embasadas (Grabenstein, 2022).

No campo do laboratório, o conceito de gestão laboratorial enfatiza o exame certo, para o paciente certo, no momento certo e define elementos práticos para reduzir pedidos fora de necessidade, otimização de insumos e melhorias nas tomadas de decisão clínica. A atuação do farmacêutico se mostra relevante aqui tanto na gestão da cadeia de suprimentos e estabilidade de reagentes quanto na implementação de protocolos que diminuam desperdício e erros pré-analíticos (White et al., 2021).

METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo uma revisão integrada a observação prática do serviço, fundamentado em artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. A busca bibliográfica incluiu bases como PubMed/PMC, SciELO e repositórios institucionais, priorizando revisões sistemáticas, revisões narrativas, estudos de intervenção e relatos de experiência que descrevessem a atuação do farmacêutico nos laboratórios clínicos. Foram selecionadas abordagens que tratassem de qualidade laboratorial, integração clínica e impacto em práticas antimicrobianas. A etapa prática do estudo foi conduzida no Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador, Santa Catarina, entre 3 e 15 de outubro de 2025. Durante esse período de observação, foram analisados os fluxos pré-analíticos e analíticos, bem como o registro das práticas de controle de reagentes e comunicação de resultados. O objetivo foi correlacionar os achados bibliográficos com as práticas locais, descrevendo a atuação e as oportunidades de intervenção farmacêutica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O farmacêutico no âmbito laboratorial pode assumir diversas responsabilidades técnicas e clínicas. Em nível técnico, participa e busca a garantia da qualidade dos insumos, controle de estoque e validade de reagentes, aprovação de procedimentos analíticos, calibração e manutenção de equipamentos e implementação de novos protocolos de biossegurança. Em inúmeros serviços, especialmente em laboratórios hospitalares ou de ensino, o farmacêutico contribui na padronização de processos e na elaboração de normas internas que garantam a reprodutibilidade dos resultados e a conformidade das regulações (Lavor et al., 2023).

Em planos clínicos, o profissional de farmácia pode oferecer suporte interpretativo aos resultados, além da sugestão de exames complementares quando indicado e comunicação de achados críticos ao corpo clínico, adiantando eficientemente intervenções terapêuticas. Em programas de stewardship antimicrobiana, os farmacêuticos têm colaborado diretamente com o setor de microbiologia para acelerar os resultados encontrados nas culturas em decisões sobre de-escalonamento ou intensificação de terapia, o que provoca a melhora até terapia ativa. Assim, o farmacêutico atua como mediador entre informação laboratorial e decisão de farmacoterapias (Sapozhnikov et al., 2021).

Evidências recentes mostram que farmacêuticos integrados a programas de gestão de antimicrobianos influenciam positivamente o uso dos mesmos, diminuindo a incidência do uso inapropriado, fazendo recomendações de ajuste posológico e de-escalonamento. De maneira complementar, a inserção de farmacêuticos em iniciativas na gestão dos diagnósticos ajuda a assegurar que os testes solicitados sejam os mais adequados para seguir com a terapia correta, reduzindo a sobrecarga laboratorial e prescrições desnecessárias. Revisões e estudos de implementação descrevem melhorias em métricas como tempo para terapia adequada, consumo de antibióticos e redução de testes não indicados (Mahmood et al, 2021).

A presença do farmacêutico no laboratório fortalece a prevalência da qualidade: desde o controle de qualidade interno e externo até a gestão de reagentes, o farmacêutico traz experiência em gestão de cadeia de suprimentos e farmacovigilância aplicada a insumos, controle de estabilidade, intercorrências com lotes. Esses processos ajudam na redução do desperdício, custos operacionais e riscos de obtenção de resultados inválidos, impactando diretamente a segurança do paciente (Dumm et al., 2024).

Ao se falar da sustentabilidade e eficiência, os profissionais farmacêuticos contribuem para a priorização mais adequada de testes, em se falando de gestão laboratorial, evitando exames desnecessários que acabam por gerar custos e prováveis intervenções clínicas equivocadas. A prática de solicitar o exame certo, no momento certo também melhora no controle da utilização de insumos e a capacidade do laboratório de responder as demandas críticas, além de se alinhar com as diretrizes clínicas e políticas de financiamento (White et al., 2021).

Em relação aos diagnósticos, o profissional pode colaborar na construção de algoritmos que associem sintomas e diagnósticos prováveis a painéis de exames apropriados, diminuindo testes desnecessários e acelerando o curso do diagnóstico. Essa interface é útil especialmente em ambientes com alta circulação de infecções ou em pacientes em situação crítica (Clayes et al., 2024).

A literatura e a observação local apontam desafios recorrentes, como por exemplo, a falta de padronização de atribuições formais do farmacêutico em laboratórios (institucionais e regulatórias), lacunas na comunicação entre sistemas de informação. Ao mesmo tempo, há claras oportunidades de formalizar descrição de funções, investir em capacitação prática no modelo laboratório-escola, e integrar farmacêuticos em novos comitês de gestão (Xiao et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O farmacêutico no laboratório de análises clínicas agrega fortemente no valor técnico, clínico e gerencial, desde a redução de erros pré-analíticos até a participação ativa e de grande importância em decisões terapêuticas de base laboratorial. A literatura recente demonstra benefícios consideráveis quando farmacêuticos participam de programas de treinamento de gestão, e das rotinas laboratoriais, incluindo a diminuição de uso indevido de antimicrobianos, menor tempo para elaborar uma terapia ativa e melhora na gestão de insumos. Dessa forma, recomenda-se formalizar funções farmacêuticas nos laboratórios de ensino e hospitalares e promover capacitação em diagnóstico laboratorial.

Em se falando de ensino, laboratórios-escola como o LEAC oferecem um campo rico para treinar competências práticas (gestão de reagentes, controle de qualidade e comunicação clínica), sendo recomendável a incorporação formal de estágios e projetos práticos que reforcem a importância dessas funções. As observações realizadas durante o período do estágio indicaram benefícios indispensáveis dessa integração.

Para consolidar essa atuação, procura-se formalizar atribuições farmacêuticas nos laboratórios por meio de regulações institucionais e protocolos locais condizentes às resoluções do CFF, promover capacitações específicas em interpretação laboratorial e microbiologia clínica e integrar farmacêuticos em comitês de gestão e tomadas de decisão no ambiente laboratorial.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento em especial à Paula Carolina Kath e Emyr Hiago Bellaver, pelo apoio e orientação, que se fizeram essencial durante este trabalho. Também ao Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da UNIARP por disponibilizar o ambiente e suporte técnico que se fizeram essenciais para o desenvolvimento acadêmico e entendimento e finalização do estudo.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Marina Oliveira., et al. Instruments to assess the role of the clinical pharmacist: a systematic review. Systematic Reviews, *[s.l.]*, v. 11, n. 1, art. 175, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13643-022-02031-1. Acesso em: 10 out. 2025.

CLAEYS, Kimberly; MORGAN, Daniel; JOHNSON, Melissa. The importance of pharmacist engagement in diagnostic stewardship. Antimicrobial Stewardship & Healthcare Epidemiology, *[s.l.]*, v. 4, n. 1, e43, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1017/ash.2024.34. Acesso em: 10 out. 2025.

DUMM, Rebekah., et al. The foundation for the microbiology laboratory's essential role in diagnostic stewardship: an ASM Laboratory Practices Subcommittee report. Journal of Clinical Microbiology, *[s.l.]*, v. 62, n. 10, e0096024, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1128/jcm.00960-24. Acesso em: 10 out. 2025.

GRABENSTEIN, John. Essential services: Quantifying the contributions of America's pharmacists in COVID-19 clinical interventions. Journal of the American Pharmacists Association, *[s.l.]*, v. 62,

n. 6, p. 1929-1945.e1, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.japh.2022.08.010. Acesso em: 10 out. 2025.

LAVOR, Lúcia Cristina Holanda., et al. Atuação do profissional farmacêutico no laboratório de análises clínicas: atribuições e desafios. Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation, Iguatu, v. 1, n. 1, p. 37-42, jul. 2023. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/jmsi/article/view/843/753. Acesso em: 10 out. 2025.

MAHMOOD, Rana., et al. Impact of pharmacist-led services on antimicrobial stewardship programs: a meta-analysis on clinical outcomes. Journal of Pharmaceutical Health Services Research, *[s.l.]*, v. 12, n. 4, p. 615-625, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/jphsr/rmab036. Acesso em: 10 out. 2025.

SAPOZHNIKOV, Julia., et al. Impact of an antimicrobial stewardship program pharmacist during microbiology rounds. American Journal of Clinical Pathology, *[s.l.]*, v. 155, n. 3, p. 455-460, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ajcp/aqaa132. Acesso em: 10 out. 2025.

WHITE, Terra., et al. Strategies for laboratory professionals to drive laboratory stewardship. Practical Laboratory Medicine, *[s.l.]*, v. 26, e00249, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.plabm.2021.e00249. Acesso em: 10 out. 2025

XIAO, Jie., et al. Analysis of patient medication compliance and quality of life of physician-pharmacist collaborative clinics for T2DM management in primary healthcare in China: a mixed-methods study. Frontiers in Pharmacology, *[s.l.]*, v. 14, art. 1098207, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fphar.2023.1098207. Acesso em: 10 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA URINÁLISE NA DETECÇÃO PRECOCE DE DOENÇAS RENAIS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO

Categoria: Práticas de Estágio

Amanda Cristina do Sacramento[1]
Paula Carolina Kath[2]

Resumo – O exame qualitativo de urina (QUE) é um exame laboratorial de grande relevância clínica, amplamente utilizado na avaliação do funcionamento renal e na detecção precoce de doenças sistêmicas. Trata-se de um procedimento de fácil execução, baixo custo e alto valor diagnóstico, que possibilita a identificação de alterações metabólicas e infecciosas ainda em fases iniciais. O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da urinálise na detecção precoce de doenças renais, ressaltando o papel do farmacêutico no processo analítico e no controle de qualidade dos resultados laboratoriais. Para tanto, foram utilizadas referências bibliográficas nacionais recentes, além de revisões atualizadas sobre a prática farmacêutica em análises clínicas. Conclui-se que o farmacêutico desempenha um papel essencial no monitoramento da qualidade técnica e na interpretação dos resultados, contribuindo de forma decisiva para diagnósticos precoces e intervenções terapêuticas mais eficazes.

Palavras-chave: urinálise; farmacêutico; doenças renais; diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

As doenças renais crônicas (DRC) têm se tornado uma preocupação crescente em saúde pública devido à sua alta prevalência e evolução silenciosa. A detecção precoce é essencial para prevenir a progressão para estágios mais avançados, nos quais as opções terapêuticas são limitadas. É um exame laboratorial simples, de baixo custo e amplamente utilizado para avaliar a função renal e identificar alterações que possam indicar doenças renais. (Franco et al, 2025)

O farmacêutico desempenha um papel fundamental na realização, interpretação e orientação sobre o exame qualitativo de urina (QUE), contribuindo para a detecção precoce e manejo adequado das doenças renais. Sua aplicação clínica é ampla, englobando desde a triagem de doenças até o monitoramento de terapias. Apesar de sua simplicidade, conforme destaca Cezar (2016), a urinálise requer rigor técnico e controle de qualidade adequado para garantir resultados confiáveis.

A urinálise envolve a análise física, química e microscópica da urina, permitindo a detecção de alterações que podem indicar doenças renais. Parâmetros como proteinúria,

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia , Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

hematúria, presença de leucócitos, nitrito e alterações na densidade urinária são indicadores importantes de comprometimento renal (Saramela e Fernandes, 2021).

De acordo com Silva et al(2021), apesar de sua simplicidade técnica, o EQU é um dos exames mais sensíveis para a detecção de disfunções renais em estágio inicial. Quando bem executado e interpretado, possibilita identificar patologias antes que evoluam para quadros clínicos mais graves, permitindo o tratamento precoce e a prevenção de complicações. A detecção de proteínas, glicose, sangue, nitrito e leucócitos, por exemplo, fornece informações valiosas sobre o estado funcional dos rins e do trato urinário.

Nos últimos anos, a atuação do farmacêutico em laboratórios de análises clínicas tornou-se cada vez mais relevante. O profissional farmacêutico é o responsável técnico pela execução e pela validação de diversos exames laboratoriais, incluindo a urinálise. Sua formação técnica e científica o capacita para supervisionar o processo analítico, garantir o controle de qualidade e assegurar que os resultados emitidos sejam fidedignos e úteis ao diagnóstico médico (Franco, 2017.)

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, baseada na análise de artigos científicos e publicações especializadas sobre urinálise, doenças renais e atuação do farmacêutico. As informações foram coletadas a partir de bases de dados acadêmicas, selecionando materiais que apresentassem conteúdo relevante, atual e confiável. Foram incluídos estudos que abordassem a urinálise, o controle de qualidade laboratorial, a detecção precoce de doenças renais e o papel do farmacêutico, entre os anos de 2015 e 2025. O que motivou a escrita deste trabalho foi a realização do estágio final em análises clínicas, que ocorreu entre os dias 15/10 a 15/12, com carga horária de 6h diárias, de segunda a sexta, no Laboratório de Análises Clínicas Labem, na cidade de Monte Carlo-SC, estágio realizado sob a supervisão da farmacêutica responsável pelo local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A urinálise compreende três fases distintas: pré-analítica, analítica e pós-analítica. Cada uma delas exige atenção e responsabilidade técnica para evitar interferências e resultados falsos. A fase pré-analítica envolve a coleta, o armazenamento e o transporte da amostra. Segundo Saramela e Fernandes (2021), esta é uma das etapas mais críticas do processo, pois a qualidade da amostra influencia diretamente a precisão dos resultados. Fatores como o tipo de recipiente, o tempo entre a coleta e a análise e as condições de armazenamento podem causar degradação de componentes urinários, levando a erros interpretativos.

O farmacêutico deve atuar na padronização desses procedimentos e na orientação dos pacientes quanto à coleta adequada, garantindo assim a integridade da amostra. Na fase analítica, ocorrem as análises físicas, químicas e microscópicas da urina. A análise física avalia cor, aspecto e densidade; a química é realizada por meio de fitas reagentes, que identificam substâncias como glicose, proteínas, nitrito, urobilinogênio e leucócitos; e a microscópica permite observar células epiteliais, hemácias, cilindros, cristais e microrganismos. O farmacêutico, neste

contexto, deve supervisionar o uso correto dos equipamentos, reagentes e metodologias, assegurando a confiabilidade dos resultados. (Ramos et al,2025)

A fase pós-analítica envolve a validação, interpretação e liberação dos resultados. Segundo Cezar (2016), é neste momento que o farmacêutico deve aplicar seu conhecimento técnico-científico para correlacionar os achados laboratoriais com possíveis condições clínicas. Além disso, o profissional deve manter comunicação efetiva com médicos e outros profissionais da saúde, garantindo que o laudo laboratorial seja compreendido e aplicado corretamente na conduta terapêutica.

O controle de qualidade é outro aspecto indispensável na urinálise. De acordo com Ramos(2025), o controle deve ser realizado tanto de forma interna, com o uso de amostras-controle e calibrações periódicas, quanto externa por meio da participação em programas de proficiência. Essas práticas asseguram que o laboratório mantenha um padrão de precisão e exatidão nos resultados, minimizando falhas e aumentando a confiança clínica. O avanço da automação laboratorial também tem contribuído para a melhoria dos processos analíticos, permitindo maior padronização e agilidade na emissão de laudos. Contudo, como destaca Saramela e Fernandes (2021), a automação não substitui o olhar crítico do farmacêutico, cuja interpretação é indispensável para validar resultados e reconhecer possíveis incongruências.

No que diz respeito à detecção precoce de doenças renais, a urinálise desempenha papel fundamental. A presença de proteínas, hemoglobina, leucócitos ou cilindros na urina pode indicar desde infecções urinárias simples até patologias renais graves, como glomerulonefrite e insuficiência renal. Quando realizada rotineiramente, especialmente em pacientes com fatores de risco (hipertensos, diabéticos e idosos), a urinálise possibilita o diagnóstico precoce e o acompanhamento da função renal, evitando a progressão de lesões irreversíveis.

O farmacêutico analista clínico tem, portanto, papel central nesse processo. Sua atuação vai desde a garantia da qualidade técnica e ética dos exames até a orientação dos pacientes sobre o significado dos resultados e a importância do acompanhamento médico. Além disso, o farmacêutico é responsável por implementar programas de educação continuada e boas práticas laboratoriais, promovendo o aperfeiçoamento técnico da equipe e o fortalecimento da confiabilidade diagnóstica (CEZAR, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urinálise representa um dos exames mais importantes da rotina laboratorial e tem papel determinante na detecção precoce de doenças renais e metabólicas. A atuação do farmacêutico é essencial em todas as fases do processo desde a coleta até a liberação do laudo garantindo a qualidade analítica e a segurança dos resultados.Com base nas evidências discutidas, observa-se que o farmacêutico, por meio de sua formação técnica e científica, contribui diretamente para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. O fortalecimento de sua atuação nas análises clínicas é indispensável para o aprimoramento da prática laboratorial e para a efetividade do diagnóstico precoce das doenças renais.

O estágio em análises clínicas foi muito importante para mim. Nele, pude aprender na prática como é o dia a dia de um laboratório e perceber como nosso trabalho pode impactar a

vida das pessoas. Além disso, aprendi a importância de ter cuidado, atenção e responsabilidade em tudo o que fazemos. Essa experiência me fez crescer e me deixou ainda mais motivada para seguir a profissão que escolhi.

REFERÊNCIAS

CEZAR, Franciele Maciel. *Controle de qualidade laboratorial: uma atualização em urinálise*. Monografia (Especialização em Análises Clínicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FRANCO, Vanessa Caxeta. *Exame laboratorial da urina e urocultura: uma visão geral.* São José do Rio Preto-SP: Academia de Ciência e Tecnologia, 2017. Disponível em:https://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/biblioteca-digital/microbiologia/avaliacoes_especificas/27-EXA.PDF

RAMOS, Jhenifer da Penha; COELHO, Renata Henrique; CAMPBELL, Camila Gama dos Santos. O papel da urinálise no diagnóstico de doenças renais: uma revisão da literatura. *Ciências da Saúde*, v. 29, ed. 151, 20 out. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.69849/revistaft/cl10202510201652.

SARAMELA, Mariana M.; FERNANDES, Talma R. L. *Avaliação da fase pré-analítica do exame de urina de rotina em laboratório privado da cidade de Maringá, Paraná, Brasil.* Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, v. 57, p. e2512021, 2021

SILVA, Victor Malafaia Laurindo da; SILVA, Yasmim Lopes; HERNANDES JÚNIOR, Paulo Roberto; ROSA, Juliana de Souza; SILVEIRA, Juliana de Almeida; LOPES, Patrick de Abreu Cunha; BASTOS JUNIOR, Rossy Moreira; CÔRTES, Paula Pitta de Resende. A urinálise como um dos exames laboratoriais mais relevantes na nefrologia e na clínica médica. *Revista Científica Integrada*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, ago. 2021. Disponível em:https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-5-edicao-1-agosto-2021/4261-rci-urinalise-04-2021/file.

MANEJO DA CÓLICA MENSTRUAL; FARMACOTERAPIA, MECANISMOS DE AÇÃO E ACONSELHAMENTO FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA COMERCIAL

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Amanda Cristina do Sacramento[2]
Karine Luz[3]

Resumo –A cólica menstrual, também conhecida como dismenorreia, é uma condição clínica recorrente que acomete uma grande proporção de adolescentes e mulheres adultas, manifestando-se principalmente como dor intensa na região abdominal inferior durante o ciclo menstrual. Essa condição pode variar em intensidade e duração, interferindo significativamente nas atividades diárias, no desempenho acadêmico ou profissional e na qualidade de vida geral das pacientes .Este artigo tem como objetivo revisar de forma abrangente os mecanismos fisiopatológicos associados à dor menstrual, incluindo os fatores hormonais, inflamatórios e neurológicos que contribuem para a sua ocorrência. Além disso, são discutidas as principais opções farmacoterápicas atualmente disponíveis, com ênfase em medicamentos, destacando suas indicações, eficácia, segurança e possíveis efeitos adversos. Além do tratamento medicamentoso, o artigo aborda medidas complementares e não farmacológicas, como alterações no estilo de vida, práticas de atividade física, técnicas de relaxamento e terapias alternativas, que podem auxiliar na redução da intensidade da dor e na melhora do bem-estar da paciente.

Palavras-chave: Cólica menstrual; Dismenorreia; Farmacoterapia; Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A dismenorreia é um dos problemas ginecológicos mais prevalentes entre adolescentes e adultas jovens, na qual a condição é usualmente primária, não causada por qualquer patologia pélvica. Afeta aproximadamente 50% das mulheres em idade reprodutiva, e, em 10% delas, apresenta-se com intensidade suficiente para interferir no cotidiano. Acredita-se que a causa base da dismenorreia primária seja a produção excessiva de prostaglandina uterina derivada da atividade da ciclooxigenase-2(COX-2). A dismenorreia primária é caracterizada clinicamente como uma dor em cólica na região inferior do abdômen no início da menstruação, podendo continuar por alguns dias, na ausência de qualquer patologia pélvica. A etiologia da dismenorreia primária ainda não é muito bem entendida, entretanto, boa parte dos sintomas pode ser explicada pela ação da prostaglandina, em particular a PGF2, presente no fluido menstrual, a qual

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

determina uma anormal atividade uterina, reduzindo o fluxo sanguíneo ao útero e sensibilizando os nociceptores. (Lima et al., 2023)

O mecanismo fisiopatológico da dismenorreia primária envolve a queda dos níveis de progesterona ao final da fase lútea, que aumenta a produção de ácido araquidônico e, consequentemente, de prostaglandinas. Estas substâncias promovem contrações uterinas intensas e vasoconstrição, causando isquemia e dor, além de sintomas sistêmicos como náuseas e mal-estar (Troncon; Rosa-e-Silva; Reis, 2020).

O manejo da dismenorreia envolve medidas farmacológicas e não farmacológicas, nas quais o farmacêutico desempenha papel estratégico. Os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) são a primeira linha de tratamento, e o profissional deve orientar sobre início do uso, posologia, efeitos adversos e contraindicações. Estratégias complementares, como aplicação de calor local, prática de atividade física, dieta balanceada e acupuntura, podem ser recomendadas para alívio dos sintomas e promoção do bem-estar. Dessa forma, o farmacêutico contribui para uma abordagem integral e segura, orientando a paciente de maneira individualizada e promovendo adesão e eficácia do tratamento. (Troncon; Rosa-e-Silva; Reis, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa sobre dismenorreia, com foco em mecanismos fisiopatológicos, impacto na qualidade de vida e estratégias de manejo farmacológico e não farmacológico. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases PubMed, SciELO e , utilizando os descritores “dismenorreia”, “anti-inflamatórios não esteroidais”, “tratamento farmacológico” e “intervenções não farmacológicas”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, , abordando dismenorreia primária e tratamentos associados. Os dados foram analisados de forma crítica e sintetizados para apresentar um panorama atualizado do tema. Por se tratar de revisão de literatura, não houve envolvimento direto de participantes, não sendo necessária aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados mostram que o manejo da dismenorreia envolve tanto intervenções farmacológicas quanto não farmacológicas, sendo o farmacêutico um agente estratégico na orientação, dispensação e acompanhamento das pacientes. Entre as estratégias farmacológicas, os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) se destacam como primeira linha de tratamento, promovendo redução da síntese de prostaglandinas e alívio significativo da dor em 64% a 100% das pacientes (Troncon; Rosa-e-Silva; Reis, 2020).

Paralelamente, as estratégias não farmacológicas mostram-se eficazes como complemento ao tratamento, com benefícios significativos na redução da dor e na melhora da qualidade de vida. Entre estas, destacam-se a aplicação de calor local, atividade física regular, dieta balanceada com maior ingestão de ômega-3, cessação do tabagismo e acupuntura (Melo et al., 2024).

O papel do farmacêutico vai além da dispensação de medicamentos: ele atua na educação em saúde, esclarecendo mecanismos da doença, orientando sobre o uso correto de AINEs, monitorando efeitos adversos e promovendo adesão ao tratamento. Além disso, pode recomendar medidas não farmacológicas, quando apropriado, integrando estratégias para redução da dor e promoção de bem-estar. A análise crítica da literatura evidencia que a abordagem multidisciplinar, com participação ativa do farmacêutico, pode melhorar significativamente o manejo da dismenorreia, prevenindo complicações e impactos negativos na vida da paciente.(Gomes et al,2023)

O tratamento da dismenorreia primária tem como objetivo principal o alívio da dor e a melhora da qualidade de vida da paciente, podendo ser realizado por meio de medicamentos sistêmicos, adesivos e géis tópicos, além de medidas complementares como aplicação de calor local, exercícios físicos e técnicas de relaxamento. Entre os tratamentos farmacológicos, os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) são a primeira linha, atuando na inibição da enzima ciclooxigenase (COX) e na redução da síntese de prostaglandinas endometriais, mediadores diretamente responsáveis pela dor e pela contratilidade uterina. Os AINEs podem ser administrados por via oral, como ibuprofeno, naproxeno e ácido mefenâmico, disponíveis comercialmente como Buscofen®, Ponstan® e Atroveran®, ou por via tópica, através de géis e adesivos aplicados diretamente sobre a região abdominal, proporcionando alívio localizado e reduzindo a absorção sistêmica. (Troncon; Rosa-e-Silva; Reis, 2020).

Entre os tratamentos tópicos para alívio da dismenorreia, destacam-se os adesivos térmicos, como o Buscofem Hot® e o Atroveran Hot®, que atuam por meio do calor localizado, relaxando os músculos abdominais e proporcionando conforto à paciente. O Buscofem Hot® autoaquece ao entrar em contato com o ar, oferecendo alívio por até 8 horas de forma discreta e sem odor, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto com medicamentos. De forma semelhante, o Atroveran Hot® utiliza tecnologia de geração de calor com camadas especializadas, incluindo pó de ferro, água e carbono ativado, promovendo aumento da circulação sanguínea e alívio da dor de cólica menstrual por até 8 horas; o adesivo deve ser aplicado na roupa íntima, evitando contato direto com a pele (ANVISA, 2023).

Segundo Pinheiro(2025) o ácido mefenâmico, especificamente, é um AINE de ação potente indicado para dismenorreia moderada a intensa, comercialmente conhecido como Ponstan®. Ele atua de forma reversível sobre as enzimas COX-1 e COX-2, diminuindo a síntese de prostaglandinas endometriais e, consequentemente, a contratilidade uterina e a sensibilidade à dor. A administração é oral, geralmente iniciada no início da menstruação ou com os primeiros sinais de cólica, com dosagem típica de 250 mg a cada 6 horas, por até 5 dias, respeitando contraindicações gastrointestinais, renais, hepáticas ou cardiovasculares.

Além disso, analgésicos simples como paracetamol podem ser utilizados em casos leves ou quando há contraindicação aos AINEs, embora não possuam efeito anti-inflamatório significativo. O manejo da dismenorreia primária deve ser individualizado, considerando intensidade da dor, resposta ao medicamento, contraindicações e preferências da paciente, garantindo uma abordagem segura, eficaz e adaptada às necessidades de cada mulher (Gomes, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram abordadas as principais estratégias farmacológicas e não farmacológicas para o manejo da dismenorreia primária, destacando-se o papel dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) orais, como ibuprofeno, naproxeno e ácido mefenâmico (Ponstan®), bem como o uso de géis e adesivos tópicos, incluindo Buscofem Hot® e Atroveran Hot®. Os AINEs demonstram eficácia significativa no alívio da dor menstrual por meio da inibição da síntese de prostaglandinas, enquanto os adesivos térmicos proporcionam analgesia localizada através do calor, sendo alternativas seguras e práticas, especialmente para pacientes com contraindicações ao uso prolongado de medicamentos orais. Além disso, medidas complementares como aplicação de calor, exercícios físicos e técnicas de relaxamento podem potencializar os efeitos terapêuticos, contribuindo para a melhora da qualidade de vida das mulheres afetadas.

Entre as limitações identificadas, destaca-se a variabilidade na resposta individual aos tratamentos, a escassez de estudos comparativos entre adesivos térmicos e AINEs orais, e a dependência de relatos subjetivos de intensidade da dor, o que pode influenciar a avaliação da eficácia terapêutica. Estudos futuros poderiam investigar protocolos combinados de manejo farmacológico e não farmacológico, comparações entre diferentes adesivos e géis, bem como análises de longo prazo sobre segurança e adesão ao tratamento.

Em síntese, a abordagem individualizada da dismenorreia primária, considerando as preferências da paciente, contraindicações e intensidade da dor, é essencial para garantir alívio efetivo dos sintomas e promover bem-estar, sendo o uso racional de AINEs e adesivos/géis tópicos ferramentas fundamentais nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ANVISA. *Atroveran hot®. [Bula eletrônica]*. São Paulo: Boehringer Ingelheim, 2023. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/bulas. Acesso em: 14 set. 2025.

ANVISA. *Buscofem hot®. [Bula eletrônica]*. São Paulo: Sanofi, 2023. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/bulas. Acesso em: 14 set. 2025.

GOMES, Caroline de Maria; COSTA, Elizete Rodrigues; SOUZA, George Cursino; SOUZA, Mafisa Pedroso; SILVA, Weison Lima da; MAUÉS, Fábio Carmona de Jesus. A importância da orientação farmacêutica no uso racional do ibuprofeno: revisão sistemática. *Revista Foco*, v. 16, n. 11, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-090.

LIMA JÚNIOR, Cícero Ferreira; VELOSO, Bianca de Araújo; HOLANDA, Sarah Damasceno; FREITAS, Isadora Cronemberg Rufino; MACEDO, Fernanda Silva Lopes. O impacto da dismenorreia na qualidade de vida das estudantes de uma universidade privada: uma análise transversal. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, e3012440981, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40981.

MELO, Jaqueline de Souza; LEITÃO, Francisco Naildo Cardoso; MONTEIRO, Tiago Henrique; ALMEIDA NETO, Rubens Santana de; ASBEQUE, Ana Clara Ferreira; ARARIPE, Marcos Cordeiro;

ARARIPE, Daniella Talita Ruppel; PEREIRA, Julio Eduardo Gomes; MORAIS, Mauro José de Deus. A influência do exercício físico na dismenorreia primária: revisão sistemática. *Revista de Epidemiologia e Saúde Pública – RESP*, v. 2, n. 3, 2024. Disponível em: www.respcientifica.com.br.

PINHEIRO, Pedro. Ácido mefenâmico (Ponstan) para cólica menstrual. *MDSaúde*, 15 jun. 2025. Disponível em: https://www.mdsaude.com/bulas/acido-mefenamico-ponstan/#google_vignette. Acesso em: 14 set. 2025.

TRONCON, Júlia Kefalás; ROSA-E-SILVA, Ana Carolina Japur de Sá; REIS, Rosana Maria dos. Dismenorreia: abordagem diagnóstica e terapêutica. *Femina: publicação oficial da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia,* São Paulo, v. 48, n. 9, p. 518-523, 2020. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/FeminaZ09Z-ZWeb.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DA FARMÁCIA HOSPITALAR: ATRIBUIÇÕES DO FARMACÊUTICO

Categoria: Práticas de Estágio[1]

Gabrielly Juliê Rodrigues[2]
Karine Luz[3]

Resumo – A prática do farmacêutico hospitalar abrange desde a avaliação crítica da prescrição e orientação personalizada até a automatização de processos, gestão de estoques, conformidade com normas e colaboração entre profissionais, minimizando erros e melhorando os resultados clínicos. A Farmácia Hospitalar como um setor estratégico que integra funções clínicas, administrativas e técnico-científicas essenciais para a garantia da segurança e da qualidade da assistência farmacêutica em hospitais de grande porte. A inserção de farmácias satélites mostrou-se uma inovação eficaz para agilizar o atendimento e incrementar a eficiência da dispensação farmacêutica, refletindo positivamente no cuidado aos pacientes. Ressalta-se, ainda, a relevância da conciliação medicamentosa na alta hospitalar, a fim de prevenir erros e assegurar a continuidade segura do tratamento domiciliar. Assim, reforça-se que a valorização e o fortalecimento da atuação do farmacêutico hospitalar são imprescindíveis para o desenvolvimento da assistência farmacêutica e o avanço da qualidade na atenção à saúde.

Palavras-chave: Dispensação; Farmacêutico hospitalar; Farmácia satélite; Farmácia hospitalar.

INTRODUÇÃO

A Farmácia Hospitalar (FH) configura-se como uma unidade clínica, administrativa e econômica, sob a responsabilidade do farmacêutico, vinculada hierarquicamente à direção do hospital ou serviço de saúde e integrada às demais unidades de assistência e gestão. De acordo com o Ministério da Saúde, a FH deve dispor de uma estrutura organizada, contar com profissionais qualificados em número suficiente e adotar processos de trabalho sistematizados e amplamente disseminados, visando à prevenção, identificação e minimização de erros de prescrição e dispensação. No contexto hospitalar, a logística farmacêutica abrange diversas etapas, incluindo prescrição, dispensação, administração e monitoramento, tendo como atribuições a seleção, aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição, dispensação e o acompanhamento do uso de medicamentos, além da garantia do fornecimento de outros insumos relacionados à saúde, conforme estabelecido pela instituição responsável (Moreira et al., 2020).

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

É um dos setores mais relevantes dentro do ambiente hospitalar, em razão de suas atribuições clínicas e de gestão, que impactam diretamente na qualidade da assistência prestada aos pacientes internados. Entre seus objetivos centrais estão a garantia do uso seguro e racional dos medicamentos prescritos, bem como o atendimento às demandas terapêuticas dos pacientes hospitalizados. Atualmente, esse setor subdivide-se em farmácia central e farmácia satélite (Amorim et al., 2023).

Entre 1920 e 1940, nos Estados Unidos, ocorreu um processo inicial de reorganização do setor farmacêutico, sendo implementados padrões para a prática farmacêutica. Nesse contexto, emerge a farmácia clínica, um ramo da farmácia hospitalar com o objetivo primordial de promover o uso racional de medicamentos. Destaca-se, nesse período, a ampliação das atribuições do farmacêutico, cuja atuação passa a englobar não só atividades relacionadas ao manejo de medicamentos, mas também funções clínicas voltadas diretamente ao cuidado do paciente (Melo et al., 2021).

Ressalta-se que o farmacêutico hospitalar, ao promover o cuidado e a segurança do paciente, também contribui para a sustentabilidade financeira da instituição, especialmente no que se refere ao uso racional de medicamentos. Essa contribuição se dá pela aplicação adequada da farmacoterapia, evitando o emprego incorreto ou prolongado de fármacos, o que resulta em ganhos clínicos e econômicos relevantes. (Gonçalves et al., 2021).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância da dispensação consciente através do farmacêutico responsável e a importância do atendimento mais rápido de uma farmácia satélite inserida em um hospital de porte grande.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa, tendo como objetivo reunir, analisar e interpretar informações já publicadas sobre a importância de possuir farmácias satélites em hospitais de grande porte e a importância do farmacêutico na dispensação. A busca por material foi realizada por meio de consulta às bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. O estágio final foi realizado no setor da Farmácia Hospitalar do Hospital Maice da cidade de Caçador-SC com carga horária de 193,5 horas totais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PAPEL DO FARMACÊUTICO HOSPITALAR

Apesar de ser reconhecida a relevância do farmacêutico dentro da equipe multidisciplinar de saúde, a dimensão e o impacto de suas atividades nas farmácias hospitalares, sobretudo no que se refere à qualidade do atendimento e à segurança do paciente, ainda carecem de maior clareza. Dessa forma, torna-se necessária a investigação sobre sua atuação, responsabilidades e os efeitos de suas práticas no ambiente hospitalar, a fim de compreender com mais precisão seu papel e potencializar sua contribuição para a assistência em saúde (Melo et al., 2024).

A presença dos medicamentos é indispensável na maior parte dos tratamentos realizados tanto em âmbito hospitalar quanto domiciliar, o que evidencia a necessidade de um rigoroso controle e adequada distribuição de medicamentos e materiais médicos. Diante dessa demanda, torna-se evidente a importância do trabalho do farmacêutico hospitalar, cujo papel envolve a solicitação, recebimento, armazenamento e distribuição correta desses insumos (Tabela 1). Tal atuação visa prevenir erros terapêuticos, minimizar perdas decorrentes de armazenamento inadequado ou vencimento de validade, e assegurar a eficácia e a segurança dos tratamentos ofertados aos pacientes (Moraes et al., 2023).

Tabela 1 - Principais Funções do Farmacêutico Hospitalar

Analise a receita médica;
Seja capaz de entender as necessidades do paciente e prover informações necessárias sobre o medicamento;
Preste atenção farmacêutica adequada e atualizada;
Atualize frequentemente os registros de dispensação;
Colete, registre e informe a autoridade sanitária sobre efeitos colaterais e reações adversas causadas pela utilização de medicamentos.
Oriente aos usuários sobre o armazenamento e cuidados na utilização dos medicamentos, principalmente os termolábeis e os de controle especial.

Fonte: (Moraes et al., 2023)

Segundo Goncalves et al. (2022), caso o paciente receba alta hospitalar com erros de prescrição, sua vulnerabilidade a riscos e ineficácia terapêutica, toxicidade e falhas na segurança farmacoterapêutica é significativamente ampliada. Esse cenário reforça a importância da atuação do farmacêutico na conciliação medicamentosa durante o processo de alta, promovendo o alinhamento das informações entre as prescrições hospitalares e domiciliares. A identificação e discussão das discrepâncias observadas junto à equipe médica é fundamental para assegurar que todos os medicamentos sejam prescritos em doses e padrões adequados, contribuindo para a promoção da segurança e da efetividade terapêutica no cuidado pós-alta.

FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA FARMÁCIA HOSPITALAR

A FH exerce funções assistenciais, administrativas e técnico-científicas, envolvendo atividades que englobam a dispensação e a orientação a pacientes internados e ambulatoriais. O farmacêutico hospitalar possui uma atuação abrangente, sendo responsável pela gestão integral do fluxo de medicamentos dentro da instituição de saúde, desde a seleção, aquisição, armazenamento, distribuição até a dispensação e monitoramento do uso. Sua atuação visa contribuir para a eficácia dos tratamentos, promover a racionalização de custos e elevar o padrão de qualidade da assistência, além de se dedicar à promoção do ensino e da pesquisa no ambiente hospitalar (Soares et al., 2022)

A farmácia central tem como funções principais o recebimento, o armazenamento e a distribuição de insumos farmacêuticos para as diferentes unidades do hospital. Já a farmácia satélite, localizada no próprio setor de dispensação, atua como unidade de apoio, responsável pelo armazenamento adequado de medicamentos e demais insumos relacionados à saúde, proporcionando assistência farmacêutica mais ágil e direta, o que contribui para a pronta resposta às necessidades do paciente (Amorim et al., 2023).

Já as farmácias satélites têm assumido papel progressivamente relevante no contexto hospitalar, uma vez que possibilitam a centralização da gestão e da dispensação de medicamentos sob a responsabilidade direta do farmacêutico, permitindo que a equipe de enfermagem concentre suas atividades no cuidado assistencial ao paciente. Definem-se como unidades vinculadas à farmácia núcleo, estrategicamente localizadas em setores de demanda clínica, com a finalidade de assegurar maior celeridade e eficiência no acesso a medicamentos e insumos necessários à terapêutica. Esse modelo de organização, já consolidado em hospitais de grande porte, contribui para a racionalização dos processos de trabalho, reduz o tempo entre a dispensação e a administração de medicamentos e, consequentemente, aprimora a efetividade do manejo farmacoterapêutico do paciente (Galon et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a Farmácia Hospitalar desempenha um papel estratégico fundamental na garantia da segurança, eficácia e racionalidade do uso de medicamentos. Sua organização estruturada, com profissionais qualificados e processos sistematizados, permite o controle integral das etapas que envolvem os medicamentos desde a seleção, aquisição e armazenamento até a distribuição e monitoramento do uso. A atuação do farmacêutico hospitalar ultrapassa as práticas administrativas, englobando cuidados clínicos diretos ao paciente, o que potencializa a qualidade da assistência e a segurança terapêutica. A presença de farmácias satélites em hospitais de grande porte emerge como uma solução eficaz para agilizar a dispensação e otimizar o atendimento farmacêutico. Assim, o reconhecimento e o fortalecimento do papel do farmacêutico hospitalar são essenciais para o avanço da gestão e da assistência farmacêutica, promovendo não apenas benefícios econômicos à instituição, mas, sobretudo, a segurança e o bem-estar dos pacientes internados.

Além disso, o farmacêutico hospitalar exerce papel crucial na identificação e prevenção de erros relacionados a medicamentos, que são uma das maiores causas de eventos adversos em hospitais. Ele realiza avaliações clínicas detalhadas com pacientes, monitorando condições pré-existentes e potenciais interações medicamentosas para garantir que o tratamento seja o mais seguro e eficaz possível.

A validação rigorosa das prescrições médicas, a conciliação medicamentosa e o acompanhamento farmacoterapêutico são práticas essenciais que contribuem para o uso racional dos medicamentos. Importante também é a atuação do farmacêutico na farmacovigilância, identificando e avaliando reações adversas a medicamentos, notificando a equipe multiprofissional para intervenções rápidas e evitando danos aos pacientes. Seu conhecimento técnico-científico permite assegurar que medicamentos, especialmente os

termolábeis e de uso crítico, sejam armazenados e manuseados adequadamente, mantendo sua eficácia.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos às instituições participantes, setor da Farmácia do Hospital Maice, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL-SC) pelas oportunidades de ensino, apoio e aprendizados adquiridos durante o período de estágio.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jéssika Rafaela Correia de *et al*. A importância do farmacêutico no controle, dispensação e distribuição de medicamentos na farmácia hospitalar. In: Farmacologia e terapêutica: da ciência à prática farmacêutica. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 173–184. Disponível em: 10.22533/at.ed.14923041215. Acesso em: 18 set. 2025.

GALON, Eduarda Cristina *et al*. The importance of the satellite pharmacy before the perception of the nursing team in the urgency and emergency unit. Research, Society and Development, v. 11, n. 5, p. e55711528640, 2022. Disponível em: 10.33448/rsd-v11i5.28640. Acesso em: 18 set. 2025.

GONÇALVES, Jenifer Moreira *et al*. A importância do farmacêutico no âmbito hospitalar e as vantagens da interdisciplinaridade do cuidado para a saúde e segurança dos pacientes. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 102989–103000, 2021. Disponível em: 10.34117/bjdv7n11-088. Acesso em: 18 set. 2025.

MELO, Alefh Mascarenhas de *et al*. Importância do farmacêutico na dispensação de medicamentos na farmácia hospitalar. Revista Interdisciplinar em Saúde, v. 11, n. único, p. 1303–1322, 2024. Disponível em:10.35621/23587490. Acesso em: 18 set. 2025

MELO, Elainy Lopes de *et al*. Farmácia hospitalar e o papel do farmacêutico no âmbito da assistência farmacêutica. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 4, n. 8, p. 287–299, 2021. Disponível em: 10.5281/zenodo.4641016. Acesso em: 18 set. 2025.

MOREIRA, Letícia Ribeiro *et al*. Erros de dispensação de medicamentos e intervenções farmacêuticas relacionadas. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 100887–100900, 2020. Disponível em: 10.34117/bjdv6n12-543. Acesso em: 18 set. 2025.

SOARES, Lucas Mateus *et al*. Atuação do farmacêutico hospitalar. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 5, n. 10, p. 384–394, 2022. Disponível em: 10.5281/zenodo.6950561. Acesso em: 18 set. 2025.

PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ASSISTÊNCIA A FIBROMIALGIA E LÚPUS: RELATO DE CASO

Categoria: Práticas de estágio

Larissa Didrich Morais[1]
Larissa dos Santos Goes[2]
Vinicius Miguel Ortiz Ruth[3]
Jéssica Camile Favarin[4]

Resumo – Pacientes polimedicados possuem alto risco de sofrerem com interações medicamentosas e reações adversas, estes riscos se elevam ainda mais quando associados à automedicação. Evitar esses riscos faz parte do planejamento terapêutico que consiste em realocar as medicações que são indispensáveis para horários e condições em que será mais eficaz evitando interações sem que seja necessário alterar todo o cronograma do paciente. O objetivo deste estudo foi demonstrar a importância do profissional farmacêutico para melhorar a qualidade de vida, promovendo maior controle da doença e reduzindo problemas relacionados ao uso incorreto de medicamentos. Trata-se de um relato de caso com portadora de fibromialgia, Lupus eritematoso sistêmico em uso de 15 medicamentos com problemas relacionados ao uso inadequado e à falta de adesão, como a interrupção espontânea de medicamentos e horários incorretos de administração. A discussão destacou a complexidade do manejo farmacológico em doenças crônicas associadas e o risco potencial das interações em pacientes polimedicados. Nesse contexto, a presença do farmacêutico desempenha um papel fundamental na análise regular das prescrições, detectando interações, fornecendo orientações e ajudando a garantir um uso mais seguro dos medicamentos.

Palavras-chave: polifarmácia; farmácia clínica; atenção farmacêutica.

INTRODUÇÃO

A fibromialgia (FM) se caracteriza como uma síndrome crônica de dor a nível musculoesquelético. O início da condição não é completamente compreendida porém apresenta uma forma multifatorial sendo considerada a causa mais comum de dor musculoesquelética crônica generalizada, sendo mais prevalente em mulheres, na faixa etária de 30 a 60 anos. Além da dor persistente, os pacientes frequentemente relatam sinais como fadiga, sono insuficiente e dificuldades cognitivas tais como problemas de memória e concentração. A FM é um distúrbio

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

da regulação da dor ou sensibilização central no Sistema Nervoso Central (SNC), o que resulta em uma hipersensibilidade à dor (Borges, 2021).

De maneira semelhante à fibromialgia, o lúpus eritematoso sistêmico (LES) pode cursar com dor crônica, fadiga e inchaço, o que muitas vezes dificulta o diagnóstico diferencial entre as duas condições. LES é classificado como uma doença inflamatória crônica autoimune e sua origem pouco conhecida, pois envolve múltiplos genes, além do impacto de fatores hormonais e ambientais. O LES é caracterizado pela criação de autoanticorpos, pela elaboração e deposição de imunocomplexos, o que em larga escala leva à inflamação em múltiplos órgãos e consequentemente danos teciduais (Gonzaga, 2025). Clinicamente, o LES possui uma ampla variabilidade passando por períodos de atividade e remissão onde a doença pode se manifestar com sintomas como artrite, nefrite, serosite, vasculite e manifestações mucocutâneas (Mattos, 2020).

Dentre as inúmeras atividades do farmacêutico clínico se encontra a necessidade de otimizar a farmacocinética e garantir sua segurança e eficácia, promovendo a saúde e o bem-estar, o que é crucial no manejo de doenças crônicas como a FM e o LES. Dado o tratamento prolongado necessário para o LES e a complexidade da FM, que exige intervenções farmacológicas e não farmacológicas combinadas, muitas vezes direcionadas a múltiplos mecanismos moleculares, o acompanhamento farmacoterapêutico é essencial (Mattos, 2020).

O farmacêutico clínico atua identificando e prevenindo Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs), monitorando a posologia, a via de administração, as interações medicamentosas e as reações adversas significativas. Em pacientes com LES, é fundamental estar atento às reações adversas do uso prolongado de medicamentos e à possibilidade de lúpus induzido por drogas (LID). A atuação do farmacêutico no cuidado direto ao paciente é vital para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da adesão correta à terapia (Mattos, 2020).

Portanto, este trabalho teve como objetivo destacar a importância do monitoramento farmacoterapêutico em pacientes com LES e FM, enfatizando os aspectos relacionados à segurança medicamentosa e à adesão ao tratamento.

METODOLOGIA

Este trabalho consistiu em um relato de caso com delineamento descritivo e abordagem qualitativa, de caráter narrativo e reflexivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 6.304.363 e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo participante.

Os dados foram coletados por meio de ficha de anamnese farmacêutica, entrevista clínica e análise detalhada da farmacoterapia em uso. Foram consideradas informações referentes à história clínica, hábitos de vida, uso de medicamentos prescritos, fitoterápicos e chás, bem como a identificação de PRMs.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Paciente do sexo feminino, 45 anos com diagnóstico de FM, LES, hipotireoidismo, migrânea crônica, hipovitominose B12, veio a consulta farmacêutica com queixa principal de pontos vermelhos surgindo pelo corpo e polimedicação. Na prescrição médica, continham 15 medicamentos, sendo eles: hidroxicloroquina 400 mg, metotrexato 2,5 mg, ácido fólico 5mg, tofacitinibe 5 mg, duloxetina 5mg, pregabalina 150 mg, pregabalina 50mg, ciclobenzaprina 10 mg, ASS 100mg, vitamina D 15000 UI, levotiroxina 88 mcg, vitamina B12 2,4mcg, propranolol 40mg, sinvastatina 20mg e bupropiona 300mg além de tomar doralgina apenas quando sente dor de cabeça. Durante a anamnese a paciente relatou que não estava tomando pregabalina 50mg durante o dia pois se sentia letárgica, nem hidroxicloroquina pois sentia a visão embaçada e que tinha descontinuado o tratamento com bupropiona além de nunca ter tomada a ciclobenzaprina por medo de viciar nos medicamentos.

Tendo a rotina da paciente como ponto de partida foi montado um plano de cuidado específico respeitando os horários e limitações relatadas pela mesma durante a anamnese, a abordagem individualizada sendo primordial para o processo clínico onde a adesão ao tratamento é o foco principal levando em consideração que o uso inadequado pode comprometer os resultados do tratamento e aumentar os riscos de efeitos adversos. Entre os pontos analisados estão as possíveis interações farmacológicas, efeitos adversos e contraindicações de uso, o plano terá também conteve orientações sobre o armazenamento das medicações e sugestões não farmacológicas para o manejo das doenças.

Os principais problemas analisados foram em relação ao horário das medicações, pois tomava a duloxetina durante o período da manhã, o ASS durante a noite e a vitamina D sem horário específico e não fazia nenhuma refeição após o café da tarde que relatou fazer as 17:30 e permanecia em jejum até a manhã do outro dia.

Inicialmente foi realizada uma revisão detalhada da prescrição, confirmando as doses, vias de administração e intervalos com os parâmetros clínicos, laboratoriais e farmacocinéticos individuais. Em seguida, avaliado os potenciais interações medicamentosas, contraindicações e sobreposição de fármacos, utilizando as bulas dos medicamentos como fonte de dados. Após essa avaliação foram feitos os ajustes de horários em que os medicamentos são melhor administrados seguindo tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Horários de administração dos medicamentos.

Horário	Medicação	Orientação
5:40	Omeprazol 20mg - 1 comp	Em jejum- 30 minutos antes do café
Café da manhã	Propranolol 20mg - 1 comp Bupropiona 300mg - 1 comp Pregabalina 50mg - 1 comp	Tomar após o café para evitar irritação gástrica
8:00	Tofacitinibe 5mg - 1 comp	Tomar após o café para evitar desconforto gastrointestinal
Almoço	ASS 100mg - 1 comp	Tomar após o almoço
Café da tarde	Pregabalina 50mg - 1	
Jantar	Tofacitinibe 5mg- 1 comp	Tomar após o jantar para evitar desconforto gastrointestinal
20:00	Pregabalina 150 mg - 1 comp Ciclobenzaprina 10 mg - 1 comp Sinvastatina 20 mg - 1 comp Duloxetina 60 mg - 2	Tomar após o jantar, evitar tomar a duloxetina em jejum
Sábado	Hidroxicloroquina 400mg - 1 comp	Tomar junto com o alimento
Domingo	Ácido fólico 5mg - 1 comp	Tomar após o café
Segunda-feira	Hidroxicloroquina 400mg - 1 comp	
Terça-feira	Metotrexato 2.5mg- 6 comp	Tomar após o almoço
Quarta-feira	Hidroxicloroquina 400mg - 1 comp Ácido fólico 5mg - 1 comp	Tomar após o café Hidroxicloroquina deve tomar junto com o alimento.
Quinta-feira	Vitamina D 15000 UI - 1 comp	Tomar após o almoço
Sexta-feira	Hidroxicloroquina 400mg - 1 comp	

Fonte: Os autores (2025).

O objetivo foi informar e esclarecer algumas questões referentes à utilização correta dos medicamentos e assim desenvolvido um plano terapêutico totalmente voltado para a paciente, levando em consideração seus horários e afazeres do dia a dia focando no remanejamento do horário das medicações e também algumas orientações farmacológicas que incluem o

armazenamento correto das medicações e as não farmacológicas que abrangem recomendações para evitar pioras no quadro já existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho evidenciam um grau de complexo elevado para o tratamento de pacientes com fibromialgia e lúpus, em ambos os casos sendo necessário um acompanhamento específico e individualizado, além de que em indivíduos que possuem as duas condições a possibilidade de serem polimedicados é elevado aumentado a necessidade de acompanhamento farmacológico.

A partir da revisão dos materiais estudados, percebeu-se que a utilização de relaxantes musculares é bastante frequente, especialmente para amenizar dores musculares e desconfortos associados ao sistema musculoesquelético. Entretanto, essa prática requer atenção, pois pode trazer efeitos colaterais significativos, como sonolência, confusão, vertigem e um aumento no risco de quedas. Estes medicamentos possuem efeitos de sedação, o que pode se tornar um fator de risco para e até mesmo mascarar outros sintomas. Estes fármacos, quando utilizados em combinação com outros que afetam o sistema nervoso central, intensificam a probabilidade de interações e efeitos colaterais indesejados. Ademais, muitos pacientes acabam consumindo esses medicamentos de forma autônoma, sem a supervisão de um profissional, o que aumenta consideravelmente os perigos.

Nesse contexto, a presença do farmacêutico desempenha um papel fundamental na análise regular das prescrições, detectando interações, fornecendo orientações e ajudando a garantir um uso mais seguro dos medicamentos. Dessa forma, é viável reduzir riscos e aprimorar a segurança na terapia medicamentosa avaliando o paciente como um todo, acompanhando seu dia a dia e moldando o tratamento para que ele se adapte e assim melhore a adesão e traga os resultados desejados.

REFERÊNCIAS

BORGES, Bruno Silva. et al. Fibromialgia: da patogênese ao tratamento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1160–1167, 2021. DOI: 10.51891/rease. v7i12.3561. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3561. Acesso em: 23 out. 2025.

COSTA, L. P.; FERREIRA, M. DE A. The (in)visibility of fibromyalgia through its symptoms and the challenges of its diagnosis and therapy. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. 2, p. e20230363, 2024. DOi: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0363. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/9tzNFgTLsVWQJMdCMn8h35c/?lang=en. Acesso em: 23 out.2025.

GONZAGA, Alexandra Sartor; et al. A importância dos marcadores celulares na caracterização e diagnóstico dos lúpus eritematoso sistêmico: uma revisão bibliográfica. **Revista DCS**, [S. l.], v. 22, n. 82, p. e3252, 2025. DOI: 10.54899/dcs. v22i82.3252. Disponível em: https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3252. Acesso em: 23 out. 2025.

MATTOS, Camila Elaine da Cunha. **A prática da Farmácia Clínica no cuidado ao paciente com Lúpus Eritematoso Sistêmico.** 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso) – Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8095. Acesso em: 23. out. 2025.

MOREIRA, Francisca Sueli Monte; et al. Uso de medicamentos potencialmente inapropriados em idosos institucionalizados: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2073–2082, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mqWgy8Q6GsC5XDrvkmMCbJs/?lang=pt. Acesso em: 1 jun. 2025.

TRAJANO, Michely Mendes Ciardulo. Fibromialgia: aspectos dolorosos e psicossomáticos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 633–646, 2022. DOI: 10.51891/rease. v8i4.4999. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4999. Acesso em: 23 out. 2025.

POTENCIAL TERAPÊUTICO DO CHÁ DE HIBISCUS SABDARIFFA L: AÇÃO SOBRE PROPRIEDADES FUNCIONAIS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE HUMANA

Categoria: Projeto Integrador[1]

Gustavo Luiz Ventz[2]
Paula Maia[3]
Sabrina Varotto[4]
Débora Marins[5]
Solange De Bortolli Beal[6]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[7]

Resumo – O Hibiscus sabdariffa, conhecido como chá de hibisco, é originário da África e da Ásia. Seu consumo cresce pelo potencial auxiliar na prevenção e tratamento de doenças crônicas, como obesidade, hipertensão, dislipidemias e infecções bacterianas (rico em antioxidantes, como antocianinas, polifenóis, taninos e vitamina C, o hibisco combate radicais livres, prevenindo enfermidades degenerativas O objetivo foi Promover a orientação sobre o potencial terapêutico do chá de hibisco, destacando suas propriedades funcionais e os possíveis efeitos benéficos para a saúde humana, com foco na conscientização e no estímulo ao uso seguro dessa planta. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de caráter qualitativo e exploratório com buscas nas bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, incluindo SciELO, PubMed/MEDLINE e Google Acadêmico. Os resultados apontam redução do índice de massa corporal, da pressão arterial e do colesterol total e LDL, além do aumento do HDL. Sua ação diurética também auxilia na eliminação de líquidos, favorecendo o emagrecimento. Considerações finais: A literatura ressalta a necessidade de mais pesquisas clínicas para confirmar os efeitos terapêuticos e estabelecer doses seguras. Portanto, o chá de hibisco representa um recurso natural relevante, mas deve ser utilizado de forma orientada e regulamentada.

Palavras-chave: chá; plantas; fitoterapia; benefícios; saúde.

INTRODUÇÃO

O crescente interesse da população por terapias naturais e alternativas tem impulsionado a busca por recursos fitoterápicos capazes de auxiliar tanto na prevenção quanto no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como hipertensão arterial, obesidade e

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética - UNIARP
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

dislipidemias. Nesse cenário, destaca-se o Hibiscus sabdariffa L., popularmente conhecido como hibisco, pertencente à família Malvaceae e originário da África e da Ásia, sendo atualmente cultivado em diversas regiões tropicais e subtropicais, inclusive nas Américas (Ojeda et al., 2010).

O hibisco vem despertando atenção da comunidade científica e da população em geral por suas propriedades funcionais, atribuídas principalmente à presença de compostos bioativos como flavonoides, antocianinas e ácidos orgânicos. Estudos apontam efeitos antioxidantes, diuréticos, antimicrobianos, hepatoprotetores e hipotensores, além de seu potencial como coadjuvante no controle da massa corporal, da pressão arterial e do perfil lipídico (Rodrigues, 2022). Essas evidências conferem ao hibisco relevância tanto no campo da saúde pública quanto no âmbito da fitoterapia, consolidando-se como objeto de estudo de grande interesse.

A problemática em torno do tema envolve a necessidade de compreender melhor os mecanismos de ação do hibisco, bem como estabelecer parâmetros seguros de uso, uma vez que, apesar dos benefícios relatados, seu consumo indiscriminado pode apresentar limitações e riscos. Dessa forma, faz-se necessário reunir e discutir as informações científicas já publicadas, a fim de fornecer subsídios para uma utilização orientada e regulamentada da planta.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo promover a orientação sobre o potencial terapêutico do chá de hibisco, destacando suas propriedades funcionais e os possíveis efeitos benéficos para a saúde humana, com foco na conscientização e no estímulo ao uso seguro dessa planta.

A presente ação de extensão ainda conversa com um dos objetivos sustentáveis – ODS- nº 3- Saúde e Bem estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades (Figura 1).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, de caráter qualitativo e exploratório, cujo objetivo foi reunir e analisar criticamente produções científicas relacionadas às propriedades farmacológicas, nutricionais e terapêuticas do Hibiscus sabdariffa L.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de julho e agosto de 2025, em bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, incluindo SciELO, PubMed/MEDLINE, ScienceDirect e Google Acadêmico. Para a busca, foram empregados descritores em português e inglês, como: hibiscus sabdariffa, hibiscus tea, hibiscus extract, therapeutic effects, pharmacological properties e antioxidant activity.

Foram incluídos artigos publicados nos últimos 15 anos (2010 a 2025), em português e inglês, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente o uso do chá de hibisco em contexto nutricional, farmacológico ou clínico. Foram considerados estudos in vitro, in vivo, ensaios clínicos e revisões sistemáticas.

Como critérios de exclusão, descartaram-se publicações duplicadas, estudos sem rigor científico, textos de opinião, capítulos de livros e materiais de caráter estritamente comercial. A

seleção dos artigos ocorreu em duas etapas: (1) leitura de títulos e Resumos; (2) análise do texto completo, assegurando que atendessem aos objetivos da revisão.

A ação extensionista contou com uma palestra de orientações voltadas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que buscavam por medicação na farmácia central de Caçador SC, localizada no prédio do Jonas Ramos, prédio do Jonas Ramos. Um folder orientativo foi confeccionado e entregue à população após as orientações.

Elaborou-se um folder educativo (Figura 2) para potencializar o entendimento dos participantes da ação de extensão

Por se tratar de uma ação de orientações envolvendo grupos de pessoas, este estudo dispensa aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as diretrizes éticas vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura analisada evidencia que o chá de Hibiscus sabdariffa é fonte relevante de compostos bioativos, especialmente antocianinas, polifenóis, taninos e vitamina C, que lhe conferem potente ação antioxidante. Tal atividade é considerada essencial na prevenção e no controle de doenças degenerativas, como câncer, diabetes tipo 2 e patologias cardiovasculares, por reduzir o estresse oxidativo e neutralizar radicais livres (Hopkins et al., 2013; Castañeda-Ovando et al., 2009).

Diversos estudos confirmam o efeito do hibisco sobre a pressão arterial, demonstrando reduções significativas da pressão sistólica e diastólica após consumo regular do chá. Esses achados sustentam seu potencial como agente hipotensor natural, embora outros trabalhos apontem resultados menos expressivos, evidenciando a necessidade de maior padronização metodológica nos ensaios clínicos (Hopkins et al., 2013). Em relação ao perfil lipídico, estudos indicam queda nos níveis de colesterol LDL e discreto aumento de HDL, sugerindo efeito cardioprotetor (Gurrola-Díaz et al., 2010). No entanto, uma revisão sistemática conduzida por Hopkins et al. (2013) concluiu que os resultados ainda são inconsistentes, reforçando a necessidade de investigações adicionais para confirmação clínica.

Outro aspecto amplamente discutido é a contribuição do hibisco para o controle do peso corporal. Seu efeito diurético auxilia na redução da retenção hídrica, promovendo leve diminuição da massa corporal e do índice de massa corporal (IMC) (Da Costa et al., 2014). Todavia, estudos recentes indicam que, isoladamente, o chá não apresenta impacto significativo na redução de gordura corporal, devendo ser considerado apenas como coadjuvante em estratégias de perda de peso (Hopkins et al., 2013).

Além desses efeitos, a literatura descreve atividades antimicrobianas, anti-inflamatórias, antitumorais e sedativas associadas aos extratos de Hibiscus sabdariffa, ampliando seu espectro terapêutico (Ali et al., 2005; Alarcon-Aguilar et al., 2007). Entretanto, é importante salientar que grande parte dessas evidências provém de estudos in vitro e em modelos animais, sendo necessária cautela ao extrapolar tais resultados para a prática clínica.

Por outro lado, a literatura também destaca possíveis interações medicamentosas, especialmente com fármacos como sinvastatina, hidroclorotiazida e diclofenaco (Gurrola-Díaz et al., 2010). Isso reforça a necessidade de acompanhamento profissional no uso do chá, principalmente em pacientes em politerapia ou com condições crônicas.

Dessa forma, os resultados aqui discutidos demonstram que, embora o hibisco apresente benefícios terapêuticos promissores, ainda existem divergências na literatura científica, sobretudo quanto à eficácia clínica e às doses ideais de consumo. O conjunto das evidências sugere que o chá de hibisco pode atuar como adjuvante em estratégias de prevenção e tratamento de DCNTs, mas não deve ser utilizado como substituto das terapias convencionais.

Figura 1- ODS nº 3- Saúde e Bem Estar

Fonte: as Autoras (2025)

Figura 2- Folder produzido para desenvolver a Ação de Extensão

Fonte: As Autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O chá de Hibiscus sabdariffa desponta como uma alternativa fitoterápica com múltiplos benefícios à saúde humana, especialmente no controle de doenças crônicas não transmissíveis. Sua rica composição química justifica os efeitos antioxidantes, diuréticos, hipotensores e hipolipemiantes observados em diversos estudos (Rodrigues 2022).

No entanto, apesar da ampla aceitação popular, ainda são necessárias mais pesquisas clínicas para comprovação definitiva de sua eficácia, segurança e padronização de doses terapêuticas.

Também se destaca a importância de uma regulamentação mais rigorosa para garantir a qualidade dos produtos disponíveis no mercado. Assim, o uso do chá de hibisco deve ser orientado por profissionais da saúde, considerando as condições individuais de cada paciente e possíveis interações medicamentosas.

REFERÊNCIAS

ALI, B. H.; AL Wabel, N.; Blunden, G. Phytochemical, pharmacological and toxicological aspects of Hibiscus sabdariffa L.: a review. Phytotherapy Research, v. 19, n. 5, p. 369–375, 2005. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ptr.1628?casa_token=Zs1i8maGEWIAAAAA%3AbA2ockv8mhFmu2jMF3rLjTAlhomsg1hPENou2B6sbSiEIvNuCFTzseNCB7PrPuqceri6XP5sJkLmxJOYWg. Acesso em 09 out.2025

DA-COSTA-Rocha, I.; Bonnlaender, B.; Sievers, H.; Pischel, I.; Heinrich, M. Hibiscus sabdariffa L. – A phytochemical and pharmacological review. Food Chemistry, v. 165, p. 424–443, 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030881461400692X. Acesso em 08 out. 2025.

GURROLA-DÍAZ, C. M. *et al*. Effects of Hibiscus sabdariffa extract powder and preventive treatment (diet) on the lipid profiles of patients with metabolic syndrome. Journal of Ethnopharmacology, v. 100, n. 3, p. 326–334, 2010. Disponível em : https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0944711309002694. Acesso em 01 out. 2025

HOPKINS, A. L.; Lamm, M. G.; Funk, J. L.; Ritenbaugh, C. Hibiscus sabdariffa L. in the treatment of hypertension and hyperlipidemia: a comprehensive review of animal and human studies. Fitoterapia, v. 85, p. 84–94, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0367326X13000063. Acesso em 08 out. 2025.

OJEDA, D. *et al*. Hibiscus sabdariffa L. extracts inhibit angiotensin converting enzyme and induce vasorelaxation in rat aorta. Journal of Ethnopharmacology, v. 127, n. 1, p. 7–10, 2010. Disponível em : https://www.frontiersin.org/journals/pharmacology/articles/10.3389/fphar.2022.840478/full?utm_campaign=CHD_ingredientes. Acesso em 08 out. 2025.

RODRIGUES, Fabiano de Abreu Agrela; Ribeiro, Sandra. Análise do chá de hibisco da life natural. Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 1, p. 3246-3253, 2022. Disponível em: https://ciencialatina.org/index.php/cienciala/article/view/1717. Acesso em 09 out. 2025.

PROPRIEDADES GASTROPROTETORAS DA ARTEMISIA ABSINTHIUM: INTEGRAÇÃO ENTRE SABER TRADICIONAL E EVIDÊNCIA CIENTÍFICA

Categoria: Projeto Integrador[1]

Amanda Pedrotti[2]
Isadora Zanatta da Rocha[3]
João Vitor Moreira[4]
Mariana Pelepe[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6]

Resumo – Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre a planta medicinal Losna (Artemisia absinthium), conhecida popularmente como Artemísia, com ênfase em seu potencial gastroprotetor e aplicações terapêuticas. O estudo teve como objetivo analisar as evidências científicas disponíveis acerca dos efeitos farmacológicos, mecanismos de ação e segurança de uso da Losna, especialmente no alívio de distúrbios digestivos leves e na proteção da mucosa gástrica e aplicar uma ação de extensão para pacientes que procuravam o serviço na Farmácia Central de Caçador SC no período da realização do estágio. A metodologia baseou-se na busca e seleção de publicações em bases de dados científicas, considerando artigos que abordam aspectos fitoquímicos, farmacológicos e toxicológicos da espécie. A análise dos estudos revelou que compostos como lactonas sesquiterpênicas e flavonoides podem estar relacionados à sua ação gastroprotetora, embora o uso inadequado possa ocasionar efeitos adversos. Conclui-se que a Losna possui potencial terapêutico relevante, mas seu emprego deve estar fundamentado em evidências científicas e critérios de segurança, reforçando a importância do uso racional de plantas medicinais na prática farmacêutica e na atenção à saúde, em consonância com os princípios da ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que incentiva práticas seguras e sustentáveis para a promoção da saúde global.

Palavras-chave: Artemísia Absinthium; Plantas medicinais; Conscientização;

INTRODUÇÃO

Com base nas evidências apresentadas por Sharifi-Rad et al. (2022), observa-se que as plantas do gênero Artemisia absinthium apresentam uma ampla gama de compostos bioativos, como flavonoides, lactonas, sesquiterpenos e óleos essenciais, os quais estão frequentemente associados a propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias, hepatoprotetoras e gastroprotetoras. Segundo os autores, essas características têm sido comprovadas tanto em estudos experimentais

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde , desenvolvimento Tecnológico, sociedade e bioética- UNIARP
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

quanto em revisões sistemáticas, destacando a relevância dessa espécie como foco de investigações na área da farmacologia.

O interesse pelo estudo de plantas medicinais, como a Losna, está aumentando, conforme apontam Polito et al. (2024), não apenas devido ao seu valor etnobotânico, mas também pela identificação de alternativas terapêuticas para distúrbios digestivos comuns que afetam uma grande parcela da população.

Essa abordagem está alinhada à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar,(ONU, 2025), que busca ampliar o acesso a recursos terapêuticos seguros e eficazes, valorizando práticas integrativas e complementares baseadas em evidências científicas.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (2021), a Losna (Artemisia absinthium L.) é frequentemente empregada na preparação de chás para aliviar desconfortos como cólicas, problemas digestivos e perda de apetite. Essa prática popular reflete o saber tradicional da comunidade, como destacam Boeing et al. (2023), e reforça a posição da fitoterapia como uma forma de conhecimento medicinal acessível, transmitido ao longo das gerações.

Pesquisas relevantes realizadas por Boeing et al. (2023) destacaram o efeito protetor da mucosa do extrato de A. absinthium em um modelo animal de úlcera gástrica provocada por etanol. O estudo demonstrou que o extrato aquoso reduziu as lesões na mucosa, manteve a integridade do epitélio e diminuiu áreas de necrose, indicando efeito protetor associado à modulação de processos oxidativos e inflamatórios. Este achado fornece evidências científicas que sustentam o uso tradicional da planta em problemas digestivos, conforme também indicado pela SES-RS (2021).

Em contrapartida, Polito et al. (2024) apontam que a presença de substâncias como a tujona, quando em elevadas concentrações, pode ter efeitos prejudiciais ao sistema nervoso, ressaltando a importância de precauções e da análise de riscos ao utilizar a Losna.

Os autores também destacam que a literatura atual acerca do uso da Artemisia absinthium ainda é limitada em relação a estudos clínicos em seres humanos, com a maioria das evidências originando-se de testes em células ou em modelos animais. Assim, a utilização adequada da planta requer orientação profissional e critérios rigorosos de qualidade e segurança, aspectos que também contribuem para os objetivos da ODS 3, ao promover o uso racional e seguro de terapias naturais no cuidado à saúde.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na forma de revisão bibliográfica narrativa, com caráter descritivo e interpretativo. A escolha desse tipo de estudo permite integrar diferentes informações disponíveis sobre a Losna (Artemisia absinthium), abordando suas propriedades farmacológicas, gastroprotetoras e aspectos de segurança, com base em evidências científicas previamente publicadas.

A revisão foi realizada no ambiente acadêmico, abrangendo publicações divulgadas entre 2010 e 2025. A população da pesquisa correspondeu ao conjunto de estudos científicos

disponíveis sobre a espécie, e a amostra foi composta por artigos, revisões, dissertações e documentos institucionais que apresentassem informações relevantes sobre composição química, efeitos terapêuticos e segurança da planta.

A coleta de dados envolveu buscas em bases científicas reconhecidas, como SciELO, PubMed, Google Acadêmico e ScienceDirect, utilizando os descritores Artemisia absinthium, Losna, plantas medicinais, atividade gastroprotetora e fitoterapia. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para selecionar estudos que abordassem os efeitos farmacológicos, fitoquímicos ou terapêuticos da Losna, excluindo-se publicações duplicadas, Resumos sem acesso ao texto completo e materiais sem relação direta com a temática.

Realizou-se ação de extensão, orientando a população que buscava os serviços da Farmácia Central de Caçador SC no período do estágio acadêmico, sobre os benefícios do chá, bem como cuidados na manipulação.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não precisando passar o presente projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa, por se tratar de uma ação extensionista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura revelou que a Losna (Artemisia absinthium) apresenta diversos compostos bioativos, entre os quais se destacam lactonas sesquiterpênicas, flavonoides e óleos essenciais, os quais estão relacionados a efeitos gastroprotetores e anti-inflamatórios. Estudos experimentais indicam que o extrato aquoso da planta pode reduzir lesões na mucosa gástrica, manter a integridade do epitélio e modular processos oxidativos e inflamatórios, corroborando seu uso tradicional no alívio de desconfortos digestivos leves (Boeing et al., 2023; SES-RS, 2021).

Por outro lado, a presença de compostos potencialmente tóxicos, como a tujona, evidencia a necessidade de uso controlado e orientado por profissionais de saúde, já que doses elevadas podem causar efeitos adversos, especialmente sobre o sistema nervoso (Polito et al., 2024). A literatura também aponta que a maior parte das evidências se concentra em estudos in vitro ou modelos animais, sendo ainda limitada a realização de pesquisas clínicas em humanos.

Os resultados indicam que a Losna possui potencial terapêutico relevante, porém seu emprego deve ser orientado por critérios científicos de segurança, qualidade e eficácia. Essa abordagem reforça a importância do uso racional de plantas medicinais, promovendo práticas de saúde seguras e sustentáveis, alinhadas à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Além disso, a análise evidencia uma intersecção entre saberes tradicionais e conhecimento científico, indicando que práticas populares, quando validadas e orientadas, podem complementar estratégias de atenção à saúde, especialmente em distúrbios digestivos leves, e contribuir para políticas de saúde integrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica demonstra que a Losna (Artemisia absinthium) apresenta propriedades gastroprotetoras e potencial terapêutico para distúrbios digestivos leves, atribuídos

principalmente a lactonas sesquiterpênicas, flavonoides e óleos essenciais. Apesar disso, o uso inadequado pode ocasionar efeitos adversos, sendo essencial a orientação profissional e critérios de segurança.

O estudo reforça a importância do uso racional de plantas medicinais, promovendo a integração entre saberes tradicionais e evidências científicas, em consonância com a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que incentiva práticas seguras, sustentáveis e baseadas em evidências para a promoção da saúde.

Além disso, destaca-se a necessidade de pesquisas clínicas adicionais para consolidar os efeitos terapêuticos da Losna em humanos, ampliar o conhecimento sobre sua segurança e orientar políticas de saúde que integrem fitoterapia e medicina convencional.

REFERÊNCIAS

BOEING, *et al*. Gastroprotective effect of Artemisia absinthium L.: a medicinal plant used in the treatment of digestive disorders. *Journal of Ethnopharmacology*, v. XXX, p. XXX–XXX, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37059247. Acesso em: 15 set. 2025.

FERRAZ, *et al*. (2020). Artemisia absinthium L.: Aplicabilidade na saúde humana. Brazilian Journal of Health Review, 3(4), 10650-10661.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

POLITO, *et al*. Artemisia spp. Essential oils: from their ethnobotanical uses to biological activities. *Phytotherapy Research*, v. XXX, p. XXX–XXX, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/XXXXXXX. Acesso em: 15 set. 2025.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL (RS). Cartilha das plantas medicinais da PIPMF – Projeto APLPMFito/RS. Porto Alegre: SES-RS, 2021. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/748543236/23154715-Cartilha-Das-Pm-Da-Pipmf-Projeto-Aplpmfito-Rs-2021. Acesso em: 15 set. 2025.

SHARIFI-RAD, *et al*. Artemisia spp.: An update on its chemical composition, pharmacological and toxicological profiles. *Frontiers in Pharmacology*, v. XXX, p. XXX–XXX, 2022. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC/. Acesso em: 15 set. 2025.

POTENCIAL FITOTERÁPICO: USO DE CYMBOPOGON CITRATUS NO ALÍVIO DE CÓLICAS MENSTRUAIS

Categoria: Projeto Integrador[1]

Ana Julia Kunen[2]
Josiane Caroline Rodrigues[3]
Kauane De Moura Keller[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – O Cymbopogon Citratus, popularmente conhecido como Capim Cidreira, é uma planta medicinal amplamente empregada no tratamento e manejo da dor de diferentes origens. Este estudo tem como objetivo demonstrar os efeitos fitoterápicos da planta medicinal, com foco em sua eficácia no alívio da Dismenorreia Primária (cólica menstrual), utilizando de artigos científicos para comprovação dos resultados. Na realização desta pesquisa, foi conduzida uma revisão literária e elaborado um folder informativo e distribuído aos pacientes da Farmácia Central. A atividade teve como foco a divulgação de informações a respeito do chá de capim-cidreira. Concluiu-se que as propriedades analgésicas e relaxantes musculares da planta atuam na redução do desconforto e dos espasmos, ainda, o estudo demonstrou o potencial do capim-cidreira como uma opção segura e eficaz para mulheres que buscam alternativas para o tratamento da dismenorreia primária.

Palavras-chave: manejo da dor; cólicas; eficácia; chá; capim-cidreira.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais é uma prática utilizada há muitos anos, presente em diferentes culturas, destacando-se como terapia complementar alternativa no tratamento de diversas condições de saúde (Santos, 2021). Entre as espécies de maior relevância encontra-se o Cymbopogon citratus, também chamado de Capim Cidreira, reconhecido por suas propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e relaxantes (Oliveira; Mendes, 2022).

Nesse contexto, a Dismenorreia Primária, caracterizada por cólicas menstruais em mulheres em idade fértil, representa um importante problema de saúde pública, com impacto direto na qualidade de vida, no desempenho acadêmico e profissional, bem como no bem-estar psicossocial (Martins; Souza, 2020) (Contribuição ao ODS 3: Saúde e Bem-Estar). Embora os anti-inflamatórios não esteroidais sejam bastante utilizados no manejo da dor, seu uso contínuo pode

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde , desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ocasionar efeitos colaterais, o que leva a busca por alternativas mais eficazes e seguras, como as plantas medicinais. (Almeida et al., 2021).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos fitoterápicos do Cymbopogon citratus no alívio da Dismenorreia Primária, discutindo as evidências acerca da ação terapêutica da planta e considerando ofertar uma opção acessível e natural para mulheres que enfrentam esse quadro clínico (Silva; Andrade, 2024) (Contribuição ao ODS 3: Acesso a Tratamentos e ODS 4: Educação de Qualidade).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, desenvolvida com o objetivo de demonstrar os efeitos fitoterápicos da planta medicinal, com foco em sua eficácia no alívio da Dismenorreia Primária (cólica menstrual).

A busca dos conteúdos realizou-se na plataforma Google Acadêmico, Scielo, e LILACS, utilizando as Palavras-chave: "Cymbopogon citratus", "Capim Cidreira", "dismenorreia primária" e "fitoterapia". Foram priorizadas as publicações compreendidas entre os anos de 2020 a 2025, disponíveis em língua portuguesa e inglesa, que apresentassem relevância para o tema.

Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos originais, revisões narrativas, revisões sistemáticas e trabalhos acadêmicos que abordassem o potencial terapêutico do Cymbopogon citratus no alívio de cólicas menstruais. Os estudos selecionados foram analisados com foco nas propriedades farmacológicas, mecanismos de ação, eficácia terapêutica e possíveis efeitos adversos, visando destacar o potencial do Cymbopogon citratus como alternativa fitoterápica no tratamento da Dismenorreia Primária.

Elaborou-se um folder educativo (Figura1) buscando atribuir informações relevantes para complementar a ação de Extensão. Considerando a importância da literatura realizada, realizou-se uma ação na Farmácia Municipal Jonas Ramos de Caçador SC, com o objetivo de integrar a educação em saúde para os pacientes presentes. A atividade teve como foco a divulgação de informações a respeito do chá de capim-cidreira.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, por se tratar de uma abordagem em grupos, dispensou-se enviar o presente projeto para o Comitê de Ética e Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise e leitura de artigos permitiram aos discutir a respeito das propriedades farmacológicas, os mecanismos de ação e a eficácia da planta.

Os estudos efetuados demonstram que a planta citada possui propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e relaxantes, confirmando as observações feitas por Oliveira e Mendes (2022). A sua eficácia terapêutica é atribuída devido aos compostos bioativos existentes no Cymbopogon Citratus, que auxiliam na redução inflamatória e no relaxamento da musculatura uterina, auxiliando no alívio das cólicas menstruais.

Para o desenvolvimento da ação, utilizou-se o folder confeccionado pelos autores, destacando o preparo adequado do chá, suas contraindicações e benefícios, além do potencial no alívio das cólicas e outras funções fitoterápicas.

Essa experiência permitiu aplicar o conhecimento adquirido, contribuindo para a boa comunicação com a população, que se mostrou receptiva e interessada pelo uso de plantas medicinais e sua eficácia terapêutica como alternativa complementar e de baixo custo.

Ademais, a ação demonstrou a importância do farmacêutico na orientação sobre o uso correto e seguro de plantas medicinais, reforçando seu papel como profissional da saúde. As imagens abaixo revelam a atividade realizada.

Figura 1- Orientações para pacientes presentes na Farmácia Central – Jonas Ramos – Caçador SC

Fonte: Os Autores (2025)

Figura 2: Folder Educativo utilizado para a Ação de Extensão

Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto integrador destacou a relevância do chá de capim-cidreira (Cymbopogon citratus) como uma alternativa natural e acessível no manejo da dor, especialmente para o alívio das cólicas menstruais (dismenorreia primária).

A revisão da literatura, de caráter qualitativo e descritivo, comprovou as propriedades analgésicas e relaxantes musculares da planta, que atuam na redução do desconforto e dos espasmos.

Essa iniciativa reforça o papel do farmacêutico como educador em saúde, indo além da gestão de medicamentos. Ao orientar sobre o uso racional de fitoterápicos, o projeto demonstra o potencial do capim-cidreira como uma opção segura e eficaz para mulheres que buscam alternativas para o tratamento da dismenorreia primária.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P.; Lima, C. A.; Gonçalves, T. S. Alternativas naturais no manejo da dismenorreia: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde da Mulher**, v. 19, n. 2, p. 45-52, 2021.Disponível em: https://jiparana.emnuvens.com.br/racms/article/view/1599. Acesso em 12 out. 2025.

MARTINS, P. R.; Souza, F. G. Dismenorreia primária: prevalência, impacto e alternativas de tratamento. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 42, n. 5, p. 317-324, 2020. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8943241/. Acesso em 10 out. 2025.

OLIVEIRA, A. C.; Mendes, R. F. Propriedades farmacológicas do Cymbopogon citratus: uma revisão. **Journal of Medicinal Plants Research**, v. 11, n. 3, p. 101-109, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20281. Acesso em 08 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "**17 ODS Da ONU** – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

SANTOS, L. A. O uso tradicional e científico do Capim Cidreira (Cymbopogon citratus). **Revista de Fitoterapia Aplicada**, v. 7, n. 4, p. 55-63, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20778. Acesso em 10 out. 2025.

SILVA, M. F.; Andrade, V. P. Terapias complementares no tratamento da dor menstrual: evidências recentes. **Cadernos de Pesquisa em Saúde**, v. 16, n. 2, p. 77-85, 2024.

BENEFICIOS RELACIONADOS AO CHÁ DE HORTELÃ (MENTHA SPP)

Categoria: Projeto Integrador

Franciele Aparecida Correia[1]
João Vitor dos Santos[2]
Louise de Borba[3]
Solange de Beal Bortolli[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – O chá de hortelã é uma infusão preparada com folhas da planta Mentha spp., conhecida por seu aroma refrescante e sabor agradável. Possui propriedades digestivas, calmantes e antiespasmódicas, auxiliando no bem-estar geral. O projeto de ação de extensão teve como foco a planta hortelã (Mentha spp.). A atividade visou promover o aprendizado prático sobre as propriedades medicinais e o valor cultural da hortelã, conectando o conhecimento científico a uma ação social e educacional. A metodologia empregada envolveu a investigação em artigos científicos sobre as características botânicas, compostos bioativos e benefícios terapêuticos da planta. Confeccionou-se pacotes de chá com folhas secas de hortelã (Mentha spp.), devidamente higienizadas e embaladas para consumo, incluindo detalhes sobre seus benefícios e modo de preparo. No dia 1° de outubro de 2025, os estudantes conduziram a atividade educativa com a comunidade no Hospital Jonas Ramos, localizado em Caçador, SC. A ação resultou em boa participação da comunidade presente no local, que demonstrou interesse em conhecer os benefícios terapêuticos da hortelã e seu uso seguro. Concluiu-se que a atividade promoveu educação em saúde e valorização do saber popular associado ao uso de fitoterápicos. Contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre ensino e comunidade, incentivando práticas de autocuidado seguras.

Palavras-chave: Mentha spp.; terapêuticos; propriedades medicinais; hortelã.

INTRODUÇÃO

Hortelã (Mentha spp.) é uma planta aromática e medicinal pertencente à família Lamiaceae, amplamente utilizada tanto na culinária quanto na fitoterapia. Reconhecida por seu aroma refrescante e sabor característico, é uma das ervas mais populares em diversas culturas, sendo empregada em chás, temperos, doces, bebidas e até em produtos de higiene e cosméticos (BRASIL, 2018).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Do ponto de vista medicinal, a hortelã se destaca pelas propriedades digestivas, carminativas, antiespasmódicas, analgésicas e antimicrobianas, muito associadas à presença do mentol e de outros óleos essenciais em sua composição. Além disso, estudos indicam seu potencial antioxidante, que contribui para a proteção do organismo contra radicais livres (Carvalho, 2014).

Trata-se de uma planta de fácil cultivo, adaptando-se bem a diferentes climas, o que favorece sua ampla distribuição. Na medicina popular, é tradicionalmente utilizada para aliviar cólicas, náuseas, resfriados e dores de cabeça, tornando-se uma das espécies vegetais mais versáteis e valorizadas, tanto no uso doméstico quanto na indústria farmacêutica e alimentícia (Almeida, 2012).

O presente projeto relaciona-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar, pois destaca o uso da hortelã como planta medicinal que contribui para a promoção da saúde por meio de práticas naturais e seguras. Além disso, conecta-se ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, ao valorizar o uso sustentável de recursos naturais e o aproveitamento de plantas medicinais na fitoterapia.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida com o objetivo de promover o aprendizado pratico sobre as propriedades medicinais e o valor cultural da hortelã (Mentha Spp..), aliando o conhecimento científico a ação social e educativa. Inicialmente realizou-se uma pesquisa em artigos científicos sobre as características botânicas da hortelã, seus principais compostos bioativos e os benefícios terapêuticos associados, coo efeitos digestivos, calmantes e antimicrobianos.

Em seguida, efetuou-se o preparo de pequenos pacotes de chá contendo folhas secas de hortelã (Mentha spp.), cuidadosamente higienizada e embalados de forma adequada para consumo. Junto as embalagens continham informações sobre os benefícios da planta e a forma de como prepará-lo.

A ação realizada no dia 01/10/2025, consistiu em entregar embalagens contendo erva mentha spp. para população presente no hospital Jonas Ramos em Caçador SC, seguida de uma ação educativa que buscou incentivar o uso consciente das plantas medicinais e informar seus possíveis efeitos terapêuticos e benefícios, através da entrega de um folder (Imagem 1) confeccionado pelos autores do projeto integrador. Durante a entrega os alunos tiveram a oportunidade de conversar com os participantes, compartilhando o conhecimento adquirido promovendo a valorização de práticas fitoterápicas associadas a ciência moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade prática realizada pelos estudantes de Farmácia possibilitou a aplicação do conhecimento teórico aprendido sobre as propriedades medicinais da hortelã (Mentha spp.), reforçando o aprendizado por meio da vivência direta com a comunidade. Durante a atividade educativa, notou-se que o público demonstrou interesse e receptividade positiva às informações fornecidas sobre o uso do chá de hortelã e seus benefícios terapêuticos.

Os participantes mostraram-se familiarizados com o uso comum da planta, especialmente para aliviar problemas digestivos e sintomas de resfriados. No entanto, muitos ignoravam as precauções necessárias em relação à higienização, preparo adequado e possíveis interações com medicamentos. Isso destaca a necessidade de iniciativas educativas que incentivem o uso seguro e racional de plantas medicinais.

Além de a preparação e a entrega das amostras de chá permitiram que os alunos aprimorassem habilidades práticas, como as boas práticas de manipulação, acondicionamento e rotulagem de produtos derivados de plantas.

Essa experiência destacou a importância do papel do farmacêutico como um agente promotor de saúde, capaz de educar o público sobre o uso correto da fitoterapia. Os resultados encontrados estão alinhados com pesquisas que apontam a hortelã como uma planta de alto valor medicinal, particularmente por suas propriedades digestivas, antiespasmódicas e antimicrobianas, ligadas aos compostos mentol, mentona e flavonoides. Assim, a experiência integrou o conhecimento científico à prática diária, ajudando a reforçar a conexão entre a academia e a comunidade.

Imagem 1- Folder confeccionado para a Ação de Extensão

Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade em questão alcançou seu objetivo maior, que foi unir a teoria sobre as propriedades medicinais da hortelã (Mentha spp.) à prática extensionista em prol da saúde da comunidade. A atividade possibilitou que os estudantes experimentassem na prática o papel educativo e social do farmacêutico, enfatizando a relevância da orientação quanto ao uso seguro e consciente das plantas medicinais.

Observou-se que a população tem um grande interesse em utilizar chás e remédios naturais, mas falta informação confiável sobre como prepará-los corretamente e quais são os riscos envolvidos. Assim, o projeto evidenciou a importância de intensificar as práticas de educação em saúde fundamentadas em pesquisas científicas.

Uma limitação da pesquisa é que ela foi realizada com um número reduzido de participantes em um único local. Portanto, recomenda-se que outras instituições e comunidades ampliem atividades semelhantes, além de avaliar o impacto das ações educativas a longo prazo.

Em linhas gerais, o projeto teve um grande impacto na formação dos estudantes e no estímulo à valorização do uso responsável das plantas medicinais, unindo conhecimento popular e científico em benefício da saúde e do bem-estar comunitário.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. G. S.; Silva, A. C. O.; Araújo, A. A. S. Propriedades terapêuticas e farmacológicas do gênero *Mentha* (Lamiaceae). *Scientia Plena*, Sergipe, v. 8, n. 6, p. 1-10, jun. 2012. Disponível em: https://scientiaplena.org.br/sp/article/view/2910. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Informações sobre a espécie Mentha x piperita L. (hortelã-pimenta) – RENISUS*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/informacoes_renisus_mentha_hortela_pimenta.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

CARVALHO, J. L. S.; Sousa, E. M. B.; Lima, R. C. et al. Compostos bioativos e potencial terapêutico da hortelã (*Mentha spp.*). *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 32, p. 135-142, 2014. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/702. Acesso em: 13 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

DO USO POPULAR À EVIDÊNCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CAVALINHA (EQUISETUM ARVENSE) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Denise Matachon[1]
Eduarda Natalia Arcontti[2]
Paola de Oliveira[3]
Solange de Beal Bortolli[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – Este trabalho apresenta uma ação de educação em saúde voltada ao uso racional de plantas medicinas, com ênfase na Equisetum arvense (cavalinha). A atividade foi realizada inicialmente na farmácia escola da UNIARP, onde os acadêmicos procederam com o corte, embalagem e rotulagem da planta. Em seguida, a ação foi desenvolvida na farmácia municipal Jonas ramos, em Caçador SC, por meio da entrega de pacotes de chá acompanhados de folders informativos. O material educativo foi elaborado em linguagem simples e acessível, considerando o público idoso, majoritário entre os usuários do serviço. O conteúdo dos folders, abordou propriedades terapêuticas, indicações, contraindicações e a importância da orientação profissional para o us seguro da cavalinha. Aproximadamente 30 pessoas participaram da atividade, demonstrando receptividade e interesse pelas informações. A experiência contribui para a promoção da saude e prevenção de doenças, em consonância com a ODS 3 (objetivo de desenvolvimento sustentável) – saude e bem-estar, reforçando o papel do farmacêutico na atenção primaria.

Palavras-chave: cavalinha; plantas medicinais; educação em saude; ODS 3; promoção de saude.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais vem ganhando maior relevância na área da saúde, tanto no contexto popular quanto científico, pela possibilidade de atuar como complemento terapêutico acessível e de baixo custo. No Brasil, observa-se um aumento no interesse pela fitoterapia, especialmente em serviços de atenção primária, reforçando sua importância no cuidado integral à saúde (Santos et al., 2021).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entre as espécies medicinais utilizadas, destaca-se a Equisetum arvense (cavalinha), que apresenta propriedades diuréticas, antioxidantes e anti-inflamatórias. Estudos recentes demonstram o potencial da cavalinha no manejo de distúrbios urinários leves, retenção hídrica e processos inflamatórios, com bons resultados quando utilizada de forma segura e orientada (Souza et al., 2021; Pereira; Lima, 2023; Almeida et al., 2024).

Apesar dos benefícios descritos, o uso indiscriminado pode trazer riscos, especialmente em populações vulneráveis. Pesquisas atuais reforçam a necessidade de acompanhamento profissional e de materiais educativos que auxiliem a população a utilizar as plantas de maneira racional (Costa et al., 2022; Mendes et al., 2023).

Nesse sentido, projetos de extensão universitária permitem aproximar a ciência da comunidade, difundindo informações acessíveis e promovendo práticas seguras de cuidado em saúde. Este trabalho teve como objetivo relatar uma ação acadêmica de educação em saúde com foco na planta Equisetum arvense (cavalinha), por meio da preparação e distribuição de chás acompanhados de folders explicativos, alinhando-se ao ODS 3 da Agenda 2030 da ONU – Saúde e Bem-Estar.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido como uma ação de educação em saúde, com foco no uso racional da planta medicinal Equisetum arvense (cavalinha). A metodologia envolveu a revisão bibliográfica sobre as propriedades terapêuticas da planta e uma atividade prática realizada na Farmácia Escola da UNIARP e na Farmácia Municipal Jonas Ramos, em Caçador – SC.

Na primeira etapa, realizou-se o corte, a secagem, o empacotamento e a rotulagem das folhas de cavalinha, seguindo critérios de higiene e padronização. Posteriormente, a equipe participou da entrega dos chás diretamente aos pacientes na farmácia municipal, acompanhada da distribuição de folders educativos elaborados em linguagem acessível. Os materiais continham informações sobre indicações, contraindicações e cuidados no uso da planta, reforçando a importância da orientação profissional (Imagem 1). A ação envolveu aproximadamente 30 participantes, majoritariamente idosos, público mais frequente no serviço.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não necessitando passar para o Comitê de Ética e Pesquisa por se tratar de uma ação em grupos de pessoas.

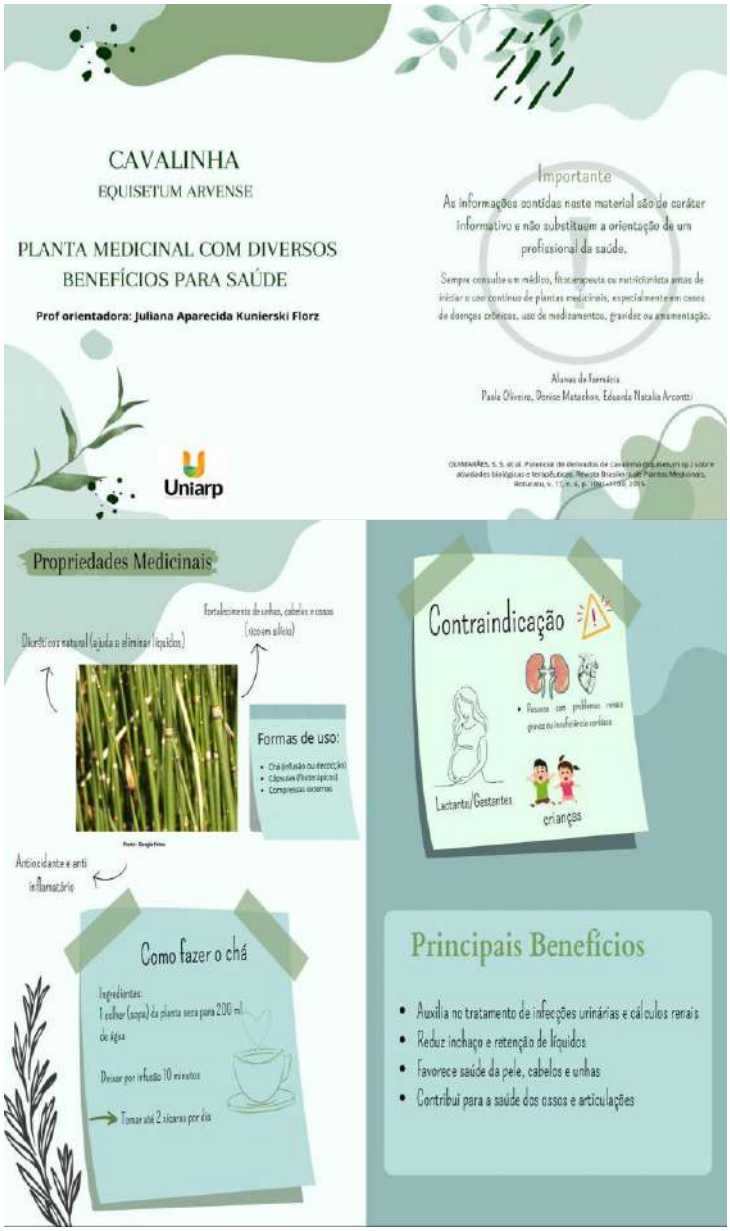
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade proporcionou uma aproximação significativa entre os acadêmicos e a comunidade, permitindo o compartilhamento de conhecimentos sobre o uso seguro de plantas medicinais. Os participantes demonstraram grande interesse, fazendo perguntas e relatando experiências pessoais com o uso de chás. Observou-se que muitos utilizavam a cavalinha sem orientação adequada, reforçando a importância da ação educativa.

Os resultados obtidos estão em consonância com a literatura, que destaca a necessidade de promover a fitoterapia de forma responsável e orientada por profissionais da saúde. Além

disso, o projeto contribuiu para o fortalecimento da atuação do farmacêutico na atenção primária, alinhando-se ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao promover práticas que estimulam o autocuidado e a prevenção de doenças.

Figura 1- Folder produzido para a Ação na Farmácia Central



Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência permitiu aos acadêmicos vivenciar a importância da educação em saúde como ferramenta de promoção do uso racional de plantas medicinais. A ação atingiu seus objetivos ao informar a população sobre o uso seguro da cavalinha e incentivar o diálogo entre profissionais e pacientes.

Como limitação, destaca-se o número reduzido de participantes e o tempo limitado de execução, sugerindo que futuras ações possam envolver novas plantas e abranger um público maior. Conclui-se que atividades desse tipo contribuem para a formação profissional e para o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R.; Pereira, L. M.; Souza, V. H. Propriedades farmacológicas da Equisetum arvense L. (cavalinha): uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 45-53, 2024.

COSTA, D. F.; Mendes, R. T.; Pereira, A. S. Uso racional de plantas medicinais na atenção primária: desafios e perspectivas. Saúde em Foco, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 122-131, 2022.

MENDES, L. F.; Oliveira, M. A.; Silva, P. R. Educação em saúde e fitoterapia: impacto das ações comunitárias no uso seguro de plantas medicinais. Revista Extensão em Debate, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 10-18, 2023.

PEREIRA, F. G.; Lima, J. H. Efeitos terapêuticos da cavalinha (Equisetum arvense) em distúrbios urinários. Journal of Phytotherapy and Natural Products, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 30-37, 2023.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

SANTOS, M. E. *et al*. A fitoterapia na atenção primária à saúde: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, Recife, v. 25, n. 4, p. 90-99, 2021.

OS EFEITOS TERAPÊUTICOS DA ROSMARINUS OFFICINALIS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E DESEMPENHO COGNITIVO

Categoria: Projeto Integrador[1]

Érica Cardoso dos Santos[2]
Julia Maffioletti[3]
Leticia Christtine Chavalla Amâncio[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – O presente trabalho aborda os efeitos terapêuticos da Rosmarinus officinalis L. (alecrim) sobre a memória e o desempenho cognitivo, destacando seu potencial como agente fitoterápico natural, sendo assim, o objetivo deste estudo é revisar evidências científicas sobre o uso do alecrim na melhora da função cerebral e na prevenção do declínio cognitivo associado ao envelhecimento. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa da literatura científica baseada em artigos selecionados de bases de dados como PubMed, SciELO e outras fontes científicas relevantes. Também a criação de um folder informativo onde foram reunidas informações relevantes ao assunto e distribuído para a população durante o estágio na farmácia Central de Caçador SCI. Ao longo do estudo, os resultados demonstram que compostos bioativos do alecrim, como o ácido carnósico e o ácido rosmarínico, apresentam propriedades neuroprotetoras e antioxidantes, podendo melhorar processos de aprendizagem, memória de curto e longo prazo e reduzir a fadiga mental. O estudo também reforça a importância do uso racional de fitoterápicos e está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.

Palavras-chave: alecrim; fitoterápicos; memória; neuroproteção; cognição.

INTRODUÇÃO

Com a diminuição da função cognitiva da população idosa, juntamente das doenças neurodegenerativas, a falta de medidas preventivas e alternativas representa uma grande preocupação na saúde pública, uma vez que a sociedade está cada vez mais caminhando para o envelhecimento populacional (Azad, 2011). O Alzheimer e outras doenças cognitivas relacionadas à idade afetam milhões ao redor do globo, impactando na qualidade de vida desta faixa etária. Diante deste cenário, a medicina moderna tem cada vez mais explorado o potencial de compostos naturais como tratamento alternativo aos farmacológicos convencionais, evitando assim os efeitos colaterais e sua limitada eficácia (Hase, 2019).

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética-UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Popularmente conhecido como alecrim, a Rosemarinus officinalis L., um ramo aromático originário da região mediterrânea tem sido explorado há vários séculos tanto na medicina popular quanto na culinária. A planta conhecida popularmente como símbolo da lembrança também é cientificamente associada à melhora da cognição, sendo recentemente estudada e reconhecida cientificamente com uma vasta base de evidência (Faridzadeh, A, 2022).

O extrato de alecrim tem demonstrado um grande potencial com seus compostos bioativos, destacando-se o ácido carnósico, e carnosol e o ácido rosmarínico como os mais promissores nas atividades neuroprotetoras (Farsani, 2024).

Já as pesquisas in vitro e in vivo, demonstraram múltiplos mecanismos de ação, onde o alecrim demonstra beneficiar o sistema nervoso, destacando a inibição da acetilcolinesterase (uma enzima que o sistema nervoso degrada o neurotransmissor acetilcolina, crucial para a memória), a proteção de neurônios contra o estresse oxidativo e a toxicidade induzida por peptídeos beta-amiloide, a modulação de vias de sinalização celular e a ativação de genes ligados à formação de novas células cerebrais (Farsani, 2024).

Diante disso, essa revisão de literatura abrange de forma clara e objetiva o conhecimento científico atual sobre os efeitos terapêuticos da Rosmarinus Officinalis L. na memória e no desempenho cognitivo, consolidando as evidências científicas disponíveis, analisando criticamente os mecanismos de ação, a eficácia e o potencial cognitivo, contribuindo também para o embasamento científico de futuras aplicações clínicas e farmacêuticas.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica da literatura científica. Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, em português e inglês, abordando os efeitos terapêuticos da Rosmarinus officinalis L. (alecrim) sobre a memória e o desempenho cognitivo. Foram consultados artigos disponíveis em bases de dados científicas reconhecidas na área da saúde, priorizando estudos originais que apresentassem evidências pré-clínicas e clínicas. A seleção considerou pesquisas in vivo, in vitro e ensaios clínicos que analisaram a ação do alecrim na função cognitiva, bem como revisões de literatura que contribuíram para a fundamentação teórica do tema.

Excluiu-se trabalhos que não abordaram diretamente a temática ou que não forneceram dados relevantes. As informações coletadas foram analisadas de forma descritiva e qualitativa, permitindo a síntese das evidências disponíveis e a identificação das principais lacunas no conhecimento atual, também compactadas de forma sucinta em um folder informativo (Imagem 1), ofertado à população durante estágio na Farmácia Central de Caçador SC, oferecendo subsídios para futuras investigações sobre o potencial terapêutico da planta na saúde cognitiva.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não precisando passar pelo Comitê de Ética e Pesquisa por se tratar de uma ação em grupos de pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada revelou de forma consistente os efeitos terapêuticos da Rosmarinus Officinalis L. na memória e no desempenho cognitivo. Uma alta gama de estudos in vitro e in vivo revelaram que os compostos bioativos do alecrim, em especial o ácido carnósico e o ácido rosmarínico, demonstram significativas atividades neuroprotetoras e antioxidantes. Atuando na proteção neuronal contra o estresse oxidativo e a toxicidade induzida por peptídeos beta amiloide, os compostos previnem o declínio cognitivo e doenças neurodegenerativas como o Alzheimer (DI Cesare Mannelli, 2016).

Examinou-se que o alecrim tem ação de modular vias de sinalização celular e de ativação dos genes relacionados à neurogênese, assim auxiliando na formação de novas células cerebrais. Com o bloqueio de acetilcolinesterase, uma enzima que degrada a acetilcolina, sendo outro importante mecanismo de ação associado ao alecrim, contribuindo no processo de aprendizagem e memória de curto e longo prazo.

Com a crescente evidência científica demonstrando o alecrim como um fitoterápico promissor para a saúde cognitiva. Os seus bioativos carregam uma capacidade de atuar em múltiplos alvos biológicos como a proteção antioxidante e a modulação de neurotransmissores, carregando consigo uma vasta ação terapêutica, compartilhando com alguns fármacos a ação de acetilcolinesterase amplamente utilizada no tratamento de doenças como Alzheimer, ressaltando o poder do alecrim como uma alternativa complementar e natural com efeitos colaterais diminuídos (Kosmopoulou, 2024).

Entretanto é fundamental que o uso clínico do alecrim seja de forma racional segundo orientação profissional, considerando as contraindicações e efeitos colaterais. A integração conhecimento empírico com a validação científica é fundamental para promover a saúde e bem-estar (ODS 3), (ONU, 2025), enfatizando a prática saudável de forma segura para todos. Propagar informações claras e com evidências, é essencial para instruir a população a fazer boas escolhas.

Imagem 1- Folder confeccionado para a Ação de Extensão

Fonte: Os autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura evidencia o potencial terapêutico do alecrim na melhora da cognição e memória, com mecanismos neuroprotetores, antioxidantes e modulador da função cerebral. Evidências científicas esclarecem a alta procura do alecrim como um dos recursos alternativos e naturais para prevenir o declínio cognitivo principalmente na população idosa.

Colocando em pauta que futuras pesquisas devem priorizar o estudo de dosagens de segurança a longo prazo, assim contribuindo na educação da população sobre o uso adequado de fitoterápicos maximizando seus benefícios com a menor margem de risco possível.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

AZAD, N. Neuroprotective Effects of Carnosic Acid in an in vitro Model of Amyloid Beta-Induced Neurodegeneration. Journal of Alzheimer's Disease, v. 23, n. 3, p. 521–532, 2011. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21297114/.

DI CESARE MANNELLI, L. Anti-neuropathic effects of Rosmarinus officinalis L. extract in a mouse model of paclitaxel-induced peripheral neuropathy. Scientific Reports, v. 6, p. 34832, 2016. Disponível em: https://www.nature.com/articles/srep34832.

FARIDZADEH, A. et al. Neuroprotective Potential of Aromatic Herbs: Rosemary, Sage, and Lavender. Frontiers in Neuroscience, v. 16, 909833, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35873824/.

FARIDZADEH, A. Neuroprotective Potential of Aromatic Herbs: Rosemary, Sage, and Thyme. Frontiers in Neuroscience, v. 16, 909833, 2022. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/neuroscience/articles/10.3389/fnins.2022.909833/full.

FARSANI, M. E. Neuroprotective effects of rosemary extract on white matter injury. Journal of Chemical Neuroanatomy, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10897559/.

HASE, T. Rosmarinic acid suppresses Alzheimer's disease-related pathologies by inhibiting amyloid β aggregation and tau hyperphosphorylation. Scientific Reports, v. 9, n. 1, 8769, 2019. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-019-45168-1.

KOSMOPOULOU, D. Neuroprotective Benefits of Rosmarinus officinalis and Its Bioactives against Alzheimer's and Parkinson's Diseases. Applied Sciences, v. 14, n. 15, 6417, 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2076-3417/14/15/6417.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." Febrace.org.br, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025.

USO RACIONAL DO GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) COMO FITOTERÁPICO NO TRATAMENTO DE SINTOMAS RESPIRATÓRIOS

Categoria: Projeto Integrador

Ana Carolina Buffon[1]
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski[2]
Larissa Wanciw[3]
Suélen Nascimento da Luz[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – O guaco (Mikania glomerata Spreng) é reconhecido pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) como fitoterápico indicado para o tratamento de sintomas respiratórios, apresentando eficácia comprovada na promoção da expectoração no relaxamento da musculatura brônquica. A cumarina, principal composto ativo da planta, possui ação broncodilatadora e anti-inflamatória, auxiliando no controle da tosse e no alívio de irritações das vias aéreas. O presente Resumo tem como objetivo realizar uma revisão literária sobre o uso racional do guaco e suas formas de preparo, destacando os cuidados necessários para garantir segurança e eficácia. O método baseou-se na análise de estudos científicos e na utilização de folders educativos elaborados para orientar a população quanto ao preparo correto do chá, à dosagem recomendada e às contraindicações existentes. Os resultados demonstraram que a educação em saúde é fundamental para evitar o uso inadequado e promover benefícios terapêuticos seguros. Conclui-se que o incentivo ao uso consciente do guaco contribui para a valorização das práticas fitoterápicas e para o cumprimento da ODS 3 - Saúde e Bem-Estar.

Palavras-chave: guaco; Mikania glomerata Spreng; sintomas respiratórios; fitoterapia.

INTRODUÇÃO

O guaco (Mikania glomerata Spreng) é uma planta medicinal tradicionalmente utilizada no tratamento de doenças respiratórias, especialmente no alívio da tosse. Segundo Gomes e Pereira (2019) destacam que a cumarina presente no guaco age como broncodilatadora e anti-inflamatória, auxiliando na diminuição da irritação das vias respiratórias e na melhora da eliminação do muco, além de apresentar perfil de segurança adequado quando usado racionalmente. De acordo com Ministério da Saúde (2024), ele é listado na RENAME como fitoterápico essencial para o tratamento de sintomas respiratórios, com eficácia comprovada na promoção da expectoração e no relaxamento da musculatura brônquica. Souza et al. (2022) complementa que o guaco, aplicado em forma de chá, xarope ou formulações magistrais, tem

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

efeito adjuvante no controle da tosse, incluindo tosse seca e produtiva, e que a educação da população quanto ao preparo correto e às contraindicações é essencial para garantir eficácia e segurança.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as propriedades fitoterápicas da planta medicinal Mikania glomerata Spreng, popularmente conhecida como guaco. Para isso, realizou-se uma pesquisa e revisão de artigos científicos disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico e SciELO, utilizando as Palavras-chave "guaco", "tratamento", "chá" e "plantas medicinais", e delimitando os trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2025.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, que busca sintetizar o conhecimento científico atual sobre a composição fitoquímica do guaco, seus mecanismos de ação, as evidências de eficácia em diferentes condições de saúde, bem como sua segurança e formas de uso, tanto tradicionais quanto modernas. Como parte da aplicação prática do projeto, foi elaborado um folder explicativo, com linguagem acessível e de fácil compreensão, abordando as propriedades fitoterápicas e as formas de uso da planta. Esse material foi utilizado em ações educativas realizadas na Farmácia Municipal do SUS, no município de Caçador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a experiência, foi possível observar que a utilização do guaco (Mikania glomerata Spreng), seja em forma de xarope artesanal, infusão ou extrato, apresentou efeitos perceptíveis relacionados à melhora de sintomas respiratórios, como tosse e secreções brônquicas, especialmente em casos de resfriados leves. É relatada a redução da irritação na garganta, maior facilidade na expectoração e sensação de alívio na respiração após alguns dias de uso, confirmando o conhecimento tradicional atribuído à planta (ANVISA, 2014).

A análise prática reforçou a presença de princípios ativos conhecidos, como a cumarina, substância associada à ação broncodilatadora e expectorante do guaco. Essa observação está em concordância com estudos farmacológicos que demonstram que a cumarina estimula a fluidificação do muco e auxilia na eliminação de secreções, favorecendo a melhora de quadros de tosse produtiva (Gasperetto et al., 2010; Souza; Porfiro; Filho, 2022).

Entretanto, a experiência também destacou a importância do uso criterioso da planta. Foram discutidos cuidados quanto à dosagem, já que a cumarina, em concentrações elevadas, pode apresentar efeitos anticoagulantes e potencial toxicidade hepática (Santana et al., 2012). Esse aspecto reforça a necessidade de orientação profissional, sobretudo quando o consumo é contínuo ou associado a outras medicações (Tironi, 2022).

Além disso, a vivência permitiu relacionar a prática popular com o embasamento científico, demonstrando a relevância da fitoterapia como recurso complementar na atenção à saúde. A troca de saberes entre conhecimento tradicional e farmacologia moderna enriqueceu a compreensão dos participantes sobre o uso seguro e eficaz do guaco, evidenciando que a

integração entre ciência e cultura popular é fundamental para a valorização das plantas medicinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o guaco (Mikania glomerata Spreng e Mikania laevigata) evidenciou sua relevância tanto no contexto da medicina popular quanto na fitoterapia científica, especialmente no tratamento de doenças respiratórias. Os resultados apontaram benefícios associados à ação broncodilatadora, expectorante e anti-inflamatória, confirmando em parte os usos tradicionais da planta (Simões et al., 2007; Brasil et al., 2020). Contudo, também foi ressaltada a necessidade de cautela quanto à dosagem e ao uso prolongado, considerando os riscos potenciais da cumarina, como efeitos anticoagulantes e hepatotoxicidade (Veiga Júnior; Pinto; Maciel, 2005).

A experiência prática demonstrou a importância de aliar o conhecimento empírico ao científico, promovendo não apenas a valorização da biodiversidade brasileira, mas também o uso racional e seguro das plantas medicinais no âmbito do SUS. Esse aspecto dialoga com a proposta da RENISUS, que destaca o guaco entre as espécies prioritárias para estudos e aplicação terapêutica (Brasil, 2009; ANVISA, 2020).

Para consolidar o guaco como recurso terapêutico eficaz, torna-se imprescindível ampliar os estudos clínicos, estabelecer protocolos de padronização dos extratos e investir em pesquisas farmacotoxicológicas (Di Stasi; Hiruma-lima, 2002; Gasparetto et al., 2010).

Portanto, conclui-se que o guaco representa uma alternativa promissora e culturalmente significativa no cuidado à saúde, desde que utilizado de forma criteriosa, com acompanhamento profissional e embasamento em evidências científicas robustas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANVISA, Agência Nacional De Vigilância Sanitária. Monografia da espécie Mikania glomerata (Guaco). Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos/ppnpmf/arquivos/2016/MonografiaMikania.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, Brasília, set, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

DI STASI, Luiz Claudio; HIRUMA-LIMA, Clélia Akiko. Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em: https://permacoletivo.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/05/medicinais-da-amazonia-e-mata-atlantica.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

GASPARETTO, João C. *et al*. Mikania glomerata Sprengel (guaco): revisão dos aspectos botânicos, farmacológicos e toxicológicos. Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy 20(4): 627-640, Ago./Set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfar/a/SNxzTRTMQmjYwCnQyqQGhxH/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 6 out. 2025.

GOMES, Mariane Garcia; PEREIRA, Boscolli Barbosa. Guaco: toxicidade e uso racional. Monte Carmelo, MG: FUCAMP, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340004136_GUACO_Toxicidade_e_Uso_Racional. Acesso em: 6 out. 2025.

Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2024. Brasília – DF 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_2024.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

SANTANA, L.C.L.R. *et al*. Estudo das propriedades físico-químicas e avaliação da toxicidade aguda do extrato etanólico das folhas de Mikania glomerata Sprengel. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 14, n. 4, p. 583-588, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-084x/12_130. Acesso em: 6 out. 2025.

SIMÕES, Claudia Maria Oliveira *et al*. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS; Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

SOUZA, Daniela Barbosa da Costa; PORFIRO, Cinthia Alves; FILHO, Antônio Carlos Pereira de Menezes. Ação broncodilatadora de Mikania glomerata Sprengel (guaco) em pacientes com asma. Revista Farmácia Generalista / Generalist Pharmacy Journal, v. 4, n. 1, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistafarmaciageneralista/article/view/1303. Acesso em: 6 out. 2025.

SOUZA, Juliana Oliveira de *et al*. Mikania glomerata Spreng. (Asteraceae): seu uso terapêutico e seu potencial na pandemia de COVID-19. Revista Fitos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 270-276, jun. 2022. Disponivel: https://arca.fiocruz.br/items/78ff1f5b-e6ec-4963-92ff-ef43b6f0e46c. Acesso em: 6 out. 2025.

TIRONI, Felipe Lipparelli Scafuto. Guaco - Mikania laevigata Sch. Bip. ex Baker. Formulário Terapêutico Distrital, Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2022.

Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/530967/MONOGRAFIA_GUACO_ATUALIZADO_11-02.pdf/2d6c8b08-4130-b764-44ce-6581dfc1a4c0?t=1648994394596. Acesso em: 6 out. 2025.

VEIGA JUNIOR, Valdir F.; PINTO, Angelo C.; MACIEL, Maria Aparecida M. Plantas medicinais: cura segura? Química Nova, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000300026 Acesso em: 6 out. 2025.

DO USO POPULAR À EVIDÊNCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CAVALINHA (EQUISETUM ARVENSE) NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Denise Matachon[1]
Eduarda Natalia Arcontti[2]
Paola de Oliveira[3]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[4]

Resumo – Este trabalho apresenta uma ação de educação em saúde voltada ao uso racional de plantas medicinas, com ênfase na Equisetum arvense (cavalinha). A atividade foi realizada inicialmente na farmácia escola da UNIARP, onde os acadêmicos procederam com o corte, embalagem e rotulagem da planta. Em seguida, a ação foi desenvolvida na farmácia municipal Jonas ramos, em Caçador SC, por meio da entrega de pacotes de chá acompanhados de folders informativos. O material educativo foi elaborado em linguagem simples e acessível, considerando o público idoso, majoritário entre os usuários do serviço. O conteúdo dos folders, abordou propriedades terapêuticas, indicações, contraindicações e a importância da orientação profissional para o us seguro da cavalinha. Aproximadamente 30 pessoas participaram da atividade, demonstrando receptividade e interesse pelas informações. A experiência contribui para a promoção da saude e prevenção de doenças, em consonância com a ODS 3 (objetivo de desenvolvimento sustentável) – saude e bem-estar, reforçando o papel do farmacêutico na atenção primaria.

Palavras-chave: cavalinha; plantas medicinais; educação em saude; ODS 3; promoção de saude.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais vem ganhando maior relevância na área da saúde, tanto no contexto popular quanto científico, pela possibilidade de atuar como complemento terapêutico acessível e de baixo custo. No Brasil, observa-se um aumento no interesse pela fitoterapia, especialmente em serviços de atenção primária, reforçando sua importância no cuidado integral à saúde (Santos et al., 2021).

Entre as espécies medicinais utilizadas, destaca-se a Equisetum arvense (cavalinha), que apresenta propriedades diuréticas, antioxidantes e anti-inflamatórias. Estudos recentes demonstram o potencial da cavalinha no manejo de distúrbios urinários leves, retenção hídrica e

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

processos inflamatórios, com bons resultados quando utilizada de forma segura e orientada (Souza et al., 2021; Pereira; Lima, 2023; Almeida et al., 2024).

Apesar dos benefícios descritos, o uso indiscriminado pode trazer riscos, especialmente em populações vulneráveis. Pesquisas atuais reforçam a necessidade de acompanhamento profissional e de materiais educativos que auxiliem a população a utilizar as plantas de maneira racional (Costa et al., 2022; Mendes et al., 2023).

Nesse sentido, projetos de extensão universitária permitem aproximar a ciência da comunidade, difundindo informações acessíveis e promovendo práticas seguras de cuidado em saúde. Este trabalho teve como objetivo relatar uma ação acadêmica de educação em saúde com foco na planta Equisetum arvense (cavalinha), por meio da preparação e distribuição de chás acompanhados de folders explicativos, alinhando-se ao ODS 3 da Agenda 2030 da ONU – Saúde e Bem-Estar.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido como uma ação de educação em saúde, com foco no uso racional da planta medicinal Equisetum arvense (cavalinha). A metodologia envolveu a revisão bibliográfica sobre as propriedades terapêuticas da planta e uma atividade prática realizada na Farmácia Escola da UNIARP e na Farmácia Municipal Jonas Ramos, em Caçador – SC.

Na primeira etapa, realizou-se o corte, a secagem, o empacotamento e a rotulagem das folhas de cavalinha, seguindo critérios de higiene e padronização. Posteriormente, a equipe participou da entrega dos chás diretamente aos pacientes na farmácia municipal, acompanhada da distribuição de folders educativos elaborados em linguagem acessível. Os materiais continham informações sobre indicações, contraindicações e cuidados no uso da planta, reforçando a importância da orientação profissional (Imagem 1). A ação envolveu aproximadamente 30 participantes, majoritariamente idosos, público mais frequente no serviço.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não necessitando passar para o Comitê de Ética e Pesquisa por se tratar de uma ação em grupos de pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade proporcionou uma aproximação significativa entre os acadêmicos e a comunidade, permitindo o compartilhamento de conhecimentos sobre o uso seguro de plantas medicinais. Os participantes demonstraram grande interesse, fazendo perguntas e relatando experiências pessoais com o uso de chás. Observou-se que muitos utilizavam a cavalinha sem orientação adequada, reforçando a importância da ação educativa.

Os resultados obtidos estão em consonância com a literatura, que destaca a necessidade de promover a fitoterapia de forma responsável e orientada por profissionais da saúde. Além disso, o projeto contribuiu para o fortalecimento da atuação do farmacêutico na atenção primária, alinhando-se ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao promover práticas que estimulam o autocuidado e a prevenção de doenças.

Figura 1- Folder produzido para a Ação na Farmácia Central

Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência permitiu aos acadêmicos vivenciar a importância da educação em saúde como ferramenta de promoção do uso racional de plantas medicinais. A ação atingiu seus objetivos ao informar a população sobre o uso seguro da cavalinha e incentivar o diálogo entre profissionais e pacientes.

Como limitação, destaca-se o número reduzido de participantes e o tempo limitado de execução, sugerindo que futuras ações possam envolver novas plantas e abranger um público maior. Conclui-se que atividades desse tipo contribuem para a formação profissional e para o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R.; Pereira, L. M.; Souza, V. H. Propriedades farmacológicas da Equisetum arvense L. (cavalinha): uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 45-53, 2024.

COSTA, D. F.; Mendes, R. T.; Pereira, A. S. Uso racional de plantas medicinais na atenção primária: desafios e perspectivas. Saúde em Foco, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 122-131, 2022.

MENDES, L. F.; Oliveira, M. A.; Silva, P. R. Educação em saúde e fitoterapia: impacto das ações comunitárias no uso seguro de plantas medicinais. Revista Extensão em Debate, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 10-18, 2023.

PEREIRA, F. G.; Lima, J. H. Efeitos terapêuticos da cavalinha (Equisetum arvense) em distúrbios urinários. Journal of Phytotherapy and Natural Products, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 30-37, 2023.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

SANTOS, M. E. *et al*. A fitoterapia na atenção primária à saúde: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, Recife, v. 25, n. 4, p. 90-99, 2021.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EXAMES LABORATORIAIS: UM OLHAR PREVENTIVO

Categoria: Projetos Integradores

Emely Caroline Horn Guedes[1]
Guilherme de Oliveira Pereira[2]
Patricia Aparecida Silva[3]
Thaiane Suszek[4]
Vinicius Ruth[5]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[6]

Resumo — A educação em saúde no ambiente escolar é uma ferramenta estratégica para promover hábitos preventivos e conscientizar crianças sobre riscos comuns à infância. Este trabalho buscou orientar estudantes do quarto ano do ensino fundamental quanto à possibilidade de apresentarem parasitoses e anemia, destacando a importância dos exames laboratoriais e da adoção de práticas de higiene no cotidiano. A ação foi realizada em 16 de setembro de 2025, na Escola Dante Mosconi (Caçador/SC), e incluiu palestra expositiva com recursos audiovisuais, dinâmicas lúdicas e exposição de amostras reais, adaptadas à faixa etária das crianças. Observou-se alto engajamento dos alunos, com destaque para o interesse nas observações microscópicas e nas discussões sobre higiene pessoal e prevenção de doenças. A literatura revisada reforça que práticas educativas em escolas são essenciais para reduzir a prevalência de parasitoses e anemias, além de estimular o envolvimento das famílias. Conclui-se que atividades educativas lúdicas e interativas fortalecem a conscientização em saúde, aproxima universidade e comunidade escolar e devem ser estimuladas como parte de políticas públicas voltadas ao bem-estar infantil.

Palavras-chave: farmácia; exames laboratoriais; educação; hematologia; parasitologia;

INTRODUÇÃO

A educação em saúde nas escolas é reconhecida como uma estratégia fundamental para promover o bem-estar e prevenir doenças entre crianças do ensino fundamental (Pulimeno et al., 2020). O ambiente escolar oferece oportunidades únicas para intervenções educativas, pois as crianças passam grande parte do tempo nesse espaço, tornando-o ideal para a promoção de hábitos saudáveis e para o desenvolvimento de competências relacionadas à saúde desde cedo (Breil; Lilich, 2023). Nesse contexto, práticas educativas contínuas favorecem não apenas a

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

conscientização dos alunos, mas também o envolvimento das famílias e da comunidade escolar (Kuenemann et al., 2023).

Além das ações pedagógicas, a realização de exames laboratoriais preventivos em escolares é fundamental para detectar condições como anemia e parasitoses, que são prevalentes no âmbito infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Breil; Llilich, 2023). Estudos recentes mostram que a integração de educação em saúde e triagem laboratorial contribui para a redução desses riscos sobre doenças crônicas e infecciosas (Ellis; Vreeland; Jaimes, 2020). Além disso, intervenções educativas inovadoras, como métodos lúdicos e participativos, aumentam a adesão e a eficácia das ações preventivas (Mufida; Yunitasari; Ulfiana, 2021).

A ocorrência de alterações laboratoriais e parasitoses intestinais permanece elevada em muitas regiões, resultando em complicações como déficit de crescimento, dificuldades cognitivas e aumento da evasão escolar (Eyayu et al., 2021). A literatura destaca a necessidade de abordagens integradas e contínuas para reduzir a frequência desses agravos e suas consequências (Ahmed, 2023).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo elucidar a importância da educação em saúde no ambiente escolar, preparando as crianças para eventuais coletas laboratoriais durante a infância e promovendo maior aceitação dessas práticas. A relevância teórica do estudo reside em realizar uma breve revisão de evidências sobre intervenções preventivas nesse contexto, contribuindo para a compreensão dos riscos associados às alterações laboratoriais prevalentes no Brasil e, consequentemente, para a promoção da saúde integral das crianças.

METODOLOGIA

A prática do projeto foi realizada no dia 16 de setembro de 2025, na Escola de Educação Básica Dante Mosconi no município de Caçador/SC. Os participantes foram alunos do ensino fundamental, de uma turma do quarto ano, com idade média de 9 anos. A atividade foi desenvolvida na instituição com o objetivo de sensibilizar e preparar as crianças para eventuais coletas laboratoriais durante a infância, reforçando a importância desses procedimentos para a detecção de condições como parasitoses e anemias.

O projeto foi estruturado em ações de caráter educativo, lúdico e didático, visando garantir a adesão e o interesse dos estudantes. As atividades incluíram palestra expositiva com uso de recursos audiovisuais, dinâmicas interativas adaptadas à faixa etária e apresentação de amostras reais de parasitos, como estratégia de conscientização sobre a importância da higiene, da prevenção de doenças e do papel dos exames laboratoriais na promoção da saúde.

Para o embasamento teórico do trabalho, foi realizada uma breve revisão narrativa de literatura nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores “educação em saúde”, “exames laboratoriais”, “saúde escolar” e “prevenção de doenças”. Foram priorizadas publicações dos últimos 5 anos em português e inglês, que abordassem a relevância de exames laboratoriais e práticas educativas em saúde no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A persistência das parasitoses intestinais está associada à falta de acesso a recursos e educação em saúde, condições de saneamento básico inadequadas, escassez de água potável e práticas de higiene insuficientes, que contribuem para a propagação desses parasitas (Ahmed, 2023).

Em escala global, estima-se que mais de 2 bilhões de pessoas estejam infectadas por enteroparasitas, afetando especialmente crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade (Ahmed, 2023). Crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, se tornam um grupo mais vulnerável devido aos sistemas imunológicos em desenvolvimento e a exposição a condições higiênicas inadequadas (Eyayu et al., 2021).

No Brasil, a prevalência de infecções parasitárias intestinais em ambientes escolares pode ser bastante elevada, chegando a cerca de 70% em algumas regiões (Celestino et al., 2021). As consequências para a saúde infantil são multifatoriais, incluindo anemia, desnutrição, retardo no crescimento e desenvolvimento cognitivo, irritabilidade, e maior suscetibilidade a outras infecções e complicações agudas (Eyayu et al., 2021).

Nessa perspectiva, a educação em saúde é um componente essencial na prevenção e controle dessas condições (Mufida; Yunitasari; Ulfiana, 2021). Devendo ir além do diagnóstico e tratamento, abrangendo processos de intervenção que capacitem indivíduos e coletividades com meios para recuperar a saúde e adotar medidas preventivas, como a melhoria do saneamento básico e do abastecimento hídrico (Celestino et al., 2021).

A literatura evidencia que intervenções educativas, especialmente em escolas, são fundamentais para reduzir a incidência dessas infecções (Eyayu et al., 2021). Programas que promovem hábitos de higiene, como lavar as mãos e higienizar alimentos, têm potencial para diminuir significativamente a prevalência das parasitoses e prevenir complicações futuras como a anemia (Ahmed, 2023). A conscientização dos responsáveis sobre as formas de transmissão e prevenção é essencial para o sucesso dessas estratégias (Kuenemann et al., 2023).

Nesse contexto, o presente projeto foi desenvolvido com o intuito de promover ações educativas junto a escolares, com foco na prevenção de parasitoses intestinais e anemias. A atividade foi realizada na Escola Dante Mosconi, onde a equipe promoveu uma conversa interativa com as crianças, adaptando as explicações à faixa etária e utilizando exemplos do cotidiano, além de recursos visuais que favoreceram a compreensão.

Durante a palestra foram abordados diversos temas, como as principais formas de contrair parasitas, como saber se está com um parasita, e o formato desses organismos. Para tornar a explicação mais didática e concreta, foram apresentadas amostras de verdade conservadas em frascos, permitindo que os estudantes observassem de maneira direta alguns exemplares.

O momento preferido das crianças foi a observação de lâminas no microscópio, que permitiu aos alunos visualizarem estruturas parasitárias de forma lúdica, despertando curiosidade e entusiasmo.

A Figura 01 demonstra uma colagem de registros que ilustram o engajamento dos estudantes, evidenciando que a atividade contribuiu não apenas para a aprendizagem, mas também para o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade escolar.

Figura 01 - Atividade extensionista.

Fonte: Os autores (2025).

Como produto educativo do projeto, foi criado um folder intitulado "Cuidando da saúde das nossas crianças", com linguagem acessível e recursos visuais que buscavam sensibilizar a comunidade escolar e os pais sobre a importância do tema, conforme Figura 02. O material destacou os objetivos do projeto, os riscos associados às infecções e a importância das coletas laboratoriais na infância.

Figura 02 - Folder explicativo.

Fonte: Os autores (2025).

Entre as limitações encontradas, destaca-se a impossibilidade de realizar a coleta de material biológico das crianças devido ao tempo insuficiente para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, a ação conseguiu cumprir seu papel extensionista ao estimular a reflexão sobre hábitos de higiene e enfatizar a importância do diagnóstico precoce ao sensibilizar os estudantes quanto ao valor das coletas laboratoriais para o acompanhamento da saúde infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que ações extensionistas como esta, produzem bons resultados na comunidade, incentivando os educandos a participar ativamente da pesquisa científica, aproximando a população dos acadêmicos e promovendo maior conscientização sobre a importância das coletas laboratoriais na prevenção e monitoramento da saúde na infância.

Além disso, essas iniciativas destacam o papel da educação em saúde como ferramenta de poder e mudança da comunidade, favorecendo mudanças de comportamento e aumentando práticas preventivas no ambiente escolar e familiar. Para os acadêmicos envolvidos a experiência melhora a capacitação profissional, ampliando a sensibilidade às necessidades da comunidade e a capacidade de atuar de forma crítica e comprometida com a realidade local.

REFERÊNCIAS

AHMED, M. Intestinal Parasitic Infections in 2023. Gastroenterology Research, 16, 127 - 140, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.14740/gr1622. Acesso em: 12 set. 2025.

BREIL, C.; LILLICH, M. Health literacy education of children in Austrian elementary schools. Health education researc, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1093/her/cyad022. Acesso em: 12 set. 2025.

CELESTINO, A. *et al.* Prevalence of intestinal parasitic infections in Brazil: a systematic review. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 54, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0037-8682-0033-2021. Acesso em: 13 set. 2025.

ELLIS, J.; VREELAND, J.; JAIMES, F. Community Health Screening and Education Through Laboratory Science Workshop: Participant Evaluation Of The 2018 Pilot Program In Aco, Peru. American Journal of Clinical Pathology, 154, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ajcp/aqaa161.283. Acesso em: 12 set. 2025.

EYAYU, T. *et al.* Prevalence of intestinal parasitic infections and associated factors among patients attending at Sanja Primary Hospital, Northwest Ethiopia: An institutional-based cross-sectional study. PLoS ONE, 16, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247075. Acesso em: 12 set. 2025.

KUENEMANN, M. *et al*. Healthcare students' prevention training in a sanitary service: analysis of health education interventions in schools of the Grenoble academy. BMC Medical Education, 23, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12909-023-04235-y. Acesso em: 12 set. 2025.

MUFIDA, L.; YUNITASARI, E.; ULFIANA, E. Health Education of Clean and Healthy Lifestyle using Card Telling Methods towards Diarrhea Prevention Among Children in Elementary School. Pediomaternal Nursing Journal, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20473/PMNJ.V7I1.21184. Acesso em: 12 set. 2025.

PULIMENO, M. *et al.* School as ideal setting to promote health and wellbeing among young people. Health Promotion Perspectives, 10, 316 - 324, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34172/hpp.2020.50. Acesso em: 12 set. 2025.

CONSCIENTIZAÇÃO INFANTIL SOBRE OS RISCOS DE BRINCAR EM ÁGUAS CONTAMINADAS: PREVENÇÃO DE DOENÇAS E CUIDADOS COM A SAÚDE

Categoria: Projetos Integradores

Bárbara da Silva Marques[1]
Diogo Gabriel Bonatti[2]
Julia Ruch dos Santos[3]
Maria Gabriela de Oliveira[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

RESUMO – A infância é uma fase decisiva para a formação de hábitos de saúde, sendo marcada pelo contato direto com o ambiente e pela vulnerabilidade a doenças parasitárias. Este estudo teve como objetivo conscientizar crianças sobre os riscos de brincar em águas contaminadas e consumir alimentos mal preparados. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica com atividade extensionista em uma escola de Caçador (SC), utilizando folders, apresentações e dinâmicas educativas. Os resultados mostraram participação ativa dos alunos, que identificaram práticas de higiene corretas e compreenderam a relação entre hábitos inadequados e doenças. Conclui-se que a abordagem lúdica e interativa foi eficaz na promoção de comportamentos preventivos, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis desde a infância.

Palavras-chave: educação em saúde; infância; higiene; doenças parasitárias; prevenção.

INTRODUÇÃO

A infância é uma fase crítica no desenvolvimento físico, cognitivo e social, sendo determinante para a formação de hábitos que influenciam a saúde ao longo da vida. Nesse período, as crianças estão em constante contato com o ambiente ao seu redor e frequentemente participam de atividades lúdicas ao ar livre, muitas vezes próximas a rios, lagos e praias. Entretanto, brincadeiras em ambientes aquáticos contaminados podem expor as crianças a microrganismos patogênicos, aumentando o risco de infecções intestinais, dermatológicas e respiratórias, além de doenças transmitidas por água contaminada (OPAS, 2020).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além da exposição ambiental, práticas alimentares inadequadas representam um risco significativo à saúde das crianças. O consumo de carnes mal passadas, alimentos crus ou mal higienizados é responsável pela transmissão de doenças como toxoplasmose, Salmonelose e outras parasitoses. A conscientização infantil sobre a importância de práticas alimentares seguras é essencial para reduzir a incidência dessas doenças e promover hábitos de higiene alimentares adequados (Brasil, 2021).

Programas educativos aplicados nas escolas têm se mostrado ferramentas eficazes para a prevenção de doenças transmissíveis por água e alimentos. A articulação entre profissionais de saúde e educadores permite a implementação de metodologias participativas que estimulam a aprendizagem prática e teórica sobre prevenção, higiene pessoal e segurança alimentar. Iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) exemplificam estratégias intersetoriais que fortalecem a promoção de saúde no ambiente escolar (Brasil, 2025).

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da educação em saúde na infância, especialmente no que se refere à prevenção de parasitoses e doenças transmitidas por alimentos e água contaminados. A proposta inclui estratégias lúdicas, informativas e participativas que envolvem alunos e suas famílias, reforçando a construção de hábitos saudáveis desde cedo.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica com atividade extensionista do Projeto Integrador III, com objetivo de apresentar para crianças de um 4º ano da Escola de Educação Básica Dante Mosconi Caçador SC, acerca de conscientizar sobre os riscos de brincar em águas contaminadas, através de material expositivo (folder), apresentação de slides e uma dinâmica com cartinhas sobre a prevenção da contaminação por parasitas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2025, utilizando-se da base de dados Scielo, BVS, Google Acadêmico e PubMed. Foi selecionado um artigo, publicados integralmente, na língua portuguesa. A busca foi conduzida por meio do uso de palavras chave como: Criança; Educação em Saúde; Higiene; Doenças Transmitidas por Água; Doenças Transmitidas por Alimentos, priorizando aqueles publicados nos últimos cinco anos. Além disto, foram selecionados Diretrizes e outros documentos governamentais para o embasamento teórico deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto foi aplicado no mês de setembro de 2025, na Escola de Educação Básica Dante Mosconi, em Caçador/SC, com crianças do quarto ano do ensino fundamental. Para o desenvolvimento das atividades, utilizaram-se apresentações em slides, folders informativos e dinâmicas interativas, nas quais os alunos exploraram cartilhas sobre prevenção da contaminação por água e alimentos com parasitas. Foi realizada uma caça ao tesouro temática, na qual as crianças foram divididas em dois grupos: Grupo 1 buscou por cartinhas vermelhas com situações ou hábitos que favorecem a contaminação por parasitas, conforme Figura 01. Grupo 2 buscou cartinhas verdes com atitudes e práticas de prevenção contra parasitas conforme imagem 01. As cartinhas foram espalhadas pelo espaço da escola (sala, pátio ou outro local definido). Cada grupo foi orientado a encontrar apenas as cartinhas correspondentes à sua categoria.

As atividades revelaram que as crianças conseguiram relacionar situações do cotidiano com os riscos de contaminação, identificando fatores como consumo de água não filtrada, manipulação inadequada de alimentos e contato com áreas aquáticas poluídas. Os alunos demonstraram compreensão sobre a transmissão de parasitoses e reconheceram a importância de hábitos de higiene pessoal, como lavar as mãos antes das refeições e após o uso do banheiro, resultados como este também foram encontrados no estudo de Da silva, Santos e Silva (2024).

Tais resultados também dialogam com a perspectiva de promoção da saúde defendida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020), que ressalta a relevância de programas escolares e comunitários na prevenção de doenças transmitidas por água e alimentos. A adoção de metodologias participativas favorece tanto a compreensão teórica quanto a construção de uma consciência coletiva sobre o papel de cada indivíduo na preservação da saúde.

Portanto, os achados confirmam que estratégias de conscientização aplicadas no contexto escolar são eficazes para o fortalecimento de atitudes preventivas contra doenças parasitárias. A experiência evidenciou que a abordagem lúdica, associada à transmissão de informações científicas adaptadas à faixa etária, possui grande potencial para impactar de forma positiva os hábitos de saúde das crianças, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação à sua saúde e ao bem-estar coletivo.

Também foi disponibilizado folders, conforme Figura 02, para os alunos entenderem um pouco mais sobre parasitose e anemias de forma didática com melhor entendimento infantil.

Figura 01 - Cartilhas para o primeiro grupo.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 02 – Folder informativo.

Fonte: Os autores (2025).

Durante o projeto as crianças demonstraram bastante interesse no conteúdo, sem fugir muito do foco, e a maioria delas já tinha ciência da maioria das práticas corretas para evitar contaminação parasitológica, no geral foi um projeto divertido de apresentar, conforme Figura 03.

Figura 03 – Fotos da ação extensionista.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto realizado evidenciou que a educação em saúde desempenha papel fundamental na formação de hábitos preventivos desde a infância. As atividades lúdicas e participativas aplicadas favoreceram a compreensão das crianças sobre os riscos associados à contaminação por água e alimentos, consolidando atitudes de higiene e cuidado pessoal. Esses resultados reforçam a importância da escola como espaço estratégico para a promoção da saúde, evidenciando que intervenções educativas bem planejadas contribuem para a construção de indivíduos conscientes, responsáveis e capazes de adotar comportamentos saudáveis ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianca_brasileira_versao_resumida.pdf. Acesso em: 16 out. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE).** Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse. Acesso em: 16 out. 2025

DA SILVA, Vinnia Beatriz Mascarenhas Barreto; SANTOS, Valéria Bittencourt Ferreira; SILVA, Carlos Danilo Cardoso Matos. Intervenção educativa e ações em saúde para a prevenção das parasitoses intestinais entre crianças carentes. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 28, p. 104399, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104399. Acesso em: 16 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Promoção da saúde nas escolas: estratégias e recomendações.** Brasília: OPAS/OMS, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/documentos/promo%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-nas-escolas-estrat%C3%A9gias-e-recomenda%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 16 out. 2025

MÃOS LIMPAS, CRIANÇAS SAUDÁVEIS: EDUCAÇÃO SOBRE PARASITOSES EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Projetos integradores

Amanda Cristina do Sacramento[1]
Janine Guedes Hoffmann de Souza[2]
Karine Schuh[3]
Thalita Amaro Ankler[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

Resumo – As doenças intestinais, principalmente parasitoses, são comuns em crianças e podem afetar o crescimento, o desenvolvimento cerebral e o rendimento escolar. Este projeto teve como objetivo ensinar alunos do ensino fundamental sobre a prevenção dessas doenças, mostrando hábitos de higiene das mãos e cuidados com limpeza. Foram realizadas atividades práticas, atividades lúdicas e distribuição de materiais educativos, para alunos e professores. Os resultados mostraram aumento do conhecimento sobre prevenção dessas doenças e mostraram que a atividade de extensão é uma ferramenta boa para promover saúde e bem-estar nas escolas. Além disso, permitiu que os estudantes universitários utilizassem seus conhecimentos científicos na vida real, reforçando valores como cuidado, responsabilidade e compromisso com a saúde da comunidade.

Palavras-chave: educação em saúde; parasitoses intestinais; prevenção; higiene; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

As parasitoses intestinais permanecem como um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil e no mundo, especialmente em regiões com precárias condições de saneamento básico e higiene. Atingem principalmente crianças em idade escolar, podendo causar desnutrição, anemia, déficit cognitivo e atraso no desenvolvimento, com impactos diretos no rendimento escolar e na qualidade de vida. (Almeida et al., 2023).

Consideradas doenças tropicais negligenciadas (DTNs), as parasitoses estão fortemente associadas à vulnerabilidade social, refletindo desigualdades estruturais como falta de acesso à água potável e serviços adequados de saúde (Bartalini et al., 2024). Além disso, os custos econômicos e sociais relacionados a essas doenças são elevados, exigindo estratégias de

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

prevenção e promoção de saúde que envolvam a comunidade e a escola como espaços estratégicos (Nonato et al., 2023).

É indispensável a implementação de políticas públicas integradas e duradouras para o controle efetivo das parasitoses intestinais. Medidas como a realização de campanhas regulares de vermifugação, investimentos na infraestrutura de saneamento, fortalecimento da atenção básica em saúde e ações contínuas de educação em saúde são fundamentais. No entanto, para que essas iniciativas sejam realmente eficazes e sustentáveis, é essencial promover a participação ativa da população, valorizando os saberes locais e incentivando o protagonismo comunitário na construção de soluções para os problemas de saúde (Soares et al., 2020).

Nesse cenário, práticas educativas inovadoras têm demonstrado impacto positivo na conscientização e prevenção das parasitoses entre escolares. Experiências extensionistas mostram que atividades lúdicas, como oficinas, jogos e demonstração de parasitas, contribuem para uma aprendizagem significativa, estimulando hábitos de higiene e tornando os alunos agentes multiplicadores de conhecimento em suas famílias e comunidades (Bartalini et al., 2024). Além disso, a interdisciplinaridade entre saúde e educação permite que o tema das parasitoses seja trabalhado de forma transversal no currículo escolar, promovendo reflexões críticas sobre o meio ambiente, alimentação, cidadania e direitos humanos (Bartalini et al., 2024).

O presente trabalho teve como objetivo promover a educação em saúde por meio de ações extensionistas realizadas na Escola Dante Mosconi, abordando temas relacionados à prevenção de parasitoses negligenciadas. O principal objetivo foi de integrar ensino, pesquisa e extensão, aumentando a conscientização dos estudantes sobre hábitos de higiene, alimentação saudável e cuidados com o meio ambiente.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio pesquisa bibliográfica, realizada em bases de dados como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados a parasitoses intestinais, análises parasitológicas e práticas de saúde em ambiente escolar. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos priorizando estudos em língua portuguesa.

A atividade educativa foi desenvolvida com estudantes da Escola Dante Mosconi, com o objetivo de promover o conhecimento sobre as parasitoses intestinais e a importância da prevenção. A ação contou com uma palestra interativa, utilização de materiais visuais e dinâmicas educativas, abordando temas como higiene pessoal, saneamento básico, lavagem correta das mãos e cuidados com a alimentação. Também foram apresentadas amostras e imagens ilustrativas, facilitando a compreensão dos alunos. Ao final, os participantes puderam esclarecer dúvidas, reforçando o aprendizado de forma prática e participativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade teve como objetivo demonstrar, de forma prática e visual, a transmissão dos parasitas intestinais pelo contato manual, destacando a importância da higiene das mãos na prevenção dessas infecções. Durante a dinâmica, foi colocado glitter nas mãos das crianças com o auxílio de creme hidratante ou cola bastão, para que o brilho se fixasse temporariamente. Em

seguida, elas foram incentivadas a se cumprimentarem, simulando gestos de contato do dia a dia. Dessa forma, foi possível observar como os ovinhos dos parasitas se espalham facilmente entre diferentes pessoas.

O folder apresenta orientações sobre os cuidados com a saúde das crianças, mostrando a importância da prevenção e da higiene para evitar doenças, especialmente as parasitoses intestinais, que ainda são um problema comum entre os escolares, conforme Figura 01. O material explica de forma simples como as crianças podem contrair essas infecções, geralmente por meio do contato com alimentos ou água contaminados, mãos sujas e falta de higiene pessoal. Também aponta os principais sinais e sintomas. Segundo Soares et al. (2020), os principais sintomas de parasitoses são dores abdominais, diarreia, náuseas e/ou vômitos, excesso de gases, diminuição do apetite, perda de peso e, às vezes, tosse, febre e falta de ar. Também podem causar anemia e coceira no ânus.

Além disso, o folder reforça medidas básicas de prevenção, como lavar bem as mãos antes das refeições e após usar o banheiro, higienizar frutas e verduras com cuidado, manter as unhas curtas e limpas, evitar andar descalço e não colocar objetos sujos na boca.

Figura 01 - Folder ação extensionista.

Fonte: As autoras (2025).

A realização da dinâmica “Ovinhos dos Parasitas”, conforme Imagem 01, foi um momento de aprendizado e diversão entre as crianças. A atividade teve como objetivo mostrar como ocorre a transmissão dos parasitas intestinais por meio do contato manual, mostrando a importância da higiene das mãos na prevenção dessas infecções. O uso do glitter, representando os ovos dos parasitas, despertou o interesse das crianças e facilitou a compreensão sobre como esses

microrganismos podem ser facilmente transmitidos de pessoa para pessoa. No final, as crianças realizaram a lavagem correta das mãos com sabão e água, aplicando na prática o que foi aprendido sobre os cuidados com a higiene. Além disso, cada uma recebeu o folder informativo e um vidro de álcool gel, incentivando a continuidade dos hábitos higiênicos.

Imagem 01 - Foto da ação extensionista.

Fonte: As autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Mãos Limpas, Crianças Saudáveis, teve como objetivo principal ensinar sobre a importância da higiene pessoal para as crianças do Ensino Fundamental. Por meio de atividades educativas, as crianças aprenderam como prevenir parasitoses intestinais, com cuidados simples como lavar bem as mãos, limpar os alimentos e manter o ambiente arrumado.

As ações não só ensinaram a teoria, mas também demonstraram na prática como cuidar da saúde, motivando as crianças a participarem e envolverem toda a escola. Esse trabalho despertou o interesse dos alunos e ajudou a mudar hábitos, mostrando que prevenir doenças é essencial para o bem-estar de todos.

Além disso, permitiu que os estudantes universitários utilizassem seus conhecimentos científicos na vida real, reforçando valores como cuidado, responsabilidade e compromisso com a saúde da comunidade. Assim, o projeto conseguiu unir o aprendizado com a prática, ajudando na formação completa dos alunos e contribuindo para uma sociedade mais consciente e saudável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joyce Sthefany M. *et al*. Prevalência das parasitoses intestinais em crianças e a influência das condições socioeconômicas. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: https://ime.events/conbrasau2023/pdf/22705. Acesso em: 13 set. 2025.

BARTALINI, Maria Laura Vicente *et al*. Transformando conhecimento em prevenção: práticas educativas contra parasitoses negligenciadas. Nexus Revista de Extensão do IFAM, v. 2024. Disponível em: https://nexus.ifam.edu.br/index.php/revista-nexus/article/view/315. Acesso em: 13 set. 2025.

NONATO, Amanda Araújo *et al*. Abordagem lúdica sobre lavagem das mãos e prevenção da giardíase com escolares: relato de experiência. Revista de Extensão e Educação em Saúde Ciências Médicas (REES), v. 1, 2022. Disponível em: https://revista.fcmmg.br/index.php/REES/article/view/330 . Acesso em: 13 set. 2025.

SOARES, Izabel Aparecida *et al*. Parasitoses intestinais em crianças de centros municipais de educação infantil. Varia Scientia - Ciências da Saúde, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9–17, 2020. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/24603. Acesso em: 24 out. 2025.

INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE PARASITOSES E EXAMES HEMATOLÓGICOS: CONSTRUINDO SABERES COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Projetos Integradores

Alice de Souza[1]
Emanuelli Fabrizia Scheffer[2]
Maíve Carvalho da Silva[3]
Matheus Fernandes[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

Resumo – As parasitoses intestinais representam um importante problema de saúde pública, especialmente em crianças, devido à vulnerabilidade imunológica e aos hábitos de higiene em formação. Diante disso, o presente projeto teve como objetivo promover a conscientização sobre parasitoses e a importância dos exames laboratoriais por meio de atividades lúdicas voltadas a alunos do 4º ano da Escola Dante Mosconi, em Caçador (SC). A metodologia incluiu ações educativas em saúde e uma dinâmica de perguntas e respostas. A fundamentação teórica foi obtida por meio de revisão bibliográfica em bases científicas com descritores relacionados a parasitoses, higiene e educação em saúde, selecionando três artigos relevantes publicados entre 2020 e 2025. Os resultados evidenciaram o envolvimento ativo das 17 crianças participantes e o despertar do interesse pelo tema, com melhor compreensão sobre práticas preventivas e menor resistência em relação aos exames laboratoriais. Conclui-se que as atividades lúdicas são eficazes ferramentas de educação em saúde, promovendo aprendizado significativo e contribuindo para a formação de hábitos de higiene e prevenção desde a infância.

Palavras-chave: parasitoses; exames hematológicos; conscientização; saúde.

INTRODUÇÃO

As infecções intestinais por parasitas seguem sendo um problema de grande impacto para a saúde pública, sobretudo em países de baixa e média renda. Segundo a Organização Mundial da Saúde, bilhões de pessoas já foram expostas a esses agentes, entre elas milhões de crianças, o que evidencia o caráter persistente e global dessas infecções. A literatura mostra que, mesmo com avanços em programas de controle e ampliação do acesso a medicamentos, a elevada prevalência ainda está ligada a fatores estruturais, como saneamento precário, dificuldades no

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

acesso à água potável e condições de moradia desfavoráveis (Sachocal; Da Costa; Chitumba, 2025).

No caso das crianças, a vulnerabilidade é ainda mais evidente. O organismo em processo de desenvolvimento, com sistema imunológico imaturo, somado a hábitos de higiene que estão sendo construídos, amplia a probabilidade de contato com os parasitas. Além disso, comportamentos próprios da infância, como brincar diretamente no solo ou levar objetos à boca, potencializam a exposição. Os efeitos vão além da maior incidência: atrasos no crescimento, déficit de aprendizagem, anemia e dificuldades cognitivas são consequências documentadas e que reforçam a gravidade do problema nesse grupo etário (D'Alessandro et al., 2024).

A educação em saúde desempenha papel estratégico na prevenção e no controle de doenças parasitárias, sobretudo em populações infantis vulneráveis. Profissionais da saúde, como farmacêuticos, médicos e enfermeiros, têm a responsabilidade de transmitir informações acessíveis e eficazes que promovam mudanças de comportamento e incentivem práticas de higiene adequadas, reduzindo a taxa de reinfecção e favorecendo a qualidade de vida das crianças. Evidências científicas demonstram que iniciativas educativas, quando associadas ao tratamento farmacológico e às melhorias ambientais, geram resultados mais duradouros no enfrentamento das parasitoses, reforçando a necessidade de integrar ações clínicas e educativas no cotidiano das comunidades (Bueno et al., 2025).

O presente estudo tem como objetivo promover a educação em saúde sobre parasitoses em crianças utilizando atividades lúdicas como desenhos para colorir e recortes para montar um laboratório a fim de despertar o interesse das crianças e facilitar o aprendizado de forma divertida. Ainda, foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o tema conscientização e importância dos exames de parasito e de sangue.

METODOLOGIA

Foram desenvolvidas atividades educativas em saúde, incluindo a aplicação de jogos lúdicos, recortes para montar um laboratório e desenhos para colorir sobre coleta de amostras e uma dinâmica de perguntas de verdadeiro ou falso sobre o tema parasitose, a fim de promover a conscientização das crianças sobre práticas adequadas de higiene e prevenção, no total participaram 17 crianças do 4º ano da Escola Dante Mosconi da cidade de Caçador, a ação foi realizada no dia 30/09/2025 no período da manhã.

Para embasamento teórico, foram selecionados artigos científicos disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, utilizando descritores como parasitoses intestinais, crianças, higiene e educação em saúde com recorte temporal de 2020 a 2025, em língua portuguesa e inglesa, através dos descritores foram lidos 9 artigos, entretanto, apenas 4 foram selecionados, pois atendiam aos critérios estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de amostras biológicas, como sangue e fezes, constitui uma ferramenta essencial para a promoção da saúde e o bem-estar, uma vez que possibilita tanto a avaliação do estado geral do organismo quanto a detecção precoce de alterações patológicas. Os exames de sangue,

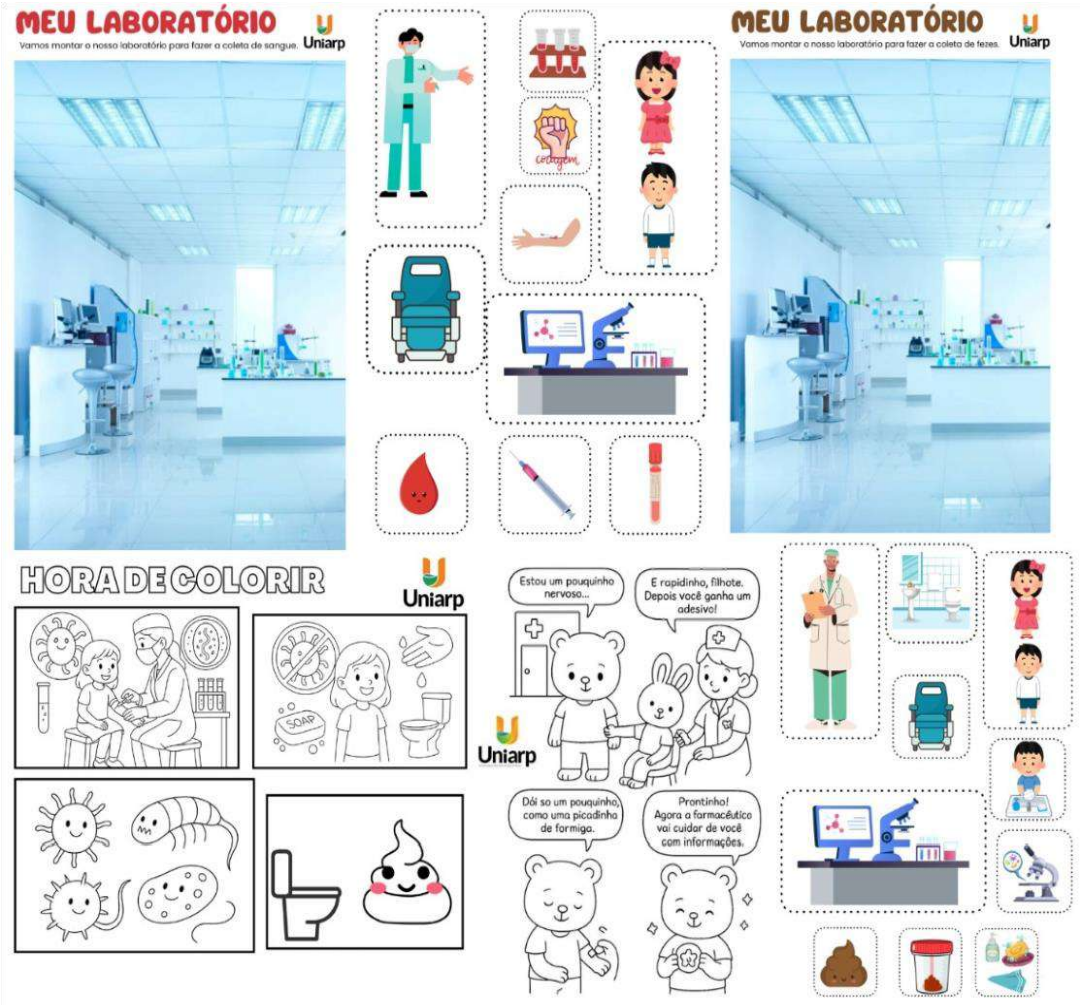
por exemplo, são amplamente utilizados em triagens preventivas, auxiliando na identificação de fatores de risco, no diagnóstico de doenças e infecções, além do monitoramento de condições já estabelecidas (Dąbrowska et al., 2024).

Da mesma forma, a análise laboratorial de fezes desempenha papel fundamental na investigação de parasitoses e outras alterações gastrointestinais, sendo imprescindível para um diagnóstico seguro. Entretanto, é importante ressaltar que a interpretação dos resultados exige conhecimento técnico especializado, pois a utilização inadequada de métodos laboratoriais pode levar a resultados falso-positivos ou falso-negativos, comprometendo a conduta clínica. Dessa forma, tanto a coleta quanto a análise criteriosa dessas amostras representam etapas cruciais para garantir diagnósticos confiáveis e estratégias terapêuticas eficazes (Dąbrowska et al., 2024).

A apresentação levou em torno de 45 minutos para ser finalizada, e após a exposição do material elaborado pelos acadêmicos, foram sanadas algumas dúvidas referentes ao tema abordado.

Foram elaboradas atividades didáticas, com o propósito de facilitar a compreensão do tema apresentado, incluindo jogos lúdicos (Figura 1), como recortes para montar um laboratório, desenhos para colorir sobre coleta das amostras, visando reduzir o medo em relação às coletas.

Figura 1 - Brincadeiras lúdicas.



Fonte: Os autores (2025).

Ademais, foi realizado um jogo de perguntas e respostas (Figura 2) com os estudantes, as perguntas foram elaboradas conforme o conteúdo apresentado e descritas em uma linguagem compreensível para nosso público alvo.

O objetivo dessa atividade didática foi estimular a participação dos alunos, fortalecer o vínculo entre os colegas de sala de aula e complementar a fixação do conteúdo ministrado durante a atividade educativa.

Questões como: "O que devemos fazer para evitar os parasitas?" e "O que o sangue leva para o corpo todo?" foram algumas das perguntas realizadas. No total foram elaboradas 20 perguntas simples de múltipla escolha e após cada rodada de perguntas, os alunos receberam uma explicação justificando qual alternativa estava correta e porque as outras estavam erradas, o que ajudou a reforçar o conhecimento a respeito de medidas preventivas e corretivas sobre o tema.

Figura 2 - Jogo de perguntas e respostas.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade educativa realizada com as crianças do ensino fundamental da Escola Dante Mosconi evidenciou o potencial das práticas lúdicas na formação de hábitos saudáveis e na redução do medo em relação aos procedimentos laboratoriais. Por meio de jogos, recortes e dinâmicas interativas, foi possível despertar o interesse e a participação ativa das crianças,

promovendo um espaço de diálogo e aprendizado sobre a importância da higiene e da prevenção das parasitoses.

Ainda que não tenha havido coleta de amostras neste projeto, a ação contribuiu significativamente para preparar as crianças para futuras experiências de coleta, tornando o processo mais compreensível e menos temido. Conclui-se que a educação em saúde na infância é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de comportamentos preventivos, fortalecendo o papel da escola como ambiente de formação integral e conscientização sobre a importância dos cuidados com a saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Dante Mosconi, de Caçador (SC), pela receptividade e colaboração durante a realização das atividades educativas. Estendemos também nosso agradecimento à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pelo incentivo à pesquisa e à extensão universitária, bem como pelo suporte institucional que possibilitou o desenvolvimento deste projeto.

REFERÊNCIAS

BUENO, L. M. M. R. *et al*. Parasitoses intestinais em crianças e estratégias de controle: da terapia medicamentosa às intervenções comunitárias. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4998. Acesso em: 10 set. 2025.

D'ALESSANDRO, A. A. B. *et al*. Prevalence and diversity of intestinal parasites in children around the world. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo, v. 18, n. 11, p. 1-12, 2024. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/87cf2bcbb781b12bccedc4d7a87fe559/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031968#:~:text=The%20study%20by%20Carvalho%20et,being%20the%20most%20common%20parasite. Acesso em: 10 set. 2025.

DĄBROWSKA, Julia *et al*. Effective laboratory diagnosis of parasitic infections of the gastrointestinal tract: where, when, how, and what should we look for?. Diagnostics, v. 14, n. 19, p. 2148, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11475984/. Acesso em: 21 set. 2025.

SACHOCAL, Ednogildo Domingos Miguel; DA COSTA, Sandra Cristina Ribeiro Buta; CHITUMBA, Hermenegildo Osvaldo. Prevalence and risk factors associated with intestinal parasitosis in children with diarrhoea in the Huambo municipality. PLOS Neglected Tropical Diseases, v. 19, n. 7, p. e0013314, 2025. Disponível em: https://journals.plos.org/plosntds/article?id=10.1371/journal.pntd.0013314. Acesso em: 10 out. 2025.

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE PARASITOSE EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Projetos Integradores

Franciele Finger de Lorena[1]
Keli Cristina Fernandes Meireles[2]
Larissa Diidrich[3]
Larissa dos Santos[4]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[5]

Resumo – As parasitoses intestinais acometem principalmente crianças, devido à dificuldade em manter hábitos de higiene e a vulnerabilidade social. O presente trabalho desenvolveu jogos educativos como estratégia de ensino para a prevenção de parasitas, promovendo o aprendizado de forma lúdica e incentivando atitudes preventivas. Trata-se de um projeto extensionista com revisão de literatura realizado na disciplina de Projeto Integrador III. Foram desenvolvidos materiais didáticos com dinâmicas educativas para melhor compreender o tema, como jogo da memória, mini laboratório e simulação de lavagem das mãos com tinta guache para demonstrar contaminação invisível. Observou-se que as atividades estimularam a participação dos alunos, gerando uma curiosidade, promovendo assim uma discussão sobre o tema, contribuindo de forma significativa para seu o conhecimento e uma reflexão sobre a importância em manter hábitos preventivos de saúde. As atividades aplicadas possibilitaram que os alunos presenciassem a importância do quanto a lavagem correta das mãos, tem grande importância na prevenção de infecções. Conclui-se que estratégias didáticas no ambiente escolar contribuem para a formação de cidadãos conscientes, e recomenda-se a continuidade de projetos educativos, com possível ampliação por meio de parcerias com unidades de saúde e estudos de impacto a longo prazo.

Palavras-chave: parasitoses; educação em saúde; higiene das mãos; prevenção.

INTRODUÇÃO

Em um panorama geral, crianças são mais vulneráveis às infecções parasitárias, devido à dificuldade em manter hábitos adequados de higiene. Essas infecções estão diretamente ligadas a fatores socioeconômicos, nesse sentido a falta de saneamento básico e o acesso inadequado à água tratada também tornam agravantes a situação. Crianças em idade escolar são as mais afetadas, principalmente pelo hábito de levar as mãos à boca, facilitando a contaminação, as consequências podem prejudicar o desenvolvimento físico e mental, com sintomas como

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

náuseas, vômitos, diarreia, perda de peso, anemias e complicações gastrointestinais (Soares et al., 2020; Marques; Gutjahr; Braga, 2021).

É amplamente reconhecido que as crianças representam um grupo etário particularmente suscetível a certas doenças, em razão de sua intensa interação com animais, aliada a padrões de higiene que ainda não estão plenamente desenvolvidos, além da imaturidade de seu sistema imunológico, tanto qualitativa quanto quantitativa. Práticas inadequadas em relação à higiene pessoal (boca, cabelo, pele, mãos e unhas) e ao ambiente (gerenciamento de resíduos, lixo e utilização de água) podem facilitar a circulação de agentes infecciosos, impactando a saúde tanto individual quanto comunitária. A presença de doenças infecciosas e parasitárias, a proliferação de insetos e animais prejudiciais, bem como a contaminação do solo e de fontes de água, é comum em grupos sociais formados por crianças nessa situação (Fonseca; Marisco, 2021).

Para a prevenção das parasitoses é fundamental, trabalhar a educação em saúde nas escolas, principalmente em lugares que possuem vulnerabilidade social e falta de saneamento básico. A implementação de programas educativos nas escolas tem se mostrado eficaz, estimulando mudanças nos hábitos de higiene, como lavar as mãos antes das refeições e após o uso do banheiro, também na lavagem dos alimentos e na manutenção de ambientes limpos, reduzindo riscos de infecção e reinfecção. Essas ações buscam contribuir para que crianças e seus familiares adotem práticas saudáveis e de higiene seu dia a dia (Lima; Roberto, 2025).

O objetivo deste trabalho foi desenvolver jogos educativos como estratégia de ensino para a prevenção de parasitas, promovendo o aprendizado de forma lúdica e incentivando atitudes preventivas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura combinada com o relato de atividade extensionista realizado da disciplina de Projeto Integrador III. A revisão bibliográfica foi realizada com artigos selecionados nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, publicados nos últimos cinco anos, em língua portuguesa. Os descritores utilizados foram “parasitose”, “educação em saúde” e “anemias”.

A atividade extensionista foi realizada na Escola de Educação Básica Dante Mosconi, em Caçador-SC, com alunos de 8 a 10 anos do 4º ano do ensino fundamental. O objetivo foi desenvolver jogos educativos como estratégia de ensino para a prevenção de parasitas, promovendo o aprendizado de forma lúdica e incentivando atitudes preventivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Moreira, Vieira e Fernandes (2021), a integração entre ciências e biologia com a realidade cotidiana dos estudantes desde o ensino fundamental é essencial para a construção de conhecimentos significativos e para a adoção de hábitos que contribuem para a promoção da saúde coletiva e individual. A participação ativa dos alunos e o uso de abordagens práticas favorecem a compreensão de temas relacionados à importância da prevenção de doenças, contribuindo para uma qualidade de vida melhor. Nesse contexto, a escola configura-se como um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações de educação em saúde, pois articula

saberes científicos e formação cidadã, estimulando a reflexão e pensamento crítico dos alunos. As práticas educativas em saúde realizadas no ambiente escolar extrapolam os limites da sala de aula, alcançando também familiares e a comunidade, contribuindo assim para a construção de uma consciência sanitária e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos na tomada de decisões relacionadas ao cuidado com a vida.

Conforme dados apresentados por Moreira (2023), as parasitoses intestinais constituem um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade social, onde há carência de saneamento básico e práticas inadequadas de higiene pessoal e coletiva. Essas infecções são causadas por diferentes agentes parasitários, como protozoários e nematódeos. A prevalência dessas infecções é mais elevada nas regiões Norte e Nordeste do país, reflexo de condições socioeconômicas desfavoráveis, acesso limitado a água potável, deficiência em infraestrutura sanitária e hábitos inadequados de higiene. Estudos apontam que crianças em idade escolar e pré-escolar são um dos grupos mais afetados, pois estão mais expostas a ambientes contaminados e ainda não possuem hábitos de higiene bem estabelecidos. Nesse contexto, a escola assume papel essencial na promoção da saúde, sendo um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações educativas preventivas, especialmente no que se refere à higienização correta das mãos e outras medidas de profilaxia, fundamentais para a redução da incidência de parasitoses e suas consequências no desenvolvimento físico e cognitivo infantil.

O jogo de memória desenvolvido com imagens relacionadas a coleta e análise sanguínea conforme Figura 1, buscou diminuir o medo em relação a exames laboratoriais promovendo um entendimento básico em saúde. Além disso foi desenvolvido um mini laboratório conforme Figura 2, onde os alunos puderam conhecer como é constituído o sangue, onde os elementos foram representados por materiais simples, o plasma (água), os glóbulos vermelhos (corante vermelho), os glóbulos brancos (confetes brancos) e as plaquetas (glitter dourado), tornando o aprendizado mais real. Ambas as atividades estimularam a participação dos alunos, gerando uma curiosidade, promovendo assim uma discussão sobre o tema, onde conseguiram identificar melhor os componentes sanguíneos e compreender suas funções, contribuindo de forma significativa para seu o conhecimento.

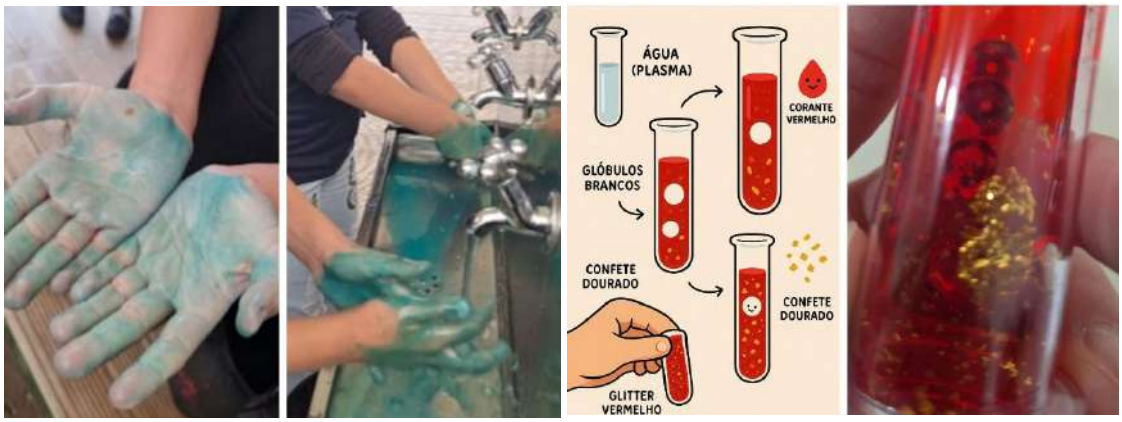
Figura 01 - Jogo da memória análise sanguínea.

Fonte: As Autoras (2025).

A atividade prática, conforme Figura 2, buscou demonstrar a importância da lavagem correta das mãos na prevenção das parasitoses. Nesta dinâmica foi utilizado tinta guache como representação de microrganismos, onde os alunos vendados fizeram a lavagem das mãos conforme fazem no seu dia a dia. Diante disso foi observado a permanência de tinta sobre a palma das mãos, entre os dedos, unhas e dorso das mãos mostrando a dificuldade que as crianças tem em lavar corretamente as mãos, possibilitando uma infecção parasitaria.

A dinâmica promoveu uma reflexão coletiva, sobre como muitas vezes a limpeza das mãos não é feita corretamente, reforçando a importância em adotar métodos corretos de higiene para evitar contaminações. As dinâmicas mostraram que o aprendizado pode ser leve e divertido e que por meio de atividades práticas as crianças podem compreender melhor o valor da própria saúde e a importância de manter o cuidado com a higiene no seu dia a dia.

Figura 02 – Dinâmica com tinta e mini laboratório.



Fonte: As Autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que as parasitoses intestinais estão relacionadas à vulnerabilidade social, falta de saneamento básico e a falta de higiene, esses fatores afetam principalmente as crianças. Com isso foi possível perceber a importância de ações preventivas dentro do ambiente escolar. As atividades aplicadas possibilitaram que os alunos presenciassem a importância do quanto a lavagem correta das mãos, tem grande importância na prevenção de infecções.

A experiência demonstrou que práticas interativas favorecem a aprendizagem, incentivam a participação dos alunos e ampliam o alcance das informações para além da escola, envolvendo também famílias e comunidade. Conclui-se que estratégias didáticas no ambiente escolar contribuem para a formação de cidadãos conscientes, e recomenda-se a continuidade de projetos educativos, com possível ampliação por meio de parcerias com unidades de saúde e estudos de impacto a longo prazo.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Islana dos Reis; MARISCO, Gabriele. Fatores de vulnerabilidades sociais e higiene pessoal na educação básica. Saberes Plurais: Educação na Saúde, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 151-167, jan./jun. 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/saberesplurais/article/view/112080. Acesso em: 30 ago. 2025.

LIMA, Fernando Almeida; ROBERTO, Eliza Cardoso. Infecções intestinais por parasitas em crianças. Revista Eletrônica Interdisciplinar, v. 17, n. 1, 2025. Disponível em: http://revista.sear.com.br/rei/article/view/781. Acesso em: 01 set. 2025.

MARQUES, João Raimundo Alves; GUTJAHR, Ana Lúcia Nunes; BRAGA, Carlos Elias de Souza. Prevalência de parasitoses intestinais em crianças e pré-adolescentes no município de Breves, Pará, Brasil. Saúde e Pesquisa, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 475–487, 2021. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/8678. Acesso em: 30 ago. 2025.

MOREIRA, Evelyn De Sousa; VIEIRA, Pedro Henrique Gomes; FERNANDES, Da Silva Daniele Regina. Práticas de educação em saúde na escola: prevenção às parasitoses entre crianças do ensino fundamental em uma cidade no interior do Pará. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. e5007, 2 fev. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.25248/reas.e5007.2021. Acessado em: 10 out. 2025.

MOREIRA, Raufe da Silva. Verminoses em crianças e prevenção na perspectiva da educação em saúde: revisão narrativa, 2001 a 2020. Brazilian Journal of Health Review, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 5066–5079, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n2-048. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/57912. Acesso em: 11 out. 2025.

SOARES, Izabel Aparecida *et al*. Parasitoses intestinais em crianças de centros municipais de educação infantil. Varia Scientia - Ciências da Saúde, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9–17, 2020. Disponível

em: https://saber.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/24603. Acesso em: 30 ago. 2025.

SAÚDE DA PELE E HIGIENE CORPORAL EM IDOSOS: PREVENÇÃO DE PATOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE EDUCATIVA

Categoria: Projetos Integradores

Fabiana Gatti[1]
Isadora Sordi[2]
Marcos Eduardo Alves de Oliveira[3]
Evelyn Gabriela[4]
Dalla Santa[5]

Resumo – O envelhecimento populacional acarreta em alterações fisiológicas na pele, tornando os idosos mais suscetíveis a patologias como dermatites e lesões por pressão, o que demanda cuidados de higiene específicos. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a saúde da pele e higiene corporal em idosos e, a partir disso, desenvolver e aplicar uma atividade educativa para fortalecer as práticas de autocuidado. A metodologia consistiu em uma revisão narrativa da literatura, seguida por um relato de experiência de uma ação extensionista em uma instituição de longa permanência. A partir dos resultados da revisão foi possível notar que manutenção da integridade da pele senil depende do uso de produtos adequados e da sistematização de cuidados. A aplicação prática, por meio de uma aplicação de jogo da memória e da distribuição de um infográfico, revelou que os idosos, embora pratiquem a higiene, possuem conhecimento limitado sobre os produtos e técnicas corretas. A intervenção demonstrou ser uma ferramenta eficaz para aumentar a conscientização e promover a adesão as práticas de higiene mais seguras e eficazes.

Palavras-chave: envelhecimento cutâneo; autocuidado; educação em saúde; dermatologia geriátrica.

INTRODUÇÃO

Segundo Lopes et al. (2020), a estimativa é que, em 2025, o Brasil alcance cerca de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que exige a ampliação de estratégias voltadas ao cuidado integral dessa população. O envelhecimento populacional é uma realidade crescente em nível mundial e nacional, trazendo impactos importantes para o sistema de saúde e para a qualidade de vida dos idosos.

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse processo, a pele do idoso sofre alterações fisiológicas significativas, como redução do turgor, ressecamento, fragilidade e menor capacidade de regeneração, tornando-se mais suscetível a patologias como lesões por pressão, fricção, erisipela e dermatites. A prevenção desses agravos depende diretamente da adoção de cuidados de higiene corporal adequados, associados à hidratação cutânea e ao uso de produtos apropriados (Girondi et al., 2021).

Diante da complexidade desses cuidados, torna-se evidente a necessidade de ir além do conhecimento prático e estabelecer práticas ordenadas. A criação de protocolos, como um Procedimento Operacional Padrão (POP) para a higiene, serve como uma poderosa ferramenta para qualificar a assistência, pois permite padronizar ações, reduzindo os riscos e alinhando o trabalho dos cuidadores e da equipe de saúde (Rodrigues et al., 2018). Conforme apontado por Rodrigues et al. (2018), essa padronização não só melhora a qualidade do trabalho prestado, mas também desperta uma aproximação entre cuidadores e gestores, promovendo uma discussão mais abrangente e um cuidado individualizado, respeitando as peculiaridades do processo de envelhecimento.

A importância de ações educativas para a promoção da saúde do idoso é reforçada por estudos como o de Nopitasari, Istri e Setya (2017), que investigou o impacto da educação em higiene pessoal em uma população de 43 idosos. Antes da intervenção educativa, 16,3% apresentavam práticas de higiene inadequadas. Após a intervenção, a taxa do nível de higiene considerada adequada ou boa aumentou, e 37,2% passaram a apresentar boas práticas de higiene pessoal. O estudo concluiu que a educação formal sobre o tema tem uma influência significativa e positiva.

Este trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina de Projeto Integrador do sexto período do curso de Farmácia, visa realizar uma revisão sobre o tema Saúde da Pele e Higiene Corporal em Idosos. A atividade conduzida na Casa Asilar Henning buscou fortalecer os conceitos de higiene pessoal por meio de uma dinâmica interativa de jogo da memória da higiene e da distribuição de um Infográfico com o passo a passo para o cuidado da higiene durante o banho.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência fundamentado em revisão de literatura. O estudo buscou analisar a importância dos cuidados de higiene corporal e da saúde da pele em idosos, associando evidências científicas à prática educativa. A revisão foi realizada nas bases Scielo e Google Acadêmico, com os descritores: idoso; pele; higiene corporal; prevenção de lesões; saúde da pele em idosos. Foram incluídos artigos publicados entre 2017 e 2021, em português e outras línguas, que abordassem cuidados de higiene e prevenção de lesões cutâneas em idosos.

Com base no conhecimento adquirido na revisão, foi planejada e executada uma atividade extensionista. A ação prática consistiu na aplicação de um jogo da memória temático e na entrega de um Infográfico na Casa Asilar Henning, localizada em Caçador - SC. O propósito desta prática foi promover, de forma lúdica e interativa, a conscientização sobre a saúde da pele e a higiene junto aos idosos residentes na instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura revela que a manutenção da integridade da pele do idoso é um processo complexo, que depende de inúmeros fatores: conhecimento técnico, cuidados consistentes e a utilização de produtos adequados. Estudos como de Girondi et al. (2021) mostram que, mesmo com o conhecimento sobre os riscos relacionados à pele senil, as ações dos cuidadores e dos idosos são frequentemente baseadas no senso comum. Essa lacuna entre a percepção do risco e a aplicação de um cuidado embasado justifica a necessidade de intervenções que traduzam a literatura científica em práticas acessíveis, alinhando-se ao objetivo deste trabalho.

Um dos pontos que se destaca é o uso racional de produtos cosméticos. A pele do idoso, por suas características fisiológicas como a diminuição do turgor e a maior suscetibilidade ao ressecamento, a torna mais sensível (Girondi et al., 2021). O trabalho de Alves (2024), aprofunda essa questão, explicando que formulações inadequadas, com surfactantes agressivos ou fragrâncias com potencial alergênico, podem exacerbar a sensibilidade e desencadear dermatites. Isso é corroborado por Martins et al. (2022), que identificaram a alta prevalência de alérgenos em cosméticos. Portanto, a escolha de um higienizador suave não é apenas uma preferência, mas uma necessidade clínica.

Nesse sentido, a composição dos produtos de higiene e hidratação é fundamental. A literatura aponta para a eficácia de ativos específicos no manejo da pele sensível. A glicerina, por exemplo, é um umectante clássico cuja segurança e eficácia são bem estabelecidas para aumentar a hidratação da camada córnea (Becker et al., 2019). Adicionalmente, ativos como a aveia coloidal, a camomila, e a Aloe Vera são consistentemente recomendadas por suas propriedades calmantes, anti-inflamatórias e de reparo tecidual (Alves, 2024). A inclusão destes ingredientes em formulações diárias representa uma estratégia baseada em evidências para promover conforto e fortalecer as defesas naturais da pele, o que motivou a seleção de um produto com tais características para a parte prática deste projeto.

Além da composição dos produtos, a sistematização das rotinas de cuidado emerge como um pilar de prevenção. A padronização de protocolos, conforme discutido por Rodrigues et al. (2018) no contexto de criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), é essencial para garantir a qualidade e segurança da assistência. Embora a aplicação de um POP formal seja mais comum em um ambiente institucional com profissionais, o princípio de padronizar etapas e informações pode ser extrapolado para o autocuidado do idoso. A criação de guias visuais e rotinas claras, conforme Infográfico da Figura 1 a seguir, funciona como uma ferramenta, visando reduzir a inconsistências dos cuidados e garantir que etapas cruciais sejam executadas.

Figura 1 - Infográfico entregue aos participantes da ação.

Fonte: Os autores (2025).

A aplicação prática deste projeto, fundamentada pelas evidências discutidas anteriormente, ocorreu na Casa Asilar Henning, com o objetivo de traduzir o conhecimento em ações de autocuidado para a população residente. A prática contou com a participação de aproximadamente 25 idosos. O foco da ação foi fortalecer o conceito de higiene pessoal por meio de uma dinâmica interativa de jogo da memória da higiene, conforme Figura 2 a seguir, seguida pela distribuição de um Infográfico e de um sabonete corporal suave como brinde.

Figura 2 – Jogo da memória utilizado no dia da ação.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve seu objetivo cumprido de revisar a literatura sobre higiene e saúde da pele em idosos e, a partir disso, desenvolver uma ação educativa. Foi possível confirmar, a partir da pesquisa teórica que a prevenção de patologias cutâneas na população idosa depende diretamente da sistematização dos cuidados e do uso de produtos adequados, com ativos suaves e hidratantes. A aplicação prática do projeto, por sua vez, demonstrou que, embora os idosos valorizem a higiene, existe uma lacuna de conhecimento sobre os produtos e técnicas corretas, validando a necessidade de intervenções educativas.

Diante disso, a maior limitação do trabalho é o caráter pontual, não permitindo avaliar a adesão a prática a longo prazo. Recomenda-se para futuros trabalhos a realização de estudos longitudinais para monitorar a mudança de comportamento. Concluiu-se que a união entre pesquisa teórica e o desenvolvimento de tecnologias educacionais acessíveis é uma estratégia potente para promover a saúde, a autonomia e a qualidade de vida da população idosa.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a orientadora da disciplina, professora Evelyn Gabriela Dalla Santa, por todo auxílio e respaldo para o desenvolvimento do presente projeto, e à Universidade Alto

Vale do Rio do Peixe, pela estrutura e apoio incondicional em seus acadêmicos. Assim como agradecem a Farmácia Escola pela confecção dos produtos utilizados neste trabalho, e principalmente, à Casa Asilar Henning, pela disponibilidade e hospitalidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. G. B. **Cuidado para peles sensíveis: o uso racional de produtos cosméticos**. 2024. 72 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Farmácia, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/35800. Acesso em: 27 set. 2025.

BECKER, L. C. *et al.* Safety Assessment of Glycerin as Used in Cosmetics. **International Journal of Toxology**, v. 38 (supplement 3), p 6s-22s, 2019. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1091581819883820?locale=pt-BR. Acesso em: 27 set. 2025.

GIRONDI, J. B. R. *et al.* Ações de cuidadores na prevenção e tratamento de lesões de pele no idoso. **Rev Enferm Atual In Derme**, v. 95, n. 34, p. e-021060, 2021. Disponível em: https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/998/880 Acesso em: 27 set. 2025.

LOPES, T. F. *et al.* Representações sociais da equipe de enfermagem sobre os cuidados durante a higienização no paciente idoso. **SANARE (Sobral, Online)**, v. 19, n. 1, p. 68-75, jan./jun. 2020. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1367/716 . Acesso em: 27 set. 2025.

MARTINS, M. S. *et al.* Occurrence of Allergens in Cosmetics for Sensitive Skin. **Cosmetics**, v. 9, n. 32, p 1-13, 2022. Disponível em: https://mdpi-res.com/d_attachment/cosmetics/cosmetics-09-00032/article_deploy/cosmetics-09https://mdpi-res.com/d_attachment/cosmetics/cosmetics-09-00032/article_deploy/cosmetics-09-00032-v2.pdf?version=164759976800032-v2.pdf?version=1647599768. Acesso em: 27 set. 2025.

NOPITASARI, D.; ISTRI, A. A.; SETYA, I. P. Pengaruh Edukasi Terhadap Personal hygiene Lansia di Banjar Pemalukan Desa Peguyangan. **Jurnal Medika Bali**, v. 4, n. 1, p. 101-114, 2017. Disponível em: https://balimedikajurnal.com/index.php/bmj/article/download/8/7. Acesso em: 27 set. 2025.

RODRIGUES, M. S. B. *et al.* Procedimento operacional padrão em instituições de longa permanência para idosos: a importância do cuidado com a higiene. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 3, p. 153-158, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18310/2446https://doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n3p153-1584813.2018v4n3p153-158 . Acesso em: 27 set. 2025.

USO DA ERVA-CIDREIRA (MELISSA OFFICINALIS) COMO ALTERNATIVA NATURAL NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE

Categoria: Projeto Integrador[1]

Amanda Antunes Gonçalves[2]
Maria Vitória Scolaro de Moraes[3]
Milena Cabral da Rocha[4]
Debora Soares Souza Marins[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6]

Resumo – A Melissa officinalis, popularmente conhecida como erva-cidreira, é uma planta medicinal amplamente utilizada na medicina popular devido às suas propriedades terapêuticas. Historicamente utilizada para aliviar distúrbios do sono, ansiedade, problemas digestivos e dores de cabeça, a planta tem despertado grande interesse científico. Este trabalho de revisão de literatura teve como objetivo orientar o uso seguro da erva-cidreira (Melissa officinalis) como alternativa natural complementar no manejo da ansiedade, por meio de uma ação educativa e de orientação a pacientes atendidos na Farmácia Central Jonas Ramos de Caçador SC. O farmacêutico desempenha papel fundamental nesse processo, não apenas na dispensação e gestão da planta medicinal, mas também na orientação e educação em saúde. Este trabalho, de abordagem qualitativa, integra revisão bibliográfica e experiência prática em estágio supervisionado na Farmácia Central-Jonas Ramos, onde foi realizada uma ação educativa sobre o uso da planta Melissa, reforçando a relevância do farmacêutico no cuidado integral ao paciente. Concluiu-se que o cuidado com a saúde torna-se essencial, e a planta Melissa surge como um recurso terapêutico importante para promoção do bem-estar e prevenção de complicações.

Palavras-chave: plantas medicinais; chás; transtorno; recurso terapêutico.

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais desempenham papel fundamental no cuidado à saúde humana desde tempos ancestrais, sendo amplamente utilizadas como recurso terapêutico em diferentes culturas (Malaquias et al., 2014). Apesar dos avanços da indústria farmacêutica e do desenvolvimento de fármacos sintéticos, a fitoterapia permanece relevante, sobretudo no âmbito da atenção primária à saúde, em razão de sua acessibilidade, baixo custo e reconhecimento social (Patrício et al., 2022).

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética - UNIARP.
[2]Aluna do curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Essa prática alinha-se diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, ao oferecer alternativas terapêuticas acessíveis. Nesse sentido, estudos científicos vêm ampliando a compreensão sobre a eficácia e a segurança de diversas espécies vegetais, evidenciando suas propriedades farmacológicas e reforçando seu potencial como terapias complementares (Ghorbani; Esmaeilizadeh, 2017; Lopes; Rocha, 2024).

Entre as espécies de maior destaque, encontra-se a Melissa officinalis L. (erva-cidreira), tradicionalmente utilizada para promover o relaxamento e auxiliar no tratamento de distúrbios do sono e da ansiedade (Silva; Gomes; Siqueira, 2021). Pesquisas recentes demonstram que a planta contém óleos essenciais e compostos fenólicos responsáveis por efeitos ansiolíticos, sedativos e antioxidantes, contribuindo para a melhora do bem-estar e a redução de sintomas relacionados ao estresse (Santos et al., 2020; Nogueira et al., 2024). Além disso, seu uso tem sido associado a benefícios no tratamento complementar de transtornos mentais, como depressão, reforçando a importância da investigação científica sobre sua aplicabilidade clínica (Roman Junior et al., 2015).

Assim, compreender os mecanismos de ação e o potencial terapêutico da Melissa officinalis contribui não apenas para valorizar saberes tradicionais, mas também para integrar práticas complementares à saúde, favorecendo uma abordagem mais humanizada e integral no cuidado ao indivíduo (Radovanovic; Oliveira, 2023; Silva et al., 2024).

METODOLOGIA

O presente estudo é apresentado como uma revisão bibliográfica quantitativa, voltada à análise de pesquisas científicas que abordam o uso da Melissa officinalis (erva-cidreira) para ansiedade. Para a construção deste trabalho, foram levantados artigos publicados nos sites Scielo, PubMed, Google Acadêmico e periódicos especializados em Ciências Farmacêuticas, utilizando os descritores "Melissa officinalis", "ansiedade", "fitoterapia" e "plantas medicinais", foram abordados artigos entre os anos de 2014 e 2025 apresentando a eficácia da planta.

Além da revisão bibliográfica, o trabalho foi complementado pela experiência prática desenvolvida durante um projeto aplicado na Farmácia Central Jonas Ramos localizada na cidade de Caçados -SC envolvendo pacientes que estavam na sala de espera pelo atendimento no dia 22 de setembro de 2025. Realizou-se uma ação educativa com foco no uso da Melissa officinalis. Para esta ação, elaborou-se um folder explicando os benefícios, contraindicações e modo de preparo desta planta.

Essa vivência possibilitou relacionar os dados científicos encontrados em artigos e relacioná-los com o atendimento farmacêutico, reforçando a importância do profissional na orientação segura e efetiva do uso para os pacientes de plantas medicinais.

A aplicação reforçou a relevância do farmacêutico como agente educador e orientador no uso racional das plantas medicinais especialmente Melissa officinalis, contribuindo para a valorização da fitoterapia como uma alternativa complementar segura e eficaz na saúde e ressaltar a importância da atualização contínua e da responsabilidade profissional na disseminação de informações corretas e baseadas em evidências científicas sobre essa planta.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não necessitando passar o presente projeto pelo Comitê de Ética e pesquisa pro se tratar de uma abordagem de grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência do projeto evidenciou a importância do auxílio e divulgação de informações ao distribuir um folder com benefícios e contraindicações da Melissa officinalis, como uma grande aliada ao controle dos sintomas da ansiedade como distúrbios do sono, ansiedade, problemas digestivos e dores de cabeça.

Segundo Silva et al. (2024), a melissa tem um grande destaque entre as plantas medicinais devido à sua importância fitoterapêutica, utilizadas para controlar crises nervosas, taquicardia, melancolia, histerismo e ansiedade. Também considerada indutora do sono devido ao citral seu constituinte majoritário que é responsável pela ação relaxante.

A distribuição do folder, seguida da orientação (Imagem 1 e 2 a seguir) teve como objetivo informar o público sobre uma alternativa natural e gentil para auxiliar no manejo da ansiedade e do estresse cotidiano.

Imagem 1- Distribuição do folder seguida de orientação

Fonte: (Autoras, 2025).

Imagem 2- Folder Educativo

Fonte: (Autoras, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as plantas medicinais têm demonstrado grande relevância como alternativa complementar para o tratamento de várias doenças, principalmente quando está relacionado a estresse (Silva; Gomes; Siqueira, 2021).

A ação educativa realizada na Farmácia Central-Jonas Ramos sobre o uso da Melissa officinalis, foi recebida com grande interesse pela população local. Durante a atividade, foram distribuídas amostras da planta desidratada e folders informativos, com ênfase na orientação sobre sua aplicação e contraindicações.

A iniciativa reforçou o papel do farmacêutico como educador em saúde, indo além da gestão de medicamentos. O diálogo entre o conhecimento popular e o técnico-científico fortaleceu o vínculo entre a universidade, a farmácia e a comunidade, promovendo o uso racional de chás e valorizando o cuidado da saúde mental para tratamento da ansiedade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional. Agradecemos à UNIARP –

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio financeiro, por meio da Farmácia Escola, bem como à Farmácia Central Jonas Ramos pela receptividade e suporte para aplicação do projeto.

REFERÊNCIAS

LOPES, M. A.; ROCHA, I. R. et al. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 19, n. 46, p. e4047, 2024. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/4047. Acesso em: 25 ago. 2025.

MALAQUIAS, G. et al. Utilização na medicina popular, potencial terapêutico e toxicidade em nível celular das plantas Rosmarinus officinalis L., Salvia officinalis L. e Mentha piperita L. (Família Lamiaceae). Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 50-68, 2014

NOGUEIRA, Ana Carolina Maia; SANTANA, Isabella Cristina Fonseca; VIEIRA, Lorrane Cristina Pereira; BORGES, Wigna Bueno; BRITO, Ovidia Augusta da Fonseca. Uso da fitoterapia: Melissa officinalis no tratamento complementar da depressão. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 01–11, nov./dez. 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n9-438. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/76150. Acesso em: 25 ago. 2025.

PATRÍCIO, Karina Pavão; MINATO, Arthur Cesar dos Santos; BROLIO, Ana Flavia; LOPES, Marina Amorim; BARROS, Gabriela Ribeiro de; MORAES, Vanessa; BARBOSA, Guilherme Correa. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, fev. 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022272.46312020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/wzC3GWydBNNhpTX9kNWFGdk/. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, A. T.; PEREIRA, C. J. G.; SILVA, D. B. M. da; OLIVEIRA, L. R. de; FERREIRA, M. D. L.; CAVALCANTI, É. B. V. S. Plantas medicinais no auxílio dos sintomas da ansiedade e depressão: uma revisão integrativa. Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança, v. 21, esp. 2, p. 540–555, 2024. Disponível em: https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/924. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, M. J.; GOMES, M. L. B.; SIQUEIRA, L. P. Alternative treatment for anxiety based on the medicinal plant Melissa officinalis (lemon balm): a literature review. Research, Society and Development, [S.l.], v. 10, n. 14, p. e532101422349, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.22349. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22349. Acesso em: 25 ago. 2025.

CAPIM-LIMÃO COMO AGENTE DIURÉTICO NATURAL: PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS E RELEVÂNCIA NA FITOTERAPIA

Categoria: Projeto Integrador

Carwy dos Santos Martins[1]
Débora Soares Souza Marins[2]
Gustavo Polez Pinheiro[3]
Nathália Ribeiro Caetano[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – O capim-limão (Cymbopogon citratus), também conhecido como capim-cidreira, é uma planta medicinal da família Poaceae amplamente empregada na medicina tradicional e fitoterápica. Destaca-se por sua ação diurética, associada à presença de metabólitos secundários, especialmente o citral e o mirceno, principais componentes do óleo essencial (SILVA; BÁRBARA, 2022). Esses compostos apresentam efeitos vasodilatadores, hipotensores e natriuréticos, auxiliando no controle da pressão arterial e na eliminação de líquidos corporais (PEREIRA; RUYZ, 2018). Além disso, o capim-limão possui atividades calmantes, antioxidantes, antimicrobianas e anti-inflamatórias, o que reforça seu potencial multifuncional (RODRIGUES; CARVALHO; DIAS, 2017). O objetivo deste trabalho é revisar a literatura sobre a ação diurética da planta, destacando seu uso tradicional e relevância como recurso fitoterápico. A ingestão de infusões preparadas a partir das folhas é a forma mais comum de uso popular, sendo indicada para casos leves de retenção hídrica e no tratamento da hipertensão. De fácil cultivo e ampla disponibilidade, é um fitoterápico acessível e importante para a saúde pública. Contudo, é necessária a padronização das preparações (PEREIRA; RUYZ, 2018). O projeto foi realizado na Farmácia Jonas Ramos, em Caçador-SC, em 23/10/2025, com o objetivo de apresentar os benefícios do capim-limão e distribuir sachês para uso comunitário.

Palavras-chave: capim-limão; diurético; fitoterapia; planta medicinal; infusão.

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais representam um dos mais antigos recursos terapêuticos da humanidade, sendo amplamente utilizadas no tratamento e prevenção de doenças em diferentes culturas. No Brasil, esse conhecimento tradicional é resultado da herança de povos originários, africanos e europeus, compondo um rico patrimônio imaterial transmitido entre gerações (OLIVEIRA, 2024). Dentre essas espécies, destaca-se o Cymbopogon citratus, popularmente

[1] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

conhecido como capim-limão, capim-santo ou erva-cidreira, de fácil cultivo e grande disponibilidade em regiões tropicais (PEREIRA, 2018).

O capim-limão apresenta uma diversidade de efeitos terapêuticos atribuídos principalmente à presença de metabólitos secundários, como o citral e o mirceno. Dentre essas propriedades, a ação diurética tem se mostrado uma das mais relevantes, uma vez que auxilia no controle da pressão arterial e na eliminação de líquidos corporais, atuando como coadjuvante no tratamento de quadros leves de retenção hídrica e hipertensão (PEREIRA; RUYZ, 2018) (RODRIGUES; CARVALHO; DIAS, 2017).

Estudos reforçam que os compostos bioativos presentes no óleo essencial da planta exercem efeitos vasodilatadores, hipotensores e natriuréticos, confirmando sua eficácia como recurso terapêutico multifuncional (SILVA, 2022). Além disso, sua ampla disponibilidade, fácil cultivo e uso predominante na forma de infusão tornam o capim-limão um fitoterápico acessível, de baixo custo e com grande potencial de impacto na saúde coletiva (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

METODOLOGIA

O projeto produzido pelos alunos, foi realizados no dia (23/10/2025), sendo executado na Farmácia Jonas Ramos, localizada no município de Caçador – SC.

As informações desse trabalho foram consultadas nas bases, Google Acadêmico e Instituto de agronomia - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro. Foi realizado buscas de estudos a partir do ano 2015 à 2025, sendo obtido artigos do ano 2018 a 2024. Devido à escassez de estudos recentes com o tema capim - Limão, optou-se por ampliar a busca para os últimos 10 anos, assegurando um volume adequado de informações.

A atividade consiste na entrega e na explicação de sachês contendo capim-limão para infusão, com o objetivo de promover a utilização de plantas medicinais como alternativa terapêutica natural e acessível à comunidade.

O capim-limão utilizado foi adquirido em uma casa de produtos naturais devidamente certificada, assegurando a qualidade e a procedência do material. Após a compra, os acadêmicos participantes do projeto realizaram a divisão do capim-limão em porções individuais, as quais foram embaladas em sacos plásticos transparentes e identificadas, visando a padronização e à higiene no processo de distribuição.

Durante a execução do projeto, foi realizada ações de orientação sobre o preparo e o uso adequado da infusão, destacando suas propriedades diuréticas e benefícios à saúde. O acompanhamento das atividades foi observado pelas professoras supervisoras do estágio e do projeto integrador do curso de farmácia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Juliana Aparecida Kunierski Florz e Debora Soares Souza Marins, garantindo o cumprimento dos princípios éticos e científicos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Capim-limão possui atividade diurética, no qual foi trabalhado como principal objetivo no projeto. Portanto, o Capim-limão possui outras atividades como, diurético, antibacteriana, atua na diminuição da atividade motora e no aumento do período de sono, é anticonvulsionante, antiespasmódico e analgésico, calmante e digestivo, como mostra na Figura 1.

Figura 1: Folder.

Fonte: Os Autores.

Figura 2: Aplicação do projeto.

Fonte: Os Autores.

O trabalho foi feito na Farmácia do Sus, onde os alunos fizeram a entrega dos pacotes de chá como mostrado na Figura 2, e demonstraram seus conhecimentos adquiridos sobre o tema, explicando com clareza as informações relacionadas ao capim-limão. O momento foi marcado por uma boa interação com o público, que se mostrou interessado e participativo, favorecendo a troca de experiências e o aprendizado coletivo. A atividade possibilitou que os acadêmicos colocassem em prática os conteúdos estudados, desenvolvendo habilidades de comunicação, postura profissional e domínio do assunto abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desse projeto proporcionou aos estudantes um crescimento profissional e pessoal, permitindo a observação da produção e embalagens dos chás e podendo fazer uma ação na Farmácia Jonas Ramos, sendo voltada para o benefício da população do município de Caçador - SC. Os estudando tiveram a oportunidade de observar como é feito o atendimento humanizado, voltado para a promoção da saúde pelos profissionais de atendimento da Farmácia Jonas Ramos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional. Agradecemos à Farmácia Verde pelo tempo disponibilizado aos alunos e a Professora Eliana Rezende Adami pelo tempo e sabedoria passado aos alunos durante o estágio.

REFERÊNCIAS

MARTINAZZO, A. P. et al.. Análise e descrição matemática da cinética de secagem de folhas de capim-limão. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v. 11, n. 3, p. 301–306, jun. 2007.

OLIVEIRA, A. C. R. de. Plantas medicinais: conhecimento e utilização por estudantes do curso de licenciatura em ciências biológicas do Instituto Federal Goiano – campus Rio Verde. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/20172/1/2024%20-%20Aline%20Carolyne%20Rodrigues%20de%20Oliveira.Pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2025.

OLIVEIRA, C. C. A.; SANTOS, J. S. Compostos ativos de capim-cidreira (*Cymbopogon citratus*): uma revisão. Research, Society and Development, v. 10, n. 12, e263101220281, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20281. Acesso em: 08 de setembro de 2025.

PEREIRA, P. S.; PAULA, L. L. R. J. de. Ações terapêuticas do capim-santo: uma revisão de literatura. Revista Saúde em Foco, n. 10, p. 259-262, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/034_A%C3%87%C3%95ES_TERAP%C3%8AUTICAS_DO_CAPIM-SANTO.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2025.

SILVA, L. P. da; RECK, R. T.; FONSECA, F. N. da. Desenvolvimento de formas farmacêuticas semissólidas a partir de capim-limão (*Cymbopogon citratus*). Saúde Meio Ambiente., v. 5, n. 2, p. 82-92, 2016. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/1069. Acesso em: 08 de setembro de 2025.

ENVELHECIMENTO CUTÂNEO EM IDOSOS: A RELEVÂNCIA DA HIDRATAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO

Categoria: Projetos Integradores

Amanda Kaliandra Batistella[1]
Dandara Moriggi[2]
Gabriella de Castilho[3]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[4]

Resumo – O envelhecimento cutâneo representa um desafio significativo na saúde pública e na dermatologia, sendo um processo complexo que afeta a integridade e funcionalidade da pele. Este estudo se baseia em uma revisão de literatura com relato de atividade extensionista que aborda a hidratação corporal em idosos e as principais patologias de pele associadas a esse grupo, o objetivo é identificar as características dessas patologias e as melhores abordagens de tratamento, incluindo o uso essencial de hidratantes tópicos como medida preventiva. O envelhecimento da pele é um processo natural e complexo que afeta a estrutura e a função dela. À medida que as pessoas envelhecem, a pele costuma ficar mais fina, frágil e mais seca. Durante a atividade de extensão na Casa Asilar Henning, observamos o interesse dos idosos em aprender sobre o autocuidado e a importância da hidratação. A atividade foi bem recebida e proporcionou um espaço de diálogo e aprendizado, valorizando a promoção da saúde e da qualidade de vida na terceira idade.

Palavras-chave: senescência; barreira da pele; desidratação.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento cutâneo representa um desafio significativo na saúde pública e na dermatologia, sendo um processo complexo que afeta a integridade e funcionalidade da pele. É impulsionado por uma combinação de fatores intrínsecos, como a genética e o passar do tempo, e fatores extrínsecos, incluindo a exposição à radiação ultravioleta (UV), poluição e hábitos de vida (Boismal et al., 2020). A pele, sendo o maior órgão do corpo humano, é a primeira barreira contra o ambiente externo, onde manifesta os sinais do envelhecimento, por isso tem crescido a busca por entender suas causas e a criação de melhores métodos de intervenção (Ho; Dreesen, 2021).

Em nível celular e molecular, o envelhecimento cutâneo resulta de alterações progressivas que afetam todas as camadas da pele. A epiderme torna-se mais fina, com menor capacidade

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de renovação celular e achatamento da junção dermo-epidérmica, prejudicando a comunicação e o suporte nutricional entre as camadas (Csekes; Racková, 2021). Já na derme, a redução do número e da atividade dos fibroblastos compromete a produção de colágeno e elastina, levando à degradação da matriz extracelular e à perda de elasticidade e firmeza. Outro marco do envelhecimento é o acúmulo de células senescentes, queratinócitos, fibroblastos e melanócitos, que favorece um estado inflamatório crônico de baixo grau, conhecido como inflammaging, impulsionado pela secreção do Fenótipo Secretor Associado à Senescência (SASP) (Ho; Dreesen, 2021; Csekes; Racková, 2021).

Esse envelhecimento da nossa pele tem consequências funcionais amplas que afetam diretamente a qualidade de vida. A pele mais velha é menos eficiente na cicatrização e tem sua função de barreira comprometida, o que a torna mais suscetível a infecções e lesões. Visualmente, isso se manifesta como rugas, linhas finas, manchas irregulares e flacidez (Boismal et al., 2020). No entanto, o problema vai além da estética, essa fragilidade torna os idosos mais vulneráveis a condições dolorosas como lesões por pressão e por fricção, causando sofrimento significativo (Girondi et al., 2021).

A desidratação é um dos grandes desafios do envelhecimento, pois a população idosa apresenta maior vulnerabilidade devido à menor sensação de sede como as alterações renais, redução da água corporal, além de comorbidades, polifarmácia e limitações cognitivas. O diagnóstico nem sempre é simples assim, já que um sinal clássico como boca seca, pode ser pouco confiável. Assim, hábitos práticos, como monitorar a cor da urina ou a umidade nas axilas, tornam-se essenciais. Esta condição, muitas vezes subestimada, prejudica gravemente a saúde do idoso, elevando o risco de quadros de delirium, infecções, quedas e disfunção renal, e aumentando drasticamente a morbimortalidade. (Deißler et al., 2023; Dhar et al., 2023).

É essencial implementar cuidados preventivos e estratégias de manejo para proteger a pele dos idosos, combatendo o envelhecimento e a desidratação. A hidratação adequada é a base, envolvendo tanto a ingestão de água quanto o uso regular de um creme hidratante corporal. O hidratante tópico é crucial para preservar a elasticidade e a barreira da pele. O papel dos cuidadores é muito importante nesse contexto, pois são eles que frequentemente implementam essas práticas e identificam precocemente os sinais de comprometimento da pele, mitigando os efeitos combinados do envelhecimento intrínseco e da desidratação (Girondi et al., 2021).

Diante disso, este Resumo expandido tem como objetivo aprofundar a compreensão dos mecanismos do envelhecimento cutâneo, destacar a relevância da hidratação e apresentar estratégias de cuidado voltadas à população idosa e relatar a atividade extensionista desenvolvida.

METODOLOGIA

Este estudo se baseia em uma revisão de literatura que aborda a hidratação corporal em idosos e as principais patologias de pele associadas a esse grupo, o objetivo é identificar as características dessas patologias e as melhores abordagens de tratamento, incluindo o uso essencial de hidratantes tópicos como medida preventiva. Os artigos foram selecionados nas

plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico, usando os descritores hidratante corporal, idosos e fisiologia da pele. Para garantir a atualidade da pesquisa, o filtro de busca incluiu artigos publicados entre 2020 à 2025 em português e inglês. Além disso, para expandir a conscientização sobre o tema, foi realizada uma palestra sobre a importância do uso de hidratante corporal na casa asilar Henning, com a participação de 25 idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O envelhecimento da pele é um processo natural e complexo que afeta a estrutura e a função dela. À medida que as pessoas envelhecem, a pele costuma ficar mais fina, frágil e mais seca. Essa secura, conhecida clinicamente como xerose cutânea (ou xerose senil), é extremamente comum e um dos problemas dermatológicos mais frequentes em idosos (Sá; Freijanes; Loro, 2025).

A xerose cutânea acontece devido à diminuição na produção dos óleos naturais e à redução da atividade das glândulas sebáceas e sudoríparas. Como essas glândulas são cruciais para formar o filme hidrolipídico (a barreira protetora da pele), o comprometimento dessa barreira resulta em pele áspera, esbranquiçada, descamação, rachaduras e intensa coceira (prurido). Além disso, a perda natural de colágeno e elastina torna a pele mais frágil e suscetível a lesões e infecções (Sá; Freijanes; Loro, 2025; Juchem; Santos; Martins, 2024).

Para tratar a xerose cutânea em idosos é utilizado hidratantes com ingredientes como ceramidas, ureia e glicerina. Esses componentes são essenciais, pois ajudam a restaurar a barreira da pele e a reter a umidade. É crucial manter a ingestão adequada de água e evitar banhos quentes ou demorados para preservar a hidratação cutânea (Juchem; Santos; Martins, 2024; Mariani et al., 2020).

Conforme demonstrado na Figura 1 a seguir, o projeto incluiu a criação e distribuição de um material educativo no formato de jornal desenvolvido durante o projeto. Este material serve como uma estratégia fundamental para conscientizar e educar a população idosa e seus cuidadores sobre a importância dos cuidados com a pele. A disseminação de informações acessíveis sobre a fisiologia cutânea, os problemas dermatológicos comuns do envelhecimento (como a xerose), as medidas de prevenção e tratamento é crucial para o bem-estar e a qualidade de vida dessa faixa-etária.

Figura 1 - Jornal educativo sobre a importância da hidratação da pele.

Fonte: As Autoras (2025).

A entrega de um creme hidratante corporal como brinde complementa de forma prática e eficaz a ação educativa do projeto. A hidratação tópica é essencial para prevenir e tratar a xerose cutânea em idosos. Ao fornecer um produto adequado, o projeto não só reforça a mensagem sobre a importância da hidratação, mas também facilita o acesso do produto para o cuidado diário. Esse estímulo ajuda a manter a rotina de cuidados, o que leva à melhora da elasticidade, à proteção da barreira da pele e à redução do desconforto e da coceira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo a pele vai se tornando mais sensível e suscetível a certos fatores que ocasionalmente reduzem sua função protetora, tornando os idosos mais propensos a desenvolver rachaduras, lesões e infecções que muitas vezes tendem a demorar mais para cicatrizar. A hidratação adequada, tanto por ingestão de líquidos quanto pelo uso regular de hidratantes tópicos contribui para que essa pele fique mais viçosa dando ênfase a preservação da barreira cutânea, que mantém a elasticidade e previne as complicações dermatológicas. Esses resultados reforçam o quão importante é adquirir estratégias de cuidado contínuas não só para promover a saúde da pele, mas também para melhorar a autoestima desses idosos.

Durante a atividade de extensão na Casa Asilar Henning, observamos o interesse dos idosos em aprender sobre o autocuidado e a importância da hidratação. A atividade proposta mostrou-se uma ferramenta lúdica e eficaz para a conscientização. A entrega de cremes hidratantes ao final da atividade complementou a ação educativa, incentivando a prática diária da hidratação e reforçando a mensagem de cuidado. A atividade foi bem recebida e proporcionou um espaço de diálogo e aprendizado, valorizando a promoção da saúde e da qualidade de vida na terceira idade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Com carinho e gratidão, agradecemos à UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, pelo apoio financeiro por meio da Farmácia Escola, essencial para a aquisição dos materiais

utilizados na atividade de extensão. A Casa Asilar Henning, nosso sincero agradecimento pela receptividade, pela cessão da estrutura e pelo suporte técnico que tanto contribuíram para o desenvolvimento e aprendizado durante esta vivência.

REFERÊNCIAS

BOISMAL, Françoise *et al.* Vieillissement cutané-Physiopathologie et thérapies innovantes. médecine/sciences, v. 36, n. 12, p. 1163-1172, 2020. Disponível em: https://www.medecinesciences.org/en/articles/medsci/full_html/2020/11/msc200325/msc200325.html. Acesso em: 21 set. 2025.

CSEKES, Erika; RACKOVÁ, Lucia. Skin Aging, Cellular Senescence and Natural Polyphenols. International Journal of Molecular Sciences. 22. 12641. 10.3390/ijms222312641. 2021. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/d687/0ac0ed12a6793a522d3165fac8e3dd290874.p df. Acesso em: 22 set. 2025.

DEIßLER, Linda *et al.* Hydration status assessment in older patients. Deutsches Ärzteblatt International, v. 120, n. 40, p. 663, 2023. Disponível em: https://di.aerzteblatt.de/int/archive/article/234464. Acesso em: 23 set. 2025.

DHAR, Minakshi *et al.* Dehydration in Elderly: Revisiting the Assessment and Management Strategies. The Journal of the Association of Physicians of India, v. 71, n. 12, p. 47-50, 2023. Disponível em: https://www.japi.org/article/japi-71-12-47. Acesso em: 22 set. 2025.

GIRONDI, Juliana Balbinot Reis *et al.* AÇÕES DE CUIDADORES NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE LESÕES DE PELE NO IDOSO. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.], v. 95, n. 34, p. e–021060, 2021. DOI: 10.31011/reaid-2021-v.95-n.34-art.998. Disponível em: https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/998. Acesso em: 21 set. 2025.

HO, Chin Yee; DREESEN, Oliver. Faces of cellular senescence in skin aging. Mechanisms of Ageing and Development, v. 198, p. 111525, ISSN 0047-6374, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004763742100097X. Acesso em: 22 set. 2025.

JUCHEM, Albertina Luisa Loriana; SANTOS, Ana Maria Pujol Vieira dos; MARTINS, Maria Isabel Morgan. Cuidado da pele em idosos: Revisão sistemática de literatura. Seven Editora, [S. l.], p. 315-321, 2024. Disponível em: https://sevenpubl.com.br/editora/article/view/5543. Acesso em: 4 out. 2025.

MARIANI, Ana Carolina *et al*. Prevalent skin and dermatoses care in older adults treated in a geriatric outpatient clinic. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, [S. l.], v. 23, n. 1, p. e200028, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/QwRj5dt79g7d3LTWy3tswpq/?lang=pt. Acesso em: 4 out. 2025.

SÁ, Enanda Mirelly Batista Freire de; FREIJANES, Loise Maria de Souza; LORO, Pamela Crestani. Xerose cutânea em idosos: causas, diagnóstico diferencial e tratamento tópico. Journal Archives of Health, *[S. l.]*, v. 6, n. 4, p. e2882, 2025. Disponível em:

https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/2882. Acesso em: 4 out. 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CUIDADOS COM OS PÉS DE IDOSOS: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA COM O JOGO DO DOMINÓ

Categoria: Projetos Integradores

Jeane Aparecida Moura[1]
Julia Fernanda Anhaya[2]
Tayssa Spautz Moreira[3]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[4]

Resumo – O envelhecimento da população tem aumentado a necessidade de atenção com a pele dos idosos, especialmente a dos pés, que costuma sofrer com o ressecamento e o aparecimento de rachaduras. Pensando nisso, este trabalho teve como objetivo desenvolver um recurso educativo de forma leve e divertida, para conscientizar sobre os cuidados diários com os pés, e como brinde, um creme hidratante reparador voltado para os pés dos idosos, ajudando a hidratar, proteger e restaurar a pele. A pesquisa foi feita com base em publicações realizadas entre os anos de 2020 e 2025. A formulação do creme conta com ingredientes que possuem ações importantes para a pele, como a ureia, o ácido hialurônico, a glicerina, a manteiga de karité, o Dimeticone e a alantoína. Esses componentes são conhecidos por manter a hidratação, melhorar a elasticidade e ajudar na cicatrização das fissuras. O material educativo criado foi um jogo de dominó adaptado, com temas voltados à saúde dos pés, como a prevenção de rachaduras, o uso correto de calçados e a importância da hidratação. A proposta une o cuidado farmacêutico com uma forma acessível e divertida de promover a saúde dos idosos.

Palavras-chave: hidratação cutânea; idosos; pele senil; fissuras nos pés; dermocosméticos.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população está acontecendo cada vez mais no mundo todo e, por isso, é importante dar uma atenção maior aos cuidados com a pele dos idosos. Com o passar do tempo, a pele muda bastante: ela fica mais fina, perde elasticidade, produz menos gordura natural e tem mais dificuldade para manter a hidratação. Por conta disso, é comum que fique mais seca, com rachaduras e até com feridas que causam desconforto. Essas mudanças não afetam só a aparência, mas também podem atrapalhar o dia a dia da pessoa idosa, deixando a pele mais sensível e aumentando o risco de machucados e infecções. Cuidar da pele, principalmente dos pés, ajuda muito na qualidade de vida, já que o ressecamento e as fissuras podem causar dor e dificultando a locomoção. Por isso, entender essas alterações e aprender a

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

preveni-las é essencial para manter o bem-estar e a saúde da pele dos idosos (Souza; Almeida, 2021).

Dentro desse contexto, a utilização de produtos dermocosméticos adequados para a pele envelhecida, especialmente nos pés, torna-se fundamental. Os pés são estruturas constantemente expostas a atrito, pressão e ressecamento, sendo áreas críticas para o desenvolvimento de rachaduras, aspereza e até complicações mais graves, principalmente em pacientes idosos e/ou diabéticos. Por isso, a formulação de cremes hidratantes específicos tem papel essencial na manutenção da integridade da pele, atuando de forma preventiva e reparadora (Carvalho; Lima, 2020).

O Creme Hidratante Reparador para Pés de Idosos foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar hidratação intensa, reparação de fissuras leves, restauração da emoliência e redução da aspereza da pele. Sua composição foi cuidadosamente elaborada com ativos de eficácia comprovada, como a ureia, ácido hialurônico, glicerina, manteiga de karité, Dimeticone e alantoína, que atuam de forma sinérgica para restabelecer a barreira cutânea, promover maciez e proteger contra a perda excessiva de água (Ferreira; Costa; Oliveira, 2019).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica baseada em publicações científicas disponíveis em bases como SciELO, PubMed e Google Acadêmico. A busca utilizou os descritores: "envelhecimento populacional", "pele senil", "hidratação cutânea", "idosos" e "dermocosméticos para pés". Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2025, em língua portuguesa, que abordassem alterações fisiológicas da pele do idoso, complicações decorrentes do ressecamento cutâneo e eficácia de ativos cosméticos na hidratação e reparação da pele.

A atividade extensionista aplicada na Casa Asilar Henning, envolveu o desenvolvimento de um recurso educativo lúdico (jogo de dominó adaptado), como ferramenta de promoção da saúde, voltado à conscientização sobre cuidados com os pés e prevenção de lesões cutâneas na terceira idade. Como brinde da atividade extensionista, foi realizado a doação de cremes hidratantes para os pés, com ativos selecionados, como ureia, ácido hialurônico, glicerina, manteiga de karité, Dimeticone e alantoína, escolhidos por suas propriedades umectantes, emolientes e cicatrizantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A utilização de recursos lúdicos como o jogo de dominó adaptado mostrou-se uma estratégia eficaz para promover a educação em saúde entre o público idoso (Souza; Almeida, 2021). O jogo apresentado aborda, de forma visual e acessível, temas como prevenção, sintomas, fatores de risco e cuidados relacionados ao ressecamento e às fissuras nos pés (Carvalho; Lima, 2020). Essa ferramenta pedagógica possibilita a assimilação de informações relevantes, como a importância do uso de calçados adequados, o reconhecimento da pele seca e a necessidade do uso de hidratantes específicos, promovendo o autocuidado e a prevenção de complicações, sobretudo em pessoas com doenças crônicas, como o diabetes (Ferreira; Costa; Oliveira, 2019). A pele senil apresenta alterações que comprometem sua função de barreira, o que aumenta a

vulnerabilidade a lesões, tornando essencial a disseminação de informações de maneira compreensível e atrativa para essa população (Souza; Almeida, 2021).

O cuidado adequado com os pés em pessoas com diabetes é essencial para reduzir complicações graves, como úlceras e amputações. No Brasil, a literatura demonstra que medidas preventivas simples, como inspeção diária, higiene adequada, hidratação da pele e uso de calçados confortáveis, apresentam impacto significativo na redução da morbimortalidade associada ao pé diabético. Além disso, a educação em saúde é considerada um dos principais pilares para promover a adesão do paciente às práticas de autocuidado, sendo indispensável a atuação da equipe multiprofissional. Assim, a prevenção deve ser priorizada, visto que a úlcera diabética ainda representa um dos maiores desafios para o sistema de saúde (Fernandes et al., 2020).

Nesse contexto, a combinação do jogo de dominó, conforme Figura 1, com o Creme Hidratante Reparador para Pés de Idosos torna-se uma estratégia valiosa para educar os idosos sobre os cuidados necessários, incentivar a identificação precoce dos sintomas e promover a adesão ao uso de produtos específicos que auxiliam na restauração e manutenção da barreira cutânea, garantindo assim maior conforto e proteção.

Figura 1 – Dominó temático desenvolvido.

Fonte: As Autoras (2025).

O dominó educativo apresentado foi elaborado como uma ferramenta lúdica para auxiliar na conscientização dos idosos da casa lar sobre os cuidados com os pés, com foco na prevenção e no tratamento de rachaduras. A proposta utiliza imagens e palavras de fácil compreensão, o que torna o conteúdo acessível mesmo para aqueles com limitações cognitivas ou dificuldades de leitura. O material aborda temas como causas das rachaduras (calçados inadequados, ressecamento da pele), sintomas, consequências (como infecções) e orientações para o cuidado adequado, como o uso de hidratantes e a importância de procurar ajuda profissional. A atividade teve como objetivo estimular o autocuidado, promover a saúde dos pés e prevenir complicações comuns em idosos, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dentro do ambiente institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância de cuidados específicos com a pele dos pés em idosos, ressaltando a eficácia dos ativos hidratantes e reparadores na manutenção da integridade cutânea. A formulação desenvolvida oferece uma abordagem preventiva e terapêutica, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida dessa população. A proposta do jogo de dominó educativo mostrou-se eficaz como ferramenta de educação em saúde, facilitando a compreensão dos cuidados necessários, especialmente entre idosos institucionalizados.

Além disso, recomenda-se a ampliação da utilização de recursos lúdicos como estratégias educativas em outras áreas da saúde do idoso, promovendo o autocuidado de forma acessível e eficaz.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo apoio institucional e incentivo à pesquisa. Nosso reconhecimento também vai à equipe da Casa Asilar parceira, pela colaboração no desenvolvimento e aplicação do material educativo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. M.; LIMA, R. C. C. Alterações cutâneas em idosos e cuidados preventivos com os pés: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232020000400001. Acesso em: 4 out. 2025.

FERNANDES, Fábia Cheyenne Gomes de Morais *et al*. O cuidado com os pés e a prevenção da úlcera em pacientes diabéticos no Brasil. Cadernos Saúde Coletiva, v. 28, n. 2, p. 302-310, 2020. Disponível: https://doi.org/10.1590/1414-462X202028020258. Acesso: 4 out. 2025.

FERREIRA, A. P.; COSTA, M. C.; OLIVEIRA, L. A. Ativos dermocosméticos na hidratação e reparação da pele envelhecida: uma abordagem baseada em evidências. Revista de Cosmetologia Aplicada, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-53, 2019. Disponível em: https://www.exemplo.com/revista_cosmetologia/v12n2/artigo5. Acesso em: 4 out. 2025.

SOUZA, M. F.; ALMEIDA, R. T. Pele senil: características, vulnerabilidades e cuidados necessários na terceira idade. Revista de Enfermagem e Saúde, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 78-85, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-53612021000100010. Acesso em: 4 out. 2025.

SAÚDE LABIAL NO ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E CUIDADOS ESSENCIAIS PARA IDOSOS

Categoria: Projetos Integradores

Jessica Aparecida Miranda[1]
Larissa Domingues Mazzurana Gazzi[2]
Evelyn Gabriela Dalla Santa[3]

Resumo – Com o passar dos anos, os lábios tendem a perder parte da umidade natural, tornando-se mais sensíveis e propensos ao ressecamento. Essa condição é comum entre idosos, devido à menor produção de saliva, ao uso contínuo de medicamentos e às alterações naturais da mucosa oral. No projeto integrador, foi desenvolvida uma ação educativa em formato de bingo na Casa Asilar Henning, em Caçador/SC, onde os participantes receberam orientações sobre o uso de hidratantes labiais e práticas que favorecem a saúde bucal, como evitar exposição excessiva ao sol e vento, manter boa hidratação e cuidados com a higiene oral. A atividade se mostrou interativa e contribuiu para despertar nos idosos a importância de pequenas ações cotidianas que melhoram o conforto e o bem-estar. Manter os lábios bem hidratados vai além da estética, é também uma medida para preservar a saúde e o bem-estar dos idosos.

Palavras-chave: envelhecimento; saúde bucal; atividades educativas; xerostomia; bem-estar.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural que provoca alterações fisiológicas em diversos tecidos, incluindo a pele e as mucosas. No caso dos lábios, por possuírem epitélio fino, ausência de glândulas sebáceas e barreira de proteção reduzida, há maior vulnerabilidade ao ressecamento, descamação e fissuras, condições que podem prejudicar funções cotidianas como falar, alimentar-se e manter o bem-estar (Kim et al., 2021; Sun; Liu; Zhang, 2025).

No contexto geriátrico, a xerostomia é altamente prevalente, geralmente associada ao uso de múltiplos medicamentos, alterações hormonais e redução da função das glândulas salivares. Essa condição compromete a lubrificação natural da mucosa oral, aumentando a susceptibilidade ao ressecamento labial, desconforto, infecções oportunistas e piora da qualidade de vida (Mello; Zimermann; Gonçalves, 2012; Trookman et al., 2009). Evidências indicam ainda que a baixa ingestão hídrica potencializa esses efeitos, agravando a fragilidade dos tecidos orais e labiais (Guimarães; França, 2022; Trookman et al., 2009).

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Projeto Integrador II, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Apesar da relevância clínica, a hidratação labial ainda recebe pouca atenção nas pesquisas científicas, que tendem a priorizar a hidratação oral de forma geral. No entanto, intervenções tópicas que favoreçam a retenção de água e a restauração da barreira cutânea já demonstraram resultados positivos, como redução do desconforto e preservação da integridade labial (Trookman et al., 2009; Sun; Liu; Zhang, 2025). Assim, observa-se uma lacuna na literatura que justifica a necessidade de abordar a hidratação labial como parte fundamental do cuidado geriátrico (Mello; Zimermann; Gonçalves, 2012).

Considerando o processo de envelhecimento e seu impacto na saúde bucal, este Resumo expandido tem como propósito evidenciar a importância da hidratação dos lábios em pessoas idosas e relatar a atividade extensionista desenvolvida. Estudos apontam que o ressecamento labial em idosos pode gerar desconforto, fissuras e até predispor a infecções locais. A manutenção da hidratação representa um cuidado simples, porém essencial, que contribui para o conforto diário, preserva a integridade da mucosa e promove o bem-estar. Dessa forma, a atenção à saúde labial deve ser inserida como parte das ações clínicas e educativas voltadas à promoção da saúde do idoso.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se pelo método de revisão bibliográfica, com o objetivo de propor cuidados tópicos voltados à prevenção e tratamento relacionadas a lábios ressecados em idosos, com ênfase no uso de balm labial. A investigação buscou compreender as necessidades específicas do público idoso institucionalizado, considerando fatores como a presença de queilites, xerostomia e alterações decorrentes do envelhecimento, que afetam diretamente a integridade da mucosa labial.

Destaca-se a limitação de artigos atuais sobre o tema, dessa forma, foram selecionados três artigos com mais de 5 anos para auxiliar no embasamento da pesquisa. Além disso, o trabalho apresenta um breve relato da atividade extensionista desenvolvida com os residentes da Casa Asilar Henning, localizada em Caçador/SC, onde foi aplicado o bingo temático como forma de ação educativa sobre o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ocorrência do ressecamento labial e de suas complicações, como a queilite angular em idosos varia amplamente entre diferentes contextos. Conforme demonstrado por Clarin, Herawati e Hidayat (2023), em uma revisão que incluiu 30 estudos de 16 países, observaram-se prevalências de queilite angular entre 1% e 46,66% entre idosos. Essa variabilidade se relaciona às alterações fisiológicas do envelhecimento, como a redução da atividade das glândulas sebáceas, menor capacidade de retenção hídrica da pele e mudanças na barreira cutânea, somados a elementos extrínsecos, incluindo polifarmácia, deficiências nutricionais e doenças crônicas.

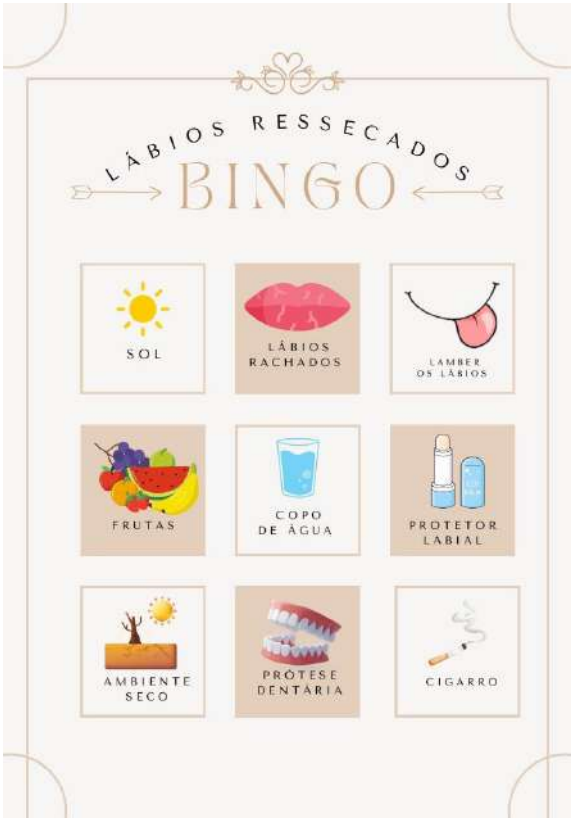
Nos estudos conduzidos com idosos brasileiros, a sensação de boca seca, conhecida como xerostomia, aparece com frequência. Freitas, Lock e Unferc (2013) identificaram que 59% dos idosos hospitalizados apresentavam queixa de boca seca, incluindo ressecamento labial e fissuras. A utilização de múltiplos medicamentos (polifarmácia) estão associados ao relato desse sintoma em pessoas idosas. Grande maioria dos fármacos utilizados em terapias crônicas como

anticolinérgicos, anti-hipertensivos e psicotrópicos, reduzem a produção salivar, favorecendo o ressecamento dos lábios. Além da medicação, condições sistêmicas e doenças crônicas, como diabetes mellitus, agravam o quadro de xerostomia. As carências nutricionais dos idosos em especial de vitaminas do complexo B e ferro, contribuem para a diminuição da função salivar, resultando em lesões na mucosa oral e lábios.

A xerostomia, conhecida como boca seca, é uma condição bastante comum entre os idosos e pode afetar muito a qualidade de vida. A falta de saliva torna a boca mais vulnerável a cáries, feridas, infecções, mau hálito e alterações no paladar, além de dificultar a mastigação, a deglutição e até a fala. Tudo isso interfere diretamente na alimentação e na convivência social dos idosos. (Guimarães; França, 2022).

Pensando nisso, foi realizada uma ação educativa na Casa Asilar em formato de bingo, demonstrado na Figura 1, como forma de aprendizado leve e divertida. Durante a atividade, os participantes foram orientados sobre cuidados simples que ajudam a evitar o ressecamento labial, como o uso regular de hidratante labial, a ingestão adequada de água e a proteção solar dos lábios. Além disto, foram adicionados na cartela do bingo, situações que são fatores de risco para o ressecamento labial, como o hábito de lamber os lábios, uso de cigarro e ambientes secos.

Figura 1 – Bingo educativo.



Fonte: As autoras (2025).

Cada residente recebeu uma cartela do bingo e como incentivo, o brinde do jogo foi um hidratante labial para otimizar o cuidado com os lábios. A atividade foi muito bem recebida e promoveu momentos de socialização e bem-estar entre os acadêmicos e os residentes, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Bingo na Casa Asilar.

Fonte: As autoras (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto permitiu compreender a importância dos cuidados com a hidratação labial em idosos, um tema muitas vezes esquecido, mas essencial para o bem-estar e a qualidade de vida. A atividade educativa, desenvolvida em formato de bingo, proporcionou um momento de aprendizado leve e participativo, despertando o interesse dos idosos para hábitos simples que fazem diferença no dia a dia, como o uso do hidratante labial e a ingestão adequada de água.

A experiência mostrou que pequenas ações podem gerar grandes resultados, promovendo conforto, autoestima e saúde. O projeto integrador, além de contribuir para o aprendizado acadêmico, reforçou o papel humano e social do farmacêutico no cuidado com o outro.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As acadêmicas agradecem à orientadora da disciplina pelo acompanhamento e suporte durante o desenvolvimento do projeto, à Casa Asilar Henning pela receptividade e disponibilidade, e à equipe da farmácia escola pela produção dos balms labiais utilizados na atividade educativa. Ademais, agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio institucional que possibilitou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

CLARIN, G.; HERAWATI, E.; HIDAYAT, W. Prevalence of Angular Cheilitis in the Elderly: A Rapid Review. **Dentika: Dental Journal**, v. 26, n. 1, p. 1-11, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.32734/dentika.v26i1.9507. Acesso em: 04 out. 2025.

FREITAS, D. N; LOCK, N. C; UNFERC, B. Hipofunção das glândulas salivares em idosos hospitalizados relacionada a medicamentos. **Geriatrics, Gerontology and Aging,** v. 7, n. 3, p. 179-183, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/7397/739780675004.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

GUIMARÃES, T. G. R.; FRANÇA, P. O. Condutas terapêuticas para idosos com xerostomia: revisão de literatura. **Anais do IX CIEH – Congresso Internacional de Envelhecimento Humano.** Editora Realize, 2022. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV179_MD4_ID1197_TB360_17062022180028.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

KIM, J. *et al*. Relationship between lip skin biophysical and biochemical characteristics with corneocyte unevenness ratio as a new parameter to assess the severity of lip scaling. **International journal of cosmetic science**, v. 43, n. 3, p. 275-282, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8251770/. Acesso em: 27 set. 2025.

MELLO, A. L. S. F; ZIMERMANN, K; GONÇALVES, L. H. T. Avaliação da saúde bucal de idosos por enfermeiros. validade e confiabilidade do instrumento ASBTO. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, p. 36-44, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/NnzGNnHRhr3YYGhCBcHTmLz/. Acesso em: 28 set. 2025.

SUN, F.; LIU, Y.; ZHANG, T. Aging of the Human Lip: Current Knowledge and Clinical Implications. **Journal of Cosmetic Dermatology**, v. 24, n. 8, p. e70310, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12308779/. Acesso em: 27 set. 2025.

TROOKMAN, Nathan S. *et al*. Clinical assessment of a combination lip treatment to restore moisturization and fullness. **The Journal of clinical and aesthetic dermatology**, v. 2, n. 12, p. 44, 2009. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC2923945/. Acesso em: 27 set. 2025.

TORTA DE FRANGO FUNCIONAL: REFORMULAÇÃO NUTRICIONAL COM INGREDIENTES BIOATIVOS

Categoria: Projeto integrador

Diogo Bonatti[1]
Emely Caroline Horn[2]
Guilherme de Oliveira[3]
Vinicius Ruth[4]
Thyana Lays Brancher[5]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo desenvolver uma releitura funcional da tradicional torta de frango brasileira, incorporando ingredientes com propriedades bioativas capazes de promover benefícios adicionais à saúde. A pesquisa foi conduzida de forma qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica sobre alimentos funcionais e complementada pela elaboração prática da receita. Foram utilizados ingredientes como farinha de aveia, couve-flor, iogurte natural e linhaça, selecionados por suas propriedades nutricionais e metabólicas comprovadas. A substituição de componentes convencionais por esses alimentos buscou reduzir o teor de carboidratos refinados e gorduras, ao mesmo tempo em que aumentou o conteúdo de fibras e micronutrientes. Os resultados indicaram que a formulação proposta apresenta potencial funcional significativo, podendo contribuir para a prevenção de doenças crônicas e para a promoção de hábitos alimentares mais equilibrados.

Palavras-chave: alimentos funcionais; torta de frango; compostos bioativos; nutrição; saúde.

INTRODUÇÃO

Alimentos funcionais são aqueles que oferecem algum tipo de benefício adicional à saúde, além de somente a nutrição básica, principalmente por meio de sua composição ou componentes específicos. No Brasil, são reconhecidos por seu potencial para combater a desnutrição e promover a saúde pública, onde através de um estudo investigou-se a eficácia de alimentos fortificados com ferro na melhoria do estado nutricional de ferro entre crianças brasileiras com anemia (Jendyose, 2024).

Esses produtos desempenham um papel relevante na prevenção de doenças crônicas e na promoção do bem-estar geral das comunidades. Seus benefícios à saúde estão relacionados

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

à presença de compostos bioativos, substâncias que possuem propriedades biológicas específicas e influenciam positivamente o funcionamento do organismo humano (Jurek, 2022).

A partir da análise de seus componentes, é possível revelar sua natureza e o impacto potencial na saúde. Abrange uma ampla variedade de compostos bioativos, incluindo minerais, vitaminas, prebióticos, fibras alimentares, antioxidantes, ácidos graxos entre outros. Esses componentes são cuidadosamente selecionados e incorporados aos produtos alimentícios para aprimorar seu perfil nutricional e seus efeitos fisiológicos (Jendyose, 2024).

Diante do crescente interesse por uma alimentação mais equilibrada e da valorização de preparações tradicionais em versões mais saudáveis, o presente estudo propôs o desenvolvimento de uma torta de frango funcional, um prato típico da culinária brasileira, adaptando com ingredientes que oferecem benefícios adicionais à saúde e aumento do valor nutricional.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, com o objetivo de elaborar uma receita utilizando alimentos funcionais e analisar a importância desses alimentos para a saúde. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, a fim de compreender o conceito de alimentos funcionais, seus principais componentes bioativos e os benefícios associados ao seu consumo regular.

Em seguida, ocorreu a etapa prática, na qual foi desenvolvida uma receita adaptada com ingredientes funcionais, buscando unir valor nutricional e viabilidade de preparo. A escolha dos alimentos foi baseada em suas propriedades benéficas comprovadas. Durante o processo de elaboração, foram observados aspectos como a aceitabilidade sensorial (sabor, textura e aparência), facilidade de preparo e equilíbrio nutricional. A receita final foi registrada com seus ingredientes, modo de preparo e possíveis substituições saudáveis, visando incentivar hábitos alimentares mais conscientes.

Por fim, os resultados foram analisados de forma descritiva, relacionando o uso dos alimentos funcionais na receita aos benefícios evidenciados na literatura, destacando sua relevância para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento de diversas doenças crônicas está intimamente relacionado a hábitos de vida inadequados, como alimentação desequilibrada e a falta de atividade física. Entre as principais enfermidades relacionadas a esses fatores destacam-se a hipertensão arterial, obesidade, diabetes mellitus e dislipidemia (Safraid et al., 2022).

As fibras alimentares, têm a capacidade de reduzir os níveis de glicose, dos triglicerídeos e do colesterol-LDL, além de elevar o colesterol HDL e contribuir para redução da gordura abdominal. Cada composto bioativo exerce propriedades funcionais específicas, que, somadas aos hábitos saudáveis, conferem ao alimento a sua associação com a prevenção e o controle de doenças (Safraid et al., 2022).

Com base nesse contexto, foi desenvolvida uma releitura da tradicional torta de frango brasileira, utilizando couve-flor e farinha de aveia na composição da massa. Essa substituição teve como objetivo tornar o preparo mais nutritivo e funcional, reduzindo o teor de carboidratos refinados e gorduras, além de aumentar o conteúdo de fibras e micronutrientes (Figura 1).

Foi utilizado na receita iogurte natural onde Mohsin et al. (2022) descreveram que os benefícios deste produto está relacionado pela presença de compostos bioativos como ácidos orgânicos, ácidos graxos e peptídeos. Contribui para a melhora da microbiota intestinal e por se tratar de um alimento de elevado valor nutricional, constitui uma significativa fonte de proteínas, cálcio, fósforo, riboflavina e nutrientes essenciais para a manutenção da saúde e do adequado funcionamento do organismo.

A farinha escolhida foi de aveia, uma vez que as fibras alimentares que constituem na sua composição desempenham funções distintas no trato gastrointestinal, favorecendo a microbiota e promovendo efeitos metabólicos benéficos. Estudos apontam que a utilização desse alimento reduz significativamente os níveis de triglicérides, colesterol total e HDL (Muricy e Barreto, 2025).

Figura 1. Rótulo e tabela nutricional desenvolvida para o produto "Torta de frango com massa de couve-flor".

Fonte: Os autores (2025).

O alimento desenvolvido foi avaliado por cinco julgadores independentes que avaliaram os critérios com nota de 1 (ruim) à 4 (excelente) e para o critério "avaliação sensorial" apresentaram uma nota de 0 (ruim) à 10 (excelente) como avaliação global da sua percepção do prato (Tabela 1). O produto foi bem avaliado pelos julgadores.

Tabela 1. Lista da pontuação dos jurados avaliadores do produto "Torta de frango com massa de couve-flor". Os critérios "formulação do alimento funcional", "justificativa dos benefícios funcionais", "ingredientes", "rótulo"e "tabela nutricional" receberam notas de 1 (ruim) à 4 (excelente) e o critério "avaliação sensorial" recebeu notas de 1 (ruim) à 10 (excelente).

	Alimento 6 = Torta de frango					
Critério	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Avaliador 4	Avaliador 5	Total de pontos
Formulação do alimento funcional	4	3	3	4	3	17
Justificativa dos benefícios funcionais	4	4	3	4	3	18
Ingredientes	4	4	4	4	4	20
Rótulo	4	4	3	3	3	17
Tabela nutricional	4	4	4	4	4	20
Avaliação sensorial	9.5	7	7	8	8	39.5

Estudos indicam que o consumo regular de alimentos com propriedades funcionais auxilia na manutenção da saúde e no bom funcionamento do corpo, e dentre estes alimentos encontra-se a semente de linhaça, aveia, couve-flor e iogurte natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da torta de frango funcional evidenciou a viabilidade de adaptar receitas tradicionais brasileiras para versões mais saudáveis e nutricionalmente ricas, sem comprometer a aceitação sensorial. A substituição de ingredientes convencionais por alternativas funcionais, como a farinha de aveia, o iogurte natural e a couve-flor, demonstrou ser uma estratégia eficaz para aliar sabor e benefícios fisiológicos. O estudo reforça a importância dos alimentos funcionais na prevenção de doenças metabólicas e na promoção do bem-estar, destacando seu potencial como ferramenta de educação alimentar. Como limitação, ressalta-se a ausência de análises laboratoriais para mensurar o valor nutricional e os compostos bioativos da formulação, sugerindo-se que pesquisas futuras explorem essa vertente e avaliem a aceitação do produto em testes sensoriais com amostras ampliadas de consumidores.

REFERÊNCIAS

JENDYOSE, M. Development of Functional Foods with Enhanced Health Benefits. Journal of Food Sciences, v. 5, n. 2, 2024. https://doi.org/10.47941/jfs.1846 .

JUREK, J. M. Health Benefits of Functional Foods. Journal of Biomedical Research & Environmental Sciences, v. 2766, p. 2276, 2022. DOI: https://doi.org/10.37871/jbres1598 .

MOHSIN, A. Z. *et al*. Physicochemical characteristics, GABA content, antimicrobial and antioxidant capacities of yogurt from Murrah buffalo milk with different fat contents. Food Bioscience, v.49, p. 101949, 2022.

MURICY, M.A.L.C.; BARRETO, N.S.E. Alimentos funcionais e saúde: estratégias nutricionais na formulação de massas com ingredientes alternativos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2025.

SAFRAID, G. F. *et al*. Perfil do consumidor de alimentos funcionais: identidade e hábitos de vida. **Brazilian journal of food technology**, v. 25, p. e2021072, 2022.

ADAPTAÇÃO DO BOLINHO DE ARROZ TRADICIONAL TÍPICO BRASILEIRO PARA UMA VERSÃO FUNCIONAL: UMA ANÁLISE SENSORIAL E NUTRICIONAL

Categoria: Projeto Integrador

Thaiane Suszek[1]
Patrícia Aparecida da Silva[2]
Janine Guedes Hoffmann de Souza[3]
Thyana Lays Brancher[4]

Resumo – O estudo teve como objetivo adaptar o bolinho de arroz tradicional para uma versão funcional, substituindo o arroz branco por integral e incorporando carne desfiada e molho de iogurte, a fim de oferecer uma opção mais saudável sem comprometer as características sensoriais. O trabalho foi desenvolvido em ambiente acadêmico e envolveu etapas de formulação, elaboração de tabela nutricional, criação de rótulo e aplicação de análise sensorial. A avaliação foi realizada por cinco jurados, com idades entre 25 e 50 anos, que analisaram sabor, textura, aroma, aparência e aceitação global. Os resultados demonstraram aumento no teor de fibras, proteínas e minerais, além de redução de gorduras, tornando o alimento nutricionalmente mais equilibrado. O produto apresentou boa aceitação, ficando em terceiro lugar entre as preparações avaliadas. A adaptação funcional manteve sabor e textura agradáveis, mostrando-se tecnicamente viável e sensorialmente aprovada. Conclui-se que a reformulação do bolinho tradicional em versão funcional é uma alternativa nutritiva e culturalmente valorizada, promovendo práticas alimentares mais equilibradas e sustentáveis.

Palavras-chave: estado nutricional; alimentos formulados; valor nutritivo; macronutrientes; micronutrientes.

INTRODUÇÃO

Os alimentos funcionais têm recebido crescente atenção da comunidade científica internacional e nacional, sendo definidos como produtos que, além de fornecerem nutrientes essenciais, contêm compostos bioativos capazes de promover benefícios à saúde ou prevenir doenças (Granato et al., 2020). Temple (2022) propõe uma definição racional para alimentos funcionais como aqueles formulados para conter substâncias ou microrganismos vivos em concentrações seguras e eficazes, com potencial de melhorar a saúde ou prevenir doenças.

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A adaptação de pratos tradicionais brasileiros para versões funcionais representa uma inovação na alimentação contemporânea, unindo cultura e saúde (Topolska et al., 2022). O bolinho de arroz, típico da culinária nacional, pode ser transformado em um alimento funcional ao incorporar ingredientes como arroz integral, carne desfiada e molho de iogurte, agregando valor nutricional e potencializando benefícios à saúde. Essa abordagem dialoga com a crescente demanda por alimentos que, além de saborosos, promovam bem-estar e prevenção de doenças crônicas (Lee et al., 2024).

A análise sensorial é fundamental para avaliar a acessibilidade do bolinho funcional pelo consumidor, considerando que a tradição e o sabor são fatores determinantes na escolha alimentar (Ponte et al., 2024). Pesquisas apontam que a funcionalidade de recursos funcionais está diretamente relacionada à familiaridade com o produto e à confiança nas reflexões de saúde, sendo essencial equilibrar inovação e tradição (De Oliveira et al., 2020)

Uma literatura recente ressalta que a manutenção dos padrões alimentares tradicionais, aliada à incorporação de ingredientes funcionais, pode favorecer o consumo de fibras, proteínas e micronutrientes, reduzindo o risco de doenças crônicas e promovendo a saúde pública (Rodrigues et al., 2021). O estudo propõe a elaboração de uma versão funcional do bolinho de arroz tradicional brasileiro, utilizando arroz integral, carne desfiada e molho de iogurte. Serão realizadas análises nutricionais e sensoriais para verificar o valor funcional do produto e sua aceitação, unindo saúde, sabor e tradição em uma única preparação.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido na disciplina de Ciências dos Alimentos II, na cozinha do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), visando o desenvolvimento e avaliação de um bolinho de arroz funcional.

A primeira etapa ocorreu no dia 03 de outubro de 2025, quando foi realizado o primeiro teste experimental da receita. Nessa fase, foram avaliadas as quantidades de ingredientes, como arroz integral, carne desfiada e molho de iogurte, para verificar a viabilidade técnica da formulação e identificar ajustes necessários para alcançar um produto funcional e palatável. Durante o teste, foram registradas observações sobre a textura, consistência da massa, sabor e facilidade de preparo.

A segunda etapa ocorreu em 24 de outubro de 2025, com a avaliação final do bolinho funcional. Um grupo de jurados analisou o produto quanto ao sabor, textura, aroma, aparência e aceitação global. Nessa ocasião, foram apresentados o rótulo informativo e a tabela nutricional final, possibilitando comparar a formulação com os parâmetros de um alimento funcional.

Para a fundamentação teórica, foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “alimentos funcionais”, “bolinho de arroz”, “avaliação sensorial”, “análise nutricional” e “inovação alimentar”. Essa revisão permitiu contextualizar a importância da transformação de receitas tradicionais em alimentos funcionais, bem como orientar a metodologia de análise sensorial e nutricional adotada no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso do arroz integral, em comparação ao arroz branco, elevou o teor de fibras, compostos fenólicos e antioxidantes, além de aumentar a quantidade de proteínas e minerais essenciais (Zhang et al., 2022). Processos como fermentação e germinação do arroz integral também podem potencializar ainda mais esses benefícios, tornando o produto final mais saudável e funcional (Zhan-qian et al., 2023).

A inclusão da carne de fraldinha desfiada e do queijo mussarela contribui para o aumento do valor proteico e para a aceitação sensorial do bolinho, já que esses ingredientes proporcionam maciez, suculência e sabor marcante (Raquel et al., 2025). O queijo mussarela, além de melhorar a textura, mantém alta digestibilidade proteica mesmo após processos de cocção, e contribui para o perfil aromático do prato (Raquel et al., 2025). Conforme apresenta-se a Figura 01.

Figura 01: Rótulo e tabela nutricional do produto desenvolvido. A - sugestão de rótulo para apresentação do produto. B - Tabela nutricional e ingredientes do prato funcional desenvolvido.

A

B

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL:
Porção por embalagem: 1
Porção: 100 gramas (1 bolinho)

Componente	Porção 100 g	%VD* (100 g)
Valor energético	180 kcal	9%
Carboidratos	22 g	7%
Proteínas	10 g	12%
Gorduras totais	6 g	11%
Gorduras saturadas	1,5 g	7%
Fibra alimentar	4 g	15%
Sódio	200 mg	10%
Cálcio	120 mg	15%
Ferro	2 mg	15%

*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

Ingredientes:
Arroz integral, fraldinha, queijo mussarela, queijo parmesão ralado, cenoura, ovos, farelo de aveia, linhaça moída, farinha de trigo, cebola,, alho, tomate, azeite de oliva extravirgem, sal, pimenta, páprica defumada, orégano, chimichurri, cúrcuma, salsinha, cebolinha.

Manter refrigerado

Fonte: Os autores (2025).

PAPEL DO IOGURTE (MOLHO) E POTENCIAL FUNCIONAL

O molho de iogurte com ervas, por sua vez, agrega frescor, leveza e benefícios probióticos, além de ser bem aceito sensorialmente, especialmente quando enriquecido com fibras e antioxidantes naturais (Dhakal et al., 2023). Conforme apresenta-se a figura 02.

Figura 02: Rótulo e tabela nutricional do molho sugerido para acompanhamento do bolinho de arroz funcional. A - sugestão de rótulo para apresentação do produto. B - Tabela nutricional e ingredientes do prato funcional desenvolvido.

A

B

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL:

Porção por embalagem: 1
Porção: 50 gramas (1 potinho))

Componente	Porção 100 g	% VD (100 g)	Porção 50 g	% VD (50 g)
Valor energético	65 kcal	3 %	33 kcal	2 %
Carboidratos	4 g	1 %	2 g	1 %
Proteínas	3 g	4 %	1,5 g	2 %
Gorduras totais	4 g	7 %	2 g	4 %
Gorduras saturadas	2,6 g	13 %	1,3 g	6 %
Gorduras trans	0 g	—	0 g	—
Fibra alimentar	0,25 g	1 %	0,12 g	<1 %
Sódio	105 mg	5 %	53 mg	3 %
Cálcio	60 mg	6 %	30 mg	3 %
Vitamina C	12,5 mg	27 %	6 mg	13 %

*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

Ingredientes:

Iogurte natural integral sem açúcar, suco de limão, mostarda amarela, ketchup, sal, pimenta, ervas, mistura de cebola, salsa e alho.

Manter refrigerado

Fonte: Os autores (2025).

O bolinho de arroz integral funcional desenvolvido é assado em forno médio por 20 minutos, não tendo o adicional de fritura por imersão que afeta o teor de gorduras saturadas e insaturadas adicionadas ao bolinho. Considerando o valor calórico médio do bolinho de arroz tradicional brasileiro (arroz branco e frito - 100 g = 338 kcal), o produto desenvolvido apresenta aproximadamente a metade do valor calórico proporcionado, além de agregar mais fibras e nutrientes essenciais.

Portanto, a adaptação funcional do bolinho de arroz tradicional é viável, apresentando um perfil nutricional equilibrado, adequado para dietas saudáveis, e sendo sensorialmente bem aceito pelos consumidores. A adição de ingredientes funcionais permitiu aumentar o teor de fibras, proteínas e compostos bioativos, conferindo benefícios adicionais à saúde, como melhor digestão e suporte ao sistema imunológico.

A análise sensorial foi conduzida com cinco jurados, com idades entre 25 e 50 anos, cujos critérios de avaliação e respectivas pontuações estão demonstrados na Figura 03.

Figura 03- Resultados da avaliação.

Alimento 5 = Bolinho de arroz						
Critério	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Avaliador 4	Avaliador 5	Total de pontos
Formulação do alimento funcional	4	3	3	3	3	16
Justificativa dos benefícios funcionais	4	3	3	4	4	18
Ingredientes	4	4	3	4	4	19
Rótulo	4	4	3	4	4	19
Tabela nutricional	4	2	4	4	4	18
Avaliação sensorial	9.5	8	5	10	10	42.5

Fonte: Os autores (2025).

O bolinho de arroz funcional ficou classificado em 3º lugar geral entre as preparações avaliadas. O produto apresentou boa aceitação pelos avaliadores, destacando-se principalmente na avaliação sensorial, que obteve pontuação elevada. De modo geral, o alimento demonstrou equilíbrio entre os critérios técnicos e sensoriais, comprovando que a adaptação funcional manteve características agradáveis de sabor, textura e aparência, sendo bem recebido pelo público avaliador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a adaptação do bolinho de arroz tradicional para uma versão funcional é viável e bem aceita sensorialmente. A utilização do arroz integral, da carne desfiada e do molho de iogurte resultou em um alimento mais nutritivo, com melhor equilíbrio entre proteínas, fibras e gorduras, sem perder as características sensoriais que remetem à culinária caseira. Essa reformulação demonstra que é possível aliar sabor e saúde em preparações simples, estimulando escolhas alimentares mais conscientes.

Além disso, o projeto evidência a importância de valorizar receitas típicas brasileiras, promovendo a reeducação alimentar a partir de pratos conhecidos pela população. A inserção de ingredientes funcionais em receitas tradicionais contribui não apenas para a melhoria da qualidade nutricional dos alimentos, mas também para a preservação da cultura gastronômica nacional de forma mais saudável e sustentável.

REFERÊNCIAS

DHAKAL, D., *et al.* Design rules of plant-based yoghurt-mimic: Formulation, functionality, sensory profile and nutritional value. ***Food Hydrocolloids***. (2023). Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.foodhyd.2023.108786 . Acesso em: 23 de out. 2025.

DE OLIVEIRA MARTINS, *et al*. Comportamento do consumidor de alimentos orgânicos e funcionais no Brasil. ***Ciência e Tecnologia de Alimentos***. (2020). Disponível em: https://doi.org/10.1590/fst.03519 . Acesso em: 12 out. 2025.

GRANATO, D., *et al*.. Alimentos Funcionais: Desenvolvimento de Produtos, Tendências Tecnológicas, Testes de Eficácia e Segurança. **Revisão anual de ciência e tecnologia de alimentos.** (2020). Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-food-032519-051708 . Acesso em: 12 out. 2025.

LEE, J., KIM, M., & KIM, C . O desenvolvimento de novos alimentos e ingredientes funcionais. Alimentos , 13. (2024). Disponível em: https://doi.org/10.3390/foods13193038 . Acesso em: 12 out. 2025.

PONTE, L., *et al*. Além dos Mitos: Percepções do Consumidor Brasileiro sobre Alimentos Funcionais. Alimentos , 13. (2024). Disponível em: https://doi.org/10.3390/foods13244161 . Acesso em: 12 out. 2025.

RAQUEL S. SIMÃO *et al.* "Mozzarella cheese snacks produced by microwave vacuum drying: Protein profile, protein digestibility, flavor, and texture." Food chemistry, 478 (2025): Disponível em:. https://doi.org/10.1016/j.foodchem.2025.143660 . Acesso em: 12 out. 2025.

RODRIGUES, R., et al. Alimentos mais consumidos no Brasil: evolução entre 2008-2009 e 2017-2018. Revista de Saúde Pública , 55. (2021) Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003406 Acesso em: 17 out. 2025.

TEMPLE, N. Uma definição racional para alimentos funcionais: uma perspectiva. Frontiers in Nutrition , 9.(2022) Disponível em: https://doi.org/10.3389/fnut.2022.957516 . Acesso em: 12 out 2025.

TOPOLSKA, K., FLORKIEWICZ, A., & FILIPIAK-FLORKIEWICZ, A. Alimentos Funcionais Motivações e Expectativas do Consumidor. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública , 18. (2021) Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph18105327 . Acesso em: 12 out 2025.

ZHANG, D., YE, Y., WANG, L., & TAN, B. Nutrition and Sensory Evaluation of Solid-State Fermented Brown Rice Based on Cluster and Principal Component Analysis. Foods, 11. (2022). Disponível em: https://doi.org/10.3390/foods11111560. Acesso em: 12 de Out 2025.

ZHAN-QIAN Ma et al. "Effects of Germination, Fermentation and Extrusion on the Nutritional, Cooking and Sensory Properties of Brown Rice Products: A Comparative Study." Foods, 12 (2023). Disponível em: https://doi.org/10.3390/foods12071542. Acesso em: 12 de Out 2025.

ELABORAÇÃO DE PANQUECA FUNCIONAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DA SAÚDE E O CONSUMO SUSTENTÁVEL (ODS 3 E 12)

Categoria: Projeto integrador

Bárbara da Silva Marques[1]
Helen Pirolli[2]
Maria Gabriela de Oliveira[3]
Nicoli Emmer[4]
Thyana Lays Brancher[5]

Resumo – Os alimentos funcionais são aqueles que, além de fornecerem valor nutricional, contêm compostos bioativos capazes de modular funções fisiológicas e contribuir para a redução do risco de doenças crônicas. Este trabalho teve como objetivo desenvolver e avaliar uma panqueca funcional com recheio proteico de carne magra, elaborada com ingredientes de potencial funcional, como fécula de mandioca, cenoura e ovos. A atividade foi realizada no Laboratório de Nutrição da UNIARP, integrando aspectos teóricos e práticos da bromatologia. A metodologia envolveu uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com revisão bibliográfica, elaboração do produto, padronização de porções e avaliação sensorial realizada por quatro avaliadores convidados. Os resultados demonstraram boa aceitação sensorial, destacando-se o sabor e a textura, embora tenha sido observada densidade calórica elevada na porção de 100 g, sugerindo a redução para 50 g como forma de aprimoramento nutricional. O estudo evidenciou que pequenas adaptações em preparações tradicionais podem promover melhorias no perfil nutricional sem comprometer a aceitação do consumidor. Além disso, a proposta se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 Saúde e Bem-Estar e 12 Consumo e Produção Responsáveis, ao incentivar práticas alimentares equilibradas, conscientes e sustentáveis.

Palavras-chave: alimentos funcionais; proteína; nutrição; promoção da saúde; ODS.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, têm sido observado mudanças no padrão alimentar mundial, entre tanto, com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, vêm sendo associadas à alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como obesidade, diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares. Esses produtos, geralmente ricos em açúcares, gorduras saturadas,

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sódio e aditivos químicos, contribuem para desequilíbrios metabólicos e nutricionais que impactam a qualidade de vida e a saúde pública em escala mundial (Rocha et al., 2021).

Em contrapartida, há busca por alimentos funcionais tem aumentado a cada dia e com isso eles vem recebendo atenção por sua capacidade potencial de melhorar biomarcadores de risco e promover bem-estar quando incorporados adequadamente à dieta (Redivo Junior et al., 2024).

A utilização desses alimentos, não depende apenas de seu efeito fisiológico, pois fatores sociais, culturais e econômicos como a escolaridade, renda, e percepções sobre saúde tem forte influência no comportamento de compra e consumo assim, compreender a percepção do consumidor é essencial para desenvolver estratégias educativas, rotulagem efetiva e inovações alimentares que realmente se traduzam em mudanças de hábito, compreender o comportamento do consumidor torna-se essencial para orientar estratégias de educação alimentar e nutricional, aprimorar a rotulagem nutricional e estimular a inovação na indústria alimentícia, favorecendo escolhas alimentares mais conscientes e saudáveis (Safraid et al., 2022).

Nesse contexto, os alimentos funcionais vêm ganhando importância, pois, além de fornecerem nutrientes essenciais, têm um efeito benéfico no metabolismo e na fisiologia do corpo, potencialmente auxiliando na redução do risco de diversas doenças.

Os estudos apontam que o público mais propenso ao consumo de alimentos funcionais é composto, em sua maioria, por mulheres com maior poder aquisitivo e nível educacional elevado, que demonstram maior preocupação com a saúde, praticam atividade física regularmente e mantêm uma dieta equilibrada (Silva et al., 2023).

Dessa forma, compreender os determinantes da percepção e do consumo de alimentos funcionais é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e ações de promoção da saúde que incentivem hábitos alimentares equilibrados e sustentáveis. Esse tema está diretamente alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 da Agenda 2030 da ONU, que visa "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" (ONU, 2015). Assim, a promoção do consumo consciente de alimentos funcionais representa não apenas um avanço em saúde individual, mas também uma estratégia de fortalecimento da saúde coletiva e da sustentabilidade alimentar.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Ciências dos Alimentos II, na 8ª fase do curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O objetivo da atividade prática foi elaborar um alimento funcional inspirado na culinária brasileira, aplicando os conceitos teóricos de nutrição, funcionalidade dos ingredientes e rotulagem nutricional. E para unir a aplicação do alimento este estudo também toma por base uma coleta de dados por meio da busca de artigos que correspondem ao tema e os objetivos estimulados dessa pesquisa, busca dos artigos nas seguintes bases de dados eletrônicas: Google Acadêmico (Google), PubMed, Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), sendo utilizados artigos publicados na íntegra desde 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formulação escolhida pelo grupo consistiu em uma panqueca funcional com recheio proteico de carne magra e molho branco, visando associar ingredientes típicos da culinária brasileira a componentes com potencial funcional. A preparação foi realizada no laboratório nutricional da instituição.

Para o preparo da massa, foram utilizados os seguintes ingredientes funcionais: ovos, fécula de mandioca e cenoura crua. Os ovos foram empregados como fonte de proteínas de alto valor biológico, pois segundo, De Mello Barros et al (2024) auxiliam na emulsificação da massa; a fécula de mandioca contribuiu para a textura e a estrutura do alimento, sendo uma alternativa sem glúten conforme observada na embalagem da mesma; e a cenoura foi adicionada com o propósito de enriquecer a preparação com betacaroteno, composto bioativo precursor da vitamina A e com reconhecida ação antioxidante (Da Silva Alves et al., 2025).

O recheio funcional foi elaborado com carne bovina (patinho moído sem gordura), cebola branca e verde, milho verde, ervilha e requeijão cremoso. A carne magra foi escolhida por fornecer proteínas de alta digestibilidade e baixo teor lipídico, enquanto os vegetais foram adicionados com o objetivo de ampliar o teor de fibras, vitaminas e minerais. O requeijão e o molho branco contribuíram para a palatabilidade e aceitação sensorial, embora seu uso tenha elevado o teor calórico total da preparação.

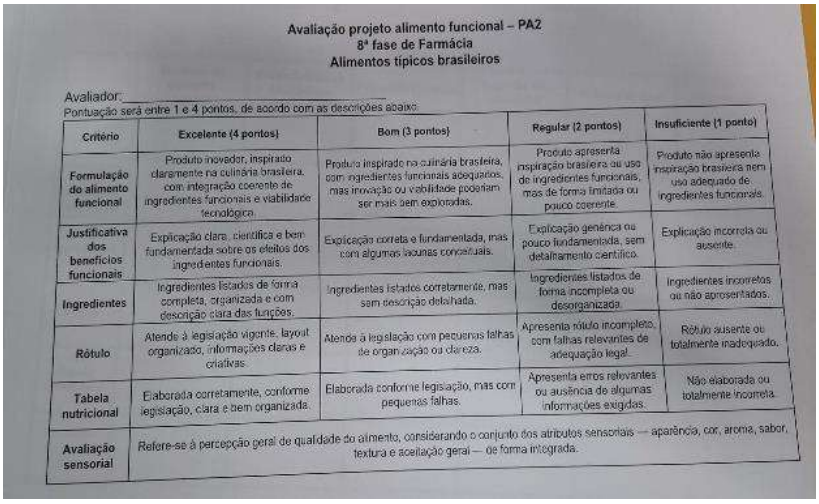
Cada unidade da panqueca foi padronizada com 100 gramas, conforme determinado durante a pesagem em balança digital de precisão, garantindo uniformidade entre as amostras avaliadas (Figura 1).

Figura 1 – Panqueca funcional padronizada em 100 gramas

Fonte: As autoras, 2025.

A avaliação da panqueca funcional foi conduzida por quatro avaliadores, todos docentes da instituição, conforme os critérios estabelecidos pela ficha de avaliação oficial. Os itens analisados foram: Formulação do alimento funcional (inovação e coerência dos ingredientes); Justificativa dos benefícios funcionais (clareza científica e fundamentação teórica); Ingredientes (organização e descrição das funções); Rótulo (adequação à legislação e clareza das informações); Tabela nutricional (elaboração conforme legislação vigente); Avaliação sensorial (aparência, aroma, sabor, textura e aceitação geral) (Figura 2).

Figura 2 – Tabela de critérios de avaliação do alimento funcional



Avaliação projeto alimento funcional – PA2
8ª fase de Farmácia
Alimentos típicos brasileiros

Avaliador:_____
Pontuação será entre 1 e 4 pontos, de acordo com as descrições abaixo:

Critério	Excelente (4 pontos)	Bom (3 pontos)	Regular (2 pontos)	Insuficiente (1 ponto)
Formulação do alimento funcional	Produto inovador, inspirado claramente na culinária brasileira, com integração coerente de ingredientes funcionais e viabilidade tecnológica.	Produto inspirado na culinária brasileira, com ingredientes funcionais adequados, mas inovação ou viabilidade poderiam ser mais bem exploradas.	Produto apresenta inspiração brasileira ou uso de ingredientes funcionais, mas de forma limitada ou pouco coerente.	Produto não apresenta inspiração brasileira nem uso adequado de ingredientes funcionais.
Justificativa dos benefícios funcionais	Explicação clara, científica e bem fundamentada sobre os efeitos dos ingredientes funcionais.	Explicação correta e fundamentada, mas com algumas lacunas conceituais.	Explicação genérica ou pouco fundamentada, sem detalhamento científico.	Explicação incorreta ou ausente.
Ingredientes	Ingredientes listados de forma completa, organizada e com descrição clara das funções.	Ingredientes listados corretamente, mas sem descrição detalhada.	Ingredientes listados de forma incompleta ou desorganizada.	Ingredientes incorretos ou não apresentados.
Rótulo	Atende à legislação vigente, layout organizado, informações claras e criativas.	Atende à legislação com pequenas falhas de organização ou clareza.	Apresenta rótulo incompleto, com falhas relevantes de adequação legal.	Rótulo ausente ou totalmente inadequado.
Tabela nutricional	Elaborada corretamente, conforme legislação, clara e bem organizada.	Elaborada conforme legislação, mas com pequenas falhas.	Apresenta erros relevantes ou ausência de algumas informações exigidas.	Não elaborada ou totalmente incorreta.
Avaliação sensorial	Refere-se à percepção geral de qualidade do alimento, considerando o conjunto dos atributos sensoriais — aparência, cor, aroma, sabor, textura e aceitação geral — de forma integrada.			

Os avaliadores deram notas de 1 a 4 pontos para cada critério. Ao final da avaliação, a panqueca funcional obteve pontuação total de 93 pontos, com destaque para os critérios de rótulo e avaliação sensorial, que apresentaram as maiores médias. O item de justificativa dos benefícios funcionais recebeu pontuação inferior, principalmente devido ao teor calórico da preparação, considerado elevado pelos avaliadores (Figura 3).

Figura 3 – Resultado da avaliação do alimento funcional

Alimento 3 = Panqueca funcional

Critério	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Avaliador 4	Avaliador 5	Total de pontos
Formulação do alimento funcional	3	3	3	3	3	15
Justificativa dos benefícios funcionais	3	1	3	1	1	9
Ingredientes	3	4	3	3	3	16
Rótulo	3	3	3	3	3	15
Tabela nutricional	3	2	4	3	3	15
Avaliação sensorial	9	7	8	7	8	39

Fonte: As autoras, 2025.

O grupo também desenvolveu um rótulo informativo e uma tabela nutricional simulada, com base nas porções estabelecidas pela ANVISA (BRASIL, 2020). O rótulo continha denominação do produto, lista de ingredientes, informação nutricional, identificação do grupo e mensagem sobre os potenciais benefícios funcionais dos ingredientes utilizados, respeitando os princípios de clareza e veracidade exigidos pela legislação (Figura 4).

Figura 4 – Resultado da avaliação do alimento funcional

Fonte: As autoras, 2025.

A análise sensorial considerou os atributos de aparência, cor, aroma, sabor, textura e aceitação global, avaliados de forma integrada pelos jurados. A percepção geral foi satisfatória, os resultados dados por eles apresentaram boa aceitação quanto à características dos mesmos. O sabor também foi destacado positivamente. Entretanto, reduzir o uso de ingredientes de maior densidade energética, como o molho branco e o requeijão, a fim de aprimorar o perfil funcional e a adequação nutricional da receita, seria o toque para aumentar a pontuação dos quesitos que ficaram abaixo da média.

Os resultados obtidos reforçam a importância do desenvolvimento de preparações funcionais equilibradas, que combinem valor sensorial, apelo cultural e benefícios à saúde. Além disso, o projeto contribui diretamente para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 – Saúde e Bem-Estar, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), ao incentivar a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a educação nutricional e o consumo consciente de alimentos funcionais.

Por fim, a atividade prática proporcionou aos acadêmicos uma vivência interdisciplinar que uniu conhecimento técnico, criatividade e avaliação crítica, aspectos fundamentais para a formação do profissional farmacêutico no contexto da promoção da saúde e da alimentação equilibrada e o trabalho em equipe, aonde cada um destacou-se importante em uma função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da panqueca funcional com recheio proteico representou uma experiência enriquecedora para este grupo que preparou este alimento, quanto aos demais acadêmicos que também se dedicaram à produção e elaboração de seus pratos. Tivemos que unir princípios de nutrição funcional, equilíbrio alimentar e aplicabilidade prática. A preparação demonstrou boa aceitação sensorial, especialmente em relação à textura e ao sabor, evidenciando o potencial do produto como uma alternativa saudável e atrativa ao paladar, afinal poderia ser um substituto para a tradicional panqueca, muito popular entre as famílias brasileiras, quanto a famosa crepioca que é muito consumida também.

No entanto, observou-se que o valor calórico total da porção de 100 g poderia ser considerado elevado para um alimento de consumo cotidiano/diário. Dessa forma, como aprimoramento a padronização da porção poderia ser alterada para 50 g por unidade e/ou retirar o requeijão e o molho branco, onde poderia ser feito molho com a própria carne, alimento de fonte de proteína magra (já utilizado nesse alimento), que mantivesse a sensação agradável ao alimento. Deste modo, permaneceria as características sensoriais e nutricionais desejáveis, mas reduziríamos significativamente a densidade calórica da refeição. Essa adequação favoreceria o equilíbrio entre sabor, valor nutricional e funcionalidade, tornando a panqueca mais alinhada às recomendações de uma alimentação saudável.

O desenvolvimento da panqueca funcional também reforçou a importância da educação alimentar e do papel do profissional farmacêutico no estudo da bromatologia dos alimentos, área que envolve a análise da composição química, qualidade nutricional e segurança dos produtos destinados ao consumo humano. Durante o processo de elaboração, foi possível compreender como o conhecimento científico adquirido na formação farmacêutica pode ser aplicado de forma concreta na avaliação de propriedades funcionais e na formulação de preparações que promovam o bem-estar físico, contribuindo para a prevenção de doenças metabólicas associadas ao consumo excessivo de calorias e gorduras (Rocha et al., 2021).

Além disso, o uso de ingredientes acessíveis, como ovos, a fécula de mandioca e a cenoura, reforça a sustentabilidade nutricional e a valorização de produtos regionais, estimulando o aproveitamento integral dos alimentos e o combate ao desperdício, aspectos cada vez mais valorizados na indústria alimentícia e nas práticas laboratoriais da área farmacêutica.

Pois essa iniciativa também se alinha à ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, e à ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao incentivar práticas alimentares conscientes e o desenvolvimento de receitas equilibradas do ponto de vista nutricional e ambiental. Assim, o projeto destaca a relevância de unir ciência, criatividade e responsabilidade social no desenvolvimento de alimentos funcionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 out. 2020. Disponível em: AnvisaLegis. Acesso em: 25 out. 2025.

DA SILVA ALVES, Mariana et al. ALIMENTOS FUNCIONAIS E NUTRACÊUTICOS. REVISTA FOCO, v. 18, n. 4, p. e8316-e8316, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n4-105 .Acesso em: 25 out. 2025.

DE MELO BARROS, Dayane et al. Caracterização e benefícios do consumo de ovos para a saúde humana. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 1, p. 3919-3930, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.34119/bjhrv7n1-318 .Acesso em: 25 out. 2025.

REDIVO JUNIOR, Nildo *et al*. Alimentos funcionais: revisões sistemáticas de estudos in vitro. 2024. Tese Doutorado - Fisiopatologia e Saúde Animal - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2024.Disponível em: https://www.proquest.com/openview/7444429ce24110f55374361af852fd5a/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar. Acesso em: 25 out. 2025.

ROCHA, Beatriz Rodrigues *et al*. Influência dos alimentos funcionais na incidência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Intercontinental Journal on Physical Education ISSN 2675-0333, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: ORIGINAL ARTICLE. Acesso em: 25 out. 2025.

SAFRAID, Giovana Flores *et al*. Perfil do consumidor de alimentos funcionais: identidade e hábitos de vida. Brazilian journal of food technology, v. 25, p. e2021072, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-6723.07221 . Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, R. P. *et al*. Perfil do consumidor de alimentos funcionais e fatores que influenciam suas escolhas alimentares. Revista de Nutrição e Saúde Pública, v. 10, n. 1, p. 55-68, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55905/oelv22n5-198 .Acesso em: 25 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 3: Saúde e Bem-Estar. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3. Acesso em: 25 out. 2025.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E FUNCIONAL: A LASANHA DE ABOBRINHA COMO OPÇÃO NUTRITIVA

Categoria: Projeto integrador

Ana Carolina Maiberg[1]
Guilherme Carvalho de Souza[2]
Kalei Median da Silva[3]
Thalita Amaro Ankler[4]
Thyana Lays Brancher[5]

Resumo – A crescente preocupação com a qualidade da alimentação e seus efeitos sobre a saúde tem estimulado o desenvolvimento de preparações com propriedades funcionais. Este estudo propõe a elaboração de uma lasanha de abobrinha como alternativa nutricionalmente equilibrada e funcional em substituição à lasanha tradicional. A formulação utiliza a abobrinha (Cucurbita pepo) como principal ingrediente, devido ao seu baixo valor calórico e elevado teor de fibras, vitaminas e compostos bioativos com potencial antioxidante. A substituição da massa convencional por fatias do vegetal contribui para a redução do teor de carboidratos simples e aumento da densidade nutricional do prato. A proposta visa demonstrar a aplicabilidade do conceito de alimento funcional na gastronomia, aliando aspectos sensoriais e nutricionais para promover uma alimentação mais saudável e preventiva.

Palavras-chave: alimento funcional; lasanha de abobrinha; releitura culinária.

INTRODUÇÃO

A alimentação constitui um pilar fundamental para a manutenção da saúde e do crescimento, sendo essencial para garantir uma nutrição adequada ao longo de todas as fases da vida. No entanto, o ritmo acelerado da vida moderna tem dificultado a dedicação de tempo ao planejamento alimentar, favorecendo o consumo de alimentos rápidos e industrializados, como os fast foods, muitas vezes impulsionados pelo marketing agressivo desses produtos. Essa preferência por dietas inadequadas, associada à redução da prática de atividades físicas, tem contribuído para o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como câncer, aterosclerose, obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, evidenciando a relevância do tema da saúde e nutrição (AMORIM et al., 2023).

Nesse contexto, cresce o interesse por uma alimentação mais equilibrada e pelo consumo de alimentos que proporcionem benefícios adicionais à saúde. Essa tendência impulsionou o

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

estudo e a incorporação dos chamados alimentos funcionais, definidos como aqueles que, além de suas funções nutricionais básicas, quando consumidos regularmente, produzem efeitos metabólicos e/ou fisiológicos benéficos ao organismo (AMORIM et al., 2023). Tais alimentos são compostos por matrizes ricas em compostos bioativos, biologicamente ativos, como carotenoides, compostos fenólicos, fibras alimentares, ácidos graxos, vitaminas, probióticos e prebióticos, que exercem potenciais efeitos antioxidantes, anti-inflamatórios, antidiabéticos, anticancerígenos, antivirais e antitumorais (SILVA et al., 2021).

A alimentação, portanto, deve ser compreendida como uma aliada na prevenção e tratamento de diversas enfermidades. As recomendações dietéticas voltadas à promoção da saúde incluem o aumento do consumo de frutas, verduras, legumes, cereais integrais, nozes e sementes, e a redução da ingestão de alimentos processados e ultraprocessados, como fast foods, produtos de panificação industrial e doces. Estudos apontam, inclusive, que o consumo regular de vegetais está associado a uma redução significativa no risco de doenças e distúrbios mentais, como a depressão (FERRIANI, 2021). Dessa forma, o desenvolvimento de preparações culinárias que integrem esses princípios — transformando receitas tradicionais em opções ricas em nutrientes e compostos funcionais — configura-se como uma estratégia relevante de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (OLIVEIRA et al., 2021).

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma Lasanha de Abobrinha como alternativa saudável e funcional, substituindo massas tradicionais por vegetais, favorecendo uma dieta rica em fibras, micronutrientes e compostos bioativos, e promovendo Educação Alimentar e Nutricional.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura aliada à parte prática, sobre o uso da abobrinha como substituto da massa convencional na releitura funcional da lasanha, abordando seus aspectos nutricionais, funcionais e os benefícios associados ao consumo de alimentos saudáveis.

As pesquisas foram realizadas no mês de outubro de 2025, através da consulta de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. Foram utilizadas as bases de dados: Scientific Electronic Library (SciELO) e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: Alimento Funcional, Abobrinha, Lasanha.

Foram encontrados mais de 10 artigos científicos, onde apenas 5 foram utilizados e o restante descartados, por não abrangerem os dados e satisfazerem os critérios de pesquisa.

Além disso, desenvolveu-se um prato de lasanha de abobrinha, incluindo rotulagem e tabela nutricional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da Lasanha de Abobrinha evidencia seu potencial como uma alternativa alinhada aos princípios da alimentação saudável e funcional, contrapondo-se aos padrões alimentares inadequados ainda comuns na população.

1. Abobrinha como Alimento Funcional e Nutritivo: A substituição da massa tradicional por abobrinha (Cucurbita pepo) caracteriza essa receita como uma preparação nutritiva e leve. A abobrinha é fonte de hemicelulose, uma fibra alimentar reconhecida pela ANVISA como composto bioativo com alegações de saúde comprovadas (ANVISA, 2020).

As fibras alimentares, especialmente as insolúveis, contribuem para o aumento do volume fecal e para a regulação intestinal, além de exercerem efeito prebiótico sobre a microbiota (SILVA; LIMA, 2021). O consumo adequado de fibras — cerca de 25 g por dia — está relacionado à prevenção de obesidade, dislipidemias e constipação (BRASIL, 2014). Assim, a lasanha de abobrinha constitui uma opção funcional, favorecendo o equilíbrio digestivo e o aporte de micronutrientes essenciais.

2. Contraste com Alimentos Ultraprocessados: A relevância dessa preparação também se destaca quando comparada a alimentos ultraprocessados (AUP), como as lasanhas congeladas industrializadas, ricas em açúcares, gorduras e sódio (MONTEIRO et al., 2019). O consumo frequente desses produtos está associado ao aumento da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2020). Por outro lado, a Lasanha de Abobrinha utiliza alimentos in natura, fornecendo nutrientes e fibras que auxiliam na prevenção da hipertensão, diabetes e disfunções metabólicas. Essa substituição reflete a recomendação de priorizar preparações caseiras e naturais, reduzindo o impacto negativo dos AUP na saúde (BRASIL, 2014).

3. Culinária Afetiva e Educação Nutricional: O desenvolvimento dessa receita insere-se nas práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que promovem escolhas autônomas e conscientes, respeitando aspectos culturais e afetivos (CAMARGO; VASCONCELOS, 2021). A culinária afetiva estimula o vínculo emocional com o alimento, resgatando memórias e incentivando a aceitação de novos ingredientes. Ao preparar uma receita familiar modificada, como a lasanha de abobrinha, é possível transformar o ato de cozinhar em uma experiência educativa e prazerosa, capaz de fortalecer hábitos saudáveis e reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados (OLIVEIRA et al., 2022).

A Lasanha funcional de abobrinha é uma releitura saudável de um prato tradicional, adaptada com o objetivo de promover melhor qualidade nutricional. Nessa versão, a massa convencional é substituída por fatias finas de abobrinha, reduzindo o teor de carboidratos e aumentando o consumo de fibras, vitaminas e minerais, conforme apresentado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Composição Nutricional da Lasanha Funcional de Abobrinha (porção de 100 g).

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
Quantidade por porção	Porção de 100g	% VD*
Valor energético	163,58 kcal	8,17%
Proteínas	6,30 g	12,6%
Gorduras totais	12,64 g	19,44%
Carboidratos	6,14 g	2%
Açúcares totais	6,14 g	2%
Açúcares adicionado	0 g	0%

*Valor diário. Fonte: Os autores (2025).

A seguir, apresenta-se a receita da Lasanha Funcional de Abobrinha:

INGREDIENTES

2 abobrinhas médias fatiadas

500 g de peito de frango desfiado

2 xícaras (chá) de molho de tomate

1 cebola pequena picada

2 dentes de alho picados

2 colheres (sopa) de azeite de oliva

½ xícara (chá) ricota

200g de requeijão

150g de queijo minas

2 colheres (sopa) de gergelim (polvilhadas por cima)

Temperos a gosto: sal, páprica, orégano e chimichurri.

MODO DE PREPARO

Corte as abobrinhas em fatias finas no sentido do comprimento. Grelhe rapidamente em uma frigideira antiaderente para retirar o excesso de água.

Em uma panela, refogue a cebola e o alho no azeite. Acrescente o frango cozido, desfiado e tempere. Junte o molho de tomate e deixe cozinhar por alguns minutos.

Em um refratário, monte em camadas: molho, abobrinha, recheio, requeijão e ricota. Repita até terminar.

Finalize com queijo minas e gergelim.

Leve ao forno preaquecido a 180 °C por 20 - 25 minutos, até dourar.

Essa preparação combina sabor e valor nutricional, sendo ideal para compor uma refeição balanceada e rica em nutrientes.

A Lasanha funcional de Abobrinha foi desenvolvida e apresentada na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no dia 24 de outubro de 2025. O prato foi avaliado por cinco jurados independentes, sendo premiado em primeiro lugar na categoria de melhor alimento funcional.

O resultado evidencia a boa aceitação sensorial e o reconhecimento do preparo como uma alternativa saudável, equilibrada e alinhada aos princípios da alimentação funcional, valorizando ingredientes naturais e o potencial nutritivo da abobrinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lasanha Funcional de Abobrinha demonstra ser uma alternativa saudável e equilibrada, capaz de unir sabor, praticidade e benefícios nutricionais. A substituição da massa tradicional por fatias de abobrinha confere à preparação um caráter funcional, reduzindo o teor de carboidratos simples e aumentando a oferta de fibras, vitaminas e minerais essenciais ao bom funcionamento do organismo.

O estudo evidencia que a releitura de receitas tradicionais, quando orientada pelos princípios da Educação Alimentar e Nutricional, pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e para a prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Além disso, o uso de ingredientes naturais e minimamente processados reforça a importância de valorizar preparações caseiras, incentivando hábitos alimentares mais conscientes e sustentáveis.

A Lasanha Funcional de Abobrinha, portanto, vai além de uma simples adaptação culinária: ela representa uma estratégia de transformação alimentar, aliando culinária afetiva, funcionalidade nutricional e consciência alimentar. Essa prática pode ser amplamente utilizada em ações educativas, escolas, clínicas e projetos de extensão, promovendo saúde, bem-estar e qualidade de vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a instituição Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp pela oportunidade de ensino. Também agradecemos a nossa professora/orientadora Thyana, por todo apoio, zelo, atenção e todos os ensinamentos compartilhados conosco, com certeza contribuiu muito em nosso aprendizado e formação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcelli Powzum et al. *Alimentos funcionais e saúde – uma revisão*. Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação, v. 1, n. 1, p. 84–92, jul. 2023. DOI: 10.35819/publicaifrs.v1.n1.a6378. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/publicaifrs/article/view/6378. Acesso em: 16 out. 2025.

FERRIANI, Lara Onofre. *Consumo alimentar e depressão: evidências atuais*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 1–12. DOI: 10.22533/at.ed.0682123081. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

OLDEIRA, Caroline de Maman; LAZAROTTO, Angela Khetly; OLDRA, Adriano de Maman. *Transtornos alimentares maternos e dieta infantil: uma revisão sistemática*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 131–143. DOI: 10.22533/at.ed.06821230814. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVA, Anna Luiza Cardoso et al. *Recusa alimentar em crianças com transtorno do espectro autista*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 63–73. DOI: 10.22533/at.ed.0682123088. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVEIRA, Deylla Rodrigues de et al. *Construção de uma cartilha para pais e responsáveis sobre educação nutricional e o comportamento alimentar de crianças autistas*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 55–62. DOI: 10.22533/at.ed.0682123087. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

PEIXOTO, Helicínia Giordana Espíndola et al. *Culinária afetiva como ferramenta terapêutica para o cuidado em saúde mental*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 180–188. DOI: 10.22533/at.ed.06821230818. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVA, Victória Luiza Lima da et al. *Avaliação do consumo de fibras alimentares em idosos institucionalizados residentes e sua prevalência com obstipação intestinal*. In: BRASIL, Carla Cristina Bauermann (Org.). Alimentos, nutrição e saúde 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. p. 39–50. DOI: 10.22533/at.ed.0682123085. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/alimentos-nutricao-e-saude-2. Acesso em: 16 out. 2025.

ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PRÁTICA: DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE UM ESCONDIDINHO DE BATATA-DOCE ROXA COM FRANGO COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Franciele Finger de Lorena[1]
Keli Cristina Fernandes Meireles[2]
Larissa Didrich Morais[3]
Larissa dos Santos Goes[4]
Thyana Lays Brancher[5]

Resumo – Este estudo analisou o conceito de alimentos funcionais, ressaltando sua importância na promoção do bem-estar e na prevenção de doenças crônicas. Dentro desse conceito valorizam-se ingredientes que, além de fornecerem energia na forma de calorias, oferecem benefícios fisiológicos por meio de compostos bioativos. A partir dessas informações, desenvolveu-se uma proposta gastronômica baseada no prato típico brasileiro "escondidinho", utilizando princípios nutricionais e funcionais para substituição e escolha de ingredientes. O método consistiu na seleção criteriosa dos insumos, seguida da elaboração do produto e sua tabela nutricional e das análises sensorial e nutricional. Os resultados reforçam a relevância dos alimentos funcionais como estratégia preventiva, evidenciando que é possível aliar sabor, praticidade e benefícios à saúde.

Palavras-chave: alimentos funcionais; batata-doce roxa; compostos bioativos; nutrição; saúde.

INTRODUÇÃO

O conceito de alimentação voltada para a saúde surgiu no Japão durante a década de 1980, destacando alimentos da dieta tradicional que, além de suas propriedades nutricionais essenciais, oferecem vantagens fisiológicas e diminuem a probabilidade de doenças crônicas. Os alimentos funcionais são compostos por matrizes que contêm substâncias com atividades biológicas e fisiológicas significativas, proporcionando assim benefícios à saúde, conhecidas como compostos bioativos (Amorim, 2023).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

As consequências da globalização, da industrialização e da urbanização contribuem para uma maior prevalência de alimentação não-saudável e uma diminuição na prática de exercícios físicos, o que facilita o surgimento de enfermidades crônicas, como câncer, aterosclerose, doenças do fígado e problemas cardiovasculares, entre outros (Amorim, 2023).

Os alimentos funcionais desempenham um papel significativo na saúde humana quando incorporados nas dietas. Além de suas propriedades nutricionais, eles provocam efeitos metabólicos e fisiológicos no organismo. A utilização regular desses alimentos, aliada ao aumento do consumo de uma dieta equilibrada e diversificada, incluindo todos os grupos alimentares como frutas, vegetais, legumes, proteínas e grãos, pode melhorar sua eficácia (Brito, 2021).

Itens alimentares funcionais, como a soja e seus derivados (fontes de proteína de soja), peixes do mar (ricos em ácidos graxos ômega-3) e grãos integrais (que contêm fibras solúveis e insolúveis), entre outros novos produtos e a produção de suplementos nutricionais, trazem benefícios à saúde. Além de implicar em custos com saúde, isso tem chamado a atenção não apenas dos setores de pesquisa e desenvolvimento de diversas empresas multinacionais, mas também dos consumidores que buscam alimentos com vantagens para a saúde (Brito, 2021).

Este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de transformar o tradicional "escondidinho de carne moída" em um alimento que tenha efeito funcional no corpo humano, ou seja, um item que, além de possuir valor nutritivo, traga vantagens à saúde.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado visando criar um alimento com propriedades funcionais, integrando da culinária brasileira em local de destaque da composição, após análise das opções disponíveis, as autoras decidiram por elaborar um "Escondidinho de Batata-Doce Roxa com Frango", enfatizando a batata-doce como o componente central, devido às suas características funcionais, como baixo índice glicêmico, riqueza em fibras e presença de antioxidantes naturais.

Foram escolhidos ingredientes com propriedades funcionais em substituição aos ingredientes básicos do prático típico: batata-doce roxa, cenoura, frango etc.

O prato foi desenvolvido e testado em aulas práticas e posteriormente avaliado por julgadores (professores dos cursos de farmácia, nutrição, biomedicina e agronomia).

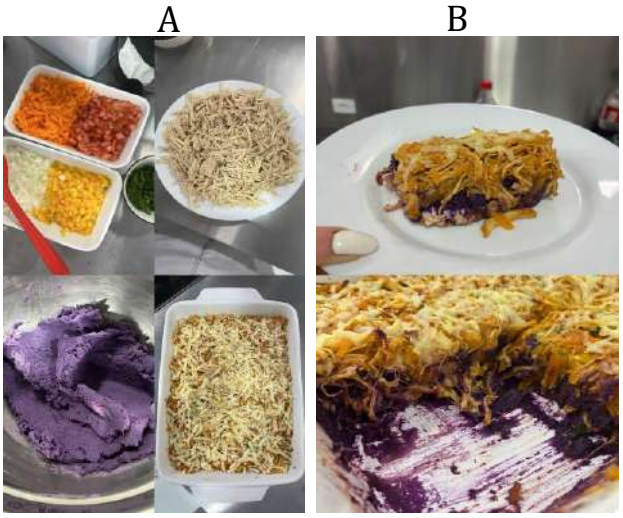
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução do projeto, as autoras produziram o Escondidinho de Batata-Doce Roxa com Frango, que se destacou pela sua saborosa combinação, textura aveludada e aceitação positiva. A inclusão da batata-doce roxa conferiu uma cor vibrante e peculiar ao prato, além de acrescentar valor nutricional significativo. A análise feita revelou que o prato continha carboidratos complexos, proteínas magras, fibras e um baixo nível de gordura, caracterizando uma opção saudável e prática.

Na preparação, foram escolhidos ingredientes que favorecessem um prato nutritivo, saboroso e balanceado. O processo começou com o cozimento da batata-doce roxa, que, após

ficar bem macia, foi amassada e combinada com manteiga, leite vegetal e sal, gerando um purê cremoso que serviria tanto como base quanto como cobertura do escondidinho. A Figura 1A é um compilado desse processo.

Figura 1- Processo de produção do Escondidinho de Batata-Doce Roxa.



A - Ingredientes funcionais selecionados.

B - produto pronto para consumo.

O recheio de frango foi feito ao refogar cebola e alho em manteiga, depois adicionando frango desfiado, cenoura ralada, tomate e pimentão amarelo. Os temperos incluíram páprica e chimichurri, além de cheiro-verde a gosto, que proporcionam cor, aroma e um sabor marcante ao recheio.

Para montar o prato, uma camada de purê de batata-doce roxa foi distribuída no fundo da travessa, seguida pelo recheio de frango. Antes de colocar a segunda camada de purê, a equipe adicionou uma camada de requeijão light, visando aumentar a cremosidade do prato. Por fim, o escondidinho foi coberto com uma fina camada de queijo ralado e levado ao forno médio (180 °C) por aproximadamente 20 minutos, até que a superfície estivesse levemente dourada. O resultado final está disponível na Figura 1B.

O primeiro teste da receita ocorreu em 3 de outubro de 2025 durante a aula prática. O resultado foi extremamente satisfatório, apresentando boa textura, sabor equilibrado e uma aparência atraente, o que levou o grupo a optar por manter a mesma receita para a avaliação final.

A (Figura 2) nutricional mostra que uma porção de aproximadamente 150 g do Escondidinho de Batata-Doce tem cerca de 9,2 calorias, com 0,03 g de proteína, 14,5 g de carboidratos, 2,1 g de gorduras totais (sendo 10,8 g de gorduras saturadas), 2,3g de fibras e 4 g

de açúcares. Esses números indicam que o produto é bem leve em calorias e possui uma quantidade interessante de fibras, o que reforça seu aspecto saudável e funcional. Além disso, quando comparado ao valor calórico médio de preparações tradicionais, como o escondidinho de carne moída com batata ou o escondidinho de carne seca com batata (que têm cerca de 313 kcal em uma porção de 200 g), o Escondidinho de Batata-Doce Roxa apresenta um valor energético bem mais baixo, destacando sua proposta equilibrada e nutritiva.

Figura 2- Informações nutricionais do alimento.

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS

PORÇÃO POR EMBALAGEM: 100G	PORÇÃO 150G: 1 XÍCARA DE CHÁ		
	100G	150G	VALOR DIÁRIO
CALORIAS	134	9,2	0,45
PROTEÍNA	20	0,03	0,06
GORDURAS TOTAIS	1,4	2,1	4,2
GORDURAS SATURADAS	7,8	10,8	16,7
CARBOIDRATOS TOTAIS	9,6	14,5	4,8
FIBRAS	1,5	2,3	9
AÇÚCAR TOTAL	2 7	4	6,3
AÇÚCAR ADICIONADO	0	0	0
CÁLCIO	3	5	0,5

Finalmente, nossa apresentação ocorreu em 24 de outubro de 2025, no horário das aulas, começando às 19 horas. Durante a elaboração do nosso prato, tivemos alguns obstáculos. A batata-doce acabou cozinhando em excesso para o purê, então precisávamos fazer alguns ajustes: cozinhamos uma batata adicional, mantendo-a um pouco mais firme, e a incorporamos ao purê para restaurar a textura desejada. Decidimos que o molho do frango deveria ser um pouco mais espesso, para que o purê não perdesse sua consistência. A avaliação pelos jurados teve início por volta das 21h30, e o resultado foi anunciado às 22h. Ficamos extremamente contentes em alcançar o segundo lugar, recebendo feedbacks positivos dos avaliadores. Deixar registrado o critério de avaliação que foi utilizado, juntamente com os nossos resultados (Tabela 1) a seguir.

Figura 3 - Pratos servidos, aguardando avaliação.

Tabela 1 - Resultados dos jurados.

Alimento 2 = Escondidinho de batata-doce						
Critério	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Avaliador 4	Avaliador 5	Total de pontos
Formulação do alimento funcional	4	3	4	3	3	17
Justificativa dos benefícios funcionais	4	4	4	4	4	20
Ingredientes	4	4	4	4	4	20
Rótulo	4	4	4	3	3	18
Tabela nutricional	3	3	4	4	4	18
Avaliação sensorial	9	9	8	7	8	41

E conforme mencionado por Amorim (2023), alimentos funcionais são aqueles que, além de fornecer nutrientes essenciais, têm compostos bioativos que podem oferecer benefícios fisiológicos e ajudar na diminuição do risco de doenças crônicas. No caso da batata-doce roxa, esses benefícios estão ligados à presença de antocianinas, pigmentos naturais com fortes propriedades antioxidantes que combatem os radicais livres, apoiando a prevenção do envelhecimento precoce e favorecendo a proteção celular. Essa propriedade antioxidante é uma das principais razões pelas quais a batata-doce é frequentemente pesquisada e recomendada em dietas que visam a promoção da saúde.

De acordo com Brito (2021), alimentos como frutas, vegetais e tubérculos coloridos fornecem substâncias bioativas, incluindo flavonoides e compostos fenólicos, que possuem efeitos anti-inflamatórios e imunomoduladores. A incorporação desses ingredientes em pratos como o escondidinho desenvolvido proporciona uma combinação de sabor, facilidade e funcionalidade, promovendo hábitos alimentares mais saudáveis. Além disso, o uso de temperos naturais, como cebola, cheiro-verde, páprica e chimichurri, aumenta o valor funcional do prato ao incluir compostos que favorecem o metabolismo e a digestão, diminuindo a dependência de aditivos industrializados.

Por último, Amorim (2023) enfatiza que a ingestão regular de alimentos funcionais está ligada a uma melhoria na qualidade de vida, à prevenção de doenças metabólicas e ao fortalecimento do sistema imunológico. Assim, o escondidinho criado pela equipe demonstra na prática como o uso de princípios científicos da nutrição pode levar a uma preparação saudável, equilibrada e acessível. A experiência proporcionou um entendimento mais profundo sobre a relevância dos alimentos funcionais e sua importância para a saúde e o bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Escondidinho de Batata-Doce Roxa com Frango ofereceu uma visão prática sobre o que são alimentos funcionais e sua importância para a saúde. A vivência mostrou que a seleção correta dos ingredientes e a utilização de produtos naturais podem levar a preparações que são equilibradas e benéficas para o corpo. Além de auxiliar no aprendizado técnico e nutricional, o projeto destacou a relevância de uma alimentação saudável como uma estratégia de prevenção contra doenças crônicas. Em última análise, a iniciativa demonstrou que é viável preparar pratos que sejam saborosos, acessíveis e funcionais, integrando conhecimento científico com a prática culinária.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marceli. **ALIMENTOS FUNCIONAIS E SAÚDE : UMA REVISÃO . Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação Bento Gonçalves**. 2023. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/publicaifrs/article/view/6378. Acesso em: 09 out. 2025.

BRITO, Amanda Laura Vieira. **Definição e conceitos para alimentos funcionais, nutracêuticos e substâncias bioativas.** 2021. Disponível em: http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3856. Acesso em: 09 out. 2025.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ELABORAÇÃO DE UMA GELEIA FUNCIONAL DE ABACAXI, HORTELÃ E CHIA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR NO MANEJO DA DOR E DA INFLAMAÇÃO

Categoria: Projeto Integrador

Josiane Caroline Rodrigues[1]
Lincon Bordignon Somensi[2]
Elizama de Gregório[3]

Resumo - A dor crônica e os processos inflamatórios têm impulsionado a busca por estratégias não farmacológicas que promovam alívio e qualidade de vida. Este relato de experiência descreve o desenvolvimento e a apresentação de uma geleia funcional "zero açúcar", elaborada com abacaxi, hortelã e chia. A iniciativa integrou as atividades da "Feira da Dor", evento extensionista realizado na cantina da universidade, voltado à divulgação de mecanismos não farmacológicos de auxílio no controle da dor. A proposta surgiu do interesse em criar um alimento que unisse sabor e benefícios à saúde, explorando a sinergia entre os compostos bioativos dos ingredientes selecionados. A metodologia consistiu na preparação experimental da receita e na socialização do produto com o público participante, composto por acadêmicos da UNIARP. A geleia apresentou excelente aceitação sensorial, destacando-se pelo equilíbrio entre dulçor natural do abacaxi e o frescor da hortelã, além do diferencial de ser funcional e sem adição de açúcar. A experiência evidenciou importância da alimentação funcional como estratégia complementar, acessível e prazerosa para o manejo não farmacológico da dor, o público demonstrou interesse nos potenciais efeitos benéficos relacionado à bromelina do abacaxi, compostos fenólicos da hortelã e ômega-3 da chia, validando o papel da extensão universitária na saúde.

Palavras-chave: abacaxi; chia; dor crônica; geleia funcional; hortelã.

INTRODUÇÃO

O manejo eficaz da dor crônica e da inflamação representa um desafio constante na saúde pública. A crescente preocupação com os potenciais efeitos colaterais adversos associados ao uso contínuo de terapias farmacológicas convencionais, como os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), tem impulsionado a busca por abordagens complementares (BARBOSA et al., 2023). Nesse contexto, ganha destaque o conceito de alimentos funcionais, que oferecem benefícios específicos à saúde além da nutrição básica. A prioridade reside no desenvolvimento de produtos alimentícios com alto teor de compostos bioativos e forte apelo saudável, especialmente formulações "zero açúcar" para atender à demanda por controle glicêmico e redução da ingestão de açúcares (ROSA et al., 2011). A presente pesquisa propõe, assim, o

[1] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Farmácia, Fisioterpia, Enfermagem e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Farmácia, Fisioterpia, Enfermagem e Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

desenvolvimento de uma Geleia Funcional de Abacaxi e Hortelã sem adição de açúcar com incorporação de chia, aproveitando a sinergia de três componentes-chave. O abacaxi (Ananas comosus) é a fonte da enzima proteolítica bromelina, notável por suas propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, atuando na modulação de citocinas pró-inflamatórias (SCHERVENSQUY et al., 2015). A hortelã (Mentha sp.), além de conferir sabor refrescante, contribui com compostos fenólicos de reconhecida atividade antioxidante, analgésica e antiespasmódica. Finalmente, a semente de chia (Salvia hispanica L.) será incorporada para conferir a textura de gel (substituindo parcialmente a pectina) e adicionar valor nutricional, sendo uma excelente fonte de fibras, proteínas e ácidos graxos ômega-3 (ALA), benéficos no metabolismo e na inflamação (MOHD ALI et al., 2012; COELHO; SALAS- MELLADO, 2014).

O ponto central desta experiência foi descrever o processo de criação e apresentação de uma geleia inovadora. O foco estava em uma geleia "zero açúcar" que combinasse abacaxi e hortelã com chia, concebida como uma proposta de alimento funcional.

A intenção primária foi demonstrar a aplicabilidade prática desse produto, destacando seu potencial como uma alternativa complementar e saborosa no manejo da dor e da inflamação. A experiência envolveu a jornada desde a concepção da receita até a sua apresentação ao público, onde se observou o forte interesse e a boa aceitação de um alimento que alia sabor agradável (o doce do abacaxi e o frescor da hortelã) a benefícios funcionais.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico de caráter qualitativo e exploratório, que subsidiou a criação de uma geleia funcional "zero açúcar" elaborada com abacaxi, hortelã e chia. A pesquisa teórica foi conduzida em bases científicas como Google Acadêmico, SciELO e ScienceDirect, utilizando Palavras-chave relacionadas à ação anti-inflamatória da bromelina (presente no abacaxi), aos compostos fenólicos antioxidantes da hortelã e aos ácidos graxos ômega-3 provenientes da chia. Esse embasamento orientou a formulação do produto e as reflexões acerca de seu potencial funcional. A etapa prática consistiu na elaboração experimental da geleia, priorizando ingredientes naturais e métodos de preparo que favorecessem a preservação dos compostos bioativos e a manutenção do sabor. O produto final foi apresentado durante a "Feira da Dor," evento promovido pela disciplina Fisiologia e Tratamento da Dor, realizado na cantina da universidade, com o objetivo de divulgar estratégias não farmacológicas de auxílio no controle da dor. Por tratar-se de um relato de experiência acadêmica, sem envolvimento direto de seres humanos como sujeitos de pesquisa, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vivência prática com a Geleia Funcional de Abacaxi e Hortelã com Chia proporcionou uma reflexão significativa sobre como transformar o conhecimento teórico em uma aplicação alimentar saborosa e acessível. A apresentação da geleia em um evento com acadêmicos e a comunidade se revelou um momento crucial para a troca de saberes. A interação direta facilitou o entendimento sobre os benefícios dos ingredientes naturais, despertando grande interesse do

público. A receptividade foi altamente positiva, pois o público não apenas aprovou a geleia, demonstrando ótima aceitação sensorial, mas também se mostrou muito curioso sobre suas propriedades potenciais, como a ação anti-inflamatória e antioxidante. O feedback qualitativo destacou a combinação de sabores como o grande diferencial: o frescor da hortelã harmonizou perfeitamente com a acidez natural do abacaxi, criando um perfil gustativo refrescante e equilibrado. A inclusão da chia se mostrou fundamental, não apenas pelos seus benefícios, mas por conferir uma consistência satisfatória de gel, validando-a como um espessante funcional na ausência de açúcar. Essa experiência reforçou o valor educativo da iniciativa e indicou que a geleia possui um grande potencial. O sucesso na aceitabilidade sensorial é um resultado primário promissor, pois superou o obstáculo comum de que alimentos funcionais "zero açúcar" possam ter sabor ou textura comprometidos.

A aceitação da geleia é sustentada pelos benefícios cientificamente reconhecidos dos seus componentes. O abacaxi é conhecido por conter a bromelina, um complexo enzimático que a literatura associa a um potencial efeito anti- inflamatório, contribuindo para o valor funcional do produto. A hortelã, por sua vez, é rica em compostos fenólicos, substâncias que a ciência descreve com potencial antioxidante, sendo o combate aos radicais livres um mecanismo importante para a saúde. Por fim, a semente de chia é uma excelente fonte de ácidos graxos ômega-3, que são extensivamente estudados na literatura por suas propriedades anti- inflamatórias e cardioprotetoras. Essa sinergia de ingredientes transforma a geleia em mais do que um doce saboroso; ela se estabelece como uma estratégia alimentar com fundamento funcional.

A ação da Feira da Dor (Imagem 1) teve como objetivo divulgar estratégias não farmacológicas de auxílio no controle da dor, incluindo a apresentação da Geleia Funcional Zero Açúcar. Já a (Imagem 2), é possível ver a proposta do mesmo, destacando seus componentes e benefícios, bem como o diferencial de ser funcional e isento de adição de açúcares. Por tratar-se de um relato de experiência acadêmica, sem envolvimento direto de seres humanos como sujeitos de pesquisa, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Imagem 1- Apresentação e benefícios da funcionalidade da geleia

Fonte: Os Autores (2025)

Imagem 2- Geleia funcional confeccionada para a Feira da Dor

Fonte: Os Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da geleia funcional de abacaxi e hortelã com chia demonstrou o potencial da alimentação funcional como estratégia complementar e acessível no manejo da dor e da inflamação. A proposta respondeu à crescente demanda por alternativas alimentares saudáveis, com valor terapêutico agregado e adequadas a dietas com restrição de açúcares. A atividade, realizada durante a Feira da Dor, promovida pela disciplina Fisiologia e Tratamento da Dor na cantina da UNIARP, configurou-se como uma experiência exitosa de integração entre teoria e prática. A validação sensorial do produto evidenciou excelente aceitação, destacando-se o sabor refrescante, o equilíbrio natural do dulçor do abacaxi e a textura característica conferida pela chia. Esses resultados reforçam a possibilidade de aliar funcionalidade nutricional e prazer sensorial, mesmo em preparações isentas de açúcar adicionado.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o suporte institucional oferecido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e pelo curso de Farmácia, que foram fundamentais para o incentivo à pesquisa e a concretização das práticas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. F. K. et al. Papel do açúcar no processo inflamatório: uma revisão. ULAKES JOURNAL OF MEDICINE, v. 3, n. 4, 2023.

BRIEN, Sarah et al. Bromelain as a Treatment for Osteoarthritis: a Review of Clinical Studies. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, v. 1, n. 3, p. 251-257, 2004.

COELHO, Michele Silveira; SALAS-MELLADO, Myriam de Las Mercedes. Revisão: Composição química, propriedades funcionais e aplicações tecnológicas da semente de chia (Salvia hispanica L) em alimentos. Brazilian Journal of Food Technology, v. 17, p. 259-268, 2014.

HAMZA, Muhammad et al. Anti-inflammatory and Antioxidative Potential of Herbs and Fruits in the Management of Inflammatory Bowel Disease Beyond Medications. Journal of Health and Rehabilitation Research, v. 3, n. 2, 2023.

INSUAN, Orapin et al. Anti-Inflammatory Effect of Pineapple Rhizome Bromelain through Downregulation of the NF-κB- and MAPKs-Signaling

Pathways in Lipopolysaccharide (LPS)-Stimulated RAW264.7 Cells. Current Issues in Molecular Biology, v. 43, n. 1, p. 93-106, 2021.

MOHD ALI, Norlaily et al. The promising future of chia, Salvia hispanica L. BioMed Research International, v. 2012, n. 1, p. 171956, 2012.

ROSA, Nayara Chiareli et al. Elaboração de geleia de abacaxi com hortelã zero açúcar: processamento, parâmetros físico-químicos e análise sensorial. Revista Tecnológica, p. 83-89, 2011.

SCHERVENSQUY, Elizandra Martins et al. Desenvolvimento de geleia light de abacaxi com hortelã. Journal of Health, Ponta Grossa, v. 13, p. 1-17, 2015.

GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE MICROBIOLOGIA: O USO DE JOGOS DE TABULEIRO COMO ESTRATÉGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM CIENTÍFICA

Categoria: Projeto Integrador

Carwy dos Santos Martins[1]
Érica Cardoso dos Santos[2]
Gustavo Polez Pinheiro[3]
Ingrid Mariane Ribeiro Liczkoski[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – O presente trabalho relata a criação e aplicação de um jogo de tabuleiro como ferramenta de gamificação no ensino de microbiologia, voltado à turma de Farmácia da UNIARP. O objetivo foi promover o aprendizado de forma lúdica e interativa, abordando a identificação bioquímica e a importância médica das bactérias Helicobacter pylori, Pseudomonas aeruginosa, Neisseria gonorrhoeae e Staphylococcus aureus. A metodologia incluiu o desenvolvimento do jogo "Tabuleiro Infinito", aplicado em formato de aula invertida, com desafios e recompensas relacionadas ao conteúdo teórico. Os resultados mostraram maior engajamento, cooperação e compreensão dos conceitos microbiológicos, evidenciando a eficácia da gamificação como estratégia ativa de ensino. Conclui-se que métodos lúdicos favorecem a motivação e a aprendizagem significativa no ensino superior em ciências da saúde.

Palavras-chave: gamificação; microbiologia; aprendizagem ativa; ensino superior; ludicidade.

INTRODUÇÃO

A gamificação tem se consolidado como uma metodologia ativa inovadora no contexto educacional, empregando elementos de jogos para estimular a motivação e o engajamento dos estudantes (KAPP, 2012). Trata-se de uma abordagem que utiliza mecânicas e dinâmicas de jogos para favorecer a participação ativa, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais (ORLANDI; DUQUE; MORI, 2018).

No ensino de ciências e da saúde, a gamificação vem sendo amplamente estudada por sua capacidade de tornar o aprendizado mais dinâmico e significativo, ampliando o interesse dos alunos por conteúdos complexos (MALAGUETA et al., 2023). De acordo com Kalogiannakis,

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Papadakis e Zourmpakis (2021), estratégias lúdicas potencializam a aprendizagem em microbiologia, permitindo maior retenção de conceitos e aplicabilidade prática.

Além disso, a gamificação está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade), que propõe práticas pedagógicas inovadoras e centradas no estudante. Assim, sua aplicação em disciplinas de microbiologia contribui para a formação de profissionais reflexivos e participativos, capazes de associar teoria e prática.

METODOLOGIA

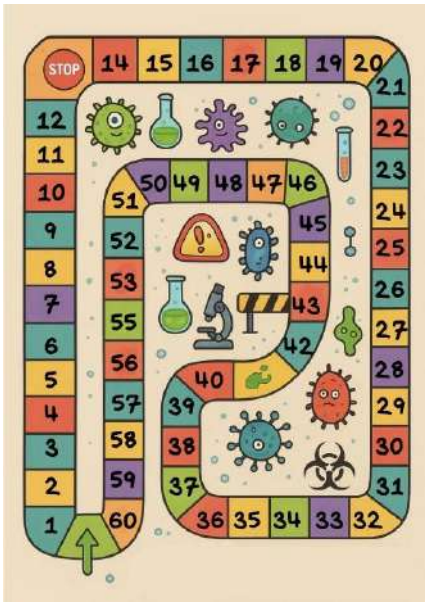
O projeto foi desenvolvido no formato de jogo de tabuleiro intitulado "Tabuleiro Infinito", com o propósito de facilitar o aprendizado sobre microbiologia por meio da gamificação. A atividade foi aplicada durante uma aula invertida na disciplina de Microbiologia, no segundo semestre de 2025, envolvendo 30 acadêmicos do curso de Farmácia da UNIARP.

O tabuleiro foi confeccionado com 60 casas, contendo perguntas, desafios e instruções que determinavam o avanço ou retrocesso dos participantes. A cada resposta correta, o grupo recebia uma peça para montar um modelo tridimensional de uma bactéria. As perguntas abordavam aspectos de identificação bioquímica e relevância clínica de quatro espécies bacterianas: H. pylori, P. aeruginosa, N. gonorrhoeae e S. aureus.

Os grupos puderam utilizar um Resumo teórico elaborado previamente e dispunham de uma chance de auxílio coletivo por rodada. Ao final, o grupo que completasse primeiro a montagem bacteriana deveria identificar corretamente o microrganismo correspondente.

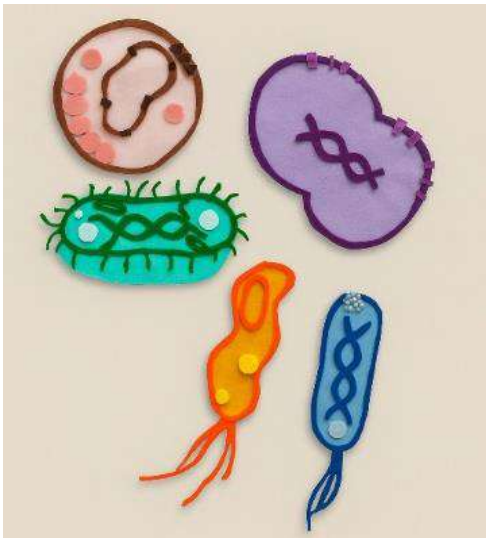
Os dados foram analisados qualitativamente, por meio da observação do envolvimento dos alunos, da dinâmica de cooperação e do feedback verbal fornecido ao término da atividade. Todas as etapas foram conduzidas conforme as normas de biossegurança e ética educacional da UNIARP (2024).

Figura1: Ilustração do tabuleiro do jogo Tabuleiro Infinito.



Fonte: Autoria própria (2025).

Figura 2: Imagem das diferentes bactérias utilizadas no jogo.



Fonte: Autoria própria (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução do Tabuleiro Infinito, observou-se alto nível de engajamento, motivação e interação entre os participantes. O formato lúdico e competitivo promoveu revisão de conceitos microbiológicos de forma prazerosa, reduzindo a resistência a conteúdos tradicionalmente considerados complexos.

A atividade estimulou o raciocínio lógico, a colaboração e a autoconfiança dos estudantes, reforçando a importância das metodologias ativas no ensino em saúde. Esses achados corroboram Kapp (2012), que afirma que o uso de elementos de jogos aumenta o envolvimento cognitivo e emocional dos aprendizes.

Além disso, os resultados se alinham ao estudo de Luchi et al. (2019), segundo o qual jogos de tabuleiro aplicados ao ensino de fisiologia se mostraram mais eficazes que métodos expositivos tradicionais. De modo semelhante, o jogo proposto proporcionou aprendizado mais duradouro e contextualizado, integrando aspectos teóricos e práticos da microbiologia.

A percepção positiva dos alunos reforça o que Camatta (2024) descreve: a gamificação favorece a aprendizagem ativa e o desenvolvimento de competências críticas e colaborativas, fundamentais à formação de profissionais de saúde.

Figura 3: Alunos jogando o jogo de tabuleiro.

Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 4: Interação entre os alunos durante o jogo.

Fonte: Acervo dos autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da gamificação no ensino de microbiologia mostrou-se uma ferramenta pedagógica eficaz para estimular o interesse e a participação dos acadêmicos. A aplicação do Tabuleiro Infinito demonstrou que o aprendizado lúdico facilita a compreensão de conteúdos teóricos complexos e promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais.

A experiência contribuiu para consolidar o conhecimento científico de forma divertida e participativa, reforçando a importância das metodologias ativas na formação universitária. Para futuras implementações, recomenda-se avaliar quantitativamente o impacto da gamificação sobre o desempenho acadêmico e explorar sua integração com recursos digitais, como aplicativos e plataformas interativas.

REFERÊNCIAS

CAMATTA, M. L. A. N. Gamificação como metodologia ativa no ensino de ciências. *Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Científica*, v. 5, n. 2, p. 34–45, 2024.

KAPP, K. M. The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

LUCHI, K. C. D. *et al.* Jogos de tabuleiro no ensino de fisiologia: comparação com métodos tradicionais. *Revista de Educação e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 56–63, 2019.

MALAGUETA, C. *et al.* Gamificação no ensino de ciências: desafios, estratégias e experiências. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Saúde*, v. 18, n. 4, p. 99–112, 2023.

MATOS, T. A. A.; MENEGAT, J. Impacto da gamificação no engajamento e desempenho acadêmico: estudo de caso em um curso superior. *Revista Educação e Tecnologia*, v. 11, p. 1–10, 2025.

ORLANDI, L.; DUQUE, A. P.; MORI, A. A. Gamificação e aprendizagem significativa: estratégias para engajamento e resolução de problemas. *Revista Educação e Jogos Digitais*, v. 2, n. 3, p. 45–53, 2018.

ESPIRITUALIDADE E PRÁTICAS INTEGRATIVAS: CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL

Categoria: Projetos Extensionistas

Carmen Schafauser[1]
Eliana Rezende Adami[2]

Resumo - Este estudo analisou a relação entre espiritualidade, saúde integral e práticas integrativas, enfatizando o papel da manipulação de fluidos sutis, compreendidos como expressões energéticas do ectoplasma, na promoção do equilíbrio físico, mental e espiritual. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, cujo levantamento foi realizado nas bases SciELO, PubMed, Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES, priorizando estudos entre 2000 e 2024 sobre espiritualidade, religiosidade, cura espiritual e bioenergia. Os resultados indicam que a espiritualidade, aliada às práticas integrativas, contribui para a harmonização corpo–mente–espírito e para a construção de modelos de cuidado mais humanos e holísticos, em consonância com o conceito ampliado de saúde da Organização Mundial da Saúde.

Palavras-chave: Espiritualidade; práticas integrativas; ectoplasma; saúde integral; cura espiritual.

INTRODUÇÃO

A intersecção entre espiritualidade e saúde há muito vem sendo pesquisada e estudada por alguns autores, os quais nos apresentam dados sensíveis, apontando a influência da espiritualidade no processo de saúde, desde as curas pelas conhecidas rezadeiras, benzedeiras, indígenas, xamãs, entre outros que se utilizam da medicina não convencional para o equilíbrio no tratamento e cura de doenças (Amaral et al., 2016).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também reconhece a espiritualidade como um dos componentes fundamentais do bem-estar, ao lado dos aspectos físico, mental e social, ampliando o conceito de saúde para além da ausência de doença e integrando a dimensão espiritual como elemento essencial para a qualidade de vida e o equilíbrio humano (World Health Organization, 1998).

Há evidências da existência de uma relação positiva entre espiritualidade/religiosidade e saúde comprovada cientificamente. Essa relação se manifesta através da saúde mental, física e

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

social, impactando em um menor número de casos de depressão e doenças cardiovasculares, bem como diminuição de uso de substâncias de abuso e maior longevidade (Amaral et al., 2016).

A espiritualidade e a religiosidade são conceitos relacionados, porém distintos, que se entrelaçam na experiência humana, mas possuem naturezas e expressões diferentes. A espiritualidade refere-se à busca pessoal de sentido, propósito e conexão com algo maior do que o próprio indivíduo, seja essa dimensão compreendida como Deus, energia universal, natureza ou transcendência, podendo ou não estar vinculada a instituições religiosas. Já a religiosidade está associada à prática organizada de uma fé, envolvendo doutrinas, rituais e pertencimento a uma comunidade religiosa específica (Koenig, 2012; Panzini et al., 2017). Assim, enquanto a religiosidade se manifesta por meio de sistemas de crenças e tradições institucionalizadas, a espiritualidade apresenta caráter mais subjetivo, individual e existencial, refletindo o modo como cada pessoa vivencia o sagrado e atribui sentido à própria vida (Lucchetti et al., 2021).

A espiritualidade é reconhecida como um fator que contribui significativamente para a saúde e o bem-estar de muitas pessoas. O conceito de espiritualidade está presente em todas as culturas e sociedades, sendo expresso na busca individual por um sentido último da vida, seja por meio da participação em religiões, da crença em Deus, da valorização da família, do naturalismo, do racionalismo, do humanismo ou das artes. Esses elementos influenciam profundamente a forma como pacientes e profissionais de saúde percebem os processos de saúde e doença, bem como a maneira como interagem entre si no contexto do cuidado (Puchalski, 2001).

Diante do exposto o objetivo do trabalho foi analisar a relação entre espiritualidade, saúde integral e práticas integrativas, destacando o papel da manipulação de fluidos, compreendidos aqui como expressões energéticas do ectoplasma na promoção do equilíbrio físico, mental e espiritual do ser humano.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de literatura sobre práticas espiritualistas voltadas à manipulação do ectoplasma com fins terapêuticos. O levantamento teórico foi realizado nas bases SciELO, PubMed, Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES, priorizando estudos publicados entre 2000 e 2024 sobre espiritualidade, religiosidade, cura espiritual e bioenergia. Como não envolveu pesquisa com seres humanos não teve necessidade de submissão para o Comité de ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e das observações realizadas em centros espiritualistas evidenciam que a espiritualidade, quando integrada às práticas terapêuticas, representa um fator de impacto positivo na promoção da saúde integral. Diversos autores apontam que a saúde espiritual atua como mediadora do equilíbrio emocional e físico, favorecendo a recuperação e prevenindo adoecimentos relacionados ao estresse e à desordem psicossomática (Koenig, 2012; Puchalski et al., 2014; Peres et al., 2017). Estudos empíricos e clínicos demonstram que indivíduos com maior conexão espiritual tendem a apresentar melhor qualidade

de vida, menor incidência de depressão e maior resiliência emocional, resultados que reforçam a importância dessa dimensão no cuidado em saúde (Levin, 2017; Lucchetti & Lucchetti, 2021).

A observação participante evidenciou que práticas espiritualistas de manipulação de fluidos e imposição de mãos, associadas à meditação e à prece, produzem sensações de relaxamento, bem-estar e alívio de dores físicas nos participantes. Esses efeitos subjetivos corroboram a hipótese de que a energia vital ou ectoplasma atua como um intermediário entre corpo e espírito, promovendo a harmonização de campos energéticos sutis, concepção também discutida nas obras de Chiesa (2016) e Tubino (2014), que descrevem o ectoplasma como um fluido de alta plasticidade e condutividade, capaz de responder a estímulos mentais e espirituais.

O conceito de cura integral vem sendo cada vez mais reconhecido como multidimensional, envolvendo aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais (Puchalski, 2001; Koenig, 2012). Nessa perspectiva, a prática espiritual não se opõe à medicina convencional, mas a complementa, oferecendo suporte ao processo de autocuidado, ressignificação do sofrimento e fortalecimento do sentido de vida. Levin (2020) ressalta que a fé e a espiritualidade têm sido associadas à melhor regulação imunológica e à redução de marcadores inflamatórios, evidenciando efeitos fisiológicos mensuráveis decorrentes da vivência espiritual.

Outro ponto observado foi a importância da fé e da intencionalidade durante a manipulação energética. Conforme descrito por Peres et al. (2017), o envolvimento consciente do praticante com o propósito de cura e equilíbrio potencializa os efeitos positivos sobre o sistema nervoso autônomo, promovendo respostas corporais compatíveis com estados de relaxamento profundo e homeostase. Esses resultados convergem com os achados de Lucchetti e Lucchetti (2021), que enfatizam que práticas espiritualistas como a imposição de mãos, o passe e a meditação podem ser compreendidas como intervenções integrativas, atuando na regulação psicofisiológica e emocional.

De forma complementar, a dimensão filosófica apresentada por Chiesa (2016) e Amorim (2018) contribui para compreender o ectoplasma como um elo entre as esferas material e espiritual, cuja manipulação consciente pode auxiliar na restauração energética e no alívio de sintomas físicos e emocionais. Essa compreensão amplia o paradigma biomédico tradicional, ao incluir a espiritualidade como dimensão essencial da saúde, em consonância com o que propõe a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 1998).

Em síntese, os achados deste estudo reforçam que a espiritualidade e as práticas integrativas especialmente aquelas voltadas à manipulação de fluidos sutis configuram-se como recursos promotores de saúde, bem-estar e equilíbrio integral, capazes de complementar a medicina convencional e contribuir para o desenvolvimento de modelos de cuidado mais humanos, éticos e holísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A espiritualidade e as práticas integrativas configuram-se como instrumentos complementares de promoção da saúde integral, ao permitirem a harmonização entre corpo, mente e espírito. A manipulação de fluidos sutis, compreendidos como ectoplasma, evidencia um potencial terapêutico a ser explorado em consonância com princípios éticos e científicos.

Recomenda-se o aprofundamento de pesquisas empíricas e clínicas que investiguem os efeitos mensuráveis dessas práticas, ampliando sua integração às políticas públicas de saúde e aos serviços de cuidado humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Eliane; RIBEIRO, Aline; SOARES, Carla. *Espiritualidade e saúde: uma revisão de literatura.* Revista de Enfermagem UFPE, v. 10, n. 5, p. 1801–1809, 2016. DOI: 10.5205/reuol.9003-78704-1-ED.1005201622.

AMORIM, Lúcia Regina de. *Ectoplasma e a interação entre os planos material e espiritual: uma análise bioenergética.* Revista Eletrônica de Espiritualidade e Saúde, v. 5, n. 2, p. 45–58, 2018. DOI: 10.21452/rev.espiritualidade.2018.52.045.

CHIESA, Giovani Rodrigues. *Além do que se vê: magnetismos, ectoplasmas para cirurgias.* Porto Alegre: Multifoco, 2016.

KOENIG, Harold George. *Religion, spirituality, and health: The research and clinical implications.* ISRN Psychiatry, v. 2012, p. 278730, 2012. DOI: 10.5402/2012/278730.

LEVIN, Jeff. *Religion and medicine: A history of the encounter between humanity's two greatest institutions.* Oxford: Oxford University Press, 2017. DOI: 10.1093/oso/9780190867352.001.0001.

LEVIN, Jeff. *Religion and health: a review and synthesis.* Religions, v. 11, n. 10, p. 490, 2020. DOI: 10.3390/rel11100490.

LUCCHETTI, Giancarlo; LUCCHETTI, Alessandra Lage Gonçalves. *Spirituality, religion, and health: Over the last 15 years of field research (1999–2013).* International Journal of Psychiatry in Medicine, v. 46, n. 3, p. 313–342, 2021. DOI: 10.1177/0091217415598423.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander; CARDENA, Etzel. *Differential diagnosis between spiritual experiences and mental disorders of religious content.* Revista de Psiquiatria Clínica, v. 38, n. 4, p. 150–158, 2011. DOI: 10.1590/S0101-60832011000400005.

PANZINI, Raquel Gehrke; ROCHA, Neusa Scortegagna; BANDEIRA, Denise Ruschel; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. *Religiosidade/espiritualidade e qualidade de vida.* Revista de Psiquiatria Clínica, v. 44, n. 1, p. 5–12, 2017. DOI: 10.1590/0101-60830000000089.

PERES, Júlio Fernando Peres; SIMÃO, Maria José; NASELLO, Ana Gabriela. *Espiritualidade, religiosidade e saúde: uma revisão do impacto positivo nos diversos contextos de vida.* Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 39, n. 3, p. 316–327, 2017. DOI: 10.1590/1516-4446-2016-1915.

PUCHALSKI, Christina Maria. *The Role of Spirituality in Health Care.* Baylor University Medical Center Proceedings, v. 14, p. 352–357, 2001. Disponível em: https://www.faithandhealthconnection.org/wp-content/uploads/role_of_spirituality_in_health_illness.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

TUBINO, Mathieu. *Saúde e ectoplasma: a ação do ectoplasma, visões práticas e dissertações filosóficas.* São Paulo: Candeia, 2014. E-book.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHOQOL and Spirituality, Religiousness and Personal Beliefs (SRPB): Report on WHO Consultation.* Geneva: WHO, 1998.

TODOS CONTRA A DENGUE: DIGA SIM À SAÚDE!

Categoria: Projetos Extensionistas (PAEC)[1]

Ana Carolina Buffon[2]
Karine Luz[3]

Resumo – O projeto Todos contra a Dengue: Diga SIM à Saúde! teve como foco central a conscientização sobre a prevenção da dengue, uma das arboviroses mais preocupantes no Brasil. A ação educativa buscou orientar alunos e professores quanto às formas de transmissão, sintomas e estratégias de combate ao Aedes aegypti, vetor responsável pela disseminação do vírus. O principal objetivo foi promover o conhecimento e o protagonismo estudantil na multiplicação de práticas preventivas, por meio de palestras, atividades lúdicas e jogos interativos. Dessa forma, a iniciativa contribuiu para a formação de uma consciência coletiva voltada à promoção da saúde e ao controle ambiental nas comunidades escolares e familiares.

Palavras-chave: Dengue; Aedes aegypti; Prevenção; Educação em saúde; Conscientização.

INTRODUÇÃO

A dengue é uma arbovirose causada por um vírus da família Flaviviridae e transmitida pela picada da fêmea do mosquito Aedes aegypti. Segundo o ministério da Saúde (2025), o Brasil enfrenta aumento expressivo nos casos da doença, com milhões de notificações anuais, resultado da urbanização acelerada e da manutenção de ambientes favoráveis á proliferação do vetor.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) destaca que a dengue pode variar de formas leves, com febre e dores musculares, até casos graves que levam à hospitalização e, em alguns casos, ao óbito. A eliminação dos criadouros do mosquito continua sendo a medida mais eficaz para o controle da doença.

De acordo com Souza et al. (2023), a eliminação dos criadouros do mosquito continua sendo a estratégia mais eficaz no controle da doença, devendo ser complementada por ações educativas permanentes e campanhas de mobilização social. Nesse contexto, a escola assume um papel essencial como espaço de aprendizagem e transformação social, capaz de formar cidadãos conscientes e multiplicadores de boas práticas em saúde (Ferreira; Lima, 2022).

As estratégias de controle da dengue incluem medidas preventivas focadas no combate desse mosquito transmissor, como campanhas de conscientização, uso de repelentes, vídeos educativos.

[1] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde e Fisiopatologia Experimental, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Dessa forma, o projeto buscou promover a conscientização sobre o tema em ambiente escolar, estimulando atitudes responsáveis e contínuas de combate à dengue, tanto dentro da escola quanto nas residências dos alunos, atuando como agentes multiplicadores de informação na comunidade.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado na escola Municipal de Educação Irmão Venâncio José, envolvendo estudantes do ensino fundamental I e II e professores, em encontros mensais no período vespertino.

As atividades foram estruturadas em diferentes momentos de aprendizado, incluindo palestras educativas sobre o ciclo de vida do mosquito, formas de transmissão, sintomas da doença e estratégias de prevenção.

Para tornar o conteúdo mais atrativo, foram desenvolvidas atividades lúdicas, como cruzadinhas, caça-palavras e o "Tabuleiro da Dengue", um jogo interativo com perguntas e desafios relacionados ao tema.Além disso, houve premiação simbólica, com massinha e giz de cera, oferecida aos alunos que se destacaram nas dinâmicas, incentivando o engajamento e a participação ativa. Tambem foram distribuidos planfetos informativos para os estudantes levarem aos seus familiares, reforçando a importancia de eliminar possíveis criadouros do mosquito em casa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução do projeto, observou-se grande envolvimento dos alunos e professores. As palestras despertaram curiosidades e geraram diversoa questionamentos, demostrando interesse em compreender melhor como ocorre a transmissão da dengue e quais atitudes podem ajudar na prevenção.

As atividades lúdicas foram as que mais despertaram entusiasmo, especialmente o tabuleiro da Dengue, que combinou aprendizado e diversão. Essa dinâmica possibilitou revisar o conteúdo de forma participativa, promovendo a interação entre os alunos e fortalecendo o entendimento sobre os ricos e medidas preventivas de acordo com a figura 1ª seguir.

Figura 1 - Tabuleiro da Dengue.

Fonte: A autora (2025).

A eficácia das estratégias lúdicas foi evidente no uso das cruzadinhas e caça-palavras. Estas atividades sucederam a apresentação dos slides informativos sobre o ciclo do Aedes aegypti e as formas de prevenção, funcionaram como um importante mecanismo de avaliação e reforço do conteúdo teórico. Os jogos garantiram que a informação apresentada nos slides fosse de fato internalizada pelos alunos, adquirindo as informações de forma leve e divertida, de acordo com a Figura 2.

Figura 2: Apresentação dos Slides.

Fonte: A autora (2025).

Ao final das ações, notou-se uma significativa ampliação do conhecimento sobre o tema. Muitos alunos relataram que repassaram as informações aos familiares e passaram a observar mais atentamente a presença de possíveis focos do mosquito em suas residências. Isso evidencia a eficácia das práticas educativas e reforça a importância da escola como espaço de formação cidadã e de promoção da saúde. É importante relatar que esse interesse e preocupação são muito importantes, não só para eles, mas sim para a comunidade em geral, já que com o tempo esses ensinamentos serão levados com a vida e com certeza passados a diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em saúde, quando aliada a metodologias participativas, mostra-se uma ferramenta essencial na prevenção de doenças como a dengue. O projeto Todos contra a Dengue: Diga SIM à Saúde! demonstrou que atividades lúdicas e informativas despertam o interesse e a responsabilidade dos alunos, tornando-os agentes ativos na disseminação de práticas preventivas.

É fundamental que ações como esta sejam contínuas, envolvendo toda a comunidade escolar e famílias, garantindo a construção de uma cultura de vigilância e cuidado coletivo, contribuindo assim para a redução dos índices da doença e para a promoção da saúde pública.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao PAEC pela oportunidade e apoio a realização do projeto Todos Contra A Dengue: Diga SIM a Saúde! e a escola Municipal de Educação Irmão Venâncio José pela parceria e participação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Situação epidemiológica da dengue no Brasil – 2025. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 20 out. 2025.

FERREIRA, L. A.; LIMA, D. P. Educação ambiental e saúde pública: a escola como agente transformador. Revista de Extensão Universitária, v. 8, n. 1, p. 21–30, 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Dengue: informações, sintomas e prevenção. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2025. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/dengue. Acesso em: 20 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Dengue and severe dengue. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue. Acesso em: 20 out. 2025.

SILVA, M. E.; SOUZA, P. L.; BARBOSA, R. A. Educação em saúde como estratégia de combate à dengue no ambiente escolar. Revista de Saúde Pública e Comunitária, v. 12, n. 2, p. 145–153, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em: 20 out. 2025.

A HORA DO CHÁ: EXPLORANDO SABORES E SEUS BENEFÍCIOS À SAÚDE

Categoria: Projetos Extensionistas

Letícia Alvarenga de França[1]
Líncon Bordignon Somensi[2]
Elizama de Gregório[3]

Resumo – Este trabalho apresenta uma ação extensionista voltada à educação sobre chás medicinais para idosas do Programa Universidade Aberta da Maior Idade (UAMI) em cidades do interior de Santa Catarina, destacando os chás de Espinheira-santa e Losna. Utilizando revisão bibliográfica e encontros presenciais, buscou-se valorizar o conhecimento tradicional aliado à ciência, conscientizando as participantes sobre benefícios, preparo e cuidados no consumo dessas plantas. As atividades foram didáticas, interativas e práticas, incluindo palestras, preparo laboratorial, quizzes e distribuição de amostras, promovendo o protagonismo das idosas e a troca de saberes. O projeto reforça a importância de ações educativas com informações seguras, incentivando o uso consciente das plantas medicinais no cotidiano, respeitando a cultura e necessidades dessa faixa etária, além de fortalecer a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Palavras-chave: Chás medicinais; Farmacognosia; Plantas medicinais

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais desempenham um papel fundamental na história, sendo amplamente utilizadas para o tratamento e prevenção de doenças. Seu uso remonta a tempos antigos, quando civilizações ao redor do mundo desenvolveram sistemas terapêuticos baseados em extratos vegetais (VALERIANO; SAVANI; SILVA, 2019). Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a relevância das plantas medicinais, incentivando pesquisas científicas que buscam comprovar sua eficácia e segurança (SGANZERLA; FLÔRES; DINARDI; MARZARI, 2024).

Estudos fitoquímicos têm identificado diversos compostos bioativos presentes em plantas, como alcaloides, flavonoides, terpenoides e glicosídeos, que exercem efeitos terapêuticos comprovados (GARLET; RUPPELT, 2024). Esses compostos possuem propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias, antimicrobianas e analgésicas, sendo utilizados no desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e em práticas de saúde integrativa (SGANZERLA; FLÔRES; DINARDI; MARZARI, 2024).

[1] Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No entanto, é essencial que o uso de plantas medicinais seja pautado em evidências científicas, uma vez que a automedicação ou o consumo inadequado podem resultar em efeitos adversos e interações medicamentosas prejudiciais (VALERIANO; SAVANI; SILVA, 2019). A padronização dos extratos, a correta identificação botânica das espécies e a conscientização da população são aspectos essenciais para garantir a segurança no uso dessas substâncias (GARLET; RUPPELT, 2024). Além disso, a valorização do conhecimento tradicional, aliado à pesquisa científica, contribui para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. A integração entre saberes tradicionais e acadêmicos fortalece a utilização consciente das plantas medicinais, promovendo benefícios à saúde e ao meio ambiente (NASCIMENTO, 2024).

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado a partir da revisão de literatura de artigos publicados nas plataformas Scielo, PubMed, Google Acadêmico e BVS, entre os anos de 2020 a 2025. Além disso, foram realizados 5 encontros com as alunas do Programa Universidade Aberta da Maior Idade (UAMI) das cidades de Caçador, Fraiburgo e Santa Cecília, com foco em plantas medicinais. Foram criadas duas apresentações sobre os chás de espinheira santa e losna, um para cada semestre, para que pudéssemos fazer a mesma atividade com todos os grupos das diferentes cidades.

Os encontros foram divididos em três etapas: a primeira parte teórica abordou apresentação da planta e seus benefícios, seguida pelo preparo do chá no laboratório de gastronomia, onde as alunas aprenderam o modo de preparo adequado. Em seguida, foi discutido o uso terapêutico da planta, com ênfase nas propriedades científicas e benefícios à saúde, como controle de problemas digestivos como gastrite e úlcera.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse projeto teve como objetivo promover a educação sobre diferentes tipos de chás, destacando seus sabores, propriedades funcionais e aspectos relacionados à saúde, direcionado as idosas da UAMI. A proposta buscou conscientizar esse público sobre o consumo desses chás, valorizando seus potenciais benefícios e estimulando o interesse pelo cuidado com a saúde por meio de práticas naturais.

As idosas da UAMI foram o foco principal dessa iniciativa, considerando a troca de saberes entre as alunas e o potencial de melhora na qualidade de vida por meio do uso dos chás funcionais. Elas participaram ativamente das atividades educativas, que foram planejadas para serem acessíveis e interativas, respeitando o ritmo e as particularidades dessa faixa etária.

O primeiro chá abordado foi o da espinheira-santa, conhecido pelo seu sabor amargo e pelas propriedades gastroprotetoras. Durante o encontro, foram apresentadas informações sobre suas funções medicinais, como a capacidade de aliviar problemas digestivos e contribuir para a cicatrização do trato gastrointestinal, contextualizando o uso tradicional com dados científicos. Após a apresentação, foi realizado um quiz de verdade ou mito, com perguntas sobre as informações apresentadas na palestra.

Para uma explicação ainda mais interessante, levamos as idosas de caçador ao laboratório de nutrição da UNIARP e lá explicamos na prática a diferença no preparo de infusão e decocção, para quais tipos de chás era indicado cada processo e ao final pudemos degustar o chá que preparamos com elas. Nas outras unidades essa etapa foi realizada dentro da sala.

No segundo encontro o chá de losna foi explorado, destacando algumas de suas principais propriedades funcionais, como ação antiespasmódica, digestiva e anti-inflamatória. Porém explicou-se a necessidade e importância do cuidado e atenção em relação a este chá devido a sua toxicidade em altas doses e com outros medicamentos. A abordagem passou por explicar a origem da planta, seus usos populares e cuidados necessários para seu consumo seguro. Ao final, foi realizada uma dinâmica de perguntas e respostas, para isso dividimos a sala em três grupos com o objetivo de estimular a competitividade entre elas. Foram feitas 6 perguntas sobre as duas palestras e elas tinham 3 minutos para organizarem a melhor resposta entre si. No fim, o grupo ganhador recebeu um brinde de escalda-pés desenvolvido pela Farmácia Escola.

Ambas as palestras foram pensadas e elaboradas de acordo com o pedido delas, incentivando a participação das idosas para compartilharem seus conhecimentos e aprenderem ainda mais. Depois das discussões teóricas, cada participante recebeu uma amostra do chá apresentado no dia para levar para casa. Isso permitiu que elas pudessem experimentar e vivenciar o tema tratado, o que reforçou a aprendizagem.

A metodologia aplicada priorizou o aspecto educativo e prático, criando um ambiente de troca e aprendizado. A entrega de amostras durante os encontros buscou consolidar o conhecimento oferecido, estimulando a familiarização com os sabores e propriedades dos chás para possíveis incorporações no cotidiano das idosas e sua família.

Apresentação em Caçador com as idosas da UAMI.

Fonte: A autora (2025).

Apresentação em Fraiburgo com as idosas da UAMI.

Fonte: A autora (2025).

Apresentação em Santa Cecília com as idosas da UAMI.

Fonte: A autora (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a partir desse projeto reforça-se a importância e necessidade de projeto voltados para o público de maior idade, com informações seguras e de fontes confiáveis. Visto que, o uso de plantas medicinais tem sido uma prática ancestral em diversas culturas, transmitida de geração em geração como um valioso recurso para a promoção da saúde.

Esse conhecimento tradicional, aliado a informações científicas atualizadas, oferece uma abordagem complementar e acessível aos cuidados com o bem-estar. No entanto, para garantir

a segurança e a eficácia dessas práticas, é essencial que a população tenha acesso a informações confiáveis e baseadas em evidências. Nesse contexto, o objetivo deste projeto extensionista foi promover a educação sobre o uso de plantas medicinais, difundindo informações seguras e valorizando o conhecimento popular.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

VALERIANO, Filipe Rodrigues; SAVANI, Fabiana Ramos; SILVA, Maria Rejane Valeriano da. O uso de plantas medicinais e o interesse pelo cultivo comunitário por moradores do bairro São Francisco, município de Pitangui, MG. Interações (Campo Grande), [S.L.], p. 891-905, 23 set. 2019. Universidade Catolica Dom Bosco. http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1846.

Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2015. Disponível em:[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf].

Brasil. Ministério da Saúde. Política e programa nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. 2016. Disponível em:[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf].

GARLET, Tanea Maria Bisognin; RUPPELT, Bettina Monika. Plantas medicinais com potencial para tratamento de transtornos de ansiedade e depressão: uma revisão integrativa. Revista Fitos, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 1572, 30 maio 2024. Fiocruz - Instituto de Tecnologia em Farmacos. http://dx.doi.org/10.32712/2446-4775.2024.1572.

SGANZERLA, Francieli Luana; FLÔRES, Ana Luiza Zappe Desordi; DINARDI, Ailton Jesus; MARZARI, Mara Regina Bonini. PLANTAS MEDICINAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS. Educação em Foco, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1, 2 maio 2024. Universidade Federal de Juiz de Fora. http://dx.doi.org/10.34019/2447-5246.2024.v29.43876.

NASCIMENTO, Francisca Silva do. AS PLANTAS MEDICINAIS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL. Rcmos - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1, 9 set. 2024. Editora Aluz. http://dx.doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.604.

ATUALIZAÇÕES DA INDÚSTRIA DE DERMOCOSMÉTICOS NA PEDIATRIA: INOVAÇÕES, SEGURANÇA E PERSPECTIVAS CLÍNICAS

Categoria: Leituras interdisciplinares

Josiane Caroline Rodrigues[1]
Débora Soares Souza Marins[2]

Resumo – O mercado de dermocosméticos pediátricos tem apresentado crescimento expressivo nas últimas décadas, impulsionado pela demanda por produtos seguros, eficazes e tecnologicamente avançados para o cuidado da pele infantil. Este estudo teve como objetivo revisar as principais inovações da indústria de dermocosméticos aplicadas à pediatria, com ênfase em formulações hipoalergênicas, nanotecnológica e sustentáveis. A revisão bibliográfica abrangeu artigos e relatórios técnicos entre 2018 e 2025, destacando avanços em veículos de liberação controlada, novos ativos naturais e regulamentações específicas. Constatou-se que o desenvolvimento pediátrico requer abordagens diferenciadas quanto à absorção cutânea e ao risco de toxicidade. A incorporação de sistemas nanoestruturados tem ampliado a eficácia e a tolerabilidade de produtos voltados à hidratação, fotoproteção e dermatite atópica. Observa-se, ainda, a crescente adoção de ingredientes "clean label" e práticas de sustentabilidade industrial. Conclui-se que as inovações em dermocosméticos pediátricos refletem a convergência entre ciência, regulação e responsabilidade social, fortalecendo a integração entre as áreas farmacêutica, médica e nutricional.

Palavras-chave: dermocosméticos pediátricos; nanotecnologia; segurança cutânea; formulações hipoalergênicas; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A pele infantil apresenta características fisiológicas singulares, como maior permeabilidade, pH neutro e imaturidade da barreira epidérmica, o que torna o uso de produtos cosméticos um tema de alta relevância clínica e regulatória. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC, 2024), o segmento de dermocosméticos pediátricos tem crescido cerca de 12% ao ano no Brasil, impulsionado pela busca de soluções seguras e multifuncionais.

A inovação tecnológica no setor tem sido marcada pela incorporação de nanossistemas, emulsões biomiméticas e ativos naturais com propriedades anti-inflamatórias e calmantes, voltados à prevenção de dermatites e manutenção da microbiota cutânea (Silva et al., 2023).

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além do viés farmacotécnico, o tema envolve aspectos interdisciplinares que perpassam a pediatria, a farmácia, a dermatologia e a nutrição, considerando o impacto dos componentes tópicos e sistêmicos sobre a saúde da criança.

A presente revisão tem como objetivo revisar as principais atualizações tecnológicas e regulatórias da indústria de dermocosméticos pediátricos, analisando os desafios de segurança, eficácia e sustentabilidade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada entre agosto e outubro de 2025, com busca nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Scholar. Foram incluídos artigos e documentos técnicos publicados entre 2018 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem dermocosméticos infantis, nanotecnologia aplicada à pediatria e aspectos de segurança cutânea.

Foram excluídos artigos sem revisão por pares ou de caráter puramente comercial. Os resultados foram agrupados em eixos temáticos: (1) inovações tecnológicas; (2) segurança e regulamentação; (3) sustentabilidade e consumo consciente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

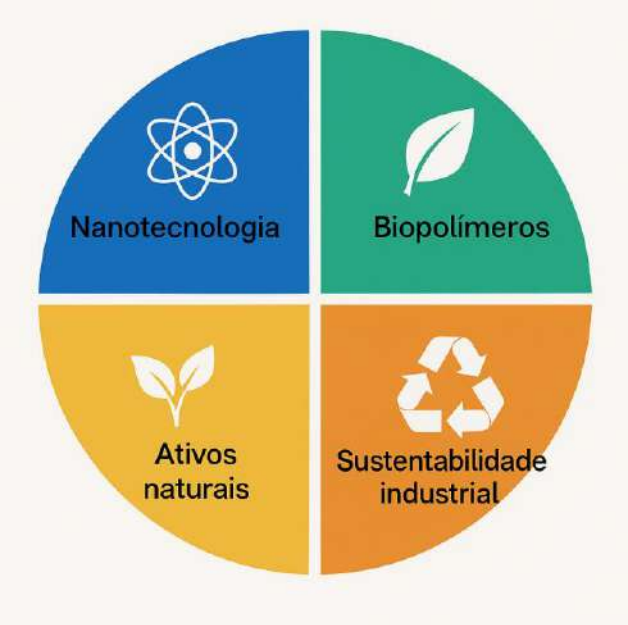
O termo dermocosmético refere-se a produtos de uso tópico com ação fisiológica comprovada, situados na interface entre cosmético e medicamento (Lopes et al., 2021). Em pediatria, sua formulação requer atenção especial à toxicocinética cutânea e à ausência de conservantes sensibilizantes, corantes ou fragrâncias artificiais (ANVISA, 2022).

A nanotecnologia tem revolucionado a área, permitindo a liberação controlada de ativos como pantenol, niacinamida e ceramidas, com melhor penetração e menor irritabilidade dérmica (Fernandes et al., 2023). Estudos recentes apontam o uso de nanoemulsões com óleos vegetais e lipossomas de camomila e aveia coloidal para o manejo da dermatite atópica e da descamação neonatal (Gomes et al., 2024).

Além da eficácia clínica, a indústria tem incorporado princípios de sustentabilidade, como o uso de embalagens biodegradáveis, biopolímeros e substituição de silicones sintéticos por alternativas vegetais. O movimento “clean beauty” tem impulsionado o desenvolvimento de produtos com ingredientes rastreáveis e livres de microplásticos (ABIHPEC, 2024).

No contexto regulatório, a Resolução RDC nº 752/2022 da ANVISA reforça critérios de segurança para produtos destinados ao público pediátrico, exigindo ensaios de compatibilidade dérmica e comprovação de hipoalergenicidade. A integração dessas normas com avanços científicos demonstra a necessidade de constante atualização por parte de profissionais da saúde e da indústria cosmética.

Figura 1. Tendências tecnológicas na formulação de dermocosméticos pediátricos.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria de dermocosméticos pediátricos vive um momento de expansão e sofisticação tecnológica, fundamentado em avanços da farmacotécnica e da ciência dos materiais. O uso de nanossistemas, a seleção criteriosa de ativos e o rigor regulatório reforçam a segurança e eficácia desses produtos.

A interdisciplinaridade entre farmácia, medicina, nutrição e engenharia química é essencial para garantir que o desenvolvimento desses produtos ocorra de maneira ética e sustentável. Observa-se, portanto, que o profissional farmacêutico desempenha papel estratégico na avaliação e inovação de formulações pediátricas seguras, acessíveis e ecologicamente responsáveis.

Conclui-se que a atualização constante sobre o tema é indispensável para alinhar a prática clínica e industrial aos princípios de segurança, eficácia e sustentabilidade, contribuindo para a promoção da saúde infantil e o fortalecimento da indústria nacional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa e às práticas interdisciplinares, bem como à ABIHPEC pelo acesso a dados atualizados do setor cosmético brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. ***Relatório Setorial de Inovação Cosmética 2024***. São Paulo: ABIHPEC, 2024.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução RDC nº 752/2022: Regulamento Técnico para Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal.* Brasília: ANVISA, 2022.

FERNANDES, M. S. et al. *Nanocarriers in pediatric dermocosmetics: challenges and future directions*. ***International Journal of Pharmaceutics***, v. 648, p. 123-138, 2023.

GOMES, R. L.; SANTOS, C. P.; COSTA, F. D. *Nanoemulsões e lipossomas em formulações pediátricas: avanços recentes e segurança clínica.* ***Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences***, v. 60, e231020, 2024.

LOPES, A. R.; MENDES, T. S.; VIEIRA, P. A. *Cosmetologia aplicada à pediatria: desafios e oportunidades*. ***Revista Saúde e Pesquisa***, v. 14, n. 2, p. 1–11, 2021.

SILVA, E. P.; MOURA, F. J.; CASTRO, A. F. *Tendências da dermocosmética infantil: enfoque em sustentabilidade e biotecnologia*. ***Journal of Cosmetic Science and Technology***, v. 12, n. 4, p. 201–212, 2023.

BIODISPONIBILIDADE E BIOEQUIVALÊNCIA: AVALIAÇÃO CRÍTICA DA INTERCAMBIALIDADE DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES NO CONTEXTO FARMACÊUTICO

Categoria: Leituras interdisciplinares

Patrícia Rodrigues Carneiro[1]
Débora Soares Souza Marins[2]

Resumo – A garantia da eficácia e segurança dos medicamentos é essencial na prática farmacêutica, e os parâmetros de biodisponibilidade e bioequivalência representam a base para assegurar a intercambialidade entre medicamentos de referência e seus genéricos ou similares. Este trabalho tem como objetivo revisar e discutir o papel desses conceitos no contexto regulatório brasileiro, destacando os testes e critérios exigidos pela ANVISA para comprovação da equivalência terapêutica. O estudo, de natureza exploratória e descritiva, foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica com foco em legislações, artigos científicos e diretrizes nacionais e internacionais. Os resultados apontam que os testes de bioequivalência são essenciais para garantir que a velocidade e a extensão da absorção do fármaco sejam comparáveis entre os produtos, sustentando a confiança na intercambialidade. Conclui-se que a aplicação rigorosa desses conceitos é indispensável para a segurança do paciente, a eficácia terapêutica e a credibilidade do sistema de medicamentos genéricos no Brasil.

Palavras-chave: biodisponibilidade; bioequivalência; intercambialidade; medicamentos genéricos; regulação farmacêutica.

INTRODUÇÃO

A introdução de medicamentos genéricos e similares representa um marco para a saúde pública, promovendo o acesso equitativo e a redução de custos sem comprometer a qualidade terapêutica. No Brasil, a Lei nº 9.787/1999 consolidou a política nacional de medicamentos genéricos, baseando-se na intercambialidade com o produto de referência (BRASIL, 1999).

Para que essa substituição ocorra de forma segura, é necessário comprovar a biodisponibilidade (BD) e a bioequivalência (BE). A biodisponibilidade mede a velocidade e a extensão com que o princípio ativo é absorvido e atinge a circulação sistêmica, enquanto a bioequivalência confirma, por meio de estudos clínicos e estatísticos, que dois medicamentos apresentam comportamento farmacocinético semelhante (SHARGEL & YU, 2016).

Compreender esses conceitos é essencial para o farmacêutico, pois sua aplicação garante a qualidade dos medicamentos dispensados e a confiança da população no sistema regulatório.

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O presente estudo propõe uma revisão crítica sobre os fundamentos, a importância e as implicações regulatórias dos estudos de B/BE, destacando sua relevância para a prática e formação farmacêutica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória e descritiva, conduzida entre setembro e outubro de 2025. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, Google Acadêmico, e no portal da ANVISA, utilizando os descritores "biodisponibilidade", "bioequivalência", "medicamentos genéricos" e "legislação farmacêutica".

Foram incluídos artigos científicos, revisões e documentos oficiais publicados entre 2013 e 2025, priorizando estudos revisados por pares e textos de relevância regulatória. Foram excluídos materiais sem embasamento técnico. Os dados foram analisados qualitativamente, enfatizando os principais aspectos conceituais, normativos e práticos dos estudos de bioequivalência e biodisponibilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONCEITOS FUNDAMENTAIS E REGULAÇÃO

Os testes de biodisponibilidade e bioequivalência (B/BE) constituem o padrão ouro para verificar a similaridade entre medicamentos. A RDC nº 31/2010 da ANVISA estabelece as diretrizes para sua realização, definindo que as diferenças nos parâmetros farmacocinéticos (AUC e Cmax) devem estar dentro do intervalo de confiança de 80% a 125% (ANVISA, 2010).

Esses estudos envolvem voluntários sadios e avaliam a absorção, distribuição, metabolismo e excreção dos fármacos, permitindo comparar a exposição sistêmica entre o medicamento teste e o de referência (STORPIRTIS et al., 2013).

IMPORTÂNCIA PARA A INTERCAMBIALIDADE

A bioequivalência é o principal requisito para a intercambialidade terapêutica, garantindo que medicamentos genéricos e similares possuam eficácia e segurança equivalentes ao produto de referência (SILVA, 2024). A comprovação desses parâmetros assegura que a substituição não resulte em variações clínicas significativas, protegendo o paciente e a credibilidade do sistema de saúde.

Além disso, os testes de B/BE têm papel essencial no controle de qualidade, permitindo que produtos de diferentes fabricantes mantenham consistência farmacológica e terapêutica (SHARGEL & YU, 2016).

DESAFIOS E IMPLICAÇÕES

Apesar de fundamentais, os estudos de B/BE apresentam desafios metodológicos e financeiros. Medicamentos de liberação modificada ou com índice terapêutico estreito requerem protocolos específicos e análise estatística detalhada (ANVISA, 2010).

A contínua atualização regulatória e tecnológica é indispensável para manter a credibilidade do processo e assegurar a confiabilidade dos genéricos no mercado (LOPES et al., 2023). A atuação do farmacêutico é determinante tanto na interpretação de relatórios técnicos quanto na orientação ao paciente sobre a intercambialidade segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de biodisponibilidade e bioequivalência sustentam o modelo regulatório brasileiro de medicamentos genéricos e similares. O rigor na aplicação das normas da ANVISA é fundamental para assegurar a eficácia terapêutica e a confiança da população.

A compreensão desses parâmetros capacita o futuro farmacêutico a atuar com responsabilidade na pesquisa, indústria e dispensação de medicamentos, promovendo o uso racional e a segurança farmacoterapêutica. A integração entre ciência regulatória, farmacocinética e prática clínica é essencial para a evolução da saúde pública.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução RDC nº 31, de 11 de agosto de 2010. Dispõe sobre os Estudos de Equivalência Farmacêutica e de Perfil de Dissolução. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a política de medicamentos genéricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 fev. 1999.

LOPES, A. C.; MENDES, R. J.; TAVARES, D. F. Novas tendências em estudos de bioequivalência: perspectivas regulatórias e científicas. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, v. 59, n. 2, p. e210, 2023.

SHARGEL, L.; YU, A. B. C. *Applied Biopharmaceutics & Pharmacokinetics*. 7th ed. New York: McGraw-Hill Education, 2016.

STORPIRTIS, S.; MARCOLONGO, R.; GASPAROTTO, F. S.; VILANOVA, C. M. A equivalência farmacêutica no contexto da intercambialidade entre medicamentos genéricos e de referência: bases técnicas e científicas. *Infarma – Ciências Farmacêuticas*, v. 16, n. 9/10, p. 51–56, 2013. Disponível em: https://cff.emnuvens.com.br/infarma/article/view/303. Acesso em: 26 out. 2025.

AVALIAÇÃO DO PAPEL DO SHITAKE E DO ESPINAFRE COMO ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Categoria: Leitura interdisciplinar

Alice de Souza[1]
Emanuelli Fabrizia Scheffer[2]
Maíve Carvalho da Silva[3]
Matheus Fernandes[4]
Thyana Lays Brancher[5]

Resumo - O presente trabalho aborda a importância dos alimentos funcionais na promoção da saúde e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), destacando o shitake (Lentinula edodes) e o espinafre (Spinacia oleracea L.) como exemplos significativos desse grupo alimentar. Os alimentos funcionais contêm compostos biologicamente ativos que, quando consumidos regularmente, proporcionam benefícios fisiológicos e auxiliam na redução do risco de diversas patologias. O shitake apresenta propriedades antitumorais, hipoglicêmicas, antitrombóticas e redutora de colesterol, sendo rico em proteínas, betaglucanas, fibras e minerais. Já o espinafre destaca-se por sua alta concentração de luteína e antioxidantes, que protegem as células contra os radicais livres e contribuem para a saúde ocular e cardiovascular. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica em bases científicas, priorizando estudos entre 2014 e 2025. Os resultados evidenciam que o consumo regular desses alimentos pode melhorar funções orgânicas e prevenir doenças degenerativas. Contudo, observou-se uma escassez de pesquisas recentes e aprofundadas sobre seus efeitos, especialmente em estudos clínicos, reforçando a necessidade de mais investigações científicas para ampliar o conhecimento sobre seu potencial terapêutico e funcional.

Palavras-chave: alimentos funcionais; shitake; espinafre; compostos bioativos.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje se nota o crescimento de pessoas obesas com doenças crônicas não transmissíveis (DNTs) por conta do aumento da procura de alimentos ultraprocessados que são ricos em gordura saturada, sódio e açucares adicionados, associados também há hábitos de vida não saudáveis, como tabagismo, sedentarismo e aumento de consumo de alimentos não saudáveis (Ladia et al., 2024).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A crescente preocupação com a saúde e o bem-estar tem estimulado a busca por alimentos que ofereçam benefícios além da nutrição básica. Os chamados alimentos funcionais são produtos que contêm compostos biologicamente ativos capazes de promover efeitos positivos à saúde quando consumidos regularmente. Esses efeitos vão desde a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes mellitus, hipertensão arterial e câncer, até a melhora do bem-estar geral e da qualidade de vida (Prock, 2025).

O conceito de alimentos funcionais é conciso: são produtos que, além de nutrir, contêm componentes biologicamente ativos que promovem benefícios fisiológicos ou reduzem o risco de doenças. Em modo geral, esses alimentos possuem componentes bioativos que promovem benefícios à saúde. De acordo com a regulamentação brasileira da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o termo "alimentos funcionais" não é definido legalmente, mas sim a alegação de propriedade funcional, que é aquela relativa ao papel metabólico ou fisiológico que o nutriente ou não nutriente tem nas funções normais do organismo humano (Prock, 2025).

Os alimentos funcionais são aqueles que, além de cumprir sua função nutricional básica, contêm compostos bioativos que oferecem benefícios extras à saúde, como a prevenção de doenças crônicas cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer (Silva et al., 2025; Oliveira et al., 2024).

O shitake (Lentinula edodes), segundo cogumelo mais consumido no mundo e responsável por cerca de 25% da produção global, destaca-se como um alimento funcional de grande valor nutricional. É um alimento de baixo teor calórico e reduzida quantidade de gorduras, apresentando propriedades antitumorais, hipoglicêmicas, antitrombóticas e redutora de colesterol. Rico em proteínas, vitaminas, minerais, betaglucanas, fibras alimentares e aminoácidos essenciais, o shiitake também possui compostos antioxidantes que contribuem para a diminuição do risco de doenças associadas à obesidade, como as síndromes metabólicas e as doenças cardiovasculares, frequentemente relacionadas ao consumo excessivo de gorduras e açúcares (Sara, 2016).

O espinafre (Spinacia oleracea L.) é uma hortaliça folhosa verde de grande relevância nutricional, sendo rico em minerais, vitaminas do complexo B, vitamina C (ácido ascórbico) e carotenoides, especialmente a luteína. Esse carotenoide de pigmentação amarela atua como um potente antioxidante, protegendo lipídios, proteínas e DNA contra os danos causados pelos radicais livres. O consumo regular de espinafre e outras hortaliças ricas em luteína é altamente recomendado, pois ajuda na prevenção de doenças degenerativas, como a degeneração macular relacionada à idade (DMRI), catarata e aterosclerose, contribuindo para a manutenção da saúde ocular e cardiovascular (Stringheta et al,. 2017).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esta revisão bibliográfica incluiu a consulta a bases de dados científicas como Google Acadêmico, Web of Science, Science Direct, PubMed e SciELO. Foram priorizados estudos sobre compostos bioativos, seus efeitos na saúde e a funcionalidade de vegetais. A seleção considerou estudos de intervenção em humanos e experimentais (em animais e cultura de células) publicados a partir de 2014 por falta de estudos recentes, até 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a ANVISA não oferece uma definição para o termo "alimentos funcionais", mas sim para a alegação de propriedade funcional. Essa alegação se refere ao papel metabólico ou fisiológico que um nutriente ou não nutriente tem nas funções normais do organismo. A eficácia desses alimentos deve ser comprovada por estudos científicos. Em 2018, muitos alimentos com propriedades funcionais foram classificados na categoria de suplementos alimentares. Os alimentos funcionais são associados a benefícios significativos na prevenção e no tratamento de condições crônicas, incluindo câncer, diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares.

O shitake é um alimento de grande valor para a saúde humana, especialmente em dietas ricas em gorduras e açúcares, que podem levar à obesidade e síndromes metabólicas. Ele possui propriedades redutoras de colesterol, atribuídas à sua composição rica em betaglucanas e fibras alimentares, que ajudam a diminuir os níveis de colesterol total, LDL e triglicerídeos. Além disso, o shitake contribui para o controle glicêmico, apresentando efeito redutor da glicose no sangue, o que é benéfico para pessoas com diabetes. Também exerce ação protetora, reduzindo o risco de doenças associadas à obesidade e apresentando efeitos antitumoral e antitrombótico.

O espinafre é um alimento essencial na dieta devido à sua alta concentração de antioxidantes e carotenoides, principalmente a luteína, que se acumula na mácula da retina e atua como pigmento protetor ao filtrar a luz azul prejudicial, contribuindo para a prevenção de doenças oculares como Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI), catarata e retinopatia diabética. Além de sua função protetora na visão, a luteína apresenta potente ação antioxidante e anticancerígena, protegendo lipídios, proteínas e DNA contra os radicais livres; extratos de espinafre demonstram elevada atividade antioxidante (acima de 70%), e o consumo regular desse carotenoide está associado à menor incidência de câncer de cólon. Outro benefício importante é sua ação na prevenção cardiovascular, pois a luteína ajuda a evitar a aterosclerose ao proteger o endotélio dos danos provocados pelas lipoproteínas de baixa densidade (LDL) oxidadas.

O consumo de alimentos funcionais, em geral, está relacionado à melhoria de diversas funções orgânicas. O funcionamento intestinal é um dos principais focos de benefícios, com resultados positivos observados em 50,0% dos estudos analisados em uma revisão integrativa. As fibras alimentares, abundantes em vegetais e cereais integrais, são protetoras contra hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e câncer de reto e cólon, principalmente por melhorarem o trânsito intestinal e aumentarem a sensação de saciedade. Os probióticos (microrganismos vivos) promovem o equilíbrio da microbiota intestinal, auxiliando na prevenção e redução dos sintomas de doenças gastrointestinais e no controle do colesterol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta revisão, conclui-se que os alimentos funcionais desempenham um papel essencial na promoção da saúde e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, indo além da simples oferta de nutrientes. O shitake e o espinafre destacam-se entre esses alimentos por suas propriedades benéficas comprovadas, como a ação antioxidante, redutora de colesterol, hipoglicêmica e protetora contra doenças degenerativas e cardiovasculares.

No entanto, uma das principais dificuldades observadas durante o desenvolvimento deste trabalho foi a escassez de estudos recentes e aprofundados sobre os efeitos específicos desses alimentos funcionais, especialmente em pesquisas clínicas com humanos. Essa limitação evidencia a necessidade de maior investimento científico nessa área, a fim de ampliar o conhecimento sobre os mecanismos de ação e potencial terapêutico desses alimentos, promovendo assim uma base mais sólida para sua aplicação na nutrição e na saúde pública.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. J. *et al*. Alimentos funcionais e benefícios para a saúde. Revista Contemporânea, *[S. l.]*, v. 5, n. 1, p. e7318, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N1-082. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7318. Acesso em: 25 out. 2025.

COSTA, L. E. *et al*. Efeitos de alimentos/compostos funcionais na saúde: uma revisão integrativa. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 4, p. e71222, 2024. Disponivel em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/71222. Acesso em: 20 out. 2025

STRINGHETA, P. *et al*. Luteina: propriedades antioxidantes e benefícios à saúde. Alimentos e Nutrição, v.17, n.2, p. 229-238. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49599824_LUTEINA_PROPRIEDADES_ANTIOXIDANTES_E_BENEFICIOS_A_SAUDE. Acesso em: 18 out. 2025

PROCK, R. R.. Alimentos funcionais: uma abordagem sobre conceitos, saúde e mercado. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia de Alimentos) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2025.

COVID-19:O VÍRUS QUE PAROU O MUNDO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Gabriela Mezomo[1]
Franciele Aparecida Correia[2]
Sabrina Varoto[3]
Paula Maia[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na China. Devido ao seu alto potencial de transmissão, o vírus rapidamente se espalhou pelo mundo, tornando-se uma pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. A infecção ocorre principalmente por via respiratória, através de gotículas expelidas ao falar, tossir ou espirrar, além de contato com superfícies contaminadas. Os sintomas variam de leves a graves, sendo os mais comuns: febre, tosse, dor de garganta, fadiga, falta de ar, perda do olfato e paladar. Em casos severos, pode evoluir para síndrome respiratória aguda grave, necessidade de internação e óbito, principalmente em pessoas idosas e com comorbidades. A prevenção inclui vacinação, uso de máscaras em ambientes de risco, higienização constante das mãos e manutenção de ambientes ventilados. O tratamento depende da gravidade da doença, podendo envolver desde cuidados domiciliares até suporte hospitalar avançado. Ao longo dos anos, variantes do vírus surgiram, exigindo atualização contínua das vacinas e das medidas de saúde pública. A leitura interdisciplinar deste estudo busca promover reflexão sobre os impactos sociais, sanitários e científicos da pandemia.

Palavras-chave: Pandemia; saúde pública; distanciamento social; variantes virais; Covid-19.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, identificado inicialmente em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Devido à sua alta transmissibilidade e rápida disseminação global, a doença foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, tornando-se um dos maiores desafios de saúde pública do século XXI. O vírus é transmitido principalmente por meio de gotículas respiratórias, contato próximo com indivíduos infectados e exposição a superfícies contaminadas.

[1]Aluno do Curso de Farmacia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmacia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmacia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os sintomas podem variar de manifestações leves, semelhantes a um resfriado comum, até quadros graves de insuficiência respiratória, especialmente em idosos e pessoas com comorbidades. A pandemia causou impacto significativo nos sistemas de saúde, na economia e na sociedade, demandando estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico e tratamento. Nesse contexto, a vacinação, o uso de máscaras, a higienização das mãos e o distanciamento social foram adotados globalmente como medidas essenciais para controlar a propagação do vírus.

Apesar dos avanços científicos, a COVID-19 continua a exigir vigilância epidemiológica, atualização constante das vacinas e ações educativas que promovam a proteção individual e coletiva. Assim, estudar e compreender a doença permanece fundamental para minimizar seus impactos e prevenir futuras emergências sanitárias.

Em 2023, a introdução das vacinas bivalentes contra a Covid-19 ampliou a proteção contra variantes como Ômicron e suas sublinhagens, representando um marco na imunização global (BRASIL, 2023). Além disso, a pandemia revelou a necessidade de integração entre áreas como biotecnologia, farmacologia, epidemiologia e ciências sociais, evidenciando o caráter interdisciplinar do enfrentamento às crises sanitárias.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma leitura bibliográfica de caráter descritivo e qualitativo, realizada com o objetivo de reunir informações atualizadas sobre a COVID-19, abordando aspectos relacionados à etiologia, formas de transmissão, sintomas clínicos, prevenção, tratamento e impacto global da doença.

A pesquisa foi conduzida entre os meses de agosto e outubro de 2025, utilizando como principais fontes bases de dados institucionais e científicas de acesso público, incluindo a Organização Mundial da Saúde (WHO), o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/PAHO) e o Ministério da Saúde do Brasil.

Foram analisados 15 artigos científicos, boletins epidemiológicos, documentos técnicos e relatórios oficiais publicados entre 2019 e 2024, com enfoque em informações de relevância global e nacional. Os critérios de inclusão abrangeram publicações que tratassem da transmissibilidade, manifestações clínicas, estratégias de prevenção e controle, bem como impactos sociais e sanitários da pandemia. Foram excluídas fontes sem embasamento científico, reportagens jornalísticas ou documentos não revisados por instituições reconhecidas.

A leitura e análise dos materiais foram realizadas de forma interpretativa, buscando identificar padrões comuns e divergências entre as fontes, a fim de construir uma visão ampla e atualizada sobre a COVID-19 e suas implicações em saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura bibliográfica de fontes oficiais da OMS, CDC, OPAS e Ministério da Saúde permitiram compreender a evolução da COVID-19 e seus impactos na saúde pública mundial. A doença, causada pelo SARS-CoV-2, foi identificada em dezembro de 2019 na China e rapidamente se espalhou pelo mundo, levando a OMS a declarar pandemia em março de 2020.

Os estudos mostram que a transmissão ocorre principalmente por gotículas respiratórias e contato com superfícies contaminadas, o que justifica as medidas de prevenção adotadas globalmente, como uso de máscaras, higiene das mãos e ventilação de ambientes.

Os sintomas variam de leves a graves, sendo mais comuns febre, tosse, fadiga, dor de garganta, perda de olfato e paladar. Casos severos podem evoluir para síndrome respiratória aguda grave, principalmente em idosos e pessoas com comorbidades. Esses grupos apresentam maior risco de hospitalização e óbito, confirmando a importância do monitoramento clínico e da vacinação.

Com o início das campanhas de imunização em massa, observou-se uma redução significativa nas internações e mortes, comprovando a eficácia das vacinas. No entanto, o surgimento de variantes virais — como Delta e Ômicron — aumentou a transmissibilidade e exigiu atualizações vacinais e reforço nas medidas de prevenção.

A pandemia também trouxe impactos sociais e psicológicos, com isolamento, sobrecarga dos sistemas de saúde e aumento de transtornos mentais. No Brasil, os picos de casos e óbitos entre 2020 e 2021 foram seguidos por queda gradual após o avanço da vacinação, segundo dados do Ministério da Saúde.

Mesmo com o controle parcial da doença, a COVID-19 permanece como desafio global, devido ao risco de novas variantes e à ocorrência da COVID longa, que causa sintomas persistentes. As fontes consultadas reforçam que o controle efetivo depende da manutenção da vacinação, da vigilância epidemiológica e da educação em saúde, além do fortalecimento dos sistemas públicos para futuras emergências.

Segundo dados da OMS (2024), até setembro de 2024 foram confirmados mais de 775 milhões de casos e cerca de 7 milhões de mortes por Covid-19 em todo o mundo. No Brasil, a pandemia também evidenciou desigualdades no acesso à saúde e a importância da atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas — médicos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos e comunicadores — na contenção da crise sanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Covid-19 representou um marco na história recente da humanidade, destacando a vulnerabilidade dos sistemas de saúde e a importância da cooperação científica e social diante de emergências sanitárias. O estudo permitiu compreender que, apesar dos avanços alcançados no controle da doença — principalmente com a vacinação em massa, ainda há desafios significativos relacionados à vigilância epidemiológica, à adesão às medidas preventivas e ao enfrentamento das consequências físicas, psicológicas e socioeconômicas deixadas pela pandemia.

A pandemia da Covid-19 reforçou a importância da educação em saúde, da pesquisa científica e da colaboração interdisciplinar para a superação de crises sanitárias. O estudo demonstra que a atuação conjunta entre áreas da saúde, tecnologia e comunicação é essencial para o enfrentamento de desafios globais, destacando o papel da universidade na formação de profissionais críticos e comprometidos com a saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinação contra Covid-19: esquema vacinal atualizado 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus – Dados de COVID-19 no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://ghdx.healthdata.org/record/brazil-ministry-health-covid-19-coronavirus-dsahboard-2020 Acesso em: 27 out. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). Atlanta: CDC, 2024. Disponível em: https://www.cdc.gov/covid/index.html Acesso em: 27 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Coronavirus disease (COVID-19). Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus Acesso em: 27 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Technical Documents – Coronavirus Disease (COVID-19). Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.paho.org/en/technical-documents-coronavirus-disease-covid-19 Acesso em: 27 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Weekly epidemiological update on COVID-19 – 2024. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/publications. Acesso em: 27 out. 2025.

PREP: CONCEITOS, INDICAÇÕES E IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

Categoria: Leituras interdisciplinares

Ana Carolina Buffon[1]
Mariana Pereira Pelepe[2]
Milena Cabral da Rocha[3]
Suelen Nascimento da Luz[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – A Profilaxia Pré-Exposição Sexual (PrEP) é uma estratégia biomédica promissora para o controle da epidemia de HIV, com eficácia superior a 90% quando utilizada corretamente. Ela consiste no uso diário de antirretrovirais por pessoas HIV-negativas, reduzindo o risco de infecção em caso de exposição. Recentemente, o Brasil passou a disponibilizar também a PrEP injetável de longa duração, com cabotegravir, representando um avanço na prevenção e adesão ao tratamento. O presente trabalho, desenvolvido no formato de aula invertida interdisciplinar, integrou farmacologia, microbiologia e saúde pública, estimulando o protagonismo discente por meio de atividades educativas e lúdicas. A metodologia ativa possibilitou o aprofundamento conceitual sobre a PrEP, suas indicações, barreiras de adesão e relevância no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando o papel do farmacêutico na prevenção e promoção da saúde.

Palavras-chave: HIV; profilaxia pré-exposição; cabotegravir; prevenção combinada; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) permanece como um dos maiores desafios globais de saúde pública. Segundo o UNAIDS (2023), aproximadamente 39 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo, sendo registradas 1,3 milhão de novas infecções em 2022. Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, a prevenção continua sendo o eixo central do enfrentamento à epidemia.

A Prevenção Combinada surge como uma abordagem abrangente que associa diversas estratégias como o uso de preservativos, testagem regular, tratamento antirretroviral e a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) adaptando-se às vulnerabilidades das diferentes populações (BRASIL, 2022). A PrEP, incorporada ao SUS em 2017, representa uma inovação biomédica voltada para pessoas

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

HIV-negativas em maior risco de exposição, como homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas trans, profissionais do sexo e casais sorodiferentes (LIMA et al., 2021).

Em 2024, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou o uso da PrEP injetável de longa duração com cabotegravir, aplicada a cada dois meses, ampliando as opções preventivas e favorecendo a adesão (BRASIL, 2025). Essa formulação vem sendo incorporada de forma gradual ao SUS, representando uma inovação significativa na prevenção do HIV e na redução de novas infecções.

Diante desse cenário, este estudo visa discutir a importância da PrEP oral e injetável na prevenção ao HIV, destacando seus avanços, desafios e o papel do farmacêutico na promoção da saúde e na educação comunitária.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com base em uma aula invertida interdisciplinar, integrando conteúdos de farmacologia, microbiologia e saúde pública. As alunas realizaram uma revisão bibliográfica qualitativa nas bases SciELO, Google Acadêmico e no portal da ANVISA, utilizando os descritores "PrEP", "Profilaxia Pré-Exposição", "Cabotegravir", "HIV" e "Prevenção Combinada".

Os estudos selecionados abrangeram publicações entre 2017 e 2025, priorizando diretrizes nacionais e internacionais atualizadas. Em sala de aula, o tema foi abordado de forma participativa, com apresentações dialogadas e dinâmicas educativas, incluindo um jogo de perguntas e respostas ("torta na cara") sobre prevenção, além da distribuição de preservativos e um QR Code com link para vídeo informativo sobre a PrEP.

A estratégia metodológica buscou desenvolver o pensamento crítico, a autonomia e a aplicação prática dos conhecimentos sobre HIV e farmacologia preventiva, aproximando a teoria das ações de saúde pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A PrEP consiste no uso de antirretrovirais por indivíduos HIV-negativos, visando impedir a replicação viral em caso de exposição. O esquema oral padrão combina tenofovir disoproxil fumarato e emtricitabina, enquanto a nova PrEP injetável com cabotegravir de longa duração oferece maior comodidade e eficácia na prevenção, com administração intramuscular bimestral (BRASIL, 2025; WHO, 2023).

Estudos clínicos internacionais, como o HPTN 083 e 084, demonstraram que o cabotegravir é mais eficaz que a PrEP oral na prevenção do HIV, especialmente em populações com menor adesão diária (UNAIDS, 2023). A inclusão dessa tecnologia no SUS reforça a importância da inovação farmacêutica e da equidade em saúde.

Além do impacto biomédico, a dimensão social da PrEP é essencial. Barreiras como o estigma, a desinformação e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde ainda limitam sua adesão (SOARES et al., 2020; ANTONINI et al., 2023). Por isso, a abordagem interdisciplinar

unindo farmacêuticos, enfermeiros, médicos e educadores é fundamental para ampliar o alcance da prevenção combinada e fortalecer o vínculo entre os usuários e o sistema de saúde.

A aplicação da metodologia de aula invertida possibilitou uma reflexão crítica sobre o papel do farmacêutico como agente de transformação social. A integração entre educação, ciência e prática clínica fortalece a formação humanizada e comprometida com a saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) representa um marco nas estratégias de enfrentamento ao HIV, contribuindo significativamente para a redução das novas infecções. A introdução da PrEP injetável com cabotegravir amplia as opções de cuidado e favorece a adesão, especialmente entre populações vulneráveis.

O uso de metodologias ativas, como a aula invertida interdisciplinar, mostrou-se eficaz na disseminação do conhecimento e na construção coletiva do saber em saúde. Reforça-se a necessidade de ações educativas permanentes, combate ao estigma e fortalecimento das políticas públicas que garantam o acesso equitativo à prevenção combinada.

O farmacêutico tem papel estratégico nesse contexto tanto na orientação sobre o uso da PrEP quanto na promoção da educação em saúde e na atuação integrada junto às equipes multiprofissionais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à UNIARP pelo suporte institucional e incentivo à pesquisa e extensão universitária.

REFERÊNCIAS

ANTONINI, M. et al. Barreiras para o uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, n. 3, e20210963, 2023. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0963pt.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2022*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cabotegravir: nova PrEP injetável chega ao SUS em 2025*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude.

LIMA, A. C. S. et al. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 10, 2021.

SOARES, P. C. et al. Barreiras para o uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 4, 2020.

UNAIDS. *Global AIDS Update 2023: The Path that Ends AIDS*. Geneva: UNAIDS, 2023.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Guidelines on HIV prevention, testing, treatment, service delivery and monitoring.* Geneva: WHO, 2023.

ZUCCHI, E. M. et al. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 7, e00206617, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00206617.

GUACO MIKANIA GLOMERATA E MIKANIA LAEVIGATA: POTENCIAL TERAPÊUTICO E RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Adrielle Wagner Paes[1]
Eliezer Ferrais[2]
Gabriela Mezomo[3]
Wesley Alessandro Costa[4]
Solange de Bortoli Beal[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6]

Resumo – O Guaco (Mikania glomerata e Mikania laevigata) é uma planta medicinal pertencente à família Asteraceae, amplamente utilizada na medicina popular brasileira para o tratamento de doenças respiratórias, como tosse, asma e bronquite. Seus efeitos terapêuticos estão relacionados, principalmente, à presença de cumarina, flavonoides e óleos essenciais, compostos que conferem propriedades expectorantes, broncodilatadoras e anti-inflamatórias. O presente trabalho tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva interdisciplinar, as contribuições científicas que sustentam o uso do guaco como recurso fitoterápico. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais, contemplando artigos, livros e documentos oficiais. Os resultados da fundamentação teórica evidenciam que, embora haja respaldo para a utilização popular e farmacológica do guaco, ainda persistem lacunas quanto à padronização de extratos e à comprovação clínica em larga escala. Conclui-se que o guaco possui importância acadêmica e social, contribuindo para o fortalecimento da fitoterapia no Brasil e para a valorização do conhecimento tradicional aliado à pesquisa científica. Essa abordagem está alinhada à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Palavras-chave: Doenças Respiratórias; plantas medicinais; fitoterapia; cumarina.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais é uma prática ancestral que, mesmo diante dos avanços da farmacologia moderna, continua desempenhando papel fundamental na atenção à saúde. No Brasil, a ampla biodiversidade confere relevância ao estudo de espécies nativas e cultivadas, especialmente aquelas empregadas na medicina popular e incorporadas à fitoterapia. Entre essas espécies, destaca-se o guaco (Mikania glomerata e Mikania laevigata), pertencente à família

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Asteraceae, tradicionalmente utilizado no tratamento de afecções respiratórias como tosse, bronquite e asma (Lorenzi; Matos, 2008).

A literatura científica aponta que a eficácia terapêutica do guaco está relacionada à presença de metabólitos secundários, como cumarina, flavonoides e óleos essenciais, que conferem propriedades expectorantes, broncodilatadoras e anti-inflamatórias (Santana et al., 2014). No entanto, apesar de seu uso consolidado na cultura popular e em formulações fitoterápicas regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ainda existem lacunas no que se refere à padronização dos extratos, às doses seguras e à comprovação clínica em diferentes populações (Carvalho et al., 2020).

A problematização que norteia este trabalho consiste em compreender como o guaco, já amplamente utilizado de forma empírica, pode ter seu uso validado cientificamente e de que maneira isso pode impactar sua aplicabilidade terapêutica e segurança. Nesse sentido, a relevância acadêmica do estudo reside na contribuição para a sistematização de conhecimentos sobre plantas medicinais, auxiliando no avanço da fitoterapia como campo de pesquisa. Do ponto de vista social, a investigação sobre o guaco se justifica pela possibilidade de promover alternativas terapêuticas acessíveis e seguras, favorecendo sua utilização no Sistema Único de Saúde (SUS) e na prática clínica cotidiana.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar as evidências científicas acerca das propriedades farmacológicas e terapêuticas do guaco, destacando seus constituintes químicos, suas aplicações clínicas mais recorrentes e os desafios relacionados à sua padronização e segurança. Ainda o presente trabalho está alinhada à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar (ONU, 2025).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. Esta modalidade de revisão tem como objetivo reunir, analisar e interpretar criticamente publicações relevantes sobre as propriedades farmacológicas, os constituintes químicos e as aplicações terapêuticas do guaco (Mikania glomerata e Mikania laevigata), com ênfase na validação científica de seu uso tradicional e nos desafios relacionados à sua padronização e segurança.

A busca por dados foi realizada entre os meses de [mês de Agosto] e [mês de Outubro], em bases de dados científicas como SciELO, PubMed, Google Scholar, LILACS e ScienceDirect. Foram utilizados descritores em português e inglês, incluindo: “guaco”, “Mikania glomerata”, “Mikania laevigata”, “fitoterapia”, “cumarina”, “bronquite”, “asma”, “plantas medicinais”, “propriedades farmacológicas” e “toxicidade”. Os critérios de inclusão abarcaram artigos publicados entre os anos de 2008 e 2024, disponíveis na íntegra, que abordassem aspectos relacionados à farmacologia, fitoquímica, eficácia clínica ou segurança do guaco. Foram excluídos estudos duplicados, textos sem respaldo científico e artigos que não continham informações relevantes ao objetivo do estudo.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, por meio da leitura interpretativa dos textos selecionados, buscando-se identificar e sistematizar informações sobre os principais

metabólitos secundários presentes na planta (como cumarina, flavonoides e óleos essenciais), suas ações farmacológicas (expectorante, broncodilatadora, anti-inflamatória) e os desafios associados à sua padronização, eficácia e segurança clínica, especialmente no contexto da sua incorporação em políticas públicas de saúde como o SUS.

Por se tratar de uma pesquisa de revisão da literatura, não houve envolvimento direto de seres humanos, dispensando, portanto, submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as normativas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabelece diretrizes para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES.

A revisão bibliográfica evidenciou que o guaco (Mikania glomerata e Mikania laevigata) apresenta comprovadas ações expectorante, broncodilatadora e anti-inflamatória, relacionadas principalmente à presença de cumarina, flavonoides e óleos essenciais. Esses compostos contribuem para o alívio de sintomas respiratórios, como tosse, bronquite e asma, justificando o uso tradicional da planta na medicina popular (Lorenzi; Matos, 2008).

Estudos pré-clínicos confirmam que a cumarina atua promovendo o relaxamento da musculatura brônquica e facilitando a eliminação de secreções. Já os flavonoides exercem efeitos antioxidantes e anti-inflamatórios, enquanto os óleos essenciais apresentam leve ação antimicrobiana e analgésica, potencializando os efeitos terapêuticos (Santana et al., 2014).

Apesar das evidências experimentais, a literatura aponta limitações quanto à padronização dos extratos, definição de doses seguras e realização de ensaios clínicos em humanos. Além disso, fatores ambientais, como clima e solo, podem alterar a concentração dos compostos ativos, dificultando a reprodutibilidade dos resultados.

Essas questões reforçam a necessidade de protocolos de controle de qualidade e pesquisas clínicas mais robustas para consolidar a eficácia e segurança do guaco como fitoterápico. A ampliação desses estudos também favorece a integração entre o conhecimento popular e a validação científica, fortalecendo o uso racional da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o guaco possui relevante potencial terapêutico, comprovado por estudos que destacam suas propriedades expectorantes, broncodilatadoras e anti-inflamatórias, associadas aos seus principais metabólitos secundários.

Entretanto, ainda existem lacunas científicas quanto à padronização dos extratos, estabelecimento de doses seguras e comprovação clínica em larga escala, aspectos essenciais para seu reconhecimento pleno como medicamento fitoterápico.

O guaco representa um importante elo entre a tradição popular e a ciência moderna, contribuindo para o avanço da fitoterapia, a valorização da biodiversidade brasileira e

o fortalecimento das políticas públicas de saúde, ao oferecer uma alternativa terapêutica acessível, eficaz e sustentável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho contou com o apoio institucional da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no âmbito do Programa de Estágio Curricular Obrigatório, vinculado ao curso de Farmácia. Agradeço à UNIARP pela infraestrutura disponibilizada, bem como pelos recursos acadêmicos e científicos que possibilitaram a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei Federal 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 29 out. 2025.

CARVALHO, L. M. *et al. Avaliação da regulamentação e uso de produtos fitoterápicos no Brasil: desafios e perspectivas.* Revista Brasileira de Plantas Medicinais, v. 22, n. 4, p. 634–642, 2020. Disponível em: https://biocienciasims.ufba.br/sites/biocienciasims.ufba.br/files/andressa_araujo_oliveira.pdf. Acesso em 30 out. 2025.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008. 544 p. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003104890. Acesso em 29 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

SANTANA, L. C. L. *et al. "Mikania glomerata: Phytochemical, Pharmacological, and Neurochemical Study"*. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, 2014. Disponível em SANTANA, L. C. L. et al. *"Mikania glomerata: Phytochemical, Pharmacological, and Neurochemical Study"*. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, 2014. Acesso em 28 out. 2025.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA E ACOMPANHAMENTO CLÍNICO NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM HEPATITE C: UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

Categoria: Leituras interdisciplinares

Adrielle Wagner Paes[1]
Larissa Wanciw[2]
Leticia Christtine Chavalla Amancio[3]
Wesley Alessandro Costa[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – A hepatite C é uma infecção viral crônica que compromete o fígado e pode evoluir para cirrose e carcinoma hepatocelular. Este estudo teve como objetivo analisar a importância do acompanhamento farmacêutico no tratamento de pacientes com hepatite C, enfatizando o papel desse profissional na adesão terapêutica e no uso racional de medicamentos. Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, com artigos publicados entre 2000 e 2025 nas bases Google Acadêmico e SciELO, utilizando os descritores "hepatite C", "acompanhamento farmacêutico" e "atenção farmacêutica". Os resultados demonstram que o acompanhamento farmacêutico contribui para a adesão ao tratamento, prevenção de interações medicamentosas, monitoramento de efeitos adversos e educação em saúde. Além disso, sua atuação integrada às equipes multiprofissionais fortalece a comunicação e garante um cuidado mais humanizado. Conclui-se que o acompanhamento farmacêutico é fundamental para o sucesso terapêutico e para a promoção da saúde integral dos pacientes com hepatite C.

Palavras-chave: hepatite C; acompanhamento farmacêutico; atenção farmacêutica; adesão terapêutica.

INTRODUÇÃO

A hepatite C é uma doença infecciosa crônica causada pelo vírus HCV, que afeta principalmente o fígado e pode levar a complicações graves, como cirrose e carcinoma hepatocelular, caso não seja tratada adequadamente. Nos últimos anos, os avanços terapêuticos permitiram o desenvolvimento de medicamentos antivirais de ação direta (DAAs), capazes de alcançar elevadas taxas de cura. Contudo, o sucesso do tratamento depende fortemente da

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

adesão do paciente, do uso correto dos medicamentos e do acompanhamento contínuo por uma equipe multiprofissional.

Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel fundamental na condução e no sucesso da terapia medicamentosa. Por meio do acompanhamento farmacoterapêutico, este profissional garante o uso racional dos medicamentos, orienta sobre posologia, identifica e previne interações medicamentosas e reações adversas, além de contribuir para a adesão ao tratamento e para a melhoria da qualidade de vida do paciente.

O Ministério da Saúde, por meio do Plano Nacional para Eliminação da Hepatite C até 2030, reforça a necessidade da atuação integrada de profissionais de saúde, incluindo o farmacêutico, na linha de cuidado do paciente, visando ampliar a adesão e reduzir a mortalidade associada ao HCV (BRASIL, 2023).

Assim, o acompanhamento farmacêutico se torna uma ferramenta essencial para promover a segurança, eficácia e efetividade do tratamento da hepatite C, auxiliando na obtenção da cura viral e na promoção da saúde integral do paciente.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como propósito ampliar a compreensão acerca da relevância do acompanhamento farmacêutico em pacientes diagnosticados com hepatite C. Para atingir esse objetivo, foi conduzida uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO. Foram incluídos artigos completos em português e inglês, publicados entre 2000 e 2025, que abordassem a atuação farmacêutica no manejo clínico ou na adesão terapêutica de pacientes com hepatite C.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e natureza descritiva, visando reunir e analisar criticamente as evidências científicas mais recentes sobre a atuação do farmacêutico no cuidado aos pacientes com hepatite C. O estudo procura evidenciar como esse profissional contribui para a adesão terapêutica, o uso racional de medicamentos, a identificação de interações medicamentosas, o manejo de reações adversas e a promoção da educação em saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A hepatite C é uma infecção viral causada pelo vírus HCV (Hepatitis C Virus), caracterizada por evolução crônica e potenciais complicações hepáticas, como cirrose e carcinoma hepatocelular. Apesar da disponibilidade de terapias antivirais altamente eficazes, a adesão terapêutica e o acompanhamento multiprofissional permanecem como fatores determinantes para o sucesso do tratamento (BRASIL, 2023).

Os antivirais de ação direta (DAAs), introduzidos no Brasil a partir de 2015 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), revolucionaram o manejo clínico da hepatite C, com taxas de cura superiores a 95%. Contudo, o uso inadequado desses medicamentos, a falta de monitoramento e a descontinuação precoce da terapia ainda são desafios que comprometem a erradicação da doença (CÔCO et al., 2022). Nesse contexto, o farmacêutico assume papel essencial no

acompanhamento clínico e farmacoterapêutico, promovendo o uso racional de medicamentos e a adesão segura ao tratamento.

De acordo com Thayse et al. (2024), o acompanhamento farmacêutico contribui para a individualização da terapêutica e para a detecção precoce de reações adversas e interações medicamentosas. A atuação deste profissional também envolve a educação em saúde e o suporte à adesão, especialmente em pacientes que enfrentam barreiras sociais, econômicas e emocionais relacionadas ao tratamento.

No âmbito do SUS, o farmacêutico exerce funções estratégicas na Atenção Farmacêutica e no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), assegurando a dispensação adequada e o seguimento de pacientes com hepatite C. Estudo de Sopelsa (2014) destacou que a presença deste profissional nas farmácias especializadas contribui diretamente para a adesão terapêutica, redução de erros de uso e melhora dos desfechos clínicos.

Além do papel assistencial, a atuação do farmacêutico tem relevância gerencial e educativa. Segundo Oliveira Júnior et al. (2022), o acompanhamento farmacêutico favorece a farmacovigilância ativa, prevenindo reações adversas e promovendo intervenções que otimizam o tratamento antiviral. De forma complementar, Luz et al. (2024) reforçam que o processo de acompanhamento contínuo e o monitoramento laboratorial — quando aliados à educação em saúde — aumentam a efetividade terapêutica e o comprometimento do paciente com o plano de tratamento.

A literatura atual evidencia que o farmacêutico, integrado à equipe multiprofissional, atua como elo entre paciente e equipe médica, promovendo cuidado humanizado e comunicação efetiva (CAMATTA, 2024). Essa integração é essencial para alcançar as metas propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Plano Nacional para Eliminação da Hepatite C até 2030, que visam reduzir novos casos e mortalidade associada à doença (BRASIL, 2023).

Portanto, o acompanhamento farmacêutico transcende a simples dispensação de medicamentos, tornando-se uma prática clínica indispensável para a segurança, a adesão terapêutica e o sucesso do tratamento. Sua presença contínua no cuidado ao paciente com hepatite C garante não apenas o alcance da cura viral, mas também a consolidação de um modelo de atenção à saúde mais integral, humanizado e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise aprofundada sobre o papel do farmacêutico no tratamento de pacientes com hepatite C, evidenciando que sua atuação vai muito além da simples dispensação de medicamentos. O farmacêutico exerce um papel determinante na condução terapêutica, assegurando a adesão ao tratamento, o uso racional dos fármacos e o monitoramento de possíveis interações e reações adversas, aspectos fundamentais para o alcance da cura viral e para a melhoria da qualidade de vida do paciente.

Ao retomar os objetivos propostos, constata-se que o acompanhamento farmacêutico se mostra essencial para a obtenção de resultados terapêuticos eficazes e para o fortalecimento do cuidado integral e humanizado. Sua presença nas equipes multiprofissionais contribui significativamente para a promoção da saúde e para o sucesso das políticas públicas voltadas ao controle da hepatite C.

Como limitação, ressalta-se que o estudo se baseou exclusivamente em revisão bibliográfica, o que restringe a observação prática dos impactos diretos dessa atuação. Assim, recomenda-se a realização de pesquisas de campo que avaliem de forma quantitativa e qualitativa os efeitos do acompanhamento farmacêutico na adesão terapêutica e nos desfechos clínicos dos pacientes. Conclui-se, portanto, que o farmacêutico é um agente indispensável no enfrentamento da hepatite C, desempenhando um papel essencial na promoção da saúde e na consolidação de um tratamento mais seguro, eficaz e humanizado.

Dessa forma, o farmacêutico se consolida como agente estratégico na eliminação da hepatite C no Brasil, colaborando ativamente para o cumprimento das metas da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde de erradicação da doença até 2030.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional para Eliminação da Hepatite C até 2030.** Brasília: MS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 26 out. 2025.

CAMATTA, M. L. A. N. **Atenção farmacêutica e metodologias ativas no contexto da saúde pública.** *Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Científica*, v. 6, n. 1, p. 40–52, 2024.

CÔCO, L. T.; VIEIRA, F. M.; PONTES, N. M. *et al.* **Fatores associados à adesão ao tratamento da hepatite C: revisão integrativa.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1359–1376, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022274.06942021.

LUZ, T. V.; ALVES, P. H.; MUNERETTO, C. S. Nível sérico dos imunossupressores como marcador de efetividade da educação farmacêutica no transplante de órgãos sólidos. *Brazilian Journal of Transplantation*, v. 27, e0524, 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. R. F. de; RODRIGUES JÚNIOR, O. M.; SILVA, A. T.; SILVA, C. T. **Assistência farmacêutica em tratamentos com antirretrovirais de pacientes com hepatite C.** *E-Acadêmica*, v. 3, n. 2, p. e5632218, 2022.

SOPELSA, A. **Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos a pacientes com hepatite C crônica.** *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, v. 5, n. 1, p. 25–31, 2014.

THAYSE, M. R.; COSTA, L. D.; FERREIRA, B. P. *et al.* **Atenção farmacêutica e adesão terapêutica em hepatite C: revisão narrativa.** *Revista de Atenção Farmacêutica e Cuidados em Saúde*, v. 3, n. 2, p. 45–58, 2024.

POTENCIAL NUTRACÊUTICO DOS SUBPRODUTOS DA UVA GOETHE: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E FARMACÊUTICA

Categoria: Leituras interdisciplinares

Diogo Gabriel Bonatti[1]
Débora Soares Souza Marins[2]

Resumo – A vitivinicultura catarinense gera grandes quantidades de subprodutos, como cascas e sementes, frequentemente tratados como resíduos, embora constituam fontes ricas em compostos bioativos com propriedades funcionais. Este estudo interdisciplinar, envolvendo os campos da Farmácia, Nutrição e Biotecnologia, teve como objetivo analisar o potencial nutracêutico dos subprodutos da Uva Goethe (Vitis labrusca), reconhecida por sua Indicação Geográfica (IG) nos "Vales da Uva Goethe". Por meio de revisão bibliográfica e análise teórica de estudos laboratoriais, identificou-se que os extratos obtidos desses resíduos são ricos em compostos fenólicos, flavonoides, antocianinas e resveratrol, apresentando alta atividade antioxidante e anti-inflamatória, com aplicações promissoras em alimentos funcionais e suplementos naturais. A valorização desses subprodutos, por meio de técnicas de extração sustentáveis e formulações bioativas, representa uma alternativa inovadora para a redução de impactos ambientais e fortalecimento da economia circular regional. Conclui-se que a reutilização da Uva Goethe como insumo nutracêutico contribui para o avanço tecnológico e científico em saúde e sustentabilidade, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 12).

Palavras-chave: Uva Goethe; compostos bioativos; antioxidantes; sustentabilidade; nutracêuticos.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com o impacto ambiental da agroindústria tem impulsionado a busca por estratégias sustentáveis que conciliem inovação tecnológica e valorização de resíduos vegetais. A vitivinicultura, uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina, gera subprodutos como cascas e sementes, frequentemente descartados, embora ricos em compostos bioativos de alto valor agregado. Entre as cultivares regionais, a Uva Goethe (Vitis labrusca) destaca-se pela importância histórica e sensorial, sendo reconhecida por sua Indicação Geográfica (IG) nos "Vales da Uva Goethe". O reaproveitamento de seus subprodutos para a formulação de extratos com potencial nutracêutico e antioxidante representa uma alternativa

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

viável para reduzir desperdícios, gerar novos insumos funcionais e promover a saúde humana. O presente trabalho, de natureza interdisciplinar, integra conceitos de Farmácia, Nutrição e Biotecnologia, analisando o potencial dos compostos fenólicos e flavonoides presentes nos resíduos da Uva Goethe e sua aplicação em alimentos e suplementos com propriedades terapêuticas e preventivas.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica interdisciplinar, utilizando bases científicas como Scopus, ScienceDirect e SciELO (2015–2025). Foram analisados estudos sobre extração, caracterização e aplicação de compostos bioativos de uvas e seus subprodutos, priorizando abordagens sustentáveis com solventes de grau alimentício. As etapas metodológicas envolveram: (1) coleta e processamento de subprodutos da Uva Goethe (casca e semente); (2) desenvolvimento de extratos secos por liofilização; (3) quantificação de compostos fenólicos, flavonoides e antocianinas por métodos espectrofotométricos (Folin-Ciocalteu, cloreto de alumínio e pH diferencial); e (4) avaliação da atividade antioxidante por ensaios DPPH e ABTS. As análises permitiram correlacionar a composição fitoquímica à atividade antioxidante, evidenciando o potencial funcional do extrato. A abordagem interdisciplinar foi adotada para integrar princípios da química de alimentos, farmacognosia e saúde pública na proposição de produtos sustentáveis e inovadores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estresse oxidativo decorre do desequilíbrio entre espécies reativas de oxigênio (EROs) e a capacidade antioxidante do organismo, favorecendo o desenvolvimento de doenças crônicas como diabetes, Alzheimer e câncer. Compostos fenólicos derivados de vegetais têm demonstrado alta eficiência na neutralização dessas espécies, atuando na prevenção de danos celulares e inflamações sistêmicas (PIZZINO et al., 2017; ZHOU et al., 2023). Estudos recentes indicam que extratos obtidos de subprodutos de uvas podem apresentar atividade antioxidante até três vezes superior à da polpa (SANTOS et al., 2024).

Os principais compostos identificados — resveratrol, antocianinas, flavonoides e proantocianidinas — possuem propriedades anti-inflamatórias, cardioprotetoras e neuroprotetoras, sendo reconhecidos pela Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) como bioativos promissores em alimentos funcionais. A interdisciplinaridade da pesquisa se expressa na convergência entre Farmácia (estudo farmacognóstico e padronização de extratos), Nutrição (avaliação funcional e biodisponibilidade dos compostos) e Biotecnologia (aplicação de técnicas limpas de extração e secagem). Dessa forma, o estudo reafirma a relevância científica e tecnológica da valorização de resíduos agroindustriais para o desenvolvimento sustentável de produtos com ação biológica comprovada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os subprodutos da Uva Goethe representam uma fonte regional estratégica de compostos bioativos com alto potencial nutracêutico, aliando sustentabilidade, inovação e promoção da saúde. A utilização desses resíduos permite a geração de novos produtos para as

indústrias de alimentos e farmacêutica, fortalecendo o compromisso com a economia circular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 12). A integração entre áreas do conhecimento evidencia a importância das leituras interdisciplinares como ferramenta de formação crítica e aplicada, aproximando o ensino da realidade científica e produtiva da região. Assim, o estudo contribui para o avanço de tecnologias limpas e para a valorização da biodiversidade catarinense, ampliando o potencial econômico e social da vitivinicultura local.

REFERÊNCIAS

PIZZINO, G. et al. Oxidative stress: harms and benefits for human health. *Oxidative Medicine and Cellular Longevity*, [S.l.], v. 2017, p. 1–13, 2017. DOI: 10.1155/2017/8416763.

ROCKENBACH, I. I. et al. Phenolic compounds and antioxidant activity of seed and skin of thirteen grape varieties. *Food Research International*, [S.l.], v. 44, n. 2, p. 341–347, 2011. DOI: 10.1016/j.foodres.2011.01.049.

SHAHIDI, F.; ZHONG, Y. Measurement of antioxidant activity. *Journal of Functional Foods*, [S.l.], v. 18, p. 757–781, 2015. DOI: 10.1016/j.jff.2015.01.047.

YADAV, M.; AGARWAL, R. Grape seed extract and resveratrol in the prevention and treatment of colorectal cancer. In: WATSON, R. R.; PREEDY, V. R. (eds.). *Bioactive Foods in Promoting Health*. London: Academic Press, 2010. p. 549–565. DOI: 10.1016/B978-0-12-374628-3.00031-9.

ZHOU, X.; LI, M.; WANG, J. Valorization of grape pomace: advances in green extraction and functional applications. *Food Chemistry Advances*, [S.l.], v. 5, p. 100453, 2023. DOI: 10.1016/j.focha.2023.100453.

SANTOS, L. R. et al. Sustainable recovery of phenolic antioxidants from grape by-products and their nutraceutical potential. *Current Research in Food Science*, [S.l.], v. 7, p. 229–240, 2024. DOI: 10.1016/j.crfs.2024.02.010.

ANÁLISE DA POSTURA CORPORAL E DA ERGONOMIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Categoria: Curricularização da Extensão

Andrielly Lavandovski[1]
Daniele de Lima Marcondes[2]
Kauane Lutes Souza[3]
Rafael Ingo Lincoski[4]

Resumo – Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o peso das mochilas escolares e possíveis alterações posturais em crianças do ensino fundamental, além de aplicar uma intervenção educativa com enfoque em ergonomia escolar. Participaram 25 crianças de 7 a 9 anos, avaliados por meio de análise postural fotográfica e pesagem das mochilas. Observou-se que 32% dos participantes transportavam mochilas com peso superior ao recomendado (10% do peso corporal), e 68% apresentaram algum tipo de desvio postural. Conclui-se que o excesso de peso das mochilas está diretamente relacionado a alterações posturais, e que ações educativas podem contribuir para a prevenção de problemas musculoesqueléticos e promoção da saúde no ambiente escolar.

Palavras-chave: Fisioterapia preventiva. Fisioterapia nas escolas. Postura corporal. Ergonomia escolar. Alterações posturais.

INTRODUÇÃO

A postura corporal adequada durante o período escolar é um componente essencial para o desenvolvimento musculoesquelético saudável de crianças em idade de crescimento. Estudos indicam que hábitos posturais incorretos, aliados ao transporte inadequado de mochilas e à ausência de mobiliário escolar ajustado às proporções corporais dos alunos, estão associados ao surgimento de desconfortos musculares e a alterações posturais que podem persistir até a vida adulta (Benini; Karolczak, 2010; Brzęk et al., 2017)

As alterações posturais observadas em crianças em idade escolar estão frequentemente relacionadas a fatores externos que afetam a biomecânica corporal e o desenvolvimento musculoesquelético. Entre esses fatores, o excesso de peso das mochilas escolares é amplamente reconhecido como um dos principais contribuintes para o surgimento de desequilíbrios posturais. Pesquisas indicam que, quando o peso da mochila ultrapassa aproximadamente 10% do peso

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

corporal da criança, há aumento significativo da carga sobre a coluna vertebral, favorecendo compensações posturais e o aparecimento de dores musculares, principalmente nas regiões lombar e cervical (Brzęk et al., 2017)

Além do peso e da forma de transporte das mochilas, o ambiente escolar exerce influência direta sobre a postura das crianças. Mobiliários inadequados como carteiras e cadeiras fora das proporções corporais favorecem posturas incorretas mantidas por longos períodos, o que pode comprometer o alinhamento da coluna e a simetria corporal (Lee; Li; Chow, 2021).

A falta de orientação ergonômica por parte da escola e a ausência de educação postural sistematizada reforçam a manutenção desses hábitos inadequados, dificultando a prevenção precoce de disfunções musculoesqueléticas (Gonçalves; Lopes; Santos, 2022). Assim, a soma desses fatores evidencia a importância de programas educativos e intervenções fisioterapêuticas voltadas à promoção da consciência corporal e à ergonomia no ambiente escolar.

Assim, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o peso das mochilas escolares e possíveis alterações posturais em crianças do ensino fundamental, além de realizar uma intervenção educativa voltada à ergonomia escolar de forma lúdica. A proposta buscou conscientizar alunos e professores sobre a relevância de manter posturas adequadas, adotar o transporte correto das mochilas e incentivar a prática regular de atividades físicas.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa aplicada, de caráter experimental, com abordagem quantitativa e delineamento intervencionista. O estudo foi realizado no Colégio Aplicação, em uma turma do 3º ano do ensino fundamental. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP sob o parecer número 6.498.996.

A amostra foi composta por 25 escolares com idades entre 7 e 9 anos, devidamente autorizados por seus responsáveis legais. Os critérios de inclusão envolveram a permissão dos responsáveis para participação das crianças no estudo. Já o critério de exclusão foi o não comparecimento no dia da intervenção e/ou recusa da participação.

A intervenção foi desenvolvida em um único encontro, durante o período de aula, no mês de setembro de 2025. Inicialmente, foi realizada a avaliação postural das crianças por meio do instrumento de avaliação postural (IAP), utilizando registros fotográficos padronizados nos quatro planos anatômicos (Liposcki; Neto; Savall, 2007). Em seguida, procedeu-se à verificação do peso das mochilas com o uso de uma balança digital, a fim de analisar a relação entre o peso transportado e a presença de possíveis alterações posturais.

Após a etapa de coleta, foi aplicada uma intervenção educativa com enfoque em ergonomia escolar. Essa atividade, de caráter lúdico e com duração aproximada de 40 minutos, consistiu em uma palestra interativa com auxílio de slides contendo imagens de posturas corretas e incorretas. As crianças participaram da dinâmica utilizando plaquinhas de “certo” e “errado” para identificar as posturas apresentadas. Além disso, as crianças e professores foram orientados sobre posturas adequadas, transporte de mochilas e a importância da prática regular de atividade física.

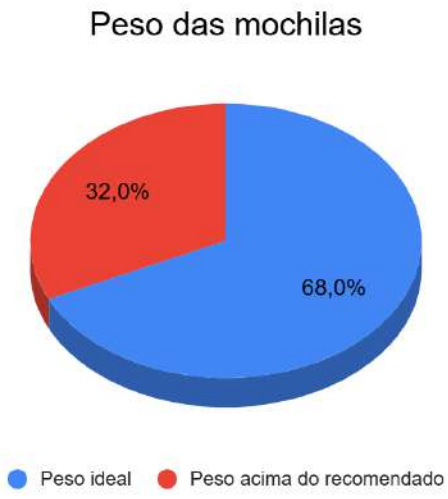
Os dados obtidos foram organizados em planilhas e submetidos à análise estatística descritiva. Posteriormente, os resultados foram comparados com a literatura científica existente acerca de postura, ergonomia escolar e transporte de mochilas, de modo a identificar possíveis relações e impactos observados no grupo estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), o peso médio de uma criança entre 7 e 9 anos encontra-se entre 25 e 28 kg (World Health Organization, 2007). Em relação ao transporte de materiais escolares, a literatura recomenda que o peso da mochila não ultrapasse 10 a 15% do peso corporal da criança, visando prevenir sobrecargas articulares, como as da coluna vertebral, dor musculoesquelética e alterações posturais (Lasota, 2014). Assim, para uma criança de 3º ano do ensino fundamental com aproximadamente 25 kg, o peso adequado da mochila deve variar entre 2,5 kg e 3,7 kg.

Durante a avaliação do peso das mochilas das crianças, notou-se que 32% delas carregavam pesos além do recomendado. Muitas dessas crianças carregam mochilas que representam entre 10 e 20% do seu peso corporal (Lee, 2021). Esses dados estão expressos no gráfico abaixo:

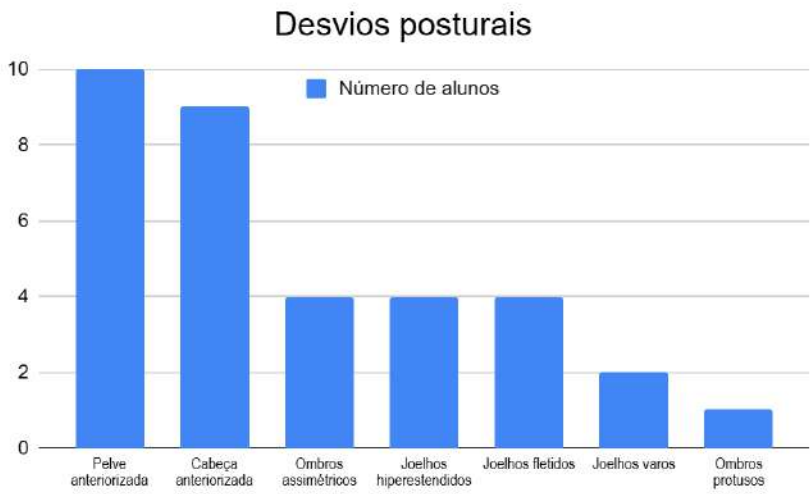
Gráfico 1- Peso das mochilas.



Fonte: Os autores (2025).

Pesquisas indicam que mochilas pesadas podem fazer com que os alunos ajustem a postura, potencialmente prejudicando a coluna e os ombros (Ahmed et al.,2024). No caso dos escolares deste estudo foi verificado que dentre os estudantes que carregam mochilas com peso superior a 10% do peso corporal, 62,5% apresentaram alguma alteração postural. Considerando o número total da amostra, a presença de desvios de postura atinge 68% dos participantes. A seguir, são apresentados os desalinhamentos posturais encontrados:

Gráfico 2 - Desvios posturais.



Fonte: Os autores (2025).

Transportar o material escolar nas costas causa alterações significativas na postura corporal, visíveis no plano frontal. A intensidade dessas modificações posturais está diretamente ligada a três fatores principais: o aumento do peso carregado, a duração do transporte e a dificuldade do esforço físico exigido. Além disso, a aptidão física da criança influencia o tipo e o grau dessas mudanças, que podem variar de acordo com o sexo (Mrozkowiak, 2022).

Os comportamentos posturais inadequados fazem parte de um conjunto de determinantes de saúde, que incluem fatores ambientais, demográficos, socioeconômicos, socioculturais, políticos e relacionados ao sistema de saúde. Entre os principais fatores negativos para os estudantes estão o sedentarismo, as posturas incorretas e o transporte inadequado ou excessivo do material escolar (Lee; Li; Chow, 2021)

Pensando nisso, o ambiente em que o estudante está inserido é crucial para o desenvolvimento de problemas biomecânicos na postura. Tanto a escola quanto a casa devem encorajar o aluno a adotar hábitos de vida saudáveis, conforme recomendado por princípios específicos de bem-estar. Segundo estudos, na Polônia, por exemplo, uma meta estratégica de um programa nacional de saúde (2007-2015) visava diminuir a incidência de doenças crônicas do sistema articular e seus impactos negativos. Para isso, foram feitas alterações nos locais de estudo e lazer para que fossem mais favoráveis à saúde (Mrozkowiak, 2022). Esses dados sustentam a importância de estratégias educativas e ambientais para a promoção da postura adequada, em acordo com os achados deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstraram que uma parcela significativa das crianças avaliadas transportam mochilas com peso acima do recomendado, o que se associou à presença de alterações posturais. A intervenção educativa mostrou-se uma importante estratégia para

desenvolver conscientização sobre hábitos posturais e ergonomia escolar, incentivando práticas preventivas desde a infância. Portanto, este estudo reforça a importância da atuação fisioterapêutica no ambiente escolar, voltada à promoção da saúde musculoesquelética e à prevenção de disfunções posturais em escolares.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio à iniciação científica e ao nosso orientador Rafael Ingo Lincoski.

REFERÊNCIAS

AHMED, Nishath Anjum, *et al*. Schoolchildren's Musculoskeletal Pain and Backpack Weight Impact on Posture: A Short-Term Study. Journal of pharmacy & bioallied sciences, v. 16, n. Suppl 3, p. S2497–S2499, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.4103/jpbs.jpbs_339_24 Acesso em:14 out. 2025

BENINI, J.; KAROLCZAK, A. P. Benefits of a posture education program for schoolchildren in the city of Garibaldi, RS. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 17, n. 4, p. 294-300, 2010. DOI: 10.1590/S1809-29502010000400012.

BRZĘK, A. et al. The weight of pupils' schoolbags in early school age and its influence on body posture. BMC Musculoskeletal Disorders, v. 18, p. 117, 2017. DOI: 10.1186/s12891-017-1462-z

GONÇALVES, M. A.; LOPES, P. R.; SANTOS, J. F. Educação postural e prevenção de alterações musculoesqueléticas em escolares: uma abordagem fisioterapêutica. Revista de Saúde e Movimento, v. 14, n. 1, p. 77–86, 2022. Acesso em: 14 out. 2025.

Lasota A. Schoolbag weight carriage by primary school pupils. Work (Reading, Mass.), v. *48*, n. 1, p. 21–26, 2014. Disponível em: //doi.org/10.3233/WOR-131614 Acesso em 13 out. 2025.

LEE, Joe C.N.; LI, Simon S.W.; CHOW, Daniel H.K. School backpack design: A systematic review and a summary of design items. International Journal of Industrial Ergonomics,[s.l.] v. 84, p. 103166, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ergon.2021.103166 Acesso em 13 out. 2025.

LIPOSCKI, Daniela B.; NETO, Francisco Rosa; SAVALL, Ana Carolina. Validação do conteúdo do Instrumento de Avaliação Postural – IAP. Revista Digital, Buenos Aires, v. 12, n. 109, p. 1-7, jun. 2007. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd109/validacao-do-conteudo-do-instrumento-de-avaliacao-postural.htm Acesso em: 25 out. 2025.

MROZKOWIAK, Mirosław; STĘPIEŃ-SŁODKOWSKA, Marta. The impact of a school backpack's weight, which is carried on the back of a 7-year-old students of both sexes, on the features of body posture in the frontal plane. BMC Sports Science, Medicine and Rehabilitation, v. 14, n. 1, p. 1–11, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13102-022-00448-8 Acesso em:14 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO Child Growth Standards: weight-for-age charts (5–19 years). Geneva: WHO, 2007. Disponível em: https://www.who.int/tools/child-growth-standards/standards/weight-for-age. Acesso em: 17 out. 2025.

FISIOTERAPIA NAS ESCOLAS: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE MOCHILAS, POSTURA E SAÚDE

Categoria: Curricularização da extensão

Isadora Tives Milan[1]
Julia Vitória Amaral Fortes[2]
Rafael Ingo Lincoski[3]

Resumo – O presente projeto de extensão teve como objetivo evidenciar a importância da atuação da Fisioterapia no ambiente escolar, promovendo a conscientização sobre a postura adequada e a prevenção de disfunções músculo esqueléticas em crianças. As atividades foram realizadas em uma escola de ensino fundamental, por meio de ações educativas e orientações sobre ergonomia e o peso ideal das mochilas escolares. Conforme o Gráfico 1, observou-se que grande parte dos alunos transportam mochilas com peso acima do recomendado, o que pode contribuir para o surgimento de alterações posturais e dores musculoesqueléticas. As intervenções realizadas buscaram orientar alunos e professores quanto aos cuidados posturais e à relevância da presença do fisioterapeuta no ambiente escolar como agente promotor de saúde e prevenção. O projeto reforça a importância da educação em saúde desde a infância, destacando o papel essencial da Fisioterapia na construção de hábitos posturais saudáveis e na promoção do bem-estar.

Palavras-chave: Fisioterapia, Postura, Ergonomia, Crianças.

INTRODUÇÃO

A postura corporal é um aspecto que se desenvolve e se modifica ao longo dos anos, acompanhando o crescimento e as adaptações do indivíduo. Nesse sentido, torna-se relevante observar e evidenciar as posturas adotadas durante a infância, fase em que hábitos posturais inadequados podem ser adquiridos e perpetuados. A identificação precoce dessas alterações possibilita a implementação de estratégias preventivas e corretivas, segundo Benini (2010).

Aproximadamente 20% da população infantil acaba desenvolvendo escoliose, uma causa inicial associada ao estirão de crescimento, sendo que o uso de atividades físicas e posturais pode minimizar déficits relacionados e favorecer melhores condições de desenvolvimento ao indivíduo. Além disso, o uso inadequado das mochilas escolares, especialmente quando ultrapassa de 10 a

[1]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

15% do peso corporal da criança, é apontado como um dos principais fatores de risco para alterações posturais e dores musculoesqueléticas na infância (Ahmed et al., 2024).

Estudos recentes demonstram que o transporte excessivo de peso nas mochilas está diretamente associado a dores lombares, fadiga muscular e compensações posturais, comprometendo a estabilidade e a marcha das crianças (Hell et al., 2021). Resultados semelhantes foram observados por Ahmed et al. (2024), que identificaram que grande parte dos escolares carregam mochilas com peso acima do recomendado, tanto em áreas urbanas quanto rurais, o que reforça a necessidade de ações preventivas e educativas dentro do ambiente escolar.

Por esse motivo, a atuação da Fisioterapia no contexto escolar torna-se fundamental, pois alia a prevenção de disfunções posturais ao desenvolvimento de estratégias educativas que estimulam hábitos mais saudáveis e maior conscientização sobre a saúde do corpo desde os primeiros anos de vida (Santos; Sedrez; Candotti; Vieira, 2018). Métodos educativos e terapêuticos visam minimizar danos e favorecer um desenvolvimento postural saudável, e a presença do fisioterapeuta nas escolas tem apresentado resultados positivos. As ações de atenção primária englobam orientações educativas às crianças e observações dirigidas aos pais e responsáveis, possibilitando um trabalho conjunto e fortalecendo a conscientização sobre a importância da postura e da adoção de hábitos saudáveis desde a infância.

Dessa forma, este projeto teve como objetivo avaliar o peso das mochilas e sua relação com o peso corporal dos alunos do 5º ano do Colégio Aplicação, bem como promover ações educativas sobre postura e ergonomia, envolvendo pais, professores e estudantes.

METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se como um projeto de extensão com abordagem qualiquantitativa, descritiva e de cunho experimental, desenvolvido entre os meses de agosto e outubro de 2025 no 5º ano do Colégio Aplicação, situado na cidade de Caçador - SC, por acadêmicas do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 6.391.015.

O estudo teve como objetivos avaliar a ergonomia dos alunos, orientar pais e professores sobre a importância da fisioterapia nas escolas e promover atividades que contribuíssem para a qualidade de vida das crianças em ambiente escolar.

Foram incluídos na pesquisa estudantes regularmente matriculados no 5º ano, e excluídos os alunos que não estavam presentes no momento da coleta. Para aplicação da curricularização, foi utilizada uma balança digital portátil para mensurar o peso das mochilas, além de um folder informativo destinado a pais e professores, explicando a importância da Fisioterapia nas escolas e sugerindo dinâmicas posturais e ergonômicas que podem ser realizadas em casa e no ambiente escolar.

Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, observando-se a relação entre o peso corporal dos alunos e o peso das mochilas, de acordo com as recomendações ergonômicas descritas na literatura científica. Além disso, foi realizada uma busca bibliográfica nas bases de

dados SciELO, PubMed, PEDro e Google Acadêmico, com o intuito de embasar teoricamente as ações desenvolvidas.

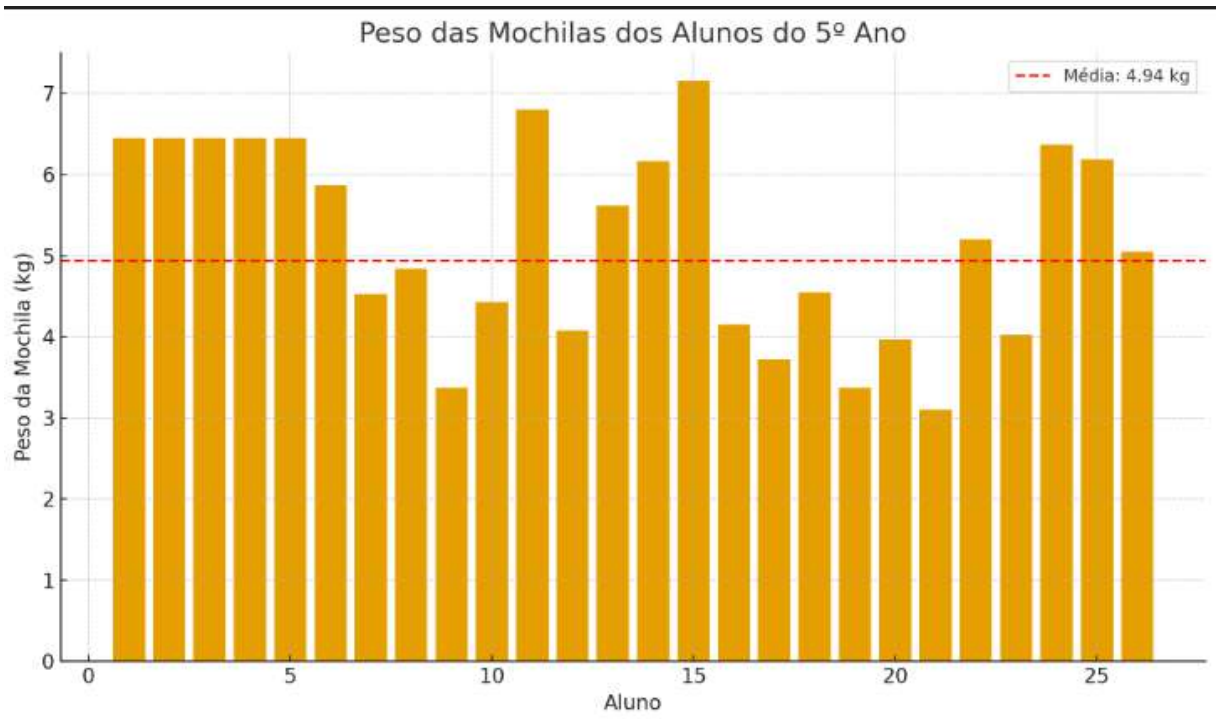
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados apresentados no Gráfico 1 evidencia que o peso médio das mochilas dos alunos do 5º ano foi de 4,936 kg, com variações entre 0,715 kg (menor valor) e 6,850 kg (maior valor), conforme o Gráfico 1. Esses números revelam uma carga significativa para a faixa etária, especialmente considerando que esse peso é transportado diariamente, durante os cinco dias da semana escolar.Ao relacionar esses dados e o estudo de Hell et al., 2021, é possível evidenciar que mochilas de 4 kg causaram alterações principalmente na marcha, atividade muscular e posturais das crianças do ensino fundamental. Com a observação postural, nota-se que a sobrecarga pode contribuir para o desenvolvimento de alterações posturais, como a hipercifose, observada em grande parte dos alunos avaliados.

Conforme destaca Benini (2010), os problemas posturais aparecem durante o crescimento, em decorrência de comportamentos de risco adotados para a coluna vertebral, como a utilização indevida das mochilas e a má postura ao sentar. Disso, o baixo nível de atividade física e o tempo excessivo em dispositivos eletrônicos, como celulares e jogos, potencializam o desequilíbrio muscular e a má postura, reforçando a importância de orientações ergonômicas e do incentivo à prática regular de exercícios físicos para prevenção de futuras disfunções.

Nesse sentido, Santos et al. (2017) ressaltam que programas de educação postural aplicados em ambiente escolar podem gerar efeitos positivos imediatos e sustentados, contribuindo para a conscientização e a correção de hábitos inadequados relacionados à postura.

Gráfico 1- Peso das mochilas dos alunos do 5° ano



Fonte: Dados das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste projeto de extensão evidenciou a importância da atuação da Fisioterapia no ambiente escolar como estratégia de promoção da saúde e prevenção de disfunções posturais em crianças. A análise dos dados mostrou que grande parte dos alunos carregam mochilas com peso acima do recomendado, o que pode contribuir para o surgimento de alterações posturais e dores musculoesqueléticas. As ações educativas desenvolvidas possibilitaram orientar alunos, pais e professores sobre o uso adequado das mochilas, a relevância da prática regular de atividades físicas e a manutenção de uma postura correta nas atividades diárias.

Dessa forma, o projeto demonstrou que a inserção da Fisioterapia nas escolas constitui uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de hábitos posturais saudáveis desde a infância, favorecendo a qualidade de vida e o bem-estar das crianças. Além disso, reforça o papel social do fisioterapeuta na atenção primária à saúde, aproximando o conhecimento acadêmico das necessidades reais da comunidade escolar.

Conclui-se, portanto, que ações educativas voltadas à conscientização sobre o peso adequado das mochilas, à orientação postural e ao incentivo à prática regular de atividades físicas são fundamentais para a promoção da saúde musculoesquelética e para a prevenção de disfunções futuras entre os estudantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Colégio Aplicação pela disponibilidade de tempo e apoio para a realização do projeto, à professora responsável pelos alunos pela colaboração durante as atividades e ao professor Rafael Ingo por todo o auxílio, orientação e compartilhamento de conhecimento ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AHMED, Nishath et al.Examinando o peso da mochila em relação ao peso corporal dos alunos entre crianças em idade escolar urbana e rural: um estudo transversal. Cureus, v. 16, n. 4, p. e58861, 23 abr. 2024. DOI: 10.7759/cureus.58861. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38800287/. Acesso em: 07 out. 2025.

BENINI, Juliana; KAROLCZAK, Ana. Benefícios de um programa de educação postural para alunos de uma escola municipal de Garibaldi, RS. Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 346–351, dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fp/a/WrZVBNdpq8qrjXGZMys6xGp/?lang=pt. Acesso em: 07 out. 2025.

HELL, Anna, BRAUNSCHWEING, Lena, GRACES, BIRGIT, BRUNNER, Reinaldo, ROMKES, Jaqueline. K. *et al.* A influência do peso da mochila em escolares: marcha, atividade muscular, postura e estabilidade. Orthopade v. 50, n. 6, p. 446–454, jun. 2021. DOI: 10.1007/s00132-020-04047-8. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33296024/. Acesso em: 01 out. 2025.

SANTOS, Natália; SEDREZ, Juliana; CANDOTTI, Cláudia; VIEIRA, Adriane. Efeitos imediatos e após cinco meses de um programa de educação postural para escolares do ensino

fundamental. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 199–206, abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpp/a/xctKnvptcZQr9d4QRvRkVWf/?lang=pt. Acesso em: 01 out. 2025.

FISIOTERAPIA PREVENTIVA NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Curricularização da Extensão[1]

Helen Veiga[2]
Isabelle dos Santos[3]
Melissa Tavares[4]
Rafael Ingo Lincoski[5]

Resumo – O presente trabalho aborda a relevância da fisioterapia preventiva no ambiente escolar, com foco na prevenção de alterações posturais em crianças do ensino fundamental. O objetivo é promover a saúde e conscientização corporal em alunos do 6º ano de uma escola de Caçador, por meio de ações fisioterapêuticas de caráter educativo e preventivo. O método consistiu na aplicação de atividades práticas e avaliativas, envolvendo avaliação postural e motora, orientações sobre o uso adequado de mochilas, dinâmicas educativas sobre postura correta e atividades lúdicas. Participaram da intervenção estudantes do 6º ano, mediante autorização dos pais ou responsáveis. Os resultados evidenciaram maior conscientização dos escolares quanto à postura e aos hábitos de vida, bem como engajamento nas atividades propostas, favorecendo o desenvolvimento da consciência corporal. Além disso, a intervenção contribuiu para a sensibilização de professores e familiares acerca da importância da prevenção precoce de alterações musculoesqueléticas. Conclui-se que a inserção da fisioterapia preventiva no ambiente escolar constitui uma estratégia eficaz de promoção da saúde infantil, possibilitando a detecção precoce de alterações posturais e motoras, além de incentivar hábitos saudáveis que favorecem o crescimento e o desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: fisioterapia preventiva; postura; desenvolvimento motor; ambiente escolar; promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira (2020) a postura pode ser compreendida como a forma que o corpo se posiciona no espaço, sendo uma boa postura fundamental para a manutenção da saúde corporal. A postura correta é composta por aquela que mantém o corpo devidamente alinhado,

[1] Colégio Aplicação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Fisioterapia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Fisioterapia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Fisioterapia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Fisioterapia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

exigindo o mínimo de esforço muscular e reduzindo o estresse sobre as articulações para sua sustentação.

Os desvios posturais costumam surgir na infância e adolescência, podendo se intensificar na vida adulta, adquirir uma postura adequada desde a infância é essencial, pois é nessa fase que ocorre o desenvolvimento do sistema musculoesquelético, influenciando diretamente a postura nas etapas da vida. A postura, quando mantida de forma incorreta, leva o sistema locomotor a se adaptar a uma nova condição mecânica, aumentando o gasto energético e causando fadiga, dores e prejuízos à qualidade de vida. Como os estudantes passam grande parte do tempo em sala, a educação postural deve ser introduzida precocemente para prevenir hábitos inadequados e favorecer um crescimento saudável (Oliveira, 2020).

O excesso de peso e o uso incorreto da mochila é amplamente reconhecido como prejudicial ao sistema musculoesquelético, principalmente em fase de crescimento e desenvolvimento. Esse hábito pode levar a dores cervicais, torácicas e lombares, alterações posturais como hipercifose e hiperlordose, tensão e fadiga muscular, desconforto, aumento da pressão intervertebral, dormência e pode até mesmo interferir na marcha (Arias, 2013).

A promoção de saúde nas escolas compreende ações e processos que estimulem a participação de todos do ambiente escolar, não apenas em indivíduos em risco de adoecer. Essa abordagem possibilita que os educandos se tornem promotores de saúde também fora do ambiente escolar. Sendo assim, é importante organizar e integrar intervenções voltadas à saúde em todos os níveis da educação, fortalecendo a autonomia dos estudantes na capacidade de tomar decisões relacionadas ao seu próprio corpo e bem-estar (Viçosa, 2018).

A fisioterapia exerce um papel importante no ambiente escolar, voltado à promoção, prevenção e assistência à saúde de crianças e adolescentes. Durante a fase escolar, o corpo passa por diversas transformações que influenciam o desenvolvimento físico e a postura, podendo favorecer correções ou contribuir para vícios posturais, prejudicando não só o crescimento, mas também o desempenho escolar. Pois é nesta etapa que a estrutura musculoesquelética ainda está em formação, tornando-se mais suscetível a deformidades (Silva, 2019).

Ainda segundo os autores Silva (2019), por meio de ações voltadas à saúde corporal e ao desenvolvimento físico-motor dos estudantes, com ênfase na postura, a fisioterapia pode atuar orientando e auxiliando educadores, que também desempenham um importante papel na eficácia das práticas.

Diante disso, este estudo tem como objetivo promover a saúde e conscientização corporal em alunos do 6º ano de uma escola de Caçador, por meio de ações fisioterapêuticas de caráter educativo e preventivo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa, utilizando-se de pesquisas científicas na base de dados PEDro, PubMed, Lilacs, com pesquisa sobre desenvolvimento infanto-juvenil, alterações biomecânicas presentes nesta população,

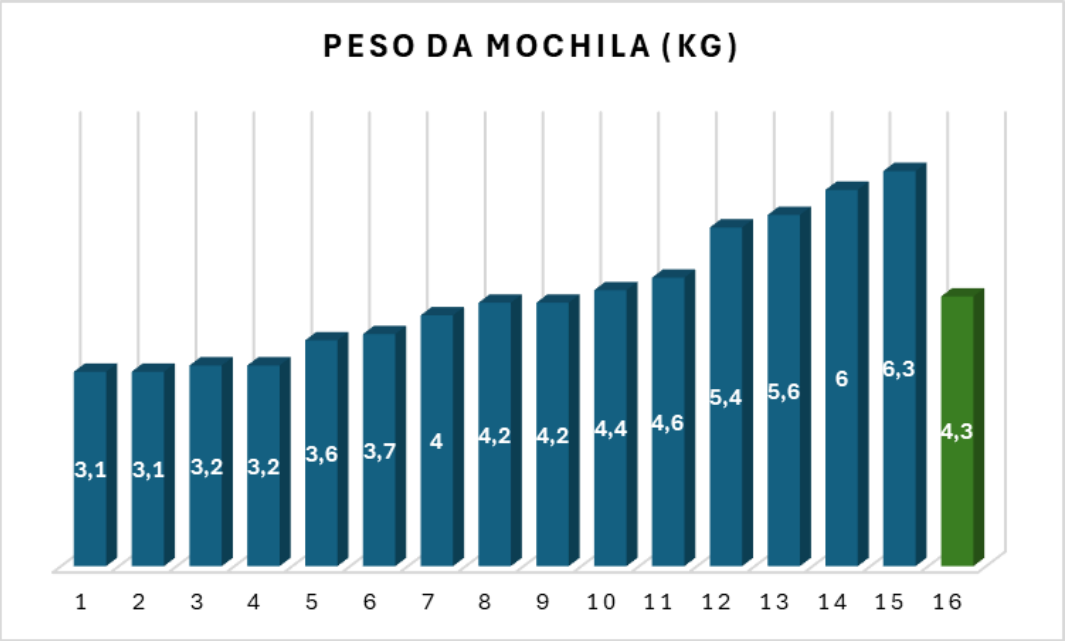
ambiente escolar e sua influência. A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025.

O público-alvo da ação são os alunos do 6º ano do colégio Aplicação do município de Caçador-SC. A amostra do projeto foi composta por 15 participantes, de ambos os sexos, com faixa etária entre 11 e 12 anos. Foi realizada conversa com os educandos sobre a importância de atividades físicas no cotidiano, bem como a correção postural e consequências negativas que as más posturas podem trazer para a vida. A pesagem das mochilas também fez parte da dinâmica, junto com a distribuição de folders com exercícios para incluir no dia a dia. Diante disto, os principais objetivos foram a orientação e conscientização dos escolares sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados revelou que o peso médio das mochilas foi de aproximadamente 4,3 kg, variando entre 3,1 kg e 6,3 kg, cujos dados estão demonstrados no Gráfico 1. Embora o peso corporal dos participantes não tenha sido coletado, observa-se que parte das mochilas pode representar uma carga considerável para crianças dessa faixa etária. Segundo Oliveira (2020) o peso da mochila não deve ultrapassar 10% do peso corporal do aluno, pois o excesso pode contribuir para sobrecarga musculoesquelética e alterações posturais.

Gráfico 1 - Peso das mochilas dos escolares.



Fonte: Autoras (2025).

Pode-se analisar que, embora mais frequentes em adultos, as disfunções corporais também são comuns entre crianças e adolescentes. As principais alterações observadas incluem manifestações escolióticas, hipercifose dorsal e hiperlordose lombar. Esses desvios geralmente

decorrem de desequilíbrios musculares e da manutenção prolongada de posturas específicas, como permanecer muito tempo sentado. Além disso, fatores como sexo, composição corporal, excesso de carga diária estão fortemente associados às alterações posturais em escolares (Resende, 2023).

Ademais, a mochila escolar constitui uma questão de interesse público, uma vez que os desvios posturais representam um problema de saúde relevante devido à sua alta incidência e ao potencial de causar incapacidade temporária ou permanente (Arias, 2016).

Segundo Baranowska (2023), dois períodos durante a idade escolar são especialmente críticos para o desenvolvimento de uma postura adequada, ocorrendo geralmente nos chamados surtos de crescimento, entre 6 e 7 anos e, posteriormente, entre 12 e 16 anos, porém a demanda por atividades físicas em crianças do ensino fundamental é significativamente maior do que a disponibilizada pelo currículo escolar.

Nesse sentido, o fisioterapeuta desempenha um papel estratégico no âmbito escolar, sua atuação envolve a realização de avaliações posturais e o estímulo ao desenvolvimento físico e motor, bem como a orientação de alunos, familiares, professores promovendo a consciência corporal, prevenção de alterações posturais e incentivo a padrões adequados de desenvolvimento (Figueiró, 2014).

Com a realização de atividades corporais desenvolvidas pelo fisioterapeuta, os alunos se beneficiam com ganhos em flexibilidade, mobilidade articular e redução da tensão muscular. Além disso, essas práticas favorecem a socialização das crianças por meio de atividades lúdicas, incentivando a interação e o desenvolvimento social durante o processo educativo (Silva, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da literatura e dos dados sobre postura, peso de mochilas e a importância da atividade física escolar, conclui-se que a intervenção do fisioterapeuta no ambiente escolar é fundamental para promover o desenvolvimento físico, motor e postural das crianças, prevenindo desvios e problemas musculoesqueléticos. A prática regular de exercícios, aliada à orientação adequada de alunos, familiares e educadores, contribui para a conscientização corporal, melhora da postura e inclusão de crianças com necessidades especiais, reforçando a necessidade de políticas públicas que ampliem a carga horária de atividades físicas e promovam hábitos saudáveis desde a infância.

REFERÊNCIAS

ARIAS, Amabile Vessoni. Mochila escolar: investigação quanto ao peso carregado pelas crianças. Fisioterapia Brasil, v. 14, n. 5, p. 376–381, 2016. Disponível em: https://convergenceseditorial.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/421/756. Acesso em: 1 out. 2025.

BARANOWSKA, Anna; SIERAKOWSKA, Matylda; OWCZARCZUK, Anna; *et al*. An Analysis of the Risk Factors for Postural Defects among Early School-Aged Children. Journal of Clinical

Medicine, v. 12, n. 14, p. 4621, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2077-0383/12/14/4621. Acesso em: 19 out. 2025.

FIGUEIRÓ, Cynthya Nunes de. *A importância da inserção do profissional de fisioterapia nas escolas*. 2014. Monografia (Graduação em Fisioterapia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/9b975b7e-86e4-4739-a0eb-ec80db463726. Acesso em: 3 out. 2025.

RESENDE, Bruno Boari de; ALMEIDA, Paula Silva; SILVA, Marcelo Augusto; *et al*. PREVALENCE OF POSTURAL CHANGES IN SCHOOL CHILDREN AND ADOLESCENTS. Acta Ortopédica Brasileira, v. 31, n. spe2, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aob/a/k8bYF6YJwdWzpTXkwsJJZpK/?lang=en#. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, Camila Sousa da *et al.* *A importância da atividade física para escolares: um olhar sobre a saúde e o aprendizado*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 6., 2019, Maceió. *Anais*... Campina Grande: Editora Realize, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID12272_05092019213626.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

OLIVEIRA, Priscila Mendes Graña; REIS, Suellen Raquel Marinho dos; COSTA, Simone Teixeira da Luz; *et al*. ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA PREVENTIVA NO CONTEXTO ESCOLAR. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 8, p. 63298–63305, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15850. Acesso em: 1 out. 2025.

VIÇOSA, Débora Lopes. *Fisioterapia na saúde do escolar: educação postural como estratégia de promoção de saúde na escola*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) – Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2018. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/items/ba18e705-2f59-4ebe-9a46-f14b42caea75. Acesso em: 3 out. 2025.

RELAÇÃO ENTRE PESO DAS MOCHILAS E POSTURA EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Curricularização da Extensão

Fernanda Souza[1]
Maria Eduarda de Souza Busato[2]
Milena Fioreze Kades[3]
Rafael Ingo Lincoski[4]

Resumo – Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o peso das mochilas escolares e alterações posturais em crianças do ensino fundamental. Trata-se de um relato de experiência realizado com estudantes do 4º ano do Colégio de Aplicação, promovendo a pesagem das mochilas, avaliação postural e orientações educativas conduzidas por acadêmicas de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. A média de peso das mochilas foi de 4,17 kg, ultrapassando o limite aconselhado de 10% do peso corporal infantil, estimado em aproximadamente 2,8 kg, com base no peso médio estimado de 28,1 kg para crianças de 9 anos. Foram identificadas alterações posturais na maior parte das crianças avaliadas, destacando-se hipercifose torácica e elevação dos ombros. Esses achados reforçam que o transporte de cargas superiores ao ideal pode gerar sobrecarga musculoesquelética, comprometendo o alinhamento postural e aumentando a ocorrência de dores na coluna e nos membros superiores. A orientação educativa permitiu conscientizar alunos, pais e professores sobre o uso correto da mochila, o ajuste das alças e a importância da limitação do peso transportado. Conclui-se que ações preventivas e educativas no ambiente escolar são essenciais para a promoção da saúde postural infantil, contribuindo para a redução de riscos e para o desenvolvimento de hábitos corporais adequados desde a infância.

Palavras-chave: Fisioterapia pediátrica; Saúde postural infantil; Mochilas escolares.

INTRODUÇÃO

A infância representa um período de intensas transformações físicas e psicossociais, no qual o desenvolvimento musculoesquelético e postural exerce papel fundamental para a qualidade de vida na fase adulta. Nesse contexto, fatores do cotidiano escolar, como o transporte de mochilas, podem impactar diretamente a saúde postural das crianças. O sobrepeso das mochilas não provoca apenas desconforto imediato, mas também representa um risco significativo para alterações posturais e dores que podem se estender ao longo da vida (BRZĘK et al., 2017; RITTER; ZAFFALON JÚNIOR, 2018).

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diversos estudos apontam que o peso transportado nas mochilas frequentemente excede os limites recomendados, variando entre 10% e 15% do peso corporal da criança, segundo Brzek et al. (2017). Esse excesso está associado a modificações posturais, como aumento da cifose e da lordose, rotação do tronco e assimetrias na posição das escápulas, além de influenciar negativamente parâmetros de equilíbrio e estabilidade corporal. Em diferentes contextos, observou-se que a sobrecarga das mochilas está relacionada a maior prevalência de dor, especialmente em ombros, coluna e joelhos, acometendo cerca de 20% das crianças avaliadas (Shetty et al. 2025).

Além disso, outro aspecto relevante é que o transporte de mochilas pesadas pode alterar a marcha, a estabilidade e a atividade muscular. Crianças submetidas a cargas próximas de 15% do peso corporal apresentam redução da velocidade da marcha, encurtamento da passada, maior inclinação anterior do tronco e aumento da ativação de determinados grupos musculares, o que resulta em movimentos compensatórios capazes de comprometer a saúde postural a longo prazo (HELL et al., 2021).

Diante disso, torna-se relevante investigar a relação entre o peso das mochilas e a postura de crianças em idade escolar, considerando não apenas os impactos imediatos, mas também a possibilidade de futuras alterações biomecânicas e clínicas. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o peso das mochilas escolares e as alterações posturais em crianças do ensino fundamental, além de promover ações educativas voltadas à conscientização sobre o uso correto das mochilas e à prevenção de sobrecargas posturais.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo, conforme Gil (2019), uma vez que buscou observar e analisar fenômenos sem interferir diretamente neles, permitindo compreender suas características e relações. O estudo foi desenvolvido com 25 crianças do 4º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação, localizado em Caçador (SC), durante o mês de setembro de 2024, por acadêmicas do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. A atividade foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 6.391.015.

Foram incluídas crianças regularmente matriculadas e autorizadas a participar da pesquisa. Foram excluídas as crianças ausentes no dia da avaliação ou que não estavam com a mochila escolar no momento da coleta. A pesagem das mochilas foi realizada com uma balança digital portátil de mão de alta precisão, com precisão de 0,1 kg. O peso corporal das crianças não foi mensurado diretamente, sendo estimado com base no peso médio para a faixa etária de 9 anos, conforme dados do Tua Saúde (2024), que indicam média de 28,1 kg. Assim, o limite seguro de 10% do peso corporal foi estimado em aproximadamente 2,8 kg.

A avaliação postural foi conduzida por meio de inspeção visual estática, observando o alinhamento da cabeça, ombros, escápulas, coluna torácica, pelve e membros inferiores nos planos anterior, lateral e posterior. As observações foram realizadas por duas acadêmicas previamente treinadas, de acordo com padrão avaliativo. A coleta ocorreu em um único encontro, durante o período letivo. Cada criança foi orientada a manter na mochila apenas os

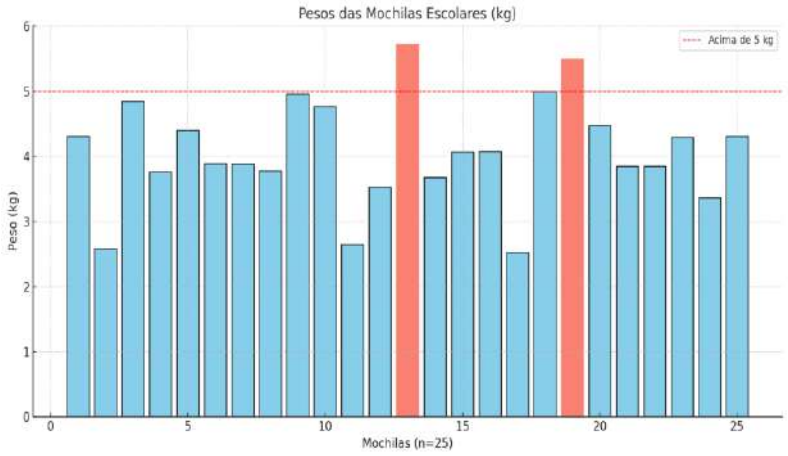
materiais que costuma carregar diariamente. Após a pesagem individual, foi realizada a inspeção postural, seguida de demonstrações práticas de exercícios de mobilidade e orientações educativas sobre o uso adequado da mochila, incluindo o ajuste das alças, a distribuição do peso e hábitos posturais saudáveis.

Também foram promovidas ações educativas voltadas a pais e professores, com a entrega de folders informativos contendo ilustrações e recomendações posturais. Os dados quantitativos referentes ao peso das mochilas foram analisados de forma descritiva, considerando média, desvio-padrão e valores mínimo e máximo. Como não houve pesagem corporal direta, a relação entre o peso da mochila e o peso corporal foi estimada com base no valor médio citado anteriormente. As informações qualitativas, provenientes das observações posturais e das atividades educativas, foram descritas de forma contextual e interpretativa, complementando a análise numérica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram avaliadas 25 mochilas escolares, cujos pesos (em kg) estão demonstrados no Gráfico 1. A média dos pesos das mochilas foi de aproximadamente 4,17 kg, calculada pela soma de todos os valores e divisão pelo número total de mochilas. As crianças participantes tinham idade média de 9,2 anos e peso corporal médio estimado em 28,1 kg, o que permite estabelecer que o limite seguro recomendado para o transporte — geralmente de até 10% do peso corporal — seria de aproximadamente 2,8 kg. Assim, a média encontrada indica que a maior parte das mochilas avaliadas ultrapassou esse valor recomendado.

Gráfico 1 - Pesos das mochilas escolares das crianças.



Fonte: Autoras (2025).

O excesso de peso transportado nas mochilas é amplamente discutido na literatura, sendo apontado como um fator de risco para sobrecarga musculoesquelética e alterações posturais. Estudos indicam que mochilas acima de 10% do peso corporal aumentam a inclinação anterior do tronco, a sobrecarga nos ombros e a fadiga muscular (MATOS et al., 2020; RITTER; ZAFFALON JÚNIOR, 2018). Esses achados corroboram os resultados do presente trabalho, uma vez que

foram observadas mochilas com peso superior a 5 kg, destacadas em vermelho no gráfico, as quais potencialmente excedem os limites recomendados para crianças dessa faixa etária.

Durante a avaliação postural, realizada por inspeção visual estática, foram observados sinais compatíveis com alterações no alinhamento corporal em parte significativa dos escolares. As observações consideraram um checklist padronizado, que incluía o alinhamento dos ombros, simetria escapular, posicionamento da cabeça, curvaturas fisiológicas da coluna e alinhamento pélvico nos planos anterior, lateral e posterior. Entre os principais achados, 12 crianças apresentaram sinais compatíveis com aumento da cifose torácica e 8 com elevação de um dos ombros. Em um caso, observou-se assimetria no movimento escapular durante a postura ortostática, interpretada como alteração funcional leve, sem caráter diagnóstico.

A elevada frequência de sinais compatíveis com hipercifose é preocupante, pois está associada a dor, desequilíbrios musculares e impacto funcional a longo prazo (TUÑAS-MACEIRAS; RODRÍGUEZ-ROMERO, 2024). O uso contínuo de mochilas pesadas contribui para tais desvios, favorecendo a projeção anterior do tronco e a sobrecarga das estruturas da coluna.

Pesquisas semelhantes apontam que a sobrecarga das mochilas influencia não apenas a postura estática, mas também a marcha, o equilíbrio e a estabilidade corporal, gerando adaptações compensatórias que podem comprometer o alinhamento postural (Shetty et al. 2025). Entretanto, a literatura também destaca que o peso da mochila não é o único fator relacionado aos desvios posturais, sendo importante considerar o tempo de uso, a forma de transporte e hábitos posturais no ambiente escolar (BAPTISTELLA et al., 2018).

A identificação de mochilas acima do limite recomendado e a constatação de sinais posturais compatíveis com sobrecarga reforçam a importância de medidas educativas e preventivas. A conscientização de crianças, pais e professores sobre o uso adequado das mochilas, o ajuste correto das alças e a limitação do peso transportado são estratégias fundamentais para minimizar riscos e favorecer a saúde musculoesquelética, conforme defendido por Matos et al. (2020) e Baptistella et al. (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a média do peso das mochilas das crianças avaliadas foi superior ao limite recomendado de 10% do peso corporal, sugerindo risco potencial para sobrecarga musculoesquelética. Os achados destacam a importância de estratégias educativas envolvendo crianças, pais e professores, visando à conscientização sobre o uso correto da mochila, o ajuste adequado das alças e a limitação do peso transportado. Tais medidas são fundamentais para reduzir a sobrecarga na coluna vertebral e prevenir o agravamento de alterações posturais ao longo do crescimento.

Porém, algumas limitações do estudo foram observadas, já que a pesquisa foi realizada em uma amostra única, referente a uma turma/escola, o que limita a generalização dos resultados. O método observacional adotado, sem utilização de fotogrametria ou instrumentos validados, e a não realização da pesagem corporal individual, podem ter influenciado a precisão das análises posturais. Além disso, o acompanhamento longitudinal das crianças não foi realizado, impossibilitando a avaliação da evolução das alterações posturais ao longo do tempo.

Recomenda-se que estudos subsequentes incluam a mensuração do peso corporal individual das crianças, acompanhamento longitudinal (3–6 meses), e o uso de instrumentos validados para avaliação postural. Sugere-se também envolver a coordenação escolar em estratégias de redução de carga, como a disponibilização de armários e incentivo ao uso de materiais digitais, bem como implementar ações educativas contínuas sobre o transporte adequado de mochilas.

A experiência relatada reforça a relevância de ações de extensão no contexto escolar como ferramenta para promoção da saúde e prevenção de distúrbios posturais, evidenciando a necessidade de intervenções integradas entre escola, família e profissionais de saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP pelo apoio institucional, ao Colégio de Aplicação e às professoras da turma pelo acolhimento e colaboração durante as atividades. Também ao professor Rafael, orientador do projeto, pelo acompanhamento, dedicação e valiosas orientações ao longo de todo o desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTELLA, A. M. *et al.* Relação entre peso da mochila escolar e alterações posturais em escolares do ensino fundamental. ***FisiSenectus***, Chapecó, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2018. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/fisisenectus/article/view/4371. Acesso em: 6 out. 2025.

BRZĘK, Anna; et al. The weight of pupils' schoolbags in early school age and its influence on body posture. **BMC Musculoskeletal Disorders**, v. 18, n. 1, p. 1–11, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s12891-017-1462-z. Acesso em: 27 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HELL, Anna K; et al. The influence of backpack weight in school children: gait, muscle activity, posture and stability. **Der Orthopade**, v. 50, n. 6, p. 446–454, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33296024/. Acesso em: 27 out. 2025.

MATOS, R. S.; SILVA, M. T.; FERREIRA, L. R. Peso das mochilas escolares e relação com alterações posturais em crianças do ensino fundamental. ***Revista Portuguesa de Educação e Reabilitação***, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 33-41, 2020. Disponível em: https://rper.aper.pt/index.php/rper/article/view/137. Acesso em: 6 out. 2025.

RITTER, T.; ZAFFALON JÚNIOR, J. R. Mochila escolar: análise do peso carregado entre escolares de 1º a 5º ano do ensino fundamental. **Revista Atlante***: Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Málaga, 2018. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/10/mochila-escolar-peso.html. Acesso em: 6 out. 2025.

SHETTY, P.; KUMAR, S.; RAO, S. Prevalência e fatores associados à dor musculoesquelética entre crianças hipermóveis em idade escolar em Moodbidri, Sul da Índia. **Fisioterapia em Movimento**, v. 38, 2025. Disponível em:

https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/6203/5460. Acesso em: 27 out. 2025.

Tabela de peso ideal por idade: crianças e adultos. TUA SAÚDE. 2024. Disponível em: https://www.tuasaude.com/tabela-de-peso-ideal-por-idade. Acesso em: 27 out. 2025.

TUÑAS-MACEIRAS, Isabel; RODRÍGUEZ-ROMERO, Beatriz. Evidencia científica relativa al impacto de las mochilas sobre los trastornos musculoesqueléticos en niños y adolescentes, y sobre las recomendaciones de uso. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/382641487_Evidencia_cientifica_relativa_al_impacto_de_las_mochilas_sobre_los_trastornos_musculoesqueleticos_en_ninos_y_adolescentes_y_sobre_las_recomendaciones_de_uso>. Acesso em: 27 out. 2025.

TAPETE SENSORIAL

Categoria: Projetos de extensão

Isabelle Maia[1]
Isadora Tives Milan[2]
Jéssica Alves Ferreira[3]
Maria Eduarda Grando[4]
Nubia dos Santos[1]
Juliano Mazzotti[5]

Resumo – O envelhecimento populacional destaca-se pela importância na preservação de valores sociais e culturais. Entender os impactos desse processo é essencial para promover um envelhecimento ativo e com qualidade de vida. O presente trabalho relata uma experiência de extensão universitária voltada à estimulação sensorial de idosos institucionalizados por meio da aplicação do jogo "Tapete Sensorial". A proposta teve como objetivo promover os sentidos tátil e olfativo, favorecendo a cognição, a interação social e o bem-estar emocional dos participantes. O estudo, de natureza quantitativa e descritiva, foi realizado com idosos em instituições de longa permanência na cidade de Caçador – SC, utilizando materiais acessíveis e recicláveis para construir um tapete funcional com diferentes texturas, além de estímulos olfativos variados. Os resultados apontaram altos índices de engajamento e respostas positivas aos estímulos, mesmo entre idosos com comprometimento cognitivo, evidenciando a eficácia da abordagem multissensorial. A atividade proporcionou momentos de ludicidade, resgate de memórias afetivas e inclusão, contribuindo significativamente para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável.

Palavras-chave: Idosos. Cognitivo. Atividades Sensoriais.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo biologicamente programado, gradual, complexo, irreversível e de enfraquecimento estrutural que gera diversas alterações no organismo, aumentando o risco de doenças e modificando funcionalmente células e tecidos. Seus efeitos geralmente surgem a partir da terceira década de vida e progridem ao longo dos anos. É o resultado combinado de fatores intrínsecos e extrínsecos. Os fatores intrínsecos estão relacionados às mudanças fisiológicas naturais que ocorrem devido ao envelhecimento geneticamente programado, principalmente processos regulados por hormônios. Os fatores

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

extrínsecos, por outro lado, estão relacionados aos hábitos de vida e às condições ambientais que os influenciam (Consulin et al 2023).

O funcionamento cognitivo do idoso está relacionado com a sua saúde e com o seu bem-estar psicológico, sendo considerado um indício importante de envelhecimento ativo e de longevidade. A cognição, de um modo geral, pode ser caracterizada como um conjunto de capacidades mentais que permitem a aquisição, o acesso e a manutenção de conhecimentos (Irigaray, Trentini, Gomes, e Scheneider, 2011).

A estimulação cognitiva é realizada através de programas de reabilitação neuro cognitiva como os jogos e outras atividades interativas e ocupacionais que exercem grande importância na colaboração com a área da saúde mental, pela capacidade de orientação. Os jogos têm duas variantes: a aprendizagem ou a reaprendizagem e proporcionam simultaneamente uma terapia aliciante para os pacientes, em especial nos idosos. O propósito dos jogos aplicados à reabilitação neuro cognitiva é auxiliar na reabilitação das funções cognitivas afetadas, resultado de lesões ou doenças (viso-espaciais, a atenção, a memória e as funções executivas), consagrando o aumento da funcionalidade e melhoria da qualidade de vida (Miranda, 2012).

Com isso, o objetivo da Fisioterapia com o jogo do Circuito Sensorial é estimular os sentidos tátil e olfativo de idosos em instituições de longa permanência por meio de atividades lúdicas e interativas, promovendo a cognição sensorial e percepção. A proposta visa contribuir para a manutenção das funções cognitivas, favorecer o envelhecimento ativo e melhorar a qualidade de vida dessa população.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um projeto de extensão com abordagem quantitativa, descritiva e de cunho experimental, composta por idosos em instituições de longa permanência situados na cidade de Caçador - SC. O perfil funcional é de idosos que necessitam de um auxílio parcial para a realização de suas atividades de vida diária. A atividade tem como objetivo geral estimular os sentidos tátil e olfativo de idosos em instituições de longa permanência por meio de atividades lúdicas e interativas, promovendo a cognição sensorial e percepção, por meio do jogo "Tapete Funcional".

Os materiais utilizados para a realização do jogo foram: EVA Felpudo, bastão de cola quente, EVA com Glitter, fita durex larga, cola universal, materiais recicláveis: papelão, retalhos; algodão; buchas; embalagens; grãos; cascalho de árvore, visando a estimulação sensorial e lúdica dos idosos.

As regras do jogo consistem em permitir que os participantes identifiquem, por meio do tato e do olfato, diferentes estímulos sensoriais. Cada participante terá o tempo máximo de 1 (um) minuto para reconhecer cada textura presente no tapete sensorial, bem como cada aroma disposto em recipientes específicos. A dinâmica foi realizada com o tapete sensorial disposto sobre uma mesa, de modo a facilitar o acesso de todos os participantes. Estes deverão permanecer com os olhos vendados, a fim de intensificar a percepção tátil. Um a um, os participantes deverão, utilizando apenas as mãos, explorar as texturas para tentar identificá-las. Concluída essa etapa, será realizada a atividade olfativa. Os recipientes contendo os diferentes

odores serão apresentados e, igualmente no tempo máximo de 1 (um) minuto por item, os participantes deverão identificar o cheiro correspondente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade foi aplicada a um grupo de idosos, residentes em Instituições de Longa Permanência na cidade de Caçador – SC. Todos os participantes apresentavam algum grau de dependência parcial nas atividades de vida diária, mas estavam aptos a participar da proposta lúdica e sensorial.

Durante a aplicação da dinâmica, observou-se que:100% dos participantes demonstraram interesse e envolvimento na proposta; 87% conseguiram identificar ao menos 3 das 5 texturas apresentadas; 74% identificaram corretamente ao menos 2 dos 4 estímulos olfativos; participantes apresentaram reações positivas, como sorrisos, comentários espontâneos e gestos de curiosidade, mesmo entre aqueles com limitações de comunicação verbal; alguns idosos com maior grau de comprometimento cognitivo apresentaram menor capacidade de nomear os estímulos, mas demonstraram reconhecimento sensorial por expressões faciais e corporais, esses dados sugerem que o estímulo tátil e olfativo, mesmo em idosos com declínio cognitivo leve ou moderado, pode gerar respostas sensoriais positivas e engajamento social.

Os resultados obtidos reforçam a importância das estratégias multissensoriais no cuidado à pessoa idosa, especialmente em instituições de longa permanência. O uso do tapete sensorial como recurso terapêutico e recreativo demonstrou-se eficaz na estimulação da percepção tátil e olfativa, além de favorecer a cognição sensorial e o bem-estar emocional dos participantes. A redução da acuidade visual, auditiva e a diminuição da sensibilidade tátil e gustativa podem limitar interações sociais e reduzir experiências prazerosas. Essas alterações também influenciam padrões de conduta e bem-estar emocional. (PIAZENTIN et al., 2024; SILVA et al., 2023).

O jogo também proporcionou momentos de socialização, ludicidade e resgate de memórias afetivas, especialmente na etapa olfativa, onde aromas familiares (como café, canela ou ervas) despertaram lembranças e promoveram interação verbal entre os participantes. (PIAZENTIN et al., 2024; SILVA et al., 2023).

Esses achados vão ao encontro de estudos que destacam a importância da estimulação sensorial em idosos como forma de prevenção e desaceleração do declínio cognitivo, ferramenta para um envelhecimento saudável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos a partir da observação de seu ambiente e de suas necessidades de saúde. (PIAZENTIN et al., 2024; SILVA et al., 2023). Implementar ações que favoreçam a inclusão e o bem-estar dessa população é essencial para garantir um futuro mais digno e participativo para os idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do tapete sensorial mostrou-se uma estratégia eficaz e humanizada para promover o bem-estar, a estimulação cognitiva e a interação social em idosos com comprometimento cognitivo. Mesmo sem comunicação verbal ativa, foi possível identificar reações positivas frente aos estímulos, o que reforça a importância das abordagens multissensoriais no cuidado à população idosa. A atividade contribuiu para o envelhecimento

ativo e saudável, dentro das possibilidades funcionais de cada indivíduo. Além disso, proporcionou às acadêmicas uma experiência rica de escuta sensível, adaptação de estratégias e cuidado centrado na pessoa, como defendem as abordagens contemporâneas em gerontologia (ALMEIDA et al., 2022; OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP por disponibilizar os recursos necessários para a realização, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento do projeto, aos professores envolvidos, pela orientação e dedicação que foram fundamentais para a estruturação deste trabalho e, agradecemos também à Casa Lar dos Idosos, pela receptividade e disponibilidade em colaborar com esta pesquisa enriquecendo a experiência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. D. S. et al. Estimulação multissensorial no cuidado à pessoa idosa: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 25, n. 2, p. 1–11, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/. Acesso em: 17 jun. 2025.

Consulin, MCD, Vasques, LI, & Leonardi, GR. (2023). Estimulação Elétrica Neuromuscular no Envelhecimento Facial: uma Revisão Integrativa da Literatura. ***Fisioterapia E Pesquisa*** , *30* , e21008423en. https://doi.org/10.1590/1809-2950/e21008423en. Acesso em 23 abr 2025.

Irigaray, T. Q., Trentini, C. M., Gomes, I., & Scheneider, R. H. (2011). **Funções cognitivas e bem-estar psicológico em idosos saudáveis.** Estudos Interdisciplinares E Envelhecimento, 16(2), 215–227. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ismt.pt/server/api/core/bitstreams/afa8a505-772a-4b95-9497-121ab5095e28/content Acesso em 22 abr 2025.

Miranda, M. J. L. (2012). **Jogo Sério para Reabilitação Neurocognitiva**: Cidade Virtual. Universidade do Porto. Retrieved from /scholar.google.pt /https://repositorio.ismt.pt/server/api/core/bitstreams/afa8a505-772a-4b95-9497-121ab5095e28/content Acesso em 23 abr 2025.

OLIVEIRA, A. P.; SANTOS, R. L. Intervenções não farmacológicas em idosos com demência: uma revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 5, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/. Acesso em: 17 jun. 2025.

PIAZENTIN, G. X. et al. Effects of seated Senior Dance® on cognitive functions in older adults with and without cognitive decline: a controlled clinical trial. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/. Acesso em: 17 jun. 2025

SILVA, M. F. et al. Estímulos sensoriais e cognição em idosos institucionalizados: revisão integrativa. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 26, n. 4, p. 213–229, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/. Acesso em: 17 jun. 2025.

ATIVAFISIO: DESAFIO DAS SETAS COLORIDAS E CAIXA DAS EMOÇÕES

Categoria: Projeto de Extensão

Bruna Dutra Araujo[1]
Kauane Gabriele de Siqueira[2]
Luana Stephany Molon Paulo[3]
Maria Eduarda de Souza Busato[4]
Tais Ribeiro dos Santos[5]
Juliano Mazzotti[6]

Resumo – O envelhecimento é um processo natural que pode causar, por exemplo, perda de autonomia. Como nas Instituições de Longa Permanência o sedentarismo é comum entre idosos, as atividades recreativas e a estimulação cognitiva são apontadas como benéficas para melhorar a comunicação, integração e controle motor, promovendo autonomia e qualidade de vida. O objetivo deste estudo foi estimular a expressão verbal e não verbal por meio de atividades lúdicas e interativas que favoreçam a comunicação entre os idosos institucionalizados. Foram desenvolvidos dois jogos distintos para promover variedade e respeitar os limites dos participantes. Ambos os jogos permitem adaptações e visam melhorar a comunicação, atenção e o fortalecimento de vínculos.

Palavras-chave: Envelhecimento; Mudanças Fisiológicas; Atividades Cognitivas.

INTRODUÇÃO

O processo do envelhecimento é caracterizado por um leve a moderado comprometimento das capacidades cognitivas e funcionais. Com o avanço da idade, há uma deterioração da mielina, o que afeta a comunicação entre diferentes áreas do cérebro. As regiões mais impactadas por essa degeneração costumam ser aquelas relacionadas às funções executivas, à velocidade de processamento e à memória (LEITE, 2021).

Em sua grande maioria os idosos aderem ao sedentarismo, pois não têm o hábito de realizar exercícios, em especial nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) ou também chamados, asilos. Estes, disponibilizam serviços de cuidados aos idosos (MARTINS, 2022).

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, Martins (2022), destaca os benefícios das atividades recreativas, como a melhora na comunicação e integração entre os idosos, pois o desuso dos exercícios pelas instituições, geram distanciamento e desinteresse entre a comunidade idosa.

Em vista disso, de acordo com Souza (2023), as atividades cognitivas auxiliam no foco, melhoram a memória e o controle motor, promovendo autonomia e qualidade de vida. Nesse mesmo sentido, Alves, Viana, Gomes (2020), dizem que habilidades como controle de pensamentos, desenvolvimento de raciocínio lógico e controle de sentimentos como raiva e medo, também são benefícios que surgem através da estimulação cognitiva e que são fundamentais para o dia a dia.

Machado e Silva (2022), também afirmam que atividades recreativas juntamente à estimulação cognitiva, incentivam mentalmente os idosos, os fazendo pensar sobre situações vivenciadas, estimulando também, a concentração, a memória e até a competitividade.

Os objetivos deste estudo foram estimular a expressão verbal e não verbal por meio de atividades lúdicas e interativas que favoreçam a comunicação, incentivar a participação ativa dos idosos em contextos coletivos e medir a satisfação dos mesmos quanto à comunicação e a socialização promovidas pelos jogos desenvolvidos.

METODOLOGIA

A presente intervenção será desenvolvida em formato de projeto de extensão com abordagem quantitativa, descritiva e de cunho experimental. O público alvo desse projeto serão os idosos institucionalizados na Casa Lar São José e na Casa Asilar Henning que estão situados na cidade de Caçador SC, de forma que possuem idosos ativos que necessitam de algum auxílio para realização das atividades. O projeto tem como objetivo trabalhar suas funções, cognitivas, de memória, concentração visando promover uma comunicação e integração entre os idosos, podendo ser adaptado para cada indivíduo.

Para favorecer uma maior participação e engajamento dos idosos, foram desenvolvidos dois jogos distintos, adaptados às capacidades cognitivas, motoras e sensoriais dos participantes. A elaboração de duas propostas lúdicas visou proporcionar variedade nas atividades, respeitando os limites individuais e promovendo maior interesse e envolvimento durante as intervenções. Os jogos foram aplicados de forma alternada, garantindo estímulo contínuo e dinâmico ao longo das sessões.

Uma das atividades será o jogo das setas onde os participantes serão divididos em duas duplas. Uma das duplas fica responsável por um gabarito contendo a sequência correta de setas coloridas, com indicações específicas de direção (cima, baixo, direita, esquerda) e cor. Essa dupla tem como função transmitir verbalmente as orientações à outra dupla, sem mostrar o gabarito visualmente. A dupla receptora, deve montar a sequência de setas sobre uma base quadriculada, utilizando as instruções recebidas.

Os idosos que não conseguirem realizar o primeiro jogo será aplicado essa adaptação. Um dos integrantes da dupla assume o papel de Instrutor, enquanto o outro será o Montador. A dupla recebe uma base para montagem e uma caixa contendo diferentes partes do corpo

humano confeccionadas em material didático (como papelão, EVA), tais como cabeça, tronco, braços, pernas, mãos, pés, olhos, nariz, boca, entre outras. Durante a dinâmica, o Instrutor sorteia uma peça da caixa (sem mostrar ao colega) e deve descrever verbalmente qual é a peça e onde ela deve ser posicionada. O Montador, deve seguir as instruções recebidas para localizar e encaixar corretamente a peça. Não é permitido que o Instrutor utilize gestos ou toques para auxiliar na montagem, estimulando exclusivamente a comunicação verbal.

A atividade aplicada necessita de atenção, comunicação eficaz entre os integrantes, favorecendo o fortalecimento de vínculos interpessoais e o estímulo cognitivo de forma lúdica. Ao final da tarefa, as duplas comparam o resultado obtido com o modelo original, após isso pode ser alternado entre eles para que todos os idosos participem ativamente.

Este jogo permite adaptações conforme as limitações dos participantes, como ampliar o tamanho das peças, utilizar texturas diferentes ou reduzir o número de setas para facilitar a execução. A proposta valoriza o trabalho em equipe, promovendo o engajamento dos idosos em uma atividade estruturada, divertida e inclusiva.

Os materiais necessários para elaboração dos jogos foram:

Papelão grosso (para colar as impressões);

2 Caixa de papelão pequena;

5 folhas de EVA coloridos (1 preto, 1 branco, 1 vermelho, 1 verde, 1 azul);

Cola para EVA;

4 Fita adesiva larga e transparente;

2 Cola, 4 tesouras, lápis, régua de 30cm;

Impressões 6 de cada modelo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação dos jogos lúdicos com os idosos institucionalizados demonstrou melhora significativa na cognição, comunicação e socialização. O jogo das setas estimulou memória, atenção e raciocínio, alinhando-se aos achados de Apóstolo et al (2014), que destacam os benefícios da estimulação cognitiva em idosos. Já a Caixa das Emoções favoreceu o desenvolvimento da linguagem, percepção espacial e funções executivas, conforme apontado por Oliveira et al (2022).

Observou-se também fortalecimento dos vínculos sociais, aumento da interação e da disposição dos participantes, resultado que está de acordo com Rodrigues e Batista (2020), que defendem a importância das atividades cognitivas associadas à interação social. Além disso, os jogos promovem ganhos na coordenação motora fina e na autonomia funcional, corroborando com Camargos et al (2020).

No aspecto emocional, os idosos relataram sentimentos de alegria e satisfação, indicando impacto positivo no bem-estar, como também observado por Silva e Cunha (2021). Dessa forma, as atividades lúdicas se mostraram eficazes para estimular aspectos cognitivos, emocionais e sociais, promovendo qualidade de vida aos idosos institucionalizados.

Durante a implementação da atividade lúdica na casa lar São ,foi observado que os idosos apresentavam dificuldades cognitivas que dificultavam o entendimento das regras e a autonomia nas respostas. Desta forma, o jogo foi adaptado para ser realizado com a cuidadora servindo como mediadora, auxiliando na explicação, execução e estímulo da participação.

Essa adaptação encontra respaldo na literatura: estudos mostram que a estimulação cognitiva conduzida por cuidadores, quando bem treinada, pode ser eficaz e sustentável, além de não gerar prejuízo ao bem-estar dos envolvidos. Segundo Fernández-Ballesteros et al. (2019) observaram que "o treinamento de cuidadores em estimulação cognitiva produziu benefícios cognitivos e funcionais nos mais velhos sob seus cuidados".

Portanto, envolver a cuidadora nesta dinâmica não apenas garantiu a viabilidade da intervenção na casa-lar, como também promoveu estimulação cognitiva eficiente e contribuiu para melhoria da qualidade de vida dos idosos, em consonância com evidências internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de jogos lúdicos com foco na comunicação mostrou-se extremamente benéfica para os idosos institucionalizados. As atividades propostas estimulam não apenas a linguagem verbal e não verbal, mas também promovem uma escuta ativa, troca de experiências e o fortalecimento dos vínculos sociais, como também foi observado por Belaunde et al (2019).

Os jogos criaram um ambiente acolhedor e interativo, favorecendo a expressão de sentimentos e pensamentos, o que impactou positivamente no bem-estar e na comunicação entre os participantes. Dessa forma, evidenciou-se que estratégias lúdicas voltadas à comunicação são essenciais para a promoção da qualidade de vida e da inclusão social dos idosos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à instituição financeira, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, à professora e orientadora Drª.Daniela Santos por compartilhar seu conhecimento e, agradecemos também às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), em especial a Casa Lar São José e Casa Asilar Henning, do município de Caçador que nos permitiram a aplicação dos jogos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Valéria Kely Nolasco; VIANA, Mariana Lara Cabral; GOMES, Elihab Pereira. Importância da estimulação cognitiva para o idoso. Editora Realize, Campina Grande, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73703. Acesso em: 23 abr. 2025.

COCHAR-SOARES, Natália; DELINOCENTE,Maicon Luís Bicigo; DATI, Livia MENDONÇA; Munhoz. **Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade às consequências cognitivas**. Revista Neurociências, São Paulo, v. 29, p. 1-28, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367902247_Fisiologia_do_envelhecimento_da_plasticidade_as_consequencias_cognitivas. Acesso em: 23 abr. 2025.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R.; et al. ***Caregiver training: Evidence of its effectiveness for cognitive and functional improvement in older adults***. World Journal of Psychiatry, v. 3, n. 3, p. 65–73, 2013.

LEITE, Alessandro da Silva. **Saúde mental e neurociência: a importância da Reserva Cognitiva (RC) no envelhecimento saudável.** Revista Vox, [s.l.], n. 12, p. 95-102, 2021. Disponível em: https://www.fadileste.edu.br/revistavox/index.php/revistavox/article/view/20. Acesso em: 23 abr. 2025.

MACHADO, Milena Campos; SILVA, Karla Camila Correia da. **A percepção dos acadêmicos sobre a importância da estimulação cognitiva durante o tratamento fisioterapêutico em idosos**. Research, Society and Development, [s.l.], v. 11, n. 14, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364973767_A_percepcao_dos_academicos_sobre_a_importancia_da_estimulacao_cognitiva_durante_o_tratamento_fisioterapeutico_em_idosos. Acesso em: 23 abr. 2025.

MARTINS, et al. **Atividades recreativas e suas contribuições para a promoção da saúde de idosos institucionalizados**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [s.l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/947. Acesso em: 23 abr. 2025.

SOUZA, Luana Magalhães Soares de. **Estimulação cognitiva em idosos: uma proposta de intervenção online em tempos de pandemia**. Revista Brasileira de Educação Física Saúde e Desempenho, [s.l.], v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376608535_A_importancia_do_desenvolvimento_de_atividades_de_estimulo_cognitivo_e_motor_no_campo_psicopedagogico. Acesso em: 23 abr. 2025.

FORTALECIMENTO MUSCULAR ATRAVÉS DO LÚDICO

Categoria: Curricularização da extensã

Eduarda Jodar[1]
Emanuella Proencio[2]
Elise Gabrieli Wisniewsky[3]
Kassia Simonetti[4]
Keysi Ribeiro[5]
Rafael Antunes[6]
Alan Christhian Bahr[7]

Resumo – O envelhecimento tras desafios funcionais que comprometem a qualidade de vida dos idosos, especialmente aqueles institucionalizados. Este estudo teve como objetivo avaliar a eficácia de dois jogos terapêuticos adaptados, "Jogo do Vai e Vem" e "Boliche com os Pés", no fortalecimento dos membros superiores e inferiores de idosos residentes em instituições de longa permanência em Caçador-SC. A intervenção foi desenvolvida por meio de projeto de extensão, com abordagem quantitativa, descritiva e experimental. Participaram idosos com perfil funcional ativo, submetidos às atividades sob supervisão de acadêmicos de fisioterapia e profissionais da área, com adaptações conforme limitações individuais. Os resultados demonstraram melhora significativa na coordenação motora, resistência física e funcionalidade, além de promover maior engajamento social e motivação dos participantes. A metodologia lúdica e sensorial favoreceu a adesão ao programa e proporcionou benefícios físicos e emocionais. Entre as limitações, destacam-se a variabilidade funcional dos participantes e a curta duração da intervenção. Conclui-se que jogos terapêuticos adaptados são estratégias eficazes e acessíveis para a promoção da saúde e autonomia dos idosos institucionalizados, ressaltando a importância da integração entre universidade e comunidade por meio de projetos de extensão.

Palavras-chave: Exercício. Fisioterapia. Fortalecimento. Geriatria.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um acontecimento que se faz presente desde que nascemos, com maior visibilidade após uma certa idade, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a terceira idade é definida a partir dos 60 anos. Com alguns sintomas mais visíveis, como a pele,

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que fica mais fina e consequentemente mais ressecada, os cabelos ficam brancas com mais chances de cair. Ribeiro e Dantas (2020).

Duarte e Amaral (2020) define a terceira idade trazendo diversos fatores que influenciam nas atividades de vida diária (AVD's), tanto mudanças fisiológicas quanto físicas, e dentre esses podemos citar a perda de massa muscular que é definida como sarcopenia. Os autores citam que no Brasil, estima-se que cerca de 17% dos idosos tenham sarcopenia, o que pode trazer vários problemas, como quedas, fraturas, dificuldades para realizar atividades do dia a dia, além de prejudicar a funcionalidade e a qualidade de vida. A previsão é que, até 2030, o país tenha aproximadamente 5,2 milhões de idosos nessa condição.

Para Fleck e Kraemer (2017) uma das maneiras mais eficazes de combater os efeitos da perda de massa muscular (sarcopenia) em idosos é o treinamento resistido, também conhecido como treinamento de força ou com pesos. Esse tipo de exercício tem se tornado cada vez mais popular, tanto para melhorar a aptidão física quanto para o condicionamento dos idosos. Os termos treinamento de força, treinamento com pesos e treinamento resistido são usados para descrever atividades que fazem os músculos do corpo se moverem ou se esforçarem para se mover contra uma resistência, normalmente proporcionada por equipamentos específicos.

Um dos exercícios propostos será o "Jogo do vai e vem" onde irá ser direcionado ao fortalecimento dos membros superiores, com foco na musculatura responsável pela abdução e flexão de ombro. Serão utilizadas garrafas PET de 2L preenchidas com área na execução dos exercícios. As garrafas serão suspensas com barbantes fixados em argolas de cortina, devidamente organizadas de forma que fiquem ao alcance dos membros superiores em ortostase.

O segundo exercício proposto será o "Boliche com os pés", onde tem como objetivo principal o fortalecimento dos membros inferiores, especialmente os músculos envolvidos nos movimentos de extensão de joelho e flexão de quadril. A atividade consistirá em derrubar seis pinos confeccionados com garrafas PET preenchidas com areia, dispostos a uma distância de dois metros. Os participantes, em pé, chutaram a bola que será disponibilizada no momento, com o intuito de derrubar o máximo de pinos possível por tentativa.

As atividades serão supervisionadas por acadêmicos de fisioterapia e profissionais da área, sendo previstas adaptações conforme as limitações funcionais individuais. Caso necessário, os exercícios poderão ser realizados com auxílio de dispositivos como andadores, cadeiras de rodas ou com o participante sentado, em alguns casos será realizado com as mãos desde que os princípios sejam mantidos e o objetivo alcançado.

METODOLOGIA

A presente intervenção foi desenvolvida no formato de projeto de extensão. O público-alvo foi composto por idosos institucionalizados, residentes na Casa Lar São José e na Casa Asilar Hennig, ambas localizadas na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina. Os participantes selecionados apresentam perfil funcional classificado como "ativos", ou seja, indivíduos que necessitam de auxílio parcial para a realização das atividades de vida diária (AVD's).

As ações propostas têm como objetivo o fortalecimento da musculatura dos membros superiores (MMSS) e dos membros inferiores (MMII), por meio da aplicação de dois jogos terapêuticos adaptados, intitulados "Jogo do Vai e Vem" e "Boliche com os Pés". A escolha das atividades tem como fundamento a promoção do condicionamento físico funcional dos idosos, por meio de práticas lúdicas e sensoriais que favoreçam a motivação, o engajamento e a adesão ao programa.

Para a realização das atividades foram utilizados os seguintes materiais: rolo de barbante tipo fio 8, garrafas PET, pacote de areia com 5 kg, folhas de EVA nas cores verde claro, verde escuro e verde com brilho, tubos de cola para EVA, pistola de cola quente e respectivos bastões, argolas de cortina com 28 cm de diâmetro, kit de tinta guache com frascos de 250 ml, bola de borracha pequena e kits numéricos em EVA, contendo os números de 0 a 9. A seleção dos materiais teve como critérios a segurança, a funcionalidade, a acessibilidade e a estimulação sensorial, com o intuito de proporcionar experiências significativas e prazerosas aos idosos.

O "Jogo do Vai e Vem" foi voltado ao fortalecimento dos membros superiores, com ênfase na musculatura responsável pelos movimentos de abdução e flexão do ombro. Na execução desta atividade, foram utilizadas garrafas PET de dois litros, preenchidas com areia e suspensas por meio de barbantes fixados em argolas de cortina. As estruturas foram organizadas de forma a posicionar os objetos ao alcance dos membros superiores, permitindo a realização do exercício em posição ortostática (em pé). No entanto, considerando as limitações funcionais dos participantes, foi permitida a execução da atividade também na posição sedestática (sentado), sem prejuízo aos objetivos terapêuticos.

Por sua vez, o "Boliche com os Pés" foi direcionado ao fortalecimento dos membros inferiores, em especial dos grupos musculares responsáveis pelos movimentos de extensão de joelho e flexão de quadril. A atividade consistiu em derrubar seis pinos confeccionados com garrafas PET, dispostas a uma distância de dois metros. A partir da posição ortostática, os participantes chutaram uma bola com o objetivo de derrubar o maior número de pinos possível por tentativa. Assim como no jogo anterior, houve a possibilidade de adaptação para a posição sedestática, a depender das necessidades individuais dos idosos.

Todas as atividades foram supervisionadas por acadêmicos do curso de Fisioterapia, sob orientação e acompanhamento de profissionais da área. Foram previstas adaptações conforme as limitações funcionais de cada participante, podendo ser utilizados dispositivos auxiliares como andadores, cadeiras de rodas, ou a substituição da atividade dos membros inferiores por exercícios com os membros superiores, desde que os princípios terapêuticos sejam respeitados e os objetivos da intervenção sejam atingidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução da intervenção proposta, por meio dos jogos terapêuticos adaptados "Jogo do Vai e Vem" e "Boliche com os Pés", demonstrou resultados positivos no desempenho funcional dos idosos institucionalizados participantes. Ao longo da sessão, observou-se melhora significativa na coordenação motora e resistência física dos membros superiores (MMSS) e dos membros inferiores (MMII).

No que se refere ao "Jogo do Vai e Vem", os participantes apresentaram progressiva melhora na amplitude de movimento e no controle motor durante os exercícios de abdução e flexão de ombro. A possibilidade de realizar a atividade tanto em ortostase quanto em sedestação permitiu uma maior inclusão dos idosos com limitações motoras, garantindo sua participação ativa e segura. Além disso, muitos relataram sensação de bem-estar e satisfação após a prática, destacando a natureza lúdica como fator motivacional importante.

Já no "Boliche com os Pés", foi possível observar avanços no controle dos movimentos de membros inferiores, especialmente na força de quadríceps e flexores de quadril, fundamentais para a mobilidade funcional e prevenção de quedas. A interação com a atividade foi expressiva, revelando entusiasmo e engajamento dos participantes, o que contribuiu diretamente para a constância na adesão às sessões.

Outro aspecto positivo identificado foi a melhora no comportamento social dos idosos. A participação coletiva nas atividades favoreceu o convívio, a comunicação e o fortalecimento dos vínculos entre os residentes, aspectos essenciais para a promoção da saúde mental e emocional em ambientes institucionais. A utilização de materiais coloridos, leves e de fácil manuseio também contribuiu para a estimulação sensorial e o aumento da concentração dos participantes durante os jogos.

A atuação dos acadêmicos de Fisioterapia, sob supervisão profissional, possibilitou uma abordagem segura e adaptada às condições clínicas de cada idoso, promovendo autonomia e respeito às limitações individuais. A aplicação de estratégias flexíveis, como a realização dos exercícios em sedestação ou com o uso de dispositivos auxiliares, reforçou a importância da acessibilidade nas práticas de cuidado.

Em suma, os resultados obtidos evidenciam que intervenções lúdico-terapêuticas adaptadas são eficazes para o estímulo físico e psicossocial de idosos institucionalizados. O projeto proporcionou ganhos funcionais relevantes, além de promover maior engajamento dos participantes em suas rotinas diárias, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar geral.

Entre as limitações encontradas, destaca-se a variabilidade no nível funcional dos participantes, o que exigiu adaptações constantes e personalizadas. Além disso, o número reduzido de sessões e a curta duração da intervenção podem ter limitado a observação de resultados em longo prazo. Questões como a rotatividade de profissionais, a logística institucional e a disponibilidade de tempo dos idosos também foram fatores que influenciaram o andamento do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a intervenção desenvolvida por meio de jogos terapêuticos adaptados "Jogo do Vai e Vem" e "Boliche com os Pés" mostrou-se eficaz no fortalecimento da musculatura dos membros superiores e inferiores de idosos institucionalizados, contribuindo de forma positiva para a manutenção e melhora da funcionalidade motora, autonomia e qualidade de vida dos participantes.

A proposta demonstrou que práticas simples, acessíveis e de baixo custo pode ser valiosa no contexto da fisioterapia gerontológica, especialmente em instituições de longa permanência. Além dos ganhos físicos, observou-se melhora no comportamento emocional e na participação coletiva, o que evidencia o impacto multidimensional da intervenção.

Desta forma, a experiência aqui apresentada reforça a importância da integração entre a universidade e a comunidade, destacando o papel fundamental dos projetos de extensão na promoção da saúde, da inclusão e da humanização do cuidado com a população idosa institucionalizada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a receptividade da Casa Lar São José e da Casa Asilar Hennig pela confiança concedida durante o período de extensão, fundamentais para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Paulo.Oliveira.; AMARAL, José.Renato. Geriatria Prática Clínica Barueri SP: Manole, 2020. Disponível em: https://www.manole.com.br/geriatria-2-edicao-pratica-clinica/p?srsltid=AfmBOopbsSJompjk4YPKNk5UYurHQrjsC3DSzppQLVodHk2dp2yAZHof. Acesso em: 23, abr. 2025.

FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. Fundamentos do treinamento de força muscular. Artmed Editora, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TKhBDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=FLECK,+Steven+J.%3B+KRAEMER,+William+J.+Fundamentos+do+treinamento+de+for%C3%A7a+muscular.+Artmed+Editora,+2017&ots=opU4z5qCwE&sig=Wp0AjdaRpymXuubnHTIOxjfAAS8#v=onepage&q=FLECK%2C%20Steven%20J.%3B%20KRAEMER%2C%20William%20J.%20Fundamentos%20do%20treinamento%20de%20for%C3%A7a%20muscular.%20Artmed%20Editora%2C%202017&f=fal. Acesso em: 23, abr. 2025.

RIBEIRO, Thiago Prieto; DANTAS, Túlio Calazans Néo. Influência do treinamento resistido para idosos. 2020. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14619. Acesso em: 23, abr. 2025.

MOVIMENTE: ESTIMULANDO CORPO E MENTE NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Categoria: Projeto Integrador

Gustavo Ramos Alves da Silva[1]
Heloise Selenko[2]
Isabelle Vitória dos Santos[3]
Mariely Felipe Dos Santos[4]
Alan Christhian Bahr[5]

Resumo – Este estudo analisou os impactos da intervenção lúdica MoviMente sobre a coordenação motora, o equilíbrio e a prevenção de quedas em idosos residentes em instituições de longa permanência, com idades entre 55 e 95 anos. A metodologia baseou-se em um delineamento experimental quantitativo, utilizando materiais recicláveis para a construção do jogo, com adaptações para diferentes níveis de capacidade funcional. Os resultados demonstraram que a abordagem lúdica favoreceu a adesão dos participantes, estimulando a prática de movimentos corporais e a interação social. Observou-se melhora na agilidade e na mobilidade funcional, embora limitações relacionadas à compreensão das regras e à coordenação motora tenham sido registradas. A utilização de recursos visuais mostrou-se eficaz na inclusão de idosos com déficits sensoriais. Conclui-se que o MoviMente constitui uma estratégia viável e motivadora para a promoção da saúde funcional nessa população, embora sua aplicação exija supervisão profissional para garantir segurança e eficácia. O estudo reforça a importância de intervenções adaptáveis no contexto do envelhecimento ativo.

Palavras-chave: Jogo; MoviMente; Idosos.

INTRODUÇÃO

Segundo Cruz (2019), o envelhecimento é um processo progressivo, onde ocorrem diversas alterações, o avanço da idade, acaba deixando as pessoas menos ativas e diminui suas capacidades físicas, propiciando alterações psicológicas. A velhice associada ao estresse e a depressão, acaba desmotivando a prática de exercícios, o que aumenta as chances do surgimento de doenças crônicas.

Cerca de um em cada três indivíduos com 65 anos ou mais sofre pelo menos uma queda ao ano, aumentando os riscos com o avanço da idade e o aumento da fragilidade. A taxa anual de quedas entre idosos de 65 anos varia entre 28% e 35%. Esses percentuais aumentam em indivíduos conforme o avanço das idades, sendo entre 32% e 42% entre aqueles com 70 anos

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ou mais e 50% com 85 anos, sendo ainda mais frequentes e idosas do sexo feminino. (Costa, Silveira, Mundim; 2021).

Leão (2017) propõe que o envelhecimento pode ser dividido em três categorias: primário, secundário e terciário. O envelhecimento primário também chamado de envelhecimento normal ou senescência, ocorre em todos os indivíduos após a fase reprodutiva sendo uma característica genética própria da espécie humana, esse tipo de envelhecimento acontece de maneira gradual e progressiva onde diversos fatores como a prática de exercícios físico, alimentação, estilo de vida, nível de escolaridade e posição social podem influenciar.

Por outro lado, o envelhecimento secundário se dá a respeito das doenças que surgem ao longo da vida e que não fazem parte do processo natural do envelhecimento. Apesar das diferenças entre o envelhecimento primário e secundário ambos estão intimamente relacionados. Leão (2017) ainda destaca que fatores ambientais, e outras doenças podem acelerar o processo de senescência do envelhecimento aumentando assim a vulnerabilidade do organismo e enfermidades. O envelhecimento terciário se caracteriza como estágio final da vida, marcado por perdas significativas nas capacidades físicas e cognitivas, resultado do acúmulo de fatores ligados tanto ao envelhecimento primário quanto às patologias associadas à idade.

O autor reforça que a forma como o idoso é classificado funcionalmente não depende apenas da idade cronológica Elementos como sexo, hábitos de vida, estado de saúde, condições socioeconômicas e fatores genéticos também agregam no processo do envelhecimento. Nesse sentido o envelhecimento não deve ser definido somente pela idade, mas sim pelas condições físicas, mentais, funcionais e da saúde de cada indivíduo já que o processo de envelhecimento é único de cada pessoa.

O equilíbrio e a coordenação motora são pilares fundamentais do controle corporal e da eficiência do movimento humano. Quando falamos de equilíbrio podemos incluir a capacidade de manter ou restaurar a estabilidade do corpo, tanto em situações estáticas (como ficar em pé) quanto em situações dinâmicas (como caminhar em uma superfície irregular). Já a coordenação motora refere-se à integração harmoniosa entre o sistema nervoso, os músculos e as articulações para executar movimentos precisos e deliberados.

Essas habilidades começam a se desenvolver nos primeiros anos de vida e com o passar dos anos podem sofrer alterações e ficarem com suas funções comprometidas. Na infância, estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento motor e cognitivo; na vida adulta, influenciam no desempenho de tarefas cotidianas e esportivas; e na velhice, tornam-se essenciais para a autonomia e prevenção de acidentes. (Ferreira; 2012).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se por um projeto extensionista com o intuito de aplicar jogos interativos na agilidade, tempo de resposta e segurança nos deslocamentos em diferentes direções com foco na promoção da autonomia e prevenção de quedas em situações do cotidiano de idosos institucionalizados no município do Meio-o este de Santa Catarina.

A amostra foi composta por idosos institucionalizados, de ambos os sexos com idade entre 55 e 95 anos. Foram incluídos tanto idosos com capacidade funcional preservada quanto aqueles com capacidade funcional reduzida em decorrência do processo de senescência ou senilidade, uma vez que o jogo foi desenvolvido para contemplar diferentes níveis de desempenho funcional entre os idosos.

Para o desenvolvimento dos jogos interativos, foram utilizados materiais recicláveis entre eles, caixas de papelão encapadas com cores distintas selecionadas para compor o jogo, balões(...), cones confeccionados com papel cartolina colorida correspondente as cores das caixas que serão utilizadas para criar circuitos de deslocamentos e um cronômetro para mensurar o tempo de execução das tarefas, uma vez que a atividade será realizada com caráter lúdico competitivo a fim de estimular o engajamento e adesão dos participantes. A fase inicial da pesquisa e desenvolvimento do jogo foi realizada em ambiente universitário nos meses de maio e junho de 2025, com intuito de confeccionar e testar a dinâmica do jogo com idosos participantes de projetos de extensão já existentes na instituição, tendo como objetivo avaliar a aplicabilidade, viabilidade e segurança das atividades propostas permitindo ajustes antes da implementação nas instituições.

A aplicação dos jogos com os idosos institucionalizados ocorreu nos meses de junho e julho de 2025 sob supervisão dos professores além de contar com apoio dos cuidadores e responsáveis das instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do jogo MoviMente demonstrou-se eficaz na estimulação da coordenação motora, equilíbrio e mobilidade funcional de idosos, elementos fundamentais na prevenção de quedas. Segundo Mascarenhas et al. (2023), A autonomia e a independência estão intimamente relacionadas, sendo a autonomia a capacidade de decisão ou comando de ação, e a independência como capacidade de realizar a ação por seus próprios meios. A proposta lúdica e acessível do jogo facilitou a adesão dos participantes às atividades, promovendo o engajamento, a socialização e a motivação para a prática de movimentos corporais variados.

Durante a execução das rodadas, observou-se uma certa dificuldade dos idosos em seguir as regras solicitados. A estrutura modular do jogo, com comandos simples e adaptáveis, permitiu que idosos com diferentes níveis de mobilidade participassem de forma ativa, respeitando suas limitações individuais. Além disso o jogo pode auxiliar em tarefas simples do cotidiano. De acordo com Aleixo (2024) os exercícios para idosos devem envolver as cinco variáveis da funcionalidade: frequência, volume, intensidade, densidade e organização metodológica. A inclusão de elementos visuais (cores e cartões) favoreceu a participação de idosos com baixa visão ou dificuldades auditivas.

Ilustração: aplicação dos jogos com os idosos

Fonte: autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo MoviMente mostrou-se uma ferramenta promissora para a promoção da saúde funcional de idosos, atuando diretamente na prevenção de quedas por meio do estímulo à coordenação motora, equilíbrio e agilidade. Ao integrar movimento, ludicidade e inclusão, a proposta se mostrou eficaz tanto do ponto de vista terapêutico quanto motivacional, facilitando a adesão à prática regular de atividade física.

O trabalho cumpriu seus objetivos ao propor uma intervenção acessível e adaptável, com potencial de aplicação em diferentes contextos, como centros de convivência, residências e instituições de longa permanência. Uma limitação observada foi a necessidade de acompanhamento constante por profissionais durante a atividade, a fim de garantir a segurança dos participantes, além da dificuldade de coordenação motora.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Guilherme Augusto de Souza. A importância do treinamento funcional no cotidiano dos idosos: uma revisão literária. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/258853

COSTA, Fabiana Martins Caetano da, SILVEIRA, Rubia Cristina Gontijo; MUNDIM, Melissa Macedo (2021). A importância da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos – artigo de revisão. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA(FINOM)**, 30(1), 254–

266. Disponível em: A importância da fisioterapia na prevenção de quedas em idosos – artigo de revisão | Costa | HUMANIDADES E TECNOLOGIA(FINOM). Acesso em: 24 de abril de 2025.

CRUZ, Talita Nascimento da. A eficácia da cinesioterapia quando utilizada para a prevenção de quedas em idosos. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Fisioterapia). Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2019. Acesso em: 24 de abril de 2025.

LEÃO, Maria Julia Machado. Coordenação motora em idosos praticantes e não praticantes de atividade física. 2017. 26 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Centro Desportivo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/457

MASCARENHAS, Stephany Paola Picanzo Fagundez *et al*. Equilíbrio e coordenação de idosos. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 4, e11639, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.25248/REAS.e11639.2023. Acesso em: 17 de junho de 2025.

CORPO E MENTE EM AÇÃO, CAMINHOS PARA UM ENVELHECIMENTO ATIVO

Categoria: Curricularização da extensão

Bruna Fernandes Roncaglio[1]
Daniele de Lima Marcondes[2]
Ivanir Ribeiro[3]
Maysa Dalla Santa De Lara[4]
Nelci Santos da Silva[5]
Talitta Padilha Machado[6]

Resumo – O envelhecimento é um processo natural, que envolve diferentes tipos de idade: a cronológica, biológica, psicológica e a social, pode impactar a capacidade funcional e a cognição. O presente artigo tem como objetivo estimular a capacidade funcional de realizar transferências seguras, promover controle postural, consciência corporal e autonomia nas atividades de vida diária. É muito importante estimular os idosos a praticarem atividades físicas regularmente, focando na conscientização sobre como é essencial o movimento para a saúde e o bem-estar. Com isso, será realizado um projeto no Asilo Henning, onde aplicamos um jogo de tabuleiro para melhorar todas as funções, desde a interação até os estímulos cognitivos e corporais. O uso de jogos como recurso terapêutico mostrou-se uma estratégia eficaz para promover a funcionalidade, cognição e bem-estar dos idosos. A intervenção realizada no Asilo Henning evidenciou que atividades lúdicas associadas à fisioterapia estimulam o corpo e a mente de forma prazerosa, fortalecendo também os vínculos sociais. Conclui-se que essa abordagem contribui para um envelhecimento mais ativo, saudável e autônomo.

Palavras-chave: envelhecimento. qualidade de vida. cognição. atividade física. idosos.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo biológico, psicológico e social progressivo, marcado por alterações estruturais e funcionais no organismo, como menor adaptação ao estresse, maior vulnerabilidade a doenças e declínio cognitivo. No entanto, envelhecer não significa adoecer. Fatores genéticos, ambientais, culturais e o estilo de vida influenciam diretamente esse processo, sendo possível alcançar um envelhecimento ativo e saudável por meio da promoção da saúde, prevenção de doenças e manutenção do bem-estar. As alterações neuromusculares comuns

[1]Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

nessa fase comprometem a funcionalidade, reduzem a tolerância ao exercício e aumentam o risco de quedas, fraturas, hospitalizações e dependência funcional (Pillat, 2019).

À medida que a idade avança, ocorre uma redução progressiva das capacidades físicas e das funções cognitivas, incluindo atenção, memória e controle executivo central. As alterações na estrutura e no funcionamento dos sistemas do corpo, especialmente do cérebro, podem ter impactos negativos, resultando na diminuição das habilidades cognitivas e, eventualmente, contribuindo para o desenvolvimento de doenças, como Alzheimer por exemplo. Sendo assim, nota-se a importância dos desafios cognitivos e atividades físicas nessa fase, para manter esses idosos ativos e funcionais (Cheng et al.,2022).

Focado neste ponto essencial, sugerimos a aplicação de uma atividade com um jogo tabuleiro, firme-se que este estilo de jogo possibilitará trabalhar a cognição, equilíbrio e promover o condicionamento físico leve, além de fortalecer os vínculos sociais, contribuindo para um envelhecimento mais ativo e saudável. Através da atividade física regular e de forma lúdica, considerados um dos principais componentes para um envelhecimento bem-sucedido, pois promove benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais. Nos idosos, o exercício melhora a força muscular, o equilíbrio, a mobilidade e a autonomia, além de reduzir o risco de quedas e doenças crônicas, contribuindo significativamente para a melhora da qualidade de vida e independência funcional (Pilatt, 2019).

METODOLOGIA

Este estudo usou como base a pesquisa experimental com uma abordagem quali-quantativa, Trata-se de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo. Como bases para as pesquisas bibliográficas foram utilizadas as seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Pubmed,e Scientific Eletronic Library Online (Scielo Brasil),utilizando os descritores: "atividade física para idosos", "capacidade cognitiva dos idosos" e "envelhecimento".

A aplicação deste projeto pesquisa foi realizada com idosos do asilo Henning em Caçador SC, através de um jogo de tabuleiro, conduzido da seguinte forma: Cada jogador escolhe um peão, todos jogam o dado na sua vez e avançam no tabuleiro o número de casas correspondente ao número do dado, se cair em uma casa de exercício o jogador deve realizar o movimento indicado pela carta, não pode se recusar a realizar o exercício, todos devem comemorar a cada vez que alguém conseguir realizar o exercício, no final todos se aplaudem, destacando a diversão e o bem-estar de todos.

Figura 1- Arremesso do dado

Fonte: Autores (2025)

Figura 2- Avanço de casa

Fonte: Autores (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implementação do jogo de tabuleiro adaptado no Asilo Henning demonstrou impactos positivos relevantes nos aspectos funcionais, cognitivos, emocionais e sociais dos idosos participantes. Ao longo da intervenção, os idosos apresentaram altos níveis de engajamento com a atividade proposta, demonstrando entusiasmo e participação ativa nas sessões. Esses resultados indicam que a abordagem lúdica foi uma estratégia eficaz para promover a adesão às práticas de cuidado em instituições de longa permanência.

Notou-se uma melhora nos domínios de atenção e socialização entre os participantes. A estimulação cognitiva ocorreu de forma contextualizada, por meio de perguntas adaptadas à realidade dos idosos, o que favoreceu a compreensão. Esses achados estão de acordo com estudos, que demonstraram a eficácia de jogos de tabuleiro combinados com atividade física na melhora do desempenho dos idosos. Os autores observaram ganhos significativos nos escores do Montreal Cognitive Assessment (MoCA-T), especialmente em áreas como memória e orientação temporal (Choi et al. 2021).

Do ponto de vista funcional, observou-se treino de equilíbrio postural. Essas atividades foram favorecidas pela execução de exercícios leves durante o jogo, como levantar da cadeira, marchas simuladas e alongamentos dinâmicos. Esse tipo de movimentação contribuiu diretamente para o aumento da mobilidade e da autonomia nas atividades de vida diária. Estudos relatam resultados semelhantes em idosos que participaram de jogos de tabuleiro ativos, com incremento médio de 39,8% no número de passos diários e melhor desempenho em testes de equilíbrio, como o 8-Foot Up and Go. (Strouthos et al. 2021)

A socialização e o bem-estar emocional dos idosos também foram positivamente impactados. A convivência em grupo, os momentos de comemoração a cada desafio vencido e a valorização do esforço individual favoreceram o fortalecimento dos vínculos afetivos e a elevação da autoestima. A atividade criou um ambiente motivador e acolhedor, que estimulou a interação entre os participantes e profissionais envolvidos. Intervenções lúdicas em grupo são eficazes na promoção do bem-estar psicossocial, especialmente por proporcionar vivências prazerosas e significativas. (Loureiro et al. 2020)

A proposta do jogo em formato humano, que combina movimento corporal com desafios cognitivos, permitiu uma abordagem integrada do cuidado com o idoso. O caráter lúdico e diferenciado da atividade contribuiu para romper com a rotina institucional monótona e aumentou a motivação dos participantes, inclusive daqueles que inicialmente apresentavam resistência a atividades convencionais. Dessa forma, o jogo funcionou como uma estratégia eficaz para promover um envelhecimento mais ativo, autônomo e socialmente engajado. (Morais, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do projeto evidenciou que a fisioterapia, aliada a recursos interativos como o uso de jogos, é fundamental para a promoção da qualidade de vida dos idosos. Observou-se melhora na funcionalidade, equilíbrio, cognição, bem-estar, além do fortalecimento de vínculos sociais e afetivos, favorecendo autoestima e integração. O uso dos jogos mostrou-se eficaz ao estimular habilidades motoras e cognitivas de forma lúdica e prazerosa, promovendo participação ativa e entusiasmo na sessão. Conclui-se que essa abordagem contribui significativamente para um envelhecimento saudável, autônomo e feliz.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio.

REFERÊNCIAS

CHENG, Aijie *et al.*, The physiological mechanism and effect of resistance exercise on cognitive function in the elderly people. Envelhecimento e Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 10, nov., 2022. DOI: https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.1013734; Acesso em: 23 abr. 2025

CHEN, C. C. et al. Board game exercise intervention to improve motivation and function in long-term care residents., 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317063366_Effects_of_a_giant_exercising_board_game_intervention_on_ambulatory_physical_activity_among_nursing_home_residents_a_preliminary_study. Acesso em: 16 jun. 2025.

CHOI, S. D.; CHANG, H. W.; WU, G. H. Feasibility and effect of cognitive-based board game and multi-component exercise interventions on older adults with dementia. Medicine (Baltimore), v. 103, n. 26, p. e38640, 28 jun. 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38941425/. Acesso em: 16 jun. 2025.

COSTA, Iluska Pinto da, *et al. EDITORA, Realize.* A importância das atividades lúdicas para a saúde mental do idoso institucionalizado: um relato de experiência Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID775_15052017221506.pdf Acesso em: 15 jun.2025.

MEKARI, S. et al. Long-term adherence and cognitive benefits of dual-task physical training in aging populations. [Periódico], 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/GbfmfP9zZZXJmgdS37ytpyc/. Acesso em: 16 jun. 2025.

PILLATT, Ana Paula; NIELSSON, Jordana; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. Efeitos do exercício físico em idosos fragilizados: uma revisão sistemática. Fisioterapia e Pesquisa, v. 26, p. 210–217, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-2950/18004826022019 Acesso em: 20 abr. 2025

STROUTHOS, K. T. et al. Effects of a giant exercising board game intervention on ambulatory physical activity among nursing home residents: a preliminary study. BMC Geriatrics, (?) 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28579765/. Acesso em: 16 jun. 2025.

MOVIMENTO E POSTURA NO TRABALHO

Categoria: Curricularização da extensão

Andreia dos Santos[1]
Nathielly Alves[2]
Daniela dos Santos[3]
Rafael Ingo[4]

Resumo – Este estudo examina as contribuições do movimento e postura no trabalho destacando a educação preventiva para trabalhadores. Na área de tecnologia da informação (TI), exige longos períodos em frente ao computador o que ajuda a favorecer o surgimento de dores musculoesqueléticas e alterações posturais. Este estudo tem como objetivo discutir a importância da ergonomia aplicada ao trabalho em informática, ressaltando os principais fatores de risco associados à postura pausa ativas, ajuste do posto de trabalho e orientações de movimento. Também foi abordado a utilização do método RULA (Rapid Uppet Limb Assessment). Com base nesses aspectos, buscou-se contribuir para a conscientização e adoção de práticas preventivas no ambiente corporativo, reduzindo a incidência de dores e promovendo maior qualidade de vida no trabalho.

Palavras-chave: Ergonomia, Dor intramuscular, Prevenção, RULA

INTRODUÇÃO

O uso do computador levou a um aumento progressivo do tempo de trabalho e lazer. Trabalhadores de escritório passam longos períodos com posturas estáticas no pescoço e realizando movimentos repetitivos de mãos/punhos, frequentemente com posturas inadequadas nas costas (Lee et al..,2020).

Intervenções ergonômicas em escritórios podem envolver pausas para descanso e exercícios físicos durante o trabalho. Outra opção é ajustar o posto de trabalho com base na antropometria de cada trabalhador, com o objetivo de melhorar a postura corporal e o conforto, bem como prevenir dores musculoesqueléticas. Tais intervenções também podem incluir um componente educacional para conscientizar os funcionários sobre os riscos e as medidas preventivas (Lee et al..,2020).

Esta pesquisa irá abordar o campo de atuação de um setor de TI, suas composições de mobília e a postura do trabalhador em si. Como um mau posicionamento pode afetar a postura, saúde e bem-estar dos funcionários e onde podemos inserir medidas preventivas para promover

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

saúde. Trabalhando a prevenção evitaremos dores, alto número de afastamento de cargo devido às más condições oferecidas pela empresa.

O estudo salienta a forma mais adequada do posto de trabalho, diante do tempo em que os trabalhadores passam sentados, da exposição ao computador durante horas digitando, com funções que demandam do psicológico, afetando diretamente o físico desse indivíduo.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a condição postural exercida pelos funcionários de TI de uma universidade, e os objetivo específicos foram: identificar o trabalho desenvolvido pelos funcionários, analisar as condições ergonômicas laborais das unidades de trabalho do TI e analisar a condição postural exercida pelos funcionários de um TI.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido como uma ação de extensão universitária no setor de Tecnologia da Informação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no município de Caçador SC. Contou com uma amostra de 5 profissionais com idade entre 19 e 41 anos.

Após o aceite em participar do estudo, os participantes responderam dois questionários. Sendo um deles para avaliar fatores de risco e proteção, com ênfase nos desconfortos de trabalhar em uma única posição. O outro questionário aplicado foi o RULA (Rapid Upper-limb assessment) que tem como objetivo avaliar rapidamente os riscos ergonômicos relacionados aos membros superiores, tronco e pescoço durante uma tarefa de trabalho. O escore de resultado deste questionário varia de 0 a 7 pontos sendo classificado como baixo risco (1-2), moderado risco (3-4) ou alto risco (7). O escore de proteção inclui aspectos favoráveis ao bem-estar, com participação em atividades extracurriculares.

Além do escore de risco, o estudo incorporou um escore de proteção, proposto como indicador complementar voltado a identificar aspectos favoráveis ao bem-estar do trabalhador, tais como a prática de atividades físicas, participação em ações extracurriculares, realização de pausas ativas e adoção de hábitos posturais saudáveis. Essa abordagem permitiu uma análise mais abrangente das condições ergonômicas, contemplando não apenas os fatores de risco, mas também os comportamentos protetores que contribuem para a promoção da saúde ocupacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseado nas informações foi elaborado uma cartilha e banner com exercícios físicos, implementando o local de trabalho com boas práticas de postura. Após as ações educativas, observou-se aumento da consciência corporal e adesão às práticas de alongamento e pausas ativas. Muitos trabalhadores relataram redução de dores e desconfortos, especialmente em regiões como pescoço, ombros e lombar. Estudos semelhantes corroboram esses achados, indicando que programas de ergonomia ativa podem reduzir em até 30% os sintomas musculoesqueléticos (Dong et al., 2022).

Além dos benefícios físicos, as atividades proporcionaram momentos de integração e descontração entre os colaboradores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo. A literatura reforça que a educação em saúde é uma ferramenta essencial para o

empoderamento do trabalhador, estimulando a adoção de comportamentos preventivos duradouros (Silva & Barbosa, 2021).

A inserção da extensão universitária nesse contexto reforça o papel social da universidade, permitindo que os acadêmicos de Fisioterapia apliquem seus conhecimentos técnicos na prática e desenvolvam competências voltadas à promoção da saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão Movimento e Postura no Trabalho: educação preventiva para trabalhadores de TI evidenciou a importância da atuação fisioterapêutica no contexto da saúde ocupacional. As ações implementadas proporcionaram melhor compreensão sobre a relação entre postura e dor, além de incentivar a adoção de hábitos saudáveis no ambiente laboral.

Como perspectivas futuras, sugere-se a ampliação do projeto para outros setores da universidade e a criação de um programa contínuo de educação postural, com acompanhamento periódico. Tais medidas podem consolidar uma cultura de prevenção e autocuidado entre os colaboradores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo apoio institucional e disponibilização do espaço para a realização das atividades extensionistas, bem como aos participantes do setor de TI pela colaboração.

REFERÊNCIAS

LEE, J. H. et al. Relationship between computer work posture and musculoskeletal symptoms among office workers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 20, p. 7594, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph17207594. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, T. R.; BARBOSA, M. F. Educação em saúde e promoção do bem-estar ocupacional: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, p. e27, 2021. Disponívem em: https://doi.org/10.1590/2317-6369000029119. Acesso em:29 out. 2025.

MOVIMENTO E POSTURA NO TRABALHO: EDUCAÇÃO PREVENTIVA PARA TRABALHADORES

Categoria: Curricularização da extensão

Emely Viero de Souza[1]
Igor Kazimeirczak Pacheco[2]
Keysi Ribeiro Fernandes[3]
Maria Eduarda Grando[4]
Daniela dos Santos[5]
Rafael Ingo Lincoski[6]

Resumo A ergonomia desempenha um papel fundamental, prevenindo e tratando doenças ocupacionais e lesões, estresse físico e mental e contribuindo para uma melhor qualidade de vida dentro do trabalho. O estudo teve como objetivo avaliar o comportamento dos trabalhadores dentro de sua área e promover uma melhor qualidade de vida por meio de tarefas físicas e direcionadas. Trata-se de uma pesquisa aplicada e experimental com abordagem, quantitativa e delineamento intervencionista. Para coletar os dados foi utilizado o método RULA. Observou-se que a postura ergonômica dos trabalhadores precisa ser mudada rapidamente, para que não tenham complicações futuras.Conclui-se que a ergonomia éimportante para um ambiente de trabalho estável e harmonioso, garantido qualidade de vida, bem-estar e produtividade.

Palavras-chave: Ergonomia; bem-estar; postura; avaliação; produtividade.

INTRODUÇÃO

A ergonomia é uma área científica voltada a compreender como as pessoas interagem com o ambiente e recursos do trabalho, com o objetivo de otimizar o bem-estar humano e o desempenho dos trabalhadores (Buarque, Iida,2021). A ergonomia no ambiente de trabalho é um fator essencial para a saúde, segurança e desempenho dos trabalhadores, com impactos diretos na produtividade e no bem-estar (Acari; Leal; 2024).

Segundo Ganças (2024) mais de 5,8 milhões de dias de trabalho são perdidos anualmente no Brasil devido a acidentes e afastamentos, relacionadas a condições inadequadas de trabalho, como dores lombares. Nesse contexto, a ergonomia se apresenta como uma solução estratégica influenciando diretamente o bem-estar físico e mental dos trabalhadores, impactando sua

[1]Aluno do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.
[6]Professor do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.

satisfação, o nível de estresse e a cultura organizacional, previne lesões, reduz afastamentos e aumenta a competitividade dos negócios.

A ergonomia enfatiza a importância de uma postura correta e confortável durante as tarefas, como design de móveis adequados, permitindo uma postura neutra e natural, prevenindo tensões desnecessárias no corpo, também se preocupa com os efeitos negativos dos movimentos repetitivos e dos padrões de trabalho, propondo a variação das tarefas e introdução de pausas como formas eficazes de prevenir a fadiga e lesões por esforço repetitivo (Braatz; Rocha; Gemma, 2021).

Além dos fatores físicos, a ergonomia valoriza dimensões psicológicas e cognitivas que influenciam diretamente o desempenho e o bem-estar dos trabalhadores. Elementos como carga mental, estresse, motivação e a satisfação no trabalho são questões chave, e a organização das tarefas e a clareza das instruções são fundamentais para manter um ambiente de trabalho saudável e eficiente, reconhecendo a importância da participação ativa dos trabalhadores na melhoria contínua das condições de trabalho, recomendando a realização de treinamentos e a promoção de uma cultura de segurança e saúde, práticas essenciais para garantir a implementação eficaz dos princípios ergonômicos (Forner; Tabah, 2025).

Os fatores psicológicos ressalta diretamente o bem-estar e a produtividade dos trabalhadores. A gestão do estresse, a motivação e a satisfação no trabalho são aspectos centrais neste contexto. Os fatores sociais, por sua vez reforça ainda mais esse quadro, dentro da ergonomia, uma vez que envolvem as interações entre os trabalhadores e a dinâmica de grupo no ambiente laboral. A ergonomia reconhece a importância de uma comunicação eficaz, da colaboração e do apoio social para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho positivo (Abulquerque et al, 2024).

Lima (2022) destaca que envolver os funcionários nas discussões sobre ergonomia permite a coleta de informações valiosas sobre dificuldades enfrentadas no cotidiano, facilitando a implementação de soluções personalizadas. Além disso, essa abordagem promove maior aceitação das medidas adotadas e aumenta o engajamento com as práticas ergonômicas, como enfatizado pelo mesmo autor. Relações interpessoais saudáveis contribuem para a redução do estresse, o aumento da satisfação no trabalho e a melhoria da coesão da equipe (Callefi, 2022).

Ao adaptar as condições de trabalho às características físicas e cognitivas dos colaboradores minimiza os riscos de doenças ocupacionais, melhora o conforto e otimiza a eficiência no desempenho das atividades (Paula, Junior, Paula et al, 2024)

O objetivo geral deste estudo foi avaliar e promover melhorias nas condições ergonômicas de osteomusculares relacionados ao trabalho e a melhora trabalho. E os objetivos específicos foram: identificar os riscos ergonômicos, corrigir hábitos inadequados e propor orientações práticas que favoreçam a saúde ocupacional, a prevenção de distúrbios da qualidade de vida laboral.

METODOLOGIA

Este estudo, de natureza descritiva, com delineamento transversal e abordagem quantitativa, contou com uma amostra de 2 colaboradores entre 18 e 40 anos. O público-alvo foi composto por colaboradores do setor de Apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizada na cidade de Caçador, estado de Santa Catarina.

Para a realização das atividades foram utilizados os seguintes instrumentos: ficha de avaliação ergonômica contendo dados de identificação, descrição das atividades laborais, queixas relacionadas ao trabalho e observações funcionais; aplicação do Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment) para análise postural dos trabalhadores durante a execução de suas tarefas,com foco em membros superiores, tronco e pescoço.

O procedimento da coleta foi realizado nas seguintes etapas: primeiro foi realizada a observação direta das atividades desempenhadas pelos colaboradores em seu ambiente de trabalho. No segundo momento foi preenchida a ficha de avaliação ergonômica, contemplando aspectos posturais,organização do posto de trabalho e queixas relatadas. E no terceiro momento foi a aplicação do método RULA, atribuindo escores às posturas observadas para classificar o nível de risco ergonômico e necessidade de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados encontramos foi elaborado um folder com objetivo de incentivar os funcionários a praticarem exercícios e alongamentos antes ou durante intervalos, para que assim tenham um desempenho melhor na sua área de ofício.

Figura 1 – Folder entregue aos colaboradores

Fonte:Autores (2025)

Figura 2 – Avaliação das atividades no setor do apoio

Fonte:Autores (2025)

Figura 3 – Avaliação do mobiliário no setor do apoio

Fonte: Autores (2025)

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os envolvidos, os trabalhadores do apoio, que se disponibilizaram a participar, a universidade (UNIARP) e aos nossos professores, Daniela dos Santos e Rafael Ingo Lincoski, que nos orientaram durante todo o processo.

REFERÊNCIAS

BRAATZ, Daniel; ROCHA, Roani; GEMMA, Sandra. **Ergonomia aplicada ao ambiente de trabalho**. Curitiba: Appris, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://engenhariadotrabalho.com.br/wp-content/uploads/2021/11/EngenhariaDoTrabalho_1Ed_v20211027.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025

BUARQUE, Lia; IIDA, Itiro. **Ergonomia**: fundamentos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021.

CALLEFI, Jéssica Syrio. Fatores sociais e ergonômicos no ambiente laboral. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/socialergonomia. Acesso em: 02 nov. 2025

FORNER, Rafael Bernardes. Análise ergonômica da carga mental dos colaboradores de um escritório de comércio digital através do método de mensuração nasa. **Revista Eletrônica Creare - Revista das Engenharias (online),** v.1, n.1, ed.1 ,2018. Disponível em: https://www.bookman.com.br/psicologia-ergonomia. Acesso em: 02 nov. 2025

GANÇAS, G. S. et al Ergonomia no ambiente de trabalho: impacto na produtividade e bem-estar dos funcionários. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. e74, 2025. DOI: 10.47842/juts.v7i1.74. Disponível em: https://journaluts.emnuvens.com.br/journaluts/article/view/74. Acesso em: 2 nov. 2025.

LIMA, Fernanda Dias. Ergonomia participativa: estratégias para o engajamento dos trabalhadores. **Trabalho de conclusão de curso**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/62004/1/FERNANDA%20DIAS%20LIMA.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025

PAULA, Márcia Verena Firmino de Paixão; JÚNIOR, Josias Moreira de; PAULA, Maria Isabel Firmino de. A importância dos aspectos psicossociais e da urgente implementação da ergonomia cognitiva na prevenção de doenças ocupacionais. Revista Ação Ergonômica, v.16, n.2, 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://revistaacaoergonomica.org/article/10.4322/rae.v16n2.e202211/pdf/abergo-16-2-e202211.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025

MOVIMENTO E COR: DESAFIOS DA MENTE E DO CORPO

Categoria: Extensão universitária

Emily Ribeiro Maciel[1]
Gabrielly Endrigo[2]
Lourdes Aparecida Bueno Belisário[3]
Marcelo Pires de Morais[4]
Silmara das Graças Rodrigues[5]
Liamara Basso Dala Costa[6]

Resumo – O presente projeto teve como objetivo estimular a coordenação motora fina, além de promover o desenvolvimento da autonomia tanto dos indivíduos quanto do grupo de idosos. As atividades foram realizadas na Casa Lar São José e na Casa Asilar Henning, localizadas em Caçador, Santa Catarina. Para atender às diferentes necessidades dos participantes, foram desenvolvidas duas versões do mesmo jogo, adaptadas de maneiras distintas, levando em consideração diversas condições de saúde e aspectos cognitivos. A confecção dos materiais priorizou práticas sustentáveis, contribuindo também para a preservação do meio ambiente. Os resultados evidenciaram avanços significativos, com maior engajamento, disposição e participação ativa dos idosos. Eles se mostraram receptivos às atividades, o que favoreceu benefícios físicos e emocionais, além de promover momentos de lazer e socialização. O projeto fortaleceu vínculos, estimulou o senso de pertencimento e proporcionou troca de experiências entre idosos e profissionais, demonstrando que o cuidado integral envolve saúde e qualidade de vida. Assim, evidencia-se a importância de ações motivadoras e de fácil aplicação, que contribuíram para o êxito dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Idoso. Jogo. Coordenação.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e universal. Com o aumento acelerado da população idosa, a gerontologia, área responsável pelo estudo da pessoa idosa, vem ganhando destaque mundial. Patologias como a síndrome da imobilidade podem gerar limitações, perda de autonomia e impacto psicológico, favorecendo o desenvolvimento de transtornos mentais (Wibelinger, 2015).

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Vemos que com o envelhecimento, o corpo passa por várias mudanças, tanto na parte mental quanto emocional e física. Aos poucos o corpo vai diminuindo o ritmo, a memória recente acaba já não funcionando tão bem como antes. A visão e a audição também ficam mais fracas. No corpo, dá para notar que os músculos perdem força, e os ossos já não se renovam como antes, com isso vem as alterações mais graves e frequentes do envelhecimento, as suas repercussões sobre o sistema neuromusculoesquelético (Macena; Hermano; Costa, 2018).

A motricidade fina por sua vez é algo funcional e de suma importância para a qualidade de vida e para a autonomia. O movimento desencadeado por uma necessidade ou com um objetivo sempre é englobado a meios e aperfeiçoamentos. Tendo seu destaque principalmente ao ser humano além da sua consciência própria e em junção com o mundo exterior levando a diversos benefícios permitindo com o controle motor a sua independência cotidiana e concretizando a ele experiências sociais, físicas e emocionais (Neto, 2008).

Há três componentes que são como pilares para que a ação aconteça: estímulo visual, físico motor e objetivo ou necessidade. A coordenação tem a participação de diversos centros nervosos motores e sensoriais que auxiliam e realizam o movimento quando temos um olhar fisiológico. O córtex pré central é o correspondente direto da coordenação motora fina que desencadeia o controle de movimentos isolados de mãos e dedos. Já as áreas córtico-senso motoras são responsáveis pela precisão dos movimentos e reconhecimento sem necessidade do estímulo visual em alguns casos (Neto, 2008).

Essas atividades são feitas por grupos com profissionais de várias áreas. A proposta é usar jogos e atividades divertidas para estimular o pensamento. Isso inclui brincadeiras com bolas e balões, trabalhos em equipe, competições, desenhos e várias outras atividades que são interativas. Tudo isso ajuda a melhorar a autoestima dos idosos e dão um bom incentivo para a memória e o raciocínio (Mendonça; Macedo, 2010).

Para os idosos que mantêm hábitos saudáveis tendem a ter uma saúde melhor. Por isso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006) recomenda o autocuidado como forma de promover um envelhecimento ativo e com mais qualidade de vida.

O presente trabalho teve como objetivo promover o envelhecimento ativo, com melhor qualidade de vida, preservação das funções cognitivas e manutenção da autonomia de idosos. Para isso, buscou-se estimular a coordenação motora por meio de exercícios e atividades estruturadas que favoreçam o equilíbrio e a mobilidade, além de promover o desenvolvimento cognitivo, incluindo memória, atenção e raciocínio.

METODOLOGIA

A presente intervenção foi desenvolvida no formato de projeto de extensão, com abordagem descritiva e caráter experimental. O público-alvo foi composto por idosos institucionalizados com diferentes níveis de funcionalidade, residentes na Casa Lar São José e na Casa Asilar Hennig, localizadas na cidade de Caçador, Santa Catarina. Os participantes apresentam perfis variados: desde indivíduos ativos com bom nível de autonomia até idosos com mobilidade reduzida que fazem uso de cadeira de rodas.

As atividades propostas têm como objetivo o estímulo da coordenação motora fina e da destreza manual, fundamentais para a manutenção da independência funcional e qualidade de vida. Para isso, foram desenvolvidos dois jogos terapêuticos adaptados, intitulados "Pescaria das Cores em Movimento" (voltado para idosos ativos) e "Pescaria Sentada com Bolinhas de Lã" (voltado para idosos com limitações motoras).

Os materiais utilizados na confecção dos jogos foram acessíveis e de baixo custo, incluindo papelão, velcro, lã colorida, cola, EVA, caixas de sapato, varetas de bambu, rolinhos de papel higiênico, cartolina, fio de nylon e papel crepom. A escolha desses materiais priorizou tanto a funcionalidade quanto a segurança, favorecendo a estimulação sensorial e a interação lúdica entre os participantes, além de estimular a criatividade e o reaproveitamento de materiais recicláveis.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão de literatura nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) em português, Revisão de artigos científicos, PubMed, PEDro, Google Acadêmico e Biblioteca online da instituição. A busca começou a ser realizada no mês de abril de 2025. Os descritores utilizados para busca de artigos foram: envelhecimento, idoso, fisiologia, gerontologia, osteopatia, sarcopenia, motricidade fina e coordenações motora. Os critérios de inclusão além das Palavras-chaves, envolveram o idioma, coerência com o tema e objetivo, disponibilizados gratuitamente e permissão ao acesso integral do conteúdo de estudo.

A seleção dos estudos ocorreu através das seguintes etapas: busca na base de dados selecionadas, leitura dos títulos dos artigos encontrados, exclusão daqueles que não abordavam a temática referida, leitura dos Resumos e dos artigos na íntegra. Posteriormente, foram selecionadas as informações relevantes para a confecção do presente trabalho.

JOGO 1 – PESCARIA DAS CORES EM MOVIMENTO

Público-alvo: Idosos ativos, com boa mobilidade, com o objetivo de estimular a coordenação motora fina e global, a destreza manual, equilíbrio e atenção visual.

Materiais utilizados: mesa, cadeira, 7 peixes grandes nas cores vermelho, azul, amarelo, três caixas identificadas por cor (uma para cada cor). Varinha de pescar com imã ou gancho.

O jogo inicia ao colocar a pescaria em cima da mesa e posicionar uma cadeira a 2 metros da mesa conforme a disponibilidade do espaço da aplicação. O idoso inicia sentado na cadeira. Ao sinal, o participante se levanta, caminha até a mesa, escolhe um peixe e o coloca na caixa da cor correspondente. Em seguida, retorna ao ponto inicial e repete a sequência durante um tempo determinado ou por um número pré-estabelecido de rodadas, buscando colocar o maior número possível de peixes corretamente em cada caixa.

JOGO 2 – PESCARIA SENTADA COM BOLINHAS DE LÃ.

Público-alvo: idosos com mobilidade reduzida, usuários de cadeira de rodas. Objetivo do jogo: trabalhar coordenação motora fina, destreza manual, foco visual e controle de pinça.

Materiais: Bolinhas de lã, 7 de cada cor (vermelhas, azuis e amarelas), caixinhas para separar por cor identificadas, varinha curta com "mãozinha" de EVA e velcro na ponta.

O idoso permanece sentado e o jogo inicia com as bolinhas expostas e dispostas à frente misturadas (numa caixa ou bandeja). Com a varinha, ele precisa "pescar" uma bolinha, a qual irá grudar no velcro, em seguida, retira com a outra mão e coloca na caixinha da cor correspondente. Repetir por número de rodadas ou até que todas as bolinhas sejam devidamente classificadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização das atividades propostas com os idosos institucionalizados trouxe resultados bastante positivos. Ambos os jogos – "Pescaria das Cores em Movimento" e "Pescaria Sentada com Bolinhas de Lã" – foram bem aceitos pelos participantes, gerando engajamento, risos e momentos de interação. Foi observado melhora na coordenação motora fina, no controle da pinça e na atenção visual de forma progressiva, principalmente nos idosos com maior comprometimento motor, que demonstraram esforço e concentração durante as tarefas. Além dos aspectos motores, notou-se um impacto emocional importante. Muitos idosos se mostraram mais animados, interagindo entre si e com os acadêmicos, o que reforça o quanto a ludicidade também contribui para o bem-estar e a autoestima. Houve relatos espontâneos de satisfação por estarem participando de algo diferente e estimulante.

Como dificuldade, destacou-se a necessidade de adaptar o tempo das atividades conforme o ritmo de cada idoso, respeitando seus limites físicos e cognitivos. Também foi necessário reforçar a supervisão para garantir a segurança durante a execução das tarefas.

Os objetivos propostos foram alcançados. As atividades não só estimularam aspectos motores como também promoveram interação social, reforçando a importância de ações simples, criativas e acessíveis no cuidado com a população idosa. Esses resultados vão ao encontro de estudos já publicados, que apontam os jogos terapêuticos como estratégias eficazes para a reabilitação e o envelhecimento ativo (Tavares, 2014; Santos et al., 2017).

A aplicação do projeto aconteceu no dia 17 de junho na Casa Lar São José e Casa Asilar Henning, como citados nas figuras 1 e 2 a seguir.

Figura 1 - Aplicação do Jogo Casa Lar São José.

Fonte: Os autores (2020).

Figura 2 - Aplicação Casa Asilar Henning.

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade proposta foi bem desenvolvida pelo grupo. A realização da atividade proporcionou uma experiência enriquecedora para todos os participantes e idosos, incluindo os organizadores. O projeto possibilitou o estímulo da cognição, o aperfeiçoamento da coordenação motora fina, o desenvolvimento da percepção visual e a promoção da socialização dos idosos de forma leve, divertida e inclusiva. Além dos benefícios físicos e psicológicos, a prática da pesca proporcionou momentos de alegria, elevação da autoestima e fortalecimento dos laços entre os idosos e os facilitadores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seus agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo suporte institucional, bem como aos docentes responsáveis pela orientação e acompanhamento técnico-científico durante o desenvolvimento desta pesquisa. O suporte acadêmico e a infraestrutura disponibilizada foram essenciais para a realização do presente trabalho e para o fortalecimento da formação acadêmica dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2006.

Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 25 abr. 2025.

MACENA, Wagner Gonçalves; HERMANO, Lays Oliveira; COSTA, Tainah Cardoso. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. Revista *Mosaicum*, n. 27, p. 223-238, 2018. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/ALTERA%C3%87%C3%95ES-FISIOL%C3%93GICAS-DECORRENTES-DO-Macena-Hermano/d15ab3a0076af9c936dd3f2841ec06223a719227?utm_source=chatgpt.comAcesso em: 24 out. 2025.

MENDONÇA, T. C.; MACEDO, A. B. A importância do lúdico durante o tratamento fisioterapêutico em pacientes idosos com déficit cognitivo – estudo de caso. Revista Eletrônica Saúde CESUC, Catalão, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2010. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/369/278?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 out. 2025.

NETO, Francisco R. Manual de avaliação motora para terceira idade. Porto Alegre: ArtMed, 2008. *E-book*. p.16. ISBN 9788536312101. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536312101/. Acesso em: 23 abr. 2025.

SANTOS, Cristiane dos; SILVA, Ianka Lima da; OLIVEIRA, Wanderson Felipe Venceslau; SILVA, Paulo Ricardo da. Influência da oficina de bijuterias na coordenação motora fina de idosos: um relato de experiência. In: Congresso internacional de envelhecimento humano, X, 2017, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD4_SA12_ID1614_16102017183139.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, M. M. da; SANTOS, A. P. dos; OLIVEIRA, L. P. de. Treino cognitivo-motor no equilíbrio funcional e cognição de idosos: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 27, e0275, 2022. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/download/14864/11254/60658. Acesso em: 24 out. 2025.

TAVARES, R. P. Desenvolvimento de um dispositivo passivo para reabilitação motora de uma mão. Julho 2014. Dissertação do MIEM (Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica Opção de Automação) - Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, [S. l.], 2014. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/90303/2/31683.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

WIBELINGER, Lia M. Fisioterapia em Geriatria. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2015. *E-book*. ISBN 9786555722451. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555722451/. Acesso em: 25 abr. 2025.

O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NA REABILITAÇÃO DA TENDINITE DO SUPRAESPINHAL

Categoria: Práticas de estágio

Eduarda Jodar Acosta[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – O ombro, articulação mais móvel do corpo humano, é suscetível a lesões, principalmente no manguito rotador. Entre elas, destaca-se a tendinite do supraespinhal, causada por sobrecarga e uso repetitivo. O objetivo do tratamento foi a redução do quadro álgico e melhora funcional da articulação. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa, do tipo relato de caso, desenvolvido durante as práticas de estágio Supervisionado Ambulatorial III no segundo semestre de 2025, com uma paciente do sexo feminino que apresentava relato dor em região do músculo supraespinhal esquerdo. Na avaliação fisioterapêutica inicial havia presença de trigger points nos músculos periescapulares bilaterais e limitação dos movimentos da articulação glenoumeral. O tratamento fisioterapêutico inicial foi baseado uso de recursos como TENS e fotobiomodulação. Após o alívio da dor e ganho de amplitude de movimento, se iniciou o fortalecimento progressivo, começando por exercícios isométricos, seguidos de excêntricos e funcionais, que restauram força, coordenação e propriocepção. Após o tratamento com eletrotermofototerapia, foi possível observar uma redução gradativa no quadro álgico, facilitando o início dos exercícios terapêuticos. Conclui-se que a fisioterapia desempenha papel essencial na reabilitação da tendinopatia do supraespinhal, promovendo alívio da dor, recuperação da função e melhora da qualidade de vida.

Palavras-chave: Tendinopatia. Fisioterapia. Manguito rotador. Reabilitação.

INTRODUÇÃO

O ombro é uma articulação com a maior mobilidade do corpo humano e com isso torna-se a articulação mais propicia a lesões (Melo, Pimenta e Portella ,2024). Esta articulação é formada por ossos, músculos, tendões e ligamentos o que permite uma ampla funcionalidade. Segundo Dalley e Agur (2023), o complexo do ombro é constituído por quatro articulações: glenoumeral, esternoclavicular, acrômioclavicular e escápulotorácica. Essas estruturas trabalham de forma integrada para proporcionar ampla mobilidade e estabilidade à articulação.

O manguito rotador é o conjunto dos músculos supraespinhal, infraespinal, subescapular e redondo menor, que tem como principal função estabilizar a cabeça do úmero na cavidade glenoidal durante os movimentos do ombro (Cerqueira et al,2022). Este grupo muscular contribui

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

para a estabilidade sendo frequentemente acometido por lesões, como a tendinite do supraespinhal, uma das mais comuns devido à sobrecarga e ao uso repetitivo da articulação.

Para avaliar do manguito rotador na prática clínica, podem ser utilizados testes ortopédicos e exames de imagem, como por exemplo a ressonância magnética. Entre os testes ortopédicos mais utilizados se destacam os testes de Jobe e de Neer (Villas-Boas, 2018). O teste de Jobe provoca fraqueza durante a resistência de abdução do ombro, sugerindo tendinopatia ou ruptura parcial, já o teste de Neer, provoca dor na face ântero-superior do ombro devido ao impacto do tubérculo maior contra o acrômio, sendo assim Villas-Boas (2018) ressalta a positividade conjunta desses testes reforçando o diagnóstico de tendinopatia, indicando processo inflamatório ou tendão degenerado.

Entre as técnicas fisioterapêuticas utilizadas para o tratamento das lesões do manguito rotador, podemos citar a utilização da estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) no modo analgesia nociceptiva, com o objetivo de promover alívio da dor e melhora da função. A fotobiomodulação de baixa frequência tem efeito anti-inflamatório, analgésico e favorece a regeneração tecidual, acelerando o processo de cicatrização do tendão supraespinhal.

Após a redução do quadro álgico, o fortalecimento inicial é indicado com exercícios isométricos que permitem ativar a musculatura sem provocar sobrecarga articular e assim evoluindo para exercícios excêntricos onde são fundamentais para promover remodelamento das fibras e aumentar a resistência melhorando a capacidade de absorção de carga, e por fim evoluindo para exercícios funcionais, que integram força, coordenação e propriocepção preparando o paciente para as atividades de vida diária (Henrique et al,2021).

Diante o exposto a fisioterapia desempenha um papel incrível na prevenção e reabilitação das lesões do manguito rotador, em destaque a tendinite do supraespinhal, com objetivo de reduzir a dor e restaurar sua função. A atuação do fisioterapeuta deve ser individualizada, considerando intensidade da dor, grau de lesão e rotina de atividades do paciente (Cerqueira et al, 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa, do tipo relato de caso, desenvolvido durante as práticas de estágio Supervisionado Ambulatorial III no segundo semestre de 2025, com uma paciente do sexo feminino que apresentava relato dor em região do músculo supraespinhal esquerdo. Na avaliação fisioterapêutica inicial havia presença de trigger points nos músculos periescapulares bilaterais e rigidez da articulação do ombro ao movimento passivo.

O objetivo inicial do tratamento foi a redução do quadro álgico com a aplicação de eletroterapia para analgesia e cicatrização do tendão com associação da Tens e da fotobiomodulação. Após a redução do quadro álgico, será iniciado o programa de reabilitação focado em exercícios isométricos, evoluímos para exercícios excêntricos e após exercícios funcionais, sempre priorizamos o controle escapuloumeral.

Os músculos a serem fortalecidos serão o manguito rotador (infraespinhal, supraespinhal, subescapular e redondo menor), estabilizadores da escapula (trapézio, serrátil anterior,

romboides e elevadores da escapula e peitoral menor) e musculatura acessória do ombro (deltoide posterior, core).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de atendimento, paciente apresentou evolução significativa no quadro álgico. Nas primeiras sessões, observou-se dor intensa à palpação e durante os movimentos de abdução, extensão e rotação externa do ombro, além de limitação funcional importante para atividades de vida diária, como vestir-se, pentear-se e elevar o braço. Após o tratamento com eletrotermofototerapia, com o uso do TENS no modo analgesia e fotobiomodulação de baixa frequência, foi possível observar uma redução gradativa no quadro álgico, facilitando o início dos exercícios terapêuticos.

A literatura corrobora esses achados, onde Santos e Aguiar (2019) relatam que o TENS atua promovendo analgesia por meio do bloqueio das vias aferentes da dor, enquanto o laser de baixa potência exerce efeito anti-inflamatório e estimula a regeneração tecidual, o que acelera a recuperação funcional do tendão. Essa combinação de recursos favorece o preparo do tecido para as etapas subsequentes do tratamento.

Com a expectativa de redução do quadro álgico, planeja-se iniciar o processo de fortalecimento muscular de forma progressiva. O treino isométrico será introduzido inicialmente, conforme orienta Henrique et al. (2021), permitindo a ativação da musculatura sem gerar sobrecarga articular, especialmente importante nas fases iniciais da recuperação do tendão. Posteriormente, estão previstos exercícios excêntricos com o objetivo de promover o realinhamento das fibras colágenas e aumentar a capacidade de resistência do tendão, etapa essencial para restaurar a força e preparar o ombro para atividades mais dinâmicas.

Na fase subsequente, serão adicionados exercícios funcionais e proprioceptivos, envolvendo movimentos integrados de rotação, elevação e estabilização escapular. O fortalecimento dos músculos estabilizadores da escápula, trapézio, serrátil anterior, romboides e elevadores da escápula irão ser fundamentais para restabelecer a cinesia escapular, conforme destacam Melo, Pimenta e Portella (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a importância da fisioterapia na reabilitação da tendionapatia do supraespinhal, destacando os recursos eletrotermofototerápicos e do fortalecimento muscular progressivo para a redução de dor e recuperação funcional do ombro.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a Dra. Daniela dos Santos pela orientação durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, manifesto também minha profunda gratidão a paciente pela confiança, colaboração e dedicação durante todo o processo terapêutico, sua participação foi essencial para o desenvolvimento deste estudo e para o meu aprendizado prático e pessoal na área de ortopedia e traumatologia.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Thaís, et al. Abordagem fisioterapêutica no tratamento de pacientes com tendinopatia do músculo supraespinhal: uma revisão de literatura. Textura, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 53–63, 2022. DOI: 10.22479/texturav16n1p53-63. Disponível em: https://textura.famam.com.br/textura/article/view/487. Acesso em: 25 out. 2025.

DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. Moore: *Anatomia orientada para a clínica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

DE MELO, Thainan Jardim; PIMENTA, Yasmin Dantas; PORTELLA, Claudio Elidio Almeida. ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA LESÃO DE MANGUITO ROTADOR: UM RELATO DE CASO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 7, p. 612-625, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14811. Acesso em: 20, out. 2025.Disponível em: https://textura.famam.com.br/textura/article/view/487. Acesso: 20, out. 2025.

HENRIQUE, Kathleen Kátia Banhos et al. Exercício de fortalecimento para o manejo de tendinopatia do manguito rotador. Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. e524101422298-e524101422298, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Futurama/Downloads/dorlivete,+e524101422298.pdf. Acesso em: 20, out. 2025.

SANTOS, Lorena Campos; DA CONCEIÇÃO AGUIAR, Carole Cavalcante. Tendinopatia do supra-espinhoso e fisioterapia aplicada: uma revisão de literatura. Movimenta (ISSN 1984-4298), v. 12, n. 3, p. 448-456, 2019. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/movimenta/pt_BR/article/view/8473. Acesso em: 24, out. 2025

VILLAS-BOAS, Francisca do Vale Peixoto. Ombro: Importância dos Testes Clínicos no Diagnóstico das Tendinopatias e Especificidade da Prescrição de Tratamento Conservador. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal). Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/113714. Acesso em: 23, out. 2025.

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA HOSPITALAR EM UM CASO DE EXACERBAÇÃO DA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC)

Categoria: Práticas de estágio

Kauane Gabriele de Siqueira[1]
Juliano Mazzotti[2]

Resumo – Este trabalho tem como finalidade descrever a experiência da atuação fisioterapêutica hospitalar no atendimento a um paciente com diagnóstico de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Trata-se de um estudo do relato de experiência com abordagem quali quantitativa, realizado no hospital Maicé durante o estágio Curricular Supervisionado Hospitalar I, no segundo semestre de 2025. O paciente do sexo masculino, 64 anos, encontrava se internado na clínica medica após um caso de exacerbação da DPOC, apresentando sintomas de fadiga e cansaço. Os objetivos das intervenções fisioterapêutica incluíam prevenir complicações respiratórias e promover a reabilitação pulmonar. Assim podemos concluir que a fisioterapia é uma ferramenta indispensável tanto na prevenção como na reabilitação de pacientes diagnosticados com DPOC.

Palavras-chave: Fisioterapia hospitalar, reabilitação pulmonar, fadiga, qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma enfermidade respiratória caracterizada pela obstrução do fluxo aéreo nos pulmões, resultando em comprometimento da função respiratória. Trata-se de um processo inflamatório crônico, marcado pelo acúmulo de neutrófilos e macrófagos nas vias aéreas, frequentemente associado à exposição a poluentes ambientais, fumaça, substâncias químicas e ao tabagismo. Entre os principais sintomas observam-se a dificuldade respiratória, a tosse persistente, a dispneia e a fadiga (ROCHA et al., 2025).

Segundo Junior (2024), a fadiga é um dos sintomas mais recorrentes e impactantes para os pacientes com DPOC, frequentemente descrita como uma sensação intensa de cansaço. Essa condição compromete de forma significativa a realização das atividades de vida diária, afetando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos.

O diagnóstico da DPOC é realizado por meio da avaliação clínica dos sintomas, associado a exames complementares como espirometria, radiografia de tórax e análises laboratoriais. A doença pode estar relacionada a fatores genéticos, bem como à exposição contínua ao tabaco e derivados da biomassa. Apesar do reconhecido impacto do tabagismo no desenvolvimento da

[1]Aluno do Curso Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

DPOC, estudos indicam que aproximadamente 40% dos pacientes mantêm o hábito de fumar mesmo após o início dos sintomas (COELHO et al., 2021).

Percebe-se, dessa forma, que a DPOC provoca prejuízos significativos à qualidade de vida dos pacientes, ressaltando a relevância da fisioterapia em todos os estágios da doença, tanto na melhora da mecânica respiratória como na redução dos sintomas apresentados. (JUNIOR, 2024)

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência fisioterapêutica em um paciente com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), ressaltando a relevância da intervenção da fisioterapia no manejo clínico e na melhora da qualidade de vida. Além disso, busca-se discutir as estratégias terapêuticas voltadas para a melhora da função respiratória e a prevenção de complicações associadas à doença.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência, com abordagem qualiquantitativa, por meio de levantamento de dados e estudo de caso. O embasamento teórico foi realizado por meio de revistas e artigos científicos disponíveis nas plataformas Scielo, google acadêmico. A experiência prática ocorreu no segundo semestre de 2025, durante o Estágio Curricular Supervisionado Hospitalar I, pertencente à 8ª fase do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na área de Fisioterapia Hospitalar. Os atendimentos foram realizados no Hospital Maicé, localizado no município de Caçador, Santa Catarina. O estudo refere se ao atendimento de um paciente do sexo masculino com 64 anos internado na clínica medica após uma exacerbação da DPOC, onde foi realizado somente um atendimento do qual as condutas adotadas tinham como objetivo prevenir complicações respiratórias e promover a reabilitação pulmonar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Paciente do sexo masculino,64 anos tabagista, internado na clínica medica em Agosto de 2024, após exacerbação da DPOC a onde teve 3 internações nos últimos

3 meses, sendo uma intubação em UTI. De acordo com Oliveira et al(2024) hospitalização se torna um fator de risco para o idoso devido a perda da autonomia e sarcopenia onde pode se afirmar que o tempo de hospitalização maior que 5 dias demostra um declínio de cerca de 28% da funcionalidade.

De acordo Silva et al.(2025) a progressão da doença vem associada a sintomas respiratórios persistentes, dentre esses sintomas o cansaço, dispineia, tosse e a presença de secreção onde causa a limitação do fluxo aéreo da qual leva uma diminuição da qualidade de vida.

O tabagismo é reconhecido como o principal fator associado ao desenvolvimento da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), uma vez que interfere diretamente na fisiopatologia da doença ao provocar inflamação pulmonar e estimular a produção de citocinas pró-inflamatórias, responsáveis pelo desencadeamento dos sintomas característicos da enfermidade. Nesse sentido, a cessação do tabagismo é de extrema importância para o controle

da DPOC em pacientes fumantes, visto que a continuidade do uso crônico do cigarro e a falta de adesão ao tratamento podem acelerar a deterioração da função pulmonar e favorecer o surgimento de complicações futuras (COELHO et al., 2021).

O manejo da DPOC envolve uma combinação de diferentes estratégias, como a cessação do tabagismo, o uso de terapia farmacológica e a reabilitação pulmonar. Em casos mais avançados, a oxigenioterapia e o suporte ventilatório são recursos indicados conforme orientação médica. Nesse contexto, o paciente em questão recebeu alta hospitalar, fazendo uso de O2 domiciliar do qual se torna essencial para manter os níveis adequados de oxigênio.

Dessa forma pode notar- se que a DPOC leva a significativos prejuízos pois além da capacidade funcional associada a insuficiência respiratória pode haver também a perda de peso e redução da massa muscular (JUNIOR, 2024)

Onde pode notar que a fisioterapia torna se essencial para o tratamento do DPOC pois ao realizar os exercícios respiratórios e musculares ocorre a melhora da função cardiopulmonar reduzindo assim as dificuldades respiratórias onde pode se observar que exercícios ativos tendem a melhorar a tolerância a esforços e a capacidade física em geral e os exercícios respiratórios melhoram a capacidade respiratória e pulmonar onde pode se observar que ao trabalhar ambos de forma interligada o paciente poderá apresentar uma grande melhora. (SANTOS et al.,2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a fisioterapia em pacientes com DPOC mostra-se essencial para a melhora da função respiratória, prevenção de complicações e promoção da qualidade de vida. O caso relatado evidencia os efeitos prejudiciais do tabagismo na progressão da doença e reforça a importância da cessação desse hábito para o controle clínico.

A intervenção fisioterapêutica, associada ao uso da oxigenoterapia domiciliar, contribuiu para otimizar a capacidade funcional do paciente, melhorar a tolerância ao esforço e favorecer a reabilitação pulmonar. Dessa forma, destaca-se o papel do fisioterapeuta tanto no ambiente hospitalar quanto no acompanhamento domiciliar, em uma abordagem integrada e humanizada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de aprofundar meus conhecimentos por meio das práticas de estágio. Ao Hospital Maicé, pelo aprendizado proporcionado durante o acompanhamento deste caso. Por fim, ao professor orientador Juliano Mazzotti, pelo apoio, incentivo e ensinamentos, contribuindo significativamente não só para a realização deste trabalho, mas também para meu aprendizado e desenvolvimento profissional.

REFERÊNCIAS

CoelhoA. E. C.; AvelarC. I. S.; AraujoH. de L.; SilvaI. M. P.; MendesL. N. J.; BernardinoJ. de O.; AguilarL. L. F. de; MeloS. K. de F.; CarneiroY. V.; VasconcelosS.

T. Abordagem geral da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC): uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Médico, v. 1, n. 1, p. e8657, 1 set. 2021. Disponivel em: https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/8657 . Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA JÚNIOR, Hugo dos Santos. Índice Gerado pelo Paciente (PGI) em pacientes com DPOC exacerbado: uma análise da internação na alta hospitalar. 2024. 57 pág. Dissertação (Mestrado em Reabilitação e Desempenho Funcional) – Programa de Pós-Graduação em Reabilitação e Desempenho Funcional, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2024. Disponivel em https://repositorio.ufvjm.edu.br/items/bddcf84e-02de-40d1-93ff-fe6cd8d69515 Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS,A.N.A.;FERREIRA,J.A.Q Análise entre exercício ativo e exercícios respiratórios em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica.

Saúde.com,v.18,n.2,3 ago.2022 Disponivel em https://periodicos2.uesb.br/rsc/article/view/9864/6955 . Acesso em: 18 set. 2025.

ROCHA DA SILVA, Maria Eduarda; MOURA VALADARES RIBEIRO, Larissa; SENA OLIVEIRA JACOME, Lorena; CÂMARA RIBEIRO, Ricardo. A Fisioterapia Respiratória no tratamento da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC): uma revisão sistemática. Revista Multidisciplinar, *[S. l.]*, v. 38, n. 1, p. 1–17, 2025.Disponível em: https://portalunifipmoc.emnuvens.com.br/rm/article/view/134.. Acesso em: 10 set. 2025.

Exacerbação da DPOC em idosos internados em um Hospital Universitário do Oeste do Paraná. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , *[S. l.]* , v. 13, n. 2, p. e6213245064, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i2.45064 . Disponívelem: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/45064 . Acesso em: 25 set. 2025.

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA EM IDOSO COM CÂNCER DE PULMÃO E MÚLTIPLAS COMORBIDADES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Categoria: Práticas de estágio

Bruna Fernandes Roncaglio[1]
Alan Christhian Bahr[2]

Resumo – O presente trabalho relata a experiência fisioterapêutica com um paciente idoso de 84 anos, portador de câncer de pulmão e múltiplas comorbidades, atendido durante o estágio curricular de Atenção Básica I. As intervenções incluíram técnicas de respiração diafragmática, treinamento respiratório global e Treinamento Muscular Inspiratório (TMI), com base na manuvacometria para prescrição e monitoramento da força muscular respiratória. Após o protocolo terapêutico, observou-se melhora significativa da função pulmonar, aumento da força inspiratória e redução da dispneia, favorecendo a ventilação e a tolerância ao esforço. A fisioterapia respiratória demonstrou papel essencial na manutenção da capacidade funcional e na qualidade de vida, confirmando evidências atuais que destacam a eficácia do TMI e da reeducação ventilatória em populações idosas e oncológicas. O caso reforça a importância de abordagens fisioterapêuticas individualizadas, associadas à atenção multiprofissional, para garantir resultados seguros e eficazes na reabilitação respiratória de pacientes com condições clínicas complexas.

Palavras-chave: Treinamento muscular inspiratório; Câncer de pulmão; Idoso; Reabilitação pulmonar.

INTRODUÇÃO

O câncer de pulmão permanece como uma das principais causas de mortalidade no mundo, sendo o subtipo de células não pequenas (CPNPC) responsável por cerca de 85% dos casos (INCA, 2023; LIU et al., 2023). A incidência é maior em idosos, devido a fatores como tabagismo crônico e envelhecimento populacional (QIN et al., 2024).

O avanço terapêutico, incluindo quimioterapia adjuvante e imunoterapia, tem demonstrado benefícios relevantes em sobrevida, inclusive em pacientes acima de 70 anos (WANG et al., 2022; ZHAO et al., 2024). Entretanto, a presença de comorbidades cardiovasculares, respiratórias e psicossociais exige abordagem multidisciplinar e individualizada.

A fisioterapia tem papel essencial nesse contexto, contribuindo para a melhora da função respiratória, prevenção de complicações e manutenção da capacidade funcional (VALDIVIA-MARTÍNEZ et al., 2024). O Treinamento Muscular Inspiratório (TMI) tem se mostrado eficaz na

[1]Aluno do Curso Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

redução da dispneia, aumento da força muscular respiratória e melhora da qualidade de vida em pacientes com câncer de pulmão (KADIR et al., 2024; GRACELLI, 2023).

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de um relato de experiência com abordagem qualiquantitativa, realizado no primeiro semestre de 2025 durante o Estágio Curricular de Atenção Básica I do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Paciente masculino, 84 anos, com câncer de pulmão e múltiplas comorbidades (hipertensão, DPOC, pneumonia prévia, hiperplasia prostática benigna, estenose valvar aórtica leve), histórico de tabagismo e episódios depressivos. Durante os atendimentos fisioterapêuticos, apresentou-se lúcido, orientado e colaborativo, com fraqueza muscular global, especialmente respiratória e de membros inferiores, dispneia aos esforços leves e tontura ocasional controlada com pausas. Deambulava com andador e possuía autonomia parcial nas atividades de vida diária. A ausculta pulmonar evidenciava redução dos sons respiratórios e padrão ventilatório superficial. Foi indicada a continuidade da fisioterapia respiratória e motora para manutenção da função pulmonar e melhora da qualidade de vida.

As condutas fisioterapêuticas foram aplicadas individualmente, com foco em: treinamento global de fortalecimento e alongamentos, treinamento respiratório: respiração diafragmática, treinamento respiratório global, e TMI (Treinamento Muscular Inspiratório) foi realizado com dispositivo de resistência ajustável, iniciando com 30% da Pressão Inspiratória Máxima (PImax) e progressão conforme tolerância do paciente (MOTA et al., 2023).

A coleta de dados incluiu observação direta, registros em ficha de avaliação e acompanhamento multiprofissional. Também foram considerados aspectos psicossociais, com estratégias de suporte emocional

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Paciente do sexo masculino, 84 anos ex tabagista, encontrava-se com fraqueza na musculatura inspiratória, durante as sessões foi realizado a manovacuometria para medir a força da musculatura respiratória. Segundo Araújo (2024), a manuvacometria é essencial para quantificar a força muscular respiratória e orientar a prescrição do TMI, permitindo monitorar a progressão da PImax e PEmax. Estudos multicêntricos recentes reforçam a importância da padronização da técnica e da utilização de valores de referência ajustados por idade e sexo.

Foi iniciado o treinamento muscular inspiratório (TMI) com carga inicial de 30% da PImáx sendo que a PImáx deu um resultado de -40 cmH^2O, seguindo o ajuste 30%40 =112cmHO. O treinamento mostrou-se eficaz no fortalecimento do diafragma e dos músculos intercostais, contribuindo para maior eficiência ventilatória e melhora da tolerância ao esforço, conforme evidenciado por estudos recentes (TRAN et al., 2025; LISTA-PAZ et al., 2023).

O treinamento respiratório diafragmático promoveu aumento da excursão do diafragma e melhor coordenação toracoabdominal, proporcionando respiração mais profunda e controlada, o que favoreceu a redução da fadiga respiratória (ABDULLAHI et al., 2024). Já o

treinamento respiratório global, combinando técnicas de expansão torácica, otimizou a capacidade funcional e a oxigenação tecidual, sendo compatível com as evidências atuais sobre programas integrados de reabilitação respiratória (LISTA-PAZ et al., 2023).

Os resultados observados após o tratamento fisioterapêutico demonstraram melhora significativa da função respiratória, com aumento da força muscular inspiratória e redução da dispneia. A fisioterapia respiratória proporcionou melhora da ventilação pulmonar, aumento da força muscular respiratória e redução do risco de infecções, corroborando estudos de Valdivia-Martínez et al. (2024). O TMI contribuiu para a redução da dispneia, aumento da força muscular inspiratória e melhora da qualidade de vida (KADIR et al., 2024; TÓRTOLA-NAVARRO et al., 2024).

Com relação a fisioterapia motora, o fortalecimento global dos membros superiores e inferiores melhorou a execução das atividades de vida diária, como caminhar, levantar-se, alcançar objetos e manter a postura ereta. Exercícios simples e de baixa intensidade, realizados de duas a três vezes por semana, mostram-se eficazes para preservar a força, a mobilidade e a estabilidade articular, além de favorecer a ventilação pulmonar ao estimular a musculatura acessória da respiração (LEE et al., 2021; RIBEIRO et al., 2025). Os alongamentos complementam o fortalecimento ao promover maior flexibilidade, amplitude de movimento e coordenação motora, reduzindo o risco de quedas e melhorando o equilíbrio e a confiança na marcha. A integração entre exercícios respiratórios, de força e de flexibilidade constitui uma abordagem segura e eficaz, capaz de otimizar a função pulmonar, o desempenho físico e o bem-estar geral desses pacientes (SANTOS et al., 2025; ZHANG et al., 2024).

O fortalecimento e o alongamento muscular constituem componentes essenciais no tratamento fisioterapêutico de idosos com câncer de pulmão, pois contribuem para a manutenção da independência funcional, melhora da capacidade física e da qualidade de vida. O treinamento de força, aplicado de forma individualizada e segura, promove o aumento da resistência muscular e o equilíbrio corporal, reduzindo a fadiga e prevenindo a sarcopenia, condição comum em pacientes oncológicos e idosos com múltiplas comorbidades (CHEN et al., 2024; OLIVEIRA et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência evidenciou que a fisioterapia tem papel essencial no cuidado de idosos com câncer de pulmão e múltiplas comorbidades. A adoção de técnicas respiratórias, exercícios graduais e TMI, aliados ao suporte emocional, mostrou-se eficaz na manutenção da função pulmonar e da capacidade funcional. O relato reforça a necessidade de condutas personalizadas, integradas a um plano multiprofissional, garantindo segurança, adesão e qualidade de vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de aprofundar meus conhecimentos por meio das práticas de estágio. A casa lar São José, pelo aprendizado proporcionado durante o acompanhamento deste caso. Por fim, ao professor orientador Dr Alan Christhian Bahr, pelo apoio, incentivo e ensinamentos.

REFERÊNCIAS

ABDULLAHI, A. *et al.* Efficacy of diaphragmatic breathing exercise on respiratory function, pulmonary parameters, and quality of life: a systematic review and meta-analysis. *Respiratory Physiology & Neurobiology*, v. 326, p. 104877, 2024. DOI: 10.1016/j.resp.2024.104877.

ARAÚJO, P. R. S. *et al.* Reference values for respiratory muscle strength and maximal voluntary ventilation in the Brazilian adult population: a multicentric study. *PLOS ONE*, v. 19, n. 3, p. e0302412, 2024. DOI: 10.1371/journal.pone.0302412.

CHEN, Y. *et al.* Resistance exercise improves strength and physical function in frail older adults: a randomized controlled trial. *Frontiers in Medicine*, v. 11, p. 144–152, 2024.

GRACELLI, F. C. A. F. *Fisioterapia respiratória no câncer de pulmão: atualização baseada em evidências. Fisioterapia em Movimento*, v. 36, p. e3724, 2023.

KADIR, M. *et al.* Inspiratory muscle training improves dyspnea and exercise tolerance in lung cancer patients: a randomized trial. *Supportive Care in Cancer*, v. 32, n. 1, p. 45–53, 2024.

LEE, J. H. *et al.* Low-load resistance training enhances muscle strength and mobility in older adults: a systematic review. *BMC Geriatrics*, v. 21, n. 1, p. 432–441, 2021.

LISTA-PAZ, A. *et al.* Effect of respiratory muscle training in asthma: a systematic review and meta-analysis. *Pulmonology*, v. 29, n. 5, p. 387–397, 2023. DOI: 10.1016/j.pulmoe.2022.10.005.

MOTA, C. F. *et al.* Efeitos do treinamento muscular inspiratório na força respiratória de idosos com DPOC: ensaio clínico controlado. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 27, n. 2, p. 140–148, 2023.

OLIVEIRA, F. A. *et al.* Effects of upper-limb resistance training on functional performance and respiratory muscle activity in elderly individuals with chronic lung disease. *Physiotherapy Research International*, v. 28, n. 2, p. e2023, 2023.

RIBEIRO, L. C. *et al.* Integration of respiratory and upper-limb strength training enhances functional capacity in older adults: a randomized trial. *Clinical Rehabilitation*, v. 39, n. 3, p. 312–320, 2025.

SANTOS, R. M. *et al.* Effects of flexibility training on balance and gait in elderly individuals: a controlled trial. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, v. 124, p. 105302, 2025.

TÓRTOLA-NAVARRO, S. *et al.* Effects of pulmonary rehabilitation programs in cancer patients: a systematic review and meta-analysis. *Clinical Rehabilitation*, v. 38, n. 2, p. 150–162, 2024.

TRAN, D. H. *et al.* The effects of inspiratory muscle training in individuals with chronic respiratory diseases: a systematic review and meta-analysis. *European Archives of Medical Research (E-ARM)*, v. 34, p. 231–245, 2025. DOI: 10.23876/arm.2025.01123.

VALDIVIA-MARTÍNEZ, P. *et al.* Physiotherapy interventions in elderly lung cancer patients: systematic review. *Journal of Geriatric Oncology*, v. 15, n. 1, p. 101–110, 2024.

ZHANG, L. *et al.* Resistance training for lower-limb strength and fall prevention in older adults with chronic disease. *Frontiers in Public Health*, v. 12, p. 118–126, 2024.

REABILITAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS-OPERATÓRIO DE FRATURA DE TORNOZELO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Categoria: Práticas de Estágio

Fabiana Comerlatto[1]
Alan Christhian Bahr[2]

Resumo – As fraturas de tornozelo representam o tipo mais comum de fratura dos membros inferiores. Elas podem ser classificadas como unimaleolares, bimaleolares ou trimaleolares, conforme a quantidade de maléolos afetados. O objetivo da reabilitação é restaurar a força, a flexibilidade e a mobilidade do tornozelo, promovendo o movimento sem dor e prevenindo complicações futuras. Considerando que as fraturas de tornozelo apresentam certa complexidade e que cada paciente possui demandas específicas, diversas estratégias de reabilitação têm sido desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos. O estudo trata-se de um relato de experiência descritivo e de natureza qualitativa. O estudo foi realizado com indivíduo do sexo masculino, de 33 anos de idade. O paciente apresenta um pós-operatório de tornozelo, fratura de bimaleolar. O paciente apresentou melhora progressiva ao longo das sessões, com redução do edema, aumento da mobilidade e melhora da amplitude de movimento e equilíbrio. A crioterapia auxiliou na diminuição do edema e dor; a mobilização ativo-assistida reduziu a rigidez e favoreceu a recuperação da ADM; o laser acelerou o reparo tecidual; e os exercícios de descarga de peso e treino de marcha progressiva melhoraram o equilíbrio e a funcionalidade. Através da revisão de literatura e do protocolo fisioterápico elaborado para o paciente, pode concluir que a atuação da fisioterapia em reabilitação de pacientes que tiveram lesão e pós-cirurgia é essencial e importante, porque auxilia na melhora da qualidade de vida e a capacidade funcional da paciente.

Palavras-chave: Reabilitação. Tornozelo. Fisioterapia. Pós-Operatório.

INTRODUÇÃO

As fraturas de tornozelo representam o tipo mais comum de fratura dos membros inferiores. Elas podem ser classificadas como unimaleolares, bimaleolares ou trimaleolares, conforme a quantidade de maléolos afetados (Fokmare Junior; Dhage, 2022).

O objetivo da reabilitação é restaurar a força, a flexibilidade e a mobilidade do tornozelo, promovendo o movimento sem dor e prevenindo complicações futuras. Considerando que as fraturas de tornozelo apresentam certa complexidade e que cada paciente possui demandas

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

específicas, diversas estratégias de reabilitação têm sido desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos (Altuwairqi, 2024).

O processo de reabilitação tem início após o procedimento cirúrgico ou a retirada do gesso. Devido à limitação de movimento ativo e passivo, à redução da força muscular, à alteração da propriocepção e à presença de dor decorrentes da fratura e do tratamento, torna-se necessário um programa fisioterapêutico específico, voltado para exercícios de mobilidade do tornozelo, fortalecimento, apoio de peso e equilíbrio (Fokmare Junior; Dhage, 2022).

A recuperação após a cirurgia de fratura de tornozelo é um processo complexo que envolve tanto a fisioterapia quanto o uso de tratamento medicamentoso. As intervenções reabilitacionais mais utilizadas incluem exercícios progressivos de apoio de peso, técnicas de mobilização articular para ampliar a amplitude de movimento e atividades voltadas à melhora funcional do tornozelo lesionado (Altuwairqi, 2024).

O manejo de fraturas de tornozelo pode ser realizado de forma conservadora ou cirúrgica, dependendo da gravidade e do tipo da fratura, sendo normalmente seguido por um período de imobilização. Entretanto, a implementação precoce da reabilitação é considerada altamente recomendada, pois ajuda a reverter a perda de força muscular, funcionalidade e resistência à fadiga causada tanto pela imobilização quanto pelo trauma da fratura. O processo de reabilitação pós-operatória pode variar, podendo ser conduzido por um fisioterapeuta (Van Vehmendalh et al., 2023).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de um relato de experiência descritivo e de natureza qualitativa. O estudo foi realizado com indivíduo do sexo masculino, de 33 anos de idade. O paciente apresenta um pós-operatório de tornozelo, fratura de bimaleolar.

Os atendimentos ocorreram nas dependências da Clínica Escola na UNIARP entre os meses de setembro a novembro de 2025, no período de noite das 19:00 às 19:45 horas, com objetivo de melhorar a amplitude de movimento, recuperar a mobilidade, reduzir edema e melhorar o equilíbrio. Os atendimentos tinham tempo de duração de 45 minutos, uma vez por semana. Foram realizadas 8 sessões.

O primeiro passo consistiu na coleta de dados, durante a qual o paciente foi examinado para preencher uma ficha com informações pessoais e histórico médico. A partir dessas informações, foram estabelecidos os objetivos, condutas e o plano de tratamento fisioterapêutico para o paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos atendimentos fisioterapêuticos, foram aplicadas diversas condutas com o objetivo de promover a recuperação funcional do tornozelo acometido. Nas primeiras sessões, o paciente apresentava edema residual, rigidez articular e limitação significativa de amplitude de movimento (ADM), além de dificuldade para sustentar o peso corporal no membro afetado.

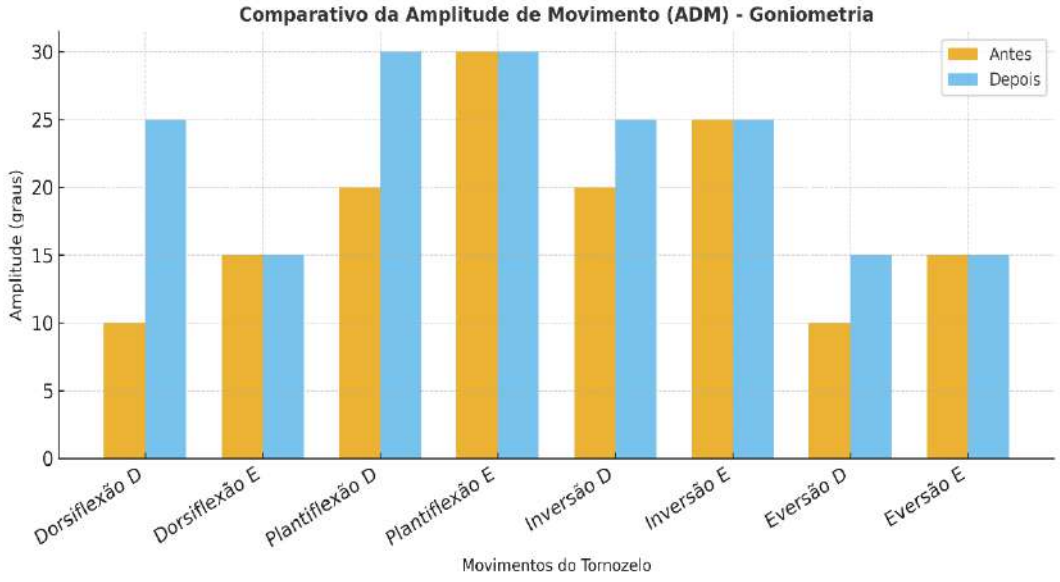
Foi realizada crioterapia, utilizando a técnica de criomassagem durante aproximadamente 20 minutos, visando reduzir o edema e o processo inflamatório local. Essa intervenção proporcionou alívio da dor e possibilitou o início dos exercícios ativo-assistidos. A literatura confirma a eficácia da crioterapia no pós-operatório de fraturas, pois ela contribui para a diminuição da resposta inflamatória e favorece o reparo tecidual inicial (Fokmare Junior & Dhage, 2022), o que corrobora com os resultados observados neste caso.

A mobilização ativo-assistida foi introduzida gradualmente, buscando restaurar a mobilidade e reduzir a rigidez articular. Durante o processo, observaram-se ganhos progressivos de ADM nas direções de dorsiflexão e flexão plantar, além de melhora na segurança e coordenação motora. Esses achados estão de acordo com Altuwairqi (2024), que destaca a importância da mobilização precoce e controlada para evitar aderências e rigidez articular após períodos de imobilização.

Também foi utilizada a terapia com laser de baixa intensidade, aplicada sobre a região lesionada, com o objetivo de estimular o reparo tecidual e reduzir a dor. Essa técnica potencializou os efeitos das demais intervenções, acelerando a recuperação funcional. Segundo Altuwairqi (2024), o laser atua na modulação da inflamação e na estimulação da regeneração celular, promovendo melhora significativa no processo de cicatrização e funcionalidade articular.

Nas etapas seguintes, foram incluídos exercícios de descarga de peso e treino de marcha com carga progressiva, com o intuito de aprimorar o equilíbrio, a estabilidade e a distribuição do peso corporal. O paciente apresentou evolução satisfatória, alcançando maior confiança durante a deambulação. Esses resultados estão em consonância com Van Vehmendalh et al. (2023), que relatam que programas de reabilitação supervisionada, com progressão gradual de carga, proporcionam recuperação motora mais eficiente e retorno precoce às atividades de vida diária.

Figura 1 – Comparativo da Amplitude de Movimento (ADM) segundo goniometria antes e após o tratamento fisioterapêutico.



Fonte: Autores, 2025.

O gráfico demonstra os valores obtidos para dorsiflexão, plantiflexão, inversão e eversão dos tornozelos direito e esquerdo, avaliados por meio da goniometria. Observa-se ganho expressivo de amplitude no tornozelo direito, principalmente em dorsiflexão, plantiflexão e eversão, indicando melhora significativa da mobilidade articular após o processo de reabilitação fisioterapêutica.

Ao término das oito sessões, observou-se redução expressiva do edema, melhora da ADM, aumento da mobilidade e do equilíbrio, além de maior independência funcional. Esses resultados reforçam a relevância de um protocolo fisioterapêutico individualizado, progressivo e bem estruturado no tratamento pós-operatório de fraturas de tornozelo, evidenciando o papel essencial da fisioterapia na restauração da funcionalidade e qualidade de vida do paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão de literatura e do protocolo fisioterápico elaborado para o paciente, pode concluir que a atuação da fisioterapia em reabilitação de pacientes que tiveram lesão e pós-cirurgia é essencial e importante, porque auxilia na melhora da qualidade de vida e a capacidade funcional da paciente.

REFERÊNCIAS

ALTUWAIRQI, Abdullah. *Comparative Analysis of Rehabilitation Strategies Following Ankle Fracture Surgery: a systematic review*. Cureus, [S.l.], v. 16, n. 7, e64315, 11 jul. 2024. DOI: 10.7759/cureus.64315. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11316413/. Acesso em: 9 out. 2025.

FOKMARE JUNIOR, P. S.; DHAGE, P. *Physiotherapy rehabilitation strategies for post-operative trimalleolar ankle fracture: a case report. Cureus*, [S.l.], v. 14, n. 9, e29716, 2022. DOI: 10.7759/cureus.29716. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9621730/. Acesso em: 9 out. 2025.

VAN VEHMENDALH, R *et al.* Effectiveness of postoperative physiotherapy compared to instructions-only rehabilitation after ankle fracture surgery: A randomized controlled trial. *Foot & Ankle Orthopaedics*, v. 8, n. 2, p. 1–10, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/24730114231173680. Acesso em: 9 out. 2025.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE COM EPICONDILITE LATERAL: RELATO DE CASO

Categoria: Práticas de estágios

Thaís Valduga[1]
Alan Christian Bahr[2]

Resumo – O presente trabalho relata um caso clínico de um paciente do sexo masculino, praticante e instrutor de jiu-jítsu, diagnosticado com epicondilite lateral, atendido durante estágio supervisionado em fisioterapia. O objetivo deste estudo foi eliminar o edema, reduzir a dor e promover o fortalecimento muscular para recuperação funcional do membro afetado. O tratamento fisioterapêutico foi conduzido com base em recursos analgésicos e anti-inflamatórios não farmacológicos, associados a técnicas de alongamento, liberação miofascial e exercícios de fortalecimento progressivo dos músculos extensores e flexores dos antebraço. Observou-se redução significativa da dor, melhora da amplitude de movimento e retorno gradual às atividades esportivas e profissionais. O caso evidencia a importância da intervenção fisioterapêutica precoce e individualizada na reabilitação de atletas com epicondilite lateral, ressaltando a eficácia das técnicas conservadoras na restauração da funcionalidade e na prevenção de recidivas.

Palavras-chave: Epicondilite lateral. Fisioterapia. Reabilitação. Relato de caso.

INTRODUÇÃO

A epicondilite é uma das afecções musculoesqueléticas mais comuns do cotovelo, caracterizada por dor localizada nos epicôndilos, frequentemente associada a sobrecarga mecânica repetitiva e microtraumas nas inserções tendíneas dos músculos do antebraço (Landesa-Piñeiro & Leirós-Rodríguez, 2021). A epicondilite lateral, conhecida popularmente como "cotovelo do tenista", pode acometer indivíduos que realizam movimentos repetitivos de preensão, rotação ou extensão do punho, tanto em atividades esportivas quanto laborais (Weber et al., 2015).

No contexto esportivo, atletas de modalidades que exigem esforço intenso e repetitivo dos membros superiores, como o jiu-jitsu, apresentam risco aumentado para o desenvolvimento dessa lesão devido às cargas elevadas sobre as estruturas músculo-tendíneas e articulares do cotovelo (Little et al., 2013). Tais sobrecargas podem resultar em inflamação, degeneração tendínea e limitação funcional, comprometendo o desempenho esportivo e a realização de atividades diárias. Nesse sentido, a atuação fisioterapêutica é essencial para reduzir a dor,

[1]Aluno do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

restaurar a amplitude de movimento e fortalecer a musculatura envolvida, visando o retorno seguro do atleta às suas práticas.

O tratamento fisioterapêutico da epicondilite lateral tem sido amplamente estudado e inclui abordagens como exercícios excêntricos, técnicas de terapia manual, alongamentos, crioterapia e recursos de fotobiomodulação (Landesa-Piñeiro & Leirós-Rodríguez, 2021; Weber et al., 2015). Evidências apontam que programas de fortalecimento muscular associados à mobilização articular oferecem resultados satisfatórios na redução da dor e melhora funcional (Little et al., 2013). Dessa forma, a escolha e a individualização do protocolo terapêutico são fundamentais, especialmente em pacientes atletas que demandam recuperação funcional otimizada.

A relevância deste relato de caso reside na importância de compreender a aplicabilidade das condutas fisioterapêuticas em situações clínicas reais, possibilitando a correlação entre a teoria e a prática profissional. Ademais, permite observar a evolução funcional do paciente diante de um quadro de epicondilite lateral associado à prática esportiva de alta demanda, reforçando o papel do fisioterapeuta na reabilitação musculoesquelética e na prevenção de recidivas.

Assim, o objetivo deste trabalho é relatar o caso clínico de um paciente de 38 anos, praticante de jiu-jitsu, diagnosticado com epicondilite lateral no cotovelo direito, atendido na Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP, destacando as condutas fisioterapêuticas empregadas e a evolução clínica observada ao longo do tratamento.

METODOLOGIA

Este relato de caso clínico foi desenvolvido durante o estágio supervisionado em Fisioterapia Desportiva na Clínica Escola de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizada em Caçador (SC), sob orientação do Professor Dr. Alan Bahr. O estágio ocorreu no período de setembro a novembro de 2025, como parte das atividades práticas curriculares do curso de Fisioterapia.

O presente estudo trata-se de um relato de experiencia descritivo e de natureza qualitativa. O estudo foi realizado com individuo do sexo masculino de 38 anos, praticante e instrutor de jiu-jitsu, com diagnóstico clínico de epicondilite lateral no membro superior direito. Apresentava dor local irradiada para a mão direita e edema visível. Durante a avaliação inicial fisioterapêutica, observou-se trofismo muscular preservado (normotrófico) e grau de força muscular classificado como III, conforme a Escala de Oxford.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o acompanhamento fisioterapêutico, observou-se uma evolução clínica significativa do paciente. Na sua avaliação inicial, realizada por meio de anamnese e inspeção sobre a região afetada, constatou-se a presença de edema no membro superior direito e pontos gatilhos na musculatura do antebraço, caracterizando um quadro de epicondilite lateral em membro superior direito.

Nos atendimentos, foi aplicada crioterapia utilizando a técnica de criomassagem por aproximadamente 20 minutos, com o objetivo de reduzir o edema e aliviar a dor. Esse recurso atua diminuindo o metabolismo celular e a condução nervosa, proporcionando analgesia e controle inflamatório. Tais efeitos são corroborados por Pathan et al. (2023), que destacam a eficácia da crioterapia na redução de processos inflamatórios e no alívio da dor em lesões musculoesqueléticas.

Em seguida, realizou-se a liberação miofascial na região do antebraço, empregando técnicas manuais e o uso de pequenos instrumentos. Essa intervenção visou reduzir aderências e tensões musculares, melhorando a mobilidade e a circulação local. De acordo com Kulkarní e Kashyap (2025), a liberação miofascial demonstra resultados superiores em comparação a outras técnicas conservadoras, promovendo redução significativa da dor e melhora funcional em pacientes com epicondilite lateral.

O dry needling que atua inserindo agulhas finas diretamente nos pontos gatilho, ela provoca uma contração local breve seguida de relaxamento muscular. foi aplicado nos pontos gatilho identificados nos músculos do antebraço lado direito, com o objetivo de promover relaxamento muscular e reduzir a sensibilidade dolorosa. O dry needling aplicado em epicondilite lateral atua nos pontos gatilho musculares, contribuindo para o relaxamento muscular, a diminuição da dor e a melhora da função do cotovelo (navarro-santana et al., 2020).

O ultrassom terapêutico foi utilizado, sendo usado com gel para ultrassom e sempre em movimentos lentos e circulares sobre o epicôndilo lateral, com o propósito de reduzir o edema e a dor local. Esse recurso auxilia no aumento da extensibilidade tecidual e na estimulação da regeneração celular. Luo et al. (2022) relatam que o ultrassom terapêutico é eficaz na redução da dor em pacientes com epicondilite lateral, embora seus resultados possam ser semelhantes aos obtidos com outras modalidades terapêuticas.

Também foram realizados alongamentos específicos dos músculos flexores e extensores do punho, devido à limitação de amplitude de movimento observada durante a avaliação inicial. Essa prática teve como objetivo restaurar a flexibilidade e a mobilidade articular. Weber et al. (2015) ressaltam que o alongamento direcionado contribui para a melhora da elasticidade muscular e auxilia na recuperação funcional.

Os exercícios excêntricos foram introduzidos gradualmente no protocolo de tratamento, visando o fortalecimento da musculatura extensora do antebraço e a reeducação funcional. Essa modalidade de exercício favorece a reorganização das fibras colágenas e o aumento da resistência tendínea. Estudos de Tyler et al. (2014) demonstram que os exercícios excêntricos são altamente eficazes na recuperação da força e na redução da dor em casos de epicondilite lateral. Além disso, a bandagem terapêutica foi associada à cinesioterapia, com o intuito de oferecer suporte muscular e controle adicional da dor, conforme evidenciado por Ferreira et al. (2017).

Por fim, a fotobiomodulação foi aplicada na região do epicôndilo lateral, como recurso complementar ao tratamento. Esse método tem ação analgésica e bioestimulante, promovendo regeneração tecidual e aumento da força de preensão manual. Tais efeitos são confirmados por Celik e Kulunkoglu (2019), que observaram melhora significativa nos níveis de dor e função em pacientes submetidos à terapia com laser de baixa intensidade.

De forma geral, os recursos terapêuticos empregados resultaram em melhora progressiva dos sintomas, com redução da dor, aumento da amplitude de movimento e fortalecimento muscular, permitindo o retorno gradual do paciente às suas atividades esportivas e profissionais. Contudo, o curto período de atendimento, totalizando apenas seis sessões, pode ter limitado a resposta terapêutica adequada e esperada. Ainda assim, o presente relato evidencia a relevância da intervenção fisioterapêutica precoce e conservadora na restauração funcional e na prevenção de recidivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de caso clínico evidenciou que a intervenção fisioterapêutica precoce, individualizada e baseada em protocolos conservadores foi eficaz na redução da dor, diminuição do edema e recuperação funcional do cotovelo em um paciente praticante e instrutor de jiu-jitsu com epicondilite lateral. Entretanto, o estudo apresenta limitações, como o curto período de atendimento e a ausência de acompanhamento a longo prazo, o que restringe a generalização dos resultados. Esses achados reforçam a importância de protocolos fisioterapêuticos personalizados e baseados em evidências científicas para a reabilitação de atletas com epicondilite lateral.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional direcionado à Clínica Escola. Agradeço também ao professor supervisor pela orientação e pela valiosa transmissão de conhecimento sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

CELIK, D.; ANAFOROGLU KULUNKOGLU, B. Photobiomodulation therapy versus extracorporeal shock wave therapy in the treatment of lateral epicondylitis. Photomedicine and Laser Surgery, v. 37, n. 5, p. 269–275, 2019. Disponível em: https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/photob.2018.4533. Acesso em: 21 out. 2025.

FERREIRA, F. dos R.; LIMA, G. E. G.; BARBOSA, A. A.; ANJOS, T. F. dos. Efeito da bandagem terapêutica na dor e funcionalidade em pacientes com epicondilite lateral. Anais do II Congresso Brasileiro e I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Fisioterapia Traumato-Ortopédica – ABRAFITO, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/anaisuftm/index.php/abrafito/article/view/1938. Acesso em: 21 out. 2025.

KULKARNI, D.; KASHYAP, R.; SHARMA, P. An investigation comparing the effects of muscle energy techniques and myofascial release on discomfort and functional ability in patients with lateral epicondylitis. International Journal for Multidimensional Research Perspectives, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 70–76, jun. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381586829_An_Investigation_Comparing_the_effects_of_Muscle_Energy_Techniques_and_Myofascial_Release_on_Discomfort_and_Functional_Ability_in_Patients_with_Lateral_Epicondylitis_-_A_Pilot_Study. Acesso em: 22 out. 2025.

LANDESA-PIÑEIRO, L.; LEIRÓS-RODRÍGUEZ, R. Physiotherapy treatment of lateral epicondylitis: a systematic review. Journal of Back and Musculoskeletal Rehabilitation, v. 35, n. 3, p. 463–477, 2022. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.3233/BMR-210053. Acesso em: 21 out. 2025.

LITTLE, A.; PAUNGMALI, A.; VICENZINO, B.; BELLER, E.; HERBERT, R. Does effectiveness of exercise therapy and mobilisation techniques offer guidance for the treatment of lateral and medial epicondylitis? A systematic review. Manual Therapy, v. 18, n. 1, p. 4–9, 2013. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23709519/. Acesso em: 21 out. 2025.

LUO, D.; LIU, B.; GAO, L.; FU, S. The effect of ultrasound therapy on lateral epicondylitis: a meta-analysis. Medicine, [S. l.], v. 101, n. 8, e28822, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8878842/. Acesso em: 22 out. 2025.

NAVARRO-SANTANA, M. J.; SÁNCHEZ-INFANTE, J.; GÓMEZ-CHIGUANO, G. F.; CLELAND, J. A.; LÓPEZ-DE-URALDE-VILLANUEVA, I.; FERNÁNDEZ-DE-LAS-PEÑAS, C.; PLAZA-MANZANO, G. Effects of trigger point dry needling on lateral epicondylalgia of musculoskeletal origin: a systematic review and meta-analysis. Clinical Rehabilitation, v. 34, n. 11, p. 1327–1340, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32576044/. Acesso em: 22 out. 2025.

PATHAN, A. F.; SHARATH, H. V. A review of physiotherapy techniques used in the treatment of tennis elbow. Cureus, v. 15, n. 10, p. e47706, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.7759/cureus.47706. Acesso em: 21 out. 2025.

TYLER, T. F.; HANSEN, M. T.; RICHARDSON, A.; et al. Eccentric exercise for the management of lateral epicondylalgia: a randomized controlled trial. Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 44, n. 7, p. 491–499, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.2519/jospt.2014.5071. Acesso em: 21 out. 2025.

WEBER, C.; THAI, V.; NEUHEUSER, K.; et al. Efficacy of physical therapy for the treatment of lateral epicondylitis: a meta-analysis. BMC Musculoskeletal Disorders, v. 16, n. 1, p. 223, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12891-015-0665-4. Acesso em: 21 out. 2025.

DPOC E SARCOPENIA: DESAFIOS DA FISIOTERAPIA NA UTI

Categoria: Relato de estágio

Melissa Tomazini Tavares de Oliveira[1]
Juliano Mazzotti[2]

Resumo – A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição respiratória crônica que acarreta impactos sistêmicos, incluindo a sarcopenia, caracterizada pela perda de massa muscular, força e desempenho funcional. O presente estudo aborda esta relação em pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), destacando os impactos da doença na função muscular e na capacidade funcional. Teve como objetivo descrever e discutir essa patologia, bem como evidenciar o papel da fisioterapia hospitalar na prevenção e manejo da sarcopenia associada à DPOC. Trata-se de um relato de caso clínico descritivo e observacional, desenvolvido durante o estágio supervisionado em fisioterapia hospitalar III. Os achados evidenciaram perda significativa de massa e força muscular, limitada capacidade funcional e risco elevado de complicações. Desta forma, a fisioterapia incluída de forma precoce contribui para a preservação da força, melhora da capacidade funcional e redução de reinternações. Conclui-se que a intervenção fisioterapêutica, em conjunto com abordagem interdisciplinar, é essencial para a recuperação segura e eficiente de pacientes hospitalizados com DPOC exacerbada e sarcopenia.

Palavras-chave: Doença pulmonar; Sarcopenia; Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) representa um importante problema de saúde pública, caracterizado pela presença contínua de sintomas respiratórios e pela limitação do fluxo de ar causada por alterações nas vias aéreas e nos alvéolos. Apesar de ser uma patologia predominantemente respiratória, a DPOC possui efeitos sistêmicos, com impacto significativo em outros tecidos e órgãos. Entre essas manifestações extrapulmonares, destaca-se a sarcopenia. De acordo com o Grupo Europeu de Trabalho sobre Sarcopenia em Idosos (EWGSOP2), essa disfunção muscular está associada a piores desfechos clínicos e pode estar diretamente relacionada à progressão da DPOC e à redução da capacidade funcional dos indivíduos acometidos (Matera, 2025).

Segundo Ma (2022), a sarcopenia é descrita como perda de massa muscular, força e baixo desempenho físico. A ligação entre a sarcopenia e o DPOC acontece devido a inflamação crônica gerada pela DPOC, predispondo o sistema a desenvolver a sarcopenia. Ademais, a progressão da obstrução do fluxo aéreo provoca hiperinsuflação pulmonar e aumento da dispneia,

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

resultando em menor nível de atividade física, desencadeando mudanças fisiológicas como a diminuição das fibras do tipo I e atrofia muscular, contribuindo para a limitação funcional.

Em pacientes internados em unidades de terapia intensiva com DPOC, a imobilização prolongada e o processo inflamatório sistêmico intensificam a perda de massa e força muscular. A presença de dispositivos invasivos, como a traqueostomia, reduz ainda mais a capacidade funcional e a tolerância ao esforço, dificultando o desmame ventilatório e prolongando o tempo de internação (Chen, 2023).

A atuação fisioterapêutica na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é essencial para pacientes com DPOC, especialmente em casos de exacerbação e presença de sarcopenia. O fisioterapeuta desempenha papel central na otimização da ventilação, prevenção de complicações pulmonares e recuperação da função motora, por meio de técnicas como higiene brônquica, aspiração traqueal, posicionamento terapêutico e mobilização precoce (Xiang, 2022).

Este relatório teve como objetivo descrever e discutir a relação entre a doença pulmonar obstrutiva crônica e a sarcopenia em pacientes internados na unidade de terapia intensiva, com base na vivência do estágio obrigatório de fisioterapia hospitalar III da 10 ° fase do curso de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um relato de caso clínico, de caráter descritivo e observacional, com abordagem qualitativa, desenvolvido durante o estágio supervisionado em fisioterapia hospitalar III, na unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Maice, em Caçador-SC. A pesquisa foi conduzida respeitando os princípios éticos para estudos com seres humanos, preservando a identidade e integridade da paciente.

A participante foi uma paciente do sexo feminino, 61 anos, internada na UTI devido a exacerbação da doença pulmonar obstrutiva crônica, estando traqueostomizada e sob cuidados intensivos. Durante a avaliação fisioterapêutica, foi observada acentuada redução da massa muscular e força grau 2 na Escala de Oxford, indicando limitação funcional significativa. A análise incluiu observação do padrão respiratório, presença de secreções, nível de consciência e trofismo muscular. Devido ao quadro clínico, não foram realizados exercícios e mobilizações terapêuticas, sendo realizadas apenas condutas para desobstrução das vias aéreas, manejo ventilatório e higiene brônquica para a melhora da ventilação.

Os dados obtidos foram analisados, considerando os aspectos funcionais, respiratórios e musculares observados, com o intuito de discutir a relação entre sarcopenia e DPOC no contexto crítico e o papel da fisioterapia hospitalar na prevenção e manejo dessas alterações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estresse oxidativo, inflamação crônica, hipoxemia, desuso da musculatura são mecanismos que impulsionam a ocorrência, desenvolvimento e exacerbação da DPOC (Sepúlveda-Loyola, 2020). Por sua vez, a sarcopenia atua sobre o declínio pulmonar e funcional em indivíduos afetados por essa comorbidade, dificultando a realização de tarefas simples, como

levantar-se de uma cadeira, o que reflete um comprometimento significativo na execução das atividades de vida diária (Matera, 2025).

O Grupo de Trabalho Europeu sobre Sarcopenia em Idosos 2 (EWGSOP2) define a sarcopenia como "uma doença muscular esquelética progressiva e generalizada associada a um risco aumentado de resultados adversos" apontando a importância de tratar a sarcopenia que se manifestam em situações recentes ou em doenças crônicas. Estas questões somadas, aumentam o risco de exacerbações, necessidade de internação e mortalidade, em estudos de coorte, observou-se uma probabilidade até seis vezes maior de reinternação e uma redução expressiva na expectativa de vida desses pacientes (Lee, 2025).

Durante a internação em unidade de terapia intensiva, a dependência ventilatória e a imobilização prolongada agravam o comprometimento muscular periférico e respiratório. Estudos apontam que a perda de força nesses pacientes ocorre de forma acelerada, podendo chegar a 20% em apenas uma semana de internação. Além disso, a presença de traqueostomia interfere na coordenação muscular e dificulta a comunicação e a alimentação, fatores que contribuem para a progressão da sarcopenia (Yue, 2024).

Nesse sentido, a fisioterapia tem o objetivo de reduzir as consequências negativas que a hospitalização gera nesses pacientes. Segundo o estudo de Lu (2023), a reabilitação pulmonar (RP) precoce durante a internação, tem um efeito benéfico observado na taxa de readmissão hospitalar em comparação com o tratamento padrão sem RP.

A implementação de programas de fisioterapia durante a hospitalização de pacientes com DPOC exacerbado baseiam-se em exercícios de fortalecimento e mobilização funcional demonstrando efeitos positivos na estabilização da massa e força muscular já existente, atuando diretamente na estabilização da sarcopenia. Estudos recentes indicam que intervenções precoces, promovem melhora significativa na capacidade funcional e na atividade física, acelerando a recuperação hospitalar e reduzindo complicações decorrentes do desuso muscular (Meneses, 2023).

Por fim, a abordagem interdisciplinar entre fisioterapia, nutrição e equipe médica é indispensável para o manejo efetivo da sarcopenia associada à DPOC em ambiente hospitalar. A integração dessas áreas favorece o equilíbrio entre aporte proteico, oxigenação e estímulo muscular, otimizando o processo de reabilitação (Matera, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a associação entre DPOC exacerbada e sarcopenia acentua o comprometimento funcional, a perda muscular e o risco de complicações hospitalares. Esses achados reforçam que a intervenção fisioterapêutica não apenas minimiza os efeitos deletérios da imobilização e da desnutrição muscular, mas também constitui um componente essencial para a recuperação segura e eficiente de pacientes hospitalizados com DPOC exacerbada e sarcopenia.

REFERÊNCIAS

CHEN, Juan; HUANG, Man. Intensive care unit-acquired weakness: Recent insights. **Journal of intensive medicine**, v. 4, n. 1, p. 73–80, 2023. Disponível em: DOI 10.1016/j.jointm.2023.07.002. Acesso em: 04 out. 2025.

LEE, Do-Youn. Association Between Chronic Obstructive Pulmonary Disease and Low Muscle Mass in Korean Adults. **Journal of Clinical Medicine**, v. 14, n. 4, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.3390/jcm14041134. Acesso em: 02 out. 2025.

LU, Hsin-Yueh; CHEN, Chiu-Fan; LEE, David Lin; *et al*. Effects of Early Pulmonary Rehabilitation on Hospitalized Patients with Acute Exacerbation of Chronic Obstructive Pulmonary Disease: A Systematic Review and Meta-Analysis. **International journal of chronic obstructive pulmonary disease**, v. 18, p. 881–893, 2023. Disponível em: DOI 10.2147/COPD.S397361. Acesso em: 15 out. 2025.

MA, Kai; HUANG, Fengxiang; QIAO, Ruiping; *et al*. Pathogenesis of sarcopenia in chronic obstructive pulmonary disease. **Frontiers in physiology**, v. 13, p. 850964, 2022. Disponível em: DOI 10.3389/fphys.2022.850964. Acesso em: 01 out. 2025.

MATERA, Maria Gabriella; PAGE, Clive; CAZZOLA, Mario. Sarcopenia as a treatable trait in COPD: From mechanisms to management. **Respiratory Medicine**, v. 248, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rmed.2025.108401. Acesso em: 01 out. 2025.

MENESES-ECHAVEZ, Jose F.; CHAVEZ GUAPO, Nathaly; LOAIZA-BETANCUR, Andrés Felipe; *et al*. Pulmonary rehabilitation for acute exacerbations of COPD: A systematic review. **Respiratory Medicine**, v. 219, p. 107425, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rmed.2023.107425. Acesso em: 10 out. 2025.

SEPÚLVEDA-LOYOLA, Walter; OSADNIK, Christian; PHU, Steven; *et al*. Diagnosis, prevalence, and clinical impact of sarcopenia in COPD: a systematic review and meta-analysis. **Journal of cachexia, sarcopenia and muscle**, v. 11, n. 5, p. 1164–1176, 2020. Disponível em: DOI 10.1002/jcsm.12600. Acesso em: 01 out. 2025.

TROOSTERS, Thierry; JANSSENS, Wim; DEMEYER, Heleen; *et al*. Pulmonary rehabilitation and physical interventions. **European respiratory review : an official journal of the European Respiratory Society**, v. 32, n. 168, p. 220222, 2023. Disponível em: DOI 10.1183/16000617.0222-2022. Acesso em: 15 out. 2025.

XIANG, Xinyue; HUANG, Lihua; FANG, Yong; *et al*. Physical activity and chronic obstructive pulmonary disease: a scoping review. **BMC Pulmonary Medicine**, v. 22, n. 1, p. 1–13, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12890-022-02099-4. Acesso em: 02 out. 2025.

YUE, Xiaotian Alex; SHENG, Yilan; LI, Jianhua. Effects of pulmonary rehabilitation on systemic inflammation in chronic obstructive pulmonary disease: a meta-analysis. **American journal of clinical and experimental immunology**, v. 13, n. 1, p. 1–11, 2024. Disponível em: DOI 10.62347/ZHGD4216. Acesso em: 02 out. 2025.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS-OPERATÓRIO DE LAMINECTOMIA EM PACIENTE COM ESTENOSE MEDULAR: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Categoria: Práticas de estágio

Andrielly Lavandovski[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – Este relato de experiência teve como objetivo descrever as intervenções fisioterapêuticas em um paciente masculino, de 60 anos, submetido à laminectomia lombar por estenose do canal medular. O paciente apresentava dor lombar crônica irradiada, parestesia, déficit de força e alterações posturais. O tratamento, iniciado aos 22 dias de pós-operatório, incluiu eletrotermofototerapia, mobilizações articulares, ativação do core, fortalecimento muscular e treino funcional de marcha. Após três meses, observou-se melhora da força, correção postural, normalização da marcha e redução da incapacidade, com ganhos limitados na amplitude de movimento lombar. O estudo evidencia a importância de protocolos fisioterapêuticos individualizados e progressivos no pós-operatório de laminectomia.

Palavras-chave: laminectomia; pós-operatório; estenose medular; coluna vertebral; fisioterapia ortopédica.

INTRODUÇÃO

A estenose do canal medular lombar caracteriza-se pela redução do espaço do canal vertebral, resultando em compressão das raízes nervosas lombares. Essa condição ocorre como consequência de alterações degenerativas, como hipertrofia das facetas articulares, espessamento do ligamento amarelo, protrusão discal e espondilólise ou espondilolistese, comprometendo a circulação radicular e provocando resposta inflamatória local e isquemia nervosa. Tais alterações podem desencadear sintomas como dor lombar, claudicação neurogênica, alterações da marcha e déficits sensitivos ou motores (Lee et al., 2020).

Esta condição representa uma das principais causas de dor crônica e limitação da mobilidade em adultos acima de 50 anos, sendo a cirurgia de descompressão uma das intervenções mais frequentes na população idosa. A descompressão cirúrgica busca reverter os efeitos da compressão neural, promovendo redução da dor, melhora da marcha e recuperação da função. Contudo, mesmo havendo uma melhora significativa dos sintomas após a cirurgia, a estenose medular permanece associada a uma redução da qualidade de vida, o que reforça a necessidade de terapias complementares, além da intervenção cirúrgica (Sajadi et al., 2022).

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A intervenção cirúrgica, por meio da laminectomia, consiste na remoção parcial ou total da lâmina vertebral e, em alguns casos, de estruturas associadas, com o objetivo de ampliar o canal vertebral e liberar as raízes nervosas comprimidas. Embora as técnicas modernas minimamente invasivas apresentem resultados positivos em relação à dor e à função, o procedimento raramente resolve isoladamente todos os déficits funcionais. Diante disso, o papel da reabilitação fisioterapêutica no pós-operatório torna-se essencial no processo de recuperação neurofuncional do paciente (Dhar et al., 2024).

Nesse contexto, a atuação da fisioterapia no pós-operatório de laminectomia destaca-se como componente essencial da reabilitação, visando o controle da dor, a recuperação da mobilidade, o fortalecimento da musculatura estabilizadora da coluna, a reeducação postural e a promoção da marcha adequada e segura. Programas supervisionados de exercício ativo podem melhorar dor, função, qualidade de vida e reduzir incapacidade em pacientes submetidos à cirurgia de coluna (Manni et al., 2023).

Dessa forma, o presente relato baseia-se no estudo de caso de um paciente do sexo masculino, com 60 anos de idade, em pós-operatório de laminectomia decorrente de estenose do canal medular. Diante do caso apresentado, o objetivo deste estudo foi demonstrar as intervenções fisioterapêuticas recomendadas pela literatura científica para o manejo da estenose medular.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um relato de experiência, caracterizado como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, envolvendo levantamento de dados e estudo de caso.

A experiência foi desenvolvida durante o estágio supervisionado em Fisioterapia Ambulatorial III, componente da matriz curricular do curso de Fisioterapia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). As atividades foram realizadas na Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP, localizada na cidade de Caçador, Santa Catarina. O participante selecionado recebeu atendimento na área da fisioterapia ortopédica entre os meses de agosto e setembro de 2025, com 2 sessões semanais de 45 minutos, totalizando 20 atendimentos.

A coleta de dados foi realizada por meio de anamnese detalhada, exame físico completo, avaliação postural e aplicação de questionários validados para análise da funcionalidade e da dor. Foram observados aspectos referentes à dor, amplitude de movimento, força muscular, marcha e limitações nas atividades de vida diária, permitindo o acompanhamento do progresso do paciente ao longo do tratamento.

Para a fundamentação teórica do estudo, foi realizada uma revisão de literatura qualitativa, com o objetivo de identificar e contextualizar as condutas fisioterapêuticas aplicadas no tratamento de pacientes em pós-operatório de laminectomia. A busca foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025, utilizando a base de dados PubMed. Foram selecionados artigos publicados nos últimos cinco anos que continham os seguintes descritores em português: fisioterapia, laminectomia e estenose medular e na língua inglesa: spinal stenosis e laminectomy.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este relato de caso descreve a evolução clínica de um paciente do sexo masculino, de 60 anos, com histórico de estenose do canal medular. Devido à piora progressiva do quadro, o paciente foi submetido a laminectomia lombar e iniciou fisioterapia na Clínica Escola da UNIARP aos 22 dias de pós-operatório. Ressalta-se que o paciente já havia realizado cirurgia para hérnia de disco lombar há 14 anos, apresentando boa recuperação após fisioterapia, porém passou a apresentar crises recorrentes de dor nos últimos 8 anos.

Na avaliação fisioterapêutica, o paciente apresentou dor lombar com irradiação para o membro inferior direito, associada a parestesia e hipoestesia. Observou-se marcha discretamente claudicante, redução da amplitude de movimento da coluna lombar e déficit de força em extensores de joelho, dorsiflexores de tornozelo e extensor do hálux direito. As alterações posturais incluíram tronco em rotação à direita, cabeça anteriorizada, retificação torácica e lombar, retroversão pélvica e escoliose com convexidade à direita, demonstrando ajustes posturais e limitações nas funções diárias decorrentes da dor lombar e do processo pós-cirúrgico.

Quanto aos objetivos do tratamento fisioterapêutico, buscou-se orientar o paciente quanto aos cuidados pós-operatórios, postura, ergonomia e atividades de vida diária, visando segurança e autonomia. Objetivou-se também a redução da dor lombar e irradiada, a otimização da cicatrização, o ganho de amplitude de movimento da coluna e a melhora da flexibilidade e força dos principais grupos musculares estabilizadores e dos membros inferiores. Além disso, foi pretendido o reequilíbrio postural por meio do alongamento e fortalecimento direcionado, favorecendo o alinhamento postural e a estabilidade corporal.

O planejamento fisioterapêutico seguiu abordagem progressiva e individualizada, considerando o quadro clínico e a resposta do paciente às intervenções. Inicialmente, priorizaram-se recursos analgésicos e anti-inflamatórios, como TENS pericinético, laserterapia e ondas curtas, com o objetivo de reduzir a dor, favorecer a cicatrização e diminuir a tensão muscular. Durante as aplicações, foram associados exercícios de respiração diafragmática e ativação leve do core, estimulando a estabilidade lombar.

Com a melhora do quadro, introduziram-se exercícios de mobilidade e fortalecimento do core lombar, incluindo flexão e rotação de tronco com halteres leves, ponte sustentada, exercícios em quatro apoios e treino de estabilização lombar com feedback pressórico. Também foram aplicadas mobilizações articulares lombossacras, mobilização neural e fortalecimento de membros inferiores com tornozeleiras e faixas elásticas. Gradualmente, o tratamento evoluiu para atividades funcionais, como bicicleta ergométrica e treino de marcha sobre cones, visando aprimorar o controle postural, o padrão de marcha e o retorno seguro às atividades de vida diária.

Na reavaliação, que ocorreu com três meses de pós-operatório, observou-se evolução satisfatória do quadro clínico. O paciente apresentou marcha normal e correção da rotação do tronco à direita, além da recuperação da força muscular nos grupos previamente comprometidos. Relatou ausência de dor lombar, mantendo apenas discreto desconforto relacionado a pontos gatilho na musculatura do quadrado lombar. Apesar de não haver ganho expressivo na amplitude de movimento da coluna lombar, o questionário de Roland-Morris,

indicou redução da incapacidade e melhora significativa no desempenho físico e nas atividades de vida diária, demonstrando avanços no processo de reabilitação.

Esses achados estão de acordo com a literatura que demonstra que programas de reabilitação supervisionada e progressiva, combinando recursos analgésicos, exercícios de estabilização do core, fortalecimento direcionado e treino aeróbico, tendem a reduzir dor e incapacidade e melhorar força e marcha em pacientes submetidos a descompressão lombar (Manni et al., 2023). Além disso, a iniciação precoce e progressiva de exercícios de estabilização lombar e fortalecimento melhoram a força de core e condicionamento sem aumentar complicações quando respeitados limites de dor e protocolos pós-operatórios (Özden, 2022).

Os bons resultados observados na marcha normal, na correção da rotação do tronco à direita e no restabelecimento da força muscular percebidos na reavaliação corroboram a eficácia de um programa de reabilitação que combina diferentes modalidades terapêuticas. A introdução precoce e progressiva de exercícios de estabilização do core, fortalecimento muscular e treino funcional contribui significativamente para a redução da incapacidade física e melhora da função, ainda que o efeito sobre a dor a médio prazo seja menos expressivo (Scandelli et al., 2024). Esses achados sugerem que as condutas fisioterapêuticas empregadas atuaram de forma consistente com as melhores práticas recomendadas para a reabilitação pós-cirúrgica de descompressão lombar.

Entretanto, a persistência da limitação na amplitude de movimento da coluna lombar mostrou-se como um aspecto em que a evolução foi mais lenta, característica comumente presente em pacientes submetidos à descompressão lombar. Embora a força e a função tenham apresentado melhora significativa, os ganhos de mobilidade frequentemente se mostram limitados nos primeiros meses de pós-operatórios (Burkhard et al., 2023). Além disso, as diferenças nos protocolos de reabilitação, a intensidade e o tipo de exercícios, assim como fatores psicossociais, podem influenciar a recuperação completa da mobilidade (Halicka et al., 2022). Esses achados reforçam a importância de manter o tratamento de forma contínua, adaptando o protocolo às necessidades individuais e acompanhando a evolução do paciente, de modo a garantir uma recuperação funcional segura e consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que a reabilitação fisioterapêutica desempenha papel essencial na recuperação funcional de pacientes submetidos à laminectomia lombar por estenose do canal vertebral. O programa aplicado promoveu melhora significativa da força muscular, correção postural, normalização da marcha e redução da incapacidade funcional.

A combinação de recursos de eletrotermofototerapia, mobilizações articulares, exercícios de estabilização do core, fortalecimento muscular e treino funcional demonstrou-se eficaz para a reabilitação pós-cirúrgica. Contudo, apesar dos avanços, a limitação da amplitude de movimento lombar indica a necessidade de continuidade do acompanhamento.

Os achados reforçam que a fisioterapia pós-operatória contribui não apenas para redução da dor e melhora da função, mas também para prevenção de complicações e promoção de

autonomia funcional, evidenciando a importância de abordagens progressivas e adaptadas a cada paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio à iniciação científica e a orientadora Daniela dos Santos.

REFERÊNCIAS

BURKHARD, Marco D. *et al*. Biomechanics after spinal decompression and posterior instrumentation. European Spine Journal, [S.L.], v. 32, n. 6, p. 1876-1886, 2023. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00586-023-07694-5?utm_source=chatgpt.com#citeas. Acesso em: 17 out. 2025.

DHAR, U. K. *et al.* Open laminectomy vs. minimally invasive laminectomy for lumbar spinal stenosis: a review. Frontiers in Surgery, [S.L.], v. 11, n. 8, 2024. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/surgery/articles/10.3389/fsurg.2024.1357897/full Acesso em: 20 out. 2025.

HALICKA, Monika *et al*. Systematic Review and Meta-Analysis of Predictors of Return to Work After Spinal Surgery for Chronic Low Back and Leg Pain. The Journal Of Pain, [S.L.], v. 23, n. 8, p. 1318-1342, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35189352/. Acesso em: 20 out. 2025.

LEE, B. H. *et al.* Lumbar spinal stenosis: pathophysiology and treatment principle: a narrative review. Asian Spine Journal, [S.L.], v. 14, n. 5, p. 682–693, 2020. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7595829/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 20 out. 2025.

MANNI, Tiziana *et al*. Rehabilitation after lumbar spine surgery in adults: a systematic review with meta-analysis. Archives Of Physiotherapy, [S.L.], v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.archivesofphysiotherapy.com/index.php/aop/article/view/2915. Acesso em: 15 out. 2025.

ÖZDEN, Fatih. The Effect of Exercise Interventions After Lumbar Decompression Surgery: A Systematic Review and Meta-Analysis. World neurosurgery, [S.L.], v. 167, p. 904-921, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36041721/. Acesso em: 22 out. 2025.

SAJADI, Kiavash *et al.* Long-Term Outcomes of Laminectomy in Lumbar Spinal Stenosis: A Systematic Review and Meta-Analysis. Asian journal of neurosurgery, [S.L.], v. 17, n. 2 p.141-155, 2022. Disponível em: https://www.thieme-connect.de/products/ejournals/html/10.1055/s-0042-1756421 Acesso em: 20 out. 2025.

SCANDELLI, Francesco *et al*. Effects of Supervised Rehabilitation on Psychosocial and Participation-Related Outcomes After Lumbar Spine Surgery: a systematic review and meta-analysis. Journal Of Clinical Medicine, [S.L.], v. 13, n. 23, 2024. Disponível em:

https://www.mdpi.com/2077-0383/13/23/7246?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 out. 2025.

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DE CRIANÇAS COM TEA

Categoria: Práticas de estágio

Nelci Santos da Silva[1]
Liamara Basso Dala Costa[2]

Resumo – O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos. O espectro apresenta diferentes níveis de comprometimento, que variam de leve (nível 1) a severo (nível 3), classificados conforme o grau de suporte necessário para as atividades diárias. Crianças com TEA podem apresentar alterações no tônus muscular, coordenação, equilíbrio e planejamento motor, afetando seu desenvolvimento global. O objetivo deste relato de experiência foi descrever a atuação da fisioterapia no cuidado a crianças com transtorno do espectro autista, enfatizando os benefícios observados no processo terapêutico. A fisioterapia desempenha função essencial terapêutica, promovendo o desenvolvimento das habilidades motoras, postura, equilíbrio e controle corporal por meio de atividades lúdicas, exercícios adaptados e estratégias individualizadas. O estudo evidenciou que a fisioterapia é uma intervenção fundamental na vida de pessoas com autismo, favorecendo não apenas o progresso motor, mas também a melhoria das habilidades de interação social, comunicação e engajamento em atividades cotidianas.

Palavras-chave: Fisioterapia. Habilidades motoras. Transtorno do espectro autista.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um grupo de condições relacionadas ao neurodesenvolvimento que impactam a comunicação, a interação social e o comportamento. Os sinais do autismo podem variar de pessoa para pessoa, incluindo atrasos na fala, problemas de socialização, comportamentos repetitivos e dificuldades em compartilhar a atenção. Além das consequências cognitivas e comportamentais, crianças com TEA geralmente exibem mudanças no desenvolvimento motor, como dificuldades na coordenação, no equilíbrio e no controle corporal (Santos; Mascarenhas; Oliveira, 2021).

O comportamento é uma das áreas que apresenta desenvolvimento atípico em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tornando-se um desafio significativo no ambiente escolar. Estudos mostram que docentes frequentemente encontram dificuldades ao lidar com

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

comportamentos de recusa em realizar atividades, aderir a rotinas e seguir regras, os quais podem ser interpretados, equivocadamente, como birra ou desobediência (Camargo et al., 2020).

Entretanto, tais comportamentos estão relacionados às características do TEA, como interesses restritos, estereotipias e inflexibilidade cognitiva. Essas manifestações podem ocorrer tanto em situações de frustração quanto de satisfação, exigindo uma compreensão baseada nas necessidades, preferências e particularidades do estudante. Assim, estratégias pedagógicas individualizadas tornam-se essenciais para promover inclusão, participação e engajamento escolar. (Camargo et al., 2020).

Segundo Soares; Cavalcante (2015) as alterações motoras presentes em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem comprometer de forma significativa o desenvolvimento global, refletindo na autonomia, na interação social e na participação em atividades do cotidiano. Estudos apontam que o perfil motor dessas crianças frequentemente apresenta atrasos e padrões de movimento atípicos, resultando em dificuldades de coordenação, equilíbrio e controle postural.

Essas limitações impactam a aquisição de habilidades funcionais e restringem a exploração do ambiente, reduzindo oportunidades essenciais de aprendizagem e socialização. Nesse contexto, a avaliação motora torna-se fundamental para identificar déficits e orientar intervenções direcionadas à melhora da funcionalidade e da qualidade de vida (Soares; Cavalcante, 2015).

O papel da fisioterapia no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é crucial, promovendo avanços significativos na coordenação, no equilíbrio, nas habilidades motoras, na autonomia e na interação social. Por meio de práticas lúdicas e intervenções individualizadas, a fisioterapia não só melhora a funcionalidade, mas também contribui diretamente para a qualidade de vida dessas crianças (Santos; Mascarenhas; Oliveira, 2021).

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi descrever a atuação da fisioterapia no cuidado a crianças com transtorno do espectro autista, enfatizando os benefícios observados no processo terapêutico.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, apresentando-se como uma pesquisa de natureza aplicada de cunho qualitativo, com levantamento de dados e estudo de caso. Aconteceu como prática referente ao estágio obrigatório supervisionado em atenção básica 1, do curso de Fisioterapia da Uniarp/Caçador, realizado na Associação dos Amigos do Autista (AMA), durante o segundo semestre letivo de 2025.

A amostra da pesquisa foi composta por um participante L.E.S do sexo masculino de 6 anos, verbal, participativo, tranquilo. O diagnóstico de TEA nível 1 (leve) foi definido em maio de 2022; apresenta dificuldades em manter a concentração e iniciar as atividades propostas, limitações na coordenação motora fina, equilíbrio e interação social, sem comprometimento intelectual. Frequenta a AMA onde faz acompanhamento interdisciplinar. Para o tratamento fisioterapêutico foi um protocolo com atividades lúdicas e educativas com objetivo de melhorar

o equilíbrio, coordenação motora fina, concentração e desempenho funcional nas atividades do dia a dia. As sessões de fisioterapia ocorrem semanalmente com duração de 30 minutos.

Marcos motores do educando: sustentou a cabeça ao redor dos 8 meses, começou a sorrir socialmente aos 6 meses, sentou-se sem apoio aos 10 meses e iniciou o engatinhar aproximadamente aos 12 meses. A marcha independente teve início por volta de 1 ano e 3 meses, apresentando boa estabilidade e raras quedas. Essas informações indicam que, apesar de um desenvolvimento motor mais lento em algumas áreas, houve uma evolução contínua e gradual das habilidades motoras globais, refletindo um processo de maturação neuromotora adequado ao histórico de gestação e nascimento do paciente.

Figura 1 – Treino de marcha e equilíbrio.

Fonte: Autoras (2025).

Figura 2 – Incentivo de coordenação e concentração.

Fonte: Autoras (2025).

Durante as sessões, destacaram-se atividades voltadas ao treino de marcha e equilíbrio, realizadas por meio de circuitos com obstáculos, como cones e bambolês. O educando era orientado a realizar saltos, andar em linha reta e executar arremessos de bola em cones, simulando o jogo de boliche. Também foram incluídos exercícios voltados à marcha e à lateralidade, utilizando atividades como amarelinha, pular corda e percursos com degraus e cones, além de tarefas de dupla demanda, que associavam movimento e atenção simultaneamente. Para estimular a coordenação motora fina e a concentração, foram aplicadas atividades lúdicas como ligar pontos, escrever palavras, jogo da memória e quebra-cabeça, sempre respeitando o ritmo e o interesse da criança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na avaliação inicial o educando, mostrou-se agitado e inquieto, demonstrando dificuldade de concentração e certa limitação na execução das atividades propostas. Observou-se também interação social restrita e facilidade em perder o foco durante as tarefas, contudo apresenta bom

comportamento e desempenho satisfatório em sala de aula. O indivíduo com TEA apresenta dificuldades de interação em razão do transtorno, que se caracteriza clinicamente por alterações na comunicação e na interação social, presença de comportamentos repetitivos e restritivos e particularidades no processamento sensorial (Nimbley et al., 2022).

Durante as sessões, o educando apresentou-se bem-disposto e atendeu aos comandos, realizando as tarefas propostas. Observou-se, entretanto, dificuldades na coordenação motora fina, no equilíbrio e na execução de saltos. Apesar dessas limitações, demonstrou persistência em concluir as atividades, buscando acertar mesmo após múltiplas tentativas, mantendo uma postura alegre e afetuosa ao longo das sessões.

Pesquisas mostram que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm mais dificuldade para reconhecer e compreender expressões emocionais. Observou-se também que, quanto menor o conhecimento sobre as emoções, maiores são os problemas sociais e os comportamentos agressivos. Isso significa que dificuldades em perceber emoções estão relacionadas a maiores desafios nas interações sociais. Esses achados reforçam a importância de intervenções que estimulem o desenvolvimento do conhecimento emocional, pois podem ajudar as crianças com autismo a se adaptar melhor socialmente e a reduzir comportamentos problemáticos (Soares; Pondé; Andrade., 2025).

Durante o tempo livre, o educando gosta de brincar no parque. Aproveitando esse interesse, a intervenção foi realizada em um ambiente lúdico, o que favoreceu a participação ativa da criança e promoveu uma interação colaborativa entre o educando e a estagiária. Os atendimentos foram focados em alcançar resultados específicos relacionados à participação, que foram acompanhados regularmente ao longo das sessões (Soares; Pondé; Andrade., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo indicam que a fisioterapia foi uma importante aliada no desenvolvimento do educando. Ele apresentou avanços na realização das tarefas propostas, demonstrando maior persistência, participação e concentração durante as atividades, além de se manter mais calmo e focado no desenvolvimento de suas habilidades. Observou-se também um progresso gradual nas habilidades motoras, na coordenação e na autonomia funcional, mesmo diante das dificuldades iniciais. Esses achados evidenciam que intervenções lúdicas e personalizadas são essenciais para o desenvolvimento global de crianças com TEA, promovendo melhorias não apenas nas habilidades motoras e funcionais, mas também nos aspectos socioemocionais e na interação social. Dessa forma, reforça-se a importância da fisioterapia no cuidado e na inclusão dessas crianças.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio à iniciação científica e a minha orientadora Liamara Basso Dala Costa.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L. D.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R. D.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, v. 36, e214220, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698214220. Acesso em: 26 out. 2025.

NIMBLEY, Emy; GOLDS, L.; SHARPE, H.; GILLESPIE-SMITH, K.; DUFFY, F. *Sensory processing and eating behaviours in autism: a systematic review*. *European Eating Disorders Review*, v. 30, n. 5, p. 538–559, set. 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35737818/. Acesso em: 26 de out. 2025.

SANTOS, G. T. da S.; MASCARENHAS, M. S.; OLIVEIRA, E. C. de. A contribuição da fisioterapia no desenvolvimento motor de crianças com transtorno do espectro autista. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento,** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 129-143, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072021000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2025.

SOARES, A. M., & CAVALCANTE NETO, J. L.. Avaliação do Comportamento Motor em Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 21(3), 445–458, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000300010. Acesso em: 28 out. 2025.

SOARES, L. A.; PONDÉ, M. P.; ANDRADE, N. C.; SIQUARA, G. M. *Evaluation of Emotional Knowledge in Children with Autism Spectrum Disorder*. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 35, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-4327e3504. Acesso em: 26 out. 2025.

ATRIBUIÇÃO FISIOTERAPEUTICA HOSPITALAR EM PACIENTE CENTENÁRIO

Categoria: Práticas de estágio

Gisele Padilha[1]
Juliano Mazzotti[2]

Resumo - Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a atuação fisioterapêutica hospitalar em um paciente centenário, buscando compreender os impactos da fisioterapia na reabilitação, na manutenção da mobilidade e na promoção da qualidade de vida. O atendimento foi realizado no Hospital Maicé, durante o estágio curricular supervisionado hospitalar I do curso de Fisioterapia da UNIARP, no segundo semestre de 2025. O paciente, do sexo masculino, com Idade de 101 anos, foi diagnosticado com coledocolitíase e apresentava limitações funcionais leves. Durante as sessões, foram aplicadas técnicas de alongamento, exercícios respiratórios e treino de marcha, respeitando as condições clínicas do idoso. Observou-se melhora progressiva na mobilidade, equilíbrio e disposição, além de aspectos emocionais positivos relacionados à interação terapêutica. Conclui-se que a fisioterapia hospitalar exerce papel essencial na promoção da funcionalidade e independência de idosos longevos, contribuindo par o envelhecimento ativo e saudável.

Palavras-chave: Saúde; Idoso; Paciente;Qualidade; Longevidade.

INTRODUÇÃO

A fisioterapia é uma ciência da saúde que se dedica ao estudo, prevenção e tratamento de distúrbios cinético-funcionais decorrentes de alterações genéticas, traumáticas ou adquiridas. O profissional fisioterapeuta atua em diversos níveis de atenção à saúde, desempenhando papel essencial na recuperação e na promoção da funcionalidade dos indivíduos (COFFITO, 2013). Com o aumento expressivo da longevidade populacional, evidenciado por dados do IBGE (2022), observa-se uma elevação significativa no número de pessoas centenárias no Brasil, o que representa um desafio para os serviços de saúde e para os profissionais que atuam na reabilitação. Nesse contexto, a fisioterapia hospitalar torna-se fundamental para preservar a autonomia e prevenir complicações motoras em pacientes idosos. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de atuação fisioterapêutica em um paciente centenário, destacando os benefícios observados no tratamento e a importância do cuidado humanizado no ambiente hospitalar.

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

O relato refere-se à experiência de estágio supervisionado em Estagio Curricular Supervionado Hopitalar I, realizado no Hospital Maicé, em Caçador (SC), durante o segundo semestre letivo de 2025. O caso descrito envolve um paciente do sexo masculino, com idade declarada de 101 anos, lúcido, cooperativo e diagnosticado com coledocolitíase. Foram avaliados os sinais vitais, observando-se pressão arterial de 130/60 mmHg, saturação de oxigênio em 98%, frequência respiratória de 22 incursões por minuto e frequência cardíaca de 61 batimentos por minuto. O atendimento ocorreu em sessões de aproximadamente 45 minutos, nas quais foram aplicadas técnicas de alongamento, exercícios de controle respiratório, mobilizações e treino de marcha. Todas as condutas foram adaptadas conforme o quadro clínico e limitações do paciente, buscando manter segurança, conforto e estímulo à independência funcional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de atendimento, observou-se evolução positiva no quadro funcional do paciente. Houve melhora na capacidade de deambular pelos corredores do hospital, na coordenação motora e na confiança para realizar atividades simples, como levantar-se da cadeira e caminhar pequenas distâncias. Além dos ganhos físicos, notou-se melhora no humor e na socialização, fatores diretamente relacionados à adesão terapêutica. Esses resultados estão em consonância com estudos que destacam a relevância da fisioterapia na manutenção da funcionalidade de idosos longevos (Kisner; Colby, 2018 apud Guccione et al., 2020). A prática fisioterapêutica, quando pautada no respeito à individualidade e nas limitações do paciente, contribui para o fortalecimento muscular, o equilíbrio postural e o bem-estar psicológico, favorecendo o envelhecimento ativo e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia a importância da fisioterapia hospitalar no cuidado integral ao paciente idoso, especialmente em casos de longevidade avançada. O acompanhamento fisioterapêutico proporcionou ganhos significativos na funcionalidade e na qualidade de vida do paciente centenário, reforçando o papel do fisioterapeuta na equipe multiprofissional. Recomenda-se que os serviços hospitalares mantenham e ampliem o acesso à fisioterapia, com foco na reabilitação precoce e na humanização do cuidado. Para Pipplinger e Kirchner (2017), cada história é única, nossas experiências são individuais, mesmo quando nos relacionamos com outros. Ainda assim esse contato possibilitará que tenhamos proximidade com outras vivências e/ou realidades, já que essas trocas permitem compreender e respeitar as ideias, comportamentos e as diferenças que existem dentro do grupo em questão. E assim finalizamos nas palavras de Brito A. C. M. et al. (2025). Que a fisioterapia contribui de maneira significativa para o envelhecimento saudável, promovendo a autonomia, a independência e a melhora da qualidade de vida do idoso."

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio à iniciação científica e a meu orientador Juliano Mazzotti, ao Hospital Associação Franco Brasileira (hopital Maice).

REFERÊNCIAS

Brito, A. C. M. et al. (2025). Contribuições da fisioterapia para a qualidade de vida da pessoa idosa: uma revisão integrativa. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 11(9), 396-407

COFFITO. **Definição de fisioterapia**. [2010]? Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=2344. Acesso em: 29 out. 2025.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Definição de Fisioterapia. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.coffito.gov.br. Acesso em: 29 out. 2025.

GUCCIONE, A. A.; WONG, R. A.; AIKEN, J. F. **Fisioterapia Geriátrica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **Resultados Preliminares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 29 out. 2025.

KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 7**. ed. São Paulo: Manole, 2018.

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA TVP E EMBOLIA PULMONAR ASSOCIADA

Categoria: Práticas de Estágio

Kauane Lutes de Souza[3]
Liamara Dala Costa[4]

Resumo – A trombose venosa profunda (TVP) é caracterizada pela formação de coágulo em veias profundas, principalmente nos membros inferiores, podendo evoluir para embolia pulmonar (EP), uma complicação potencialmente fatal. O presente estudo teve como objetivo demonstrar os efeitos da fisioterapia na reabilitação de um paciente diagnosticado com TVP e EP, evidenciando a importância das intervenções terapêuticas para a melhora da funcionalidade e qualidade de vida. O relato de caso refere-se a paciente atendido na clínica-escola de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O protocolo de reabilitação incluiu exercícios respiratórios, uso de incentivadores respiratórios, mobilização ativa e ativa-assistida, alongamentos, treino de marcha e orientações posturais, visando melhorar a capacidade funcional, a circulação venosa periférica e a ventilação pulmonar. O acompanhamento ocorreu durante doze sessões realizadas semanalmente, sob supervisão docente. Observou-se redução do edema e da dor, aumento da tolerância às atividades diárias, melhora da expansibilidade torácica e da saturação de oxigênio. Os resultados reforçam que a fisioterapia individualizada e supervisionada é segura e eficaz, prevenindo complicações, promovendo autonomia funcional e contribuindo para a qualidade de vida e segurança clínica de pacientes com TVP e EP.

Palavras-chave: Trombose venosa profunda. Embolia pulmonar. Fisioterapia. Reabilitação.

INTRODUÇÃO

A trombose venosa profunda (TVP) é caracterizada pela formação de um coágulo sanguíneo em uma veia profunda, geralmente localizada nos membros inferiores, resultando em obstrução parcial ou total do fluxo sanguíneo. Essa condição está relacionada aos três fatores descritos na tríade de Virchow: estase venosa, lesão endotelial e hipercoagulabilidade (Oliveira et al., 2021). A importância clínica da TVP ultrapassa os sintomas locais, como dor, edema e calor, devido ao risco elevado de complicações potencialmente fatais (Anderson; Wheeler, 2001).

Uma das principais complicações da TVP é a embolia pulmonar (EP), que ocorre quando fragmentos do trombo se desprendem e migram até as artérias pulmonares, bloqueando parcial ou completamente o fluxo sanguíneo nos pulmões (Gonçalves; Souza, 2020). Essa condição pode causar dispneia súbita, dor torácica e, em casos graves, colapso circulatório. Estudos demonstram

[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que entre 5% e 15% dos casos de TVP não tratados evoluem para EP, o que evidencia a gravidade do quadro (Lopes et al., 2022).

Os fatores de risco para o desenvolvimento e evolução da TVP incluem imobilização prolongada, cirurgias ortopédicas ou abdominais, uso de anticoncepcionais hormonais, obesidade e neoplasias (Silva; Andrade, 2023). O reconhecimento precoce desses fatores é essencial para a adoção de medidas preventivas e terapêuticas adequadas, que visam impedir a formação e a migração de trombos (MSD Manuals, 2023). Assim, o estudo da TVP e sua possível progressão para EP é de fundamental importância para reduzir os índices de morbimortalidade e otimizar a conduta clínica dos profissionais de saúde.

O presente estudo teve como objetivo demonstrar os efeitos da fisioterapia na reabilitação de um indivíduo diagnosticado com trombose venosa profunda e embolia pulmonar, evidenciando a importância das intervenções terapêuticas para a melhora da funcionalidade e qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um relato de experiência desenvolvido durante o estágio supervisionado hospitalar III do curso de Fisioterapia da da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador, realizado no segundo semestre letivo de 2025. Caracteriza-se como uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, baseada no levantamento de dados clínicos e análise de um estudo de caso.

O participante apresentava diagnóstico médico de trombose venosa profunda (TVP) em membro inferior direito que evoluiu para embolia pulmonar (EP), sendo encaminhado para acompanhamento fisioterapêutico após estabilização clínica e liberação médica para atividades físicas leves.

As sessões fisioterapêuticas ocorreram uma vez por semana, com duração média de 45 minutos, totalizando doze atendimentos consecutivos. As intervenções foram realizadas na clínica-escola do curso, em ambiente adequado e sob supervisão docente.

O protocolo de tratamento teve como foco principal a melhora da capacidade funcional, da expansão pulmonar e da circulação venosa periférica, a fim de prevenir complicações e promover o retorno gradual às atividades diárias. Foram aplicadas técnicas de reeducação respiratória, com ênfase na respiração diafragmática, inspiração fracionada e expiração controlada, associadas ao uso de incentivadores respiratórios a volume, visando aumentar a ventilação pulmonar e a oxigenação tecidual.

Além dos exercícios respiratórios, foram incluídos exercícios de mobilização ativa e ativa-assistida dos membros inferiores, alongamentos globais, exercícios de bomba muscular para estímulo do retorno venoso e treino de marcha progressivo. O plano terapêutico também contemplou orientações posturais, cuidados com a posicionamento durante o repouso e incentivo à deambulação segura, respeitando os limites clínicos do participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o acompanhamento fisioterapêutico na clínica-escola de Fisioterapia da UNIARP, o participante apresentou melhora progressiva da capacidade funcional e da tolerância às atividades de vida diária. Observou-se redução do edema e da dor nos membros inferiores, associada à melhora da circulação venosa periférica, confirmando a eficácia das estratégias de mobilização ativa e ativa-assistida. O acompanhamento das sessões também demonstrou resposta positiva aos exercícios respiratórios e ao uso do incentivador respiratório, com aumento da expansibilidade torácica e melhora da saturação de oxigênio em repouso e após esforços leves.

Os resultados obtidos são consistentes com a literatura que aponta a importância da fisioterapia respiratória na prevenção de complicações pulmonares e na reabilitação funcional de pacientes com histórico de embolia pulmonar (Gonçalves; Souza, 2020). Além disso, o estímulo à bomba muscular e ao retorno venoso contribuiu para reduzir o risco de novos episódios tromboembólicos, corroborando dados de estudos que enfatizam a associação entre exercícios terapêuticos e prevenção de recorrência da TVP (Oliveira et al., 2021).

Embora tenha ocorrido melhora significativa, a evolução clínica evidenciou a necessidade de intervenção contínua e monitoramento próximo, uma vez que fatores de risco como imobilização e predisposição genética permanecem presentes. A literatura recomenda a manutenção de programas de exercícios graduais e exercícios respiratórios periódicos para consolidar os ganhos funcionais e reduzir a mortalidade associada à embolia pulmonar (Silva; Andrade, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de caso evidencia a relevância do acompanhamento fisioterapêutico precoce em pacientes com histórico de trombose venosa profunda evoluindo para embolia pulmonar. O tratamento realizado na clínica-escola de Fisioterapia da UNIARP, incluindo exercícios respiratórios, mobilização ativa e ativa-assistida, uso de incentivadores respiratórios e treino de marcha, promoveu melhora significativa da capacidade funcional, da ventilação pulmonar e da circulação venosa periférica.

Os resultados reforçam que a fisioterapia individualizada e supervisionada é essencial para prevenir complicações, reduzir o risco de novos episódios tromboembólicos e promover a autonomia nas atividades diárias. Ademais, o acompanhamento contínuo possibilita monitorar a evolução clínica e ajustar as intervenções conforme as necessidades específicas de cada paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional à formação acadêmica, à Clínica-escola de Fisioterapia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, F. A. Jr.; WHEELER, H. B. Deep venous thrombosis: A major U.S. health problem. Archives of Internal Medicine, v. 161, n. 15, p. 1834-1838, 2001. "The most serious complication of a deep venous thrombosis (DVT) is pulmonary embolism (PE), which is associated with 50,000 to 200,000 deaths each year. Acesso em: 15 out. 2025.

GONÇALVES, R. F.; SOUZA, L. M. Tromboembolismo pulmonar: aspectos clínicos e terapêuticos. Revista HCI de Medicina, v. 14, n. 2, p. 45–52, 2020. Disponível em: https://www.hci.med.br/ver-artigo/10/tromboembolismo-pulmonar-tep. Acesso em: 16 out. 2025.

LOPES, A. C. *et al*. Complicações da trombose venosa profunda e evolução para embolia pulmonar. Revista do Tribunal de Justiça do DF – NatJus, D.F., v. 8, n. 1, p. 1–7, 2022. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/notas-laudos-e-pareceres/natjus-df/2356.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

MSD MANUALS. Trombose venosa profunda (TVP). Manual MSD – Versão Profissional. Modificado dez. 2023. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-cardiovasculares/doen%C3%A7as-venosas-perif%C3%A9ricas/trombose-venosa-profunda-tvp. Acesso em: 17 out. 2025.

OLIVEIRA, J. P. *et al*. Trombose venosa profunda: fisiopatologia, diagnóstico e prevenção. Revista de Medicina e Saúde da UFPel, v. 8, n. 1, p. 85–94, 2021. Disponível em: https://dms.ufpel.edu.br/static/bib/v8n1a11.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, D. F.; ANDRADE, M. C. Fatores de risco e prevenção da trombose venosa profunda. Revista Redalyc de Enfermagem e Saúde, v. 29, n. 3, p. 210–218, 2023. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2450/245029749007.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS PACIENTES ATENDIDOS NO ESTÁGIO DE FISIOTERAPIA CARDIORRESPIRATÓRIA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

Categoria: Projeto integrador[1]

Bruna Fernandes Roncaglio[2]
Kauane Gabriele de Siqueira[3]
Rafael Ingo Lincoski[4]

Resumo – O estudo analisa a satisfação de pacientes atendidos na clínica-escola de fisioterapia, com foco na área cardiorrespiratória. A pesquisa, de caráter qualitativo e de campo, aplicou questionários sobre acolhimento, infraestrutura, eficácia do tratamento e equipamentos. Os resultados mostraram alto índice de satisfação, com destaque para a empatia, atenção individualizada e qualidade do acolhimento dos acadêmicos. A infraestrutura e os recursos disponíveis também foram bem avaliados, assim como a melhora clínica percebida pelos pacientes. Conclui-se que a satisfação depende tanto da eficácia clínica quanto da humanização do atendimento, fatores que fortalecem a qualidade assistencial e a formação dos futuros fisioterapeutas.

Palavras-chave: satisfação, fisioterapia, clínica escola, cardiorrespiratória, estagio.

INTRODUÇÃO

Dessa forma, este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação dos pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia Cardiorrespiratória da clínica-escola no segundo semestre de 2025, visto que a análise da satisfação dos pacientes em clínicas-escola de fisioterapia permite identificar pontos fortes e aspectos a serem aprimorados, contribuindo tanto para a formação dos futuros profissionais quanto para a qualidade do atendimento prestado.

A satisfação dos pacientes é reconhecida como um importante indicador da qualidade dos serviços de saúde, influenciando diretamente a adesão ao tratamento, a continuidade da assistência e os resultados clínicos obtidos. Esse aspecto ganha relevância especial em clínicas-escola de fisioterapia, onde o atendimento é realizado por estudantes supervisionados, combinando a prática pedagógica com a oferta de cuidados à comunidade. Nesse contexto, compreender como o paciente percebe o atendimento recebido torna-se fundamental para

[1] Clínica escola de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aprimorar tanto os processos formativos quanto a qualidade assistencial oferecida (FOGAÇA; UZELOTO, 2024).

Diversos fatores impactam a percepção do paciente em relação ao serviço de fisioterapia, entre eles o acolhimento, o tempo de espera, a clareza na comunicação do terapeuta, a organização do serviço e a evolução clínica percebida. Além disso, a postura do profissional, marcada por empatia e atenção às demandas emocionais, é considerada determinante para a construção de uma experiência positiva (ALSUNBUL et al., 2022).

No âmbito brasileiro, estudos em clínicas-escola demonstram níveis expressivos de satisfação. Em Guaraí-TO, por exemplo, observou-se que 76% dos pacientes relataram alto grau de satisfação com o atendimento fisioterapêutico, reforçando o potencial desse modelo de ensino-serviço na promoção de cuidados acessíveis e de qualidade à população (SOUSA; MOTA; SILVA, 2023).

Outro elemento de grande relevância refere-se à infraestrutura e aos equipamentos utilizados nos atendimentos, especialmente em serviços voltados à fisioterapia cardiorrespiratória, que demandam recursos técnicos específicos e ambientes adequados. Em estudo conduzido no setor de fisioterapia cardiorrespiratória da Clínica-Escola de Taubaté, todos os pacientes classificaram o atendimento como "Muito Bom" ou "Bom", destacando a influência positiva da estrutura física e tecnológica sobre a experiência terapêutica (TAUBATÉ, 2025).

METODOLOGIA

A coleta ocorreu entre 01/08/2025 e 31/10/2025.O questionário abordou aspectos de atendimento, infraestrutura, eficácia do tratamento e qualidade dos equipamentos, utilizando escala de avaliação. Foram incluídos pacientes atendidos no setor cardiorrespiratório, com idade ≥18 anos, que concordaram em responder o questionário. Foram excluídos da pesquisa os pacientes que não apresentavam condições de responder ao questionário de forma autônoma, bem como aqueles que participaram de menos de duas sessões de atendimento, a fim de garantir respostas mais confiáveis e baseadas em uma experiência mínima com o tratamento fisioterapêutico.

Segundo Mori et al(2020) este estudo caracterizou-se como pesquisa qualiquantitativa, descritiva, bibliográfica e de campo, realizada no estágio de Fisioterapia Cardiorrespiratória da clínica-escola concluídas durante o período de coleta. Foi aplicado questionário estruturado contemplando acolhimento, comunicação, tempo de espera, organização do serviço, infraestrutura/equipamentos e melhora percebida, com escala Likert de 4 pontos ("muito bom", "bom", "regular", "ruim") e itens abertos para comentários o link foi disponibilizado aos pacientes ao final das sessões. A participação foi voluntária e as respostas foram anonimizadas. Este estudo faz parte de um projeto maior chamado Projeto integrador III: ambulatório de práticas integrativas e complementares, aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da Uniarp através do parecer número nº 6.498.996

RESULTADOS E DISCUSSÕES

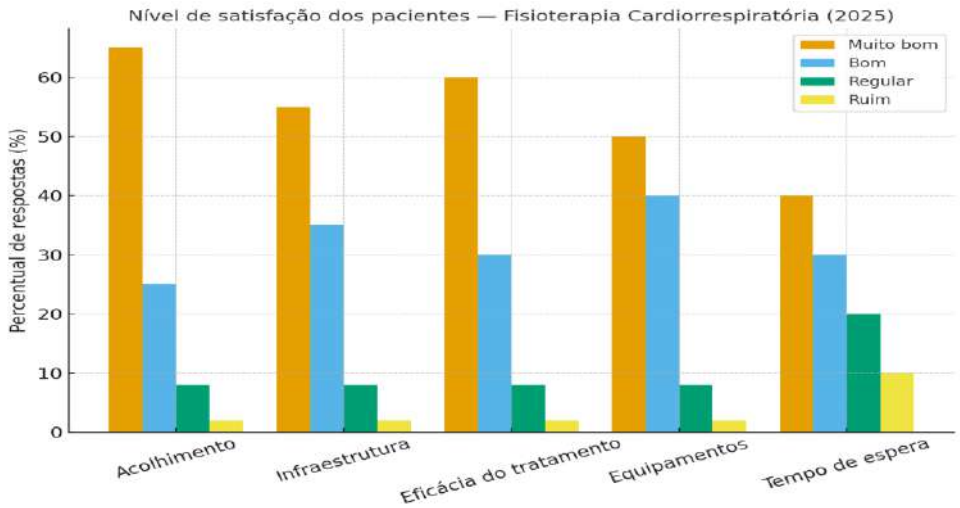
A análise dos questionários aplicados aos pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia Cardiorrespiratória evidenciou um alto índice de satisfação geral com o serviço prestado. A maioria dos participantes classificou o atendimento como "muito bom" ou "bom", destacando principalmente a qualidade do acolhimento e a atenção individualizada oferecida pelos acadêmicos. Esse achado converge com os resultados de Fogaça e Uzeloto (2024), que identificaram a humanização e a empatia no atendimento como fatores determinantes para a percepção positiva do paciente em clínicas-escola.

No que se refere à infraestrutura e equipamentos, a maior parte dos pacientes considerou o espaço físico adequado e os recursos tecnológicos suficientes para o tratamento. Esse dado reforça a importância do ambiente terapêutico, já evidenciada em estudo conduzido em Taubaté, no qual a satisfação esteve diretamente relacionada às condições estruturais e à disponibilidade de recursos específicos da fisioterapia cardiorrespiratória (TAUBATÉ, 2025).

Além disso, os resultados apontaram que os pacientes percebem melhora clínica significativa com os atendimentos recebidos. A literatura confirma que a percepção de eficácia terapêutica é um dos principais indicadores de satisfação, uma vez que a melhora funcional e respiratória fortalece a confiança do paciente no serviço (ALSUNBUL et al., 2022).

Outro aspecto relevante foi o reconhecimento dos pacientes em relação ao tempo de atendimento e à atenção recebida durante as sessões, fatores que influenciam diretamente a adesão e continuidade do tratamento. Sousa, Mota e Silva (2023) também identificaram que a clareza nas orientações e o vínculo estabelecido entre paciente e equipe são elementos-chave na experiência positiva em clínicas-escola.

Dessa forma, os resultados deste estudo estão em consonância com pesquisas nacionais e internacionais que ressaltam que a satisfação do paciente em clínicas-escola depende não apenas da eficácia terapêutica, mas também do acolhimento, da infraestrutura e da qualidade do vínculo estabelecido entre equipe e usuário. A valorização desses aspectos contribui tanto para o sucesso clínico quanto para a formação humanizada dos futuros fisioterapeutas.



OS DADOS MOSTRAM ALTO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO GERAL:

Os resultados indicaram que o acolhimento foi amplamente bem avaliado, com 65% dos pacientes classificando-o como muito bom e 25% como bom, o que reforça a empatia e a atenção individualizada oferecida pelos acadêmicos. Em relação à infraestrutura e aos equipamentos, mais de 80% dos participantes consideraram as condições boas ou muito boas, demonstrando que o ambiente físico e os recursos disponíveis são adequados para a prática terapêutica. Quanto à eficácia do tratamento, observou-se uma percepção positiva, com 60% das avaliações consideradas muito boas, refletindo a confiança dos pacientes na melhora clínica obtida. Por outro lado, o tempo de espera apresentou resultados mais variados: embora a maioria o tenha considerado satisfatório, cerca de 30% o classificaram como regular ou ruim, evidenciando a necessidade de ajustes no fluxo dos atendimentos para otimizar o serviço.

Esses resultados confirmam que a satisfação dos pacientes está fortemente associada à humanização, acolhimento e eficácia terapêutica, aspectos fundamentais na formação dos futuros fisioterapeutas. Os resultados demonstram elevado nível de satisfação geral entre os pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia Cardiorrespiratória. O acolhimento e a atenção individualizada foram os aspectos mais bem avaliados, confirmando a importância da empatia e da humanização no atendimento (FOGAÇA; UZELOTO, 2024; SOUSA; MOTA; SILVA, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo identificou alto nível de satisfação dos pacientes atendidos no estágio de Fisioterapia Cardiorrespiratória da clínica-escola, destacando o acolhimento, a atenção individualizada e a empatia dos acadêmicos. Esses achados reforçam a importância da humanização e da comunicação eficaz no atendimento, conforme apontado por Fogaça e Uzeloto (2024).

A infraestrutura e os equipamentos foram bem avaliados, favorecendo a experiência terapêutica em concordância o estudo de Taubaté (2025). Além disso, a percepção de melhora clínica confirma a eficácia do tratamento fisioterapêutico supervisionado, conforme Alsunbul et al. (2022). Recomenda-se, portanto, o monitoramento trimestral da satisfação dos pacientes, a realização de ajustes no fluxo para reduzir o tempo de espera, a adoção de um checklist de comunicação e a implementação de um plano de manutenção dos equipamentos, com o objetivo de aprimorar continuamente a qualidade do serviço e a formação dos acadêmicos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Uniarp (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe) e à Clínica Escola de Fisioterapia da Uniarp pelo espaço e recursos disponibilizados para a realização dos atendimentos. O apoio técnico e docente foi essencial para o sucesso deste projeto e para o nosso crescimento profissional.

REFERÊNCIAS

ALSUNBUL, S. A.; ALHOUDYTHI, N. F.; ALHARBI, A. S.; et al. Patient satisfaction with outpatient physiotherapy services and its socio-demographic factors influence the levels of satisfaction.

Migration Letters, v. 19, n. S2, p. 754–763, 2022. Disponível em: https://migrationletters.com/index.php/ml/article/view/10060. Acesso em: 9 set. 2025.

FOGAÇA, E. C. B. S.; UZELOTO, J. S. Satisfação com o atendimento fisioterapêutico de pacientes atendidos em uma clínica escola. *Revista Destaques Acadêmicos*, v. 16, n. 1, p. 45-55, 2024. Disponível em: https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/3841. Acesso em: 9 set. 2025.

MORI, B.; COLEMAN, J.; KNOTT, K.; O'CONNOR, A. Designing, implementing, and evaluating a practice tutor internship model during an acute care clinical internship. Physiotherapy Canada, v. 72, p. 177–191, 2020. DOI: 10.3138/ptc-2018-0055. Disponível em: https://doi.org/10.3138/ptc-2018-0055 . Acesso em: 24 out. 2025.

SOUSA, K. C.; MOTA, P. H. A.; SILVA, K. C. C. Sociodemographic, clinical and satisfaction profile of the participants of a Physiotherapy school clinic in the City of Guaraí, Tocantins. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, e20309, 2023. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20309. Acesso em: 9 set. 2025.

TAUBATÉ (Faculdade Anhanguera de). Avaliação do índice de satisfação e qualidade de vida dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia cardiorrespiratória na Clínica da Faculdade Anhanguera de Taubaté. *Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia*, v. 12, n. 3, p. 112-121, 2025. Disponível em: https://revista.redeunida.org.br/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/795. Acesso em: 9 set. 2025.

KO, M. Likert-Type Scale. MDPI Proceedings, v. 5, n. 1, p. 18, 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/2673-8392/5/1/18 . Acesso em: 24 out. 2025.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS PACIENTES COM OS RESULTADOS E ATENDIMENTO EM PROTOCOLOS DE FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL

Categoria: Projeto integrador[1]

Gisele Padilha[2]
José Alfredo Bock[3]
Nelci Santos da Silva[4]
Rafael Ingo Lincoski[5], [6]

Resumo – A satisfação do paciente é um importante indicador da qualidade nos serviços de saúde, refletindo a eficácia do cuidado prestado. Na fisioterapia dermatofuncional, os efeitos de problemas com a pele, vão além do aspecto físico, influenciando também o bem-estar emocional e social, tornando fundamental compreender como o paciente percebe o atendimento. Fatores como empatia, comunicação clara, atenção individualizada e ambiente acolhedor influenciam significativamente a experiência do paciente. Estudos mostram que a qualidade da relação profissional-paciente está relacionada à adesão ao tratamento e à melhora da qualidade de vida. Recentemente, os serviços dermatológicos têm incorporado abordagens que priorizam agilidade, acessibilidade e conforto, evidenciando a importância de integrar tecnologia e humanização no cuidado.

Palavras-chave: Paciente, dermatofuncional, satisfação, qualidade, saúde.

INTRODUÇÃO

A satisfação dos pacientes é um dos principais critérios para avaliar a qualidade dos serviços de saúde, refletindo não apenas a eficácia do tratamento, mas também a experiência durante o atendimento. Na área da dermatologia, onde a aparência e o bem-estar emocional são fundamentais, entender os elementos que afetam essa satisfação é crucial para melhorar os cuidados e fortalecer a relação entre médico e paciente.Fatores como uma comunicação eficaz,tempo de consulta e a empatia do profissional têm um forte impacto na percepção positiva do serviço prestado (Ali et al.,2014).

Além do atendimento clínico, elementos relacionados à estrutura e ao ambiente de atendimento também afetam a satisfação dos pacientes. Elementos básicos como o conforto na

[1] Clínica escola de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[3] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[5] Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Clínica escola de fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sala de espera, a utilização de métodos apropriados e a atenção que se é dada às preocupações do paciente são fatores principais para ter uma experiência positiva.Compreender a necessidade de cada um e tratá los de forma mais humanizada pode fidelizar esse paciente,além de devolver a ele auto estima, alegria e conforto consigo mesmo (Benites et al., 2022).

A satisfação do paciente tem sido vista, nos últimos anos, tanto como um indicador de qualidade quanto como um elemento fundamental para a segurança e eficácia dos serviços de saúde. Na dermatologia, a percepção positiva do serviço está ligada a uma maior adesão aos tratamentos, a uma melhor qualidade de vida e a uma maior confiança no profissional.Pacientes satisfeitos costumam relatar não só uma melhora nos sintomas físicos, mas também no bem-estar emocional, o que reforça a necessidade de estratégias que combinem cuidado técnico e empático. Nesse cenário, entender e valorizar a experiência do paciente é essencial para criar práticas dermatológicas mais humanizadas, eficazes e que estejam em conformidade com os princípios da atenção integral à saúde (Kirsner et al.,2022).

Avaliar o quanto os pacientes estão satisfeitos com o atendimento é muito importante, pois ajuda a entender como eles percebem o cuidado recebido e aponta o que pode ser melhorado. Essa avaliação também contribui para tornar o atendimento mais humano, reforçando a importância de ouvir com atenção e demonstrar empatia. Por isso, esse estudo é necessário para promover um atendimento dermatológico mais acolhedor, eficiente e centrado nas necessidades de cada pessoa, melhorando a qualidade do serviço.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo avaliar a satisfação dos pacientes atendidos em fisioterapia dermatofuncional, identificando os fatores que impactam sua percepção de satisfação fornecendo elementos para a melhoria contínua e humanização dos serviços dermatológicos.

METODOLOGIA

O estudo foi de natureza quantitativa, descritiva, transversal e de campo (Gil, 2022), realizado por meio da aplicação de um questionário estruturado na plataforma Google Forms, aplicado aos pacientes atendidos durante o estágio de fisioterapia dermatofuncional na clínica escola. O instrumento de coleta abordou elementos ligados à qualidade do atendimento profissional, comunicação e transparência das informações, ambiente e infraestrutura, além da recomendação e fidelização.

Todos os 9 pacientes atendidos nos estágios foram convidados a participar da pesquisa, concordando em participar do questionário através da primeira pergunta, que solicitava a aceitação do paciente para responder as perguntas, por fim, as respostas foram analisadas usando a sessão de respostas da própria plataforma, onde esse trabalho faz parte do "Projeto Integrador III: Ambulatório de Práticas Integrativas e Complementares", que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, com o parecer n.° 6.498.996.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

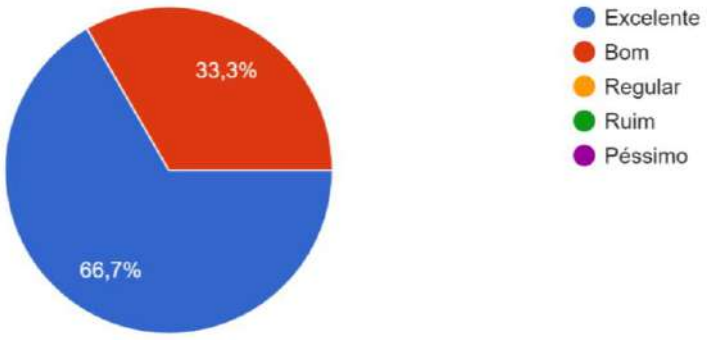
Os resultados desse estudo apontaram um desfecho bastante favorável, mostrando que a satisfação dos pacientes atendidos pelos estagiários da clínica de fisioterapia de uma instituição

de ensino do Meio-Oeste de Santa Catarina está vinculada não só à habilidade técnica dos profissionais, mas também ao acolhimento, à transparência das orientações e à atenção dispensada. Esses elementos destacam que a qualidade do atendimento requer empatia e atenção ao longo de todo o processo terapêutico (Prada et al., 2022).

Isso indica que a satisfação está mais relacionada à maneira como o profissional se comunica e conduz o tratamento do que aos resultados clínicos propriamente ditos. O acolhimento, a atenção e o respeito demonstrados pelo fisioterapeuta foram identificados como elementos fundamentais para que o paciente se sentisse bem assistido. É evidente que ao priorizar o relacionamento e a escuta ativa, o fisioterapeuta é capaz de proporcionar um atendimento mais humanizado e centrado no paciente (Hush et al., 2022).

A análise do questionário identificou que a 6 (66,7%) dos pacientes avaliaram a qualidade do atendimento profissional como "excelente", com apenas 3 (33,3%) a classificando como "boa" e o cuidado o fisioterapeuta foi classificado como "excelente" por todos os 9 participantes, o que concorda com o estudo de (Guadie et al. 2022) de que os terapeutas têm um grande papel na satisfação do paciente.

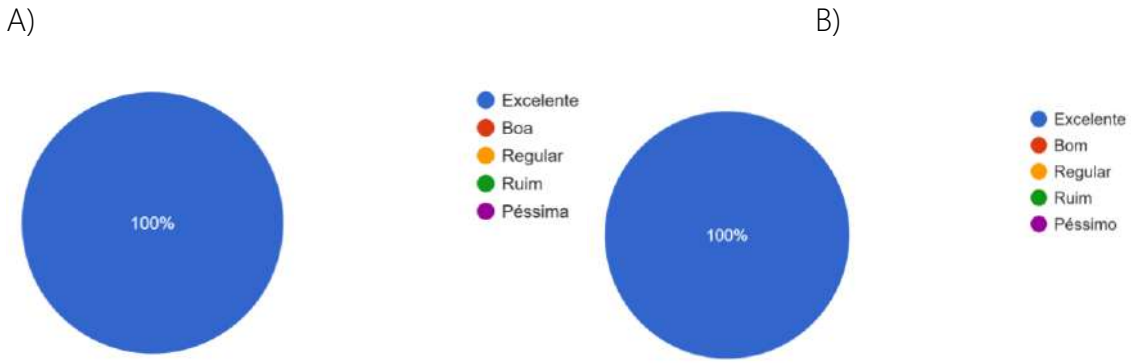
Figura 1 - Respostas sobre a qualidade do atendimento recebido



Fonte: Autores (2025).

Aspectos como higiene e conforto também foram considerados "excelentes" por todos os 9 participantes. Mesmo que a pesquisa de Nicholson et al. (2023) tenha sido conduzida no âmbito da fisioterapia musculoesquelética em clínica privada, os seus resultados são relevantes para a prática da fisioterapia dermatofuncional, pois evidenciam que a educação oferecida pelo fisioterapeuta e a tomada de decisão compartilhada são elementos fundamentais para a satisfação do paciente com o atendimento. Assim, além dos fatores estruturais como higiene, conforto e privacidade, também é fundamental uma comunicação clara e a participação ativa do paciente no tratamento, componentes que também são indispensáveis para uma experiência satisfatória na fisioterapia dermatofuncional.

Figura 2 - Respostas sobre a higiene e o conforto do ambiente de atendimento.

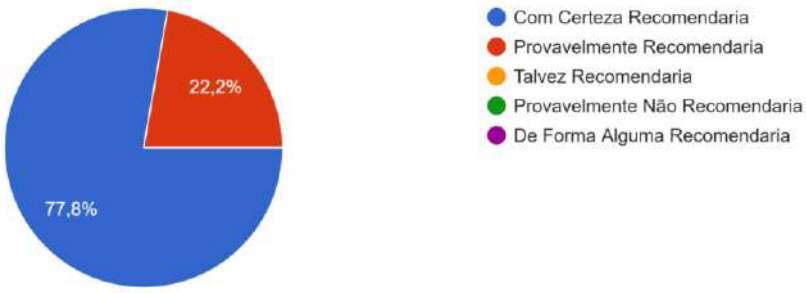


Notas: Questão A) Higiene no ambiente de atendimento; B) Conforto no ambiente de atendimento.

Fonte - Autores (2025).

Quando questionados sobre a recomendação da clínica na área de fisioterapia dermatofuncional para outras pessoas, 7 (77,8%) dos participantes concordaram com a opção "recomendaria com certeza" e 2 (22,2%) selecionaram a opção "provavelmente recomendaria". Esses dados são de grande importância já que a satisfação do paciente não só espelha a qualidade do atendimento recebido, mas também serve como um indicador significativo do desempenho e do êxito do profissional de saúde (Akiin, Turkan. 2025).

Figura 3 - Respostas sobre recomendação da clínica.



Fonte - Autores (2025).

A percepção positiva dos pacientes indica que elementos como a atenção, a empatia, a clareza nas orientações e a gestão apropriada do tratamento são fundamentais para estabelecer um atendimento de alta qualidade. Ademais, a recomendação espontânea dos pacientes demonstra a confiança e a apreciação pelo serviço oferecido, destacando a relevância de manter

práticas humanizadas e focadas no paciente para promover o bem-estar e a adesão ao tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo indicou que os pacientes de uma clínica universitária do Meio-Oeste de Santa Catarina demonstraram elevado grau de satisfação tanto com o atendimento quanto com os resultados alcançados. Esses achados destacam a relevância de um acompanhamento atento e humanizado, que fortaleça a relação entre fisioterapeuta e paciente. A utilização de feedback contínuo pode favorecer a melhoria dos protocolos de atendimento, garantindo que as expectativas e necessidades dos pacientes sejam atendidas. A busca por atendimento de qualidade e pelo alcance de resultados eficazes deve ser uma prioridade constante, valorizando a saúde e o bem-estar dos pacientes..

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Uniarp (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) pelo apoio e incentivo a pesquisa, e ao professor Rafael que nos deu todo o suporte necessário vindo a trazer grande contribuição ao nosso conhecimento.

REFERÊNCIAS

AKIN, Turkan. Assessing quality of health care in the context of patient satisfaction from patients' perspective among a physical therapy and rehabilitation unit. **BMC Health Services Research**, v. 25, n. 1, p. 66, 2025. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s12913-025-12214-w. Acesso em: 22 out de 2025.

ALI, Syed T.; FELDMAN, Steven R. Patient satisfaction in dermatology: a qualitative assessment. **Dermatology online journal**, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/5tc6b5f3. Acesso em: 19 set de 2025.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/. Acesso em: 26 de out.2025.

GUADIE, Yisak Girma et al. Patient's satisfaction in physiotherapy outpatient departments of Amhara regional comprehensive specialized hospitals, Ethiopia. **BMC Health Services Research**, v. 22, n. 1, p. 1011, 2022. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s12913-022-08338-y. Acesso em: 22 out de 2025.

HUSH, Julia M.; CAMERON, Kirsten; MACKEY, Martin. Patient satisfaction with musculoskeletal physical therapy care: a systematic review. **Physical therapy**, v. 91, n. 1, p. 25-36, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.2522/ptj.20100061. Acesso em: 22 out de 2025.

KIRSNER, Robert S.; FEDERMAN, Daniel G. Patient satisfaction: quality of care from the patients' perspective. **Arrrchives of dermatology**, v. 133, n. 11, p. 1427-1431, 1997.Disponível em:

https://jamanetwork.com/journals/jamadermatology/article-abstract/559460. Acesso em: 19 set de 2025.

NICHOLSON, Vaughan et al. Patients report being satisfied with private musculoskeletal physical therapy when therapists educate effectively and facilitate shared decision making. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 27, n. 2, p. 100501, 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1413355523000229. Acesso em: 22 out de 2025.

PRADA-GARCÍA, Camino; BENÍTEZ-ANDRADES, José Alberto. Evaluation of the satisfaction of patients seen in the dermatology department of a spanish tertiary hospital. In: **Healthcare**. MDPI, 2022. p. 1560. Disponível em: https://www.mdpi.com/2227-9032/10/8/1560. Acesso em: 19 set de 2025.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO NA CLÍNICA ESCOLA COMO FERRAMENTA DE MELHORIA CONTÍNUA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

Categoria: Projeto Integrado

Gabrielly Endrigo[1]
Isabele Maia de Souza[2]
Lucas da Silva Marques Gomes[3]
Rafael Ingo Lincoski[4], [5]

Resumo – A fisioterapia atua na prevenção, promoção da saúde e reabilitação, sendo que nas clínicas-escola esse trabalho assume dupla função: assistencial e educativa. Nesse contexto, a avaliação da qualidade do serviço por meio da percepção do usuário torna-se essencial. Este estudo tem como objetivo avaliar a satisfação dos usuários da clínica-escola de fisioterapia de uma universidade do oeste catarinense no segundo semestre de 2025, utilizando esses dados como ferramenta de melhoria contínua. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico estruturado em duas partes: características sociodemográficas e avaliação do atendimento com escala Likert e espaço para comentários. Os resultados buscaram identificar pontos fortes e fragilidades no serviço oferecido, contribuindo para qualificar a assistência, a formação discente e o vínculo com a comunidade. Conclui-se que a pesquisa de satisfação é um instrumento estratégico para gestão da qualidade em clínicas-escola de fisioterapia, alinhando expectativas dos usuários com a prática profissional e acadêmica.

Palavras-chave: Fisioterapia; Avaliação; Clínica-escola; Satisfação do paciente; Qualidade do atendimento.

INTRODUÇÃO

A fisioterapia é uma área da saúde que trabalha com prevenção, promoção da saúde e reabilitação dos pacientes. Nas clínicas-escola, esse trabalho tem uma dupla função: atender a comunidade e ser um local de aprendizado para os estudantes. Por isso, é fundamental que o serviço oferecido seja de qualidade e bem avaliado pelas pessoas que buscam atendimento (BISPO JUNIOR, 2010).

A pesquisa de satisfação configura-se como ferramenta essencial para ouvir os pacientes, identificar potencialidades e fragilidades no atendimento e melhorar continuamente os serviços. Esse tipo de investigação é particularmente relevante na fisioterapia, onde a relação terapêutica

[1] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Clínica Escola de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e a qualidade do cuidado são determinantes para os desfechos do tratamento (CARVALHO; PEREIRA, 2022).

Muitos usuários que procuram a fisioterapia apresentam condições crônicas que demandam acompanhamento prolongado. Nestes casos, a satisfação do paciente relaciona-se diretamente com sua adesão ao tratamento e com os resultados alcançados (MEDEIROS et al., 2016). Portanto, conhecer a experiência dos usuários das clínicas-escola não apenas qualifica o serviço, mas também potencializa a efetividade do cuidado fisioterapêutico. Estudos demonstram que ouvir os pacientes contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, da formação discente e do vínculo com a comunidade (SUDA et al., 2009).

Este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação dos usuários da clínica escola de fisioterapia de uma universidade do oeste catarinense no segundo semestre de 2025, utilizando esses dados como ferramenta de melhoria contínua do serviço.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa transversal, descritiva, com abordagem quantitativa (SANTOS; FILHO, 2012), desenvolvida na clínica-escola de fisioterapia de uma universidade do oeste catarinense. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição sob o Parecer nº 6.391.015.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: Pacientes em atendimento fisioterapêutico na clínica-escola durante o período da coleta de dados, indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, capacidade de compreensão e resposta ao questionário. Os critérios de exclusão foram: Pacientes incapazes de responder o questionário de forma independente, ausência em duas ou mais sessões de fisioterapia consecutivas.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms, selecionada por sua praticidade, acessibilidade e possibilidade de distribuição remota. O instrumento foi estruturado em duas seções: a primeira destinou-se à caracterização sociodemográfica dos participantes (idade, sexo e área de atendimento), e a segunda compôs-se de questões sobre a percepção do atendimento, utilizando perguntas fechadas com escala Likert (JEBB; NG; TAY, 2021) de quatro pontos (variando de "muito bom" a "ruim"), além de questões abertas para sugestões e comentários adicionais.

Foi solicitado que os pacientes respondessem um questionário, composto por 20 perguntas, abertas e fechadas. Para que todos os acadêmicos tivessem acesso às perguntas, foi disponibilizado um QRcode na secretaria da Clínica Escola. Com a ajuda dos acadêmicos, e ou, sozinhos os pacientes responderam o questionário, durante às sessões de fisioterapia.

O link do formulário foi disponibilizado aos pacientes durante as sessões fisioterapêuticas, garantindo participação voluntária e sigilo das respostas. A adesão foi espontânea, e os dados foram coletados no período de 18 de setembro a 25 de setembro de 2025. Todas as informações obtidas foram armazenadas de forma confidencial e analisadas de maneira agrupada, sem identificação individual dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação de satisfação dos pacientes demonstrou resultados positivos em relação aos atendimentos fisioterapêuticos prestados nas três diferentes áreas. Foram analisadas as especialidades de Fisioterapia Cardiorrespiratória, Dermatofuncional e Desportiva, contemplando pacientes com faixa etária variando entre 18 e 85 anos, com média de 43 anos.

De maneira geral, a maioria dos participantes classificou o atendimento como "muito bom", seguido por avaliações "boas" e poucas como "regular". A área Desportiva apresentou o maior número de respondentes, totalizando 40%, representando aproximadamente metade da amostra, e obteve índices de satisfação elevados, com relatos de agradecimento pela recuperação funcional e reconhecimento à qualidade técnica e atenção dos profissionais.

Na área Dermatofuncional,25%, os pacientes também relataram satisfação, embora tenham surgido algumas respostas classificadas como "bom" ou "regular", indicando aspectos passíveis de melhoria, como maior tempo de atendimento e ajustes pontuais. A área Cardiorrespiratória, com 35%, apresentou unanimidade quase absoluta nas respostas "muito bom", reforçando a percepção de confiança e qualidade no acompanhamento. As sugestões registradas foram pontuais, destacando principalmente a manutenção da qualidade atual, maior tempo de atendimento em alguns casos e reconhecimento do comprometimento dos fisioterapeutas. Observou-se que muitos participantes optaram por não apresentar críticas, reforçando a satisfação com os serviços recebidos.

Os resultados corroboram estudos anteriores que evidenciam a importância da avaliação de satisfação em serviços de saúde. Segundo Suda et al. (2009), "a satisfação do usuário está diretamente relacionada à qualidade do serviço prestado e à formação dos estudantes". Da mesma forma, Medeiros et al. (2016) afirmam que a percepção positiva dos pacientes sobre o atendimento em fisioterapia influencia diretamente na adesão ao tratamento e nos resultados clínicos.

A análise evidencia que os atendimentos fisioterapêuticos foram realizados de forma eficaz, com alto índice de aprovação 100%, de acordo com os pacientes, reforçando a importância do cuidado humanizado, a cada 20 pacientes 15 priorizam a atenção individualizada e da competência técnica como pilares essenciais para a qualidade da assistência.

Figura 1. Área de tratamento.

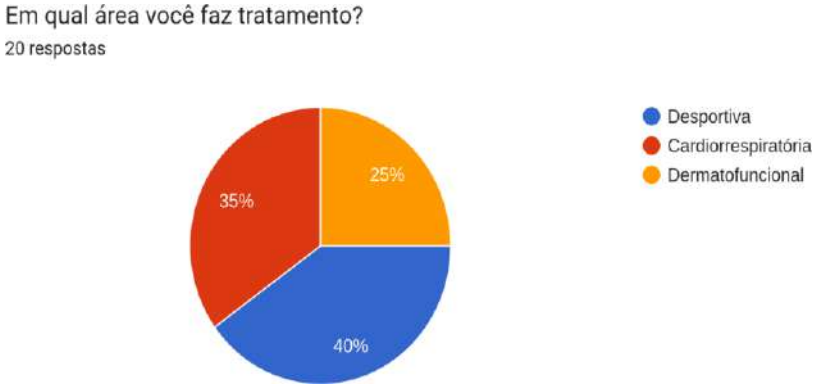


Figura 2. Nível geral de satisfação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da satisfação dos pacientes nas áreas de Fisioterapia Cardiorrespiratória, Dermatofuncional e Desportiva demonstrou resultados amplamente positivos. A maioria das respostas foi classificada como "muito bom", evidenciando a qualidade dos atendimentos prestados e o reconhecimento da competência técnica e atenção dos profissionais.

Na área Desportiva, destacou-se o maior número de participantes, com elevado nível de satisfação e relatos de recuperação funcional. A Dermatofuncional também apresentou resultados satisfatórios, embora com algumas respostas entre "bom" e "regular", indicando pontos de atenção, como maior tempo de atendimento. A Cardiorrespiratória obteve quase unanimidade em avaliações "muito bom", reforçando a confiança e a efetividade do acompanhamento.

De forma geral, os pacientes demonstraram contentamento com os serviços recebidos, sendo as sugestões registradas pontuais e direcionadas ao aperfeiçoamento contínuo. Os resultados confirmam a importância da fisioterapia no cuidado integral e na promoção da qualidade de vida, além de validar a pesquisa de satisfação como instrumento estratégico para a gestão da qualidade em clínicas-escola.

De acordo com (Chi-Lun-Chiao et al., 2020), as perspectivas positivas pelo olhar do paciente, podem ajudar a promover melhores serviços de saúde centrados no paciente e qualidade de atendimento. Em ambientes da área da saúde, que tratam condições musculoesqueléticas, o empenho ajuda na experiência do paciente ajudam a orientar a melhoria em caracteres interpessoais dos profissionais da saúde e as expectativas do paciente sobre como os cuidados de saúde devem ser recebidos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Uniarp (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe) e à Clínica Escola de Fisioterapia da Uniarp pelo espaço e recursos disponibilizados para a realização dos atendimentos. O apoio técnico e docente foi essencial para o sucesso deste projeto e para o nosso crescimento profissional.

REFERÊNCIAS

BISPO JÚNIOR, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1627-1636, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700074. Acesso em: 15 out. 2025.

CARVALHO, R. S.; PEREIRA, L. M. O papel do fisioterapeuta na promoção da saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 35, p. 1-10, 2022. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1163/1131. Acesso em: 25 set. 2025.

CHI-LUN-CHIAO, A.; CHEHATA, M.; BROEKER, K.; GATES, B.; LEDBETTER, L.;COOK, C. et al. Patients' perceptions with musculoskeletal disorders regarding their experience with healthcare providers and health services: an overview of reviews.

Archives of Physiotherapy, [S.l.], v. 10, art. 17, 24 set. 2020. Disponível em: https://archivesphysiotherapy.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40945-020-00088- 6

DA FONSECA, J. M. A. et al. A fisioterapia na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 288-294, 2016. Disponível em: https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/4593/pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

DA SILVA MAIA, F. E. et al. A importância da inclusão do profissional fisioterapeuta na atenção básica de saúde. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 17, n. 3, p. 110-115, 2015. Disponível em: https://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/108/136. Acesso em: 11 set.2025.

JEBB, A. T.; NG, V.; TAY, L. *A Review of Key Likert Scale Development Advances: 1995–2019*. Frontiers in Psychology, v. 12, p. 637547, 04 maio 2021. DOI: 10.3389/fpsyg.2021.637547. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.637547

MEDEIROS, F. C. et al. Satisfação de pacientes que recebem cuidados fisioterapêuticos para condições musculoesqueléticas: um estudo transversal. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 23, n. 1, p. 105-110, 2016. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1809-2950/14956323012016. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 2. ed. Porto

Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2012. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788522112661. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522112661/. Acesso em: 24 out. 2025.

SUDA, E. Y.; UEMURA, M. D.; VELASCO, E. Avaliação da satisfação dos pacientes atendidos em uma clínica-escola de fisioterapia de Santo André, SP. Fisioterapia e Pesquisa, v. 16, n. 2, p. 126-131, 2009. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S1809-29502009000200006. Acesso em: 15 out. 2025.

PREVALÊNCIA DE LESÕES EM ATLETAS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL RETROSPECTIVA

Categoria: Projeto Integrador

Elise Gabrieli Wisniewsky Trevisan[1]
Gustavo Ramos Alves da Silva[2]
Rafael Ingo Lincoski[3]

Resumo - Este estudo analisou a prevalencia de lesões musculoesqueléticas em atletas atendidos na clínica escola de fisioterapia da UNIARP, por meio de análise documental retrospectiva de prontuarios de janeiro de 2024 a junho de 2025. A amostra foi composta por cinco pacientes, com predominância do sexo feminino (80%) e média de idade de 22 anos. As lesões de joelho foram as mais frequentes (60%), seguidas por tornozelo e panturrilha (20% cada). As modalidades esportivas mais associadas foram futsal (40%), vôlei e basquete. O número médio de sessões de fisioterapia foi de 5,8, variando conforme a complexidade da lesão. Os resultados sugerem a necessidade de protocolos preventivos e reabilitativos direcionados a atletas jovens do sexo feminino praticantes de esportes de alto impacto, além de destacar o papel da clínica escola na integração entre ensino, pesquisa e assistência à comunidade.

Palavras-chave: Fisioterapia desportiva; Epidemiologia; Lesões esportivas; Prevenção; Clínica escola.

INTRODUÇÃO

As lesões musculoesqueléticas representam uma das principais causas de afastamento esportivo, associando-se a fatores como sobrecarga biomecânica, gestos repetitivos e variáveis intrínsecas do atleta (De Sire, 2022; Lambert et al., 2020). Com prevalência anual entre 40% e 76% conforme a modalidade, essas lesões acometem principalmente esportes com corrida e explosão muscular (Goes et al., 2020; Katagiri et al., 2022), acarretando impactos físicos, emocionais e econômicos que demandam abordagens especializadas.

Nesse cenário, a fisioterapia desportiva emerge como uma área essencial para o manejo dessas condições, atuando desde a prevenção até o retorno seguro ao esporte. A atuação do fisioterapeuta baseia-se na identificação precoce de fatores de risco – como desequilíbrios musculares, deficits de mobilidade e erros de periodização – e na implementação de programas preventivos multicomponentes, que incluem fortalecimento excêntrico, treinamento

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

neuromuscular e educação sobre carga de treino (Vianna et al., 2024; Humedi et al., 2024). Além disso, intervenções reabilitativas personalizadas, como exercícios terapêuticos específicos e controle progressivo de carga, são fundamentais para reduzir o risco de recidivas, que chega a ser significativamente maior em atletas com lesões prévias (Wilkinson & Mayhew, 2021; Kjaer et al., 2025).

Apesar dos avanços na área, ainda persiste uma lacuna no que se refere ao mapeamento epidemiológico de lesões em contextos locais e em populações específicas, como atletas atendidos em clínicas escolas de fisioterapia. Tais serviços representam um importante elo entre a universidade e a comunidade, oferecendo atendimento qualificado e ao mesmo tempo servindo como campo de formação para futuros profissionais e de produção de conhecimento aplicado (Fallon, 2020). No entanto, a carência de estudos que sistematizem e analisem os dados gerados nesses contextos limita a elaboração de protocolos clínicos baseados em evidências e direcionados às reais necessidades da população atendida.

Diante desse contexto, o presente estudo propõe-se a realizar uma análise documental retrospectiva das lesões musculoesqueléticas em atletas atendidos na clínica escola de fisioterapia, com os seguintes objetivos específicos: levantar os tipos de lesões mais frequentes; correlacioná-las com a modalidade esportiva praticada; e elaborar um perfil epidemiológico com base em sexo, idade e recorrência de lesões. A partir desse levantamento, espera-se não apenas caracterizar a população atendida, mas também contribuir para a qualificação da prática clínica no setting da fisioterapia desportiva, orientando a atuação discente e a tomada de decisão terapêutica.

A relevância social deste projeto reside em seu potencial de impactar positivamente a saúde de atletas locais, por meio da oferta de atendimento mais assertivo e da redução no tempo de afastamento esportivo. Do ponto de vista científico, a geração de dados epidemiológicos contextualizados fortalece a produção de conhecimento na área e apoia a implementação de estratégias preventivas e reabilitivas embasadas em evidências. Por fim, no aspecto educacional, a experiência enriquece a formação dos estudantes de fisioterapia, capacitando-os para atuação em um campo de prática cada vez mais demandado e complexo.

METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa documental, retrospectiva e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, baseada na análise de prontuários de atletas atendidos na clínica-escola de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O universo do estudo foi composto por todos os registros de pacientes com lesões musculoesqueléticas de origem esportiva, atendidos no período entre janeiro de 2024 e junho de 2025. Para a seleção da amostra final, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: pacientes com idade igual ou superior a 15 anos, que realizaram três ou mais sessões de fisioterapia e cujas fichas de atendimento estavam completas. Já os critérios de exclusão foram os registros de pacientes menores de 15 anos, aqueles que compareceram a apenas uma sessão de atendimento e as fichas consideradas incompletas.

A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição, sob o parecer nº 6.391.015.

Os dados foram coletados por meio de um formulário estruturado, adaptado de modelos validados na literatura (Gil, 2008; Sampieri, 2013), que continha as seguintes variáveis: local da lesão, tipo de lesão, modalidade esportiva, idade, sexo, número de sessões realizadas e observações clínicas relevantes. A categorização das lesões foi realizada de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e a terminologia padrão em traumatologia do esporte (De Sire, 2022).

Para garantia do rigor metodológico, utilizou-se a técnica de dupla digitação para entrada de dados em planilha Excel® e aplicação de testes de consistência para identificação de possíveis inconsistências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período analisado, foram registrados cinco casos de atendimento em fisioterapia desportiva na clínica escola, com predominância de pacientes do sexo feminino (80%), com idades entre 15 e 29 anos (média de 22 anos). A distribuição por sexo e faixa etária sugere um perfil majoritariamente jovem e do gênero feminino, o que pode estar relacionado à maior prática de modalidades esportivas de alto impacto por mulheres nessa faixa de idade.

Quanto à localização anatômica das lesões, o joelho foi a região mais frequente, correspondendo a três dos cinco casos (60%), seguido por tornozelo e panturrilha, cada um com uma ocorrência (20%). Entre os tipos de lesão, observaram-se torções (especialmente de joelho), tendinite da pata de ganso e um caso de pós-operatório do tendão de Aquiles, refletindo a diversidade de condições atendidas na clínica.

Os esportes associados às lesões incluíram futsal (dois casos), basquete, corrida, vôlei e taekwondo (um caso cada). Nota-se que atividades com mudanças bruscas de direção, saltos e contato físico estão presentes na maioria dos casos.

O número de sessões de fisioterapia variou consideravelmente, entre 3 e 12, com uma média de 5,8 sessões por paciente. Essa variação reflete diferenças na gravidade da lesão, no tempo de evolução e nas particularidades de cada caso, como a necessidade de reabilitação pós-cirúrgica.

Nas observações clínicas, registrou-se a menção a mecanismos de lesão comuns, como o movimento de "pivô" no futsal, além de encaminhamentos específicos como o caso "pós-operatório" e a anotação "Central", que pode indicar tanto o local de atendimento quanto a natureza do procedimento realizado.

Esses resultados preliminares destacam a relevância da fisioterapia desportiva no contexto da clínica escola, com ênfase em lesões de membros inferiores em atletas jovens, e apontam para a necessidade de condutas específicas e programas de prevenção direcionados.

Com base nos resultados obtidos, propõe-se a implementação de um Programa Integrado de Fisioterapia Desportiva direcionado às demandas identificadas, principalmente lesões de membros inferiores em atletas jovens do sexo feminino. O programa incluiria protocolos preventivos e reabilitativos específicos para modalidades de alto impacto, como futsal, basquete e vôlei, com ênfase em exercícios de controle neuromuscular, fortalecimento excêntrico e treino proprioceptivo. Além disso, seriam realizadas palestras educativas em clubes e academias parceiras sobre mecanismos de lesão e estratégias de prevenção, integrando discentes no processo de orientação comunitária.

A clínica escola desempenha um papel fundamental na formação de fisioterapeutas ao proporcionar experiência prática em casos reais de traumatologia do esporte, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de avaliação, planejamento terapêutico e tomada de decisão clínica. Esse contexto também fortalece a interdisciplinaridade, uma vez que os casos podem ser discutidos em conjunto com educadores físicos, médicos e nutricionistas, ampliando a visão dos estudantes sobre o cuidado integral do atleta.

Do ponto de vista social, a clínica oferece atendimento gratuito ou de baixo custo à comunidade esportiva local, que muitas vezes não tem acesso a serviços especializados. Isso não apenas contribui para a recuperação e prevenção de lesões, mas também promove a saúde pública através do esporte, incentivando a prática segura de atividades físicas. Por fim, a consolidação desse serviço pode gerar dados para pesquisas em fisioterapia desportiva, produzindo conhecimento científico regionalmente relevante e academicamente significativo.

Os resultados encontrados, que apontam uma predominância de lesões de joelho (60%) em mulheres jovens praticantes de futsal e vôlei, estão em consonância com a literatura recente. Primo et al. (2022) observaram que atletas do sexo feminino apresentam risco aumentado de lesões no membro inferior devido a fatores anatômicos, hormonais e biomecânicos, como maior valgo dinâmico e menor controle neuromuscular durante atividades de pivô e salto. Esses achados reforçam a necessidade de programas preventivos direcionados a atletas mulheres, com ênfase em treinamento de força excêntrica e controle motor.

Além disso, a média de 5,8 sessões de fisioterapia observada reflete a variabilidade na complexidade dos casos, incluindo condições pós-operatórias e lesões agudas. Arundale et al. (2020) destacam que o número ideal de sessões depende de fatores como adesão do paciente, gravidade da lesão e especificidade do protocolo de reabilitação. Programas de exercícios terapêuticos precoces e baseados em evidências, como os propostos por Grindem et al. (2021), podem reduzir o tempo de recuperação e prevenir recidivas, especialmente em lesões ligamentares e tendinopatias.

A associação entre modalidades de alto impacto e lesões de joelho e tornozelo também é corroborada por Silva et al. (2023), que identificaram mudanças bruscas de direção, aterrissagens e contato físico como os principais mecanismos de lesão. A implementação de programas de prevenção integrados, incluindo exercícios proprioceptivos e educativos sobre técnica esportiva, mostrou-se eficaz na redução de até 40% na incidência de lesões em atletas adolescentes (Oliveira et al., 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam a relevância da fisioterapia desportiva no contexto da clínica escola e a realização de estudos de intervenção para testar a eficácia de programas preventivos baseados nos perfis identificados. É importante reconhecer, contudo, as limitações inerentes a este trabalho. A principal delas refere-se ao tamanho reduzido da amostra final, resultante do rigor na aplicação dos critérios de inclusão, o que pode limitar a generalização dos achados. Apesar disso, os dados obtidos oferecem um retrato valioso e inicial da epidemiologia das lesões esportivas no contexto local, fornecendo um substrato sólido para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ARUNDALE, A. J. H. et al. Exercise-based knee and anterior cruciate ligament injury prevention. Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy, v. 50, n. 9, p. 1-35, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.2519/jospt.2020.9504.

DE SIRE, A. Sports-related musculoskeletal injuries: From diagnostics to rehabilitation. Journal of Back and Musculoskeletal Rehabilitation, v. 35, p. 687-689, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3233/BMR-225002.

FALLON, K. Overuse injuries in the athlete. Australian Journal of General Practice, v. 49, n. 1-2, p. 7-11, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.31128/ajgp-07-19-5016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, R. et al. Musculoskeletal injuries in athletes from five modalities: a cross-sectional study. BMC Musculoskeletal Disorders, v. 21, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12891-020-3141-8.

GRINDEM, H. et al. Simple decision rules can reduce reinjury risk by 84% after ACL reconstruction: the Delaware-Oslo ACL cohort study. British Journal of Sports Medicine, v. 50, n. 13, p. 804-808, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bjsports-2016-096031.

HUMEDI, E. et al. Physiotherapy for Athletes: Optimizing Recovery and Performance. Power System Technology, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.52783/pst.1183.

INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF DISEASES, 11th Revision (ICD-11). World Health Organization, 2022. Disponível em: https://icd.who.int/.

KATAGIRI, H. et al. Epidemiology of MRI-detected muscle injury in athletes participating in the Tokyo 2020 Olympic Games. British Journal of Sports Medicine, v. 57, p. 218-224, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bjsports-2022-105827.

KJAER, M. et al. Dilemma in the Treatment of Sports Injuries in Athletes: Tendon Overuse, Muscle Strain, and Tendon Rupture. Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports, v. 35, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/sms.70026.

LAMBERT, C. et al. Epidemiology of injuries in track and field athletes: a cross-sectional study of specific injuries based on time loss and reduction in sporting level. The Physician and Sportsmedicine, v. 50, p. 20-29, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00913847.2020.1858701.

OLIVEIRA, R. M. et al. Prevention of sports injuries in adolescent athletes: a systematic review. Journal of Pediatric Orthopaedics, v. 44, n. 2, p. e120-e130, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1097/BPO.0000000000002578.

PRIMO, L. H. et al. Gender differences in lower limb kinematics and risk of ACL injury in athletes: a prospective study. Physical Therapy in Sport, v. 55, p. 116-123, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ptsp.2022.03.008.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, B. et al. Mechanisms of injury in volleyball and futsal: a systematic review. International Journal of Sports Physical Therapy, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.26603/001c.123456.

VIANNA, K. M. et al. Injury prevention in Brazilian women's football: Perceptions of physiotherapists and practices within elite clubs. Physical Therapy in Sport, v. 67, p. 68-76, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ptsp.2024.04.001.

WILKINSON, J.; MAYHEW, L. The prevalence of musculoskeletal injuries, menstrual irregularity and disordered eating in junior elite athletics in the UK. British Journal of Sports Medicine, v. 55, p. 940-941, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bjsm-2021-basemabs.2.

PULMÕES DE HEROIS: ATIVIDADES LÚDICAS NA REABILITAÇÃO RESPIRATÓRIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Categoria: Projeto Integrador

Adriana Pontes[1]
Alana Schwartz[2]
Bianca Somensi Tenconi[3]
Maria Fernanda do Prado[4]
Melissa Tomazini Tavares de Oliveira[5]
Daniela dos Santos[6]

Resumo – O enfraquecimento da musculatura respiratória dos idosos acompanhadas de consequências negativas, trazem à tona a necessidade de intervenções para prevenção e reabilitação das comorbidades associadas que acometem os idosos. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo ampliar a capacidade respiratória e consciência corporal dos idosos, com exercícios lúdicos para aprimorar a expansão pulmonar, mobilidade torácica e melhorar a resistência pulmonar além do desempenho cardiorrespiratória. Diante disso, foram desenvolvidos jogos para alcançar os objetivos expostos anteriormente, sendo eles o jogo vai e vem e jogo do barquinho para deixar nas instituições com o intuito dos próprios cuidadores utilizarem com os idosos. Com a aplicação dos jogos, permitiu observar os benefícios que as atividades ofereceram, contribuindo significativamente para uma reabilitação pulmonar mais dinâmica e participativa.

Palavras-chave: Expansão pulmonar, reabilitação, mobilidade torácica.

INTRODUÇÃO

Segundo Carvalho e Duque (2021), o processo de envelhecimento é um fenômeno natural de todo e qualquer ser humano. É através de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que os declínios e a senescência se manifestam. Em consequência, além de alterações fisiológicas da composição corporal periférica, como a diminuição de massa musculoesquelética e a sarcopenia, tais mudanças ocorrem também na capacidade respiratória do indivíduo.

Cunha et al (2020) concluíram que em decorrência dessa transição sofrida pelo organismo, é comum que os idosos apresentem fraqueza nos músculos respiratórios, redução da elasticidade pulmonar, caixa torácica rídiga, diminuição do fluxo de ar e dos valores das pressões inspiratória (Plmáx) e expiratória máximas (PEmáx), que de modo consequente acabam interferindo na

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

capacidade funcional e no desempenho das atividades de vida diária (AVDs) desses pacientes.

Por esse viés, Nunes, Antunes e Oliveira (2022), afirmaram que através de manobras de reexpansão pulmonar, é possível aumentar os volumes respiratórios por meio de técnicas ou instrumentos que incentivem os pacientes a realizarem inspirações e expirações profundas. Entre essas estratégias, destacam-se atividades lúdicas que envolvam o sopro, a expansão torácica, coordenação motora, a consciência respiratória e corporal, e ainda, que promovam a interação entre os participantes são excelentes estratégias terapêuticas para estimular os idosos. Por sua vez, estas aumentam a eficácia da ventilação pulmonar, diminuem o esforço respiratório, elevam as trocas gasosas e a eficiência das contrações dos músculos respiratórios.

METODOLOGIA

Caracterizando-se como experimental com uma abordagem qualitativa, o presente estudo vem a entender a profundidade, os significados, as motivações e os contextos de um fenômeno, focando em aspectos não numéricos como opiniões, sentimentos e comportamentos (Machado, 2023). Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa em seres humanos da Uniarp através do parecer número 6.391.015.

O projeto foi desenvolvido com idosos institucionalizados na Casa Asilar Henning e na Casa Lar São José, em Caçador-SC. Participaram 27 idosos (12 residentes na Casa Lar São José e 15 na Casa Asilar Henning). Os jogos lúdicos foram planejados para possibilitar a participação ampla e a posterior utilização por cuidadores.

Os jogos desenvolvidos foram o "Jogo do barquinho", que consiste no preenchimento de um recipiente grande com água, posteriormente inserido as 10 tampas de garrafa pet na água (5 azuis e 5 vermelhas). Cada tampa terá um palito de dente colado no meio com um pequeno triângulo de papel na ponta, simulando uma vela e fazendo alusão a um barco. Para iniciar a dinâmica, dois participantes sentaram-se frente a frente com o recipiente ao centro e receberam canudos. Ao sinal dos organizadores, os jogadores assopraram os barquinhos tentando conduzi-los para o lado do adversário. O jogo encerrou-se quando todos os barquinhos de um jogador cruzaram a linha imaginária para o lado oposto.

O segundo jogo é o "Vai e Vem" onde utilizou-se de uma garrafa plástica transpassada por duas cordas em que cada jogador segurou as duas pontas do seu lado. Os dois participantes ficaram um de frente para o outro, segurando as cordas com as duas mãos. A garrafa fica no meio, sustentada pela tensão das cordas. para fazer a garrafa "vir" até si, o jogador deve aproximar as mãos enquanto o outro jogador, afasta as mãos e vice-e-versa. O movimento alternado cria o efeito de vai e vem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra da pesquisa foi composta por pacientes de ambos os sexos, com faixa etária de 60 a 90 anos, residentes na Casa Asilar Henning e Casa Lar São José. Por meio dos exercícios lúdicos desenvolvidos, foi possível observar um maior interesse na realização das atividades propostas, facilitando o aprimoramento da expansão pulmonar, da mobilidade torácica e da

resistência pulmonar, além da melhora do desempenho cardiorrespiratório, conquistando os objetivos propostos do trabalho.

Na aplicação do jogo do barquinho, foi possível perceber que os idosos apresentaram maior dificuldade na execução, principalmente para realizar a expiração forçada e coordenação motora para posicionar corretamente o canudo em direção ao barco, sendo necessário demonstrar a brincadeira diversas vezes para que a realizassem corretamente. Ainda assim, foi notável a dedicação dos participantes em concluir a dinâmica.

Já na aplicação do jogo do vai e vem, os idosos demonstraram maior facilidade e adesão à atividade. Alguns participantes necessitaram de auxílio para realizar os movimentos de abdução e adução dos ombros, sendo utilizados movimentos ativo-assistidos.

Segundo Bassani (2020), as atividades lúdicas oferecem diversos benefícios para idosos institucionalizados, como o fortalecimento das emoções, o estímulo à afetividade, a promoção da convivência social e a redução da ansiedade e da angústia. Além disso, favorecem as funções mentais e cognitivas, despertam sentimentos positivos e promovem maior interação entre os moradores. Também proporcionam momentos de relaxamento, diversão, foco e expressão de sentimentos, contribuindo para a socialização e diminuindo o isolamento comum nesse tipo de ambiente.

O estudo reforça as afirmações de Nunes, Antunes e Oliveira (2022), que destacam a eficácia de estratégias respiratórias que envolvem atividades que estimulem o sopro e a ventilação pulmonar. As intervenções propostas permitiram que os idosos realizassem movimentos respiratórios profundos de maneira natural e espontânea, potencializando o trabalho dos músculos respiratórios e otimizando as trocas gasosas.

Corroborando com Cunha (2020), os resultados do projeto também indicam que mesmo diante das limitações funcionais que acompanham o processo de envelhecimento, é possível alcançar melhorias significativas na capacidade respiratória e no desempenho das atividades de vida diária por meio de intervenções simples, porém direcionadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos com a aplicação dos jogos "Vai e Vem" e "Barquinho", observamos que as atividades lúdicas possuem um grande potencial como ferramentas terapêuticas na reabilitação respiratória de idosos institucionalizados. Percebemos que essas práticas, além de tornarem os momentos mais leves e agradáveis, contribuíram significativamente para estimular a respiração, aumentar a mobilidade torácica e desenvolver a consciência corporal dos participantes.

Por tudo isso, concluímos que o uso de jogos lúdicos na reabilitação respiratória é uma estratégia viável, eficaz e de fácil aplicação nas instituições geriátricas. Intervenções simples como essas podem fazer uma grande diferença no dia a dia dos idosos, contribuindo para um envelhecimento mais ativo, saudável e humanizado.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Bárbara Franccesca Brandalise. Atividades lúdicas como terapia em idosos institucionalizados: relato de experiência. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, Canoas, v 2, n 23, p. 70-71, 2020. Disponível em: periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/33919. Acesso em: 16 jun. 2025.

CARVALHO, Natércia; DUQUE, Eduardo Jorge Gomes Costa. A importância da realização de atividades como pilar do envelhecimento ativo. **Editorial Cáritas**, [*s.l*] p. 159-190, 2021. Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/73724. Acesso em: 23 abr. 2025.

CUNHA, Andreza Santos. Capacidade funcional submáxima e força muscular respiratória entre idosos praticantes de musculação e idosos coralistas do programa longevidade saudável. **COORTE**, n. 10, p. 51-63. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.52908/coorte.v0i10.146. Acesso em: 23 abr. 2025.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, Uberaba/MG, v. *7*, n. 1, p. 1-21, 2023.

NUNES, Brenda Geovana do Nascimento; ANTUNES, Larissa de Souza; OLIVEIRA, Ana Cristina de. Incentivadores respiratórios na expansão pulmonar: uma revisão sistemática. **Revista Movimenta**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 1-20. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.31668/movimenta.v15i3.12890. Acesso em: 23 abr. 2025.

MAPEANDO O ALÍVIO DE SINTOMAS PSICOLÓGICOS E DOLOROSOS: VIVÊNCIA EXPERIMENTAL EM AURICULOTERAPIA EM UM HOTEL NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Categoria: Projeto Integrador

Adriana Pontes De Lima De Morais[1]
Fernanda Dos Santos[2]
Luana Stephany Molon Paulo[3]
Maysa Dalla Santa De Lara[4]
Vitória Maria Bergonsi[5]
Daniela dos Santos[6]

Resumo – A auriculoterapia, fundamentada na Medicina Tradicional Chinesa, considera a orelha uma região rica em terminações nervosas e pontos energéticos capazes de influenciar órgãos e funções do corpo. Seu mecanismo de ação envolve a função somatotrópica, a inervação e irrigação auricular, além da relação com os meridianos energéticos. Os objetivos deste estudo foram avaliar os efeitos da aplicação da auriculoterapia na redução dos sintomas da depressão, ansiedade, estresse e dor. Este estudo se caracteriza como experimental, aplicada em 12 colaboradores de um hotel em Caçador/SC. Os funcionários foram avaliados a partir de questionários como DASS-21 e Escala Visual Analógica (EVA) e tratados com protocolo personalizado de auriculoterapia com sementes de mostarda nos pontos de analgesia, tensão, ansiedade, alegria, entre outros. A técnica mostrou-se segura, de baixo custo, minimamente invasiva e eficaz, favorecendo o equilíbrio físico e emocional, apresentando efeitos positivos na redução do estresse, ansiedade, depressão, avaliados pelo questionário DASS-21 e dor, mensurada pela escala EVA.

Palavras-chave: auriculoterapia. ansiedade. depressão. estresse. dor musculoesquelética.

INTRODUÇÃO

A Medicina Tradicional Chinesa considera a orelha como uma região do corpo repleta de nervos que podem ser ativados por agulha e sementes de mostarda que mandam sinais para o sistema nervoso autônomo provocando reações em certos órgãos ou regiões do corpo (Jales et al., 2019). Entre os pontos mais utilizados estão o ShenMen, Rim e Simpático. O primeiro atua no tronco e córtex cerebral, e promove analgesia por meio da liberação de endorfinas, impede desequilíbrios etc. O ponto do Rim reduz o acúmulo de linfa e amplia a oxigenação dos tecidos.

[1]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Alunas do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Já o Simpático regula a atividade do sistema nervoso autônomo, que promove analgesia, relaxamento muscular e ação anti-inflamatória (Santos, et al., 2021).

A auriculoterapia evidência pontos positivos para depressão, estresse e ansiedade e distúrbio do sono. Além de auxiliar no alívio da ansiedade, sono, bem-estar e relaxamento em indivíduos dependentes de substâncias (Cunha et al., 2021).

O estresse é uma resposta natural do corpo diante de situações de perigo ou ameaça. Nessas circunstâncias, o organismo entra em estado de alerta, desencadeando alterações emocionais e físicas, e que podem gerar desconforto, preocupação, nervosismo e até complicações graves, como o infarto (Lemos, Gregório, Silva, 2019). Já a indisposição mental, de acordo com Santos et al. (2024), indica alterações no desenvolvimento cognitivo e afetivo. A ansiedade tem um impacto significativo na sociedade, ela é considerada o "mal do século" por ser a doença mental que mais cresce mundialmente.

Os objetivos deste estudo foram avaliar os efeitos da aplicação da auriculoterapia na redução dos sintomas da depressão, ansiedade, estresse e dor, inicialmente identificando as queixas físicas e emocionais dos funcionários, aplicando o protocolo de auriculoterapia de acordo com as necessidades individuais e, após as sessões, verificando a redução dos sintomas e incentivando o uso das práticas integrativas e complementares como promoção de saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta caráter experimental, com uma abordagem quantitativa e descritiva, o público-alvo foram funcionários de um hotel. A realização do projeto pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer número 5.555.233, conforme recomenda a Resolução 466/12, CNS/MS, assegurando o sigilo das informações e os nomes dos participantes, realizado com os funcionários de um hotel, em Caçador.

Os critérios de inclusão na execução deste projeto foram funcionários do hotel, com idade superior a 18 anos e sexo feminino ou masculino. Foram excluídos funcionários que manifestaram aversão ao tratamento e desconfortos após a aplicação.

Para a execução deste projeto, foi elaborado um folder informativo sobre a técnica da auriculoterapia, utilizando sementes de mostarda, suas indicações e benefícios. A amostra foi selecionada por conveniência, sendo composta por funcionários do hotel com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, conforme os critérios de inclusão estabelecidos. Foram excluídos da amostra os funcionários que apresentaram aversão à técnica ou que manifestaram desconfortos após a aplicação do tratamento.

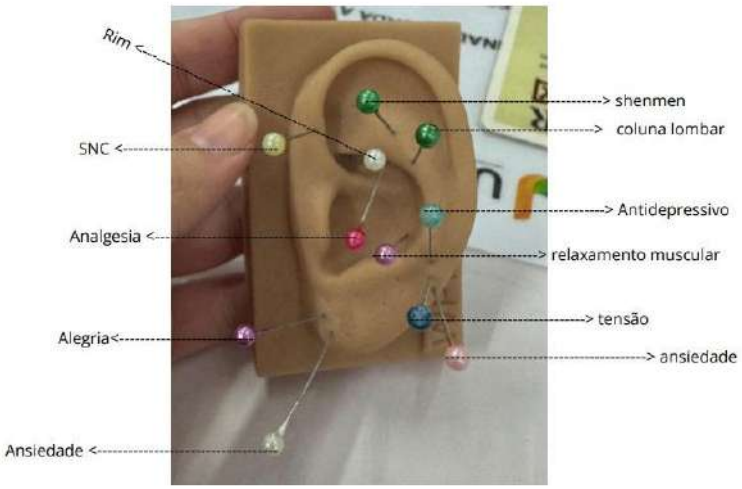
Os participantes foram avaliados pré e pós-tratamento. A avaliação dos sintomas de estresse, ansiedade e depressão foram avaliadas pelo questionário DASS-21. As pontuações foram categorizadas conforme os critérios de severidade estabelecidos pela escala DASS-21. Escores entre 0 e 9 para depressão, 0 e 7 para ansiedade e 0 e 14 para estresse foram interpretados como indicativos de normalidade. Valores entre 10 e 13 para depressão, 8 e 9 para ansiedade e 15 e 18 para estresse foram classificados como nível leve. Para o nível moderado, consideraram-se os intervalos de 14 a 20 para depressão, 10 a 14 para ansiedade e 19 a 25 para

estresse. Pontuações entre 21 e 27 para depressão, 15 e 19 para ansiedade e 26 a 33 para estresse foram consideradas severas, enquanto valores de 28 a 42 para depressão, 20 a 42 para ansiedade e 34 a 42 para estresse foram definidos como extremamente severos, conforme os parâmetros normativos da escala.

A dor foi avaliada através da Escala Visual Analógica (EVA), composta por uma linha reta de 10 cm, com as extremidades à esquerda (0) correspondendo a "sem dor" e a extremidade à direita (10) a "pior dor possível". Os participantes foram orientados a marcar no formulário o que representasse melhor o sintoma no momento da avaliação.

O protocolo aplicado foi baseado na função dos pontos auriculares conforme Lopes e Suliano (2016). Os pontos escolhidos foram: Shenmen, Rim, Simpático, coluna lombar, analgesia, antidepressivo, relaxamento muscular, alegria, tensão e 2 pontos para ansiedade. A aplicação utilizou os pontos relacionados com os sintomas relatados pelos funcionários.

Figura 1 – Pontos auriculares utilizados no protocolo de tratamento.



Fonte: Autoras (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra deste estudo foi composta por 12 colaboradores, com uma faixa etária que variou de 21 a 52 anos, com predominância do sexo feminino (83,3% mulheres e 16,7% homens). Em relação à distribuição por função, notou-se que a maior parte foi distribuída entre recepcionistas e gerência (66,6%), e outras funções como a de cozinheira/cozinheiro chefe (25%) e auxiliar de limpeza (8,3%).

Na avaliação inicial foi aplicado o teste DASS-21, e os resultados do pré-tratamento indicaram médias de 6,5% para depressão, 12,17% para ansiedade e 17,33% para estresse. No

pós-tratamento indicaram médias de 3,8% para depressão, 5,2% para ansiedade e 6,4% para estresse, demonstrando uma melhora do quadro sintomático. Esses resultados corroboram com o estudo de Oliveira et al. (2021) que evidenciou efeitos positivos na redução da ansiedade, do estresse e da depressão em profissionais da área da saúde com a aplicação de auriculoterapia.

Morais et al. (2020), apontaram em seu estudo que o tratamento com auriculoterapia promoveu não apenas a diminuição da dor, mas também contribuiu para o alívio dos sintomas, a redução da incapacidade física e a recuperação das habilidades físicas e funcionais.

Na avaliação da dor através da aplicação da Escala Visual Analógica (EVA), os funcionários apresentaram pré-tratamento uma média de 4,8 pontos na escala reduzindo para 3,4 pontos no pós-tratamento.

Além das escalas DASS-21 e EVA, foi aplicado um questionário sobre a percepção dos participantes com relação aos sintomas de estresse, ansiedade e depressão. Os resultados estão apresentados no gráfico 1 e mostram que a maioria dos participantes percebeu melhora após as sessões. Cerca de 80% relataram redução da dor, 60% notaram mudanças físicas e emocionais positivas e 50% sentiram diminuição da ansiedade. Em relação ao estresse, 70% afirmaram melhora após o tratamento.

Gráfico 1 – Resultado da percepção dos participantes sobre os sintomas de estresse, ansiedade e depressão

Fonte: Autoras (2025).

Segundo Corrêa et al. (2020), a auriculoterapia é uma técnica minimamente invasiva, segura, de baixo custo e com demanda de pouco tempo para a aplicação. De acordo com Silva et al. (2022), a auriculoterapia apresenta efeitos seguros e estatisticamente significativos relacionados à depressão e à ansiedade em diferentes populações e contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a auriculoterapia apresentou efeitos positivos na redução do estresse, da ansiedade, da depressão e da dor entre os participantes. A técnica mostrou-se segura, de baixo custo, minimamente invasiva e eficaz, favorecendo o equilíbrio físico e emocional.

A melhora dos sintomas e o aumento do bem-estar relatados pelos participantes reforçam o potencial da auriculoterapia como prática integrativa e complementar voltada à promoção da saúde e à qualidade de vida no ambiente laboral. Assim, recomenda-se sua aplicação em programas institucionais de saúde e a realização de novos estudos com amostras ampliadas, para fortalecer as evidências científicas sobre seus benefícios.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à instituição financeira, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, à professora e orientadora Drª. Daniela Santos por compartilhar seu conhecimento, e agradecemos também ao hotel por disponibilizar o espaço e a equipe para a realização do projeto.

REFERÊNCIAS

CUNHA, José Henrique da Silva *et al.* A utilização da auriculoterapia no cuidado em saúde mental: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, [S. *l.*], v. 10, n. 1, p. 156–170, 2021. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/5074. Acesso em: 08 ago. 2025.

CORRÊA, Hérica Pinheiro et al. Efeitos da auriculoterapia sobre o estresse, ansiedade e depressão em adultos e idosos: revisão sistemática. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/c470ff91-5be6-46ca-8787-71a2b7d77564/content. Acesso em: 25 out. 2025

JALES, Renata Dantas *et al*. Auriculoterapia no cuidado da ansiedade e depressão. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 13, 2019. DOI: 10.5205/1981-8963.2019.240783. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/240783. Acesso em: 08 ago. 2025

LEMOS, Ludmila Rocha; GREGORIO, Cleide Leide de Sa.; SILVA, Kelly Cristina Antunes da. A eficiência da auriculoterapia no tratamento de estresse/ Efficiency of auriculotherapy in stress treatment. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. *l.*], v. 2, n. 6, p. 5108–5123, 2019. DOI: 10.34119/bjhrv2n6-018. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/4469. Acesso em: 08 ago. 2025

MORAIS, Bruna Xavier *et al*. Auriculoterapia e redução da dor musculoesquelética crônica. [Dados indiretos de revisão]. **Revista Integrativa/Estudos em Saúde**, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/reben/a/Z4XLb9j8CGL9xtfbzrCzztQ/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 25 out. 2025

OLIVEIRA, Cristiana Mattos Camargos de *et al.* Auriculoterapia em profissionais de enfermagem na pandemia do coronavírus: estudo de casos múltiplos. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 23, e65678, 2021. Acesso em: 25 out. 2025

SANTOS, Layane Estefany Siqueira dos *et al.* Eficácia da auriculoterapia para a ansiedade em adultos: uma revisão sistemática. Revista Delos, [S. *l.*], v. 17, n. 60, p. e2386, 2024. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2386. Acesso em: 8 ago. 2025.

SANTOS, Thayanny Gabrielly Gomes dos *et al.* A efetividade do tratamento para dor utilizando auriculoterapia: um artigo de revisão. Research, Society And Development: [S.L.], v. 10, n. 12, 2021. Research, Society and Development. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20517. Acesso em: 25 out. 2025

SILVA, Eduardo Viana da *et al*. Auriculoterapia: evidências científicas sobre a sua eficácia em casos de ansiedade e depressão. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 15, n. 1, 2022. DOI: 10.25248/reas.e9505, 2022. Disponivel em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9505. Acesso em: 25 out. 2025

O IMPACTO DO SHIATSU NA QUALIDADE DE VIDA E NO ESTRESSE DE PROFISSIONAIS DO SETOR HOTELEIRO

Categoria: Projeto Integrador

Bianca Somensi Tenconi[1]
Bruna Dutra Araújo[2]
Maria Fernanda do Prado Carneiro[3]
Maria Julia Peretti Vidal[4]
Daniela dos Santos[5]

Resumo – O estresse ocupacional configura-se como um dos principais fatores de comprometimento da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho, sendo especialmente presente entre profissionais da hotelaria, devido às longas jornadas e à constante busca pela satisfação do cliente. O presente estudo teve como objetivo avaliar os efeitos do Shiatsu no manejo do estresse e na qualidade de vida de colaboradoras de um hotel na cidade de Caçador/SC. Trata-se de uma pesquisa experimental, desenvolvida com cinco participantes do sexo feminino, submetidas a cinco sessões quinzenais da técnica. Para avaliação, foram aplicados os questionários WHOQOL-Bref e Escala de Percepção de Estresse-10 (EPS-10), pré e pós-intervenção. Os resultados demonstraram eficácia parcial da técnica, com melhora perceptível no domínio "meio ambiente". Por outro lado, observou-se redução nas pontuações do domínio físico. No entanto, os níveis de estresse apresentaram elevação no pós-teste. Conclui-se que, embora o Shiatsu proporcione benefícios à percepção corporal e ao bem-estar ambiental, sua aplicação isolada não foi suficiente para reduzir o estresse ocupacional, ressaltando a importância de abordagens integrativas e contínuas no contexto da hotelaria.

Palavras-chave: Shiatsu. Hotelaria. Estresse. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

De acordo com Silvério (2017), o estresse, em linhas gerais, pode ser definido como uma perturbação física ou mental decorrente da longa exposição a situações de pressão, que provocam reações e acarretam mudanças em seu estado fisiológico e comportamental acompanhados pela manifestação de desgaste entre as pessoas. Fatores como esse são ocasionados pela alta competitividade e pela constante busca por resultados e valorização no ambiente de trabalho, caracterizando-se como os principais agentes de comprometimento da saúde e do bem-estar ocupacional.

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse sentido, a hotelaria apresenta-se como um dos setores mais suscetíveis ao acometimento pelo estresse, uma vez que exige extensas jornadas, contato direto e permanente com clientes e, acima de tudo, objetiva a satisfação do consumidor. Assim, Da Silva et al. (2018) ressaltam que com o intuito dos colaboradores desempenhem com plenitude seu papel dentro da organização, é necessário que as empresas tenham conhecimento acerca das motivações e inquietações deles, visto que a essência dos serviços prestados está totalmente ligada à qualidade de vida dos seus funcionários.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo utilizar o Shiatsu, que segundo Filiis et al. (2022) consiste em uma técnica de Medicina Alternativa e Terapêutica que por intermédio da "pressão dos dedos", é capaz de reduzir o estresse, fortalecer o sistema imunológico e minimizar potencialmente o risco ou a gravidade de sintomas recorrentes, para avaliar os seus efeitos sobre o manejo do estresse e na qualidade de vida de colaboradoras de um hotel.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa experimental. Todas as etapas da pesquisa seguiram as circunstâncias de ética e sigilo perante as respostas apresentadas, sendo conduzidas conforme o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe sendo aprovadas sob parecer número 5.555.233.

Dessa forma, para a seleção da amostra foi realizada de forma intencional, através da elaboração e divulgação de um folder explicativo contendo informações sobre a técnica de Shiatsu, seus objetivos e benefícios, a fim de convidar os colaboradores do hotel a participarem do estudo. Na sequência, cinco colaboradoras do sexo feminino manifestaram interesse e foram incluídas nesta pesquisa.

Sendo assim, realizou-se uma iniciativa de extensão com cinco encontros quinzenais promovidos nas dependências de um hotel na cidade de Caçador-SC. A coleta de dados tomou por referência dois questionários: "WHOQOL- Abreviado" e "Escala de Percepção de Estresse-10 (EPS-10)". O primeiro consiste em um instrumento genérico de qualidade de vida composto por 26 itens em quatro domínios: físico, psicológico, social e ambiental. Cada item é avaliado em uma escala Likert de 5 pontos e as pontuações são convertidas em uma escala de 0 a 100. Um score mais alto no WHOQOL-Bref indica melhor qualidade de vida. Já o segundo inquérito, trata-se de um instrumento composto por dez questões que investigam, de forma subjetiva, os sentimentos e pensamentos relacionados ao estresse nos últimos 30 dias. As respostas são registradas em uma escala do tipo Likert, variando de 0 ('nunca') a 4 ('muito frequentemente'). Quatro itens (4, 5, 7 e 8) possuem formulação positiva e, por essa razão, têm sua pontuação invertida. O score final resulta da soma de todos os itens, de modo que valores mais elevados indicam maiores níveis de estresse percebido.

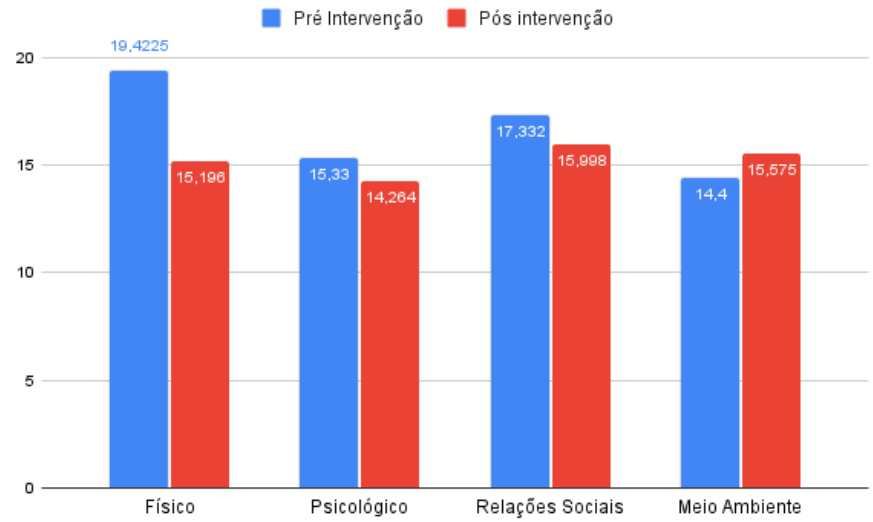
Como intervenção proposta, as participantes foram submetidas à sessões da técnica Shiatsu, realizadas com aproximadamente 20 minutos de duração em ambiente reservado, respeitando as condições de conforto e privacidade delas. As aplicações foram realizadas pelas autoras, bem como sob supervisão docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A caracterização inicial da amostra possibilitou a compreensão detalhada do perfil de cada participante, bem como sua rotina laboral e percepção da qualidade de vida. As cinco colaboradoras do hotel, do sexo feminino, possuíam idades entre 22 e 49 anos e desempenhavam distintas funções, como auxiliar de vendas, cozinheiras (duas delas), direção administrativa e camareira. Ambas cumpriam horários de expediente diferenciados, o que proporcionou subsídios consistentes para uma análise aprofundada dos efeitos da técnica de Shiatsu no cotidiano delas.

Nesse sentido, através da ferramenta WHOQOL-Bref, foi avaliado o bem-estar geral em quatro domínios: físico, psicológico, social e ambiental, os quais possuem seus resultados resumidos em pré e pós-intervenção no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Resultados do questionário WHOQOL-Bref pré e pós-intervenção com a técnica Shiatsu



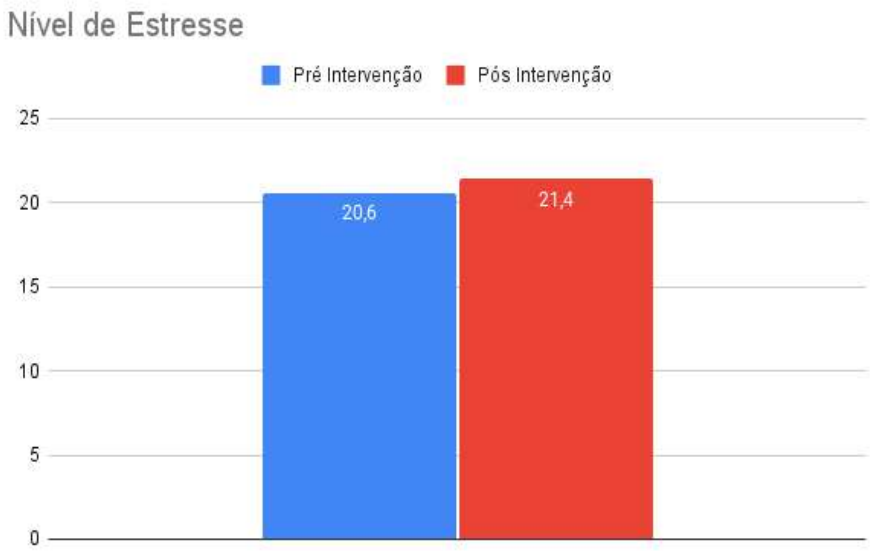
Fonte: Autoras (2025)

De forma geral, embora o shiatsu tenha sido aplicado conforme o protocolo, os resultados indicam uma eficácia parcial, possivelmente influenciada pelo curto tempo de intervenção ou pelas características individuais de cada participante. Em especial, percebe-se que no domínio "físico" houve redução significativa nos valores, o que segundo Pernambuco et al. (2003) pode ser explicado pela melhora da consciência corporal, ou seja, conforme os mesmos foram submetidos às sessões, houve maior discernimento de propriocepção corporal, favorecendo para que possam ter avaliado detalhadamente seu estado físico, observando alterações ou limitações que antes não eram indicadas, servindo de hipótese para a redução das pontuações nesse domínio.

Além disso, é notório que o aspecto "meio ambiente" foi o que apresentou os melhores resultados pós-intervenção. Fato esse, que se explica pelos estudos de Wong et al. (2018), onde indicam que a presença de ambientes com acessibilidade e segurança, está associada a maior bem-estar psicológico, redução do níveis de estresse e maior percepção positiva da qualidade de vida, enaltecendo os benefícios do contato com a natureza para a saúde mental. Em Caçador, cidade em que o hotel se localiza, já era esperado tal associação, uma vez que possui diversas áreas verdes e parques, permitindo que os moradores tenham contato frequente com atividades ao ar livre e momentos de lazer.

Por outra perspectiva, a sobrecarga laboral presente no ambiente hoteleiro consiste no conjunto de perturbações psicológicas e ao sofrimento mental relacionados às experiências vivenciadas no trabalho. Dos Santos e Rodriguez (2015) abordaram o estresse como um sentimento de esgotamento, resultado das interações complexas entre fatores internos e externos ao trabalho e características individuais do trabalhador, ocorrendo quando as demandas profissionais superam a capacidade do indivíduo de enfrentá-las. Para medir tal fato, o segundo questionário utilizado foi o Escala de Percepção de Estresse-10 (EPS-10), o qual possui seus resultados descritos no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Resultados do questionário Escala de Percepção de Estresse-10 (EPS-10), pré e pós-intervenção com a técnica Shiatsu



Fonte: Autoras (2025)

Diante do cenário vivenciado pelos profissionais de hotelaria, percebe-se que mesmo após as sessões semanais, os níveis de estresse não foram reduzidos, mas sim elevados, sendo válido destacar que os pacientes foram submetidos a outras terapias integrativas no mesmo período, o que pode ter interferido nos resultados.

Em suma, ao considerar o feedback dos participantes, observou-se que, apesar de os resultados quantitativos indicarem apenas eficácia parcial, todas relataram sensações subjetivas de relaxamento e alívio das tensões musculares após as sessões de shiatsu. Tais comentários reforçam a importância de uma análise focada não apenas em indicadores numéricos, mas também nas experiências individuais, que refletem benefícios significativos no bem-estar geral, ainda que não plenamente evidenciados nos escores dos questionários aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os resultados sugerem que a intervenção isolada de Shiatsu pode não ser suficiente para reduzir o estresse ocupacional em profissionais de hotelaria, especialmente quando outros fatores externos e demandas intensas de trabalho estão presentes. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de abordagens integrativas complementares e de estratégias de manejo do estresse mais contínuas, que considerem as especificidades do ambiente laboral e as características individuais dos trabalhadores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao hotel pela disponibilidade e apoio durante a realização deste projeto, possibilitando a execução das sessões de Shiatsu e a coleta de dados de forma segura e adequada.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Elisama Ramos *et al.* Um estudo acerca do estresse no ambiente hoteleiro. Revista Mangaio Acadêmico, v. 2, n. 2, Jul/Dez 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40030925/Um_estudo_acerca_do_estresse_no_ambiente_hoteleiro. Acesso em: 02 de set. 2025

FILLIS, Michelle Moreira Abujamra *et al*. Shiatsu associado à fisioterapia na dor e fadiga em pessoas com esclerose múltipla. Fisioterapia e Movimento, v. 35, e. 35114, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/fm.2022.35114. Acesso em: 02 set. 2025

PERNAMBUCO, Carlos Soares et al. A inferência do shiatsu na distribuição de potência das ondas alfas no córtex cerebral em mulheres adultas. Fitness & Performance Journal, v.2, n.3, p. 178-182, 2003. Disponível em:10.3900/fpj.2.3.178.p. Acesso em: 23 out. 2025

WONG, Fiona Y. *et al.* Avaliação da qualidade de vida usando o WHOQOL-BREF: um estudo transversal sobre a associação entre qualidade de vida e satisfação ambiental na vizinhança, e o efeito mediador de comportamentos relacionados à saúde. BMC Public Health, v.18 , n.1113, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-018-5942-3. Acesso em: 23 de out. 2025

VENTOSATERAPIA: UMA TERAPIA MILENAR CONTRA O ESTRESSE MUSCULAR

Categoria: Projeto Integrador

Emily Ribeiro Maciel[1]
Heloise Selenko[2]
Kauane Lutes de Souza[3]
Maria Alice Carvalho[4]
Daniela dos Santos[5]

Resumo – A ventosaterapia é uma técnica terapêutica da medicina tradicional chinesa que utiliza copos de acrílico ou vidro aplicados com vácuo sobre a pele, o objetivo geral deste estudo foi avaliar os efeitos da ventosaterapia sobre as dores musculares e a melhoria da qualidade de vida em trabalhadores hoteleiros. Este estudo avaliou os efeitos da ventosaterapia sobre as dores musculares e a melhoria da qualidade de vida em trabalhadores hoteleiros.Trata-se de um estudo experimental com abordagem qualitativa e quantitativa. Os participantes, com idades entre 18 e 60 anos e queixas de dor muscular, foram submetidos a sessões quinzenais de aplicação das ventosas nas regiões cervical, dorsal e lombar, conforme a necessidade individual. Cada participante recebeu de três a cinco sessões, com duração de 30 minutos, sendo avaliados por meio do mapa de dor corporal e do questionário de qualidade de vida SF-36. Os resultados demonstraram redução significativa das dores musculares e melhora da sensação de relaxamento e bem-estar. Conclui-se que a ventosaterapia é um método eficaz, acessível e de fácil aplicação, podendo ser utilizada como recurso fisioterapêutico complementar na prevenção e tratamento das tensões musculares ocupacionais.

Palavras-chave: Trabalhadores; Hotelaria; Ventosaterapia; Relaxamento muscular.

INTRODUÇÃO

A ventosaterapia é uma técnica terapêutica oriunda da medicina tradicional chinesa, que utiliza copos de acrílico ou vidro aplicados com vácuo sobre a pele em regiões específicas do corpo. Seu objetivo é estimular a circulação sanguínea local, reduzir tensões musculares e aliviar dores (Yamamura, 2001). Essa técnica atua diretamente na dissolução de pontos gatilhos miofasciais, frequentemente causados por contrações musculares involuntárias, promovendo a liberação do tecido conjuntivo e facilitando o deslizamento das fáscias, o que contribui para o relaxamento muscular (Hammer, 2003).

No contexto da atividade laboral, especialmente na hotelaria, os trabalhadores estão frequentemente expostos a jornadas intensas, movimentos repetitivos, posturas inadequadas e

[1]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

exigências físicas constantes. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento de tensões musculares e dores crônicas, que afetam diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional. Segundo Dejours (1992), o trabalho pode ser fonte de realização, mas também de sofrimento, especialmente quando não há suporte organizacional adequado.

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo geral avaliar os efeitos da ventosaterapia sobre as dores musculares e a melhoria da qualidade de vida em trabalhadores hoteleiros.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no formato de projeto integrador, caracterizando-se como um estudo experimental com abordagem mista, envolvendo métodos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados foi conduzida em conformidade com as normas éticas vigentes e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob aprovação do parecer nº 5.555.233.

A amostra foi composta por colaboradoras do hotel de ambos os sexos seguindo os seguintes critérios de inclusão: ter idade entre 18 e 60 anos, que apresentavam queixas musculares ou tensões decorrentes das atividades exercidas. Os critérios de exclusão foram: presença de lesões abertas, doenças de pele na área de aplicação, distúrbios circulatórios graves, gestação, uso de anticoagulantes ou qualquer contraindicação clínica para ventosaterapia.

Os participantes foram avaliados através de um breve questionário de características da amostra, do mapa da dor corporal e do questionário de qualidade de vida SF- 36. Também foi realizada a elaboração e entrega de folders educativos contendo orientações de autocuidado (postura correta e técnicas de alongamento) que os participantes poderão realizar em casa.

O atendimento foi realizado em formato quinzenal com duração de 30 minutos por sessão em local reservado, tranquilo e higienizado, nas dependências do hotel. O método de aplicação da ventosaterapia foi a seco, com copos de acrílico, aplicados na região dorsal, cervical ou lombar, de acordo com a necessidade individual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

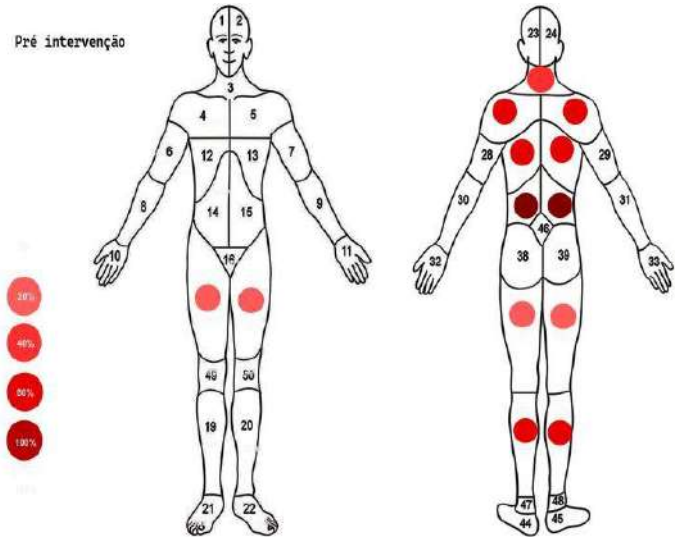
A amostra do presente estudo foi composta por cinco colaboradores, sendo três do sexo feminino (60%) e dois do sexo masculino (40%), evidenciando uma leve predominância do sexo feminino. A idade dos participantes variou de 21 a 40 anos, com média aproximada de 32 anos. O tempo de atuação profissional variou de 8 meses a 5 anos, demonstrando um grupo com diferentes níveis de experiência. Todos os participantes aceitaram voluntariamente participar do estudo.

Os resultados deste estudo indicaram melhora significativa nas queixas de dor muscular relatadas pelos participantes após a aplicação da ventosaterapia, com destaque para as regiões cervical, dorsal e lombar. A redução da dor foi confirmada pela análise comparativa dos mapas de dor obtidos antes e após a intervenção, evidenciando a eficácia da técnica na diminuição do desconforto musculoesquelético e na promoção do relaxamento físico. Esses achados

corroboram com estudos recentes que demonstram a efetividade da ventosaterapia no manejo da dor musculoesquelética, sobretudo em indivíduos com dor lombar crônica e tensões ocupacionais (Spinoso; Pereira 2020).

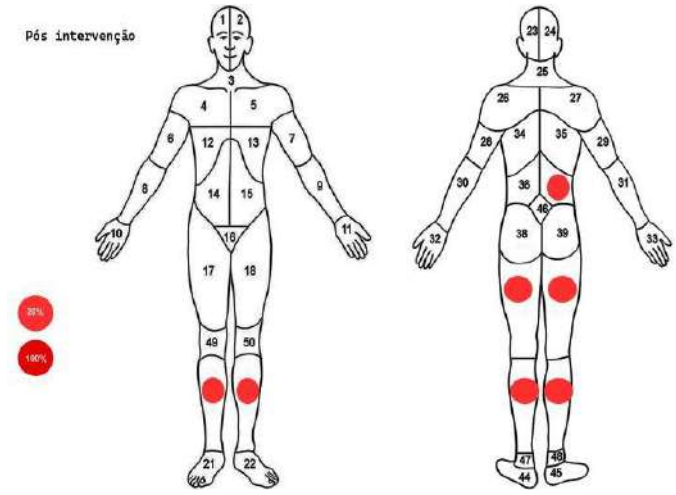
Os resultados obtidos também corroboram com o estudo de Salemi et al. (2021), que verificou diminuição significativa da dor e melhora da funcionalidade após cinco sessões de ventosaterapia em indivíduos com dor lombar persistente. Apesar disso, é importante reconhecer que o presente estudo apresentou limitações, como o número reduzido de participantes e o curto período de acompanhamento, o que impossibilita avaliar os efeitos a longo prazo. Ainda assim, os dados reforçam o papel da ventosaterapia como uma técnica eficaz e segura para o alívio de dores musculares e o cuidado preventivo da saúde ocupacional.

Figura 1 – Resultado da avaliação da presença de dores pré-tratamento através do mapa da dor



Fonte: Autoras (2025)

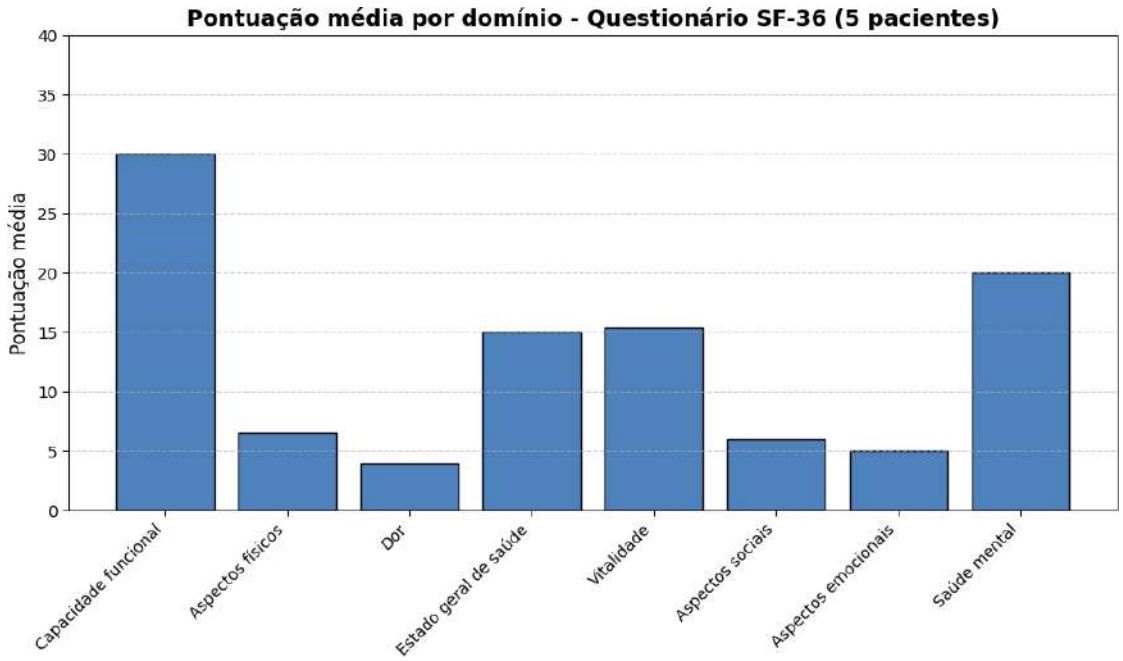
Figura 2 – Resultado da avaliação da presença de dores pós-tratamento através do mapa da dor



Fonte: Autoras (2025)

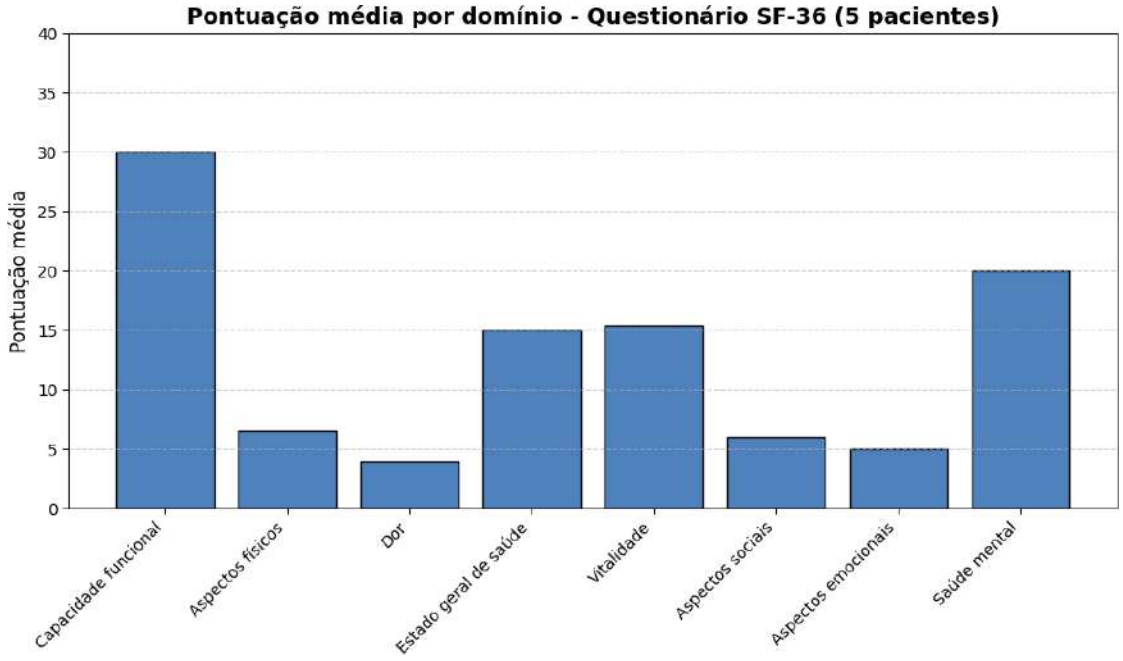
De acordo com Wang et al. (2023), a ventosaterapia atua por meio do aumento da circulação sanguínea, estímulo da liberação miofascial e melhora da oxigenação tecidual, resultando em relaxamento muscular e bem-estar geral. Esses mecanismos fisiológicos justificam a melhora observada nos participantes deste estudo, que relataram sensação de leveza e alívio das tensões após as sessões. Além disso, o tratamento mostrou-se de fácil aplicação, baixo custo e bom nível de aceitação pelos trabalhadores, fatores que reforçam seu potencial como recurso fisioterapêutico complementar em ambientes laborais.

Gráfico 1 – Resultado da avaliação pré-tratamento através do questionário SF-36



Fonte: Autoras (2025)

Gráfico 2 – Resultado da avaliação pré-tratamento através do questionário SF-36



Fonte: Autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da ventosaterapia demonstrou melhora significativa nos níveis de dor muscular relatados pelos participantes, principalmente nas regiões cervical, dorsal e lombar. Observou-se relaxamento, alívio das tensões e maior bem-estar geral após as sessões. Esses resultados confirmam os efeitos descritos na literatura, como aumento da circulação sanguínea e liberação miofascial. A técnica mostrou-se eficiente e de fácil aplicação em trabalhadores com queixas musculares decorrentes das atividades laborais

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional à formação acadêmica e incentivo à prática de extensão. Esta pesquisa não contou com financiamento externo.

REFERÊNCIAS

SALEMI, Marianna de Melo et al. Effect of Dry Cupping Therapy on Pain and Functional Disability in Persistent Non-Specific Low Back Pain: A Randomized Controlled Clinical Trial. Journal of acupuncture and meridian studies, v.*14*, n.6, p.219–230, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35770601/.14.6.219. Acesso em : 02 nov.2025

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

HAMMER, W. Functional Soft-Tissue Examination and Treatment by Manual Methods. 3rd ed. Boston: Jones and Bartlett Publishers, 2003.

WANG, Liaoyao; CAI, Ziling; LI, Xuanlin; ZHU, Aisong. Efficacy of cupping therapy on pain outcomes: an evidence-mapping study. Frontiers in Neurology, v. 14, p.1266712, 26 out. 2023. Disponível em: 10.3389/fneur.2023.1266712. Acesso em : 02 nov.2025

YAMAMURA. Acupuntura Tradicional: A Arte de Inserir. 2 ed.São Paulo: Roca,2001.

MASSAGEM COM VELAS QUENTES COMO FERRAMENTA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE HOTELEIRO

Categoria: Projeto Integrador

Alana Martins Schwartz[1]
Emanuella Proencio[2]
Jéssica Alves Ferreira[3]
Silmara das Graças Rodriguês[4]
Daniela dos Santos[5]

Resumo: O presente estudo teve como objetivo avaliar o efeito da técnica de massagem com velas sobre os níveis de estresse e a promoção da saúde física e mental em colaboradores de hotelaria. Trata-se de uma pesquisa experimental, quantitativa e descritiva, realizada com três participantes. O estudo foi realizado nas dependências do hotel Kindermann com a aplicação de cinco sessões quinzenais da técnica. Para a coleta de dados e análise, foi utilizado um questionário de caracterização da amostra e o questionário SF-36 para avaliar a qualidade de vida. Os resultados evidenciaram uma melhoria na qualidade de vida dos colaboradores, sobretudo na redução da dor, o que sugere impacto positivo da técnica aplicada. Conclui-se que a massagem com velas pode ser uma medida eficaz para promover saúde, bem-estar e equilíbrio entre corpo e a mente, além de proporcionar uma experiência sensorial intensa aos trabalhadores do setor hoteleiro entre todos os cargos exercidos. Essa técnica terapêutica também inclui os benefícios do calor e dos óleos liberados pelas velas à massagem, proporcionando relaxamento muscular, alívio do estresse e estímulo da circulação sanguínea, estímulos sensoriais desencadeando fatores que colaboram para a redução do estresse e a melhoria da saúde física e mental dos colaboradores atendidos.

Palavras-chave: Massagem, Transtornos, Tensão, Relaxamento, Dores

INTRODUÇÃO

A Candle Massage, ou massagem com velas, é uma técnica terapêutica que utiliza a cera aquecida de velas especiais, produzidas com cera vegetal e óleos essenciais de diferentes aromas. Ao ser aplicada sobre a pele, a temperatura agradável da cera, combinada às propriedades aromáticas, proporciona uma experiência sensorial intensa, favorecendo o relaxamento físico e emocional. Além de aliviar tensões musculares, essa prática é considerada uma abordagem

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

holística, pois atua não apenas sobre o corpo físico, mas também promove equilíbrio emocional e energético, oferecendo bem-estar integral ao indivíduo (Alves, Fernandes e Pereira, 2018).

Em ambientes como hotéis e spas, a massagem com velas pode ser incorporada como um recurso terapêutico diferenciado, configurando-se como uma experiência de relaxamento personalizada. Essa prática, caracterizada por deslizamentos suaves e delicados, tem como finalidade promover o relaxamento global do indivíduo, favorecer a recuperação do equilíbrio emocional e reduzir estados de tensão. Ademais, apresenta potencial benefício no manejo de condições associadas à saúde, como tensão muscular e dores crônicas, além de constituir uma estratégia relevante de autocuidado e promoção do bem-estar (Alves, Fernandes e Pereira, 2018).

Considerando os efeitos terapêuticos reconhecidos da massagem com velas quentes, tem como objetivo avaliar seus efeitos como recurso para o alívio do estresse e dos impactos decorrentes, tanto no aspecto físico quanto mental, visando contribuir para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida do indivíduo.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como experimental, com abordagem quantitativa e descritiva, tendo como público-alvo os funcionários de uma rede de hotelaria, localizado na cidade de Caçador/SC. Sua aplicação ocorreu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob o parecer nº 5.555.233.

Os colaboradores receberam o convite para participar das atividades do estudo através do setor de recursos humanos do hotel em parceria com as atividades extensionistas da universidade.

Os participantes foram avaliados a partir de um questionário de caracterização da amostra, coletando dados sociodemográficos como idade, sexo, carga horária de trabalho, função exercida etc. A qualidade de vida foi avaliada pré e pós-tratamento através do questionário SF-36. Este questionário é amplamente utilizado para avaliar qualidade de vida, separado por domínios principais como, capacidade funcional, limitações físicas, dor, aspectos sociais, entre outros. Cada domínio avalia diferentes áreas da saúde física e mental. A pontuação varia de zero a cem, sendo que zero mostra o pior estado de saúde e cem o melhor, a nota final é calculada separadamente para cada um dos domínios, permitindo uma avaliação detalhada das diferentes áreas da saúde e qualidade de vida, com pontuações quantitativas.

O ambiente foi todo preparado para o colaborador se sentir o mais relaxado possível, com música ambiente, luz baixa e o aroma solto pelo nosso próprio material, a vela. a temperatura estava de acordo com o gosto dos pacientes.

Os participantes receberam a aplicação da técnica na região posterior do tronco e pescoço. O passo-a- passo da técnica foi realizado sempre respeitando as suas limitações e auxiliando na reparação dos pontos acometidos com tensão muscular e bem-estar físico, buscando o relaxamento por meio da massagem aplicada e os fatores listados acima.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

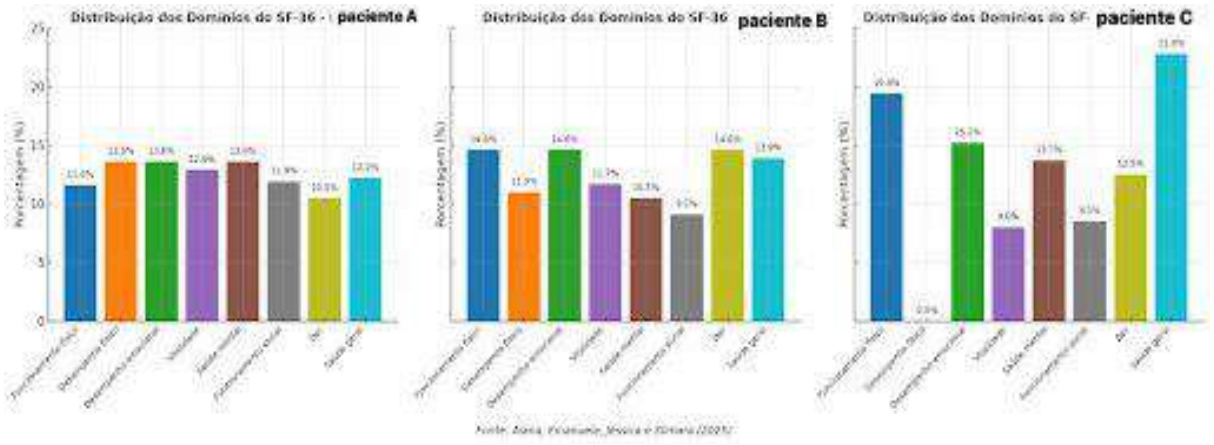
A massagem com velas, é muito mais do que um tratamento físico de um paciente, ela se consolida como uma terapia holística e sensorial que atua em vários níveis do bem-estar humano. A combinação da cera vegetal com óleos essenciais aquecidos proporcionam um relaxamento mais profundo que vai além da tensão muscular, alcançando um equilíbrio emocional do mesmo (Alves, Fernandes e Pereira, 2018).

A aplicação prática dessa técnica se mostrou eficaz para atender um público diversificado. A amostra deste estudo foi baseada em três participantes (A, B e C) e os resultados estão demonstrados nos gráficos 1 e 2 abaixo. De forma geral, observou-se melhora significativa em todos os domínios avaliados após a aplicação do protocolo de tratamento. Os resultados demonstraram aumento expressivo nos índices de qualidade de vida, com destaque para os domínios de Funcionamento Físico, Desempenho Emocional e Função Social, que atingiram pontuações próximas ou iguais a 100%.

Além disso, houve evolução positiva nos aspectos de Vitalidade, Saúde Mental e Saúde Geral, embora com variações individuais na magnitude dos ganhos. Em alguns casos, o Desempenho Físico apresentou incremento considerável, evidenciando recuperação funcional e melhora da capacidade para realização de atividades diárias.

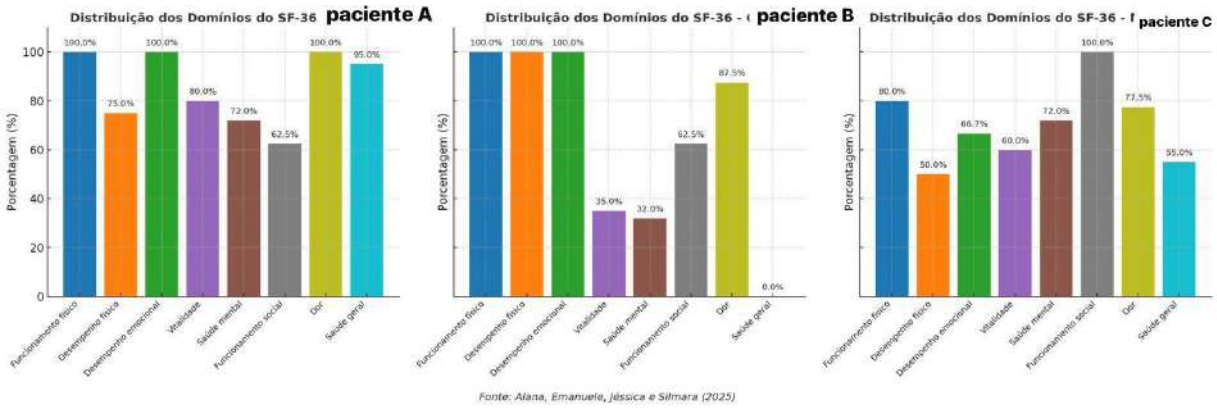
De maneira global, os achados indicam que o protocolo aplicado contribuiu para a redução de limitações funcionais e aperfeiçoamento do bem-estar físico e emocional das participantes, refletindo eficácia clínica e potencial terapêutico da intervenção fisioterapêutica proposta.

Gráfico 1 – Resultados pré-tratamento da qualidade de vida do paciente.



Fonte: Autoras (2025)

Gráfico 2 - Resultado pós-tratamento de qualidade de vida do paciente.



Fonte: Autoras (2025)

Os resultados indicam uma melhora significativa nos escores de qualidade de vida após a intervenção com massagem, estando alinhados com a literatura. O aumento projetado nos escores de Vitalidade e Saúde Mental foi particularmente relevante, uma vez que a amostra apresentou um perfil basal de baixo bem-estar psicológico. Este achado é corroborado pela pesquisa de Kritsadee; Saengsom; Chantasak (2024) que demonstram uma redução de ansiedade e estresse em diferentes populações através da aplicação de massagem.

Assim a Candle Massage pode ser considerada uma prática de bem-estar robusta, capaz de atender tanto a busca por relaxamento quanto à necessidade de tratamento. A sua capacidade de oferecer uma experiência sensorial completa e a torna um diferencial e uma ferramenta valiosa no setor de cuidados da saúde e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram efeitos positivos quanto a aplicação da técnica. Observou-se que parte dos colaboradores apresentava desconhecimento prévio sobre o método e seus benefícios, bem como dúvidas relacionadas à forma de aplicação e à temperatura utilizada nas velas, as quais foram devidamente esclarecidas antes do início das sessões.

O estudo apresentou limitações quanto as referências bibliográficas específicas. Sugere-se a realização de novos estudos com amostras ampliadas e delineamentos controlados, a fim de aprofundar a compreensão sobre os efeitos fisiológicos e terapêuticos da técnica, bem como sua aplicabilidade em diferentes contextos clínicos e ocupacionais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a instituição pela oportunidade e aos funcionários e colaboradores do Hotel Kindermann que se disponibilizaram para que esta ação pudesse ser realizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. K.; FERNANDES, L.; PEREIRA, L. P. *Massagem com a utilização de velas quentes*. Revista Saúde em Foco, n. 10, p. 168–171, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/021_massagem_com_a_utilizacao_de_velas_quentes.pdf.Acesso em: 25 set. 2025.

KRITSADEE, Saengsit; SAENGSOM, Duangjai; CHANTASAK, Bunyanuch. The effect of using scented candles for body massage with *Citrus aurantium* on muscle pain and stiffness relief. *Science, Engineering and Health Studies*, v. 18, n. 2, p. 40–48, 2024. Disponível em: <https://li01.tci-thaijo.org/index.php/sci_01/article/view/268203>. Acesso em: 28 out. 2025.

CONDUTAS FISIOTERAPÊUTICAS FRENTE À SEPSE EM CONTEXTO HOSPITALAR: UMA ANÁLISE ACADÊMICA

Categoria:Trabalho de Conclusão de Curso

Julia Vitória Amaral Fortes[1]
Juliano Mazzotti[2,3]

Resumo – O estudo analisou dez pacientes com diagnóstico de sepse atendidos no CTI, identificando a sepse pulmonar como a mais prevalente (50%), seguida pela abdominal (30%) e do SNC (20%). A maioria apresentava instabilidade clínica, limitando intervenções complexas, sendo priorizada a avaliação da mecânica ventilatória, higiene brônquica e mobilização precoce. Observou-se também a presença de sarcopenia em parte dos pacientes. Conclui-se que a fisioterapia em UTI é essencial para a recuperação funcional, redução do tempo de ventilação mecânica e internação, além de contribuir significativamente para a qualidade de vida e reabilitação dos pacientes críticos.

Palavras-chave: Fisioterapia, Sepse, Choque Séptico, Mortalidade, Intervenções.

INTRODUÇÃO

A Fisioterapia foi marco significativo na história da humanidade.Com a Guerra Fria o espaço do fisioterapeuta foi se moldando, desempenhando um papel fundamental tanto pré-lesão como pós-lesão. Conforme a necessidade e a demanda social, a fisioterapia começou a evoluir e ser utilizada em diversos âmbitos. De acordo com as diretrizes que circundam a formação o fisioterapeuta tem como objetivo o estudo do movimento humano, em todas as suas formas, sendo elas alterações patológicas, cinético-funcionais, com o objetivo de preservar, desenvolver, restaurar função, podendo elaborar diagnóstico físico e funcional, assim executando os procedimentos fisioterapêuticos pertinentes a cada situação (Brasil, 2002), hoje observamos uma vasta atuação da fisioterapia seja ele em clínicas, hospitais, academias, clubes, centros de reabilitação, empresas, e até mesmo a domicílio.

No Centro de Terapia Intensiva (CTI), a Fisioterapia vem contribuindo diretamente para a recuperação dos pacientes críticos, segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional(COFFITO), é atribuída ao fisioterapeuta a realização de reposicionamento no leito, sedestação, ortostatismo, deambulação, além poder planejar e executar estratégias de adaptação, readaptação, orientação e capacitação dos clientes/pacientes/usuários, visando a maior funcionalidade do paciente crítico ou potencialmente crítico (COFFITO, 2014).Este artigo busca evidenciar as principais alternativas utilizadas por estagiários dentro do CTI em pacientes

[1] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Laboratório ou Grupo de Pesquisa Casa Asilar Henning, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

acometidos por sepse, com técnicas voltadas a possíveis intervenções funcionais, cardiorrespiratórias e mobilidades à beira-leito. A presença de estagiários representa uma importante oportunidade de aprendizado e aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. Portanto, compreender como essas intervenções vêm sendo realizadas, principalmente em situações clínicas complexas como a sepse, que exigem raciocínio clínico apurado e decisões terapêuticas seguras.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quali-quantitativa, retrospectiva e exploratória, baseada na análise de relatórios de estágio da 10ª fase do Curso de Fisioterapia da UNIARP. O estudo buscou compreender as condutas fisioterapêuticas adotadas pelos estagiários diante de diferentes quadros clínicos de sepse, utilizando documentos previamente elaborados durante o estágio.

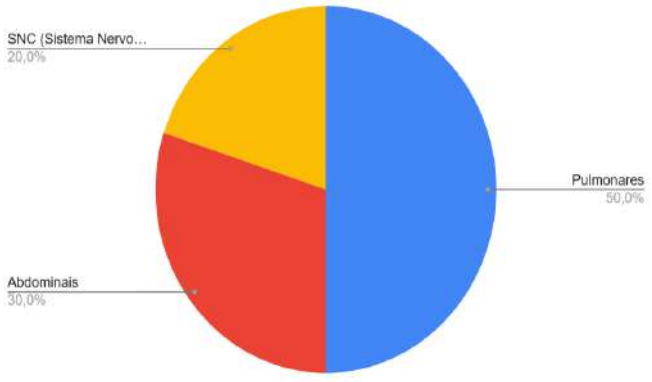
Os dados foram coletados a partir das fichas de avaliação hospitalar preenchidas pelos acadêmicos da 10ª fase do Curso de Fisioterapia da UNIARP, contendo informações sobre quadro clínico, estabilidade hemodinâmica e intervenções fisioterapêuticas realizadas à beira-leito. Foram analisados qualitativamente para identificar padrões e similaridades nas condutas diante de diferentes quadros de sepse. No total, foram avaliados 10 pacientes, garantindo o anonimato dos participantes e dos estagiários, conforme os critérios éticos e de inclusão estabelecidos.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP pelo parecer do CEP n° 7.857.573 , conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Por tratar-se de pesquisa retrospectiva, houve dispensa do TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas evidências obtidas até a data de 20 de outubro de 2025, foi possível coletar dados referentes a 10 pacientes. Desses, dois evoluíram para óbito, sete receberam alta hospitalar e um permanece em tratamento para sepse. Entre os casos analisados, quatro pacientes já foram admitidos na unidade hospitalar apresentando quadro de sepse em evolução, como visto na imagem 1.

Imagem 1 - Distribuição dos focos infecciosos identificados



Fontes: Autora (2025)

A análise dos focos infecciosos associados à sepse demonstrou que a sepse pulmonar foi a mais prevalente, correspondendo a 50% dos casos (n=5), seguida pelos focos abdominais 30% (n=3) e do sistema nervoso central (SNC), ambos com 20% (n=2). Nenhum caso foi identificado com foco urinário, de pele/partes moles ou indefinido. Esses achados mostram a predominância das infecções respiratórias de acordo com ILAS (2019), embora a sepse possa estar relacionada a qualquer foco infeccioso, o pulmonar é responsável pela metade dos casos como principal causa de sepse no ambiente hospitalar, especialmente em pacientes acamados ou com comprometimento do sistema imunológico, o que reforça a importância de um manejo.

Entre os demais achado foi possivel observar a sarcopenia segundo a Revista brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento (RBONE) associou aspectos como sexo, idade, comorbidades e atividades de vida de pacientes admitidos em hospitais, fortes indicativos de possiveis evoluções de sarcopenia, sendo que os mesmo poderiam já ter indicativos antes mesmo de sua entrada a unidade de atendimento (Menezes,Dávila, Melo, MELO. 2024).

Já as intervenções realizadas pelas acadêmicas foram avaliação da mecânica ventilatória(n=9), cinesioterapia motora passiva / ativa(n=4), mobilização precoce (leito / sedestação / ortostatismo)(3), higiene brônquica (secreção / aspiração) (n=6), treino de tosse assistida(n=1) e estímulo à funcionalidade(n=2) Observou-se que a maioria dos pacientes apresentava instabilidade clínica, e, em algumas exceções, instabilidade hemodinâmica, o que limitou a execução de intervenções mais complexas, restringindo-se, em muitos casos, apenas à avaliação fisioterapêutica da mecânica ventilatória, a fim de evitar possíveis complicações e garantir a segurança dos pacientes. Confirmando a importância da atuação fisioterapêutica em UTI segundo França et al. (2019), embora pouco estudada, está ligada com o tratamento ao tempo de ventilação mecânica, o que reduz estadia na UTI, a sua readmissão, favorecendo a sua alta clínica e a fim de melhorar a qualidade de vida e garantir sua alta clínica.

CONCLUSÃO

Com base na análise dos dados obtidos, foi possível identificar que a sepse pulmonar apresentou-se como o foco infeccioso mais prevalente entre os pacientes avaliados, confirmando a importância das infecções respiratórias como principais causas de sepse em ambiente hospitalar. Esse achado reforça a necessidade de estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce e manejo fisioterapêutico adequado nesses casos.

As intervenções fisioterapêuticas, embora limitadas pela instabilidade clínica e hemodinâmica dos pacientes, mostraram-se essenciais, especialmente nas etapas de avaliação da mecânica ventilatória, higiene brônquica e mobilização precoce, contribuindo para a prevenção de complicações respiratórias e musculoesqueléticas.

Dessa forma, confirma-se que a atuação fisioterapêutica em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é de extrema relevância, conforme descrito por França et al. (2019), uma vez que está diretamente relacionada à redução do tempo de ventilação mecânica, diminuição do período de internação e melhora na qualidade de vida dos pacientes críticos, reforçando o papel indispensável do fisioterapeuta na equipe multiprofissional de cuidados intensivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução no CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002**. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em fisioterapia. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Coffito publica novas resoluções. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 2011. Seção 1. Disponível em: https://www.coffito.gov.br. Acesso em: 29 abr. 2025.

FRANÇA, Eduardo Ériko Tenório de; FERRARI, Francimar; FERNANDES, Patrícia; CAVALCANTI, Renata; DUARTE, Antonio; MARTINEZ, Bruno Prata; AQUIM, Esperidião Elias; DAMASCENO, Marta Cristina Paulete. **Fisioterapia em pacientes críticos adultos: recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira**. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 6–22, 2012. Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/GxXyxWJ3HssKPryPkxn9MLn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 abr. 2025.

MENEZES, Rayanne; DÁVILA, Hylla; MELO, Raimunda. **Investigação da sarcopenia em pacientes hospitalizados.** Revista brasileira de obesidade, nutrição e emagrecimento(RBONE). São Paulo, v.1. n.112. p.91-103.Jan/Feb. 2024. ISSN 1981-9919. Disponível em :https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2343/1415. Acesso em: 24 Mar. 2025.

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NO IMPACTO NO QUADRO ÁLGICO, FADIGA E QUALIDADE DO SONO EM MULHERES COM FIBROMIALGIA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Daniele de Lima Marcondes[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo - A fibromialgia é uma síndrome de dor crônica, sistêmica e não inflamatória, que provoca limitações funcionais significativas. Caracteriza-se por dor intensa e difusa em músculos e tecidos moles, associada à hipersensibilidade em pontos específicos, além de distúrbios do sono e fadiga muscular que comprometem o descanso e a qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos da cinesioterapia e da terapia manual na dor, fadiga e qualidade do sono em mulheres com fibromialgia. Em uma pesquisa experimental, seis participantes foram divididas em dois grupos, um submetido apenas à cinesioterapia e o outro exclusivamente à terapia manual. Após oito semanas de intervenção, ambas as técnicas demonstraram efetividade na redução do impacto da doença, avaliado por meio do Questionário de Impacto da Fibromialgia (FIQ).

Palavras-chave: Fisioterapia, Dor crônica, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A fibromialgia é uma síndrome de dor crônica, sistêmica e não inflamatória, que provoca limitações funcionais significativas (Siracusa et al., 2021). Caracteriza-se por dor intensa e difusa em múltiplos músculos e tecidos moles, associada à hipersensibilidade em pontos específicos chamados tender points (Oliveira, 2025). Além da dor persistente, o quadro clínico inclui distúrbios do sono e fadiga muscular, comprometendo o descanso noturno e impactando negativamente a qualidade de vida (Bhargava, 2025).

A fibromialgia é uma doença reumatológica crônica com prevalência atingindo entre 0,6% a 6,4% da população mundial (Alberti, 2021). Já no Brasil, cerca de 3% da população é acometida, sendo 70% a 90% mulheres, principalmente em idade produtiva, gerando impactos socioeconômicos e de saúde pública consideráveis (Ministério da Saúde, 2025; Alberti, 2021). Recentemente, a fibromialgia foi legalmente reconhecida como deficiência, conforme a Lei nº 15.176/2025, representando avanço na inclusão social (Brasil, 2025; Alberti, 2021).

A doença não possui causa única, sendo desencadeada por fatores físicos e emocionais (Bhargava, 2025). Pacientes apresentam alterações no processamento da dor e na sensibilidade

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] ocente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

do sistema nervoso central, com aumento da substância P e alterações nos níveis de serotonina. Fatores psicológicos e geradores periféricos de dor contribuem para fadiga, disfunções cognitivas e distúrbios de humor, agravando os sintomas (Siracusa et al., 2021).

Comorbidades associadas aumentam a limitação funcional e pioram a qualidade de vida, sendo frequentes distúrbios do sono, ansiedade e depressão (Avni et al., 2025). O diagnóstico é clínico, baseado em história, exame físico e exclusão de outras doenças, sem achados radiológicos determinantes (Bhargava, 2025). Portanto, a abordagem multidisciplinar é fundamental para melhora da funcionalidade e qualidade de vida (Avni et al., 2025).

A fadiga é um dos sintomas mais incapacitantes, comprometendo atividades diárias e autonomia, e está relacionada à intensidade da dor e à piora da qualidade de vida. O sono não reparador, a fadiga e distúrbios de humor agravam os pontos dolorosos, evidenciando a interação entre os sintomas (Denche-Zamorano et al., 2024). A fisioterapia é uma grande aliada para controle da dor e redução da fadiga, promovendo funcionalidade e bem-estar (Catalam et al., 2022).

Entre as abordagens fisioterapêuticas, podemos citar duas, a cinesioterapia que combina exercícios físicos e orientação sobre controle da dor, inclusive remotamente, promovendo mobilidade, ativação muscular e equilíbrio físico-emocional (González-Álvarez et al., 2024). Bem como a terapia manual, que trabalha liberação miofascial, aplica movimentos nos tecidos moles para desativar pontos dolorosos, melhorar circulação, relaxamento muscular e mobilidade articular (Ughreja et al., 2021).

A fibromialgia afeta principalmente mulheres em idade produtiva, prejudicando atividades diárias e convivência social. Diante disso, torna-se relevante investigar os efeitos das técnicas fisioterapêuticas no alívio da dor, fadiga e distúrbios do sono, visando a melhoria da qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo geral analisar os efeitos do tratamento fisioterapêutico nesses sintomas. Os objetivos específicos incluem avaliar impactos de diferentes técnicas fisioterapêuticas na melhora do quadro álgico.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa experimental, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualiquantitativa, devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP (CEP), sob parecer nº 7.665.289. A amostra foi composta por seis mulheres com quadro de fibromialgia, na faixa etária de 46 há 68 anos, e que não estivessem praticando atividade física, e que apresentem sintomas da doença avaliados através do Questionário de Impacto da Fibromialgia (FIQ) com pontuação mínima de 50 pontos. Foram excluídas do estudo as participantes que faltaram duas vezes aos atendimentos sem justificativa, que apresentassem doenças infecciosas, neurológicas ou musculoesqueléticas agudas durante o recebimento do protocolo ou aquelas que tiveram que iniciar outros tipos de tratamentos fisioterapêutico.

As participantes foram divididas aleatoriamente em dois grupos de três. O grupo Cinesioterapia realizou exercícios aeróbicos na bicicleta ergométrica com progressão gradual, iniciando com 20 minutos, além de alongamentos para os principais grupos musculares afetados pela patologia, totalizando 25 minutos. (Estrada-Marcén et al., 2023).

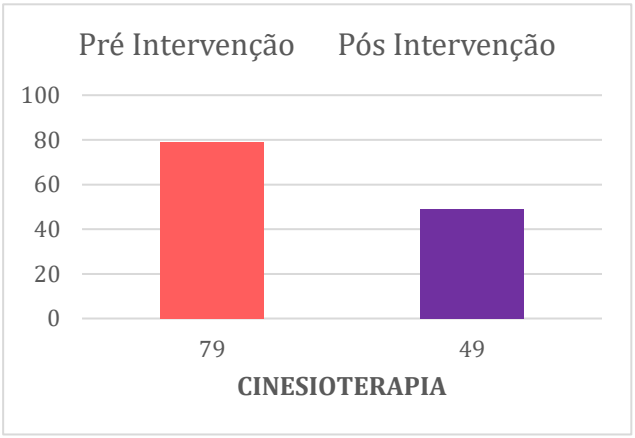
E outro foi o grupo de Terapia Manual, onde elas receberam sessões de liberação miofascial nas regiões dolorosas, com duração média de 30 a 40 minutos, utilizando pressão manual e mobilização dos tecidos moles (Lv, 2024). Ambas as técnicas ocorreram seus atendimentos na Clínica Escola de Fisioterapia na UNIARP, duas vezes na semana durante oito semanas.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas e submetidos à análise estatística descritiva. Posteriormente, os resultados foram comparados com a literatura científica, de modo a identificar possíveis relações e impactos observados nos grupos estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

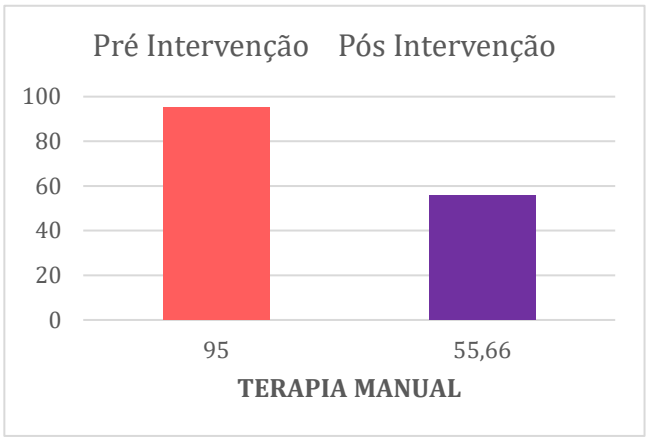
Os gráficos ilustram o comparativo das duas abordagens fisioterapêuticas, Cinesioterapia e Terapia Manual, no estudo do impacto da fibromialgia, conforme mensurado pelo Questionário de Impacto da Fibromialgia (FIQ). Utilizando uma escala de 0 a 100, sendo que 100 é o maior nível dos sintomas da patologia, e 0 o menor.

Gráfico 01 – Evolução Cinesioterapia



Fonte: Autoras, (2025)

Gráfico 02 – Evolução Terapia Manual



Fonte: Autoras, (2025)

Os resultados da aplicação do grupo que recebeu as técnicas de cinesioterapia demonstraram redução do escore FIQ em 38%. Já com relação aos resultados do grupo que recebeu as técnicas de terapia manual , estes apresentaram uma redução de 41,5%. Embora ambas as intervenções tenham sido eficientes na redução significativa dos escores, a Terapia Manual abordou um grupo de pacientes com impacto inicial mais severo, indicando uma melhora absoluta ligeiramente maior.

A redução nos escores do FIQ, em qualquer dos tratamentos, se traduz em benefícios diretos na qualidade de vida e funcionalidade, que são os principais focos do controle da fibromialgia. Um escore menor no FIQ reflete a diminuição da dor, da fadiga, da rigidez matinal e dos distúrbios do sono, além de uma melhora no estado de humor (ansiedade e depressão) e na capacidade de realizar tarefas diárias e manter a produtividade (Amris, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que tanto a cinesioterapia quanto a terapia manual contribuíram significativamente para a redução dos sintomas da fibromialgia, incluindo dor, fadiga, distúrbios do sono e limitação funcional, refletindo em melhora da qualidade de vida das participantes. Ambas as intervenções fisioterapêuticas foram válidas na redução do impacto da doença, e a diminuição dos escores do FIQ confirma a melhora dos sintomas, evidenciando o papel essencial da fisioterapia no tratamento não farmacológico da fibromialgia. A terapia manual apresentou maior impacto em casos com escores iniciais mais elevados, enquanto a cinesioterapia favoreceu mobilidade, ativação muscular e equilíbrio físico-emocional, reforçando a importância de abordagens individualizadas. Esses achados destacam a relevância do tratamento fisioterapêutico multidisciplinar baseado em evidências e indicam a necessidade de estudos futuros com amostras maiores e protocolos prolongados para aprimorar estratégias de intervenção.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pelo apoio à iniciação científica e a minha orientadora Dra. Daniela dos Santos.

REFERÊNCIAS

AMRIS, Kirstine; *et al*. Impact of enhanced pain knowledge on core outcomes in fibromyalgia patients with high self-reported pain education needs: a target trial emulation using the DANFIB registry. RMD open, v. 11, n. 2, p. e005576, 2025. DOI: https://doi.org/10.1136/rmdopen-2025-005576. Acesso 22 out.2025

AVNI, Chen *et al*. Psychiatric Comorbidities in Fibromyalgia: A Comparison With Chronic Conditions and Healthy Controls. The Journal of nervous and mental disease, v. 213, n. 8, p. 187–195, 2025. DOI: https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000001836 Acesso em: 24 out.2025.

BHARGAVA Juhi, GOLDIN Jennifer. Fibromyalgia. StatPearls, jan., 2025. Livro Eletrônico disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK540974/ Acesso em: 22 out. 2025.

CATALAM, André Luis *et al*. BENEFICIOS DA FISIOTERAPIA NO PACIENTE COM FIBROMIALGIA – UMA REVISÃO. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/898 Acesso em 21. out.2025.

DENCHE-ZAMORANO, Ángel *et al*. Relationship of Pain, Depression, Fatigue, and Sleep Problems with Functional Capacity, Balance, and Fear of Falling in Women with Fibromyalgia: Cross-Sectional Study. **Nursing Reports**, v. 14, n. 4, p. 2819–2836, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/nursrep14040207 Acesso em 21 out.2025.

ESTRADA-MARCÉN, Nerea C. et al., Can an Aerobic Exercise Programme Improve the Response of the Growth Hormone in Fibromyalgia Patients? A Randomised Controlled Trial. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 3, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph20032261. Acesso em 21 out.2025.

GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, María Elena *et al*. Exercise Intervention in Women with Fibromyalgia and Its Influence on Pain, Psychological Variables, and Disability: An Observational Study. **Life**, v. 15, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/life15010040 Acesso em: 21 out.2025.

LV, Yangting; YIN, Yiwen. A Review of the Application of Myofascial Release Therapy in the Treatment of Diseases. **Journal of multidisciplinary healthcare**, v. 17, p. 4507–4517, 2024. DOI: https://doi.org/10.2147/JMDH.S481706 Acesso em: 21 out.2025

OLIVEIRA, Luciene; MONTEIRO, Érico Augusto Barreto; LISBOA, Walter. Percepção de pacientes com fibromialgia sobre diagnóstico, convívio e impacto psicológico da doença. **BrJP Brazilian Journal of Pain**. Paraná. v. 8, 2025. DOI: https://doi.org/10.63231/2595-0118.20250031-pt Acesso em: 22 out.2025.

SIRACUSA, Rosalba et al. Fibromialgia: Atualização sobre Patogênese, Mecanismos, Diagnóstico e Opções de Tratamento. **International Journal Molecular Sciences.** [s.l.] v.22, n.8, abr., 2021. DOI:https://doi.org/10.3390/ijms22083891 Acesso em: 22 out. 2025.

UGHREJA, Reepa Avichal et al., Eficácia da liberação miofascial na dor, sono e qualidade de vida em pacientes com síndrome da fibromialgia: uma revisão sistemática. **Terapias Complementares na Prática Clínica.** [s.l.] v.45, nov.,2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ctcp.2021.101477 Acesso em: 22 out.2025.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E ADESÃO À FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Fernanda Souza[1]
Talita Padilha Machado[2]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento, a percepção e a adesão à fisioterapia no pós-operatório de mulheres submetidas à mastectomia, bem como analisar os impactos percebidos desse processo sobre a qualidade de vida. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa, de caráter descritivo e transversal, desenvolvida entre os dias 25 de setembro a 18 de outubro de 2025. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico estruturado na plataforma Google Forms, contendo questões sociodemográficas, clínicas e de percepção fisioterapêutica. Os resultados parciais indicaram que a fisioterapia exerce papel essencial na recuperação física e emocional das mulheres mastectomizadas, contribuindo para a prevenção de complicações, como o linfedema e a limitação da amplitude de movimento. Observou-se a tendência positiva quanto à adesão ao tratamento fisioterapêutico e percepção satisfatória dos seus benefícios. Espera-se que, com a conclusão da análise dos dados, o estudo contribua para reforçar a importância da reabilitação fisioterapêutica precoce, subsidiando políticas públicas e estratégias clínicas voltadas à ampliação do acesso à fisioterapia oncológica e à melhoria da qualidade de vida das pacientes.

Palavras-chave: câncer de mama; fisioterapia oncológica; reabilitação; adesão terapêutica; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é a segunda neoplasia maligna de maior incidência entre as mulheres. De acordo com o Globocan (IARC, 2022), foram registrados cerca de 2,3 milhões de novos casos da doença, ficando atrás apenas do câncer de pulmão em mortalidade. Globalmente, estima-se que uma em cada 20 mulheres desenvolverá câncer de mama ao longo da vida e uma em cada 70 morrerá em decorrência da doença. As taxas de mortalidade variam conforme a região, sendo mais elevadas em locais com menor acesso a serviços de saúde, como exames preventivos e tratamentos adequados (INCA, 2024).

A doença é caracterizada pelo crescimento desordenado de células epiteliais anormais, geralmente originadas nos ductos ou lóbulos mamários, e seu diagnóstico é confirmado por

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

biópsia após o rastreamento mamográfico (Migowski et al., 2018). Entre os fatores de risco não modificáveis estão o sexo feminino, envelhecimento, histórico familiar, mutações genéticas BRCA1 e BRCA2, menarca precoce e menopausa tardia. Já os fatores modificáveis incluem ausência de gestação, uso prolongado de hormonioterapia, obesidade e consumo de álcool (INCA, 2024).

O tratamento depende do estágio e das condições clínicas da paciente, sendo a cirurgia o principal recurso terapêutico, que pode variar desde procedimentos conservadores até a mastectomia radical modificada. Além disso, outras terapias, como quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia e terapias-alvo, podem ser aplicadas isoladamente ou de forma combinada, em caráter neoadjuvante ou adjuvante (Nogueira; Ibiapina; Araújo, 2025). A detecção precoce é fundamental para aumentar as chances de cura e reduzir complicações funcionais, como dor, limitação de movimento e linfedema (Migowski et al., 2018).

Nesse contexto, a reabilitação fisioterapêutica tem se mostrado uma abordagem essencial no tratamento do câncer de mama, especialmente no pós-operatório. A fisioterapia atua na prevenção e manejo de complicações físicas e emocionais, promovendo melhora da amplitude de movimento, da força muscular e da funcionalidade do membro superior, além da redução da dor e do linfedema. O fisioterapeuta contribui também para a autoestima e a reintegração social das pacientes, utilizando recursos como cinesioterapia, drenagem linfática manual, exercícios terapêuticos e orientações posturais (Roca et al., 2021; Coelho et al., 2021).

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e transversal, conduzida com o objetivo de avaliar o conhecimento, a percepção e a adesão à fisioterapia no pós-operatório de pacientes com câncer de mama, bem como os impactos desse processo na qualidade de vida. A escolha da abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de mensurar variáveis e identificar padrões entre as respostas, proporcionando uma análise objetiva dos dados obtidos.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Caçador, Santa Catarina, e região do Alto Vale do Rio do Peixe, abrangendo participantes residentes também nos municípios de Videira, Rio das Antas, Calmon, Lebon Régis, Fraiburgo, Pinheiro Preto, Santa Cecília e Curitibanos. A coleta ocorreu de forma remota, entre os dias 25 de setembro e 18 de outubro de 2025, por meio de um formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms e divulgado nas redes sociais, incluindo Instagram, Facebook e grupos de WhatsApp, o que possibilitou alcançar um número maior de participantes e diferentes localidades.

O questionário estruturado, composto por perguntas fechadas e abertas, contemplou dados sociodemográficos, clínicos e variáveis relacionadas à percepção e adesão à fisioterapia. As informações foram exportadas para planilhas eletrônicas e submetidas à análise estatística descritiva, apresentando frequências absolutas e relativas, médias e desvios-padrão das variáveis. O estudo atendeu integralmente à Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob parecer nº 7.858.433 (CAAE: 92132925.7.0000.0259), garantindo sigilo, confidencialidade e respeito à integridade das participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo encontra-se em fase de finalização. Os resultados parciais apontam que a fisioterapia tem sido amplamente reconhecida pelas participantes como essencial para a reabilitação pós-mastectomia, proporcionando melhora funcional, emocional e social. As respostas indicam percepção positiva sobre os benefícios do tratamento fisioterapêutico, com destaque para o alívio da dor, aumento da mobilidade e fortalecimento muscular.

Entretanto, algumas participantes relataram dificuldades quanto à continuidade das sessões, especialmente por motivos de deslocamento, falta de tempo e encaminhamento médico. Esses achados corroboram estudos de Pereira (2024) e Roca et al. (2021), que destacam a importância do telemonitoramento fisioterapêutico e da ampliação dos serviços públicos de reabilitação oncológica.

Além disso, a literatura de Beurskens et al. (2007) e Arnold et al. (2022) reforça que o início precoce da fisioterapia está diretamente relacionado à prevenção do linfedema e à recuperação funcional mais rápida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos até o momento reforçam que a fisioterapia oncológica exerce papel fundamental na recuperação física e emocional de mulheres submetidas à mastectomia, promovendo autonomia e qualidade de vida. A adesão às orientações fisioterapêuticas mostrou-se determinante para o alcance de melhores resultados e para a prevenção de complicações.

Espera-se que, com a conclusão da análise dos dados, o estudo contribua para fortalecer o reconhecimento da fisioterapia oncológica como parte essencial do tratamento pós-operatório e para incentivar o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem o acesso à reabilitação especializada, garantindo cuidado integral e contínuo às mulheres acometidas pelo câncer de mama.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa e ao Curso de Fisioterapia pelo suporte institucional. Agradeço, ainda, à orientadora Prof.ª Talitta Padilha Machado pela dedicação, orientação e contribuição científica durante o desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, A. et al. Impactos físicos e psicossociais da mastectomia e a importância da reabilitação fisioterapêutica. **Revista Internacional de Oncologia**, p. 21–30, 2022.

BEURSKENS, F. et al. **O impacto da fisioterapia no pós-operatório de mastectomia: estudos e resultados.** São Paulo: Editora Saúde, 2007.

GLOBOCAN. Cancer Today: Global Cancer Observatory. International Agency for Research on Cancer, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Estimativa 2024: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2024.

PEREIRA, Marcos Antônio. **Exercício terapêutico no pós-operatório de câncer de mama: a revolução do telemonitoramento**. São Paulo: Editora Saúde e Bem-estar, 2024.

ROCA, C. et al. A influência do suporte psicológico na recuperação pós-mastectomia. **Revista Psicologia e Saúde**, 2021.

EFEITOS DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA EM TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Maria Eduarda de Souza Busato[1]
Talitta Padilha Machado[2]

Resumo – O câncer de mama é uma das principais causas de mortalidade feminina no Brasil e no mundo, e seus tratamentos, especialmente a quimioterapia, frequentemente provocam efeitos adversos que comprometem a funcionalidade e a qualidade de vida das pacientes. Diante desse cenário, a fisioterapia oncológica apresenta papel essencial na reabilitação física e emocional, auxiliando na redução de sintomas e na promoção da autonomia. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos da fisioterapia na qualidade de vida de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e experimental, realizada com pacientes atendidas na clínica escola de fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Foram aplicados os questionários EORTC QLQ-C30, EORTC QLQ-BR23, HADS e WHODAS 2.0, além de um protocolo fisioterapêutico composto por exercícios respiratórios, alongamentos, drenagem linfática manual, cinesioterapia e atividades funcionais. Espera-se que, após as intervenções, as pacientes apresentem melhora nos domínios físico, emocional e social, com redução de dor, fadiga e ansiedade, além de maior independência nas atividades de vida diária. Conclui-se que a fisioterapia oncológica contribui significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres submetidas à quimioterapia.

Palavras-chave: fisioterapia oncológica; Câncer de mama; Qualidade de vida; Reabilitação funcional; Quimioterapia.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais frequente entre as mulheres e representa uma importante questão de saúde pública devido à sua alta incidência e mortalidade (INCA, 2022). A detecção precoce, por meio de exames de rastreio como a mamografia, é fundamental para aumentar as chances de sucesso terapêutico e reduzir a mortalidade associada à doença. Diversos fatores de risco, como idade, histórico familiar, alterações hormonais, obesidade, sedentarismo e etilismo, estão relacionados ao prognóstico dessa patologia. O tratamento é complexo e pode envolver quimioterapia, radioterapia, imunoterapia e procedimentos cirúrgicos, sendo a escolha do protocolo terapêutico dependente do estágio da doença e da classificação do tumor. Independentemente da modalidade utilizada, os efeitos colaterais são frequentes e impactam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida das pacientes, gerando sintomas como

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

fadiga intensa, náuseas, dor, neuropatias, perda de massa muscular, limitações funcionais e alterações psicossociais, incluindo ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Nesse contexto, a fisioterapia oncológica desempenha papel essencial no cuidado multidisciplinar, atuando desde a fase inicial do tratamento até a reabilitação funcional. As intervenções fisioterapêuticas visam reduzir sintomas, restaurar funções corporais e melhorar a qualidade de vida, por meio de técnicas como cinesioterapia, exercícios aeróbicos e resistidos, drenagem linfática manual, pilates e terapias manuais, que podem ser individualizadas conforme as necessidades de cada paciente (Carvalho; Borges; Santos, 2020). A prática de atividade física durante o tratamento oncológico está associada a benefícios adicionais, como melhora da autoestima, sensação de independência, alívio dos sintomas e maior engajamento social (Browall et al., 2018).

Considerando que a quimioterapia está frequentemente associada a importantes limitações funcionais, a avaliação fisioterapêutica precoce torna-se indispensável. A identificação e o manejo das disfunções motoras desde o início do tratamento possibilitam a implementação de estratégias preventivas e reabilitadoras, reduzindo o impacto físico e emocional da terapêutica e promovendo maior bem-estar durante o processo de enfrentamento da doença (Souza et al., 2017). Diante disso, este estudo busca analisar os efeitos da fisioterapia na qualidade de vida de pacientes com câncer de mama em tratamento quimioterápico, contribuindo com evidências para a prática clínica e incentivando a conscientização sobre a importância da reabilitação no contexto oncológico.

METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa com delineamento experimental e descritivo, de abordagem qualiquantitativa, envolvendo mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico que realizaram mastectomia ou quadrantectomia. Foram incluídas participantes entre 18 e 60 anos, que apresentavam redução na qualidade de vida e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Excluíram-se mulheres que não atendiam aos critérios, realizavam fisioterapia em outros locais ou possuíam mais de duas faltas injustificadas.

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob parecer número 7.858.445, os dados foram coletados na clínica escola de Fisioterapia da UNIARP, de forma presencial e/ou virtual. As etapas incluíram a apresentação do estudo, assinatura do TCLE, preenchimento da Ficha de Avaliação Oncológica e aplicação dos instrumentos EORTC QLQ-C30, EORTC QLQ-BR23, HADS e WHODAS 2.0.

As participantes foram submetidas a 20 sessões de fisioterapia, com protocolo composto por exercícios respiratórios, mobilizações articulares, alongamentos, drenagem linfática (quando indicada), fortalecimento muscular, exercícios aeróbicos leves, terapias analgésicas e orientações posturais e de autocuidado. O protocolo individual foi definido após a anamnese, conforme as necessidades e condições clínicas de cada paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa encontra-se em finalização de aplicação. Espera-se que, após as 20 sessões de intervenção fisioterapêutica, as pacientes apresentem melhora significativa na qualidade de vida, especialmente nos domínios físico, emocional e funcional avaliados pelos questionários EORTC QLQ-C30 e EORTC QLQ-BR23. A atuação fisioterapêutica tende a reduzir sintomas como fadiga, dor, limitação articular e edema, promovendo aumento da força muscular e da capacidade funcional (Freitas et al., 2020).

Segundo Souza et al. (2017), o acompanhamento fisioterapêutico durante a quimioterapia é essencial para minimizar os efeitos adversos do tratamento e evitar o agravamento das limitações físicas. Os exercícios ativos, respiratórios e resistidos favorecem a mobilidade articular e a amplitude de movimento, prevenindo complicações como o linfedema e a rigidez do ombro, que são comuns após cirurgias mamárias.

Além dos benefícios físicos, a prática regular de exercícios e a educação em saúde contribuem para a redução de sintomas psicológicos, como ansiedade e depressão, frequentemente relatados por mulheres em tratamento oncológico (Gomes; Costa, 2020). Estudos de Lima e Almeida (2019) também reforçam que a reabilitação fisioterapêutica auxilia na reconstrução da autoestima e no enfrentamento emocional da doença, sendo um suporte essencial para o bem-estar global da paciente.

Em conformidade com os achados de Carvalho, Borges e Santos (2020), a reabilitação oncológica, quando aplicada de forma precoce e individualizada, proporciona recuperação funcional e melhora da autonomia, refletindo diretamente na qualidade de vida e na percepção positiva sobre o tratamento. Assim, espera-se que, ao final do protocolo, as participantes demonstrem melhora nos escores de funcionalidade avaliados pelo WHODAS 2.0, além de redução nas escalas de ansiedade e depressão do HADS.

A fisioterapia exerce papel fundamental também na prevenção de complicações linfáticas e na restauração da simetria postural, conforme apontado por Vieira et al. (2018), destacando que técnicas como drenagem linfática manual, exercícios de alongamento e mobilizações passivas são eficazes na diminuição de dor e edema. Intervenções como Pilates e cinesioterapia também têm sido associadas à melhora da resistência física, equilíbrio e consciência corporal (Santos; Lima, 2020).

De acordo com Fernandes et al. (2022), programas de exercício supervisionado durante a quimioterapia resultam em redução da fadiga oncológica e melhora da capacidade cardiorrespiratória, aspectos que influenciam positivamente a percepção de qualidade de vida. Tais resultados reforçam que o movimento ativo, aliado à orientação e ao suporte emocional, é capaz de reverter grande parte das disfunções provocadas pelo tratamento.

Por fim, espera-se que as pacientes submetidas ao protocolo fisioterapêutico apresentem aumento da independência nas atividades de vida diária, melhora no padrão respiratório e maior engajamento social, aspectos já evidenciados em outros estudos de reabilitação oncológica (Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2021). Assim, a fisioterapia se consolida como uma

ferramenta essencial na humanização do cuidado oncológico e na promoção de uma vida mais ativa e satisfatória durante o tratamento do câncer de mama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender a relevância da fisioterapia oncológica como parte essencial do tratamento de mulheres com câncer de mama em quimioterapia, evidenciando sua contribuição direta na melhora da qualidade de vida e na recuperação funcional. Observou-se que as intervenções fisioterapêuticas, quando aplicadas de forma individualizada e contínua, promovem benefícios físicos, emocionais e sociais, reduzindo sintomas como dor, fadiga, ansiedade e limitações motoras.

A literatura analisada confirma que a atuação fisioterapêutica favorece a manutenção da mobilidade articular, o fortalecimento muscular e a prevenção de complicações como o linfedema, além de auxiliar no enfrentamento psicológico da doença. Assim, a reabilitação fisioterapêutica torna-se um componente indispensável no cuidado multidisciplinar, proporcionando maior autonomia e bem-estar durante o tratamento oncológico.

Conclui-se que o acompanhamento fisioterapêutico desde o início do tratamento é fundamental para minimizar os efeitos adversos da quimioterapia, favorecendo a reintegração das pacientes às suas atividades de vida diária e melhorando sua percepção de saúde e autoestima. Recomenda-se, portanto, a ampliação do acesso à fisioterapia oncológica e o incentivo a novas pesquisas que explorem seus impactos a longo prazo, reforçando sua importância no contexto da saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

BROWALL, M. et al. **Patients' experiences of exercise within a physical activity intervention during breast cancer treatment.** *Cancer Nursing*, v. 41, n. 2, p. E1-E10, 2018.

CARVALHO, A. A.; BORGES, R. P.; SANTOS, A. C. A. ***Fisioterapia aplicada à oncologia: fundamentos e práticas clínicas***. São Paulo: Manole, 2020.

FERNANDES, Júlia et al. **Os benefícios dos exercícios físicos no câncer de mama.** *Journal of Exercise and Sports Sciences*, 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9814800/. Acesso em: 29 abr. 2025.

FREITAS, Paula et al. Fisioterapia em oncologia mamária: qualidade de vida e evolução clínico-funcional**.** ***Revista da Faculdade de Enfermagem da PUCRS***, 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/6448. Acesso em: 29 abr. 2025.

GOMES, Roberta; COSTA, Ana Paula. **Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino.** *Psicologia em Estudo*, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/Nt9QhBh3Z6T9pY8hRTgQVjQ/?format=pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA. *Câncer de mama: é preciso falar disso*. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/cancer-de-mama-e-preciso-falar-disso. Acesso em: 24 abr. 2025.

LIMA, M. F.; ALMEIDA, C. A. Aspectos psicossociais e qualidade de vida em mulheres com câncer de mama. *Revista Psicologia em Foco*, v. 12, n. 2, p. 59-69, 2019.

NASCIMENTO, Fabíola et al. Integralidade da fisioterapia no tratamento do câncer de mama. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 5, n. 7, 2022. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1106. Acesso em: 29 abr. 2025.

PEREIRA, Amanda *et al*. Intervenções fisioterapêuticas utilizadas na reabilitação funcional do câncer de mama. *BVS Saúde*, 2021. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1282761. Acesso em: 29 abr. 2025.

SANTOS, Larissa et al. Intervenções fisioterapêuticas no tratamento de dor em mulheres com câncer de mama pós-mastectomia, uma revisão de literatura. *Revista de Fisioterapia*, 2021. Disponível em: https://revistaft.com.br/intervencoes-fisioterapeuticas-no-tratamento-de-dor-em-mulheres-com-cancer-de-mama-pos-mastectomia-uma-revisao-de-literatura/. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOUZA, M. A. et al. Efeitos da quimioterapia em mulheres com câncer de mama: limitações funcionais e importância da fisioterapia. *Revista Brasileira de Reabilitação*, v. 23, n. 1, p. 75-83, 2017.

VIEIRA, C. A. *et al.* Abordagens fisioterapêuticas no tratamento do câncer de mama: revisão integrativa. *Revista Saúde e Ciência*, v. 7, n. 2, p. 102-112, 2018.

FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE EFEITOS COLATERAIS AO USO DE CORTICOIDES EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Isabelle Vitória dos Santos[1]
Talitta Padilha Machado[2]

Resumo – O câncer é um dos principais problemas de saúde pública, impactando a qualidade de vida e apresentando altas taxas de mortalidade. Os corticosteroides são amplamente utilizados como adjuvantes no tratamento oncológico por seus efeitos anti-inflamatórios e imunossupressores, porém podem causar efeitos colaterais significativos. Este estudo teve como objetivo identificar os benefícios do tratamento fisioterapêutico nos efeitos adversos decorrentes do uso de corticosteroides em pacientes oncológicos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e qualiquantitativa, realizada por meio de questionários online (SMARTS, DSQ-2 e WHOQOL-100), onde a amostra final foi composta por 47 participantes incluídos na análise. Os resultados indicaram que os sintomas mais frequentes foram cansaço e sonolência (76,5%), seguidos por tremores e dores musculares (70,6%), demonstrando que a fadiga e as alterações musculoesqueléticas estão entre os efeitos mais prevalentes. Conclui-se que a fisioterapia tem papel importante na reabilitação oncológica, contribuindo para a redução da fadiga, melhora da força muscular e promoção da qualidade de vida, sendo fundamental sua integração na equipe multidisciplinar.

Palavras-chave: Fisioterapia; Câncer; Corticoides.

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) (2022), o câncer é considerado um dos principais problemas de saúde pública no mundo, impactando a qualidade de vida dos pacientes e se mantendo com altas taxas de mortalidade. Através do avanço de estudos, muitas estratégias estão sendo desenvolvidas para controle da doença, como a cirurgia, quimioterapia, radioterapia e terapia-alvo.

A utilização de medicamentos dos corticoides nos protocolos, é uma prática comum no manejo de sintomas associados ao câncer e ao próprio tratamento, sendo utilizado como adjuvante. (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, 2024)

Os corticosteroides auxiliam na diminuição de edema associado com inflamações e o crescimento tumoral. Eles podem ser benéficos para pacientes com dor causada pela pressão do tumor em estruturas sensíveis, como em casos de metástases cerebrais e hepáticas. Além disso,

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

são úteis para controle da dor neuropática, diminui cefaleia, reduzem dor óssea e melhoram a qualidade de vida. (Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2002).

Porém, apesar dos seus benefícios, os corticoides podem causar diversos efeitos colaterais, tais como ganho de peso, hiperglicemia, diabetes mellitus (DM), osteoporose, alterações dermatológicas, complicações cardiovasculares, catarata, glaucoma, úlcera péptica, miopatia, aumento da propensão a infecções e distúrbios neuropsiquiátricos (Tavares; Caetano; Ianhez, 2024).

Pensando nisso, chegou-se ao seguinte questionamento: quais os benefícios do tratamento fisioterapêutico em pacientes oncológicos que realizam terapia com corticoides e apresentam efeitos colaterais relacionados ao medicamento?

Portanto, este trabalho teve como objetivo geral identificar os benefícios do tratamento fisioterapêutico nos efeitos colaterais causados pelo uso de corticosteroides em pacientes oncológicos. Buscando compreender os tipos de câncer e suas abordagens terapêuticas, conhecer os principais corticosteroides utilizados na oncologia, descrever os efeitos colaterais mais comuns associados a esses medicamentos e analisar as principais intervenções fisioterapêuticas aplicadas nesses casos.

METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa aplicada a partir de um estudo de levantamento de dados, descritivo, experimental e qualiquantitativo por meio da aplicação de questionário adaptado em formato on line.

Inicialmente o projeto foi submetido ao comitê de Ética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP e aprovado sob o parecer número 7.798.995. A pesquisa se cercou de todos os procedimentos éticos previstos pela Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Antes do início da coleta de dados foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A população participante da pesquisa foi de pacientes que fazem uso de corticoides e tiveram efeitos colaterais relacionados ao medicamento. A amostra foi composta por pacientes de ambos os sexos e que realizam o tratamento em um Hospital de referência em atendimento de pacientes oncológicos.

O estudo organizou-se da seguinte forma: Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foram aplicados os questionários para pacientes atendidos por hospitais e/ou centros de referência em atendimento de pacientes oncológicos no formato online. Os dados foram avaliados buscando caracterizar: tipos de câncer, dados demográficos dos participantes, efeitos colaterais relacionados ao uso de corticoides e nível de qualidade de vida. Os dados obtidos serão exibidos por meio de tabelas e gráficos.

Os instrumentos para coleta de dados utilizados foram: Questionário para caracterização da amostra, questionário SMARTS, questionário de Sintomas DePaul (DSQ-2) e questionário WHOQOL-100 de qualidade de vida. Os questionários foram respondidos de forma online,

através de um formulário elaborado no Google Forms. A captação da amostra foi realizada através de encaminhamento das mensagens no Whatsapp® e divulgados em redes sociais. A coleta de dados aconteceu do dia 26/09 a 18/10/2025.

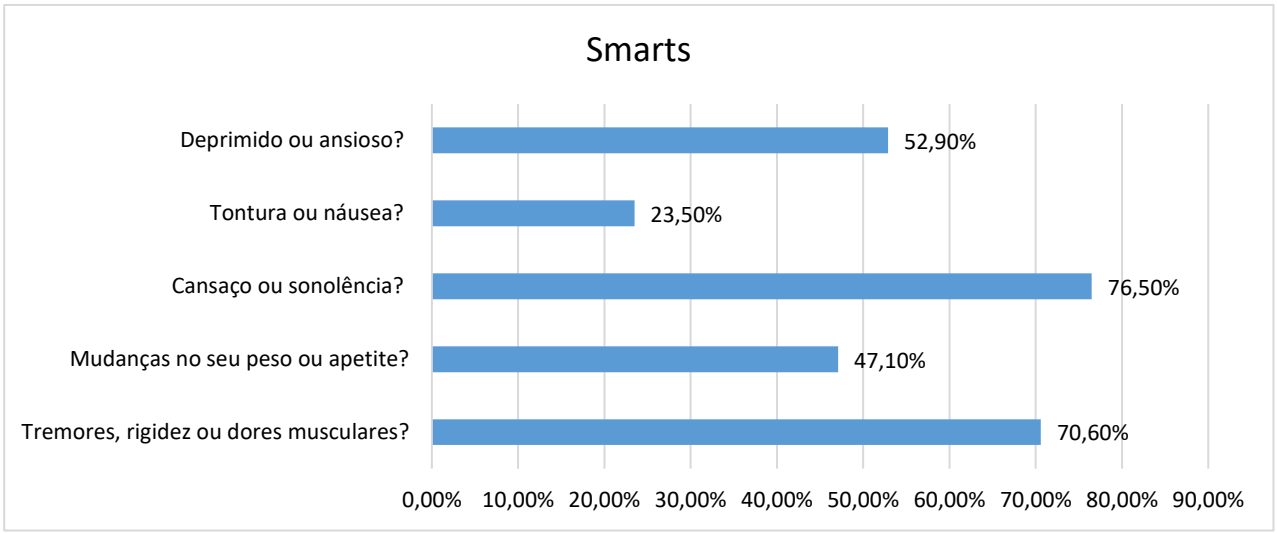
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um total de 50 participantes responderam ao questionário, sendo que duas respostas foram excluídas por motivo de não aceite ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e um participante foi excluído por não apresentar diagnóstico oncológico. Assim, a amostra final foi composta por 47 participantes incluídos na análise. Dentre esses, 57,4% relataram ter utilizado os corticoides durante o tratamento oncológico, sendo que, 37% referiram uso da medicação para outras patologias não relacionadas ao câncer. Dos participantes, 16 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idade média dos participantes foi de 47,88 anos, com variação de 30 a 57 anos.

Relacionado ao estado civil 64, 7% então Casados(as)/União estável, 17,6% solteiro (a), 11,8% divorciado (a) e 5,9% Viúvo (a). Em relação aos tipo de câncer, 94,1% apresentarem dignóstico de câncer de mama e 5,9% de câncer de pele (melanoma metastático avançado), diagnosticados entre os anos de 2004 e 2025.

O gráfico a seguir apresenta o resultado dos dados coletados através do questionários Systematic Monitoring of Adverse Events Related to Treatments (SMARTS), que busca identificar eventos adversos relacionados ao tratamento e avaliar sua gravidade, frequência e impacto na vida do paciente.

Gráfico 1 – Questionário Systematic Monitoring of Adverse Events Related to Treatments (SMARTS).



Fonte: Autora (2025)

Os resultados do questionário SMARTS, apresentados no gráfico, demostram que os sintomas mais relatados pelos particpantes foram cansaço e sonolencia (76,5%) e tremores, rigidez ou dores musculares (70,6%). Na sequência, 52,9% relataram sentimentos de depressão e ansiedade, 47,1% mudança no peso ou apetite e 23,5% mecionaram sentir tonturas e náusea. Esses dados indicam que a fadiga e alterações musculoesqueleticas foram os efeitos adversos mais prevalentes entre os participantes.

Esses dados apresentam semelhanças com o estudo de Frieze (2010), que descreve que a dor musculoesquelética associada ao uso de corticoides tem impacto significativo na qualidade de vida de pacientes oncológicos. Por isso, compreender os impacto dos corticoides no sistema musculoesquelético pode auxiliar o profissional da saúde a proporcionar beneficios ao paciente.

Segundo Ferro et.al (2018), uma analise de subgrupos demonstrou que a ocorrência da fadiga intensa foi mais significativa em pacientes que receberam corticoides como parate de seu tratamento oncológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conclui que embora os corticoides tenham papel importante no tratamento oncológico por seus efeitos anti-inflamatórios e imunossupressores, seus efeitos colaterais podem comprometer a qualidade de vida dos pacientes, sendo a fadiga e as alterações musculoesqueléticas os sintomas mais frequentes.

Nesse contexto, a fisioterapia mostra-se essencial no cuidado oncológico, atuando na redução da fadiga, melhora da força muscular e promoção da qualidade de vida. A integração do fisioterapeuta à equipe multidisciplinar contribui para um tratamento mais eficaz e humanizado, especialmente em pacientes que fazem uso prolongado de corticosteroides.

REFERÊNCIAS

ALDEA, Mihaela *et al.* How to manage patients with corticosteroids in oncology in the era of immunotherapy?. European Journal of Cancer, [*s. l.*], v. 141, p. 239–251, 2020. Disponível em: How to manage patients with corticosteroids in oncology in the era of immunotherapy? - ScienceDirect. Acesso em: 3 abr. 2025.

AVANCINI, Alice *et al.* Exercise and Bone Health in Cancer: Enemy or Ally? Cancers, v. 14, n. 24, 2022. Disponível em: Exercise and Bone Health in Cancer: Enemy or Ally? - PMC. Acesso em: 10 abr. 2025

AVENDAÑO, Fabián Andrés Rojas. *et al.* Prescripción del ejercicio en el paciente oncológico: una revisión sistemática. Elsevier BV, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/349062627_Prescripcion_del_ejercicio_en_el_paciente_oncologico_una_revision_sistematica. Acesso em: 10 abr. 2025

FAGGIANO, Antongiulio *et al.* Corticosteroids in oncology: Use, overuse, indications, contraindications. Critical Reviews in Oncology/Hematology, v. 180, 2022. Disponível em: Corticosteroids in oncology: Use, overuse, indications, contraindications. An Italian

Association of Medical Oncology (AIOM)/ Italian Association of Medical Diabetologists (AMD)/ Italian Society of Endocrinology (SIE)/ Italian Society of Pharmacology (SIF) multidisciplinary consensus position paper - ScienceDirect. Acesso em: 14 abr. 2025

FERRO, Matteo *et.al*. (2019). Incidence of fatigue and low-dose corticosteroid use in prostate cancer patients receiving systemic treatment: a meta-analysis of randomized controlled trials. World Journal of Urology, *37*(6), 1049–1059. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00345-018-2579-x. Acesso em: 25 out. 2025

FRIEZE, Deborah A.. (2010). Musculoskeletal pain associated with corticosteroid therapy in cancer. *Current Pain and Headache Reports*, *14*(4), 256–260. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11916-010-0120-z. Acesso em: 25 out. 2025

JANG, Min Kyeong *et al.* The effectiveness of sarcopenia interventions for cancer patients receiving chemotherapy: A systematic review and meta-analysis. Cancer Nursing, v. 46, n. 2, 2024. Disponível em: The effectiveness of sarcopenia interventions for cancer patients receiving chemotherapy: A systematic review and meta-analysis - PMC. Acesso em: 6 abr. 2025

MOREIRA, Raynara Kéllen Pinto *et al.* Cinesioterapia aplicada à fadiga oncológica. Fisioterapia Brasil, v. 22, n. 4, p. 609–624, 2021. Disponível em: Cinesioterapia aplicada à fadiga oncológica | Fisioterapia Brasil. Acesso em: 20 abr. 2025

OLIVEIRA, Ariany Lara Souza; VERA, Anna Carolina Bajluk. Atuação da fisioterapia no controle da dor, declínio musculoesquelético e fadiga de pacientes em tratamento oncológico após a alta hospitalar. Fisioterapia Brasil, v. 25, n. 5, p. 1743–1756, 2024. Disponível em: Atuação da fisioterapia no controle da dor, declínio musculoesquelético e fadiga de pacientes em tratamento oncológico após s a alta hospitalar: uma revisão bibliográfica | Fisioterapia Brasil Acesso em: 20 abr. 2025

SAMPAIO, Luciana Ribeiro.; MOURA, Cristiane Victor de.; RESENDE, Marcos Antônio de. Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncológica. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 51, n. 4, p. 339–346, 2005. Disponível em: Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncológica: revisão da literatura | Revista Brasileira de Cancerologia Acesso em: 20 abr. 2025

SARMENTO, George Jerre V.; MANIAES, Thalissa. Oncologia para fisioterapeutas. 2. ed. Barueri: Manole, 2022. E-book. p. 1. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555767988/. Acesso em: 1 abr. 2025

SANTOS, Marceli de Oliveira *et al.* Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023-2025. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 69, n. 1, 2023. Disponível em: Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023-2025 | Revista Brasileira de Cancerologia Acesso em: 1 abr. 2025

PROTOCOLO FISIOTERAPÊUTICO PARA DOR LOMBAR CRÔNICA: IMPACTO NO ALINHAMENTO POSTURAL E QUALIDADE DE VIDA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Andrielly Lavandovski[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – A dor lombar crônica é uma condição comum que compromete a funcionalidade e a qualidade de vida, sendo os desvios posturais um dos fatores associados. Este estudo teve como objetivo analisar a eficácia de um protocolo de correção postural em indivíduos com dor lombar crônica. Trata-se de pesquisa experimental, descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, realizada na Clínica Escola de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador-SC. Participaram seis indivíduos com dor lombar crônica há mais de três meses. O protocolo foi aplicado duas vezes por semana, em 16 sessões de 45 minutos, incluindo liberação miofascial, alongamento, mobilidade, fortalecimento e controle motor. A avaliação ocorreu pré e pós-intervenção, por meio de questionários validados e análise postural. Observou-se melhora na pontuação questionários, especialmente nos domínios físicos e emocionais da Escala de Qualidade de Vida SF-36, indicando redução da dor, melhora da funcionalidade e do bem-estar emocional. Conclui-se que o protocolo de correção postural aplicado apresentou efeitos positivos na dor lombar crônica, embora estudos futuros com amostras maiores sejam necessários para confirmar os resultados.

Palavras-chave: lombalgia; desvios posturais; reabilitação postural; controle motor.

INTRODUÇÃO

A Associação Internacional para o Estudo da Dor define a dor como uma experiência sensitiva e emocional desagradável associada a lesão tecidual real ou potencial (Raja et al., 2020). A dor lombar é uma das manifestações mais frequentes de dor musculoesquelética e representa um grave problema de saúde pública mundial. Estima-se que cerca de 30% da população global apresenta dor crônica, sendo a dor lombar a principal causa de incapacidade funcional (Organização Mundial da Saúde, 2023). Essa condição compromete a qualidade de vida, reduz a produtividade e está entre as principais causas de afastamento e aposentadoria por invalidez. Devido ao crescente impacto na população economicamente ativa, a dor lombar tornou-se um desafio prioritário para os sistemas de saúde em diversos países (Chen; Fong; Wong, 2023).

A dor lombar é caracterizada como qualquer dor ou desconforto na região entre as últimas costelas e a linha glútea inferior, podendo irradiar para os membros inferiores (Garcez et al., 2021). Em cerca de 90% dos casos, a dor lombar é classificada como inespecífica, pois não se

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

identifica a origem do estímulo nociceptivo. Suas causas incluem fraturas vertebrais, tumores, infecções, doenças inflamatórias e até condições intra-abdominais. A dor lombar crônica envolve múltiplos fatores físicos e psicossociais que interagem e influenciam diretamente na intensidade e na persistência da dor (Dougherty; Beehler, 2025).

O manejo da dor lombar crônica exige abordagem multidimensional e contínua. O tratamento medicamentoso isolado não produz melhora sustentada dos sintomas. A fisioterapia atua de forma essencial na reabilitação desses pacientes por meio do movimento controlado e da reeducação postural (Hayden et al., 2021). O tratamento fisioterapêutico com exercícios físicos reduz a dor, promove melhora funcional e qualidade de vida, mesmo quando comparado a tratamentos convencionais. O fortalecimento muscular e o controle postural são componentes fundamentais desse processo (Viderman et al., 2025).

Diante do exposto, e considerando que disfunções posturais contribuem para a persistência da dor e a limitação funcional, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a eficácia de um protocolo de correção postural em indivíduos com dor lombar crônica. O estudo buscou identificar os desequilíbrios posturais, aplicar o protocolo e avaliar seus efeitos sobre a dor.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa experimental, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem quali-quantitativa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob o parecer número 7.665.254, garantindo que todos os procedimentos éticos previstos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde fossem respeitados.

A amostra foi composta por participantes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, com quadro clínico de dor lombar crônica há mais de três meses. Os critérios de inclusão contemplaram indivíduos com compreensão e concordância intelectual em participar voluntariamente, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos participantes com ausência em duas sessões sem justificativa, diagnóstico de doença infecciosa, neurológica ou musculoesquelética aguda que impedisse a realização do protocolo de tratamento, ou participação concomitante em outro tratamento para lombalgia.

Os participantes foram recrutados por meio das redes sociais das pesquisadoras e incluídos de acordo com os critérios de elegibilidade. A avaliação foi realizada por meio de questionários e análise da postura estática, aplicados no início e ao final do tratamento. O questionário de caracterização da amostra coletou informações pessoais, como idade, sexo, profissão e endereço, além de dados sobre a patologia e hábitos de vida dos participantes.

A qualidade de vida foi avaliada através da escala de qualidade de vida SF-36. Esta escala avaliou oito domínios da saúde física e mental, incluindo capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental, com pontuação de 0 a 100, sendo 0 o pior estado e 100 o melhor (Amer et al., 2018)

A avaliação postural estática foi realizada através da aplicação do Instrumento de Avaliação postural, que permitiu identificar e analisar desvios posturais por meio de observação estática nas vistas anterior, posterior e laterais, verificando alterações na simetria e alinhamento da coluna, ombros, quadris, joelhos e pés (Liposcki; Neto; Savall, 2007).

O protocolo de tratamento foi realizado na Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP, em Caçador-SC, de forma individual, com duração de 45 minutos, duas vezes por semana, totalizando 16 sessões. O protocolo de correção postural foi dividido em três fases: na primeira fase, foram aplicadas técnicas de liberação miofascial e alongamentos passivos, combinadas com exercícios de mobilidade lombar e fortalecimento muscular. Na segunda fase, mantiveram-se os exercícios da fase inicial, com progressão no fortalecimento muscular, incluindo exercícios específicos para hiperlordose ou retificação lombar, como ponte com bola suíça, prancha e exercícios como o bird dog. Na terceira fase, houve foco na reeducação postural e controle motor em pé, com exercícios funcionais, como agachamento contra bola suíça, prancha com braços apoiados no bosu, levantamento terra unilateral e exercícios de avanço com rotação de tronco. Os alongamentos foram mantidos ao final de cada sessão, conforme necessidade individual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra do estudo foi composta por seis participantes, com idade média de 40 anos (± 13) e tempo médio de dor lombar de 6 anos (± 5). A aplicação do instrumento de avaliação postural evidenciou que 83,3% dos participantes apresentaram hiperlordose lombar, enquanto 16,6% apresentaram retificação lombar.

A seguir, a tabela 1 traz o resultado médio de cada domínio da Escala de Qualidade de Vida SF-36 obtido no pré e pós-tratamento.

Tabela 1: Resultado da avaliação da Escala de Qualidade de Vida SF-36

Domínios:	Pré-tratamento	Pós-tratamento
Funcionamento físico	62,5	85
Limitações devido à saúde física	54,16	91,66
Limitações devido a fatores emocionais	55,66	77,83
Energia/fadiga	54,17	63,33
Bem-estar emocional	66	80
Funcionamento social	71	93,83
Dor	46,5	82,33
Saúde geral	57,5	66,66

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nos domínios físicos da SF-36, observou-se uma melhora significativa nos escores de funcionamento físico (36%), limitações físicas (69%) e dor (77%), indicando uma redução perceptível no impacto da dor lombar na rotina diária dos participantes. Esses achados estão de acordo com estudos que demonstram que protocolos de correção postural, como Pilates, Yoga e Reeducação Postural Global, são tratamentos eficazes (Li et al., 2023). A combinação de

fortalecimento muscular, alongamento e consciência corporal proporcionada contribui para o alívio da dor e a restauração da funcionalidade física, promovendo uma recuperação mais completa e sustentável (Gorji et al., 2022).

Quanto aos aspectos emocionais e sociais, os domínios de limitações emocionais (40%), bem-estar (21%), energia (17%) e funcionamento social (32%) mostraram melhora significativa. A literatura evidencia que exercícios físicos regulares reduzem sintomas de ansiedade e depressão em pessoas com dor lombar crônica. Cinesioterapia e reeducação postural promovem benefícios tanto na função física quanto no bem-estar emocional. A melhora da energia e da percepção de saúde geral reforça a eficácia de abordagens multidimensionais (Wong et al., 2022). Esses achados indicam que a intervenção aplicada promove efeitos positivos amplos na saúde física e emocional dos participantes.

A comparação com estudos semelhantes revela que os ganhos observados neste estudo estão alinhados com os encontrados em pesquisas anteriores. Um estudo de Saravanan et al. (2025) demonstrou que uma reabilitação composta por treinamento postural e fortalecimento do core resultou em redução significativa da dor em pacientes com lombalgia crônica. Sessões três vezes por semana tem se mostrado eficaz na promoção de adaptações fisiológicas segundo Li et al. (2023) uma frequência superior a utilizada neste estudo. Contudo, ainda que a frequência adotada tenha sido inferior à relatada em outros protocolos, os resultados positivos observados reforçam a efetividade do programa proposto no alívio da dor lombar e na melhora funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protocolo de intervenção desenvolvido e aplicado neste estudo demonstrou eficácia na redução da dor lombar e na melhora da funcionalidade física, evidenciada pela melhora nos domínios físicos e emocionais da Escala de Qualidade de Vida SF-36. Os resultados mostram que técnicas de correção postural são importantes para o tratamento da dor lombar crônica.

Apesar dos efeitos positivos observados, a amostra reduzida e a ausência de grupo controle limitam a generalização e a interpretação causal dos achados. Estudos futuros com desenho experimental mais robusto são necessários para consolidar as evidências, validar os efeitos do protocolo e orientar práticas de reabilitação mais eficazes.

REFERÊNCIAS

AMER, Rashed Al *et al*. Analyzing the Psychometric Properties of the Short Form-36 Quality of Life Questionnaire in Patients with Obesity. Obesity Surgery, [S.L.], v. 28, n. 8, p. 2521-2527, ago. 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29541921/. Acesso em: 24 out. 2025.

CHEN, Ningjing, FONG, D. Y. T., WONG, J. Y. H. The global health and economic impact of low-back pain attributable to occupational ergonomic factors in the working-age population by age, sex, geography in 2019. Scandinavian Journal Of Work, Environment & Health, [S.L.], v. 49, n. 7, p. 487-495, 27 ago. 2023. Disponível em: https://www.sjweh.fi/article/4116. Acesso em: 24 out. 2025.

DOUGHERTY, Paul; BEEHLER, Gregory. Biopsychosocial management of chronic lower back pain: the role of manual therapy and behavioral health co-management. Frontiers In Musculoskeletal Disorders, [S.L.], v. 3, ago. 2025. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/musculoskeletal-disorders/articles/10.3389/fmscd.2025.1646096/full. Acesso em: 24 out. 2025.

GARCEZ, Daniela Rosa *et al*. Postural adjustments impairments in elderly people with chronic low back pain. Scientific Reports, [S.L.], v. 11, n. 1, fev. 2021. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-83837-2#citeas. Acesso em: 24 out. 2025.

GORJI, Sahar Modares *et al*. Pain Neuroscience Education and Motor Control Exercises versus Core Stability Exercises on Pain, Disability, and Balance in Women with Chronic Low Back Pain. International Journal Of Environmental Research And Public Health, [S.L.], v. 19, n. 5, fev. 2022. Disponível em: https://www.mdpi.com/1660-4601/19/5/2694. Acesso em: 12 out. 2025.

HAYDEN, Jill A *et al*. Exercise therapy for chronic low back pain. Cochrane Database Of Systematic Reviews, [S.L.], v. 2021, n. 10, set. 2021. Disponível em: https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD009790.pub2/full. Acesso em: 12 out. 2025.

LI, Ying *et al*. Exercise intervention for patients with chronic low back pain: a systematic review and network meta-analysis. Frontiers In Public Health, [S.L.], v. 11, nov. 2023. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2023.1155225/full. Acesso em: 12 out. 2025.

LIPOSCKI, Daniela B.; NETO, Francisco Rosa; SAVALL, Ana Carolina. Validação do conteúdo do Instrumento de Avaliação Postural – IAP. Revista Digital, Buenos Aires, v. 12, n. 109, p. 1-7, jun. 2007. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd109/validacao-do-conteudo-do-instrumento-de-avaliacao-postural.htm Acesso em: 25 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Dor lombar. 2023 Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/low-back-pain. Acesso em: 20 out. 2025.

RAJA, Srinivasa N. *et al*. The revised International Association for the Study of Pain definition of pain: concepts, challenges, and compromises. Pain, [S.L.], v. 161, n. 9, p. 1976-1982, set. 2020. Disponível em: https://journals.lww.com/pain/abstract/2020/09000/the_revised_international_association_for_the.6.aspx. Acesso em: 16 out. 2025.

SARAVANAN, V *et al*. Effect of Postural Training and Core Strengthing Exercise Anlong with Interferential Therapy on Low Back Pain in Household Workers. Indian Journal Of Occupational And Environmental Medicine, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 145-150, abr. 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40761716/. Acesso em: 16 out. 2025.

VIDERMAN, Dmitriy *et al*. Impact of Exercise Therapy on Outcomes in Patients with Low Back Pain: an umbrella review of systematic reviews. Journal Of Clinical Medicine, [S.L.], v. 14, n. 17, p.

5942-6666, ago. 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/2077-0383/14/17/5942. Acesso em: 16 out. 2025.

WONG, Charles Kw *et al*. Prevalence, Incidence, and Factors Associated With Non-Specific Chronic Low Back Pain in Community-Dwelling Older Adults Aged 60 Years and Older: a systematic review and meta-analysis. The Journal Of Pain, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 509-534, abr. 2022. Disponível em: https://www.jpain.org/article/S1526-5900(21)00316-3/fulltext. Acesso em: 16 out. 2025.

O PAPEL DA FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL NO MANEJO DE MANIFESTAÇÕES DERMATOLÓGICAS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Helen Veiga[1]
Talitta Padilha Machado[2]

Resumo – A influência da ocorrência e a mortalidade em decorrência do câncer estão crescendo de forma acelerada no contexto global. Conforme vamos envelhecendo, vão surgindo mudanças no meio ambiente, mudanças estruturais, que têm impacto na mobilidade, na exposição a poluentes ambientais, esses fatores favorecem o aumento da incidência e da mortalidade por câncer. A fisioterapia dermatofuncional é uma ligação para a reintegração social. Auxiliando na diminuição do linfedema e na recuperação da pele afetada pela radiação, além de restaurar a mobilidade perdida devido a sequelas do tratamento oncológico, essas são algumas das metas da fisioterapia dermatofuncional. O objetivo desta pesquisa foi compreender o papel da fisioterapia dermatofuncional no manejo das manifestações dermatológicas em pacientes oncológicos. conclui-se que as técnicas fisioterapêuticas e desempenham um papel crucial no processo de recuperação , proporcionando menos dor e ajudando a restaurar a qualidade de vida para pacientes que enfrentaram ou estão em processo no tratamento oncológico.

Palavras-chave: Dermatofuncional. Câncer. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

No contexto atual da saúde, o câncer refere-se a um conjunto de mais de 100 doenças, que incluem o crescimento descontrolado de células, que frequentemente invadem tecidos e órgãos adjacentes. (INCA, 2020). O câncer representa o principal desafio de saúde pública global, sendo uma das causas mais graves de mortalidade e, consequentemente, uma das principais limitações para o aumento da expectativa de vida. Em grande parte dos países, é a principal ou a segunda razão para mortes precoces, antes dos 70 anos. INCA, 2020).

O envelhecimento, as alterações comportamentais e ambientais, transformações estruturais, que influenciam a mobilidade, o lazer, a alimentação e a exposição às emissões ambientais, prejudicam o incremento da incidência e da mortalidade por câncer. O câncer representa um desafio de saúde pública global (Santos et al., 2023).

Conforme Sarmento e Maniaes (2022), os carcinomas constituem a principal manifestação oncológica, originando-se nas células epiteliais que revestem a pele e órgãos internos. Em seguida, destacam-se os sarcomas, neoplasias que se desenvolvem em tecidos conjuntivos, como

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

osso, tecido adiposo, muscular e estruturas fibrosas (tendões e ligamentos). Além dos aspectos biológicos, o diagnóstico de câncer gera profundo impacto emocional. Pacientes enfrentam medo, estigma social (associado a ideias de morte e sofrimento) e ruptura na qualidade de vida devido a tratamentos invasivos, custos financeiros e alterações nos papéis sociais (Rachel et al., 2022; Salci e Marcon, 2009).

A fisioterapia dermatofuncional é uma área da saúde capacitada para promover a saúde, restaurando a função da pele e tecidos, reduzindo dores e melhorando a aparência tegumentar, melhorando a qualidade de vida perante a sociedade (Costa; Lima, 2023, p. 131).

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em um delineamento de levantamento de dados, com caráter descritivo, transversal e abordagem quali-quantitativa, utilizando-se um questionário adaptado como instrumento de coleta.

A população da pesquisa foi composta por pacientes oncológicos que apresentavam alterações dermatológicas decorrentes do tratamento antineoplásico e que concordaram em participar voluntariamente do estudo.

A amostra incluiu indivíduos com idade entre 18 e 70 anos, que apresentavam manifestações cutâneas surgidas após o início do tratamento oncológico e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico. As informações obtidas tiveram como objetivo caracterizar epidemiologicamente os participantes e identificar as principais manifestações dermatológicas associadas ao uso de quimioterápicos, tanto em pacientes em tratamento quanto naqueles que já o haviam concluído. Foram excluídos do estudo os indivíduos com doenças dermatológicas pré-existentes. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Uniarp e aprovada sob parecer 7.798.937.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população desta pesquisa foi composta por 50 pacientes oncológicos na faixa etária de 18 a 70 anos, que estão ou já concluíram o tratamento de câncer e tiveram alterações dermatológicas devido ao tratamento oncológico.

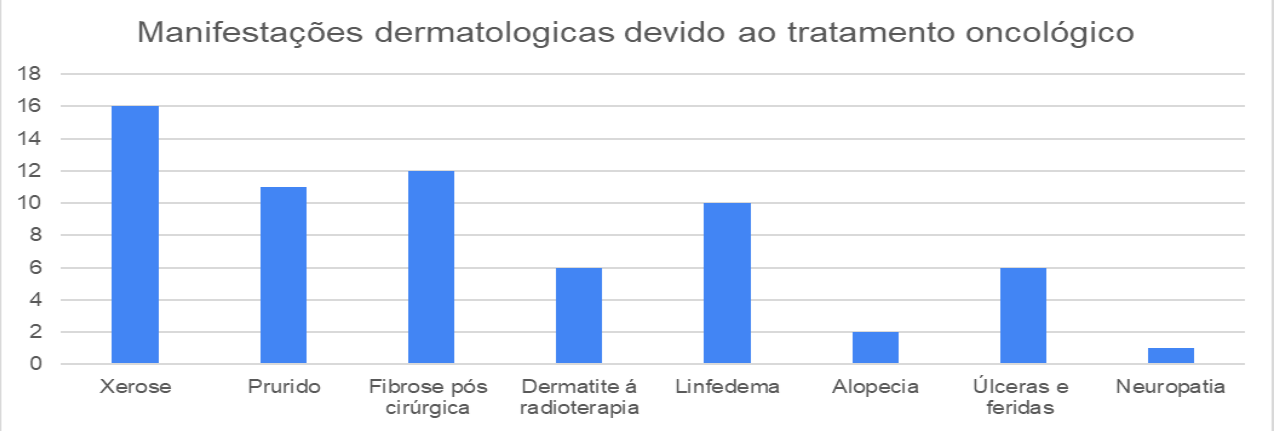
Como critério de exclusão adotou-se pacientes que já possuem patologias dermatológicas pré-existentes. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico elaborado no Google Forms® e a captação dos respondentes foi realizada através das redes sociais.

Os dados avaliados buscaram caracterizar as informações em relação às manifestações dermatológicas causadas pelo uso dos quimioterápicos em pacientes que se encontram tratamento ou já finalizaram o mesmo. A coleta dos dados aconteceu de 26/09/2025 a 01/10/2025.

O gráfico 1, apresentado a seguir, mostra os dados das manifestações dermatológicas mais frequentes em pacientes oncológicos. Nota-se que 16 pessoas apresentaram xerose (pele

ressecada) devido ao tratamento quimioterápico. O gráfico também permite observar que a fibrose pós-cirúrgica ficou em 2 lugar, com 12 pessoas que foram afetadas com essa alteração dermatológica.

Gráfico 1- Alterações dermatológicas no tratamento oncológico



Fonte: A autora (2025)

Segundo Sousa et al. (2022) é de extrema importância o uso de cosméticos durante é após tratamento oncológico, contribuindo para a integridade da pele, e prevenindo efeitos adversos que possam denegrir a pele. Ressalta-se que ainda não há cosméticos que são utilizados para prevenir os danos teciduais provocados pela radiação utilizada no tratamento do câncer de pele. Sabe-se que a corticoterapia tópica apresenta potencial anti-inflamatório, ajudando na redução de dermatite por radiação (Sousa et al., 2022).

Para Mesquita e Guimarães (2022), apenas o planejamento cirúrgico isolado não garante resultados satisfatórios, sendo necessária a intervenção fisioterapêutica no pós-operatório, para evitar complicações como fibroses, úlceras de pressão e edemas, por isso o fisioterapeuta dermato funcional é indispensável para uma melhor recuperação.

A fisioterapia tem demonstrado ser uma alternativa eficaz e não invasiva no tratamento de pele ressecados utilizando diversas técnicas com o objetivo de estimular a produção de colágeno, melhorar o tônus muscular e aumentar a elasticidade da pele. A fisioterapia não apenas proporciona melhorias físicas, mas também contribui para o bem estar emocional dos indivíduos. Portanto, a combinação de abordagens fisioterapêuticas personalizadas para cada paciente, levando em consideração o nível de ressecamento , flacidez e as condições individuais, é fundamental para otimizar os resultados (Rodrigues; raimundo; lima, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu concluir que a fisioterapia dermatofuncional é eficaz para melhorar a integridade e aspecto da pele em pacientes que passaram pelo tratamento do câncer. Os

resultados demonstram que há grandes opções de técnicas fisioterapêuticas para serem aplicadas na reabilitação desses pacientes, cada uma oferecendo benefícios específicos que contribuem para a recuperação funcional e melhora da qualidade de vida. Assim, conclui-se que as técnicas fisioterapêuticas e desempenham um papel crucial no processo de recuperação , proporcionando menos dor e ajudando a restaurar a qualidade de vida para pacientes que enfrentaram ou estão em processo no tratamento oncológico.

REFERÊNCIAS

COSTA, Laís Lima; LIMA, Ronaldo Nunes, O papel da fisioterapia dermatofuncional na reabilitação das alterações dermatológicas em pessoas obesas **Revista IberoAmericana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v 10, n 11, p 130, nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER Inca lança a Estimativa 2023 – **Incidência de Câncer no Brasil Biblioteca Virtual em Saúde**, [s.d.] Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/inca-lanca-a-estimativa-2023-incidencia-de-cancer-nobrasil/ Acesso em: 22 maio 2025.

MESQUITA, Ana Beatris Ferreira; GUIMARÃES, João Eduardo Viana. Fisioterapia dermato-funcional como prevenção e tratamento de fibrose no pós-operatório de cirurgia plástica corporal: revisão de literatura. ***Revista Saúde dos Vales***, v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: https://rsv.ojsbr.com/rsv/article/view/206

ROCHA, Alessandra de Jesus Mota; ALVES, Priscila Godoy Januário Martins; SOUZA, Eliaria Barbosa de Souza Atuação fisioterapêutica nos efeitos adversos da quimioterapia e radioterapia em pacientes oncológicos: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v 69, n 3, 2023.

RODRIGUES, Giovana dos Anjos; RAIMUNDO, Ronney Jorge de Souza; DE LIMA, Keite Oliveira. **Papel da fisioterapia para reduzir a flacidez cutânea**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385625116_Papel_da_fisioterapia_para_reduzir_a_flacidez_cutanea>. Acesso em: 30 Oct. 2025.

SARMENTO, George Jerre V.; MANIAES, Thalissa **Oncologia para fisioterapeutas**. 2 ed Barueri: Manole, 2022 E-book ISBN 9786555767988.

SAWADA, Namie Okino; DIAS, Adriana Marques; ZAGO, Marcia Maria Fontão O efeito da radioterapia sobre a qualidade de vida dos pacientes com câncer de 26 cabeça e pescoço. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v 52, n 4, p 323–329, 2006.

SALCI, Maria Aparecida; MARCON, Sonia Silva, Enfrentamento do câncer em família. Texto & Contexto – **Enfermagem,** v 20, p 178–186.

SULLIVAN, Richard et al Global cancer surgery: delivering safe, affordable, and timely cancer surgery. **The Lancet Oncology**, v 16, n 11, p 1193–1224, 2015.

SOUSA, Cleonivane Fonseca da Costa; SILVA, Lorena Maione; LEROY, Patrícia Luz Almeida; *et al*. Os benefícios do uso de cosméticos durante e após o tratamento de câncer de pele. REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS, v. 8, n. 21, 2022.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NAS ESCOLAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Milena Fioreze Kades[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – Na primeira infância, o desenvolvimento infantil ocorre de maneira significativa e é influenciado por diversos fatores, tais como estímulos externos, aspectos motores, cognitivos e ambientais. A ausência de profissionais especializados pode limitar a estimulação adequada deste desenvolvimento nos ambientes escolares. A fisioterapia pediátrica surge como uma intervenção essencial para o desenvolvimento motor, cognitivo e respiratório infantil. O objetivo deste estudo foi analisar a importância da fisioterapia no ambiente escolar. A pesquisa, com abordagem quali-quantitativa e caráter experimental, envolveu a aplicação de um protocolo fisioterapêutico em 37 crianças de 4 a 6 anos. A avaliação foi realizada em dois momentos, pré e pós-intervenção, utilizando o Inventário Portage Operacionalizado Adaptado, a manovacuometria e o questionário de qualidade de vida (AUQEI). Os resultados indicaram que a intervenção contribuiu para a melhora de todos os parâmetros analisados. A média da pontuação de qualidade de vida (AUQEI) aumentou 10,9%, enquanto as pressões inspiratórias e expiratórias máximas (PiMáx e PeMáx) também evoluíram. O desempenho cognitivo e o desenvolvimento motor apresentaram melhorias, 6,7% e 9,5%, respectivamente. Os resultados confirmam que a inserção da fisioterapia no contexto escolar, especialmente com uma abordagem lúdica e adaptada, é uma estratégia eficaz e acessível para aprimorar o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Qualidade de vida infantil. Fisioterapia pediátrica. Fisioterapia escolar.

INTRODUÇÃO

As habilidades de movimento essenciais para diversas capacidades motoras são desenvolvidas nos primeiros anos de infância, estabelecendo o domínio dos movimentos corporais progressivamente e de forma integrada ao amadurecimento fisiológico (Gallahue; Ozmun; Goodway, 2013). Nesse período também ocorre a consolidação do desenvolvimento cognitivo, que envolve aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade (Papalia; Feldman, 2013).

O meio em que a criança está inserida exerce grande influência sobre o desenvolvimento, havendo relação direta entre estímulos oferecidos e evolução global (Lima; Cortinaz; Nunes, 2018). O ambiente escolar, nesse contexto, é essencial para o desenvolvimento físico, emocional

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e cognitivo (Burani et al., 2021), embora muitas escolas ainda enfrentem limitações de recursos e de profissionais qualificados (Santos, 2024).

No Brasil, 12% das crianças de até cinco anos apresentam suspeita de atraso no desenvolvimento e entre 20% e 25% enfrentam outras complicações (Brasil, 2023). Assim, a presença de equipes multiprofissionais nas escolas é fundamental para detecção precoce de dificuldades e elaboração de estratégias preventivas (Mello et al., 2024).

Atividades lúdicas associadas a exercícios e técnicas fisioterapêuticas favorecem a independência e a qualidade de vida infantil (Azevedo; Raimundo; Lima, 2024). A cinesioterapia, por exemplo, contribui para o aprendizado motor, prevenção de complicações e tratamento de disfunções existentes (Souza; Bonin; Moreira, 2018).

Durante os primeiros anos, as crianças estão mais suscetíveis a infecções respiratórias devido ao sistema imunológico imaturo e à crescente exposição ambiental (Tecklin, 2019). Doenças pulmonares e distúrbios respiratórios ainda são a principal causa de mortalidade infantil no mundo (Tecklin, 2019), sendo a fisioterapia cardiorrespiratória fundamental na prevenção de complicações pulmonares, cognitivas e musculoesqueléticas (Grigio, 2018).

O objetivo geral deste estudo foi analisar a importância da fisioterapia no ambiente escolar, avaliando as habilidades cognitivas, o desenvolvimento motor, a função respiratória e a qualidade de vida de crianças antes e após o tratamento fisioterapêutico. A pesquisa buscou promover a inclusão da fisioterapia como estratégia de promoção da saúde e desenvolvimento global no contexto escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa experimental, de cunho descritivo e exploratório, com abordagem qualiquantitativa, realizada na EMEB Vereda dos Trevos, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, sob o parecer nº 7.612.895. Participaram crianças de 4 a 6 anos, autorizadas por seus responsáveis, que não apresentavam contraindicações médicas e não participavam de outras atividades físicas extracurriculares.

A intervenção fisioterapêutica ocorreu de forma coletiva, uma vez por semana, totalizando cinco sessões de 50 minutos, com atividades lúdicas voltadas ao desenvolvimento motor, cognitivo e respiratório. O protocolo incluiu treino de equilíbrio em bases instáveis, exercícios de coordenação e força por meio de circuitos com obstáculos, alongamentos dinâmicos, desafios rítmicos com música e técnicas respiratórias lúdicas.

A avaliação foi realizada no início e ao término da intervenção, utilizando Inventário Portage Operacionalizado Adaptado, para rastreio do desenvolvimento motor e cognitivo; Manovacuometria, para mensuração da força muscular respiratória; Questionário AUQEI, para análise da qualidade de vida; e Questionário de caracterização da amostra.

Os dados foram inseridos no programa Excel, posteriormente analisados com comparação dos resultados pré e pós-intervenção.

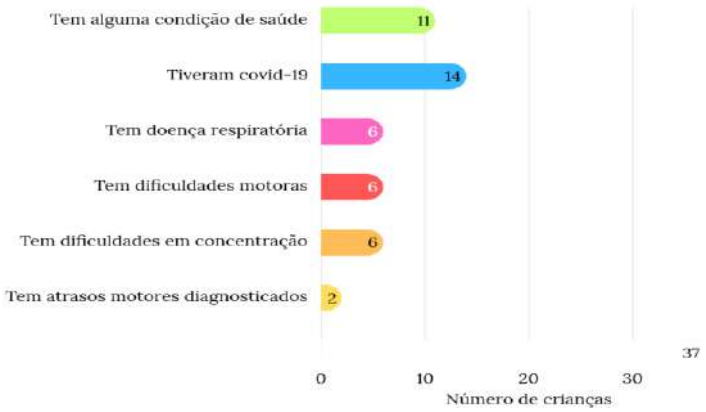
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 40 participantes inicialmente selecionados para o estudo, três foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Dessa forma, a amostra final foi composta por 37 crianças, que participaram de todas as etapas propostas para a coleta e análise dos dados.

Inicialmente, a caracterização da amostra evidenciou que parte das crianças apresentava condições de saúde prévias relevantes para o desenvolvimento infantil como demonstrado no Gráfico 1. Entre elas, destacaram-se aquelas que já haviam contraído Covid-19 (14), seguidas das que possuíam alguma outra condição de saúde (11), dificuldades motoras (6), doenças respiratórias (6) e dificuldades de concentração (6). Além disso, duas crianças possuíam diagnóstico de atrasos motores.

Esses dados reforçam a importância de estratégias de intervenção precoce no ambiente escolar, considerando que tais fatores podem comprometer o desenvolvimento global, conforme evidenciado por Freitas, Durão e Queluz (2022) e pela Fiocruz (2024), que destacam a alta prevalência de doenças respiratórias e suas repercussões funcionais na saúde infantil.

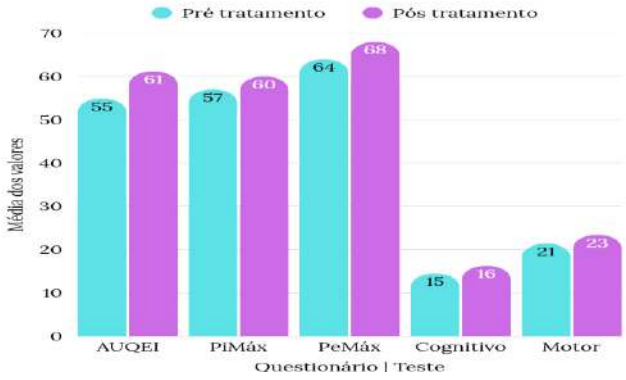
Gráfico 2 – Dados do questionário de caracterização de amostra.



Fonte - Autora (2025).

Já em relação às avaliações comparativas pré e pós-tratamento fisioterapêutico, expostas no Gráfico 2, observou-se melhora em todos os parâmetros analisados. A média das respostas do questionário de percepção de qualidade de vida (AUQEI) aumentou de 55 pontos antes da intervenção para 61 após o protocolo, indicando que as atividades propostas tiveram impacto positivo em 10,9%. Tal achado corrobora Lage et al. (2022), que também identificaram melhora em fatores como sono, alimentação e concentração após atividades fisioterapêuticas lúdicas, fatores que contribuem para a qualidade de vida.

Gráfico 3 – Dados dos questionários e testes aplicados antes e depois do tratamento.



Fonte - Autora (2025).

A função pulmonar,que neste estudo foi analisada através da força muscular respiratória, avaliada pela manovacuometria, também apresentou evolução. A média das pressões inspiratórias máximas (PiMáx) passou de 57 cmH_2O para 60 cmH_2O e das pressões expiratórias máximas (PeMáx) de 64 cmH_2O para 68 cmH_2O. Esses resultados indicam ganho na capacidade ventilatória e fortalecem o argumento de Coppo et al. (2019), de que a fisioterapia respiratória pode atuar na melhora da função respiratória em crianças.

O desempenho cognitivo também demonstrou discreta melhora de 6,7%, passando de 15 para 16 pontos. Embora o avanço tenha sido menos expressivo, esse resultado vai ao encontro do estudo de Rocha et al. (2023), que destaca a contribuição da fisioterapia para a estimulação cognitiva, especialmente quando associada a estratégias lúdicas. O desenvolvimento motor também apresentou aumento de 9,5%, subindo de 21 para 23 pontos, confirmando o potencial da intervenção fisioterapêutica para ampliar habilidades funcionais, de acordo com Azevedo, Raimundo e Lima (2024).

Em geral, os resultados reforçam a relevância da inserção da fisioterapia nas escolas como estratégia preventiva e promotora de saúde. A melhora observada nos aspectos analisados indica que a intervenção contribuiu para o desenvolvimento motor, cognitivo e respiratório,e da qualidade de vida das crianças. Isto coincide com a literatura, que evidencia a escola como espaço privilegiado para a implementação de estratégias multiprofissionais (Santos, 2024; Yundt; Geddes, 2019).

Sendo assim, este trabalho demonstrou que a intervenção fisioterapêutica aplicada de forma lúdica e adaptada ao ambiente escolar pode representar um recurso eficaz e acessível para potencializar o desenvolvimento infantil, além de prevenir possíveis déficits futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou os efeitos da intervenção fisioterapêutica no ambiente escolar sobre o desenvolvimento motor, cognitivo, respiratório e a qualidade de vida das crianças. Os resultados demonstraram melhorias nesses aspectos, evidenciando que a fisioterapia, quando aplicada de

forma lúdica e adaptada, contribui para a promoção da saúde e para o desenvolvimento infantil no contexto escolar.

Conclui-se que a inserção da fisioterapia no ambiente escolar é uma estratégia viável e eficaz para promover saúde, prevenir agravos e favorecer o desenvolvimento integral das crianças, reforçando o papel da escola como espaço de cuidado e promoção do crescimento saudável.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Giovanna de Oliveira; RAIMUNDO, Ronney Jorge de Souza; LIMA, Keite Oliveira de. A fisioterapia como estímulo em crianças com atraso no desenvolvimento motor. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, [*s. l.*], v. 7, n. 15, 25 nov. 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1629. Disponível em: https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1629/1334. Acesso em: 02 mar. 2025.

COPPO, Maria Regina de Carvalho *et al.* Fisioterapia respiratória nas doenças pulmonares. *In:* LANZA, Fernanda de Cordoba; GAZZOTTI, Mariana Rodrigues; PALAZZIN, Alessandra. **Fisioterapia em pediatria e neonatologia:** da UTI ao ambulatório. 2. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 333-359.

FIOCRUZ. **Internações de bebês no SUS por problemas respiratórios bateram recorde em 2023.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2024/07/internacoes-de-bebes-no-sus-por-problemas-respiratorios-bateram-recorde-em-2023. Acesso em: 20 abr. 2025.

FREITAS, Beatriz Cristina de; DURÃO, Lucas Gonçalves; QUELUZ, Dagmar de Paula. Principais causas de internação de crianças menores de cinco anos no Brasil: Uma revisão sistemática. **Revista de APS**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 199-221, 2022. DOI: https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.35816. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35816. Acesso em: 20 abr. 2025.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D.. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GRIGIO, Fernanda Corsante Siqueira *et al*. Recursos fisioterapêuticos nos distúrbios cardiorrespiratórios. *In*: SILVA, Adriana Carvalho Gomes da *et al*. **Fisioterapia**: coleção pediatria. 2. ed. Barueri: Manole, 2018. p. 51-73.

LAGE, Guilherme Menezes *et al.* Intervenção motora para crianças com transtorno de atenção e hiperatividade (IMPACTAH): um relato de caso. *In:* LAGE, Guilherme Menezes *et al.* **Comportamento motor e neuropsicologia.** 2. ed. Belo Horizonte: Ampla, 2022. p. 103-118.

LIMA, Caroline Costa Nunes; CORTINAZ, Tiago; NUNES, Alex Ribeiro. **Desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ROCHA, Lucila Bezerra da *et al*. Abordagem do fisioterapeuta em crianças com espectro autista. **Revista Transdisciplinar Universo da Saúde**, [*s. l.*], v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=saudeemfoco&page=article&op=view&path%5B%5D=12988&path%5B%5D=0. Acesso em: 03 mar. 2025.

SANTOS, Daniela de Melo. A influência do ambiente escolar no desenvolvimento infantil. **Revista Primeira Evolução**, São Paulo, v. 1, n. 55, p. 61–66, 2024. DOI: 10.52078/2675-2573.rpe.55.2024.art.663. Disponível em: https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/663. Acesso em: 20 abr. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Sinais de alerta na avaliação neurológica da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-divulga-documento-com-foco-na-avaliacao-neurologica-de-criancas-e-adolescentes/. Acesso em: 02 mar. 2025.

TECKLIN, Jan Stephen. **Fisioterapia Pediátrica**. 5. ed. Barueri: Manole, 2019.

YUNDT, Karen; GEDDES, Rita F. Fisioterapia no ambiente educacional. *In:* TECKLIN, Jan Stephen. **Fisioterapia pediátrica.** 5. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 795-814.

EFEITOS DE UM PROTOCOLO PROPRIOCEPTIVO NA INSTABILIDADE CRÔNICA DO TORNOZELO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Melissa Tomazini Tavares de Oliveira[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – A instabilidade crônica do tornozelo (CAI) é uma condição musculoesquelética caracterizada por episódios recorrentes de entorse e déficit de controle neuromuscular, frequentemente resultante de reabilitação inadequada. O presente estudo teve como objetivo avaliar os efeitos de um protocolo de treinamento proprioceptivo na estabilidade articular e no equilíbrio dinâmico de indivíduos com CAI. Participaram adultos entre 35 e 60 anos, avaliados antes e após o protocolo por meio de goniometria, questionário Foot and Ankle Outcome Score (FAOS), Dorsiflexion Lunge Test e Y-Balance Test. O protocolo incluiu exercícios de mobilidade, força e equilíbrio, realizados em bases estáveis e instáveis, duas vezes por semana, durante oito semanas. Os resultados mostraram melhora significativa nos valores do Y-Balance Test pós-intervenção, indicando aperfeiçoamento do controle postural e da estabilidade articular. Conclui-se que o treinamento proprioceptivo constitui uma estratégia eficaz e segura na reabilitação da instabilidade crônica do tornozelo, favorecendo o retorno funcional e a redução do risco de recidivas.

Palavras-chave: Fisioterapia. Lesão articular. Tornozelo. Reabilitação.

INTRODUÇÃO

O sistema esquelético é responsável pela sustentação e mobilidade corporal, permitindo o movimento por meio das articulações que conectam os ossos. O complexo articular do tornozelo, formado pelas articulações tibiofibular distal, talocrural e subtalar, conecta a perna ao pé e é essencial para a locomoção e absorção de impacto. Sua estabilidade depende da integridade ligamentar e do controle ativo dos músculos extrínsecos e intrínsecos, garantindo eficiência nas transferências de força e manutenção da postura (Alshehri, 2025).

Segundo Herzog (2022) entorses de tornozelo representam uma das lesões musculoesqueléticas mais comuns, especialmente em atividades esportivas e recreativas. A entorse lateral é a mais recorrente, correspondendo a até 85% dos casos, e frequentemente resulta de um movimento excessivo de inversão do pé. O ligamento talofibular anterior é o mais acometido, levando a dor aguda, edema e limitação funcional. Em casos mais graves, podem ocorrer rupturas ligamentares completas e instabilidade articular significativa (Wagemans 2022).

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Quando não tratadas adequadamente, as entorses podem evoluir para instabilidade crônica do tornozelo (CAI), condição que compromete o controle neuromuscular e a estabilidade dinâmica da articulação. Essa disfunção é caracterizada por episódios recorrentes de "falseio", dor residual e restrição de movimento, interferindo nas atividades diárias e no desempenho esportivo (Su, 2024). Alterações proprioceptivas e atraso na ativação dos músculos estabilizadores também são frequentemente observados nesses casos (Yin, 2022).

A fisioterapia desempenha papel fundamental na reabilitação da instabilidade crônica, buscando restaurar o alinhamento articular, a força muscular e o controle neuromotor. Entre as estratégias mais eficazes, destacam-se os exercícios proprioceptivos, que estimulam os mecanorreceptores e favorecem ajustes posturais e estabilidade funcional. Evidências demonstram que o treinamento proprioceptivo contribui para a melhora do equilíbrio e para a prevenção de recorrências, promovendo resultados clínicos mais duradouros (Tang, 2024).

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o efeito de um protocolo de treinamento proprioceptivo sobre a estabilidade articular em pacientes com instabilidade crônica do tornozelo. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar os principais fatores de risco para recorrência de entorses; avaliar a amplitude de movimento e a estabilidade pré e pós-tratamento; e verificar a eficácia do protocolo na redução de episódios de instabilidade e no aprimoramento funcional da articulação.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa experimental, descritiva e exploratória, com abordagem qualiquantitativa. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, sob o parecer nº 7.665.274. A amostra foi composta por indivíduos adultos, entre 35 e 60 anos, com instabilidade crônica de tornozelo e histórico de entorses recorrentes. Os participantes foram selecionados por meio das redes sociais das pesquisadoras, conforme os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Foram incluídos indivíduos que apresentavam entorse há mais de três meses, limitação funcional e afastamento de atividades físicas por no mínimo três dias consecutivos. Foram excluídos aqueles com duas faltas não justificadas, histórico de cirurgias ou fraturas em membros inferiores, lesões agudas em outras articulações ou doenças infecciosas que impedissem a continuidade do protocolo. As avaliações ocorreram antes e após a intervenção, sendo aplicado um questionário sociodemográfico para caracterização da amostra, abordando idade, sexo, prática de atividade física, histórico de entorse e tratamentos prévios.

Para mensuração dos resultados, utilizaram-se instrumentos validados: a goniometria para amplitude de movimento (plantiflexão de 0°–45° e dorsiflexão de 0°–20°) segundo Marques (2004), o Foot and Ankle Outcome Score (FAOS) para análise funcional e de qualidade de vida (IMOTO, 2009), o dorsiflexion lunge test para avaliar mobilidade funcional, considerando valores acima de 10 cm como normais (XIXIRRY, 2019), e o Y-balance test para mensurar equilíbrio dinâmico, em que resultados inferiores a 94% do alcance médio indicam déficit de equilíbrio e maior risco de lesão (SUPHASUBTRAKUL, 2024).

O protocolo terapêutico foi aplicado individualmente na Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP, em Caçador-SC, duas vezes por semana, totalizando 16 sessões de aproximadamente 40 minutos. As intervenções foram divididas em três etapas: mobilizações articulares e exercícios resistidos com faixa elástica, atividades em apoio unipodal e inclinações de tronco com resistência apresentado na figura 1 e exercícios sobre bases instáveis, como bosu e disco de equilíbrio, com agachamentos e movimentos combinados exemplificado na figura 2. Todos os exercícios foram realizados em 2 a 3 séries de 8 a 12 repetições, bilateralmente. Após a coleta, os dados foram inseridos no Excel® 2013 e analisados estatisticamente por meio de estatística descritiva — frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas, e médias e desvio-padrão para variáveis contínuas.

Figura 1 – Exercício resistido em apoio unipodal.

Fonte: Autoras (2025).

Figura 2 – Exercício sobre base instável.

Fonte: Autoras (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no presente estudo no Y-Balance Test (YBT) demonstraram melhora do equilíbrio dinâmico após o protocolo de treinamento proprioceptivo, evidenciando avanços nas direções anterior, póstero-medial e póstero-lateral, descrita na tabela 1. Esses achados estão em concordância com os resultados de Suphasubtrakul (2024), que observaram que indivíduos com instabilidade crônica do tornozelo apresentavam redução significativa nos alcances póstero-medial e póstero-lateral, e que programas de reabilitação focados em controle neuromuscular foram capazes de restaurar a simetria entre os membros inferiores. Os autores destacam que diferenças superiores a 4 cm entre os lados indicam déficit funcional clinicamente relevante, reforçando a importância de estratégias proprioceptivas no restabelecimento da estabilidade articular.

Tabela 1- Resultado pré e pós-tratamento do Y-balance test

	Direito(%)		Esquerdo(%)	
Variáveis	Pré-tratamento	Pós-tratamento	Pré-tratamento	Pós-tratamento
Anterior	54,6	61,3	53,5	60,3
Posterolateral	73,3	79,9	75,4	84,0
Posteromedial	71,4	74,1	71,6	74,9

Fonte: Autoras (2025)

Estudos mais recentes corroboram a eficácia dos exercícios proprioceptivos na melhora do desempenho no Y-balance test. Zhang (2021) relataram que, após seis semanas de intervenção neuromuscular, indivíduos com CAI apresentaram aumento médio de 7,3% no alcance combinado, especialmente nas direções póstero-lateral e póstero-medial. Essa melhora foi atribuída ao aumento da ativação dos músculos fibulares e ao ganho de controle sensório-motor, aspectos também observados nos resultados deste estudo, sugerindo que o protocolo aplicado promoveu adaptação semelhante. Yang (2025) reforçam que valores inferiores a 94% da média normalizada pelo comprimento do membro inferior estão associados a risco elevado de nova entorse, o que enfatiza o papel preventivo do treino proprioceptivo.

Mais recentemente, Wagemans (2022) analisaram a relação entre equilíbrio dinâmico e estabilidade funcional do tornozelo em praticantes de atividades recreativas e observaram que o treinamento proprioceptivo combinado a estímulos em superfícies instáveis resultou em ganhos significativos no YBT, com aumento médio de 9% nos alcances normalizados. Esses dados reforçam que a melhora observada no presente estudo segue a tendência descrita na literatura, indicando que a aplicação de exercícios de controle postural progressivos é eficaz para restaurar a estabilidade funcional e reduzir a assimetria entre os membros inferiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstraram que o protocolo de treinamento proprioceptivo aplicado promoveu melhora significativa no controle postural e na estabilidade dinâmica dos participantes com instabilidade crônica de tornozelo. Observou-se que o estímulo sensório-motor contínuo proporcionou respostas neuromusculares mais eficientes, favorecendo a simetria entre os membros e a recuperação da estabilidade articular. Dessa forma, o presente estudo reforça a importância da reabilitação fisioterapêutica direcionada, baseada em exercícios proprioceptivos progressivos, como abordagem eficaz e segura para restaurar a funcionalidade do tornozelo e prevenir novas lesões.

REFERÊNCIAS

ALSHEHRI, Shaker Hassan S.; ALSHAHRANI, Mastour Saeed; ADAL, Saeed Y. Al; *et al*. An examination of ankle joint position sense, postural control and associated neuromuscular deficits in patients with plantar fasciitis: a cross-sectional analysis with advanced biomechanical and

psychosocial correlates. Journal of Orthopaedic Surgery and Research, v. 20, n. 1, p. 1–13, 2025. Disponível em: DOI 10.1186/s13018-025-05485-w. Acesso em: 20 out. 2025.

HERZOG, Mackenzie M; KERR, Zachary Y; MARSHALL, Stephen W; *et al*. Epidemiology of Ankle Sprains and Chronic Ankle Instability. Journal of athletic training, v. 54, n. 6, p. 603–610, 2019. Disponível em: DOI 10.4085/1062-6050-447-17. Acessoe m: 10 ago. 2025.

IMOTO, Aline Mizusaki; PECCIN, Maria Stella; RODRIGUES, Reynaldo; *et al*. Tradução e validação do questionário FAOS - FOOT and ankle outcome score para língua portuguesa. Acta ortop. bras, v. 17, n. 4, p. 232–235, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-78522009000400008. Acesso em: 10 set. 2025

SU, Yuying; LI, Wei; PAN, Changbo; *et al*. Effects of combination of strength and balance training on postural control and functionality in people with chronic ankle instability: a systematic review and meta analysis. BMC Sports Science, Medicine and Rehabilitation, v. 16, n. 1, p. 1–15, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13102-024-00845-1. Acesso em: 04 ago. 2025.

SUPHASUBTRAKUL, Thitirat; LEKSKULCHAI, Raweewan; JALAYONDEJA, Chutima. Balance, strength and physical activity after ankle sprain: Comparison between children with chronic ankle instability and copers. Physical Therapy in Sport, v. 65, p. 49–53, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ptsp.2023.11.004. Acesso em: 15 out. 2025.

TANG, Fang; XIANG, Meng; YIN, Shanshan; *et al*. Meta-analysis of the dosage of balance training on ankle function and dynamic balance ability in patients with chronic ankle instability. BMC Musculoskeletal Disorders, v. 25, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12891-024-07800-8. Acesso em: 03 out. 2025.

WAGEMANS, Jente; BLEAKLEY, Chris; TAEYMANS, Jan; *et al*. Exercise-based rehabilitation reduces reinjury following acute lateral ankle sprain: A systematic review update with meta-analysis. PloS one, v. 17, n. 2, p. e0262023, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0262023. Acesso em: 16 mar. 2025.

YANG, Yi Meng; WU, Yang; ZHU, Wenhui. Recent advances in the management of chronic ankle instability. Chinese Journal of Traumatology, v. 28, n. 1, p. 35–42, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cjtee.2024.07.011. Acesso em: 15 ago. 2025

YIN, Yikun; YU, Zhengze; WANG, Jialin; *et al*. Effectiveness of the Rehabilitation Training Combined with Maitland Mobilization for the Treatment of Chronic Ankle Instability: A Randomized Controlled Trial. International Journal of Environmental Research and Public Health, China, v. 19, n. 22, p. 15328, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph192215328. Acesso em: 02 de abr. de 2025.

ZHANG, Chengcheng; LUO, Zhenzhou; WU, Dingwei; *et al*. Effectiveness of exercise therapy on chronic ankle instability: a meta-analysis. Scientific Reports, China, v. 15, n. 1, 2025. DOI: 10.1038/s41598-025-95896-w. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL EM PACIENTES COM DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Kauane Lutes De Souza[1]
Daniela Dos Santos[2]

Resumo – A disfunção temporomandibular (DTM) é uma condição musculoesquelética que afeta o sistema mastigatório e, quando não tratada adequadamente, pode evoluir para dor crônica, comprometendo a qualidade de vida. Devido aos sintomas físicos e emocionais, há grande procura pela fisioterapia como forma de aliviar a dor. Este estudo teve como objetivo avaliar os efeitos da liberação miofascial na dor e na qualidade de vida de pacientes com DTM. Trata-se de uma pesquisa experimental, descritiva e exploratória, aplicada em seis participantes portadores de sintomas de DTM. A avaliação foi baseada na aplicação dos seguintes questionários: questionário de caracterização da amostra, questionário de sintomas de DTM, Escala Visual Analógica (EVA) e o questionário de qualidade de vida SF-36. Foram realizadas dez sessões de 45 minutos, aplicando-se a liberação miofascial nos músculos da mastigação, face, região cervical e crânio. Os resultados obtidos neste estudo demonstraram melhora significativa na dor e na qualidade de vida dos participantes. O tratamento fisioterapéutico oferecido contribuiu para a diminuição da dor alívio das tensões musculares, refletindo positivamente na realização das atividades de vida diária e no bem-estar geral dos participantes

Palavras-chave: Liberação Miofascial. Disfunção Temporomandibular. Tratamento

INTRODUÇÃO

A articulação temporomandibular (ATM) é formada pelo côndilo mandibular, pertencente ao osso mandibular, e pela fossa mandibular e tubérculo articular do osso temporal. Entre essas estruturas, encontra-se o disco articular, fibrocartilaginoso e côncavo, que divide a articulação em compartimentos superior e inferior, envoltos pela cápsula articular. Além disso, há ligamentos colaterais discais, estilomandibulares e esfenomandibulares que auxiliam na estabilidade da articulação e na coordenação dos movimentos mandibulares (Oliveira et al., 2023; Carmo, 2023)..

Os distúrbios temporomandibulares (DTMs) resultam de alterações nos músculos, articulações da mandíbula e tecidos de suporte (Zugel et al., 2018). Essa disfunção provoca dor crônica, fadiga, ruídos articulares e limitação de movimento (Biasotto-Gonzalez et al., 2008), podendo afetar também a região cervical (Biasotto-Gonzalez et al., 2008). Os sintomas comprometem funções cotidianas como mastigação, deglutição, bocejo e até o sono (Santos; Sperandio, 2022). Estudos apontam maior prevalência de DTM em mulheres (21,2% a 72,4%) do

[1] Aluno do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que em homens (10,6% a 68,1%), possivelmente devido a fatores hormonais e emocionais (Pinheiro et al., 2024).

O diagnóstico da DTM envolve sintomas como dor facial ou cervical, limitação de abertura bucal, estalos, alterações auditivas e tonturas (Kinote et al., 2011). A ressonância magnética é um exame de imagem indicado para identificar ruídos articulares e alterações estruturais. Fatores biopsicossociais — como bruxismo, estresse, ansiedade e ambiente de trabalho — estão fortemente associados ao desenvolvimento da disfunção (Zugel et al., 2018).

O tratamento da DTM é desafiador por sua etiologia multifatorial. Em quadros agudos, podem ser prescritos fármacos para relaxamento muscular e alívio da dor, enquanto nos casos crônicos são recomendadas abordagens não invasivas, como a fisioterapia (Costa et al., 2017). As técnicas fisioterapêuticas incluem massagem intra e extraoral, mobilização da ATM e coluna cervical, liberação miofascial e dígito-pressão em pontos gatilho (Zugel et al., 2018). Tais intervenções melhoram os movimentos mandibulares, reduzem ruídos articulares e promovem relaxamento muscular (Lucena et al., 2022; Silva et al., 2017).

A liberação miofascial destaca-se por manipular o tecido fascial, reduzindo tensões, bloqueios articulares e estresse (Martins; Pereira; Felício, 2019). Essa técnica atua sobre os fibroblastos fasciais, vasos e nervos, proporcionando alívio da dor e melhora da qualidade de vida (Costa et al., 2017). Por sua eficácia e evidência científica, a liberação miofascial é considerada um importante recurso terapêutico no tratamento da DTM (Almeida et al., 2008).

Assim, este estudo teve como objetivo geral avaliar os efeitos da liberação miofascial na dor e na qualidade de vida de pacientes com disfunção temporomandibular, analisando sintomas, dor, amplitude de abertura bucal e bem-estar pré e pós-tratamento.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa experimental, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem quali-quantitativa (Teixeira et al., 2019). Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), parecer nº 7.665.338 os participantes foram selecionados por amostra de conveniência e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra foi composta por indivíduos com sintomas de disfunção temporomandibular (DTM), maiores de 18 anos, de ambos os sexos, que atingiram pontuação entre 20 e 40 no questionário de sintomas de DTM. Foram excluídos participantes com histórico de cirurgias na ATM, uso recente de anti-inflamatórios, ausência em duas sessões sem justificativa ou realização de outros tratamentos fisioterapêuticos durante o estudo.

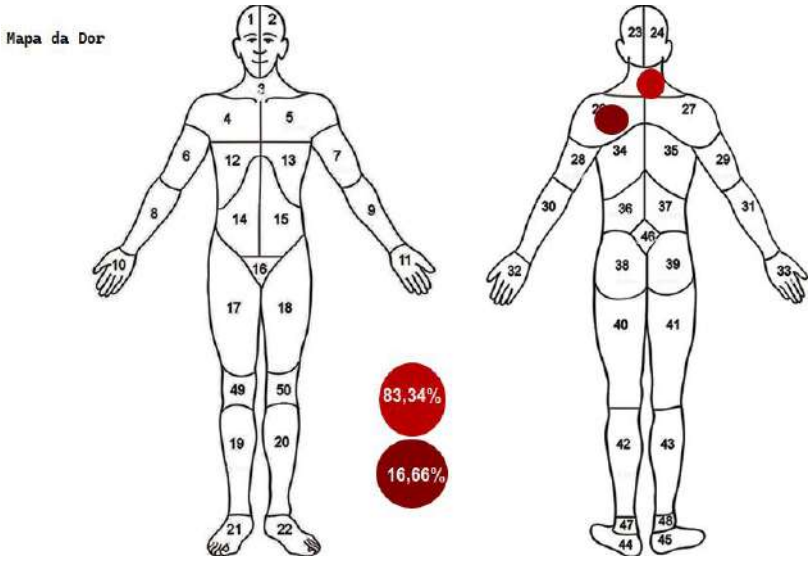
As avaliações iniciais incluíram uma anamnese detalhada sobre a dor (localização, tipo e tempo de ocorrência) e também a aplicação da Escala Visual Analógica (EVA), instrumento de 0 a 10 que mensura a intensidade da dor (Costa et al., 2017). Também foi utilizado o questionário de sintomas de DTM (Almeida et al., 2008), com pontuação baseada em Fonseca et al. (1994): 0–15 (sem DTM), 20–40 (leve), 45–65 (moderada) e 70–100 (severa). A qualidade de vida foi avaliada pelo questionário SF-36, que analisa o estado geral de saúde e as limitações nas atividades de vida diária, com pontuação de 0 (pior) a 100 (melhor) (Klasser, 2023).

Os participantes passaram por avaliação física da região cervical, músculos da mastigação, face e crânio, com identificação de pontos de tensão e gatilhos miofasciais. A amplitude de abertura bucal foi mensurada com paquímetro entre os dentes incisivos superiores e inferiores, em posição de máxima abertura. Toda as avaliações foram realizadas antes e após o protocolo de tratamento, aplicado na Clínica Escola de Fisioterapia da UNIARP, em Caçador – SC. As sessões ocorreram individualmente, duas vezes por semana, com duração de 45 minutos cada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos neste estudo demonstraram melhora significativa na dor e na qualidade de vida dos participantes após a aplicação da técnica de liberação miofascial. A análise dos questionários aplicados evidenciou redução dos escores de dor na Escala Visual Analógica (EVA) e aumento dos índices relacionados à qualidade de vida nos domínios do questionário SF-36, especialmente em aspectos físicos, dor corporal e saúde mental.

Imagem 1- Mapa da dor após as sessões



Fonte: A autora (2025)

Esses achados estão em conformidade com os objetivos propostos, que buscavam avaliar os efeitos da liberação miofascial em indivíduos com disfunção temporomandibular. A comparação com a literatura demonstra resultados semelhantes aos encontrados por Martins, Pereira e Felício (2019) e Lucena et al. (2022), que também observaram melhora na sintomatologia dolorosa e na função mandibular após intervenções manuais.

A melhora observada pode ser explicada pela ação da liberação miofascial na diminuição da tensão muscular e na restauração da mobilidade dos tecidos moles, o que contribui para a redução da dor e o aumento da amplitude de movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender os efeitos da liberação miofascial na dor e na qualidade de vida de pacientes com disfunção temporomandibular (DTM), alcançando os objetivos propostos. Observou-se que o tratamento fisioterapêutico, por meio da aplicação da técnica, contribuiu para a diminuição da dor, melhora da amplitude de movimento mandibular e alívio das tensões musculares, refletindo positivamente na realização das atividades de vida diária e no bem-estar geral dos participantes. Esses resultados reforçam a importância da fisioterapia como abordagem conservadora e eficaz no manejo das DTMs, especialmente quando associada a uma avaliação criteriosa e acompanhamento contínuo. Entre as principais limitações do estudo, destaca-se o número reduzido da amostra, que dificulta a generalização dos resultados, além do curto período de intervenção e ausência de acompanhamento em longo prazo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de realização deste estudo e pelo suporte oferecido durante todo o processo acadêmico, à professora Dra. Daniela dos Santos, pela orientação, dedicação e contribuição fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, e aos pacientes participantes da pesquisa, pela colaboração e confiança, que tornaram possível a concretização deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A. de; SOUSA, D. P. de; OLIVEIRA, L. F. de. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas disfunções temporomandibulares: revisão de literatura. Revista Fisioterapia Brasil, v. 9, n. 4, p. 267–272, 2008. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rfo/article/view/589. Acesso em: 04 abr. 2025.

BIASOTTO-GONZALEZ, D. A. et al. A atuação da fisioterapia nas disfunções temporomandibulares. Revista Fisioterapia em Movimento, v. 21, n. 3, p. 77–83, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822008000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 20 out. 2025

CARMO, R. A. do. Anatomia funcional da articulação temporomandibular. Revista de Odontologia Contemporânea, v. 7, n. 2, p. 45–53, 2023. Disponível em: https://www.kenhub.com/pt/library/anatomia/articulacao-temporomandibular. Acesso em: 20 out. 2025.

COSTA, D. R. M. et al. Eficácia da fisioterapia no tratamento da disfunção temporomandibular: revisão sistemática. Revista Pesquisa em Fisioterapia, v. 7, n. 3, p. 389–397, 2017. 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848182. Acesso em: 21 out. 2025.

FEHRENBACH, C. M.; SILVA, L. D.; BRONDANI, C. Associação entre cefaleia e disfunção temporomandibular: revisão de literatura. Revista Brasileira de Neurologia, v. 54, n. 2, p. 71–78, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2238-510X.2018.v7i2.2511. Acesso em: 21 out. 2025..

FONSECA, D. M.; BONFANTE, G.; VALLE, A. L.; FREITAS, S. F. T. Diagnóstico pela anamnese da disfunção craniomandibular. Revista Brasileira de Odontologia, v. 51, n. 1, p. 35–40, 1994.Disponível em: https://www.scienceopen.com/document?vid=ca2c5ce5-8697-4e9b-85c9-88c70931a0da. Acesso em 02 nov. 2025.

KINOTE, A. P. et al. Disfunções temporomandibulares e suas manifestações clínicas: revisão de literatura. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, v. 23, n. 3, p. 303–310, 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/408/40820855004.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

KLASSER, G. D. Questionário SF-36: instrumento de avaliação da qualidade de vida. Journal of Oral Rehabilitation, v. 50, n. 1, p. 12–18, 2023.Disponível em : https://repositorio.unifesp.br/items/87e43d91-71e9-45d0-a33c-168ef257a32d. Acesso em:02 nov.2025.

LUCENA, M. C. R. et al. Efeitos da terapia manual em pacientes com disfunção temporomandibular: revisão sistemática. Revista Fisioterapia Brasil, v. 23, n. 1, p. 24–32, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcefac/a/cKnXTn7WwRhHRzVHTgbMWWp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 abr. 2025.

MARTINS, R. J.; PEREIRA, T. S.; FELÍCIO, C. M. Liberação miofascial e dor orofacial: revisão integrativa. Revista Odonto, v. 27, n. 1, p. 9–15, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/9w4fWhvtXrYt7gzyBFyvvrq/. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, M. F. et al. Aspectos anatômicos e funcionais da articulação temporomandibular. Revista Brasileira de Anatomia, v. 18, n. 2, p. 45–52, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rb/a/dGRhvV463CwdmPzJVHCNJHj/?lang=pt. Acesso em: 20 0ut. 2025.

PINHEIRO, L. C. et al. Diferenças de gênero na prevalência e percepção da dor em disfunção temporomandibular. Revista Dor, v. 25, n. 1, p. 1–5, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/brjp/a/bDnQwTC5M9BjfP3ZVBvPKHr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 out. 2025.

SANTOS, M. L.; SPERANDIO, F. F. Impacto da disfunção temporomandibular na qualidade do sono e nas atividades diárias. Revista Fisioterapia em Movimento, v. 35, n. 2, p. 1–8, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44699. Acesso em: 19 abr. 2025

ZUGEL, M. M. et al. Tratamento fisioterapêutico nas disfunções temporomandibulares: revisão sistemática. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 22, n. 4, p. 355–364, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30072398/. Acesso em: 18 abr. 2025.

EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA PENS EM INDIVÍDUOS COM HÉRNIA DE DISCO LOMBAR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Isadora Tives Milan[1]
Daniela dos Santos[2]

Resumo – Este estudo teve como objetivo analisar a eficácia da aplicação da Estimulação Elétrica Percutânea dos Nervos (PENS) em indivíduos com hérnia de disco lombar na cidade de Caçador - SC. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter experimental e abordagem quali-quantitativa. A amostra foi composta por quatro participantes, com idade superior a 18 anos, do sexo feminino. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Uniarp, os participantes foram recrutados por meio das redes sociais das pesquisadoras e selecionados conforme os critérios de inclusão e exclusão. O tratamento foi realizado nas dependências da UNIARP, na clínica escola de Fisioterapia, com sessões de PENS aplicadas duas vezes por semana, totalizando 20 sessões. A avaliação foi conduzida no início e ao final do tratamento, utilizando um questionário para caracterização da amostra, e o Índice de Incapacidade de Oswestry para mensuração da limitação funcional.

Palavras-chave: Hérnia. Eletroestimulação. Fisioterapia. PENS.

INTRODUÇÃO

A coluna vertebral é uma estrutura essencial no suporte e estabilização do corpo. Essa estrutura é composta por 33 vértebras que se organizam em cinco regiões: cervical, torácica, lombar, sacral e coccígea (Sobota et al., 2019). Os discos intervertebrais, juntamente com os corpos vertebrais formam o pilar anterior da coluna que é responsável pela porção hidráulica, ou seja, que sustenta o peso do corpo e absorve choques (Kisner et al., 2021). A medula espinhal está protegida pelo canal vertebral, sendo responsável pela transmissão de sinais nervosos entre o cérebro e o restante do corpo (DeSai 2023).

A coluna atua na proteção neural, no suporte estrutural e na mobilidade. Músculos estabilizadores e articulações trabalham em conjunto para garantir equilíbrio e movimento (Floyd, 2021). A região lombar suporta as maiores cargas corporais e está mais sujeita a lesões (Huec et al., 2019). Alterações nas estruturas da coluna, como hérnias de disco, estenose espinhal e degenerações discais, podem causar dor e limitar funções (Kisner et al., 2021). A hérnia de disco ocorre quando o núcleo pulposo desloca-se além de seus limites, podendo ser protuso, extruso ou sequestrado (Gonçalves et al., 2020).

[1] Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A hérnia de disco lombar é prevalente e multifatorial, associada a sedentarismo, tabagismo e sobrecarga física (Gonçalves et al., 2020). Estima-se que afete de 1% a 3% da população mundial (Falavigna et al.,2016). No Brasil, causa milhões de dias de afastamento laboral e altos custos ao sistema público (Carregaro et al., 2020; Souza et al., 2015). O diagnóstico precoce é fundamental para direcionar o tratamento e reduzir incapacidades (Silva et al., 2018).

O tratamento pode ser conservador, com medicamentos e fisioterapia, ou cirúrgico, quando não há melhora com abordagens menos invasivas (Lopes et al., 2018; Vialle et al., 2017). A fisioterapia busca aliviar a dor e restaurar a função, e novas técnicas vêm sendo estudadas, como a Estimulação Elétrica Percutânea dos Nervos (PENS).

A PENS combina princípios da eletroacupuntura para modular a dor, estimular endorfinas e melhorar a função (Gonçalves et al., 2017; Pereira et al., 2020). Estudos e meta-análises apontam eficácia na dor lombar crônica e melhora funcional (Oliveira et al., 2022; Plaza-Manzano et al., 2020). Contudo, são limitados os estudos sobre sua aplicação em hérnia de disco lombar, especialmente no contexto nacional.

Diante disso, este estudo teve como objetivo avaliar a eficácia da aplicação do PENS sobre a dor, funcionalidade e amplitude de movimento lombar em indivíduos com hérnia de disco lombar na cidade de Caçador – SC.

METODOLOGIA

O presente estudo toma por base a pesquisa experimental, de cunho descritivo e exploratório, com abordagem quali-quantitativa (Teixeira et al., 2019). O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa número 7.665.231. A amostra foi composta por participantes maiores de idade que possuíam hérnia de disco lombar e que foram alocadas no estudo de forma intencional.

O tratamento ocorreu nas dependências da UNIARP, na clínica escola de Fisioterapia, com sessões de PENS aplicadas duas vezes por semana, totalizando 20 sessões. A avaliação aconteceu no início e ao final do tratamento, utilizando os seguintes instrumentos: um questionário para caracterização da amostra, o Índice de Incapacidade de Oswestry para mensuração da limitação funcional, goniometria para avaliação da amplitude de movimento, mapa da dor para localização dos pontos dolorosos e a Escala Visual Analógica (EVA) para mensuração da dor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os participantes foram avaliados através da aplicação do questionário de caracterização da amostra, e o questionário do Índice de Incapacidade de Oswestry 2.0, A amostra foi composta por quatro participantes, com média de idade de 34,5 anos (± 12,1). Todos os participantes eram do sexo feminino.

Com relação ao Questionário de Incapacidade de Oswestry demonstrado na Tabela 1, na avaliação da pré- intervenção todas as participantes apresentaram incapacidade moderada, o que implica em um importante comprometimento nas atividades de vida diária, principalmente nas tarefas que envolvem flexão, permanência em pé e locomoção.

Ao término do tratamento foi possível observar a melhora do escore do Questionário de Incapacidade de Oswestry para a incapacidade mínima das atividades, corroborando com os achados de Plaza-Manzano (2020), onde os autores demonstraram que a PENS apresentou um efeito significativo na redução da dor, favorecendo na recuperação das atividades de vida diária e o aumento da capacidade física, ampliando os benefícios.

Tabela 1: Resultados da avaliação da incapacidade através do Questionário de Incapacidade de Oswestry

	Pré-tratamento	Pós-tratamento
Incapacidade mínima	0	4
Incapacidade moderada	4	0
Incapacidade Intensa	0	0
Estado de aleijamento	0	0
Estado de invalidez	0	0

Fonte: Autoras (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que a Estimulação Elétrica Nervosa Percutânea (PENS) é um método eficaz na redução da dor e na melhora funcional de indivíduos com hérnia de disco lombar. Após vinte sessões de tratamento, observou-se diminuição significativa da intensidade da dor refletindo positivamente na realização das atividades de vida diária e na qualidade de vida dos participantes. Dessa forma, conclui-se que o protocolo de PENS aplicado mostrou-se eficiente e seguro, configurando-se como uma alternativa terapêutica não invasiva e promissora para o manejo da dor e a recuperação funcional em pacientes com hérnia de disco lombar.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, pela dedicação e excelente orientação ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Às participantes da pesquisa, pela colaboração e disponibilidade, e à UNIARP, pela organização e pelo espaço cedido para a realização deste estudo

REFERÊNCIAS

FALAVIGNA A, SCHEVERIN N, RIGHESSO O, TELES AR, GULLO MC, CHENG JS, RIEW KD. economic value of treating lumbar disc herniation in brazil. j neurosurg spine. 2016 apr;24(4):608-14. doi: 10.3171/2015.7.spine15441. epub 2015 dec 11. pmid: 26654336. disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26654336/. acesso em 30 out. 2025.

GONÇALVES, L. Celso; et al. Análise da Confiabilidade da Classificação LEE para Hérniações de Disco Lombar. Coluna/Columna, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/2011d4fe-dc2e-4bef-bb71-607330a8e4bd/content. Acesso em: 27 abr. 2025.

HUEC, J. C.; THOMPSON, W.; MOHSINALY, Y.; BARREY, C.; FAUNDEZ, A. Sagittal balance of the spine. European Spine Journal, v. 28, n. 3, p. 38-64, 2019.Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00586-019-06083-1. Acesso em 31 agosto. 2025.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A.; BORSTAD, John. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 7. ed. Barueri: Manole, 2021. E-book. pág.451. ISBN 9786555765670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555765670/. Acesso em: 30 out. 2025.

PLAZA-MANZANO, Gustavo et al. Effectiveness of percutaneous electrical nerve stimulation for musculoskeletal pain: A systematic review and meta-analysis. European Journal of Pain, [S.l.], v. 24, n. 6, p. 1023–1044, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32171035/. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, André Ricardo; FERNANDES, Carla Patrícia Lima; MOURA, José Luiz de Souza. Epidemiologia da dor lombar: prevalência e fatores de risco. Revista Brasileira de Dor, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 58–63, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdor/a/trkhMZyRwLRzyGSh7DLrwzH/. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIALLE, Leonardo Ricardo de Oliveira et al. Hérnia de disco lombar. Revista Brasileira de Ortopedia, São Paulo, v. 52, n. 5, p. 563–572, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-36162010000100004. Acesso em: 27 abr. 2025.

RELATO DE HIDRONEFROSE EM COELHO DE ABATE: ACHADOS POST MORTEM E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA

Categoria: Práticas de Estágio

Karin Luiza Ferreira[1]
Felipe Volpato[2]
Katiane Schmitt[3],[4]

Resumo – A inspeção post mortem em abatedouros oficiais é ferramenta essencial da Medicina Veterinária Preventiva e da Saúde Pública, garantindo a inocuidade dos alimentos e a rastreabilidade dos processos. Relata-se um caso raro de hidronefrose unilateral em coelho (Oryctolagus cuniculus) abatido sob Serviço de Inspeção Estadual em Santa Catarina. O rim direito apresentava aumento volumétrico, dilatação da pelve renal, acúmulo de líquido serossanguinolento e atrofia cortical, enquanto a carcaça e demais órgãos estavam sem alterações. Conforme o RIISPOA (2020), a conduta foi a condenação da víscera afetada e a liberação da carcaça para consumo. A raridade desse achado em espécies emergentes de produção reforça a relevância de registros técnico-científicos e evidencia o papel estratégico do médico-veterinário na inspeção oficial, integrando Saúde Pública, sustentabilidade e os princípios da Saúde Única.

Palavras-chave: hidronefrose; post mortem; coelho; saúde pública; saúde única.

INTRODUÇÃO

A inspeção post mortem em abatedouros oficiais constitui um dos pilares da Medicina Veterinária Preventiva e da Saúde Pública, permitindo identificar alterações que podem comprometer a inocuidade dos alimentos e, consequentemente, a saúde do consumidor (Martins; Lopes; Pereira, 2019).

A carne de coelho apresenta elevado valor nutricional, destacando-se pelo baixo teor de gordura e colesterol e pela presença de aminoácidos essenciais, o que a torna indicada em dietas saudáveis (Moraes et al., 2023). Apesar dessas características, o consumo brasileiro permanece reduzido (aprox. 0,12 kg/hab./ano), contrastando com a média de 37,4 kg para carne bovina e 43,9 kg para aves. A região Sul concentra mais de 70% da produção, com Santa Catarina

[1]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Docentes do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docentes do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)

respondendo por cerca de 18%, o que evidencia a relevância da cunicultura para a economia local (Bonamigo et al., 2017).

Além de seu valor alimentar, a atividade destaca-se pela sustentabilidade: demanda menor área, reduzido consumo hídrico e aproveitamento integral de subprodutos como pele, esterco e vísceras, configurando alternativa viável para agricultura familiar e contribuindo para a redução do êxodo rural. Assim, fortalece a produção sustentável e conecta-se com os conceitos de Saúde Pública e Saúde Única (Bonamigo et al., 2017; FAO; Unep; WHO; WOAH, 2022).

Entre as alterações de interesse em inspeção, destacam-se as doenças renais. A hidronefrose, caracterizada pela dilatação da pelve renal associada à atrofia do parênquima, pode ter origem congênita ou adquirida, relacionada a urolitíase, neoplasias, processos inflamatórios crônicos ou obstruções extrínsecas (Santos et al., 2019; Querino, 2022).

Na cunicultura, a hidronefrose é uma condição pouco relatada, com registros ainda escassos em animais de produção (Fernandes; Costa; Medeiros, 2020; CBCAV, 2023). A raridade desses achados em coelhos sob inspeção oficial no Brasil reforça a relevância científica e pedagógica deste relato.

METODOLOGIA

O presente relato configura-se como estudo descritivo e observacional, desenvolvido a partir da rotina de inspeção post mortem em estabelecimento sob Serviço de Inspeção Estadual (SIE) em Santa Catarina, em setembro de 2025.

A metodologia foi de caráter visual e documental, sem intervenções experimentais, baseada nos procedimentos de inspeção preconizados pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

A metodologia foi estruturada conforme os seguintes procedimentos:

Inspeção ante mortem: realizada por meio de observação clínica dos animais, avaliando comportamento, estado geral, condição nutricional e integridade corporal, não sendo constatadas alterações no lote.

Inspeção post mortem: consistiu no exame sistemático da carcaça e vísceras, utilizando visualização, palpação e incisão, em conformidade com os arts. 126–127 do RIISPOA.

Registro fotográfico: efetuado para documentar o achado macroscópico, servindo como recurso didático e evidência da lesão identificada.

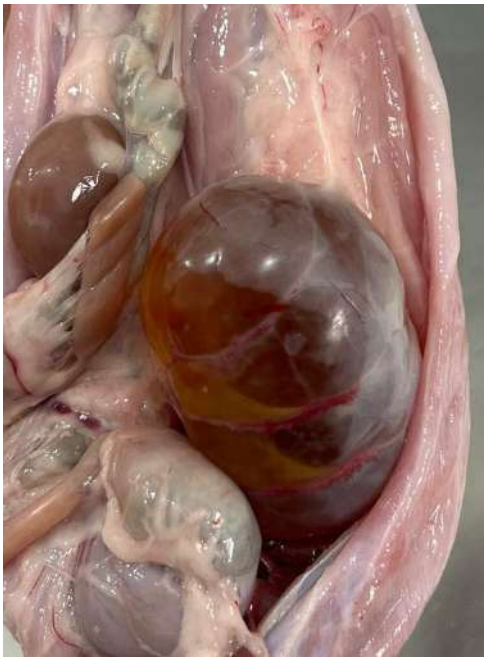
Julgamento sanitário: fundamentado nos arts. 128–129 e 505 do RIISPOA, resultando na condenação da víscera alterada e na liberação da carcaça para consumo.

As informações foram obtidas exclusivamente por observação direta e registro técnico durante o processo de inspeção, não sendo realizados exames complementares laboratoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

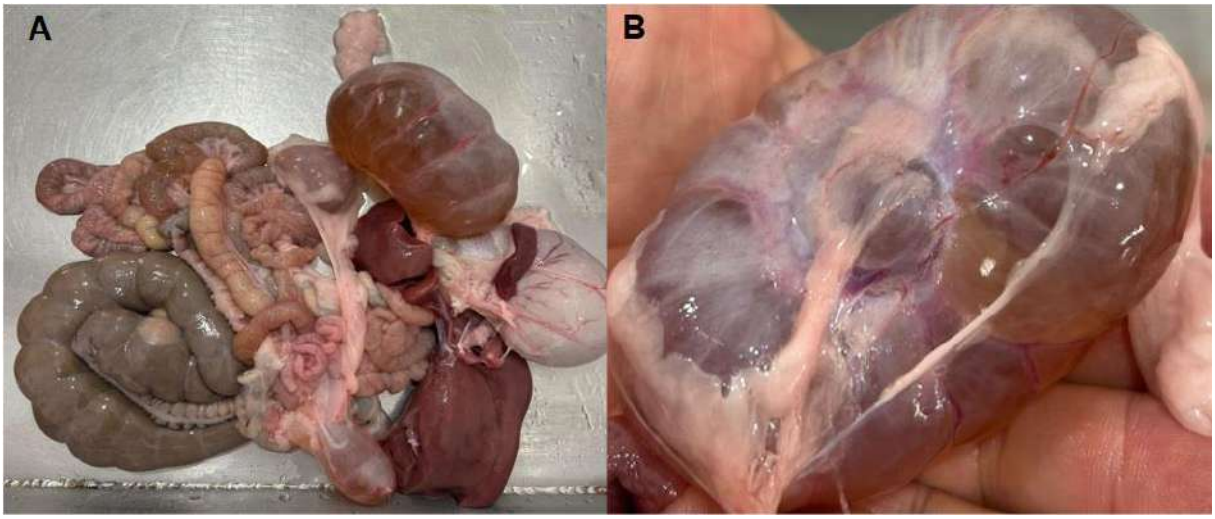
Foi identificado um caso de hidronefrose unilateral em rim direito de coelho, caracterizado macroscopicamente por aumento de volume, superfície translúcida e dilatação pélvica com líquido serossanguinolento. Os demais órgãos e a carcaça não apresentaram alterações (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Vista da cavidade abdominal de coelho durante inspeção post mortem, evidenciando aumento de volume renal compatível com hidronefrose.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, Santa Catarina, 2025

Figura 2 – Conjunto visceral exposto na mesa de inspeção (A), evidenciando rim direito aumentado e com conteúdo líquido em seu interior; e detalhe do rim direito (B), apresentando dilatação pélvica e cortical adelgaçada, características de hidronefrose.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, Santa Catarina, 2025

A hidronefrose observada pode ser congênita ou adquirida, associada a fatores como urolitíase, neoplasias ou inflamações crônicas (Santos et al., 2019). Em coelhos, a raridade de relatos reforça o papel da inspeção post mortem como ferramenta diagnóstica essencial (CBCAV, 2023).

Em outras espécies de produção, como bovinos e suínos, a hidronefrose também é descrita, geralmente associada a causas obstrutivas ou inflamatórias, o que reforça a aplicabilidade do julgamento sanitário em diferentes cadeias produtivas (Fernandes; Costa; Medeiros, 2020; Santos et al., 2019; Querino, 2022).

A correta aplicação do RIISPOA, com condenação restrita da víscera e liberação da carcaça, evidencia julgamento sanitário fundamentado em critérios técnicos e legais. A conduta adotada contribui para a sustentabilidade da produção, assegura a inocuidade alimentar e fortalece a confiança do consumidor.

Tabela 1 – Achados macroscópicos e condutas sanitárias adotadas segundo o RIISPOA (2020).

Achado macroscópico	Conduta sanitária	Justificativa técnica
Rim direito aumentado, translúcido, com hidronefrose unilateral	Condenação da víscera afetada	Lesão localizada, sem repercussão sistêmica (arts. 128–129)
Carcaça e demais órgãos sem alterações	Liberação da carcaça para consumo	Preservação das condições higiênico-sanitárias
Víscera condenada (rim direito)	Inutilização/desnaturação sob controle oficial	Prevenir risco de contaminação e garantir rastreabilidade

Fonte: Adaptado do RIISPOA (BRASIL, 2020).

A escassez de registros de hidronefrose em coelhos destinados ao abate no Brasil reforça o caráter inédito deste relato. Embora existam descrições isoladas em outras espécies de produção, a documentação dessa alteração em cunicultura permanece extremamente rara, configurando uma lacuna na literatura técnico-científica nacional. Assim, além de seu valor prático para o julgamento sanitário, este caso contribui de forma pioneira para a construção de dados epidemiológicos em espécies emergentes, fortalecendo a inspeção oficial como ferramenta de vigilância e ampliando a base de conhecimento disponível para a Medicina Veterinária Preventiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso descrito evidencia a ocorrência de hidronefrose unilateral em coelho abatido sob inspeção estadual em Santa Catarina, detectada exclusivamente no exame post mortem. A decisão de condenação da víscera acometida e liberação da carcaça mostrou-se tecnicamente

adequada e respaldada pelo RIISPOA (2020), assegurando a inocuidade alimentar e a correta destinação da víscera condenada.

Além de contribuir para a literatura técnico-científica, o relato reforça a importância de registros ilustrados em cunicultura, subsidiando a formação acadêmica e a prática profissional em inspeção.

Sob a ótica da Saúde Pública, este relato destaca o papel do médico-veterinário na inspeção oficial como guardião da inocuidade alimentar, da rastreabilidade e da confiança do consumidor. Ao mesmo tempo, ao integrar princípios de sustentabilidade e bem-estar animal, conecta-se aos fundamentos da Saúde Única.

Assim, este trabalho contribui para o aprimoramento dos critérios de julgamento sanitário em espécies emergentes, fortalece a inspeção oficial como referência técnico-científica e amplia a valorização da cunicultura na perspectiva da Saúde Pública e da Saúde Única.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Expressamos nosso agradecimento ao estabelecimento que possibilitou a observação e documentação do caso, contribuindo para a integração entre prática profissional e ensino acadêmico.

REFERÊNCIAS

BONAMIGO, A.; GOMES, J.; MACHADO, C.; LUZ, F. Produção da carne cunícula no Brasil como alternativa sustentável. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, Maringá, v. 10, n. 4, p. 1289–1308, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA*. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, alterado pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020. Brasília: MAPA, 2020.

CBCAV – Congresso Brasileiro de Clínicos de Animais de Estimação. Hidronefrose iatrogênica em coelho (*Oryctolagus cuniculus*). *Anais do CBCAV*, São Paulo, 2023.

FAO; UNEP; WHO; WOAH. *One Health Joint Plan of Action (2022–2026): working together for the health of humans, animals, plants and the environment*. Rome: FAO, 2022.

FERNANDES, L. A.; COSTA, P. R.; MEDEIROS, G. H. Patologias renais em animais de produção: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 87–94, 2020.

MARTINS, R. S.; LOPES, A. C.; PEREIRA, T. A. Ética e responsabilidade do médico-veterinário na inspeção de produtos de origem animal. *PubVet*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 201–209, 2019.

MORAES, P. de O.; RIBEIRO, M. F.; ALMEIDA, T. S.; COSTA, A. Carne de coelho: do abate ao processamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOTECNIA – ZOOTEC, 2023, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ABZ, 2023.

QUERINO, D. R. S. *Hidronefrose em animais: revisão de literatura*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2022.

SANTOS, F. R.; ALMEIDA, J. P.; COSTA, M. C.; FERREIRA, R. Distúrbios do trato urinário em animais domésticos: etiologia, diagnóstico e implicações. *Acta Veterinaria Brasilica*, Mossoró, v. 13, n. 2, p. 55–63, 2019.

CÓLICA OBSTRUTIVA POR FECALOMA EM ÉGUA QUARTO DE MILHA: RELATO DE CASO CLÍNICO E ANATOMOPATOLÓGICO

Categoria: Práticas de Estágio

Emanoel dos Santos Costa Moreira[1]
Felipe Volpato[2]
Katiane Schmitt[3],[4]

Resumo – A síndrome cólica equina é uma das principais emergências clínicas, caracterizada por dor abdominal de múltiplas origens e alto impacto econômico na equinocultura. Entre suas causas, destaca-se o fecaloma, massa fecal endurecida capaz de causar obstrução intestinal. O presente relato descreve um caso de cólica obstrutiva em égua Quarto de Milha, secundária à ingestão de rede plástica presente no feno acondicionado, que atuou como núcleo de formação do fecaloma e resultou em obstrução intestinal. O caso reforça a importância do manejo alimentar, do descanso pós-transporte e da hidratação adequada como medidas preventivas essenciais à redução da incidência de cólicas obstrutivas.

Palavras-chave: Cólica; Corpo estranho; Fecaloma; Manejo alimentar.

INTRODUÇÃO

Na medicina equina, a síndrome cólica constitui uma das principais emergências clínicas, caracterizada por dor abdominal intensa e de múltiplas origens, sendo responsável por elevados índices de morbidade, mortalidade e por expressivos prejuízos econômicos na equinocultura (Silva et al., 2021; Dias, 2025). Estima-se que até 10% dos equinos apresentem algum episódio de cólica ao longo da vida, sendo as obstruções responsáveis por 30 a 40% das causas de morte não infecciosa (Hollenbach; Small, 2024).

Diversos fatores anatômicos e de manejo predispõem à ocorrência de cólica. A pequena capacidade gástrica, o esfíncter cárdico bem desenvolvido, o intestino delgado longo e o cólon volumoso e móvel tornam o equino suscetível a distensões, vólvulos e deslocamentos (Dyce; Wensing; Sack, 2004; Salomão; Abreu, 2021). Entre as afecções obstrutivas, destacam-se as compactações de cólon maior e a formação de fecalomas — massas fecais endurecidas, geralmente localizadas no cólon menor, que causam bloqueio parcial ou total do trânsito intestinal (Ferreira et al., 2009; Dias, 2025).

[1]Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professores do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professores do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade.(dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)

A etiologia do fecaloma está frequentemente relacionada à ingestão hídrica insuficiente, dieta inadequada, mastigação deficiente devido a alterações odontológicas e ingestão acidental de materiais como areia, cama, cordas e plásticos (Reed et al., 2005; Salomão; Abreu, 2021). Os sinais clínicos incluem dor abdominal moderada a severa, hipomotilidade, distensão, inquietação e alteração nas fezes, que podem se apresentar ressecadas, recobertas por muco ou ausentes (Thomassian, 2005; Ferreira et al., 2009). O diagnóstico baseia-se em anamnese detalhada, exame físico, palpação retal e exames complementares de imagem, como ultrassonografia e radiografia abdominal, fundamentais para distinguir entre compactação, deslocamento e fecaloma (Southwood, 2013; Dias, 2025).

A conduta terapêutica depende da gravidade e da resposta clínica do paciente. Compactações simples podem responder ao tratamento clínico com fluidoterapia, laxantes e analgesia; contudo, em casos refratários, com dor persistente ou comprometimento vascular, a intervenção cirúrgica é imprescindível, sendo a enterotomia o procedimento de escolha (Salomão; Abreu, 2021; Dias, 2025).

Diante do impacto sanitário e econômico da cólica equina, o relato deste caso tem como objetivo descrever a evolução clínica, os achados anatomopatológicos e os fatores de manejo envolvidos na formação de um fecaloma obstrutivo em égua Quarto de Milha, ressaltando medidas preventivas e de diagnóstico precoce.

METODOLOGIA

1. Local e histórico do atendimento

O atendimento ocorreu em 25 de julho de 2025, na Clínica JM Equinos (União da Vitória–PR), após solicitação do tutor de uma égua da raça Quarto de Milha, com oito anos de idade, apresentando sinais compatíveis com síndrome cólica.

O animal havia chegado ao centro de treinamento há aproximadamente uma semana, após transporte de cerca de 12 horas em reboque, sem período adequado de descanso. Segundo o tratador, a égua foi submetida a atividades físicas logo após a chegada, apresentando, no dia do atendimento, apatia, inquietação, dor abdominal e hiporexia.

2. Exame clínico inicial

Durante o exame clínico foram realizadas auscultas nos quatro quadrantes abdominais, observando-se hipomotilidade acentuada no cólon dorsal direito e motilidade reduzida nos demais quadrantes. As mucosas apresentavam coloração rosada e os parâmetros fisiológicos, incluindo temperatura corporal e tempo de preenchimento capilar, encontravam-se dentro da normalidade.

3. Conduta terapêutica inicial

Implementou-se fluidoterapia com solução de Ringer Lactato aquecida (36 °C), associada à administração intravenosa de sorbitol, antitóxico e bolos de lidocaína. Realizou-se sondagem gástrica, observando-se pequena quantidade de conteúdo com feno pré-

secado e presença acentuada de muco, sugerindo irritação gástrica. A égua foi submetida a caminhadas controladas para estímulo da motilidade intestinal, eliminando pequena quantidade de fezes de consistência adequada. Ao término, administrou-se sulfato de magnésio e omeprazol por via oral, visando reduzir a acidez e proteger a mucosa gástrica.

4. Evolução clínica e atendimentos subsequentes

No dia seguinte, observou-se recidiva dos sinais clínicos. Reinstituiu-se fluidoterapia com sorbitol e sucralfato, mantendo analgesia e monitoramento contínuo. A nova sondagem gástrica evidenciou novamente conteúdo mucoso abundante.

Diante da suspeita de gastrite ou obstrução parcial, recomendou-se encaminhamento para ultrassonografia abdominal, a fim de investigar torção, enterólito ou fecaloma; entretanto, o tutor optou por manter o tratamento ambulatorial.

Cinco dias após o primeiro atendimento, a equipe foi novamente acionada devido à piora do quadro clínico. A égua foi encontrada em decúbito lateral, apresentando mucosas pálidas, desidratação acentuada e sinais de endotoxemia. Diante do prognóstico desfavorável, foi realizada eutanásia mediante sedação com cloridrato de detomidina, seguida de administração intratecal de lidocaína (25 mL), confirmando o óbito por ausculta cardíaca.

5. Exame post mortem

Durante o exame post mortem, foi identificado um fecaloma localizado na porção final do cólon maior (Figura 1), caracterizado por uma massa fecal de consistência firme, ressecada e de coloração esverdeada, indicativa de fermentação prolongada.

Na secção longitudinal do conteúdo, observou-se a presença de fragmentos de rede plástica entrelaçados ao material fecal, formando o núcleo central de agregação, o que caracteriza um fecaloma secundário à presença de corpo estranho. Esse achado confirmou a obstrução intestinal mecânica secundária à ingestão de corpo estranho, responsável pela estase da ingesta e formação progressiva da massa fecal compactada.

Figura 1. (A) Fecaloma compactado removido da porção final do cólon maior, evidenciando obstrução completa do lúmen intestinal. (B) Fragmento de rede plástica envolvido pelo material fecal, identificado como núcleo de agregação do fecaloma.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2025.

6. Documentação e registro

Os achados foram documentados fotograficamente e utilizados para elaboração do presente relato. A Figura 1 ilustra o fecaloma removido e o corpo estranho identificado, compondo o registro anatômico do caso.

DISCUSSÃO

Os achados clínicos e anatomopatológicos observados são compatíveis com cólica obstrutiva por fecaloma secundário à presença de corpo estranho, condição relatada por Salomão e Abreu (2021) como de menor ocorrência, mas com evolução grave em equinos adultos. A formação do fecaloma resulta de redução da motilidade intestinal, desidratação da ingesta e presença de um núcleo de agregação, como materiais vegetais compactados ou elementos inorgânicos, a exemplo da rede plástica observada neste caso (Dias, 2025).

O conjunto de fatores, transporte prolongado, hidratação insuficiente e retorno precoce à atividade física, cria condições de estresse fisiológico e hipomotilidade intestinal, culminando na formação do fecaloma. Tais achados corroboram a literatura recente (Hollenbach; Small, 2024; Dias, 2025), que destaca o papel decisivo do manejo alimentar e do repouso pós-transporte na prevenção da síndrome cólica.

A presença de rede plástica no interior do fecaloma evidencia a ingestão acidental de corpo estranho durante o consumo de feno acondicionado, confirmando a necessidade de atenção ao manejo e à qualidade do alimento oferecido aos equinos (Paratella, 2023; Ferreira et al., 2009).

A progressão do quadro, com distensão de alças e sinais de endotoxemia, reflete a gravidade da obstrução, cujo prognóstico é reservado, principalmente na ausência de intervenção cirúrgica imediata (Southwood, 2013; Thomassian, 2005).

Segundo Southwood (2013), a maioria das obstruções mecânicas em cólon menor decorre de compactações alimentares; entretanto, a presença de corpo estranho como núcleo de agregação, como observado neste estudo, reforça a importância da vigilância sobre materiais inorgânicos misturados ao feno acondicionado.

O caso amplia a compreensão sobre os efeitos combinados do estresse fisiológico e da ingestão acidental de materiais inorgânicos, contribuindo para estratégias preventivas baseadas em manejo alimentar e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cólica em equinos permanece como uma das principais emergências clínicas da medicina veterinária, exigindo diagnóstico precoce e manejo adequado para evitar desfechos fatais. No caso relatado, a associação entre transporte prolongado, hidratação inadequada e início precoce de atividades físicas configurou um quadro de estresse fisiológico e hipomotilidade intestinal, culminando na formação de um fecaloma secundário à ingestão acidental de rede plástica presente no feno acondicionado.

Os achados reforçam que falhas no manejo alimentar e ambiental são determinantes na gênese de obstruções intestinais em equinos. O reconhecimento desses fatores de risco e a implementação de medidas preventivas, como fornecimento de volumoso de qualidade, adaptação gradual à dieta concentrada e períodos adequados de descanso pós-transporte, são fundamentais para reduzir a incidência de cólica obstrutiva.

O relato reforça que a prevenção de cólicas obstrutivas depende de protocolos integrados de bem-estar, alimentação e transporte, sendo o veterinário o elo essencial entre ciência, manejo e saúde equina.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Registra-se agradecimento à Clínica Veterinária pela receptividade e pela concessão de espaço para a realização do estágio supervisionado.

REFERÊNCIAS

DIAS, S. O. Compactação e destroflexão de cólon maior associada à fecaloma em cólon menor em equino: relato de caso. Curitibanos: Universidade Federal de Santa Catarina, 2025.

DYCE, K. M.; WENSING, C. J. G.; SACK, W. O. Tratado de anatomia veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERREIRA, C.; PALHARES, M. S.; MELO, U. P.; GHELLER, V. A.; BRAGA, C. E. Cólicas por compactação em equinos: etiopatogenia, diagnóstico e tratamento. Acta Veterinaria Brasilica, v. 3, n. 3, p. 117–126, 2009.

HOLLENBACH, E.; SMALL, H. Equine colic: current concepts in diagnosis and management. Veterinary Clinics of North America: Equine Practice, v. 40, n. 1, p. 1–21, 2024. DOI: 10.1016/j.cveq.2023.09.001.

PARATELLA, M. N. Obstrução total de cólon menor em equino secundário a fitobezoar: relato de caso. 2023. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina Veterinária) – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Juiz de Fora, 2023.

REED, S. M.; BAYLY, W. M.; SELLON, D. C. Equine internal medicine. 2. ed. St. Louis: Saunders Elsevier, 2005.

SALOMÃO, V. V.; ABREU, R. N. Resolução cirúrgica de fecaloma em Mini Horse: relato de caso. PubVet, v. 15, n. 11, a967, p. 1–5, 2021.

SILVA, A. C.; FRANCELLINO, J. O. R.; NAHUM, M. J. C. Síndrome cólica em equinos: revisão e abordagem clínica. Revista Científica de Medicina Veterinária, v. 25, p. 1–10, 2021.

SOUTHWOOD, L. L. Practical guide to equine colic. 2. ed. Iowa: Wiley-Blackwell, 2013.
THOMASSIAN, A. Enfermidades dos cavalos. 4. ed. São Paulo: Varela, 2005.

LABORATÓRIO VETERINÁRIO- RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EM CURITIBA - PR

Categoria: Projeto Integrador

Maiara Furckel Marin[1]
Leticia Abatti[2]
Emanuely Gomes de Paula[3]
Karin Luiza Ferreira[4]
Solange de Bortolli Beal[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6,7]

Resumo- Este trabalho apresenta um relato da visita técnica realizada em um laboratório localizado em Curitiba - PR, com o objetivo de adquirir novos conhecimentos e acompanhar de perto a rotina de um laboratório de exames veterinários. Durante a atividade, os acadêmicos tiveram a oportunidade de conhecer o laboratório em sua totalidade, desde a chegada das amostras via motoboys, preparo de amostras, salas especializadas, até a entrega dos resultados, observando os processos laboratoriais e os padrões de qualidade adotados. A visita permitiu compreender a importância de exames laboratoriais como hematologia, coprologia, análise de urina, microbiologia, histopatologia, imunologia, genética, entre outros, além de conhecer equipamentos de exame de imagem, como de raio X e ultrassonografia, bem como, os equipamentos mais variados e de alta tecnologia, utilizados nas análises. Proporcionou também, contato direto com as rotinas de diagnóstico laboratorial aplicadas à prática clínica.

Palavras-chave: Hematologia; veterinária; exames laboratoriais; prática clínica.

INTRODUÇÃO

Os laboratórios de análises clínicas desempenham papel fundamental no diagnóstico, monitoramento e prevenção de doenças, sendo responsáveis por fornecer resultados confiáveis que orientam a prática médica e a tomada de decisões em saúde (Portes; Figueiredo Junior, 2023). De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA, um laboratório clínico é um local de saúde que realiza exames de análises clínicas. Ele abrange todas as etapas do processo, desde a coleta e preparação das amostras até a análise propriamente dita e o resultado (Brasil, 2023).

[1]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde , Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética – UNIARP.

Pesquisas mostram que aproximadamente 70% das escolhas médicas são feitas com base nos resultados desses exames, o que destaca o quanto eles são importantes na prática clínica (Sousa; Junior, 2021). Por isso, é fundamental que o processo de coleta e análise seja feito com cuidado e exatidão, para evitar erros e garantir que os resultados sejam de alta qualidade e confiáveis.

Plebani (2015) aponta que, ao longo dos anos, houve um aumento considerável nos esforços para aprimorar a padronização dos procedimentos, tornando as análises clínicas mais seguras e menos propensas a erros. No entanto, ainda não se alcançou um nível de segurança adequado, uma vez que algumas falhas persistem, especialmente na fase pré-analítica do processo (Sousa, R. et al., 2021).

É importante ressaltar que o Conselho Federal de Medicina Veterinária regulamenta a funcionalidade dos laboratórios de análises clínicas por meio da Resolução n.º 1374 de 2 de dezembro de 2020, que estabelece os procedimentos e requisitos a serem seguidos. Conforme essa resolução, os laboratórios têm a responsabilidade de assegurar a credibilidade dos serviços que oferecem (CFMV, 2020).

METODOLOGIA

A atividade desenvolvida configurou-se como uma visita técnica de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada nos princípios metodológicos descritos por Lakatos (2003). A visita ocorreu em um laboratório de análises clínicas veterinárias da cidade de Curitiba Pr., com observação direta das rotinas de trabalho e dos diferentes setores envolvidos nos processos laboratoriais.

Acompanhou-se as etapas relacionadas ao recebimento e triagem de amostras biológicas, aos procedimentos de hematologia, bioquímica sérica, microbiologia e parasitologia, além da utilização de equipamentos automatizados e técnicas manuais que compõem a rotina diagnóstica. A observação detalhada possibilitou uma compreensão ampla sobre a dinâmica do laboratório, incluindo fluxos de atendimento, armazenamento de materiais, medidas de biossegurança e práticas de controle de qualidade.

Complementarmente, realizou-se uma revisão bibliográfica com buscas nas bases dos dados PuBmed, Scielo e Google acadêmico, acerca da importância dos exames laboratoriais na medicina veterinária, com ênfase na contribuição para o diagnóstico clínico, no manejo sanitário e na saúde pública. Foram consultadas publicações técnicas e científicas de referência, que forneceram embasamento teórico para a análise das práticas observadas.

Este estudo, por se tratar apenas de observação de rotinas laboratoriais, não necessitou de aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

HEMOGRAMA

O hemograma é um dos principais exames realizados em laboratórios de análises clínicas veterinárias e fornece informações essenciais sobre o estado geral de saúde dos animais. Por meio da contagem e avaliação morfológica das células sanguíneas, é possível identificar alterações como anemia, leucocitose, neutrofilia ou linfopenia, que refletem processos inflamatórios, infecciosos ou imunológicos. Valores alterados de hemoglobina, hematócrito e índices hematimétricos (VCM e CHCM) podem indicar desidratação, deficiências nutricionais ou distúrbios hematológicos (Santos 2022).

O aumento das proteínas plasmáticas totais também pode ser observado em casos de inflamação ou desidratação. A interpretação correta do hemograma é fundamental para o diagnóstico e o acompanhamento clínico, auxiliando o médico veterinário na definição de condutas terapêuticas adequadas (Santos 2022).

BIOQUÍMICOS

Os exames bioquímicos fornecem informações sobre o metabolismo e o funcionamento de órgãos vitais, como fígado e rins. Durante a visita, observou-se a análise de parâmetros como alanina aminotransferase (ALT), aspartato aminotransferase (AST), ureia, creatinina, proteínas totais, albumina e eletrólitos. Alterações nesses marcadores podem indicar lesões hepáticas, disfunção renal, distúrbios metabólicos ou desbalanços nutricionais (Silva; Oliveira, 2023).

O aumento de ALT e AST está relacionado à lesão hepatocelular, enquanto elevação de ureia e creatinina apontam para comprometimento renal. Esses exames também auxiliam no monitoramento de terapias e no acompanhamento de doenças crônicas. De acordo com estudos recentes, a bioquímica clínica veterinária é indispensável para o diagnóstico precoce e a prevenção de enfermidades metabólicas (Silva; Oliveira, 2023).

HISTOPATOLOGIA

A histopatologia é uma ferramenta diagnóstica de grande importância, permitindo a avaliação microscópica de tecidos suspeitos de alterações inflamatórias, degenerativas ou neoplásicas. No laboratório visitado, observou-se o processamento de fragmentos de órgãos e lesões cutâneas, com análise detalhada das características celulares e estruturais (Machado, 2023).

Esse exame é essencial para diferenciar tumores malignos e benignos, identificar o tipo celular envolvido e orientar o prognóstico. A precisão diagnóstica depende diretamente da qualidade da amostra e do correto envio do material ao laboratório, sendo fundamental a integração entre clínico e patologista (Machado, 2023).

ANÁLISE DE URINA

A urinálise é um exame complementar importante para avaliar a função renal e o estado metabólico dos animais. No laboratório, foram observadas análises de densidade, pH, glicose, proteínas, corpos cetônicos e sedimentos urinários, com identificação de células, cristais e

cilindros. A presença de proteinúria e alterações de densidade específica podem indicar comprometimento renal ou desidratação, enquanto pH alterado pode estar associado a infecções urinárias ou dietas inadequadas. A avaliação conjunta da urinálise com exames bioquímicos renais, como ureia e creatinina, proporciona maior precisão diagnóstica e auxilia na detecção precoce de doenças renais e metabólicas (Almeida, 2021).

COPROLOGIA

A análise coprológica foi realizada com o objetivo de identificar parasitas intestinais e avaliar o estado sanitário dos animais. Observou-se a utilização de técnicas de flotação e sedimentação para detecção de ovos e larvas de helmintos, além da análise macroscópica das fezes. A presença de parasitas reflete falhas no manejo, vermifugação inadequada ou contaminação ambiental (Costa, 2022).

A coprologia também é útil para determinar a eficácia de tratamentos antiparasitários e orientar o manejo de pastagens. Destacam que o controle de parasitas intestinais é essencial para prevenir distúrbios digestivos e perdas de desempenho em animais de produção e companhia (Costa, 2022).

CITOLOGIA

A citologia é amplamente utilizada para avaliação de massas, secreções, efusões e lesões cutâneas, permitindo um diagnóstico rápido e pouco invasivo. No laboratório, foram observadas amostras obtidas por punção aspirativa com agulha fina (PAAF) e esfregaços, analisadas para identificação de processos inflamatórios, infecciosos ou neoplásicos (Bezerra, 2024).

A presença de células tumorais, bactérias ou fungos auxilia na definição de tratamentos e no prognóstico. A citologia apresenta alta precisão diagnóstica quando comparada à histopatologia, especialmente em tumores superficiais, sendo uma ferramenta essencial na rotina clínica e laboratorial veterinária (Bezerra, 2024).

CONTRIBUIÇÕES E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

As atividades do laboratório contribuem para diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, especialmente por meio da adoção de práticas de biossegurança, do manejo adequado de resíduos laboratoriais e da promoção da saúde animal e pública.

ODS 3 – Saúde e Bem-estar: ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: .ODS 13 – Ação contra a Mudança Climática. ODS 15 – Vida Terrestre:, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura. ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação (ONU, 2024).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A visita ao laboratório proporcionou uma visão abrangente das atividades desenvolvidas. Observou-se também a aplicação rigorosa de medidas de biossegurança e práticas voltadas ao controle de qualidade, fundamentais para a confiabilidade dos resultados laboratoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O laboratório exemplifica como a integração entre conhecimento técnico e inovação pode resultar em serviços de alta qualidade no diagnóstico veterinário. A adoção de práticas padronizadas e seguras assegura a confiabilidade dos resultados, ao mesmo tempo em que contribui para a eficiência operacional e o avanço científico.

A diversificação das análises realizadas abrangendo hematologia, bioquímica, microbiologia e parasitologia fortalece o vínculo com médicos-veterinários e tutores, promovendo a valorização do diagnóstico laboratorial como ferramenta essencial na clínica veterinária. Além disso, a contribuição para a saúde animal e para a saúde pública evidencia a importância desses serviços no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o papel do diagnóstico laboratorial como um pilar fundamental para um futuro mais equilibrado e responsável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. F.; Pereira, J. C.; Sousa, G. A. Avaliação da urinálise na rotina clínica veterinária. **Revista de Ciências Veterinárias e Saúde Animal**, v. 9, n. 2, p. 45-52, 2021. Disponível em: https://www.seifai.edu.br/divisa/v5n1-2008pdf/Capitulo19.pdf. Acesso em 08 set. 2025.

BEZERRA, C. R. S.; Alves, F. W. S.; Silva, M. C. E.; Freires, W. C.; CAVALCANTE, F. E. P.; Pinheiro, B. Q.; Silva, I. N. G. Avaliação citológica e correlações histopatológicas em tumores mamários caninos: precisão diagnóstica. **Ciência Animal,** v. 34, n. 2, p. 1-10, 2024. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/cienciaanimal/article/view/13432. Acesso em 08 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Pecuária e Abastecimento. Agricultura Familiar no Brasil: avanços e desafios.** Disponível em: https://www.gov.br/agriculturafamiliar. Acesso em: 15 set. 2024.

CFMV, Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Resolução nº 1374, de 2 de dezembro de 2020**, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://pncq.org.br/wpcontent/uploads/2022/03/Resolucao-CFMV-1374.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

COSTA, P. H. A.; Lima, M. J. F.; Ribeiro, L. M. Controle de parasitoses gastrointestinais em animais domésticos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 31, n. 3, p. 241-250, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. — Olivia Neta." *Ifrn.edu.br*, 2025,

docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-eindia/view. Acesso em:12 Out.. 2025.

MACHADO, L. H. A.; Fabris, V. E.; Rodrigues, J. C.; Oliveira, F. C. A histopatologia na dermatologia veterinária: levantamento histórico e importância diagnóstica. **Revista Veterinária e Zootecnia**, v. 19, n. 2, p. 222-235, 2023.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "**17 ODS Da ONU** – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025.

PORTES, Luiz Augusto Cosendey; De Figueiredo Junior, Hélcio Serpa. Fase préanalítica do exame sanguíneo: revisão de literatura das variáveis que comprometem o seu sucesso. **Revista de Saúde**, v. 14, n. 2, p. 19-26, 2023. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RS/article/view/3526. Acesso em 12 set. 2025.

SANTOS, R. A.; Oliveira, L. C.; Moraes, V. P. Avaliação hematológica e proteínas plasmáticas em cães e gatos: importância diagnóstica. **Revista Univet, v**. 10, n. 1, p. 88-97, 2022. Disponível em: https://www.htct.com.br/pt-estadisticasS2531137922011531. Acesso em 09 out. 2025.

SILVA, F. J.; Oliveira, M. D. Fundamentos da bioquímica clínica veterinária. **Revista Brasileira de Medicina Veterinária**, v. 45, n. 1, p. 65-73, 2023.Disponível em: https://periodicos.uff.br/rbcv. Acesso em 08 out. 2025.

SOUSA, R. L. *et al*. Erros pré-analíticos em laboratórios de análises clínicas: uma revisão. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 9132-9142, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28676. Acesso em 08 out. 2025.

PROTOCOLOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM EQUINOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE REPRODUÇÃO

Categoria: Projeto Integrador

Everton Jean Ribeiro Guedes[1]
Marya Laura Salamoni[2]
Pedro Henrique França Maceno[3]
Vitória Beatriz Goetten[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5]

Resumo – A inseminação artificial (IA) em equinos representa uma importante biotecnologia aplicada ao manejo reprodutivo, possibilitando a disseminação de material genético de garanhões superiores, redução de riscos sanitários e maior controle sobre o ciclo estral das éguas. O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto Integrador, teve como objetivo conhecer e analisar os protocolos de Inseminação Artificial (IA) em equinos, com foco nas etapas de manejo do garanhão e processamento seminal, a partir de uma visita técnica no Centro Especializado de Reprodução Equina (CRE) localizado em São José dos Pinhais (PR). A metodologia consistiu na observação e acompanhamento prático das fases de colheita e processamento do sêmen. A visita técnica ocorreu em 27/08/2025, abordando a preparação do garanhão, a utilização do manequim e da vagina artificial, seguida pela análise laboratorial do sêmen in natura, seu processamento e diluição. Os resultados demonstram a complexidade e o rigor técnico necessários para otimizar a fertilidade equina, destacando a importância da qualidade seminal e do manejo sanitário. Conclui-se que o domínio dessas técnicas é fundamental para o sucesso reprodutivo em haras, sendo a IA uma ferramenta crucial no melhoramento genético.

Palavras-chave: Inseminação Artificial; Reprodução Equina; Manejo; Garanhão; Projeto Integrador.

INTRODUÇÃO

A equinocultura representa um setor de grande relevância econômica, zootécnica e desportiva no Brasil, demandando constantemente por tecnologias que aprimorem a eficiência reprodutiva e o melhoramento genético dos animais. Neste contexto, a Inseminação Artificial (IA) se estabeleceu como uma das biotecnologias reprodutivas mais utilizadas, permitindo a utilização otimizada de garanhões de alto valor genético, a movimentação segura do sêmen (fresco,

[1]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

refrigerado ou congelado) e a minimização de riscos sanitários no acasalamento natural (Varela, 2012).

Para que a IA seja bem-sucedida, é crucial que todo o protocolo, desde o manejo inicial do animal até o processamento laboratorial do material seminal, seja executado com rigor técnico e sanitário. O processo envolve uma série de etapas interdependentes que garantem a viabilidade e a fertilidade do ejaculado (Silva, 2016).

O presente trabalho se insere na proposta do Projeto Integrador, modalidade que visa aplicar e interligar os conhecimentos teóricos adquiridos em diversas unidades curriculares à prática profissional. Desta forma, o objetivo deste estudo é descrever, analisar e relatar a experiência da visita técnica a um Centro de Reprodução Equina, detalhando o protocolo de Inseminação Artificial empregado, com foco nas etapas de manejo do garanhão, colheita e processamento seminal. Esta abordagem visa consolidar a compreensão sobre os aspectos técnicos e de manejo envolvidos na moderna reprodução equina.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido na modalidade de Projeto Integrador. Realizou-se a pesquisa por meio de uma visita técnica a um Centro de Reprodução Equina (CRE) localizado em São José dos Pinhais (PR) no dia 27 de agosto de 2025 (Imagem 1).

A metodologia consistiu na observação participante de todo o processo de Inseminação Artificial (IA), desde a preparação dos animais e equipamentos até o processamento laboratorial do sêmen. As etapas acompanhadas foram:

Preparação e Manejo do Garanhão: Observação das técnicas de contenção e higienização, fundamentais para garantir a segurança do animal e a qualidade sanitária do sêmen.

Colheita Seminal: Acompanhamento da utilização do manequim para a montaria e da vagina artificial, detalhando a técnica empregada para a colheita do ejaculado. A colheita seminal foi realizada utilizando-se o manequim para a montaria, o que simula a cópula, mas permite o direcionamento do pênis para a vagina artificial. A Vagina Artificial (VA) foi preparada com água a temperatura controlada (geralmente entre 42∘C e 48∘C) e lubrificação adequada para simular as condições naturais de acasalamento e estimular a ejaculação. Imediatamente após a colheita, o sêmen foi coletado em um recipiente graduado e transportado para o laboratório, mantendo a temperatura protegida.

Análise Laboratorial Macro e Microscópica: Observação da avaliação inicial do sêmen (volume, cor, pH, motilidade e vigor), utilizando o laboratório do CRE. A motilidade (geral e progressiva) e a concentração espermática foram verificadas para determinar a qualidade do ejaculado.

Processamento e Diluição: Acompanhamento da filtragem do sêmen e da diluição com extensor específico, visando a conservação e o aumento do número de doses viáveis, de acordo com o protocolo padrão do centro.

Os dados levantados durante a visita foram registrados por meio de anotações e observação direta, e a análise subsequente foi realizada para correlacionar os procedimentos práticos observados com a base teórica da disciplina de Reprodução Equina.

O presente estudo não precisou passar pelo Comitê de Ética e Pesquisa por se tratar de visita técnica em grupos de alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Manejo e Colheita do Sêmen: A colheita foi realizada em uma estrutura semelhante a um galpão, onde continham baias para éguas, e também baias fechadas para os garanhões. Nesse mesmo galpão era onde ficava o laboratório próprio do CRE, onde eles analisavam o sêmen.

Durante o processo de coleta o garanhão mostrava comportamentos calmos e íntegros. Assim como as éguas que estavam no ambiente para um estímulo para o garanhão. O bom comportamento dos animais, é reflexo de um manejo bem feito com todos os animais. Após o estimulado pela égua, o garanhão realizava a monta em um manequim fixo ao chão, que simula a estrutura de uma égua.

Durante todo o processo os equipamentos utilizados eram previamente limpos, e também usando suas demais adequações necessárias. Para assim garantir a maior suscetibilidade possível durante o processo.

Para que a inseminação artificial tenha uma maior taxa de suscetibilidade o manejo e o bem-estar animal influenciam muito (Neves, 2011). Assim, tomando frente, o CRE faz questão que seus animais possam experienciar o melhor da vida de um equino, dispondo de uma grande quantidade de piquetes, onde podem ficar sozinhos (garanhões), ou em grupo (potros e éguas).

Além disso, a equipe do CRE faz questão de que somente profissionais capacitados realizem trabalhos com os animais, desde manejo, até atendimentos veterinários.

Imagem 1- Visita Técnica realizada pelos Estudantes no CRE

Fonte: Acervo particular de uma aluna que esteve participando da visita técnica

Imagem 2- Garanhão antes da colheita do sêmen

Imagem 3- Garanhão após realizar a monta

Fonte: acervo particular de um aluno que estava participando da visita técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto Integrador cumpriu seu objetivo ao relatar em detalhe as etapas do protocolo de Inseminação Artificial em equinos observados em ambiente profissional.

A experiência prática evidenciou a complexidade das técnicas de reprodução, desde o manejo calmo e assertivo do garanhão até a minuciosa análise laboratorial do sêmen.

Conclui-se que o sucesso reprodutivo em equinos depende da integração entre manejo zootécnico adequado, infraestrutura de ponta e conhecimento técnico-científico na manipulação seminal. A atividade demonstrou a efetiva aplicação do conhecimento teórico do curso, reforçando a importância da biotecnologia da reprodução na cadeia produtiva da equinocultura.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

Os autores expressam sua profunda gratidão à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) por fornecer o ambiente acadêmico e a oportunidade de desenvolvimento deste Projeto Integrador. Um agradecimento especial é direcionado ao Centro de Reprodução Equina EmbryoHorse, na pessoa de seus profissionais, por disponibilizar gentilmente seu espaço, transmitir valiosos conhecimentos técnicos e demonstrar as práticas éticas de manejo e bem-estar animal que enriqueceram significativamente a formação dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

MORRELL, J. M. Assisted reproductive techniques in horses—current status and future prospects. Reproduction in Domestic Animals, v. 55, n. S2, p. 4–13, 2020. DOI: 10.1111/rda.13636

NEVES, M. G.; Júnior, O. E. M.; Guimarães, J. D. Manejo e processamento do sêmen equino para inseminação artificial. ***Revista Brasileira de Reprodução Animal***, Belo Horizonte, v. 35, n. 4, p. 574-580, out./dez. 2011.

SILVA, R. C.; Fonseca, L. V. R. Estresse e seu impacto na eficiência reprodutiva de equinos: revisão de literatura. ***Revista Brasileira de Medicina Veterinária***, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 381-386, out./dez. 2016.

VARELA Júnior, A. S.; SÁ, M. L. E. M.; Silva, L. D. F. (Org.). *Reprodução e Inseminação Artificial de Equinos*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

PERFURAÇÃO ABOMASAL EM BEZERRA LEITEIRA: RELATO DE CASO

Categoria: Projetos Integradores

Marya Laura Salamoni[1]
Vitória Beatriz Goetten[2]
Felipe Volpato[3]

Resumo – A colostragem adequada é essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento de bezerros, garantindo a transferência passiva de imunidade. Em situações nas quais a mamada natural não ocorre, a administração de colostro por sonda esofágica é uma prática amplamente utilizada. No entanto, falhas na execução dessa técnica podem resultar em lesões graves. Este relato descreve um caso de perfuração abomasal associada à peritonite fibrinopurulenta aguda em uma bezerra holandesa com cinco dias de vida. O animal havia recebido colostro por sonda esofágica oito horas após o nascimento e apresentou apatia e prostração antes do óbito. O exame necroscópico revelou perfuração de aproximadamente 3 cm na parede ventral do abomaso, com bordos necróticos e sinais de inflamação aguda, além de acúmulo de líquido fibrinopurulento na cavidade abdominal. Os achados macroscópicos, associados ao histórico clínico, foram suficientes para o diagnóstico. O caso reforça a importância da execução cuidadosa da colostragem assistida e do exame patológico macroscópico como ferramenta diagnóstica fundamental em medicina veterinária.

Palavras-chave: Bezerros, colostragem, sonda esofágica, perfuração abomasal, necrópsia.

INTRODUÇÃO

A criação de bezerras leiteiras representa um pilar fundamental na pecuária bovina, especialmente em sistemas de produção intensiva como os de raças especializadas, onde a reposição de fêmeas é essencial para a sustentabilidade do rebanho. No entanto, o período neonatal é marcado por alta vulnerabilidade, com taxas de mortalidade que podem atingir 10-20% nas primeiras semanas de vida, frequentemente associadas a falhas na imunidade passiva, infecções e manejo inadequado (Meganck et al., 2014). A colostragem adequada é um dos fatores mais críticos para a sobrevivência e o desenvolvimento saudável de bezerros bovinos. A ingestão de colostro de alta qualidade nas primeiras horas de vida é essencial para a transferência passiva de imunoglobulinas, que conferem imunidade contra patógenos ambientais até que o sistema imune do bezerro se desenvolva (Godden, 2008).

Em situações onde o bezerro não consegue mamar voluntariamente – seja por fraqueza, distocia, hipotermia ou inexperiência materna – a administração de colostro por sonda esofágica

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

é uma prática comum e recomendada para garantir a ingestão do volume necessário dentro da janela de absorção intestinal (Foley et al., 2017). Embora a colostragem por sonda seja uma técnica eficaz e amplamente utilizada, sua execução inadequada pode resultar em complicações graves. As lesões mais frequentemente relatadas incluem trauma na faringe ou esôfago, e aspiração pulmonar (Steiner & Baumgartner, 2010). No entanto, casos de perfuração de órgãos, como o abomaso, são raros e pouco documentados na literatura, com incidência inferior a 1% em procedimentos orais, representando uma complicação potencialmente fatal (Besser et al., 2014).

Este relato apresenta um caso de perfuração abomasal em uma bezerra leiteira, com descrição dos achados necroscópicos, bem como dos possíveis fatores predisponentes e implicações para o manejo.

METODOLOGIA

O presente relato de caso foi elaborado a partir de um exame necroscópico realizado durante a disciplina de Patologia Veterinária, envolvendo uma bezerra fêmea da raça Holandesa, nascida por parto eutócico em 05 de agosto de 2025, em uma propriedade leiteira comercial. De acordo com o relatório fornecido pela fazenda, o neonato recebeu 3,1 litros de colostro de alta qualidade (Brix 26%) por meio de sonda esofágica, aproximadamente oito horas após o nascimento.

Aos cinco dias de vida (10 de agosto de 2025), o animal apresentou apatia e prostração, sendo submetido a tratamento com flunixin meglumine (1,1 mg/kg) para controle da dor e inflamação. No dia subsequente (11 de agosto de 2025), foram administrados cloridrato de bromexina (0,5 mg/kg) como agente mucolítico e tulatromicina (2,5 mg/kg) como antimicrobiano de amplo espectro, visando o controle de infecções secundárias. Apesar das intervenções terapêuticas, o animal evoluiu a óbito no mesmo dia.

O exame de necropsia foi realizado seguindo o Manual de Exame Necroscópico em Ruminantes (UFRGS).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o exame necroscópico, observou-se peritonite exsudativa aguda, caracterizada por acúmulo de líquido fibrinopurulento e extravasamento de conteúdo gastrointestinal na cavidade abdominal. Identificou-se uma perfuração de aproximadamente 3 cm na parede ventral do abomaso, cujos bordos apresentavam necrose e evidências de processo inflamatório ativo, compatíveis com evolução aguda. Esses achados macroscópicos, associados ao histórico clínico, foram considerados suficientes para o estabelecimento do diagnóstico de perfuração abomasal com peritonite fibrinopurulenta subsequente.

De acordo com Divers et al. (2009), em casos agudos como este, o diagnóstico pode ser estabelecido com base apenas nos achados macroscópicos, sem necessidade de confirmação histopatológica, sobretudo quando as lesões são evidentes e o histórico é compatível com o quadro clínico. Considerando a localização e a morfologia da lesão abomasal observada, um trauma mecânico decorrente do uso de sonda esofágica não pode ser descartado, hipótese

compatível com os relatos de Steiner e Baumgartner (2010), que descrevem perfurações abomasais associadas a técnicas inadequadas de administração de colostro em neonatos bovinos.

Estudos recentes reforçam a relevância desse tipo de ocorrência. Foley et al. (2017) descreveram que complicações gastrointestinais podem ocorrer em até 5% dos casos de colostragem forçada, sendo as perfurações frequentemente subnotificadas devido à rápida letalidade. Complementarmente, Lora et al. (2021) demonstraram que o uso de sondas rígidas ou a introdução forçada do equipamento aumenta em duas a três vezes o risco de lesões no trato digestivo de bezerros.

Figura 01 – A. Acúmulo de líquido fibrinopurulento e extravasamento de conteúdo gastrointestinal na cavidade abdominal B. Perfuração de aproximadamente 3 cm na parede ventral do abomaso, com bordos necróticos, observada durante exame necroscópico.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso relatado evidencia uma complicação rara e fatal associada à colostragem por sonda esofágica em bezerros. Destaca-se a relevância da patologia macroscópica como ferramenta fundamental para o diagnóstico de enfermidades em medicina veterinária, contribuindo para a compreensão de causas de mortalidade e aprimoramento das práticas de manejo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à médica veterinária responsável pela propriedade pela doação da bezerra, cuja contribuição foi essencial para a realização da aula prática e para a elaboração deste relato de caso.

REFERÊNCIAS

BESSER, T.E., et al. **Colostral immunity in neonatal calves: a review**. Veterinary Clinics of North America: Food Animal Practice. 2014; 30(1):35-47.

DIVERS, T.J., et al. **Manual of Equine Emergencies**. 3ª ed. St. Louis: Saunders Elsevier; 2009. p. 456-467.

FOLEY, J.A., et al. **Esophageal feeding of colostrum to newborn beef calves**. Journal Dairy Science. 2017;100(5):4025-4032.

GODDEN, S.M. **First milking colostrum management practices across US dairy farms: impact on colostrum quality**. Proceedings of the 21st World Buiatrics Congress; 2008. p. 1-10.

LORA, I., et al. **Iatrogenic complications in neonatal calf management: a review.** Veterinary Journal. 2021;275:105-112.

VIVÊNCIA PRÁTICA EM UM CENTRO DE REPRODUÇÃO EQUINA: TÉCNICAS E MANEJO REPRODUTIVO

Categoria: Projeto Integrador

Gustavo Ricieri Zambonin[1]
Gabriel Bellaver[2]
Caue Fruet[3]
Gabriela Aggens[4]
Tatiane Hintz[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6], [7]

Resumo – O presente Resumo descreve uma visita técnica realizada em um centro de reprodução equina especializado em reprodução assistida, com foco nas raças Crioulo e Quarto de Milha. O objetivo foi compreender os procedimentos biotecnológicos aplicados à reprodução animal e observar práticas que favorecem a eficiência reprodutiva e a preservação genética. Como método, a visita envolveu observação direta das atividades desenvolvidas pela equipe técnica, incluindo transferência de embriões, inseminação artificial com sêmen fresco, refrigerado ou congelado, e congelamento de sêmen. Também foram acompanhados exames de ultrassonografia e monitoramento reprodutivo, além de orientações sobre planejamento genético e manejo reprodutivo. Os resultados demonstraram a importância da infraestrutura adequada e do acompanhamento especializado para o sucesso das técnicas de reprodução assistida, bem como o papel do centro na capacitação de profissionais por meio de treinamentos e workshops.

Palavras-chave: reprodução; embriões; futuro; genética.

INTRODUÇÃO

A reprodução equina é uma área da medicina veterinária que vem evoluindo significativamente, oferecendo técnicas que aumentam a eficiência reprodutiva e a qualidade genética dos cavalos. Esse centro especializado em reprodução assistida, destaca-se nesse cenário por oferecer serviços como transferência de embriões, inseminação artificial, congelamento de sêmen e monitoramento reprodutivo de éguas. Com foco nas raças Crioulo e

[1]Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética-UNIARP

Quarto de Milha, infraestrutura moderna e atendimento personalizado, o centro alia conhecimento técnico e inovação, contribuindo para a preservação genética e o aprimoramento das práticas de reprodução equina no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, conforme os princípios metodológicos apresentados por Gil (2008) e Lakatos e Maroni (2003). A pesquisa foi realizada por meio de observações diretas com os proprietários do Centro de Reprodução Equina, com visitas aos diferentes setores da produção. A observação detalhada das práticas técnicas de enxertia e manejo sustentável aplicadas na propriedade. A metodologia também incluiu a observação indireta das práticas de manejo e reprodução, com foco na identificação das técnicas de inseminação artificial, transferência de embriões e congelamento de sêmen. Os dados foram organizados e descritos de maneira interpretativa, destacando a relevância do centro no contexto da reprodução equina no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a visita técnica ao centro de reprodução equina foi possível observar uma estrutura moderna, bem organizada e voltada exclusivamente à reprodução assistida de equinos. A equipe técnica demonstrou elevado nível de conhecimento e domínio das práticas reprodutivas, o que reflete diretamente na eficiência dos procedimentos realizados.

Nos setores visitados, foi possível acompanhar de forma detalhada os processos de inseminação artificial, transferência de embriões e congelamento de sêmen, que são executados com rigor técnico e acompanhamento veterinário constante. Observou-se o uso de equipamentos de ultrassonografia para o monitoramento reprodutivo das éguas, possibilitando a detecção precoce de ovulação e gestação. Essa prática contribui para o aumento da taxa de prenhez e para a redução de falhas no processo reprodutivo.

Outro ponto de destaque foi o manejo das raças Crioulo e Quarto de Milha, que recebem atenção especial quanto à seleção genética e ao planejamento de acasalamentos. O centro utiliza critérios de desempenho, temperamento e conformação morfológica para a escolha dos reprodutores e doadoras, visando aprimorar a qualidade genética dos potros produzidos.

Além das práticas técnicas, a equipe do centro também se mostrou comprometida com a educação continuada e a disseminação de conhecimento, por meio de treinamentos e workshops oferecidos a criadores e profissionais da área. Essa iniciativa reforça a importância da integração entre teoria e prática, promovendo o avanço da reprodução equina no Brasil.

De modo geral, os resultados observados demonstram que o centro atua com excelência na aplicação de biotecnologias reprodutivas, contribuindo significativamente para a preservação genética, o melhoramento das raças e o fortalecimento do setor equino nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita técnica ao centro de reprodução equina permitiu compreender de forma prática e detalhada a importância das biotecnologias reprodutivas aplicadas à equinocultura moderna. Observou-se que o centro desempenha um papel essencial na melhoria genética e na preservação de raças de alto valor zootécnico, como Crioulo e Quarto de Milha, por meio de técnicas como inseminação artificial, transferência de embriões e congelamento de sêmen.

A infraestrutura moderna, aliada à capacitação da equipe técnica, garante resultados expressivos em termos de eficiência reprodutiva e qualidade dos potros produzidos. Além disso, o compromisso do Centro com a formação de profissionais e criadores, por meio de treinamentos e consultorias, reforça sua relevância como centro de referência em reprodução equina no Brasil.

Conclui-se que o uso de tecnologias avançadas, aliado ao manejo reprodutivo adequado, é fundamental para o avanço da equinocultura nacional, assegurando o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento genético das principais raças equinas do país.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APLICAÇÕES DA ULTRASSONOGRAFIA NA REPRODUÇÃO BOVINA: IMPORTÂNCIA PARA A EFICIÊNCIA REPRODUTIVA

Gabrielle Veber[1]
Pâmela Cristina Mineiro[2]
Raíssa Marchioro[3]
Tainá Coldebella[4]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[5],[6]

Resumo – A ultrassonografia tem se consolidado como uma ferramenta essencial na medicina veterinária reprodutiva, permitindo a avaliação precisa e precoce do trato reprodutivo bovino. O presente estudo tem como objetivo revisar as principais aplicações da ultrassonografia na reprodução bovina e sua importância para a eficiência reprodutiva. Trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos científicos, livros e publicações recentes sobre o tema. A técnica ultrassonográfica possibilita a identificação de estruturas ovarianas, diagnóstico precoce de gestação, avaliação uterina e acompanhamento de protocolos de inseminação artificial em tempo fixo (IATF). Além disso, contribui para o diagnóstico de patologias reprodutivas, como cistos ovarianos e endometrites, auxiliando na tomada de decisões mais assertivas pelos profissionais. Os resultados das pesquisas consultadas demonstram que o uso rotineiro da ultrassonografia melhora os índices de concepção e reduz o intervalo entre partos, otimizando a produtividade do rebanho. Conclui-se que a ultrassonografia é uma ferramenta indispensável para o manejo reprodutivo moderno, aumentando a eficiência e sustentabilidade da produção bovina.

Palavras-chave: Ultrassonografia; bovinos; reprodução; diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

A eficiência reprodutiva é um dos principais fatores determinantes da lucratividade em sistemas de produção bovina, sendo diretamente influenciada pela capacidade de detecção precoce de falhas reprodutivas e pela adoção de tecnologias que favoreçam o manejo do ciclo estral e da gestação. Nesse contexto, a ultrassonografia surge como uma ferramenta de grande valor diagnóstico e prognóstico na reprodução animal (GINTHER, 1998).

O uso da ultrassonografia revolucionou o acompanhamento reprodutivo de vacas, permitindo avaliar estruturas ovarianas e uterinas em tempo real e de forma não invasiva. Essa tecnologia possibilita maior precisão na identificação do momento ideal para inseminação

[1] Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética-UNIARP.

artificial, além de diagnosticar precocemente gestação e patologias que interferem na fertilidade (PIETERSE et al., 1988).

Assim, a importância da ultrassonografia ultrapassa o simples diagnóstico, pois influencia diretamente a eficiência produtiva, reduzindo o intervalo entre partos e aumentando a taxa de prenhez (BARUSELLI et al., 2012). O presente trabalho tem como objetivo revisar as principais aplicações da ultrassonografia na reprodução bovina, destacando sua contribuição para a eficiência reprodutiva e produtiva dos rebanhos.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa, com foco na identificação das principais aplicações e benefícios do uso da ultrassonografia na reprodução bovina. Foram utilizadas bases de dados como SciELO, PubMed, Google Acadêmico e Portal Capes, empregando-se os descritores "ultrassonografia bovina", "eficiência reprodutiva", "inseminação artificial em tempo fixo (IATF)" e "diagnóstico de gestação".

Foram selecionados artigos científicos, dissertações e livros publicados entre 1998 e 2024, em português e inglês, que abordam o uso da ultrassonografia em bovinos com enfoque reprodutivo. Foram excluídas publicações que não apresentavam relação direta com o tema proposto.

A análise consistiu na leitura interpretativa e comparativa dos materiais, destacando os principais resultados e avanços tecnológicos observados, além de sintetizar a contribuição da ultrassonografia para a melhoria dos índices reprodutivos em rebanhos leiteiros e de corte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ultrassonografia tem múltiplas aplicações na reprodução bovina, sendo utilizada para avaliação ovariana, diagnóstico de gestação, detecção de patologias uterinas e ovarianas, e monitoramento de protocolos hormonais (GINTHER, 1998; BARUSELLI et al., 2012).

No diagnóstico de gestação, a ultrassonografia permite a confirmação precoce a partir do 25º dia pós-inseminação, possibilitando decisões rápidas quanto ao reencaminhamento de vacas vazias para novos protocolos reprodutivos (PIETERSE et al., 1988). Essa antecipação reduz o intervalo entre partos e melhora o aproveitamento das vacas no plantel.

Outro uso relevante é a avaliação da dinâmica folicular e luteal, permitindo acompanhar a resposta de cada animal aos protocolos de inseminação artificial em tempo fixo (IATF). Isso torna possível identificar o momento ideal para inseminar e ajustar tratamentos hormonais de forma individualizada, aumentando a taxa de concepção (BARUSELLI et al., 2012).

A ultrassonografia também é essencial no diagnóstico de afecções uterinas e ovarianas, como cistos foliculares, piometras e endometrites, que comprometem a fertilidade. Ao permitir a detecção e o tratamento precoce, reduz-se o tempo de recuperação e o impacto econômico negativo causado por vacas inférteis.

Estudos recentes demonstram que fazendas que utilizam o monitoramento ultrassonográfico contínuo alcançam melhor eficiência reprodutiva, maior taxa de prenhez e menor intervalo entre partos, quando comparadas a sistemas que utilizam apenas o exame clínico tradicional (GARCIA et al., 2020). Assim, a tecnologia contribui para a sustentabilidade da produção bovina, integrando precisão diagnóstica e manejo eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ultrassonografia é uma ferramenta indispensável na reprodução bovina moderna, permitindo o diagnóstico precoce de gestação, o monitoramento do ciclo estral e a identificação de patologias reprodutivas. Sua utilização contínua proporciona maior eficiência reprodutiva, otimizando o desempenho produtivo e econômico do rebanho.

A difusão dessa tecnologia entre os produtores e profissionais de campo é fundamental para o avanço da pecuária, tornando-a mais sustentável, precisa e lucrativa. A formação prática dos médicos-veterinários nesse campo é igualmente essencial para garantir diagnósticos confiáveis e manejo reprodutivo de alta qualidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio à pesquisa e incentivo ao desenvolvimento científico por meio do SEDEPEX.

REFERÊNCIAS

BARUSELLI, P. S. et al. Reproductive management of dairy cows in tropical environments. Animal Reproduction, v.9, n.3, p. 147–158, 2012.

GARCIA, A. R. et al. Uso da ultrassonografia para diagnóstico reprodutivo em bovinos. Revista Brasileira de Reprodução Animal, v.44, n.2, p. 101–110, 2020.

GINTHER, O. J. Ultrasonic Imaging and Animal Reproduction: Fundamentals. Wisconsin: Equiservices Publishing, 1998.

PIETERSE, M. C. et al. Ultrasonography of the bovine reproductive tract: early pregnancy diagnosis. Theriogenology, v.30, p. 751–761, 1988..

LINFADENITE CASEOSA EM OVINO: RELATO DE CASO

Categoria: Projetos Integradores

Letícia Abatti[1]
Maiara Furckel Marin[2]
Paolla Toniolli Sorgatto[3]
Felipe Volpato[4]

Resumo – A linfadenite caseosa é uma enfermidade infecciosa crônica que afeta principalmente ovinos e caprinos, causada pela bactéria Corynebacterium pseudotuberculosis. Caracteriza-se pela formação de abscessos em linfonodos superficiais e viscerais, ocasionando perdas econômicas significativas. O presente relato descreve um caso de linfadenite caseosa em uma ovelha adulta, correlacionando os achados anatomopatológicos com o diagnóstico laboratorial. O animal apresentava histórico de tratamento para pneumonia sem melhora clínica. Na necrópsia, observaram-se nódulos de conteúdo caseoso nos linfonodos pré-escapular e mesentéricos, além de pneumonia multifocal e pleurite. A análise histopatológica revelou áreas de necrose de caseificação, delimitadas por cápsula fibrosa e infiltrado de macrófagos, compatíveis com linfadenite caseosa. O caso evidencia a importância do diagnóstico anatomopatológico para confirmação da enfermidade, especialmente em animais com sinais clínicos inespecíficos. Ressalta-se ainda a necessidade de medidas eficazes de biossegurança e manejo sanitário para evitar a disseminação da doença e reduzir prejuízos na ovinocaprinocultura.

Palavras-chave: Corynebacterium pseudotuberculosis, ovinos, diagnóstico, patologia.

INTRODUÇÃO

A linfadenite caseosa é uma enfermidade infecciosa crônica de distribuição mundial que acomete principalmente ovinos e caprinos, sendo caracterizada pela formação de abscessos em linfonodos superficiais e viscerais. O agente etiológico é a bactéria Corynebacterium pseudotuberculosis, Gram-positiva, intracelular facultativa, responsável por consideráveis perdas econômicas em rebanhos ovinos e caprinos (Dorella et al., 2006).

Nos pequenos ruminantes, a doença manifesta-se sob duas formas principais: a superficial, com abscessos visíveis em linfonodos periféricos, e a visceral, que pode comprometer órgãos internos e levar a sinais sistêmicos, como emagrecimento progressivo e queda na

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

produtividade. Em muitos casos, a forma visceral passa despercebida clinicamente, dificultando o diagnóstico e favorecendo a disseminação do agente (Baird; Fontaine, 2007).

O diagnóstico baseia-se na associação entre sinais clínicos, exames bacteriológicos e métodos sorológicos, como o ELISA (Enzyme Linked Immunosorbent Assay), que permite detectar animais subclinicamente infectados (Pinheiro et al., 2018).

As medidas de controle incluem o isolamento e manejo adequado de animais com abscessos, descarte ou tratamento cirúrgico das lesões, desinfecção das instalações e adoção de práticas de biossegurança na introdução de novos indivíduos no rebanho (Alves et al., 2007). No entanto, falhas no manejo, como o rompimento natural de abscessos, ainda representam fator de risco importante para a perpetuação da enfermidade em propriedades (Lima et al., 2016).

Diante da importância da linfadenite caseosa para a ovinocaprinocultura, caracterizada por seu impacto econômico e sanitário, torna-se fundamental o registro de ocorrências clínicas e anatomopatológicas da enfermidade em rebanhos. Assim, este relato descreve um caso de linfadenite caseosa em ovino, com ênfase nas lesões observadas e na confirmação histopatológica, contribuindo para a literatura sobre a doença e reforçando a necessidade de medidas eficazes de prevenção e controle nos rebanhos ovinos.

METODOLOGIA

Foi recebida para exame de necropsia durante aula prática da disciplina de Patologia Veterinária uma ovelha, sem raça definida, adulta, proveniente de propriedade rural do município de Iomerê, Santa Catarina.

O animal havia sido tratado repetidas vezes para pneumonia, sem apresentar nenhuma melhora clínica, motivo pelo qual o proprietário optou pela eutanásia e posterior envio para exame necroscópico na universidade.

O exame de necropsia foi realizado seguindo o Manual de Exame Necroscópico em Ruminantes (UFRGS) e amostras de coração, fígado, pulmão e nódulos caseosos encontrados na cadeia linfática mesentérica foram fixados em formol a 10% e encaminhados para o Laboratório de Produção e Sanidade Animal da Universidade do Estado de Santa Catarina para processamento e análise histopatológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao exame necroscópico externo a ovelha apresentava baixo escore corporal, mucosa ocular e oral pálidas e presença de um nódulo de conteúdo caseoso no linfonodo pré-escapular. Durante avaliação interna observou-se pneumonia multifocal nos lobos pulmonares, pleurite e presença de nódulos caseosos na cadeia linfática mesentérica, onde tais lesões anatomopatológicas sugerem um diagnóstico de linfadenite caseosa. Os demais órgãos não apresentavam alterações macroscópicas evidentes.

As lesões encontradas durante o exame necroscópico foram semelhantes as encontradas por Ferreira et al., (2022), lesões nodulares de 0,3 a 7 cm de diâmetro, ao corte de aspecto

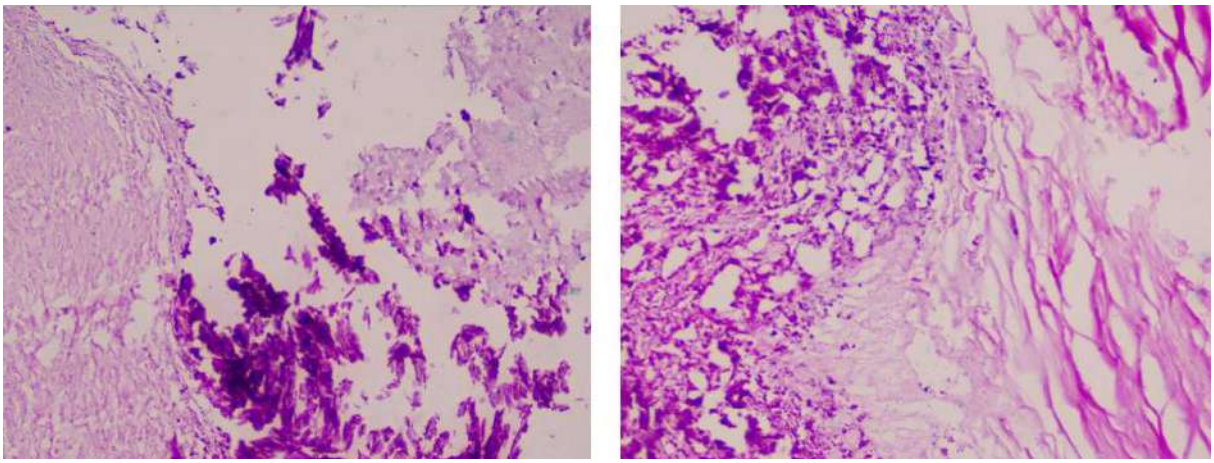
caseoso e com camadas lamelares concêntricas. Essas lesões estavam distribuídas em diferentes locais, dentre eles, rins e cadeias de linfonodos mediastinais e traqueobrônquicos.

A análise histopatológica dos fragmentos fixados e enviados ao laboratório revelaram infiltrado de macrófagos multifocal acentuado nos sinusoides hepáticos, tríade portal com infiltrado de macrófagos e infiltração leve de fibroblastos. No linfonodo, capsula de tecido fibroso delimitando área de necrose de caseificação com calcificação multifocal, diagnóstico sugestivo de linfadenite caseosa ovina.

Figura 01 – Realização do exame necroscópico de ovino durante aula prática da disciplina de Patologia Veterinária.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2025).

Figura 02 – Lâmina histopatológica do nódulo caseoso encontrado em linfonodo mesentérico durante exame necroscópico. A lâmina demonstra cápsula de tecido fibroso delimitando área de necrose de caseificação com calcificação multifocal.



Fonte: Laboratório de Produção e Sanidade Animal da UDESC (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato descreve um caso de linfadenite caseosa em uma ovelha adulta, caracterizada por lesões típicas nos linfonodos e órgãos internos, confirmadas por análise histopatológica. As alterações macroscópicas e microscópicas observadas foram compatíveis com a infecção por Corynebacterium pseudotuberculosis, agente de reconhecida importância na ovinocaprinocultura. O caso reforça a relevância do diagnóstico anatomopatológico como ferramenta complementar para a confirmação da enfermidade, sobretudo em animais com manifestações clínicas inespecíficas, como as respiratórias.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao produtor rural proprietário do ovino pela doação para aula prática e ao Laboratório de Produção e Sanidade Animal da UDESC pela realização do exame histopatológico.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. S. F. et al. High sero-prevalence of caseous lymphadenitis in Brazilian goat herds revealed by Corynebacterium pseudotuberculosis secreted proteins-based ELISA. *Veterinary Microbiology*, v. 135, p. 39-45, 2007.

BAIRD, G. J.; FONTAINE, M. C. Corynebacterium pseudotuberculosis and its role in ovine caseous lymphadenitis. *Journal of Comparative Pathology*, v. 137, n. 4, p. 179-210, 2007.

DORELLA, F. A. et al. **Corynebacterium pseudotuberculosis: microbiology, biochemical properties, pathogenesis and molecular studies of virulence.** *Veterinary Research*, v. 37, p. 201-218, 2006.

FERREIRA, A. S. et al. **Linfadenite caseosa em ovino: relato de caso.** XXXV Congresso de Iniciação Científica da UFLA, 2022.

LIMA, A. M. C. et al. **Ocorrência e fatores de risco associados à infecção por Corynebacterium pseudotuberculosis em caprinos e ovinos do semiárido da Paraíba.** *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 36, n. 9, p. 847-852, 2016.

PINHEIRO, R. R. et al. **A panel of recombinant proteins for the serodiagnosis of caseous lymphadenitis in goats and sheep**. *Microbial Biotechnology*, v. 11, n. 5, p. 878-888, 2018.

IMUNIZAÇÃO CONTRA A RAIVA EM CAÇADOR-SC: PROTEGENDO ANIMAIS, PESSOAS E FORTALECENDO A SAÚDE PÚBLICA

Categoria: Projetos Extensionistas

Igor Junior Pedroso[1]
Rafaela Dal-Mas Belli[2]
Gabriel Vinicius Zaiatz da Fonseca[3]
Felipe Volpato[4]
Katiane Schmitt[5,6]

Resumo – A raiva é uma zoonose de alta letalidade, considerada endêmica no meio silvestre em Santa Catarina. No meio urbano, cães e gatos representam os principais transmissores ao homem, sendo a vacinação a medida mais eficaz de prevenção. Este trabalho descreve uma ação de extensão universitária, pautada no conceito de Saúde Única e alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-estar), realizada no bairro Martelo, em Caçador-SC, em 26/04/2025, com o objetivo de imunizar cães e gatos contra a raiva e conscientizar a comunidade. Foram vacinados 170 animais. A campanha, amplamente divulgada em mídias locais e redes sociais, alcançou milhares de pessoas e registrou mais de 27 mil visualizações em vídeos. Além da imunização, atividades educativas sobre zoonoses e guarda responsável estimularam o engajamento comunitário. A experiência demonstrou impacto positivo na prevenção da raiva e na sensibilização da população, ainda que a adesão tenha sido menor que o número de doses disponíveis. Os resultados reforçam a importância de estratégias educativas contínuas e confirmam a relevância da extensão universitária como instrumento de transformação social e fortalecimento da saúde pública.

Palavras-chave: zoonoses; saúde única; vacinação; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A raiva é uma zoonose viral aguda e letal que acomete mamíferos domésticos, silvestres e seres humanos. Estima-se que, anualmente, cerca de 59 mil pessoas morram em decorrência da doença no mundo, sobretudo em países em desenvolvimento da Ásia e da África, onde o acesso à vacinação ainda é restrito (WHO, 2023). No Brasil, embora o controle da circulação viral no meio urbano represente um avanço, a raiva silvestre permanece como desafio

[1]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professore do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professore do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade. (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)

epidemiológico, especialmente devido ao papel dos morcegos como reservatórios (Brasil, 2019; Santa Catarina, 2021).

A relevância da enfermidade está associada à sua elevada letalidade, uma vez que não há tratamento eficaz após o início dos sinais clínicos. Nesse cenário, a vacinação de cães e gatos, principais transmissores em áreas urbanas, constitui a estratégia de maior impacto para a prevenção da raiva humana e para a manutenção da saúde pública (Brasil, 2021).

O projeto de extensão aqui apresentado surgiu do reconhecimento da raiva como zoonose de importância global e da necessidade de ampliar o acesso à imunização animal em comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde a oferta de serviços veterinários é limitada. Além da proteção direta conferida pela vacinação, a iniciativa buscou fortalecer a conscientização sobre zoonoses, guarda responsável e bem-estar animal, alinhando-se ao conceito de Saúde Única e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-estar).

Assim, o objetivo do projeto foi promover conhecimento sobre a raiva por meio de atividades educativas e de comunicação social, ao mesmo tempo em que contribuiu para a saúde pública local, ofertando gratuitamente a vacinação antirrábica de cães e gatos em bairros de maior vulnerabilidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência em extensão universitária, desenvolvido no âmbito da disciplina de Saúde Única do primeiro semestre do curso de Medicina Veterinária, aprovado pelo Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), sob protocolo nº 001/CEUA/2025.

A ação ocorreu no bairro Martelo, em Caçador-SC, no dia 23/04/2025, na Escola Hilda Granemann de Souza, escolhida estrategicamente considerando características socioeconômicas locais e a presença de serviços de assistência social.

O público-alvo foram tutores de cães e gatos, mobilizados por meio de ampla divulgação: redes sociais (com vídeos que ultrapassaram 27 mil visualizações), rádios locais (incluindo uma emissora com quase 20 mil seguidores no Instagram), estabelecimentos comerciais e ações presenciais no Parque Central José Adami Rossi durante a festa municipal realizada nos dias 22 e 23 de março de 2025, que contou com milhares de pessoas.

Figura 1. Entrega de material educativo sobre a raiva em estabelecimentos locais como estratégia de divulgação da campanha.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2025.

Foi realizada a triagem clínica dos animais, contemplando a verificação da idade mínima (≥3 meses) e a avaliação do estado geral de saúde. Durante o procedimento de imunização, cada tutor recebeu uma carteira individual de vacinação para o respectivo animal, possibilitando o registro da dose aplicada e o acompanhamento sistemático das futuras imunizações.

Figura 2. Equipe de extensão universitária durante a campanha de vacinação antirrábica no bairro Martelo, Caçador-SC (abril/2025).

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2025.

As informações foram registradas em fichas individuais e, de forma complementar, a equipe promoveu orientações educativas sobre zoonoses, guarda responsável e a importância da imunização anual como estratégia de saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram atendidos 172 animais, dos quais 170 foram vacinados contra a raiva. Dois não receberam a dose: um por não apresentar a idade mínima e outro devido a condições clínicas inadequadas, sendo encaminhado para atendimento veterinário. A triagem demonstrou a importância da avaliação prévia, em consonância com recomendações nacionais e internacionais (BRASIL, 2021; FAO; OIE; WHO, 2019).

A campanha apresentou resultados significativos tanto na imunização animal quanto na sensibilização comunitária. O impacto das ações educativas foi expressivo: os vídeos da campanha ultrapassaram 27 mil visualizações e a divulgação em rádios locais ampliou consideravelmente a cobertura populacional, atingindo um número incalculável de pessoas na comunidade. Essas estratégias reforçam a importância da comunicação em saúde e demonstram a efetividade da extensão universitária na promoção da prevenção da raiva.

Quadro 1 – Síntese da campanha antirrábica realizada no bairro Martelo, Caçador-SC, 2025.

Animais atendidos	Vacinados	Não vacinados	Motivos da não vacinação
172	170	2	1 sem idade mínima; 1 com saúde precária.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sob a ótica da Saúde Única, os resultados alcançados transcendem a simples imunização dos animais. A vacinação garantiu proteção individual e coletiva no âmbito da saúde animal, reduziu o risco de transmissão zoonótica à população humana e estimulou práticas de manejo responsável que repercutem no equilíbrio ambiental.

Quadro 2 – Contribuições da campanha antirrábica sob os pilares da Saúde Única.

Pilar da Saúde Única	Contribuição da campanha
Saúde Animal	Vacinação de cães e gatos, triagem clínica, encaminhamento de casos especiais.
Saúde Humana	Redução do risco zoonótico, educação da população, divulgação em massa por mídias e eventos.
Saúde Ambiental	Integração universidade-comunidade, estímulo ao manejo responsável e prevenção de abandono.

Fonte: Elaboração própria (2025).

O Quadro 2 sintetiza essas contribuições, evidenciando a abrangência e a transversalidade da campanha. Essa visão integrada reforça o papel da universidade como agente transformador e aproxima a teoria acadêmica da prática social, em consonância com o que preconizam órgãos governamentais e entidades internacionais de saúde, que destacam a importância da abordagem intersetorial e colaborativa no enfrentamento das zoonoses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha antirrábica realizada em Caçador-SC evidenciou a eficácia de ações extensionistas fundamentadas no conceito de Saúde Única e alinhadas ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Com 170 animais vacinados e mais de 27 mil pessoas alcançadas diretamente por meio de estratégias digitais e comunitárias, a iniciativa demonstrou impacto positivo não apenas na

prevenção da raiva, mas também na conscientização populacional sobre zoonoses e guarda responsável.

A ação também foi replicada em Rio das Antas-SC, em parceria com a prefeitura, e já possui datas programadas em outros municípios, demonstrando caráter replicável e sustentável. O caráter replicável do projeto, já adotado em outros municípios, ressalta sua relevância como modelo de extensão universitária capaz de articular ensino, pesquisa e comunidade em benefício da saúde pública.

Dessa forma, a experiência confirma que campanhas de vacinação integradas a práticas educativas constituem ferramentas estratégicas para o fortalecimento das políticas de prevenção e controle da raiva no Brasil.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), aos docentes e discentes do curso de Medicina Veterinária, bem como à comunidade do bairro Martelo e às rádios locais pela colaboração na realização e divulgação da campanha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de vigilância, prevenção e controle da raiva**. Brasília: MAPA, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Raiva: guia de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

FAO; OIE; WHO. **Taking a Multisectoral, One Health Approach: A Tripartite Guide to Addressing Zoonotic Diseases in Countries**. Paris: FAO; OIE; WHO, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Prevenção e Controle da Raiva**. Florianópolis: SES-SC, 2021.

WHO – **World Health Organization**. **Rabies Fact Sheet**. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/rabies. Acesso em: 17 ago. 2025.

PAPEL SOCIAL DA MEDICINA VETERINÁRIA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROJETOS DE EXTENSÃO SOBRE GUARDA RESPONSÁVEL, CASTRAÇÃO E VACINAÇÃO DE CÃES E GATOS

Categoria: Projeto extensionista

Marcelle Victória Piccoli de Lima[1]
Jennifer Figueroa Duarte[2]
Isabela Aguiar Toniolli[3]
Karoline Nogueira de Moura[4]
Clara de Paris[5]
Jessica Santana dos Reis[6]

Resumo – Os médicos veterinários desempenham um papel importante na conscientização da população sobre a importância dos cuidados com os animais e na prevenção de doenças que afetam animais e humanos. O presente estudo teve como objetivo promover a conscientização de crianças e adolescentes sobre a guarda responsável, vacinação e castração de cães e gatos. A ações foram desenvolvidas por acadêmicos do curso de Medicina Veterinária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC, por meio de palestras expositivas e interativas, seguidas de jogos educativos para reforço do aprendizado. O público infantojuvenil demonstrou interesse e curiosidade sobre os temas abordados ao relatarem experiências com seus animais e questionarem sobre os cuidados com os mesmos. Além disso, foi possível aproximar o estudante do curso de medicina veterinária da realidade da comunidade local, auxiliando na vivência prática da responsabilidade social, desenvolvimento da comunicação e seu papel como promotor da saúde animal e humana.

Palavras-chave: extensão universitária; castração; vacinação; saúde pública; bem-estar animal.

INTRODUÇÃO

Cães e gatos convivem com os seres humanos há muitos milênios. Embora antes baseada na utilidade e comodidade das atividades humanas, esta transformou-se em uma relação afetiva a ponto dos cães e gatos serem vistos como companheiros e membros da família (Shiota, 2021). Essa interação impacta decisivamente entre as saúdes humana e animal e o meio ambiente (Vieira et al., 2009). Quando a relação está em equilíbrio, são gerados benefícios psicológicos, fisiológicos

[1]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e sociais entre as espécies. Quando em desequilíbrio, fato este caracterizado pelo abandono de animais nas ruas, resulta em problemas nas áreas da saúde pública (intensificação na transmissão de doenças, principalmente zoonoses como raiva, leishmaniose, leptospirose e toxoplasmose), social (desconforto com relação ao comportamento animal, como mordeduras e arranhões, bem como atropelamentos e acidentes), ecológico (no que se refere ao impacto ambiental, como poluição por desejos) e econômico (custos com a estratégia de controle populacional) (Alves et al., 2013).

O Brasil possui aproximadamente 167 milhões de animais de estimação (ABINPET, 2024); por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que há em torno de 30 milhões de animais abandonados, sendo 10 milhões são gatos e 20 milhões cães (Lima Junior, 2020). Em cidades de grande porte, estima-se que, para cada cinco habitante, existe um cachorro, destes, 10% estão abandonados e nas cidades pequenas, a condição não é diferente (Lima Junior, 2020).

As causas para o abandono de animais são diversas, tais como mudanças no estilo de vida do responsável, problemas comportamentais dos animais, reprodução descontrolada (reflexo da ausência de castração) e a falta de compreensão dos riscos e consequências do abandono de animais tanto para a saúde dos animais quanto para a saúde púbica. Todas essas situações têm uma origem comum: a falta de informação e orientação sobre a guarda responsável, ou seja, quanto aos cuidados essenciais com o animal. Esses cuidados respeitam suas necessidades básicas, tais como espaço, exercícios, brincadeiras, alimentação, prevenção de incômodos, higiene e promoção da saúde (Vieira et al., 2009).

A educação, quando usada como ferramenta de transformação social, é o primeiro passo para diminuir os altos números de animais abandonados, uma vez que possibilita a modificação de comportamentos, promove empatia e incentiva práticas responsáveis como castração, vacinação e cuidados contínuos com os animais. Lima et al. (2000) descreve que educar significa humanizar, ou seja, favorecer mudanças pessoais para o desenvolvimento de qualidades humanas específicas e o crescimento pessoal/social; é um processo de formação que envolve a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades, interesses, atitudes e ação coletiva para geração de mudanças significativas no contexto social. A infância e a adolescência são as fases decisivas para a construção desse novo paradigma social, partindo do preceito que quando eles são bem informados, se tornam agentes multiplicadores diretos em sua família e comunidade.

No contexto da Medicina Veterinária, a educação em saúde é o processo educativo de construção de conhecimento em saúde, de forma a contribuir para ampliar a autonomia das pessoas no cuidado com seus animais e no debate com profissionais para alcançar melhorias no bem-estar animal e no conhecimento sobre guarda responsável. Para isso, faz-se necessário que estudantes do curso sejam formados para atuar de maneira ativa na comunidade. Uma das formas de proporcionar essa experiência é por meio de projetos de extensão que aproximam o estudante da realidade social e permitem o desenvolvimento de habilidades práticas, empatia e compromisso ético com a saúde coletiva (Neta et al., 2016) .

Com base nisso, este trabalho apresenta a condução de três projetos de extensão do curso de Medicina Veterinária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) cujos temas

foram guarda responsável (Projeto: "Amor não se compra, se encontra"), controle de natalidade de cães e gatos (Projeto: "Castração: é agir com amor e pensar na prevenção") e importância da vacinação de cães e gatos (Projeto: "Vacinação de cães e gatos: o papel do médico veterinário na prevenção de doenças"). O objetivo proposto por meio da união desses três projetos foi a conscientização da comunidade de Caçador-SC, com foco no público infantojuvenil, sobre a importância desses cuidados para a saúde animal e humana, fomentando assim a formação cidadã para a construção de uma cultura de respeito, prevenção e cuidado com os animais.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Caçador, Santa Catarina, nos meses de março a outubro de 2025. As ações de extensão foram conduzidas por alunos bolsistas e voluntários do curso de Medicina Veterinária da UNIARP que faziam parte dos projetos extensionistas "Amor não se compra, se encontra", Castração: é agir com amor e pensar na prevenção" e "Vacinação de cães e gatos: o papel do médico veterinário na prevenção de doenças". As abordagens foram estruturadas em três eixos principais: educação, sensibilização comunitária e produção de material educativo. O foco foi em estratégias de educação em saúde, com envolvimento direto do público infantojuvenil.

Foram realizados encontros nas escolas públicas e particulares do município para a conscientização a respeito da importância da posse responsável, castração e vacinação de cães e gatos para a saúde animal e humana. As escolas visitadas foram: E.E.B Wanda Krueger, E.E.B Domingos da Costa Franco, ACEIAS, E.E.B Paulo Schieffler e Colégio de Aplicação.

Nas escolas, a disseminação de informações foi feita por meio de palestras expositivas e interativas, com tempo médio total de 40 minutos e as abordagens foram adaptadas conforme a faixa etária dos alunos. Os conteúdos abordados nas palestras sobre cada projeto estão sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Tema central e conteúdos abordados na palestra acerca de cada projeto de extensão do curso de Medicina Veterinária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Projeto de extensão	Tema Central	Conteúdos abordados nas palestras
Castração: é agir com amor e pensar na prevenção	Importância da castração para a saúde do animal e pública	Conceito; idade para castração; consequências de não castrar; controle populacional; prevenção de doenças; mitos e dúvidas frequentes sobre castração
Vacinação de cães e gatos: o papel do médico veterinário na prevenção de doenças	Importância da vacinação de cães e gatos para a saúde animal e na prevenção de zoonoses	Vacinação como prevenção de doenças para o animal e de zoonoses; importância de a vacinação ser realizada por um médico veterinário; como as vacinas funcionam; principais doenças prevenidas; protocolos de vacinação
Amor não se compra, se encontra	Guarda responsável e seu impacto no bem-estar animal e saúde pública	Conceito; adoção consciente (critérios a serem avaliados antes da adoção); o que são considerados maus tratos; crime de maus tratos (leis e denúncias)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Após as palestras, as crianças e adolescentes foram convidados a participar de uma atividade lúdica de fixação do conteúdo, por meio de um jogo de verdadeiro ou falso, contendo perguntas relacionadas aos três eixos temáticos e com base nas perguntas/dúvidas frequentes de responsáveis (tutores) da cidade. Essa dinâmica teve como objetivo reforçar o aprendizado de forma divertida e participativa, de modo que os alunos do projeto tinham oportunidade de esclarecer e discutir com os participantes sobre as respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio dos três projetos de extensão do curso de Medicina Veterinária, a comunidade de Caçador, foi orientada sobre a importância da guarda responsável, vacinação e castração de cães e gatos. Aproximadamente 400 crianças e adolescentes foram beneficiados com informações e troca de experiências durante a execução do projeto. Em todas as ações, foi possível observar o grande interesse, principalmente das crianças, ao fazerem perguntas, relatarem os cuidados e convivência que tem com seus animais, bem como casos de maus-tratos presenciados por eles. Foi perceptível que a grande maioria dos alunos possui cães e/ou gatos, sendo a maioria responsáveis por cães e que, grande parte deles, não levam seus animais em clínicas veterinárias, mesmo que para vacinação. Esse cenário evidencia a importância da conscientização desses jovens para que ocorra mudança de comportamento a longo prazo. Isso irá proporcionar a diminuição de animais abandonados na cidade de Caçador e controle de muitas doenças que são transmitidas entre os animais e zoonoses.

O foco no público infantojuvenil no ambiente escolar baseou-se em três aspectos centrais. O primeiro refere-se ao fato de que a escola é uma instituição acessível e de convivência diária. O segundo diz respeito ao potencial que crianças e adolescentes têm de disseminarem informações sobre os animais, o que os torna agentes ativos na multiplicação desses conhecimentos em suas famílias e comunidades. O terceiro, por considerar que a educação desde a infância pode contribuir para a formação de adultos mais conscientes, comprometidos e responsáveis com a proteção animal e ao meio ambiente (Silva et al., 2022).

Em Garanhus (PE), docentes e discentes do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em um estudo delineado para orientar crianças da cidade sobre a importância da posse responsável e controle populacional de cães e gatos, relataram que a escolha do público alvo para a execução das ações de conscientização levou em consideração a criança como um elemento de perpetuação do conhecimento, uma vez que eles repassam para outras pessoas do seu convívio social (Ferreira et al., 2016). Os pesquisadores concluíram que as ações educativas acerca dos temas abordados foram efetivas, visto que elas permitiram que as crianças desenvolvessem seu senso crítico e compreendessem que cães e gatos devem ser respeitados e que precisam de cuidados que podem prevenir problemas de saúde pública.

As ações realizadas ao longo do presente projeto também resultaram em uma aproximação significativa entre os alunos do curso de Medicina Veterinária e a comunidade, ao promover o diálogo sobre temas importantes para a saúde animal e humana. A atuação do médico veterinário é muito ampla, que vai desde a clínica médica baseada na prevenção e cura de doenças até a defesa sanitária, saúde pública, o ensino, pesquisa e extensão. Com base nessa diversidade, o médico veterinário é considerado um profissional importante para a promoção,

prevenção e assistência à saúde humana, animal e ambiental. Entretanto, há um risco iminente da profissão tornar-se exclusiva para a clínica médica, o que abrirá espaço para outras profissões exercerem atividades que atualmente são estritas deste profissional (Menezes, 2005).

O desafio contemporâneo consiste então em fortalecer a formação dos estudantes para a saúde pública, garantindo que o médico veterinário desenvolva competências baseadas nas demandas da sociedade. Para isso, é preciso inserir os estudantes do curso no cenário real da profissão nas comunidades, estimulando assim o pensamento crítico, o compromisso ético e a compreensão do papel do veterinário não só na saúde animal, mas também na saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente a vontade de ter um animal não é suficiente para a criação de cães e gatos; é necessário que o indivíduo esteja ciente das responsabilidades envolvidas e que é um compromisso por um longo período. A comunidade de Caçador (SC) ainda carece de informação sobre guarda responsável, castração e vacinação desses animais, uma vez que podem ser observados um grande número de animais abandonados e doentes nas ruas. Este cenário impacta diretamente na saúde de outros animais e na saúde da população do município. Diante disso, a inserção dos alunos do curso de Medicina Veterinária da UNIARP nesses projetos de extensão, desenvolvendo o papel social da profissão na educação em saúde, é fundamental para a promoção da saúde pública.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). Mercado PET Brasil 2024. 2024. Disponível em: https://abinpet.org.br/wp-content/uploads/2024/03/abinpet_folder_dados_mercado_2024_draft2_web.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

ALVES A. J. S. *et al*. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 11, n. 2, p. 34 – 41, 2013.

FERREIRA, M. S. da S. *et al.* Educação em saúde, guarda responsável e bem-estar animal para crianças de 4 a 10 anos. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 13, n. 3, p. 80–80, 2016.

LIMA, V. L. *et al.* Health promotion, health education and social communication on health: specificities, interfaces, intersections. Promotion & education, v. 7, n. 4, p. 8–12, 2000.

LIMA JUNIOR, J. A. Bem-estar animal: uma questão também de Saúde Pública. Revide, 14 mar. 2020. Disponível em: https://www.revide.com.br/blog/juarez-alves-de-lima-junior/bem-estar-animal-uma-questao-tambem-de-saude-publi/. Acesso em: 26 out. 2025.

MENEZES, C. C. (2005). A importância do Médico Veterinário na Saúde Pública. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Medicina Veterinária –Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2005

NETA, A. T. L. *et al.* Educação em saúde, guarda responsável e bem-estar animal para crianças de 4 a 10 anos. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, *[S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 80–80, 2016. Disponível em: https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28935. Acesso em: 26 out. 2025.

SHIOTA , H. C. Q. As interfaces da relação entre seres humanos e animais de estimação sob a perspectiva do desenvolvimento humano. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, 2021.

SILVA, V. A. S. *et al*. Medicina veterinária do coletivo na educação infantil uma alternativa de transformação social: revisão de literatura. In: V Congresso Internacional de Saúde Única (Interface Mundial) e I Simpósio Internacional Pluriprofissional de Saúde. São Paulo: Even3, 2022. p. 1–13. Disponível em: https://static.even3.com/anais/517319.pdf?v=1761962173771. Acesso: 01 nov. 2025.

VIEIRA, A. M. L. *et al.* Programa de controle de populações de cães e gatos do Estado de São Paulo. Boletim Epidemiológico Paulista, v. 6, suplemento 7, 2009.

ALIMENTAÇÃO DE EQUINOS: MANEJO NUTRICIONAL, SAÚDE E DESEMPENHO

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Emeli Falchetti Tomazi[1]
Gabrielli Scotti[2]
Isabelli Albiero[3]
Julia Maria Barichello[4]
Maria Clara Duarte Nazário[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6,7]

Resumo – A alimentação de equinos representa um dos pilares centrais para o bem-estar, saúde e desempenho desses animais, especialmente em sistemas de criação, reprodução e esporte. Considerando a particularidade do trato digestivo dos equinos, caracterizado por estômago de pequena capacidade e dependência da fermentação no ceco e cólon, torna-se fundamental um manejo nutricional adequado. Para este estudo, de caráter bibliográfico, foram consultadas publicações científicas, livros técnicos, teses, dissertações e artigos indexados em bases como Scielo, PubMed, Google Scholar. O objetivo foi revisar aspectos do manejo alimentar equino, destacando volumosos, concentrados e exigências nutricionais específicas, com ênfase na alimentação de éguas doadoras e receptoras, prenhes e lactantes, além de machos reprodutores. Os resultados mostraram que, a alimentação dos equinos deve ser individualizada, baseada na categoria animal, utilizando dietas balanceadas de acordo com o Escore Corporal, a fim de suprir as exigências nutricionais de cada fase e atividade desempenhada, de modo a garantir saúde, longevidade e retorno econômico. Além disso, pode-se fazer uma correlação do estudo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável e a ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis.

Palavras-chave: equinos; nutrição animal; alimentação; manejo alimentar; saúde animal.

INTRODUÇÃO

A alimentação dos equinos possui grande importância na manutenção da saúde, no desempenho atlético e na eficiência reprodutiva. Devido à anatomia digestiva peculiar, com estômago pequeno e dependência do ceco e cólon para a digestão de fibras, os cavalos necessitam de dietas balanceadas e fornecidas em pequenas porções ao longo do dia (Santos et

[1]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saudável , Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética.

al., 2012). O crescimento da equinocultura no Brasil, aliado à valorização do mercado de animais de esporte e reprodução, reforça a necessidade de práticas nutricionais eficientes (Pereira et al., 2019).

A dieta básica dos equinos é composta por água e volumosos, podendo ser pastagens, feno ou pré-secado. A hidratação é um fator essencial, com consumo médio entre 25 e 50 litros de água por dia (Pereira et al., 2019). A silagem para equinos não é uma boa opção, pois apresenta níveis baixos de proteína bruta, desequilíbrio mineral, níveis de amido elevados, pH ácido e pode conter micotoxinas. Além disso a dieta deve conter sal mineral e para complementar caso haja pouca opção de volumoso, ou de baixa qualidade, usa-se a ração concentrada, porém deve-se ofertar em baixas quantidades, pois os cavalos possuem uma capacidade limitada de digestão de amido pelo intestino delgado, por conta disso ele chega íntegro no ceco e cólon, onde ocorrerá a fermentação. Isso pode gerar problemas como diarreias, endometrites em éguas, cascos de baixa qualidade e laminite. (Duarte, 2021). Por isso antes de alimentar qualquer animal é necessário avaliar o Escore de Condição Corporal (ECC) de cada um, a fim de padronizar o peso de maneira prática sem utilizar equipamentos. O ECC varia de 1 a 9, sendo 1 extremamente magro e 9 extremamente obeso (Henneke et al., 1983).

Para éguas vazias, sendo elas doadoras ou receptoras de embrião, deve-se manter um ECC próximo de 5, sendo assim, um consumo de Matéria Seca (MS) de 2% do Peso Vivo (PV). Como as receptoras não possuem valores zootécnicos elevados, os produtores preferem oferecer uma alimentação de menor custo, ofertando silagem e pastagem de baixa qualidade, porém vale lembrar que ao emprenharem deverão ser tratadas como as doadoras, pois estão gerando potros de alto valor zootécnico (Duarte, 2021).

Éguas em reprodução são aquelas que já estão em idade e peso adequado para desenvolver adequadamente um potro em seu ventre. Isso se dá por volta dos 3 anos de idade (Cintra, 2023) e com ECC entre 5 e gradualmente aumentar até 7 no final da gestação. Isso garante que ela enfrente o período de lactação e no final não abaixar do ECC 5 (Duarte, 2021). A má nutrição é o principal responsável pela infertilidade em éguas. Em dietas deficitárias pode ocorrer problemas na ovulação, nidação e gestação. Em casos graves pode acontecer abortos, prematuros e natimortos. Já uma superalimentação, também acarreta problemas como dificuldade no parto, retenção de placenta, além de nascer um potro frágil que sofreu por anoxia (falta de oxigênio) durante o parto. Um bom ECC da égua no momento do parto garante um potro saudável e uma recuperação rápida pós-parto da fêmea (Cintra, 2023).

Após o parto, inicia-se o período de lactação, onde as exigências nutricionais praticamente dobram em comparação ao tempo de gestação, sendo necessário um consumo de 2,3 a 3% de MS por dia. As éguas produzem em média 15 a 25 litros de leite por dia, por isso a suplementação com concentrados se faz necessária. Alimentação deficiente em proteína nessa fase levará a uma queda na produção de leite, consequentemente afetará o desenvolvimento do potro (Cintra, 2023).

Garanhões na estação de monta possuem necessidades nutricionais superiores em comparação a cavalos de trabalho leve (Cintra, André G, 2023). É recomendável manter o garanhão no ECC entre 6 e 7 logo antes da estação de monta (Duarte, 2021). As necessidades de

MS variam de 1,4% do PV quando o animal estiver em manutenção, e de 2,3% do PV em estação de monta intensa, além de suplementação com concentrado. A alimentação deve ser controlada para que o animal não fique acima do peso, prejudicando as articulações e a libido, e nem abaixo do peso gerando falta de apetite e estresse (Cintra, André G, 2023).

Portanto, este presente estudo pode estar correlacionado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial a ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável e a ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis. A ODS 2 propõe até 2030 dobrar a produtividade, garantir sistemas sustentáveis de produção, manter a diversidade genética de animais domesticados, e aumentar o investimento em pesquisas e tecnologias para produção agrícola, o que está diretamente relacionado com a nutrição de animais, incluindo equinos.

Além disso, a ODS 12 visa alcançar a gestão sustentável e uso eficiente de recursos naturais e o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, promovendo a sustentabilidade, diminuindo o desperdício e garantindo a preservação do meio ambiente, para que haja continuidade na produção animal sem agravar o meio ambiente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base em revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações relevantes sobre a nutrição de equinos em diferentes fases fisiológicas. Foram consultadas publicações científicas, livros técnicos, teses, dissertações e artigos indexados em bases como Scielo, PubMed, Google Scholar e periódicos especializados em zootecnia e medicina veterinária, relacionados à nutrição e manejo alimentar de equinos.

Foram abordados tópicos quanto à Nutrição equina, alimentação de éguas em reprodução, garanhões na estação de monta, Escore de Condição Corporal, entre outros. Como critérios de inclusão foram selecionados trabalhos com abordagem científica, aplicabilidade prática e foco na alimentação de equinos em diferentes fases fisiológicas. Já os critérios de exclusão foram: Estudos com foco exclusivo em outras espécies animais ou sem relação direta com o tema. Os textos selecionados foram submetidos à leitura crítica, com categorização temática segundo os seguintes eixos: alimentação básica, suplementação, fases fisiológicas (gestação, lactação, estação de monta), escore corporal e implicações reprodutivas. As informações foram organizadas de forma a permitir uma compreensão integrada e interdisciplinar do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O manejo alimentar dos equinos deve considerar sua fisiologia digestiva e as exigências específicas de cada categoria. O uso de volumosos de qualidade, sal mineral e concentrados em pequenas quantidades é essencial. O concentrado, rico em energia e amido, deve ser utilizado com cautela para evitar laminite, cólicas e diarreia (Santos et al., 2012).

A avaliação do Escore de Condição Corporal (ECC) permite ajustar a dieta conforme o estado físico do animal. Potros demandam proteína e energia para o adequado crescimento

ósseo, enquanto éguas gestantes e lactantes precisam de suplementação que previna infertilidade ou produção insuficiente de leite. A hidratação também é um fator essencial, com consumo médio entre 25 e 50 litros de água por dia (Cintra, 2023; Pereira et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nutrição de equinos é determinante para garantir saúde, longevidade e desempenho. O uso de dietas balanceadas, ajustadas conforme o Escore de Condição Corporal e as exigências nutricionais de cada fase, contribui diretamente para o sucesso da equinocultura (Duarte, 2021; Santos et al., 2012).

Éguas em reprodução e garanhões em estação de monta demandam atenção especial quanto à qualidade dos volumosos, ao uso controlado de concentrados e à suplementação estratégica. A adoção de estratégias nutricionais bem planejadas minimiza distúrbios metabólicos e assegura melhor aproveitamento do potencial reprodutivo dos animais (Cintra, André G, 2023; Cintra, 2023).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, e com o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

CINTRA, André G. **Manejo e nutrição de garanhões reprodutores.** Revista Brasileira de Medicina Equina, Edição 105, jan./fev. 2023.

CINTRA, André G. **Alimentação de éguas reprodutoras.** Amparo – SP: André G. Cintra, 2023.

DUARTE, Mário. **Alimentando matrizes, garanhões e receptoras de maneira eficiente.** Revista Brasileira de Reprodução Animal, v. 45, n. 4, p. 505–517, 2021.

HENNEKE, D. R. *et al*. **Relationship between condition score, physical measurements and body fat percentage in mares.** Equine Veterinary Journal, v. 15, n. 4, p. 371–372, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** ONU Brasil, 2025.

PEREIRA, C. E. *et al.* **Criação de Equinos.** Fernandópolis: Escola Técnica Estadual Prof. Armando José Farinazzo, 2019.

SANTOS, E. L. *et al*. **Manejo nutricional e alimentar de equinos** – Revisão. Revista Eletrônica Nutritime, v. 9, n. 5, p. 1911–1943, 2012.

SILVA, A. T. S. *et al.* Alimentação e nutrição de cavalos atletas. In: AMORIM, M. G. R. et al. (org.). Multiplicidade das Ciências Agrárias. Fortaleza: Editora In Vivo, v. 3, 2022.

EXAME ANDROLÓGICO EM EQUINOS: O PAPEL DA CÂMARA DE NEUBAUER NA AVALIAÇÃO

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Alessandra Conte[1]
Anna Rita Ferlin de Souza[2]
Maria Eduarda Finger[3]
Paolla Toniolli Sorgatto[4]
Thaís Bof Henkel[5]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[6]

Resumo – A equinocultura brasileira vem buscando melhorias através de técnicas reprodutivas eficientes, como a inseminação artificial, cujo sucesso está relacionado à qualidade seminal dos garanhões. Este trabalho teve como objetivo revisar a importância do exame andrológico em equinos, com ênfase na utilização da câmara de Neubauer para a contagem espermática. A metodologia consistiu em uma em uma revisão bibliográfica qualitativa, de forma que, os resultados evidenciaram que parâmetros como motilidade e concentração espermática são fundamentais para estimar a fertilidade, embora nenhum teste isolado determine com precisão o potencial reprodutivo. Observou-se que a câmara de Neubauer é amplamente utilizada por sua praticidade e baixo custo, mas há limitações devido à subjetividade e à possibilidade de erros humanos durante o processo que é manual. Em vista do objetivo, é possível identificar que a análise seminal é indispensável para o manejo reprodutivo de garanhões, e que a combinação de diferentes parâmetros é essencial para garantir resultados mais precisos e confiáveis.

Palavras-chave: exame andrológico; espermograma; fertilidade; câmara de Neubauer; equinos.

INTRODUÇÃO

A equinocultura no Brasil representa um setor econômico de grande importância, impulsionada pelo avanço de biotecnologias reprodutivas. Entre elas, a inseminação artificial se destaca por otimizar a genética e a produtividade. O sucesso dessa técnica, contudo, depende

[1]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

diretamente de uma avaliação rigorosa da qualidade seminal do garanhão, realizada por meio de um exame andrológico detalhado (Oliveira et al., 2019).

O espermograma, uma parte crucial do exame andrológico, baseia-se na análise de parâmetros como a motilidade, morfologia e, principalmente, a concentração espermática (Arruda et al., 2007). A contagem de espermatozoides é vital para determinar a densidade de células no ejaculado, permitindo o cálculo do número de doses inseminantes que podem ser produzidas. O método mais comum e confiável para essa finalidade é o uso da câmara de Neubauer, aceito por seu baixo custo e confiabilidade. Embora a câmara de Neubauer seja considerada o padrão para a contagem (CBRA, 2013), por ser uma técnica manual, a contagem é suscetível à interpretação do avaliador, o que pode introduzir variações significativas e impactar as decisões reprodutivas (Polo, 2016).

Diante dessas características, este trabalho se propõe a detalhar o procedimento de análise de sêmen equino, com ênfase na técnica de contagem pela câmara de Neubauer, elucidando a metodologia padrão e discutindo os cuidados necessários para se obter resultados confiáveis no manejo reprodutivo em campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O exame andrológico é uma ferramenta essencial na avaliação do potencial reprodutivo de garanhões, contribuindo para o sucesso de biotécnicas, como a inseminação artificial (Silva et al., 2017). Recomenda-se sua realização no início de cada estação de monta, em casos de falha reprodutiva, ou durante a compra e venda de um animal (Winter, 2014). O exame completo abrange o histórico, avaliação física geral e dos órgãos genitais, juntamente com o espermograma (CBRA, 2013).

O espermograma consiste na análise do sêmen para verificar suas características físicas e morfológicas (CBRA, 2013). Os parâmetros de rotina incluem volume, cor, aspecto, motilidade, vigor, concentração e morfologia (Oliveira et al., 2019). A motilidade é considerada um dos indicadores mais importantes, pois pode prever a viabilidade do sêmen (Silva et al., 2017). Similarmente, a concentração espermática é fundamental para estimar a quantidade de doses inseminantes disponíveis, todavia é importante destacar que a fertilidade de um animal não pode ser determinada com precisão total por um único teste laboratorial (Arruda et al., 2007). A avaliação deve ser conjunta, considerando múltiplos parâmetros seminais.

A motilidade espermática é um dos parâmetros mais utilizados para prever a viabilidade do sêmen, pois é um método prático e de baixo custo, que pode ser determinado facilmente em microscópio óptico (Silva & Silva, 2023). Já o vigor, que se refere à intensidade do movimento, é classificado em uma escala (Oliveira et al., 2019). É fundamental que a análise de motilidade seja feita com lâmina e lamínula aquecidas a 37°C para garantir um resultado preciso (Oliveira et al., 2019).

A determinação da concentração espermática é um dos métodos mais importantes para prever a fertilidade de um garanhão, pois permite calcular o número total de espermatozoides no ejaculado e, assim, a quantidade de doses inseminantes a serem obtidas (Silva & Silva, 2023). A contagem na câmara de Neubauer é um processo de várias etapas, a amostra de sêmen é

inicialmente diluída, tipicamente em proporções de 1:10 ou 1:100, dependendo da sua densidade. Para equinos, a diluição mais comum é 1:20 (Oliveira et al., 2019).

O diluente pode ser uma solução de formol-salino, citrato de sódio formolado ou água destilada. Após a diluição e homogeneização, uma pequena porção da amostra é depositada sob a lamínula da câmara, que deve repousar horizontalmente por cerca de 5 minutos para a sedimentação das células (Oliveira et al., 2019; Polo, 2016).

Após esse período, a contagem é realizada em um microscópio óptico com objetiva de 40x, contando-se os espermatozoides em cinco quadrados grandes do retículo, seguindo um padrão em "L" ou "L" invertido (Oliveira et al., 2019). O resultado obtido, que corresponde ao número de espermatozoides contados, é então multiplicado por um fator de diluição e um fator de volume para se obter a concentração em mL (Oliveira et al., 2019). Uma variação de até 10% entre os retículos é aceitável, sendo que valores superiores indicam erros no preenchimento ou na homogeneização (Oliveira et al., 2019).

A concentração espermática pode ser influenciada por fatores intrínsecos e extrínsecos. Entre os fatores intrínsecos estão a idade, a raça, o tamanho testicular e o estado de higidez testicular (Oliveira et al., 2019). Já os fatores extrínsecos incluem a frequência da atividade sexual, o método de coleta e a estação do ano (Ribeiro et al., 2014). No entanto, a contagem manual na câmara de Neubauer, por ser um método tradicional, está sujeita a variações e erros humanos (Polo, 2016). Erros de pipetagem, diluição ou preenchimento da câmara podem ocorrer, e a subjetividade do avaliador pode levar a variações significativas nos resultados (Polo, 2016).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e interpretativa. As bases de dados utilizadas para a busca de artigos e literatura científica foram Google Acadêmico, PubMed, Scielo e o Portal de Periódicos CAPES.

Os descritores utilizados para a pesquisa foram: "exame andrológico equino", "espermograma", "fertilidade de garanhão", "motilidade espermática" e "Neubauer".

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que abordassem diretamente o exame andrológico em equinos, com foco em espermograma, motilidade e concentração espermática. Já os critérios de exclusão foram aplicados a trabalhos que não apresentavam informações complementares e específicas para a revisão, ou que desviavam do objetivo central do presente estudo.

Os artigos e demais publicações foram selecionados após a leitura de seus títulos e Resumos. Aqueles considerados relevantes foram lidos na íntegra, e as informações pertinentes foram compiladas e analisadas para a elaboração desta revisão. A pesquisa incluiu materiais publicados em língua portuguesa e inglesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente revisão bibliográfica demonstrou a importância do exame andrológico como ferramenta fundamental na avaliação do potencial reprodutivo de garanhões, com destaque para a análise do sêmen através do espermograma. Os resultados encontrados corroboram a literatura, que aponta a motilidade e a concentração espermática como parâmetros críticos para a fertilidade.

A análise confirmou que a motilidade é um indicador prático e de baixo custo para predizer a viabilidade seminal. Da mesma forma, a concentração espermática se mostrou crucial para estimar o número de doses inseminantes que podem ser obtidas por ejaculado. Esses achados estão alinhados com estudos precedentes, como os de Silva et al., (2017) e Oliveira et al., (2019), que reforçam a relevância desses parâmetros.

No entanto, a pesquisa também evidenciou que nenhum teste laboratorial isolado pode estimar a fertilidade com total precisão. A combinação de diferentes parâmetros seminais é a abordagem mais confiável, conforme apontado por Kenney et al. (1983). Este ponto ressalta a necessidade de uma avaliação abrangente, que vá além da simples contagem.

A metodologia de contagem manual na câmara de Neubauer foi detalhada, revelando ser um procedimento tradicional e amplamente utilizado. Contudo, a análise da literatura (Polo, 2016) mostrou que este método está sujeito a erros de pipetagem, diluição e subjetividade do avaliador, o que pode levar a variações significativas nos resultados. Esta limitação destaca um ponto de discussão importante: a precisão do diagnóstico pode ser comprometida se o procedimento não for realizado com rigor técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica sobre o exame andrológico em garanhões, com foco em espermograma, confirmou-se a importância dessa avaliação para a reprodução equina. A análise demonstrou que parâmetros como motilidade e concentração espermática são cruciais para a estimativa da fertilidade, validando as práticas atuais da medicina veterinária equina.

No entanto, as análises revelaram que a confiabilidade do diagnóstico ainda pode ser comprometida pela metodologia de contagem manual na câmara de Neubauer. A subjetividade e a suscetibilidade a erros humanos associadas a esse método representam uma limitação importante.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rubens Paes de; ANDRADE, André Furugen Cesar; PERES, Karen Regina; RAPHAEL, Cláudia Fernandes; NASCIMENTO, Juliana; CELEGHINI, Eneiva Carla Carvalho. Biotécnicas aplicadas à avaliação do potencial de fertilidade do sêmen eqüino. Revista Brasileira de Reprodução Animal, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 8-16, jan./mar. 2007. Disponível em: https://www.cbra.org.br/pages/publicacoes/rbra/download/RB108%20Arruda%20pag%208-16.pdf.

COLÉGIO BRASILEIRO DE REPRODUÇÃO ANIMAL. Manual para exame andrológico e avaliação de sêmen animal. 3. ed. Belo Horizonte: CBRA, 2013. 104 p. ISBN 978-85-85584-05-4.

KENNEY, Robert Morris; CUPPS, Wendell Wade; SEIDEL Jr., George Edward. Manual for clinical fertility evaluation of the stallion. Hastings: Society for Theriogenology, 1983. 100 p.

OLIVEIRA, Valquíria da Silva; MORELLI, Karine Galhego; COUTINHO, Giancarlo Thadeu Ramos Montalvão. Princípios básicos da manipulação, análise, e envio do sêmen equino. PubVet, Juiz de Fora, v. 13, n. 10, p. 176, out. 2019. DOI: https://doi.org/10.31533/pubvet.v13n10a430.1-9

POLO, Giovanna; KOZICKI, Luiz Ernandes. Análise espermática assistida por computador (CASA) de sêmen equino: uso do ImageJ com câmera de celular e microscópio óptico. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) — Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/00005e/00005e71.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

RIBEIRO et al., 2014 (RIBEIRO, J. P.; PRADO, L. G.; SANTOS, F. A. Avaliação da Concentração e Motilidade Espermática de Dois Garanhões em Diferentes Estações do Ano. Acta Veterinária Brasilica. V.8. supl.2. 2014).

SILVA, Lenilda Teixeira da; MAIA, Marciane da Silva; AQUINO, José Joussier Maia de; MOURA, Carlos Eduardo Bezerra de. Comparação morfológica da célula espermática equina no sêmen fresco e refrigerado. In: ENCONTRO ANUAL DA BIOFÍSICA, 2017, Recife. Anais... Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017. DOI: 10.5151/biofisica2017-008.

SILVA, Beatriz Soares; SILVA, Gustavo Alves. Avaliação de sêmen da espécie equina: uma revisão. Monografia (Bacharelado em Medicina Veterinária) — Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife, 2023. Disponível em:https://www.grupounibra.com/repositorio/MVETI/2023/avaliacao-de-semen-da-especie-equina-uma-revisao.pdf Acesso em: 26 out. 2025.

WINTER, Gustavo Henrique Zimmermann. Exame andrológico em garanhões. Nucleus Animalium, v. 6, n. 1 (Extra), 2014. DOI: 10.3738//1982.2278.1131.

RENASCER NA CIÊNCIA: AÇÕES INSTITUCIONAIS E DIAGNÓSTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE DOAÇÃO DE CORPOS NA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Categoria: Projeto extensionista

Leonardo Batista Pinheiro[1]
Kellen Regina dos Passos[2]
Jéssica Santana dos Reis[3]

Resumo – A escassez de corpos para ensino e pesquisa em instituições de ensino superior é um desafio significativo para a formação de profissionais da saúde, impactando diretamente a qualidade do aprendizado dos alunos. Este Resumo tem por finalidade descrever o processo de implantação do Projeto "Renascer na Ciência", um programa de doação voluntária de corpos (PDVC), com foco nas etapas orientadoras, os resultados preliminares e as discussões relativas ao processo. Fundamentada em diretrizes nacionais e internacionais de boas práticas, o projeto busca sensibilizar a comunidade acadêmica e externa acerca da importância da doação como ato de solidariedade e legado à ciência. O projeto foi estruturado em quatro etapas: (1) planejamento institucional e estruturação normativa; (2) diagnóstico social; (3) ações educativas e comunicação (4) manutenção e consolidação. Com base nos resultados preliminares obtidos, é possível estruturar um PDVC no contexto de ensino e extensão universitária e o modelo adotado na implementação do programa "Renascer na Ciência" pode ser replicável em outras instituições que desejam promover programas semelhantes.

Palavras-chave: ensino anatômico; extensão universitária; ética; legislação.

INTRODUÇÃO

A formação de profissionais da saúde demanda não apenas conhecimento teórico, mas também vivência prática e ético-humanística, sobretudo no estudo da anatomia humana. De acordo com Medeiros et al. (2013), o uso de material cadavérico no ensino prático da anatomia humana é uma ferramenta essencial para o aprendizado cognitivo, pois permite que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento por meio da experiência e da prática. O estudo também destaca que a utilização de cadáveres facilita a compreensão da topografia corporal e das variações anatômicas, possibilitando aos estudantes uma melhor percepção das relações entre órgãos e estruturas, bem como uma visão tridimensional do corpo humano. Dessa forma, a integração entre a prática e a teoria contribui para a redução de equívocos na futura atuação dos profissionais da saúde. Embora atualmente recursos sintéticos

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

e tecnológicos auxiliem no ensino, eles não substituem o uso de corpos, principalmente para aquelas instituições que prezam pela manutenção da qualidade do ensino.

Apesar da importância do uso de peças cadavéricas no estudo da anatomia humana, a doação/captação de corpos é baixa, o que pode ser justificado por diversos fatores, tais como: falta de conhecimento da população sobre essa prática; por questões éticas e/ou religiosas; protocolos burocráticos de liberação dos corpos; aumento no número de instituições de ensino superior e diminuição de corpos não-reclamados pela facilidade em buscar informações de pessoas desaparecidas. Nesse sentido, os Programas de Doação Voluntária de Corpos (PDVC) emergem como instrumento estratégico para o ensino, a pesquisa e a sensibilização ética dos futuros profissionais.

Diante desse panorama, a iniciativa de extensão intitulada "Renascer na Ciência", desenvolvida pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, propõe a implantação de um modelo de orientação, sensibilização e operacionalização da doação voluntária de corpos para ensino e pesquisa. O objetivo central é contribuir para a cultura da doação, fortalecer o vínculo entre universidade e comunidade e estruturar as etapas necessárias para implementação de um PDVC no âmbito local. A relevância desta iniciativa está alinhada às boas práticas internacionais, tais como as novas normas éticas publicadas pelo American Association for Anatomy (2024) para programas de doação de corpos, as quais enfatizam transparência, consentimento informado e dignidade do doador. (Šink et al., 2024). https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-024-06569-7?utm_source=chatgpt.com

Este Resumo tem por finalidade descrever o processo de implementação do Projeto "Renascer na Ciência", um programa de doação voluntária de corpos, com foco nas etapas orientadoras, os resultados preliminares e as discussões relativas ao processo.

METODOLOGIA

O estudo configura-se como relato de experiência de projeto de extensão universitária, com número do protocolo de aprovação da pesquisa 7.799.016, aprovado pela Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A implementação foi organizada em quatro etapas sequenciais delineadas da seguinte forma:

Planejamento institucional e estruturação normativa: compreendeu a elaboração do plano institucional, a definição dos objetivos, reconhecimento das leis vigentes, elaboração de documentos normativos (termos e formulários para cadastro), determinação do fluxo documental, aprovação pelo setor jurídico da instituição, deliberação do projeto pelo Conselho Universitário (CONSUN/UNIARP), elaboração do projeto de extensão institucional para captação de alunos bolsistas e voluntários, tramitação de projeto de pesquisa para a segunda etapa do projeto junto ao Comitê de ética em Pesquisa (CEP/UNIARP) e aprovação do projeto pelo CEP.

Diagnóstico social: em execução, essa etapa corresponde ao diagnóstico social, voltado à identificação de conhecimento, percepção e aceitação da comunidade acadêmica da UNIARP e da comunidade de Caçador (SC) sobre a doação voluntária de corpos para fins de ensino e pesquisa. Essa fase inclui a elaboração e aplicação dos questionários para coleta de dados de perfil sociodemográfico, histórico de saúde, comportamento relacionado à doação,

conhecimento sobre doação voluntária de corpos, percepções acerca do tema, aspectos culturais e religiosos e aceitação de um programa de doação de corpos na cidade. Todos esses critérios abordados foram definidos com base em publicações de pesquisadores sobre o tema doação voluntária de corpos.

Ações educativas e comunicação: corresponde ao desenvolvimento de campanhas informativas e extensionistas voltadas à comunidade interna e externa. Nessa etapa há elaboração de folders, panfletos, apresentações, posts em redes sociais e preparação de vídeos curtos sobre o tema. Haverá rodas de conversa e palestras em setores da área da saúde, visando a capacitação dos profissionais da saúde quanto a abordagem das pessoas em doar voluntariamente o corpo do seu familiar, bem como a sensibilização da comunidade em sua totalidade.

Manutenção e consolidação: compreende o acompanhamento contínuo do projeto caracterizado por ampliação das ações educativas, atualização de protocolos internos, atualização dos materiais gráficos nos estabelecimentos da saúde, realização de eventos, evento de comemoração do dia do doador de corpos, realização de culto ecumênico, cadastro e acompanhamento de doadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o momento, a primeira etapa do projeto (Planejamento institucional e estruturação normativa) foi integralmente concluída, resultando em um plano institucional ético. Foram estabelecidos os procedimentos para a doação de corpo e ossos, bem como seus documentos: para registro de doação em vida (formulário de registro do doador, termo de consentimento e termo de doação voluntária do corpo); para registro de doação por terceiros (formulário de registro do doador e termo de doação de corpo por terceiros); para registro de doação por terceiros, no caso de doação de ossos (formulário de registro do doador e termo de doação de ossos por terceiros). No dia 14 de agosto de 2024 houve a deliberação do CONSUN/UNIARP, sob a resolução CONSUN Nº 025/2024. O projeto institucional de extensão "Renascer na Ciência" teve início no edital 036/2025 do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC), com a captação de um aluno do curso de Psicologia, sendo que atualmente é composto também por alunos bolsistas e voluntários do curso de Medicina.

A segunda etapa (diagnóstico social), está em execução. Os alunos participantes foram devidamente treinados para abordagem dos indivíduos da comunidade acadêmica, com o objetivo de informar sobre o questionário e convidar a participar da pesquisa de forma voluntária. No diagnóstico preliminar, verificou-se que grande parte da comunidade acadêmica desconhecia a possibilidade formal da doação voluntária de corpos para ensino e pesquisa, e tem manifestado dúvidas quanto às implicações éticas e culturais, o que reflete lacunas já identificadas na literatura (Marani et al., 2021). Essas percepções reforçam a importância da continuidade do projeto, especialmente no que se refere a abordagem ética e afetiva sobre a morte e a doação. O engajamento e comprometimento dos alunos na aplicação do questionário tem mostrado relevância não só na coleta de dados, mas também na experiência formativa e de sensibilização social.

A terceira etapa (ações educativas e comunicação) foi iniciada, mas não em sua totalidade. Os alunos integrantes do projeto já elaboraram panfleto e folder (Figura 1) para a divulgação do projeto nas unidades de saúde. Foi criado também o Instagram do projeto (@doacaodecorpos.uniarp), o qual será um dos meios de comunicação com a comunidade e pessoas interessadas em tornar-se doadores. A quarta etapa (manutenção e consolidação) será o reflexo e terá início com progresso das outras etapas descritas anteriormente.

Observa-se que a implantação de um PDVC requer não apenas a construção técnica e legal (documentos, fluxos), mas sobretudo uma mudança cultural e de discurso, ou seja, lidar com crenças sobre a integridade do corpo, a memória da pessoa, o respeito pós vida. Estudo recente aponta a existência de barreiras importantes à doação de corpos no ensino anatômico, tais como falta de comunicação eficaz com famílias, medo de corpo maltratado e desligamento entre instituição e comunidade (Thengal et al., 2024).

Figura 1 – Panfleto (A) e folder (B) elaborados para as atividades de extensão no município de Caçador-SC, sobre doação voluntária de corpos (Projeto Renascer na Ciência).

Fonte: Os autores (2025).

A articulação com a comunidade acadêmica permite que o corpo doado seja compreendido como um legado pedagógico e ético, não apenas como material didático, reforçando a humanização no ensino. A vivência desse processo impacta positivamente a formação dos estudantes ao promover reflexões éticas e de respeito à pessoa humana. A experiência com o projeto Renascer na Ciência demonstra que projetos de extensão podem exercer papel estratégico no fortalecimento de vínculos entre universidade e sociedade, contribuindo para a disseminação da cultura da doação e para a construção de uma rede institucional estruturada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de implantação do Projeto Renascer na Ciência evidencia que é possível estruturar, de modo articulado, as etapas de planejamento, diagnóstico, sensibilização, normatização e avaliação para implantação de um PDVC no contexto de ensino e extensão universitária. Este projeto pode servir de modelo replicável em outras instituições de ensino superior que desejam promover programas semelhantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION FOR ANATOMY. ***AAA's Journal Anatomical Sciences Education Publishes*** *New Ethical Standards for Body Donation Programs*. 2024. Disponível em: https://www.anatomy.org/ANATOMY/ANATOMY/News-Journals/Press-Releases/ASE-Publishes-New-Ethical-Standards.aspx. Acesso em: 25 out. 2025.

MARANI, R.; SILVA, L. A.; LOPES, M. P.; MOURA, F. P**.** ***Percepções e desafios éticos sobre a doação de corpos para o ensino anatômico***. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, p. 1–10, 2021.

MEDEIROS, A. et al. Dissecação e Capacitação de Habilidades e Competências Gerais na Formação Médica. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 17, n. 3, p. 247–252, 2013.

ŠINK, Ž. et al. ***Attitudes of Slovenian Students Towards Whole-body Donation, Organ Donation, and the Use of Donated Bodies in Medical Education***. *BMC Medical Education*, v. 24, n. 1535, 2024. Disponível em: https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-024-06569-7. Acesso em: 25 out. 2025.

THENGAL, D. et al. ***Barriers in Body Donations for Anatomy Teaching: Lessons Learned from Students and Donors.*** *Cureus*, v. 16, n. 10, e71635, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11566367/. Acesso em: 25 out. 2025.

FUNGOS OPORTUNISTAS: REVISÃO SOBRE PATOGENICIDADE, RESISTÊNCIA ANTIFÚNGICA E ABORDAGEM PEDAGÓGICA POR AULA INVERTIDA

Categoria: Leituras interdisciplinares

Gabriel Bortoli Tibes da Luz[1]
Gustavo Luiz Ventz[2]
Josiane Caroline Rodrigues[3]
Louise de Borba[4]
Nathália Ribeiro Caetano[5]
Débora Soares Souza Marins[6]

Resumo – Este estudo teve como objetivo analisar a relevância clínica dos fungos oportunistas e sua articulação com metodologias ativas de ensino, destacando a aplicação da aula invertida. A revisão bibliográfica contemplou os principais gêneros de importância médica, como Candida, Aspergillus, Cryptococcus e Pneumocystis, enfatizando a patogenicidade, fatores de risco e mecanismos de resistência antifúngica. Evidenciou-se que a imunossupressão é fator crucial para o desenvolvimento das micoses oportunistas, sendo frequente em pacientes submetidos a quimioterapia, transplantes e portadores do HIV. A literatura também aponta para a necessidade urgente de estratégias diagnósticas mais rápidas e eficazes, além do monitoramento da resistência fúngica, que impacta diretamente a mortalidade. Como estratégia pedagógica, aplicou-se a metodologia da aula invertida na disciplina de Microbiologia, favorecendo discussões clínicas a partir da leitura prévia dos artigos. Tal prática potencializou a aprendizagem ativa e conectou teoria e prática, aproximando os acadêmicos dos desafios reais da saúde. Conclui-se que a integração entre revisão bibliográfica e metodologias inovadoras promove uma compreensão aprofundada e interdisciplinar, preparando profissionais para enfrentar as complexidades da microbiologia clínica.

Palavras-chave: Aula invertida; fungos oportunistas; hospedeiros imunocomprometidos; resistência antifúngica; microbiologia clínica.

INTRODUÇÃO

Os fungos oportunistas representam um desafio crescente na microbiologia clínica e na saúde pública (Badiee & Hashemizadeh, 2014). Diferentemente dos patógenos primários, esses

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

microrganismos geralmente convivem como comensais da microbiota ou estão amplamente distribuídos no ambiente, tornando-se patogênicos apenas em indivíduos imunocomprometidos (Da Silva et al., 2020).

O aumento da incidência dessas infecções acompanha os avanços da medicina moderna, como o uso de terapias imunossupressoras, transplantes e quimioterapia, além da pandemia de HIV (Moraes-Pinto & Ferrarini, 2020). Candida, Aspergillus, Cryptococcus e Pneumocystis destacam-se entre os principais agentes etiológicos, frequentemente associados a quadros graves e de alta letalidade. A resistência antifúngica agrava ainda mais esse cenário (Queiroz-Fernandes & Magalhães, 2021).

Recentemente, estudos apontam novos mecanismos de resistência fúngica associados ao uso indiscriminado de antifúngicos e à falta de monitoramento terapêutico (Frontiers in Medicine, 2024). No campo educacional, a aplicação da aula invertida mostrou-se eficaz para o ensino de microbiologia médica, promovendo maior engajamento, desempenho acadêmico e integração interdisciplinar (Li et al., 2023).

Diante dessa complexidade, compreender os mecanismos de patogenicidade e resistência é essencial para o manejo clínico e para a formação de profissionais da saúde. Por isso, este trabalho foi desenvolvido no contexto de uma aula invertida, metodologia ativa que estimula o protagonismo discente e a aplicação prática do conhecimento.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo revisar a literatura sobre fungos oportunistas de relevância clínica e discutir estratégias pedagógicas inovadoras aplicadas ao ensino desse conteúdo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem patogenicidade, diagnóstico, terapêutica e resistência antifúngica. Foram excluídas publicações sem revisão por pares ou de caráter meramente opinativo.

A seleção dos artigos foi organizada de forma temática e analisada descritivamente. O conteúdo embasou a aplicação da metodologia da aula invertida na disciplina Microrganismos Causadores de Doenças, na qual os estudantes realizaram leituras prévias e discutiram casos clínicos durante as aulas presenciais, conectando teoria e prática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As infecções fúngicas oportunistas acometem principalmente indivíduos imunocomprometidos, como pacientes com neutropenia, HIV/aids, receptores de transplantes e usuários de terapias imunossupressoras (Nucci et al., 2010). Diferentemente dos patógenos primários, os fungos oportunistas apresentam baixa virulência em hospedeiros saudáveis, mas tornam-se agentes de infecções graves e de difícil manejo (Da Silva et al., 2020).

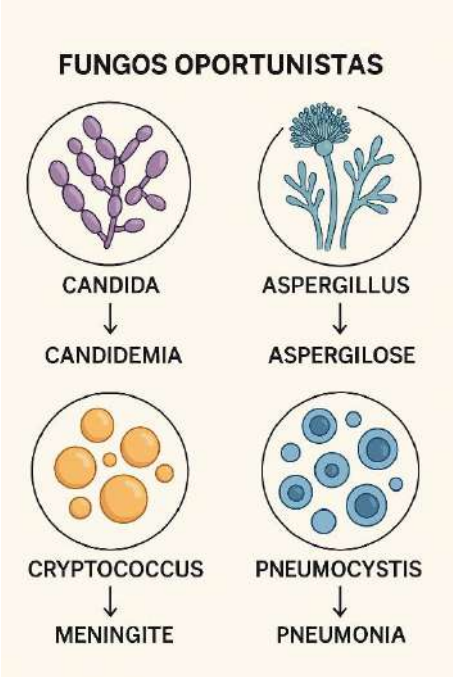
No Brasil, estima-se que a candidemia ocorra em até 2,49 casos por 1.000 internações, índices de 2 a 15 vezes superiores aos relatados em países desenvolvidos (Portal NEPAS, 2021). Entre pacientes com HIV/aids hospitalizados, candidíase, criptococose e histoplasmose estão entre as principais micoses relatadas (Pinto et al., 2022).

Os principais gêneros implicados incluem Candida spp., Aspergillus spp., Cryptococcus spp. e Pneumocystis jirovecii, além de fungos emergentes como Trichosporon spp. e Candida auris — este último considerado uma ameaça global devido à resistência multidroga e disseminação hospitalar (Queiroz-Fernandes & Magalhães, 2021).

Os mecanismos de resistência envolvem mutações em genes de síntese de ergosterol, expressão de bombas de efluxo e formação de biofilmes, dificultando a ação antifúngica e favorecendo a persistência da infecção (Rodrigues et al., 2022). O uso indiscriminado de triazóis na medicina e agricultura também contribui para cepas resistentes (Elsevier, 2016; Frontiers in Medicine, 2024).

A abordagem pela aula invertida permitiu que os alunos analisassem criticamente os mecanismos de resistência, correlacionando-os com os desafios terapêuticos reais. Essa estratégia promoveu aprendizagem ativa, pensamento crítico e interdisciplinaridade entre microbiologia, farmacologia e saúde pública.

Figura 1: Principais fungos oportunistas e doenças associadas



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirmou a relevância clínica das micoses oportunistas, especialmente em pacientes imunocomprometidos, e evidenciou a necessidade de aprimoramento diagnóstico e de estratégias contra a resistência antifúngica.

A experiência com a aula invertida demonstrou ser uma ferramenta eficaz para o ensino de microbiologia, permitindo a integração entre teoria e prática, e estimulando a autonomia e o raciocínio clínico dos estudantes.

Como limitação, o trabalho não contemplou dados experimentais. Sugere-se ampliar a integração entre ensino e prática laboratorial com simulações clínicas e discussões multiprofissionais.

Conclui-se que a união entre revisão bibliográfica e metodologias ativas fortalece a formação acadêmica e prepara profissionais críticos e capacitados para enfrentar os desafios da microbiologia clínica contemporânea.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela disponibilização de uma estrutura física adequada, pelo corpo docente altamente qualificado e pelo incentivo constante ao uso de metodologias ativas de ensino, que engrandecem e potencializam o processo de aprendizado.

REFERÊNCIAS

BADIEE, P.; HASHEMIZADEH, Z. Opportunistic invasive fungal infections: diagnosis & clinical management. Indian Journal of Medical Research, v. 139, n. 2, p. 195-204, 2014.

DA SILVA, B. N. et al. Micoses oportunistas em pacientes neutropênicos. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 1, n. 3, p. 39-39, 2020.

ELSEVIER. Emergence of fungal resistance in medical mycology: cross-resistance between agriculture and clinic. Brazilian Journal of Microbiology, v. 47, n. 1, p. 1-12, 2016.

FRONTIERS IN MEDICINE. Optimizing antifungal therapy: a systematic review of pharmacist involvement. Frontiers in Medicine, v. 11, p. 1489109, 2024.

LI, X.; WANG, X.; WENG, G.; ZHIBAO, C. How the Flipped Classroom Improves Student Learning in Medical Microbiology Education: A Meta-Analysis. Journal of Biological Education, v. 57, n. 5, p. 1039-1047, 2023.

MORAES-PINTO, M. I.; FERRARINI, M. A. G. Infecções oportunistas em pediatria: quando suspeitar e como abordar. Jornal de Pediatria, v. 96, p. 47-57, 2020.

NUCCI, M. et al. Epidemiology of opportunistic fungal infections in Latin America. Clinical Infectious Diseases, v. 51, n. 5, p. 561-570, 2010.

PINTO, R. M. et al. Doenças oportunistas em pacientes com HIV internados em hospital terciário: análise epidemiológica. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 13, e20220012, 2022.

PORTAL NEPAS. Perfil epidemiológico da candidemia em hospitais públicos brasileiros. Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde, v. 46, n. 2, p. 102-110, 2021.

QUEIROZ-FERNANDES, G.; MAGALHÃES, J. C. S. Perfil de resistência de agentes de micoses oportunistas no Brasil. InterAmerican Journal of Medicine and Health, v. 4, 2021.

RODRIGUES, M. L. et al. Mecanismos de resistência em fungos filamentosos: desafios para a terapêutica. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, e26198, 2022.

USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS E OS MECANISMOS MOLECULARES DA RESISTÊNCIA BACTERIANA: DESAFIOS PARA A PRÁTICA FARMACÊUTICA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Amanda Pedrotti[1]
Isadora Zanatta da Rocha[2]
João Vitor Moreira[3]
Julia Maffioletti[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – A resistência bacteriana aos antibióticos é um problema crescente de saúde pública, comprometendo a eficácia das terapias convencionais e aumentando o risco de falhas clínicas. Alterações moleculares nas bactérias, como a produção de enzimas inativadoras, modificações nos alvos dos fármacos e a ativação de bombas de efluxo, são estratégias que permitem a sobrevivência desses microrganismos diante da pressão antimicrobiana. Nesse contexto, o uso racional de antibióticos emerge como ferramenta essencial para reduzir a seleção de cepas resistentes e preservar a efetividade terapêutica. Este trabalho, realizado por meio de revisão bibliográfica em fontes nacionais e internacionais recentes, teve como objetivo analisar os principais mecanismos moleculares de resistência bacteriana e discutir a importância da prática racional de antimicrobianos na atuação do farmacêutico. Os estudos revisados evidenciam que a compreensão detalhada desses mecanismos possibilita a implementação de estratégias de prevenção, otimização de tratamentos e desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas. Conclui-se que a compreensão dos mecanismos moleculares, aliada à prática farmacêutica clínica, é determinante para a mitigação da resistência antimicrobiana e para a promoção de um uso racional e responsável dos antibióticos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: mecanismos de resistência; antibiótico; saúde; uso racional.

INTRODUÇÃO

A resistência bacteriana a antibióticos configura um desafio crescente para a saúde pública global, comprometendo tratamentos e aumentando a morbimortalidade associada a infecções bacterianas (Darby et al., 2023). Os mecanismos moleculares de resistência, incluindo a produção de enzimas que inativam antibióticos, a modificação de alvos celulares e a ativação de bombas

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de efluxo, permitem que microrganismos sobrevivam mesmo diante de terapias otimizadas (González-Villarreal et al., 2022; Camargo et al., 2023).

Esses processos refletem adaptações metabólicas e genéticas complexas, demonstrando a necessidade de compreender os detalhes moleculares da resistência para fundamentar estratégias terapêuticas eficazes (Almeida et al., 2025). A relevância teórica deste estudo reside na integração entre microbiologia molecular e farmacologia clínica, pois conhecer os mecanismos de resistência possibilita o desenvolvimento de abordagens inovadoras e direcionadas para contornar a resistência bacteriana (Darby et al., 2023).

O uso racional de antibióticos é, portanto, uma estratégia essencial para prevenir a seleção de cepas resistentes, reduzir efeitos adversos e preservar a eficácia terapêutica (Sebastião et al., 2022).

Socialmente, a disseminação de bactérias resistentes ameaça não apenas pacientes hospitalizados, mas também a população em geral, reforçando o papel do farmacêutico na orientação do uso de antimicrobianos, no acompanhamento do tratamento e na implementação de políticas de prevenção (Almeida et al., 2025; Camargo et al., 2023).

Diante deste cenário, o presente estudo teve como objetivo revisar os principais mecanismos moleculares de resistência bacteriana e discutir a importância do uso racional de antibióticos na prática farmacêutica, consolidando informações recentes que possam orientar estratégias de prevenção e otimização terapêutica (Darby et al., 2023; González-Villarreal et al., 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa e qualitativa, com abordagem descritiva, conduzida entre agosto e outubro de 2025. A busca foi realizada nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Scholar, utilizando os descritores “antimicrobial resistance”, “rational antibiotic use”, “molecular mechanisms” e “pharmaceutical practice”.

Foram incluídos artigos científicos e revisões publicadas entre 2018 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem mecanismos moleculares de resistência bacteriana e o papel do farmacêutico na otimização terapêutica.

Excluíram-se publicações sem revisão por pares ou com enfoque exclusivamente veterinário.

Os estudos foram organizados tematicamente e analisados de forma interpretativa, permitindo a identificação das tendências científicas recentes e das implicações clínicas e educacionais do uso racional de antibióticos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A resistência bacteriana é um fenômeno evolutivo que decorre da pressão seletiva exercida pelo uso inadequado de antibióticos, levando à sobrevivência de microrganismos com mecanismos genéticos de defesa (Darby et al., 2023; González-Villarreal et al., 2022). Os principais

processos moleculares envolvidos incluem a produção de enzimas inativadoras (como β-lactamases e carbapenemases), modificações nos alvos de ligação dos fármacos e sistemas de bombas de efluxo que removem os compostos antibacterianos da célula (Camargo et al., 2023).

Esses mecanismos estão frequentemente associados a mutações cromossômicas ou à transferência horizontal de genes por plasmídeos e transposons (Almeida et al., 2025). Segundo Nogueira e Bastos (2024), o conhecimento desses processos é essencial para o desenvolvimento de estratégias de vigilância e controle de resistência nos serviços de saúde.

O uso racional de antibióticos constitui pilar central no combate à resistência bacteriana. Estudos demonstram que a implementação de programas de stewardship farmacêutico contribui para reduzir o uso inadequado de antimicrobianos e melhorar os desfechos clínicos (Nogueira & Bastos, 2024; Sebastião et al., 2022). O farmacêutico desempenha papel essencial ao orientar a escolha do antibiótico, ajustar doses, monitorar interações e educar o paciente sobre a importância da adesão terapêutica.

Além disso, o aprofundamento do conhecimento sobre os mecanismos moleculares tem permitido o desenvolvimento de novos antibióticos e terapias adjuvantes, como inibidores de β-lactamases e sistemas de liberação controlada (Camargo et al., 2023; González-Villarreal et al., 2022). Tais avanços reforçam a necessidade de integração entre microbiologia molecular, farmacologia e políticas públicas de saúde.

Por fim, o enfrentamento da resistência antimicrobiana requer ações educativas contínuas. A aplicação de metodologias ativas, como a aula invertida, favorece a aprendizagem significativa e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes de saúde, tornando-os agentes transformadores da prática profissional (Silva, Almeida & Lima, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade das bactérias de resistir aos antibióticos se tornou um problema de saúde cada vez maior, e para entendê-la, é crucial analisar as formas pelas quais as bactérias conseguem evitar que os medicamentos funcionem. Esta análise detalhada reafirma que usar antibióticos de forma correta é essencial para garantir que continuem funcionando, diminuir os perigos para a saúde da população e evitar que bactérias resistentes se espalhem.

O estudo mostra que entender bem como a resistência funciona, junto com o uso adequado de medicamentos fortalece a segurança clínica e orienta estratégias preventivas em ambientes hospitalares e comunitários. Além disso, é importante educar pacientes e profissionais sobre o assunto e continuar pesquisando e criando novas soluções para combater os problemas causados pela resistência das bactérias.

O enfrentamento da resistência bacteriana exige uma atuação colaborativa entre profissionais da saúde, políticas públicas eficazes e investimento em educação permanente. O farmacêutico, por seu conhecimento técnico-científico, ocupa posição estratégica nesse cenário, promovendo o uso racional de antibióticos e contribuindo para a segurança do paciente e a sustentabilidade dos sistemas de saúde

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. F. et al. Ocorrência de genes de resistência a antibióticos em cepas bacterianas isoladas de ambientes hospitalares. Ciência Animal Brasileira, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aib/a/hVBSXPQDLkWr3GsTp6TLpgL/?lang=pt

CAMARGO, C. H. et al. Genomics and antimicrobial susceptibility of clinical Pseudomonas aeruginosa isolates from hospitals in Brazil. Pathogens, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37513765/

DARBY, E. M. et al. Molecular mechanisms of antibiotic resistance revisited. Nature Reviews Microbiology, 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36411397/

GONZÁLEZ-VILLARREAL, J. A. et al. Molecular mechanisms of multidrug resistance in clinically relevant bacteria. Nature Reviews Microbiology, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36561977.

NOGUEIRA, T. M.; BASTOS, C. R. Programas de stewardship antimicrobiano: impacto na resistência bacteriana e na prática farmacêutica. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar*, 2024.

SEBASTIÃO, F. A. et al. Perfil de resistência antimicrobiana de Aeromonas spp. isoladas de ambientes hospitalares. Brazilian Journal of Biology, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bjb/a/Tpt4x7q5VYZSzJBTVFWS9GH/?format=pdf&lang=en

SILVA, R. M.; ALMEIDA, L. F.; LIMA, C. A. Metodologias ativas e aprendizagem significativa no ensino em saúde: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 48, n. 2, p. e208, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5271v48.2-2024.

PATOGENIA VIRAL: MECANISMOS DE INTERAÇÃO VÍRUS-HOSPEDEIRO E IMPLICAÇÕES FARMACÊUTICAS

Categoria: Leituras interdisciplinares

Eliezer Ferrais de Lara[1]
Eduarda Natalia Arcontti[2]
Paola de Oliveira[3]
Denise Fátima Matachon[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo explorar a patogenia viral, abordando a estrutura, classificação, replicação e os mecanismos pelos quais os vírus interagem com o hospedeiro e causam doenças. São discutidas as implicações farmacêuticas desses processos, incluindo o desenvolvimento de antivirais, vacinas e estratégias de prevenção. A compreensão aprofundada da patogenia viral é fundamental para o desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas e para a atuação do profissional farmacêutico na saúde pública. Este estudo, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica e metodologias ativas de aprendizagem, busca consolidar o conhecimento sobre a dinâmica das infecções virais e suas repercussões clínicas e epidemiológicas.

Palavras-chave: vírus; patogenia; replicação viral; farmacologia; infecções virais.

INTRODUÇÃO

Os vírus são entidades biológicas acelulares que representam um desafio constante para a saúde pública global. Sua capacidade de infectar organismos de diferentes reinos e causar enfermidades variadas — desde resfriados comuns até doenças graves como HIV, hepatites e COVID-19 — destaca a importância do estudo detalhado de sua estrutura e da patogenia viral (Fiocruz, 2023).

No contexto farmacêutico, compreender os mecanismos de infecção viral é essencial para o desenvolvimento de terapias antivirais eficazes, para a promoção do uso racional de medicamentos e para o fortalecimento das políticas de vigilância epidemiológica (CDC, 2024). Além disso, a atuação do farmacêutico na pesquisa, formulação, dispensação e educação em saúde é indispensável na contenção de surtos virais e na adesão às vacinas.

[1]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Este trabalho foi desenvolvido dentro da metodologia ativa de aula invertida, que promoveu o protagonismo dos estudantes na pesquisa e discussão crítica de artigos científicos sobre patogenia viral, replicação e farmacologia. Essa abordagem reforça a interdisciplinaridade entre virologia, imunologia e farmacologia, favorecendo a construção do conhecimento científico aplicado (Silva, Almeida & Lima, 2024).

O objetivo geral deste estudo é analisar os mecanismos de patogenia viral, desde a estrutura e replicação até suas interações com o hospedeiro, discutindo as implicações farmacêuticas no combate às infecções virais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa e descritiva, desenvolvida entre setembro e outubro de 2025. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO, ScienceDirect e Google Scholar, utilizando os descritores "estrutura viral", "replicação viral", "patogenia", "antivirais", "vacinas" e "imunidade antiviral", em português e inglês.

Foram incluídos artigos, livros e revisões publicadas entre 2015 e 2025, priorizando estudos com revisão por pares. Fontes não científicas foram consultadas apenas para fins didáticos complementares. Excluíram-se materiais sem base científica. Os dados foram analisados de forma interpretativa e integrativa, enfatizando as relações entre a estrutura viral, patogenia e farmacologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os vírus são formados por um genoma de DNA ou RNA envolvido por um capsídeo proteico e, em alguns casos, por um envelope lipídico com glicoproteínas que facilitam a entrada na célula hospedeira. Esses componentes determinam a especificidade do vírus e são alvos estratégicos de antivirais e vacinas (Fiocruz, 2023; AccessMedicina, 2025).

O ciclo replicativo compreende as etapas de adsorção, penetração, desnudamento, biossíntese, montagem e liberação, sendo cada uma delas um possível ponto de interferência farmacológica. Fármacos como o aciclovir e o oseltamivir atuam justamente bloqueando etapas específicas desses processos (SanarMed, 2024).

A Classificação de Baltimore, proposta por David Baltimore, agrupa os vírus em sete classes conforme o tipo de genoma e a estratégia de replicação, auxiliando na compreensão da patogenia e no desenvolvimento de antivirais.

Além da estrutura, a resposta imune do hospedeiro desempenha papel duplo: protetora e patogênica. A ativação excessiva de mediadores inflamatórios pode levar a tempestades de citocinas, como observadas em infecções por SARS-CoV-2 (WHO, 2023). O farmacêutico, por sua formação técnica, atua no monitoramento e orientação do uso racional de imunomoduladores e antivirais.

A integração entre virologia, farmacologia e saúde pública é indispensável para prevenir e conter epidemias virais. A educação continuada dos profissionais da saúde e o uso de

metodologias ativas no ensino superior fortalecem a compreensão crítica desses fenômenos e a aplicação ética do conhecimento científico (Silva, Almeida & Lima, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patogenia viral é um campo essencial para compreender as interações entre vírus e hospedeiros, e sua análise fornece subsídios para o desenvolvimento de novas terapias e vacinas. A estrutura e o ciclo replicativo dos vírus são fundamentais para identificar alvos terapêuticos e prevenir a disseminação de infecções.

O papel do farmacêutico é central nesse cenário, tanto no uso racional de antivirais e vacinas quanto na pesquisa e educação em saúde. A interdisciplinaridade entre microbiologia, farmacologia e saúde coletiva fortalece a formação profissional e o enfrentamento de desafios emergentes.

Sugere-se que estudos futuros abordem a resistência a antivirais e o avanço de plataformas vacinais de RNA e DNA, bem como a integração de tecnologias inovadoras, como nanotecnologia e inteligência artificial, na farmacologia viral.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo suporte institucional e pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho no âmbito do SEDEPEX. Estendem também sua gratidão aos professores e colegas que contribuíram com discussões e trocas de conhecimento durante a execução do estudo.

REFERÊNCIAS

ACCESSMEDICINA. *Patogenia de la infección viral*. 2025. Disponível em: https://accessmedicina.mhmedical.com.

CDC. *Understanding Viral Pathogenesis and Immunity*. Centers for Disease Control and Prevention, 2024.

FIOCRUZ. *Laboratório de Interações Vírus-Hospedeiros*. Instituto Oswaldo Cruz, 2023.

SANARMED. ***Resumo*** *sobre vírus e suas generalidades*. 2024.

SILVA, R. M.; ALMEIDA, L. F.; LIMA, C. A. *Metodologias ativas e aprendizagem significativa no ensino em saúde: revisão integrativa.* Revista Brasileira de Educação Médica, v. 48, n. 2, p. e208, 2024.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Emerging Viral Diseases: Global Report 2023–2024.* Geneva: WHO, 2023.

UTILIZAÇÃO DE TESTES BIOQUÍMICOS PARA DIAGNÓSTICO RÁPIDO DE INFECÇÕES BACTERIANAS EM AMBIENTES HOSPITALARES

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Amanda Antunes Gonçalves[1]
Ana Julia Kunen[2]
Kauane de Moura Keller[3]
Maria Vitória Scolaro de Moraes[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) representam um dos maiores desafios no ambiente hospitalar devido ao aumento da resistência antimicrobiana e às dificuldades no diagnóstico rápido e preciso de infecções bacterianas. Os métodos convencionais, como a cultura bacteriana, apresentam tempo prolongado de resposta, o que pode atrasar o tratamento adequado. Diante desse cenário, os testes bioquímicos rápidos surgem como alternativa eficaz, possibilitando a identificação precoce de microrganismos e contribuindo para o manejo racional de antimicrobianos. Este trabalho, de abordagem quantitativa, baseia-se em revisão bibliográfica realizada em bases científicas e em uma atividade prática desenvolvida na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador – SC, durante a disciplina Microrganismos Causadores de Doenças. A ação envolveu uma atividade educativa sobre a importância dos testes bioquímicos no diagnóstico laboratorial e no controle de infecções hospitalares. A análise evidenciou que esses testes favorecem a agilidade diagnóstica, fortalecem as práticas de biossegurança e apoiam a atuação interdisciplinar em saúde, reafirmando seu papel essencial na melhoria do cuidado clínico e na prevenção da disseminação de microrganismos resistentes.

Palavras-chave: infecções hospitalares; resistência antimicrobiana; testes bioquímicos; diagnóstico rápido; microbiologia clínica.

INTRODUÇÃO

As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), especialmente as bacterianas em ambientes hospitalares, representam um desafio crítico devido ao aumento da morbidade, mortalidade e custos (Santos, 2004). Este cenário é agravado pela crescente Resistência Antimicrobiana (RAM), que exige uma resposta terapêutica rápida e precisa, sendo o diagnóstico etiológico imediato crucial para a sobrevida do paciente, sobretudo em casos de sepse (Melo, 2020; Westphal, 2009).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os métodos de diagnóstico microbiológico convencionais, como a cultura bacteriana, demandam um tempo de resposta de 48 a 72 horas para a identificação conclusiva. Essa demora impõe a terapia empírica de amplo espectro, contribuindo para a pressão seletiva e a disseminação de cepas multirresistentes (Aguiar, 2023). A limitação de tempo do diagnóstico tradicional é o foco do problema no manejo clínico e no controle da RAM.

Neste cenário, a busca por métodos de diagnóstico rápido é a prioridade. De acordo com Dias (2024), os testes bioquímicos clássicos surgem como uma solução, proporcionando uma alternativa eficiente e de rendimento favorável para a identificação assertiva de microrganismos. Sua importância está na utilidade em laboratórios, ambientes com limitação de recursos e no seu potencial de acelerar o diagnóstico, sendo um fator determinante. Estudos recentes no Brasil confirmam sua eficácia na diferenciação de patógenos clinicamente relevantes (Silva et al., 2023).

Diante da urgência imposta pela RAM, surge a necessidade de estabelecer a evidência cientifica sobre o impacto e o êxito da inserção de testes bioquímicos no ambiente laboratorial.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os testes bioquímicos rápidos podem ser implementados em ambientes hospitalares para diagnóstico rápido e preciso de infecções bacterianas.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem quantitativa, voltada à análise de pesquisas científicas que discutem a importância dos testes de identificação de bactérias.

Para a construção deste trabalho, foram selecionados artigos publicados nas bases de dados SciELO, PubMed, Google Acadêmico e em periódicos especializados em Ciências Farmacêuticas, utilizando os descritores: “testes de identificação”, “bactérias” e “hospital”. Foram considerados artigos publicados no período de 2020 a 2025.

Além da revisão bibliográfica, o estudo foi complementado por uma atividade prática desenvolvida em sala de aula, na disciplina Microrganismos Causadores de Doenças, ofertada pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizada na cidade de Caçador – SC, com a participação dos alunos presentes na aula do dia 12 de agosto de 2025.

Durante essa atividade, realizou-se uma ação educativa com o objetivo de promover o entendimento sobre os testes de identificação bacteriana. Para tanto, foram elaborados materiais didáticos em formato de slides, abordando a importância desses testes nos ambientes hospitalares, na promoção da saúde pública e no manejo adequado de microrganismos.

Essa vivência possibilitou relacionar os dados científicos obtidos na revisão bibliográfica com a prática cotidiana na área da saúde, reforçando a relevância da identificação microbiológica segura para a sociedade.

Todos os preceitos éticos foram devidamente respeitados, não sendo necessária a submissão deste projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, por tratar-se de uma atividade de

caráter educativo e em grupo, sem envolvimento direto de seres humanos como sujeitos de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos qualitativos demonstrou que os testes bioquímicos rápidos são um meio essencial para o diagnóstico antecipado e preciso de infecções bacterianas, assim auxiliando diretamente no controle e manejo da resistência antimicrobiana e na capacidade efetiva do tratamento em pacientes hospitalizados.

Segundos Dias e Neves et al. (2024), os testes bioquímicos para bactérias gram-positivas, como a Sthapylococcus e Enterococos, evidenciaram alta sensibilidade e especificidade, permitindo assim a rápida identificação de bactérias e a adaptação da terapia antimicrobiana de forma mais ordenada. A rapidez desse processo se torna de grande importância devido a resposta laboratorial em unidades críticas, como a UTI, pois impacta diretamente no prognóstico clínico.

De acordo com a Anvisa (2013), a implementação desses testes deve ocorrer seguindo diretamente os protocolos de microbiologia clínica integrado com o uso racional de antimicrobianos, dessa forma, respeitando de forma assídua as normas de biossegurança e a padronização dos meios de cultura. Portanto, deve ser entendido que o uso de novas tecnologias para os testes bioquímicos não substitui os métodos convencionais, mas o complementa de forma que garanta maior agilidade na triagem e confirmação laboratorial imediato ao teste.

Os estudos realizados revelam que o desafio na disseminação multirresistentes continua de forma significativa nos hospitais brasileiros. A literatura realizada por Fontenele e Costa (2023) e Rocha et al. (2015) validam que essa resistência antimicrobiana está relacionada ao uso indevido de antibióticos igualmente a escassez de medidas para controle de infecção, como a higienização adequada de superfícies e equipamentos.

Por fim, Melo (2020) e Santos (2004) ressaltam a importância da gestão de intervenções de prevenção ao envolver uma abordagem multidisciplinar, aderindo a inclusão de trabalho conjunto com farmacêuticos, enfermeiros, biomédicos e médicos na interpretação de resultados. Dessa forma, a nova abordagem de testes bioquímicos rápidos não é apenas uma inovação tecnológica, mas deve ser vista igualmente como parte de uma estratégia integrada para a segurança do paciente e controle de infecções hospitalares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde continuam sendo um desafio para os hospitais, especialmente diante da crescente resistência antimicrobiana, que compromete a eficácia terapêutica e agrava os índices de morbimortalidade.

O presente estudo evidenciou a importância da utilização de testes bioquímicos rápidos como ferramenta indispensável para a identificação precoce de microrganismos, possibilitando intervenções clínicas mais assertivas e seguras.

A análise bibliográfica e a atividade prática desenvolvida demonstraram que tais métodos constituem uma alternativa viável e eficiente aos diagnósticos convencionais, principalmente em ambientes com recursos limitados. Além de agilizar o tempo de resposta nos diagnósticos laboratoriais, os testes bioquímicos rápidos favorecem o uso racional de antimicrobianos e auxiliam no controle da disseminação de microrganismos multirresistentes.

Tendo isso em vista, a inclusão desses testes nos protocolos hospitalares mostra-se uma estratégia pertinente para aprimorar o diagnóstico, a prevenção e o controle das infecções. Essa integração contribui diretamente para a segurança do paciente e para o fortalecimento das ações em saúde pública.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à UNIARP pelo suporte institucional e incentivo à pesquisa e extensão universitária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). *Microbiologia clínica para o controle de infecção relacionada à assistência à saúde*. Módulo 5: Tecnologias em Serviços de Saúde: Descrição dos Meios de Cultura Empregados nos Exames Microbiológicos. Brasília, DF: Anvisa, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/modulo-5-tecnologias-em-servicos-de-saude-descricao-dos-meios-de-cultura-empregados-nos-exames-microbiologicos? em: 27 out. 2025.

AGUIAR, J. N.; CARVALHO, I. P. S. F. et al. Evolução das políticas brasileiras de saúde humana para prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos: revisão de escopo. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 47, e77, 2023. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rpsp/2023.v47/e77/pt/. Acesso em: 27 out. 2025.

DIAS, S. M. A.; NEVES, A. C. D. et al. Validação do método de provas bioquímicas para bactérias gram positivo dos gêneros Staphylococcus e Enterococcus. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1234-1245, jan./fev. 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/66177. Acesso em: 27 out. 2025.

FONTENELE, R. D.; COSTA, C. L. Resistência antimicrobiana: os desafios nas infecções bacterianas multirresistentes no Brasil. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 18900-18910, jul./ago. 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60348. Acesso em: 27 out. 2025.

MELO, R. C. de. Gestão das intervenções de prevenção e controle da resistência antimicrobiana. Revista de Enfermagem Atual, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 1-10, 2020. Acesso em: 27 out. 2025.

ROCHA, Igor Vasconcelos et al. Resistência de bactérias isoladas em equipamentos em unidade de terapia intensiva. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 463-468, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/sqcvjhBChZyhgPgJykRXmhq/?format=html&lang=pt. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, N. Q. A resistência bacteriana no contexto da infecção hospitalar. Texto & Contexto - Enfermagem, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 263-270, abr./jun. 2004. Acesso em: 27 out. 2025.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Categoria: Práticas de Estágio

Cardinaly dos Santos Blaskowski[1]
Débora Fernandes Pinheiro[2]
Ana Paula Ludwig do Amaral[3]
Ana Claudia Lunelli Moro[4]

Resumo – O estágio supervisionado de nutrição em saúde pública é uma etapa fundamental na formação do acadêmico, por proporcionar conhecimento necessário e como funciona a dinâmica com os atendimentos nutricionais. O estágio contempla essa prática auxiliando o acadêmico a criar abordagens técnicas, sociais e humanas para o coletivo. A metodologia abrange a inserção dos acadêmicos nas salas de atendimento onde podem participar ativamente nos atendimentos auxiliando na avaliação antropométrica, anamnese, elaboração da dieta com cálculo energético e orientações específicas para cada caso, sempre com supervisão. Também participam de atividades em grupo como palestras e oficinas de educação alimentar e campanhas de prevenção, ajudando a comunidade. Os resultados demonstram que esta experiência contribui para o desenvolvimento interpessoal e habilidade diária, tem uma maior compreensão de outras questões, além da parte nutricional, como a emocional, socioeconômica e familiar, que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do paciente. Conclui-se que o estágio supervisionado em saúde pública tem papel central na formação de cada acadêmico, enriquecendo seu conhecimento, preparando-o para atuar no futuro de forma ética e eficaz na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Estágio obrigatório; Saúde Pública; Atenção Básica.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada e segura é um componente essencial da saúde pública, pois está diretamente relacionada à prevenção de doenças e à promoção do bem-estar da população (Gonçalves et al., 2024). No Brasil, apesar de avanços legislativos e políticas de segurança alimentar, observa-se que grande parte da população ainda recebe informações nutricionais limitadas e muitas vezes contraditórias, o que dificulta escolhas alimentares saudáveis (Oliveira et al., 2023). Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), o nutricionista possui atribuições que incluem planejamento e supervisão de serviços de alimentação, realização de diagnósticos e intervenções nutricionais, elaboração de programas de educação alimentar e participação em equipes multiprofissionais. Tais ações são fundamentais para o fortalecimento da atenção primária e para a promoção de hábitos alimentares adequados, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes (Silva et al., 2024).

A atenção primária à saúde deve considerar as necessidades individuais, orientando sobre alimentação adequada e incentivando a prática de atividade física. A conscientização sobre os efeitos negativos do consumo de alimentos ultraprocessados e o fortalecimento de ações como aleitamento materno e introdução adequada da alimentação complementar são estratégias essenciais, principalmente diante do aumento da obesidade infantil e de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. A atuação do nutricionista, por meio de consultas individuais, atividades em grupo e visitas domiciliares, é um elemento chave na promoção da saúde (Vasconcelos, 2025)

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio curricular obrigatório em nutrição em saúde pública, destacando os desafios observados no cotidiano dos pacientes e a relevância da educação nutricional como ferramenta de promoção da saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, observacional e de abordagem quantitativa, tendo como objetivo descrever as experiências vivenciadas durante o estágio curricular obrigatório em nutrição em saúde pública.

O estágio foi realizado na Clínica Escola de Nutrição, situada nas dependências do Hospital de Caridade Jonas Ramos, em Caçador, Santa Catarina, Brasil, com carga horária de 220 horas semestrais. O consultório de nutrição da ala universitária do hospital está equipado com balança de bioimpedância, fita métrica, estadiômetro, adipômetro e sala de espelhos, proporcionando condições adequadas para a realização de atendimentos e avaliações antropométricas.

Os atendimentos ocorreram por meio da agenda do SUS, bem como por agendamento aberto para pacientes que buscam atendimento nutricional gratuito. Durante o estágio, o estagiária participa da observação das consultas na sala espelhada, sempre com consentimento dos pacientes, e auxiliou nas medidas antropométricas, incluindo peso, altura, circunferências corporais e, quando necessário, avaliação do percentual de gordura corporal com o adipômetro, sob supervisão do nutricionista responsável.

Todos os atendimentos seguiram os princípios de confidencialidade e ética profissional, sendo as observações realizadas de forma respeitosa e apenas com a autorização dos pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de observação no Hospital de Caridade Jonas Ramos, verificou-se que os problemas de saúde mais frequentes entre os pacientes incluem Diabetes Mellitus tipo 1 e 2, hipertensão e obesidade. Crianças e adolescentes também foram atendidos, com destaque para casos de seletividade alimentar, obesidade infantil e DM2. Foi observada a predominância de dietas baseadas em alimentos ultraprocessados, com baixa frequência de frutas e legumes.

Entre os fatores que dificultam a adoção de hábitos alimentares saudáveis estão a limitação de tempo, a percepção de que alimentos saudáveis são mais caros e a frustração com o próprio corpo, associada ao medo de julgamento ou fracasso nos retornos. Essas condições podem gerar impactos socioeconômicos, como aumento dos custos familiares para tratamento contínuo, limitações para empregabilidade e manutenção da renda (Gonçalves et al., 2024)

Dados nacionais indicam que, entre indivíduos com hipertensão, 36,7% apresentam obesidade e 74,4% excesso de peso; entre pessoas com diabetes, 37% apresentam obesidade e 75,2% excesso de peso; e entre aqueles com hipertensão e diabetes, 80,1% apresentam excesso de peso (Brasil, 2022). Diretrizes e estratégias específicas são disponibilizadas para apoiar as equipes de atenção primária na condução de cuidados a pacientes com doenças crônicas, hipertensão, diabetes e obesidade (Brasil, 2022).

Os retornos observados durante o estágio demonstraram que pequenas mudanças na alimentação diária podem gerar benefícios significativos, incluindo a redução do consumo de alimentos ultraprocessados e, em alguns casos, a exclusão completa desses produtos por iniciativa dos pacientes. A inserção de alimentos in natura apresentou desafios, devido à falta de tempo para preparo ou à ausência de utensílios adequados, mas quando realizada, contribuiu para melhor controle do diabetes e da obesidade. A combinação de ajustes alimentares com a introdução de atividades físicas promoveu maior disposição e redução do cansaço mental. Ressalta-se que essas observações são provenientes de um período limitado de estágio e não podem ser generalizadas para toda a população atendida pelo SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio em nutrição em saúde pública permitiu observar diferentes aspectos do comportamento alimentar e da adesão dos usuários aos atendimentos nutricionais. De modo geral, a população atendida compreendeu as orientações fornecidas, apresentando, em muitos casos, evolução positiva no controle da alimentação, do peso e na adoção de práticas de atividade física, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, nem todos os pacientes apresentaram progresso significativo, sendo esse resultado influenciado por fatores socioeconômicos, limitações de tempo para o planejamento das refeições e questões psicológicas, como vergonha, frustração, falta de apoio familiar ou resistência decorrente de encaminhamentos médicos sem motivação genuína para o acompanhamento nutricional. Durante o estágio, tornou-se evidente a importância da escuta ativa, da adaptação das orientações à realidade de cada indivíduo e da construção de um ambiente acolhedor, seguro e livre de julgamentos.

Observou-se, ainda, o papel fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS) na garantia do direito à alimentação adequada e na promoção da educação nutricional de qualidade. A atuação de equipes multiprofissionais favorece a adesão dos usuários aos serviços e contribui para o fortalecimento da saúde pública. Considerando que parte da população ainda desconhece o funcionamento do atendimento nutricional, recomenda-se ampliar ações de divulgação, palestras e atividades educativas nas Unidades Básicas de Saúde, com o objetivo de reforçar o papel do nutricionista, promover a integração entre usuários e profissionais e potencializar os resultados dos programas de educação alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/diabetes-hipertensao-e-obesidade-avancam-entre-os-brasileiros-3. Acesso em 09 out. 2025.

DA SILVA, Bruna Carvalho *et al.* A importância da aplicabilidade de oficinas de educação nutricional no Ensino Fundamental, em Colégio da rede particular de ensino na cidade de Caçador/SC. Extensão em Foco, p.22-36, 2024.

GONÇALVES, Bianca *et al.* Perfil antropométrico e consumo alimentar de hipertensos e diabéticos usuários do Sistema Único de Saúde. Revista Baiana de Saúde Pública, v.48, n.3, 2024.

OLIVEIRA, Emily Oliveira *et al.* Influência da publicidade nas escolhas alimentares das crianças. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v.17, n.111, p.687-697, 2023.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Novos campos de atuação do nutricionista no Brasil: a emergência das inovações tecnológicas digitais, incluindo o uso da inteligência artificial. Revista de Nutrição, v.38, 2025.

RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: INTERAÇÃO ENTRE PNAE, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Categoria: Relatório Estágio Supervisionado

Carine Eduarda Graciano[1]
Ana Claudia Lunelli Moro[2]

Resumo – Este relato apresenta as atividades realizadas no Estágio Supervisionado em Saúde Pública, do curso de Nutrição da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, UNIARP, totalizando em 220 horas obrigatórias. O objetivo é avaliar os desafios e estratégias enfrentadas dentro do PNAE e agricultura familiar, referente à alimentação escolar do município. Este estudo refere-se a um relato de experiência, descritivo, qualitativo, com coleta de dados, relativo aos alimentos perecíveis originários da agricultura familiar, dos meses de agosto e setembro de 2025. Os resultados obtidos, revelam que o cardápio segue as normas da Lei nº 11.947/2009, analisa uma diversidade entre legumes e hortaliças e ausência de frutas referente ao mês de setembro, evidenciando um dos desafios enfrentados dentro da unidade. Assim, conclui que são essenciais estratégias para distribuição dos alimentos, para garantir qualidade nas refeições escolares.

Palavras-chave: Educação Nutricional e Alimentar. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Agricultura familiar. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O sistema alimentar é constituído por agricultores, participantes do mercado, apoio técnico, pesquisa, políticas públicas e a comunidade, cuja finalidade é combater a fome, promover dietas saudáveis, proteção ambiental e incentivar a sustentabilidade (Silva; Pedrozo; Silva, 2023).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atua a fim de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no ambiente escolar. (Fanin et al., 2024).

Desde 1960, com a Revolução Verde, buscou o equilíbrio nas produções agrícolas. Essa transformação trouxe impactos ambientais e sociais, que demandam atenção sobre qualidade dos alimentos e sustentabilidade (Tavares et al., 2025).

A agricultura familiar auxilia no desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, voltados a uma produção agrícola sustentável e promoção de SAN (Elias et al., 2025).

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

O presente relato descreve as atividades realizadas no Estágio Supervisionado em Saúde Pública, no Timbó Grande, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O objetivo foi avaliar os desafios e estratégias enfrentadas dentro do PNAE e agricultura familiar, referente à alimentação escolar do município.

METODOLOGIA

A presente pesquisa refere-se a um relato de experiência, descritivo, qualitativo e quantitativo. Realizado no município de Timbó Grande, durante o Estágio Supervisionado em Saúde Pública, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação entre os meses de agosto a outubro do ano de 2025, totalizando 220 horas obrigatórias.

A carga horária total representou-se no acompanhamento da gestão de alimentos, sendo incluídos os alimentos adquiridos provenientes da agricultura familiar, que são direcionados ao PNAE.

Para o desenvolvimento do estudo, foram analisados os dados da Secretaria, referente aos meses de agosto e setembro de 2025, nas quais constam os registros do cronograma das entregas. Para os levantamentos de dados, foram usados cálculos de percentuais para poder identificar a variação dos meses.

A inclusão representou agricultores familiares cadastrados no PNAE, que fornecem entregas semanalmente, durante o período da pesquisa. Os dados excluídos referem-se a agricultores que não apresentaram entregas no período analisado e considerar a qualidade nutricional das refeições, associando com os dados já existentes da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cardápio segue as normas da Lei nº 11.947/2009, e a Resolução CD/FNDE nº 06/2020. No planejamento alimentar municipal representa 94% das refeições são compostas por arroz e feijão, e a carne representa 100% nas preparações, sendo, bovina, suína e moída. As hortaliças são 84% das preparações, as frutas entram como um complemento somando 79% já os laticínios 39% das preparações.

Ao longo do estágio, foram analisados os agricultores familiares destinados ao PNAE. Os dados apresentam 15 famílias cadastradas, mas apenas 6 famílias realizam as entregas semanalmente, o que impacta diretamente no abastecimento das escolas e a qualidade conforme Figura 1 e Tabela 1 a seguir.

Figura 1: Apresenta imagem da qualidade dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar.

Fonte: (Autora, 2025)

Tabela 1: Fornecimento produtos perecíveis, referente da agricultura familiar, dos meses de agosto e setembro.

Categoria:	Agosto	Setembro	Total
Hortaliças	66,5%	69,6%	67,6%
Leguminosas	27,9%	30,3 %	28,7 %
Frutas	5,6%	0 %	3,7 %
Total:	100%	100%	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação nos meses de agosto e setembro de 2025.

Conforme os dados fornecidos, revelam que não foram entregues frutas no mês de setembro, para não parar o fornecimento, o município compra de outras regiões. Mas em relação às hortaliças houve crescimento de 66,5% para 69,6% e os legumes que eram compostos por 27,9% estão em 30,3% representando variedade nutricional.

Com o levantamento dos resultados fornecidos, revela que alguns produtos ainda a quantidade é insuficiente para suprir as necessidades do PNAE, que prejudica o andamento da alimentação escolar. Diante dessas informações, evidencia as necessidades de abordagens referente a incentivo à agricultura familiar. Na ausência desses apoios, o município necessita de compras fora da região, o que contribui para o acréscimo de custos, prejudica a sustentabilidade e diminui a parceria entre o PNAE e produção local.

A situação desperta reflexão em relação à importância desses processos, considerando as evidências sobre o PNAE como uma estratégia de cadeia curta de produção. No entanto, destaca também a necessidade de implementar sistemas de rede de distribuição local, pois o fornecimento ainda é maior do que em outras regiões (Assis; França; Coelho, 2019).

Dessa forma, o PNAE é constituído por uma política pública de extrema relevância no Brasil ao complementar outras estratégias direcionadas à agricultura familiar, como o PRONAF, resultando em efeitos positivos na qualidade da alimentação escolar, fortalecendo empregos e renda (Conceição et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados analisados, a realização do Estágio Supervisionado em Pública, proporcionou experiências e estratégias para contribuir no desenvolvimento da alimentação escolar municipal. Há uma uma distribuição considerável no abastecimento da alimentação escolar, com produtos provenientes da agricultura familiar, esses alimentos contribuem para a SAN e fortalecem a economia local. Embora ainda existam desafios a serem superados, é preciso de melhorias no desenvolvimento da agricultura local. Para isso, é fundamental políticas públicas, como estratégias para ampliar o crescimento da produção e a estrutura dos agricultores, preservando assim a implementação das diretrizes do PNAE e a disponibilização constante de alimentos saudáveis e variados nas escolas, sem precisar de licitações de outras regiões.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/BCkzGpHFdqbMChDYbTkcV4F/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 out. 2025.

CONCEIÇÃO, Thamylla Oliveira da; NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães; MELO JUNIOR, Luiz Cláudio Moreira; RODRIGUES, Elias Maurício da Silva. Agricultura familiar: o impacto socioeconômico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Santa Luzia do Pará. Cadernos Cajuína. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1001/854. Acesso em: 14 out. 2025.

ELIAS, Lilian de Pellegrini; PERIN, Gabriela; SILVA, Julia de Oliveira; VIDIGAL, Lea; MARQUES, Felipe Jabali. Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 63, e286963, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/Xp9Nx4v6hTsBwwnvKzhy3Nh/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 14 out. 2025.

FANIN, É. L. B.; et al. Alimentação escolar e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no Sul do Brasil. Revista Macambira, Serrinha (BA), jan.-dez. 2024. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/1350. Acesso em: 14 out. 2025.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

SILVA, Eliane Alves da; PEDROZO, Eugenio Avila; SILVA, Tania Nunes da. National School Feeding Program (PNAE): a public policy that promotes a learning framework and a more sustainable food system in Rio Grande do Sul, Brasil. Foods, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2304-8158/12/19/3622. Acesso em: 14 out. 2025.

TAVARES, Ana Luísa Costa; TEIXEIRA, Jessiane Caroline; VASSIMON, Helena Siqueira; GALANTE JUNIOR, Waldemar. Desafios na articulação entre agricultores familiares e gestores municipais no fornecimento de alimentos ao PAA e PNAE: um estudo de caso. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 20, e84935, 2025. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/84935. Acesso em: 14 out. 2025.

BEM ESTAR NO SUS: UM RELATO DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

Categoria: Práticas de Estágio

Endreu Pires De Oliveira[1]
Ana Claudia Lunelli Moro[2]

Resumo – A avaliação nutricional representa um componente essencial para a saúde pública no Brasil, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Este sistema prioriza a promoção da saúde e a prevenção de doenças, sendo a nutrição fundamental nesse processo. A anamnese é uma parte essecial do processo para entender as individualidades de cada paciente, podendo entender seus problemas ao prescrever um plano dietoterápico. As avaliações antropométricas, são ferramentas cruciais para identificar problemas nutricionais, e são frequentemente utilizadas em campanhas de saúde pública. A integração de dados antropométricos e socioeconômicos permitem uma análise mais abrangente para estudos e políticas públicas. O estágio realizado em setembro de 2025 na rede municipal de saúde de Caçador, com um enfoque observacional. O acadêmico teve a oportunidade de imergir na rotina do ambulatório, auxiliando em atividades como pesagens, medidas de circunferências e bioimpedância, além de observar o atendimento a pacientes com condições especiais. A experiência proporcionou uma compreensão prática do funcionamento do SUS, evidenciando a importância da empatia e acolhimento no atendimento. O ambulatório de nutrição também serve como uma extensão da universidade, oferecendo atendimento gratuito à comunidade e proporcionando aos estudantes conhecimento prático em saúde pública. A integração de dados nutricionais com informações socioeconômicas ajuda a direcionar recursos de forma eficaz, identificando grupos vulneráveis e desenvolvendo estratégias específicas para atender diferentes necessidades nutricionais. A experiência contribuiu para o crescimento pessoal e profissional do acadêmico, reforçando a relevância na prática.

Palavras-chave: Nutrição; SUS; Avaliação antropométrica; Alimentação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a alimentação, assim como a saúde, é um direito constitucional garantido pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa lei reconhece a alimentação como um fator determinante à saúde, atribuindo ao Ministério da Saúde a responsabilidade de formular políticas públicas de alimentação como o guia alimentar para a população brasileira e, nutrição voltadas à promoção da saúde, à prevenção de agravos e à garantia da segurança alimentar e nutricional da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

[1]Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, o nutricionista exerce um papel essencial na promoção da saúde, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida da população.

O estágio observacional em saúde pública foi realizado na clínica escola do Jonas Ramos na cidade de Caçador SC em setembro de 2025 e constitui uma etapa fundamental na formação do nutricionista, pois possibilita ao aluno integrar os conhecimentos teóricos obtidos ao longo das fases anteriores da graduação com a vivência na prática em diferentes casos de atuação profissional, essa experiência contribui para o desenvolvimento de habilidades técnicas, científicas e interpessoais, além de ajudar nas tomadas de atitude em situações reais.

Durante o estágio o aluno tem a oportunidade de acompanhar diretamente a rotina de atendimentos clínicos dos profissionais, observando e aplicando métodos de avaliação nutricional como medidas antropométricas, elaboração de planos alimentares e com episódios de estratégias de educação alimentar e nutricional. Essa prática permite compreender melhor as demandas de saúde dos indivíduos também aprendendo a abordar um atendimento mais humanizado, ético e baseado em evidências.

O estágio também favorece a ter uma familiarização com os protocolos e fluxos institucionais como agendamentos e o caminho do paciente desde a primeira consulta nas UBS e encaminhamento ao profissional especializado na área nutricional, sendo também muito importante para entender o papel do profissional na comunicação com pacientes e equipe, sabendo o papel do nutricionista no cuidado integral dos indivíduos.

Este trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre as experiências adquiridas em um ambulatório de nutrição localizado no Hospital Jonas Ramos, destacando as práticas vivenciadas, as estratégias utilizadas nos atendimentos e as contribuições acadêmicas e profissionais que essa etapa proporciona para a formação do estudante.

METODOLOGIA

O estágio foi realizado na Clínica de Nutrição localizada no Jonas Ramos, localizado no Município de Caçador, no período do mês de Setembro de 2025. As atividades ocorreram de forma observacional proporcionando ao acadêmico uma imersão na rotina das ações em saúde, com ênfase no ambulatório de nutrição e no trabalho desenvolvido por profissionais da área.

O estágio tem caráter de predominância observacional, podendo gerar ao aluno atividades simples como auxiliar na pesagem, medidas de circunferências, dobras cutâneas e bioimpedância, servindo também como apoio para o atendimento de pacientes com condições especiais.

O estudante pode observar passo a passo como ocorrem as consultas no SUS, desde como funciona o direcionamento vindo das UBS juntamente com os profissionais da área, tendo uma base de como ser um bom profissional futuramente, gentil, empático, acolhedor, oferecendo também uma visão com maior perspectiva de como deve ser conduzida em passos e fatores importantes em uma consulta.

Os pacientes realizam exames primeiramente com o médico responsável na UBS e são encaminhados para o nutricionista para uma reavaliação pelo responsável.

O nutricionista pode prescrever dietas e suplementos para os pacientes que necessitarem de cuidados nutricionais, sendo eles, indivíduos em obesidade, em estado de desnutrição, hipertensão, diabéticos, alérgicos e intolerantes a alimentos, disbiose intestinal, deficiências nutricionais ou para pessoas saudáveis que buscam objetivos específicos como emagrecimento buscando uma melhor qualidade de vida ou uma melhoria estética, assim como pessoas que procuram aumento de massa muscular para aperfeiçoamento visual, também há indivíduos atletas que buscam melhorias em seus desempenhos esportivos, buscando uma alimentação que dê mais força ou resistência em seus respectivos esportes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação nutricional é um componente fundamental da saúde pública, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. O SUS tem como um de seus pilares a promoção da saúde e a prevenção de doenças, e a nutrição desempenha um papel crucial nesse processo. Através de programas de avaliação nutricional, é possível identificar deficiências alimentares e condições de saúde que afetam a população, permitindo a implementação de intervenções adequadas. A análise nutricional vai além da simples coleta de dados; ela envolve uma compreensão profunda dos fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam os hábitos alimentares da população (Brasil, 2025).

As avaliações antropométricas como altura, peso, circunferências e dobras cutâneas são ferramentas essenciais na avaliação nutricional. Essas medições fornecem informações valiosas sobre o estado nutricional dos indivíduos, permitindo a identificação de problemas como a desnutrição ou a obesidade. No contexto do SUS, as avaliações antropométricas são frequentemente utilizadas em campanhas de saúde pública e em unidades de saúde, contribuindo para a formulação de políticas que visam melhorar a qualidade de vida da população. A precisão e a regularidade dessas medições são cruciais para o monitoramento da saúde nutricional ao longo do tempo (Brasil, 2025).

Na ala universitária encontrada no hospital Jonas Ramos teve como principal objetivo dar o primeiro contato aos estudantes no que se refere a saúde pública, sendo como uma extensão da universidade e ao que é oferecido dentro do SUS. O atendimento é realizado em tempo integral e é voltado a promoção, prevenção e cuidado contínuo. A proposta é, além de garantir conhecimento e experiência aos estudantes, entregar atendimento gratuito à comunidade reiterando os princípios da universidade em ser uma instituição comunitária (Almeida, 2018).

Além disso, a integração desses dados com informações socioeconômicas, demográficas, culturais e sociais, enriquece a análise nutricional. Essa integração ajuda a identificar grupos de índice vulneráveis e a direcionar recursos de maneira mais eficaz (Bezerra, 2020). A avaliação contínua do estado nutricional, por meio de métodos antropométricos, pode revelar tendências preocupantes, como o aumento da obesidade infantil ou a persistência da desnutrição em populações de baixa renda. Dessa forma, o SUS pode desenvolver estratégias específicas para

atender às necessidades nutricionais de diferentes grupos etários e sociais (Gonçalves; Fischer; Ribeiro, 2002).

No ambulatório de nutrição os atendimentos são realizados através de agendamentos feitos diretamente com a recepção ou com encaminhamentos vindos do Sistema Único de Saúde passando primeiramente pelo atendimento médico nas UBS, onde são enviados para o ambulatório de nutrição por conta de suas comorbidades e problemas nutricionais, sendo estes agendamentos disponibilizados ao nutricionista responsável pelo atendimento no período, o profissional responsável faz chamadas individuais em horários fixados para cada paciente. O atendimento é individualizado para cada paciente, sendo feita anamnese e avaliações antropométricas para cada com, no final da consulta sendo entregue uma rotina alimentar para pacientes quando necessário, na anamnese são feitas perguntas para melhor entender o estado e objetivos dos pacientes referentes a consulta, sendo estas as primeiras questões do atendimento.

Ademais, são realizadas perguntas referentes à rotina do indivíduo como em que horário acorda e dorme e em que horários são feitas as refeições, são analisados exames e ponderadas as comorbidades de cada paciente para ajudar na prescrição dietoterápica sendo os mais comuns diabetes, alto colesterol, hipertensão, obesidade, intolerâncias e alergias alimentares, são feitos também questionamentos sobre fezes e urina para melhor entendimento da saúde intestinal e nutrição, também é perguntado sobre o peso habitual do paciente e se tem histórico familiar de patologias para ver se há maior risco de doenças hereditárias, em seguida é feita a avaliação nutricional com peso, altura, bioimpedância, dobras cutâneas e circunferências.

Por fim com as informações relatadas anteriormente no texto é receitada uma dieta ou reeducação alimentar individualizada para cada paciente levando em conta suas restrições e necessidades nutricionais percebidas em consulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio proporcionou ao estudante um importante crescimento pessoal e profissional, permitindo a observação direta da rotina dos serviços de saúde pública(SUS) e evidenciando a relevância da nutrição e do acolhimento ao paciente. A participação do acadêmico em atividades compatíveis com sua formação contribuiu para o enriquecimento do aprendizado, destacando a importância da prática e do contato com a realidade do SUS na formação de profissionais mais preparados e comprometidos com a promoção da saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), à Coordenação, à professora Ana Claudia Lunelli Moro, o Hospital Jonas Ramos e o apoio do Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina, que concede bolsas de estudo a estudantes vinculados a instituições de ensino superior do estado, fortalecendo a formação científica e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. F. de; et al. Coordenação do cuidado e Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde. Saúde em Debate, v. 42, n. spe1, p. 244–260, set. 2018.

BEZERRA, M. S.; et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 10, p. 3833–3846, out. 2020.

BRASIL. Avaliação nutricional no Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://share.google/YSq2x9fWPEaMxsiqH. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Diretrizes para a avaliação nutricional. Disponível em: https://share.google/DRipeQ1R7VFTxIdm6. Acesso em: 20 set. 2025.

GONÇALVES, E. M.; FISCHER, A. M.; RIBEIRO, A. C. Avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes: um estudo de caso. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 679–686, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0021-75572002000500003. Acesso em: 21 set. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2023. Disponível em: https://share.google/9FNbPTMyy2R81l1Ip. Acesso em: 24 set. 2025.

ESTÁGIO CURRICULAR EM SAÚDE MATERNO-INFANTIL: INTEGRAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Categoria: Prática de Estágio

Gabriela Coelho[1]
Ana Cláudia Lunelli Moro[2]

Resumo – O presente Resumo tem como objetivo geral relatar as experiências acadêmicas vivenciadas no decorrer do Estágio Supervisionado em Nutrição em Saúde Pública. Para isso, faz-se necessário descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado, com foco no atendimento nutricional de mulheres em período de gestação e crianças menores de cinco anos, identificar as principais patologias nutricionais que afetam esse grupo e entender o papel do nutricionista na Atenção Básica. O estudo constituiu-se pelo método de relato de experiência, e foi implementado no Mãe Caçadorense, uma unidade de saúde que atende gestantes e crianças na fase pré-escolar (0 a 5 anos). Com essa experiência prática, conseguiu-se perceber que anemia, excesso de peso, hipertensão (HAS) e diabetes gestacional (DMG) são as patologias que mais atingem as grávidas. O grupo infantil, contudo, apresentou, em sua maioria, sobrepeso, obesidade e seletividade alimentar. A partir desse trabalho, conclui-se que o estágio supervisionado é uma ferramenta primordial no processo de aprendizagem do acadêmico, pois integra a teoria com a prática.

Palavras-chave: Saúde Materno-infantil. Diabetes Gestacional. Hábitos alimentares. Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Na Atenção Básica do SUS, o profissional nutricionista exerce um papel estratégico no cuidado em saúde, pois atua na resolução de casos relacionados à alimentação, por meio de orientações dietoterápicas individualizadas (Alves; Luz; Tófoli, 2021). Dentre os grupos prioritários atendidos, destacam-se gestantes e crianças menores de cinco anos, cujas demandas nutricionais exigem atenção especializada.

No que tange ao atendimento nutricional das mulheres em estado de gestação, o nutricionista estabelece as bases para o desenvolvimento do bebê e previne, na mãe, condições como diabetes gestacional, hipertensão, anemia e obesidade (Acris; Cardoso; Andrade, 2022). No que diz respeito às crianças menores de cinco anos, a atuação do nutricionista é essencial tanto na prevenção quanto no tratamento de distúrbios nutricionais, o que garante um crescimento adequado nessa fase da vida (Leão et al, 2022) .

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

Partindo desse princípio, o estágio em Saúde Pública, com foco nesse público, é extremamente relevante, visto que integra a teoria com a prática e favorece a construção de habilidades e competências necessárias para a formação acadêmica de nutricionistas.

Portanto, o presente Resumo expandido visa relatar as experiências acadêmicas vivenciadas no decorrer do Estágio Supervisionado em Nutrição em Saúde Pública. Nesse sentido, para que esse objetivo seja alcançado é preciso descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado em saúde pública, com foco no atendimento nutricional de gestantes e crianças menores de cinco anos, além de identificar as principais patologias nutricionais que afetam esse grupo e entender o papel do nutricionista na Atenção Básica.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se pelo método de relato de experiência, que de acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021) se refere a um gênero acadêmico que tem o intuito de descrever, de forma reflexiva, uma experiência vivenciada no contexto da formação profissional. Consiste-se de uma ferramenta metodológica que permite não apenas a exposição das atividades executadas, mas, sobretudo, a análise crítica do processo de aprendizagem (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

As atividades de estágio foram realizadas no segundo semestre de 2025 no Mãe Caçadorense, uma unidade de saúde localizada no município de Caçador (SC), que tem como foco o atendimento de gestantes e de crianças de até 5 anos.

Inicialmente, a participação do discente ocorreu de forma observacional, na qual o aluno apenas observou a atuação do nutricionista. À medida que houve maior familiarização com o ambiente, o estudante passou a desempenhar as atividades de forma mais autônoma, sempre sob a supervisão do profissional responsável.

As ações realizadas seguiram uma rotina estruturada: nas segundas e sextas-feiras, eram feitos atendimentos nutricionais individuais voltados às grávidas e ao público infantil; às terças e quintas-feiras, ocorriam a entrega de fórmula infantil e a avaliação nutricional de novos cadastros para acesso ao benefício; e, às quartas-feiras, desenvolviam-se atividades coletivas de orientação sobre introdução alimentar, direcionadas aos responsáveis de crianças de 5 meses conforme Figura 1 a seguir.

Figura 1- Grupo de introdução alimentar.

Fonte: a autora (2025).

Outrossim, foram elaborados materiais impressos sobre os seguintes assuntos: orientações de introdução alimentar; certificado de coragem para as crianças seletivas que provaram novos alimentos; como preparar a fórmula infantil e qual a quantidade correta de fórmula a depender da faixa etária da criança conforme Figura 2.

Figura 2- Material impresso criado ao longo do estágio.

Fonte: A autora (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Cândido et al. (2021), hodiernamente, no Brasil, está ocorrendo uma baixa taxa de aleitamento materno exclusivo, o que gera prescrição indiscriminada de fórmulas, prejuízos à

saúde materno infantil e impactos financeiros negativos ao Sistema Único de Saúde. Acerca disso, durante o estágio, foi possível observar a alta demanda por fórmulas infantis pelo fato de que a mãe não estava conseguindo amamentar, o que aumenta o risco nutricional desses bebês.

No caso das gestantes, identificaram-se casos frequentes de anemia, excesso de peso, hipertensão (HAS) e diabetes gestacional (DMG) o que evidencia a necessidade de um acompanhamento contínuo e individualizado para esse público. Sob essa ótica, Rocha et al. (2023) infere que uma alimentação inadequada na gestação, muitas vezes associada à falta de conhecimento, pode comprometer a saúde do feto e do recém-nascido e aumentar o risco para alto ganho de peso gestacional, lactação ineficaz e desenvolvimento de complicações como DMG e HAS.

As crianças atendidas, em contrapartida, apresentaram, em sua maioria, quadros de sobrepeso, obesidade e seletividade alimentar. Dessa forma, vale ressaltar que a prevalência de obesidade infantil, especificamente, tem sido agravada por hábitos alimentares inadequados e sedentarismo, sendo influenciada, também, pelo padrão alimentar dos responsáveis, que reflete diretamente nas escolhas alimentares dos filhos (Campos et al., 2023). Essa realidade deixa claro a importância de intervenções nutricionais precoces, principalmente no ambiente familiar.

A seletividade alimentar, no entanto, é um fenômeno complexo e multifatorial. Estudos apontam que fatores intrínsecos, como aversões sensoriais, e extrínsecos, como o ambiente familiar, induzem a formação de padrões seletivos. A forma como a introdução alimentar é conduzida exerce papel central nesse processo, pois quando feita de maneira restrita ou pouco diversificada, tende a limitar a aceitação de diversos alimentos (Pontes et al, 2024).

Nesse sentido, a atuação coletiva de orientações sobre introdução alimentar realizada no decorrer do estágio, mostrou-se uma estratégia eficaz para promover educação nutricional e ampliar o conhecimento dos responsáveis sobre o assunto.

Tal fato demonstra que o nutricionista, além de atuar na assistência individual, pode desempenhar práticas de cuidado coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho, pode-se concluir que o estágio supervisionado é uma ferramenta primordial no processo de aprendizagem do acadêmico, porque integra a teoria com a prática. A experiência relatada contribuiu para expandir o conhecimento, principalmente, no que tange ao atendimento clínico de crianças menores de 5 anos e de gestantes. Além disso, foi possível compreender também, como tratar, por meio da alimentação, as principais patologias nutricionais que acometem esse público e como realizar atividades coletivas na Atenção Básica.

Para finalizar, o presente estudo possui limitações, pois, por se tratar de um relato de experiência, os dados expostos contém caráter subjetivo e não podem ser generalizados à outros contextos de estágio. Ademais, a ênfase no atendimento nutricional de crianças menores de 5 anos e de gestantes, restringe a aplicabilidade das observações para outros grupos populacionais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à prefeitura municipal de Caçador, por ceder a estrutura do Mãe Caçadorense para o desenvolvimento do estágio e à nutricionista Karina Alves do Nascimento por estar disposta a ensinar e transmitir seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACRIS, Margacy Souza; CARDOSO, Karen Celiane das Chagas; ANDRADE, Jerusa Souza. [Título do artigo não informado]. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 11, p. 73385–73402, nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv8n11-173. Acesso em: 20 set. 2025.

ALVES, Cristina Garcia Lopes; LUZ, Verônica Gronau; TÓFOLI, Luís Fernando. Competências do nutricionista para a Atenção Primária à Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 32, n. 33, p. 1–21, out. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320304. Acesso em: 20 set. 2025.

CAMPOS, Bruna Tafuri Lobato; et al. Obesidade infantil na atualidade: fatores de risco e complicações futuras. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 5838–5845, abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv6n2-111. Acesso em: 21 set. 2025.

CÂNDIDO, Flávia Galvão; et al. Aleitamento materno versus distribuição gratuita de fórmulas infantis pelo Sistema Único de Saúde. Einstein, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1–8, abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/CzksZwkvPm8PLBTB446mR9z/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 set. 2025.

LEÃO, Jéssica Ingrid da Silva; et al. Formação de hábitos alimentares na primeira infância. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, p. 1–9, jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30438. Acesso em: 21 set. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, out. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2025.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

PONTES, Ana Lívia Brasil; et al. [Título do artigo não informado]. Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, v. 11, n. 1, p. 838–852, dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.35621/23587490.v11.n1.p838-852. Acesso em: 21 set. 2025.

ROCHA, Ana Luma da; et al. A relação da alimentação da gestante e a influência no desenvolvimento do bebê. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 1–13, nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i12.440. Acesso em: 21 set. 2025.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Categoria: Práticas de Estágio

Heloisa Milena Stein[1]
Ana Claudia Lunelli Moro[2]

Resumo – O presente Resumo tem como objetivo relatar as experiências e atividades desenvolvidas durante o estágio obrigatório em Saúde Pública, destacando as contribuições dessa vivência para a formação profissional do nutricionista. Essa etapa possibilitou a integração entre teoria e prática, além de aproximar o estudante das demandas reais do SUS (Sistema Único de Saúde). Durante os atendimentos nutricionais, foram acompanhados pacientes de diversas faixas etárias e condições clínicas, sendo realizada anamnese, avaliações antropométricas, elaboração de planos alimentares individualizados e acompanhamento clínico. Conclui-se que o estágio foi decisivo para o desenvolvimento de competências técnicas, comunicação, empatia e postura humanizada, contribuindo para a formação de um profissional preparado para os desafios da saúde coletiva.

Palavras-chave: Nutrição; Estágio; Saúde Coletiva; Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a alimentação é reconhecida como um direito garantido pela Constituição e deve ser promovida por meio de políticas públicas, sendo um fator essencial para o bem-estar (BrasiL, 1988). A partir de 1999, a PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição) passou a orientar as ações nutricionais no âmbito do SUS, melhorando as condições de saúde, nutrição e alimentação da população brasileira, através da vigilância alimentar e nutricional, da promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis, além da prevenção e do cuidado integral em relação aos problemas ligados à alimentação, com foco especialmente na APS (Atenção Primária à Saúde) (Brasil, 2011).

Com o passar dos anos, a preocupação não é mais somente com a desnutrição e a insegurança alimentar. A continua transição nutricional, demográfica e epidemiológica, trouxe o aumento significativo das DCNT (Doenças Crônicas Não Transmissíveis), como as doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, além da obesidade, sendo relacionados às condições de vida de cada um (Silva et al., 2021). Os principais fatores de risco comportamentais para o adoecimento por DCNT são: tabagismo, consumo de álcool, alimentação rica em ultraprocessados e sedentarismo (Brasil, 2021).

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesse contexto, o nutricionista exerce papel essencial na prevenção e no controle dessas doenças, atuando de forma integrada às equipes multiprofissionais e promovendo hábitos alimentares saudáveis (Freitas et al., 2023). A relevância do nutricionista, portanto, se dá como agente fundamental do estado nutricional dos indivíduos, contribuindo diretamente para a prevenção de agravos e a promoção da saúde (CFN, 2025).

A Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

Historicamente, a nutrição em saúde pública foi influenciada por Pedro Escudero, que destacou a importância dos aspectos sociais e econômicos da alimentação, voltada ao cuidado coletivo (Recine et al., 2012). Para os discentes, as novas Diretrizes Curriculares dos cursos de Nutrição estabelecem que é preciso desde o início, práticas presenciais integrando o ambiente acadêmico e profissional do sistema público de saúde (Brasil, 2025), sendo o estágio o principal ambiente para essa aprendizagem.

O presente Resumo expandido tem como objetivo relatar as experiências e atividades desenvolvidas durante o estágio obrigatório em Saúde Pública, destacando as contribuições dessa vivência para a formação profissional do nutricionista.

METODOLOGIA

O estágio obrigatório em Saúde Pública possui carga horária de 220 horas e faz parte da 6ª fase do curso de Nutrição, representa um dos momentos mais significativos da graduação, sendo uma etapa fundamental na formação acadêmica do nutricionista.

As atividades realizadas ocorreram durante os meses de agosto e setembro na Ala Universitária do Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos. O estágio possibilitou atendimentos nutricionais realizados na clínica, voltados tanto para pacientes encaminhados pelo SUS quanto para a população em geral, por meio da agenda aberta, onde qualquer pessoa pode agendar sua consulta de forma gratuita.

De modo observacional, foi possível acompanhar nos ambulatórios 16 e 17 os atendimentos de pacientes em diferentes faixas etárias a partir dos 6 anos de idade, com variadas condições clínicas e nutricionais. Em cada consulta, foi realizada a anamnese alimentar, o recordatório de 24 horas, avaliações antropométricas como peso, bioimpedância, altura, dobras cutâneas e circunferências de acordo com a necessidade de cada paciente, além da elaboração de planos alimentares individualizados feito através do software Web Diet®, considerando as necessidades e condições específicas. Durante os atendimentos, os acadêmicos puderam auxiliar as nutricionistas supervisoras em diversas etapas do processo, como realizar avaliações físicas, participar da anamnese alimentar e registrar as informações dos pacientes no sistema.

No estágio, também foram realizadas ações extensionistas de educação alimentar e nutricional em diversos contextos, como em escolas, empresas e associações, abordando temas como Alimentação Saudável e Seletividade Alimentar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final do período, foi observado que a maioria dos atendimentos estava relacionado às DCNT, como diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e obesidade em diferentes graus. Também foram identificados casos de dislipidemia, cirrose hepática, doença renal crônica, doenças autoimunes e distúrbios gastrointestinais, entre outras condições clínicas. Além disso, houve o acompanhamento de indivíduos com necessidades específicas, como pacientes bariátricos, celíacos, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), crianças com baixo peso e seletividade alimentar, bem como idosos em situação de desnutrição. Por fim, também foram atendidos pacientes sem comorbidades, que procuraram o serviço com o objetivo de realizar reeducação alimentar.

Ao término de cada atendimento, era realizado um diálogo entre os estagiários e a nutricionista supervisora, momento em que se discutia a conduta adotada e eventuais dúvidas eram esclarecidas.

Tornou-se necessário adotar uma postura humanizada, acolhendo as histórias de vida dos pacientes e adaptando a consulta às suas demandas específicas. Para o público infantil, as consultas exigiram abordagens mais lúdicas; já com os pacientes idosos, foi necessário utilizar uma linguagem mais acessível e próxima de seu cotidiano. No caso de pacientes não alfabetizados, o cuidado precisou ser ainda mais direcionado e individualizado. Observou-se também a importância do trabalho interdisciplinar, com encaminhamentos a outros profissionais da saúde quando necessário.

Durante o período de estágio, foi possível aprender a elaborar planos nutricionais e fazer o acompanhamento da evolução clínica. Além disso, o contato com casos complexos e situações inesperadas contribuiu para a capacidade de adaptação, tomada de decisão e raciocínio crítico.

Em todas as consultas foi destacada a importância de uma alimentação saudável, com explicações sobre as doenças apresentadas pelos pacientes, os nutrientes envolvidos e como eles contribuem para a remissão das patologias.

Nas Figuras 1 e 2 a seguir é possível observar a avaliação antropométrica sendo feita durante um atendimento nutricional.

Figura 1- Paciente fazendo a bioimpedância ao lado da estagiária.

Fonte: UNIARP (2025).

Figura 2 - Estagiária medindo a altura da paciente ao lado da supervisora.

Fonte: UNIARP (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência permitiu compreender as desigualdades sociais que influenciam o estado nutricional dos indivíduos e a importância de adaptar as condutas de acordo com as necessidades de cada público. Além dos fatores como condições de saúde pré-existentes, histórico familiar, estilo de vida e limitações físicas que podem influenciar diretamente nos resultados dos planejamentos nutricionais.

Além da prática clínica, o estágio proporcionou o aprimoramento das habilidades de comunicação, empatia e escuta ativa, fundamentais para a adesão ao tratamento nutricional.

Essas vivencias, reforçaram a importância de avaliar cada paciente de forma individualizada e de planejar a conduta nutricional conforme sua realidade social, econômica e cultural.

Compreendendo que a nutrição é uma ferramenta essencial para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida da população, o estágio evidenciou que o atendimento nutricional desempenha papel central na prevenção, promoção e tratamento de comorbidades, sendo o nutricionista estratégico na atenção integral à saúde. O caráter gratuito e acessível do serviço reforça a responsabilidade social do profissional de saúde pública, destacando seu compromisso com a população.

Além disso, a experiência contribuiu significativamente para o crescimento pessoal e profissional, preparando para atuar de forma ética, competente e humanizada. Recomenda-se que políticas públicas continuem a garantir suporte nutricional amplo e acessível, fortalecendo o SUS e promovendo maior equidade no cuidado à saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe) e ao Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos pela oportunidade de desenvolver minhas habilidades profissionais como futura nutricionista. Expresso gratidão também as supervisoras de estágio pelo conhecimento transmitido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de agosto de 2025. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021–2030. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN). Código de ética do nutricionista: princípios fundamentais. Disponível em: http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=599. Acesso em: 21 set. 2025.

FREITAS, Islla Silva de; et al. Food and nutrition actions to face noncommunicable diseases from the perspective of Primary Health Care in Brazil: a scoping review. Journal of Human Growth and Development, v. 33, n. 1, p. 18–32, 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/jhgd/article/view/14273. Acesso em: 21 set. 2025.

RECINE, Elisabetta; et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. Revista de Nutrição, v. 25, n. 1, p. 21–33, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/YmJcNhHgHbwXyvYfmSQM96s/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 set. 2025.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

SILVA, Edlaine Alves da; et al. A importância do nutricionista na atenção primária na prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 1539–1546, 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2679. Acesso em: 21 set. 2025.

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Ambulatórios de saúde da UNIARP comemoram um ano nas instalações do Jonas Ramos. Disponível em: https://uniarp.edu.br/noticia-uniarp/ambulatorios-de-saude-da-uniarp-comemoram-um-ano-nas-instalacoes-do-jonas-ramos/. Acesso em: 21 set. 2025.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA VIVÊNCIA PRÁTICA

Categoria: Praticas de Estagio

Julia Cipriani[1]
Ana Cláudia Lunelli Moro[2]

Resumo – O estágio supervisionado em Nutrição Clínica e Saúde Pública têm como objetivo promover a vivência prática dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, permitindo desenvolver competências técnicas, humanas e profissionais. O estágio contempla atividades direcionadas ao atendimento nutricional individual e coletivo, levando em consideração exames laboratoriais, hábitos, preferências, diagnósticos nutricionais e realidade socioeconômica dos pacientes, fornecendo um atendimento humanizado. Este estudo busca compreender e analisar as experiências obtidas no período de estágio, destacando a importância da prática supervisionada para a formação acadêmica e profissional. A metodologia consistiu em observação prática, realização de atendimentos clínicos e elaboração de planos alimentares personalizados para cada paciente, atendendo as necessidades e seguindo as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os atendimentos, observações e avaliações realizadas durante o período de estágio contribuíram para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional, criando uma visão sobre o trabalho, compreendendo os desafios e oportunidades relacionadas à profissão escolhida.

Palavras-chave: Estágio. Prática. Clínica. Saúde.

INTRODUÇÃO

O estágio teve por objetivo o de promover a vivência prática dos conhecimentos teóricos aprendidos durante as fases da graduação, promovendo a chance de desenvolver competências técnicas, humanas, profissionais e éticas para a profissão, com foco na promoção da saúde, prevenção e cuidado individual e coletivo. Além disso, criou-se um vínculo estudante e ambiente de trabalho contribuindo significativamente para a formação e qualificação profissional do estudante (Brasil, 2017).

Saúde Pública é denominada como um conjunto de ações direcionadas à promoção prevenção e recuperação da saúde. No Brasil, esse direito é garantido pelo art. 196 da Constituição Federal de 1988, que determina que saúde é um direito de todos e um dever do Estado (Brasil, 1988). O SUS é regido por três princípios como universalidade, integralidade e equidade, assim garantindo o acesso da população a ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção (Brasil, 1990a).

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A área de atuação do nutricionista está integrada a uma equipe multiprofissional, com seu objetivo direto ao atendimento individual e coletivo que se direciona para os diferentes ciclos de vida (crianças, adultos, idosos, gestantes), descrição de planos alimentares, orientações nutricionais e por condições de saúde específicas como diabetes, hipertensão, obesidade, desnutrição, transtornos do espectro autista, entre outras (Brasil, 2010a). Nesse contexto, várias políticas públicas orientam os profissionais de nutrição no SUS, entre elas estão: Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) – ações para segurança alimentar e nutricional; a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) – integra ações de promoção da saúde nas APS; o Guia alimentar para a População Brasileira – documento técnico que orienta práticas alimentares saudáveis (Brasil, 2014). Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

A experiência proporcionou a inserção no ambiente profissional, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de escuta ativa, diálogo, a prescrição de planos alimentares personalizados. As experiências vivenciadas durante esse período contribuíram significativamente para o crescimento pessoal e profissional, ampliando a capacidade de tomada de decisão, fortalecendo a autonomia e a responsabilidade na prática clínica (Lima et al., 2020).

O presente trabalho tem como objetivo relatar como foi desenvolvido o estágio supervisionado obrigatório em Saúde Pública, abordando as principais doenças observadas e os temas abordados ao longo do processo. Buscou-se detalhar as atividades realizadas, explicando de forma objetiva como cada enfermidade se manifesta nos pacientes e como foi conduzido os atendimentos durante o estágio.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de estágio obrigatório com base em registros e observações realizadas durante o período de 30 de julho de 2025 a 02 de dezembro de 2025 com uma carga horária de 220 horas. Os atendimentos foram realizados de segundas as sextas – feiras, das 09h00min até 12h00min no período da manhã e das 13h00min até 17h00min no período da tarde, não excedendo 6 horas diárias. A caracterização do espaço foi realizada por meio de fotografias, avaliação de aspectos estruturais, fatores organizacionais, incluindo rotina e fluxo de trabalho. Durante o período de estágio foram realizadas atividades direcionadas ao atendimento nutricional individualizado e coletivo, atendendo as demandas necessárias de cada paciente seguindo as diretrizes do SUS. As condutas nutricionais foram elaboradas por meio de exames laboratoriais, diagnóstico nutricional, hábitos culturais, preferências alimentares e realidade socioeconômica dos usuários, promovendo um cuidado humanizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ambiente de estágio foram realizadas muitas atividades que contribuíram para o desenvolvimento profissional, abrangendo múltiplas tarefas como de observação dos atendimentos, realização de palestras para os pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), prescrição de planos alimentares, realização da antropometria e orientações nutricionais individualizadas. Também foram realizadas avaliações antropométricas, aplicação do

recordatório alimentar de 24 horas e identificação de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como obesidade, diabetes, dislipidemias e hipertensão arterial.

Durante a observação dos atendimentos, foi identificada nos pacientes uma elevada prevalência Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), associados a uma má alimentação, carência de conhecimento e informação sobre alimentação saudável fatores socioeconômicos limitantes. Além disso, se observou um baixo percentual de realização de atividades físicas no tempo disponível em intensidade e duração recomendada, o que contribui para o aumento da taxa de pessoas com sobrepeso e obesidade, associados e outras comorbidades relacionadas (Brasil, 2011).

Doenças crônicas como obesidade, diabetes mellitus, dislipidemia e hipertensão foram às doenças mais vistas no estágio clínico. Elas estão entre os maiores problemas de saúde pública, apresentam elevada prevalência e compartilham fatores de risco parecidos, como sedentarismo, predisposição genética e alimentação inadequada (Lima et al., 2020). Segundo Santos; Moura, (2019) a obesidade é uma doença crônica multifatorial, caracterizado pelo acúmulo excessivo de gordura no corpo que pode interferir e comprometer a saúde, sem contar que esta diretamente relacionada a outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs).

Durante o período de estágio, observou-se uma alta incidência de pacientes com diabetes mellitus e hipertensão, condições associadas à obesidade. O Diabetes Mellitus tipo 2 é uma doença metabólica caracterizada por alterações na secreção ou ação da insulina, resultando em hiperglicemia persistente. O diagnóstico é feito através da detecção de altos níveis de glicose plasmática em jejum. Essas disfunções podem ocasionar complicações em diversos órgãos como rins, olhos, coração e vasos sanguíneos (Silva et al., 2015).

Já a hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma condição clínica definida pela elevação persistente da pressão, geralmente acima de 140/90 mmHg, considerada um grande fator de risco para doenças cardiovasculares, devido às alterações estruturais e funcionais que causa no coração e vasos sanguíneos. De acordo com Mendes e Silva (2006), a hipertensão é uma doença silenciosa, que muitos casos não apresentam sintomas, assintomático, mas que, se não tratada corretamente pode causar sérios danos à saúde.

Durante o início da consulta, realizava-se uma anamnese completa do paciente, buscando entender o principal objetivo da consulta, procurando identificar possíveis doenças, analisando exames realizados, avaliando ingestão de água e o padrão intestinal por meio da Escala de Bristol. Também investigamos o uso de medicamentos, histórico familiar de enfermidades, dificuldades relacionadas à alimentação, nível de atividade física e no fim, aplicava-se o recordatório alimentar de 24 horas, permitindo analisar os hábitos alimentares e realizar as devidas adequações conforme as necessidades e metas de cada um.

Para a realização das avaliações antropométricas, foram utilizados equipamentos e ambientes adequados, como a balança de bioimpedância, adipômetro, o estadiômetro e fita métrica. A balança possibilitou a obtenção de peso, percentual de gordura e massa muscular, além de gordura visceral e idade metabólica. O adipômetro utilizado para mensurar as dobras cutâneas, enquanto o estadiômetro permitiu aferir a altura dos pacientes. Já a fita métrica foi usada para medir as circunferências da cintura, abdômen e quadril. O cálculo da taxa metabólica

basal (TMB) foi realizado com base na fórmula de Harris e Benedict (1994), e o gasto energético total (GET) de cada paciente foi estimado considerando o fator de atividade ao nível de esforço físico.

Após a realização da anamnese completa e avaliação física, os resultados eram apresentados ao paciente, e em conjunto era elaborado um plano alimentar personalizado, contendo a distribuição adequada de macro e micronutrientes para atender às necessidades diárias, considerando tanto os treinos quanto a rotina de trabalho. Além disso, eram fornecidas orientações mais saudáveis e às modificações necessárias para alcançar um resultado melhor. Em seguida, o plano alimentar era explicado detalhadamente, desde o café da manhã até a ceia, garantindo o entendimento e facilitando a adesão por parte do paciente.

As orientações eram sempre personalizadas conforme o que o paciente relatava, com ênfase nos casos relacionados a Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). As professoras ofereciam suporte e instruções, explicando as condutas nutricionais adequadas para cada situação. Com isso, conseguimos perceber uma evolução no entendimento dos pacientes relacionados as doenças e alimentação saldável, com adesão às recomendações dietéticas e condutas nutricionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas durante o período de estágio contribuíram para o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas, humanas e profissionais, criando uma visão sobre o trabalho, compreendendo os desafios e oportunidades relacionadas à profissão escolhida. Nesse período houve a melhora na comunicação e o reforço da importância do atendimento nutricional adequado, reconhecendo que a alimentação é um direito de todos e um dever do Estado, que deve assegurar condições de acesso de qualidade e quantidades suficientes. Além disso, a experiência possibilitou a inserção no ambiente profissional, favorecendo o desenvolvimento de habilidades de escuta, diálogo, prescrição dietética, cuidado com os pacientes, elaboração de planos alimentares personalizados. Esse período de estágio não apenas consolidou um aprendizado técnico, mas sim, o compromisso humano e ético com a vida dos pacientes através da alimentação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Campus Caçador e a todos os professores do Curso de Nutrição pelo constante apoio a pesquisa e as atividades de extensão que nos aproximam das demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção nutricional no SUS: princípios gerais para a construção de um modelo de atenção nutricional. Brasília: Ministério da Saúde, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica – PNAB. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 17 set. 2025.

COSTA, F. M.; SOUZA, D. R. Dislipidemia: definição, diagnóstico e manejo clínico. Revista Brasileira de Cardiologia, v. 32, n. 2, p. 145–152, 2018. Disponível em: https://rbconline.org.br/revista/artigo/dislipidemia-definicao-e-tratamento/. Acesso em: 8 out. 2025.

LIMA, A. P.; et al. Síndrome metabólica: inter-relação entre obesidade, diabetes, hipertensão e dislipidemia. Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, v. 18, n. 1, p. 23–30, 2020. Disponível em: https://rsbc.org.br/artigo/sindrome-metabolica-relacao-entre-doencas-cronicas/. Acesso em: 6 out. 2025.

MENDES, E. C.; SILVA, L. M. Hipertensão arterial: conceitos e cuidados de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, n. 2, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000200016.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

SANTOS, J. R.; MOURA, M. C. Obesidade: causas, consequências e tratamento. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 13, n. 82, p. 116–126, 2019. Disponível em: https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/460. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, M. E.; et al. Diabetes mellitus: classificação e diagnóstico. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 10, n. 35, 2015. DOI: https://doi.org/10.5712/rbmfc10(35)1092.

VIVÊNCIAS NO ESTÁGIO OBSERVACIONAL EM NUTRIÇÃO: ATENÇÃO CLÍNICA E COLETIVA

Categoria: Práticas de estágio

Leonardo Mendes de Oliveira[1]
Ana Cláudia Lunelli Moro[2]

Resumo – O estágio supervisionado em Nutrição Clínica e Saúde Pública constitui uma etapa indispensável e de grande relevância na formação na formação do nutricionista, permitindo ao estudante vivenciar na prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Essa experiência possibilita compreender de forma mais ampla o papel do profissional diante das demandas da população, além de promover o desenvolvimento de competências técnica, científicas e interpessoais fundamentais para o exercício ético e responsável da profissão. Durante o período de estágio, foram realizadas diversas atividades que abrangeram atendimentos individuais e ações coletivas, voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação do estado nutricional. As práticas envolveram a avaliação antropométrica e clínica, análise de exames laboratoriais, investigação dos hábitos alimentares, bem como o levantamento das condições socioeconómicas dos usuários. Além disso, foram elaborados planos alimentares personalizados, buscando atender às necessidades específicas de cada indivíduo, respeitando suas preferências, cultura alimentar e condições de vida. Essa vivência prática contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento das habilidades profissionais, o fortalecimento da autonomia, o raciocínio clínico e o compromisso com o cuidado integral e humanizado, representando um momento de aprendizado essencial para a consolidação da identidade profissional do futuro nutricionista.

Palavras-chave: Nutrição. Estágio. Promoção da saúde. Educação alimentar. Integralidade.

INTRODUÇÃO

O presente Resumo tem como objetivo relatar e destacar a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em Nutrição na área de Saúde Pública, evidenciando as atividades desenvolvidas, os aprendizados adquiridos e a importância dessa prática para a formação profissional e o aprimoramento das competências técnicas e humanas do futuro nutricionista.

O estágio supervisionado representa uma etapa crucial na formação do nutricionista, pois permite ao estudante aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante a graduação, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, interpessoais, éticas e profissionais. Segundo Carvalho e Pereira (2020), essa Vicência prática favorece a consolidação

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

das habilidades necessárias para atuar de forma segura e responsável, fortalecendo a identidade profissional do futuro nutricionista.

No contexto da Nutrição Clínica e da Saúde pública, o estágio possibilita a realização de atendimentos nutricionais individuais e coletivos, levando em consideração exames laboratoriais, diagnósticos nutricionais, hábitos alimentares, preferencias culturais e condições socioeconômicas dos pacientes. Essa abordagem integrada é essencial para garantir um cuidado humanizado, alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que, de acordo com a lei nº 8.080/1990, estabelece normas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como para a organização e funcionamento dos serviços correspondentes (Brasil, 1990).

O nutricionista desempenha papel essencial na promoção, recuperação e manutenção da saúde, atuando de forma ética e humanizada em diferentes níveis de atenção. Suas atribuições então diretamente relacionadas aos direitos humanos fundamentais, especialmente ao direito à vida, à saúde e à alimentação adequada, previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 6º e Art. 196), que reconhece a alimentação como um direito social e afirma que "a saúde é de direto de todos e dever do Estado". Nesse contexto o profissional de Nutrição contribui para a garantia desses direitos ao planejar, orientar e avaliar estratégias alimentares que respeitem as condições biológicas, culturais e socioeconômicas dos indivíduos e comunidades.

Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023). Assim, o exercício da profissão ultrapassa o aspecto técnico, constituindo-se em um ato de cidadania e justiça social, comprometido com a dignidade humana e a equidade no acesso à alimentação e à saúde (Brasil, 1988). O objetivo desse relato é evidenciar na prática a atividade profissional no atendimento humanizado nutricional e a conduta dietoterápica dos pacientes.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de caso que ocorreu durante o segundo semestre de 2025, na Clínica Escola de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), localizado nas dependências do Hospital Jonas Ramos, na cidade de Caçador/Santa Catarina, Brasil. A elaboração deste relato de estágio baseou-se em uma abordagem descritiva e qualitativa, fundamentada na observação direta e na vivência prática das atividades desenvolvidas no campo de estágio em Saúde Pública. As ações foram realizadas sob supervisão de um nutricionista responsável, seguindo os princípios éticos da profissão e as diretrizes do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN).

Durante o período de estágio, foram acompanhadas as atividades individuais e coletivas, incluindo atendimentos nutricionais, participação em campanhas de promoção da saúde, palestras educativas e acompanhamento de programas vinculados à Atenção Primária à Saúde.

Para a antropometria dos pacientes utilizou-se de balança de bioimpedância da marca Cescorf®, estadiomêtro digital da marca Avanutri® e fita métrica da marca Avanutri®. A coleta dos dados antropométricos consistiu em aferição de peso, estatura, circunferência abdominal, circunferência da cintura e do quadril. Para pacientes acima de 60 anos eram aferidos a circunferência da panturrilha, a fim de medir a taxa de depleção muscular. Posteriormente a

avaliação antropométrica, eram realizados o planejamento alimentar, utilizando do software nutricional WebDiet® na qual o acadêmico acompanhado do professor de estágio realizava o planejamento dietético individualizado conforme as especificidades dos pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos o perfil dos pacientes atendidos, observa-se uma maior prevalência do gênero feminino na assiduidade das consultas nutricionais. Também é notável que as faixas etárias adulta e idosa representam o maior número de atendimentos, enquanto os pacientes pediátricos e gestantes apresentaram menor frequência nas consultas.

Em relação às patologias atendidas, verificou-se, ao longo do estágio, que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) foram as mais prevalentes, com destaque para Diabetes Mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica e dislipidemias. Essas condições refletem o atual perfil epidemiológico da população brasileira e reforçam a importância da atuação do nutricionista na promoção de hábitos alimentares saudáveis e na prevenção de agravos relacionados à alimentação e ao estilo de vida.

Durante as observações e atendimentos realizados na Clínica de Nutrição, constatou-se que o principal motivo de busca por acompanhamento nutricional foi o desejo de perda de peso, geralmente associado à reeducação alimentar e à melhora da qualidade de vida. Essa demanda evidencia a crescente conscientização sobre a importância da alimentação equilibrada para a manutenção da saúde e o controle de doenças metabólicas.

Entre as principais dificuldades encontradas pelo acadêmico, destacou-se a elaboração de planos alimentares para pacientes pediátricos, especialmente aqueles com diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que apresentavam seletividade alimentar. Essa condição, frequentemente observada em indivíduos dentro do espetro, requer uma abordagem dietoterápica individualizada, considerando os aspectos sensoriais e comportamentais que influenciam a aceitação alimentar.

O acompanhamento nutricional tem papel fundamental no controle glicêmico e na prevenção de complicações em pacientes com Diabetes Mellitus tipo 2, sendo essencial para o sucesso do tratamento. Durante os atendimentos, são priorizadas orientações sobre o consumo adequado de carboidratos, fracionamento das refeições, escolha de alimentos com baixo índice glicêmico e incentivo à prática regular de atividade física. Além disso, destaca-se a importância da educação nutricional, que visa promover escolhas alimentares conscientes e autonomia no manejo de episódios de hipo e hiperglicemia. O diabetes representa um desafio crescente para a saúde pública, visto que a hiperglicemia crônica e as alterações metabólicas associadas podem causar complicações microvasculares (retinopatia, nefropatia e neuropatia) e macrovasculares, aumentando o risco de doenças cardiovasculares. Assim, compreender os mecanismos, o diagnóstico e as estratégias terapêuticos é essencial para o manejo eficaz da doença (Gonçalves et al., 2025).

O acompanhamento nutricional desempenha papel fundamental no controle da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), auxiliando na manutenção dos níveis pressóricos dentro da normalidade e na prevenção de complicações cardiovasculares. Durante as consultas, foram

enfatizadas orientações voltadas à redução do consumo de sódio, aumento da ingestão de potássio, cálcio e magnésio. Além da adoção do padrão alimentar DASH. Também fio estimulada a substituição de alimentos ultraprocessados por opções naturais e o controle do peso corporal, favorecendo a adesão às mudanças alimentares e ao tratamento medicamentoso (Gonçalves et al., 2025).

A pressão arterial resulta da força exercida pelo sangue nas artérias, sendo composta pelos valores sistólico e diastólico, e pode ser influenciada por fatores como alimentação, estresse e atividade física. O controle pressórico adequado é essencial para prevenir complicações graves, como urgências e emergências hipertensivas (Shahoud; Sanvictores; Aeddula, 2025).

Durante o estágio, observou-se que a educação nutricional é determinante para a compreensão e manejo da doença contribuindo para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, redução do consumo de sal e melhora da qualidade de vida dos pacientes hipertensos. Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

Durante o acompanhamento dos pacientes diagnosticados com dislipidemias, observou-se alta prevalência dessa condição, frequentemente associada ao Diabetes Mellitus tipo 2 e à Hipertensão Arterial Sistêmica, compondo o quadro da síndrome metabólica. As dislipidemias caracterizam-se por alterações nos níveis séricos de lipídios, com aumento do colesterol total, LDL e triglicerídeos, e redução do HDL, o que eleva o risco de doenças cardiovasculares. Essas alterações podem ter origem genética (primárias) ou resultar de hábitos de vida inadequados, como alimentação rica em gorduras saturadas e trans, sedentarismo, tabagismo e consumo excessivo de álcool.

A intervenção nutricional tem papel essencial no controle e na prevenção dessas alterações, visto que alimentação influencia diretamente o metabolismo lipídico. Nas consultas, priorizou-se a redução do consumo de gorduras saturadas e trans e o incentivo à ingestão de gorduras insaturadas, fibras solúveis e alimentos in natura. Além disso, reforçou-se a importância da prática regular de atividade física, controle do peso corporar e abandono do tabagismo.

A abordagem nutricional adequada contribui significativamente para a redução dos níveis lipídicos, prevenção de complicações cardiovasculares e melhoria da qualidade de vida, reforçando o papel do nutricionista na promoção da saúde e na adesão ao tratamento (Pappan; Awosika; Rehman, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses achados, é importante ressaltar o quanto o estágio supervisionado obrigatório se torna uma experiência enriquecedora para nós, enquanto acadêmicos, permitindo vivenciar na prática as situações e desafios que permeiam o cotidiano do profissional nutricionista. Essa vivência é essencial para o Aprimoramento dos conhecimentos teóricos e para a aplicação prática do aprendizado adquiridos ao longo da graduação.

O nutricionista que atua no âmbito da saúde pública exerce um papel fundamental na promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos, sendo um importante agente na implementação de práticas alimentares saudáveis. Sua atuação envolve a orientação individualizada, o uso de técnicas adequadas e a disseminação de conhecimento que contribuem para o aumento da percepção da população sobre a importância de uma alimentação equilibrada e adequada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Campus Caçador, e aos professores do Curso de Nutrição, pelo incentivo constante às pesquisas e às ações de extensão, que nos permitem compreender melhor as demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

CARVALHO, Fernanda Santos de; PEREIRA, Sara Litardi Castorino. Análise crítica de relato de experiência: a relevância do estágio de prática profissional em nutrição clínica na formação do nutricionista. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/27fbc608-0d14-4686-b4e4-f789e966a355/Fernanda%20Santos%20de%20Carvalho%20e%20Sara%20Litardi.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

GONÇALVES, Bianca; PINHEIRO, Débora Fernandes; MAZUR, Caryna Eurich; VIEIRA, Daniele Gonçalves; SCHMITT, Vania. Perfil antropométrico e consumo alimentar de hipertensos e diabéticos usuários do Sistema Único de Saúde. Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 48, n. 3, 2025. DOI: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2024.v48.n3.a414. Acesso em: 8 out. 2028.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

PAPPAN, N.; AWOSIKA, A. O.; REHMAN, A. Dyslipidemia. In: StatPearls. Ilha do Tesouro (FL): StatPearls Publishing, jan. 2025–. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK560891/. PMID: 32809726.

SHAHOUD, J. S.; SANVICTORES, T.; AEDDULA, N. R. Fisiologia, regulação da pressão arterial. In: StatPearls. Ilha do Tesouro (FL): StatPearls Publishing, jan. 2025. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK538509/.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM NUTRIÇÃO MATERNO INFANTIL

Categoria: Práticas de Estágio

Vitória Alessandra Cardoso Morais[1]
Ana Cláudia Moro[2]

Resumo – O estágio curricular obrigatório em Nutrição, realizado no "Mãe Caçadorense" apresenta uma imersão prática na atuação do nutricionista da saúde pública, principalmente para gestantes, lactantes e crianças. O estágio focou no atendimento ambulatorial especializado, direcionado a grupos prioritários, como gestantes com Diabetes Mellitus Gestacional e crianças em acompanhamento pelo programa materno-infantil, encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). As atividades desenvolvidas incluíram avaliação clínico-nutricional, prescrição de terapia nutricional individualizada e a condução de atividades educativas, como palestras sobre introdução alimentar. A vivência permitiu compreender na prática a integralidade entre a atenção secundária e a primária, a prática de políticas públicas de alimentação e nutrição e a essencialidade do trabalho multiprofissional no Sistema de Saúde (SUS). Conclui-se que a formação prática é fundamental para consolidar o papel do nutricionista como agente promotor de saúde coletiva, fortalecendo o SUS e contribuindo para equidade no acesso à saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública, Gestantes, Nutrição.

INTRODUÇÃO

A Saúde Pública constitui-se como um campo multidisciplinar com objetivo principal de promoção de saúde e prevenção de doenças na população, através da implementação de ações educativas, políticas públicas e intervenções clínicas (Masters et al., 2017). Nesse contexto, a nutrição se apresenta como um pilar fundamental, uma vez que as condições alimentares e nutricionais são determinantes do perfil de saúde de uma coletividade.

O nutricionista, profissional integrante da equipe de saúde pública, atua de diversas formas, através do atendimento individual em ambulatórios e na Atenção Básica até a gestão e implementação de políticas públicas nutricionais. Essa atuação é essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional, fomentando práticas alimentares saudáveis e prevenindo agravos, desde a desnutrição até a obesidade e as doenças nutricionais não transmissíveis (DCNT). Conforme destaca Paiva Lourenção (2024), "a atuação do nutricionista na saúde pública é estratégia para consolidação de um modelo de Cuidado integral e resolutivo".

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal referência para a organização e o provisionamento desse cuidado, tendo como preceitos o acesso universal e equitativo para todos os usuários do sistema (Narvai, 2022). É no âmbito do SUS que se desdobram as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), sendo o objetivo central de "melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos nutricionais "(Brasil, 2024).

Este relato tem como objetivo descrever a experiência de estágio curricular em Nutrição em Saúde Pública, realizado no "Mãe Caçadorense", destacando as atividades desenvolvidas, o perfil dos usuários atendidos e a interface com as políticas públicas vigentes e a reflexão sobre o papel do nutricionista neste caso.

METODOLOGIA

O estágio curricular foi realizado no "Mãe Caçadorense", sob a supervisão direta da nutricionista responsável pelo serviço de atenção ambulatorial em nutrição. O estágio ocorre período durante 5 meses, estabelecido pela grade curricular do curso de Nutrição, totalizando a carga horária mínima exigida para conclusão da disciplina, 220h.

A Tabela 1 resume as principais atividades desenvolvidas durante o estágio, demonstrando a amplitude da atuação do nutricionais na saúde pública, que envolve dimensões clínicas, educativas e de gestão.

Tabela 1 – Atividades desenvolvidas no estágio curricular de Nutrição em Saúde Pública.

Tipo de Atividade	Descrição	Objetivo Principal
Atendimento ambulatorial individual	Avaliação Clínico Nutricional, anamnese alimentar e prescrição de plano alimentar.	Promover controle metabólico e melhoraria do estado nutricional.
Acompanhamento de grupos específicos	Consultas regulares com gestantes e crianças encaminhadas.	Monitorar evolução nutricional a adesão ao tratamento.
Ações Educativas	Palestras sobre introdução alimentar e práticas alimentares saudáveis.	Prevenir obesidade infantil e estimular escolhas alimentares adequadas.
Integração Multidisciplinar	Participação no fluxo entre UBS e ambulatório.	Garantir continuidade e integralidade do cuidado no SUS.

Fonte: Os autores (2025).

O fluxo do trabalho foi baseado no encaminhamento dos pacientes das UBS (Atenção Primária) para o acompanhamento nutricional especializado no ambulatório (Atenção Secundária).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil dos pacientes atendidos durante o período de estágio foi majoritariamente de gestantes com Diabetes Mellitus Gestacional, posto que há um protocolo a ser seguido durante as consultas iniciais e de rotina. Tabela 2 apresenta fluxo de atendimento das gestantes no Mãe Caçadorense, evidenciando integralidade entre os profissionais de saúde e a importância no encaminhamento nutricional na rede de atenção de Saúde.

Tabela 2 – Etapas do fluxo de atendimento das gestantes no "Mãe Caçadorense".

Etapa	Profissional Responsável	Procedimentos Realizados
1°	Enfermeiro da Unidade Mãe Caçadorense	Triagem inicial: aferição de peso, altura, pressão arterial e coleta de informações sobre gestação
2°	Médico Obstetra	Solicitação de exames laboratoriais (hemograma, tipagem sanguínea, sorologias, glicemia, urina e fezes) e ultrassonografias.
3°	Enfermeira da Unidade Mãe Caçadorense - responsável	Avaliação dos resultados e encaminhamento à nutricionista quando identificada necessidade de acompanhamento.
4°	Nutricionista	Atendimento clínico-nutricional individualizado, com ênfase em gestantes com glicemia em jejum superior a 96mg/dL.

Fonte: Os autores (2025).

No manejo das gestantes com Diabetes Mellitus Gestacional, a terapia nutricional individualizada mostrou-se em ferramenta fundamental. A elaboração de planos alimentares personalizados, considerando hábitos culturais, preferências alimentares e estado fisiológico, foi crucial para o alcance do controle glicêmico, prevenindo complicações materno-fetais como macrossomia, hipoglicemia neonatal e partos prematuras. Freitas et al. (2024), corroboram essa observação, ao afirmares que "a intervenção nutricional é um dos pilares do tratamento do diabetes Mellitus Gestacional, com impacto direto na qualidade de vida da gestante e no desfecho da gravidez".

A atuação do nutricionista, portanto, vai além da prescrição dietética, assumindo um caráter educativo e de empoderamento da paciente para o autocuidado. Entretanto, houve identificação de resistência com os planos individualizados, posto que a maioria das gestantes observadas nas consultas demonstravam preferência por alimentos ultraprocessados e com adição de açúcar. Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional configura uma estratégia fundamental na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais (Moro et al., 2023).

Em relação ao acompanhamento infantil, as atividades educativas, especialmente as palestras sobre introdução alimentar, foram espaços privilegiados para a promoção de saúde.

Abordou-se a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses, a oferta de alimentos in natura e minimamente processados a partir desta idade, e os riscos associas à introdução alimentar precoce de alimentos ultraprocessados, açúcares e sal. Melo et al. (2024) alertam que a "introdução alimentar precoce inadequada é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento da obesidade infantil e de outras DCNT na vida adulta". Dessa forma, atuação educativa do nutricionista na saúde pública configura-se como uma estratégia de prevenção primária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no ambulatório evidenciou, de forma prática, o papel estratégico do nutricionista no enfrentamento da chamada transição nutricional, fenômeno caracterizado pela coexistência de agravos por deficiência e por excessos, como a obesidade e suas comorbidades. Ao atuar tanto na prevenção (com as crianças) quando no controle (com gestantes diabéticas), o profissional de nutrição contribui diretamente para a melhoria do estado nutricional da população e para a redução de carga de DCNT, conforme previsto nas diretrizes do Ministério da Saúde (2024).

Além disso, o estágio permitiu vivenciar a imprescindibilidade da atuação multiprofissional integrada entre enfermeiros, médicos, nutricionista e setor administrativo. O encaminhamento das UBS, o compartilhamento de informações e a possibilidade de contrarreferência dos pacientes ilustram o funcionamento da Rede de Atenção à Saúde. Santos et al. (2022) ressaltam que a atuação do nutricionista no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e na Atenção de Saúde Básica, em interface com a atenção especializada, fortalece o SUS e contribui para a integralidade do cuidado e da equidade no acesso à assistência nutricional.

Por fim, o estágio reforçou que o preparo técnico-científico do nutricionista, aliado a competência como comunicação, trabalho em equipe e compreensão do contexto social, é indispensável para o sucesso das ações em saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 13 out. 2025.

FREITAS, A. T. M. M. de et al. Influência da nutrição perante o diabetes gestacional no Brasil. 2024. Disponível em: (inserir URL, se houver). Acesso em: 13 out. 2025.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO (HUAC). Manual de atendimento ambulatorial de nutrição do HUAC. Campina Grande: HUAC, 2024.

MASTERS, R. et al. The role of the public health professional in the 21st century. Journal of Public Health, v. 25, n. 1, p. 12-18, 2017.

MELO, G. J. de O. et al. Introdução alimentar precoce e o desenvolvimento de obesidade infantil: revisão. 2024. Acesso em: 13 out. 2025.

MORO, Ana Claudia Lunelli; RADECH DE LIMA, Kamilla. Projeto Brincar de Comer: a adoção de estratégias lúdicas em educação alimentar e nutricional. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11., 2020, Caçador. Anais... Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2020. v. 4, Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791.

NARVAI, P. C. Saúde pública: fundamentos e políticas. São Paulo: Hucitec, 2022.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION (NCBI). The role of nutrition in gestational diabetes: review article. PubMed Central (PMC), 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11128061/. Acesso em: 13 out. 2025.

PAIVA LOURENÇÃO, L. F. A atuação e importância do nutricionista no âmbito da saúde pública. 2024. Acesso em: 13 out. 2025.

RELATO DE ESTÁGIO UNIJORGE. Experiência em nutrição em saúde pública. Salvador: UNIJORGE, 2023.

SANTOS, M. C. dos et al. Percepção de nutricionistas acerca da atuação no NASF e Atenção Básica. 2022. Acesso em: 13 out. 2025.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Categoria: Práticas de Estágio

Gabriel de Bortoli Tibes da Luz[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – O estágio supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) foi uma oportunidade de vivenciar na prática o dia a dia de uma cozinha institucional, compreendendo melhor o papel do nutricionista na gestão e na organização do trabalho. Durante esse período, acompanhei o recebimento de carnes, materiais secos e hortifrutigranjeiros, ajudando na conferência de produtos e no controle das temperaturas de equipamentos como freezers, balcões e geladeiras. Também participei da rotina de atendimento aos clientes, da organização do estoque e da baixa de produtos em notas fiscais. Além disso, presenciei reuniões, admissões e demissões de colaboradores, junto à nutricionista responsável e ao setor de Recursos Humanos. Outro ponto importante foi o aprendizado sobre o sistema interno utilizado para calcular refeições e controlar o consumo dos alimentos. Todas essas experiências contribuíram para meu crescimento profissional, ampliando o entendimento sobre a importância da gestão, do controle de qualidade e da atuação do nutricionista em uma UAN.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; unidade de alimentação e nutrição; gestão; controle de qualidade; prática profissional.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) desempenham papel fundamental na promoção da saúde, segurança alimentar e qualidade de vida dos indivíduos atendidos, sendo responsáveis pelo planejamento, organização, direção e controle das atividades relacionadas à produção e distribuição de refeições (Abreu; Spinelli; Pinto, 2016). O nutricionista é o profissional responsável técnico por assegurar que todas as etapas de manipulação de alimentos estejam de acordo com as normas de boas práticas, como preconiza a Resolução RDC nº 216/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil, 2004). A atuação em UAN requer competências que envolvem gestão de pessoas, controle de estoque, garantia da qualidade e conhecimento em legislação sanitária, tornando o estágio supervisionado uma etapa essencial para o desenvolvimento profissional.

Dessa forma, o presente relato descreve as vivências e aprendizados adquiridos durante o Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição, com foco

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

nas atividades práticas relacionadas à rotina operacional, controle de qualidade e processos administrativos.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado foi realizado em uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) institucional, sob orientação da nutricionista responsável e supervisão acadêmica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). No período do estágio compreendi a vivência das rotinas administrativas e operacionais da unidade, com acompanhamento diário das atividades de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos. Durante o estágio, participei ativamente de tarefas como o recebimento de carnes, materiais secos e hortifrutis, observando as condições de transporte, integridade das embalagens, prazos de validade e temperatura dos produtos. Também foram realizados registros de controle de temperatura dos equipamentos de refrigeração, como freezers, balcões e geladeiras, assegurando a conformidade com os padrões estabelecidos pelas normas sanitárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio, foi possível vivenciar de forma prática o funcionamento da UAN, compreendendo a importância do trabalho em equipe e do cumprimento das boas práticas de fabricação. O controle rigoroso das temperaturas dos equipamentos de conservação demonstrou-se essencial para garantir a segurança dos alimentos e evitar contaminações cruzadas. A experiência com o recebimento de carnes, produtos secos e hortifrutigranjeiros possibilitou o aprendizado sobre o controle de qualidade na entrada de insumos e a importância da rastreabilidade dos alimentos, da organização de estoque e da baixa de produtos em notas fiscais, aprimorando o entendimento sobre o controle de custos e gestão de materiais. Foram acompanhadas reuniões de equipe, admissões e demissões de colaboradores, junto à nutricionista responsável e ao setor de Recursos Humanos, o que me proporcionou uma visão ampla da gestão de pessoas no ambiente da UAN.

Outro ponto relevante foi o aprendizado sobre o sistema interno da empresa, utilizado para o cálculo do número de refeições e controle do consumo de gêneros alimentícios, permitindo a análise de dados e o planejamento de compras mais precisas. Essas experiências reforçam a importância do nutricionista como gestor assim garantindo a qualidade dentro das unidades de alimentação, integrando conhecimentos técnicos e administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição proporcionou uma vivência prática essencial para a minha formação profissional, permitindo aplicar os conhecimentos teóricos em situações reais de gestão e controle de qualidade. As atividades desenvolvidas contribuíram para o aprimoramento das competências em administração, liderança, controle sanitário e planejamento de produção. Conclui-se que a atuação do nutricionista na UAN é indispensável para garantir a qualidade e a segurança alimentar, bem como para promover a eficiência operacional e o bem-estar dos colaboradores e clientes.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S.; SPINELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 7. ed. São Paulo: Metha, 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

PRÁTICAS VIVENCIADAS EM ESTÁGIO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Categoria: Práticas de Estágio

Silas Rodrigues da Silva[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) desempenham papel fundamental na promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente de trabalho. O objetivo deste estudo foi relatar as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado realizado no segundo semestre de 2025, na empresa Sincol, sob a coordenação da Sodexo do Brasil Comercial S.A., localizada em Caçador, Santa Catarina, Brasil. A vivência possibilitou o acompanhamento das rotinas operacionais e administrativas de uma UAN, envolvendo desde o recebimento de gêneros alimentícios até a distribuição das refeições. Conclui-se que o estágio foi uma oportunidade enriquecedora para o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e éticas, essenciais à formação profissional do nutricionista e à compreensão da importância da atuação desse profissional na promoção da segurança alimentar e da saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Alimentação do trabalhador; alimentação saudável; promoção à saúde.

INTRODUÇÃO

A alimentação, além de uma necessidade fisiológica, reflete um conjunto complexo de aspectos biológicos, econômicos, sociais e culturais. Assim, uma nutrição adequada deve estar vinculada não apenas ao valor nutricional dos alimentos, mas também aos valores culturais e financeiros, à acessibilidade, ao sabor, à variedade e à harmonia das refeições (Sousa; Paim, 2023). Nesse contexto, as Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) configuram-se como setores ou órgãos responsáveis por atividades voltadas à alimentação e nutrição, independentemente de sua posição hierárquica dentro de uma instituição. Seu objetivo principal é fornecer refeições equilibradas do ponto de vista nutricional e seguras sob o aspecto higiênico- sanitário, promovendo e/ou recuperando a saúde dos comensais e incentivando hábitos alimentares saudáveis (Busato; Ferigollo, 2018).

É importante destacar que as empresas que possuem UAN podem ou não aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), política pública instituída há mais de 40 anos com o propósito de melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores. Atualmente, o programa beneficia mais de 21,4 milhões de pessoas em todo o país (Torres et al., 2020). O ambiente de trabalho é reconhecido como um espaço estratégico para a promoção de uma alimentação adequada e saudável, além de contribuir para a redução das desigualdades no

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

acesso a alimentos de qualidade. No entanto, muitos trabalhadores ainda estão expostos a ambientes obesogênicos, especialmente quando os benefícios alimentares, como vouchers, são utilizados em estabelecimentos que oferecem opções predominantemente ultraprocessadas. Essa realidade favorece o consumo inadequado, impactando negativamente a produtividade e aumentando a incidência de doenças crônicas não transmissíveis, com consequências econômicas e sociais relevantes (Albuquerque et al., 2025).

Considerando que fatores relacionados ao trabalho podem contribuir para o excesso de peso — inclusive em profissionais que atuam diretamente com manipulação de alimentos —, torna-se essencial que o governo e as empresas invistam em intervenções voltadas à saúde no ambiente laboral. Tais ações devem orientar e conscientizar os trabalhadores sobre práticas alimentares e estilos de vida mais saudáveis, prevenindo custos associados ao absenteísmo, à rotatividade e ao adoecimento (Fideles et al., 2022).

Por fim, destaca-se a relevância do estágio supervisionado obrigatório na formação do nutricionista, pois possibilita a integração entre teoria e prática, a vivência das rotinas profissionais e o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais fundamentais (Da Silva et al., 2025). Diante disso, o presente estudo teve como objetivo relatar as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) de uma empresa privada localizada em Caçador, Santa Catarina, voltada à produção de refeições sem fins comerciais destinadas aos trabalhadores.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, referente ao estágio supervisionado obrigatório em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), realizado no segundo semestre de 2025. O estágio foi desenvolvido na unidade da empresa Sincol, localizada no município de Caçador, Santa Catarina, Brasil, sob administração da Sodexo do Brasil Comercial S.A.

A unidade tem como finalidade o fornecimento de refeições industriais seguras e de qualidade, destinadas aos colaboradores e parceiros da Sincol Indústria e Comércio. A gestão do setor é conduzida por um nutricionista responsável técnico, encarregado da coordenação das etapas de planejamento, produção e distribuição das refeições, assegurando o cumprimento das normas de boas práticas e da legislação sanitária vigente.

As atividades realizadas compreenderam o acompanhamento das rotinas operacionais de alimentação coletiva em ambiente industrial, incluindo as etapas de recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, distribuição, controle de sobras e gestão de resíduos. O estágio contou com carga horária semanal de 44 horas, totalizando 220 horas finais, voltadas ao acompanhamento técnico, à observação das práticas de produção e à participação em ações administrativas e educativas voltadas à equipe.

As informações foram obtidas a partir de registros em diário de campo, relatórios semanais e observações diretas, sendo analisadas de forma descritiva e reflexiva, com o intuito de relatar a vivência acadêmico-profissional e discutir aspectos relacionados à atuação do nutricionista em UAN.

Por se tratar de um relato de experiência, sem envolvimento direto de seres humanos ou coleta de dados pessoais, este estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da Sodexo, instalada nas dependências da empresa Sincol, em Caçador (SC), é responsável pela produção média de 400 almoços e 150 jantares diários, totalizando aproximadamente 550 refeições por dia. A estrutura física da unidade foi projetada para atender a esse volume de produção, dispondo de áreas distintas para recebimento, armazenamento, pré-preparo, cocção, distribuição e higienização, além de espaços administrativos e de apoio. Essa organização contribui para a fluidez do processo produtivo e para o cumprimento das normas de segurança alimentar.

Durante o estágio supervisionado, o acadêmico participou de diversas atividades práticas, entre as quais se destacam a coleta de amostras e a organização do buffet, ambas sob orientação direta da nutricionista responsável técnica. Tais atividades permitiram a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação e proporcionaram vivência real das responsabilidades inerentes à gestão de uma UAN.

Figura 1. Acadêmico desenvolvendo a prática de estágio sob supervisão.

Fonte: O autor (2025).

O dimensionamento da área física mostrou-se adequado à demanda, permitindo o fluxo contínuo de produção sem cruzamento entre alimentos crus e prontos, condição essencial para garantir a segurança higiênico-sanitária. A boa iluminação, ventilação e circulação interna também favorecem o desempenho das atividades, promovendo conforto e reduzindo riscos de acidentes.

Em relação aos equipamentos e utensílios, a unidade dispõe de infraestrutura compatível com a produção em larga escala, incluindo freezers e câmaras frias para armazenamento de perecíveis, além de estoques secos bem organizados. O setor de cocção conta com fogões industriais, caldeirões e fornos combinados, que possibilitam eficiência no preparo e padronização das refeições. O uso de utensílios em aço inoxidável, como cubas, bandejas e panelas, facilita a higienização e garante maior durabilidade e segurança alimentar. A área de higienização é equipada com pias e máquinas industriais, assegurando agilidade e eficácia no processo de limpeza.

O layout da unidade segue o princípio do fluxo unidirecional, iniciando-se no recebimento dos gêneros alimentícios, passando pelo armazenamento, pré-preparo (em áreas separadas para hortifrúti e carnes), cocção, distribuição e higienização final dos utensílios. Esse arranjo físico otimiza o tempo de produção e minimiza o risco de contaminações cruzadas, favorecendo a rastreabilidade e o controle de qualidade em todas as etapas.

A análise das observações realizadas durante o estágio evidencia que a UAN da Sodexo/Sincol apresenta estrutura física, equipamentos e processos operacionais adequados ao seu porte produtivo. Contudo, reforça-se a importância da manutenção preventiva dos equipamentos e da avaliação contínua do espaço físico, de modo a assegurar a eficiência operacional e a conformidade com as normas sanitárias. Além disso, destaca-se o papel do nutricionista na supervisão técnica, na implementação das boas práticas de fabricação e na promoção de uma alimentação saudável e segura aos trabalhadores, reafirmando a relevância da atuação desse profissional no contexto da alimentação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da prática vivenciada, conclui-se que o estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição representou uma experiência profundamente enriquecedora para a formação profissional. A vivência permitiu aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, aprimorar habilidades técnicas e gerenciais, além de desenvolver senso crítico frente às rotinas e desafios do trabalho em alimentação coletiva.

A participação direta nas atividades operacionais e administrativas possibilitou compreender de forma ampla o papel do nutricionista como responsável técnico, gestor e treinador da equipe no âmbito da nutrição. Essa experiência reforçou a importância da atuação ética, da observância das boas práticas de fabricação e da busca constante pela qualidade e segurança dos alimentos.

Portanto, o estágio contribuiu significativamente para o amadurecimento acadêmico e profissional, consolidando competências essenciais à futura atuação na área de alimentação e

nutrição, e evidenciando a relevância do aprendizado prático como etapa indispensável na formação do nutricionista.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela formação e apoio durante o curso, à nutricionista Mariele Araújo pela orientação e confiança durante o estágio, e à empresa Sincol Indústria e Comércio pela oportunidade de aprendizado prático e acolhimento na Unidade de Alimentação e Nutrição.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernanda Martins *et al*. The nutritional quality of the meals and foods provided to beneficiaries of the Brazilian Worker's Food Program: a systematic review. Journal of Nutritional Science, v. 14, p. e.31, 2025.

BUSATO, Maria Assunta; FERIGOLLO, Maira Cristina. Desperdício de Alimentos em Unidades de Alimentação e Nutrição: Uma revisão integrativa de literatura. Holos, v. 1, p. 91-102, 2018.

DA SILVA, Silas Rodrigues *et al*. Estágio supervisionado em Nutrição: Uma análise crítica da prática profissional e sua contribuição para à Saúde Pública. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Joaçaba, v. 9, p. e.37112, 2025.

FIDELES, Ingrid *et al.* Brazilian Food Handlers' Years of Work in the foodservice and excess weight: A nationwide cross-sectional study. Frontiers in Public Health, 2022.

SOUSA, Antônio Flávia Lopes; PAIM, Raquel Teixeira Terceiro. Food habits of different worker categories: an integrative review. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 20, n. 4, p. 624-632, 2023.

TORRES, Karina *et al*. Long-term effect of the Brazilian Workers' Food Program on the nutritional status of manufacturing workers: A population-based prospective cohort study. PLoS One, v. 15, n. 4, p. e.0231216, 2020.

PRÁTICAS DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR: VIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Categoria: Práticas de estágio

Tiago Valentim Pedroso da Silva[1]
Vivian Baseggio[2]
Nicolle Aparecida da Luz[3]
Ana Paula Ludwig do Amaral[4]

Resumo – O presente trabalho, tem como objetivo descrever as práticas desenvolvidas no Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). As atividades foram realizadas pelos acadêmicos da 8ª fase do curso de Nutrição, em uma unidade hospitalar da cidade de Caçador, no centro oeste de Santa Catarina, sob supervisão dos docentes responsáveis. Durante o período do estágio, os estudantes acompanharam e participaram das rotinas de gestão e produção de refeições, incluindo planejamento de cardápios, controle de qualidade dos alimentos, boas práticas de manipulação, gestão de estoques e acompanhamento das condições higiênico-sanitárias. Essa experiência permitiu a aplicação prática de conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de liderança, organização, trabalho em equipe e tomada de decisão. Assim também, reforçou a importância do nutricionista como gestor da qualidade e segurança alimentar, atuando de forma estratégica na promoção da saúde coletiva. O estágio em Unidades de Alimentação e Nutrição é uma etapa essencial na formação profissional do nutricionista, por proporcionar vivências reais de gestão e produção de alimentos, fortalecendo competências técnicas e éticas necessárias para a atuação em diferentes contextos do Sistema de Alimentação e Nutrição.

Palavras-chave: Hospital; UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição); Boas práticas de manipulação; Saúde coletiva; Controle de qualidade.

INTRODUÇÃO

O nutricionista desempenha um papel essencial no desenvolvimento e na gestão de ações voltadas à alimentação e nutrição coletiva. Esse profissional é responsável por planejar, organizar e supervisionar o funcionamento das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), garantindo a oferta de refeições equilibradas, seguras e de qualidade. Além disso, o nutricionista nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) atua na implementação de programas voltados à educação alimentar coletiva, à promoção de hábitos saudáveis no ambiente de trabalho e ao incentivo de

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

práticas sustentáveis, assegurando que a produção e o consumo de alimentos estejam alinhados aos princípios de qualidade nutricional, segurança sanitária e responsabilidade social (Encarnação et al., 2021).

Sua atuação contribui para o aprimoramento das práticas de gestão e de produção de alimentos, assegurando que as preparações atendam às necessidades nutricionais e sensoriais dos consumidores, além de promover o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente coletivo (Sousa et al.,2024).

Nesse contexto, destaca-se a relevância do nutricionista diante dos desafios enfrentados pelas UAN, que envolvem desde o controle de qualidade higiênico-sanitária até a gestão de custos, recursos humanos e desperdícios alimentares (Gerhard; Quinot; Bruch-Bertani, 2025). A atuação técnica e gerencial desse profissional é determinante para manter a eficiência operacional e a sustentabilidade das unidades, além de assegurar a conformidade com as legislações vigentes e as boas práticas de fabricação. Assim, o nutricionista assume um papel estratégico na promoção de uma alimentação equilibrada e segura, na otimização dos processos produtivos e na melhoria contínua dos serviços oferecidos à comunidade (Verçoza; Canuto; Barbosa, 2025).

O Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos experiências práticas que integrem teoria e realidade profissional. As atividades foram realizadas pelos estudantes da 8ª fase do curso de Nutrição, e envolveram o acompanhamento das rotinas de gestão e produção, incluindo o planejamento de cardápios, controle de estoque, boas práticas de manipulação, elaboração de fichas técnicas e avaliação de custos.

Esse estágio permite o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e éticas fundamentais para a atuação do futuro nutricionista em serviços de alimentação coletiva. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi relatar as práticas desenvolvidas pelos acadêmicos durante o Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição da UNIARP.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem descritiva e qualitativa, elaborado a partir das atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). O estágio foi realizado pelos acadêmicos da 8ª fase do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no período de 11 de agosto a 14 de outubro de 2025, totalizando 220 horas.

As atividades ocorreram no Hospital Maicé, localizado em Caçador (SC), sob supervisão da nutricionista responsável técnica Janaina Pereira e orientação da professora Ana Paula Ludwig. Durante o estágio, foram acompanhadas as rotinas operacionais e administrativas da UAN hospitalar, abrangendo diferentes setores, como SUS, convênios particulares, maternidade, UTIs e emergência.

As principais atividades incluíram o acompanhamento das copeiras em cada andar, o controle e organização dos estoques secos e de carnes, e o auxílio na preparação das dietas

hospitalares — pastosa, branda, líquida, para diabéticos, entre outras. Também houve participação nas atividades práticas da cozinha, desde o pré-preparo de alimentos até a produção de bolos, além da execução de pedidos de gêneros alimentícios no sistema informatizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) em hospitais possui papel estratégico no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), visto que a qualidade da alimentação fornecida aos pacientes está diretamente relacionada ao processo de recuperação e promoção da saúde (Oliveira et al., 2022). O fornecimento de refeições seguras, nutricionalmente adequadas e adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos é fundamental para garantir a efetividade do tratamento hospitalar, visto que a dieta pode atuar como fator adjuvante no controle clínico de diversas doenças (Dare; Bernardo; Chaud, 2018).

Nesse cenário, a UAN hospitalar não se restringe apenas ao preparo de refeições, mas também à aplicação de normas técnicas de higiene, segurança alimentar e planejamento dietético, buscando atender tanto os pacientes quanto os colaboradores da instituição (Coelho et al., 2023). A gestão adequada dos processos de produção é essencial para assegurar a padronização, a qualidade sensorial e nutricional das preparações, além de minimizar desperdícios e custos desnecessários, o que impacta diretamente na sustentabilidade do sistema hospitalar (Coelho et al., 2023).

Ademais, o estágio supervisionado em UAN hospitalar proporciona ao aluno a oportunidade de compreender a complexidade da gestão de uma cozinha institucional, vivenciando desde a etapa de recebimento e armazenamento de gêneros alimentícios até a distribuição das refeições (Carneiro; Martins, 2022). Essa prática permite o desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e éticas, essenciais para a atuação profissional em contextos que demandam controle rigoroso de qualidade e atendimento a padrões nutricionais específicos (Carneiro; Martins, 2022).

Durante o período de estágio, foi realizada uma ação educativa no refeitório do hospital voltada aos colaboradores, com o propósito de incentivar escolhas alimentares mais saudáveis e conscientizar sobre o valor nutricional dos alimentos naturais. A atividade consistiu na preparação e oferta de sucos funcionais elaborados com cenoura, couve e beterraba, acompanhados de uma breve explanação sobre os benefícios de cada vegetal. Foram destacados os efeitos antioxidantes e o aporte de vitaminas e minerais desses ingredientes, como mostram as imagens 1 e 2.

Essa ação promoveu a interação entre os estagiários e os colaboradores, despertando o interesse dos participantes por práticas alimentares mais equilibradas e pela substituição de bebidas industrializadas por opções naturais. Além disso, favoreceu o desenvolvimento de habilidades de comunicação e educação nutricional por parte dos alunos, que puderam aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante a graduação. Iniciativas como essa fortalecem o papel educativo da UAN hospitalar, contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar não apenas dos pacientes, mas também dos profissionais que compõem o ambiente hospitalar.

Imagem 1: Registro da ação.

Fonte: Os autores (2025).

Imagem 2: Sucos Funcionais.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição proporcionou aos acadêmicos uma vivência essencial para a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. A experiência no Hospital Maicé possibilitou compreender a complexidade da gestão de uma UAN hospitalar, desde o planejamento e controle de estoque até o preparo e distribuição das dietas.

As atividades desenvolvidas permitiram o aprimoramento de competências técnicas, gerenciais e éticas, além de evidenciar a importância do nutricionista na garantia da qualidade e segurança alimentar. Dessa forma, o estágio contribuiu significativamente para a formação profissional, reforçando o papel do nutricionista como agente fundamental na promoção da saúde, na gestão eficiente dos serviços de alimentação e na melhoria contínua da assistência hospitalar.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP pela oportunidade, aos professores pelo conhecimento compartilhado e à equipe do hospital pela receptividade e orientação durante o estágio.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Yanna de Jesus; MARTINS, Nina Nayara Ferreira. A importância do estágio obrigatório para a formação de competências profissionais em alimentação coletiva: um relato de experiência. Brazilian Journal of Development, v.8, n.8, p. 55599-55609, 2022.

COELHO, Ana Carolina Rodrigues, *et al.* Importância do planejamento de cardápio por nutricionista em unidade de alimentação e nutrição hospitalar: estudo de caso. Revista Integrare - Faculdade Estácio Teresina, V.1, 2023.

DARE, Camilla; BERNARDO, Desiree Rita Denelle; CHAUD, Daniela Maria Alves. Avaliação das condições físicas e higiênico-sanitárias de uma unidade de alimentação e nutrição hospitalar. Revista Saúde (Santa Maria), v. 44, n. 1, p. 1-7, 2018.

ENCARNAÇÃO, Gleicimara Aquino da *et al*. Qualidade nos serviços da Unidade de Alimentação e Nutrição - UAN em tempos de Covid-19. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 13, p. e145101321230, 2021.

GERHARD, Nicoli Pozzobon; QUINOT, Letícia Meires; BRUCH-BERTANI, Juliana Paula. Avaliação de práticas de sustentabilidade em unidades de alimentação e nutrição. SaBios-Revista de Saúde e Biologia, Campo Mourão, v. 20, n. 1, p. 1–9, 2025.

OLIVEIRA, Juliana de, *et al.* Panorama sanitário de boas práticas de fabricação em unidade de alimentação e nutrição hospitalares. Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde, v. 24, p. 135-143, 2022.

VERÇOZA, Andressa Bruna Batista de; CANUTO, Mayara Camila de Lima; BARBOSA, Lídia Bezerra. Análise da satisfação de pacientes com a Unidade de Alimentação e Nutrição de um hospital universitário em Maceió-AL. RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, Maranhão, v. 19, n. 119, p. 382-391, 2025.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA EM UAN: RELATO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Categoria: Práticas de Estágio

Evelyn Cristina dos Santos Pereira[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – O estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) constitui uma etapa fundamental na formação do profissional Nutricionista em alimentação coletiva, permitindo o primeiro contato com a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e o desenvolvimento das competências necessárias para a atuação profissional. Essa experiência proporciona a oportunidade de compreender a dinâmica de funcionamento de uma UAN, envolvendo desde o planejamento até a execução e o controle das atividades relacionadas à produção de refeições coletivas. No presente relato é possível identificar as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Princesa Isabel, no município de Lebon Régis (SC), com duração de 37 dias e carga horária de 6 horas diárias totalizado em 220h, entre os meses de setembro e outubro de 2025. O estágio teve como principal objetivo acompanhar e compreender as etapas do processo produtivo de refeições em uma cozinha escolar, além de aplicar na prática os princípios de gestão, controle de qualidade e segurança alimentar.

Palavras-chave: Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN); alimentação escolar; Nutrição; estágio.

INTRODUÇÃO

O cenário alimentar e nutricional brasileiro tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, marcadas pelo aumento do consumo de alimentos ultra processados e pela redução da ingestão de alimentos in natura ou minimamente processados especialmente na infância. Esse padrão alimentar tem contribuído para o crescimento expressivo dos índices de obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), quando adultos. Diante dessa realidade, o nutricionista assume um papel essencial na promoção da saúde, atuando na prevenção, recuperação e manutenção do estado nutricional de indivíduos e populações, sejam eles saudáveis ou doentes (Brasil, 2013).

No contexto das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), a atuação do nutricionista é ampla e complexa, abrangendo desde o planejamento de cardápios equilibrados até o

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

gerenciamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Cabe a esse profissional assegurar que todo o processo produtivo ocorra de forma eficiente, segura e sustentável, garantindo refeições adequadas e de qualidade. Contudo, a sobrecarga de funções atribuídas a um único nutricionista em muitas instituições pode comprometer o pleno desempenho de suas atividades, refletindo na qualidade do serviço oferecido (Sartor; Alves, 2019; Santos et al., 2020).

O estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição representa uma fase indispensável da formação acadêmica em Nutrição, pois proporciona ao estudante a oportunidade de vivenciar a realidade profissional, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Essa experiência prática permite compreender o funcionamento e a gestão de uma UAN, abrangendo desde o planejamento e a organização até o controle e avaliação das atividades relacionadas à produção de refeições coletivas.

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado realizado na Escola Municipal Princesa Isabel, localizada no município de Lebon Regis (SC). O período de estágio teve duração de 37 dias, com carga horária diária de 6 horas, compreendendo os meses de setembro e outubro de 2025.

Durante essa experiência, buscou-se compreender e participar ativamente das etapas que envolvem a gestão e a operação da UAN, aplicando práticas de controle de qualidade, elaboração de cardápios, controle de estoque, compras e processos licitatórios, além do acompanhamento da contratação de funcionárias. Essas vivências possibilitaram ao acadêmico desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre o trabalho do nutricionista na área de alimentação coletiva, além de aprimorar habilidades técnicas e gerenciais.

METODOLOGIA

O estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) foi desenvolvido na Escola Municipal Princesa Isabel, situada no município de Lebon Régis (SC), durante o período de setembro a outubro de 2025, com carga horária total de 30 dias e jornada diária de 6 horas. Essa experiência teve como propósito proporcionar a vivência prática das atividades realizadas em uma cozinha escolar, favorecendo a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Nutrição e contribuindo para o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à atuação profissional do nutricionista.

As informações foram obtidas por meio de observação direta das rotinas da unidade, análise de documentos internos e participação supervisionada nas diferentes etapas do processo produtivo de refeições. As atividades foram realizadas sob a orientação da nutricionista responsável técnica da escola chamada Vanessa Henkel e supervisão acadêmica da professora orientadora do curso de Nutrição da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Ana Paula Ludwig do Amaral.

Durante o estágio, foram acompanhadas e executadas diversas atividades relacionadas à gestão e à operação da UAN. Entre elas, destacam-se o planejamento e a elaboração de cardápios escolares de acordo com os parâmetros nutricionais e legislações vigentes; o controle de qualidade dos alimentos e o monitoramento das boas práticas de manipulação; a supervisão do processo produtivo das refeições, desde o recebimento de gêneros alimentícios até a etapa

de distribuição; e o controle de estoque e armazenamento, com verificação das condições higiênico-sanitárias dos alimentos, utensílios e equipamentos. Também foram realizadas observações e participações nos processos de compras e licitações, com o objetivo de compreender os trâmites administrativos da unidade, além do acompanhamento da contratação e treinamento de funcionárias, observando aspectos de gestão de pessoas e organização do trabalho.

Todas as atividades desenvolvidas foram registradas em relatórios diários de campo, que serviram de base para a elaboração deste relato. Essa metodologia possibilitou uma análise crítica e reflexiva sobre o funcionamento da unidade, os desafios enfrentados na rotina da UAN e as competências adquiridas pela acadêmica durante o período de estágio supervisionado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição, foi possível vivenciar de forma prática o funcionamento de uma cozinha escolar e compreender a complexidade do trabalho do nutricionista dentro desse ambiente. O estágio permitiu o acompanhamento de todas as etapas do processo produtivo de refeições, desde o recebimento dos gêneros alimentícios até a distribuição final aos alunos, reforçando a importância do controle de qualidade e da adoção das boas práticas de manipulação em todos os setores da unidade.

A participação no planejamento e na elaboração dos cardápios escolares proporcionou o entendimento da necessidade de equilibrar aspectos nutricionais, sensoriais e orçamentários, respeitando as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Observou-se que a elaboração de cardápios adequados exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para adaptar as preparações à realidade local, aos recursos disponíveis e às preferências alimentares dos comensais.

Além disso, a experiência na gestão de estoque e no controle de compras possibilitou compreender a importância do planejamento de suprimentos para evitar desperdícios, garantir a segurança dos alimentos e otimizar o uso dos recursos financeiros da unidade. O acompanhamento dos processos de licitação e da contratação de funcionárias também contribuiu para o entendimento das responsabilidades administrativas do nutricionista, demonstrando que sua atuação vai além das questões técnicas de alimentação, abrangendo também o gerenciamento de pessoas e de recursos materiais.

Durante a vivência prática, observou-se o comprometimento da equipe de trabalho e a importância do diálogo entre o nutricionista e os colaboradores, o que favorece a execução adequada das atividades e a manutenção da qualidade do serviço. Foram identificadas algumas dificuldades, como limitações estruturais e alta demanda de tarefas atribuídas à nutricionista responsável, o que reflete a realidade de muitas unidades públicas, conforme apontam estudos de Sartor e Alves (2019) e Santos et al. (2020). Ainda assim, o ambiente escolar mostrou-se um espaço essencial para o desenvolvimento de ações voltadas à educação alimentar e nutricional, reforçando o papel do nutricionista como promotor da saúde e agente de transformação social.

O estágio, portanto, possibilitou consolidar conhecimentos sobre gestão, planejamento e controle na produção de refeições coletivas, além de evidenciar a importância do

comprometimento profissional, da ética e da responsabilidade técnica na atuação do nutricionista em unidades públicas de alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Unidade de Alimentação e Nutrição realizado na Escola Municipal Princesa Isabel representou uma experiência essencial para a formação profissional da acadêmica, permitindo a integração entre teoria e prática e a compreensão das múltiplas funções do nutricionista na área de alimentação coletiva. A vivência possibilitou observar de forma crítica e participativa todas as etapas que envolvem a gestão de uma cozinha escolar, desde o planejamento até a execução das atividades diárias, ampliando o entendimento sobre os desafios e responsabilidades inerentes a essa área de atuação.

A partir das atividades desenvolvidas, foi possível aprimorar habilidades técnicas, administrativas e interpessoais, compreendendo a importância do trabalho em equipe, da comunicação eficiente e da gestão adequada de recursos. O estágio também reforçou a relevância da atuação do nutricionista na promoção da saúde por meio da oferta de uma alimentação segura, equilibrada e de qualidade, especialmente em ambientes escolares, onde a alimentação exerce papel fundamental no crescimento, no aprendizado e no desenvolvimento das crianças.

Conclui-se que a experiência de estágio contribuiu significativamente para o amadurecimento pessoal e profissional da estagiária, fortalecendo o compromisso ético e social do futuro nutricionista e destacando a importância da atuação desse profissional na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nutricionista Vanessa e toda equipe da prefeitura municipal, pela oportunidade de vivenciar a rotina dos mesmos, além de todo conhecimento o qual me foi transferido, a minha supervisora Ana Paula Ludwig do Amaral, por todo auxílio e apoio prestado ao longo de todo o processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

SANTOS, J. M.; SZCZEREPA, S. B.; BERNARDI, J.; DOMINGUES, J. B. Dificuldades enfrentadas pelos nutricionistas atuantes no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador. **Revista Nutrir**, v. 1, n. 13, 2020.

SARTOR, J.; ALVES, M. K. Percepção do perfil de liderança do nutricionista gestor em unidades de alimentação e nutrição. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 7, n. 3, p. 13–19, 2019.

TEIXEIRA, E.; MENEZES, E. W.; OLIVEIRA, M. N. **Unidades de Alimentação e Nutrição: princípios de planejamento, administração e gestão**. 8. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2020.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EMPRESA MAXIPLAST)

Categoria: Práticas de Estágio

Bruno Santos Abdalla de Oliveira[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – Estágio Supervisionado Curricular é um pilar na graduação em Nutrição, essencial para integrar o conhecimento teórico à vivência prática em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). O presente relatório objetiva descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio obrigatório de 220 horas, realizado entre setembro e dezembro na UAN da empresa M.S. Group / Mais Sabor, localizada na planta da Maxiplast em Caçador, que serve uma média de 450 refeições diárias. A metodologia baseou-se no acompanhamento da rotina produtiva, gestão de estoque e supervisão de Boas Práticas (BPF). Durante a vivência, foram identificadas não conformidades críticas, como a higienização incorreta de hortifrutigranjeiros e falhas operacionais no controle de temperatura de bancadas. Além disso, foi diagnosticado um volume excessivo de sobras, rastreado a falhas no sistema automatizado de pedidos e ao superdimensionamento do planejamento de cardápios. As intervenções incluíram treinamentos in loco da equipe e a implementação de um fluxo de controle manual de estoque, que resultaram na normalização dos processos de Boas Práticas de Fabricação e em uma redução significativa do desperdício, otimizando os custos da unidade. Conclui-se que o estágio foi fundamental para a consolidação das competências profissionais e aplicação prática da gestão de serviços de alimentação.

Palavras-chave: Estágio; Unidades de Alimentação e Nutrição; nutrição.

INTRODUÇÃO

A importância do Estágio supervisionado na graduação em Nutrição, o estágio representa um pilar fundamental para a graduação, nos trazendo um complemento entre o conhecimento teórico adquirido em sala de aula e a vivência prática da profissão. É justamente nesse momento em que o acadêmico é posto em prova, assim são testadas as competências e habilidades necessárias para atuar no mercado de trabalho. Em áreas como as Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs), essa experiência se torna ainda mais vital, dada a responsabilidade da gestão de serviços de alimentação (Brasil, 2011).

O estágio curricular é o momento em que o estudante consolida sua identidade profissional. Autores como Fernanda Santos de Carvalho e Sara Litardi Castorino, em suas análises

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sobre a prática profissional, destacam que a vivência no campo promove o desenvolvimento da capacidade de observação, flexibilidade e proatividade. A imersão na rotina de trabalho permite ao estagiário não apenas executar tarefas, mas também compreender a dinâmica das relações interpessoais com outros profissionais da saúde e com a clientela (Abreu; Spinelli; Pinto, 2023).

Neste contexto, o presente relatório tem como finalidade descrever as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado Curricular obrigatório, realizado na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da Maxiplast, localizada na cidade de Caçador. Foram no total 220 horas de vivência prática. Esta experiência proporcionou a aplicação direta dos conhecimentos teóricos na rotina da gestão de um serviço de alimentação, permitindo enfrentar os desafios reais da área e consolidar as competências exigidas pelo mercado.

Diante desta oportunidade, o estágio foi estruturado para atingir os seguintes propósitos: Objetivo Geral - Aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Nutrição nas atividades práticas de uma Unidade de Alimentação e Nutrição).

Objetivos Específicos - Acompanhar o processo de produção de refeições; aplicar ferramentas de controle de qualidade; participar do planejamento de cardápios; desenvolver treinamentos com a equipe de manipuladores).

METODOLOGIA

O estágio iniciou-se no mês de setembro, e terminara no mês de dezembro totalizando 220 horas. Está sendo realizado na empresa Maxiplast (Contratante), onde o serviço de alimentação é realizado, sendo a M.S. Group / Mais Sabor (Contratada) a empresa responsável pelo fornecimento de refeições corporativas. A mesma serve em média 450 refeições por dia. Algumas das atividades desempenhadas são:

Supervisão das boas práticas de manipulação e higiene;

Controle de temperatura de equipamentos e alimentos;

Avaliação e elaboração de cardápios;

Controle de estoque e recebimento de mercadorias;

Aplicação de checklists de verificação;

Realização de treinamentos com a equipe.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Supervisão de Boas Práticas e Controle de Qualidade

A supervisão diária das Boas Práticas de Fabricação (BPF) foi realizada por meio da aplicação sistemática de checklists e observação direta do processo produtivo.

Durante as vistorias, a principal não conformidade detectada foi a higienização incorreta de hortifrutigranjeiros. Verificou-se que a equipe não estava seguindo adequadamente as etapas

do Procedimento Operacional Padrão (POP) de sanitização, um ponto crítico para a prevenção de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs). A intervenção foi imediata, com reorientação da equipe in loco sobre a diluição correta do produto clorato e o tempo de imersão necessário.

No que tange ao controle de temperaturas, os equipamentos de refrigeração (passthrough) e congelamento (freezers) encontravam-se, em sua maioria, operando dentro dos parâmetros de segurança estabelecidos pela legislação. Contudo, foi identificada uma falha operacional recorrente no uso da bancada de distribuição [ou preparo, especifique se desejar], que frequentemente não era ligada no momento adequado. Após intervenções e explicações didáticas aos colaboradores sobre os riscos associados e a importância da manutenção da temperatura, o uso adequado do equipamento foi normalizado.

2. Gestão de Custos, Estoque e Planejamento

Um dos desafios centrais encontrados na unidade foi a gestão de estoque e o consequente desperdício de alimentos. Na avaliação inicial, notou-se um volume excessivo de sobras, especialmente no término do turno da noite.

A análise da causa-raiz indicou uma falha dupla: primeiramente, o aplicativo de controle automatizado estava programado para gerar ordens de compra que não condiziam com a demanda real da unidade. Em segundo lugar, o planejamento de cardápios, embora nutricionalmente adequado, estava superdimensionado em termos de quantidade (per capita).

A intervenção consistiu em organizar um fluxo de controle manual/semiautomático dos pedidos, ajustando os parâmetros do sistema para refletir a necessidade real. Paralelamente, foi realizado um ajuste no planejamento das quantidades produzidas para o turno da noite. Essas ações combinadas resultaram em uma otimização do estoque e uma redução significativa das sobras, impactando positivamente o controle de custos da UAN..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de Estágio Supervisionado Curricular, realizado na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da empresa M.S. Group / Mais Sabor, revelou-se uma etapa indispensável para a formação acadêmica e profissional. A experiência permitiu consolidar a base teórica adquirida ao longo do curso de Nutrição, aplicando-a diretamente na rotina de um serviço que produz, em média, 450 refeições diárias.

A vivência prática confirmou a visão de autores como Carvalho e Castorino, citados neste relatório, de que o campo de estágio é o ambiente onde o estudante de fato desenvolve a proatividade, a flexibilidade e o senso crítico. A imersão na rotina da UAN permitiu uma compreensão profunda da dinâmica de produção e da complexidade das relações interpessoais com a equipe de manipuladores e com os próprios comensais.

O objetivo geral de aplicar os conhecimentos teóricos foi plenamente alcançado através da execução dos objetivos específicos. O acompanhamento do processo produtivo, desde o recebimento da matéria-prima até a distribuição, foi crucial. A aplicação de ferramentas de

controle de qualidade, como checklists de verificação e o controle rigoroso de temperaturas, mostrou-se fundamental para garantir a segurança alimentar das refeições servidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição:** um modo de fazer. 8. ed. São Paulo: Metha, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Nutrição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2011. Seção 1, p. 32.

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA INFÂNCIA: A BASE PARA UM CRESCIMENTO SAUDÁVEL E UM FUTURO MELHOR

Categoria: Projeto Integrador

Nadieska Pompermeyer[1]
Augusto Guilherme Alves Corrêa[2]
Maria Vitória Pereira[3]
Bianca Oliveira da Costa[4]
Ana Paula Ludwig do Amaral[5]

Resumo – O trabalho aborda a importância da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na infância, fase crucial para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Através de uma atividade lúdica e sensorial, com a utilização da "caixa misteriosa", foram trabalhadas frutas in natura com crianças de 5 a 8 anos da Escola de Educação Básica Dr. João Santo Damo. A metodologia buscou despertar a curiosidade, estimular os sentidos e promover o reconhecimento dos alimentos de forma divertida. Os resultados mostraram alto engajamento das crianças, socialização, troca de saberes e maior aproximação com alimentos saudáveis. Conclui-se que metodologias ativas e lúdicas são eficazes na promoção da alimentação saudável desde os primeiros anos escolares, contribuindo para a prevenção de doenças como a obesidade infantil. A experiência reforça a importância do ambiente escolar como espaço estratégico para ações de saúde e educação nutricional.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional; educação alimentar; educação nutricional; obesidade infantil.

INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa crucial para a formação de hábitos e preferências alimentares, os quais tendem a se consolidar e perdurar ao longo da vida. Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) assume papel fundamental na promoção da saúde, no desenvolvimento adequado e na prevenção de enfermidades futuras, como a obesidade infantil (Alencar et al., 2023).

A EAN configura-se como um processo pedagógico que visa fomentar práticas alimentares saudáveis, capacitando as crianças a realizarem escolhas alimentares conscientes e responsáveis. Mais do que a simples transmissão de informações, a educação nutricional busca

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

construir a autonomia dos indivíduos, promover a cidadania alimentar e contribuir para a transformação de contextos educacionais e sociais (Costa et al., 2021).

Nesse processo, tanto o ambiente familiar quanto o escolar exercem funções centrais, atuando como agentes fundamentais no desenvolvimento de práticas alimentares positivas. A escola, por ser um espaço público de socialização e aprendizagem, representa um ambiente estratégico para a promoção da saúde. Ela pode ser utilizada como um locus privilegiado para a implementação de ações intersetoriais de enfrentamento à obesidade infantil, integrando esforços de áreas como educação, saúde, assistência social, entre outras (Hills et al., 2019; Sipioni et al., 2021).

A articulação entre o conhecimento teórico sobre nutrição e sua aplicação prática no cotidiano reforça a relevância da EAN como instrumento de promoção da saúde e de prevenção de agravos. Esse processo requer práticas contínuas, contextualizadas e adaptadas à realidade das crianças, valorizando a cultura alimentar local e incentivando uma relação positiva e sustentável com os alimentos (Kontogianni et al., 2019; World Health Organization, 2018).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da Educação Alimentar e Nutricional, bem como identificar as políticas públicas vigentes no Brasil voltadas ao combate da obesidade infantil, analisando seus impactos e os desafios enfrentados para a efetiva promoção da saúde na infância.

METODOLOGIA

Este trabalho será desenvolvido por meio da aplicação de uma atividade prática e lúdica de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), direcionada a crianças com idades entre 5 e 8 anos, regularmente matriculadas na Escola de Educação Básica Dr. João Santo Damo. A escolha desse público justifica-se pela relevância do período da infância como etapa formativa de hábitos alimentares. Nessa faixa etária, as crianças encontram-se em pleno desenvolvimento cognitivo e sensorial, sendo, portanto, mais receptivas a novas experiências e aprendizagens relacionadas à alimentação saudável. A inserção da EAN desde os primeiros anos da escolarização contribui significativamente para a construção de uma relação positiva com os alimentos, além de atuar na prevenção de enfermidades como a obesidade infantil.

A atividade proposta será executada por meio de uma dinâmica sensorial denominada "caixa misteriosa". Para a sua confecção, será utilizada uma caixa de papelão de tamanho médio, com uma abertura lateral revestida por uma camiseta preta, de modo a permitir que a criança introduza a mão sem visualizar o conteúdo interno. No interior da caixa serão colocadas frutas in natura variadas, sendo cada criança convidada, individualmente, a identificar os alimentos exclusivamente por meio do tato explorando aspectos como forma, textura e tamanho.

Após cada tentativa de identificação, a fruta será revelada à criança, seguida de uma breve conversa sobre seu nome, cor, sabor, origem e benefícios nutricionais. A mediação será conduzida de forma interativa e acessível, respeitando-se as especificidades da faixa etária dos participantes.

A escolha da dinâmica da "caixa misteriosa" tem por objetivo estimular o aprendizado de maneira lúdica e sensorial, promovendo uma aproximação das crianças com alimentos saudáveis. O uso do tato como principal recurso de reconhecimento permite que os alimentos sejam explorados de forma criativa e divertida, fortalecendo a memória sensorial e emocional associada à alimentação natural. Ademais, a proposta visa incentivar o desenvolvimento da curiosidade e da atenção individual, aspectos essenciais para o engajamento em práticas alimentares saudáveis desde a infância. Considerando o atual cenário, marcado pelo crescente consumo de alimentos ultraprocessados, atividades dessa natureza colaboram para a formação de uma relação mais consciente, crítica e positiva com a alimentação.

Figura 1 - Foto da ação desenvolvida.

Fonte: Os autores, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade foi realizada na Escola Eeb Dr João Santo Damo, com crianças de 5 a 8 anos, usando uma caixa misteriosa com várias frutas dentro. O objetivo foi despertar a curiosidade, estimular os sentidos e ajudar no reconhecimento dos alimentos, além de deixar o momento mais divertido e educativo.

Durante a dinâmica deu pra notar o entusiasmo das crianças. Quando eram convidadas a colocar a mão na caixa para sentir as frutas, muitas demonstravam curiosidade, expectativa e até uma certa ansiedade para descobrir o que tinha lá dentro. Alguns arriscaram palpites logo de cara, relacionando textura, tamanho e formato. Outras precisavam de mais pistas, como algumas dicas dos colegas.

Os resultados mostram que o lado lúdico foi essencial pro engajamento. As crianças participaram bastante, mostraram interesse em aprender e em dividir o que já sabiam sobre alimentação. Também foi possível perceber que algumas tinham mais facilidade em reconhecer frutas comuns no dia a dia, como banana e maçã, enquanto outras encontram dificuldade nas frutas menos consumidas.

A atividade também ajudou na socialização e no trabalho em grupo, já que muitas crianças acabam se ajudando e comemorando juntas os acertos. Teve ainda momentos de reflexão sobre a importância de comer frutas todos os dias e como elas contribuem para uma vida mais saudável. Esse tipo de experiência mostra que é possível ensinar desde cedo o valor de manter uma alimentação equilibrada, incentivando escolhas mais saudáveis e conscientes. No geral, a prática se mostrou bem eficaz, juntando aprendizado e diversão. O conhecimento foi construído de uma forma mais leve e significativa. Através do jogo e da curiosidade, as crianças puderam desenvolver não só habilidades cognitivas e sensoriais, mas também sociais, reforçando a importância das metodologias ativas e lúdicas no processo de ensino e também o quanto é fundamental falar sobre alimentação saudável desde a infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação alimentar nutricional deve ser explorada pela educação dos sentidos e de forma participativa, para estimular a criança a pensar, criticar, encorajar, refletir e tomar decisões individuais.

Através da educação alimentar nutricional podemos alcançar melhores resultados e diminuição da obesidade infantil, juntamente com a disseminação de hábitos alimentares saudáveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos à Escola de Educação Básica Dr. João Santo Damo por ter gentilmente aberto suas portas e disponibilizado o espaço para a realização da atividade de Educação Alimentar e Nutricional com as crianças. A colaboração e receptividade da equipe escolar foram fundamentais para o desenvolvimento desta proposta,

contribuindo de maneira significativa para a vivência prática do nosso trabalho e para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos.

Nosso reconhecimento e gratidão a todos os profissionais da escola, em especial à coordenação e aos professores, pelo apoio, confiança e parceria na concretização desta experiência tão enriquecedora.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Alecrides Marques; RODRIGUES, Clara Raqueline; NASCIMENTO, Thalita Suyane Costa Silva; LACERDA, Rebeca Soares Machado; FREITAS, Zalcleia Lima de. Assistência em Saúde à População Idosa no Contexto de um Hospital Universitário Federal.Revista de Psicologia, v. 17, n. 68, p. 320–331, 2023. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3836. Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Luciano Rodrigues; COSTA, Mariana Almeida Viveiros; HOPPU, Marja; PRINZ, Jürgen; BARNES, R.; KANDA, S.; CHINO, K.; WHO. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN, v. 12, n. 2, p. 167–183, 2021. Disponível em: https://rasbran.emnuvens.com.br/rasbran/article/view/1891. Acesso em: 10 out. 2025.

HILLS, S.P.; MITCHELL, P.; WELLS, C.; RUSSELL, M. Honey supplementation and exercise: a systematic review. Nutrients, v. 11, n. 7, p. 1586, 2019. Disponível em: https://eprints.bournemouth.ac.uk/35605/. Acesso em: 10 out. 2025.

KONTOGIANNI, M.D.; APPLETON, K.M.; *et al*. A high polyphenol diet improves psychological well-being: The polyphenol intervention trial (pphit). Nutrients, v. 12, n. 8, p. 2445, 2020. Disponível em: https://staffprofiles.bournemouth.ac.uk/display/journal-article/334893. Acesso em: 10 out. 2025.

SIPIONI, M. E.; ZOUAIN, M. S.; RIBETT, M. J.; ZOUAIN, A. C. S.; REZENDE, A. M. B. Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola. Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN, v. 12, n. 2, p. 21–41, 2021. Disponível em:https://rasbran.com.br/rasbran/article/view/2063. Acesso em: 10 out. 2025.

WHO. World Health Organization. Global nutrition policy review 2016-2017: country progress in creating enabling policy environments for promoting healthy diets and nutrition. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: https://www.who.int/nutrition/policies/en/. Acesso em: 10 out. 2025.

COMER, BRINCAR E APRENDER: UMA AVENTURA NUTRITIVA NA ESCOLA

Categoria: Projeto Integrador

Gerson Leonardo Piaia[1]
Maria Clara Morais Zolondek[2]
Maria Fernanda Bortolini[3]
Ana Paula Ludwig do Amaral[4]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da alimentação saudável no desenvolvimento físico, mental e social de crianças em idade escolar, com base em uma abordagem educativa. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com aplicação prática, de caráter qualitativo e descritivo, fundamentada em estudos científicos e diretrizes sobre nutrição infantil. A ação educativa foi realizada no dia 12 de setembro de 2025, na Escola EBI Centro de Educação Adventista, e consistiu na aplicação de um jogo de tabuleiro lúdico e interativo sobre alimentação saudável, desenvolvido pelos próprios pesquisadores. A atividade contemplou 16 crianças, organizadas em três grupos, que demonstraram curiosidade, participação ativa e entusiasmo durante toda a dinâmica. A maioria das questões foi respondida corretamente, embora tenham surgido dúvidas em perguntas específicas, como a identificação da fruta fonte de vitamina C e de alimentos que crescem abaixo da terra. Os resultados reforçam a importância de iniciativas que unam educação nutricional e metodologias lúdicas, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Palavras-chave: Educação Alimentar; alimentação saudável; crianças; jogo educativo; hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO

Segundo Souza e Sousa (2023), a responsabilidade de assegurar uma alimentação saudável durante a infância não deve ser atribuída somente aos pais, mas também compartilhada com a escola e a sociedade em geral. Nesse sentido, programas de merenda escolar, políticas públicas voltadas à nutrição e ações de educação alimentar são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham acesso a refeições equilibradas e desenvolvam, desde cedo, a consciência sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis.

Em 2006, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde estabeleceram diretrizes voltadas à promoção da alimentação nas escolas da Educação Básica, incorporando a

[1]Aluno do Cursos de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Cursos de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Cursos de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

alimentação saudável ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições de ensino. Tal medida reforça o caráter pedagógico da alimentação, compreendida como uma necessidade não apenas biológica, mas também social e cultural. Considerando que a escola é um espaço privilegiado para a construção de saberes, torna-se também um ambiente propício para o incentivo a práticas alimentares saudáveis. Nesse contexto, programas de saúde e nutrição implementados nas unidades escolares contribuem significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Além disso, uma educação de qualidade pode potencializar hábitos alimentares mais adequados e saudáveis (Silva; Pereira; Marin, 2023).

De acordo com Silva (2020), os relatos de professores indicam que, após a alimentação dos estudantes, observa-se uma melhora no rendimento escolar, o que reforça a necessidade de implementar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) voltadas à alimentação saudável e nutritiva no ambiente escolar, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o propósito de elevar seu desempenho acadêmico.

Compreender a alimentação e o alimento incluindo a relação estabelecida com ele, os significados atribuídos, as interações sociais que proporciona, bem como seus aspectos afetivos, constitui um campo essencial para a antropologia. Tal compreensão é relevante tanto para os estudos contemporâneos quanto para a análise dos processos da evolução humana (Galisa, 2014, p. 31).

Durante a fase de crescimento e desenvolvimento dos ossos, dentes, músculos e sangue, as crianças demandam uma alimentação mais nutritiva, a qual varia conforme seu tamanho. Assim, a ingestão alimentar abaixo do nível recomendado não implica, necessariamente, em nutrição inadequada. Nesse sentido, é fundamental observar de que forma as crianças estão se alimentando e como ocorre seu desenvolvimento, considerando a introdução de novos alimentos na rotina (Slovinski, 2023).

Este trabalho tem como proposta evidenciar a relevância da alimentação saudável no ambiente escolar, ressaltando o papel das atividades lúdicas como estratégia para despertar o interesse das crianças em relação a escolhas alimentares equilibradas. Para isso, será desenvolvido um jogo de tabuleiro com cards educativos, pensado como recurso pedagógico capaz de transformar o aprendizado em uma experiência interativa e prazerosa. Dessa maneira, busca-se contribuir para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) entre os estudantes, incentivando a adoção de hábitos mais conscientes e favorecendo o cuidado com a saúde desde a infância.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com aplicação prática, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. A pesquisa tem como objetivo compreender a importância da alimentação saudável no desenvolvimento infantil, especialmente no contexto escolar, e aplicar esse conhecimento por meio de uma atividade educativa lúdica.

Para fundamentar teoricamente o trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, artigos científicos, dissertações e teses que discutem temas relacionados à alimentação saudável, Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e formação de hábitos alimentares na infância. A busca

por materiais foi conduzida em plataformas acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico, de modo a assegurar a qualidade e atualidade das informações. Essa etapa permitiu compreender a relevância da nutrição no período escolar e identificar metodologias pedagógicas eficazes para estimular escolhas alimentares mais conscientes.

Como parte prática da pesquisa, foi realizada uma ação educativa com crianças de 8 e 9 anos da Escola EBI Centro de Educação Adventista, utilizando um jogo de tabuleiro com cartas temáticas, produzido pelos próprios pesquisadores. O jogo aborda conteúdos relacionados à alimentação saudável, como escolher a opção de comida mais saudável, dentro das apresentadas, perguntas e respostas, sobre alimentos e também outras atividades infantis. A atividade será conduzida de forma participativa, estimulando a interação entre os estudantes e promovendo o aprendizado de maneira divertida.

Durante a aplicação, os alunos foram divididos em grupos para participarem do jogo, sob a mediação dos pesquisadores, que orientaram as regras, incentivaram a participação e observaram o engajamento das crianças. O caráter da atividade foi exclusivamente educativo, sem aplicação de questionários ou coleta de dados pessoais, priorizando uma vivência lúdica, pedagógica e enriquecedora para todos os envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa realizada por meio do jogo sobre alimentação saudável evidenciou resultados positivos em relação à receptividade, interesse e envolvimento das crianças. Durante a atividade, os participantes mostraram entusiasmo, colaboraram entre si e interagiram de forma ativa com a proposta, o que reforça a eficácia do recurso lúdico como estratégia de ensino.

A dinâmica contemplou 16 crianças, organizadas em três grupos, sendo dois grupos de cinco e um grupo de seis participantes. Durante o jogo, os autores acompanharam todo o processo, monitorando as etapas, auxiliando no esclarecimento de dúvidas e corrigindo respostas quando necessário. Observou-se que a maioria das perguntas e desafios foi respondida corretamente, demonstrando que os participantes já possuem boa consciência a respeito de escolhas alimentares adequadas. As principais dificuldades estavam relacionadas a questões específicas, como identificar a fruta fonte de vitamina C, reconhecer alimentos que crescem abaixo da terra e citar frutas com casca verde. No entanto, de maneira geral, o desempenho das crianças foi satisfatório.

Além de estimular a reflexão sobre hábitos alimentares, o jogo também proporcionou momentos de socialização e integração entre os grupos, fortalecendo o aspecto coletivo da aprendizagem. Ao final da atividade, cada criança recebeu um lápis decorado com enfeite de maçã, simbolizando a importância das frutas e da alimentação saudável. Foi ainda entregue à professora um kit completo do jogo (tabuleiro, cartas, peões e dados) a fim de possibilitar novas oportunidades de aplicação com a turma.

De maneira geral, os resultados apontam que a proposta foi eficaz ao promover a conscientização das crianças sobre a importância da alimentação equilibrada. A experiência demonstrou que, quando abordado de forma acessível, participativa e lúdica, o tema pode

despertar interesse, gerar aprendizado significativo e favorecer mudanças de comportamento, ainda que iniciais, no público infantil.

Figura 1: Folder representando o dia da aplicação do projeto.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação educativa com o jogo sobre alimentação saudável foi realizada no dia 12 de setembro de 2025, na Escola EBI Centro de Educação Adventista contemplando 16 crianças, organizadas em três grupos. A atividade demonstrou-se extremamente positiva, com destaque para a curiosidade, o envolvimento e a participação ativa das crianças durante toda a dinâmica. A proposta lúdica e interativa favoreceu a compreensão dos conteúdos, despertando o interesse dos participantes por escolhas alimentares mais saudáveis.

Observou-se que a maioria das perguntas e desafios foi respondida corretamente, revelando que as crianças já possuem boa consciência sobre alimentação equilibrada. As principais dificuldades estavam em questões específicas, como identificar a fruta fonte de vitamina C, reconhecer alimentos que crescem abaixo da terra e citar frutas com casca verde. Ainda assim, de maneira geral, o desempenho foi satisfatório, e a interação em grupo promoveu momentos de integração e cooperação.

Essa experiência reforça a importância de promover a educação nutricional desde a infância, mostrando que atividades lúdicas podem contribuir significativamente para o aprendizado e para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; SOUSA, Nathalia Herculano de. Nutrição escolar: promovendo a igualdade e o desenvolvimento infantil por meio da alimentação saudável. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 1090–1104, set. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11250

SILVA, Stefany. **Educação alimentar e nutricional em ambiente escolar: uma revisão de literatura**. 2020. 24 f. Artigo (Graduação em Nutrição) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3277/1/Artigo-Stefany.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, Jéssica Aparecida de Oliveira da; PEREIRA, Kariny Stefany Carneiro; MARIN, Tatiana. Nutrição escolar na educação infantil. **Revista Terra & Tecnologia**, v. 39, n. 76, p. e2578, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/2578. Acesso em: 15 ago. 2025.

SLOVINSKI, Fernanda Zorzan. **Nutrição em ambiente escolar.** Eventos Pedagógicos, v. 14, n. 2, p. 276-283, 2023.

GALISA, M. S. (org.) **Educação alimentar e nutricional: da teoria à prática**. – Vila Mariana, SP: Roca, 2014.

TRANSTORNOS ALIMENTARES (TA) EM ADOLESCENTES: AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL E MANEJO INTERDISCIPLINAR

Ana Paula Wolf[1]
Leonardo Mendes de Oliveira[2]
Vitoria Alessandra Cardoso de Morais[3]
Guilherme Augusto Przybysz[4]

Resumo – Os Transtornos Alimentares (TA) representam um desafio crescente de saúde mental e nutricional entre crianças e adolescentes, caracterizando-se por padrões alimentares desordenados, distorção da imagem corporal e práticas inadequadas de controle de peso. Trata-se de condições multifatoriais, influenciadas por fatores nutricionais, biológicos, psicológicos e socioculturais, que impactam de forma negativa o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos jovens. A adolescência é um período crítico, no qual há elevadas demandas nutricionais para o crescimento e a maturação puberal, sendo que a restrição alimentar e o déficit energético podem resultar em desnutrição, perda de massa muscular, redução da densidade óssea, alterações metabólicas e queda no rendimento escolar. Estudos apontam que a prevalência é maior entre meninas, embora meninos também sejam afetados, geralmente com foco maior em ganho de massa muscular. A mídia exerce papel relevante na insatisfação corporal e no aumento de práticas alimentares de risco, sendo a alfabetização midiática uma estratégia preventiva promissora. A identificação precoce, realizada muitas vezes na atenção primária, é essencial para reduzir complicações e melhorar o prognóstico, além da participação da família, favorecendo o restabelecimento da saúde integral do adolescente.

Palavras-chave: Transtornos alimentares. Adolescentes. Nutrição. Mídia. Saúde escolar.

INTRODUÇÃO

Os Transtornos Alimentares (TA) representam um problema de saúde mental e nutricional em crescimento, sobretudo entre crianças e adolescentes, caracterizando-se por alterações persistentes nos hábitos alimentares, na percepção corporal e no comportamento em relação ao peso e á comida. Essa condição é multifatorial, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais, que impactam negativamente o desenvolvimento físico e emocional dos jovens (Tan et al., 2022).

Estudos apontam que, nessa fase da vida, o risco de complicações médicas e psicossociais são elevados, incluindo desnutrição, déficit no crescimento, isolamento social e maior vulnerabilidade a comorbidades psiquiátricas, como depressão e ansiedade, além do aumento

[1] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

da mortalidade associada a casos graves (APA ,2013; WHO, 2020). Na área da nutrição, a alimentação desordenada representa um importante preditor de transtornos alimentares, pois envolve práticas como restrição, compulsão e padrões alimentares irregulares, esses comportamentos podem evoluir para quadros graves, impactando não apenas a saúde mental, mas também o estado nutricional e metabólico dos indivíduos (Budhiwianto et al., 2023).

A adolescência, fase em que os indivíduos se encontram em idade escolar, exige alta demanda nutricional para sustentar o crescimento físico, a maturação sexual e o desenvolvimento cerebral. Nesse contexto, os transtornos alimentares podem comprometer a ingestão de macro e micronutrientes essenciais, ocasionados problemas de carência energética, desnutrição, atraso no crescimento e alterações metabólicas. No ambiente escolar, essas deficiências nutricionais repercutem em queda no rendimento acadêmico, dificuldades de memória e concentração, maior fadiga e prejuízo no desempenho esportivo. Além disso, a inadequação alimentar pode intensificar a vulnerabilidade e transtornos emocionais, como ansiedade e depressão que afetam a participação social e aprendizagem. Dessa forma a nutrição adequada torna-se não apenas um fator de saúde, mas também em um determinante do sucesso escolar e do desenvolvimento integral (Bravender et al., 2010).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese sobre transtornos alimentares em crianças e adolescentes, discutindo sua relevância clínica, os principais aspectos epidemiológicos e as recomendações atuais para a identificação e abordagem precoce, contribuindo para a promoção de práticas mais efetivas no campo da saúde infantil e juvenil no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, voltada para a análise de produções científicas relacionadas aos transtornos alimentares em crianças e adolescentes. O estudo configurou-se como uma revisão narrativa da literatura, com referenciais teóricos complementares disponíveis em bases de dados científicas, como PubMed, SciELO e Google Scholar.

Foram utilizados como critérios de busca os descritores “transtornos alimentares”, “crianças”, “adolescentes” e “nutrição”, considerando publicações dos últimos dez anos, em inglês e português. A seleção dos trabalhos teve como prioridade estudos com relevância científica, publicações em periódicos indexados e documentos oficiais de organizações internacionais de saúde.

O material coletado foi analisado de forma interpretativa, buscando identificar a contextualização do problema, as principais evidências apresentadas e as contribuições para a prática clínica e para a saúde pública. Por se tratar de uma pesquisa de caráter exclusivamente bibliográfico, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Transtornos Alimentares (TA), como a Anorexia Nervosa (AN) e a Bulimia Nervosa (BN), constituem condições multifacetadas que afetam de forma abrangente a saúde física, emocional e social de crianças e adolescentes (Tan et al., 2022). Essas condições envolvem comportamentos alimentares inadequados, preocupação excessiva com o peso corporal e a imagem, e a adoção de métodos compensatórios, como indução de vômitos, uso de laxantes ou diuréticos, além de exercícios físicos excessivos. É importante destacar que, apesar de muitas vezes associadas ao baixo peso, essas doenças podem se manifestar em adolescentes com índice de massa corporal (IMC) normal ou elevado, incluindo indivíduos com sobrepeso, que ainda apresentam risco considerável de complicações médicas.

Durante a adolescência, fase caracterizada por crescimento acelerado, alterações hormonais e desenvolvimento cerebral, os transtornos alimentares podem comprometer a ingestão energética e proteica, ocasionando perda de massa muscular, diminuição da gordura corporal e redução da densidade mineral óssea. Estes déficits interferem no crescimento linear, na maturação puberal e no desenvolvimento cognitivo, além de aumentar a predisposição a condições metabólicas, como hipoglicemia, desequilíbrios eletrolíticos e anemia. Tal quadro impacta o desenvolvimento escolar, e memória, a concentração, a capacidade física e a interação social, demonstrando a relação direta entre nutrição adequada e desenvolvimento integral (Tan et al., 2022; Eating Disorders, 1998).

Epidemiologicamente, o inicio dos transtornos alimentares ocorre, em média, aos 14 anos, sendo mais frequente em meninas, embora meninos também possam ser afetados, geralmente com foco em ganho de massa muscular e aprimoramento físico. Fatores de risco incluem comorbidades psiquiátricas, como ansiedade e depressão, traços de perfeccionismo, influência sociocultural, histórico familiar e exposição a dietas restritivas ou padrões corporais idealizados com risco de transtorno alimentar (Tan et al., 2022).

A mídia exerce um papel relevante na formação da insatisfação corporal e em comportamentos alimentares desordenados entre adolescentes. Pesquisas indicam que meninas tendem a desejar corpos mais magros, enquanto meninos buscam maior musculatura, influenciados por modelos midiáticos femininos extremamente magros e masculinos musculosos. A exposição prolongada á televisão, revistas de moda e internet têm relação direta com aumento de dietas, purgação e preocupação excessiva com o peso (Morris; Katzman, 2003). Estudos em populações previamente "ingênuas á mídia" mostraram que a introdução da televisão ocidental aumentou a prevalência de indicadores de transtornos alimentares, evidenciando o impacto negativo da exposição midiática. A alfabetização midiática, por sua vez, é um a estratégia preventiva eficaz, ao capacitar jovens e familiares a interpretar criticamente as mensagens veiculadas, diminuindo efeitos nocivos sobre a autoimagem e hábitos alimentares (Morris; Katzman, 2003).

A detecção precoce desses transtornos é essencial para reduzir complicações médicas e aumentar as chances de recuperação. Na atenção primária, a anamnese detalhada deve avaliar padrões alimentares, história de perda de peso, métodos compensatórios e sinais clínicos de desnutrição, Sintomas inespecíficos, como fadiga, tontura, distensão abdominal, constipação, alopecia, pele seca, hematomas frequentes, dor de cabeça recorrente e alterações puberais,

como amenorreia, podem indicar risco nutricional significativo, mesmo na ausência de baixo peso. Durante o estirão puberal, pequenas variações de peso podem representar mudanças significativas no IMC, dificultando a avaliação sem histórico de peso documentado. É importante considerar que transtornos alimentares não afetam apenas meninas; meninos podem apresentar preocupações centradas na musculatura e composição corporal (Tan et al., 2022).

No manejo clínico, a prioridade inicial é assegurar a estabilidade médica. Pacientes clinicamente instáveis devem ser internados para estabilização, enquanto os estáveis devem ser encaminhados precocemente a equipes multidisciplinares, incluindo pediatras, nutricionistas, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. Avaliações laboratoriais e de imagem complementam a análise clínica, enquanto a reabilitação nutricional e o suporte psicológico são implementados. A terapia familiar baseada em evidencia (FBT) é o tratamento psicológico de escolha, promovendo a restauração precoce do peso, normalização do hábitos alimentares e engajamento familiar. Durante a espera por atendimento especializado, o médico pode orientar adolescentes e familiares sobre alimentação adequada, aumento gradual de porções e restrição temporária de atividades físicas excessivas, reforçando que o transtorno alimentar não é culpa do paciente nem da família (Tan et al., 2022).

A integração de avaliação nutricional contínua, manejo clínico adequado, suporte psicológico e envolvimento familiar é crucial para prevenir complicações, favorecer o crescimento, o desenvolvimento cognitivo emocional, e promover recuperação integral. Além disso, a conscientização sobre o impacto da mídia e a promoção de alfabetização midiática são ferramentas importantes na prevenção de comportamentos alimentares de risco e transtornos alimentares em adolescentes (Morris; Katzman, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reforça que os TA na infância e, sobretudo, na adolescência, configuram um problema complexo de saúde pública, marcado por repercussões físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Foi possível destacar que a adolescência representa uma fase crítica do desenvolvimento, em que as demandas nutricionais são elevadas e a ocorrência de déficits energéticos e proteicos compromete não apenas o crescimento e a maturação puberal, mas também o desempenho escolar e a participação social dos indivíduos. Além disso, observou-se que fatores socioculturais, especialmente a influência da mídia, desempenham papel relevante na insatisfação corporal e na adoção de práticas alimentares de risco, tornando a alfabetização midiática um recurso preventivo de grande importância.

Entre os pontos centrais discutidos, destacam-se a relevância da identificação precoce, o papel fundamental da atenção primária e a necessidade de um acompanhamento interdisciplinar, envolvendo profissionais da saúde e a família, para a recuperação integral do adolescente. O estudo também evidenciou que a abordagem não deve restringir á estabilização clínica, mas comtemplar estratégias educativas e preventivas que fortaleçam a autonomia e o senso crítico dos jovens às pressões sociais.

Como limitação, ressalta-se que a revisão realizada não esgota a complexidade do tema, uma vez que se baseou em literatura selecionada e pode abranger todos os avanços recentes

sobre diagnóstico e tratamento. Sugere-se, portanto, a continuidade de pesquisas que explorem de forma mais aprofundada a eficácia de estratégias preventivas em ambiente escolar, a integração da família no processo terapêutico e a aplicação de novas abordagens de intervenção, especialmente no contexto digital, onde a influência da mídia se mostra cada vez mais significativa.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Campus Caçador, e aos professores do Curso de Nutrição, pelo incentivo constante às pesquisas e às ações de extensão, que nos permitem compreender melhor as demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS

APA (2013): AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DiagnosticandStatistical Manual of Mental Disorders. 5. ed. Arlington, VA: American PsychiatricAssociation, 2013.

BRAVENDER, T.; BRYANT-WAUGH, R.; HERZOG, D.; KATZMAN, D.; KRIEPE, R. D.; LASK, B.; LE GRANGE, D.; LOCK, J.; LOEB, K. L.; MARCUS, M. D.; MADDEN, S.; NICHOLLS, D.; O'TOOLE, J.; PINHAS, L.; ROME, E.; SOKOL-BURGER, M.; WALLIN, U.; ZUCKER, N.; WORKGROUP FOR CLASSIFICATION OF EATING DISORDERS IN CHILDREN AND ADOLESCENTS. Classificationofeatingdisturbance in childrenandadolescents: proposedchanges for the DSM-V. EuropeanEatingDisorders Review, v. 18, n. 2, p. 79–89, mar. 2010. DOI: 10.1002/erv.994. PMID: 20151366. PMCID: PMC4470383.

BUDHIWIANTO, S.; BENNETT, C. J.; BRISTOW, C. A.; DART, J. Global prevalenceofeatingdisorders in nutritionanddieteticuniversitystudents: a systematicscoping review. Nutrients, v. 15, n. 10, p. 2317, 15 maio 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/nu15102317.

EATING DISORDERS IN ADOLESCENTS: principlesofdiagnosisandtreatment. Paediatrics&Child Health, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 189-196, maio 1998. DOI: https://doi.org/10.1093/pch/3.3.189. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20401245/.Acesso em: 17 set. 2025.

MORRIS, A. M.; KATZMAN, D. K. The impactofthe media oneatingdisorders in childrenandadolescents. PaediatricsChild Health, v. 8, n. 5, p. 287-289, May 2003. DOI: 10.1093/pch/8.5.287. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2792687/.Acesso em: 17 set. 2025.

TAN, JulietSher Kit; TAN, LynnetteEeSing; DAVIS, Courtney; CHEW, Chu Shan Elaine. Eatingdisorders in childrenandadolescents. Singapore Medical Journal, Singapura, v. 63, n. 6, p. 294–298, jun. 2022. DOI: 10.11622/smedj.2022078.

O CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS (AUP) POR ADOLESCENTES: UM OLHAR SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Julia Cipriani[1]
Maria Elena de Oliveira Eger[2]
Sione Mendes Neves[3]
Guilherme Augusto Przybysz[4]

Resumo - A alimentação em escolas públicas ou privadas deve ser adequada e saudável, atendendo as necessidades dos alunos com uma alimentação equilibrada e com alimentos variados. É de extrema importância que a alimentação no ambiente escolar seja composta por alimentos in natura ou minimamente processados para ter o consumo adequado de nutrientes, assim tendo mais concentração, desempenho, raciocínio, entre outros. Este estudo tem como objetivo compreender e analisar os impactos dos Alimentos Ultraprocessados (AUP) nos alunos no período do ensino médio e orientar sobre a importância de uma alimentação saudável e adequada para atender todas as necessidades nutricionais para desempenhar suas tarefas diárias e entender o ambiente alimentar inserido. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos anos com destaque para temas de alimentação, ultraprocessados e nutrição escolar. Com isso, espera–se desenvolver hábitos saudáveis e saúde no ambiente escolar.

Palavras-chave: Adolescência. Escola. Alimentação.Ultraprocessados. Nutrição.

INTRODUÇÃO

A alimentação é uma necessidade fisiológica básica e, compreende o Direito Humano a Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), podendo apresentar influências culturais, étnicas, por crenças, religião e pela região em que se vive (Costa, 2018). O ato de comer está relacionado tanto ao suprimento das necessidades nutricionais do organismo como a uma forma de socialização, de reunir as pessoas e costumes (Lima et al., 2017).

A fase da adolescência é marcada por intensas mudanças biopsicossociais. O sobrepeso e a obesidade nos adolescentes é um problema para a saúde pública, que vem crescendo ao passar dos anos, sobretudo em decorrência do Processo de Transição Nutricional. As mudanças comportamentais ocorridas durante as últimas décadas como a diminuição de atividade física e o aumento excessivo do consumo de alimentos ricos em calorias impulsionou, ainda, o processo de Transição Epidemiológica, caracterizado por uma diminuição de doenças infecciosas e

[1] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aumento das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNTs), entre elas a obesidade, que apresenta proporções pandêmicas na atualidade (Lima et al., 2017).

O alto consumo de Alimentos Ultraprocessados (AUP), aliado a uma alimentação inadequada e um baixo nível de atividade física, favorece o aumento da prevalência de adolescentes com sobrepeso e obesidade no Brasil. A escola é um espaço de convivência, aprendizagem e socialização, sendo um ambiente estratégico para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A exposição dos alunos àalimentos ricos em açúcares, gorduras e sódio, pode levar os adolescentes a escolherem alimentos por impulso e que são pouco saudáveis, tornando a EAN uma peça fundamental nesse processo de escolhas mais saudáveis e conscientes (Louzada, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica elaborada com base em buscas realizadas durante o período de agosto a outubro de 2025, nas seguintes plataformas acadêmicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Publisher Medline (PubMed) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para a estratégia de busca utilizou-se de descritores como: alimentação escolar, alimentação de adolescentes no ensino médio, impacto dos ultraprocessados na escola, nutrição de adolescentes em períodos de aula, dando ênfase a estudos relacionados ao público adolescente de 15 a 17 anos de idade. Para a pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras chaves: adolescência, escola, alimentação, ultraprocessados e nutrição,empregando – se o filtro nos idiomas português e inglês. Após a seleção dos artigos realizou-se a extração de dados, de acordo com protocolo pré-definido pelos autores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os AUP são alimentos com formulações industriais de substâncias derivadas ou extraídas de alimentos que tenham pouco ou nenhum alimento inteiro na composição (Louzada et al., 2021) e que normalmente são adicionados corantes, emulsificantes, flavonóides, entre outros aditivos químicos que assim, modificam características sensórias do produto (Pereira, 2022). Segundo Castro et al. (2023), o consumo de AUP em idade escolar está associado a maior risco de dislipidemia, obesidade, doenças cardiovasculares e síndrome metabólica.

De acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é entregue uma alimentação saudável e adequada, baseada em alimentos seguros, diversificados e culturalmente apropriados, desse modo apoiando o crescimento, desenvolvimento e desempenho escolar dos estudantes. Além disso, existe uma limitação quanto à aquisição de alimentos processados e AUP, que podem consumir no máximo 20% dos recursos, priorizando a compra de alimentos in natura ou minimamente processados (Brasil, 2013).

No ambiente escolar, o consumo frequente e de grandes quantidades de AUP tem se tornado preocupante, pois são alimentos ricos em açúcares, gorduras e aditivos químicos que estão substituindo alimentos saudáveis e nutritivos. Essa mudança nos hábitos alimentares pode comprometer a concentração, desempenho e saúde geral dos estudantes, contribuindo para o surgimento precoce de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNTs) como diabetes tipo 2, obesidade e hipertensão. A presença desses alimentos nas cantinas das escolas e na rotina dos

adolescentes contribui para padrões de alimentação inadequada, dificultando o desenvolvimento de uma relação equilibrada com a comida.

Em Lavras (MG), foi conduzida uma pesquisa com 59 adolescentes de 13 a 16 anos, com o objetivo de identificar hábitos alimentares e avaliar o nível de conhecimento sobre nutrição a partir de uma intervenção educativa. O estudo envolveu aplicação de um jogo no formato de quiz e palestras, assim avaliando o conhecimento antes e após as atividades. Os resultados evidenciaram padrões de alimentação inadequados, identificando o alto consumo de gorduras e açúcares simples (Pereira; Angelis-Pereira, 2017).

De maneira similar, em Gravatá – PE realizou-se uma pesquisa com 42 adolescentes, com a faixa etária entre 12 e 17 anos, voltado para o diagnostico do estado nutricional, padrões de consumo e comportamento alimentar, também da promoção de praticas mais saudáveis por meio de ações de EAN. O levantamento inicial foi feito com questionário semi-estruturado de caráter socioeconômico, nutricional e comportamental. A partir desse diagnóstico, foram desenvolvidos sete encontros semanais, com duração de 40-60 minutos. Os resultados mostraram que 24% dos adolescentes apresentavam excesso de peso (16,6% com sobrepeso e 7,4% com obesidade), além de apresentarem alto tempo de exposição a telas e consumo frequente AUP. As intervenções de EAN mostraram eficácia, promovendo engajamento, interesse e contribuindo para a construção de conhecimento, autonomia, sensibilização e pensamento crítico sobre alimentação (Costa, 2018).

Os resultados de ambos os estudos indicam que do contexto regional inserido, os adolescentes apresentam padrões de alimentação inadequada, com alto consumo de AUP e excesso de peso, refletindo pouca autonomia na escolha de alimentos saudáveis (Pereira; Angelis-Pereira, 2017; Costa, 2018). Assim, por mediação da EAN, como palestras e jogos lúdicos, mostraram eficácia ao estimular o conhecimento, participação e reflexão crítica sobre alimentação. Esses estudos reforçam a necessidade de estratégias continuas no ambiente escolar, familiar e políticas públicas para promover práticas alimentares mais saudáveis e prevenir fatores de risco e doenças crônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo, percebe-se que o consumo excessivo de AUP está fortemente inserido no cotidiano escolar, apresentando uma tendência de crescimento contínuo. Esse cenário evidencia um padrão alimentar inadequado que influência diretamente no aprendizado dos alunos e no seu crescimento, o que carece de transformações urgentes a fim de promover hábitos mais saudáveis e condizentes com as necessidades nutricionais dos estudantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Campus Caçador e a todos os professores do Curso de Nutrição pelo constante apoio a pesquisa e as atividades de extensão que nos aproximam das demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/263/resolu%C3%A7%C3%A3o%2026%20atendimento%20da%20alimenta%C3%A7%C3%A3o,%20especifica%C3%A7%C3%B5es%20e%20veda%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

CASTRO, Ingrid Malu Souza de; SOUZA, Keitiane Santos de; REIS, David Silva dos; JARDIM, Naiara Almeida. **Consumo de alimentos ultraprocessados na fase escolar e seus reflexos na saúde**. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 12, 2022. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV3N12-141.

COSTA, Taise Maria da.**Educação alimentar e nutricional como estratégia de promoção da alimentação saudável entre adolescentes escolares em um município do Agreste pernambucano**. 2018. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27681. Acesso em: 3 set. 2025.

LIMA, N. M. S. et al. **Excesso de peso em adolescentes e estado nutricional dos pais: uma revisão sistemática**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 627-636, 2017.

LOUZADA, M. L. C. et al. **Impacto do consumo de ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, suppl. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00313020. Acesso em: 25 ago. 2025.

O IMPACTO DE ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE DOS ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS,2015. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Nutrição) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, A. M. et al. **Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças de uma Coorte de Nascimento de Pelotas**. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, p. 779, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003822. Acesso em: 25 ago. 2025.

PEREIRA, Tamara de Souza; PEREIRA, Rafaela Corrêa; ANGELIS-PEREIRA, Michel Cardoso de. **Influência de intervenções educativas no conhecimento sobre alimentação e nutrição de adolescentes de uma escola pública**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 427-435, fev. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.16582015. Acesso em: 3 set. 2025.

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E RECREAÇÃO INFANTIL EM CASA DE ACOLHIMENTO INFANTIL

Categoria: Projeto Extensionista

Izadora Feijó[1]
Débora Fernandes Pinheiro[2]

Resumo – Este trabalho relata a realização de uma atividade educativa de caráter nutricional desenvolvida no ACEIAS – Escola Portal do Futuro, situada em Caçador, Santa Catarina, direcionada a crianças com faixa etária entre 4 e 10 anos. A iniciativa teve como principal objetivo promover hábitos alimentares saudáveis utilizando estratégias lúdicas combinadas com educação em saúde, numa ação realizada em 30 de agosto de 2025, das 14h às 17h, envolvendo cerca de 100 crianças. Para isso, foram empregados diversos materiais pedagógicos focados na educação nutricional, além da pintura facial como recurso para maior engajamento e participação das crianças. A experiência reforça a relevância das atividades recreativas como ferramenta eficaz para aprimorar a compreensão e adesão a hábitos alimentares saudáveis durante a infância, momento crucial na formação de preferências e comportamentos alimentares. Os resultados da ação indicam uma receptividade positiva por parte das crianças, evidenciando a possibilidade de impacto favorável e duradouro nas práticas alimentares futuras, contribuindo assim para a promoção da saúde infantil e prevenção de doenças relacionadas à alimentação inadequada. Essa intervenção destaca ainda o papel fundamental da ludicidade como elemento motivador no processo educativo, ampliando a eficácia das estratégias de ensino voltadas para a nutrição.

Palavras-chave: educação nutricional; alimentação saudável; atividades lúdicas; promoção da saúde; infância.

INTRODUÇÃO

A promoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância é fundamental para o desenvolvimento saudável e para a prevenção de doenças crônicas futuras, como diabetes, hipertensão e obesidade (Brasil, 2022). A escola, por ser um espaço onde muitas pessoas passam grande parte do seu dia, constitui um ambiente privilegiado para a promoção da saúde. Ao reunir estudantes, famílias, educadores, colaboradores e profissionais da área da saúde, ela se torna um cenário propício para ações educativas. Dessa forma, reforça seu papel como um local que favorece a convivência saudável, o desenvolvimento emocional, o aprendizado e o bem-estar de todos os envolvidos, funcionando como um importante centro de promoção da saúde na comunidade (Magalhães; Porte, 2019).

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além disso, trabalhar a educação nutricional de forma lúdica ajuda as crianças a entenderem melhor os conteúdos, despertando curiosidade e tornando o aprendizado mais leve e interessante. Quando as atividades educativas misturam informações sobre alimentação com momentos de diversão, elas se tornam mais eficazes para incentivar hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para uma vida melhor e um desenvolvimento equilibrado. Nesse sentido, este trabalho apresenta a ação educativa realizada na escola ACEIAS, em Caçador (SC), que teve como objetivo conscientizar crianças de 4 a 10 anos sobre a importância de se alimentar bem. Para isso, foram usados materiais didáticos e dinâmicas recreativas que estimularam a participação e o interesse dos alunos. A participação ativa das crianças mostrou como adaptar as atividades à idade e às preferências de cada grupo torna o aprendizado mais motivador e favorece a adoção de hábitos alimentares saudáveis (Almeida et al., 2024).

O uso do lúdico para abordar a alimentação saudável no ambiente escolar tem apresentado resultados muito positivos, fortalecendo a relação das crianças com os alimentos. As experiências emocionais vividas durante as brincadeiras e os jogos despertam o interesse dos alunos e facilitam o aprendizado, tornando-o mais significativo e contribuindo para a formação de novos conhecimentos (Almeida et al., 2024).

Com isto, o objetivo do presente estudo foi realizar um relatório extensionista sobre a atividade do Programa de Extensão e Cultura (PAEC), realizado em âmbito escolar na cidade de Caçador, Santa Catarina.

METODOLOGIA

Trata-se de um relatório extensionista de caráter descritivo. A atividade extensionista ocorreu no ACEIAS – Escola Portal do Futuro, em Caçador (SC), no dia 30 de agosto de 2025, no período das 14h às 17h. Participaram aproximadamente 100 crianças, com idades entre 4 e 10 anos. A intervenção educativa envolveu a montagem de um estande com materiais ilustrativos e interativos relacionados à alimentação saudável, associado a atividades recreativas, como pintura facial, a fim de despertar o interesse e promover maior engajamento do público infantil.

Como suporte teórico, realizou-se uma revisão bibliográfica em estudos recentes sobre educação nutricional infantil e metodologias recreativas, buscando garantir fundamentação científica e reforçar a consistência da ação. A principal ferramenta de coleta de dados qualitativos foi a observação direta do comportamento e da participação das crianças durante as atividades. Não foram utilizados instrumentos quantitativos, visto que o objetivo central esteve na interação próxima e na sensibilização sobre a adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Além disso, foi aplicada uma dinâmica com o jogo didático Super Prato, composto por peças magnéticas que possibilitaram às crianças montar o prato equilibrado de forma prática e divertida. Essa atividade lúdica favoreceu a compreensão dos conceitos de alimentação saudável, facilitando a assimilação e a retenção dos conteúdos abordados. Durante todo o processo, a observação qualitativa foi empregada para analisar o nível de engajamento e envolvimento dos participantes. Decidiu-se não fazer avaliações quantitativas, porque o objetivo principal foi a sensibilização imediata e a valorização do contato direto com os conceitos apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização de atividades lúdicas na escola se mostrou uma forma muito eficaz de incentivar a alimentação saudável entre crianças de 4 a 10 anos. O uso de jogos e dinâmicas com materiais visuais ajudou na compreensão dos conteúdos e tornou o aprendizado mais divertido e interessante. As crianças participaram com empolgação e curiosidade, o que facilitou a assimilação dos hábitos alimentares trabalhados. Além disso, a variedade de atividades permitiu abordar diferentes temas sobre alimentação de forma mais completa e adequada à idade dos alunos. A presença e o apoio dos educadores e nutricionistas foram essenciais para orientar as ações, garantindo que as informações fossem transmitidas de maneira clara e de fácil entendimento.

Figura 1. Atividades desenvolvidas durante o projeto extensionista

Fonte: Arquivo das autoras (2025).

Figura 2. Atividade extensionista sendo realizada pelos acadêmicos e pela supervisora do projeto.

Fonte: Arquivo das autoras (2025).

Observou-se que a escola, por ser um espaço de convivência e aprendizado, tem um papel fundamental na formação dos hábitos alimentares das crianças. No entanto, para que esses hábitos se consolidem, é essencial que as ações educativas sejam acompanhadas pelo apoio da família e reforçadas no ambiente doméstico. A parceria entre escola e família fortalece o aprendizado e aumenta as chances de manutenção de práticas alimentares saudáveis. Além disso, é importante realizar avaliações periódicas das intervenções, em médio e longo prazo, para verificar seus resultados e direcionar possíveis melhorias. O acompanhamento constante possibilita aperfeiçoar as estratégias e contribuir para a criação de políticas públicas mais eficazes, que valorizem o uso do lúdico como parte contínua da educação alimentar nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta ação educativa evidenciou a importância de envolver as crianças em atividades que unam aprendizado e momentos de diversão, incentivando a adoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Esse tipo de iniciativa é essencial para construir uma cultura voltada à saúde dentro do ambiente escolar, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento integral dos alunos. O trabalho reforça que as atividades lúdicas são ferramentas valiosas no processo de ensino, pois tornam o aprendizado mais leve e ajudam as crianças a compreenderem e colocarem em prática escolhas alimentares equilibradas. Além disso, destaca-se a importância de manter e ampliar esse tipo de ação, avaliando seus resultados ao longo do tempo para aprimorar as estratégias adotadas. Espera-se que experiências como esta sirvam de incentivo para a criação de políticas públicas e práticas educacionais que priorizem a educação nutricional

de forma contínua, fortalecendo a promoção da saúde infantil e prevenindo problemas relacionados à má alimentação.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a instituição UNIARP por nos permitir vivenciar trabalhos como este e ao projeto PAEC sempre nos guiando para o melhor e a minha orientadora Débora Fernandes Pinheiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielle Portela de; REIS, Douglas do Nascimento; ARAÚJO, Diogenes Alves de; SANTOS, Carla Daiane; OLIVEIRA, Geverson Oliver de Assis; NASCIMENTO, Lucas Victalino. **O lúdico como ferramenta para alimentação saudável no ambiente escolar.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 1-10, abr. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13413. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias de prevenção e promoção à saúde na primeira infância.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/conheca-estrategias-de-prevencao-e-promocao-a-saude-na-primeira-infancia?utm_source=perplexity. Acesso em: 10 de set 2025.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. Revista de Saúde Pública, 25 abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1516-731320190010009. Acesso em: 7 out. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Alimentação da criança em idade escolar: cuidados e dicas práticas.** São Paulo: SBP, 2024. Disponível em: https://www.sbp.com.br/pediatria-para-familias/nutricao/alimentacao-da-crianca-em-idade-escolar-cuidados-e-dicas-praticas. Acesso em: 7 out. 2025.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO BOMBEIRO CIVIL MIRIM

Categoria: Projeto Extensionista

Gerson Leonardo Piaia[1]
Maria Fernanda Bortolini[2]
Maria Clara Zolondek de Morais[3]
Débora Fernandes Pinheiro[4]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo destacar a importância da hidratação adequada no desenvolvimento físico, cognitivo e social de crianças e adolescentes participantes do Programa Bombeiro Mirim, com base em uma abordagem educativa. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com aplicação prática, de caráter qualitativo e descritivo, fundamentada em estudos científicos e diretrizes sobre nutrição e saúde infantil. A ação educativa foi realizada no dia 04 de outubro de 2025, na sede do Gol de Placa, onde são ministradas as atividades do programa, e consistiu em uma apresentação interativa sobre a importância da ingestão de água, seguida de dinâmicas práticas que auxiliaram os participantes a compreenderem suas necessidades individuais de hidratação. A atividade apresentou excelente aceitação, evidenciando curiosidade, engajamento e participação ativa das crianças. Os resultados reforçam a relevância de projetos que associem educação nutricional e promoção da saúde, estimulando hábitos de hidratação adequados desde a infância e contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento integral dos bombeiros mirins.

Palavras-chave: Hidratação. Educação nutricional. Promoção da saúde. Desenvolvimento infantil. Bombeiros mirins.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal assegura aos cidadãos o direito à saúde e à alimentação, reconhecendo-os como direitos sociais fundamentais. Uma nutrição adequada é essencial para a promoção e a manutenção da saúde, representando um fator determinante tanto para a condição de saúde individual quanto para a da população em geral (Almeida et al., 2025). Apesar da redução progressiva dos casos de desnutrição, observa-se um aumento significativo da obesidade em diferentes grupos populacionais, indicando uma transição do perfil nutricional, em

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que problemas associados à carência alimentar cedem lugar a questões decorrentes do excesso e da má qualidade da alimentação (Almeida et al., 2025).

A água constitui a maior parte do corpo humano, tanto em peso quanto em volume. Em um indivíduo de 75 kg, aproximadamente 45 litros correspondem à água, o que equivale a cerca de 60% da massa corporal (Bauce e Franken, 2021). Crianças e adolescentes que praticam atividades físicas regularmente frequentemente não consomem líquidos suficientes para repor as perdas de água e eletrólitos, o que pode levar a um estado contínuo de hipo-hidratação. Estratégias para promover a hidratação adequada incluem a oferta constante de água potável, o estímulo à ingestão antes, durante e após a prática de exercícios, bem como o uso de medidas práticas, como garrafas reutilizáveis (Bauce e Franken, 2021).

A formação dos hábitos alimentares na infância é influenciada por múltiplos fatores, incluindo aspectos socioculturais, percepção corporal, condições fisiológicas e de saúde, preferências individuais, situação econômica familiar e disponibilidade de alimentos, sejam naturais ou industrializados. A mídia exerce um papel relevante nesse processo, e o ambiente em que a criança está inserida impacta diretamente seu comportamento alimentar, refletindo-se na vida adulta. Quando os hábitos saudáveis são estimulados desde cedo, por meio de uma alimentação equilibrada e adequada, aumenta-se a probabilidade de que se mantenham ao longo da vida, atuando como fatores protetores contra doenças como anemia, obesidade, desnutrição, diabetes e hipertensão (Pereira et al., 2025).

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar a importância da hidratação adequada entre crianças e adolescentes participantes do Projeto Bombeiro Mirim. Busca-se evidenciar como o consumo regular de água contribui para o funcionamento adequado do organismo, além de influenciar positivamente o desempenho físico, cognitivo e o bem-estar geral. A ação educativa propõe aprofundar a compreensão sobre os benefícios da ingestão de água, relacionando o tema à promoção da saúde e à formação de hábitos saudáveis desde a infância.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um relato de caso de atividade extensionista, realizado no âmbito do Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) durante o primeiro semestre de 2025, com crianças e adolescentes do Projeto Bombeiros Mirins, na cidade de Caçador, Santa Catarina. O objetivo da pesquisa é compreender a importância da promoção da saúde por meio da educação nutricional no desenvolvimento infantil e juvenil, aplicando esse conhecimento em ações educativas práticas dentro do programa.

As atividades educativas foram estruturadas em encontros periódicos, realizados a cada 60 dias. A primeira ação abordou a importância da hidratação, utilizando apresentação de slides e dinâmicas interativas, que permitiram aos participantes compreender, de maneira prática e lúdica, a quantidade de água necessária para o organismo de cada criança. Em etapas subsequentes, outras atividades serão implementadas, contemplando diferentes temas relacionados à nutrição e à saúde, visando ampliar o conhecimento dos participantes e fortalecer a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Durante cada encontro, foi registrado o envolvimento e a participação espontânea dos bombeiros mirins, evidenciando a valorização da aprendizagem ativa e da troca de experiências. Todas as ações possuem caráter exclusivamente educativo, sem aplicação de questionários ou coleta de dados pessoais, garantindo uma experiência leve, interativa e enriquecedora para todos os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa com os bombeiros mirins foi desenvolvida no dia 04 de outubro de 2025, na sede do Gol de Placa, espaço onde são ministradas as atividades regulares do programa. A atividade educativa desenvolvida com os participantes do Programa Bombeiro Mirim apresentou resultados bastante satisfatórios, evidenciando grande interesse, participação e receptividade por parte das crianças em relação ao tema hidratação e saúde. Durante a apresentação em slides, os bombeiros mirins se mostraram atentos e engajados, demonstrando curiosidade e compartilhando experiências pessoais sobre seus hábitos de consumo de água no cotidiano e nas práticas esportivas.

A dinâmica aplicada, que consistiu na pesagem individual e no cálculo da quantidade ideal de água a ser ingerida diariamente, foi recebida com entusiasmo e envolvimento. A atividade possibilitou que cada participante compreendesse, de forma prática e personalizada, a importância de manter-se bem hidratado e como isso influencia diretamente o desempenho físico e o funcionamento do organismo.

Durante todo o encontro, foi possível observar um ambiente descontraído e participativo, com muitas conversas, risadas e trocas de conhecimento entre os mirins. Para finalizar, a entrega das garrafinhas de água personalizadas reforçou o propósito da ação, servindo como lembrança simbólica e incentivo à adoção do hábito de beber água com regularidade.

De modo geral, a ação mostrou-se efetiva na sensibilização das crianças quanto à importância da hidratação no dia a dia. A experiência reforça que atividades interativas e lúdicas favorecem o aprendizado e contribuem para mudanças positivas de comportamento, consolidando o compromisso do projeto com a promoção da saúde e o desenvolvimento integral dos bombeiros mirins.

Figura 1. Folder representando o dia da aplicação do projeto.

Fonte: Acervos dos autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade mostrou-se altamente proveitosa, evidenciando grande participação, curiosidade e envolvimento por parte das crianças em todas as etapas. A abordagem lúdica e interativa adotada facilitou a compreensão do tema da hidratação, despertando o interesse dos participantes para a importância de manter o corpo bem hidratado no dia a dia.

Essa vivência destacou a relevância de trabalhar a educação em saúde desde a infância, especialmente em programas como o Bombeiro Mirim, que já cultivam princípios fundamentais como disciplina, responsabilidade e autocuidado. A iniciativa contribuiu não apenas para o aprendizado teórico e prático sobre hidratação, mas também para o desenvolvimento integral das crianças, fortalecendo valores de saúde, bem-estar e cidadania.

REFERÊNCIAS

BAUCE, José Guilherme; FRANKEN, Marcos. Hábitos de hidratação e perda hídrica na atividade física em crianças e adolescentes: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 15, n. 90, p. 368-376, 2021.

ALMEIDA, Mariana Saracino de; LINHARES, Isabela Costa; BRUM, Larissa Sant'Ana; COELHO, Lucas da Silva; MACHADO, Manuella da Silva; PINTO, Patrícia Martins. O impacto da má alimentação infantil a longo prazo na saúde do adulto. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v.39, e.9272, 2021.

PEREIRA, Beatriz Carolaine; PEREIRA, Estefânia Maria Soares; MADUNATUM, Larissa Morais; MACHADO, Jaqueline Bianque. Atividades educativas em alimentação e nutrição para crianças. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [S.l.], 2025.

TEMPERANDO A VIDA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COMO FERRAMENTA DE CUIDADO NO CAPS-AD

Categoria: Projetos Extensionistas

Maria Fernanda Bortolini[1]
Maria Clara Zolondek de Morais[2]
Gerson Leonardo Piaia[3]
Débora Fernandes Pinheiro[4]

Resumo – O estudo teve como objetivo promover a alimentação saudável como parte do cuidado integral no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD). Trata-se de um relato de caso extensionista desenvolvido em 2025, que envolveu oficinas culinárias e atividades educativas voltadas à reeducação alimentar. As receitas foram adaptadas de acordo com o paladar e as condições dos participantes, fortalecendo o vínculo com a equipe e estimulando o autocuidado. Observou-se que a abordagem nutricional contribuiu de forma expressiva para a recuperação, o bem-estar e a reintegração social dos usuários, reafirmando a importância da nutrição no contexto do cuidado interdisciplinar e da promoção da saúde.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Saúde mental. CAPS-AD. Educação nutricional. Reabilitação psicossocial.

INTRODUÇÃO

A dependência de álcool e outras drogas exerce uma influência significativa sobre a nutrição e o estado nutricional dos indivíduos, impactando tanto aspectos biológicos quanto sociais (Mahboub et al., 2020). No âmbito biológico, a dependência pode comprometer o apetite, dificultando a ingestão adequada de nutrientes e, consequentemente, prejudicando o estado nutricional geral. Já no aspecto social, interfere diretamente nos hábitos alimentares, no autocuidado e nas escolhas alimentares, o que pode levar a condições como desnutrição, obesidade e episódios de alimentação compulsiva, frequentemente observados em pacientes em tratamento para dependência (Budambula et al., 2024). Estudos indicam que os alimentos preferidos por usuários de substâncias tendem a ser de baixa qualidade nutricional, preparados rapidamente, acessíveis e de custo reduzido (Ma et al., 2022).

Apesar da relevância do aspecto nutricional para a saúde dos usuários de drogas, no Brasil ainda há uma escassez de estudos sobre essa temática. Nesse cenário, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) despontam como espaços estratégicos para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções, permitindo a avaliação das condições de saúde e

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

nutrição desses pacientes. Além disso, os CAPS-AD oferecem um ambiente favorável para a recuperação e promoção da saúde integral (Souza et al., 2023).

O consumo excessivo de álcool está associado a diversos prejuízos à saúde, incluindo o comprometimento de sistemas neurológico, cardiovascular, gastrointestinal e hepático, além de estar relacionado ao desenvolvimento de alguns tipos de câncer. Entre os indivíduos que fazem uso abusivo dessa substância, também é comum observar alterações no padrão alimentar e no estado nutricional. O etanol, por sua vez, é um composto de fácil oxidação e frequentemente presente na rotina alimentar dessa população, sendo a substância psicoativa mais consumida de forma excessiva (Feldman et al., 2021; Pontes et al., 2019).

Dentre as diversas enfermidades relacionadas ao consumo crônico e excessivo de álcool, a doença hepática alcoólica se destaca como uma das mais relevantes, sendo considerada um sério desafio de saúde pública, especialmente devido à ampla disseminação do uso do álcool na sociedade. Essa condição envolve um conjunto de alterações no fígado que se desenvolvem gradualmente ao longo de anos de ingestão abusiva da substância. Trata-se de uma doença de origem multifatorial, que pode apresentar diferentes graus de gravidade, variando desde a esteatose hepática até quadros mais avançados, como fibrose progressiva e cirrose (Feldman et al., 2021; Pontes et al., 2019).

A nutrição é fundamental para garantir o crescimento, desenvolvimento normal a manutenção da saúde. Uma alimentação equilibrada é essencial em todas as fases da vida, desempenhando um papel decisivo no funcionamento fisiológico, na promoção da saúde e na melhoria do bem-estar geral. No caso de adultos em situação de uso abusivo de álcool e outras substâncias, a nutrição adequada é ainda mais importante, pois contribui para a recuperação do organismo, auxilia na restauração de funções cognitivas e psicomotoras, e apoia o processo de reabilitação e reintegração social (Albiero & Alves, 2007).

Atualmente, a promoção da saúde surge como uma abordagem inovadora dentro do setor da Saúde Pública, ao contribuir para a superação de obstáculos significativos — especialmente aqueles ligados ao modelo biomédico tradicional, que é frequentemente considerado reducionista, fragmentado e insuficiente diante das necessidades contemporâneas de saúde. Essa abordagem amplia o entendimento de saúde, adotando uma visão mais abrangente, voltada para garantir melhores condições de vida e bem-estar para as populações. Nesse sentido, Buss (p. 165) resume bem o papel da promoção da saúde ao afirmar que, nas últimas duas décadas, ela tem se consolidado como uma estratégia relevante para lidar com os variados problemas de saúde que impactam as pessoas e seus ambientes. Essa proposta defende a integração entre conhecimentos técnicos e saberes populares, além da mobilização conjunta de recursos institucionais e comunitários — tanto públicos quanto privados — para enfrentar e resolver essas questões (Buss Paulo 2007).

A alimentação e a nutrição são reconhecidas como direitos humanos essenciais, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Elas representam elementos fundamentais para a promoção e a proteção da saúde, além de serem indispensáveis para o pleno desenvolvimento físico, mental e social do ser humano, assegurando qualidade de vida e o exercício da cidadania. O acesso à alimentação adequada é um direito garantido ao cidadão,

o que implica uma obrigação por parte do Estado e uma responsabilidade compartilhada com toda a sociedade. Diante disso, assegurar esse direito para todas as pessoas exige a construção de um novo modelo de sociedade, que coloque a qualidade de vida humana como prioridade central (Magalhães, 2025).

Visto isto, o objetivo do estudo foi o de realizar relato de caso de atividade extensionista realizada com adictos pertencentes ao centro de atenção psicossocial (CAPS-AD), por meio de oficinas alimentares saudáveis, busca fomentar a autonomia e o protagonismo dos participantes, incentivando escolhas alimentares equilibradas que respeitem suas individualidades e promovam um cuidado integral à saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de caso extensionista referente às atividades desenvolvidas em 2025. As ações foram voltadas à educação alimentar e nutricional (EAN) e realizadas com indivíduos de ambos os gêneros, participantes do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) do município de Caçador, Santa Catarina.

As atividades extensionistas consistiram em oficinas práticas de alimentação, nas quais foram aplicadas técnicas de nutrição e dietética com enfoque na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Entre as oficinas realizadas, destacam-se as de preparo de pão de queijo, pizza e bolo de chocolate em versões mais saudáveis. Essas práticas tiveram como propósito incentivar o consumo consciente de alimentos, promover o bem-estar físico e psicológico dos participantes e favorecer sua ressocialização por meio da culinária e do convívio social.

O estudo foi conduzido em conformidade com as normas éticas vigentes do Conselho Nacional de Saúde. Considerando tratar-se de uma atividade extensionista sem intervenções clínicas diretas e sem coleta de dados sensíveis, houve dispensa da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução das atividades práticas no CAPS-AD, foi possível estabelecer contato direto com os participantes, favorecendo uma escuta ativa e a compreensão de suas preferências, hábitos e restrições alimentares. Essa aproximação permitiu adaptar as receitas e preparações de acordo com o paladar e as condições individuais de cada integrante do grupo, o que resultou em maior aceitação e engajamento nas oficinas culinárias.

A personalização das preparações mostrou-se fundamental para estimular a adesão às práticas alimentares saudáveis, uma vez que o respeito às particularidades, gostos e vivências dos usuários fortaleceu o vínculo entre a equipe extensionista e os participantes. Além disso, o ambiente das oficinas proporcionou momentos de socialização, troca de saberes e construção coletiva do conhecimento — elementos essenciais ao cuidado integral e humanizado, conforme preconizado pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

As atividades também oportunizaram reflexões sobre a alimentação como instrumento terapêutico e de autocuidado, ampliando a compreensão dos usuários acerca da relação entre nutrição, bem-estar físico e saúde mental.

A Figura 1 apresenta as receitas desenvolvidas durante as oficinas, bem como os ingredientes utilizados em suas composições.

Figura 1. Receitas desenvolvidas durante as oficinas

Fonte: Arquivo dos autores (2025).

CONCLUSÃO

As atividades extensionistas desenvolvidas no CAPS-AD demonstraram que a educação alimentar e nutricional pode ser uma ferramenta eficaz para promover o cuidado integral e fortalecer os processos de recuperação de pessoas em situação de dependência química. As oficinas culinárias possibilitaram a construção de um espaço de aprendizado significativo, onde o ato de cozinhar ultrapassou o preparo de alimentos e tornou-se um meio de socialização, expressão e reeducação alimentar.

A adaptação das receitas de acordo com as preferências e condições dos participantes contribuiu para ampliar o engajamento e o sentimento de pertencimento, reforçando o valor do respeito à individualidade no processo terapêutico. Além disso, o enfoque na alimentação saudável mostrou-se um caminho viável para o resgate da autonomia, da autoestima e do autocuidado, aspectos essenciais à reinserção social.

As ações realizadas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em especial com o ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável, ao promover o acesso a uma alimentação adequada e saudável, e com o ODS 3 — Saúde e Bem-Estar, ao incentivar práticas que favorecem a qualidade de vida e a saúde mental. Assim, iniciativas como esta reafirmam o papel da universidade na promoção da saúde pública e na construção de uma sociedade mais justa, saudável e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica Aparecida Schefer de; SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; SOUZA, Karine Soriana Silva de. **Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS álcool e drogas**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, p. e239448, 2022.

ALMEIDA, Leticia et al. **Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. Saúde em Debate**, v. 44, p. 292-304, 2021.

BOSKA, Gabriella de Andrade; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; SEABRA, Paulo Rosário Carvalho. **Acolhimento integral em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na perspectiva da proteção dos direitos humanos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 2417-2426, 2022.

BUDAMBULA, Valentine *et al.* Nutritional status of people who inject drugs in Coastal Kenya: a cross-sectional study. **BMC Nutrition**, v.10, n.55, 2024.

COSTA, JPM, Barros MDF, Bongiolo AM, Perry IDS, Silva MA. **Estado nutricional e consumo alimentar de usuários de crack de um município do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul**. Inova Saúde. 2016;5(1):100-16. http://dx.doi.org/10.18616/ is.v5i1.2375.100-116.

FELDMAN, JV, Balbinotti L, Escobar M, Hagen MEK. **Eating habits and nutritional status of alcohol users admitted to a hospital unit**. Brazil Journal of Development. 2021;7(3):31273-88. http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n3-720.

KRIEGER, Débora Mascella; CORONEL, Luiz Carlos Illafont; LIMA, Liliane Dias de. A importância do Miniexame do Estado Mental (MEEM) nos exames de interdição demencial em processos judiciais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, p. 73-77, 2020.

MA, Zilin *et al.* Health-related quality of life and influencing factors in drug addicts based on the scale QLICD-DA: a cross-sectional study. Health and Quality of Life Outcomes, v.20, p.109, 2022.

MAHBOUB, Nadine *et al.* Nutritional status and eating habits of people who use drugs and/or are undergoing treatment for recovery: a narrative review. **Nutrition Reviews**, v.79, n.6, p.627-635, 2020.

PONTES KKB, Soares EB, Santos AF, et al. **Risco cardiovascular de usuários de um centro de atenção psicossocial em álcool e drogas**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. 2019;32:8874. http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2019.8874.

SOUZA, Olívia Egger *et al.* Treatment and rehabilitation of CAPS-AD's users from the perspective of its professionals. Saúde Debate, v.37, n.1, 2023.

PERFIL NUTRICIONAL DE BOMBEIRAS VOLUNTÁRIAS EM AÇÃO: ASPECTOS ANTROPOMÉTRICOS, BIOQUÍMICOS E ALIMENTARES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Vivian Baseggio[1]
Débora Fernandes Pinheiro[2]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional, o perfil bioquímico, os hábitos alimentares e a saúde mental de uma equipe feminina de bombeiras voluntárias da cidade de Caçador, SC. Para tanto, foram utilizados recordatórios alimentares de 24 horas, avaliações antropométricas, exames laboratoriais e questionários padronizados, permitindo uma caracterização abrangente das participantes. Os resultados obtidos possibilitaram a identificação de padrões alimentares, composição corporal, indicadores bioquímicos e aspectos relacionados ao bem-estar psicológico. A partir dessas informações, foi possível compreender de forma mais detalhada as necessidades nutricionais do grupo, bem como os fatores que podem impactar sua saúde física e mental. Com base nos achados, torna-se viável propor estratégias de intervenção nutricional direcionadas, que visem a otimização do desempenho físico, a prevenção de doenças crônicas e a promoção de hábitos de vida mais saudáveis. Além disso, os dados reforçam a importância do acompanhamento nutricional individualizado para profissionais que atuam em atividades de alta demanda física e emocional, como as bombeiras voluntárias, destacando o papel do nutricionista como agente de promoção da saúde e bem-estar integral.

Palavras-chave: Bombeiras voluntárias; Avaliação nutricional; Hábitos alimentares; Composição corporal; Desempenho físico.

INTRODUÇÃO

Os bombeiros desempenham um papel fundamental na proteção da sociedade, atuando na prevenção e no combate a incêndios, no resgate de vítimas e na resposta a emergências e desastres naturais. Sua atuação exige muito mais do que força física, e um estado emocional em constante equilíbrio, demanda conhecimento técnico, disciplina, coragem e trabalho coletivo.

Atualmente, Santa Catarina conta com 4.773 integrantes distribuídos em 31 corporações filiadas à ABVESC, que desenvolvem diferentes atividades dentro das unidades, incluindo programas de bombeiros mirins, bandas musicais e grupos de apoio. A atuação abrange 50 municípios, oferecendo atendimento e socorro a cerca de 1,64 milhão de pessoas (Gonino; Stahnke, 2022).

[1] Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entre as corporações, está o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, atualmente denominado Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. A entidade, sem fins lucrativos, é reconhecida como de utilidade pública em âmbito estadual (Lei Estadual nº 16.709, de 22 de setembro de 2015) e municipal (Lei Municipal nº 3.222, de 14 de maio de 2015). Além disso, conta com certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da saúde – Entidade Filantrópica –, conforme Portaria nº 972, de 14 de agosto de 2019, do CEBAS/Saúde do Ministério da Saúde (CBVC, 2025).

A corporação tem como principais objetivos proteger e salvar vidas, além de preservar os bens materiais da população de Caçador/SC e região. Sua atuação abrange calamidades públicas, incêndios e diversos tipos de acidentes, bem como o desenvolvimento de ações preventivas para reduzir a ocorrência de sinistros (CBVC, 2025).

Dada a importância da avaliação nutricional quando se trata de nutrição e qualidade de vida, ela permite identificar possíveis problemas de saúde e garantir um desempenho de alto nível para essas profissionais que dependem de força e aptidão física. A avaliação do estado nutricional é fundamental para o planejamento adequado do cuidado em nutrição, pois possibilita a identificação de possíveis riscos à saúde, como o excesso de peso condição que está associada a um maior risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares. e pode impactar tanto a qualidade de vida quanto o desempenho de profissionais que demandam de força e aptidão física (Oliveira, 2022).

METODOLOGIA

O presente trabalho, trata-se de um estudo de abordagem quantitativa de cunho transversal. A divisão desse estudo aconteceu em etapas distintas. Coleta dos dados antropométricos, coleta dos dados bioquímicos, e logo a coleta dos dados para avaliar a saúde mental e a qualidade de vida das participantes.

A pesquisa teve a participação de 15 mulheres com idades de 18 a 59 anos, algumas são empregadas diretas do Bombeiro Voluntário de Caçador e outras que atuam nas mais diversas áreas de trabalho. Os procedimentos foram conduzidos após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UNIARP, conforme o parecer nº 7.665.578, estando em total conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisas envolvendo seres humanos.

A coleta dos dados antropométricos foi realizada por meio de instrumentos padronizados, como fita métrica da marca Cescorf®, balança de bioimpedância da marca Omron®, e estadiômetro digital da marca Avanutri® adipômetro da marca Avanutri® para garantir uma precisão e a consistência das informações coletadas, sendo estes devidamente calibrados. Também foi aplicado questionário para avaliar a saúde mental e a qualidade de vida das participantes.

Paralelamente, foram realizados testes bioquímicos para analisar o perfil lipídico das participantes, incluindo a coleta de amostras sanguíneas, seguidas pela avaliação dos níveis de colesterol total, HDL e LDL. Também foram realizados testes de glicemia de jejum e hemoglobina glicada, com o objetivo de determinar o padrão bioquímico dessas bombeiras. Todas as análises

laboratoriais foram conduzidas no Laboratório de Análises Clínicas (LEAC), localizado nas dependências da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As bombeiras voluntárias apresentaram perfil lipídico, glicêmico e renal favorável, indicando bom estado metabólico. A ingestão de macronutrientes mostrou-se adequada, enquanto deficiências em cálcio, magnésio, vitaminas D e E, e excesso de sódio, evidenciam a necessidade de ajustes nutricionais para promoção da saúde e prevenção de complicações a longo prazo.

A avaliação antropométrica apontou IMC e relação cintura-quadril dentro da faixa de baixo risco, mas o percentual de gordura corporal acima do ideal sugere atenção à composição corporal, especialmente em relação ao desempenho físico.

Em termos de saúde mental, os baixos níveis de depressão, ansiedade e estresse indicam bem-estar psicológico geral, porém a ansiedade mostrou correlação significativa com gordura visceral, IMC e dimensões do WHOQOL, evidenciando seu impacto sobre a saúde física e a percepção de qualidade de vida.

Os resultados reforçam a importância de estratégias integradas que considerem nutrição e saúde mental, contribuindo para a manutenção do bem-estar físico e psicológico das bombeiras voluntárias em atividades de alta demanda ocupacional.

A avaliação nutricional de bombeiras é importante para a saúde coletiva e o desempenho físico, devido às demandas de alto gasto energético, força, resistência e equilíbrio metabólico e emocional (Davy et al., 2025). A análise do estado nutricional das bombeiras permite compreender como a nutrição impacta a performance, a prevenção de doenças e o bem-estar geral.

Nesse cenário, a avaliação nutricional vai além de peso e altura, incluindo composição corporal, ingestão alimentar, parâmetros bioquímicos e saúde mental, oferecendo uma visão completa da saúde das participantes (Araújo; Cunha, 2021). A gestão adequada dessas informações é essencial para a elaboração de estratégias nutricionais personalizadas, que atendam às demandas energéticas e metabólicas das bombeiras, contribuindo para o melhor desempenho físico e para a manutenção da saúde.

Além disso, a investigação sobre o estado nutricional das bombeiras possibilita identificar potenciais desequilíbrios alimentares, deficiências de micronutrientes e indicadores de estresse fisiológico e mental, fatores que podem comprometer tanto a saúde quanto o desempenho operacional. Por se tratar de uma profissão que demanda esforço físico intenso e tomada de decisão rápida, a nutrição adequada atua como componente essencial para garantir a energia, a concentração e a recuperação muscular necessárias às atividades diárias (Abreu et al., 2021).

A partir dessa análise, torna-se possível propor intervenções nutricionais direcionadas, que visem corrigir inadequações alimentares, otimizar o rendimento físico e reduzir o risco de doenças crônicas e lesões relacionadas ao trabalho. Tais estratégias reforçam o papel do nutricionista

como agente promotor de saúde e desempenho, capaz de integrar conhecimentos técnicos e científicos em benefício de populações específicas, como as corporações de bombeiros (Oliveira; Teixeira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que a avaliação nutricional da equipe feminina de bombeiras voluntárias representa uma ferramenta essencial para compreender o estado de saúde, o perfil alimentar e o desempenho físico desse grupo. A análise integrada dos parâmetros antropométricos, bioquímicos, alimentares, de saúde mental e qualidade de vida, permitiu identificar aspectos positivos e pontos que demandam atenção, reforçando a importância da orientação nutricional individualizada e contínua.

O estudo evidencia o papel fundamental do nutricionista na promoção da saúde e na prevenção de desequilíbrios nutricionais, especialmente em grupos que realizam atividades de alta exigência física e emocional. Além disso, ressalta a relevância da educação nutricional como estratégia de fortalecimento do desempenho funcional e da qualidade de vida das profissionais avaliadas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP pela oportunidade, a professora Dra. Débora pelas orientações repassadas, ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, e às bombeiras participantes pela disponibilidade, colaboração e acolhimento durante o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo de forma essencial para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vitória Gomes *et al.* A importância da nutrição na hipertrofia. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, São Paulo, v.10, n. 14, pág. e431101422041, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22041. Acesso em: 09 out. 2025.

ARAÚJO, Isis Kelma Figueiredo de; CUNHA, Katiane da Costa. Hábitos alimentares e estado nutricional dos bombeiros militares de Belém, Pará, Brasil. **RBNE - Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 15, n. 91, p. 113-127, 2021. Disponível em: https://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1835. Acesso em: 09 out.2025.

CBVC, Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, Caçador-SC, 2025.

DAVY, Wilison Percyval *et al.* Análise de composição corporal e nível de atividade física de bombeiros militares da seção contra incêndio (sci) do aeroporto internacional de Porto Velho-RO. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.1, p.1860-1868, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387991331. Acesso em: 09 out. 2025.

GONINO, Gabriel Murilo Ribeiro; STAHNKE, Eduardo. Quando a escola pública presta socorro aos bombeiros: a pesquisa e a extensão em prol da comunidade local. **SciELO Preprints**, São

Paulo, 2022. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3675. Acesso em: 09 out. 2025.

OLIVEIRA, Luana dos Anjos. Avaliação do estado nutricional e sua associação com os fatores de risco cardiometabólico em cadetes do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. UEMA Universidade Estadual do Maranhão, 2022. Disponível em: https://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/2277. Acesso em: 09 out. 2025.

OLIVEIRA, Taiane Pereira de; TEIXEIRA, Fernanda Pereira. A importância do nutricionista para a promoção da saúde na atenção básica: uma revisão integrativa. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, São Paulo, v. 4, n. 2, p. e422765, 2023.Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/2765. Acesso em: 09 out. 2025.

INTEGRAÇÃO DE SABERES NUTRICIONAIS E DE SAÚDE COLETIVA NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS DETERMINANTES ALIMENTARES, SOCIAIS E CULTURAIS DO PROCESSO DE ENVELHECER

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Silas Rodrigues da Silva[1]
Débora Fernandes Pinheiro[2]

Resumo – O envelhecimento da população é um fenômeno em expansão mundial, refletindo-se também no contexto brasileiro, onde as projeções indicam que, até 2025, aproximadamente 15% dos habitantes terão 60 anos ou mais. Esse panorama impõe transformações estruturais aos sistemas de saúde e requer atenção ampliada às demandas nutricionais específicas dessa faixa etária. Diante disso, o presente estudo teve como propósito desenvolver uma proposta de guia alimentar voltado ao público idoso, fundamentado em suas particularidades fisiológicas, comportamentais e clínicas. Para tanto, foi conduzida uma revisão integrativa da literatura, com levantamento nas bases PubMed, LILACS, Cochrane Library, BVS e Plataforma CAPES, contemplando publicações entre 2020 e 2025. As evidências analisadas apontam que a alimentação equilibrada exerce papel central na prevenção e no manejo de enfermidades crônicas, como hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, osteoporose e sarcopenia. Conclui-se que a elaboração de um guia alimentar direcionado ao envelhecimento pode constituir-se em um instrumento de educação nutricional e promoção da saúde, estimulando a autonomia, a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria da qualidade de vida entre os idosos.

Palavras-chave: Guia alimentar; Idoso; Envelhecimento saudável; Saúde coletiva; Educação nutricional.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional configura-se como um processo demográfico de alcance global, amplamente debatido nas últimas décadas, e que também se manifesta de forma expressiva no contexto brasileiro (Damaceno et al., 2023). Estimativas apontam que, até o ano de 2025, o Brasil ocupará a sexta posição mundial em número absoluto de pessoas idosas, correspondendo a aproximadamente 15% da população nacional, cerca de 30 milhões de indivíduos (Perreira et al., 2020). Esse avanço demográfico decorre de múltiplos determinantes, entre os quais se destacam as melhorias nas condições de vida e saúde, os progressos da

[1] Aluno do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

medicina e transformações socioculturais que favorecem o aumento da longevidade (Santos, 2022).

Contudo, a ampliação desse contingente etário impõe desafios significativos às estruturas de atenção à saúde, que necessitam de readequações para responder de maneira eficaz às demandas específicas desse grupo populacional (Amaral et al., 2020). Tal cenário exige a formulação e implementação de políticas públicas integradas, voltadas não apenas para o tratamento de doenças, mas também para a prevenção e para a promoção de um envelhecimento saudável e ativo (Perreira et al., 2020).

Dentro desse cenário demográfico, a alimentação assume papel de extrema importância na manutenção da saúde dos idosos, configurando-se como um elemento-chave para a prevenção de doenças crônicas e para a promoção de um envelhecimento saudável (Ramos et al., 2023). As modificações fisiológicas típicas do processo de envelhecimento, incluindo a redução da taxa metabólica, alterações sensoriais como perda de paladar, dificuldades na mastigação e menor eficiência na absorção de nutrientes, tornam a atenção à nutrição ainda mais essencial nessa etapa da vida (Monda et al., 2023). Nesse contexto, evidências científicas indicam que a adoção de uma dieta equilibrada e rica em nutrientes essenciais contribui não apenas para a melhoria da saúde global na terceira idade, mas também para a diminuição da incidência de enfermidades comuns nessa população, como hipertensão arterial e diabetes mellitus (Barbosa et al., 2024).

Além disso, os idosos estão sujeitos a uma série de desafios nutricionais que podem comprometer de forma significativa sua saúde e qualidade de vida (Rodrigues et al., 2024). Entre as carências mais frequentes nessa população destacam-se deficiências de proteínas, cálcio, vitamina D e ferro, fatores associados ao desenvolvimento de condições como osteoporose, anemia e redução da massa muscular (Passos et al., 2021). A desnutrição constitui, portanto, um problema relevante nesse grupo etário, sendo influenciada por fatores como diminuição do apetite, alterações sensoriais, dificuldades na mastigação e na digestão, que podem levar à ingestão inadequada de nutrientes essenciais (Nenevê et al., 2022; Fernandes et al., 2021).

Nesse contexto, a elaboração e a implementação de um guia alimentar voltado especificamente para idosos emergem como instrumentos essenciais para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida dessa população. É fundamental que tais guias considerem as particularidades nutricionais, fisiológicas e comportamentais dos indivíduos dessa faixa etária, distinguindo-se de orientações alimentares genéricas que não contemplam essas especificidades (Maia et al., 2024). Um guia direcionado permite fornecer recomendações práticas para a manutenção de uma dieta equilibrada, adaptada às necessidades, preferências e limitações dos idosos, estimulando a autonomia e o autocuidado (Rodrigues et al., 2024). Ademais, a educação nutricional associada a esses instrumentos contribui para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e para a conscientização de idosos e cuidadores quanto à importância da alimentação adequada, favorecendo a prevenção de doenças e promovendo um envelhecimento ativo e saudável (Maia et al., 2024).

Diante do contexto do envelhecimento populacional e dos desafios nutricionais enfrentados pela população idosa, o presente estudo tem como objetivo analisar e sistematizar

evidências científicas sobre as necessidades nutricionais, deficiências mais comuns e fatores que impactam a saúde desse grupo etário. Considerando o aumento da expectativa de vida e a crescente proporção de idosos na sociedade, torna-se fundamental compreender as particularidades fisiológicas, comportamentais e clínicas dessa faixa etária. A partir desse levantamento, será possível fornecer subsídios teóricos e metodológicos que fundamentem, em etapas futuras, a elaboração de um guia alimentar específico para idosos, voltado à promoção de hábitos alimentares equilibrados, prevenção de doenças crônicas e melhoria da qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, realizada para identificar e organizar evidências científicas sobre as necessidades nutricionais da população idosa. Foram incluídos estudos que abordam aspectos fisiológicos, comportamentais e clínicos relacionados à alimentação e ao envelhecimento, com enfoque na prevenção de deficiências nutricionais e no manejo de doenças crônicas.

A busca bibliográfica foi conduzida nas bases de dados PubMed, LILACS, Cochrane Library, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Plataforma CAPES, empregando-se os descritores "nutrição na terceira idade", "dietas para idosos", "saúde mental e nutrição em idosos" e "intervenções nutricionais", combinados por meio dos operadores booleanos "AND" e "OR". Foram considerados para inclusão artigos publicados entre 2020 e 2025, redigidos em português ou inglês, com texto completo disponível e metodologia rigorosa. Foram excluídos trabalhos não indexados em periódicos científicos, tais como teses, dissertações e monografias.

A análise e sistematização das evidências coletadas nesta revisão constituem a base teórica para a etapa subsequente do estudo, que consistirá na organização e apresentação das recomendações nutricionais em formato de guia. Essa fase prática será realizada por meio da plataforma Canva, permitindo estruturar o conteúdo de maneira didática e acessível. Por se tratar de pesquisa baseada exclusivamente em dados secundários e publicamente disponíveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética, em conformidade com as normas regulamentares vigentes. Dessa forma, busca-se que os resultados da revisão sejam traduzidos em um instrumento capaz de apoiar a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a autonomia dos idosos e a prevenção de doenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A hipertensão arterial figura entre as doenças crônicas não transmissíveis mais frequentes na população idosa. A alimentação desempenha papel central em seu controle, destacando-se a necessidade de reduzir a ingestão de sódio e aumentar o consumo de alimentos ricos em potássio e fibras. Protocolos dietéticos, como a dieta DASH (Dietary Approaches to Stop Hypertension), são amplamente indicados para auxiliar na regulação da pressão arterial, privilegiando frutas, vegetais, cereais integrais e fontes magras de proteína (Oliveira et al., 2021).

O diabetes mellitus impõe desafios adicionais relacionados à manutenção de níveis glicêmicos adequados, demandando uma dieta equilibrada que evite elevações bruscas de glicose no sangue. Estratégias nutricionais incluem o monitoramento da ingestão de carboidratos

e a priorização de alimentos com baixo índice glicêmico, sendo fundamentais para a prevenção de complicações, especialmente cardiovasculares, comuns nesse grupo etário (Lima et al., 2023).

As dislipidemias, frequentemente coexistentes com hipertensão e diabetes, estão associadas a padrões alimentares inadequados e à inatividade física. O manejo nutricional adequado envolve a redução de gorduras saturadas e trans, bem como o incremento do consumo de ácidos graxos ômega-3, que contribuem para a melhora do perfil lipídico (Figueiredo et al., 2021).

A osteoporose, condição prevalente entre idosos, requer atenção à ingestão adequada de cálcio e vitamina D para a preservação da saúde óssea. Adicionalmente, a perda dentária pode comprometer a capacidade de consumir alimentos nutritivos. Nesse contexto, intervenções de reabilitação dentária mostram-se importantes para restaurar a função mastigatória e favorecer uma alimentação adequada (Nascimento et al., 2023).

Por fim, a sarcopenia, caracterizada pela perda progressiva de massa muscular, evidencia a necessidade de dietas ricas em proteínas associadas à prática regular de atividade física, como estratégias essenciais para minimizar a degradação muscular e preservar a funcionalidade do idoso (Oliveira et al., 2021).

A figura a seguir, elaborada pelo autor com base nos dados desta pesquisa, ilustra as principais patologias comumente associadas à população idosa.

Figura 1: Principais patologias em Idosos e Suas Implicações Nutricionais.

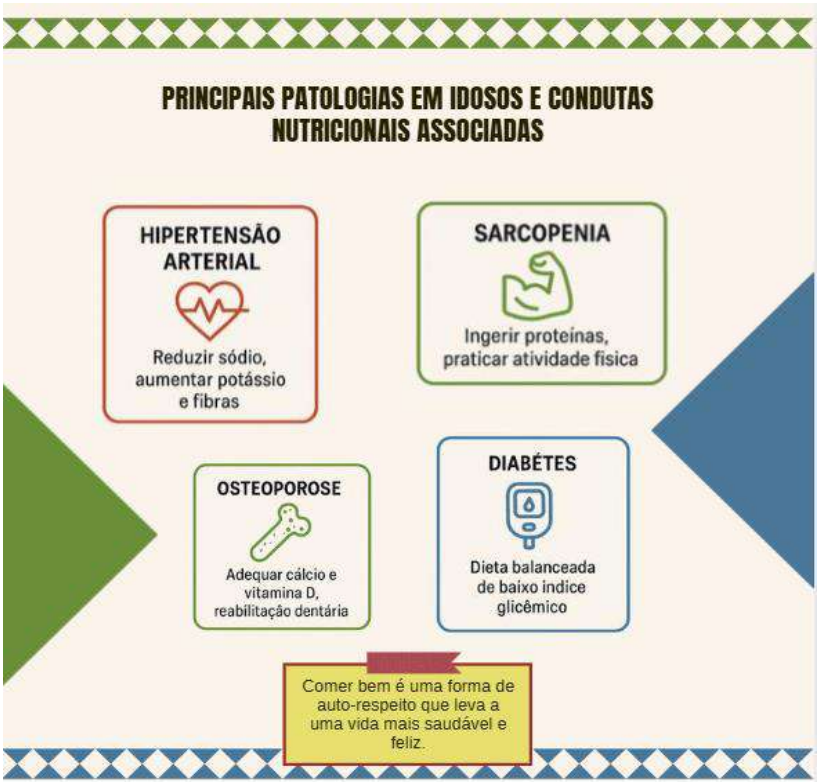


Figura 2: Fonte: o autor, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento da população brasileira evidencia a necessidade de estratégias que promovam saúde e qualidade de vida na terceira idade. Neste contexto, a alimentação configura-se como um elemento fundamental, influenciando diretamente a prevenção de doenças crônicas, a manutenção da funcionalidade e a promoção de um envelhecimento saudável.

A análise das evidências compiladas nesta revisão integrativa indica que o desenvolvimento de um guia alimentar direcionado à população idosa deve considerar, além das recomendações nutricionais, as limitações fisiológicas, comportamentais e sociais que impactam a ingestão alimentar nessa faixa etária. Materiais educativos elaborados com linguagem acessível e abordagem prática podem favorecer a autonomia dos idosos e o fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis.

Dessa forma, o presente estudo ressalta a importância de que futuras etapas, voltadas à construção de um guia alimentar específico, sejam fundamentadas nas evidências sistematizadas, de modo a constituir um recurso confiável para profissionais de saúde, cuidadores e os próprios idosos. Esse instrumento tem o potencial de apoiar escolhas alimentares mais conscientes, reduzir agravos à saúde e contribuir para a promoção de um envelhecimento ativo e de qualidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP pelo suporte institucional proporcionado e à Professora Dra. Débora Fernandes Pinheiro pela orientação, dedicação e contribuição valiosa durante a elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

DAMACENO, Maria José *et al*. Grupos para cuidadores de idosos na atenção básica de saúde. Caderno de ANAIS HOME, v. n. 162, p. 2007, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.56238/iicongressmedicalnursing-037.

PERREIRA, Brunna dos Reis; JESUS, Ivia Mayana Oliveira de; MARTINS, Maísa Mônica Flores. Perfil sociodemográfico da mortalidade da população idosa no nordeste brasileiro. Revista de Atenção à Saúde, v. 18, n. 64, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.13037/ras.vol18n64.6273.

SANTOS, Willams Tiago dos Santos. Relação entre os comportamentos de risco entre adultos no Brasil. Research, Society and Development, v. 11, n. 10, p. e341111032913, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32913.

AMARAL, Samantha Vieira Alves *et al*. Conhecimento e comportamento de um grupo de idosos frente às infecções sexualmente transmissíveis. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 9, p. e3891, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.25248/reas.e3891.2020.

MENDES, Évany Morgana Martins *et al*. O envelhecimento saudável como desafio crescente para a saúde pública: uma revisão integrativa da literatura. Anais do III Congresso Brasileiro de Saúde Pública on-line, v. 4, n. 4, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.51161/conbrasp2023/25238.

FEITOSA, Finas Araújo *et al*. Uso de protocolos de nutrição enteral em pacientes idosos criticamente enfermos: uma revisão integrativa. Revista Contemporânea, v. 3, n. 9, p. 14245-14269, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.56083/rcv3n9-042.

NENEVÊ, Maria Jaqueline *et al*. Orientações nutricionais e sugestões de melhoria para a diminuição da inapetência da pessoa idosa residente em ILPIs. Extensão em Foco, n. 27, p. 266-274, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5380/ef.v0i27.84253.

FERNANDES, Andréia Silva; RODRIGUES, Sidimara dos Santos; SOUZA, Marilia Graziela Alves. Probióticos, prebióticos e simbióticos para o tratamento de constipação em idosos. Revista Saúde - Ung-Ser, v. 15, n. 1/2, p. 51, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33947/1982-3282-v15n1-2-4506.

LIMA, Elaynne Jeyssa Alves Lima *et al*. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e o tempo de internação de idosos em unidade de terapia intensiva. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 4, p. 2620-2632, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p2620-2632.

FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; CECCON, Roger Flores; FIGUEIREDO, José Henrique Cunha. Doenças crônicas não transmissíveis e suas implicações na vida de idosos dependentes. Ciência e Saúde Coletiva, v. 26, n. 1, p. 77-88, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.33882020.

NASCIMENTO, Jairo Evangelista *et al*. Reabilitação com prótese dentária total em idosos e melhoria na dimensão do OHIP. Arquivos em Odontologia, v. 54, n. 5, p. 1-12, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.7308/aodontol/2018.54.e05.

OLIVEIRA, Maria de Jesus *et al*. Sarcopenia associada ao envelhecimento: fatores que interferem na qualidade de vida do idoso. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 9, p. 86392-86406, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-005.

AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE COMPULSÃO ALIMENTAR EM FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DE UM HOSPITAL LOCALIZADO NO MEIO OESTE CATARINENSE: UM ESTUDO QUANTITATIVO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Nicolle Aparecida da Luz[1]
Ana Claudia Lunelli Moro[2]

Resumo – O Transtorno de Compulsão Alimentar Periódica (TCAP) é caracterizado pela ingestão excessiva de alimentos em um curto período, acompanhada da sensação de perda de controle e sofrimento emocional. Este estudo teve como objetivo avaliar a prevalência de comportamentos alimentares compulsivos entre servidores de um hospital localizado em Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa transversal, quantitativa e descritiva, realizada com 90 participantes de ambos os sexos, maiores de 18 anos. A coleta de dados foi conduzida por meio de um questionário sociodemográfico e da Escala de Compulsão Alimentar Periódica (BES), disponibilizados em forma impressa. Os resultados revelaram que 84,4% dos participantes não apresentaram sinais de compulsão alimentar, 13,3% foram classificados com compulsão leve e 2,2% com compulsão moderada, não havendo casos de compulsão grave. Embora a prevalência de TCAP tenha sido baixa, observa-se a importância da implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde emocional e nutricional no ambiente hospitalar, assim com o monitoramento contínuo desses comportamentos é essencial para a manutenção da qualidade de vida e do bem-estar dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Compulsão Alimentar; Transtornos Alimentares; Hospital; Nutrição.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o Transtorno de Compulsão Alimentar Periódica (TCAP) é caracterizado por episódios com ingestão de grandes quantidades de alimento em um curto período associados à sensação de falta de controle. Nesses eventos, o indivíduo pode consumir os alimentos mais rapidamente que o normal, alimentar-se até sentir desconforto, ingerir enormes porções de comida sem fome, comer sozinho por vergonha e sentir culpa depois (DSM-5 TR, 2023).

Ao longo dos anos, o transtorno tem se mostrado cada vez mais prevalente, sendo considerado um importante fator de impacto na saúde global, esse transtorno tem contribuído significativamente para a perda de qualidade de vida, refletindo-se em limitações funcionais e emocionais em diversas partes do mundo (Armanious et al., 2024). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais define o TCAP como episódios recorrentes de compulsão

[1] Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] rofessora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

alimentar na ausência de comportamentos compensatórios agrupados de uma sensação concomitante de falta de controle sobre a alimentação (Korin et al., 2024).

Reconhecido como um transtorno mental e caracterizado por episódios recorrentes de ingestão excessiva de alimentos, geralmente acompanhados de sofrimento emocional e insatisfação com a própria imagem corporal (Minari et al., 2024). Esse quadro está frequentemente associado ao desenvolvimento de obesidade em uma parcela significativa dos pacientes (Ferrarini et al., 2022).

Os episódios de compulsão são caracterizados pela perda de controle sobre a ingestão alimentar, resultando em um consumo excessivo, em quantidades substancialmente superiores ao habitual para o indivíduo (Rolim et al., 2021). Esses episódios geralmente ocorrem em um período de aproximadamente 2 horas, com uma ingestão calórica que pode oscilar entre 2000 e 5000 kcal por ocorrência (Munhoz et al. 2021).

Conforme a literatura o transtorno pode ser desencadeado por fatores emocionais, frequentemente associados a dinâmicas familiares, conflitos interpessoais, restrições alimentares rígidas, insatisfação com a própria imagem corporal, tédio e influência da mídia (Lameira et al., 2023). O paciente normalmente apresenta sintomas como dor abdominal, sentimento de culpa, vergonha e impulsividade (Martins; Maynard, 2024).

A escolha do ambiente hospitalar para a realização desta pesquisa justifica-se pela oportunidade de investigar profissionais expostos a rotinas intensas, alta demanda emocional e jornadas prolongadas, fatores que podem impactar diretamente o comportamento alimentar. Esse contexto oferece um campo relevante para compreender como o estresse ocupacional, as condições de trabalho e as pressões inerentes ao cuidado em saúde podem contribuir para o surgimento de comportamentos alimentares compulsivos.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é avaliar a prevalência e os fatores associados ao Transtorno de Compulsão Alimentar Periódica entre funcionários e servidores de um hospital, buscando compreender os aspectos emocionais, sociais e ocupacionais envolvidos na manifestação do transtorno nesse grupo profissional.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa transversal, quantitativa e descritiva, desenvolvida com funcionários e servidores de um hospital localizado no estado de Santa Catarina. A população foi composta por indivíduos de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, atuantes em diferentes setores hospitalares. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2025, mediante aplicação de um questionário estruturado contendo questões sociodemográficas e a Escala de Compulsão Alimentar Periódica (BES). O questionário foi disponibilizado em formato impresso e aplicado presencialmente aos funcionários no refeitório do hospital, durante os horários de café e almoço. O preenchimento foi realizado de forma manual, voluntária e anônima, respeitando a disponibilidade dos participantes.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIARP, sob o número de parecer 7.742.168, garantindo que todas as etapas da pesquisa seguissem preceitos éticos.

Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as normas éticas vigentes. Os dados coletados foram tabulados no programa Microsoft Excel® 2021 e exportados para o software IBM SPSS Statistics®, versão 22.0, para análise estatística. As variáveis quantitativas foram descritas por meio de médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos, enquanto as variáveis categóricas foram expressas em frequências absolutas e relativas.

A amostra final foi composta por 90 respondentes, o que representa aproximadamente 16,5% do total de funcionários do hospital (N = 545). Embora se trate de uma amostragem não probabilística, esse percentual é considerado adequado para estudos de natureza descritiva com abordagem quantitativa, especialmente quando há limitações operacionais e logísticas na coleta. A amostra permite observar tendências e levantar hipóteses relevantes dentro do contexto hospitalar.

A normalidade da distribuição dos dados foi avaliada pelo teste de Shapiro-Wilk. Para verificar possíveis diferenças nas médias da pontuação total da Escala BES entre os grupos, foram utilizados o teste t de Student ou Mann-Whitney, conforme a distribuição dos dados. As diferenças entre os setores de trabalho e tempo de serviço foram analisadas por meio da ANOVA unidirecional ou Kruskal-Wallis, e as associações entre as variáveis categóricas foram verificadas pelo teste Qui-quadrado de Pearson (χ^2). Em todas as análises, foi adotado nível de significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final foi composta por 90 participantes, com idade média de 31,5 anos, variando entre 16 e 61 anos. Do total, 72,2% eram do sexo feminino e 27,8% do sexo masculino. A maior parte dos participantes atua nos setores clínicos, como Clínica Médica e Pronto Socorro, seguidos de áreas administrativas e de apoio técnico. Em relação ao tempo de trabalho, predominaram indivíduos com até cinco anos de experiência na instituição, caracterizando uma equipe predominantemente jovem.

Quanto à classificação da Escala de Compulsão Alimentar Periódica (BES), observou-se que 84,4% dos participantes não apresentaram sinais de compulsão alimentar, 13,3% foram classificados com compulsão leve e 2,2% com compulsão moderada, não sendo identificados casos de compulsão grave. Esses resultados indicam uma baixa prevalência de comportamentos compulsivos entre os funcionários avaliados, embora seja importante a manutenção de estratégias preventivas e de promoção da saúde emocional e nutricional no ambiente hospitalar. Conforme apresentado no gráfico a seguir.

A análise inferencial foi conduzida no software IBM SPSS Statistics®, versão 22.0, adotando-se nível de significância de $p < 0,05$. Os testes aplicados não evidenciaram associações estatisticamente significativas entre as variáveis sexo, setor de trabalho e tempo de atuação com

a pontuação total da Escala BES, embora diferenças médias tenham sido observadas entre os grupos.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo indicaram uma baixa prevalência de comportamentos alimentares compulsivos entre os funcionários do hospital analisado, o que se assemelha aos achados de Korin et al. (2024), que também observaram níveis reduzidos de compulsão alimentar em grupos de profissionais da área da saúde. Esse resultado pode estar relacionado à maior consciência alimentar e à busca por hábitos de vida mais equilibrados, frequentemente observada em trabalhadores desse setor.

Por outro lado, Minari et al. (2024) e Ferrarini et al. (2022) destacam que, mesmo em populações com menor prevalência, o transtorno pode estar subdiagnosticado, já que muitos indivíduos tendem a omitir episódios de compulsão por vergonha ou medo de estigma. Essa hipótese reforça a importância de ações contínuas de acolhimento e acompanhamento psicológico dentro do ambiente hospitalar.

Além disso, estudos como o de Lameira et al. (2023) apontam que fatores emocionais, como estresse e sobrecarga de trabalho, exercem papel fundamental no desencadeamento de episódios de compulsão alimentar. No contexto hospitalar, esses fatores são intensificados por plantões prolongados, contato constante com o sofrimento humano e falta de tempo para refeições adequadas, elementos que podem favorecer o surgimento de comportamentos alimentares desregulados.

Ainda que a presente pesquisa não tenha identificado associações estatisticamente significativas entre as variáveis sociodemográficas e os níveis de compulsão, é possível que variáveis emocionais e contextuais, não mensuradas neste estudo, desempenhem papel determinante. Assim, os achados reforçam a necessidade de novas investigações com amostras mais amplas e metodologias mistas, de modo a aprofundar a compreensão sobre os fatores de risco e proteção relacionados à compulsão alimentar em profissionais da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu identificar uma baixa prevalência de comportamentos alimentares compulsivos entre os funcionários do hospital analisado, com predominância de casos classificados como leves. Apesar disso, os achados reforçam a relevância de ações voltadas à promoção da saúde mental e nutricional dos profissionais de saúde, considerando o estresse e as demandas inerentes ao ambiente hospitalar.

A ausência de associações estatisticamente significativas entre as variáveis sociodemográficas e a pontuação da Escala BES sugere que a compulsão alimentar pode estar mais relacionada a fatores emocionais e contextuais do que a características individuais isoladas.

Entretanto, um dos desafios enfrentados durante a pesquisa foi o baixo número de respostas obtidas. O interesse limitado dos funcionários em participar, aliado às longas jornadas

de trabalho e à sobrecarga emocional inerente à rotina hospitalar, são fatores que podem ter contribuído para essa baixa adesão.

Essa limitação reforça a necessidade de estratégias futuras que incentivem maior engajamento dos profissionais, por meio de ações de sensibilização e apoio institucional, para ampliar a representatividade e a robustez dos resultados. Como limitação adicional, destaca-se o uso de instrumentos autorrelatados, que podem ter influenciado as respostas devido à subjetividade das percepções individuais.

Apesar dessas restrições, os resultados obtidos trazem contribuições relevantes ao apontar a importância do monitoramento contínuo do comportamento alimentar entre profissionais da saúde e da implementação de políticas de cuidado emocional dentro dos hospitais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao Curso de Nutrição pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho.

Agradeço também ao Hospital participante da pesquisa, pela disponibilidade e colaboração de seus funcionários e servidores, sem os quais este estudo não seria possível.

Por fim, expresso minha gratidão à professora orientadora pela dedicação, paciência e valiosas contribuições em todas as etapas deste projeto.

REFERÊNCIAS

ARMANIOUS, Abanoub J. *et al*. Patient perceptions of lisdexamfetamine as a treatment for binge eating disorder: An exploratory qualitative and quantitative analysis. Psychiatry Research Communications, 5 de outubro de 2024.

DSM-5 TR. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

FERRARINI, Natália de Oliveira, *et al*. Alternativas terapêuticas farmacológicas para transtorno da compulsão alimentar: uma revisão sistemática. Debates em Psiquiatria, v. 13, 2022. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/download/438/380/1857

KORIN, Stella Hissami, *et al*. Compulsão alimentar periódica em acadêmicos de medicina. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, 2024. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/16336/9228

LAMEIRA, Luma André Maia, *et al*. Transtorno da compulsão alimentar periódica em crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 6, p. 30013-30024, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/65181/46642

MARTINS, Paula Silva; MAYNARD, Dayanne da Costa. A avaliação do transtorno da compulsão alimentar periódica pré e pós bariátrica. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 6, 2024.

MINARI, Tatiana Palotta *et al.* Effects of Mindful Eating in Patients with Obesity and Binge Eating Disorder. **Departamento de Psiquiatria da Faculdade Estadual de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)**, p. 1-20, 19 de março de 2024.

MUNHOZ, Paula Gulart, *et al*. A Influência Da Ansiedade Na Compulsão Alimentar E Na Obesidade De Universitários. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, p. 21-44, 2021.

ROLIM, Ana Clara Pereira, *et al*. Análise dos Fatores Associados ao Transtorno de CompulsãoAlimentar em Adolescentes: Uma Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n.6, p. 28873-28888, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/41869/pdf

PERFIL NUTRICIONAL E HÁBITOS ALIMENTARES DE POLICIAIS MILITARES: UMA ANÁLISE DE SAÚDE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriel de Bortoli Tibes da Luz[1]
Ana Claudia Lunelli Moro[2]

Resumo – A saúde dos policiais militares representa um desafio constante para a saúde pública, considerando o risco profissional, exposição ao estresse, alimentação não adequada e um alto índice de doenças crônicas não transmissíveis. Este estudo teve como objetivo analisar o estado nutricional e os hábitos alimentares a partir de um estudo de campo em policiais militares do agrupamento Tático de Caçador - SC. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, observacional e transversal, com amostra composta por cem por cento do policiais do grupo Tatico, avaliados por meio de medidas antropométricas, composição corporal e questionário alimentar. O padrão alimentar predominante inclui baixo consumo de frutas, verduras e fibras, apresentando um consumo frequente de ultraprocessados, fast foods e bebidas açucaradas. No presente estudo, os policiais apresentaram IMC médio de 26,00 ± 2,0 kg/m^2 e percentual de gordura corporal de 14,6 ± 3,0%, valores compatíveis com indivíduos ativos, embora clasificados como sobrepeso. Concluimos que, a pesar de policiais ativos manterem a composição corporal adequada, o conjunto reforça atividades voltadas para a promoção de hábitos saudáveis, acompanhamentos nutricionais e incentivos a práticas de atividade física nessa categoria profissional.

Palavras-chave: Polícia militar; Estado nutricional; Hábitos alimentares; Síndrome metabólica; Saúde.

INTRODUÇÃO

A atuação do policial militar no Brasil está marcada por intensas demandas físicas e psicológicas, decorrentes de uma jornada intensa, do contato direto com situações de risco e da elevada carga de estresse ocupacional. Essa realidade contribui para o desenvolvimento de distúrbios metabólicos, sobrepeso e doenças crônicas não transmissíveis como, obesidade, diabetes, hipertensão (Bordignon et al., 2022). Os estudos demonstram que a prevalência de sobrepeso entre policiais militares varia de 60% a 75%, índices superiores aos observados na população em geral (Rezende, 2022; Righi; Basso; Schuch, 2021).

Além dos fatores laborais, os hábitos alimentares inadequados também constituem determinantes importantes para o comprometimento dos policiais. A baixa ingestão de frutas, verduras e fibras, somada ao consumo frequente de alimentos ultraprocessados, refrigerantes e fast foods, reforça o risco de obesidade e síndrome metabólica (Guimarães; Somaio, 2020; Cruz,

[1] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

2023). O nível de estresse e déficit de sono, comuns na rotina desses policías militares, intensificam alterações hormonais que pode favorecer o acúmulo de gorduras e aumento do risco cardiovascular (Minelli, 2022; Barbosa, 2024).

Diante do contexto apresentado, torna-se fundamental investigar de forma integral o estado nutricional, composição corporal, hábitos alimentares e prática de atividade física dos policiais militares, de modo a auxiliar uma elaboração de políticas institucionais de promoção de saúde (Menezes et al., 2022; Cruz, 2023). Assim, este presente estudo busca agrupar achados da literatura científica e dados de campo obtidos, ampliando assim, a compreensão dos fatores de risco e das estratégias de prevenção para esse grupo em específico.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, observacional e transversal, desenvolvido com o grupo total de 10 policiais militares atletas de alto rendimento do Tatico de Caçador- SC. Os participantes foram avaliados quanto a parâmetros antropométricos, composição corporal e hábitos alimentares autorreferidos. Aprovado pelo comitê de ética e pesquisa em seres humanos sob o parecer 7.612.962.

Foram coletadas as seguintes variáveis: Idade (anos), Peso corporal (kg), Altura (m), Índice de Massa Corporal – IMC (kg/m^2), Circunferência da cintura (cm), Circunferência abdominal (cm), Percentual de gordura corporal (%), Percentual de massa magra (%), Número de refeições diárias e Consumo autorreferido de verduras, frutas, proteínas e carboidratos (sim/não).

As medidas antropométricas foram obtidas conforme padronizações da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) e os cálculos de composição corporal seguiram critérios estabelecidos pelo American College of Sports Medicine (ACSM, 2022).

Os dados foram tabulados em planilha Excel e analisados utilizando estatística descritiva (médias e desvios-padrão) no programa SPSS 22. A normalidade da distribuição dos dados foi verificada pelo teste de Shapiro-Wilk. Para variáveis com distribuição normal, foram aplicados testes paramétricos (t de Student para amostras independentes). Para variáveis sem distribuição normal ou com tamanho de grupo reduzido, foram aplicados testes não paramétricos (Mann-Whitney U).

As associações entre variáveis categóricas (sim/não) foram verificadas pelo teste Qui-quadrado ou Teste exato de Fisher, conforme aplicabilidade. As correlações entre variáveis contínuas foram testadas por correlação de Pearson (dados normais) ou Spearman (dados não normais). O nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$) para todas as análises.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra foi composta por 10 policiais militares atletas de alto rendimento, conforme Tabela 1, valores compatíveis com a composição corporal esperada em indivíduos fisicamente ativos (ACSM, 2022).

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis numéricas

Variável	Média	Desvio-Padrão
ID	5.50	3.03
Idade	38.00	4.24
Peso (kg)	81.07	5.85
Altura (m)	1.77	0.05
IMC	25.96	1.97
Circunf. cintura (cm)	87.95	5.01
Circunf. Abdominal (cm)	80.50	20.00
Percentual de Gordura (%)	14.58	2.96
Percentual massa magra/massa livre de gordura	69.21	4.69
Refeições/Dia	4.00	0.00

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na avaliação do consumo alimentar autorreferido, todos os participantes relataram realizar quatro refeições diárias. O consumo de verduras, frutas, proteínas e carboidratos variou entre os indivíduos, permitindo a comparação entre os grupos. Para verificar a distribuição dos dados, foi aplicado o teste de Shapiro-Wilk, que indicou normalidade para a maioria das variáveis, com exceção da circunferência abdominal ($p < 0,001$). Assim, os testes estatísticos foram conduzidos de forma mista: t de Student para variáveis com distribuição normal e Mann-Whitney U para aquelas não normais ou em grupos reduzidos.

As comparações entre grupos (consumo alimentar "sim" vs. "não") não apresentaram diferenças estatisticamente significativas ($p > 0,05$) em nenhuma das variáveis antropométricas e de composição corporal avaliadas. Por exemplo, o IMC não diferiu significativamente entre consumidores e não consumidores de verduras ($p = 0,79$), frutas ($p = 0,62$), proteínas ($p = 0,85$) e carboidratos ($p = 0,68$). De forma semelhante, o percentual de gordura corporal e a massa magra não apresentaram diferenças entre os grupos ($p > 0,05$).

Nas análises de associação entre variáveis contínuas, foram aplicados testes de correlação de Pearson (quando ambas apresentavam normalidade) ou Spearman (quando pelo menos uma delas não apresentou distribuição normal). Não foram identificadas correlações significativas entre as variáveis antropométricas e de composição corporal ($p > 0,05$). Embora o IMC tenha apresentado tendência de associação positiva com a circunferência da cintura e o percentual de gordura, tais resultados não atingiram significância estatística.

Esses achados podem ser explicados pelo tamanho amostral reduzido (n=10), que limita o poder estatístico para detectar diferenças e associações. Estudos com maior número de participantes têm demonstrado associação entre consumo alimentar inadequado, aumento da adiposidade e alterações antropométricas em militares e atletas (Silva et al., 2021; Pereira et al.,

2022). Assim, sugere-se cautela na interpretação dos resultados e a realização de investigações adicionais com amostras maiores.

Em síntese, os resultados do presente estudo indicam que, na amostra analisada, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nos parâmetros antropométricos e de composição corporal em função do consumo alimentar autorreferido. Contudo, os valores médios encontrados refletem um perfil compatível com sobrepeso, mas com percentual de gordura dentro de faixas adequadas para indivíduos ativos, reforçando a importância do acompanhamento nutricional contínuo em policiais militares atletas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo uniu evidência científicas nacionais e internacionais acerca dos estados nutricionais, hábitos de alimentação e saúde metabólica dos policiais militares, complementadas por dados de campo obtidos por policiais da corporação da cidade de Caçador – SC.

Os resultados da literatura evidenciaram prevalência do sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, ambas relacionadas com padrões alimentares inadequados, níveis altos de estresse e redução das práticas de atividade física. No estudo empíricos, embora os participantes apresentassem uma composição corporal adequada, o IMC médio indiciou um nível de sobrepeso, assim, reforçando a necessidade dos acompanhamentos nutricionais.

Conclui-se que promover a saúde dos policiais militares exige estratégias que possam integram multiprofissionais da saúde, promovendo assim o incentivo a atividade física, o aporte nutricional individual e psicológicos. Medidas fundamentais para reduções de riscos metabólicos, melhora na qualidade de vida dos mesmos e assegurando o desempenho operacional da categoria.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. *ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription.* 11. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer, 2022. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=llk_EQAAQBAJ>. Acesso em: 6 out. 2025.

BARBOSA, R. R. *Estresse ocupacional e saúde metabólica em policiais militares.* Brazilian Journal of Development, v. 10, n. 2, p. 119–129, 2024. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/68165>. Acesso em: 6 out. 2025.

BORDIGNON, M. *et al.* *Perfil nutricional e de saúde de policiais militares: uma análise transversal.* Brazilian Journal of Health Review, v. 5, n. 3, p. 8239–8250, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/166>. Acesso em: 28 ago. 2025.

COSTA, J. *et al.* *Abdominal obesity and stress among public safety professionals: an international perspective.* Journal of Occupational Health, v. 63, n. 2, p. 113–122, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.36311/jhgd.v34.15430>. Acesso em: 6 out. 2025.

CRUZ, F. *Alimentação e saúde de policiais militares no estado de São Paulo.* Brazilian Journal of Development, v. 9, n. 1, p. 531–542, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv9n2-077>. Acesso em: 6 out. 2025.

GUIMARÃES, A.; SOMAIO, M. *Hábitos alimentares de policiais militares: consumo de ultraprocessados e repercussões metabólicas.* Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 1–9, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338425971_Habito_alimentar_consumo_de_ultraprocessados_e_sua_correlacao_com_o_estado_nutricional_de_escolares_da_rede_privada>. Acesso em: 6 out. 2025.

MENEZES, L. *et al.* *Promoção da saúde e políticas institucionais em corporações de segurança pública.* Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 26, n. 3, p. 120–128, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36512/rbcs.v26n3.2022>. Acesso em: 6 out. 2025.

MINELLI, F. *Síndrome metabólica em profissionais de segurança pública.* Revista de Ciências da Saúde, v. 15, n. 2, p. 87–96, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353093405_Sindrome_Metabolica_e_Fatores_de_Risco_Cardiovascular_em_Policiais_Militares_uma_revisao_da_literatura>. Acesso em: 6 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Obesidade: prevenindo e controlando a epidemia global.* Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 6 out. 2025.

PEREIRA, R. *et al.* *Relação entre consumo alimentar inadequado e adiposidade em militares.* Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v. 16, n. 4, p. 455–466, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/395572101_Stress_Ultra_Processed_Food_Consumption_and_Abdominal_Obesity_in_Public_Security_Officers>. Acesso em: 6 out. 2025.

REZENDE, M. *Prevalência de obesidade abdominal em policiais militares do Paraná.* Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 16, n. 96, p. 1420–1429, 2022. Disponível em: <https://rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1983>. Acesso em: 6 out. 2025.

RIGHI, E.; BASSO, L.; SCHUCH, F. *Síndrome metabólica em policiais militares: uma revisão integrativa.* Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 5, p. 18920–18933, 2021. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1983>. Acesso em: 6 out. 2025.

SILVA, J. *et al.* *Obesidade abdominal e níveis de estresse em policiais militares de Minas Gerais.* Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 7, p. 51209–51220, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv10n3-053>. Acesso em: 6 out. 2025.

VIA DE PARTO: UM DETERMINANTE NA MICROBIOTA INTESTINAL DO RECÉM-NASCIDO

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Evelyn Cristina dos Santos Pereira[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – A composição da microbiota intestinal do neonatal depende de diversos fatores, como gestação, o tipo de parto, aleitamento materno, meio ambiente, alimentação durante a infância e se faz ou não o uso de medicamentos. Atualmente já se sabe que os microrganismos da mãe são transferidos para o bebê durante o parto vaginal, contribuindo para que o mesmo obtenha uma microbiota intestinal mais semelhante com a microbiota vaginal da mãe, enquanto em partos cesarianas a microbiota intestinal do bebê irá se assemelhar com a microbiota presente no ambiente hospitalar, ou seja menos diversificada. Essa revisão bibliográfica busca compreender a relação da via de parto com a composição da microbiota intestinal do bebê, e como isso irá implicar na saúde quando adultos. Os resultados obtidos afirmam que a microbiota intestinal de bebês nascidos por parto vaginal é distinta de nascidos por parto cesariano. Esses resultados sugerem que uma microbiota intestinal saudável e diversificada garante um sistema imunológico mais eficiente, com risco diminuído para doenças autoimune e metabólicas ao longo da vida.

Palavras-chave: Via de nascimento; microbiota intestinal; composição microbiana em recém-nascidos.

INTRODUÇÃO

A microbiota é um termo que se refere a comunidade de microrganismos (bactérias, vírus, fungos etc.) que habitam um local em específico, exemplos incluem a microbiota intestinal, vaginal e a microbiota da pele (El-Sayed; Aleya; Kamel, 2021). Formando uma biota bastante complexa incluindo trilhões de microrganismos, quais são responsáveis por funções indispensáveis em vários processos, que vão da absorção de nutrientes até a modulação do sistema imunológico (Santacroce et al., 2024).

Depois de muitas descobertas e estudos o intestino deixou de ser um órgão apenas de absorção e digestão para assumir um importante papel imunológico, por sua participação na defesa contra os ataques do meio externo (Esterházi et al., 2019). A mucosa intestinal fica exposta a uma imensa variedade de antígenos vindo da contaminação por vírus, bactérias, fungos, protozoários, ou seja, diferentes microrganismos invasores, que necessitam ser limitados pela

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

barreira intestinal, que fornecessem a defesa imune contra agressores patogênicos (Gentile; Weir, 2020). Dada a importância em manter uma microbiota saudável, equilibrada e diversificada para estimulação e prevenção do sistema imune (Abdel-Haq et al., 2019).

O ambiente externo, estilo de vida e alimentação são os principais fatores que determinam a composição e vitalidade da microbiota intestinal, inúmeros estudos comprovam a importância de uma microbiota saudável na saúde e na doença (El-Sayed; Aleya; Kamel, 2021). A forma em que essa microbiota intestinal se apresenta poderá refletir em diversos agravos de saúde, como câncer, distúrbios metabólicos, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes, doenças inflamatórias intestinais e até distúrbios psicológicos (Chuluck et al., 2023).

Por outro lado, o desequilíbrio entre os diferentes grupos de bactérias presente na microbiota, ou a proliferação de novos grupos bacterianos pode acarretar inúmeras alterações das funções no organismo como, processos inflamatórios, e consequentemente desenvolver uma impermeabilidade intestinal, com isso, maior susceptibilidade a infecções e desordens imunes (Hou et al., 2022).

Evidências afirmam que a perturbação do microbioma intestinal causado por um conjunto de dieta pobre em fibras e rica em ultra processados, açucares simples, frituras e somada ao sedentarismo, doenças crônicas, uso de antibióticos, via de parto com pouca colonização, uso de álcool e meio ambiente vai combinar em um processo conhecido como Disbiose, que é exatamente o desequilíbrio da microbiota, caracterizada pela composição de microrganismos patogênicos no organismo (Castro et al., 2020).

Decorrente da epidemia de cesáreas nos últimos anos, em 2015 a Organização Mundial de Saúde (OMS) acende um alerta sobre esses números, pontuando que a taxa de cesáreas não deve ultrapassar 15%; entretanto, aproximadamente 90% dos partos na rede privada são cesáreos, enquanto no Sistema Único de Saúde (SUS), essa taxa chega a 45%, com isso diversos pesquisadores vêm estudando as cesáreas desnecessárias e seus prejuízos (Organização Mundial de Saúde, 2021).

Entre a composição benéfica, destacam-se as Bifidobactérias e Lactobacilos, incluindo gêneros como Bacteroides spp., Bifidobacterium spp. e Lactobacillus spp, já as bactérias potencialmente nocivas incluem famílias como Enterobacteriaceae e espécies de Clostridium (Suriano et al., 2022). Além disso, também podem ser encontradas bactérias como Eubacterium spp., Fusobacterium spp., Peptostreptococcus spp. e Ruminococcus (Suriano et al., 2022). Essa diversidade microbiana tem o potencial de moldar a estrutura e a composição da microbiota gastrointestinal do recém-nascido de maneiras distintas (Potrykus et al., 2021).

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, norteada pela seguinte pergunta de pesquisa: Qual a diferença presente na microbiota intestinal do recém-nascido decorrente da via de parto? Como objetivos analisar a influência presente entre parto normal X parto cesárea na colonização inicial da microbiota intestinal do recém-nascido, identificando os microrganismos predominantes que são transferidos durante o processo de nascimento, destacando as implicações para a saúde a longo prazo, além de revisar a literatura científica e seus dados sobre intervenções que podem amenizar os efeitos negativos da cesárea na microbiota intestinal.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica conduzido em seis momentos: 1) formulação da pergunta de pesquisa; 2) seleção das bases de dados e estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos; 3) determinação das informações a serem coletadas dos estudos escolhidos; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) interpretação dos achados; 6) elaboração e apresentação da síntese do conhecimento.

Para nortear a busca, utilizou-se a estratégia PICO, onde P corresponde ao paciente ou população, I de intervenção ou indicador, C de comparação ou controle, e O do "outcome" ou desfecho. Possibilitando a construção da questão norteadora dessa revisão bibliográfica.

O acrônimo visa uma busca mais efetiva a partir da elaboração de uma pergunta de pesquisa, direcionando o estudo proposto de maneira mais eficaz (Patino, 2016).

Ao utilizar esse método de pesquisa, elaborei a seguinte questão norteadora: "Qual a diferença presente na microbiota intestinal do recém-nascido decorrente da via de parto?"

As buscas se iniciaram em fevereiro de 2025 e foram até outubro do mesmo ano, que ocorreram nas bases de dados SciELO, PubMed Central, Scopus, Portal de Periódicos da CAPES.

A busca foi conduzida de forma independente e simultânea por uma pesquisadora, seguindo um protocolo específico voltado para a questão central e os critérios de elegibilidade estabelecidos.

Foram adicionados como descritores: "Via de nascimento"; "microbiota intestinal"; "composição microbiana em recém-nascidos"; "alimentação saudável"; "parto humanizado"; "aleitamento materno" combinados pelos operadores booleanos "OR" e "AND".

Os critérios que incluíram e definiram esse trabalho foram: estudos originais, coorte e revisões sistêmicas, artigos publicados em inglês e em português, nos quais o tema da questão norteadora fosse publicado com até dez anos (2015-2025).

Foram definidos como critérios de exclusão: cartas, editoriais, opinião de especialistas e estudos com prematuros ou que não estabeleciam comparações, que não possuíam relação com o tema e que estavam fora de ordem cronológica.

Capítulo destinado ao tipo de pesquisa, à abordagem, ao local, à população e amostra, às técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, à metodologia de análise de dados, bem como aos procedimentos éticos da pesquisa.

A seleção dos artigos foi realizada por meio da análise detalhada dos títulos e Resumos, considerando a pertinência com a questão norteadora e o atendimento aos critérios de inclusão estabelecidos.

A coleta, organização e análise de dados foram realizadas contemplando os seguintes aspectos: ano de publicação, idioma, local de realização do estudo, objetivo, tipo de estudo e quais apresentavam maior pertinência com o tema relacionado à área da Nutrição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa indica que a microbiota intestinal saudável e diversificada é fundamental para a eficiência do sistema imunológico, prevenindo doenças autoimunes e metabólicas ao longo da vida, com isso, estratégias que favoreçam uma colonização adequada, como o parto vaginal, são essenciais para a saúde futura da criança (Alsharairi, 2023).

O parto humanizado é compreendido como uma abordagem que promove o bem-estar, a autonomia e a segurança da gestante, oferecendo condições favoráveis para um parto mais natural, sem intervenções desnecessárias, essa prática está relacionada à possibilidade de transferência de microrganismos benéficos da mãe para o bebê durante o processo de nascimento, contribuindo para uma microbiota mais semelhante à vaginal da mãe, o que é considerado mais favorável à saúde neonatal (Salas et al., 2021).

Por outro lado, o parto cesáreo tem sido associado a uma alteração na composição da microbiota intestinal, muitas vezes resultando em menor diversidade microbiana, semelhante ao microbioma do ambiente hospitalar, essa diferença na colonização inicial pode predispor os recém-nascidos a diversas enfermidades, incluindo doenças autoimunes, alergias e distúrbios metabólicos, devido à influência do microbioma na maturação do sistema imunológico (Torun et al., 2021).

Fatores adicionais que influenciam a microbiota neonatal incluem a alimentação, especialmente o aleitamento materno, o uso de antibióticos, o ambiente e aspectos genéticos, a complementaridade desses fatores reforça a complexidade na formação do microbioma e a importância de intervenções que promovam uma colonização microbiana saudável desde os primeiros momentos de vida, assim, intervenções pautadas em evidências podem contribuir para a formação de uma microbiota mais equilibrada e resiliente (Alves et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo evidencia que o modo de parto exerce influência significativa na composição inicial da microbiota intestinal do recém-nascido. Bebês nascidos por parto vaginal adquirem microrganismos que promovem maior diversidade microbiana, essenciais para o desenvolvimento do sistema imunológico e a prevenção de doenças futuras.

Em contrapartida, os recém-nascidos de cesariana tendem a ter uma microbiota mais semelhante ao ambiente hospitalar, o que pode comprometer sua imunidade e aumentar o risco de condições como doenças autoimunes e metabólicas ao longo da vida.

Assim, estratégias que promovam o parto humanizado e a transferência de microbiota saudável representam possibilidades importantes para melhorar a saúde materno-infantil e reduzir os efeitos negativos associados à cesariana desnecessária.

Nesse contexto, a suplementação materna com probióticos (microrganismos vivos que, quando ingeridos em quantidades adequadas, proporcionam benefícios à saúde do hospedeiro), prebióticos (substratos utilizados seletivamente por microrganismos hospedeiros, promovendo efeitos benéficos à saúde) ou simbióticos (combinação de microrganismos vivos e substratos que

conferem benefícios à saúde do hospedeiro) tem sido apontada como uma estratégia capaz de favorecer a colonização da microbiota intestinal do recém-nascido, contribuindo para o desenvolvimento imunológico de forma natural, especialmente em bebês nascidos por cesariana.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Ana Paula Ludwig do Amaral, por todo conhecimento transmitido e apoio prestado ao longo de todo o processo.

REFERÊNCIAS

ABDEL-HAQ, R., *et al*. Microbiome-microglia connections via the gut-brain axis. J. Exp. Med. 216, 41–59. 2019.

ALSHARAIRI N.A. Therapeutic Potential of Gut Microbiota and Its Metabolite Short-Chain Fatty Acids in Neonatal Necrotizing Enterocolitis. Life. 2023; 13:561. DOI: 10.3390/life13020561.

ALVES, Y. R.; *et al*. A amamentação sob a égide de redes de apoio: uma estratégia facilitadora. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, e20190017, 2020.

BAGGIO, M. A., *et al*. Significados e experiências de mulheres que vivenciaram o parto humanizado hospitalar assistido por enfermeira obstétrica, 2022. Rev. baiana enferm, 35, 42620. 10.18471/rbe. v35.42620.

BALASA AL, *et al*. Development of Gut Microbiota in the First 1000 Days after Birth and Potential Interventions. Nutrients. 2023 Aug 20;15(16):3647. DOI: 10.3390/nu15163647. PMID: 37630837; PMCID: PMC10457741.

CASTRO, A. L. et al. Impacto da modificação alimentar nos sintomas de doenças gastrointestinais. Revista Brasileira de Nutrição Clínica, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 120-127, 2020.

CHULUCK, JBG; *et al*., A influência da microbiota intestinal na saúde humana: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Revisão de Saúde, [S. l.], v. 4, pág. 16308–16322, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n4-180. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/61849. Acesso em: 14 ago. 2025.

EL-SAYED A, *et al*. Microbiota's role in health and diseases. Environ Sci Pollut Res Int. 2021 Jul;28(28):36967-36983. DOI: 10.1007/s11356-021-14593-z. Epub 2021 May 27. PMID: 34043164; PMCID: PMC8155182.

ESTERHÁZY D, CANESSO MCC, *et al*. Compartmentalized gut lymph node drainage dictates adaptive immune responses. Nature, 2019.

GENTILE CL, WEIR TL. The gut microbiota at the intersection of diet and human health. Science, 2020.

HOU, K., WU, ZX., CHEN, XY. *et al*. Microbiota in health and diseases. Sig Transduct Target Ther 7, 135, 2022. DOI: https://doi.org/10.1038/s41392-022-00974 4

Organização Mundial da Saúde. Declaração da OMS sobre taxas de cesárea. Genebra: OMS; 2021.

POTRYKUS, M.; *et al*. Intestinal microbiota as a contributor to chronic inflammation and its potential modifications. Nutrients, 2021.

SALAS A.A., *et al*. The gut microbiome of extremely preterm infants randomized to the early progression of enteral feeding. Pediatr. Res. 2021; 92:799–804. DOI: 10.1038/s41390-021-01831-w.

SANTACROCE E., *et al*. Advances and Challenges in Sepsis Management: Modern Tools and Future Directions. Cells. 2024 Mar 2;13(5):439. doi: 10.3390/cells13050439. PMID: 38474403; PMCID: PMC10931424.

SURIANO, F.; *et al.* Diet, microbiota, and the mucus layer: The guardians of our health. Front. Immunol. 2022.

TORUN A, *et al*. Intestinal Microbiota in Common Chronic Inflammatory Disorders Affecting Children. Front Immunol. 2021 Jun 7; 12:642166. DOI: 10.3389/fimmu.2021.642166. PMID: 34163468; PMCID: PMC8215716.

CARTILHA NUTRICIONAL PARA PESSOAS ANALFABETAS E/OU COM BAIXA ESCOLARIDADE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Tiago Valentim Pedroso da Silva[1]
Ana Paula Ludwig do Amaral[2]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo elaborar uma cartilha nutricional acessível para pessoas analfabetas e/ou com baixa escolaridade, considerando os desafios do analfabetismo funcional e as desigualdades no acesso à informação. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica realizada em bases nacionais e internacionais (SciELO, PubMed, BVS, Periódicos CAPES e ScienceDirect), com recorte temporal de 2020 a 2025. Foram priorizados estudos que abordassem educação alimentar e nutricional, comunicação inclusiva e elaboração de materiais educativos em saúde. A cartilha foi desenvolvida com base em princípios da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e da Comunicação em Saúde, utilizando linguagem simples, frases curtas, imagens ilustrativas e ícones para facilitar a compreensão. O resultado foi um material educativo inclusivo, visualmente atrativo e alinhado às recomendações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e do Guia Alimentar para a População Brasileira. Conclui-se que a cartilha representa uma importante ferramenta pedagógica para democratizar o conhecimento nutricional, reduzir desigualdades e contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Cartilha nutricional; analfabetismo funcional; alimentação saudável; educação nutricional.

INTRODUÇÃO

O Guia Alimentar para a População Brasileira representa um instrumento fundamental para a promoção da alimentação adequada e saudável, mas sua efetividade depende da forma como é divulgado e compreendido pela população. Nesse sentido, é necessário considerar as desigualdades no acesso à informação, especialmente entre pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade (Brasil, 2014).

Em Santa Catarina, a taxa de analfabetismo é de 2,67%, revelando avanços na educação; contudo, ainda persiste o desafio de assegurar que toda a população compreenda e aplique as orientações do Guia, independentemente da escolaridade (SECOM, 2024). Para isso, a promoção da educação nutricional deve utilizar estratégias inclusivas, como linguagem acessível, recursos

[1] Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

gráficos e materiais adaptados (Brandão et al., 2022; Queiroz et al., 2024), cabendo a profissionais da saúde e educadores a adaptação dos conteúdos a públicos vulneráveis (Brasil, 2014).

A alimentação saudável é reconhecida como um Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o que implica a responsabilidade do Estado em garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, respeitando a cultura local e as necessidades nutricionais da população (Brasil, 1990). Para fortalecer esse direito, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) adota estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e promoção de ambientes saudáveis, articulando ações intersetoriais no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Almeida et al., 2023).

A alimentação inadequada impacta diretamente a saúde, contribuindo para o aumento da obesidade e o risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como diabetes e doenças cardiovasculares. Promover hábitos saudáveis é essencial para melhorar a qualidade de vida e reduzir a sobrecarga no sistema de saúde. (Bezerra et al., 2024).

Entretanto, compreender e aplicar orientações nutricionais exige domínio da leitura e da escrita, o que se apresenta como barreira para parte da população brasileira. Além do analfabetismo, existe o analfabetismo funcional, em que indivíduos reconhecem letras e números, mas não interpretam textos simples ou realizam operações matemáticas básicas (Alves et al., 2024). Essa limitação compromete escolhas alimentares adequadas e impacta negativamente a saúde. Assim, estratégias de comunicação inclusivas são fundamentais para superar essas barreiras e democratizar o acesso às informações nutricionais (Gualberto; Lucas; Lima, 2022).

Esta pesquisa tem como objetivo elaborar uma cartilha nutricional acessível para pessoas analfabetas, utilizando imagens e linguagem simples para facilitar a compreensão das recomendações alimentares. Inserida na Educação Alimentar e Nutricional, a proposta busca promover inclusão, estimular hábitos saudáveis e fortalecer o direito à alimentação adequada.

METODOLOGIA

Este estudo é de caráter descritivo e abordagem qualitativa, com o objetivo de elaborar uma cartilha nutricional acessível para pessoas analfabetas e/ou com baixa escolaridade, promovendo a educação alimentar e nutricional inclusiva.

A construção do material baseou-se em revisão bibliográfica de artigos científicos e documentos oficiais, especialmente o Guia Alimentar para a População Brasileira. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed, ScienceDirect, BVS e Periódicos CAPES, entre 2020 e 2025, utilizando descritores como cartilha nutricional, analfabetismo funcional, alimentação saudável e educação nutricional.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: leitura de títulos, análise dos Resumos e avaliação integral, considerando apenas trabalhos sobre elaboração ou aplicação de materiais educativos em nutrição.

A produção da cartilha seguiu princípios da EAN e da Comunicação em Saúde, priorizando linguagem simples, frases curtas, imagens e exemplos práticos para facilitar a

compreensão. A diagramação foi feita na plataforma Canva®, que possibilitou um material visualmente acessível e atrativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cartilha nutricional resultou em um material educativo atrativo e acessível, composto por ilustrações, ícones e exemplos práticos. O uso de cores e imagens buscou superar barreiras de leitura e escrita, tornando o conteúdo adequado a pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade (Figura 1).

Figura 1- Cartilha Nutricional.

Fonte: O autor (2025).

Do ponto de vista teórico, os resultados alinham-se às recomendações da PNAN e do Guia Alimentar para a População Brasileira, que destacam a necessidade de desenvolver estratégias inclusivas de educação alimentar e nutricional (Brasil, 2014; Brasil, 2013). Estudos recentes reforçam que o uso de recursos visuais e linguagem acessível facilita a compreensão de mensagens em saúde, especialmente em grupos vulneráveis (Queiroz et al., 2024; Gualberto; Lucas; Lima, 2023).

Embora o analfabetismo esteja em queda no Brasil, o analfabetismo funcional ainda dificulta a adesão a orientações nutricionais (Alves, 2024; UNICEF, 2024). Nesse cenário, materiais inclusivos podem reduzir desigualdades de acesso e contribuir para escolhas alimentares mais saudáveis e prevenção de DCNT, como diabetes e hipertensão (Bezerra et al., 2024; Mendes et al., 2023).

Assim, a cartilha proposta cumpre o papel de instrumento pedagógico e de promoção da saúde, favorecendo a democratização do conhecimento nutricional. Espera-se que sua utilização por profissionais da saúde, educadores e agentes comunitários amplie o alcance das mensagens e fortaleça a autonomia alimentar da população com baixa escolaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou desenvolver uma cartilha nutricional inclusiva, voltada para pessoas analfabetas e/ou com baixa escolaridade, a fim de democratizar informações sobre alimentação saudável. O uso de recursos visuais, linguagem simples e exemplos práticos mostrou-se eficaz para superar barreiras de leitura, favorecendo a compreensão e aplicação no cotidiano.

A cartilha está alinhada ao Guia Alimentar e à PNAN, além de contribuir para o Direito Humano à Alimentação Adequada. Apresenta-se como instrumento pedagógico de promoção da saúde e prevenção de DCNT. Como limitação, ressalta-se a ausência de aplicação prática, recomendando-se futuros estudos de validação.

A cartilha proposta alinha-se às diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e da PNAN, além de contribuir para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Nesse sentido, apresenta-se como um instrumento pedagógico de promoção da saúde, capaz de reduzir desigualdades informacionais e apoiar a prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Como limitação, destaca-se que o estudo se concentrou na elaboração teórica do material, sem sua aplicação prática junto ao público-alvo. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras testem a cartilha em diferentes contextos sociais e culturais, avaliando sua efetividade e realizando ajustes necessários. Assim, este trabalho representa um passo inicial para a criação de estratégias educativas mais acessíveis, inclusivas e transformadoras no campo da nutrição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alinne Paula de *et al*. Ferramentas para promoção e avaliação da alimentação adequada e saudável desenvolvidas no Brasil: uma revisão de escopo. Ciência & Saúde Coletiva, [*s. l.*], v.28, n. 11, p.3231-3246,2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.17192022. Acesso em: 03 out. 2025.

ALVES, Ivanete Maria Silva *et al*. Analfabetismo funcional e desigualdades sociais no Brasil: Desafios na era da comunicação escrita digital. Revista Científica Sistemática, São José dos Pinhais, v. 14, n. 5, Set, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.56238/rcsv14n5-002. Acesso em: 03 out. 2025.

BEZERRA, Ilana Nogueira *et al. Changes in food consumption and prevalence of overweight and obesity in Brazilian adults between 2008 and 2018*. Revista de Nutrição. [*s.l.*], v. 37, p. e230114, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-9865202437e230114. Acesso em: 03 out. 2025.

BRANDÃO, Ana Laura *et al*. Recomendações para o fortalecimento da atenção nutricional na atenção primária à saúde brasileira. Rev Panam Salud Publica, Rio de Janeiro - RJ, v. 46, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.119. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Guia alimentar para a população Brasileira. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2 ed., Brasília-DF, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 03 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 84 p. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29 por cento dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do Inaf. UNICEF 2024. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf. Acesso em: 03 out. 2025.

GUALBERTO, Mateus Medeiros; LUCAS, Janaina Larice de Brito; LIMA, Rhodolffo Allysson Felix de Alencar. Fácilnutri: uma alternativa para pacientes analfabetos acompanharem dietas nutricionais de forma mais autônoma. Editora Realize, Campina Grande PB, 2023. Disponível em: TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD4_ID18331_TB4330_03102023070850.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

MENDES, Alana Caroline Alves *et al.* Promoção em saúde para condutas de hábitos saudáveis para redução de diabetes tipo II e hipertensão na atenção primária. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 1773-1792, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55892/jrg.v6i13.786. Acesso em: 03 out. 2025.

QUEIROZ, Náthaly Nara Araújo *et al*. Estratégia de educação nutricional na prescrição dietética para idosos com analfabetismo – Relato de experiência de educação nutricional inclusiva. Even3, Anais da Semana de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM, Diamantina-MG, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sintegra/736789-estrategia-de-educacao-nutricional-na-prescricao-dietetica-para-idosos-com-analfabetismo--relato-de-experiencia-/. Acesso em: 03 out. 2025.

SECOM. Santa Catarina Tem a menor taxa de analfabetismo do Brasil. em: Agência de Notícias Secom. 17 maio 2024. Disponível em: https://estado.sc.gov.br/noticias/santa-catarina-tem-a-menor-taxa-de-analfabetismo-do-brasil/. Acesso em: 03 out. 2025.

SÍNDROME METABÓLICA: AVALIAÇÃO DOS ÍNDICES ANTROPOMÉTRICOS APÓS O CONSUMO DE FARINHA DO BAGAÇO DE UVA

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Jéssica Camile Favarin[1]
Claudriana Locatelli[2,3]
Débora Fernandes Pinheiro[4]

Resumo – A Síndrome Metabólica (SM) é caracterizada por alterações metabólicas relacionadas, como obesidade abdominal, resistência à insulina, dislipidemia e hipertensão, que aumentam o risco de Diabetes Mellitus tipo 2 e Doenças Cardiovasculares. Compostos fenólicos presentes em alimentos vegetais, como os encontrados na uva (Vitis sp.), apresentam ação antioxidante e anti-inflamatória, podendo auxiliar na prevenção e manejo da SM. Este estudo teve como objetivo avaliar o efeito da suplementação com farinha do bagaço das uvas Isabel Precoce e Bordô sobre medidas antropométricas de indivíduos com SM. Tratou-se de um estudo quantitativo, descritivo e de intervenção, com 39 participantes divididos em grupo controle (n=17) e grupo com SM (n=22). Os voluntários consumiram 5 g diárias de farinha por 30 dias, sendo avaliados antes e após a intervenção. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas no peso, IMC ou nas circunferências corporais entre os momentos avaliados. Esses resultados estão em consonância com estudos prévios, que demonstram efeitos mais expressivos dos compostos fenólicos sobre parâmetros bioquímicos do que sobre medidas corporais. Conclui-se que o tempo de intervenção e o perfil etário dos participantes podem ter limitado os efeitos observados, embora o uso da farinha de bagaço de uva se mantenha como estratégia promissora para a saúde metabólica.

Palavras-chave: Uva Bordô; Isabel Precoce; Síndrome metabólica; Vitis labrusca L.

INTRODUÇÃO

A Síndrome metabólica (SM) é caracterizada por um conjunto de alterações metabólicas inter-relacionadas, como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), resistência à insulina, dislipidemia e obesidade central. A obesidade abdominal, em especial, é considerada o principal fator de risco para o desenvolvimento de Diabetes Mellitus tipos 2 (DM2) e Doenças Cardiovasculares (DCV), incluindo HAS, aterosclerose, Insuficiência Cardíaca (IC) e Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) (Masenga et al., 2023). Esse quadro está associado a um estado inflamatório crônico, com

[1] Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Grupo de Pesquisa Translacional em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aumento de citocinas inflamatórias que reduzem a sensibilidade à insulina e comprometem o metabolismo lipídico (Dayi; Ozgoren, 2022).

Indivíduos que possuem SM tendem a ter menor produção de enzimas antioxidantes e maiores biomarcadores de danos oxidativos. A sinalização oxidativa promove a ativação de vias inflamatórias, fibrose renal e cardiovascular, contribuindo para alterações patológicas nesses tecidos. Ainda, a obesidade pode gerar maiores níveis de estresse oxidativo nos adipócitos, especialmente via enzima NADPH-oxidase (NOX), o que altera o metabolismo de lipídeos e consequentemente da glicose (Masenga et al., 2023).

Nesse cenário, o consumo de alimentos ricos em metabólitos secundários com ação antioxidante e anti-inflamatória surge como uma estratégia promissora para a prevenção e o manejo dessa síndrome (Bovolini et al., 2021). Entre esses compostos, destacam-se os polifenóis, amplamente encontrados em alimentos de origem vegetal. Esses metabólitos modulam vias de sinalização da insulina e da adiponectina, reduzem o processo inflamatório e ativam mecanismos antioxidantes (Krawczyk et al., 2023). Quando incorporados à dieta, os polifenóis caracterizam alimentos funcionais com potencial para promover a saúde e prevenir doenças (Topolska; Florkiewicz; Filipiak-Florkiewicz, 2021).

Dentre as fontes alimentares ricas em compostos fenólicos, a uva (Vitis sp.) se destaca pela alta concentração de antocianinas e flavonoides, com reconhecida ação antioxidante e anti-inflamatória (Vélez et al., 2023). No Brasil, as cultivares Isabel Precoce e Bordô (Vitis labrusca L.) são amplamente utilizadas na produção de sucos e vinhos e apresentam teores expressivos de compostos fenólicos, além de açúcares, ácidos orgânicos e minerais (Aires et al., 2021; Franciskievicz et al., 2022). Assim, este estudo teve como objetivo avaliar as medidas antropométricas de indivíduos com SM antes e após o consumo da farinha do bagaço das uvas Isabel Precoce e Bordô.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo quantitativo, descritivo e de intervenção, conduzido com 39 indivíduos diagnosticados com SM. A seleção foi realizada por conveniência entre os pacientes regularmente acompanhados na UAMI (Universidade Aberta da Maior Idade). Os participantes foram divididos em dois grupos. O grupo controle (pessoas sem SM) (n=17) e o grupo de pessoas com SM (n= 22).

As medidas antropométricas incluíram circunferência da cintura, quadril, abdômen e pescoço, determinadas por fita métrica. Após a avaliação inicial, os participantes consumiram diariamente 5 g de farinha do bagaço de uva, durante 30 dias consecutivos. As reavaliações antropométricas foram realizadas também após esse período de intervenção.

A execução do projeto de pesquisa deu-se após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer de número 6.304.432 assegurando o sigilo das informações. O estudo foi previamente apresentado aos participantes, e a coleta dos dados ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grupo controle foi composto de 17 indivíduos, sendo 14 do gênero feminino e 3 do gênero masculino, com média de idade de 69,71 ±14,03 anos. A amostra foi caracterizada por apresentar altura de 1,61±0,10 m. O grupo com SM foi composto de 22 indivíduos, sendo 17 do gênero feminino e 6 do gênero masculino, com média de idade de 64,83 ±10,13 anos. A amostra foi caracterizada por possuir altura de 1,63 ± 0,10 m.

A análise dos parâmetros antropométricos não revelou diferenças estatisticamente significativas após a suplementação com farinha do bagaço da uva, tanto no grupo controle quanto no grupo com SM. Os resultados indicam que, nas condições deste estudo, considerando o tempo de intervenção, a dose e o perfil etário dos participantes, a suplementação não promoveu modificações expressivas no peso corporal, IMC ou circunferências corporais (cintura, abdômen, quadril e pescoço), conforme Tabela 1.

Tabela 1. Dados antropométricos do grupo controle e do grupo SM antes e após à suplementação de farinha de casca de uva.

	Controle (n=17)		*p*-valor*	SM (n=22)		*p*-valor*
	Média	DP		Média	DP	
Peso						
Antes	72,69	20,19	0,9896	82,63	20,44	0,8694
Após	74,72	20,79		78,22	15,04	
Altura						
	1,61	0,10		1,63	0,10	
IMC						
Antes	27,63	4,97	0,7549	30,79	5,67	0,2270
Após	24,70	10,43		25,79	11,31	
Circunferência da cintura						
Antes	92,27	15,53	0,9691	102,67	11,64	0,9192
Após	94,21	13,68		100,26	9,51	
Circunferência abdominal						
Antes	96,21	16,53	0,9860	107,43	11,08	0,9840
Após	97,82	17,77		105,95	9,35	
Circunferência do quadril						
Antes	107,96	7,24	0,9982	109,07	11,22	0,9683
Após	108,57	8,75		110,50	12,56	
Circunferência do pescoço						
Antes	38,05	4,77	0,0733	39,14	4,99	0,3175
Após	42,54	6,86		41,90	4,58	

Notas: IMC: Índice de Massa Corporal. * Significativo quando p < 0,05 pelo teste ANOVA two-way seguido de pós-hoc de Tukey. DP: desvio padrão. Fonte: Os autores (2025).

Estudos clínicos prévios corroboram parcialmente esses achados, mostrando que o consumo de subprodutos da uva, como a farinha ou o bagaço, tende a exercer efeitos melhores sobre parâmetros metabólicos e bioquímicos do que sobre medidas corporais. Em um ensaio clínico cruzado com 50 indivíduos, com idade entre 20 e 65 anos, portadores de pelo menos dois fatores de risco para SM, observaram que a suplementação diária de 8 g de bagaço de uva seca (Vitis vinífera L. Tempranillo), por seis semanas melhorou a sensibilidade à insulina, mas não alterou significativamente o peso corporal, o IMC ou as medidas de circunferência (Martínez-Maqueda, et al., 2018).

Esses resultados sugerem que a ausência de alterações nas medidas antropométricas observada neste estudo é compatível com a literatura, que mostra efeitos mais expressivos dos compostos bioativos do bagaço de uva sobre biomarcadores metabólicos do que sobre parâmetros corporais. Esse comportamento pode estar relacionado ao tempo de intervenção relativamente curto, à dose utilizada e, principalmente, ao perfil da amostra estudada, composta majoritariamente por indivíduos idosos (média de 69,71 anos). Em faixas etárias mais avançadas, fatores como metabolismo basal reduzido, menor mobilização de gordura corporal, alterações hormonais e composição corporal diferenciada podem limitar a resposta antropométrica a intervenções nutricionais (Martínez-Maqueda et al., 2018; Urquiaga et al., 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que a suplementação com farinha do bagaço das uvas Isabel Precoce e Bordô, durante 30 dias, não promoveu alterações significativas nas medidas antropométricas de indivíduos com e sem SM. Embora não tenham sido observadas mudanças expressivas no peso corporal, IMC ou circunferências corporais, os achados são compatíveis com a literatura, que destaca efeitos mais pronunciados dos compostos fenólicos da uva sobre parâmetros bioquímicos e inflamatórios do que sobre medidas corporais diretas.

É importante ressaltar que o tempo de intervenção relativamente curto, a dose empregada e o perfil etário da amostra podem ter influenciado os resultados, uma vez que indivíduos idosos apresentam características metabólicas e fisiológicas que podem reduzir a resposta a estratégias nutricionais de curto prazo.

REFERÊNCIAS

AIRES, Maria Vitória Leal; MODESTO, Ravylla Morgana Galvão; SANTOS, Jânio Sousa. Os benefícios da uva na saúde humana: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e281101421825-e281101421825, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21825. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21825. Acesso em: 16 out. 2025.

BOVOLINI, António *et al*. Metabolic syndrome pathophysiology and predisposing factors. **International journal of sports medicine**, v. 42, n. 03, p. 199-214, 2021. DOI: 10.1055/a-1263-0898. Disponível em: Acesso em: 16 out. 2025.

DAYI, Taygun; OZGOREN, Murat. *Effects of the Mediterranean diet on the components of metabolic syndrome.* **Journal of preventive medicine and hygiene**, v. 63, n. 2 Suppl 3, p. e56,

2022. DOI: 10.15167/2421-4248/jpmh2022.63.2S3.2747. Disponível em: https://www.jpmh.org/index.php/jpmh/article/view/2747. Acesso em: 16 out. 2025.

FRANCISKIEVICZ, Alana Caroline *et al*. Compostos voláteis e caracterização fisicoquímica de vinhos coloniais produzidos em Francisco Beltrão–PR. **Revista Concilium**, v. 22, n. 3, 2022. DOI: https://doi.org/10.53660/CLM-201-221. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/87711668/165-libre.pdf?1655599466=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCompostos_volateis_e_caracterizacao_fisi.pdf&Expires=1761243645&Signature=GK6ZBlRQI-bYqShK~96doprduvi8P1gj8~TGQhm8xpqdVbJ1kz7ODeAsVvS3XqvlEHYxijwByBZhOQjH1BteQAIHoD8Xb5VETn9t4jhFDbZ5xOeyx9h0RuGAN9QYd-T1PavmcW5oabseMkQopwhD3Wh37phHf~1P0XUsSbftUvkUU0zOZDN9mDsKhzwcudGF-pAymG3uxy14NLFuZEteSh1mEwrrFVRJGdTjxCCokKQCtbD-beLg5mNy8ijmA7nKHrvwj4i~~lBpKzTkEvNXK1KVLcm1qC2axjTWbrzhkvbPNTxz8Nce5OAY9QT6SxENSz2uOHsYlYskONXYWBGPUQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 16 out. 2025.

KRAWCZYK, Michal *et al*. Impact of polyphenols on inflammatory and oxidative stress factors in diabetes mellitus: nutritional antioxidants and their application in improving antidiabetic therapy. **Biomolecules**, v. 13, n. 9, p. 1402, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/biom13091402. Disponível em: https://www.mdpi.com/2218-273X/13/9/1402. Acesso em: 16 out. 2025.

MASENGA, Sepiso K. *et al*. Mechanisms of oxidative stress in metabolic syndrome. **International journal of molecular sciences**, v. 24, n. 9, p. 7898, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/ijms24097898. Disponível em: https://www.mdpi.com/1422-0067/24/9/7898. Acesso em: 16 out. 2025.

MARTÍNEZ-MAQUEDA, Daniel *et al*. A 6-week supplementation with grape pomace to subjects at cardiometabolic risk ameliorates insulin sensitivity, without affecting other metabolic syndrome markers. **Food & Function**, v. 9, n. 11, p. 6010-6019, 2018. DOI: 10.1039/c8fo01323c. Disponível em: https://pubs.rsc.org/en/content/articlelanding/2018/fo/c8fo01323c. Acesso em: 16 out. 2025.

TOPOLSKA, Kinga; FLORKIEWICZ, Adam; FILIPIAK-FLORKIEWICZ, Agnieszka. Functional food-consumer motivations and expectations. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 10, p. 5327, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph18105327. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/dmrr.3502. Acesso em: 16 out. 2025.

URQUIAGA, Inés *et al. Wine grape pomace flour improves blood pressure, fasting glucose and protein damage in humans: A randomized controlled trial.* **Biological Research**, v. 48, n. 1, p. 49, 2015. DOI: 10.1186/s40659-015-0040-9. Disponível em: https://biolres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40659-015-0040-9. Acesso em: 16 out. 2025.

VÉLEZ, M. Daniela *et al. Antioxidant capacity and cytotoxic effect of an optimized extract of isabella grape (Vitis labrusca) on breast cancer cells*. **Heliyon**, v. 9, n. 6, 2023. DOI: 0.1016/j.heliyon.2023.e16540. Disponível em: https://www.cell.com/heliyon/fulltext/S2405-8440(23)03747-

7?_returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS2405844023037477%3Fshowall%3Dtrue. Acesso em: 16 out. 2025.

TECIDO MUSCULAR: EFEITO DE INGESTÃO PROTEICA E DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS NA HIPERTROFIA E RECUPERAÇÃO MUSCULAR

Categoria: Leituras interdisciplinares

Daiane Jantsch Guedes[1]
Pricila Duarte da Silva[2]
Patricio Enrique Lopez Romero[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – O estudo aborda a importância da ingestão proteica e dos aminoácidos essenciais na promoção da hipertrofia e na recuperação muscular. A literatura científica evidencia que o consumo proteico adequado, associado ao estímulo de treinamento resistido, é determinante para o anabolismo muscular. A recomendação varia entre 1,2–2,0 g/kg/dia para praticantes de atividade física, podendo alcançar até 2,7 g/kg/dia em casos de restrição calórica. A presença de aminoácidos essenciais, especialmente a leucina, é fundamental para a ativação da via mTOR, responsável pela síntese proteica muscular. Estudos recentes reforçam que o fracionamento proteico e o tipo de proteína ingerida impactam diretamente na recuperação e desempenho muscular.

Palavras-chave: hipertrofia muscular; aminoácidos essenciais; mTOR; síntese proteica; recuperação muscular.

INTRODUÇÃO

A prática regular de exercícios físicos é reconhecida por promover benefícios metabólicos, psicológicos e fisiológicos (Egan & Zierath, 2013). Entre as modalidades, o treinamento resistido é amplamente estudado por induzir a hipertrofia muscular, resultado do equilíbrio entre a síntese e a degradação proteica (Mitchell et al., 2013).

A nutrição tem papel central nesse processo, uma vez que o aporte adequado de macronutrientes, em especial das proteínas e dos aminoácidos essenciais (AAEs), estimula o anabolismo muscular (Phillips & Van Loon, 2011). Durante o exercício, há aumento do catabolismo proteico; por isso, a reposição adequada de aminoácidos no período pós-treino é crucial para reverter esse processo e estimular a regeneração tecidual.

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Recentemente, estudos demonstraram que a ingestão de proteínas ricas em leucina potencializa a ativação da via mTORC1, responsável por sinalizar a síntese de novas proteínas miofibrilares (Moberg et al., 2023). Assim, compreender a interação entre dieta proteica e resposta muscular é essencial para otimizar o desempenho e a recuperação dos praticantes de musculação.

METODOLOGIA

O estudo baseou-se em revisão bibliográfica narrativa sobre a influência da ingestão proteica e dos aminoácidos essenciais na hipertrofia muscular. Foram analisadas publicações indexadas nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar, com recorte temporal entre 2011 e 2024. Os descritores utilizados foram: "protein intake", "muscle hypertrophy", "amino acids", "mTOR pathway", "recovery", "exercise".

Os critérios de inclusão foram estudos clínicos e revisões que abordassem a relação entre o consumo proteico e a síntese muscular. Foram excluídas publicações duplicadas e estudos com foco exclusivo em doenças musculares.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proteína é o principal substrato estrutural do tecido muscular e desempenha papel essencial na manutenção e crescimento das fibras. A ingestão proteica adequada promove o equilíbrio nitrogenado positivo, condição necessária para a síntese de novas miofibrilas (Poortmans et al., 2012).

Segundo Phillips e Van Loon (2011), o consumo ideal para indivíduos fisicamente ativos varia de 1,4–2,0 g/kg/dia, podendo ser ajustado conforme a intensidade e o objetivo do treinamento. Em condições de déficit energético, valores entre 1,8–2,7 g/kg/dia são recomendados para minimizar a perda de massa magra.

Os aminoácidos essenciais, em especial os de cadeia ramificada (BCAAs: leucina, isoleucina e valina), têm papel destacado na ativação da via mTORC1, principal reguladora da síntese proteica (Wilkinson et al., 2007; Moberg et al., 2023). A leucina atua como "gatilho metabólico", promovendo a tradução de proteínas contráteis e o crescimento muscular (Norton et al., 2022).

Além da quantidade total de proteína, o timing de ingestão influencia a resposta anabólica. Recomenda-se fracionar o consumo em doses de 20–25 g de proteína de alto valor biológico a cada 3 horas após o treino (Moore et al., 2011). Estudos recentes reforçam que a combinação de proteínas de rápida absorção (como o soro do leite) com carboidratos simples otimiza a recuperação muscular e reduz o dano oxidativo (Kerksick et al., 2021; Jäger et al., 2023).

A literatura indica que a ingestão adequada de proteínas e aminoácidos essenciais aumenta significativamente a taxa de síntese proteica muscular. West et al. (2011) observaram que 25 g de whey protein pós-treino elevam em até 72% a concentração plasmática de aminoácidos comparado ao consumo fracionado.

O consumo proteico insuficiente, por outro lado, pode resultar em balanço nitrogenado negativo e degradação muscular (catabolismo). A suplementação de BCAAs, principalmente de leucina, mostrou reduzir marcadores inflamatórios e acelerar a recuperação após treinos de alta intensidade (Martins et al., 2023).

A associação entre proteína e carboidrato pós-exercício também favorece a reposição do glicogênio e potencializa o anabolismo muscular (Stark et al., 2012; Kerksick et al., 2021).

Portanto, a ingestão proteica adequada, combinada à distribuição correta durante o dia e à inclusão de aminoácidos essenciais, constitui uma estratégia nutricional eficaz para otimizar a hipertrofia e recuperação muscular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ingestão de proteínas e aminoácidos essenciais desempenha papel determinante no processo de hipertrofia e recuperação muscular. O consumo deve ser individualizado, considerando variáveis como idade, composição corporal, tipo e intensidade de exercício.

A literatura recente reforça que proteínas de alto valor biológico e ricas em leucina estimulam a síntese proteica muscular via ativação da mTORC1. Entretanto, estudos longitudinais ainda são necessários para estabelecer parâmetros ideais de dosagem e fracionamento em diferentes populações.

REFERÊNCIAS

EGAN, B.; ZIERATH, J. R. Exercise metabolism and the molecular regulation of skeletal muscle adaptation. Cell Metabolism, v.17, p.162–184, 2013.

MITCHELL, C. J. et al. Resistance exercise load does not determine training-mediated hypertrophic gains in young men. Journal of Applied Physiology, v.113, p.71–77, 2013.

PHILLIPS, S. M.; VAN LOON, L. J. C. Dietary protein for athletes: from requirements to optimum adaptation. Journal of Sports Sciences, v.29, n.S1, p.S29–S38, 2011.

POORTMANS, J. R. et al. Protein requirements and muscle mass/strength changes during intensive training in athletes. Nutrition & Metabolism, v.9, n.50, 2012.

MOORE, D. R. et al. Protein ingestion to stimulate myofibrillar protein synthesis requires greater relative protein intakes in healthy older versus younger men. J Gerontol A Biol Sci Med Sci, v.66A, p.678–684, 2011.

MOBERG, M. et al. Leucine and resistance exercise stimulate mTORC1 signaling and muscle protein synthesis in humans. American Journal of Physiology: Endocrinology and Metabolism, v.324, p.E251–E260, 2023.

NORTON, L. E.; WILKINSON, S. B.; PHILLIPS, S. M. The leucine trigger hypothesis: recent developments in understanding the role of leucine in muscle protein synthesis. Nutrients, v.14, n.9, p.1934, 2022.

KERKSICK, C. M. et al. International society of sports nutrition position stand: nutrient timing. Journal of the International Society of Sports Nutrition, v.18, n.37, 2021.

JÄGER, R. et al. International Society of Sports Nutrition Position Stand: Protein and exercise. Journal of the International Society of Sports Nutrition, v.20, n.33, 2023.

MARTINS, A. P. et al. Efeitos da suplementação de BCAA sobre o dano muscular e inflamação em praticantes de musculação. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v.17, n.104, p.123–132, 2023.

STARK, M. et al. Protein timing and its effects on muscular hypertrophy and strength in individuals engaged in weight-training. Journal of the International Society of Sports Nutrition, v.9, n.54, 2012.

WILKINSON, S. B. et al. Differential effects of resistance and endurance exercise in the fed state on signaling molecule phosphorylation and protein synthesis in human muscle. Journal of Physiology, v.586, p.3701–3717, 2007.

TECIDO CONJUNTIVO: ESTRUTURA, FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE HUMANA

Categoria: Leituras interdisciplinares

Ana Alice Weber[1]
Isabela Carlin[2]
Lara Kreling[3]
Marciana Gomes[4]
Sabrina Mello[5]
Debora Soares Souza Marins[6]

Resumo – O tecido conjuntivo é um dos principais tecidos do corpo humano, responsável por sustentar, integrar e nutrir outros tecidos. Este trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura, funções e importância do tecido conjuntivo, destacando sua composição celular e a presença da matriz extracelular. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica e observação prática em laboratório de histologia, possibilitando compreender as relações entre estrutura e função. Os resultados evidenciam a diversidade dos tipos de tecido conjuntivo, como o frouxo, denso, cartilaginoso, ósseo e adiposo, e sua relevância na manutenção da homeostase corporal. Conclui-se que o conhecimento sobre o tecido conjuntivo é essencial para compreender funções fisiológicas e processos patológicos no organismo humano.

Palavras-chave: tecido conjuntivo, matriz extracelular, histologia, nutrição e saúde.

INTRODUÇÃO

O tecido conjuntivo é fundamental para a sustentação, integração e nutrição dos tecidos corporais, desempenhando funções vitais na manutenção da estrutura e na proteção de órgãos (Junqueira & Carneiro, 2017). Sua importância vai além do suporte mecânico: a matriz extracelular atua como mediadora de comunicação celular e regulação metabólica (Ross & Pawlina, 2016).

Nos últimos anos, estudos apontam que a matriz conjuntiva desempenha papel relevante em processos de regeneração tecidual, cicatrização e sinalização celular, destacando sua relevância na biomedicina e na nutrição clínica (Theocharis et al., 2022). Assim, compreender a

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

organização e as funções do tecido conjuntivo permite correlacionar sua estrutura com a fisiologia e patologias humanas (Gartner & Hiatt, 2021).

O presente trabalho tem como objetivo analisar os tipos, a estrutura e as funções do tecido conjuntivo, correlacionando os conhecimentos teóricos com observações laboratoriais para compreender sua importância na homeostase e formação de profissionais da área da saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica descritiva e observação prática em lâminas histológicas no laboratório de morfologia da UNIARP. As fontes consultadas incluíram obras clássicas (Junqueira & Carneiro, 2017; Ross & Pawlina, 2016) e publicações recentes sobre matriz extracelular e regeneração tecidual (Theocharis et al., 2022; Baffoni et al., 2023).

Durante as atividades práticas, os alunos observaram diferentes tipos de tecido conjuntivo em microscopia óptica, identificando suas estruturas celulares e componentes da matriz extracelular. Os procedimentos seguiram as normas de biossegurança e ética laboratorial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tecido conjuntivo é constituído por células especializadas, fibras e substância fundamental amorfa, formando a matriz extracelular, que garante sustentação, elasticidade e resistência (Ross & Pawlina, 2016). A proporção desses componentes varia conforme o tipo de tecido e sua função fisiológica.

O tecido conjuntivo frouxo atua no preenchimento entre órgãos e na difusão de nutrientes, enquanto o denso confere resistência mecânica (Junqueira & Carneiro, 2017). Já os tecidos especializados, como o adiposo, o cartilaginoso e o ósseo, desempenham papéis específicos de reserva energética, sustentação e proteção.

Pesquisas recentes destacam a capacidade da matriz extracelular em modular respostas inflamatórias e influenciar a regeneração tecidual (Baffoni et al., 2023), o que reforça sua importância clínica e nutricional. Na nutrição, o equilíbrio proteico e mineral está diretamente ligado à integridade do tecido conjuntivo e à prevenção de patologias degenerativas (Theocharis et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o tecido conjuntivo evidenciou sua função essencial para o funcionamento e a organização do corpo humano. A análise teórico-prática permitiu compreender como suas estruturas garantem sustentação, proteção e integração entre tecidos.

As observações laboratoriais confirmaram a diversidade estrutural e funcional do tecido conjuntivo e reforçaram a relevância desse conhecimento na formação de profissionais de saúde. A manutenção da integridade do tecido conjuntivo é crucial para o equilíbrio fisiológico, prevenindo distúrbios metabólicos e inflamatórios.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de realização deste estudo e pela disponibilidade do Laboratório de Morfologia.

REFERÊNCIAS

BAFFONI, R. et al. Extracellular matrix remodeling in health and disease: from molecular mechanisms to tissue engineering applications. Frontiers in Bioengineering and Biotechnology, v.11, p.1245–1258, 2023.

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. Histologia: texto e atlas correlacionado com biologia celular e molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia básica: texto e atlas. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

ROSS, M. H.; PAWLINA, W. Histologia: texto e atlas colorido e funcional. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

THEOCHARIS, A. D.; SKANDALIS, S. S.; KAROUSOU, E.; KARAMANOS, N. K. Extracellular matrix structure and function in tissue homeostasis and disease. FEBS Journal, v.289, p.4390–4412, 2022.

DO NÚCLEO À VIDA: UMA LEITURA INTERDISCIPLINAR SOBRE MITOSE E CITOCINESE

Categoria: Leituras interdisciplinares

Maria Antoniela Nunes da Silva[1]
Rafaela Soares[2]
Vitória Lopes Xavier[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo: O ciclo celular é o conjunto de eventos que ocorrem em uma célula entre uma divisão e outra, garantindo o crescimento, manutenção e reprodução dos organismos. Este estudo tem como objetivo compreender as etapas do ciclo celular, com ênfase na mitose e na citocinese, destacando seus mecanismos e importância biológica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em livros e artigos científicos, analisando as principais fases e características do processo. Observou-se que a mitose é um processo de divisão nuclear que resulta em duas células-filhas geneticamente idênticas, sendo essencial para o crescimento e a regeneração dos tecidos. A citocinese, por sua vez, é responsável pela separação do citoplasma, completando a divisão celular. A compreensão desses processos é fundamental para áreas como biologia celular, genética e medicina, pois alterações no ciclo celular estão relacionadas a diversas doenças, como o câncer. Assim, o estudo reforça a importância do ensino interdisciplinar na consolidação dos conceitos biológicos e na compreensão da fisiologia celular.

Palavras-chave: Ciclo celular; mitose; citocinese; biologia celular; interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O ciclo celular é um conjunto ordenado de eventos que permite a uma célula crescer, duplicar seu material genético e dividir-se em duas células-filhas. Esse processo é essencial para o desenvolvimento, crescimento e renovação dos tecidos dos organismos vivos (ALBERTS et al., 2017).

Durante o ciclo celular, a célula passa por fases controladas que garantem que a duplicação do DNA e a divisão celular ocorram de forma precisa.
O controle rigoroso desse processo evita a propagação de mutações e erros genéticos, sendo, portanto, essencial para a estabilidade do organismo (SADAVA et al., 2014).

[1]Alunas do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Alunas do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Alunas do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A importância do ciclo celular está relacionada à regeneração tecidual, substituição de células mortas e manutenção da homeostase. Quando ocorrem falhas nos mecanismos de controle, pode haver proliferação celular desordenada, o que está diretamente ligado ao desenvolvimento de tumores e doenças degenerativas (GUYTON; HALL, 2021).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, de forma descritiva e fundamentada, as etapas e os mecanismos que envolvem a mitose e a citocinese, destacando sua importância para o equilíbrio celular e para a compreensão de processos biológicos essenciais.

Na área da saúde, compreender o ciclo celular é fundamental para correlacionar a fisiologia celular com a renovação tecidual, processos metabólicos e controle do crescimento celular, sendo conhecimento essencial para profissionais da Nutrição e áreas afins (INCA, 2023).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e interdisciplinar, desenvolvida com o objetivo de compreender as etapas e os mecanismos do ciclo celular, com ênfase nos processos de mitose e citocinese, destacando sua relevância para a manutenção da vida e sua relação com doenças associadas à divisão celular descontrolada.

A pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2025, utilizando como principais fontes livros clássicos da área biológica (ALBERTS et al., 2017; SADAVA et al., 2014; GUYTON; HALL, 2021), materiais didáticos complementares (AMABIS; MARTHO, 2010; KHAN ACADEMY, 2025) e publicações científicas recentes do Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2023) e da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024).

O levantamento foi conduzido em bases de dados institucionais e científicas, como Scielo, PubMed e Google Scholar, considerando publicações entre 2010 e 2024, em português e inglês. Os critérios de inclusão abrangeram materiais que abordassem a estrutura, regulação e etapas do ciclo celular, bem como a importância da mitose e citocinese para o equilíbrio biológico e as implicações clínicas de sua disfunção. Foram excluídos conteúdo sem base científica comprovada, blogs e reportagens não revisadas por pares.

A leitura e análise dos materiais foram realizadas de forma interpretativa e integrativa, buscando correlacionar o conhecimento teórico da biologia celular com aplicações nas áreas da nutrição, genética, fisiologia e saúde pública, evidenciando o caráter interdisciplinar do tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ciclo celular é o conjunto ordenado de eventos que permite a uma célula crescer, duplicar seu material genético e dividir-se, assegurando a continuidade da vida e o equilíbrio dos tecidos (ALBERTS et al., 2017). Ele é composto por duas fases principais: a interfase (que engloba as fases G_1, S e G_2) e a fase M, onde ocorrem a mitose e a citocinese.

Durante a fase G_1, a célula aumenta de tamanho e sintetiza proteínas essenciais à replicação. Na fase S, ocorre a duplicação do DNA, garantindo que cada célula-filha receba uma

cópia idêntica do material genético. Já na fase G_2, a célula se prepara para a divisão, verificando se o DNA foi corretamente replicado e produzindo proteínas necessárias à mitose (AMABIS; MARTHO, 2010).

O avanço do ciclo celular é controlado por um sistema de pontos de checagem (checkpoints) que monitoram a integridade do DNA e o correto andamento das etapas. Esse controle é mediado por ciclinas e quinases dependentes de ciclinas (CDKs), proteínas reguladoras que formam complexos enzimáticos e ativam ou inibem o ciclo conforme as condições celulares (SADAVA et al., 2014). Quando ocorre dano irreparável ao DNA ou falha na duplicação, o ciclo é interrompido, podendo a célula entrar em estado de repouso (G_0) ou sofrer apoptose — morte celular programada (GUYTON; HALL, 2021).

A mitose é o processo de divisão nuclear responsável pela formação de duas células-filhas geneticamente idênticas à célula-mãe. É dividida em cinco etapas: prófase, prometáfase, metáfase, anáfase e telófase. Durante a prófase, os cromossomos se condensam e o fuso mitótico começa a se formar; na prometáfase, a membrana nuclear se desintegra e os microtúbulos se conectam aos centrômeros; na metáfase, os cromossomos se alinham no plano equatorial; na anáfase, as cromátides-irmãs são separadas e migraram para os polos opostos; e na telófase, ocorre a reorganização dos núcleos e o início da descondensação cromossômica (ALBERTS et al., 2017).

Logo após, acontece a citocinese, responsável pela divisão do citoplasma e a separação física das células-filhas. Em células animais, esse processo ocorre por estrangulamento da membrana plasmática, enquanto nas células vegetais forma-se uma placa celular que dará origem à nova parede entre as células (SADAVA et al., 2014).

A regulação precisa desses processos é essencial para o equilíbrio biológico. Falhas nos mecanismos de controle do ciclo celular podem levar à proliferação desordenada de células, característica típica de neoplasias malignas (INCA, 2023). Assim, o estudo da mitose e da citocinese é fundamental para compreender o desenvolvimento de doenças relacionadas à divisão celular, contribuindo para a formação de profissionais da área da saúde capazes de correlacionar conceitos de biologia, genética e fisiologia celular em contextos clínicos e laboratoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo celular é essencial para a manutenção da vida e o equilíbrio dos organismos multicelulares. A mitose e a citocinese asseguram a correta distribuição do material genético, garantindo estabilidade e continuidade celular. A compreensão desses processos vai além da biologia celular, pois conecta-se à fisiologia, genética e saúde pública, contribuindo para a formação de profissionais capacitados para reconhecer e intervir em processos patológicos relacionados à divisão celular, como o câncer. Assim, o estudo reforça o valor da abordagem interdisciplinar no ensino das ciências biológicas.

REFERÊNCIAS

ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian; MORGAN, David; RAFF, Martin; ROBERTS, Keith; WALTER, Peter. **Biologia molecular da célula.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das células.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de fisiologia médica.** 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

SADAVA, David; HELLER, H. Craig; ORIANS, Gordon H.; PURVES, William K.; HILLIS, David M. **Biologia: volume único.** 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KHAN ACADEMY. **Biologia Celular.** Disponível em: https://pt.khanacademy.org/science/biology. Acesso em: 04 ago. 2025.

YOUTUBE. **Manual do Mundo – Biologia: Ciclo Celular e Mitose.** Disponível em: https://www.youtube.com/@manualdomundo. Acesso em: 04 ago. 2025.

INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Divisão celular e câncer: mecanismos de controle e mutações.** Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: https://www.inca.gov.br. Acesso em: 04 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Health Observatory: Cell Biology and Cancer Prevention Reports.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.who.int/data/gho. Acesso em: 04 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa translacional e regulação do ciclo celular em doenças crônicas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 04 ago. 2025.

CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS EM INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NUTRICIONAIS

Categoria: Leituras interdisciplinares

Felipe Rodrigues Dos Santos[1]
Ana Carolina dos Santos[2]
Nathan Olivier Fischer[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo compreender os fatores que dificultam o processo de cicatrização de feridas em indivíduos com diabetes mellitus, destacando o papel essencial da nutrição no processo de recuperação tecidual. A hiperglicemia crônica característica do diabetes compromete a oxigenação, a resposta inflamatória e a regeneração celular, tornando o fechamento das feridas mais lento e suscetível a infecções. A partir de uma revisão bibliográfica, observou-se que uma alimentação equilibrada, rica em proteínas, vitaminas antioxidantes e minerais, associada ao acompanhamento multiprofissional, é fundamental para prevenir complicações, otimizar a cicatrização e promover a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Diabetes mellitus; cicatrização; nutrição; feridas diabéticas; regeneração tecidual.

INTRODUÇÃO

A cicatrização é um processo biológico complexo e essencial para a regeneração dos tecidos epiteliais e conjuntivos após uma lesão. No diabetes mellitus, a hiperglicemia crônica causa danos vasculares e nervosos, comprometendo o transporte de oxigênio e nutrientes, além de alterar a resposta inflamatória. Como consequência, o processo cicatricial torna-se mais lento e vulnerável a infecções.

Além disso, o diabetes reduz a capacidade imunológica e afeta a atividade dos leucócitos e fibroblastos, células fundamentais para o fechamento das feridas. Nesse contexto, a nutrição adequada exerce papel decisivo, uma vez que nutrientes como proteínas, vitaminas A, C e E, zinco e arginina são indispensáveis para a síntese de colágeno, formação de novos vasos e regeneração dos tecidos.

Compreender a relação entre o estado nutricional e o processo de cicatrização em indivíduos diabéticos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de cuidado e

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

prevenção de complicações, como as úlceras diabéticas, que representam uma das principais causas de amputações em pacientes com diabetes.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico e exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica descritiva sobre o processo de cicatrização em indivíduos com diabetes mellitus, com ênfase no papel da nutrição.

As buscas foram realizadas entre agosto e outubro de 2025, em bases de dados PubMed, Scielo e Google Scholar, utilizando os descritores: "diabetes mellitus", "wound healing", "nutrition", "tissue regeneration" e "chronic wounds".

Foram incluídos artigos, revisões sistemáticas e diretrizes clínicas publicadas entre 2013 e 2024, em português e inglês, que abordassem as alterações metabólicas e teciduais relacionadas ao diabetes e o impacto da nutrição na cicatrização.

Excluíram-se publicações duplicadas, Resumos sem texto completo e materiais sem revisão por pares. A análise foi conduzida de forma qualitativa e integrativa, visando identificar os principais fatores fisiológicos e nutricionais associados à cicatrização retardada em pacientes diabéticos e propor recomendações de cuidado baseadas em evidências científicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cicatrização de feridas é um processo biológico dinâmico e coordenado, que envolve eventos celulares e moleculares destinados a restaurar a integridade do tecido após uma lesão. Classicamente, ocorre em três fases interdependentes: inflamatória, proliferativa e de remodelação (LIMA; ARAUJO, 2013).

Em indivíduos com diabetes mellitus, a hiperglicemia crônica prejudica todas as etapas da cicatrização. Durante a fase inflamatória, há disfunção de neutrófilos e macrófagos, o que compromete o controle microbiano e favorece infecções. Na fase proliferativa, a glicação proteica e o estresse oxidativo reduzem a atividade dos fibroblastos e a angiogênese, atrasando a formação de tecido de granulação. Já na fase de remodelação, a síntese e a organização do colágeno são insuficientes, resultando em feridas de cicatrização lenta e suscetíveis à recorrência (REVISTA FT, 2023).

A nutrição exerce papel essencial em todas as fases do processo. Proteínas são indispensáveis à síntese de colágeno e à reparação tecidual; vitaminas antioxidantes (A, C e E) reduzem o estresse oxidativo e favorecem a epitelização; minerais como zinco, selênio, cobre e ferro participam da resposta imunológica e da proliferação celular (Effectiveness of Dietary Interventions, 2024). A vitamina D, por sua vez, modula a inflamação e estimula a diferenciação celular, sendo relevante para pacientes diabéticos.

Além disso, aminoácidos condicionalmente essenciais, como arginina e glutamina, demonstram efeito positivo sobre a angiogênese, imunidade e formação de colágeno, e seu uso tem sido estudado como terapia nutricional complementar (OMS, 2024; BRASIL, 2024).

A abordagem terapêutica deve integrar intervenções nutricionais, controle glicêmico rigoroso e acompanhamento multiprofissional, incluindo médicos, nutricionistas e enfermeiros especializados em feridas. Essa integração é fundamental para acelerar o processo de cicatrização, prevenir amputações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes com diabetes mellitus (INCA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diabetes mellitus compromete significativamente o processo de cicatrização devido às alterações teciduais, inflamatórias e metabólicas causadas pela hiperglicemia. O manejo nutricional adequado, aliado ao controle glicêmico e à atuação de uma equipe multiprofissional, é essencial para promover a regeneração dos tecidos e prevenir complicações.

Investir em educação alimentar, acompanhamento regular e intervenções preventivas é fundamental para reduzir a incidência de feridas de difícil cicatrização e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com diabetes.

O manejo eficaz das feridas em indivíduos com diabetes mellitus requer não apenas controle clínico e nutricional, mas também educação em saúde e abordagem interdisciplinar. A integração entre nutrição, fisiologia e práticas de cuidado multiprofissional representa a chave para reduzir complicações, otimizar a cicatrização e promover a autonomia e a qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

LIMA, M. H. de M.; ARAUJO, E. P. **Diabetes mellitus e o processo de cicatrização cutânea.** *Cogitare Enfermagem*, v. 18, n. 1, 2013. DOI: 10.5380/ce.v18i1.31323.

EFFECTIVENESS OF DIETARY INTERVENTIONS in individuals with diabetes for preventing and healing chronic wounds: a systematic review & meta-analysis. *PubMed*, 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov. Acesso em: 28 out. 2025.

REVISTA FT. **Importância da nutrição no processo de cicatrização de feridas crônicas relacionadas ao diabetes mellitus tipo II.** *Revista FT*, 2023. Disponível em: https://revistafisioterapiareabilitacao.com. Acesso em: 28 out. 2025.

INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Abordagem nutricional em feridas crônicas e complicações do diabetes.** Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: https://www.inca.gov.br. Acesso em: 28 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global report on diabetes and wound management.** Genebra: OMS, 2024. Disponível em: https://www.who.int/publications. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o cuidado multiprofissional do pé diabético.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 28 out. 2025.

TECIDO CONJUNTIVO: CORRELAÇÕES MORFOFUNCIONAIS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS PARA A SAÚDE HUMANA

Categoria: Leituras interdisciplinares

Cleber Tonetta[1]
Tatiane Santos de Oliveira[2]
Tábata Eduarda Ferreira Tuzzin[3]
Igor Garcia Andriola[4]
Débora Soares Souza Marins[5]

Resumo – O tecido conjuntivo é um dos principais tecidos do corpo humano, responsável por sustentar, integrar e nutrir os demais tecidos, sendo essencial para a manutenção da homeostase e da saúde. Este trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura, funções e importância do tecido conjuntivo, destacando sua composição celular, a matriz extracelular e as correlações morfofuncionais observadas em laboratório. A metodologia envolveu revisão bibliográfica e atividades práticas de microscopia óptica em lâminas histológicas no laboratório de morfologia da UNIARP, permitindo relacionar a teoria com a prática. Os resultados evidenciam a diversidade estrutural e funcional dos tecidos conjuntivos — frouxo, denso, adiposo, cartilaginoso e ósseo — e sua participação em processos de sustentação, regeneração tecidual, cicatrização e resposta inflamatória. Conclui-se que o conhecimento sobre o tecido conjuntivo é fundamental para compreender funções fisiológicas e patologias humanas, além de representar um eixo interdisciplinar entre histologia, nutrição e biomedicina, contribuindo para a formação crítica e prática de futuros profissionais da saúde.

Palavras-chave: tecido conjuntivo; matriz extracelular; histologia; nutrição; regeneração tecidual; homeostase.

INTRODUÇÃO

O tecido conjuntivo é fundamental para a sustentação, integração e nutrição dos tecidos corporais, desempenhando funções vitais na manutenção da estrutura e na proteção de órgãos (Junqueira & Carneiro, 2017). Sua importância vai além do suporte mecânico: a matriz extracelular atua como mediadora de comunicação celular e regulação metabólica (Ross & Pawlina, 2016).

Nos últimos anos, estudos apontam que a matriz conjuntiva desempenha papel relevante em processos de regeneração tecidual, cicatrização e sinalização celular, destacando sua relevância na biomedicina e na nutrição clínica (Theocharis et al., 2022). Assim, compreender a

[1]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

organização e as funções do tecido conjuntivo permite correlacionar sua estrutura com a fisiologia e patologias humanas (Gartner & Hiatt, 2021).

Alterações na composição do tecido conjuntivo estão associadas a condições como fibrose, desnutrição proteica e distúrbios inflamatórios, o que ressalta sua importância no contexto clínico e nutricional.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os tipos, a estrutura e as funções do tecido conjuntivo, correlacionando os conhecimentos teóricos com observações laboratoriais para compreender sua importância na homeostase e formação de profissionais da área da saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e descritiva, integrando revisão bibliográfica e atividades práticas em laboratório de morfologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A revisão bibliográfica contemplou livros clássicos de histologia (Junqueira & Carneiro, 2017; Ross & Pawlina, 2016) e artigos científicos recentes sobre a matriz extracelular, regeneração tecidual e aplicações biotecnológicas (Theocharis et al., 2022; Baffoni et al., 2023; Silva et al., 2024).

As atividades laboratoriais foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2025, nas aulas práticas da disciplina Dinâmica Celular e Estrutura dos Tecidos, com observação de lâminas histológicas coradas com hematoxilina e eosina (HE), representando diferentes tipos de tecido conjuntivo (frouxo, denso, cartilaginoso, ósseo e adiposo). Durante as observações, os estudantes identificaram as estruturas celulares e os componentes da matriz extracelular, correlacionando-os com suas respectivas funções fisiológicas.

O registro das análises foi realizado por meio de fichas de observação, contendo descrição morfológica, função e relevância clínica de cada tipo de tecido. Todas as práticas seguiram as normas de biossegurança e ética laboratorial, conforme o Manual de Boas Práticas de Laboratório da UNIARP (2024).

Essa metodologia permitiu integrar a teoria com a prática de forma interdisciplinar, promovendo a reflexão crítica sobre a importância do tecido conjuntivo na manutenção da saúde e no contexto profissional das áreas de nutrição e ciências biomédicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tecido conjuntivo é composto por células especializadas imersas em uma matriz extracelular formada por fibras e substância fundamental amorfa, cuja organização garante sustentação, elasticidade, resistência e integração entre diferentes estruturas corporais (Ross & Pawlina, 2016). A proporção desses componentes varia de acordo com o tipo de tecido e sua função fisiológica, conferindo diversidade estrutural e funcional.

O tecido conjuntivo frouxo atua no preenchimento entre órgãos e na difusão de nutrientes, enquanto o tecido denso confere resistência mecânica às estruturas corporais (Junqueira & Carneiro, 2017). Os tecidos especializados, como o adiposo, o cartilaginoso e o

ósseo, desempenham papéis fundamentais de reserva energética, sustentação e proteção. O tecido adiposo, por exemplo, está envolvido na homeostase energética e na regulação hormonal; o cartilaginoso oferece suporte e flexibilidade; e o ósseo participa da sustentação corporal e do metabolismo mineral (Gartner & Hiatt, 2021).

Avanços recentes na biologia celular e molecular têm revelado a importância da matriz extracelular não apenas como elemento estrutural, mas como mediadora de comunicação intercelular e reguladora de processos de diferenciação, inflamação e regeneração tecidual (Theocharis et al., 2022). Essa matriz atua na sinalização celular por meio de integrinas, colágenos e proteoglicanos, desempenhando papel crucial na cicatrização e na remodelação de tecidos (Baffoni et al., 2023).

Na área da nutrição e das ciências da saúde, o equilíbrio proteico, vitamínico e mineral é determinante para a integridade do tecido conjuntivo, pois carências nutricionais podem comprometer a síntese de colágeno, o metabolismo ósseo e a regeneração celular (Brasil, 2024). Além disso, a pesquisa em engenharia tecidual e biomateriais vem utilizando componentes do tecido conjuntivo — como colágeno, elastina e glicosaminoglicanos — para o desenvolvimento de scaffolds e terapias regenerativas inovadoras (Silva et al., 2024).

Dessa forma, o estudo do tecido conjuntivo ultrapassa a dimensão histológica, estabelecendo um elo entre morfologia, fisiologia e biotecnologia aplicada à saúde. A compreensão de suas propriedades estruturais e funcionais é essencial não apenas para a formação de profissionais da área biomédica, mas também para o avanço das terapias de reparo e regeneração tecidual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o tecido conjuntivo evidenciou sua importância fundamental para o funcionamento, a organização e a homeostase do corpo humano. A análise teórica aliada à prática laboratorial possibilitou compreender como a estrutura microscópica desse tecido se relaciona com suas funções fisiológicas, destacando o papel da matriz extracelular na sustentação, comunicação celular e regeneração tecidual.

As observações realizadas em lâminas histológicas reforçaram a diversidade estrutural e funcional dos tipos de tecido conjuntivo, permitindo aos acadêmicos correlacionar aspectos morfológicos com implicações clínicas e nutricionais. Essa integração entre teoria e prática promoveu uma aprendizagem ativa e contextualizada, favorecendo o desenvolvimento de competências críticas e técnicas essenciais à atuação profissional na área da saúde.

Conclui-se que o conhecimento aprofundado sobre o tecido conjuntivo é indispensável para compreender processos fisiológicos e patológicos, além de representar uma base sólida para futuras aplicações em biotecnologia e medicina regenerativa. Assim, o estudo contribui não apenas para a formação acadêmica, mas também para a consolidação de uma prática interdisciplinar comprometida com a promoção e manutenção da saúde humana.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de realização deste estudo e pela disponibilidade do Laboratório de Morfologia.

REFERÊNCIAS

BAFFONI, R. *et al.* Extracellular matrix remodeling in health and disease: from molecular mechanisms to tissue engineering applications. **Frontiers in Bioengineering and Biotechnology**, v.11, p.1245–1258, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Histologia aplicada à saúde: guia de estudos para cursos da área biomédica.** Brasília: MS, 2024.

GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. **Histologia: texto e atlas correlacionado com biologia celular e molecular.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Histologia básica: texto e atlas.** 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

ROSS, M. H.; PAWLINA, W. **Histologia: texto e atlas colorido e funcional.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SILVA, C. F. *et al.* Advances in collagen-based scaffolds for regenerative medicine: from biocompatibility to clinical applications. **Frontiers in Tissue Engineering**, v.5, p.1–12, 2024.

THEOCHARIS, A. D.; SKANDALIS, S. S.; KAROUSOU, E.; KARAMANOS, N. K. Extracellular matrix structure and function in tissue homeostasis and disease. **FEBS Journal**, v.289, p.4390–4412, 2022.

DIETA MEDITERRÂNEA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE MECANISMOS DE PROTEÇÃO CELULAR CONTRA O CÂNCER

Categoria: Leituras interdisciplinares

Igor Dobkovski[1]
Rafael Anderson dos Santos[2]
Marlon Carniel[3]
Débora Soares Souza Marins[4]

Resumo – A Dieta Mediterrânea é reconhecida como um dos padrões alimentares mais saudáveis do mundo, amplamente associada à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, incluindo o câncer. Este trabalho tem como objetivo analisar os mecanismos celulares e nutricionais responsáveis pelos efeitos protetores dessa dieta, com base em revisão bibliográfica qualitativa. Foram consultadas publicações recentes (2020–2025) nas bases SciELO, PubMed e ProQuest, abordando compostos bioativos, equilíbrio redox e regulação inflamatória. Os achados indicam que o consumo de azeite de oliva, frutas, vegetais e peixes ricos em ácidos graxos ômega-3 modula a inflamação, reduz o estresse oxidativo e estimula enzimas antioxidantes endógenas, como superóxido dismutase e catalase. Conclui-se que a Dieta Mediterrânea promove proteção celular por meio da integração entre nutrição, metabolismo e defesa antioxidante, sendo uma estratégia eficaz de prevenção oncológica.

Palavras-chave: Dieta Mediterrânea; câncer; antioxidantes; prevenção; nutrição celular.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observou-se um aumento expressivo na incidência de cânceres relacionados a fatores dietéticos e estilo de vida. Dietas ocidentais ricas em gorduras saturadas, carnes processadas e açúcares simples estão associadas ao aumento de inflamações crônicas e danos oxidativos ao DNA (SANTOS, 2020). Em contrapartida, a Dieta Mediterrânea, originária de países como Grécia, Itália e Espanha, é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um modelo alimentar protetor, baseado em alimentos naturais, minimamente processados e ricos em compostos bioativos (UNIFESP, 2023).

Essa dieta prioriza o consumo de frutas, hortaliças, grãos integrais, leguminosas, azeite de oliva e peixes, reduzindo o consumo de carnes vermelhas e produtos ultraprocessados. Tal

[1]Aluno do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

padrão alimentar está associado à diminuição da inflamação sistêmica e à melhora da capacidade antioxidante celular (ALMEIDA, 2022).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, elaborada com o objetivo de reunir e analisar as evidências científicas mais recentes sobre os mecanismos celulares e nutricionais associados à Dieta Mediterrânea e sua influência na prevenção do câncer. A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2025, abrangendo publicações compreendidas entre janeiro de 2020 e outubro de 2025, disponíveis nas bases PubMed, SciELO, Scopus, Web of Science e ProQuest. Também foram incluídos documentos institucionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, considerados relevantes para o contexto da pesquisa.

Foram utilizados descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos, tais como "dieta mediterrânea" OR "mediterranean diet" AND "câncer" OR "cancer" AND "antioxidantes" OR "oxidative stress" OR "redox" AND "microbiota intestinal" OR "gut microbiota" AND "inflamação" OR "inflammation". Os critérios de inclusão compreenderam artigos originais em humanos, revisões sistemáticas, ensaios clínicos e estudos observacionais que abordassem a Dieta Mediterrânea como padrão alimentar principal e apresentassem desfechos relacionados a biomarcadores celulares, estresse oxidativo, modulação da microbiota intestinal ou processos inflamatórios. Foram incluídos textos em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra e publicados em periódicos científicos indexados.

Excluíram-se relatos de caso, cartas ao editor, estudos exclusivamente experimentais em animais, publicações duplicadas e artigos sem relação direta com a temática proposta. A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas: inicialmente por meio da leitura de títulos e Resumos, seguida pela leitura completa dos artigos elegíveis, sendo os dados analisados de forma descritiva e integrativa. As informações extraídas incluíram autor, ano, tipo de estudo, população investigada, intervenções, desfechos avaliados e principais resultados.

Os achados foram organizados e discutidos em quatro eixos temáticos principais: equilíbrio redox e antioxidantes, modulação inflamatória, microbiota intestinal e epigenética nutricional. A qualidade metodológica das publicações foi considerada a partir da consistência dos resultados e da plausibilidade biológica dos mecanismos descritos. Por se tratar de pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias, sem envolvimento de seres humanos, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Dieta Mediterrânea fornece nutrientes e compostos bioativos com funções sinérgicas sobre a saúde celular. O azeite de oliva extravirgem, principal fonte de lipídios dessa dieta, contém ácidos graxos monoinsaturados e polifenóis, como o hidroxitirosol, que reduzem o estresse oxidativo e protegem as membranas celulares contra peroxidação lipídica (REVISTA MULTISAÚDE, 2021).

Os peixes e frutos do mar são ricos em ômega-3 (EPA e DHA), que atuam como moduladores de processos inflamatórios, inibindo a síntese de citocinas pró-inflamatórias e a proliferação celular desordenada. Paralelamente, as frutas e vegetais coloridos fornecem vitaminas antioxidantes (A, C e E), flavonoides e carotenoides, que neutralizam radicais livres e preservam a integridade genômica.

A microbiota intestinal também é influenciada positivamente pela Dieta Mediterrânea. O consumo regular de fibras solúveis e prebióticos presentes em leguminosas e cereais integrais estimula a produção de ácidos graxos de cadeia curta (butirato, propionato e acetato), que apresentam ação anti-inflamatória e protetora contra o câncer colorretal (ALMEIDA, 2022).

Pesquisas recentes da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2023) e de García-Gavilán et al. (2024) apontam que o padrão alimentar mediterrâneo estimula a expressão de genes antioxidantes endógenos, como superóxido dismutase (SOD), glutationa peroxidase e catalase, reforçando os mecanismos de defesa celular e reduzindo o risco de mutações genéticas.

Além disso, compostos como o resveratrol, encontrado no vinho tinto, atuam na modulação epigenética, regulando genes supressores tumorais e induzindo a apoptose de células anormais (BRAGA; BERTOLINI, 2024). Dessa forma, a dieta exerce ação preventiva multidimensional: antioxidante, anti-inflamatória, imunomoduladora e epigenética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Dieta Mediterrânea apresenta um conjunto de alimentos ricos em nutrientes funcionais e compostos bioativos que atuam de maneira integrada na proteção celular contra o câncer. Seus efeitos estão relacionados à regulação inflamatória, à melhora da microbiota intestinal, à modulação genética e à indução de enzimas antioxidantes.

Diante das evidências científicas, esse padrão alimentar configura-se como estratégia de saúde pública essencial para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, especialmente o câncer, reforçando o papel da nutrição como ferramenta de promoção da saúde e longevidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Adesão à dieta mediterrânica e sua influência na microbiota intestinal. Universidade Fernando Pessoa, 2022. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/entities/publication/1a813dcd-6175-4692-8e11-ccb3bf565adc. Acesso em: 27 out. 2025.

BRAGA, L. C.; BERTOLINI, A. F. Resveratrol e modulação epigenética no câncer: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Nutrição Funcional*, v. 12, n. 1, p. 22–34, 2024.

GARCÍA-GAVILÁN, J. F. *et al.* Mediterranean diet and gene expression in oxidative stress pathways: new evidence from human trials. *Nutrients*, v. 16, n. 3, p. 455–468, 2024. DOI: 10.3390/nu16030455.

REVISTA MULTISAÚDE. Dieta mediterrânea e seus efeitos na prevenção de doenças crônicas. *Revista Multisaúde*, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaMultiSaude/article/view/988. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, M. C. A influência da dieta mediterrânea na proteção contra o câncer. *ProQuest Dissertations Publishing*, 2020. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/b0ac25c3afb59c7ebbca4c931a84d6a8. Acesso em: 27 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Dieta Mediterrânea e neuroproteção: implicações metabólicas e celulares. *Revista Neurociências*, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/20270. Acesso em: 27 out. 2025.

DESAFIOS E RESULTADOS ESTÉTICOS EM ATENDIMENTOS COMUNITÁRIOS: LIMPEZA DE PELE E TRATAMENTO CAPILAR

Cariele Apª Nogueira do Amaral[1]
Gislaine Padilha dos Santos[2]
Sally Douglas Narloch[3]
Marcia Cristiane Fantinel[4]

Resumo- O presente trabalho tem como objetivo relatar experiências práticas realizadas na Clínica de Estética da UNIARP durante atendimentos comunitários nos dias 13 e 27 de agosto de 2025. As atividades incluíram procedimentos de limpeza de pele em um paciente adolescente com acne e um tratamento capilar revitalizante em uma paciente adulta. O estudo teve como propósito descrever as etapas dos atendimentos, as técnicas aplicadas, os resultados observados e a importância da atuação do esteticista no contexto social e clínico. A abordagem metodológica foi qualitativa e descritiva, com observação direta dos procedimentos e registro dos resultados. Observou-se melhora significativa no aspecto cutâneo da paciente com acne e fortalecimento capilar no segundo caso. Os resultados reforçam a relevância das práticas supervisionadas na formação do esteticista e sua contribuição para a promoção da saúde, autoestima e bem-estar dos pacientes atendidos.

Palavras-chave: Estética, limpeza de pele, tratamento capilar, relato de experiência,acne.

INTRODUÇÃO

A prática estética vai além da valorização da beleza, desempenhando papel importante na promoção da saúde e no equilíbrio da pele e dos anexos cutâneos. O esteticista é responsável por atuar de forma ética e técnica, compreendendo as necessidades de cada indivíduo e aplicando protocolos adequados a cada tipo de pele e cabelo. De acordo com Silva e Pereira (2021), os desafios do esteticista em procedimentos de limpeza de pele em pacientes com acne envolvem o manejo das lesões ativas, a escolha correta dos cosméticos e o controle da oleosidade, evitando inflamações e garantindo resultados seguros. A literatura ressalta que o conhecimento anatômico, fisiológico e cosmético é essencial para intervenções eficazes. No contexto capilar, os cuidados estéticos voltados à regeneração dos fios e do couro cabeludo ganham destaque em pacientes de meia-idade, especialmente mulheres que enfrentam ressecamento, perda de brilho e enfraquecimento capilar. Conforme Lima et al. (2022), os tratamentos revitalizantes promovem hidratação profunda, melhoram a circulação local e estimulam o crescimento capilar, favorecendo a saúde e a autoestima. Dessa forma, este trabalho

[1] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas durante os atendimentos comunitários realizados na Clínica de Estética da UNIARP, destacando os resultados observados em dois casos práticos: um adolescente de 14 anos com acne e uma mulher de 50 anos submetida a tratamento capilar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, que integra uma revisão bibliográfica para fundamentação teórica e um relato de experiência prático para a coleta de dados primários.

O primeiro atendimento foi realizado em um jovem de 14 anos, apresentando acne grau II e oleosidade excessiva na zona T. Foi aplicado protocolo de limpeza de pele profunda, com higienização, esfoliação física suave, emoliência com vapor de ozônio, extração manual de comedões, aplicação de alta frequência e máscara calmante. Os cosméticos utilizados foram adequados ao tipo de pele acneica, priorizando ativos como ácido salicílico, enxofre e argila verde.

O segundo atendimento foi feito em uma paciente de 50 anos, que relatou fios quebradiços e ressecamento capilar. O protocolo incluiu massagem capilar com loção tonificante, esfoliação do couro cabeludo, aplicação de máscara nutritiva à base de queratina e óleos vegetais, seguida de fonoforese para potencializar a penetração dos ativos. Durante os procedimentos, foram observados aspectos como textura da pele e dos fios, resposta aos produtos e sensação de bem-estar relatada pelas pacientes. As observações foram registradas em fichas de acompanhamento clínico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o primeiro atendimento, a paciente adolescente apresentou redução visível da oleosidade e diminuição de comedões abertos, além de melhora na textura e no brilho natural da pele. Conforme Silva e Pereira (2021), a limpeza de pele é um procedimento essencial no controle da acne, pois auxilia na remoção de impurezas e na desobstrução dos poros, melhorando o aspecto geral da cútis. O caso confirma a importância da atuação cuidadosa do esteticista, que deve respeitar os limites da pele e evitar manipulações excessivas.

No caso da paciente de 50 anos, o tratamento capilar proporcionou melhora imediata no toque e brilho dos fios, além de relato de sensação de leveza e revitalização. Após uma semana, observou-se redução do ressecamento e aumento da maleabilidade capilar. Segundo Lima et al. (2022), os tratamentos nutritivos estimulam a circulação do couro cabeludo e fortalecem a fibra capilar, sendo indicados para cabelos maduros.

Os resultados alcançados reforçam a importância das atividades práticas supervisionadas, pois permitem o desenvolvimento de habilidades técnicas e empáticas, essenciais à formação profissional do esteticista. Além disso, os atendimentos comunitários ampliam o acesso aos cuidados estéticos de qualidade, contribuindo para o bem-estar social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou que a prática estética, quando realizada de forma técnica e humanizada, traz benefícios visíveis e emocionais aos pacientes. A limpeza de pele promoveu melhora significativa nas lesões acneicas e no controle da oleosidade, enquanto o tratamento capilar proporcionou hidratação, nutrição e fortalecimento dos fios.

Os atendimentos realizados na Clínica de Estética da UNIARP demonstraram a importância da prática supervisionada como ferramenta de aprendizado, integração social e promoção da saúde e autoestima. Recomenda-se a continuidade das atividades comunitárias e o registro sistemático dos resultados, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática na formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

SILVA, A. P.; PEREIRA, L. F. **Os desafios do esteticista em procedimentos de limpeza de pele em pacientes com acne.** Revista Unibra de Ciências da Saúde, Recife, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://www.grupounibra.com/repositorio/ESTET/2021/os-desafios-do-esteticista-em-procedimentos-de-limpeza-de-pele-em-pacientes-com-acne20.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

LIMA, C. R.; SANTOS, G. A.; MORAIS, J. F. **Tratamentos capilares revitalizantes: cuidados e resultados em pacientes de meia-idade.** Revista Brasileira de Estética e Saúde, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 45-52, 2022. Disponível em: https://share.google/3e4bhw6R8hELcQR7w . Acesso em: 09 out. 2025.

BENEFÍCIOS DA MASSAGEM RELAXANTE NO BEM-ESTRA FÍSICO E EMOCIONAL

Categoria: Projeto Integrador

Cley Ivone Ribeiro[1]
Sally Douiglas Narloch[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – O projeto teve como objetivo promover a saúde e o bem-estar da comunidade por meio da aplicação de sessões de massagem relaxante. A atividade foi realizada nas dependências da UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador (SC), com sessões semanais de 30 a 40 minutos. As técnicas utilizadas incluíram movimentos suaves, contínuos e ritmados, com uso das mãos, pedras quentes, bambus e aparelhos específicos, associados a cremes ou óleos vegetais. Antes do início das sessões, os participantes responderam a um questionário para identificação de sintomas como insônia, ansiedade, dores musculares e tensão. Ao final do projeto, um novo questionário foi aplicado com o objetivo de avaliar os resultados percebidos. Os dados obtidos indicaram melhora significativa nos sintomas relatados, confirmando os efeitos positivos da massagem relaxante na redução do estresse e das tensões físicas. O projeto também proporcionou a academica a oportunidade de aplicar seus conhecimentos na prática, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática, além de promover a integração entre universidade e comunidade. Todas as atividades seguiram os princípios da biossegurança e o Código de Ética da área da Estética.

Palavras-chave: massagem relaxante; promoção da saúde; bem-estar; biossegurança; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A busca por qualidade de vida e equilíbrio entre corpo e mente tem crescido A busca por bem-estar e qualidade de vida tem aumentado significativamente, estimulando o interesse por práticas terapêuticas complementares. Entre elas, a massagem relaxante se destaca por seus benefícios físicos e emocionais, como o alívio de tensões musculares, melhora da circulação sanguínea e redução de sintomas relacionados ao estresse e à ansiedade. Diante da rotina acelerada da sociedade atual, torna-se cada vez mais importante oferecer alternativas acessíveis que favoreçam o cuidado com a saúde de forma humanizada e preventiva.

[1]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Este projeto foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar momentos de relaxamento e cuidado à comunidade, utilizando a massagem relaxante como ferramenta de promoção da saúde. Segundo Abreu, Souza e Fagundes (2012), a massoterapia atua no alívio das dores físicas e no controle do estresse psicológico, promovendo equilíbrio emocional e físico.

Além dos benefícios oferecidos aos participantes, a iniciativa possibilitou a acadêmica o desenvolvimento prático das técnicas aprendidas em sala de aula, favorecendo a formação profissional e promovendo a interação entre universidade e comunidade. O projeto foi realizado com responsabilidade, respeitando os princípios de higiene, biossegurança e ética profissional.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, que integra uma revisão bibliográfica para fundamentação teórica e um relato de experiência prático para a coleta de dados primários.

O projeto consistiu na realização de sessões semanais de massagem relaxante, com duração entre 30 a 40 minutos, realizadas em espaço apropriado dentro do campus universitário, com condições adequadas de higiene e segurança. As técnicas aplicadas envolveram movimentos suaves, contínuos e ritmados, com o uso das mãos, pedras quentes, bambus e aparelhos específicos para relaxar e estimular a circulação sanguínea. Foram utilizados cremes e óleos vegetais para potencializar os efeitos da massagem.

Antes da primeira sessão, foi aplicado um questionário a participante para identificar sintomas como insônia, tensão muscular, ansiedade e dores. Ao final do ciclo de atendimentos, um segundo questionário foi aplicado para avaliar as percepções e resultados obtidos. Todo o processo seguiu as normas de biossegurança e as práticas éticas da área.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o projeto, a participante relatou sintomas como insônia, ansiedade, tensão muscular e dores localizadas. No dia seguinte a paciente relatou que, foi percebida uma melhora significativa desses sintomas, principalmente nas queixas relacionadas à ansiedade e às dores musculares.

De acordo com Matos e Ferreira (2023), a massagem relaxante pode ser uma aliada no enfrentamento de quadros depressivos e ansiosos, promovendo alívio emocional e bem-estar. Abreu, Souza e Fagundes (2012) também reforçam que a prática da massoterapia contribui para a redução do estresse físico e psicológico, sendo eficaz na promoção do equilíbrio geral do organismo.

As técnicas utilizadas no projeto, como o uso de pedras quentes e óleos vegetais, também estão de acordo com estudos recentes. Nunes et al. (2022) observaram que a associação entre óleos essenciais e massagem com pedras quentes potencializa os efeitos relaxantes e proporciona alívio de dores musculares, o que foi confirmado na prática com os participantes atendido

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou a importância da massagem relaxante como prática eficiente na promoção do bem-estar físico e emocional da comunidade. Os resultados obtidos confirmam os benefícios da técnica na redução de sintomas como estresse, ansiedade, insônia e dores musculares. Além disso, a iniciativa contribuiu para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos envolvidos, fortalecendo a relação entre teoria e prática.

O projeto alcançou com êxito seus objetivos ao proporcionar bem-estar e alívio de sintomas relacionados ao estresse e tensões físicas na participante, comprovando a eficácia da massagem relaxante como prática complementar de promoção da saúde. Os resultados obtidos reforçam a importância de ações preventivas e integrativas no contexto da saúde e do cuidado com o outro.

Além dos benefícios à comunidade, destaca-se a relevância da experiência prática para a acadêmica envolvida, que pode desenvolver competências técnicas, éticas e humanas. A iniciativa também contribuiu para o fortalecimento da relação entre universidade e sociedade, promovendo uma formação mais completa e comprometida com o bem-estar coletivo.

Recomenda-se a continuidade e ampliação do projeto, visando ampliar o acesso da população a práticas terapêuticas seguras e humanizadas, bem como a inclusão de novos procedimentos complementares que possam enriquecer a experiência dos participantes e dos acadêmicos

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo apoio na realização deste trabalho e por proporcionar o ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico. Expressamos nossa gratidão especial a bolsa de estudos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Miguel Fernandes de; SOUZA, Telma Ferreira de; FAGUNDES, Diego Santos. **Os efeitos da massoterapia sobre o estresse físico e psicológico**. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 101–105, 2012. DOI: https://doi.org/10.31072/rcf.v3i1.119. . Disponível em: https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/119 . Acesso em: 8 out. 2025.

MATOS, Maria Rosa Dias de; FERREIRA, Tairo Vieira. **O benefício da massagem relaxante para jovens com depressão.** Revista Saúde dos Vales, [S. l.], v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: https://rsv.ojsbr.com/rsv/article/view/214. . Acesso em: 8 out. 2025.

NUNES, Larissa Santos; et al.f **Efeitos do óleo essencial de Lavandula angustifolia associado à massagem com auxílio de pedras quentes na redução de ansiedade e perda de peso em mulheres obesas.** RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 15, n. 93, p. 195–197, 29 mar. 2022. DOI: https://doi.org/10.5935/2595-0118.20210048.

ATENDIMENTOS HOLÍSTICOS PARA MULHERES DA COMUNIDADE: COMPARTILHANDO UMA EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA

Categoria: Projeto integrador

Gabriele Gomes[1]
Daniela Bianqui[2]
Claudia Szellist[3]
Marcia Fantinel[4,5]

Resumo – Este relato descreve uma transformadora ação de extensão universitária desenvolvida por acadêmicas do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O projeto teve como objetivo central promover o bem-estar e a elevação da autoestima de mulheres da comunidade de Caçador (SC), através de atendimentos como hidratação capilar e SPA dos pés, realizados em um ambiente acolhedor. A experiência tornou-se ainda mais significativa com a participação de uma integrante da Rede Feminina de Combate ao Câncer, evidenciando o profundo impacto emocional e terapêutico do cuidado estético humanizado. As participantes expressaram grande satisfação, relatando sensações de leveza, alegria e renovação, o que reforça o papel da estética no equilíbrio emocional e na percepção de si. Para as acadêmicas, a vivência foi igualmente enriquecedora, permitindo a aplicação prática de conhecimentos técnicos e o desenvolvimento de sensibilidade, empatia e escuta ativa, pilares do atendimento humanizado. O projeto demonstrou que a estética transcende a aparência, atuando como poderosa ferramenta de inclusão social, promoção do autocuidado e fortalecimento da formação ética e social dos futuros profissionais, aproximando a universidade das necessidades da comunidade.

Palavras-chave: Autoestima; Bem-estar; Estética humanizada; Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A estética tem se consolidado como uma área voltada não apenas à aparência física, mas também à promoção da autoestima, do bem-estar e da qualidade de vida. O cuidado estético humanizado busca oferecer atenção, escuta e acolhimento, reconhecendo o valor do toque e da presença como elementos terapêuticos.

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão – GPDSIN, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

De acordo com Santos (2020), o cuidado estético está diretamente relacionado à percepção de si e ao fortalecimento da identidade pessoal, sendo uma ferramenta importante de equilíbrio emocional. Assim, ações extensionistas que envolvem práticas estéticas ganham relevância por aproximar os estudantes da comunidade, estimulando a empatia e a responsabilidade social (Silva et al., 2020).

Neste contexto, o presente relato descreve a experiência vivenciada por acadêmicas do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da UNIARP durante uma ação voltada ao bem-estar de mulheres da comunidade de Caçador. A atividade possibilitou momentos de cuidado e relaxamento e, de forma especial, incluiu o atendimento a uma mulher integrante da Rede Feminina de Combate ao Câncer, o que despertou ainda mais reflexão sobre a importância da estética humanizada.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido como parte das atividades de extensão da disciplina Projeto Integrador do curso de Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), realizados na clínica de estética quinzenalmente. Participaram acadêmicas do curso, sob orientação docente, e o público foi composto por mulheres da comunidade local, convidadas para um momento de cuidado e bem-estar.

O ambiente foi organizado de forma acolhedora, para proporcionar conforto e tranquilidade. Foram realizados dois tipos principais de atendimento: hidratação capilar com vapor de ozônio e SPA dos pés. Os produtos foram selecionados conforme a necessidade de cada pessoa, priorizando segurança e bem-estar.

Antes do início, as acadêmicas conversaram com as participantes para conhecer suas expectativas e criar um vínculo de confiança. Entre as experiências individuais, destacou-se o atendimento a uma mulher da Rede Feminina de Combate ao Câncer, trazendo uma dimensão ainda mais humana à prática e sensibilizando as acadêmicas quanto ao poder transformador do cuidado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados observados durante a ação foram extremamente positivos. As participantes relataram sensações de bem-estar, relaxamento, tranquilidade e renovação. Comentários como "me senti mais leve" e "foi um momento só meu" evidenciaram o impacto emocional do atendimento e a valorização do cuidado individualizado.

Esse tipo de retorno demonstra como experiências estéticas podem influenciar diretamente na percepção de autoestima e satisfação pessoal, corroborando estudos que apontam a estética como fator relevante para a promoção do equilíbrio emocional (Santos, 2020; Silva, 2022).

A participante da Rede Feminina destacou que a atenção e o cuidado recebidos a fizeram sentir-se valorizada e acolhida, reforçando a importância do toque e da presença atenciosa no processo de cuidado. Estudos recentes mostram que o toque humanizado contribui para a

redução da ansiedade e melhora do vínculo terapêutico durante atendimentos estéticos (Lacerda et al., 2021).

Para as acadêmicas, a experiência foi igualmente transformadora. Além de aplicarem conhecimentos técnicos adquiridos durante a formação, tiveram a oportunidade de compreender o significado do cuidado humanizado, vivenciando de forma prática o impacto positivo de suas ações. Silva et al. (2020) destacam que escuta ativa, empatia e atenção são elementos essenciais para que o profissional da estética exerça sua função de maneira ética, sensível e socialmente relevante. A escuta ativa, como reforçado por Cunha (2025), promove vínculo e adesão nos atendimentos estéticos, fortalecendo a confiança entre profissional e cliente.

A vivência também reforçou a estética como ferramenta de inclusão social e promoção da autoestima. Observou-se que momentos de cuidado, mesmo breves, criam vínculos, estimulam o autoconhecimento e promovem sensação de pertencimento, sobretudo em contextos de vulnerabilidade (Santos, 2020; Albuquerque, 2022). Esse alinhamento entre prática e teoria evidencia que a estética não se limita à valorização da aparência, mas contribui significativamente para o bem-estar emocional, a construção da confiança pessoal e a qualidade de vida das participantes.

Além disso, o projeto evidenciou que atividades de extensão promovem aprendizado colaborativo entre acadêmicas e comunidade, favorecendo a compreensão de diferentes contextos sociais e culturais. As participantes demonstraram maior disposição para compartilhar experiências, reforçando o potencial da estética como ferramenta de comunicação não verbal e de fortalecimento das relações interpessoais. Observou-se também que os atendimentos favoreceram a percepção de autocuidado como hábito de manutenção da saúde mental e emocional, contribuindo para a construção de rotinas de bem-estar (Mendes, 2025).

Por fim, os resultados indicam que experiências práticas dessa natureza têm efeito multiplicador: além de beneficiar diretamente as participantes, estimulam nas acadêmicas reflexões sobre ética, responsabilidade social e protagonismo no desenvolvimento de práticas profissionais humanizadas, consolidando competências essenciais para sua formação acadêmica e profissional (Lacerda et al., 2021; Cunha, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto permitiu compreender que o cuidado estético vai muito além da aparência: ele envolve atenção, empatia e acolhimento. A ação proporcionou às mulheres atendidas um momento de pausa, bem-estar e valorização pessoal, e às acadêmicas, um aprendizado profundo sobre a dimensão humana da profissão.

O atendimento à integrante da Rede Feminina de Combate ao Câncer trouxe uma experiência particularmente marcante, evidenciando como a estética pode contribuir emocionalmente em diferentes fases da vida. Conclui-se que atividades extensionistas como esta fortalecem a formação ética e social do profissional de estética e aproximam a universidade da comunidade, promovendo a integração entre conhecimento, sensibilidade e compromisso social.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de desenvolver o projeto. Ao programa Universidade Gratuita pelo fomento, à comunidade participante e à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caçador pelo acolhimento e confiança.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, K. L. C. **Autoestima e qualidade de vida: uma relação com a estética**. RSD Journal, v. 11, n. 4, p. 38541–31879, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/download/38541/31879/420384. Acesso em: 10 out. 2025.

CUNHA, C. A. S**. A eficácia do protocolo hexagonal humanizado na cirurgia estética**. Latin American Publicações, 2025. Disponível em: https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/2551. Acesso em: 10 out. 2025.

LACERDA, C. M.; et al. **Escuta ativa como estratégia no cuidado estético: promoção de vínculo e adesão**. Revista Brasileira de Terapias Integrativas, v. 6, n. 3, p. 22–30, 2021.

MENDES, B. **Estética e pessoas com deficiência**. Congresso Estetika, 2025. Disponível em: https://congressoestetika.com.br/estetica-e-pessoas-com-deficiencia/. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, L. **A influência da estética para mulheres e a qualidade de vida na satisfação com a autoimagem corporal**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 6, p. 962–973, 2020. doi:10.51891/rease. v10i6.14429.

SILVA, K. **Autoestima e bem-estar após procedimentos estéticos**. Centro de Pós-Graduação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: https://www.oswaldocruz.br/revista_academica/content/REVISTA%2040/Karine%20Silva.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

CUIDADOS ESTÉTICOS EM PACIENTES ONCOLÓGICAS

Categoria: Projeto Integrador

Suzana Barrili[1]
Joyce dos Santos[2]
Sabrina Noll[3]
Sally Douglas Narloch[4]
Marcia Cristiane Fantinel[5]

Resumo – Este trabalho discute a importância dos cuidados estéticos voltados a pacientes oncológicas do sexo feminino, ressaltando o papel da estética oncológica na promoção da autoestima, do bem-estar físico e emocional e da valorização da autoimagem. A estética oncológica é uma especialidade que adapta técnicas e produtos para atender de forma segura as necessidades de mulheres em tratamento contra o câncer, respeitando suas limitações físicas, imunológicas e emocionais. Quando realizada por profissionais capacitados, a prática estética oferece acolhimento, alívio do estresse e estímulo ao autocuidado, atuando como uma aliada importante na humanização do tratamento oncológico.

Palavras-chave: Estética; Paciente oncológica; Autoestima; Bem-estar; Câncer feminino.

INTRODUÇÃO

O câncer representa uma das principais causas de morte entre mulheres no Brasil, com destaque para o câncer de mama, considerado o mais comum entre a população feminina (INCA, 2023). Os efeitos colaterais do tratamento oncológico, como quimioterapia, radioterapia e cirurgias, impactam diretamente a imagem corporal e o estado emocional das pacientes. A queda de cabelo, o ressecamento da pele, a sensibilidade cutânea e a fadiga física são apenas alguns dos efeitos percebidos nesse processo (SANTOS et al., 2021).

A formação do profissional de Estética e Cosmética exige uma integração contínua entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, sendo esta uma etapa insubstituível para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais à atuação profissional (Souza & Almeida, 2020).

Diante disso, a estética oncológica surge como uma estratégia de cuidado integrativo, com foco na promoção do conforto, acolhimento e resgate da autoestima de pacientes que enfrentam o tratamento do câncer. A imersão em ambientes controlados e supervisionados, como clínicas-escola, permite aos estudantes a confrontação com situações reais que demandam

[1]Aluna do Curso de Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2]Aluna do Curso de Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[3]Aluna do Curso de Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4]Docente do Curso de Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Docente do Curso de Estética e Cosmética – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

não apenas destreza técnica, mas também sensibilidade e humanização no atendimento. Tais práticas capacitam o futuro esteticista a aplicar procedimentos com segurança e adaptabilidade, contribuindo diretamente para a saúde física e emocional, e consequentemente, para a qualidade de vida dos indivíduos em tratamentos oncológicos (Santos, 2019).

Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo geral demonstrar os benefícios da estética aplicada ao cuidado oncológico feminino, por meio de experiências práticas supervisionadas. Para alcançar este propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Aplicar técnicas estéticas seguras e adaptadas às necessidades particulares da paciente oncológica; promover o bem-estar físico e emocional das pacientes por meio de atendimentos estéticos; Estimular o autocuidado e a autoestima, fatores cruciais durante o percurso terapêutico; avaliar, por meio de relato de experiência, os efeitos imediatos dessas práticas na qualidade de vida das participantes.

Este relato visa detalhar as vivências e os resultados alcançados durante os atendimentos práticos supervisionados, enfatizando a relevância da experiência profissional guiada para a solidificação do aprendizado e para a consolidação da estética como um pilar de apoio no cuidado integrativo de pacientes oncológicas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, que integra uma revisão bibliográfica para fundamentação teórica e um relato de experiência prático para a coleta de dados primários.Para embasar teoricamente a relevância da estética no cuidado oncológico, foi realizada uma revisão de literatura por busca de artigos científicos, publicados no período de 2019 a 2025. As bases de dados eletrônicas utilizadas para a seleção dos materiais foram SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Os descritores (Palavras-chave) empregados na busca foram: "estética oncológica", "paciente oncológica feminina" e "autoestima no câncer".

Como parte prática da pesquisa, foi desenvolvido um relato de experiência envolvendo pacientes oncológicas. Os atendimentos foram realizados na clínica-escola de Estética da UNIARP, durante os meses de agosto a outubro. A intervenção consistiu em quatro sessões de atendimento estético, cada uma com duração média entre 40 minutos e 1 hora. Os procedimentos estéticos aplicados foram selecionados e adaptados especificamente para atender às necessidades e à sensibilidade de pacientes em tratamento oncológico: Hidratação Capilar: utilizando produtos hipoalergênicos e suaves para aliviar o ressecamento, prurido e desconforto frequentemente associados aos tratamentos oncológicos (quimioterapia, radioterapia). As manobras foram delicadas para evitar qualquer irritação adicional.

Limpeza de pele adaptada, com produtos suaves e manobras leves, respeitando a sensibilidade da pele durante o tratamento. Todos os procedimentos foram realizados com avaliação prévia da condição clínica da paciente, uso de produtos específicos para peles sensibilizadas e condutas seguras de higiene e biossegurança. Durante e após os atendimentos, foram observadas reações físicas e emocionais da paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura mostra que as práticas estéticas, quando adaptadas ao contexto oncológico, podem contribuir significativamente para o bem-estar geral da paciente. Técnicas como massagem suave, drenagem linfática manual, aromaterapia. maquiagem corretiva, limpeza de pele leve e hidratação são amplamente utilizadas e apresentam benefícios como redução do estresse, melhora da autoestima e maior disposição (SILVA; OLIVEIRA; ANDRADE, 2022).

No relato de experiência, observou-se que, ao final das sessões, a paciente relatou sentir-se mais acolhida, valorizada e relaxada. A limpeza de pele adaptada trouxe sensação de frescor e melhora no aspecto facial, enquanto a hidratação capilar contribuiu para o alívio do ressecamento e desconforto. A massagem relaxante teve impacto direto na redução da tensão física e na melhora do humor. Além dos benefícios diretos percebidos pela paciente, a realização dos atendimentos estéticos também exerceu um impacto profundo na profissional em formação responsável pelas sessões. Conforme depoimento:

> "Como esteticista em formação, poder atender uma mulher em tratamento oncológico foi uma experiência transformadora. Ao longo das sessões, percebi que o cuidado vai muito além da técnica: trata-se de oferecer acolhimento, escuta e empatia. Cada atendimento me ensinou a importância de olhar para o outro com sensibilidade, e pude compreender o verdadeiro impacto da estética na vida dessas mulheres. Fazer parte desse momento de cuidado e valorização foi gratificante e me motivou ainda mais a seguir na profissão com propósito e humanização."

Este relato destaca a dimensão humana da prática estética, reforçando que o cuidado técnico é indissociável do suporte emocional e psicológico. A interação humanizada e empática promove não apenas o bem-estar físico, mas também o resgate da dignidade e da autoestima da paciente, elementos essenciais para sua jornada de tratamento e recuperação.

Apesar dos bons resultados, destaca-se que apenas quatro sessões não são suficientes para gerar mudanças profundas ou avaliar os efeitos a longo prazo. A literatura reforça a importância da continuidade dos atendimentos estéticos e do acompanhamento multidisciplinar para a manutenção dos benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estética oncológica representa uma prática essencial no cuidado à mulher em tratamento contra o câncer, proporcionando acolhimento, segurança e melhora significativa no bem-estar físico e emocional. Os resultados observados durante o relato de experiência reforçam a importância da presença do profissional esteticista qualificado, atuando de forma empática, adaptada e ética. Recomenda-se a ampliação do número de sessões, a capacitação técnica em estética oncológica para profissionais da área e a integração dos cuidados estéticos com a equipe multiprofissional de saúde, garantindo uma abordagem mais completa e humanizada. Estudos futuros com maior amostragem podem fortalecer ainda mais os dados sobre os impactos da estética na oncologia.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pelo apoio na realização deste trabalho, agradecemos também ao artigo 170 e à professora orientadora Márcia Cristiane Fantinél, pela dedicação e incentivo ao desenvolvimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – A**BNT. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos** – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: https://www.inca.gov.br/. Acesso em: 05 set. 2025.

COSTA, M. F. C.; LIMA, R. M. **Práticas integrativas na estética oncológica.** 2. ed. São Paulo: Editora Estética Saúde, 2022. HORMONIOTERAPIA no tratamento de câncer de mama em pacientes do sexo feminino: uma revisão integrativa. Research, Society and Development, [s.l.], v. 10, n. 3, p. e26810313235, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13235. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/13235. Acesso em: 19 ago. 2025.

SANTOS, A. P. et al. **Cuidados estéticos durante o tratamento oncológico: benefícios e limitações**. Revista Brasileira de Estética e Saúde, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-56, jul./dez. 2021.

SILVA, M. R. S.; OLIVEIRA, D. A. C.; ANDRADE, J. F. **A estética no contexto oncológico: percepção de mulheres em tratamento de câncer.** Revista Brasileira de Câncer e Estética, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 12-25, 2022.

PROTOCOLO ESTÉTICO INTEGRADO PARA TRATAMENTO DA ACNE GRAU I E GRAU II EM JOVENS ADULTOS

Categoria: Projeto Integrador

Rayssa Sehn Verdan Ruy[1]
Tatiane Barros[2]
Thauana Victoria Cordeiro[3]
Márcia Fantinel[4]

Resumo – A acne é uma condição inflamatória multifatorial que acomete grande parte da população, principalmente adolescentes e jovens adultos. Seu impacto ultrapassa os aspectos físicos, afetando a autoestima e a qualidade de vida dos indivíduos. Este estudo tem como objetivo compreender os principais fatores que contribuem para a melhora da acne e apresentar as abordagens estéticas eficazes nesse processo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica e experiência prática em atendimentos estéticos, com foco na aplicação de técnicas não invasivas como limpeza de pele profunda, uso de LED azul e controle da oleosidade. Os resultados indicam que o tratamento estético aliado aos cuidados domiciliares e orientação profissional proporciona uma melhora significativa na saúde cutânea e bem-estar geral. Conclui-se que a abordagem integrada, com a combinação de procedimentos e acompanhamento personalizado, é essencial para a eficácia do tratamento da acne e para a manutenção dos resultados.

Palavras-chave: Acne; Acne grau I; Acne grau II; Acne em adolescentes.

INTRODUÇÃO

A acne vulgar é uma das condições dermatológicas mais comuns, afetando principalmente adolescentes e jovens adultos em algum momento da vida, com prevalência estimada em cerca de 85% nessa faixa etária (De Andrade et al., 2024). Trata-se de uma afecção inflamatória caracterizada por comedões, pápulas e pústulas, geralmente associadas à oleosidade excessiva da pele. Embora não comprometa a saúde física de forma grave, seu impacto psicológico e social é significativo, podendo prejudicar a autoestima, a interação social e até desencadear quadros de ansiedade e depressão.

A fisiopatologia da acne envolve múltiplos fatores, incluindo obstrução dos folículos pilossebáceos, aumento da produção de sebo, proliferação bacteriana e resposta inflamatória local (Levada et al., 2023). Nos graus I e II, a acne caracteriza-se pela presença predominante de

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

comedões (resultado da obstrução do folículo pilossebáceo), pápulas (pequenas áreas avermelhadas e inchadas ao redor do comedão) e pústulas pequenas (conteúdo purulento, podendo ser dolorosa e acompanhada de prurido), acompanhadas de oleosidade excessiva e inflamação leve a moderada (Oliveira; Torquetti; Nascimento, 2020).

Além de fatores hormonais, a acne pode estar associada à predisposição genética, alimentação inadequada e hábitos de higiene incorretos. Essa combinação de elementos contribui para o desenvolvimento da doença e torna seu manejo um desafio, exigindo estratégias que considerem tanto o aspecto clínico quanto o impacto psicológico do paciente (Freitas; Velho, 2021).

No contexto do tratamento da acne vulgar, a atuação do esteticista é de grande relevância, pois envolve a aplicação segura de técnicas estéticas, o acompanhamento do paciente e a orientação quanto aos cuidados diários com a pele, contribuindo para a melhora da aparência cutânea e para o bem-estar emocional, com impactos positivos na autoestima. Entre os procedimentos estéticos que podem ser realizados, destacam-se a limpeza de pele, a aplicação de ácidos com ação queratolítica e comedolítica, como ácido salicílico, ácido retinoico, ácido azelaico e alfa-hidroxiácidos, e o uso do LED azul, que auxiliam na regulação da produção sebácea e na redução da inflamação, compondo estratégias combinadas e seguras no manejo das lesões leves a moderadas, promovendo maior adesão ao tratamento e melhora na qualidade de vida dos pacientes (Costa; Bagatin, 2013)

Diante desse cenário, este estudo, realizado na Clínica de Estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), tem como objetivo analisar a eficácia de procedimentos estéticos não invasivos no tratamento da acne grau I e II. Busca-se evidenciar a importância do acompanhamento profissional e a integração de cuidados estéticos e domiciliares, reforçando o papel da estética como promotora de saúde, bem-estar e qualidade de vida dos pacientes.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de atendimentos a pacientes na Clínica de Estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), com o objetivo de melhorar e tratar casos de acne grau I e II, utilizando procedimentos estéticos não invasivos e seguros. A pesquisa caracterizou-se por sua abordagem aplicada, sendo fundamentada em uma revisão bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico, utilizando termos como "acne", "acne grau I", "acne grau II" e "acne em adolescentes e jovens adultos". Foram selecionados artigos publicados nos últimos 22 anos, priorizando estudos sobre protocolos estéticos, técnicas de limpeza de pele e recursos complementares, como LED azul e alta frequência, garantindo fundamentação científica e segurança na aplicação.

Foram selecionados três participantes para o estudo, todos com diagnóstico clínico de acne grau I (caracterizada por comedões abertos ou fechados e início de processo inflamatório) e grau II (com presença de pápulas, pústulas e inflamação), conforme critérios estabelecidos por Macedo et al. (2021). Previamente à intervenção, cada participante foi submetido a uma avaliação individual que compreendeu anamnese estética, exame com lâmpada de Wood e registro

fotográfico. A formalização da participação ocorreu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por cada paciente.

O protocolo estético delineado previa cinco sessões quinzenais; entretanto, devido às condições específicas do estudo, cada paciente realizou entre duas e três sessões. A primeira sessão foi dedicada à avaliação inicial da pele, que compreendeu o uso da lâmpada de Wood, a realização de anamnese estética e o registro fotográfico. Para uma parcela dos pacientes, esta sessão também incluiu hidratação facial intensiva, com o propósito de preparar a pele para procedimentos mais avançados em sessões subsequentes.

Nas sessões subsequentes, foram implementados procedimentos estéticos que incluíram limpeza de pele, esfoliação suave, extração manual de comedões, aplicação de alta frequência, máscaras faciais adaptadas ao tipo de pele e, conforme disponibilidade, terapia com LED azul. A aplicação de cada técnica foi individualizada em função das características de cada participante, como sensibilidade cutânea e grau de acne, visando assegurar a segurança e a eficácia terapêutica. O monitoramento envolveu o registro fotográfico sistemático a cada sessão, além da orientação para cuidados domiciliares (home care), abrangendo limpeza diária suave, uso de cosméticos não comedogênicos e fotoproteção. Todos os procedimentos foram executados sob supervisão docente, em estrita conformidade com os protocolos de biossegurança.".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme Freitas e Velho (2021), a acne é uma condição inflamatória crônica da unidade pilossebácea que acomete predominantemente adolescentes e jovens adultos, sendo mais frequente na faixa etária entre 15 e 17 anos. Os autores destacam que, embora a acne não esteja associada a mortalidade, ela exerce impacto significativo na aparência física e na função psicossocial, podendo reduzir a autoestima, gerar desvalorização pessoal e aumentar o risco de ansiedade e depressão. Esses efeitos reforçam a necessidade de intervenções precoces e individualizadas, considerando tanto o manejo clínico das lesões quanto a promoção do bem-estar emocional do paciente.

De acordo com Freitas e Velho (2021), o tratamento da acne requer uma abordagem individualizada, uma vez que a resistência bacteriana e os efeitos adversos podem limitar a eficácia das terapias convencionais. Alternativas farmacológicas, como retinoides tópicos e compostos de ação antimicrobiana, demonstram bons resultados na regulação da produção de sebo e na redução da inflamação, evidenciando a importância de estratégias terapêuticas combinadas e personalizadas.

Segundo Costa e Bagatin (2013), agentes tópicos são eficazes no manejo da acne leve, com retinoides tópicos capazes de reduzir de 40% a 70% das lesões e boa tolerância clínica. O adapaleno apresenta menor potencial irritativo em comparação à tretinoína e ao tazaroteno, enquanto o ácido salicílico é indicado para pacientes que não toleram retinoides. O ácido azelaico possui ação comedolítica, antibacteriana e anti-inflamatória, sendo seguro inclusive para gestantes e lactantes. Esses dados reforçam a necessidade de escolha individualizada dos agentes tópicos e do acompanhamento profissional.

Segundo Steiner, Bedin e Melo (2003), a acne vulgar é uma afecção inflamatória crônica da unidade pilossebácea, comum entre adolescentes e adultos jovens, podendo causar impacto físico e psicológico significativo. O tratamento envolve agentes tópicos queratolíticos, como retinoides, ácido azelaico e alfa-hidroxiácidos, e bactericidas, como clindamicina, eritromicina e peróxido de benzoíla, sendo essencial o acompanhamento profissional para melhores resultados.

O estudo, de caráter aplicado, foi conduzido com três participantes duas adolescentes, com 15 e 16 anos, e um adulto. O objetivo principal foi acompanhar a evolução da acne por meio de procedimentos estéticos não invasivos, aliados a mudanças nos hábitos individuais. Devido ao número reduzido de sessões realizadas, não foi possível observar uma melhora clínica significativa. No entanto, os resultados preliminares indicam que os tratamentos estéticos, quando aplicados de forma contínua e com frequência adequada, podem contribuir para a redução das lesões acneicas, controle da oleosidade e melhora da textura da pele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o tratamento estético é uma ferramenta eficaz no manejo da acne, especialmente nos graus I e II. A combinação de técnicas como limpeza de pele profunda, LED azul e alta frequência, associada a orientações de home care, promove resultados positivos na redução da inflamação, controle da oleosidade e melhora geral da aparência cutânea. O acompanhamento profissional regular e a adoção de hábitos saudáveis são determinantes para a eficácia do tratamento e para a prevenção de recidivas.

A melhora da acne depende de um conjunto de fatores, incluindo tratamentos realizados por profissionais qualificados e mudanças de hábitos. O esteticista desempenha papel fundamental na aplicação de técnicas seguras e na orientação de cuidados diários que favorecem a regeneração cutânea e o equilíbrio da pele. Adequando a rotina de cuidados diários ao tratamento estético, é possível obter resultados positivos que vão além da aparência, promovendo bem-estar emocional e contribuindo para a saúde e qualidade de vida do paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Vale do Alto do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio e incentivo à realização deste projeto. E a bolsa Universidade Gratuita pelo fomento.

REFERÊNCIAS

COSTA, Caroline Sousa; BAGATIN, Ediléia. Evidências sobre o tratamento da acne. *Diagn Tratamento*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 10-14, 2013.

LEVADA, Leonardo Pereira et al. Acne – da fisiopatologia ao tratamento. In: *Estudos em Ciências da Saúde: Volume 14*. Rio de Janeiro: Editora Pasteur, 2023. p. 43-50. DOI: 10.59290/978-65-6029-045-7.644.

DE OLIVEIRA, Aline Zulte; TORQUETTI, Camila Barbosa; DO NASCIMENTO, Laís Paula Ricardo. O tratamento da acne associado à limpeza de pele. Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde, v. 2, n. 3, p. 60-66, 2020.

STEINER, Denise; BEDIN, Valcinir; MELO, Juliana San Juan. Acne vulgar / Acne vulgaris. *RBM – Revista Brasileira de Medicina*, São Paulo, v. 60, n. 7, p. 489-495, jul. 2003.

FREITAS, Tomás Esteves Caseiro de Mendes; VELHO, Glória Maria Cardoso da Cunha. Opções terapêuticas farmacológicas na acne vulgar. *Revista da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia*, Lisboa, v. 79, n. 2, p. 137-142, jun. 2021.

DE ANDRADE, Edilene et al. Acne na adolescência e a intervenção estética. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 1030-1039, 2024.

MACEDO, Livia Maria Cardoso et al. Influência dos cuidados com a pele no controle da acne em adolescentes. Revista Científica do Centro Universitário do Vale do Araguaia, v. 6, n. 1, p. 13-19, 2021.

MAQUIAGEM E CUIDADOS COM A PELE

Categoria: Projeto Integrador

Prislaine Prestes de Oliveira[1]
Sally Douglas Narloch[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – Este trabalho apresenta um relato de experiência com atendimentos de maquiagem realizados com foco no cuidado com a pele e na valorização da autoestima de mulheres atendidas em um projeto social. A proposta uniu técnicas básicas de maquiagem e orientações sobre higiene, escolha de produtos adequados e cuidados pré e pós-maquiagem, buscando promover a saúde cutânea e o bem-estar emocional das participantes. A metodologia envolveu atendimentos individuais, com uso de produtos devidamente higienizados, respeitando os princípios da biossegurança. Durante os encontros, foi possível observar que muitas participantes desconheciam os riscos microbiológicos do uso coletivo de maquiagens ou vencidas. Segundo Silva et al. (2023), a maquiagem, quando mal armazenada ou compartilhada, pode conter microrganismos prejudiciais à saúde, o que reforça a importância da orientação correta durante os atendimentos. Os resultados demonstraram que, além de promover beleza e autoestima, a maquiagem também pode ser uma ferramenta de educação em saúde. Conclui-se que práticas estéticas, quando associadas ao conhecimento técnico e ao cuidado com a biossegurança, tornam-se potentes instrumentos de transformação social e cuidado preventivo com a pele.

INTRODUÇÃO

A maquiagem, além de representar um recurso estético, tornou-se um importante instrumento de valorização pessoal, autoestima e expressão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao longo dos anos, seu uso se expandiu entre diferentes faixas etárias e contextos culturais, sendo associada não apenas à beleza, mas também ao bem-estar emocional. No entanto, seu uso inadequado, sem os devidos cuidados de higiene e biossegurança, pode representar riscos à saúde da pele, principalmente quando se trata de maquiagens de uso coletivo.

Segundo Silva et al. (2023), cosméticos contaminados podem conter microrganismos patogênicos capazes de provocar infecções cutâneas e oculares. Diante disso, torna-se essencial promover ações que unam estética e educação em saúde, levando informação de forma acessível à população. Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência prática com atendimentos

[1]Aluna do Curso de Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de maquiagem, destacando a importância dos cuidados com a pele e da orientação correta sobre o uso seguro de produtos cosméticos. A relevância social da ação está na promoção da autoestima, bem como na prevenção de problemas dermatológicos, especialmente em mulheres atendidas em contextos de maior vulnerabilidade.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, realizado no segundo semestre de 2025, durante uma ação de extensão promovida em uma comunidade carente do município de Caçador – SC. A atividade teve como objetivo oferecer atendimentos de maquiagem com orientação sobre higiene da pele, uso correto dos produtos e cuidados necessários para evitar contaminações.

A ação foi desenvolvida por acadêmicas da área da estética, supervisionadas por docentes da instituição, utilizando técnicas básicas de maquiagem e protocolos de biossegurança. Os materiais utilizados foram individuais, descartáveis ou devidamente higienizados entre um atendimento e outro, a fim de garantir a segurança microbiológica.

Durante os atendimentos, foram realizadas conversas informais com as participantes, abordando temas como a importância da limpeza de pele, validade dos produtos, uso de pincéis limpos e descarte adequado. Foram atendidas 2 mulheres, com idades de 26 e 22 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da atividade prática de maquiagem com duas participantes permitiu observar não apenas os efeitos estéticos imediatos, mas também os impactos positivos na autoestima e na conscientização sobre os cuidados com a pele. Durante os atendimentos, foi possível identificar que ambas as participantes desconheciam informações básicas sobre a validade de produtos, higienização de pincéis e os riscos do uso compartilhado de maquiagem, o que confirma os dados apresentados por Silva et al. (2023), que destacam a importância da educação em biossegurança no uso de cosméticos.

A intervenção favoreceu a construção de um momento de acolhimento e escuta, fortalecendo o vínculo entre profissional e cliente. As participantes demonstraram satisfação com o resultado final e interesse em manter uma rotina de cuidados com a pele, o que evidencia que ações simples, como uma sessão de maquiagem acompanhada de orientações, podem promover mudanças significativas na percepção do autocuidado.

Além disso, a atividade permitiu colocar em prática conhecimentos adquiridos em sala de aula, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais, como empatia, comunicação e ética profissional. Assim, o atendimento contribuiu tanto para o crescimento das participantes quanto para a formação da profissional envolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade prática de maquiagem realizada com duas participantes demonstrou a importância da estética como ferramenta de promoção do bem-estar, autoestima e conscientização sobre os cuidados com a pele. Através do atendimento, foi possível identificar lacunas no conhecimento das participantes sobre biossegurança, validade dos produtos e higiene dos materiais utilizados, evidenciando a relevância de ações educativas nesse contexto.

A atividade proporcionou à profissional em formação o desenvolvimento de habilidades técnicas e humanas, como escuta ativa, empatia e postura ética. Como sugestão, recomenda-se a ampliação de ações desse tipo em comunidades carentes, com o objetivo de democratizar o acesso à estética segura e consciente.

Portanto, o trabalho reafirma que a maquiagem, quando bem aplicada e aliada ao conhecimento, pode ser uma ferramenta de transformação pessoal e social, contribuindo para o cuidado integral da mulher.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e à professora orientadora Marcia Cristina FantineL, pelo apoio na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

COSTA, Georgia Gomes; UCHOA, Vanessa Romano. **Segurança microbiológica na maquiagem: uma revisão integrativa da literatura.** Revista Foco, v. 16, n. 11, p. e3525, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-022

CARVALHO, Suzana Moradillo de; *et al.* **A importância do controle microbiológico em maquiagens de uso coletivo: um alerta para os riscos à saúde**. Revista Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas, v. 8, n. 2, p. 41-50, 2024. DOI: 10.31512/ricsb.v7i2.1172

COSTA, Carolyne Oliveira; et al. **Qualidade microbiológica de cosméticos industrializados: uma revisão da literatura.** Revista Brasileira Militar de Ciências, v. 9, n. 23, 2023. DOI: 10.36414/rbmc.v9i23.14.

SILVA, Jessica. **Analysis of the presence of pathogenic microorganisms in makeup: literature review**. Research, Society and Development, v. 10, n. 16, ano. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23885.

MATSUMOTO, Andressa K.; *et al.* **Controle microbiológico de instrumentos utilizados no processo de maquiagem: riscos à saúde e práticas de higienização**. I Seminário de Gestão Integrada em Qualidade (2024).

ATENDIMENTOS ESTÉTICOS: EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS EM MASSAGEM RELAXANTE E LIMPEZA DE PELE

Categoria: Projeto Integrador

Gabriely de Oliveira Andrade[1]
Sally Douglas Narloch[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências práticas realizadas durante os atendimentos estéticos supervisionados, com foco na execução de massagem relaxante e limpeza de pele. As atividades foram desenvolvidas no ambiente acadêmico, visando aprimorar as habilidades técnicas e o atendimento humanizado. O método consistiu na aplicação de protocolos específicos para cada procedimento, observando princípios de biossegurança e individualização do cuidado. Como resultados, observou-se melhora significativa na textura e aspecto da pele dos atendidos, além de redução de tensões musculares e aumento do bem-estar. A experiência proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais essenciais à atuação profissional do esteticista.

Palavras-chave:e stética; atendimento prático; massagem relaxante; limpeza de pele.

INTRODUÇÃO

A prática estética é uma etapa fundamental na formação do profissional de Estética e Cosmética, pois possibilita a aplicação dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais. As atividades práticas promovem o contato direto com clientes reais, favorecendo o aprendizado sobre procedimentos corporais e faciais, como massagem relaxante e limpeza de pele. Tais práticas contribuem para o bem-estar físico e emocional, fortalecendo a importância da estética como área de promoção da saúde e qualidade de vida. Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas durante os atendimentos práticos, destacando os resultados obtidos e a importância da vivência profissional supervisionada.

O campo da estética moderna baseia-se em princípios científicos que justificam a eficácia e a segurança dos procedimentos. A massagem relaxante e a limpeza de pele são dois pilares fundamentais, cada um com seus mecanismos de ação e benefícios específicos, amparados por evidências fisiológicas e dermatológicas.

[1]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

MASSAGEM RELAXANTE: MECANISMOS FISIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS

A massagem relaxante é uma técnica terapêutica amplamente empregada na estética e bem-estar, caracterizada pela aplicação de movimentos suaves, contínuos e ritmados sobre a superfície corporal. Seus benefícios são multifacetados, atuando tanto no plano físico quanto no psicológico. Fisiologicamente, a massagem promove a vasodilatação local, o que incrementa o fluxo sanguíneo e linfático, favorecendo a oxigenação tecidual e a remoção de metabólitos e toxinas (Souza & Almeida, 2020). Essa ação contribui diretamente para a redução de tensões musculares, alívio de dores e diminuição da fadiga. Adicionalmente, a estimulação mecânica dos receptores cutâneos e musculares envia sinais ao sistema nervoso central, resultando na liberação de neurotransmissores como endorfinas, serotonina e dopamina, que possuem efeitos analgésicos, ansiolíticos e promotores de bem-estar.

A modulação do sistema nervoso autônomo, com o predomínio do sistema parassimpático, induz um estado de relaxamento profundo, diminuindo a frequência cardíaca, a pressão arterial e a atividade do cortisol, o hormônio do estresse. Psicologicamente, o toque terapêutico e o ambiente propício ao relaxamento são cruciais para a redução do estresse e da ansiedade, promovendo uma sensação de tranquilidade e conforto que impacta positivamente o estado de humor e a qualidade do sono (Santos, 2019).

LIMPEZA DE PELE: PRINCÍPIOS DERMATOLÓGICOS E BENEFÍCIOS CUTÂNEOS

A limpeza de pele é um procedimento estético fundamental para a manutenção da saúde e beleza cutânea. Sua finalidade principal é remover impurezas, células mortas, comedões (cravos), pústulas (espinhas) e milium, desobstruindo os poros e permitindo que a pele respire e absorva melhor os produtos cosméticos aplicados posteriormente (Souza & Almeida, 2020).

O protocolo de limpeza de pele envolve uma sequência de etapas cuidadosamente planejadas para maximizar a eficácia e minimizar o trauma cutâneo. Inicia-se com a higienização profunda, utilizando produtos específicos para o tipo de pele, que removem resíduos de maquiagem, poluição e excesso de oleosidade. A esfoliação, seja física ou química, promove a remoção das células mortas da camada córnea, estimulando a renovação celular e melhorando a textura e o brilho da pele. A etapa de emoliência, muitas vezes com uso de vapor de ozônio ou máscaras emolientes, prepara a pele para a extração, tornando-a mais maleável e facilitando a remoção de comedões e impurezas com menor agressão. Após a extração, a tonificação reequilibra o pH da pele e prepara-a para a aplicação de ativos. Máscaras faciais, escolhidas de acordo com a necessidade da pele (hidratante, calmante, adstringente), e a hidratação final, com produtos que restauram a barreira cutânea, completam o tratamento. A limpeza de pele regular não só melhora a aparência estética, conferindo luminosidade e uniformidade ao tom da pele, mas também previne o surgimento de acne, foliculite e outras discromias, mantendo a integridade da barreira cutânea e a funcionalidade das glândulas sebáceas e sudoríparas (Santos, 2019).

METODOLOGIA

As atividades foram realizadas na clínica-escola de Estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, durante o período de aulas práticas supervisionadas. No primeiro dia, foi

executado o protocolo de massagem relaxante corporal, utilizando creme neutro e movimentos lentos e contínuos para promover relaxamento muscular e aliviar o estresse. No segundo dia, foi realizada uma limpeza de pele completa, com higienização, esfoliação, extração, tonificação, máscara e hidratação. Todos os atendimentos seguiram normas de biossegurança e ética profissional, priorizando o conforto e bem-estar dos participantes.

As atividades práticas objeto deste relato foram desenvolvidas na clínica-escola de Estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), integrada ao currículo do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, sob supervisão docente. A experiência ocorreu durante os meses de agosto a outubro, assegurando um ambiente de aprendizado controlado e seguro.

Para a realização dos atendimentos, foram estabelecidos protocolos específicos para cada procedimento:

Massagem Relaxante Corporal: Este atendimento foi realizado no primeiro dia de atividades. O protocolo incluiu: Anamnese prévia: avaliação das condições de saúde do cliente, histórico de alergias, contraindicações e expectativas em relação ao procedimento. Preparação do ambiente: assegurando conforto térmico, iluminação adequada e sonorização ambiente relaxante. Aplicação de creme neutro: para facilitar o deslizamento das mãos e otimizar os movimentos da massagem. Técnica: execução de movimentos lentos, contínuos e ritmados, abrangendo manobras de deslizamento (effleurage), amassamento (pétrisage) e fricção, com foco em regiões de maior acúmulo de tensão, como costas, ombros e membros inferiores. O objetivo primordial foi promover relaxamento muscular e alívio do estresse. Biossegurança: utilização de luvas descartáveis, higienização das mãos e desinfecção de superfícies e equipamentos pós-atendimento, conforme normas vigentes.

Limpeza de Pele Completa: Este procedimento foi executado no segundo dia de atividades e seguiu um protocolo detalhado: anamnese e avaliação cutânea: Identificação do tipo de pele, condições específicas (oleosidade, hidratação, presença de comedões, sensibilidade) e queixas do cliente. Higienização: Utilização de loções ou géis de limpeza específicos para remover impurezas superficiais, maquiagem e oleosidade. Esfoliação: Aplicação de esfoliante físico (com microesferas) ou enzimático para remover células mortas e afinar a camada córnea. Emoliência: Utilização de vapor de ozônio ou loções emolientes para amolecer a camada córnea e dilatar os poros, facilitando a extração. Extração: Remoção manual de comedões abertos (cravos pretos), comedões fechados (cravos brancos) e milium, utilizando técnicas assépticas e gaze ou algodão. Em casos específicos, utilizou-se o extrator de comedões. Tonificação: Aplicação de loção tônica adstringente ou calmante para reequilibrar o pH da pele e fechar os poros. Máscara facial: Aplicação de máscara específica para o tipo e condição da pele (calmante, hidratante, secativa, revitalizante). Hidratação e proteção solar: Finalização com aplicação de hidratante adequado e protetor solar. Biossegurança: Rigorosa observância das normas, incluindo esterilização de materiais, uso de descartáveis, higienização das mãos, desinfecção de equipamentos e superfícies, e uso de EPIs.

Todos os atendimentos foram conduzidos sob o prisma da ética profissional, priorizando o conforto, a segurança e o bem-estar dos participantes, além de garantir a individualização do cuidado de acordo com as particularidades de cada cliente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atendimentos demonstraram resultados positivos tanto na satisfação dos clientes quanto no aprendizado técnico. A massagem relaxante proporcionou relaxamento profundo e alívio de tensões, enquanto a limpeza de pele melhorou a textura e o brilho cutâneo, removendo impurezas e promovendo renovação celular. A experiência prática permitiu permite aprimorar a postura profissional, o manejo dos produtos e equipamentos, além de desenvolver empatia e comunicação com o cliente.

A análise dos atendimentos práticos revelou resultados significativamente positivos, abrangendo tanto a satisfação percebida pelos clientes quanto o progresso no aprendizado técnico dos estudantes. A massagem relaxante, realizada conforme o protocolo, demonstrou ser altamente eficaz na promoção de um relaxamento profundo e no alívio de tensões musculares acumuladas, conforme relatado pelos participantes. Essa percepção alinha-se diretamente com os fundamentos teóricos da massoterapia, que indicam a capacidade de manobras específicas em modular o sistema nervoso e promover o bem-estar físico e psicológico, através da liberação de endorfinas e a redução do estresse (Souza & Almeida, 2020).

No que tange à limpeza de pele, os resultados foram igualmente encorajadores. Observou-se uma melhora notável na textura cutânea, com a pele apresentando-se mais lisa e uniforme ao toque. O brilho cutâneo, indicativo de uma pele saudável e bem cuidada, também foi realçado. A remoção de impurezas, como comedões e células mortas, foi eficaz, contribuindo para a desobstrução dos poros e a promoção da renovação celular, um processo essencial para a vitalidade da pele (Santos, 2019). Essas melhorias estéticas são a validação da importância de um protocolo de limpeza de pele bem executado, que, além de purificar, prepara a pele para otimizar a absorção de nutrientes e ativos cosméticos.

Do ponto de vista do desenvolvimento profissional, a experiência prática foi um catalisador fundamental. Os estudantes puderam aprimorar significativamente sua postura profissional, que engloba desde a comunicação eficaz e empática com o cliente até a organização e o cuidado com o ambiente de trabalho. O manejo de produtos e equipamentos específicos para cada tratamento foi exercitado e consolidado, permitindo que os futuros esteticistas ganhassem confiança e destreza. A oportunidade de interagir diretamente com clientes reais, entendendo suas expectativas e necessidades, foi crucial para o desenvolvimento da empatia e habilidades de comunicação, aspectos interpessoais que são tão importantes quanto as habilidades técnicas para o sucesso na profissão (Brasil, 1943). Essa vivência imersiva no cenário prático da estética reforçou a percepção de que a atuação profissional transcende a técnica, exigindo uma compreensão holística do cliente e suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência prática foi fundamental para consolidar o conhecimento adquirido em sala de aula e compreender a importância da atuação ética e cuidadosa do profissional esteticista. As experiências realizadas contribuíram para o aperfeiçoamento técnico, o desenvolvimento de habilidades interpessoais e o fortalecimento da visão da estética como promotora de saúde e bem-estar.

A vivência prática em atendimentos estéticos supervisionados, com foco em massagem relaxante e limpeza de pele, demonstrou ser uma etapa indispensável e altamente enriquecedora na formação dos alunos do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. Esta experiência foi fundamental para a consolidação do vasto conhecimento teórico adquirido em sala de aula, permitindo que os estudantes aplicassem os conceitos em situações reais e vivenciassem os desafios e recompensas da profissão.

A prática proporcionou o entendimento aprofundado da importância de uma atuação ética e cuidadosa do profissional esteticista, destacando a necessidade de priorizar não apenas os resultados estéticos, mas também o bem-estar e a saúde integral do cliente. O aprimoramento técnico foi evidente, com o desenvolvimento de habilidades manuais finas, o domínio de protocolos específicos e o manejo adequado de produtos e equipamentos. Paralelamente, houve um significativo desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a comunicação assertiva, a escuta ativa e a empatia, elementos cruciais para a construção de um relacionamento de confiança com o cliente.

Em suma, as experiências realizadas contribuíram decisivamente para o fortalecimento da visão da estética como uma área que vai além da beleza superficial, posicionando-a como um potente vetor de promoção de saúde, autoestima e qualidade de vida. Este projeto reforça a importância das práticas supervisionadas como um pilar essencial na formação de profissionais esteticistas competentes, éticos e humanizados, prontos para atender às demandas de um mercado em constante evolução e para impactar positivamente a vida de seus futuros clientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pela estrutura e apoio institucional, e aos professores orientadores pela dedicação, pelas valiosas orientações e pelo acompanhamento contínuo durante todas as etapas das práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

SOUZA, R. A.; ALMEIDA, C. F. Estética e Cosmética: princípios e práticas. São Paulo: Senac, 2020.

SANTOS, M. L. Fundamentos de Estética Capilar e Facial. Rio de Janeiro: Rubio, 2019.

A IMPORTÂNCIA DA MASSAGEM E DA MASSOTERAPIA PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Categoria: Projeto Integrador

Maria Grasiely Kaipers Stein[1]
Raiane da Cruz[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – A massagem é uma prática terapêutica milenar amplamente reconhecida por seus efeitos positivos sobre o bem-estar físico, emocional e mental. Este estudo teve como objetivo analisar os benefícios da massagem e da massoterapia como recursos complementares na promoção da saúde e no alívio dos sintomas de estresse e ansiedade, a partir de uma revisão bibliográfica e de um relato de experiência prática. A metodologia consistiu em uma revisão narrativa de literatura, além da realização de atendimentos estéticos em mulheres, realizados na Clínica Escola de Estética da UNIARP. As sessões de massagem relaxante demonstraram redução das dores musculares, melhora do sono, sensação de leveza corporal e tranquilidade mental. Os estudos revisados reforçam que a massagem estimula a circulação sanguínea, reduz os níveis de cortisol e favorece a liberação de serotonina e dopamina, promovendo relaxamento e equilíbrio emocional. Conclui-se que a massoterapia é um recurso eficaz, seguro e acessível, que proporciona benefícios fisiológicos e psicológicos, atuando de forma integrativa na melhoria da qualidade de vida. Assim, sua prática deve ser incentivada tanto no contexto estético quanto no terapêutico, visando o bem-estar global do indivíduo.

Palavras-chave: Massagem; Massoterapia; Ansiedade; Estresse; Bem-estar.

INTRODUÇÃO

A massagem é uma das práticas terapêuticas mais antigas do mundo, utilizada desde as civilizações orientais e gregas como forma de promover equilíbrio e alívio das tensões corporais. De acordo com Campelo et al. (2023), o toque manual associado a técnicas de deslizamento e fricção contribui para o relaxamento profundo e a melhora da qualidade de vida, promovendo paz interior e bem-estar. Essa técnica, ao longo dos séculos, passou a integrar não apenas o campo da saúde, mas também o da estética e da cosmetologia, sendo reconhecida por seus benefícios físicos e psicológicos.

Carvalho e Almeida (2018) destacam que a massoterapia, enquanto conjunto de técnicas manuais terapêuticas, visa restaurar o equilíbrio orgânico, fortalecer o sistema imunológico e

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aliviar o estresse. A prática é fundamentada na integração entre corpo e mente, atuando de forma não invasiva sobre o sistema nervoso e muscular. Segundo os autores, seus efeitos anti-inflamatórios e relaxantes resultam em uma melhora significativa das funções fisiológicas e emocionais do indivíduo.

O estresse e a ansiedade, por sua vez, têm sido reconhecidos como problemas de saúde pública que afetam a população mundial. A Organização Mundial da Saúde aponta o Brasil como um dos países com maiores índices de transtornos ansiosos, o que reforça a necessidade de práticas integrativas e terapias complementares voltadas ao controle emocional. A massagem relaxante se destaca nesse contexto por proporcionar bem-estar físico e mental, contribuindo para a redução da ansiedade e a melhora do humor (Couto et al., 2023).

Além dos benefícios emocionais, os efeitos fisiológicos da massagem são amplos. O estímulo da circulação sanguínea e linfática melhora a oxigenação dos tecidos, enquanto a liberação de endorfina, serotonina e dopamina atua diretamente na sensação de prazer e tranquilidade. Conforme descrito por Carvalho e Almeida (2018), essas respostas bioquímicas demonstram que a massoterapia não é apenas uma técnica de relaxamento, mas uma intervenção eficaz na prevenção e tratamento de distúrbios psicofisiológicos.

Dessa forma, compreender a importância da massagem e da massoterapia sob a ótica científica e estética é essencial para ampliar sua aplicação nos cuidados de saúde integrativos. O presente estudo busca analisar, a partir de uma revisão bibliográfica os efeitos de técnicas de massagem estética em mulheres e descrever a experiência de atendimento estético com massagem no público feminino. Os principais benefícios e efeitos terapêuticos dessas práticas na promoção do bem-estar e na redução de sintomas de estresse e ansiedade.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa de literatura, com base em três artigos científicos publicados entre os anos de 2018 e 2023. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores massagem, massoterapia, ansiedade e estresse. Foram incluídos estudos que abordam os efeitos fisiológicos, psicológicos e terapêuticos da massagem no controle da ansiedade e do estresse. O método permitiu identificar evidências sobre a eficácia da massagem relaxante e da massoterapia na promoção da saúde e do bem-estar.

O presente estudo teve como propósito analisar os efeitos de técnicas de massagem estética em mulheres, bem como relatar a vivência do atendimento estético voltado ao público feminino. Para isso, concentrou-se em um relato de caso de caráter descritivo, com abordagem qualitativa.

As sessões práticas e a coleta de dados ocorreram nas dependências da Clínica Escola de Estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Os atendimentos foram realizados quinzenalmente, totalizando quatro sessões entre os meses de agosto e outubro de 2025, com duração média de 50 minutos cada. As técnicas aplicadas durante o estudo corresponderam à massagem relaxante.

Antes de cada atendimento, foi preenchida uma ficha de anamnese detalhada, contemplando informações sociodemográficas (como idade, estado civil e ocupação), histórico de saúde, hábitos de vida e principais queixas estéticas apresentadas pelas participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos revisados evidenciam que a massagem e a massoterapia são técnicas eficazes para o alívio da ansiedade e do estresse. Segundo Campelo et al. (2023), a massagem relaxante reduz os níveis de cortisol, hormônio relacionado ao estresse, e estimula a liberação de serotonina e dopamina, promovendo relaxamento e sensação de prazer. Esses efeitos refletem diretamente na saúde mental e física dos indivíduos.

Carvalho e Almeida (2018) ressaltam que a massoterapia, além de atuar sobre o sistema nervoso, influencia positivamente o sistema imunológico, com efeitos anti-inflamatórios e restauradores. Os autores descrevem que o toque terapêutico estimula a circulação sanguínea e linfática, facilitando a oxigenação celular e a eliminação de toxinas.

Couto et al. (2023) complementam que a massoterapia antiestresse atua na prevenção de doenças psicossomáticas e musculares, favorecendo o equilíbrio entre corpo e mente. A técnica é recomendada como prática preventiva e coadjuvante em tratamentos clínicos e estéticos, contribuindo para a melhora da autoestima, do humor e da disposição física.

Assim, os resultados apontam que a massagem é uma prática integrativa eficaz, que alia benefícios fisiológicos e emocionais, promovendo um estado de bem-estar global.

Antes da intervenção, as participantes relataram níveis elevados de estresse, tensão muscular e dificuldade para relaxar devido à rotina diária e fatores emocionais. Após a aplicação da massagem relaxante, observou-se uma melhora significativa no bem-estar geral, com redução das dores musculares, sensação de leveza corporal e tranquilidade mental.

Durante as sessões, as participantes relataram sensação de conforto, acolhimento e alívio imediato da tensão. Relataram também melhora no sono e disposição física nos dias seguintes ao procedimento, evidenciando os efeitos positivos da técnica não apenas no corpo, mas também nas emoções.

As participantes demonstraram alto nível de satisfação com a experiência da massagem relaxante, destacando o toque terapêutico como principal fator de bem-estar e equilíbrio. Todas afirmaram que voltariam a realizar o procedimento, reconhecendo os benefícios físicos e emocionais obtidos após as sessões.

Durante o preenchimento das fichas de anamnese observou-se que as participantes apresentavam queixas relacionadas a dores musculares e desconfortos físicos decorrentes de suas atividades profissionais. A primeira participante de 47 anos, costureira, relatou dores nas costas, inchaço em um dos braços e dores nas pernas. Já a segunda participante, de 59 anos, casada e diarista, referiu dores musculares generalizadas, associadas ao esforço físico diário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as técnicas de massoterapia são práticas terapêuticas que contribuem significativamente para o equilíbrio físico e emocional. Os resultados apontam que essas técnicas reduzem os níveis de estresse e ansiedade, melhoram a circulação sanguínea, fortalecem o sistema imunológico e promovem o relaxamento profundo. Dessa forma, sua aplicação deve ser valorizada tanto no campo estético quanto no clínico, reforçando a importância das práticas integrativas e complementares na promoção da saúde e bem-estar.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e pela bolsa Universidade Gratuita.

REFERÊNCIAS

CAMPELO, Flávia Elizabeth Nunes et al. Massagem relaxante na síndrome da ansiedade. Recife: UNIBRA, 2023.

CARVALHO, Rosemeire de Jesus; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. Efeitos da massoterapia sobre o sistema imunológico. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 12, n. 40, p. 353-363, 2018.

COUTO, Marcia Bastos et al. Benefícios da massoterapia antiestresse na melhoria da saúde. Revista Pró-UniverSUS, v. 14, n. 2, Suplemento, p. 61-65, 2023.

LIMPEZA DE PELE E REJUVENESCIMENTO FACIAL EM PELE MADURA

Categoria: Projeto Integrador

Ellen Vithória Granemann Siqueira[1]
Izabelli Goetten Graciano[2]
Maiara Gabriele Ortiz[3]
Márcia Cristiane Fantinel[4]

Resumo – O envelhecimento cutâneo é um processo complexo marcado pela diminuição da atividade celular, levando à redução na produção de colágeno e elastina, o que se manifesta em linhas de expressão, rugas, flacidez e perda de volume. A pele é o maior órgão do corpo e sua saúde é fundamental, não apenas por questões estéticas, mas também para a prevenção de doenças como o câncer de pele. Neste contexto, a busca por procedimentos de rejuvenescimento facial menos invasivos e com resultados naturais, como a utilização de cosmecêuticos e bioestimuladores de colágeno, tem crescido. Este estudo teve como objetivo auxiliar no rejuvenescimento facial de pacientes com pele madura (acima de 40 anos), visando a melhora da textura, luminosidade, hidratação e uniformização da pele. A metodologia envolveu um projeto de atendimento com quatro sessões quinzenais, utilizando produtos dermocosméticos, e uma revisão bibliográfica narrativa sobre o tema. Os resultados e discussões enfatizam a eficácia da rotina de cuidados, que incluem limpeza, hidratação, e o uso de ativos como alfa-hidroxiácidos, antioxidantes e retinoides, para restaurar a vitalidade e promover a renovação celular da pele madura. A correta rotina de skincare, aliada a um acompanhamento profissional, minimiza riscos e potencializa os resultados.

Palavras-chave: Pele Madura; Limpeza de Pele; Rejuvenescimento Facial; Cosmecêuticos.

INTRODUÇÃO

A pele é o maior órgão do corpo humano e atua como uma barreira protetora essencial contra agentes químicos, físicos e biológicos. O processo de envelhecimento cutâneo, por sua vez, é um fenômeno biológico complexo e inevitável, marcado por alterações intrínsecas (cronológicas) e extrínsecas (fotoenvelhecimento e hábitos de vida) que levam à degradação dos componentes estruturais. A partir da terceira década de vida, o organismo inicia um declínio na atividade celular, o que culmina na diminuição progressiva da produção de colágeno e elastina. Este processo se manifesta clinicamente em perda de volume, linhas de expressão, rugas e

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

flacidez (Lopes, De Abreu, 2024). A manutenção da integridade e da saúde da pele, portanto, transcende a preocupação estética e torna-se uma questão de saúde pública e bemestar.

Nesse cenário de progressiva degradação estrutural e acúmulo de danos ao longo dos anos, surge a necessidade de intervenções estéticas e dermocosméticas que auxiliem a retardar e amenizar esses sinais. Temos como problematização que a pele madura apresenta sinais visíveis de envelhecimento, como diminuição do viço, textura irregular, hiperpigmentação e perda de firmeza. Assim, sendo fundamental restaurar a vitalidade cutânea, promovendo a renovação celular, melhorando a hidratação e favorecendo a penetração de ativos firmadores e antioxidantes.

Conforme Lima et al. (2023), o cuidado diário adequado é essencial para a saúde da pele, pois a hidratação e a proteção contraf atores externos previnem o envelhecimento precoce e melhoram a qualidade de vida.

O presente estudo tem como objetivo avaliar a eficácia de um protocolo integrado de limpeza e rejuvenescimento facial na melhoria da textura, luminosidade, hidratação e uniformização cutânea em pacientes com pele madura. A busca por abordagens eficazes de rejuvenescimento levou ao avanço na área de produtos com ação terapêutica, denominados cosmecêuticos. Estes produtos são reconhecidos por sua capacidade de corrigir danos, repor elementos perdidos no envelhecimento e apresentar ação preventiva (Fonseca et al., 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa de artigos científicos para embasamento teórico foi realizada em bases de dados como Google Acadêmico, PubMed e Scielo. Onde foram selecionados artigos dos últimos 5 anos, com as palavras chaves: Pele Madura; Limpeza de Pele; Rejuvenescimento Facial; Cosmecêuticos.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um delineamento de estudo de caso O atendimento clínico foi realizado nas dependências da Clínica de Estética da Uniarp. As pacientes atendidas neste estudo preencheram todos os requisitos estabelecidos para o público-alvo, mulheres com pele madura (acima de 40 anos), que apresentavam sinais de envelhecimento cutâneo, manchas, linhas finas e ressecamento.

O procedimento consistiu em quatro sessões de limpeza de pele juntamente com o procedimento de rejuvenescimento. As sessões foram realizadas em intervalos quinzenais. Os produtos utilizados continham ativos como vitamina C, àcido glicólico, ceramidas, vitamiva E entre outros..

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rotina de cuidados diários é crucial para a manutenção da saúde da pele, não sendo apenas para fins estéticos. A escolha de uma rotina e de produtos inadequados pode agravar a saúde cutânea. O conhecimento do biotipo da pele é essencial e deve ser auxiliado por um profissional habilitado.

Na primeira sessão foi preenchida a ficha de anamnese com a paciente. Durante a avaliação inicial, foi identificado que a paciente apresentava fototipo cutâneo classificado como normal, conforme os critérios da classificação de Fitzpatrick, também apresentavam algumas linhas de expressões, efélides, melasma e flacidez. A paciente ingeire em média um litro e meio de água por dia, tendo uma alimentação regular. Após foi iniciado o protocolo de atendimento com higiênização profunda e calmante. A paciente relatou melhora significativa na textura da pele, sentindo mais macia e iluminada.

Na segunda sessão foi realizado uma esfoliação química leve para promover uma renovação celular. Após o procedimento a paciente relatou um leve relaxamento. Este é um resultado subjetivo e frequentemente associado ao cuidado da pele, que, além dos benefícios fisiológicos, contribui para a saúde mental e o bem-estar geral, o que é um componente importante do cuidado da pele.

Na terceira sessão, foi realizada uma etapa de hidratação profunda e nutrição cutânea, com a aplicação de ativos específicos voltados à melhora da firmeza e elasticidade da pele. O protocolo foi finalizado com a aplicação de agentes clareadores suaves, visando a uniformização do tom e o aumento da luminosidade facial, promovendo um aspecto rejuvenescido e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado com a pele é fundamental para a saúde, indo além da estética. A aplicação de um protocolo de atendimento em pele madura, combinando limpeza profunda, esfoliação e a aplicação de cosmecêuticos com ativos como AHA's e Vitamina C, demonstrou ser uma abordagem eficaz, com potencial para promover a renovação celular, hidratação e um aspecto rejuvenescido.

A busca por orientação profissional é imprescindível, pois o uso inadequado de produtos pode agravar a saúde da pele. A associação de cosmecêuticos e tratamentos estéticos tem demonstrado resultados promissores no rejuvenescimento facial. Para o tratamento da pele madura, a estratégia deve ser individualizada, considerando o biotipo e a condição da pele. A hipótese inicial de melhora significativa na aparência, uniformidade e firmeza da pele madura é suportada pela ciência dos ativos utilizados no protocolo e o relato de satisfação da paciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora Márcia Cristiane Fantinel que nos ajudou na produção deste trabalho, também a bolsa Universidade Gratuita e bolsa da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

CANTEIRO, E. L. O., WECKERLIN, E. R., Da Silva Oliveu, C. A. (2022).

Tratamentos Para Sinais De Envelhecimento Facial: Uma Revisãode Literatura. Revista Magsul de Estética e Cosmética, 1-26.

FONSECA, A. F. S., GUERRA, M. N. A., SOBRINHO, H. M. R. (2020). Uso de cosmecêuticos no rejuvenescimento facial. Revista Educação em Saúde, 8(1), 219-233.

LIMA, J. C; et al. A importância do cuidado diário na saúde da pele. Research, Society and Development, 12(5), e21412541571.2023

LOPES, G. de Abreu, F. G. (2024). UTILIZAÇÃO DE ÁCIDO POLI-L-LÁCTICO EM PROCEDIMENTOS DE REJUVENESCIMENTO FACIAL. VER. CIENT. ESTÉT. COSMETOL, 4(1), E1422024, 1-6.

SILVA, A. C; et al. Envelhecimento e ativos cosméticos antienvelhecimento.

Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, 37(72), 113-12759. 2021

MAQUIAGEM E CUIDADOS COM A PELE

Categoria: Projeto Integrador

Prislaine Prestes de Oliveira[1]
Sally Douglas Narloch[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – Este trabalho apresenta um relato de experiência com atendimentos de maquiagem realizados com foco no cuidado com a pele e na valorização da autoestima de mulheres atendidas em um projeto social. A proposta uniu técnicas básicas de maquiagem e orientações sobre higiene, escolha de produtos adequados e cuidados pré e pós-maquiagem, buscando promover a saúde cutânea e o bem-estar emocional das participantes. A metodologia envolveu atendimentos individuais, com uso de produtos devidamente higienizados, respeitando os princípios da biossegurança. Durante os encontros, foi possível observar que muitas participantes desconheciam os riscos microbiológicos do uso coletivo de maquiagens ou vencidas. Segundo Silva et al. (2023), a maquiagem, quando mal armazenada ou compartilhada, pode conter microrganismos prejudiciais à saúde, o que reforça a importância da orientação correta durante os atendimentos. Os resultados demonstraram que, além de promover beleza e autoestima, a maquiagem também pode ser uma ferramenta de educação em saúde. Conclui-se que práticas estéticas, quando associadas ao conhecimento técnico e ao cuidado com a biossegurança, tornam-se potentes instrumentos de transformação social e cuidado preventivo com a pele.

Palavras-chaves: maquiagem; cuidados com a pele; contaminação

INTRODUÇÃO

A maquiagem, além de representar um recurso estético, tornou-se um importante instrumento de valorização pessoal, autoestima e expressão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Ao longo dos anos, seu uso se expandiu entre diferentes faixas etárias e contextos culturais, sendo associada não apenas à beleza, mas também ao bem-estar emocional. No entanto, seu uso inadequado, sem os devidos cuidados de higiene e biossegurança, pode representar riscos à saúde da pele, principalmente quando se trata de maquiagens de uso coletivo.

Segundo Silva et al. (2023), cosméticos contaminados podem conter microrganismos patogênicos capazes de provocar infecções cutâneas e oculares. Diante disso, torna-se essencial promover ações que unam estética e educação em saúde, levando informação

[1]Aluna do Curso de Estética e Cosmética Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de forma acessível à população. Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência prática com atendimentos de maquiagem, destacando a importância dos cuidados com a pele e da orientação correta sobre o uso seguro de produtos cosméticos. A relevância social da ação está na promoção da autoestima, bem como na prevenção de problemas dermatológicos, especialmente em mulheres atendidas em contextos de maior vulnerabilidade.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, realizado no segundo semestre de 2025, durante uma ação de extensão. A atividade teve como objetivo oferecer atendimentos de maquiagem com orientação sobre higiene da pele, uso correto dos produtos e cuidados necessários para evitar contaminações.

A ação foi desenvolvida por acadêmicas da área da estética, supervisionadas por docentes da instituição, utilizando técnicas básicas de maquiagem e protocolos de biossegurança. Os materiais utilizados foram individuais, descartáveis ou devidamente higienizados entre um atendimento e outro, a fim de garantir a segurança microbiológica.

Durante os atendimentos, foram realizadas conversas informais com as participantes, abordando temas como a importância da limpeza de pele, validade dos produtos, uso de pincéis limpos e descarte adequado. Foram atendidas 2 mulheres, com idades de 26 e 22 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da atividade prática de maquiagem com duas participantes permitiu observar não apenas os efeitos estéticos imediatos, mas também os impactos positivos na autoestima e na conscientização sobre os cuidados com a pele. Durante os atendimentos, foi possível identificar que ambas as participantes desconheciam informações básicas sobre a validade de produtos, higienização de pincéis e os riscos do uso compartilhado de maquiagem, o que confirma os dados apresentados por Silva et al. (2023), que destacam a importância da educação em biossegurança no uso de cosméticos.

A intervenção favoreceu a construção de um momento de acolhimento e escuta, fortalecendo o vínculo entre profissional e cliente. As participantes demonstraram satisfação com o resultado final e interesse em manter uma rotina de cuidados com a pele, o que evidencia que ações simples, como uma sessão de maquiagem acompanhada de orientações, podem promover mudanças significativas na percepção do autocuidado.

Além disso, a atividade permitiu colocar em prática conhecimentos adquiridos em sala de aula, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais, como empatia, comunicação e ética profissional. Assim, o atendimento contribuiu tanto para o crescimento das participantes quanto para a formação da profissional envolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade prática de maquiagem realizada com duas participantes demonstrou a importância da estética como ferramenta de promoção do bem-estar, autoestima e conscientização sobre os cuidados com a pele. Através do atendimento, foi possível identificar lacunas no conhecimento das participantes sobre biossegurança, validade dos produtos e higiene dos materiais utilizados, evidenciando a relevância de ações educativas nesse contexto.

A atividade proporcionou à profissional em formação o desenvolvimento de habilidades técnicas e humanas, como escuta ativa, empatia e postura ética. Como sugestão, recomenda-se a ampliação de ações desse tipo em comunidades carentes, com o objetivo de democratizar o acesso à estética segura e consciente.

Portanto, o trabalho reafirma que a maquiagem, quando bem aplicada e aliada ao conhecimento, pode ser uma ferramenta de transformação pessoal e social, contribuindo para o cuidado integral da mulher.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e à professora orientadora Marcia Cristiane FantineL, pelo apoio na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

COSTA, Georgia Gomes; UCHOA, Vanessa Romano. **Segurança microbiológica na maquiagem: uma revisão integrativa da literatura.** Revista Foco, v. 16, n. 11, p. e3525, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-022

CARVALHO, Suzana Moradillo de; *et al.* **A importância do controle microbiológico em maquiagens de uso coletivo: um alerta para os riscos à saúde**. Revista Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas, v. 8, n. 2, p. 41-50, 2024. DOI: 10.31512/ricsb.v7i2.1172

COSTA, Carolyne Oliveira; et al. **Qualidade microbiológica de cosméticos industrializados: uma revisão da literatura.** Revista Brasileira Militar de Ciências, v. 9, n. 23, 2023. DOI: 10.36414/rbmc.v9i23.14.

SILVA, Jessica. **Analysis of the presence of pathogenic microorganisms in makeup: literature review**. Research, Society and Development, v. 10, n. 16, ano. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23885.

MATSUMOTO, Andressa K.; *et al.* **Controle microbiológico de instrumentos utilizados no processo de maquiagem: riscos à saúde e práticas de higienização**. I Seminário de Gestão Integrada em Qualidade (2024).

MASSAGEM RELAXANTE E DRENAGEM LINFÁTICA: PRÁTICAS INTEGRATIVAS NO CUIDADO ESTÉTICO E NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

Categoria: Projeto Integrador

Gabriela Carlin do Prado[1]
Lucinei Fialek[2]
Marcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência prática de aplicação da massagem relaxante, evidenciando seus efeitos no alívio do cansaço, da tensão muscular e da retenção de líquidos. A prática foi desenvolvida entre agosto e outubro de 2025, durante a disciplina de Projeto Integrador em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob orientação da professora Márcia Cristiane Fantinel. Participaram duas pacientes do sexo feminino, residentes em Caçador e Videira – SC. Antes das sessões, foi realizada anamnese completa para identificar as principais queixas: uma paciente apresentou tensão muscular e cansaço na região dos ombros e cervical, e a outra relatou tensão e retenção de líquidos. O protocolo terapêutico contou com três sessões semanais de 60 minutos, aplicando manobras de deslizamento, amassamento e fricção, associadas a movimentos inspirados na drenagem linfática manual. Ambas apresentaram melhora perceptível na rigidez muscular, alívio das dores e sensação de leveza e relaxamento. Os resultados reforçam a importância da massagem relaxante como prática integrativa de cuidado e bem-estar, demonstrando seus efeitos positivos sobre o corpo e a mente.

Palavras-chave: massagem; tensão muscular; retenção de líquidos; relaxamento; bem estar.

INTRODUÇÃO

A massagem relaxante é uma das técnicas mais tradicionais e reconhecidas dentro da massoterapia, utilizada desde tempos antigos para promover o equilíbrio físico, mental e emocional. As civilizações egípcia, chinesa e indiana já registravam o uso do toque terapêutico como meio de aliviar dores e restaurar a energia vital do corpo. No Ocidente, Hipócrates, considerado o pai da medicina, defendia a importância da fricção e da manipulação corporal como recursos indispensáveis à saúde. Com o passar dos séculos, essas práticas evoluíram e se consolidaram como terapias complementares, sendo atualmente reconhecidas como parte das

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), promovendo o bem-estar e a qualidade de vida (Salvo, 2016).

No contexto contemporâneo, caracterizado por rotinas aceleradas e altos níveis de estresse, a massagem relaxante tem ganhado destaque como uma ferramenta de alívio físico e emocional. Seu objetivo vai além do relaxamento muscular, abrangendo também a regulação do sistema nervoso, a melhora da circulação e o fortalecimento do vínculo entre corpo e mente. Segundo Field et al. (2005), a técnica é capaz de reduzir significativamente os níveis de cortisol, o hormônio associado ao estresse e aumentar a produção de neurotransmissores ligados ao prazer e à serenidade, como serotonina e dopamina.

Do ponto de vista educacional e profissional, a experiência prática da massoterapia é essencial para a formação do estudante de Estética e Cosmética. Ela permite a aplicação dos conhecimentos teóricos, o desenvolvimento da sensibilidade tátil e da postura ética, além de proporcionar o contato direto com as respostas fisiológicas e emocionais do cliente. O ambiente acadêmico, portanto, se torna um espaço não apenas de aprendizado técnico, mas de vivência do cuidado humano.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência prática e os resultados obtidos com a aplicação da massagem relaxante associada à drenagem linfática manual, observando seus efeitos sobre o bem-estar físico e emocional das pacientes e reforçando a importância dessas práticas como recursos integrativos na área da estética e da saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A massagem relaxante é uma das práticas mais antigas e reconhecidas dentro da massoterapia, sendo utilizada desde as civilizações antigas como meio de aliviar dores e restaurar o equilíbrio energético e corporal. Segundo Salvo (2016), trata-se de um conjunto de manobras rítmicas, contínuas e suaves que têm como principal objetivo promover o relaxamento físico e mental, reduzindo a tensão muscular e o estresse. Sua aplicação estimula o sistema circulatório e linfático, melhora a oxigenação dos tecidos e favorece a eliminação de toxinas, contribuindo para a sensação geral de bem-estar.

A massagem atua de forma direta sobre o sistema nervoso autônomo, diminuindo a atividade simpática, responsável pelas respostas de alerta e estresse e estimulando o sistema parassimpático, que promove o repouso, a digestão e o equilíbrio corporal. Conforme Field et al. (2005), essa modulação neurofisiológica reduz os níveis de cortisol, hormônio associado ao estresse, e aumenta a produção de serotonina, dopamina e ocitocina, substâncias que favorecem o humor, a calma e a sensação de acolhimento. Assim, além do alívio físico, a massagem proporciona um estado de relaxamento profundo e melhora o equilíbrio emocional.

Os efeitos fisiológicos da massagem também são amplamente reconhecidos. De acordo com Preston, Lounsbury e Hoogeboom (2010), as manobras clássicas de deslizamento (effleurage), amassamento (petrissage), fricção e vibração, produzem estímulos mecânicos que aumentam o fluxo sanguíneo e linfático, facilitam a troca de nutrientes e a remoção de resíduos metabólicos, como o ácido lático, e reduzem a rigidez muscular. Essa combinação de

movimentos desencadeia uma série de respostas terapêuticas, que vão desde a melhora da mobilidade articular até a sensação de leveza corporal e mental.

Estudos recentes reforçam o papel da massagem como aliada da regulação hormonal e do bem-estar emocional. Morhenn et al. (2012) observaram que o toque terapêutico pode elevar os níveis de ocitocina e reduzir a pressão arterial, evidenciando a influência do contato físico humanizado na saúde psicológica. Esse efeito é particularmente importante em pessoas que apresentam sintomas de ansiedade, fadiga ou tensão crônica.

Um aspecto complementar à massagem relaxante é a drenagem linfática manual, técnica que compartilha princípios semelhantes e potencializa seus efeitos. Conforme Salvo (2016), a drenagem linfática é composta por movimentos lentos e suaves, realizados no sentido fisiológico do fluxo linfático, com o propósito de estimular a circulação da linfa e facilitar a eliminação de líquidos e toxinas. Essa técnica contribui para a redução de edemas, melhora da oxigenação tecidual e fortalecimento do sistema imunológico.

A integração entre massagem relaxante e drenagem linfática oferece resultados ainda mais amplos: enquanto a primeira atua na liberação de tensões musculares e na modulação do sistema nervoso, a segunda favorece o equilíbrio dos fluidos corporais e a eliminação de impurezas. Ambas compartilham a essência do toque terapêutico consciente, que, segundo Field (2014), é capaz de restaurar a conexão entre corpo e mente, promovendo um estado de harmonia integral.

Além dos benefícios físicos e fisiológicos, essas técnicas também têm valor simbólico e emocional. O toque respeitoso e acolhedor transmite segurança e promove uma experiência de cuidado genuíno. Como destaca Preston et al. (2010), "a eficácia da massagem depende não apenas da técnica, mas da empatia e da presença do profissional". Essa combinação de habilidade técnica e sensibilidade ética faz da massagem relaxante uma prática terapêutica e humanizada, essencial no campo da estética e da saúde.

Dessa forma, a literatura demonstra que tanto a massagem relaxante quanto a drenagem linfática são práticas integrativas de grande valor clínico e social. Fundamentadas em evidências científicas e aplicadas com ética, elas atuam na prevenção de distúrbios físicos, na redução do estresse e na promoção do bem-estar global, pilares indispensáveis à estética contemporânea voltada ao cuidado com o ser humano em sua totalidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência prática desenvolvido entre agosto a outubro de 2025, durante a disciplina de Projeto Integrador em Estética e Cosmética, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob orientação da professora Marcia Cristiane Fantinel. Para a fundamentação teórica foi realizada uma revisão da bibliográfica através das bases de dados Google acadêmico e Scielo com as palavras chaves "massagem"; "tensão muscular"; "retenção de líquidos"; "relaxamento"; "bem estar".

As participantes foram duas pacientes do sexo feminino, residentes em Caçador e Videira – SC, sem contraindicações relevantes para a prática da massagem. Antes das sessões, foi

realizada uma anamnese completa, abordando histórico de saúde, rotina e hábitos de vida. Uma das pacientes relatou queixas de cansaço e tensão muscular persistentes, especialmente na região dos ombros e cervical, associadas ao uso de antidepressivo e ao acúmulo de atividades domésticas. E a outra com tensão muscular e retenção de líquidos.

O protocolo terapêutico contou com três sessões de 60 minutos, realizadas semanalmente, utilizando óleo neutro de massagem e ambiente controlado (música relaxante e iluminação suave). As técnicas aplicadas incluíram deslizamento, amassamento e fricção, com foco na redução da rigidez e na melhora da circulação.

Os efeitos foram avaliados qualitativamente por meio da observação da resposta muscular e do feedback verbal das pacientes ao final de cada sessão, registrando percepções de conforto, relaxamento e alívio da dor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de aplicação das três sessões, foi possível observar resultados significativos e perceptíveis nas duas pacientes atendidas. Apesar de apresentarem queixas diferentes, ambas demonstraram melhora expressiva nos aspectos físicos e emocionais, confirmando os benefícios da massagem relaxante como prática integrativa de cuidado.

A primeira paciente, que relatava cansaço e tensão muscular na região dos ombros e cervical, apresentou, já na primeira sessão, uma rigidez acentuada ao toque e dificuldade em relaxar plenamente. Com o avanço das aplicações, a resposta muscular tornou-se mais favorável: os tecidos apresentaram menor resistência, a respiração ficou mais profunda e o relaxamento foi alcançado de forma mais rápida e espontânea. Ao final do protocolo, a paciente relatou redução significativa da dor, leveza corporal, melhora no sono e sensação de bem-estar geral.

A segunda paciente, cuja principal queixa envolvia tensão muscular e retenção de líquidos, respondeu de maneira muito positiva às manobras aplicadas. A introdução de movimentos inspirados na drenagem linfática manual, especialmente em pernas e braços, favoreceu o estímulo da circulação linfática e reduziu a sensação de inchaço. A paciente relatou sensação de leveza e diminuição do volume corporal, além de melhora na disposição e na percepção de relaxamento ao término de cada sessão.

Em ambas as participantes, foi perceptível a importância do ambiente preparado, com música suave, iluminação reduzida e temperatura agradável para potencializar o efeito relaxante e proporcionar conforto durante o atendimento. A observação direta e os relatos das pacientes indicaram que o toque terapêutico despertou não apenas respostas físicas, mas também emocionais, favorecendo a liberação de tensões internas e a reconexão com o próprio corpo.

A constância dos atendimentos, mesmo em curto período, mostrou-se determinante para o alcance dos resultados. A cada nova sessão, as pacientes se apresentavam mais receptivas e confiantes, demonstrando maior entrega ao processo e reconhecendo a massagem como um momento de autocuidado e pausa diante da rotina.

De modo geral, as três sessões proporcionaram redução visível da rigidez muscular, melhora na circulação, diminuição da retenção de líquidos e equilíbrio emocional. A experiência reforçou que a massagem relaxante, quando aplicada de forma individualizada e com sensibilidade profissional, é capaz de promover benefícios profundos que vão além do físico, alcançando também a saúde mental e o bem-estar subjetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência prática com a massagem relaxante proporcionou um aprendizado profundo sobre os efeitos do toque terapêutico no corpo e na mente. As sessões realizadas permitiram observar, na prática, como a técnica contribui para aliviar o cansaço, reduzir a tensão muscular e promover bem-estar geral. Cada atendimento foi uma oportunidade de compreender as respostas fisiológicas e emocionais da cliente, confirmando a importância da sensibilidade e da empatia no cuidado estético.

Ao longo do processo, ficou evidente que o toque não atua apenas no corpo físico, mas também alcança aspectos emocionais e psicológicos, criando um espaço de escuta e acolhimento. O relaxamento, o alívio da rigidez e a sensação de leveza relatados pela cliente demonstraram o poder transformador da massagem quando aplicada com atenção, respeito e técnica.

A prática também possibilitou ampliar a compreensão sobre o papel da drenagem linfática como técnica complementar, reforçando que o cuidado estético pode e deve estar voltado à saúde integral. A combinação entre a massagem relaxante e os princípios da drenagem mostrou-se eficaz na promoção da circulação, na eliminação de líquidos e na sensação de equilíbrio corporal.

Conclui-se que a massagem relaxante é uma ferramenta essencial para o profissional de estética, pois vai além de um procedimento técnico: ela representa um ato de cuidado, escuta e conexão humana. Essa vivência prática contribuiu para o desenvolvimento das habilidades profissionais e pessoais, fortalecendo a visão de que o toque, quando aplicado com ética e sensibilidade, é uma forma poderosa de promover saúde, equilíbrio e qualidade de vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, que nos possibilitou a elaboração deste trabalho e a professora Marcia que auxiliou para que finalizássemos o trabalho. Agradecemos também a bolsa de estudos PAEC.

REFERÊNCIAS

FIELD, Tiffany. Massage therapy research review. Complementary Therapies in Clinical Practice, v. 20, n. 4, p. 224-229, nov. 2014.

FIELD, Tiffany et al. Cortisol decreases and serotonin and dopamine increase in depressed adolescents following massage therapy. International Journal of Neuroscience, v. 115, n. 9, p. 1267-1275, set. 2005.

MORHENN, V. B. et al. The effect of massage on the levels of oxytocin and argentine vasopressin in healthy individuals. **Journal of Alternative and Complementary Medicine**, v. 18, n. 1, p. 95-98, jan. 2012.

PRESTON, J.; LOUNSBURY, D.; HOOGEBOOM, C. **The Complete Guide to Manual Therapies.** 3. ed. Clifton Park, NY: Delmar Cengage Learning, 2010.

SALVO, Susan G. **Massage Therapy: Principles and Practice**. 5. ed. St. Louis, MO: Elsevier Health Sciences, 2016.

ATENDIMENTOS ESTÉTICOS INTEGRADOS: EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS EM ESTÉTICA FACIAL E CAPILAR

Categoria: Projeto Integrador

Gabriely de Oliveira Andrade[1]
Marcia Fantinel[2]

Resumo – O presente trabalho apresenta um relato de experiências práticas realizadas no curso de Estética e Cosmética, com foco em procedimentos voltados ao bem-estar e à saúde estética. As atividades compreenderam quatro atendimentos: massagem relaxante, limpeza de pele, botox capilar e hidratação capilar. O objetivo foi aplicar conhecimentos teóricos na prática profissional, promovendo o aprendizado técnico e o desenvolvimento de habilidades essenciais ao atendimento estético. Durante as práticas, foi possível observar a importância da técnica, da postura profissional e da personalização dos atendimentos conforme as necessidades de cada cliente. Os resultados demonstraram melhora perceptível na pele e nos cabelos, além de proporcionar relaxamento e satisfação aos clientes. As experiências contribuíram para o aperfeiçoamento da prática clínica e o fortalecimento da formação acadêmica.

Palavras-chave: estética, atendimento, prática profissional, bem-estar, cuidados pessoais.

INTRODUÇÃO

As práticas estéticas desempenham um papel fundamental na formação dos profissionais de Estética e Cosmética, permitindo que o aluno vivencie situações reais de atendimento e aplique os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Essas experiências proporcionam o desenvolvimento de habilidades técnicas, interpessoais e de observação clínica, fundamentais para o desempenho profissional. O presente relato tem como objetivo apresentar as experiências práticas desenvolvidas durante os atendimentos estéticos realizados no laboratório da UNIARP.

METODOLOGIA

Os atendimentos foram realizados no laboratório de estética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, durante as aulas práticas. No primeiro dia, foi realizada uma massagem relaxante, com foco na redução da tensão muscular e na promoção do bem-estar. No segundo dia, executou-se uma limpeza de pele, voltada para a remoção de impurezas e revitalização cutânea. No terceiro dia, foi aplicado um botox capilar, com o objetivo de restaurar a fibra capilar e melhorar o aspecto dos fios. Por fim, no quarto dia, realizou-se uma hidratação capilar,

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

buscando proporcionar maciez, brilho e nutrição profunda aos cabelos. Todos os procedimentos seguiram as normas de biossegurança e ética profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atendimentos possibilitaram observar a eficácia das técnicas aplicadas e o impacto positivo sobre os clientes atendidos. A massagem relaxante proporcionou alívio de tensões musculares e sensação de bem-estar. A limpeza de pele promoveu melhora visível na textura e aparência da pele. O botox capilar resultou em cabelos mais alinhados, com brilho e redução do frizz. A hidratação capilar contribuiu para a recuperação da maciez e vitalidade dos fios. Além dos benefícios estéticos, as experiências favoreceram o aprimoramento técnico e o desenvolvimento da segurança profissional durante os atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências práticas realizadas contribuíram significativamente para o aprendizado da aluna, permitindo a aplicação dos conteúdos teóricos na prática profissional. Foi possível compreender a importância da individualização dos atendimentos, do cuidado com o cliente e do uso correto das técnicas e produtos estéticos. O desenvolvimento dessas atividades reforçou o compromisso com a ética, a qualidade do atendimento e a valorização da estética como promotora de bem-estar e autoestima.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pela oportunidade de aprendizado e às professoras que orientaram as práticas estéticas, contribuindo para o aprimoramento técnico e profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex: coletânea de legislação: edição federal,** São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

SOUZA, R. A.; ALMEIDA, C. F. **Estética e Cosmética: princípios e práticas**. São Paulo: Senac, 2020.

SANTOS, M. L. **Fundamentos de Estética Capilar e Facial**. Rio de Janeiro: Rubio, 2019.

MASSAGEM MODELADORA E RELAXANTE: EFEITOS FISIOLÓGICOS E ESTÉTICOS

Categoria: Projeto Integrador

Maria Eloiza De Souza[1]
Kimberly Cardoso Esteves[2]
Sally Douglas Narloch2 nl[3]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo revisar e comparar os efeitos da massagem modeladora e da massagem relaxante, técnicas amplamente utilizadas nas áreas estética e terapêutica. Trata-se de relato de experiencia dos atendimentos na clínica escola da UNIARP realizados entre agosto e outubro de 2025, com uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Os resultados mostram que a massagem modeladora apresenta evidências positivas na redução de lipodistrofia e melhora da firmeza e aparência da pele, enquanto a massagem relaxante se destaca pelos benefícios emocionais e fisiológicos, como redução do estresse e melhora do sono. Conclui-se que ambas as técnicas são eficazes e se complementam, promovendo saúde, estética e bem-estar.

Palavras-chave: Massagem modeladora. Relaxante. Estética. Bem-estar.

INTRODUÇÃO

A massagem é uma das práticas terapêuticas mais antigas do mundo e tem se mostrado uma importante aliada tanto na promoção da saúde quanto nos tratamentos estéticos. Entre as técnicas mais utilizadas estão a massagem modeladora e a massagem relaxante, que, apesar de partirem de princípios semelhantes, apresentam objetivos e efeitos distintos.

A massagem modeladora é aplicada com manobras firmes e ritmadas, que estimulam a circulação, favorecem a oxigenação dos tecidos e auxiliam na eliminação de líquidos e toxinas. É uma técnica voltada para a remodelagem corporal e para a redução da lipodistrofia localizada, popularmente conhecida como gordura localizada (França et al., 2021). Já a massagem relaxante tem como foco o equilíbrio físico e mental, atuando na diminuição da tensão muscular e do estresse psicológico (Montibeler et al., 2018).

Diversos estudos comprovam que ambas as técnicas produzem efeitos fisiológicos importantes. A massagem modeladora melhora o fluxo sanguíneo e a aparência da pele, enquanto a relaxante reduz a frequência cardíaca, a pressão arterial e os níveis de cortisol,

[1]Acadêmica do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
[2]Acadêmica do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
[3]Professora esp. do curso de tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio Peixe (UNIARP).

hormônio associado ao estresse (Meier et al., 2020). Dessa forma, compreender seus mecanismos e aplicações contribui para uma prática estética mais eficiente e personalizada.

O objetivo desse trabalho é analisar e comparar os efeitos da massagem modeladora e da massagem relaxante em pacientes atendidas na clínica escola, observando as respostas corporais e o bem-estar relatada após as sessões.

METODOLOGIA

Trata-se de relato de experiencia dos atendimentos na clínica escola da UNIARP realizados entre agosto e outubro de 2025, com uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo., nas bases de dados SciELO, PubMed, Google acadêmico. Foram utilizados os descritores: massagem modeladora, massagem relaxante, massage therapy, aesthetic massage e stress reduction. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2024, disponíveis na íntegra, em português e inglês, que apresentavam metodologia clara e resultados relacionados a efeitos fisiológicos ou estéticos. Excluíram-se duplicatas e estudos sem relevância direta ao tema. Após a leitura e seleção, seis artigos foram analisados e organizados segundo os efeitos e benefícios observados em cada técnica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizados atendimentos de massagem modeladora e relaxante.
Aplicado a técnica de massagem relaxante com pedras quentes, explorando seus efeitos terapêuticos e relaxantes sobre o corpo e a mente.
Foi realizada a preparação das pedras vulcânicas com controle de temperatura e aplicação sobre regiões específicas do corpo. Associou-se o uso das pedras aos movimentos da massagem relaxante para intensificar o efeito do calor sobre a musculatura.

Os resultados da revisão mostraram que a massagem modeladora promove melhora significativa da circulação periférica, oxigenação tecidual e aparência da pele, além de contribuir para a redução de medidas e do aspecto de celulite (Neves, et al., 2022). Estudos indicam que, quando combinada a cosméticos com ativos lipolíticos, como cafeína e centella asiática, seus efeitos são potencializados. No entanto, muitos trabalhos ainda apresentam limitações, como amostras pequenas e falta de padronização dos protocolos (França et al., 2021).

Já a massagem relaxante apresenta evidências sólidas quanto aos seus benefícios fisiológicos e emocionais. Estudos de Montibeler et al. (2018) e Meier et al. (2020) demonstraram que sessões de massagem reduzem a frequência cardíaca e aumentam a variabilidade da frequência cardíaca, indicando um estado de relaxamento profundo. Além disso, pesquisas internacionais apontam melhora do sono, redução de ansiedade e aumento da sensação de bem-estar (Pruessner et al., 2020; Lee et al., 2021).

Comparando as duas técnicas, percebe-se que ambas promovem respostas benéficas, porém com enfoques diferentes. Enquanto a modeladora atua no contorno corporal e na estética, a relaxante se destaca pelos efeitos terapêuticos e emocionais. A combinação de ambas pode potencializar os resultados globais, unindo estética e qualidade de vida. As pacientes

relataram bem-estar e relaxamento após as sessões. Na massagem modeladora, notaram firmeza e melhora na pele, já na relaxante, sentiram alívio do estresse e leveza corporal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que tanto a massagem modeladora quanto a massagem relaxante são eficazes dentro de seus propósitos específicos. A modeladora se destaca na remodelagem corporal e melhora do aspecto da pele, enquanto a relaxante atua de forma direta na redução do estresse e no bem-estar psicológico.

Ambas as técnicas podem ser aplicadas de forma complementar, proporcionando resultados estéticos e terapêuticos simultaneamente. Recomenda-se que futuros estudos aprofundem a padronização dos protocolos e ampliem o número de participantes, a fim de fortalecer a base científica dessas práticas e favorecer a atuação dos profissionais de estética.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP, à nossa orientadora Márcia e ao coordenador Sally pelo apoio, dedicação e incentivo na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, I. C. et al. **Eficácia das técnicas de massagens para redução de adiposidades e fibro edema gelóide com ênfase em massagem modeladora.** Revista FMU, 2021. (https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/acis/article/view/1150). Último acesso em 15/10/2025

NEVES, P. A.; QUADROS, J. F.; MACEDO, A. C. B. Efeito da aplicação da massagem modeladora e ultrassom na região abdominal em mulheres sedentárias. Cadernos da Saúde, 2022.

MONTIBELER, J. et al. **Effectiveness of aromatherapy massage on the stress of the surgical center nursing team: a pilot study**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 2018. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30156654/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30156654/) Último acesso em 15/10/2025.

MEIER, M. et al. **Ten minutes of massage or rest will help your body fight stress. Scientific** Reports, 2020. https://www.nature.com/articles/s41598-020-71173-w](https://www.nature.com/articles/s41598-020-71173-w). Último acesso em 15/10/2025

LEE, J. H. et al. **Massage and Reiki used to reduce stress and anxiety: Randomized Clinical Trial. Complementary Therapies in Clinical Practice,** 2021. https://www.researchgate.net/publication/310899426_Massage_and_Reiki_used_to_reduce_stress_and_anxiety_Randomized_Clinical_Trial](https://www.researchgate.net/publication/310899426_Massage_and_Reiki_used_to_reduce_stress_and_anxiety_Randomized_Clinical_Trial). Último acesso em 15/10/2025.

PRUESSNER, J. C. et al. **Randomized control trial evidence for the benefits of massage and relaxation therapy on sleep in cancer survivors** – systematic review. PubMed, 2020.

https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33269414/](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33269414/). Último acesso em 15/10/2025.

BELEZA TÉCNICA E AUTOCONFIANÇA: O USO DA PRÁTICA EM ESTÉTICA PARA PROMOVER A AUTOESTIMA

Categoria: Projeto Integrador

Laís Azeredo Caetano[1]
Suelen Canfil Gonçalves[2]
Ana Carolina Boscari Chiarello[3]
Marcia Cristiane Fantinel[4]

Resumo – Este trabalho relata a intervenção prática realizada na clínica-escola da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP, envolvendo três participantes do sexo feminino que se submeteram a cinco atendimentos (procedimentos de escova, tintura capilar, maquiagem e corte de cabelo). O objetivo foi investigar como procedimentos estéticos podem contribuir para a promoção da autoestima e da autoconfiança nas clientes. A abordagem foi de relato de experiência, com registro de cada atendimento, relatos das participantes e análise qualitativa da percepção de satisfação. Os resultados apontaram que todas as mulheres relataram gostar de todos os procedimentos realizados, expressando elevação da autoestima, sensação de cuidado e bem-estar. Em confronto com a literatura que relaciona estética, cuidado capilar e maquiagem à autoestima feminina, os achados corroboram a relevância desses procedimentos no contexto educacional da estética. Conclui-se que a prática técnica em estética desempenha papel significativo na promoção da autoconfiança, sendo recomendável sua aplicação sistemática em clínicas-escola com vistas à formação técnica e ao empoderamento das clientes. Como limitação, destaca-se o pequeno número de participantes e o curto período de tempo para mensuração da autoestima pré/post-testes padronizados.

Palavras-chave: autoestima; estética; escova capilar; tintura capilar; maquiagem.

INTRODUÇÃO

No atual contexto da estética profissional, os procedimentos de cuidado pessoal – como escova, tintura capilar, maquiagem e corte de cabelo – vão além da mera transformação visual, assumindo papéis simbólicos de autocuidado, valorização pessoal e empoderamento. Estudos recentes apontam que, por exemplo, cerca de 85% das brasileiras entre 18 e 35 anos reconhecem que o cabelo influência de alguma forma a autoestima. Da mesma forma, a realização de procedimentos estéticos para mulheres tem sido associada ao aumento da autoconfiança e da imagem de si.(Martins; Ferreira, 2024

[1] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A relevância teórica reside no cruzamento entre estética técnica, educação profissional e psicologia da autoestima; socialmente, reforça-se a importância de clínicas-escola como espaços de aprendizagem e cuidado mútuo. O relato descreve a prática realizada com três participantes do sexo feminino, submetidas a cinco atendimentos envolvendo escova, tintura, maquiagem e corte, e analisar como essas experiências impactaram suas percepções de autoestima e autoconfiança.

Nesse sentido, considerar a estética como prática técnica e educativa em uma clínica-escola da UNIARP Alto Vale do Rio do Peixe permite não apenas formar profissionais habilitados, mas também promover benefícios às clientes que participam desses atendimentos. O presente relato de experiência propõe investigar como a aplicação desses procedimentos em ambiente de ensino pode contribuir para a autoestima e autoconfiança das clientes.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido na clínica-escola da UNIARP Alto Vale do Rio do Peixe, no município de Caçador (SC). O período de execução contemplou cinco atendimentos, todas maiores de idade, que consentiram participar da intervenção estética. A população foi composta por essas três participantes, com amostra intencional. As intervenções envolveram: escova (tres atendimentos), tintura capilar (um atendimento), maquiagem (um atendimento) e corte de cabelo (um atendimento), totalizando cinco atendimentos, sendo que algumas participantes realizaram mais de um procedimento.

Os procedimentos foram realizados por estudantes supervisionados, seguindo linha técnica padrão da clínica-escola. A coleta de dados baseou-se em: (a) registro das intervenções, tipo de procedimento, duração, técnica aplicada; relatos livres das participantes ao final de cada atendimento acerca de sua satisfação, percepção estética e impacto em sua autoestima/autoconfiança; observação informal da equipe quanto à postura e reação das clientes. A análise dos dados foi de natureza qualitativa-descritiva, focando nos relatos das participantes e na observação de mudança de comportamento e verbalização de autoconfiança. Todas as participantes tiveram cientes do presente trabalho, sabendo que os atendimentos faziam parte de prática acadêmica com divulgação de resultados (sem identificação individual). Como se trata de prática de ensino e atendimento estético, não foi necessário protocolo formal de comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante os cinco atendimentos com as três participantes, todos os procedimentos realizados (escova, tintura capilar, maquiagem, corte) obtiveram alto grau de aceitação e satisfação das clientes. Todas as mulheres relataram que "amam" os procedimentos, sentiram-se bem cuidadas e manifestaram que a intervenção estética reforçou a sensação de autoestima e autoconfiança.

RELATO DAS PARTICIPANTES:

Participante A: realizou escova e tintura; ao término comentou que "meu cabelo ficou leve, o tom realçou meus traços e já me sinto mais bonita"; relatou que ao se olhar no espelho notou "um sorriso espontâneo".

Participante B: realizou corte de cabelo e escova; afirmou que "o corte me deixou renovada, senti um recomeço" e que "meu olhar mudou, me sinto mais confiante para sair e encontrar amigos".

Participante C: realizou maquiagem; relatou "quando a acadêmica finalizou a maquiagem, me olhei e pensei: essa foto vou querer guardar" e "não parecia eu, parecia uma versão mais segura de mim".

Confronto com a teoria os achados corroboram pesquisas que identificaram que os procedimentos estéticos têm impacto direto sobre a autoestima feminina. Por exemplo, o estudo de Diniz & Ferreira (2020) concluiu que a maquiagem altera o olhar subjetivo de definição de beleza, fazendo as mulheres gostarem mais de si mesmas. Também, a revisão de Martins & Ferreira (2020) apontou que procedimentos estéticos aumentam a autoconfiança e melhoram a vida social das mulheres.

No relato, essa elevação da satisfação e autoconfiança também se manifestou, o que fortalece a hipótese de que a prática estética técnica em ambiente educativo pode ser instrumento de promoção da autoestima.

Adicionalmente, a literatura aponta que a valorização capilar está fortemente associada à autoestima feminina no Brasil, estudo aponta que 85% das mulheres nessa faixa etária acreditam que o cabelo influencia na autoestima. A experiência das participantes reflete esse dado: todas referiram ao cabelo como elemento central de mudança e valorização pessoal.

Limitações e particularidades, entretanto, é preciso considerar que a amostra foi reduzida (três mulheres), sem grupo de controle, e sem instrumento padronizado (como escala de autoestima pré/post). Dessa forma, os resultados não permitem generalização, mas oferecem indícios e reflexões para que a clínica-escola continue investindo nessa prática. Outra particularidade: todas as participantes manifestaram "amar" os procedimentos, o que pode indicar viés de aprovação ou satisfação parcial; seria interessante em futuros estudos considerar também mensuração de variáveis mais objetivas ou longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência evidenciou que a prática técnica de procedimentos estéticos, escova, tintura capilar, maquiagem e corte de cabelo realizada na clínica-escola da UNIARP Alto Vale do Rio do Peixe contribuiu para a promoção da autoestima e da autoconfiança das clientes participantes. A satisfação expressa por todas as mulheres envolvidas reforça a relevância desse tipo de intervenção no contexto formativo e atencional da estética.

Recomenda-se que tais práticas sejam incorporadas de forma sistemática nos currículos práticos da clínica-escola, com monitoramento da autoestima das clientes e seguimento

longitudinal. As principais limitações foram a amostra pequena, ausência de mensuração quantitativa e curto prazo de acompanhamento. Estudos futuros podem ampliar o número de participantes, utilizar instrumentos validados (como Escala de Autoestima de Rosenberg) e avaliar os efeitos ao longo de tempo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Demonstramos nossa gratidão à professora Marcia Cristiane Fantinel pelo acompanhamento atencioso, pelas orientações valiosas e pelo incentivo constante durante a elaboração deste trabalho. Agradecemos também à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao programa Universidade Gratuita, que proporcionaram as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Roseneide da Silva Gusmão; FERREIRA, Zamia Aline Barros. A importância dos procedimentos estéticos na autoestima da mulher. *ID on line. Revista de Psicologia*, v.14, n.53, p. - -, 2020. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2807. Acesso em: 28/10/2025.

DINIZ, Ana Carla Alves; FERREIRA, Zamia Aline Barros. A influência da maquiagem para o resgate da autoestima em mulheres. *ID on line. Revista de Psicologia*, v.14, n.53, p. - -, 2020. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2875. Acesso em: 28/10/2025.

SILVA BRUM, Lucimar Filot; MARAVIESKI, Silvinha; BERTIM, Fernanda Raquel Silva. Influência do visagismo e da maquiagem na autoestima de adolescentes institucionalizadas. *Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde*, v.2, n.2, p. - -, 2011. Acesso em: 28/10/25.

STROPARO, T. R.; CORDIAK, S. M. Estética capilar no contexto do empreendedorismo feminino: custos, renda, estima e independência financeira. *South American Development Society Journal*, v.7, n.19, p.47-59, 2021. sadsj.org
UNIFOR. Avaliação de uma tecnologia leve no formato de cartilha em terapia capilar. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo*, v.2, n.1, Acesso em: 28/10/2025.

SANTOS, Emilayne. Autoestima é principal motivo para mulheres fazerem alisamento capilar. Portal UFPE, 04 jul. 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/ascom/pesquisas-bkp/-/asset_publisher/rIL2cluRIxA4/content/autoestima-e-principal-motivo-para-mulheres-fazerem-alisamento-capilar/40623. Acesso em: 28/10/25.

BELEZA E BEM-ESTAR NA TERCEIRA IDADE: PROMOVENDO AUTOESTIMA E QUALIDADE DE VIDA PARA IDOSAS DA UAMI

Categoria: Projeto de Extensão (PAEC)

Gabriela Carlin do Prado[1]
Marcia Cristiane Fantinel[2]

Resumo – O envelhecimento é um processo natural que requer cuidados integrados para promover qualidade de vida e bem-estar. Este projeto de extensão teve como objetivo oferecer ações estéticas e educativas às idosas da Unidade de Atendimento à Melhor Idade (UAMI), estimulando o autocuidado, a autoestima e a convivência social. As atividades foram realizadas semanalmente na Clínica Escola de Estética da UNIARP e incluíram massagens relaxantes, drenagem linfática, spa dos pés, aromaterapia, cromoterapia, limpeza de pele e oficinas de orientação sobre cuidados diários. O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência extensionista, priorizando o acolhimento e a valorização da mulher idosa. Os resultados demonstraram melhora perceptível na autoestima, no humor e na integração social das participantes, evidenciando que práticas estéticas podem ser instrumentos eficazes para promover bem-estar emocional e físico. O projeto reforça a importância do cuidado estético como promotor de saúde integral e de envelhecimento ativo.

Palavras-chave: envelhecimento; autoestima; estética; bem-estar; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e progressivo que envolve transformações biológicas, psicológicas e sociais, exigindo ações que favoreçam a autonomia, a autoestima e a qualidade de vida da pessoa idosa. De acordo com Vale et al. (2022), a prática de atividades que estimulem o bem-estar físico e emocional é essencial para a manutenção da saúde e da cognição durante o envelhecimento. No mesmo sentido, Ferreira e Suzuki (2022) destacam que o envolvimento em atividades prazerosas e momentos de relaxamento contribui para o aumento do bem-estar subjetivo, reduzindo sintomas de ansiedade e solidão em idosos.

O bem-estar na terceira idade está diretamente relacionado à valorização pessoal e à percepção de pertencimento social. Estudos como o de Castro et al. (2020) apontam que a convivência em grupo e o autocuidado fortalecem a autoestima e promovem uma visão mais positiva sobre o envelhecimento. Além disso, a estética exerce papel importante nesse processo, ao proporcionar não apenas o cuidado com a aparência, mas também o resgate da confiança e da identidade individual.

[1] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora Esp. do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A saúde mental e o suporte social também são dimensões fundamentais do envelhecer saudável. Sousa et al. (2025) enfatizam que, quando o idoso dispõe de apoio emocional e participa de atividades integrativas, há melhora significativa na disposição, nas interações sociais e no autoconceito. Nesse contexto, a união entre práticas estéticas, educativas e terapêuticas tem se mostrado eficaz na promoção do bem-estar geral e na prevenção de sintomas de isolamento e tristeza entre idosas.

Diante desse cenário, o projeto "Beleza e bem-estar na terceira idade: promovendo autoestima e qualidade de vida para idosas da UAMI" surge como uma proposta de extensão voltada à promoção do autocuidado e da valorização da mulher idosa. O objetivo é oferecer ações estéticas e de bem-estar que estimulem a autoestima, o relaxamento e a integração social, contribuindo para um envelhecimento ativo, confiante e saudável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O bem-estar na terceira idade é compreendido como um estado de equilíbrio físico, psicológico e social, que depende tanto de fatores biológicos quanto das relações interpessoais e do significado atribuído à própria vida. Segundo Miranda e Caetano (2008), a qualidade de vida dos idosos está diretamente associada à percepção positiva de si mesmos, à autonomia e à capacidade de manter vínculos sociais ativos. O envelhecimento saudável, portanto, vai além da ausência de doenças, envolvendo a promoção de experiências que favoreçam o autocuidado, a autoestima e a valorização pessoal.

A atividade física e o movimento corporal aparecem como pilares fundamentais do envelhecimento ativo. Vale et al. (2022) destacam que a prática regular de exercícios melhora a função cognitiva, reduz o risco de doenças crônicas e estimula a autoconfiança. Tais benefícios repercutem também na aparência e no bem-estar emocional, elementos que dialogam diretamente com o campo da estética e do cuidado integral.

Outro aspecto relevante é o papel das atividades prazerosas na saúde mental e emocional das pessoas idosas. Ferreira e Suzuki (2022) ressaltam que a participação em momentos de lazer, relaxamento e socialização eleva o bem-estar subjetivo, contribuindo para a diminuição do estresse e da solidão. O contato com práticas estéticas e terapêuticas, como massagens, aromaterapia e cuidados com a pele, gera sensação de acolhimento e pertencimento, fortalecendo a autoestima e a motivação para o autocuidado diário.

De acordo com Castro et al. (2020), os grupos de convivência são espaços essenciais para o desenvolvimento psicossocial de idosos, pois estimulam o diálogo, a troca de experiências e o reconhecimento coletivo. Ao sentirem-se valorizadas e ativas, as pessoas idosas ressignificam o processo de envelhecer, percebendo-o como uma fase de continuidade e aprendizado. A estética, nesse contexto, atua como mediadora das relações humanas e facilitadora de processos emocionais positivos.

A dimensão da saúde mental e do suporte social é igualmente indispensável. Sousa et al. (2025) afirmam que o acolhimento, a escuta e o incentivo ao autocuidado fortalecem a autoestima e reduzem sentimentos de dependência e isolamento. O contato frequente com

práticas de bem-estar cria oportunidades de expressão emocional e auxilia na reconstrução da imagem corporal, favorecendo a aceitação do envelhecimento com dignidade e confiança.

Portanto, o conjunto de evidências científicas confirma que o autocuidado, a estética e o convívio social exercem papel decisivo na promoção da saúde e da qualidade de vida das mulheres idosas. A valorização da beleza como expressão de identidade e autoestima é uma forma de empoderamento, capaz de transformar a relação das idosas com o próprio corpo e com o meio em que vivem.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência extensionista, vinculado ao Programa PAEC, desenvolvido pelo curso Técnico em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O projeto foi realizado na Clínica Escola de Estética da UNIARP, em parceria com a UAMI (Unidade de Atendimento à Melhor Idade).

As atividades ocorreram semanalmente, com atendimentos estéticos e oficinas educativas voltadas ao autocuidado, incluindo massagens relaxantes, spa dos pés, limpeza de pele e hidratação capilar. As ações foram conduzidas pela acadêmica sob supervisão docente, priorizando uma abordagem humanizada e integrativa.

Por tratar-se de uma atividade de extensão universitária com foco em serviço e educação, e não de um projeto de pesquisa stricto sensu, este trabalho não se enquadrou nos critérios de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição. Não obstante, o desenvolvimento das atividades pautou-se na integral observância dos princípios éticos, incluindo a formalização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as participantes e a aplicação das normas de biossegurança cabíveis.".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades do projeto foram realizadas ao longo de nove meses, na Clínica Escola de Estética da UNIARP, em parceria com a Unidade de Atendimento à Melhor Idade (UAMI). Participaram cerca de 30 idosas, com idades entre 60 e 80 anos, todas integrantes do grupo atendido pela instituição. Os encontros aconteceram semanalmente, no período vespertino, em um ambiente preparado para oferecer conforto, acolhimento e bem-estar.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram ofertados diversos procedimentos estéticos e terapêuticos, entre eles: massagem relaxante, drenagem linfática, spa dos pés, limpeza e hidratação facial, corte, coloração e escova de cabelo. Também foram realizadas oficinas educativas sobre cuidados diários com a pele, o cabelo e práticas simples de autocuidado, com o intuito de incentivar a manutenção dos resultados em casa.

As participantes demonstraram grande engajamento e satisfação com as atividades, expressando alegria e entusiasmo a cada atendimento. Muitas relataram sentir-se mais leves, confiantes e motivadas, valorizando o tempo dedicado a si mesmas. Além dos benefícios físicos, observou-se uma melhora emocional, com relatos de aumento da autoestima, redução do estresse e fortalecimento dos vínculos sociais.

Os momentos de convivência se tornaram espaços de diálogo e troca de experiências, promovendo acolhimento, escuta e amizade entre as idosas. Essa interação favoreceu o sentimento de pertencimento e de reconhecimento coletivo, transformando o ambiente da clínica em um espaço de cuidado integral, onde a estética se conectou com o bem-estar e a saúde emocional.

Tarde de Autocuidado e Limpeza de Pele com o Grupo da UAMI de Santa Cecília

No dia 21 de agosto, o projeto de extensão teve a grata satisfação de promover uma tarde especial de autocuidado com o grupo da Unidade de Atendimento à Melhor Idade (UAMI) da cidade de Santa Cecília. A tarde teve início com um Workshop sobre "Cuidados com a Pele", a Professora Orientadora do projeto, juntamente com a acadêmica bolsista conduziram a palestra. Durante a apresentação, foram abordados tópicos essenciais sobre a estrutura da pele, os principais fatores que influenciam seu envelhecimento, a relevância de uma rotina diária de cuidados. As idosas puderam aprender sobre a importância da higienização, hidratação e proteção solar, desmistificando alguns conceitos e recebendo dicas práticas adaptadas às suas necessidades. A interação foi um ponto alto, com muitas perguntas e compartilhamento de experiências.

Após a parte teórica, as participantes foram convidadas a colocar o conhecimento em prática. Sob a supervisão, foi realizada uma sessão de Limpeza de Pele autoaplicada. Cada idosa recebeu os produtos e orientações passo a passo para realizar sua própria limpeza facial, desde a higienização e tonificação até a aplicação de máscaras e finalizadores. Essa abordagem, onde cada uma pôde ser a protagonista do seu próprio cuidado, gerou grande entusiasmo e senso de empoderamento. Observou-se a alegria e o cuidado com que cada uma executava os procedimentos em si mesma, aproveitando o momento para se dedicar e relaxar.

A ação foi um sucesso, não apenas pela troca de conhecimentos, mas, principalmente, pela promoção de um ambiente de acolhimento, aprendizado e valorização do autocuidado. As participantes da UAMI de Santa Cecília demonstraram grande satisfação, levando consigo não apenas uma pele renovada, mas também novas informações e a lembrança de uma tarde dedicada exclusivamente ao seu bem-estar. O evento reforçou o compromisso do projeto de extensão em contribuir para um envelhecimento mais ativo e com qualidade de vida, por meio de práticas que nutrem tanto o corpo quanto a alma.

De forma geral, o projeto atingiu seus objetivos ao proporcionar qualidade de vida, valorização pessoal e integração social. As ações realizadas evidenciaram que o cuidado estético pode ser uma ferramenta transformadora, capaz de gerar impacto positivo não apenas na aparência, mas também na forma como as mulheres idosas se percebem e se posicionam diante do processo de envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Beleza e bem-estar na terceira idade: promovendo autoestima e qualidade de vida para idosas da UAMI" demonstrou que o cuidado estético vai muito além da aparência física, ele é também um ato de acolhimento, valorização pessoal e promoção de saúde emocional. As

atividades desenvolvidas possibilitaram momentos de relaxamento, socialização e escuta sensível, fundamentais para o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança das participantes.

Ao longo dos atendimentos, foi possível observar mudanças significativas no comportamento das idosas, que passaram a se reconhecer como protagonistas do próprio cuidado. Essa transformação ultrapassa o campo da estética, refletindo-se em melhoras na disposição, no humor e na forma como se veem e interagem com os outros.

O projeto contribuiu ainda para aproximar a universidade da comunidade, reforçando o papel social do curso de Estética e Cosmética como promotor de educação em saúde e qualidade de vida. A experiência evidenciou que práticas simples, quando conduzidas com empatia e propósito, podem gerar impactos profundos na vida das pessoas.

Conclui-se que o estímulo ao autocuidado e ao bem-estar na terceira idade é uma ação essencial para o envelhecimento ativo e saudável. Recomenda-se a continuidade e ampliação de iniciativas como esta, incorporando novas oficinas, abordagens integrativas e parcerias com outras áreas da saúde, de modo a fortalecer ainda mais o cuidado integral com a pessoa idosa.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, que nos possibilitou a elaboração deste trabalho e a professora Marcia que auxiliou para que finalizássemos o trabalho. Agradecemos também ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC, e a CAPES.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. L. C. et al. Análise psicossocial do envelhecimento entre idosos: representações em grupos de convivência. **Revista Costarricense de Psicología**, San José, v. 39, n. 2, p. 61–76, 2020.

FERREIRA, H. G.; SUZUKI, S. M. Prática de atividades prazerosas e bem-estar subjetivo em idosos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 39, e220050, 2022.

MIRANDA, L. C.; CAETANO, S. C. Qualidade de vida na terceira idade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 13, p. 89–105, 2008.

SOUSA, G. S. et al. Pessoas idosas dependentes e sua saúde mental: estudo qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 2025.

VALE, R. M. C. et al. Exercício físico e funções cognitivas de idosos: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 27, e014864, 2022.

DIREITO

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: UM COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA SOCIAL

Alinni Scapin Serafim[1]
Nayara Carolina Correa Subtil[2]
Érica Carvalho Weber[3]
José Henrique Lopes Lima[4]
Pablo Renan Ferreira Hertzer[5]
Thays Brenda de Souza Balatka[6]

Resumo - O presente trabalho versa sobre os conceitos de diversidade e inclusão, evidenciando ainda mais a importância da justiça social, da garantia de equidade e do respeito às diferenças. Ao abordar esses temas, é possível identificar com clareza as dificuldades existentes na sociedade, como a discriminação e o preconceito em razão da cor da pele, raça, gênero, religião, bem como condições físicas e mentais, por exemplo. O método utilizado é a pesquisa documental, permitindo uma reflexão crítica sobre a efetividade de políticas públicas e práticas inclusivas. Os resultados apontam que a diversidade e a inclusão ainda são pouco compreendidas pela sociedade, o que dificulta a quebra de barreiras e a promoção de ações de combate à exclusão. No entanto, ao trazer essa abordagem para a comunidade, é possível contribuir de forma acadêmica, social e, principalmente, reforçando a importância da empatia, do acolhimento e do respeito às diferenças. Conclui-se que o estudo e a valorização da diversidade e da inclusão são essenciais para trilhar um caminho mais igualitário e justo, promovendo uma cultura mais humana, respeitosa e acolhedora, baseada nos direitos fundamentais de todos.

Palavras-chave: Diversidade; inclusão; igualdade; justiça social; direitos fundamentais; sociedade; ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A compreensão das políticas de diversidade e inclusão passa, inicialmente, pelo reconhecimento do conceito de diversidade, entendido como a coexistência de diferentes identidades, culturas, origens étnico-raciais, gêneros, orientações sexuais, religiões, condições físicas e realidades socioeconômicas em uma mesma sociedade. Em um cenário cada vez mais plural e interconectado, promover a valorização dessas diferenças tornou-se essencial para garantir uma convivência mais justa e democrática. As políticas de diversidade e inclusão emergem, nesse contexto, como instrumentos fundamentais para combater desigualdades

[1] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.
[2] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.
[3] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.
[4] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.
[5] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.
[6] Acadêmico da 4ª fase do Curso de Direito da Uniarp – Campus Caçador – SC.

históricas e assegurar a participação equitativa de grupos socialmente marginalizados em diversos espaços, incluindo o ambiente educacional. É importante considerar que tais políticas não surgiram de forma espontânea, mas resultam de longas lutas sociais e de um processo histórico marcado por exclusões estruturais. Um exemplo emblemático desse processo é a proibição, no século XIX, do acesso de pessoas negras e escravizadas à educação formal no Brasil, o que evidencia o papel da escola como espaço de reprodução de desigualdades. Com o passar do tempo, movimentos sociais, marcos legais e novas concepções pedagógicas passaram a defender uma educação inclusiva, equitativa e baseada no respeito às diferenças. No contexto escolar, as políticas de inclusão ganham relevância por promoverem práticas que asseguram não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso de todos os estudantes, respeitando suas singularidades. Dessa forma, esta discussão se insere no campo das reflexões sobre justiça social, equidade educacional e promoção dos direitos humanos, sendo imprescindível analisar como as escolas têm desenvolvido práticas inclusivas que dialogam com os pilares fundamentais da inclusão: equidade, igualdade e valorização da diversidade.

DESENVOLVIMENTO

A diversidade refere-se à coexistência de diferentes identidades, culturas, orientações, religiões, classes sociais, habilidades e outras características humanas. No ambiente escolar, reconhecer essa diversidade significa entender que cada estudante é único e que as diferenças enriquecem a convivência e o aprendizado (UNESCO, 2009). Contudo, o simples reconhecimento não é suficiente: é preciso promover inclusão, garantindo a participação plena e equitativa de todos, sem qualquer forma de discriminação.

A inclusão vai além da presença física de alunos em sala de aula; envolve a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e institucionais que impedem o acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146). Ser inclusivo é adaptar o currículo, valorizar diferentes formas de aprendizagem e criar ambientes acessíveis que permitam o desenvolvimento de todos.

A educação inclusiva deve contemplar a pluralidade de identidades, respeitando necessidades e potencialidades específicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta que alunos com deficiência devem estudar em classes comuns, com o suporte de professores especializados, tecnologia assistiva e materiais adaptados (BRASIL, 2008). Já a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) destaca a valorização da diversidade linguística e cultural, propondo um currículo que promova a equidade (BRASIL, 2017).

O compromisso com a educação antirracista é reforçado pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, como forma de combater o racismo estrutural e promover a representatividade (BRASIL, 2003). A escola também deve enfrentar preconceitos de gênero, orientação sexual e religião, assegurando o direito à liberdade de identidade e expressão, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988.

Outro desafio importante diz respeito às desigualdades socioeconômicas.

Muitos estudantes enfrentam dificuldades de acesso a recursos básicos como alimentação, transporte e tecnologia. Para uma inclusão efetiva, é necessário garantir políticas de apoio, como

programas de alimentação escolar (PNAE), acesso à internet e bolsas de permanência (FNDE, 2021).

A efetivação da inclusão exige ações contínuas como: formação docente sobre diversidade (BRASIL, 2018, Política Nacional de Formação de Professores), adaptação pedagógica, participação das famílias e comunidades, investimentos em infraestrutura e monitoramento das políticas públicas.

METODOLOGIA

O presente projeto tem como objetivo promover a conscientização e estimulo a diversidade e inclusão, com ênfase no ambiente escolar. Portanto, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, visando compreender e aprofundar-se no tema. As atividades serão desenvolvidas no ambiente escolar, tendo como público alvo crianças entre 5 a 12 anos e seus respectivos responsáveis.

A metodologia consiste na elaboração de cartilhas para colorir, direcionada aos estudantes, com o intuito de abordar o presente tema de forma didática e acessível.

Tal material enfatiza o respeito as diferenças, bem como diversidade cultural e étnica, ademais estimulam a interação entre os estudantes.

Ademais, foram produzidos panfletos informativos, os quais serão distribuídos aos responsáveis, com a finalidade de informar e conscientizar sobre a importância da inclusão e combate à discriminação, especialmente desde a infância.

O projeto será realizado através de um encontro dos acadêmicos com a instituição educacional, promovendo o engajamento da comunidade escolar com o tema.

A elaboração do conteúdo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em direitos básicos como educação e inclusão, bem como lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e a política nacional de educação especial, sendo assim, tais ferramentas impulsionaram e referenciaram tal trabalho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressalta a relevância da diversidade e da inclusão como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. A análise realizada evidenciou que, embora existam avanços significativos em termos de legislação e políticas públicas, persistem desafios estruturais e culturais que dificultam a plena implementação de práticas inclusivas, especialmente no âmbito escolar.

A pesquisa documental possibilitou compreender que valorizar as diferenças — sejam elas relacionadas à raça, gênero, orientação sexual, religião, condição física ou social — vai além do simples reconhecimento, exigindo ações concretas de acolhimento, adaptação e garantia de oportunidades igualitárias. Nesse sentido, a escola se confirma como um espaço central para a socialização, o aprendizado e a formação de cidadãos conscientes, empáticos e respeitosos.

Os materiais pedagógicos desenvolvidos, como cartilhas e panfletos informativos, demonstram que iniciativas educativas voltadas para a conscientização sobre diversidade e inclusão são essenciais para estimular o respeito às diferenças desde a infância, envolvendo estudantes e suas famílias. Essas ações reforçam a compreensão de que a inclusão não é apenas um direito, mas um compromisso coletivo que demanda o engajamento constante de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores e responsáveis.

Em síntese, o estudo evidencia que a promoção da diversidade e da inclusão é um processo contínuo e complexo, capaz de contribuir significativamente para a superação de preconceitos e desigualdades históricas. Investir em educação inclusiva representa investir na construção de uma sociedade mais humana, acolhedora e comprometida com os direitos fundamentais, garantindo que cada indivíduo possa exercer plenamente sua cidadania e desenvolver suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017. BRASIL. Política Nacional de Formação de Professores, 2018.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas de apoio à permanência escolar, 2021.

UNESCO. Diretrizes sobre políticas da inclusão na educação. Paris, 2009.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: CUIDANDO DA VIDA E DA NATUREZA

Alunos da 8ª fase de Direito[1]
André Trevisan[2]
Thiara Zen[3]

Resumo – A relação entre saúde humana e meio ambiente é cada vez mais reconhecida como um fator essencial para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações. O presente trabalho aborda a interdependência entre os sistemas naturais e a saúde pública, destacando como a degradação ambiental, incluindo a poluição do ar e da água, o desmatamento e as mudanças climáticas, impacta diretamente no aumento de doenças e na vulnerabilidade social. A partir de uma revisão bibliográfica e análise de dados atuais, busca-se compreender os principais desafios enfrentados nesse contexto e propor estratégias integradas de preservação ambiental e promoção da saúde.

Palavras-chave: Saúde Pública; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Políticas Ambientais; Qualidade De Vida.

INTRODUÇÃO

Desde antigamente, já se reconhecia que o ambiente exerce influência direta sobre a saúde humana. Hipócrates, no século V a.C., ao escrever o tratado Ares, Águas e Lugares, destacou que as doenças não deveriam ser atribuídas apenas a causas místicas ou espirituais, mas sim às condições ambientais e socioculturais nas quais os indivíduos estavam inseridos (CAIRUS, 2005). Essa percepção inicial foi fundamental para o desenvolvimento posterior das noções de saúde coletiva e saúde ambiental, hoje amplamente aceitas como pilares essenciais para o bem-estar das populações. Com base nessa compreensão, torna-se evidente que preservar o meio ambiente é, também, uma forma de promover a saúde pública (ROMEIRO, 2012).

A partir da segunda metade do século XX, os debates sobre sustentabilidade ganharam relevância global, passando a integrar agendas políticas, econômicas e jurídicas. A Conferência de Estocolmo, em 1972, representou o primeiro grande marco internacional ao alertar para os impactos da degradação ambiental sobre a qualidade de vida humana (LAGO, 2009). Documentos posteriores, como o Relatório Brundtland (1987), a Agenda 21 (1992) e a Agenda 2030 (2015), consolidaram a compreensão de que o desenvolvimento sustentável só é possível mediante a articulação entre meio ambiente, saúde, economia e justiça social. Como afirmam Souza e

[1] Alunos do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Armada (2016), a Agenda 21 tornou-se um dos principais instrumentos de planejamento ambiental integrado, voltado à garantia da vida em todas as suas dimensões.

No Brasil, a incorporação desses princípios se deu por meio da criação de normas legais e políticas públicas que visam compatibilizar crescimento econômico com conservação ambiental. A promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938/1981, institucionalizou essa preocupação ao estabelecer diretrizes para o desenvolvimento com equilíbrio ecológico (ROMEIRO, 2012). Mais recentemente, com a Declaração "O Futuro que Queremos", oriunda da Rio+20, e a posterior formulação da Agenda 2030, reforçou-se a necessidade de ações coordenadas para enfrentar os desafios emergentes, como a degradação ambiental, as mudanças climáticas e seus impactos sobre a saúde humana (UNITED NATIONS, 2015). Como aponta Veiga (2015), esse processo marca um avanço cognitivo e institucional que evidencia a urgência de políticas sustentáveis voltadas à proteção simultânea da natureza e da vida.

INTERLIGAÇÃO ENTRE SAÚDE, SUS E MEIO AMBIENTE

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida. Cabe ao Poder Público e à coletividade protegê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). O SUS, instituído pela mesma Constituição, garante acesso universal e gratuito à saúde. Mais do que atendimento médico, atua na promoção e prevenção, considerando os determinantes sociais e ambientais da saúde (BRASIL, 1988).

O artigo 200 da CF/88 reforça essa conexão ao incluir entre as competências do SUS a colaboração na proteção do meio ambiente, inclusive do trabalho. Doenças respiratórias, intoxicações e vetores de enfermidades evidenciam essa relação. Ações como saneamento, vigilância sanitária e saúde do trabalhador mostram a ligação entre saúde pública e preservação ambiental (BRASIL, 1988). Entre as atribuições do SUS estão: fiscalizar produtos de interesse da saúde, executar vigilância, participar de políticas de saneamento, fiscalizar alimentos e águas e colaborar na proteção ambiental (BRASIL, 1988). Assim, o SUS consolida-se como agente estratégico entre políticas de saúde e ambientais, reforçando a concepção ampliada de saúde: bem- estar físico, mental e social (BRASIL, 1988).

A OMS afirma que a qualidade do ambiente influencia diretamente a saúde. Ar puro, água potável e alimentos seguros previnem doenças, enquanto ambientes poluídos aumentam problemas respiratórios, alergias e infecções (WHO, 2022). Segundo a OMS, 1 em cada 4 doenças está relacionada a fatores ambientais (WHO, 2022). O fortalecimento do SUS aliado a políticas ambientais eficazes é essencial para garantir uma vida saudável.

PROBLEMAS AMBIENTAIS QUE AFETAM A SAÚDE

As mudanças climáticas provocam impactos à biodiversidade, à saúde e às estruturas socioeconômicas. Alterações nos padrões climáticos geram eventos extremos, como enchentes, estiagens, escorregamentos e secas severas (NETO, 2010; ZANIRATO, 2023). Mais de 13 milhões de mortes anuais estão ligadas a fatores ambientais evitáveis: poluição do ar, substâncias tóxicas,

água contaminada e descarte inadequado de resíduos. Tais fatores agravam doenças, sobretudo em áreas urbanas e periféricas (WHO, 2022).

A poluição do ar aumenta doenças respiratórias e cardiovasculares (BRITO ET AL., 2021). A água contaminada causa hepatite A, cólera e intoxicações (SOUZA; FERREIRA, 2020). A degradação ambiental é, portanto, questão de saúde pública, exigindo respostas intersetoriais e sustentáveis (SOUZA; FERREIRA, 2020).

As mudanças climáticas, aumento da temperatura, elevação dos oceanos e ondas de calor, afetam sobretudo populações pobres, sem infraestrutura adequada (LOPES; MENDES, 2021). Além dos impactos físicos, desastres ambientais elevam transtornos mentais em comunidades afetadas (COSTA; NASCIMENTO, 2020). Políticas integradas de saúde e meio ambiente são urgentes para prevenção e adaptação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ATITUDES CONSCIENTES

A exploração desorganizada de recursos e resíduos, sem políticas adequadas, intensificou a degradação ambiental (SANTOS, 2023). A Conferência de Estocolmo (1972) marcou o início da pauta ambiental global (SANTOS, 2023). Segundo Paulo Freire (1996, p. 26), a educação ambiental é processo permanente de formação e informação, desenvolvendo consciência crítica e participação ativa na conservação ambiental.

Ela é essencial para reverter a degradação socioambiental, promovendo mudança de mentalidade coletiva e mobilização social (JACOBI, 2003). A educação ambiental deve estar em todos os espaços sociais, engajando a população para uma sociedade sustentável (SANTOS, 2023).

SUSTENTABILIDADE – CUIDAR DA NATUREZA É CUIDAR DA VIDA

Nas décadas de 1980 e 1990, iniciou-se no Brasil a governança ambiental integrada. O Relatório de Brundtland (1988) popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, ligando habitação, saneamento, água e saúde ao meio ambiente. A precariedade desses setores reflete degradação ambiental e gera doenças como malária, cólera e infecções gastrointestinais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 59).

Para Barbieri (2007), organizações sustentáveis são as que introduzem práticas que beneficiam sociedade e meio ambiente. Segundo Boff (2012), sustentabilidade é o conjunto de práticas que garantem condições naturais para a vida, equilibrando necessidades presentes e futuras. Seus objetivos são: sustentar a vida, preservar seres vivos e planeta, atender necessidades humanas e assegurar direitos das futuras gerações.

METODOLOGIA

Nesta seção serão expostos os métodos e técnicas que serão utilizados para elaboração do presente trabalho, as características descritas a seguir foram selecionadas com base na problemática da pesquisa. Quanto à sua natureza, a mais adequada para o desenvolvimento do texto é a básica, "aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente

levar a resultados acadêmicos aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente". (SCHWARTZMAN, 1979).

A problemática do texto tem por objetivo analisar um fenômeno social e suas condicionantes, sob esse contexto foi escolhida uma abordagem qualitativa.

> [...] Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (DESLANDES, 2002)

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica e documental. Para Fonseca (2002, p.32) "A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites."

> A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

APÓS A APLICAÇÃO

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos às escolas EMEB Nossa Senhora Salete e EEB Prof. Domingos da Costa Franco pela valiosa colaboração e disponibilidade em viabilizar a aplicação do projeto junto aos seus alunos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, M. *Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. Acesso em 10 set. 2025.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: tentativa de definição*. Disponível em: https://www.mobilizadores.org.br/wp- content/uploads/2014/05/sustentabilidadetentativa-de-definio.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 set. 2025.

BRITO CAIRUS, H. F. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JR., W. A. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: http://books.scielo.org/id/9n2wg/pdf/cairus-9788575413753-07.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. *Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças*. In: Caminhos do pensamento: epistemologia e método, v. 2, p. 195-223, 2002.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: https://www.pazeterra.com.br. Acesso em: 10 set. 2025.

JACOBI LAGO, A. A. C. *Stockholm, Rio, Johanesburg: Brazil and the Three United Nations Conference on the Environment*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. 244 p. LOPES

MALHEIROS, T. F.; PHLIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. *Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 7–20, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000100002&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2025.

ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico- ecológica*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65–92, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006. Acesso em: 10 set. 2025. SANTOS

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. S. (org.). *Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas*. v. 2. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. 116 p. Disponível em: https://emporiododireito.com.br/uploads/livros/pdf/1505069069.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

UNITED NATIONS. *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/sobre/. Acesso em: 10 set. 2025.

A CIDADANIA ESCOLAR COMO FORMA DE MUDAR SEU FUTURO

Categoria: Curricularização da Extensão

Lucas Kawan Abrão de Lima[1]
Alfredo Alejandro Calvo Moreno[2]
Álvaro André Freitas de Oliveira[3]
Jacson Beck de Proença[4]
Brenda Thamires de Souza[5]
Jociane Machiavelli[6]

Resumo - Este trabalho analisa a cidadania escolar como uma prática emancipatória, capaz de transformar o futuro dos estudantes ao posicioná-los como sujeitos ativos de sua própria história. Partindo da contradição entre o ideal de formação cidadã, consagrado na legislação brasileira, e a realidade de exclusão social que nega esse direito a muitos, o estudo propõe uma reconceitualização da cidadania, para além de um status jurídico, como uma práxis política vivenciada no cotidiano da escola. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica de caráter interpretativo, articulando os referenciais teóricos da filosofia política de Hannah Arendt, da teoria da cidadania de

T.H. Marshall e da pedagogia crítica de Paulo Freire e José Carlos Libâneo. A fundamentação teórica sustenta que a escola, ao se constituir como um espaço público de diálogo e ação, permite que os educandos desenvolvam as competências necessárias para a participação democrática. Conclui-se que a efetivação da cidadania escolar como instrumento de transformação social depende da superação de desafios estruturais, como a desigualdade social, e da incorporação de novas competências, como a educação midiática, demandando uma prática docente engajada e políticas públicas coerentes.

Palavras-chave: cidadania, educação, sociedade.

INTRODUÇÃO

A educação, no ordenamento jurídico brasileiro, é concebida como um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade democrática. A Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização do país e apropriadamente estabelece em seu artigo 205 que a educação é denominada "Constituição Cidadã" um direito de todos e dever do Estado e da Família, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

[1]Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.
[6]Professora do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP.

qualificação para o trabalho detalhada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que reitera o preparo para o exercício da cidadania como uma de suas finalidades centrais.

Contudo, este ideal normativo confronta-se com uma realidade social marcada por profundas desigualdades, que se refletem diretamente no sistema educacional. O Brasil enfrenta índices alarmantes de evasão e exclusão escolar, fenômenos que atingem de forma desproporcional jovens provenientes de contextos de vulnerabilidade socioeconômica, majoritariamente negros e periféricos. Essa dinâmica cria um paradoxo central: a mesma instituição legalmente incumbida de formar para a cidadania torna-se, na prática, um espaço que reproduz e aprofunda a exclusão, negando a uma parcela significativa da população o acesso aos instrumentos necessários para a plena participação na vida pública. A exclusão da escola se converte, assim, em uma forma de exclusão da cidadania, um mecanismo de perpetuação de uma cidadania estratificada, onde os direitos prometidos pela Constituição se tornam privilégio de poucos.

Diante desse cenário, emerge a problematização que orienta este estudo: como pode a escola transcender a função de mera transmissora de conteúdos sobre civismo e converter-se em um lócus de vivência e prática efetiva da cidadania? De que maneira a experiência cidadã no ambiente escolar pode atuar como um vetor de transformação, capacitando os estudantes a se tornarem agentes de mudança em seus próprios futuros e nos de sua comunidade? A justificativa para esta investigação reside na urgência de se pensar a educação como uma força ativa na consolidação da democracia brasileira. A relevância teórica ancora-se na necessidade de articular conceitos da filosofia política, da sociologia e da pedagogia crítica para construir uma concepção robusta de cidadania escolar. A relevância social, por sua vez, está no potencial de empoderar as novas gerações para o enfrentamento dos desafios de uma sociedade complexa e desigual.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar o conceito de cidadania escolar como uma prática emancipatória que instrumentaliza os estudantes para a construção de seus projetos de vida e para a transformação social. Como objetivos específicos, busca-se: (1) desconstruir o conceito de cidadania, deslocando- o de uma perspectiva passiva, centrada em direitos, para uma concepção ativa, focada na ação política; (2) investigar as condições pedagógicas, com destaque para o papel do docente e do projeto político-pedagógico, que viabilizam a formação dessa cidadania ativa; e (3) identificar os principais desafios contemporâneos - a exclusão social e o ambiente digital – que a educação cidadã deve enfrentar para ser efetiva.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de caráter narrativo e interpretativo. Conforme as orientações do modelo de Resumo para leituras interdisciplinares, esta metodologia é adequada para a construção de um argumento teórico a partir da análise crítica e da síntese de literatura consolidada, em vez da testagem empírica de hipóteses.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão moderna da cidadania foi profundamente influenciada pela análise clássica do sociólogo britânico T.H. Marshall. Em sua obra seminal, Marshall descreve a cidadania como um status conferido aos membros plenos de uma comunidade, cuja evolução histórica se deu pela conquista progressiva de três conjuntos de direitos: os direitos civis, consolidados no século XVIII, que garantem as liberdades individuais (liberdade de expressão, de pensamento, direito de propriedade e à justiça); os direitos políticos, afirmados no século XIX, que asseguram a participação no exercício do poder político (direito de votar e ser votado); e os direitos sociais, que emergiram no século XX, relacionados ao bem-estar econômico e social (direito à educação, saúde, trabalho e seguridade social) (MARSHALL, 1992).

Este modelo é particularmente útil para analisar o contexto brasileiro, onde a Constituição de 1988 representou um marco na formalização e ampliação dessas três dimensões de direitos, buscando garantir um patamar mínimo de dignidade e participação para todos os cidadãos (BRASIL, 1988). Contudo, a perspectiva de Marshall, embora fundamental, tende a apresentar a cidadania como um status passivo, um conjunto de direitos outorgados pelo Estado. Uma concepção mais robusta e transformadora exige ir além da mera titularidade de direitos, compreendendo a cidadania como uma prática ativa, um exercício contínuo que se fundamenta em um sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Sem essa dimensão ativa, os direitos, por mais que estejam garantidos na lei, correm o risco de se tornarem letra morta, especialmente para os grupos socialmente marginalizados (MARSHALL, 1992).

A passagem da cidadania concebida como status jurídico para a cidadania compreendida como prática social confere à instituição escolar função central. Tal perspectiva pode ser sustentada pela interlocução entre a teoria política de Hannah Arendt e a pedagogia de Paulo Freire. Arendt, ao analisar a vita activa, identifica três dimensões fundamentais da atividade humana: o labor, relacionado às necessidades de subsistência biológica; o trabalho, voltado à produção de artefatos e à construção do mundo artificial; e a ação, entendida como a capacidade de iniciar processos inéditos e de se manifestar no espaço público mediante a palavra. É na ação, realizada em ambiente público e coletivo, que a liberdade humana alcança sua forma mais plena. Nessa concepção, a cidadania não se limita a um direito individual, mas consiste na participação efetiva nos assuntos que dizem respeito ao mundo comum (ARENDT, 2007).

Em seu lugar, propõe uma educação dialógica, na qual educadores e educandos, juntos, problematizam a realidade em que vivem para transformá-la. Esse por Freire, é precisamente o espaço onde esse diálogo crítico e transformador acontece, articulando o aprendizado dos conteúdos com as necessidades e vivências da comunidade (FREIRE, 1987).

A transformação da escola em um espaço de cidadania ativa depende crucialmente da prática docente e da organização institucional. O professor não é um técnico neutro, mas um mediador fundamental da cultura democrática. Sua atuação deve ir além da transmissão de conteúdos, englobando a criação de um ambiente de sala de aula que valorize o diálogo, o respeito à diversidade de opiniões e o pensamento crítico (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, a pedagogia crítico-social dos conteúdos, desenvolvida por José Carlos Libâneo, oferece um referencial importante. Libâneo defende que os conteúdos escolares não

devem ser desvinculados da realidade social; ao contrário, devem ser trabalhados de forma a fornecer aos alunos os instrumentos para uma compreensão crítica do mundo, capacitando-saber historicamente acumulado, mas de uma forma que o conecte com as práticas sociais e os desafios contemporâneos (LIBÂNEO, 2011).

No âmbito institucional, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) configura-se como o principal instrumento de consolidação da gestão democrática escolar. Quando elaborado de forma participativa, com a efetiva inclusão de gestores, docentes, funcionários, discentes e famílias, o PPP constitui prática concreta de exercício da cidadania. Esse processo possibilita à escola definir coletivamente sua identidade, seus objetivos e suas estratégias de atuação, assegurando que tais diretrizes reflitam os valores e as expectativas da comunidade escolar, ao mesmo tempo em que reforçam o compromisso com um projeto educacional comum e orientado à transformação social (LIBÂNEO, 2011).

A efetivação do ideal de escola cidadã enfrenta desafios estruturais relevantes. O primeiro refere-se à exclusão social. A desigualdade socioeconômica, historicamente presente no Brasil, repercute em desigualdade educacional, expressa em elevados índices de abandono e evasão escolar. O afastamento do estudante do ambiente escolar implica não apenas a perda do acesso ao conhecimento formal, mas também da principal instância de socialização e de formação para a vida pública.

O segundo desafio decorre das transformações próprias da era digital. O espaço público contemporâneo assume, em grande medida, configuração virtual, no qual a participação política, o debate de ideias e o acesso à informação ocorrem por meio de plataformas digitais. Esse cenário demanda novas competências, compreendidas sob o conceito de cidadania digital, que incluem o uso ético, seguro e responsável das tecnologias, bem como a capacidade de análise crítica da informação. A disseminação de desinformação, discursos de ódio e práticas de manipulação virtual constitui ameaça direta à democracia (CASTELLS, 2006).

Nesse contexto, a educação midiática torna-se elemento indispensável da formação cidadã no século XXI. Trata-se não apenas da apropriação instrumental das ferramentas digitais, mas do desenvolvimento da capacidade de interpretar criticamente o ecossistema informacional, distinguir fatos de opiniões, identificar fontes confiáveis e compreender a lógica dos algoritmos e das redes sociais. A relevância dessa formação é reconhecida em marcos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Digital (PNED), que a estabelecem como competência transversal da educação básica. A ausência desse preparo torna o direito político de participação, central na teoria de Marshall, vulnerável à manipulação, comprometendo seu potencial democrático. Nesse sentido, a escola assume a responsabilidade de promover as defesas cognitivas essenciais à preservação da cidadania no contexto da sociedade da informação (BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, conclui-se que a cidadania escolar, quando concebida e praticada como práxis emancipatória, possui significativo potencial de transformação tanto para os estudantes quanto para a sociedade em geral. A análise teórica demonstrou que a superação de uma concepção

passiva de cidadania, restrita à titularidade de direitos, em direção a uma concepção ativa, dialógica e política, constitui condição necessária para que a escola cumpra seu papel constitucional de formação cidadã. Nesse sentido, a vivência democrática no cotidiano escolar possibilita que os educandos se constituam como sujeitos históricos, aptos a intervir criticamente na realidade social.

A implementação desse projeto enfrenta, contudo, obstáculos estruturais e pedagógicos. A desigualdade social, que se expressa na exclusão e evasão escolar, requer enfrentamento mediante políticas públicas consistentes que assegurem acesso e permanência na educação básica, uma vez que não há cidadania plena sem garantia de educação de qualidade. Concomitantemente, a escola deve se atualizar para atender às demandas contemporâneas, incorporando a educação midiática e digital como parte fundamental do currículo, de modo a formar jovens capazes de exercer uma cidadania crítica e consciente no atual ambiente informacional.

A consolidação da escola cidadã não decorre de iniciativas pontuais, mas de um esforço sistêmico e contínuo. Esse processo demanda políticas públicas que fortaleçam a gestão democrática, assegurem a autonomia pedagógica e garantam formação continuada aos docentes, em consonância com diretrizes estabelecidas em marcos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Em síntese, investir na cidadania escolar significa reconhecer que a escola não constitui apenas espaço de preparação para o futuro, mas o locus em que o futuro democrático da sociedade se constrói, no presente, por meio da participação ativa dos estudantes e de sua capacidade de ação coletiva (BRASIL, 2007).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: SEDH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico- social dos conteúdos. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Citizenship and social class. In: MARSHALL, T. H.; BOTTOMORE, Tom. Citizenship and social class. London: Pluto Press, 1992. p. 3- 51.

A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA COMO FORMA DE REDUZIR A EVASÃO ESCOLAR

Categoria: Curricularização da Extensão

Amanda Gabrieli de Souza Rodrigues
Diogo Arthur Bitencourt
Jeniffer de Lima Carneiro
Ricardo Granemann Martins

Resumo - A evasão escolar configura-se como uma das principais dificuldades no pleno desenvolvimento educacional no Brasil, sendo necessárias algumas estratégias integradas que envolvam família, escola e sociedade ativa. Nesse cenário, a cidadania desempenha papel central, por se vincular ao exercício de direitos e deveres, à participação ativa na vida coletiva e à promoção do bem-estar social. A instituição escolar, compreendida como continuidade do processo educativo iniciado no âmbito familiar, demanda o engajamento efetivo dos pais e responsáveis, cuja atuação transcende o acompanhamento das atividades pedagógicas, refletindo diretamente no desempenho acadêmico, no desenvolvimento socioemocional e na formação integral da criança e do adolescente. Temos iniciativas como o Programa APOIA, atuando em Santa Catarina, mostram a relevância da articulação em rede entre órgãos escolares, Conselho Tutelar e Ministério Público, com vistas a garantir a permanência e o retorno dos estudantes ao ambiente escolar. Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê sanções legais aos responsáveis que descumprirem seus deveres educacionais, o que reforça a necessidade de corresponsabilidade entre família e sociedade. Assim, o fortalecimento da cidadania e da participação familiar constitui elemento essencial para a redução da evasão e abandono escolar.

Palavras-chave: Evasão; família; escola; sociedade; educação.

INTRODUÇÃO

É grande a discussão sobre a evasão escolar, onde crianças e adolescentes muitas vezes deixam de cumprir seus papeis como estudantes, sendo por conta própria ou até mesmo por falta de apoio familiar.

> A evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola (Johann. 2012, p. 65).

Essa temática é um grande problema que estamos enfrentando na educação brasileira, sendo englobado diversos fatores sociais, sendo desde econômicos, culturais e familiares, sendo o último grandes contribuintes para a educação dos nossos estudantes, o apoio familiar, onde muitos interrompem seus estudos por falta e apoio e cobrança familiar, a evasão pode ser evitada com esses desempenhos vindos de dentro de casa.

A Educação se constrói de maneira integral envolvendo a participação da família e da escola, esta última considerada o segundo agente de socialização que constrói juntamente como educando a aquisição de conhecimentos diante dos conteúdos das disciplinas trabalhadas em sala de aula, habilidades, potencialidades, aptidões a partir das ferramentas de ensino introduzidas pelo educador no contexto escolar (SOARES, 2000).

A família se faz presente desde o princípio, é importante que a mesma garanta um papel de acolhimento na vida de seus filhos, contribuindo e somando dentro do âmbito educacional.

Tendo em vista a ideia arcaica ainda existente de que a escola é responsável somente pela educação formal enquanto a família se responsabiliza apenas pela educação informal (SILVEIRA; WAGNER, 2009).

A parceria deve ser estável entre o âmbito escolar e familiar, vindo de casa os princípios relacionados a educação, sendo assim será complementado pela escola o processo escolar, por esse motivo é de suma importância a ligação entre as duas partes, sem uma completando a outra e apoiando não existe uma base, base esta que se chama apoio, sendo assim gera os grandes casos de desistência e abandono dos meios escolares.

Na atualidade existem programas que apoiam os alunos e a para os estudantes do ensino médio que concluírem os estudos, sendo assim o estudante deve comparecer as aulas com frequência para usufruir do benefício, essa é uma das maneiras de evitar a evasão, pois o aluno é estimulado a frequentar a escola para ter acesso ao dinheiro.

Os casos são grandes e cada vez mais crescentes, os métodos não se mostram eficazes, e por este motivo busca-se partir para o meio de sensibilização familiar, onde serão apontados que a família tem um papel essencial dentro dos estudos de seus filhos, sendo no incentivo, apoio e acolhimento, e juntando a atuação ativa dos pais muitos casos da evasão e abandono escolar irão reduzir, ajudando a apoiar a permanecia dos filhos nos estudos consequentemente irão contribui para um futuro melhor para as futuras gerações.

ETODOLOGIA

O presente trabalho classifica-se, de acordo a sua área de conhecimento, como ciência social aplicada.

No que se refere à natureza da pesquisa, trata-se de um estudo aplicado, voltado à aquisição de conhecimento com a intenção de promover sua aplicação em um contexto específico.

Os procedimentos metodológicos adotados incluem levantamento e pesquisa bibliográfica. Além disso, a investigação possui caráter exploratório, uma vez que busca aprofundar a compreensão do problema e dos objetivos, tornando-os mais evidentes e contribuindo para a formulação de hipóteses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e bibliográfica.

A escolha ocorreu por meio da busca em repositórios acadêmicos e periódicos especializados, considerando a atualidade, a pertinência temática e a diversidade de enfoques teóricos.

A evasão e o abandono escolar é um grande problema que vem sendo enfrentado em nosso sistema educacional, colocando em analise os fatores sociais, econômicos e também a falta de acompanhamento dos estudantes, dessa forma o acompanhamento da família se torna essencial para garantir que não ocorra a evasão escolar e um bom desempenho escolar dos alunos.

O projeto foi desenvolvido por meio de uma cartilha, onde busca conscientizar os pais e os responsáveis sobre a importância do papel familiar dentro do âmbito escolar. Após apresentadas as informações ao público alvo pretende-se despertar a responsabilidade e a contribuição com o processo educacional, contando com um comprometimento e incentivo no futuro dos estudantes.

Sendo assim, conclui-se que a educação só se faz quando há uma base entre escola e família, uma observando o trabalho da outra, as duas partes trabalhando juntas podem contribuir fortemente para evitarmos a evasão escolar e assegurar o direito a educação no nosso meio social.

REFERÊNCIAS

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense:** um estudo de caso no campus Passo Fundo Dissertação (Mestrado em Educação) ··· Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

SANTOS, D. S.; BARROS, A. M. R.; PARREIRA, **D. C. Tecnologias, cidadania e educação**: estratégias para lidar com os riscos das práticas digitais nas instituições escolares. *Revista Amor*, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu.

SILVEIRA, L. M. O. B.; WAGNER A. (2009). **Relação família-escola:** práticas educativas utilizadas por pais e professores. Psicologia Escolar e Educacional, 283- 291.

SOARES, J. M. **Família e Escola:** parceiras no processo educacional da criança. 2000.

TREZZI, C. O acesso universal à Educação no Brasil: uma questão de justiça social. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 116, p. 566-587, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003226.

O ESTATUTO DO IDOSO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO: ENTRE A GARANTIA LEGAL E A PRÁTICA SOCIAL

Categoria: Curricularização Da Extensão

João Victor do Nascimento Cardoso[1]
Lucas Rocha[2]
Gabriel Rocha Cofferri[3]
Victor Emanuel Ayres de Souza[4]
Benik Alexandre da Silva[5]
Gustavo Carvalho da Silva[6]
Thiara Zen[7]

Resumo – O envelhecimento populacional no Brasil cresce de forma acelerada, exigindo respostas efetivas do Estado e da sociedade. Nesse contexto, o Estatuto do Idoso, criado em 2003, constitui um marco jurídico fundamental para a garantia de direitos como saúde, transporte, assistência social, lazer e proteção contra a violência. Entretanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta entraves relacionados à desinformação e à ausência de políticas públicas estruturadas. O presente estudo, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em pesquisa bibliográfica, entrevistas com idosos e atividades extensionistas, como elaboração de materiais educativos, rodas de conversa e projetos audiovisuais. Os resultados apontam que iniciativas acadêmicas, como a atuação dos Núcleos de Prática Jurídica e a curricularização da extensão universitária, desempenham papel decisivo na aproximação da comunidade com o conhecimento jurídico, especialmente na distinção entre benefícios previdenciários e assistenciais. Além disso, destacam-se os impactos sociais das ações extensionistas na promoção do diálogo intergeracional e na construção de uma cultura de respeito. Conclui-se que, mais do que previsão legal, os direitos da pessoa idosa representam um compromisso ético e coletivo, cuja efetividade depende da integração entre legislação, conscientização social e valorização da dignidade.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso. Direitos da pessoa idosa. Curricularização da extensão. Núcleo de Prática Jurídica. Cultura de respeito.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que cresce de forma acelerada nas últimas décadas e representa um dos maiores desafios sociais contemporâneos. Atualmente, o Brasil conta com mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, número que tende a

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aumentar significativamente nas próximas décadas, modificando a estrutura etária e exigindo novas respostas do Estado e da sociedade. Nesse cenário, torna-se essencial a reflexão sobre os direitos da pessoa idosa, a fim de garantir condições dignas de vida, participação social e proteção integral contra situações de negligência e violência.

Para assegurar tais garantias, foi criado em 2003 o Estatuto do Idoso, um marco jurídico fundamental que estabelece mais de 40 direitos específicos, abrangendo áreas como saúde, assistência social, transporte, lazer, cultura e segurança. Entretanto, embora a lei seja abrangente e reconhecida como avanço histórico, sua aplicação prática ainda encontra desafios, sobretudo em municípios menores, onde faltam políticas públicas estruturadas e maior disseminação de informações.

Nesse contexto, projetos acadêmicos, materiais audiovisuais e ações de extensão têm desempenhado papel relevante. Iniciativas como podcasts, vídeos educativos e cartilhas informativas buscam aproximar a população do conhecimento sobre o Estatuto, diferenciando, por exemplo, benefícios assistenciais como o BPC/LOAS e benefícios previdenciários como a aposentadoria por idade. Além disso, a atuação de núcleos de prática jurídica fortalece a defesa dos direitos dos idosos em demandas concretas, especialmente relacionadas a alimentos, medicamentos e situações de vulnerabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada à análise dos direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso e das estratégias práticas de divulgação desses direitos na comunidade. O estudo fundamentou-se em três eixos principais: pesquisa bibliográfica, atividades extensionistas e ações educativas.

Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico em legislações, artigos científicos, cartilhas e materiais institucionais voltados à proteção da pessoa idosa, com destaque para o Estatuto do Idoso e para publicações que diferenciam benefícios assistenciais e previdenciários.

Na etapa extensionista, foram desenvolvidos materiais educativos (folders, podcasts, vídeos e rodas de conversa) com a finalidade de aproximar a população dos conteúdos jurídicos de forma acessível e didática. Essas atividades buscaram promover o diálogo intergeracional e estimular a reflexão crítica sobre a efetivação dos direitos da pessoa idosa.

A coleta de dados práticos ocorreu por meio de entrevistas e escuta ativa de idosos da comunidade, identificando demandas relacionadas a benefícios sociais, medicamentos, tratamentos de saúde e apoio familiar. Os resultados dessas entrevistas foram posteriormente compartilhados em ambiente escolar, em formato de apresentação e debate aberto com a comunidade.

Por fim, as ações foram articuladas com a curricularização da extensão universitária, de modo a integrar a formação acadêmica dos estudantes de Direito com a vivência social, unindo prática jurídica, conscientização comunitária e defesa da cidadania da população idosa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estatuto do Idoso consolidou-se como uma das legislações mais relevantes no campo da cidadania, assegurando direitos que antes eram difusos ou pouco reconhecidos. Ele garante prioridade no atendimento de saúde, acesso a medicamentos gratuitos, transporte público gratuito ou com desconto, além da participação em atividades culturais e de lazer. Também estabelece mecanismos de proteção penal contra maus-tratos, abandono e apropriação de bens, reforçando o combate à violência, que muitas vezes ocorre dentro da própria família. Esse conjunto de garantias demonstra a preocupação do legislador em assegurar não apenas a sobrevivência material, mas também a inclusão social e a dignidade.

O Estatuto do Idoso, regulamentado pela Lei nº 10.741/2003, estabelece direitos específicos à pessoa idosa, incluindo prioridade no atendimento, gratuidade de transporte público e acesso à educação e lazer, visando à garantia da dignidade e do envelhecimento saudável [BRASIL, 2003].

Um ponto de grande relevância é a distinção entre benefícios assistenciais e previdenciários, muitas vezes confundidos pela população. O BPC/LOAS é um benefício assistencial pago a idosos em situação de vulnerabilidade ou a pessoas com deficiência, sem necessidade de contribuição ao INSS. Já a aposentadoria por idade é um direito previdenciário, que exige idade mínima e tempo de contribuição, oferecendo benefícios adicionais como 13º salário e pensão por morte. Essa diferenciação é essencial para que os cidadãos compreendam os critérios de acesso e não fiquem desamparados por falta de informação.

A atuação prática de instituições como os Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) das universidades reforça esse processo de conscientização. Ao atender idosos em demandas relacionadas a alimentos, medicamentos e esclarecimento de direitos, os NPJs cumprem papel social e educativo, ao mesmo tempo em que oferecem experiência formativa aos estudantes de Direito. Projetos como vídeos, podcasts e folders explicativos têm contribuído para democratizar o conhecimento, tornando-o mais acessível e adaptado às necessidades reais da comunidade.

Complementando essas iniciativas, destaca-se também a curricularização da extensão, que integra a universidade à comunidade por meio de projetos de pesquisa e ação social. Em atividades realizadas com idosos, acadêmicos entrevistaram participantes da comunidade para compreender sua realidade em relação ao acesso a benefícios, medicamentos, tratamentos de saúde e apoio familiar. Posteriormente, os resultados foram apresentados em uma escola, seguidos de rodas de conversa que estimularam o diálogo intergeracional e a conscientização sobre os direitos garantidos pelo Estatuto. Essa prática evidencia como a extensão universitária pode ser transformadora, fortalecendo o protagonismo estudantil e o compromisso social com a defesa da cidadania.

O reconhecimento dos direitos dos idosos na sociedade é fundamental para promover o envelhecimento com dignidade, respeitando suas necessidades e garantias legais, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso [BRASIL, 1988; BRASIL, 2003].

Entretanto, mesmo com avanços legislativos e institucionais, os desafios culturais e sociais permanecem. O preconceito contra o envelhecimento ainda é visível e pode se manifestar em forma de exclusão, descaso ou violência silenciosa. Muitas vezes, a família não reconhece a autonomia do idoso e desrespeita suas escolhas, o que fere princípios de dignidade e cidadania. Campanhas de conscientização, programas comunitários e políticas públicas de valorização são fundamentais para superar esses entraves, promovendo uma cultura de respeito e integração social.

Por fim, é preciso destacar que a construção de uma sociedade mais justa para a população idosa exige não apenas avanços legislativos, mas também mudanças de mentalidade e práticas sociais inclusivas. A valorização do idoso deve ser vista como uma responsabilidade coletiva, que envolve família, comunidade, universidades e Estado. Ao investir em informação, proteção legal e políticas públicas, o Brasil fortalece a cidadania dessa parcela cada vez mais significativa da população, reafirmando que respeito não envelhece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama, percebe-se que o fortalecimento dos direitos da pessoa idosa depende tanto de instrumentos legais como o Estatuto do Idoso quanto da atuação prática de projetos educativos e sociais que aproximem esse conhecimento da realidade. Ações como as desenvolvidas em podcasts, vídeos acadêmicos, materiais informativos e atendimentos jurídicos cumprem um papel essencial de divulgação e conscientização, reduzindo a distância entre lei e prática. Nesse processo, a curricularização da extensão universitária assume destaque ao promover a aproximação entre universidade e comunidade, possibilitando a escuta ativa das experiências dos idosos e o diálogo intergeracional. Essa prática não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também fortalece o compromisso social das instituições de ensino, transformando o conhecimento jurídico em instrumento de cidadania. Mais do que garantir benefícios, trata-se de promover uma cultura de respeito, inclusão e dignidade, preparando a sociedade para um futuro em que envelhecer seja sinônimo de reconhecimento e valorização. Assim, reafirma-se que os direitos da pessoa idosa não podem ser vistos apenas como previsão legal, mas como um compromisso ético e coletivo, onde respeito não envelhece.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 oct. 2003.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex:** coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 10 set 2025.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Categoria: Extensão e Curricularização

Acadêmicos[1]

Resumo – O presente trabalho aborda a educação em direitos fundamentais e cidadania, com foco na dignidade da pessoa humana, por meio de atividades lúdicas voltadas para crianças e adolescentes. O objetivo é proporcionar a compreensão desses direitos e estimular a autonomia juvenil, fortalecendo a consciência cidadã desde a infância. A metodologia adotada será qualitativa e participativa, com realização de rodas de conversa sobre direitos fundamentais e a oficina Cidade Feliz, na qual os participantes construirão coletivamente um mapa simbólico de uma sociedade ideal. Nesse mapa, elementos como hospitais, escolas, bancos e órgãos de segurança representarão direitos à saúde, educação, trabalho e segurança. Os alunos terão o papel central, conduzindo a atividade, organizando ideias e expressando suas percepções acerca da percepção de seus direitos. Espera-se que a experiência promova reflexão crítica, criatividade e engajamento social, permitindo que as crianças compreendam de forma prática a importância da cidadania e da dignidade humana. A oficina será estruturada para estimular a cooperação entre os participantes e fortalecer a aprendizagem significativa por meio da interação e da ludicidade. A iniciativa pretende ainda servir como modelo replicável em outras instituições, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e ativos na promoção de direitos humanos e justiça social.

Palavras-chave: direitos fundamentais; cidadania; dignidade; educação.

INTRODUÇÃO

Direitos fundamentais e cidadania são assuntos relevantes para o cenário atual, ao se levar esse contexto em observação podemos destacar a dignidade da pessoa humana e o exercício dos direitos políticos.

Inicialmente, pode-se destacar a dignidade da pessoa humana que faz parte dos direitos fundamentais elencadas no Art. 5º, da Constituição Federal (CF), in verbis:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] (Brasil, 1988).Assim sendo, constitui cláusula pétrea da carta de primavera, onde são imutáveis e visando a garantia da dignidade humana da população, com base nesse artigo, um rol de direitos é elencado e desenvolvido com base no princípio da filáucia do ser, como podemos ver no trabalho a seguir.

[1] Acadêmicos da 1ª fase do Curso de Direito da Uniarp - Caçador - 2025/2

No mais a mais, vale ressaltar o exercício dos direitos políticos. Quando uma pessoa exerce seus direitos estadista, como direito de votar e ser votado (sufrágio universal), a participação em plebiscitos e referendos, e na iniciativa popular, exerce a participação comum no poder, fortalece a democracia e garante o exercício da cidadania.

Dessa maneira, ao exercer seus direitos políticos e com a garantia da preservação da dignidade humana pelo poder público, assegura-se ao cidadão o pleno e livre exercício da cidadania.

Ainda mais na mesma pauta, outro assunto que merece relevo é a falta de linguagem acessível às crianças em desenvolvimento pedagógico, falando dos direitos fundamentais elencados na Carta Magna, dificultando o acesso da informação para famílias carentes e/ou em situação de desproteção social.

O objetivo do presente trabalho é conscientizar crianças em desenvolvimento e famílias em situações de desproteção social que o poder público tem o dever legal de assegurar os direitos fundamentais e políticos que são bases da brio do ser humano e garantem o exercício pleno da cidadania.

METODOLOGIA

A metodologia que será adotada neste projeto terá caráter qualitativo e participativo, com fundamentos na pedagogia lúdica e na educação em direitos humanos. O trabalho será realizado na EEEB Prof. Domingos da Costa Franco e contará com a participação de aproximadamente 290 crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos. Segundo Oliveira (2015), atividades que promovem o engajamento ativo dos estudantes e a reflexão sobre direitos contribuem para a formação de cidadãos conscientes e capazes de compreender a diversidade social.

O ponto de partida será a realização de rodas de conversa, nas quais os participantes serão convidados a refletir sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais previstos na Constituição. Para Freire (1996), a educação deve partir do diálogo e da troca de experiências, de modo que a escuta das percepções das crianças será essencial para despertar nelas a consciência crítica sobre cidadania.

Em um segundo momento, será desenvolvida a oficina lúdica intitulada Cidade Feliz, onde os estudantes irão construir coletivamente um mapa simbólico de uma sociedade ideal. Nesse mapa, hospitais, escolas, bancos e órgãos de segurança representarão, respectivamente, os direitos à saúde, à educação, ao trabalho e à segurança. Segundo Vygotsky (1998), a aprendizagem se fortalece quando o conhecimento é mediado por experiências concretas e significativas, e, nesse caso, a ludicidade servirá como instrumento para transformar conceitos abstratos em algo palpável e compreensível.

Os alunos terão o papel central no desenvolvimento da atividade, sendo responsáveis por conduzir a apresentação, expor suas ideias e organizar coletivamente a construção do mapa da Cidade Feliz. A proposta busca valorizar a autonomia, permitindo que sejam protagonistas do processo de aprendizagem. Conforme Piaget (1976), o aprendizado se fortalece quando os estudantes podem trocar experiências entre si e tem liberdade para expressar suas ideias. Por

isso, a oficina será estruturada para estimular a criatividade, a espontaneidade e a cooperação entre todos os participantes.

Durante as atividades, serão realizadas observações participantes, com registros escritos e visuais das interações, além de conversas informais ao final do encontro. Esses dados permitirão compreender como os estudantes se apropriaram dos conceitos e de que forma articularam suas percepções sobre os direitos fundamentais. A análise seguirá uma perspectiva qualitativa, considerando categorias como engajamento, criatividade e compreensão dos direitos.

Dessa forma, a metodologia buscará unir reflexão crítica e ludicidade, transformando a aprendizagem em um espaço de diálogo, imaginação e construção coletiva. Como defende Gadotti (2000), a educação em cidadania deve ser vivida na prática, de modo que o projeto Cidade Feliz será mais do que uma atividade escolar: será uma oportunidade para que crianças e adolescentes experimentem o exercício da cidadania de forma ativa e significativa.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Em detrimento dos fundamentos expostos acima, os resultados obtidos revelam que o trabalho intitulado "Cidade Feliz", a ser apresentado em 11 de outubro na Escola Domingos da Costa Franco, destina-se a aproximadamente 290 crianças e adolescentes, com idades entre 6 e 18 anos.

Nesta iniciativa, os participantes são convidados a refletir e discorrer sobre os direitos fundamentais da pessoa humana, tais como saúde, educação, segurança e emprego, culminando na construção de um mapa ilustrativo da "Cidade Feliz". Este mapa é enriquecido com representações visuais, como hospital para simbolizar o direito à saúde, polícia para a segurança e banco para o direito ao emprego, entre outros, consolidando uma abordagem didática e criativa para a compreensão de tais prerrogativas.

De primazia, surgiram diversas ideias quanto ao cerne em tela. Evitando tautologia, destaca-se que a atividade busca não apenas fomentar o debate acerca dos direitos fundamentais, mas também estimular a imaginação e o engajamento cívico dos jovens, promovendo uma visão integradora de uma sociedade ideal.

No que tange ao mérito da questão, a atividade demonstrou ser um instrumento eficaz para sensibilizar os participantes quanto à importância dos direitos fundamentais. A construção do mapa da "Cidade Feliz" permitiu que as crianças e adolescentes externalizassem suas percepções sobre uma sociedade ideal, promovendo reflexões críticas sobre as condições necessárias para o bem-estar coletivo. A interação entre os participantes revelou um entendimento intuitivo, porém profundo, das interconexões entre saúde, educação, segurança e oportunidades laborais, evidenciando a capacidade dos jovens em articular soluções criativas para desafios sociais.

No mesmo norte, espera-se que o trabalho inspire os participantes a tornarem-se agentes ativos na promoção dos direitos fundamentais em suas comunidades, estimulando ações futuras voltadas à cidadania e à justiça social. Acredita-se que a metodologia empregada, por sua

natureza lúdica e participativa, possa ser replicada em outras instituições educacionais, ampliando seu impacto.

Sem perder de vista, acredita-se que a iniciativa contribua para a formação de uma consciência cívica mais robusta entre os jovens, capacitando-os a reconhecerem seus direitos e deveres enquanto membros de uma sociedade. A relevância do projeto reside, portanto, em sua capacidade de alinhar educação e cidadania, promovendo valores éticos e solidários.

Sem cerrar os olhos quanto aos desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de adaptações para diferentes faixas etárias, uma vez que o público-alvo abrange desde crianças de 6 anos até adolescentes de 18 anos. Além disso, a limitação de tempo para a execução da atividade e a diversidade de contextos socioeconômicos dos participantes podem influenciar a profundidade das discussões e a qualidade das representações no mapa.

Alfim, com base nos elementos apresentados, conclui-se o presente chavão que o trabalho "Cidade Feliz" constitui uma ferramenta valiosa para a educação cívica, promovendo o engajamento de crianças e adolescentes na reflexão sobre os direitos fundamentais e na construção de uma visão coletiva de uma sociedade mais justa e equitativa. A iniciativa reforça a importância de abordagens participativas na formação de cidadãos conscientes e atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Cidade Feliz tem como propósito promover o conhecimento sobre direitos fundamentais e cidadania entre crianças e adolescentes, incentivando o protagonismo juvenil e a reflexão crítica. Através de atividades lúdicas e participativas, espera-se que os estudantes compreendam a importância da dignidade da pessoa humana, da educação, da saúde, da segurança e do trabalho, tornando-se agentes ativos na promoção desses direitos.

Espera-se também que a experiência inspire futuras ações pedagógicas que integrem educação e cidadania, podendo ser replicada em outras instituições de ensino. O trabalho evidencia a relevância de metodologias participativas, nas quais os alunos são protagonistas do aprendizado e têm a oportunidade de expressar suas ideias de maneira criativa e colaborativa.

Reconhece-se, entretanto, que fatores como diversidade etária, contextos socioeconômicos e tempo limitado para realização das atividades podem exigir adaptações, de modo que o projeto seja ajustado às necessidades de cada grupo.

Dessa forma, acredita-se que o Cidade Feliz poderá contribuir significativamente para a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados, fortalecendo o aprendizado prático sobre direitos e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/AGRADECIMENTOS

SEDEPEX

E.E.B Domingos da Costa Franco

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 set. 2025

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da prática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Cidadania, direitos e diversidade. *Anuário Antropológico*, v. 40, n. 1, p. 43-53, 2015. Disponível em: http://journals.openedition.org/aa/1332. Acesso em: 10 set. 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/aa.1332.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FORTALECIMENTO DO AMBIENTE FAMILIAR

Categoria: Projeto de Extensão

Anderson Ribeiro[1]
David Andrey Ribeiro Bischoff[2]
Denival Rodrigues de souza neto[3]
Eloise Naiadi Marques de oliveira[4]
Graziela Fernanda da Luz[5]
Paulo Cristiano Pereira[6]
Caroline de Neris Bridi[7]

Resumo A importância dos projetos de extensão está na interação que promovem entre os acadêmicos e a sociedade, tendo como principal objetivo oferecer soluções para desafios cotidianos e contribuir, de diferentes formas, para o bem-estar da comunidade. Além de possibilitar o desenvolvimento pessoal, o trabalho em equipe, a difusão do conhecimento e o fortalecimento da realidade local, os projetos de extensão aproximam os estudantes de situações práticas, enriquecendo tanto sua formação acadêmica quanto o saber social. Nesse sentido, este projeto extensionista tem como foco o fortalecimento do ambiente familiar em comunidades em situação de vulnerabilidade, com ênfase nos direitos das mulheres, na saúde preventiva, na maternidade e na proteção contra a violência. Por meio de rodas de conversa, atividades lúdicas com crianças e orientações sobre a Lei Maria da Penha, busca-se conscientizar homens, mulheres e famílias sobre seus direitos e deveres, prevenindo conflitos e promovendo um ambiente de respeito e dignidade. A ação também contempla temas como igualdade salarial, dignidade menstrual, violência obstétrica e atendimento psicológico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.

Palavras-chave: desigualdade social, direitos das mulheres, violência doméstica, convívio familiar, atendimento psicológico.

INTRODUÇÃO

O fortalecimento das famílias em comunidades humildes exige a promoção de conhecimento sobre os direitos fundamentais das mulheres e a garantia de um ambiente saudável para todos os seus membros. A falta de informação, aliada a desigualdades sociais, resulta em problemas como violência doméstica, abandono parental, falta de acesso à saúde, discriminação no mercado de trabalho e ausência de apoio psicológico. Este projeto busca

[1] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[6] Aluno do Curso de Direito 2ª Fase, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.
[7] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

enfrentar essas dificuldades por meio de práticas educativas e extensionistas, ampliando a conscientização sobre os direitos das mulheres e incentivando a construção de um ambiente familiar mais equilibrado.

METODOLOGIA

As ações foram organizadas em três frentes principais:

1.Direito das Mulheres

2.Saúde e Maternidade

3.Atividades com Crianças

As atividades foram realizadas em outubro, no período da manhã (25/10 9h às 11h30), em espaço comunitário com participação de professores, acadêmicos e profissionais convidados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A roda de conversa com mulheres possibilitou maior entendimento sobre os mecanismos de proteção legal, especialmente no enfrentamento da violência doméstica e na busca por medidas protetivas. A participação masculina contribuiu para ampliar a responsabilidade compartilhada sobre a saúde familiar e reduzir práticas de abandono parental. Já as atividades com crianças mostraram-se eficazes para introduzir conceitos de direitos e convivência em linguagem acessível e lúdica. O projeto também revelou a importância de abordar temas sensíveis, como violência obstétrica e dignidade menstrual, que muitas vezes permanecem invisibilizados. A inclusão de encaminhamentos para apoio psicológico e médico fortaleceu a credibilidade das ações e promoveu maior acolhimento comunitário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou que a educação em direitos e saúde é uma ferramenta essencial para transformar realidades em comunidades humildes. Ao integrar mulheres, homens e crianças, foi possível criar um espaço de diálogo, conscientização e fortalecimento dos vínculos familiares. A extensão universitária se mostrou fundamental para levar conhecimento acessível, incentivar a denúncia de violências e contribuir para a construção de um ambiente familiar mais justo, seguro e saudável.

A princípio, nosso projeto teve como foco fornecer informações que contribuíssem para o fortalecimento do ambiente familiar, envolvendo todos os membros da família. As ações e orientações priorizaram, especialmente, os direitos das mulheres, ao mesmo tempo em que buscavam promover um ambiente pacífico e harmonioso. O objetivo principal é oferecer amparo e conscientização a todos os integrantes da família, de modo a apoiar sua integração, bem-estar e exercício pleno de seus direitos.

FUNDAMENTAÇÃO JURIDICAS

O projeto extensionista encontra respaldo jurídico em diversas normas do ordenamento brasileiro e em doutrina especializada, que asseguram direitos fundamentais às mulheres, crianças e famílias.

1.Direitos Fundamentais da Mulher e da Família

A Constituição Federal de 1988 estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e assegura a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações (art. 5º, I). O art. 226, §8º, prevê que o Estado deve criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, sendo a base constitucional da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

2.Direito à Saúde

O art. 6º da Constituição Federal assegura a saúde como direito social. O Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS).

3.Direitos da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece no art.4º que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos à vida, saúde, educação, dignidade e convivência familiar.

4.Igualdade de Gênero e Tratados Internacionais

Além da legislação interna, o Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/1979) e da Convenção de Belém do Pará (1994), que impõem aos Estados o dever de adotar medidas para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Prestamos nossos agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, aos professores e coordenadores, pelo apoio, e incentivo acadêmico- científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Cadernos de Atenção Básica nº 32. Brasília, 2019.

ONU MULHERES. Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino. Relatório Anual, 2022.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo, RT, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2020.

COSTA, Ana Paula Motta, adolescentes e seus direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS À LUZ DA LEI N° 14.133/2021

Categoria: Projeto Integrador

Amanda Aparecida Recalcatti[1]
Maria Eduarda Padilha Pinheiro[2]
Maria Fernanda Kauling[3]

Resumo – O presente estudo tem como objetivo identificar como a Lei n° 14.133/2021 contribui para a execução de soluções de conflitos em licitações e contratos administrativos de forma concisa, garantindo não apenas o fornecimento de bens e serviços, mas também a solução mais célere e eficiente de conflitos entre contratante e contratada. A pesquisa, destaca a importância dos mecanismos de resolução consensual previstos na lei, como a conciliação, mediação, arbitragem e o comitê de disputas, levando em consideração a morosidade do judiciário, essa forma de resolução de conflitos demonstra sua importância para a continuidade dos serviços públicos. Além disso, o estudo também examina os benefícios, possibilidades e limites de aplicação desse instrumento no âmbito da Administração Pública.

Palavras-chave: conciliação; mediação; arbitragem; comitê de disputas.

INTRODUÇÃO

A regulamentação das licitações e contratos administrativos no Brasil passou por diversas fases de evolução, refletindo a busca do Estado por maior eficiência, transparência e efetividade em suas contratações. A aprovação da Lei nº 14.133, de 2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, representou uma ruptura significativa com o modelo anterior. Essa legislação, além de unificar diplomas anteriores, incorporou práticas de governança mais modernas e alinhadas às necessidades contemporâneas do Estado brasileiro. Entre suas inovações mais relevantes, destaca-se a previsão de meios extrajudiciais de resolução de conflitos, como a conciliação, a mediação, a arbitragem e os comitês de resolução de disputas. A inclusão desses mecanismos não se restringe a uma mera alteração procedimental, mas representa a adoção de uma nova lógica administrativa voltada ao diálogo, à consensualidade e à eficiência.

O presente projeto tem como objetivo geral examinar os mecanismos previstos na Lei nº 14.133/2021 voltados à resolução extrajudicial de conflitos em licitações públicas e contratos administrativos, destacando sua capacidade de promover maior celeridade, eficiência e segurança jurídica nas contratações públicas. Além desse objetivo central, o estudo busca de forma específica descrever os instrumentos previstos na legislação para a resolução de conflitos

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

fora do Judiciário, identificar as situações em que cada método se mostra mais adequado, comparar as vantagens e limitações desses mecanismos em relação ao processo judicial tradicional, apontar as principais dificuldades práticas de sua aplicação e reunir entendimentos doutrinários que contribuam para a compreensão crítica do tema.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa está no fato de que a Lei nº 14.133/2021 foi instituída com o propósito de assegurar maior eficiência e regularidade na execução das licitações e contratos públicos, abrangendo não apenas o fornecimento de bens e serviços, mas também os aspectos jurídicos que emergem durante o processo licitatório ou no decorrer da execução contratual. Entretanto, o sistema judiciário brasileiro enfrenta sobrecarga estrutural, refletida na morosidade de seus procedimentos, o que compromete a rápida solução de controvérsias e, por consequência, a continuidade dos serviços públicos essenciais. Nesse contexto, a previsão expressa de métodos de resolução consensual de conflitos constitui inovação relevante, ao oferecer alternativas extrajudiciais mais céleres e eficientes para dirimir controvérsias entre Administração e particulares, contribuindo não apenas para reduzir o tempo de resolução das lides, mas também para fortalecer a segurança jurídica e a efetividade contratual.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste projeto, utilizou-se o método de pesquisa de abordagem qualitativa de natureza básica, em que se realizou uma pesquisa exploratória voltada à fundamentação dos objetivos específicos propostos. Foram empregados procedimentos bibliográficos e documentais, o que possibilitou uma base teórica consistente acerca dos mecanismos previstos na Lei nº 14.133/2021, voltados à resolução extrajudicial de conflitos em licitações públicas e contratos administrativos. A relação entre pesquisa qualitativa e pesquisa bibliográfica se dá na complementaridade entre essas abordagens, enquanto a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, a pesquisa bibliográfica fornece embasamento teórico e conceitual para a análise dos dados coletados (GUERRA et al., 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS SEGUNDO O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

O Código Civil brasileiro estabelece os fundamentos da autonomia da vontade e da boa-fé nas relações jurídicas, que são pilares dos meios alternativos de resolução extrajudicial de conflitos. Martins (2023) explica que a autocomposição, compreendida como o acordo entre as partes para resolver uma controvérsia sem intervenção judicial, é a materialização desses princípios. Para o autor, a autocomposição reflete o amadurecimento da cidadania e o fortalecimento da responsabilidade individual, pois transfere ao cidadão o protagonismo na solução dos seus próprios litígios, em consonância com os valores de cooperação e solidariedade previstos na legislação civil.

A leitura das pesquisas pesquisadas evidencia que o Código Civil brasileiro é o eixo normativo que sustenta todos os meios alternativos de resolução extrajudicial de conflitos. Martins (2023) defende a autocomposição como instrumento de cidadania; Sales (2023) enfatiza a

necessidade de educação jurídica; Silveira (2023) aponta o respaldo normativo; Sousa (2024) destaca a mediação como via humanizada; Santos (2024) valoriza a conciliação como meio prático e eficiente; e Lima (2024) e Nunes (2024) evidenciam a importância das serventias extrajudiciais. Em conjunto, as análises demonstram que o Código Civil não apenas permite, mas estimula o consenso, a cooperação e a pacificação social como fundamentos do Direito contemporâneo.

CONTEXTUALIZANDO A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Por anos, o sistema de licitações e contratos públicos brasileiro baseou-se, em regra, na Lei nº 8.666/1993, editada em um período de redemocratização, com o objetivo de assegurar maior controle e moralidade aos atos da administração pública. Contudo, com o passar do tempo e diante da globalização, o cenário econômico e social sofreu diversas transformações, e a antiga lei, antes considerada moderna e eficaz, passou a ser vista como excessivamente formal e burocrática. O grande número de etapas, os procedimentos repetitivos e a ausência de mecanismos tecnológicos resultaram em lentidão e desalinhamento entre as demandas sociais e a realidade administrativa. A legislação de 2021 (Lei 14.133/2021) surgiu, então, para corrigir essas deficiências, conferindo ao setor público uma atuação mais célere, organizada e transparente (SOUZA, 2023).

O novo marco legal consolidou, em um único diploma normativo, princípios e práticas que antes estavam dispersos em outras legislações, como a Lei do Pregão e o Regime Diferenciado de Contratações. Essa unificação busca estabelecer um padrão nacional capaz de orientar os gestores públicos em todas as esferas federativas, reduzindo contradições e simplificando procedimentos. Dessa forma, cria-se uma base normativa coerente e uniforme para todos os entes da administração direta e indireta, reforçando a ideia de que a licitação é um instrumento de governança pública e não apenas um processo administrativo (AZEVÊDO, 2022). A nova Lei representa a transição de um modelo administrativo centrado no controle formal para outro voltado à eficiência, à transparência e à integridade. Ao unificar regras e promover uma gestão mais planejada, a legislação inaugura um paradigma de administração pública moderna, ética e orientada ao interesse coletivo (SOUZA, 2023; AZEVÊDO, 2022; GOULART, 2021).

MEIOS ALTERNATIVOS PARA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS CONFORME A LEI 14.133/2021

Um dos interesses da Lei nº 14.133/2021 é estabelecer a possibilidade de utilização de métodos alternativos para a resolver os conflitos decorrentes da execução de contratos administrativos, oferecendo caminhos diferentes que evitam a morosidade do Judiciário e garantem maior agilidade e eficiência. Entre esses instrumentos, destacam-se a conciliação, a mediação, a arbitragem e o comitê de resolução de disputas. O Capítulo XII da Lei nº 14.133/2021 versa esses meios alternativos de resolução de controvérsias, possibilitando a utilização de mecanismos para garantir a resolução por meio extrajudicial. Em seu Art. 151 a lei redige sobre essa possibilidade e coloca que em todas as contratações que forem redigidas pela mesma, poderão utilizar desses meios alternativos de resolução de controvérsias e até mesmo prevenção de que as mesmas venham a acontecer, sendo definido como meios de resolução a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem" (BRASIL, 2021). A Lei ainda traz consigo que esses instrumentos serão aplicados em todas as controvérsias e discussões que

surgirem e serem relacionadas a todos os direitos patrimoniais disponíveis e oriundos desse contrato, além disse sempre utilizarão esses métodos para as questões de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro referente aos preços dos fornecedores presentes no contrato, também ao descumprimento de obrigações presentes em contrato, seja qualquer uma das partes e se for o caso utilizado também para calcular indenizações a serem pagas (BRASIL, 2021).

Referente à arbitragem sabe-se que essa é feita a partir da submissão das partes à decisão de um ou mais árbitros, onde as sentenças originárias se tornam obrigatórias e as mesmas só podem ser anuladas pelo Judiciário se for possível detectar que nela existe um vício insanável. Além disso, a arbitragem utilizada pela Lei n° 14.133/2021 deve seguir exatamente o que diz a lei, sem poder utilizar de outras maneiras para tomadas de decisões. O Art. 152 determina que ela deve ser sempre de direito, o que significa que as decisões devem estar fundamentadas na legislação aplicável ao caso concreto, afastando-se a arbitragem por equidade, que utiliza critérios subjetivos. Além disso, o dispositivo legal impõe a observância do princípio da publicidade, reforçando a transparência do procedimento (BRASIL, 2021).

Apesar da lei não trazer um parágrafo específico para a mediação e a conciliação os institutos são previstos no supracitado Art. 151. O Tribunal de Contas da União aponta que a mediação e a conciliação apresentam certas diferenças na hora de seu uso efetivo, para eles a conciliação deve ser usada naqueles casos onde as partes não contenham um vínculo anterior, pois assim o conciliador concentra suas forças na resolução única do problema, podendo sugerir alternativas para as partes saírem conciliadas. Já a mediação, por outro lado, é mais indicada nos casos onde as partes já tem uma convivência anterior a controvérsia, nesse caso o mediador prioriza que seja restaurado o diálogo compreensivo entre as partes, para que elas possam definir todas as suas necessidades e os seus interesses e que elas, por si, sejam capazes de trazer em acordo maneiras consensuais para resolver esses conflitos e que possam gerar benefícios para todos os envolvidos na discussão (TCU, 2024).

No Art. 151 a lei traz a oportunidade da existência de um comitê de resolução de conflitos e o TCU especifica do que se trata e de como são selecionados os membros desse comitê. Para o TCU o comitê de resolução de conflitos pode ser definido como um colegiado que deve obrigatoriamente ser formado por especialistas que nunca tiveram convivência com às partes e que esses membros devem também ter reconhecimento na área do objeto do contrato. Esses membros são nomeados para atuar durante toda a existência da contratação, de seu início ao fim, podendo ter poderes decisórios para resolver as lides, com a possibilidade de atuar apenas como consultor do contrato ou de forma híbrida, isso pode variar conforme os poderes em que as partes concederem (TCU, 2024). O Art. 153 descreve ainda que, caso se veja como necessário, é possível a realização de aditivos nos contratos redigidos por essa lei, desde que seja para o uso dos instrumentos de mediação de conflitos por ela autorizados (BRASIL, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu constatar que a Lei nº 14.133/2021 representa um avanço significativo na disciplina das licitações e contratos administrativos ao incorporar, de maneira expressa, mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos. A conciliação, a mediação, a arbitragem e os comitês de resolução de disputas configuram-se como instrumentos estratégicos para

enfrentar a histórica morosidade do Poder Judiciário e assegurar a continuidade das políticas públicas. Apesar dos avanços normativos, o trabalho identificou obstáculos que não podem ser ignorados, tais como a necessidade de maior capacitação dos gestores públicos, a resistência cultural ao abandono da via judicial e o chamado "Direito Administrativo do Medo", decorrente da postura excessivamente cautelosa dos órgãos de controle. Esses fatores revelam que a efetividade dos mecanismos depende de mudanças institucionais e culturais mais amplas, que superem a visão punitiva e favoreçam a cooperação.

REFERÊNCIAS

GUERRA, A. de L. e R.; STROPARO, T. R.; COSTA, M. da; CASTRO JÚNIOR, F. P. de; LACERDA JÚNIOR, O. da S.; BRASIL, M. M.; CAMBA, M. **Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica.** Revista de Gestão e Secretariado, São José dos Pinhais, v. 15, n. 7, p. 01-15, 2024. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019/2531 Acesso em: 08 out. 2025.

SALES, Lilia Maia de Morais; SILVEIRA, Taffarel Deibson Lopes. **Inovação na gestão de conflitos do Brasil: a importância da difusão prática e do conhecimento sobre as formas consensuais de resolução de conflitos**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), São Leopoldo: Unisinos, v. 15, n. 3, p. 477-497, set./dez. 2023. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10237126 Acesso em 10 out. 2025.

MARTINS, João Victor Tarelov de Oliveira. **Análise sobre a eficácia e a competência da autocomposição extrajudicial no âmbito da administração pública**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29723 Acesso em 10 out. 2025

LIMA, Denilson Marques de; NUNES, Taciana Pita. **O papel das serventias extrajudiciais na desjudicialização dos atos.** JNT Facit Business and Technology Journal, Araguaína: Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNITPAC, v. 1, ed. 57, p. 311-327, dez. 2024. Disponível em: https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3186 Acesso em 10 out. 2025

AZEVÊDO, Álvaro Dantas de. **Comparativo da nova lei de licitações 14.133/2021 com a lei anterior 8.666/1993.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26974 Acesso em: 12 out. 2025

SOUZA, Ícaro Freitas de. **Comparativo da nova lei de licitações 14.133/2021 com a lei anterior 8.666/1993: uma análise das principais mudanças e inovações introduzidas pela nova lei na visão dos pregoeiros no Estado da Paraíba.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33025 Acesso em: 12 out. 2025

GOULART, João Fábio Stecca Penna. **Estudo comparativo entre as leis de licitações 14.133/2021 e 8.666/1993.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33415 Acesso em: 12 out. 2025

BRASIL, **Tribunal de Contas da União, Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudências do TCU/Tribunal de Contas da União,** cap. 6.1.9, pg 897, 5° Edição, Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência, 2024. Disponível em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf Acesso em: 15 out. 2025

ENTRE O CONSENSO E A PROTEÇÃO: A MEDIAÇÃO JUDICIAL EM CONFLITOS FAMILIARES MARCADOS PELA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Resumo – A pesquisa tem o objetivo analisar os limites e possibilidades de uso da mediação judicial em conflitos familiares marcados pela violência de gênero, considerando os desafios éticos, institucionais e sociais que envolvem sua aplicação. A mediação, tradicionalmente utilizada em demandas do Direito de Família, apresenta potencial para promover soluções consensuais e humanizadas, porém sua utilização em contextos de violência doméstica exige cautela, infraestrutura adequada e profissionais capacitados, a fim de evitar a revitimização e garantir a proteção integral das vítimas. A abordagem metodológica é qualitativa, bibliográfica e exploratória, que articula elementos do Direito, da Sociologia e da Psicologia. Os resultados apontam que, embora haja avanços legislativos e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica, o sistema judiciário brasileiro ainda carece de suporte fático e institucional para implementar a mediação de forma eficaz nesses casos. A ausência de mecanismos concretos, a morosidade dos processos e a fragmentação entre as esferas cível e criminal dificultam a construção de soluções integradas e protetivas. Conclui-se que a mediação pode ser uma ferramenta legítima e transformadora, desde que aplicada com responsabilidade, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana e da não revitimização.

Palavras-chave: violência doméstica; direito de família; desjudicialização; gênero.

INTRODUÇÃO

A mediação, utilizada especialmente em situações relacionadas ao direito de família que, muitas vezes, não envolvem agressão, mas sim divergências de vontade entre as partes, pode servir como ferramenta de resolução que não depende exclusivamente do processo judicial. Esses instrumentos extrajudiciais pressupõem equilíbrio entre os envolvidos, autonomia da vontade e capacidade de diálogo, elementos frequentemente ausentes em relações marcadas por dinâmicas de poder, medo e coação. Sob essa perspectiva, é importante destacar que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas envolvidas em conflitos familiares, é o impacto na saúde mental e emocional, como ocorre com as vítimas de violência ao serem expostas ao agressor, mesmo que não presencialmente, mas por meio de canais virtuais. A mediação pode proporcionar um espaço de escuta qualificada, no qual a vítima tem a oportunidade de se expressar com segurança, desde que acompanhada por profissionais capacitados, capazes de conduzir o processo em um ambiente protegido. Esse contexto favorece o empoderamento da parte vulnerável, permitindo sua reabilitação e participação ativa na construção de soluções que respeitem sua dignidade e restaurem sua autonomia, especialmente quando há filhos envolvidos e a manutenção de algum tipo de convivência se mostra inevitável.

Este trabalho tem como objetivo apontar as principais dificuldades na aplicação dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos dentro de um contexto sociológico

relevante, que afeta milhares de famílias brasileiras e impacta diretamente a vida conjugal e patrimonial das mulheres. O artigo foca exclusivamente em possibilidades viáveis de mitigação e composição entre as partes em conflitos familiares marcados pela violência de gênero, que comprometem a estabilidade financeira das vítimas e também dos filhos, que sofrem com a ausência de amparo econômico e afetivo. Embora exista atualmente um amplo suporte judicial e social voltado às vítimas de violência, com alternativas plenamente cabíveis e muitas vezes eficazes, é necessário refletir sobre os desafios enfrentados na aplicação dos métodos autocompositivos. A relevância do tema se justifica pela necessidade de investigar como e quando esses métodos podem ser utilizados de forma segura e ética, reconhecendo suas limitações e promovendo uma aplicação responsável. Em vez de descartá-los, é essencial considerar os métodos alternativos, como a mediação, mesmo quando o processo judicial parece ser o caminho mais viável, buscando compreender os contextos sociais das vítimas e os obstáculos à utilização dessas ferramentas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, voltada à construção de uma análise sobre o uso da mediação judicial em conflitos familiares marcados pela violência doméstica, com especial atenção à aplicação dos métodos autocompositivos em contextos de gênero. De natureza bibliográfica e exploratória, tem o objetivo de levantar e examinar criticamente a produção acadêmica, normativa e empírica sobre o tema. O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e CAPES, com os descritores combinados: mediação AND conflitos AND violência doméstica AND violência de gênero AND juizados especiais AND Lei Maria da Penha. A seleção dos materiais priorizou trabalhos atuais, selecionando filtros dos anos de 2020 até a presente data, em língua portuguesa, resultando na seleção de seis artigos. Com alinhamento crítico e reflexivo, que discutem a possibilidade da mediação como ferramenta legítima e segura para mulheres em situação de violência, considerando os desafios éticos e institucionais que envolvem sua implementação. Os procedimentos metodológicos consistem na análise de literatura especializada, legislação vigente, estudos empíricos e documentos institucionais que subsidiam a reflexão proposta. A pesquisa buscou compreender em que medida é possível incluir mulheres vítimas de violência doméstica em processos de autocomposição no âmbito cível e patrimonial, especialmente em situações que exigem manutenção de vínculos como guarda de filhos, alimentos e partilha de bens, sem comprometer sua segurança, autonomia e dignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A desigualdade de gênero é simultaneamente uma questão ideológica, relativa às crenças, normas e valores sobre o status e o papel da mulher na sociedade, e estrutural, por exemplo, o acesso e o lugar das mulheres no seio das instituições social (DOBASH; DOBASH, 1979). O Brasil é signatário de vários Tratados Internacionais de combate à violência contra a mulher, em especial, o Decreto n° 4.377 de 2002, que trata da discriminação da mulher, igualdade de gênero, com proteção aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômicos, sociais, culturais e civis. Usando este Decreto como parâmetro, é plenamente cabível usarmos a mediação judicial como forma de emancipação da mulher em âmbitos civis, para tratar

de questões econômicas e patrimoniais advindas de uma relação matrimonial ou de convivência marcada por um cenário de violência.

Entretanto, sendo o Brasil signatário de vários Tratados Internacionais, é possuidor de uma lei que regula e ainda condiciona a violência ao gênero feminino. A lei em questão é reconhecida como um marco para o processo histórico de construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos no Brasil. Aclamada pela Organização das Nações Unidas como uma das leis mais avançadas no enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo (UNWOMEN, 2011), essa legislação contempla medidas judiciais e extrajudiciais adotando uma concepção ampla de acesso à justiça e a direitos a partir da perspectiva de gênero. Por sua abrangência, o texto legislativo é também considerado um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento da violência baseada no gênero, cuja aplicação integral depende do compromisso do Executivo, do Judiciário e do Legislativo nas esferas do governo federal, dos estados e municípios (PARIZOTTO, 2018, p. 287-305).

No entanto, apesar dos investimentos financeiros e técnicos promovidos pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência, priorizarem a criação de novos equipamentos, capacitação profissional e edição de normas técnicas, manuais, resoluções e enunciados voltados a aprimorar o atendimento e melhorar o acesso à justiça para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a realidade dos atendimentos permanecem muito aquém do esperado, sem a especialização requerida na perspectiva de gênero e respeito aos direitos das mulheres (OBSERVE, 2011; MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015).

Mesmo que todos esses obstáculos possam ser removidos ou seus efeitos minorados, não haverá garantia de que o acesso à justiça será universal e efetivo para todos os que dela necessitem. Aspectos sociais e culturais precisam ser também observados nesse processo de reconhecimento de direitos e de sua realização, incluindo aspectos educacionais, status social, meio social onde a pessoa vive – que valem tanto para a(o)s cidadã(o)s que recorrem ao sistema de justiça para fazer valer seus direitos quanto para os servidores e profissionais do Direito que atuam nesse sistema – acesso à informação sobre direitos, sobre como acionar a justiça e a localização geográfico-espacial dos tribunais. Também aspectos internos ligados ao formalismo dos tribunais, o excesso de trâmites e a linguagem jurídica inacessível para leigos constituem barreiras que contribuem para aumentar não só a distância simbólica entre os tribunais e a sociedade, mas também a desconfiança da população em relação a essas instituições e seus representantes (CAPPELLETTI; GARTH, 1988; SOUZA SANTOS, 1996).

Na perspectiva de gênero, a proteção à mulher será ainda mais integral se o mesmo juiz puder construir uma compreensão mais ampla sobre esse complexo contexto das relações domésticas e familiares (OBSERVE, 2010), mas não há consenso sobre a implementação da dupla competência prevista para as varas/juizados e a tendência tem sido fragmentar as medidas criando distinções entre medidas de proteção à integridade física e aquelas de natureza cautelar relacionadas à situação familiar e patrimonial (PARIZOTTO, 2018, p. 287-305). As narrativas apresentadas pelas mulheres sobre a violência que sofreram apenas são reconhecidas a partir de sua classificação segundo os tipos penais e essa nem sempre é fácil, de forma que a demanda das mulheres fica muitas vezes sem efeito quando levada à polícia. A violência é mais facilmente

reconhecida quando deixa marcas, ou seja, quando ocorrem as lesões corporais e também a violência sexual (PASINATO, 2012).

Esses juizados tratariam das ações criminais, assim como as ações cíveis que tivessem, como causa de seu pedido, eventos concernentes à violência doméstica de gênero. Seriam exemplos cíveis dessas causas: separação, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, fixação de guarda e pensão alimentícia etc. Essa disposição garante que um juiz conheça amplamente um caso e possa arbitrar de maneira coerente acerca das diversas questões que circunscrevem um evento de violência doméstica de gênero.

Portanto, a "morosidade" do Judiciário tem como um de seus fundamentos a maneira como os processos são conduzidos (divididos em cíveis e criminais) pelo próprio Judiciário. Parece que a questão do tempo na verdade escamoteia uma questão mais profunda de valoração dos processos, isto é, quais processos merecem atenção e quais não deveriam ter sido judicializados (PARIZOTTO, 2018). Conforme a reflexão de Debert e Oliveira (2007, p. 330), "a lógica que orienta a conciliação nos juizados implica uma solução rápida, simples, informal e econômica para os casos que não deveriam ocupar espaço no Judiciário, tampouco o tempo de seus agentes"

Um estudo (ALMEIDA, 2017) aponta como principal fragilidade na condução dos conflitos envolvendo violência doméstica a própria estrutura estatal. A pesquisa traz entrevistas com juízes atuantes no Juizado de Violência Doméstica do Núcleo Bandeirante/DF, e evidencia que, apesar da relevância da mediação como instrumento de resolução de conflitos, o Estado ainda não dispõe de mecanismos adequados para acolher e tratar esses casos com a complexidade que exigem. A ausência de suporte institucional, de políticas públicas eficazes e de profissionais capacitados revela uma lacuna significativa que compromete a efetividade das medidas protetivas e das alternativas restaurativas no enfrentamento à violência doméstica.

Existem, para além disso, vários filtros de segurança que podem evitar as desvantagens da participação em sessões de mediação em circunstâncias em que esse não seja o caminho adequado no caso concreto. O primeiro prende-se com a exigência de voluntariedade (Coimbra Editora: 2006, p. 33): uma vítima de violência doméstica que se sinta fragilizada face ao seu agressor e que não deseje o contacto inerente à mediação penal pode e deve manifestar a sua não vontade de participação. O segundo relaciona-se com o papel que, nesse contexto, deve ser desempenhado pelo mediador: nos contatos prévios e a sós com a vítima e com o agressor, deve assegurar-se da existência de condições de segurança para o encontro e de uma vontade real de participação quer da vítima, quer do agente. Exige-se, ainda, quanto a este último um reconhecimento de responsabilidade por pelo menos parte dos factos que lhe são atribuídos. O mediador deve, para além de tudo isto, ponderar a verificação, no caso concreto, dos requisitos indispensáveis para a formulação de um juízo de probabilidade quanto à existência de vantagens — para os intervenientes no conflito — associadas à participação naquela mediação penal. E compete ainda ao mediador fomentar o idêntico empoderamento do conflito pelos intervenientes. Finalmente, quando se poderem afirmar os riscos do encontro "cara-a-cara", resta a possibilidade da opção pela mediação indireta (SANTOS, 2010, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliografia pesquisada na pesquisa nos permite avaliar como principal desafio na aplicação dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos dentro de um contexto sociológico relevante, em direito de família, em especial em casos com alguma violência doméstica, é a carência do sistema judiciário brasileiro de suporte fático e institucional efetivo para a implementação da mediação para esses casos. Essa lacuna torna-se evidente diante da ausência de mecanismos concretos que possibilitem a aplicação prática dessa ferramenta nos conflitos familiares. Apesar dos esforços teóricos e das diretrizes que orientam a busca por soluções consensuais, observa-se que, na prática, não há iniciativas que enfrentam diretamente essa questão, tampouco experiências que demonstrem a viabilidade da mediação como alternativa eficaz no âmbito judicial. Tal constatação revela não apenas a insuficiência estrutural do Estado, mas também a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a capacitação de profissionais e a criação de espaços adequados para o exercício da mediação nesses contextos. A introdução da mediação em casos de violência doméstica, portanto, deve ser cuidadosamente analisada à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da não revitimização, evitando que haja violência institucional durante o processo. A aplicação indiscriminada desses métodos, sem considerar as especificidades da violência de gênero, pode representar um retrocesso na luta por direitos e proteção das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Melo. A possibilidade de realização da mediação nos conflitos de violência doméstica: uma pesquisa in loco no Juizado de Violência Doméstica do Núcleo Bandeirante/DF. 2017. **Monografia** (Bacharelado em Direito) Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm.

CANEZIN, Thays Cristina Carvalho; CANEZIN, Claudete Carvalho; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos casos de violência contra a mulher**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 1, p. 287–310, maio 2017. DOI: 10.5433/1980-511X.2017v12n1p287.

DIAS, Isabel; CAVALCANTI, Vanessa. Violência e gênero: a interseção das desigualdades sociais. In: TAVARES, M. S.; SOUZA, Â. M. F. L. (org.). **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 179–203. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786556305172.0008. Acesso em: [data de acesso].

GAGO, P. C.; SANT'ANNA, P. F.. O protagonismo na linguagem na mediação familiar 1. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, p. 731–758, out. 2017.

PARIZOTTO, N. R.. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 287–305, maio de 2018.

SANTOS, Cláudia Cruz. Violência doméstica e mediação penal: uma convivência possível?. Julgar, n. 12 (especial), p. 67–79, 2010.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS JURÍDICOS PARA A EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Arthur Corrêa da Silva[1]
Carlos Henrique Pagno[2]
Izabella Granemann Petri[3]
João Vittor Antunes[4]
Maria Fernanda Kaulling[5]

Resumo – A pesquisa objetivou apresentar os principais obstáculos jurídicos para a efetivação da reforma agrária no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988. A questão agrária, tratada como direito fundamental e vinculada à função social da propriedade, enfrenta inúmeros desafios práticos. Adotou-se a abordagem metodológica qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório, com instrumento de pesquisa bibliográfica, analisando-se 8 (oito) artigos selecionados nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. Os resultados indicam que, embora a CF/88 forneça um arcabouço jurídico robusto, sua efetividade é limitada por obstáculos de natureza institucional e estrutural. Os entraves centrais mais citados foram: a interpretação restritiva da função social da propriedade pelo Judiciário; a morosidade judicial nos processos de desapropriação; a omissão legislativa e a falta de regulamentação complementar; e a fragilidade institucional dos órgãos responsáveis. Com isso os objetivos da pesquisa foram alcançados, possibilitando-se concluir que a superação desses desafios exige uma releitura prática da função social, vontade política real para enfrentar os interesses dominantes, e a adoção de uma política agrária que concilie justiça social, sustentabilidade e desenvolvimento, cumprindo o papel de transformação social atribuído pela Constituição.

Palavras-chave: reforma agrária; direito agrário; estatuto da terra.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária é um tema recorrente e de grande relevância no cenário jurídico e social brasileiro. Desde o Estatuto da Terra, em 1964, e principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão agrária passou a ser tratada como um direito fundamental vinculado à função social da propriedade. O texto constitucional estabelece que a propriedade rural deve cumprir requisitos específicos, como o aproveitamento racional e adequado, a preservação ambiental, o respeito às relações de trabalho e a promoção do bem-

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.
[5] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe–UNIARP.

estar coletivo para que seja considerada legítima (art. 186 da CF/88). Apesar dessa previsão normativa, a efetivação da reforma agrária enfrenta inúmeros desafios. Estudos apontam que a ausência de regulamentação adequada em seus aspectos, a morosidade judicial nos processos de desapropriação e os conflitos entre o direito individual de propriedade e a sua função social constituem barreiras relevantes para a concretização dessa política pública. Na prática, o processo de desapropriação frequentemente se prolonga por anos, dificultando a implementação dos assentamentos e comprometendo a efetividade do mandamento constitucional.

Nessa senda, observa-se que a reforma agrária no Brasil não se resume a uma questão de distribuição de terras, mas envolve diretamente a interpretação e aplicação dos princípios constitucionais. Portanto, a escolha do tema justifica-se pela relevância da reforma agrária como instrumento de justiça social previsto na Constituição de 1988, e pelos obstáculos jurídicos que dificultam sua efetivação. O presente estudo contribui para a compreensão da função social da propriedade e dos desafios práticos enfrentados no âmbito jurídico, oferecendo subsídios para reflexão acadêmica e social. O objetivo geral deste trabalho é apresentar os principais obstáculos jurídicos para a efetivação da reforma agrária no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: analisar como a Constituição Federal de 1988 trata a função social da propriedade e a reforma agrária; elencar os principais obstáculos constitucionais para a implementação da reforma agrária no Brasil; e examinar os principais entraves jurídicos, como a morosidade processual e os conflitos entre o direito de propriedade e a função social.

A discussão jurídica ora proposta se expande para além das fronteiras do direito civil e agrário, se entrelaçando com a necessidade de conciliar a legislação ambiental e a proteção dos direitos indígenas e quilombolas com os procedimentos de desapropriação, exigindo uma visão integrada para a construção de soluções que garantam a justiça social e a segurança jurídica.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório. Tem o intuito de compreender e interpretar os fenômenos relacionados ao tema investigado de forma aprofundada, considerando as nuances e particularidades do objeto de estudo (LÖSCH; RAMBO; FERREIRA, 2023). Em relação aos procedimentos adotados, o estudo caracteriza-se como bibliográfico, desenvolvido por meio da coleta e análise e interpretação de 8 (oito) artigos já publicados, incluindo livros, artigos científicos, teses, dissertações e periódicos especializados. A busca pelos artigos foi realizada nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, entre os dias 05 de outubro 2025 a 12 de outubro de 2025, utilizando as Palavras-chave "reforma agrária", "constituição" e "obstáculos". Após a triagem inicial, foram selecionados oito artigos que apresentavam relação direta com o tema proposto. Sendo eles: Inclusão do direito agrário no ordenamento jurídico brasileiro: desafios e impactos (PEREIRA, 2023); Incompatibilidades do agronegócio face à ordem ambiental constitucional (TAWFEIQ, 2024); Inferências sobre as três faces da reforma agrária no Brasil: desenvolvimento, política social e direito à alimentação (CARDOSO; DAL BOSCO, 2023); Evolução do direito agrário brasileiro: o processo de distribuição de terras no Brasil à luz das legislações editadas em território nacional (FARIA; MARIN, 2023); Reforma agrária: evolução legislativa e impactos da ausência de regulamentação estatal (RODRIGUES; REIS; BRAGA, 2023); Direito ao desenvolvimento sustentável: análise das

potencialidades e limitações do meio físico e formas de uso e ocupação do solo nos assentamentos rurais de Silvânia, GO (SILVA; SOUZA; JESUS; OLIVEIRA, 2023); Constituição e desigualdade: direito de propriedade e reforma agrária no Brasil (MAUÉS, 2023); e O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil (REIS, 2012). Esses trabalhos serviram de base teórica para a análise e discussão dos resultados, contribuindo para a compreensão dos fundamentos metodológicos e conceituais do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reforma agrária brasileira é um dos temas mais complexos e desafiadores do ordenamento jurídico, pois envolve não apenas a redistribuição de terras, mas também o equilíbrio entre o direito de propriedade e a função social da propriedade, consagrada pela Constituição Federal de 1988. No plano formal, o texto constitucional oferece instrumentos robustos para a democratização do acesso à terra. O art. 184 estabelece que "compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social", enquanto o art. 186 define de forma precisa os critérios dessa função: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988). No entanto, a análise dos artigos selecionados mostra que a efetividade desse conjunto normativo ainda é limitada. Os dispositivos constitucionais, embora claros, enfrentam resistências interpretativas, omissões administrativas e morosidade judicial, que acabam por enfraquecer o alcance social da política agrária.

Essa dificuldade de conciliar os princípios constitucionais reflete-se na prática estatal. A legislação infraconstitucional que deveria operacionalizar os comandos da Carta Magna, especialmente o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964), mostra-se defasada e, em muitos aspectos, incompatível com o espírito da "Constituição Cidadã". Embora o Estatuto tenha representado um avanço histórico ao prever a reforma agrária como instrumento de justiça social e desenvolvimento rural, sua aplicação foi, ao longo do tempo, marcada por interpretações restritivas, descontinuidade política e fragilidade institucional. Segundo Pereira (2022), o direito agrário brasileiro sofre com a falta de efetividade das normas programáticas, pois muitas vezes o poder público trata o planejamento fundiário como mera diretriz, e não como um dever constitucionalmente imposto.

Sob essa ótica, percebe-se que o principal obstáculo jurídico à efetivação da reforma agrária não reside na inexistência de leis, mas na fragmentação normativa e institucional que impede a concretização dos princípios constitucionais. Há um distanciamento evidente entre o texto normativo e a execução prática. Processos de desapropriação se arrastam por anos, decisões judiciais carecem de uniformidade e os instrumentos de fiscalização da função social da propriedade são subutilizados. A literatura também aponta a ausência de regulamentação complementar como entrave relevante. A falta de normas detalhadas que orientem a execução da reforma agrária gera insegurança jurídica e desestimula a atuação dos órgãos responsáveis Aponta-se para uma lacuna normativa em relação à definição de critérios objetivos para o cumprimento da função social, o que dificulta a atuação administrativa e abre espaço para a

judicialização de questões que poderiam ser resolvidas na esfera técnica (RODRIGUES, REIS e BRAGA, 2023).

A efetividade da reforma agrária depende também de fatores socioeconômicos, ambientais e políticos. Um estudo realizado nos assentamentos rurais de Silvânia/GO (SILVA et al.,2012) mostra que a mera distribuição de terras não é capaz de promover desenvolvimento sustentável se não houver assistência técnica, infraestrutura, políticas de crédito e apoio à produção. Esse entendimento reforça a importância de políticas públicas intersetoriais e da atuação coordenada entre União, Estados e Municípios na execução da reforma agrária, conforme previsto no Título VII da Constituição Federal, que trata da ordem econômica e financeira. Os resultados também permitem observar uma forte convergência teórica entre os autores quanto à suficiência do arcabouço jurídico existente. O descompasso entre o texto constitucional e a prática administrativa revela o que Maués (2014) denomina de "distância institucional entre o 'dever-ser' jurídico e o ser político da terra".

Do ponto de vista doutrinário, a maioria dos estudos converge para a ideia de que o princípio da função social da propriedade deve ser interpretado de forma ampliada e concretizadora, servindo como instrumento de realização dos direitos fundamentais e da justiça social (MAUÉS, 2014; PEREIRA, 2022; RODRIGUES; REIS; BRAGA, 2023). Outro aspecto relevante identificado é a influência do agronegócio na formulação e na implementação das políticas fundiárias. Conforme expõe Tawfeiq (2024), as práticas do agronegócio muitas vezes se mostram incompatíveis com a ordem ambiental e constitucional, pois priorizam a produtividade e o lucro em detrimento da sustentabilidade e da função social. Uma leitura histórica reforça que os obstáculos atuais são o resultado de um processo contínuo de resistência à democratização da terra, que persiste mesmo diante das garantias constitucionais (FARIA e MARIN, 2022).

Em síntese, os principais obstáculos jurídicos evidenciados pela pesquisa são: interpretação restritiva da função social da propriedade (que ainda protege o interesse privado em detrimento do coletivo), morosidade judicial e administrativa (que inviabiliza a efetividade das desapropriações), omissão legislativa e falta de regulamentação infraconstitucional precisa, influência econômica e política do agronegócio (que pressiona a formulação de políticas fundiárias), fragilidade institucional e orçamentária dos órgãos públicos responsáveis e ausência de políticas de apoio aos assentamentos rurais, como crédito, infraestrutura e assistência técnica. Esses fatores são agravados pela falta de integração entre os níveis de governo e pela resistência política em enfrentar o poder econômico concentrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitiram responder à pergunta de pesquisa e identificar como obstáculos jurídicos para a efetivação da reforma agrária no Brasil, a necessidade de uma releitura prática do princípio da função social da propriedade, atuação estatal coordenada entre os entes federativos e a vontade política real para enfrentar os interesses dominantes. A superação dos obstáculos exige a adoção de uma política agrária que consiga conciliar a justiça social, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico. Desse modo, a reforma agrária poderá cumprir o papel que o constituinte de 1988 lhe atribuiu: ser um instrumento de transformação social e de realização da dignidade humana no campo brasileiro, onde finalmente

colocará a terra como um fator crucial para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, assim servindo de auxílio para a garantia de preceitos constitucionais fundamentais.

A hermenêutica constitucional deve, portanto, assumir um caráter emancipatório, focado na efetividade dos direitos fundamentais coletivos e na promoção do bem comum. Assim, a reforma agrária deve ser vista como um instrumento de reconstrução da cidadania no campo, capaz de integrar justiça social, sustentabilidade e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.* ***Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.*** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. ***A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação.*** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958.

PEREIRA, Felipe Branco Alves. ***Inclusão do direito agrário no ordenamento jurídico brasileiro: desafios e impactos***. *Revista de Direito Agrário*, [S.l.], 2023.

TAWFEIQ, Reshad. ***Incompatibilidades do agronegócio face à ordem ambiental constitucional / Incompatibilities between agribusiness and the constitutional environmental order***. *Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*, Ponta Grossa, PR, 2024.

CARDOSO, Luiz Guilherme Luz; DAL BOSCO, Maria Goretti. ***Inferências sobre as três faces da reforma agrária no Brasil: desenvolvimento, política social e direito à alimentação / Inferences on the three dimensions of agrarian reform in Brazil: development, social policy, and the right to food.*** *Universidade Presbiteriana Mackenzie*; *Universidade Federal da Paraíba*, 2023.

FARIA, Paulo Henrique; MARIN, Eriberto Francisco Bevilaqua. ***Evolução do direito agrário brasileiro: o processo de distribuição de terras no Brasil à luz das legislações editadas em território nacional / Evolution of Brazilian Agricultural Law: the process of land distribution in Brazil in the light of legislation edited in the national territory***. [S.l.]: [s.n.], 2023.

RODRIGUES, Mateus Dias; REIS, Rhuan Gonçalves; BRAGA, Clarice Rodrigues. ***Reforma agrária: evolução legislativa e impactos da ausência de regulamentação estatal / Agrarian reform: legislative evolution and impacts of the absence of state regulation***. *Faculdade Guaraí – IESC/FAG*, 2023.

SILVA, Fernanda Chaveiro da; SOUZA, Cleonice Borges de; JESUS, Andrelisa Santos de; OLIVEIRA, Aline Santos. ***Direito ao desenvolvimento sustentável: uma análise a partir das***

potencialidades e limitações do meio físico e das formas de uso e ocupação do solo nos assentamentos rurais de Silvânia, GO. *Universidade Federal de Goiás (UFG)*, 2023.

MAUÉS, Antonio. ***Constituição e desigualdade: direito de propriedade e reforma agrária no Brasil***. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, n. 115, 2024. DOI: 10.1590/0102-191224/115.

REIS, Rossana Rocha. ***O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil***. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 86, p. 131–165, 2012. DOI: 10.1590/S0102-64452012000200004.

DIREITOS HUMANOS DA COMUNIDADE - INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Sofia Kruguer Possenti[1]
Maythê Calisto de Oliveira[2]
Maria Fernanda Kauling[3]

Resumo - O projeto "Direitos Humanos da Comunidade" foi desenvolvido com o objetivo de promover a inclusão social e o fortalecimento da cidadania de mulheres, idosos e crianças em situação de vulnerabilidade. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza aplicada, utilizando o método de estudo de caso, articulando ensino, pesquisa e extensão. As ações implicaram em rodas de conversa e atividades dinâmicas sobre temas como direitos fundamentais, empoderamento, violência doméstica, proteção à infância e combate ao trabalho infantil. Os resultados demonstraram importante engajamento dos participantes, evidenciando-se o fortalecimento dos vínculos comunitários e o desenvolvimento da conscientização sobre a importância da dignidade humana e da reivindicação de direitos. Conclui-se que a informação e o conhecimento são ferramentas essenciais para a transformação social, reafirmando a relevância da extensão universitária na promoção da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Palavras-chave: Direitos Humanos; cidadania; vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a efetivação dos direitos humanos e da cidadania revela-se imprescindível para a inclusão social de grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, idosos e crianças. Promover cidadania vai além do aspecto formal do direito, abrangendo também ações concretas e eficientes, que permitam às pessoas exercer plenamente seus direitos civis, políticos e sociais, com acesso a mecanismos e programas de participação social (BENINCA, HERMÍNIO e CAMILO, 2019). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha papel central nesse processo, caracterizando-se como a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e principal unidade pública de proteção social básica. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BRASIL, 2023). O CRAS tem como objetivo "prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da promoção da cidadania e do acesso a direitos", atuando na conexão entre o poder público e a comunidade, com atividades de inclusão social, promoção de direitos fundamentais e fortalecimento da autonomia das famílias atendidas.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante deste cenário, o projeto "Direitos Humanos da Comunidade", desenvolvido nos CRAS da cidade de Caçador e distrito de Taquara Verde, insere-se no eixo temático Cidadania e Inclusão Social, buscando levar informações gerais e conhecimento jurídico e social junto a mulheres, idosos e crianças em situação de vulnerabilidade e participantes dos grupos de convivência e integração da instituição CRAS, por serem públicos frequentemente afetados pela ausência de acesso a políticas públicas de qualidade e pela desinformação sobre seus direitos fundamentais. A iniciativa teve como propósito contribuir para o empoderamento dessas frações da sociedade e para o fortalecimento dos vínculos comunitários, aproximando a Universidade da realidade social local. A relevância teórica e social do projeto apoia-se na inclusão social como um direito humano fundamental e condição indispensável para o exercício efetivo dos demais direitos, na medida em que garante a participação plena dos indivíduos na vida comunitária e política (MAY, 2023). Ao proporcionar espaços de diálogo e reflexão, as aplicações extensionistas desenvolvidas tornam-se dispositivos produtivos para a promoção da transformação social por meio da informação e conhecimento, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e participativa.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, utilizando o método de estudo de caso como principal estratégia de investigação e intervenção. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando os significados, experiências e práticas observadas na realidade concreta. Trata-se de um estudo de caso voltado à análise e intervenção em uma comunidade específica, onde serão desenvolvidas ações de extensão universitária em Direitos Humanos, com foco na promoção da cidadania, da conscientização e do fortalecimento de vínculos comunitários. Essa abordagem permitiu compreender como a legislação aplicada aos direitos sociais e humanos deve se manifestar no cotidiano da comunidade, bem como identificar desafios e potencialidades para sua efetiva concretização. A metodologia adotada articula pesquisa, ensino e extensão, valorizando a troca de saberes entre universidade e comunidade, em uma perspectiva dialógica, participativa e emancipatória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 14 de abril de 2025, realizou-se uma aplicação do projeto com o grupo de convivência de idosos do CRAS, abordando o tema "Bem-Estar na Terceira Idade: Saúde, Direitos e Qualidade de Vida". A atividade teve como base jurídica os direitos fundamentais da pessoa idosa, assegurados pela Constituição Federal de 1988, em especial o direito à dignidade, à saúde e à convivência familiar e comunitária (art. 230), e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante, entre outros, a prioridade no atendimento e o respeito à autonomia e integridade física e moral (arts. 3º e 15). Durante a roda de conversa, foram debatidos temas como violência patrimonial, saúde e bem-estar, previdência social, canais de atendimento e assistência ao idoso em situação de vulnerabilidade, bem como segurança e proteção à pessoa idosa. O grupo demonstrou interesse e engajamento durante toda a conversa, compartilhando vivências pessoais e refletindo sobre os mecanismos legais de proteção disponíveis em casos concretos.

Ainda no CRAS Central de Caçador, foi realizada uma apresentação (17/04/2025), abordando o tema "Autoestima, Apoio e Informação". O tema abordado teve respaldo no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e a promoção da igualdade de gênero (art. 5º, I, CF), ressaltando as conquistas históricas das mulheres e seus direitos no âmbito familiar, social e profissional. Foram falados dos temas como inserção no mercado de trabalho e acesso à educação, amparo em relação à família e filhos, violência doméstica, com destaque para os mecanismos de proteção previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e os canais de denúncia e acolhimento, como o Disque 180 e a Associação Maria Rosa (Figura 1).

No Distrito de Taquara Verde, foram feitas duas atividades no CRAS (figuras 2 e 3), Primeiro, no dia 21/05/2025, com o grupo de crianças, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). A ação teve como objetivo promover a conscientização sobre a proteção contra a violência, em conformidade com o art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Durante a ação, foi abordado de forma lúdica o tema do abuso infantil. As crianças aprenderam como e onde buscar ajuda, com ênfase em familiares de confiança, e canais oficiais (Lei nº 8.069/1990). A atividade despertou grande interesse entre as crianças, que ao final representaram o aprendizado por meio de desenhos com o tema "Um mundo seguro para as crianças", reforçando a importância da educação preventiva e da proteção integral.

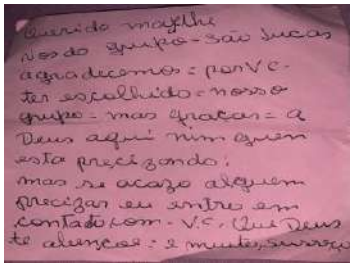
Em 27 de maio de 2025, foi a aplicação com o grupo de mulheres ao tema "Autoestima, apoio e informação". A atividade abordou as conquistas históricas das mulheres, oportunidades no trabalho e educação, bem como os direitos relacionados à família e aos filhos (CF, arts. 5º, I, e 226) e na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Também foram discutidas formas de romper o ciclo da violência doméstica e os principais canais de acolhimento e denúncia. Na ocasião destacou-se a importância do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UNIARP, que presta atendimento jurídico gratuito à comunidade, atuando como instrumento de efetivação do acesso à justiça. As participantes demonstraram grande interesse nas discussões, e relataram suas experiências positivas com o atendimento do NPJ da Universidade.

Figuras 1, 2 e 3- CRAS Central e Taquara verde – Grupo de crianças e mulheres

O projeto participou do Dia da Família no CRAS de Caçador (21/06/2025), com uma ação voltada à conscientização sobre o trabalho infantil (Figura 4). A atividade foi conduzida de forma interdisciplinar, com ênfase jurídica e participação da acadêmica de Psicologia Nycoly Candeia, que trouxe a perspectiva psicológica para o diálogo com as famílias. Foram debatidos tópicos como o que é trabalho infantil, idade mínima para trabalhar, impactos psicológicos e a

importância da infância e da educação. A discussão teve como base o art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que resguardam a proteção integral das crianças e adolescentes. Ademais, foram apresentadas as consequências jurídicas do trabalho infantil e as políticas públicas de combate, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e as ações das demais instituições que promovem operações neste sentido. Ao final, as famílias compartilharam suas histórias e rotinas, fomentando a participação, acolhimento e fortalecimento de vínculos. Como gesto simbólico, foram entregues suculentas para que cada família cuidasse de sua planta em conjunto, reforçando o cultivo do afeto, da união e da responsabilidade familiar.

O Projeto de Orientação Jurídica para as Mulheres na Comunidade (17/07/2025) foi no Centro Comunitário do Bairro Bello, em Caçador, com o apoio do Programa de Apoio às Mulheres (PAM). O objetivo foi oferecer um espaço seguro e confortável emocionalmente, onde as mulheres pudessem esclarecer suas dúvidas jurídicas por meio de bilhetes deixados em uma caixinha destinada a esse fim (Figura 5). Após duas semanas, as questões seriam analisadas e posteriormente discutidas em uma roda de conversa. Porém, ao retornar para recolher as perguntas, havia apenas um bilhete de agradecimento na caixinha (Figura 6), dizendo que as mulheres do grupo estavam bem e não precisam de ajuda naquele momento. Observou-se que, durante a apresentação inicial, as mulheres demonstraram atenção e fizeram perguntas. A receptividade das mulheres durante a apresentação inicial é uma evidência de que tais iniciativas são bem recebidas e valorizadas, intensificando a relevância de manter programas comunitários de orientação jurídica e educação em direitos.



Figuras 4, 5 e 6: Dia da Família, Caixinha de perguntas e Bilhete de agradecimento.

No dia 07 de outubro de 2025, foi realizada uma atividade no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com a presença de diversos grupos familiares. O tema abordado para as famílias foi a violência, destacando a legislação sobre violência familiar, violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes, as formas de prevenção e como buscar ajuda. Embora tímidos, os participantes mostraram interesse evidenciado pelas perguntas feitas em particular após a apresentação. Os resultados evidenciam a importância de ações que incentivem o diálogo e a conscientização sobre a violência. O Art. 226, §8º da Constituição Federal, prevê que o Estado assegure a assistência à família e a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Dessa forma, as atividades educativas realizadas no CRAS fortalecem e contribuem os vínculos familiares, além de informar e orientar a comunidade sobre como identificar e reagir a situações de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas nos CRAS de Caçador e Taquara Verde demonstraram que a informação e o conhecimento jurídico e social são instrumentos indispensáveis para a capacitação dos participantes, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e ampliando o acesso a direitos fundamentais. Por meio de rodas de conversa e oficinas, a iniciativa juntou teoria e prática, fornecendo conteúdo sobre direitos e proteção, e ao mesmo tempo impulsionando a reflexão crítica, a troca de experiências, o engajamento e a conscientização. Recomenda-se a continuidade e a expansão de projetos similares, incorporando avaliações periódicas e metodologias participativas e fortalecendo parcerias entre a Universidade e o poder público, assegurando a sustentabilidade das ações e o acesso contínuo da comunidade a informações e apoio em situações de vulnerabilidade. O projeto reitera o poder da extensão fundamentada na educação e na defesa de direitos. É um caminho eficaz para reforçar a cidadania e a autonomia dos envolvidos da comunidade, contribuindo diretamente para uma sociedade mais justa e consciente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio à Extensão Comunitária (PAEC) pelo financiamento e suporte ao desenvolvimento deste projeto, bem como aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Caçador e Taquara Verde pelo acolhimento e parceria na realização das atividades junto à comunidade atendida.

REFERÊNCIAS

BENINCA, Cristiane; HERMINIO, Elisângela; CAMILO, Silvana. Direitos Fundamentais e Cidadania: a construção de uma sociedade inclusiva. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas – UNIFAFIBE, Bebedouro, v. 7, n. 1, p. 248-268, jan./jun. 2019. Disponível em: https://ojs.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1167. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

MAY, Thais. Inclusão Social e Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas da cidadania participativa. São Paulo: Atlas, 2023.

SILVA, João Paulo da. Efetivação dos Direitos Humanos e Inclusão Social no Brasil Contemporâneo. Revista Humanidades e Inovação, Palmas: Universidade Estadual do Tocantins,

v. 6, n. 12, p. 155–170, 2019. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1355. Acesso em: 30 out. 2025.

SOARES, Luciana R. A Extensão Universitária e o Fortalecimento da Cidadania: um olhar interdisciplinar sobre o CRAS. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54850/54850.PDF. Acesso em: 30 out. 2025.

DOSIMETRIA DA PENA: A DIVERGÊNCIA DA IMPOSSIBILIDADE DA PENA BASE ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL E A CONFISSÃO DO RÉU

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Ana Lívia Barzotto[1]
Ricardo Emílio Zart[2]

Resumo – Uma das fases mais importantes de toda a sentença criminal é a dosimetria da pena. Dentre isso, há várias etapas até chegar à pena final do acusado, como as circunstâncias atenuantes e circunstâncias agravantes. Outrossim, além de ser uma parte de grande importância dentro do sistema penal brasileiro, a dosimetria da pena apresenta algumas divergências, dentre elas, a discussão acerca da confissão do réu. O presente trabalho tem por objetivo observar sobre a confissão do réu dentro da dosimetria da pena. Utiliza-se para a elaboração do trabalho, uma abordagem descritiva, de cunho exploratório, por meio de revisão bibliográfica. Através da pesquisa que foi realizada por meio de leituras do Código Penal Brasileiro e suas alterações e formação, e da literatura jurídica do nosso país. Foi retratado sobre a divergência com a Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça e entendimentos doutrinários. Vale ressaltar que, apesar de haver entendimento sumulado e apesar da confissão ser um instrumento expresso legalmente na dosimetria, ainda há divergência e sempre haverá um debate sobre o tema.

Palavras-chave: dosimetria da pena; confissão; réu; súmula; divergências.

INTRODUÇÃO

No direito penal brasileiro, especificamente na dosimetria da pena utilizada, qual seja a do sistema trifásico, há uma série de aplicações para se chegar à pena final, e, dentre tais aplicações há também divergências que podem ser debatidas, como a confissão do réu e da impossibilidade da pena base abaixo do mínimo legal.

Entende-se como dosimetria da pena uma operação entre o magistrado e o agente. Desta, cabe estabelecer, dentro do máximo e mínimo legal permitido a pena total do agente, todas aplicadas conforme descrito no Código Penal. As descrições do Código Penal implicam nos limites estabelecidos para o juiz fixar o quantum da pena. Além disso, a dosimetria da pena também pode ser nomeada como a matemática do direito (Nucci, 2024).

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o enunciado da Súmula 231, versa no sentido de que "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal" (Brasil, 1999, Súmula 231). Porém, tal súmula vai de encontro com outro entendimento, também do Superior Tribunal de Justiça, em sua Súmula 545;

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

"quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no ar. 65, III, d, do Código Penal" (Brasil, 2015, Súmula 545).

Nesse ínterim, o tema abordado possui grande relevância social, pois, havendo divergência entre a impossibilidade da pena base abaixo do mínimo legal e a importância da confissão do réu, faz-se necessário avaliar os posicionamentos doutrinários sobre o assunto, visto que, já questionada inúmeras vezes a Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça sobre o impedimento para quem confessou espontaneamente o crime se beneficie de tal atitude.

Portanto, diante dos motivos, a pergunta central da pesquisa está em: como a confissão do réu influência na dosimetria da pena e como isso afeta a impossibilidade da pena base abaixo do mínimo legal?

O objetivo geral do presente artigo está em analisar a impossibilidade da pena base abaixo do mínimo legal.

Ainda, busca-se obter o seguinte objetivo específico: demonstrar os posicionamentos acerca da possibilidade ou impossibilidade da pena base abaixo do mínimo legal, em torno da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça.

METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta como tipo de texto narrativo e interpretativo. Foram utilizados para o seu desenvolvimento o método de pesquisa bibliográfica, por meio de artigos de pesquisas, livros físicos e digitais. Além disso, usou-se de pesquisa exploratória para buscar analisar e avaliar a possibilidade de a pena base ser menor que o mínimo legal, do qual é o entendimento sumulado (Súmula 231), por meio da atenuante da confissão do réu.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ordenamento jurídico brasileiro, a forma de quantificar a pena de um acusado se dá pelo sistema trifásico de dosimetria da pena. Ainda que no Brasil houvesse doutrinas diferentes a respeito da aplicação da pena, ou seja, do sistema bifásico e do sistema trifásico, e havendo apoiadores de ambos os lados dos sistemas de aplicação da pena, a que prevaleceu foi a teoria de Nelson Hungria, do qual foi um dos autores do anteprojeto de Lei que reformou a parte geral do Código Penal de 1940. Para ele, a aplicação da pena deve possuir três fases distintas: na primeira, a aplicação da pena-base; na segunda, serão consideradas as atenuantes e agravantes genéricas; e na terceira e última fase, a consideração das causas especiais de aumento e diminuição de pena (Barros, 2009).

Segundo Barros (2009, p. 511), o critério trifásico de Nelson Hungria é o que "mais satisfaz às exigências sociais de individualização da pena, pois enaltece, com maior clareza, cada passo da operação de sua fixação".

Boschi (2013, p. 152), exemplifica que:

> se apelasse para pretender expungir da pena a influência de certa agravante, o condenado só estaria em condições de antever o resultado prático de julgamento eventualmente favorável, se o quantum correspondente à agravante aparecesse explícito na sentença.

Assim, o sistema trifásico é o método escolhido para a realização da quantificação da pena, conforme Boschi (2013) salientou.

No sistema trifásico de Nelson Hungria, a aplicação da pena inicia-se com a observância das circunstâncias judiciais, constante no artigo 68 do Código Penal, in verbis:

> A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento (Brasil, 1940, art. 68).

Dentro de tais circunstâncias está a atenuante da confissão do réu.

Tal atenuante está elencada no artigo 65, inciso III, alínea d, do Código Penal, conforme segue:

> Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:
>
> [...]
>
> III - ter o agente:
>
> [...]
>
> d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime; (Brasil, 1940, art. 65).

Para tanto, a redação dada pelo artigo 65, inciso III, alínea d, aduz que o agente poderá confessar para qualquer autoridade sobre o crime, com isso inclui-se também o Ministério Público. Além disso, a confissão também pode ser assegurada quando o agente confessar na hora da prisão em flagrante, desde que diga que participou do delito para poder se beneficiar do instituto atenuante (Franco, 1997).

Mormente, a confissão sempre foi um benefício muito debatido entre os juristas, o que se tornou cada vez mais popularizado de forma veemente com o advento do Acordo de Não Persecução Penal. Há ainda decisões dos tribunais, dos quais apoiam a confissão e os que são tolerantes a isso (Gonçalves, 2025).

Em diversas decisões, os tribunais tem como base que a confissão, aliada às testemunhas e depoimentos coerentes, que se completam, deve ser utilizada.

Ainda, é notável que há requisitos a serem seguidos a respeito da utilização e dos critérios da confissão do réu. Tal entendimento pode ser averiguado em quase todos os tribunais. E, portanto, trata-se também do chamado leading case, visto que uníssono o entendimento jurisprudencial dos tribunais, dos quais afirmam que é necessário haver uma valoração das provas

juntamente com a confissão, assim também é perceptível que traz mais enfoque para as testemunhas, visto que se o depoimento dessas for consectário ao que o réu alega, ambas serão valoradas (Costa, 2024).

Para o Superior Tribunal de Justiça o réu tem direito à atenuante da confissão se esta for usada para o entendimento e convencimento do juiz sobre a lide discutida. Contudo, se não for utilizada para o convencimento do magistrado na prolação da sentença, não há o que se falar em beneficiar o réu (Lopes Junior, 2024).

Eventual confissão, conforme o entendimento dos tribunais só poderá ser valorada se as outras provas corroborarem com ela (Lopes Junior, 2024).

Porém, a atenuante da confissão, vem de encontro à Súmula 231 do STJ, da qual diz que "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal" (Brasil, 1999, Súmula 231). Com isso, a ideia de que a confissão sempre será usada para benefício do réu, rechaça com o entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça (Câmara Neto, 2025).

Esse entendimento, até o ano de 1999 não era devidamente fixado, pois, quando editado o Código Penal em 1940, o texto legal é claro em expressar que "são circunstâncias que sempre atenuam a pena", nesta seara mostra-se imperioso de que as atenuantes legalmente previstas no artigo 65, devem ser utilizadas, independentemente da pena base ficar abaixo do mínimo legal (Câmara Neto, 2025).

Tal entendimento supramencionado do Superior Tribunal de Justiça ainda se contradiz com seu outro entendimento, em que "quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal" (Brasil, 2015, Súmula 545). Pois, se acaso o réu não tiver nenhuma agravante, e confessar espontaneamente, preenchendo os requisitos para que sua confissão seja devidamente válida, e, o magistrado utilizar a confissão como meio de convicção para o julgamento, o réu ainda não poderá fazer jus à atenuante, visto que irá haver um embate entre as duas Súmulas (Motta, 2008).

Consectário à isso, é de que a Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça interfere no princípio constitucional da individualização da pena, visto que a dosimetria da pena, conforme aprofundado, realizada por meio do sistema trifásico, visa priorizar a individualidade de cada caso em apreço, contudo, a partir da impossibilidade de se atenuar abaixo do mínimo legal mesmo em casos que o réu seja confesso, acaba por não enfatizar as especificidades e individualidade de cada pena (Câmara Neto, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a dosimetria da pena é realizada pelo sistema trifásico, e na segunda fase da dosimetria está a atenuante da confissão do réu.

Tal atenuante, todavia, não pode ser utilizada totalmente, pois, de acordo com a Súmula 231 do STJ, a pena base não pode ser menor que o mínimo legal, ou seja, mesmo havendo

circunstâncias que a atenuem, tal qual a confissão do réu, não poderá essa ser utilizada em benefício do acusado a teor do entendimento sumulado.

Contudo, esse entendimento viola o princípio constitucional da individualização da pena, pois, se o acusado colaborar com o sistema judiciário e realizar uma confissão que contribua para a elaboração da decisão do magistrado, nos termos da Súmula 545 do STJ, de nada adiantará como benefício para o réu.

Outrossim, a confissão deve ser considerada e usada para diminuir a pena base abaixo do mínimo legal, tendo em vista que é um elemento que contribui para o poder judiciário, todavia, deve-se ter como foco que a confissão não pode ser somente no sentido de "pratiquei o crime", mas sim, uma confissão que efetivamente ajude a máquina pública do poder judiciário, com detalhes e de forma eficaz, para que assim o acusado faça jus de forma veemente à circunstância atenuante da confissão e a sua pena base seja abaixo do mínimo legal na dosimetria da pena.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Ricardo Emílio Zart, pela orientação do presente projeto, e à Uniarp, pela oportunidade de realização do desenvolvimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito Penal**: Parte Geral. Vol. I. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOSCHI, José Antônio Paganella. **Das penas e seus critérios de aplicação**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BRASIL. **Decreto Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Planalto, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 21. out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 545**. Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2015. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?b=SUMU&sumula=545. Acesso em: 21. out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 231**. A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_17_capSumula231.pdf. Acesso em: 21. out. 2025.

CÂMARA NETO, Flávio Augusto de Freitas. **Direito à atenuação da pena e a súmula n. 231 do Superior Tribunal de Justiça:** por uma interpretação constitucionalmente adequada. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4d3ad5b7-7cbe-4c6b-bb26-1a517f0756c2/content. Acesso em 21. out. 2025.

COSTA, Ana Carolina Borges. **A prova por declaração de parte e confissão daí extraível:** a valoração da prova para a formação da convicção do julgador. 2024. Dissertação de Mestrado – Universidade do Minho, Braga, 2024. Disponível em: https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/3601469e-4503-4006-867d-64a3c2303efe/content. Acesso em: 21. out. 2025.

FRANCO, Alberto Silva. **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial**. 7. ed. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GONÇALVES, Marcelo Rodolfo Cabral. Os limites e parâmetros da confissão do réu. **Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo. v. 11. n. 6. p. 513-529, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19722/11756. Acesso em: 21. out. 2025.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620609/. Acesso em: 21. out. 2025.

MOTTA, Felipe Heringer Roxo da. Algumas considerações sobre a súmula 231 do STJ. *In*: Congresso História do Direito Penal, 1., 2008, Florianópolis. **Anais Eletrônicos [...],** Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Algumas-considerac%CC%A7o%CC%83es-sobre-a-su%CC%81mula-231.pdf. Acesso em: 21. out. 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

CASSINOS ONLINE E AS LACUNAS REGULATÓRIAS: IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Emanuelle Formento de Matos[1]
Ricardo Emilio Zart[2]

Resumo – O presente estudo analisa os impactos jurídicos e sociais decorrentes da ausência de regulamentação dos cassinos online no Brasil. Embora proibidos desde o Decreto-Lei nº 3.688/1941, os jogos de azar mantêm forte influência cultural e, com o avanço tecnológico, migraram para o ambiente digital, alcançando milhões de usuários. A pesquisa, de natureza qualitativa e método exploratório, baseia-se em revisão bibliográfica de artigos, legislações e documentos legais, buscando compreender a evolução histórica dos cassinos, seus efeitos sociais e jurídicos, e propor alternativas normativas. Os resultados apontam que a atuação de influenciadores digitais tem impulsionado o crescimento das apostas online, muitas vezes sem considerar os riscos de vício, endividamento e fraudes. A ausência de regulamentação específica favorece práticas ilícitas, como evasão fiscal e lavagem de dinheiro, além de expor consumidores a vulnerabilidades. Observa-se que a criação de um marco regulatório é essencial para garantir segurança jurídica, proteção ao usuário e controle financeiro. Conclui-se que a regulamentação equilibrada dos cassinos online pode fomentar a economia e gerar arrecadação tributária, desde que acompanhada de políticas públicas voltadas à prevenção da ludopatia e à fiscalização efetiva das plataformas digitais.

Palavras-chave: cassinos online; regulamentação jurídica; impactos sociais; jogos de azar; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Os cassinos, embora historicamente proibidos no Brasil desde o Decreto-Lei 3.688/41, sempre exerceram influência cultural no país. Surgiram de forma clandestina durante o período imperial e, ao longo do tempo, tornaram-se parte do imaginário social brasileiro. Com a evolução tecnológica e a popularização da internet, os cassinos online se consolidaram como uma alternativa de fácil acesso aos apostadores, atingindo públicos que antes não demonstravam interesse por jogos de azar. Essa transformação do setor revela o potencial de crescimento das apostas digitais e a necessidade de compreender suas implicações.

O aumento do número de usuários de cassinos online é amplamente impulsionado pela atuação de influenciadores digitais, que promovem essas plataformas em troca de remuneração financeira. No entanto, a divulgação muitas vezes ignora os impactos sociais e psicológicos sobre

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

os jogadores, como o vício em apostas, dificuldades financeiras e exposição a riscos cibernéticos. A popularização desses jogos, sem uma regulamentação clara, evidencia um vácuo normativo que favorece práticas ilícitas e aumenta a vulnerabilidade dos consumidores.

Diante desse cenário, torna-se evidente a relevância de analisar os impactos jurídicos e sociais decorrentes da falta de regulamentação específica. A ausência de normas claras não apenas cria incertezas jurídicas, mas também potencializa crimes como fraudes, lavagem de dinheiro e invasão de privacidade. Além disso, o crescimento do mercado de apostas online, aliado à discussão de propostas legislativas no Congresso Nacional, reforça a necessidade de políticas públicas capazes de proteger os usuários e garantir segurança ao setor.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral examinar os impactos jurídicos e sociais da falta de regulamentação dos cassinos online no Brasil, considerando sua trajetória histórica e a situação normativa atual. Para tanto, o estudo se propõe a investigar a evolução histórica dos cassinos, analisar os efeitos sociais e culturais de sua proibição e expansão digital, e propor alternativas normativas viáveis. A estrutura do trabalho contempla três capítulos: o primeiro aborda o histórico dos jogos de azar; o segundo analisa os impactos sociais e jurídicos atuais; e o terceiro apresenta possíveis soluções para a regulamentação do setor.

METODOLOGIA

O estudo possui natureza qualitativa, voltada à compreensão dos impactos jurídicos e sociais dos cassinos online no Brasil, por meio da análise descritiva e interpretativa de informações, sem uso de dados estatísticos. Adota um método exploratório, buscando investigar um tema ainda pouco regulamentado e com lacunas na literatura, a fim de compreender seus principais conceitos e problemáticas.

Baseia-se em pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos, legislações e documentos legais para sustentar teoricamente a análise sobre a evolução dos cassinos, seus efeitos sociais, jurídicos e econômicos, e os desafios da falta de regulamentação.

A investigação segue também um método dedutivo, partindo de conceitos gerais sobre jogos de azar e regulamentação jurídica para analisar o contexto brasileiro, relacionando teoria e prática. Essa abordagem permite propor alternativas e soluções normativas que promovam segurança jurídica e proteção aos usuários.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção analisa a evolução histórica, a conceituação e os impactos dos jogos de azar no Brasil, com foco nos cassinos online, considerando dimensões legais, sociais e tecnológicas. Segundo Reis (2018), os jogos de azar têm origens milenares, com registros entre povos sumérios, egípcios e chineses, que utilizavam dados e tabuleiros como instrumentos de sorte e tomada de decisões. No contexto brasileiro, Mourão (2024) observa que a prática surgiu no período colonial, influenciada por costumes portugueses e indígenas, e ganhou força no início do século XX, especialmente durante a Era Vargas, quando foi legalizada pelo Decreto-Lei nº 241/1938. Entretanto, em 1946, o Decreto-Lei nº 9.215 determinou sua proibição definitiva, sob argumentos morais e sociais.

Para Pereira (2024), os jogos de azar são atividades em que o resultado depende essencialmente do acaso, sendo regulados no Brasil pela Lei de Contravenções Penais (Lei nº 3.688/1941) e pela Constituição Federal, que permite apenas as loterias oficiais. O autor destaca que o Código Civil diferencia jogos e apostas, delimitando sua validade e efeitos obrigacionais. Apesar das restrições legais, práticas clandestinas persistem, o que impulsiona discussões sobre a possível legalização de cassinos, bingos e apostas online.

Kelner (2016) ressalta que o avanço tecnológico e a popularização da internet transformaram os antigos jogos físicos em plataformas digitais, ampliando o acesso e atraindo milhões de usuários. Esse fenômeno consolidou o mercado de apostas online no Brasil, que movimenta dezenas de bilhões de reais mensalmente. A regulamentação das apostas de quota fixa pela Lei nº 14.790/2023 representa um marco importante, mas não elimina desafios como a ludopatia, o endividamento e a exposição de menores de idade, além da publicidade abusiva de influenciadores digitais.

De acordo com Araújo (2024), os cassinos online ampliam os riscos sociais e econômicos, contribuindo para o vício, o prejuízo financeiro e a movimentação de recursos ilícitos. Apesar de apresentarem potencial econômico, a falta de regulação adequada favorece a desigualdade e dificulta a arrecadação tributária. A autora destaca a necessidade de políticas públicas e de uma regulamentação que assegure a proteção do consumidor e a sustentabilidade do setor.

Saldanha (2024) afirma que a inexistência de regulamentação específica para os cassinos online no Brasil favorece a atuação de operadores irregulares, expondo os usuários a riscos financeiros e jurídicos. A legislação atual, baseada no art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, mostra-se obsoleta diante das novas tecnologias e da internacionalização das plataformas digitais, o que dificulta a fiscalização e contribui para a escassez de jurisprudência sobre o tema.

Sob a ótica social, Garcia (2023) alerta que a falta de controle e fiscalização potencializa o vício em jogos, o endividamento e os danos à saúde mental, principalmente entre adolescentes. O marketing digital e a publicidade indiscriminada contribuem para a normalização do jogo entre públicos vulneráveis, comprometendo a ordem pública e a proteção do consumidor.

Carvalho (2024) aponta que a ausência de regulamentação dos jogos de azar online acarreta grandes perdas tributárias e instabilidade financeira, com bilhões de reais circulando em plataformas ilegais. O autor defende a criação de um marco legal que contemple licenciamento, fiscalização, proteção ao consumidor, prevenção à ludopatia e combate à lavagem de dinheiro, a fim de reduzir danos e fortalecer a segurança jurídica.

Segundo Martins (2025), a regulamentação dos jogos e cassinos online pode impulsionar significativamente a arrecadação tributária, fomentar a economia e estimular a inovação tecnológica. Estima-se que o setor já arrecade bilhões anualmente, com projeções de crescimento sustentado. Além disso, a regularização pode promover transparência e geração de empregos, inspirando-se em modelos adotados por países como Reino Unido e Malta.

Para Morais e Falcão (2022), a regulamentação também deve enfrentar desafios como o aumento da dependência em jogos e a fiscalização de transações com criptomoedas, que exigem tecnologias avançadas e cooperação internacional. Assim, os autores defendem que o equilíbrio

entre benefícios econômicos e proteção social deve ser prioridade na formulação das políticas públicas sobre o tema.

Por fim, Almeida (2024) conclui que a regulamentação dos cassinos online é fundamental para assegurar segurança jurídica, transparência e responsabilidade social. Ao estabelecer normas claras e mecanismos de controle eficazes, o Brasil pode transformar um mercado atualmente informal em uma fonte legítima de arrecadação e desenvolvimento econômico sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulamentação dos jogos de azar online no Brasil representa um marco estratégico para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. A formalização do setor possibilita a geração de receitas tributárias expressivas, que podem ser reinvestidas em políticas públicas, e promove a inovação no ecossistema digital e de entretenimento. A experiência internacional demonstra que um mercado regulado não apenas captura rendas atualmente perdidas para plataformas estrangeiras, mas também cria empregos qualificados e fortalece a economia formal.

Entretanto, os riscos associados à regulamentação exigem atenção especial. O aumento da vulnerabilidade de grupos suscetíveis, especialmente jovens e pessoas com histórico de comportamento compulsivo, demanda a implementação de políticas de prevenção, programas de tratamento e mecanismos de proteção, como autoexclusão e limites de apostas. Além disso, a fiscalização de operações digitais, especialmente envolvendo criptomoedas, precisa ser robusta, com integração entre órgãos de controle e cooperação internacional, garantindo a segurança financeira e a eficácia na prevenção de fraudes e lavagem de dinheiro.

Portanto, a regulamentação dos jogos online deve ser conduzida de forma equilibrada, buscando maximizar os benefícios econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que minimiza os impactos negativos na saúde pública e na integridade do sistema financeiro. A adoção de um marco regulatório claro e eficiente permitirá ao Brasil consolidar um mercado seguro, transparente e sustentável, capaz de gerar desenvolvimento econômico e social de forma integrada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Henrique de Maximiano e. **A legalidade das apostas esportivas on-line no Brasil:** análise à luz da perspectiva atual. 2024. Artigo científico (Curso de Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8023/1/LUIZ%20HENRIQUE%20DE%20MAXIMINIANO%20E%20ALMEIDA.pdf. Acesso em: 22 out. 2025

ARAÚJO, Kamilly Hana de Medeiros. **O Impacto da Lacuna Normativa no Mercado de Apostas Virtuais: Um Estudo sobre os Riscos de Lavagem de Dinheiro e os Desafios Regulatórios,** Recima21, 2024.Orientadora: Werna Karenina. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/6142/4179. Acesso em: 22 out. 2025

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF: Planalto, 1941. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-normaatualizada-pe.pdf. Acesso em: 22 out. 2025

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946. Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional, Brasília, DF: Câmara dos Deputados,1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9215-30-abril-1946-417083-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 22 out. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.** Regulamenta as apostas de quota fixa. Brasília, DF: Planalto, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14790.htm. Acesso em: 22 out. 2025

CARVALHO, Guilherme Lucas Tonaco. Regulamentação dos Jogos de Azar no Brasil: benefícios econômicos e desafios sociais. **JusBrasil,** São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/regulamentacao-dos-jogos-de-azar-no-brasil/2651673346. Acesso em: 22 out. 2025

GARCIA, Ívina. Prejuízos e vícios: especialistas alertam para riscos de apostas em cassinos online. **Revista Cenarium,** Manaus, 2023. Disponível em: https://revistacenarium.com.br/prejuizos-e-vicios-especialistas-alertam-para-riscos-de-apostas-em-cassinos-online/. Acesso em: 22 out. 2025

KELNER, Gregorio Ferrer. ***Sport betting:*** um mercado muito além da aposta. 2016. Monografia (Bacharelado em Economia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4915/1/aluno%20Gregorio%20Ferrer%20Kelner%20DRE%20110051907.pdf. Acesso em: 23 out. 2025

MARTINS, André. Bets geram quase R$ 4 bi em seis meses e governo mira arrecadação maior com aumento de alíquota. **Exame,** São Paulo, 2025. Disponível em: https://exame.com/economia/bets-geram-quase-r-4-bi-em-seis-meses-e-governo-mira-arrecadacao-maior-com-aumento-de-aliquota/. Acesso em: 23 out. 2025

MORAIS, Fábio Luiz de; FALCÃO, Rondinelli Melo Alcântara. A regulação de criptomoedas como instrumento de prevenção à lavagem de dinheiro. **Cadernos Técnicos da CGU,** Brasília, v. 3, p. 110-134, 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/download/607/337/3257. Acesso em: 23 out. 2025

MOURÃO, Manuela. Como os cassinos foram proibidos no Brasil? Do luxo ao lixo: a história por trás do auge das casas de aposta nos anos 1930 até sua proibição – e a recente ascensão. **Superinteressante,** São Paulo, 2024. Disponível em: https://super.abril.com.br/historia/como-os-cassinos-foram-proibidos-no-brasil/. Acesso em: 23 out. 2025

PEREIRA, Caio Mário da S. Instituições de Direito Civil - Vol. III. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649167/. Acesso em: 23 out. 2025

REIS, Vinícius Candido dos. Jogos de azar no Brasil: uma análise da legislação sobre o jogo e dos efeitos de sua possível liberação. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34170. Acesso em: 23 out. 2025

SALDANHA, Matheus Maestri. Regulamentação Das Apostas Esportivas No Ordenamento Juridico do Direito Brasileiro. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/280327/001207661.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 out. 2025

O IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NA REDUÇÃO DE PRISÕES ARBITRARIAS E NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriel Todeschini[1]
Ricardo Emilio Zart[2]

Resumo – Este trabalho analisa os impactos das audiências de custódia no sistema de justiça criminal brasileiro, destacando sua importância na redução de prisões arbitrárias e na promoção dos direitos humanos. Prevista pela Resolução nº 213/2015 do CNJ e pelo Pacto de San José da Costa Rica, essa medida assegura que toda pessoa presa seja apresentada a um juiz em até 24 horas, permitindo avaliar a legalidade da prisão e prevenir abusos. A pesquisa, de caráter bibliográfico investiga a origem e a evolução do instituto, bem como seus efeitos práticos. Entre os benefícios, estão a prevenção de torturas, a aplicação de medidas cautelares e a diminuição da superlotação carcerária. Contudo, o estudo aponta desafios, como o custo de implementação e a percepção de impunidade. Conclui-se que a audiência de custódia é um avanço fundamental para o fortalecimento dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: audiência de custódia; direitos humanos; prisões.

INTRODUÇÃO

Implementada em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça, em cooperação com os tribunais estaduais de justiça e com o Ministério da Justiça, a audiência de custódia surgiu como um instrumento de garantia dos direitos humanos e do devido processo legal. Inserida no processo penal brasileiro, essa medida permite que a autoridade judiciária avalie a legalidade da prisão em flagrante no prazo de 24 horas após a detenção, assegurando a proteção dos direitos fundamentais, prevenindo abusos de autoridade e promovendo o controle de constitucionalidade das normas (Azevedo; Sinhoretto; Silvestre, 2022).

Dessa maneira, a audiência de custódia configura um instrumento essencial para garantir o acesso à justiça penal, atuando como uma salvaguarda da liberdade individual e atribuindo ao Estado a responsabilidade de assegurá-la de forma efetiva. (Paiva, 2018). A medida foi concretizada com o pacto San Jose da Costa Rica e regulamentada pela resolução 213 de 2015 do CNJ, com o objetivo de avaliar a manutenção da prisão ao longo do processo e examinar as condições do detido (Azevedo; Sinhoretto; Silvestre, 2022).

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Ademais, o Brasil é signatário nos termos da Convenção Americana há mais de 20 anos o que, por si só, já fundamentaria a necessidade da audiência de custódia em todo o país. Deste modo, os direitos e garantias previstos em tratados internacionais de direitos humanos não devem estar condicionados à adequação às normas internas de cada país, pois essa exigência reduziria sua eficácia e enfraqueceria a estrutura do sistema global de proteção dos direitos fundamentais (Paiva, 2018).

A partir disso, torna-se evidente que a privação da liberdade não afeta apenas o direito à liberdade, mas também compromete diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana, implicando consequências que se estendem para além do indivíduo detido, afetando sua família e resultando em danos morais e psicológicos, especialmente nos casos de prisões ilegais (Guimarães; Salgado, 2024).

METODOLOGIA

A elaboração desta monografia ocorreu por meio de uma investigação de caráter bibliográfico, fundamentada em produções já existentes, como livros impressos e digitais, artigos científicos, revistas especializadas, decisões jurisprudenciais e sites jurídicos. As fontes de pesquisa foram acessadas tanto em biblioteca física quanto virtual disponibilizada pela instituição, além de sites da internet. Por basear-se em referências previamente publicadas, o trabalho enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica. Além disso, diante da busca por aprofundar o entendimento do assunto e proporcionar novas percepções, é possível classificá-lo também como de natureza exploratória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A audiência de custódia é um mecanismo fundamental no campo do direito processual penal, cuja sua função é garantir que qualquer pessoa privada de sua liberdade seja apresentada em 24h, a um magistrado, permitindo que o Poder Judiciário analise, de forma imparcial e técnica, se houve irregularidades no ato da prisão, bem como se há os requisitos legais que justifiquem a manutenção da prisão, devidamente ouvida a defesa quanto do Ministério Público, garantindo assim o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa (Paiva, 2018).

O Conselho da Europa promoveu, em 1950, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a fim de assegurar as garantias fundamentais aos indivíduos. Nesta convenção, destaca-se a exigência de que todo indivíduo detido fosse apresentado a autoridade judicial. O sucesso desse modelo europeu repercutiu internacionalmente, sendo referência para a elaboração da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Pacto de San José da Costa Rica, o que foi adotado por diversos países das Américas e entrando em vigor em 1978 (Lino; Oliveira Filho, 2017).

A audiência de custódia é baseada no artigo 7º, inciso V, da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de 1992. Esse tratado, é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, como norma supralegal, sendo visto como parte da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1992).

Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro

de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo (Brasil, 1992, artigo 7).

Nesse mesmo sentido, dispõe o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e 29 Políticos de 1992, em seu artigo 9, inciso III:

> Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença (Brasil, 1992, artigo 9).

Embora o Brasil só tenha se tornado signatário do Pacto de San José da Costa Rica, promulgado pelo Decreto Presidencial n. 678/92, a mais de 20 anos, também ratificou no mesmo ano, o Pacto de Direitos Civis e Políticos, através do Decreto Presidencial 592/92, relacionando à proteção judicial, à liberdade e integridade das pessoas, sendo um marco da proteção dos diretos humanos no Brasil (Cordeiro; Coutinho, 2018).

Já, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, consolidou-se um compromisso sólido do país com a proteção dos direitos humanos e garantias fundamentais, essa constituição buscou impedir a repetição das graves violações cometidas durante o período da ditadura militar, incorporando garantias essenciais como a garantia do contraditório, a presunção de inocência, a vedação à tortura e a rejeição de penas desumanas ou cruéis, além do direito à liberdade, representando uma resposta direta às arbitrariedades do passado (Leite, Souza, Correa; 2024).

Foi então que em 2015, que se deu o primeiro passo decisivo rumo à efetivação da audiência de custódia no Brasil. Por meio da Resolução nº 213/2015, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu diretrizes para sua aplicação em todo território nacional ainda que essa prática não estivesse expressamente prevista na legislação vigente. Deste modo, o Poder Judiciário Brasileiro iniciou um processo de adaptação nos tribunais, para melhor atender aos pactos internacionais, relativos aos direitos fundamentais, em que é signatário (CNJ, 2021).

Todavia, houve críticas direcionadas à adoção das audiências de custódia em alguns pontos centrais como a inexistência de infraestrutura adequada e a falta de recursos financeiros para sua realização, o aumento dos gastos públicos decorrentes de sua implementação, o risco de que indivíduos liberados rapidamente retornem à prática criminosa, impulsionados pela percepção de impunidade e, ainda, o crescimento da sensação de insegurança na população, que pode, inclusive, desenvolver desejos de fazer justiça com as próprias mãos (Bandeira, 2016).

No entanto, com foco na valorização da dignidade humana, a implementação da audiência de custódia no ordenamento jurídico brasileiro revela-se, sem dúvida, com mais vantagens do que desvantagens. Isso se deve à ampla proteção dos direitos fundamentais que ela proporciona, estando em plena consonância com os princípios de um processo penal

democrático e comprometido com a garantia dos direitos individuais, além de contribuir significativamente para a prevenção de abusos e a promoção da justiça social (Wartchow, 2019).

Outro ponto a ser destacado é a grave situação de superlotação nos estabelecimentos prisionais representa um desafio persistente enfrentado pelo Estado. O número de pessoas privadas de liberdade aumenta de forma contínua, muitas vezes em condições que desrespeitam princípios básicos de dignidade humana. Diante desse cenário, a audiência de custódia se apresenta como um mecanismo relevante na proteção dos direitos dos detidos, permitindo a análise imediata da legalidade e necessidade da prisão. Ademias, contribui para reduzir a judicialização excessiva e minimizar o crescimento da população carcerária (Leite; Souza; Correa; 2024).

Muito embora, a audiência de custódia tenha como finalidade contribuir para a redução do número de pessoas presas, ela ainda não possui a capacidade de sozinha, transformar de forma profunda o cenário penal brasileiro. A seletividade do sistema de justiça criminal é uma questão estrutural em todo o país, desde as ações iniciais de abordagem policial até as fases de prisão preventiva e sentenças condenatórias (Guimarães; Salgado, 2024).

Diante desses elementos, torna-se evidente que a realização das audiências de custódia e mais um direito fundamental a todo cidadão, contribui para reduzir significativamente os gastos estatais, uma vez que a manutenção de cada detento exige despesas expressivas por parte do poder público, além de impedir que inocentes entrem no cárcere, tornando inviável a quantia de presos em apenas uma cela (Oliveira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada neste trabalho, foi possível compreender a relevância da audiência de custódia, especialmente na proteção dos direitos humanos e na redução de prisões arbitrárias. Esse instituto representa um marco importante no processo penal, permitindo que a prisão seja examinada em até 24 horas pela autoridade judiciária, alinhando o Brasil a diretrizes internacionais.

Embora existam críticas relacionadas a esse sistema, os benefícios superam os pontos negativos, contribuindo para a diminuição da superlotação carcerária, combatendo práticas de tortura e maus-tratos, e reforçando princípios constitucionais como o devido processo legal.

Conclui-se que as audiências de custódia são instrumento essencial de humanização do processo penal. Apesar dos avanços, ainda existem desafios, como a carência de estrutura em determinados tribunais e a resistência de parte da sociedade e de setores do poder público, o que causa aplicação meramente simbólica.

Torna-se, portanto, indispensável que a sociedade compreenda a audiência como direito fundamental, essencial para evitar arbitrariedades históricas que marcaram negativamente o sistema penal brasileiro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringlelli; SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane. Encarceramento e desencarceramento no Brasil: a audiência de custódia como espaço de disputa. **Sociologias,** Porto Alegre, v. 24, n. 59, p. 264-94, jan. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/15174522-103835. Acesso em: 05 abr. 2025.

BANDEIRA, Anderson Rodrigues. Direito Penal: a Audiência de Custódia no modelo processual brasileiro. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, a. MMXVI, n. 93, v. 1, p. 1-27, dez. 2016. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/direito-penal-audiencia-de24 custodia-no-modelo-processual-brasileiro. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992**. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Brasília, 1992. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/de creto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção 6 Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Brasília: Planalto, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm.Acesso 8 em 02 set. 2025.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Relatório 6 anos de audiência de custódia.** Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

CORDEIRO, Néfi; COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida. A audiência de custódia e seu papel como instrumento constitucional de concretização de direitos. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 76-88, 2018. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6574502. Acesso em: 14 abr. 2025.

GUIMARÃES, Nathaly Tayrine Santos; SALGADO, Buenã Porto. Audiência de Custódia como Instrumento de promoção do Direitos Humanos. **Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, p. 2675-3375, mai. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13936. Acesso em: 05 abr. 2025.

LEITE, Anália Caroline da Silva; SOUZA, Maria Paula Sampaio de; CORREA, Amanda Lemos. A importância da Audiência de Custódia no ordenamento jurídico e suas consequências com a violação dos direitos humanos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro,** Teófilo Otoni, v. 12, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3254/3370. Acesso em: 15 abr. 2025.

LINO, Marlowa Islanowy Assis; OLIVEIRA FILHO, Ênio Walcacer. Audiência de Custódia. **Revista Multidebates**, Palmas-TO. v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/23/30. Acesso em 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Victória de Carvalho Dantas. Audiências de custódia para todos os tipos de prisão: reflexos da decisão do STF no sistema judicial brasileiro (RCL 29303). Repositório Universitário da Ânima, São Paulo. 2023. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/8e044987-cdda-4b08-954d 7ef45bdd81e9. Acesso em: 27 set. 2025.

PAIVA, Caio. Audiência de custódia e o Processo Penal Brasileiro. 3. ed. Belo Horizonte: Editora CEI, 2018.

WARTCHOW, Jenifer Luísa. Audiência de custódia: o (res) surgimento das normas previstas nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, para o sistema processual penal brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2511. Acesso em 12 set. 2025.

ANÁLISE DOS FATORES QUE MOTIVAM A SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Bianca Maria dos Santos Farias[1]
Ricardo Emilio Zart[2]

Resumo – Este trabalho investiga os fatores que motivam mulheres a solicitarem a revogação das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) e os impactos dessa decisão na política pública e na proteção à mulher no município de Santa Cecília-SC. De caráter qualitativo e exploratório, analisa dados da Polícia Civil, buscando identificar padrões e compreender as razões que levam à revogação das medidas.

Palavras-chave: Violência doméstica; violência doméstica; medidas protetivas; políticas públicas; revogação.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher representa um grave problema social, estrutural e persistente no Brasil, caracterizado por relações desiguais de poder e pela naturalização de práticas opressivas historicamente legitimadas. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi criada como marco jurídico voltado à proteção da integridade física, psicológica, moral, patrimonial e sexual das mulheres, estabelecendo mecanismos de prevenção, repressão e assistência. Dentre seus instrumentos mais relevantes, destacam-se as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), que têm natureza preventiva e caráter imediato. Contudo, observa-se que, em diversos casos, as próprias mulheres solicitam a revogação dessas medidas, o que suscita questionamentos sobre os fatores que motivam tal decisão e suas implicações para a efetividade da proteção estatal.

A presente pesquisa tem como problemática central identificar os fatores que levam mulheres a requerer a revogação das medidas protetivas e os impactos dessa decisão na efetividade da política pública de proteção à mulher no município de Santa Cecília-SC. Justifica-se academicamente pela relevância teórico-social do tema, considerando o enfrentamento da violência de gênero como pauta prioritária no âmbito jurídico e de direitos humanos. O estudo visa contribuir para reflexões críticas que subsidiem políticas públicas mais eficazes e estratégias de atuação mais sensíveis às realidades sociais das vítimas.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, fundamentada em abordagem descritivo-analítica, com o objetivo de compreender os fatores que motivam a revogação das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) e seus impactos na proteção à mulher. Será realizada por meio de levantamento documental e análise de dados registrados em procedimentos administrativos e judiciais referentes a casos de violência doméstica com solicitação de revogação das medidas no município de Santa Cecília-SC. A fundamentação teórica será construída a partir de livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais pertinentes à temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora a coleta de dados ainda esteja em andamento, é possível antecipar, com base na literatura e em estudos precedentes, que as principais motivações para a solicitação de revogação das medidas protetivas envolvem fatores emocionais, como a crença na mudança do agressor e o vínculo afetivo, além de elementos sociais e econômicos, especialmente a dependência financeira, conforme observado por Dutra e Jacob (2024) e Oliveira (2019). A influência familiar e comunitária também se evidencia como fator relevante, muitas vezes pressionando a vítima a retomar a convivência com o agressor, reforçando a lógica de preservação do núcleo familiar, como destacam Amaya e Stuker (2020).

Estudos indicam que tais revogações não decorrem apenas de vontade autônoma da mulher, mas de contextos de vulnerabilidade e de estruturas simbólicas que podem invisibilizar o risco, dificultando a percepção da violência, especialmente nos casos em que se manifesta de forma psicológica, moral ou patrimonial (Gasnhar, 2018; Puccinelli, 2022). Dessa forma, conforme já observado no desenvolvimento teórico do TCC, espera-se que os dados evidenciem que a revogação das MPUs decorre não apenas de fatores afetivos ou econômicos, mas de um cenário multifatorial marcado por dependência emocional, fragilidade do suporte estatal pós-medida e reincidência cíclica da violência. A literatura aponta que a ausência de acompanhamento contínuo e a sobrecarga institucional contribuem para que a vítima não visualize alternativas concretas à reconciliação, ainda que em contexto de risco. Tais aspectos revelam possíveis lacunas na efetividade das políticas públicas locais e a necessidade de atuação intersetorial mais estruturada.

Ademais, estudos já mencionados no referencial teórico indicam que a decisão pela revogação pode ser influenciada pela percepção de que a medida protetiva gera consequências práticas indesejadas ao agressor, como restrições sociais, estigmatização comunitária ou impactos laborais. Em muitos casos, a vítima internaliza o sentimento de culpa ou responsabilidade pelos efeitos jurídicos decorrentes da medida, o que contribui para o pedido de revogação mesmo diante da permanência do risco (Amaya; Stuker, 2020).

Por outro lado, observa-se que a ausência de políticas públicas de acompanhamento psicológico e socioassistencial contínuo favorece a retomada da convivência com o agressor, reforçando a naturalização da violência e a crença na possibilidade de mudança espontânea do comportamento abusivo. Espera-se, portanto, que os resultados empíricos confirmem a interdependência entre fatores emocionais, sociais e estruturais na revogação das MPUs, evidenciando a necessidade de políticas mais preventivas e sustentadas no pós-deferimento.

Outro aspecto relevante refere-se à possível falha na articulação entre os órgãos responsáveis pela rede de proteção, o que pode resultar na ausência de acompanhamento efetivo após a concessão da medida. Essa desarticulação institucional contribui para que a vítima perceba o sistema de proteção como insuficiente, levando-a, em muitos casos, a considerar a revogação como alternativa para reduzir tensões imediatas no âmbito familiar

O estudo reafirma a relevância da investigação sobre os fatores que motivam a revogação das Medidas Protetivas de Urgência, evidenciando que essa decisão, muitas vezes, não decorre de vontade livre e autônoma, mas de contextos de vulnerabilidade emocional, social e econômica. A partir da análise preliminar baseada na literatura, observa-se que elementos como dependência financeira, pressão familiar e crença na mudança do agressor tendem a se destacar como determinantes na solicitação de revogação. Evidencia-se, portanto, a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de proteção e de estratégias de acompanhamento contínuo das vítimas, com suporte psicológico, jurídico e social coordenado.

Os resultados esperados da investigação poderão subsidiar o aperfeiçoamento das estratégias institucionais de enfrentamento à violência doméstica, contribuindo para um sistema mais protetivo, humanizado e alinhado à realidade vivenciada pelas mulheres. O avanço da pesquisa permitirá ampliar a compreensão sobre as lacunas existentes na efetividade das medidas protetivas e fomentar o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas e intersetoriais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ao orientador Ricardo Emilio Zart, à Polícia Civil do município de Santa Cecília-SC pelo apoio institucional à pesquisa, e às mulheres que, direta ou indiretamente, contribuem para o fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMAYA, Andrea Catalina León; STUKER, Paola. **Legislações e abordagens institucionais em violência contra as mulheres no sistema de justiça:** experiências na América Latina. Brasília: Ipea, 2020.

DUTRA, Ana Lívia Silva; JACOB, Alexandre. Análise dos motivos para os pedidos de revogação das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Linhares, v. 8, n. 1, p. 1-10, set. 2024. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2710/3057. Acesso em: 16 mar. 2025.

GASNHAR, Edegar Deonizete. **A violência contra a mulher e seus aspectos físicos e psicológicos:** Lei Maria da Penha, uma ferramenta para melhor atender a mulher brasileira. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/1074a6a2-40eb-43b5-8514-67e2dc0766a9/content. Acesso em: 15 mai. 2025.

OLIVEIRA, Nayandra Camila Sousa. Medidas Protetivas de Urgência: consequências da fixação de sua natureza jurídica frente ao crime de descumprimento de medidas protetivas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28555. Acesso em: 05 mai. 2025.

PUCCINELLI, Beatriz Damiani. Crime silencioso: uma análise sobre o crime de violência psicológica contra a mulher e a dificuldade de identificação. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28606/1/Beatriz%20Damiani%20Puccinelli.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

PRIVATIZAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS NO BRASIL: UMA SOLUÇÃO PARA A CRISE CARCERÁRIA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Kamile Benedetti Tonin[1]
Ricardo Emílio Zart[2]

Resumo – O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realiza uma análise crítica da crise estrutural do sistema penitenciário brasileiro e avalia a proposta de gestão privada, via Parcerias Público-Privadas (PPPs) e terceirização, como potencial solução para a precariedade carcerária. A pesquisa, de abordagem qualitativa exploratória, utiliza métodos bibliográficos documentais, ancorada na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal (LEP). Inicialmente, o estudo contextualiza a crise carcerária, marcada por uma das maiores populações prisionais do mundo e pela superlotação crônica, que viola a dignidade humana e os requisitos da LEP, Em seguida, examina a ressocialização, destacando sua importância e limitações. O foco central é o modelo de gestão privada, que distingue a concessão de serviços (PPPs) da privatização total, argumentando que o modelo adotado preserva a soberania do Estado nas funções de comando e segurança. O trabalho confronta a promessa de eficiência e melhoria da qualidade dos serviços (saúde, educação, infraestrutura) oferecidos pelo setor privado com os riscos inerentes, como a mercantilização da pena e possíveis violações de direitos humanos. A conclusão é que, apesar da eficiência prometida, a gestão privada não substitui a responsabilidade fundamental do Estado e exige um controle e supervisão rigorosos para evitar a segregação mercantilizada.

Palavras-chave: privatização; penitenciárias; crise carcerária; Parceria Público-Privada (PPP); Lei de Execução Penal (LEP).

INTRODUÇÃO

O problema central desta pesquisa reside em questionar se o modelo de gestão privada de presídios, especialmente por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e outras formas de terceirização, pode ser considerado uma solução viável e eficaz para mitigar a crise carcerária brasileira, ao mesmo tempo em que garante a dignidade humana e o papel fundamental do Estado na execução penal.

O objetivo deste TCC é realizar uma análise crítica e avaliativa da proposta de privatização de presídios no Brasil, confrontando a promessa de eficiência e melhoria da qualidade dos serviços com os riscos associados à mercantilização da pena.

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A base teórica e legal do estudo inclui a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal (LEP), doutrinas penais e administrativas, e estudos de caso nacionais e internacionais. A intenção é revisitar as teorias da pena e o contexto da crise para, em seguida, analisar o debate sobre a gestão privada (Bardin, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho de conclusão de curso se debruça sobre a análise crítica da crise estrutural do sistema penitenciário brasileiro, contextualizando-a a partir dos fundamentos conceituais da pena e avaliando a proposta da gestão privada como um potencial via de solução. Inicialmente, o estudo revisita as Teorias da Pena, diferenciando a Teoria Absoluta (focada na retribuição e justiça) da Teoria Relativa (orientada à prevenção geral e particular). Esta distinção é crucial para entender que, apesar da finalidade legal de ressocialização, o sistema penal brasileiro se manifesta majoritariamente em seu aspecto retributivo e preventivo, falhando na reintegração do apenado (Nucci, 2019).

A crise carcerária é delineada pela sua marca mais evidente: a superlotação crônica. O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, e a falta de vagas adequadas gera condições que a doutrina por vezes classifica como "quase medievais", violando sistematicamente a dignidade da pessoa humana e os preceitos da Lei de Execução Penal (LEP). A ausência de cela individual, a insalubridade e a mistura indevida de presos de regimes e perfis criminais distintos transformam as prisões em focos de violência e "escolas do crime", em total descumprimento dos requisitos mínimos da LEP e da própria Constituição Federal. A escassez de estabelecimentos para os regimes semiaberto e aberto também é um problema grave, levando à aplicação da Súmula Vinculante 56 do STF, que proíbe a manutenção do condenado em regime mais gravoso por mera ineficiência estatal (Brasil, 2016, Súmula Vinculante 56).

Em paralelo, a pesquisa examina a função da ressocialização, pilar teórico do sistema, que se manifesta por meio de programas de Trabalho e Educação. Embora sejam instrumentos essenciais para a remição da pena e a reintegração social, a oferta desses programas é crônica e lamentavelmente insuficiente, comprometendo a finalidade da pena e contribuindo para os altos índices de reincidência. A ineficácia do Estado em garantir infraestrutura e programas básicos abre espaço para o debate sobre a gestão privada (Zaffaroni, 2002).

O foco principal do TCC é o modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e outras modalidades de terceirização. O estudo diferencia esses modelos, enfatizando que a proposta defendida preserva a soberania do Estado nas funções indelegáveis de segurança, disciplina e poder de comando, restringindo a atuação privada à gestão de serviços auxiliares (a chamada "hotelaria"), como saúde, alimentação, educação e manutenção. Esta distinção é importante para mitigar a crítica doutrinária sobre a inconstitucionalidade da delegação total do poder punitivo (Nucci, 2024).

A análise confronta a promessa de eficiência e melhoria da qualidade dos serviços — argumento central dos defensores da gestão privada, embasado em experiências como a

cogestão francesa — com os riscos inerentes ao modelo. Dentre os riscos, destacam-se a possibilidade de violação de direitos humanos em nome da maximização do lucro e, principalmente, a mercantilização da pena, onde o encarceramento se torna um negócio. A experiência brasileira com a gestão terceirizada, como a observada no Paraná, aponta para indicadores positivos iniciais de segurança e economia, embora tenha sido desativada por questões legais e doutrinárias, o que reforça a complexidade do tema (Nucci, 2024).

Em conclusão, o trabalho posiciona-se criticamente, afirmando que, embora a gestão privada possa ser um mecanismo eficaz para modernizar a infraestrutura e aprimorar a qualidade dos serviços dentro do sistema, ela não substitui a responsabilidade primária e indelegável do Estado sobre a custódia penal. Para que a gestão privada seja legítima e cumpra seu papel de auxílio à crise, exige-se um controle e fiscalização rigorosos por parte do poder público, sendo este o único meio de evitar que a busca pelo lucro transforme a segregação em mera mercadoria (Marcão, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso cumpriu seu objetivo principal ao realizar uma análise crítica da crise estrutural do sistema penitenciário brasileiro e avaliar a viabilidade e os limites da gestão privada de presídios por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs). A pesquisa confirmou que a crise é alarmante e sistêmica, manifestada pela superlotação crônica e pela sistemática violação da dignidade da pessoa humana e dos requisitos mínimos estabelecidos pela Lei de Execução Penal (LEP). A falha do Estado em prover condições básicas de custódia e programas eficazes de ressocialização (Trabalho e Educação) justifica a busca por alternativas de modernização, tema que motiva a reavaliação constante da proposta de privatização no contexto do desenvolvimento humano (Anastácio, 2019; Brasil, 1984).

O estudo demonstrou que a proposta de gestão privada, conforme o modelo adotado no Brasil e em países como a França, não consiste em uma privatização total da pena, mas sim em um modelo de co-gestão ou concessão de serviços não essenciais, buscando a eficiência gerencial e a melhoria na qualidade da infraestrutura e dos serviços de apoio. Evidências internacionais, como o modelo francês, sugerem que a participação privada pode ser benéfica quando estritamente focada em serviços de "hotelaria" e logística (Anastácio, 2019).

Entretanto, as análises teóricas e as experiências (inclusive a norte-americana) impõem uma conclusão cautelosa. O principal risco reside na possibilidade de mercantilização da pena, onde a busca pelo lucro pode conflitar com o objetivo ressocializador e levar à violação de direitos humanos. A custódia e o poder de polícia – o núcleo do poder punitivo do Estado – são funções indelegáveis, conforme a própria doutrina penal (Zaffaroni, 2002).

Portanto, a conclusão final deste TCC é que a gestão privada, por meio das PPPs, pode ser considerada uma ferramenta de apoio valiosa para superar as deficiências logísticas e estruturais, mas não substitui a responsabilidade fundamental e exclusiva do Estado na execução penal. Sua implementação exige, como condição sine qua non, um controle e fiscalização rigorosos e permanentes do poder público sobre todas as atividades delegadas, a fim de garantir que a eficiência econômica não prevaleça sobre a dignidade da pessoa humana e os preceitos

da Constituição Federal. Apenas com um controle estatal robusto é possível evitar que a crise humanitária se transforme em um negócio puramente lucrativo (Brasil, 1988).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Recurso Extraordinário nº 641.320/RS**. Constitucional. Direito Penal. Execução penal. Repercussão geral. Recurso extraordinário representativo da controvérsia. 2. Cumprimento de pena em regime fechado, na hipótese de inexistir vaga em estabelecimento adequado a seu regime. Violação aos princípios da individualização da pena (art. 5º, XLVI) e da legalidade (art. 5º, XXXIX). A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: Luciano da Silva Moraes. Relator: Min. Gilmar Mendes, 23 de março de 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3991206. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.** Rio de janeiro: Planalto, 1824. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão:** teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal.** 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622955/. Acesso em: 25 abr. 2025.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Execução Penal - 8ª Edição 2025.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997106/. Acesso em: 25 abr. 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal.** 15. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611379 Acesso em: 27 mar. 2025.

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS DE HERANÇA POR INTERMÉDIO DA USUCAPIÃO: UMA ANÁLISE LEGAL E JURISPRUDENCIAL

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Álvaro André Freitas de Oliveira[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – A presente pesquisa buscou analisar a possibilidade de regularizar a propriedade de imóveis advindos de herança por meio da usucapião entre os herdeiros, quando não realizado o inventário e a partilha, tendo em vista que é comum se encontrar imóveis herdados com documentações irregulares. O objetivo principal foi estudar os institutos da usucapião, inventário e partilha e verificar a possibilidade de a usucapião ser um sucedâneo para regularização dos imóveis em questão. Por meio de uma abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa do tipo bibliográfica com análise exploratória e descritiva e método hipotético-dedutivo fazendo-se estudo da Constituição Federal, legislações infraconstitucionais, doutrinas, artigos científicos e da jurisprudência. Concluiu-se que, não obstante, haver uma certa divergência entre alguns juízes singulares e Tribunais dos Estados, por entenderem pela impossibilidade de um herdeiro usucapir imóvel da herança, tendo em vista que se trata de bem indivisível e que, pelo menos em parte, já pertence ao usucapiente, o Superior Tribunal de Justiça entende que, preenchendo os requisitos para usucapião extraordinária, há possibilidade de um herdeiro usucapir um imóvel de herança em face do espólio

Palavras-chave: Usucapião; imóvel de herança; inventário; partilha; coerdeiros.

INTRODUÇÃO

É comum que se encontre imóveis irregulares, advindos de herança, onde os possuidores (herdeiros) exercem a posse desses imóveis, com animus domini, porém, a mera posse não lhes assegura a legítima propriedade desses bens, eis que, conforme determina o Código Civil Brasileiro, adquire-se a propriedade pelo registro do título no Cartório de Imóveis (Brasil, 2002).

Dito isso, como problema de pesquisa, busca-se identificar: se é possível realizar a regularização de imóvel de herança de modo diverso do inventário e partilha?

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender o que a legislação impõe sobre o tema e o que a jurisprudência entende e aplica sobre o instituto da usucapião como método alternativo para regularizar imóvel de herança em casos específicos.

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Realizar-se-á um estudo acerca dos conceitos de propriedade, usucapião e suas espécies; abordar-se-á também os institutos de inventário e partilha; e, por fim, buscar-se-á compreender o que a jurisprudência dominante tem entendido sobre a possibilidade de usucapião entre coerdeiros de um imóvel.

METODOLOGIA

Para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com intuito de estudar a possibilidade de um coerdeiro usucapir um bem imóvel deixado de herança.

A pesquisa bibliográfica com análise exploratória e descritiva e método hipotético-dedutivo, fazendo-se estudo da Constituição Federal, legislações infraconstitucionais, doutrinas, artigos científicos e da jurisprudência, no que diz respeito ao tema abordado.

Ao final, buscou-se apurar o que tem sido aplicado pelos tribunais sobre o tema e assim firmar um entendimento sobre a possibilidade de usucapião ser uma alternativa de regularização de imóveis deixados de herança quando há mais de um herdeiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O direito das coisas, abordado na Parte Especial do Código Civil, no Livro III, compreende o conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes aos bens suscetíveis de apropriação, sejam eles materiais ou imateriais (Diniz, 2022). Os direitos reais encontram-se elencados no art. 1.225º do Código Civil e dentre eles está o direito à propriedade (Brasil, 2002).

Com relação à propriedade, há várias formas de aquisição, sendo a usucapião uma delas, segundo Diniz (2022), que a define como uma forma de aquisição de direito real.

A palavra usucapião é formada pelos vocábulos usu (pelo uso) e capio que significa aquisição, assim sendo, a palavra usucapião pode significar "o modo aquisitivo da propriedade e até mesmo de outros direitos reais, como o usufruto e a servidão, pela posse e decurso de tempo", segundo Queiroz (2022, p. 821).

A herança, como se denomina o patrimônio deixado por alguém ao falecer, transmite-se com a abertura da sucessão, sendo que, em nosso direito essa sucessão pode ser hereditária, a qual se dá em virtude de lei, chamada de legítima ou testamentária que se dá por ato de última vontade e ocorre quando, ao tempo da abertura da sucessão há testamento deixado pelo falecido, por meio do qual, em conformidade com a lei, o autor da herança dispõe do todo ou de parte de seu patrimônio (Pacheco, 2018).

Segundo Diniz (2022), o inventário é um processo judicial que tem por objetivo a relação, descrição, avaliação e liquidação dos bens de propriedade do falecido ao tempo de sua morte, para distribuí-los aos seus sucessores. A autora, ainda, destaca que se todos os interessados concordarem e forem capazes, o inventário e a partilha poderão ser feitos mediante escritura pública (Diniz, 2022).

Já a partilha consiste, de acordo com Diniz (2022), no ponto culminante da liquidação da herança, pois é por meio dela que se especifica o quinhão de cada herdeiro.

Amorim e Oliveira (2024), dizem que a partilha se trata do complemento necessário e lógico do inventário, eis que serve para que se concretize a distribuição dos bens da herança, por direitos de meação e sucessão legítima ou testamentária. Pois, primeiro, descrevem-se os bens por meio do inventário e, depois, através da partilha, os bens são distribuídos ais sucessores.

Após explorar os conceitos da usucapião, inventário e partilha, bem como uma discussão acerca do direito sucessório, buscar-se-á, na sequência, falar da aplicação prática da usucapião no direito sucessório, em especial, como se dá sua relação com o inventário e a partilha.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1631859/SP, de Relatoria da Ministra Nancy Andrighi, entendeu pela possibilidade da usucapião em favor de um herdeiro em face dos demais, quando se tratar de posse exclusiva, mansa e pacífica, pelo tempo determinado em lei, de bem objeto de herança. Veja-se:

> DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. HERDEIRA. IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA. POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO POR CONDÔMINO SE HOUVER POSSE EXCLUSIVA. 1. Ação ajuizada 16/12/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73. 2. O propósito recursal é definir acerca da possibilidade de usucapião de imóvel objeto de herança, ocupado exclusivamente por um dos herdeiros. 3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial. 4. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários (art. 1.784 do CC/02). 5. A partir dessa transmissão, cria-se um condomínio pro indiviso sobre o acervo hereditário, regendo-se o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, pelas normas relativas ao condomínio, como mesmo disposto no art. 1.791, parágrafo único, do CC/02. 6. O condômino tem legitimidade para usucapir em nome próprio, desde que exerça a posse por si mesmo, ou seja, desde que comprovados os requisitos legais atinentes à usucapião, bem como tenha sido exercida posse exclusiva com efetivo animus domini pelo prazo determinado em lei, sem qualquer oposição dos demais proprietários. 7. Sob essa ótica, tem-se, assim, que é possível à recorrente pleitear a declaração da prescrição aquisitiva em desfavor de seu irmão - o outro herdeiro/condômino -, desde que, obviamente, observados os requisitos para a configuração da usucapião extraordinária, previstos no art. 1.238 do CC/02, quais sejam, lapso temporal de 15 (quinze) anos cumulado com a posse exclusiva, ininterrupta e sem oposição do bem. 8. A presente ação de usucapião ajuizada pela recorrente não deveria ter sido extinta, sem resolução do mérito, devendo os autos retornar à origem a fim de que a esta seja conferida a necessária dilação probatória para a comprovação da exclusividade de sua posse, bem como dos demais requisitos da usucapião extraordinária. 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido (Brasil, 2018, Ementa, grifo nosso).

Nessa toada, o que se observa é que há uma certa divergência no entendimento de alguns magistrados e desembargadores pelas Comarcas e Tribunais do Brasil no que se refere à possibilidade de usucapião entre herdeiros. Alguns entendimentos são de que não é possível um herdeiro usucapir imóvel deixado de herança pois a herança, no caso de mais de um herdeiro,

se trata de condomínio e, sendo um único imóvel, como nos casos analisados, seria bem pro indiviso, ou seja, aquele bem que não se pode dividir sem alterar suas características, sendo, portanto, um único bem, pertencente a mais de uma pessoa.

Além do que, pelo princípio da Saisine, a herança transmite-se desde logo, assim que aberta a sucessão e, dessa forma, o imóvel já pertence aos herdeiros, de modo que, não há possibilidade de um deles usucapir um bem que já é de sua propriedade, mesmo que em parte.

Contudo, conforme analisado, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que é possível um herdeiro usucapir um imóvel pertencente ao espólio, desde que observados os requisitos legais da usucapião extraordinária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a possibilidade de regularizar a propriedade de imóveis advindos de herança por meio da usucapião entre os herdeiros, quando não realizado o inventário e a partilha, tendo em vista que é comum se encontrar imóveis herdados com documentações irregulares. O objetivo principal foi atingido de maneira satisfatória, fornecendo um panorama consolidado sobre o tema abordado.

Como evidenciado por meio do conteúdo estudado, há uma divergência entre alguns juízes singulares e alguns Tribunais de Justiça dos Estados que entendem pela impossibilidade de usucapião entre herdeiros, uma vez que o imóvel herdado seria indivisível e, portanto, já pertencente, mesmo que em parte, ao usucapiendo.

Contudo, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que, preenchendo os requisitos exigidos para usucapião extraordinária, é plenamente possível que um herdeiro, por meio da usucapião, adquira a propriedade de bem imóvel que herdou conjuntamente com outros coerdeiros, uma vez que exerça, exclusivamente, a posse desse bem.

A limitação encontrada foi acerca do alcance da pesquisa, uma vez que, temos inúmeros juízes atuando em 27 Tribunais de Justiça dos Estados e do DF, de forma que, se torna excessivamente oneroso estudar todas as decisões acerca do tema, porquanto, são inúmeras decisões prolatadas rotineiramente que envolvem o assunto.

Desse modo, estudou-se apenas alguns Tribunais e algumas decisões singulares, com intuito, justamente de construir uma base teórica sobre o que está sendo decidido e com isso realizar uma comparação com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a fim de verificar se os entendimentos colidem ou se corroboram. Além disso, as conclusões baseiam-se apenas em jurisprudência e não em legislação pura, o que torna o entendimento sujeito a alterações futuras, uma vez que o próprio STJ pode mudar seu entendimento.

Por fim, recomenda-se, como sugestão de pesquisa, a análise da evolução legislativa acerca do tema e um estudo de maior amplitude, alcançando um número superior de tribunais, de modo que se possa obter uma visão ainda mais ampla sobre as decisões normalmente adotadas, mesmo que o entendimento que deva prevalecer seja o do STJ.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradece-se à professora-orientadora pela dedicação e auxílio na elaboração do presente trabalho, bem como à Instituição UNIARP por fornecer meio necessários que possibilitaram alcançar o objetivo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código civil. Brasília, DF: Planalto, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 28 mar. 2025.

BRASIL. **Lei no 13.105, de 16 de março de 2015:** Código de Processo Civil. Brasília, DF: Planalto,2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105compilada.htm. Acesso em 27 out. 2025.

DINIZ, Maria Helena. **Manual de direito civil.** 4 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598612/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml]!/4/2[cover]/2%4050:77. Acesso em: 27 out. 2025.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: v. 4: Coisas. 9 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623105?library_return_url=https%3A%2F%2Fintegrada.minhabiblioteca.com.br%2Fhome%2Fsearch%2Ftitles%3Fq%3DDireito%2Bcivil%253A%2Bcoisas. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM Sebastião. **Inventário e Partilha - Teoria e Prática**. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623044?library_return_url=https%3A%2F%2Fintegrada.minhabiblioteca.com.br%2Fhome%2Fsearch%2Ftitles%3Fq%3Dinvent%25C3%25A1rio%2Be%2Bpartilha. Acesso em: 27 out. 2025.

PACHECO, José da Silva. **Inventários e partilhas: na sucessão legítima e testamentária**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530977436?library_return_url=https%3A%2F%2Fintegrada.minhabiblioteca.com.br%2Fhome%2Fsearch%2Ftitles%3Fq%3Dinvent%25C3%25A1rios%2Be%2Bpartilhas. Acesso em: 27/ out. 2025.

QUEIROZ, Mônica. **Manual de direito civil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645336/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:80. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso Especial n.º 2016/0072937-5**. [...] RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. [...] IMÓVEL OBJETO DE HERANÇA. POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO POR CONDÔMINO SE HOUVER POSSE EXCLUSIVA. [...]. 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. Recorrente:

Maristela Aparecida do Carmo. Recorrido: Carolina Macorate do Carmo - Espólio. Relatora: Min. Nancy Andrigh, 22 de maio de 2018. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201600729375&dt_publicacao=29/05/2018. Acesso em: 27 out. 2025.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE FILIAÇÃO BIOLÓGICA E ADOTIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DO REINGRESSO EM ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Julia Alessandra Ribeiro[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – Com a Constituição Federal de 1988, a filiação foi igualada (biológica ou por adoção), proibindo discriminações. A adoção é uma medida excepcional e irrevogável que confere ao adotado os mesmos direitos do filho biológico. Considerando que mais de 30.000 crianças e adolescentes estão acolhidos no Brasil, a adoção é crucial para garantir-lhes o convívio familiar constitucionalmente previsto. Contudo, o processo não é simples: as crianças adotadas carregam um histórico de sofrimento. Isso leva a um problema: a devolução. Desistir da adoção no estágio de convivência é lícito, mas causa danos. A devolução após a sentença é ilícita e se configura como abandono, gerando danos irreversíveis ao adotado. Para mitigar o problema, sugerem-se, com base em estudos do CNJ: (i) a padronização da avaliação dos pretendentes a nível nacional; (ii) cursos preparatórios para que os adotantes entendam que as expectativas podem não ser atendidas e que as dificuldades de vínculo são normais e (iii) a criação de programas de suporte psicológico para crianças devolvidas, preparando-as para uma nova adoção.

Palavras-chave: família, filiação, adoção, devolução.

INTRODUÇÃO

É sabido que com o advento da Constituição Federal de 1988, os filhos biológicos e adotivos foram igualados, ainda, esta Constituição vedou a possibilidade de distinções em seu artigo 227, §6°. Pontuando que "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (Brasil, 1988, art. 227).

A adoção concederá ao adotado direitos civis, proferida a decisão judicial de adoção, o adotado receberá a condição de filho e serão atribuídos a ele todos os direitos e deveres que derivam desta nova relação familiar que foi estabelecida (Ferreira, 2014).

Leciona Diniz que após a sentença judicial concessiva de adoção, o primeiro efeito deste título judicial, será a inscrição no registro civil. Os adotantes passarão a constar como pais e os nomes dos ascendentes dos adotantes também passarão a constar em tal registro, objetivando,

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

fazer crer, a todos, que o parentesco entre adotante(s) e adotado(s) é consanguíneo. Ainda, sobre a irrevogabilidade da adoção, elenca Diniz que o filho adotado está equiparado a aqueles biológicos (Diniz, 2022).

Sendo a adoção um ato que existe desde os primórdios da humanidade e que dificilmente deixará de existir em nossa sociedade, verifica-se ser extremamente atual estudar as consequências do reingresso de uma criança adotada em instituições de acolhimento (CNJ, 2024).

METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho foi a qualitativa, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica em sites, livros, doutrinas, artigos científicos e na legislação jurídica brasileira. As diferentes fontes buscadas para fundamentar o objeto estudado trazem diferentes ideias encontradas e estudadas ao longo dos anos que contribuíram para a formação do presente estudo em um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o advento da Constituição Federal de 1988, e especialmente do contido em seu artigo 227, sobreveio o Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Ferreira, 2013). A adoção está tipificada entre os artigos 39 e 72 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e assim dispõe o artigo 39 do ECA:

> Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.
>
> [...]
>
> § 3º Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando (Brasil, 1990, art. 39).

No Brasil, atualmente, o processo de adoção legal é regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal processo permite que qualquer pessoa, com 18 anos ou mais, independentemente do seu estado civil e orientação sexual, torne-se responsável por uma criança que não é biologicamente sua (Jesus, 2023). Dispõe o artigo 39, §1 do ECA que a adoção é medida excepcional, ou seja, uma criança ou adolescente só será colocada para adoção quando esgotadas as tentativas de reintegrá-la em sua família natural e extensa (Brasil, 1990). Com relação ao conceito de adoção, Diniz, leciona da seguinte forma:

> A adoção é, portanto, um vínculo de parentesco civil, em linha reta, estabelecendo entre adotante, ou adotantes, e o adotado um liame legal de paternidade e filiação civil. Tal posição de filho será definitiva ou irrevogável, para todos os efeitos legais, uma vez que desliga o adotado de qualquer vínculo com os pais de sangue, salvo os impedimentos para o casamento (CF, art. 227, §§ 5º e 6º), criando verdadeiros laços de parentesco entre o adotado e a família do adotante (Diniz, 2024, p. 595).

Pelo exposto, pode-se entender a adoção como um ato jurídico que irá criar um vínculo de parentesco em primeiro grau entre adotante(s) e adotado mesmo não havendo um vínculo sanguíneo entre estes. Consolidado tal vínculo, os adotantes receberão a "designação" de pais e o(s) adotado(s) de filho(s) (Diniz, 2024).

Atualmente, um dos principais motivos para crianças e adolescentes serem disponibilizadas para adoção no Brasil é a negligência. Diferente do que muitos pensam, as crianças que se encontram acolhidas por serem órfãs representam apenas 0,4% dos acolhidos, contra 30% daqueles acolhidos por negligência familiar. Além disso, 15% representam crianças e adolescentes que se encontravam em lares com conflitos familiares e 8% por terem integrantes da família adictos (CNJ, 2024).

Com relação as crianças que são adotadas, o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), realizou estudo recente no qual identificou um problema: a devolução de crianças e adolescentes adotados às instituições de acolhimento. Dentre os mais de 24.000 adotados desde o ano de 2019, registraram-se 2.198 devoluções, sendo que 76% ocorreram na fase de guarda provisória (CNJ, 2024).

Neste estudo o CNJ, buscou encontrar os principais motivos de devolução de crianças que foram adotadas. Embora tenham encontrado diversos fatores relacionados aos perfis das crianças que têm maior tendência a serem devolvidas, foi possível constar que o fenômeno da devolução está mais relacionado com a expectativa idealizada do(s) adotante(s) do que com o(s) adotando(s) em si (CNJ, 2024).

Utilizando métodos de pesquisa mistos, ou seja, métodos quantitativos e qualitativos, foi possível atingir os objetivos principais da pesquisa. Há perfis de crianças e adolescentes que estão associados às taxas de devolução, como é o caso do fator etário e do comportamental. Nesse sentido, o que se encontrou, analisando os dados, foi que, quanto maior a faixa etária, maior a probabilidade de devolução e, além disso, analisando a perspectiva das pessoas que devolveram, questões da esfera comportamental, como agressividade, ou da esfera da saúde mental, como a presença de algum transtorno, também são elementos associados a maiores taxas de devolução. No entanto, apesar de existirem perfis mais associados às devoluções, as análises indicam que este fenômeno está mais relacionado às expectativas idealizadas e à preparação dos pretendentes (CNJ, 2024, p. 213) (sem grifo no original).

Para Silva (2022), a expectativa idealizada do(s) adotante(s) começa a ser "quebrada" quando com a convivência a criança vai crescendo e não atende as expectativas dos novos pais, pois são seres humanos diferentes e com uma história de vida no passado e com personalidade própria, com este rompimento de expectativa surge o problema da devolução.

Entretanto, adentrando as "justificativas" o CNJ encontrou os seguintes fatores relacionados ao perfil do adotando: (i) fator etário; (ii) questões comportamentais e psicológicas; (iii) existência de irmãos; e (iv) problemas de saúde mental e deficiências (CNJ, 2024).

> [...] podemos concluir que os motivos para devolução de crianças e adolescentes em processo de adoção são complexos e multifatoriais. A análise quantitativa mostrou que as crianças e os adolescentes devolvidos tendem a ser mais velhos,

> ter irmãos e apresentar problemas de saúde mental ou deficiências. As entrevistas com os profissionais da rede de proteção e do sistema de justiça corroboram esses achados, e também apontam para o comportamento desafiador como um fator que pode aumentar as chances de devolução (CNJ, 2024, p.110).

Com relação a possibilidade de revogação da adoção:

> De acordo com o art. 39, § 1.º, do ECA, a adoção é um procedimento irrevogável, de forma que a devolução que acontece depois de uma sentença de adoção é ilícita, enquanto a devolução que acontece durante o período de guarda provisória é lícita. Não é o fato de uma devolução ser lícita que a torna menos penosa para a criança ou o adolescente vítima disso (CNJ, 2024, p. 30).

Diante da problemática da devolução, sugere-se (i) troca de experiências entre profissionais; (ii) padronização de avaliação dos pretendentes a nível nacional, (iii) protocolo nacional do conteúdo de preparo dos pretendentes; (iv) controle de qualidade dos cursos; e (v) criação de programa de suporte para os vitimados pela devolução (CNJ, 2024).

Recomendação: promover programas de troca de experiências continuada para os profissionais que atuam na avaliação e no acompanhamento de pretendentes à adoção, com foco na identificação de fatores de risco comuns para a devolução e no desenvolvimento de habilidades para a condução de entrevistas e elaboração de estudos técnicos (CNJ, 2024, p. 217).

Com relação a avaliação dos pretendentes à adoção, foi constatado que não há uma uniformidade de avaliação, o que em pontos pode ser bom em pontos pode ser ruim. Para os profissionais mais experientes pode ser positivo, pois este já possui prática profissional na qual os métodos que desenvolveu ao longo dos anos podem fazê-lo entender de forma mais eficaz o que pretende descobrir. Entretanto, pode se revelar um grande problema com relação aos profissionais mais inexperientes, isto porque, podem deixar de avaliar algum ponto que seja de extrema importância (Santos; Lago, 2019).

No momento de avaliação e acompanhamento dos pretendentes, sugere-se a padronização da avaliação dos pretendentes à adoção. Tal sugestão fundamenta-se na observação de que em diferentes lugares, existem diferentes formas de avaliar os candidatos à adoção, o que pode significar que em alguns casos o procedimento adotado é mais frágil (CNJ, 2024). "A falta de aprofundamento na avaliação pode impedir a identificação de fatores de risco para a devolução" (CNJ, 2024, p. 215).

Por fim, revela-se uma enorme necessidade de entender e fornecer suporte psicológico para estas crianças e adolescentes que são devolvidos. Conforme visto o(s) adotante(s) tendem a atribuir a "culpa" da devolução à criança e é natural que o(s) adotado(s) sintam-se rejeitados e que de fato a culpa foi sua (Lima, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição de 1988 estabeleceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, garantindo-lhes proteção integral e a igualdade plena entre filhos biológicos e adotivos. No

entanto, o estudo revela que a adoção, definida pelo ECA como ato irrevogável, ainda sofre com a devolução de menores.

Entre 2019 e 2024, 2.198 dos mais de 24.000 adotados foram devolvidos (24% após a sentença e 76% durante o estágio de convivência). A devolução pós-sentença é ilícita (abandono), sujeitando os adotantes à exclusão do SNA, indenização e alimentos. A desistência durante o estágio de convivência é lícita, mas pode gerar indenizações se houver vínculo afetivo e expectativa de adoção.

Os motivos da devolução (idade, comportamento, saúde mental) mascaram a desilusão dos adotantes que não têm suas expectativas atendidas.

Para mitigar esse cenário, o estudo, baseado no CNJ, sugere soluções urgentes e de baixo custo: padronização da avaliação dos pretendentes a nível nacional e um protocolo nacional de cursos preparatórios, que expliquem as dificuldades de vínculo e as demandas psicológicas trazidas pelo histórico da criança. Por fim, é essencial criar um programa de apoio psicológico para as crianças devolvidas, vítimas de um novo trauma.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Jociane Machiavelli pela orientação no presente estudo e a Uniarp pelo incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Planalto, 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 6 out. 2025.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Diagnóstico:** Devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência ou adotadas. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/diagnostico-devolucao-criancas-adolescentes-estagio-convivencia-adotadas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

DINIZ, Maria Helena. **Manual de direito civil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598612/. Acesso em: 05 mar. 2025.

FERREIRA, Luiz Antonio M. **Adoção:** guia prático doutrinário e processual com as alterações da Lei n. 12.010, de 08/03/2009. São Paulo: Cortez Editora, 2013. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524921094/. Acesso em: 30 ma. 2025.

SANTOS, Ana Patricia Heidrich dos; LAGO Vivian De Medeiros. Práticas adotadas por psicólogos peritos em processos de Habilitação à adoção. **Universo Psi.** Taquara: 2019.

Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1293/1329. Acesso em: 01 out. 2025.

SILVA, Ana Valéria Araújo da. Responsabilização pela devolução de filho adotivo. UNIFAN. 2022. Disponível em: https://unifan.net.br/wp-content/uploads/2022/09/1_Ana-Vale%CC%81ria-Arau%CC%81jo-da-Silva.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

JESUS, Fernanda de. Quero adotar: passo a passo da adoção no Brasil. JusBrasil, 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quero-adotar-passo-a-passo-da-adocao-no-brasil-guia-completo-para-a-adocao-no-brasil/1930729546. Acesso em: 02 de junho de 2025.

LIMA, Daniele Sarabia. Devolução na Adoção de Crianças e Adolescentes. UNILA. Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/fef8ff00-310c-4f83-b409-d82ebcd37e96/content. Acesso em: 6 out. 2025.

OS PSICOPATAS E A CORRETA DESTINAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA IMPOSTA: UMA ANÁLISE ACERCA DA DETERMINAÇÃO DA EXTINÇÃO DOS MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Kemilly Isabel Vieira Santos[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – Este estudo analisa a destinação adequada de psicopatas submetidos a medidas de segurança, diante da extinção dos manicômios judiciários determinada pela Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, investiga-se o conceito de psicopatia, suas características e implicações jurídicas. Psicopatas, embora conscientes de seus atos, apresentam traços como ausência de empatia e remorso, o que os torna altamente perigosos e difíceis de ressocializar. Historicamente, esses indivíduos eram internados em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), instituições agora previstas para desativação. A resolução prioriza o tratamento ambulatorial e restringe a internação a casos excepcionais, gerando preocupações quanto à segurança pública e à capacidade do Sistema Único de Saúde em absorver tais pacientes. Conclui-se que é necessário um esforço interinstitucional para garantir que a nova política antimanicomial respeite os direitos humanos sem comprometer a proteção da sociedade.

Palavras-chave: Psicopata; Manicômio Judicial; Resolução 487/2023; Conselho Nacional de Justiça.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como tema os psicopatas e a correta destinação para o cumprimento da medida de segurança imposta, analisando a determinação da extinção dos manicômios judiciários.

Para tanto traçou-se a seguinte problemática: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, através de Resolução n° 487/2023 o fechamento dos manicômios judiciários com finalidade humanitária. Contudo, há situações específicas, de pessoas condenadas por crimes violentos e imputadas por incapazes que não podem ser encaminhadas a hospitais do Sistema Único de Saúde, desta forma questiona-se qual a correta destinação dos psicopatas para o cumprimento da medida de segurança imposta?

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O objetivo geral visa analisar a correta destinação dos psicopatas submetidos a medidas de segurança após a extinção dos manicômios judiciários, considerando os impactos jurídicos, sociais e institucionais da Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça.

Como objetivos específicos tem-se: conceituar a psicopatia, as suas principais características e a sua classificação; e analisar a Resolução n° 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça e seus efeitos para o correto cumprimento da medida de segurança.

METODOLOGIA

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, fundamentando-se metodologicamente na pesquisa bibliográfica. Foram consultadas diversas fontes, como sites especializados, obras doutrinárias, livros, artigos científicos e dispositivos da legislação jurídica brasileira. A diversidade de materiais analisados permitiu reunir múltiplas perspectivas teóricas e práticas sobre o tema, contribuindo de forma significativa para a construção e aprofundamento da presente investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de psicopatia é um tema de grande repercussão, gerando debates acerca do conceito, do comportamento e à sua punição. Etimologicamente a palavra ‘‘Psicopatia’’ vem do grego e se traduz como “doença da mente”, ainda, a psiquiatria e a psicologia situam esses indivíduos em uma zona limítrofe entre a normalidade e a doença mental: apesar de possuírem consciência dos seus atos e a capacidade de julgamento, não se adequam as normas sociais (Miranda, 2022).

Conforme diversos estudos realizados acerca da psicopatia, foi possível observar que os indivíduos diagnosticados com esse transtorno possuem a tendencia de cometerem crimes violentos, e apresentam baixa empatia, remorso, e ausência de culpa, e entre suas principais características a frieza emocional, a crueldade, e a incapacidade de aprender com a punição. Esses traços de personalidade tornam mais complexa a compreensão de suas ações (Adams; Ricci, 2021).

Os denominados psicopatas, são indivíduos cujas condutas causam uma preocupação ainda maior a toda a sociedade. Essa preocupação decorre do fato de serem indivíduos que convivem no meio social, sem que sejam identificados, por assim dizer, a olho nu. Isso porque, como portadores de personalidade psicopática, apresentam como características a inteligência elevada, carisma superficial, ausência de delírios, ausência de nervosismo, dissimulação, dentre outras, não permitindo que sejam identificados, se não pelos atos violentos e cruéis que venham eventualmente a praticar, sem apresentar sinal algum de remorso ou culpa (Massa; Santos, 2019).

Cleckley (1976 apud Rocha, 2023, p. 32) apresentou um perfil da psicopatia, indicando os traços mais significativos da perturbação, tais como:

> 1) encanto superficial e boa inteligência; 2) inexistência de alucinações ou de outras manifestações de pensamento irracional; 3) ausência de nervosismo ou de manifestações neuróticas; 4) ser indigno de confiança; 5) ser mentiroso e

> insincero; 6) egocentrismo patológico e incapacidade para amar; 7) pobreza geral nas principais relações afetivas; 8) vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; 9) ausência de sentimentos de culpa ou de vergonha; 10) perda específica da intuição; 11) incapacidade para seguir qualquer plano de vida; 12) ameaças de suicídio raramente cumpridas; 13) raciocínio pobre e incapacidade para aprender com a experiência; 14) comportamento fantasioso e pouco recomendável com ou sem ingestão de bebidas alcoólicas; 15) incapacidade para responder na generalidade das relações interpessoais; e 16) exibição de comportamentos antissociais sem escrúpulos aparentes.

Dessa forma, o indivíduo psicopata, com todas as suas particularidades e complexidades, apresenta um grande desafio para a sociedade, incluindo o sistema de justiça penal, e para a ciência psicológica. Porque é necessário compreender suas características e como elas impactam o seu comportamento, sendo essencial que sejam criadas abordagens mais eficazes de prevenção, tratamento e ressocialização para esses indivíduos (Pinheiro, 2024).

Entre os indivíduos que cometem delitos no Brasil, há aqueles considerados inimputáveis em virtude de doença ou deficiência mental. Nesses casos, não é imposta uma pena a esses indivíduos, mas sim uma medida de segurança, que consiste na submissão obrigatória a tratamento psiquiátrico. O cumprimento dessas medidas ocorre nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) ou nas Alas de Tratamento Psiquiátrico (ATPs), instaladas em estabelecimentos prisionais. Entrementes, essas medidas podem implicar ou não restrição de liberdade, no entanto, em qualquer hipótese, são fiscalizadas e acompanhadas pelos HCTPs e ATPs. Atualmente denominados Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (ECTPs), correspondem às antigas instituições conhecidas como manicômios judiciários, criadas no país ainda na década de 1920, com o propósito de acolher e tratar pessoas consideradas inimputáveis pela Justiça (Diniz, 2011).

Em fevereiro de 2023, transcorridas mais de duas décadas desde a promulgação da Lei nº 10.216/2001, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 487, instituindo formalmente a política antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário. Fundamentada em princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o devido processo legal, a individualização da pena, o direito à saúde, a vedação à tortura e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, a resolução estabelece diretrizes para a execução das medidas de segurança. Entre suas disposições, destaca-se a determinação de um prazo de 15 (quinze) meses para a desativação completa dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, nos quais se encontram internados indivíduos submetidos a medidas de segurança (Gomes; Novaes, 2025).

Para tanto, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça, enfatiza a necessidade do encerramento dos manicômios judiciários, e a internação daqueles que precisam seja utilizada somente em casos excepcionais e com justificativa, mas devendo ser sempre priorizado o tratamento ambulatorial. Entrementes, questiona-se, a recepção dessas pessoas no sistema de saúde e a existência de locais com capacitação para o tratamento de saúde exigido (Borges, 2024).

A Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei Antimanicomial, representou um marco na reformulação das políticas públicas voltadas ao tratamento de pessoas com transtornos mentais

no Brasil, promovendo avanços significativos na consolidação dos direitos humanos dessa população. Juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e à vedação expressa, na Constituição Federal, de práticas desumanas ou degradantes, essa legislação contribuiu para a construção de um novo paradigma de cuidado em saúde mental, o Conselho Nacional de Justiça, em 2023, editou a Resolução nº 487, que institui a Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário, estabelecendo, entre outras diretrizes, a desativação integral dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Tal medida, embora alinhada aos princípios da dignidade e da reintegração social, suscitou debates relevantes acerca da viabilidade da desinternação de indivíduos considerados de alta periculosidade, como é o caso de autores de crimes em série (Gomes; Novaes, 2025).

A formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental deve estar intrinsecamente vinculada ao respeito à dignidade da pessoa humana, conforme preconizado pelos princípios constitucionais. No entanto, a proposta de desativação dos Hospitais Judiciais de Custódia, prevista na Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), suscitou intensos debates quanto aos possíveis impactos dessa medida sobre a segurança pública. A controvérsia alcançou tal magnitude que motivou o Partido União Brasil a ingressar com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1076, contando com o apoio de entidades representativas, como o Conselho Federal de Medicina. Ainda, foram ajuizadas três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), de números 7389, 7454 e 7566, propostas respectivamente pelo Podemos, pela Associação Brasileira de Psiquiatria e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, todas questionando a constitucionalidade da normativa editada pelo CNJ (Gomes; Novaes, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise empreendida, constata-se que a extinção dos manicômios judiciários, conforme previsto na Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça, representa um avanço significativo na consolidação de uma política de saúde mental pautada na dignidade humana e na superação do modelo asilar.

No entanto, a aplicação dessa diretriz enfrenta desafios concretos, especialmente no que se refere à destinação adequada de indivíduos psicopatas submetidos a medidas de segurança.

A complexidade clínica e criminológica desses sujeitos, aliada à sua alta periculosidade, exige do Estado não apenas o cumprimento dos princípios constitucionais, mas também a estruturação de alternativas terapêuticas eficazes, seguras e compatíveis com os direitos fundamentais.

Assim, o estudo reforça a necessidade de um diálogo entre os sistemas de justiça, saúde e assistência social, a fim de garantir que a transição para o modelo antimanicomial não comprometa a proteção da coletividade nem a integridade dos próprios indivíduos em tratamento.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP pelo suporte institucional e pela oportunidade de desenvolvimento acadêmico proporcionada ao longo desta pesquisa.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora Jociane Machiavelli, cuja dedicação, conhecimento e orientação foram fundamentais para a construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Luiz Fernando; RICCI, Camila Milazzotto. PSICOPATAS E AS SANÇÕES PENAIS APLICADAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[S. l.]*, v. 7, n. 6, p. 681–694, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i6.1424. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1424. Acesso em: 26 out. 2025.

BORGES, Lara Monteiro. **Manicômios judiciários:** impactos da luta antimanicomial nas medidas de segurança. PUC-RJ. 2024. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/67909/67909. Acesso em: 26 out. 2025.

DINIZ, Debora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil:** censo 2011. LetrasLivres/Editora Universidade de Brasília, 2011.

GOMES, Camila Paula de Barros; NOVAES, Pedro Luís Piedade. A resolução 487 do conselho nacional de justiça e a polêmica extinção dos manicômios judiciais. **Revista Juris UniToledo, [S. l.], v. 10, n. 01, p. 1–26, 2025.** DOI: 10.5281/zenodo.14841570. Disponível em: https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurisunitoledo/article/view/499. 16 Acesso em: 26 out. 2025.

MASSA, Mariana de Oliveira Del; SANTOS, José Eduardo Lourenço dos. **O psicopata frente o direito penal: pena ou medida de segurança.** UNIVEM, Marília/SP. 2019. Disponível em:https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1892/Artigo%20cient%C3%ADfico%20%20%20Mariana%20de%20Oliveira%20Del%20Massa.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 out. de 2025.

MIRANDA, Érika Millene Filgueira de. **Psicopatia x direito:** a inópia da norma penal diante do tema. Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI), [S. l.], n. 4, 2022. Disponível em: https://periodicosfacesf.com.br/index.php/FOR37 PEI/article/view/384. Acesso em: 26 out. 2025.

PINHEIRO, Renata Vitória Ribeiro. **A psicopatia no sistema carcerário brasileiro.** 27 Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2024. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7499/1/TC2_C09_Renata%20Vitoria%20Ribeiro%20Pinheiro.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

ROCHA, Guilherme Navarro Gontijo. **Psicopatia:** uma revisão sistemática da literatura e uma análise de suas relações com a violência. Universidade Federal De Minas Gerais. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/73862/3/PSICOPATIA%20-%20UMA%20REVIS%c3%83O%20SISTEM%c3%81TICA%20DA%20LITERATURA

%20E%20UMA%20AN%c3%81LISE%20DE%20SUAS%20RELA%c3%87%c3%95ES%20COM%20A%20VIOL%c3%8aNCIA.pdf. Acesso em: 26 out. 2025

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PRECARIEDADE DAS ESTRUTURAS ESCOLARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE NO BRASIL - UMA VISÃO ATRAVÉS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Ivair José Chelest[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – O presente estudo analisa a relação entre o direito à educação e a precariedade das estruturas escolares, com ênfase no município de Caçador/SC, buscando compreender os impactos dessa realidade na efetivação de um ensino de qualidade no Brasil. Fundamentado na Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como direito universal e essencial ao exercício da cidadania. O trabalho investiga de que forma as deficiências físicas e materiais das escolas comprometem o aprendizado e violam princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e a igualdade de oportunidades. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, relatórios e dados educacionais. Os resultados apontam que a precariedade estrutural das escolas brasileiras é um fator determinante para a desigualdade educacional, refletindo a ineficácia de políticas públicas e a insuficiência de investimentos na área. Conclui-se que a efetivação do direito à educação de qualidade depende de ações integradas entre Estado e sociedade, voltadas à melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU, 2015) e os preceitos constitucionais brasileiros.

Palavras-chave: educação, qualidade, estruturas escolares, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema Direito à Educação e a Precariedade das Estruturas Escolares: Desafios e Perspectivas para a Garantia de um Ensino de Qualidade no Brasil – uma visão através do Município de Caçador/SC. O direito à educação, consagrado na Constituição Federal de 1988, é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, sendo essencial ao desenvolvimento humano e à cidadania (Brasil, 1988). Contudo, a efetivação desse direito enfrenta obstáculos significativos, sobretudo em relação à infraestrutura das escolas públicas.

A precariedade das condições escolares reflete-se em ambientes inadequados, falta de recursos e carência de profissionais, fatores que comprometem o aprendizado e violam princípios como a dignidade da pessoa humana e a igualdade de oportunidades (Ranieri, 2018). Essa

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

realidade é agravada em municípios de pequeno e médio porte, como Caçador/SC, onde limitações financeiras e estruturais dificultam a concretização de uma educação de qualidade.

A Agenda 2030 da ONU, reforça a necessidade de "construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas e inclusivas, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e eficazes para todos" (ONU, 2015, art. 4º). Essa diretriz evidencia o compromisso global pela equidade e qualidade educacional, ampliando a relevância da discussão.

Do ponto de vista teórico, autores como Cury (2002), defendem que a educação é instrumento de emancipação social e transformação da realidade. A pesquisa, portanto, justifica-se pela necessidade de refletir sobre políticas públicas e soluções jurídicas capazes de garantir condições adequadas ao ensino, reduzindo as desigualdades estruturais e promovendo o pleno exercício da cidadania.

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre o direito à educação e a precariedade das estruturas escolares, com foco no município de Caçador/SC. Os objetivos específicos consistem em: a) examinar os fundamentos jurídicos do direito à educação; b) analisar a realidade das estruturas escolares no Brasil; e c) avaliar os impactos da precariedade sobre a qualidade do ensino, propondo alternativas jurídicas e políticas públicas para assegurar a efetividade desse direito.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Para a construção do referencial teórico, foram consultadas fontes diversas, incluindo sites institucionais, obras doutrinárias, livros, artigos científicos e a legislação jurídica brasileira. A seleção dessas fontes permitiu a análise de distintas perspectivas e concepções desenvolvidas ao longo do tempo, possibilitando uma compreensão mais ampla e crítica acerca do tema investigado. Dessa forma, a fundamentação teórica obtida serviu como base para a consolidação e o aprofundamento das discussões propostas neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos fundamentos jurídicos que sustentam o direito à educação no Brasil evidencia que este é um direito essencial, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado por diversos tratados internacionais e legislações infraconstitucionais. A Carta Magna, em seu artigo 205, define a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família", devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, a fim de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Essa concepção amplia a função social da escola, que passa a ser compreendida não apenas como espaço de ensino, mas como ambiente de proteção e promoção de direitos (Santos, 2019).

Os princípios constitucionais da educação — igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias e qualidade do ensino — formam o núcleo normativo que orienta a política educacional brasileira. Tais princípios

reafirmam a educação como instrumento de emancipação social e de concretização da justiça. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) também reforça esse entendimento, ao dispor que "a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais". Assim, o direito à educação de qualidade está intrinsecamente ligado à efetivação da dignidade da pessoa humana e à redução das desigualdades estruturais.

Os resultados obtidos a partir da revisão teórica indicam que a qualidade educacional depende diretamente das condições estruturais e materiais das escolas, além do adequado financiamento e valorização dos profissionais da educação. Nesse contexto, destaca-se o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que regulamenta a garantia de padrão de qualidade como princípio fundamental do ensino (art. 3º, IX). A LDB define que a oferta educacional deve assegurar "padrões mínimos de qualidade", expressos pela variedade e quantidade mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 1996).

Ainda segundo a LDB, os recursos destinados à educação devem ser utilizados de forma a garantir o aprimoramento contínuo da qualidade e a expansão do ensino (art. 70, IV). Os artigos 74 e 75 estabelecem a relação entre o financiamento público e o custo anual por aluno, introduzindo a noção de Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Esse instrumento é essencial para avaliar o atendimento educacional de cada ente federativo e para definir os investimentos mínimos necessários à manutenção de padrões adequados de ensino. O CAQ, portanto, representa um avanço na gestão do financiamento educacional, contribuindo para reduzir desigualdades regionais e promover maior equidade na educação básica (Brasil, 1996).

No âmbito das políticas públicas, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) consolida diretrizes que visam à melhoria dos padrões de qualidade da educação, à inclusão social e à equidade. O PNE estabelece metas e estratégias voltadas para a universalização do acesso e a garantia de condições estruturais adequadas, reconhecendo a necessidade de assegurar uma formação inclusiva e eficaz para todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas (Brasil, 2014). Entre suas diretrizes, destaca-se a estratégia 20.7, que prevê a implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação básica, considerando gastos com infraestrutura, materiais didáticos e valorização dos profissionais da educação.

O PNE também enfatiza a importância de políticas voltadas à ampliação da jornada escolar e à criação de programas de tempo integral, com no mínimo sete horas diárias, assegurando infraestrutura adequada, alimentação, transporte e recursos pedagógicos (Brasil, 2024). Tais medidas visam não apenas ao aumento do tempo de permanência do aluno na escola, mas também à elevação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o plano reforça a necessidade de desenvolver indicadores específicos de qualidade para a educação especial e bilíngue, garantindo o atendimento inclusivo e a valorização da diversidade educacional.

Em alinhamento com o cenário internacional, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4 da Agenda 2030 da ONU estabelece como meta "garantir que todas as meninas e

meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade até 2030" (ONU, 2015). Essa diretriz reforça a importância da infraestrutura, da capacitação docente e do financiamento adequado como pilares para o alcance de uma educação transformadora e sustentável. Os resultados desta pesquisa confirmam que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para cumprir essas metas, sobretudo em municípios menores, como Caçador/SC, onde persistem deficiências estruturais e desigualdades de acesso.

Diante das análises realizadas, constata-se que a efetivação do direito à educação de qualidade depende da integração entre legislação, financiamento e políticas públicas consistentes. A mera existência de normas jurídicas não é suficiente para garantir o acesso universal e igualitário à educação, sendo imprescindível que os princípios constitucionais sejam traduzidos em ações concretas, monitoradas e avaliadas continuamente. A estrutura física das escolas, a valorização dos profissionais da educação e a gestão eficiente dos recursos são fatores determinantes para o cumprimento do preceito constitucional.

Conclui-se que o direito à educação, embora amplamente reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, ainda não se realiza plenamente em razão das desigualdades regionais e da insuficiência de investimentos estruturais. A consolidação de uma educação pública de qualidade requer a efetiva aplicação do Custo Aluno-Qualidade, a cooperação entre os entes federativos e o compromisso político com a justiça social. Somente a partir de um sistema educacional equitativo e eficiente será possível concretizar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que o direito à educação, embora amplamente assegurado pela Constituição Federal de 1988, ainda enfrenta grandes desafios para sua plena efetivação. A precariedade das estruturas escolares brasileiras, especialmente em municípios como Caçador/SC, evidencia a distância entre a norma jurídica e a realidade vivida nas escolas públicas, comprometendo a qualidade do ensino e o acesso igualitário garantido pela legislação.

Verificou-se que instrumentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 4) estabelecem parâmetros fundamentais para assegurar padrões mínimos de qualidade e infraestrutura adequada. No entanto, a insuficiência de recursos e a ausência de políticas públicas efetivas ainda limitam a concretização desses objetivos, reforçando a necessidade de aprimorar o financiamento educacional por meio do Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Conclui-se que garantir uma educação pública de qualidade exige mais do que previsões legais: requer compromisso político, investimento contínuo e gestão eficiente. Superar a precariedade estrutural das escolas é condição essencial para promover a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento social, reafirmando a educação como um direito fundamental e instrumento de transformação da sociedade brasileira.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Jociane Machiavelli pela orientação no presente estudo e a Uniarp pelo incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2614, de 27 de junho de 2024.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024–2034. Brasília: Planalto, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/.../pl-2614.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2024Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

ERNICA, Maurício; RODRIGUES, Érica Castilho; SOARES, José Francisco. Desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo: definição, medida e resultados. **Dados Revista de Ciência Sociais**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 345-370, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.1.345. Acesso em: 30 mar. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/index.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 30 mar. 2025.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Educação obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas*. In: RANIERI, N. B. S.; ALVES, Ângela Limongi (orgs.). **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar.** São Paulo: USP, 2018. Acesso em: 30 mar. 2025.

XIMENES, Priscilla de Andrade. BNC - Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 103, n. 265, p. 123-145, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112. Acesso em: 23 fev. 2025.

ENTRE A LEI E A REALIDADE: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ACESSO AO ABORTO LEGALIZADO NO BRASIL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Bruna Spanholo Rosseto[1]
Cássio Andrei Vargas Furlan[2]

Resumo – Este artigo apresenta uma análise sobre a efetividade do acesso ao aborto legal no Brasil, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, qualitativa e indutiva. O objetivo é verificar a relação de eficácia da garantia do direito ao aborto legalizado e a realidade vivenciada pelas mulheres no Brasil. Para isso, a pesquisa aborda direitos e princípios constitucionais e sua relação com o direito ao aborto; a legislação diretamente relacionada ao abortamento no contexto nacional; e examina as principais dificuldades enfrentadas na busca pela efetivação de seu direito, em tese garantido. O estudo constata que embora a sociedade já tenha evoluído e avançado consideravelmente em inúmeros aspectos, ainda são muitos os empecilhos enraizados de uma cultura machista e patriarcal, permeada por julgamentos morais e conservadorismo. O aborto, mesmo quando legal, ainda é considerado um tabu, frequentemente negligenciado e deixado de lado inclusive pelo próprio Estado.

Palavras-chave: aborto; legal; acesso; direito; mulheres.

INTRODUÇÃO

No contexto nacional, o aborto constitui um tema polêmico e controverso, mesmo em suas hipóteses legalizadas, frisa-se que no Brasil, o procedimento é criminalizado conforme previsão do Código Penal, sendo permitido apenas em situações excepcionais: risco de vida para a gestante, gestação em decorrência de estupro e em casos de fetos anencefálicos (Jacobs; Boing, 2022). Embora legalizado em tais circunstâncias, o aborto ainda é cerceado por estigmas e precariedade. Inclusive, a instabilidade social e jurídica acerca do tema, pode ser evidenciada pelo Projeto de Lei 1904/24, considerado inconstitucional, o qual buscava equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio (Simões; Bueno; Padovani, 2024).

Apesar da garantia de acesso ao aborto legalizado, resta analisar até que ponto se efetiva na prática e quais os desafios enfrentados, objetivo do presente trabalho. Nesse sentido, não obstante a laicidade do Brasil, a moral religiosa representa significativo estigma e em conjunto com a condenação social, constituem fatores limitadores do acesso ao aborto legalizado (Jacobs; Boing, 2022). Dentre algumas barreiras encontradas em relação a acessibilidade ao procedimento, verifica-se o desconhecimento e silenciamento acerca do tema, a falta de

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

profissionais, instituições e locais qualificados, a burocracia, além de barreiras emocionais e culturais (Santos; Fonseca, 2022).

METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, com adoção de uma abordagem qualitativa e utilização do método indutivo. Para tanto, buscou-se levantar, revisar e analisar um repertório acadêmico abrangente, composto por artigos científicos, legislações, livros e demais materiais pertinentes ao tema. Esse levantamento teve por objetivo compreender conceitos essenciais, bem como, os contextos sociais e históricos que permeiam o tema, relacionando-os com a lei seca em si e sua aplicabilidade na realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Positivado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5°, caput, o direito à vida é universal, sendo também, considerado basilar para os outros direitos. Em contraponto com a importância do direito à vida, este, não pode ser considerado absoluto, primeiramente devido à sua própria relativização legal, como em casos de guerra declarada e segundamente, pois sua flexibilização depende das circunstâncias, corroboradas pela situação e pensamento social preponderante de determinado momento (Véras, 2016).

A partir disso, percebe-se a colisão entre o direito à vida do feto e o direito à liberdade e autonomia da mulher, destacando que embora o direito à vida seja em tese inviolável, a garantia à vida do feto tampouco é absoluta, sendo as próprias previsões de abortamento legal um exemplo disso, o que por si só, já evidenciaria a diferença entre a vida de um feto e a vida já concebida (Antonio; Ri, 2018).

A doutrina afirma majoritariamente que deve existir a proteção à vida do feto, entretanto, o principal questionamento se dá em a partir de quando e em que medida deve-se haver tal proteção, evidenciando a diferenciação de tratamento da vida intrauterina e extrauterina, bem como, a relativização do direito à vida do feto (Seferjan, 2017).

No que concerne ao direito à liberdade da mulher quanto à escolha por abortar ou manter a gestação, os próprios ministros do STF já se posicionaram em algumas oportunidades, sendo destacado, o posicionamento do Ministro Luís Roberto Barroso no julgamento do Habeas Corpus 124.306, ao afirmar que a criminalização do aborto até a 12° semana de gravidez se incompatibiliza com a efetiva garantia de demais direitos fundamentais previstos, determinando que a interferência do Estado no sentido de obrigar a mulher a manter uma gestação indesejada não deve ocorrer e consistiria em violação à sua privacidade, liberdade de escolha e controle sobre o próprio corpo e estilo de vida, vindo a impactar diretamente na dignidade da pessoa humana (Brasil, 2016).

No entanto, mesmo com a positivação e evolução no tocante à garantia dos direitos das mulheres e da proibição ao tratamento desigual, percebe-se que o pensamento conservador e discriminatório ainda é muito presente na sociedade, inclusive relacionado à religião e à influência do catolicismo, tal situação se constata, por exemplo, na necessidade de autorização do cônjuge

no procedimento de esterilização, a qual mesmo com a evolução e ampliação dos direitos das mulheres perdurou até 2022 (Seferjan, 2017).

No que se relaciona ao aborto, o direito à saúde se apresenta de forma ambígua, visto que sua criminalização visa proteger a saúde da mulher, entretanto, constatada a insuficiência da criminalização em evitar a realização do aborto, esta, representa também um risco à saúde das mulheres (Seferjan, 2017). Nesse sentido, o aborto além de não proteger a vida do feto, ainda geraria danos físicos e psíquicos às mulheres, trazendo encargos à saúde pública e mortes de mulheres que poderiam ser evitadas (Brasil, 2016).

Nesse sentido, a prática do abortamento, consiste na interrupção da gravidez, seja de forma induzida ou espontânea. No contexto brasileiro, infere-se que o aborto induzido ou provocado, é em regra criminalizado. Entretanto, o ordenamento jurídico prevê situações excepcionais nas quais há a possibilidade do aborto legal (risco de vida à gestante; gestação decorrente de estupro; gestação de feto anencéfalo), tais excepcionalidades restam por excluir a ilicitude do procedimento abortivo (Brasil, 1940).

Não obstante legalizado em determinadas hipóteses, o aborto legal ainda é fortemente repudiado e afastado, sendo alvo de resistência social e cultural, bem como, barreiras institucionais. Nesse sentido, as mulheres enfrentam dificuldades quando buscam sua realização, tal cenário revela também a influência da cultura e dos valores morais no direito, teoricamente imparcial e laico. Dentre as principais dificuldades e barreiras encontradas na realização do aborto legal, destacam-se aspectos técnicos (localização geográfica, profissionais capacitados, burocracia), sociais (julgamento, desamparo, desinformação), e também, emocionais (Santos; Fonseca, 2022).

Mesmo atualmente, os serviços de abortamento legal continuam restritos a poucas localidades, limitando o acesso das mulheres e revelando a distância entre a norma jurídica e sua concretização prática. Nesse sentido, verifica-se que a restrição geográfica da disponibilidade de instituições que ofertem a realização do aborto legal, acarretam onerosidade e dificuldades às mulheres que buscam o abortamento, evidenciando também a omissão estatal (Santos; Fonseca, 2022).

Ademais, o fato de o aborto ser, em regra, ilegal, somado com sua falta de aceitação social, mesmo nas hipóteses juridicamente legais, contribui para a negligência do tema, até mesmo no meio médico. Tal situação acarreta no despreparo clínico por parte de muitos profissionais, quanto ao enfrentamento de situações e tratamento técnico e humanizado de mulheres que desejem realizar o procedimento abortivo (Machado et al., 2015).

Ainda, a presença de opinião pessoal por parte dos profissionais médicos em suas atuações, acarreta na objetificação da mulher, retirando dela sua autonomia. Além disso, cumpre destacar que o tratamento médico pode divergir entre as mulheres: enquanto em casos de aborto espontâneo, as mulheres são tratadas com empatia, sendo vistas como frágeis, nos casos de aborto voluntário, prevalece a percepção de mulheres insensíveis, irracionais e frias (Ferreira et al., 2021).

Por fim, a mulher enfrenta não apenas barreiras institucionais, mas também aspectos internos e emocionais que impactam a decisão de abortar ou não, bem como, sua saúde psicológica nesse momento de vulnerabilidade. Frisa-se que a decisão de abortar nunca é fácil, sendo que a mulher passa por incertezas e conflitos internos relacionados à sua própria moralidade e religião (Giugliani et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado evidencia que o tabu em volto ao tema abortivo, conjuntamente com a ausência de um consenso legal acerca do momento em que a vida se inicia, torna o debate ainda mais sensível, gerando temor em diversas esferas sociais e contribuindo com a marginalização do tema, inclusive em ambientes escolares e na esfera pública. Tal situação intensifica a vulnerabilidade da população periférica, a qual é a mais afetada, pela desigualdade, falta de assistência, falta de recursos e desinformação.

Além disso, verifica-se a prevalência de vieses machistas, patriarcais e religiosos na sociedade, os quais ainda vinculam a importância feminina à sua função de procriação, estabelecendo a maternidade como obrigação, e em contraponto, a paternidade é relativizada, normalizada e tida como facultativa.

Ademais, apesar da garantia legal à realização do aborto em determinadas hipóteses, desde 1940, verifica-se a inconformidade dessas previsões com a realidade social, as mulheres ainda se sentem muito acuadas, a desinformação é recorrente, os locais de oferta do serviço de abortamento são restritos, exigindo deslocamento, despendimento econômico e familiar que nem sempre é uma realidade viável para mulheres vulneráveis que busquem a efetivação do direito abortivo.

Soma-se a isso, o despreparo técnico por parte de alguns profissionais médicos, que, além de não estarem capacitados e preparados para realização de um atendimento humanizado, muitas vezes exteriorizam suas opiniões pessoais, constrangendo as pacientes, manipulando decisões e perpetuando violência e discriminação. Ainda, destaca-se que o julgamento social ocorre em múltiplas esferas - julgamento religioso, social, familiar, médico, profissional – refletindo uma sociedade machista, conservadora e religiosa.

Por fim, constata-se que embora a sociedade já tenha evoluído em diversos aspectos, ainda estão presentes raízes conservadoras, machistas e religiosas que constituem empecilhos na busca pela efetivação do direito ao aborto legal. Assim, observa-se que a mera garantia legal do direito não é suficiente, sendo necessárias não apenas mudanças legislativas, mas também, uma mudança de pensamento social, e um papel mais ativo do Estado. É necessário que ao buscar a efetivação de um direito, as mulheres não tenham vários outros violados.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Carolina Calzolari; RI, Luciene Dal. Aborto voluntário sob a perspectiva dos Direitos Fundamentais da Constituição Federal do Brasil de 1988. Rp3 -Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Brasília, e. especial, p. 82-100, 2018. DOI: https://doi.org/10.18829/rp3.v0i12.26656.

Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/16816/15116. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Decreto lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Brasília, DF: Planalto, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). Habeas corpus nº 124.306/RJ. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA SUA DECRETAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO TIPO PENAL DO ABORTO NO CASO DE INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GESTAÇÃO NO PRIMEIRO TRIMESTRE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. Impetrante: Jair Leite Pereira. Impetrado: Superior Tribunal De Justiça. Pacientes: Edilson Dos Santos e Rosemere Aparecida Ferreira. Relator: Min. Marco Aurélio, 29 de novembro de 2016. Disponível em goo.gl/GWtHhR. Acesso em: 25 maio 2025.

FERREIRA, Aldo Pacheco *et al.* Discriminação racial e saúde: ações dos profissionais de saúde na assistência à mulher em processo de abortamento provocado. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4623-4633, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212610.10532021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/gjnGj4fPxBs7MtXZnrvYgPs/?format=html&lang=pt. Acesso em: 24 set. 2025.

GIUGLIANI, Camila et al. Violência sexual e direito ao aborto legal no Brasil: fatos e reflexões. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 2021. E-book. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=Lnw8EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=0DWtuWVprb&sig=qq4a4fBffxRnakXB0QVVYYO4mpk. Acesso em: 08 ago. 2025.

JACOBS, Marina Gasino; BOING, Alexandra Crispim. Como a normatização sobre o serviço de aborto em gravidez decorrente de estupro afeta sua oferta nos municípios? Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3689-3700, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022279.05352022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/wJpc4KshhqK3mn59jTLHrQN/?lang=pt. Acesso em: 23 fev. 2025.

MACHADO, Carolina Leme et al. Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 345-353, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00051714. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/ynyNzd6WFfpwhBDr4MrZM6t/?lang=pt. Acesso em: 24 ago. 2025.

SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 30, e3561, p. 1-9, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.5834.3561. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/WfhmRpSZSpssgwbzhHyJNjt/?lang=pt. Acesso em: 27 fev. 2025.

SEFERJAN, Tatiana Robles. A constitucionalidade do aborto. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-26022021-164218/. Acesso em: 13 mar. 2025.

SIMÕES, Julian; BUENO, Luciana Camargo; PADOVANI, Natália Corazza. Pela descriminalização do aborto no Brasil e uma nota pública da cadernos pagu contra o Projeto de Lei nº 1904/24. Cadernos Pagu, Campinas, n. 71, e247100, p. 1-5, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/18094449202400710000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/yt7gBVDHCXgFgxghBpZkkvn/. Acesso em: 04 mar. 2025.

VÉRAS, Érika do Amaral. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e o direito à vida: a eventual colisão desses princípios fundamentais na perspectiva do aborto. Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 191-208, 2016. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/1639/pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

DO IDEAL DE PROTEÇÃO SOCIAL AO PRAGMATISMO FISCAL: A INCONSTITUCIONALIDADE DO NOVO CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Pedro André Dolberth Dacól[1]
Cássio Andrei Vargas Furlan[2]

Resumo – O trabalho analisa a inconstitucionalidade do novo cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente introduzido pela Emenda Constitucional nº 103/2019, que deslocou o foco da proteção social para o pragmatismo fiscal. A partir de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, examinam-se os impactos da reforma sobre a natureza protetiva do benefício e os princípios da dignidade da pessoa humana, solidariedade e isonomia. Também são discutidas decisões judiciais e o Tema 1300 do Supremo Tribunal Federal, que tratam da compatibilidade constitucional da nova regra. Conclui-se que o modelo instituído pela EC nº 103/2019 compromete o núcleo essencial da previdência social e viola direitos fundamentais.

Palavras-chave: previdência Social; emenda constitucional 103/2019; aposentadoria por incapacidade permanente; inconstitucionalidade; dignidade da pessoa humana; proteção social; reforma previdenciária.

INTRODUÇÃO

A seguridade social, conforme estabelecido no artigo 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, é estruturada sobre os pilares da saúde, da previdência e da assistência social, sendo sua responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade. O objetivo, então, é o de garantir uma proteção social o mais amplo possível nesses campos, assegurando a cobertura das necessidades da população principalmente quando a mesma se encontra em risco (Brasil, 1991).

O retrato do modelo atual da previdência social, no entanto, revela-se em dificuldades, especificamente em relação aos custos do sistema, o qual já consome uma parte significativa do PIB brasileiro e apresenta um déficit preocupante. Sendo assim, tão logo necessitará de novas reformas, as quais não poderão se ater somente à idade, mas a todo o sistema em si, preparando-se para uma maior equidade real ao plano, o que beneficiaria o atual modelo (Zviniene; Tsukada, 2023).

Mostram-se, portanto, estudos nessa área que se dedicam tanto ao estudo da reforma da previdência social realizada em 2019 e seus impactos a partir de tal ano, verificando as mudanças

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

trazidas pela mesma (Flores, 2023), quanto a trabalhos que evidenciam as inconstitucionalidades decorrentes de tais medidas reformistas (Lima; Sorto, 2022).

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho o é de natureza bibliográfica, com enfoque interpretativo e analítico, voltada à compreensão da inconstitucionalidade do novo cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente instituído pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Foram utilizados livros, artigos científicos, legislações, decisões do Supremo Tribunal Federal e demais documentos jurídicos pertinentes, selecionados com base em sua relevância e atualidade. A abordagem interpretativa possibilitou uma análise crítica e contextualizada do tema, relacionando o novo modelo de cálculo aos princípios constitucionais da seguridade social, como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade e a proteção social, de modo a evidenciar possíveis afrontas à Constituição Federal de 1988.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em 2019, promoveu-se uma ampla reforma no sistema previdenciário brasileiro. Justificada por um suposto desequilíbrio fiscal, a medida alterou substancialmente o cálculo e a concessão de diversos benefícios, dentre eles a aposentadoria por invalidez, agora denominada aposentadoria por incapacidade permanente (Martins, 2023).

A medida, contudo, não apenas introduziu ajustes paramétricos, mas redesenhou conceitualmente o papel da previdência. O foco deixou de ser a proteção social diante de riscos, para priorizar o controle fiscal. Esse deslocamento ideológico reduziu a previdência ao seu aspecto contributivo, desconsiderando sua essência como instrumento de solidariedade (Martins, 2023).

Ao adotar uma lógica econômica de restrição de direitos, a reforma retirou garantias fundamentais asseguradas pela Constituição de 1988. Os efeitos disso recaem, principalmente, sobre os trabalhadores em situação de maior fragilidade, especialmente os que sofrem eventos imprevisíveis como a incapacidade para o trabalho (Martins, 2023).

Entre as alterações mais significativas introduzidas pela EC nº 103/2019, destaca-se a reestruturação do benefício de natureza permanente. A mudança não se restringiu à denominação, mas representou uma transformação substancial em sua forma de cálculo e no alcance da proteção social (Santos, 2021).

O novo cálculo reduziu o valor da Renda Mensal Inicial para 60% da média de todas as contribuições do segurado, com acréscimos apenas a partir de determinado tempo de contribuição. O valor integral foi mantido apenas para os casos de acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho. Essa distinção resultou em um tratamento desigual entre segurados com a mesma limitação funcional, mas causas diferentes para a incapacidade. Indivíduos com doenças graves ou incuráveis, não relacionadas ao trabalho, passaram a receber benefícios proporcionalmente menores (Santos, 2021).

Além disso, ao condicionar o valor do benefício ao tempo de contribuição, a reforma penaliza aqueles que, por fatores alheios à própria vontade, contribuíram por menos tempo. Isso inclui pessoas com vínculos informais, desemprego recorrente ou que adoecem precocemente. O novo modelo também desconsidera a natureza imprevisível da incapacidade permanente, tratando-a como um evento programável. A imposição de exigências contributivas para garantir um valor digno ignora o princípio da necessidade, que deveria fundamentar a concessão do benefício (Santos, 2021).

Tal inovação criou distinções entre segurados com o mesmo grau de limitação funcional, mas com diferentes causas para a incapacidade, favorecendo aqueles cuja origem é acidentária. Isso levanta questionamentos sobre a isonomia no tratamento de situações equivalentes quanto ao impacto social (Santos, 2021).

Dessa forma, a modificação promovida pela EC nº 103/2019 revela sérias inconsistências jurídicas e constitucionais. A nova sistemática colide diretamente com o princípio da isonomia, ao permitir que dois segurados igualmente incapacitados recebam valores distintos com base apenas na origem do evento incapacitante. Não sendo o suficiente, em igual, o princípio da dignidade da pessoa humana também é comprometido, uma vez que o valor do benefício, em muitos casos, torna-se insuficiente para assegurar a subsistência do segurado. A proteção social deixa de cumprir sua função essencial, reduzindo-se a um valor meramente simbólico (Souza; Duarte Neto, 2024).

Há, ainda, violação ao princípio da vedação ao retrocesso social, que impede a supressão de direitos fundamentais já consolidados. A substituição do cálculo integral por um sistema proporcional representou não apenas uma restrição, mas um verdadeiro esvaziamento da proteção previdenciária (Souza; Duarte Neto, 2024

Outro aspecto preocupante é a imposição de perícias periódicas, mesmo em casos de incapacidades irreversíveis. Tal exigência gera instabilidade jurídica e emocional, colocando o segurado em constante situação de incerteza quanto à manutenção de seu direito (Souza; Duarte Neto, 2024).

Essa nova estrutura gerou inconsistências práticas, como a possibilidade de que o auxílio por incapacidade temporária (calculado em 91% do salário de benefício) ultrapasse o valor da aposentadoria por incapacidade permanente, o que é ilógico e antagônico ao grau de risco coberto (Amado, 2012).

Além disso, tal mudança colide com o princípio da irredutibilidade dos benefícios previdenciários, previsto no artigo 194, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, que garante a manutenção do valor real dos benefícios. Reduzir a renda de quem já está em situação de vulnerabilidade vai de encontro à lógica de proteção social e à solidariedade que devem nortear o sistema previdenciário (Brasil, 1988).

A jurisprudência de tribunais regionais tem reconhecido a inconstitucionalidade da nova regra, sob o fundamento de que ela resulta em proteção deficiente aos segurados. Decisões têm apontado que o novo cálculo afronta a igualdade de tratamento e os direitos fundamentais, e

por isso o valor do benefício deve corresponder a 100% da média dos salários de contribuição, conforme o modelo anterior (Favaro; Oliveira, 2023).

Ainda que o Supremo Tribunal Federal não tenha decidido definitivamente sobre a inconstitucionalidade material do dispositivo, a controvérsia já está sendo analisada sob repercussão geral no Tema 1300. A análise doutrinária e jurisprudencial reforça que a EC 103/2019 pode ter violado garantias fundamentais previstas nos artigos 1º, III, 5º, caput, e 194, parágrafo único, IV da Constituição Federal. Isso demonstra a urgência de um posicionamento definitivo do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria. A decisão que vier a ser proferida terá efeito vinculante e poderá confirmar a necessidade de correção da regra, com base nos princípios constitucionais envolvidos (Brasil, 2024).

No Recurso Extraordinário nº 1.469.150, relatado pelo Ministro Luís Roberto Barroso, o INSS pleiteou a suspensão nacional de todas as ações que discutem a aplicação do novo critério de cálculo. Contudo, o Supremo indeferiu tal pedido, considerando suficiente o sobrestamento dos recursos extraordinários já em trâmite, sem necessidade de paralisação total dos processos em primeiro e segundo graus (Brasil, 2024).

A decisão evidencia o cuidado da Corte em preservar o andamento das demandas enquanto aguarda a fixação do precedente. Essa postura evita o agravamento da morosidade judicial e assegura que os tribunais inferiores possam continuar atuando dentro de suas competências, especialmente quando não houver risco de conflito jurisprudencial (Brasil, 2024).

O INSS sustentou que a nova regra, ao prever um percentual reduzido para o cálculo da renda mensal inicial nos casos não acidentários, estaria de acordo com a lógica contributiva da Previdência Social. Por outro lado, segurados e entidades como o IBDP e o IEPREV, atuando como amici curiae, defenderam a tese de que a norma impõe tratamento desigual e vulnera princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e a isonomia (Brasil, 2024).

O relator destacou que, embora haja muitos recursos sobre o tema nos juizados especiais federais, esses processos já estão suspensos por decisão da Turma Nacional de Uniformização, o que afasta a necessidade de uma suspensão em âmbito nacional. A preocupação central foi evitar insegurança jurídica sem comprometer a continuidade da prestação jurisdicional (Brasil, 2024).

Ao indeferir o pedido do INSS, o STF reafirmou que a suspensão nacional não é automática após o reconhecimento da repercussão geral. Essa medida depende de deliberação do relator, considerando o contexto processual e a potencial interferência nos demais órgãos do Judiciário. Essa interpretação reforça o papel moderador do Supremo na condução de temas sensíveis ao equilíbrio institucional (Brasil, 2024).

A expectativa é que o julgamento do mérito da matéria venha a pacificar os entendimentos divergentes que coexistem atualmente nas instâncias inferiores. O Tema 1300 pode se tornar um marco na delimitação do alcance das reformas previdenciárias frente aos direitos fundamentais dos segurados (Brasil, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Emenda Constitucional nº 103/2019 representou um marco de inflexão no sistema previdenciário brasileiro, deslocando o eixo da proteção social para o equilíbrio fiscal. O novo cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente esvaziou o caráter solidário e protetivo da Previdência Social, gerando distorções e violações a princípios constitucionais. Diante desse cenário, a atuação do Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento do Tema 1300, será determinante para reafirmar os direitos fundamentais e corrigir as distorções provocadas pela reforma. Para então, reconduzir a Previdência Social ao seu propósito originário: garantir proteção efetiva aos cidadãos em situações de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Manual de Direito Previdenciário para Concursos**. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Juspodivm, 2024. Disponível em: https://juspodivmdigital.com.br/cdn/pdf/JUS3547-Degustacao.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Recurso Extraordinário 1.469.150/PR**. Direito constitucional e previdenciário. Aposentadoria por incapacidade permanente precedida de auxílio-doença. Reforma da Previdência. Emenda Constitucional nº 103/2019. Repercussão geral reconhecida. Recorrente: Instituto Nacional do Seguro Social. Recorrido: Artur Oreles de Medeiros Relator: Min. Luís Roberto Barroso 26 de abril de 2024. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true&origem=AP&classeNumeroIncidente=RE%201469150. Acesso em: 30 jun. 2025.

FAVARO, Bruno de Farias; OLIVEIRA, Laise Favero de. Emenda Constitucional nº 103 de 2019: a inconstitucionalidade da redução do valor do benefício da aposentadoria por incapacidade permanente à luz do princípio da igualdade. **Revista RIOS – Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**, Paulo Afonso, v. 18, n. 36, p. 1–18, 1 mar. 2023. Disponível em: https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/773/735. Acesso em: 30 jun. 2025.

FLORES, Paulo César da Silva. **Reformas da Previdência no Brasil:** quem perde, quem tem direitos preservados e por quê. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-15042024-170722/publico/2023_PauloCesarDaSilvaFlores_VCorr.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

LIMA, Gilvânklim Marques de; SORTO, Fredys Orlando. Reformas da previdência social no Brasil: fatores que conduzem o processo reformador. Revista Seqüência, v. 43, n. 92, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/seq/a/96bJ7rjbFSqqmW7VbR4VMnM/?format=html&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 set. 2025.

MARTINS, Liara Maria. Aposentadoria por incapacidade permanente: inconstitucionalidade da forma de cálculo da EC 103/2019. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, Franca, n. 251, p. 259-277, 2023. Disponível em: https://www.revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1534/1013. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTOS, Carolina Mikovic Bispo dos. As aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social de acordo com a Emenda Constitucional 103/19. Âmbito Jurídico, [s.l.], 1 jan. 2021. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/as-aposentadorias-do-regime-geral-de-previdencia-social-de-acordo-com-a-emenda-constitucional-103-19/. Acesso em: 30 jun. 2025.

ZVINIENE, Asta; TSUKADA, Raquel. O sistema previdenciário brasileiro sob a ótica da equidade. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, dez. 2023. Nota Técnica. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099050324164041478/pdf/P1748361f6e6890861b0be1cba3114b2c97.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA ALTERNATIVA EM MEIO A OPÇÕES ESCASSAS

Eduarda Elise Machado da Silva[1]
Cassio Furlan[2,3]

Resumo – Nas últimas décadas, o tráfico de drogas tornou-se um fenômeno social complexo, envolvendo aspectos econômicos, sociais e legais. Tradicionalmente associado ao universo masculino, o envolvimento das mulheres nesse contexto vem ganhando destaque, desafiando estereótipos e evidenciando a interseção entre gênero, classe e raça. Este estudo busca analisar as experiências de mulheres encarceradas por tráfico de drogas, investigando os fatores que as levam a essa condição e as consequências impostas pelo sistema prisional, especialmente quanto à saúde e à reintegração social. Adota-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e método dedutivo, fundamentada em livros e artigos científicos. Assim, conclui-se que o encarceramento feminino por tráfico de drogas reflete um problema estrutural, resultante de desigualdades e de uma política penal pouco sensível às especificidades de gênero, apontando para a urgência de políticas públicas voltadas à reabilitação e à inclusão social dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres no Cárcere; Mulas; Tráfico de Drogas; Ótica da criminologia.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tráfico de drogas se consolidou como um fenômeno social complexo que ultrapassa barreiras geográficas e culturais, apresentando um cenário diversificado que abrange questões econômicas, sociais e jurídicas. Embora comumente o narcotráfico seja analisado sob uma perspectiva predominantemente masculina, as vivências e os papéis femininos nesse cenário têm ganhado maior destaque nas investigações acadêmicas e nas discussões de políticas públicas (Lima et al., 2025).

O impressionante aumento da participação das mulheres no tráfico de drogas desafia as noções tradicionais relacionadas a gênero, crime e justiça, suscitando perguntas importantes sobre como as relações de gênero afetam tanto a inclusão das mulheres nesse mercado ilegal quanto o tratamento que elas recebem no sistema judicial (Fernandes, 2025).

Historicamente, narrativas acerca do crime organizado e do tráfico de drogas são frequentemente apresentadas sob a ótica de protagonistas masculinos, que costumam ocupar posições de liderança nas organizações criminosas. No entanto, as mulheres não são meras

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Laboratório ou Grupo de Pesquisa xxxx (para quem tiver outra entidade envolvida), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

figurantes nesse contexto; muitas delas exercem funções importantes, que variam desde operadoras até transportadoras, e, em algumas circunstâncias, alcançam posições de comando em redes de tráfico (Barretto; Gomes, 2020).

Para entender o papel das mulheres nesse universo, é fundamental analisar as condições socioeconômicas e culturais que as levam a essas escolhas, frequentemente consideradas como uma alternativa diante da escassez e das limitações de outras opções (Fernandes; Oliveira; Fernandez, 2020).

A criminologia feminina proporciona uma perspectiva importante para investigar essas questões, abordando as desigualdades no tratamento das mulheres no sistema penal e destacando como as intersecções entre gênero, classe e raça influenciam suas vivências.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida na modalidade de revisão narrativa da literatura e fundamentada no método dedutivo, o qual, segundo Gil (2022), parte da análise do conhecimento geral para o específico, baseando-se em princípios reconhecidos como verdadeiros e incontroversos. Esse método tem como pilar o silogismo, estrutura lógica que conduz de duas proposições, chamadas premissas, a uma terceira conclusão logicamente implícita (Gil, 2022). Complementando essa concepção, Marconi e Lakatos (2023) afirmam que o dedutivismo consiste em uma sequência de inferências que se inicia do geral ao específico e culmina em uma conclusão.

De acordo com Henriques e Medeiros (2017), tanto a matemática quanto a filosofia utilizam o método dedutivo, cuja função é verificar o que já está implícito nas premissas, garantindo que, se estas forem verdadeiras, a conclusão também o será. A pesquisa possui natureza básica, conforme Marconi e Lakatos (2023), pois visa à ampliação do conhecimento teórico, motivada por uma necessidade intelectual. Sua abordagem é qualitativa, utilizando técnicas como observação participante, entrevistas, história e relato de vida, com o objetivo de compreender fenômenos em profundidade.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é explicativa, conforme o entendimento de Gil (2023), por buscar analisar a influência de fatores na ocorrência de determinados fenômenos. Os procedimentos técnicos adotados baseiam-se na utilização de materiais já publicados, como livros, artigos e fontes eletrônicas. Além disso, a elaboração do estudo seguiu as orientações da Normativa de Trabalhos Acadêmicos da UNIARP (2024) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2024), especialmente a NBR 10520 e a NBR 14724, que asseguram a padronização, clareza e rigor metodológico do trabalho acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É visto que o número de encarceramento feminino no Brasil por tráfico de drogas tem se tornado alarmante, principalmente após a criação da Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006). Neste comércio ilícito de drogas, as mulheres exercem várias funções, no entanto, muitas delas ocupam posições que compartilham uma característica comum: a predominância de tarefas consideradas

de menor importância e uma significativa vulnerabilidade à abordagem policial. (Apodaca-Cabrera; Fortanell-Trejo, 2024).

Nesse cenário, é fundamental investigar os fatores que levam as mulheres a se envolverem com o tráfico de drogas e compreender os papéis que elas desempenham, para que possamos entender a relação entre a participação feminina no tráfico e o aumento do encarceramento de mulheres por crimes relacionados a substâncias ilícitas (Apodaca-Cabrera; Fortanell-Trejo, 2024).

Um outro ponto que merece ser debatido com mais profundidade diz respeito à forma como se constrói a compreensão criminológica sobre as mulheres. Isso envolve a avaliação das abordagens e das formas de tratamento aplicadas àquelas consideradas criminosas ao longo da história da criminologia, que, por um longo período, foi marcada por uma perspectiva androcentrista e sexista. Essa concepção distorcida impacta diretamente a percepção social da mulher "delinquente" até os dias de hoje, o que pode, em muitos casos, elucidar por que as mulheres que se envolvem em atividades ilícitas continuam a ser frequentemente vistas como passivas ou vítimas, além de serem encaradas como pessoas que se afastam de seus papéis tradicionais na sociedade (Barreto, 2025).

Tradicionalmente, o tráfico de drogas era visto como uma atividade essencialmente masculina, porém, nos últimos tempos, estudos e informações empíricas têm mostrado um aumento da participação feminina nesse contexto, o que requer uma análise crítica e detalhada (Figueroa; Castro Neto Fonseca, 2024).

O encarceramento de mulheres ligadas ao tráfico de drogas é uma problemática complexa que espelha diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais de nossa sociedade. Nos anos recentes, o crescimento da população carcerária feminina suscitou preocupações em relação às condições das prisões e aos fatores que motivam essas mulheres a se envolverem em atividades criminosas (Melo; Freire, 2024).

Historicamente, muitas mulheres que participam do tráfico de drogas provêm de contextos vulneráveis, marcados pela pobreza, escassez de oportunidades de trabalho e ausência de suporte familiar. Grande parte delas é mãe e responsável pelo sustento de seus filhos, o que as leva a fazer escolhas impulsivas na busca de uma saída rápida para suas dificuldades financeiras. Além disso, muitas dessas mulheres enfrentam situações de violência doméstica, manipulação ou coerção por parte de parceiros ou familiares, o que agrava ainda mais sua realidade (Dias; Novais, 2025).

Antigamente, a noção de troca de papéis entre os gêneros nem chegava a ser considerada. Quando uma mulher realiza um crime, ela é vista como alguém que foge das normas sociais estabelecidas (Santos; Pires, 2024).

A crescente participação feminina no tráfico de drogas é um fenômeno que vem despertando o interesse de estudiosos, sociólogos e especialistas em segurança pública. Esse engajamento não deve ser visto apenas como uma decisão pessoal ou uma busca por poder e riqueza, mas sim como resultado de um conjunto de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que colocam as mulheres em uma situação de vulnerabilidade, com poucas alternativas para assegurar sua sobrevivência e dignidade (Cunha, 2023).

Ao investigarmos a presença feminina no comércio de drogas, é essencial reconhecer que, para muitas delas, essa se apresenta como uma das raras opções viáveis em um contexto complicado e desalentador (Montenegro, 2023).

Diversos estudos apontam que o acesso das mulheres a empregos de qualidade é frequentemente restrito, e muitas delas enfrentam discriminação tanto no ambiente de trabalho quanto em suas comunidades (Figueroa; Castro Neto; Fonseca, 2024).

Ademais, a carga de responsabilidades familiares, que geralmente pesa mais sobre as mulheres, pode limitar ainda mais suas opções. Essa situação se torna ainda mais complexa quando consideramos que algumas dessas mulheres são chefes de família ou mães solteiras, o que as leva a buscar formas alternativas de sustento, mesmo que isso as faça se envolver em atividades ilícitas (Martins, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão evidenciou a crescente e complexa presença das mulheres no tráfico de drogas no Brasil, desafiando as noções tradicionais sobre gênero e criminalidade. Esse fenômeno deve ser analisado sob a ótica das desigualdades sociais, econômicas e de gênero que influenciam suas vidas.

Além disso, a análise sobre as condições das penitenciárias femininas expõe as graves consequências do encarceramento, que muitas vezes ignora as particularidades de gênero e os contextos sociais que conduziram essas mulheres ao delito. Esta pesquisa ainda ressalta a relevância de uma criminologia com viés feminista, que busque compreender as intersecções entre gênero, classe e raça, oferecendo uma análise mais equitativa e humanizada do fenômeno criminal.

Deste modo, urge que a sociedade brasileira tome uma atitude ativa na revisão das políticas relacionadas às drogas, colocando a saúde pública acima da repressão rigorosa. . É somente desse modo que se poderá criar um futuro em que todas as mulheres possam exigir seus direitos e descobrir caminhos viáveis para uma vida digna, afastadas da criminalidade.

REFERÊNCIAS

APODACA-CABRERA, Ana Sofía; FORTANELL-TREJO, Betsabee. Emma Coronel ea feminilidade buchona nas redes sociodigitais. Maneiras de redefinir as mulheres no tráfico de drogas. Comunicación y sociedad, v. 21, 2024. Disponível: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-252X2024000100131&lng=es&nrm=iso. Acessado em 26 de outubro de 2025.

BARRETO, Ana Luisa Leão. A criminalização de mulheres por tráfico de drogas: reflexões críticas a partir de processos judiciais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 207, n. 207, p. 183–210-183–210, 2025. Disponível: https://doi.org/10.5281/zenodo.13654174. Acesso em 26 de outubro de 2025.

BARRETO, Ana Luisa; GOMES, Silvia Helena. A criminalização de mulheres por tráfico de drogas em Salvador. In: Liberta: criminalização de mulheres e sistema prisional baiano. Salvador: AATR, 2020. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/348. Acesso em: 26 outubro de 2025.

CUNHA, Lívia Ribeiro. A Construção da Identidade e o Encarceramento das mulheres inseridas na comercialização ilegal de drogas no Brasil. Orientadora: Ana Gabriela Mendes Braga. 2023. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/257910. Acesso em 20 de julho de 2025.

DIAS, Dalvina Gonçalves; NOVAIS, Thyara. A responsabilidade penal das gestantes envolvidas no tráfico de drogas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 5, p. 4103-4121, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19317. Acesso em: 26 outubro 2025.

FERNANDES, Caio David Rodrigues. Justiça e desigualdade social, uma análise socioeconômica da proliferação do tráfico de drogas no brasil. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 2, p. e1799-e1799, 2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1799. Acesso em: 26 outubro 2025.

FERNANDES, Daniel Fonseca; OLIVEIRA, Débora Moreno de Moura; FERNANDEZ, Gabriel Vianna Cavalcante. Discursos sobre o tráfico de drogas: uma análise das sentenças de mulheres em regime fechado no conjunto penal feminino de Salvador/BA. Salvador: Editora Eduneb, 2020.

FIGUEIROA, Magda; CASTRO NETO, Antonio Gomes; FONSECA, Jorge Luiz Cardoso Lyra. Sobre mulheres e o tráfico de drogas: uma abordagem interseccional sobre as apreensões de drogas em Recife/PE. PLURAL-Revista de Psicologia UNESP Bauru, v. 3, p. e024a04-e024a04, 2024. Disponível em: https://revistaplural.emnuvens.com.br/prp/article/view/51. Acesso em: 26 outubro 2025.

LIMA, Kawê Marinho et *al.* O impacto da lei de drogas no combate à criminalidade à luz do pacote anticrime. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, v. 14, n. 5, p. e4553-e4553, 2025. Disponível em: https://revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/4553. Acesso em: 26 outubro 2025.

MARTINS, Aline Souza. Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos na guerra do tráfico de drogas: um ensaio sem resposta. Editora CRV, 2024.

MARTINS, Cristian Farias; SILVA, Francisco Canindé. O pânico moral da descriminalização das drogas no brasil e o problema da porosidade (ou difusidade) da fronteira entre as figuras do usuário e do traficante na aplicação da lei nº 11.343/2006, a "lei de drogas" 4. Revista de Estudos de Direito Penal e Processo Penal na Contemporaneidade: Volume 1, 2024.

MELLO, Kátia Sento Sé; FREIRE, Christiane Russomano. Processos criminais e articulação inquisitorial em prisões por tráfico de drogas no Rio de Janeiro: Reflexões acerca do

encarceramento de mulheres. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 16, p. e55918, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dilemas/a/K9DmpfSZkNNdz6MJpd8RR8y/?format=html&lang=pt. Acesso em 26 de outubro de 2025.

MONTENEGRO, Márcia Cristina Brito Becco. Mulheres, Drogas e Cárcere na Gestão dos Indesejáveis: uma Análise de Decisões Condenatórias de Mulheres por Tráfico de Drogas no Brasil e em Portugal, sob as Lentes da Criminologia Feminista. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalense (Portugal). Disponível em: https://www.proquest.com/openview/b683fc81ef8f2f6a5238059b69095736/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em 20 de julho de 2025.

SANTOS, Gleiziane Reges; PIRES, Max Souza. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas: gender and prison: the incarceration of women in the brazilian penitentiary system for the crime of drug trafficking. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 12, n. 2, 2024. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2998. Acesso em 26 de outubro de 2025.

COTAS RACIAIS SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Andrieli de Medeiros Soares[1]
Cássio Andrei Furlan[2]

Resumo – O artigo analisa as cotas sociais como ações afirmativas que reduzem desigualdades históricas e promovem igualdade de oportunidades no Brasil. Destaca a exclusão estrutural da população negra e o impacto positivo da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) no acesso ao ensino superior e ao serviço público, sem prejuízo ao desempenho acadêmico. Conclui que as cotas são instrumentos de reparação histórica e equidade, fortalecendo a dignidade, a diversidade e a justiça social ao concretizar a igualdade real.

Palavras-chave: Desigualdade; Constituição Federal; Cotas raciais.

1 INTRODUÇÃO

Cotas sociais são ações afirmativas que visam garantir a igualdade de oportunidades, por intermédio de vagas reservadas aos candidatos que integram grupos que foram prejudicados injustamente em virtude de fatores socioeconômico, raça, etnia ou cor da pele (Frias, 2012). Trata-se de um mecanismo de reparação histórica do qual busca a inclusão de indivíduos que foram impedidos de frequentar determinados espaços sociais devido às desigualdades estruturais e discriminações sistemáticas.

A efetivação do sistema de cotas é de suma importância, uma vez que este assegura o direito constitucional expresso no Art. 206, IX da Constituição Federal, do qual prevê a "garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida" (Brasil, 1988). Indubitavelmente, o incentivo aos grupos sociais no que concerne o ensino superior, ou ainda, no preenchimento de vagas de cargos públicos, refletem o progresso de um país, uma vez que todos poderão ocupar posições de destaque na sociedade com amparo nos critérios de equidade, reduzindo desigualdades históricas e estruturais, ademais, fomentando a diversidade nos espaços acadêmicos e profissionais, sobretudo, promovendo uma sociedade mais justa e representativa.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas obras doutrinárias, legislações, artigos científicos e decisões do Supremo Tribunal Federal que tratam das ações afirmativas e do princípio da igualdade material. O estudo buscou compreender a evolução

[1] Iuna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

histórica e jurídica das cotas raciais e sociais no Brasil, observando seus impactos na promoção da justiça e da inclusão social. A análise foi conduzida sob uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo os campos do Direito Constitucional, Sociologia e História, a fim de interpretar de forma crítica as políticas públicas voltadas à equidade e à reparação histórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Durante o período da Idade Moderna, Portugal destacou-se como o principal articulador do comércio de cativos africanos, consolidando o tráfico negreiro a partir de alianças com comerciantes e líderes tribais africanos (Lopes, 2016). Tal prática visava garantir a exploração contínua das riquezas brasileiras e suprir a carência de mão de obra, uma vez que os indígenas resistiam ao trabalho forçado (Duarte, 2023). Estima-se que o Brasil tenha recebido cerca de quatro milhões de africanos — mais de um terço de todo o tráfico transatlântico —, configurando-se como o principal destino do comércio de escravizados nas Américas (Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

O trabalho escravo foi essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil, sustentando as atividades agrícolas, mineradoras e urbanas. Homens e mulheres negras movimentaram a estrutura produtiva nacional, construindo cidades, estradas, igrejas e portos (Oliveira; Reinaldo; Oliveira; Regina, 2015). A violência física e sexual, o trabalho infantil e a ausência de direitos básicos caracterizaram o sistema escravista (Aguirre, 2018).

Mesmo diante desse cenário, os africanos resistiram por meio de fugas, sabotagens e formação de quilombos — comunidades de escravizados fugitivos que simbolizavam a luta pela liberdade (Amaral, 2011). Outras formas de resistência incluíam as cartas de alforria, concessões de liberdade geralmente condicionadas a pagamento ou fidelidade, muitas vezes contestadas judicialmente pelos herdeiros dos senhores (Albuquerque; Fraga Filho, 2006; Amaral, 2011).

O processo de abolição foi gradual e permeado por pressões internas e externas. Leis como a de 1831 ("Lei para Inglês Ver"), a Eusébio de Queiroz (1850), a do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885) precederam a Lei Áurea de 1888, que extinguiu formalmente a escravidão (Menezes, 2009; Aguirre, 2018; Silva Júnior; Felix, 2020).

Entretanto, após a abolição, a população negra foi relegada às margens das cidades, ocupando favelas e cortiços — espaços vistos como focos de doenças e criminalidade pela elite higienista (Amaral, 2011).

3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E NOS CONCURSOS PÚBLICOS

As ações afirmativas são medidas especiais adotadas tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada para reduzir desigualdades sociais, assim como promover igualdade de oportunidades entre os indivíduos de uma sociedade (Brasil, 2010).

No âmbito educacional, o marco jurídico das ações afirmativas foi a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, posteriormente atualizada pela Lei nº 14.723/2023, que incluiu

quilombolas e permitiu a dupla concorrência. A referida legislação reserva vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (Brasil, 2023).

No campo do serviço público, as ações afirmativas foram implementadas pela Lei nº 12.990/2014, que destinou 20% das vagas em concursos públicos federais a candidatos negros. A norma foi posteriormente substituída pela Lei nº 15.142/2025, que ampliou a reserva para 30%, incluindo indígenas e quilombolas entre os beneficiários (Lei, 2025).

3.3 IGUALDADE MATERIAL

A Constituição Federal de 1988 simboliza a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, assentando-se sobre valores fundamentais como a dignidade da pessoa humana e a igualdade. Esses princípios não se limitam ao campo teórico, mas refletem um compromisso concreto do Estado com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Nesse sentido, a igualdade passa a ser compreendida não apenas como um direito formal — isto é, a simples previsão de que todos são iguais perante a lei —, mas como um objetivo que exige ações efetivas capazes de reduzir as desigualdades estruturais e históricas que permeiam a sociedade brasileira (Fonseca, 2011; Anjos, 2020).

A efetivação da igualdade material demanda do Estado uma postura ativa, voltada à transformação das condições sociais e econômicas que impedem o pleno exercício da cidadania. Sob a ótica do Estado Social contemporâneo, a simples abstenção estatal já não é suficiente: é preciso agir de modo positivo e deliberado para garantir que grupos historicamente marginalizados possam ter acesso a direitos básicos e espaços de representatividade. As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, emergem nesse cenário como instrumentos legítimos e necessários de concretização da justiça social. Elas não configuram privilégios, mas mecanismos de reparação histórica e de promoção da equidade, assegurando que o princípio da dignidade humana se traduza em experiências reais de inclusão e respeito (Gomes, 2008; Silva, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cotas sociais e raciais representam mais do que simples instrumentos legais: são mecanismos de reparação histórica e de promoção da equidade, voltados à construção de uma sociedade mais justa e plural. Elas reconhecem que a igualdade formal, por si só, não é suficiente para enfrentar as desigualdades estruturais que persistem desde a escravidão e se manifestam ainda hoje na educação, no mercado de trabalho e no acesso a espaços de poder.

A implementação de ações afirmativas no ensino superior e nos concursos públicos demonstra que políticas públicas bem estruturadas podem ampliar oportunidades, sem comprometer a qualidade acadêmica ou o mérito individual. Ao assegurar vagas para grupos historicamente excluídos, o Estado não concede privilégios, mas promove justiça social, dignidade humana e inclusão real.

Portanto, a efetividade das cotas raciais evidencia a importância de uma intervenção estatal ativa, capaz de transformar desigualdades profundas em caminhos concretos de participação e representatividade. Mais do que cumprir preceitos constitucionais, essas políticas

reforçam o compromisso da sociedade brasileira com a diversidade, a equidade e a construção de um futuro onde todos possam ter voz e oportunidades.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Leonardo Silva. A LEI 10.639 E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE 1: permanências e rupturas da luta dos negros e negras da América portuguesa ao tempo presente**.** 2018. 17 f. - Curso de Curso História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FRAGA FILHO, Water. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. História do negro no Brasil / Sharyse Piroupo do Amaral. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

ANJOS, R. C. dos. Políticas afirmativas: igualdade formal e material. Revista São José, São João del-Rei, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/509. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. Tráfico atlântico de escravos. Portal História Luso-Brasileira, Arquivo Nacional, 23 fev. 2018. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5141&Itemid=336. Acesso em: 26 out. 2025.

FONSECA, Claudia de Oliveira. A concretização dos direitos sociais: o mínimo existencial e a reserva do possível em face do princípio da dignidade da pessoa humana. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista-BA, n. 14 (especial), p. 39-58, 2013.

FRIAS, Lincoln. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? 2012. 130 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Estado e Sociedade, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, Orleanes Cavalcanti de O. V. Ações afirmativas: sistema de cotas para negros nas universidades públicas sob a perspectiva dos direitos fundamentais. Themis - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, v. 51, 2013.

LEI amplia a 30% as vagas para negros, indígenas e quilombolas em concursos. *Senado Notícias*, Brasília, 6 jun. 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/06/lei-amplia-a-30-as-vagas-para-negros-indigenas-e-quilombolas-em-concursos. Acesso em: 26 out. 2025.

LOPES, Thiago Stevenny. o Tráfico Atlântico e a Africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica. 2016. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2016.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009. ISSN 1676-2584.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, n. 29, 2015. Edição eletrônica. Université Paris VIII. Disponível em: http://journals.openedition.org/alhim/5191. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA Júnior, João Santos da; FELIX, José Carlos. O povo na história de um povo: a vida do negro no Brasil entre os séculos XVI e XXI. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 7, ed. 3, p. 137-163, mar. 2020. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/povo-na-historia. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, Maria Clara Gomes da. A necessidade de aplicação do sistema de cotas raciais nos concursos públicos à luz do princípio da igualdade. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

ANÁLISE DAS CONDICIONANTES PARA A REGULAMENTAÇÃO DAS BIG TECHS NO BRASIL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Luisa Maria Sgarbi[1]
Heitor Antônio Cofferri[2]

Resumo – O presente trabalho analisa as condicionantes para a regulamentação das Big Techs e demais plataformas digitais em ascensão no Brasil. O avanço tecnológico e a consolidação de empresas como Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft transformaram as relações sociais, econômicas e políticas, levantando debates sobre privacidade, concorrência e liberdade na internet. Essas corporações exercem poder significativo no ambiente digital, assumindo funções antes próprias do Estado, o que exige limites regulatórios claros e mecanismos de controle eficazes. A pesquisa examina experiências internacionais, como o Digital Services Act (DSA) e o Digital Markets Act (DMA) da União Europeia, e investiga o contexto jurídico brasileiro, ainda incipiente, baseado no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Busca-se compreender os desafios e fundamentos jurídicos para uma regulação que assegure direitos fundamentais, estimule a inovação e preserve a livre concorrência. O estudo organiza-se em três seções: a primeira aborda o conceito e o poder das Big Techs; a segunda analisa o cenário brasileiro; e a terceira apresenta as condicionantes necessárias à regulamentação dessas empresas no país.

Palavras-chave: Big Techs; Regulamentação; Condicionantes; Direito; Brasil.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico transformou radicalmente as dinâmicas sociais, econômicas e políticas em nível global. Nesse cenário, destaca-se a ascensão das chamadas "Big Techs", empresas de tecnologia que exercem poder significativo sobre o mercado digital, e que influenciam diretamente a forma como os dados são coletados, processados e utilizados. Essas corporações, como Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft, tornaram-se agentes centrais no ecossistema digital, ocupando posições dominantes em diversos setores e assumindo funções que tradicionalmente seriam de responsabilidade estatal, como a moderação de conteúdo e a regulação de fluxos informacionais (Frazão, 2018).

A atuação dessas empresas tem gerado debates intensos sobre seu impacto na concorrência, na privacidade dos usuários, na disseminação de desinformação e na concentração de poder econômico e político. Nesse contexto, crescem os questionamentos sobre os limites da

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

atuação dessas corporações e a necessidade de mecanismos legais que imponham obrigações e limites claros à sua atuação. O desafio, porém, reside em como regulamentar esses entes privados transnacionais sem comprometer a inovação e a liberdade na internet, mas assegurando a proteção dos direitos fundamentais e o equilíbrio concorrencial (Battisti, 2023).

Diversos países vêm buscando caminhos para a regulamentação das Big Techs, por meio de legislações, regulamentos ou disposições específicas. A União Europeia, por exemplo, tem liderado iniciativas com o Digital Services Act (DSA) e o Digital Markets Act (DMA). O Brasil, por sua vez, tem enfrentado esse desafio com iniciativas ainda incipientes, muitas vezes precisando aplicar a analogia para enfrentar situações inéditas que surgem da atuação dessas plataformas digitais (Silva, 2023).

Atualmente, observa-se no Brasil um movimento crescente, tanto no legislativo quanto no judiciário, no sentido de estabelecer limites regulatórios para as Big Techs e demais plataformas digitais em ascensão, sobretudo diante de temas como a desinformação, a proteção de dados pessoais e a responsabilidade das plataformas. A promulgação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) representaram avanços importantes, mas ainda insuficientes para lidar com os desafios específicos colocados pela atuação dessas empresas (Silva et al., 2021).

Diante desse cenário, questiona-se e busca-se responder: quais são as condicionantes para a regulamentação das Big Techs e demais plataformas digitais em ascensão no Brasil? O objetivo geral deste trabalho é analisar as condicionantes para a regulamentação das Big Techs no Brasil.

METODOLOGIA

De acordo com Antônio Carlos Gil (2022) o presente trabalho se classifica, de acordo a sua finalidade, como pesquisa básica pura, pois é destinado unicamente à ampliação do conhecimento.

O método empregado foi o bibliográfico. Gil (2022) caracteriza esse método como a elaboração com base em materiais já publicados.

Também é possível classificar o trabalho como exploratório, pois busca maior familiaridade com o problema e com o objetivo, para torná-lo mais explícito e construir hipóteses (GIL, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O avanço tecnológico e a consolidação das grandes plataformas digitais transformaram radicalmente a forma como o mundo se comunica, consome e produz. Diferente do modelo linear de negócios do século XX, em que o valor era criado pela simples troca entre produtor e consumidor, o sistema atual se baseia na conexão entre milhões de usuários que, ao interagirem, geram valor e influência uns para os outros (Moazed; Johnson, 2016). Empresas como Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft moldaram a economia global e se tornaram verdadeiros centros de poder. Mais do que corporações comerciais, essas gigantes definem comportamentos, controlam fluxos de informação e influenciam até decisões políticas (Battisti, 2023).

Esse fenômeno, chamado de "capitalismo de plataforma", é sustentado pelo domínio dos dados e pela capacidade das empresas de criar dependência entre os usuários (Marciano; Nicita; Ramello, 2020). Plataformas que antes pareciam apenas oferecer serviços úteis passaram a exercer influência direta sobre o cotidiano das pessoas, assumindo funções que antes pertenciam ao Estado. A digitalização global trouxe inúmeros benefícios, mas também um novo tipo de concentração de poder, que desafia a soberania nacional e os direitos constitucionais dos cidadãos.

Historicamente, a soberania é o pilar que garante a autoridade suprema de um Estado sobre seu território e seu povo. Ela simboliza a capacidade de criar leis, aplicá-las e fazer com que prevaleçam dentro das fronteiras nacionais (Ferreira Filho, 2022). No entanto, com o avanço das tecnologias e a atuação das Big Techs em escala global, esse conceito passou a ser tensionado. Empresas com sede em outros países influenciam a economia, a política e até as relações sociais no Brasil, sem necessariamente se submeterem às suas leis (Tavares, 2025).

A Constituição Federal de 1988 consagra a soberania como fundamento da República (art. 1º, I) e a independência nacional como princípio das relações internacionais (art. 4º, I) (Brasil, 1988). Isso significa que o Brasil tem o dever de proteger sua autonomia e a integridade de suas instituições. Contudo, na prática, plataformas estrangeiras têm o poder de gerar impactos diretos sobre a democracia. Como observa Motta (2025), a soberania moderna deve ser compreendida não como isolamento, mas como a capacidade de o Estado cooperar de forma equilibrada com outros atores globais, preservando sua autoridade sobre temas que afetam seu povo.

O Brasil já deu passos importantes na construção de um marco regulatório. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) foram fundamentais para estabelecer direitos e deveres no ambiente digital. O primeiro assegura a liberdade de expressão, a privacidade e a responsabilidade dos provedores, enquanto o segundo define regras claras para o uso e o tratamento de dados pessoais (Damasceno; Rodrigues; Rabelo, 2022). Ainda assim, essas leis precisam ser aprimoradas para acompanhar a velocidade dessas transformações tecnológicas.

Outros países já avançaram nesse sentido. A União Europeia criou o Digital Services Act (DSA) e o Digital Markets Act (DMA), que impõem limites às práticas abusivas e exigem mais transparência das plataformas (Nettesheim, 2022). Essas iniciativas mostram que a inovação e a regulação podem caminhar juntas. No Brasil, a ausência de normas específicas faz com que o Poder Judiciário e órgãos como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tenham um papel central na defesa dos direitos digitais. Criada pela LGPD, a ANPD atua com autonomia técnica, orientando, fiscalizando e sancionando empresas que tratam dados de forma indevida, além de promover a cultura da privacidade (Lannes; Ferreira; Furuya, 2025).

O Supremo Tribunal Federal, em 2025, declarou parcialmente inconstitucional o artigo 19 do Marco Civil da Internet, permitindo a responsabilização direta das plataformas por conteúdos ilícitos, sem depender de ordem judicial prévia em alguns casos (Souza et al., 2025). Essa decisão marcou o início de uma nova fase na governança digital brasileira, em que se busca equilibrar liberdade de expressão, proteção da democracia e responsabilidade das plataformas.

A regulamentação das Big Techs, portanto, não é uma limitação à inovação, mas uma garantia de justiça e equilíbrio. O grande desafio do Estado brasileiro é reafirmar que o poder tecnológico não pode estar acima do poder do direito. Como conclui Motta (2025), a soberania no século XXI não desaparece: ela se reinventa, tornando-se o instrumento que garante que o progresso digital continue a serviço das pessoas e da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as Big Techs evidencia um cenário em que tecnologia, economia e poder se misturam de forma inédita. As plataformas digitais transformaram profundamente o modo de viver, consumir e se comunicar, trazendo avanços notáveis, mas também desafios relacionados à privacidade, à concorrência e à soberania dos Estados.

Empresas como Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft concentram grande poder, influenciando comportamentos e controlando o fluxo de informações no ambiente digital. Essa posição exige uma regulação firme e transparente, capaz de proteger direitos fundamentais e evitar abusos.

No Brasil, leis como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), junto à atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), representam importantes avanços, embora ainda seja necessário fortalecer sua aplicação e enfrentar lacunas existentes.

A experiência europeia, com o Digital Markets Act e o Digital Services Act, demonstra que é possível conciliar inovação e regulação. Assim, a regulamentação das Big Techs deve ser vista não como uma barreira, mas como um instrumento essencial para equilibrar liberdade, responsabilidade e ética, garantindo que o desenvolvimento tecnológico sirva ao bem coletivo e à democracia.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Registra-se sincero agradecimento ao Professor Mestre Heitor Antônio Cofferri, pela orientação dedicada, pela atenção constante e pela competência demonstrada durante a elaboração deste trabalho. Sua postura ética, paciência e comprometimento foram essenciais para o desenvolvimento acadêmico da autora, cuja admiração pelo professor cresce a cada dia.

REFERÊNCIAS

MOAZED, Alex; JOHNSON, Nicholas L. ***Modern monopolies****: what it takes to dominate the 21st century economy*. New York: St. Martin's Press, 2016. Disponível em: https://cdn.bookey.app/files/pdf/book/en/modern-monopolies.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

FRAZÃO, Ana. Plataformas digitais e os desafios para a regulação jurídica. *In*: PARENTONI, Leonardo; GONTIJO, Bruno Miranda; LIMA, Henrique Cunha. ***Direito, tecnologia e inovação***. Belo Horizonte: D'Placido, 2018. p. 635-699. Disponível em: https://www.academia.edu/37773223/Plataformas_digitais_e_os_desafios_para_a_regula%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica. Acesso em: 01 mai. 2025.

BATTISTI, Roberta. **Regulação das Big Techs**. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. *E-book*. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277707/. Acesso em: 01 mai. 2025.

SILVA, Pietra Vaz Diógenes de. **Irregulável Mundo Novo:** a regulação de Big Techs na Infosfera. São Paulo: Editora Dialética, 2023. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=kOrkEAAAQBAJ&pg=GBS.PT12.w.1.11.30.0.2. Acesso em: 08 mai. 2025.

SILVA, Louise Silveira Heine Thomaz da; *et al*. **Direito Digital**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. ISBN 9786556902814. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814/. Acesso em: 08 mai. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/. Acesso em: 23 out. 2025.

MARCIANO, Alain; NICITA, Antonio; RAMELLO, Giovanni Battista. *Big data and big techs: understanding the value of information in platform capitalism*. **European Journal of Law and Economics**, v. 50, n. 3, p. 345-358, 2020. Disponivel em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10657-020-09675-1. Acesso em: 01 mai. 2025.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional** - 42ª Edição 2022. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. p.50. ISBN 9786559644599. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644599/. Acesso em: 25 mai. 2025.

TAVARES, André R. **Curso de Direito Constitucional** - 23ª Edição 2025. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.709. ISBN 9788553624416. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624416/. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

MOTTA, Sylvio. **MB Direito Constitucional** - 31ª Edição 2025. 31. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.165. ISBN 9788530997205. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997205/. Acesso em: 25 mai. 2025.

SOUZA, Alcian Pereira de; *et al.* O fim da blindagem das big techs? A nova interpretação do art. 19 do Marco Civil da Internet pelo STF. **Revista DCS**, v. 22, n. 81, p. 01-19, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3067. Acesso em: 08 mai. 2025.

LANNES, Yuri Nathan da Costa; FERREIRA, Júlia Mesquita; FURUYA, Lais Faleiros. A atuação da ANPD na proteção de dados no Brasil: Análise de casos e suas principais intervenções na era digital. **Sapientia Iuris,** n. 2, p. 180-193, 2025. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10302901. Acesso em: 08 mai. 2025.

NETTESHEIM, Martin. A regulação de grandes plataformas da internet no Direito da União Europeia: as propostas da Comissão para um Digital Markets Act e um Digital Services Act. **Direitos Fundamentais & Justiça,** Belo Horizonte, ano 16, n. 47, p. 21-45, jul./dez. Belo Horizonte: 2022. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/1355/1085. Acesso em: 08 mai. 2025.

DAMASCENO, Gabriel Pedro Moreira; RODRIGUES, Thalissa Guedes; RABELO, Gustavo de Azevedo. O uso de dados pessoais pelo Twitter: Big techs e a formação de bolhas sociais e a submissão política da sociedade ao colonialismo de dados. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, Uberlândia, v. 50, n. 1, p. 297-317, jan./jun. 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/67572. Acesso em: 01 mai. 2025.

PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO LUXTURNA®

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Wesley Ceron Bairro[1]
Cassio Andrei Vargas Furlan[2]

Resumo – O presente trabalho tem como tema o princípio da reserva do possível e sua aplicação no fornecimento do medicamento Luxturna®, analisando como esse princípio interfere na efetivação do direito fundamental à saúde no Brasil. O objetivo geral consiste em compreender os limites jurídicos e orçamentários impostos ao Estado diante da necessidade de garantir o acesso universal à saúde, especialmente no caso de medicamentos de alto custo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise jurisprudencial de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. Os resultados indicam que, embora o princípio da reserva do possível tenha a finalidade de equilibrar as demandas sociais com as restrições financeiras do Estado, sua aplicação excessiva pode comprometer o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana. Verificou-se que o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a importância da solidariedade entre os entes federativos e a necessidade de comprovação efetiva da incapacidade financeira para justificar a negativa de tratamento. Conclui-se que o princípio deve ser interpretado de forma ponderada, servindo como instrumento de equilíbrio e não como obstáculo à concretização do direito à saúde.

Palavras-chave: direito à saúde; reserva do possível; medicamentos de alto custo; Luxturna; jurisprudência STF.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde, garantido no artigo 196º da Constituição Federal de 1988, é um dos direitos sociais mais importantes, pois assegura a todos o acesso universal e igualitário aos serviços e ações voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde. No entanto, a realização desse direito esbarra em obstáculos gerados pela escassez de recursos públicos, o que tem resultado no aumento da judicialização da saúde no Brasil. Nesse contexto, o Estado recorre ao princípio da reserva do possível como justificativa para limitar a implementação de políticas públicas e a disponibilização de medicamentos de alto custo.

A discussão sobre esse princípio torna-se mais significativa ao considerar que, apesar de seu objetivo ser equilibrar a efetividade dos direitos fundamentais e a capacidade financeira do Estado, seu uso excessivo pode prejudicar o mínimo existencial e o princípio da dignidade humana. A tensão entre o direito individual à saúde e as restrições orçamentárias do Estado se

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

torna particularmente clara no caso de tratamentos de alto custo, como o medicamento Luxturna® (voretigene neparvovec), usado para casos raros de distrofia retiniana hereditária.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem exercido um papel fundamental ao estabelecer diretrizes para esses casos, procurando um equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e a garantia dos direitos fundamentais. O entendimento consolidado no Tema 793 da repercussão geral determinou que os entes federativos têm responsabilidade solidária na garantia do direito à saúde, sendo função do Poder Judiciário orientar a execução de acordo com as atribuições de cada ente e assegurar o ressarcimento financeiro quando necessário. Decisões recentes, como as proferidas nas Reclamações Constitucionais n.º 53.655/SP (STF, 2022) e n.º 62.793/SP (STF, 2023), corroboram essa perspectiva. Elas determinam que a União deve ser incluída em ações relacionadas a medicamentos que não foram incorporados ao SUS e reafirmam a competência do Ministério da Saúde e da CONITEC para a incorporação de novas tecnologias.

Neste cenário, o objetivo principal deste estudo é entender as restrições legais e orçamentárias que o Estado enfrenta ao garantir o direito à saúde, particularmente no que diz respeito à disponibilização do medicamento Luxturna®. Como objetivos específicos, pretende-se situar o direito à saúde no contexto da Constituição de 1988, debater o conceito e as consequências do princípio da reserva do possível, além de examinar a atuação do STF em casos que envolvem a disponibilização de tratamentos de alto custo.

O estudo justifica-se pela relevância social e jurídica do tema, considerando o impacto direto das decisões judiciais sobre a gestão pública da saúde e o acesso da população a medicamentos inovadores. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de conciliar a responsabilidade fiscal do Estado com a preservação da dignidade humana e a efetivação dos direitos fundamentais, propondo uma reflexão crítica sobre os desafios da judicialização da saúde no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa e teórico-documental, realizado por meio de uma revisão narrativa da literatura e análise de jurisprudência. Escolheu-se essa abordagem porque ela possibilita a conexão entre a teoria jurídica e as decisões judiciais, facilitando uma interpretação do princípio da reserva do possível e sua aplicação na disponibilização do medicamento Luxturna® (voretigene neparvovec). As pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais foram conduzidas desde o primeiro semestre de 2024 até o segundo semestre de 2025, utilizando bases especializadas e fontes oficiais, como o Portal de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Diário da Justiça Eletrônico (DJe), Google Acadêmico, SciELO Brasil e documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A metodologia de análise consistiu em examinar criticamente os fundamentos jurídicos apresentados nas decisões, correlacionando-os com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial e da reserva do possível.

Por se tratar de pesquisa documental e bibliográfica, sem envolvimento direto de seres humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL PARA O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO LUXTURNA

Com base na análise das jurisprudências e na fundamentação teórica exposta, nota-se que o princípio da reserva do possível vem se estabelecendo como um dos assuntos mais intrincados no âmbito dos direitos fundamentais, particularmente no que diz respeito à concretização do direito à saúde. De acordo com Neves (2008), a implementação desse princípio requer reflexão, a fim de assegurar o mínimo existencial, mesmo frente às restrições orçamentárias do Estado. Essa visão destaca a importância de equilibrar os recursos disponíveis com as necessidades da sociedade, especialmente em situações em que o tratamento médico necessário envolve medicamentos caros que ainda não foram incluídos no Sistema Único de Saúde (SUS).

O estudo revelou que, apesar de a Constituição Federal de 1988 garantir o direito universal e igualitário à saúde (Brasil, 1988, art. 196º), sua implementação enfrenta obstáculos práticos ao se deparar com as restrições materiais e financeiras da administração pública. Mendes, Coelho e Branco (2008) ressaltam que o princípio da reserva do possível pode funcionar como um entrave, demandando uma interpretação cuidadosa para evitar que se torne um empecilho à realização de direitos sociais. Essa tensão é demonstrada nas decisões judiciais examinadas, nas quais o Poder Judiciário desempenha um papel fundamental na mediação entre a obrigação do Estado e a proteção da dignidade humana.

Barcellos (2011, apud Monteiro Filho, 2020) enfatiza que os recursos públicos são limitados e, por isso, é essencial que as decisões relacionadas ao fornecimento de medicamentos levem em consideração a viabilidade financeira e a capacidade de implementação do Estado. No entanto, Barroso (2005) argumenta que, quando se trata do direito à vida e à saúde, a questão vai além do aspecto financeiro, envolvendo dilemas éticos e jurídicos complexos. Isso ocorre porque cada decisão judicial que determina o financiamento de um tratamento implica, de certa forma, a priorização de um direito individual em detrimento de políticas públicas coletivas.

A análise do caso concreto relacionado ao medicamento Luxturna® ilustra de maneira evidente essa questão. Na Reclamação Constitucional nº 53.655/SP, decidida pelo Supremo Tribunal Federal em 2022 (Brasil, 2022), o Ministro Dias Toffoli reiterou a posição de que, em casos que envolvem medicamentos não incluídos no SUS, a União deve ser parte obrigatória do polo passivo, de acordo com o Tema 793 da Repercussão Geral. A decisão enfatizou que o Ministério da Saúde é responsável por integrar novas tecnologias à rede pública de saúde por intermédio da CONITEC, e que a distribuição de medicamentos de alto custo deve levar em consideração os princípios de hierarquização e descentralização do sistema. Mesmo assim, o STF assegurou a continuidade do tratamento com o medicamento até que a Justiça Federal proferisse uma decisão final.

Essa decisão não apenas reforça a solidariedade entre os entes federativos, mas também destaca a complexidade da judicialização da saúde no país. O STF tem procurado definir as responsabilidades de cada entidade, evitando que estados e municípios sejam sobrecarregados em situações que vão além de suas competências financeiras e administrativas, ao mesmo tempo em que afirma que é dever do Estado garantir o acesso universal à saúde. Nesse contexto, o

princípio da reserva do possível atua como um elemento de ponderação, não como justificativa para a omissão do Estado, mas como um critério de racionalidade na administração dos recursos públicos.

Assim, os resultados do estudo sugerem que o Supremo Tribunal Federal tem mantido uma abordagem equilibrada, aceitando a validade do princípio da reserva do possível, porém condicionando sua implementação à demonstração concreta da impossibilidade material de cumprir a obrigação. Essa interpretação mantém o núcleo fundamental do direito à saúde e destaca a relevância da avaliação técnica e científica das solicitações judiciais, de acordo com os pareceres fornecidos pelos Núcleos de Apoio Técnico (NAT-JUS) e pela CONITEC. Portanto, a concretização do direito à saúde deve ser entendida como consequência da interligação entre o dever jurídico, a responsabilidade fiscal e o compromisso ético do Estado em relação à dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram compreender a complexidade que envolve a aplicação do princípio da reserva do possível no fornecimento de medicamentos de alto custo, como o Luxturna®, no contexto do direito à saúde no Brasil. A análise das jurisprudências do Supremo Tribunal Federal evidenciou que, embora a reserva do possível seja um instrumento legítimo de equilíbrio entre as limitações financeiras do Estado e a efetivação dos direitos sociais, sua utilização não pode servir como justificativa genérica para a omissão estatal diante de demandas vitais à preservação da dignidade humana. Observou-se que o STF tem adotado posicionamentos que reforçam a necessidade de comprovação da real impossibilidade financeira e a importância da solidariedade entre os entes federativos no custeio de tratamentos excepcionais. O estudo também revelou que a judicialização da saúde se consolidou como mecanismo de acesso efetivo aos direitos fundamentais, especialmente em casos envolvendo doenças raras. Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a escassez de decisões disponíveis sobre o medicamento Luxturna®, o que restringiu a amplitude da análise jurisprudencial. Sugere-se que estudos futuros aprofundem a investigação sobre os impactos orçamentários das decisões judiciais e as estratégias de gestão pública capazes de conciliar a responsabilidade fiscal com a proteção integral do direito à saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Professor Me. Cassio Furlan pelo apoio e orientação, também à UNIARP e ao Curso de Direito.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 276. Disponível em: https://philpapers.org/rec/DEBAEJ. Acesso em: 18 abr. 2025.

BARROSO, Luiz Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: Direito à Saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. 2005. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/es/estudobarroso.pdf. Acesso em: 26 mai. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Reclamação nº 62.793/SP**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Julgado em 14 dez. 2023. Publicado em 15 dez. 2023. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho1479456/false. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mai. 2024.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional. 2. ed**. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: https://morumbidireito.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/curso-de-direito-constitucional-gilmar-mendes.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

NEVES, Marcelo. **Reserva do Possível e Mínimo Existencial: Fundamentos e Conteúdo**. 2008. Acesso em: 07 jun. 2024.

A REPRODUÇÃO ASSISTIDA E SUCESSÃO POST MORTEM: ANÁLISE DA PL N.4/2025 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Natalia Moreira Ribeiro[1]
Thiara Zen[2]

Resumo – O presente trabalho, tem como objetivo analisar os reflexos jurídicos da reprodução humana assistida post mortem e as propostas de regulamentação trazidas pelo Projeto de Lei nº 4/2025. A pesquisa aborda as teorias do início da vida, a natureza jurídica do embrião e o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamentos centrais do debate. Examina também a lacuna legislativa existente no ordenamento jurídico brasileiro e a necessidade de atualização normativa diante dos avanços biotecnológicos e das novas configurações familiares. O estudo evidencia que a ausência de legislação específica gera insegurança jurídica, especialmente quanto aos efeitos sucessórios e à comprovação do consentimento prévio do falecido. A PL 4/2025 é analisada como tentativa de suprir essa omissão, buscando equilibrar autonomia, ética e segurança jurídica.

Palavras-chave: Embrião; Reprodução Assistida; Sucessões; Post Mortem.

INTRODUÇÃO

A reprodução humana assistida (RHA) representa um avanço médico e biotecnológico que possibilita a concepção para indivíduos que não podem gerar filhos naturalmente, envolvendo manipulação, seleção e preservação de embriões em laboratório. Apesar dos benefícios, suscita questões éticas, filosóficas e jurídicas, especialmente sobre a classificação e os direitos dos embriões.

No Brasil, a legislação sobre o tema ainda é escassa, criando insegurança jurídica quanto ao destino dos embriões excedentários e à possibilidade de reprodução post mortem. O trabalho tem como objetivo analisar as diferentes teorias sobre o início da vida e a natureza jurídica do embrião, com foco na sucessão post mortem à luz da PL n. 4/2025, proposta de alteração do Código Civil em tramitação na Câmara dos Deputados.

O estudo aborda, inicialmente, as teorias sobre a personalidade do embrião seguindo pela legislação vigente sobre RHA e a proteção jurídica do nascituro, relacionando-os ao princípio da dignidade da pessoa humana e, por fim, analisa as implicações da PL n. 4/2025 para a sucessão post mortem, considerando seus impactos no campo da reprodução assistida. O trabalho busca

[1] Acadêmica do curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

oferecer uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades do uso dos embriões à luz da legislação e da doutrina atual.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota a abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, visando analisar a natureza jurídica do embrião na reprodução humana assistida, a legislação vigente e a proposta de alteração do Código Civil brasileiro, com foco na sucessão post mortem. O estudo se enquadra no campo do Direito Civil, com interfaces no Direito Constitucional, Bioética e Direito de Família.

Quanto ao nível, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na análise de fontes primárias (legislação, jurisprudência e resoluções normativas) e secundárias (doutrina, artigos científicos e obras especializadas). Não foram realizadas coletas de dados empíricos, como entrevistas ou questionários, uma vez que o objetivo é interpretar o ordenamento jurídico atual e propor reflexões à luz de uma reforma legislativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reprodução humana assistida representa um avanço significativo na medicina reprodutiva, permitindo a concretização do planejamento familiar em casos de infertilidade, idade avançada ou relações homoafetivas (Krummenauer, 2023). A discussão inicia com a evolução histórica da família, desde o modelo patriarcal centrado na procriação até as transformações promovidas pela Constituição Federal de 1988, que protege a família como base da sociedade e garante o planejamento familiar como decisão livre do casal, vedando formas coercitivas (Brasil, 1988, art. 226, §7º).

A Lei 9.263/1996 define o planejamento familiar como ações de regulação da fecundidade, com responsabilidade estatal em fornecer recursos educacionais e científicos, permitindo aos indivíduos decidir sobre o número e o momento de ter filhos (Moraes, 2018, p. 51).

A reprodução assistida surge como consequência desse direito, com técnicas como inseminação intrauterina, fertilização in vitro, injeção intracitoplasmática e transferência de embriões congelados, possibilitando formação familiar diversificada (Hironaka, 2016; Souza; Alves, 2016). No Brasil, entre 2020 e 2021, foram congelados mais de 202 mil embriões, refletindo demanda crescente, mas também gerando debates éticos sobre manipulação e respeito à dignidade humana (Krummenauer, 2023).

As teorias do início da vida são fundamentais para definir a proteção legal do embrião. A teoria concepcionista afirma que a vida começa na concepção, respaldada pelo artigo 2º do Código Civil e pelo Pacto de San José da Costa Rica (Costa, 2015). Já a teoria da nidação considera a vida apenas após a fixação do embrião no útero, enquanto a teoria do sistema nervoso central associa o início da vida à formação cerebral (Andrade, 2013). A concepcionista, predominante no Brasil, enfrenta críticas por não considerar embriões laboratoriais e perdas espontâneas (Araújo, 2019).

A natureza jurídica do embrião laboratorial é controversa, questionando-se se possui personalidade ou expectativa de direitos. Diferencia-se o nascituro, com direitos resguardados, do embrião in vitro, que é potencial vida e protegido como bem jurídico especial, conforme a ADI 3510/STF, que autorizou pesquisas com embriões congelados sob restrições (Brasil, STF, 2008).

O ordenamento jurídico brasileiro carece de lei específica sobre reprodução assistida e embriões laboratoriais, gerando insegurança, suprida parcialmente por resoluções do Conselho Federal de Medicina (Araújo, 2024). A Constituição Federal protege o planejamento familiar e a igualdade, legitimando a reprodução assistida sem discriminação (Brasil, 1988, art. 5º). A Lei de Biossegurança (11.105/2005) permite pesquisa com embriões excedentários, considerada constitucional pelo STF, mas ainda omite questões como destinação em separações e titularidade do material genético (Brasil, 2005).

O direito sucessório regula a transferência patrimonial post mortem. O atual ordenamento jurídico limita sucessão à concebidos no momento da morte (art. 1.798 CC), excluindo RHA post mortem, demandando analogia e consentimento prévio para reconhecimento de herdeiros, respeitando o planejamento familiar e a igualdade entre filhos (Santos, 2023).

O Projeto de Lei 4/2025 atualiza o Código Civil com capítulos sobre filiação por RHA, doação, cessão de útero, post mortem e consentimento. Para RHA post mortem, exige consentimento expresso via escritura ou testamento, proibindo uso sem autorização, reforçando a autonomia sobre o corpo (Arts. 1.629-Q e R). As repercussões incluem reconhecimento de filiação e sucessão ao nascituro, mas restringe formas de prova, diferindo de provimentos do CNJ que aceitam instrumento particular com firma reconhecida (Beltrão et al., 2024).

A evolução da RHA desafia conceitos tradicionais de família e vida, exigindo equilíbrio entre avanços científicos e princípios éticos. As teorias do início da vida, especialmente a concepcionista predominante, conflitam com práticas laboratoriais, como criopreservação, gerando debates sobre dignidade e direitos do embrião. A ausência de legislação específica amplifica inseguranças, com resoluções CFM atuando como paliativo, mas insuficiente para uniformidade jurídica, levando a decisões judiciais casuísticas que podem violar igualdade (Beltrão et al., 2024).

Na reprodução assistida post mortem, o consentimento prévio garante a autonomia do falecido sobre o uso de seu material genético. Contudo, o art. 1.798 do Código Civil limita a sucessão aos concebidos antes da morte, contrariando o princípio do planejamento familiar. O PL nº 4/2025 tenta suprir essa lacuna, mas ao exigir apenas consentimento em forma pública, pode restringir o acesso e gerar conflitos, divergindo da flexibilidade prevista pelo CNJ (Beltrão et al., 2024).

A proteção do embrião como bem jurídico especial, pelo STF, permite pesquisas mas exige ponderação com dignidade humana, evitando instrumentalização. A jurisprudência avança na filiação afetiva, mas sem lei unificada, persistem desigualdades entre filhos biológicos e assistidos, desafiando o art. 227, §6º, CF. Críticas às teorias destacam incoerências: concepcionista ignora perdas embrionárias; nidação desconsidera potencial extra-uterino; neural distancia-se da lei

vigente. A doutrina defende regulamentação específica, como estatutos para embriões, para resguardar fases de desenvolvimento (Beltrão et al., 2024).

O PL 4/2025 representa adequação às transformações sociais, mas deve equilibrar rigor formal com demandas práticas, evitando sobrecarga judicial. A discussão bioética interdisciplinar é essencial para harmonizar ciência, filosofia e direito, priorizando a vida em potencial sem coibir autonomia reprodutiva (Beltrão et al., 2024).

Os resultados indicam que a teoria concepcionista, alinhada ao Código Civil, oferece base legislativa forte, mas requer adaptações para embriões laboratoriais, evitando conflitos éticos em RHA. A legislação atual, fragmentada, gera insegurança, com CFM e jurisprudência suprindo lacunas, mas demandando lei específica para igualdade e proteção. O PL 4/2025 emerge como solução, regulamentando filiação post mortem e sucessão, garantindo herança a filhos concebidos após morte via consentimento expresso, alinhando-se à dignidade e planejamento familiar (Beltrão et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstrou que a reprodução humana assistida, especialmente em contextos post mortem, exige a harmonização entre avanços científicos e princípios jurídicos. O estudo das teorias do início da vida revelou que, embora a concepcionista predomine no ordenamento brasileiro, ainda há lacunas quanto à proteção e destinação dos embriões laboratoriais. A ausência de legislação específica reforça a necessidade de regulamentação que garanta segurança jurídica e igualdade entre os filhos.

O Projeto de Lei nº 4/2025 surge como instrumento relevante para modernizar o Código Civil, disciplinando a filiação e sucessão em casos de concepção após a morte. Contudo, sua efetividade dependerá da compatibilização entre o formalismo legal e o respeito à autonomia reprodutiva, assegurando que a dignidade humana permaneça o eixo central das decisões no campo da reprodução assistida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos em especial à FAPESC e à UNIARP pelo espaço oportunizado para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Também agradeço à orientadora Thiara Zen por todo o ensinamento e auxílio para a concretização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. L. et al. Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na Bioética. Comunicação em Ciências da Saúde, v. 29, n. 03, 2019. DOI: 10.51723/ccs.v29i03.298. Disponível em: https://revistaccs.escs.edu.br/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/298. Acesso em: 05 de junho de 2025.

ARAUJO, Guilherme Soares de. Panorama normativo sobre reprodução humana assistida no Brasil. VirtuaJus, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 400–417, 1º sem. 2024. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/4326841007468621. Acesso em: 05 de junho de 2025.

BELTRÃO, Alexander; ALBUQUERQUE, Andressa Souza de; COSTA, Beatriz Souza; VASCONCELOS, Bernardo Diniz Accioli de; MELLO, Breno Cesar de Souza; CUELLAR, Carla Duby Coscio; DANTAS, Carlos Henrique Félix; SIQUEIRA, Flávia Silveira; RIGOLON, Giulia Schettino; SIQUEIRA, Juliana Landim Gomes; GUIMARÃES, Julianne Zanconato Moreira; COUTINHO, Luiza Leite Cabral Loureiro; SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da; ZAGARODNY, Naomi Fiszon; OLIVA, Nino Donato; AGUIAR, Raíssa Leite Tenorio; LEITE, Roberta T. P.; ALMEIDA, Vitor. **Novas Fronteiras da Reprodução Assistida: Acessos, Direitos e Responsabilidades.** Coordenação: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Foco, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de junho de 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera o Código Civil para dispor sobre a filiação e os direitos sucessórios decorrentes da reprodução humana assistida post mortem. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/. Acesso em 05 de junho de 2025.

COSTA, Raphael Mendonça; GIOLO JÚNIOR, Cildo. T**eorias jurídicas acerca do início da vida humana.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 10, n. 2, dez. 2015. ISSN 1983-4225. DOI: 10.21207/1983.4225.291. Disponível em: https://www.revistas.fdf.br. Acesso em: 27 de abril de 2025.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **O conceito de família e sua organização jurídica.** In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). Tratado de Direito das Famílias. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016. p. 25.

KRUMMENAUER, Tainara Felipe. **Os embriões excedentários na perspectiva jurídica da reprodução assistida e da adoção.** Âmbito Jurídico, 29 maio 2023. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-de-familia/os-embrioes-excedentarios-na-perspectiva-juridica-da-reproducao-assistida-e-da-adocao/. Acesso em: 14 maio de 2025.

LIMA, Matheus Gonçalves de; MODESTO, Thiago de Souza. **A situação jurídica do nascituro: teorias aplicáveis e direitos reconhecidos.** 2025. Disponível em: https://orcid.org/0009-0006-9592-6149. Acesso em: 27 de abril de 2025.

MORAES, Carlos A. Col.Rubens Limongi-**Resp.Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida** - 1ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Método, 2018. E-book. p.51. ISBN 9788530982959. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530982959/. Acesso em: 29 de maio de 2025.

SILVA, Cantieri Danubia. **A tutela jurídica do embrião implantado à luz da dignidade da pessoa humana.** Âmbito Jurídico, 01 abr. 2013. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/a-tutela-juridica-do-embriao-implantado-a-luz-da-dignidade-da-pessoa-humana/. Acesso em: 03 de abril de 2025.

MEDIDAS DE COMBATE AO TRÁFICO HUMANO NO DIREITO INTERNACIONAL E NO BRASIL. UMA ANÁLISE JURÍDICA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

Kelly dos Santos Miranda[1]
Maria Fernanda Kauling[2]

Resumo – O tráfico internacional humano é uma prática criminosa que transcende fronteiras e representa um dos maiores desafios no âmbito global, configurando-se como uma conduta altamente rentável, que afeta muitas pessoas que são forçados muitas vezes, a trabalhos escravos e à exploração sexual. A presente pesquisa buscou responder quais são os principais instrumentos que existem no direito Internacional acerca do tráfico humano. Para responder ao questionamento proposto, o objetivo central foi identificar os principais instrumentos existentes no Direito Internacional sobre o tráfico humano e sua consequente aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Como categorias de análise para cumprimento das etapas necessárias ao alcance do objetivo proposto, tem-se como objetivos específicos: i) definições conceituais sobre o tráfico humano, suas causas e favorecimento; ii) o papel do Estado na temática de tráfico humano; iii) direito Internacional, principais organismos internacionais relevantes. Utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, buscando compreender as dinâmicas, causas e consequências do fenômeno, bem como as políticas públicas implementadas para combatê-lo. Foi possível concluir que a cooperação internacional deve ser fortalecida por meio de acordos bilaterais e multilaterais que facilitem a troca de informações, a extradição de criminosos e a proteção transnacional das vítimas.

Palavras-chave: direito internacional; tratados; cooperação; vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado aborda o tema do tráfico humano, passando por uma análise dos principais mecanismos legais no âmbito internacional, propondo uma reflexão sobre as características e desafios em uma abordagem baseada nos direitos humanos e direito internacional. O tráfico internacional humano é uma prática criminosa que transcende fronteiras e representa um dos maiores desafios no âmbito global, configurando-se como uma prática criminosa altamente rentável, que movimenta bilhões de dólares anualmente e afeta milhões de indivíduos, os quais são forçados a trabalhos escravos e à exploração sexual (FALANGOLA, 2024). Observando a gravidade e complexidade do tráfico humano, é imprescindível que a sociedade, os órgãos governamentais e as organizações não governamentais unam esforços para desenvolver estratégias eficazes de prevenção, combate e assistência as vítimas. Por tratar-se de

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] rofessora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

um cenário complexo com muitos atores envolvidos, seja no âmbito nacional e internacional, identificou-se uma possível lacuna de pesquisa no que tange à legislação atinente ao tema.

A presente pesquisa buscou responder quais são os principais instrumentos que existem no direito Internacional acerca do tráfico humano, justamente por ser um tema que envolve diferentes países, que são estados soberanos e que possuem seus próprios ordenamentos. Por isso, entende-se que a orquestração por organismos internacionais, para regulamentar ações de combate ao tráfico humano, é importante. Neste aspecto, políticas de organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas) ocupam um espaço de protagonismo nas medidas tomadas. Para responder ao questionamento proposto, o objetivo central da pesquisa foi identificar os principais instrumentos existentes no Direito Internacional (em especial após a criação da organização das Nações Unidas em 1945) sobre o tráfico humano e sua consequente aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Como categorias de análise para cumprimento das etapas necessárias ao alcance do objetivo proposto, tem-se como objetivos específicos: i) definições conceituais sobre o tráfico humano, suas causas e favorecimento; ii) o papel do Estado na temática de tráfico humano; iii) direito Internacional, principais organismos internacionais relevantes. A escolha do tema se justifica pela importância nem sempre lembrada adequadamente. Notícias sobre o tráfico humano não são comuns nos noticiários, e por algumas vezes ganham a mídia devido a filmes, novelas, programas de tv que eventualmente abordam o fenômeno.

METODOLOGIA

A pesquisa é de uma abordagem qualitativa, A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, buscando compreender as dinâmicas, causas e consequências desse fenômeno, bem como as políticas públicas implementadas para combatê-lo. Birof (2016) afirma que, especificamente, o tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força, ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A coleta de dados foi realizada de forma qualitativa, buscando responder aos objetivos específicos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As noções mais elementares de Direito Internacional Público já indicam que o descumprimento de uma obrigação internacional – um acordo, pacto, tratado, convenção etc. - gera a responsabilidade internacional do Estado. (MACHADO e PRUDENTE, 2015). Ao assinar determinado tratado internacional, o Estado assume novas obrigações que passam a integrar o quadro das balizas jurídicas norteadoras do exercício de suas funções (UNGARO, 2012). Significa dizer que a responsabilidade internacional do Estado é consequência da sua sujeição ao Direito Internacional Público, que se traduz na reparação obrigatória das violações por ele cometidas, como o objetivo de preservar a ordem jurídica internacional vigente. É fácil concluir que a não implementação de políticas públicas que garantam às vítimas do tráfico o exercício dos seus direitos sociais leva à responsabilidade internacional do Estado (MACHADO e PRUDENTE, 2015).

Tal responsabilização configura não apenas pelos descumprimentos das medidas previstas no Protocolo de Palermo, mas, em última instancia, pela lesão aos direitos mais intrínsecos ao ser humano, visto que o bem jurídico maior violado é a dignidade humana. Desta forma, o Estado, conforme os princípios que regem o Direito Internacional Público, tem o dever de respeitar os direitos humanos, o que inclui a prevenção das violações e o início das ações apropriadas depois da ocorrência do crime, assim como indenizações e assistência adequada às pessoas cujos direitos tenham sido violados.

A Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em dezembro de 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos (UDHR) que estabelece os princípios de Direitos Humanos Fundamentais e a liberdade devem ser garantidos a todas as pessoas, tendo como suas principais preocupações a positivação internacional dos direitos mínimos dos seres humanos, complementando assim os propósitos das Nações Unidas de proteção aos direitos humanos. O tráfico de pessoas é definido pela Organização como "o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou as outras formas de coação, ao rapto, `a fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou a situação de vulnerabilidade" (ONU, 2003). Conforme destaca Falangola (2024, p. 6), embora Convenções sobre o tema, como a de Palermo, e seus protocolos adicionais, tenham como foco o combate ao crime organizado transnacional, é essencial que esse instrumento seja articulado aos diversos tratados de direitos humanos, considerando que sua origem está vinculada a um tratado voltado à repressão do crime organizado internacional.

A Assembleia Geral das Nações Unidas criou em 1999, um comitê intergovernamental com o objetivo de elaborar uma convenção internacional contra a criminalidade organizada transnacional, abrangendo o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças. O Protocolo de Palermo busca disciplinar ações e medidas destinadas à prevenção e ao combate do tráfico internacional de pessoas, com especial atenção às mulheres e crianças (ALCANTARA, 2017). Outro Tratado, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966), estabelece que a base para a liberdade, a justiça e a paz internacional são o reconhecimento da dignidade e dos direitos iguais de todos os seres humanos. O artigo 8ª do Pacto, proibi o ato da escravidão e do tráfico de escravos. De acordo com o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), é direito de toda pessoa ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido, e não submetidos por meios de violência.

No Brasil, a criação do FONTET (Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas) pelo CNJ, representou um marco na articulação institucional voltada ao combate do tráfico humano no Brasil (RODOR, 2019). O Brasil ratificou o Protocolo de Palermo em 2004, por meio do Decreto n° 5.017, o que fez com que a normativa internacional passasse a vigorar no país, influenciando a legislação nacional sobre a caracterização do tráfico de pessoas. Apesar das alterações na titilação penal ao longo dos anos, o ordenamento jurídico brasileiro ainda apresentou fragilidade e lacunas em relação a esse crime (BRASIL, 2004). Ramina (2019) afirma que o Brasil só direcionou esforços para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos quando pesquisas o incluíram nas rotas internacionais, evidenciando também a existência de rotas nacionais. Em 2006, foi adotada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP, tornando o problema alvo de uma política de Estado. O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, previsto

pela PNETP, foi instituído em 2008 e objetiva dar concretude aos princípios, diretrizes e ações plasmados nesta Política. Dados recentes da ONU apontam a existência de 241 rotas do tráfico no país, sendo 110 de tráfico interno e 131 de tráfico internacional. As regiões Norte e Nordeste têm a maior concentração dessas rotas. O Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, com dados de 2021 a 2023, indicou um aumento dos casos de brasileiros vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, que se tornou a principal finalidade do tráfico internacional de brasileiros registrados pelas autoridades. Nos três relatórios anteriores, a maioria dos casos estava relacionada à exploração laboral, 21 de exploração sexual e 45 de exploração mista, que envolve tanto a exploração laboral quanto a sexual (ANTUNES, 2024).

Os tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, uma vez incorporados, possuem prevalência sobre as normas infraconstitucionais, podendo até mesmo revogar disposições em contrário. A Constituição de 1988 permite que a simples ratificação de tratados de direitos humanos pelo Presidente da República seja suficiente para sua incorporação ao ordenamento jurídico interno, sem a necessidade de um decreto executivo (MAZZUOLI, 2000). Além disso, o Protocolo de Tráfico de Pessoas foi adotado no país em 2003, por meio do Decreto nº 5.017, de 12/03/2004, como suplemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, e estabelece medidas específicas para prevenir e combater o tráfico de pessoas, bem como proteger e assistir as vítimas desse crime. Os tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos atuam de forma complementar à legislação nacional, reforçando a proteção da dignidade humana. Segundo Abreu (2023), essa complementaridade permite que o direito internacional e o nacional se integrem, promovendo maior proteção aos direitos fundamentais e à dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados respondem à pergunta da pesquisa de saber quais os principais instrumentos que existem no direito Internacional acerca do tráfico humano. Sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro também foi demonstrada, atingindo assim os objetivos de conceituar o tráfico humano, suas causas e favorecimento; investigar sobre o papel do Estado na temática de tráfico humano e sobre o direito Internacional, e os principais organismos internacionais relevantes. Foi possível concluir que a cooperação internacional deve ser fortalecida por meio de acordos bilaterais e multilaterais que facilitem a troca de informações, a extradição de criminosos e a proteção transnacional das vítimas. A implementação efetiva dos tratados internacionais, como o Protocolo de Palermo, deve ser acompanhada de mecanismos de monitoramento e avaliação, garantindo que os compromissos assumidos sejam traduzidos em ações concretas.

No Brasil, o combate ao tráfico humano exige políticas públicas efetivas, maior fiscalização e conscientização social, além de uma atuação integrada entre os setores de segurança, justiça e assistência social para garantir a erradicação dessa prática e a proteção às vítimas. É fundamental que o Estado invista em capacitação contínua de profissionais que atuam na linha de frente do enfrentamento ao tráfico, como policiais, assistentes sociais, profissionais da saúde e membros do judiciário, promovendo uma abordagem humanizada e eficiente. A ampliação de campanhas educativas e de conscientização da população também se mostra essencial para prevenir o aliciamento de vítimas, especialmente em comunidades vulneráveis.

Trata-se de um tema palpitante, e pouco explorado, que exige da sociedade civil, das organizações não governamentais e dos organismos internacionais atuação de forma colaborativa com os governos, promovendo uma rede de proteção que assegure os direitos humanos e a dignidade das pessoas afetadas por esse crime.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Campello Ribeiro de; NEDERSTIGT, Frans. Nações Unidas escritório sobre drogas e crime. Critérios e fatores de identificação de supostas vítimas do tráfico de pessoas. 2018. Disponível em: criterios-e-fatores-de-identificacao-de-supostas-vitimas-de-etp.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

BIROF, Alinne Pedra Jorge. Ministério da Justiça e Cidadania. Mobilidade Humana e Migração: Notas Conceituais, Marco Legal e Estimativas. 2016. Disponível em: http://dspace.mj.gov.br/handle/1/9651. Acesso em: 08 jun. 2025.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Ministério da Justiça e Cidadania. Exploração sexual no tráfico de pessoas: (in) definição. 2015. Disponível em: Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas – Volume 1: Conceito e Tipologias de Exploração – ASBRAD. Acesso em: 09 jun. 2025.

FALANGOLA, Renata de Farias. Tráfico internacional de pessoas sob a ótica do direito internacional. Latisse, 2024, p. 5.

GIORDANI, M. In: BRITO, Camila; GOMES, Luiz Roberto. Evolução histórica da legislação incidente sobre o tráfico de pessoas. Toledo, 2015. Disponível em: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS | BRITO | ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498.

JACKSON, R. Direitos humanos e tráfico de pessoas. Londres: Human Rights Press, 2002.

LIMA, Raquel Negreiros Silva. Secretaria Nacional da Justiça. Tráfico de pessoas: proposições para uma atuação governamental consoante a defesa dos direitos humanos. 2010, p. 162. Disponível em: DSpace MJ: I Prêmio libertas: enfrentamento ao tráfico de pessoas. Acesso em: 30 maio 2025.

TYLDUM, Guri. Ministério da Justiça e Cidadania. Cadernos temáticos sobre o tráfico de pessoas. Volume 1: conceito e tipologias de exploração. 2015, p.133. Disponível em: Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas – Volume 1: Conceito e Tipologias de Exploração – ASBRAD. Acesso em: 09 jun. 2025.

MCADAM, Marika. Secretaria Nacional da Justiça. Quem é quem nas fronteiras? Identificando o tráfico humano nas fronteiras internacionais sob a perspectiva de Direitos. 2010, p. 16 – 17. Disponível em: http://dspace.mj.gov.br/handle/1/9684 . Acesso em: 08 de junho de 2025.

MARTINS, Etiene Coelho. O tráfico de pessoas no direito internacional. Ajufe. 2003, p .03. Acesso em: etiene-coelho-martins-o-trfico-de-pessoas-no-direito-internacional-721970.pdf. acesso em: 10/06/2025.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DIGITAL PARA PREVENÇÃO DE GOLPES BANCÁRIOS NA INTERNET: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO AOS CLIENTES BANCÁRIOS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Leonardo Ribeiro[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – O presente trabalho aborda o tema dos golpes digitais e fraudes bancárias, fenômeno que vem crescendo de forma preocupante com o avanço das tecnologias e a ampliação do acesso aos meios digitais. No primeiro capítulo, foram apresentados os principais tipos de golpes virtuais, como o phishing, clonagem de cartões, engenharia social, entre outros, destacando-se suas formas de execução e os impactos causados às vítimas. No segundo capítulo, discutiu-se as responsabilidades das instituições financeiras, analisando-se o dever de segurança, a responsabilidade objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor e o entendimento consolidado pelos tribunais quanto à falha na prestação de serviços. Por fim, o terceiro capítulo tratou das alternativas jurídicas disponíveis aos consumidores lesados, como as medidas administrativas e judiciais cabíveis, a possibilidade de indenização por danos materiais e morais e a importância da atuação dos órgãos de proteção ao consumidor. O estudo busca, assim, contribuir para a conscientização dos usuários e reforçar a necessidade de maior segurança e responsabilidade por parte das instituições financeiras no ambiente digital.

Palavras-chave: golpes digitais, fraudes bancárias, responsabilidade civil, consumidor.

INTRODUÇÃO

A crescente digitalização dos serviços bancários e a ampliação do uso de meios de pagamento eletrônicos têm levado a uma intensificação dos riscos de fraudes e golpes digitais no sistema financeiro. Em 2024, um estudo da Serasa Experian apontou que o número de tentativas de fraudes bancárias cresceu 10,4% em relação ao ano anterior, estimando-se um prejuízo potencial de até R$ 51,6 bilhões caso todas as tentativas fossem bem-sucedidas (Serasa, 2024).

Diante desse panorama, torna-se imperativo investigar a forma como as instituições bancárias e demais prestadores de serviços financeiros respondem frente a essas fraudes. A jurisprudência e a doutrina brasileiras reconhecem que as instituições financeiras estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva pela prestação de serviços bancários, especialmente quando há falha no dever de segurança ou quando se configura o risco da atividade (TJDFT, 2023).

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Em especial, o Código de Defesa do Consumidor estabelece em seu artigo 14 que o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (Brasil, 1990).

Por fim, considerando que os clientes lesados por golpes digitais têm acesso a diversas alternativas jurídicas, é relevante explorar quais instrumentos legais e administrativos estão à disposição para reparação dos danos patrimoniais e morais, bem como para prevenção de novas ocorrências. Os consumidores podem recorrer a órgãos de defesa, como o Procon e o Banco Central, bem como ajuizar ações judiciais para reparação de danos. A educação digital e a conscientização sobre práticas seguras também se mostram ferramentas essenciais para reduzir a vulnerabilidade dos usuários no ambiente virtual (TJDFT, 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica. Foram consultadas diversas fontes, como sites especializados, livros, doutrinas, artigos científicos e a legislação jurídica brasileira. As diferentes referências analisadas, reunidas ao longo dos anos, contribuíram de forma significativa para a construção e fundamentação do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A expansão dos serviços financeiros digitais e a popularização de meios de pagamento instantâneos, como o PIX, contribuíram para o aumento expressivo das fraudes e golpes virtuais no Brasil. Dados da Serasa Experian indicam que, apenas em 2024, as tentativas de fraudes bancárias cresceram 10,4% em relação ao ano anterior, com potencial de prejuízo de até R$ 51,6 bilhões caso todas as ações fraudulentas fossem bem-sucedidas (Serasa, 2024).

Entre os principais golpes identificados estão o phishing, a engenharia social, as falsas centrais de atendimento, a clonagem de cartões e as transferências indevidas via aplicativos de pagamento. Esses crimes digitais exploram a vulnerabilidade do usuário e a velocidade das transações eletrônicas, dificultando a reversão dos danos. Segundo dados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, apenas nos primeiros três meses de 2022, foram registrados 41 julgados envolvendo golpes eletrônicos, demonstrando o crescimento exponencial desse tipo de delito (TJDFT, 2023).

Essa realidade reforça a importância do primeiro capítulo deste estudo, que buscou classificar e compreender as diversas modalidades de fraude, contextualizando-as no ambiente digital atual e evidenciando a necessidade de educação digital e maior atenção às práticas de segurança online.A discussão sobre a responsabilidade das instituições financeiras constitui o cerne do segundo capítulo e revela uma preocupação jurídica crescente. A doutrina e a jurisprudência nacionais têm aplicado, de modo consistente, a responsabilidade civil objetiva às instituições financeiras, conforme o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pelos danos causados por falhas na prestação do serviço (Brasil, 1990).

Isso significa que, quando o consumidor é lesado por uma fraude decorrente de vulnerabilidade do sistema bancário ou da ausência de mecanismos de segurança adequados, o banco pode ser obrigado a indenizar. Contudo, decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça têm delimitado essa responsabilidade, destacando que ela não é automática e que se faz necessária a comprovação de falha efetiva na prestação do serviço (STJ, 2025).

Em casos nos quais a fraude é resultado de engenharia social e não há indício de negligência do banco, pode-se reconhecer a culpa exclusiva da vítima. Ainda assim, como destacam Santos (2025) e Souza (2024), a evolução tecnológica impõe às instituições financeiras um dever contínuo de aprimoramento de seus sistemas de segurança, monitoramento e resposta a incidentes.

Dessa forma, os resultados da análise indicam que a responsabilidade bancária deve ser entendida de modo equilibrado, garantindo-se proteção ao consumidor sem desconsiderar o papel da conduta individual.

Por fim, o terceiro eixo do trabalho aborda as alternativas jurídicas disponíveis aos consumidores que são vítimas de golpes digitais. O ordenamento brasileiro oferece diferentes mecanismos de defesa, tanto na esfera administrativa quanto judicial. O consumidor pode registrar reclamações nos órgãos de proteção, como o Procon e o Banco Central, além de buscar indenização judicial pelos danos sofridos. A jurisprudência recente reforça que é possível pleitear reparação por danos materiais e morais, desde que comprovada a falha da instituição na prestação do serviço (TJDFT, 2023).

Além disso, a educação digital e a prevenção comportamental se mostram essenciais como medidas complementares à atuação jurídica, visto que boa parte dos golpes depende da indução da vítima a erro, por meio de manipulação psicológica e engenharia social. Dessa forma, a análise dos resultados demonstra que a proteção do consumidor no ambiente digital requer não apenas instrumentos legais eficazes, mas também uma cultura de segurança digital disseminada entre os usuários (Segs portal, 2025).

Em síntese, os resultados discutidos ao longo deste trabalho evidenciam que o fenômeno dos golpes digitais e das fraudes bancárias é multifacetado, exigindo respostas conjuntas do Estado, das instituições financeiras e dos próprios consumidores. Os dados analisados demonstram que o número de fraudes segue em expansão, que as instituições têm dever jurídico de garantir a segurança dos serviços prestados e que os consumidores dispõem de mecanismos jurídicos para buscar reparação. No entanto, também se observa a necessidade de maior investimento em políticas de prevenção, conscientização e fiscalização, a fim de tornar o ambiente financeiro digital mais seguro e confiável para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados aqui discutidos corroboram a organização dos três capítulos: tipos de golpes (capítulo 1), responsabilidade das instituições financeiras (capítulo 2) e alternativas jurídicas para os consumidores (capítulo 3). A bibliografia consultada apresenta evidências robustas de que o universo das fraudes digitais bancárias está em expansão, que as instituições financeiras têm deveres concretos de segurança e que os clientes possuem meios jurídicos de

proteção. Entretanto, também emergem lacunas — tais como a necessidade de maior eficácia dos controles bancários, de melhores ferramentas de prevenção e de educação do consumidor — que justificam a relevância contínua do tema para o direito, para a prática bancária e para a proteção ao consumidor.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Jociane Machiavelli pela valiosa orientação durante o desenvolvimento deste trabalho e à Uniarp pelo constante incentivo à pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:25 out. 2025.

SERASA EXPERIAN. **Tentativas de fraudes bancárias cresceram 10,4% em 2024 e poderiam gerar prejuízo de até R$ 51,6 bilhões**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/prevencao-a-fraude/tentativas-de-fraudes-bancarias-cresceram-104-em-2024-e-poderiam-gerar-prejuizo-de-ate-r-516-bilhoes-revela-serasa-experian/. Acesso em: 25 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Responsabilidade civil das instituições financeiras nas fraudes eletrônicas**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2023/responsabilidade-civil-das-instituicoes-financeiras-nas-fraudes-eletronicas. Acesso em: 25 out. 2025.

STJ – Superior Tribunal de Justiça. **Responsabilidade de banco por golpe com uso de conta digital exige demonstração de falta de diligência**. Brasília, 27 jan. 2025. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/27012025-Responsabilidade-de-banco-por-golpe-com-uso-de-conta-digital-exige-demonstracao-de-falta-de-diligencia.aspx. Acesso em: 25 out. 2025.

SEG S PORTAL. **A responsabilidade civil das instituições financeiras por fraudes no sistema PIX. 2025**. Disponível em: https://www.segs.com.br/mais/economia/414015-a-responsabilidade-civil-das-instituicoes-financeiras-por-fraudes-no-sistema-pix. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, Gleyce Kelly Mello dos. **Responsabilidade civil das instituições financeiras diante das fraudes digitais bancárias.** Revista Eletrônica OAB-RJ, v. 3, n. 2, p. 87–102, 2025. Disponível em: https://revistaeletronicaoabrj.emnuvens.com.br/revista/article/view/355. Acesso em: 25 out. 2025.

SOUZA, Tiago Henrique de. A responsabilidade das instituições financeiras em face de golpes de engenharia social: análise à luz do CDC e da jurisprudência do STJ. Jus.com.br, 2024. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/109740/a-responsabilidade-das-instituicoes-

financeiras-em-face-de-golpes-de-engenharia-social-analise-a-luz-do-codigo-de-defesa-do-consumidor-e-da-jurisprudencia-do-stj. Acesso em: 25 out. 2025.

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A PRECARIEDADE DAS ESTRUTURAS ESCOLARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE NO BRASIL - UMA VISÃO ATRAVÉS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Ivair José Chelest[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – O presente estudo analisa a relação entre o direito à educação e a precariedade das estruturas escolares, com ênfase no município de Caçador/SC, buscando compreender os impactos dessa realidade na efetivação de um ensino de qualidade no Brasil. Fundamentado na Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como direito universal e essencial ao exercício da cidadania. O trabalho investiga de que forma as deficiências físicas e materiais das escolas comprometem o aprendizado e violam princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e a igualdade de oportunidades. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, relatórios e dados educacionais. Os resultados apontam que a precariedade estrutural das escolas brasileiras é um fator determinante para a desigualdade educacional, refletindo a ineficácia de políticas públicas e a insuficiência de investimentos na área. Conclui-se que a efetivação do direito à educação de qualidade depende de ações integradas entre Estado e sociedade, voltadas à melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU, 2015) e os preceitos constitucionais brasileiros.

Palavras-chave: direito à educação, qualidade do ensino, estruturas escolares, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema Direito à Educação e a Precariedade das Estruturas Escolares: Desafios e Perspectivas para a Garantia de um Ensino de Qualidade no Brasil – uma visão através do Município de Caçador/SC. O direito à educação, consagrado na Constituição Federal de 1988, é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, sendo essencial ao desenvolvimento humano e à cidadania (Brasil, 1988). Contudo, a efetivação desse direito enfrenta obstáculos significativos, sobretudo em relação à infraestrutura das escolas públicas.

A precariedade das condições escolares reflete-se em ambientes inadequados, falta de recursos e carência de profissionais, fatores que comprometem o aprendizado e violam princípios como a dignidade da pessoa humana e a igualdade de oportunidades (Ranieri, 2018). Essa

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

realidade é agravada em municípios de pequeno e médio porte, como Caçador/SC, onde limitações financeiras e estruturais dificultam a concretização de uma educação de qualidade.

A Agenda 2030 da ONU, reforça a necessidade de "construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas e inclusivas, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e eficazes para todos" (ONU, 2015, art. 4º). Essa diretriz evidencia o compromisso global pela equidade e qualidade educacional, ampliando a relevância da discussão.

Do ponto de vista teórico, autores como Cury (2002), defendem que a educação é instrumento de emancipação social e transformação da realidade. A pesquisa, portanto, justifica-se pela necessidade de refletir sobre políticas públicas e soluções jurídicas capazes de garantir condições adequadas ao ensino, reduzindo as desigualdades estruturais e promovendo o pleno exercício da cidadania.

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre o direito à educação e a precariedade das estruturas escolares, com foco no município de Caçador/SC. Os objetivos específicos consistem em: a) examinar os fundamentos jurídicos do direito à educação; b) analisar a realidade das estruturas escolares no Brasil; e c) avaliar os impactos da precariedade sobre a qualidade do ensino, propondo alternativas jurídicas e políticas públicas para assegurar a efetividade desse direito.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Para a construção do referencial teórico, foram consultadas fontes diversas, incluindo sites institucionais, obras doutrinárias, livros, artigos científicos e a legislação jurídica brasileira. A seleção dessas fontes permitiu a análise de distintas perspectivas e concepções desenvolvidas ao longo do tempo, possibilitando uma compreensão mais ampla e crítica acerca do tema investigado. Dessa forma, a fundamentação teórica obtida serviu como base para a consolidação e o aprofundamento das discussões propostas neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos fundamentos jurídicos que sustentam o direito à educação no Brasil evidencia que este é um direito essencial, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado por diversos tratados internacionais e legislações infraconstitucionais. A Carta Magna, em seu artigo 205, define a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família", devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, a fim de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Essa concepção amplia a função social da escola, que passa a ser compreendida não apenas como espaço de ensino, mas como ambiente de proteção e promoção de direitos (Santos, 2019).

Os princípios constitucionais da educação — igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias e qualidade do ensino — formam o núcleo normativo que orienta a política educacional brasileira. Tais princípios

reafirmam a educação como instrumento de emancipação social e de concretização da justiça. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) também reforça esse entendimento, ao dispor que "a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais". Assim, o direito à educação de qualidade está intrinsecamente ligado à efetivação da dignidade da pessoa humana e à redução das desigualdades estruturais.

Os resultados obtidos a partir da revisão teórica indicam que a qualidade educacional depende diretamente das condições estruturais e materiais das escolas, além do adequado financiamento e valorização dos profissionais da educação. Nesse contexto, destaca-se o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que regulamenta a garantia de padrão de qualidade como princípio fundamental do ensino (art. 3º, IX). A LDB define que a oferta educacional deve assegurar "padrões mínimos de qualidade", expressos pela variedade e quantidade mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 1996).

Ainda segundo a LDB, os recursos destinados à educação devem ser utilizados de forma a garantir o aprimoramento contínuo da qualidade e a expansão do ensino (art. 70, IV). Os artigos 74 e 75 estabelecem a relação entre o financiamento público e o custo anual por aluno, introduzindo a noção de Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Esse instrumento é essencial para avaliar o atendimento educacional de cada ente federativo e para definir os investimentos mínimos necessários à manutenção de padrões adequados de ensino. O CAQ, portanto, representa um avanço na gestão do financiamento educacional, contribuindo para reduzir desigualdades regionais e promover maior equidade na educação básica (Brasil, 1996).

No âmbito das políticas públicas, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) consolida diretrizes que visam à melhoria dos padrões de qualidade da educação, à inclusão social e à equidade. O PNE estabelece metas e estratégias voltadas para a universalização do acesso e a garantia de condições estruturais adequadas, reconhecendo a necessidade de assegurar uma formação inclusiva e eficaz para todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas (Brasil, 2014). Entre suas diretrizes, destaca-se a estratégia 20.7, que prevê a implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação básica, considerando gastos com infraestrutura, materiais didáticos e valorização dos profissionais da educação.

O PNE também enfatiza a importância de políticas voltadas à ampliação da jornada escolar e à criação de programas de tempo integral, com no mínimo sete horas diárias, assegurando infraestrutura adequada, alimentação, transporte e recursos pedagógicos (Brasil, 2024). Tais medidas visam não apenas ao aumento do tempo de permanência do aluno na escola, mas também à elevação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o plano reforça a necessidade de desenvolver indicadores específicos de qualidade para a educação especial e bilíngue, garantindo o atendimento inclusivo e a valorização da diversidade educacional.

Em alinhamento com o cenário internacional, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4 da Agenda 2030 da ONU estabelece como meta "garantir que todas as meninas e

meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade até 2030" (ONU, 2015). Essa diretriz reforça a importância da infraestrutura, da capacitação docente e do financiamento adequado como pilares para o alcance de uma educação transformadora e sustentável. Os resultados desta pesquisa confirmam que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para cumprir essas metas, sobretudo em municípios menores, como Caçador/SC, onde persistem deficiências estruturais e desigualdades de acesso.

Diante das análises realizadas, constata-se que a efetivação do direito à educação de qualidade depende da integração entre legislação, financiamento e políticas públicas consistentes. A mera existência de normas jurídicas não é suficiente para garantir o acesso universal e igualitário à educação, sendo imprescindível que os princípios constitucionais sejam traduzidos em ações concretas, monitoradas e avaliadas continuamente. A estrutura física das escolas, a valorização dos profissionais da educação e a gestão eficiente dos recursos são fatores determinantes para o cumprimento do preceito constitucional.

Conclui-se que o direito à educação, embora amplamente reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro, ainda não se realiza plenamente em razão das desigualdades regionais e da insuficiência de investimentos estruturais. A consolidação de uma educação pública de qualidade requer a efetiva aplicação do Custo Aluno-Qualidade, a cooperação entre os entes federativos e o compromisso político com a justiça social. Somente a partir de um sistema educacional equitativo e eficiente será possível concretizar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que o direito à educação, embora amplamente assegurado pela Constituição Federal de 1988, ainda enfrenta grandes desafios para sua plena efetivação. A precariedade das estruturas escolares brasileiras, especialmente em municípios como Caçador/SC, evidencia a distância entre a norma jurídica e a realidade vivida nas escolas públicas, comprometendo a qualidade do ensino e o acesso igualitário garantido pela legislação.

Verificou-se que instrumentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 4) estabelecem parâmetros fundamentais para assegurar padrões mínimos de qualidade e infraestrutura adequada. No entanto, a insuficiência de recursos e a ausência de políticas públicas efetivas ainda limitam a concretização desses objetivos, reforçando a necessidade de aprimorar o financiamento educacional por meio do Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Conclui-se que garantir uma educação pública de qualidade exige mais do que previsões legais: requer compromisso político, investimento contínuo e gestão eficiente. Superar a precariedade estrutural das escolas é condição essencial para promover a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento social, reafirmando a educação como um direito fundamental e instrumento de transformação da sociedade brasileira.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Jociane Machiavelli pela orientação no presente estudo e a Uniarp pelo incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2614, de 27 de junho de 2024.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024–2034. Brasília: Planalto, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/.../pl-2614.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2024Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

ERNICA, Maurício; RODRIGUES, Érica Castilho; SOARES, José Francisco. Desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo: definição, medida e resultados. **Dados Revista de Ciência Sociais**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 345-370, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.1.345. Acesso em: 30 mar. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/index.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 30 mar. 2025.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. *Educação obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas*. In: RANIERI, N. B. S.; ALVES, Ângela Limongi (orgs.). **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar.** São Paulo: USP, 2018. Acesso em: 30 mar. 2025.

XIMENES, Priscilla de Andrade. BNC - Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 103, n. 265, p. 123-145, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.103i265.5112. Acesso em: 23 fev. 2025.

A NACIONALIDADE DA CRIANÇA ADOTADA DE FORMA INTERNACIONAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Paula Clarissa Fagundes dos Santos[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo - O presente trabalho aborda a profunda transformação do Direito de Família brasileiro , que evoluiu de um modelo tradicional e restritivo para uma visão plural, democrática e socioafetiva. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é o marco central , pois, ao consagrar o princípio da dignidade da pessoa humana e a igualdade entre todos os filhos , promoveu o afeto como elemento essencial para a legitimação jurídica e social dos vínculos familiares. A família, hoje, ultrapassa o aspecto meramente biológico, sendo um espaço de afeto e solidariedade. O ordenamento protege arranjos como a União Estável e a Família Monoparental , bem como as chamadas famílias não constitucionais (como as homoafetivas e anaparentais), legitimadas pela afetividade. Na filiação, a CF/88 aboliu as discriminações do passado , reconhecendo a diversidade de origens: biológica, adotiva e, notadamente, socioafetiva. Esta última se fundamenta na convivência, no afeto e na responsabilidade. Por fim, destaca-se a relevância da família substituta (guarda, tutela e adoção) para a proteção integral de crianças e adolescentes (Brasil, 1988).

Palavras-chave: afetividade, família plural, filiação socioafetiva, igualdade dos filhos, adoção.

INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a nacionalidade da criança adotada internacionalmente por pais brasileiros, destacando as implicações jurídicas e sociais que envolvem a distinção entre filhos biológicos e adotivos no processo de aquisição da nacionalidade brasileira (Faco; Melchiori, 2009). Fundamenta-se no princípio constitucional da igualdade entre os filhos, defendendo que as especificidades da adoção internacional não devem gerar exclusões ou desigualdades (Farias, 2004). A discussão central questiona se a legislação e a jurisprudência brasileiras asseguram igualdade plena de direitos às crianças adotadas internacionalmente ou se ainda persistem violações aos direitos fundamentais e ao princípio da igualdade.

Embora parte da doutrina relacione a adoção internacional a possíveis práticas de tráfico de menores, entende-se que tal preocupação não deve impedir as adoções legítimas que buscam o melhor interesse da criança (Gonçalves, 2023). O objetivo geral consiste em examinar criticamente o tratamento jurídico dado à nacionalidade dessas crianças, verificando sua

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

compatibilidade com os princípios constitucionais e com as convenções internacionais (Guatrochi, 2020).

A pesquisa estrutura-se em três capítulos: o primeiro aborda a evolução da instituição familiar e da filiação desde o Código Civil de 1916 até a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002, que ampliaram o conceito de família; o segundo analisa a filiação sob o prisma histórico e jurídico, distinguindo suas modalidades — legítima, ilegítima, adotiva, socioafetiva e registral —; e o terceiro examina a nacionalidade da criança adotada internacionalmente, à luz da legislação brasileira e dos princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta (Código Civil, 2002).

O estudo busca contribuir para o debate sobre a igualdade de direitos e a prevenção da apatridia, reforçando a necessidade de um tratamento jurídico que reconheça integralmente a condição de filho das crianças adotadas por meio da adoção internacional.

METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho foi a qualitativa, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica em sites, livros, doutrinas, artigos científicos e na legislação jurídica brasileira. As diferentes fontes buscadas para fundamentar o objeto estudado trazem diferentes ideias encontradas e estudadas ao longo dos anos que contribuíram para a formação do presente estudo em um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE FAMÍLIA

A família, enquanto instituição, ultrapassa o aspecto meramente biológico, constituindo um espaço de afeto, solidariedade e cooperação, essencial para o desenvolvimento dos valores da convivência humana. Minuchin (1985 apud Faco; Melchiori, 2009) a define como um sistema de organização guiado por crenças, valores e práticas que se transformam para garantir o desenvolvimento psicossocial de seus membros (Minuchin 1985).

Subjetividade e Afetividade: A concepção de família é permeada pela subjetividade de seus membros. Para além da consanguinidade e dos vínculos legais, os limites do conceito são definidos principalmente por laços de afeto e intimidade. Amigos próximos, padrastos, madrastas e até animais de estimação podem ser considerados parte da família (Crepaldi, 1998).

Família Contemporânea: A família moderna é compreendida como uma entidade plural, democrática e socioafetiva, cujo fundamento é o afeto, elemento central para sua legitimação jurídica e social (Dias, 2010).

Classificações: O modelo nuclear tradicional deu lugar a uma pluralidade de arranjos familiares. A família extensa ou ampliada é definida como aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou do casal, sendo formada por parentes próximos com os quais a criança convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.(Dias, 2010).

Configurações Familiares Constitucionais e Não Constitucionais: As constituições brasileiras revelaram as mudanças sociais, ideológicas e jurídicas na sociedade. Na Constituição Federal de 1988 (CF/88), a família é entendida como o locus onde cada ser desenvolve sua personalidade, valorizando o princípio da dignidade da pessoa humana e conferindo proteção estatal a cada membro (Constituição Federal, 1988).

Famílias Constitucionais: São aquelas expressamente previstas ou diretamente reconhecidas pela Constituição Federal de 1988.

União Estável: É a relação de convivência duradoura entre dois cidadãos, estabelecida com o objetivo de constituição familiar. Não há prazo mínimo de duração ou obrigatoriedade de coabitação para sua caracterização. Prevalece o regime da comunhão parcial de bens, salvo contrato escrito em contrário (Dias, 2010).

Família Monoparental: É a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. A consagração desse modelo pela CF/88 (art. 226, § 4º) rompeu com a visão tradicional e reflete a evolução do conceito de família, pautado na dignidade da pessoa humana e no afeto (Constituição Federal, 1988).

Famílias Não Constitucionais:Correspondem a arranjos familiares diversos, igualmente merecedores de reconhecimento jurídico. Embora não listadas de forma direta, encontram amparo nos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.Fundamento Afetivo: O afeto tornou-se um valor jurídico, e a presença dos vínculos afetivos é o que importa para a proteção de todas as formas de constituição de família (Lobo, 2011).

Exemplos: Essas "novas formas de família" incluem arranjos como as famílias anaparentais (sem a presença de pais/genitores), reconstituídas e homoafetivas.

Uniões Socioafetivas: São entidades familiares legitimadas pelo afeto, caracterizadas pela convivência estável, pública e duradoura. O princípio da afetividade consolidou-se como pilar do Direito de Família contemporâneo, transformando as relações familiares em estruturas pautadas no afeto, convivência e responsabilidade recíproca (Lobo, 2011).

O Conceito e a Classificação da Filiação: A filiação é o vínculo jurídico que une pais e filhos, estabelecendo direitos e deveres recíprocos, como sustento, guarda e herança (Lobo, 2011).

Evolução e Igualdade: Igualdade Constitucional: A grande ruptura histórica ocorreu com a CF/88, que, no artigo 227, § 6º, proclamou a igualdade entre todos os filhos, proibindo quaisquer designações discriminatórias em razão da origem da filiação (Constituição Federal, 1988).

Superação da Distinção: Anteriormente, o Código Civil de 1916 fazia clara distinção entre filhos legítimos (havidos no casamento) e ilegítimos (nascidos fora do casamento, como os adulterinos e incestuosos). O sistema evoluiu de um modelo excludente e discriminatório para um modelo inclusivo e igualitário (Código Civil, 1916).

Tipos de Filiação no Direito Contemporâneo: A filiação pode se originar da consanguinidade (verdade genética), da adoção ou da socioafetividade.

Filiação Adotiva: É um ato jurídico que tem a afetividade como cerne do vínculo, sem depender do laço biológico. Adoção cria um vínculo de filiação pleno e irreversível, idêntico ao de um filho biológico, rompendo os laços jurídicos com a família de origem (Pereira, 2015 apud Protasio).

Filiação Socioafetiva: Rompe com a concepção exclusivamente biológica, reconhecendo como filho aquele que é integrado ao núcleo familiar pela convivência, pelo afeto e pela assunção das responsabilidades próprias do poder familiar. Fundamenta-se na afetividade, solidariedade e compromisso ético de cuidado (Pereira, 2017).

Filiação por Reprodução Humana Assistida: Introduziu novas formas de filiação (inseminação artificial, fertilização in vitro). A biotecnologia amplia o conceito de família, exigindo adequação normativa para garantir segurança jurídica e proteção integral da criança (Silva, 2010).

Filiação Registral: É aquela que consta no assento de nascimento. Mesmo que distinta da biológica, desempenha papel essencial na segurança jurídica das relações familiares (Brasil, 2002).

Família Substituta e Adoção: A família substituta é prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) visando proteger crianças e adolescentes sem amparo familiar, substituindo a família natural para garantir o direito à convivência familiar. As modalidades são Guarda, Tutela e Adoção (ECA,1990).

Guarda: A guarda, um conceito jurídico fundamental para a proteção de crianças e adolescentes, é o conjunto de responsabilidades e direitos atribuídos a pais ou responsáveis. Fundamentada no princípio do melhor interesse da criança, ela engloba cuidados essenciais, tanto materiais quanto morais e afetivos, assegurando o seu pleno desenvolvimento (Dias, 2016).

Tutela: Medida de proteção mais abrangente que a guarda, utilizada quando os pais faleceram, foram declarados ausentes ou tiveram o poder familiar suspenso/destituído. O tutor administra os bens e representa o tutelado nos atos civis, mas não rompe os vínculos de filiação com a família de origem (Farias, 2004).

Adoção: É a medida mais excepcional e definitiva. A sentença de adoção rompe o vínculo jurídico com a família biológica e estabelece uma nova filiação plena, conferindo ao adotado os mesmos direitos e deveres de um filho biológico. O consentimento do adotando maior de 12 anos é indispensável (Pereira, 2017).

Adoção Internacional: Regulada pela Constituição Federal, ECA e Convenção de Haia, é um mecanismo de proteção aplicado com cautela. Os procedimentos exigem proteção e cooperação entre os países, mas ainda enfrenta preconceitos relacionados à mudança de língua, perda da cultura e risco de tráfico internacional de crianças (Convenção de Haia de 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução do Direito de Família no Brasil revela um avanço significativo, marcado pela transição de um modelo hierárquico e restrito, centrado no casamento e no critério biológico, para uma estrutura plural e inclusiva, cujo cerne é o afeto e o princípio da dignidade

da pessoa humana. A Constituição Federal de 1988 atua como o principal divisor de águas, ao consagrar a igualdade absoluta entre todos os filhos – sejam eles havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção – e ao reconhecer formalmente novas entidades familiares, como a União Estável e a Família Monoparental. Essa mudança de paradigma permitiu a valorização da socioafetividade, que se consolidou como um dos pilares do direito contemporâneo, legitimando não apenas as uniões socioafetivas , mas também a filiação socioafetiva, onde o vínculo familiar se funda na convivência, no cuidado e no compromisso ético, superando os antigos critérios exclusivamente formais ou biológicos (Dias, 2019).

Em um contexto de diversidade social e de redefinição de papéis, o ordenamento jurídico brasileiro demonstra uma busca contínua por garantir a proteção integral e a segurança jurídica a todas as configurações familiares. O foco no melhor interesse da criança e do adolescente orienta medidas como a proteção da família substituta – que inclui guarda, tutela e a adoção irrevogável – e a abolição de barreiras discriminatórias impostas a filhos ilegítimos e à filiação fora do casamento, vigentes no Código Civil de 1916. O futuro do Direito de Família, portanto, reside na manutenção e aprofundamento da interpretação principiológica da Constituição, assegurando que o vínculo de afeto e a responsabilidade recíproca continuem sendo os elementos essenciais para a constituição, o reconhecimento e a tutela de todas as formas de família e de filiação (Pereira, 2015).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Jociane Machiavelli pela orientação no presente estudo e a Uniarp pelo incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gabriel Antonio. **Direito fundamental de nacionalidade:** reflexões acerca da múltipla nacionalidade. 2022. Dissertação de Mestrado (Direito) – Instituto de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Escola de Direito e Administração Pública, Brasília - DF, 2022. Disponível em: http://52.186.153.119/handle/123456789/5020. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10406&ano=2002&ato=ac5gXVE5ENNpWT07a. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Adoção**. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DISCUSSÕES ACERCA DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Marcelo Fernando Schneider[1]
Cássio Andrei Vargas Furlan[2]

Resumo – O Direito da infância e juventude possui característica peculiar enquanto responsável por estabelecer garantias à pessoa em processo de desenvolvimento e situação de vulnerabilidade. A Lei de Alienação Parental tem por objeto as relações e vínculos afetivos entre a prole e genitores, bem como o bem-estar psicológico dos menores quando expostos à nocividade das disputas conjugais. Apesar do objetivo salutar, a Lei de Alienação Parental tem sido alvo de críticas. Inicialmente será apresentado histórico da percepção social e do Direito da criança e do adolescente. Em seguida, serão retratados princípios e normas contemporâneos voltados ao Direito infantojuvenil, sobretudo, inerentes ao Direito de Família, oportunidade em que será contemplada de forma mais detalhada a Lei de Alienação Parental. Por fim, o terceiro capítulo, é destinado a contemplar pontos controversos acerca da Lei de Alienação Parental, oportunidade em que serão apresentadas jurisprudências relacionadas à matéria.

Palavras-chave: Direito da criança e do adolescente; Família; Alienação Parental.

INTRODUÇÃO

A separação do casal é uma crise inicialmente imprevisível no ciclo de vida de uma família, sobretudo em uma família com filhos, quando o sofrimento pode ser maior para todos e as possibilidades de uma solução razoável da crise são mais distantes (Cezar-Ferreira; Macedo, 2016). Maciel (2019) entende que a separação é uma etapa crítica na vida de uma família, a qual pode ser marcada por ressentimentos e trocas de acusações.

Quando a dissolução matrimonial não se dá consensualmente, pode haver disputas judiciais pela guarda dos filhos (Pordeus et al, 2024). Conforme o autor, havendo conflitos entre os genitores, o clima rixoso provocado por rivalidades e acusações pode interferir diretamente nos filhos. "Esta situação conflituosa pode resultar em abusos, violência e alienações envolvendo os menores, que são os maiores prejudicados" (Pordeus et al, 2024, p. 90).

Feitosa (2024, p. 2), traz que "a Lei de Alienação Parental surgiu para combater práticas que interferem na relação entre pais e filhos, buscando proteger as crianças dos efeitos nocivos de manipulações emocionais dentro do contexto familiar".

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Nesta conjuntura, o presente trabalho tem como objeto de pesquisa analisar os fundamentos e discussões acerca da Lei de Alienação Parental, pontos controversos, bem como trazer resposta à questão, a revogação da Lei mostra-se necessária?

Para a execução do objetivo, o trabalho é desenvolvido em três capítulos. Inicialmente é abordada a evolução histórica do Direito da criança e do adolescente, apresentando principais conceitos e princípios. Posteriormente, são abordados conceitos e normas reguladoras do poder familiar, conceitos, funções e características da legislação voltada à proteção de crianças e adolescentes, especialmente a Lei de Alienação Parental. No terceiro capítulo são abordados aspectos controversos e discussões acerca da Lei de Alienação Parental, bem como jurisprudências fundamentadas na Lei. For fim, serão apresentadas ponderações.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho se dará a partir de pesquisa e revisão bibliográfica, modalidade narrativa, em que serão consultados artigos científicos, livros, periódicos, jurisprudências, publicações disponíveis na internet, além de legislações específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Lei de Alienação Parental.

Durante a elaboração do estudo serão colhidos argumentos, conceitos, legislações e jurisprudências acerca do Direito da Criança e do Adolescente, especialmente da Lei de Alienação Parental, com vista a fundamentar as conclusões, tendo por objetivo de pesquisa analisar os fundamentos e discussões acerca da Lei de Alienação Parental.

O trabalho será desenvolvido no ano de 2025, abrangendo as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Jurídica, Monografia I e Monografia II. A estrutura de Normalização empregada será UNIARP (UNIARP, 2023) e a Norma Técnica Brasileira NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS, 2025).

As Palavras-chave para pesquisa serão: juizados; Direito da criança e do adolescente; Princípios; Família; e Alienação Parental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O direito da infância e juventude guarda especial característica por ser dedicado à pessoa em condição de desenvolvimento. Sua importância é inquestionável pois assegura ao sujeito, ainda em desenvolvimento, direitos fundamentais como a vida, a saúde, a convivência familiar e a educação, contribuindo assim, não apenas para a sua formação, mas para toda a sua existência (Leone; Viglianisi; Eduardo, 2022).

Embora vivencie-se o tempo da Proteção Integral, em que crianças e adolescentes são sujeitos de Direito, gozando de diversas normas nacionais e internacionais voltadas a sua proteção, deve-se ter em conta que a situação presente é resultado de uma série erros e acertos ocorridos no passado (Maciel; Carneiro; Amin, 2025).

Nas civilizações antigas, a formação de laços familiares não se baseava em sentimentos afetivos ou relações de sangue, mas sim na prática de rituais religiosos. Na família romana, o

poder marital paterno era a base, e o chefe da família era responsável por cumprir os deveres religiosos. O pai, portanto, detinha a autoridade tanto no âmbito familiar quanto no religioso. Embora a religião não criasse a família, ela determinava suas regras e estabelecia o direito. Do ponto de vista jurídico, a sociedade familiar era considerada uma associação religiosa, e não uma associação natural (Maciel; Carneiro; Amin, 2025).

Somente Assim, no final do século XVII, a categoria infância começou a ser discernida pela sociedade. No entanto, as primeiras leis direcionadas à criança e ao adolescente, apesar de revestirem-se de roupagem protetiva, surgiram em decorrência da preocupação em combater a criminalidade infantojuvenil (Machado, 2003).

No Brasil do início do século XX, segundo Maciel, Carneiro e Amin (2025), as discussões internas, bem como as influências externas, levaram ao surgimento da Doutrina do Direito do Menor, a qual era baseada no binômio carência-delinquência. Foi o período de criminalização da infância pobre, no qual existia uma consciência comum de que o Estado deveria proteger os menores, ainda que para isso deveria suprimir seus direitos.

Coube a última carta magna, de 1988, a responsabilidade histórica de descontinuar antigos paradigmas, pois as constituições anteriores nunca contemplaram com especificidade os direitos da criança e do adolescente. Foi a partir do reconhecimento de que crianças e adolescentes são portadores de interesses que, protegidos pelas leis, subordinam razões da família, da sociedade e do Estado, iniciou-se a atual era dos direitos (Paula, 2024).

Maciel, Carneiro e Amin (2025), entendem que foi a partir da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, foi que surgiu a Doutrina da Proteção Integral. A partir da legislação voltada à criança e ao adolescente emergiram princípios balizares. Maciel, Carneiro e Amin (2025) identificam dois macroprincípios e os definem como gerais e orientadores, quais sejam, princípio da prioridade absoluta e princípio do superior interesse da criança e do adolescente ou do melhor interesse.

Pereira (2025) ressalta que a guarda compartilhada tornou-se regra imposta pelo ordenamento jurídico em razão do princípio do melhor interesse das crianças e adolescentes. Tem-se estabelecido assim, que a guarda compartilhada deve ser aplicada independentemente de meros obstáculos alegados pelos genitores em litígio, desde que, respeitados as exceções legais.

Embora por vezes inevitável, o rompimento afetivo entre os pais, segundo Maciel, Carneiro e Amin (2025, p. 186), visto pela perspectiva psicológica, "não pode representar para o filho uma violação a sua integridade biopsíquica, cabendo ao Estado criar instrumentos jurídicos e sociais, para que a convivência com os pais se perpetue, principalmente nos momentos de crise da família". Abordando o tema separação sob o ponto de vista psicológico dos relacionamentos, Castro (2009) ensina que o fim de um relacionamento conjugal não apaga o fato de serem genitores do mesmo filho, nem mesmo afasta em relação aos filhos, eventuais problemas psíquicos pré-existentes à separação.

Conforme Rocha (2023), a alienação parental tornou-se tema amplamente debatido a partir dos anos 2000, mormente no domínio do judiciário. A autora reporta que a origem das

discussões acerca da alienação parental data de 1985, quando o psiquiatra norte-americano Richard Gardner apresentou seus estudos relacionados à Síndrome da Alienação Parental.

Madaleno (2019) afirma que no processo de alienação parental, a convivência é dificultada pela ação ou omissão do alienador, através da introdução de falsas memórias, o qual busca afastar do convívio familiar o outro genitor que não possui a guarda. O filho deixa de ser sujeito de direitos, tornando-se objeto de desejo e instrumento de vingança por parte do alienador que deseja atingir o outro genitor (Pereira, 2025).

A alienação parental está presente no cotidiano de casais separados. Geralmente é praticada quando um dos genitores, descontente com o término do relacionamento e ou com as atitudes do ex-companheiro, procura afastá-lo do convívio do filho menor, maculando a sua imagem perante este e criando empecilhos para as visitas (Gonçalves, 2025).

Segundo Pereira (2025), a alienação caracteriza a violação do ECA, o qual estabelece que nenhuma criança pode ser vítima de negligência, violência ou crueldade. Além disso, fere princípios constitucionais, "a violação das normas constitucionais pelo alienador é flagrante: princípio do melhor interesse da criança (art. 227), princípio da dignidade humana (art. 1º, III) e princípio da paternidade responsável (arts. 226, § 7º, e 229)" (Pereira (2025, p. 466).

Madaleno (2024, p. 450) cita que "a o lado da alienação parental, surgem as chamadas falsas memórias, cujo termo tem sido utilizado para definir a lembrança que um indivíduo traz acerca de abuso sexual cometido contra ele na infância, sendo depois constatado que tal fato não aconteceu.

Segundo Feitosa (2024, p. 5) "apesar de a lei brasileira buscar regular e punir práticas alienadoras, críticos da legislação apontam que ela pode ser mal utilizada, especialmente em casos em que acusações de abuso ou violência são deslegitimadas como simples alienação. Conforme o autor, desde sua vigência a Lei tem sido objeto de discussões e divergências em virtude de alegados efeitos adversos de seus dispositivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa jurisprudencial, verificou-se que a Alienação Parental é tema presente nas varas de família. Denúncias de alienação ocorrem, principalmente, em demandas marcadas pelo litígio e disputas entre genitores. Neste contexto, laudos técnicos realizados por profissionais de psicologia e assistência social, bem como equipes multidisciplinares, buscam identificar processos de alienação, fornecendo elementos para ao julgamento dos casos. As técnicas de oitiva, depoimento e os estudos são realizadas de forma a minimizar os impactos psicológicos negativos sobre crianças e adolescentes. Verificou-se que a alienação parental é praticada não apenas pelos genitores, mas também por demais integrantes do círculo familiar.

A temática Alienação Parental é acompanhada de desafios legais e científicos, os quais não necessariamente originam-se da Lei. Desde sua vigência, alterações legislativas, métodos e técnicas de oitiva e de estudos foram aperfeiçoados, ante às complexidades enfrentadas, não apenas inerentes aos conflitos familiares, mas também relativas à instrução probatória. Exemplo de aprimoramento é o Protocolo para o Depoimento Especial de Criança e Adolescente nas

Ações de Família em que se Discuta Alienação Parental, recentemente publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Eduardo Ponte; AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso. Poder, norma e ideário na lei da alienação parental. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003249888. Acesso em: 15 set. 2025.

CASTRO, Lídia Rosalina F. Disputa de guarda e visita: no interesse dos pais ou dos filhos? Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-Book. Disponível em: https://integrada. minhabiblioteca.com.br/reader/books/ 9788565852814/. Acesso em: 31 mai. 2025.

CEZAR-FERREIRA, Verônica Aparecida da Mota; MACEDO, Rosa Maria Stefanini. Guarda compartilhada. Porto Alegre: ArtMed, 2016. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/ reader/books/9788582713334/. Acesso em: 14 mar. 2025.

FEITOSA, Dalvan Paulo Ferreira. Análise crítica da proposta de revogação da lei da alienação parental. Contribuiciones a las Ciencias Sociales. v. 17, n. 10, e12087, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.10-434. Disponível em: https://ojs.revistacontribu ciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12087. Acesso em: 18 out. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro - Direito de Família. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca. com.br/reader/ books/9788553626151/. Acesso em: 14 abr. 2025.

LEONE, Souza, Andrea Santana; VIGLIANISI, Ferraro, Angelo; EDUARDO, Tomasevicius Filho. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/ reader/books/ 9786556276915/. Acesso em: 13 abr. 2025.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes; AMIN, Andréa Rodrigues. Curso de Direito da Criança e do Adolescente. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-Book. Disponível em: https://integrada.minha biblioteca.com.br/reader/ books/9788553626847/. Acesso em: 30 abr. 2025.

MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. Barueri: Manole, 2003. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443477/. Acesso em: 30 mar. 2025.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MADALENO, Rolf. Direito de Família. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/ books/ 9788530995201/. Acesso em: 01 mai. 2025.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de direito da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez Editora, 2024. E-Book. Disponível em: https://integrada.minha biblioteca.com.br/reader/books/9786555554250/. Acesso em: 30 mar. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito das Famílias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-Book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/ books/ 9788530996888/. Acesso em: 31 mai. 2025.

PORDEUS, Marcel Pereira *et al*. Síndrome de Alienação e Falsas Memórias no Contexto da Psicologia e Direito: Uma revisão bibliográfica. **Psicologia e Saúde em Debate.** v. 11, n. 1, p. 79–98, 2025. Disponível em: https://psicodebate. dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/ article/view/1238. Acesso em: 18 out. 2025.

ROCHA, Edna Fernandes da. **Serviço social e alienação parental: contribuições para a prática profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 2023. E-Book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553642/. Acesso em: 11 out. 2025.

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA SOB A ÓTICA DO DIREITO: DESAFIOS JURÍDICOS E CLIMÁTICOS

Yohanna Feernandes Pereira[1]
Cássio Furlan[2]

Resumo – A presente pesquisa aborda a emergência climática sob a perspectiva do Direito, evidenciando os desafios jurídicos e sociais para a efetividade das normas ambientais no Brasil. Fundamenta-se no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e nos compromissos internacionais, como o Acordo de Paris, que reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. O objetivo central foi analisar as dificuldades na implementação das normas ambientais frente à crise climática, examinando a legislação nacional e os documentos internacionais. Utilizou-se metodologia qualitativa de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica narrativa, com análise de obras doutrinárias, artigos científicos, legislações e relatórios oficiais. Os resultados revelam que, embora exista um arcabouço normativo, persiste a distância entre a norma e sua aplicação prática. A fundamentação teórica demonstrou que a sustentabilidade deve orientar decisões públicas e judiciais, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais. Conclui-se que a emergência climática ameaça a dignidade humana e exige do Direito uma postura ativa e transformadora na construção de um pacto ecológico democrático e solidário.

Palavras-chave: Emergência climática; direito ambiental; sustentabilidade; justiça socioambiental.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, já estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988, art. 225).

Além disso, o Brasil ratificou o Acordo de Paris em 2016, comprometendo-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 67% até 2035, além de zerar o desmatamento ilegal até 2030 (Brasil, 2017). Esses compromissos internacionais e nacionais evidenciam a necessidade de uma abordagem jurídica robusta para enfrentar a crise climática.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No entanto, a implementação dessas normas e acordos enfrenta desafios significativos. A ADPF 760, por exemplo, destaca a proteção deficiente da Amazônia Legal, evidenciando a lacuna entre a legislação ambiental e sua efetiva aplicação (STF, 2017).

No Brasil, a Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Brasil, 2009), e a Lei 14.904/2024 que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação climática, são exemplos de iniciativas legislativas que buscam enfrentar esses desafios (Brasil, 2024).

O objetivo geral deste trabalho é identificar qual é a principal dificuldade enfrentada para tornar eficazes as normas e políticas ambientais diante da emergência climática, considerando os desafios práticos de implementação, mesmo após avanços legislativos e compromissos assumidos em nível internacional. Como objetivos específicos, busca-se: (1) analisar o histórico e o conceito da sustentabilidade, observando-se o crescimento econômico; (2) examinar as emergências climáticas; (3) examinar a legislação ambiental brasileira e avaliar a efetividade das políticas e das normas ambientais na prevenção e mitigação dos impactos climáticas, discutindo a responsabilidade do Estado e da sociedade na proteção do meio ambiente e na garantia dos direitos das gerações futuras.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, visando compreender os desafios jurídicos da efetividade das normas ambientais no contexto da emergência climática. A estratégia metodológica adotada foi a revisão bibliográfica narrativa, permitindo reunir, analisar e interpretar diferentes contribuições teóricas sobre o tema.

A revisão foi realizada com base em livros, artigos científicos, documentos legais, relatórios de organizações internacionais e legislações nacionais, priorizando fontes atuais e relevantes, conforme orientam Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2017) sobre a importância da pesquisa bibliográfica como método de investigação científica.

Os critérios de inclusão compreenderam publicações entre os anos de 2000 a 2024, escritas em português, inglês ou espanhol, e que abordassem temas relacionados à sustentabilidade, emergência climática, Direito Ambiental e políticas públicas, em consonância com os parâmetros de rigor metodológico apresentados por Creswell (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A emergência climática impõe uma reconfiguração profunda das estruturas jurídicas, sociais e econômicas, exigindo que o Direito assuma um papel ativo na construção de soluções sustentáveis e na preservação da vida. A degradação ambiental e as mudanças climáticas são manifestações de uma crise civilizatória que transcende o campo ecológico e se estende ao âmbito ético e institucional.

A análise parte do entendimento de que a legislação ambiental brasileira é abrangente, porém marcada pela ineficácia prática. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/2009, e o compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris constituem

avanços significativos, mas a ausência de coerência federativa, a descontinuidade administrativa e os entraves econômicos fragilizam sua aplicação. A proteção ambiental, embora consolidada no plano normativo, continua sendo negligenciada no plano da execução, revelando a distância entre o dever jurídico e a ação estatal.

O enfrentamento dessa realidade exige uma transformação paradigmática que substitua a visão punitiva e fragmentada por uma abordagem preventiva e colaborativa. O Direito deve deixar de atuar apenas como instrumento repressivo e consolidar-se como força propulsora de mudanças estruturais.

A sustentabilidade emerge como o princípio norteador dessa transformação. Mais do que uma diretriz política, ela constitui um imperativo ético-jurídico que integra dimensões econômicas, sociais e ecológicas. Sua efetividade requer a incorporação dos princípios da precaução, da prevenção, da solidariedade intergeracional e da responsabilidade comum, porém diferenciada. A sustentabilidade, quando tratada como eixo vinculante do ordenamento, orienta a formulação de políticas públicas e decisões judiciais que priorizam a proteção da vida em todas as suas formas.

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao planejamento nacional é indispensável. O ODS 13, voltado à ação climática, e o ODS 15, que trata da vida terrestre, constituem diretrizes para políticas públicas que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental. Esses objetivos reforçam a necessidade de uma governança participativa, transparente e inclusiva.

A emergência climática exige uma reformulação do papel das instituições jurídicas. O Legislativo deve aprimorar o marco normativo; o Executivo deve garantir a execução e o monitoramento das políticas; e o Judiciário deve assegurar a aplicação efetiva dos princípios ambientais, consolidando-se como guardião dos direitos ecológicos. Essa atuação integrada é essencial para reduzir a distância entre o texto da lei e sua efetividade prática.

A crise climática também revela os limites da racionalidade econômica dominante. A lógica neoliberal, ao submeter a natureza ao mercado, reduz bens ambientais a meros ativos financeiros. O Direito deve resistir a essa financeirização, reafirmando o caráter público e coletivo dos recursos naturais. A preservação ambiental não pode ser tratada como mercadoria, mas como direito fundamental e dever moral.

O futuro do planeta depende da capacidade de o Direito reinventar-se. Ele deve tornar-se instrumento de mediação ética e social, capaz de conciliar desenvolvimento, justiça e sustentabilidade. Essa reconstrução normativa e institucional é o passo essencial para enfrentar a maior crise do século XXI: a emergência climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a emergência climática sob a ótica do Direito, evidenciando que a crise ambiental ultrapassa a esfera ecológica e assume contornos jurídicos, sociais e éticos. Observou-se que, apesar de o Brasil contar com uma legislação ambiental avançada, como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) e a

Lei 14.904/2024, há uma distância significativa entre os compromissos normativos e sua efetiva aplicação. Essa lacuna compromete a proteção do meio ambiente e a garantia de direitos fundamentais, revelando a necessidade de maior articulação entre normas jurídicas, políticas públicas e ações estatais.

Por fim, conclui-se que a emergência climática representa um desafio civilizatório que demanda respostas jurídicas profundas e inovadoras. O Direito, ao lado da ciência e da sociedade civil, deve atuar como ferramenta de transformação, promovendo políticas públicas integradas e eficazes, capazes de assegurar a dignidade humana e a continuidade da vida no planeta. A construção de um novo pacto ecológico, fundamentado na justiça ambiental, na participação democrática e na solidariedade entre gerações, é condição indispensável para enfrentar os impactos da crise climática e garantir um futuro sustentável aos presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BODNAR, Zenilde. **Emergência climática, justiça socioambiental e os limites da política ambiental neoliberal.** Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 1, p. 163-191, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 14.904, de 28 de junho de 2024. **Estabelece diretrizes para a elaboração e implementação de planos de adaptação à mudança do clima.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 760.** Relatora: Ministra Cármen Lúcia, Brasília, DF, 2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: ONU, 1992.

CRUZ, André; BODNAR, Zenilde. **Insustentabilidade e produção de resíduos:** a face oculta do sistema do capital. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 7-26, 2020.

HULSE, Daniel. **História da sustentabilidade:** das origens à atualidade. Lisboa: GreenPress, 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Our Common Future. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio.** Nova Iorque: ONU, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. The Future We Want. **Documento final da Conferência Rio+20.** Rio de Janeiro: ONU, 2012.

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SUA APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL EM INSTÂNCIAS SUPERIORES

Categoria: Direito

Luís Eduardo Tortato de Souza
Cassio Andrei Vargas Furlan

Resumo - O trabalho traça a evolução histórica do princípio da presunção da inocência, contrastando o sistema inquisitório medieval com os ideais iluministas que o positivaram em documentos como a Declaração dos Direitos do Homem (1789). No Brasil, o princípio se consolidou apenas com a Constituição Federal de 1988, superando a tradição colonial e as constituições autoritárias.

O objetivo é analisar a aplicação do princípio na jurisprudência. A análise jurídica se concentra na mudança de entendimento do STF: a tese da execução provisória da pena após 2º grau (HC 126.292) foi revertida pelo julgamento das ADCs 43, 44 e 54, que reafirmaram o trânsito em julgado como marco para a culpabilidade.

O estudo também aborda o Standard Probatório "além da dúvida razoável" adotado pelo STJ. Conclui-se que o princípio funciona como regra de julgamento (in dubio pro reo), embora persista a divergência no Tribunal do Júri quanto à aplicação do In Dubio Pro Societate.

Palavras-chave: Presunção de Inocência, Trânsito em Julgado, In Dubio Pro Reo.

INTRODUÇÃO

A gênese desse princípio remonta a um período de forte contraste, em oposição direta ao sistema jurídico que vigorava na Idade Média. Um exemplo notório é a atuação do Tribunal do Santo Ofício, que, com seu procedimento inquisitório, concentrava a função de acusar e julgar. Neste contexto, o controle total dos procedimentos judiciais nas mãos dos julgadores era exercido para exterminar atos hereges (Lopes Júnior, 2025).

Partindo dessa premissa histórica, o princípio da presunção de inocência evoluiu consideravelmente até ser formalmente introduzido no ordenamento jurídico brasileiro. Sua plena afirmação atravessa o período imperial, as constituições republicanas e o regime ditatorial, encontrando sua consagração e força máxima na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), superando tradições anteriores.

Nesse sentido, o trabalho possui como objetivo analisar a interpretação e a aplicação prática desse princípio fundamental no cenário jurídico contemporâneo, confrontando o ideal garantista com a necessidade de efetividade penal (Lopes Júnior, 2025). O foco recai sobre a controvérsia jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do marco para o início da

execução da pena , destacando-se a superação da tese da prisão em segunda instância pela reafirmação do trânsito em julgado (Jesus e Bragança, 2017).

Para tanto, o desenvolvimento deste referencial teórico se pauta na análise da evolução histórica, seguida pelo estudo do standard probatório "além da dúvida razoável" e da recente oscilação jurisprudencial (Andrade, 2021), com foco nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do marco para o início da execução da pena e sua correlação com o trânsito em julgado, de que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (Brasil, 1988).

METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem metodológica mista, iniciando com a Pesquisa Bibliográfica. Este procedimento se fundamenta na revisão e análise de fontes secundárias, como livros, monografias e artigos científicos, em formatos físico e digital (Lozada e Nunes, 2019). Ademais, a seleção rigorosa de trabalhos e produções especializadas sobre o tema proporciona o aprofundamento teórico necessário, fomentando a capacidade crítica e o discernimento do pesquisador para a delimitação e filtragem das informações pertinentes (Lakatos e Marconi, 2022). Por fim, a pesquisa bibliográfica propicia um exame sobre o tema proposto e, ao final, gera novas abordagens e visões sobre o tema escolhido (Lozada e Nunes, 2019).

Adicionalmente, este estudo emprega a abordagem qualitativa, materializada pela análise documental e jurisprudencial. Tal procedimento consistiu na investigação de julgados selecionados do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). A coleta e a análise dos dados foram realizadas diretamente pelo pesquisador, conferindo foco nas características subjetivas e nos elementos fáticos dos casos, e buscando aprofundar a compreensão do problema em sua manifestação na realidade prática do Direito (Lozada e Nunes, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O princípio da presunção de inocência traça sua origem na superação do sistema inquisitorial da Idade Média, que permitia a condenação com base em meras "semi-provas" e voltava a dúvida contra o réu. Sua afirmação filosófica se deu no Iluminismo, com Cesare Beccaria, e foi positivada na Declaração dos Direitos do Homem em 1789. Documentos internacionais subsequentes, como a Declaração Universal de 1948 e o Pacto de San José da Costa Rica de 1969, reforçaram o princípio, adicionando garantias processuais essenciais.

A trajetória do princípio no Brasil foi marcada por avanços e recuos. Embora o Império e a Velha República tenham abolido penas cruéis, a presunção de inocência não foi expressamente prevista. O maior retrocesso ocorreu durante o Estado Novo e o Código de Processo Penal de 1941, que adotaram um viés autoritário e excluíram o princípio. A consagração definitiva veio com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a presunção até o trânsito em julgado da sentença condenatória, regra reforçada pelo Art. 283 do CPP em 2019.

A aplicação do princípio gerou intensa controvérsia no STF, especialmente após o HC 126.292 (2016), que flexibilizou a regra e permitiu a execução provisória da pena após a segunda instância em nome da efetividade penal. Contudo, essa tese foi derrubada em 2019 no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, que reconheceram a constitucionalidade do Art. 283 do CPP. A decisão final do STF reafirmou que a presunção de inocência se mantém até o esgotamento dos recursos, sendo a prisão anterior permitida apenas se fundamentada nos requisitos da prisão cautelar (Art. 312 do CPP).

Atualmente, o princípio se impõe como uma rigorosa regra de julgamento, exigindo o standard probatório "além da dúvida razoável" para a condenação. O STJ tem progressivamente abandonado o uso do in dubio pro societate em decisões de pronúncia, por considerá-lo incompatível com a lógica garantista. O TJSC segue essa tendência, aplicando o in dubio pro reo e exigindo provas robustas e judicializadas, não apenas indícios da fase policial, para sustentar um decreto condenatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da presunção de inocência, marcada pelas decisões do STF (ADCs 43, 44 e 54 de 2019) e a adoção do rigoroso standard probatório "além da dúvida razoável" pelo STJ, representa um significativo avanço civilizatório para o Direito Processual Penal brasileiro. É particularmente relevante observar que essa orientação garantista tem encontrado um espelho imediato e concreto em tribunais estaduais, como o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), com acórdãos datados de 2024 e 2025. Essa recente e constante convergência demonstra a efetiva materialização do in dubio pro reo na jurisdição ordinária, garantindo que a proteção constitucional da liberdade sirva como um limite real e contemporâneo ao poder punitivo estatal em todo o país.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço do fundo do coração à minha família. Pelo apoio incondicional e por estarem sempre ao meu lado. Um agradecimento especial ao Professor Cássio pelo indispensável suporte e orientação prestados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávio da Silva. **Standards de prova no processo penal**: os critérios de suficiência probatória, sua sistematização e a aplicabilidade do proof beyond a reasonable doubt no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/626f5b38-6b4b-4c2a-a0b8-36cd3cf1d3b9. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa de 1988**. BRASÍLIA, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.**Código de Processo Penal**. RIO DE JANEIRO, 03 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 126.292**. Relator: Min. Teori Zavascki. Julgado em 17 mai. 2016. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 17 maio 2016. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4697570. Acesso em: 29 jun. 2025.

FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

JESUS, Thiago Allisson Cardoso de; BRAGANÇA, Pedro Augusto Gomes de Oliveira. **O princípio do estado de inocência e a atuação do Supremo Tribunal Federal**: historicidade e (des)continuidades em suspense na contemporaneidade. Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição, Maranhão, p. 63-84, jul./dez. 2017. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/d002/48e4d9a824a1f877dba3c3526479c7337c11.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025**. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.433. ISBN 9788553625673. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/. Acesso em: 26 jun. 2025.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.158. ISBN 9788595029576. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/. Acesso em: 30 out. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.290. ISBN 9786559770670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/. Acesso em: 30 out. 2025.

DIABETES MELLITUS TIPO 1: UMA ANÁLISE JURÍDICA ABRANGENTE NO ÂMBITO DO DIREITO SANITÁRIO

Categoria: Trabalho de Conclusão do Curso

Talissa Bento Jaremtchuk[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – Este trabalho demonstra a inadequação do arcabouço jurídico-sanitário brasileiro no tratamento do Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1) e propõe o reconhecimento do Direito Fundamental à Saúde Tecnológica. Mediante revisão bibliográfica da legislação sanitária e análise de políticas públicas de saúde, identificou-se que, embora o artigo 196 da Constituição Federal assegure a saúde como direito universal, o acesso a tecnologias avançadas para manejo do DM1 permanece restrito. Aproximadamente 520 mil brasileiros convivem com DM1, condição autoimune que exige monitoramento contínuo da glicemia e administração precisa de insulina mediante tecnologias como monitores contínuos de glicose, bombas de insulina e canetas inteligentes. O acesso limitado decorre de lacunas legislativas e da tensão entre o Mínimo Existencial e a Reserva do Possível, resultando em judicialização crescente e desigualdade. Propõe-se a construção de novo paradigma jurídico que reconheça o Direito Fundamental à Saúde Tecnológica, integrando os princípios do Sistema Único de Saúde às demandas contemporâneas de inovação. Conclui-se que a atualização do marco regulatório é essencial para garantir dignidade, qualidade de vida e efetiva proteção constitucional aos pacientes com DM1, superando barreiras de acesso e promovendo justiça sanitária.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 1; Direito fundamental à saúde; Legislação.

1 INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma condição crônica que afeta aproximadamente 520 mil brasileiros (T1D Index, 2025). Caracterizada pela incapacidade do pâncreas de produzir insulina, esta condição exige monitoramento constante dos níveis glicêmicos e administração de insulina exógena ao longo de toda a vida. A natureza imprevisível das oscilações glicêmicas pode resultar em complicações graves, incluindo episódios de hipoglicemia severa e cetoacidose diabética potencialmente fatais (Mota; Strufaldi; Alvarez, 2023). Situação que exige análise jurídica para garantir os direitos fundamentais à saúde e à vida, considerando o impacto na qualidade de vida e a potencial letalidade da condição.

Nas duas últimas décadas, o avanço exponencial da tecnologia como o Monitoramento Contínuo de Glicose, bombas de insulina automatizadas e canetas conectadas, aliada aos demais

[1] Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

tratamentos médicos transformou radicalmente as possibilidades terapêuticas para pessoas com DM1. Essas inovações proporcionam não apenas melhor controle glicêmico – com consequente redução de complicações agudas e crônicas – mas também significativa melhoria na qualidade de vida. Conforme American Diabetes Association – ADA (2025), estudos evidenciam que o uso de tecnologias está associado à redução de episódios de hipoglicemia grave, diminuição da variabilidade glicêmica, melhora nos índices de hemoglobina glicada e redução da carga mental associada ao gerenciamento constante da condição.

Entretanto, o manejo da condição crônica demanda um atendimento multidisciplinar especializado que transcende o simples fornecimento de recursos terapêuticos, pois exige acompanhamento endocrinológico, suporte nutricional, orientação psicológica, educação em diabetes para pacientes e familiares e suporte em espaços de interação social. Sob o prisma do direito constitucional e sanitário, essa assistência multidisciplinar representa a concretização do direito fundamental à saúde, cuja efetividade, todavia, enfrenta obstáculos sistemáticos, evidenciando a distância entre o texto normativo e a realidade vivenciada pelos pacientes.

O direito fundamental à saúde, consagrado no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988, art. 196). Este preceito constitucional, ao preconizar o acesso universal e igualitário, demanda a aplicação do princípio da equidade, que fundamenta a oferta de recursos e ações diferenciadas para atender às necessidades específicas do DM1, visando reduzir desigualdades.

O problema central que este trabalho busca enfrentar reside na inadequação do atual arcabouço jurídico brasileiro para atender às especificidades do DM1. Observa-se uma lacuna legislativa específica, evidenciada pela ausência de marcos regulatórios adequados, que reconheçam as especificidades do DM1 e pela limitação do SUS ao fornecimento de insumos básicos, em detrimento de tecnologias avançadas disponíveis. Esta lacuna normativa tem gerado insegurança jurídica e perpetuado desigualdades na efetiva satisfação das necessidades práticas de manejo da condição e o acesso a tratamentos adequados.

Apesar da relevância social e jurídica da questão, observa-se escassez de estudos acadêmicos que abordem especificamente a interface entre diabetes mellitus tipo 1 e direito sanitário brasileiro. A literatura jurídica nacional concentra-se em aspectos gerais do direito à saúde, sem aprofundamento nas particularidades normativas do DM1, justificando a necessidade de pesquisas que contribuam para o aperfeiçoamento da proteção jurídica aos portadores desta condição.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a existência de lacunas normativas que vulnerabilizam os diabéticos, bem como, os fundamentos jurídicos para o reconhecimento de um direito fundamental à saúde tecnológica no contexto do diabetes tipo 1. Como objetivos específicos, busca-se: a) apresentar os aspectos médicos e sociais do DM1, demonstrando os desafios de tratamento; b) analisar o panorama legislativo brasileiro, considerando as leis existentes e as ações/omissões governamentais; c) sugerir mecanismos jurídicos para efetivação do direito à saúde do diabético, incluindo, acesso a tratamentos e tecnologias.

2. METODOLOGIA

O presente estudo adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, mediante pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos; 2022).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DOS ASPECTOS MÉDICOS

O diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma condição decorrente de uma falha imunológica, na qual o próprio sistema de defesa do organismo ataca e destrói de forma progressiva e seletiva as células responsáveis pela produção de insulina no pâncreas (Addissouky, 2024). Como consequência deste mecanismo, o pâncreas perde a função de produzir insulina de forma permanente, estabelecendo um desequilíbrio no organismo e caracterizando o excesso de açúcar no sangue (Ferreira, 2024; Mota; Strufaldi; Alvarez, 2023). A natureza imprevisível das oscilações glicêmicas pode resultar em complicações graves, incluindo episódios de hipoglicemia severa e cetoacidose diabética potencialmente fatais (Mota; Strufaldi; Alvarez, 2023).

As tecnologias avançadas para manejo do DM1 representam ferramentas essenciais para a preservação da vida. Sistemas de Monitoramento Contínuo de Glicose - CGM, bombas de insulina automatizadas e canetas inteligentes proporcionam melhor controle glicêmico, redução de complicações e melhoria significativa na qualidade de vida. Conforme American Diabetes Association, estudos evidenciam que o uso de tecnologias está associado à redução de episódios de hipoglicemia grave, diminuição da variabilidade glicêmica, melhora nos índices de hemoglobina glicada e redução da carga mental associada ao gerenciamento constante da condição (ADA, 2025).

O direito fundamental à saúde, consagrado no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado", garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. A natureza prestacional deste direito fundamental implica que sua efetivação depende da capacidade do Estado em organizar e financiar um sistema de saúde adequado às necessidades da população (Louzada et al, 2025). A efetivação deste direito materializa-se através do Sistema Único de Saúde - SUS, estruturado sobre os princípios da universalidade, integralidade e equidade (Brasil, 1990). É o princípio da equidade que fundamenta juridicamente a necessidade de políticas específicas para o DM1, reconhecendo que esta condição demanda recursos diferenciados.

Contudo, a análise do marco regulatório vigente revela lacunas significativas. A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e a CONITEC, embora existam para organizar a oferta, frequentemente excluem inovações de alto custo ou tecnologias de monitoramento contínuo, que são vitais para o controle da DM1 (Vieira, 2020). A ausência desses insumos leva a um pior controle glicêmico, aumentando o risco de complicações crônicas graves e, consequentemente, elevando os custos gerais para o sistema de saúde a longo prazo (Corrêa et al, 2023; IDF, 2021; Vieira, 2020).

A proteção de crianças e adolescentes com DM1 constitui aspecto crítico desta análise. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA garante o direito à vida, à saúde e à educação,

exigindo proteção integral (Brasil, 1990). Considerando que o DM1 afeta aproximadamente 520 mil brasileiros (T1D Index, 2025), predominantemente jovens, a ausência de acesso a tecnologias adequadas representa violação direta aos direitos fundamentais deste grupo, com impactos no desenvolvimento físico, psicológico e social (Lima; Aguiar, 2025).

A tensão entre direitos fundamentais e limitações orçamentárias constitui elemento central neste debate. A reserva do possível, que fundamenta a limitação de recursos estatais para a satisfação de direitos sociais, não pode servir como argumento para negar direitos essenciais, especialmente o mínimo existencial, que compreende as condições básicas para uma vida digna (Corrêa et al, 2023; Vieira, 2020). O ônus de provar a indisponibilidade de recursos recai sobre o Estado, e o mínimo existencial atua como um escudo para a dignidade do indivíduo (Corrêa et al, 2023). A judicialização, contudo, deve ser compreendida como sintoma de falha sistêmica. Esse modelo acarreta morosidade processual, custos elevados e uma sobrecarga que impede respostas ágeis e adequadas para demandas que, por sua natureza, exigem máxima urgência (Lima; Aguiar, 2022).

Diante deste cenário, propõe-se o reconhecimento de um Direito Fundamental à Saúde Tecnológica, caracterizado pela garantia de acesso a tecnologias cientificamente validadas e essenciais para tratamento de condições crônicas. Este direito fundamenta-se no artigo 196 da CF/88, no princípio da dignidade humana e na equidade do SUS, reconhecendo que a efetiva proteção da saúde contemporânea demanda não apenas medicamentos, mas tecnologias que viabilizem o manejo adequado de condições complexas como o DM1. Estudos demonstram que o tratamento com bomba de insulina tem melhor custo-benefício ao paciente com DM, pois permite e facilita mudanças na dieta e nos exercícios, melhora o controle metabólico e reduz episódios de hipoglicemia grave ou cetoacidose diabética, contribuindo para maior qualidade de vida.

A operacionalização deste direito exige medidas concretas. No plano legislativo, faz-se necessária lei específica reconhecendo as especificidades do DM1 e definindo tecnologias essenciais. No âmbito administrativo, impõe-se a atualização da RENAME, revisão dos critérios da CONITEC e elaboração de Protocolos Clínicos específicos para DM1. Propõe-se ainda a criação de câmaras de mediação sanitária, possibilitando soluções mais ágeis e técnicas que a via judicial (Lima; Aguiar, 2022). A solução passa pela superação do modelo meramente reativo, mediante o reconhecimento das tecnologias avançadas como parte essencial do direito fundamental à saúde. A incorporação desses novos paradigmas exige uma postura ativa do Estado, que deve deixar de ser um mero provedor de insumos básicos para se tornar um garantidor de um tratamento de excelência, pautado na ciência e na dignidade humana.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, pela oportunidade de formação acadêmica e pelo ambiente propício ao desenvolvimento do pensamento crítico e da pesquisa científica. À Professora Caroline Neris Bridi, pela orientação dedicada, pelo conhecimento compartilhado e pela paciência em conduzir este trabalho

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que o acesso a tecnologias avançadas para tratamento do Diabetes Mellitus Tipo 1 constitui direito fundamental derivado do artigo 196 da Constituição Federal, cuja efetivação encontra-se comprometida por lacunas legislativas. A principal contribuição desta pesquisa consiste na proposta de reconhecimento legislativo do Direito Fundamental à Saúde Tecnológica, mediante elaboração de lei específica que estabeleça o rol de tecnologias essenciais e os mecanismos de garantia de acesso. A aprovação de marco legal que reconheça expressamente as tecnologias avançadas como parte integrante do direito à saúde representa medida indispensável para superação das barreiras atuais e concretização dos princípios constitucionais da integralidade e equidade no tratamento do DM1.

REFERÊNCIAS

ADDISSOUKY, T.A. *et al.* Type 1 diabetes mellitus: retrospect and prospect. *Bull Natl Res Cent* (2024). https://doi.org/10.1186/s42269-024-01197-z. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s42269-024-01197-z. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

GUIMARÃES, L. G. *et al*. Impacto das novas tecnologias no tratamento do Diabetes Mellitus. Brazilian Journal of Health Review, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/54826/40473. Acesso em: 23 out. 2025.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION. IDF Diabetes Atlas: 11. ed. Bruxelas, Bélgica: International Diabetes Federation, 2025. Disponível em: https://diabetesatlas.org/media/uploads/sites/3/2025/04/IDF_Atlas_11th_Edition_2025.pdf. Acesso em: 13 Set. 2025.

LIMA, L. B. P. S; AGUIAR, M. P. Mediação sanitária como instrumento de efetivação do direito fundamental à saúde. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2022.179202. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdisan/article/view/179202. Acesso em: 25 out. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 295. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/. Acesso em: 25 out. 2025.

VIEIRA, Fabiola S. Direito à saúde no Brasil : seus contornos, judicialização e a necessidade da macrojustiça. Texto para Discussão. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/2324a0fc-5e3b-46cd-b9ab-02b9ebcd7db4. Acesso em 10 out. 2025.

URBANIZAÇÃO E INJUSTIÇA AMBIENTAL: UMA LEITURA CRÍTICA SOBRE O RACISMO AMBIENTAL NAS MARGENS DAS CIDADES

Categoria: Trabalho de conclusão de Curso II

Luana Aparecida dos[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – O artigo aborda o tema do racismo ambiental, termo utilizado para descrever a forma como comunidades de minorías étnicas e populações marginalizadas são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, como poluição, desastres naturais e degradação ambiental. Essa exposição é resultado de políticas, práticas e estruturas sociais que perpetuam desigualdades e discriminação racial ao longo do tempo, e a necessidade de um desenvolvimento sustentável, com foco para a cidade de Caçador/SC.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Sustentabilidade; Vila Usina.

INTRODUÇÃO

A inter-relação entre os processos de urbanização e as questões socioambientais tem se intensificado nas últimas décadas, evidenciando um fenômeno complexo conhecido como racismo ambiental. Este se caracteriza pela distribuição desigual dos impactos ambientais negativos, nos quais comunidades racializadas e historicamente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas por poluição, precariedade no acesso a recursos básicos e vulnerabilidade a desastres (Bullard; Wright, 1990). Nesse contexto, surge a questão central da pesquisa: de que forma o processo de urbanização contribui para o racismo ambiental?

O objetivo geral do estudo analisa como os processos de urbanização contribuem para a reprodução do racismo ambiental nas periferias urbanas, evidenciando os impactos socioambientais desiguais e as dinâmicas de exclusão que afetam populações historicamente marginalizadas. Busca-se compreender as interconexões entre políticas urbanas, degradação ambiental e injustiças raciais (Santos, 2022).

Para alcançar o objetivo, foram definidos três objetivos específicos: o primeiro em verificar o amparo constitucional brasileiro ao direito ambiental, à luz do reconhecimento desse como direito fundamental (Brasil, 1988); o segundo a analíse de como o desenvolvimento sustentável pode capacitar cidades inclusivas; e o terceiro, examinar, sob a perspectiva da justiça ambiental e da injustiça ambiental, a relação entre desigualdades sociais e a realidade do bairro Vila Usina,

[1] Aluna do Curso de Direito Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

particularmente em relação à privação de acesso à energia elétrica, água potável e à deterioração das condições de vida da população local.

Para fundamentar a análise, o primeiro capítulo aborda o amparo constitucional brasileiro ao direito ambiental, ressaltando seu reconhecimento como direito fundamental. Compreender a proteção legal existente é essencial para avaliar sua efetividade na mitigação do racismo ambiental e na promoção da justiça socioambiental (Canotilho, 2003).

O segundo capítulo trata do conceito de sustentabilidade, explorando suas dimensões sociais, ambientais e econômicas. A análise permite identificar estratégias e abordagens que promovam equidade e justiça ambiental nos espaços urbanos, rompendo padrões de exclusão historicamente consolidados (Campos, 2020).

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a realidade do bairro Vila Usina, em Caçador, como estudo de caso para ilustrar os conceitos teóricos previamente discutidos. A investigação das dinâmicas socioambientais locais permite compreender como o crescimento urbano desordenado e a omissão do poder público podem perpetuar o racismo ambiental, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam inclusão, dignidade e justiça socioambiental (Caçador, 2025, Secretaria de Assistência Social).

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2022), o presente trabalho classifica-se, de acordo com sua área de conhecimento, como ciência social aplicada. Segundo a finalidade, uma pesquisa aplicada, ou seja, direcionada à aquisição de conhecimentos voltados à aplicação em uma situação específica.

Os métodos empregados são os exploratórios por buscar maior familiaridade com o problema e com o objetivo, para torná-los mais explícitos e construir hipóteses. Também é utilizado coleta de dados, onde os dados podem ser obtidos por meio de consultas a arquivos, análise de documentos, entre outros (Gil, 2022, coleta de dados).

O estudo se concentrou na análise de produções acadêmicas, livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam o tema do racismo ambiental, com o objetivo de compreender suas dimensões sociais, jurídicas e políticas. Optou-se por realizar uma revisão narrativa da leitura. A revisão narrativa possibilitou a seleção e interpretação de estudos relevantes sobre o tema, proporcionando uma análise reflexiva com base na diversidade de perspectivas encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo foi criado na década de 80 pelo renomado Dr Benjamin Franklin Chavis Jr e foi durante um protesto contra os depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte, onde a maioria da população era negra. Segundo Teresa Santos, ele observou os danos ambientais e como elas seguiam um padrão racial, desta forma deu origem a expressão “racismo ambiental”, com intuito de denunciar o racismo e a injustiça.

Criada na década de 1980, a expressão racismo ambiental pelo Dr Benjamin Franklin Chavis Jr (1948), químico, reverendo e liderança do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Quando novo, ele foi assistente de Martin Luther King Jr (1929 – 1968), pastor batista, ativista político e ainda ganhou o Prêmio Nobel da Paz por suas ações voltadas ao combate do racismo no país norte americano através da resistência não violenta (Santos, 2022).

Aduz Santos (2022) que baseado no conhecimento e legado do Dr. Benjamim, iniciou-se uma batalha mundial pela justiça ambiental. Desde a década de 80 até os anos atuais, o racismo ambiental permanece e em nosso país é facilmente perceptível nas periferias, pois a população não possui meios aquisitivos para evitar ou ao menos remediar esses impactos.

No Brasil, assim como na maioria dos outros países, as favelas e periferias são as mais impactadas. Comunidades de baixa renda, muitas vezes de maioria negra ou indígena, são as que mais sofrem. Segundo a Secretária de Comunicação Social do governo, a falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, de estrutura urbana e de condições de moradia digna afetam a saúde e a qualidade de vida dos moradores e agrava ainda mais os impactos das mudanças climáticas, ocasionando enchentes e deslizamentos (GOV, 2024).

Também, conforme descrito por Pacheco (2014), os povos indígenas, remanescentes de quilombos, agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, marisqueiras e outros representantes de populações tradicionais, resta alguma forma de exílio. Do confinamento em assentamentos ou em reservas cada vez menores, sem condições para garantir suas tradições culturais e sequer a subsistência, ao desterro e à migração para os centros urbanos, onde dificilmente conseguirão conquistar algum espaço para viver com dignidade. Na maioria dos casos, acabaram nas zonas de risco das favelas, dos subúrbios ou do entorno de fábricas, poluídos pelos lixões e pelos resíduos tóxicos.

Ainda, segundo Pacheco (2014), a maioria absoluta das denúncias envolve problemas que acontecem bem longe dos centros urbanos e dos holofotes da mídia. A contaminação do solo por resíduos tóxicos está presente em diversos exemplos: no Amapá, o Conselho das Comunidades Afrodescendentes conseguiu vencer a luta contra os resíduos de manganês deixados pela ICOMI na Serra do Navio, após quase 30 anos de exploração do minério; na Bahia, habitantes de bairros negros ainda se veem às voltas com crianças que nascem mortas ou inteiramente deformadas, em consequência da contaminação provocada pela Companhia Brasileira de Chumbo ao longo de décadas; no Ceará, os Jenipapo-Kanindé continuam sua luta contra a empresa Ypióca, que explora a água da sua sagrada Lagoa Encantada para alimentar seus 4.000 hectares de monocultura de cana e produzir cachaça e polui com vinhoto o lençol freático da reserva (Pacheco, 2014).

Porém, apesar dos grandes impactos que a contaminação por produtos tóxicos causa, o racismo ambiental vai muito além, incluindo até mesmo o tráfico humano.

Mas é uma visibilidade indesejável, eivada de preconceitos e, no geral, associada diretamente a um dos problemas centrais das grandes megalópoles: a violência urbana. São precisamente eles que ocupam, na maioria, as favelas, os arredores dos lixões, as periferias marginalizadas, os diferentes locais onde a miséria é a tônica, onde o tráfico impera, onde as

milícias e a polícia dão vazão ao seu sadismo, disparando a esmo, humilhando e negando de todas as formas a cidadania (PACHECO 2014).

Em todas as regiões do país existem locais considerados em situação de "racismo ambiental". Caçador não se difere, exemplo disso é a localidade conhecida como "Vila Usina", onde residem aproximadamente 70 famílias, em média 300 pessoas, sem nenhum tipo de saneamento, água ou energia elétrica (Caçador, 2025, Secretaria de Assistência Social).

Residem em sua maioria em casas de madeiras, construídas pelos próprios moradores de forma improvisada, deixando em evidência a precariedade e o abandono pelo Poder Público. Tem esse nome porque fica a poucos metros de uma usina hidrelétrica pertencente a uma empresa particular, a Vila teve origem em média 20 anos atrás (IFSC,2021).

Algumas moradias possuem geradores que funcionam a gasolina, porém com o alto custo da mesma, só são usados em caso de extrema necessidade. Os moradores se organizaram em forma de associação, onde elegeram um presidente e seus demais membros, para que esses atuem como representantes, buscando junto ao poder público meios de melhorias para a comunidade, entre as maiores conquistas dos moradores está a coleta rotativa do lixo, e caixas d'água, para armazenamento e distribuição entre os moradores (IFSC, 2021).

No ano de 2021 um jovem morador da Vila, produziu um documentário chamado Vila Usina, desenvolvimento de um projeto em parceria com o do Instituto Federal, relatando a realidade vivenciada por eles, como forma de chamar a atenção dos órgãos públicos. (IFSC, 2021).

Esse mesmo jovem, Elias de Lima Lisboa, tem um projeto realizado com recursos do prêmio de cinema Catarinense de cinema- Edição Especial Lei Paulo Gustavo/2023, onde oferece mais de 30 sessões de cinema gratuitas em escolas e comunidades do Contestado, principalmente Caçador e Lebon Régis, a programação inclui filmes de ficção, documentários de curta e média metragem e videoclipes, produzidos em diversas regiões do país. Os filmes começaram a ser exibidos no segundo semestre de 2024 (Cine, 2023).

O projeto Cine (2023), leva ao povo ignorado, o acesso à cultura, pois segundo a visão dos idealizadores a exclusão para quem vive às margens da sociedade capitalista, não os limita apenas a falta de água, energia e saneamento, mas também e não menos importante a falta de cultura.

A comunidade, ainda que com escassez de recursos, não desiste de ser vista e ouvida, para isso, é necessário que as injustiças ambientais por elas sofridas, sejam entendidas como parte de uma luta contra um inimigo comum, que é o modelo de desenvolvimento desumano, que se pauta pela ganância e a busca insaciável de mais exploração e lucros. Essa luta requer a articulação e a cumplicidade de todas as populações atingidas, movimentos sociais, academia e ONGs em torno de um projeto de sociedade mais humano, justo e sustentável (PACHECO 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências analisadas no decorrer do estudo evidenciam a estreita relação entre racismo e questões ambientais. A distribuição desigual de recursos e oportunidades reflete

padrões históricos de discriminação racial e social, nos quais comunidades negras, indígenas e de baixa renda são as mais vulneráveis aos impactos ambientais, em razão de sua localização geográfica, condições socioeconômicas precárias e menor acesso a recursos e representação política.

O racismo ambiental não deve ser compreendido como um fenômeno isolado, mas sim como parte de um sistema mais amplo de desigualdades sociais e raciais. A interseccionalidade entre raça, classe e gênero intensifica a exposição de determinados grupos a riscos ambientais, aprofundando suas vulnerabilidades.

Diante desse contexto, torna-se urgente a implementação de ações concretas para enfrentar o racismo ambiental. Entre as medidas essenciais destacam-se: a promoção da justiça ambiental, o fortalecimento da legislação, a realização de monitoramento e investigação contínuos, a educação ambiental e a elaboração de políticas públicas interseccionais, capazes de atender às especificidades de grupos historicamente marginalizados.

O enfrentamento do racismo ambiental constitui um desafio complexo, que exige respostas multidisciplinares e intersetoriais. Superar essa problemática implica construir uma sociedade mais justa e equitativa, em que todos tenham acesso a um ambiente saudável e digno. Romper com padrões históricos de desigualdade e promover a inclusão social e ambiental é condição indispensável para assegurar direitos fundamentais e consolidar a justiça socioambiental.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à Uniarp pela oportunidade concedida para o desenvolvimento deste projeto, que se revelou de grande importância para minha formação acadêmica. Expresso, igualmente, minha profunda gratidão à professora orientadora Caroline Neris Bridi, pelo apoio constante, dedicação e orientação indispensáveis durante toda a execução deste trabalho

REFERÊNCIAS

CAÇADOR, Secretaria de Assistência Social e Habitação: Levantamento habitacional de abril de 2024. Caçador,2025;

CINE, Raízes. Regulamento Inscrição De Filmes Cineclube Raízes. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k_ABIhq7flMf9GXNIZ6KFz092sZ7hQA-/view. Acessado em: 12/10/2025;

IFSC, Caçador. Instituto Federal de Santa Catarina. Documentário Vila Usina. YouTube 2021. Caçador 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=agfoNfinTno. Acessado em: 12/10/2025;

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2022. Minha Biblioteca 7º edição. Grupo Atlas. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1]!/4/2/2%4051:88. Acessada em 10/03/2025;

GOV.BRASIL, Secretaria Da Comunicação Social. **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis.** A luta contra o racismo ambiental envolve a defesa dos direitos humanos e ambientais e a valorização do conhecimento e da experiência das comunidades afetadas. Publicado em: 16/01/2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis#:~:text=Algumas%20medidas%20que%20podem%20ser,e%20a%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento . Acesso em: 28/02/2025;

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental: Expropriação do território e negação da cidadania**. Publicado em: 2014. Blog Combate Racismo Ambiental. Disponível em: https://www.spinvisivel.org/blog/racismo_ambiental/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwmOm3BhC8ARIsAOSbapWB8iEgwlVrX18hE0xrPDgZagC8S61Yncnvb9CBnjwgjcop1ZBSgs8aAhW-EALw_wcB . Acesso em: 10/03/2025

SANTOS, Teresa. **Racismo ambiental: o que é isso?** Publicado em: 15/05/2022. Blog In Viva/Museu da Vida. Disponível em: https://www.invivo.fiocruz.br/sustentabilidade/racismo-ambiental/. Acesso em: 09/03/2025.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR ATOS DE CIBERCRIME: PROTEÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriela Baseggio Borges da Silva[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – O presente trabalho aborda a Responsabilidade Civil por Danos Causados por Atos de Cibercrime, com foco na Proteção de Dados e Informações Pessoais no contexto da sociedade digital. Analisa-se como o ordenamento jurídico brasileiro tem respondido às novas formas de ilícitos virtuais e de que maneira a responsabilidade civil atua na reparação e prevenção dos danos decorrentes dessas práticas. A pesquisa evidencia que o avanço tecnológico trouxe benefícios à comunicação e ao desenvolvimento, mas também aumentou a vulnerabilidade de indivíduos e instituições diante de crimes cibernéticos, como invasões de sistemas, fraudes e vazamentos de dados. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, com base no Código Civil, no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de doutrinas e jurisprudências recentes. Conclui- se que a responsabilidade civil exerce papel essencial na proteção dos direitos da personalidade e na efetivação da dignidade da pessoa humana, ao assegurar a reparação integral dos prejuízos e incentivar práticas de segurança e governança de dados.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Cibercrime; Proteção de Dados; LGPD; Dano Digital.

INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre a Responsabilidade Civil por Danos Causados por Atos de Cibercrime: Proteção de Dados e Informações tem como propósito analisar, sob o ponto de vista do Direito Civil contemporâneo, a necessidade de responsabilização dos agentes causadores de danos no ambiente digital, tendo como foco a proteção dos dados pessoais e informações sensíveis. A crescente digitalização das relações humanas trouxe não apenas facilidades, mas também novos riscos, especialmente relacionados aos crimes cibernéticos, que atentam contra a privacidade, a segurança e a dignidade das pessoas (Guedes, 2019).

A era da informação transformou o modo como indivíduos e empresas interagem. A tecnologia, embora essencial para o desenvolvimento econômico e social, também se tornou instrumento para práticas ilícitas, como fraudes eletrônicas, vazamentos de dados e invasões de sistemas. Segundo Limberger (2020), a sociedade da informação exige uma releitura dos

[1] Aluna do Curso de Direito Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

institutos jurídicos clássicos, pois a vulnerabilidade digital das pessoas torna indispensável a efetivação da proteção de dados como direito fundamental.

Nesse cenário, a responsabilidade civil passa a ter função não apenas reparatória, mas também preventiva e pedagógica. Como destaca Guedes (2019), o dever de indenizar decorre do desequilíbrio causado por uma conduta ilícita, sendo necessário que o sistema jurídico assegure o ressarcimento integral do dano, conforme os artigos 186 e 927 do Código Civil (Brasil, 2002).

Além disso, a promulgação da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — e do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) reforçou a necessidade de uma regulação específica para o uso de dados pessoais e para a responsabilização dos agentes que violam direitos digitais. A tutela da privacidade e da autodeterminação informacional, princípios basilares da LGPD, evidenciam que o tratamento inadequado de dados pode gerar danos morais e materiais, ensejando a responsabilidade objetiva (Bioni; Dias, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho busca compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem respondido aos desafios impostos pelos cibercrimes e de que maneira a responsabilidade civil atua na reparação dos danos oriundos dessas práticas, especialmente sob o prisma da dignidade da pessoa humana e da proteção da privacidade.

METODOLOGIA

O estudo desenvolveu-se mediante o método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial. Foram analisadas doutrinas contemporâneas, legislações correlatas e decisões judiciais que tratam da responsabilidade civil aplicada a ilícitos virtuais.

A pesquisa bibliográfica incluiu autores como Guedes (2019), Limberger (2020), Diniz (2020), Bioni e Dias (2020), Duarte (2023), Paganella (2022) e Silva (2024/2025), os quais discutem a evolução do conceito de dano e a aplicação da responsabilidade civil em contextos digitais. A análise documental utilizou como fontes principais o Código Civil de 2002, o Marco Civil da Internet e a LGPD, além da Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann), que tipifica crimes informáticos.

No âmbito jurisprudencial, foram consultadas decisões recentes dos tribunais brasileiros, como o julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Cível nº 1012345-25.2019.8.26.0100), que reconhece o dano moral presumido em casos de vazamento de dados pessoais, confirmando o avanço do entendimento jurisprudencial quanto à responsabilização civil nesses casos (TJSP,2019).

A metodologia de análise qualitativa foi essencial para interpretar os dados coletados sob a perspectiva da doutrina e do Direito Positivo, buscando compreender a coerência entre o texto legal, a prática forense e as demandas da sociedade digital contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo revelou que a responsabilidade civil é o principal instrumento jurídico de reparação de danos no ambiente digital. Segundo o artigo 186 do Código Civil, "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito" (Brasil, 2002). Essa norma mantém plena aplicabilidade aos cibercrimes, nos quais o dano pode resultar de conduta dolosa ou culposa, inclusive em situações em que não há contato direto entre ofensor e vítima (Diniz, 2020).

Dentre os tipos mais comuns de cibercrime, destacam-se a invasão de dispositivos informáticos, a fraude eletrônica (phishing), o roubo de identidade, o sequestro de dados (ransomware) e a divulgação não autorizada de informações pessoais (MARTINS, 2021). Esses ilícitos acarretam danos materiais e morais, exigindo reparação integral. Conforme Silva e Novais (2023), o dano digital atinge não apenas o patrimônio, mas também valores fundamentais, como a honra, a imagem e a intimidade.

O Marco Civil da Internet trouxe importantes inovações ao estabelecer princípios e garantias para o uso da rede. O artigo 19 dispõe que o provedor de aplicações somente será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros após o descumprimento de ordem judicial de remoção (Brasil, 2014). Tal dispositivo busca conciliar a liberdade de expressão com o dever de responsabilização.

Por outro lado, a LGPD inovou ao introduzir a responsabilidade objetiva e solidária entre os agentes de tratamento de dados. O artigo 42 prevê que o controlador ou o operador responderão por danos causados a titulares em decorrência do tratamento irregular de dados pessoais, independentemente de culpa (Brasil, 2018). Para Bioni e Dias (2020), essa norma consolida a função preventiva da responsabilidade civil e fortalece a cultura de segurança informacional.

Paganella (2022) acrescenta que a ausência de medidas de segurança adequadas, políticas de compliance ou governança de dados pode gerar responsabilidade solidária. Já Limberger (2020) lembra que o Estado também responde civilmente por falhas no tratamento de informações sob sua custódia, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, reforçando que a proteção de dados é dever de todos os entes públicos e privados.

As jurisprudências analisadas reforçam a evolução do entendimento judicial no Brasil. Em decisão paradigmática, o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu que a mera exposição indevida de dados pessoais configura dano moral presumido (TJSP, 2020). Essa compreensão amplia a tutela da dignidade e concretiza o princípio da reparação integral previsto no artigo 944 do Código Civil.

Segundo Duarte (2023), o tratamento inadequado de informações deve ser entendido como ato ilícito continuado, pois a permanência dos dados na internet prolonga o sofrimento da vítima. Assim, a reparação deve abranger não apenas o aspecto patrimonial, mas também o dano moral e o dano existencial, que comprometem a esfera íntima do indivíduo.

Guedes (2019) e Silva (2024) defendem que a responsabilidade civil deve ter função pedagógica, punindo e desestimulando práticas ilícitas. Essa função é particularmente relevante no ambiente digital, em que o compartilhamento e a replicação de dados podem ocorrer de forma instantânea e irreversível.

A análise dos resultados demonstra que, embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de instrumentos sólidos, ainda há desafios, especialmente no que se refere à identificação dos agentes e à delimitação do nexo causal. A internacionalização das redes e a anonimização dos usuários dificultam a efetividade da responsabilização, tornando imprescindível o fortalecimento da cooperação jurídica internacional e da atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a responsabilidade civil por danos decorrentes de atos de cibercrime constitui um dos principais mecanismos de tutela jurídica na era digital. A análise realizada evidenciou que o Brasil possui um arcabouço legal consistente, composto pelo Código Civil, pelo Marco Civil da Internet e pela LGPD, que conferem proteção abrangente aos direitos de privacidade e segurança de dados.

O estudo revelou, contudo, que a mera existência das normas não é suficiente: é preciso garantir sua efetividade por meio da aplicação rigorosa da lei e do fortalecimento da cultura da prevenção. Como ensina Guedes (2019), a responsabilidade civil deve ser interpretada como instrumento de equilíbrio social, buscando não apenas reparar o dano, mas também prevenir sua repetição.

A tutela da dignidade humana, princípio constitucional que permeia todo o ordenamento jurídico, deve orientar a aplicação da responsabilidade civil nos casos de cibercrime. A efetiva responsabilização dos agentes, aliada à conscientização social sobre a importância da proteção de dados, é o caminho para a construção de um ambiente digital ético, seguro e comprometido com os valores fundamentais da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo; DIAS, Daniel**.** Responsabilidade civil na proteção de dados pessoais: construindo pontes entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Código de Defesa do Consumidor. ***Civilistica.com***, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1–23, 2020. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/662. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL**.** Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. ***Diário Oficial da União***: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

DUARTE, Karla Lorrany da Silva. Crimes cibernéticos e os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados. Revista de Direito e Tecnologia, v. 3, n. 1, p. 78–102, 2023. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/20048/1/Karla%20Lorrany%20da%20Silva%20Duarte.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Regime de responsabilidade adotado pela Lei de Proteção de Dados Brasileira. In: SOUZA, Carlos Affonso; MAGRANI, Eduardo; SILVA, Priscilla (orgs.). Caderno Especial: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 167–182. Disponível em: http://giselasampaio.com.br/2021/12/31/regime-de-responsabilidade-adotado-pela- lei-de-protecao-de-dados-brasileira/. Acesso em: 4 abr. 2025.

LIMBERGER, Têmis. Informação e Internet: Apontamentos para um Estudo Comparado entre o Regulamento Geral de Proteção de Dados Europeu e a Lei de Proteção de Dados Brasileira. Novos Estudos Jurídicos, v. 25, n. 2, p. 478–500, 2020. DOI: 10.14210/nej.v25n2.p478-500. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/16916. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura (Coords.). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Lei 13.709/2018. Indaiatuba: Foco, 2022. 704 p. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/186175 . Acesso em: 12 mar. 2025.

MPF–SP (Ministério Público Federal de São Paulo). MPF requer da Serasa o pagamento de multa por vazamento de dados pessoais. Brasília, 2023. Disponível em https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-requer-da-serasa-o- pagamento-de-multa-superior-a-r-200-milhoes-por-vazamento-de-dados-pessoais . Acesso em 22 jul. 2025.

PAGANELLA, Victoria Dickow. O nexo de imputação da responsabilidade civil na proteção de dados pessoais. São Paulo: Thoth, 2022. 180 p. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/172804. Acesso em: 12 mar. 2025.

SILVA, Katarina Vitória da. A responsabilidade civil nos crimes cibernéticos: uma análise da Lei Carolina Dieckmann. Revista de Direito e Tecnologia, v. 6, n. 1, 2024.

SILVA, Ronaldo Couto da; NOVAIS, Thyara Gonçalves. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUA APLICAÇÃO NO COMBATE AOS CRIMES

CIBERNÉTICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 4679–4703, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.12254. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12254 . Acesso em: 30 jun. 2025.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Responsabilização civil de provedores por conteúdo ilícito gerado por terceiros. (Biblioteca consulta—pdf), 2022. Disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/Responsabilizacao_civil_2.pdf. Acesso em 22 jul. 2025.

STJ – Superior Tribunal de Justiça. Titular de dados vazados deve comprovar dano efetivo ao buscar indenização, no AREsp 2.130.619, 2023. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/17032023-Tit ular-de-dados-vazados-deve-comprovar-dano-efetivo-ao-buscar-indenizacao-decide- Segunda-Turma.aspx . Acesso em 22 jul. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados. Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura, ano 21,n. 53, p. 163–170, jan./mar. 2020. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/ii_6_a_responsabilidade_civil.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

O IMPACTO DAS SANÇÕES NA PREVENÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS NA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, ANÁLISE COMPARATIVA DOS ANOS DE 2023 E 2024

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Rafaela Carneiro Scopel[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a efetividade das sanções ambientais previstas na legislação brasileira, especialmente na Lei nº 9.605/98, na prevenção de crimes ambientais no Alto Vale do Rio do Peixe (SC), nos anos de 2023 e 2024. Considerando os desafios das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e da degradação ambiental, o estudo destaca o Direito Ambiental como disciplina autônoma e essencial à proteção coletiva. Utilizando metodologia bibliográfica e abordagem dedutiva, a pesquisa identifica sanções, crimes e penas, analisando casos concretos na área da AMARP. O estudo avalia a eficácia das punições, a reincidência e as limitações do princípio poluidor-pagador, ressaltando a necessidade de fortalecimento da fiscalização e de maior efetividade na aplicação das normas ambientais.

Palavras-chave: crimes ambientais; sanções; Alto Vale do Rio do Peixe.

INTRODUÇÃO

O debate ambiental ganha destaque diante de desafios como mudanças climáticas, extinção de espécies e perda da biodiversidade. O Direito Ambiental, como disciplina autônoma, busca regular a relação entre sociedade e natureza, assegurando proteção e sustentabilidade (Costa; Venial, 2021).

No Brasil, a Lei nº 9.605/98 prevê sanções para condutas lesivas, atribuindo ao Estado a aplicação de punições e à sociedade a corresponsabilidade pela preservação. Contudo, a eficácia dessas medidas é limitada pela impunidade e pela fiscalização deficiente (Cavalcanti, 2019).

Nesse contexto, a pesquisa analisa a efetividade das sanções ambientais na região do Alto Vale do Rio do Peixe, em 2023 e 2024, revisando aspectos históricos e legais, tipificação de crimes e casos concretos da AMARP, a fim de avaliar se os instrumentos jurídicos cumprem seu papel preventivo diante da degradação ambiental (Antunes, 2019).

METODOLOGIA

A pesquisa, desenvolvida em 2025, é de natureza aplicada, exploratória, com abordagem qualitativa e método dedutivo. Baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, como

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

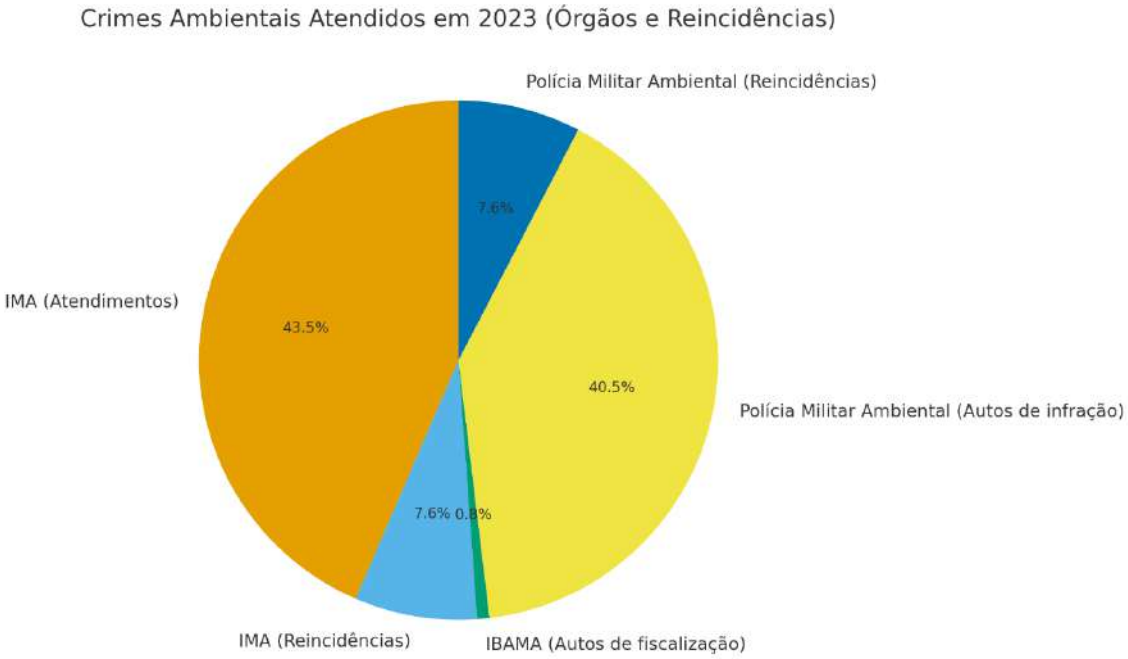
legislação, doutrina, artigos científicos e relatórios de órgãos ambientais (IBAMA, IMA e Polícia Ambiental). Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica permite aprofundar o problema a partir de materiais já publicados, possibilitando hipóteses e análises críticas. Essa metodologia ofereceu suporte teórico e empírico para a comparação dos dados de 2023 e 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da efetividade das sanções ambientais no Alto Vale do Rio do Peixe (SC) mostra que a proteção ambiental vai além da legislação, exigindo aplicação prática e fiscalização eficiente. Em 2024, registraram-se 146 ocorrências, sendo 20 de reincidência, com destaque para a atuação da Polícia Militar Ambiental (68 autos, 4 reincidências), do IMA (72 atendimentos, 16 reincidências) e do IBAMA (6 ocorrências). Comparado a 2023, houve aumento de autuações — IMA (57 → 72) e Polícia Ambiental (53 → 68) —, embora as reincidências tenham evoluído de forma distinta: alta no IMA (10 → 16) e queda na Polícia Ambiental (10 → 4), (Santa Catarina, 2025)

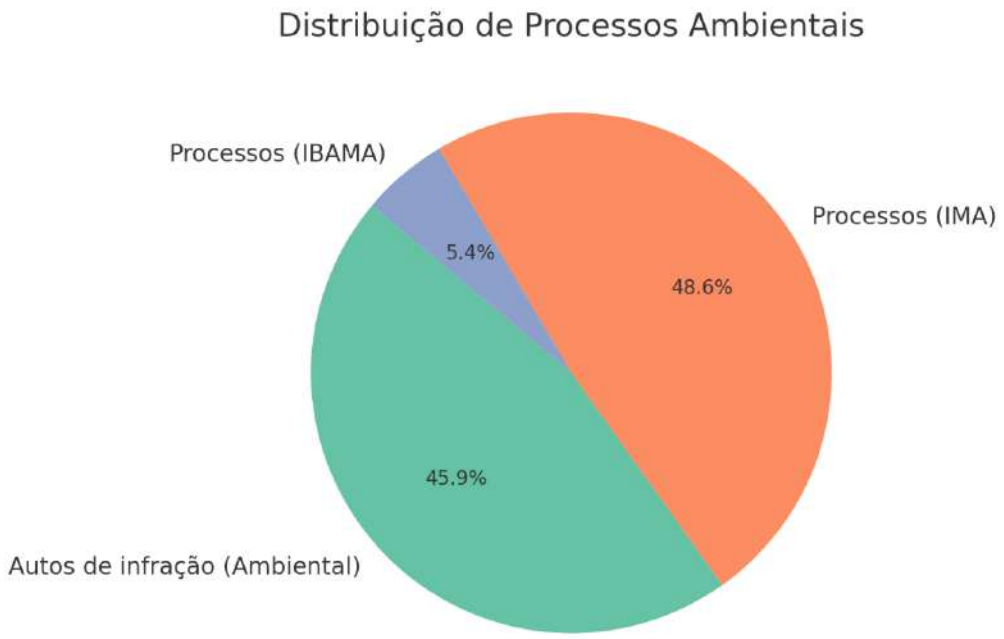
Persistem desafios como reincidência em crimes ligados ao desmatamento e uso irregular de recursos florestais, dificuldades no cumprimento das penalidades (com mais processos em dívida ativa) e ausência de dados completos do IBAMA. Embora o arcabouço legal seja robusto, a efetividade depende da integração entre órgãos, rigor na aplicação da lei, educação ambiental e políticas preventivas. A atuação estadual, especialmente do IMA, mostra-se central na fiscalização cotidiana da região (Brasil, 2025)

Abaixo, segue distribuição de ocorrências atendidas em 2023:

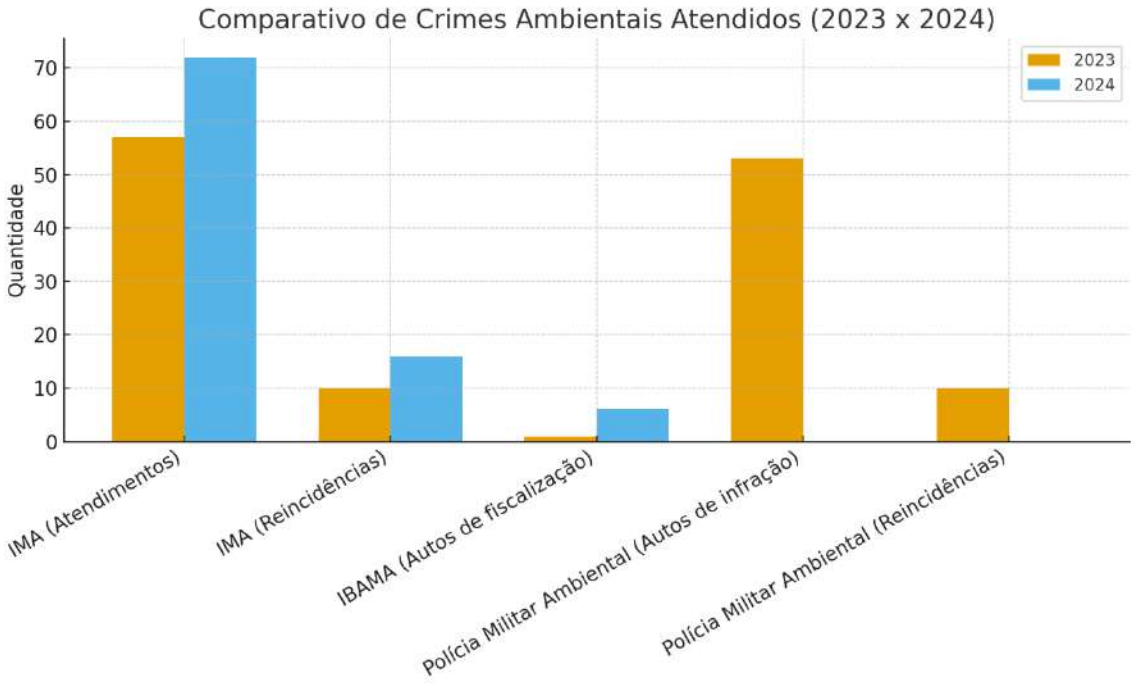


Fonte: A autora (2025).

Abaixo, segue distribuição de ocorrências atendidas em 2024:



Fonte: A autora (2025).



Fonte: A autora (2025).

Em síntese, a análise comparativa de 2023 e 2024 indica avanços na fiscalização, mas também evidencia os limites da atuação sancionadora. Embora haja redução de reincidentes em alguns casos, o aumento geral das ocorrências e das reincidências aponta para a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção. Entre os fatores que comprometem a efetividade estão a morosidade processual, a fragilidade das penalidades, a limitação de recursos humanos e materiais e a ausência de integração plena entre os órgãos fiscalizadores.

Takada (2012, p. 16) explícita que:

> Não se acredita que os novos crimes e o sistema penal a ser aplicado serão suficientes e eficazes para disciplinar os grupos nacionais e estrangeiros em atividade nessas áreas. Ainda que as contravenções penais relativas à proteção da flora em sua maioria tenham sido transformadas em crimes, áreas como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica deveriam ter sido protegidas penalmente de forma mais eficiente.

Conclui-se que a eficácia das sanções ambientais no Alto Vale do Rio do Peixe não pode ser avaliada apenas pelo número de autos lavrados ou processos instaurados, mas deve considerar sua capacidade real de prevenir novos crimes. Para tanto, é essencial fortalecer a cooperação interinstitucional, ampliar os recursos destinados à fiscalização, endurecer penalidades em casos de reincidência e investir em programas de educação ambiental. Somente com essa combinação será possível reduzir a reincidência e assegurar a proteção efetiva do meio ambiente regional, garantindo condições sustentáveis para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação ambiental brasileira, consolidada a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), configura-se como um instrumento jurídico robusto, prevendo mecanismos administrativos, civis e penais para coibir práticas lesivas ao meio ambiente. A pesquisa empírica realizada no Alto Vale do Rio do Peixe, com base em dados do IMA, Polícia Ambiental e IBAMA, revelou intensa fiscalização e aplicação de sanções. No entanto, os números de infrações registrados — 111 em 2023 e 146 em 2024, ambas com 20 reincidências — demonstram que, embora exista punição, os delitos ambientais persistem, o que evidencia limitações na função inibitória das penalidades.

A reincidência, recorrente em setores como agroindústria e silvicultura, indica que as sanções, em alguns casos, não têm caráter suficientemente dissuasivo. Assim, a eficácia da legislação não depende apenas da severidade normativa, mas da eficiência de sua aplicação e da capacidade institucional dos órgãos fiscalizadores. Soma-se a isso a necessidade de políticas públicas integradas que articulem sanção, prevenção e educação ambiental.

Conclui-se que a efetividade das sanções ambientais requer atuação contínua e estratégica, envolvendo vontade política, recursos materiais e humanos adequados, além do engajamento da sociedade. A preservação ambiental e a garantia de direitos às presentes e futuras gerações dependem, portanto, da conjugação entre punição eficiente, fiscalização fortalecida e promoção de uma cultura ambiental preventiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), à Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) por tornarem os dados acessíveis. O apoio e a orientação dos professores foram fundamentais, assim como a UNIARP, que contribuiu significativamente para a realização e a qualidade acadêmica deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.

CAVALCANTI, Roberto. **Direito ambiental**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

COSTA, João Carlos; VENIAL, Marcos. **Importância dada à Educação Ambiental por acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES.** In: Felipe, J. M. A. (Org.). Educação ambiental e formação docente: práticas e reflexões. Alegre: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, 2021.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/. Acesso em: 24 abr. 2025.

TAKADA, Mariana; RUSCHEL, Caroline Vieira. A (in) Eficácia das penas nos crimes ambientais. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Itajaí, SC, v. 3, n. 3, p. 1043-1062, 2012. Disponível em: https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/376/arquivo_64.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE POR VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: LIMITES ÉTICO-JURÍDICOS DA ATUAÇÃO MÉDICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Eveline Fernando[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – O estudo aborda a violência obstétrica, compreendendo seu conceito, evolução histórica, formas de manifestação e as consequências tanto físicas, quanto emocionais e sociais, incluindo os impactos que afetam a confiança e os vínculos familiares. A pesquisa analisa diferentes formas de violência obstétrica entre elas, física, verbal, psicológica, sexual, e por negligência, além de situações relacionadas à cesariana, mostrando como afeta o protagonismo da gestante durante o momento do parto. O estudo também examina a responsabilidade civil que cabe aos profissionais de saúde, levando em consideração os limites éticos e jurídicos da atuação médica, o papel do consentimento informado, a legislação nacional e internacional e os desafios probatórios na responsabilização dos casos. No âmbito ético, se destaca a importância de práticas humanizadas, mais centradas na mulher, bem como a necessidade de formação profissional contínua para promover o respeito à autonomia e à dignidade da gestante. Medidas preventivas, como políticas públicas, programas de proteção à gestante, pré-natal qualificado, e a Política Nacional de Humanização, são discutidas como estratégias para garantir um atendimento seguro, integral e respeitoso à mulher e ao bebê. A pesquisa ressalta que a humanização do parto vai além de uma diretriz técnica, pois configura um direito fundamental da gestante.

Palavras-chave: Direitos reprodutivos; Direitos Humanos; Maternidade; Obstetrícia.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o parto vem deixando de ser apenas um momento natural, passando a ser configurado como uma experiencia clínica, na qual a intervenção médica se tornou essencial. Esses procedimentos mal efetuados acabam tornando a ocasião do parto mais dolorosa para as mulheres. A violência obstétrica costuma ser caracterizada por intervenções desnecessárias e procedimentos inadequados, podendo colocar em risco a vida da gestante e do recém-nascido. Essa violência pode ser definida de quatro formas diferentes, psicológica, física, sexual ou negligenciada (Zanardo et al., 2017).

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender como se dá a responsabilidade civil dos profissionais de saúde nos casos de violência obstétrica, considerando os limites éticos e

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

jurídicos da prática médica. Além disso, procura abordar os objetivos específicos a seguir: a) Compreender o conceito de violência obstétrica, as principais formas de manifestação e suas as consequências; b) Identificar os limites éticos da atuação médica na assistência obstétrica, o papel do consentimento informado e sua inter-relação com a responsabilização civil; c) Analisar os desafios da responsabilização e as medidas para prevenir a violência obstétrica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseou-se na natureza bibliográfica e documental, a partir da análise de obras doutrinárias, artigos científicos, legislações e códigos de ética. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca analisar e interpretar conceitos jurídicos e éticos, com enfoque na responsabilidade civil decorrente da violência obstétrica. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, que parte de princípios gerais do Direito, especialmente os previstos na Constituição Federal e no Código Civil, como a dignidade da pessoa humana, a responsabilidade civil e o dever de cuidado na relação entre médico e paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência obstétrica é um termo que surgiu através de movimentos sociais que defendem um parto humanizado. Essa forma de violência surge na gravidez, durante e pós-parto, estando diretamente ligada à desigualdade de gênero, que afeta exclusivamente mulheres (Piffer et al., 2023). Estudos apontam que quanto mais jovem a gestante e quanto menor sua formação escolar, maior o risco de não identificar quando está sofrendo violência obstétrica (Cunha et al., 2020).

A violência obstétrica física ocorre através de ações que impactam no corpo causando dor ou danos. Dentre essas formas de violência, é possível citar a manobra de Kristeller, o uso de ocitocina e a realização de episiotomia. A manobra de Kristeller consiste em uma técnica, na qual o profissional de saúde aplica pressão na região do púbis ou tórax da parturiente, com objetivo de ajudar na expulsão. A técnica foi extinta pela OMS, pois pode ocasionar fraturas, hemorragias, e ruptura dos órgãos. A episiotomia é outra técnica, na qual é feita uma incisão na área perineal da parturiente, provoca uma laceração e deixa uma cicatriz no local (Faria; Biazotto, 2024).

Já o abuso verbal é descrito como um comportamento agressivo manifestado por meio de frases que intimidam ou humilham. Quando a mulher não reage conforme as expectativas dos profissionais (Trajano; Barreto, 2021). A violência sexual pode ocorrer também durante o parto, mediante toques ou ações que violam a integridade. Um exemplo público foi o caso do médico condenado por abusar de várias pacientes, incluindo uma adolescente de 14 anos durante o parto (Faria; Biazotto, 2024).

O caso Alyne Pimentel foi um marco internacional na luta pelos direitos das mulheres. Alyne era uma jovem negra e de baixa renda, que faleceu em 2002 após receber atendimento médico negligente. Diante da ausência de resposta do Estado brasileiro, sua família recorreu ao CEDAW. Que reconheceu a violação dos direitos e responsabilizou o Brasil pela morte, destacando a interseccionalidade entre gênero, raça e condição socioeconômica como agravantes. O caso resultou na primeira condenação internacional do Brasil por mortalidade materna (Vasconcelos, 2018).

Um marco importante foi a consagração da Constituição Federal de 1988, ao reforçar a igualdade de gênero. Embora não seja um dispositivo que trate expressamente sobre a violência obstétrica, apresenta base legal para a defesa de diversos direitos (Barros; Barros, 2024). No campo da saúde, a responsabilidade civil se evidencia pela ocorrência de falhas na prestação do serviço, a relação entre médico e paciente é muitas vezes considerada contratual, na qual o médico possui a responsabilidade de realizar o atendimento de forma técnica, mas não tem o dever de garantir um resultado. O art. 14, §4º, do Código do Consumidor dispõe que o médico é um profissional liberal, deste modo a responsabilidade civil é subjetiva (Menezes; Filard, 2024). Conforme Bomfim e Camargo Júnior (2023), os hospitais respondem de maneira objetiva, visto que são responsáveis pela estrutura física, serviços oferecidos, equipamentos usados e a hospedagem dos pacientes.

Atualmente, apesar da ausência de uma legislação específica, existem normas que amparam as vítimas. O Código Civil Brasileiro, por exemplo, trata da responsabilidade civil, determinando o dever de reparar prejuízo (Brun; Malacarne; Giongo, 2021). Outra norma importante é a Lei n.º 13.427, de 2017, que estabelece diretrizes voltadas à humanização do parto. Paralelamente, o SUS também prevê normas para assegurar um cuidado adequado às gestantes (Barros; Barros, 2024). A primeira iniciativa legislativa municipal foi aprovada em Diadema, São Paulo, sendo a Lei Municipal n.º 3.363/2013. Depois, em 2017, o estado de Santa Catarina aprovou um projeto de lei estadual, a Lei n.º 17.097 (Carvalho, 2017).

Em termos de avanço legislativo, alguns países se destacam. A Argentina, por exemplo, com a promulgação da Lei n.º 25.929, de 2004, conhecida como Lei do Parto Humanizado, assegura uma série de direitos às mulheres (Alves, 2024). O México também possui uma lei geral de 2007 que protege as mulheres contra qualquer tipo de violência. No entanto, em alguns estados mexicanos, como Chiapas, Veracruz e Guerrero, existem leis específicas que estabelecem punições (Pereira, 2023). Já na Venezuela, esse tipo de violência foi reconhecido como crime desde 2007, através da Lei Orgânica sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência, sendo um dos primeiros países a fazê-lo (Alves, 2024).

O atual Código de Ética Médica, foi publicado em 2018. Os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) têm a função de fiscalizar o cumprimento das normas éticas na prática médica. Assim, qualquer conduta que desrespeite os preceitos está sujeita a processos de responsabilização, previstos na Lei nº 3.268/1957. Convém ressaltar que os processos ético-profissionais tramitam no âmbito dos CRMs, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civis e penais (Sanches; Fraiz; 2022).

Segundo Sondré et al. (2021), a assistência à gestante tem se mostrado cada vez mais necessária, especialmente porque essa fase envolve não apenas questões médicas, mas também aspectos sociais e emocionais. Com isso, o Manual de Ética Médica em Ginecologia e Obstétrica surgiu para assegurar os direitos das gestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, foi possível perceber que a violência obstétrica ainda é uma realidade presente na área da saúde, e que se manifesta de diversas formas deixando marcas na vida das

mulheres. Através da análise é possível notar que, embora existam avanços a respeito da humanização do parto, muitas mulheres ainda têm seus direitos violados. E o que deveria ser um momento de acolhimento é marcado por situações de dor e constrangimento.

Por isso, é importante reconhecer que muitas mulheres já vivenciaram a experiência de algum tipo de violência obstétrica, ainda que de forma silenciosa, o que reforça a necessidade de ampliar o debate e promover práticas mais humanizadas. No ponto de vista jurídico, a CF de 1988 e demais legislações nacionais e internacionais, asseguram à mulher o direito ao parto humanizado e à integridade. Porém, a efetiva responsabilização civil ainda enfrenta diversos obstáculos. Mesmo assim, é essencial que se entenda que tanto o profissional quanto o hospital podem ser responsabilizados quando houver negligência durante o atendimento obstétrico, pois nesse âmbito nos deparamos com a responsabilidade objetiva e subjetiva.

No campo ético, o consentimento informado se mostra uma ferramenta indispensável. Visto que, permitir a participação da mulher nas decisões sobre seu corpo é uma forma de respeitar sua autonomia e prevenir condutas abusivas. A ética médica, quando aliada à empatia e à comunicação, é capaz de transformar a relação entre paciente e profissional, tornando o cuidado mais humanizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carolina Vieira dos Santos. **A legislação brasileira no combate à violência obstétrica:** uma análise sobre as políticas legislativas de proteção obstétrica no Centro-Oeste. 2024. Monografia (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7824. Acesso em: 30 maio 2025.

BARROS, Lívya Ramos Sales Mendes de; BARROS, Maria Jéssica da Silva Correia. A Evolução Das Leis De Proteção À Mulher No Parto: Um Estudo Sobre Os Avanços E A Persistente Negligência Da Violência Obstétrica No Brasil. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 11, p. 1–15, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-167. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6923. Acesso em: 17 maio. 2025.

BOMFIM, Júlia Maciel; CAMARGO JÚNIOR, Waldir Franco de. A Responsabilidade Civil Na Violência Obstétrica: Uma Análise Jurisprudencial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[s.l.]*, v. 9, n. 10, p. 5034–5051, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.12100. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12100. Acesso em: 17 maio 2025.

BRUN, Camila; MALACARNE, Fernanda; GIONGO, Marina Luiza. Violência obstétrica: uma herança histórica refletida na falta de legislação. **Anuário de Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, São Miguel do Oeste, p. 01-14, 2021. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/27808/16245. Acesso em: 30 maio 2025.

CARVALHO, Luisa Damasio de. **O reconhecimento legal contra a violência obstétrica no Brasil:** análise das legislações estaduais e projeto de lei federal nº 7.633/2014. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense,

Criciúma, 2017. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/6073. Acesso em: 30 maio 2025

CUNHA, Adriana Loureiro da *et al.* Produção de conhecimento sobre violência obstétrica: O lado invisível do parto. **Revista Nursing**, Osasco, v. 23, n. 260, p. 3529–3532, 2020. DOI: 10.36489/nursing.2020v23i260p3529-3532. Disponível em: https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/474. Acesso em: 2 maio 2025.

FARIA, Euriane Souza; BIAZOTTO, Sibele Letícia Rodrigues de Oliveira. Violência obstétrica no âmbito do Direito Penal. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasilia, v. 7, n. 14, p. 1-10, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1193. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1193 Acesso em: 2 maio 2025.

MENEZES, Aline Raquel Dias; FILARD, Mariana Faria. Erro médico: a responsabilidade civil objetiva diante o dano causado a vítima. **Revista Delos**, Curitiba, v. 17, n. 61, p. 1-22, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17.n61-113. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2687. Acesso em: 16 maio. 2025.

PEREIRA, Isabela Sousa de Jesus. **Violência obstétrica:** uma análise legislativa e jurisprudencial. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/22995. Acesso em: 30 maio 2025.

PIFFER, Douglas Moro *et al.* Violência obstétrica: reflexões no itinerário de formação médica. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, Curitiba, v. 3, p. 11815–11843, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-270. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60450 Acesso em: 14 mar. 2025.

SANCHEZ; Thays Helena Barbora; FRAIZ, Ipojucan Calixto. Ética médica e formação do médico. **Revista Bioética,** Brasília, n. 2, v. 30, p. 284-299, 2022. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/2571 Acesso em: 11 ago. 2025.

SONDRÉ, Hianca de Souza *et al.* Problemas éticos vivenciados por profissionais de saúde na assistência à gestante: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde,** *[s.l]*, v. 13, n. 9, p. 1-9, 2021. DOI: https://doi.org/10.25248/reas.e8638.2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8638. Acesso em: 06 ago. 2025.

SOUZA, Elizabeth Negreiros de; BORGES, Fhaina Giulianna Negreiros; DIAS, Janaina dos Santos. Violência Obstétrica No Brasil: Caracteríticas e Efeitos. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 5, p. 1-20, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n5-181. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5271. Acesso em: 25 jun. 2025.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-16, 2021. DOI:

https://doi.org/10.1590/interface.200689 Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/. Acesso em: 2 maio 2025

VASCONCELOS, Desirée Cristina Rodrigues. Alyne e seus espectros: breve estudo sobre a violência obstétrica no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14044?locale=pt_BR Acesso em: 2 mar. 2025

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho *et al*. Violência obstétrica no brasil: uma revisão narrativa. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 29, p. 1-11, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/?lang=pt Acesso em: 27 fev. 2025.

A LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS EM ATUAR COMO FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gustavo Pedrotti Boscari[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a legitimação da atuação das Guardas Municipais como força integrante do sistema de segurança pública brasileiro, à luz da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), da Lei nº 13.675/2018 (que institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP) e das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, notadamente a ADPF 995/DF. A pesquisa busca compreender se as Guardas Municipais possuem respaldo jurídico e social para atuarem na proteção da população e na manutenção da ordem pública, em conjunto com as demais forças de segurança. Utilizando metodologia qualitativa, com base bibliográfica e documental, a análise evidencia que as Guardas Municipais vêm ampliando sua legitimidade funcional e social, deixando de ter papel meramente patrimonial e assumindo postura ativa na prevenção da criminalidade e no policiamento comunitário. O estudo aponta que a integração ao SUSP e o reconhecimento jurisprudencial do STF consolidam a natureza policial das Guardas Municipais, reforçando sua importância no cenário de segurança pública nacional.

Palavras-chave: Guardas Municipais; Segurança Pública; Legitimação; Constituição Federal; ADPF 995.

INTRODUÇÃO

A insegurança e o crescimento da criminalidade tornaram-se problemas centrais na sociedade brasileira contemporânea, exigindo respostas concretas do Estado e de seus entes federativos. Nesse contexto, as Guardas Municipais emergem como atores relevantes na preservação da ordem e da segurança das cidades. Criadas inicialmente com a função de proteger bens e serviços municipais, as Guardas Municipais evoluíram para uma função mais ampla, aproximando-se cada vez mais da sociedade e assumindo papel de polícia comunitária (Carvalho, 2018).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, § 8º, faculta aos municípios a criação de guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Contudo, a ausência de previsão expressa no rol dos órgãos de segurança pública gerou, por décadas, controvérsias quanto à legitimidade de sua atuação no policiamento ostensivo e na prevenção de delitos (Brasil, 1988). Essa limitação interpretativa foi sendo superada com a edição da Lei nº 13.022/2014, que regulamentou as atribuições e competências dessas instituições, e com a

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

posterior criação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP (Lei nº 13.675/2018), que incluiu as guardas municipais entre os órgãos integrantes do sistema (Brasil, 2018).

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 995, consolidou entendimento de que as Guardas Municipais são órgãos de segurança pública, com competência para exercer poder de polícia e atuar na preservação da ordem pública. Essa decisão representou um marco histórico para a consolidação da legitimidade constitucional e funcional dessas instituições, reafirmando seu papel na segurança nacional (STF ADPF 995, 2023).

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a legitimação da atuação das Guardas Municipais enquanto forças de segurança pública, sob a ótica constitucional, legal e jurisprudencial. Busca-se compreender como as normas infraconstitucionais e o entendimento dos tribunais superiores vêm fortalecendo a identidade das Guardas Municipais como agentes ativos da segurança e cidadania.

METODOLOGIA

A pesquisa, realizada em 2025, é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e método dedutivo. Baseou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e estudo comparativo de decisões judiciais, leis e doutrinas. Foram examinados textos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.022/2014 e a Lei nº 13.675/2018, além de julgados do Supremo Tribunal Federal, a exemplo da ADPF 995, do TEMA 656 RE 608.588 e da ADPF 1.214.

Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite compreender e discutir criticamente um problema a partir de obras publicadas, construindo uma análise teórica consistente e passível de verificação. Para tanto, utilizou-se ainda de autores como Carvalho (2018), Kuss (2014), Kahn (2009) entre outros, além de relatórios e pareceres técnicos relativos à atuação das Guardas Municipais no contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da legitimação das Guardas Municipais como força de segurança pública evidencia um processo evolutivo marcado por conquistas normativas, interpretações jurisprudenciais e avanços institucionais. O estudo demonstra que a consolidação da função de Segurança Pública municipal é fruto de uma trajetória histórica que remonta ao século XIX e que se intensifica com o amadurecimento do Estado Democrático de Direito, especialmente após a Constituição de 1988.

Historicamente, as Guardas Municipais foram concebidas como instituições de manutenção da ordem pública e de apoio à Justiça. Desde a criação da Guarda Municipal da Corte em 1831, observa-se uma vocação essencialmente preventiva e comunitária. Entretanto, o período militar promoveu forte centralização das forças de segurança, suprimindo a autonomia municipal e restringindo o papel das guardas, o que resultou em sua extinção em várias localidades (Carvalho, 2018). Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, as Guardas Municipais voltaram a ser mencionadas como instrumentos de proteção de bens, serviços e instalações, mas ainda sem previsão expressa como órgão de segurança pública no caput do artigo 144.

Essa lacuna constitucional deu origem a décadas de controvérsias quanto à extensão das competências municipais em matéria de segurança pública. Somente com o advento da Lei nº 13.022/2014, conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabeleceu-se uma estrutura normativa capaz de conferir unidade e identidade funcional às corporações. A lei instituiu princípios como a proteção dos direitos humanos fundamentais, o patrulhamento preventivo e o uso progressivo da força, aproximando a atuação das Guardas do modelo de polícia cidadã, voltada à mediação de conflitos e à prevenção da violência (Brasil, 2014).

O artigo 5º do Estatuto consolidou o dever das Guardas Municipais de agir de forma preventiva e colaborativa com os demais órgãos de segurança pública, estabelecendo competências que vão desde a proteção sistêmica da população, a atuação em situações de flagrante delito e o auxílio à defesa civil, até a segurança em escolas, eventos públicos e áreas de vulnerabilidade social. Essa pluralidade de funções revela o avanço da concepção de segurança pública como dever compartilhado, em que o município passa a exercer papel ativo na proteção da coletividade (Kuss, 2016).

Com a edição da Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), houve o reconhecimento expresso da participação municipal na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas. O artigo 9º, inciso VII, incluiu as Guardas Municipais entre os "integrantes operacionais" do sistema, consolidando sua integração formal às estruturas estatais de segurança (Brasil, 2018). Essa inclusão representou um marco jurídico e político, pois eliminou a interpretação de que as Guardas possuíam apenas caráter acessório, reafirmando sua legitimidade como forças de segurança autônomas e complementares.

O ápice desse processo ocorreu no julgamento da ADPF 995/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2023. Sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, o Tribunal reconheceu que as Guardas Municipais integram o sistema de segurança pública, possuindo atribuições de policiamento preventivo e de colaboração com as demais forças de segurança. A decisão atribuiu força vinculante ao entendimento de que o §8º do artigo 144 da Constituição deve ser interpretado conforme a realidade social e o princípio da eficiência, consolidando a atuação das Guardas como legítima e constitucional. (STF ADPF 995, 2023)

Segundo o voto do relator, negar às Guardas Municipais o exercício de poder de polícia e a possibilidade de atuar na preservação da ordem seria "um retrocesso social e jurídico, incompatível com os valores de segurança e cidadania previstos na Constituição Cidadã". Tal posicionamento reforça o papel federativo dos municípios e confere respaldo jurídico à atuação preventiva, ostensiva e comunitária dessas corporações. (STF ADPF 995, 2023)

Além do respaldo jurídico, a análise empírica evidencia avanços operacionais significativos. Em diversas cidades brasileiras, as Guardas Municipais expandiram seu campo de atuação, assumindo responsabilidades em trânsito, proteção ambiental, segurança escolar, monitoramento urbano e mediação comunitária. (BRASIL, 2014). Esse fenômeno confirma o caráter multifuncional dessas instituições e demonstra sua relevância prática na prevenção de delitos e no fortalecimento da sensação de segurança entre os cidadãos.

No entanto, os resultados também apontam para desafios estruturais que comprometem a plena efetividade da atuação municipal em segurança. Entre os principais obstáculos, destacam-se:

- Carência de efetivo e recursos financeiros, que limita a abrangência territorial do patrulhamento;
- Falta de padronização nacional de formação e equipamentos, o que gera desigualdade entre corporações;
- Resistência institucional por parte de outras forças de segurança, que ainda veem as Guardas como subordinadas ou auxiliares;
- Deficiência de integração interinstitucional, apesar do arcabouço legal do SUSP; e
- Ausência de políticas federais de capacitação e valorização profissional contínua. (REDAÇÃO, 2025).

Ademais, a cooperação com a comunidade constitui um eixo estratégico da legitimidade institucional. A proximidade cotidiana dos guardas municipais com os cidadãos reforça a dimensão preventiva e pedagógica da segurança pública, permitindo a construção de vínculos de confiança e o fortalecimento da cultura de paz. Nesse sentido, a atuação comunitária das Guardas é reconhecida pela doutrina como fator de redução da violência e de aumento da coesão social. (Kahn; Zanetic, 2009).

Em síntese, os resultados demonstram que a legitimação das Guardas Municipais é fruto de uma transformação profunda no paradigma da segurança pública brasileira: de um modelo centralizado e repressivo para um sistema colaborativo, federativo e preventivo. A ampliação das competências legais, o respaldo jurisprudencial do STF e o apoio popular consolidam a atuação das Guardas como força legítima, democrática e indispensável ao enfrentamento dos desafios contemporâneos da segurança urbana. O avanço, porém, exige continuidade na profissionalização, integração e valorização dessas corporações, garantindo que a legitimidade jurídica se traduza também em efetividade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a atuação das Guardas Municipais como força de segurança pública é legítima, constitucional e socialmente necessária. A evolução legislativa e jurisprudencial dos últimos anos consolidou sua inserção no sistema de segurança pública nacional, especialmente após a criação do SUSP e a decisão do STF na ADPF 995, que reconheceu sua competência para o policiamento preventivo e a preservação da ordem pública.

Ainda que existam desafios como a carência de efetivo, de estrutura e de padronização nacional, as Guardas Municipais assumem papel estratégico no enfrentamento da violência urbana e na construção de políticas públicas integradas. Sua proximidade com a comunidade e atuação voltada à prevenção reforçam o modelo de segurança cidadã, baseado na cooperação, no respeito aos direitos humanos e na promoção da paz social.

Conclui-se que a legitimação das Guardas Municipais ultrapassa a esfera normativa: trata-se de reconhecimento da realidade prática e da necessidade social de uma força de segurança municipal moderna, capacitada e integrada, comprometida com a proteção da vida, da liberdade e da dignidade humana, pilares de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL Constituição Federal, 1988, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL, Lei Federal 13.022/2014, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm

BRASIL, Lei Federal 13.675/2018 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm

CARVALHO, Claudio Frederico de. A evolução da segurança pública municipal no Brasil. Página 39. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 2002. 9786559771653. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf /. Acesso em: 02/11/ 2025.

KAHN, Tulio; ZANETIC, André. O Papel dos Municípios na Segurança Pública. Coleção Segurança com Cidadania / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Ano I, 2009, n. 01. Brasília, DF. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2236/1/o-papel-dos-municipios-na-seguranca-publica.pdf

KUSS. Roberto José Rodrigues. Lei 13.022/2014 Comentada. Curitiba: CRV, 2016, p.29.

REDAÇÃO. Segurança Municipal: Desafios, Órgãos e Boas Práticas. Rede Juntos. Disponível em: https://redejuntos.org.br/seguranca-municipal-desafios-orgaos-e-boas-praticas/#main. Acessado em 02/11/2025

STF ADPF 995. Supremo Tribunal Federal, 2023. Disponível emchrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15361728612&ext=.pdf. Acesso em: 01/11/2025.

ALIENAÇÃO PARENTAL E A RELAÇÃO ENTRE DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO PENAL: UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIMINALIZAÇÃO

Diego Teles[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo – A alienação parental, um fenômeno sério e multifacetado que influencia o desenvolvimento psicológico e social de crianças e jovens, tem gerado intensos debates nas esferas jurídica e social. Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar a viabilidade e os efeitos da criminalização da alienação parental no sistema jurídico brasileiro. Para isso, a pesquisa examina a Lei nº 12.318/2010, que aborda essa questão, bem como a polêmica acerca de sua eficácia e as sugestões para a criação de um tipo penal específico para essa prática.

A pesquisa aborda o fenômeno sob a perspectiva do Direito de Família e do Direito Penal, explorando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente como fundamento para as medidas de proteção. Argumenta-se que a alienação parental, ao violar direitos fundamentais de convívio familiar e de desenvolvimento saudável, poderia ser enquadrada como uma forma de violência psicológica. No entanto, a criminalização suscita sérias preocupações, como a instrumentalização do processo penal em disputas de guarda, a dificuldade probatória e a possível exacerbamento do conflito familiar em vez de sua solução.

Por meio de uma análise bibliográfica e documental, este estudo examina as diferentes posições doutrinárias e a jurisprudência relevante, buscando responder se a criminalização seria uma solução efetiva para coibir a alienação parental ou se representaria uma medida drástica com efeitos colaterais indesejados. Conclui-se que, embora a conduta seja reprovável, a criminalização por si só não resolve a causa-raiz do problema e pode gerar mais conflitos, sendo mais eficaz o uso de medidas coercitivas e de conscientização já existentes no âmbito cível e familiar.

Palavras-chave: Alienação Parental. Criminalização. Lei nº 12.318/2010. Melhor Interesse da Criança. Direito de Família.

INTRODUÇÃO

A alienação parental é um assunto complexo e sensível que requer uma análise detalhada, especialmente dentro de um cenário legal e social.

A família, sendo um alicerce essencial da sociedade, proporciona o espaço adequado para o crescimento de crianças e adolescentes. No entanto, quando a conexão entre pais e filhos se

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

torna instável devido a desavenças e disputas, podem ocorrer situações de grande seriedade. A alienação parental é um exemplo desse fenômeno, que ocorre quando um dos responsáveis adota táticas de manipulação psicológica para prejudicar a relação da criança com o outro progenitor. Esse tipo de conduta não só gera angústia à criança, mas também prejudica sua saúde mental e seu desenvolvimento saudável. Assim sendo, esta pesquisa visa investigar a alienação parental como uma forma de violência psicológica, analisando suas implicações no contexto do Direito de Família e do Direito Penal, além de examinar as medidas legais disponíveis para combatê-la e proteger as vítimas. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, "a família é considerada a fundamentação da sociedade, sendo alvo de uma atenção especial por parte do Estado" (Brasil, 1988).

Ainda, a Carta Magna é clara ao contextualizar em seu artigo 227 que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227).

A alienação parental é um tema que tem sido muito difundido no Brasil nos últimos anos, especialmente com a criação da Lei n° 12.318/2010, conhecida como Lei da Alienação Parental. De acordo com ela, a alienação parental possui como significado:

> Ato de interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (Brasil, 2010, art. 2°).

Este estudo tem como objetivo analisar o tema sob a perspectiva do Direito Penal brasileiro, a fim de averiguar se a criminalização é a solução mais eficaz para prevenir, ou pelo menos, diminuir de maneira significativa os casos de alienação parental no Brasil. Além disso, será mencionado o Projeto de Lei n° 4488/2016, que propõe a adição de parágrafos e incisos ao artigo 3° da Lei 12.318/2010, visando intensificar as penalidades para aqueles que cometem essas ações.

Primeiramente, o assunto será examinado sob a perspectiva histórica e o período em que se reconheceu no Brasil a importância de enfrentar a alienação parental.

Em um segundo momento, será realizada uma avaliação da Lei de Alienação Parental, abordando seu funcionamento, vantagens e limitações, bem como reflexões acerca da famosa Síndrome da Alienação Parental.

Para concluir, será feita uma avaliação do assunto a partir da perspectiva do Direito Penal, considerando de que maneira a sanção no contexto criminal pode contribuir ou não para o enfrentamento da questão.

Dessa forma, a finalidade deste estudo é compreender e sensibilizar a sociedade acerca dos danos causados pela alienação parental, além de pleitear uma abordagem mais severa nas penalizações para aqueles que promovem essa prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, investigamos a proposta de criminalização da alienação parental, confrontando seus defensores e críticos. Embora a gravidade do fenômeno seja inquestionável, a conclusão deste estudo aponta que a criminalização, por si só, pode não ser a solução mais adequada. Ao inserir o Direito Penal, com sua natureza punitiva, em um conflito que é predominantemente familiar e psicológico, corremos o risco de exacerbar as tensões e de instrumentalizar o processo criminal para fins de disputa de guarda.

As medidas coercitivas e as sanções já previstas na Lei nº 12.318/2010, se aplicadas com rigor, podem ser mais eficazes na proteção dos direitos da criança sem o fardo de um processo criminal, que pode ser lento e traumatizante para todos os envolvidos. O foco, portanto, deveria ser no fortalecimento do judiciário para que as medidas cíveis e as intervenções psicossociais sejam rápidas e eficazes. A criminalização, embora possa parecer uma resposta forte, pode acabar desviando a atenção do verdadeiro problema: a falta de estrutura para lidar com os complexos desafios do Direito de Família.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ynderlle Marta de. **A alienação parental no sistema jurídico brasileiro**. **Instituto Brasileiro de Direito de Família**, 2013. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/876/A+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental+no+Ordenamento+Jur%C3%ADdico+Brasileiro. Acesso em: 25 ago. 2025.

CONDÉ, Joseane de Menezes. Aplicabilidade da teoria dos limites dos limites. **Migalhas,** São Pauulo, 2021. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/351527/aplicabilidade-da-teoria-dos-limites-dos-limites. Acesso em 20 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 07 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n° 99.710/1990, 21 de novembro de 1990.** Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010.** Alienação Parental. Brasília, DF: Presidência da República. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 14.340, de 18 de maio de 2022.** Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para modificar procedimentos relativos à alienação parental, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer procedimentos adicionais para a suspensão do poder familiar. Brasília, DF: Presidência da República. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14340.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRITO, Julia. Princípios norteadores do ECA. **Jusbrasil**, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-norteadores-do-eca/155146186. Acesso em 20 set. 2025.

CAZUNI, Marieli Scorsin. **A criminalização da alienação parental no Brasil.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Sociesc – UNOSOCIESC, Blumenau, SC, 2021. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/71cedd64-77e2-4d63-8df8-19f1de55c06b/content. Acesso em: 25 ago. 2025.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal:** Parte Geral. 13. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 10. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2015.

DIGIÁCOMO, Murillo José. Planejamento e garantia de prioridade absoluta à criança e ao adolescente no orçamento público. **Ministério Público do Estado do Paraná**, Paraná, [200-?]. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Planejamento-e-garantia-de-prioridade-absoluta-crianca-e-ao-adolescente-no-orcamento. Acesso em 20 set. 2025.

FRANCO, Débora Augusto. Alienação parental e judicialização das relações familiares. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/57660/36935. Acesso em: 16 set. 2025.

FERREIRA, Katiuscia. Alienação Parental e o princípio da Dignidade Humana. **Jusbrasil**, 2020. https://www.jusbrasil.com.br/artigos/alienacao-parental-e-o-principio-da-dignidade-humana/857512756. Acesso em: 20 set. 2025.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 3:** Responsabilidade Civil, Direito de Família, Direito das Sucessões. 7° edição. Editora Saraiva, dez. 2018.

JURISDIÇÃO. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial. AREsp 1791849 SP 2020/0306001-0. (STJ - AREsp: 1791849 SP 2020/0306001-0, Relator.: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Publicação: DJ 11/02/2021).

JURISDIÇÃO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Apelação APELAÇÃO: 00054828520168190058 202100144541, Relator.: Des(a). MARIANNA FUX, Data de Julgamento: 09/02/2022, DECIMA NONA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 25ª CÂMARA CÍVEL), Data de Publicação: 10/02/2022).

JURISDIÇÃO. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação APL: 00066907020128240005 Balneário Camboriú 0006690-70.2012.8 .24.0005, Relator.: Domingos Paludo, Data de Julgamento: 25/08/2016, Primeira Câmara de Direito Civil)

LOURES, Vininius. Revogação da Lei de Alienação Parental tem apoio de parlamentares de espectros políticos opostos. Agência Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1143236-revogacao-da-lei-de-alienacao-parental-tem-apoio-de-parlamentares-de-espectros-politicos-opostos/. Acesso em: 27 ago. 2025.

LERMEN, Júlia Steffen. Alienação parental: uma análise dos aspectos jurídicos, sociais e da pretensão de criminalizar o fenômeno. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2018. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37970/37970.PDF. Acesso em: 20 set. 2025.

LEWKOWICZ, Isadora Bregman. A alienação parental, suas consequências e a mediação como alternativa. Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RIO, Rio de Janeiro/RJ, 2018. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10944/Julia%20Steffen%20Lermen.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 set. 2025.

MESSIAS, Eduarda Rodrigues. Análise sobre alienação parental e seus efeitos nos direitos da criança e adolescente. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2025. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2283/An%C3%A1lise+sobre+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental+e+seus+efeitos+nos+direitos+da+crian%C3%A7a+e+adolescente. Acesso em: 25 ago. 2025.

ONU. Relatório sobre Custódia, violência contra a mulher e violência contra a criança. Disponível em: https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FHRC%2F53%2F36&Language=E&DeviceType= Desktop&LangRequested=False. Acesso em: 26 ago. 2025

OLIVEIRA, Heitor Moreira de. A alienação parental deve (ou precisa) ser revogada?. Consultor Jurídico, 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-ago-26/a-lei-da-alienacao-parental-deve-ou-precisa-ser-revogada/. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANDES, Willcla Luso Cavalcante. A possibilidade de criminalização da alienação parental frente à violação ao princípio da prioridade absoluta. Pontífica Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em:

https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2551/1/TCC%20WILLCLA-%20TURMA%20B05%281%29.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

SANTOS, Fabiano Rabaneda dos. Dano moral presumido em casos de alienação parental: uma análise jurídica e social. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2037/Dano+Moral+Presumido+em+Casos+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental%3A+Uma+An%C3%A1lise+Jur%C3%ADdica+e+Social. Acesso em: 02 ago. 2025.

A POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI, EM 1º GRAU, FRENTE À POSIÇÃO DOMINANTE DO STF: UMA ANÁLISE ENTRE O CONFLITO DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Julia Paola de Moraes Andersen[1]
Layane Camilly dos Santos[2]
Raul Willrich de Souza[3]
Ricardo Emílio Zart[4]

Resumo – O presente estudo analisa criticamente a execução provisória da sentença penal condenatória proferida pelo Tribunal do Júri, especialmente à luz do Tema Repetitivo 1068 do Supremo Tribunal Federal, que autoriza o cumprimento imediato da pena. A pesquisa evidencia o conflito entre princípios constitucionais fundamentais, como a soberania dos veredictos e a presunção de inocência, ambos previstos no artigo 5º da Constituição Federal. Argumenta-se que a antecipação da execução penal, sem o trânsito em julgado, compromete o devido processo legal e viola o sistema acusatório, além de afetar os direitos fundamentais do acusado. A análise se fundamenta em doutrina especializada, jurisprudência e dispositivos legais, como o artigo 593, III, do Código de Processo Penal, que prevê a possibilidade de apelação. Conclui-se que a compatibilidade entre o entendimento jurisprudencial e os preceitos constitucionais deve ser reavaliada, a fim de preservar a integridade do ordenamento jurídico e garantir a efetividade das garantias processuais..

Palavras-chave: execução provisória; tribunal do júri; presunção da inocência; sistema acusatório; processo penal.

INTRODUÇÃO

O cumprimento provisório da sentença penal condenatória do Tribunal do Júri é um tema bastante discutido entre os doutrinadores e nas jurisprudências, visto que é inegável o conflito entre princípios base do processo penal, demonstrando uma inconstitucionalidade acerca do Tema Repetitivo 1068 do Supremo Tribunal Federal, que dispõe e autoriza o imediato cumprimento de pena, independentemente da quantidade de tempo de pena fixado e proferido

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

em sentença condenatória, o que suscita relevantes questionamentos e eleva ao patamar de uma discussão constitucional.

O cerne da controvérsia reside no conflito entre o princípio da soberania dos veredictos, previsto no artigo 5ª, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, e o princípio da presunção de inocência, que também está consolidado na lei máxima vigente, no artigo 5ª, LVII, nos garantindo a presunção de inocência até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Ainda quanto à sentença proferida em plenário do júri, é cabível a interposição do recurso de apelação, nas hipóteses do artigo 593, III, do Código de Processo Penal.

As condições da gravidade dos crimes ou até mesmo a reprovabilidade, não fazem juízo de valores quanto a aplicabilidade da lei e nem a aplicação do in dubio pro reo, portanto, é incabível a aplicação quando a sentença proferida em primeiro grau tenha execução imediata antes do exaurimento de todas as medidas cabíveis previstas em lei, existindo uma ofensa grave ao princípio do devido processo legal, configurando direta ao sistema acusatório vigente e ainda comprometendo a integralidade e os direitos fundamentais do acusado dentro do processo penal.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a análise crítica da compatibilidade entre o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema Repetitivo 1068 e os preceitos constitucionais que regem o processo penal brasileiro. A presente pesquisa tem como objetivo examinar os impactos jurídicos e constitucionais da execução provisória da sentença penal condenatória oriunda do Tribunal do Júri, à luz dos princípios fundamentais, da doutrina especializada e da jurisprudência atual, buscando contribuir para o debate acerca da legitimidade e dos limites dessa prática no ordenamento jurídico nacional.

METODOLOGIA

Para a elaboração do presente Resumo, adotou-se o método de pesquisa bibliográfica, de natureza básica, com abordagem qualitativa. A investigação pautou-se na análise de artigos científicos selecionados por meio de critérios sistemáticos e rigorosos, visando à coleta e interpretação de dados relevantes. Tal procedimento metodológico tem como propósito proporcionar uma compreensão aprofundada e crítica acerca da temática em estudo, conforme os princípios da pesquisa científica estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em março de 2019, nova comissão foi criada na Câmara dos Deputados para analisar o então chamado "Projeto Moro", o qual foi examinado em paralelo com o "Projeto Moraes". O "Projeto Moraes" foi uma proposta alternativa elaborada em 2018 por um grupo de juristas liderados pelo então ministro da Justiça e atual ministro do STF Alexandre de Moraes (Brasil, 2018, 2019). Assim, da fusão entre o "Projeto Anticrime" e o "Projeto Moraes" surgiu a Lei 13.964/2019: o "Pacote Anticrime".

Entre tais mudanças e inovações está a redação do art. 492, I, "e", do Código Penal. Com esse novo texto, o ordenamento brasileiro passa a prever a execução provisória da decisão

condenatória do júri, cuja pena seja superior ou igual a quinze anos de reclusão. Antes de a Lei 13.964/2019 entrar em vigor, o Código de Processo Penal previa, em seu art. 492, I, "e", que o juiz-presidente do júri mandaria o acusado ser recolhido à prisão em caso de condenação somente se presentes os requisitos da prisão preventiva. O "Pacote Anticrime" passou a

prever que o juiz-presidente do júri tem o dever de mandar o acusado ser recolhido à prisão no caso de condenação à pena igual ou superior a quinze anos de reclusão, determinando, com isso, a execução provisória da pena, com expedição de mandado de prisão.

O art. 5°, inciso LVII, da Constituição Federal brasileira prevê o princípio da presunção de inocência, ao instituir que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (Brasil, 1998, art. 5º).

Sobre o referido dispositivo constitucional, o ministro Gilmar Mendes explica:

> Trata-se de uma opção democrática para assegurar que uma pessoa não possa ser considerada culpada sem o devido transcorrer do processo penal, com a proteção efetiva de direitos e garantias fundamentais. Exatamente por isso não podemos simplesmente acusar uma pessoa de haver cometido um crime e já restringir sua liberdade como se culpada fosse, sem a comprovação concreta dos fatos, com respeito ao contraditório (Brasil, 2020, opção democrática).

Para o ministro Dias Toffoli, o princípio constitucional da soberania dos veredictos confere à decisão dos jurados, em tese, caráter de intangibilidade quanto a seu mérito. Com isso, o ministro defende que a soberania do júri "apenas pode ser mitigada quando da necessidade de questões técnico-jurídicas e questões de direito em um rol extremamente exaustivo" (Brasil, 2020, rol taxativo).

Por essa razão, entende ser permitida a execução provisória da pena condenatória do júri. O ministro Dias Toffoli defende ainda que a execução imediata da condenação imposta pelo tribunal do júri não afrontaria o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, pois, para ele, "os tribunais, em sede revisional, não podem substituir a decisão proferida pelo júri popular, não havendo que se falar em duplo grau de jurisdição" (Brasil, 2020, sede revisional).

O duplo grau de jurisdição funda-se nos seguintes fatores: (i) controle de qualidade das decisões; (ii) confiabilidade; (iii) maior experiência dos juízes; (iv) decisão colegiada. Assim, duplo grau funciona como instrumento de controle das decisões jurisdicionais e como garantia de uma melhor justiça para os que foram sucumbentes na decisão (Cruz, 2002). Embora o duplo grau de jurisdição não encontre fundamento expresso na Constituição Federal brasileira, a doutrina penalista reconhece o seu status constitucional, isso porque o duplo grau decorre do próprio regime democrático, instituído no art. 1º da Constituição Federal, e porque a Constituição dispõe sobre as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa em seu art. 5º, incisos LIV, "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal", e LV, "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (Brasil, 1988, art. 5º).

Além disso, o direito ao duplo grau de jurisdição está expresso no art. 8°, n. 2, alínea "h", da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Com isso, o Código de Processo Penal prevê, em seu art. 593, inciso III, o recurso de apelação contra sentença proferida em procedimento do tribunal do júri. (Brasil, 1941, art. 593).

Lopes Jr. (2023) dispõe em suas doutrinas a problemática a seguir e demonstra o ferimento ao devido processo legal e a atual disposição existente no ordenamento jurídico brasileiro. O doutrinador dialoga que, ao juízo do mesmo, é inconstitucional, pois: viola a presunção constitucional de inocência, na medida em que trata o réu como culpado, executando antecipadamente sua pena, sem respeitar o marco constitucional do trânsito em julgados e o STF já reconheceu ser inconstitucional a execução antecipada após a decisão de segundo grau, com muito mais razão é inconstitucional a execução antecipada após uma decisão de primeiro grau (o tribunal do júri é um órgão colegiado, mas integrante do primeiro grau de jurisdição).; ao não se revestir de caráter cautelar, sem, portanto, analisar o periculum libertatis e a necessidade efetiva da prisão, converte-se em uma prisão irracional, desproporcional e perigo-síssima, dada a real possibilidade de reversão já em segundo grau (sem mencionar ainda a possibilidade de reversão em sede de recurso especial e extraordinário); a soberania dos jurados não é um argumento válido para justificar a execução antecipada, pois é um atributo que não serve como legitimador de prisão, mas sim como garantia de independência dos jurados; é incompatível com o disposto no art. 313, § 2º, que expressa-mente prevê que "não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena" (Brasil, 1941, art. 313).

Queiroz (2020, incoerente) também afirma:

além de incoerente e ilógica, é claramente inconstitucional, visto que: ofende o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (CF, art. 5º, LVII), razão pela qual toda medida cautelar há de exigir cautelaridade, especialmente a prisão preventiva; viola o princípio da isonomia, já que condenações por crimes análogos e mais graves (v.g., condenação a 30 anos de reclusão por latrocínio) não admitem tal exceção, razão pela qual a prisão preventiva exige sempre cautelaridade; estabelece critérios facilmente manipuláveis e incompatíveis com o princípio da legalidade penal, notadamente a pena aplicada pelo juiz-presidente; o só fato de o réu sofrer uma condenação mais ou menos grave não o faz mais ou menos culpado, já que a culpabilidade tem relação com a prova produzida nos autos e com os critérios de valoração da prova, não com o quantum de pena aplicado; a gravidade do crime é sempre uma condição necessária, mas nunca uma condição suficiente para a decretação e manutenção de prisão preventiva. Como é óbvio, a exceção está em manifesta contradição com o novo art. 313, § 2º, que diz: Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena.

O STF é o guardião da Constituição, não seu dono e tampouco o criador do Direito Processual Penal ou de suas categorias jurídicas. É preciso compreender que os conceitos no processo penal têm fonte e história e não cabe que sejam manejados irrefletidamente ou distorcidos de forma autoritária e a "golpes de decisão". Há que se ter consciência disso, principalmente em tempos de decisionismo e ampliação dos espaços impróprios da

discricionariedade judicial. O STF não pode "criar" um novo conceito de trânsito em julgado, numa postura solipsista e aspirando ser o marco zero de interpretação. Esse é um exemplo claro e ine-quívoco do que é dizer-qualquer-coisa-sobre-qualquer-coisa, de forma autoritária e antidemocrática. Não é despiciendo recordar que quando o Brasil foi descoberto, em 1500, o mundo do direito processual penal já havia definido o que era trânsito em julgado.

Assim, o princípio da presunção de inocência deveria ser tido como inviável ao menos até o esgotamento da instância nos tribunais de apelação, respeitando-se ao menos o direito ao duplo grau de jurisdição. Conforme o Comitê de Direitos Humanos da ONU, um sistema recursal aplicado a casos em que a execução da pena já se iniciou não satisfaz os requisitos do § 5° do art. 14, independentemente de que essa revisão possa ser solicitada pela pessoa declarada culpada ou dependa das faculdades discricionárias de um juiz ou promotor (ONU, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos fundamentos apresentados, evidencia-se a clara discrepância entre a aplicação dos princípios constitucionais e do entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal. Também, ainda, o claro ferimento ao devido processo legal, que atualmente vem sendo vilipendiado pelo STF quando se trata da presunção de não culpabilidade dos acusados e pronunciados ao Tribunal do Júri.

Todos têm direito de serem declarados inocentes, até que todas as fontes disponíveis de defesa sejam esgotadas, com direito ao contraditório e à ampla defesa e todos os meios de prova disponíveis. O rápido cumprimento da pena demonstra que o sistema jurídico do país tem demonstrado raízes punitivistas ao tratar dos condenados em tribuna popular. Não se tratando apenas de uma resposta clara à sociedade para com os crimes contra à vida, mas também uma resistência institucional à manutenção do contraditório pleno com o acusado em liberdade.

Diante das reflexões expostas, conclui-se que a execução provisória da sentença penal condenatória oriunda do Tribunal do Júri, conforme o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, representa uma afronta aos pilares constitucionais que sustentam o processo penal democrático. A antecipação da pena, sem o trânsito em julgado, compromete não apenas o princípio da presunção de inocência, mas também enfraquece o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, configurando um retrocesso no sistema de garantias fundamentais. É necessário, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro reavalie essa postura punitivista, a fim de preservar os direitos do acusado e assegurar que a justiça seja exercida com equilíbrio, legalidade e respeito aos princípios constitucionais que regem o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, Planalto, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: Planalto, 1941.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (decisão monocrática). Habeas Corpus nº 177.952. Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de [...], contra decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça [...]. Relator: Min. Gilmar Mendes, 20 maio 2020. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343163367&ext=.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

CRUZ, Rogerio Schietti Machado. Garantias processuais nos recursos criminais. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES JÚNIOR, Aury. Prisões cautelares. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624504/. Acesso em: 14 set. 2025.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. Observação geral nº 32, de julho de 2007. Artigo nº 50. Nova Iorque: ONU, 2007. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/acceso_justicia_instrumentos_internacionales_recursos_Rec_Gral_23_UN.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

QUEIROZ, Paulo. *A nova prisão preventiva – Lei nº 13.964/2019*. Paulo Queiroz, Brasília, 2020. Disponível em: https://pauloqueiroz.net/a-nova-prisao-preventiva-lei-n-13-964-2019/. Acesso em: 14 set. 2025.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: ANÁLISE JURÍDICA E LIMITES CONSTITUCIONAIS

Categoria: Leitura interdisciplinar

Allan José Custódio Fantin[1]
Adriana Pereira Benjamini[2]

Resumo – A liberdade de expressão é essencial à democracia, mas possui limites legais, principalmente, quando colide com direitos como honra e dignidade. O judiciário brasileiro, ao analisar sobre o assunto, procura equilibrar esta forma de proteção, embora, críticas apontem excessos, especialmente, quando analisados sobre o aspectos das redes sociais.

Palavras-chave: dignidade; liberdade; limites.

1. INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais mais importantes nas sociedades democráticas modernas, sendo essencial para o desenvolvimento do debate público e a formação da opinião coletiva. Esse direito é amplamente protegido em constituições ao redor do mundo, incluindo a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 5º, incisos IV e IX, assegura a liberdade de manifestação do pensamento e a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (Brasil, 1988).

A liberdade de expressão não se trata de um direito absoluto, estando sujeita a limitações necessárias para garantir a convivência pacífica e o respeito aos direitos fundamentais de outros indivíduos. A própria Constituição estabelece limites, como a proibição do anonimato e a responsabilização por abusos, especialmente, quando há ofensa à honra, à dignidade ou à privacidade (Brasil, 1988). Segundo Canotilho (2018, n.p.), "a liberdade de expressão encontra seus limites nos direitos alheios e na proteção da ordem pública e da moralidade", o que justifica a existência de restrições legais.

No contexto contemporâneo, o avanço das redes sociais e o crescente uso de tecnologias digitais ampliaram o espaço para o exercício da liberdade de expressão, mas também, aumentaram os desafios de moderação e controle de abusos. As plataformas digitais introduziram novas questões jurídicas relacionadas à regulação da liberdade de expressão, demandando um equilíbrio renovado entre o direito à livre manifestação e a necessidade de proteção contra abusos, como a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio. Assim, o

[1]Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.
[2]Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.

papel do Judiciário na interpretação dessas novas realidades se torna cada vez mais relevante (Pinheiro, 2020).

Por fim, o objetivo deste artigo é oferecer uma leitura clara e objetiva sobre como a liberdade de expressão vem sendo aplicada nos dias atuais, especialmente, à luz do aumento do controle exercido pelo Judiciário. Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento do autoritarismo judicial no tratamento de casos relacionados à manifestação de pensamento, muitas vezes, sob o pretexto de proteger outros direitos fundamentais, como a dignidade e a honra.

Importa mencionar ainda, que este artigo foi extraído da monografia apresentada ao Curso de Direito, no primeiro semestre letivo de 2023.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se em uma análise bibliográfica de textos legais, doutrinários e jurisprudenciais que tratam da liberdade de expressão e seus limites. A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2017, n.p), "é uma técnica que visa a obtenção de informações e conhecimentos sobre um tema a partir da consulta a documentos, sejam eles escritos ou eletrônicos".

A abordagem qualitativa foi escolhida devido à necessidade de interpretar o impacto de decisões e normas no contexto social e jurídico contemporâneo (Gil, 2019).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONCEITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão é o direito de manifestar opiniões, crenças e ideias sem interferências ou represálias do Estado. Historicamente, esse direito foi conquistado ao longo de revoluções e movimentos pela democratização do poder político, como as Revoluções Francesa e Americana (Bobbio, 1997). De acordo com Mendes (2021, p. 22), "a liberdade de expressão constitui um direito fundamental essencial para o funcionamento da democracia, pois garante o debate livre de ideias e opiniões".

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 consolidou esse direito como cláusula pétrea, impedindo sua abolição ou restrição sem que seja violada a própria essência da democracia. Esse direito, porém, se relaciona diretamente com outros direitos e, em situações de colisão, a ponderação entre eles é fundamental para evitar abusos (Mendes, 2021).

3.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO VS. LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

Embora sejam conceitos complementares, a liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento possuem distinções importantes. A liberdade de expressão inclui a exteriorização de ideias através de diversos meios, como a imprensa, artes e redes sociais, enquanto a manifestação do pensamento abrange a exposição direta de opiniões pessoais (Silva, 2016). Ambas encontram limites impostos por direitos de terceiros, sendo vedado o anonimato, conforme o artigo 5º, IV, da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988).

A proibição do anonimato tem como finalidade assegurar que aqueles que expressam suas opiniões e manifestações possam ser responsabilizados por possíveis abusos, o que contribui para a proteção e garantia dos direitos fundamentais (Lenza, 2021). O Supremo Tribunal Federal (STF) tem consolidado o entendimento de que o direito à livre manifestação do pensamento deve ser exercido com responsabilidade (Brasil, ADPF 130, 2008).

3.3 LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Embora seja um direito fundamental, a liberdade de expressão possui restrições impostas pela própria Constituição e pelo Código Penal. São exemplos as sanções contra a honra (calúnia, difamação e injúria), conforme o artigo 138 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940).

Como afirma Cunha (2021, p.119), "o direito à liberdade de expressão não é ilimitado, devendo ser ponderado em face de outros direitos fundamentais, como a honra e a dignidade da pessoa humana".

Além disso, discursos que incitem a violência, o ódio racial ou étnico, e a disseminação de fake news estão sujeitos a sanções civis e penais. A liberdade de expressão não pode ser utilizada como escudo para práticas criminosas (Moraes, 2019). A exemplo, a jurisprudência brasileira tem aplicado essas limitações em casos concretos, como na decisão do STF que proibiu a realização de manifestações favoráveis ao nazismo, por violar o princípio da dignidade humana (Brasil, RE 494601, 2009).

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS

O avanço das redes sociais trouxe novas dimensões para a liberdade de expressão. As plataformas digitais democratizaram o acesso à informação, mas também intensificaram o desafio de controlar abusos, como a disseminação de discurso de ódio e desinformação. O marco civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) regula a responsabilidade das plataformas e dos usuários, estabelecendo que a retirada de conteúdo só pode ocorrer por ordem judicial, exceto em casos de nudez ou violações de direitos autorais (Pinheiro, 2020).

Como destaca Rocha (2022, p.45), "a sanção pela extrapolação da liberdade de expressão tem se tornado uma ferramenta de controle, aplicada de maneira desproporcional e, em alguns casos, arbitrária, dependendo de quem emite a opinião". Dessa forma, isso gera um sentimento de que a liberdade de expressão só é limitada para alguns, enquanto outros permanecem impunes, o que cria um cenário de insegurança jurídica e questiona a imparcialidade do Judiciário (Bentes, 2020).

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

A liberdade de expressão colide frequentemente com outros direitos fundamentais, como o direito à honra e à privacidade. A ponderação desses direitos exige um exame cuidadoso das circunstâncias de cada caso, de modo a garantir que a prevalência de um direito não resulte na anulação de outro. A jurisprudência do STF ressalta a importância de proteger a dignidade humana e a honra sem comprometer o debate público e o pluralismo de ideias (Brasil, RE 511961). Assim, a solução para esses conflitos passa pelo princípio da proporcionalidade, garantindo que

as restrições à liberdade de expressão sejam necessárias e adequadas, sem serem arbitrárias ou desproporcionais (Moraes, 2019).

3.6 O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Judiciário, especialmente o STF, tem desempenhado papel central na proteção da liberdade de expressão no Brasil. Casos como a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, que criminalizou a homofobia e a transfobia como formas de racismo, demonstram o papel ativo do Judiciário em moldar os limites e a proteção da liberdade de expressão (Cunha, 2021)

Observa-se ainda, que recentemente, a aplicação da lei tem se tornado mais severa e punitiva, especialmente no contexto das redes sociais. Comentários e opiniões que, anteriormente, não seriam alvo de sanções rigorosas, têm resultado em processos, bloqueios de contas e outras punições desproporcionais. Um exemplo notável foi o caso do deputado Nikolas Ferreira, que teve sua conta nas redes sociais suspensa por um período, o que levanta questionamentos sobre a equidade na aplicação da lei (Rocha, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento são direitos fundamentais para a democracia, mas devem ser exercidos com responsabilidade, especialmente quando colidem com outros direitos, como a honra e a dignidade humana. O princípio de que a liberdade de um termina onde começa a do outro é um balizador essencial no direito, garantindo que abusos não sejam tolerados. No entanto, observa-se que o Judiciário tem adotado posturas que, sob o pretexto de evitar abusos, acabam por restringir a exibição de verdades e silenciar vozes legítimas. Deputados, senadores e figuras públicas têm tido suas contas nas redes sociais suspensas ou bloqueadas por manifestarem opiniões que, embora polêmicas, não necessariamente ultrapassam os limites da lei.

Esse movimento gera uma preocupante sensação de que a liberdade está sendo calada, e que o espaço de debate público está sendo artificialmente limitado. Ao invés de um Judiciário que cerceia opiniões, a solução para essa questão seria um compromisso com a transparência e com a verdade, desde que, se mantenha dentro do que a lei estabelece como não violável. O caminho para uma sociedade verdadeiramente democrática não é o silenciamento, mas sim a promoção de um ambiente onde o debate, a divergência e a pluralidade de ideias possam coexistir, sempre respeitando os direitos de terceiros. Assim, é necessário que as limitações à liberdade de expressão sejam aplicadas com cautela e proporcionalidade, para que não se transformem em ferramentas de censura.

REFERÊNCIAS

BENTES, J. A. **Redes Sociais e Liberdade de Expressão: Desafios e Limites na Era Digital**. Revista de Direito Constitucional, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 45-68, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848**, de 07de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

BRASIL. **Lei nº. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estalece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. **ADO 26 – Criminalização da Homofobia**. Brasília, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – **STF. ADPF 130 – Lei de Imprensa**. Brasília, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – **STF. RE 494601 – Proibição de Manifestações Nazistas**. Brasília, 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. RE 511961 – Liberdade de Expressão e Direito à Honra. Brasília, 2011.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2018.

CUNHA, Rogério. **A aplicação da ADO 26 e seus impactos na liberdade de expressão**. Revista de Direito Constitucional, vol. 43, n. 1, 2021, pp. 98-112.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Liberdade de expressão e seus limites no contexto das redes sociais**. Revista Eletrônica de Direito Público, vol. 29, n. 3, 2021, pp. 12-29.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PINHEIRO, Gustavo F. **Marco Civil da Internet e a Liberdade de Expressão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

ROCHA, Alessandra. **A liberdade de expressão nas redes sociais: uma análise crítica à suspensão de perfis de políticos**. Revista de Direito Digital, vol. 16, n. 4, 2022, pp. 45-63.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MEDICINA

SAÚDE E MOVIMENTO: ATIVIDADE FÍSICA COMO ESTARTÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL NO CONTEXTO PRISIONAL

Categoria: Projeto extensionista

Amanda Miranda de Lourena[1]
Eduarda Freitas[2]
Gabriela Peretti[3]
Vilmair Zancanaro[4]

Resumo - A população privada de liberdade apresenta elevada vulnerabilidade a fatores que comprometem a saúde física e mental, favorecendo quadros de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. O ambiente prisional, caracterizado por restrições de espaço, escassez de recursos e privação de estímulos, contribui para o sedentarismo e limita práticas de autocuidado e promoção da saúde. Este projeto teve como objetivo promover a saúde integral de pessoas em privação de liberdade e dos profissionais do Presídio Regional de Caçador (SC), por meio de oficinas de atividade física adaptadas ao contexto prisional, estimulando hábitos saudáveis, interação social e bem-estar, em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar) da ONU. Trata-se de uma ação extensionista, qualitativa, descritiva e aplicada, desenvolvida por acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob orientação docente, em 2025. As ações envolveram duas etapas: elaboração e entrega de folders educativos sobre ergonomia, alimentação saudável, atividade física e autocuidado aos servidores; e realização de oficinas de exercícios físicos de baixo impacto, incluindo alongamentos, técnicas respiratórias e movimentos funcionais, seguidos de momentos reflexivos com os participantes. Observou-se melhora na disposição física, redução de sintomas psicológicos e fortalecimento de vínculos interpessoais. O projeto reforça o papel social da universidade na promoção da saúde, na inclusão social e na formação ética e humanizada de futuros profissionais.

Palavras-chave: População privada de liberdade; saúde mental; exercício físico; humanização; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A população em situação de privação de liberdade encontra-se exposta a condições que elevam significativamente o risco de comprometimento da saúde física e mental. O confinamento prolongado favorece alterações comportamentais, como mudanças de personalidade, aumento da agressividade e redução da capacidade de socialização. Além disso, o sedentarismo e as

[1] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

limitações estruturais do ambiente prisional contribuem para a maior incidência de doenças infecciosas, crônicas e transtornos mentais entre os detentos (Falcão et al., 2020; Costa et al., 2023).

Nesse contexto, programas de atividade física implementados em unidades prisionais configuram estratégias eficazes de promoção da saúde, ao proporcionarem benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais. Evidências científicas demonstram que a prática regular de exercícios físicos está associada à melhora de indicadores metabólicos, como a redução da pressão arterial e do colesterol, à diminuição dos níveis de estresse e ansiedade, além de favorecer a interação social e a melhoria da qualidade de vida (SILVA, 2020). Ademais, a atividade física representa um importante instrumento de reintegração social e de humanização no contexto prisional, contribuindo para a construção de um ambiente mais saudável e equilibrado (FARIAS et al., 2014).

Considerando o impacto positivo das práticas corporais sobre a saúde integral, torna-se essencial incluir tais intervenções em políticas públicas e ações extensionistas voltadas à população carcerária. Projetos com enfoque interdisciplinar, desenvolvidos por instituições de ensino superior, favorecem a troca de saberes, a valorização da dignidade humana e o fortalecimento do papel social da universidade na promoção da equidade em saúde (Oliveira; Bianchini; Dias, 2022).

Diante desse cenário, o presente projeto de extensão propõe ações voltadas à promoção da saúde integral de pessoas privadas de liberdade e dos profissionais do Presídio Regional de Caçador (SC), por meio de oficinas de atividade física adaptadas ao contexto prisional. Além de estimular hábitos saudáveis, interação social e bem-estar psicológico, o projeto se alinha ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar), promovendo a saúde mental, a prevenção de doenças e a inclusão social.

Com base nesse contexto e na necessidade de promoção da saúde integral, define-se como objetivo geral do projeto foi promover a saúde física e mental de pessoas privadas de liberdade e dos profissionais do presídio, por meio de atividades físicas adaptadas ao ambiente prisional, contribuindo para o bem-estar, a reintegração social e a humanização do cuidado.

METODOLOGIA

O presente projeto extensionista caracteriza uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e aplicado, voltada à promoção da saúde física e mental de pessoas privadas de liberdade e dos profissionais atuantes no Presídio Regional de Caçador, em Santa Catarina. A iniciativa foi desenvolvida por acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob orientação docente, durante o ano de 2025.

A intervenção foi estruturada em dois momentos principais. O primeiro consistiu na elaboração e distribuição de folders educativos direcionados aos servidores da unidade prisional, com o propósito de orientar e sensibilizar sobre a importância da atividade física, da ergonomia, da alimentação saudável e do autocuidado como estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos físicos e mentais no ambiente laboral.

O segundo momento envolveu a realização de oficinas de atividade física adaptadas ao espaço e às condições estruturais do ambiente prisional, voltadas aos detentos. As oficinas foram planejadas com base em exercícios corporais de baixo impacto, alongamentos, técnicas respiratórias e movimentos funcionais que pudessem ser executados sem a necessidade de equipamentos, assegurando a viabilidade e a segurança das práticas.

As ações foram conduzidas em três etapas: Reconhecimento e ambientação do espaço prisional, visando compreender as condições físicas e logísticas do local;

Prática corporal supervisionada, com acompanhamento ativo das acadêmicas e orientação individual e coletiva; Momento reflexivo e de diálogo, que possibilitou aos participantes a expressão de sentimentos, percepções e expectativas acerca das atividades desenvolvidas. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo temática, buscando identificar categorias relacionadas ao bem-estar físico, emocional e social dos participantes. Todo o desenvolvimento do projeto observou integralmente os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a confidencialidade, o respeito à dignidade humana e o caráter voluntário da participação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução do projeto possibilitou identificar efeitos positivos na percepção de saúde e bem-estar dos participantes. Durante as intervenções, observou-se elevada adesão e engajamento dos detentos nas atividades corporais propostas, com participação ativa e colaborativa. Os participantes relataram satisfação e entusiasmo em poder realizar exercícios físicos dentro do contexto prisional, destacando a oportunidade de vivenciar momentos de descontração e socialização. Após as sessões, foi notável a melhora do humor, da disposição física e da interação interpessoal, indicando impactos favoráveis tanto na dimensão física quanto na psicológica.

Os relatos espontâneos dos participantes evidenciaram que a prática regular de atividades físicas contribuiu para reduzir tensões emocionais, aliviar sintomas de ansiedade e favorecer o relaxamento mental, configurando-se como um importante instrumento de promoção da saúde mental no ambiente carcerário. Além disso, as oficinas proporcionaram um espaço de expressão e diálogo, reforçando vínculos de respeito e cooperação entre detentos e acadêmicas, o que reflete o caráter humanizador da extensão universitária.

Esses achados estão em consonância com as evidências descritas por Silva (2020) e por Santos et al. (2024), que destacam o exercício físico como mediador do equilíbrio psicológico e fisiológico em ambientes de confinamento. De forma semelhante, Constantino et al. (2016) demonstram que a prática corporal regular reduz sintomas depressivos e melhora o bem-estar geral de pessoas privadas de liberdade, ao promover sensações de autonomia, autoestima e pertencimento social. Assim, os resultados deste projeto reafirmam a relevância das intervenções baseadas em atividade física como estratégia de promoção da saúde integral e humanização do cuidado no sistema prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto evidencia a relevância das ações extensionistas voltadas à promoção da saúde física e mental no ambiente prisional, reafirmando a importância da atividade física como instrumento de cuidado, reabilitação e inclusão social. A implementação de oficinas corporais mostrou-se uma estratégia eficaz para a redução de sintomas psicológicos depressivos, contribuindo também para o fortalecimento da autoestima, da socialização e do bem-estar geral dos participantes.

A experiência desenvolvida no Presídio Regional de Caçador (SC) demonstrou que a prática regular de exercícios físicos, mesmo em ambientes restritivos, é capaz de gerar impactos positivos na qualidade de vida tanto dos detentos quanto dos trabalhadores do sistema prisional. Esses resultados reforçam o potencial transformador das intervenções em saúde quando pautadas na humanização do cuidado e na valorização do sujeito.

Além de promover saúde e humanização no contexto prisional, o projeto contribui para o ODS 3 e suas metas relacionadas à saúde mental, prevenção de doenças e promoção do bem-estar, reforçando o compromisso da universidade com os direitos humanos e a inclusão social.

Por fim, o projeto reafirma o compromisso social e ético da universidade com a defesa dos direitos humanos e com a formação de profissionais de saúde sensíveis às realidades de vulnerabilidade. Iniciativas como esta fortalecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação médica mais empática, crítica e humanizada, capaz de gerar transformações reais e sustentáveis na comunidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio e incentivo à extensão universitária, à Direção e equipe do Presídio Regional de Caçador pela parceria e receptividade, e aos detentos participantes pela colaboração e engajamento nas atividades. Estendemos nossa gratidão a todos os participantes envolvidos, cujo empenho e sensibilidade tornaram possível a realização deste projeto, reafirmando o compromisso com a saúde, a humanização e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CONSTANTINO, P.; de Assis, S. G.; Pinto, L. W. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil". Ciência & Saúde Coletiva, São Paulo, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, jul. 2016.

COSTA, J.S.P et al. Concepções dos profissionais de saúde acerca da prática do exercício físico em indivíduos privados de liberdade. Journal of Physical Education (Maringá), v. 34, e3460, 2023.

FALCÃO, R. M. M. et al. Transtornos mentais em pessoas privadas de liberdade no Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 9, p. 3645-3656, 2020.

FARIAS, E. S. et al. Efeitos de um programa de exercícios físicos breves na saúde e bem-estar de trabalhadores. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 22, n. 2, p. 295-302, 2014.

OLIVEIRA, D. P.; BIANCHINI, L. C.; DIAS, R. S. Extensão universitária e promoção da saúde em contextos de vulnerabilidade social. Revista de Extensão e Estudos Interdisciplinares, v. 8, n. 1, p. 45–58, 2022.

SANTOS P.C et al. Concepções de profissionais de saúde sobre a prática de exercício físico em indivíduos privados de liberdade. Revista de Educação Física, v. 34, n. 1, pág. e-3460, 22 de fevereiro de 2024.

SILVA, H. P. da. O exercício físico como processo de ressocialização para penitenciários: uma revisão de literatura. Revista Pesquisa em Ciências do Esporte, v. 3, n. 2, 2020.

CÂNCER DE PELE, DOENÇA SILENCIOSA E COM ALTA PREVALÊNCIA NA REGIÃO SUL
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Caroline Broll Zotti[1]
Eduarda Pauli[2]
Talissa Nicoli Hammerschmitt[3]
Rosemari Oliveira[4], [5]
Paula Brustolin Xavier[6],[7]

Resumo – O presente trabalho aborda sobre a prevalência do câncer de pele na Região Sul. O câncer de pele é uma patologia caracterizada pela replicação desordenada de células epiteliais, sendo o mais prevalente dentre as doenças que mais crescem. O objetivo foi analisar a prevalência das neoplasias cutâneas na região Sul do Brasil,com o intuito de orientar a prevencao aos participantes do projeto extensionista. Inicialmente foi realizado uma revisão de literatura, de caráter quantitativo, desenvolvida a partir de buscas de informações nas principais bases de dados e dados do Instituto do Câncer no Brasil. Notou-se, com os dados obtidos, que a alta prevalência do câncer de pele está associado com a imigração e colonização dessa região pelos povos europeus, com fototipos I e II, estabelecendo trabalhos ao ar livre que propicia à exposição solar, como as lavouras. Conclui-se que a falta de conhecimento e práticas continuadas de proteção solar, contribuem para a alta prevalência dessa patologia.

Palavras-chave: neoplasias cutâneas; região Sul; epidemiologia.

INTRODUÇÃO

O câncer de pele está entre as doenças mais incidentes no mundo, caracterizando-se pelo crescimento desordenado das células da pele (INCA, 2022). Existem dois grandes grupos dessa doença: melanoma e não melanoma, sendo este último o mais prevalente.

De acordo com Khan et al. (2022), o câncer de pele representa uma grande preocupação de saúde pública a nível global, dada sua elevada ocorrência e o impacto sobre a qualidade de vida dos indivíduos acometidos. Entre os distintos tipos de câncer diagnosticados, cerca de um a cada três novos casos é de pele, com destaque para o melanoma, o carcinoma basocelular e o carcinoma de células escamosas como os mais comuns (Urban et al., 2021).

[1] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa AGICS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[6] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa AGICS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

O melanoma, embora menos frequente, apresenta maior potencial de agressividade e mortalidade, enquanto o câncer de pele não melanoma é mais recorrente e de evolução, em geral menos letal (Brasil, 2020). Estudo realizado por Arnold et al. (2022), aponta que o melanoma figura entre as três neoplasias mais comuns em adultos jovens.

No Brasil, a maior incidência é observada na região Sul, cuja população apresenta características fenotípicas associadas à ancendência europeia, especificamente de origem alemã e italiana, o que contribui para maior suscetibilidade aos efeitos da radiação solar (Lima et al.,2021). Ainda, fatores relacionados ao trabalho (trabalhadores rurais e agricultores) têm papel relevante pelo tempo de exposição e por vezes sem proteção adequada (Lima et al.,2021).

A exposição crônica e desprotegida à radiação ultravioleta (RUV) é o principal fator de risco modificável para o desenvolvimento de neoplasias cutâneas (Arnold et al, 2018). Evidências indicam que o número de queimaduras solares aumenta o risco de desenvolver este tipo de patologia ao longo da vida, incluindo queimaduras solares na adolescência e na vida adulta (Lima et al, 2024), mostrando a importância de alterar os comportamentos de exposição ao sol ao longo da vida (Thomas et al.,2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura conduzida de forma sistemática e criteriosa com o objetivo de programar a ação extensionista com orientações de prevenção. Inicialmente, realizou-se uma busca exploratória nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), complementada por dados secundários do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a fim de contextualizar a produção científica e os indicadores nacionais sobre o tema.

Na BVS, a estratégia de busca incluiu os termos: “Incidência”, “Neoplasias Cutâneas”, “Câncer de Pele” e “Transtornos de Fotossensibilidade”, combinados com operadores AND e OR. A estratégia final foi: (Incidência) AND ("Neoplasias Cutâneas" OR "Câncer de Pele") AND ("Transtornos de Fotossensibilidade")

Na base PubMed, foram utilizadas as palavras: “Incidence”, “Incidence Coefficient”, “Skin Neoplasms”, “Skin Cancer", “Photosensitivity Disorders" e “Photodermatitis”, também combinados com os booleanos AND e OR. Como estratégia final, utilizou-se (Incidence OR "Incidence Coefficient") AND ("Skin Neoplasms" OR "Skin Cancer") AND ("Photosensitivity Disorders" OR Photodermatitis).

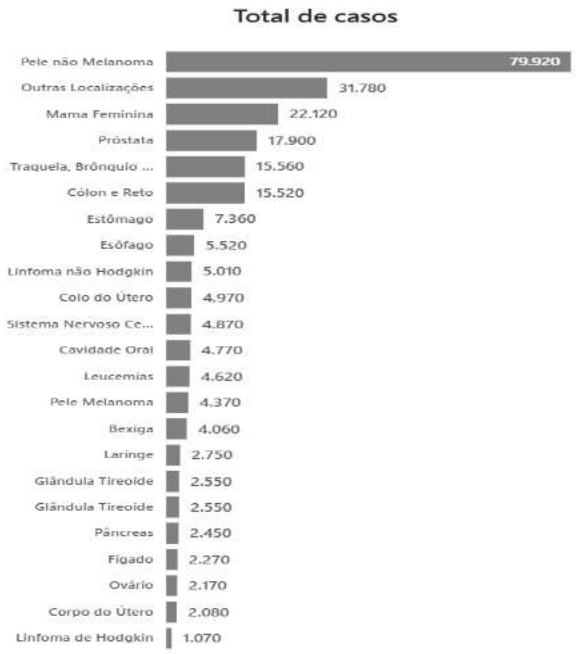
Ao todo foram encontrados 156 artigos. Após aplicação dos critérios de inclusão, texto completo, inglês ou português e publicados nos últimos dez anos, foram selecionados 30 estudos para leitura integral. Ademais, como critério de exclusão, utilizou-se a deleção dos artigos por meio dos títulos e subtítulos e o assunto principal abordado por cada um, totalizando, assim, 12 artigos.

Em relação a ação do projeto extensionista foi desenvolvida com uma turma de 25 acadêmicos (as) do curso de psicologia afim de alertar da prevalência de casos de câncer de pele, independente de seu tipo e as medidas de proteçãoo e prevenção.Foi realizado atividade informativa em forma de roda de conversa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos por meio do observatório de oncologia e das bases do INCA e DATASUS evidenciou que o câncer de pele não melanoma (CPNM) permanece como a neoplasia mais prevalente na região Sul do Brasil. Os registros apontam que, no conjunto das neoplasias cutâneas, o CPNM supera , inclusive, as taxas observadas para câncer de mama e próstata (Figura 1), configurando um importante desafio em saúde pública regional (Observatório de Oncologia, 2024).

Figura 1 – Total de casos de cancer a nivel de Brasil de diferentes orgaos do corpo humano.



Fonte: Observatório de Oncologia, 2024.

Segundo dados da Skin Cancer Foundation (2025), estima-se que, em 2025, o número de casos de câncer de pele do tipo melanoma aumente em 5%. Ademais, sabe-se que o carcinoma basocelular (CBC) é a forma mais comum a nivel global visto que 3,6 milhões de casos de CBC são diagnosticados nos EUA a cada ano. Essas estatisticas poderiam ser modificadas se houvesse acoes mais efetivas relacionadas a saude publica quanto aos fatores de risco e a importancia da mudança de estilo de vida que diminuam a exposicao ao sol em todas as faixas etarias (Arnold et al., 2018).

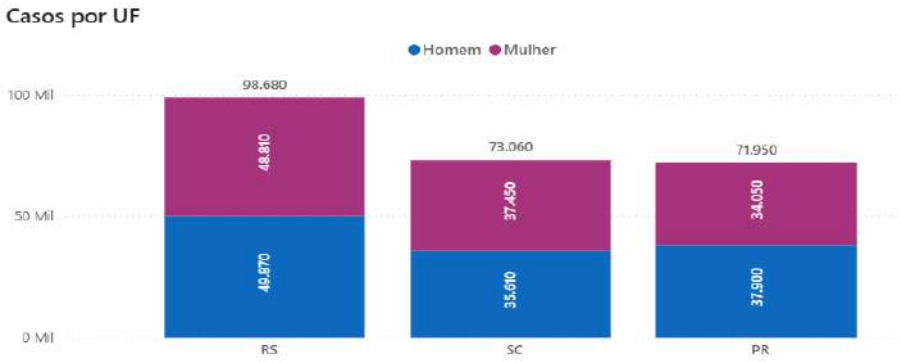
De acordo com dados do Ministério da Saúde, o tipo de câncer melanoma é o mais agressivo, entretanto, o tipo não melanoma é o mais frequente e de menor mortalidade. Considerando estatísticas do Instituto Nacional do Câncer, em 2020, a incidência de não melanoma foi de 176.930, sendo 83.770 homens e 93.160 mulheres (Brasil, 2020).

Ao encontro disso, de acordo com a SBD pessoas de pele clara, que se queimam com facilidade quando se expõem ao sol e com Fototipos I e II, possuem maior chance de desenvolver

a doença, que também pode se manifestar em indivíduos negros ou de fototipos mais altos, ainda que mais raramente (SBD, 2018). Ademais, a alta incidência e prevalência da neoplasia epidérmica está relacionada com a falta de conhecimento sobre as medidas de fotoproteção, essenciais para se evitar o contato direto dos raios UV com a camada mais externa da pele, evitando exposições e desenvolvimento da patologia associada (Brasil, 2020).

Outro detalhe a ser considerado, é a distribuição das neoplasias cutâneas em relação aos 3 estados da região Sul. A região Sul do Brasil apresentou incidência do câncer de pele acima da taxa nacional. O estado do Rio Grande do Sul lidera quando comparado a Santa Catarina e ao Paraná, totalizando 98.680 casos no período relatado (Figura 2). Essa distribuição reforça a influência de fatores climáticos e fenotípicos I e II da incidência da doença (Arnold, et al., 2022; Lima et al., 2021).

Figura 2 - Casos de cancer de pele por sexo por UF da regiao Sul



Fonte: Observatório de Oncologia, 2024.

Realizar açoes extensionistas envolvendo conhecimentos de diferentes areas, nos permite refletir o quanto cada profissional pode contribuir junto a saude da coletividade. Os academicos de psicologia se demonstraram receptivos as informaçoes e serviu de alerta para que possam alem do autocuidado, repassar novos conhecimentos aos seus pacientes e familiares como medida de prevencao de uma doença que gera tambem problemas mentais como ansiedade, medo e outras psicossomáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as neoplasias constituem um problema de saúde pública e estão relacionadas com a colonização e instalação das culturas que predominam até os dias atuais na região. Os fatores de risco extrínsecos, como ambientais e intrínsecos, como genéticos, podem influenciar no desenvolvimento do câncer de pele.

Além do exposto, sabe-se que ambos os sexos estão suscetíveis ao desenvolvimento desta patologia, mas há predomínio no feminino. A importancia de politicas de saude volatadas a promoção em saúde e conscientizar a população devido a alta incidência na região Sul são fundamentais e que sejam colocadas em praticas incentivando a mudança de comportamento relacionada a exposicao solar. A educacao em saude deve ser realizada por todos os profissionais de diferentes formações, afim de atingir o maior numero de pessoas informadas possiveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP pela oportunidade de desenvolvermos habilidades em pesquisa e as professoras orientadoras que nos orientaram e tornaram possível a realização desse trabalho.

REFERÊNCIAS

ARNOLD M. *et al*. **Global burden of cutaneous melanoma in 2020 and projections to 2040.** JAMA Dermatol, Published online 30 March 2022;Disponivel em: https://jamanetwork.com/journals/jamadermatology/fullarticle/2790344

ARNOLD M, *et al.* **Global burden of cutaneous melanoma attributable to ultraviolet radiation in 2012.** Disponivel em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29659012/. Acesso em: 28 out. 2025.

Brasil Ministério da Saúde. Brasil, 2020. Câncer de pele. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/cancer-de-pele. Acesso em: 28 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Site do Ministério da Saúde. Publicado em 2022 e atualizao em 2025. Câncer de pele não melanoma. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/pele-nao-melanoma. Acesso em: 28 out. 2025.

KHAN, Nazeer Hussain *et al.* **Skin cancer biology and barriers to treatment: Recent applications of polymeric micro/nanostructures.** [S. l.]: Elsevier B.V., 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35127174/. Acesso em: 28 out. 2025.

LIMA, Idelbrando A. *et al*. **Câncer de pele: uma revisão de literatura.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 4, p. 2493–2501, 28 abr. 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2017. Acesso em: 28 out. 2025.

LIMA, Nayara Almeida; ROMÃO, Thamires; MURARA, Pedro. **Estudo preliminar sobre o câncer de pele no Brasil a partir de uma perspectiva geográfica.** *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [s. l.], v. 17, p. 71–80, 2021. Disponível em https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/57343. Acesso em: 28 out. 2025.

OBSERVATÓRIO DE ONCOLOGIA. **Indicadores de oncologia em geral - Observatório de Oncologia.** Disponível em: https://observatoriodeoncologia.com.br/indicadores/2024/indicadores-de-oncologia-em-geral/. Acesso em: 28 out. 2025.

SKIN CANCER FOUNDATION. Fatos e estatísticas sobre câncer de pele. Disponível em: https://www.skincancer.org/pt/skin-cancer-information/skin-cancer-facts. Acesso em: 01 nov. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA. Site da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Rio de Janeiro, 2018. Câncer de pele. Disponível em: https://www.sbd.org.br/doencas/cancer-da-pele/. Acesso em: 28 out. 2025.

THOMAS, Simon M. *et al.* **Non-melanoma skin cancer segmentation for histopathology dataset.** Disponível em https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352340921008623.Acesso em: 28 out. 2025.

URBAN, K. et al. **The global burden of skin cancer: A longitudinal analysis from the Global Burden of Disease Study, 1990–2017.** JAAD International, v. 2, p. 98–108, 10 jan. 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34409358/. Acesso em: 28 out. 2025

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM USO DE PICTOGRAMAS: PROMOVENDO ADESÃO TERAPÊUTICA ENTRE IDOSOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR (SC)

Categoria: Projeto Integrador

Bernardo Sant`Ana Hass[1]
Bruno Woehl Olekszyszen[2]
Carlos Eduardo Figueiredo[3]
Caroline Marcondes Guimarães[4]
Gabriela Susin[5]
Laura Pacheco de Mello Gonçalves Horta[6]

Resumo: No Brasil, existe um crescente aumento da população idosa, o que traz desafios à adesão medicamentosa, especialmente entre idosos analfabetos, para os quais o uso correto de medicamentos é dificultado pela baixa compreensão das prescrições. Este projeto de extensão, vinculado ao curso de Medicina da UNIARP, teve como objetivo implementar estratégias educativas com uso de pictogramas e adesivos visuais para promover a adesão medicamentosa entre idosos analfabetos dos bairros Gioppo e Bom Sucesso, em Caçador (SC). A metodologia envolveu quatro etapas: revisão bibliográfica, seleção de 14 participantes com apoio das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), intervenção domiciliar com criação de pictogramas personalizados e avaliação qualitativa da experiência. Os resultados evidenciaram redução de erros de administração, especialmente superdosagem, e maior correspondência entre o uso real e a prescrição médica, refletindo melhora na compreensão e autonomia dos idosos. As ACS destacaram a eficácia da comunicação visual e a relevância da ação para populações vulneráveis. Conclui-se que o uso de pictogramas e adesivos é uma estratégia simples, acessível e de baixo custo, capaz de fortalecer a adesão terapêutica e a segurança no uso de medicamentos, recomendando-se sua ampliação para outras unidades de saúde e incorporação à rotina da atenção primária.

Palavras-chave: População Idosa; Pictograma; Uso de Medicamentos; Intervenção Educativa; Promoção de Saúde.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil avança de forma acelerada, com projeções do IBGE (2018) indicando que, em 2030, o número de idosos superará o de crianças e adolescentes.

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Esse fenômeno impõe desafios significativos à saúde pública, especialmente no que se refere ao manejo de múltiplas comorbidades e à polifarmácia com uso concomitante de vários medicamentos, comuns nessa faixa etária (Mokwena; Joubert, 2020; Tessema et al., 2020). A adesão medicamentosa, entendida como a conformidade do comportamento do paciente em relação às prescrições terapêuticas, é crucial para o controle de doenças crônicas, mas é frequentemente comprometida por fatores como analfabetismo, declínio cognitivo e vivência solitária (Al-Taweel et al., 2020).

Estudos apontam que idosos analfabetos ou com baixo letramento em saúde enfrentam barreiras adicionais na compreensão de bulas e prescrições, o que eleva significativamente o risco de uso incorreto de medicamentos (Tessema et al., 2020). Nesse contexto, intervenções baseadas em pictogramas e recursos visuais têm se mostrado eficazes para melhorar a adesão, especialmente em populações com limitações de leitura (Sari et al., 2021). Pesquisas demonstram que o uso de pictogramas pode reduzir erros de medicação e aumentar a confiança do idoso no manejo de sua própria terapia (Al-Taweel et al., 2020; JI; Yoon, 2022).

Diante desse cenário, o presente projeto integrador, vinculado ao curso de Medicina da Uniarp, buscou desenvolver e aplicar ferramentas visuais para auxiliar idosos analfabetos no município de Caçador (SC) a utilizar corretamente os medicamentos. A iniciativa justifica-se pela urgência em oferecer soluções acessíveis e de baixo custo que promovam autonomia, segurança terapêutica e qualidade de vida a essa população. Objetivo geral: Implementar estratégias de educação em saúde com uso de pictogramas e adesivos visuais para estimular a adesão medicamentosa entre idosos analfabetos. Objetivos específicos: Promover autonomia no manejo de medicamentos, reduzir erros de administração e fortalecer a compreensão da terapia prescrita.

METODOLOGIA

A metodologia foi organizada em quatro etapas: revisão bibliográfica, seleção dos participantes, aplicação domiciliar da intervenção e avaliação da experiência. As ações ocorreram entre setembro e outubro de 2025, nos bairros Bom Sucesso e Gioppo, em Caçador (SC), com apoio das ACS locais. O objetivo foi promover o uso correto de medicamentos por idosos, utilizando pictogramas e adesivos identificadores como instrumentos educativos.

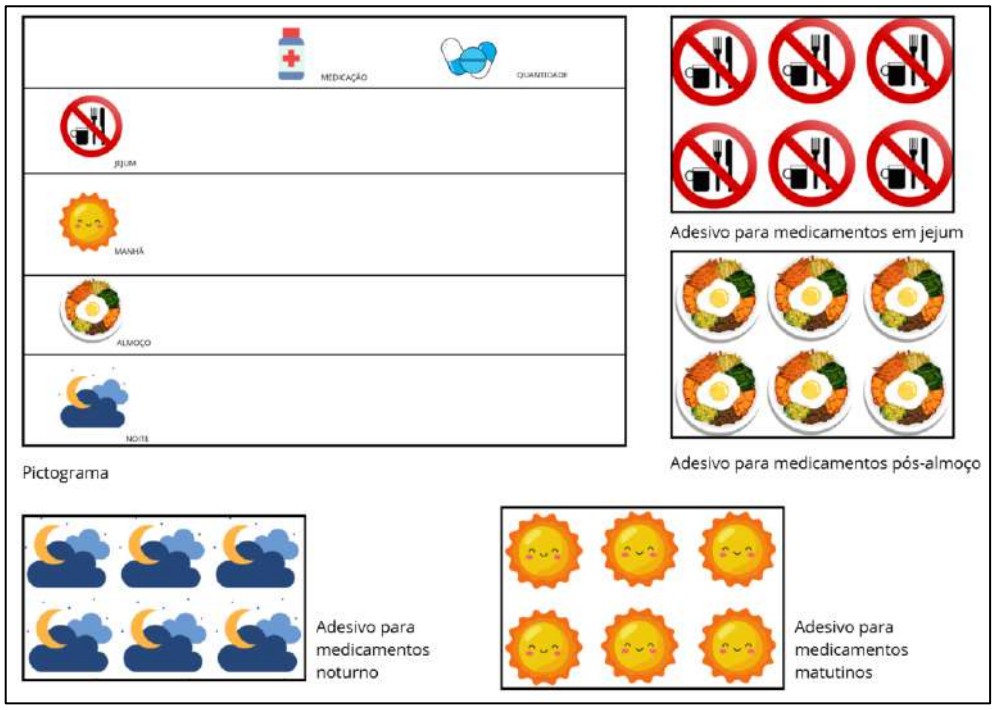
Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre educação em saúde e adesão medicamentosa em idosos, com os descritores “Idosos OR Pessoa Idosa” AND “Educação em Saúde” AND “Adesão à Medicação” AND “Materiais Educativos”, nas bases SciELO e BVS. Evidências apontam que recursos visuais simples, como pictogramas, melhoram a compreensão de instruções e reduzem erros de administração, sobretudo em idosos com limitações cognitivas ou baixo letramento em saúde (Houts et al, 2006).

A seleção dos participantes foi conduzida pelas ACS, que identificaram 14 idosos com polifarmácia ou dificuldades de manejo medicamentoso. As visitas domiciliares possibilitaram uma abordagem personalizada e contextualizada às condições sociais e cognitivas dos participantes.

Durante a intervenção educativa, a equipe analisou a prescrição médica individual e criou pictogramas personalizados, representando horários, vias de administração e orientações complementares, utilizando os materiais da Figura 1. Em seguida, foram colados adesivos com as mesmas figuras nas embalagens, reforçando o reconhecimento visual e a autonomia no uso dos medicamentos. Essa estratégia, baseada em princípios de educação lúdica e comunicação visual, favorece a retenção da informação e a adesão terapêutica (Katz, et al., 2006).

Por fim, a avaliação qualitativa foi feita por observação e relatos dos idosos e ACS, verificando compreensão, aceitação e facilidade de uso dos pictogramas. O estudo seguiu os princípios éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo consentimento livre e preservação da privacidade. Por tratar-se de relato de experiência extensionista, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética.

Figura 1 - Materiais educativos: pictograma e adesivos de horários.



Fonte: Os autores (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção de educação em saúde voltada ao aprimoramento da adesão medicamentosa, por meio do uso de ferramentas visuais, foi desenvolvida em parceria com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde Central – UBS, abrangendo os bairros Gioppo e Bom Sucesso, no município de Caçador (SC). O estudo teve como foco 14 idosos em situação de vulnerabilidade, caracterizada por dificuldades de leitura e pela prática de polifarmácia, entendida como o uso concomitante de múltiplos medicamentos.

O principal achado consistiu na identificação de um padrão recorrente de erros na administração dos medicamentos, especialmente a superdosagem não intencional, que comprometia a segurança e a eficácia terapêutica. Antes da intervenção, observou-se que parte dos idosos administrava determinados fármacos mais de uma vez ao dia, mesmo quando a prescrição indicava dose única. Esse tipo de erro foi particularmente crítico no caso dos anti-hipertensivos e esteve associado a fatores logísticos relacionados à dispensação dos medicamentos, como a entrega feita pela farmácia da UBS sem as caixas do medicamento, somente com a cartela que impedia a diferenciação visual entre comprimidos genéricos e similares quanto à cor, formato e tamanho. Tal limitação dificultava o reconhecimento e a identificação correta dos medicamentos, especialmente entre idosos com baixa escolaridade.

A implementação das ferramentas visuais constituídas por folhas de síntese individualizadas com pictogramas e adesivos sinalizadores, aliada ao treinamento prático conduzido pelas ACS, resultou em melhora expressiva na adesão ao tratamento. A clareza da comunicação visual possibilitou que os participantes e seus cuidadores organizassem rotinas mais seguras, reduzindo significativamente os episódios de superdosagem e promovendo maior correspondência entre o uso real e a prescrição médica. As ACS destacaram que o direcionamento da intervenção a um público em situação de maior vulnerabilidade foi decisivo para o alcance dos resultados positivos e para a efetividade do projeto.

O baixo nível de escolaridade pode comprometer a adoção de comportamentos saudáveis e, consequentemente, aumentar a vulnerabilidade e os riscos à saúde, como a não adesão adequada ao tratamento medicamentoso. Em contrapartida, indivíduos com maior grau de instrução e melhor alfabetização tendem a demonstrar maior consciência sobre os riscos associados a determinados comportamentos, adotando práticas mais seguras e preventivas.

Os elevados índices de analfabetismo entre idosos refletem uma das expressões da desigualdade social no país. A ausência de escolarização configura-se como um fator limitante para a sobrevivência e a qualidade de vida, pois reduz a capacidade de compreensão e reflexão do indivíduo sobre o contexto que o cerca, dificultando o desenvolvimento de comportamentos de autocuidado eficazes.

Diversas pesquisas indicam que o conhecimento aprofundado sobre a própria doença incluindo sintomas, métodos de tratamento e estratégias de manejo está diretamente relacionado a uma maior adesão às recomendações terapêuticas (Vélez-Vélez & Bosch, 2016).

Além disso, o desafio de lembrar e administrar uma grande variedade de medicamentos por períodos prolongados pode representar uma sobrecarga para os idosos, que frequentemente percebem o regime terapêutico como complexo e de difícil manutenção. Essa dificuldade é ainda mais evidente entre aqueles que apresentam declínio cognitivo ou problemas de memória, condições que comprometem a adesão e aumentam o risco de erros no uso dos medicamentos (Al-Hajje et al., 2015; Cooper et al., 2005; Leung et al., 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação extensionista confirmou o potencial de pictogramas e adesivos como recursos simples e eficazes para guiar idosos analfabetos no uso de medicamentos. Esta estratégia de

baixo custo pode ser facilmente adaptada e reproduzida em diferentes cenários da atenção primária. Para transformar essa iniciativa em uma política permanente, é crucial dar continuidade ao projeto, ampliando-o para outras UBS e coletando feedbacks contínuos. A realização de estudos de longo prazo será fundamental para avaliar seu impacto sustentável na adesão ao tratamento e na qualidade de vida, consolidando uma abordagem humanizada que combate desigualdades em saúde.

No entanto, um desafio operacional crítico reside na logística de implantação, é essencial definir claramente quem será responsável por imprimir, recortar, organizar e, principalmente aplicar os adesivos nas embalagens, quando se tratando de realização em larga escala, pois são tarefas que exigem tempo de uma equipe (enfermeiros, técnicos, farmacêuticos, ACS) que possivelmente ja está sobrecarregada. A criação de um protocolo claro e integrado à rotina da UBS é, portanto, imprescindível para não sobrecarregar os profissionais e garantir a sustentabilidade da iniciativa.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e à Prefeitura Municipal de Caçador (SC) pelo apoio e pela parceria que tornaram possível a realização deste projeto integrador.

REFERÊNCIAS

AL-TAWEEL, D. M. et al. Evaluation of pictograms developed to enhance the effectiveness of medication reconciliation. Journal of Pharmaceutical Policy and Practice, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: https://joppp.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40545-022-00426-y. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html. Acesso em: 23 out. 2025.

HOUTS, P. S.; DOAK, C. C.; DOAK, L. G.; LOSCALZO, M. J. The role of pictures in improving health communication: a review of research on attention, comprehension, recall, and adherence. *Patient Education and Counseling*, v. 61, n. 2, p. 173-190, maio 2006. doi:10.1016/j.pec.2005.05.004.

JI, M.; YOON, J. The effect of pictogram-based education on the adherence to antimicrobial medication in older adults with chronic disease: A randomized controlled trial. Global Journal of Health Science, v. 14, n. 4, p. 1-10, 2022. Disponível em: https://www.ccsenet.org/journal/index.php/gjhs/article/view/0/41298. Acesso em: 23 out. 2025.

MOKWENA, K.; JOUBERT, L. Medication adherence amongst elderly patients in a community in the Capricorn District, Limpopo Province, South Africa. Health SA Gesondheid, v. 25, n. 1, p. 1-8,

2020. Disponível em: https://hsag.co.za/index.php/hsag/article/view/2192. Acesso em: 23 out. 2025.

DOWSE, R.; EHLERS, M. S. Medicine labels incorporating pictograms: do they influence understanding and adherence? *Patient Education and Counseling*, v. 58, n. 1, p. 63-70, 2005. doi:10.1016/j.pec.2004.06.012.

SARI, N. P. et al. The effectiveness of pictogram-based medication education in elderly patients with hypertension. Jurnal Farmasi Dan Ilmu Kefarmasian, v. 8, n. 2, p. 145-152, 2021. Disponível em: https://cyber-chmk.net/ojs/index.php/farmasi/article/view/360. Acesso em: 23 out. 2025.

TESSEMA, Z. T. et al. Medication adherence and its associated factors among elderly patients in Debre Tabor General Hospital, Northwest Ethiopia. Journal of Pharmaceutical Policy and Practice, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31924384/. Acesso em: 23 out. 2025.

CUIDANDO DE PATAS: SAÚDE ÚNICA NA PREVENÇÃO DE ZOONOSES E MAUS-TRATOS

Categoria: Projetos de extensão[1]

Marielly Leticia Dos Santos[2]
Rafaela Pohl de Almeida[3]
Juliana Neris Kwecko[4]
Vanessa Domingues[5]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[6]

Resumo – O projeto "Cuidando de Patas: Saúde e Proteção" teve como objetivo promover o bem-estar de animais abandonados e vítimas de maus-tratos no município de Caçador (SC), abordando também a importância da prevenção das zoonoses, doenças transmissíveis entre animais e humanos. A iniciativa contemplou ações práticas e educativas, incluindo a arrecadação de 30 mantinhas confeccionadas em parceria com voluntários e entregues ao Centro de Bem-Estar Animal, em outubro de 2024, com a presença de representantes do comitê local. Além disso, foi realizada uma palestra no dia 30/10/2024, das 19h às 22h, no auditório da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), reunindo aproximadamente 12 acadêmicos dos cursos de Medicina e Medicina Veterinária. O evento abordou temas como maus-tratos, adoção responsável e o impacto das zoonoses na saúde pública, buscando sensibilizar a comunidade sobre o vínculo entre saúde animal e humana. A avaliação da ação foi realizada por meio de uma pesquisa de opinião aplicado após o evento, composto por quatro perguntas, cujos resultados demonstraram que os participantes ampliaram seus conhecimentos sobre o tema. Conclui-se que o projeto contribuiu significativamente para a conscientização da comunidade e para o fortalecimento das práticas de educação em saúde e proteção animal.

Palavras-chave: Saúde Única; Proteção Animal; Bem-Estar Animal; Educação em saúde; Zoonoses.

INTRODUÇÃO

As zoonoses são doenças infecciosas naturalmente transmitidas entre animais vertebrados e o homem. Os patógenos podem ser de origem bacteriana, viral, parasitária ou envolver agentes não convencionais, e podem se disseminar para os humanos através consumo de alimentos ou

[1] IFMSA Brazil UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno dos Cursos de Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno dos Cursos de Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno dos Cursos de Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora dos Cursos de Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

água contaminados, exposição a fluidos animais ou pelo contato físico, como arranhaduras ou mordeduras (Cross et al., 2019).

Segundo a Salyer et al., cerca de 60% das doenças infecciosas conhecidas e até 75% das doenças infecciosas novas ou emergentes são de origem zoonótica. Nesse sentido, essas doenças emergentes e endêmicas representam uma ameaça não apenas à saúde de animais e humanos, mas também à segurança sanitária global. Estima-se que as zoonoses sejam responsáveis por 2,5 mil milhões de casos de doenças humanas e 2,7 milhões de mortes humanas em todo o mundo, todos os anos, apresentando o quadro clínico de acordo com a doença, variando desde sintomas respiratórios como dispneia e tosse, até quadros neurológicos caracterizados por ataxia e demência (Said, Tirthani, lesho, 2023).

Além disso, as zoonoses quando não tratadas podem implicar em condições graves como no caso de doenças como brucelose e toxoplasmose que contribuem para infertilidade, aborto espontâneo e condições teratogênicas (Fiegler-rudol, Lau, Kasperczyk, 2024).

Nesse contexto, o projeto teve como objetivo promover o bem-estar de animais abandonados e vítimas de maus-tratos no município de Caçador (SC), enfatizando a importância da prevenção das zoonoses — doenças transmissíveis entre animais e humanos. Avaliar a presença de infecções zoonóticas em cães e gatos resgatados torna-se essencial para garantir melhores condições de saúde e conforto a esses animais. Paralelamente, a conscientização sobre a saúde animal entre estudantes e comunidade configura-se como uma ferramenta fundamental para a prevenção e o controle dessas doenças. Assim, ao integrar o cuidado animal à disseminação do conhecimento, o projeto buscou não apenas fortalecer as ações de proteção e bem-estar animal, mas também ampliar a compreensão sobre os riscos zoonóticos e sua relevância para a saúde pública.

METODOLOGIA

Este projeto foi desenvolvido entre os meses de outubro e novembro de 2024, sob coordenação do Comitê Permanente de Saúde Pública da IFMSA Brazil UNIARP, com a participação de estudantes do curso de medicina membros do comitê local da IFMSA Brazil UNIARP. O projeto "Cuidando de Patas: Saúde e Proteção" surgiu a partir de discussões realizadas em reunião do comitê, na qual foi identificado o problema do abandono e dos maus-tratos a animais no município de Caçador (SC). O Centro de Bem-Estar Animal (CBA), órgão vinculado à Prefeitura Municipal, abriga atualmente mais de 200 cães resgatados vítimas de abandono e violência, que aguardam adoção.

Durante reunião com a responsável pelo local, foram identificados desafios como a falta de medicamentos para o tratamento de determinadas enfermidades e as condições precárias das casinhas dos animais. Diante disso, o projeto foi estruturado com o objetivo de promover a integração entre a comunidade acadêmica e profissionais da saúde, conscientizando sobre a relação entre o bem-estar animal e a saúde pública, além de estimular a participação em ações preventivas contra zoonoses e maus-tratos, fortalecendo a responsabilidade social e o trabalho interdisciplinar.

A metodologia adotada baseou-se em ações de extensão e educação em saúde, organizadas em duas etapas principais, a primeira etapa, onde foi realizada uma campanha solidária: consistiu na arrecadação de mantas junto à comunidade acadêmica. Em parceria com a empresa Daniela Tombini, foram obtidos retalhos de tecidos, e, com o apoio do Rotary Sul Contestado, costureiras voluntárias confeccionaram as mantas. Ao todo, foram produzidas e entregues 30 mantas ao Centro de Bem-Estar Animal em 26 de outubro. E a segunda etapa, que foi a educação e conscientização: no dia 30 de outubro, às 19h, foi realizado um ciclo de palestras no auditório da Reitoria da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O evento contou com a presença da gerente do CBA e de um policial civil, que abordaram o tema dos maus-tratos contra animais e os canais de denúncia. Em seguida, um médico veterinário ministrou palestra sobre zoonoses e seu impacto na saúde pública. A atividade contou com a participação de 12 estudantes dos cursos de Medicina e Medicina Veterinária.

As ações foram planejadas de forma colaborativa, com divisão de tarefas entre os integrantes do comitê e articulação de parcerias externas. A avaliação da experiência foi realizada por meio de reflexão crítica dos participantes sobre o impacto social e formativo das atividades. Por se tratar de um relato de experiência em extensão universitária, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Imagem 1: Doação de mantas para animais

Fonte: Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação de impacto da ação foi conduzida com o objetivo de mensurar o grau de conhecimento prévio e posteriormente adquirido pelos participantes sobre o impacto das zoonoses na saúde pública e sobre a importância da proteção animal. Consideramos que o

projeto alcançou resultados positivos, visto que, apesar de haver 45 inscritos, 12 participantes compareceram à palestra.

Foi aplicado uma pesquisa de opinião antes e após a intervenção educativa, permitindo observar mudanças significativas no nível de conhecimento e percepção dos participantes.

Os resultados demonstraram que 88,9% dos respondentes afirmaram compreender muito bem o impacto das zoonoses na saúde pública, atribuindo nota máxima (5) ao nível de entendimento.

Além disso, 100% dos participantes reconheceram que o conhecimento da Lei nº 9.605/98 que dispõe sobre crimes ambientais e maus-tratos contra animais os torna mais aptos a identificar e denunciar práticas de violência animal.

Todos os respondentes (100%) afirmaram também reconhecer as consequências físicas e emocionais sofridas pelos animais vítimas de maus-tratos, compreendendo o impacto desses eventos na saúde pública e na sociedade como um todo.

De forma unânime, 100% dos participantes declararam que o evento contribuiu para sensibilizar sobre a importância do cuidado e da adoção de animais abandonados.

Esses resultados indicam que a campanha foi bem-sucedida na promoção de conscientização sobre proteção animal e zoonoses, refletindo uma aprendizagem significativa. Observou-se ainda que os participantes demonstraram intenção de replicar as informações adquiridas junto a familiares e amigos, o que reforça o potencial multiplicador do projeto.

Os participantes eram acadêmicos dos cursos de Medicina e Medicina Veterinária, com faixa etária entre 18 e 30 anos. A integração entre os cursos de Medicina e Medicina Veterinária foi apontada como um diferencial positivo, favorecendo o aprendizado interdisciplinar e o fortalecimento do olhar ampliado sobre saúde única , animal, humana e ambiental. Essa aproximação entre as áreas permitiu discussões mais completas sobre o papel do profissional da saúde na prevenção de zoonoses e no enfrentamento de práticas de maus-tratos, reforçando o compromisso ético e social da formação acadêmica.

De forma complementar, observou-se que a vivência extensionista despertou nos participantes o sentimento de pertencimento e responsabilidade social, ampliando a percepção de que a saúde pública ultrapassa o cuidado humano e envolve a proteção dos ecossistemas e dos animais. O contato direto com a realidade do Centro de Bem-Estar Animal e com os desafios enfrentados pelos profissionais e voluntários atuantes no local contribuiu para a formação de uma consciência crítica e empática, alinhada aos princípios da promoção da saúde e do bem-estar coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto evidenciou a relevância do trabalho coletivo no enfrentamento do abandono e dos maus-tratos de animais. As parcerias permitiram a confecção de mantas para o Centro de Bem-Estar Animal e as palestras promoveram a conscientização sobre zoonoses e maus-tratos,

fortalecendo o compromisso social e incentivando futuras mobilizações. Onde são retomados os aspectos mais relevantes do estudo ou da experiência apresentada, considerando-se, em sua elaboração, os objetivos propostos. Também são apresentadas as principais limitações da pesquisa ou da experiência desenvolvida e sugestões para sua sequência.

Além disso, o projeto contribuiu para a consolidação do conceito de "Saúde Única", ao enfatizar que a saúde humana está intrinsecamente ligada à saúde animal e ambiental. Essa abordagem ampliada reforça a importância de estratégias educativas e integradas que envolvam tanto profissionais quanto estudantes das diferentes áreas da saúde. O fortalecimento dessa visão holística é fundamental para o enfrentamento de problemas sanitários contemporâneos e para a construção de políticas públicas mais sustentáveis e inclusivas.

Conclui-se que o projeto alcançou plenamente seus objetivos ao fortalecer o compromisso ético e cidadão dos participantes, estimulando práticas de responsabilidade social e ambiental. Recomenda-se a continuidade e expansão de iniciativas semelhantes, ampliando o número de cursos envolvidos e o alcance comunitário, de modo a consolidar a cultura de proteção animal e promoção da saúde pública em consonância com os princípios da extensão universitária e da sustentabilidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional e à IFMSA Brazil UNIARP pela coordenação, incentivo e oportunidade de desenvolver ações voltadas à promoção da saúde pública e ao bem-estar animal.

Estendemos nossos agradecimentos à empresa Daniela Tombini, pela doação de retalhos de tecidos, e ao Rotary Sul Contestado, pelo apoio na confecção das mantas por meio de costureiras voluntárias. Reconhecemos ainda a colaboração do Centro de Bem-Estar Animal de Caçador e dos profissionais convidados, que contribuíram para o êxito das atividades educativas e extensionistas do projeto.

REFERÊNCIAS

Said MS, Tirthani E, Lesho E. Animal Zoonotic Related Diseases. [Updated 2023 Apr 10]. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2024 Jan-. Available from: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK570559/

Salyer, S. J., Silver, R., Simone, K., & Barton Behravesh, C. (2017). Prioritizing Zoonoses for Global Health Capacity Building-Themes from One Health Zoonotic Disease Workshops in 7 Countries, 2014-2016. Emerging infectious diseases, 23(13), S55–S64. https://doi.org/10.3201/eid2313.170418

CROSS, Alice R. et al. Zoonoses under our noses. Microbes and infection, v. 21, n. 1, p. 10-19, 2019.

FIEGLER-RUDOL, Jakub; LAU, Karolina; KASPERCZYK, Janusz. Public health threat of novel zoonotic diseases: literature review. Epidemiological Review/Przegląd Epidemiologiczny, v. 78, n. 1, 2024.

HOSPITAL DO URSINHO

Categoria: Projeto integrador[1]

Marielly Leticia Dos Santos[2]
Aline Correia Zablonsky[3]
Aisha Zanella[4]
Naiana Marques Dos Santos[5]
Vanessa Domingues[6]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[7]

Resumo – O medo de hospitais e procedimentos médicos é comum entre crianças, podendo gerar insegurança e dificultar o vínculo com profissionais de saúde. Diante dessa problemática, o Comitê Permanente de Saúde Pública (SCOPH) e o Comitê Permanente de Direitos Humanos e Paz (SCORP) da IFMSA Brazil UNIARP desenvolveram o projeto "Hospital do Ursinho", com o objetivo de reduzir a ansiedade infantil frente ao ambiente hospitalar e promover a humanização do cuidado. A proposta consistiu em simular atendimentos médicos por meio de atividades lúdicas e teatrais, nas quais as crianças assumiram o papel de profissionais de saúde cuidando de ursos de pelúcia que representavam os pacientes. O projeto foi realizado na Escola Municipal Esperança, no dia 9 de maio de 2024, duas turmas de 30 alunos, e na Escola Dr. João Santo Damo, no dia 22 de maio de 2024, com uma turma de 23 alunos, envolvendo a participação de 33 acadêmicos da IFMSA Brazil UNIARP. Os participantes receberam capacitação prévia sobre comunicação com o público infantil. A avaliação de impacto, por meio de formulários aplicados às crianças e aos acadêmicos, revelou resultados positivos, com feedbacks que destacaram o caráter educativo, acolhedor e transformador da experiência, além do pedido por novas edições do projeto.

Palavras-chave: Hospital do ursinho, crianças, síndrome do jaleco,humanização do cuidado, educação em saúde.

INTRODUÇÃO

O A atividade conhecida como "Hospital do Ursinho'' é uma iniciativa promovida pelo Comitê Permanente de Saúde Pública (SCOPH) e pelo Comitê Permanente de Direitos Humanos e Paz (SCORP) da IFMSA Brazil UNIARP, que se fundamenta na missão original de reduzir o temor infantil aos ambientes hospitalares. Esta intervenção ao ser realizada de maneira respeitosa e acolhedora para crianças de 4 a 6 anos, desmistifica a figura do médico a antigos traumas e os

[1] IFMSA Brazil UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

prepara a futuros procedimentos hospitalares. Logo, a inspiração para esse projeto remonta a 2003, quando na Espanha, o "Teddy Bear Hospital" (TBH) foi introduzido como uma prática baseada na ludoterapia para crianças. Desde então, essa iniciativa tem sido implementada em diversas partes do mundo, demonstrando resultados positivos na redução do medo e da ansiedade associados a consultas e internações hospitalares (Silva & Santos, 2018).

O projeto contará com uma escala de emoções para que as crianças expressem seus sentimentos em relação ao ambiente hospitalar e ao tratamento. Diversas estações médicas simuladas serão oferecidas, representando diferentes aspectos do ambiente hospitalar, como recepção, consultório médico e a sala de exames (Jones & Smith, 2015). Vale ressaltar que a forma como comunicamos informações sobre saúde e doença às crianças desempenha um papel crucial em sua resposta emocional e comportamental diante de experiências médicas (Baldivia et al., 2018). Como consequência, o projeto oferece uma oportunidade valiosa para estudantes de Medicina aprimorarem suas habilidades de comunicação, especialmente aquelas voltadas para crianças, contribuindo para o estabelecimento de relações médico-paciente mais empáticas e confiantes.

Dessa maneira, o projeto se baseia terapeuticamente na redução do medo infantil, ao mesmo tempo em que também desempenha um papel crucial na humanização médica dos estudantes participantes. Além disso, compartilha conhecimentos relevantes sobre um tema de saúde pública, esclarecendo possíveis situações hospitalares para o público infantil. A relação positiva entre a criança e o ursinho, juntamente com o tratamento e a "cura" proporcionados, repercutirá em uma futura relação médico paciente, onde a criança se sentirá acolhida e bem assistida em um ambiente hospitalar.

METODOLOGIA

A Campanha Hospital do Ursinho foi promovida pelo comitê local da IFMSA Brazil UNIARP. Sendo um projeto idealizado pela gestão de 2023 e executada pela gestão de 2024 a arrecadação de ursinhos foi divulgada pelo Instagram do comitê local até dia 26.04.24 sendo arrecadados 94 ursinhos.

No dia da capacitação pela LCB-D, no dia 08.04.24, foi realizado um grupo de WhatsApp, com intuito de integrar os membros envolvidos e facilitar a comunicação para a organização do evento. Na respectiva capacitação, foram debatidos como seria realizado a campanha, data e local para sua realização, bem como as funções atribuídas a cada organizador.

A arrecadação de ursinhos foi divulgada pelo Instagram do comitê local até dia 26.04.24 sendo arrecadados 94 ursinhos, recebemos a parceria da liga academia de pediatria UNIARP e da liga acadêmica de psiquiatria uniarp.

O evento aconteceu na escola municipal esperança com duas turmas de trinta alunos no dia 09.05.24 com 21 acadêmicos tendo duração de 3 horas e na escola 22.05.24 Dr. João Santo Damo com uma turma de 23 alunos com 12 acadêmicos, sendo estas turmas do segundo ano do ensino fundamental com duração de 2 horas, todos os acadêmicos participantes eram alunos da Faculdade de Medicina da UNIARP.

Cada participante acompanhou uma criança durante todo o circuito e os organizadores também auxiliaram o participante, de forma a prestar suporte. Cada criança recebeu um urso de pelúcia e definiu uma queixa principal para ele, percorrendo por as seguintes estações de cuidado: recepção, consultório de anamnese, sala de exames, sala de vacinas e, por fim, raio x , participando ativamente do processo de cuidado de seu urso. Por fim, os alunos foram orientados a sempre explicarem de maneira lúdica os procedimentos realizados à criança.

Para a impressão das folhas utilizadas com as crianças para a pintura e anamnese foi obtido doações, conquistada por meio de parceria e no dia 22.05.24, foi realizada acompanhamento do marketing do instagram da universidade para divulgar o projeto, assim como a parceria de uma reportagem com a NDTV oeste sendo transmitida em jornal local.

Para a divulgação, realizamos posts nas redes sociais da IFMSA Brazil UNIARP compartilhamos a ação nos grupos de WhatsApp das turmas de Medicina. Para a mensuração de impacto foram disponibilizados questionários de opinião, para os inscritos, de forma a analisar o efeito da atividade com base em suas respostas Além disso, as crianças também receberam uma folha interativa com perguntas sobre sua perspectiva quanto ao médico antes e depois da campanha, de forma a analisar o impacto da ação em seus medos e percepções quanto ao mundo hospitalar

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante uma reunião entre os comitês permanentes da IFMSA Brazil, no dia 28/02/2024, a ideia do Hospital Ursinho foi abordada, e no cerne desse encontro, foram debatidas a necessidade e a relevância de um evento voltado para mitigar o receio infantil em relação aos profissionais de saúde. Nessa data, foi acordado que o Hospital do Ursinho seria concretizado, delineando-se sua data, duração, atividades e temáticas.

Além disso, definiu-se a demanda por uma capacitação concernente à abordagem com crianças e uma introdução à propedêutica, direcionada especialmente aos alunos do primeiro ano, que tiveram pouco ou nenhum aprofundamento nesse campo. A escolha do local recaiu sobre a Escola a esperança, local que já teve aplicações de atividades do comitê. Em 26/02/2024 foi realizado o contato com os responsáveis pela Escola EMEB da esperança, pela diretoria dos comitês organizadores.

A divulgação do evento foi realizada de modo virtual, por meio de plataformas de redes sociais como Instagram e WhatsApp, visando arrecadar fundos para a aquisição dos ursinhos. A capacitação foi realizada no dia 08.05.24 das 18:30h as 20H, de forma presencial no campus da universidade, ministrado pela LCB-D Marielly Santos. Por conseguinte, uma segunda reunião ocorreu em 10.05.2024 entre 21:00h e 22:00h, entre coordenadores envolvidos no projeto nessa ocasião, foram definidas as atividades a serem desenvolvidas, a abordagem a ser adotada e as tarefas distribuídas entre os participantes.

O evento aconteceu na escola municipal esperança com duas turmas de trinta alunos no dia 22.05.24 com 21 acadêmicos e na escola Dr. João Santo Damo com uma turma de 23 alunos com 12 acadêmicos, sendo estas turmas do segundo ano do ensino fundamental, totalizando 83

alunos participantes do hospital ursinho. Tendo como início com uma recepção, seguida de um teatro protagonizado pelos membros do projeto, no qual será encenada uma consulta médica.

A segunda atividade compreendeu a anamnese do ursinho, envolvendo uma ficha com imagens de sintomas, permitindo que as crianças identificassem os sintomas de seus ursinhos. Adicionalmente, dados do ursinho foram coletados e as crianças realizaram exames físicos em suas pelúcias. A enfermaria de procedimentos realizou atividades, visando diminuir o temor em relação a medicamentos e vacinas. Finalmente, as crianças passaram por uma simulação de radiografia de brinquedo, na qual seus ursinhos receberão imagens com ossos quebrados ou saudáveis, com o objetivo de reduzir o receio em relação a exames de imagem. Durante essas atividades, os alunos voluntários do projeto tiveram a responsabilidade de explicar de forma clara e didática os procedimentos médicos, elucidando situações que as crianças podem eventualmente enfrentar em consultas médicas.

Em relação as perguntas de impacto na recepção das crianças, foi explicado sobre a atividade e posteriormente feito algumas perguntas com figuras ilustrativas, em forma de questionário. Após isso, ocorreu o seguimento para as atividades lúdicas e ao final da ação, na última estação de atividades, novamente foi realizado as perguntas para as crianças, preenchendo uma nova planilha. Ainda, será acrescentado perguntas como: Você gostou da atividade hoje? Acha mais legal ir ao médico depois de hoje? Por meio do resultado conseguimos perceber o impacto que a ação conseguiu causar nas crianças. Houve uma avaliação para os acadêmicos participantes da ação, a qual buscou compreender a segurança frente ao atendimento de pacientes pediátricos sendo as perguntas "O acadêmico se sentia confiante para aplicar a ação?" Soube manejar a conduta e o forma de conversar com as crianças?" "Qual a sua autopercepção antes e após a atividade?" com todos respondendo sim para as perguntas e trazendo relatos como:

Conquistando com sucesso o objetivo da atividade com as crianças se sentindo mais encorajadas e possuindo uma percepção diferente dos médicos, sendo essa mais positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do Hospital do Ursinho ocorreu conforme o planejamento realizado pelos coordenadores e alcançou todos os objetivos propostos. Inicialmente, foi organizada uma capacitação no dia 08/04/2024, onde foi estruturada a prática com as crianças e como realizá-la, da melhor forma possível, foi levado em consideração conhecimentos e vivências que os coordenadores já tinham a respeito do tema.

Além disso, com a capacitação, os participantes tiveram a oportunidade de entender melhor o que iria acontecer no dia, tirarem dúvidas e, também, possibilitaram uma maior familiarização com o projeto, sendo realizado um formulário ao participantes onde 100% respondeu que se sentia mais confiante para aplicar a ação e conduzir as conversas com as crianças por meio de capacitados obtidas pela capacitação. Ademais, foi constatado um impacto positivo, tanto para as crianças, que foram alvo do exercício, quanto para os participantes, uma vez que houve aproximação destes com as crianças, por meio de brincadeiras e conversas, antes deles iniciarem o circuito.

Com isso, foi possível realizar uma prática mais harmoniosa e com resultados positivos, amenizando o nervosismo das crianças e dos participantes, quanto a interação do grupo. Contudo, conclui-se que o projeto teve êxito em mitigar as barreiras existentes na relação médico- paciente com o público pediátrico, agregando conhecimento e mostrando a importância de um bom relacionamento com o médico.

A experiência obtida nesse projeto, pelos estudantes, será de grande valia para agregar no desenvolvimento das habilidades de interação com o público pediátrico e, também, na realização de projetos futuros envolvendo essa temática.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à IFMSA Brazil UNIARP pela oportunidade de fazer a diferença na comunidade local e às escolas pela oportunidade de realizarmos esta ação.

REFERÊNCIAS

BALDIVIA, Guilherme Cristianini Baldivia. et al. Projeto Hospital Ursinho como estratégia educacional para desenvolvimento de habilidades de comunicação durante a formação médica. Archivos en Artículo Original, v; 20, n. 2. p. 49 - 58, 2018. Disponível em: https://www.medigraphic.com/pdfs/medfam/amf-2018/amf182c.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023.

BUITRAGO, Guilherme Ramos Rodrigues; COSTA, Karina Nascimento. Hospital do ursinho de Brasília: uma missão social. v. 1, n. 33, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22855. Acesso em: 04 ago. 2023.

LERWICK, J. L. Minimizing pediatric healthcare-induced anxiety and trauma. World Journal of Clinical Pediatrics, v. 5, n. 2, p. 143, 8 maio 2016.

Jones, S., & Smith, L. (2015). The impact of the Teddy Bear Hospital on children's perceptions of a hospital environment: A qualitative study. Journal of Pediatric Nursing, 30 (3), e 83-e89.

Silva, A. B., & Santos, C. D. (2018). Teddy Bear Hospital: A ludoterapia como abordagem terapêutica no medo de crianças no ambiente hospitalar. Revista Brasileira de Medicina, 25 (2), 67-75.

ATENDIMENTO HUMANIZADO ATRAVÉS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Categoria: Projetos Extensionistas[1]

Luiza Machry[2]
Eliane Rezende Adami[3]
Carmen Schafauser[4]
Solange De Bortoli Beal[5]

Resumo - Ao longo dos anos, a área da saúde, principalmente a área médica, passou por diversas transformações, buscando sair da prática da medicina alopática, para entrar em uma medicina mais humanizada com as práticas integrativas e complementares (PICS). São práticas milenares utilizadas desde o princípio da medicina, entretanto, pouco difundido no passado pelo preconceito com essas culturas. O objetivo foi Implementar algumas práticas integrativas e complementares em uma instituição de longa permanência para idosos, da Casa Lar de Caçador SC, fortalecendo o bem-estar físico, mental e social. Trata de uma ação extensionista. Realizou-se revisão de literatura na plataforma BVS, Scielo e Fontes do Ministério da Saúde. Os resultados mostraram que as PICS auxiliam nos aspectos biológicos, sociais, espirituais e psicológicos do processo saúde-doença. São práticas indicadas para pessoas com doenças crônicas, doenças terminais, para o alívio de dor, mantimento do bem-estar e da saúde e equilíbrio fisiológico. Concluiu-se que essas práticas melhoram na qualidade de vida dessas pessoas, proporcionando maior conforto, principalmente de dores, e tranquilidade sem interferir no tratamento que eles já realizam. O trabalho está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.

Palavras-chave: Humanização em saúde; práticas integrativas; promoção de saúde.

INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) visam proporcionar o cuidado humano, bem como autocuidado, proporcionando a prevenção de doenças, recuperação da saúde e melhor qualidade de vida para a população em geral. As práticas são voltadas para o cuidado integral e avaliação holística do paciente, levando em conta os aspectos físicos, mentais, emocionais, espirituais e sociais do ser humano (Soares et al; 2021).

As PICS foram implementadas no Sistema Único de Saúde (SUS), através da política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), Portaria 971, de 03 de maio de

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, desenvolvimento Tecnológico, sociedade e bioética - UNIARP
[2]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professoras do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professoras do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professoras do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

2006, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Inicialmente foram contempladas cinco modalidades, sendo elas homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, fitoterapia, medicina antroposófica e termalismo/crenoterapia. Após isso, foram incorporadas mais 24 modalidades, totalizando 29 práticas integrativas (Imagem 1) atualmente, oferecidas pelo SUS para a população (Soares et al; 2021).

Os benefícios terapêuticos que as PICS proporcionam estão relacionadas com maior bem-estar, qualidade do sono, redução de dores crônicas, alívio de Sinai e sintomas relacionados a diversas doenças, bem como fortalecimento do sistema imunológico, redução do uso de medicamentos e redução de gastos (Soares et al; 2021).

É importante salientar que as práticas podem ser aplicadas em qualquer pessoa, idade, sexo, comorbidade e situação socioeconomia (Soares et al; 2021).

A adoção das PICS no SUS são restringidas no Brasil, pela escassez de ações para qualificar os profissionais. Isso se deve também a pela apresentação nas PICS na graduação, na qual, muitas vezes são escaladas como forma optativa, ou então, sem alinhamento ao projeto político pedagógico do curso (Coutinho et al; 2024)

Observa-se uma importante lacuna na oferta das PICS no SUS, principalmente pós-pandemia, isso ocorre pela priorização de outras atividades e carência de profissionais formados para a aplicação das práticas. Apesar das práticas serem oferecidas nos três níveis de atenção à saúde, a PNPIC priorizou que essas práticas sejam introduzidas na APS (Coutinho et al; 2024)

A medicina tradicional chinesa engloba a acupuntura, auriculoterapia, ventosaterapia, moxabustão, plantas medicinais, práticas corporais e mentais, como também dietoterapia chinesa, essas práticas promovem a redução de dores crônicas, bem-estar, redução do uso de medicamentos por apresentarem afeitos analgésicos e anti-inflamatórios. (BRASIL, 2023) A auriculoterapia em específico, se baseia na colocação de grãos de mostarda em pontos energéticos localizados na orelha, promovendo ação terapêutica em todo o organismo (Coutinho et al; 2024)

Além disso, a prática do reiki se baseia no desbloqueio de nós energéticos que o paciente possui, equilibrando o funcionamento do corpo e reestabelecendo o campo energético através da imposição de mãos (BRASIL, 2023).

O objetivo do projeto foi Implementar algumas práticas integrativas e complementares para pacientes da Casa Lar de Caçador SC, fortalecendo o bem-estar físico, mental e social. O presente trabalho de extensão alinha-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma ação extensionista de abordagem qualitativa, vinculada ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O projeto teve como finalidade implementar Práticas Integrativas e

Complementares em Saúde (PICS) em uma instituição de longa permanência para idosos, com o intuito de promover o bem-estar físico, mental, emocional e social dos residentes.

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciELO, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde, utilizando os descritores: "Medicina alternativa" OR "Medicina integrativa" AND "Terapias integrais". Foram aplicados filtros para texto completo e artigos publicados nos últimos cinco anos, com o objetivo de embasar teoricamente a proposta e selecionar as práticas integrativas mais adequadas ao perfil da população atendida.

A população-alvo foi composta pelos residentes do Lar, os quais foram convidados a participar de forma voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido, após explicação sobre os objetivos e procedimentos das práticas aplicadas. As práticas integrativas selecionadas foram: Auriculoterapia: aplicação de sementes de mostarda em pontos energéticos específicos da orelha, promovendo ação terapêutica sistêmica, com potencial de aliviar dores, ansiedade e melhorar o equilíbrio energético. Reiki: técnica energética de imposição de mãos voltada ao desbloqueio de centros energéticos, restabelecendo a harmonia entre corpo e mente.

A atividade foi conduzida por uma acadêmica da sexta fase do curso de Medicina da UNIARP, sob orientação da professora Solange De Bortoli Beal, com apoio da professora Dra. Eliana Rezende Adami, da terapeuta reikiana Carmen Schafauser e da colaboradora Dulce Fritzen Machry.

As práticas foram realizadas individualmente com cada residente, em ambiente tranquilo e seguro, respeitando as condições físicas e emocionais dos participantes. O número de sessões foi definido conforme a disponibilidade da instituição e a aceitação dos idosos.

A atividade visou a promoção da Saúde e Bem-Estar com Práticas Integrativas e Complementares, além de promover socialização, fortalecimento de vínculo com os cuidadores, redução de dores crônicas, ansiedade, insônia, e reequilíbrio energético.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIARP Caçador, sob o número de parecer 7.539.865.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a prática, observou-se que aos poucos os pacientes se apresentavam mais calmos, na qual, alguns acabaram dormindo, outros se tronaram menos agressivos e agitados, enquanto alguns que estavam aptos a se comunicar, afirmaram estarem se sentindo melhor no final da prática, conforme figura 1 a seguir.

Figura 1 – Prática de Auriculoterapia e Reiki

Fonte: Acervo autoras (2025).

Assim como já se observou nas pesquisas, muitos não haviam conhecimento sobre as práticas, bem como, não sabem que são oferecidas pelo SUS, sendo assim, nunca haviam tido a experiência. A aplicação desse projeto foi fundamental para que essa comunidade também adquirisse o conhecimento de práticas alternativas que os auxiliam no processo saúde-doença, provendo maior bem-estar.

As práticas integrativas e complementares (PICS) surgiram como complemento de tratamentos menos invasivos e onerosos. Assim, implica no equilíbrio e na prevenção do sistema fisiológico, mental e espiritual, como também são utilizadas para redução dos níveis de dor, estabilização e melhora de doenças crônicas e aplicações paliativas (Espírito Santo, 2019).

Sendo assim, são práticas milenares utilizados desde o princípio da medicina, entretanto, pouco difundido no passado pelo preconceito com essas culturas (Rocha et al; 2023).

Sendo a Atenção primária a principal porta de entrada do SUS (Sistema Único de Saúde), a medicina integrativa foi incorporada através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), pela portaria nº 971, de 3 de maio de 2006 objetivando prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde (Brasil, 2006), apresentadas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1- Práticas Integrativas disponibilizadas no SUS

2006	2017		2018
5 práticas	14 práticas		10 práticas
- Acupuntura	- Arteterapia	- Reiki	- Apiterapia
- Homeopatia	- Ayurveda	- Shantala	- Aromaterapia
- Fitoterapia	- Biodança	-Terapia comunitária integrativa	- Bioenergética
- Antroposofia	- Dança circular	- Yoga	- Constelação familiar
- Termalismo	- Meditação		- Cromoterapia
	- Musicoterapia		- Geoterapia
	- Naturopatia		- Hipnoterapia
	- Osteopatia		- Imposição de mãos
	- Quiropraxia		- Ozonioterapia
	- Reflexoterapia		- Terapia de florais

Fonte: Secretaria de Estado de Saúde. Governo de Minas Gerais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medicina integrativa busca trabalhar de forma integral focando na promoção, recuperação e prevenção da saúde, tendo como resultado o maior controle dos agravos e surgimento de novas doenças na saúde coletiva.

Os objetivos da utilização das PICS estão relacionados com a humanização, qualidade de vida e procedimentos menos invasivos, sendo esses fatores os principais impulsionadores para a elaboração do projeto.

A utilização das PICS vem mostrando um crescimento global. Os motivos elencados para este crescimento são: o aumento da demanda causado pelas doenças crônicas; o aumento dos custos dos serviços de saúde, levando à procura por outras formas de cuidado; a insatisfação com os serviços de saúde existentes; o ressurgimento do interesse por um cuidado holístico e preventivo; e os tratamentos que ofereçam qualidade de vida quando não é possível a cura.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC), pela facilitação e apoio ao projeto, e à UNIARP – Universidade do Alto Vale do Rio de Peixe – Caçador SC. Ainda, ao Lar São José de Caçador SC que permitiu a realização da Ação de Extensão com as pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_praticas_integrativas_complementares.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 971, DE 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em 25 out 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recursos terapêuticos PICS**. Brasília, 7 nov. 2022. Atualizado em 25 ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/recursos-teraupeticos. Acesso em: 14 set. 2025.

COUTINHO, Marília Lúcia; Flório, Flávia Martão; de Souza, Luciane Zanin. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, p. 4047-4047, 2024. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/4047. Acesso em 20 out. 2025

ROCHA, Matheus Barbosa da; Severo, Ana Kalliny de Sousa; Félix-Silva, Antônio Vladimir. O Cuidado em Saúde Promovido pelas Religiões Afro-Brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e222817, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/S9Md4w6bVkXnHHZvsBDTkWp/?lang=pt. Acesso em 24 dez. 2024

SANTO, Espírito *et al*. Práticas integrativas e complementares em saúde (PICS). **Online braz. j. nurs.(Online)**, 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/fr/biblio-1129605. Acesso em 20 out. 2025.

SOARES, Mirian Cardoso de Rezende; Girondole, Yassana Marvila. ***Práticas integrativas e complementares em saúde (PICS)***. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor (CASS), jun. 2021. Disponível em: https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Pr%C3%A1ticas_Integrativas_e_Complementares_em_Sa%C3%BAde_PICS.pdf. Acesso em 20 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "**17 ODS Da ONU** – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025.

RELAÇÃO ENTRE FATORES BIOPSICOSSOCIAIS E A DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: ORIENTAÇÕES PARA ESTUDANTES

Ctegoria: Projeto de Extensão

Eloisa Marin Wilmsen[1]
Alan Christhian Bahr[2]
Iderson Agostini[3]

Resumo – A articulação temporomandibular (ATM) conecta a mandíbula ao crânio e permite movimentos como abrir e fechar a boca. A disfunção temporomandibular (DTM) é um distúrbio que afeta a articulação ou os músculos mastigatórios, causando dor, estalos, cefaleias e limitação de movimento (De Araujo Cruz, 2020). Acomete de 5% a 12% da população mundial, sendo mais comum em mulheres de 20 a 40 anos (Manfredini et al., 2011; Ferreira et al., 2020). Fatores psicológicos, como estresse, ansiedade e depressão, influenciam sua manifestação (Slade et al., 2016; Fillingim et al., 2020; Gameiro et al., 2006). A prevenção envolve hábitos saudáveis, controle do estresse (Vieira & Alves, 2020) e tratamento multidisciplinar com dentistas e fisioterapeutas (Costa et al., 2020), além de evitar comportamentos como bruxismo e apertamento dentário (Santos, 2018). O projeto ensinou, de forma didática, os conceitos sobre DTM e sua prevenção, orientando os alunos sobre fatores comportamentais e saúde mental. Foram realizadas palestras educativas em escolas de Caçador, com recursos audiovisuais e linguagem acessível, abordando o impacto do estresse e da ansiedade e propondo estratégias práticas de prevenção. As atividades, com duração de até 30 minutos, estimularam a participação dos alunos e contribuíram para o aprendizado e bem-estar geral.

Palavras-chave: articulação; estresse; disfunção; prevenção.

INTRODUÇÃO

A articulação temporomandibular (ATM) é a articulação que permite o movimento de abrir e fechar a boca, além de servir de encaixe da mandíbula com os ossos do crânio. A disfunção temporomandibular (DTM) é um desequilíbrio da articulação ou dos músculos responsáveis pela mastigação. A DTM é identificada pela presença de cefaleias cronicas, dores, estalos e restrição de movimento durante a mastigação (De Araujo Cruz, 2020).

A epidemiologia da DTM mostra que a prevalência global na população em geral é de 5% a 12%, com maior prevalência em mulheres de 20 a 40 anos. Segundo Manfredini et al. (2011), aproximadamente 70% das pessoas podem apresentar pelo menos um sintoma de DTM durante a vida, embora apenas aproximadamente 25% dos casos causem sintomas clínicos evidentes que

[1] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

exijam tratamento. No Brasil, o estudo de Ferreira et al. (2020) estimou que aproximadamente 8% a 10% dos brasileiros apresentam sintomas de DTM moderados a graves.

Além disso, estudos realizados em centros urbanos no Brasil têm demonstrado relação entre baixos níveis socioeconômicos e alta prevalência de DTMs, o que pode ser decorrente do estresse e do acesso precário aos cuidados odontológicos (Cunha et al., 2019).

As disfunções temporomandibulares (DTMs) estão relacionadas a alterações psicológicas, como estresse, ansiedade, depressão e traumas emocionais. O estresse aumenta a tensão muscular e os níveis de cortisol, intensificando a dor e a inflamação (Slade et al., 2016). A ansiedade está associada ao bruxismo e à intensificação da dor (Fillingim et al., 2020; Gameiro et al., 2006), enquanto a depressão reduz neurotransmissores que modulam a dor (Fillingim et al., 2020). A dor crônica agrava problemas emocionais, destacando a necessidade de um tratamento que aborde aspectos físicos e psicológicos (Yap & Chua, 2021; Greene, 2010). Procurar atendimento regular com dentistas e fisioterapeutas caapcitados em disfunção temporomandibular auxiliam na identificação precoce de sinais de sobrecarga ou alterações na articulação (Costa et al, 2020).

De maneira geral, a prevenção das disfunções temporomandibulares (DTMs) passa diretamente pela adoção de hábitos que desenvolvam maior qualidade de vida e saúde mental. O estresse, que está intrinsecamente relacionado ao distúrbio, pode ser gerenciado através de práticas de relaxamento (Vieira & Alves, 2020). Segundo Vieira et al. (2020), a adoção de técnicas de relaxamento, como meditação, yoga e práticas mindfulness, tem se mostrado eficaz para prevenir a sobrecarga dos músculos mastigatórios. Além disso, é fundamental tratar as condições psicológicas associadas ao distúrbio, como ansiedade e depressão.

Para Santos (2018), uma forma de prevenção essencial é evitar comportamentos como bruxismo, apertamento dentário, mascar chiclete excessivamente e roer unhas. A conscientização dos pacientes sobre esses hábitos, com o auxílio de orientações odontológicas, é uma profilaxia eficiente. Além disso, é imprescindível promover uma rotina de sono adequada, porque a privação de sono ou a falta de descanso estão associadas ao aumento da atividade muscular parafuncional, como o bruxismo e à exacerbação da dor.

METODOLOGIA

O presente projeto caracteriza-se como uma pesquisa de caráter descritivo e educativo, com abordagem qualitativa, voltada à promoção da saúde e à conscientização sobre a Disfunção Temporomandibular (DTM) e seus fatores biopsicossociais. As atividades foram realizadas no município de Caçador (SC), entre os meses de maio e junho de 2025, em escolas de ensino fundamental, com a participação de alunos selecionados pelas instituições, constituindo a população-alvo da ação.

Os dados foram coletados de forma observacional e participativa, por meio da interação direta com os estudantes durante palestras e discussões. Foram utilizados recursos audiovisuais, como slides, imagens e tabelas, para apresentar informações atualizadas sobre a DTM, incluindo aspectos anatômicos, funcionais e psicológicos. A abordagem priorizou a linguagem acessível e

o estímulo à participação, permitindo observar o nível de compreensão e engajamento dos alunos.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, considerando as respostas, comentários e percepções observadas durante as atividades. Os procedimentos seguiram os princípios éticos da pesquisa e da extensão, respeitando o ambiente escolar e o consentimento das instituições envolvidas. Essa metodologia possibilitou compreender a importância da integração entre fatores biológicos, psicológicos e sociais na prevenção da DTM, bem como reforçar a necessidade de estratégias educativas em saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto "Relação Biopsicossocial e a Disfunção Temporomandibular: orientações para estudantes" alcançou o objetivo de promover educação em saúde voltada à compreensão integrada da DTM, considerando fatores físicos, emocionais e sociais. Ao todo, 44 alunos de duas escolas do município de Caçador participaram das atividades. A primeira intervenção, realizada na EEB Irmão Léo com uma turma de 8º ano, revelou limitações na compreensão de alguns conceitos, exigindo adaptação da linguagem e exemplos práticos. Apesar disso, observou-se interesse e envolvimento dos estudantes, especialmente quando os temas foram relacionados a situações do cotidiano.

A segunda intervenção, na EEB Dante Mosconi, com alunos do 9º ano, apresentou melhor receptividade e maior nível de abstração. Essa diferença, possivelmente influenciada pela maturidade cognitiva e emocional, favoreceu discussões mais profundas sobre o impacto psicológico e social da DTM, alinhando-se aos achados de Slade et al. (2016) e Fillingim et al. (2020), que destacam a influência do estresse e da ansiedade na dor crônica.

Os resultados corroboram a literatura, indicando que ações educativas contextualizadas e interativas são eficazes na compreensão e prevenção da DTM, reforçando a importância de estratégias de promoção da saúde que integrem o olhar biopsicossocial na formação dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Relação Biopsicossocial e a Disfunção Temporomandibular: orientações para estudantes" atingiu seus objetivos ao promover a educação em saúde e ampliar o conhecimento dos alunos sobre a DTM sob uma perspectiva biopsicossocial. As atividades possibilitaram compreender a importância da integração entre fatores físicos, emocionais e sociais na prevenção e manejo da disfunção, estimulando o autocuidado e a valorização da saúde mental.

Observou-se que a faixa etária e o nível de maturidade influenciaram o entendimento dos conteúdos, sendo necessário adaptar a linguagem para diferentes públicos. Como limitação, destaca-se o tempo reduzido de intervenção e o número restrito de escolas participantes. Recomenda-se que o projeto seja ampliado para outras instituições e faixas etárias, com a inclusão de atividades práticas e acompanhamento longitudinal, a fim de fortalecer o impacto educativo e promover mudanças duradouras nos hábitos e na percepção de saúde dos estudantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto PAEC e meu orientador pelo auxílio nessa jornada. Além disso, agradeço às escolas, alunos e professores que receberam o projeto.

REFERÊNCIAS

BERTOLI, E. et al. Psychological stress and temporomandibular disorders in adolescents. Journal of Oral Science, 2021.

CUNHA, C. O.; VEIGA, N. J.; FONSECA, P. A. Socioeconomic factors and temporomandibular disorders: A Brazilian cohort. *Clinical Oral Investigations*, v. 23, n. 2, p. 739–746, 2019.

DE ARAÚJO CRUZ, José Henrique et al. Disfunção temporomandibular: revisão sistematizada. Archives of Health Investigation, v. 9, n. 6, p. 570–575, 2020.

FERRAZ, F. M.; MARTINS, C. C.; SILVA, A. G.; GRANVILLE-GARCIA, A. F. Prevalence of temporomandibular disorders in Brazil: A systematic review and meta-analysis. Brazilian Dental Journal, v. 31, n. 1, p. 55–64, 2020.

FILLINGIM, R. B. et al. Psychological factors in chronic temporomandibular disorders. Pain Research Forum, 2020.

GAMEIRO, G. H. et al. How may stress influence bruxism? Journal of Oral Rehabilitation, 2006.

GATCHEL, R. J.; ROBINSON, R. C.; STRESS, T. Chronic orofacial pain: Integrating behavioral and medical interventions. Pain Research and Management, v. 2020, p. 1–8, 2020.

GÓES, Karine Renatta Barros; GRANGEIRO, Manassés Tercio Vieira; DE FIGUEIREDO, Viviane Maria Gonçalves. Epidemiologia da disfunção temporomandibular: uma revisão de literatura. Journal of Dentistry & Public Health, v. 9, n. 2, p. 115-120, 2018.

GREENE, C. S. Managing the care of patients with temporomandibular disorders. Journal of the American Dental Association, 2010.

MACHADO, E. et al. Association between bullying and temporomandibular disorders in adolescents. International Journal of Pediatric Dentistry, 2017.

MANFREDINI, D.; PICCOTTI, F.; FERRONATO, G.; GUARDA-NARDINI, L. Age peaks of different RDC/TMD diagnoses in a patient population. Journal of Dental Research, v. 90, n. 4, p. 487–491, 2011.

MARTINS, C. M.; SILVA, P. F.; OLIVEIRA, L. M. Health care demand and economic burden associated with temporomandibular disorders: A systematic review. Journal of Oral Rehabilitation, v. 49, n. 2, p. 123–132, 2022.

OKESON, J. P. Management of temporomandibular disorders and occlusion. 7. ed. St. Louis: Elsevier, 2013.

SANTOS, C. A.; CAMPOS, J. A. D. B. **Intervenções preventivas no controle das disfunções temporomandibulares.** Revista de Odontologia da UNESP, 2018.

SILVA, A. R. A.; FERNANDES, M. H. **Impacto da terapia cognitivo-comportamental na qualidade de vida de pacientes com DTM**. Revista de Psicologia Clínica e Saúde Mental, 2019.

SLADE, G. D. et al. **The relationship between temporomandibular disorders and stress-related symptoms.** Oral Surgery, Oral Medicine, Oral Pathology, Oral Radiology, and Endodontology, v. 107, n. 2, p. 223–230, 2009.

SLADE, G. D. et al. Association between stress and temporomandibular disorders. Pain Research and Management, 2016.

VIEIRA, C. M. F.; ALVES, R. C. **Fatores psicossociais no manejo das disfunções temporomandibulares**. Revista Brasileira de Odontologia, 2020.

YAP, A. U.; CHUA, E. K. **Temporomandibular disorders and comorbid conditions**. Oral Diseases, 2021.

FITOTERAPIA E SAÚDE MENTAL: COMO O CULTIVO E O MANEJO DE PLANTAS MEDICINAIS PODE AUXILIAR A CONTINUÍDADE DO TRATAENTO E REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO CAPS AD

Categoria: Projetos Extensionistas

Eduarda Zemf[1]
Bruna Pereira Dolberth Caramori[2]

Resumo – O presente estudo foi desenvolvido no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) de Caçador, Santa Catarina, com o objetivo de integrar a fitoterapia ao cuidado em saúde mental por meio da implantação de uma horta terapêutica. A metodologia incluiu articulação intersetorial, seleção criteriosa das espécies medicinais, adequação do espaço físico e realização de oficinas terapêuticas participativas. Foram cultivadas espécies como Melissa officinalis, Foeniculum vulgare, Rosmarinus officinalis, Salvia officinalis e Cymbopogon citratus, escolhidas por suas propriedades ansiolíticas, calmantes e estimulantes cognitivas. Os resultados demonstraram que a implantação da horta promoveu benefícios terapêuticos, socioeducativos e relacionais fortalecendo o vínculo entre usuários e equipe, incentivando o autocuidado e a socialização e ampliando o conhecimento sobre o uso racional de plantas medicinais. Conclui-se que a integração da fitoterapia no Caps constitui uma estratégia eficaz de promoção da saúde mental, valorizando práticas integrativas e fortalecendo a reabilitação psicossocial.

Palavras-chave Fitoterapia; Saúde mental; Caps; Horta terapêutica; Reabilitação psicossocial.

INTRODUÇÃO

A fitoterapia é considerada uma abordagem terapêutica que utiliza plantas medicinais para tratar e prevenir doenças, o que pode promover o bem-estar físico e mental de pacientes, principalmente, no âmbito de saúde mental. Nesse sentido, nos últimos anos, a busca por alternativas naturais e complementares ao tratamento convencional tem aumentado no país. No Brasil, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) desempenham um importante papel no acompanhamento e na reabilitação de pacientes com transtornos mentais, tendo em vista que os referidos centros atuam na sociedade oferecendo serviços de cuidado contínuo e fortalecimento da reintegração social. Portanto, a integração da fitoterapia no contexto dos Caps pode significar uma oportunidade de complementar os tratamentos farmacológicos tradicionais considerando abordagens mais naturais.

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.
[2]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.

O cultivo e manejo de plantas medicinais no próprio Caps pode contribuir para o processo terapêutico de modo holístico. Esse fato pode atuar estimulando a participação ativa dos pacientes e promovendo o autocuidado, além de proporcionar o envolvimento com a natureza e melhorar o vínculo terapêutico e reduzir, assim, a ansiedade, aumentar a autoestima e incentivar a socialização entre os pacientes.

METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) do município de Caçador, Santa Catarina, com o objetivo de integrar a fitoterapia ao cuidado em saúde mental por meio da implantação de oficinas terapêuticas voltadas ao cultivo e manejo de plantas medicinais. A primeira etapa, realizada no primeiro semestre de 2025, consistiu na articulação intersetorial entre a equipe executora do projeto, o Secretário Municipal de Saúde e a equipe multiprofissional do Caps AD visando o alinhamento institucional e a viabilidade operacional da proposta.

Em 23 de junho de 2025 foi promovida uma reunião entre a psicóloga responsável e os usuários do serviço com o propósito de apresentar o projeto, identificar o interesse dos participantes e formalizar a adesão às oficinas terapêuticas. Posteriormente, em 16 de setembro de 2025, realizou-se a definição e adequação do espaço físico destinado ao cultivo das espécies medicinais garantindo condições apropriadas para a implantação da horta terapêutica.

A seleção das espécies vegetais foi fundamentada em critérios científicos e técnicos que contemplaram a eficácia clínica, a segurança de uso comunitário e a adaptação ambiental. Foram priorizadas plantas com evidências farmacológicas consolidadas para o manejo de sintomas frequentemente observados em pacientes com transtornos mentais tais como ansiedade, insônia, irritabilidade e alterações do apetite, além de apresentarem baixo potencial de reações adversas. A escolha das espécies observou as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) assegurando respaldo técnico e normativo à iniciativa. Adicionalmente, foram privilegiadas espécies compatíveis com as condições climáticas locais e de fácil manejo a fim de favorecer a sustentabilidade do cultivo e a autonomia dos participantes.

As espécies cultivadas incluíram Melissa officinalis, (erva-cidreira) reconhecida por suas propriedades ansiolíticas e calmantes, Foeniculum vulgare, (funcho) com efeito digestivo, antiespasmódico e levemente relaxante, Rosmarinus officinalis, (alecrim) de ação estimulante cognitiva, antioxidante e tônica, Salvia officinalis (sálvia), com propriedades antissépticas, anti-inflamatórias e moduladoras do humor e Cymbopogon citratus (cidreira), de efeito sedativo leve, ansiolítico e relaxante muscular. Essas espécies foram incorporadas às oficinas terapêuticas nas quais os usuários participaram de forma ativa e colaborativa em todas as etapas do processo abrangendo o preparo do solo, o plantio e o manejo contínuo da horta.

As atividades foram estruturadas de modo a favorecer o aprendizado coletivo, o fortalecimento do vínculo terapêutico e a promoção do autocuidado, integrando saberes populares e científicos. Em 6 de outubro de 2025, foi realizada a implantação prática da horta

terapêutica com engajamento efetivo dos pacientes nas etapas de montagem e organização do espaço evidenciando o caráter participativo e inclusivo da proposta.

Além disso, em 23 de outubro de 2025, procedeu-se à entrega de folders informativos destinados à capacitação dos profissionais do Caps AD considerando a impossibilidade de reunir toda a equipe em um único horário. O material elaborado contém informações sobre as espécies cultivadas na horta terapêutica, bem como suas indicações de uso e potenciais benefícios para as queixas mais prevalentes entre os pacientes contribuindo para a educação permanente em saúde e a integração da fitoterapia à prática clínica interdisciplinar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação da horta terapêutica no Caps AD do município de Caçador, Santa Catarina, mostrou-se uma estratégia efetiva para a integração da fitoterapia ao cuidado em saúde mental promovendo benefícios tanto terapêuticos quanto socioeducativos. A adesão dos pacientes às oficinas foi satisfatória evidenciando interesse e engajamento nas etapas de preparo do solo, plantio e manutenção das espécies medicinais. Observou-se, ao longo do processo, um fortalecimento dos vínculos interpessoais entre usuários e equipe multiprofissional, bem como o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trabalho coletivo, à responsabilidade compartilhada e ao autocuidado, aspectos essenciais no contexto da reabilitação psicossocial.

Os resultados qualitativos apontam que a participação nas oficinas contribuiu para a redução de sintomas de agitação, frequentemente relatados pelos usuários, além de favorecer a melhora da concentração e do humor, conforme relato espontâneo dos participantes. Esses achados são coerentes com a literatura que reconhece os efeitos terapêuticos das plantas medicinais utilizadas no projeto. A Melissa officinalis, por exemplo, é amplamente descrita como agente ansiolítico natural atuando na modulação do sistema GABAérgico e na redução do estresse fisiológico (Kennedy et al., 2006). De modo semelhante, o Cymbopogon citratus apresenta ação sedativa leve, relacionada à presença de citral, composto responsável por efeito calmante e relaxante muscular (Silva; Almeida; Barbosa, 2021).

O Foeniculum vulgare e o Rosmarinus officinalis podem contribuir não apenas para o alívio de sintomas digestivos e somáticos, mas também para o estímulo cognitivo e a vitalidade dos participantes. Estudos prévios evidenciam que o alecrim possui compostos fenólicos com ação antioxidante e neuroprotetora podendo auxiliar na melhora da memória e da atenção (Osarowski et al., 2013). Já a Salvia officinalis demonstrou relevância por sua ação moduladora do humor e potencial efeito ansiolítico leve, atribuídos à presença de diterpenos e flavonoides com propriedades neuromoduladoras (Pereira et al., 2020).

Além dos benefícios clínicos percebidos, o projeto apresentou impactos significativos no âmbito psicossocial. A vivência coletiva no cultivo das plantas promoveu sentimentos de pertencimento, utilidade e propósito, fatores frequentemente comprometidos em indivíduos com transtornos por uso de substâncias. Essa observação corrobora com estudos que apontam as hortas terapêuticas como ferramentas eficazes na promoção da saúde mental por associarem o contato com a natureza à reabilitação psicossocial e à reinserção comunitária (Barbosa; Almeida, 2024).

A participação ativa dos usuários em todas as etapas, desde o plantio das espécies até o manejo da horta, reforça a abordagem de cuidado centrado no paciente, princípio norteador das políticas públicas de saúde mental no Brasil. Esse envolvimento direto favoreceu a autonomia e o protagonismo dos pacientes, aspectos centrais na proposta dos Centros de Atenção Psicossocial, conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental.

A entrega de folders informativos aos profissionais do Caps AD, realizada em 23 de outubro de 2025, complementou a intervenção ao possibilitar a educação permanente em saúde ampliando o conhecimento técnico sobre o uso racional e seguro das plantas medicinais. Essa estratégia mostrou-se fundamental diante da impossibilidade de reunir toda a equipe presencialmente assegurando a disseminação padronizada das informações e promovendo a integração da fitoterapia às práticas assistenciais de forma ética, segura e baseada em evidências.

Dessa forma, os resultados obtidos indicam que a implantação da horta terapêutica, associada a ações educativas, constitui uma intervenção de baixo custo, sustentável e de alta relevância social com potencial para complementar os cuidados tradicionais em saúde mental. O projeto contribuiu não apenas para o bem-estar subjetivo dos usuários, mas também para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e para a consolidação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da horta terapêutica no Caps AD do município de Caçador, Santa Catarina, demonstrou-se uma estratégia eficaz para integrar a fitoterapia ao cuidado em saúde mental promovendo benefícios terapêuticos, educacionais e sociais. O projeto possibilitou o fortalecimento do vínculo entre usuários e equipe multiprofissional estimulando o protagonismo dos pacientes, o autocuidado e a reintegração social. A experiência evidenciou o potencial das práticas integrativas e complementares como ferramentas de apoio ao tratamento convencional favorecendo uma abordagem mais humanizada e holística do cuidado. Como limitações, destaca-se a necessidade de continuidade das ações educativas junto aos profissionais e a ampliação do espaço físico para o cultivo de novas espécies. Recomenda-se, para futuras etapas, a implementação de avaliações periódicas dos impactos clínicos e psicossociais das atividades e a replicação da iniciativa em outros Caps do município e região.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio à Extensão Comunitária (Paec) – Edital 036 pelo financiamento que viabilizou a execução deste projeto e ao Horto Florestal Municipal de Caçador, Santa Catarina, pelo fornecimento de mudas e suporte técnico imprescindível para a implantação da horta terapêutica. Estendemos também nosso reconhecimento à Secretaria Municipal de Saúde de Caçador e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) pelo apoio institucional e incentivo à integração entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o desenvolvimento desta iniciativa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Emanuelle Lacerda Pinto; ALMEIDA, Vanessa de Oliveira. Oficinas terapêuticas de horta no CAPS: uma revisão de literatura sobre benefícios e aplicações. **Revista Textura,** v. 18, n. 2, p. 56-65, 2024. Disponível em: https://textura.famam.com.br/textura/article/view/604. Acesso em: 14 out. 2025.

OSAROWSKI, Marcin *et al.* Rosmarinus officinalis L. leaf extract improves memory impairment and affects acetylcholinesterase and butyrylcholinesterase activities in rat brain. **Fitoterapia,** v. 91, p. 261-271, dez., 2013. Acesso em: 15 out. 2025.

PEREIRA, Letícia Mikaela Costa *et al.* Revisão sistemática sobre os efeitos ansiolíticos da *Melissa officinalis L.* (erva cidreira). **Reunião Científica,** n. 12, 2020. Disponível em: https://periodicos.saolucas.edu.br/reuniao/article/view/1077. Acesso em 15 out. 2025.

KENNEDY, David *et al*. Anxiolytic effects of a combination of *Melissa ofcinalis* and *Valeriana ofcinalis* during laboratory induced stress, **Phytotherapy Research**, v. 20, n. 2, p. 96–102, 2006. Disponível em: https://researchportal.northumbria.ac.uk/en/publications/anxiolytic-effects-of-a-combination-of-melissa-officinalis-and-va/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 15 out. 2025

SILVA, P. R.; ALMEIDA, T. C.; BARBOSA, E. A. Atividade sedativa e relaxante muscular do *Cymbopogon citratus:* revisão sistemática. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais,** v. 23, n. 2, p. 87-95, 2021. Disponível em: https://share.google/pHaWMTAJXhRdCAz7o. Acesso em 15 out. 2025.

SAÚDE NO TRABALHO: RASTREAMENTO E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM EMPRESAS DE CAÇADOR-SC

Categoria: Projetos Extensionistas

Maria Júlia Hillesheim[1]
Bruna Pereira Dolberth Caramori[2]

Resumo – O câncer de colo de útero apresenta-se como um dos problemas de saúde pública mais importantes no Brasil, pois é a terceira neoplasia mais incidente entre as mulheres brasileiras. Apesar do exame para rastreio ser bastante eficiente, as mulheres ainda enfrentam muitas barreiras para a sua realização, especialmente as que trabalham em tempo integral. Este projeto teve como objetivo promover a conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de colo do útero entre mulheres trabalhadoras de 25 a 64 anos, no município de Caçador (SC) e a metodologia utilizada foi de caráter exploratório. Através de quatro ações presenciais nas empresas de setores madeireiro, comercial e educacional foram entregues materiais educativos para 300 mulheres com a realização de rodas de conversa. Os resultados demonstraram um aumento de conhecimento sobre o tema e, também, a sensibilização quanto a realização do acompanhamento ginecológico regular. Além disso, destaca-se a importância das empresas como parceiras da promoção da saúde feminina. Conclui-se que ações educativas são eficazes no ambiente corporativo e permitem a ampliação do acesso à informação, redução de barreiras e fortalecimento da cultura de prevenção entre as mulheres em idade produtiva.

Palavras-chave: Câncer colo de útero; prevenção; Ambiente corporativo.

INTRODUÇÃO

O câncer de colo do útero (CA de colo de útero) representa uma importante questão de saúde pública sendo uma neoplasia que se origina a partir de alterações celulares no epitélio de revestimento do colo uterino resultando em uma reprodução desordenada dessas células (Inca, 2023).

Segundo dados recentes do Instituto Nacional do Câncer (Inca, 2022), o câncer de colo do útero ocupa a terceira posição entre as neoplasias mais incidentes em mulheres no Brasil, com estimativa de 17.010 novos casos anuais para o triênio 2023–2025, correspondendo a uma taxa de incidência de 15,38 casos por 100 mil mulheres. Na região Sul, o estado de Santa Catarina apresenta o maior índice da região com cerca de 880 casos por ano. Em termos de mortalidade, aproximadamente 9.760 mulheres morrem anualmente no país em decorrência dessa patologia (Inca, 2023). Esses dados evidenciam a relevância e a urgência de estratégias de prevenção e

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

rastreamento efetivas, especialmente em populações com barreiras de acesso aos serviços de saúde, como trabalhadoras em tempo integral.

A realização do exame preventivo de Papanicolau é uma das principais estratégias de rastreamento, sendo recomendada para mulheres entre 25 e 64 anos (Inca, 2021). No entanto, mesmo com a ampla divulgação de sua importância, muitas mulheres nessa faixa etária enfrentam obstáculos para realizar o exame como falta de tempo, informação ou acesso aos serviços de saúde, especialmente aquelas inseridas no ambiente corporativo. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento de projetos que levem ações de educação em saúde, prevenção e triagem para os locais de trabalho aproximando o serviço da realidade dessas mulheres.

Nesse contexto, a problematização central deste estudo se baseia na necessidade de ampliar o acesso e a adesão ao exame preventivo entre mulheres em idade produtiva considerando que o diagnóstico precoce é determinante para a redução da mortalidade e melhora do prognóstico. O rastreamento organizado permite identificar lesões precursoras possibilitando intervenções antes da progressão para o câncer invasivo. Além disso, iniciativas dessa natureza contribuem para a redução do absenteísmo, melhora da qualidade de vida das colaboradoras e fortalecimento da responsabilidade social das empresas.

A justificativa para a realização de ações voltadas ao rastreamento do câncer de colo do útero em ambientes corporativos está fundamentada nas diretrizes do Ministério da Saúde e nas evidências que comprovam a eficácia do rastreamento regular para a diminuição das taxas de incidência e mortalidade (Inca, 2021).

Assim, o objetivo principal deste relato foi propor e descrever uma experiência de intervenção em saúde voltada ao rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres trabalhadoras de 25 a 64 anos a fim de incentivar o diagnóstico precoce, fortalecer a cultura de prevenção e ampliar o acesso à informação. De forma complementar, o trabalho visa reforçar a importância das estratégias de promoção à saúde da mulher como ferramenta de impacto positivo, tanto individual quanto coletivo, integrando os princípios de prevenção, cuidado e responsabilidade social.

METODOLOGIA

A referente pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória e uma ação extensionista.

Inicialmente, com base nas informações e orientações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca) foram elaborados materiais educativos, como panfletos informativos e apresentações, com o objetivo de promover a conscientização das mulheres trabalhadoras sobre a importância da prevenção e do rastreamento do câncer de colo do útero.

Em um segundo momento, foram desenvolvidas as ações práticas, que consistiram em visitas às empresas do município de Caçador (SC) onde foram realizadas palestras de conscientização e rodas de conversa voltadas à troca de experiências e saberes sobre o tema. Essas atividades permitiram compreender o nível de conhecimento prévio das participantes e fortalecer o diálogo sobre a importância do exame preventivo.

Durante a organização das atividades, observou-se que, em alguns casos, houve resistência por parte das empresas em receber as ações uma vez que a participação das colaboradoras implicava a interrupção temporária das atividades laborais. Apesar dessas dificuldades iniciais, a sensibilização e o diálogo com os gestores possibilitaram a realização das intervenções evidenciando o valor social e humano das ações voltadas à promoção da saúde feminina.

Ao todo, foram realizadas quatro ações, sendo duas em empresas do setor madeireiro, uma em um supermercado local e uma com colaboradoras da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) alcançando cerca de 300 mulheres e contribuindo significativamente para a ampliação da promoção da saúde feminina no ambiente de trabalho.

Inicialmente, o objetivo era realizar a coleta do exame preventivo (Papanicolau), contudo, devido às limitações de espaço físico e à impossibilidade de realizar as coletas sem supervisão, essa etapa não pôde ser executada. Diante disso, buscou-se ampliar o alcance das ações educativas expandindo o público inicialmente previsto, de aproximadamente 50 mulheres, para cerca de 300 participantes alcançando cinco vezes mais mulheres do que o planejado a fim de compensar as limitações encontradas e maximizar o impacto das atividades realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização das ações foi possível observar resultados bastante positivos entre as participantes. Nas três empresas visitadas constatou-se que grande parte das mulheres não tinha pleno conhecimento sobre a importância da prevenção do câncer de colo do útero, desconhecia o funcionamento do exame preventivo (Papanicolau) e não o realizava com a frequência recomendada pelos protocolos de rastreamento.

As atividades educativas proporcionaram um espaço de diálogo e aprendizado favorecendo o esclarecimento de dúvidas, a correção de informações equivocadas e o reforço da importância do autocuidado e do acompanhamento ginecológico regular. Esse processo contribuiu significativamente para ampliar o conhecimento e a conscientização das trabalhadoras quanto à detecção precoce e à prevenção da doença.

Apesar de inicialmente ter havido resistência de algumas empresas em liberar suas funcionárias para participar das atividades devido à interrupção momentânea das rotinas de trabalho, foi possível identificar organizações que demonstraram sensibilidade e comprometimento com a saúde de suas colaboradoras reconhecendo o valor dessas ações preventivas. Essa postura colaborativa reforçou a relevância social do projeto e evidenciou o impacto positivo que a integração entre saúde e ambiente de trabalho pode gerar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto evidenciou a importância estratégica da realização de ações educativas sobre a promoção da saúde da mulher nos ambientes corporativos. As ações realizadas proporcionaram o aumento do conhecimento sobre o exame preventivo, estimularam o autocuidado, além de contribuírem para a conscientização da importância do diagnóstico precoce.

Além dos benefícios para as participantes, esta iniciativa ainda demonstrou o impacto positivo da parceria entre universidade, empresas e comunidade reforçando a responsabilidade social e a cultura da prevenção. Apesar dos desafios logísticos e institucionais para a realização da ação o diálogo e a sensibilização dos gestores foram fundamentais para o sucesso das atividades.

Dessa forma, conclui-se que ações educativas são eficazes no ambiente corporativo e permitem a ampliação do acesso à informação, redução de barreiras e fortalecimento da cultura de prevenção entre as mulheres em idade produtiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Apoio à Extensão Comunitária (Paec) – Edital 036 pelo financiamento que viabilizou a execução deste projeto e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) pelo apoio institucional e incentivo à integração entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o desenvolvimento desta iniciativa.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA. Estimativa 2023: incidência do Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em:https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa. Acesso em: 19 dezembro 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA. Detecção precoce do câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA. Dados e números sobre câncer do colo do útero relatório anual 2023. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/dados_e_numeros_colo_22marco2023.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024

PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO A MATERIAL BIOLÓGICO NO CENTRO-CIRÚRGICO

Categoria: Projetos Extensionistas (PAEC)

Blenda Sorgato Martins[1]
Anna Clara Cachoeira[2]
Alesandra Perazzoli de Souza[3,4]

Resumo – Acidentes de trabalho com exposição a material biológico permanecem entre os principais riscos ocupacionais em serviços de saúde, especialmente no centro cirúrgico (CC), onde a manipulação de perfurocortantes e o contato com fluidos corporais são constantes. O objetivo foi orientar os profissionais que atuam no CC do Hospital Maicé para prevenção de acidentes ocupacionais com exposição a material biológico, promovendo a adesão às normas de biossegurança. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e intervencionista, realizado entre fevereiro e outubro de 2025 no CC de um hospital de médio porte em Santa Catarina. Participaram 30 profissionais, sendo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e acadêmicos de medicina. A intervenção consistiu em capacitação presencial com abordagem dialogada, exposição de conteúdos sobre uso de Equipamentos de Proteção Individual e descarte seguro de resíduos. Os relatos e percepções foram registrados por anotações livres e analisados de forma descritiva. Observou-se elevado engajamento da equipe, com manifestações de dúvidas, experiências pessoais e sugestões para melhorar as condições de trabalho. A capacitação favoreceu a reflexão sobre riscos ocupacionais e a importância de práticas seguras no setor. Infere-se que a ação educativa contribuiu para ampliar a conscientização e incentivar comportamentos preventivos, reforçando a cultura de segurança no CC.

Palavras-chave: biossegurança; acidentes ocupacionais; material biológico; equipamentos de proteção individual; educação em saúde.

INTRODUÇÃO

Os acidentes de trabalho com exposição a material biológico representam um dos principais riscos ocupacionais entre os profissionais de saúde, configurando-se como um problema relevante de saúde pública. A frequência dessas ocorrências tem se mantido elevada em virtude do contato direto com sangue e fluidos corporais potencialmente contaminados, expondo trabalhadores a agentes infecciosos e a agravos físicos e psicológicos (Brito, 2023; Brasil, 2022). Esse tipo de exposição pode ocorrer por meio de perfurações na pele causadas por agulhas e objetos perfurocortantes, bem como pelo contato direto com mucosas ou com pele

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Enfermagem, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AIGCS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

não íntegra, caracterizando uma situação de vulnerabilidade no ambiente hospitalar (Brasil, 2024).

No contexto hospitalar, os profissionais mais afetados são aqueles que atuam diretamente na assistência ao paciente, especialmente a equipe de enfermagem, em razão da manipulação frequente de materiais perfurocortantes e da execução de procedimentos invasivos. Esses trabalhadores, por estarem na linha de frente do cuidado, apresentam maior risco de exposição, o que reforça a necessidade de estratégias educativas e preventivas que promovam a segurança ocupacional (Gomes; Caldas, 2019). Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apontam que a exposição a material biológico continua entre as principais causas de acidentes de trabalho no setor da saúde, com destaque para os estados do Sul e Sudeste do Brasil (Miranda et al., 2017; Smartlabbr, 2024).

Nos centros cirúrgicos, o risco de exposição ocupacional é ainda mais elevado devido à complexidade dos procedimentos, ao uso constante de materiais perfurocortantes e à proximidade direta com fluidos corporais durante as cirurgias. Trata-se de um ambiente crítico que exige precisão técnica, agilidade e trabalho em equipe, fatores que podem aumentar a probabilidade de erros e acidentes quando associados à sobrecarga laboral ou falhas no cumprimento de protocolos de segurança. Além disso, o ritmo acelerado de atendimentos, a rotatividade de profissionais e a pressão assistencial podem contribuir para práticas inadequadas de descarte e uso insuficiente de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), expondo trabalhadores a patógenos de alto risco (Souza; Carvalho, 2021).

A ausência de adesão rigorosa às normas de biossegurança e o uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) são fatores frequentemente associados à ocorrência desses acidentes. Portanto, essas falhas podem resultar em consequências graves, incluindo infecções por vírus como o HIV, hepatites B e C, além de impactos psicológicos relacionados ao medo e à ansiedade pós-exposição (Brito; Ferreira, 2023). Nesse cenário, torna-se evidente a importância de fortalecer a importância da segurança entre os profissionais da saúde, mediante intervenções educativas.

Diante dessa realidade, o projeto de extensão propõe a implementação de atividades teóricas e práticas voltadas à promoção da biossegurança e à conscientização sobre a importância do uso correto dos EPIs. Através de capacitações, palestras e materiais informativos, o projeto busca capacitar os trabalhadores para a adoção de comportamentos seguros e responsáveis no ambiente hospitalar, reduzindo a incidência de acidentes e fortalecendo o compromisso institucional com a saúde e a segurança de seus profissionais.

Assim, o objetivo deste estudo foi "orientar os profissionais que atuam no centro-cirúrgico do Hospital Maicé para prevenção de acidentes ocupacionais com exposição a material biológico, promovendo a adesão às normas de biossegurança.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e natureza intervencionista, desenvolvido como ação educativa voltada à promoção da saúde e segurança

ocupacional. O projeto foi realizado no centro cirúrgico do Hospital Maicé, localizado no município de Caçador, Santa Catarina, entre fevereiro e outubro de 2025.

Os participantes foram selecionados por conveniência e incluíram profissionais diretamente envolvidos na assistência cirúrgica, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e acadêmicos de medicina. Como critérios de inclusão, definiram-se: estar atuante no centro cirúrgico durante o período da intervenção e aceitar participar voluntariamente da atividade educativa. Profissionais afastados do setor no período foram excluídos. No total, aproximadamente 30 profissionais participaram da ação.

A intervenção foi desenvolvida em três etapas: 1) Diagnóstico situacional, no qual foi realizada uma reunião com a responsável pela segurança do trabalho da instituição para levantamento dos setores com maior incidência de acidentes com exposição a material biológico e identificação das principais fragilidades referentes à biossegurança no centro cirúrgico; 2) Planejamento educativo, onde foi realizada a elaboração de material didático em formato de apresentação expositiva e seleção de exemplos reais de materiais perfurocortantes descartados incorretamente no ambiente hospitalar, coletados previamente com a devida autorização institucional; e 3) Capacitação presencial, na qual foi realizada uma atividade educativa dialogada no centro cirúrgico, abordando normas de biossegurança, o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o fluxo de atendimento e notificação em casos de acidentes e a importância do descarte adequado de resíduos potencialmente contaminados.

Durante a capacitação, foram incentivadas interações com os participantes por meio de relatos de experiências, esclarecimento de dúvidas e sugestões para melhoria das práticas de segurança. As percepções e manifestações dos profissionais foram registradas por meio de anotações livres, permitindo a análise qualitativa de conteúdo.

O desenvolvimento da ação contou com autorização da direção do Hospital Maicé e seguiu os princípios éticos aplicáveis às atividades de extensão em saúde. Por não envolver identificação de dados pessoais ou coleta de informações sensíveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ação educativa reuniu aproximadamente 30 profissionais do centro cirúrgico do Hospital Maicé, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e acadêmicos de medicina, caracterizando uma participação multiprofissional essencial para o fortalecimento da cultura de segurança no ambiente cirúrgico. A intervenção promovida destacou temas como biossegurança, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), fluxos de atendimento pós-exposição e diretrizes para o descarte seguro de materiais perfurocortantes, conforme as diretrizes da Norma Regulamentadora nº 32 (Brasil, 2022).

A utilização de exemplos reais de descarte de objetos descartados de forma incorreta, coletados previamente no ambiente hospitalar, como seringas e lâminas mal que foram achadas nos sacos de lixo incorretos, com o intuito de ilustrar situações cotidianas e estimular a reflexão crítica entre os profissionais

A atividade foi conduzida de forma interativa, estimulando debates, perguntas e relatos de experiências pessoais, o que proporcionou uma troca de saberes entre os participantes. Ao longo da atividade, observou-se elevado engajamento dos participantes, demonstrado pela exposição de dúvidas, relatos pessoais de acidentes e sugestões relacionadas à melhoria das condições de trabalho. Esse envolvimento sugere que ações educativas participativas potencializam a sensibilização dos trabalhadores, conforme já apontado por Gomes e Caldas (2019) e Miranda et al. (2017).

Também foram levantadas questões referentes a dificuldades de adesão às medidas de proteção, como a falta de reposição de EPIs, pressões relacionadas ao ritmo cirúrgico e falhas no monitoramento do descarte correto de resíduos. Esses achados dialogam com estudos nacionais que destacam barreiras estruturais e organizacionais como fatores determinantes para a ocorrência de acidentes ocupacionais com material biológico (Brito; Ferreira, 2023).

A capacitação oportunizou, ainda, o alinhamento de condutas entre diferentes categorias profissionais, um aspecto fundamental em um setor onde as funções são interdependentes e a interrupção de protocolos de segurança pode resultar em eventos adversos graves. Após a intervenção, observou-se maior reconhecimento dos riscos, além do interesse dos profissionais em replicar as orientações para outros setores e solicitar monitoramento contínuo das práticas de biossegurança.

A execução do projeto demonstrou eficácia na sensibilização dos profissionais e na promoção de práticas seguras, reforçando o papel das ações extensionistas como instrumentos de transformação social e institucional. O diálogo entre universidade e serviço de saúde se mostrou fundamental para aproximar o conhecimento acadêmico das necessidades reais do ambiente hospitalar, promovendo um impacto positivo tanto na formação dos estudantes quanto na rotina dos profissionais envolvidos.

Por fim, os resultados demonstram que ações educativas direcionadas ao contexto laboral contribuem para o fortalecimento da cultura de segurança, favorecendo mudanças comportamentais e prevenindo agravos ocupacionais. Contudo, destaca-se a necessidade de acompanhamento longitudinal das práticas adotadas para mensurar o impacto real da capacitação na redução de acidentes, desafio também apontado em pesquisas sobre prevenção em serviços cirúrgicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da capacitação em biossegurança no centro cirúrgico do Hospital Maicé possibilitou reforçar conhecimentos e práticas essenciais para a prevenção de acidentes com material biológico. A participação ativa dos profissionais evidenciou o interesse da equipe em aperfeiçoar o uso de EPIs e melhorar o descarte seguro de resíduos perfurocortantes no setor.

O estudo demonstrou que a abordagem educativa, associada à discussão de situações reais do ambiente de trabalho, favorece a reflexão sobre riscos ocupacionais e contribui para a adoção de comportamentos mais seguros durante os procedimentos assistenciais. Além disso, o envolvimento de diferentes categorias profissionais fortaleceu o alinhamento das condutas e o comprometimento coletivo com a segurança.

Como continuidade, recomenda-se o acompanhamento periódico das práticas de biossegurança, com ações que incentivem a notificação adequada de acidentes e a manutenção de condições estruturais adequadas. Dessa forma, iniciativas educativas podem se consolidar como estratégias permanentes do serviço, contribuindo para a redução de acidentes ocupacionais e para a proteção da saúde dos trabalhadores e dos pacientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC financiado pelo Fundo de Apoio à Extensão e Cultura da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe que oportunizou a construção desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora No. 32 (NR-32). Portaria MTb n.º 485, de 11 de novembro de 2005, atualizada Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP) à Infecção por HIV, ISTs e Hepatites Virais [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

PRÜSS-ÜSTÜN, Annette; RAPITI; Elisabetta; HUTIN, Yvan. Estimation of the global burden of disease attributable to contaminated sharps injuries among health-care workers. American Journal of Industrial Medicine, v. 48, n. 6, p. 482–490, 2005.

MIRANDA, Fernanda Moura D'Almeida *et al.* Profile of Brazilian workers victims of occupational accidents with biological fluids. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, n. 5, p. 1061–1068, 2017.

GOMES, Sâmea Cristina Santos; CALDAS, Arlene de Jesus Mendes. Incidência de acidentes de trabalho com exposição a material biológico em profissionais de saúde no Brasil, 2010–2016. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 17, n. 2, p. 188–200, 2019.

BRITO, Rayane Silva; FERREIRA, Sonia Maria Isabel Lopes. Acidentes com exposição a material biológico com profissionais do serviço de atendimento móvel de urgência. Enfermagem em Foco, v. 14, 2023.

SMARTLAB - Promoção do Trabalho Decente. Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho. smartlabbr.org. Disponível em: https://smartlabbr.org/. Acesso em: 22 dez. 2024.

SAÚDE SEM BARREIRAS: PROMOVENDO O BEM-ESTAR DE IMIGRANTES NA REGIÃO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

Categoria: Projeto Extensionista

Marielly Leticia Dos Santos[1]
Ana Paula Goncalves Pinculini[2]
Sandra Urbano Dos Santos[3]

Resumo – Os imigrantes que chegam ao Brasil enfrentam relacionados por exemplo com barreiras linguísticas e condições socioeconômicas precárias. Muitos imigrantes chegam em situação de vulnerabilidade, com dificuldade para continuidade do cuidado e prevenção de doenças. O Sistema Único de Saúde (SUS) garante atendimento universal, mas ainda há necessidade de políticas específicas para promover a inclusão dessa população. O estudo objetivou promover a saúde dos imigrantes por meio da disseminação de informações sobre o SUS, enfatizando a prevenção de doenças, a vacinação e o manejo das doenças crônicas não transmissíveis, com foco no fortalecimento do autocuidado. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvido a partir de ações extensionistas e educativas realizadas por meio de encontros presenciais com imigrantes organizados pela Cáritas Diocesana de Caçador-SC e da distribuição de materiais informativos bilíngues em locais de grande circulação desse público. Como resultado, foram acolhidos 40 imigrantes, majoritariamente mulheres oriundas de Cuba e Venezuela. As principais limitações estiveram relacionadas às barreiras linguísticas e culturais, que dificultaram a comunicação e o engajamento de parte do público-alvo. Concluiu-se que a iniciativa contribuiu para fortalecer o vínculo social e o autocuidado, além de estimular uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas.

Palavras-chave: Imigrantes; promoção da saúde; autocuidado.

INTRODUÇÃO

Imigrantes frequentemente enfrentam barreiras significativas no acesso à saúde, apesar de este ser reconhecido como um direito fundamental do ser humano. Dificuldades relacionadas ao idioma, diferenças culturais e fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial na limitação do acesso e na experiência de assistência médica (Wiedmeyer et al., 2024).

O fluxo imigratório no Brasil destaca o acesso à saúde e a inserção no mercado de trabalho como alguns dos principais desafios enfrentados por essa população. É fundamental considerar

[1]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

as especificidades territoriais de cada grupo de imigrantes e particularidades culturais próprias de seus países de origem (Granada et al., 2017).

Discriminação frequentemente desmotivam os imigrantes a buscar assistência médica, a qual pode se manifestar em suposições baseadas em raça, idade, status migratório ou gênero. Há um estigma social que faz com que homens procurem menos os serviços de saúde, uma realidade que também se observa entre populações imigrantes, esse contexto reforça a necessidade de uma abordagem mais específica para esse público (Canova, 2024).

Um dos desafios enfrentados por essa população é a barreira de comunicação, que pode levar a erros no uso de medicamentos e até mesmo a diagnósticos médicos imprecisos. Nesse sentido, a comunicação eficaz é uma competência essencial para qualquer profissional de saúde, constituindo a base para cuidados seguros e de alta qualidade (Wiedmeyer et al., 2024).

A vacinação, por exemplo, é fundamental e mães vacinadas percebem as vacinas como uma proteção contra infecções graves e, consequentemente, vacinam seus filhos (Hassane Dan Karami et al., 2024). A saúde bucal, por sua vez, é outro aspecto que demanda atenção, recomenda-se a ida ao dentista a cada seis meses em crianças, e a falta desse conhecimento pode levar a uma alta prevalência de cáries dentárias (Soares et al., 2024).

Por fim, as desigualdades socioeconômicas impactam diretamente a experiência cotidiana de muitos imigrantes, limitando seu acesso a trabalho, moradia, educação e condições ambientais adequadas, além de afetar negativamente sua saúde e bem-estar (Soares et al., 2024).

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de implementar ações de promoção da saúde direcionadas a essa população, estratégias como o uso de mídias sociais e a distribuição de panfletos bilíngues podem facilitar o acesso à informação e à compreensão das orientações fornecidas.

Dessa forma, buscou-se não apenas proporcionar a essa comunidade uma melhor qualidade de vida e saúde, mas também reduzir a sobrecarga no sistema de saúde, promovendo a prevenção de doenças que poderiam ser evitadas por meio de intervenções educativas simples e eficazes.

O projeto teve como objetivo principal informar aos imigrantes sobre o funcionamento do SUS no Brasil, abordando a diferença entre UBS, UPA e hospitais. Além disso, foi discutido temas específicos de saúde feminina, a importância do exame preventivo e da mamografia. Ainda, enfatizou-se a prevenção de doenças, a vacinação e o manejo das doenças crônicas não transmissíveis, com foco no fortalecimento do autocuidado.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvido a partir de ações extensionistas e educativas realizadas por meio de encontros presenciais com imigrantes organizados pela Cáritas Diocesana de Caçador-SC e da distribuição de materiais informativos bilíngues em locais de grande circulação desse público. Para a pesquisa e elaboração dos materiais, utilizou-se as bases de dados relevantes, como UpToDate, Ministério da Saúde, SciELO,

BVS e PubMed, sob orientação da professora responsável. Para garantir maior participação nos encontros presenciais, contou-se com o apoio dos funcionários da instituição parceira, que realizaram convites aos imigrantes por meio de contatos via WhatsApp.

A execução das ações extensionistas ocorreram por meio de rodas de conversa junto ao grupo de imigrantes atendidos pela Cáritas Diocesana de Caçador-SC, nos dias 24 de maio, 29 de julho e 30 de setembro. Para os encontros, foram utilizados recursos audiovisuais em apresentações didáticas e distribuídos informativos bilíngues presencialmente. Além disso, folders impressos foram disponibilizados na ACEIAS de Caçador-SC, na UBS Central de Caçador e na UBS Três Fronteiras, em Dionísio Cerqueira-SC.

O projeto também foi divulgado no site da universidade e instagram da Caritas, ampliando o alcance da iniciativa . O mesmo alinha-se aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável – ODS 3- Saúde e Bem Estar.

Todos os preceitos éticos foram respeitados, não necessitando passar pelo Comité de ética e Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número de encontros realizados totalizou quatro encontros presenciais junto ao grupo de imigrantes atendidos pela Cáritas Diocesana de Caçador-SC. O primeiro encontro consistiu em uma acolhida às mulheres imigrantes, contando com 15 participantes, nesse momento, foram entregues folders informativos e apresentada uma breve explanação sobre o funcionamento da Atenção Primária à Saúde.

No segundo encontro, as participantes relataram dúvidas e experiências relacionadas à saúde feminina, com destaque para a importância do exame preventivo, da mamografia e do acompanhamento de doenças crônicas não transmissíveis. Também emergiram falas sobre menopausa e saúde mental, considerando que a maioria das mulheres se encontrava nessa faixa etária. O terceiro encontro contou com a parceria do programa Bom Prato (Cáritas) e a colaboração de um nutricionista e uma estagiária de nutrição.

A atividade teve como foco a alimentação saudável, sendo finalizada com uma oficina prática de preparo de cookies, que favoreceu momentos de integração e troca cultural. O quarto e último encontro abordou saúde mental e autoestima feminina, permitindo reflexões sobre autocuidado e estratégias de enfrentamento das dificuldades vividas no processo migratório.

A maioria das participantes eram mulheres imigrantes vindas de Cuba e Venezuela, sendo comum a presença de seus filhos em alguns encontros. Identificou-se como principal dificuldade a adaptação cultural, especialmente em relação ao idioma e às diferenças de costumes, as participantes relataram ainda uma percepção de resistência por parte da população brasileira em se aproximar, o que reforça a importância de espaços de acolhimento e convivência.

Nesse sentido, o grupo da Cáritas mostrou-se essencial para promover um ambiente seguro e integrador, fortalecendo o vínculo social e favorecendo o compartilhamento de experiências. As atividades contribuíram não apenas para a educação em saúde, mas também

para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do sentimento de pertencimento entre as imigrantes participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto evidenciou a importância de estratégias culturalmente adaptadas para reduzir barreiras no acesso à saúde. A partir da realização dos encontros educativos, foi possível não apenas disseminar informações sobre o SUS, prevenção de doenças e cuidados em saúde da mulher, mas também proporcionar um espaço de acolhimento e troca cultural.

Observou-se que as principais barreiras enfrentadas pelas participantes estão relacionadas à língua e à adaptação cultural, aspectos que reforçam a importância de iniciativas que favoreçam o diálogo intercultural e o fortalecimento do autocuidado. Dessa forma, a experiência contribuiu para a redução de desigualdades em saúde e para a construção de uma prática médica mais humanizada e inclusiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP pela oportunidade de desenvolver esse projeto por meio do PAEC, possibilitando que seja levado conhecimento em saúde à população, bem como pela divulgação das ações realizadas no site da universidade. do trabalho, e à Cáritas pela parceria e pela oportunidade de colaborar nas dinâmicas com o grupo de imigrantes.

REFERÊNCIAS

CANOVA, Cristina, *et al.* "The Interplay of Sex/Gender and Migration: Implications for Health and Healthcare." ***PubMed*, vol**. 48, no. 4-5,. 2024, pp. 29–34. Disponível em: https://doi.org/10.19191/ep24.4-5.s1.110. Acesso em 2 nov. 2025.

GRANADA, Daniel, *et al.* "Discutir Saúde E Imigração No Contexto Atual de Intensa Mobilidade Humana." ***Interface - Comunicação Saúde Educação***, vol. 21, no. 61, 2017, pp. 285–296, Disponível em: www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 01 nov. 2025.

HASSANE Dan Karami, Na-Omi, *et al.* "Vaccine Uptake and Perspectives among Latina Immigrant Mothers in Rural Communities in a Midwestern State**." *American Journal of Health Promotion*, vol**. 39, no. 1, 20 July 2024, pp. 22–27, Disponível em: https://doi.org/10.1177/08901171241266609. Acesso em 2 nov. 2025.

SOARES, G.H, *et al.* "Triple Jeopardy in Oral Health: Additive Effects of Immigrant Status, Education, and Neighborhood." ***JDR Clinical & Translational Research***, 14 2024, Disponível em: https://doi.org/10.1177/23800844241253518. Acesso em 1 nov. 2025.

WIEDMEYER, Mei-ling, *et al.* "How Immigration Shapes Health Disadvantages and What Healthcare Organizations Can Do to Deliver More Equitable Care." ***Healthcare Management Forum***, 2024, Disponível em: https://doi.org/10.1177/08404704241265675. Acesso em 2 nov. 2025.

NEUROPLASTICIDADE E A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Categoria: Projetos Extensionistas

Bianca Giachin[1]
Sandra Urbano dos Santos[2]

Resumo – A neuroplasticidade é a capacidade do cérebro de reorganizar-se e adaptar-se a novas experiências. O trabalho teve como objetivo analisar a importância da neuroplasticidade e da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, ressaltando como estímulos adequados podem potencializar habilidades cognitivas, motoras e sociais. Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo, complementada por uma atividade extensionista voltada à divulgação e discussão do tema com a comunidade acadêmica e externa. Foram consultadas bases de dados como SciELO e PubMed, utilizando-se os descritores "neuroplasticidade", "Síndrome de Down" e "intervenção precoce", priorizando publicações entre 2015 e 2025. Os resultados demonstraram que o cérebro de crianças com Síndrome de Down mantém alta capacidade de reorganização neural, especialmente quando estimulado nos primeiros anos de vida, favorecendo ganhos significativos no desenvolvimento global. A atividade extensionista evidenciou o impacto positivo da educação em saúde, promovendo a troca de saberes e a conscientização sobre o papel das famílias e profissionais. Conclui-se que a intervenção precoce baseada na neuroplasticidade é fundamental para o desenvolvimento integral da criança com Síndrome de Down, reforçando a necessidade de abordagens interdisciplinares e políticas públicas alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3 da ONU – Saúde e Bem-Estar.

Palavras-chave: Neuroplasticidade; síndrome de down; intervenção precoce; Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

De acordo com Crespi, Livia et al., (2020), neuroplasticidade é compreendida como a capacidade do cérebro de reorganizar-se e adaptar-se a novas experiências, estímulos ambientais e até mesmo a lesões cerebrais, configurando-se como um processo dinâmico e contínuo ao longo da vida. Quando ocorre uma lesão em determinada região cerebral, áreas adjacentes ou correlacionadas podem assumir parcial ou totalmente as funções comprometidas, evidenciando a notável flexibilidade funcional do sistema nervoso.

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Tal mecanismo envolve múltiplos níveis da organização neural, abrangendo desde o córtex cerebral até a medula espinal, refletindo o potencial de adaptação do organismo frente a desafios estruturais e funcionais (Crespi, Livia et al., 2020).

A Síndrome de Down (SD), por sua vez, é uma condição genética causada pela trissomia do cromossomo 21, que resulta em alterações cognitivas, motoras e de linguagem, além de particularidades anatômicas e fisiológicas que influenciam o desenvolvimento global do indivíduo. Nesse contexto, a neuroplasticidade desponta como uma ferramenta terapêutica e adaptativa essencial, capaz de favorecer a reorganização das conexões neurais e o aprimoramento do desempenho cognitivo e social de pessoas com SD (Puderbaugh e Emmady, 2023)

Durante a infância, período em que o cérebro apresenta maior potencial de modificação sináptica, a intervenção precoce assume papel fundamental para estimular o aprendizado, o controle motor e a comunicação, otimizando as funções cerebrais e promovendo maior autonomia e inclusão social (Ortiz, 2013).

Além dos benefícios individuais, o tema insere-se em um contexto mais amplo de responsabilidade social e de promoção da saúde, alinhando-se ao 3º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 3) — Saúde e Bem-Estar (ONU,2025), que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Nesse sentido, discutir a neuroplasticidade e a importância da intervenção precoce em crianças com Síndrome de Down vai além do campo biomédico, abrangendo também dimensões educacionais, familiares e comunitárias.

Por meio de ações extensionistas e do compartilhamento de conhecimento científico, é possível estimular a conscientização social, reduzir estigmas e fortalecer práticas interdisciplinares que valorizem o potencial e a singularidade de cada criança.

O trabalho teve como objetivo analisar a importância da neuroplasticidade e da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, ressaltando como estímulos adequados podem potencializar habilidades cognitivas, motoras e sociais

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo, complementada por uma atividade extensionista de cunho educativo e reflexivo, realizada de forma online.

Inicialmente foi conduzida uma pesquisa exploratória utilizando-se bases de dados científicas como SciELO, PubMed e Lilacs. Foram empregados os descritores: neuroplasticidade, Síndrome de Down, intervenção precoce, desenvolvimento infantil e estimulação cognitiva, combinados por meio do operador booleano “AND”.

Foram incluídos artigos publicados nos últimos 10 anos (2015–2025), disponíveis em língua portuguesa e inglesa, que abordassem a relação entre neuroplasticidade e o impacto das

intervenções precoces em crianças com Síndrome de Down. Foram excluídos trabalhos duplicados, revisões sem abordagem prática ou que não se relacionassem ao público infantil.

Após a seleção, os artigos foram analisados quanto aos seus objetivos, metodologia e resultados, permitindo a elaboração de uma síntese integrativa dos achados científicos.

A etapa extensionista consistiu em uma roda de conversa virtual, com a participação de acadêmicos e membros de diferentes comunidades, sendo estendido o convite para pais de crianças com SD. A ação foi mediada pela equipe do projeto. Nessa atividade, foram apresentados conceitos-chave sobre a neuroplasticidade e a importância das intervenções precoces, seguidos de um espaço para diálogo e troca de experiências entre os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos evidenciou que a neuroplasticidade representa a capacidade adaptativa do sistema nervoso central de reorganizar suas conexões sinápticas em resposta a estímulos ambientais, experiências sensoriais e práticas terapêuticas.

Nos indivíduos com Síndrome de Down, essa plasticidade está presente, embora possa ocorrer de maneira mais lenta, sendo fortemente influenciada pela estimulação precoce e contínua (Crespl, Livia, et al., 2020).

Os artigos revisados apontam que intervenções fisioterapêuticas, fonoaudiológicas, psicopedagógicas e terapêuticas ocupacionais iniciadas nos primeiros anos de vida promovem melhorias significativas nas habilidades motoras, cognitivas e de linguagem, demonstrando que o cérebro infantil possui um alto potencial de adaptação e aprendizado.

Durante a atividade extensionista, observou-se grande interesse e engajamento dos participantes, que relataram desconhecimento prévio sobre o conceito de neuroplasticidade e a relevância da intervenção precoce.

O diálogo permitiu ampliar a compreensão sobre o papel das famílias e profissionais da saúde e educação no estímulo das potencialidades da criança com Síndrome de Down.

Os relatos coletados reforçaram o que a literatura descreve: quanto mais cedo e de forma mais integrada ocorrerem as intervenções, maior é a capacidade do cérebro de reorganizar-se funcionalmente, favorecendo o desenvolvimento global. Além disso, discutiu-se a importância da interdisciplinaridade entre as áreas da saúde, educação e assistência social como fator determinante para o sucesso das ações de estimulação precoce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica, aliada à experiência extensionista, permitiu compreender que a neuroplasticidade é um fundamento essencial no desenvolvimento infantil de crianças com Síndrome de Down, evidenciando a importância das intervenções precoces e multidisciplinares.

Conclui-se que a atuação precoce, especialmente nos primeiros anos de vida potencializa o aprendizado, a autonomia e a inclusão social, sendo indispensável que familiares e profissionais recebam orientação contínua sobre práticas estimuladoras adequadas.

A ação extensionista demonstrou o impacto positivo do diálogo entre universidade e comunidade, promovendo a difusão do conhecimento científico e fortalecendo o compromisso social do ensino superior com a formação de profissionais sensíveis e capacitados para lidar com as necessidades específicas da população com Síndrome de Down.

Sugere-se, para trabalhos futuros, a ampliação das ações extensionistas presenciais e interdisciplinares, além da criação de materiais educativos acessíveis que facilitem o entendimento da neuroplasticidade e suas aplicações práticas no contexto do desenvolvimento infantil.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a instituição de ensino Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP que oportunizaram e fizeram a diferença na realização deste Projeto, e ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da UNIARP.

REFERÊNCIAS

CRESPI, Livia, *et al*. "Neurodesenvolvimento Na Primeira Infância: Aspectos Significativos Para O Atendimento Escolar Na Educação Infantil." ***Ensino Em Re-Vista,***. 2020, pp. 1517–1541, Disponível em: https://doi.org/10.14393/er-v27nea2020-15. Acesso em 2 nov. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "**17 ODS Da ONU** – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

ORTIZ, Marilia Álvares; Ribeiro, Maysa Ferreira Martins. Intervenção precoce e Síndrome de Down na Apae de Goiânia. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 40, n. 4, 2013. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/3052. Acesso em 02 nov. 2025.

PUDERBAUGH, Matt, and Prabhu D Emmady. "Neuroplasticity." ***Nih.gov*, StatPearls Publishing,** 2023. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK557811/#:~:text=Neuroplasticidade%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecida%20como%20plasticidade,e%20funcionais%20adaptativas%20no%20c%C3%A9rebro. Acesso em 2 nov. 2025.

ARTERITE DE TAKAYASU: UM ESTUDO DE CASO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabriela Colla Romero de Souza[1]
Héric França[2]
Clayton Luiz Zanella[3]

Resumo – A Arterite de Takayasu (TAK) é uma doença inflamatória rara que afeta de forma crônica a aorta e seus ramos. Ela atinge principalmente mulheres e costuma ser diagnosticada em pessoas com menos de 40 anos. O objetivo neste trabalho é apresentar e discutir um caso de Arterite de Takayasu que foi diagnosticado por acaso em uma paciente jovem. Ressaltam-se as dificuldades de fazer um diagnóstico precoce e a importância de uma equipe multidisciplinar no tratamento. Este é um estudo descritivo e retrospectivo. Foram coletados dados através de uma entrevista semiestruturada, analisaram-se exames clínicos, laboratoriais e de imagem, e aplicou- se um instrumento validado denominado WHOQOL-bref para avaliar a qualidade de vida. A paciente apresentou quadro assintomático inicial, com diagnóstico confirmado após detecção incidental de espessamento arterial em exame de ultrassom, evoluindo com tratamento combinado de glicocorticoides e imunobiológico (Tocilizumabe), com resposta clínica e laboratorial satisfatória. Os dados coletados reforçam a necessidade de vigilância clínica e o uso de exames de imagem na suspeita de vasculites, mesmo na ausência de marcadores inflamatórios alterados. Conclui-se que a detecção precoce e o tratamento individualizado são fundamentais para melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes acometidos pela Arterite de Takayasu.

Palavras-chave: Vasculite de grandes vasos. Diagnóstico precoce. Tratamento imunobiológico. Arterite de Takayasu.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2022), a Arterite de Takayasu (TAK) é uma vasculite que afeta de forma crônica a aorta e seus ramos primários. É uma doença inflamatória rara, com maior prevalência no Sudeste Asiático, acometendo predominantemente mulheres (80 a 90% dos casos), sendo mais frequentemente diagnosticada em pessoas abaixo dos 40 anos (Ribeiro, 2020). As manifestações clínicas incluem sintomas constitucionais, níveis elevados de marcadores de inflamação e estenose arterial e/ou aneurismas resultando em claudicação de membros e pulsos ausentes (Maz et al., 2021). Os sintomas constitucionais referidos, estão presentes em aproximadamente 50% dos pacientes (Nasi, 2012) e incluem febre, fadiga, mialgia, astenia e perda de peso (Ribeiro, 2020). Devido a essa característica de pouca

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

especificidade dos sintomas durante a fase inicial do acometimento vascular o diagnóstico costuma ser tardio e, ocasionalmente, incidental (Merkel, 2022).

Com o avançar da doença e maior estreitamento, oclusão ou dilatação das artérias, há dor nos membros inferiores ou superiores, cianose, tontura, artralgias, sopro arterial, diferença na pressão arterial entre os membros, angina, desenvolvimento de hipertensão, sintomas gastrointestinais, lesões cutâneas, sintomas respiratórios devido ao envolvimento de artérias pulmonares, e sintomas neurológicos, como convulsões e derrames, quando o envolvimento das carótidas e vertebrais geram diminuição do fluxo sanguíneo cerebral (Merkel, 2022).

A base da terapia para a Arterite de Takayasu são os glicocorticoides sistêmicos, porém, devido à natureza crônica e reincidente da doença e aos possíveis efeitos de toxicidade relacionados à essa medicação, "[...] os pacientes geralmente recebem uma prescrição de um agente imunossupressor não glicocorticoide, na tentativa de fornecer um benefício poupador de corticoides e controle da doença a longo prazo". Além dessas medicações, a depender do caso, são utilizados os chamados medicamentos biológicos (Merkel, 2022).

Foi utilizado um instrumento validado de avaliação da qualidade de vida, denominado WHOQOL-Bref, com o objetivo de avaliar a percepção da paciente sobre sua qualidade de vida em diversos domínios com análise de forma cronológica, desde a detecção inicial da estenose arterial até a confirmação diagnóstica e ajuste terapêutico.

Este estudo justificou-se pela relevância de compreender a evolução clínica da TAK e contribuir para a prática médica, oferecendo subsídios para o reconhecimento precoce e o manejo adequado dessa doença rara, visando à otimização dos resultados clínicos e da qualidade de vida dos pacientes. A partir do relato obtido e da literatura científica atual, conclui-se que a detecção precoce e o tratamento individualizado são fundamentais para melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes acometidos pela Arterite de Takayasu.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e retrospectivo, baseado em um relato de caso clínico de paciente diagnosticada com Arterite de Takayasu. A escolha desse trabalho deve-se à baixa prevalência e incidência da doença e à relevância de apresentar a evolução clínica e terapêutica individual como forma de contribuir para a prática médica e para o reconhecimento precoce dessa condição.

A coleta de dados incluiu entrevista semiestruturada presencial com a paciente, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme os princípios éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O questionário na versão validada para o português foi aplicado presencialmente, com o objetivo de avaliar a percepção da paciente quanto à sua qualidade de vida em diferentes domínios, tomando como referência seu estado global, mas enfatizando as duas semanas anteriores a aplicação do instrumento. A execução ocorreu sob orientação do pesquisador, garantindo a compreensão adequada das perguntas e o sigilo das informações fornecidas.

Foi utilizado um instrumento validado de avaliação da qualidade de vida, denominado WHOQOL-Bref, com o objetivo de avaliar a percepção da paciente sobre sua qualidade de vida em quatro domínios principais: físico, psicológico, social e ambiental (Organização Mundial da Saúde, 2020). A análise foi conduzida de forma cronológica, desde a detecção inicial da estenose arterial até a confirmação diagnóstica e ajuste terapêutico. A discussão fundamenta-se na literatura científica atual, com foco nas particularidades clínicas, diagnósticas e terapêuticas da Arterite de Takayasu.

Os escores dos domínios foram calculados com base na média das respostas individuais por domínio, e posteriormente transformados em uma escala de 0 a 100, conforme recomendações do manual da Organização Mundial da Saúde, permitindo a comparação com dados normativos e análise quantitativa da percepção subjetiva de qualidade de vida da participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caso apresentado refere-se a uma paciente do sexo feminino, 32 anos, que será identificada neste relato pelas iniciais R.D., a fim de preservar sua identidade. O histórico clínico teve início em 2013, quando apresentou sintomas sistêmicos como perda ponderal, hiporexia e episódios de síncope em ortostatismo. Os sintomas regrediram espontaneamente, e os episódios sincopais foram atribuídos à síncope vasovagal naquele momento. No ano de 2015, a paciente passou a apresentar episclerite nodular de repetição em olho direito, tratada com corticoide tópico. Foi aventada a hipótese de espondiloartrite soronegativa, sem confirmação radiológica de sacroileíte, mantendo- se apenas a observação clínica.

A descoberta inicial ocorreu de forma incidental. Por ser médica, R.D. realizou um teste com doppler vascular em um aparelho recém-adquirido no hospital onde trabalhava. Ao executar o exame em si mesma, notou espessamento importante de parede e ausência de fluxo em carótida comum esquerda, que motivou a procura de uma elucidação diagnóstica com outros especialistas.

Exames subsequentes confirmaram alterações significativas nas artérias cervicais, corroborando a hipótese diagnóstica de Arterite de Takayasu. Mais especificamente em novembro de 2017, observou-se ausência de pulso em membro superior esquerdo (MSE). Exames de imagem (Doppler vascular) revelaram acometimento arterial extenso, aproximando assim o diagnóstico compatível com arterite de grandes vasos, e sugerindo Arterite de Takayasu.

A angiorressonância da aorta torácica revelou espessamento parietal difuso da aorta torácica em todos os seus segmentos, associado a hipersinal em STIR e realce ao meio de contraste, achados sugestivos de inflamação ativa. Identificou-se espessamento parietal e oclusão da artéria subclávia esquerda, com evidência de síndrome do roubo da artéria subclávia, além de estenose da subclávia direita e oclusão do segmento inferior da carótida comum esquerda. Esses achados confirmam a natureza inflamatória, progressiva e disseminada do envolvimento vascular típico da Arterite de Takayasu.

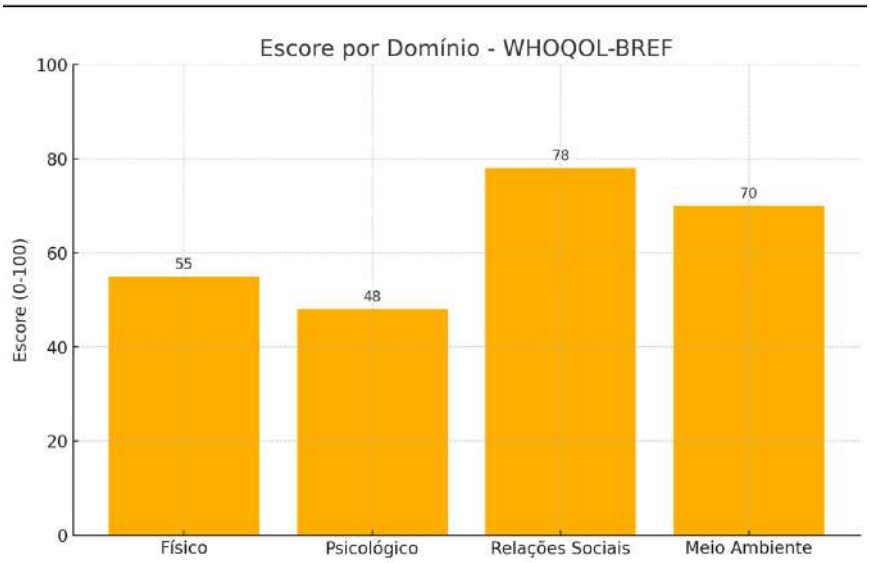
O tratamento foi conduzido inicialmente com Deflazacorte 60 mg/dia (equivalente a 1 mg/kg/dia de Prednisona), mantido por três meses. Posteriormente, foi introduzido Tocilizumabe

(162 mg/semana, via subcutânea), com início de desmame gradual do glicocorticoide, concluído após 18 meses, resultando em excelente resposta clínica e laboratorial. A manutenção do estado assintomático e ausência de progressão das lesões arteriais reforçam a eficácia do tratamento imunobiológico como estratégia de longo prazo na prevenção de recaídas.

As vasculites sistêmicas são caracterizadas por inflamação na parede vascular em diferentes órgãos e sistemas. A Arterite de Takayasu afeta artérias de grande calibre, como a aorta e suas ramificações (Amorim, 2019), e pode permanecer assintomática no momento do diagnóstico em até 20% dos pacientes (Ribeiro, 2020). O caso de R.D. ilustra o desafio diagnóstico típico da doença: uma paciente jovem, com sintomas iniciais inespecíficos e evolução subclínica, padrão descrito em até 20% dos casos de TAK (Svensson et al., 2020).

A aplicação do instrumento WHOQOL-BREF complementou a análise clínica, demonstrando leve prejuízo nos domínios físico e psicológico, mas escores elevados nos domínios sociais e ambientais, refletindo boa adaptação e suporte social. Esses resultados corroboram estudos prévios que ressaltam a importância de uma abordagem integral e multidisciplinar no manejo de doenças autoimunes raras como a Arterite de Takayasu.

Figura 1 – Escore por Domínio no WHOQOL-BREF aplicado à paciente com Arterite de Takayasu. Representação gráfica dos escores transformados (0 a 100) obtidos nos quatro domínios do instrumento WHOQOL-BREF.



Fonte: Os Autores, 2025.

Observa-se comprometimento nos domínios físico (55) e psicológico (48), refletindo leves limitações funcionais e emocionais. Em contrapartida, os domínios relações sociais (78) e meio ambiente (70) apresentaram escores elevados, sugerindo suporte social adequado e boas condições externas para enfrentamento da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arterite de Takayasu permanece como um desafio diagnóstico e terapêutico, sobretudo em pacientes jovens com manifestações clínicas iniciais inespecíficas. O caso relatado evidencia a complexidade da trajetória diagnóstica, que se estendeu por anos após o início dos sintomas, ressaltando a necessidade de maior vigilância clínica frente a sinais vasculares atípicos, mesmo em indivíduos fora dos grupos de risco habituais. Destaca-se também o papel ativo da paciente na investigação diagnóstica, ilustrando como o conhecimento médico pode favorecer a identificação precoce de doenças raras.

Do ponto de vista terapêutico, observou-se resposta clínica e laboratorial satisfatória à corticoterapia inicial, seguida pelo uso de Tocilizumabe como agente poupador de glicocorticoide. Embora não figure como primeira linha terapêutica nas diretrizes internacionais, essa conduta demonstrou eficácia e segurança, permitindo controle sustentado da inflamação e estabilidade clínica a longo prazo. Os efeitos adversos observados, como a elevação transitória da hemoglobina, reforçam a importância do monitoramento contínuo e da individualização do tratamento.

A experiência descrita também evidencia lacunas na padronização de protocolos assistenciais, tanto no Sistema Único de Saúde quanto na rede privada, destacando a importância de fluxos diagnósticos claros e acesso oportuno aos medicamentos imunobiológicos. A inclusão sistemática de exames como o doppler vascular em pacientes com sintomas sugestivos poderia contribuir para o diagnóstico precoce e a redução da morbimortalidade. Apesar das limitações inerentes a um relato de caso, os achados apresentados contribuem para a reflexão clínica e reforçam a necessidade de estudos adicionais voltados à padronização do manejo da Arterite de Takayasu.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Jorge Eduardo de. **Manual de angiologia e cirurgia vascular e endovascular**. Barueri: Manole, 2019. 392 p. ISBN 9788520463697.

MAZ, Mehrdad. et al. **American College of Rheumatology/Vasculitis Foundation Guideline for the Management of Giant Cell Arteritis and Takayasu Arteritis.** Hoboken, N.J. v. 73, p. 1349 – 1365, 2021. PMID: 34235884. Disponível em https://doi.org/10.1002/art.41774.

MERKEL, Peter A. Treatment of Takayasu arteritis. **UpToDate**, 2022. [s.l.]. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/treatment-of-takayasu-arteritis.

NAKAOKA, Yoshikazu; YANAGAWA, Masahiro; HATA, Akinori; YAMASHITA, Katsuhisa; OKADA, Norihiro; YAMAKIDO, Shinji; HAYASHI, Hiromitsu; JAYNE, David. Vascular imaging of patients with refractory Takayasu arteritis treated with tocilizumab: post hoc analysis of a randomized controlled trial. Rheumatology (Oxford), v. 61, n. 6, p. 2360–2368, 2022. DOI: 10.1093/rheumatology/keab684.

NASI, Luiz A. Rotinas em unidade vascular. Porto Alegre: Artmed, 2012. p 524 . ISBN 9788536327792.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHOQOL-BREF: instrumento de avaliação da qualidade de vida: versão em português. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: https://www.who.int/tools/whoqol/whoqol-bref/docs/default-source/publishing.

RIBEIRO, Priscila Dias C. Amerepam – Manual de Reumatologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 282 p. ISBN 9788527736497.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA – SBR. Vasculites [Internet]. São Paulo: SBR; 31 ago. 2022 [atualizado em 31 ago. 2022]. Disponível em: https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/vasculites/.

SVENSSON, Christina; ERIKSSON, Per; ZACHRISSON, Helene. Vascular ultrasound for monitoring of inflammatory activity in Takayasu arteritis. Clinical Physiology and Functional Imaging, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 37–45, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/cpf.12601.

ANTES DO TEMPO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PUBERDADE PRECOCE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Bruno Parisotto[1]
Nicole Cadore[2]
Juliângela Ribeiro dos Santos[3]
Fábio Herget Pitanga[4,5]

Resumo – Puberdade refere-se a um período na adolescência de mudanças físicas, cognitivas e psicossociais significativas, e é marcada pela gonadarca e adrenarca. Em certos casos, o desenvolvimento de características secundárias ocorre antes dos 8 anos nas meninas e 9 anos nos meninos. Essa manifestação é designada como puberdade precoce (PP). A PP pode ser classificada como puberdade precoce central (PPC), que é causada pela maturação precoce do eixo hipotálamo-hipófise-gonadal, e puberdade precoce periférica (PPP), que é ocasionada pelo excesso de hormônios secretados pelas gônadas ou suprarrenais. O estudo trata-se de uma revisão narrativa, com o objetivo de investigar quais as possíveis causas, fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento de puberdade precoce. Dentre as etiologias de PPC podem ser citadas adenomas hipofisários, hamartoma neuronal hipotalâmico, mutações genéticas, tumores, cistos, infecções, AVE e fatores ambientais. Já na PPP, as principais causas são hiperplasia congênita da suprarrenal e tumores adrenocorticais e gonadais, cistos, síndrome de McCune-Albright e testotoxicose. O quadro cínico baseia-se nos sinais da puberdade. O tratamento é feito com bloqueadores hormonais e específicos para a causa subjacente.

Palavras-chave: Puberdade Precoce; Hiperfunção da Hipófise; Puberdade Precoce Central; Desenvolvimento Sexual Precoce; Criança.

INTRODUÇÃO

Puberdade refere-se a um período na adolescência de mudanças físicas, cognitivas e psicossociais significativas, e é marcada pela gonadarca e adrenarca. O termo "puberdade" é regularmente usado no intuito de referir-se a gonadarca, que diz respeito ao aumento da atividade do eixo hipotálamo-hipófise-gonadal (HHG). Adrenarca refere-se ao aumento na produção de andrógenos pelo córtex adrenal. A razão para a ativação desses eixos ainda não é totalmente compreendida, mas são responsáveis pelo início das mudanças que ocorrem no corpo

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

como o desenvolvimento de características secundárias, fertilidade e mudança de sistemas de órgãos (Biro; Chang, 2024).

Em certos casos, o desenvolvimento de características secundárias ocorre antes dos 8 anos nas meninas e 9 anos nos meninos. Essa manifestação é designada como puberdade precoce (PP). A PP pode ser classificada como puberdade precoce central (PPC), que é causada pela maturação precoce do eixo HHG, e puberdade precoce periférica (PPP), que é ocasionada pelo excesso de hormônios secretados pelas gônadas ou suprarrenais (Harrington; Palmert, 2024).

O diagnóstico é estabelecido com base nos dados clínicos do paciente, no entanto, requerem exames laboratoriais para complementação (Júnior; Burns; Lopez, 2021). São realizados testes de estímulo com hormônio liberador da gonadotrofina (GnRH), dosagens hormonais de hormônio luteinizante (LH), hormônio folículo estimulante (FSH), estradiol, testosterona, sulfato de dehidroepiandrosterona (DHEA-S), 17-hidroxiprogesterona (17-OHP), androstenediona, gonadotrofina coriônica humana (hCG), tiroxina livre (T4 livre) e hormônio tireoestimulante (TSH), conforme o caso clínico (Madeira; Cordeiro, 2019). Exames de imagem como ultrassonografia pélvica, de região adrenal, abdominal, testicular, radiografia de mãos e punhos para avaliação da idade óssea e ressonância magnética de sela túrcica podem auxiliar no diagnóstico e sua etiologia (SPSP, 2021).

O tratamento da PPC utiliza-se de análogos GnRH que provocam a supressão da secreção dos esteroides pelas gônadas. Nos casos de PPP o tratamento é feito conforme a doença de base (Júnior; Burns; Lopez, 2021).

Essa é uma condição de grande relevância clínica que pode impactar de forma negativa no desenvolvimento físico e psíquico da criança (Neta et al., 2023). Em virtude dos altos níveis hormonais, as crianças com essa condição apresentam risco aumentado de desenvolver câncer, obesidade, diabetes mellitus 2 e doenças cardiovasculares. Ademais, é possível observar o desenvolvimento de depressão, comportamento antissocial, transtornos alimentares, precocidade no início da atividade sexual, gravidez indesejável, abuso sexual e consumo de substâncias tóxicas devido a transição abrupta para a fase adulta (Alves, 2019).

Diante disso, este estudo discute sobre as causas de PP, suas fisiopatologias, sinais e sintomas, diagnóstico e tratamento ao reunir informações do âmbito científico dos últimos 5 anos, além de livros renomados do meio acadêmico, buscando agregar conhecimento, dando visibilidade ao assunto na busca de redução de danos e, por conseguinte, aumentar a quantidade de discussões e estudos sobre o tópico.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão narrativa, com o objetivo de investigar: quais as possíveis causas, quadro clínico, diagnóstico e tratamento de puberdade precoce?

Primeiramente, foi delineada a temática que guia a pesquisa. Após isso, 34 artigos foram necessários para realização do estudo, buscados em bases de dados indexadas: PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scopus, publicados em língua inglesa ou portuguesa, desde 2019, que descrevem sobre puberdade precoce. Além disso, fez-se uso de livros de relevância

para aquisição de informações de forma complementar: Endocrinologia pediátrica (Alves, 2019), Tratado de Pediatria (Júnior; Burns; Lopez, 2021), Fisiologia endócrina (Molina, 2021), Rotinas em endocrinologia (Silveiro; Satler, 2015) e a plataforma UpToDate.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre as etiologias da PPC podem ser citadas adenomas hipofisários, hamartoma neuronal hipotalâmico, mutações nos genes MKRN3, DLK1 e KISS1, neurofibromatose 1, síndrome de Prader-Willi, esclerose tuberosa, tumores diencefálicos, tumores hipotalâmicos, glioma, cisto pineal, infecções neonatais, acidentes vasculares cerebrais, hidrocefalia, lesão cerebral traumática, encefalopatias, fatores ambientais, exposição a esteroides sexuais ou desreguladores endócrinos e idiopático (Maione; Bouvattier; Kaiser, 2021).

A PPP independe do eixo HHG e possui curso imprevisível. Dentre suas causas devem ser destacadas as de origem suprarrenal, como hiperplasia congênita da suprarrenal e tumores adrenocorticais e gonadais, cistos, síndrome de McCune-Albright, testotoxicose, síndrome de Peutz-Jeghers, tumores de ovário (células da granulosa, células da teca, combinados, cisto folicular), tumores testiculares (células de Leydig, células de Sertoli), tumores secretores de gonadotrofina coriônica humana (germinoma, hepatoblastoma, pinealoma, coriocarcinoma, teratoma), adenoma da suprarrenal, hipotireoidismo primário (síndrome de Van Wyk-Grumbach) e iatrogênico (SBP, 2024).

O quadro clínico baseia-se nos sinais da puberdade como o desenvolvimento mamário (telarca) em meninas e o aumento testicular nos meninos. Além disso, dependendo do estágio puberal, podem apresentar aumento na velocidade do crescimento, aparecimento de pelos pubianos e axilares (pubarca), produção de odor adulto, acne e, nas meninas, início do sangramento vaginal (menarca). A falta de tratamento nessa situação pode causar estatura elevada na infância e baixa estatura na vida adulta (MedLine Plus, 2016).

Durante as consultas de puericultura, a monitoração do desenvolvimento puberal é realizada por meio da classificação de Tanner, sendo uma ferramenta importante para o diagnóstico precoce (Júnior; Burns; Lopez, 2021).

Inicialmente, uma história clínica e um exame físico devem ser coletados. Histórico familiar de precocidade puberal sugere causas genéticas, especialmente em linhagem paterna. No exame físico é importante a avaliação do estágio puberal, altura, peso, curva e velocidade de crescimento bem como inspeção e palpação de botões mamários e testículos. Comprimento testicular maior que 2,5 cm indica ativação das gônadas. Características sexuais secundárias surgem posteriormente (Maione; Bouvattier; Kaiser, 2021).

Na investigação da PP podem ser solicitados exames laboratoriais como hormônio luteinizante (LH), hormônio estimulador folicular (FSH), estradiol e testosterona séricos, testes de função tireoidiana, sulfato de dehidroepiandrosterona (DHEA-S), 17-hidroxiprogesterona (17-OHP), perfil de esteroide urinário e teste de estimulação do hormônio liberador do hormônio luteinizante (LHRH). Este último é útil para diferenciar PPC e PPP. Além dos exames laboratoriais podem ser solicitados exames de imagem como a radiografia de mão e punho. Em casos de PP, a idade cronológica óssea costuma ser mais avançada que a idade real da criança. A

ultrassonografia é útil para avaliar desenvolvimento uterino, volume dos ovários, visualização de cistos, tumores e glândulas suprarrenais. Ressonância magnética do cérebro para avaliar lesões no sistema nervoso central em casos de PPC (Bradley et al., 2020).

Segundo Harrington e Palmert (2025) o tratamento nos casos de PPC idiopática, neurogênica ou secundária a PPP é feito através do bloqueio do eixo hipófise gonadal. A administração de agonistas do hormônio liberador de gonadotróficos hipofisário fornece uma estimulação contínua aos gonadotróficos hipofisários. O estímulo constante resulta na dessensibilização das células gonadotróficas e supressão das gonadotrofinas, e por consequência a queda da produção de esteroides sexuais. Para PPC neurogênica, além do agonista de GnRH, também são utilizadas terapias direcionadas a causa subjacente.

Diferente da PPC, que é tratada com aGnRH, o tratamento da PPP depende da causa subjacente. Em casos de tumores ovarianos, testiculares e suprarrenais o tratamento consiste na remoção cirúrgica. Nos casos de hiperplasia suprarrenal congênita (HSC) com aceleração significativa da idade óssea o manejo envolve a administração de glicocorticoides (GCs) (Silveiro; Satler, 2015).

Nos tumores de células de Leydig a remoção unilateral ou de ambos os testículos é indicada como tratamento. Os tumores secretores de gonadotrofina humana (hCG), além da cirurgia, podem necessitar de quimioterapia e radioterapia. Cistos ovarianos devem ser observados pois pode ocorrer regressão espontânea. A exposição a esteroides sexuais exógenos deve-se identificar e retirar a fonte (Alves, 2019).

Entre as causas genéticas, destaca-se a síndrome de McCune-Albright, cujo tratamento da PP é historicamente desafiador. Atualmente, os inibidores da aromatase, como o letrozol, são recomendados como primeira linha terapêutica devido à sua eficácia e segurança. (Faria et al., 2025).

Em relação aos casos de testotoxicose existem algumas opções terapêuticas como bloqueador do receptor de andrógenos, em conjunto com um inibidor da aromatase. Outra opção seria um inibidor da síntese de andrógenos em monoterapia ou associado a um inibidor da aromatase. A terapia dupla de antiandrogênio e um inibidor da aromatase também é utilizado. (Alves, 2019).

Devido à exposição aos altos níveis esteroides no sangue, crianças com PPP podem desenvolver secundariamente PPC. Se eventualmente a PPC for desenvolvida pode ser adicionado um agonista de GnRH (Harrington; Palmert, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados dos estudos utilizados, a puberdade precoce é uma doença com relevância clínica cada vez maior, principalmente dado aos desfechos secundários à doença, como o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos e a relação com outras doenças endocrinológicas, como diabetes mellitus.

Além disso, é uma doença com numerosas etiologias, sendo nítido a necessidade de atenção e investigação ao deparar-se com essa suspeita clínica, por ter capacidade de ser causada de forma central ou periférica.

O diagnóstico precoce auxilia na redução de danos e melhora o prognóstico dos pacientes que apresentam PP.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp) pela oportunidade de realizar a iniciação científica apoiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela bolsa através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022 – Uniarp.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. A. D. **Endocrinologia pediátrica**. Barueri: Manole, 2019. ISBN 9788520458020. Acesso em: 08 abr. 2025.

BIRO, F. M.; CHANG, Y. -M. Normal Puberty. **UpToDate**. [S.l.], 2024. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRADLEY, S. H. *et al*. Precocious puberty. **BMJ**, v. 368, art. l6597, 13 jan. 2020. DOI: 10.1136/bmj.l6597. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31932347/. Acesso em: 17 maio 2025.

FARIA, A. G. *et al*. Puberdade precoce periférica em meninas com síndrome de McCune-Albright: uma série de casos. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. e240459, 14 maio 2025. DOI: https://doi.org/10.20945/2359-4292-2024-0459.

HARRINGTON, J.; PALMERT, M. R. Definition, etiology, and evaluation of precocious puberty. **UpToDate**. [S.l.], mar. 2025. Acesso em: 03 abr. 2025.

HARRINGTON, J.; PALMERT, M. R. Treatment of precocious puberty. In: **UpToDate**. Waltham, MA: UpToDate Inc., 2024. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/treatment-of-precocious-puberty. Acesso em: 24 abr. 2025.

JÚNIOR, D. C.; BURNS, D. A. R.; LOPEZ, F. A. **Tratado de pediatria**. v.1. 5. ed. Barueri: Manole, 2021. E-book. p.1189. ISBN 9786555767476. Acesso em: 09 abr. 2025.

MADEIRA, I. R.; CORDEIRO, M. M. **Endocrinologia pediátrica** 2. ed. Editora Manole, 2019. ISBN 9788520459492. Acesso em: 09 abr. 2025.

MAIONE, L.; BOUVATTIER, C.; KAISER, U. B. Central precocious puberty: Recent advances in understanding the aetiology and in the clinical approach. **Clinical Endocrinology (Oxford)**, v. 95, n. 4, p. 542–555, out. 2021. DOI: 10.1111/cen.14475. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33797780/. Acesso em: 17 maio 2025.

MEDLINEPLUS. Central precocious puberty. MedlinePlus Genetics, National Library of Medicine, 2016. Disponível em: https://medlineplus.gov/genetics/condition/central-precocious-puberty/#frequency. Acesso em: 17 maio 2025.

NETA, J. A. B. et al. Fatores relacionados ao desenvolvimento da puberdade precoce em meninas. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 46, p. e14466-e14466, 2023.

SILVEIRO, S. P.; SATLER, F. Rotinas em endocrinologia. Porto Alegre: ArtMed, 2015. E-book. p.448. ISBN 9788582712344. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582712344/. Acesso em: 14 mai. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de pediatria. 6. ed. Barueri: Manole, 2024. E-book. p.105. ISBN 9788520458679. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520458679/. Acesso em: 15 mai. 2025.

SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO. Atualize-se: boletim de atualização científica. Ano 6, n. 4, 2021. Disponível em: https://www.spsp.org.br/site/asp/boletins/AtualizeA6N4.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

DESAFIOS NO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME WHITE-SUTTON: UM RELATO DE CASO CLÍNICO

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Bianca Stumpf Vechani[1]
Marielly Leticia Dos Santos[2]
Ana Paula Gonçalves Pinculini[3]
Fábio Hergert Pitanga[4,5]

Resumo – Introdução: A síndrome White-Sutton, uma síndrome genética rara sendo uma condição que promove mutações no gene POGZ, no cromossomo 1. As manifestações clínicas incluem atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e traços de transtorno do espectro autista. O diagnóstico da síndrome baseia-se na avaliação das características clínicas e em exames genéticos. Objetivo: Analisar através de um relato de caso, como obter melhor diagnóstico, prognóstico e acompanhamento da síndrome White-Sutton. Método: Estudo descritivo, do tipo relato de caso, com abordagem qualitativa, baseado nos dados obtidos de prontuário médico, do relato dos pais e do registro fotográfico de paciente pediátrica. Resultados: Paciente pediátrica do sexo feminino, com microcefalia identificada ao nascimento, o que motivou a investigação de possíveis causas. Acompanhou com neuropediatra, infectologista pediatra e geneticista, sendo que, por meio do exame de sequenciamento genômico, foi detectada uma alteração no gene POGZ. No exame físico, observaram-se algumas características, como microcefalia, orelhas proeminentes em abano, polegares e hálux alargados bilateralmente. Conclusão: Por ser uma síndrome muito rara e ainda pouco conhecida, houve certa dificuldade em comparar os resultados e chegar a conclusões mais amplas. Por isso, é importante que novas pesquisas sejam feitas e que outros casos sejam acompanhados ao longo do tempo.

Palavras-chave: Síndrome de White-Sutton, Gene POGZ, Síndrome genética.

INTRODUÇÃO

A síndrome White-Sutton, é uma condição genética rara casada por mutações no gene POGZ, localizada no cromossomo 1. Esse gene ao se ligar a cromatina no núcleo celular, promove a sua remodelação, regulando a expressão gênica e por consequência contribuindo no desenvolvimento cerebral. Mutações nesse gene comprometem processos neurológicos e sistêmicos, resultando em um conjunto de manifestações clínicas ainda pouco compreendidas. Embora alguns fenótipos estejam descritos, os mecanismos moleculares exatos que levam a

[1] Acadêmica do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

deficiência intelectual e outras alterações seguem em investigação (White-Sutton syndrome: MedlinePlus Genetics, 2017).

O diagnóstico da síndrome baseia-se na avaliação das características clínicas e em exames genéticos. As manifestações incluem atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, dificuldades na fala, na aprendizagem, alterações comportamentais, traços compatíveis com transtorno do espectro autista, sintomas gastrointestinais e predisposição ao excesso de peso (Assia Batzir; White; Sutton, 2021).

Por se tratar de uma condição genética rara, a Síndrome de White-Sutton apresenta diagnóstico desafiador. Em 2024, havia cerca de 90 casos descritos na literatura médica. Estima-se, entretanto, que mutações no gene POGZ possam estar presentes em até 1 a cada 1000 indivíduos com Autismo e deficiência intelectual, sugerindo possível subnotificação ou subdiagnóstico. Seu início geralmente ocorre na infância manifestando-se de forma homogênea, sem predileção por etnia ou sexo. Devido à raridade da síndrome, muitos de seus sinais e sintomas se sobrepõem aos de outras condições genéticas, o que torna o diagnóstico diferencial um grande desafio clínico (Ferretti et al.,2015).

METODOLOGIA

Este projeto caracteriza-se como um estudo descritivo, do tipo relato de caso, com abordagem qualitativa. A coleta dos dados foi realizada através da análise de prontuário médico, do relato dos pais e do registro fotográfico da paciente. Este estudo foi realizado com uma paciente do sexo feminino, 2 anos e 7 meses, residente em um município do meio oeste de Santa Catarina.

Realizou-se a busca nas principais bases de dados científicas, incluindo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, SciELO e National Library of Medicine. Foram selecionados artigos publicados em português e inglês, utilizando os seguintes descritores, combinados por operadores booleanos: "Síndrome de White-Sutton" OR "White-Sutton Syndrome" OR "Mutação do gene POGZ" OR "POGZ gene mutation". Incluíram-se artigos originais que descrevam casos clínicos ou que apresentem informações relevantes sobre a Síndrome de White-Sutton.

A pesquisa foi desenvolvida através da solicitação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para menores de idade assim como o termo para permissão do uso de imagens, preenchido pelos responsáveis. Além disso, firmado um termo de anuência institucional com a clínica Particular, responsável pelo prontuário médico da paciente.

A execução do trabalho de pesquisa iniciou-se após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), seguindo os protocolos do CEP-UNIARP, de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, por meio do parecer 7.798.620.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A paciente pediátrica feminina, se apresentou em primeira consulta médica acompanhada de sua mãe em dezembro de 2024 para avaliação de médico endocrinologista após

encaminhamento do médico pediatra, em razão de hipervitaminose D. Durante a consulta, a responsável relatou que a paciente apresentava uma síndrome genética rara denominada Síndrome White-Sutton. Ao ser investigado sobre o histórico pré-natal da responsável, tal como o puerpério negou-se quaisquer intercorrências, doenças obstétricas ou dificuldades neste período. Realizado um parto vaginal de 38 semanas, sem intercorrências e internações. Durante avaliação pediátrica no Hospital observou-se estatura e peso adequados, no entanto, uma microcefalia documentada.

Após primeiras consultas com o Pediatra local observou, registrado em caderneta da criança, uma microcefalia não condizente com a idade da paciente. Em indagação sobre possíveis atrasos cognitivos e de fala a responsável relata que houve dificuldades na fala, corrigidas em fonoaudióloga, mas sem atrasos cognitivos observados. Durante o exame físico foram observadas algumas alterações pontuais como microcefalia, orelhas proeminentes de abano, polegares alargados em ambas as mãos, e hálux alargado em pés direito e esquerdo.

Imagem 2: Hálux alargado em pés direito e esquerdo

Fonte: Registro da paciente (2025).

Imagem 3: Polegares alargados em ambas as mãos

Fonte: Registro da paciente (2025).

Na própria caderneta de saúde da criança, observa-se que o perímetro cefálico da paciente, com base nas referências do Ministério da Saúde, manteve-se abaixo dos valores esperados para a idade, conforme demonstra a tabela a seguir, extraída do registro da própria caderneta da criança:

Data	Idade	Peso (g)	Estatura (cm)	Perímetro Cefálico (cm)
14/10/22	3m1d	5.840	58	34
25/10/2022	3m11d	6.200	61	38
17/11/22	4m	6.600	63	39
20/12/22	5m10d	7.200	63	39
11/01/23	6m1d	7.600	64	39,5
13/02/23	7m			40
28/02/2023	7m18d	8.120	66	40/45
19/04/23	9m8d	8.500kg	70	41
16/06/23	10m12d	9.100	72	41
29/08/23	1a29d	9.680	73	42
11/09/23	1a1m11d	9.800	73	42
14/11/23	1a3m1d	10.400	77	42,5
13/01/24	1a5m	11.000	78	43
20/03/24	1a7m	12.100	80	43
28/03/24	1a8m	12.000	82	43,5
24/04/24	1a9m9d	13.100	83	43,5

A microcefalia foi o motivo inicial que levou à investigação de possíveis alterações. A paciente foi avaliada por um médico neuropediatra, que solicitou exames, os quais apresentaram resultado positivo para citomegalovírus. Diante disso, ela foi encaminhada ao médico infectologista pediatra. Após a consulta, o especialista confirmou que não havia correlação entre a microcefalia e o citomegalovírus.

Ao retornar ao neuropediatra, a paciente foi encaminhada ao geneticista, que solicitou o exame de sequenciamento genômico, no qual foi identificada uma alteração no gene POGZ, confirmando o diagnóstico de uma síndrome genética. Os pais também realizaram o teste SNP-array, que demonstrou ausência de herança familiar da síndrome, indicando que se tratava de uma mutação originada na própria paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma síndrome genética rara, o diagnóstico representou um grande desafio para a família, que precisou buscar atendimento com diversos especialistas até chegar à identificação da condição. O objetivo deste estudo foi aprofundar o conhecimento sobre a síndrome, apresentando aspectos de um caso real e contribuindo para a ampliação das pesquisas sobre o tema, considerando a escassez de literatura disponível. Como limitação, destaca-se que, por ser uma síndrome muito rara e ainda pouco estudada, foi difícil comparar os resultados e tirar conclusões mais amplas, sendo importante que novas pesquisas sejam realizadas,

acompanhando outros casos ao longo do tempo. Assim, será possível aumentar o conhecimento sobre o tema e melhorar o cuidado com os pacientes que apresentam essa condição.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela bolsa através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022 – Uniarp, também ao Dr. Fábio Herget Pitanga e à Professora Ana Paula Pinculini pela valiosa orientação, e aos nossos pais, pelo apoio incondicional e incentivo ao longo de todo o curso de Medicina.

REFERÊNCIAS

ASSIA BATZIR, N.; WHITE, J.; SUTTON, V. R. White-Sutton Syndrome. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK573972/.

FERRETTI, A. et al. POGZ-related epilepsy: Case report and review of the literature. American Journal of Medical Genetics Part *A*, v. 179, n. 8, p. 1631-1636, ago. 2019. doi: 10.1002/ajmg.a.61206.

MURCH, O. et al. Further delineation of the clinical spectrum of White–Sutton syndrome: 12 new individuals and a review of the literature. European Journal of Human Genetics, v. 30, n. 1, p. 95–100, 14 out. 2021.

TRIMARCHI, G. et al. Adducted Thumb and Peripheral Polyneuropathy: Diagnostic Supports in Suspecting White–Sutton Syndrome: Case Report and Review of the Literature. Genes, v. 12, n. 7, p. 950–950, 22 jun. 2021.

WHITE-SUTTON syndrome: MedlinePlus Genetics. Disponível em: https://medlineplus.gov/genetics/condition/white-sutton-syndrome/#inheritance. Acesso em: 30 mar. 2025.

GENES E GERAÇÕES: UM RELATO DE CASO SOBRE A COMPLEXIDADE DIAGNÓSTICA DA SÍNDROME DE VON HIPPEL-LINDAU

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Gabrielli Welter Soares Mesquita[1]
Laura Cristina Lazzari[2]
Cristine Vanz Borges[3]
Fábio Herget Pitanga[4,5]

Resumo – A Síndrome de von Hippel-Lindau (VHL) é uma condição genética rara, de herança autossômica dominante, caracterizada pela formação de múltiplos tumores benignos e malignos em diferentes órgãos, incluindo o sistema nervoso central, retina, pâncreas e rins. O presente trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, apresenta um relato de caso clínico e análise preliminar sobre os desafios diagnósticos e o acompanhamento de uma paciente de 33 anos, em investigação para VHL desde 2022. A paciente apresentou hemangioblastoma cerebral associado a quadro de hipertensão intracraniana, sendo submetida à ressecção cirúrgica, além de histórico familiar fortemente sugestivo da síndrome. Os dados reforçam a importância da vigilância contínua, do rastreamento familiar e do acompanhamento multiprofissional na condução de casos suspeitos. A literatura aponta que o diagnóstico precoce depende da associação entre achados clínicos, exames de imagem e testes genéticos, os quais ainda apresentam acesso restrito no sistema público de saúde. Nesse contexto, destaca-se a relevância de estudos clínicos e relatos de caso para ampliar o conhecimento médico sobre doenças hereditárias raras, subsidiar práticas diagnósticas mais assertivas e favorecer o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à genética médica e à saúde de precisão.

Palavras-chave: Doenças hereditárias; tumores multissistêmicos; diagnóstico precoce; medicina de precisão; genética clínica.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de von Hippel-Lindau (VHL) é uma doença genética rara, de herança autossômica dominante, causada por mutações no gene VHL, localizado no cromossomo 3p25.3. Esse gene codifica uma proteína supressora tumoral (pVHL), cuja função é controlar a proliferação celular e a degradação do fator induzido por hipóxia (HIF). A perda da função da pVHL resulta

[1] Aluno(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

na ativação anômala de vias relacionadas à angiogênese, crescimento tumoral e metabolismo celular (Lavenda et al., 2017; Maher; Neumann; Richard, 2024).

Clinicamente, a VHL caracteriza-se pelo desenvolvimento de tumores benignos e malignos em múltiplos órgãos, como hemangioblastomas do sistema nervoso central e retina, feocromocitomas, cistos pancreáticos e carcinomas renais, sendo este último o de maior impacto prognóstico (Costa et al., 2023; Plon; Jonasch, 2025). A expressão fenotípica variável e o caráter multissistêmico da doença tornam o diagnóstico precoce um desafio clínico, especialmente em famílias com histórico positivo, mas com manifestações tardias.

O reconhecimento precoce e o acompanhamento genético da síndrome são fundamentais para reduzir a morbimortalidade associada, visto que a maioria das manifestações pode ser manejada de forma eficaz quando diagnosticada em estágios iniciais (Jung; Park, 2025).

Diante disso, este relato de caso tem como objetivo descrever e analisar os desafios clínicos e genéticos envolvidos no diagnóstico da Síndrome de Von Hippel-Lindau, enfatizando a importância da avaliação multidisciplinar e da vigilância familiar contínua para a melhoria do prognóstico e da qualidade de vida dos pacientes acometidos.

METODOLOGIA

O presente estudo integra um projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), com enfoque na análise da complexidade diagnóstica da Síndrome de Von Hippel-Lindau (VHL).

Trata-se de um relato de caso clínico descritivo e retrospectivo, atualmente em fase de coleta e análise preliminar dos dados, que tem como base o prontuário médico de uma paciente do sexo feminino, 33 anos, acompanhada no Ambulatório de Endocrinologia e Metabologia da UNIARP, em Caçador (SC).

Os dados incluem histórico familiar, evolução clínica e resultados de exames laboratoriais e de imagem, sendo organizados de forma cronológica para descrição detalhada do caso. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e narrativa, priorizando a compreensão dos aspectos clínicos e genéticos que dificultam o diagnóstico precoce da síndrome.

O projeto segue rigorosamente as normas éticas para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme a Resolução CNS nº 466/2012. O projeto foi submetido e aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIARP), assegurando o sigilo das informações e o anonimato da paciente.

Atualmente, o estudo encontra-se em fase preparatória, com a análise dos dados preliminares e revisão da literatura científica que embasará a discussão dos achados clínicos e genéticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo encontra-se em fase de desenvolvimento, com análise preliminar dos dados clínicos e revisão de literatura acerca da Síndrome de Von Hippel-Lindau (VHL). A partir da coleta

de informações clínicas, familiares e laboratoriais, bem como da revisão teórica, é possível compreender a complexidade diagnóstica e a relevância do acompanhamento multidisciplinar em casos suspeitos da doença.

RELATO CLÍNICO

Paciente do sexo feminino, 33 anos, em investigação desde 2022 por suspeita de Síndrome de von Hippel-Lindau (VHL). No mesmo ano, apresentou hemangioblastoma responsável por quadro de hipertensão intracraniana, sendo submetida à ressecção cirúrgica com boa evolução inicial. A investigação teve início após quadro de perda ponderal significativa (aproximadamente 23 kg), associada a episódios recorrentes de vômitos e diarreia, o que motivou a ampliação da propedêutica.

O histórico familiar revelou forte padrão de agregação genética: mãe portadora de hemangioblastoma ressecado, irmão com acidente vascular cerebral (AVC) aos 21 anos apresentando lesões cerebrais sugestivas de VHL, outro irmão com diagnóstico confirmado de hemangioblastoma e irmã com nódulos renais em investigação para possível envolvimento sindrômico. Atualmente, a paciente encontra-se sob vigilância clínica e radiológica contínua, com foco no rastreamento de lesões em múltiplos órgãos, incluindo sistema nervoso central, retina, pâncreas e rins, conforme diretrizes internacionais de acompanhamento para portadores ou suspeitos de VHL. Mantém acompanhamento multidisciplinar e está em processo de aconselhamento genético familiar, essencial para o manejo clínico e prevenção de complicações futuras.

DISCUSSÃO

Os dados obtidos neste estudo, aliados à literatura científica, evidenciam o caráter complexo e multifatorial da Síndrome de von Hippel-Lindau. Trata-se de uma patologia autossômica dominante rara, causada por mutações germinativas no gene VHL (3p25.3), responsável por codificar uma proteína supressora tumoral envolvida na regulação do ciclo celular e na resposta à hipóxia (Maher; Neumann; Richard, 2024).

A perda da função da proteína VHL ocasiona a estabilização anormal do fator induzido por hipóxia (HIF-1α), levando à ativação de vias de angiogênese e proliferação celular, processos que explicam a formação de múltiplos tumores benignos e malignos característicos da síndrome, como hemangioblastomas do sistema nervoso central, tumores renais, pancreáticos e feocromocitomas (Plon; Jonasch, 2025).

A paciente deste estudo apresentou achados compatíveis com o espectro fenotípico descrito para a VHL, incluindo hemangioblastoma cerebral e histórico familiar de múltiplos tumores. Essa expressividade clínica variável, mesmo entre membros de uma mesma família, é amplamente relatada na literatura e constitui um dos maiores desafios para o diagnóstico precoce (Silva et al., 2024).

Embora existam critérios clínicos padronizados para triagem, como os propostos por Wolters et al. (2022) e utilizados em centros de referência internacionais, a confirmação diagnóstica depende obrigatoriamente de testes genéticos moleculares específicos, ainda de

difícil acesso em muitos contextos de saúde pública no Brasil. Essa limitação prolonga o intervalo entre o surgimento das manifestações clínicas e o diagnóstico definitivo, comprometendo o prognóstico e a adoção de medidas preventivas (Abbott et al., 2023).

A literatura reforça a necessidade de uma abordagem integral e contínua, baseada na atuação de uma equipe multidisciplinar composta por geneticistas, endocrinologistas, neurologistas, oftalmologistas, nefrologistas e oncologistas (Blais et al., 2022). Essa integração de especialidades é fundamental para o manejo adequado e o acompanhamento longitudinal de pacientes e familiares portadores da mutação.

Os dados preliminares do presente estudo demonstram que a vigilância clínica, o aconselhamento genético e a educação dos profissionais de saúde sobre a síndrome são estratégias essenciais para o diagnóstico precoce e o tratamento eficaz. Ressalta-se ainda a importância de expandir o acesso aos exames genéticos e de promover políticas públicas voltadas à detecção e ao manejo das doenças genéticas raras, assegurando maior equidade no cuidado em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais deste estudo reforçam a complexidade diagnóstica e clínica da Síndrome de Von Hippel-Lindau, evidenciando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e contínua para o manejo adequado dos pacientes afetados. O caso apresentado ilustra de forma clara os desafios enfrentados no contexto da prática médica, em especial quando o diagnóstico depende de exames de alta complexidade e de difícil acesso, como os testes genéticos moleculares.

O reconhecimento precoce de sinais clínicos e a investigação familiar detalhada são estratégias fundamentais para minimizar complicações e melhorar o prognóstico dos portadores. A integração entre diferentes especialidades médicas e o acompanhamento sistemático são determinantes para garantir a detecção e o tratamento adequados das manifestações multissistêmicas da doença.

Além de sua relevância clínica, o presente estudo destaca o impacto social e emocional da síndrome, especialmente em famílias com múltiplos casos afetados, reforçando a importância do aconselhamento genético e do suporte psicossocial como parte do cuidado integral.

Dessa forma, o relato contribui para o aprimoramento do raciocínio clínico dos profissionais e estudantes de Medicina, ao mesmo tempo em que fomenta discussões sobre a importância da medicina personalizada, do acesso à testagem genética e da atuação multiprofissional na abordagem de doenças genéticas raras.

O estudo seguirá em andamento com a conclusão da análise do prontuário, complementação de dados genéticos e elaboração de protocolos clínicos que possam subsidiar práticas diagnósticas mais eficazes e humanizadas para a Síndrome de Von Hippel-Lindau.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, UNIARP. Os autores agradecem à instituição pelo incentivo à pesquisa, à formação científica e ao desenvolvimento acadêmico, assim como ap Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela bolsa através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022 – Uniarp.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, M. H. *et al.* Von Hippel-Lindau Syndrome. In: ADAM, M. P. *et al.* (Ed.). *GeneReviews®* [Internet]. Seattle (WA): University of Washington, Seattle; 1993– Atualizadoem 20 de julho de 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK1463/. Acesso em: 22 mai. 2025.

BLAIS, A.-L. *et al*. Von Hippel–Lindau disease: From tumor suppressor gene to innovative therapeutic strategies. Médecine Nucléaire, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 380-389, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1769721222001197. Acesso em: 21 mai. 2025.

COSTA, Letícia Marchioro Leandro da *et al*. Síndrome de von Hippel-Lindau em um serviço privado de câncer em São Paulo: relato de caso. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 69, n. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2023v69n1.2686. Acesso em: 21 mai. 2025

JONASCH, Eric; PLON, Sharon E. Clinical presentation and diagnosis of von Hippel-Lindau disease. In: SHAH, Sonali M. (Ed.). *UpToDate*. Waltham, MA: UpToDate, 2025. Disponívelem: https://www.uptodate.com/contents/clinical-presentation-and-diagnosis-of-von-hippel-lindau-disease. Acesso em: 20 maio 2025.

JUNG NY; PARK JB. Von Hippel-Lindau Disease: A Comprehensive Review of Diagnosis, Genetics, Clinical Challenges, and Surveillance. J Korean Neurosurg Soc.2025. Disponível em: https://www.jkns.or.kr/journal/view.php?viewtype=pubreader&number=7778. Acesso em: 22 mai.2025.

LAVENDA, Oren *et al*. Von Hippel-Lindau Disease: A Clinical Review. Journal of Clinical Oncology, v. 35, n. 1, p. 1–7, 2017. Disponível em:https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5720871/. Acesso em: 20 mai. 2025.

MAHER, E. R.; NEUMANN, H. P. H.; RICHARD, S. Molecular biology and pathogenesis of Von Hippel-Lindau disease. In: MARCUS, A. D. (Ed.). *UpToDate* [Internet]. Waltham (MA): UpToDate Inc., 2024. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/molecular-biology-and-pathogenesis-of-von-hippel-lindau-disease. Acesso em: 21 mai. 2025.

PLON, Sharon E.; JONASCH, Eric. Molecular biology and pathogenesis of von Hippel-Lindau disease. In: SHAH, Sonali M. (Ed.). *UpToDate*. Waltham, MA: UpToDate,

2025. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/molecular-biology-and-pathogenesis-of-von-hippel-lindau-disease. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVA, Maria Luíza Franco *et al*. Carcinoma renal: investigação de síndrome de Von Hippel-Lindau e aconselhamento genético aplicados a um caso clínico. In: bioinformática aplicada à oncogenética: uma nova ferramenta para casos complexos - VOLUME IV. [S. l.]: [s. n.], cap. 2, 2024.

O IMPACTO DA POLIFARMÁCIA NO ENVELHECIMENTO: DESAFIOS PARA A SEGURANÇA DA PESSOA IDOSA

Categoria: Leitura interdisciplinar

Amanda Cordeiro dos Santos[1]
Isabelle Nunes Hachmann[2]
Maria Eduarda Borges[3]
Maria Eduarda Leite Spindola Leão[4]
Maria Luiza Cantú[5]
Clayton Luiz Zanella[6]

Resumo – Diante do envelhecimento populacional compreender os impactos da polifarmácia sobre a segurança da pessoa idosa é essencial. Esta revisão é resultado de uma revisão bibliográfica conduzida por acadêmicos da segunda fase do curso de medicina, que selecionaram artigos publicados nos últimos cinco anos, em português e inglês, nas bases BVS, Web of Science, SciELO e Google Acadêmico. Utilizaram-se as Palavras-chave "polifarmácia" AND "idoso" AND "equipe multidisciplinar", focando em estudos de qualidade sobre os efeitos da polifarmácia em idosos. Após triagem inicial pelo título e revista, foram escolhidos os artigos mais relevantes para leitura detalhada e referência no trabalho. Observou-se que a polifarmácia, embora muitas vezes necessária para o controle de doenças crônicas, está associada a reações adversas, quedas, declínio cognitivo e hospitalizações evitáveis, especialmente na ausência de coordenação entre profissionais de saúde. Alterações fisiológicas do envelhecimento e fatores sociais, como baixa escolaridade e isolamento, ampliam riscos e comprometem a adesão ao tratamento. Estratégias eficazes incluem revisão periódica das prescrições, desprescrição responsável e atuação de equipes interdisciplinares, com participação ativa do paciente. Conclui-se que o enfrentamento da polifarmácia exige integração entre profissionais, políticas de segurança do paciente e educação em saúde para promover um envelhecimento saudável e uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Desprescrição. Segurança do paciente. Equipe multidisciplinar.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário mundial de queda na natalidade e aumento no número de pessoas idosas, torna-se fundamental compreender a senescência e suas características, especialmente a

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

presença de múltiplos problemas de saúde associados que exigem o uso de diversos medicamentos para o tratamento (Santos et al., 2021).

A polifarmácia, definida como o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos diários, representa um desafio tanto para a adesão do paciente ao tratamento quanto para o manejo das interações medicamentosas pelo médico e farmacêutico. Essas interações podem ser prejudiciais ou não, demandando ajustes de dose e alterações nos horários de administração para garantir a eficácia terapêutica (Campos et al., 2024).

Além disso, apesar dos esforços da equipe de saúde, é fundamental a cooperação do paciente para adotar mudanças no estilo de vida compatíveis com suas condições, incluindo alimentação balanceada, prática adequada de exercícios físicos e correta administração dos medicamentos. Isso evidencia que simplesmente aumentar a dose ou inserir um novo medicamento pode não ser suficiente para resolver o problema em questão, sendo necessária a atuação de uma equipe multidisciplinar composta por nutricionista, psicólogo, educador físico, médico, farmacêutico e fisioterapeuta (Ferreira; Ferreira; Sampaio, 2020).

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica produzida por acadêmicos da segunda fase do curso de medicina, para aprofundamento de estudos na disciplina de Habilidades Profissionais II – Comunicação, com o objetivo de descrever os impactos da polifarmácia na terceira idade. A seleção de artigos baseou-se nas publicações dos últimos cinco anos, em português e inglês, nas bases BVS, Web of Science, SciELO e Google Acadêmico.

O foco principal foi revisar e selecionar estudos de qualidade que investigaram os impactos da polifarmácia em pessoas idosas, utilizando as Palavras-chave: "polifarmácia" AND "idoso" AND "equipe multidisciplinar". Após uma triagem inicial baseada no título e na revista de publicação, foram escolhidos os artigos mais relevantes que tinham um enfoque direto na pessoa idosa e os desafios enfrentados no tratamento de diversas comorbidades para leitura detalhada e posterior referência neste trabalho.Por tratar-se de uma revisão bibliográfica não foi necessário passar por comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos abordados evidencia que a polifarmácia é um problema prevalente e multifatorial no envelhecimento, com implicações diretas para a segurança do paciente idoso. Em contextos hospitalares e comunitários, a prática de utilizar múltiplos fármacos simultaneamente tem se associado a um aumento de eventos adversos como o maior risco de quedas, declínio funcional e maiores taxas de internação. Esses efeitos não decorrem apenas do número de medicamentos, mas da combinação de várias morbidades, alterações farmacocinéticas/farmacodinâmicas vinculadas ao envelhecimento e desintegração do cuidado (Tinôco et al., 2021).

Nos estudos observados, a polifarmácia aparece tanto como consequência necessária do manejo de doenças crônicas (quando cada patologia tem indicação terapêutica legítima) quanto como sinal de polifarmácia problemática, isto é, uso excessivo, prescrição de medicamentos

potencialmente inapropriados (MPI) e sobreposição terapêutica sem revisão periódica (Correia & Teston, 2020).

A distinção entre polifarmácia apropriada e inapropriada é crítica: a primeira pode ser justificada por riscos/benefícios favoráveis, condizente com o tratamento; a segunda expõe o idoso a riscos desproporcionais sem ganho clínico claro (Campos et al., 2024).

Um dos achados de maior relevância clínica é a forte associação entre polifarmácia, uso de medicamentos que aumentam o risco de queda (FRID — fall-risk increasing drugs) e eventos de queda em ambiente hospitalar. Em estudos de coortes avaliados no âmbito hospitalar, mais de 90% dos pacientes que sofreram queda estavam em uso de FRID; a combinação de polifarmácia com pelo menos um FRID multiplicou significativamente a probabilidade de queda (Meireles, 2020).

Esse padrão demonstra que a polifarmácia atua frequentemente como multiplicador de risco, não apenas por acrescentar efeitos colaterais, mas por favorecer interações farmacológicas que comprometem atenção, equilíbrio, pressão arterial e vigilância neuro motora (Matos; Tufic-Garutti, 2024).

Reações adversas a medicamentos (RAM) e interações medicamentosas ocorrem com maior frequência em regimes farmacêuticos. Dados sintetizados nas revisões indicam que a probabilidade de RAM aumenta à medida que o número de fármacos cresce, especialmente a partir de cinco fármacos simultâneos, com impacto direto em reinternações e em custos assistenciais. Além disso, estudos longitudinais apontam associação entre hiper polifarmácia (≥10 fármacos) e aumento de mortalidade, embora parte dessa relação seja mediada pela gravidade das comorbidades subjacentes (Tinôco et al., 2021).

A polifarmácia também está associada a declínios funcionais e cognitivos. Fármacos com efeito anticolinérgico, sedativos e psicotrópicos, frequentemente prescritos em esquemas simultâneos, contribuem para confusão, sonolência diurna, prejuízo de memória e redução da capacidade executiva, fatores que se traduzem em perda de autonomia e piora na qualidade de vida. Esses efeitos tornam ainda mais imperativo avaliar não só a presença de doenças, mas as metas de cuidado centradas na função e nas preferências do idoso (Morais; Card; Silva, 2024).

Além dos determinantes clínicos, fatores sociodemográficos influenciam a probabilidade de polifarmácia. Estudos brasileiros e internacionais mostram maior prevalência entre idosos com menor escolaridade, que vivem sozinhos, e com acesso escasso aos serviços de saúde, situações que prejudicam o acompanhamento farmacoterapêutico e elevam o risco de automedicação ou de uso de medicamentos sem coordenação. Assim, a polifarmácia é também um fenômeno social, com desigualdades e lacunas de cuidado que agravam a exposição a regimes inseguros (Correia; Teston, 2020).

Os estudos convergem para um conjunto de práticas que podem mitigar os riscos descritos. A revisão periódica da medicação, com enfoque em desprescrição quando indicado, é apontada como intervenção-chave. A desprescrição é um processo premeditado e sistemático que avalia riscos e benefícios, levando em conta prognóstico, metas de cuidado e preferências

do paciente, quando bem conduzida reduz a carga medicamentosa e os eventos adversos sem comprometer o controle das doenças tratadas (Matos; Tufic-Garutti, 2024).

A efetividade dessas intervenções é reforçada quando realizadas por equipes interdisciplinares como médicos (principalmente geriatras), farmacêuticos clínicos, enfermeiros e, quando possível, assistentes sociais e fisioterapeutas. O papel do farmacêutico se destaca na identificação de interações, na educação do paciente sobre uso correto e na organização de esquemas que facilitem a adesão (Meireles, 2020).

Os protocolos de transição segura entre a alta hospitalar e a atenção primária, aliados a ferramentas de triagem como os critérios Beers e STOPP/START, além de sistemas eletrônicos de alerta para interações medicamentosas, atuam de forma complementar às práticas clínicas. Esses recursos contribuem para a continuidade do cuidado e reduzem a fragmentação das prescrições, promovendo uma terapêutica mais segura e integrada (Campos et al., 2024).

Apesar do consenso sobre as estratégias, a implementação enfrenta barreiras: falta de tempo clínico para revisões extensivas, resistência de profissionais à retirada de fármacos (medo de perder controle terapêutico), escassez de diretrizes adaptadas à realidade local e lacunas na comunicação entre níveis de atenção. Além disso, há carência de estudos randomizados de grande porte que mostrem impacto consistente de programas de desprescrição sobre mortalidade e qualidade de vida, o que limita a adoção universal de modelos de intervenção padronizados (Matos; Tufic-Garutti, 2024).

A polifarmácia deve ser aderida aos programas de segurança do paciente como indicador de risco a ser monitorado. Protocolos institucionais de prevenção de quedas e de revisão farmacoterapêutica, capacitação de equipes e incentivo a modelos de atenção centrados no idoso são medidas prioritárias. No âmbito das políticas públicas, recomenda-se incentivar financiamento para serviços de revisão de medicamentos, inclusão do farmacêutico clínico em equipes de atenção primária e campanhas de educação sobre riscos de automedicação entre idosos (Campos et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que a polifarmácia no envelhecimento aumenta riscos como reações adversas, quedas e hospitalizações, exigindo uso racional de medicamentos. A polifarmácia resulta de fatores biológicos e sociais, como baixa escolaridade e comunicação deficiente entre profissionais.

Distinguir polifarmácia adequada da inapropriada é desafio, assim como superar barreiras como falta de protocolos e resistência à desprescrição. A revisão sistemática e a educação das equipes, especialmente do farmacêutico, são essenciais para maior segurança.

Faltam estudos robustos e consenso conceitual, indicando necessidade de pesquisas que ampliem a compreensão e melhorem políticas de cuidado ao idoso. Combater a polifarmácia requer ação interdisciplinar para garantir uso seguro e digno dos medicamentos, promovendo qualidade de vida na terceira idade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc91.htm Acesso em: 21 out 2025.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. In: **LEX: coletânea de legislação**: edição federal. São Paulo: v. 7, 1943. Suplemento.

CAMPOS, Ana Paula Campos Porto e *et al*. Abordagens e desafios na gestão da polifarmácia em pacientes com doenças cardiovasculares. **Epitaya E-Books**, *1*(78), 41-68. Disponível em: https://doi.org/10.47879/ed.ep.2024479p41 Acesso em: 21 out 2025.

CORREIA, Wellington; TESTON, Ana Paula Margioto. Aspectos relacionados à polifarmácia em idosos: um estudo de revisão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.11, p.93454-93469, nov 2020. Disponível em: DOI:10.34117/bjdv6n11-674 Acesso em: 21 out 2025.

FERREIRA, Thaís Manuella; FERREIRA, Ingrid Franciny Nascimento; SAMPAIO, Josineide Francisco. Participação de equipe multidisciplinar na promoção do cuidado em grupo de idosos e adultos do projeto EADASC. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 3, n.6, p, 18181-18187, nov/dez, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/21292. Acesso em: 07 out. 2025.

MATOS, Adna Salgado; TUFIC-GARUTTI, Samantha dos Santos. Abordagens para a polifarmácia e seus riscos na terceira idade. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences,** v. 6, n. 11, p. 1172–1183, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p1172-1183. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/4241. Acesso em: 07 out. 2025.

MEIRELES, Isabella Barbosa. **Prevenção de quedas no ambiente hospitalar**: Contributos de uma unidade do Ministério da Saúde para a segurança do paciente em situação de polifarmácia e uso de medicamentos que potencializam o risco. 2020. Relatório Final apresentado ao Programa de PósGraduação em Saúde e Tecnologia no Espaço Hospitalar (PPGSTEH) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MORAIS, Elielma Nogueira; CARD, Maria José; SILVA, Thiago Freitas. Efeitos adversos da polifarmácia em idosos: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151738, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1738. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1738. Acesso em: 19 out. 2025.

SANTOS, Gabriel Rian dos *et al*. Atenção farmacêutica ao idoso na polifarmácia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 709–723, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i5.1230. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1230. Acesso em: 07 out. 2025.

TINÔCO, Erica Elen Assis *et al*. Polifarmácia em idosos: consequências de polimorbidades. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 35, n.2, pp.79-85, jun/ago 2021. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20210711_101859.pdf Acesso em: 20 out 2025.

IMPACTO DO TABAGISMO NA INTENSIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE GERIÁTRICA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Eduarda Faccin[1]
Maria Clara Nogueira[2]
Francisco Eduardo Bortoloti[3]
Fernanda Ransan Pazzini[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – O tabagismo é um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, respiratórias e câncer. Entre os idosos, seus efeitos são ainda mais graves devido à fragilidade física e às limitações funcionais associadas ao envelhecimento. Apesar dos avanços nas políticas públicas de controle, o tabagismo ainda persiste, sobretudo entre homens e indivíduos com menor escolaridade, refletindo desigualdades sociais e culturais. Concluiu-se que intervenções simples, como o aconselhamento em consultas médicas, podem reduzir significativamente a mortalidade e os custos do tabagismo ao sistema de saúde. Além disso, fatores como religiosidade e apoio social demonstram efeito positivo, favorecendo o abandono do hábito. Diante desse cenário, compreender os impactos do tabagismo na velhice é essencial para fortalecer ações de prevenção, cessação e promoção de um envelhecimento saudável, ampliando a qualidade de vida e reduzindo o peso das doenças relacionadas ao consumo de tabaco.

Palavras-chave: Envelhecimento. Tabagismo. Saúde do Idoso. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O tabagismo é amplamente reconhecido como uma das principais causas evitáveis de mortalidade no mundo, sendo responsável por grande parte das doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, doenças cardiovasculares e pulmonares. O tabagismo atinge pessoas de todas as idades, mas seus efeitos tornam-se mais preocupantes entre os idosos, sobretudo em função do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento populacional. O processo de envelhecimento está associado a alterações fisiológicas, ao surgimento de comorbidades e à maior vulnerabilidade a agravos à saúde, o que torna os efeitos do tabagismo ainda mais prejudiciais nessa faixa etária. Fatores como a dependência à nicotina, hábitos de vida consolidados e barreiras sociais dificultam a cessação do tabagismo entre idosos, apesar das evidências demonstrarem ganhos significativos à saúde após a interrupção. Diante desse

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

contexto, é fundamental compreender os impactos e as estratégias de controle do tabagismo entre idosos, com o objetivo de aprimorar políticas públicas e intervenções que promovam a qualidade de vida e o envelhecimento saudável (Mahmud et al., 2021).

Entre os idosos, o hábito de fumar agrava condições já prevalentes nessa faixa etária, aumentando morbidades e comprometendo a qualidade de vida. Além disso, o envelhecimento fisiológico torna o organismo mais vulnerável aos efeitos tóxicos da nicotina e das substâncias presentes no cigarro, potencializando danos ao sistema cardiovascular e pulmonar. Segundo estudos, no Brasil o tabagismo é responsável por cerca de 174 mil mortes anuais, e gera custos superiores a R$ 153 bilhões para o sistema de saúde. Nesse viés, políticas de cessação, como o aconselhamento em consultas de rotina, têm se mostrado estratégias eficazes e acessíveis para reduzir tais impactos (Szklo., 2025).

Ainda nesse cenário, observa-se que o tabagismo ultrapassa a dimensão de uma simples dependência química, e configura-se como um fenômeno complexo que envolve fatores biológicos, psicológicos e sociais e que impacta diretamente a qualidade de vida da população idosa. A literatura evidencia que, mesmo em idades avançadas, a cessação do tabagismo proporciona benefícios significativos, como a redução da mortalidade e a prevenção de doenças crônicas, reforçando a relevância de estratégias voltadas à promoção da saúde e à prevenção de agravos. Destaca-se, entretanto, a escassez de estudos brasileiros sobre o tema, o que revela uma lacuna importante no contexto nacional e aponta para a necessidade de novas pesquisas que contemplem as especificidades do envelhecimento populacional do país. Além disso, observa-se o papel essencial das políticas públicas, como campanhas educativas, que têm contribuído para a diminuição do número de fumantes. Ainda assim, o vínculo entre profissional de saúde e paciente permanece como um dos pilares fundamentais para o sucesso da cessação, visto que o acolhimento e a abordagem humanizada são determinantes essenciais no enfrentamento dessa dependência. Dessa forma, uma abordagem geriátrica do tabagismo requer estratégias de cuidado integral que priorizem tanto o aumento da expectativa de vida quanto a preservação da autonomia e bem-estar na velhice (Mahmud et al., 2021).

A partir do exposto, compreende-se que impacto do tabagismo nos idosos é essencial para fortalecer as ações de prevenção, promoção da saúde e reabilitação no âmbito do SUS, garantindo um envelhecimento mais saudável e com melhor qualidade de vida (Szklo., 2025).

METODOLOGIA

O presente trabalho trata de um estudo de revisão narrativa de caráter descritivo e abordagem qualitativa, com análise crítica ampla da literatura sobre o uso do tabaco por idosos, incluindo agravamento da fragilidade desses. As pesquisas foram realizadas com o uso de artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, em português e inglês e limitados pelos filtros “fumar”, “tabagismo”, “prevenção do hábito de fumar”. Foram utilizadas as bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), localizando os artigos através das estratégias de busca: (idosos OR "pessoa idosa") AND (tabagismo OR "Transtorno por Uso de Tabaco") e sua correspondente em inglês (elderly OR aged) AND (smoking OR "cigar smoking”).

Na metodologia do presente estudo, após a busca, análise e revisão dos artigos selecionados, foram separados cinco trabalhos para compor a etapa de discussão. Os artigos foram escolhidos por apresentarem maior relevância e especificidade em relação ao objetivo da pesquisa, abordando de forma direta a relação entre o tabagismo e a população idosa. A seleção priorizou estudos que tratam das consequências do uso do tabaco nessa faixa etária, bem como os impactos fisiológicos, sociais e na qualidade de vida dos idosos. Dessa forma, a amostra bibliográfica analisada possibilitou uma discussão mais direcionada e consistente sobre os efeitos do tabagismo na saúde e no bem-estar dessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tabagismo é reconhecido como um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, respiratórias e neoplásicas, representando uma das maiores causas de mortalidade no mundo. Estudos demonstram que mesmo entre fumantes de baixa intensidade (que consomem menos de dez cigarros por dia), ocorreu aumento significativo no risco de morte por todas as causas, o que evidencia que não há um nível de consumo considerado seguro. O uso contínuo do tabaco está associado também à piora na qualidade de vida e à redução da funcionalidade do idoso, uma vez que o hábito favorece alterações e inflamações relacionadas à fragilidade, que podem acarretar a perda da autonomia. Nesse contexto, compreender os efeitos fisiológicos e sociais do tabagismo na velhice torna-se essencial para embasar estratégias de prevenção e cessação voltadas a essa faixa etária (Mahmud et al., 2021).

Pesquisas sobre a exposição ao tabagismo ativo e passivo entre idosos urbanos revelam mudanças importantes na última década, especialmente quanto aos padrões de exposição e suas fontes. A prevalência geral de tabagismo ativo caiu de 15,4% em 2001 para 11,0% em 2010, com destaque para a redução expressiva entre as mulheres (de 8,8% para 4,1%), enquanto entre os homens a diminuição foi mais discreta. Esse achado reflete o impacto das políticas públicas de controle do tabaco, como a proibição de propagandas e restrições ao fumo em locais públicos, mas também evidencia que o tabagismo ainda persiste de forma preocupante entre os idosos do sexo masculino. Além disso, foi observada uma relação inversa entre nível educacional e prevalência de tabagismo, mostrando que quanto menor o grau de instrução, maior a probabilidade de fumar. Esse padrão sugere que os determinantes sociais da saúde continuam desempenhando papel relevante na manutenção do hábito, mesmo em faixas etárias mais avançadas (Yang et al., 2015).

Nos resultados observados no estudo realizado por Szklo (2025), nota-se que o aconselhamento realizado por profissionais de saúde durante consultas de rotina teria um impacto expressivo na redução da mortalidade e dos custos associados ao tabagismo no Brasil. O estudo revelou que, caso todos os fumantes tivessem recebido esse tipo de orientação, aproximadamente meio milhão de pessoas teriam deixado de fumar, o que representaria 642 mortes evitadas e uma economia de cerca de R$ 749,9 milhões. Esses números reforçam como uma medida simples e de baixo custo pode gerar efeitos significativos na saúde pública, especialmente em um país com dimensões continentais e desigualdades socioeconômicas marcantes. Além disso, o fato de os maiores impactos terem sido observados entre homens com doenças cardíacas e mulheres com AVC evidencia que a cessação do tabagismo não beneficia

apenas o indivíduo, mas toda a rede de atenção à saúde, reduzindo internações, incapacidades e sobrecarga do SUS.

Em contrapartida, dados destacaram que a exposição passiva à fumaça do tabaco permaneceu praticamente inalterada nas últimas décadas (30,5% em 2001 e 30,0% em 2010), porém com uma transformação: o principal agente passou de ser o cônjuge para os filhos. Esse dado é particularmente preocupante, pois revela uma nova dinâmica familiar em que os idosos, tradicionalmente vistos como figuras de cuidado, passam a ser as vítimas do tabagismo doméstico. Tal cenário reforça a necessidade de políticas de educação em saúde direcionadas não apenas aos fumantes, mas também aos seus familiares, estimulando uma cultura de respeito à saúde dos idosos dentro dos lares (Yang et al., 2015).

O estudo de Dias Júnior (2023), realizado com dados do ELSI-Brasil, identificou que aproximadamente 13,7% dos adultos brasileiros com 50 anos ou mais ainda mantinham o hábito de fumar. Embora o tabagismo apresente declínio nas últimas décadas, o achado reforça que o consumo de tabaco continua sendo um fator de risco à saúde dessa população, contribuindo para a intensificação da fragilidade geriátrica. O uso contínuo do cigarro afeta diretamente a capacidade respiratória, cardiovascular e muscular, acelerando o processo de declínio funcional e comprometendo a autonomia do idoso. A prevalência foi maior entre homens, pessoas com menor escolaridade e saúde autoavaliada como ruim, indicando a influência de determinantes sociais e comportamentais sobre o hábito de fumar. Outro ponto de destaque foi a associação inversa entre tabagismo e religiosidade. Indivíduos com vínculo religioso apresentaram 23% menos chance de fumar, e aqueles com alta frequência em atividades religiosas mostraram 61% menos probabilidade de manter o tabagismo. Essa relação sugere que a religiosidade pode funcionar como um fator protetor psicossocial, promovendo comportamentos saudáveis, apoio emocional e resiliência diante das vulnerabilidades do envelhecimento. Assim, os resultados evidenciam que o enfrentamento do tabagismo na velhice requer não apenas ações clínicas e políticas públicas, mas também o fortalecimento de redes sociais e espirituais que favoreçam o envelhecimento ativo e a redução da fragilidade.

Os resultados do estudo sobre o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados com carcinoma espinocelular (CEC) de boca e orofaringe no município do Rio de Janeiro, realizado por Santos (2020), mostraram uma predominância significativa do sexo masculino (74%), principalmente na faixa etária de 60 a 69 anos, com média de idade de 63 anos. Esse dado reforça o padrão descrito em outras pesquisas brasileiras, nas quais homens idosos, tabagistas e etilistas aparecem como o grupo mais vulnerável ao desenvolvimento desse tipo de neoplasia. No presente levantamento, 56,4% dos pacientes eram fumantes e 39,7% etilistas, hábitos sinérgicos, especialmente nas regiões de língua e assoalho bucal, que foram as localizações anatômicas mais afetadas.

Observou-se ainda que a maioria das lesões apresentou tempo de evolução entre um e três meses, o que demonstra, por um lado, certa agilidade na procura por atendimento, mas por outro, indica que muitas vezes o diagnóstico só ocorre quando a lesão já é clinicamente perceptível, comprometendo as chances de cura e prognóstico favorável. Ainda assim, concentração de casos nas regiões de maior densidade populacional e vulnerabilidade social do Rio de Janeiro aponta para a influência dos determinantes sociais no processo saúde-doença e

na distribuição do câncer bucal. Tal achado revela a necessidade de ações de saúde pública mais direcionadas, com foco na prevenção primária (como campanhas antitabagismo, redução do consumo de álcool e juntamente ações de incentivo à vacinação contra o HPV) e, não menos importante, na prevenção secundária, por meio de capacitação de profissionais para o diagnóstico precoce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados analisados, fica evidente que o aconselhamento realizado por profissionais de saúde constitui uma estratégia efetiva e de baixo custo para a redução do tabagismo, especialmente em contextos como o brasileiro, marcado por desigualdades sociais e alta carga de doenças crônicas. O número expressivo de mortes evitadas reforça a importância de incorporar essa prática de forma sistemática nas consultas de rotina, especialmente entre populações mais vulneráveis, como idosos e portadores de doenças cardiovasculares. Além disso, a análise do perfil epidemiológico de pacientes com carcinoma espinocelular reforça a urgência de ações preventivas que integrem o combate ao tabaco com o diagnóstico precoce e o acompanhamento contínuo dos grupos de risco, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social.

Contudo, algumas limitações se fazem presentes, como a escassez de dados nacionais específicos sobre o impacto do tabagismo em idosos e a influência dos fatores culturais e familiares na manutenção desse hábito. Observa-se também a persistência da exposição entre os idosos, o que destaca a necessidade de políticas de educação em saúde que envolvam toda a família. A associação entre tabagismo, baixa escolaridade e ausência de religiosidade aponta para a importância de abordagens interdisciplinares e integradas, que considerem os determinantes sociais da saúde.

REFERÊNCIAS

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. **Tabagismo, religião e religiosidade entre adultos brasileiros mais velhos.** 2023. 44 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2023

MAHMUD, Ibrahim Clós; LERNER, Erick da Rosa; GIERGOWICZ, Fabíola Bastos; EMMANOUILIDIS, Jéssica; SPENGLER, Rita de Cássia Bernardo; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. **Tabagismo em idosos: uma revisão integrativa.** Scientia Medica, Porto Alegre, v. 31, p. 1-15, jan.–dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.41007. MAHMUD, Ibrahim Clós; LERNER, Erick da Rosa; GIERGOWICZ, Fabíola Bastos; EMMANOUILIDIS, Jéssica; SPENGLER, Rita de Cássia Bernardo; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. Tabagismo em idosos: uma revisão integrativa. Scientia Medica, Porto Alegre, v. 31, p. 1-15, jan.–dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.41007.

Szklo AS. **Aconselhamento breve em consultas de rotina: uma estratégia populacional para reduzir a carga da doença e econômica do tabagismo no Brasil** [Brief counseling in routine consultations: a population-based strategy to reduce the disease and the economic burdens of smoking in Brazil]. Cad Saude Publica. 2025 Aug 8;41(7):e00000125. Portuguese. doi: 10.1590/0102-311XPT000125. PMID: 40802359; PMCID: PMC12334165.

SANTOS, Helena Ayres Alonso dos. **Perfil epidemiológico dos pacientes do Serviço Público de Saúde do município do Rio de Janeiro diagnosticados com carcinoma espinocelular de boca e orofaringe no Laboratório de Patologia Oral da Faculdade de Odontologia da UFRJ.** 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Clínica Odontológica) – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Yang S, He Y, Liu M, Wang Y, Wu L, Wang J, Zhang D, Zeng J, Jiang B, Li X. **Changes in and patterns of smoking exposure in an elderly urban population in Beijing: 2001-2010.** PLoS One. 2015 Mar 18;10(3):e0118500. doi: 10.1371/journal.pone.0118500. PMID: 25785722; PMCID: PMC4364981.

ESCLEROSE MÚLTIPLA E ENVELHECIMENTO: DO IMUNOSSENESCIMENTO ÀS DECISÕES TERAPÊUTICAS E FUNCIONAIS EM ADULTOS ≥55 ANOS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Augusto Miguel de Araujo Lemes[1]
Eduarda Faccin[2]
Fernanda Ransan Pazzini[3]
Nicole da Silva Goumbieski[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – A esclerose múltipla (EM) vem se consolidando como uma condição que envelhece, impulsionada pela maior sobrevida e avanço das terapias modificadoras da doença (TMDs). O envelhecimento imunológico, marcado pela redução de linfócitos naïve e aumento de células exaustas, altera a resposta terapêutica e o equilíbrio risco-benefício das TMDs, tornando o des-escalonamento e a descontinuação opções estratégicas em pacientes estáveis. Esta revisão narrativa, conduzida por meio de busca interdisciplinar nas bases PubMed, Frontiers, Nature Reviews e diretrizes técnicas, abrangeu publicações entre 2014 e 2025, com foco em estudos sobre envelhecimento, imunossenescência e qualidade de vida na EM. Os resultados evidenciam que a EM de início tardio apresenta progressão acelerada e menor atividade inflamatória. A qualidade de vida, avaliada pelo MSQOL-54, surge como desfecho central, orientando cuidados personalizados e decisões centradas no paciente. Nesta revisão narrativa, a síntese aponta: (1) imunossenescência na EM; (2) EM de início tardio (LOMS) e desfechos funcionais; (3) mensuração de QV com o MSQOL-54; (4) decisões sobre terapias modificadoras da doença (TMDs) em faixas etárias avançadas, assim também incluindo des-escalonamento e descontinuação.

Palavras-chave: Esclerose múltipla. Envelhecimento. Imunossenescência. Qualidade de vida. Des-escalonamento terapêutico.

INTRODUÇÃO

A esclerose múltipla (EM) ao longo dos anos deixou de ser apenas uma doença predominantemente de adultos jovens para se tornar, também, uma condição que envelhece, haja vista que a longevidade de pessoas com tal condição está aumentando. Nessa lógica, a maior sobrevida, a disponibilidade de terapias modificadoras da doença (TMDs) e o diagnóstico mais precoce fizeram crescer a proporção de pessoas com EM (PwMS) acima dos 55 anos. De

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

maneira paralela, observa-se o aumento dos casos relacionados ao diagnóstico de início tardio (late-onset MS, LOMS) (Fernández et al., 2024; Mouresan et al., 2024), nos quais o diagnóstico tende a ser realizado em idade mais avançada e o tempo até a progressão costuma ser menor. Nesse prisma, a qualidade de vida (QV) acaba por torna-se um desfecho tão importante quanto surto e lesões em ressonância: a qual engloba a experiência vivida, fadiga, mobilidade, dor, cognição e participação social, e traz orientações que impactam em decisões centradas no paciente (Fernández et al., 2024; Mouresan et al., 2024).

Do ponto de vista biológico, o imunossenescimento, está relacionado ao conjunto de alterações do sistema imune com a idade, como a redução de linfócitos naïve (linfócitos T/B recém-saídos do timo/medula, sem encontro antigênico prévio; garantem diversidade e caem com a idade) e a expansão de subconjuntos efetores 'desgastados', ou seja, modula a inflamação e tem o poder de contribuir para a neurodegeneração (Laroni et al., 2025; Iribarren-López et al., 2025). Nesse contexto, isso se traduz na prática em maior multimorbidade, polifarmácia e em um equilíbrio terapêutico mais delicado entre benefício e risco (Fernández et al., 2024) . Dessa forma, esta revisão narrativa sintetiza evidências recentes sobre EM e envelhecimento com foco na QV, oferecendo elementos práticos para a clínica e uma agenda de pesquisa (Fernández et al., 2024; Androdias et al., 2025; Ectrims 2025).

METODOLOGIA

Revisão narrativa com leitura crítica interdisciplinar. Buscas em PubMed/MEDLINE, PubMed Central, Frontiers, Nature Reviews, diretrizes e comunicados técnicos (Ectrims, National MS Society), cobrindo 2014–2025, com ênfase em 2023–2025. Descritores: "multiple sclerosis AND aging", "immunosenescence AND multiple sclerosis", "late-onset multiple sclerosis", "de-escalation OR discontinuation AND disease-modifying therapy AND MS", "quality of life AND MSQOL-54". Critérios de inclusão utilizados: revisões, consensos/diretrizes, estudos observacionais com recorte etário (≥50–55 anos) e trabalhos sobre instrumentos de QV. Excluíram-se cartas não referenciadas e séries muito pequenas sem recorte etário claro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1) Imunossenescência na EM: O termo pauta alterações que estão intimamente relacionadas à idade, ou seja, incluem redução de linfócitos T e B naïve, expansão de subpopulações CD28-deficientes, fenótipos exaustos e uma resposta inata mais pró-inflamatória (Laroni et al., 2025; Iribarren-López et al., 2025).

Em PwMS com idade mais elevadas, esses padrões acabam por associar-se a maior risco de progressão e consequentemente a uma mudança do saldo benefício-risco das TMDs de alta eficácia, uma vez que há o aumento de infecções oportunistas e potenciais neoplasias (Fernández et al., 2024); (Laroni et al., 2025; ECTRIMS, 2025) Assim, a maior implicação clínica é que a idade biológica, além da cronológica, tem por obrigatoriedade compor a estratificação de risco.

2) EM de início tardio (LOMS): Recentemente foram constatadas em coortes que o tempo necessário até marcos de incapacidade tem grandes chances de ser menor em LOMS, e por consequência possui maior probabilidade de fenótipo progressivo. Na prática, a apresentação clínica pode ser menos inflamatória e mais axial, (há menos surtos inflamatórios clássicos e mais

acometimento da medula/linha média do SNC, levando a quadro motor/da marcha e sintomas esfincterianos, em vez de neurite óptica ou múltiplas lesões ativas (Mouresan et al., 2024) o que impõe desafios diagnósticos (diferenciais com mielopatias degenerativas, microangiopatia, NMO-SD). Nesse ínterim, tais nuances exigem protocolos diagnósticos rigorosos e acompanhamento funcional seriado.

3) Qualidade de vida: O MSQOL-54 refere-se à um instrumento já validado, o qual integra domínios físicos e mentais, e como resultado gera escores sumários que se correlacionam com marcha, fadiga, humor e cognição (Vickrey et al., 1995; National ms Society, 2025). Nesse cenário, o envelhecimento, os domínios mais afetados costumam ser função física, energia/fadiga e papel social, ou seja, o paciente tende a sentir-se cansado, sem energia, o que pode afetar no quesito psicossocial, uma vez que pode trazer sintomas depressivos por fatores atrelamos ao isolamento em função da fadiga física, tal fator também pode ser notado pacientes jovens, o que pode se estender por toda a vida. A rotina clínica deve incluir a aplicação seriada do MSQOL-54 para orientar metas terapêuticas significativas para o paciente (ex.: reduzir quedas, ampliar autonomia na marcha, melhorar o sono) (Fernández et al., 2024;(Vickrey et al., 1995; National ms Society, 2025).

Além das dimensões físicas e cognitivas, a QV na EM abrange aspectos emocionais, sociais e espirituais,refletindo a capacidade de ressignificar a própria trajetória diante da doença crônica (, National ms Society 2025). O enfrentamento cotidiano do envelhecimento com EM envolve sentimentos de perda de identidade funcional, medo da dependência e necessidade de manter propósito e vínculos sociais ativos (Fernández et al., 2024). Intervenções psicossociais, suporte de grupos de pacientes, práticas de mindfulness, espiritualidade e acompanhamento multiprofissional (psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e enfermagem) têm mostrado melhora significativa nos escores de QV (Vickrey et al., 1995; National ms Society, 2025).

4) TMDs em idosos: des-escalonamento e descontinuação: Diretrizes e consensos recentes tem por objetivo propor a avaliação da atividade clínica/radiológica dos últimos 2–5 anos, a reserva funcional, o perfil de risco individual (histórico de infecções, neoplasias, linfopenia), o tipo de TMD e, sobretudo, compreender quais são as preferências do paciente (Androdias et al., 2025; Ectrims, 2025).

Em muitos casos, realizar a redução da potência, ampliar intervalos ou interromper pode ser apropriado quando a atividade inflamatória é baixa e a segurança domina a decisão; monitorização clínica e por imagem é mandatória para mitigar risco de rebote/reativação (Fernández et al., 2024; (Androdias et al., 2025; Ectrims, 2025).

QUADRO PRÁTICO: DECISÕES DE DES-ESCALONAMENTO/DESCONTINUAÇÃO

Critério	Indícios a favor de reduzir/parar	Indícios a favor de manter/trocar
Atividade recente (2–5 anos)	Ausência de surtos e de realce em RM; EDSS estável (Androdias *et al.*, 2025; Ectrims, 2025).	Surtos recentes; novas lesões; progressão rápida (Androdias *et al.*, 2025; Ectrims, 2025).
Perfil de risco	Histórico de infecções graves; linfopenia; comorbidades oncológicas (Fernández *et al.*, 2024; Androdias *et al.*, 2025; Ectrims, 2025).	Baixo risco infeccioso; boa reserva hematológica (Fernández *et al.*, 2024; (Androdias *et al.*, 2025).
Tipo de TMD	Alto risco relativo em idade avançada; janela segura para retirada (Androdias *et al.*, 2025; Ectrims, 2025).	Alto risco de rebote; estratégias ponte necessárias (Androdias *et al.*, 2025).
Preferências e metas do paciente	Foco em autonomia, segurança e mínima visita hospitalar (Fernández *et al.*, 2024;Vickrey *et al.*, 1995; NATIONAL MS SOCIETY, 2025)	Foco em controle máximo da atividade inflamatória (Fernández *et al.*, 2024; Androdias *et al.*, 2025

INTERVENÇÕES NÃO FARMACOLÓGICAS DIRECIONADAS À QUALIDADE DE VIDA

Reabilitação neurofuncional e treino de marcha (redução de quedas; melhora de velocidade e autonomia) (Fernández et al., 2024). Atividade física supervisionada (resistência + aeróbio) com metas realistas e progressivas (Fernández et al., 2024). Manejo de comorbidades (depressão, osteoartrose, osteoporose, apneia do sono) e revisão de polifarmácia (Fernández et al., 2024). Educação em saúde e suporte psicossocial, incluindo cuidador/família, metas significativas e plano de ação para fadiga (Fernández et al., 2024;Vickrey et al., 1995; National ms Society, 2025).

Higiene do sono e estratégias cognitivas (rotinas, pistas externas), articuladas com as metas de QV do MSQOL-54 (Vickrey et al., 1995; , National ms Society 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, foi possível perceber que manter a qualidade de vida em pessoas com EM ao longo dos anos exige integrar biologia do envelhecimento e estratificação de risco com decisões compartilhadas (Fernández et al., 2024; Androdias et al., 2025; Ectrims, 2025).

Dessa forma, a aplicação seriada do MSQOL-54 acaba por ajudar a traduzir evidência em metas concretas e mensuráveis para cada paciente (Vickrey et al., 1995; National ms Society 2025). Por outro lado, no campo terapêutico, a idade desloca o equilíbrio benefício-risco e torna o des-escalonamento uma opção legítima quando a atividade inflamatória é baixa e a segurança passa a liderar as decisões. Como agenda, faltam ensaios focados em ≥60 anos e biomarcadores que prevejam, com precisão, quem se beneficiará de manter, reduzir ou interromper TMDs, mantendo assim a QV como desfecho central (Androdias et al., 2025; Ectrims, 2025).

A qualidade de vida emerge como desafio central do envelhecimento com EM, não apenas pela manutenção da função física, mas pela preservação da identidade, da autonomia emocional e do sentido de continuidade da vida. A gestão da doença passa a requerer não só tecnologia terapêutica, mas também cuidado humano, empático e integrado capaz de sustentar a esperança e a dignidade nas diferentes fases da vida (Fernández et al., 2024; National ms Society, 2025). A qualidade de vida emerge como desafio central do envelhecimento com EM, não apenas pela manutenção da função física, mas pela preservação da identidade, da autonomia emocional e do sentido de continuidade da vida. A gestão da doença passa a requerer não só tecnologia terapêutica, mas também cuidado humano, empático e integrado — capaz de sustentar a esperança e a dignidade nas diferentes fases da vida (Fernández et al., 2024; National ms Society 2025).

REFERÊNCIAS

ANDRODIAS, Géraldine; LÜNEMANN, Jan D.; MAILLART, Elisabeth; et al. **De-escalating and discontinuing disease-modifying therapies in multiple sclerosis**. Brain, v. 148, n. 5, p. 1459-1478, 13 maio 2025. DOI: 10.1093/brain/awae409.

ECTRIMS. MS Research Updates – January 2025 (**Focused Workshop sobre des-escalonamento/descontinuação**). 30 jan. 2025.

FERNÁNDEZ, Óscar; SÖRENSEN, Per Soelberg; COMI, Giancarlo; et al. **Managing multiple sclerosis in individuals aged 55 and above**: a comprehensive review. Frontiers in Immunology, v. 15, art. 1379538, 5 abr. 2024. DOI: 10.3389/fimmu.2024.1379538.

IRIBARREN-LÓPEZ, A.; et al. **Aging-dependent immunological changes in multiple sclerosis**. Frontiers in Immunology, 2025.

LARONI, A.; et al. Immunosenescence in multiple sclerosis: **New insights and clinical implications**. Multiple Sclerosis Journal, 2025. DOI: 10.1177/13524585251367611.

MOURESAN, Elena F.; MENTESIDOU, Eleni; BERGLUND, Anna; et al. **Clinical characteristics and long-term outcomes of late-onset multiple sclerosis**: a Swedish nationwide study. Neurology, v. 102, n. 6, e208051, 26 mar. 2024. DOI: 10.1212/WNL.0000000000208051.

NATIONAL MS SOCIETY. **Multiple Sclerosis Quality of Life-54 (MSQOL-54) – instrument overview and scoring.** 2025.

VICKREY, Barbara G.; HAYS, Ron D.; HAROONI, Ruth; et al. **A health-related quality of life measure for multiple sclerosis**. Quality of Life Research, v. 4, p. 187-206, 1995. DOI: 10.1007/BF02260859.

DOENÇA DE PARKINSON NA PESSOA IDOSA: DESAFIOS TERAPÊUTICOS E IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Letícia Granemann Gemo[1]
Manuella Caetano Romanovisk[2]
Angela Maria Gheller[3]
Clayton Luiz Zanella[4]

Resumo – A Doença de Parkinson (DP) é um distúrbio neurodegenerativo progressivo, de caráter predominantemente senil, que compromete funções motoras e não motoras, afetando diretamente a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos. Este estudo teve como objetivo analisar as diferentes dimensões relacionadas à DP, com ênfase na qualidade de vida, nas formas de enfrentamento e nos fatores que influenciam a adesão terapêutica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, utilizando publicações disponíveis nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, abrangendo estudos nacionais e internacionais. Os resultados indicaram que a qualidade de vida de pessoas com DP é fortemente comprometida por limitações funcionais, declínio cognitivo, sintomas depressivos e dificuldades na adesão ao tratamento medicamentoso. A discussão evidencia que a promoção da qualidade de vida requer uma abordagem multidimensional voltada à reabilitação física, suporte psicológico e à educação em saúde voltada à autonomia e à inclusão social. Conclui-se que compreender os determinantes da qualidade de vida na DP é imprescindível para subsidiar estratégias terapêuticas e políticas públicas que promovam o envelhecimento ativo, a independência e o bem-estar da população idosa.

Palavras-chave: Doença de Parkinson. Pessoa Idosa. Bem-estar.

INTRODUÇÃO

A Doença de Parkinson (DP) é um distúrbio neurodegenerativo progressivo que afeta o sistema nervoso central, resultando na perda dos neurônios dopaminérgicos da substância negra e que causa prejuízos motores e não motores que implicam significativamente a funcionalidade e a autonomia dos indivíduos acometidos (Wei et al., 2020). Entre os sintomas característicos, está a tétrade clássica destaca-se, com tremor de repouso, bradicinesia, rigidez e anormalidade postural, frequentemente acompanhados por déficits cognitivos e comportamentais, distúrbios de sono, depressão, ansiedade e dores crônicas, as quais impactam de maneira negativa a qualidade de vida do paciente idoso (Medeiros et al., 2022). A Organização Mundial da Saúde

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(OMS) estima que a doença atinja cerca de 1% da população acima dos 65 anos - aproximadamente 5 milhões de pessoas - número o qual reforça o caráter senil da doença (OMS, 2020).

O envelhecimento massivo da população tem contribuído para o aumento exponencial dos casos de DP, fato que reforça a necessidade de compreender não apenas aspectos clínicos, mas também o impacto psicossocial e funcional sobre a qualidade de vida dos pacientes. Já a adesão ao tratamento medicamentoso, elemento central do manejo da DP, representa um desafio complexo, pois a não adesão pode gerar agravo nos sintomas, aumento de hospitalizações e maior risco de morbimortalidade. (Wei et al., 2013). Assim, aliar a adesão adequada à terapêutica antiparkinsoniana ao bem-estar associado a qualidade de vida tornam-se indicadores essenciais para avaliação da evolução do paciente.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa tem como objetivo integrar os achados de diferentes estudos que investigam a qualidade de vida, a adesão terapêutica e as formas de enfrentamento de pessoas idosas com Doença de Parkinson. Busca-se compreender os principais desafios da adesão ao tratamento e do cotidiano dos pacientes, bem como refletir sobre a relevância das práticas de cuidado ampliado e humanizado para a promoção da saúde e da qualidade de vida dessa população.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados confiáveis da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o intuito de reunir evidências científicas atualizadas acerca da Doença de Parkinson (DP), sua relação com a qualidade de vida e os desafios da adesão terapêutica em pacientes idosos. Foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) combinados pelos operadores booleanos AND e OR, resultando na seguinte estratégia de busca: (“Doença de Parkinson” OR “Mal de Parkinson”) AND (“qualidade de vida” OR “bem-estar”) AND (“adesão ao tratamento” OR “terapêutica”) AND (“idosos” OR “população idosa”). Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos publicados nos últimos quinze anos, em idioma português e disponíveis na íntegra de forma gratuita. Foram excluídas revisões duplicadas e publicações sem relação direta com a temática central do estudo.

Os artigos selecionados foram analisados de forma crítica e comparativa, de modo a integrar os principais achados relacionados à qualidade de vida e adesão medicamentosa em indivíduos com Doença de Parkinson. Dentre as referências incluídas, destacam-se estudos como Silva et al.,(2021), que abordam aspectos clínicos e psicossociais da DP, Medeiros et al.,(2022), que exploram o impacto dos sintomas motores e não motores sobre o bem-estar, e Wei et al.,(2013), que discute fatores determinantes da adesão ao tratamento. Por se tratar de um estudo de caráter bibliográfico e reflexivo, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, entretanto, todas as etapas foram conduzidas conforme os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assegurando a integridade e a confiabilidade científica do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Doença de Parkinson (DP) é uma condição neurodegenerativa crônica e progressiva que interfere em diversos aspectos da vida do indivíduo, comprometendo tanto as funções motoras quanto as não motoras. Esse comprometimento causa repercussões físicas, emocionais e sociais que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas acometidas (Martins et al., 2020). A avaliação da qualidade de vida (QV) em pacientes com DP tem sido considerada uma ferramenta essencial na prática clínica, pois permite compreender a percepção dos indivíduos sobre o impacto da doença em suas atividades diárias e no bem-estar geral.

Estudos mostram que o comprometimento da mobilidade física é um dos principais determinantes do definhamento da qualidade de vida de pessoas com a doença. Além disso, evidenciam que o estigma deixado pela DP tem menor interferência nesse quesito (Medeiros et al., 2022). A limitação da mobilidade reflete em dificuldades na execução das atividades cotidianas, na autonomia e na autoestima, aspectos os quais se mostram mais acentuados entre mulheres, nas quais os impactos da incapacidade tendem a ser maiores (Silva et al., 2021). Ademais, outros fatores como depressão, comprometimento cognitivo, distúrbios do sono e alterações neuropsiquiátricas agravam ainda mais o quadro funcional, potencializando a degeneração da QV (Wei et al., 2013). A literatura aponta que o tempo de doença influencia parcialmente essa percepção, evidenciando uma correlação significativa entre a progressão da DP e o comprometimento de domínios ligados à comunicação e à motricidade.

Avaliar a qualidade de vida, portanto, não se limita somente a observar limitações físicas, mas envolve compreender o impacto geral da doença sobre o indivíduo, abrangendo aspectos emocionais, cognitivos e sociais (OMS, 2020). Nesse viés, a formulação de intervenções personalizadas, direcionadas à promoção do bem- estar e à manutenção da funcionalidade são fulcrais ao tratamento do indivíduo portador da doença. Além disso, o acompanhamento interdisciplinar e o incentivo à autonomia podem minimizar os efeitos incapacitantes da DP, o que reforça a importância de uma abordagem terapêutica centrada na pessoa.

No que se refere ao enfrentamento e à convivência com a doença, observa-se que o diagnóstico da doença de Parkinson representa uma ruptura na vida cotidiana, exigindo readaptação emocional e social. A partir dessa nova condição, os indivíduos buscam estratégias para lidar com as limitações impostas, entre as quais se destacam o apoio familiar, o convívio com outras pessoas que vivenciam a mesma condição e a busca por atividades que promovam bem-estar e autoestima (Silva et al., 2021). O suporte familiar é apontado como um dos pilares fulcrais no processo de aceitação e adesão ao tratamento, pois o envolvimento da família está diretamente relacionado à melhor qualidade de vida do paciente, assim, quando há diálogo, empatia e apoio, o enfrentamento torna-se menos desgastante e a convivência diária com a doença mais harmoniosa (Martins et al., 2020).

Os grupos de apoio e as associações de pessoas com a doença em comum mostram-se significativamente importantes nesse processo, trazendo espaços de troca de experiências e incentivo à resiliência. Participar desses grupos estimula a socialização, reduz o isolamento social, a sensação de individualidade e fortalece o senso de controle sobre a própria condição. Além disso, essas interações colaboram para o aprendizado coletivo sobre a doença, promovendo autoconfiança e ampliando o acesso a informações sobre o tratamento e o autocuidado. A busca

por hábitos e por uma vida mais saudável, por meio da prática de atividades prazerosas, tem se mostrado uma estratégia eficiente de enfrentamento, uma vez que favorece o bem- estar emocional e a motivação para seguir com o tratamento (Medeiros et al., 2022). Outro aspecto relevante no enfrentamento da doença de Parkinson é a adesão terapêutica, fundamental para o controle dos sintomas e a estabilidade do quadro clínico (Medeiros et al., 2022). Esses fatores tendem a comprometer a regularidade do uso das medicações, levando à piora dos sintomas e a maiores riscos de hospitalização. Além disso, aspectossocioeconômicos e familiares também influenciam a adesão, como idosos que vivem sozinhos ou são viúvos costumam apresentar menor adesão devido ao fato de não terem um incentivo fixo diariamente para seguir o tratamento, em contrapartida, aqueles que possuem o apoio de um cônjuge ou cuidador familiar mantêm maior regularidade no tratamento (Silva et al., 2021).

A complexidade dos esquemas terapêuticos, marcada pela frequência de doses e pelos efeitos colaterais, é outro fator que contribui para a não adesão (Wei et al., 2013). A sobrecarga de medicações e a falta de compreensão sobre o regime terapêutico podem gerar confusão e abandono parcial do tratamento, pois não oferecem o devido conforto posológico essencial aos pacientes. Além dos prejuízos clínicos, a baixa adesão implica no aumento dos custos em saúde e piora significativa da qualidade de vida, revelando-se também como um desafio de aspecto social e econômico.

Diante deste cenário, revela-se que a manutenção da qualidade de vida das pessoas com doença de Parkinson depende de uma significativa rede de apoio estruturada e de uma abordagem multidimensional que integre cuidado físico, psicológico e social. Estratégias que unam o acompanhamento clínico adequado, o suporte familiar, o incentivo à atividade física e a educação em saúde são fundamentais para fortalecer a autonomia do paciente e reduzir os impactos negativos da doença (Martins et al., 2020). Assim, compreender os determinantes que influenciam a qualidade de vida, as formas de enfrentamento e a adesão terapêutica permite delinear práticas mais humanas, eficazes e inclusivas, voltadas à promoção do envelhecimento saudável e do bem-estar global das pessoas com Doença de Parkinson.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Doença de Parkinson é uma doença neurodegenerativa que exerce um papel importante sobre a vida dos indivíduos, evidenciando que o comprometimento da qualidade de vida vai além das limitações motoras. Observou-se que fatores emocionais, cognitivos e sociais também influenciam de forma significativa o bem- estar dessas pessoas e a avaliação da qualidade de vida mostra-se uma ferramenta indispensável para direcionar intervenções mais eficazes e humanizadas para estes casos. Além disso, a progressão da doença e seus sintomas não motores, como depressão e distúrbios do sono, intensificam a deterioração funcional e emocional.

Dessa forma, destaca-se a importância de uma abordagem interdisciplinar, centrada na pessoa, que vise não apenas o controle dos sintomas, mas também a promoção da autonomia e da participação social, além de oportunizar tratamentos de bom conforto posológico ao paciente. Com isso, torna-se possível oferecer um cuidado integral, capaz de preservar a dignidade e melhorar a qualidade de vida do paciente, em especial, a pessoa idosa com Doença de Parkinson.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Aline Pereira; CAON, Giovana; MORAES, Rodrigo. Análise da qualidade de vida de idosos com Doença de Parkinson vinculados a um programa de atenção à saúde. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1–10, nov./dez. 2020.

MEDEIROS, Géssica Cazuza de; ALVES, Tamires Menezes; COSTA, Janaína Silva da; MENDES, Francisca das Chagas Araújo; MONTEIRO, Ana Rita; BRITO, Edna Maria Camelo. Adesão terapêutica ao uso de antiparkinsonianos em pessoas idosas e seus fatores associados: revisão integrativa. ***Revista de Enfermagem da UFSM***, Santa Maria, v. 12, n. 59, p. 1–18, jul./ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). ***Relatório mundial sobre envelhecimento e saúde***. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: https://apps.who.int/iris/handle/10665/186463. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, Luciene Carvalho da; CARVALHO, Maria José de; SANTOS, Aline Rocha; FERREIRA, Natália Rodrigues. Doença de Parkinson: enfrentamento e convívio. ***Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online***, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1595– 1604, abr./jun. 2021.

Wei, J., Liu, D., Huang, F., Zhang, H., Wu, F., Yang, Z., & Chen, G. 2013."miR-221/222: promising biomarkers for breast cancer".Revista: *American Journal of Cancer Research*.

ENTRE A DEPENDÊNCIA E O CONFINAMENTO: A RELAÇÃO ENTRE O USO DE DROGAS E AS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS

Categopria: Leituras Interdisciplinares

Thailiny Martins de Oliveira[1]
Eduarda Alice Mella[2]
Gustavo Henrique Crestani[3]
Maria Eduarda Formaggi[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – O consumo de substâncias psicoativas constitui um problema relevante de saúde pública, estando associado a transtornos mentais e à necessidade de internações psiquiátricas. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o uso de drogas e as hospitalizações psiquiátricas, identificando fatores de risco, características clínicas e sociais dos pacientes internados e implicações para o sistema de saúde mental brasileiro. Foi realizada uma revisão narrativa de literatura em bases de dados nacionais e internacionais, considerando estudos publicados entre 2015 e 2025. Os resultados evidenciam que a população mais vulnerável são homens jovens com histórico de vulnerabilidade social, consumo de múltiplas substâncias e comorbidades psiquiátricas. As internações ocorrem principalmente em situações de crise, como surtos psicóticos, comportamentos suicidas e descompensações psiquiátricas, sendo muitas vezes repetitivas devido à falta de suporte psicossocial contínuo. Conclui-se que a atenção à saúde mental deve priorizar estratégias preventivas, acompanhamento multiprofissional integrado e políticas de reabilitação psicossocial, reduzindo internações desnecessárias e promovendo cuidado centrado na pessoa.

Palavras-chave: Internação psiquiátrica. Dependência química. Saúde mental. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas é um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, com impactos significativos na saúde mental e social. Estudos indicam que o uso abusivo de substâncias como álcool, crack, cocaína e maconha está associado a transtornos mentais, incluindo psicose, depressão e ansiedade (Galvão, 2024).

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O perfil dos pacientes internados por transtornos mentais relacionados ao uso de substâncias revela predominância de homens adultos jovens, com baixo nível educacional e histórico de vulnerabilidade social, sendo o álcool a substância mais consumida (Fernandes, 2017).

A internação psiquiátrica é frequentemente necessária para o manejo de crises agudas, surtos psicóticos e descompensações de transtornos mentais prévios. Entretanto, deve ser considerada como último recurso, conforme a Lei nº 10.216/2001 (Brasil, 2001), que estabelece diretrizes para a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

A Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) buscam substituir o modelo manicomial por um cuidado em liberdade. Apesar dos avanços, a sobrecarga dos serviços e a insuficiência de dispositivos de reinserção social fazem com que a internação ainda seja recorrente entre usuários de drogas (Vasconcelos; Pereira, 2022).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre o uso de substâncias psicoativas e as internações psiquiátricas, identificando fatores de risco, características clínicas e sociais dos pacientes internados e implicações para o sistema de saúde mental brasileiro (Gomes; Ferreira; Lima, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada por meio da pesquisa e análise de artigos científicos disponíveis nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico, além de consultas complementares ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Foram utilizados os descritores: "uso de drogas", "abuso de substâncias", "dependência química" e "substâncias psicoativas", combinados com "internação psiquiátrica", "hospitalização psiquiátrica" e "saúde mental".

Foram considerados estudos publicados nos últimos 10 anos, em português e inglês, incluindo artigos originais, revisões de literatura e relatórios epidemiológicos.

Após a triagem de títulos e Resumos, quatro trabalhos foram selecionados para análise completa, sendo estes incluídos na revisão por apresentarem dados empíricos relevantes sobre perfil sociodemográfico, fatores de risco, internações e reinternações de pacientes com dependência química.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos quatro estudos incluídos na revisão narrativa evidencia a complexa relação entre o uso de substâncias psicoativas e as internações psiquiátricas, mostrando padrões consistentes quanto ao perfil dos pacientes, fatores de risco e recorrência das internações.

Os pacientes mais frequentemente internados por transtornos mentais relacionados ao uso de drogas são homens adultos jovens, com baixo nível educacional, desempregados e provenientes de contextos de vulnerabilidade social (Fernandes, 2017). As substâncias mais associadas às hospitalizações incluem álcool, crack, cocaína e maconha, sendo comum o uso concomitante de múltiplas drogas.

Quadro 1 – Perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes internados por uso de substâncias psicoativas

Variável	Observações
Sexo	Predominância masculina (18–40 anos)
Escolaridade	Baixa escolaridade
Situação laboral	Desempregados ou com instabilidade laboral
Vulnerabilidade social	Histórico de pobreza, violência ou exclusão social
Substâncias mais comuns	Álcool, crack, cocaína, maconha

Fonte: Autores (2025).

Além disso, observa-se elevada prevalência de comorbidades psiquiátricas, especialmente transtornos de humor, ansiedade e transtornos de personalidade, o que contribui para maior gravidade clínica e pior adesão ao tratamento (Galvão, 2024).

As internações ocorrem predominantemente em situações de crise, como surtos psicóticos induzidos por substâncias, comportamentos suicidas, intoxicações agudas e descompensações psiquiátricas crônicas (Vasconcelos; Pereira, 2022). A literatura aponta que a falta de integração entre serviços de atenção primária, CAPS e hospitais agrava a recorrência das internações.

Quadro 2- Fatores associados às internações psiquiátricas

Fator	Observações
Crises psicóticas	Induzidas pelo uso de substâncias
Comportamento suicida	Tentativas e ideação presentes em muitos casos
Intoxicações agudas	Associadas a consumo de múltiplas drogas
Síndromes de abstinência	Gravidade variável, requerendo hospitalização
Descompensações psiquiátricas	Agravamento de transtornos prévios

Fonte: Autores (2025).

O ciclo internação–alta–recaída–reinternação é frequente, evidenciando fragilidades na rede de atenção psicossocial (Gomes; Ferreira; Lima, 2021). A baixa adesão ao tratamento ambulatorial, a carência de suporte psicossocial e a ausência de estratégias efetivas de reinserção social contribuem para a repetição das hospitalizações.

Diversos autores destacam a importância de políticas públicas de redução de danos, programas de educação em saúde mental, acompanhamento multiprofissional contínuo e terapias psicossociais, como a terapia cognitivo-comportamental e grupos de apoio. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é considerado essencial para prevenção de recaídas e reinternações (Gomes; Ferreira; Lima, 2021).

Quadro 3 – Estratégias de prevenção e intervenção

Estratégia	Observações
Educação em saúde mental	Programas preventivos direcionados a jovens e populações vulneráveis
Acompanhamento multiprofissional	Integração entre CAPS, UBS e serviços hospitalares
Terapias psicossociais	Terapia cognitivo-comportamental, grupos de apoio
Políticas de redução de danos	Priorizam cuidado em liberdade e reabilitação psicossocial
Fortalecimento de vínculos	Apoio familiar e comunitário para prevenção de recaídas

Fonte: Autores (2025).

Os achados da revisão reforçam que o uso de drogas é tanto causa quanto consequência de sofrimento mental, configurando um ciclo difícil de romper. A literatura demonstra que o modelo de atenção ainda é fortemente centrado na hospitalização em momentos de crise, falhando na continuidade do cuidado e na reintegração social do paciente. Assim, políticas intersetoriais, prevenção precoce e cuidado integral são fundamentais para reduzir internações desnecessárias e promover saúde mental de forma humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão narrativa evidenciou a forte relação entre o uso de substâncias psicoativas e as internações psiquiátricas, mostrando que a população mais vulnerável é composta por homens jovens, com baixa escolaridade, histórico de vulnerabilidade social e comorbidades psiquiátricas. Observou-se que as internações ocorrem principalmente em situações de crise, como surtos psicóticos, comportamentos suicidas e descompensações de transtornos mentais, sendo muitas vezes recorrentes devido à falta de suporte psicossocial e à ausência de continuidade no cuidado.

Os achados reforçam que a atenção à saúde mental deve priorizar políticas preventivas, acompanhamento multiprofissional integrado, terapias psicossociais e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo a redução de internações desnecessárias e o cuidado centrado na pessoa.

Como limitações, destaca-se que a revisão considerou apenas quatro estudos, o que pode reduzir a generalização dos resultados. Além disso, a heterogeneidade metodológica entre os artigos dificulta a comparação direta de dados e resultados.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem amostras maiores, estudos longitudinais e avaliações de estratégias de reinserção social, a fim de compreender melhor os fatores que contribuem para a prevenção de internações repetitivas e a promoção da saúde mental de usuários de drogas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.(ABEAD). Diretrizes para o diagnóstico e tratamento de comorbidades psiquiátricas e uso de substâncias

psicoativas. Curitiba: Editora Appris, 2024. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt- BR&lr=&id=AEIEEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1960. Acesso em: 19 out. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2023. E-book. p. 215. ISBN 9786558820949. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558820949/. Acesso em: 19 out. 2025.BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 abr. 2001. Acesso em: 19 out. 2025.

FERNANDES, M. A.; PINTO, K. L. C.; NETO, J. A. T.; MAGALHÃES, J. M.;CARVALHO, C. M. S. de; OLIVEIRA, A. L. C. B. de. **Transtornos mentais e comportamentais por uso de substâncias psicoativas em hospital psiquiátrico.** SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 64–70, 2017. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i2p64-70. Acesso em:19 out. 2025.

GALVÃO, M. T. L. **Hospitalizações por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas: perfil epidemiológico e tendência temporal.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 33, e20231110, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ress/2024.v33/e20231110/pt/. Acesso em: 19 out. 2025.

GOMES, Gabriela Lisieux Lima; FERREIRA, Maria Hellena (ou similar); LIMA, (2021). **Conhecimento dos enfermeiros emergencistas acerca do protocolo clínico de sepse**. Revista de Enfermagem UFPE

VASCONCELOS S.C et al. 2021. **Demandas de autocuidado em grupo terapêutico**: educação em saúde com usuários de substâncias psicoativas [Demands for self-care in therapeutic group: health education with users of psychoactive substances]. (n.d.). Uerj.br. Retrieved October 19, 2023, from https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/6356/4525. Acesso em: 19 de out. 2025.

ABORDAGENS PREVENTIVAS E DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM MULHERES COM SOBREPESO NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Anna Clara Cachoeira[1]
Blenda Sorgato Martins[2]
Airton Júnior Silveira[3]
Ana Paula Gonçalves Pinculini[4]

Resumo – O sobrepeso e a obesidade em mulheres em idade reprodutiva representam importantes desafios de saúde pública, devido às complicações gestacionais e ao aumento da morbimortalidade perinatal. Este estudo teve como objetivo investigar os desafios do manejo do sobrepeso no período pré-concepcional e identificar estratégias preventivas e nutricionais que favoreçam melhores desfechos reprodutivos e qualidade de vida materna. Trata-se de uma revisão de literatura com busca nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, abrangendo publicações de 2009 a 2022. Foram selecionados cinco estudos que analisaram a prevalência do sobrepeso em mulheres em idade fértil, seus impactos no planejamento gestacional e as principais estratégias preventivas. Observou-se que o desequilíbrio nutricional contribui para o aumento de pré-eclâmpsia, diabetes gestacional, tromboembolismo e complicações neonatais. O manejo clínico eficaz inclui acompanhamento multiprofissional, orientação nutricional e estímulo à prática de atividade física. A promoção da saúde e intervenções educativas contribuem para reduzir desigualdades e melhorar a adesão ao planejamento reprodutivo. Conclui-se que o controle do sobrepeso antes da concepção é essencial para a prevenção de agravos e para a promoção de gestações mais seguras e saudáveis.

Palavras-chave: Sobrepeso; saúde da mulher; obesidade; planejamento reprodutivo; prevenção.

INTRODUÇÃO

O sobrepeso e a obesidade configuram-se como relevantes problemas de saúde pública em escala global, resultantes de fatores biológicos, comportamentais e ambientais que impactam desfechos reprodutivos e a qualidade de vida feminina (Gonçalves et al., 2020).

Nas últimas décadas, observou-se aumento expressivo da prevalência do excesso de peso entre mulheres em idade reprodutiva, incluindo aquelas que planejam uma gestação, tornando esse cenário um fator de preocupação para os sistemas de saúde (Mattar et al., 2009).

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A presença de sobrepeso no período pré-gestacional está associada a maior risco de hipertensão específica da gestação, diabetes gestacional, tromboembolismo, parto cesáreo, complicações infecciosas no puerpério e aumento da morbimortalidade materno-fetal (Cidade et al., 2011; Seabra et al., 2011. Para o recém-nascido, repercussões como macrossomia, sofrimento fetal e maior incidência de internações ao nascer reforçam a importância do adequado preparo corporal e metabólico da mulher antes da concepção (Seabra et al., 2011).

No contexto nacional, aproximadamente metade das gestações não é planejada, o que limita o acesso às ações de cuidado pré-concepcional e interfere no manejo de fatores modificáveis, como alimentação inadequada e sedentarismo. O planejamento reprodutivo, aliado a práticas preventivas e promoção da saúde, constitui estratégia essencial para reduzir desigualdades, melhorar desfechos gestacionais e contribuir para o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (Seabra et al., 2011; Santos et al., 2023).

O objetivo principal deste estudo foi investigar os desafios do manejo do sobrepeso em mulheres no período pré-concepcional, destacando estratégias preventivas e nutricionais que favoreçam melhores desfechos reprodutivos e promovam a saúde integral no planejamento da gestação. Considerando a relevância do estado nutricional materno antes da concepção, torna-se essencial o fortalecimento das ações de educação em saúde e do acompanhamento multiprofissional, com ênfase na adoção de hábitos de vida saudáveis, no monitoramento nutricional e na intervenção sobre fatores de risco modificáveis. Tais medidas são fundamentais para assegurar uma gestação mais segura e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da mulher e do futuro filho.

METODOLOGIA

Este estudo trata de uma revisão de literatura qualitativa, de caráter narrativo e interpretativo, direcionada à análise de estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos no planejamento reprodutivo de mulheres com sobrepeso. O estudo buscou sintetizar evidências atualizadas acerca dos riscos materno-fetais associados ao excesso de peso antes da gestação e das intervenções recomendadas nesse período.

A busca bibliográfica foi conduzida nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Sobrepeso", "Obesidade", "Planejamento Reprodutivo", "Saúde Pré-concepcional" e "Promoção da Saúde", considerando publicações entre 2009 e 2022. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, em português ou inglês, que abordassem a condição nutricional de mulheres em idade reprodutiva e suas implicações gestacionais. Excluíram-se materiais duplicados e estudos que não atendiam aos critérios definidos.

Após a seleção, cinco artigos foram analisados de forma aprofundada, com organização temática voltada à identificação dos principais riscos à saúde materna, repercussões para o recém-nascido e ações preventivas aplicáveis ao período pré-concepcional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados permite compreender a complexa relação entre o excesso de peso, a saúde reprodutiva e os desfechos gestacionais, evidenciando que a obesidade

e o sobrepeso em mulheres em idade fértil constituem um importante desafio para a saúde pública. As evidências apontam para uma tendência crescente de sobrepeso e obesidade entre mulheres brasileiras, fenômeno influenciado por determinantes sociais, comportamentais e reprodutivos.

Os estudos analisados mostram que, nas últimas décadas, houve aumento expressivo da prevalência de excesso de peso entre mulheres adultas, incluindo aquelas em idade reprodutiva. A prevalência de sobrepeso e obesidade em gestantes brasileiras já alcançava 19,2% e 5,5%, respectivamente, com tendência de crescimento nos anos seguintes, principalmente entre mulheres com menor escolaridade, multíparas e negras (Mattar et al., 2009; Cidade; Margotto; Peraçoli, 2011).

Esse panorama é confirmado por Santos et al. (2023), que observaram aumento significativo da obesidade e da hipertensão entre 2013 e 2019, sobretudo entre mulheres de baixa renda e residentes das regiões Norte e Nordeste, revelando iniquidades persistentes nos indicadores de saúde pré-concepcional.

Além dos aspectos socioeconômicos, os fatores reprodutivos também se mostraram determinantes no acúmulo de peso corporal. Gonçalves et al. (2020) identificaram prevalência de 61% de excesso de peso em mulheres de 20 a 59 anos, associada à menarca precoce, multiparidade, idade igual ou superior a 30 anos e hipertensão arterial. Esses achados reforçam a influência das alterações hormonais e metabólicas femininas na manutenção do sobrepeso ao longo da vida fértil.

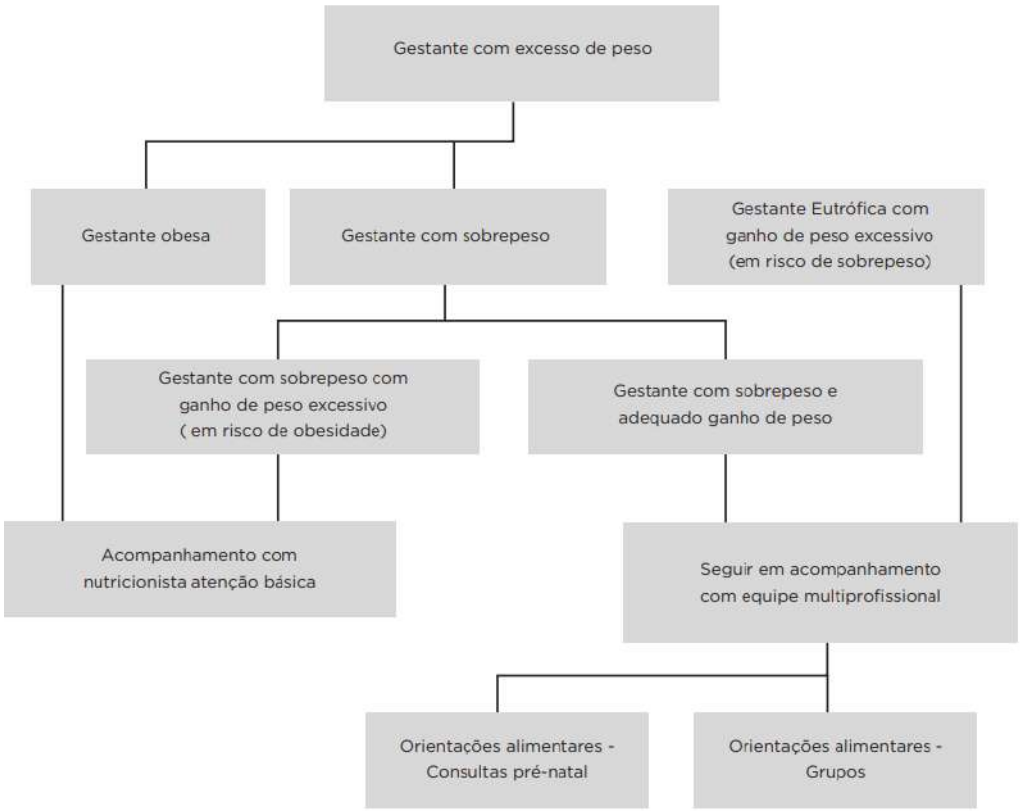
Quando se analisam os impactos durante a gestação, os resultados apontam que o estado nutricional pré-gestacional inadequado aumenta o risco de complicações maternas e perinatais. Seabra et al. (2011) encontraram prevalência de 24,5% de sobrepeso/obesidade pré-gestacional, associada à maior ocorrência de pré-eclâmpsia e de ganho de peso gestacional inadequado. Esses resultados estão de acordo com Mattar et al. (2009), que constataram relação direta entre o aumento do IMC e o risco de doenças hipertensivas e diabetes gestacional, com duplicação do risco a cada incremento de 5 a 7 kg/m^2.

Os efeitos da obesidade não se restringem à saúde materna, refletindo-se também nas condições neonatais. Seabra et al. (2011) observaram 4,7% de casos de baixo peso ao nascer e 2,8% de macrossomia, enquanto Mattar et al. (2009) destacaram maior incidência de malformações fetais, defeitos do tubo neural e mortalidade perinatal em filhos de mães obesas. Esses dados demonstram que a nutrição inadequada da gestante interfere diretamente no desenvolvimento fetal, podendo comprometer a saúde da criança desde o período intrauterino.

Ainda que o acesso aos serviços de saúde tenha melhorado nos últimos anos, identificou-se baixa adesão aos cuidados pré-concepcionais, como controle de peso, alimentação equilibrada e prática de atividade física Santos et al. (2023). Esse cenário reforça que mulheres com obesidade sejam consideradas gestantes de alto risco e recebam orientação para alcançar o peso adequado antes da concepção como recomendado por Cidade, Margotto e Peraçoli (2011), como demostrado no fluxograma da Figura 1.

Os resultados convergem para a constatação de que o excesso de peso e a obesidade são fatores de risco modificáveis, porém ainda subvalorizados nas políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva. Apesar das diferenças metodológicas entre os estudos, há consenso quanto à necessidade de intervenções multiprofissionais e intersetoriais voltadas à prevenção e ao controle do peso corporal, com ações de educação alimentar, incentivo à atividade física e acompanhamento pré-concepcional contínuo.

Figura 1: Fluxograma de Atendimento da Gestante com Excesso de Peso



Fonte: (São Paulo, 2021, p. 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos achados evidencia que o sobrepeso e a obesidade em mulheres no período pré-concepcional configuram importantes desafios para a saúde pública, com implicações diretas na qualidade da gestação e nos desfechos materno-fetais. O excesso de peso antes da concepção está associado ao aumento do risco de doenças hipertensivas, diabetes gestacional, tromboembolismo, parto cesáreo e infecções puerperais, além de repercutir negativamente sobre o recém-nascido, favorecendo quadros de macrossomia, sofrimento fetal e maior morbimortalidade perinatal.

Os resultados reforçam a necessidade de integrar ações preventivas e de promoção da saúde ao planejamento reprodutivo, de forma a garantir que a mulher alcance o peso adequado e adote hábitos saudáveis antes da concepção. Estratégias como aconselhamento nutricional, prática regular de atividade física, cessação do tabagismo e moderação do consumo de álcool são fundamentais para reduzir riscos e favorecer melhores desfechos obstétricos e neonatais. A

abordagem multiprofissional — envolvendo médicos, nutricionistas, enfermeiros e educadores em saúde — deve ser fortalecida, especialmente na Atenção Primária, como eixo estruturante do cuidado pré-concepcional.

A literatura revisada também demonstra que o planejamento reprodutivo associado a intervenções educativas potencializa a adesão das mulheres às práticas de autocuidado, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais e socioeconômicas em saúde. Nesse sentido, políticas públicas que ampliem o acesso ao acompanhamento nutricional e incentivem a conscientização sobre os riscos do excesso de peso antes da gestação são essenciais para promover gestações mais seguras.

Entre as limitações observadas, destaca-se a escassez de estudos longitudinais nacionais que abordem de forma integrada a obesidade pré-concepcional e suas repercussões ao longo do ciclo gravídico-puerperal. A heterogeneidade metodológica entre as pesquisas revisadas também dificulta comparações e limita a extrapolação dos resultados para diferentes contextos populacionais.

Como perspectivas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas de base populacional e de caráter interventivo, voltadas à avaliação da efetividade das ações educativas e nutricionais na redução de complicações gestacionais. Também se sugere a ampliação de programas de prevenção e rastreamento do excesso de peso entre mulheres em idade reprodutiva, com enfoque em ações contínuas de educação em saúde e promoção de hábitos de vida saudáveis.

Em síntese, o manejo adequado do sobrepeso no período pré-concepcional requer abordagem preventiva, intersetorial e permanente, fundamentada na integração entre políticas públicas, assistência multiprofissional e empoderamento feminino, assegurando melhores condições de saúde para a mulher e para o recém-nascido.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao curso de Medicina pela possibilidade do desenvolvimento desse trabalho.

REFERÊNCIAS

CIDADE, Denise Gomes; MARGOTTO, Paulo Roberto; PERAÇOLI, José Carlos. **Obesidade e sobrepeso pré-gestacionais: prevalência e principais complicações maternas**. Comunicações em Ciências da Saúde, v. 22, supl. 1, p. S169–S182, 2011.

GONÇALVES, Déborah Franco et al. **Fatores reprodutivos associados ao excesso de peso em mulheres adultas atendidas pela Estratégia Saúde da Família**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 8, p. 3009–3016, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020258.30642018.

MATTAR, Rosiane; TORLONI, Maria Regina; BETRÁN, Ana Pilar; MERIALDI, Mário. **Obesidade e gravidez**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 31, n. 3, p. 107–110, 2009.

SEABRA, Gisele; PADILHA, Patrícia de Carvalho; QUEIROZ, Juliana Agrícola de; SAUNDERS, Cláudia. **Sobrepeso e obesidade pré-gestacionais: prevalência e desfechos associados à gestação**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 33, n. 11, p. 348–353, 2011.

SANTOS, Bruna Nicole Soares dos et al. **Prevalência dos indicadores de saúde pré-concepcional das mulheres brasileiras em idade reprodutiva**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 11, p. 3367–3381, 2023. DOI: 10.1590/1413-812320232811.16282022.

SÃO PAULO (Município). **Protocolo de atendimento da linha de cuidado de sobrepeso e obesidade.** São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2021.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Resumo – O consumo de drogas entre adolescentes constitui um grave problema de saúde pública, agravado pela crescente associação de múltiplas substâncias e pela expansão da epidemia de opioides entre jovens. Esta revisão teve como objetivo compreender os fatores que favorecem o consumo de drogas na adolescência e identificar estratégias eficazes de promoção da saúde e prevenção. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada na base de dados PubMed, com publicações entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês. Foram selecionados 15 estudos que abordaram os impactos biopsicossociais do uso de substâncias psicoativas e as principais ações preventivas nessa faixa etária. Os resultados demonstram que vulnerabilidades neurobiológicas, emocionais e sociais, associadas à impulsividade, baixa supervisão familiar e contextos culturais permissivos, aumentam o risco de iniciação e manutenção do consumo. Ademais, o uso precoce e múltiplo de drogas está relacionado a prejuízos cognitivos e emocionais duradouros. Conclui-se que o enfrentamento dessa problemática requer políticas públicas integradas e intersetoriais, baseadas em educação, fortalecimento de vínculos e uso de tecnologias digitais como instrumentos de prevenção. A promoção do protagonismo juvenil e de uma cultura de pertencimento e propósito mostra-se essencial para reduzir a vulnerabilidade e favorecer escolhas mais saudáveis.

Palavras-chave: jovens; substâncias; consumo; vulnerabilidade; saúde pública.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas entre adolescentes representa um grave problema de saúde pública, cuja complexidade tem se intensificado nas últimas décadas. Observa-se um crescimento preocupante do uso combinado de múltiplas substâncias, especialmente estimulantes associados a outras drogas, o que eleva significativamente o risco de overdose e agrava os impactos físicos, psicológicos e sociais nessa faixa etária. Essa tendência está fortemente relacionada à epidemia de opioides, que tem se expandido globalmente e alcançado populações cada vez mais jovens (Ciccarone D, 2021).

Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho visa compreender os fatores que favorecem o consumo de drogas na adolescência e, sobretudo, fortalecer estratégias de promoção da saúde e prevenção que possam reduzir a vulnerabilidade dos jovens e promover escolhas mais saudáveis.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica do tipo revisão narrativa de literatura. A busca bibliográfica foi realizada no PubMed, utilizando os descritores em Ciências da Saúde

(DeSC) e operador boleano AND, resultando na seguinte pesquisa "((prevention) AND (adolescence)) AND (illicit substances)".

A busca limitou-se a publicações nos idiomas português e inglês, com recorte temporal de 2020-2025, acesso ao texto completo e "criança: do nascimento aos 18 anos".

Como critérios de exclusão foram descartados estudos que não abordassem como tema principal o uso de drogas ilícitas entre adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos critérios de inclusão, foram encontrados 194 artigos e selecionados 15 estudos que investigaram o uso de substâncias psicoativas em adolescentes e jovens adultos, seus impactos biopsicossociais e as estratégias de prevenção mais eficazes nessa população. De modo geral, as evidências apontam que essa fase da vida é marcada por vulnerabilidades neurobiológicas e sociais que aumentam a propensão ao consumo de drogas, configurando um importante problema de saúde pública com consequências duradouras.

O estudo de LaBossier et al. (2022) destaca o uso indevido de estimulantes entre jovens, muitas vezes associado à busca por melhor desempenho acadêmico ou recreação. Embora esses fármacos sejam vistos inicialmente como ferramentas de produtividade, seu uso não supervisionado acarreta riscos relevantes, como dependência, ansiedade e distúrbios cardiovasculares. Esse padrão de comportamento precoce, está intimamente ligado a alterações neurobiológicas e comportamentais que persistem na vida adulta, favorecendo o desenvolvimento de transtornos de humor, impulsividade e tolerância aumentada a riscos.

Essas vulnerabilidades se expressam de forma ainda mais evidente quando consideradas as influências sociais e culturais que permeiam o uso de substâncias. Kraus et al. (2021) e Nyhlén et al. (2021) evidenciam que o ambiente de socialização — especialmente festas e contextos noturnos — representa um terreno fértil para a iniciação e a normalização do consumo. Em adolescentes noruegueses, Skretting et al. (2025) demonstraram que a cultura de festas escolares atua como fator de legitimação do uso de cocaína, transformando o comportamento de risco em prática socialmente aceita. Esse dado complementa o achado de Sivakumar et al. (2023), que mostrou que a presença de vínculos familiares fortes e de supervisão parental reduz significativamente a probabilidade de envolvimento com drogas. Juntos, esses estudos reforçam que a prevenção não pode se restringir ao indivíduo, mas deve incluir o ambiente social e familiar como dimensões centrais na redução do risco.

A compreensão do uso de substâncias também exige uma leitura atenta das desigualdades e diversidades que o atravessam. A revisão de Reed et al. (2022) evidencia que mulheres e pessoas LGBTQIA+ apresentam padrões específicos de poliuso, frequentemente associados à regulação emocional diante de experiências de estigma e discriminação. Tal perspectiva amplia o entendimento de que o consumo de drogas não decorre apenas de curiosidade ou influência social, mas pode representar uma forma de enfrentamento psíquico frente à exclusão.

Do ponto de vista neuropsicológico, os efeitos do consumo precoce são amplamente discutidos. Yule et al. (2019) mostraram que adolescentes com histórico de traumatismos leves na cabeça e que possuem comportamento impulsivo ou de busca por novas experiências mostram maior vulnerabilidade ao uso de substâncias, indicando a interação entre impulsividade, trauma cerebral e vulnerabilidade comportamental. Complementarmente, Chang et al. (2022) observaram que jovens infratores usuários de múltiplas drogas exibem níveis superiores de impulsividade, prejuízos cognitivos e comorbidades psiquiátricas em comparação aos que fazem uso de uma única substância. Esses resultados reforçam a tese de que o uso precoce e múltiplo compromete processos cerebrais em desenvolvimento, podendo levar a déficits cognitivos persistentes, redução da capacidade de julgamento e maior risco de dependência crônica.

Assim, os resultados dos estudos convergem ao demonstrar que o uso de substâncias psicoativas na adolescência e juventude é um fenômeno multidimensional, cujos efeitos transcendem o campo biomédico e repercutem no desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Os achados reforçam que a prevenção deve ser contínua, participativa e contextualizada, valorizando o diálogo, o fortalecimento de vínculos e o protagonismo juvenil. Mais do que evitar o consumo em si, trata-se de promover uma cultura de saúde, pertencimento e propósito — condições fundamentais para que o adolescente se reconheça como sujeito ativo na construção de seu próprio futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão mostrou que o uso de drogas entre jovens é um fenômeno multifatorial e relevante para a saúde pública, exigindo abordagens que integrem aspectos biológicos, sociais, culturais e emocionais. As evidências demonstram que a adolescência é um período marcado por intensas mudanças neuropsicológicas que decorrem de maior vulnerabilidade, no qual impulsividade, fragilidade dos vínculos familiares e influência do grupo social elevam o risco de iniciação e manutenção do uso de substâncias psicoativas.

Verificou-se também que o consumo precoce e o uso de diferentes drogas estão associados a prejuízos cognitivos, comportamentais e emocionais persistentes, além de maior propensão ao desenvolvimento de dependência química e de transtornos mentais na vida adulta. Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de estratégias de prevenção baseadas em ações intersetoriais e contínuas, integrando escola, família, comunidade e serviços de saúde.

As intervenções educativas, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a promoção do protagonismo juvenil configuram-se como elementos essenciais para a construção de ambientes protetores e promotores de saúde. Além disso, o uso da tecnologia tem se mostrado uma ótima alternativa para ampliar o alcance aos jovens, e assim, a adesão às ações preventivas.

Portanto, conclui-se que o combate ao uso de drogas na adolescência requer políticas públicas consistentes e voltadas ao desenvolvimento integral do adolescente. A promoção da saúde deve ser entendida não apenas como uma estratégia de redução de danos, mas como um investimento social e humano capaz de transformar trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais saudável e consciente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Rosemari pela orientação e apoio na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASANTE, K. O., & ATORKEY, P. (2023). Cannabis and amphetamine use among school-going adolescents in sub-Saharan Africa: a multi-country analysis of prevalence and associated factors. BMC psychiatry, 23(1), 778. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-023-05283-w. Acesso em: 30 out. 2025.

BOLSTAD, I., ALAKOKKARE, A. E., BRAMNESS, J. G., ROGNLI, E. B., LEVOLA, J., MUSTONEN, A., MIETTUNEN, J., & NIEMELÄ, S. (2022). The relationships between use of alcohol, tobacco and coffee in adolescence and mood disorders in adulthood. Acta psychiatrica Scandinavica, 146(6), 594–603. Disponível em: https://doi.org/10.1111/acps.13506. Acesso em: 30 out. 2025.

CHEN, Y. H., CHEN, M. H., WEI, H. T., & CHEN, L. Y. (2022). Survey of substance use among adolescent drug offenders referred from juvenile courts in Taiwan: Clinical epidemiology of single versus multiple illicit substance use. Journal of the Formosan Medical Association = Taiwan yi zhi, 121(11), 2257–2264. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jfma.2022.04.009. Acesso em: 30 out. 2025.

CICCARONE, D. The rise of illicit fentanyls, stimulants and the fourth wave of the opioid overdose crisis. Current Opinion in Psychiatry, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 344-350, jul. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000717 . Acesso em: 30 out. 2025.

DE VELD, L., WOLBERINK, I. M., VAN HOOF, J. J., & VAN DER LELY, N. (2021). The role of tobacco smoking and illicit drug use in adolescent acute alcohol intoxication. BMC pediatrics, 21(1), 233. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12887-021-02710-3. Acesso em: 30 out. 2025.

FEDOROVA, E. V., WONG, C. F., ATAIANTS, J., IVERSON, E., CONN, B. M., & LANKENAU, S. E. (2021). Cannabidiol (CBD) and other drug use among young adults who use cannabis in Los Angeles. Drug and alcohol dependence, 221, 108648. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2021.108648. Acesso em: 30 out. 2025.

FELTMANN, K., ELGÁN, T. H., STRANDBERG, A. K., KVILLEMO, P., JAYARAM-LINDSTRÖM, N., GRABSKI, M., WALDRON, J., FREEMAN, T., CURRAN, H. V., & GRIPENBERG, J. (2021). Illicit Drug Use and Associated Problems in the Nightlife Scene: A Potential Setting for Prevention. International journal of environmental research and public health, 18(9), 4789. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph18094789. Acesso em: 30 out. 2025.

FRØYLAND, L. R., PEDERSEN, W., ENSTAD, F., & VON SOEST, T. (2025). School party culture as a driver of cocaine use among Norwegian adolescents: A cross-classified multilevel analysis. Drug and alcohol dependence, 271, 112627. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2025.112627. Acesso em: 30 out. 2025.

GOODWIN, S. R., MOSKAL, D., MARKS, R. M., CLARK, A. E., SQUEGLIA, L. M., & ROCHE, D. J. O. (2022). A Scoping Review of Gender, Sex and Sexuality Differences in Polysubstance Use in

Adolescents and Adults. Alcohol and alcoholism (Oxford, Oxfordshire), 57(3), 292–321.Disponível em: https://doi.org/10.1093/alcalc/agac006. Acesso em: 30 out. 2025.

HAN, B., TOMOYASU, N., EINSTEIN, E. B., JONES, C. M., & COMPTON, W. M. (2024). Household Compositions and Substance Use among Young Adults in the U.S. International journal of environmental research and public health, 21(8), 1067. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph21081067. Acesso em: 30 out. 2025.

KVILLEMO, P., HILTUNEN, L., DEMETRY, Y., CARLANDER, A. K., HANSSON, T., GRIPENBERG, J., ELGÁN, T. H., EINHORN, K., & SKOGLUND, C. (2021). How to prevent alcohol and illicit drug use among students in affluent areas: a qualitative study on motivation and attitudes towards prevention. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 16(1), 83.Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-021-00420-8. Acesso em: 30 out. 2025.

LABOSSIER, N. J., & HADLAND, S. E. (2022). Stimulant misuse among youth. Current problems in pediatric and adolescent health care, 52(9), 101265. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cppeds.2022.101265. Acesso em: 30 out. 2025.

MANU, E., DOUGLAS, M., & NTSABA, M. J. (2021). Contextual influences of illicit adolescent marijuana cultivation and trading in the Inqguza Hill local municipality of South Africa: implications for public health policy. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 16(1), 6. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-020-00338-7. Acesso em: 30 out. 2025.

MONARQUE, M., SABETTI, J., & FERRARI, M. (2023). Digital interventions for substance use disorders in young people: rapid review. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 18(1), 13.Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-023-00518-1. Acesso em: 30 out. 2025.

TINNER, L., PALMER, J. C., LLOYD, E. C., CALDWELL, D. M., MACARTHUR, G. J., DIAS, K., LANGFORD, R., REDMORE, J., WITTKOP, L., WATKINS, S. H., HICKMAN, M., & CAMPBELL, R. (2022). Individual-, family- and school-based interventions to prevent multiple risk behaviours relating to alcohol, tobacco and drug use in young people aged 8-25 years: a systematic review and meta-analysis. BMC public health, 22(1), 1111. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-022-13072-5. Acesso em: 30 out. 2025.

VELIZ, P., MCCABE, S. E., ECKNER, J. T., & SCHULENBERG, J. E. (2021). Concussion, sensation-seeking and substance use among US adolescents. Substance abuse, 42(2), 183–191. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08897077.2019.1671938. Acesso em: 30 out. 2025.

BARREIRAS E DESAFIOS NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A ADULTOS E CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Nathann Alcindo Roque[1]
Leonardo Hideki Morita[2]

Resumo – Este projeto foi desenvolvido com o intuito de direcionar o foco e a capacitação de profissionais que atuam no atendimento pré-hospitalar. Trata-se de uma revisão de literatura baseada em protocolos existentes para o atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto pré-hospitalar. O estudo foi motivado pela carência de diretrizes institucionais para um atendimento adequado e humanizado em situações de urgência e emergência

Palavras-chave: Atendimento Pré-Hospitalar; Transtorno do Espectro Autista; Comunicação Alternativa.

INTRODUÇÃO

A carência de literatura e de protocolos ético-legais específicos para o atendimento pré-hospitalar (APH) a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) motivou a realização deste estudo. Essa lacuna no conhecimento e as experiências vivenciadas em estágios no Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador (BVSC – Caçador/SC) despertaram o interesse pelo tema e serviram de base para a realização desta revisão. Neste estudo, busca-se investigar as diretrizes e os protocolos existentes para o atendimento de pessoas com TEA no APH, bem como analisar a legislação e as práticas específicas aplicadas nesse contexto.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento e interesses (Ryan, Lai e Weiss, 2018). Estima-se que a prevalência do TEA esteja aumentando globalmente, gerando impacto significativo sobre famílias, sistemas de saúde e comunidades, principalmente devido à complexidade do manejo clínico e à necessidade de intervenções especializadas (Piccininni, Bisnaire e Penner, 2017). Pacientes com TEA frequentemente apresentam comportamentos agressivos, autolesivos ou disruptivos, o que pode levar a hospitalizações desnecessárias e aumento da exposição a ambientes superestimulantes, agravando o quadro comportamental e elevando os custos do cuidado (Anderson, Lupfer e Shattuck, 2018; Deavenport-Saman et al., 2016).

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Apesar do reconhecimento crescente da importância da intervenção precoce, muitas crianças, adolescentes e jovens adultos com TEA não recebem tratamento adequado, enfrentando barreiras de acesso a serviços especializados e carência de equipes multidisciplinares capacitadas (Gabriels et al., 2012; Rutherford et al., 2018). Tal cenário evidencia a necessidade de modelos de cuidado inovadores que possibilitem intervenções efetivas e contínuas, minimizando a deterioração comportamental e promovendo a inclusão social do paciente.

Nesse contexto, surgem estratégias de cuidados intermediários, como o programa Acesso à Psiquiatria por Meio de Cuidados Intermediários (APIC), que oferece equipes móveis de profissionais capacitados para realizar intervenções comportamentais e farmacológicas baseadas em evidências em domicílios ou unidades residenciais (Cummings, Dubovsky e Ehrlich, 2020). Essas intervenções permitem a transferência do aprendizado terapêutico para a vida cotidiana, fortalecendo a continuidade do cuidado e reduzindo a necessidade de hospitalização ou de contato com sistemas de emergência médica e jurídica (Callahan et al., 2019).

A relevância teórica desse tema reside na possibilidade de ampliar o conhecimento sobre estratégias inovadoras de manejo do TEA, contribuindo para a literatura sobre cuidados intermediários, custo-efetividade e melhora dos desfechos clínicos (Kalb et al., 2012; Mandell et al., 2019). Socialmente, a implementação de modelos como o APIC tem potencial para reduzir o estresse familiar, otimizar o tempo de cuidado e promover a inclusão social de indivíduos com TEA, refletindo em benefícios diretos para famílias, profissionais de saúde e sociedade em geral.

O presente trabalho, portanto, objetiva analisar, por meio de uma revisão de literatura, os desafios e as barreiras no atendimento pré-hospitalar a pacientes com TEA, bem como examinar o impacto de intervenções específicas na melhoria da qualidade de vida desses indivíduos e de seus cuidadores.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, com foco em pesquisas e artigos recentes sobre o atendimento pré-hospitalar a pacientes com Transtorno do Espectro Autista. As buscas foram realizadas em bases de dados eletrônicas como SciELO, PubMed e na Biblioteca Digital do CBMDF, utilizando os operadores booleanos AND e OR e as seguintes Palavras-chave utilizadas nas buscas foram : "autismo e atendimento pré-hospitalar", "desafio e dificuldades no atendimento", "barreiras e desafios no atendimento pré-hospitalar", "treinamento para abordagem pré-hospitalar para pessoa autista", "identificação da criança, adolescente e adultos com autismo" .

Foram incluídos artigos publicados nos últimos 5 anos, escritos em inglês ou português, que abordassem protocolos, experiências clínicas ou estudos sobre atendimento pré-hospitalar a pessoas com TEA. Estudos que não tratassem do tema central, revisões narrativas sem foco em atendimento pré-hospitalar ou relatos de casos isolados sem aplicabilidade prática foram excluídos.

A seleção dos estudos seguiu duas etapas: inicialmente, foram avaliados os títulos e Resumos quanto à relevância para os objetivos da revisão; em seguida, os textos completos dos artigos elegíveis foram lidos para confirmação da pertinência. As informações extraídas incluíram

características do atendimento pré-hospitalar, intervenções comportamentais e farmacológicas, formação da equipe, barreiras enfrentadas, estratégias de comunicação.

Os artigos selecionados foram estudados criteriosamente, permitindo uma revisão e análise crítica das evidências disponíveis. Essa abordagem possibilitou identificar lacunas de conhecimento, melhores práticas e recomendações para o desenvolvimento de protocolos de atendimento pré-hospitalar adequados para pessoas com TEA.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil enfrenta desafios significativos, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto nos serviços de urgência e emergência. Os artigos analisados convergem na constatação de que o diagnóstico e a intervenção precoces são cruciais para o prognóstico, a qualidade de vida e a autonomia dos indivíduos com TEA. A média de idade para o diagnóstico no Brasil ainda é considerada tardia, em torno dos 5 a 6 anos, o que acarreta a perda de um tempo valioso para o aproveitamento da plasticidade cerebral infantil.

Uma das principais barreiras identificadas é a comunicação. Pacientes com TEA podem ter dificuldades na comunicação verbal e não verbal, o que compromete a interação com os socorristas em ambientes de alto estresse, como o Atendimento Pré-Hospitalar (APH). Essa limitação dificulta a coleta de informações clínicas vitais durante a anamnese, uma etapa fundamental para a tomada de decisões rápidas e seguras no atendimento de emergência.

Para superar essa barreira, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) surge como uma solução eficaz. O estudo de Fernanda Clemente Araújo (2025) conclui que o uso de ferramentas de CAA — como o Picture Exchange Communication System (PECS) e a Modelagem Apoiadora (AMI) — pode tornar a comunicação mais eficiente, humanizada e segura entre socorristas e pacientes com TEA. A pesquisa, embora teórica, sugere que a aplicação dessas técnicas no APH do CBMDF facilitaria a compreensão mútua, reduzindo o estresse do paciente e promovendo uma colaboração maior.

A aplicabilidade da CAA no APH encontra respaldo em estudos de contextos clínicos e educacionais. A pesquisa de Ferreira, Teixeira e Britto (2011) demonstra um aumento significativo nos atos comunicativos de um adulto com TEA após a implementação do PECS Adaptado e da Fala Sinalizada. Da mesma forma, o estudo de Pereira et al. (2020) com crianças também com TEA, reforça que a CAA favorece o desenvolvimento da comunicação oral e funcional. O uso de tecnologias de alta tecnologia, como tablets e aplicativos, é uma estratégia promissora devido à sua portabilidade, flexibilidade e custo reduzido em comparação com dispositivos dedicados. A literatura, portanto, afirma a hipótese de que a CAA é uma ferramenta funcional para pessoas com TEA.

No entanto, há um claro desafio na transposição dessa teoria para a prática emergencial. Embora o estudo do CBMDF (2025) proponha o uso de pranchas com pictogramas e guias visuais para o atendimento, a própria pesquisa reconhece que a eficácia desses materiais precisa ser validada em campo, em situações operacionais reais.A literatura sobre o APH e TEA ainda é

escassa, especialmente no contexto brasileiro, o que indica uma lacuna a ser preenchida por futuras pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os estudos enfatizam que o diagnóstico e o tratamento iniciados na primeira infância (até os 36 meses) levam a um melhor prognóstico. O atraso no diagnóstico é uma barreira significativa no Brasil. A falta de capacitação profissional é uma barreira comum: O despreparo dos profissionais de saúde para lidar com pessoas com TEA é citado em diferentes contextos. O estudo de Alves (2023) aponta a falta de profissionais especializados e a demora no início do tratamento no SUS. Similarmente, os estudos de Jerônimo et al. (2023) e Oliveira et al. (2025) destacam que enfermeiros não se sentem plenamente preparados para atender esse público e que a formação universitária é deficiente nessa área. O trabalho de Holanda et al. (2024) também menciona o desconhecimento dos profissionais de saúde sobre os sinais precoces de TEA como um desafio.

Além disso, os estudos apontam para a necessidade de um trabalho integrado e coordenado. No SUS, a fragmentação dos serviços e as divergências entre as abordagens (saúde mental vs. reabilitação) comprometem o acesso integral ao cuidado. O estudo sobre o CBMDF (2025) propõe a integração da CAA aos protocolos operacionais, o que representa um avanço em direção a uma abordagem inclusiva e específica para pacientes portadores do transtorno do espectro autista.

No estudo proposto pelo CBMDF (2025) é o único que se concentra na aplicação da Comunicação alternativa aumentada em um contexto de emergência (APH), propondo a criação de um guia prático para socorristas, o que é um ponto inovador na discussão. Os outros artigos se voltam mais para o diagnóstico e o tratamento em ambientes clínicos e educacionais. Assim, como no estudo de Cummings et al. (2020), embora estrangeiro, apresenta um modelo de intervenção móvel (APIC) que aborda o atendimento em ambientes residenciais e de pronto-socorro, o que se assemelha mais ao cenário do APH.

Diante o exposto, podemos considerara a pouca existência de protocolos e diretrizes nacionais que especificam e que abranjam um atendimento direcionado na abordagem e a identificação de adultos e crianças com o transtorno do espectro autista nos serviços pré-hospitalares. Percebe-se a existência de diversos protocolos para a abordagem de outras patologias que envolvem a saúde mental. No entanto, nota-se a falta de um protocolo de atendimento humanizado específico para a população com TEA, o que pode agravar o estado emocional da pessoa com durante o transporte, dificultando a anamnese e a assistência tornando um atendimento ineficaz e desumano no âmbito social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pâmela Paola Oliveira. Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública: implicações e barreiras – uma revisão narrativa. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

ARAÚJO, Fernanda Clemente. Atendimento pré-hospitalar voltado para o paciente com TEA: o uso da comunicação alternativa e aumentativa no APH. Brasília: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, 2025.

CUMMINGS, Michael R.; DUBOVSKY, Steven L.; EHRLICH, Isaac; KANDEFER, Sevie; VAN CLEVE, Janell; YIN, Yong; CRANWELL, Victoria; GORDON, Joshua; YOUNGS, Margaret. *Preliminary assessment of a novel continuum of care model for young people with autism spectrum disorders*. *Psychiatric Services*, Washington, v.71, n.12, p.1313–1316, dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1176/appi.ps.201900574

HOLANDA, Beatriz Almeida; GUIMARÃES, Islenne Martins Almeida; SILVA, Lorena Rebouças da; MACHADO, Karen Lorrany Sousa; BARBOSA, Breno Borges; MOURA, David Reis; SANTOS, Taysman Medeiros Barbosa; RIBEIRO, Kevin Bruno Alves; CARVALHO, Hugo de Oliveira Cutrim; BORGES, Juliana Almeida Ramos. *Abordando desafios na identificação e intervenção precoce no transtorno do espectro autista*. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, Maceió, v.6, n.5, p.124–134, maio 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n5p124-134

JERÔNIMO, Tatiane Garcia Zuchi; MAZZAIA, Maria Cristina; VIANA, Joseval Martins; CHISTOFOLINI, Denise Maria. *Assistência do enfermeiro(a) a crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista*. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v.36, eAPE030832, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2023AO030832

OLIVEIRA, Angelica Ribeiro Pinto de; SILVA, Liliane Faria da; SOUZA, Tania Vignuda de; GÓES, Fernanda Garcia Bezerra; MORAES, Juliana Rezende Montenegro Medeiros de. *Participação de enfermeiros na detecção de sinais de autismo infantil na Atenção Primária à Saúde*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.78, n.1, e20230530, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0530pt

ENVELHECIMENTO: SEXUALIDADE E SAÚDE

Categoria: Leituras Interdiciplinares

Ana Julia Longo Scalabrin[1]
Bianca Isganzella Conte[2]
Maria Alice Soares Regalin[3]
Maria Leticia Rodrigues França[4]
Marilia Alves Aguiar[5]
Clayton Luiz Zanella[6]

Resumo - A sexualidade é um componente fundamental da vida humana, influenciando o bem-estar físico, emocional e social em todas as fases da existência, inclusive na terceira idade. Apesar de sua importância, a sexualidade do idoso ainda é cercada por tabus e preconceitos, sendo frequentemente negligenciada pela sociedade e por profissionais de saúde. Essa invisibilidade contribui para a perpetuação de mitos, como a ideia de que idosos são assexuados, dificultando o acesso a informações e cuidados adequados. Dados recentes mostram que a população idosa permanece sexualmente ativa e vulnerável a infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações educativas específicas. Fatores como vergonha, estigmas sociais e abordagens conservadoras dos profissionais de saúde limitam o diálogo sobre o tema, comprometendo o cuidado integral. Além disso, questões de gênero agravam as desigualdades, especialmente para mulheres idosas. O reconhecimento da sexualidade como direito humano e parte essencial do envelhecimento ativo exige uma abordagem multidimensional, que valorize autonomia, prazer e dignidade dos idosos. Discutir a sexualidade na velhice é fundamental para promover saúde, qualidade de vida e respeito à diversidade no processo de envelhecimento.

Palavras-chave: Sexualidade. Idoso. ISTs. Saúde. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um aspecto essencial e constitutivo da vida humana, desempenhando papel fundamental para o bem-estar físico, emocional e social das pessoas. Segundo Khosla, Say e Temmerman (2015), a saúde sexual é indispensável à qualidade de vida, sendo parte integrante da saúde geral e influenciando diretamente o equilíbrio biopsicossocial dos indivíduos. Além disso, a sexualidade representa um componente da personalidade e se enquadra como uma

[1] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

necessidade humana básica, englobando o desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, amor e carinho (Queiroz et al., 2015).

Apesar dessa importância, a sexualidade na terceira idade ainda é um tema permeado por tabus e preconceitos. Quando o assunto é saúde sexual, há uma tendência de associá-lo exclusivamente à juventude, o que reforça uma visão limitada e discriminatória sobre o envelhecimento. Essa percepção leva à crença de que pessoas idosas seriam assexuadas ou incapazes de sentir desejo, perpetuando um pensamento socialmente equivocado (Vieira; Coutinho; Saraiva, 2016). A sociedade contemporânea, ainda marcada por estigmas e padrões rígidos de comportamento, tende a silenciar a vivência sexual do idoso, negando-lhe um direito humano básico e comprometendo o seu bem-estar integral.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a sexualidade na velhice, destacando seus desafios, significados e implicações para a prática em saúde, a fim de contribuir para a promoção de um envelhecimento ativo, digno e pleno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar dos avanços da medicina e da ampliação do acesso à informação, a abordagem da sexualidade de pessoas idosas pelos profissionais de saúde ainda é incompleta. Souza Júnior et al. (2020) apontam dois principais fatores que interferem nessa questão. O primeiro é o sentimento de vergonha vivenciado pelos próprios idosos, que muitas vezes se sentem constrangidos ao perceber que continuam a possuir desejos sexuais, contrariando os tabus impostos pela sociedade. O segundo é a postura de alguns profissionais de saúde, que, por visões conservadoras ou receio de ultrapassar limites éticos, acabam evitando abordar o tema durante as consultas. Essa postura, embora bem-intencionada, gera lacunas importantes no cuidado integral, uma vez que a sexualidade é parte essencial da saúde e do envelhecimento ativo.

A negligência quanto à abordagem da vida sexual do idoso tem consequências diretas sobre a saúde pública. O profissional de saúde, ao não incluir esse tema em suas práticas, perde uma oportunidade fundamental de promover a saúde sexual e prevenir doenças. De acordo com Dornelas Neto et al. (2016), o principal fator de risco para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em idosos é a prática sexual insegura, algo que poderia ser prevenido com uma orientação adequada. O envelhecimento populacional, aliado à persistência de tabus e à falta de diálogo sobre o tema, contribui para o aumento de casos de ISTs nessa faixa etária.

No Brasil, dados recentes confirmam essa tendência. Conforme o Sistema de Vigilância em Saúde (2022a; 2022b), entre 2012 e 2022, das 409.958 notificações de síndrome da imunodeficiência humana (Aids), 22.752 (5,6%) foram em pessoas com 60 anos ou mais. Já entre os 908.652 casos notificados de sífilis adquirida, 75.208 (8,3%) também correspondiam a idosos. Esses números demonstram que a população idosa é sexualmente ativa e, portanto, suscetível às mesmas vulnerabilidades que as demais faixas etárias, reforçando a importância de políticas de educação sexual e de prevenção voltadas a esse público.

Estudos evidenciam que uma parcela significativa dos idosos mantém uma vida sexual ativa. Mallmann et al. (2015) observaram que cerca de 68% das pessoas entrevistadas relataram continuar sexualmente ativas, o que demonstra que a sexualidade na velhice é uma realidade e

não uma exceção. Tais resultados podem estar relacionados aos avanços tecnológicos e científicos que permitem o controle de doenças crônicas, o aumento da expectativa de vida e a melhoria na qualidade de vida da população. Segundo Vieira, Santos e Duarte Neto (2023), esses fatores contribuem significativamente para a manutenção da atividade sexual na terceira idade, tornando imprescindível um direcionamento assistencial que garanta segurança, acolhimento e informação aos idosos.

No entanto, a forma como o envelhecimento é compreendido socialmente ainda influencia profundamente as vivências sexuais. Santos (2022) destaca que, no contexto patriarcal, a mulher idosa é duplamente afetada: pela idade e pelo gênero. Historicamente, a sociedade legitimou a liberdade sexual masculina e restringiu a feminina, impondo às mulheres comportamentos considerados "adequados" e "moralmente aceitáveis". Assim, a mulher idosa acaba tendo menos oportunidades de viver sua sexualidade de maneira livre e satisfatória. Essa desigualdade se reflete tanto nas atitudes dos próprios idosos quanto nas percepções sociais sobre o que é "permitido" ou "esperado" de cada gênero.

Durante o processo de envelhecimento, o corpo sofre transformações fisiológicas significativas, como a diminuição do desejo e da potência sexual, mas o significado da sexualidade na velhice vai muito além das mudanças biológicas. Soares e Meneghel (2021) enfatizam que a forma como a sexualidade é vivida depende das construções sociais e culturais de cada época. A sexualidade não se resume aos órgãos genitais ou ao ato sexual, mas envolve dimensões simbólicas, afetivas e emocionais voltadas ao prazer físico e mental. Ela também é moldada por normas sociais e regras culturais que determinam com quem, quando e de que forma tais práticas são socialmente aceitas.

A Organização Mundial da Saúde (Wordl Health Organization, 2015) define a sexualidade como um componente central do ser humano, presente ao longo de toda a vida e abrangendo sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Essa perspectiva reforça que a sexualidade não é restrita à juventude, mas uma expressão contínua da identidade humana. Negar a expressão sexual das pessoas idosas é, portanto, uma forma de violação de seus direitos fundamentais e de desumanização.

Mesmo assim, o preconceito de que os idosos são assexuados ainda persiste na sociedade contemporânea, gerando desconforto, constrangimento e silenciamento tanto entre os próprios idosos quanto entre os profissionais de saúde (Gewirtz-Meydan et al., 2018). Esse silêncio reforça a exclusão e impede que a sexualidade seja abordada de forma natural, como parte da vida e da saúde. No campo da atenção à saúde, a sexualidade do idoso tem sido frequentemente negligenciada, o que reflete a ausência de políticas públicas específicas e de formação profissional adequada sobre o tema.

Historicamente, a possibilidade de um idoso contrair o vírus da imunodeficiência humana (HIV) era considerada remota. No entanto, estudos revelam que a taxa de infecção entre idosos já supera a observada entre adolescentes, o que evidencia a vulnerabilidade dessa população e a urgência de intervenções educativas (Santos; Assis, 2011; Silva; Saldanha, 2012). Entre as explicações para esse cenário estão o aumento das práticas sexuais na velhice, o uso de

medicamentos que favorecem o desempenho sexual e, principalmente, a falta de informação sobre prevenção.

Diante desse contexto, torna-se evidente a importância de discutir a sexualidade na terceira idade sob uma perspectiva ampla e humanizada, reconhecendo-a como parte integrante da saúde e da qualidade de vida. É necessário romper com os estigmas e preconceitos que ainda cercam o tema, valorizando a autonomia e o direito dos idosos de viverem sua sexualidade de forma saudável e segura.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa interdisciplinar de artigos científicos nacionais publicados entre os anos de 2020 e 2024. O objetivo consistiu em compreender a sexualidade na terceira idade sob o enfoque da saúde, analisando as percepções, atitudes e vivências de idosos, bem como a forma como o tema é abordado por profissionais e estudantes da área da saúde.

A busca dos estudos foi realizada nas bases SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e LILACS, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "sexualidade do idoso", "vida sexual", "envelhecimento", "idoso" e "infecções sexualmente transmissíveis". Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, formando expressões como "sexualidade do idoso" AND "saúde", "vida sexual" AND "idoso" AND "infecções sexualmente transmissíveis" e "idoso" AND "sexualidade" AND "saúde pública".

Foram incluídos artigos publicados em português entre 2020 e 2024, de acesso gratuito e que abordassem a sexualidade de pessoas idosas sob o enfoque biopsicossocial. Excluíram-se estudos duplicados, incompletos, sem metodologia científica explícita ou redigidos em outros idiomas.

Após a seleção, os textos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, identificando os principais temas, convergências e divergências entre os estudos. A análise, de base temática, buscou compreender os significados atribuídos à sexualidade, ao gênero e ao envelhecimento. Por se tratar de pesquisa com fontes secundárias, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados analisados evidenciam que a sexualidade permanece ativa entre pessoas idosas, contrariando o estigma social de assexualidade nessa faixa etária. Estudos apontam que cerca de 68% dos idosos entrevistados relataram manter atividade sexual, resultado atribuído ao aumento da expectativa de vida, avanços tecnológicos e melhor controle de doenças crônicas. No Brasil, entre 2012 e 2022, 5,6% dos casos notificados de Aids e 8,3% dos casos de sífilis adquirida ocorreram em pessoas com 60 anos ou mais, segundo o Sistema de Vigilância em Saúde. Esses dados reforçam a vulnerabilidade dos idosos a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a necessidade de políticas públicas específicas.

Observou-se ainda que fatores como vergonha, estigmas sociais e abordagens conservadoras dos profissionais de saúde dificultam o diálogo sobre sexualidade, resultando em lacunas no cuidado integral. Questões de gênero também se destacaram, com mulheres idosas enfrentando maiores barreiras para vivenciar sua sexualidade de forma livre e satisfatória.

Os resultados demonstram que a sexualidade na terceira idade é uma realidade frequentemente invisibilizada por tabus e preconceitos sociais. A persistência de estigmas contribui para o silenciamento do tema, tanto entre idosos quanto entre profissionais de saúde, o que compromete a promoção da saúde sexual e a prevenção de ISTs. A elevada incidência de infecções entre idosos evidencia a necessidade de ampliar o acesso à informação e de incluir a sexualidade como pauta nas práticas de saúde.

A abordagem restrita e conservadora dos profissionais, aliada ao constrangimento dos próprios idosos, limita o cuidado integral e reforça desigualdades, especialmente de gênero. Mulheres idosas, em particular, enfrentam dupla discriminação, resultante de normas patriarcais que restringem sua liberdade sexual. Assim, torna-se fundamental adotar uma perspectiva multidimensional e humanizada, reconhecendo a sexualidade como direito humano e parte essencial do envelhecimento ativo. Políticas públicas, formação profissional e ações educativas são imprescindíveis para garantir autonomia, dignidade e qualidade de vida à população idosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade constitui um aspecto central da vida humana e deve ser reconhecida como parte integrante do envelhecimento saudável. Os dados e discussões apresentados evidenciam que, apesar de significativa parcela da população idosa manter uma vida sexual ativa, persistem tabus, preconceitos e silenciamentos que dificultam o pleno exercício desse direito. A negligência do tema por parte de profissionais de saúde e da sociedade contribui para a vulnerabilidade dos idosos, especialmente no que se refere à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e à promoção do bem-estar biopsicossocial.

É fundamental romper com estigmas e promover uma abordagem multidimensional e humanizada da sexualidade na terceira idade, valorizando a autonomia, o prazer e a dignidade dos idosos. Políticas públicas, educação em saúde e formação adequada dos profissionais são estratégias essenciais para garantir o cuidado integral e o respeito à diversidade das experiências sexuais na velhice. Ao reconhecer a sexualidade como direito humano, contribui-se para um envelhecimento mais ativo, digno e pleno, promovendo saúde, qualidade de vida e inclusão social para a população idosa.

REFERÊNCIAS

BUENO, Giovanna Hass; CAMPOS, Claudinei José Gomes; TURATO, Egberto Ribeiro; PASCHOAL, Ilma Aparecida; MARTINS, Luiz Cláudio. Vivências de idosos com doença pulmonar crônica em uso de oxigenoterapia domiciliar prolongada no relacionamento amoroso e sexual. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 26, e230085, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-22562023026.230085.pt. Acesso em: 31 out. 2025.

NIEROTKA, Rosane Paula; FERRETTI, Fátima Kremer; PORTELLA, Marilene Rodrigues; ZUGE, Samuel Spiegelberg. Vivências de idosos com HIV: dando voz e visibilidade às suas histórias. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 29, e127799, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2316-2171.127799. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, Iara de França. Atitudes e conhecimentos de idosos sobre intercurso sexual no envelhecimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 42, e235106, p. 1–11, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003235106. Acesso em: 31 out. 2025.

SOARES, Konrad Gutterres; MENEGHEL, Stela Nazareth. O silêncio da sexualidade em idosos dependentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 129–136, jan. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.30772020. Acesso em: 31 out. 2025.VIEIRA, Yanna Kessia dos Santos; SANTOS, Denise Alves; DUARTE NETO, Neemias Costa. Vida sexual e as infecções sexualmente transmissíveis após os 60 anos: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, Itajubá, v. 12, n. 1, e25412139756, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i1.39756. Acesso em: 31 out. 2025.

HIPERTENSÃO NA TERCEIRA IDADE: IMPACTO NO ENVELHECIMENTO E PREVENÇÃO DE COMPLICAÇÕES

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Débora Elíbio de Oliveira[1]
Francisco Assis dos Anjos Neto[2]
Julia Panassolo Baldissera[3]
Clayton Luiz Zanella[4]

Resumo – O processo de envelhecimento está relacionado a alterações fisiológicas que comprometem o controle da pressão arterial, tornando a hipertensão arterial uma das principais causas de morbimortalidade em pessoas idosas. Essas mudanças naturais, associadas a hábitos de vida inadequados, contribuem para o aumento da pressão arterial e para o surgimento de complicações cardiovasculares, renais e neurológicas. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar o impacto da hipertensão arterial na terceira idade e identificar as principais estratégias de prevenção e de controle de suas complicações, com ênfase no papel da Atenção Primária em Saúde. Dessa forma, esse estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, a qual foi realizada por meio de cartilhas do Ministério da Saúde, de Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial e nas principais bases de dados, como a PubMed e a Biblioteca Virtual em Saúde. Os resultados demonstraram que o diagnóstico precoce, o acompanhamento contínuo e a educação em saúde são fatores fundamentais para o controle efetivo da hipertensão arterial e para a prevenção de agravos. Ainda, a atuação multiprofissional, o acolhimento humanizado e a adoção de hábitos saudáveis fortalecem o protagonismo da pessoa idosa no autocuidado, favorecendo um envelhecimento mais ativo, saudável e com qualidade de vida.

Palavras-chave: Pessoa idosa. Hipertensão arterial. Complicações. Prevenção.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população tem aumentado nas últimas décadas, resultando na prevalência de doenças crônicas, especialmente da hipertensão arterial sistêmica (HAS), que representa uma das principais causas de morte na terceira idade. O processo de envelhecimento promove alterações fisiológicas, como o aumento da rigidez arterial e a redução da elasticidade vascular, que contribuem para a elevação da pressão arterial (Feng et al., 2024). Tais alterações fisiológicas, relacionadas ao envelhecimento, também estão ligadas aos hábitos alimentares

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

inadequados, ao sedentarismo e até mesmo ao estresse da vida moderna, e favorecem o surgimento da hipertensão e o aumento do risco de complicações cardiovasculares.

A hipertensão, por ser uma condição definida por elevação contínua da pressão arterial, está associada a complicações graves. É também conhecida como a principal causa evitável de morte prematura no mundo e representa o fator de risco modificável mais significativo para eventos cardiovasculares, para a insuficiência cardíaca e para o acidente vascular cerebral. A gestão da HAS deve levar em conta que os fatores de risco estão classificados em não modificáveis, como a idade e o sexo, e em modificáveis, que incluem o excesso de peso, a ingestão de sal, o consumo de álcool e o sedentarismo (Lima et al., 2025).

A prevalência de hipertensão arterial sistêmica em pessoas idosas no Brasil é alta, chegando a ser superior a 60% dessa população, o que reforça a importância de estratégias de prevenção e controle (Lima et al., 2025). Com a necessidade de integrar o conhecimento sobre o impacto da HAS na população idosa, a problematização central está em como o manejo adequado da hipertensão pode diminuir o declínio e as complicações funcionais, promovendo um envelhecimento saudável.

A justificativa para esta abordagem reside na relevância de consolidar as evidências mais atuais sobre a interconexão entre a HAS e o processo de envelhecimento. Desta forma, o objetivo geral é analisar o impacto da hipertensão arterial sistêmica no envelhecimento e as principais estratégias de prevenção de complicações na terceira idade.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, a qual foi realizada pelos discentes da segunda fase do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). A escolha de realizar uma pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de abranger toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e, também, porque a sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (Lakatos, 2021). Portanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da hipertensão arterial sistêmica no envelhecimento e as principais estratégias de prevenção de complicações na terceira idade.

Para isso, as pesquisas foram realizadas nas principais bases de dados indexadas, por meio de plataformas digitais como a PubMed e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e, ainda, foram utilizadas cartilhas do Ministério da Saúde e Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. Dessa forma, nas bases de dados, utilizou-se descritores e sinônimos para a estratégia de busca, sendo os principais "hypertension", "elderly" e "death" na PubMed e "hipertensão", "pressão arterial elevada", "idosos" e "morte" na BVS. Em ambas as bases de dados foi realizada a combinação dos descritores e seus sinônimos com os booleanos AND (entre os descritores) e OR (entre os sinônimos). Diante disso, foram definidos como critérios de escolha artigos publicados nos últimos 5 anos e que fossem da língua portuguesa ou da língua inglesa. Por fim, como o estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, não foram necessários o envio e a autorização do Comitê de Ética para a realização da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento é um processo biológico natural, caracterizado por alterações graduais, que resultam em perda funcional e maior vulnerabilidade às doenças. Esse processo se manifesta de diversas formas, ou seja, indivíduos da mesma idade podem apresentar graus diferentes de envelhecimento celular e funcional, influenciados por fatores genéticos, ambientais e de estilo de vida. Já a senescência, é a fase associada ao envelhecimento fisiológico, envolve modificações estruturais e metabólicas cumulativas que afetam a homeostase e a capacidade do organismo (Feng et al., 2024).

Durante o processo de envelhecimento, o sistema cardiovascular sofre alterações estruturais e funcionais, como a diminuição da elasticidade e o aumento da rigidez vascular, o que contribui para o aumento da pressão arterial. Outro fator que contribui para a hipertensão na terceira idade é a associação dessa disfunção endotelial com a redução de mecanismos que regulam a pressão, a exemplo dos barorreceptores. Ainda, a função renal também é comprometida com o passar dos anos, o que reduz a filtração do sangue e a eliminação de água e de sódio, favorecendo a retenção de líquidos e o aumento de volume circulante (Barroso et al., 2020). Além de fatores estruturais e funcionais dos órgãos, a hipertensão arterial pode ser desenvolvida ou agravada por diversos hábitos não saudáveis, a exemplo do consumo excessivo de sal e de gorduras nos alimentos e a falta de prática de atividades físicas. Desse modo, torna-se visível que o aumento da pressão arterial em pessoas idosas se deve a múltiplos fatores, o que torna o seu controle ainda mais complexo.

Diante desse aspecto, a hipertensão arterial, na terceira idade, é uma condição de grande relevância clínica, pois aumenta significativamente o risco de complicações. O controle inadequado da pressão arterial pode levar ao acidente vascular cerebral (AVC), infarto do miocárdio e insuficiência cardíaca, doenças que estão entre as principais causas de morbimortalidade em pessoas idosas. Além dessas repercussões, ocorre também o comprometimento renal progressivo, que pode evoluir para Doença Renal Crônica (DRC) e exigir terapias substitutivas como a dialítica. A hipertensão persistente compromete ainda o sistema nervoso central, contribuindo para o declínio cognitivo e o surgimento de demência vascular (Barroso et al., 2020).

Ainda, a hipertensão arterial sistêmica, presente na terceira idade, pode ocasionar diversos fatores de risco para a saúde mental, física, cognitiva e social do indivíduo (Oliveira, 2022). Diante disso, pessoas idosas com a pressão arterial elevada podem apresentar piora no desempenho funcional, o que prejudica a realização de atividades diárias, como ter dificuldade para caminhar e para estabilizar a postura, isso limita a sua autonomia e reduz a sua qualidade de vida. Ainda, questões emocionais, como o estresse crônico, e questões socioeconômicas, a exemplo da baixa escolaridade e de condições financeiras, podem dificultar o acesso aos serviços de saúde e prejudicar a adesão ao tratamento, o que piora o quadro de HAS e o manejo terapêutico.

Sob esse viés, a avaliação da pessoa idosa com suspeita ou com o diagnóstico de hipertensão arterial, deve-se iniciar com uma anamnese detalhada, abordando a queixa principal, o histórico prévio, os hábitos alimentares e o estilo de vida. Em seguida, o exame físico deve ser minucioso, com a aferição correta e repetida da pressão arterial e da frequência cardíaca. Essa medida deve ser feita com o paciente em repouso, utilizando manguito adequado e avaliando

ambos os braços. Ainda, o diagnóstico não deve ser feito com base em uma única aferição, sendo recomendadas a Monitorização Ambulatorial (MAPA) e a Monitorização Residencial da Pressão Arterial (MRPA) para confirmação. Além disso, é fundamental, no exame físico, realizar a ausculta cardíaca, a palpação de carótidas e a verificação dos pulsos periféricos. Por fim, a avaliação clínica deve incluir medidas antropométricas, como peso, altura, índice de massa corporal (IMC) e circunferência abdominal. Exames laboratoriais, como glicemia, perfil lipídico, creatinina, potássio, ácido úrico, urina e eletrocardiograma, auxiliam na identificação de causas secundárias, na avaliação de lesões e na definição da conduta terapêutica adequada (Barroso et al., 2020).

Portanto, para a prevenção e o controle da hipertensão arterial na terceira idade é necessário envolver um conjunto de estratégias que incluem medidas não farmacológicas, adesão ao tratamento e ações educativas em saúde. As intervenções não farmacológicas são essenciais para reduzir os riscos e auxiliar no controle da pressão arterial. Entre elas, destaca-se a alimentação saudável, com aumento do consumo de frutas, de verduras, de grãos integrais e a redução na ingestão de sal, de gorduras saturadas e de alimentos ultraprocessados. A prática regular de atividade física também é indispensável, contribuindo para o controle do peso, para a melhora da função cardiovascular e para a redução dos níveis pressóricos. Além disso, a moderação no consumo de álcool e a cessação do tabagismo são medidas importantes para a prevenção de complicações. A adesão ao tratamento é outro fator determinante, pois muitos pacientes interrompem o uso de medicamentos por se sentirem assintomáticos, o que eleva o risco de eventos cardiovasculares (Barroso et al., 2020).

Diante disso, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume como princípio central o cuidado voltado à pessoa idosa em sua integralidade. Por meio do acolhimento e da escuta ativa, o profissional ultrapassa a visão restrita da doença, buscando compreender as necessidades, limitações e desafios presentes na vida do indivíduo. Esse processo favorece o fortalecimento da autonomia da pessoa idosa, estimulando o seu protagonismo no cuidado com sua própria saúde (Ministério da Saúde, 2025). Dessa forma, ao estar inserida no território e próxima da comunidade, a Atenção Primária garante um cuidado contínuo, baseado na educação em saúde e na prevenção de agravos. Além disso, a atuação da equipe multiprofissional requer estratégias que favoreçam a adesão ao tratamento, como os grupos Hiperdia, que promovem a troca de experiências entre os usuários, possibilitando o compartilhamento de dificuldades e o esclarecimento de dúvidas. Outra prática essencial é a visita domiciliar, que permite acompanhar de perto o processo de cuidado, avaliar a adesão farmacológica e observar as condições de vida do paciente, fortalecendo o vínculo entre equipe e comunidade (Ministério da Saúde, 2006).

Dessa maneira, a assistência em saúde na terceira idade se caracteriza como um trabalho coletivo, articulado e complexo, no qual a interdisciplinaridade e a multiprofissionalidade são fundamentais. Nesse contexto, existem tanto atribuições comuns a todos os membros da equipe quanto responsabilidades específicas de cada categoria profissional, que se complementam na construção do cuidado integral (Barroso et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo natural de envelhecimento, associado a hábitos não saudáveis, contribui para o desenvolvimento ou para o agravamento da hipertensão arterial sistêmica (HAS) na terceira

idade. Desse modo, a pressão arterial elevada em pessoas idosas é um grave problema para a área da saúde, visto que essa doença pode impactar negativamente na funcionalidade, na saúde mental e nas condições socioeconômicas do paciente, além de aumentar os riscos para complicações, a exemplo de doenças cardiovasculares, renais e cerebrovasculares.

Diante do exposto, é imprescindível que a pessoa idosa hipertensa possua um cuidado integral pela equipe multiprofissional, para que os riscos de complicações sejam diminuídos e para a promoção de uma melhor qualidade de vida. Além disso, é fundamental que a educação em saúde seja realizada para a população idosa, pois manter hábitos saudáveis, como a prática de atividades físicas, a alimentação balanceada e o controle do peso corporal, pode prevenir e regular a pressão arterial. Portanto, a pressão arterial elevada na terceira idade por ser uma doença que envolve múltiplos fatores, é essencial ampliar os debates sobre o assunto, promover campanhas educativas em saúde e fortalecer as políticas públicas voltadas a essa população, para que seja garantido um envelhecimento saudável, autônomo e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Weimar Kunz Sebba *et al*. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, n. 3, p. 516-658, 2021. Disponível em: http://departamentos.cardiol.br/sbc-dha/profissional/pdf/Diretriz-HAS-2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica15.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br . Acesso em: 20 out. 2025.

FENG, Yuntao; LIN, Hao; TAN, Hongwei; LIU, Xuebo. Heterogeneity of aging and mortality risk among individuals with hypertension: insights from phenotypic age and phenotypic age acceleration. Journal of Nutrition, Health & Aging, [S.l.], v. 28, n. 5, p. 100203, maio 2024.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p. 49. ISBN 9788597026580. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/. Acesso em: 20 out. 2025.

LIMA, Jaine Magalhães Paz de; LAVÔR, Layanne Cristina de Carvalho; SOUSA, Rosana Rodrigues de; *et al*. Hipertensão arterial sistêmica em idosos e fatores associados: estudo de base populacional. Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, e33020142, 2025.

OLIVEIRA, Isabela Martins. Incidência, fatores associados e desfechos relacionados à

hipertensão arterial em idosos de São Paulo: Estudo SABE. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO MÉDICA COM PESSOAS IDOSAS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Diorges Muniz Rabello[1]
Fabian Franz Todescato[2]
Juliano Nascimento dos Passos[3]
Matheus Zanatta[4]
Rodrigo Sartor Debastiani[5]
Clayton Luiz Zanella[6]

Resumo: O envelhecimento populacional no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, exigindo uma reestruturação dos serviços de saúde e novas abordagens na atuação médica. Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos profissionais da medicina no cuidado com pessoas idosas, considerando aspectos clínicos, éticos e sociais. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, relatórios do Ministério da Saúde e publicações da Organização Mundial da Saúde, com enfoque qualitativo e descritivo.

Os resultados indicam que os médicos enfrentam dificuldades relacionadas à polifarmácia, às doenças crônicas múltiplas, à comunicação com o paciente idoso e à carência de formação específica em geriatria. Além disso, há desafios estruturais nos serviços de saúde, como a falta de recursos humanos e de políticas públicas adequadas para o envelhecimento saudável. Conclui-se que é essencial investir em capacitação médica, políticas integradas de atenção ao idoso e abordagens centradas no cuidado humanizado, visando garantir qualidade de vida e dignidade à população envelhecida.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional. Atenção médica. Geriatria.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que vem se acentuando de forma significativa nas últimas décadas, e o Brasil acompanha essa tendência. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística "estima-se que, até 2050, cerca de 30% da população brasileira será composta por pessoas com 60 anos ou mais" (IBGE, 2023, p. 27). Esse cenário traz impactos profundos para a sociedade e, especialmente, para o sistema de saúde, que precisa se

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

adaptar às novas demandas decorrentes das doenças crônicas, da dependência funcional e da necessidade de cuidados prolongados. Conforme destacado, "o envelhecimento populacional é uma conquista social, mas também um grande desafio para os sistemas de saúde que ainda estão voltados para o cuidado agudo e curativo" (Veras, 2019, p. 15).

A problematização central deste estudo refere-se às dificuldades enfrentadas pela prática médica diante da complexidade do cuidado ao idoso. O avanço da idade está frequentemente associado à presença de múltiplas comorbidades, ao uso de diversos medicamentos e à necessidade de uma abordagem integral, que vá além do tratamento de doenças isoladas. "No entanto, muitos profissionais ainda não possuem formação adequada em geriatria ou gerontologia, o que compromete a qualidade do atendimento e o acolhimento humanizado ao idoso" (Silva; Andrade, 2021, p. 42).

A pesquisa justifica-se pela urgência em compreender e aprimorar a atuação médica frente ao envelhecimento populacional, considerando suas dimensões clínicas, éticas e sociais. O objetivo principal é analisar os desafios enfrentados pelos médicos no cuidado com pessoas idosas no Brasil, ressaltando a importância da capacitação profissional, da interdisciplinaridade e da implementação de políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável. Dessa forma, o estudo busca contribuir para o debate sobre a humanização do cuidado e a promoção de uma medicina mais sensível às necessidades da população idosa.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica, realizada a partir de produções científicas já publicadas, com o objetivo de analisar e interpretar conhecimentos disponíveis sobre o tema do envelhecimento populacional e os desafios enfrentados pelos profissionais da medicina no cuidado com pessoas idosas.

A pesquisa bibliográfica consiste em um processo sistemático de levantamento, seleção, leitura e análise de obras, artigos e documentos que abordam o fenômeno estudado, permitindo a construção de um referencial teórico crítico e fundamentado. Em uma perspectiva interpretativa, esse tipo de pesquisa visa compreender o objeto de estudo a partir do diálogo com autores que já o investigaram, possibilitando novas sínteses e reflexões.

A abordagem adotada foi qualitativa e descritiva, buscando interpretar os conteúdos identificados nas fontes selecionadas de forma contextualizada e interdisciplinar, relacionando aspectos clínicos, éticos e sociais do envelhecimento com as práticas médicas contemporâneas. O local de referência da pesquisa é o Brasil, considerando o contexto demográfico e social do envelhecimento populacional brasileiro, com ênfase nos desafios enfrentados pelo sistema de saúde e pelos profissionais da medicina.

A população de interesse compreende os profissionais da área médica e as pessoas idosas atendidas nos serviços de saúde, enquanto a amostra foi composta por publicações nacionais e internacionais relevantes sobre o tema, incluindo artigos científicos, relatórios do Ministério da Saúde, publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e estudos disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES.

As técnicas de coleta de dados envolveram a busca por títulos, Resumos e Palavras-chave relacionados aos termos "envelhecimento populacional", "atuação médica", "geriatria", "atenção à saúde do idoso" e "políticas públicas de saúde", utilizando filtros de relevância e atualidade.

A metodologia de análise dos dados foi de natureza interpretativa, centrada na leitura crítica e comparativa dos textos selecionados. A análise considerou as convergências e divergências entre autores, possibilitando identificar os principais desafios e perspectivas do cuidado médico voltado à população idosa no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No panorama demográfico brasileiro, o envelhecimento da população já não é uma previsão distante: é realidade. As projeções mais recentes mostram um aumento expressivo da parcela de pessoas com 60 anos ou mais, e isso tem pressionado os modelos de atenção à saúde, que precisam se reinventar para responder a demandas mais prolongadas e complexas (IBGE, 2023). Em vez de consultas episódicas, amplia-se a necessidade de acompanhamento longitudinal, avaliações funcionais e planos que considerem o contexto de vida do idoso, não apenas a doença (IBGE, 2023).

Esse novo desenho populacional expõe fragilidades do modelo de atenção vigente, ainda fortemente orientado ao atendimento agudo e hospitalar, o que dificulta o manejo contínuo de problemas crônicos e a promoção de ações preventivas e reabilitadoras para a pessoa idosa. Veras e Oliveira (2018) descrevem essa tensão ao destacar a demanda por cuidado longitudinal que o sistema, na prática, ainda tem dificuldades de oferecer. Em consultórios e unidades, essa lacuna manifesta-se por meio de encaminhamentos repetidos, quebra da continuidade do acompanhamento e, muitas vezes, em intervenções mais invasivas do que seriam necessárias caso houvesse um acompanhamento regular (Veras; Oliveira, 2018).

Na formação médica, a ausência de ênfase em geriatria e gerontologia é um ponto recorrente na literatura. Muitos cursos e programas ainda não contemplam, de forma suficiente, conteúdos sobre avaliação funcional, manejo da fragilidade, decisões referentes à desprescrição e comunicação em situações de declínio cognitivo ou sensorial (Silva; Andrade, 2021). Essa lacuna resulta em profissionais tecnicamente preparados para o manejo de doenças agudas, mas menos preparados para decisões que envolvem priorização entre qualidade de vida, carga terapêutica e objetivos pessoais dos pacientes decisões que demandam tempo, diálogo e reflexão ética (Silva; Andrade, 2021).

A polifarmácia e a multimorbidade ilustram, na prática, como a combinação de lacunas formativas e de modelo gera problemas concretos. Idosos frequentemente chegam aos serviços com prescrições acumuladas de diferentes especialistas; essa sobreposição aumenta a chance de interações medicamentosas e eventos adversos, além de elevar a ocorrência de internações potencialmente evitáveis (Veras; Oliveira, 2018).

A revisão criteriosa da terapêutica, a desprescrição quando adequada e a priorização da prescrição racional exigem mais do que conhecimento: necessitam de tempo clínico, acesso a histórico consolidado e equipes que possibilitem discussão e tomada de decisão conjunta -

recursos que nem sempre estão disponíveis nas rotinas da atenção primária e dos serviços especializados (Veras; Oliveira, 2018).

As barreiras de comunicação também comprometem a efetividade do cuidado. Perda auditiva, alterações cognitivas e diferenças culturais ou geracionais tornam a conversa clínica mais complexa do que costuma parecer. Estudos indicam que medidas simples, falar pausadamente, verificar a compreensão, usar linguagem acessível e envolver familiares quando necessário, têm impacto real na adesão ao tratamento e no fortalecimento do vínculo terapêutico (Silva; Andrade, 2021). Pequenas adaptações comunicacionais podem, muitas vezes, reduzir retornos desnecessários e facilitar a adesão a medidas não farmacológicas essenciais para a manutenção da funcionalidade.

A interdisciplinaridade surge como abordagem recorrente e essencial. O cuidado centrado na funcionalidade e na autonomia do idoso exige diálogo entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais. Silva e Andrade (2021) enfatizam que equipes integradas conseguem mapear necessidades que um único profissional não alcança, por exemplo, quando a limitação funcional demanda intervenção fisioterapêutica simultaneamente à revisão medicamentosa e ao suporte social. Contudo, a implementação desse ideal enfrenta barreiras práticas: ausência de protocolos compartilhados, fluxos de comunicação frágeis entre níveis de atenção e déficit de profissionais capacitados para atuar em equipe (Silva; Andrade, 2021; Veras; Oliveira, 2018).

Outro aspecto relevante é a heterogeneidade regional do processo de envelhecimento. A transição demográfica não ocorre de forma uniforme: comunidades com menos recursos, serviços com infraestrutura precária e populações em maior vulnerabilidade social enfrentam obstáculos adicionais para acessar cuidado qualificado. Assim, propostas de reorganização do cuidado precisam ser sensíveis ao contexto local e adaptadas às realidades territoriais, caso contrário correm o risco de reproduzir desigualdades em vez de mitigá-las (IBGE, 2023).

Diante do conjunto de evidências, as recomendações que se destacam são claras, embora desafiadoras: ampliar a formação em geriatria na graduação e na educação continuada; estabelecer rotinas regulares de revisão de medicamentos; promover práticas de comunicação centradas no paciente; e desenhar fluxos que favoreçam a articulação entre atenção primária, média complexidade e reabilitação (Silva; Andrade, 2021; Veras; Oliveira, 2018; IBGE, 2023). Tais medidas exigem coordenação entre ensino, gestão e políticas públicas, bem como reconhecimento de que investir em cuidado continuado é investir em prevenção, em qualidade de vida e na redução do uso de serviços de alta complexidade no médio prazo.

Por fim, a reflexão proposta pela literatura sugere que a transformação necessária é tanto técnica quanto cultural: é preciso deslocar a visão coletiva de gestores, profissionais e sociedade, de um olhar que enxerga o envelhecimento apenas como problema, para um olhar que o acolhe como etapa da vida com necessidades e potencialidades específicas. Colocar a pessoa idosa no centro das decisões implica ouvir suas preferências, priorizar funcionalidade e dignidade, e organizar sistemas de cuidado que permitam a prática de um cuidado verdadeiramente humanizado (IBGE, 2023).

Em suma, os achados convergem para a visão de que o cuidado ao idoso demanda respostas integradas que unam formação, práticas clínicas centradas na funcionalidade e mudanças estruturais nos serviços de saúde, apontando caminhos para intervenções que possam melhorar a resolutividade e a humanização do atendimento (Silva; Andrade, 2021; Veras; Oliveira, 2018; IBGE, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu o objetivo de mapear e discutir os principais desafios da atuação médica com pessoas idosas no Brasil, evidenciando que a complexidade do cuidado exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, tempo e articulação em rede. Para além das lacunas formativas e das limitações estruturais, há uma demanda ética por práticas que preservem a dignidade, a autonomia e a funcionalidade do idoso.

Ressalta-se, contudo, que o tema demanda aprofundamento. Tornam-se necessárias pesquisas que avaliem intervenções educativas em geriatria, modelos assistenciais integrados e estratégias efetivas de redução da polifarmácia em diferentes níveis de atenção. Somente por meio de ações coordenadas entre ensino, gestão e prática será possível construir um atendimento médico que responda com humanidade e eficiência ao envelhecimento populacional.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação: revisão 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 out. 2025.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda *et al.* Envelhecimento e saúde coletiva: Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (ELSI-Brasil). **Revista de Saúde Pública**, v. 52, supl. 2, p. 2s, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.201805200supl2ap. Acesso em: 23 out. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **No Brasil, prevalência de quedas entre idosos em áreas urbanas é de 25%.** Brasília: Ministério da Saúde, 24 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/no-brasil-prevalencia-de-quedas-entre-idosos-em-areas-urbanas-e-de-25. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, Ana Paula; ANDRADE, João Marcos. Desafios da prática médica no cuidado à pessoa idosa: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde e Envelhecimento**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 40-45, ago. 2021. Disponível em: https://www.revistasaudeenvelhecimento.com.br. Acesso em: 23 out. 2025.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Marcelo. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 324-332, jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg. Acesso em: 23 out. 2025.

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA MEDICINA NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Aghata Bortoletti dos Santos[1]
Lara Gabriela Schulze Santos Bacci[2]
Maria Luisa Bonessi de Macedo[3]
Clayton Luiz Zanella[4]

Resumo – O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente que impõe desafios à prática médica, exigindo atenção não apenas ao tratamento clínico, mas também à promoção da autonomia, dignidade e direitos da pessoa idosa. Este estudo tem como objetivo refletir sobre o papel da medicina na efetivação desses direitos, considerando dimensões sociais, legais e humanas no cuidado. Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na análise de artigos científicos da base de dados PubMed, focando em temas como saúde, dignidade, autonomia e cidadania na terceira idade. Os resultados indicam que a prática médica deve ir além do atendimento técnico, incorporando cuidado humanizado, respeito à identidade e às escolhas, e atenção especial às situações de vulnerabilidade física ou mental. Elementos como comunicação clara, empatia e preservação da privacidade são essenciais para assegurar a dignidade no cuidado. Conclui-se que a medicina, ao combinar competência técnica com sensibilidade social e ética, pode se tornar um instrumento eficaz de proteção e promoção dos direitos humanos, garantindo que o envelhecimento seja vivido com reconhecimento, respeito e dignidade.

Palavras-chave: Envelhecimento. Dignidade. Direitos Humanos. Medicina. Autonomia da pessoa idosa.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade cada vez mais presente em todo o mundo e traz consigo importantes desafios éticos, sociais e clínicos para a medicina contemporânea. Com o aumento da expectativa de vida, associado a maior incidência de doenças crônicas e transtornos mentais, emerge a necessidade de promover uma atenção integral que assegure a autonomia, dignidade e os direitos da pessoa idosa. De acordo com Banerjee et al., 2021, a dignidade é um conceito multidimensional, permeado pela independência,

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

inclusão social, justiça, respeito e reconhecimento da identidade do indivíduo, essencial à saúde mental e à qualidade de vida na terceira idade. No entanto, a prática médica tende a negligenciar tal dimensão, tratando-a como um ideal abstrato e não um princípio ético, o que demonstra a necessidade da reflexão do papel da medicina diante das vulnerabilidades do envelhecimento.

Nesse contexto, a relevância social e teórica do presente estudo, aliada às evidências de Zhang et al., (2022), destaca a importância de considerar a autonomia e o direito à informação como componentes centrais do cuidado. A pesquisa revela fatores culturais e familiares como determinantes da decisão de comunicar ou não o diagnóstico ao paciente longevo, comprometendo o seu protagonismo no próprio processo de cuidado. Ao identificar diferentes perfis de atitude - desde aqueles que valorizam a transparência até os que optam pelo silêncio - os autores destacam a necessidade de uma prática médica empática e humanizada, sensível às dimensões éticas da comunicação. Esses achados aprofundam o debate sobre o conceito de dignidade, ao evidenciar que o respeito às escolhas, valores e singularidades da pessoa idosa deve ser reconhecido como um princípio central e indispensável na prática da assistência geriátrica.

Considerando que o envelhecimento é um processo contínuo e inevitável, torna-se imprescindível repensar os modelos de cuidado e as concepções de justiça social que sustentam as práticas em saúde. Autores como Lanoix (2021), discutem a abordagem prudencial de Norman Daniels, filósofo americano que ressalta que muitas teorias tradicionais sobre saúde e equidade ainda não contemplam plenamente as particularidades e vulnerabilidades da velhice. A responsável pela pesquisa destaca que a manutenção da dignidade e da autonomia depende do acesso a cuidados adequados, incluindo o suporte às atividades de autocuidado e aos cuidados prolongados. Essa perspectiva salienta que o avanço da idade deve ser compreendido como um fenômeno natural e humano, demandando políticas e práticas que assegurem uma velhice digna, ativa e socialmente valorizada.

O presente estudo se justifica pela necessidade de compreender o papel da medicina na efetivação dos direitos da pessoa idosa, especialmente diante do acelerado processo de envelhecimento populacional e das transformações sociais que o acompanham. A atuação médica ultrapassa o âmbito clínico, abrangendo também aspectos éticos, legais e sociais voltados à proteção integral desse grupo etário. Assim, esta investigação propõe-se a integrar os aspectos jurídicos e éticos da proteção à pessoa idosa com a prática médica, reconhecendo a importância dessa profissão como instrumento de defesa e promoção dos direitos humanos na velhice.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, cujo objetivo consiste em mapear e analisar produções científicas que abordam a interface entre direitos humanos, dignidade, autonomia e cidadania de pessoas idosas no campo da saúde. Considera-se que, conforme apontam Banerjee et al. (2021), a preservação da dignidade em contextos de vulnerabilidade, especialmente entre pessoas idosas, constitui um aspecto central da prática clínica e ética, reforçando a necessidade de reflexões que articulem a medicina e os direitos humanos no envelhecimento. As buscas bibliográficas foram realizadas na base de dados PubMed, reconhecida por sua credibilidade científica e ampla disponibilidade de acervos acadêmicos. Foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) combinados pelos operadores booleanos AND e OR, resultando na estratégia: ("human rights" OR "social justice" OR "legal protection") AND ("older adults" OR "elderly" OR "aged" OR "older persons") AND ("right to health" OR "dignity" OR "autonomy" OR "citizenship").

Considerando a baixa atenção científica dedicada ao tema nos últimos anos, optou-se por expandir o recorte temporal para o período de 2006 a 2025, de modo a abranger um número mais representativo de publicações e permitir uma análise mais ampla das tendências e lacunas sobre o tema. Foram incluídas publicações em português e inglês, disponíveis em texto completo e relacionadas diretamente ao envelhecimento e aos direitos humanos na saúde, excluindo-se artigos duplicados e de enfoque exclusivamente jurídico. Os resultados foram analisados de forma crítica e interpretativa, buscando identificar tendências conceituais, lacunas e desafios contemporâneos à promoção da dignidade e à proteção dos direitos da pessoa idosa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados evidencia que a relação entre a medicina e os direitos humanos de pessoas idosas transcende o campo clínico e se insere em um domínio ético e social mais amplo. As investigações de Calnan et al. (2006) apontam que o envelhecimento impõe à prática médica o desafio de equilibrar o rigor técnico com princípios fundamentais como autonomia, dignidade e justiça. Em linhas gerais, os resultados revelam que a experiência de envelhecer é marcada por tensões entre vulnerabilidade e reconhecimento, e que o modo como a medicina responde a essas tensões define sua capacidade de atuar como promotora ou violadora dos direitos humanos.

No estudo de Webster et al. (2009), observa-se que a dignidade ocupa um papel central na percepção do cuidado entre pessoas idosas. Os participantes destacaram a autonomia, a preservação da identidade pessoal, o respeito e a privacidade como fatores indispensáveis para a manutenção da dignidade durante o atendimento médico e hospitalar. As situações em que esses elementos eram negligenciados, como a exposição corporal indevida, o tratamento infantilizado ou a falta de escuta, foram descritas como formas de desrespeito e humilhação. Essa constatação reforça que a medicina, ao focar exclusivamente na doença e no corpo biológico, corre o risco de reduzir a pessoa idosa à condição de objeto terapêutico, apagando sua subjetividade e seus direitos.

As reflexões teóricas de Jecker (2021) ampliam o debate sobre justiça intergeracional nas sociedades contemporâneas ao propor uma distinção entre uma visão "instantânea" e uma visão "em movimento" de justiça. A primeira compara grupos etários em um mesmo momento

histórico, enquanto a segunda considera o curso da vida e defende uma distribuição equitativa de oportunidades ao longo do tempo. Essa abordagem reconhece a velhice como uma fase que exige políticas e práticas médicas capazes de garantir bem-estar, participação e continuidade.

Por sua vez, Lanoix (2021) revisita o modelo de justiça em saúde de Norman Daniels e critica a noção de "funcionamento normal da espécie", apontando que esse paradigma tende a excluir as especificidades do envelhecimento. A autora propõe a teoria das capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum como uma lente mais adequada para compreender o valor da vida idosa, por reconhecer que a saúde não se limita à ausência de doença, mas à possibilidade de viver conforme as próprias escolhas e condições.

O estudo de Kotzé et al. (2022) aprofunda a discussão ao abordar o cuidado de fim de vida em transtornos mentais graves. Os autores demonstram que, apesar da frequente desvalorização da autonomia desses pacientes, a maioria ainda mantém capacidade de decisão sobre os próprios cuidados. Esse achado questiona a associação entre vulnerabilidade psíquica e incapacidade moral, reforçando que a autonomia deve ser analisada caso a caso. Nessa perspectiva, a medicina tem o dever ético de combater o etarismo e assegurar decisões clínicas participativas, em consonância com a Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas (2015), que reconhece a autodeterminação e o direito à escolha informada como fundamentos do envelhecimento digno.

As contribuições de Cohen-Mansfield (2021) também ampliam o papel da medicina na promoção dos direitos humanos, ao adaptar o modelo de direitos das crianças de Janusz Korczak ao contexto da demência. A autora propõe vinte direitos fundamentais, como os de escolha, individualidade, dignidade e proteção contra abusos, defendendo que o cuidado médico deve preservar tanto a integridade física quanto a subjetividade e a identidade do paciente. Essa perspectiva desloca o foco do tratamento puramente biomédico para uma visão relacional do cuidado, em que os valores e a história de vida da pessoa idosa que orientam as decisões clínicas.

De modo geral, os estudos analisados convergem para a compreensão de que a medicina desempenha um papel decisivo na efetivação dos direitos humanos de pessoas idosas. Quando orientada apenas por parâmetros biológicos, pode reproduzir práticas desumanizadoras e reforçar estereótipos de incapacidade e dependência. Contudo, guiada por princípios éticos e de justiça, conforme sustentam Jecker (2021), Lanoix (2021) e Cohen-Mansfield (2021), a medicina se consolida como instrumento de emancipação e respeito, reafirmando que o cuidado ético é, em última instância, uma forma de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conjunto de estudos e reflexões evidencia que a medicina diante do fenômeno do envelhecimento populacional precisa reafirmar seu papel ético, social e humanista. O envelhecer é parte essencial da experiência humana e deve ser compreendido como um processo contínuo de construção de identidade, autonomia e dignidade. Nesse sentido, o médico assume uma função que ultrapassa o campo técnico e terapêutico tornando-se também um agente social, ético e moral, comprometido com a defesa dos direitos humanos e com a valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos.

Promover o cuidado integral significa reconhecer sua totalidade, corpo, mente, história e cultura, compreender que cada gesto de respeito, escuta e acolhimento é em essência, um ato de justiça e de humanidade. A prática médica deve portanto, transcender o tecnicismo e incorporar uma dimensão relacional, humanista, pautada na empatia, na corresponsabilidade e na valorização da autonomia individual. O médico, enquanto guardião da dignidade humana tem o dever de assegurar que a ciência caminhe lado a lado com a compaixão, transformando o cuidado em um espaço de encontro entre saber técnico e sensibilidade humana.

Quando a medicina se alia à justiça, à empatia e ao respeito, ela não apenas prolonga a vida, mas também preserva o que há de mais valioso nela: a humanidade em sua forma mais plena e digna. Apesar dos avanços conceituais e éticos alcançados, ainda há muito a ser pesquisado sobre as inter-relações entre medicina, envelhecimento e direitos humanos. É necessário ampliar os estudos que abordem as experiências das pessoas idosas em diferentes contextos socioculturais, bem como aprofundar o debate sobre as práticas médicas que favorecem o envelhecimento ativo, participativo e digno.

A construção de uma medicina verdadeiramente inclusiva e humanizada demanda o fortalecimento da pesquisa interdisciplinar, além da formulação de políticas públicas mais sensíveis à diversidade do envelhecer e o constante aprimoramento ético dos profissionais de saúde. Somente assim será possível consolidar uma sociedade que valorize o não como um fardo, mas como um símbolo de sabedoria, história e humanidade.

REFERÊNCIAS

BANERJEE, Debanjan et al. Dignity of older persons with mental health conditions: Why should clinicians care? **Frontiers in psychiatry**, v. 12, p. 774533, 2021.

CALNAN, Michael; BADCOTT, David; WOOLHEAD, Gillian. Dignity under threat? A study of the experiences of older people in the United Kingdom. **International journal of health services: planning, administration, evaluation**, v. 36, n. 2, p. 355–375, 2006.

COHEN-MANSFIELD, Jiska. The rights of persons with dementia and their meanings. **Journal of the American Medical Directors Association**, v. 22, n. 7, p. 1381–1385, 2021.

JECKER, Nancy S. The time of one's life: views of aging and age group justice. **History and philosophy of the life sciences**, v. 43, n. 1, p. 24, 2021.

KOTZÉ, Carla; ROOS, Johannes Lodewikus. Ageism, human rights and ethical aspects of end-of-life care for older people with serious mental illness. **Frontiers in psychiatry**, v. 13, p. 906873, 2022.

LANOIX, Monique. Aging and the prudential lifespan account. **Medicine, health care, and philosophy**, v. 24, n. 3, p. 351–366, 2021.

LOU, Yifan; LIU, Jinyu; CARR, Deborah. To tell or not: Chinese older adults' preferences for disclosing or concealing serious illness diagnoses. **The gerontologist**, v. 63, n. 6, p. 1049–1059, 2023.

WEBSTER, Carole; BRYAN, Karen. Older people's views of dignity and how it can be promoted in a hospital environment. Journal of clinical nursing, v. 18, n. 12, p. 1784–1792, 2009.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Evelyn Denise Vortmann[1]
Isabela Lys Santos Nunes[2]
Thaina da Rosa Lorenzetti[3]
Rosemari Oliveira[4]

Resumo – O consumo de drogas entre adolescentes constitui um grave problema de saúde pública, agravado pela crescente associação de múltiplas substâncias e pela expansão da epidemia de opioides entre jovens. Esta revisão teve como objetivo compreender os fatores que favorecem o consumo de drogas na adolescência e identificar estratégias eficazes de promoção da saúde e prevenção. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada na base de dados PubMed, com publicações entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês. Foram selecionados 15 estudos que abordaram os impactos biopsicossociais do uso de substâncias psicoativas e as principais ações preventivas nessa faixa etária. Os resultados demonstram que vulnerabilidades neurobiológicas, emocionais e sociais, associadas à impulsividade, baixa supervisão familiar e contextos culturais permissivos, aumentam o risco de iniciação e manutenção do consumo. Ademais, o uso precoce e múltiplo de drogas está relacionado a prejuízos cognitivos e emocionais duradouros. Conclui-se que o enfrentamento dessa problemática requer políticas públicas integradas e intersetoriais, baseadas em educação, fortalecimento de vínculos e uso de tecnologias digitais como instrumentos de prevenção. A promoção do protagonismo juvenil e de uma cultura de pertencimento e propósito mostra-se essencial para reduzir a vulnerabilidade e favorecer escolhas mais saudáveis.

Palavras-chave: jovens; substâncias; consumo; vulnerabilidade; saúde pública.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas entre adolescentes representa um grave problema de saúde pública, cuja complexidade tem se intensificado nas últimas décadas. Observa-se um crescimento preocupante do uso combinado de múltiplas substâncias, especialmente estimulantes associados a outras drogas, o que eleva significativamente o risco de overdose e agrava os impactos físicos, psicológicos e sociais nessa faixa etária. Essa tendência está fortemente relacionada à epidemia

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de opioides, que tem se expandido globalmente e alcançado populações cada vez mais jovens (Ciccarone D, 2021).

Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho visa compreender os fatores que favorecem o consumo de drogas na adolescência e, sobretudo, fortalecer estratégias de promoção da saúde e prevenção que possam reduzir a vulnerabilidade dos jovens e promover escolhas mais saudáveis.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica do tipo revisão narrativa de literatura. A busca bibliográfica foi realizada no PubMed, utilizando os descritores em Ciências da Saúde (DeSC) e operador boleano AND, resultando na seguinte pesquisa "((prevention) AND (adolescence)) AND (illicit substances)".

A busca limitou-se a publicações nos idiomas português e inglês, com recorte temporal de 2020-2025, acesso ao texto completo e "criança: do nascimento aos 18 anos".

Como critérios de exclusão foram descartados estudos que não abordassem como tema principal o uso de drogas ilícitas entre adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos critérios de inclusão, foram encontrados 194 artigos e selecionados 15 estudos que investigaram o uso de substâncias psicoativas em adolescentes e jovens adultos, seus impactos biopsicossociais e as estratégias de prevenção mais eficazes nessa população. De modo geral, as evidências apontam que essa fase da vida é marcada por vulnerabilidades neurobiológicas e sociais que aumentam a propensão ao consumo de drogas, configurando um importante problema de saúde pública com consequências duradouras.

O estudo de LaBossier et al. (2022) destaca o uso indevido de estimulantes entre jovens, muitas vezes associado à busca por melhor desempenho acadêmico ou recreação. Embora esses fármacos sejam vistos inicialmente como ferramentas de produtividade, seu uso não supervisionado acarreta riscos relevantes, como dependência, ansiedade e distúrbios cardiovasculares. Esse padrão de comportamento precoce, como reforçam Theunissen et al. (2021) e Vaughn et al. (2024), está intimamente ligado a alterações neurobiológicas e comportamentais que persistem na vida adulta, favorecendo o desenvolvimento de transtornos de humor, impulsividade e tolerância aumentada a riscos. Assim, o consumo de substâncias na adolescência não se limita a um fenômeno passageiro, mas desencadeia um processo de vulnerabilidade progressiva que se manifesta ao longo da vida.

Essas vulnerabilidades se expressam de forma ainda mais evidente quando consideradas as influências sociais e culturais que permeiam o uso de substâncias. Kraus et al. (2021) e Nyhlén et al. (2021) evidenciam que o ambiente de socialização — especialmente festas e contextos noturnos — representa um terreno fértil para a iniciação e a normalização do consumo. Em adolescentes noruegueses, Skretting et al. (2025) demonstraram que a cultura de festas escolares atua como fator de legitimação do uso de cocaína, transformando o comportamento de risco

em prática socialmente aceita. Esse dado complementa o achado de Sivakumar et al. (2023), que mostrou que a presença de vínculos familiares fortes e de supervisão parental reduz significativamente a probabilidade de envolvimento com drogas. Juntos, esses estudos reforçam que a prevenção não pode se restringir ao indivíduo, mas deve incluir o ambiente social e familiar como dimensões centrais na redução do risco.

A compreensão do uso de substâncias também exige uma leitura atenta das desigualdades e diversidades que o atravessam. A revisão de Reed et al. (2022) evidencia que mulheres e pessoas LGBTQIA+ apresentam padrões específicos de poliuso, frequentemente associados à regulação emocional diante de experiências de estigma e discriminação. Tal perspectiva amplia o entendimento de que o consumo de drogas não decorre apenas de curiosidade ou influência social, mas pode representar uma forma de enfrentamento psíquico frente à exclusão. De modo semelhante, Hao et al. (2021) identificaram que o uso de canabinoides e derivados de CBD pode funcionar como uma "porta de entrada" mascarada para o envolvimento com outras substâncias, ao transmitir uma falsa sensação de segurança e legitimidade terapêutica. Esses achados revelam a complexidade das motivações envolvidas no consumo e a necessidade de estratégias de prevenção que considerem fatores identitários e culturais.

Do ponto de vista neuropsicológico, os efeitos do consumo precoce são amplamente documentados. Yule et al. (2019) mostraram que adolescentes com histórico de traumatismos leves na cabeça e possuem comportamento impulsivo ou de busca por novas experiências mostram maior vulnerabilidade ao uso de substâncias, indicando a interação entre impulsividade, trauma cerebral e vulnerabilidade comportamental. Complementarmente, Chang et al. (2022) observaram que jovens infratores usuários de múltiplas drogas exibem níveis superiores de impulsividade, prejuízos cognitivos e comorbidades psiquiátricas em comparação aos que fazem uso de uma única substância. Esses resultados reforçam a tese de que o uso precoce e múltiplo compromete processos cerebrais em desenvolvimento, podendo levar a déficits cognitivos persistentes, redução da capacidade de julgamento e maior risco de dependência crônica.

Por outro lado, a literatura revisada também oferece caminhos promissores para a prevenção e o cuidado. A metanálise conduzida por Jones et al. (2022) demonstra que programas combinando abordagens individuais, familiares e escolares reduzem significativamente o engajamento em comportamentos de risco. De modo inovador, Tonnesen et al. (2023) relatam que intervenções digitais baseadas em aplicativos e plataformas online mostraram alta adesão entre adolescentes, representando uma alternativa viável para ampliar o alcance das ações preventivas. Essas iniciativas indicam que, embora os desafios sejam amplos, o investimento em estratégias educativas, afetivas e tecnológicas pode transformar o panorama da saúde mental e reduzir os impactos de longo prazo do uso de substâncias.

Assim, os resultados dos estudos convergem ao demonstrar que o uso de substâncias psicoativas na adolescência e juventude é um fenômeno multidimensional, cujos efeitos transcendem o campo biomédico e repercutem no desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Os achados reforçam que a prevenção deve ser contínua, participativa e contextualizada, valorizando o diálogo, o fortalecimento de vínculos e o protagonismo juvenil. Mais do que evitar o consumo em si, trata-se de promover uma cultura de saúde, pertencimento

e propósito — condições fundamentais para que o adolescente se reconheça como sujeito ativo na construção de seu próprio futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão evidenciou que o uso de drogas entre jovens configura um fenômeno multifatorial e de grande relevância para a saúde pública, demandando abordagens que ultrapassem o campo biomédico e considerem dimensões sociais, culturais e emocionais. As evidências analisadas demonstram que a adolescência é um período caracterizado por intensas transformações neurobiológicas e psicossociais, nas quais fatores como impulsividade, vulnerabilidade emocional, fragilidade dos vínculos familiares e influência do grupo social aumentam significativamente o risco de iniciação e manutenção do uso de substâncias psicoativas.

Verificou-se também que o consumo precoce e o uso de diferentes drogas estão associados a prejuízos cognitivos, comportamentais e emocionais persistentes, além de maior propensão ao desenvolvimento de dependência química e de transtornos mentais na vida adulta. Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de estratégias de prevenção baseadas em ações intersetoriais e contínuas, integrando escola, família, comunidade e serviços de saúde.

As intervenções educativas, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a promoção do protagonismo juvenil configuram-se como elementos essenciais para a construção de ambientes protetores e promotores de saúde. Além disso, o uso de ferramentas tecnológicas e programas digitais de prevenção tem se mostrado uma alternativa promissora para ampliar o alcance e a adesão dos jovens às ações preventivas.

Portanto, conclui-se que o combate ao uso de drogas na adolescência requer políticas públicas consistentes, fundamentadas em evidências científicas e voltadas ao desenvolvimento integral do adolescente. A promoção de uma cultura de saúde, pertencimento e propósito deve ser entendida não apenas como uma estratégia de redução de danos, mas como um investimento social e humano capaz de transformar trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais saudável e consciente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Rosemari pela orientação e apoio na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASANTE, K. O., & ATORKEY, P. (2023). Cannabis and amphetamine use among school-going adolescents in sub-Saharan Africa: a multi-country analysis of prevalence and associated factors. BMC psychiatry, 23(1), 778. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-023-05283-w. Acesso em: 30 out. 2025.

BOLSTAD, I., ALAKOKKARE, A. E., BRAMNESS, J. G., ROGNLI, E. B., LEVOLA, J., MUSTONEN, A., MIETTUNEN, J., & NIEMELÄ, S. (2022). The relationships between use of alcohol, tobacco and

coffee in adolescence and mood disorders in adulthood. Acta psychiatrica Scandinavica, 146(6), 594–603. Disponível em: https://doi.org/10.1111/acps.13506. Acesso em: 30 out. 2025.

CHEN, Y. H., CHEN, M. H., WEI, H. T., & CHEN, L. Y. (2022). Survey of substance use among adolescent drug offenders referred from juvenile courts in Taiwan: Clinical epidemiology of single versus multiple illicit substance use. Journal of the Formosan Medical Association = Taiwan yi zhi, 121(11), 2257–2264. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jfma.2022.04.009. Acesso em: 30 out. 2025.

CICCARONE, D. The rise of illicit fentanyls, stimulants and the fourth wave of the opioid overdose crisis. Current Opinion in Psychiatry, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 344-350, jul. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000717 . Acesso em: 30 out. 2025.

DE VELD, L., WOLBERINK, I. M., VAN HOOF, J. J., & VAN DER LELY, N. (2021). The role of tobacco smoking and illicit drug use in adolescent acute alcohol intoxication. BMC pediatrics, 21(1), 233. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12887-021-02710-3. Acesso em: 30 out. 2025.

FEDOROVA, E. V., WONG, C. F., ATAIANTS, J., IVERSON, E., CONN, B. M., & LANKENAU, S. E. (2021). Cannabidiol (CBD) and other drug use among young adults who use cannabis in Los Angeles. Drug and alcohol dependence, 221, 108648. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2021.108648. Acesso em: 30 out. 2025.

FELTMANN, K., ELGÁN, T. H., STRANDBERG, A. K., KVILLEMO, P., JAYARAM-LINDSTRÖM, N., GRABSKI, M., WALDRON, J., FREEMAN, T., CURRAN, H. V., & GRIPENBERG, J. (2021). Illicit Drug Use and Associated Problems in the Nightlife Scene: A Potential Setting for Prevention. International journal of environmental research and public health, 18(9), 4789. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph18094789. Acesso em: 30 out. 2025.

FRØYLAND, L. R., PEDERSEN, W., ENSTAD, F., & VON SOEST, T. (2025). School party culture as a driver of cocaine use among Norwegian adolescents: A cross-classified multilevel analysis. Drug and alcohol dependence, 271, 112627. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2025.112627. Acesso em: 30 out. 2025.

GOODWIN, S. R., MOSKAL, D., MARKS, R. M., CLARK, A. E., SQUEGLIA, L. M., & ROCHE, D. J. O. (2022). A Scoping Review of Gender, Sex and Sexuality Differences in Polysubstance Use in Adolescents and Adults. Alcohol and alcoholism (Oxford, Oxfordshire), 57(3), 292–321.Disponível em: https://doi.org/10.1093/alcalc/agac006. Acesso em: 30 out. 2025.

HAN, B., TOMOYASU, N., EINSTEIN, E. B., JONES, C. M., & COMPTON, W. M. (2024). Household Compositions and Substance Use among Young Adults in the U.S. International journal of environmental research and public health, 21(8), 1067. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph21081067. Acesso em: 30 out. 2025.

KVILLEMO, P., HILTUNEN, L., DEMETRY, Y., CARLANDER, A. K., HANSSON, T., GRIPENBERG, J., ELGÁN, T. H., EINHORN, K., & SKOGLUND, C. (2021). How to prevent alcohol and illicit drug use among students in affluent areas: a qualitative study on motivation and attitudes towards

prevention. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 16(1), 83.Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-021-00420-8. Acesso em: 30 out. 2025.

LABOSSIER, N. J., & HADLAND, S. E. (2022). Stimulant misuse among youth. Current problems in pediatric and adolescent health care, 52(9), 101265. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cppeds.2022.101265. Acesso em: 30 out. 2025.

MANU, E., DOUGLAS, M., & NTSABA, M. J. (2021). Contextual influences of illicit adolescent marijuana cultivation and trading in the Inqguza Hill local municipality of South Africa: implications for public health policy. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 16(1), 6. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-020-00338-7. Acesso em: 30 out. 2025.

MONARQUE, M., SABETTI, J., & FERRARI, M. (2023). Digital interventions for substance use disorders in young people: rapid review. Substance abuse treatment, prevention, and policy, 18(1), 13.Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13011-023-00518-1. Acesso em: 30 out. 2025.

TINNER, L., PALMER, J. C., LLOYD, E. C., CALDWELL, D. M., MACARTHUR, G. J., DIAS, K., LANGFORD, R., REDMORE, J., WITTKOP, L., WATKINS, S. H., HICKMAN, M., & CAMPBELL, R. (2022). Individual-, family- and school-based interventions to prevent multiple risk behaviours relating to alcohol, tobacco and drug use in young people aged 8-25 years: a systematic review and meta-analysis. BMC public health, 22(1), 1111. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-022-13072-5. Acesso em: 30 out. 2025.

VELIZ, P., MCCABE, S. E., ECKNER, J. T., & SCHULENBERG, J. E. (2021). Concussion, sensation-seeking and substance use among US adolescents. Substance abuse, 42(2), 183–191. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08897077.2019.1671938. Acesso em: 30 out. 2025.

BDNF, LACTATO E EPIGENÉTICA: MECANISMOS MOLECULARES DA NEUROPLASTICIDADE INDUZIDA PELO EXERCÍCIO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Amanda Cames Teixeira[1]
Jamile Mayse Ribeiro[2]
Júlia Fernandes[3]
Nathalia Correa Amaral[4]
Josiéli Varela[5]
Solange de Bortoli Beal[6]

Resumo – A prática de exercícios físicos emerge como uma excelente intervenção não farmacológica para a saúde neurológica e prevenção de condições neurodegenerativas. Seu mecanismo central baseia-se na modulação da neuroplasticidade, efetuada pelo Fator Neurotrófico de Derivado do Cérebro (BDNF) que atua como mediador indispensável à neurogênese e neuroproteção. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre a atividade física e os mecanismos neurobiológicos da plasticidade cerebral, com foco na influência da intensidade e da modalidade do exercício sobre mediadores neurotróficos. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica nas bases de dados PubMed e BVS, com foco em publicações dos últimos 10 anos. Os resultados revelaram que o exercício aeróbico promove adaptações multissistêmicas que culminam na melhoria da função cognitiva. A elevação do BDNF é nitidamente dose-dependente, sendo significativamente maior em protocolos de alta intensidade. Adicionalmente, o lactato emerge como sinalizador molecular, ativando a expressão do BDNF. O exercício também modula a neurotransmissão GABAérgica e induz ajustes epigenéticos que asseguram a expressão contínua desse fator neurotrófico. potencializando a neurogênese hipocampal. Conclui-se que o exercício é uma poderosa ferramenta neurobiológica para a remodelação cerebral, atuando ativamente contra o envelhecimento neuronal e prevenindo doenças neurodegenerativas.

Palavras-chave: Plasticidade nervosa; atividade física; mediadores neurotróficos.

INTRODUÇÃO

O interesse em compreender os mecanismos pelos quais o exercício físico beneficia o sistema nervoso tem crescido exponencialmente, considerando sua influência na saúde neurológica. Conforme destacam Muller et al. (2020), o exercício é uma medida preventiva de baixo custo que atua positivamente na saúde cerebral. Essa intervenção é particularmente crucial

[1]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

em face de múltiplas condições neurológicas e neurodegenerativas, além de condições como o acidente vascular cerebral, a lesão cerebral traumática e a dependência química, que frequentemente carecem de medicamentos eficazes (Cooper; Moon; Van Praag, 2018).

Neste contexto, as neurotrofinas desempenham um papel central, sendo cruciais para a neuroplasticidade, neurogênese e neuroproteção (Takahashi et al., 2017) sendo o Fator Neurotrófico Derivado do Cérebro (BDNF) o destaque principal deste grupo.

Segundo Assis et al. (2018), níveis elevados de BDNF estão associados a melhorias na neuroplasticidade, pois esse fator é vital para a sobrevivência de neurônios dopaminérgicos, GABAérgicos, colinérgicos e serotoninérgicos.

Evidenciando a conexão com o exercício, o exercício aeróbico é conhecido por aumentar a expressão de BDNF em regiões encefálicas (Takahashi et al., 2017).

Além disso, o exercício físico tem a capacidade de diminuir efeitos patológicos em doenças como alzheimer, parkinson, depressão e derrame, ao atrasarem os efeitos do envelhecimento sobre o cérebro, atuando no seu remodelamento (Liang et al., 2021).

Por essas razões, torna-se importante compreender os mecanismos neurobiológicos pelos quais a atividade física estimula a plasticidade cerebral. Essa compreensão pode fornecer bases para o desenvolvimento de estratégias não farmacológicas focadas na proteção neuronal, na melhora cognitiva e na prevenção de doenças cerebrais relacionadas ao envelhecimento.

Apesar dessa sólida base de evidências, ainda persistem lacunas quanto aos mecanismos neurobiológicos específicos da modulação da plasticidade cerebral pelo exercício, notadamente no que se refere à influência da intensidade e do tipo de atividade na liberação de fatores neurotróficos.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar, por meio de revisão bibliográfica, a relação entre a prática de exercício físico e os mecanismos neurobiológicos da plasticidade cerebral, investigando, em particular, a influência da intensidade e modalidade de exercício sobre mediadores neurotróficos.

O presente trabalho alinha-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos (ONU,2025).

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio de uma revisão interpretativa da literatura, com o objetivo de compreender a relação entre a prática de atividade física e os mecanismos neurobiológicos da neuroplasticidade.

As buscas foram realizadas em outubro de 2025, utilizando as bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Na base PubMed, empregou-se a seguinte estratégia de busca: (“Physical Exercise” OR “Aerobic Exercise” OR “Physical Activities”) AND (“Neuronal Plasticity” OR “Neuronal Plasticities” OR “Neuroplasticity”) AND (“Nerve Growth Factors” OR “Neuronotrophic

Factor" OR "Neurotrophin"). Foram encontrados 20 artigos, e aplicou-se como filtro o período dos últimos 10 anos. Na base BVS, utilizou-se a estratégia: ("Exercício Físico" OR "Exercício Agudo" OR "Atividade Física") AND ("Plasticidade Neuronal" OR "Neuroplasticidade") AND ("Fatores de Crescimento Neural" OR "Fatores Neurotróficos" OR "Neurotrofinas"). Foram identificados 5 artigos, igualmente filtrados pelos últimos 10 anos.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados nos últimos 10 anos, redigidos em inglês e que abordassem a relação direta entre exercício físico e neuroplasticidade. Foram excluídos estudos que, embora tratassem de atividade física e neuroplasticidade, apresentavam abordagem centrada em doenças específicas (como acidente vascular cerebral e outras condições neurológicas) ou que não se enquadravam no tema central do estudo. A seleção dos artigos foi realizada em etapas: inicialmente pela leitura dos títulos, seguida de análise dos Resumos para confirmar a relevância temática. A partir dessa triagem, foram selecionados os artigos que apresentavam maior enfoque sobre fatores neurotróficos (como BDNF), plasticidade sináptica e mecanismos epigenéticos associados ao exercício físico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos escolhidos demonstrou, de forma consistente, a influência da atividade física de maneira direta e positiva sobre a neuroplasticidade.

Notavelmente, os exercícios aeróbicos se destacam por atuar em diferentes regiões encefálicas – como o córtex cerebral, hipocampo e córtex cerebelar -, envolvendo alterações moleculares, celulares, estruturais e epigenéticas (Liang et al.,2021). Os processos fundamentais dessas adaptações decorrem da modulação de fatores neurotróficos - em especial o fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) - e da interação entre metabolismo energético, neurotransmissores e regulação epigenética de genes relacionados à plasticidade sináptica. Esses processos culminam na melhoria da função cognitiva e na prevenção de doenças neurodegenerativas relacionadas ao avanço da idade, o que fundamenta a atividade física como terapia não medicamentosa (Liang et al.,2021).

O aumento nas concentrações de BDNF está intimamente relacionado à intensidade do exercício físico. Conforme evidenciado por Assis et al. (2018), protocolos de exercício acima de 80% do limiar anaeróbico promovem uma elevação significativa deste fator neurotrófico, enquanto exercícios leves ou moderados mostraram respostas mais discretas. Isso sugere uma relação dose-dependente entre a carga metabólica e a liberação de BDNF.

A mediação desse efeito ocorre pela ativação das vias MAPK e PI3K/Akt, essenciais na regulação da sobrevivência neuronal, a diferenciação de neurônios e a formação de novas sinapses. Além disso, o treinamento contínuo mostrou manter níveis basais mais elevados de BDNF, favorecendo tanto o desempenho cognitivo quanto a resiliência neuronal frente a situações de estresse oxidativo ou inflamatório (Assis et al., 2018).

Melhorando a compreensão desse processo ao introduzir uma perspectiva metabólica, visualiza-se que o lactato - produto do metabolismo muscular durante o exercício intenso - é capaz de atuar como um sinalizador molecular entre o corpo e o cérebro. Tem capacidade de

atravessar a barreira hematoencefálica, quando o faz, ativa a via PGC1α/FNDC5/BDNF, levando à expressão aumentada de BDNF no hipocampo e no córtex pré-frontal. Essa evidência reforça que o lactato não se trata apenas de um subproduto do esforço físico, mas sim de uma molécula mensageira capaz de induzir plasticidade neuronal, melhorar a eficiência sináptica e estimular a biogênese mitocondrial nos neurônios (Müller et al. 2020).

Em consonância com o aspecto metabólico, a interação da atividade física e o sistema GABAérgico é igualmente relevante. Takahashi et al. (2017), revelaram que a modulação da neurotransmissão inibitória potencializa a expressão de neurotrofinas no córtex motor. O equilíbrio entre neurotransmissores excitatórios e inibitórios, especialmente GABA e glutamato, mostrou-se essencial para um ambiente cerebral propício à aprendizagem motora e à recuperação funcional. Ao modular a atividade dos receptores GABA(A), o exercício físico favorece não apenas a excitabilidade sináptica adequada, mas também a plasticidade de longo prazo, um mecanismo fundamental para consolidação de memória e aprendizado (Takahashi et al. 2017).

A influência do exercício estende-se à regulação epigenética dos genes associados à neuroplasticidade, promovendo modificações químicas no DNA e nas histonas, como hipometilação e acetilação, que facilitam a transcrição do gene Bdnf, especialmente na região promotora IV. A ativação de proteínas de ligação ao DNA, como MeCP2, favorece a expressão sustentada de BDNF e a manutenção dos efeitos neuroplásticos mesmo após a interrupção do treinamento. Esta regulação epigenética fornece a explicação para a persistência das melhorias cognitivas e estruturais observadas em indivíduos fisicamente ativos (Liang et al.,2021).

Em termos de adaptação estrutura, o exercício contínuo, com destaque para a corrida voluntária, aumenta de forma significativa a neurogênese no giro dentado do hipocampo, uma região crucial para os processos de memória e aprendizagem espacial. Conforme Cooper, Moon e Van Praag (2018), essa adaptação estrutural envolve a elevação de BDNF, VEGF e IGF-1, além da angiogênese e do aumento da densidade sináptica.

A perspectiva integrativa é completada pela comunicação interórgãos, onde o exercício estimula também a liberação periférica de miocinas, hepatocinas e adipocinas. Essas moléculas alcançam o cérebro e modulam positivamente a plasticidade hipocampal, evidenciando uma comunicação sistêmica entre músculos, fígado, tecido adiposo e sistema nervoso central (Cooper, Moon e Van Praag, 2018).

Em conjunto, os estudos revisados demonstram que o exercício físico é uma intervenção multissistêmica, com atuação integrada nos planos metabólico, sináptico, epigenético e estrutural, sendo a elevação do BDNF o fator neurotrófico central dessa convergência. Este fator neurotrófico emerge como mediador central dos efeitos benéficos do exercício, participando tanto da proteção neuronal quanto da formação e reforço de circuitos sinápticos.

Dessa forma, a prática regular de atividade física deve ser compreendida não apenas como uma intervenção de promoção de saúde, mas também como uma estratégia neurobiológica poderosa, dada a sua capacidade de induzir a remodelação cerebral, postergar

o envelhecimento neuronal e prevenir doenças neurodegenerativas. (Assis et al., 2018; Takahashi et al., 2017; Müller et al., 2020; Liang et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar os mecanismos neurobiológicos envolvidos na relação entre exercício físico e a plasticidade cerebral, com ênfase na influência da intensidade de exercício sobre a liberação de fatores neurotróficos, especialmente o BDNF.

Os achados evidenciam que a prática regular de atividade física, particularmente os exercícios aeróbios, promove adaptações moleculares, celulares e estruturais que favorecem o funcionamento cognitivo e a proteção neuronal. O BDNF destacou-se como o principal mediador desses efeitos, participando de processos de sobrevivência neuronal, formação sináptica e remodelamento estrutural do sistema nervoso central (Assis et al., 2018). Além disso, vias mediadas pelo lactato mostraram-se fundamentais para sustentar as alterações plásticas induzidas pelo exercício (Müller et al. 2020).

As evidências também apontam para uma visão integrativa da neuroplasticidade, na qual a comunicação entre músculos, fígado, tecido adiposo e cérebro modula a saúde neural, reforçando que a atividade física atua de maneira multissistêmica, de baixo custo e alto impacto na prevenção de doenças neurodegenerativas e no envelhecimento cerebral saudável (Cooper, Moon e Van Praag, 2018).

Entretanto, o estudo apresenta limitações devido à ausência de padronização quanto a intensidade e à duração dos treinamentos. Além disso, a exclusão de estudos centrados em patologias especificas limitou a abrangência das análises comparativas entre condições saudáveis e doentes.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas investuguem a relação dose-resposta entre intensidade de exercício e liberação de fatores neurotróficos, bem como os mecanismos epigenéticos envolvidos na manutenção dos efeitos neuroprotetores a longo prazo.

Em síntese, compreender os mecanismos neurobiológicos pelos quais o exercício físico modula a plasticidade cerebral amplia as perspectivas de uso dessa prática como uma ferramenta terapêutica não farmacológica, capaz de potencializar o desempenho cognitivo, promover a neuroproteção e favorecer o envelhecimento saudável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), que oportunizou a realização desse estudo.

REFERÊNCIAS

COOPER, C.'iana; MOON, Hyo Youl; VAN PRAAG, Henriette. On the Run for Hippocampal Plasticity. Cold Spring Harbor perspectives in medicine, BVS, v. 8, n. 4, p. a029736, abr., 2018.

Disponível em: https://perspectivesinmedicine.cshlp.org/content/8/4/a029736.short. Acesso em 30 out. 2025.

DE ASSIS, GG de *et al.* Brain derived neurotrophic factor, a link of aerobic metabolism to neuroplasticity. Journal of Physiology and Pharmacology, PubMed, v. 69, n. 3, jun., 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30342429/. Acesso em 30 out. 2025.

LIANG, Juan *et al*. O exercício físico promove a remodelação cerebral através da regulação da epigenética, da neuroplasticidade e das neurotrofinas. Reviews in the Neurosciences, PubMed, v. 32, n. 6, p. 615-629, fev., 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7818866/ . Acesso em 30 out. 2025.

MÜLLER, Patrick *et al*. Lactate and BDNF: Key Mediators of Exercise Induced Neuroplasticity?. Journal of Clinical Medicine, PubMed, v. 9, n. 4, p. 1136, abr., 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2077-0383/9/4/1136. Acesso em 29 out. 2025.

TAKAHASHI, Kazuma *et al*. Exercise combined with low-level GABAA receptor inhibition up-regulates the expression of neurotrophins in the motor cortex. Neuroscience letters, PubMed, v. 636, p. 101-107, jan., 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304394016308205. Acesso em 27 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025.

TABAGISMO ELETRÔNICO E ADOLESCÊNCIA: UM NOVO DESAFIO À SAÚDE PÚBLICA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Anna Clara Cachoeira[1]
Blenda Sorgato Martins[2]
Eduarda Endler Klauck[3]
Eduarda Fritzen Bugnotto[4]
Shaiane Biazi do Prado[5]
Solange de Bortoli Beal[6]

Resumo Os riscos do tabagismo eletrônico vão muito além da dependência de nicotina. Estudos apontam a presença de metais pesados, compostos voláteis e agentes carcinogênicos nos vapores inalados, relacionados a doenças respiratórias, cardiovasculares e neurológicas. O objetivo do estudo foi entender o crescente fenômeno do uso de dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos, vapes ou pods entre adolescentes, configurando-se como um desafio contemporâneo para a saúde pública. Apesar da redução do tabagismo tradicional nas últimas décadas, observa-se o aumento preocupante do consumo desses dispositivos, impulsionado por fatores como o marketing atrativo, os sabores variados e a falsa percepção de segurança. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico seguido da análise das evidências encontradas. Conclui-se que o tabagismo eletrônico entre adolescentes representa um importante desafio contemporâneo para a saúde pública, marcado pela crescente adesão dos jovens, o que exige ações urgentes como forma de conscientização voltados aos adolescentes, às famílias e às escolas, a fim de reduzir o uso de cigarros eletrônicos e seus impactos à saúde coletiva. O projeto alinha-se à ODS 3 Saúde e Bem-estar.

Palavras-chave: Tabagismo eletrônico; adolescentes; saúde pública; prevenção.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tabagismo tradicional vem apresentando redução significativa em diversos países, resultado de políticas públicas eficazes de controle do tabaco, campanhas educativas e regulamentações rigorosas. Entretanto, surge um novo desafio sanitário: a popularização dos dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos, vapes ou pods (Pina et al., 2023).

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Inicialmente introduzidos como alternativa supostamente menos nociva e até como auxílio na cessação do tabagismo, esses dispositivos rapidamente conquistaram o público jovem, especialmente os adolescentes, atraídos pelo design moderno, variedade de sabores e forte apelo publicitário que transmite uma imagem de inovação e menor risco (CRF/GOIÁS, 2025).

A prevalência do uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes no Brasil é cinco vezes maior do que a de consumo do tabaco convencional e está acima da média nacional e do uso entre adultos, mostram dados inéditos do terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Uniad) (Rohrer, 2025).

No Brasil, embora a comercialização e propaganda desses produtos sejam proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde 2009 (BRASIL, 2025), sua venda ilegal — sobretudo pela internet — tem favorecido o acesso de adolescentes. Pesquisas recentes indicam que essa faixa etária é a mais vulnerável, movida por curiosidade, influência social e pela falsa ideia de que o cigarro eletrônico é menos prejudicial do que o cigarro convencional. Essa situação exige atenção e medidas urgentes de vigilância e educação em saúde (CRF/GOIÁS, 2025).

Uma pesquisa ouviu 16.608 brasileiros com 14 anos ou mais de 349 municípios, distribuídos por todas as regiões do país, em 2023. Ao todo, a estimativa aponta que 26,8 milhões de brasileiros usam algum produto com nicotina, o que corresponde a 15,5% da população. 11,8% fumam cigarro convencional, contra 19,3% em 2006. Entre os adolescentes, esse percentual é de apenas 1,7% cinco vezes menor do que o uso do cigarro eletrônico (Rohrer, 2025).

Do ponto de vista clínico, os riscos do tabagismo eletrônico vão muito além da dependência de nicotina. Estudos apontam a presença de metais pesados, compostos voláteis e agentes carcinogênicos nos vapores inalados, relacionados a doenças respiratórias, cardiovasculares e neurológicas (FAPES, 2025). Além disso, há indícios de que o uso desses dispositivos pode servir de porta de entrada para o consumo de outros produtos derivados do tabaco, ameaçando os avanços obtidos na luta contra o tabagismo. O público adolescente é especialmente vulnerável, por estar em fase de desenvolvimento físico e psicológico, o que potencializa os efeitos da nicotina e o risco de dependência duradoura (BRASIL, 2025).

Os vaporizadores com nicotina trazem danos à saúde e geram vício. Embora ainda não se conheçam todos os efeitos adversos de longo prazo, é evidente que eles liberam substâncias nocivas que possuem potencial cancerígeno ou elevam o risco de enfermidades cardiovasculares e respiratórias. Esses dispositivos podem comprometer o desenvolvimento do cérebro e provocar dificuldades de aprendizado em adolescentes. Também se sabe que a utilização de cigarros eletrônicos por gestantes pode afetar o desenvolvimento do feto. Além disso, a inalação das emissões desses aparelhos apresenta perigos para aqueles que estão ao redor (OPAS,2025).

O uso de cigarros eletrônicos expõe o organismo a uma variedade de produtos químicos como aqueles adicionados, provenientes do próprio dispositivo (nanopartículas de metal) e, ainda, gerados durante o processo de aquecimento ou vaporização (Samir, 2017).

A alta prevalência de tabagismo e a introdução de novos produtos do tabaco entre adolescentes tornaram-se um cenário preocupante, um problema global, visto que o produto é altamente viciante e traz consequências para a saúde. O uso de tabaco entre os adolescentes é

um problema global, dado que o produto é altamente viciante e traz consequências para a saúde (UFMG, 2022).

Dessa forma, compreender e enfrentar o uso de pods entre adolescentes é um desafio que transcende o campo clínico, alcançando dimensões sociais e educacionais. Este trabalho propõe refletir criticamente sobre o fenômeno, destacando os fatores que impulsionam o consumo e as estratégias necessárias para prevenir e reduzir esse comportamento entre jovens.

Ademais, o objetivo do estudo foi objetivo de reunir e analisar estudos científicos sobre o uso do tabagismo eletrônico entre adolescentes e seus impactos à saúde pública. Sendo que a pergunta da pesquisa foi: De que forma o uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes tem impactado a saúde pública? O projeto alinha-se à ODS 3 Saúde e Bem-estar (ONU,2025).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa e caráter exploratório, com o objetivo de reunir e analisar estudos científicos sobre o uso do tabagismo eletrônico entre adolescentes e seus impactos à saúde pública.

As buscas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2025 nas bases de dados SciELO, PubMed, Google Acadêmico e LILACS, utilizando os descritores "tabagismo eletrônico", "cigarros eletrônicos", "adolescentes" e "saúde pública", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis em português, inglês e espanhol, que abordassem aspectos epidemiológicos, comportamentais e de prevenção do uso de cigarros eletrônicos por adolescentes e respondessem à questão norteadora da busca que foi: De que forma o uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes tem impactado a saúde pública?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Teharani et al (2022), mostra que há uma prevalência crescente atual do uso de cigarro eletrônicos, que podem ser explicados pelo sabor agradável, pressão social, além de seu uso para parar de fumar os cigarros convencionas. Além disso, a percepção equivocada de menor risco à saúde contribui para a adesão entre os jovens. O fácil acesso e a ampla divulgação nas redes sociais também intensificam o consumo desses dispositivos.

O uso de cigarros eletrônicos está fortemente ligado ao uso de outras substâncias que podem prejudicar os jovens adultos e dificultar a cessação do tabagismo (Barradas, 2024)

O potencial viciante dos cigarros eletrônicos mostrou-se semelhante ao dos cigarros convencionais em termos de nível de dependência e prevalência. Alguns estudos demonstraram que os riscos à saúde relacionados à utilização de cigarros eletrônicos podem ir além do impacto neurológico da nicotina ou dos efeitos pulmonares devido à inalação (Samir, 2017).

Além dos riscos relacionados ao uso desses dispositivos, um ponto preocupante em termos de saúde pública é a possibilidade de o cigarro eletrônico servir como um produto introdutório para outros produtos derivados de tabaco, especialmente entre populações mais vulneráveis, como adolescentes e adultos jovens (Samir, 2017).

O cigarro eletrônico está proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde 2009, mesmos assim, existem diversas tentativas, sob a forma de Projetos de Lei, buscando aprovar esse produto (Brasil, 2009).

O Brasil dispõe de uma Resolução sobre a proibição da fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar (DEF) por adolescentes (Brasil, 2024), mesmo assim estudos apontam que adolescentes continuam tendo acesso a esses produtos, muitas vezes por meio de compras online ou redes informais. Esse cenário evidencia desafios na fiscalização e na efetividade das políticas públicas voltadas à prevenção do tabagismo eletrônico entre jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tabaco é um importante fator de risco evitável para vários tipos de câncer, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias[/]. Os riscos à saúde decorrem tanto do consumo direto do tabaco como também da exposição ao fumo passivo Malta, 2022).

O uso de pods por adolescentes configura um desafio crescente para a saúde pública contemporânea. Ao promover ações educativas e de conscientização, este projeto contribui para a formação de uma geração mais informada e crítica, capaz de compreender os riscos do tabagismo eletrônico e fazer escolhas conscientes. A intervenção nas escolas visa não apenas prevenir o início do uso de cigarros eletrônicos, mas também estimular o protagonismo juvenil na promoção da saúde e na disseminação de informações corretas dentro da comunidade escolar.

Segundo o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse: "Os cigarros eletrônicos são comercializados para pessoas muito jovens para torná-los dependentes da nicotina. As autoridades nacionais devem agir de forma decisiva para impedir o consumo destes produtos e, assim, proteger os seus cidadãos e cidadãs, especialmente as crianças e os jovens" (OPAS, 2025).

A coordenadora do estudo e professora da Escola de Enfermagem da UFMG, Deborah Carvalho Malta, enfatiza que é necessário monitorar o consumo dos produtos do tabaco nessa população, a fim de apoiar as agendas e os compromissos nacionais e globais sobre o tema. “A adolescência é uma fase de iniciação de novos comportamentos sociais, os quais podem ser determinantes para a saúde durante a vida adulta, como o desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)”.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao Programa – SEDEPEX - Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade de participar.

REFERÊNCIAS

BARRADAS, A. da S. M., Soares, T. O., Marinho, A. B., Santos, R. G. S. dos, & Silva, L. I. A. da. (2021). Os riscos do uso do cigarro eletrônico entre os jovens. Global Clinical Research Journal, 1(1). Disponível em: https://doi.org/10.5935/2763-8847.20210008. Acesso em: 31 out. 2025

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 855, de 23/04/2024. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/cigarro-eletronico/relatorio-final-de-analise-de-impacto-regulatorio-air Acesso em 01 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução Nº 46, de 28 de agosto de 2009. Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0046_28_08_2009.html. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cigarro Eletrônico. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/cigarro-eletronico. Acesso em: 11 set. 2025.

CRF/GOIÁS. Pesquisa aponta que um em cada nove adolescentes usa cigarro eletrônico no Brasil. Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás, 2025. Disponível em: https://crfgo.org.br/noticia/id/994/noticia-titulo/pesquisa-aponta-que-um-em-cada-nove-adolescentes-usa-cigarro-eletronico-no-brasil. Acesso em: 09 set. 2025.

FAPES BNDES. Cigarro Eletrônico: o perigo disfarçado que ameaça a saúde de todos. FAPES, 9 jan. 2025. Disponível em: https://www.fapes.com.br/noticias-interna/noticias-saude/cigarro-eletronico--o-perigo-disfarcado-que-ameaca-a-saude-de-todos. Acesso em: 10 set. 2025.

MALTA *et al*. O uso de cigarro, narguilé, cigarro eletrônico eoutros indicadores do tabaco entre escolares brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo. 2022. https://doi.org/10.1590/1980-549720220014.2. Acesso em 31out. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. "Medidas Urgentes São Necessárias Para Proteger as Crianças E Os Jovens Dos Cigarros Eletrônicos." *Paho.org*, 14 Dec. 2023, www.paho.org/pt/noticias/14-12-2023-medidas-urgentes-sao-necessarias-para-proteger-criancas-e-os-jovens-dos. Accessed 1 nov. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out. 2025

PINA, Guilherme Cristovam *et al*. Uso do cigarro eletrônico pelos adolescentes – revisão da literatura. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 5, p. 25636–25653, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/64174. Acesso em: 08 set. 2025.

Rohrer, Julia. "Cigarro Eletrônico: 8,7% Dos Adolescentes Usam Vapes No Brasil, Cinco Vezes Mais Do Que O Tabaco Convencional - APM." *APM*, 2025. Disponível em: https://www.apm.org.br/cigarro-eletronico-87-dos-adolescentes-usam-vapes-no-brasil-cinco-vezes-mais-do-que-o-tabaco-convencional/ Acesso em 01 nov. 2025

SAMIR Soneji, *et al*. "Association between Initial Use of E-Cigarettes and Subsequent Cigarette Smoking among Adolescents and Young Adults." *JAMA Pediatrics*, vol. 171, no. 8, 27 June 2017, pp. 788–788, pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28654986/, https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2017.1488. Acesso em 01 nov. 2025.

TEHRANI, H., Rajabi, A., Ghelichi- Ghojogh, M., Nejatian, M., & Jafari, A. (2022). The prevalence of electronic cigarettes vaping globally: a systematic reviewand meta-analysis. Archives of Public Health, 80(1). https://doi.org/10.1186/s13690-022-00998-w. Acesso em: 01 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. "Uso de Narguilé E Cigarro Eletrônico Aumenta Entre Adolescentes, Constata Pesquisa Da UFMG Em Parceria Com MS E IBGE." *Universidade Federal de Minas Gerais*, Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/uso-de-narguile-e-cigarro-eletronico-aumenta-entre-adolescentes-brasileiros?ref=nucleo.jor.br. Acesso em 01 nov. 2025.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM PESSOAS IDOSAS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Amanda Gonçalves Nordio[1]
Camila Ortiz[2]
Eduarda Dal Mas Schlemper[3]
Isadora Trindade Dambros[4]
Talia Tomazeli[5]
Clayton Zanella[6]

Resumo – O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente e relevante no Brasil, trazendo desafios à saúde pública, especialmente no cuidado à saúde mental dos idosos. Este estudo teve como objetivo analisar as principais estratégias de prevenção da saúde mental em pessoas idosas, com ênfase em práticas educativas, tecnológicas e comunitárias que promovem o envelhecimento saudável. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa e exploratória, realizada por meio de buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com descritores relacionados à saúde mental e envelhecimento. Foram selecionados oito artigos publicados nos últimos cinco anos, abordando ações de promoção, prevenção e intervenção voltadas à população idosa. Os resultados evidenciam que estratégias como terapia comunitária, grupos de convivência, programas de empoderamento e o uso de tecnologias interativas são eficazes na prevenção de transtornos mentais, no fortalecimento da autonomia e no combate à solidão. Conclui-se que a articulação entre profissionais de saúde, família, comunidade e Estado é essencial para promover um envelhecimento ativo, digno e emocionalmente saudável. O estudo contribui teoricamente para o desenvolvimento de futuras ações extensionistas e práticas voltadas à promoção da saúde mental do idoso.

Palavras-chave: Saúde mental. Envelhecimento. Prevenção.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente no mundo e assume especial relevância no Brasil, impondo desafios à saúde pública, sobretudo no cuidado à saúde mental dos idosos. Fatores como aposentadoria, perdas afetivas e isolamento social podem favorecer o

[1]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

surgimento de quadros depressivos e ansiosos, comprometendo a qualidade de vida (Silva et al., 2020; Falcão; Carvalho, 2018).

Diante desse cenário, tornam-se essenciais estratégias preventivas voltadas à promoção do bem-estar psicológico, como ações educativas, atividades em grupo, uso de tecnologias e fortalecimento de redes de apoio comunitário (Sousa et al., 2021; Melo et al., 2019). Essas iniciativas estão alinhadas à Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que prioriza o envelhecimento saudável e a prevenção de agravos mentais (Oliveira et al., 2020).

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as principais estratégias de prevenção da saúde mental em pessoas idosas, enfatizando práticas educativas, tecnológicas e comunitárias que promovem o envelhecimento saudável e a qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica e com abordagem qualitativa e exploratória, tendo como objetivo identificar e analisar as principais estratégias de prevenção em saúde mental voltadas à população idosa. A coleta de dados foi realizada por meio de busca nas bases científicas disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se os seguintes descritores e operadores booleanos: ("saúde mental") AND ("pessoa idosa") OR ("pessoa de idade") OR ("população idosa"). Os filtros aplicados restringiram-se a artigos em língua portuguesa e publicados nos últimos cinco anos, assegurando a atualidade e a relevância dos dados obtidos.

Após a aplicação dos critérios de busca, foram selecionados 8 artigos que abordam a promoção, prevenção e intervenções em saúde mental na terceira idade, com ênfase em estratégias comunitárias, psicossociais e de atenção básica. Dentre os estudos analisados, destacam-se publicações provenientes de revistas científicas indexadas na BVS, SciELO e periódicos nacionais de enfermagem e psicologia, incluindo trabalhos como "Promoção da saúde mental do idoso na atenção básica: as contribuições da terapia comunitária" (Texto & Contexto Enfermagem), "Saúde mental e envelhecimento: desafios e perspectivas na atenção primária" e outros correlatos. Ressalta-se que esta pesquisa não envolveu a execução de projeto de extensão, aplicação prática ou intervenção com participantes humanos, tratando-se exclusivamente de uma revisão bibliográfica. O estudo visa contribuir para a discussão teórica acerca das práticas e estratégias preventivas de saúde mental em idosos, servindo de base para futuras ações extensionistas e acadêmicas voltadas à promoção do bem-estar psicológico dessa população.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O aumento contínuo da população idosa em todo o mundo exige uma reorganização da sociedade para atender às novas demandas trazidas por essa realidade, especialmente no campo da saúde. No Brasil, o envelhecimento populacional ocorreu de maneira rápida e expressiva, e, em 2018, os idosos já representavam 13,5% da população total. Segundo Marcelino (2020, apud Souza, 2022), os principais fatores relacionados ao adoecimento mental nessa faixa etária envolvem o isolamento social, o luto por pessoas próximas, a presença de múltiplas doenças, o avanço da idade, a baixa escolaridade e, com maior frequência, o sexo feminino. Além disso,

Onofri (2016, apud Souza, 2022) observa que tanto profissionais de saúde quanto membros da comunidade podem confundir sintomas de sofrimento psíquico com o processo natural de envelhecimento, o que compromete o diagnóstico precoce e o tratamento adequado.

A vivência da tristeza na velhice está associada à perda de autonomia para realizar atividades cotidianas e à vergonha das mudanças corporais que afetam a funcionalidade e favorecem o surgimento da solidão (Scimago institutions rankings et al., 2025). A sensação de inutilidade e a percepção de perdas entre a fase ativa da vida e a velhice marcada pela dificuldade em solicitar ajuda. Estão entre os sentimentos mais relatados, manifestando-se por meio de tristeza, ansiedade e irritabilidade, presentes em ambos os sexos e em todas as regiões (Scimago institutions rankings et al., 2025).

A solidão, por sua vez, é descrita como uma espécie de apagamento social, em que o idoso se vê diante de dias longos e vazios, confrontando-se com a própria identidade e perdendo esperanças. Nessa fase, o maior sofrimento pode não ser a dependência física, mas a ausência de vínculos significativos e de alguém com quem compartilhar pensamentos e experiências (Scimago institutions rankings et al., 2025).

Homens e mulheres idosos demonstram a necessidade de redescobrir formas de se sentirem úteis, buscando novas rotinas e exercitando a flexibilidade cognitiva. A resiliência e a resignação aparecem como estratégias para lidar com o adoecimento e a perda da independência. O apoio emocional e instrumental obtido por meio do diálogo, da convivência familiar e da preservação da autonomia contribui para o sentimento de pertencimento e utilidade. Assim, manter a autonomia representa não apenas uma condição física, mas também uma afirmação de potencialidade e coragem diante do envelhecimento. O prazer em projetos pessoais, como viajar ou realizar atividades domésticas, muitas vezes dá lugar à satisfação de participar ativamente de projetos coletivos e familiares (Scimago institutions rankings et al., 2025).

Segundo Leandro-França e Murta (2014), as ações voltadas à saúde mental da pessoa idosa devem abranger tanto a prevenção de transtornos mentais quanto o fortalecimento de fatores protetores. A prevenção pode ser classificada em três níveis: universal, quando voltada a toda a população; seletiva, direcionada a grupos em situação de risco; e indicada, destinada a indivíduos que já apresentam sinais iniciais de sofrimento psíquico. Essas intervenções devem ser integradas a políticas públicas que promovam o envelhecimento ativo, baseado na autonomia, dignidade e participação social.

A criação de espaços de convivência, grupos de apoio e programas sociais voltados ao idoso contribui significativamente para o enfrentamento da solidão e para o fortalecimento da autoestima. Os programas de empoderamento são fundamentais, pois estimulam a autoconfiança, a tomada de decisões e a percepção de utilidade social, impactando positivamente na saúde mental (Shearer et al., 2012, apud Leandro-França & Murta, 2014).

Outra estratégia eficaz é a terapia comunitária, que possibilita o compartilhamento de experiências, a escuta ativa e a criação de vínculos sociais, fortalecendo a resiliência e promovendo o sentimento de pertencimento (Rocha et al., 2009, apud Leandro-França & Murta, 2014). Além disso, os programas de preparação para aposentadoria se mostram importantes no

processo de adaptação às mudanças sociais, financeiras e emocionais, reduzindo o risco de depressão e promovendo uma transição mais equilibrada para essa nova fase da vida (França, 2012, apud Leandro-França & Murta, 2014).

Recentemente, têm ganhado destaque as intervenções breves e computadorizadas, voltadas à promoção da saúde mental de forma acessível e interativa, apresentando resultados positivos na redução de sintomas de depressão e ansiedade entre idosos (Zou et al., 2012, apud Leandro-França & Murta, 2014). Essas práticas, além de promoverem inclusão digital, demonstram que a tecnologia pode ser uma aliada na promoção do bem-estar emocional.

Portanto, a efetividade das ações de prevenção e promoção da saúde mental depende da articulação entre profissionais de saúde, família, comunidade e Estado, com o objetivo de criar ambientes acolhedores e políticas públicas que incentivem o envelhecimento ativo e a valorização do idoso. Tais medidas são essenciais para fortalecer a autonomia, a autoestima e o bem-estar emocional dessa população, promovendo uma velhice mais saudável e significativa (Leandro-França & Murta, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar as principais estratégias de prevenção da saúde mental em pessoas idosas, enfatizando práticas educativas, tecnológicas e comunitárias que promovem o envelhecimento saudável e a qualidade de vida. A pesquisa, de natureza bibliográfica, identificou que o crescente envelhecimento populacional exige uma reorganização da sociedade para lidar com fatores de risco como o isolamento social e as perdas afetivas, que favorecem quadros depressivos e ansiosos. As estratégias preventivas analisadas, como a terapia comunitária, a criação de espaços de convivência e o uso de tecnologias interativas, são essenciais para fortalecer fatores protetores, combater a solidão, promover a autonomia e o sentimento de utilidade.

Contudo, como limitação, o trabalho se restringiu a uma revisão bibliográfica, não envolvendo intervenções práticas ou participantes humanos. Portanto, sugere-se para estudos futuros a realização de ações extensionistas e pesquisas que avaliem a efetividade prática dessas estratégias, reforçando a necessidade da articulação entre saúde, família, comunidade e Estado para um envelhecimento ativo e digno.

REFERÊNCIAS

FALCÃO, D. V. S.; CARVALHO, A. M. A. Envelhecimento, saúde mental e contextos sociais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 123–133, 2018.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini. **Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 34, n. 2, p. 318-329, 2014. DOI: 10.1590/1982-3703001152013. Acesso em: 26 out. 2025.

MELO, J. A. *et al.* Promoção da saúde mental do idoso na atenção básica: as contribuições da terapia comunitária. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1–10, 2019.

OLIVEIRA, L. P. *et al.* Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45–56, 2020.

SILVA, M. J. F. *et al.* A promoção de saúde mental em idosos não institucionalizados atendidos pelo SUS: gerações do fazer saúde. Extensio: **Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 17, n. 36, p. 159–166, 2020. DOI: 10.5007/1807-0221.2020v17n36p159. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, Aline Pereira de *et al.* **Ações de promoção e proteção à saúde mental do idoso no contexto da atenção primária à saúde: uma revisão integrativa.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1741-1752, maio 2022. doi:10.1590/1413-81232022275.23112021. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, T. C. *et al.* Inclusão tecnológica: efeitos na saúde mental e qualidade de vida de idosos. **Revista Kairós: Gerontologia,** São Paulo, v. 24, n. 2, p. 85–101, 2021.

SOUZA, Girliani Souse de *et al.* **Pessoas idosas dependentes e sua saúde mental: estudo multicêntrico brasileiro.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, e00142424, 23 maio 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT142424. Acesso em: 26 out. 2025.

TRANSTORNOS ALIMENTARES: PERSPECTIVAS CLÍNICAS E INTERDISCIPLINARES NA BULIMIA E ANOREXIA NERVOSA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Fabiana Spautz Dallagnol[1]
Leticia Cândido Duarte[2]
Maria Victória Munaretto Pagnussatt[3]
Victória Pereira Casagrande[4]
Clayton Zanella[5]

Resumo – Os transtornos alimentares, como a anorexia nervosa e a bulimia nervosa, configuram-se como condições psiquiátricas graves, caracterizadas por distúrbios persistentes na alimentação e na autoimagem corporal. O presente estudo teve como objetivo revisar, por meio de pesquisa narrativa, as manifestações clínicas, os fatores de risco e as estratégias terapêuticas interdisciplinares aplicadas nesses quadros. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica qualitativa em bases científicas como PubMed, BVS, SciELO e DSM-5-TR, utilizando descritores controlados. A análise dos dados revelou que ambos os transtornos apresentam alta prevalência entre adolescentes e mulheres jovens, com importantes impactos físicos, emocionais e sociais. Identificou-se que a atuação interdisciplinar — envolvendo psicólogos, nutricionistas, médicos e assistentes sociais — é essencial para o diagnóstico precoce, adesão terapêutica e prevenção de recaídas. Além disso, as comorbidades associadas, como ansiedade e depressão, agravam o quadro clínico e dificultam o tratamento. Conclui-se que o manejo efetivo requer uma abordagem biopsicossocial, políticas públicas de suporte e capacitação das equipes de saúde mental, além de estratégias que reduzam o estigma e ampliem o acesso ao cuidado.

Palavras-chave: Transtornos alimentares. Anorexia nervosa. Bulimia nervosa. Equipe interdisciplinar. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Os transtornos alimentares configuram-se como distúrbios mentais complexos e de alta gravidade clínica, caracterizados por alterações persistentes no comportamento alimentar, intensa preocupação com o peso e a forma corporal, e comprometimento psicossocial significativo. Dentre os mais prevalentes e estudados, destacam-se a anorexia nervosa e a bulimia nervosa, condições que têm apresentado crescimento alarmante, especialmente entre

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Comunicação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

adolescentes e mulheres jovens, refletindo um grave problema de saúde pública (American Psychiatric Association, 2023).

A anorexia nervosa manifesta-se principalmente por restrição alimentar extrema, medo intenso de ganhar peso e uma distorção marcante da imagem corporal. Já a bulimia nervosa é caracterizada por episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos de comportamentos compensatórios inadequados, como vômito autoinduzido, uso de laxantes ou diuréticos e prática excessiva de exercícios físicos. Embora ambas compartilhem a insatisfação corporal como núcleo comum, distinguem-se pela forma como os sintomas se expressam no comportamento alimentar (Souza et al., 2022; Brasil, 2020).

A etiologia desses transtornos é multifatorial, envolvendo interações complexas entre predisposições genéticas, fatores neurobiológicos, traços de personalidade – como perfeccionismo e baixa autoestima – e, principalmente, pressões socioculturais que reforçam ideais de magreza como sinônimo de sucesso e aceitação. A influência da mídia, das redes sociais e da cultura da dieta agrava o cenário, promovendo uma distorção coletiva dos padrões corporais saudáveis (Fabiano et al., 2024).

As consequências são profundas e se estendem para além das alterações físicas, como desnutrição, alterações cardiovasculares, osteopenia, infertilidade e risco aumentado de mortalidade. Os impactos psicossociais incluem isolamento social, prejuízo acadêmico e profissional, comorbidades psiquiátricas como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade, além de um prognóstico reservado quando o diagnóstico e o tratamento são tardios (American Psychiatric Association, 2023; Rezende et al., 2022).

Dessa forma, torna-se indispensável a atuação de uma equipe multiprofissional capacitada, que adote estratégias terapêuticas integradas e humanizadas, com foco na escuta qualificada, reabilitação nutricional, suporte psicoterapêutico e reinserção social. O enfrentamento eficaz dos transtornos alimentares requer não apenas abordagens clínicas, mas também políticas públicas voltadas à educação alimentar, à promoção da saúde mental e à desconstrução dos padrões estéticos opressivos amplamente disseminados.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa de literatura, desenvolvida pelos discentes da disciplina Comunicação IV, da quarta fase do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para a construção do referencial teórico, foi realizada uma busca sistematizada em bases de dados reconhecidas, utilizando as plataformas PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e, de forma complementar, o Google Scholar.

Os descritores utilizados foram definidos com base nos vocabulários controlados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings), organizados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Foram empregadas as seguintes combinações: (((Bulimia OR Bulimias) AND (Anorexia Nervosa OR Nervosas, Anorexia)) AND (Therapeutics OR Therapy)) AND (Patient Care Team OR Multidisciplinary Care Team); e ("Transtornos Alimentares" OR

"Anorexia Nervosa" OR "Bulimia Nervosa") AND ("Terapia Multidisciplinar" OR "Abordagem Interdisciplinar" OR "Equipe de Assistência ao Paciente") AND ("Diagnóstico Clínico" OR "Psicoterapia" OR "Avaliação Nutricional").

Foram aplicados filtros que restringiram os resultados a publicações dos últimos cinco anos. Inicialmente, foram encontrados cinco artigos, dos quais quatro foram selecionados por estarem de acordo com o tema proposto, sendo um excluído por não apresentar relação direta com a abordagem interprofissional nos transtornos alimentares. Além dos artigos científicos, foi utilizado como base o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2023), que forneceu os critérios diagnósticos atualizados para a anorexia e bulimia nervosa.

Os critérios de inclusão consideraram publicações entre os anos de 2020 e 2025, em português, inglês ou espanhol, com acesso ao texto completo, e que abordassem especificamente os aspectos clínicos e terapêuticos interdisciplinares relacionados à anorexia e à bulimia nervosa. Foram excluídos materiais duplicados, artigos opinativos, Resumos sem texto completo disponível e estudos sem vínculo direto com o tema central da pesquisa.

Após a seleção, os artigos foram organizados de acordo com os principais eixos temáticos identificados: características clínicas, fatores biopsicossociais associados, estratégias de diagnóstico, impacto funcional e psicossocial, além das abordagens terapêuticas realizadas por equipes interdisciplinares. Por se tratar de uma revisão narrativa de literatura, esta pesquisa não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que os transtornos alimentares, especialmente a bulimia e a anorexia nervosa, permanecem como importantes desafios de saúde mental na atualidade, com prevalência crescente entre adolescentes e mulheres jovens (WHO, 2022). Esses transtornos envolvem alterações significativas no comportamento alimentar, na autoimagem corporal e no funcionamento psicológico, exigindo atenção clínica qualificada e abordagem terapêutica interdisciplinar (DSM-5, 2023).

Na anorexia nervosa, observou-se a presença de uma restrição alimentar severa, com recusa persistente em manter um peso corporal minimamente normal, medo intenso de ganhar peso e distorção da imagem corporal. Já na bulimia nervosa, os estudos apontam episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos de comportamentos compensatórios inadequados, como vômitos autoinduzidos, uso de laxantes e jejuns prolongados (DSM-5, 2023; Oliveira et al., 2021). Ambas as condições estão associadas a sérias repercussões físicas e psíquicas, incluindo alterações hormonais, cardiovasculares e digestivas, além de sintomas ansiosos, depressivos e ideação suicida (Silva et al., 2023).

No que se refere à abordagem terapêutica, os trabalhos analisados reforçam a importância de uma atuação conjunta entre profissionais da medicina, psicologia, nutrição e serviço social, a fim de oferecer um plano de cuidado individualizado e contínuo. A literatura indica que tratamentos baseados exclusivamente em estratégias medicamentosas ou dietéticas

tendem a ser insuficientes, especialmente em casos crônicos ou resistentes (Carvalho et al., 2020). Assim, a combinação de psicoterapia cognitivo-comportamental, orientação nutricional especializada, suporte familiar e, quando necessário, farmacoterapia, tem se mostrado mais eficaz na melhora dos sintomas e na prevenção de recaídas (Nascimento et al., 2022; Ribeiro & Rocha, 2020).

Outro ponto relevante identificado foi o impacto social e emocional dos transtornos alimentares. Muitos pacientes relataram isolamento, baixa autoestima, vergonha e dificuldade de aderência ao tratamento, especialmente em contextos onde o estigma e a desinformação sobre esses transtornos ainda são prevalentes (Ferreira et al., 2019). A atuação da equipe multiprofissional, neste sentido, vai além da terapêutica tradicional, sendo essencial também no acolhimento, na escuta ativa e na promoção da autonomia do sujeito.

Destaca-se ainda que, mesmo com avanços na compreensão desses transtornos, persistem desafios na detecção precoce e no acesso a serviços especializados, sobretudo em regiões de menor cobertura de saúde mental. Isso reforça a necessidade de estratégias de educação em saúde, políticas públicas eficazes e formação continuada das equipes de atenção primária, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (MS, 2018; WHO, 2022).

Portanto, os dados analisados reiteram que a bulimia e a anorexia nervosa não devem ser compreendidas apenas como distúrbios alimentares, mas como síndromes complexas que exigem uma abordagem biopsicossocial integrada. A atuação interdisciplinar é essencial tanto no diagnóstico quanto no tratamento, promovendo uma melhor qualidade de vida e redução das complicações associadas.

Tabela 1: Tabela comparativa (Anorexia x Bulimia)

Tópico	Anorexia Nervosa	Bulimia Nervosa
Critérios Diagnósticos	Restrição da ingestão energética; medo intenso de ganhar peso; distorção da autoimagem corporal	Episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos de comportamentos compensatórios inadequados
Características Clínicas	Baixo peso corporal, amenorreia, pele seca, lanugo, hipotermia, constipação, isolamento social, perfeccionismo	Peso geralmente dentro da faixa normal, vômitos autoinduzidos, uso de laxantes, vergonha, impulsividade, instabilidade emocional
Prevalência e Incidência	Mais comum em adolescentes e mulheres jovens; prevalência em torno de 0,4%	Prevalência de cerca de 1-1,5% em mulheres jovens; início comum no final da adolescência ou início da vida adulta
Fatores de Risco	Pressões socioculturais por magreza, baixa autoestima, histórico familiar de transtornos alimentares ou depressão, traumas	Traumas na infância, abuso sexual, baixa autoestima, obesidade prévia, dietas frequentes e disfunções familiares
Comorbidades Comuns	Transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, TOC, transtornos de personalidade (especialmente obsessivo-compulsiva)	Transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, abuso de substâncias, transtornos de personalidade borderline
Tratamento	Terapia cognitivo-comportamental (TCC), suporte nutricional, intervenção familiar e, em casos graves, hospitalização	Terapia cognitivo-comportamental, uso de ISRS (ex: fluoxetina), suporte nutricional e psicoterapia individual ou em grupo

Fonte: Autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo reforçam a relevância clínica e social dos transtornos alimentares, em especial da anorexia nervosa e da bulimia nervosa, evidenciando que essas condições representam desafios significativos para os sistemas de saúde e para as equipes multiprofissionais envolvidas no cuidado. Ambas apresentam alta prevalência entre adolescentes e mulheres jovens, impacto funcional severo e elevada associação com comorbidades psiquiátricas, como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade. Além disso, seus desfechos clínicos estão diretamente relacionados à detecção precoce e à qualidade do acompanhamento terapêutico oferecido.

Ficou evidente que, por se tratar de transtornos multifatoriais, a compreensão e o manejo da anorexia e da bulimia não podem se restringir ao controle dos sintomas alimentares. É necessária uma abordagem biopsicossocial integrada, com envolvimento de profissionais da medicina, psicologia, nutrição, enfermagem, serviço social e demais áreas da saúde, favorecendo um plano terapêutico amplo e centrado no paciente. A literatura analisada aponta que a psicoterapia cognitivo-comportamental, associada ao acompanhamento nutricional especializado e, quando indicado, ao uso de farmacoterapia, apresenta os melhores resultados na redução de recaídas e na melhoria da qualidade de vida.

No entanto, ainda persistem limitações importantes, como o diagnóstico tardio, a escassez de serviços especializados em saúde mental em muitas regiões do país e a dificuldade de adesão ao tratamento, muitas vezes agravada pelo estigma social e pela falta de informação sobre o tema. Além disso, a própria literatura apresenta lacunas, principalmente no que diz respeito a estudos nacionais recentes com enfoque na prática clínica interdisciplinar.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise dos desafios na atenção básica e especializada, ampliem o número de estudos clínicos e qualitativos, e desenvolvam estratégias efetivas de prevenção, educação em saúde e capacitação profissional. A criação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à saúde mental, bem como a sensibilização da sociedade para os transtornos alimentares, são passos fundamentais para melhorar os desfechos clínicos e reduzir os impactos psicossociais dessas condições.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION, American P. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2023. ISBN 9786558820949.

CASTELLINI, Giovanni et al. Mortality and care of eating disorders. Acta Psychiatrica Scandinavica, v. 147, n. 2, p. 122-133, 2023.

GARCÍA, Raquel Jiménez et al. Trastornos de la conducta alimentaria: intervención del pediatra en la prevención, detección precoz, evaluación y tratamiento interdisciplinar. In: Anales de Pediatría. Elsevier Doyma, 2025. p. 503907. MAIA, Bruna Bortolozzi; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de; SANTOS, Manoel Antônio dos. Concepções dos profissionais da equipe multidisciplinar de saúde sobre melhora em pacientes com anorexia e bulimia. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, p. e265973, 2024

Ramirez Z, Gunturu S. Avoidant Restrictive Food Intake Disorder. [Updated 2024 May 1]. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2025 Jan-. Available from: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK603710/

SAADª, María B. et al. Evolución y tratamiento de los trastornos de la conducta alimentaria en adolescentes: serie de casos. 2021.

VARIAÇÕES NEUROANATÔMICAS E NEUROFUNCIONAIS NO TRANSTORNO BIPOLAR

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Alana Gevieski[1]
Joana Barcaro Weiss[2]
Lívia Kobarg Cercal Akerman[3]
Maria Antônia Dal Molin Werlang[4]
Clayton Zanella[5]

Resumo – O Transtorno Bipolar (TB) é uma condição neuropsiquiátrica complexa caracterizada por oscilações entre estados de mania/hipomania e depressão, refletindo uma disfunção multifatorial que abrange aspectos anatômicos, funcionais e neuroquímicos. Este estudo, por meio de uma revisão narrativa e integrativa da literatura recente, teve como objetivo mapear as principais variações neuroanatômicas e neurofuncionais associadas ao TB, analisando suas implicações para o diagnóstico e o manejo clínico. Foram consultadas bases de dados como PubMed, BVS e IEEE Xplore, com seleção de artigos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados evidenciam alterações consistentes nas redes cerebrais envolvidas na regulação emocional e no controle executivo, especialmente nas redes do modo padrão e frontoparietal. Além disso, observou-se redução de volume em regiões pré-frontais, temporais e límbicas, além de alterações na integridade da substância branca. Tais achados reforçam a hipótese de que o TB envolve disfunções em circuitos neuronais responsáveis pelo equilíbrio afetivo e pela cognição. Conclui-se que a integração entre dados estruturais e funcionais representa um passo essencial para o desenvolvimento de biomarcadores e estratégias terapêuticas mais precisas e personalizadas.

Palavras-chave: Transtorno Bipolar. Neuroimagem. Conectividade Cerebral. Regulação Emocional. Neuroanatomia Funcional.

INTRODUÇÃO

O Transtorno Bipolar (TB) é uma condição psiquiátrica marcada por oscilações entre episódios de mania ou hipomania e de depressão, com consequências profundas para o funcionamento psicossocial dos indivíduos. Esse quadro clínico indica uma disfunção não apenas comportamental, mas também neurobiológica: múltiplas investigações em neuroimagem revelam que o cérebro de pessoas com TB exibe alterações tanto em sua estrutura como em sua

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

função, o que reforça a importância de olhar para as bases cerebrais desse transtorno. Por exemplo, o grupo ENIGMA Bipolar Disorder Working Group observou, em estudos multicêntricos, volumetrias reduzidas em regiões-chave e trajetórias diferentes de espessamento cortical em indivíduos com TB, sugerindo que as alterações anatômicas podem ocorrer ao longo do curso da doença (Ching et al., 2020).

Do ponto de vista teórico, diversos autores têm destacado que a regulação emocional e o funcionamento executivo dependem de redes fronto-límbicas e de conectividade cérebro-comportamento. Por exemplo, Bi et al. (2022) propõem que o núcleo da neuropatologia do TB reside em alterações no fronto-límbico, e que redes intrínsecas como o modo-padrão (default-mode), a rede de saliência (salience network) e a rede executivo–central (central executive network) estariam envolvidas. Esse modelo amplia visões anteriores, como a de Strakowski et al., que já haviam apontado para disfunção do "anterior limbic network" no TB (Blond et al., 2012).

Além disso, estudos funcionais evidenciam que pacientes com TB apresentam padrões atípicos de ativação e conectividade frente a tarefas de cognição, regulação emocional, ou mesmo em repouso. Por exemplo, Madre et al. (2021) mostraram que pacientes em fase maníaca exibem redução de ativação em regiões frontais e parietais ao realizarem tarefa de gestão de metas, contribuindo para o entendimento de déficits executivos no TB.

Os objetivos do estudo são os seguintes: Mapear as principais alterações estruturais (por exemplo, volumes, espessura cortical, integridade da substância-branca) relatadas em pacientes com TB. Analisar as alterações funcionais (ativação cerebral, conectividade, redes intrínsecas) associadas ao TB, diferenciando, quando possível, variáveis clínicas como subtipo de TB, número de episódios e fase da doença. Discutir as implicações desses achados para o diagnóstico, tratamento e prognóstico do TB, bem como identificar lacunas para pesquisas futuras.

Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compilar e sintetizar de forma integrada as alterações neuroanatômicas e neurofuncionais observadas no TB, oferecendo um panorama que avance tanto a fundamentação teórica quanto as implicações clínicas.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma leitura interdisciplinar sobre as variações neuroanatômicas e neurofuncionais no transtorno bipolar, realizada por meio de uma revisão narrativa e integrativa da literatura científica recente. A proposta busca articular evidências provenientes da neurociência, da psiquiatria, da anatomia e da neuropsicologia, com o intuito de compreender, sob diferentes perspectivas, as alterações cerebrais estruturais e funcionais associadas ao transtorno bipolar.

A pesquisa foi conduzida com base em uma estratégia de busca estruturada nas bases de dados PubMed/PMC, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e IEEE Xplore, reconhecidas pela abrangência e relevância na área biomédica. A busca utilizou a seguinte combinação de descritores e operadores booleanos: Anatomic variation OR architecture of organisms that

distinguish them from others of the same species or group) AND (Functional Brain Localization OR Brain Mapping)) AND (Bipolar Disorder OR Bipolar Mood Disorder).

Como critério de refinamento, foi aplicado o filtro "últimos 5 anos", de modo a incluir apenas estudos publicados dentro desse período, garantindo a atualidade das evidências apresentadas. Foram incluídos artigos disponíveis integralmente e publicados em inglês, português ou espanhol. Não houve restrição quanto ao desenho metodológico, desde que os trabalhos abordassem de forma direta as alterações neuroanatomicas (como volumetria, morfometria ou integridade de substância branca) e/ou neurofuncionais (como estudos de fMRI, PET ou EEG) relacionadas ao transtorno bipolar.

Os artigos selecionados foram analisados quanto aos seguintes aspectos: objetivos, amostra, métodos empregados (tipo de exame e parâmetros de análise), principais resultados e conclusões. A leitura foi conduzida de maneira crítica e interdisciplinar, relacionando os achados de neuroimagem às dimensões clínicas, cognitivas e comportamentais do transtorno bipolar, com especial atenção aos circuitos cerebrais envolvidos na regulação emocional, como as regiões pré-frontais, amígdala, hipocampo e corpo caloso.

A interpretação dos dados privilegiou uma integração qualitativa das informações, destacando convergências e divergências entre os estudos, bem como suas implicações teóricas e práticas para a compreensão do transtorno. As referências utilizadas foram obtidas de fontes indexadas e de acesso público, não havendo necessidade de submissão ao comitê de ética em pesquisa, uma vez que se trata de um estudo baseado exclusivamente em literatura científica previamente publicada

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta revisão indicam que o Transtorno Bipolar (TB) está associado a alterações neuroanatômicas e neurofuncionais relevantes, refletindo disfunções em redes cerebrais envolvidas na regulação emocional e no controle cognitivo. Estudos de neuroimagem estrutural apontam redução volumétrica em regiões pré-frontais, temporais e límbicas, como amígdala e hipocampo, além de alterações na integridade da substância branca, comprometendo a comunicação entre áreas corticais e subcorticais (Claeys et al., 2021; Martino et al., 2022).

Em nível funcional, observam-se padrões anormais de ativação e conectividade nas redes do modo padrão, frontoparietal e de saliência. Essas alterações variam conforme a fase clínica: durante episódios maníacos há hiperatividade límbica e hipoatividade pré-frontal, enquanto nas fases depressivas ocorre o inverso. Tais oscilações evidenciam a natureza dinâmica do transtorno e sua influência sobre o funcionamento cerebral (Gong et al., 2022).

Estudos multimodais sugerem que algumas alterações, como no corpo caloso e córtex orbitofrontal, podem representar marcadores de vulnerabilidade, enquanto as disfunções funcionais tendem a se normalizar em períodos de estabilidade (Trost et al., 2023). Além disso, técnicas de aprendizado de máquina têm mostrado potencial para identificar padrões de conectividade associados à resposta terapêutica, especialmente ao uso de lítio (Li et al., 2024).

Apesar do avanço das pesquisas, persistem limitações como heterogeneidade metodológica, amostras pequenas e influência de medicamentos, o que dificulta a generalização dos achados (Zheng et al., 2023). Ainda assim, há consenso de que o TB envolve disfunções nas redes cortico-límbicas, o que reforça seu caráter neurobiológico. A integração de dados estruturais e funcionais representa um caminho promissor para diagnósticos mais precisos e abordagens terapêuticas personalizadas.

No plano social, o estudo dessas alterações neuroanatômicas e neurofuncionais assume grande relevância: ao mapear as bases cerebrais do TB, abre-se caminho para diagnósticos mais precoces, intervenções terapêuticas mais individualizadas, redução de recaídas e de incapacidades funcionais associadas ao transtorno. Em suma, não se trata apenas de compreender o cérebro "afetado", mas de traduzir esse conhecimento em práticas de saúde mental que promovam melhor qualidade de vida.

Contudo, apesar dos avanços, permanece uma problemática central: como integrar de modo coerente os achados anatômicos e funcionais no TB? Em que medida essas alterações são pré-existentes (fatores de risco ou marcador de vulnerabilidade), são consequências do curso da doença ou dos tratamentos, ou ainda representam um marcador de progressão? Além disso, há considerável heterogeneidade metodológica entre os estudos — em termos de amostras, fases da doença, tratamento, técnica de neuroimagem, o que dificulta a generalização dos achados (Ching et al., 2020; Madre et al., 2021).

No âmbito estrutural, observa-se redução volumétrica em regiões pré-frontais e temporais, além de alterações na integridade da substância branca, o que pode comprometer a comunicação entre regiões límbicas e corticais. A integração entre dados estruturais e funcionais, conforme demonstrado por estudos multimodais, tem permitido distinguir marcadores de estado e de traço, ampliando a compreensão dos mecanismos de vulnerabilidade e progressão da doença (Martino et al., 2022). Contudo, a heterogeneidade metodológica, as variações nas amostras e o uso de psicofármacos ainda representam importantes limitações para a generalização dos achados (Gong et al., 2022).

As perspectivas translacionais dos estudos revisados apontam para o potencial desenvolvimento de biomarcadores baseados em neuroimagem capazes de auxiliar no diagnóstico diferencial, no prognóstico e na predição de resposta terapêutica. Padrões específicos de conectividade entre a amígdala e o córtex pré-frontal, por exemplo, têm sido associados à resposta positiva ao uso de estabilizadores do humor, como o lítio (Trost et al., 2023). Ademais, técnicas emergentes de análise de dados, incluindo aprendizado de máquina e modelagem multivariada, têm se mostrado promissoras para identificar assinaturas neurais individuais do TB (Li et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados reunidos nesta pesquisa indicam que o Transtorno Bipolar (TB) apresenta alterações neuroanatômicas e neurofuncionais consistentes, refletindo uma complexa interação entre mecanismos estruturais e funcionais que sustentam os sintomas afetivos e cognitivos característicos da doença. Evidências obtidas por estudos de neuroimagem funcional em repouso

demonstram disfunções significativas em redes cerebrais de larga escala, especialmente na rede do modo padrão (default mode network – DMN) e na rede frontoparietal, associadas à regulação emocional e ao controle executivo. Tais alterações parecem variar conforme o estado clínico, sendo mais acentuadas durante fases depressivas e (hipo)maníacas, o que reforça a natureza dinâmica do TB e a influência dos estados afetivos sobre a conectividade cerebral (Claeys et al., 2021).

Ainda assim, as limitações mais recorrentes na literatura incluem o predomínio de estudos transversais, o tamanho reduzido das amostras e a ausência de padronização metodológica. Tais fatores dificultam a reprodutibilidade e a consolidação de biomarcadores confiáveis (Zheng et al., 2023). Portanto, há necessidade de investigações longitudinais, multicêntricas e multimodais que integrem neuroimagem estrutural, funcional e molecular, além de dados clínicos detalhados sobre tratamento, duração da doença e comorbidades.

Conclui-se, portanto, que o Transtorno Bipolar se caracteriza por disfunções cerebrais difusas, envolvendo redes de regulação emocional, cognição e processamento afetivo. A compreensão integrada dessas alterações, apoiada em evidências estruturais e funcionais, representa um passo essencial para avanços diagnósticos e terapêuticos. O aprofundamento dessa linha de investigação pode favorecer o desenvolvimento de abordagens personalizadas, baseadas em marcadores neurobiológicos, que melhorem a precisão diagnóstica e a eficácia dos tratamentos para o Transtorno Bipolar.

REFERÊNCIAS

Ching, C. R. K., Hibar, D. P., Gurholt, T. P., Nunes, A., Thomopoulos, S. I., Abé, C., Agartz, I., Brouwer, R. M., Cannon, D. M., de Zwarte, S. M. C., Eyler, L. T., Favre, P., Hajek, T., Haukvik, U. K., Houenou, J., Landén, M., Lett, T. A., McDonald, C., Nabulsi, L., … ENIGMA Bipolar Disorder Working Group. (2022). What we learn about bipolar disorder from large-scale neuroimaging: Findings and future directions from the ENIGMA Bipolar Disorder Working Group. Human Brain Mapping, 43(1), 56–82. https://doi.org/10.1002/hbm.25098

Claeys, E. H. I., Mantingh, T., Morrens, M., Yalin, N., & Stokes, P. R. A. (2022). Resting-state fMRI in depressive and (hypo)manic mood states in bipolar disorders: A systematic review. Progress in Neuro-Psychopharmacology & Biological Psychiatry, 113(110465), 110465. https://doi.org/10.1016/j.pnpbp.2021.110465

Long, X., Wang, X., Tian, F., Cao, Y., Xie, H., & Jia, Z. (2022). Altered brain activation during reward anticipation in bipolar disorder. Translational Psychiatry, 12(1), 300. https://doi.org/10.1038/s41398-022-02075-w

Madre, M., Fuentes-Claramonte, P., Palau, P., Sáez, N., Moro, N., Blanch, C., Verdolini, N., Garcia-Leon, M. A., Feria, I., Munuera, J., Sarró, S., Raduà, J., McKenna, P., Salvador, R., & Pomarol-Clotet, E. (2023). Brain correlates of impaired goal management in bipolar mania. Psychological Medicine, 53(3), 1021–1029. https://doi.org/10.1017/S0033291721002452

Nabulsi, L., Chandio, B. Q., Dhinagar, N., Laltoo, E., McPhilemy, G., Martyn, F. M., Hallahan, B., McDonald, C., Thompson, P. M., & Cannon, D. M. (2023). Along-tract statistical mapping of

microstructural abnormalities in bipolar disorder: A pilot study. Annual International Conference of the IEEE Engineering in Medicine and Biology Society. IEEE Engineering in Medicine and Biology Society. Annual International Conference, 2023, 1–7. https://doi.org/10.1109/EMBC40787.2023.10339964

O'Connell, K. S., Koromina, M., van der Veen, T., Boltz, T., David, F. S., Yang, J. M. K., Lin, K.-H., Wang, X., Coleman, J. R. I., Mitchell, B. L., McGrouther, C. C., Rangan, A. V., Lind, P. A., Koch, E., Harder, A., Parker, N., Bendl, J., Adorjan, K., Agerbo, E., … Bipolar Disorder Working Group of the Psychiatric Genomics Consortium. (2025). Genomics yields biological and phenotypic insights into bipolar disorder. Nature, 639(8056), 968–975. https://doi.org/10.1038/s41586-024-08468-9.

SEXUALIDADE E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE FATORES BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Enzo Rafael Ransan Caldart[1]
Fernanda Ransan Pazzini[2]
Cristine Vanz Borges[3],[4]

Resumo – O envelhecimento populacional tem evidenciado a necessidade de discutir a sexualidade entre idosos sob diferentes perspectivas. Os fatores que tornam a faixa etária como grupo de risco para infecções sexualmente transmissíveis permanecem como um tema permeado por estigmas e negligências na prática clínica. Essa revisão, de caráter integrativo, teve como objetivo analisar o aumento das infecções sexualmente transmissíveis (IST) na população idosa, bem como os fatores que influenciam esse fenômeno. Foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo e PubMed, incluindo publicações dos últimos cinco anos relacionadas ao tema. A análise dos artigos revelou que a maior vulnerabilidade dos idosos às IST está relacionada ao baixo conhecimento sobre educação sexual, ao uso reduzido de preservativos e às alterações fisiológicas do envelhecimento. Fatores comportamentais, como novas relações afetivas e o uso de medicamentos para aumento da libido, também contribuem para o aumento da incidência de IST. Concluiu-se que a promoção da saúde sexual do idoso deve ser reconhecida e incorporada às práticas médicas como parte do envelhecimento saudável e da qualidade de vida, com enfoque na educação sexual, rastreamento e estratégias preventivas efetivas.

Palavras-chave: envelhecimento; sexualidade; Infecções Sexualmente Transmissíveis; saúde do Idoso.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo fisiológico que envolve mudanças biológicas e sociocomportamentais. Globalmente, evidencia-se um crescimento em ritmo exponencial do contingente geriátrico. Dados mostram que até o ano de 2030, cerca de 17% da população mundial estará na faixa etária dos 60 anos ou mais, e que até 2050, o número de idosos poderá ultrapassar a marca dos 2 bilhões. Embora o tema sobre saúde sexual no envelhecimento seja escasso nos debates, a mudança nos padrões culturais, o aumento da expectativa de vida e o

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde (BIOINOVAH), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

desenvolvimento de novos métodos farmacológicos possibilitaram que a atividade sexual se apresentasse de forma mais frequente na idade adulta avançada (Karaye; Kyriacou, 2024).

O estigma social de que a população idosa não mantém vida sexual ativa contribui para a negligência do tema das infecções sexualmente transmissíveis (IST) nessa faixa etária. Estudos indicam que, embora a frequência sexual diminua com o avanço da idade, muitos idosos continuam exercendo sua sexualidade. Entre os fatores que aumentam sua vulnerabilidade às IST estão a flexibilização de normas comportamentais, o início de novas relações afetivas e o aumento das relações extraconjugais, muitas vezes associadas ao falecimento do parceiro ou a limitações físicas (Kumar et al., 2025).

As IST compreendem um conjunto de patologias causadas por diferentes agentes infecciosos, como clamídia, gonorreia, sífilis, tricomoníase, hepatite B, herpes simples, vírus da imunodeficiência humana (HIV) e papilomavírus humano (HPV). Embora tradicionalmente associadas ao público jovem, estudos em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, China e regiões da África demonstram crescimento na incidência dessas infecções entre idosos (Co et al., 2023). Muitas vezes assintomáticas, as IST podem gerar complicações importantes, como dor crônica, infertilidade, câncer e coinfecções. Assim, o rastreamento precoce e o tratamento adequado são essenciais para evitar reinfecções e desfechos adversos (Ghanem; Tuddenham, 2025).

Pesquisas epidemiológicas atuais apontam que uma atividade sexual saudável em idosos auxilia em diversos aspectos, como redução da mortalidade, diminuição do risco de doenças cardiovasculares e melhora da saúde mental e cognitiva. Idosos sexualmente ativos demonstram melhor humor e desempenho funcional quando comparados aos inativos. No entanto, apesar dos benefícios associados à sexualidade nessa faixa etária, a diminuição da função imunológica decorrente do processo de senescência torna essa população mais suscetível a infecções, incluindo as IST, que surgem como problema de saúde pública. O crescimento de sua prevalência nessa população reforça a urgência de ampliar o debate sobre a sexualidade no envelhecimento (Wang et al., 2023).

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo método permite reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema específico de forma sistematizada. A elaboração seguiu as etapas de definição do tema e da questão norteadora; busca nas principais bases de dados; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; seleção dos estudos; e análise e interpretação dos resultados.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scielo e PubMed, utilizando descritores relacionados ao tema para formular as estratégias de busca. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos que apresentassem relação direta com a temática das infecções sexualmente transmissíveis em idosos.

As estratégias de busca empregadas consistiram nas expressões (elderly OR "older adults" OR aged) AND ("sexually transmitted infections" OR STI OR "sexually transmitted diseases" OR

STD), utilizadas na base PubMed, e idosos AND ("infecções sexualmente transmissíveis" OR IST OR DST), aplicadas na base SciELO. Após a triagem e a seleção dos estudos conforme os critérios estabelecidos, os artigos foram analisados e interpretados qualitativamente, com o propósito de integrar e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos artigos permitiu compreender que a sexualidade na população idosa demanda uma abordagem multidimensional, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. Nesse contexto, torna-se essencial discutir as causas que contribuem para o aumento das infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre idosos. A literatura aponta que esse fenômeno pode estar relacionado ao baixo conhecimento sobre IST, ao ato sexual desprotegido, muitas vezes pela ausência de preocupação com gravidez, à escassez de serviços voltados para a saúde sexual da pessoa idosa e ao aumento da expectativa de vida da população global. A manutenção da atividade sexual, impulsionada pelos avanços da medicina e pelas práticas de saúde pública, favorece um envelhecimento mais ativo, mas também expõe esse grupo a novos riscos quando há uso inadequado de métodos de proteção (Takahashi et al., 2022).

Do ponto de vista fisiológico, algumas alterações naturais do envelhecimento aumentam a suscetibilidade às IST. Nas mulheres, a redução dos níveis hormonais, especialmente de estrogênio, causa afinamento da mucosa vaginal, favorecendo microlesões que facilitam a penetração de patógenos. Além disso, a ausência de risco de gravidez após a menopausa reduz o uso de métodos de barreira, resultando em maior vulnerabilidade durante o ato sexual. Outro fator relevante é a tendência de ausência de sintomas clínicos, o que retarda o diagnóstico e o início do tratamento (Relhan et al., 2021).

Segundo a análise de dados de Liang et al. (2024), observou-se uma redução na incidência do vírus da imunodeficiência humana (HIV) entre indivíduos de 50 a 69 anos, mas um aumento linear na prevalência, especialmente entre pessoas de 50 a 54 anos. Paralelamente, registrou-se elevação nas taxas de outras IST, como clamídia, mais frequente entre homens, e tricomoníase, predominante entre mulheres. Os autores relacionam esses dados a fatores como visões ultrapassadas sobre a sexualidade na terceira idade, comportamentos de risco, deficiência na abordagem do tema pelos profissionais de saúde, baixo nível de informação e demora na busca por atendimento médico, o que favorece a disseminação das infecções.

Corroborando com os dados, pesquisas globais do ano de 2019 relataram 77.327 novos casos de HIV em adultos mais velhos com uma taxa de incidência de 7,6 a cada 100.000 habitantes. Outras IST, como sífilis, HPV, herpes, gonorreia e tricomoníase, também apresentaram tendência de crescimento. Entre os fatores que explicam esse aumento estão as mudanças no comportamento sexual, a redução do uso de preservativos, a falta de conscientização, o afastamento dos serviços especializados, o uso de medicamentos que aumentam a libido e a deficiência imunológica natural da senescência, frequentemente agravada por comorbidades (Kumar et al., 2025).

O estudo desenvolvido por Feng et al. (2025) abordou um modelo matemático que analisou a transmissão sexual relacionada à estrutura etária da população, que permitiu conhecer

a estabilidade, a sensibilidade e a evolução nas taxas de transmissão e disseminação do HIV. A pesquisa da sensibilidade indicou que o principal fator de risco para a epidemia nessa faixa etária teve relação direta com a transmissão homossexual entre homens idosos. A pesquisa também indicou que o aumento da mortalidade natural reduz parcialmente o potencial de disseminação da infecção. Esses resultados reforçam a urgência de desenvolver estratégias de prevenção voltadas à população idosa, com ênfase no uso de preservativos e na ampliação das ações de educação sexual. A negligência quanto ao comportamento sexual dos idosos contribui para o avanço silencioso das IST, o que torna indispensável uma abordagem integral e inclusiva no cuidado à saúde sexual dessa faixa etária.

Diante disso, destaca-se a importância de uma abordagem multidisciplinar, com programas e políticas educativas direcionadas aos idosos sexualmente ativos. Essas ações devem priorizar a conscientização sobre práticas seguras, o combate ao estigma social e a superação da negligência ainda presente entre profissionais de saúde. Somente por meio de estratégias integradas e sensíveis às especificidades do envelhecimento será possível garantir atenção mais efetiva e humanizada, contribuindo para a prevenção e o manejo adequado das infecções sexualmente transmissíveis nesse grupo etário (Kumar et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos analisados, conclui-se que a sexualidade na população idosa permanece um tema frequentemente invisibilizado e ainda carente de políticas públicas efetivas, o que contribui para o aumento da incidência de infecções sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. As evidências demonstram que a relação entre fatores biológicos e socioculturais intensifica a vulnerabilidade desse grupo. O uso reduzido de preservativos e a pouca abordagem desse assunto em discussões, principalmente por parte dos profissionais de saúde, refletem a necessidade do desenvolvimento de estratégias educativas e preventivas para mediar esse agravo em saúde pública. Dessa forma, torna-se essencial reconhecer o idoso como sujeito ativo de sua sexualidade e incluí-lo nas estratégias de educação em saúde, prevenção e acompanhamento clínico. A valorização dessa dimensão humana é fundamental para a promoção da saúde sexual e para a construção de um envelhecimento mais saudável, digno e pleno.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Agradece-se à instituição pelo apoio à pesquisa e incentivo à formação científica de seus alunos.

REFERÊNCIAS

CO, Melissa *et al.* Non-pharmacological interventions for the prevention of sexually transmitted infections (STIs) in older adults: a systematic review. ***PLoS ONE***, v. 18, n. 5, e0284324, 2023. DOI: 10.1371/journal.pone.0284324. Acesso em: 17 out. 2025.

FENG, Shanshan. *et al*. Contribuições dos idosos para a transmissão do HIV/AIDS na China. Modelagem de Doenças Infecciosas, v. 10, n. 4, p. 1488–1506, dez. 2025. doi: 10.1016/j.idm.2025.07.013. Acesso em: 17 out. 2025.

GHANEM, Khalil G.; TUDDENHAM, Susan. Screening for sexually transmitted infections. In: MARAZZO, Jeanne (ed.). *UpToDate*. Waltham (MA): UpToDate, 2025. Atualizado em: 10 set. 2025. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/screening-for-sexually-transmitted-infections. Acesso em: 17 out. 2025.

KARAYE, Ibraheem M.; KYRIACOU, Corinne M. HIV and other sexually transmitted infections in older adults. *The Lancet Healthy Longevity*, v. 5, n. 1, p. e2-e3, jan. 2024. DOI: 10.1016/S2666-7568(23)00256-8. Acesso em: 17 out. 2025.

KUMAR, Bhushan *et al.* Sexually transmitted infections in the elderly: a growing concern in geriatric care. *Indian Journal of Sexually Transmitted Diseases and AIDS*, v. 46, n. 1, p. 16–21, 9 jun. 2025. DOI: 10.4103/ijstd.ijstd_108_24. Acesso em: 17 out. 2025.

LIANG, Xiaofeng. *et al*. Análise de tendência do HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis entre idosos de 50 a 69 anos, de 1990 a 2030. *Journal of Global Health*, v. 14, p. 04105, 19 jul. 2024. doi: 10.7189/jogh.14.04105. Acesso em: 17 out. 2025.

RELHAN, Vineet. *et al*. Infecções sexualmente transmissíveis em idosos: um estudo retrospectivo de 6 anos em um hospital de atendimento terciário em Nova Délhi. *Indian Journal of Sexually Transmitted Diseases and AIDS*, v. 42, n. 2, p. 144–149, jul./dez. 2021. doi: 10.4103/ijstd.IJSTD_60_20. Acesso em: 17 out. 2025.

TAKAHASHI, Misa. *et al*. Tendências na incidência de sífilis em adultos de meia-idade e idosos no Japão: um estudo observacional nacional, 2009–2019. *Geriatrics & Gerontology International*, v. 22, p. 1019–1024, 2022. doi: 10.1111/ggi.14500. Acesso em: 17 out. 2025.

WANG, Bingyi *et al*. Sexual well-being among older adults in China (SWELL): protocol for a multicenter cross-sectional study. BMJ Open, v. 13, n. 1, p. e067338, 30 jan. 2023. doi: 10.1136/bmjopen-2022-067338. Acesso em: 17 out. 2025.

OS IMPACTOS DO USO DE MEDICAMENTOS PSICOESTIMULANTES SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Alana Maciel[1]
Laura Salvador[2]
Maria Eduarda[3]
Rafaella Rizzo Silveira[4]
Rayssa Monique Moreira[5]
Cristine Vanz Borges[6,7]

Resumo – Os psicoestimulantes, como o metilfenidato e as anfetaminas, são fármacos indicados para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por atuarem no aumento da atividade do sistema nervoso central. No entanto, seu uso indiscriminado entre estudantes universitários tem se expandido, impulsionado por fatores como estresse acadêmico, busca por melhor desempenho e redução da fadiga. Essa prática acarreta riscos significativos à saúde mental e física, incluindo dependência, ansiedade, alterações de humor, distúrbios cardiovasculares e prejuízos cognitivos. Além dos impactos individuais, o fenômeno contribui para a automedicação e para a ampliação do mercado ilícito de fármacos. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender as implicações do uso não médico de psicoestimulantes no contexto universitário, reconhecendo-o como um problema de saúde pública associado à pressão institucional por produtividade e à fragilidade das redes de apoio emocional. Estratégias educativas, fiscalização rigorosa e ações interdisciplinares de suporte psicossocial são fundamentais para promover o uso racional de medicamentos e prevenir práticas que comprometem a saúde e o bem-estar estudantil.

Palavras-chave: psicoestimulantes; automedicação; saúde mental; cultura acadêmica; competitividade.

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas sem prescrição médica entre estudantes universitários tem se configurado como um fenômeno crescente em diversas partes do mundo, refletindo transformações nos padrões de comportamento, rendimento acadêmico e saúde mental. A universidade, enquanto ambiente de alta competitividade e exigência intelectual, favorece o

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde (BIOINOVAH), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

surgimento de estratégias de enfrentamento que nem sempre são saudáveis, entre as quais se destacam o uso não médico de psicoestimulantes e outras substâncias com potencial de modificação cognitiva. De acordo com Arria et al. (2017), a percepção de que medicamentos como metilfenidato e anfetaminas podem aumentar o foco e a produtividade, faz com que ocorra estimulação do seu consumo, ainda que em desacordo com indicações médicas e sem reconhecimento dos riscos associados.

Essa prática, embora motivada pela busca de melhor desempenho, carrega um paradoxo central: os mesmos fármacos que prometem melhorar a atenção e reduzir a fadiga estão associados a efeitos adversos significativos, tanto fisiológicos quanto psicológicos. Hildt et al. (2015) destacam que o uso sem supervisão provoca alterações neuroquímicas que, a longo prazo, podem comprometer a regulação emocional e o equilíbrio cognitivo. O comportamento se dissemina especialmente entre jovens adultos em cursos competitivos, influenciado por fatores como pressão por resultados, fadiga acadêmica e comparação social. Sharif et al. (2021) reforçam que o fenômeno é global e tende a crescer na medida em que as demandas de produtividade e desempenho aumentam nos ambientes universitários.

Além de aspectos individuais, há também um componente sociocultural que contribui para a expansão do uso não prescrito. Schultz et al. (2017) verificaram que o desvio de medicamentos prescritos é amplamente tolerado em alguns contextos universitários, o que cria redes informais de fornecimento e reforça a normalização da prática entre colegas. Preta et al. (2019) complementam ao demonstrar que, no Brasil, a cultura do "melhor desempenho" e o acesso facilitado a substâncias estimulantes tornam o fenômeno particularmente preocupante, associando-se a vulnerabilidades emocionais e a uma visão instrumental do corpo e da mente.

Do ponto de vista clínico e social, estudos ressaltam que o uso irregular de estimulantes se correlaciona com maior probabilidade de uso de múltiplas drogas e sintomas de ansiedade, sugerindo que o comportamento não é apenas um meio de aprimoramento acadêmico, mas também uma forma de enfrentamento psicológico inadequado (Korn et al., 2019). Lucke et al. (2018) confirmam que, embora muitos estudantes acreditem que o uso dessas substâncias melhora seu desempenho, os dados empíricos não sustentam ganhos cognitivos reais, mas evidenciam riscos de dependência e de piora da saúde mental.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender o fenômeno sob uma perspectiva interdisciplinar, reconhecendo que o uso de psicoestimulantes sem prescrição médica entre universitários envolve dimensões fisiológicas, cognitivas e socioculturais interdependentes. Estudos indicam que, embora esses fármacos sejam frequentemente percebidos como instrumentos de aprimoramento cognitivo, produzem efeitos adversos que comprometem a saúde física e mental, além de suscitar questões éticas relacionadas à cultura do desempenho (Arria et al., 2017; Schultz et al., 2017; Hildt et al., 2015; Korn et al., 2019; Sharif et al., 2021; Preta et al., 2019; Lucke et al., 2018). Assim, este estudo busca discutir criticamente as implicações do uso não médico de psicoestimulantes, contribuindo para reflexões sobre saúde mental, políticas institucionais e a lógica de produtividade vigente no ensino superior.

METODOLOGIA

O presente artigo consiste em uma revisão narrativa da literatura, elaborada com o objetivo de analisar as implicações do uso indiscriminado de medicamentos psicoestimulantes entre estudantes universitários. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) em português e inglês: psicoestimulantes, uso não médico, universitários, academic performance, stimulant drugs e nonmedical use, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos, nos idiomas português e inglês, e excluídos aqueles que, após leitura integral, não apresentaram relação direta com o objetivo da pesquisa. As informações selecionadas foram analisadas de forma interpretativa e crítica, buscando integrar as evidências teóricas e empíricas acerca dos efeitos fisiológicos, cognitivos e socioculturais decorrentes do uso não médico de psicoestimulantes entre universitários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso não prescrito de psicoestimulantes e outras substâncias psicoativas por estudantes universitários tem se consolidado como um fenômeno multifacetado, em que fatores individuais, cognitivos, sociais e institucionais se entrelaçam. Essa prática, frequentemente associada à busca por desempenho acadêmico superior, revela-se paradoxal quando examinada sob a perspectiva dos impactos fisiológicos, cognitivos e psicossociais descritos na literatura recente (Arria et al., 2017; Hildt et al., 2015).

Arria et al. (2017) observaram que os efeitos fisiológicos do consumo irregular de estimulantes, como metilfenidato e anfetaminas, incluem taquicardia, hipertensão e distúrbios do sono, destacando que tais alterações podem ser suficientes para comprometer o bem-estar e a capacidade cognitiva de indivíduos jovens e saudáveis. Hildt et al. (2015) complementam essa constatação ao descrever que, embora muitos usuários relatem sensação subjetiva de alerta e foco, o uso repetido provoca exaustão, ansiedade e irritabilidade, configurando um padrão de desgaste físico e mental que contradiz o objetivo inicial de melhorar o rendimento.

Os resultados apresentados por Sharif et al. (2021) reforçam a ausência de evidências robustas de aprimoramento cognitivo em indivíduos saudáveis que fazem uso de psicoestimulantes. A revisão conduzida pelos autores mostra que, além de inexistirem ganhos sustentáveis de atenção ou memória, o uso prolongado tende a gerar tolerância, fadiga cognitiva e declínio do desempenho. No ambiente universitário, essa constatação assume relevância particular, uma vez que a crença de que os estimulantes ampliam a produtividade permanece amplamente difundida. Lucke et al. (2018) confirmam que tal percepção não encontra sustentação empírica, indicando que os estudantes motivados pela busca de melhor desempenho não apresentam avanços acadêmicos mensuráveis, evidenciando uma dissonância entre a promessa de eficiência e os efeitos reais do uso.

A dimensão comportamental e psiquiátrica do uso de psicoativos sem prescrição também merece destaque. Estudos apontam que o consumo irregular de estimulantes está frequentemente associado ao uso concomitante de outras substâncias, como álcool e cannabis, além de comportamentos impulsivos e maior prevalência de sintomas de ansiedade e depressão

(Korn et al., 2019). Esse padrão de poliuso não apenas intensifica os riscos fisiológicos, mas também revela que a motivação para o consumo pode estar menos relacionada ao desempenho cognitivo e mais à regulação emocional e à adaptação às pressões sociais e acadêmicas.

No contexto brasileiro, observa-se que fatores como estresse acadêmico, competitividade e fácil acesso às substâncias em redes informais figuram entre os principais preditores de uso, reforçando a vulnerabilidade emocional e a influência da cultura universitária nesse fenômeno (Preta et al., 2019). Nesse ambiente, o desvio de medicamentos, seja por compartilhamento entre colegas ou revenda, cria um cenário permissivo que contribui para a normalização social do uso (Schultz et al., 2017). A percepção de que "todos fazem" reduz a percepção de risco e dilui fronteiras éticas e legais, transformando o uso individual em uma prática socialmente tolerada e, por isso, um desafio de saúde pública.

Ao integrar os achados, evidencia-se uma contradição estrutural entre a promessa de aprimoramento cognitivo e os efeitos reais do uso. Diversas pesquisas demonstram que o desempenho pode até piorar em função da privação de sono, da sobrecarga fisiológica e do agravamento de sintomas psicológicos pré-existentes (Arria et al., 2017; Hildt et al., 2015; Korn et al., 2019; Sharif et al., 2021). O uso não prescrito, assim, atua como um mecanismo de compensação ineficaz, que mascara fragilidades emocionais e estruturais do ambiente acadêmico, sem oferecer soluções sustentáveis.

Sob a ótica sociocultural, o fenômeno extrapola a dimensão médica e se mostra socialmente aprendido e reproduzido (Preta et al., 2019; Schultz et al., 2017). A pressão por desempenho e a banalização do uso refletem uma cultura institucional que valoriza a produtividade acima da saúde, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade que naturaliza o comportamento de risco. Lucke et al. (2018) acrescentam que a busca por vantagens cognitivas, mesmo por meio de substâncias lícitas, como cafeína e energéticos, expressa uma lógica de competitividade exacerbada, que se estende aos psicoestimulantes e reforça o paradigma do "melhor desempenho a qualquer custo".

De modo geral, a literatura indica que os impactos do uso sem prescrição de psicoestimulantes transcendem o nível individual, alcançando dimensões institucionais, éticas e socioculturais. Essa prática compromete a saúde física e mental, fragiliza o equilíbrio entre esforço e recompensa e reflete as condições de adoecimento e pressão que caracterizam o meio acadêmico contemporâneo. Em última instância, os estudos convergem ao demonstrar que o uso não supervisionado de psicoativos não resulta em benefícios cognitivos comprovados e impõe riscos coletivos que demandam políticas integradas de prevenção, acolhimento e promoção da saúde mental estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidencia que o uso de substâncias psicoativas sem prescrição médica entre universitários constitui um problema de saúde pública que ultrapassa o âmbito individual e alcança dimensões cognitivas, emocionais e socioculturais. O comportamento, frequentemente justificado como estratégia de aprimoramento do desempenho acadêmico, revela-se sustentado por crenças equivocadas e por um contexto institucional que valoriza a

produtividade acima do bem-estar. O fenômeno reflete uma lógica acadêmica marcada pela competitividade e pela pressão por resultados, que expõe a fragilidade das redes de apoio emocional e a carência de políticas preventivas nas instituições de ensino superior. Assim, o uso não prescrito de psicoestimulantes deve ser compreendido não apenas como desvio individual, mas como resposta a um sistema que estimula o desempenho e negligencia a saúde mental. Compreender essa realidade requer uma abordagem interdisciplinar e políticas institucionais que integrem educação, acolhimento e suporte psicossocial, essenciais para reduzir vulnerabilidades e prevenir práticas que, sob a aparência de aprimoramento, comprometem a saúde e a qualidade de vida dos estudantes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Agradece-se à instituição pelo apoio à pesquisa e incentivo à formação científica de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ARRIA, Amelia M.; GEISNER, Irene M.; CIMINI, M. D.; KILMER, J. R.; CALDEIRA, K. M.; BARRALL, A. L.; VINCENT, K. B.; FOSSOS-WONG, N.; YEH, J. C.; RHEW, I.; LEE, C. M.; SUBRAMANIAM, G. A.; LIU, D.; LARIMER, M. E. Perceived academic benefit is associated with nonmedical prescription stimulant use among college students. *Addictive Behaviors*, [S.l.], v. 76, p. 27-33, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2017.07.013. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2017.07.013. Acesso em: 27 out. 2025.

CATA PRETA, Bianca de Oliveira; MIRANDA, Vanessa Iribarrem Avena; BERTOLDI, Andréa Dâmaso. Psychostimulant Use for Neuroenhancement (Smart Drugs) among College Students in Brazil. Substance Use & Misuse, [S.l.], v. 55, n. 4, p. 613–621, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/10826084.2019.1691597. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10826084.2019.1691597. Acesso em: 27 out. 2025.

HILDT, Elisabeth; LIEB, Klaus; BAGUSAT, Christiana; FRANKE, Andreas G. Reflections on addiction in students using stimulants for neuroenhancement: a preliminary interview study. BioMed Research International, [S.l.], v. 2015, p. 1–7, 2015. DOI: https://doi.org/10.1155/2015/621075. Disponível em: https://www.hindawi.com/journals/bmri/2015/621075/. Acesso em: 27 out. 2025.

KORN, Liat; HASSAN, Kineret; FAINSHTEIN, Nadya; YUSOV, Nizmit; DAVIDOVITCH, Nitza. Non-Medical Use of Prescription Stimulants for Treatment of Attention Disorders by University Students: Characteristics and Associations. Med Sci Monit, [S.l.], v. 25, p. 3778-3787, 21 mai. 2019. DOI 10.12659/MSM.913973. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31111829/. Acesso em: 27 out. 2025.

LUCKE, Jayne et al. Non-medical prescription stimulant use to improve academic performance among Australian university students: prevalence and correlates of use. BMC Public Health, London, v. 18, n. 1, p. 1270, 19 nov. 2018. DOI: 10.1186/s12889-018-6212-0. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30453936/. Acesso em: 27 out. 2025.

SCHULTZ, Nicole R.; SILVESTRI, Mark M.; CORREIA, Christopher J. Diversion of prescription stimulants among college students: An initial investigation of injunctive norms. Addictive Behaviors, Oxford, v. 65, p. 264–268, fev. 2017. DOI: 10.1016/j.addbeh.2016.08.022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27561432/. Acesso em: 27 out. 2025.

SHARIF, Safia; GUIRGUIUS, Amira; FERGUS, Suzanne; SCHIFANO, Fabrizio. The use and impact of cognitive enhancers among university students: a systematic review. Brain Sciences, [S.l.], v. 11, n. 3, 2021. DOI: 10.3390/brainsci11030355. PMID: 33802176. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33802176/. Acesso em: 27 out. 2025.

USO ABUSIVO DE LISDEXANFETAMINA E METILFENIDATO ENTRE UNIVERSITÁRIOS: PREVALÊNCIA, MOTIVAÇÕES E RISCOS À SAÚDE

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Maria Eduarda de Oliveira Knoblauch[1]
Ian Mickie Correa Mendes[2]
Júlia Isabella Soligo[3]
Cristine Vanz Borges[4]

Resumo – O uso não prescrito de psicoestimulantes, como o metilfenidato e a lisdexanfetamina, tem se tornado um fenômeno crescente entre estudantes universitários, especialmente nos cursos da área da saúde. Originalmente indicados para o tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), esses fármacos vêm sendo utilizados de forma indevida para aumentar a concentração e o desempenho acadêmico. Este estudo apresenta uma revisão de literatura baseada em publicações de 2022 a 2025, nas bases PubMed, SciELO e LILACS, buscando identificar a prevalência, os fatores motivacionais e os riscos associados ao uso não médico desses medicamentos. A análise demonstrou prevalência variável de 5,3% a 47,4%, com destaque para estudantes de Medicina, cujas principais motivações incluem a pressão por resultados e o estresse acadêmico. Contudo, as evidências indicam ausência de benefícios cognitivos comprovados e maior incidência de efeitos adversos, como taquicardia, ansiedade, insônia e dependência química. Conclui-se que o uso não supervisionado de psicoestimulantes representa um problema emergente de saúde pública, demandando ações educativas, políticas institucionais preventivas e apoio psicológico aos estudantes.

Palavras-chave: neuroaprimoramento; desempenho acadêmico; uso não prescrito; dependência química; saúde mental.

INTRODUÇÃO

O uso de fármacos estimulantes do sistema nervoso central, como o metilfenidato (comercializado como Ritalina) e a lisdexanfetamina (comercializada como Venvanse), tem se tornado um fenômeno de crescimento expressivo e de relevância preocupante em ambientes universitários, especialmente entre estudantes da área da saúde. Estudos nacionais e internacionais apontam aumento consistente no consumo desses medicamentos por alunos de graduação e residentes, com destaque para cursos de Medicina, em que a pressão por alto desempenho acadêmico é intensa (Fallah et al., 2018; Lopes et al., 2024; Moreira et al., 2024). Originalmente formulados para o tratamento de transtornos do neurodesenvolvimento, como o

[1]Aluno(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), esses fármacos vêm sendo utilizados de forma não prescrita ou off-label, com o propósito de aprimorar a concentração e o rendimento intelectual, prática conhecida como "neuroaprimoramento" (neuroenhancement) (Edinoff et al., 2022; Oliveira; Guimarães Neto, 2024).

A busca por elevados resultados acadêmicos, a competitividade intensa, a sobrecarga de tarefas e a pressão constante por excelência criam um contexto propício para a adoção desses fármacos como supostos facilitadores de concentração, memória e resistência ao cansaço. Tal comportamento, contudo, configura um desafio relevante para a saúde pública, uma vez que o uso indiscriminado e sem acompanhamento médico expõe os estudantes a riscos significativos, incluindo dependência química, complicações cardiovasculares e transtornos psiquiátricos, além de mascarar condições pré-existentes, como ansiedade e depressão (Edinoff et al., 2022; Oliveira; Guimarães Neto, 2024).

Pesquisas recentes indicam que o uso recreativo ou não supervisionado de psicoestimulantes é um fenômeno global, com alta incidência em diversos países, inclusive no Brasil. A facilidade de acesso, muitas vezes por meio de colegas, e a percepção equivocada de que se trata de substâncias seguras e benéficas ao desempenho cognitivo favorecem a disseminação dessa prática (Rodrigues et al., 2021; Moreira et al., 2024). Diante desse cenário, esta revisão de literatura tem como objetivo reunir e discutir os achados científicos mais recentes, publicados nos últimos três anos, acerca do consumo não prescrito de psicoestimulantes entre estudantes universitários da área da saúde, abordando sua prevalência, motivações, efeitos adversos e implicações para o bem-estar físico e mental dessa população.

METODOLOGIA

Esta revisão de literatura foi conduzida entre julho e outubro de 2025, com buscas sistemáticas nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO, LILACS e Brazilian Journal of Health Review e Einstein (São Paulo). Utilizaram-se descritores em português e inglês relacionados ao tema, como "psicoestimulantes", "estudantes universitários", "metilfenidato", "lisdexanfetamina", "uso não prescrito", "psychostimulants", "university students" e "prescription stimulant misuse", combinados pelos operadores booleanos "AND" e "OR".

Foram incluídos artigos publicados entre 2022 e 2025, disponíveis em texto completo e redigidos em português, inglês ou espanhol. Consideraram-se estudos originais, revisões sistemáticas, narrativas e meta-análises que abordassem o uso não prescrito ou abusivo de psicoestimulantes entre estudantes universitários, com ênfase nos cursos da área da saúde. Excluíram-se pesquisas envolvendo populações não universitárias, uso terapêutico de estimulantes, estudos em animais e publicações duplicadas. A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: triagem de títulos e Resumos, seguida da leitura integral dos textos elegíveis. As informações extraídas abrangeram prevalência, motivações, efeitos adversos e impactos do uso de psicoestimulantes sobre o desempenho acadêmico e a saúde física e mental dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca nas bases de dados resultou em cerca de 290 estudos potencialmente relevantes. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos foram selecionados para leitura integral, sendo seis utilizados como principais referências nesta revisão. As pesquisas, conduzidas entre 2022 e 2025 no Brasil, Estados Unidos e outros países, compreenderam revisões sistemáticas, estudos transversais e revisões narrativas, envolvendo amostras de até 11 mil estudantes, majoritariamente de cursos da área da saúde.

Os estudos analisados apontam prevalências alarmantes de uso não prescrito de psicoestimulantes, variando de 5,3% a 35% entre universitários e de 5,2% a 47,4% entre estudantes de Medicina (Edinoff et al., 2022). No Brasil, levantamentos revelam consumo não supervisionado em 4,3% dos alunos da área da saúde, com ampla familiaridade com o metilfenidato (Rodrigues et al., 2021). O metilfenidato é o fármaco mais utilizado (57% dos casos) (tabela 1), sendo obtido, em sua maioria, por meio de colegas ou prescrições indevidas (Moreira et al., 2024).

Tabela 1 – Principais achados sobre o uso não prescrito de psicoestimulantes entre universitários (2021–2024).

Aspectos analisados	Principais achados	Fontes
Prevalência geral	5,3% a 35% entre universitários; até 47,4% entre estudantes de Medicina	Edinoff *et al.* (2022)
Prevalência recente (Brasil)	4,3% relataram uso não prescrito de metilfenidato; fármaco mais comum (57%)	Rodrigues *et al.* (2021); Moreira *et al.* (2024)
Perfil de risco	Homens, maiores de 21 anos, envolvidos em múltiplas atividades acadêmicas	Rodrigues *et al.* (2021)
Motivações principais	Busca por desempenho, redução da fadiga, estresse e competitividade acadêmica	Oliveira; Guimarães Neto (2024); Edinoff *et al.* (2022)
Formas de obtenção	Colegas e prescrições indevidas, com início do uso no ambiente universitário	Rodrigues *et al.* (2021)
Efeitos adversos físicos	Taquicardia, palpitações, aumento da pressão arterial (≈58%)	Moreira *et al.* (2024)
Efeitos mentais e neurológicos	Ansiedade, insônia, irritabilidade, cefaleia e perda de apetite (43%–68%)	Edinoff *et al.* (2022); Oliveira; Guimarães Neto (2024)

Fonte: Os autores (2025).

As motivações mais frequentes para o uso não médico relacionam-se à tentativa de melhorar o desempenho acadêmico, ampliar a concentração e reduzir a fadiga. Fatores como medo do fracasso, estresse, sobrecarga e competitividade acadêmica são recorrentes entre os usuários (Oliveira; Guimarães Neto, 2024). Entretanto, os estudos demonstram que o uso de psicoestimulantes por indivíduos saudáveis não gera ganhos cognitivos significativos e pode estar associado à queda do rendimento acadêmico (Edinoff et al., 2022; Moreira et al., 2024).

Além do uso para fins de desempenho, foram identificadas motivações secundárias, como busca recreativa (2% a 31%), autotratamento de sintomas não diagnosticados (4% a 12%) e controle de peso (3,5% a 11,7%) (Edinoff et al., 2022). Essa prática reflete uma cultura de medicalização do sucesso, em que dificuldades emocionais e cognitivas são tratadas com recursos farmacológicos, especialmente em cursos de alta exigência como Medicina (Fallah et al., 2018).

Os efeitos adversos mais reportados incluem taquicardia, insônia, ansiedade, perda de apetite, irritabilidade e dores de cabeça, afetando até 70% dos usuários (Oliveira; Guimarães Neto, 2024; Moreira et al., 2024). O uso contínuo sem acompanhamento médico eleva o risco de dependência, abstinência e uso combinado com álcool e outras drogas, prática relatada por mais de 70% dos participantes (Moreira et al., 2024). A automedicação é agravada pelo contexto acadêmico competitivo, que normaliza o consumo e ignora as contraindicações em indivíduos com histórico de ansiedade e depressão (Lopes et al., 2024).

Destaca-se o paradoxo do desempenho: embora a maioria dos estudantes afirme recorrer aos estimulantes para melhorar o rendimento, as evidências científicas demonstram efeito oposto, sugerindo que a crença no "neuroaprimoramento" mascara fragilidades emocionais e estratégias ineficazes de aprendizado (Edinoff et al., 2022; Moreira et al., 2024). A alta prevalência entre estudantes de saúde é especialmente preocupante, uma vez que esses futuros profissionais, cientes dos riscos, reproduzem práticas de automedicação.

No contexto brasileiro, o consumo de metilfenidato aumentou mais de 370% entre 2003 e 2012 (Rodrigues et al., 2021), reflexo da ampliação do acesso e da ausência de políticas institucionais robustas sobre saúde mental universitária. O estigma em torno dos transtornos psicológicos contribui para a busca por soluções rápidas e farmacológicas. Embora os estudos revisados sejam majoritariamente transversais, o que limita inferências causais, os achados convergem em apontar o uso não prescrito de psicoestimulantes como um fenômeno multifatorial, sustentado por pressões acadêmicas, fragilidades emocionais e falhas estruturais no apoio à saúde mental dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso não prescrito de psicoestimulantes, como metilfenidato e lisdexanfetamina, por estudantes universitários, sobretudo da área da saúde, configura um problema crescente de saúde pública. Embora o principal motivo relatado seja o aprimoramento cognitivo, as evidências recentes indicam que essa prática não promove ganhos sustentáveis de desempenho e, ao contrário, está associada a prejuízos acadêmicos e a sérios riscos físicos e mentais. A elevada prevalência observada em cursos de Medicina reflete um ambiente acadêmico de intensa pressão e fácil acesso aos medicamentos, alimentado por percepções equivocadas sobre segurança e eficácia.

Os efeitos adversos mais frequentes incluem distúrbios do sono, ansiedade, irritabilidade e complicações cardiovasculares, configurando um quadro de vulnerabilidade que se agrava pela automedicação e pelo uso concomitante de outras substâncias. Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de ensino superior implementem ações educativas e políticas de

prevenção, fortalecendo o suporte psicológico aos estudantes e fiscalizando com maior rigor a prescrição e o uso desses fármacos. Promover a conscientização sobre os reais riscos e a ausência de benefícios cognitivos comprovados é fundamental para proteger a saúde, o equilíbrio emocional e a formação ética da futura geração de profissionais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Agradece-se à instituição pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio à formação científica de seus alunos.

REFERÊNCIAS

EDINOFF, A. N.; NIX, C. A.; McNEIL, S. E.; WAGNER, S. E.; JOHNSON, C. A.; WILLIAMS, B. C.; ...; KAYE, A. D. Prescription stimulants in college and medical students: a narrative review of misuse, cognitive impact, and adverse effects. Psychiatry International, v. 3, n. 3, p. 221-235, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/psychiatryint3030018.

FALLAH, G.; MOUDI, S.; HAMIDIA, A.; BIJANI, A. Stimulant use in medical students and residents requires more careful attention. Caspian Journal of Internal Medicine, v. 9, n. 1, p. 87–91, 2018. DOI: https://doi.org/10.22088/cjim.9.1.87.

LOPES, J. do V.; MATTOS, I. B. F.; LAGARES, A. C. R.; SOUSA, A. K. P. de; ALBUQUERQUE, J. R. de; NETO, A. S.; ...; PAULINO, R. C. Metilfenidato e Venvanse: o impacto na qualidade de vida dos estudantes de Medicina. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2024. ISSN 2674-8169.

MOREIRA, J. E.; RODRIGUES, M. C. L.; PALHARES, C. V. T.; OLIVEIRA, T. H. C. de; GONÇALVES, G. K. N. Adverse events and safety concerns among university students who misused stimulants to increase academic performance. Einstein *(São Paulo)*, v. 22, eAO0895, 2024. DOI: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2024AO0895.

OLIVEIRA, M. C. T. de; GUIMARÃES NETO, A. C. Uso indiscriminado de medicamentos psicoestimulantes em estudantes. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv7n1-109.

RODRIGUES, L. A.; et al. Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes de uma universidade brasileira: fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 29, n. 4, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1414-462X202129040437.

RELAÇÃO ENTRE O CICLO CIRCADIANO E OS EPISÓDIOS DE HUMOR NO TRANSTORNO BIPOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Caroline Marcondes Guimarães[1]
Gabriela Susin[2]
Gustavo Colombo Dal Pont[3]
Cristine Vanz Borges[4]

Resumo – Esta revisão sistemática, ainda em andamento, tem como objetivo analisar a relação entre o ciclo circadiano e os episódios de humor no Transtorno Bipolar (TB), bem como avaliar o potencial terapêutico de intervenções que modulam esse ritmo biológico. As buscas foram realizadas nas bases BVS, PubMed e Scopus, abrangendo publicações entre 2015 e 2025. A análise preliminar incluiu quatro estudos que abordam aspectos como cronotipo, qualidade do sono e exposição luminosa. Os resultados apontam que o cronotipo vespertino, a má qualidade do sono e a exposição à luz artificial noturna estão associados a maior instabilidade emocional e recorrência dos episódios afetivos. Conclui-se que a sincronização circadiana desempenha papel central na fisiopatologia e no tratamento do TB, configurando um campo promissor para abordagens terapêuticas integradas e personalizadas.

Palavras-chave: bipolaridade; episódio de humor; ritmo circadiano; cronotipo vespertino; cronoterapia.

INTRODUÇÃO

O transtorno bipolar (TB) constitui um transtorno do humor caracterizado por episódios recorrentes de mania ou hipomania e depressão, intercalados por períodos de eutimia (APA, 2013). Nos episódios maníacos/hipomaníacos, observam-se humor elevado, aumento de energia e atividade, alterações do sono e, com frequência, irritabilidade e ideação grandiosa; na hipomania, a necessidade de dormir tende a reduzir, enquanto na mania a agitação psicomotora é mais marcante (Harvey, 2008).

Evidências indicam que a exposição à luz e a organização do ritmo circadiano desempenham papel central na fisiopatologia do TB, modulando humor, arquitetura do sono e desfechos clínicos, inclusive risco de suicídio e taxas de internação (Aguglia et al., 2017, 2018, 2019; Geoffroy, 2018; Bauer et al., 2019; Esaki et al., 2019 a,b). Mesmo com boa adesão terapêutica, a

[1]Acadêmica do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor(a) do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

normalização do sono durante episódios agudos é frequentemente difícil, demandando doses elevadas de antipsicóticos, sedativos e hipnóticos.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar a relação entre as alterações do ciclo circadiano e os episódios de humor em indivíduos com TB e avaliar o potencial terapêutico de intervenções cronobiológicas (e.g., modulação de luz/escuro e estratégias de estabilização de ritmos) sobre sintomas, sono e desfechos clínicos.

METODOLOGIA

A presente revisão sistemática em desenvolvimento tem como propósito reunir e analisar evidências observacionais que explorem a relação entre o ciclo circadiano e os episódios de humor no Transtorno Bipolar (TB), considerando também suas implicações terapêuticas potenciais. O delineamento segue as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA 2020) (Page et al., 2021).

As buscas foram realizadas em 30 de outubro de 2025 nas bases BVS (LILACS), PubMed/MEDLINE e Scopus, abrangendo publicações entre 2015 e 2025. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol, disponíveis em texto completo, que abordassem o TB em adultos (≥18 anos) e que relacionassem o transtorno a parâmetros circadianos, como cronotipo, variação do ciclo sono-vigília, secreção de melatonina, temperatura corporal ou marcadores genéticos do relógio biológico.

A construção das estratégias de busca foi baseada na combinação dos principais descritores e termos livres equivalentes aos conceitos de transtorno Bipolar e ritmo circadiano, adaptados conforme o vocabulário de cada base de dados. As buscas resultaram, ao todo, em 310 registros, dos quais foram eliminadas duplicatas e iniciada a triagem de títulos e Resumos, a qual segue parâmetros metodológicos baseados no Cochrane Handbook for Systematic Reviews (Higgins et al., 2023). Até o momento, uma amostra inicial de estudos potencialmente elegíveis foi selecionada para compor a análise preliminar, representando o recorte parcial do corpus que será aprofundado na versão final da revisão.

Foram considerados elegíveis estudos observacionais de coorte, caso-controle ou transversais que avaliassem a relação entre marcadores circadianos e estados de humor (mania, hipomania, depressão ou eutimia) em indivíduos diagnosticados com TB tipo I ou II segundo critérios do DSM ou da CID. Excluíram-se revisões, metanálises, relatos de caso, editoriais, pesquisas com populações pediátricas, estudos pré-clínicos (em animais ou modelos celulares) e aqueles que não apresentassem dados circadianos mensuráveis.

A análise dos estudos selecionados está sendo conduzida de forma descritiva e narrativa, destacando os tipos de marcadores biológicos e comportamentais utilizados, os métodos de mensuração e as associações observadas com os estados de humor. Em uma etapa posterior, prevê-se a extração padronizada dos dados e a síntese comparativa entre os achados, podendo incluir, se houver número suficiente de estudos homogêneos, uma análise quantitativa exploratória (meta-analysis).

Por se tratar de uma revisão de dados secundários de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. O protocolo completo será registrado na base PROSPERO, assegurando transparência e reprodutibilidade do processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra preliminar desta revisão sistemática reuniu quatro estudos observacionais e clínicos que exploram diferentes aspectos da relação entre os ritmos circadianos e os episódios de humor no transtorno bipolar, abordando desde variações cronotípicas até intervenções terapêuticas baseadas na modulação da luz. Em conjunto, esses achados reforçam o papel central da regulação circadiana tanto na fisiopatologia quanto na terapêutica do transtorno, evidenciando que alterações no ciclo sono-vigília, exposição luminosa e preferências cronotípicas interferem de modo significativo no curso e na gravidade dos episódios afetivos.

O estudo "Chronotype in bipolar disorder: an 18-month prospective study" (Melo et al., 2020) acompanhou 80 pacientes eutímicos com TB durante dezoito meses, identificando que indivíduos com cronotipo vespertino apresentaram maior propensão a episódios depressivos, níveis mais elevados de ansiedade e pior funcionamento global. Esses dados apontam o cronotipo vespertino como marcador prognóstico negativo, mesmo em fases de remissão, sugerindo que a manutenção de hábitos e ritmos regulares pode atuar como fator protetor na estabilidade do humor. O estudo também destacou a alta prevalência de sobrepeso e distúrbios metabólicos nesse grupo, apontando uma possível inter-relação entre metabolismo energético, ritmo circadiano e vulnerabilidade afetiva.

De forma complementar, Caruso et al. (2019), no estudo "Eveningness and poor sleep quality contribute to depressive residual symptoms and behavioral inhibition in patients with bipolar disorder", avaliaram 89 pacientes eutímicos e observaram que a preferência vespertina e a má qualidade do sono estavam associadas à presença de sintomas depressivos residuais e padrões de inibição comportamental. As análises de mediação sugeriram que a má qualidade do sono desempenha papel intermediário no agravamento de sintomas, indicando que a dissincronia circadiana pode perpetuar quadros depressivos subclínicos mesmo durante a eutimia. Tal achado reforça a importância do monitoramento do sono e da cronoterapia como estratégias preventivas de recaída.

A influência ambiental sobre os ritmos circadianos também foi evidenciada no estudo "Association between light exposure at night and bipolar disorder" (Park et al., 2020), que identificou associação positiva entre maior exposição à luz artificial noturna e a ocorrência de episódios maníacos e sintomas de instabilidade emocional. Os autores sugerem que a supressão da melatonina noturna e o desbalanço do eixo cronobiológico-endócrino podem contribuir para a perda da estabilidade do humor em indivíduos vulneráveis. Esses resultados corroboram a hipótese de que intervenções voltadas à higiene circadiana, como redução de estímulos luminosos à noite, podem ter papel terapêutico e preventivo na evolução do TB.

Por fim, o ensaio clínico "Blue-blocking glasses as additive treatment for mania" (Henriksen et al., 2020) investigou o efeito do bloqueio seletivo da luz azul em pacientes internados por episódio maníaco. O uso de óculos bloqueadores de luz azul durante o período noturno resultou

em melhora significativa dos sintomas maníacos em comparação ao grupo controle, além de acelerar a estabilização clínica e promover melhor qualidade de sono. Esses resultados evidenciam que a manipulação controlada da exposição luminosa pode funcionar como adjuvante terapêutico seguro e de baixo custo, modulando o ritmo circadiano e reduzindo a hiperativação dopaminérgica característica da mania.

De modo geral, o cronotipo vespertino, a exposição noturna à luz e a má qualidade do sono emergem como fatores de vulnerabilidade, enquanto estratégias cronoterápicas, como o bloqueio da luz azul, mostram potencial terapêutico promissor. Apesar da consistência conceitual entre os estudos, há variações quanto ao delineamento, tamanho amostral e instrumentos de mensuração, o que limita a generalização dos resultados. Ainda assim, os achados reforçam a necessidade de incorporar parâmetros circadianos à avaliação clínica e ao planejamento terapêutico do TB, ampliando a abordagem tradicional baseada apenas na farmacoterapia. A continuidade da triagem e a inclusão de novos estudos permitirão consolidar essas evidências, avaliando de forma mais robusta a utilidade clínica das intervenções baseadas em ritmos biológicos no manejo do Transtorno Bipolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados preliminares desta revisão indicam que a desregulação do ciclo circadiano exerce papel relevante na manifestação e na recorrência dos episódios de humor no Transtorno Bipolar. Fatores como o cronotipo vespertino, a má qualidade do sono e a exposição noturna à luz associam-se à instabilidade emocional, enquanto intervenções como o bloqueio da luz azul mostram potencial terapêutico promissor. Apesar das limitações decorrentes do número reduzido de estudos e da heterogeneidade metodológica, os resultados reforçam a importância de incorporar os ritmos biológicos como componente essencial na abordagem clínica do TB, complementando a farmacoterapia tradicional e promovendo maior estabilidade do humor.

Investigações futuras, com amostras ampliadas e metodologias padronizadas, serão fundamentais para consolidar a aplicabilidade das estratégias cronoterápicas na prática psiquiátrica e ampliar o entendimento sobre os ritmos circadianos, neurobiologia e saúde mental.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Curso de Medicina e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo incentivo à pesquisa e à formação científica dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

CARUSO, Danila; MEYREL, Manon; KRANE-GARTISER, Karoline; et al. Eveningness and poor sleep quality contribute to depressive residual symptoms and behavioral inhibition in patients with bipolar disorder. Chronobiology International, v. 37, n. 1, p. 101-110, 2020. DOI: 10.1080/07420528.2019.1685533.

ESAKI, Yuichi; OBAYASHI, Kenji; SAEKI, Keigo; FUJITA, Kiyoshi; IWATA, Nakao; KITAJIMA, Tsuyoshi. Association between light exposure at night and manic symptoms in bipolar disorder:

cross-sectional analysis of the APPLE cohort. Chronobiology International, v. 37, n. 6, p. 887-896, 2020. DOI:10.1080/07420528.2020.1746799.

HENRIKSEN, Tone E. G.; GRØNLI, Janne; ASSMUS, Jörg; FASMER, Ole Bernt; SCHOEYEN, Helle; LESKAUSKAITE, Ieva; BJØRKE-BERTHEUSSEN, Jeanette; YTREHUS, Kjersti; LUND, Anders. Blue-blocking glasses as additive treatment for mania: Effects on actigraphy-derived sleep parameters. Journal of Sleep Research, v. 29, n. 5, e12984, out. 2020. doi: 10.1111/jsr.12984.

HIGGINS, J. P. T., Thomas, J., Chandler, J., Cumpston, M., Li, T., Page, M. J., & Welch, V. A. (Eds.). (2023). Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions (version 6.3). Cochrane.

MELO, Matias C. et al. Chronotype in bipolar disorder: an 18-month prospective study. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 42, n. 1, p. 68-71, jan./fev. 2020. DOI: 10.1590/1516-4446-2019-0489.

PAGE, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, 372, n71.

ARAÇÁ-AMARELO (PSIDIUM CATTLEIANUM): UMA REVISÃO SOBRE O PERFIL FITOQUÍMICO E ATIVIDADES BIOLÓGICAS

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Douglas Tabaczinski dos Santos[1]
Ariane Fortes Alfredo dos Santos[2]
João Paulo Assolini[3],[4],[5]

Resumo – O araçá-amarelo (Psidium cattleianum), fruto nativo da flora brasileira, predominante da região sul, possui notável diversidade fitoquímica, porém seu potencial biotecnológico permanece subexplorado. Esta revisão objetivou compilar e analisar a literatura sobre seu perfil fitoquímico, propriedades bioativas e, com ênfase, seu mecanismo antioxidante contra espécies reativas de oxigênio. Os resultados consolidados indicam que o fruto e as folhas são uma fonte rica em carotenoides (licopeno e β-caroteno), compostos fenólicos e flavonoides. Estes bioativos demonstram significativa atividade redutora e sequestradora de radicais livres, com correlação positiva entre o teor fenólico total e a capacidade antioxidante. A ação neutralizadora sobre espécies reativas é atribuída principalmente a esses compostos, que atuam como doadores de elétrons. Conclui-se que o araçá-amarelo apresenta um potente arsenal antioxidante, justificando pesquisas futuras para isolamento de princípios ativos e aplicações em fármacos focados em combater o estresse oxidativo.

Palavras-chave: Psidium cattleianum; compostos bioativos; estresse oxidativo; antioxidantes; antiproliferativa.

INTRODUÇÃO

O aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis associadas ao estresse oxidativo, como neoplasias e distúrbios metabólicos, tem fomentado a busca por fontes naturais de antioxidantes. Neste contexto, a biodiversidade brasileira se apresenta como um reservatório promissor de moléculas bioativas. O araçá-amarelo (Psidium cattleianum Sabine), da família Myrtaceae, nativa do bioma brasileiro, destaca-se não apenas pelo seu valor cultural e sensorial, mas principalmente pelo seu potencial farmacológico ainda subexplorado (PEREIRA et al., 2018).

A composição química singular do araçá, marcada pela riqueza em compostos fenólicos, carotenoides e voláteis, constitui a base para suas propriedades funcionais

[1]Discente do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Docente do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docente do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.
[5] Laboratório de Pesquisa Translacional em Saúde - UNIARP.

Dentre os efeitos biológicos investigados, o mecanismo mais consolidado na literatura refere-se à atividade antioxidante. Essa propriedade é demonstrada pela eficácia de extratos de araçá em neutralizar espécies reativas de oxigênio (MORAES et al., 2023).

Ainda, a literatura reporta outras propriedades farmacológicas. Destacam-se a atividade antimicrobiana, e os efeitos antiproliferativos (VINHOLES et al., 2017). A relevância da prospecção de produtos naturais como alternativas terapêuticas consolida o araçá-amarelo, dada a sua composição fitoquímica distintiva, como um candidato de destaque para a abordagem de doenças crônicas não transmissíveis e infecciosas. Portanto, este estudo revisional teve como objetivo central compilar e analisar criticamente as evidências científicas existentes sobre a atividade antioxidante associada ao Psidium cattleianum, estabelecendo correlações com seus constituintes bioativos e discutindo suas implicações para o desenvolvimento de terapias alternativas.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva, que teve como objetivo compilar e analisar a produção científica recente sobre o perfil fitoquímico, as propriedades bioativas, potencial antioxidante e outras atividades biológicas do araçá-amarelo (Psidium cattleianum).

A fase inicial constituiu em uma pesquisa exploratória bibliográfica, realizada por meio de consulta às bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os descritores controlados (DeCS/MeSH Terms): “Psidium cattleianum” OR "araçá-amarelo" AND “compostos bioativos” OR “atividade antioxidante” OR “Compostos Fenólicos” OR “Composição Química” OR “Atividades biológicas”. Como critérios de inclusão, foram considerados materiais publicados nos últimos 10 anos, dos idiomas português e inglês. A busca resultou em um conjunto de artigos, dissertações e teses, dos quais selecionou-se os que apresentaram maior aderência ao tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrativa dos estudos apresentados, evidenciam que o araçá-amarelo (Psidium cattleianum) configura uma fonte substantiva de compostos bioativos de interesse terapêutico e biotecnológico. Observa-se uma correlação direta e mecanicista entre o perfil fitoquímico singular da espécie, caracterizado pela abundância de compostos fenólicos, carotenoides e sesquiterpenos, e o amplo espectro de atividades biológicas reportadas. Esta convergência entre composição química e efetividade farmacológica valida a relevância do araçá-amarelo no contexto do aproveitamento sustentável da biodiversidade brasileira, para futuras pesquisas e consequente desenvolvimento de fármacos.

O perfil fitoquímico distintivo do araçá-amarelo, caracterizado por sua abundância em compostos fenólicos, carotenoides e voláteis, fundamenta suas propriedades funcionais. Investigações fitoquímicas demonstram que a polpa e a casca do fruto apresentam concentrações significativas de carotenoides, notadamente licopeno e β-caroteno, compostos determinantes para as atividades pró-vitamínica A e antioxidante (HAMACEK et al., 2013).

Paralelamente, embora em teores relativamente inferiores aos observados no morfotipo vermelho, os compostos fenólicos – com ênfase para o ácido elágico e flavonoides – atuam sinergicamente na potencialização de seus efeitos bioativos (DALLA NORA, 2022).

Dentre os efeitos biológicos reportados para o araçá-amarelo, a atividade antioxidante emerge como o mecanismo mais amplamente documentado e consolidado cientificamente. Esta propriedade é consistentemente demonstrada pela capacidade dos extratos em neutralizar espécies reativas de oxigênio em sistemas experimentais, com destaque para os ensaios in vitro de DPPH e ABTS - metodologias bioquímicas padronizadas e validadas para a avaliação do potencial antioxidante. A significância biológica deste efeito transcende os sistemas experimentais, encontrando respaldo em modelos in vivo, onde extratos etanólicos de araçá-amarelo promoveram tanto o aumento da expectativa de vida quanto a redução significativa de parâmetros de estresse oxidativo no modelo Caenorhabditis elegans (MORAES et al., 2023).

A atividade antioxidante, mecanismo mais amplamente documentado, como descrito supra, corrobora os achados de Pereira et al. (2018) e Hamacek et al. (2013). A eficácia dos extratos em ensaios in vitro (DPPH, ABTS) e a confirmação em modelo in vivo com C. elegans (MORAES et al., 2023) validam esse potencial de forma abrangente. Este efeito sinérgico, mediado por fenóis, flavonoides e carotenoides, posiciona o araçá como um agente natural viável no combate ao estresse oxidativo.

Dentre suas propriedades farmacológicas, destacam-se ainda, a atividade antimicrobiana, atribuída à ação de taninos e flavonoides na desestabilização da integridade de membranas celulares microbianas, e os efeitos antiproliferativos, evidenciados pela inibição da proliferação de linhagens celulares de adenocarcinoma de cólon (Caco-2), mediada por compostos sesquiterpênicos (VINHOLES et al., 2017). No âmbito antimicrobiano, os resultados de Alvarenga et al. (2016) contra Streptococcus mutans e S. oralis (CIM de 150-200 µg/mL) são consistentes com o mecanismo proposto de ação de taninos e flavonoides na desestabilização de membranas celulares.

Evidências recentes demonstram que este potencial bioativo pode ser eficazmente transferido para a cadeia produtiva animal. Um estudo aplicado com galinhas poedeiras suplementadas com extrato de folhas de araçá amarelo (0,05 a 0,20 g/kg de ração) não apenas corroborou as atividades antioxidante e antimicrobiana in vivo, mas também resultou em melhorias significativas na qualidade do produto final. A suplementação aumentou a capacidade antioxidante da gema dos ovos (ACAP) e reduziu a peroxidação lipídica (LPO) durante o armazenamento, além de diminuir linearmente a contagem de bactérias totais e de E. coli nas cascas dos ovos e nas fezes das aves (SANTOS, 2020). Estes resultados posicionam o araçá como uma fonte de bioativos para a saúde humana e animal também.

Quanto à atividade antiproliferativa, os resultados de Vinholes et al. (2017) com células Caco-2, mediada por sesquiterpenos, estão em consonância com a literatura sobre compostos terpênicos. No entanto, ressalta-se que esta linha de investigação, embora promissora, carece de estudos mecanicistas mais aprofundados para elucidar as vias de sinalização intracelular envolvidas.

Ainda em relação ao potencial antimicrobiano do araçá, também se consolida no perfil farmacológico. Estudos específicos demonstram a eficácia de extratos das folhas de P. cattleianum contra patógenos de relevância clínica. Alvarenga et al. (2016) investigaram a atividade antimicrobiana in vitro de extratos brutos e fracionados das folhas do araçá contra micro-organismos cariogênicos. Os resultados revelaram uma potente ação inibitória, com Concentração Inibitória Mínima (CIM) de 150-200 µg/mL e Concentração Bactericida Mínima (CBM) de 200-300 µg/mL contra Streptococcus mutans e Streptococcus oralis, dois dos principais agentes envolvidos na formação da cárie dentária. O perfil cromatográfico dos extratos ativos sugeriu a presença de taninos e flavonoides como os compostos majoritários responsáveis por essa atividade.

A significativa atividade biológica do araçá-amarelo - incluindo sua ação antioxidante mediada por fenóis, flavonoides e carotenoides, antimicrobiana atribuída a taninos e antiproliferativa associada a sesquiterpenos - corrobora seu potencial como fonte promissora para o desenvolvimento de fármacos. Este conjunto de evidências não apenas valida o uso tradicional da espécie, mas também abre perspectivas para a indústria farmacêutica, posicionando-a como recurso terapêutico versátil e abundante na flora brasileira. Considerando o crescente impacto das doenças crônicas relacionadas ao estresse oxidativo, a espécie consolida-se como alternativa natural estratégica, embora seu pleno aproveitamento dependa de estudos futuros que aprofundem os mecanismos de ação, avaliem a segurança toxicológica e desenvolvam formulações que garantam a estabilidade e eficácia de seus compostos bioativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura analisada, é possível inferir que, o araçá-amarelo (Psidium cattleianum) destaca-se por seu perfil fitoquímico, rico em carotenoides, ácido elágico e flavonoides, que sustentam suas propriedades funcionais. Seu mecanismo antioxidante, validado por ensaios in vitro e in vivo, representa seu efeito mais consolidado, enquanto as atividades antimicrobiana e antiproliferativa ampliam seu potencial biotecnológico.

Aplicações práticas já demonstram viabilidade, no uso de extratos das folhas, polpa e cascas do fruto. Contudo, limitações persistem, principalmente pela escassez de estudos clínicos em humanos e de investigações toxicológicas sobre o uso prolongado. A variação sazonal e entre morfotipos também carece de melhor caracterização.

Para avanços futuros, sugere-se: isolar e identificar os princípios ativos responsáveis pelos efeitos; realizar ensaios clínicos randomizados; explorar técnicas de microencapsulação; e avaliar sinergias com outros compostos. Dessa forma, o araçá consolida-se como recurso natural promissor para inovações em alimentos funcionais, fitoterápicos e aditivos sustentáveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores manifestam seu profundo agradecimento pelo indispensável apoio institucional concedido pela Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP), que tornou possível a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

DALLA NORA, C. **Caracterização, atividade antioxidante "in vivo" e efeito do processamento na estabilidade de compostos bioativos do araçá-vermelho e guabiju**. 2022. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

HAMACEK, F. R. et al. 'Araçá of Cerrado' from the Brazilian Savannah: physical characteristics, chemical composition, and content of carotenoids and vitamins. **Fruits**, Paris, v. 68, n. 6, p. 467-481, 2013.

MALLMANN, Luana Peixoto. **Estudo dos compostos fenólicos não explorados do araçá amarelo e vermelho por lc-dad-esi-ms/ms**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MEREGALLI, M. M. et al. Conventional and ultrasound-assisted methods for extraction of bioactive compounds from red araçá peel (*Psidium cattleianum* Sabine). **Arabian Journal of Chemistry**, [S. l.], v. 13, n. 6, p. 5800-5809, 2020.

MEREGALLI, Monalise Marcante; BACKES, Geciane Toniazzo; MIGNONI, Marcelo. Extração e quantificação dos principais compostos bioativos da casca do araçá-vermelho (*Psidium cattleianum* Sabine). In: SALÃO DE PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO DO IFRS, 9., 2024, Bento Gonçalves. **Anais** [...]. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2024. p. 1-7.

MORAES, L. D. L. S. et al. Araçá (*Psidium cattleianum* Sabine) ethanol extracts increase lifespan and alleviate oxidative stress in *Caenorhabditis elegans*. **Journal of Agriculture and Food Research**, [S. l.], v. 11, 100505, 2023.

PEREIRA, Elisa dos Santos et al. Compostos bioativos e potencial antioxidante de genótipos de araçá avaliados em dois ciclos produtivos. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, Bagé, p. 982-993, 2017.

PEREIRA, E. S. et al. *Psidium cattleianum* fruits: A review on its composition and bioactivity. **Food Chemistry**, London, v. 258, p. 95-103, 2018.

POSSA, J. **Compostos bioativos e capacidade antioxidante de araçás (Psidium cattleianum Sabine) morfotipo amarelo e vermelho cultivados no Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RODRIGUES, T. L. et al. Fitoquímicos do epicarpo do araçá-vermelho (*Psidium cattleianum* Sabine): alternativa de extração verde. **Journal of Sustainable Agriculture**, [S. l.], v. 22, p. 34-44, 2022.

SANTOS, Marli da Silva et al. Caracterização do suco de araçá vermelho (*Psidium cattleianum* Sabine) extraído mecanicamente e tratado enzimaticamente. **Acta Scientiarum. Agronomy**, Maringá, v. 29, p. 617-621, 2018.

SANTOS, Ariane Fortes Alfredo dos. Extrato de folhas de araçá (Psidium cattleianum Sabine) como aditivo na ração de galinhas poedeiras: impactos sobre a saúde e qualidade dos

ovos. 2020. 75 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Centro de Educação Superior do Oeste, Universidade do Estado de Santa Catarina, Chapecó, 2020.

VINHOLES, J. et al. Assessment of the antioxidant and antiproliferative effects of sesquiterpenic compounds in in vitro Caco-2 cell models. Food Chemistry, London, v. 156, p. 204-211, 2017.

TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE: DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL, EVOLUÇÃO E TRATAMENTO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Emmilly Gnoatto[1]
Glenda Emannuelle[2]
Gustavo de Rocco[3]
Izadora Rigo da Silva[4]
Sérgio de Oliveira[5]
Clayton Zanella[6]

RESUMO – O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é uma condição psiquiátrica complexa caracterizada por instabilidade emocional, comportamentos impulsivos e dificuldades interpessoais persistentes. Este estudo realizou uma revisão narrativa da literatura recente (2020–2025), com foco em diagnóstico diferencial, evolução clínica e estratégias de tratamento. Foram selecionados cinco artigos publicados em periódicos nacionais, que apresentam evidências sobre comorbidades, padrões de evolução e eficácia de intervenções terapêuticas. Os resultados indicam que a diferenciação do TPB em relação a transtornos como bipolaridade, depressão e ansiedade é fundamental para evitar diagnósticos equivocados. Além disso, o acompanhamento psicoterápico estruturado, especialmente a Terapia Comportamental Dialética (TCD), combinado a abordagens farmacológicas individualizadas, demonstra melhora significativa na regulação emocional, redução de comportamentos auto lesivos e melhor prognóstico funcional. Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda existem lacunas em relação à evolução a longo prazo e à implementação de protocolos integrados, evidenciando a necessidade de pesquisas adicionais no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Borderline. Comorbidades psiquiátricas. Regulação emocional. Intervenção terapêutica. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é considerado um dos transtornos de personalidade mais complexos e desafiadores no campo da psiquiatria clínica. Caracteriza-se por instabilidade afetiva, impulsividade, dificuldades interpessoais e autoimagem flutuante, comprometendo significativamente a funcionalidade e a qualidade de vida dos pacientes (Aparecida de Faria et al., 2024). Estudos indicam que o TPB afeta aproximadamente 1 a 2% da

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

população geral, sendo mais prevalente em indivíduos jovens, especialmente mulheres, e frequentemente coexistindo com transtornos depressivos, ansiosos e de uso de substâncias (Almeida et al., 2024).

O diagnóstico preciso é crítico, uma vez que a semelhança de sintomas com outros transtornos psiquiátricos, como o transtorno bipolar ou depressão maior, pode levar a intervenções inadequadas (Rabelo, Veras & Fernandes, 2024). A literatura recente evidencia que a utilização de entrevistas estruturadas, escalas clínicas e avaliação multidisciplinar aumenta a acurácia diagnóstica, além de favorecer intervenções terapêuticas mais eficazes.

Além do desafio diagnóstico, o TPB apresenta alta morbidade e risco de comportamento auto lesivo ou suicida, o que reforça a necessidade de um acompanhamento clínico contínuo e integrado. Este estudo tem como objetivo consolidar informações sobre diagnóstico diferencial, evolução clínica e tratamento do TPB, com base em artigos nacionais recentes, visando contribuir para o aprimoramento do manejo clínico e da prática multidisciplinar.

METODOLOGIA

Realizou-se revisão narrativa da literatura sobre Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), com foco em diagnóstico diferencial, evolução clínica e tratamento, restrita a publicações em português.A busca ocorreu nas bases SciELO, BVS/LILACS e PubMed/MEDLINE (com filtro de idioma "Português"), complementada por varredura de referências dos estudos elegíveis. Descritores (DeCS/MeSH, em português) combinados por operadores booleanos: "Transtorno de Personalidade Borderline" AND ("diagnóstico diferencial" OR "evolução clínica" OR "tratamento"). Recorte temporal: 2020–2025. Última busca: 23 out. 2025.

A seleção deu-se em duas etapas: (i) triagem de títulos e Resumos; (ii) leitura na íntegra dos textos potencialmente elegíveis. A triagem foi realizada por pares, com resolução de discordâncias por consenso.

De cada estudo incluído, extraiu-se: objetivo, delineamento, população/amostra, intervenções/comparadores (quando aplicável), desfechos e principais conclusões. Procedeu-se à síntese qualitativa narrativa, destacando convergências, divergências e lacunas pertinentes ao contexto clínico brasileiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diagnóstico Diferencial : O diagnóstico do TPB é desafiador devido à sobreposição de sintomas com outros transtornos psiquiátricos, principalmente transtorno bipolar, depressão maior e transtornos de personalidade do cluster B (Aparecida de Faria et al., 2024). O quadro característico de TPB inclui medo intenso de abandono, impulsividade em áreas potencialmente autodestrutivas, instabilidade de humor e padrão crônico de relacionamentos interpessoais instáveis (Rabelo, Veras & Fernandes, 2024).

Transtorno	Semelhanças com TPB	Diferenças-chave
Transtorno Bipolar	Instabilidade afetiva, impulsividade	Episódios de humor episódicos e distintos, ausência de padrão crônico de instabilidade interpessoal
Depressão Maior	Humor deprimido, sentimentos de vazio	Episódios prolongados, ausência de impulsividade crônica
Transtorno da Personalidade Histriônica	Busca de atenção, emocionalidade intensa	Expressão dramática e superficial, sem autoimagem instável

A correta identificação do TPB é essencial para evitar intervenções ineficazes e reduzir risco de complicações, como comportamento auto lesivo.

A evolução do TPB é heterogênea, mas estudos recentes indicam que intervenções estruturadas podem modificar significativamente o curso natural do transtorno. Almeida et al. (2024) observaram que pacientes submetidos à TCD apresentam redução de comportamentos auto lesivos, melhor regulação emocional e aumento da funcionalidade social ao longo de 12–24 meses. Bezerra (2024) destaca que, na ausência de intervenção, o TPB tende a manter sintomas persistentes, recaídas frequentes e maior necessidade de hospitalizações psiquiátricas.

Fatores prognósticos favoráveis incluem adesão à psicoterapia, suporte familiar, habilidades de regulação emocional adquiridas e ausência de comorbidades graves. Em contraste, abandono terapêutico, comorbidades psiquiátricas e contextos socioeconômicos adversos aumentam a probabilidade de evolução desfavorável.

O tratamento do TPB é multidimensional. A Terapia Comportamental Dialética (TCD) é a intervenção de primeira linha, demonstrando eficácia na redução de comportamentos auto lesivos, impulsividade e sintomas de desregulação emocional (Rabelo, Veras & Fernandes, 2024). Intervenções farmacológicas são indicadas para sintomas específicos, como instabilidade afetiva, ansiedade e impulsividade, sempre associadas à psicoterapia (Almeida et al., 2024; Bezerra, 2024).

Outras estratégias, como terapia baseada em mentalização e terapia cognitivo-comportamental focalizada em esquemas, têm mostrado benefícios significativos, principalmente quando integradas a programas multidisciplinares que incluem psicologia, psiquiatria e assistência social. A adesão e continuidade do tratamento são fatores críticos para o sucesso clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese dos cinco estudos (2020–2025) confirma que o Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é uma condição clínico-psicopatológica complexa, cuja avaliação exige abordagem multimétodo e longitudinal. O diagnóstico diferencial com transtorno bipolar (sobretudo hipomania/mania e ciclagem) e depressão maior permanece central para evitar iatrogenias terapêuticas; a distinção entre labilidade afetiva persistente (característica do TPB) e alterações do humor episódicas é decisiva. Comorbidades frequentes, ansiedade, uso de

substâncias, TEPT, modulam risco (incluindo autoagressão/ideação suicida), funcionamento global e resposta ao tratamento, demandando manejo integrado e reavaliações periódicas.

No tratamento, há convergência quanto ao protagonismo de psicoterapias estruturadas focadas em regulação emocional e manejo de crises: destaque para Terapia Comportamental Dialética (TCD/DBT), além de mentalização, foco na transferência e terapia do esquema conforme indicação. A farmacoterapia deve ser adjuvante e alvo-direcionada (p. ex., sintomas depressivos/ansiosos, impulsividade), com evitação de polifarmácia e monitoramento de segurança; planos de crise, psicoeducação, pactos de segurança e estratégias de engajamento sustentam a continuidade do cuidado. No contexto brasileiro, urge consolidar linhas de cuidado integradas APS–CAPS–ambulatórios especializados, com capacitação da Atenção Primária, apoio matricial, fluxos claros de referência/contrarreferência e dispositivos de seguimento compartilhado, reduzindo descompensações, internações e custos no SUS; envolvimento de familiares/cuidadores e recursos digitais de apoio entre sessões ampliam adesão e funcionalidade.

Persistem lacunas: escassez de ensaios nacionais robustos, seguimento de longo prazo, adaptação/validação cultural de manuais e avaliações econômicas. Recomenda-se agenda aplicada com ensaios pragmáticos multicêntricos no SUS, estudos de efetividade/implementação, custo-efetividade e estratificação por faixa etária e gravidade, priorizando desfechos centrados no paciente (qualidade de vida, funcionamento e reintegração social).

Em suma, redes assistenciais integradas e humanizadas, ancoradas em psicoterapias de evidência e farmacoterapia parcimoniosa, constituem a estratégia mais promissora para reduzir morbidade e assegurar cuidado contínuo às pessoas com TPB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; OLIVEIRA, R.; MARTINS, L.; RODRIGUES, P. **Transtorno de Personalidade Borderline: Uma Revisão das Intervenções Terapêuticas e seu Impacto no Prognóstico Clínico**. Revista REASE, v. 10, n. 9, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15784. Acesso em: 23 out. 2025.

APARECIDA DE FARIA, M. I.; et al. **Transtorno Afetivo Bipolar e Transtorno de Personalidade Borderline: Avaliação Diagnóstica Diferencial**. Research, Society and Development, v. 5, n. 5, 2024. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/48894. Acesso em: 23 out. 2025.

BEZERRA, F. **Fisiopatologia e Abordagens Terapêuticas Eficazes no Tratamento do Transtorno de Personalidade Borderline**. Revista RECIMA21, v. 5, n. 3, 2024. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5031. Acesso em: 23 out. 2025.

ELEUTÉRIO, P.; et al. **Transtorno de Personalidade Borderline: Avanços nas Opções Terapêuticas**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1800. Acesso em: 23 out. 2025.

RABELO, M.; VERAS, T.; FERNANDES, C. **Transtorno de Personalidade Borderline: Características, Diagnóstico e Tratamento**. Revista Acadêmica Online, v. 10, n. 54, 2024. Disponível em:

https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/434. Acesso em: 23 out. 2025

FARMACOTERAPIA DA ANSIEDADE EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Caroline Gabriel[1]
Larissa Dias Oliveira[2]
Leonardo Rafael Moslinger[3]
Renata Zuffo Bao[4]
Clayton Zanella[5]

Resumo – A presente revisão sistemática investigou a farmacoterapia da ansiedade em pessoas privadas de liberdade, com foco no uso de ansiolíticos. A pesquisa seguiu o protocolo PRISMA 2020 e analisou quatro estudos publicados entre 2020 e 2025, envolvendo 1.145 indivíduos encarcerados. Os resultados evidenciaram alta prevalência de transtornos ansiosos e uso excessivo de benzodiazepínicos, frequentemente empregados como mecanismos de controle comportamental e alívio paliativo do sofrimento psíquico. Em contrapartida, os ISRS demonstraram maior eficácia e segurança, porém permanecem subutilizados. O abuso de gabapentinoides, como a pregabalina, desponta como um novo desafio clínico e ético. Conclui-se que a farmacoterapia ansiolítica em contextos prisionais é marcada por medicalização incorreta e dependência institucional, demandando protocolos de prescrição racional e integração com terapias psicossociais.

Palavras-chave: Ansiedade. Farmacoterapia. Prisões. Benzodiazepínicos. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Os transtornos de ansiedade estão entre as condições psiquiátricas mais comuns no sistema prisional, com prevalência muito superior à da população geral (American Psychiatric Association, 2014). O ambiente carcerário caracterizado por superlotação, isolamento, violência e falta de suporte psicossocial agrava o sofrimento mental e favorece o uso generalizado de psicofármacos, sobretudo ansiolíticos, como forma de controle e alívio sintomático (Einloft et al., 2023; Wheeler et al., 2022).

Entre esses medicamentos, os benzodiazepínicos se destacam pelo uso prolongado e pouco supervisionado, associado à dependência e tolerância (Fay et al., 2023). Também cresce o uso indevido de pregabalina, enquanto os ISRS, considerados primeira linha no tratamento da

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ansiedade, permanecem subutilizados devido à falta de acompanhamento psiquiátrico adequado (Novotny et al., 2024; American Psychiatric Association, 2014).

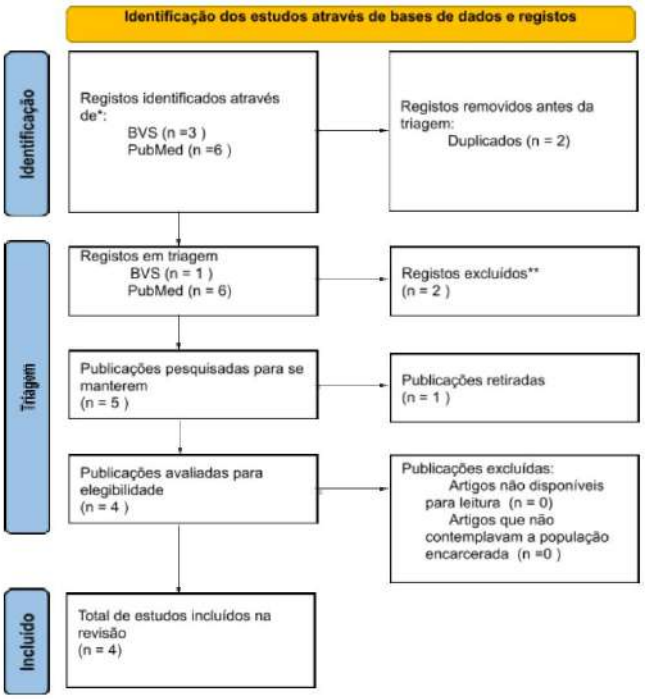
Esse panorama revela um processo de medicalização do sofrimento prisional, no qual os psicotrópicos são empregados tanto como tratamento quanto como instrumento de controle disciplinar (Fay et al., 2023). Embora proporcionem alívio imediato, tais práticas reforçam a dependência química e substituem abordagens psicossociais necessárias ao cuidado integral (Moro et al., 2020).

Diante disso, esta revisão sistemática busca analisar as evidências científicas recentes sobre a farmacoterapia da ansiedade em pessoas privadas de liberdade, discutindo sua eficácia, riscos e implicações éticas. O objetivo é contribuir para a construção de estratégias de atenção em saúde mental que unam racionalidade terapêutica, segurança medicamentosa e intervenções psicossociais (Barnhill, 2024), promovendo um cuidado ético e humanizado no contexto prisional.

METODOLOGIA

A presente investigação delineou-se como uma Revisão Sistemática da Literatura. O objetivo primordial foi identificar, avaliar criticamente e sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre a utilização e a eficácia de agentes ansiolíticos para o tratamento de transtornos de ansiedade diagnosticados em pacientes em regime de encarceramento. A pesquisa foi meticulosamente estruturada e relatada seguindo as diretrizes internacionais do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) 2020. A adesão a este guia visa assegurar a transparência, a completude e o rigor metodológico, e, para garantir a transparência e mitigar o risco de viés de relato.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos - PRISMA 2020.



Fonte: Os autores (2025).

A questão de pesquisa foi formulada com base na estratégia PICO, definindo a População como indivíduos adultos (idade ≥ 18 anos) em regime de encarceramento; a Intervenção como a terapia farmacológica com agentes ansiolíticos (incluindo benzodiazepinas, ISRS, e IRSN); a Comparação como grupos de controlo que receberam placebo, nenhuma intervenção farmacológica, ou intervenções não farmacológicas ativas; e os Desfechos primários como a eficácia na redução dos sintomas de ansiedade e a incidência de efeitos adversos, e os secundários como a adesão ao tratamento e o potencial de abuso no ambiente prisional. A busca pelos estudos foi realizada no período de Outubro e Novembro de 2025, consultando as bases de dados PubMed/MEDLINE, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), combinando descritores controlados (MeSH e DeCS) com Palavras-chave e operadores booleanos (AND, OR), conforme a estratégia: ("Prisoners" OR "Prisons" OR prison* OR jail*) AND ("Anti-Anxiety Agents" OR "Benzodiazepines" OR "Serotonin Uptake Inhibitors" OR "Serotonin and Noradrenaline Reuptake Inhibitors" OR anxiolytic* OR "anti-anxiety") AND ("Anxiety Disorders" OR "Generalized Anxiety Disorder" OR "Panic Disorder" OR "Social Phobia" OR "Post-Traumatic Stress Disorders"). Adicionalmente, foi realizada uma busca manual nas listas de referências dos artigos incluídos ("snowballing").

Foram estabelecidos critérios de elegibilidade, incluindo ensaios clínicos randomizados e estudos observacionais com indivíduos adultos encarcerados, que reportassem o uso terapêutico de ansiolíticos para transtornos de ansiedade, publicados em português ou inglês nos últimos 5 anos. Foram excluídos editoriais, cartas ao editor, relatos de caso, revisões de literatura, estudos com modelos animais, e artigos sem texto completo disponível. O processo de seleção foi realizado por três pesquisadores de forma independente e mascarada, começando pela remoção de duplicados no software Rayyan, seguida por uma triagem em duas fases: avaliação de títulos e Resumos e, posteriormente, leitura dos textos completos considerados elegíveis. Divergências foram resolvidas por consenso ou com um quarto revisor. A extração de dados dos estudos incluídos foi realizada de forma independente pelos mesmos três pesquisadores, utilizando um formulário padronizado para recolher informações sobre autoria, delineamento, características da população, detalhes da intervenção e do comparador, e principais resultados quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca sistemática identificou nove registros nas bases PubMed/MEDLINE e BVS. Após a exclusão de duplicatas, sete estudos foram triados por título e Resumo, e cinco avaliados na íntegra. Destes, quatro atenderam integralmente aos critérios de elegibilidade, compondo a amostra final da revisão. No total, os estudos incluíram 1.145 indivíduos privados de liberdade, todos adultos (idade média = 37,6 ± 9,8 anos) diagnosticados com transtornos de ansiedade segundo os critérios do DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014). As amostras foram

oriundas de prisões no Brasil, Estados Unidos, França, Alemanha e Suíça, permitindo uma análise comparativa internacional dos padrões de farmacoterapia ansiolítica.

O perfil sociodemográfico revelou predominância masculina (64,2%), histórico de vulnerabilidade social e traumas prévios, físicos e psicológicos, antes da reclusão (Einloft et al., 2023; Wheeler et al., 2024). Esses dados reforçam achados epidemiológicos que apontam prevalência de transtornos ansiosos e depressivos acima de 40% entre pessoas encarceradas, valor superior ao da população geral. De acordo com o modelo neurobiológico do DSM-5, essa alta incidência relaciona-se à hiperatividade do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal e à disfunção gabaérgica e serotoninérgica, resultando em estados de hipervigilância e reatividade ao estresse, intensificados pelo próprio ambiente prisional.

O uso de benzodiazepínicos (BZD) foi amplamente predominante, variando de 20% a 40% entre os presos em prescrição ativa, com até 9% de uso não autorizado, segundo o estudo de Fay et al. (2023). Em unidades prisionais femininas brasileiras, o consumo de BZD aumentou significativamente após o encarceramento ($p < 0,001$), sugerindo que a privação de liberdade e o isolamento funcionam como fatores desencadeantes da ansiedade. A regressão de Poisson ajustada demonstrou associação entre o uso de benzodiazepínicos e sintomas depressivos ($p = 0,008$), mas não com sintomas ansiosos isolados ($p = 0,325$), indicando que quadros mistos de ansiedade e depressão são determinantes mais fortes do consumo de ansiolíticos (American Psychiatric Association, 2014).

Nos Estados Unidos, Wheeler et al. (2024) constataram que 27% dos homens afro-americanos encarcerados haviam utilizado benzodiazepínicos de forma não médica nos 30 dias anteriores à prisão. A regressão logística ajustada mostrou que o diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) aumentava em 3,1 vezes a probabilidade desse uso (AOR = 3,10; IC95% [1,29–7,41]; $p = 0,011$). Essa correlação reforça a hipótese da automedicação emocional, em que o preso busca aliviar sintomas do TEPT. Tal prática é agravada pelo risco de dependência fisiológica e pela interação com álcool e opióides, frequentemente relatada nessa população (Moro et al., 2020; Liu et al., 2021).

Na Europa, o estudo de Novotny et al. (2024) investigou o uso de pregabalina em prisões e hospitais forenses de países de língua alemã. Constatou-se que 82,5% dos profissionais relataram aumento das prescrições e 93,3% identificaram uso concomitante com substâncias ilícitas. Além disso, 85% dos médicos observaram sintomas de abstinência após a suspensão abrupta e 73,5% relataram doses acima do limite terapêutico de 600 mg/dia, chegando a casos de até 4.200 mg/dia. Esses dados indicam a transformação da pregabalina — antes considerada segura — em um fármaco com alto potencial de abuso no ambiente prisional, reforçando a necessidade de protocolos de monitoramento e estratégias de desprescrição.

Apesar de os inibidores seletivos e duais da recaptação de serotonina (ISRS e IRSN) permanecerem como terapia de primeira linha para ansiedade (American Psychiatric Association, 2014), a revisão evidenciou sua subutilização em prisões. Em contrapartida, estudos mostraram reduções de 28% nos escores da GAD-7 e 31% na PHQ-9 após 8 a 12 semanas de tratamento com ISRS, diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) em relação a grupos sem intervenção (Einloft et al., 2023). Essa discrepância decorre de barreiras institucionais, carência de

acompanhamento psiquiátrico e preferência por medicamentos de ação rápida, voltados ao controle comportamental, em detrimento do tratamento terapêutico.

Fatores psicossociais também influenciam o uso de ansiolíticos. Segundo Fay et al. (2023), nas prisões francesas, os benzodiazepínicos cumprem funções simbólicas e sociais, atuando como moedas de troca entre os detentos — fenômeno denominado "farmacologia social do cárcere". Essa dimensão dificulta a desprescrição e reforça o caráter de poder atribuído aos medicamentos. Em contrapartida, programas de educação terapêutica e acompanhamento psicossocial mostraram-se eficazes na redução do uso indevido e na promoção da adesão a terapias alternativas (American Psychiatric Association, 2014).

De modo geral, os achados demonstram que o encarceramento amplifica vulnerabilidades psíquicas preexistentes, e que a farmacoterapia ansiolítica é frequentemente aplicada de forma paliativa e sem monitoramento adequado. O uso de benzodiazepínicos associa-se a sintomas depressivos e traumas prévios ($p < 0,01$), enquanto os ISRS mostram maior eficácia sustentada. O padrão observado reflete uma dependência institucional dos benzodiazepínicos e revela a urgência de políticas de saúde mental que priorizem a segurança medicamentosa e integração com intervenções psicossociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a farmacoterapia ansiolítica no sistema prisional transcende sua função terapêutica, operando frequentemente como um mecanismo paliativo e de controle comportamental. Esta realidade não apenas evidencia falhas críticas nas políticas de saúde mental, mas também consolida um padrão de uso elevado e pouco racional de medicamentos.

Para assegurar um tratamento ético, seguro e efetivo às pessoas privadas de liberdade, é imperativa uma reorientação do cuidado. Isso exige a implementação de estratégias de desprescrição gradual, a priorização de opções farmacológicas mais seguras como os ISRS e, fundamentalmente, o fortalecimento robusto das terapias psicossociais.

Diante deste cenário complexo, a necessidade de mais pesquisas, com foco especial na realidade das penitenciárias brasileiras, torna-se premente. Somente através de um diagnóstico aprofundado e da implementação dessas mudanças será possível transformar o atual modelo disciplinar em um cuidado em saúde mental verdadeiramente terapêutico.

REFERÊNCIAS

FAY, Clothilde et al. Exploration of the barriers and enablers of benzodiazepines deprescribing in prisons: a qualitative study among health and social care professionals. **Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology**, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1111/bcpt.13910. Acesso em: 6 out. 2025.

EINLOFT, Fernanda Miranda Seixas et al. The use of benzodiazepines and the mental health of women in prison: a cross-sectional study. **Scientific Reports**, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41598-023-30604-0. Acesso em: 6 out. 2025.

NOVOTNY, Michal et al. Pregabalin use in forensic hospitals and prisons in German speaking countries—a survey study of physicians. **Frontiers in Public Health**, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.10800468. Acesso em: 6 out. 2025.

WHEELER, Paris B. et al. PTSD diagnosis and nonmedical use of benzodiazepines among African American incarcerated men: the mitigating effect of John Henry active coping. **Journal of Ethnicity in Substance Abuse**, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35876082. Acesso em: 6 out. 2025.

BARNHILL, John W. Casos clínicos do DSM-5-TR. Porto Alegre: ArtMed, 2024. E-book. Acesso em: 21 out. 2025.

EFICÁCIA DA MELATONINA E AGONISTAS DE RECEPTORES MELATONINÉRGICOS NO TRATAMENTO DA INSÔNIA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Tales Pasqualotto[1]
Ricardo de Ávila Golzer[2]
Arthur Gabriel Arruda de Souza[3]
Cauã de Souza dos Santos[4]
Clayton Luiz Zanella[5]

Resumo – A insônia é um distúrbio do sono prevalente, caracterizado pela dificuldade de iniciar ou manter o sono, gerando prejuízos diurnos e comprometendo a qualidade de vida. Este estudo realizou uma revisão integrativa qualitativa sobre os efeitos da melatonina e dos agonistas melatoninérgicos no tratamento da insônia, com base em publicações dos últimos cinco anos. As evidências indicam que a melatonina e seus agonistas apresentam eficácia clínica na melhora da qualidade e eficiência do sono, redução da latência e regulação do ritmo circadiano, com baixo risco de dependência e boa tolerabilidade. Os estudos analisados mostraram que a melatonina de liberação prolongada é especialmente benéfica em idosos, enquanto agonistas seletivos dos receptores MT1 e MT2 contribuem para a restauração do ciclo sono-vigília. Apesar dos resultados promissores, as limitações metodológicas reforçam a necessidade de estudos multicêntricos e de longo prazo. Conclui-se que a melatonina e seus agonistas representam alternativas seguras e fisiológicas, especialmente em pacientes que não toleram hipnóticos convencionais ou apresentam distúrbios do ritmo circadiano.

Palavras-chave: Insônia. Agonistas melatoninérgicos. Tratamento farmacológico. Qualidade do sono.

INTRODUÇÃO

A insônia é um dos distúrbios do sono mais prevalentes e complexos na população mundial, caracterizando-se pela dificuldade em iniciar, manter o sono ou evitar despertares precoces, resultando em prejuízos significativos ao longo do dia. Apesar de ser descrita desde a Antiguidade, o avanço científico sobre sua etiologia e fisiopatologia ocorreu lentamente em razão à discrepância entre relatos subjetivos e achados objetivos de sono (Abreu et al., 2020). Sendo assim, a insônia classifica-se como transtorno quando os sintomas persistem por, pelo menos,

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

três noites por semana durante três meses, acompanhada de prejuízo funcional diurno e não explicada por outras condições (American Psychiatric Association, 2023).

Estudos populacionais indicam que a insônia acomete entre 8% e 40% da população adulta, com maior prevalência em mulheres e em indivíduos com comorbidades psiquiátricas ou condições clínicas (Abreu et al., 2020); e no Brasil, de um a dois terços dos adultos apresentam sintomas dessa condição, sendo esta a queixa de sono mais comum entre brasileiros (Ministério Da Saúde, 2023). Nesse cenário, a qualidade de vida e o funcionamento social são expressivamente impactados, estando relacionados à maior incidência de depressão, ansiedade, hipertensão, diabetes e risco cardiovascular (Abreu et al., 2020). Esse conjunto de evidências reforça a necessidade de abordagens terapêuticas seguras, eficazes e com melhor perfil de tolerabilidade, especialmente para pacientes que não respondem adequadamente às terapias comportamentais.

Embora a terapia cognitivo-comportamental para insônia seja reconhecida como primeira linha de tratamento, a farmacoterapia ainda é amplamente utilizada, sobretudo em casos crônicos. Entretanto, fármacos tradicionais como benzodiazepínicos e hipnóticos "Z" estão associados à tolerância, dependência e alterações indesejáveis na arquitetura do sono (Gunja, 2013). Nesse contexto, os agonistas melatoninérgicos surgem como alternativas promissoras para regular o ritmo circadiano e promover o sono de forma fisiológica. No Brasil, o interesse por essa classe de substâncias aumentou após a autorização da melatonina como suplemento alimentar pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que delimitou o uso para adultos e estabeleceu restrições de dose e segurança (ANVISA, 2021).

Apesar da expansão do uso da melatonina e de seus agonistas sintéticos, ainda há lacunas relevantes na literatura acerca de seus efeitos terapêuticos, perfis de segurança e aplicabilidade clínica em diferentes populações. A ausência de revisões que integrem dados nacionais e internacionais sobre os efeitos desses agonistas na insônia justifica a realização deste estudo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, os efeitos de agonistas melatoninérgicos no tratamento da insônia, descrevendo seus mecanismos de ação, eficácia clínica, segurança e limitações, com foco em evidências qualitativas que possam subsidiar futuras pesquisas e práticas clínicas.

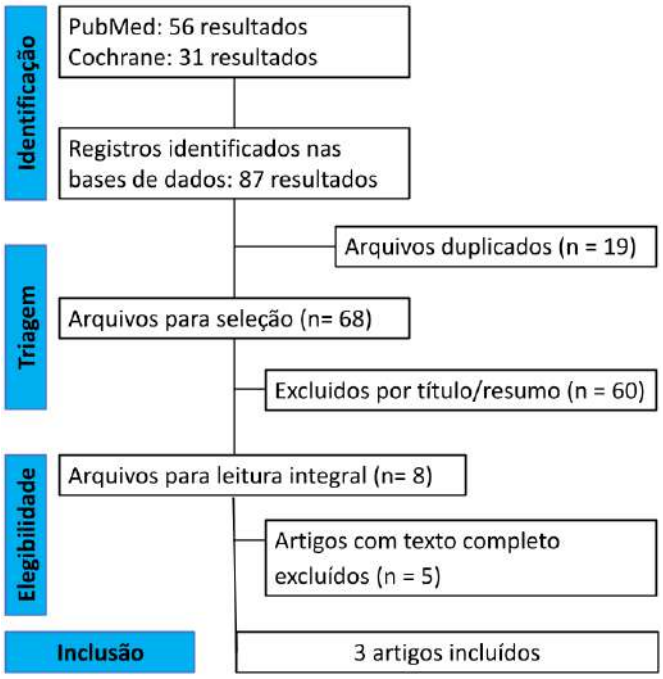
METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar evidências científicas acerca dos efeitos da melatonina e outros agonistas melatoninérgicos no tratamento da insônia. A busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados PubMed e Cochrane Library, utilizando a seguinte estratégia de busca: ("Insomnia") AND (melatonin OR ramelteon OR agomelatine) AND ("Sleep-Wake Cycle" OR "Treatment Outcome"), com aplicação de filtros que limitaram os resultados a publicações dos últimos cinco anos.

A partir dos 56 resultados no PubMed e 31 resultados na Cochrane Library, foi feita uma triagem seguindo o modelo PRISMA, representado na figura 1, por meio da leitura dos títulos, Resumos e artigos completos, visando identificar os estudos mais relevantes ao tema proposto,

priorizando trabalhos que abordassem diretamente a relação dos agonistas melatoninérgicos no tratamento da insônia. A presente revisão seguiu critérios de rigor científico, priorizando a qualidade metodológica e a atualidade das fontes, a fim de oferecer uma síntese crítica e atualizada sobre o tema.

Figura 1. Diagrama de fluxo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis) do processo de triagem e seleção dos estudos.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados analisados a partir dos três estudos nos demonstram que a melatonina e os agonistas de receptores melatoninérgicos apresentam benefícios clínicos relevantes no tratamento dos distúrbios do sono, com destaque para a insônia. No estudo de Poza et al. (2022), observou-se que a melatonina exógena atua regulando o ritmo circadiano e reduzindo a latência de início do sono, com efeito mais pronunciado em indivíduos idosos e naqueles com distúrbios relacionados à desregulação temporal. O estudo destaca que a formulação de liberação prolongada proporciona uma liberação plasmática mais consistente, reproduzindo o perfil fisiológico noturno e melhorando a eficiência do sono. Além disso, os níveis de tolerância foram elevados, com efeitos adversos leves e ausência de dependência, o que reforça sua segurança como alternativa terapêutica.

O estudo de Prabahar et al. (2025) evidenciou que a agomelatina, agonista seletivo dos receptores MT1 e MT2, associada à terapia cognitivo-comportamental (TCC), resultou em melhora significativa no Índice de gravidade da insônia (ISI) e nos níveis de Unidades subjetivas de sofrimento (SUDs), quando comparada ao uso de clonazepam isolado. Esses achados sugerem que o efeito melatoninérgico da agomelatina, aliado à regulação dopaminérgica e serotoninérgica, pode promover não apenas o ajuste do ciclo sono-vigília, mas também a melhora do bem-estar emocional e da estabilidade afetiva, aspectos frequentemente comprometidos em pacientes com insônia crônica. O estudo reforça ainda que o uso combinado de fármaco e intervenção psicoterápica potencializa o efeito terapêutico global, reduzindo a necessidade de hipnóticos clássicos e minimizando riscos de dependência.

De forma complementar, o artigo de Nishimon; Nishino, Nishino. (2021) aborda o papel dos agonistas de receptores melatoninérgicos no manejo de distúrbios do sono-vigília, como o non-24-hour sleep-wake disorder, destacando o potencial cronobiótico de fármacos como tasimelteon e ramelteon. Segundo os autores, a estimulação seletiva dos receptores MT1 e MT2 no núcleo supraquiasmático contribui para restaurar a sincronização circadiana, um mecanismo essencial na fisiopatologia da insônia. Embora o foco principal do estudo não seja a insônia primária, os resultados indicam que a ação cronorreguladora desses agonistas pode ter repercussões terapêuticas positivas em pacientes com desajustes do ritmo biológico, reforçando a importância de intervenções que visem não apenas a indução do sono, mas a reorganização temporal e fisiológica do ciclo circadiano.

Em conjunto, os três estudos convergem na demonstração de que os fármacos melatoninérgicos promovem melhora significativa na qualidade e arquitetura do sono, com baixo perfil de efeitos adversos e mimetização ou ausência de risco de intolerância ou dependência. A melatonina de liberação prolongada mostrou-se eficaz em idosos, enquanto os agonistas como a agomelatina e o tasimelteon ampliam as possibilidades terapêuticas ao atuarem diretamente sobre os receptores MT1 e MT2, modulando o ritmo biológico de forma mais fisiológica. No entanto, também se evidenciam limitações importantes, como o pequeno número de participantes, a ausência de padronização de doses e a falta de acompanhamento a longo prazo.

Esses resultados sustentam que a melatonina e os agonistas melatoninérgicos constituem alternativas terapêuticas promissoras para o manejo da insônia e de outros distúrbios do sono com componente circadiano, sobretudo em pacientes nos quais os hipnóticos convencionais apresentam contraindicações ou risco de dependência. Apesar dos efeitos clínicos observados serem moderados, a consistência dos achados e o excelente perfil de segurança justificam a ampliação de pesquisas multicêntricas e de longo prazo, que possam consolidar o papel desses agentes como tratamentos de primeira linha em insônias de base cronobiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa indica que a melatonina e os agonistas de receptores melatoninérgicos como agomelatina, ramelteona e tasimelteona que constituem alternativas farmacológicas seguras e potencialmente eficazes no manejo da insônia, sobretudo em indivíduos com distúrbios do ritmo circadiano ou com contraindicação a hipnóticos convencionais, evidenciando, nos estudos analisados, melhora consistente da qualidade do sono,

redução da latência de início e aumento da eficiência global, com baixa incidência de eventos adversos e ausência de risco de dependência.

Ao mesmo tempo, os achados reforçam a melatonina como modulador fisiológico do ciclo sono–vigília e destaca esses agonistas como agentes cronobióticos capazes de restaurar a sincronização circadiana de modo mais específico, ainda que a literatura disponível apresente limitações metodológicas relevantes, assim, o uso de melatonina e de agonistas melatoninérgicos mostra-se promissor quando integrado a abordagens comportamentais e conduzido com rigor clínico, sendo desejáveis estudos multicêntricos, com maior controle metodológico e acompanhamento prolongado, para consolidar seu papel terapêutico, especialmente nas insônias de base cronobiológica e ampliar sua aplicabilidade na prática clínica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hélio Fernando de. **Prática em Medicina do Sono**. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2020. E-book. p.50. ISBN 9786555720341.

ASSOCIATION, American P. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado** . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2023. ISBN 9786558820949.

ANVISA. **Anvisa autoriza melatonina na forma de suplemento alimentar**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-autoriza-a-melatonina-na-forma-de-suplemento-alimentar#:~:text=A%20Diretoria%20Colegiada%20(Dicol)%20da,m%C3%A1ximo%20de%200%2C21%20mg.

GUNJA, Naren. The Clinical and Forensic Toxicology of Z-drugs. **Journal of Medical Toxicology**, v. 9, n. 2, p. 155–162, jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Você já teve insônia? Saiba que 72% dos brasileiros sofrem com alterações no sono**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/voce-ja-teve-insonia-saiba-que-72-dos-brasileiros-sofrem-com-alteracoes-no-sono.

NISHIMON, Shohei; NISHINO, Naoya; NISHINO, Seiji. Advances in the pharmacological management of non-24-h sleep-wake disorder. **Expert Opinion on Pharmacotherapy**, v. 22, n. 8, p. 1039–1049, jun. 2021.

POZA, J. J. *et al.* Melatonin in sleep disorders. **Neurologia**, v. 37, n. 7, p. 575–585, set. 2022.

PRABAHAR, Kousalya *et al.* Agomelatine with cognitive behavioral therapy reduces insomnia severity index and subjective units of distress scores than initial-dose clonazepam in moderate to severe insomnia patients: A quasi-experimental study. **Pharmacology, Biochemistry, and Behavior**, v. 251, p. 174003, jun. 2025.

DISFUNÇÕES SEXUAIS: UMA ABORDAGEM MÉDICA CENTRADA NA PESSOA

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Felipe dos Santos Ribeiro[1]
Guilherme Ceolin Gewehr[2]
Henrique Santi Bertotto[3]
Jorjeberto Martins de Oliveira Esmeraldo[4]
Clayton Zanella[5]

Resumo – As disfunções sexuais representam um conjunto de condições que comprometem o desempenho e a satisfação sexual, resultando da interação entre fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. Este estudo, baseado em uma revisão narrativa da literatura, teve como objetivo analisar a interligação entre os sistemas biológico, psicológico e social no desenvolvimento e tratamento das disfunções sexuais, destacando a necessidade de uma abordagem centrada na pessoa. Os resultados evidenciam que as disfunções mais prevalentes, disfunção erétil, ejaculação precoce e transtorno do orgasmo feminino, têm etiologia multifatorial, envolvendo doenças crônicas, alterações hormonais, ansiedade de desempenho, crenças culturais e dificuldades relacionais. O impacto psicossocial é significativo, afetando a autoestima, os relacionamentos e a qualidade de vida. A literatura aponta que abordagens exclusivamente biomédicas são insuficientes, sendo mais eficazes as intervenções interdisciplinares e integradas, que combinam terapias farmacológicas, psicoterapêuticas, educacionais e relacionais. Conclui-se que o manejo das disfunções sexuais deve priorizar a escuta empática, a subjetividade e o contexto relacional do indivíduo, promovendo uma reabilitação sexual integral e humanizada.

Palavras-chave: Dificuldades sexuais. Bem-estar íntimo. Fatores psicossociais. Terapia integrativa. Modelo centrado no indivíduo.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana é um fenômeno biopsicossocial complexo que integra processos fisiológicos, psicológicos, sociais e culturais. Diferente das demais espécies, a sexualidade humana vai além da reprodução, abrangendo aspectos afetivos e simbólicos e compondo parte essencial da personalidade. A interação entre aparato biológico, aparelho psíquico e sistema social torna

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o indivíduo vulnerável a prejuízos quando há disfunção em qualquer um desses níveis (Abdo et al., 2006; Meireles et al., 2019).

O entendimento da resposta sexual evoluiu ao longo do tempo. Masters e Johnson (1960) descreveram as fases de excitação, platô, orgasmo e resolução; Kaplan acrescentou o desejo, e Basson destacou os fatores relacionais e motivacionais, especialmente na sexualidade feminina (Abdo et al., 2006; Meireles et al., 2019). As disfunções sexuais (DS) comprometem o desempenho e a satisfação sexual, podendo afetar todas as fases da resposta sexual. O DSM-5-TR define, por exemplo, a disfunção erétil como a incapacidade persistente de atingir ou manter ereção adequada, reconhecendo a influência de fatores biológicos, psicológicos e culturais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al., 2023).

As DS incluem disfunção erétil, ejaculação precoce, transtornos do desejo e da excitação, anorgasmia e dores sexuais como dispareunia e vaginismo. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo causas orgânicas, psicológicas e socioculturais (Silva et al., 2015). A prevalência é alta, afetando cerca de 45% dos adultos brasileiros, especialmente aqueles com doenças crônicas ou submetidos a cirurgias pélvicas. O impacto psicossocial é expressivo, com repercussões na autoestima, nas emoções e nas relações interpessoais (Huri et al., 2016; Coutinho et al., 2020).

Historicamente, a medicina enfatizou os aspectos biológicos, priorizando terapias farmacológicas e a restauração da função erétil, mas negligenciando fatores emocionais e relacionais. Essa limitação reflete a persistente separação entre mente e corpo, bem como a dificuldade dos profissionais em abordar o tema com os pacientes (Silva et al., 2015; Meireles et al., 2019; Abdo et al., 2021).Diante disso, este estudo busca discutir a interligação entre os sistemas biológico, psicológico e social nas disfunções sexuais e a necessidade de uma abordagem integral e interdisciplinar, enfatizando o modelo centrado na pessoa como meio de promover uma saúde sexual satisfatória (Abdo et al., 2006; Silva et al., 2015; Abdo et al., 2021).

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, método que permite integrar e discutir resultados de diferentes tipos de estudos de forma ampla e interpretativa. Foram analisadas publicações nacionais e internacionais disponíveis entre 2014 e 2024, contemplando evidências clínicas, revisões sistemáticas e relatos de experiência que abordam aspectos fisiopatológicos, terapêuticos e psicossociais das disfunções sexuais.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS, utilizando os descritores e operadores booleanos: ("sexual dysfunction" OR "erectile dysfunction" OR "premature ejaculation") AND ("anxiety" OR "performance anxiety" OR "depression" OR "intimacy" OR "psychological factors") AND ("therapy" OR "psychological assessment" OR "psychotherapy") AND ("adults" OR "patients"), conforme diretrizes de revisões narrativas em saúde.

Foram incluídos estudos que discutem a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais no desenvolvimento e tratamento das disfunções sexuais, priorizando produções de

referência do Programa de Estudos em Sexualidade da FMUSP (ProSex) e publicações do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de artigos científicos e referências clínicas mostra que as disfunções sexuais abrangem diferentes condições que afetam uma ou mais fases do ciclo de resposta sexual desejo, excitação, orgasmo e resolução , comprometendo a saúde física, mental e relacional. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que interagem de forma dinâmica, exigindo avaliação integrada e abordagem personalizada (Abdo et al., 2006; Meireles et al., 2019).

Segundo o DSM-5-TR, o diagnóstico requer sintomas persistentes em 75 % a 100 % das experiências sexuais, por pelo menos seis meses, com sofrimento clinicamente significativo, não explicados por outros transtornos ou condições médicas. a) Disfunções de maior prevalência clínica; b) Disfunção erétil masculina: caracteriza-se pela dificuldade em obter ou manter ereção suficiente durante a atividade sexual. As causas podem ser orgânicas (doenças cardiovasculares, diabetes, tabagismo, uso de fármacos ou cirurgias pélvicas), psicológicas (ansiedade de desempenho, culpa, baixa autoestima) e socioculturais (tabus, comunicação conjugal deficiente). O impacto emocional é expressivo, podendo gerar sentimentos de fracasso e depressão, sendo recomendada a reabilitação sexual precoce e acompanhamento interdisciplinar (Kreutz et al.,1999; Huri et al., 2016). c) Transtorno do orgasmo feminino: envolve atraso, infrequência ou ausência de orgasmo, mesmo com estímulo e desejo adequados. Pode estar relacionado a alterações hormonais, uso de antidepressivos, condições dolorosas e fatores psicológicos, como repressão sexual e crenças negativas sobre prazer. A terapia sexual, associada à educação e psicoterapia individual ou de casal, é considerada tratamento de escolha (Abdo et al., 2006; Meireles et al., 2019); d) Ejaculação precoce: ocorre quando a ejaculação acontece antes de um minuto após a penetração, gerando sensação de falta de controle e sofrimento. Envolve fatores biológicos (hipersensibilidade peniana, alterações serotoninérgicas) e psicológicos (ansiedade de desempenho, experiências sexuais precoces). O tratamento combina técnicas comportamentais, psicoterapia e, quando indicado, uso de ISRS ou anestésicos tópicos (Silva et al., 2015; Huri et al., 2016).

As disfunções sexuais resultam da interação entre causas orgânicas, emocionais e socioculturais, como doenças crônicas, uso de medicamentos, ansiedade, medo da intimidade e repressão sexual. Essa compreensão integrada reforça a importância de abordagens que unam aspectos físicos, psicológicos e relacionais no tratamento (Meireles et al., 2019; Abdo et al., 2021).

Abordagens puramente biomédicas mostram-se insuficientes. O modelo centrado na pessoa valoriza a subjetividade e o contexto relacional, permitindo identificar fatores predisponentes e mantenedores da disfunção. A comunicação empática e o envolvimento do(a) parceiro(a) favorecem adesão e resultados terapêuticos. Intervenções combinadas farmacológicas, psicoterapêuticas e educativas — apresentam maior eficácia e sustentação a longo prazo, promovendo reabilitação sexual integral e melhora da qualidade de vida (Silva et al., 2015; Abdo et al., 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disfunções sexuais configuram condições clínicas multifatoriais que resultam da interação entre dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais. A análise da literatura demonstra que abordagens estritamente biomédicas são insuficientes para compreender a complexidade desses quadros, sendo necessária uma visão ampliada e centrada na pessoa. O estudo das principais disfunções disfunção erétil, transtorno do orgasmo feminino e ejaculação precoce evidencia a importância de considerar não apenas as causas orgânicas, mas também os aspectos emocionais, crenças culturais, dinâmica conjugal e comunicação terapêutica, que influenciam diretamente a resposta e a adesão ao tratamento (Huri et al., 2016; Meireles et al., 2019).

A abordagem médica centrada na pessoa, pautada na escuta empática, no respeito à subjetividade e na integração interdisciplinar, mostra-se essencial para práticas mais efetivas e humanizadas. Estratégias terapêuticas que combinem intervenções farmacológicas, psicoterapêuticas, educativas e relacionais favorecem maior adesão e reabilitação sexual integral, resultando em melhora significativa da qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial (Coutinho et al., 2020; Abdo et al., 2021). Assim, reconhecer a sexualidade como dimensão central da saúde humana é um passo fundamental para uma medicina mais ética, abrangente e verdadeiramente integral.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed. rev. trad. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ABDO, Carmita Helena Najjar; FLEURY, Heloisa Junqueira. **Recomendações terapêuticas para tratar o efeito negativo do câncer na saúde sexual de homens e mulheres**. São Paulo: Diagnóstico & Tratamento, 2021.

ABDO, Carmita Helena Najjar; FLEURY, Heloisa Junqueira. **Aspectos diagnósticos e terapêuticos das disfunções sexuais femininas**. São Paulo: Revista de Psiquiatria Clínica, 2006.

COUTINHO, Priscilla J.; FERNANDES, Cláudia S. C. E.; FACIO JUNIOR, Flávio N.; MIYAZAKI, Maria Cristina de O. **Caracterização e aspectos psicológicos de pacientes com disfunção erétil**. São Paulo: Psicologia: Teoria e Prática, 2020.

HURI, Hasniza Zaman; MAT SANUSI, Nurul Diyana; ABDUL RAZACK, Azad Hassan; MARK, Raymond. Association of psychological factors, patients' knowledge, and management among patients with erectile dysfunction. [S.l.]: **Patient Preference and Adherence**, 2016.

KREUTZ, Cátia Maria; MÜLLER, Adriana. **Uma ótica das disfunções da excitação sexual: um estudo de caso de disfunção erétil**. São Paulo: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 1999.

MEIRELES, Guilherme S. **Aspectos psicológicos das disfunções sexuais**. São Paulo: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 2019.

SILVA, Flávia R. C.; CARVALHO, Sandra. Intimidade, ansiedade e o medo do sucesso em terapia sexual. São Paulo: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 2015.

MULTIDISCIPLINAR

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM ONCOLOGIA: IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS E SUSTENTABILIDADE

Categoria: Leituras Interdisciplinares[1]

Emanuel Tonis Florz[2]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[3]
Angela Maria Gheller[4]
Francisco Eduardo Bortoloti[5]
Letícia Granemann Gemo[6]
Eliana Rezende Adami[7]

Resumo - A Inteligência Artificial (IA) vem ocupando espaço crescente na oncologia. Em alguns contextos contribui para diagnósticos mais rápidos, em outros orienta terapias personalizadas ou acelera pesquisas. Embora traga benefícios à prática médica, levanta questões éticas e sociais que atravessam a gestão pública da saúde. O objetivo foi analisar publicações recentes sobre o uso da IA em oncologia, com foco em avanços, dilemas e sustentabilidade. A metodologia foi uma revisão integrativa qualitativa, baseada em Mendes et al. (2008), com buscas entre 2015 e 2025 nas bases SciELO, PubMed e BVS/LILACS, utilizando descritores combinados por operadores booleanos. Os resultados mostraram maior precisão em exames de imagem, padronização em análises histológicas e integração entre dados clínicos e genômicos, além de preocupações com privacidade, transparência e desigualdade de acesso entre o SUS e o setor privado. A literatura se alinhou principalmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, ODS 10 e ODS 16), com menções aos (ODS 4 e ODS 9). Concluímos que a adoção ética da IA em oncologia exige regulação clara, formação crítica e adaptação às realidades locais. E permanece a dúvida: inovação trará acesso universal ou ampliará desigualdades?

Palavras-chave: câncer; inteligência artificial; bioética; sustentabilidade; medicina de precisão.

INTRODUÇÃO

O câncer continua sendo uma das principais causas de morte no mundo, somando milhões de novos diagnósticos a cada ano e pressionando os sistemas de saúde (Merola et al., 2025). Essa pressão leva à procura por alternativas que ampliem as possibilidades de diagnóstico

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saudável, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e tratamento. No Brasil, o peso recai sobretudo sobre o Sistema Único de Saúde, responsável pelo maior volume de atendimentos oncológicos e que enfrenta limitações orçamentárias e estruturais para incorporar tecnologias emergentes.

Nesse cenário aparece a Inteligência Artificial (IA). Ela vem sendo aplicada desde a leitura de imagens médicas até a tentativa de combinar dados clínicos e genômicos. Alguns estudos sugerem ganhos em precisão diagnóstica e no desenho de protocolos mais ajustados, aproximando a prática da chamada medicina de precisão (Branco et al., 2024).

Ainda assim, não faltam obstáculos. O uso de grandes volumes de dados sensíveis levanta preocupações sobre privacidade. A pouca transparência de muitos algoritmos dificulta a explicação dos resultados e pode enfraquecer a confiança nas decisões clínicas. Há também o risco de ampliar desigualdades quando a incorporação acontece de forma desigual entre hospitais privados e o SUS (Leonel et al., 2024; Conceição et al., 2025).

Esses impasses sugerem que não basta medir a tecnologia apenas por sua eficácia técnica. A bioética volta ao centro, lembrando princípios como justiça, beneficência, não maleficência e autonomia como guias para o uso responsável da IA em oncologia.

O debate ganha fôlego quando relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente (ODS 3, ODS 10 e ODS 16). É nesse contexto que este estudo se propõe a analisar as aplicações da Inteligência Artificial (IA) em oncologia, mapeando avanços, tensões bioéticas e possibilidades de sustentabilidade apontadas pela literatura recente.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido como revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa e caráter analítico, tomando como referência o método de (Mendes et al., 2008). A busca cobriu o período de 2015 a 2025, nas bases SciELO, PubMed e BVS/LILACS, reunindo textos em português, inglês e espanhol. Para isso, foram utilizados descritores articulados por operadores booleanos AND e OR em três eixos: inteligência artificial e tecnologia (“artificial intelligence”, “machine learning”, “deep learning”), oncologia e câncer (“oncology”, “cancer”, “neoplasia”) e bioética e ética em saúde (“bioethics”, “medical ethics”, “health equity”). Consideraram-se apenas artigos completos disponíveis na íntegra, sendo retiradas duplicatas e trabalhos sem vínculo direto com o tema. O material reunido acabou dividido em três grupos de análise: avanços tecnológicos, dilemas bioéticos e propostas ligadas à sustentabilidade.

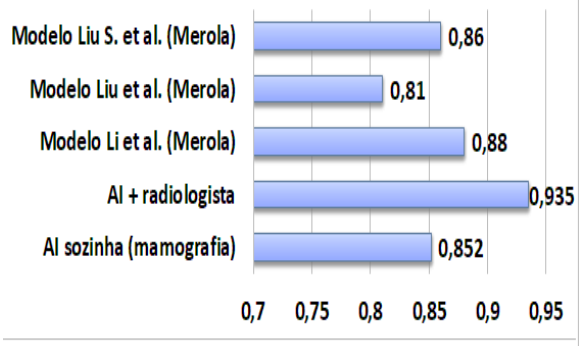
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura recente mostra que a Inteligência Artificial (IA) vem ocupando espaço crescente no cuidado oncológico. Entre os avanços relatados, aparecem maior precisão em exames de imagem, algum grau de padronização em análises histopatológicas digitalizadas e a possibilidade de terapias moldadas pela integração de dados clínicos e genômicos. Há também registros do uso da IA na busca de novos fármacos e vacinas, encurtando etapas de pesquisa e, em alguns casos, reduzindo custos (Merola et al., 2025; Branco et al., 2024). Esses indícios apontam para a medicina de precisão, sugerindo mudanças reais na prática clínica.

Mas os dilemas bioéticos não ficam de fora. A coleta massiva de dados sensíveis traz riscos à confidencialidade. A falta de clareza em muitos algoritmos mina a transparência e complica a responsabilização (Leonel et al., 2024; Goisauf; Cano Abadía, 2022). Soma-se a isso a desigualdade de acesso entre países e serviços, que tende a reforçar disparidades já conhecidas. No Brasil, essa diferença se revela na distância entre hospitais privados, com mais recursos, e o Sistema Único de Saúde, limitado para incorporar inovações caras em larga escala (Conceição et al., 2025).

Os resultados desses achados estão sintetizados nos gráficos a seguir, que reúnem dados sobre desempenho técnico, dilemas éticos e alinhamento das publicações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 1 - Acurácia de modelos de IA no diagnóstico e prognóstico



Fonte: Autores (2025), com base em Branco (2024) e Merola (2025).

O Gráfico 1 mostra a acurácia (AUC/C-index) de modelos de IA aplicados ao diagnóstico mamográfico e ao prognóstico oncológico. Observa-se melhor desempenho quando a IA atua em conjunto com o radiologista, indicando maior precisão e segurança clínica.

Gráfico 2 - Dilemas éticos na IA em saúde.

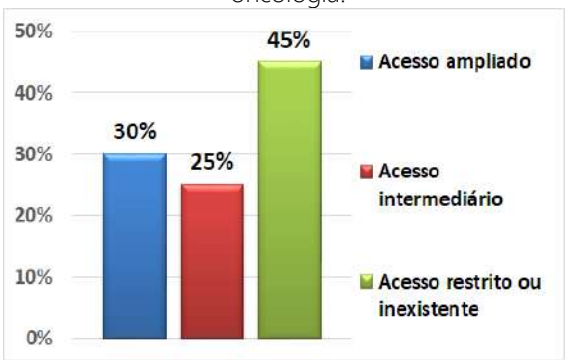
Fonte: Autores (2025), com base em Leonel et al. (2024).

O Grafico 2 mostra que a maioria dos estudos concentra-se em privacidade e vieses de dados, seguidos por explicabilidade e responsabilidade, evidenciando foco maior em segurança informacional do que em justiça algorítmica.

Gráfico 3 - Alinhamento das publicações aos ODS.

Fonte: Autores (2025), com base em Nascimento, Conceição e Leonel (2024–2025).

Gráfico 4 - Acesso a tecnologias de IA na oncologia.



Fonte: Autores (2025), com base em Branco, Merola, Conceição e Leonel (2024–2025).

No Gráfico 3 mostra que a maioria das pesquisas sobre IA em saúde se vincula ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), enquanto os ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) aparecem de forma secundária, indicando necessidade de maior integração ética e social.	O Gráfico 4 evidencia que o acesso às tecnologias com inteligência artificial permanece concentrado em instituições privadas e países desenvolvidos, enquanto redes públicas e regiões vulneráveis têm participação limitada, revelando desigualdade bioética e barreiras aos princípios de justiça e equidade.

Diante desse quadro, alguns trabalhos propõem caminhos futuros. Falam da criação de marcos regulatórios específicos, da exigência de algoritmos auditáveis, da inclusão de ética digital na formação em saúde e da adaptação de soluções às realidades locais (Ong et al., 2024; Sadler et al., 2022). Essas sugestões dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e deixam em aberto uma questão: a oncologia algorítmica só terá legitimidade quando, de fato, se vincular a compromissos éticos e sociais que façam sentido para o SUS?

Quadro 2 -Eixos orientadores, propostas associadas e alinhamento com os ODS

Eixo Orientador	Proposta	ODS
Inclusão digital em saúde	Ampliar acesso a tecnologias de IA em hospitais públicos e regiões vulneráveis	ODS 3 e ODS 10
Ética e privacidade	Garantir consentimento informado e proteção de dados sensíveis	ODS 16
Formação crítica de profissionais	Inserir conteúdos de bioética e ética digital nos currículos de saúde	ODS 4 e ODS 3
Responsabilidade institucional	Definir regras claras de responsabilização em falhas algorítmicas	ODS 16
Transparência tecnológica	Exigir algoritmos explicáveis e auditáveis	ODS 9 e ODS 16
Equidade no acesso às inovações	Garantir políticas públicas para acesso universal às inovações	ODS 3 e ODS 10
Sensibilidade territorial e cultural	Adaptar soluções de IA às realidades locais e regionais	ODS 10

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa mostrou que a Inteligência Artificial (IA) já está no campo da oncologia. Em alguns casos ajudou no diagnóstico precoce, em outros indicou caminhos para terapias mais ajustadas, também acelerou pesquisas biomédicas. Tudo isso aponta mudanças concretas, mas ainda cercadas de contradições.

Nos dilemas mais citados aparecem riscos à privacidade de dados e a dificuldade de entender como muitos algoritmos funcionam. Também pesa a desigualdade de acesso, além da indefinição sobre quem assume a responsabilidade diante de um erro clínico. Esses pontos sugerem que eficácia técnica não basta. O debate volta aos princípios da bioética justiça, beneficência, não maleficência, autonomia.

As propostas na literatura caminham para a aproximação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo ODS 3, ODS 10 e ODS 16. No Brasil, o Sistema Único de Saúde precisa estar no centro dessa conversa. Sem ele fortalecido, inovações tendem a ficar restritas. Fala-se em regulação, em formação crítica de profissionais, em adaptação às condições locais. Mas resta a dúvida: a IA conseguirá de fato ampliar o acesso universal ou ficará presa a poucos serviços?

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Paulo Eduardo Souza Castelo; FRANCO, Adriane Helena Silva; OLIVEIRA, Amanda Prates de; CARNEIRO, Isabela Maurício Costa; CARVALHO, Luciana Maurício Costa de; SOUZA, Jonathan Igor Nunes de; LEANDRO, Danniel Rodrigo; CÂNDIDO, Eduardo Batista. Artificial intelligence in mammography: a systematic review of the external validation. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro, v. 46, p. e-rbgo71, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.61622/rbgo/2024rbgo71.

CONCEIÇÃO, Ranna Gabriele Sampaio da; MIRANDA, Roberta Barros de; JESUS, Lidia Maria Santana Bispo de; SANTOS, Charles Souza; ANJOS NETA, Maria Madalena Souza dos; YARID, Sérgio Donha. Implicações bioéticas da utilização da inteligência artificial na área da saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Bioética*, Brasília, v. 33, p. e3847PT, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-803420253847PT.

GOISAUF, Melanie; CANO ABADÍA, Mónica. Ethics of AI in radiology: a review of ethical and societal implications. *Frontiers in Big Data*, Lausanne, v. 5, p. 850383, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fdata.2022.850383.

LEONEL, Jhadson Silva; LEONEL, Camila Ferreira Silva; BYK, Jonas; FURTADO, Silvania da Conceição. Inteligência artificial: desafios éticos e futuros. *Revista Bioética*, Brasília, v. 32, p. e3739PT, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-803420243739PT.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018.

MEROLA, Elettra; FANCIULLI, Giuseppe; PES, Giovanni Mario; DORE, Maria Pina. Artificial intelligence for prognosis of gastro-entero-pancreatic neuroendocrine neoplasms. *Cancers*, Basel, v. 17, n. 12, p. 1981, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.3390/cancers17121981.

NASCIMENTO, Sabrina Maciel; PAIVA, Tábita Maika Gama de; KASUGA, Marcos Paulo Maciel; SILVA, Thiago de Assis Furtado; CROZARA, Conceição Maria Guedes; BYK, Jonas; FURTADO, Silvania da Conceição. Inteligência artificial e suas implicações éticas e legais: revisão integrativa. *Revista Bioética*, Brasília, v. 32, p. e3729PT, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-803420243729PT.

ONG, Jasmine Chiat Ling; CHANG, Shelley Yin-Hsi; WILLIAM, Wasswa; BUTTE, Atul J.; SHAH, Nigam H.; CHEW, Lita Sui Tjien; LIU, Nan; DOSHI-VELEZ, Finale; LU, Wei; SAVULESCU, Julian; TING, Daniel Shu Wei. Ethical and regulatory challenges of large language models in medicine. *The Lancet Digital Health*, London, v. 6, p. e428-e432, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S2589-7500(24)00061-X.

SADLER, Diego; OKWUOSA, Tochukwu; TESKE, A. J.; GUHA, Avirup; COLLIER, Patrick; MOUDGIL, Rohit; SARKAR, Abdullah; BROWN, Sherry-Ann.
Cardio oncology: digital innovations, precision medicine and health equity. *Frontiers in Cardiovascular Medicine*, Lausanne, v. 9, p. 951551, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fcvm.2022.951551.

CIÊNCIAS HUMANAS

ESTRATÉGIAS DE TREINAMENTO EM VOLEIBOL DE PRAIA: UMA COMPARAÇÃO COM O VOLEIBOL INDOOR

Categoria: Iniciação Cientifica

Marcelo Pedrotti[1]
Diego André Bridi[2]
Mauro Rogério dos Reis[3]

Resumo – A presente pesquisa teve como objetivo analisar e comparar variáveis físicas e nutricionais de atletas de voleibol de praia e voleibol indoor do município de Caçador-SC. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com delineamento descritivo-comparativo, realizada com 20 atletas, sendo 10 de cada modalidade, com idades entre 15 e 21 anos. Os testes foram aplicados no Laboratório Integrado de Biomecânica e Saúde Aplicada (LABISA/UNIARP), incluindo avaliações de força (handgrip), potência (CMJ), flexibilidade (Sit and Reach), velocidade de reação (Ruler Drop) e estado nutricional (IMC). Para análise estatística, utilizou-se o teste de Shapiro-Wilk e, conforme a distribuição das variáveis, o teste T the Student e o teste U Mann-Whitney. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, porém os atletas de voleibol de praia apresentaram melhor desempenho em força de membros superiores e velocidade de reação, enquanto os de voleibol de quadra se destacaram em peso, altura e flexibilidade. Os achados contribuem para a construção de programas de treinamento personalizados, considerando as demandas específicas de cada modalidade. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra e incorporem variáveis biomecânicas e físicas adicionais.

Palavras-chave: voleibol; praia; indoor; treinamento; desempenho.

INTRODUÇÃO

O voleibol é uma modalidade esportiva amplamente conhecida, que exige capacidades físicas e cognitivas complexas. Em suas duas principais variações indoor e praia, há diferenças importantes quanto ao ambiente, a dinâmica do jogo e as demandas fisiológicas (Djurkovic et al., 2024). A superfície arenosa, do voleibol de praia impõe maior instabilidade e eleva o gasto energético em cerca de 20% quando comparado a quadra (Djurkovic et al., 2024).

Essas particularidades refletem nas estratégias de treinamento, pois a areia requer maior resistência anaeróbia e força explosiva, enquanto o piso rígido da quadra favorece deslocamentos rápidos e saltos mais altos (Ahmadi et al., 2021). No entanto a recuperação muscular tende a ser mais lenta na areia, exigindo abordagens especificas de periodização (Holtgeerts et al., 2022).

[1]Aluno do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Educação Física, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Esta pesquisa foi realizada com atletas do município de Caçador-SC, participantes de equipes locais. Os testes foram realizados no Laboratório Integrado de Biomecânica e Saúde Aplicada (LABISA), da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. A LABISA desempenha um papel importante na avalição e monitoramento de atletas, promovendo investigações aplicadas ao desempenho esportivo.

Comparar as modalidades é relevante para compreender as diferenças biomecânicas e fisiológicas entre as modalidades na qual auxiliam na elaboração de programas de treino adequados e na prevenção de lesões (Keoliya et al., 2024).

Dessa forma essa pesquisa busca fornecer subsídios práticos e científicos para otimizar as estratégias de treinamentos em ambas as modalidades, contribuindo para o aprimoramento do desempenho físico e técnico dos atletas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa quantitativa, com delineamento descritivo-comparativo. Pesquisa essa que utiliza instrumentos padronizados para mensurar e caracterizar variáveis de diferentes grupos, buscando identificar padrões, semelhanças e diferenças estatisticamente significativas entre amostras (Machado, 2023).

A realização da pesquisa ocorreu após aprovação do comitê de ética sob parecer 7.798.789 e CAAE: 90488025.3.0000.0259. O estudo foi conduzido com atletas de voleibol de praia e voleibol indoor, vinculados a equipes ou clubes da cidade de Caçador-SC.

A amostra foi composta por, 10 atletas de cada modalidade, totalizando 20 atletas, com idades entre 15 e 21 anos, de ambos os sexos, e com experiência mínima de dois anos em prática competitiva. Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando voluntariamente com a participação.

Os testes foram realizados no Laboratório Integrado de Biomecânica e Saúde Aplicada (LABISA), da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, vinculado ao curso de Educação Física da UNIVERSIDADE Alto Vale do Rio do Peixe no município de Caçador-SC. O LABISA oferece infraestrutura adequada e padronizada para a realização de testes físicos e avalição do estado nutricional, garantindo controle de variáveis ambientais e segurança aos participantes.

Foram realizados testes de potência de membros inferiores (CMJ), teste de flexibilidade (Sit and Reach), teste de força (Handgrip), velocidade de reação (Ruler Drop), e avaliação do estado nutricional (IMC).

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados indivíduos com histórico de lesão recente, em processo de reabilitação ou que não estivessem em condições físicas adequadas para a realização dos testes.

Para análise estatística, os dados foram inicialmente lançados em planilhas do Excel. Posteriormente foi aplicado o teste de normalidade de Shapiro-Wilk, o qual indicou que apenas

a variável idade apresentou distribuição normal. Para a comparação entre os grupos, utilizaram-se os Testes, T – The Students e Teste U – Mann Whitney, conforme a distribuição das variáveis. Em nenhuma das avaliações foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta e análise de dados físicos e nutricionais dos atletas participantes, os resultados foram organizados em medias e desvio padrão conforme apesentado na Tabela 1

Tabela 1. Comparação entre as diferenças físicas e estado nutricional dos atletas do voleibol de praia e no voleibol de quadra

AVALIAÇÃO	Vôlei de Praia	Vôlei de Quadra
Idade (anos)	19,4 ± 7,5	20,3 ± 8,5
Peso (kg)	67,6 ± 12,8	75,2 ± 11,4
Altura (cm)	171,8 ± 10,1	178,1 ± 8,1
IMC (kg/m^2)	22,6 ± 2,5	23,7 ± 3,5
Flexibilidade (cm)	31,3 ± 6,9	34,6 ± 9,0
Velocidade de Reação (cm)	20,7 ± 3,1	19,3 ± 3,5
Força de MMSS (Direito) (kgf)	48,2 ± 12,0	43,7 ± 11,5
Força de MMSS (Esquerdo) (kgf)	44,8 ± 12,1	38,3 ± 11,5
Potência (cm)	40,8 ± 7,2	41,1 ± 7,1

Fonte: Os autores (2025).

Ao aplicar o teste de normalidade, foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk, onde foi identificado que apenas a variável idade apresentou distribuição normal. Na comparação dos resultados através do Teste T – The Students e Teste U – Mann Whitney não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos nas avaliações.

Os atletas de voleibol indoor apresentaram valores superiores de peso, altura e flexibilidade, enquanto os de voleibol de praia demonstraram melhor desempenho em força de membros superiores e velocidade de reação, corroborando achados de Ahmadi et al. (2021) e Holtgeerts et al. (2022), que associam o ambiente arenoso à maior exigência de força e tempo de resposta neuromuscular.

O IMC foi ligeiramente menor nos atletas de praia, o que pode refletir uma composição corporal mais adaptada a esforços de resistência em superfície instável (Grigoletto, Mauro e Toselli, 2023). Já a flexibilidade superior entre os jogadores de quadra reforça a importância do piso rígido e das demandas biomecânicas que favorecem amplitudes articulares maiores, conforme descrito por Rodrigues et al. (2020).

Essas variações refletem adaptações específicas ao ambiente de prática. Estudos como o de Natali et al., 2019 confirmam que solo arenoso impõe maior instabilidade e exige respostas neuromusculares mais rápidas, influenciando o perfil físico e técnico dos atletas. Já Oliveira et al. (2018) destacam que a carga de treino na areia requer controle rigoroso da intensidade para evitar sobrecargas.

Essas diferenças, ainda que não significativas, indicam que os estímulos do treinamento influenciam padrões motores e fisiológicos distintos. Keoliya et al. (2024) destacam que a adaptação progressiva ao ambiente arenoso é decisiva para o desempenho, enquanto Djurkovic et al. (2024) apontam que a superfície da areia impõe aumento de até 20 % no gasto energético. Tais achados explicam parcialmente o melhor desempenho de força de membros superiores e reação dos atletas de praia, já que o jogo em dupla exige maior autonomia e velocidade de decisão motora (Grisi et al., 2021).

A ausência de diferenças estatísticas relevantes sugere que as duas modalidades compartilham demandas físicas semelhantes, embora a natureza do ambiente de prática direcione adaptações específicas. Esses dados reforçam a importância de programas de treinamento integrados, que contemplem tanto exercícios de potência quanto estratégias de estabilidade e flexibilidade, para otimizar o rendimento e prevenir lesões, conforme proposto por Ramirez-Campillo et al. (2020).

Esses dados podem servir de subsídio para elaboração de programas de treinamento específicos, que considerem as demandas físicas e biomecânicas de cada modalidade, bem como orientar estratégias para prevenção de lesão e monitoramento de atletas.

Apesar de não apresentarem diferenças significativas, as variações observadas indicam que cada modalidade exige adaptações especificas. Isso reforça a importância de treinos personalizados e da continuidade de pesquisas comparativas entre as duas práticas.

Figura 1 e 2: Aplicação dos testes

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que, embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, os atletas de voleibol de praia demonstram maior desempenho de forca em membros superiores e velocidade de reação, enquanto os atletas de voleibol indoor se destacam em flexibilidade peso e altura.

Achados dessa pesquisa contribuem para o direcionamento de treinamentos específicos, respeitando as demandas físicas e biomecânicas de cada modalidade, e oferecem subsídios para prevenção de lesões e acompanhamento do desempenho físicos de equipes de base e rendimento.

Sugere-se que novas pesquisas ampliem o tamanho da amostra, incorporando novas variáveis biomecânicas e físicas e considerem o acompanhamento dos atletas ao longo da temporada para a melhor compreensão das adaptações ao treinamento em cada contexto.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço ao incentivo a pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe através do Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP) e ao orientador Mauro Reis por todo auxílio durante o processo.

REFERÊNCIAS

AHMADI, Mina; NOBARI, Hadi; RAMIREZ-CAMPILLO, Rodrigo; PÉREZ-GÓMEZ, Jorge; RIBEIRO, Alexandre Lima de Araújo; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, Alejandro. Effects of plyometric jump training in sand or rigid surface on jump-related biomechanical variables and physical fitness in female volleyball players. International Journal of Environmental Research and Public Health, Basel, v. 18, n. 24, p. 13093, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph182413093. Acesso em: 16 out. 2025.

DURKOVIC, Tomislav; BABOK, Domagoj; RESETAR, Tomica. Differences in Game Dynamics between High-Level Volleyball and Beach Volleyball Matches. Journal of Functional Morphology and Kinesiology, v. 9, p. 28, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/jfmk9010028. Acesso em: 18 out. 2025.

GRIGOLETTO, Andrea; MAURO, Matteo; TOSELLI, Stefano. Differences in body composition and maturity status in young male volleyball players of different levels. Journal of Functional Morphology and Kinesiology, v. 8, n. 4, p. 162, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/jfmk8040162. Acesso em: 22 out. 2025.

HOLTGEERTS, Rebecca N.; GANN, Joshua; JUNG, Hyun Chul; HEY, William. The impact of recovery time on performance in Division I collegiate beach volleyball players. Journal of Strength and Conditioning Research, v. 36, n. 3, p. 667–673, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1519/JSC.0000000000003754. Acesso em: 15 out. 2025.

KEOLIYA, Ashish A.; RAMTEKE, Swapnil U.; BOOB, Manali A.; SOMAIYA, Kamya J. Enhancing volleyball athlete performance: a comprehensive review of training interventions and their impact on agility, explosive power, and strength. Cureus, v. 16, n. 1, e53273, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.7759/cureus.53273. Acesso em: 15 out. 2025.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. Devir Educação, Lavras, v. 7, n. 1, e697, jul. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.30905/rde.v7i1.69. Acesso em: 19 out. 2025

OLIVEIRA, Witalo K. *et al.* Monitoring training load in beach volleyball players: a case study with an Olympic team. ***Revista Brasileira de Educação Física e Esporte***, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 501-509, jul./set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1980-6574201800010004. Acesso em: 22 out. 2025.

Natali S, Ferioli D, La Torre A, Bonato M. Physical and technical demands of elite beach volleyball according to playing position and gender. J Sports Med Phys Fitness. 2019 Jan; Disponível em: https://doi.org/10.23736/s0022-4707.17.07972-5. Acesso em 22 out. 2025.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

UTILIZAÇÃO DO MARKETING DIGITAL EM PEQUENOS NEGÓCIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC

Ana Beatriz Gonçalves Fernandes[1]
Maria Eduarda dos Santos de Brito[2]
Eliezer Vargas Medeiros[3]
Aline Ceccatto[4]

Resumo – A pesquisa analisou o uso do marketing digital em pequenos negócios, buscando compreender como empreendedores locais utilizam ferramentas e canais digitais para divulgar seus produtos e se relacionar com clientes. O estudo teve como objetivo principal identificar os meios mais utilizados, a frequência de publicações e os principais desafios enfrentados. A metodologia adotada foi de abordagem quantitativa e descritiva, com a aplicação de um questionário estruturado a nove empreendedores de diferentes ramos. Os resultados mostraram que o WhatsApp e o Instagram são os canais mais utilizados, embora a maioria das empresas ainda apresente baixo nível de profissionalização nas estratégias digitais. Apenas um terço dos respondentes realiza publicações diárias, e mais da metade nunca avaliou os resultados de suas ações. Os principais desafios apontados foram o alcance de novos públicos e a constância nas redes sociais. Conclui-se que o marketing digital ainda é subutilizado entre pequenos negócios, sendo necessária maior capacitação e orientação estratégica para ampliar resultados e competitividade.

Palavras-chave: marketing digital; pequenos negócios; redes sociais; empreendedorismo; comunicação.

INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia e a consolidação das mídias digitais transformaram a maneira como as empresas se comunicam e conquistam clientes. O marketing digital tornou-se uma ferramenta essencial, inclusive para pequenos negócios, que buscam competitividade em um mercado cada vez mais conectado. De acordo com Kotler e Keller (2012), o marketing digital permite uma comunicação mais direta, personalizada e mensurável entre empresas e consumidores. Entretanto, muitos pequenos empreendedores ainda enfrentam dificuldades na implementação de estratégias eficazes, seja por falta de conhecimento técnico ou de planejamento.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender como o marketing digital é utilizado em pequenos negócios, identificando os principais canais, práticas e desafios

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Marketing, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Jornalismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

enfrentados pelos empreendedores. A relevância da pesquisa está em evidenciar o papel das ferramentas digitais como suporte à visibilidade e sustentabilidade dos negócios locais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter quantitativo e descritivo, com aplicação de um questionário estruturado a nove empreendedores atuantes nos setores de comércio, serviços e alimentação. Os dados foram coletados de forma online e analisados por meio de estatísticas descritivas simples. O instrumento de coleta abordou questões relacionadas ao tempo de atuação, uso de redes sociais, frequência de postagens, investimento em anúncios pagos e avaliação de resultados. Foram respeitados os princípios éticos da pesquisa acadêmica, assegurando o anonimato dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados mostraram que 55% das empresas utilizam alguma forma de marketing digital, sendo o WhatsApp (100%) e o Instagram (78%) os canais mais utilizados. O Facebook e os sites próprios aparecem com menor representatividade, e ferramentas como Google Meu Negócio e E-mail marketing não são utilizadas.

A maioria das empresas (67%) não mantém constância nas publicações, o que compromete o alcance e o engajamento digital. Apenas 33% realizam publicações diárias, e nenhuma publica semanalmente. Quando questionados sobre o investimento em anúncios pagos, apenas 3 dos 9 empreendedores afirmaram já ter feito anúncios em plataformas como Facebook ou Instagram. Em relação à avaliação de resultados, mais da metade (5) nunca mensurou o desempenho de suas ações, demonstrando a ausência de uma gestão baseada em indicadores.

Os principais desafios mencionados foram a baixa visibilidade, as limitações geográficas de cidades pequenas e a dificuldade de manter constância nas redes. Esses resultados estão alinhados com autores como Torres (2018), que destaca a importância de planejamento e análise contínua nas estratégias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que o marketing digital ainda é subutilizado por pequenos negócios, apesar de seu potencial de fortalecimento da marca e ampliação de mercado. A predominância do uso de ferramentas gratuitas, como WhatsApp e Instagram, demonstra a busca por soluções acessíveis, mas evidencia a necessidade de capacitação em marketing digital e monitoramento de métricas.

Recomenda-se que os empreendedores adotem práticas simples de planejamento, frequência de postagens e avaliação de desempenho para otimizar resultados. Como limitação, destaca-se o número reduzido de participantes, o que restringe a generalização dos dados. Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra e a inclusão de entrevistas qualitativas para aprofundar a compreensão do comportamento digital dos empreendedores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Fundo de Apoio a Pesquisa- FAP.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
TORRES, Cláudio. A **Bíblia do marketing digital.** 2. ed. São Paulo: Novatec, 2018.

OS 12 SENTIDOS E O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O IMPACTO NO BEM-ESTAR E NA QUALIDADE DE VIDA – PESQUISADOR I

Categoria: Iniciação Científica

Andrieli Perego[1]
Ana Lúcia Córdova Wandscheer[2]

Resumo – O envelhecimento humano envolve um conjunto de transformações biológicas, psicológicas e sociais que afetam diretamente a percepção sensorial, a comunicação e a qualidade de vida. Considerando a teoria dos 12 sentidos proposta por Rudolf Steiner, esta revisão sistemática teve como objetivo identificar e analisar as evidências científicas sobre as alterações sensoriais decorrentes do envelhecimento e seu impacto no bem-estar de adultos idosos. A busca foi realizada nas bases Periódicos CAPES e Web of Science, contemplando o período de 2015 a 2025. Foram utilizados os descritores em inglês ageing, sensory decline, communication impairments e older adults. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 11 artigos que abordavam alterações sensoriais, funcionais e cognitivas associadas ao envelhecimento fisiológico. Os resultados indicam que as perdas sensoriais múltiplas impactam significativamente a autonomia, a comunicação interpessoal e o controle postural, interferindo no bem-estar e na participação social. Intervenções multissensoriais e programas de reabilitação mostraram-se eficazes na mitigação dessas perdas. Contudo, pode-se compreender o envelhecimento sob a perspectiva ampliada dos 12 sentidos permite uma abordagem mais integral e humanizada da velhice.

Palavras-chave: envelhecimento; percepção sensorial; bem-estar; qualidade de vida

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial em constante expansão, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de natalidade. Esse cenário evidencia a necessidade de compreender as transformações associadas ao envelhecer, sobretudo aquelas que envolvem o sistema sensorial. As alterações fisiológicas e cognitivas próprias dessa etapa demandam novas abordagens para atender às necessidades das pessoas idosas, ressaltando o papel fundamental dos sentidos na preservação da autonomia, do bem-estar e da qualidade de vida (Degani e Chariglione, 2019).

Nesse contexto, o estudo dos sentidos humanos vai além da simples percepção de estímulos, desempenhando papel central na construção de identidade e na atribuição de sentido

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

à vida. Mesmo diante de perdas físicas e cognitivas, as pessoas idosas podem utilizar a integração sensorial com memória, emoção e experiências vividas como recursos para reafirmar sua existência e manter sua autonomia. Assim, os sentidos funcionam como mediadores entre o mundo interno e externo, permitindo que re-signifique sua trajetória, fortaleça sua condição de sujeito ativo e preserve seu bem-estar e qualidade de vida, evidenciando a importância de práticas que estimulem e preservem a percepção sensorial nessa fase da vida (Zanatta; Campos e Da Silva Coelho, 2021).

Conduto, Rudolf Steiner, ao propor a teoria dos doze sentidos, ampliou a compreensão tradicional dos cinco sentidos clássicos, incorporando dimensões perceptivas ligadas ao movimento, equilíbrio, pensamento e egoidade (MOTA et al., 2016). Essa perspectiva amplia o entendimento sobre a relação entre corpo, mente e ambiente, possibilitando interpretações mais complexas acerca da aprendizagem e da experiência humana.

Nesse contexto, Banov (2021) destaca a importância de cultivar e estimular os sentidos ao longo da vida, uma vez que eles são fundamentais para o equilíbrio físico e emocional, a consciência de si e a relação com o ambiente. Contudo, observa-se uma escassez de estudos que articulem de forma integrativa o impacto das perdas sensoriais no envelhecimento com estratégias que promovam o bem-estar e a manutenção da autonomia.

Dessa forma, compreender o envelhecimento a partir de uma perspectiva ampliada dos sentidos pode contribuir para o desenvolvimento de ambientes, produtos e práticas mais inclusivas e humanizadas. O presente estudo tem como objetivo revisar sistematicamente a literatura científica que aborda os impactos do declínio sensorial no bem-estar e na qualidade de vida de pessoas idosas, com base na teoria dos 12 sentidos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, conforme as diretrizes metodológicas de revisão integrativa e sistemática. A busca ocorreu nas bases de dados Periódicos CAPES e Web of Science, abrangendo o período de 2015 a 2025.

Foram utilizadas combinações de termos em inglês na busca avançada, incluindo: ageing, sensory decline, communication impairments e older adults. Os termos indexados mais frequentes nos resultados foram functional limitations, sensory impairments, communication difficulties, postural control e dementia-related behaviours.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos em português e inglês, de acesso aberto, que abordassem alterações sensoriais, funcionais e/ou cognitivas associadas ao envelhecimento fisiológico, bem como suas implicações na qualidade de vida, independência e participação social. Foram priorizados estudos com dados empíricos, abordagens quantitativas ou qualitativas e intervenções voltadas à mitigação de perdas sensoriais, como programas de reabilitação e estratégias multissensoriais.

Os critérios de exclusão eliminaram estudos focados em patologias específicas não relacionadas ao envelhecimento natural, revisões sem dados originais e trabalhos com populações exclusivamente adultas não idosas.

Após a triagem inicial, foram identificados 25 artigos, dos quais 16 apresentavam acesso aberto. Após leitura e análise do conteúdo, 11 artigos atenderam integralmente aos critérios estabelecidos. As informações extraídas foram organizadas em tabela comparativa, contemplando: autor/origem, título/fonte, tipo de material, sentidos abordados, relação com o envelhecimento e principais contribuições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos 11 artigos selecionados revelou uma diversidade de enfoques teóricos e metodológicos, com predominância de estudos de natureza reflexiva e fenomenológica, seguidos por abordagens aplicadas voltadas à estimulação sensorial e à promoção do bem-estar. Os principais eixos temáticos identificados concentram-se na compreensão dos sentidos como mediadores da experiência humana, na influência das percepções sensoriais sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional e na importância do cultivo dos sentidos para a qualidade de vida. Entre os sentidos mais discutidos, destacam-se o tato, o equilíbrio, o movimento, a linguagem e o pensamento, todos fundamentais para a manutenção da autonomia e da integração do indivíduo ao longo da vida.

No que se refere às contribuições específicas dos autores, pode- se destacar Mota et al. (2016), que sistematizam a teoria dos doze sentidos de Rudolf Steiner. O estudo estabelece uma correlação entre alterações na integração sensorial e seus impactos no comportamento e na interação, oferecendo um modelo explicativo e aplicável à análise dos declínios associados ao processo de envelhecimento.

No campo das intervenções terapêuticas, Degani e Chariglione (2019) apresentam a abordagem Snoezelen como uma metodologia de estimulação multissensorial com eficácia demonstrada na promoção do bem-estar e na modulação de respostas de ansiedade em pessoas idosas. Esta perspectiva aplicada é corroborada empiricamente por Santos et al. (2016), evidenciando a relação entre o estímulo dos sentidos e a evocação de memórias afetivas, destacando seu papel na preservação da identidade e da história de vida da pessoa idosa.

A dimensão pedagógica e desenvolvimental é abordada sob diferentes perspectivas pelos autores analisados. Franciulli (2020) e Aeppli (2020) convergem ao enfatizar o desenvolvimento intencional dos sentidos como fundamento essencial para o processo de aprendizagem e para a capacidade adaptativa diante de novos contextos. De modo complementar, Rodrigues e Roble (2015) tratam sobre a educação dos sentidos, como uma exigência contemporânea, relacionando-a diretamente à promoção do envelhecimento ativo e à ampliação das potencialidades perceptivas. Banov (2021), por sua vez, evidencia a relevância da consciência corporal e do movimento como elementos estruturantes para o aprimoramento da sensorialidade e da integração entre corpo e mente.

Sob um enfoque fenomenológico e existencial, De Freitas et al. (2012) concebem a percepção como uma vivência intersubjetiva e completa, responsável por atribuir sentido à experiência humana. Essa abordagem é aprofundada por Zanatta et al. (2021), que exploram a relação entre o envelhecimento e a busca de significado, vinculando o bem-estar subjetivo à qualidade da experiência sensorial. Por fim, Neves e Romanelli (2024) introduzem um

componente contemporâneo relevante ao examinarem a influência das tecnologias digitais sobre a esfera sensorial, destacando seu potencial contrastante de tanto restringir quanto estimular novas formas de percepção e integração cognitiva.

Em síntese, a revisão evidencia que a manutenção e o cultivo dos sentidos humanos constituem aspectos essenciais para a promoção da autonomia, da vitalidade e da qualidade de vida no envelhecimento. A abordagem interdisciplinar proposta pelos autores, ao integrar fundamentos da fenomenologia, da pedagogia e das ciências da saúde, amplia o entendimento sobre o papel da percepção sensorial como mediadora da relação da pessoa idosa com o corpo, o ambiente e o outro. Assim, reconhecer a dimensão sensorial como componente estruturante da experiência humana implica repensar práticas educativas, terapêuticas e ambientais, orientando políticas e intervenções que favoreçam um envelhecer mais consciente, integrado e pleno de significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão demonstrou que o envelhecimento, analisado sob a perspectiva ampliada dos doze sentidos de Rudolf Steiner, supera a abordagem biomédica e se configura como um processo integral, no qual corpo, mente e ambiente se conectam. Os sentidos, ao mediar a relação do indivíduo com o espaço, tornam-se elementos fundamentais para a manutenção da autonomia, da vitalidade e do bem-estar. Nesse contexto, a arquitetura assume um papel estratégico, pois a qualidade dos ambientes influencia diretamente a percepção, o equilíbrio e a cognição da pessoa idosa.

Conduto, compreender o espaço como extensão sensorial do corpo humano implica repensar a prática projetual sob uma ótica mais inclusiva e humanizada. Ambientes concebidos de forma sensorialmente consciente não apenas acolhem, mas também reabilitam, estimulam e fortalecem a experiência do envelhecer. Assim, a integração entre arquitetura, saúde e pedagogia dos sentidos torna-se essencial para promover uma velhice ativa, participativa e plena de significado, em que o ambiente construído atue como instrumento de cuidado, autonomia e expressão da vida.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) pelo incentivo e financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AEPPLI, Willi. O organismo sensorial sua perca e seu cultivo. Ribeirão Preto: Escola Waldorf João Guimarães Rosa, 2020. Tradução Lucinda Dias. Disponível em: https://www.intamores.org.br/wp-content/uploads/2023/04/O-Organismo-Sensorio.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

BANOV, Luiza Romani Ferreira. Gentileza no Corpo e Movimento: cultivando os sentidos. EDUCAFOCO-Educação, pesquisa e formação continuada-Revista eletrônica interdisciplinar e

internacional do Programa de Pós-graduação, pesquisa e extensão do Centro Universitário Ítalo Brasileiro., v. 2, n. 2, 2021.

DE FREITAS, Marta Helena *et al*. Os sentidos do sentido: uma leitura fenomenológica. Revista da Abordagem Gestáltica: *Phenomenological Studies*, v. 18, n. 2, p. 144-154, 2012.

DEGANI, Marcia; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. Uma proposta da abordagem Snoezelen em estimulação multissensorial no contexto da Gerontologia – um ensaio reflexivo. Revista Kairós: Gerontologia, [*S. l.*], v. 22, n. 2, p. 175-196, 30 jun. 2019. Portal do Envelhecimento Comunicação Ltda.

FRANCIULLI, Paula. O ensino virtual em tempos de pandemia e os doze sentidos humanos. Revista Jataí, v. 2, p. 69-87, 2020.

MOTA, Eliana Rodrigues Boralli et al. Os 12 sentidos de Rudolf Steiner e observações de alterações devido ao autismo. In: PROCEEDINGS of 2016 International Confrence on Information Management. Londres Uk: Ieee, 2016. p. 1378-1388. Disponível em: https://ldvo-autismo.com.br/wp-content/uploads/2020/12/artigo-cientifico-icim-2016.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

NEVES, Selma Cardoso; ROMANELLI, Rosely Aparecida. O desenvolvimento dos sentidos e a tecnologia digital: uma reflexão com base na visão Steineriana e na neurociência. ARACÊ, v. 6, n. 3, p. 7778-7797, 2024.

RODRIGUES, Luiza Silva; ROBLE, Odilon José. Educação dos sentidos na contemporaneidade e suas implicações pedagógicas. Pro-Posições, [*S. l.*], v. 26, n. 3, p. 205-224, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507810.

SANTOS, Monaliza *et al*. A importância dos cinco sentidos para a memória dos idosos: um relato de experiência. Memorialidades, v. 13, n. 25e26, p. 161 a 174-161 a 174, 2016.

ZANATTA, Cleia; CAMPOS, Luís Antônio Monteiro; DA SILVA COELHO, Patricia Damiana. A pessoa idosa e a busca do sentido. Um olhar de esperança. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v. 27, n. 1, p. 104-113, 2021.

OS 12 SENTIDOS E O ENVELHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O IMPACTO NO BEM-ESTAR E NA QUALIDADE DE VIDA – PESQUISADOR II

Categoria: Iniciação Cientifica

Mileny Schmidt[1]
Ana Lúcia Cordova Wandscheer[2]

Resumo – O envelhecimento humano é um processo complexo que envolve mudanças fisiológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nessa fase da vida, os sentidos desempenham papel central na manutenção da autonomia, da orientação espacial e da qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo revisar e analisar sistematicamente produções científicas sobre a teoria dos 12 sentidos, proposta por Rudolf Steiner, e suas relações com o processo de envelhecer. A pesquisa identificou dez estudos publicados entre 2012 e 2025, que abordam desde a estimulação multissensorial até os impactos psicossociais do envelhecimento. Observou-se que a manutenção e o cultivo dos sentidos são fundamentais para a promoção da saúde, prevenção de declínio cognitivo e fortalecimento da percepção corporal. Conclui-se que compreender os sentidos permite avançar em práticas de cuidado e também inspirar áreas como a Arquitetura e Urbanismo na criação de espaços sensoriais, inclusivos e promotores de bem-estar.

Palavras-chave: envelhecimento; sentidos humanos; bem-estar; arquitetura sensorial.

INTRODUÇÃO

A compreensão do envelhecimento humano vem sendo ampliada nas últimas décadas, destacando a necessidade de enxergá-lo como uma fase de transformação e desenvolvimento, e não apenas como declínio. O aumento da expectativa de vida trouxe novos desafios sociais e urbanos, exigindo abordagens que considerem não apenas a longevidade, mas também a qualidade de vida e a experiência sensorial das pessoas idosas.

Conforme Gontarski (2012), o envelhecimento é frequentemente associado a estigmas de perda e decadência, quando deveria ser reconhecido como um período de redescoberta e aprendizado. Nessa perspectiva, compreender os sentidos humanos torna-se essencial para entender a relação entre corpo, ambiente e percepção. A teoria dos 12 sentidos, proposta por Rudolf Steiner, amplia a tradicional compreensão dos cinco sentidos, introduzindo dimensões como o sentido da vida, do movimento, do equilíbrio e do pensamento, fundamentais para a experiência humana integral.

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Dessa forma, este artigo busca revisar sistematicamente estudos que abordem a relação entre os sentidos e o envelhecimento, com o propósito de compreender como o cultivo sensorial pode contribuir para o bem-estar e a autonomia das pessoas idosas, bem como identificar implicações para o campo da Arquitetura e do Urbanismo.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica sistemática. Foram utilizadas as bases de dados CAPES Periódicos, SciELO e Google Scholar, com os descritores: 12 sentidos humanos, sentidos humanos e envelhecimento. Como critérios de inclusão, selecionaram-se publicações entre 2012 e 2025 que apresentassem discussões sobre a teoria dos 12 sentidos, o processo de envelhecimento ou práticas de estimulação multissensorial. Foram excluídos textos com foco exclusivo na infância ou em aplicações pedagógicas sem relação com a pessoa idosa.

A triagem inicial identificou 37 estudos, dos quais 10 atenderam aos critérios de seleção. Os trabalhos foram classificados quanto à origem, tipo de material, sentidos abordados e principais contribuições. Essa sistematização permitiu analisar como diferentes autores compreendem a interação entre sentidos, corpo e envelhecimento, bem como as práticas voltadas à manutenção das funções sensoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A teoria dos 12 sentidos de Steiner (1861–1925) propõe uma visão ampliada da percepção humana, agrupando os sentidos em três categorias: vontade (tato, vida, movimento e equilíbrio), emoção (olfato, paladar, visão e calor) e cognição (audição, linguagem, pensamento e ego). Esses grupos interagem de forma complexa, influenciando tanto a percepção física quanto os processos psicológicos e sociais.

Nos estudos analisados, observou-se um predomínio de pesquisas voltadas à estimulação multissensorial. Santos et al. (2016) mostraram que atividades lúdicas que mobilizam o tato, o olfato e a audição contribuem para o aprimoramento da memória e das funções cognitivas. Degani e Chariglione (2019) destacam a abordagem Snoezelen, que combina luz, som e texturas para promover relaxamento e integração sensorial em contextos de Gerontologia.

Os resultados apontam que a perda gradual de funções sensoriais impacta a orientação espacial, o equilíbrio e a interação social das pessoas idosas. A redução da audição e da visão, por exemplo, pode comprometer a mobilidade e aumentar o risco de quedas. Por outro lado, a estimulação controlada de sentidos como o tato e o olfato contribui para o resgate de memórias afetivas e fortalecimento da identidade pessoal.

Zanatta, Campos e Coelho (2021) ressaltam a necessidade de acolher a pessoa idosa com afeto e respeito, valorizando suas experiências sensoriais e subjetivas. A logoterapia, mencionada pelos autores, evidencia que o sentido da vida também é um dos pilares do envelhecimento ativo e da busca por propósito.

Ao analisar a dimensão física dos sentidos, Mota et al. (2016) explicam que o equilíbrio humano depende de informações visuais, vestibulares e proprioceptivas. A degradação dessas funções com a idade reforça a importância de práticas que mantenham o corpo ativo e os sentidos estimulados.

Esses achados não se restringem ao campo da saúde, mas se estendem à concepção dos espaços construídos. Ambientes adequados podem estimular positivamente os sentidos, enquanto projetos mal planejados podem acentuar perdas perceptivas e gerar insegurança. Assim, a arquitetura sensorial emerge como campo interdisciplinar capaz de traduzir essas descobertas em soluções espaciais concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática permitiu compreender que o envelhecimento afeta diretamente a experiência sensorial e que o cultivo dos sentidos é essencial para preservar a autonomia e o bem-estar da pessoa idosa. A estimulação multissensorial, quando aplicada de forma planejada, auxilia na manutenção das funções cognitivas, emocionais e sociais, além de contribuir para uma percepção mais integrada do corpo e do ambiente.

Com base nesses achados, o campo da Arquitetura e Urbanismo se mostra estratégico para traduzir os princípios sensoriais em soluções espaciais inclusivas. Espaços planejados a partir dos sentidos podem promover conforto tátil, sonoro, térmico e visual, estimulando a interação social e emocional. Iluminações suaves, texturas agradáveis, cores equilibradas e mobiliários ergonômicos contribuem para ambientes que acolhem a pessoa idosa e fortalecem seu vínculo com o lugar.

Assim, compreender os 12 sentidos é também compreender o espaço vivido: uma arquitetura que desperta os sentidos torna-se aliada da inclusão, da autonomia e da dignidade no envelhecer. A interdisciplinaridade entre Gerontologia e Arquitetura revela um caminho promissor para construir cidades mais humanas, acessíveis e sensoriais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a UNIARP (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) e ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) pelo financiamento do projeto, apoio e estrutura durante a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AEPPLI, Willi. O organismo sensorial sua perca e seu cultivo. Ribeirão Preto: Escola Waldorf João Guimarães Rosa, 2020. Tradução Lucinda Dias. Disponível em: https://www.intamores.org.br/wp-content/uploads/2023/04/O-Organismo-Sensorio.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

BANOV, Luiza Romani Ferreira. Gentileza no Corpo e Movimento: cultivando os sentidos. EDUCAFOCO-Educação, pesquisa e formação continuada-Revista eletrônica interdisciplinar e

internacional do Programa de Pós-graduação, pesquisa e extensão do Centro Universitário Ítalo Brasileiro., v. 2, n. 2, 2021.

DE FREITAS, Marta Helena et al. Os sentidos do sentido: uma leitura fenomenológica. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v. 18, n. 2, p. 144-154, 2012.

DEGANI, Marcia; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. Uma proposta da abordagem Snoezelen em estimulação multissensorial no contexto da Gerontologia – um ensaio reflexivo. Revista Kairós: Gerontologia, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 175-196, 30 jun. 2019. Portal do Envelhecimento Comunicação Ltda. http://dx.doi.org/10.23925/2176-901x.2019v22i2p175-196.

GONTARSKI, Giseli. OS SENTIDOS DO ENVELHECIMENTO. Sociologias Plurais, [S. l.], n. 1, 2012. DOI: 10.5380/sclplr.v0i1.64799. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64799. Acesso em: 15 out. 2025.

FRANCIULLI, Paula. O ensino virtual em tempos de pandemia e os doze sentidos humanos. Revista Jataí, v. 2, p. 69-87, 2020.

MOTA, Eliana Rodrigues Boralli *et al*. Os 12 sentidos de Rudolf Steiner e observações de alterações devido ao autismo. In: PROCEEDINGS of 2016 International Confrence on Information Management. Londres Uk: Ieee, 2016. p. 1378-1388. Disponível em: https://ldvo-autismo.com.br/wp-content/uploads/2020/12/artigo-cientifico-icim-2016.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

NEVES, Selma Cardoso; ROMANELLI, Rosely Aparecida. O DESENVOLVIMENTO DOS SENTIDOS EA TECNOLOGIA DIGITAL: UMA REFLEXÃO COM BASE NA VISÃO STEINERIANA E NA NEUROCIÊNCIA. ARACÊ, v. 6, n. 3, p. 7778-7797, 2024.

RODRIGUES, Luiza Silva; ROBLE, Odilon José. Educação dos sentidos na contemporaneidade e suas implicações pedagógicas. Pro-Posições, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 205-224, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507810.

SANTOS, Monaliza et al. A importância dos cinco sentidos para a memória dos idosos: um relato de experiência. Memorialidades, v. 13, n. 25e26, p. 161 a 174-161 a 174, 2016.

ZANATTA, Cleia; CAMPOS, Luís Antônio Monteiro; COELHO, Patricia Damiana da Silva. A pessoa idosa ea busca do sentido. Um olhar de esperança. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v. 27, n. 1, p. 104-113, 2021.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM CAÇADOR/SC: ANÁLISE DAS OBRAS DO CONJUNTO FERROVIÁRIO E SUA RELEVÂNCIA HISTÓRICO-CULTURAL

Categoria: Iniciação Científica

Anderson Sell[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Esta pesquisa apresenta um levantamento e análise do patrimônio arquitetônico associado ao conjunto ferroviário e rodoviário do município de Caçador/SC, evidenciando sua relevância histórica, cultural e econômica para o desenvolvimento urbano da cidade. A pesquisa utilizou como metodologia a análise documental em fontes institucionais, como UNESCO, IPHAN, RFFSA, Prefeitura Municipal e portais de notícias, complementada por visitas in loco aos edifícios e estruturas investigadas. Os resultados destacam a importância da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, implantada na região a partir de 1907, e de suas edificações associadas, como a estação ferroviária e os armazéns, um deles atualmente adaptado como observatório astronômico e outro em desuso. Da mesma forma, a antiga rodoviária, cuja revitalização se relaciona ao projeto do Mercado Público, foi analisada como elemento fundamental no processo de consolidação do transporte rodoviário no século XX. Observou-se que, embora parte desses bens se encontre em situação de abandono ou descaracterização, medidas recentes, como a criação do Parque Central José Rossi Adami e a implantação do parque linear ferroviário, vêm promovendo a valorização e ressignificação do patrimônio histórico. Conclui-se que a preservação e reutilização desses espaços são essenciais para a manutenção da memória urbana e para o fortalecimento da identidade cultural de Caçador, exigindo políticas públicas consistentes e participação social no processo de salvaguarda.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico. Ferrovia. Rodoviária. Caçador. Preservação.

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1970, a UNESCO atua com base na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, reconhecendo a importância de locais com "valor universal excepcional" para o patrimônio comum da humanidade, destacando que o Patrimônio Mundial é crucial para a memória, identidade, criatividade e riqueza cultural dos povos (UNESCO, 2024). No mesmo contexto, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela portaria Nº 375 e consolidada pelo IPHAN, serve de guia para ações e

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

processos de identificação, proteção, conservação e muitos outros itens relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN,2018).

Com vários investimentos feitos em locais urbanos de valor cultural no Brasil, para a preservação deles como patrimônios culturais, a UNESCO realizou parcerias com o governo brasileiro e o IPHAN, porém, ainda não se alcançou uma estratégia de gestão para agilizar essas áreas e garantir a sustentabilidade.

A Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, conferiu ao IPHAN a incumbência de administrar e preservar os bens móveis e imóveis de relevância artística, histórica e cultural provenientes da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), assegurando sua conservação e proteção (IPHAN, 2024). Com isso, pode-se ter a ciência da importância institucional da preservação do patrimônio ferroviário. Diante da relevância histórica e cultural dos bens arquitetônicos ferroviários e rodoviários presentes na cidade de Caçador/SC, esta pesquisa tem como objetivo inicial realizar o levantamento e a análise de edificações de valor patrimonial, identificando suas características construtivas, estado de conservação, funções originais e atuais, bem como as intervenções sofridas ao longo do tempo.

Busca-se, dessa forma, compreender o papel dessas obras no desenvolvimento urbano, econômico e cultural do município, além de contribuir para a valorização e preservação da memória arquitetônica local.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada para o levantamento e análise de obras arquitetônicas com valor histórico-cultural no município de Caçador/SC, Santa Catarina. O estudo concentrou-se especialmente em exemplares vinculados ao patrimônio ferroviário e rodoviário, considerando sua relevância para o desenvolvimento urbano e para a construção da identidade local.

A primeira etapa metodológica consistiu na pesquisa documental e bibliográfica, realizada por meio de fontes oficiais e especializadas. Foram consultados sites institucionais como o da UNESCO, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Governo Federal do Brasil (gov.br) e da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, além de portais informativos e veículos de imprensa local. A análise desses materiais permitiu compreender os contextos históricos, as políticas de tombamento, os processos de conservação e as transformações ocorridas nos bens patrimoniais ao longo do tempo.

Paralelamente à pesquisa documental, foram realizadas visitas in loco aos principais bens arquitetônicos identificados, como os dois Armazéns ferroviários, a Linha Férrea e a Antiga Rodoviária municipal. As visitas tiveram como objetivo observar o estado de conservação atual das edificações, registrar aspectos técnicos e construtivos, além de verificar a existência de intervenções, descaracterizações ou processos de reutilização adaptativa. Durante as visitas, também foram observados os usos contemporâneos desses espaços, com especial atenção ao projeto do Parque Linear, que contempla a recuperação de parte da linha férrea e de outras estruturas históricas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do patrimônio ferroviário e rodoviário de Caçador/SC revela o papel que essas estruturas desempenharam na formação histórica, econômica e cultural da cidade. Tanto a ferrovia quanto os equipamentos urbanos associados foram fundamentais para a expansão territorial, o escoamento da produção e a mobilidade da população ao longo do século XX. Esses elementos não apenas sustentaram o crescimento econômico local, como também serviram de palco para transformações sociais e expressões culturais significativas (Thomé, 1982).

Inaugurado em 2009, o Parque Central José Rossi Adami desempenha papel fundamental na valorização do patrimônio ferroviário de Caçador. Localizado em meio ao conjunto ferroviário, o parque integrou as antigas estruturas da malha férrea ao espaço público urbano. Ao incorporar elementos da ferrovia em seu traçado, reforça a importância histórica, econômica e cultural que o sistema ferroviário exerceu no desenvolvimento do município, além de contribuir para a conservação dos remanescentes desse patrimônio (Caçador, 2018).

Atualmente, observa-se uma mudança positiva na conservação da Linha Férrea (Figura 1) e das estruturas associadas em Caçador/SC. Após anos de abandono, o projeto do Parque Linear vem promovendo a revitalização do antigo traçado ferroviário, restaurando trilhos e elementos históricos, resgatando a memória urbana e integrando-a novamente ao cotidiano da cidade (Caçador, 2020).

A história da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), criada em 1957 e extinta em 2007, reforça a relevância desses bens patrimoniais, cujo espólio foi transferido ao IPHAN devido ao seu valor histórico e cultural (Brasil, 2023).

Entre os exemplares do conjunto destaca-se o Armazém ferroviário (Figura 2), construído na década de 1940 e atualmente utilizado como Observatório Astronômico. Originalmente destinado ao armazenamento de cargas, foi essencial no transporte e escoamento de produtos regionais, especialmente madeira (Wergenes, 2019). Seu bom estado de conservação resulta da reutilização adaptativa, que assegura tanto a preservação física quanto a continuidade de sua relevância social e cultural.

Outro elemento significativo é o Armazém localizado nas imediações da antiga rodoviária (Figura 3), vinculado ao sistema de transporte intermodal que integrou os fluxos ferroviários e rodoviários ao longo do século XX (Wergenes, 2019). Construído em alvenaria de tijolos e cobertura em duas águas, o edifício já abrigou órgãos municipais, mas atualmente encontra-se desativado, o que agrava seu estado de conservação e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à restauração e ao reuso cultural.

A antiga Rodoviária de Caçador (Figura 4), edificada entre as décadas de 1950 e 1960, simboliza o período em que o transporte rodoviário se consolidou como principal modal da região, substituindo gradativamente a ferrovia (Thomé, 1978; Caçador, 2021). De arquitetura modernista funcional, o edifício passa por um projeto de requalificação para abrigar o novo Mercado Público Municipal, voltado ao comércio, à cultura e à gastronomia. Apesar de as obras estarem temporariamente paralisadas, a proposta reafirma o valor histórico e urbano da

edificação, além de seu potencial para contribuir com a revitalização do centro da cidade (Caçador, 2021).

Figura 1: Linha Férrea

Fonte: Autor (2025).

Figura 2:Observatório Astronômico.

Fonte: Autor (2025).

Figura 3: Armazém rodoviário.

Fonte: Autor (2025).

Figura 4: Antiga Rodoviária.

Fonte: Caçador Online (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste trabalho demonstram a relevância histórica, cultural e urbanística do patrimônio arquitetônico presente em Caçador/SC, especialmente no que se refere às estruturas vinculadas ao sistema ferroviário e rodoviário. As edificações como os armazéns ferroviários, a antiga estação, a linha férrea e a antiga rodoviária, além de representarem marcos materiais de diferentes fases do desenvolvimento da cidade, constituem também registros simbólicos de processos econômicos, sociais e culturais que moldaram o território ao longo do século XX.

Verificou-se que, embora algumas iniciativas recentes, como o projeto do Parque Linear, apontem para um esforço de preservação e reutilização desses bens, ainda há desafios no que

diz respeito à conservação, ao uso sustentável e à valorização desses espaços. Dessa forma, destaca-se a importância de políticas públicas que considerem o patrimônio como fator na formação da identidade local e no planejamento urbano contemporâneo. A continuidade de ações de pesquisa, educação patrimonial e uso adaptativo desses edifícios poderá contribuir para a construção de uma cidade mais consciente de sua história e comprometida com sua memória.

A combinação entre levantamento bibliográfico e observação direta possibilitou uma análise crítica e fundamentada da situação atual do patrimônio arquitetônico em Caçador/SC, apontando potencialidades, fragilidades e caminhos possíveis para sua valorização e preservação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007*. Dispõe sobre a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e a transferência de bens ao IPHAN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm Acesso em: 5 mai. 2025.

CAÇADOR. Parque Central José Rossi Adami. Portal de Turismo de Caçador, 2018. Disponível em: https://turismo.cacador.sc.gov.br/post-4387/ Acesso em: 11 de jun. de 2025.

IPHAN. Política de Patrimônio Cultural Material. 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837. Acesso em: 25 mar. 2025.

THOMÉ, Nilson. Família Correa de Mello: raízes da história de Caçador. Caçador: IUL, 1982.

THOMÉ, Nilson. Isto é Caçador: estudo geográfico do município. 1. ed. Caçador: IUL, 1978.

UNESCO. World heritage in Brazil, 2024. Disponivel em: https://www.unesco.org/en/node/108110. Acesso em: 25 mar. 2025.

WERGENES, Tiago Nazario de. Patrimônio, memória e tensões no espaço urbano: a requalificação do pátio ferroviario de Caçador/SC. Fundação Catarinense de Cultura, 2019. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2020/04/ipatrimonio_Caçador-Conjunto-Ferroviário-RFFSA_fonte_Tiago-Nazario-de-Wergenes.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOBILIDADE URBANA E CIDADES INTELIGENTES: APLICABILIDADE EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
CATEGORIA: INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Anna Eduarda Zanchi Peretto[1]
Thays Voltolini[2]
Cláudia Maté[3]

Resumo – A mobilidade urbana é um dos principais desafios do planejamento contemporâneo, influenciando o acesso a direitos, a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades. Embora haja avanços em contextos metropolitanos, os municípios de pequeno porte ainda carecem de instrumentos eficazes para orientar políticas públicas na área. Diante disso, esta pesquisa propõe o estudo da mobilidade urbana a partir da definição e futura aplicação de indicadores estratégicos adaptados à realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de cidades mais inteligentes e inclusivas. De natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, o estudo está estruturado em quatro etapas: revisão teórica e documental, análise dos desafios locais, elaboração dos indicadores e aplicação em área-piloto em Caçador/SC. Até o momento, estão concluídas as análises teóricas e em andamento a estruturação inicial dos indicadores, que poderão ser ajustados conforme o avanço da pesquisa. Espera-se que os resultados subsidiem ações locais, promovendo uma mobilidade urbana mais eficiente, segura e sustentável em cidades de pequeno porte, alinhada aos princípios das cidades inteligentes.

Palavras-chave: planejamento urbano sustentável; mobilidade ativa; indicadores estratégicos; conectividade; segurança viária.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileiro, intensificado a partir da segunda metade do século XX, ocorreu de forma acelerada e desordenada, resultando em desigualdades territoriais e desafios estruturais persistentes (Silva et al., 2024). Nesse contexto, o planejamento urbano assume papel estratégico na busca pelo desenvolvimento sustentável e na promoção de cidades mais justas, integrando dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais (Batista, 2024).

Entre os principais desafios urbanos contemporâneos, a mobilidade urbana se destaca por impactar diretamente o acesso a direitos, a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades (Caciato; Mendes, 2024). O modelo rodoviarista, centrado no transporte individual motorizado, resultou em congestionamentos, poluição e exclusão socioespacial (Cardoso, 2021). Como

[1]Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

resposta, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012) propõe uma nova lógica de planejamento, priorizando o transporte coletivo, os modos não motorizados e a equidade no acesso à cidade (Pinto et al., 2024).

Indicadores de mobilidade urbana surgem como instrumentos para diagnóstico, planejamento e monitoramento de políticas públicas, permitindo reunir informações em múltiplas dimensões — social, ambiental, econômica e de qualidade de vida — e orientar decisões estratégicas (Cardoso, 2021; Macedo; Benfatti, 2021). Contudo, a maioria dos modelos existentes ainda é voltada a grandes centros urbanos e apresenta baixa sensibilidade às especificidades de municípios pequenos (Silva et al., 2024; Dornelles et al., 2024). Considerando que cerca de 88% dos municípios brasileiros possuem até 50 mil habitantes, torna-se necessário desenvolver metodologias adequadas à sua escala e complexidade.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender e propor indicadores estratégicos de mobilidade urbana aplicáveis a municípios de pequeno porte, articulando-os aos princípios das cidades inteligentes — que utilizam tecnologia e inovação para promover eficiência, sustentabilidade e inclusão.

Os objetivos específicos são: (a) compreender os fundamentos conceituais da mobilidade urbana e das cidades inteligentes; (b) analisar os principais desafios de mobilidade urbana enfrentados por municípios de pequeno porte; (c) elaborar indicadores estratégicos alinhados aos princípios das cidades inteligentes; e (d) aplicar esses indicadores em uma área piloto de Caçador/SC.

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e de tipo exploratório-descritivo, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O desenvolvimento ocorre em quatro etapas principais. A primeira consiste na análise dos fundamentos conceituais que sustentam os temas centrais do estudo, envolvendo levantamento bibliográfico e técnico em bases acadêmicas como SciELO, Scopus e Web of Science, bem como em documentos institucionais de referência, incluindo materiais do Ministério das Cidades, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), World Resources Institute (WRI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

A segunda etapa abrange a análise crítica dos principais desafios enfrentados por cidades de pequeno porte no campo da mobilidade urbana, com foco em aspectos como acessibilidade, conectividade, transporte coletivo, mobilidade ativa, segurança viária e desigualdades territoriais. Essa análise é conduzida a partir da revisão teórica e de informações obtidas em documentos técnicos e planos municipais, buscando compreender as limitações institucionais, espaciais e operacionais.

Na terceira etapa, atualmente em andamento, são elaborados indicadores estratégicos de mobilidade urbana voltados a cidades de pequeno porte, alinhados aos princípios das cidades inteligentes. Essa etapa baseia-se na síntese crítica da literatura e das análises anteriores,

considerando critérios de clareza conceitual, relevância, viabilidade e adaptabilidade. A sistematização dos indicadores será organizada em dimensões temáticas recorrentes, como acessibilidade, conectividade, infraestrutura, segurança e inclusão.

Por fim, a quarta etapa compreende a aplicação e validação dos indicadores em uma área piloto de Caçador/SC, selecionada com base em critérios como diversidade de usos, fluxos relevantes de deslocamento e viabilidade de observação direta. Serão utilizados instrumentos como fichas de campo, registros fotográficos e análise espacial a partir de fontes secundárias e dados observáveis, sem aplicação de entrevistas ou formulários. A coleta e análise de campo estão previstas para o primeiro semestre de 2026, permitindo verificar a coerência e a aplicabilidade prática dos indicadores propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a metodologia estruturada, a pesquisa avançou para os resultados iniciais, centrados na base conceitual e na estruturação preliminar dos indicadores estratégicos. A literatura aponta que a mobilidade urbana é um fenômeno multidimensional, relacionado ao movimento eficiente, seguro e acessível de pessoas e bens (Sales et al., 2022). O crescimento urbano desordenado e a dependência do automóvel individual são fatores que agravam os problemas de deslocamento e exclusão (Batista, 2024).

A discussão sobre cidades inteligentes (smart cities), por sua vez, destaca o papel das tecnologias e dados na melhoria da eficiência urbana, da qualidade de vida e da sustentabilidade (Caciato; Mendes, 2024). De acordo com a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (Brasil, 2020), trata-se de cidades que utilizam tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida, reduzir desigualdades e garantir o uso responsável dos dados e recursos urbanos.

No entanto, Gracias et al. (2023) salientam que, apesar do crescente investimento global no tema, ainda não existe uma definição universalmente aceita para cidades inteligentes, o que pode gerar desafios para os gestores e formuladores de políticas públicas. Ainda assim, a maioria das definições converge na ênfase ao uso estratégico da tecnologia como meio de aprimorar a qualidade de vida urbana.

No âmbito dos indicadores urbanos, Macedo e Benfatti (2021) destacam que estes são ferramentas essenciais para transformar informações complexas em dados mensuráveis, contribuindo para diagnósticos e tomadas de decisão. Contudo, autores como Gracias et al. (2023) e Napitupulu et al. (2019) ressaltam que a maioria dos modelos de avaliação e indicadores ainda é voltada a contextos metropolitanos, sendo pouco adaptada à realidade dos municípios de pequeno porte.

Esses municípios enfrentam desafios significativos relacionados à mobilidade urbana, incluindo limitações institucionais e financeiras, como falta de capacitação técnica, recursos insuficientes e baixa prioridade frente a outras demandas municipais (Dornelles et al., 2024; Macedo; Benfatti, 2021). Entre os principais problemas também se destacam a dependência do transporte individual, a infraestrutura limitada para modos ativos (como ciclovias e calçadas

acessíveis), o transporte coletivo com menor frequência e qualidade reduzida, e a escassez de dados para análise e planejamento. Por isso, torna-se necessário desenvolver indicadores proporcionais à escala e complexidade dessas localidades, valorizando critérios como acessibilidade, segurança, conectividade e capacidade de gestão (Almeida, 2015; Cardoso, 2021).

A partir da análise da literatura e da realidade local, os indicadores estão sendo organizados preliminarmente nas seguintes dimensões:

Acessibilidade e inclusão social: caminhabilidade (presença de elementos urbanos de apoio, percepção de segurança, dimensionamento da rede pedonal - continuidade e acessibilidade; distância média/proximidade a equipamentos públicos, serviços essenciais e transporte público de alta capacidade; acessibilidade universal).

Infraestrutura e conectividade: rede cicloviária (densidade/extensão); pavimentação; interligação de bairros; tempo médio de deslocamento; desempenho do transporte público (qualidade, frequência e integração); proporção de automóveis particulares/habitantes.

Gestão e planejamento: existência e atualização de planos municipais; instrumentos de monitoramento e avaliação; mecanismos de participação social.

Sustentabilidade e inovação: proporção de veículos de baixa emissão; proporção de viagens por modais sustentáveis; iniciativas de mobilidade elétrica; uso de TICs e dados geoespaciais; impactos ambientais e sociais (ruído e poluição).

Segurança e eficiência viária: número de acidentes de trânsito por habitante; níveis de congestionamento; infraestrutura para bicicletas; participação dos transportes públicos na divisão modal.

Ressalta-se que essas dimensões ainda estão em fase de organização conceitual, podendo sofrer ajustes e refinamentos à medida que a pesquisa avance. A aplicação prática dos indicadores será determinante para verificar sua coerência, adaptabilidade e capacidade de refletir as condições reais de mobilidade urbana em cidades pequenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais reforçam a relevância da pesquisa diante da escassez de estudos e ferramentas voltadas à mobilidade urbana em cidades de pequeno porte. A fundamentação teórica permitiu compreender as relações entre mobilidade, sustentabilidade e inteligência urbana, evidenciando o papel dos indicadores como instrumentos de análise e planejamento.

O projeto encontra-se na fase de definição dos indicadores estratégicos, adaptados à realidade de cidades menores, com aplicação em campo prevista para 2026. Mesmo em andamento, a proposta já demonstra potencial de contribui para o avanço do conhecimento científico sobre mobilidade urbana e cidades inteligentes em contextos não metropolitanos.

Espera-se que os resultados finais gerem impactos práticos, subsidiando políticas públicas mais eficazes e fundamentadas em evidências. Entre os desafios futuros estão a validação e a

adaptação contínua dos indicadores, considerando a diversidade urbana e a disponibilidade de dados locais. Em perspectiva, acredita-se que a consolidação e a aplicação desses indicadores possam oferecer contribuições relevantes ao planejamento urbano sustentável de cidades de pequeno porte.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio e incentivo à realização deste projeto, reforçando a importância do incentivo institucional à iniciação científica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. **Mobilidade Sustentável em Cidades de Pequena a Média Dimensão**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil – Urbanismo, Transportes e Vias de Comunicação) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra, 2015.

BATISTA, J. C. Mobilidade urbana em pequenas cidades – desafios de transporte e infraestrutura viária: como essas questões impactam a vida cotidiana dos moradores de Forquilha, CE. **Dataset Reports**, [*S. l.*], v. 3, n. 1, p. 124–131, 2024. Disponível em: https://journals.royaldataset.com/dr/article/view/105. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério das Comunicações, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2012.

CACIATO, L. E.; MENDES, L. Micromobilidade em Núcleos Urbanos: uma abordagem para cidades inteligentes e sustentáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [*S. l.*], v. 12, n. 86, 2024. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/5318. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARDOSO, B. H. **Uma adaptação do Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS) para cidades de pequeno porte**. 2021. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia, Bauru, 2021.

DORNELLES, B, T. *et al.* Importância relativa de indicadores relacionados à mobilidade urbana de municípios de pequeno porte. I*n:* Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes - ANPET, 38., Florianópolis, 2024. **Anais [...].** Florianópolis: ANPET, 2024. Disponível em: https://proceedings.science/p/191101. Acesso em: 16 jul. 2025.

GRACIAS, J. S. *et al.* Smart Cities - a structured literature review. **Smart Cities**, [*S. l.*], n. 6, v. 4, p. 1719-1743, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/smartcities6040080. Disponível em: https://www.mdpi.com/2624-6511/6/4/80. Acesso em: 16 jul. 2025.

MACEDO, V. S.; BENFATTI, D. M. A importância dos indicadores de mobilidade urbana para os municípios de pequeno porte. *In:* Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável – PLURIS, 9, Águas de Lindóia – SP, 2021. **Anais [...].** Águas de Lindóia: PLURIS, 2021. Disponível em: https://bit.ly/PLURIS-Macedo2021. Acesso em: 17 jul. 2025.

NAPITUPULU, D. *et al*. *Smart City Indicators Model: A Literature Review*. In: **Proceedings of The 2nd International Conference on Advance and Scientific Innovation (ICASI 2019)**, Banda Aceh, Indonésia, 18 jul. 2019. [S.l.]: EAI, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337704305_Smart_City_Indicators_Model_A_Literature_Review. Acesso em: 31 out. 2025.

PINTO, B. M. Metodologias para avaliação da política de mobilidade urbana brasileira: uma revisão sistemática. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [*S. l.*], v. 12, n. 86, 2024. DOI: 10.17271/23188472128620245315. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/5315. Acesso em: 16 jul. 2025.

SALES, J.R.; *et al*. A importância da mobilidade urbana de forma sustentável. **Revista Científica Unilago**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/294. Acesso em: 31 out. 2025.

SILVA, L. *et al.* Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para Pequenas Cidades: proposição e aplicação no município do Conde/PB. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [*S. l.*], v. 12, n. 87, 2024. DOI: 10.17271/231884 72128720245181. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/5181. Acesso em: 16 jul. 2025.

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO: AS ESCADARIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC

Categoria: Iniciação Científica

Eliandra Mozara Menez[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Este estudo investigou as escadarias urbanas do bairro Centro, na cidade de Videira/SC, com foco em aspectos construtivos, uso cotidiano, conservação e apropriação social. Considerando a topografia irregular da cidade, essas estruturas desempenham papel essencial na mobilidade de pedestres, conectando diferentes níveis do tecido urbano. A análise revelou que, embora o estado estrutural das escadarias seja relativamente satisfatório, problemas como degraus irregulares, ausência de corrimãos em algumas estruturas e guarda-corpos abaixo da altura mínima recomendada pela NBR 9050 comprometem a segurança dos usuários. Observou-se, ainda, a apropriação dos espaços adjacentes pela comunidade, que utiliza áreas verdes para pequenos cultivos e jardins, demonstrando engajamento social e ressignificação do espaço público. Os resultados indicam a necessidade de intervenções que conciliam segurança, acessibilidade e valorização comunitária, reforçando a importância de integrar dimensões técnicas, topográficas e sociais no planejamento urbano.

Palavras-chave: Escadarias, Urbano, História, Cultura.

INTRODUÇÃO

No contexto do planejamento e organização dos espaços urbanos, determinados elementos arquitetônicos exercem um papel importante na mobilidade e na conexão entre diferentes setores da cidade. As escadarias urbanas, nesse cenário, destacam-se por sua capacidade de adaptação a terrenos irregulares e pela relevância que assumem na circulação de pedestres. Conforme observa Belitardo (2023), esses elementos são recorrentes em áreas de topografia acentuada, funcionando como soluções para conectar diferentes níveis e viabilizar acessos onde outros meios de locomoção apresentam limitações.

A utilização das escadas, no entanto, não é um fenômeno recente. Sua origem remonta aos primórdios da arquitetura, quando surgiram como uma resposta prática à necessidade de vencer desníveis naturais. Segundo Paula Pinto (2016), é difícil determinar com precisão quando essas estruturas passaram a ser construídas, mas registros teóricos indicam que, em seus estágios mais rudimentares, eram simples saliências escavadas pelo homem em rampas naturais, com o objetivo de facilitar a travessia de terrenos íngremes e reduzir riscos de quedas. Essas primeiras

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

soluções deram origem a um dos elementos mais duradouros e versáteis da arquitetura, cuja presença ainda é fundamental no ambiente urbano contemporâneo.

A cidade de Videira/SC, localizada no meio-oeste de Santa Catarina é marcada por uma geografia acidentada, tendo as escadarias urbanas presentes no tecido da cidade, essas estruturas cumprem uma função importante na mobilidade de seus habitantes, permitindo a circulação em áreas de difícil acesso e conectando bairros, ruas e regiões separadas por desníveis (Matté, 2022). No entanto, apesar de sua importância cotidiana, muitas dessas escadarias carecem de documentação, conservação adequada e reconhecimento no planejamento urbano municipal. Essa realidade levanta uma importante problematização de qual é o estado atual das escadarias em Videira/SC e de que maneira elas têm sido utilizadas, mantidas e percebidas enquanto parte do espaço urbano. Compreender esse cenário é fundamental para que se possam propor ações de valorização e preservação desses elementos, que vão além da função prática e contribuem também para a identidade local e a qualidade do ambiente urbano.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal realizar um levantamento das escadarias urbanas existentes em Videira/SC, observando aspectos como as técnicas construtivas empregadas, o uso cotidiano, o estado de conservação e outros elementos relevantes. A partir dessa análise, busca-se construir um panorama que auxilie na compreensão da importância dessas estruturas e forneça subsídios para ações futuras voltadas à melhoria da acessibilidade, da preservação do patrimônio e da valorização dos espaços públicos da cidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Essa escolha metodológica é justificada pela necessidade de compreender de maneira aprofundada os aspectos físicos, funcionais e sociais das escadarias urbanas na cidade de Videira/SC, por meio da observação direta e do levantamento de informações no local.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fundamentar teoricamente a investigação. Serão consultadas obras, artigos acadêmicos, teses, dissertações e documentos técnicos que abordam temas correlatos. Além disso, será feita a observação direta de três escadarias, com foco nos elementos físicos, como as técnicas de construção, os materiais utilizados, a largura dos degraus, a presença de corrimãos, o estado de conservação, a acessibilidade, as condições gerais de uso e o fluxo de pedestres. Também será investigado o uso cotidiano dessas escadarias, incluindo possíveis usos alternativos, como lazer, permanência ou passagem, e eventuais adaptações realizadas pela comunidade.

A análise dos dados considerará tanto os aspectos técnicos quanto às dimensões sociais e simbólicas das escadarias, com o intuito de construir um panorama representativo da situação atual desses elementos na cidade de Videira/SC. O objetivo é fornecer subsídios para a valorização e conservação das escadarias, no contexto do planejamento urbano local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Videira/SC, localizada no Vale do Rio do Peixe, destaca-se por sua topografia acidentada e paisagens onduladas, que conferem à cidade uma beleza natural singular. Os vales,

colinas e áreas verdes abrigam rios, cascatas e mirantes, tornando o município um local de grande potencial turístico e ambiental. Essa configuração do relevo também influencia as atividades agrícolas, favorecendo o cultivo de frutas como uva, pêssego e ameixa, que se adaptam bem ao terreno e ao clima temperado da região. Assim, a topografia de Videira/SC é não apenas um traço marcante de sua paisagem, mas também um fator determinante em seu desenvolvimento econômico e identidade cultural (Videira, 2025).

A topografia acidentada que caracteriza Videira/SC, embora contribua para sua beleza natural e identidade paisagística, também impõe desafios à mobilidade urbana, especialmente em áreas com grandes desníveis. Nesse contexto, as escadarias públicas surgem como elementos fundamentais de ligação entre diferentes cotas do terreno, facilitando o deslocamento dos pedestres e a integração dos espaços urbanos. Foi com base nessa realidade que se realizou a análise de três escadarias localizadas no bairro Centro (Figura 1).

Figura 1 - Perímetro do bairro Centro da cidade de Videira, SC.

Fonte: Autores (2025).

Foram observados aspectos construtivos, estruturais e de uso cotidiano pela população, conforme os critérios definidos na metodologia. O levantamento incluiu observação direta, registro fotográfico, análise métrica e verificação de elementos de acessibilidade e segurança. Todas as escadarias são construídas em alvenaria e concreto. O fluxo de pedestres observado foi consideravelmente alto, especialmente no final de semana em que a visita foi realizada, reforçando a importância dessas estruturas na circulação do bairro.

A escadaria Alice S. Etzberger é a única dotada de corrimão das escadas analisadas, proporcionando maior acessibilidade, apesar de possuir apenas em um dos lados. Os degraus são irregulares, com espelhos variando de 16 a 20 cm e pisos de 25 a 40 cm, o que compromete a segurança dos usuários. Apesar de indícios de pintura recente, observa-se desgaste superficial, presença de musgo e fissuras ao decorrer dos pisos.

Na escadaria da Rua Abraão Brandalise, a ausência de corrimão aliada à irregularidade dos degraus e à altura inadequada do guarda-corpo compromete a segurança. Fissuras, acúmulo de umidade e presença de musgo indicam manutenção insuficiente e o guarda corpo não chega a 70cm de altura, que seria a altura ideal, segundo a NBR 9050, para a aplicação de corrimãos. Apesar dessas limitações, a escadaria mantém uso constante, constituindo uma passagem entre diferentes ruas.

A escadaria da Rua Saul Brandalise apresenta condições semelhantes: degraus irregulares, ausência de corrimão e guarda-corpo abaixo do recomendado. As superfícies com musgo e pequenas rachaduras indicam deterioração, apesar da aparência de pintura recente. O entorno com áreas verdes é apropriadamente utilizado pela comunidade para cultivo de plantas, evidenciando a valorização social e ambiental do espaço.

Figura 2 - Patologias.

Fonte: Autores (2025).

A irregularidade das alturas dos degraus (Figura 3) representa um desafio à circulação segura e contínua dos usuários. Embora todas as escadarias possuam guarda-corpos em alvenaria, nem todas atendem à altura mínima estipulada pela NBR 9050, que recomenda 1,00 m a partir do piso do degrau (ABNT, 2020). A não conformidade com essa norma configura risco significativo, sobretudo em escadarias de uso frequente e por usuários diversos.

Figura 3 - Degraus Escadaria R. Abraão Brandalise.

Fonte: Autores (2025).

Além das questões estruturais, observa-se uma apropriação espontânea das áreas verdes adjacentes pelas comunidades locais, transformando trechos subutilizados em pequenos cultivos e jardins. Essa prática evidencia uma ressignificação do espaço urbano, fortalecendo o senso de pertencimento e promovendo coesão social.

Em síntese, as escadarias do bairro Centro apresentam condições estruturais razoavelmente satisfatórias, mas fatores como irregularidade dos degraus, ausência de corrimão e altura inadequada dos guarda-corpos comprometem a segurança e a acessibilidade. Considerando o uso frequente por diferentes perfis de usuários, torna-se necessária a realização de intervenções que aliem conformidade com normas técnicas, especialmente a NBR 9050, à valorização social e cultural do espaço urbano, garantindo mobilidade segura e engajamento comunitário positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das escadarias do bairro Centro, em Videira/SC, evidenciou que esses elementos urbanos são utilizados com frequência pela população para deslocamento cotidiano, reforçando sua importância funcional, especialmente considerando a topografia irregular da cidade, que torna escadarias essenciais para conectar diferentes níveis do tecido urbano. Apesar do estado estrutural relativamente satisfatório, foram identificadas irregularidades nos degraus, ausência de corrimãos em parte das escadarias e guarda-corpos abaixo da altura mínima recomendada pela NBR 9050:2020, configurando riscos à segurança dos usuários.

Observou-se também a apropriação dos espaços adjacentes por moradores, que os utilizam para o cultivo de plantas e pequenos jardins, evidenciando ressignificação do espaço urbano e engajamento comunitário.

Os resultados indicam a necessidade de intervenções que garantam segurança e acessibilidade, como instalação de corrimãos, regularização de degraus e adequação dos

guarda-corpos, sem comprometer o uso social e comunitário do espaço. O estudo reforça a relevância de integrar aspectos estruturais, topográficos e sociais na gestão de elementos urbanos, promovendo mobilidade segura e valorização do espaço público.

REFERÊNCIAS

BELITARDO, Adele. Escadarias Urbanas: Poesias Verticais nas Cidades. ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1010310/escadarias-urbanas-poesias-verticais-nas-cidades. Acesso em: 9 Abr. 2025.

MATTÉ, Tamires. Jardelino e Tata indicam revitalização de escadarias do bairro Vila Verde. Câmara Municipal de Videira, 14 set. 2022. Disponível em: https://www.camaravideira.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/46/2019/645062. Acesso em: 6 maio 2025.

PAULA PINTO, Inês Furtado Rossini. A Escada no Movimento Moderno 2016. 165 f. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura – Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89909/2/169123.pdf. Acesso em: 9 Abr. 2025.

VIDEIRA. Prefeitura Municipal. Sobre a cidade. Videira: Prefeitura Municipal de Videira, [s. d.]. Disponível em: https://videira.atende.net/cidadao/pagina/sobre-a-cidade. Acesso em: 22 out. 2025.

ESCADARIAS URBANAS II: POESIA E MEMÓRIA ESPALHADAS PELA CIDADE DE CAÇADOR/SC

Categoria: Iniciação Científica

Letícia de Moraes Tonieto[3]
José Antônio de Albuquerque Neto[4]

Resumo – As escadarias urbanas são elementos arquitetônicos que transcendem a função de simples conexões entre diferentes níveis de terreno, configurando-se como espaços de memória, mobilidade e expressão cultural. Este trabalho tem como objetivo analisar três escadarias da cidade de Caçador/SC, a Escadaria do Gioppo, Escadaria do Bello e Escadaria dos Bombeiros, compreendendo suas relações com o tecido urbano, seu valor simbólico e suas condições de acessibilidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e levantamento in loco, incluindo medições e registros fotográficos. Os resultados indicam que, embora essas estruturas estejam situadas fora do eixo histórico-central, elas exercem papel significativo na mobilidade e na identidade urbana da cidade. Entretanto, apresentam sinais de degradação, falta de manutenção e não conformidade com a NBR 9050, evidenciando a necessidade de intervenções voltadas à segurança e à valorização patrimonial. Conclui-se que a preservação e a requalificação dessas escadarias são essenciais para fortalecer a relação entre arquitetura, urbanismo e memória coletiva, reafirmando seu papel poético e funcional na paisagem urbana de Caçador.

Palavras-chave: Acessibilidade. Escadarias urbanas. Mobilidade urbana. Patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as escadarias passaram por transformações significativas. Enquanto as escadas antigas eram muitas vezes construídas em pedra ou madeira, sem preocupação com eficiência ou segurança, hoje elas seguem rigorosas normas, como as estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Normas de acessibilidade, como a NBR 9050, asseguram que escadarias e rampas sejam projetadas de maneira segura e inclusiva, atendendo tanto à estética quanto à funcionalidade. Esse avanço reflete a evolução das cidades em direção a espaços mais democráticos e acessíveis (ABNT, 2020).

A NBR 9050:2020 estabelece que escadas acessíveis devem ter largura mínima de 1,20 m, sinalização tátil nos primeiros e últimos degraus e fitas fotoluminescentes para garantir melhor visibilidade em baixa iluminação. Além disso, corrimãos com placas em braile e a proibição de degraus com espelhos vazados são medidas essenciais para aumentar a segurança. Essas

[3]Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

diretrizes tornam os espaços urbanos mais acessíveis e garantem que escadarias históricas e contemporâneas possam ser preservadas sem comprometer a funcionalidade e a inclusão social.

Além de sua função prática, as escadarias têm se transformado em marcos visuais e culturais nas cidades contemporâneas. Projetos como a Escadaria Selarón no Rio de Janeiro, revestida com azulejos coloridos, exemplificam como a estética pode revitalizar espaços antes ordinários, transformando-os em pontos turísticos e culturais de grande relevância. Em Santa Catarina, destaca-se a Escadaria da Colina Evangelista, em Blumenau, que se integra ao patrimônio cultural e religioso da cidade, ligando o centro histórico à Igreja Matriz, além de embelezar a paisagem urbana e promover a valorização do patrimônio cultural (Guimarães, 2011).

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura que fundamente teoricamente a temática das escadarias, abordando aspectos históricos, culturais e urbanos. E assim, dar continuidade à pesquisa anterior, realizada no eixo histórico-cultural de Caçador/SC, ampliando a análise para outras regiões da cidade. Complementarmente, propõe-se uma pesquisa in loco para identificar, documentar e analisar as escadarias selecionadas, compreendendo seu papel na mobilidade, na paisagem e na memória coletiva urbana, contribuindo para a valorização do patrimônio arquitetônico e da identidade local.

METODOLOGIA

Neste trabalho foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos e documentos técnicos, com o objetivo de fundamentar teoricamente o papel das escadarias urbanas enquanto elementos estruturais e de valor patrimonial. Dando continuidade ao estudo anterior, que abordou o eixo histórico-cultural, complementando essa etapa, realizou-se uma análise qualitativa de dados disponibilizados pela Prefeitura de Caçador/SC e de registros urbanos recentes, com foco nas diretrizes de planejamento e acessibilidade aplicáveis a essas estruturas. Por fim, foi conduzida uma pesquisa de campo em três escadarias localizadas fora do eixo histórico-central da cidade, a Escadaria do Gioppo, a Escadaria do Bello e a Escadaria dos Bombeiros, a fim de identificar suas condições físicas, construtivas e funcionais. O levantamento envolveu medições, registros fotográficos e observações in loco, considerando aspectos como estado de conservação, sistema construtivo, adequação às normas da ABNT NBR 9050, e sua relevância na mobilidade e integração urbana de Caçador/SC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história de Caçador/SC é fortemente marcada pela influência das comunidades indígenas e pelo papel da ferrovia São Paulo-Rio Grande na estruturação das primeiras conexões urbanas. Com o crescimento da cidade e a expansão dos bairros residenciais, especialmente nas décadas finais do século XX, novas escadarias, como as do Gioppo, do Bello e dos Bombeiros Voluntários, passaram a ser implantadas como soluções de mobilidade para vencer os desníveis naturais do relevo. Essas estruturas, embora mais recentes que as do eixo histórico, tornaram-se parte integrante da paisagem urbana e da dinâmica cotidiana dos moradores, refletindo a continuidade do processo de urbanização e a adaptação da cidade às suas condições topográficas (Cabral, 2020).

As escadarias urbanas, assim como outras infraestruturas em áreas de relevo acidentado, enfrentam desafios relacionados à acessibilidade e segurança. Em cidades construídas em encostas, é fundamental que o planejamento urbano considere a topografia e a segurança estrutural, utilizando soluções como sistemas de transporte vertical, elevadores e escadas rolantes. Essas adaptações podem ser cruciais para garantir a mobilidade e a acessibilidade em espaços urbanos íngremes, como as escadarias históricas de Caçador, permitindo a inclusão e minimizando os riscos associados a terrenos instáveis (Belitardo, 2024).

A Escadaria do Gioppo, situada no bairro homônimo e próxima ao Parque Linear, conecta diferentes níveis urbanos entre as ruas Luís Tortato e Irmão Léo Guilherme Rech, exercendo papel relevante na mobilidade local. Construída entre 1990 e 1991 e reformada em 2005/2006, atualmente apresenta degraus irregulares, fissuras, infiltrações e trechos sem guarda-corpo, comprometendo a segurança e a acessibilidade. Embora esteja fora do eixo central, tem importância urbana e simbólica pela ligação com o Parque Linear e pela integração entre áreas de grande circulação, ressaltando a necessidade de manutenção e adequação às normas vigentes.

Em termos técnicos, a escadaria é composta por estrutura em concreto armado moldado in loco, apresentando degraus com alturas variando entre 13 cm, 14,5 cm e 17 cm, e pisos de 24 cm, 26 cm e 30 cm, o que evidencia irregularidade dimensional ao longo dos lances. A largura também se altera entre os trechos, medindo 1,00 m, 0,98 m e 1,88 m, respectivamente. O guarda-corpo metálico possui altura média de 1,00 m, ainda abaixo do recomendado pela ABNT NBR 9050, que estabelece o mínimo de 1,10 m. O acabamento superficial apresenta desgaste, ausência de pintura e pontos de infiltração, enquanto o sistema de drenagem é ineficiente, favorecendo o acúmulo de água em períodos de chuva. Tais condições reforçam a necessidade de intervenções voltadas à segurança, à acessibilidade e à valorização do espaço urbano que a escadaria integra (Figuras 01 e 02).

Figura 01 e 02: Escadaria do Gioppo.

Fonte: Autores (2025).

A segunda escadaria é a do Bello, que conecta as ruas Monge João Maria, no bairro Bello, e José Giopo, no bairro Gioppo, cumprindo papel essencial de circulação em área residencial com topografia elevada. Apesar de não estar inserida no eixo histórico central, sua função urbana é significativa, ao ligar trechos íngremes e facilitar o acesso dos moradores às partes mais altas do bairro. Em termos construtivos, apresenta estrutura em concreto armado moldado in loco, com degraus de espelho variando entre 13 cm e 17 cm, pisos entre 24 cm e 30 cm e largura média de 1,10 m, seguindo um padrão semelhante ao da Escadaria do Gioppo. O guarda-corpo metálico possui altura de aproximadamente 1,00 m, inferior ao mínimo de 1,10 m exigido pela ABNT NBR 9050.

Observações de campo apontam deterioração do piso, acúmulo de terra e detritos trazidos pela chuva, além de iluminação insuficiente e ausência de guarda-corpo em determinados trechos, o que compromete sua usabilidade e segurança. Essas condições evidenciam a necessidade de manutenção preventiva e adequação às normas de acessibilidade vigentes, garantindo que a escadaria continue cumprindo plenamente sua função de integração urbana e promovendo maior conforto e segurança para seus usuários (Figuras 03 e 04).

Figura 03 e 04: Escadaria do Bello.

Fonte: Autores (2025).

Por fim, a terceira analisada é a Escadaria dos Bombeiros, oficialmente denominada "Escadaria – Ligação entre as ruas Ernesto Martello e General Sampaio". Inaugurada em 7 de julho de 1990, durante a gestão do prefeito Lucir Telmo Christ, foi construída com o objetivo de conectar duas vias de diferentes cotas altimétricas em uma área de relevo acentuado, próxima ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador. Estruturalmente, segue o mesmo padrão construtivo das demais analisadas, com degraus em concreto armado moldado in loco, apresentando espelho médio entre 14 cm e 16 cm, piso variando de 25 cm a 28 cm e largura de 1 m.

A escadaria desempenha função importante na mobilidade urbana, conectando vias bastante utilizadas pelos moradores e estudantes da região, porém não possui guarda-corpo em nenhum de seus trechos, o que representa um risco à segurança e evidencia a necessidade de adequação às normas da ABNT NBR 9050. Também foram observados desgastes superficiais, presença de fissuras, acúmulo de resíduos deixados pela população e vegetação invasiva, além de iluminação precária que dificulta o uso noturno. Tais condições reforçam a urgência de

intervenções voltadas à manutenção e revitalização, assegurando tanto a preservação do espaço quanto a segurança e acessibilidade dos pedestres (Figuras 05, 06 e 07).

Figura 05, 06 e 07: Escadaria – Ligação entre as ruas Ernesto Martello e General Sampaio.

Fonte: Autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que as escadarias urbanas de Caçador/SC exercem papel essencial na mobilidade e na organização espacial dos bairros, ultrapassando a função de simples circulação para se afirmarem como elementos de memória, convivência e identidade coletiva. Mesmo situadas fora do eixo histórico-cultural, as escadarias do Gioppo, do Bello e dos Bombeiros demonstram relevância tanto funcional quanto simbólica, ao conectarem diferentes níveis topográficos e integrarem o cotidiano dos moradores à paisagem construída. Essas estruturas representam a continuidade do processo de urbanização da cidade, revelando a forma como Caçador se adapta às suas condições naturais e reforçando o vínculo entre espaço, história e comunidade.

Verificou-se, entretanto, que as três escadarias apresentam deficiências semelhantes relacionadas à conservação, drenagem, iluminação e ausência de guarda-corpos em conformidade com a ABNT NBR 9050, fatores que comprometem a segurança e a acessibilidade dos usuários. Tais constatações reforçam a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à manutenção, revitalização e adequação técnica dessas estruturas, reconhecendo seu valor histórico, urbano e social. Conservar e requalificar as escadarias urbanas significa também preservar a memória coletiva e a poética do espaço cotidiano, reafirmando o papel da arquitetura e do urbanismo na construção de cidades mais inclusivas, seguras e sensíveis à história de seus lugares.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 9050/2020: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08 2020.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

BELITARDO, Adele. **Desafios urbanos das cidades em encostas**. 02 fev. 2024. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1012838/desafios-urbanos-das-cidades-em-encostas> ISSN 0719-8906. Acesso em: 06 out. 2025.

CABRAL, Fábio Luís. **Caçador, recortes de sua história através de imagens:** Reconstrução Histórica do município de Caçador/SC, a partir dos usos historiográficos da fotografia na construção da história local. 1ª Edição. Caçador, SC: Publicação do IFSC, 2020. Acesso em: 06 out. 2025.

GUIMARÃES, Alexandre H. M. **Escadaria Selarón**: metáfora urbana da cidade maravilha mutante. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/7413. Acesso em: 06 out. 2025.

O IMPACTO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O CASO DA VILA SALETE EM CAÇADOR/SC

Categoria: Iniciação Científica

Ranses Rodriguez Rios[1]
Jose Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – Esta pesquisa analisa a política de Habitação de Interesse Social (HIS) no município de Caçador/SC, com foco no Conjunto Residencial Vila Salete, implantado após remoções em 2017. A partir de dados históricos, avaliações pós-ocupacionais e entrevistas com moradores, o estudo busca compreender como as habitações impactam a vida dos beneficiários e a organização urbana da cidade. Observou-se que, embora as unidades cumpram a função básica de moradia, fatores como localização periférica, insuficiência de infraestrutura urbana, ausência de transporte público eficiente e falta de áreas de lazer reduzem seu potencial transformador. Questões relacionadas à orientação solar, ventilação, acessibilidade e possibilidade de ampliações influenciam diretamente o conforto e a adaptabilidade das moradias. A metodologia incluiu revisão bibliográfica, levantamento documental, análise de dados do IPPUC e avaliação qualitativa de campo. Os resultados apontam que a mudança de localização e a precariedade da infraestrutura impactaram mais a experiência dos moradores do que a qualidade construtiva, reforçando a importância de políticas públicas integradas, com planejamento urbanístico e arquitetônico adequado, que promovam moradias socialmente inclusivas e ambientalmente confortáveis.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Urbanização. Segregação. Caçador/SC. Política Pública.

INTRODUÇÃO

A Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil tem sido marcada por políticas públicas descontínuas, muitas vezes focadas apenas na titulação da terra, sem oferecer infraestrutura adequada ou promover inclusão urbana efetiva (Teodozio, 2022). Historicamente, programas habitacionais federais e estaduais oscilaram entre avanços e retrocessos, revelando dificuldades em consolidar políticas habitacionais consistentes.

Em Santa Catarina, a política de HIS apresenta características semelhantes, com forte influência de políticas federais, mas também marcada pela lógica de expansão periférica e segregação espacial (Teodozio, 2022). Esse padrão se repete em cidades de médio porte, como Caçador, onde a implantação de conjuntos habitacionais afastados do centro urbano reforça a exclusão socioespacial.

[1]Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) constitui um instrumento importante para analisar a efetividade das HIS, permitindo verificar como o ambiente construído atende às necessidades dos moradores (Teodozio, 2022). Essa metodologia possibilita identificar fragilidades e propor melhorias futuras.

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do reassentamento das famílias removidas em 2017 para o Conjunto Residencial Vila Salete, em Caçador/SC, destacando de que forma a localização, a infraestrutura e o desenho urbano influenciam na qualidade de vida dos moradores.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória. A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre a Habitação de Interesse Social (HIS), sua evolução histórica no Brasil e em Santa Catarina, bem como a discussão de metodologias de Avaliação Pós-Ocupação (APO).

Na segunda etapa, com base em dados cadastrais e levantamentos de campo, foi mapeado o Conjunto Residencial Vila Salete, implantado em 2017 após a remoção de famílias para construção do Parque Linear.

Por fim, as condições do conjunto foram analisadas com base no Manual do Programa Habitare, considerando aspectos de sistema construtivo, infraestrutura, acessibilidade e conforto ambiental, complementados por entrevistas com moradores e documentos técnicos disponíveis no Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana (IPPUC).

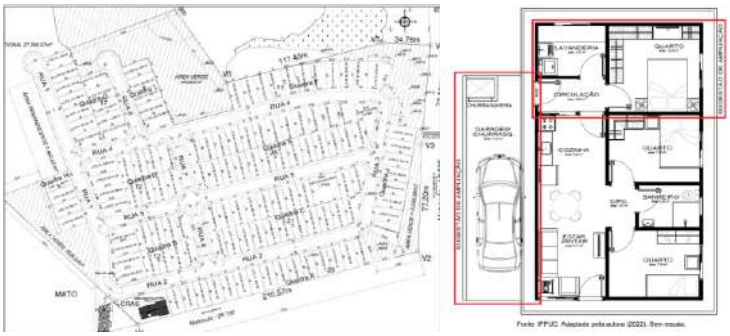
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse contexto, o Conjunto Habitacional Vila Salete surgiu como parte do Programa Habitare, visando oferecer moradias acessíveis à população de baixa renda, priorizando a rapidez construtiva e a otimização de custos. O conjunto apresenta unidades habitacionais distribuídas em lotes padronizados Figura 01, com infraestrutura básica e áreas destinadas a circulação e lazer. Apesar de cumprir parcialmente os requisitos de moradia social, o planejamento urbano e arquitetônico evidencia desafios relacionados à acessibilidade, conforto ambiental e integração com a infraestrutura urbana da cidade (Trzcinski, 2017)

A partir das Avaliações Pós-Ocupacionais (APO) realizadas em empreendimentos habitacionais em Caçador/SC, com base no Manual do Programa Habitare, foi possível observar deficiências e potencialidades nas Habitações de Interesse Social (HIS) implantadas na cidade, Figura 01. A análise considerou aspectos de sistema construtivo, infraestrutura, acessibilidade e conforto ambiental, integrando dados do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana (IPPUC) e documentos históricos.

As unidades habitacionais seguem um padrão construtivo simplificado, com uso predominante de alvenaria convencional e cobertura de telha cerâmica. As técnicas visam economia e rapidez de execução, mas em alguns casos evidenciam baixa flexibilidade para futuras ampliações. Mesmo assim, algumas famílias realizaram modificações estruturais com recursos próprios, demonstrando a adaptabilidade das moradias diante das limitações iniciais.

Figura 01 – Loteamento Nossa Senhora Salete, Planta baixa da edificação.



Fonte: IPPUC, adaptado pelo autor (2025).

A infraestrutura urbana das áreas analisadas revelou-se insuficiente em vários aspectos. A pavimentação das vias de acesso apresentou histórico de atrasos e múltiplos aditivos contratuais, com registros de execução apenas parcial até 2017. Em muitos trechos, há ausência de drenagem pluvial adequada, o que provoca alagamentos e dificulta o tráfego de pedestres e veículos, especialmente em períodos chuvosos. Além disso, verificou-se precariedade na iluminação pública e escassez de equipamentos urbanos, como áreas de lazer e centros comunitários, comprometendo a qualidade do espaço urbano.

As HIS estudadas não atendem integralmente às normas de acessibilidade como pode ser visto na Figura 02. Embora as unidades térreas permitam mobilidade básica, faltam adaptações como rampas, corrimãos e banheiros com barras de apoio funcionais. A topografia acidentada da região e a ausência de planejamento em alguns loteamentos agravam a situação, dificultando o deslocamento de idosos, crianças e pessoas com deficiência. A inexistência de transporte público eficiente agrava ainda mais o isolamento, especialmente para os moradores que dependem de serviços distantes.

Figura 02 – Fotos de uma edificação da Vila Salete.

Fonte: Autor (2025).

A orientação solar foi, em geral, desconsiderada no momento da implantação dos projetos. Muitas unidades são dispostas de forma repetitiva, com fachadas principais voltadas para direções desfavoráveis, resultando em ambientes internos frios no inverno e mal ventilados

no verão. A ventilação cruzada, fundamental para o conforto térmico passivo, está ausente na maior parte das edificações. Em diversas moradias visitadas, os moradores comentaram necessidade constante de aquecimento artificial ou uso de ventiladores, o que aumenta o consumo energético. A vegetação urbana é quase inexistente, o que contribui para a aridez dos espaços externos e aumenta a sensação térmica desconfortável nos meses mais quentes.

Um dos principais pontos críticos é a localização das HIS. As unidades construídas para reassentar famílias removidas em 2017, como no Loteamento Nossa Senhora Salete, situam-se em áreas periféricas, com acesso limitado a comércio, escolas, unidades de saúde e transporte público — este último considerado 100% insatisfatório pelos moradores entrevistados. O afastamento do centro e a falta de conectividade urbana evidenciam a lógica da segregação espacial, perpetuando desigualdades. (Teodozio, 2022)

Apesar das fragilidades estruturais e urbanas, 96% dos entrevistados declararam-se mais satisfeitos com as novas moradias em comparação às anteriores, que estavam situadas em áreas de risco, como as margens do Rio do Peixe. Contudo, essa satisfação está associada à segurança estrutural da casa e não à qualidade do entorno urbano. A ausência de áreas de lazer, de transporte eficiente e de participação comunitária (com apenas 12% dos moradores engajados em associações) demonstra que a transformação urbana foi parcial e pouco integrada às necessidades reais da população.' (Teodozio, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Conjunto Residencial Vila Salete demonstra que a simples entrega de unidades habitacionais não garante transformação urbana ou inclusão social. Sem infraestrutura, transporte eficiente e participação comunitária, as HIS podem perpetuar desigualdades ao invés de reduzi-las.

O caso estudado demonstra que a arquitetura, mesmo limitada por diretrizes institucionais, pode e deve propor soluções mais integradas, tanto social quanto urbanisticamente. Para tanto, é essencial envolver os moradores nas decisões e considerar não apenas o espaço físico, mas sua inserção no tecido urbano.

Conclui-se que políticas habitacionais devem ser integradas a um planejamento urbano sustentável, garantindo não apenas moradia segura, mas acesso pleno à cidade. Projetos futuros precisam envolver os moradores nas decisões e valorizar soluções arquitetônicas que considerem conforto ambiental e integração urbana.

REFERÊNCIAS.

TEODOZIO, Taise. ALÉM DAS 125 CASAS: Ocupação e urbanização no município de Caçador/SC. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) - UDESC, Florianópolis, 2022. Disponível em: **https://ppgc.ufsc.br/2021/05/24/defesa-de-dissertacao-taise-feltes/.** Acesso em: 15 out. 2025

TRZCINSKI, Dalmagro. Habitação de interesse social e a implementação dos instrumentos de planejamento e gestão na Região Oeste de Santa Catarina. Sociedade em Debate, Pelotas, v.

23, n. 1, p. 300-333, jan./jun. 2017. Disponível em: https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1450. Acesso em: 31 out. 2025.

LEVANTAMENTO DAS POSSIBILIDADES DE ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Categoria: Iniciação Científica

Daniela correia Gonçalves[1]
Thiago Augusto Duarte[2,3]
Leandro Hupalo[4]
Cristine Vanz Borges[5,6]

Resumo – A complexidade do sistema tributário brasileiro impõe desafios significativos aos profissionais da área da saúde na escolha do regime de tributação mais adequado. Este estudo apresenta uma revisão sistemática e integrativa da literatura com o objetivo de mapear o estado da arte do conhecimento sobre as possibilidades de enquadramento tributário para esses profissionais. Identificam-se os regimes aplicáveis a Pessoas Físicas (PF), Pessoas Jurídicas (PJ) e cenários de atuação mista. Por meio de uma metodologia rigorosa, foram analisadas publicações dos últimos cinco anos, em português, inglês e espanhol, disponíveis em bases de dados acadêmicas renomadas. Os resultados detalham os principais regimes – Carnê-Leão para PF, Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real para PJ – e oferecem uma análise crítica comparativa, ilustrada com cenários financeiros fictícios. A pesquisa distingue as implicações da legislação tributária atual e discute as potenciais influências da nova reforma tributária (IVA Dual). Apontam-se lacunas de pesquisa e tendências emergentes, culminando em recomendações propositivas para um planejamento tributário estratégico e eficaz, além de elencar as contribuições acadêmicas deste trabalho.

Palavras-chave: Enquadramento Tributário, Profissionais da Saúde, Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Reforma Tributária, Planejamento Tributário.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é um pilar crucial na orientação estratégica empresarial, sistematizando eventos e fornecendo uma representação fidedigna da situação econômico-financeira das organizações conforme normas vigentes (Marion, 2005). No Brasil, a elevada e complexa carga tributária, somada às frequentes alterações legislativas, impacta significativamente a sustentabilidade corporativa (Boletim IOB, 2014; Chaves, 2014). Diante desse cenário, a gestão

[1]Aluna do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Programa de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

tributária assume papel estratégico, com a elisão fiscal surgindo como prática fundamental para a redução legal do ônus tributário (Oliveira, 2008; Crepaldi, S., 2015; Crepaldi, G., 2015). Tal planejamento envolve a criteriosa identificação de despesas dedutíveis e a seleção otimizada do regime tributário (Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional).

O sistema tributário brasileiro é notório pela sua complexidade, com altos custos administrativos e judicialização (Sachsida, 2013), particularmente nos tributos sobre bens e serviços (PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS), que exibem bases superpostas e múltiplos benefícios fiscais (Appy, 2015). Para profissionais da saúde, a gestão fiscal é intrincada. Historicamente, a atuação como Pessoa Física (PF) era comum, mas a busca por eficiência e competitividade impulsionou a migração para Pessoa Jurídica (PJ). A tributação da PF, com IRPF atingindo 27,5% e INSS de 20% sobre rendimentos elevados, é substancialmente onerosa. A recente Emenda Constitucional nº 132/2023, embora centrada no consumo (IVA Dual), trará ramificações indiretas que influenciarão a estrutura de custos e a competitividade do setor, consolidando a imperatividade de um planejamento tributário diligente e especializado para mitigar riscos e assegurar a perenidade financeira.

METODOLOGIA

O presente estudo empregou uma Revisão Sistemática e Integrativa da Literatura para explorar o conhecimento sobre o enquadramento tributário de profissionais da saúde no Brasil. A estratégia de busca envolveu as bases de dados Web of Science, Scopus, PubMed, SciELO e Google Scholar. Utilizaram-se termos de busca em Português, Inglês e Espanhol, combinando "enquadramento tributário" ou "regime tributário" com "profissionais da saúde" e as diversas formas de tributação (Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Simples Nacional, etc.).

Priorizou-se a literatura publicada entre 2019 e 2024, sem desconsiderar obras clássicas, em Português, Inglês e Espanhol. Os critérios de inclusão abrangeram publicações revisadas por pares com texto completo e relevância direta para o tema, enquanto a exclusão contemplou literatura cinzenta, duplicatas e estudos de metodologia questionável. O processo de seleção ocorreu em duas fases: triagem por título/Resumo, seguida de leitura crítica do texto completo. A análise dos dados foi realizada por meio de síntese temática, visando identificar padrões, contradições e lacunas de pesquisa sobre os regimes tributários e suas aplicações práticas para a categoria. A pesquisa por ser documental não necessitou da aprovação pelos respectivos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A complexidade do cenário tributário brasileiro impõe aos profissionais da saúde uma decisão estratégica crucial sobre seu enquadramento fiscal. A busca por eficiência tem impulsionado estudos e práticas que convergem em torno de três modalidades: Pessoa Física (PF), Pessoa Jurídica (PJ) e um modelo de atuação híbrido. A abrangência do termo "profissionais da área da saúde" engloba médicos, dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas e farmacêuticos, entre outros, que atuam autonomamente, liberalmente, em clínicas ou equipes multiprofissionais, para os quais a escolha do regime tributário transcende a mera conformidade, constituindo uma decisão estratégica de alta complexidade.

Para a Pessoa Física, a tributação via Carnê-Leão implica em alíquotas progressivas do IRPF, que podem atingir 27,5%. Embora o Livro Caixa permita a dedução de despesas essenciais, otimizando a base de cálculo, o recolhimento de INSS e ISSQN adiciona custos. Este regime é frequentemente vantajoso para o início de carreira ou faturamento moderado com despesas dedutíveis expressivas, mas o crescimento da receita pode rapidamente elevar a carga tributária, limitando a credibilidade em negociações com entidades jurídicas.

A Pessoa Jurídica, por sua vez, oferece distintas alternativas tributárias. O Simples Nacional, para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com faturamento anual até R$ 4,8 milhões, unifica tributos em alíquotas progressivas (a partir de 6%) que dependem do faturamento e do "Fator R" (relação folha/faturamento). Ele simplifica a gestão, mas pode ser menos atrativo para faturamentos elevados ou sem despesas de folha significativas. O Lucro Presumido, para empresas até R$ 78 milhões, calcula IRPJ e CSLL sobre um lucro presumido (32% do faturamento bruto para serviços de saúde), com PIS, COFINS e ISSQN adicionais. Oferece previsibilidade, mas não permite a dedução de despesas reais. Por fim, o Lucro Real, obrigatório para faturamentos acima de R$ 78 milhões e opcional para outros, tributa o lucro contábil efetivo. Permite ampla dedução de despesas e compensação de prejuízos fiscais, sendo vantajoso para grandes estruturas com custos elevados, mas com alta complexidade contábil e fiscal.

A atuação mista (PF e PJ) emerge como estratégia flexível, permitindo otimizar a tributação de diferentes fontes de renda e aproveitar a distribuição de lucros isenta de IRPF pela PJ, embora exija rigoroso controle financeiro e jurídico.

As Perspectivas da Nova Legislação Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023), focadas no IVA Dual (CBS e IBS), impactarão indiretamente o setor. A simplificação e a não cumulatividade podem reduzir custos indiretos na aquisição de insumos, beneficiando PJs, especialmente no regime de Lucro Real. A substituição do ISSQN promoverá uniformidade na tributação de serviços. A reforma tende a intensificar a vantagem da atuação via PJ, demandando acompanhamento constante das regulamentações por parte dos profissionais da saúde.

Para ilustrar a análise crítica, apresenta-se um quadro comparativo com valores fictícios, considerando diferentes níveis de faturamento mensal e os regimes tributários. Para fins de simplificação, não será detalhado o ISSQN municipal, que varia, mas será considerado na carga total.

Quadro 1 – Simulação comparativa com valores fictícios, considerando diferentes níveis de faturamento mensal e os regimes tributários.

Cenário	Regime Tributário	Enquadramento Tributário Específico	Faturamento Mensal Fictício (R$)	Objetivos	Critérios de Acesso/Aplicações	Carga Tributária Estimada (%) (Aprox.)	Desafios/Considerações	Resultados Esperados (Custo Total Anual Aprox.)
1	Pessoa Física (PF)	IRPF via Carnê-Leão	R$ 10.000,00	Início de carreira, baixo volume de despesas dedutíveis.	Qualquer profissional autônomo. Livro Caixa para dedução de despesas.	~15% - 20% (IRPF + INSS)	Alíquotas progressivas podem se tornar elevadas; menos credibilidade para contratos PJ.	R$ 18.000,00 - R$ 24.000,00
2	Pessoa Física (PF)	IRPF via Carnê-Leão	R$ 30.000,00	Profissional estabelecido com despesas significativas.	Ideal se as despesas dedutíveis via Livro Caixa forem muito altas (ex: >40% do faturamento).	~22% - 27,5% (IRPF + INSS)	Carga tributária elevada sem despesas robustas; dificuldade em contratos com PJ.	R$ 79.200,00 - R$ 99.000,00
3	Pessoa Jurídica (PJ) - Simples Nacional (Anexo III)	Simples Nacional (Anexo III)	R$ 10.000,00	Otimização fiscal para faturamentos moderados com Fator R ≥ 28%.	Empresas de saúde ME/EPP com faturamento até R$ 4,8 milhões/ano e Fator R ≥ 28%.	~6% - 11,2% (dependendo da faixa)	Manter o Fator R; limitações de faturamento; impostos sobre consumo simplificados pela reforma.	R$ 7.200,00 - R$ 13.440,00
4	Pessoa Jurídica (PJ) - Simples Nacional (Anexo V)	Simples Nacional (Anexo V)	R$ 10.000,00	Otimização fiscal para faturamentos moderados com Fator R < 28%.	Empresas de saúde ME/EPP com faturamento até R$ 4,8 milhões/ano e Fator R < 28%.	~15,5% - 22,9% (dependendo da faixa)	Alíquotas mais altas que Anexo III; necessidade de controle do Fator R.	R$ 18.600,00 - R$ 27.480,00
5	Pessoa Jurídica (PJ) - Lucro Presumido	Lucro Presumido	R$ 30.000,00	Otimização para faturamentos médios a altos, quando Simples não compensa.	Faturamento anual até R$ 78 milhões. Margem de lucro real superior à presumida (32%).	~13,33% - 16,33% (IRPJ/CSLL/PIS/COFINS/ISSQN)	Não permite dedução de despesas reais; burocracia intermediária. Nova reforma simplificará impostos sobre consumo.	R$ 47.988,00 - R$ 58.788,00
6	Pessoa Jurídica (PJ) - Lucro Presumido	Lucro Presumido	R$ 80.000,00	Profissional ou clínica com faturamento alto.	Faturamento anual até R$ 78 milhões.	~13,33% - 16,33% (incluindo adicional IRPJ)	Mesmos desafios do Lucro Presumido, porém com IRPJ adicional.	R$ 127.968,00 - R$ 156.768,00
7	Regime Misto (PF + PJ)	IRPF via Carnê-Leão (PF) + Simples Nacional (Anexo III) (PJ)	R$ 10.000,00 (PF) + R$ 20.000,00 (PJ - Simples Anexo III)	Flexibilidade para diferentes fontes de renda, otimização da distribuição de lucros.	Profissional com diversas fontes de renda, onde cada regime otimiza uma parte.	PF: ~15-20%; PJ: ~6-11,2% (Carga consolidada varia)	Maior complexidade administrativa; controle rigoroso para evitar confusão patrimonial.	R$ 57.600,00 - R$ 70.880,00 (considerando faturamento total de R$ 30.000,00)

Fonte: Os autores (2025).

A estimativa da carga tributária apresentada é aproximada, influenciada por fatores como ISSQN municipal, o Fator R do Simples Nacional e as despesas reais no Lucro Real. A Emenda Constitucional nº 132/2023, embora mantenha a essência dos regimes de IRPF/IRPJ/CSLL, reconfigura a tributação do consumo (substituindo PIS/COFINS/ISSQN por CBS e IBS). Essa mudança prevê simplificação e não cumulatividade, potencialmente reduzindo custos indiretos para Pessoas Jurídicas, enquanto o impacto direto em Pessoas Físicas é mais diluído.

Lacunas de pesquisa e tendências emergentes incluem a necessidade de estudos empíricos pós-regulamentação da EC 132/2023, avaliando quantitativamente seus efeitos nos custos operacionais e na carga tributária de clínicas e consultórios. Demanda-se aprofundamento na otimização de regimes mistos (PF+PJ), na tributação da telemedicina e da saúde digital, e na aplicação de ferramentas de Inteligência Artificial para planejamento tributário. Adicionalmente, a análise de riscos de fiscalização e conformidade para Livro Caixa (PF) e Fator R (Simples Nacional) emerge como campo fértil para investigação futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do regime tributário para profissionais da saúde no Brasil constitui decisão estratégica de alta complexidade, condicionada por variáveis como faturamento, estrutura de custos e modalidade de atuação (Pessoa Física, Pessoa Jurídica ou mista). A atuação como Pessoa Jurídica, notadamente com o aumento do volume de receitas, frequentemente confere vantagens significativas, em particular pela menor alíquota efetiva e distribuição de lucros isenta de IRPF.

Embora a nova reforma tributária (EC 132/2023) foque no consumo, seus impactos indiretos tendem a simplificar a gestão fiscal para empresas, potencializando a atratividade da PJ. No entanto, a intrínseca complexidade do cenário exige acompanhamento contábil e fiscal especializado, imprescindível para mitigar riscos, otimizar cargas e assegurar a sustentabilidade financeira. Recomenda-se planejamento tributário contínuo, consultoria especializada, controle rigoroso do Livro Caixa (para PF), avaliação do Fator R (Simples Nacional) e simulações prévias.

O presente estudo contribui academicamente ao fornecer uma síntese crítica e atualizada, um quadro comparativo inovador, análise da reforma fiscal, e identificação de lacunas e tendências, oferecendo proposições práticas com elevada profundidade analítica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem FAP Edital 037/2024 e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa, por meio dos seguintes instrumentos: Edital FAPESC nº 61/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; Edital FAPESC nº 19/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; e Edital FAPESC nº 51/2024 – Grupos de Pesquisa.

REFERÊNCIAS

APPY, Bernard; SANTI, Eurico de; COELHO, Isaias; MACHADO, Nelson; CANADO, Vanessa Rahl. Tributação no Brasil. O que está errado e o quê consertar. 2018. Disponível em: https://www.ccif.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Diretores_CCiF_Reforma_Tributaria_201802-1.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

CIPOLLA, Filipe. Planejamento tributário para clínicas médicas. Future Marketing para Saúde. 2021. Disponível em: https://www.futuremarketing.com.br/ planejamento-tributario-clinicas-medicas. Acesso em: 06 jun. 2024.

BEUREN, Ilse Maria. (org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2015.

CREPALDI, Silvio. Planejamento tributário: teoria e prática - 3ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. 2002.

GONÇALVES, Lucas Moreira. Tributação das pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos. Migalhas. 2018. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/ depeso/276844/tributacao-das-pessoas-juridicas-prestadoras-de-servicos-medicos. Acesso em: 06 jun. 2024.

IOB. **Boletim IOB Lucro Fiscal 2014**. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/27107481/boletim-iob. Acesso em: 06 jun. 2024.

MARION, José Carlos.; CASTRO, Liodoro Pereira de; CASTRO, Priscila Gomes de. **Guia Fiscal para o Profissional da Área Contábil**. 1. ed. São Paulo: IOB, 2013.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SACHSIDA, Adolfo. Tributação no Brasil: estudos, ideias e propostas: ICMS, seguridade social, carga tributária, impactos econômicos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – Ipea, 2017. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170512_livro_tributacao.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NOS MUNICÍPIOS DA AMARP: UMA ANÁLISE DE 2015 A 2023

Categoria: Iniciação Científica

Suiane Antunes Geraldo[1]
Simone Gonçalves[2]
Letícia Heloise dos Santos Barbosa[3]
Thiago Augusto Duarte[4,5]
Leandro Hupalo[6]
Cristine Vanz Borges[7,8]

Resumo – Este estudo examina a execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) nos municípios da AMARP entre 2022 e 2023, empregando uma abordagem quantitativo-exploratória de dados secundários. O propósito central é desvelar tendências e desafios na alocação de recursos, propondo, em particular, diretrizes para as áreas de saúde e educação. Evidencia-se um crescimento nominal nos empenhos, contrastado por uma leve redução nas taxas de liquidação e pagamento em 2023, sinalizando impeditivos à efetivação do dispêndio público. Municípios de menor porte frequentemente demonstram maior eficiência operacional. No entanto, a limitação dos dados, desprovidos de categorização funcional direta, restringe análises setoriais específicas, realçando a urgência de maior transparência. As recomendações, alicerçadas em arcabouço legal e acadêmico, preconizam o aprimoramento da categorização de dados, a capacitação contínua em gestão orçamentária, o incentivo a consórcios intermunicipais e o desenvolvimento de indicadores de desempenho. Tais medidas visam otimizar a eficácia e a amplitude dos gastos municipais. A pesquisa oferece uma contribuição à literatura de finanças públicas, ao detalhar a complexidade da gestão fiscal local e a relevância de dados granularizados para embasar políticas públicas.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Gestão Fiscal. AMARP. Municípios. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A evolução dos gastos públicos em pequenos e médios municípios brasileiros é um tema crucial, dada a predominância e o papel desses entes na prestação de serviços essenciais. Santos et al. (2021) apontam que cerca de 76,9% dos municípios brasileiros são de pequeno porte,

[1]Aluno(a) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (EaD), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno(a) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (EaD), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno(a) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (EaD), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professor dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professora do Programa de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

enfrentando desafios significativos em indicadores sociais e de saúde devido à insuficiência e ineficiência na alocação de recursos, mesmo com o aumento das receitas.

No setor da saúde, o crescimento dos gastos é notável, mas a eficiência ainda é uma preocupação. Almeida et al. (2022) destacam os consórcios interfederativos como alternativa promissora para otimizar a gestão e oferta de serviços em municípios vulneráveis, promovendo a sustentabilidade do sistema e uma distribuição mais eficaz dos recursos. A descentralização da saúde ampliou a responsabilidade municipal, exigindo planejamento estratégico (Santos, 2018).

Similarmente, os gastos em educação e infraestrutura demonstram variações. Sousa et al. (2022) sublinham a intrínseca relação entre investimentos públicos e desenvolvimento humano, indicando que municípios priorizando essas áreas tendem a exibir melhores indicadores. Contudo, a autonomia financeira dos pequenos municípios é limitada pela dependência de transferências intergovernamentais, que podem compor até 74% de suas receitas (Gerigk, Ribeiro e Lepchak, 2019). O cenário econômico mais amplo, incluindo crises e desonerações fiscais (Vieira et al., 2021), impacta negativamente a arrecadação, exigindo maior eficiência e novas fontes de receita dos gestores.

Nesse contexto, a gestão fiscal e a alocação eficiente de recursos tornam-se imperativas. Gerigk, Ribeiro e Lepchak (2019) reforçam a necessidade de monitorar o desempenho fiscal municipal, utilizando dados contábeis para identificar melhorias e promover transparência. A pesquisa contínua e a troca de experiências entre municípios são estratégias essenciais para desenvolver soluções inovadoras e eficazes, assegurando que a gestão pública responda adequadamente às demandas sociais e econômicas, e que a qualidade de vida da população seja efetivamente garantida.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem predominantemente quantitativa, visando a objetividade na análise dos dados, conforme preconizado por Fonseca (2002). A pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como exploratória (Gil, 2008), analisando dados secundários de execução orçamentária dos 14 municípios da AMARP para os anos fiscais de 2022 e 2023, extraídos da plataforma Farol TCE/SC, planilhados e analisados. O conjunto de dados, que incluiu "Valor Empenho", "Valor Liquidação" e "Valor Pagamento" para três categorias genéricas de despesa, carecia de categorização funcional específica. Para avaliar a eficiência operacional, foram calculadas as taxas de Liquidação sobre Empenho (L/E) e de Pagamento sobre Liquidação (P/L), utilizando estatística descritiva para identificar tendências e variações entre os municípios. A limitação da categorização genérica será abordada em etapas futuras mediante coleta de dados no Farol TCE/SC.

Considerando os aspectos éticos da pesquisa, informa-se que o projeto foi avaliado e não necessita de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), conforme indicado na proposta original do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise Detalhada da Evolução dos Gastos Públicos (2022-2023)

A evolução dos gastos públicos nos municípios da AMARP, analisada através dos volumes de empenho, liquidação e pagamento nas três categorias de despesa para 2022 e 2023, aponta para um crescimento nominal do comprometimento de recursos, mas com variações na capacidade de execução.

Quadro 1: Evolução Consolidada dos Gastos Públicos na AMARP (2022-2023) - R$ Milhões

Ano	Empenho Total	Liquidação Total	Pagamento Total	Taxa L/E Média (%)	Taxa P/L Média (%)
2022	380.40	352.54	343.91	92.68%	97.55%
2023	413.80	362.79	351.62	87.67%	96.92%

Fonte: Adaptado de Farol/TCESC (2025).

A análise da execução orçamentária dos municípios da AMARP, entre 2022 e 2023, revelou um aumento nominal de 8,78% nos empenhos, passando de R$ 380,40 milhões para R$ 413,80 milhões. No entanto, essa expansão foi acompanhada por uma leve inflexão nas taxas médias de execução. A taxa de liquidação sobre empenho (L/E) declinou de 92,68% para 87,67%, uma redução de 5,01 pontos percentuais, indicando crescente dificuldade na efetivação das despesas comprometidas e potencial formação de restos a pagar não processados. Similarmente, a taxa de pagamento sobre liquidação (P/L) apresentou uma marginal redução de 97,55% para 96,92%, sugerindo restrições sutis na capacidade de desembolso.

Esses resultados apontam que o volume de compromissos orçamentários superou a capacidade de sua concretização. Tal descompasso pode ser atribuído à complexidade gerencial, a entraves burocráticos e legais, a restrições de caixa ou a pressões políticas. O "gap" entre o empenho e o pagamento é um desafio persistente na administração pública brasileira, que pode engessar orçamentos futuros e comprometer a autonomia fiscal, em linha com as preocupações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP nº 101/2000).

Análise da Distribuição dos Gastos Públicos por Categorias Genéricas de Despesa (2022-2023)

A análise da distribuição dos gastos se baseia nas três categorias de despesa presentes na planilha, sem identificação funcional específica.

Quadro 2: Participação Média das Categorias de Despesa no Empenho Total da AMARP (2022-2023)

Categoria de Despesa	Empenho Total (2022-2023)	Participação Média (%)
Categoria 1	171.18	22.95%
Categoria 2	305.51	40.94%
Categoria 3	269.52	36.11%

Fonte: Adaptado de Farol/TCESC (2025).

Valores consolidados para a AMARP. Empenho Total é a soma dos empenhos de 2022 e 2023 para cada categoria. Participação Média é a proporção dessa soma em relação ao Empenho Total Geral da AMARP para os dois anos. A Categoria de Despesa 2 representa a maior fatia dos empenhos nos municípios da AMARP, com 40,94% do total, seguida pela Categoria de Despesa

3 (36,11%) e Categoria de Despesa 1 (22,95%). A predominância da Categoria 2 e 3 sugere que essas representam as áreas de maior volume de recursos comprometidos pelos municípios. Em um cenário ideal, onde os dados seriam classificados funcionalmente, poderíamos inferir se esses grandes volumes estão em áreas como educação (com mínimo constitucional de 25% da receita de impostos) ou saúde (mínimo de 15%), que historicamente consomem grande parte do orçamento municipal.

A falta de granularidade dos dados inviabiliza a verificação direta do cumprimento dos pisos constitucionais em saúde e educação (Art. 198, § 2º e Art. 212 da Constituição Federal de 1988), bem como a análise da distribuição em infraestrutura. Para o TCC, a obtenção desses dados funcionalmente classificados através do Farol TCE/SC é uma etapa metodológica indispensável, conforme previsto no projeto, que permitirá uma análise substantiva deste objetivo.

Identificação de Municípios com Maior Eficiência na Gestão dos Recursos Públicos

A eficiência na gestão dos recursos públicos, no contexto desta análise, é operacionalizada pelas taxas de execução orçamentária (L/E e P/L). Municípios com taxas elevadas demonstram maior capacidade de transformar o planejamento (empenho) em ação (liquidação) e resultado financeiro (pagamento).

Quadro 3: Taxas Médias de Execução Orçamentária por Município (2022-2023)

Município	Taxa Média L/E (%)	Taxa Média P/L (%)
Arroio Trinta	89.06%	97.28%
Caçador	86.72%	95.53%
Calmon	93.65%	98.54%
Fraiburgo	89.15%	98.50%
Ibiam	91.68%	99.64%
Iomerê	90.96%	99.98%
Lebon Régis	90.87%	95.57%
Macieira	94.75%	99.99%
Matos Costa	88.66%	98.98%
Pinheiro Preto	92.17%	99.99%
Rio das Antas	92.40%	99.99%
Salto Veloso	94.95%	99.99%
Timbó Grande	86.10%	99.99%
Videira	86.07%	98.67%

Fonte: Adaptado de Farol/TCESC (2025).

A análise comparativa da execução orçamentária nos municípios da AMARP revela que localidades de menor porte, como Salto Veloso e Macieira, apresentam elevadas taxas de liquidação/empenho (L/E > 91%) e pagamento/liquidação (P/L ≈ 100%), indicando eficiente gestão de caixa. Atribui-se este desempenho a menores volumes orçamentários, maior proximidade gerencial e planejamento conservador. Em contrapartida, municípios de maior porte, como Caçador e Videira, registram L/E inferiores (86-87%), reflexo da complexidade orçamentária (Santos, 2018), embora com robusta capacidade de pagamento pós-liquidação (P/L 95-98%). A distinção entre eficiência operacional e eficácia gerencial, esta última atrelada a resultados socioeconômicos, é crucial.

Recomendações para aprimorar a gestão fiscal em saúde e educação, embasadas em arcabouço legal e acadêmico, são propostas. Incluem: fomento à transparência e granularidade dos dados fiscais na plataforma Farol TCE/SC, conforme LRF (LCP nº 101/2000) e LAI (Lei nº 12.527/2011), para controle social e pesquisa (Gerigk, Ribeiro e Lepchak, 2019); capacitação contínua de servidores para otimizar L/E e P/L (Santos, 2018); incentivo a consórcios intermunicipais (Lei nº 11.107/2005; Almeida et al., 2022); desenvolvimento de indicadores de desempenho e resultados com academia/TCE/SC (Sousa et al., 2022); e criação de plataformas de benchmarking. A pesquisa enriquece a literatura de finanças públicas municipais, com análise empírica detalhada e contribuição para governança orientada a resultados em economias emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da execução orçamentária dos municípios da AMARP, entre 2022 e 2023, revelou um cenário de expansão dos compromissos financeiros, mas com desafios na efetivação do dispêndio, manifestados por uma leve retração nas taxas de liquidação e pagamento em 2023. A heterogeneidade regional foi notável, com municípios de menor porte demonstrando maior eficiência operacional na conversão de empenhos em pagamentos.

Contudo, uma limitação crítica foi a ausência de categorização funcional específica das despesas na fonte de dados, o que inviabilizou uma análise detalhada da alocação de recursos em setores cruciais como saúde e educação. Essa lacuna metodológica enfatiza a urgência de acesso a dados granularizados da plataforma Farol TCE/SC para futuros aprofundamentos.

As recomendações propostas visam superar essas barreiras, promovendo uma gestão fiscal mais transparente, eficiente e estratégica. Através do aprimoramento da categorização de dados, capacitação contínua de gestores, fomento a consórcios intermunicipais e desenvolvimento de indicadores de desempenho, busca-se otimizar recursos e maximizar o impacto das políticas públicas, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida na região.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem FAP Edital 037/2024 e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa, por meio dos seguintes instrumentos: Edital FAPESC nº 61/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; Edital FAPESC nº 19/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; e Edital FAPESC nº 51/2024 – Grupos de Pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. et al. Consórcio Interfederativo de Saúde na Bahia, Brasil: implantação, mecanismo de gestão e sustentabilidade do arranjo organizativo no Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 22, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311xpt028922. Acesso em: 16 jan. 2025.

FONSECA, J. J. S. da. Apostila de metodologia da pesquisa científica. João José Saraiva da Fonseca, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

GERIGK, L.; RIBEIRO, J.; LEPCHAK, A. Desempenho fiscal dos pequenos municípios brasileiros. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 11, n. 1, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5380/rcc.v11i1.63014. Acesso em: 16 jan. 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

SANTOS, P. A percepção dos profissionais da saúde sobre os princípios da atenção primária em pequenos municípios mineiros. RAHIS - Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde, v. 14, n. 4, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.21450/rahis.v14i4.4770. Acesso em: 16 jan. 2025.

SANTOS, R. et al. Avaliação de desempenho dos conselhos de saúde em municípios de pequeno e médio porte. Saúde e Sociedade, v. 30, n. 3, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200356. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOUSA, J. et al. Gastos públicos e desenvolvimento humano nos municípios do Brasil. Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 14, n. 2, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2id25515. Acesso em: 16 jan. 2025.

VIEIRA, M. et al. Redução do IPI e os reflexos nas finanças públicas dos municípios de Minas Gerais. Gestão & Regionalidade, v. 37, n. 111, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.13037/gr.vol37n111.6262. Acesso em: 16 jan. 2025.

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

IMPACTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NA EFICÁCIA DA PULVERIZAÇÃO DE FUNGICIDAS

Jennifer de Oliveira Paza[1]
Karol Cavalheiro Rosa[2]
Mariana Rosa Wappler[3]
Alana Karine Baldicera[4]
Claudio Ogoshi[5]

Resumo – A qualidade da água utilizada na pulverização de fungicidas influencia diretamente a eficácia das aplicações agrícolas, pois parâmetros inadequados podem comprometer a estabilidade dos princípios ativos. Este estudo avaliou a água e a calda utilizada em uma propriedade de olerícolas em Caçador (SC). Amostras foram coletadas do ponto de captação e da calda, e analisadas quanto a pH, dureza e turbidez. A água apresentou pH de 6,4, dureza de 753,5 mg/L e turbidez de 0,53 NTU, enquanto a calda apresentou pH de 6,7. Embora a turbidez estivesse dentro de níveis aceitáveis, a dureza elevada e o pH pouco ácido podem reduzir a estabilidade dos fungicidas e comprometer a uniformidade da aplicação. O produtor relatou entupimento de bicos e formação de grumos na calda, fato que evidencia impactos práticos dessas características. Conclui-se que o monitoramento da qualidade da água e a realização de testes de compatibilidade são essenciais para aplicações mais uniformes e eficazes. Ajustes de pH, filtragem da água e uso correto de adjuvantes podem minimizar perdas de defensivos e otimizar a eficiência das pulverizações, reforçando a importância da conscientização do produtor quanto à qualidade da água.

Palavras-chave: Aplicação; Calda; Controle; Defensivo.

INTRODUÇÃO

A qualidade da água utilizada para pulverização de fungicidas é um componente importante no que diz respeito a eficácia e segurança das aplicações agrícolas. As características hídricas, sejam elas físicas ou químicas, são condições que precisam ser adequadas, caso contrário, podem diminuir a eficácia dos defensivos (Moraes, 2021).

Na agricultura, a pulverização é uma prática essencial para o controle de doenças, insetos-pragas e plantas daninhas, e promove a qualidade e a produtividade da lavoura (Pietczak et al, 2023). Através de aplicações de defensivos agrícolas, os produtores podem proteger suas culturas contra doenças e infecções e assim, evitam perdas significativas nas produções (Tinoco et al, 2023).

[1] Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Bolsista FAPESC.
[4] Professor(a) do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professor(a) do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além de atuar como um meio de transporte para os componentes químicos, a água pode favorecer a inativação de fungicidas por meio das ligações químicas (Queiroz et al, 2008).

O pH da água, por exemplo, pode comprometer a estabilidade físico-química dos fungicidas. A disponibilidade dos íons em suspensão que interagem com o ingrediente ativo podem leva-los a degradação ou a ter suas propriedades alteradas, quando em caldas muito ácidas (Spadoni, 2019). Assim como o pH alcalino pode levar a decomposição de determinadas moléculas de ativos e torná-las inativas (Stacy e Latin, 2020). Ambas as situações podem acarretar na redução da eficácia do produto a ser aplicado.

O Cálcio e o Magnésio, cátions originados a partir de carbonatos, bicarbonatos, cloretos e sulfatos, são elementos que quando em grandes concentrações, tornam a água mais dura (Kissman, 1998). Além do fato de, somado às impurezas, tal como a matéria orgânica, podem causar obstruções em componentes dos pulverizadores. Tais fatores influenciam não só a eficácia dos defensivos, mas também comprometem as formulações, uma vez que se unem aos princípios ativos e resultam na criação de compostos insolúveis, os quais são pouco eficazes ou até mesmo ineficazes (Seloma e Shalaby, 2021).

A pulverização é uma ferramenta fundamental para o produtor, e este é um processo que envolve a otimização dos defensivos em pequenas gotículas, que são depositadas nas folhas das plantas (Paula et al, 2021). Essa técnica requer escolha adequada do equipamento de pulverização, do tipo de bico e da pressão, além das condições climáticas adequadas. A correta aplicação permite uma cobertura uniforme e eficaz, maximizando a absorção dos defensivos agrícolas e minimizando o desperdício (Gao et al, 2024).

Diante deste cenário, o presente estudo busca avaliar como as diferentes características da água podem impactar a performance da pulverização e por isso, tem como objetivo analisar a qualidade da água, bem como a calda utilizada pelo produtor para pulverização de defensivos no campo.

METODOLOGIA

Realizou-se uma visita a um produtor de olerícolas, localizado na linha Castelli, zona rural do município de Caçador (26°40'56.5"S 50°58'52.1"W), a qual teve como objetivo verificar a origem da água utilizada pelo agricultor, bem como a qualidade desta.

A entrevista semiestruturada com o proprietário, Sr. Tiago Carelli, abordou os aspectos acerca da gestão hídrica em sua propriedade, assim como a fonte de captação da água, tratamentos realizados, frequência de uso e cuidados durante a aplicação de defensivos agrícolas.

Uma amostra de água do ponto de captação e uma da calda utilizada por ele nas pulverizações foram realizadas e posteriormente encaminhadas para análise dos parâmetros de qualidade, tais como: pH, turbidez, dureza e presença de contaminantes. A análise foi realizada no Laboratório de Química, pertencente a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A turbidez da água foi determinada utilizando um turbidímetro portátil (modelo DM, Digimed, São Paulo, Brasil). A determinação da dureza total da água foi realizada por titulação

complexométrica com solução de EDTA 0,01 mol L^{-1}. Foram pipetados 50 mL da amostra da água em um erlenmeyer, em triplicata. Em seguida, adicionaram-se 1,5 mL de solução tampão de amônia (pH aproximadamente 10) e 0,2 g do indicador negro de eriocromo T. A solução resultante apresentou coloração vermelho-vinho, característica da presença de íons cálcio e magnésio em meio básico. A amostra foi titulada com solução de EDTA 0,01 mol L^{-1} até a mudança da coloração para azul, indicando o ponto final da titulação e a complexação completa dos íons metálicos. A dureza total foi calculada em termos de carbonato de cálcio ($CaCO_3$), utilizando a seguinte expressão:

$$\text{Dureza (mg } L^{-1} \text{ } CaCO_3) = V_{EDTA} \times N_{EDTA} \times 40{,}08 \times 1000 / V_{amostra}$$

onde:

V_{EDTA} é o volume de titulante gasto (mL);

N_{EDTA} é a normalidade da solução de EDTA (0,01 mol L^{-1});

40,08 é a massa molar do $CaCO_3$;

$V_{amostra}$ é o volume da amostra titulada (50 mL).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises laboratoriais demonstraram que a água apresentou um pH de 6,4, com uma dureza de 753,504 mg/L e turbidez de 0,53 NTU. A calda resultante teve um pH de 6,7. Esses resultados demonstram que a qualidade da água, junto com a formulação da calda, pode impactar negativamente os princípios ativos dos defensivos utilizados, uma vez que embora a turbidez seja baixa, a dureza elevada e o pH pouco ácido para uma calda, podem comprometer a estabilidade físico-química dos fungicidas, bem como a eficiência das aplicações (Peixoto e Caixeta, 2020).

Diversos estudos apontam que a dureza da água é um importante componente no que diz respeito a performance do defensivo agrícola. Ao aumentar a dureza da água, o objetivo de proteção de plantas do produto é reduzido (Schortgen e Patton, 2020; Ganchev, 2024). No presente estudo, o resultado de dureza da água foi significativo e, devido ao fato de muitas vezes não ser possível que o produtor obtenha uma diferente fonte de água, pode-se então otimizar a pulverização com a adição de surfactantes, os quais propiciarão uma aplicação mais uniforme do fungicida e irão aumentar a eficiência deste (Ganchev, 2024).

Segundo Spadoni (2025) o uso de adjuvantes nas aplicações tem influência positiva nas caldas e contribui para a eficácia das aplicações. Além disso, os testes de compatibilidade dos produtos dentro da propriedade são indispensáveis, garantindo assim a eficiência dos defensivos e evitando problemas nas aplicações, uma vez que a incompatibilidade dos defensivos é um fator limitante para uma aplicação de qualidade (Tavares, 2022).

O pH, assim como as demais propriedades, pode influenciar significativamente no desempenho dos produtos adicionados nas caldas. Valores de pH ácido ou alcalino podem afetar a eficiência do produto e a integridade dos defensivos. Kissman (1998) apontam que há maior eficiência dos produtos quando as caldas são pouco ácidas, com pH entre 6,0 e 6,5.

O agricultor afirmou já ter realizado anteriormente análises de pH, turbidez, dureza e presença de resíduos da água. O mesmo demostrou interesse e aparentou compreender a necessidade de fazer uso de água de boa qualidade para a pulverização de defensivos. O uso de fungicidas e misturas de produtos na propriedade do Sr. Tiago são comuns e as aplicações nas culturas do repolho e do alho são realizadas a cada 5 dias, aproximadamente. As misturas utilizadas junto aos fungicidas são de inseticidas, adjuvantes e fertilizantes foliares.

O produtor também relatou já ter realizado testes de compatibilidade das misturas, e que houve situações de bico do pulverizador entupido, calda contendo grumos e manchas nas folhas após pulverizações de defensivos.

A água utilizada para pulverizações das lavouras na propriedade é proveniente de poço raso e armazenada em caixa d'água de fibrocimento. Em situações pontuais o produtor faz uso da água do rio. Este fator pode ser determinante para a eficiência da calda. A água proveniente de rios e açudes possui propriedades físico-químicas que podem diminuir a atividade dos princípios ativos presentes nos agrotóxicos (Farias, 2014), uma vez que a presença de sedimentos e matérias orgânicas presentes são passíveis de causar não somente a baixa eficiência dos produtos, mas também reduzir a vida útil dos bicos do pulverizador (Queiroz et al, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a qualidade da água utilizada na pulverização é um fator crítico para a eficácia dos defensivos agrícolas. O pH pouco ácido e a dureza elevada podem comprometer a estabilidade dos princípios ativos, resultando em menor eficiência das aplicações.

A análise da água e a realização de testes de compatibilidade das caldas se mostram indispensáveis para identificar problemas potenciais e adotar medidas corretivas, como filtragem da água e uso adequado de adjuvantes. Tais práticas contribuem para aplicações mais uniformes, eficientes e seguras.

Além disso, o interesse demonstrado pelo produtor em buscar informações técnicas e adotar boas práticas é positivo, indicando que a conscientização sobre a qualidade da água pode resultar em melhorias significativas na eficiência das pulverizações, bem como na redução de perdas de defensivos.

REFERÊNCIAS

FARIAS, M. S. et al. Qualidade da água utilizada para aplicação de agrotóxicos na região central do Rio Grande do Sul. *Revista Agrarian*, v. 7, n. 24, p. 355-359, 2014. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/agrarian/article/view/2560/1813

GAO, J., BO, P., LAN, Y., SUN, L., LIU, H., LI, X., WANG, G., WANG, H. Study on droplet deposition characteristics and application of small and medium crown garden plants sprayed by UAV sprayer. *Frontiers in Plant Science*, 15, Article 1343793, 2024.. https://doi.org/10.3389/fpls.2024.1343793

KISSMANN, K. G. Adjuvantes para caldas de produtos fitossanitários. In: GUEDES, J. V. C. & DORNELLES, S. B. (Org.). Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos: novas tecnologias. Santa Maria: Departamento de Defesa Fitossanitária; Sociedade de Agronomia de Santa Maria, 1998. p. 39-51.

MORAES, H.M.F. et al. Compatibilidade física e estabilidade de misturas de agrotóxicos em diferentes volumes de calda. *Planta Daninha*, v. 37, p. e019214004, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-83582019370100125.

MORAES, T.O. O efeito do pH na eficiência de fungicidas sistêmicos em cultivares de soja no município de Campo Mourão–PR. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2021. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26667

PAULA, D. F.; MENDES, K.F.; BROCHADO, M. G. S.; LAUBE, A. F. S.; RAVE, L. A. B. Técnicas para evitar a deriva e volatilização de herbicidas. In: TORRE, K. A. P. (org.). Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais (2. ed.). Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. p. 89-116.

PEIXOTO, R.L.O.; CAIXETA, D.F. Adequação do pH de águas utilizadas na aplicação de defensivos na região de Goianésia – GO. *Ipê Agronomic Journal*, v. 4, n. 2, p. 1–10, 2020. Disponível em: DOI: 10.37951/2595-6906.2020v4i2.6363

PIETCZAK, E.L.; LAJÚS, C.R.; DAL PIVA, A.J.; BUSNELLO, F.J. A qualidade da água e adjuvantes na tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas. In: LAJÚS, C.R.; BUSNELLO, FJ.; SAUER, A.V.R.; COSTELLA, M.F.V.; DALCANTON, F.V. (org.). Tecnologia e gestão da inovação em sistemas de produção sustentáveis. Campina Grande: EPTEC, 2023. p. 121–141.

QUEIROZ, A.A.; MARTINS, J.A.S.S; CUNHA, J. P. A. R. Adjuvantes e qualidade da água na aplicação de agrotóxicos. *Bioscience Journal*, v. 24, n. 4, p. 8-19, 2008.

SCHORTGEN, G. P.; PATTON, A. J. Weed control by 2, 4-D dimethylamine depends on mixture water hardness and adjuvant inclusion but not spray solution storage time. 2020. *Weed technology*, 34(1), 107-116.

SELOMA, A. S. O.; SHALABY, A. Effect of Water pH and Direct Exposure to Sunlight on Chemical Stability of Fungicide Chlorothalonil. EKB Journal Management System / Journal of Plant Protection and Pathology, v. 12, n. 8, p. 543-548, 2021. DOI: 10.21608/jppp.2021.198243.

SPADONI, A.B.D. Propriedades físico-químicas e primórdios da perda de estabilidade de calda inseticida em misturas com fungicidas e adjuvantes. Dissertação (Mestrado em Agronomia — Entomologia Agrícola) — Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Jaboticabal, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/183542

SPADONI, A.B.D. - Impacto de adjuvantes na estabilidade físico-química de caldas bioinseticida com fungicida e sua eficácia no controle de *Chrysodeixis includens* na cultura da soja. 57f - Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Jaboticabal, 2025. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/296197

STACY T, LATIN R. The influence of water pH on efficacy of fungicides for turf disease control. *Crop, Forage & Turfgrass Mgmt*. 2020; 6: e20007. Disponível em: https://doi.org/10.1002/cft2.20007

TAVARES, R.M. Misturas de produtos em tanque influenciam o desempenho das aplicações fitossanitárias? 114 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.61.

TINOCO, T. J., DA SILVA, P. L., & DA ROCHA, A. P. S. Manejo integrado de pragas e doenças em sistemas agrícolas. *Revista Contemporânea*, 3(11), 22675–22697, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.56083/RCV3N11-135

EFICIÊNCIA DE FUNGICIDAS NO MANEJO DA MANCHA FOLIAR DE GLOMERELLA EM MACIEIRA

Categoria: Pesquisa Científica

Daiane Aparecida Susin[1]
Mariana Rosa Wappler[2]
Cláudio Ogoshi[3]

Resumo – O estudo foi realizado com o objetivo de avaliar a eficiência de fungicidas no controle da Mancha Foliar de Glomerella (Colletotrichum spp.) em macieira, visando reduzir a severidade da doença e os impactos na produtividade. O experimento foi conduzido no ciclo 2024/2025 em um pomar da cultivar Condessa, localizado em Caçador (SC), sob delineamento em blocos ao acaso com dois tratamentos: Manejo Padrão do Produtor e aplicação de Trifloxistrobina + Tebuconazol associada ao Hidróxido de Cobre. As avaliações foram realizadas em cinco períodos, analisando-se a incidência da doença nas folhas. Os resultados evidenciaram diferença estatística significativa entre os tratamentos, com destaque para o uso combinado de Trifloxistrobina + Tebuconazol e Hidróxido de Cobre, que proporcionou maior eficiência no controle da Mancha Foliar de Glomerella em comparação ao manejo padrão do produtor. Não foram observados sintomas de fitotoxicidade, indicando a segurança do uso combinado dos fungicidas. Ainda assim, recomenda-se a continuidade do estudo em safras subsequentes, especialmente em anos com maior favorabilidade climática, como os influenciados pelo fenômeno El Niño, quando a pressão do patógeno tende a ser mais intensa. Dessa forma, será possível confirmar a consistência dos resultados e aprimorar as estratégias de controle químico e preventivo da doença.

Palavras-chave: Malus domestica Borkh; Cobre; Colletotrichum spp.

INTRODUÇÃO

A macieira (Malus domestica Borkh.) é altamente depende das condições meteorológicas para sua produção e desenvolvimento. Alterações climáticas impactam de maneira significativa tanto a produtividade quanto a qualidade dos frutos. Em particular, variações de temperatura e precipitação ao longo da primavera e do verão exercem influência direta sobre o desenvolvimento vegetativo e reprodutivo da cultura, ocasionando diferenças expressivas entre as safras. Além disso, as condições ambientais podem criar ambiente favorável para o desenvolvimento de doenças, na qual os patógenos encontram temperatura e umidade ideal para a infecção, colonização e disseminação nos pomares (Hamada, 2005).

[1]Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Bolsista FAPESC
[3]Professor do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Mancha Foliar de Glomerella é uma (MFG) é a principal doença da macieira nas cultivares Gala e que ocorre com maior intensidade em clima subtropical úmido, como no Sul do Brasil. Desenvolve-se, geralmente, sob condições de verões chuvosos e tem se tornado um dos principais desafios fitossanitários no Brasil, especialmente devido à elevada suscetibilidade da cultivar 'Gala', a mais cultivada no país (Silva et al., 2024). A MFG é causada por Colletotrichum spp. Nas folhas, os sintomas tornam-se visíveis poucos dias após a infecção, inicialmente como pequenas manchas de coloração roxo-avermelhada. No avanço da doença, essas lesões isoladas tendem a se unir, evoluindo para áreas necróticas de contornos irregulares, geralmente associadas à clorose e à intensa queda das folhas (Alaniz et al. 2019), podendo ser superior a 75% de desfolha (González et al., 2006).

O objetivo do trabalho é avaliar a eficiência dos fungicidas no controle da Mancha Foliar de Glomerella (Colletotrichum spp.) em macieira.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no ano 2024/2025 em um pomar de macieira na Linha Rio Bugre, interior do município de Caçador, Santa Catarina (-26.706726, -51.056023, 1.074 metros de altitude) o clima é de acordo com Köeppen "Cfb". Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 2013), o solo é um Nitossolo Vermelho.

As macieiras utilizadas no experimento pertencem à cultivar Condessa, enxertadas sobre o porta-enxerto Maruba. As plantas possuem 19 anos de idade e são conduzidas no sistema de líder central, com espaçamento de 5 m entre filas e 2 m entre plantas, resultando em uma densidade de plantio de 1.000 planta/ ha^{-1}, cultivadas sob tela antigranizo de cor branca. O experimento foi conduzido em delineamento em blocos ao acaso, composto por quatro blocos, com três repetições e dois tratamentos, totalizando 12 repetições por tratamento. Cada repetição foi composta por três plantas.

Os tratamentos foram definidos da seguinte maneira:

Tratamento 1: aplicação de Trifloxistrobina + Tebuconazol a cada 15 dias e Hidróxido de Cobre a cada 20 dias, em conjunto com o tratamento padrão do produtor;

Tratamento 2: Manejo Padrão adotado pelo Produtor.

A incidência da Mancha Foliar da Gala foi avaliada por meio da observação de 200 folhas por planta, coletadas na altura mediana da copa. As avaliações foram realizadas nas seguintes datas:

25 de outubro de 2024;

25 de novembro de 2024;

20 de dezembro de 2024;

25 de janeiro de 2025;

20 de fevereiro de 2025.

Procedeu-se a análise de variância pelo teste F com o auxílio do programa SISVAR, utilizando-se o nível de 5% de probabilidade do erro experimental. Para complementar a análise de variância, as médias dos tratamentos foram comparadas pelo teste de Tukey, utilizando-se o mesmo nível de significância supracitado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos demonstraram diferença estatística significativa entre os tratamentos avaliados para o controle da Mancha Foliar de Glomerella (Colletotrichum spp.) na cultivar Condessa (Tabela 1). O Tratamento 1, composto pela aplicação de Trifloxistrobina + Tebuconazol a cada 15 dias associada ao Hidróxido de Cobre, apresentou maior eficiência no controle da doença, com média de 35,57, enquanto o Tratamento 2 (manejo padrão do produtor) obteve média de 38,59 (Tabela 1). Essa diferença indica que a inclusão das misturas de estrobilurina e triazol, associadas ao cobre, proporcionou incremento significativo no controle da doença, contribuindo para a redução da severidade dos sintomas foliares.

Tabela 1: Área Abaixo da Curva de Progresso da Incidência da Doença (AACPID).

Tratamentos	Médias
1	35,57 a
2	38,59 b

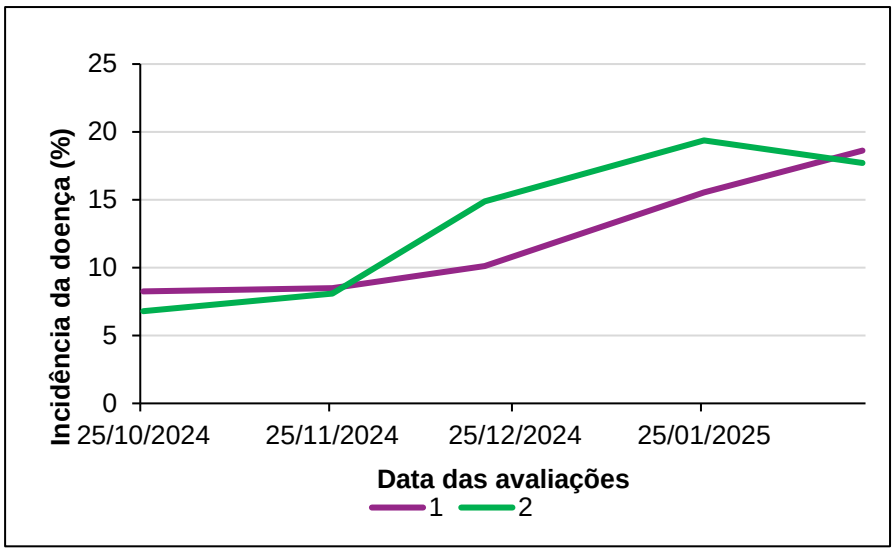
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 1 apresenta a evolução da incidência da Mancha Foliar de Glomerella (Colletotrichum spp.) na cultivar Condessa, entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025, para os dois tratamentos avaliados. Observa-se que, nas duas primeiras avaliações (25/10 e 25/11/2024), os tratamentos apresentaram incidência semelhante, indicando que, nas fases iniciais do ciclo, a incidência da doença ainda era baixa.

A partir de dezembro (25/12/2024), nota-se aumento expressivo da incidência no Tratamento 2 (manejo padrão), enquanto o Tratamento 1 (Trifloxistrobina + Tebuconazol + Hidróxido de Cobre) manteve os valores próximos. Essa tendência se manteve até a avaliação de janeiro de 2025, quando ambos os tratamentos atingiram valores semelhantes, com leve superioridade no Tratamento 1 (Gráfico 1).

Apesar dessa oscilação final, a análise da Área Abaixo da Curva de Progresso da Incidência da Doença (AACPID) indicou diferença estatística significativa entre os tratamentos, com melhor desempenho do Tratamento 1 no controle da Mancha Foliar de Glomerella ao longo do ciclo da cultura. Esses resultados evidenciam que a associação de Trifloxistrobina + Tebuconazol com Hidróxido de Cobre contribuiu para reduzir a taxa de progresso da doença e manter níveis mais baixos de infecção durante o período crítico de desenvolvimento foliar.

Gráfico 1: Progresso da incidência da Mancha Foliar de Glomerella (Colletotrichum spp.) na cultivar Condessa, em função dos tratamentos.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Durante o período experimental, não foram observados sintomas de fitotoxicidade, indicando a compatibilidade entre os produtos utilizados e reforçando a segurança da aplicação conjunta dos fungicidas. A maior eficiência do Tratamento 1 está relacionada ao modo de ação complementar dos princípios ativos, a Trifloxistrobina e o Tebuconazol, permitindo controle mais abrangente do patógeno. Trabalhos anteriores (Alaniz et al., 2019; González et al., 2006) destacam que a severidade da Mancha Foliar de Glomerella tende a ser significativamente maior em anos chuvosos, especialmente sob influência do fenômeno El Niño, quando a umidade relativa e a temperatura média são elevadas.

Resultados semelhantes foram observados por Dowling et al. (2020), que relataram maior eficiência das misturas de fungicidas pertencentes aos grupos das estrobilurinas e triazóis apenas em condições de alta severidade de doenças causadas por Colletotrichum spp., destacando que esses princípios ativos são mais expressivos sob alta pressão de inóculo e condições ambientais favoráveis ao patógeno. De forma semelhante, Ekabote et al. (2024) verificaram que a combinação de Trifloxistrobina + Tebuconazol apresentou resultados consistentes no controle da antracnose, especialmente quando aplicada preventivamente. Assim, embora os produtos testados tenham proporcionado incremento no controle da Mancha Foliar de Glomerella, recomenda-se a repetição do experimento em anos com maior favorabilidade climática, a fim de confirmar a eficiência dos fungicidas e aprimorar o manejo integrado da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os produtos utilizados, especialmente a combinação de Trifloxistrobina + Tebuconazol associada ao Hidróxido de Cobre em conjunto com o tratamento de manejo do produtor, proporcionaram incremento significativo no controle

da Mancha Foliar de Glomerella, evidenciando diferença estatística entre os tratamentos. Esse desempenho reforça o potencial de eficiência desses fungicidas no manejo integrado da doença em macieiras da cultivar Condessa.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade das avaliações por mais anos, especialmente em safras com maior favorabilidade climática ao desenvolvimento do patógeno, como em períodos de El Niño. Experimentos adicionais permitirão confirmar a eficácia dos fungicidas em diferentes condições ambientais e fortalecer as recomendações de manejo para o controle eficiente da doença em macieira.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, S. *et al.* Ascospore Infection and *Colletotrichum* Species Causing Glomerella Leaf Spot of Apple in Uruguay. Plant Pathol J., 2019. Disponível em: 10.5423/PPJ.OA.07.2018.0145. Acesso em: 26 out. 2025.

DOWLING, M. *et al.* Managing *Colletotrichum* on Fruit Crops: A "Complex" Challenge. American Phytopathological Society, 2020. Disponível em: 10.1094/pdis-11-19-2378-fe. Acesso em: 26 out. 2025.

EKABOTE, S. D. *et al.* In vitro and in vivo evaluation of fungicides against anthracnose disease on pomegranate (*Punica granatum L.*) caused by *Colletotrichum gloeosporioides*. Crop Protection, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cropro.2024.106598. Acesso em: 27 out. 2025.

GONZÁLEZ, E. *et al*. Clarification of the Etiology of Glomerella Leaf Spot and Bitter Rot of Apple Caused by *Colletotrichum spp*. Based on Morphology and Genetic, Molecular, and Pathogenicity Tests. Phytopathology, 2006. Disponível em: 10.1094/PHYTO-96-0982. Acesso em: 26 out. 2025.

Hamada, N. A. Influência da temperatura e do período de molhamento foliar (PMF) na incidência e severidade da mancha-foliar da gala (*Colletotrichum spp*.). Revista Agropecuária Catarinense, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.52945/rac.v18i2.970. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, E. A. *et al.* Controle da mancha foliar de Glomerella em macieira pelo uso de Hidróxido de Cobre. Embrapa Uva e Vinho, 2023. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1156342/controle-da-mancha-foliar-de-glomerella-em-macieira-pelo-uso-de-hidroxido-de-cobre. Acesso em: 15 out. 2025.

POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE CULTIVARES DE SOJA EM DIFERENTES DENSIDADES DE SEMEADURA

Categoria: Iniciação Científica

Angelo Francisco Gatti[1]
Aliandra Ryanne Ribeiro da Silva de Moraes[2]
Flávia Werner[3]

Resumo – A diminuição da densidade de plantio pode influenciar a divisão dos fotoassimilados, modificando a estrutura e a morfologia das plantas de soja. O objetivo do trabalho foi avaliar a qualidade fisiológica de sementes de soja de três cultivares de soja em três densidades de semeadura. O experimento foi conduzido à campo na safra de 2024/2025 no munícipio de Lebon Régis/SC. O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado em esquema fatorial 3x3. Os tratamentos foram três cultivares de soja Pioneer 95R40 IPRO, Dom Mario 54IX57 e Brasmax Titanium I2X, e três densidades de semeadura: 180, 240 e 300 mil sementes ha^{-1}. Foram avaliadas a germinação, o comprimento e massa seca de plântulas. Houve interação entre os fatores estudados apenas para a germinação. A cultivar 95R40 IPRO mostrou menor porcentagem de germinação nas densidades de 240 e 300 mil sementes ha^{-1}, enquanto Titanium I2X e Dom Mario 54IX57 apresentaram desempenho semelhante entre as densidades. Para comprimento de plântulas e massa seca não houve efeito de cultivares nem de densidades, com pequenas variações entre os valores obtidos. Dessa forma, a cultivar 95R40 IPRO apresentou sensibilidade às diferentes densidades de semeadura, enquanto as demais mantiveram maior estabilidade fisiológica.

Palavras-chave: Glycine max L.; germinação; vigor; sementes.

INTRODUÇÃO

Para alcançar altos índices de produtividade, é essencial o uso de sementes de alta qualidade, que favoreçam uma rápida germinação e um correto posicionamento no campo (França Neto et al., 2016). De acordo com França Neto et al. (2012), as sementes devem possuir quatro características: genética, física, fisiológica e sanitária, assegurando uma excelente performance agronômica, que é o alicerce para um excelente rendimento da colheita.

Vários elementos externos e internos influenciam a germinação das sementes. Os fatores ambientais incluem a disponibilidade de água, temperatura e oxigênio, enquanto os fatores internos são inerentes à semente, como sua longevidade e viabilidade, que são os fatores externos mais relevantes que afetam a germinação de sementes (Carvalho; Nakagawa, 2012). A disposição das plantas afeta a produção de grãos através da regulação do ambiente de

[1] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora Dra. do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

crescimento e desenvolvimento das mesmas até o momento da colheita. A alteração da densidade de plantio e da distância entre fileiras impacta as propriedades estruturais, contribuindo para aprimorar o controle de enfermidades, a resistência ao acamamento, a adaptação à colheita mecânica e a produção de grãos de soja (Werner et al., 2021).

A produção de sementes está atrelada à disponibilidade de fotoassimilados, e isso pode ser afetado pela quantidade de vagens e pela localização dessas na planta (Huber et al., 2016). Assim, a diminuição da densidade de plantio pode influenciar a divisão dos fotoassimilados, modificando a estrutura e a morfologia das plantas de soja (Gaspar; Conley, 2015). Essas alterações podem influenciar o tamanho e a qualidade das sementes produzidas (Ferreira et al., 2017; Werner et al., 2017). No entanto, o plantio de soja na densidade sugerida pode levar a um excesso de área foliar, especialmente em anos de alta precipitação e condições propícias para o desenvolvimento vegetativo. Essas circunstâncias podem criar um microclima que não favorece o preenchimento de grãos.

Neste contexto, os impactos de uma redução na densidade de semeadura na partição de fotoassimilados entre ramos e hastes e a qualidade das sementes produzidas necessitam de mais estudos (Werner et al., 2021). Todavia, ainda há pouca informação na literatura de que se tem conhecimento sobre os mecanismos fisiológicos associados a esta característica (Leprince et al., 2017). Portanto, surge a hipótese de que em reduções da densidade de semeadura podem ser prejudiciais para a produção de sementes, assim como o incremento na densidade de semeadura pode resultar em diferentes níveis de vigor e germinação das sementes de soja. O objetivo do trabalho foi avaliar a qualidade fisiológica de sementes de soja (Glycine max) de três cultivares de soja em três densidades de semeadura.

METODOLOGIA

O experimento foi conduzido no Laboratório de Microbiologia na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador-SC. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, em esquema fatorial 3 x 3 que consistiam em três cultivares de soja (Pioneer 95R40, Dom Mario 54IX57 e Brasmax Titanium I2X e três densidades de semeadura (180, 240 e 300 mil sementes ha^{-1}).

As sementes foram produzidas na safra 2024/25 em Lebon Régis, SC, na localidade Fazenda da Barra, localizada na latitude 26 58º′23.54854824″S, na longitude de 50 º46′55.38 257″ W e na altitude de 1025 m. As sementes foram colhidas manualmente e armazenadas em câmara fria até a realização dos testes.

A qualidade fisiológica das sementes foi avaliada através dos seguintes testes: Germinação: realizado com oito subamostras de 50 sementes por repetição, totalizando 400 sementes por tratamento. As sementes foram distribuídas sobre o papel toalha germitest, umedecidos com um volume de água destilada equivalente a 2,7 vezes a massa do papel seco. As sementes foram acondicionadas, em forma de rolos, em germinador sob temperatura de 25 ºC, durante sete dias. Posteriormente, foram realizadas as avaliações conforme recomendações das Regras para Análise de Sementes (Brasil, 2025), e os resultados expressos em porcentagem de plântulas normais.

Comprimento de parte aérea e raiz: foram utilizadas quatro subamostras de 20 sementes por repetição. As sementes foram dispostas no terço superior no sentido longitudinal do papel. Os rolos foram acondicionados em sacos plásticos posicionados verticalmente em germinador regulado a 25 ºC, durante sete dias. Após, foi efetuada a medida das plântulas normais (comprimento de parte aérea e de raiz) com auxílio de uma régua milimetrada. Os resultados foram expressos em centímetros.

Massa seca de parte aérea e raiz: realizada com as plântulas normais obtidas no teste de comprimento de plântula. Após a mensuração do comprimento de plântula, retirou-se o restante da semente e separou-se a parte aérea e a raiz. Em seguida, estas foram colocadas em saco de papel e levadas à estufa com circulação de ar forçado, onde permaneceram por 48 horas à temperatura de 65 ºC, até atingir massa constante. Ao final deste período, a massa seca foi avaliada em balança com precisão de 0,001 g, e os resultados expressos em mg por plântula.

Os dados foram submetidos à análise de variância e teste F. As médias das cultivares foram comparadas pelo teste Tukey ($p<0,05$). As análises foram executadas através do programa computacional Sistema para Análise de Variância – SISVAR.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve interação entre os fatores estudados (cultivares de soja e densidades de semeadura) para a porcentagem de germinação. Para as demais variáveis analisadas não houve efeito dos tratamentos avaliados.

Para a variável de porcentagem de germinação foi observado interação entre os fatores estudados, em que, a cultivar Pionner 95R40 IPRO, apresentou menor porcentagem de germinação em comparação as demais cultivares avaliadas nas densidades de 240 e 300 mil sementes ha^{-1}. Na densidade de 180 mil sementes ha^{-1} não houve diferença entre as cultivares avaliadas. As cultivares Titanium I2X e Dom Mario 54IX57 não apresentaram diferença estatística entre as densidades de semeadura para a porcentagem de germinação. Já a cultivar 95R40 IPRO apresentou menor porcentagem de germinação na densidade de 240 mil sementes ha^{-1}. de sementes.

Tabela 1 - Germinação (%) de sementes de três cultivares de soja em três densidades de semeadura. Lebon Régis/SC, safra 2024/2025.

Cultivares	Densidade de semeadura (mil sementes ha^{-1})		
	180	240	300
	Germinação (%)		
Titanium I2X	81,5 Aa[1]	81,8 Aa	85,5 Aa
95R40 IPRO	82,5 Aa	69,3 Bb	77,3 Ba
Dom Mario 54IX57	86,3 Aa	83,0 Aa	83,0 ABa
CV(%)		6,9	

Nota: [1]Médias seguidas pelas mesmas letras maiúsculas na coluna e minúsculas na linha não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Não houve efeito de cultivares para o comprimento de parte aérea, comprimento de raiz, comprimento total de plântulas, massa seca de parte aérea, massa seca de raiz e massa seca total de plântulas. O comprimento de parte aérea apresentou pouca variação entre as cultivares com valores entre 7,1 e 6,3 cm, o mesmo se observou para o comprimento de raiz que apresentou valores entre 8,9 e 11,0 cm e por consequência houve pouca variação entre o comprimento total de plântulas com valores entre 15,2 e 17,3 cm.

A massa seca de parte aérea apresentou a mesma tendência do comprimento de plântulas com pouca variação entre as cultivares com valores entre 0,023 e 0,027 g por plântula, assim como se observou para a massa seca de raiz que apresentou valores entre 0,012 e 0,017 g por plântula e consequentemente houve pouca variação entre a massa seca total de plântulas com valores entre 0,036 e 0,043 g por plântula.

Tabela 2 - Comprimento de parte aérea (cm), comprimento de raiz (cm), comprimento total de plântulas (cm), massa seca de parte aérea (gramas), massa seca de raiz (gramas) e massa seca total de plântulas (gramas) de sementes de cultivares de soja (médias de três densidades de semeadura). Lebon Régis/SC, safra 2024/2025.

Cultivares	Comprimento de Parte Aérea (cm)	Comprimento de Raiz (cm)	Comprimento Total (cm)	Massa Seca de Parte Aérea (g)	Massa Seca de Raiz (g)	Massa Seca Total (g)
Titanium I2X	7,1 A[1]	9,8 A	16,9 A	0,024 A	0,012 A	0,036 A
95R40 IPRO	6,3 A	8,9 A	15,2 A	0,023 A	0,016 A	0,039 A
DM 54IX57	6,4 A	11,0 A	17,3 A	0,027 A	0,017 A	0,043 A
CV (%)	17,1	21,8	17,2	16,6	33,4	27,3

Nota: [1]Médias seguidas pelas mesmas letras na coluna não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Não houve efeito de densidades de semeadura para o comprimento de parte aérea, comprimento de raiz, comprimento total de plântulas, massa seca de parte aérea, massa seca de raiz e massa seca total de plântulas. O comprimento de parte aérea apresentou pouca variação entre as cultivares com valores entre 7,1 e 6,1 cm, o mesmo se observou para o comprimento de raiz que apresentou valores entre 9,2 e 11,1 cm e por consequência houve pouca variação entre o comprimento total de plântulas com valores entre 15,4 e 18,2 cm.

A massa seca de parte aérea apresentou a mesma tendência do comprimento de plântulas com pouca variação entre as densidades de semeadura com valores entre 0,024 e 0,026 g por plântula, assim como se observou para a massa seca de raiz que apresentou valores entre 0,012 e 0,018 g por plântula e consequentemente houve pouca variação entre a massa seca total de plântulas com valores entre 0,038 e 0,041 g por plântula.

Tabela 3 - Comprimento de parte aérea (cm), comprimento de raiz (cm), comprimento total de plântulas (cm), massa seca de parte aérea (gramas), massa seca de raiz (gramas) e massa seca total de plântulas (gramas) de sementes de soja em três densidades de semeadura (médias de três cultivares de soja). Lebon Régis/SC, safra 2024/2025.

Densidades (mil sementes ha^{-1})	Comprimento de Parte Aérea (cm)	Comprimento de Raiz (cm)	Comprimento Total (cm)	Massa Seca de Parte Aérea (g)	Massa Seca de Raiz (g)	Massa Seca Total (g)
180	6,6 A[1]	9,2 A	15,8 A	0,024 A	0,014 A	0,038 A
240	6,1 A	9,3 A	15,4 A	0,024 A	0,018 A	0,041 A
300	7,1 A	11,1 A	18,2 A	0,026 A	0,012 A	0,038 A
CV (%)	17,1	21,8	17,2	16,6	33,4	27,3

Nota: [1]Médias seguidas pelas mesmas letras na coluna não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De maneira geral, tanto as densidades quanto as cultivares não afetaram as variáveis de crescimento inicial, sugerindo que a qualidade fisiológica depende mais do genótipo e do vigor do lote do que do arranjo de plantas. Resultados semelhantes foram observados por Ferreira et al. (2023), ao relacionarem qualidade fisiológica de sementes de soja com redução da densidade de semeadura, verificaram que a redução da densidade de semeadura para valores de até 40% da densidade recomendada para a cultivar não ocasiona alterações significativas sobre o potencial fisiológico das sementes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução do presente trabalho permitiu avaliar de forma consistente a influência de diferentes densidades de semeadura sobre o potencial fisiológico de sementes de três cultivares de soja. Observou-se que, de maneira geral, não houve efeito significativo das populações sobre as variáveis de crescimento inicial (comprimento e massa seca de plântulas), indicando que tais características são pouco sensíveis às alterações de arranjo de plantas quando avaliadas em condições controladas de laboratório.

O único parâmetro em que se verificou interação entre cultivares e densidades foi a porcentagem de germinação, em que a cultivar Pioneer 95R40 IPRO apresentou menor desempenho em populações mais elevadas, ao passo que Titanium I2X e Dom Mario 54IX57 mantiveram comportamento mais uniforme. Esse resultado evidencia que a resposta fisiológica pode variar em função do genótipo, reforçando a necessidade de se considerar a escolha da cultivar como fator determinante no planejamento do manejo.

Dessa forma, conclui-se que a variação na densidade de semeadura exerce efeito limitado sobre a qualidade fisiológica das sementes, sendo a estabilidade maior nas cultivares Titanium I2X e Dom Mario 54IX57. Já a cultivar Pioneer 95R40 IPRO mostrou sensibilidade em populações mais altas, o que sugere que seu desempenho em campo pode estar mais sujeito à competição intraespecífica.

Os resultados obtidos contribuem para o entendimento das relações entre densidade de semeadura e vigor de sementes de soja, podendo auxiliar em futuras recomendações de manejo, bem como subsidiar trabalhos complementares em condições de campo, nos quais fatores ambientais e de competição entre plantas se manifestam de forma mais evidente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este projeto de pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – FAP/UNIARP.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regras para análise de sementes/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília: Mapa/ACS, 2025.

CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção. 5ed. Jaboticabal: FUNEP, 2012. 590 p.

FERREIRA, A. S. *et al.* Potencial fisiológico de sementes de diferentes estratos da planta de soja em densidades reduzidas. Semina: Ciências Agrárias, v. 44, n. 5, p. 1825-1840, 2023.

FERREIRA, A. S. *et al.* Size, physiological quality, and green seed occurrence influenced by seeding rate in soybeans. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 38, n. 2, p. 595, 2017.

FRANÇA NETO, J.B *et al.* Semente esverdeada de soja: causas e efeitos sobre o desempenho fisiológico - Série Sementes. Embrapa Soja-Circular Técnica (INFOTECA-E), Londrina, v.91, p. 1-15, 2012.

FRANÇA NETO, J.B. et al. Tecnologia da produção de semente de soja de alta qualidade. Embrapa Soja, 82 p. (Documentos, 380). Londrina, 2016.

GASPAR, A. P.; Conley, S. P. Responses of canopy reflectance, light interception, and soybean seed yield to replanting suboptimal stands. Crop Science, v. 55, n. 1, p. 377-385, 2015.

HUBER, S. C. *et al.* Canopy position has a profound effect on soybean seed composition. Peer Journal, v. 4, e2452, 2016.

LEPRINCE, O. et al. Late seed maturation: drying without dying, Journal of Experimental Botany, v. 68, n. 4, p. 827–841, 2017.

NAKAGAWA, João. Teste de vigor baseados no desempenho das plântulas. *In:* KRZYZANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton; FRANÇA NETO, José de Barros. Vigor de sementes: conceitos e testes. Londrina: ABRATES, 1999. p. 2.1-2.24.

WERNER, Flávia *et al.* Tamanho, retenção de clorofila e teores de proteína e óleo de grãos de soja em diferentes arranjos espaciais. Semina: Ciências Agrárias, v. 38, n. 1, p. 85-96, 2017.

WERNER, Flávia *et al.* Grain, oil, and protein production on soybean stems and branches under reduced densities. Revista Brasileira de Ciências Agrárias, Recife, v. 16, n. 1, p. 1-9, 24 fev. 2021.

CAÇADOR/SC EM ALERTA: DESAFIOS DA DEFESA CIVIL FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS

Categoria: Iniciação Científica

Luís Carlos Martins de França Junior[1]
José Antônio de Albuquerque Neto[2]

Resumo – O trabalho trata da importância da Defesa Civil diante do aumento dos desastres naturais causados pelas mudanças climáticas. O objetivo é analisar como as ações humanas contribuem para esses desastres no município de Caçador/SC, identificando os principais tipos de eventos e as medidas adotadas pela Defesa Civil para preveni-los e reduzir seus impactos. A metodologia foi qualitativa e exploratória, com revisão bibliográfica sobre desastres naturais e Defesa Civil, além de visitas em locais afetados por enxurradas e alagamentos, onde foram feitos registros e observações diretas. Santa Catarina é um dos estados mais atingidos por tragédias naturais no Brasil. Em Caçador/SC, os principais problemas são enchentes e deslizamentos, agravados pela urbanização desordenada, ocupação de áreas de risco e falta de drenagem adequada. As áreas mais vulneráveis concentram-se em bairros de menor renda, onde há construções próximas a rios e córregos sem infraestrutura suficiente. Conclui-se que a vulnerabilidade da cidade está ligada à falta de planejamento urbano e ações preventivas. É necessário investir em obras de drenagem, educação ambiental e maior atuação da Defesa Civil, tomando como exemplo projetos bem-sucedidos já aplicados em outras cidades catarinenses.

Palavras-chave: Defesa Civil. Catástrofes. Prevenção. Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Por definição, "Defesa Civil é um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinada a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social". (Decreto n.7.257 de 4 de agosto de 2010). Trata-se de um conjunto de ações cujo objetivo principal é reduzir riscos e danos físicos sofridos pela população em caso de desastres. Em todas essas ações o papel do engenheiro civil é crucial visto que o mesmo atua de forma conjunta com a defesa civil avaliando os riscos de ocorrência de desastres e direciona ações de recuperação quando estamos frente a algum evento estabelecido (Entenda a [...], 2021).

Os princípios básicos da Defesa Civil aparecem no Brasil no ano de 1942 após o afundamento no litoral brasileiro de dois navios de passageiros Arará e Itagiba com o óbito de 56 vítimas. Após o acontecido, o Governo Federal Brasileiro preocupado com a segurança global da população preconiza medidas como a criação do serviço de Defesa Passiva Antiaérea e torna

[1]Aluno do Curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

obrigatório o ensinamento de defesa passiva nas instituições de ensino oficiais e particulares existentes no país (A Defesa [...], 2019).

O estado de Santa Catarina se depara constantemente com grandes catástrofes causados por vendavais, granizos, tornados, ressacas, chuvas em grandes quantidades que ocasionam deslizamentos de terras e inundações e que resultam em prejuízos econômico, sociais e ambientais. Foi constatado que no estado de Santa Catarina existiam nos municípios estruturas locais que trabalhavam em prol da Defesa Civil, evidenciando a falta de um órgão estadual que administrasse toda essa problemática de forma eficaz, portanto, para isso em 2011 foi instituída a nível estadual a Secretaria de Estado da Defesa Civil (A importância [...], 2013).

A pesquisa tem como objetivo realizar uma pesquisa sobre a temática da Defesa Civil em todos os âmbitos e após, analisar a relação entre as ações humanas e a ocorrência de desastres naturais no município de Caçador/SC, identificando os principais tipos de eventos que afetam a região e suas causas antrópicas. Além disso, busca compreender as medidas adotadas pela Defesa Civil local nas etapas de prevenção, resposta emergencial e reabilitação diante desses desastres.

METODOLOGIA

Este projeto caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da temática, com o objetivo de sintetizar conceitos e teorias sobre desastres naturais e o papel da Defesa Civil ao longo dos anos.

Na sequência, as pesquisas de campo incluíram visitas in loco e registros fotográficos nos principais pontos de ocorrência de enxurradas e alagamentos, como: Rua José Gioppo (Bairro Bello), Bairro Martello, Bairro Bom Jesus, Bairro dos Municípios, Bairro Paraíso, Bairro Berger e Bairro Vila Kurtz, entre outros.

Por fim, os dados coletados foram analisados à luz das informações obtidas na revisão bibliográfica e documental, buscando compreender as ações preventivas, emergenciais e de reabilitação realizadas pela Defesa Civil no enfrentamento dos desastres naturais em Caçador/SC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Santa Catarina [...] (2013), o estado de Santa Catarina está entre os mais afetados pelas tragédias naturais nos últimos anos. Mesmo representado aproximadamente um pouco mais que 1% do território brasileiro, entre os anos de 1991 e 2010, o estado de Santa Catarina apresentou 12,2% do total de desastres naturais ocorridos no Brasil. Para Rio do Peixe [...] (2023), no meio oeste catarinense, as cidades que margeiam o Rio do Peixe como Videira, Caçador, Rio das Antas, Pinheiro Preto e Tangará, enfrentam constantemente situações de alagamento e deslizamento de terras e no ano de 2023, o Rio do Peixe atingiu mais de 3 metros do nível normal de suas águas ocasionando vários transtornos para a população que tiveram suas residências invadidas pelas águas.

A ocorrência de alagamentos, contudo, não é um problema exclusivo de Caçador/SC, mas uma realidade recorrente em diversas regiões de Santa Catarina. Diante disso, a Defesa Civil estadual vem executando um amplo projeto de intervenção que abrange os rios Itajaí do Oeste, em Taió; Itajaí-Açu, em Rio do Sul e Lontras; e Benedito, em Timbó/SC. As ações incluem a dragagem e a recuperação das calhas dos rios, com o objetivo de garantir maior fluidez hídrica (Aguiar, 2025).

A ocupação urbana no município de Caçador/SC desenvolveu-se sobre rochas vulcânicas da formação Serra Gera e sobre os sedimentos aluvionares inconsolidados relacionados a planícies de inundação dos Rios Caçador e Rio do Peixe. O avanço da urbanização sem o devido planejamento da macro e micro drenagem acabaram potencializando os eventos de enxurradas e inundações. A não observação das limitações ambientais permitiram a ocupação de leitos de drenagem, hoje intensamente retificados e canalizados, com sistemas de drenagem subdimensionados para os eventos climáticos de maior intensidade. Após a enchente de 1983 observou-se também a ocupação nas encostas mais ingrimes da área municipal, muitas vezes com construções de talude sem corte ou sobre aterros sem a devida compactação. Ocorrem três tipos principais de fenômenos destrutivos: escorregamentos, enxurradadas em vales de drenagem e inundações sazonais causadas pelos Rios Caçador e Rio do Peixe (SGB,2014).

Observa-se que, no município de Caçador/SC, grande parte das áreas de risco se concentra em bairros de menor renda, onde há um número significativo de construções próximas a córregos e rios que cortam a cidade. Esses cursos d'água, em muitos casos, não são devidamente canalizados ou não possuem capacidade suficiente para comportar o grande volume de enxurradas após períodos de chuvas intensas. Soma-se a isso o descarte incorreto de resíduos sólidos, frequentemente jogados nos próprios córregos, o que provoca o entupimento e o consequente transbordamento, gerando alagamentos nas imediações, conforme ilustram as Figuras 1 e 2.

Figura 1: Boca de lobo obstruída em Caçador/SC

Fonte: Autor (2025).

Figura 2: Alagamento em Caçador/SC.

Fonte: Autor (2025).

Foi visto que alguns locais que são afetados por alagamentos como no bairro Kurtz, ao lado do Estádio Municipal Salézio Kindermann. Esses locais causam grandes transtornos tanto para os moradores dessas regiões quanto para as pessoas que utilizam diariamente esses trajetos, resultando em congestionamentos e dificuldades de locomoção durante os períodos de chuva intensa. Além disso, os alagamentos geram prejuízos significativos, tanto para as famílias afetadas quanto para o governo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caçador/SC é uma cidade vulnerável a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, principalmente por causa da ocupação desordenada e da falta de drenagem adequada. Os bairros de menor renda são os mais afetados, mostrando a necessidade de planejamento urbano e ações da Defesa Civil para reduzir riscos e prejuízos à população. Medidas de prevenção, como melhorias na drenagem e obras de controle hídrico, podem ser adotadas com base em experiências de sucesso em outras cidades de Santa Catarina. Investir em educação ambiental, fiscalização e infraestrutura é essencial para proteger a população e aumentar a resiliência da cidade frente a desastres naturais.

REFERÊNCIAS

A DEFESA civil no Brasil. Defesa Civil de Sergipe. Aracajú, 2019. Disponível em: https://defesacivil.se.gov.br/a-defesa-civil-no-brasil/. Acesso em: 09 de maio de 2024.

AGUIAR Grasiele. Santa Catarina Avança na Proteção contra Enchentes com Obras nos Rios do Vale do Itajaí. Secretaria de Estado da Proteção Defesa Civil, 11 fev. 2025; disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/2025/02/11/santa-catarina-avanca-na-protecao-contra-enchentes-com-obras-nos-rios-do-vale-do-itajai/>; Acesso em 28 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA da criação e estruturação da Defesa Civil. Defesa Civil de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Cartilha_Importancia_defesa_Civil_baixa.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2024.

ENTENDA A relação da engenharia e a defesa civil. Uninovafapi. Teresina-PI, 2021. Disponível em: https://www.uninovafapi.edu.br/noticias/2021/9/3/entenda-a-relacao-da%C2%A0engenharia%C2%A0e-a-defesa-civil. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

ORTIZ Diego Arguedes, A gigantesca 'catedral' subterrânea que protege Tóquio de inundações; BBC News Brasil; 25 jan. 2019; Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46940113> Acesso em 28 out. 2025.

RIO DO PEIXE entra em nível de alerta. Portal RBV. Caçador, 2023. Disponível em: https://portalrbv.com.br/rio-do-peixe-entra-em-nivel-de-alerta/. Acesso em: 09 de maio de 2024.

SANTA CATARINA é o terceiro estado mais atingido por desastres naturais. Portal CREA-SC. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://portal.crea-sc.org.br/santa-catarina-e-o-terceiro-estado-mais-atingido-por-desastres-naturais/?print=pdf#:~:text=O%20estado%20registrou%2012%2C2,enchentes%2C%20tamb%C3%A9m%20com%2032%25. Acesso em: 09 de maio de 2024.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação: município de Caçador, *SC*. [S. l.]: CPRM, 2014. 1 mapa, color. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/21336. Acesso em: 30 out. 2025.

AVALIAÇÃO DE ARGAMASSA GEOPOLIMÉRICA COM INCLUSÃO DE RESÍDUO MELAMÍNICO PROVENIENTE DA INDÚSTRIA MADEIREIRA

Categoria: Pesquisa Científica

Maria Eduarda Boff Neis[1]
Letícia Maria Scolaro[2]
Marilena Valadares Folgueras[3]

Resumo – O crescimento acelerado das cidades e a constante demanda por novas infraestruturas têm intensificado a utilização de materiais convencionais da construção civil, especialmente o concreto. Entretanto, o processo de produção do cimento Portland, principal ligante desse material, é responsável por elevadas emissões de dióxido de carbono (CO_2), o que impulsiona a busca por alternativas mais sustentáveis. Nesse contexto, os geopolímeros surgem como materiais promissores, produzidos a partir da ativação alcalina de compostos ricos em alumínio e silício, capazes de apresentar propriedades mecânicas e químicas compatíveis com as exigências da construção civil. Este estudo propõe a incorporação de resíduo melamínico proveniente da indústria madeireira em matrizes geopoliméricas de metacaulim ativadas em meio sódico. Foram avaliados os teores de substituição de 10%, 20% e 30% em relação à massa de metacaulim, buscando analisar o efeito do resíduo sobre o desempenho mecânico do material. Após 10 dias de cura em temperatura ambiente, as amostras foram submetidas ao ensaio de resistência à compressão, a fim de verificar o comportamento das misturas frente à amostra de referência. Os resultados indicaram redução gradual da resistência mecânica com o aumento do teor de resíduo, comportamento coerente com a literatura para sistemas contendo adições orgânicas ou de baixa reatividade. Contudo, os valores obtidos mantiveram-se adequados para aplicações não estruturais, como elementos de revestimento, pavers e mobiliário urbano. Assim, o estudo demonstra o potencial do uso de resíduos melamínicos na formulação de argamassas geopoliméricas, destacando a contribuição ambiental dessa prática ao promover a valorização de subprodutos industriais e a redução do impacto ambiental associado à produção de cimento Portland.

Palavras-chave: Geopolímero, ativação alcalina, indústria madeireira, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A construção civil exerce papel essencial no desenvolvimento socioeconômico mundial, mas é também uma das maiores responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera. Esse impacto ambiental é intensificado pelo elevado consumo de concreto, cujo principal componente do cimento é o clínquer, apresenta elevada pegada de carbono. Estima-se que a produção de uma tonelada de clínquer resulte na liberação de aproximadamente uma

[1]Acadêmica do curso de Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[2]Professora Doutora, Engenharia Civil, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
[3]Professora Doutora, Engenharia Mecânica, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

tonelada de CO_2, o que corresponde a cerca de 5% a 8% das emissões globais desse gás, tornando o cimento Portland um dos materiais mais poluentes empregados na construção civil (Davidovits, 1994; Zidi; Ltifi; Zafar, 2021).

O uso extensivo desse material evidencia a necessidade urgente de desenvolver alternativas de menor impacto ambiental, que mantenham propriedades físico-mecânicas adequadas e apresentem viabilidade econômica. Nesse contexto, os materiais geopoliméricos têm se destacado como uma das alternativas mais promissoras, por aliarem baixo consumo energético, potencial de reaproveitamento de resíduos industriais e redução significativa de emissões de CO_2 (Akduman et al., 2021; Shee-Ween et al., 2021). Esses materiais são sintetizados por meio da policondensação de aluminossilicatos em meio fortemente alcalino, geralmente utilizando soluções de hidróxido ou silicato de sódio ou potássio, e apresentam propriedades químicas e mecânicas comparáveis — e, em alguns casos, superiores — às dos materiais à base de cimento Portland (Davidovits, 2002; Zhang et al., 2022).

Nesse cenário, a incorporação de resíduos em matrizes geopoliméricas representa uma estratégia de economia circular, que contribui para a redução de passivos ambientais e para a valorização de subprodutos industriais.

Considerando a importância de utilizar resíduos de origem local, a fim de minimizar as emissões associadas ao transporte, este estudo direcionou-se à região do Meio-Oeste catarinense, marcada pela concentração de indústrias madeireiras. Dentre elas, selecionou-se uma empresa produtora de MDF, cujo processo gera como subproduto o revestimento melamínico, material composto por resinas sintéticas de difícil degradação ambiental. Assim, o presente trabalho investiga o potencial de aproveitamento desse resíduo na formulação de argamassas geopoliméricas, contribuindo para o avanço de soluções construtivas ambientalmente sustentáveis.

METODOLOGIA

A formulação da argamassa geopolimérica foi desenvolvida com base em um precursor rico em aluminossilicatos e em ativadores alcalinos adequados para promover a reação de geopolimerização. Como material precursor, empregou-se o metacaulim, escolhido pelas suas características, que favorecem a dissolução e a reatividade dos óxidos de silício e alumínio presentes. O material apresenta coloração creme clara e textura homogênea, sendo amplamente utilizado em estudos relacionados à produção de ligantes geopoliméricos.

Os ativadores alcalinos utilizados foram o hidróxido de sódio (NaOH) e o silicato de sódio (Na_2SiO_3). Inicialmente, preparou-se a solução alcalina dissolvendo micropérolas de NaOH em água destilada à temperatura ambiente, sob agitação magnética, até completa homogeneização. Em seguida, adicionou-se o silicato de sódio, compondo a solução ativadora final. A formulação foi mantida conforme a literatura de Scolaro (2019) e é mostrada a seguir:

50,00% Metacaulim + 16,67% de NaOH (5Mols/L) + 33,33% de Na_2SiO_3 (1)

Além da amostra de referência, sem resíduo, foram produzidas três formulações adicionais contendo resíduo melamínico proveniente de uma indústria madeireira do Meio-Oeste catarinense. O resíduo, obtido como subproduto do processo de fabricação de painéis de MDF, consiste em fragmentos achatados do revestimento melamínico das chapas, com dimensões variando entre 1 e 3 mm. Por apresentar baixa densidade e características orgânicas, o resíduo foi incorporado como adição à matriz, e não como precursor, nas proporções de 10%, 20% e 30% em relação à massa total de material seco.

A escolha desse resíduo foi motivada por razões ambientais e regionais, dada a significativa geração local de resíduos melamínicos e sua difícil degradação ambiental. A incorporação do material visou avaliar sua influência nas propriedades físicas e mecânicas da argamassa geopolimérica, além de propor uma alternativa sustentável para destinação desse subproduto industrial.

O processo de mistura consistiu na mistura dos componentes secos, seguida da adição da solução alcalina até a obtenção de uma pasta com aspecto liso e homogêneo. Após a fabricação da pasta e colocação nos moldes, as amostras foram mantidas em cura ao ar, a 15 ± 3 °C, por 10 dias, até a realização do ensaio de resistência à compressão axial, conduzido conforme os procedimentos da NBR 7215 (ABNT, 2019). Para cada composição, foram moldadas três amostras, e os resultados apresentados correspondem à média dos valores obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os corpos de prova obtidos apresentaram a aparência mostrada na Figura 1. Observa-se que a composição de referência, sem adição de resíduo, apresenta textura mais lisa, uniforme e homogênea, indicando uma matriz mais densa e bem compactada. Em contrapartida, nas amostras contendo resíduo, é possível identificar visualmente a presença desse material, que se destaca na superfície do compósito geopolimérico. A incorporação do resíduo também resultou em aumento da porosidade, o que compromete a compactação da matriz e, consequentemente, reduz a resistência mecânica do material.

Figura 1: Argamassas geopoliméricas produzidas (a) sem resíduo; (b) 10% de resíduo; (c) 20% de resíduo; (d) 30% de resíduo (A AUTORA (2025))

O geopolímero de referência foi produzido utilizando a mesma formulação proposta por Scolaro (2019; 2023). No entanto, as resistências à compressão obtidas neste estudo foram aproximadamente 50% inferiores às registradas em pesquisas anteriores, conforme apresentado na Tabela 1. Apesar de ambos os estudos adotarem a cura em temperatura ambiente, destaca-se que a cidade onde Scolaro (2019; 2023) conduziu os experimentos possui temperaturas médias mais elevadas que o local de realização desta pesquisa, o que pode ter influenciado significativamente o processo de geopolimerização.

De acordo com Hu et al. (2021), a reação de geopolimerização ocorre em duas etapas: inicialmente, uma reação endotérmica, responsável pela dissolução dos íons na solução alcalina, seguida por uma etapa exotérmica de policondensação, em que ocorre a gelificação e a formação da estrutura tridimensional do material. Dessa forma, temperaturas mais baixas durante a cura retardam essas reações, comprometendo a formação da rede geopolimérica e reduzindo a resistência final do compósito.

Tabela 1: Resistência à compressão aos 10 dias dos geopolímeros produzidos

	Resistência à compressão (Mpa)	Desvio padrão
Sem adição de Resíduos	22,97	1,96
Com 10% de resíduo	10,83	2,75
Com 20% de resíduo	8,83	1,55
Com 30% de resíduo	4,37	0,70

Para os materiais com adição de resíduo, era esperado que ocorresse redução na resistência mecânica, resultado amplamente relatado na literatura (Sun et al., 2018; Scolaro, 2019; Ueno, 2019; Adamu et al., 2021; Hossain, Roy e Bae, 2021; Scolaro, 2023; Wang et al., 2024). Essa redução está relacionada ao aumento da porosidade, à descontinuidade da matriz e à menor disponibilidade de material ligante para a formação da rede de alumino-silicatos.

Observando-se a Tabela 1, nota-se que a adição de 10% de resíduo promoveu redução superior a 50% na resistência à compressão. Entretanto, o aumento do teor para 20% não ocasionou diferença significativa em relação à dosagem de 10%. Assim, sob o ponto de vista técnico e de sustentabilidade, a utilização de 20% de resíduo mostrou-se mais interessante, visto que possibilita o aproveitamento do subproduto industrial sem comprometer de forma tão acentuada o desempenho mecânico do material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de resíduo melamínico em matrizes geopoliméricas mostrou-se viável e ambientalmente relevante, evidenciando potencial para o reaproveitamento desse subproduto em aplicações não estruturais da construção civil. A dosagem de 20% destacou-se por possibilitar o uso de uma quantidade significativa de resíduo sem comprometer excessivamente o desempenho do material, cuja resistência à compressão média (8,83 MPa) é compatível com aplicações como blocos de vedação, revestimentos, pavers e mobiliário urbano. Apesar da

redução de resistência em relação à amostra de referência e da inviabilidade para fins estruturais, os resultados reforçam o caráter sustentável da proposta, contribuindo para a valorização de resíduos industriais e para o desenvolvimento de materiais de menor impacto ambiental. Recomenda-se que estudos futuros avaliem diferentes condições de cura, proporções de adição e tratamentos prévios do resíduo, visando aprimorar o desempenho e ampliar o campo de aplicação dos geopolímeros produzidos.

REFERÊNCIAS

ADAMU, Musa et al. Mechanical performance and optimization of high-volume fly ash concrete containing plastic wastes and graphene nanoplatelets using response surface methodology. Construction and Building Materials, v. 308, n. September, p. 125085, 2021.

AKDUMAN, Ş. et al. Experimental investigations on the structural behaviour of reinforced geopolymer beams produced from recycled construction materials. Journal of Building Engineering, v. 41, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7215: Cimento Portland – Determinação da resistência à compressão de corpos de provas cilíndricos. Rio de Janeiro, p. 18. 2019.

DAVIDOVITS, J. Global Warming Impact on the Cement and Aggregates Industries. World Resource Review, v. 6, n. 2, p. 263–278, 1994.

DAVIDOVITS, P. J. 30 Years of Successes and Failures in Geopolymer Applications.Geopolymer 2002 Conference, p. 1–16, 2002.

HOSSAIN, S. S.; ROY, P. K.; BAE, C. J. Utilization of waste rice husk ash for sustainable geopolymer: A review. Construction and Building Materials, 2021.

HU, W. et al. Mix design optimization and early strength prediction of unary and binary geopolymer from multiple waste streams. Journal of Hazardous Materials, v. 403, p. 1– 11, 2021.

LIZCANO, M. et al. Mechanical properties of sodium and potassium activated metakaolinbased geopolymers. Journal of Materials Science, v. 47, n. 6, 2012.

SCOLARO, Leticia Maria. Argamassas geopoliméricas com areia descartada de fundição obtidas por ativação em meio alcalino sódico. Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais, p. 1–84, 2019.

SCOLARO, L. M. Imobilização de resíduos tóxicos em geopolímero com areia descartada de fundição. Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais, p. 1–129, 2023.

SHEE-WEEN, O. et al. Cold-pressed fly ash geopolymers: effect of formulation on mechanical and morphological characteristics. Journal of Materials Research and Technology, v. 15, p. 3028–3046, 2021.

UENO, O. K. Argamassas Geopoliméricos com Adição de Areia de Fundição Descartada. Uma Alternativa para o Destino dos Resíduos Gerados na Indústria de Fundição.Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais, 138 p. 2019.

WANG, Fei et al. Fully recycled engineered geopolymer composite: Mechanical properties and sustainability assessment. Journal of Cleaner Production, v. 471, 15 set. 2024.

ZIDI, Z.; LTIFI, M.; ZAFAR, I. Synthesis and attributes of nano-SiO2 local metakaolin based-geopolymer. Journal of Building Engineering, v. 33, 2021.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE QUEIJOS FRESCOS E RICOTAS COMERCIALIZADOS: PESQUISA DE COLIFORMES E SALMONELLA SP

Categoria: Projeto de Iniciação Científica

Ana Letícia Varotto[1]
Andressa Ana Ansiliero[2]

Resumo – A qualidade microbiológica de produtos lácteos é essencial para garantir a segurança alimentar e prevenir riscos à saúde. Este estudo teve como objetivo avaliar a presença de Salmonella sp., coliformes totais e coliformes termotolerantes em amostras de ricota e queijo fresco. Foram analisadas quatro amostras, duas de ricota e duas de queijo fresco, submetidas à homogeneização em água peptonada a 0,1% e a diluições seriadas de 10^{-1} a 10^{-3}. As análises seguiram metodologias clássicas, utilizando Caldo Lauril Sulfato Triptose (LST) e Caldo Escherichia coli (EC) para coliformes, e Ágar Salmonella-Shigella (SS) para detecção de Salmonella sp. Os resultados indicaram presença de coliformes totais em todas as amostras de ricota e na amostra 4 de queijo fresco, revelando falhas higiênico-sanitárias e possível contaminação ambiental. Somente a amostra 3 de queijo fresco apresentou ausência de microrganismos indicadores. Nenhuma das amostras apresentou crescimento de Salmonella sp., atendendo aos padrões da RDC nº 331/2019 da ANVISA. Conclui-se que parte das amostras avaliadas apresentou qualidade microbiológica insatisfatória, reforçando a necessidade de aprimoramento nas práticas de higiene e controle durante o processamento de produtos lácteos.

Palavras-chave: coliformes; Salmonella; queijos frescos; segurança alimentar.

INTRODUÇÃO

A segurança microbiológica dos produtos lácteos, em especial dos queijos frescos, representa um aspecto essencial da segurança alimentar. O aumento do consumo desses alimentos no mundo todo tem despertado maior atenção da comunidade científica para a investigação de contaminantes capazes de colocar em risco a saúde dos consumidores (Bourneu et al., 2020). Os queijos frescos, por apresentarem alto teor de umidade e pH favorável ao desenvolvimento microbiano, oferecem condições propícias para a multiplicação de patógenos como Salmonella sp., Listeria monocytogenes e coliformes fecais (Costa et al., 2021).

Historicamente, o queijo foi utilizado como uma forma de conservação do leite, especialmente por produtores de regiões rurais afastadas dos grandes centros consumidores (Azevedo et al., 2017). No entanto, estudos microbiológicos realizados nas últimas décadas têm evidenciado a presença de diferentes bactérias patogênicas em queijos produzidos no Brasil.

[1] Discente do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Docente do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além disso, produtos lácteos em geral são reconhecidos como potenciais veículos de transmissão de microrganismos causadores de doenças, o que reforça a necessidade de que sua qualidade microbiológica atenda a padrões rigorosos, assegurando a segurança do consumidor (Dupin, 2020).

Nesse contexto, a análise microbiológica de alimentos, especialmente dos queijos frescos, é indispensável para o controle de qualidade e para a detecção de agentes patogênicos que possam representar risco à saúde pública (Gazzotti et al., 2021). No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) estabelece limites específicos para a presença de Salmonella sp., Listeria monocytogenes e coliformes fecais em produtos lácteos, com o intuito de prevenir surtos alimentares e garantir a inocuidade dos alimentos (ANVISA, 2019).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo investigar a presença desses microrganismos em queijos frescos, contribuindo para a identificação de pontos críticos ao longo da cadeia produtiva e para o aprimoramento das medidas de controle que assegurem a qualidade e a segurança do produto.

METODOLOGIA

Preparação das análises: No laboratório, as amostras serão preparadas sob condições estéreis em cabine de fluxo laminar para minimizar o risco de contaminação ambiental. O procedimento seguirá as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2019).

Homogeneização da Amostra: Foram selecionadas 4 amostras sendo elas: 2 de ricota e 2 de queijo fresco. Sendo identificadas como amostras 1, amostra 2, amostra3 e amostra 4, respectivamente. Uma porção de aproximadamente 25 g de cada queijo foi pesada em balança analítica e transferida para um frasco estéril contendo 225 mL de solução água salina peptonada a 0,1%, formando uma diluição inicial de 10^{-1}.

Diluições Seriadas: Foram realizadas diluições seriadas da suspensão inicial em tubos estéreis com água peptonada a 0,1% para garantir que as contagens microbiológicas estejam dentro do limite ideal para análise (Costa et al., 2021). As diluições variam de 10^{-1} a 10^{-3}, feitas transferindo 1 mL da diluição anterior para 9 mL de diluente.

Teste para presença de Salmonella sp.: foi realizada de acordo com a metodologia proposta pela Organização Internacional de Normalização (ISO, 2010). Após a diluição da amostra em água peptonada, a amostra foi incubada a 35 °C por 24 horas. Em seguida, 1 mL transferido para tubos contendo 9 mL de caldo Tetrationato, incubados a 35 °C por 24 horas. Após essa etapa de incubação, uma alíquota do caldo Tetrationato será semeada no meio Ágar Salmonella-Shigella. As placas incubadas a 35 °C por 24 horas, e então observada a presença de colônias típicas de Salmonella (colônias com centro negro).

Teste para presença de coliformes termotolerantes: Para o teste presuntivo de coliformes totais, foi transferido 1 mL das respectivas diluições para uma série de cinco tubos, cada um contendo 9 mL de Caldo Lauril Sulfato Triptose (LST) e um tubo de Durham invertido, e os tubos incubados em estufa a 35°C por 48 horas. Para a quantificação de coliformes termotolerantes, alíquotas das amostras positivas (turbidez e/ou presença de gás no tubo de Durham) foram

transferidas para tubos contendo caldo Escherichia coli (EC), incubados em estufa a 44,5º±0,2ºC por 24 horas. Foram considerados positivos os tubos que apresentarem turbidez e/ou contiverem formação de gás no interior do tubo de Durham.

Análise de dados: Após a incubação, as colônias características de cada patógeno serão contadas e os resultados expressos em Unidades Formadoras de Colônia por grama (UFC/g) do produto, conforme padrões recomendados pela ANVISA (2019). Caso as amostras apresentem crescimento acima dos limites permitidos, isso indicará um potencial risco microbiológico, justificando ações corretivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise microbiológica das amostras de ricota e queijo fresco revelou diferenças significativas na contaminação por coliformes totais e termotolerantes, embora todas as amostras tenham apresentado resultado negativo para Salmonella sp., o que está em conformidade com os padrões microbiológicos estabelecidos pela Resolução RDC nº 331/2019 da ANVISA, que determina a ausência desse patógeno em 25 g de produto, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado das análises microbiológicas

Amostra	Matéria-prima	Diluição	Coliformes totais	Coliformes termotolerantes	*Salmonella* sp.
1	Ricota	10^{-1}	+	–	-
		10^{-2}	+	–	–
		10^{-3}	+	–	–
2	Ricota	10^{-1}	+	–	–
		10^{-2}	+	–	–
		10^{-3}	–	–	–
3	Queijo fresco	10^{-1}	-	-	–
		10^{-2}	-	-	–
		10^{-3}	–	–	–
4	Queijo fresco	10^{-1}	+	+	-
		10^{-2}	+	+	-
		10^{-3}	+	+	–

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As amostras de ricota (1 e 2) apresentaram presença de coliformes totais em todas as diluições analisadas (10^{-1} a 10^{-3}), o que indica falhas nas boas práticas de fabricação (BPF) ou contaminação pós-processamento. Apesar disso, a ausência de coliformes termotolerantes sugere que não houve contaminação fecal recente, mas sim contaminação ambiental, possivelmente proveniente de utensílios, manipuladores ou equipamentos (Franco; Landgraf, 2018).

As amostras de queijo fresco (3 e 4) mostraram comportamentos distintos: a amostra 3 apresentou ausência total de coliformes, evidenciando um bom controle higiênico-sanitário durante o processamento. Por outro lado, a amostra 4 apresentou presença tanto de coliformes totais quanto termotolerantes nas três diluições testadas, o que representa um indicativo de

contaminação fecal, sendo inaceitável para produtos lácteos prontos para consumo, conforme os limites estabelecidos pela legislação brasileira (BRASIL, 2019).

A detecção de coliformes em queijos frescos é especialmente relevante, pois esses produtos possuem alta atividade de água e pH próximo à neutralidade, condições favoráveis ao crescimento microbiano (Jay; Loessner; Golden, 2021). Além disso, a manipulação excessiva e a falta de refrigeração adequada aumentam o risco de multiplicação bacteriana (Santos et al., 2022).

A ausência de Salmonella sp. em todas as amostras é um achado positivo, demonstrando que o tratamento térmico aplicado durante o processamento (como a pasteurização do leite) foi eficaz na eliminação de patógenos. Entretanto, a presença de coliformes totais e termotolerantes ainda indica risco potencial à saúde do consumidor, uma vez que esses microrganismos são indicadores de falhas na higiene e de possíveis condições favoráveis ao crescimento de patógenos (SILVA et al., 2020).

De forma geral, os resultados sugerem que os produtos analisados apresentaram padrões microbiológicos aceitáveis apenas para a amostra 3, enquanto as demais necessitam de melhorias nas condições higiênico-sanitárias de produção, armazenamento e manipulação, além de capacitação dos manipuladores e monitoramento periódico da qualidade microbiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas uma das quatro amostras analisadas apresentou padrão microbiológico satisfatório para consumo. As demais necessitam de melhorias nas etapas de manipulação e sanitização, bem como capacitação dos manipuladores e revisão dos procedimentos operacionais padronizados. O monitoramento microbiológico periódico é fundamental para prevenir contaminações e assegurar a qualidade e segurança dos produtos lácteos comercializados.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo de Apoio à Pesquisa da UNIARP pela bolsa de fomento oferecida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Carlos *et al*. Qualidade microbiológica do queijo de manteiga comercializado em supermercados e feiras livres da cidade de Natal, RN. Higiene Alimentar, 31(266/267): 91-95, 2017.

BOURNEU, Delphine Marie *et al*. Microbiological quality and safety assessment of dairy products in small-scale production units. Journal of Dairy Science, v. 103, n. 3, p. 1923-1930, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3168/jds.2019-17621. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Resolução RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 2019.

COSTA, Ana Carolina Rodrigues; SILVA, Fernanda Rodrigues; ALMEIDA, Eliane Cristina. Avaliação microbiológica de queijos frescos comercializados em feiras livres. **Revista de Microbiologia Aplicada**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 89–97, 2021.

COSTA, Rafael *et al*. *Salmonella* and *Listeria* in Dairy Products: A Review on the Occurrence, Contamination Sources, and Prevention Methods. **Food Microbiology**, v. 98, n. 5, p. 104034, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.fm.2020.104034. Acesso em: 23 dez. 2024.

DUPIN, Laura Vanessa. "Eu sou parte de uma classe de produtores que perdeu a sabedoria lá de trás e começou a pisar dentro das tecnologias": trajetórias camponesas na fabricação de queijos artesanais em Minas Gerais. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, 40: 153-173, 2020.

FRANCO, Bernadette Dora Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. **Microbiologia dos Alimentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2018.

GAZZOTTI, Tommaso *et al*. *Listeria monocytogenes* in Dairy Products: Surveillance and Control in the Food Industry. **Frontiers in Microbiology**, v. 12, p. 617-625, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fmicb.2021.616225. Acesso em: 23 dez. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 6579-1:2010 - Microbiology of food and animal feeding stuffs - Horizontal method for the detection, enumeration and serotyping of *Salmonella* - Part 1: **Detection of *Salmonella* spp**. Genebra, 2010.

JAY, James Monroe; LOESSNER, Martin Joseph; GOLDEN, David Allen**. Modern Food Microbiology.** 8th ed. New York: Springer, 2019.

SILVA, Neusely de et al. ***Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água***. 6. ed. São Paulo: Blücher, 2017.

SOUZA, Vanessa Carvalho de; MENDONÇA, Rafael Carvalho da Silva; SANTOS, Ana Maria dos. /ndicadores higiênico-sanitários em produtos lácteos artesanais e industriais. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 1–13, 2023.

ALFAZEMA (LAVANDULA ANGUSTIFOLIA) NO MANEJO DA CÓLICA INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS

Categoria: Pesquisa científica

Josiane Caroline Rodrigues[1]
Alana Karine Baldicera[2]

Resumo – A cólica infantil representa um dos distúrbios gastrointestinais mais comuns durante os primeiros meses de vida, provocando desconforto intenso e choro persistente. Tal condição acarreta não apenas sofrimento no lactente, mas também impactos emocionais e psicológicos nos cuidadores. Este estudo, conduzido por meio de uma revisão bibliográfica integrativa e qualitativa, investigou o potencial terapêutico da Lavandula angustifolia (alfazema) como alternativa natural e segura no manejo da cólica infantil, com base em evidências científicas recentes e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 12 da ONU. A literatura aponta que o linalol e o acetato de linalila, principais constituintes do óleo essencial da alfazema, possuem ações antiespasmódica, analgésica, sedativa e ansiolítica, sendo eficazes na redução dos espasmos intestinais e na promoção do relaxamento. A aplicação tópica, por meio de massagem abdominal com óleo essencial diluído, apresenta o melhor perfil de segurança e eficácia. Conclui-se que a Lavandula angustifolia constitui uma terapia complementar promissora e de baixo risco, alinhada às práticas de cuidado humanizado e à fitoterapia racional, embora sejam necessários ensaios clínicos controlados para padronizar seu uso na prática pediátrica.

Palavras-chave: alfazema; cólica; dor; linalol; óleo essencial.

INTRODUÇÃO

A cólica infantil é caracterizada por episódios de choro intenso e inconsolável em lactentes saudáveis, geralmente no primeiro trimestre de vida. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores gastrointestinais, imaturidade do sistema nervoso e alterações na microbiota intestinal (Heghes et al., 2019). Esse quadro impacta negativamente o bem-estar familiar, podendo levar ao estresse parental e ao aumento do risco de depressão pós-parto (Çetinkaya ; Basbakkal, 2012).

A busca por terapias complementares, seguras e naturais, tem estimulado o interesse pelo uso de plantas medicinais, especialmente as com propriedades calmantes e antiespasmódicas. Nesse contexto, a Lavandula angustifolia (alfazema) destaca-se por suas propriedades farmacológicas amplamente estudadas, atribuídas aos seus constituintes voláteis, principalmente linalol e acetato de linalila (Batiha et al., 2023).

[1]Aluno do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Tradicionalmente utilizada como sedativo, relaxante e antiespasmódico, a alfazema atua sobre o sistema nervoso central, promovendo modulação dos receptores GABAérgicos, além de exercer efeitos anti-inflamatórios e antioxidantes (Cardia et al., 2018). Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o potencial farmacológico da Lavandula angustifolia no manejo da cólica infantil, reforçando sua aplicabilidade dentro da farmacoterapia integrativa e alinhada ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa, qualitativa e exploratória, fundamentada na coleta de dados científicos nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO, LILACS, ScienceDirect e Google Scholar. Foram utilizados os descritores controlados: "Lavandula angustifolia", "infantile colic", "essential oil", "linalool" e "antispasmodic effect", combinados por operadores booleanos (AND/OR).

Os critérios de inclusão envolveram artigos científicos, revisões sistemáticas e ensaios clínicos publicados entre 2019 e 2025, em português, inglês ou espanhol, que abordassem a composição química, propriedades farmacológicas e uso terapêutico da alfazema. Foram excluídos trabalhos sem revisão por pares e estudos experimentais sem relevância clínica. Os dados foram categorizados conforme composto ativo, mecanismo de ação e evidência de eficácia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos fitoquímicos contemporâneos confirmam que o óleo essencial de Lavandula angustifolia apresenta predominância de monoterpenos (linalol, linalil acetate, terpinenos), sendo o linalol o composto mais frequentemente associado a efeitos sedativos e modulação GABAérgica (Quadro 1) , além de propriedades antiespasmódicas e analgésicas em modelos experimentais (Heghes et al., 2019; Hajhashemi et al., 2003). Essas ações explicam o potencial de redução de espasmos da musculatura lisa intestinal e a promoção de relaxamento autonômico.

Quadro 1- Componente ativo com a sua principal propriedade farmacológica.

Componente Ativo Principal	Propriedades Farmacológica / Mecanismo de Ação
Linalol	Efeito Antiespasmódico
Linalol	Efeito Sedativo e Calmante
Acetato de Linalila	Efeito Antiespasmódico
Acetato de Linalila	Efeito Analgésico (ajuda na redução da dor)
Óleo Essencial de Alfazema	Aplicação Terapêutica Segura

Fonte: Os autores (2025).

Ensaios clínicos randomizados e estudos controlados (internacionais e regionais) avaliando a massagem abdominal com óleo de lavanda diluído e a inalação de lavanda em baixas concentrações relataram redução significativa no tempo de choro e nos escores de dor/estresse em neonatos e lactentes comparados a controles ou a outras intervenções (por exemplo, massagem sem óleo, banho) (estudos RCT recentes e revisões). Em recém-nascidos, um RCT detectou redução de indicadores imediatos de dor e estresse com massagem aromaterápica em comparação com banho aromaterápico e controle, sugerindo que a massagem é via mais eficaz para transferência cutânea e estímulo de conforto.

Um RCT duplo-cego recente focado em choro noturno por cólica mostrou que a inalação de óleo de lavanda em concentrações seguras reduziu a duração do choro noturno e melhorou o humor materno, o que pode ser clinicamente relevante pela interação entre o estado emocional do cuidador e a resposta calmante do lactente. Contudo, tamanhos amostrais e protocolos variam, o que limita generalizações diretas.

Mapas de evidência e revisões de abrangência regional (BVS/PAHO) e artigos indexados em SciELO mostram interesse crescente no Brasil por práticas integrativas que incluam aromaterapia; além disso, estudos nacionais sobre massagem e intervenções táteis apontam benefícios para redução do choro e melhora do sono — ainda que trabalhos especificamente randomizados no contexto brasileiro com óleo de lavanda e cólica sejam escassos, mostrando lacuna para pesquisas locais controladas. A produção científica brasileira sobre massagem neonatal e manejo da dor reforça a aplicabilidade prática de protocolos de massagem com óleos (base vegetal) e a necessidade de adaptação cultural e normatização.

A segurança pediátrica do óleo de lavanda depende da qualidade do produto (pureza, espécies botânicas corretas), da diluição (concentrações habitualmente recomendadas para lactentes são baixas — p.ex. 0,25–1% para banhos ou 0,5–1% para massagem, quando demonstrado seguro) e da via de administração. Reações cutâneas e sensibilização são raras quando se utiliza óleo essencial de qualidade e diluições adequadas, mas há relatos pontuais de hipersensibilidade; portanto, teste de contato e supervisão profissional são imprescindíveis. Estudos clínicos recentes também enfatizam risco de variabilidade entre óleos comerciais e a necessidade de rotulagem e controle analítico.

As limitações observadas nas séries avaliadas incluem: heterogeneidade metodológica (doses, modo de aplicação, tempo de avaliação), amostras pequenas, unicêntricos, e falta de padronização farmacotécnica dos produtos de lavanda. Recomenda-se: (a) estudos clínicos randomizados multicêntricos no contexto brasileiro com protocolos padronizados de diluição e massagem; (b) avaliação de desfechos combinados (tempo total de choro, qualidade do sono, indicadores de estresse fisiológico no lactente e bem-estar materno); (c) análises de segurança (teste de irritação, sensibilidade, efeitos a longo prazo); (d) padronização e controle de qualidade dos óleos essenciais utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAS

A partir das evidências recentes, a Lavandula angustifolia figura como alternativa complementar promissora no manejo da cólica infantil, especialmente quando empregada por

massagem abdominal com óleo essencial devidamente diluído ou por inalação em concentrações seguras. Os mecanismos biológicos plausíveis incluem atividade antiespasmódica sobre músculo liso intestinal e modulação do sistema nervoso autônomo via efeitos sedativos/anxiolíticos do linalol e do acetato de linalila. Em termos práticos para a Farmácia clínica e a Atenção Primária à Saúde, recomenda-se: orientação profissional, preferência por produtos padronizados, início de uso com teste cutâneo e monitorização, além de sempre encaminhar para avaliação pediátrica. Entretanto, para incorporação em protocolos clínicos oficiais no Brasil são necessários ensaios clínicos controlados locais que estabeleçam segurança, eficácia e padronização. A pesquisa brasileira tem potencial para liderar estudos multicêntricos e contextualizados culturalmente, fortalecendo a fitoterapia racional e o cuidado centrado na família.

REFERÊNCIAS

BATIHA, G. E. S. *et al.* A review of the bioactive components and pharmacological properties of Lavandula species. **Naunyn-Schmiedeberg's Archives of Pharmacology,** v. 396, n. 5, p. 877–900, 2023.
Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00210-022-02340-0. Acesso em: 28 out. 2025.

CARDIA, G. F. E. *et al.* Effect of Lavender (Lavandula angustifolia) Essential Oil on Acute Inflammatory Response. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2018, p. 1–8, 2018.
Disponível em: https://www.hindawi.com/journals/ecam/2018/1413940/. Acesso em: 28 out. 2025.

ÇETINKAYA, B.; BAŞBAKKAL, Z. The effectiveness of aromatherapy massage using lavender oil as a treatment for infantile colic. **International Journal of Nursing Practice,** v. 18, n. 2, p. 164–169, 2012.
Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22435943/. Acesso em: 28 out. 2025.

FRANCO, A. L. P. Avaliação da composição química e atividade antibacteriana dos óleos essenciais de Aloysia gratissima, Ocimum gratissimum e Curcuma longa. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 2, p. 1–9, 2007.
Disponível em: https://revistas.ufg.br/REF/article/view/2814. Acesso em: 28 out. 2025.

HAJHASHEMI, V.; GHANNADI, A.; SHARIF, B. Anti-inflammatory and analgesic properties of the leaf extracts and essential oil of Lavandula angustifolia Mill. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 89, n. 1, p. 67–71, 2003.
Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0378-8741(03)00234-4. Acesso em: 28 out. 2025.

HEGHES, S. C. *et al*. Antispasmodic Effect of Essential Oils and Their Constituents: **A Review. Molecules**, v. 24, n. 9, p. 1675, 2019.
Disponível em: https://www.mdpi.com/1420-3049/24/9/1675. Acesso em: 28 out. 2025.

JORGE, R. E.; CAPERTA, A. C. D.; TEIXEIRA, G. Ontogenia dos tricomas em cotilédones e plântulas de Lavandula pedunculata (alfazema). Lisboa, 2012.
Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8352. Acesso em: 28 out. 2025.

KÜTÜK, H.; ÇETİN, B. *et al.* Effects of Aromatherapy on Pain, Stress, and Behaviors of Newborns: a randomized controlled trial. **Journal of Nursing Research**, 2024.
Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39480678/. Acesso em: 28 out. 2025.

MAPA DE EVIDÊNCIAS – **Aromaterapia: Relatório e compilação regional. Mapa de Evidências sobre a Efetividade Clínica da Aromaterapia**. Brasília: BVS/OPAS, 2023.
Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/10/1410881/aromaterapia_informe_pt_out23.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

PINTO, J. E. B. P. et al. Aspectos morfofisiológicos e conteúdo de óleo essencial de plantas de alfazema-do-Brasil em função de níveis de sombreamento. **Horticultura Brasileir**a, v. 25, n. 2, p. 210–214, 2007.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/hb/a/4ThR7SgYTdHg8KqgqjkBfzN/. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA, P. F.; MENDONÇA, L. C.; OLIVEIRA, R. A. Massagem para alívio da dor em recém-nascidos: revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, 2022.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/kwWdY8nVXpf9yzV36Cjq3mg/. Acesso em: 28 out. 2025.

USP. Universidade de São Paulo. **Uso de aromaterapia com óleo essencial de lavanda como prática integrativa complementar em saúde**. São Paulo: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, 2021.
Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/bitstreams/540f2b3d-064b-41bd-97e0-fff32147a2e4. Acesso em: 28 out. 2025.

YANG, J.; PARK, H. Efficacy of Aromatherapy for Night Crying in Infants with Infantile Colic: a double-blind randomized controlled trial. **Frontiers in Pediatrics,** v. 11, p. 232–240, 2023.
Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9999098/. Acesso em: 28 out. 2025.

DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO PARA ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOMOTORA EM BEBÊS DE 6 A 7 MESES: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA COM BASE NO DESIGN THINKING

Categoria: Iniciação Científica

Vitória Maria Bergonsi[1]
Micheli Martinello[2],[3]

Resumo – A estimulação neuropsicomotora na primeira infância é fundamental para o desenvolvimento de funções essenciais nos bebês. O presente estudo teve como objetivo desenvolver um produto para estimulação neuropsicomotora em bebês de 6 a 7 meses, utilizando a metodologia do Design Thinking. A proposta resultou na criação do Dado Sensorial, confeccionado manualmente com materiais seguros e atóxicos, que integra estímulos táteis, visuais, auditivos e motores. As faces do brinquedo apresentam diferentes texturas, cores contrastantes, elementos variados e guizos internos que produzem sons suaves, visando promover a exploração ativa e o desenvolvimento integrado das habilidades sensoriais e motoras. Seguiu as etapas de empatia, definição, ideação, prototipagem e teste, garantindo que o produto fosse adequado à faixa etária e às necessidades de desenvolvimento neuropsicomotor. Sugere-se que o Dado Sensorial representa um recurso lúdico e acessível, alinhado aos princípios da fisioterapia pediátrica e à estimulação multissensorial, com potencial para favorecer a coordenação motora, a percepção tátil e a integração sensorial em bebês.

Palavras-chave: fisioterapia; estimulação precoce; desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) refere-se ao processo contínuo e progressivo pelo qual a criança adquire e aperfeiçoa habilidades simples para complexas. Enquanto a estimulação adequada e o acompanhamento precoce são essenciais para um desenvolvimento motor saudável, sendo a fisioterapia fundamental na intervenção de atrasos ou dificuldades, por meio de técnicas específicas que favorecem a aquisição e o aprimoramento de habilidades motoras e sensório-motoras (Purpura; Coratti, 2024; Bagrowski, 2025; Trussardi et al., 2025).

A estimulação sensório-motora, por sua vez, constitui uma intervenção precoce amplamente recomendada nos cuidados neonatais, sendo composta por estratégias que oferecem estímulos multissensoriais, auditivos, táteis, visuais e vestibulares, ajustados à idade

[1]Aluna do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Grupo de Pesquisa de Doenças Crônicas Não Transmissíveis na Saúde Pública, Programa de Pós-graduação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

gestacional, ao peso e ao nível de desenvolvimento funcional do bebê, a partir de desfechos no DNPM, especialmente nos primeiros meses de vida (Reco et al., 2025). Para isso, o brincar constitui um elemento central na infância e representa, para a fisioterapia pediátrica, um recurso terapêutico significativo. Por meio das brincadeiras, a criança explora o ambiente, descobre suas capacidades e desenvolve habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Contudo, a avaliação fisioterapêutica pediátrica deve ser individualizada, considerando limitações da criança e também potencialidades, interesses, motivações e demandas de sua família, a fim de garantir um cuidado integral e humanizado (Souza et al., 2023).

Nesse sentido, a introdução de atividades lúdicas no tratamento fisioterapêutico torna o processo mais prazeroso, significativo e engajador, uma vez que o uso de recursos lúdicos favorece a interação com o ambiente e o desenvolvimento global da criança. Para isso, atividades como música, interação visual com objetos coloridos e dinâmicos, manipulação de materiais táteis e jogos de imitação, promovem avanços progressivos nas competências necessárias ao crescimento e à participação social da criança (Santos et al., 2023; Santos et al., 2022). Diante dessa abordagem, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um produto voltado à estimulação neuropsicomotora de bebês de 6 a 7 meses, utilizando princípios de design lúdico, segurança infantil e aprendizagem sensorial.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada com base nas etapas do Design Thinking, permitindo integrar criatividade, empatia e conhecimento científico no processo de desenvolvimento do brinquedo. A primeira fase, empatia, consistiu na análise de necessidades e capacidades de um bebê de 6 a 7 meses, considerando aspectos do DNPM típicos dessa faixa etária, como o aprimoramento da coordenação olho mão, interesse por diferentes texturas e exploração tátil e oral de objetos. Sendo está fundamental para compreender como utilizar e orientar as decisões quanto ao produto e garantindo que este fosse adequado, seguro e funcional.

Na segunda fase, definição do problema, identificou-se como principal necessidade o desenvolvimento de um brinquedo que promovesse a estimulação sensorial e motora de forma lúdica e interativa. A partir dessa delimitação, foi realizada a etapa de ideação, na qual foram propostas diferentes possibilidades de brinquedos, optando-se pela criação do Dado Sensorial, por permitir múltiplas formas de exploração, como o toque, a visão, a audição e a manipulação, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e motor simultaneamente. Na etapa de prototipagem, foi confeccionado manualmente o Dado Sensorial utilizando tecidos com diferentes texturas, cores contrastantes e bolinhas coloridas, priorizando materiais atóxicos, costuras reforçadas e ausência de peças pequenas, em conformidade com normas de segurança infantil. Por fim, a fase de teste consistiu em uma simulação da interação do bebê com o brinquedo, analisando as respostas esperadas, como o interesse visual, o toque exploratório e a tentativa de manipulação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Dado Sensorial desenvolvido apresenta formato cúbico, confeccionado com materiais seguros e adaptados à faixa etária. As faces do brinquedo foram revestidas com tecidos de diferentes texturas, incluindo tecido liso, sherpa, tecido com lantejoulas, juta e uma face com velcro, a fim de proporcionar variados estímulos táteis. As superfícies foram decoradas com elementos coloridos e contrastantes, como tiras de pompons multicoloridos, além de formas e objetos lúdicos confeccionados com a parte oposta do velcro, permitindo que a criança fixe e remova as figuras durante a exploração visual e tátil do brinquedo. Cada superfície do dado foi planejada para estimular um tipo de percepção, proporcionando experiências visuais, táteis, auditivas e motoras variadas. O estímulo auditivo foi inserido por meio do uso de elementos que produzem som suave durante a manipulação, como as bolinhas de guizos costuradas dentro do dado, favorecendo a associação entre movimento e som. Além disso, o tamanho foi pensado de forma a permitir fácil manipulação e preensão pelo bebê, garantindo segurança, conforto e estímulo à exploração ativa do objeto (Figura 1).

Figura 1: Imagem ilustrativa de bebê explorando o cubo sensorial.

Fonte: Imagem gerada por IA (2025).

Durante a análise das funções do brinquedo, observou-se que o produto pode estimular múltiplas habilidades importantes no desenvolvimento infantil. O contato com as diferentes superfícies favorece a coordenação bilateral e a preensão palmar, enquanto as cores vibrantes e contrastes visuais promovem atenção visual e curiosidade exploratória. A percepção tátil é estimulada pela variedade de texturas, auxiliando na construção das primeiras experiências sensoriais e no reconhecimento de propriedades físicas dos objetos.

Além disso, a experiência de criação do brinquedo proporcionou uma vivência significativa de integração entre teoria e prática, possibilitando aplicar na prática os conhecimentos adquiridos sobre desenvolvimento infantil, ergonomia e segurança em um contexto real de aprendizagem. Esse processo contribuiu para o aprimoramento do raciocínio clínico, da capacidade de observação e da criatividade, competências essenciais na formação em fisioterapia pediátrica.

Brinquedos multissensoriais desempenham papel relevante na estimulação global do bebê, favorecendo a plasticidade neural, o engajamento atencional e a coordenação entre sistemas perceptivos e motores, aspectos amplamente reconhecidos como pilares do desenvolvimento saudável nos primeiros anos de vida (Eğrikılınç; Dere, 2024).

Uma vez que a estimulação neurossensorial é essencial para a primeira infância, pois promove o amadurecimento das funções do bebê, nos primeiros meses de vida, os estímulos sensoriais e motores desempenham atuam na formação das conexões neurais e na construção das primeiras formas de percepção e interação com o mundo (Eğrikılınç; Dere, 2024; Trussardi et al., 2025). O Dado Sensorial, ao oferecer diferentes texturas, cores, formas e possibilidades de manipulação, favorece essa exploração ativa, permitindo que o bebê utilize seus sentidos para reconhecer, organizar e atribuir significado aos estímulos. Do ponto de vista, o desenvolvimento motor caracteriza-se como um processo que envolve a integração entre sistemas neurológicos e musculares, permitindo a realização de atividades como sentar, engatinhar, ficar em pé, andar e correr (Purpura; Coratti, 2024; Bagrowski, 2025).

Nesse sentido, intervenções baseadas em estímulos sensoriais variados como os auditivos, tátil-motores, situacionais e visuais tendem a influenciar positivamente diferentes domínios do desenvolvimento na primeira infância. Contudo, ressalta-se que o impacto específico de programas multissensoriais sobre o desenvolvimento neuromuscular de prematuros permanece pouco consolidado (Zeraati et al., 2018).

Sugere-se que é por meio do toque, da visão e da audição que o bebê começa a compreender seu ambiente, enquanto a manipulação de objetos contribui para o fortalecimento da coordenação motora e da preensão palmar, evidenciando que a interação de estratégias sensoriais, treinamento motor baseado em atividades, colaboração familiar e enriquecimento ambiental, fundamentais para desfechos positivos do desenvolvimento motor e sensorial (Yildiz et al., 2025). O Dado Sensorial, por sua vez, configura-se como um instrumento de estimulação integrada, ao proporcionar ao bebê múltiplas oportunidades de interação sensório-motora. Cada face do brinquedo foi planejada para favorecer respostas exploratórias e perceptivas distintas, estimulando o uso coordenado da visão, do tato e da motricidade fina. Dessa forma, brinquedos multissensoriais representam ferramentas fundamentais para apoiar a aprendizagem precoce, estimulando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o motor, em um processo integrado e contínuo.

Considerando que os bebês são capazes de integrar informações de múltiplos sistemas sensoriais desde o nascimento e utilizar essas experiências para ampliar o repertório de ações (Ravid-Roth et al., 2025), sendo o Dado Sensorial apresenta-se como um recurso positivo para a construção ativa das sinergias sensório-motoras. Ao explorar diferentes texturas, cores e superfícies presentes no brinquedo, o bebê engaja movimentos como alcance, preensão palmar e direcionamento do olhar, ao mesmo tempo que amplia a capacidade de perceber e responder a estímulos. Assim, pode contribuir para o desenvolvimento progressivo da ação orientada a objetivos, pois promove a interação coordenada entre percepção e movimento, fundamentos essenciais para o desenvolvimento na primeira infância (Gür; Artan, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a aplicação da metodologia Design Thinking permitiu-se a criação do Dado Sensorial, um recurso que integra estímulos táteis, visuais, auditivos e motores, adequando as necessidades dessa faixa etária combinando estímulos sensoriais e motores em um recurso lúdico. O brinquedo desenvolvido demonstrou potencial para favorecer o DNPM, alinhando-se aos princípios da fisioterapia pediátrica e às evidências científicas sobre estimulação multissensorial. Contudo, sugerem-se futuros estudos com testes práticos a fim de comprovar os benefícios observados. Por fim, o estudo reforça a importância de recursos lúdicos e acessíveis para promover o desenvolvimento saudável na primeira infância.

REFERÊNCIAS

Akagündüz Eğrikılınç, D.; Dere, Z. Development and Interaction of Sensory Systems in Babies. **Southeast Asia Early Childhood Journal**, v.13, n.2, p. 1-17, 2024.

Bagrowski, B. Perspectives for the application of physical therapy in neuropsychological rehabilitation. **Medical Studies**, v. 41, n. 2, p. 84-88, 2025.

Gür, T.; Artan, İ. Sensory development in children and supportive suggestions:''Child development perspective. **Journal of Child Development and Education**, v. 1, n. 1, 2025.

Hossein, Z. et al. Effect of Multi-sensory Stimulation on Neuromuscular Development of Premature Infants: A Randomized Clinical Trial. **Iranian Journal of Child Neurology**, v. 12, n. 3, p. 32, 2018.

Purpura, G.; Coratti, G. Neuro and Psychomotor Therapist of Developmental Age Professional in Italy: An Anomaly or an Opportunity? **Archives of Rehabilitation Research and Clinical Translation**, 2024.

Ravid-Roth, T. et al. Learning to move, moving to learn: A quarter century of insights into infant motor development. **Infant Behavior and Development**, v. 81, n. 102131, 2025.

Reco, M. et al. Effect of sensory-motor intervention associated with skin-to-skin contact on neuromotor and clinical outcomes of preterm newborns: A randomized controlled trial. **PLoS One, v.** 20, n. 9, 2025.

Trussardi, S. et al. "NE@R": a new resource to promote preterm infants' development through parents-delivered guided play. **Front. Public Health** v. 13, n. 1597244, 2025.

Santos, I. M. et al. Influência do estímulo lúdico no desenvolvimento infantil diante da prática fisioterapêutica: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, 2022.

Santos, J. F. M. et al. A importância do lúdico na fisioterapia neurológica infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades,** v. 1, p. 46-56, 2023.

Souza, A. E. J. et al. Atividades lúdicas na fisioterapia pediátrica: estudo de caso. **Caderno De Graduação,** v. 8, n. 2, p. 69-76, 2023.

Yildiz, A. et al. Effects of safe early intervention approach in the first months of life in infants at risk: a randomized controlled study. Child Care Health Dev, v. 51, n. 4, 2025.

PREVALÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO DE ISOLAMENTO DO MYCOBACTERIUM BOVIS EM AMOSTRAS COLETADAS DE ESTABELECIMENTOS DE ABATE EM SANTA CATARINA

Categoria: Iniciação Científica

Isabelli Albiero[1]
Julia Maria Barichello[2]
André Trevisan[3]
Katiane Schmitt[4,5]
Felipe Volpato[6]

Resumo – A tuberculose bovina, causada pelo Mycobacterium bovis, é uma zoonose crônica que afeta principalmente bovinos e bubalinos, representando risco à saúde pública e prejuízos econômicos à pecuária. Este estudo teve como objetivo investigar a prevalência e caracterizar o isolamento do agente em amostras coletadas de estabelecimentos de abate sob inspeção oficial em Santa Catarina, entre julho de 2022 e julho de 2025. Foram analisadas 625 amostras suspeitas, das quais 364 (62,87%) apresentaram isolamento positivo para M. bovis. A maior concentração de casos ocorreu na região Oeste catarinense, seguida pelas regiões Sul e Vale do Itajaí. Entre os animais positivos, predominavam fêmeas jovens destinadas à produção leiteira, sugerindo relação entre o perfil produtivo e a ocorrência da doença. Os resultados reforçam a importância da vigilância ativa e das ações do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), além da atuação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), que contribuem para manter o estado com uma das menores prevalências do país (0,5%). Conclui-se que o controle efetivo da tuberculose bovina requer estratégias voltadas aos sistemas produtivos, com foco em medidas sanitárias e práticas de biossegurança.

Palavras-chave: Mycobacterium bovis; zoonose; tuberculose; bovinos; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A tuberculose bovina causada pelo Mycobacterium bovis (M. bovis) é uma zoonose de evolução crônica que acomete principalmente bovinos e bubalinos, sendo o bovino seu hospedeiro primário. Caracteriza-se pelo desenvolvimento progressivo de lesões nodulares denominadas tubérculos, que podem localizar-se em qualquer órgão ou tecido (Abrahão. 2005).

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade.(dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)
[6] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No entanto, sua ocorrência é mais comum no sistema respiratório, especialmente nos gânglios linfáticos localizados na região brônquica e mediastinal, em alguns casos, essas lesões também podem atingir o intestino, fígado, baço, pleura e peritônio (Alzamora Filho et al. 2014). Segundo Oliveira (2022), 70 a 76% das lesões causadas por Tuberculose Bovina, encontradas durante a inspeção post mortem de bovinos em abatedouros, ocorreram nos linfonodos da cabeça ou da cavidade torácica. Nos seres humanos, a transmissão ocorre principalmente pelo consumo de leite cru ou pelo contato direto com animais infectados.

No Brasil, a tuberculose bovina é endêmica e afeta grande parte das propriedades leiteiras, representa um desafio sanitário e econômico, afetando a produção de carne e leite, além de comprometer a exportação de produtos de origem animal (Alzamora Filho et al. 2014). Em 2001, se instituiu o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com o objetivo de diminuir o impacto negativo dessas zoonoses na saúde pública. Já no estado de Santa Catarina, o cenário é mais positivo, possuindo uma das menores prevalências da doença no país, graças à forte adesão ao PNCEBT. A certificação de propriedades livres da doença e a fiscalização rigorosa contribuem para a proteção da saúde pública, reduzindo o risco de transmissão para humanos e garantindo maior segurança alimentar (Veloso, 2014).

De acordo com dados publicados do MAPA, o estado de Santa Catarina possui uma das menores prevalências da doença no país, seu índice é de 0,5%, resultado de uma vigilância ativa eficiente e da forte atuação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Nos demais estados do sul do país registram prevalência em propriedades entre 2,5% e 2,8%. Na região sudeste prevalece entre 4,25% e 9%, no nordeste entre 1,6% e 2,87%, na região centro-oeste entre 1,3% e 3,44% e no norte do país entre 2,9% e 8,6%. A certificação de propriedades livres da doença e a fiscalização rigorosa contribuem para a proteção da saúde pública, reduzindo o risco de transmissão para humanos e garantindo maior segurança alimentar.

A vigilância ativa da tuberculose bovina no estado tem se destacado como uma estratégia essencial para o controle e erradicação da doença, trazendo reconhecimento nacional pela excelência em sanidade animal (CIDASC, 2025). A Portaria SAR nº 44/2020, publicada pelo estado de Santa Catarina com fiscalização da CIDASC, estabelece instruções para o controle da brucelose e tuberculose bovina e bubalina, com foco na produção leiteira. Determina que, nos rebanhos para controle de Tuberculose, deve-se realizar a cada trinta e seis meses os exames individuais nos animais com idade a partir de 42 dias. Já a Instrução de Serviço nº 11 da CIDASC, estabelece procedimentos a serem cumpridos para realização de investigação epidemiológica de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e suínos quando identificadas lesões sugestivas de tuberculose em estabelecimentos de abate de Santa Catarina.

O objetivo do presente trabalho é investigar a prevalência do Mycobacterium bovis em amostras coletadas de animais já suspeitos nos estabelecimentos de abate no estado de Santa Catarina, durante o período de julho de 2022 a julho de 2025, com foco na caracterização dos isolados obtidos identificando possíveis fatores de risco associados a presença do patógeno, como sexo, idade e finalidade de criação dos animais.

METODOLOGIA

O estudo baseou-se na análise retrospectiva de laudos de amostras suspeitas de tuberculose bovina, coletadas em frigoríficos sob inspeção oficial e examinadas por PCR em tempo real por laboratório credenciado para este fim pelo Serviço Veterinário Estadual. Foram incluídas amostras processadas entre julho de 2022 e julho de 2025, identificando-se os casos com e sem isolamento do agente, a partir dos quais se calculou a prevalência de resultados positivos. Nos casos negativos, foram avaliadas as principais alterações histopatológicas. Dados adicionais sobre finalidade de produção, sexo e idade dos animais foram obtidos das fichas de requisição e utilizados na caracterização epidemiológica da amostra. A análise estatística foi conduzida por meio do teste Qui-quadrado (χ^2), empregando-se o teste de aderência para verificar desvios nas proporções de resultados e distribuição etária, e o teste de independência para avaliar a associação entre a finalidade do rebanho e o sexo dos animais. Adotou-se nível de significância de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período analisado neste estudo, foram registradas 625 requisições para exame de amostras suspeitas de Tuberculose, em frigoríficos do Estado. Destas, somente 579 foram testadas e 46 não tiveram laudo diagnóstico. Analisando os laudos, foi identificado 364 isolamentos positivo para Mycobacterium bovis (62,87%) e 215 que não isolaram (37,13%). O número de isolados positivos por mesorregião está expresso na tabela 1, e, os munícipios que mais tiveram isolados positivos podem ser visualizados na tabela 2.

Os dados foram analisados através do teste de Qui-quadrado (aderência) para proporções esperadas iguais e foi observado que a proporção entre isolados positivos e negativos não seguiu a esperada (Qui-quadrado = 28,34; p <0,0001), da mesma forma, a distribuição dos isolamentos positivos não foram uniformemente distribuídos entre as mesorregiões do estado (Qui-quadrado = 705,41; p<0,0001).

Tabela 1- Isolamentos mesorregionais positivos para *Mycobacterium bovis*

Mesorregião	Casos positivos
Oeste Catarinense	246
Sul Catarinense	58
Vale do Itajaí	21
Grande Florianópolis	18
Serrana	13
Norte Catarinense	8
Total	**364**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CIDASC (2025).

Sabe-se que o oeste catarinense detém 46,37% do rebanho bovino do estado, seguido da região serrana com 17,80%, sul catarinense com 13,51%, vale do Itajaí com 10,34%, norte com 7,03% e grande Florianópolis com 4,95% (IBGE, 2024). Além disso, o rebanho bovino da região

Oeste é majoritariamente de leite, e da região serrana de corte. Percebe-se que o tamanho da população suscetível não é fator determinante na distribuição da tuberculose bovina, o que mais influência essa distribuição é o perfil produtivo das propriedades rurais, ou seja, finalidade da criação, manejo sanitário dos animais, intensidade da produção, movimentação dos animais e práticas de biossegurança (LOURENÇO, 2022).

A análise do teste do qui-quadrado de independência aplicada à relação entre a finalidade dos animais (leite, corte e indefinido) e o sexo revelou associação estatisticamente significativa (χ^2, $p < 0,0001$). Esse resultado indica que a distribuição de animais positivos para Mycobacterium bovis não ocorreu de forma homogênea entre os grupos, evidenciando que a finalidade está relacionada ao sexo dos animais. Observou-se predomínio expressivo de fêmeas nos rebanhos destinados à produção de leite, enquanto nos rebanhos de corte a distribuição entre fêmeas e machos foi mais equilibrada. Tal achado reflete as características produtivas da bovinocultura, uma vez que os sistemas leiteiros concentram maior número de fêmeas, o que pode influenciar a dinâmica epidemiológica da tuberculose bovina.

Tabela 2- Dados epidemiológicos dos animais com isolamento positivo para *Mycobacterium bovis*

Finalidade	Fêmeas	Machos	Total
Leite	169	3	172
Corte	28	21	49
Indefinido	113	30	143
Total Geral	310	54	**364**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CIDASC (2025).

Tabela 3- Idade dos animais com isolamento positivo para *Mycobacterium bovis*

Idade (anos)	N de animais
1 a 5	130
5 a 10	150
10 a 15	68
15 a 20	16
Total	**364**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CIDASC (2025).

Da mesma forma, a análise de qui-quadrado considerando a idade dos animais mostrou uma não uniformidade nas distribuições esperadas, mostrando um predomínio de animais com idades menores em relação aos animais de idade mais avançada (Quí-quadrado = 122,59; $p<0,0001$).

Figura 1 - Pulmão bovino com lesões caseosas sugestivas de tuberculose, encaminhado para exame laboratorial.

Fonte: Arquivo cedido pelo Médico Veterinário Eduardo Miozzo, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram uma maior proporção de isolados positivos em relação aos isolados negativos, sendo possível concluir que, em caso de suspeita de tuberculose bovina, o teste se mostra importante para a avaliação da saúde dos animais. Da mesma forma, foi observada uma maior prevalência de casos em animais da região oeste do estado e em animais mais jovens, fêmeas e com finalidade leiteira. Esses achados ressaltam a importância de estratégias de controle e prevenção de Tuberculose bovina que considerem a especificidade dos sistemas produtivos, promovendo ações direcionadas e eficazes para reduzir mais ainda a prevalência da doença no estado, especialmente em regiões com produção leiteira intensiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Em especial, a Médica Veterinária Especialista Raquel Grden Szinvelski, que auxiliou na tabulação dos dados. Também, um imenso agradecimento a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), por disponibilizar os dados necessários para a realização do estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, R. M. C. M. **Tuberculose bovina: aspectos clínicos, diagnóstico e controle.** Revista Brasileira de Medicina Veterinária, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1–6, 2005.

Alzamora Filho, F. *et al*. **Identificação de *Mycobacterium bovis* em carcaças de bovinos abatidos no estado da Bahia, Brasil, por métodos bacteriológico e molecular.** Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 66, n. 5, p. 1585-1591, set-out. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT.** Brasília: MAPA, 2017. Atualizado em 07 out. 2024.

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. **Instrução de Serviço nº 11 – DEDSA/DEINP, versão 2: Procedimentos para a certificação de propriedades livres de tuberculose bovina.** Florianópolis: CIDASC, 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LOURENÇO, Luiz Felipe Crispim. **Distribuição espacial da tuberculose bovina em Santa Catarina, Brasil.** Dissertação (Mestrado Profissional em Produção e Sanidade Animal) – Instituto Federal Catarinense, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Concórdia, 2022.

MEDEIROS, M. A. *et al*. **Uso de métodos complementares na inspeção post mortem de carcaças com suspeita de tuberculose bovina.**
Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, Belo Horizonte, v. 66, n. 6, p. 1751–1758, 2014.

VELOSO, Flávio Pereira. **Prevalência e fatores de risco da tuberculose bovina no Estado de Santa Catarina.** 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Animal) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

OCORRÊNCIA DE BRUCELOSE BOVINA NOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SC: ESTUDO RETROSPECTIVO 2020 A 2024

Categoria: Iniciação Científica

Alessandra Conte[1]
Thaís Bof Henkel[2]
André Trevisan[3]
Katiane Schmitt[4],[5]
Felipe Volpato[6]

Resumo – A brucelose bovina é uma enfermidade endêmica e de notificação obrigatória no Brasil, acarretando prejuízos econômicos e reprodutivos e representando risco à saúde pública. A Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), em Santa Catarina, concentra significativa atividade na bovinocultura. Este estudo objetivou descrever a ocorrência de focos de brucelose bovina na região por meio de análise retrospectiva dos dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) no período de 2020 a 2024. Foram identificados focos distribuídos em diversos municípios, com maior ocorrência em propriedades leiteiras e predominância de casos em fêmeas. A investigação de suspeitas e a certificação de propriedades livres foram as principais motivações para a realização dos exames. Embora a prevalência regional seja considerada baixa, a manutenção de focos evidencia a necessidade de fortalecer a vigilância epidemiológica, intensificar ações preventivas e ampliar a adesão dos produtores ao PNCEBT.

Palavras-chave: Brucelose bovina; prevalência; bovinos leiteiros; Alto Vale do Rio do Peixe.

INTRODUÇÃO

A brucelose é uma enfermidade infecciosa de caráter crônico causada por bactérias do gênero Brucella, sendo que cada espécie apresenta preferência por determinado hospedeiro. Nos bovinos, a espécie de maior relevância é a Brucella abortus, responsável pela maior parte das infecções (Sola, et al. 2014). Em fêmeas, a infecção por Brucella abortus leva à ocorrência de natimortos, abortos e retenção de placenta, devido a predileção da bactéria pelo eritritol que está presente na placenta, principalmente no terço final da gestação. Já nos machos pode

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade.(dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)
[6] Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

provocar orquite, epididimite, vesiculite seminal, abscessos testiculares e consequentemente infertilidade (Hayashi, et al. 2020).

Trata-se de uma zoonose de significativa relevância para a saúde pública, por ser altamente patogênica. Nos humanos é transmitida principalmente pelo consumo de carne ou leite cru, produtos lácteos não pasteurizados ou não submetidos a tratamento térmico, por contato indireto com produtos de animais infectados, como restos placentários, fluidos fetais, sangue e carcaças (Corbel, 2006). Nos bovinos, a principal fonte de infecção é representada pela vaca gestante, que elimina grandes quantidades do agente no parto ou aborto e em todo o período puerperal, contaminando as pastagens, a água, os alimentos e os fômites. A bactéria pode permanecer viável no meio ambiente por longos períodos, ampliando a chance do agente infectar um novo indivíduo suscetível. Seu impacto na pecuária é significativo, provocando problemas reprodutivos, prejuízos econômicos e restrições comerciais (MAPA, 2022).

No contexto brasileiro, a brucelose bovina é considerada endêmica, prejudicando propriedades de corte e de leite. Dados epidemiológicos reforçam a magnitude do problema no território nacional. No ano de 2021, registrou-se 5526 de casos notificados brucelose bovina no Brasil (Pereira, et al. 2023).

Para reduzir os impactos da brucelose e da tuberculose, foi instituído em 2001 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT). No qual a execução do programa, a nível estadual, é de responsabilidade da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise retrospectiva da ocorrência de brucelose bovina nos municípios pertencentes ao Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) em Santa Catarina, no período de 2020 a 2024. Pretende-se descrever a distribuição temporal e espacial dos casos, bem como aspectos relacionados ao sistema de criação, sexo e faixa etária dos animais positivados para doença.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base na análise de dados sobre a ocorrência de brucelose bovina nos municípios da região do Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, Brasil, no período de 2020 a 2024. Inicialmente, foram consultados os informes epidemiológicos mensais da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), visando identificar os casos registrados, de acordo com o ano de ocorrência e o município afetado.

Posteriormente, analisaram-se os atestados de exames dos focos confirmados laboratorialmente no Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, o que possibilitou determinar a finalidade dos testes realizados e compreender o contexto da detecção dos casos. A partir do mesmo sistema, foram extraídas informações adicionais sobre a finalidade de criação, sexo e faixa etária dos animais acometidos. Todos os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise descritiva, com cálculo da frequência absoluta, e da distribuição espacial

dos focos de brucelose bovina, permitindo caracterizar o perfil epidemiológico da brucelose bovina na região estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) é composta por quinze municípios. Conforme a tabela 1, dentre todos, somente Fraiburgo, Macieira, Rio das Antas, Tangará e Videira, obtiveram registros de brucelose dentro dos anos de 2020 a 2024, sendo 14 focos no total e totalizando 225 bovinos positivos para a enfermidade, o município de Videira destacou-se com o maior número de ocorrências (8 focos) e 84 animais positivos, seguido por Macieira, que, embora tenha apresentado apenas um foco, concentrou o maior número de animais infectados (92). Essa variação pode estar associada à densidade pecuária, nível de fiscalização e vigilância ativa, bem como à adesão dos produtores às medidas de prevenção estabelecidas pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT).

Tabela 1 – Focos de brucelose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

Municípios	Focos	Animais Positivos
Videira	8	84
Rio das Antas	2	2
Tangará	2	46
Fraiburgo	1	1
Macieira	1	92

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

A Tabela 2, mostra a distribuição dos animais positivos conforme a finalidade da produção e o sexo. Dos 14 focos identificados, 12 pertenciam a rebanhos leiteiros contemplando 130 fêmeas e 2 machos e 2 focos abrangiam rebanhos de corte, totalizando 90 fêmeas e 3 machos. A predominância de casos em rebanhos de leite está relacionada ao maior número de fêmeas, propriedades com maior adesão ao PNCEBT e vigilância ativa através da Portaria SAR nº 44/2020, já a predominância de infecção pelas fêmeas é esperada, uma vez que o programa de controle e os focos de brucelose geralmente envolvem rebanhos leiteiros e de reprodução que são em sua grande maioria compostos por fêmeas.

Tabela 2 – Dados epidemiológicos dos focos de brucelose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

	Leite	Corte	Total
Focos	12	2	14
Fêmeas	130	90	220
Machos	2	3	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

A Tabela 3, apresenta a motivação dos exames realizados, revelando que a maioria ocorreu por investigação de suspeita (9 casos), seguida de certificação de propriedade livre (4) e

trânsito animal (1). Isso evidencia que os casos detectados na região estão sendo identificados principalmente de forma ativa, após a realização de exames para cumprimento da legislação estadual vigente.

Tabela 3 – Motivação dos exames realizados nos focos de brucelose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

Motivação de exame	Quantidade
Investigação de suspeita	9
Certificação de propriedade livre	4
Trânsito	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo descreveu a ocorrência de focos de brucelose bovina nos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) entre 2020 e 2024, fornecendo um panorama atualizado da situação epidemiológica regional. Embora a prevalência observada seja baixa, a identificação de 14 focos e 225 animais positivos demonstra que a enfermidade ainda representa um desafio sanitário e econômico relevante.

Verificou-se que a maioria das detecções ocorreu por vigilância ativa, o que reforça a efetividade das ações de monitoramento realizadas pelo serviço oficial e a importância de sua manutenção contínua. Conclui-se que, para consolidar o status sanitário favorável de Santa Catarina e reduzir ainda mais a incidência da brucelose, é fundamental fortalecer a vigilância epidemiológica, promover a conscientização dos produtores e ampliar a adesão às medidas de controle previstas pelo PNCEBT.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) pela autorização para utilização dos dados apresentados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Brucelose e Tuberculose: Brucelose Bovina e Bubalina. Brasília: MAPA, 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT. Brasília: MAPA, 2017.

CORBEL, Michael J. Brucellosis in Humans and Animals. Genebra: World Health Organization / Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2006.

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Menos doença, mais saúde: Santa Catarina tem a menor prevalência para brucelose e tuberculose nos rebanhos bovinos do Brasil. Florianópolis: CIDASC, 2025.

HAYASHI, Audrey Mika. Brucelose bovina: revisão de literatura e relato de caso. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

HAYASHI, Audrey Mika; GUIDO, Maria Carolina; GOMES, Murilo Novaes; PINHEIRO, Filipe Aguera; BENESI, Fernando José; SUCUPIRA, Maria Claudia Araripe; GREGORY, Lilian; GOMES, Viviani. Brucelose bovina: relato da atuação conjunta da Universidade, da Defesa Agropecuária e do Serviço de Saúde do Município no diagnóstico e controle da doença. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP (MV&Z), São Paulo, 2020.

PEREIRA, Marcelo D'jian; RABELO, Gabriel de Oliveira; MOREIRA, Simone Magela; PEREIRA, Carine Rodrigues. Estimativa do impacto da brucelose bovina no Brasil de 2012 a 2022. In: *XI Seminário de Iniciação Científica do IFMG*, Bambuí, 2023.

SOLA, Marília Cristina; FREITAS, Fernanda Antunha de; SENA, Ervaldo Lourenço de Sousa; MESQUITA, Albenones José de. Brucelose bovina: revisão. Enciclopédia Biosfera - Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 10, n. 18, p. 686-704, 2014.

CISTICERCOSE BOVINA INTENSA EM NOVILHO PRECOCE SOB INSPEÇÃO ESTADUAL: RELATO DE CASO EM SANTA CATARINA

Categoria: Iniciação Científica

Emelly Looysleinne de Campos Cordeiro[1]
Felipe Volpato[2]
Katiane Schmitt[3],[4]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[5]

Resumo – A cisticercose bovina, causada pela forma larval (Cysticercus bovis) da Taenia saginata, é uma enfermidade de grande importância sanitária e econômica. Este relato ter por objetivo descrever um caso raro de infecção intensa em novilho precoce, identificado durante atividades de rotina de inspeção estadual em Santa Catarina, registrado no mês de fevereiro de 2025. O animal, macho de 20 meses, apresentava múltiplos cistos viáveis e calcificados disseminados por toda a carcaça e órgãos de eleição. Conforme o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), a condição caracterizou-se como infecção intensa, determinando a condenação total da carcaça e vísceras. O caso reforça a importância da inspeção na proteção da saúde pública e evidencia os prejuízos econômicos associados à doença.

Palavras-chave: condenação de carcaça; post-mortem; zoonoses; saúde pública.

INTRODUÇÃO

A cisticercose bovina, causada pela forma larval (Cysticercus bovis) da Taenia saginata, é uma zoonose responsável tanto por impacto sanitário quanto prejuízo econômico (Dias et al., 2025; Rossi et al., 2020).

A transmissão ocorre pela ingestão de ovos presentes em fezes humanas, sobretudo em regiões onde há falhas de saneamento básico. Após a infecção, os embriões migram pela circulação e se instalam principalmente em músculos como esqueléticos e cardíacos (Gomes et al., 2023; Duarte et al., 2022; El-Dakhly et al., 2023; Elbarbary et al., 2025; Anwar et al., 2024). Quando identificado na inspeção post mortem deve-se realizar a condenação da carcaça. Segundo o RIISPOA (2020), a carcaça pode ter condenação parcial, aproveitamento condicional ou condenação total, conforme a intensidade da infecção, garantindo saúde pública e credibilidade da inspeção.

[1]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Docente no Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docente no Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)
[5]Docente no Programa em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

O diagnóstico é realizado em órgãos de eleição durante a inspeção, embora apresente baixa sensibilidade em casos leves, reforçando a necessidade de métodos complementares (Brasil, 2020; Rossi et al., 2020; Dube et al., 2024). Ainda assim, trata-se de medida essencial para garantir carne segura e prevenir a teníase humana (FAO, 2023; WHO, 2023). A prevalência da ocorrência da cisticercose varia regionalmente, com maiores índices no Sudeste e Sul do Brasil (Rossi et al., 2020; Dias et al., 2025). Desta forma, o presente relato teve por objetivo descrever um caso incomum de cisticercose intensa em novilho precoce, reforçando a relevância da inspeção e o uso de registros fotográficos no ensino veterinário. Em 2023, 93.798 bovinos foram abatidos em 15 frigoríficos do Meio-Oeste Catarinense, com 14 condenações totais por cisticercose viva (0,0149 %), evidenciando desafio epidemiológico e econômico persistente (CIDASC, 2023). A taxa observada na região do estudo, embora baixa, demonstra há razões sanitárias, econômicas, científicas e estratégicas que justificam plenamente a realização de um estudo sobre cisticercose bovina — especialmente em regiões como Caçador e no contexto catarinense, que têm forte vocação agropecuária e exportadora.

METODOLOGIA

No dia 03 de fevereiro de 2025, em um frigorífico localizado na macrorregião do Meio-Oeste Catarinense, sob inspeção estadual em Santa Catarina, foi identificado um bovino macho, oriundo do município de Salto Veloso-SC, com idade aproximada de 20 meses, sem troca das pinças, conformação subconvexa, peso de carcaça de 261 kg e bom acabamento de gordura. O animal atendia aos critérios estabelecidos pelo Programa Novilho Precoce de Santa Catarina, que incluem idade reduzida, conformação adequada e cobertura de gordura compatível com os padrões de qualidade da carne bovina.

Durante o exame post-mortem, foram realizadas incisões rotineiras nos órgãos de eleição (língua, coração, diafragma e masseteres), além de cortes complementares em outros grupos musculares de importância comercial. Observaram-se múltiplos cistos disseminados pela musculatura, variando em aspecto entre viáveis e calcificados.

Não foram observados sinais clínicos na inspeção ante-mortem. Para fins de documentação e comprovação científica, foram realizados registros fotográficos dos achados macroscópicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caso ilustra uma forma rara e grave de cisticercose bovina em novilho precoce (Figura 1). A maioria dos registros no Brasil descreve prevalências baixas e infecções leves ou moderadas (Silva et al., 2018; Oliveira et al., 2020). A disseminação generalizada em animal jovem sugere intensa exposição ambiental, possivelmente associada a falhas de manejo sanitário ou contaminação hídrica.

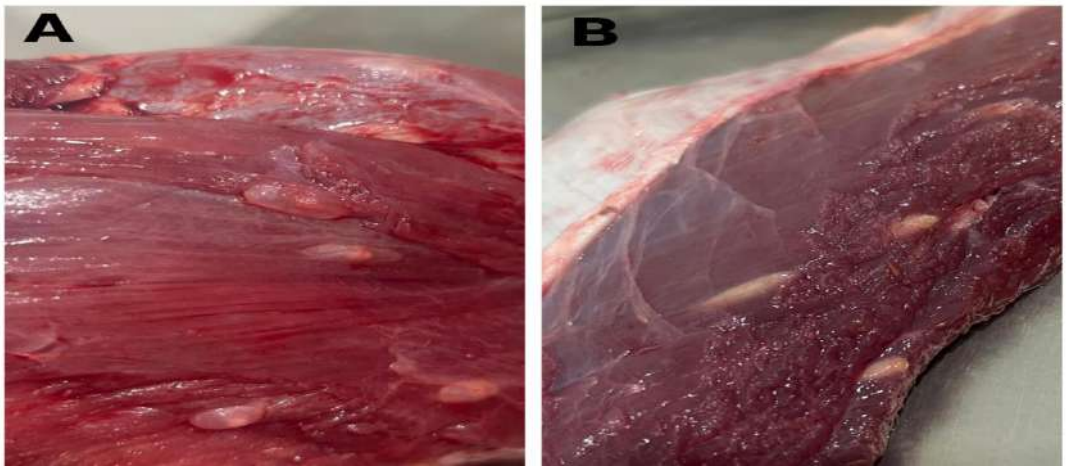
Relatos internacionais também indicam que a cisticercose bovina intensa tende a ocorrer mais comumente em bovinos adultos e idosos, por exemplo, estudo em abatedouros no Egito mostrou prevalência de 2,60% em adultos, 1,50% em idosos e somente 0,88% em animais jovens

(Elbarbary et al., 2025), reforçando a singularidade da infecção intensa observada neste novilho precoce.

Ao comparar o caso relatado com o panorama epidemiológico regional, nota-se que em todo o ano de 2023 foram registradas apenas 14 condenações totais por cisticercose viva na macrorregião do Meio-Oeste Catarinense (CIDASC, 2023).

Assim, a ocorrência de um quadro tão disseminado em um novilho precoce reforça a singularidade deste relato e destaca a importância da vigilância contínua, mesmo em sistemas produtivos de excelência.

Figura 1. Aspectos morfológicos distintos de Cysticercus bovis: (A) cisto viável, de coloração clara e conteúdo líquido; (B) cisto calcificado, de aspecto opaco e esbranquiçado. Ambos observados em carcaça condenada por infecção intensa.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, Santa Catarina, 2025.

Segundo o artigo 185 do RIISPOA, caracteriza-se como infecção intensa a presença de, no mínimo, oito cistos viáveis ou calcificados, sendo quatro ou mais localizados nos órgãos de eleição, como língua, músculos da mastigação, coração e diafragma, e outros quatro ou mais distribuídos na musculatura da carcaça, seja no quarto dianteiro ou no traseiro (Tabela 1). Nessas circunstâncias, a legislação determina a condenação integral da carcaça e das vísceras, garantindo a proteção da saúde pública (Brasil, 2020). Essa medida assegura a inocuidade do alimento e protege o consumidor do risco direto de infecção por Taenia saginata (Dutra et al., 2017).

É importante destacar que, conforme o Decreto nº 10.468/2020, nas infecções leves ou moderadas, caracterizadas pela detecção de cistos viáveis ou calcificados em quantidades que não configuram infecção intensa, após a pesquisa em todos os locais de eleição e na carcaça correspondente, a legislação prevê a remoção e condenação das áreas atingidas, com posterior destinação da carcaça ao tratamento condicional pelo frio ou pelo calor (Brasil, 2020).

Tabela 1. Condutas aplicadas na inspeção post mortem em casos de cisticercose bovina.

Grau de infecção	Conduta	Destinação
Infecções leves ou moderadas	Aproveitamento condicional	Tratamento pelo frio (-10 °C por no mínimo 10 dias) ou pelo calor (cozimento em temperatura de 76,6ºC por no mínimo 30min)
Infecção intensa (cistos disseminados pela musculatura e órgãos de eleição)	Condenação total	Carcaça e vísceras condenadas totalmente

Fonte: Adaptado do RIISPOA (BRASIL, 2020).

A disseminação de cistos viáveis e calcificados em órgãos de eleição e na musculatura configurou infecção intensa, impondo condenação total da carcaça. Essa decisão gerou prejuízo expressivo ao produtor, já que a carcaça de 261 kg, avaliada em R$ 21,50/kg, representava cerca de R$ 5.611,50, reforçando que a cisticercose bovina é tanto problema sanitário quanto entrave econômico.

A atuação do médico-veterinário é decisiva, pois a decisão técnica deve prevalecer sobre pressões comerciais, assegurando a saúde pública (Martins et al., 2019). Por isso, uma formação acadêmica sólida é essencial para garantir decisões éticas e seguras em situações de impacto sanitário e econômico.

Casos graves relacionam-se a falhas de saneamento, abate clandestino e manejo inadequado de dejetos humanos (Almeida et al., 2015), o que evidencia a necessidade de estratégias integradas em Saúde Única, como as preconizadas pela FAO e WOAH (FAO et al., 2022; WHO, 2023).

Por fim, o registro fotográfico das lesões reforça o diagnóstico e contribui para a formação acadêmica em inspeção de produtos de origem animal (Souza et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato descreve um caso de cisticercose bovina intensa, com múltiplos cistos viáveis e calcificados em órgãos e musculatura, resultando em condenação total da carcaça conforme o art. 185 do RIISPOA (Decreto nº 10.468/2020). A perda de um animal de 261 kg representou prejuízo superior a R$ 5.600, evidenciando o impacto econômico da enfermidade, além do risco sanitário.

A decisão técnica deve prevalecer sobre interesses comerciais, garantindo alimentos seguros e reforçando a necessidade de medidas preventivas, como saneamento, fiscalização de abates clandestinos e educação sanitária no âmbito da Saúde Única.

Trata-se de um achado raro em novilho precoce, o que destaca a importância da vigilância contínua, inclusive em animais jovens. O caso também reforça a interface com a saúde humana, já que a carne contaminada pode transmitir teníase.

Assim, o relato contribui para a literatura científica e pode subsidiar estudos epidemiológicos, diagnósticos complementares, estratégias preventivas e análises econômicas sobre os impactos da doença na cadeia produtiva. Além disso, este relato de caso contribui também para a formação dos alunos de Medicina Veterinária da UNIARP ao proporcionar uma experiência real sobre diagnóstico e decisão em inspeção sanitária, fortalecendo a aprendizagem prática e o senso de responsabilidade profissional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP pelo apoio à realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; SANTOS, V. L.; OLIVEIRA, R. A.; CASTRO, M. C. Aspectos epidemiológicos da cisticercose bovina e implicações em saúde pública. *PubVet*, Viçosa, v. 9, n. 5, p. 441-450, 2015.

ANWAR, A. et al. Molecular identification and epidemiology of *Taenia saginata* cysticercosis in cattle. *Veterinary Parasitology*, Amsterdam, 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), alterado pelo Decreto nº 10.468/2020. Brasília, DF, 2020.

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Dados sobre ocorrência de cisticercose bovina na macrorregião do Meio-Oeste Catarinense. Informação fornecida por e-mail institucional, 2023.

DIAS, R. J. et al. Epidemiological risk factors associated with detection of *Cysticercus bovis* in Brazil. *Preventive Veterinary Medicine*, Amsterdam, 2025.

DUARTE, M. L. et al. Environmental and sanitary factors related to bovine cysticercosis transmission. *Tropical Animal Health and Production*, Dordrecht, 2022.

DUBE, S. et al. Sensitivity of meat inspection techniques for detection of bovine cysticercosis. *Food Control*, Amsterdam, 2024.

DUTRA, L. H.; SILVA, A. C.; NASCIMENTO, L. G.; SOUZA, J. R. Importância da inspeção post mortem na detecção de zoonoses em bovinos. *PubVet*, Viçosa, v. 11, n. 12, p. 1042-1051, 2017.

EL-DAKHLY, K. M. et al. Pathogenesis and histopathology of bovine cysticercosis. *Acta Parasitologica*, Warsaw, 2023.

ELBARBARY, A. et al. **Epidemiological study on bovine cysticercosis in Egypt.** *[Periódico]*, Cairo, 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Taeniasis/cysticercosis**. Roma: FAO, 2023. Disponível em: https://www.fao.org.

FAO; WOAH; WHO. *One Health Joint Plan of Action (2022–2026):* ***working together for the health of humans, animals, plants and the environment*****.** Paris: FAO/WHO/WOAH, 2022.

GOMES, L. P. et al**. Human fecal contamination and bovine cysticercosis: risk factors in rural communities.** *Zoonoses and Public Health*, Berlin, 2023.

MARTINS, R. et al**. Atuação do médico-veterinário frente às condenações em abate: aspectos éticos e profissionais**, 2019.

OLIVEIRA, L. M.; SANTOS, P. R.; FIGUEIREDO, J. P.; ALMEIDA, F. N. **Condenações em bovinos em matadouros frigoríficos: revisão e análise crítica**. *PubVet*, Viçosa, v. 14, n. 8, p. 1-10, 2020.

ROSSI, G. A. et al. **Meta-análise sobre prevalência de cisticercose bovina no Brasil**. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, Seropédica, 2020.

SILVA, R. F.; COSTA, A. M.; GOMES, L. P.; OLIVEIRA, M. S**. Cisticercose bovina: aspectos epidemiológicos e importância em saúde pública**. *PubVet*, Viçosa, v. 12, n. 9, p. 1-9, 2018.

SOUZA, P. H.; MORAES, G. F.; ANDRADE, R. L. **Registros fotográficos e inspeção post mortem: importância na formação do médico-veterinário**. *PubVet*, Viçosa, v. 12, n. 3, p. 210-218, 2018.

WHO – World Health Organization. **Taeniasis/cysticercosis.** Genebra: WHO, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/taeniasis-cysticercosis

DETECÇÃO DE CLOSTRIDIUM PERFRINGENS NA ALIMENTAÇÃO BOVINA E PRÁTICAS DE MANEJO PARA CONTROLE

Categoria: Iniciação Científica

Isabelli Albiero[1]
Julia Maria Barichello[2]
Katiane Schmitt[3],[4]

Resumo – Clostridium perfringens é uma bactéria, bacilo Gram-positivo, anaeróbio e esporulado, amplamente presente no ambiente e relacionado a doenças entéricas e sistêmicas em bovinos. Este estudo teve como objetivo identificar a presença do agente em alimentos fornecidos a bovinos e avaliar os riscos à saúde do rebanho. Foram analisadas quatro amostras, silagem, bagaço de frutas, ração e farelo de trigo, provenientes de propriedades distintas, com isolamento microbiológico em meio seletivo. Todas apresentaram resultado positivo, indicando ampla contaminação e exposição constante dos animais. Os achados reforçam a necessidade de boas práticas de produção e armazenamento, bem como do monitoramento microbiológico dos alimentos, para prevenir clostridioses e preservar a saúde e produtividade do rebanho.

Palavras-chave: Alimentação bovina; Clostridioses; Sanidade animal; Zoonose.

INTRODUÇÃO

As clostridioses compreendem um conjunto de enfermidades infecciosas causadas por bactérias anaeróbias esporuladas do gênero Clostridium, produtoras de potentes toxinas e amplamente distribuídas no ambiente, o que torna seu controle um desafio constante na medicina veterinária (Silva et al., 2021). Tais agentes afetam principalmente animais de produção, provocando enterites, toxemias e infecções sistêmicas de rápida evolução, frequentemente associadas a alta mortalidade e perdas econômicas expressivas (Gomes et al., 2022).

Entre as espécies de maior relevância, destaca-se o Clostridium perfringens, microrganismo com ampla capacidade de adaptação e resistência ambiental, presente tanto no solo quanto no trato gastrointestinal de animais e humanos (Almeida; Rodrigues, 2023). Em ruminantes, os tipos B, D e E estão frequentemente relacionados a surtos alimentares decorrentes de silagens mal fermentadas, rações deterioradas ou manejo inadequado (Santos, 2020). Em humanos, trata-se de uma zoonose, sendo os tipos A e C os mais associados a toxinfecções alimentares e gangrena gasosa (Souza, 2017).

[1]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade. (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)

A qualidade dos alimentos fornecidos aos animais é um fator determinante para a ocorrência dessas enfermidades. A silagem, principal fonte de volumoso na alimentação bovina, quando mal processada, pode favorecer o crescimento de bactérias indesejáveis, comprometendo o valor nutricional e a segurança alimentar (Borreani et al., 2018; Queiroz et al., 2020). Por outro lado, a adoção de boas práticas de ensilagem, como controle da umidade, compactação adequada, uso de inoculantes e armazenamento sob vedação eficiente, reduz significativamente o risco de fermentações butíricas e contaminação por Clostridium spp. (MAPA, 2023).

Diante disso, torna-se essencial investigar a presença de C. perfringens em alimentos destinados a bovinos, visando compreender o potencial risco sanitário e orientar medidas preventivas eficazes nas propriedades rurais. O objetivo deste estudo foi identificar a presença de Clostridium perfringens em diferentes alimentos fornecidos a bovinos e avaliar suas implicações para a saúde animal e a qualidade sanitária da alimentação.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e observacional, cujo objetivo principal foi identificar e descrever a presença de Clostridium perfringens nos alimentos fornecidos a bovinos, bem como discutir suas possíveis implicações para a saúde animal. Trata-se de uma pesquisa observacional por não haver intervenção direta no manejo dos animais ou nos processos produtivos, limitando-se à coleta e análise das amostras dos alimentos e à avaliação da presença do microrganismo.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2024, no período de agosto a novembro. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica para definir os níveis considerados inadequados da presença de C. perfringens nos alimentos destinados aos bovinos. A partir dessa fundamentação, foram selecionadas quatro propriedades rurais para a coleta das amostras, localizadas nos municípios de Rio das Antas (três propriedades) e Videira (uma propriedade), ambos em Santa Catarina. A escolha dessas propriedades considerou aspectos logísticos e a diversidade regional, de modo que a variação geográfica não influenciou os resultados.

As amostras foram coletadas em outubro de 2024, após três dias consecutivos de chuva, em pool, diretamente no cocho dos animais, buscando representar fielmente a dieta ofertada. Foram coletadas quatro amostras compostas: silagem de milho, bagaço de frutas, ração e farelo de trigo.

Figura 1 - Pool de amostra no cocho dos animais em umas das propriedades

Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2024.

A silagem, alimento base das dietas, apresentava idades variando entre 3 e 16 meses, armazenadas em silos cobertos com lonas próprias, sendo que duas das lonas eram reutilizadas. O bagaço de frutas, presente em duas propriedades, estava armazenado em silos abertos com lonas, com idade entre 1 e 2 meses. A ração e o farelo de trigo foram armazenados em galpões fechados.

Para a coleta, foram utilizados frascos universais estéreis, luvas descartáveis, recipientes isotérmicos (isopor) e gelo descartável, garantindo a manutenção da temperatura entre 2°C e 8°C durante o transporte, com análise laboratorial realizada em até 72 horas. A metodologia laboratorial envolveu o isolamento e a identificação bacteriológica específica para Clostridium perfringens, realizada em laboratório especializado em microbiologia anaeróbia.

O enfoque no alimento silagem justifica-se por sua importância na alimentação volumosa dos bovinos em Santa Catarina, sendo uma fonte crucial de energia, fibras e nutrientes, principalmente durante períodos de escassez de pastagem. A qualidade da silagem depende de boas práticas desde a colheita até o armazenamento, visto que uma silagem mal processada

pode favorecer a proliferação de patógenos, como C. perfringens, comprometendo a saúde do rebanho e ocasionando perdas produtivas significativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todas as amostras analisadas apresentaram resultado positivo para Clostridium perfringens, com destaque para a silagem de milho, apontada como principal fonte de contaminação. A presença do agente em alimentos fornecidos a bovinos não é incomum, mas

Propriedades	Tipo de amostra	Local	Resultado da análise
1	Silagem e ração	Videira	+ Clostridium perfringens
2	Silagem e ração	Rio Das Antas	+ Clostridium perfringens
3	Silagem, bagaço de maçã, ração e farelo de trigo	Rio Das Antas	+ Clostridium perfringens
4	Silagem e bagaço de banana	Rio Das Antas	+ Clostridium perfringens

sua detecção simultânea em diferentes tipos de amostras indica falhas pontuais no manejo e reforça a importância de boas práticas de conservação. Em propriedades rurais, o microrganismo tende a proliferar em condições anaeróbias com pH acima de 4,5, umidade excessiva e deficiência de compactação durante o processo de ensilagem (Silva et al., 2021; Queiroz et al., 2020).

Tabela 1 - Vacinação dos animais e idade dos alimentos conservados

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Propriedades	1	2	3	4
Vacinação	Sim	Sim	Sim	Sim
Idade silagem	Safra 2023	Safra 2024	Safra 2023	Safra 2023
Idade bagaço	-	-	2 meses	1 mês
Estado de conservação dos alimentos	Bom	Regular	Bom	Regular

Os animais avaliados encontravam-se vacinados e em boas condições sanitárias, o que provavelmente contribuiu para a ausência de manifestações clínicas associadas à clostridiose, corroborando o observado por Gomes et al. (2022), que ressaltam a importância da imunização preventiva na redução dos casos clínicos. Ainda assim, a presença de C. perfringens representa um risco potencial à sanidade do rebanho, especialmente em situações de estresse ou imunossupressão, quando mesmo cargas bacterianas reduzidas podem desencadear toxemias severas (Almeida; Rodrigues, 2023).

Tabela 2 - Resultados das amostragens dos alimentos nas diferentes propriedades

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A qualidade da silagem exerce papel fundamental no controle da multiplicação bacteriana. Estudos atuais indicam que fermentações conduzidas de forma inadequada, caracterizadas por pH acima de 4,5, elevada umidade e compactação deficiente, criam um ambiente favorável ao desenvolvimento de bactérias do gênero Clostridium, resultando em fermentação butírica e degradação proteica (Driehuis; Oude Elferink, 2018; Goldsztejn et al., 2020). De modo complementar, evidências apontam que o uso de inoculantes à base de Lactobacillus plantarum e o monitoramento rigoroso do pH são estratégias eficazes para reduzir a ocorrência de C. perfringens em silagens de milho, promovendo maior estabilidade fermentativa e segurança alimentar dos rebanhos (Borreani et al., 2018; MAPA, 2023).

Por se tratar de uma análise qualitativa, o presente estudo não quantificou a carga bacteriana, mas a detecção em todas as amostras evidencia a necessidade de um programa contínuo de vigilância microbiológica nas propriedades rurais. Esses resultados evidenciam que, mesmo em rebanhos vacinados, a segurança alimentar depende de práticas integradas de controle, que envolvem o manejo nutricional, o armazenamento adequado e a inspeção sanitária sistemática dos alimentos utilizados na bovinocultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Clostridium perfringens é um microrganismo amplamente distribuído no ambiente, cuja ocorrência em alimentos bovinos está diretamente associada à qualidade da silagem e ao manejo alimentar nas propriedades. A presença do agente em todas as amostras analisadas evidencia a exposição constante dos animais e destaca a necessidade de medidas preventivas permanentes, como o controle da umidade na ensilagem, o uso de lonas próprias e a manutenção da vacinação regular.

Os resultados obtidos demonstram que, embora a contaminação seja comum, a aplicação de boas práticas de produção e armazenamento é capaz de reduzir substancialmente os riscos sanitários. De forma complementar, o fortalecimento de ações educativas e de monitoramento microbiológico contribui para a sustentabilidade produtiva e para a biossegurança da pecuária regional. Investigações futuras com enfoque quantitativo e em parâmetros físico-químicos da silagem poderão aprofundar a compreensão da dinâmica de C. perfringens no ambiente alimentar e subsidiar políticas locais de vigilância e prevenção.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, pelo auxílio laboratorial, à professora pela orientação e aos proprietários rurais pela colaboração na coleta das amostras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; RODRIGUES, T. C. Aspectos zoonóticos das clostridioses: desafios para a saúde pública. *Revista de Saúde Pública e Veterinária*, v. 7, n. 1, p. 15–26, 2023.

BORREANI, G. et al. Silage review: Factors affecting aerobic deterioration and spoilage of silages. *Journal of Dairy Science*, v. 101, n. 5, p. 400–416, 2018.

DRIEHUIS, F.; OUDE ELFERINK, S. Silage review: Animal and human health risks from silage. *Journal of Dairy Science*, v. 101, n. 5, p. 400–416, 2018.

GOLDSZTEJN, M. et al. Potential determinants of *Clostridium* spp. occurrence in silage. *Frontiers in Microbiology*, v. 11, p. 773467, 2020.

GOMES, P. L. et al. Impacto econômico e clínico das clostridioses em bovinos. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, v. 40, n. 3, p. 200–212, 2022.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. *Manual de Boas Práticas de Alimentação Animal*. Brasília: MAPA, 2023.

QUEIROZ, O. C. M. et al. Quality of silage and risks of *Clostridium perfringens* contamination in cattle feeding. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 49, 2020.

SANTOS, C. M. dos. *Clostridioses: patogenia, prevenção e vacinas*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia-Bioquímica) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA, R. A.; MENDES, F. J.; CARVALHO, L. P. Clostridioses em bovinos: desafios atuais na prevenção e diagnóstico. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, v. 39, n. 2, p. 123–134, 2021.

SOUZA, L. T. *Clostridium perfringens e suas patogenias em humanos*. 2017. Monografia (Pós-graduação em Microbiologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OCORRÊNCIA DE TUBERCULOSE BOVINA NOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SC: ESTUDO RETROSPECTIVO 2020 A 2024

Categoria: Iniciação Científica

Érica Maria Raldi[1]
Daniel Zamboni[2]
Felipe Volpato[3]
Katiane Schmitt[4,5]

esumo – A tuberculose bovina, causada por Mycobacterium bovis, é uma zoonose crônica de relevância sanitária e econômica. Este estudo teve como objetivo descrever a ocorrência da doença na região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC) entre 2020 e 2024, a partir de dados oficiais da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (SGDA). Foram registrados 19 focos em nove municípios, totalizando 55 animais positivos, com destaque para Arroio Trinta, Tangará e Iomerê. Todos os focos ocorreram em rebanhos leiteiros, sendo 96,4% dos casos em fêmeas, o que reflete a maior exposição desse sistema produtivo e o manejo intensivo característico da bovinocultura de leite. A certificação de propriedades livres foi a principal motivação dos exames (57,9%), seguida pelo trânsito e por exigências sanitárias. Os achados demonstram a persistência da enfermidade na região e a importância da vigilância ativa para identificação de focos. O fortalecimento das ações do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) e o uso sistemático do e-SISBRAVET são fundamentais para aprimorar o controle da tuberculose bovina em Santa Catarina.

Palavras-chave: Epidemiologia; Mycobacterium bovis; Sanidade animal; Santa Catarina; Tuberculose bovina.

INTRODUÇÃO

A tuberculose bovina é uma enfermidade infecciosa crônica causada, principalmente, por Mycobacterium bovis, integrante do complexo M. tuberculosis (MTBC). Acomete bovinos e outros mamíferos, produzindo granulomas de evolução lenta e acarretando importantes impactos produtivos, econômicos e sanitários (WOAH, 2024). Trata-se de uma zoonose reconhecida: pessoas podem se infectar por M. bovis e desenvolver quadros clínicos semelhantes à tuberculose humana, geralmente associados à exposição a animais infectados ou ao consumo de produtos de origem animal contaminados (CDC, 2024; WOAH, 2024).

[1]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professores do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professores do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade.(dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9610501604163435)

Nos bovinos, a infecção ocorre principalmente por via respiratória ou oral, levando à formação de lesões granulomatosas em linfonodos e órgãos internos. Essa característica sustenta o curso crônico e frequentemente subclínico da enfermidade, o que dificulta sua detecção precoce e favorece a manutenção de animais infectados nos rebanhos (WOAH, 2024). O diagnóstico baseia-se na aplicação de testes de tuberculinização, intradérmico cervical simples ou comparativo e na inspeção post-mortem de carcaças, com confirmação por exames laboratoriais complementares (WOAH, 2024; BRASIL, 2017).

No Brasil, a distribuição da doença apresenta heterogeneidade entre as Unidades da Federação, com prevalências variando de 0,16% a 9,0% conforme o sistema produtivo e o nível de biossegurança adotado (Neto, 2024). Estudos nacionais apontam maior risco em rebanhos leiteiros intensivos e na introdução de animais sem histórico sanitário adequado (Bezerra Neto et al., 2024). Santa Catarina, por sua vez, destaca-se por manter baixos índices de ocorrência, resultado da efetiva atuação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e da adesão ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT) (Brasil, 2017; CIDASC, 2024).

Desde 2020, com a obrigatoriedade do registro de notificações no e-SISBRAVET, tornou-se possível analisar de forma mais precisa a distribuição temporal e espacial dos focos em todo o território nacional (Brasil, 2022). Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo descrever a ocorrência de tuberculose bovina na região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC) entre 2020 e 2024, caracterizando a distribuição dos casos e o perfil dos animais acometidos, a fim de subsidiar estratégias de vigilância e controle no âmbito do PNCEBT.

METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido a partir da análise de dados secundários referentes à ocorrência de tuberculose bovina nos municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), em Santa Catarina — Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira — abrangendo o período de 2020 a 2024.

Inicialmente, foram consultados os informes epidemiológicos mensais disponibilizados pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), com o objetivo de identificar os casos notificados segundo o ano de ocorrência e o respectivo município afetado.

Na sequência, foram examinados os atestados de exames com resultados positivos registrados no Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (SGDA), o que possibilitou determinar a finalidade dos testes aplicados e compreender o contexto da detecção dos focos. A partir do mesmo sistema, obtiveram-se informações complementares referentes à finalidade de criação, sexo e faixa etária dos animais diagnosticados.

Os dados coletados foram sistematizados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel e submetidos à análise descritiva, permitindo a caracterização do perfil epidemiológico da tuberculose bovina na região de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados referentes à ocorrência de tuberculose bovina na região do Alto Vale do Rio do Peixe entre 2020 e 2024 evidencia a presença contínua da enfermidade, ainda que com distribuição restrita a alguns municípios, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Focos de tuberculose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

Municípios	Focos	Animais Positivos
Arroio Trinta	4	11
Tangará	3	11
Iomerê	3	11
Rio das Antas	3	5
Caçador	2	4
Videira	1	6
Fraiburgo	1	3
Salto Veloso	1	3
Pinheiro Preto	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

Observa-se maior concentração de focos em Arroio Trinta, Tangará e Iomerê, seguidos por Rio das Antas e Caçador. Esses resultados refletem a predominância da bovinocultura leiteira nessas localidades, sistema produtivo reconhecidamente mais suscetível à disseminação do Mycobacterium bovis devido à maior densidade animal, manejo intensivo e permanência prolongada dos bovinos nos rebanhos (WOAH, 2024; BRASIL, 2017). A ocorrência em municípios de perfil produtivo semelhante sugere que fatores estruturais e zootécnicos influenciam diretamente na dinâmica epidemiológica regional.

Tabela 2 – Dados epidemiológicos dos focos de tuberculose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

/	Leite	Corte	Total
Focos	19	0	19
Fêmeas	53	0	53
Machos	02	0	02

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

Todos os 19 focos identificados ocorreram em propriedades leiteiras (Tabela 2), reforçando o vínculo da tuberculose com sistemas de produção voltados ao leite. Essa predominância está alinhada a achados nacionais que apontam prevalências mais elevadas em rebanhos leiteiros do que em rebanhos de corte (Bezerra Neto et al., 2024; Neto, 2024). A maior vulnerabilidade desses sistemas deve-se à combinação de fatores como confinamento, maior longevidade das matrizes e intensificação do manejo, que favorecem a transmissão aerógena do agente (WOAH, 2024).

A concentração de casos em fêmeas (96,4%) é compatível com o perfil dos rebanhos leiteiros, predominantemente formados por vacas destinadas à produção de leite, as quais são mais frequentemente submetidas a testes de rotina em função das exigências sanitárias e da comercialização do produto.

Esse achado reforça a importância do monitoramento constante das vacas em lactação, que podem atuar como portadoras subclínicas e fontes de disseminação para o rebanho (CDC, 2024).

Tabela 3 – Motivação dos exames realizados nos focos de tuberculose bovina nos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe 2020 a 2024.

Motivação de exame	Quantidade
Certificação de propriedade livre	11
Trânsito	04
Exigência propriedade leiteira	03
Investigação de suspeita	01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CIDASC, 2025.

Quanto à motivação dos exames (Tabela 3), observou-se predominância de testes realizados para certificação de propriedades livres (n=11), seguidos por exames vinculados ao trânsito de animais (n=4) e à exigência de propriedade leiteira (n=3). A detecção de novos focos na região ocorre, em grande parte, por meio de ações de vigilância ativa, o que demonstra a efetividade das estratégias de prevenção e monitoramento implementadas pelo serviço oficial. Esse cenário é coerente com a política estadual catarinense, que mantém um dos menores índices de prevalência da doença no país (CIDASC, 2024), resultado da integração entre ações do PNCEBT e a fiscalização sistemática dos rebanhos leiteiros.

A distribuição geográfica limitada e a predominância de focos identificados durante procedimentos de certificação sugerem que o sistema de vigilância da região é sensível e atuante, mas que a doença persiste de forma esporádica em propriedades pontuais, possivelmente relacionadas à introdução de animais sem histórico sanitário ou falhas na adoção de medidas de biossegurança. Situação semelhante é relatada em outras regiões do país, onde a tuberculose bovina se mantém endêmica em baixos níveis de prevalência, mas com focos recorrentes em áreas de maior concentração leiteira (BRASIL, 2017; WOAH, 2024).

De modo geral, os resultados obtidos neste estudo corroboram a literatura nacional e internacional ao indicar que, embora o estado de Santa Catarina apresente índices favoráveis, a manutenção de casos esporádicos requer vigilância contínua e adesão dos produtores às medidas de controle, incluindo o saneamento rigoroso de focos e o cumprimento dos protocolos diagnósticos do PNCEBT. A análise do período 2020–2024, coincidente com a implementação obrigatória do e-SISBRAVET, também evidencia a importância dos registros eletrônicos para o acompanhamento temporal e espacial das enfermidades, favorecendo o planejamento de ações direcionadas e a consolidação de Santa Catarina como referência sanitária nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a tuberculose bovina permanece presente na região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC), com registros concentrados em municípios de predominância leiteira e fêmeas, refletindo o perfil produtivo e o manejo intensivo característicos da bovinocultura de leite. A análise dos dados entre 2020 e 2024 demonstra que a vigilância ativa desempenha papel central na detecção dos focos e na manutenção da rastreabilidade sanitária regional, confirmando a efetividade das ações conduzidas pelo serviço veterinário oficial.

Apesar do controle consolidado em Santa Catarina, a persistência de casos isolados reforça a necessidade de aprimorar continuamente as medidas de biossegurança nas propriedades e de promover a conscientização dos produtores sobre a importância da certificação sanitária e do saneamento de rebanhos. A integração entre vigilância epidemiológica, diagnóstico precoce e gestão de informações por meio do e-SISBRAVET constitui ferramenta estratégica para a erradicação da tuberculose bovina e para o fortalecimento do status sanitário catarinense, consolidando a região como referência em saúde e na segurança dos produtos de origem animal, pilares fundamentais para a sustentabilidade e a credibilidade sanitária da produção pecuária catarinense.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), pela autorização para acesso e utilização dos dados oficiais empregados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, M. A. *et al.* Prevalência e fatores associados à tuberculose bovina no Brasil: revisão sistemática e meta-análise. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 1–12, 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT. Brasília, DF: MAPA, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Sistema de Informação de Saúde Animal – e-SISBRAVET: manual do usuário e orientações de uso. Brasília, DF: MAPA, 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Brucelose e Tuberculose: Brucelose Bovina e Bubalina. Brasília, DF: MAPA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pncebt.

CDC – Centers for Disease Control and Prevention. Mycobacterium bovis (Bovine Tuberculosis) – Transmission and Prevention. Atlanta, 2024. Disponível em: https://www.cdc.gov/tb/.

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Menos doença, mais saúde: Santa Catarina tem a menor prevalência para brucelose e tuberculose nos rebanhos bovinos do Brasil. Florianópolis: CIDASC, 2024.

NETO, M. A. Situação epidemiológica da tuberculose bovina no Brasil: desafios e perspectivas para o controle. *Boletim Técnico do MAPA*, Brasília, DF, v. 9, p. 15–27, 2024.

WOAH – World Organisation for Animal Health. Bovine tuberculosis (infection with Mycobacterium bovis). Paris: WOAH, 2024. Disponível em: https://www.woah.org/en/disease/bovine-tuberculosis/.

MASTITE BOVINA NO MEIO OESTE CATARINENSE: PERFIL MICROBIOLÓGICO E DESAFIOS PARA A QUALIDADE DO LEITE

Categoria: Iniciação Científica

Camila da Rocha Dias[1]
Jennifer Figueroa Duarte[2]
Hamilton Alves Goes[3]
Natalli Amélia do Amaral[4]
Jessica Santana dos Reis[5]

Resumo – A mastite bovina é uma das principais enfermidades que afetam a pecuária leiteira, causando prejuízos econômicos e comprometendo a qualidade do leite. O objetivo deste estudo foi identificar os principais agentes bacterianos associados à mastite bovina, por meio da caracterização das colônias em ágar cromogênico, visando determinar o perfil etiológico das amostras de leite de vacas com a doença em fazendas do Meio-Oeste Catarinense.Foram analisadas 41 amostras de leite de vacas positivas no California Mastitis Test (CMT), coletadas em oito propriedades com ordenha mecanizada. As amostras foram submetidas à cultura bacteriológica em ágar cromogênico. Observou-se predominância de Staphylococcus aureus (65,85%), seguido por Enterococcus faecalis (31,71%) e Klebsiella pneumoniae (4,88%). Não houve isolamento de Proteus mirabilis e Escherichia coli, e 29,27% das amostras não apresentaram crescimento bacteriano. Os resultados indicam a prevalência de agentes contagiosos, especialmente S. aureus, reforçando a necessidade de boas práticas higiênico-sanitárias, como o uso correto de pré e pós-dipping, sequência adequada de ordenha e higienização dos equipamentos. Conclui-se que o controle eficaz da mastite requer manejo sanitário rigoroso, identificação precoce dos agentes infecciosos e capacitação dos produtores, visando a melhoria da qualidade do leite e a sustentabilidade da produção na região estudada.

Palavras-chave: etiologia; glândula mamária; bovino; microrganismos; lactação.

INTRODUÇÃO

A produção de leite no Brasil possui um conceito econômico e social significativo, posicionando o país entre os cinco maiores produtores de leite do mundo. Em uma análise dos últimos 25 anos, o Brasil teve um aumento considerável em sua produção, consequência da adesão de novas tecnologias, como o aprimoramento genético dos rebanhos, melhoria na formulação de dietas e avanços na saúde e bem-estar animal. No estado de Santa Catarina a

[1]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Biomedicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pecuária leiteira é importante para geração de empregos e renda da população. Segundo Lopes (2006), esse ramo representa 7% do valor bruto da produção (VBP) da agropecuária catarinense, correspondendo ao quarto produto em importância econômica. leva a alterações químicas e físicas do leite, com consequente diminuição da produção, além de representar um risco a saúde pública, devido aos agentes e suas toxinas e por resíduos de antibióticos no leite. é classificada em clínica e subclínica. A mastite clínica tem sinais visíveis, como edema, inchaço, febre, dor no úbere, alteração das características do leite, formação de grumos e presença de pus, apresenta mudança na composição do leite, não manifesta características visíveis, sendo diagnosticado apenas no teste de CMT ou por meio da contagem de células somáticas (CCS) no leite do tanque de resfriamento.

Identificar o microrganismo causador da doença é fundamental para garantir o controle eficaz e orientar as medidas de manejo do rebanho, como a escolha do tratamento mais apropriado ou, se necessário, o descarte dos animais acometidos. A etiologia da mastite é diversificada, no entanto, os principais agentes são Enterococcus sp, Klebisiela sp. Escherichia coli, Staphylococcus spp. e Streptococcus spp. As bactérias do gênero Staphylococcus spp. destacam-se entre os principais microrganismos causadores e costumam ser resistentes a antimicrobianos e de alta contagiosidade, podendo levar a perdas de produção de até 15%. O objetivo deste estudo foi identificar os principais agentes bacterianos associados à mastite bovina, por meio da caracterização das colônias em ágar cromogênico, visando determinar o perfil etiológico das amostras de leite de vacas com a doença em fazendas do Meio-Oeste Catarinense

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido no Meio-Oeste catarinense, abrangendo os municípios de Lebon Régis, Fraiburgo, Rio das Antas e Caçador entre abril e junho de 2025. Foram avaliadas oito propriedades leiteiras com rebanhos predominantemente mestiços das raças Holandês e Jersey. Todas as fazendas usavam ordenha mecanizada, sete com sistema canalizado e uma balde ao pé. Os procedimentos de higiene durante a ordenha incluíam desinfecção pré dipping e secagem dos tetos com papel toalha. Em duas propriedades, os tetos eram lavados com água antes do pré dipping. O sistema de produção de seis fazendas eram extensivas, uma intensiva e uma semi-intensiva. Foram coletadas 41 amostras de leite de vacas positivas no CMT. A coleta de amostras de leite desses animais positivos foi realizada antes da ordenha, após a higienização dos tetos com álcool e secagem com papel toalha. As amostras foram acondicionadas em frascos estéreis, desprezando os primeiros três jatos de leite. Todas as amostras foram armazenadas a -20°C até o processamento no Laboratório de Microbiologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Elas foram submetidas ao exame microbiológico em cultura bacteriológica, usando como meio o HiCrome™ UTI Agar (HIMEDIA®), inoculadas com swab estéril. As placas inoculadas foram colocadas na estufa bacteriológica a 37°C por 24 horas e posterior identificação das bactérias a partir da coloração das colônias. O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pela Comissão de ética no Uso de Animais (CEUA) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, sob o número de protocolo nº 001/CEUA/2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise microbiológica das amostras de leite de vacas com mastite clínica e subclínica revelou predominância de Staphylococcus aureus, isolado em 65,85% dos casos (Tabela 1). O segundo microrganismo mais frequente foi Enterococcus faecalis (31,71%), indicando possível contaminação de origem ambiental ou fecal. Esse resultado reforça a necessidade de boas práticas higiênico-sanitárias durante a ordenha, cuidado com contaminação na água e no manejo dos animais. Apesar de sua menor patogenicidade comparada a S. aureus, infecções por E. faecalis podem causar inflamações persistentes e impactar a qualidade do leite.

Tabela 1 - Frequência de microrganismos isolados de amostras de leite de vacas com mastite clínica e subclínica (N=41), em regiões do Alto Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense.

Microrganismo isolado	Número de animais (n)	Percentual (%)
Staphylococcus aureus	27	65,85
Enterococcus faecalis	13	31,71
Klebsiella pneumoniae	2	4,88
Proteus mirabilis	0	0,00
Escherichia coli	0	0,00
Sem isolamento	12	29,27

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A ocorrência de Klebsiella pneumoniae (4,88%) demonstra a presença de agentes ambientais oportunistas, geralmente relacionados à cama úmida, fezes e materiais orgânicos em decomposição. Embora sua frequência tenha sido baixa, a presença desse patógeno é preocupante, pois infecções por K. pneumoniae tendem a evoluir rapidamente e provocar quadros clínicos graves.

A ausência de isolamento de Proteus mirabilis e Escherichia coli nas amostras sugere baixa ocorrência de mastites coliformes nas propriedades avaliadas, possivelmente devido a boas condições higiênicas durante a ordenha ou a fatores ambientais desfavoráveis à sobrevivência desses microrganismos no período de coleta. No entanto, a detecção de 29,27% de amostras sem isolamento bacteriano pode estar relacionada à eliminação intermitente de microrganismos, à presença de patógenos de difícil cultivo, ou ao uso prévio de antimicrobianos pelos animais, o que pode ter inibido o crescimento bacteriano nos meios de cultura.

De forma geral, os resultados evidenciam o predomínio de agentes contagiosos, com destaque para S. aureus, o que reforça a importância de estratégias de controle voltadas à prevenção da transmissão dos patógenos durante a ordenha, identificação e tratamento adequado dos animais infectados e descarte de vacas cronicamente afetadas.

O S. aureus é um microrganismo contagioso clássico da mastite, capaz de persistir no úbere, formar biofilme e transmitir-se entre vacas durante a ordenha, tornando-se um reservatório dentro da propriedade. Por isso, há grande importância com cuidados que previnam a sua disseminação no rebanho, durante a ordenha. (FERREIRA et al., 2006) Essa persistência pode favorecer o estabelecimento de microrganismos oportunistas, como Enterococcus e Klebsiella, A combinação S. aureus + Enterococcus observada no estudo (Tabela 2) indica que

S. aureus não impede completamente a colonização por outros microrganismos, sugerindo que medidas de controle direcionadas apenas a ele podem ser insuficientes.

Tabela 2 - Padrão de isolamento bacteriano em amostras de leite de vacas com mastite clínica e subclínica (N=29), em regiões do Alto Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense.

Padrão de isolamento bacteriano	Número de animais (n)	Percentual (%)
Crescimento de um único microrganismo	16	55,17
Crescimento misto		
Staphylococcus aureus + Enterococcus faecalis	11	37,93
Staphylococcus aureus + Klebsiella pneumoniae	2	6,90

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, microrganismos ambientais como Klebsiella, embora menos frequentes, podem causar perdas significativas na produção, reforçando a necessidade de estratégias de manejo e higienização que contemplem tanto agentes contagiosos quanto oportunistas. Do ponto de vista terapêutico, a coinfecção envolvendo S. aureus e outros microrganismos, como Enterobacter, pode alterar a susceptibilidade bacteriana aos antibióticos, favorecendo a persistência da infecção e dificultando a eficácia do tratamento.

Sob o ponto de vista produtivo, a presença simultânea de dois microrganismos pode provocar maior dano tecidual, elevar a contagem de células somáticas (CCS) e prolongar a duração da mastite, resultando em maiores perdas de leite, aumento do descarte de animais e custos elevados com manejo e terapias. Medidas preventivas, como o uso correto de pré e pós-dipping, a adoção de sequência adequada de ordenha para a redução da disseminação de agentes contagiosos entre os animais, manutenção e higienização dos equipamentos de ordenha e treinamento dos ordenhadores, são essenciais para reduzir a prevalência e o impacto econômico da mastite nas propriedades leiteiras da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostram que a mastite bovina na região do Meio-Oeste Catarinense é um desafio constante para a produção leiteira, principalmente pela presença de microrganismos contagiosos, como Staphylococcus aureus, e pela ocorrência de coinfecções com agentes oportunistas. Essas infecções comprometem a qualidade e a quantidade do leite, aumentam os custos de tratamento e podem reduzir a vida produtiva dos animais. De forma geral, os achados reforçam a importância de investir em boas práticas de manejo e higiene durante a ordenha, diagnóstico precoce e capacitação dos produtores. Essas medidas são essenciais para controlar a mastite, melhorar a qualidade do leite e garantir maior sustentabilidade e rentabilidade na atividade leiteira da região.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

CADES, M.; ZANINI, D. S.; SOUZA, H. L.; SILVA, J. D.; FINK, A. A. B.; MUNIZ, I. M. Perfil de resistência antimicrobiana de mastite bovina em propriedade leiteira no município de Monte Negro/RO. *Revista Brasileira de Ciências da Amazônia* (RBCA), v. 6, n. 1, p. 1-62, jan./abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/rolimdemoura/article/download/1940/2068/9936.

EXODO CIENTÍFICA. *Technical Data M1353*. [s.l.]: Exodo Científica, [s.d.]. Disponível em: https://exodocientifica.com.br/_technical-data/M1353.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025

FERREIRA, L.M.; NADER FILHO, A.; OLIVEIRA, E. de. etal. Variabilidades fenotípica e genotípica de estirpes deStaphylococcus aureus isolada s em casos de mastitesubclínica bovina. Ciência Rural. Santa Maria, v. 36, n. 4,p. 1228-1234, 2006.

MASSOTE, V. P.; ZANATELI, B. M.; ALVES, G. V.; GONÇALVES, E. S.; GUEDES, E. "Diagnóstico e controle de mastite bovina: uma revisão de literatura". *Agrovet & Sul de Minas*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/agrovetsulminas/article/download/265/243/891. Acesso em: 02 nov. 2025

MENDONÇA, E. C. L. et al. Caracterização fenogenotípica da resistência antimicrobiana em *Staphylococcus* spp. isolados de mastite bovina. *Pesquisa Veterinária Brasileira (Online)*, v. 32, n. 9, p. –, 2012. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-736X2012000900008. Acesso em: 02 nov. 2025.

ANÁLISE DE INDICADORES DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: EXPECTATIVA DE VIDA, DOENÇAS CRÔNICAS E DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

Categoria: Iniciação Científica

Daiane Silva Ferreira[1]
Gustavo Ramos Alves da Silva[2]
Isadora Francione de Barros[3]
Valdinei de Lima Leite[4]
Ivanete Schneider Hahn[5]

Resumo – A análise de indicadores de saúde pública é essencial para compreender a situação sanitária de um país e orientar políticas voltadas à equidade e ao bem-estar populacional. O presente artigo teve como objetivo analisar os principais indicadores de saúde do Brasil, com base nos dados oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) entre os anos de 2021 e 2023. Foram avaliados parâmetros como expectativa de vida, doenças crônicas não transmissíveis, fatores de risco comportamentais e indicadores materno-infantis. Os resultados apontam avanços significativos na expectativa de vida e na cobertura de serviços de saúde, embora persistam desigualdades regionais e sociais que comprometem a qualidade de vida e o acesso equitativo aos cuidados. Observou-se ainda o aumento da prevalência de obesidade, hipertensão e consumo de álcool, reforçando a necessidade de políticas integradas de promoção da saúde e prevenção de agravos. Conclui-se que, apesar dos progressos obtidos, o Brasil enfrenta desafios estruturais para consolidar um sistema de saúde mais justo e eficaz, especialmente diante das transições demográficas e epidemiológicas.

Palavras-chave: saúde pública; indicadores; doenças crônicas; determinantes sociais.

INTRODUÇÃO

A análise de indicadores de saúde pública constitui instrumento essencial para compreender as condições sanitárias de uma população e orientar políticas voltadas à equidade e ao bem-estar (Organização Mundial da Saúde – OMS, 2018). No contexto brasileiro, a avaliação sistemática desses indicadores revela avanços expressivos nas últimas décadas, especialmente no

[1]Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu (Art. 170 / bolsa de pesquisa) / Estudants dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem e Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[2]Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu (Art. 170 / bolsa de pesquisa) / Estudante dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem e Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[3]Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu (Art. 170 / bolsa de pesquisa) / Estudante dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem e Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[4]Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu (Art. 170 / bolsa de pesquisa) / Estudante dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem e Fisioterapia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).
[5]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (mestrado e doutorado), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.

aumento da expectativa de vida e na ampliação da cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, tais progressos coexistem com desigualdades estruturais que afetam o acesso, a qualidade da atenção e os resultados em saúde (Brasil, 2023).

A OMS (2018) destaca que os indicadores de saúde refletem a interação entre fatores biológicos, sociais e econômicos, sendo determinantes para o monitoramento das metas globais de desenvolvimento sustentável, notadamente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. No Brasil, o processo de transição demográfica e epidemiológica — caracterizado pela redução das doenças infecciosas e pelo aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) — redefiniu o perfil de morbimortalidade, impondo novos desafios ao sistema de saúde.

Com base em dados oficiais da OMS (2023a; 2023b), este estudo analisa a evolução recente dos principais indicadores brasileiros de saúde (2021–2023), com foco em quatro eixos: expectativa de vida e expectativa de vida saudável, causas de mortalidade, prevalência de fatores de risco e doenças crônicas, e indicadores materno-infantis. Ao integrar evidências internacionais e nacionais, busca-se identificar tendências, avanços e desigualdades regionais que possam subsidiar políticas públicas orientadas pela equidade e pela sustentabilidade do sistema de saúde.

METOTOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, fundamentada na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais e reconhecidas internacionalmente. A opção por este delineamento justifica-se pela natureza exploratória do objetivo central, que visa compreender a evolução recente dos principais indicadores de saúde pública do Brasil e suas inter-relações com os determinantes sociais e comportamentais da saúde.

Os dados utilizados foram obtidos predominantemente nas plataformas Global Health Observatory (GHO) (OMS, 2023a) e WHO Data Portal (OMS, 2023b), mantidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que reúnem estatísticas padronizadas de 194 países membros. O recorte temporal compreendeu o período de 2021 a 2023, selecionado por representar a fase mais recente e consistente de consolidação dos dados globais pós-pandemia de COVID-19. Essa delimitação temporal permite avaliar tanto os efeitos imediatos da crise sanitária quanto as tendências de recuperação e reestruturação do sistema de saúde brasileiro.

As variáveis selecionadas foram agrupadas em quatro eixos analíticos:

1. Expectativa de Vida e Expectativa de Vida Saudável (HALE): número médio de anos de vida ao nascer e anos vividos em boas condições de saúde;

2. Causas de Mortalidade: distribuição proporcional de mortes por grupo de doenças e por sexo;

3. Fatores de Risco e Condições Crônicas: prevalência de hipertensão arterial, obesidade, tabagismo e consumo de álcool, conforme classificação da OMS;

4. Indicadores Materno-Infantis: taxa de mortalidade materna, taxa de mortalidade neonatal e proporção de partos assistidos por profissionais qualificados.

Os dados foram coletados de forma sistemática entre setembro e outubro de 2025, diretamente nas bases eletrônicas mencionadas, utilizando filtros por país (Brazil), período (2021–2023) e categoria de indicador. Cada variável foi validada quanto à completude e consistência, sendo excluídas as observações com ausência de valores ou divergência de classificação metodológica entre fontes. Os resultados foram apresentados em termos de percentuais, taxas e médias, com ênfase em tendências temporais e diferenciais por sexo ou grupo etário, conforme disponibilidade na base.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos indicadores de saúde pública brasileiros no período de 2021 a 2023 evidencia um cenário de avanços graduais em expectativa de vida e cobertura assistencial, mas também persistência de desigualdades regionais e sociais que comprometem a equidade do sistema de saúde.

EXPECTATIVA DE VIDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE

A expectativa de vida ao nascer atingiu aproximadamente 76 anos em 2021, segundo a OMS, enquanto a expectativa de vida saudável (HALE) manteve-se em torno de 61,8 anos. Essa diferença de 14 anos indica que parte significativa da população vive longos períodos sob condições crônicas ou limitações funcionais. Mulheres apresentaram maior longevidade, mas também maior prevalência de doenças crônicas, o que sugere a necessidade de políticas específicas de saúde da mulher e envelhecimento saudável. Comparativamente, o Brasil situa-se acima da média da América Latina (75,1 anos), mas abaixo dos países da OCDE, evidenciando limites estruturais de desenvolvimento humano e sanitário.

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTALIDADE

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) — notadamente cardiovasculares, neoplasias malignas e diabetes tipo 2 — responderam por mais de 70% dos óbitos nacionais em 2021. A análise por sexo mostra prevalência maior de mortes cardiovasculares entre homens, e de doenças metabólicas e respiratórias entre mulheres.

Durante a pandemia, observou-se um agravamento da mortalidade em pacientes com DCNTs preexistentes, refletindo a vulnerabilidade de grupos com menor acesso à atenção primária e acompanhamento contínuo. Esses resultados confirmam o predomínio de um perfil epidemiológico de transição consolidada, demandando reforço da atenção básica e da vigilância em saúde.

FATORES DE RISCO E COMPORTAMENTOS DE SAÚDE

Os fatores de risco analisados demonstram avanços pontuais, mas desafios persistentes:

- O tabagismo caiu para cerca de 12% da população adulta, resultado de políticas públicas consolidadas.
- O consumo de álcool manteve-se elevado (7,7 litros per capita/ano), permanecendo acima do nível de segurança definido pela OMS.
- A obesidade apresenta tendência ascendente, afetando mais de 28% dos adultos e 15% de crianças e adolescentes, associada ao sedentarismo e à alimentação ultraprocessada.

Esses padrões evidenciam a influência dos determinantes sociais da saúde (DSS) — renda, educação, ambiente urbano e hábitos culturais — sobre o perfil de morbimortalidade. Políticas intersetoriais que integrem saúde, educação e segurança alimentar tornam-se essenciais para conter o avanço das DCNTs.

SAÚDE MATERNO-INFANTIL

Os indicadores materno-infantis apontam progressos substanciais, porém irregulares. A mortalidade materna, que havia alcançado 55,3 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2019, aumentou para 107,5 em 2021 durante a pandemia, principalmente entre mulheres negras e residentes de regiões Norte e Nordeste. Já a mortalidade neonatal apresentou queda expressiva (de 29 para 8,3 por mil nascidos vivos entre 2000 e 2021), refletindo a ampliação do pré-natal e do parto assistido por profissionais qualificados — este último alcançando 87% de cobertura em 2023.

Apesar dos avanços, a desigualdade territorial ainda é marcante: regiões com menor infraestrutura hospitalar e cobertura obstétrica continuam registrando taxas acima da média nacional.

SÍNTESE DAS TENDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

A Tabela 1 apresenta uma síntese dos principais indicadores de saúde (Brasil, 2021–2023). Em seguida, a Tabela 2 apresenta as desigualdades regionais em indicadores selecionados (2023).

Tabela 1 – Síntese dos Principais Indicadores de Saúde (Brasil, 2021–2023)

Eixo Analítico	Indicador	Valor 2023	Tendência
Expectativa de vida	76 anos	↑	Ligeiro aumento pós-pandemia
Expectativa de vida saudável (HALE)	61,8 anos	↔	Estagnação, gap de 14 anos
Hipertensão arterial (≥18 anos)	26,1%	↑	Aumento moderado; associado ao envelhecimento
Obesidade em adultos	28%	↑	Tendência crescente nas últimas décadas
Tabagismo (≥15 anos)	12,2%	↓	Queda expressiva; risco de reversão com cigarros eletrônicos
Consumo de álcool	7,7 L/per capita	↔	Estável em nível de risco
Mortalidade materna	107,5/100 mil NV	↑	Retrocesso durante pandemia

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Tabela 2 - Desigualdades regionais em indicadores selecionados (2023)

Indicador	Norte/ Nordeste	Sul/ Sudeste	Diferença Relativa	Interpretação
Mortalidade neonatal (por mil NV)	10,3 / 9,9	6,7	+40%	Acesso desigual ao parto seguro
Expectativa de vida (anos)	72–74	78–79	+6 anos	Relação direta com IDH e APS
Obesidade em adultos	24–25%	29–30%	+20%	Associa-se ao padrão alimentar urbano
Cobertura de atenção básica	70–75%	90%	+20 pontos	Lacunas estruturais e de investimento

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os resultados indicam que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido crucial para os avanços observados, mas a sustentabilidade de tais progressos depende de políticas públicas voltadas à redução das iniquidades estruturais. As prioridades emergentes incluem:

- Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) como eixo central da prevenção e acompanhamento de DCNTs;
- Integração entre vigilância epidemiológica e políticas sociais, especialmente nos territórios mais vulneráveis;
- Promoção de estilos de vida saudáveis e educação alimentar e nutricional;
- Foco intersetorial nas políticas de gênero, raça e infância.

Essas diretrizes alinham-se às metas dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), reafirmando que o desafio brasileiro contemporâneo não se limita a prolongar a vida, mas sim a garantir longevidade com qualidade, dignidade e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores de saúde pública no Brasil entre 2021 e 2023 evidencia um quadro de avanços importantes em termos de longevidade, cobertura assistencial e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, os resultados também revelam desigualdades persistentes entre regiões, gêneros e grupos sociais, que comprometem a efetividade e a equidade das políticas públicas de saúde.

O crescimento da expectativa de vida demonstra o impacto positivo das políticas de atenção primária e de promoção da saúde; contudo, a manutenção de um hiato expressivo entre expectativa de vida total e saudável (HALE) indica que grande parte dos brasileiros ainda vivencia longos períodos de vida com limitações decorrentes de doenças crônicas. Esse cenário reforça a necessidade de reorientar o modelo assistencial para o cuidado integral e contínuo, priorizando a prevenção e a promoção de hábitos saudáveis desde a infância.

As DCNTs continuam sendo o principal desafio epidemiológico do país, representando mais de 70% das mortes registradas. O enfrentamento dessas enfermidades exige estratégias intersetoriais, que articulem saúde, educação, nutrição, esporte e políticas urbanas voltadas à melhoria do ambiente alimentar e à redução do sedentarismo.

Os dados analisados reafirmam o papel central do SUS como instrumento de justiça social e de redução das desigualdades, especialmente quando articulado a políticas sociais e de desenvolvimento regional. A consolidação de uma saúde pública sustentável requer investimento contínuo em vigilância epidemiológica, capacitação de profissionais e expansão da infraestrutura de atenção primária, sobretudo nas regiões historicamente subatendidas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu (Art. 170 / bolsa de pesquisa).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde. Avaliação de impacto das políticas de saúde: um guia para o SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 714 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_impacto_politicas_saude_guia_sus.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global Health Observatory Data Repository (GHO). Geneva: World Health Organization, 2023 (b). Disponível em: https://www.who.int/data/gho. Acesso em: 28 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Indicadores de saúde: elementos conceituais e práticos. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018. 83 p. Disponível em: https://www.paho.org/pt/documentos/indicadores-saude-elementos-conceituais-e-praticos Acesso em: 29 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Life expectancy and healthy life expectancy: Brazil profile. Geneva: World Health Organization, 2023 (a). Disponível em: https://data.who.int/countries/076. Acesso em: 28 out. 2025.

AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL E NUTRICIONAL DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS NO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA

Categoria: Pesquisa Científica

Maria Clara Zolondek de Morais[1]
Maria Fernanda Bortolini[2]
Gerson Leonardo Piaia[3]
Débora Fernandes Pinheiro[4]

Resumo – O cuidado com a alimentação é essencial no atendimento a indivíduos em situação de dependência de álcool e outras drogas, uma vez que o uso prolongado dessas substâncias compromete a saúde física e o estado nutricional dos pacientes. Com isto, o objetivo desse estudo foi de realizar testes de avaliação do estado mental e nutricional dos pacientes atendidos em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-AD). Pesquisas anteriores demonstraram que usuários frequentemente apresentam hábitos alimentares inadequados, como o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e sódio, enquanto a ingestão de frutas, verduras e alimentos naturais é insuficiente. Esse padrão alimentar resulta em deficiências de nutrientes essenciais, como vitaminas, minerais e fibras, o que pode prejudicar ainda mais a saúde geral dos pacientes. Além disso, os efeitos metabólicos e fisiológicos causados pelo uso de substâncias psicoativas podem agravar quadros de desnutrição ou levar ao desenvolvimento de obesidade, elevando o risco de doenças crônicas, como as cardiovasculares, e prejudicando a recuperação clínica. Com isto, verifica-se que alimentação não deve ser entendida apenas como um ato biológico, mas também como uma prática social, cultural e afetiva, que influencia diretamente o bem-estar e a qualidade de vida. Portanto, a intervenção cuidadosa no aspecto alimentar é essencial para a recuperação e a promoção da saúde de indivíduos em tratamento para dependência química, contribuindo significativamente para a restauração do equilíbrio nutricional e minimizando os impactos negativos das substâncias psicoativas na saúde física e mental dos pacientes.

Palavras-chave: Alimentação. Dependência Química. Saúde. Recuperação

INTRODUÇÃO

A diretriz estabelecida pelo Ministério da Saúde (2004) prevê que a atenção a indivíduos com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas deve ser oferecida de forma abrangente, em todos os níveis de atenção à saúde. Essa política enfatiza a importância de

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

serviços substitutivos ao modelo hospitalar, priorizando dispositivos de base comunitária, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Tais unidades especializadas têm como finalidade oferecer cuidado contínuo e integral a pessoas que apresentam quadros graves decorrentes do uso e da dependência de substâncias psicoativas, por meio de atendimentos realizados de forma diária (Almeida, et al 2022).

O aumento dos problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas tem sido particularmente evidente em países em desenvolvimento, estando vinculado a múltiplos fatores de ordem biológica, psicológica, social e aos determinantes sociais da saúde. Essa realidade impõe a necessidade de estratégias específicas por parte dos serviços de saúde. De acordo com a Organização das Nações Unidas, o enfrentamento global da questão das drogas deve estar alinhado integralmente aos princípios dos direitos humanos, uma vez que a complexidade envolvendo o uso de substâncias psicoativas e suas repercussões sociais — como estigmatização, exclusão, rejeição e marginalização dos usuários — impacta diretamente a garantia dos direitos fundamentais (Boska, et al 2022).

O direito à alimentação está assegurado tanto nas normativas que orientam a prática do nutricionista quanto nos regulamentos que estruturam os serviços de saúde mental da rede pública. O não cumprimento desse direito pode resultar em sanções institucionais, incluindo o descredenciamento da unidade. Cabe ao gestor, juntamente com a equipe multiprofissional, garantir esse aspecto do cuidado, evitando atitudes que possam caracterizar negligência. Vale ressaltar que alimentar não se resume ao fornecimento de nutrientes para a manutenção do corpo físico, mas também envolve dimensões simbólicas e sociais, como os significados culturais, afetivos e institucionais atribuídos ao ato de comer. Assim, promover a alimentação com dignidade é parte essencial de um cuidado verdadeiramente integral (Almeida, et al 2021).

No contexto da dependência química, a nutrição desempenha um papel importante no controle da condição nutricional desse público, uma vez que, frequentemente, os indivíduos nessa situação apresentam hábitos alimentares prejudicados, caracterizados pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados e ricos em açúcar e sódio, o que eleva o risco de doenças cardiovasculares (Feldman et al., 2021; Pontes et al., 2019). Além disso, o uso de substâncias psicoativas pode resultar em deficiências nutricionais, pois a dieta dos dependentes é geralmente pobre em vitaminas, minerais e fibras, devido ao baixo consumo de frutas e hortaliças (Costa et al., 2016).

Adicionalmente, é comum que haja redução na ingestão alimentar e diminuição do número de refeições diárias, uma vez que a prioridade do indivíduo passa a ser a obtenção e o uso da droga, em detrimento da alimentação adequada e de outros cuidados básicos com a saúde. Tais fatores, associados à negligência com o autocuidado, à baixa renda e às condições sociais precárias frequentemente presentes nesse grupo, favorecem o desenvolvimento de desnutrição e carências nutricionais específicas (Oliveira,et al 2023).

Os exames neurorradiológicos são frequentemente utilizados no diagnóstico da demência, com base em achados anatômicos e estruturais. Contudo, esses exames não fornecem uma visão adequada do funcionamento mental global do paciente. Para obter informações mais objetivas e reprodutíveis que integrem aspectos neurológicos funcionais, testes clínicos de

triagem podem ser aplicados. Nesse contexto, escolheu-se o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) devido à sua fácil aplicação e acessibilidade, além de sua eficácia comprovada na identificação de casos de demência. O objetivo é proporcionar uma avaliação precisa do comprometimento funcional do indivíduo. Dessa forma, a utilização de testes clínicos validados, direcionados a doenças específicas e baseados na história clínica e nos achados do exame mental, é essencial e relevante em avaliações nutricionais. (Krieger, et al 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal de abordagem qualitativa, com abordagem estruturada em teste de conveniência.O presente estudo utilizou o Recordatório Alimentar de 24 horas e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) como instrumentos de coleta de dados, com o objetivo de avaliar o consumo alimentar e o estado cognitivo dos participantes. A aplicação ocorreu no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), no dia 29 de setembro, às 15h30min, contando com a participação de 15 indivíduos atendidos pelo serviço.

A atividade foi conduzida em formato de roda de conversa, com o intuito de criar um ambiente acolhedor e de confiança entre os participantes. Embora estivessem dispostos em roda, os questionamentos foram realizados de forma individualizada, respeitando o ritmo e o conforto de cada pessoa, a fim de garantir maior espontaneidade e veracidade nas respostas. Essa estratégia favoreceu o diálogo, a escuta ativa e o fortalecimento do vínculo entre os participantes e a equipe de pesquisa.

Durante a coleta, aplicou-se inicialmente o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), instrumento padronizado utilizado para avaliar aspectos da cognição, como orientação temporal e espacial, memória, atenção, linguagem e habilidades de cálculo. Em seguida, foi realizado o Recordatório Alimentar de 24 horas, no qual os participantes relataram todos os alimentos e bebidas consumidos no dia anterior, detalhando horários, formas de preparo, quantidades e contextos das refeições.

Os dados coletados foram anotados manualmente em questionários impressos, garantindo o registro fiel das informações fornecidas pelos participantes. Para auxiliar na estimativa das porções consumidas, foram utilizadas medidas caseiras e porções de referência, assegurando maior precisão dos dados.

Todas as etapas do processo foram conduzidas de acordo com princípios éticos, garantindo sigilo, privacidade, respeito e participação voluntária dos indivíduos. Posteriormente, as informações registradas nos questionários foram organizadas em gráficos de setores e barras empilhadas e analisadas de forma qualitativa e quantitativa, com o propósito de compreender o perfil alimentar, o estado cognitivo e as condições nutricionais da população atendida pelo CAPS AD. O trabalho foi aceito no Cômite de Ética em Pesquisa da UNIARP.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Mini Exame do Estado Mental (MEEM), desenvolvido por Folstein, Folstein e McHugh em 1975, é amplamente reconhecido como um instrumento clínico eficaz para a avaliação inicial do estado cognitivo, permitindo a identificação precoce de possíveis alterações nas funções

mentais. Sua aplicação é breve e realizada em ambientes tranquilos, onde o profissional conduz o paciente por meio de comandos verbais simples, além de atividades que envolvem leitura, escrita e desenho, sempre levando em conta o nível de escolaridade do avaliado. Os domínios contemplados pelo MEEM fornecem subsídios relevantes para a detecção de déficits cognitivos, sendo, portanto, uma ferramenta de triagem valiosa que pode indicar a necessidade de investigações complementares. Considerando sua utilidade na prática clínica, os domínios do MEEM foram analisados e adaptados para compor um roteiro de entrevista informal, totalmente oral, voltado à triagem inicial de usuários atendidos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Valente et al., 2025).

Além de ajudar na avaliação cognitiva, o MEEM também pode ser um recurso importante na área da nutrição. Isso porque mudanças no estado mental podem afetar diretamente a alimentação do paciente, dificultando desde a escolha dos alimentos até o seguimento de orientações nutricionais. No entanto, muitas vezes, a cognição não é levada em conta durante a avaliação nutricional. Por isso, acredita-se que usar o MEEM nesses atendimentos pode ajudar a identificar pacientes em risco, permitindo um cuidado mais completo, principalmente em populações vulneráveis, onde os problemas cognitivos e nutricionais costumam aparecer juntos, mas acabam sendo ignorados.

A aplicação do recordatório alimentar de 24 horas com os usuários do CAPS AD, com idades entre 16 e 64 anos, permitiu observar importantes aspectos sobre o padrão alimentar e as práticas de consumo dessa população. De maneira geral, identificou-se uma alta frequência de repetição de refeições e baixa variedade de alimentos, com predomínio de itens ultraprocessados e reduzido consumo de frutas, verduras e legumes.

Entre as refeições relatadas, o café da manhã se destacou como a mais realizada pelos participantes, sendo também a de maior repetição ao longo dos relatos. Essa refeição, no entanto, apresenta composição nutricional limitada, caracterizada pelo consumo predominante de pães, margarina, presunto e mortadela, alimentos de alto teor de gordura e sódio e baixo valor nutritivo. Além disso, é comum que os participantes consumam pão com doce de leite ou outros tipos de doces, reforçando o padrão alimentar rico em açúcares simples e produtos industrializados. Essa escolha pode estar associada à praticidade, ao custo reduzido e à falta de acesso a opções mais saudáveis, como frutas ou derivados do leite.

Apesar do alto consumo de produtos ultraprocessados no geral, observou-se baixo consumo de frituras e fast foods, como pizza, hambúrgueres e comidas do tipo. Apenas uma pessoa entre os 15 participantes relatou ter consumido esse tipo de alimento nas últimas 24 horas, o que indica que, embora haja elevado consumo de alimentos industrializados, a ingestão de refeições típicas de fast food não é comum entre os entrevistados.

Observou-se também que os participantes mais jovens tendem a consumir uma quantidade ainda maior de produtos industrializados em comparação aos mais velhos. Entre esses, a ingestão de sorvetes, milk-shakes e refrigerantes, especialmente Coca-Cola, é frequente ao longo do dia, muitas vezes ocupando o lugar de lanches ou até de refeições completas. Além disso, alguns relatam consumir pizzas inteiras em uma única refeição, evidenciando não apenas o alto teor calórico, mas também a preferência por alimentos ultraprocessados e de baixo valor

nutricional. Esse padrão alimentar reflete tanto preferências culturais e de paladar quanto facilidade de acesso e custo desses produtos, ressaltando a necessidade de estratégias específicas de educação alimentar voltadas para os usuários mais jovens.

De forma geral, os dados coletados apontam para um padrão alimentar repetitivo, com alto consumo de produtos ultraprocessados e cafeinados, associado a baixa ingestão de alimentos in natura. Essa realidade reflete as condições socioeconômicas e comportamentais dos usuários do CAPS AD, além de possíveis impactos do uso anterior de substâncias e das mudanças de rotina causadas pelo tratamento.

Diante desse contexto, torna-se essencial o fortalecimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional voltadas para os usuários do CAPS AD, com estratégias que envolvam orientações práticas, oficinas culinárias, incentivo ao consumo de alimentos frescos e discussões sobre escolhas acessíveis e saudáveis. Essas ações podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade alimentar e da saúde global dos participantes, sendo especialmente importantes para os usuários mais jovens, com foco na redução do consumo excessivo de industrializados, bebidas açucaradas e café, e na promoção de alternativas equilibradas que atendam às necessidades nutricionais sem comprometer o prazer e a adesão à alimentação saudável. O recordatório de 24 horas evidencia a necessidade de intervenções nutricionais contínuas, respeitando o contexto social e as particularidades da população atendida.

Fonte: Autores,2025.

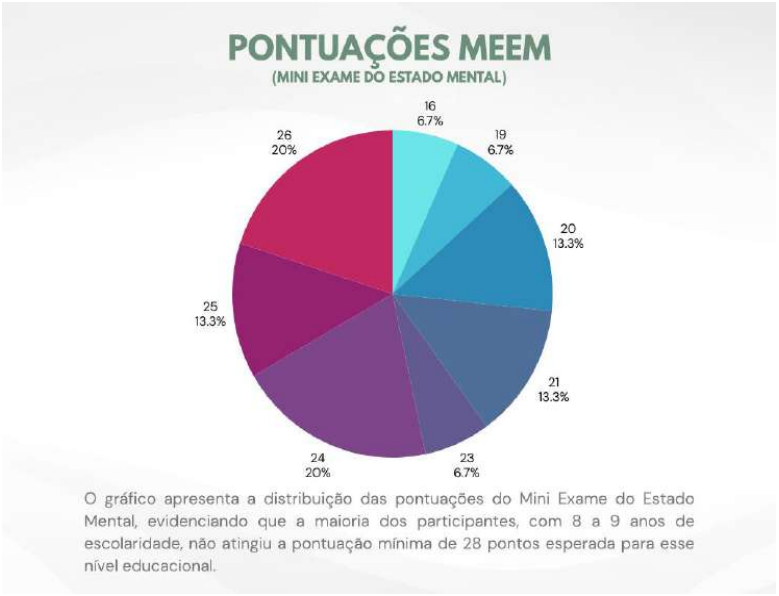
A aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) no contexto do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) teve como objetivo avaliar o desempenho cognitivo

dos usuários acompanhados pelo serviço, observando aspectos como orientação temporal e espacial, memória, atenção, cálculo, linguagem, escrita e habilidades construtivas. Essa avaliação é de extrema importância, uma vez que o comprometimento cognitivo é uma condição frequentemente observada em indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, podendo impactar diretamente sua autonomia, capacidade de julgamento e adesão ao tratamento.

Durante a aplicação do teste, observou-se que, em questões relacionadas à orientação temporal, alguns participantes apresentaram confusão quanto às datas, meses e dias da semana. Essa dificuldade foi mais evidente em momentos que exigiam concentração e raciocínio imediato. Entretanto, também foi possível notar que alguns participantes percebiam o erro e prontamente o corrigiam, demonstrando certo grau de autocrítica e preservação da consciência cognitiva. Esse comportamento sugere que, apesar das falhas na atenção e memória de curto prazo, havia consciência sobre o processo e tentativa de reparação, o que é um ponto positivo dentro do perfil clínico avaliado.

Nas tarefas voltadas à memória imediata e à recordação de palavras, os participantes eram solicitados a memorizar três palavras simples e repeti-las após um intervalo. De forma geral, a maioria conseguia se lembrar de apenas duas palavras inicialmente, apresentando dificuldade em reter a terceira. Após algum tempo, alguns conseguiam recordar a palavra esquecida, enquanto outros desistiam da tentativa. Esse resultado indica uma limitação na memória recente, possivelmente relacionada ao impacto do uso contínuo de substâncias, à baixa escolaridade ou a fatores emocionais associados à condição de vulnerabilidade em que muitos desses usuários se encontram.

De modo geral, a aplicação do Mini Exame do Estado Mental no CAPS AD evidenciou que as principais dificuldades dos participantes estavam relacionadas à memória de curto prazo, à atenção sustentada e à realização de cálculos. Por outro lado, as habilidades de linguagem e a execução de comandos simples apresentaram melhor desempenho, indicando preservação parcial das funções cognitivas superiores. Esses resultados ressaltam a relevância da aplicação periódica de instrumentos cognitivos no acompanhamento de usuários do CAPS AD, pois permitem identificar precocemente alterações mentais, planejar intervenções terapêuticas individualizadas e promover o fortalecimento da autonomia e da qualidade de vida desses indivíduos.



Fonte: Autores,2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e do recordatório alimentar de 24 horas realizado com usuários do CAPS AD evidenciou a complexidade do cuidado integral dessa população. Os resultados indicam a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem aspectos cognitivos, nutricionais, emocionais e sociais, os quais influenciam diretamente os hábitos alimentares, a adesão ao tratamento e a autonomia dos usuários. O MEEM demonstrou que a maioria dos participantes apresentou dificuldades cognitivas leves a moderadas, especialmente em memória de curto prazo, atenção sustentada e cálculo, possivelmente associadas ao histórico de uso de substâncias psicoativas, escolaridade incompleta e condições de vulnerabilidade social. Apesar dessas limitações, observou-se preservação parcial da linguagem, capacidade de compreensão e autocrítica, indicando potencial para reabilitação cognitiva mediante estímulo adequado e acompanhamento contínuo.

Quanto ao padrão alimentar, verificou-se predominância de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, com baixo consumo de frutas, verduras e legumes. O café da manhã e o almoço foram as refeições mais realizadas, embora com valor nutricional limitado, e foi identificado alto consumo de café e substituição de refeições por lanches rápidos. Esse padrão reflete tanto limitações socioeconômicas quanto possíveis impactos cognitivos decorrentes do uso de substâncias. Diante disso, evidencia-se a importância de integrar avaliação nutricional e cognitiva, utilizando o MEEM como instrumento complementar, além da implementação de estratégias educativas, oficinas culinárias e práticas voltadas ao estímulo de hábitos saudáveis. Em síntese, os resultados reforçam a necessidade de um cuidado contínuo, multidisciplinar e sensível às singularidades de cada usuário do CAPS AD, destacando o papel central da equipe multiprofissional na promoção da saúde integral e na melhoria da qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica Aparecida Schefer de; SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; SOUZA, Karine Soriana Silva de. Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS álcool e drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e239448, 2022.

ALMEIDA, Leticia et al. Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 292-304, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA. **Calculadora de IMC**. Disponível em: https://abran.org.br/calculadoras/imc. Acesso em: 12 maio 2025.

BOSKA, Gabriella de Andrade; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; SEABRA, Paulo Rosário Carvalho. Acolhimento integral em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na perspectiva da proteção dos direitos humanos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2417-2426, 2022.

BRANDÃO, Beatriz; BARROSO, Priscila Farfan. Falta De Alimentação E Vínculos Precários Em Serviços De Saúde Mental Voltados Para Usuários De Drogas: O Caso Do Caps Ad No Rio De Janeiro. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2022.

COSTA, JPM, Barros MDF, Bongiolo AM, Perry IDS, Silva MA. Estado nutricional e consumo alimentar de usuários de crack de um município do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. **Inova Saúde,** v.5, n.1, p.100-16, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18616/ is.v5i1.2375.100-116.

FELDMAN, JV, Balbinotti L, Escobar M, Hagen MEK. Eating habits and nutritional status of alcohol users admitted to a hospitalunit. **Brazil Journal of Development**, v.7, n.3, p.31273-88, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n3-720.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674–1681, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/cdRNJphP6CZZyqGkdLRWBWj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 maio 2025.

KRIEGER, Débora Mascella; CORONEL, Luiz Carlos Illafont; LIMA, Liliane Dias de. A importância do Miniexame do Estado Mental (MEEM) nos exames de interdição demencial em processos judiciais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, p. 73-77, 2020.

DE OLIVEIRA, Keitte Ribeiro; DE MORAES, Nathane Sarkis Portes; DA COSTA MAYNARD, Dayanne. **Uma análise sobre o estado nutricional e comportamental de dependentes químicos**. Research, Society and Development, v. 12, n. 6, p. e17112642186-e17112642186, 2023.

PONTES KKB, Soares EB, Santos AF, et al. Risco cardiovascular de usuários de um centro de atenção psicossocial em álcool e drogas. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.32, n.8874, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2019.8874.

VALENTE, Leonardo Valesi et al. Desenvolvimento De Rastreio Cognitivo Para Triagem De Pacientes No Serviço De Reabilitação Cognitiva Em Contextos De Teleatendimento Pela Adaptação Do Mini-Exame Do Estado Mental. Saúde. Com-Ciência,, n. 1, 2025.

AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL E NUTRICIONAL DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS NO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA

Categoria: Pesquisa Científica

Maria Clara Zolondek de Morais[1]
Maria Fernanda Bortolini[2]
Gerson Leonardo Piaia[3]
Débora Fernandes Pinheiro[4]

Resumo – O cuidado com a alimentação é essencial no atendimento a indivíduos em situação de dependência de álcool e outras drogas, uma vez que o uso prolongado dessas substâncias compromete a saúde física e o estado nutricional dos pacientes. Com isto, o objetivo desse estudo foi de realizar testes de avaliação do estado mental e nutricional dos pacientes atendidos em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-AD). Pesquisas anteriores demonstraram que usuários frequentemente apresentam hábitos alimentares inadequados, como o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e sódio, enquanto a ingestão de frutas, verduras e alimentos naturais é insuficiente. Esse padrão alimentar resulta em deficiências de nutrientes essenciais, como vitaminas, minerais e fibras, o que pode prejudicar ainda mais a saúde geral dos pacientes. Além disso, os efeitos metabólicos e fisiológicos causados pelo uso de substâncias psicoativas podem agravar quadros de desnutrição ou levar ao desenvolvimento de obesidade, elevando o risco de doenças crônicas, como as cardiovasculares, e prejudicando a recuperação clínica. Com isto, verifica-se que alimentação não deve ser entendida apenas como um ato biológico, mas também como uma prática social, cultural e afetiva, que influencia diretamente o bem-estar e a qualidade de vida. Portanto, a intervenção cuidadosa no aspecto alimentar é essencial para a recuperação e a promoção da saúde de indivíduos em tratamento para dependência química, contribuindo significativamente para a restauração do equilíbrio nutricional e minimizando os impactos negativos das substâncias psicoativas na saúde física e mental dos pacientes.

Palavras-chave: Alimentação. Dependência Química. Saúde. Recuperação

INTRODUÇÃO

A diretriz estabelecida pelo Ministério da Saúde (2004) prevê que a atenção a indivíduos com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas deve ser oferecida de forma abrangente, em todos os níveis de atenção à saúde. Essa política enfatiza a importância de

[1]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Nutrição, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

serviços substitutivos ao modelo hospitalar, priorizando dispositivos de base comunitária, como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Tais unidades especializadas têm como finalidade oferecer cuidado contínuo e integral a pessoas que apresentam quadros graves decorrentes do uso e da dependência de substâncias psicoativas, por meio de atendimentos realizados de forma diária (Almeida, et al 2022).

O aumento dos problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas tem sido particularmente evidente em países em desenvolvimento, estando vinculado a múltiplos fatores de ordem biológica, psicológica, social e aos determinantes sociais da saúde. Essa realidade impõe a necessidade de estratégias específicas por parte dos serviços de saúde. De acordo com a Organização das Nações Unidas, o enfrentamento global da questão das drogas deve estar alinhado integralmente aos princípios dos direitos humanos, uma vez que a complexidade envolvendo o uso de substâncias psicoativas e suas repercussões sociais — como estigmatização, exclusão, rejeição e marginalização dos usuários — impacta diretamente a garantia dos direitos fundamentais (Boska, et al 2022).

O direito à alimentação está assegurado tanto nas normativas que orientam a prática do nutricionista quanto nos regulamentos que estruturam os serviços de saúde mental da rede pública. O não cumprimento desse direito pode resultar em sanções institucionais, incluindo o descredenciamento da unidade. Cabe ao gestor, juntamente com a equipe multiprofissional, garantir esse aspecto do cuidado, evitando atitudes que possam caracterizar negligência. Vale ressaltar que alimentar não se resume ao fornecimento de nutrientes para a manutenção do corpo físico, mas também envolve dimensões simbólicas e sociais, como os significados culturais, afetivos e institucionais atribuídos ao ato de comer. Assim, promover a alimentação com dignidade é parte essencial de um cuidado verdadeiramente integral (Almeida, et al 2021).

No contexto da dependência química, a nutrição desempenha um papel importante no controle da condição nutricional desse público, uma vez que, frequentemente, os indivíduos nessa situação apresentam hábitos alimentares prejudicados, caracterizados pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados e ricos em açúcar e sódio, o que eleva o risco de doenças cardiovasculares (Feldman et al., 2021; Pontes et al., 2019). Além disso, o uso de substâncias psicoativas pode resultar em deficiências nutricionais, pois a dieta dos dependentes é geralmente pobre em vitaminas, minerais e fibras, devido ao baixo consumo de frutas e hortaliças (Costa et al., 2016).

Adicionalmente, é comum que haja redução na ingestão alimentar e diminuição do número de refeições diárias, uma vez que a prioridade do indivíduo passa a ser a obtenção e o uso da droga, em detrimento da alimentação adequada e de outros cuidados básicos com a saúde. Tais fatores, associados à negligência com o autocuidado, à baixa renda e às condições sociais precárias frequentemente presentes nesse grupo, favorecem o desenvolvimento de desnutrição e carências nutricionais específicas (Oliveira,et al 2023).

Os exames neurorradiológicos são frequentemente utilizados no diagnóstico da demência, com base em achados anatômicos e estruturais. Contudo, esses exames não fornecem uma visão adequada do funcionamento mental global do paciente. Para obter informações mais objetivas e reprodutíveis que integrem aspectos neurológicos funcionais, testes clínicos de

triagem podem ser aplicados. Nesse contexto, escolheu-se o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) devido à sua fácil aplicação e acessibilidade, além de sua eficácia comprovada na identificação de casos de demência. O objetivo é proporcionar uma avaliação precisa do comprometimento funcional do indivíduo. Dessa forma, a utilização de testes clínicos validados, direcionados a doenças específicas e baseados na história clínica e nos achados do exame mental, é essencial e relevante em avaliações nutricionais. (Krieger, et al 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal de abordagem qualitativa, com abordagem estruturada em teste de conveniência.O presente estudo utilizou o Recordatório Alimentar de 24 horas e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) como instrumentos de coleta de dados, com o objetivo de avaliar o consumo alimentar e o estado cognitivo dos participantes. A aplicação ocorreu no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), no dia 29 de setembro, às 15h30min, contando com a participação de 15 indivíduos atendidos pelo serviço.

A atividade foi conduzida em formato de roda de conversa, com o intuito de criar um ambiente acolhedor e de confiança entre os participantes. Embora estivessem dispostos em roda, os questionamentos foram realizados de forma individualizada, respeitando o ritmo e o conforto de cada pessoa, a fim de garantir maior espontaneidade e veracidade nas respostas. Essa estratégia favoreceu o diálogo, a escuta ativa e o fortalecimento do vínculo entre os participantes e a equipe de pesquisa.

Durante a coleta, aplicou-se inicialmente o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), instrumento padronizado utilizado para avaliar aspectos da cognição, como orientação temporal e espacial, memória, atenção, linguagem e habilidades de cálculo. Em seguida, foi realizado o Recordatório Alimentar de 24 horas, no qual os participantes relataram todos os alimentos e bebidas consumidos no dia anterior, detalhando horários, formas de preparo, quantidades e contextos das refeições.

Os dados coletados foram anotados manualmente em questionários impressos, garantindo o registro fiel das informações fornecidas pelos participantes. Para auxiliar na estimativa das porções consumidas, foram utilizadas medidas caseiras e porções de referência, assegurando maior precisão dos dados.

Todas as etapas do processo foram conduzidas de acordo com princípios éticos, garantindo sigilo, privacidade, respeito e participação voluntária dos indivíduos. Posteriormente, as informações registradas nos questionários foram organizadas em gráficos de setores e barras empilhadas e analisadas de forma qualitativa e quantitativa, com o propósito de compreender o perfil alimentar, o estado cognitivo e as condições nutricionais da população atendida pelo CAPS AD. O trabalho foi aceito no Cômite de Ética em Pesquisa da UNIARP sob parecer nº 7.798.705.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Mini Exame do Estado Mental (MEEM), desenvolvido por Folstein, Folstein e McHugh em 1975, é amplamente reconhecido como um instrumento clínico eficaz para a avaliação inicial do estado cognitivo, permitindo a identificação precoce de possíveis alterações nas funções

mentais. Sua aplicação é breve e realizada em ambientes tranquilos, onde o profissional conduz o paciente por meio de comandos verbais simples, além de atividades que envolvem leitura, escrita e desenho, sempre levando em conta o nível de escolaridade do avaliado. Os domínios contemplados pelo MEEM fornecem subsídios relevantes para a detecção de déficits cognitivos, sendo, portanto, uma ferramenta de triagem valiosa que pode indicar a necessidade de investigações complementares. Considerando sua utilidade na prática clínica, os domínios do MEEM foram analisados e adaptados para compor um roteiro de entrevista informal, totalmente oral, voltado à triagem inicial de usuários atendidos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Valente et al., 2025).

Além de ajudar na avaliação cognitiva, o MEEM também pode ser um recurso importante na área da nutrição. Isso porque mudanças no estado mental podem afetar diretamente a alimentação do paciente, dificultando desde a escolha dos alimentos até o seguimento de orientações nutricionais. No entanto, muitas vezes, a cognição não é levada em conta durante a avaliação nutricional. Por isso, acredita-se que usar o MEEM nesses atendimentos pode ajudar a identificar pacientes em risco, permitindo um cuidado mais completo, principalmente em populações vulneráveis, onde os problemas cognitivos e nutricionais costumam aparecer juntos, mas acabam sendo ignorados.

A aplicação do recordatório alimentar de 24 horas com os usuários do CAPS AD, com idades entre 16 e 64 anos, permitiu observar importantes aspectos sobre o padrão alimentar e as práticas de consumo dessa população. De maneira geral, identificou-se uma alta frequência de repetição de refeições e baixa variedade de alimentos, com predomínio de itens ultraprocessados e reduzido consumo de frutas, verduras e legumes.

Entre as refeições relatadas, o café da manhã se destacou como a mais realizada pelos participantes, sendo também a de maior repetição ao longo dos relatos. Essa refeição, no entanto, apresenta composição nutricional limitada, caracterizada pelo consumo predominante de pães, margarina, presunto e mortadela, alimentos de alto teor de gordura e sódio e baixo valor nutritivo. Além disso, é comum que os participantes consumam pão com doce de leite ou outros tipos de doces, reforçando o padrão alimentar rico em açúcares simples e produtos industrializados. Essa escolha pode estar associada à praticidade, ao custo reduzido e à falta de acesso a opções mais saudáveis, como frutas ou derivados do leite.

Apesar do alto consumo de produtos ultraprocessados no geral, observou-se baixo consumo de frituras e fast foods, como pizza, hambúrgueres e comidas do tipo. Apenas uma pessoa entre os 15 participantes relatou ter consumido esse tipo de alimento nas últimas 24 horas, o que indica que, embora haja elevado consumo de alimentos industrializados, a ingestão de refeições típicas de fast food não é comum entre os entrevistados.

Observou-se também que os participantes mais jovens tendem a consumir uma quantidade ainda maior de produtos industrializados em comparação aos mais velhos. Entre esses, a ingestão de sorvetes, milk-shakes e refrigerantes, especialmente Coca-Cola, é frequente ao longo do dia, muitas vezes ocupando o lugar de lanches ou até de refeições completas. Além disso, alguns relatam consumir pizzas inteiras em uma única refeição, evidenciando não apenas o alto teor calórico, mas também a preferência por alimentos ultraprocessados e de baixo valor

nutricional. Esse padrão alimentar reflete tanto preferências culturais e de paladar quanto facilidade de acesso e custo desses produtos, ressaltando a necessidade de estratégias específicas de educação alimentar voltadas para os usuários mais jovens.

De forma geral, os dados coletados apontam para um padrão alimentar repetitivo, com alto consumo de produtos ultraprocessados e cafeinados, associado a baixa ingestão de alimentos in natura. Essa realidade reflete as condições socioeconômicas e comportamentais dos usuários do CAPS AD, além de possíveis impactos do uso anterior de substâncias e das mudanças de rotina causadas pelo tratamento.

Diante desse contexto, torna-se essencial o fortalecimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional voltadas para os usuários do CAPS AD, com estratégias que envolvam orientações práticas, oficinas culinárias, incentivo ao consumo de alimentos frescos e discussões sobre escolhas acessíveis e saudáveis. Essas ações podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade alimentar e da saúde global dos participantes, sendo especialmente importantes para os usuários mais jovens, com foco na redução do consumo excessivo de industrializados, bebidas açucaradas e café, e na promoção de alternativas equilibradas que atendam às necessidades nutricionais sem comprometer o prazer e a adesão à alimentação saudável. O recordatório de 24 horas evidencia a necessidade de intervenções nutricionais contínuas, respeitando o contexto social e as particularidades da população atendida.

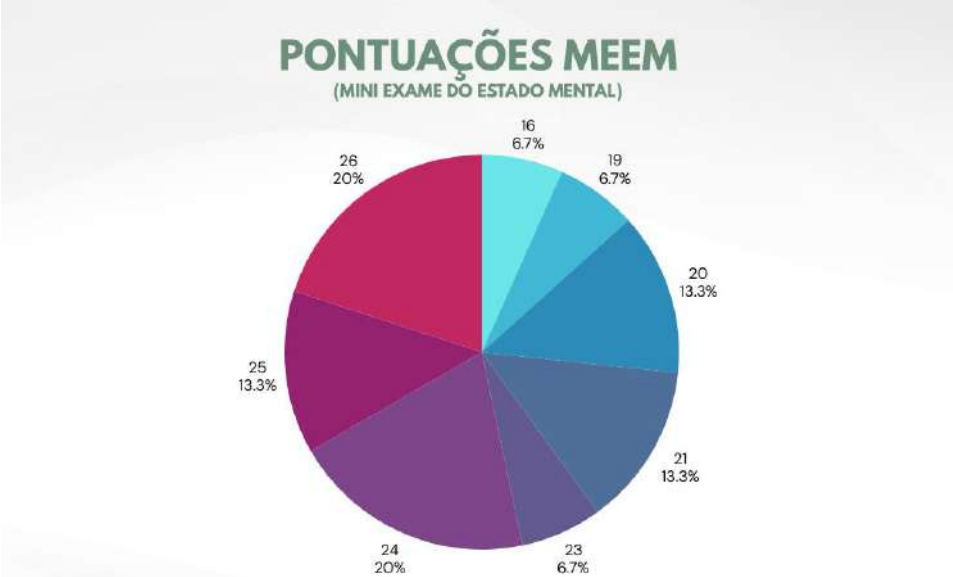
Fonte: Autores,2025.

A aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) no contexto do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) teve como objetivo avaliar o desempenho cognitivo dos usuários acompanhados pelo serviço, observando aspectos como orientação temporal e espacial, memória, atenção, cálculo, linguagem, escrita e habilidades construtivas. Essa avaliação é de extrema importância, uma vez que o comprometimento cognitivo é uma condição frequentemente observada em indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, podendo impactar diretamente sua autonomia, capacidade de julgamento e adesão ao tratamento.

Durante a aplicação do teste, observou-se que, em questões relacionadas à orientação temporal, alguns participantes apresentaram confusão quanto às datas, meses e dias da semana. Essa dificuldade foi mais evidente em momentos que exigiam concentração e raciocínio imediato. Entretanto, também foi possível notar que alguns participantes percebiam o erro e prontamente o corrigiam, demonstrando certo grau de autocrítica e preservação da consciência cognitiva. Esse comportamento sugere que, apesar das falhas na atenção e memória de curto prazo, havia consciência sobre o processo e tentativa de reparação, o que é um ponto positivo dentro do perfil clínico avaliado.

Nas tarefas voltadas à memória imediata e à recordação de palavras, os participantes eram solicitados a memorizar três palavras simples e repeti-las após um intervalo. De forma geral, a maioria conseguia se lembrar de apenas duas palavras inicialmente, apresentando dificuldade em reter a terceira. Após algum tempo, alguns conseguiam recordar a palavra esquecida, enquanto outros desistiam da tentativa. Esse resultado indica uma limitação na memória recente, possivelmente relacionada ao impacto do uso contínuo de substâncias, à baixa escolaridade ou a fatores emocionais associados à condição de vulnerabilidade em que muitos desses usuários se encontram.

De modo geral, a aplicação do Mini Exame do Estado Mental no CAPS AD evidenciou que as principais dificuldades dos participantes estavam relacionadas à memória de curto prazo, à atenção sustentada e à realização de cálculos. Por outro lado, as habilidades de linguagem e a execução de comandos simples apresentaram melhor desempenho, indicando preservação parcial das funções cognitivas superiores. Esses resultados ressaltam a relevância da aplicação periódica de instrumentos cognitivos no acompanhamento de usuários do CAPS AD, pois permitem identificar precocemente alterações mentais, planejar intervenções terapêuticas individualizadas e promover o fortalecimento da autonomia e da qualidade de vida desses indivíduos.



Fonte: Autores,2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e do recordatório alimentar de 24 horas realizado com usuários do CAPS AD evidenciou a complexidade do cuidado integral dessa população. Os resultados indicam a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem aspectos cognitivos, nutricionais, emocionais e sociais, os quais influenciam diretamente os hábitos alimentares, a adesão ao tratamento e a autonomia dos usuários. O MEEM demonstrou que a maioria dos participantes apresentou dificuldades cognitivas leves a moderadas, especialmente em memória de curto prazo, atenção sustentada e cálculo, possivelmente associadas ao histórico de uso de substâncias psicoativas, escolaridade incompleta e condições de vulnerabilidade social. Apesar dessas limitações, observou-se preservação parcial da linguagem, capacidade de compreensão e autocrítica, indicando potencial para reabilitação cognitiva mediante estímulo adequado e acompanhamento contínuo.

Quanto ao padrão alimentar, verificou-se predominância de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, com baixo consumo de frutas, verduras e legumes. O café da manhã e o almoço foram as refeições mais realizadas, embora com valor nutricional limitado, e foi identificado alto consumo de café e substituição de refeições por lanches rápidos. Esse padrão reflete tanto limitações socioeconômicas quanto possíveis impactos cognitivos decorrentes do uso de substâncias. Diante disso, evidencia-se a importância de integrar avaliação nutricional e cognitiva, utilizando o MEEM como instrumento complementar, além da implementação de estratégias educativas, oficinas culinárias e práticas voltadas ao estímulo de hábitos saudáveis. Em síntese, os resultados reforçam a necessidade de um cuidado contínuo, multidisciplinar e sensível às singularidades de cada usuário do CAPS AD, destacando o papel central da equipe

multiprofissional na promoção da saúde integral e na melhoria da qualidade de vida dessa população

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica Aparecida Schefer de; SARTES, Laisa Marcorela Andreoli; SOUZA, Karine Soriana Silva de. Inserção das estratégias cognitivo-comportamentais no CAPS álcool e drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e239448, 2022.

ALMEIDA, Leticia et al. Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 292-304, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA. **Calculadora de IMC**. Disponível em: https://abran.org.br/calculadoras/imc. Acesso em: 12 maio 2025.

BOSKA, Gabriella de Andrade; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; SEABRA, Paulo Rosário Carvalho. Acolhimento integral em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na perspectiva da proteção dos direitos humanos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2417-2426, 2022.

BRANDÃO, Beatriz; BARROSO, Priscila Farfan**.** Falta De Alimentação E Vínculos Precários Em Serviços De Saúde Mental Voltados Para Usuários De Drogas: O Caso Do Caps Ad No Rio De Janeiro. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2022.

COSTA, JPM, Barros MDF, Bongiolo AM, Perry IDS, Silva MA. Estado nutricional e consumo alimentar de usuários de crack de um município do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. **Inova Saúde,** v.5, n.1, p.100-16, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18616/ is.v5i1.2375.100-116.

FELDMAN, JV, Balbinotti L, Escobar M, Hagen MEK. Eating habits and nutritional status of alcohol users admitted to a hospitalunit. **Brazil Journal of Development**, v.7, n.3, p.31273-88, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n3-720.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674–1681, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/cdRNJphP6CZZyqGkdLRWBWj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 maio 2025.

KRIEGER, Débora Mascella; CORONEL, Luiz Carlos Illafont; LIMA, Liliane Dias de. A importância do Miniexame do Estado Mental (MEEM) nos exames de interdição demencial em processos judiciais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, p. 73-77, 2020.

DE OLIVEIRA, Keitte Ribeiro; DE MORAES, Nathane Sarkis Portes; DA COSTA MAYNARD, Dayanne. **Uma análise sobre o estado nutricional e comportamental de dependentes químicos**. Research, Society and Development, v. 12, n. 6, p. e17112642186-e17112642186, 2023.

PONTES KKB, Soares EB, Santos AF, et al. Risco cardiovascular de usuários de um centro de atenção psicossocial em álcool e drogas. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.32, n.8874, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2019.8874.

VALENTE, Leonardo Valesi et al. Desenvolvimento De Rastreio Cognitivo Para Triagem De Pacientes No Serviço De Reabilitação Cognitiva Em Contextos De Teleatendimento Pela Adaptação Do Mini-Exame Do Estado Mental. **Saúde. Com-Ciência,**, n. 1, 2025.

CUIDADOS PALIATIVOS E RENOVAÇÃO DE AUTOESTIMA DE PACIENTES ONCOLÓGICOS COM SERVIÇOS DE EMBELEZAMENTO

Categoria: Iniciação Científica

Renata Serighelli[1]
Sally Douglas Narloch[2]
Márcia Cristiane Fantinel[3]

Resumo – A experiência oncológica provoca impactos significativos na autoestima e no bem-estar emocional dos pacientes, especialmente em decorrência das mudanças físicas e psicológicas associadas à doença e aos tratamentos. Nesse contexto, os cuidados estéticos configuram-se como importantes aliados no suporte emocional, contribuindo para a reconstrução da autoimagem e a promoção da qualidade de vida. O projeto "Cuidados Paliativos e Renovação de Autoestima de Pacientes Oncológicos com Serviços de Embelezamento" teve como objetivo principal promover a autoestima e o bem-estar de mulheres em tratamento oncológico, integrando procedimentos estéticos aos protocolos de cuidados paliativos. A pesquisa, de natureza qualitativa e intervencionista, foi realizada com pacientes da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caçador/SC, utilizando o Questionário de Autoestima de Rosenberg e depoimentos escritos para avaliação dos resultados. As intervenções incluíram massagens, limpeza de pele, hidratação e maquiagem corretiva. Os resultados evidenciaram elevação dos níveis de autoestima e melhora expressiva no estado emocional das participantes, com relatos de relaxamento, redução do estresse e fortalecimento da autoconfiança. Conclui-se que as terapias estéticas, quando aplicadas em contextos paliativos, constituem estratégias eficazes de cuidado humanizado, promovendo bem-estar integral e contribuindo para uma vivência mais digna e positiva da jornada oncológica.

Palavras-chave: Autoestima; Cuidados paliativos; Estética oncológica; Bem-estar; Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A jornada oncológica frequentemente impõe impactos profundos na autoestima e no bem-estar emocional dos pacientes, em decorrência das transformações físicas e psicológicas da doença e de seus tratamentos. A literatura científica aponta que a elevação da autoestima pode influenciar positivamente a adesão ao tratamento, a percepção de qualidade de vida e até mesmo a resposta imunológica (Ferrari; Dattein, 2023).

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professores do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professores do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os procedimentos estéticos oferecem importante suporte emocional às mulheres em tratamento contra o câncer, considerando que os efeitos dos tratamentos costumam causar alterações significativas na aparência. Ao proporcionar cuidados como limpezas de pele, massagens e maquiagens, o projeto cria um espaço de acolhimento e autocuidado, que favorece a reconstrução de uma imagem corporal positiva e auxilia na recuperação emocional (Rocha, 2020).

Indivíduos com autoestima elevada demonstram maior segurança, confiança e capacidade de desenvolver suas habilidades de forma positiva. Essa autoconfiança contribui para a definição de metas realistas, o enfrentamento de desafios e o reconhecimento de limites pessoais. Pessoas com boa autoestima tendem a desfrutar de relações sociais mais saudáveis, por serem mais autênticas e empáticas, além de apresentarem maior otimismo, autonomia e melhor adaptação às adversidades. Esses fatores refletem diretamente em melhorias na saúde física e mental (De Albuquerque; Da Silva; Teixeira, 2022).

As terapias estéticas, portanto, configuram-se como grandes aliadas no cuidado de pacientes crônicos, ao promoverem bem-estar, autoestima e uma autoimagem mais positiva. Em diversos hospitais, essas práticas já são incorporadas a equipes multiprofissionais, contribuindo de forma significativa tanto para a manutenção da saúde quanto para a recuperação da autoestima especialmente entre mulheres submetidas a tratamentos de câncer de mama, que frequentemente vivenciam impactos profundos em sua autoimagem (Conceição et al., 2020).

Neste cenário, a integração de serviços de embelezamento tais como maquiagens corretivas, uso de perucas e cuidados com a pele emerge como uma intervenção transformadora, capacitando pacientes oncológicos a enfrentar sua jornada com maior confiança, dignidade e bem-estar.

O presente projeto teve como objetivo principal promover a autoestima e o bem-estar de pacientes oncológicos, por meio da integração de serviços de embelezamento aos protocolos de cuidados paliativos. A iniciativa visou contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico na área, reforçando o compromisso universitário com a promoção da qualidade de vida desses pacientes e gerando um expressivo impacto social. O estudo investigou os impactos das intervenções estéticas na autoestima e bem-estar, desenvolveu protocolos personalizados e avaliou cientificamente os resultados.

METODOLOGIA

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e intervencionista, com delineamento quase experimental e abordagem aplicada, buscando gerar benefícios diretos à saúde emocional das participantes e contribuir com evidências científicas para a integração entre estética e saúde em cuidados paliativos.

Participantes: foram atendidas 8 pacientes oncológicas do sexo feminino, com idade igual ou superior a 18 anos, em acompanhamento médico e com capacidade cognitiva preservada. As participantes foram recrutadas na Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Caçador/SC, após consentimento voluntário e assinatura do Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE). Pacientes com restrições médicas ou limitações clínicas que impedissem a realização dos procedimentos estéticos foram excluídas.

Local de realização: as intervenções e atendimentos foram conduzidos na Clínica de Estética da Uniarp, que dispõe da estrutura necessária para os procedimentos.

Aprovação ética: o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sob Parecer nº 7.665.212 e CAAE: 88172625.7.0000.0259.

Coleta de dados e Instrumentos: foi utilizado o questionário de autoestima de Rosenberg, uma escala de 10 itens amplamente validada, para mensurar os níveis de autoestima das mulheres. O questionário foi aplicado exclusivamente às participantes mulheres após os atendimentos, permitindo uma análise da satisfação e autoestima percebidas.

Para aprofundar a compreensão sobre os impactos dos atendimentos, foram coletados depoimentos das próprias mulheres, que verbalizaram seus sentimentos e percepções pós-atendimento. Esta coleta foi realizada através de narrativas escritas pelas próprias participantes como estado de bem-estar:

Como as participantes se sentiram física e emocionalmente, relaxamento: nível de tranquilidade e redução de estresse relatado, melhora do humor, Autoestima: percepções subjetivas sobre valor pessoal e autoconfiança após os atendimentos. Esses relatos permitiram capturar nuances e experiências individuais que complementaram os dados quantitativos do questionário, fornecendo uma visão mais rica e contextualizada dos benefícios percebidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A execução do projeto concretizou as seguintes ações e objetivos, fundamentais para a investigação dos impactos das intervenções estéticas:

Protocolos Desenvolvidos e Aplicados: foram elaborados e implementados protocolos de cuidados paliativos que integraram procedimentos estéticos personalizados, como massagens, limpeza de pele, hidratação e cuidados capilares. A aplicação desses protocolos na Clínica de Estética da UNIARP, conforme planejado, demonstrou a viabilidade e a eficácia operacional de um modelo de atendimento que visa criar um ambiente de acolhimento e autocuidado, promovendo melhorias na aparência física e, consequentemente, na saúde emocional, autoestima e qualidade de vida das pacientes.

Análise dos dados: A avaliação dos resultados das intervenções foi conduzida de forma a compreender o impacto das práticas estéticas na autoestima e no bem-estar de pacientes oncológicos no contexto dos cuidados paliativos, utilizando os dados coletados da seguinte maneira:

Análise quantitativa: Os dados obtidos do questionário de autoestima de Rosenberg (RSES), aplicado no pós-intervenção, foram submetidos à análise descritiva. Isso incluiu o cálculo de medidas como média, mediana e desvio padrão das pontuações de autoestima, fornecendo

um panorama do nível de autoestima das participantes após as intervenções.Como o questionário foi aplicado uma única vez, a análise quantitativa focou na caracterização do estado da autoestima pós-atendimento, sem comparações pré-intervenção.

Análise qualitativa:Os depoimentos diretos das mulheres, as observações comportamentais registradas e os feedbacks das participantes durante os atendimentos foram analisados por meio de narrativas escritas. Este processo teve como objetivo identificar padrões e categorias relacionadas aos sentimentos de bem-estar, relaxamento, melhora do humor e percepção de autoestima, conforme verbalizado pelas próprias participantes.

Integração dos dados: A interpretação dos resultados buscou integrar os achados quantitativos (nível de autoestima pós-intervenção pelo RSES) com os ricos dados qualitativos. Essa triangulação permitiu uma compreensão mais profunda e contextualizada dos impactos percebidos pelas pacientes, assegurando a eficácia e a relevância das intervenções no seu bem-estar geral e na promoção da autoestima.

A análise detalhada dos dados coletados após as intervenções, abrangendo tanto os escores quantitativos do questionário de autoestima de Rosenberg quanto os depoimentos qualitativos das participantes, revela um impacto predominantemente positivo e significativo no bem-estar geral e na percepção de autoestima das mulheres.

Resultados quantitativos da autoestima (Pós-Intervenção):A avaliação quantitativa, realizada por meio do questionário de autoestima de Rosenberg (RSES) aplicado no pós-intervenção, demonstrou que as 8 participantes apresentaram escores variando de 18 a 29 pontos. Conforme a classificação utilizada, 5 participantes (correspondendo a 62,5% da amostra) foram categorizadas com autoestima "Média", enquanto as 3 participantes restantes (37,5%) foram classificadas com autoestima "Alta". É notável que nenhuma participante registrou escores indicativos de baixa autoestima. Este achado sugere que as intervenções foram eficazes em promover ou manter níveis saudáveis e positivos de autoestima entre as mulheres após os atendimentos, sem evidências de impacto negativo nesse aspecto crucial da saúde mental.

Resultados qualitativos dos depoimentos pós-atendimento: Os depoimentos e percepções expressos pelas próprias mulheres fornecem uma camada profunda de compreensão, corroborando e expandindo os resultados quantitativos. Melhora no estado de bem-estar: As participantes relataram uma notável transformação em seu bem-estar geral. Frases como "sensação de calma e tranquilidade", "conforto e acolhimento", "redução significativa do estresse" e "maior equilíbrio emocional" foram frequentemente mencionadas. Muitas descreveram uma "melhora geral do estado de espírito" e uma "mais leveza no corpo e na mente", indicando uma mudança positiva na sua condição física e mental, profundo relaxamento. As mulheres destacaram ter experimentado um "profundo relaxamento muscular", sentir-se "totalmente descontraída", além de "alívio das dores" e "tensão aliviada".

Conclusão final: em suma, a interpretação combinada dos dados quantitativos e qualitativos demonstra que as intervenções investigadas produziram um impacto altamente benéfico nas 8 participantes. Embora os escores de Rosenberg confirmem níveis médios a altos de autoestima no pós-intervenção, são os depoimentos ricos e detalhados das próprias mulheres

que trazem à tona a profundidade e a amplitude dessas melhorias. As intervenções não apenas apoiaram a autoestima em um nível perceptível, mas também proporcionaram um alívio tangível do estresse, um profundo relaxamento, uma notável melhora do humor e um fortalecimento da autoconfiança e da aceitação pessoal. As experiências relatadas pintam um quadro de cuidado integral, onde o bem-estar físico e emocional se entrelaçam para oferecer um suporte vital e uma renovação da perspectiva de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Cuidados Paliativos e Renovação de Autoestima de Pacientes Oncológicos com Serviços de Embelezamento" foi concluído com a realização bem-sucedida das etapas de pesquisa, desenvolvimento de protocolos e avaliação científica das intervenções. Os resultados esperados, que incluem a melhora significativa nos níveis de autoestima e bem-estar das pacientes, a criação de um modelo replicável de intervenção, foram perseguidos ativamente por meio das ações implementadas.

Esta iniciativa reforça a importância vital dos cuidados paliativos humanizados e da atuação interdisciplinar, evidenciando como as ciências estéticas podem contribuir de forma fundamental para a promoção da saúde e da qualidade de vida. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento e fomentar a inclusão social, o projeto não apenas validou sua proposta, mas também gerou um impacto social positivo em nível regional, servindo como um modelo para futuros trabalhos que busquem aprimorar o cuidado integral e digno para pacientes oncológicas. A experiência demonstra a efetividade de abordagens holísticas que consideram a dimensão estética como um pilar para o bem-estar e a resiliência em momentos desafiadores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Alto Vale Rio do Peixe - UNIARP, que possibilitou o desenvolvimento desse trabalho, juntamente com o FAP e a Professora Márcia que deu auxílio e suporte para que esse trabalho fosse executado.

REFERÊNCIAS

BACCOLI, Babieli Corsini; ATZINGEN, Dênia Amélia Novato Castelli Von; MENDONÇA, Adriana Rodrigues dos Anjos. Prática estética e autoestima de pacientes em tratamento oncológico. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Volume 16, Número 2, Páginas 2-9, 2018. Disponível em: periodicos.unincor.br

CONCEIÇÃO, Jaqueline et al. Benefícios do uso da cosmetologia em pacientes oncológicos. Revista Saúde em Foco, n. 12, p. 556-569, 2020.

DE ALBUQUERQUE, Amanda Caroline Batista; DA SILVA, Geovane Ramos; TEIXEIRA, Raíssa Cristina Barbosa. Autoestima e suas implicações nas relações interpessoais. Revista Acadêmica de Saúde e Bem-Estar, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2022.

FERRARI, Bruna; DATTEIN, Jéssica; A importância da estética no tratamento de pacientes com câncer. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano 08, Ed. 06, Vol. 03, pp. 24-38, Junho de 2023. ISSN: 2448-0959. Disponível em: www.nucleodoconhecimento.com.br

GONÇALVES, Ketlyn Marçal. A autoestima durante o tratamento de câncer. Estética em Movimento, Volume 1, Número 1, Páginas 2-9, setembro, 2018. Disponível em: revista.fumec.br

ROCHA, Ana Paula. Beleza e bem-estar: A influência da estética na qualidade de vida. Revista Brasileira de Estética, v. 5, n. 1, p. 25-38, 2020.

SANTANA, Ana Claudia Alves; FERREIRA, Fernanda. A atuação da esteticista em mulheres em tratamento de câncer de mama. Páginas 1-16, maio, 2022. Disponível em: www.revistaleiacambury.com.br

.

AUTOESTIMA E PERCEPÇÃO DE IMAGEM CORPORAL ENTRE PARTICIPANTES DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

Categoria: Pesquisa Científica[1]

Isabely Dobner Lanferdini[2,3]
Emanuel Tonis Florz[4]
Solange De Bortoli Beal[5]
Eliana Rezende Adami[6]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[7]

Resumo - Autoestima é a avaliação que a pessoa faz de si mesma, refletindo confiança e valorização. Percepção de imagem corporal refere-se à forma como o indivíduo vê, sente e pensa sobre o próprio corpo, incluindo aparência, peso e forma física. Ambos os conceitos estão interligados, pois a maneira como alguém percebe seu corpo pode influenciar diretamente sua autoestima. A pesquisa objetivou analisar a relação entre autoestima, imagem corporal e satisfação com a aparência entre participantes que realizam procedimentos estéticos. Trata-se de um estudo observacional e transversal, com 22 participantes que responderam a um questionário online sobre perfil sociodemográfico, hábitos de vida, percepção estética e autoestima. A idade média foi de 29,2±11,1 anos, variando de 18 a 54 anos, predominando o sexo feminino (n=20). Observou-se distribuição semelhante entre solteiras e casadas (n=10 cada). A maioria relatou prática regular de atividade física e níveis altos de satisfação com a aparência. A análise indicou que a percepção positiva de imagem corporal está relacionada à autoestima elevada e ao envolvimento em práticas de autocuidado. Conclui-se que a autoestima representa fator essencial para o bem-estar, sendo influenciada tanto por experiências pessoais quanto por padrões socioculturais de beleza. O projeto alinha-se à ODS 3 e 5.

Palavras-chave: autoestima; imagem corporal; estética; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A imagem corporal, conceito introduzido por Schilder (1935) e posteriormente ampliado por Cash e Pruzinsky (2002), representa o modo como o indivíduo percebe, sente e se relaciona com o próprio corpo. Essa percepção é construída a partir de fatores psicológicos, culturais, sociais e midiáticos, refletindo tanto experiências subjetivas quanto padrões estéticos coletivos.

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Curso de Tecnologia em Estética e Cosmetologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No contexto atual, o corpo tornou-se um espaço de expressão identitária e também de controle social, mediado por expectativas de beleza e sucesso.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) aponta que o Brasil ocupa posição de destaque mundial em número de procedimentos estéticos realizados, o que revela um fenômeno social crescente: a busca por bem-estar e valorização pessoal associada à aparência. Contudo, essa busca pode oscilar entre o autocuidado e a pressão estética, especialmente sobre as mulheres (Banfield & McCabe, 2002). Nesse sentido, compreender as dimensões subjetivas que envolvem autoestima e imagem corporal é essencial para promover práticas estéticas éticas e humanizadas.

Uma percepção distorcida do corpo e a insatisfação com a aparência podem afetar negativamente a autoestima, sendo influenciadas por fatores como pressão social, mídias, padrões de beleza e aspectos socioeconômicos. Para melhorar essa relação, é importante focar em atividades que promovam o bem-estar, buscar aceitação pessoal e se afastar de comparações prejudiciais (Araújo et al.,2025).

Conforme afirmam Paula e Cavagnari (2011), em uma sociedade permeada pela mídia, a verdade é refletida por meio dos símbolos gerados nesse ambiente, onde numerosas mulheres e homens são vistos como representantes dos padrões de beleza contemporâneos, conforme mostrado pelos veículos de comunicação que hoje estão amplamente disponíveis (Pereira et al., 2019).

Na cultura brasileira, segundo Goldenberg (2011, p. 50), os corpos são vistos como um verdadeiro capital, um objeto que é "exibido, moldado, manipulado, trabalhado, costurado, enfeitado, escolhido, construído, produzido, imitado." É o corpo que entra e sai da moda ao conquistar esse padrão de beleza imposto, independentemente do modo ou do procedimento que será usado, de certa forma se aumenta o capital do sujeito, e sua chance de alcançar a felicidade, o problema é que alcançar esse corpo ideal socialmente valorizado, para muitas pessoas, é impossível.

A autoestima influencia diretamente a forma como o indivíduo percebe e avalia seu corpo, a imagem corporal é uma construção multifacetada que envolve percepções, sentimentos e atitudes em relação ao corpo, e sua alteração pode impactar significativamente a autoestima. Nesse contexto, os procedimentos estéticos emergem como práticas voltadas à busca de adequação aos padrões de beleza socialmente valorizados, os quais, conforme aponta Goldenberg (2011), refletem ideais culturais de juventude, perfeição e sucesso, frequentemente associados à aceitação social e ao valor pessoal.

O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre autoestima, imagem corporal e satisfação com a aparência entre participantes que realizam procedimentos estéticos.

No contexto da Agenda 2030, este tema relaciona-se aos ODS 3 e 5, ao promover saúde emocional e igualdade de gênero (ONU, 2025).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal e quantitativo, com amostragem não probabilística, associada à pesquisa bibliográfica com busca de dados em diversas fontes de pesquisa, como livros acadêmicos, artigos científicos e publicações disponíveis nas bases de dados eletrônicas como SciELO, PubMed, LILACS, BVS e Google Acadêmico. Foram incluídos 22 participantes maiores de 18 anos que aceitaram participar mediante consentimento livre e esclarecido. A coleta ocorreu por meio de questionário online (Google Forms) composto por blocos referentes a: (a) perfil sociodemográfico; (b) hábitos de vida e atividade física; (c) percepção de autoestima e satisfação corporal.

Os dados foram tratados por estatística descritiva (frequência, média, desvio-padrão) e análise interpretativa dos itens qualitativos. A média de idade foi de 29,2±11,1 anos e o IMC médio de 24,5±4,8.

O anonimato foi preservado em todas as etapas, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNIARP (parecer nº 7.539.912, CAAE: 88023725.0.0000.0259).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra apresentou predominância do sexo feminino (90,9%), com equilíbrio entre solteiras (45,5%) e casadas (45,5%). A escolaridade concentrou-se no ensino médio completo (31,8%) e superior incompleto (36,4%). Quanto à atividade física, 77% das participantes relataram praticá-la regularmente ou ocasionalmente, sugerindo relação entre autocuidado e bem-estar.

Os níveis autorreferidos de autoestima foram altos em 68% das respostas, e a satisfação com a aparência foi positiva em mais de 80% dos casos. Entre as respostas abertas, termos como “melhora na confiança”, “autoestima elevada” e “sentir-se mais bonita” foram recorrentes. Isso reforça que a estética não é apenas um campo de intervenção física, mas também simbólica um espaço de reconfiguração emocional e social.

Esses achados corroboram Ferreira et al. (2016), que observaram melhora significativa na qualidade de vida após procedimentos estéticos corporais. De forma semelhante, Rombaldi (2022) destacou o impacto positivo das intervenções faciais sobre a autoestima e a percepção de envelhecimento. Ambas as pesquisas sustentam a ideia de que a estética, quando mediada pela escuta e pela ética, pode promover saúde e equilíbrio subjetivo.

Observou-se que participantes que relataram maior contentamento com sua imagem corporal também apresentaram níveis mais elevados de autoconfiança e bem-estar subjetivo, corroborando estudos que destacam a importância da autoimagem positiva para a saúde mental (Cash & Smolak, 2011; Schilder, 2014).

No entanto, autores como McCabe e Ricciardelli (2004) alertam para o risco de internalização de padrões de beleza irreais, que podem gerar insatisfação e distorção da autoimagem. Assim, a estética contemporânea enfrenta o desafio de equilibrar bem-estar e responsabilidade ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura evidencia que a satisfação com o corpo está intimamente ligada à autoestima e à qualidade de vida (Ferreira et al., 2016; Rombaldi, 2022). Entretanto, ainda são escassos os estudos que exploram tais relações em contextos regionais e cotidianos. Assim, este estudo propõe uma análise descritiva e interpretativa dessas percepções entre indivíduos que realizam procedimentos estéticos.

Os resultados demonstram que autoestima e imagem corporal são variáveis interdependentes, moldadas por fatores culturais e emocionais. O fortalecimento da autoestima surge como ferramenta de empoderamento e autocuidado, ampliando a qualidade de vida das mulheres.

Profissionais da estética devem adotar uma postura ética e reflexiva, valorizando a escuta e a singularidade de cada indivíduo. Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos longitudinais, com instrumentos padronizados (WHOQOL-BREF, FOE), para mensurar mudanças subjetivas e objetivas ao longo do tempo.

Os resultados da pesquisa indicaram que a realização de procedimentos estéticos está fortemente associada à busca por maior satisfação com a aparência e melhora da autoestima, refletindo a influência dos padrões de beleza socialmente construídos (Goldenberg 2011).

Assim, a pesquisa contribui para a promoção do ODS 3 e5, ao promover saúde emocional e igualdade de gênero ao enfatizar a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas a dimensão física, mas também o equilíbrio emocional e psicológico dos indivíduos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO Teles, A. C., Gomes Bernardes, L. G., Augusta Lopes, L., & Alves do Nascimento , J. (2025). Os Impacto da Exposição à Mídia na Autoestima e na Imagem Corporal: A exposição à mídia tem um impacto significativo na autoestima e na imagem corporal, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. *Revista Inovação & Sociedade*, *7*(4). Recuperado de https://revista.unipora.edu.br/index.php/ies/article/view/212. Acesso em 30 out. 2025.

BANFIELD, S. S.; Mccabe, M. P. An evaluation of the construct of the body image. Adolescence, v. 37, n. 146, p. 373-393, 2002. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/fc184b829772289934c465205cba7cf9/1?pq-origsite=gscholar&cbl=41539. Acesso em 30 out. 2025.

CASH, T. F.; Pruzinsky, T. Body image: a handbook of theory, research, and clinical practice. New York: Guilford Press, 2002.Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2005-14118-011?casa_token=6XjTT1aX1ccAAAAA:nltD_TkqwNTCLe8-rpqV3MnMlWr5-0DcPsd0A98shy7x5IyLpxNses9RAmL2nXL9e6nZV4-rn4GDuJtcpVY8BMBD. Acesso em 30 out. 2025.

FERREIRA, J. B. *et al*. Qualidade de vida, imagem corporal e satisfação nos tratamentos estéticos. Revista Pesquisa em Fisioterapia, v. 6, n. 4, p. 402–410, 2016. Disponível em: https://journals.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1080. Acesso em 29 out. 2025.

GOLDENBERG, Mirian. Afinal, o que quer a mulher brasileira? Psicol. clin. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 47-64, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 abr. 2018.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "17 ODS Da ONU – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

PEREIRA, Anny, *et al*. "os impactos da mídia na imagem corporal." *tcc - Psicologia*, 2019, www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/605. Acesso em 30. 0ut. 2025.

ROMBALDI, C. A. Avaliação do grau de satisfação com a estética facial e da qualidade de vida antes e após a realização de procedimentos estéticos faciais minimamente invasivos. Dissertação (Mestrado) – USP, 2022. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/25/25152/tde-18052023-171137/en.php. Acesso em 30 out. 2025.

SCHILDER, P. The image and appearance of the human body. New York: International Universities Press, 1935.

SBCP." Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica , Disponível em: www.cirurgiaplastica.org.br/. Acesso em 31 out. 2025.

DIREITO

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Categoria: Pesquisa Interdisciplinar

Rafael Cachoeira[1]
Caroline Neris Bridi[2]

Resumo - O estudo analisa a eficácia das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), observando os principais desafios e avanços em sua aplicação. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica e documental de fontes publicadas entre 2006 e 2025, incluindo artigos científicos, legislação e relatórios institucionais. Verificou-se que a efetividade das medidas ainda enfrenta entraves operacionais, jurídicos e sociais, especialmente na fiscalização e integração entre os órgãos públicos. O monitoramento eletrônico, introduzido por alterações legislativas recentes, representa um avanço relevante, mas sua implementação ainda é limitada. O estudo conclui que a eficácia das medidas depende da articulação entre justiça, segurança, assistência social e políticas públicas integradas de proteção às mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; medidas protetivas; violência doméstica; monitoramento eletrônico; direitos das mulheres.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica representa um grave problema social e jurídico no Brasil, afetando a integridade física e psicológica de milhares de mulheres. A promulgação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi um marco histórico na proteção dos direitos das mulheres, estabelecendo medidas de prevenção, assistência e repressão à violência doméstica e familiar. Entre seus instrumentos mais relevantes, destacam-se as medidas protetivas de urgência, voltadas à proteção imediata da vítima.

Apesar dos avanços normativos, persistem dificuldades na aplicação dessas medidas, como falhas na fiscalização, insuficiência de recursos tecnológicos e desarticulação entre as instituições envolvidas. Essas falhas comprometem a efetividade da lei e a segurança das mulheres em situação de vulnerabilidade. Este estudo propõe uma análise crítica sobre os desafios e as perspectivas das medidas protetivas de urgência, considerando as recentes inovações legislativas e a necessidade de políticas públicas mais integradas e eficazes.

[1]Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações, decisões judiciais, relatórios oficiais e artigos científicos publicados entre 2006 e 2025. As buscas foram realizadas em bases acadêmicas e repositórios institucionais, utilizando descritores como "Lei Maria da Penha", "medidas protetivas de urgência", "monitoramento eletrônico", "violência doméstica" e "políticas públicas".

Foram incluídos estudos que abordam diretamente a aplicação e efetividade das medidas protetivas no contexto brasileiro, excluindo materiais opinativos ou sem base técnica. A análise seguiu etapas de leitura, categorização e comparação das fontes, identificando convergências e divergências entre os autores. As informações foram organizadas em eixos temáticos relacionados à aplicação das medidas, desafios de fiscalização, avanços tecnológicos e impactos sociais.

Por se tratar de pesquisa documental, não houve participação de seres humanos, o que dispensa a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O tratamento ético das informações foi assegurado por meio da utilização exclusiva de fontes públicas e acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise revelou que a efetividade das medidas protetivas de urgência ainda é limitada. Dados recentes indicam que apenas uma pequena parcela das medidas conta com o apoio de tecnologias de monitoramento eletrônico, recurso essencial para prevenir violações. O principal entrave identificado é a falta de integração entre os órgãos responsáveis pela aplicação da lei, como Poder Judiciário, Ministério Público, forças de segurança e assistência social.

A desarticulação institucional impede respostas rápidas e coordenadas diante de casos de descumprimento. Observa-se também carência na capacitação dos profissionais que lidam com essas situações, o que impacta negativamente o acolhimento das vítimas. Em contrapartida, as inovações legislativas, como a inclusão do monitoramento eletrônico, representam um avanço importante. O uso de tecnologias como dispositivos de alerta e rastreamento tende a ampliar a proteção e fortalecer o cumprimento das medidas judiciais.

Esses resultados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção e combate à violência doméstica, garantindo estrutura adequada para que as medidas protetivas cumpram efetivamente sua função social e jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha consolidou avanços significativos no enfrentamento à violência doméstica, mas sua efetividade depende de mecanismos operacionais eficientes e de uma rede de apoio integrada. A pesquisa demonstra que a fiscalização das medidas protetivas ainda é deficiente e que a aplicação de tecnologias como o monitoramento eletrônico é fundamental para aprimorar a resposta do Estado.

O aprimoramento das políticas públicas deve incluir capacitação de profissionais, ampliação das Delegacias da Mulher e fortalecimento da cooperação entre órgãos públicos. A proteção efetiva das mulheres exige não apenas leis rigorosas, mas também uma atuação articulada entre justiça, segurança e assistência social, sustentada por investimentos contínuos e vontade política.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, A. L. Políticas públicas e a efetividade das medidas protetivas. Revista Brasileira de Direito e Justiça, v. 12, n. 3, p. 112-130, 2022.

SILVA, M. R. O monitoramento eletrônico no combate à violência doméstica: avanços e desafios. Revista de Estudos Jurídicos, v. 19, n. 2, p. 50-70, 2025.

SOUZA, L. F. A aplicação das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha: desafios e perspectivas. Revista de Direito Penal e Processual, v. 18, n. 1, p. 34-58, 2021.

O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS

Categoria: Fundo de Apoio a Pesquisa - FAP

Lucas Patrick de Souza Peppes[1]
Thiara Zen[2]

Resumo – O estudo busca analisar o papel da Constituição Federal de 1988 na consolidação dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Parte da ideia de que a cidadania é um conceito histórico e mutável, mostrando que, no passado, o termo "cidadão" serviu para excluir e privilegiar minorias, como na Constituição de 1824, que impunha restrições de renda e gênero. No século XX, a luta pela cidadania passou a incluir a busca por direitos sociais, essenciais para o exercício pleno dos direitos políticos. A CF/88, chamada de "Constituição Cidadã", marca a criação do Estado Democrático de Direito, tendo a cidadania e a dignidade humana como fundamentos. Ela estabelece amplos direitos civis, políticos e sociais, como educação, saúde e moradia. O estudo adota a Teoria da Indivisibilidade, segundo a qual os direitos políticos só podem ser efetivamente exercidos com a garantia dos direitos sociais e econômicos, ampliando o conceito de cidadania para além do voto.

Palavras-chave: Cidadania; Constituição Federal de 1988; Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analiar o papel da Constituição Federal de 1988 na consolidação e promoção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil, realçando sua importância na construção de um Estado democrático de direito. O conceito de cidadania, pilar da organização política e social das sociedades contemporâneas, possui uma vasta trajetória histórica de expansões e restrições. Este projeto busca investigar a evolução do conceito de cidadania, desde sua origem até sua afirmação na Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã". Pretende-se também debater os três tipos principais de direitos, sendo os civis, políticos e sociais e sua relevância para a democracia e o bem comum. Para tanto, é fundamental compreender o processo histórico da cidadania, as garantias constitucionais e os desafios atuais, visando uma sociedade onde todos possam exercer plenamente seus direitos. Assim, pretendemos identificar a construção histórica da cidadania e sua conexão com os direitos civis, políticos e sociais, bem como os dispositivos constitucionais a eles relacionados e os desafios contemporâneos para sua plena implementação no Brasil. Este estudo justifica-se pela necessidade de disseminar conhecimentos sobre a influência da Constituição Federal de 1988 na consolidação e promoção desses direitos no país.

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, o presente projeto adotará a pesquisa bibliográfica como método. O foco será na investigação e análise de materiais teóricos já publicados para fundamentar o estudo. A pesquisa se desenvolverá com base na análise de diversas fontes documentais e teóricas, incluindo a Constituição Federal de 1988 e outras legislações históricas, além de livros e artigos científicos pertinentes ao tema. Este método será empregado para identificar o processo histórico de construção do conceito de cidadania e sua relação com os direitos civis, políticos e sociais; buscar e analisar os dispositivos constitucionais de 1988 relacionados aos referidos direitos; e fundamentar o debate sobre os desafios contemporâneos para a plena implementação desses direitos. Todo o processo de investigação e análise dos dados seguirá os parâmetros metodológicos adotados pela UNIARP.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este projeto tem como objetivo analisar o papel da Constituição Federal de 1988 na consolidação e promoção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil, destacando sua importância para a construção de um Estado Democrático de Direito.

O conceito de cidadania é um dos pilares fundamentais na organização política e social das sociedades contemporâneas. Apesar de parecer simples e direto, trata-se de um conceito historicamente construído, marcado por avanços e restrições decorrentes das transformações sociais e políticas. Assim, pretende-se identificar o processo histórico de formação do conceito de cidadania e sua relação com os direitos civis, políticos e sociais, bem como examinar os dispositivos constitucionais que tratam desses direitos e os desafios contemporâneos para sua plena implementação no contexto brasileiro.

Para Jaime Pinsky, autor do livro A História da Cidadania, "Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço" e pode ser diferente conforme o país em que se reside (Pinsky, 2003, p. 11). Desse modo, não se pode determinar uma sequência única para a evolução da cidadania em todos os países. Contudo, o termo está diretamente relacionado aos direitos civis, políticos e sociais (Pinsky, 2003).

A consolidação da cidadania está intimamente ligada ao desenvolvimento histórico do Estado de Direito — um Estado dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas por uma Carta de Direitos (Bill of Rights), inaugurando para a humanidade uma "Era dos Direitos".

Na historiografia dos direitos humanos, essa expressão refere-se ao documento elaborado pelo Parlamento inglês e promulgado em 16 de dezembro de 1689. Em 1688, o trono inglês era ocupado por Jaime II, destituído pela invasão de Guilherme de Orange. O Bill of Rights foi composto por 16 cláusulas que impunham ao novo rei condições para sua posse, representando o movimento conhecido como Revolução Gloriosa (Guimarães, 2010, p. 101).

Posteriormente, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa ampliaram esse conceito com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Pinsky, 2003).

No contexto internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consolidou o entendimento moderno da cidadania, garantindo direitos universais independentes de gênero, cor ou classe social. "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (UNICEF, 1948, art. 1º).

De acordo com Guimarães (2010, p. 107), "Composta de um preâmbulo e 30 artigos, de fácil compreensão, foi construída a partir da necessidade de proclamar ao mundo uma série de direitos considerados básicos para a convivência de todos os seres humanos". Essa declaração, adotada pela Assembleia Geral da ONU, foi acatada como norma internacional, sendo "[...] algo mais do que um sistema doutrinário, porém, algo menos do que um sistema de normas jurídicas" (Bobbio, 1992, apud Guimarães, 2010, p. 108).

No Brasil, o artigo 92 da Constituição de 1824 restringia o direito de voto a uma parcela específica da população, excluindo menores de 25 anos (com exceções), religiosos e aqueles sem renda mínima anual de 100 mil réis, limitando a participação política a uma elite econômica e social (Brasil, 1824).

A Constituição do Império do Brasil de 25 de março de 1824, estabelecia que, no contexto da época, a cidadania estava ligada aos direitos políticos, como votar e ser votado. Contudo, estava limitado a uma determinada parcela da população (Brasil, 1824).

São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes. I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras. II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos. III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas. IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral. V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos (Brasil, 1824, art. 92).

Com o passar do tempo, o conceito de cidadania evoluiu. Segundo Magalhães (apud Agra; Bonavides; Miranda, 2009, p. 18), "O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva sistêmica na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa".

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, representou um marco na ampliação dos direitos sociais fundamentais e na definição de mecanismos de participação popular na democracia brasileira, conforme evidenciado em seu preâmbulo (Brasil, 1988). Diferentemente de períodos anteriores, a Constituição de 1988 estabelece a igualdade entre os cidadãos (Magalhães apud Agra; Bonavides; Miranda, 2009, p. 19).

Pela teoria da Indivisibilidade, os direitos políticos são dependentes dos outros direitos fundamentais da pessoa humana, para que tenhamos democracia política e exercício de cidadania política, é necessário que as pessoas tenham acesso aos meios para a efetivação da liberdade. Os direitos sociais e econômicos são meios que possibilitam o efetivo exercício das liberdades individuais e políticas. Para que se efetive a democracia política são necessários a

democracia social e econômica e o respeito aos direitos de liberdade. Nesta perspectiva, a democracia participativa, institucionalizada ou não, passa a ser elemento de aperfeiçoamento da democracia representativa (Magalhães apud Agra; Bonavides; Miranda, 2009, p. 20).

A Carta Magna de 1988 consolida avanços históricos e inaugura uma nova concepção de cidadania. Seu preâmbulo declara o propósito de instituir um Estado Democrático de Direito destinado a assegurar liberdade, igualdade, justiça e bem-estar social (Brasil, 1988). Entre seus princípios fundamentais estão: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e V – o pluralismo político (Brasil, 1988, art. 1º).

O exercício pleno da cidadania depende da garantia de condições sociais mínimas que permitam a participação política e o usufruto dos direitos civis e sociais. Sem acesso à educação, saúde, moradia e trabalho digno, a liberdade e a igualdade tornam-se apenas formais. Como destaca Pinsky (2003, p. 13).

A soberania popular é um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito e "será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei". O exercício desse direito, contudo, exige determinadas condições: "I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiação partidária; VI - a idade mínima" (Brasil, 1988, art. 14º).

Dessa forma, observa-se que a Constituição de 1988 não apenas positivou direitos, mas também consolidou uma visão mais ampla de cidadania, integrando-a aos ideais de justiça social e democracia participativa. Ao mesmo tempo, evidencia os desafios contemporâneos para a efetivação desses direitos, como a desigualdade econômica, o déficit de políticas públicas e a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 consolidou o Estado Democrático de Direito no Brasil e ampliou o conceito de cidadania, integrando direitos civis, políticos e sociais. Sua promulgação marcou o fim de um período de exclusão e inaugurou uma nova fase de participação popular e valorização da dignidade humana.

Com base na Teoria da Indivisibilidade dos Direitos Fundamentais constatou-se que a cidadania plena depende da efetivação dos direitos sociais e econômicos, que garantem condições reais para o exercício das liberdades civis e políticas.

A Constituição Federal de 1988 é fundamental para entender a evolução da cidadania brasileira. Ela representa a mudança de um modelo excludente, baseado em privilégios, para um modelo inclusivo, focado na dignidade humana e na igualdade de direitos. Contudo, sua efetivação total exige o engajamento constante do Estado e da sociedade civil para transformar seus princípios em realidade.

Apesar dos avanços, persistem desafios para a concretização desses direitos, devido às desigualdades sociais e à falta de políticas públicas eficazes. Assim, a efetiva cidadania exige a ação conjunta do Estado e da sociedade, reafirmando os princípios da "Constituição Cidadã" como base para a democracia e a justiça social no Brasil.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, através do Fundo de Apoio a Pesquisa – FAP.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de M.; BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-3831-4/. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. **A Construção Histórico-Sociológica dos Direitos Humanos**. ORG & DEMO, Marília, SP, v. 11, n. 2, p. 95–112, 2022. DOI: 10.36311/1519-0110.2010.v11n2.494. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/494. Acesso em: 15 out. 2025.

PINSKY, Jaime. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/. Acesso em: 15 out. 2025.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 15 out. 2025

RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS JURÍDICOS E ÉTICOS NA ERA DIGITAL

Categoria: Iniciação Científica

Karoline Carlin do Prado de Almeida[1]
Thiara Zen[2]

Resumo – O presente trabalho tem por escopo analisar os impactos da inteligência artificial (IA) sobre o instituto da responsabilidade civil, especialmente diante da crescente autonomia dos sistemas inteligentes. O objetivo é investigar como o Direito pode responder aos danos causados por decisões autônomas de máquinas, frente às dificuldades de aplicar os modelos tradicionais de responsabilidade, baseados em culpa e nexo causal. Por meio do método dedutivo e da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma abordagem histórica do desenvolvimento da responsabilidade civil, até os desafios atuais impostos pela IA. Os resultados apontam que a atuação autônoma das tecnologias inteligentes compromete a identificação de um agente humano responsável, exigindo soluções jurídicas alternativas. Entre elas, destacam-se a adoção de regimes de responsabilidade objetiva, a exigência de seguros obrigatórios e a responsabilização de usuários ou desenvolvedores que se beneficiam da tecnologia. Conclui-se que o avanço tecnológico exige a adaptação dos conceitos jurídicos tradicionais, com o objetivo de assegurar a reparação dos danos, a segurança jurídica e a proteção dos direitos fundamentais em um contexto cada vez mais digital e automatizado.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Inteligência artificial. Desafios Jurídicos.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil sempre foi uma ferramenta essencial para a organização das relações sociais, surgindo da necessidade de reparar danos causados por condutas que ferem direitos alheios. Ao longo do tempo, evoluiu da vingança privada para um sistema jurídico estruturado, baseado na ideia de reparação justa e proporcional. Com a consolidação de conceitos como dano, culpa e nexo de causalidade, o Direito conseguiu, por muito tempo, oferecer respostas eficientes às situações de conflito.

Contudo, o surgimento da inteligência artificial marca uma nova era, desafiando diretamente os pilares tradicionais da responsabilidade civil. Sistemas autônomos, capazes de aprender com dados, tomar decisões e agir de forma independente, trazem à tona uma série de dúvidas: quem deve ser responsabilizado quando uma IA causar um prejuízo? O desenvolvedor, o usuário ou ninguém em específico? Como aplicar a teoria da culpa a uma máquina que age por conta própria?

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos da inteligência artificial na responsabilidade civil, discutindo possíveis caminhos jurídicos para lidar com os danos causados por sistemas autônomos. A proposta é analisar se o modelo clássico ainda é suficiente ou se é necessário adotar novos critérios, como a responsabilidade objetiva baseada no risco ou no benefício gerado pela tecnologia.

A relevância do tema está na urgência de se estabelecer normas claras e eficazes diante do avanço da tecnologia. Em uma sociedade cada vez mais conectada e dependente da automação, garantir segurança jurídica e proteger as vítimas de danos causados por inteligências artificiais é uma demanda real e crescente. Ao tratar desse assunto, busca-se contribuir para a construção de um Direito que acompanhe as transformações da era digital sem perder de vista seus princípios fundamentais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo bibliográfico desenvolvido com base no método dedutivo. Para a elaboração da pesquisa foram consultadas obras doutrinárias e artigos científicos obtidos em bases como Scielo, Google Acadêmico, Minha Biblioteca (Portal de Ensino da Uniarp) e repositórios institucionais. A análise foi interpretativa, buscando compreender os desafios que a inteligência artificial impõe à responsabilidade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a Antiguidade, a responsabilidade civil tem desfrutado de grande prestígio social, acompanhando o surgimento dos primeiros relacionamentos humanos, especialmente os de natureza obrigacional, dos quais emergiram conflitos, patologias, crimes e disputas familiares e tribais. Esse período ficou conhecido como a era do Talião, marcado pela lógica da vingança privada, simbolizada na máximo “olho por olho, dente por dente", consagrada no Código de Hammurabi, na antiga Mesopotâmia, no início do segundo milênio antes de Cristo (TARTUCE, 2023).

Nesse contexto, Alvino Lima destaca que a vingança privada, inicialmente uma reação instintiva e emocional ao sofrimento, passou a ser juridicamente regulamentada, com a intervenção do poder público, que passou a permitir ou proibir sua aplicação conforme sua justificativa (TARTUCE, 2023). Com o tempo, essa concepção evoluiu, e a doutrina aponta que o Código de Manú, da cultura hindu, representou um avanço significativo ao substituir as penas corporais por multas ou indenizações, superando a ideia de vingança e promovendo uma abordagem mais pacífica e reparatória do dano (TARTUCE, 2023).

Superada a fase da vingança privada, consolida-se o instituto da responsabilidade civil. A doutrina jurídica convergiu para o entendimento de que, em seu sentido etimológico, responsabilidade expressa a ideia de obrigação, encargo ou contraprestação. No campo jurídico, mantém essa conotação, estando essencialmente ligada à noção de desvio de conduta. A responsabilidade civil refere-se ao dever de reparar o prejuízo decorrente da violação de um dever jurídico (FILHO, 2023). Para o autor, trata-se de "um dever jurídico sucessivo que surge

para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário" (FILHO, 2023, p. 12).

De acordo com a teoria clássica, a responsabilidade civil fundamenta-se em três pressupostos: a existência de um dano, a culpa do agente e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano (GONÇALVES, 2024). Segundo Filho (2023), o dolo é caracterizado pela previsão do resultado, pela consciência de sua ilicitude e pela vontade de realizá-lo ou assumir o risco de produzi-lo, conforme as teorias da vontade e da anuência. Já a culpa refere-se à violação de um dever objetivo de cuidado, que o agente podia conhecer e observar. No entanto, essa violação nem sempre coincide com uma infração legal. O nexo causal, por sua vez, é verificado inicialmente pela relação de causa e efeito conforme as leis naturais, permitindo identificar se a ação ou omissão do agente provocou o dano e se esse resultado é uma consequência direta da conduta (FILHO, 2023).

Com a ampliação dos debates sobre a responsabilidade civil em diferentes esferas da sociedade, surge a inteligência artificial (IA), revolucionando a economia, as interações sociais e os ambientes comerciais (PINTO; NOGUEIRA, 2023). A capacidade de acumular experiências, aprender com elas e agir com autonomia, há pouco tempo restrita ao ser humano, passou a ser reproduzida por meio de algoritmos, softwares e modelos computacionais. Essa inovação tecnológica passou a ser conhecida como inteligência artificial (IA) (SILVA; PIRES, 2017).

A IA abrange tecnologias como redes neurais artificiais e sistemas computacionais que permitem que máquinas aprendam com a observação e análise de padrões cotidianos (PINTO; NOGUEIRA, 2023). Duas tecnologias são fundamentais: o Machine Learning, que possibilita o aprendizado de máquina a partir da experiência e análise de dados; e o Deep Learning, um subconjunto baseado em redes neurais com múltiplas camadas, que simulam o funcionamento do cérebro humano para lidar com grandes volumes de dados (PINTO; NOGUEIRA, 2023).

A complexidade desses sistemas aumenta exponencialmente com a adoção de modelos de aprendizado autônomo, permitindo que as máquinas tomem decisões com base em experiências acumuladas (PINTO; NOGUEIRA, 2023). Diferentemente dos sistemas tradicionais, que apenas executam comandos previamente definidos, os modelos de IA atuais possuem capacidade decisória própria, sem necessidade de programação específica para cada tarefa (SILVA; PIRES, 2017).

Mulholland destaca que, com o processamento massivo de dados, as máquinas passam a tomar decisões de forma autônoma, executando tarefas e oferecendo soluções não previstas nem mesmo por seus programadores (MELLO, 2023). Essa evolução possibilita ações independentes, baseadas em padrões identificados por meio do aprendizado profundo (SILVA; PIRES, 2017). Tepedino e Silva (2019) ressaltam que a IA é caracterizada por atributos como autonomia, habilidades sociais, cooperação, proatividade e capacidade de reação, permitindo a interação com o ambiente e com agentes humanos ou artificiais.

Essa realidade tem levado à substituição de atividades humanas por robôs com IA, tanto nas Américas quanto na Europa, visando à correção de falhas e à redução de custos (PINTO; NOGUEIRA, 2023). Contudo, a substituição do trabalho humano por sistemas autônomos não é

isenta de riscos. Algoritmos baseados em Deep Learning são constantemente auto ajustáveis, operando sem limites fixos e previsíveis (SILVA; PIRES, 2017). Diante disso, é urgente a criação de normas jurídicas que definem os limites e as responsabilidades em caso de danos provocados pela IA. Segundo Silva e Pires (2017), a própria capacidade da IA de aprender autonomamente permite que ela tome decisões não previstas por seus desenvolvedores, dificultando a identificação do responsável direto pelos danos.

Conforme já exposto, a responsabilidade civil pressupõe a existência de um dano, a culpa e o nexo causal. No entanto, conforme Silva (2023, p. 41), citando Vieira et al. (2018), um dos grandes desafios na era digital é determinar quem foi o responsável pelo prejuízo. A autonomia das máquinas dificulta a atribuição de responsabilidade a um agente humano específico. Segundo a teoria da culpa, é necessário que se possa imputar a alguém o dever de reparar o dano para que se configure a obrigação indenizatória (SILVA, 2023). Nesse sentido, considerando a capacidade de auto aperfeiçoamento da IA e os riscos que ela representa, cabe ao Direito encontrar soluções adequadas. As possibilidades de responsabilização incluem: o indivíduo ou entidade que se beneficia do uso da IA; o desenvolvedor ou fabricante; ou, hipoteticamente, a própria máquina (MAIA, 2021).

Silva e Pires (2017) mencionam que parte da doutrina propõe a criação de um regime jurídico próprio para a IA, o que exigiria o reconhecimento de sua personalidade jurídica. O Parlamento Europeu chegou a sugerir essa possibilidade, mas retrocedeu em 2020, por meio da Resolução 2015/2103 (INL), de 16 de fevereiro de 2017, ao afirmar que os danos causados pela IA geralmente decorrem de ação humana. Assim, considerou desnecessário o reconhecimento jurídico da IA como pessoa, rotulando a proposta como teórica e ineficaz para o objetivo de prevenir riscos e garantir a reparação às vítimas (MAIA, 2021).

A emergência de sistemas inteligentes que atuam com autonomia crescente tem desafiado profundamente os fundamentos tradicionais da responsabilidade civil. Como apontam Pires e Silva (2017), a tecnologia de IA rompe com o modelo clássico de programação linear ao permitir que máquinas aprendam e tomem decisões sem intervenção humana direta. Essa mudança de paradigma compromete a previsibilidade e dificulta a imputação de responsabilidade com base em condutas humanas identificáveis. A IA deixa de ser meramente uma ferramenta, passando a operar como agente decisório, o que levanta questões cruciais sobre a identificação do responsável por eventuais danos causados por sua atuação independente.

Nessa linha, Antunes (2019) observa que as novas tecnologias ampliam a distância entre o dano e o agente humano, diluindo identidades e exigindo uma revisão dos pressupostos clássicos da responsabilidade civil, como o nexo de causalidade e a culpa. A dificuldade de identificação do autor da lesão e a participação de múltiplos agentes no desenvolvimento e operação da IA impõem a adoção de modelos baseados em risco ou em presunções de causalidade, com foco na efetiva reparação do dano. A responsabilidade objetiva surge, portanto, como solução prática para garantir a tutela da vítima, sobretudo quando a prova da culpa se revela praticamente inviável.

A Resolução do Parlamento Europeu de 2017 oferece uma abordagem relevante ao propor um modelo híbrido de responsabilização, combinando teorias tradicionais com a

responsabilidade objetiva daquele que se encontra em melhor posição para evitar o dano (PIRES; SILVA, 2017). A proposta inclui a exigência de seguro obrigatório, como forma de garantir a reparação e distribuir os riscos inerentes à operação de sistemas autônomos. O entendimento europeu reconhece que, na ausência de um agente claramente imputável, o ônus da responsabilidade deve recair sobre quem obtém os benefícios econômicos da utilização da IA ou tem maior controle sobre seus riscos.

Maia (2021) reforça a ideia de que a responsabilidade civil deve acompanhar a evolução tecnológica e adaptar-se à complexidade dos sistemas inteligentes. Segundo a autora, a autonomia da IA exige do Direito a construção de soluções que transcendam a lógica da culpa subjetiva. Em vez de buscar um autor humano imputável em todos os casos, o sistema jurídico pode valer-se de regimes próprios, nos quais a responsabilidade decorra da simples relação com o risco criado, seja pelo desenvolvedor, seja pelo utilizador ou beneficiário da tecnologia.

Dessa forma, constata-se que a inteligência artificial, ao operar com autonomia decisória, desloca os fundamentos tradicionais da responsabilidade civil. As dificuldades em identificar o agente humano responsável, associadas à complexidade e opacidade dos algoritmos, impõem ao Direito o dever de evoluir. A responsabilidade objetiva, ancorada no risco ou no benefício econômico, e o estabelecimento de seguros obrigatórios, surgem como soluções eficazes para assegurar a proteção das vítimas e a prevenção de danos. Como afirmam Antunes (2019) e Pires e Silva (2017), a atribuição de responsabilidade deve recair sobre aqueles que se encontram em posição de controle e que se beneficiam da tecnologia, de modo a garantir justiça, segurança jurídica e previsibilidade na sociedade digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre os desafios que a inteligência artificial traz para o campo da responsabilidade civil, especialmente diante da autonomia das máquinas em tomar decisões e executar ações sem interferência humana direta. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que os critérios tradicionais da responsabilidade civil, como culpa, dano e nexo de causalidade, nem sempre são suficientes para lidar com os problemas causados por sistemas de inteligência artificial. Com a dificuldade de identificar com clareza quem deve ser responsabilizado por um dano causado por uma IA, surgem propostas como a responsabilidade objetiva, baseada no risco ou no benefício econômico obtido com o uso da tecnologia. Essas ideias buscam garantir que a vítima seja reparada, mesmo quando não for possível apontar um responsável direto.

Apesar das contribuições, esta pesquisa teve algumas limitações, como a falta de análise de casos práticos e jurisprudenciais, que poderiam enriquecer a discussão. Além disso, por se tratar de um tema em constante mudança, é necessário acompanhar a evolução da tecnologia e as respostas que o Direito vem construindo ao longo do tempo. Como sugestão para estudos futuros, é importante aprofundar a discussão sobre a criação de regras específicas para regular a responsabilidade por danos causados por sistemas de IA. Também seria interessante analisar como outros países estão lidando com esse desafio e quais soluções estão sendo adotadas.

Ademais, é evidente que o avanço da inteligência artificial exige novas formas de pensar a responsabilidade civil. O Direito precisa se adaptar a essa realidade, criando mecanismos eficazes para proteger as vítimas e garantir segurança jurídica em uma sociedade cada vez mais tecnológica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido com o auxílio do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), cuja relevância se revela incontestável, na medida em que desempenha papel fundamental ao incentivar a iniciação científica dos acadêmicos, fomentando a produção do conhecimento e o desenvolvimento de competências essenciais à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Henrique Sousa. Inteligência artificial e responsabilidade civil: enquadramento. *Revista de Direito da Responsabilidade*, [S.l.], ano 1, p. 139-154, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=+Intelig%C3%AAncia+artificial+e+responsabilidade+civil%3A+enquadramento.&btnG=. Acesso em: 15 abr. 2025

FILHO, C. Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 16. ed. Grupo GEN, 2023. Disponível em: Minha Biblioteca.

GONÇALVES, Carlos R. **Responsabilidade Civil.** 23. ed. SRV Editora LTDA, 2024. Disponível em: Minha Biblioteca.

MAIA, Ana Rita. *A responsabilidade civil na era da inteligência artificial: qual o caminho?* Online, maio de 2021. Disponível em: https://julgar.pt/wp-content/uploads/2021/05/20210511-JULGAR-A-responsabilidade-civil-na-era-da-intelig%C3%AAncia-artificial-Ana-Rita-Maia.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

MELLO, Gustavo da Silva. Inteligência artificial e responsabilidade civil: uma análise do anteprojeto do marco legal da inteligência artificial e do projeto de lei 2338/2023. Revista Iberc, v.7, n.1, p.49-65, jan./abr.2024. DOI: https://doi.org/10.37963/iberc.v7i1.271. Disponível em: https://revistaiberc.responsabilidadecivil.org/iberc/article/view/271/238. Acesso em: 17 fev. 2025.

PINTO, Rodrigo Alexandre L.; NOGUEIRA, Jozelia. **Inteligência Artificial e Desafios Jurídicos: Limites Éticos e Legais.** Grupo Almedina, 2023. Disponível em: Minha Biblioteca.

PIRES, Thatiane Cristina Fontão; SILVA, Rafael Peteffi da. A responsabilidade civil pelos atos autônomos da inteligência artificial: notas iniciais sobre a resolução do Parlamento Europeu. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 238-254, 2017. DOI: https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4951. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4951. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Francisco Alves da. Responsabilidade Civil e inteligência artificial: Explorando soluções e desafios da era digital. Revista Científica Multidisciplinar issn 2675-6218, v.4, n.11, 2023. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4434/3116. Acesso em: 03 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil.** 5. ed. Grupo GEN, 2023. Disponível em: Minha Biblioteca.

TEPEDINO, Gustavo. SILVA, Rodrigo da Guia. Desafios da inteligência artificial em matéria de responsabilidade civil.**Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil.** Belo Horizonte, v. 21, p. 61-86, jul./set. 2019. Disponível em: https://rbdcivil.emnuvens.com.br/rbdc/article/view/465/308. Acesso em:10 de out. de 2024.

O DIREITO DAS MULHERES EM ACOLHIMENTO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC[1]

Categoria: Iniciação Científica

Thaynara Ribeiro de Mattos[2]
Thiara Zen[3]

Resumo – O presente projeto de pesquisa refere-se ao estudo acerca dos direitos das mulheres, com ênfase nas mulheres acolhidas através da Associação Maria Rosa – AMAR no Município de Caçador/SC. Buscando analisar durante seu desenvolvimento mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica ali acolhidas, e quais são os direitos garantidos às mulheres vítimas de violência, no que tange à sua reintegração na sociedade após os traumas vivenciados em ambiente doméstico. Visa abordar os direitos das mulheres, em especial das que são vítimas de violência doméstica; averiguando a situação socioeconômica das mulheres acolhidas pela Associação Maria Rosa no Município de Caçador/SC; assim como pesquisar acerca dos mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas e quais são os direitos garantidos às mulheres vítimas de violência, no que tange à sua reintegração na sociedade após os traumas vivenciados em ambiente doméstico. A metodologia de utilizada é composta pela pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Direito. Mulher. Acolhimento. Violência.

INTRODUÇÃO

As violações dos direitos humanos muitas vezes derivam do preconceito do gênero, onde no passado, de forma cultural, a mulher é inferior ao homem, relembrando a cultura enferrujada sobre as diferenças entre homens e mulheres na distribuição de poder, de bens e de riquezas, possibilitando vislumbrar diferentes questões que ganharam destaque em cada período na curtíssima história dos direitos humanos em geral e das mulheres mais especificamente (Nossa Causa, 2024).

Um exemplo bastante conhecido foi a criação da Lei Maria da Penha, criado em virtude da violência doméstica que muitas mulheres sofriam, e, recebeu essa denominação em decorrência da dupla tentativa de homicídio sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes por seu então marido (CNJ,2024).

[1] AMAR - Associação Maria Rosa - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A referida lei, não contempla apenas os casos de agressão física, mas também abrange as situações de violência psicológica como afastamento dos amigos e familiares, ofensas, destruição de objetos e documentos, difamação e calúnia (Brasil, 2006).

A lei estabelece mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme o § 8º do art. 226 da Constituição Federal, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Ela cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (Brasil, 2006).

Diante dos diversos tipos de violencia contra as mulheres, principalmente aquelas acolhidas através da Associação Maria Rosa – AMAR no Município de Caçador/SC. Buscou-se analisar os mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e quais são os direitos garantidos às mulheres vítimas de violência, no que tange à sua reintegração na sociedade após os traumas vivenciados em ambiente doméstico. (AMAR, 2024).

Ainda, procura abordar os direitos das mulheres, em especial das que são vítimas de violência doméstica, averiguando a situação socioeconômica das mulheres ali acolhidas.

É de grande relevância o tema em tela, pois busca transmitir por meio da pesquisa a importância que os direitos das mulheres tem no cotidiano das inúmeras mulheres as quais se submetem diariamente a algum tipo de violência doméstica, seja ela física, psicologia ou sexual.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é composta pela pesquisa bibliográfica. Onde visa proporcionar uma análise aprofundada e abrangente do tema em estudo, utilizando tanto dados teóricos quanto empíricos, as características descritas a seguir foram selecionadas com base na problemática da pesquisa. Quanto à sua natureza, a mais adequada para o desenvolvimento do texto é a básica, "aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente". (SCHWARTZMAN, 1979).

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica. Para Fonseca (2002, p.32) "A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites."

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Visando atingir os objetivos propostos no projeto, o método utilizado na primeira fase de Investigação foi bibliográfico, incluindo livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e legislação, levando em consideração os parâmetros adotados pelo Programa UNIARP.

Na segunda etapa, tendo como população de amostra as mulheres acolhidas pela Associação Maria Rosa no Município de Caçador/SC por meio de registros bibliográficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto teve como objetivo a pesquisa sobre os Direitos das Mulheres especialmente as mulheres acolhidas na Associação Maria Rosa – AMAR no Município de Caçador/SC, com a finalidade de poder repassar as informações que integram alguns destes direitos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou os direitos e garantias fundamentais em seu Título II. (Brasil, 1988). O art. 5º da Constituição aborda os direitos e deveres individuais e coletivos, incluindo um princípio geral de igualdade em seu caput: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]". O inciso I reforça a igualdade de gênero, afirmando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa constituição" (Garcia, 2009, p. 193).

A partir da segunda metade do século XX, houve um aumento expressivo na criação de normas jurídicas voltadas ao reconhecimento dos direitos das mulheres e à implementação de medidas para protegê-los. Essas mudanças atingiram seu ponto máximo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com (Bonavides 2004, p. 374), "o novo texto constitucional imprime uma latitude sem precedentes aos direitos sociais básicos, dotados agora de uma substantividade nunca reconhecida nas Constituições anteriores, a partir da de 34."

Com relação às normas infraconstitucionais, a Lei Nº 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabeleceu medidas para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo formas de violência física, psicológica, patrimonial e moral. De acordo com relatório da ONU Mulheres (UN WOMEN, 2009), essa lei está entre as mais avançadas do mundo nesse aspecto. Além disso, ela simboliza a "construção de uma nova cultura desvinculada da opressão da mulher no ambiente doméstico e, consequentemente, na sociedade como um todo" (Pitta; Oliveira, 2012, p. 192).

No contexto constitucional, o Brasil passou por transformações significativas ao longo do século XX, com a promulgação de cinco constituições. A Constituição de 1934 marcou importantes avanços para as mulheres, ao declarar que "todos são iguais perante a lei", sem distinção ou privilégios com base no sexo. Além disso, consolidou o que já havia sido estabelecido pelo Decreto Nº 21.076 de 1932, que garantiu o direito ao voto feminino (Alves, 1980, p.163).

Outra alteração legislativa relevante para as trabalhadoras foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto Nº 5.454 de 1943, que em seu capítulo III estabeleceu proteções ao trabalho feminino, incluindo a proibição de demissão por justa causa em casos de casamento ou gravidez. (Brasil, 1943).

O Estatuto da Mulher Casada de 1962 modificou seu status jurídico, retirando-a da condição de relativamente incapaz. A Lei Nº 6.515 de 1977, conhecida como Lei do Divórcio, passou a regulamentar os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento (Brasil, 1977). Além disso, a Lei Nº 9.504 introduziu cotas eleitorais de gênero para candidaturas partidárias, com o objetivo de estimular a participação feminina na política. (Brasil, 1977).

No âmbito da violência contra a mulher, a Lei Nº 13.239 de 2015 garantiu às mulheres vítimas de violência grave, atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o direito à realização de cirurgia plástica para reparar lesões decorrentes dessa violência. Com o objetivo de punir mais rigorosamente a violência contra as mulheres, também em 2015 foi sancionada a Lei Nº 13.104, que classificou o homicídio de mulheres em razão de seu gênero como feminicídio, tornando-o uma circunstância qualificadora e crime hediondo (Brasil, 2015).

Assim, ao avaliar a influência do sistema jurídico na condição das mulheres, é inegável que elas obtiveram conquistas relevantes. Entretanto, as reformas legais impulsionadas pelos movimentos feministas contemporâneos promovem mudanças em certos aspectos que afetam a esfera feminina, como a política e a ideológica, sem, contudo, alterar profundamente a condição da mulher. (Vargas, Oliveira, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Maria Rosa inserida no Município de Caçador, é um lar de acolhimento as mulheres em estado de vulnerabilidade. Tudo começou através da união de um grupo de mulheres (Movimento de Mulheres Urbanas), determinadas e encorajadas, dispostas a mudar a realidade de muitas famílias, mulheres e seus filhos que sofriam com a questão da violência doméstica e familiar. Assim, através de um abaixo assinado, o qual percorreu todo o município de Caçador, a primeira conquista aconteceu com a implantação da Delegacia da Mulher no dia 28/03/1995.

Anos mais tarde, precisamente no dia 06/08/2000, foi fundada então a Associação Maria Rosa-AMAR, a qual hoje é reconhecida como Utilidade Pública Municipal e Estadual, além de possuir a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Na Associação Maria Rosa, são aplicados atualmente projetos técnicos em execução, como, ARTESANATO AMAR: Projeto que busca através do artesanato diversificado levar conhecimento e oportunidade de geração de renda ao público acolhido e também auto sustento da Entidade através da comercialização das peças confeccionadas. (AMAR, 2024).

Dentre diversos projetos internos eu buscam que essas mulheres possam se socializar novamente, superar seus traumas e começar uma vida digna e sem violência. Esperamos que tenhamos alcançado o objetivo da pesquisa, os quais sejam, de pesquisar e transmitir o máximo de conhecimento aprendido em sala de aula para além das paredes da Universidade sobre os direitos que protegem e amparam as mulheres, vítimas de quaisquer tipos de violência.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço a Associação Maria Rosa por despertar a ideia maravilhosa que foi o desenvolvimento deste estudo e apoiar o meu projeto de pesquisa desde o início. Agradeço a minha orientadora Thiara, a qual em nenhum momento me deixou sem amparo, estando sempre à disposição para auxiliar, relatórios, dúvidas e pesquisa e à agência de fomento de financiamento do projeto FAP.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

AMAR – Regimento Interno: DE 18 DE OUTUBRO DE 2022. Disponível em: https://cacador.sc.gov.br/uploads/sites/319/2023/07/2499687_Regimento_Interno_Casa_Abrigo_Maria_Rosa___AMAR.pdf . Acesso em 20 de outubro de 2024.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9.504, De 30 De Setembro De 1997. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1.988. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 20 de outubro de 2024.

BRASIL. LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015. Disponivel em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13239.htm Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 6.515, De 26 de Dezembro De 1977. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em 20 de outubro de 2024.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Emerson. "Proteção e inserção da mulher no Estado de Direito: A Lei Maria da Penha". Revista da Emerj, v. 12, n. 46, p. 182-107, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

NOSSA CAUSA, 2024. disponível em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwyo60BhBiEiwAHmVLJSHOIfMqU8VaSF418RVtdsiqPQopXig7Eg92KqKEX6K6Lyc1WGDybBoCCdUQAvD_BwE. Acesso em 20 de outubro de 2024.

PITTA, Tatiana Coutinho; OLIVEIRA, Cláudio Rogério Teodoro "Violência psíquica contra a mulher: a necessária atuação estatal por meio de políticas públicas". Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 61, jul./dez. 2012, p. 175-221. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

SCHWARTZMAN, 1979, disponível em https://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm, acesso em 20 de outubro de 2024.

UN WOMEN. Progresso das mulheres do mundo 2008/2009. New York: Unifem, 2009. 127 p. Disponível em: <http://www2.unwomen.org/~/media/headquarters/media/publications/unifem/poww08_report_full_text_pt.pdf?v=1&d=20140917T101016>. Acesso em: 20 out. 2024.

VARGAS PALAR, Juliana; OLIVEIRA DA SILVA, Maria Beatriz. O Direito como instrumento contra a opressão feminina / The Law as an instrument against women's oppression. Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 721–748, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25258. Acesso em: 20 out. 2024.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS E SUAS IMPLICAÇOES JURÍDICAS

Categoria: Iniciação Científica[1]

Lilian Dulce Abrange Constantino[2]
Thiara Zen[3]

Resumo – A educação ambiental é essencial para despertar a consciência das pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente. Através da Lei nº 9.795/1999, atualizada pela Lei nº 14.926/2024, sendo instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que estabelece diretrizes para integrar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e nas políticas públicas. No município de Rio das Antas, as escolas municipais desenvolvem conteúdos presentes em seu planejamento pedagógico, trabalhando temas sobre uso consciente da água, biodiversidade, poluição e desenvolvimento sustentável. A preservação do meio ambiente, portanto, deve ser um compromisso coletivo, que começa com a educação. O não cumprimento da legislação pode gerar sanções e ser considerado agravante em casos de danos ambientais. Quando educamos para o respeito à natureza, promovemos uma sociedade mais consciente, responsável e preparada para proteger os recursos naturais e garantir um futuro sustentável.

Palavras-chave: EDUCACAO.MEIO AMBIENTE.PRESERVACAO.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente é um dos temas que mais causam preocupações atualmente, nos últimos tempos presenciamos as adversidades climáticas, como enchentes, queimadas, secas, tudo consequência de um desiquilíbrio ambiental. Visto que, a maior parte destes acontecimentos, são oriundos dos crescimento desordenado das áreas urbanas e o desmatamento.

De acordo com a Lei n º 9.795/199, a educação ambiental, deverá ser oferecida em todos os níveis escolares, pois através dela poderá ser construída a conscientização individual e comunitárias quanto a sustentabilidade, mudando assim alguns hábitos prejudiciais. Conforme esta legislação deverá ser fortalecida a importância da preservação ambiental.

Pois são nas escolas que as crianças/adolescentes passam o maior tempo de dias. Sendo assim a um longo prazo, pode-se conscientizar a população em geral, colocando em prática os

[1] Escolas da rede Municipal do Município de Rio das Antas, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

critérios necessários a preservação ambiental, evitando também sanções administrativas ou judiciais.

METODOLOGIA

As informações para a realização do presente trabalho foram coletadas na legislação, bem como árticos científicos, e sendo que a partir deles buscou-se complementação a mais referências bibliográficas.

Para Fonseca (2002, p.32) "A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites."

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Sendo assim inicialmente foram utilizados livros, artigos, foram realizadas pesquisas em sites presentes na internet, para posteriormente utilizar informações constantes das escolas municipais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação ambiental é fundamental para conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio, despertando nas pessoas a compreensão de que suas ações impactam o meio onde vivem e assim o meio ambiente sucessivamente. Devido ao crescimento global, a expansão desordenada das cidades, aumento de problemas ambientais, bem como, a escassez de recursos naturais, tornou-se necessária a conscientização sobre a preservação do meio ambiente, buscando-se através da educação, atingir tal objetivo.

No ano de 1999 foi instituída a PNEA-Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei nº 9.795/1999que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que orienta a integração da educação ambiental em todos os níveis nas modalidades de ensino. Sendo que um de seus objetivos, é a conscientização sobre a proteção do meio ambiente através da educação. Estabelecendo que a educação ambiental, deve ser inserida aos currículos escolares, às ações de órgãos públicos e à sociedade, incentivando a conscientização quanto a preservação do meio ambiente, bem como, aderir a ações sustentáveis.

Em 2024, a Política Nacional de Educação Ambiental –PNEA, foi atualizada conforme consta na Lei nº Lei nº 14.926, que altera a lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção as mudanças do clima, à proteção a biodiversidade e aos riscos de vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, buscando fortalecer a formação de estudantes e professores, para que consigam realizar ações preventivas.

Conforme apresentado no site do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) é uma iniciativa do governo federal, buscando promover a educação ambiental em todo o território brasileiro, incentivando ações para conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente. O PRONEA trabalha com diferentes setores, como escolas, comunidades e órgãos públicos, para integrar a educação ambiental às ações diárias, "O PRONEA compartilha da missão de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em conjunto com as demais políticas presentes em todas as esferas do governo: federais, estaduais de governo" (Ministério do Meio Ambiente).

De acordo com a Lei n°9.795, em seu artigo 3 °, Inciso I:

Art. 3° Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

> I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
>
> O poder público deverá desenvolver políticas a fim de promover a educação ambiental a todos, independentemente do nível de ensino que estejam frequentando.

Conforme artigo 4°, da Lei n° 9.795, podemos também citar alguns princípios que fazem parte da referida legislação:

> Art. 4o São princípios básicos da educação ambiental:
>
> I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
>
> II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
>
> III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
>
> IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
>
> V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
>
> VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
>
> VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
>
> VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Todos estes princípios, tem por objetivo inserir a preservação do meio ambiente ao instrumento de ensino pedagógico, buscando a interação com a coletividade.

Conforme texto apresentado no Blog "Pleno", "a sustentabilidade é uma tendência em todos os mercados". Considerando que as crianças e jovens passam mais tempo nas escolas, a educação ambiental poderá fazer parte de seu dia a dia em suas casas, bem como na sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Rio das Antas possui três Unidades escolares, a escola Municipal Nucleada Jacinta Nunes com aproximadamente 620 alunos, Escola Municipal Nucleada Silva Paranhos com aproximadamente 240 alunos e dos 01º aos 09º anos e a Escola de Educação Básica Santos Anjos, que atende alunos das séries do 1º ao 3º anos do ensino médio. Este trabalho se limitou apenas nas Escolas Municipais, onde atendem o maior fluxo de alunos.

Cada escola possui a disciplina de ciência, onde abordam os temas definidos no plano pedagógico, trabalham com os conteúdos previstos no planejamento anual, como uso consciente da água e dos recursos naturais, reconhecimento da importância da biodiversidade, risco de extinção de espécies e biomas, práticas de conscientização ambiental, entre outros, trabalhados decorrer do ano letivo.

Também trabalham com os alunos sobre soluções para Problemas Ambientais, como selecionar métodos mais adequados para separação dos materiais, associar a produção de medicamentos e outros materiais sintéticos ao desenvolvimento cientifico e tecnológico, reconhecendo benefícios e avaliando impactos socioambientais. Sobre o desenvolvimento sustentável são apresentados aos alunos, programas que promovem a conscientização sobre sustentabilidade nas escolas e comunidades. Programas de Conservação: Iniciativas para proteger ecossistemas e biodiversidade, como reservas naturais e áreas de proteção.

São explanadas nas aulas a responsabilidade diante das próximas gerações quanto ao crescimento desordenado das cidades. Sendo que ocupação desordena é o resultado da ocorrência de diversos fatores, como exemplo, a falta de uma política de planejamento urbano. Também são abordados conteúdos sobre a importância da preservação de áreas úmidas, respeito à natureza, mostrando a intensificação da atividade industrial nos centros urbanos e pelo manejo inadequado dos recursos naturais, Poluição do ar, do solo e da água Desmatamento, Diminuição da biodiversidade e da água potável, Extinção de espécies animais e vegetais, Mudanças climáticas, entre outros.

Sendo assim, os conteúdos referente ao meio ambiente são abordados, porém muita há o que se trabalhar em sala de aula sobre este assunto, uma vez que, a partir do momento em que se tem consciência de todo o benefício referente a preservação ambiental para a sociedade, pode-se inserir novos hábitos, buscando assim um equilíbrio quanto ao crescimento desordenado das zonas urbanas e a preservação ambiental. Evitando, poluição, desmatamentos, bem como tragédias ambientais, como alagamentos, incêndios, secas.

Evitando também sanções administrativas e sanções judicias, pelo não cumprimento da Lei n° 9.795 e suas atualizações , pois caso não seja promovida a educação ambiental, este fato pode ser usado como agravante em casos de responsabilidade por danos ao meio ambiente,

pois esta legislação considera a educação como um instrumento imprescindível para a proteção ao meio ambiente. Ao aprender sobre os recursos naturais, e a necessidade de preservação do meio ambiente os indivíduos se tornam mais conscientes quanto aos seus atos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores bem como Diretor e Coordenadoras das Escolas Municipais de Rio das Antas, por me prestarem as informações necessárias e a Professora Orientadora Thiara Zen que me apresentou este projeto.

REFERÊNCIAS

Brasil,Lei n ° 9.795.Disponivel em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.Acesso em 20/10/2024.

Brasil, Lei n° 14, 926.Disponivel em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm . Acesso em 28/08/2024.

FONSECA, João José Saraiva. Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem –Informática Educativa. Disponível em:http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/cont1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.ppdf.Acesso em 10/05/2025.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. p.73. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008821/. Acesso em: 02 jun. 2025.

Ministério do Meio Ambiente e a Mudança no Clima, Publicado em 19/08/2024 e atualizado no dia 28/08/2024.Discponivel em https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/pnea/programa-nacional-de-educacao-ambiental-pronea, acesso em 05/05/2025.

Programa Pleno, Blog, Disponível em:https://programapleno.com.br/blog/escola-sustentavel/. Acesso em 20/10/2024.

Qual a Importância da Educação Ambiental nas Escolas,Disponivel em https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/qual-a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola, acessado em 05/02/2025

Teixeira Júlio César,Sustentabilidade:o que é , como funciona,,benefícios e exemplos.Disponível em:https://fia.com.br/blog/sustentabilidade/.Acesso em 20/10/2024.

Vamos Cuidar do Brasil,Conceitos e Praticasem Educacao Ambiental nas Escolas.Disponivel em :http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf.Acesso em 20/10/2024.

Vieira,Luiza,Pandovam.Educação ambiental nas escolas: por que ela deve ser implementada?Disponivel em:https://querobolsa.com.br/revista/educacao-ambiental-nas-escolas-por-que-ela-deve-ser-implementada.Publicado em 20/10/2020.Acesso em 20/10/2024.

A MOROSIDADE NO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Categoria: Iniciação Científica

Luzitânia Dall'Agnol[1]
Thiara Zen[2]

Resumo – A adoção é um ato jurídico que confere à criança ou adolescente o status de filho, promovendo o rompimento dos vínculos familiares anteriores e garantindo igualdade de direitos e deveres em relação aos filhos biológicos. Trata-se de um processo solene, formal e irrevogável, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei nº 12.010/2009, que visam assegurar a proteção integral e a convivência familiar desses indivíduos. O instituto da adoção oferece uma oportunidade de reconstrução familiar para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Contudo, a morosidade no Sistema Nacional de Adoção evidencia dificuldades estruturais e burocráticas que prolongam a permanência das crianças em abrigos, especialmente prejudicando as chances de adoção de adolescentes e grupos de irmãos. A preferência por crianças pequenas e sem vínculos dificulta a efetivação da adoção para muitos menores, agravando a situação. Esta pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, analisou as implicações jurídicas e sociais da morosidade no sistema de adoção brasileiro. Os resultados indicam a necessidade de reformas institucionais e culturais, e estímulo à adoção tardia, para garantir o direito fundamental à convivência familiar e ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos.

Palavras-chave: Adoção. Família. Estatuto da Criança e Adolescente.

INTRODUÇÃO

A adoção é o ato do adotante pelo qual traz ele, para sua família e na condição de filho, pessoa que lhe é estranha. Ou ainda a adoção sendo o meio no qual atribui a condição de filho ao adotado, ocorrendo total e completo desligamento do adotado com o seu vínculo familiar anterior, salvo no caso de impedimentos matrimoniais (Cury, 2010, p.190). Diante do escopo, o objetivo da pesquisa é analisar a morosidade no Sistema Nacional de Adoção no Brasil e quais são as suas implicações jurídicas.

No tocante à natureza jurídica, a adoção é caracterizada como um ato delicado, solene e formal, sendo assim, a adoção é um ato irrevogável, em razão do filho adotado ser equiparado aos demais, sem qualquer distinção, possuindo as mesmas atribuições, como 4 direitos e deveres,

[1]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

incluindo os sucessórios e alimentícios. Nesse sentido, é proibida a adoção por procuração, uma vez que o procedimento será sempre de forma judicial (Melo, 2014).

Na Constituição Federal (1988) em seu Artigo 227;

Artigo 227. § 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (Brasil, 1988).

A adoção é o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim (Pereira, 2007; p. 392).

O instituto da adoção tem por objetivo oferecer uma segunda chance às crianças e adolescentes de ter uma família novamente. Crescer em meio ao seio familiar é um direito, que quando necessário deve ser garantido pelo Estado, uma vez que a base familiar é o núcleo que mais influenciará no desenvolvimento do caráter, valores e da personalidade de um indivíduo (Oliveira; Rodriguez; Weinberg, 2023).

O Estatuto da Criança e do Adolescente positivou a importância da criança e/ou do adolescente de estar inserido no seio familiar mesmo que não seja na de origem biológica; em seu Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral" (Brasil,1990, art. 19).

A Lei nº 12.010/2009 tem por objetivo garantir segurança às crianças no processo de adoção, haja vista que é medida irrevogável e há a necessidade de certeza dos candidatos que pretendem adotar (Oliveira, 2018).

Ademais, o art. 39, em seu § 1º que a "adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei" (Brasil, 2009, art. 39).

O processo de adoção inicia-se quando os interessados vão até a Vara da Infância e Juventude e levam todos os documentos necessários para o cadastro, é neste momento que eles definem o perfil da criança que desejam adotar, em seguida a inscrição é enviada ao Ministério Público para seu parecer, caso a manifestação seja positiva os adotantes passam a participar de um programa de preparação para a adoção e atendimento psicossocial (Oliveira; Rodriguez; Weinberg, 2023).

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento ainda consta 5.272 crianças e adolescentes para adoção, conforme gráfico a seguir (CNJ, 2025).

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, instituído pela Resolução CNJ n. º 289 de 14/08/2019, tem como propósito unificar informações fornecidas pelos Tribunais de Justiça brasileiros referentes aos acolhimentos institucional, familiar e à adoção, abrangendo as intuito personae, e as demais formas de colocação em família substituta, assim como dados sobre pretendentes nacionais e estrangeiros(as) aptos(as) à adoção. O motivo das instituições de acolhimento estarem lotadas é que a adoção é permitida somente após a destituição do poder familiar (Oliveira; Rodriguez; Weinberg, 2023).

No Brasil duas grandes problemáticas, onde no primeiro caso a maioria das famílias buscam por recém-nascidos ou crianças menores de 1 ano e que tenham pele clara, porém pouca parcela dessas crianças atende esses critérios o que diminui consideravelmente o número de crianças aptas para a adoção (Rodrigues, 2022).

Além da preferência das famílias, o procedimento da adoção é burocrático, o que dificulta o processo uma vez que com a demora o possível adotando cresce e deixa de ser preferência para os futuros pais (Oliveira; Rodriguez; Weinberg, 2023).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à inscrição, prevê:

§ 3 º A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar (Brasil, 1990, art. 50, §3º).

Na atualidade, a adoção objetiva principalmente o atendimento dos interesses da criança ou do adolescente, deixando para trás o individualismo primordialmente existente nessas relações, passando a ser um instituto que visa à solidariedade social com foco no auxílio e respeito mútuos. (Ribeiro; Santos e Souza, 2012, p. 60).

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e o método dedutivo, com base em estudo bibliográfico e documental. O objetivo é analisar a morosidade no sistema de adoção no Brasil e suas implicações jurídicas, por meio da interpretação de artigos científicos, teses, dissertações, obras doutrinárias e legislações pertinentes. A metodologia permite compreender os aspectos legais e sociais envolvidos, além de propor reflexões sobre possíveis melhorias no sistema, também permite compreender os aspectos legais e sociais envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa evidenciou que a morosidade no Sistema Nacional de Adoção decorre de fatores estruturais, burocráticos e culturais que dificultam a efetivação do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar. Embora as leis brasileiras garantam segurança jurídica ao processo, a prática mostra lentidão e falta de integração entre órgãos responsáveis. O perfil restrito dos adotantes, que geralmente preferem crianças pequenas e sem irmãos, reduz as chances de adoção para muitos menores, especialmente adolescentes. A insuficiência de profissionais capacitados e a burocracia prolongam o tempo de permanência das crianças em abrigos, prejudicando seu desenvolvimento. Assim, é necessário implementar reformas legais e institucionais, capacitar os agentes envolvidos e promover campanhas para incentivar a adoção tardia, garantindo a efetividade do direito à família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a morosidade no Sistema Nacional de Adoção no Brasil, destacando que, apesar das normas legais existentes, o processo ainda enfrenta burocracia e lentidão que prejudicam o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar. Foi identificado que o perfil dos adotantes nem sempre corresponde à realidade das crianças disponíveis, dificultando ainda mais as adoções. Dentre os aspectos mais relevantes identificados, destaca-se a constatação de que, embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de mecanismos para assegurar o direito à família, o sistema de adoção ainda é marcado por burocracia, lentidão processual e falta de articulação entre os órgãos responsáveis. Esses fatores resultam em longos períodos de permanência de crianças em abrigos, reduzindo significativamente suas chances de serem adotadas, especialmente à medida que envelhecem. Diante disso, é necessário promover mudanças legais, institucionais e culturais para tornar o sistema mais ágil e eficaz, garantindo assim o direito fundamental à família para crianças e adolescentes acolhidos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8069/1990, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 13 de jul. 1990. Acesso em: 06/06/2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Brasília, DF, 03 de ago. 2009. Acesso em: 05/06/2024 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017

BIAVA, Priscila Favarin, A Relevância do Estudo Social nos Processos de Perda e Suspensão do Poder Familiar: um olhar sobre os processos de 2016/2017 da comarca de Turvo/SC. Anima Educação. 2017. Acesso em: 20/06/2024. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10914/1/Artigo%20Priscila%20Favarin%20Biava.pdf.

CURY, Munir. Estatuto da Criança e do Adolescente. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/ Acesso em: 10 abril. 2021.

MELO, Nehemias Domingos. Lições de direito civil: família e sucessões. São Paulo: Atlas, 2014. v. 5.

OLIVEIRA, Cassiane Duarte de. A demora no processo adotivo no Brasil e as motivações que levam a desistência. Acesso em: 15/06/2024. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4867/TCC%20Cassiane%20Duarte%20de%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y

OLIVEIRA, Camilly Venegas de. RODRIGUES, Pedro Sartori. WEINBERG, Adele Mendes. Os anos negligenciados. O que contribuiu na morosidade dos processos de adoção? Acesso: 10/06/2024. Disponível em: https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/3b6974d9-832f-41e3-a15e-219d8559fda8/content

PEREIRA, Stéfani Cardozo; MOREIRA, Ivonete. Morosidade no processo de adoção. Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), v. 7, n. 2, p. 49-59, 2019. Acesso em: 22/06/2024. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/2101/1038.

PEREIRA, Caio. Instituições de Direito Civil. Vol. V – Direito de Família. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

RIBEIRO, Paulo; SANTOS, Vivian; SOUZA, Ionete. Nova Lei de Adoção comentada. 2. Ed, CAM: Mizuno, 2012.

MEDICINA

PREVALÊNCIA DA INTOLERÂNCIA A LACTOSE ENTRE UNIVERSITÁRIOS DAS ÁREAS DA SAÚDE DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL

Categoria: Projeto de Pesquisa do Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP

Suellen Balbinoti Fuzinatto[1]
Vilmair Zancanaro[2]
Iderson Dayan Brazil Agostini[3]

Resumo - Estima-se que 75% dos adultos possuem alguma deficiência da enzima lactase. Em todo o mundo a prevalência dessa alteração é significativa. No Brasil, por exemplo, cerca de 35 a 40 milhões de adultos apresentam algum desconforto digestivo após a ingestão do leite de vaca. O objetivo do trabalho foi investigar a prevalência da intolerância à lactose entre os estudantes da área da saúde de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi a análise quantitativa de dados visando a coleta de informações em um questionário on-line, buscando compreender a relação da intolerância à lactose na população adulta, bem como as resultantes do excesso medicamentos. Com isso, o trabalho obteve 99 respostas tendo como 23,2% já diagnosticados, 66,3% dos participantes referem que os sintomas atrapalham o cotidiano, sendo necessário uso de medicamentos como escopolamina, simeticona e lactase. Conclui-se que, a intolerância à lactose é subdiagnosticada e necessita ampliar os conhecimentos da população, para buscar o diagnóstico e o tratamento mais adequado.

Palavras-chave: Intolerância; lactose; universitários; área da saúde.

INTRODUÇÃO

De acordo com revisões sistemáticas recentes, a prevalência global de má-absorção de lactose em adultos situa-se em torno de 65-70% da população mundial. Em regiões como norte da Europa, os valores podem ser inferiores a 10–15%, enquanto em algumas populações do leste asiático, África e América Latina os valores podem ultrapassar 70%, dependendo do método diagnóstico, dos critérios e da amostra. A prevalência varia conforme etnia/genética (persistência de lactase), hábitos dietéticos e métodos de diagnóstico (Zychar; Oliveira, 2017; Branco et al., 2017).

A intensidade dos sintomas de distensão, flatulência, dor abdominal e diarreia variam, dependendo da quantidade de lactose ingerida, e aumentam com o passar da idade. A

[1] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

hipolactasia é determinada geneticamente, porém uma mutação ocorreu para que fizesse parte da humanidade tolerar o leite na idade adulta (Mattar; Ferraz, 2010).

Ademais, os sintomas de intolerância à lactose geralmente não ocorrem até que haja menos de 50% de atividade da lactase. A ingestão regular de lactose também pode ter efeito. Embora a expressão da lactase não seja regulada positivamente pela ingestão de lactose, a tolerância pode ser induzida pela adaptação da flora intestinal (Deng et al., 2021; Castellano et al., 2022).

Para o tratamento inicialmente é recomendada a restrição temporária de leite e produtos lácteos a fim de obter remissão dos sintomas, porém, devido à presença de alimentos com lactose não identificada, esta tarefa pode se tornar difícil. O objetivo é a melhora dos sintomas mantendo a ingestão adequada de cálcio, se a quantidade tolerada for insuficiente para a necessidade de cálcio, sugere-se suplementação com lactase ou leites com baixo teor de lactose (Zychar; Oliveira, 2017).

O presente trabalho tem como objetivo investigar a prevalência da intolerância à lactose entre estudantes da área da saúde dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, buscando compreender os aspectos clínicos da condição em adultos, bem como seus principais sinais e sintomas. Além disso, pretende-se analisar as consequências decorrentes da manifestação desses sintomas na rotina e na qualidade de vida dos participantes.

Dessa forma, reforça-se a relevância de identificar a prevalência, os sintomas e os impactos clínicos da intolerância à lactose entre estudantes da área da saúde dessas regiões, considerando a importância do conhecimento sobre essa condição para a formação acadêmica e a futura atuação profissional.

METODOLOGIA

O presente projeto baseia-se em uma análise quantitativa de dados, com o objetivo de coletar informações por meio de um questionário on-line, a fim de compreender a relação entre a intolerância à lactose na população adulta dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como as possíveis consequências do uso excessivo de medicamentos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário elaborado no Google Forms, composto por perguntas fechadas relacionadas ao diagnóstico de intolerância à lactose, sintomas, frequência de ocorrência e medicamentos utilizados para o controle da condição. Ressalta-se que não foi incluída qualquer forma de identificação pessoal dos participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações.

Além disso, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com base em artigos científicos obtidos em bases de dados como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), ScienceDirect, entre outras, o que possibilitou uma abordagem teórica aprofundada e fundamentada sobre a temática investigada.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), sob o número de protocolo 7.539.499, atendendo aos princípios éticos estabelecidos para pesquisas envolvendo seres humanos.

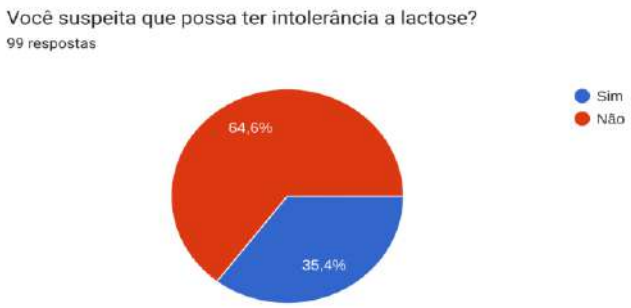
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do questionário resultou em 99 respostas válidas, provenientes de universitários dos cursos de Nutrição, Educação Física, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia e Medicina, com maior adesão dos estudantes de Educação Física. Observou-se equilíbrio na participação entre os respondentes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, embora o número de participantes ainda represente uma amostra relativamente pequena.

As idades dos voluntários variaram de 17 a 70 anos, abrangendo ampla faixa etária, o que possibilita uma visão mais abrangente sobre a ocorrência da intolerância à lactose em diferentes fases da vida adulta. A maior parte dos participantes é vinculada à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador (SC), e à Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Em relação à prevalência da intolerância à lactose entre os universitários da área da saúde, verificou-se que 23,2% dos participantes relataram possuir diagnóstico confirmado, enquanto 76,8% apresentaram sintomas compatíveis, mas sem confirmação diagnóstica. Além disso, 35,4% acreditam ser intolerantes à lactose mesmo sem diagnóstico médico, conforme apresentado no Figura 1.

Figura 1- Percentual de participantes que acreditam ter o diagnóstico de intolerância à lactose.

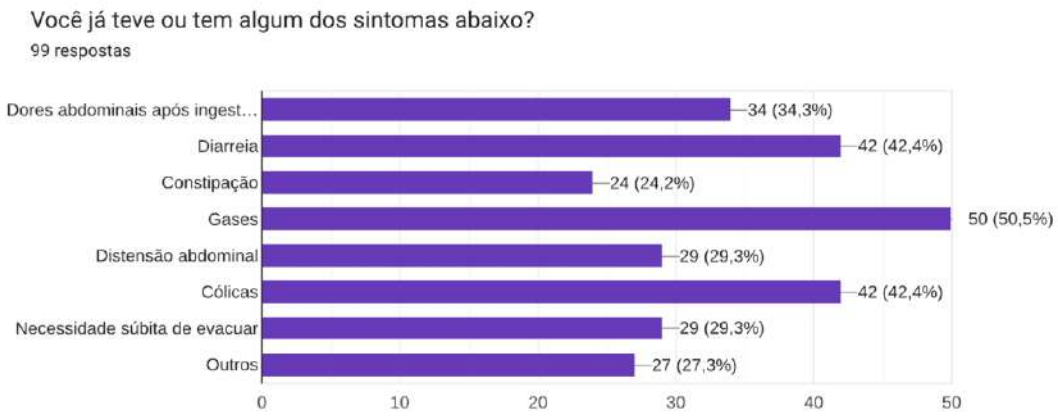


Fonte: Autores, 2025

Ao serem questionados sobre os sintomas associados à intolerância à lactose, os participantes relataram com maior frequência dor abdominal após o consumo de derivados do leite, seguida de diarreia, flatulência e cólicas. O empachamento (distensão) abdominal foi apontado como o sintoma mais prevalente, mencionado por 50% dos respondentes, conforme ilustrado na Figura 2 a seguir.

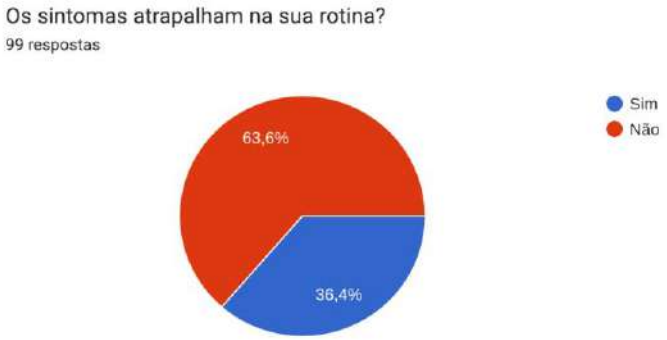
Além disso, 63,6% dos participantes relataram que os sintomas interferem em suas atividades diárias, sendo frequentemente necessário o uso de medicações para o alívio do desconforto gastrointestinal.

Figura 2- Sintomas mais prevalentes entre os participantes.



Fonte: Autores, 2025.

Figura 3 - Sintomas mais prevalentes entre os participantes.



Fonte: Autores, 2025

Os sintomas da intolerância à lactose geralmente se manifestam quando a atividade da enzima lactase cai abaixo de 50% de sua capacidade normal. A ingestão habitual de lactose também pode influenciar a intensidade dos sintomas, uma vez que, embora a expressão da lactase não seja induzida pelo consumo de lactose, há evidências de que a flora intestinal pode

se adaptar, promovendo maior tolerância ao açúcar do leite em alguns indivíduos (Deng et al., 2021; Decker et al., 2022).

Além das manifestações gastrointestinais clássicas, como distensão abdominal, dor, flatulência e diarreia, alguns autores relatam a ocorrência de sintomas sistêmicos possivelmente associados à intolerância à lactose, incluindo cefaleia, vertigens, dificuldade de concentração e memória, dores musculares e articulares, fadiga intensa, manifestações alérgicas, arritmias cardíacas, aftas, dor de garganta e aumento da frequência urinária. No entanto, a presença desses sintomas requer avaliação criteriosa, a fim de diferenciar se realmente decorrem da intolerância à lactose, se são achados coincidentes, ou ainda se estão relacionados à alergia à proteína do leite de vaca, condição que pode acometer até 20% dos indivíduos com sintomas sugestivos de intolerância (Cesar et al., 2010).

No presente estudo, observou-se que apenas 29,3% dos participantes fazem uso de medicamentos para o controle dos sintomas, enquanto 70,7% relatam conviver com o desconforto sem tratamento farmacológico. Entre os fármacos mais utilizados destacam-se a lactase, a escopolamina e a simeticona. Nos casos em que há constipação intestinal associada, alguns participantes relataram o uso de laxativos, como o tamarine, para aliviar os sintomas.

CONCLUSÃO

Frente a essa ótica, mostra-se que os sintomas gastrointestinais associados à intolerância à lactose são comuns entre os estudantes da área da saúde nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitos estudantes, convivem com esses sintomas, que geram desconfortos e atrapalham a qualidade de vida.

Ademais, mostra-se que muitos acadêmicos possuem conhecimento ou suspeitam que são portadores da doença e não buscam por atendimento adequado, seja por medo de mudança no estilo de vida ou por estarem acostumados com os sintomas. Diante disso, 1/3 dos acadêmicos utilizam medicações sem prescrição prévia, para alívio dos sintomas momentâneos ao invés de terem os cuidados necessários que a intolerância à lactose requer.

Com isso, concluímos que a intolerância à lactose, é subdiagnosticada no meio acadêmico das áreas da saúde. Sendo necessário difundir a importância de buscar por diagnóstico e tratamento específico, bem como incentivar a mudança no estilo de vida para mitigar os incômodos que a doença acarreta.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), que proporcionou o financiamento através do Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Maiara de Souza Castelo et al. Classificação da intolerância à lactose: uma visão geral sobre causas e tratamentos. Revista de Ciências Médicas, v. 26, n. 3, p. 117-125, 2017.

CASTELLANO, Beatriz França et al. Intolerância à lactose: diagnóstico clínico laboratorial e genético. BioSCIENCE, v. 80, n. 2, p. 12-12, 2022.

CESAR, Cerqueira; MATTAR, Rejane; FERRAZ DE CAMPOS MAZO, Daniel. Mattar r et al. Artigo de Revisão introdução. Rev Assoc Med Bras, v. 56, n. 2, p. 230–236, 2010.

DECKER, Diogo Galindo et al. Intolerância à lactose: uma revisão bibliográfica. Revista Higei@-Revista Científica de Saúde, v. 4, n. 8, 2022.

DENG, Yanyong et al. Lactose intolerance in adults: biological mechanism and dietary management. Nutrients, v. 7, n. 9, p. 8020-8035, 2015.

MATTAR, Rejane; MAZO, Daniel Ferraz de Campos. Intolerância à lactose: mudança de paradigmas com a biologia molecular. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 56, p. 230-236, 2010.

ZYCHAR, Bianca Cestari; OLIVEIRA, Beatriz Araújo. Fatores desencadeantes da intolerância à lactose: metabolismo enzimático, diagnóstico e tratamento. Atas de Ciências da Saúde (ISSN 2448-3753), v. 5, n. 1, p. 35-46, 2017.

ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ESTUDO DESCRITIVO

Categoria: Iniciação Científica

Ingrid Koerich Araújo[1]
Paula Brustolin Xavier[2],[3]

Resumo – Este estudo analisou a mortalidade por causas externas em Santa Catarina no período de 2014 a 2023, com o objetivo de descrever os óbitos ocorridos por causas externas entre 2014 a 2023 em Santa Catarina. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de série temporal, de abordagem quantitativa, realizada com dados secundários do sistema DATASUS/TABNET/SUS, que reúne informações oficiais de óbitos e esses classificados no Capítulo XX da CID-10. No total, foram registrados 44.848 óbitos, sendo a grande maioria homens, o que confirma a elevada vulnerabilidade desse grupo. Observou-se uma redução progressiva das mortes até 2020, seguida de um aumento nos anos seguintes, possivelmente relacionado aos impactos sociais e comportamentais da pandemia de COVID-19 e ao retorno da mobilidade urbana. Apesar das limitações do uso de dados secundários, como falhas de registro e subnotificação, os achados contribuem para o entendimento da mortalidade por causas externas e reforçam a importância de políticas públicas voltadas à prevenção, vigilância em saúde e redução dos impactos sociais e econômicos dessas ocorrências.

Palavras-chave: Causas externas; Mortalidade; Acidentes; Epidemiologia; Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

As mortes por causas externas correspondem a óbitos decorrentes de fatores não naturais, provocados por agentes externos, e podem ser classificadas como voluntárias, quando há intenção de causar o dano, como nos homicídios e suicídios, ou involuntárias, quando resultam de acidentes, quedas, afogamentos, acidentes de trânsito e outros tipos de traumas, afetando principalmente a população jovem e economicamente ativa e gerando impactos relevantes para as famílias, o sistema de saúde, a economia e o desenvolvimento social (Moraes, 2023).

Entre 1940 e 2020, o Brasil registrou expressiva redução da mortalidade, refletida no aumento da expectativa de vida de 44,9 para 76,7 anos (IBGE, 2020), embora de forma desigual entre as regiões em razão das disparidades no acesso à saúde, educação, saneamento e condições socioeconômicas; nesse período, o perfil das causas de morte também se modificou, com a queda da relevância das doenças infectocontagiosas e o aumento das doenças crônicas

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Grupo de Pesquisa AGICS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

não transmissíveis, como cardiovasculares, respiratórias e neoplasias, além das causas externas, que passaram a representar parcela significativa dos óbitos, acompanhando o processo de transição demográfica e epidemiológica do país (Andrade, 2016).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a mortalidade por essas causas figura entre os principais determinantes de óbito nas últimas décadas, configurando-se no Brasil como um sério problema de saúde pública, onde aparece de forma recorrente como a segunda principal causa de morte, ficando atrás apenas das doenças do aparelho circulatório (Modesto et al., 2019). Em Santa Catarina, embora os índices estejam entre os mais baixos do país, observa-se crescimento progressivo, e de acordo com a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE), em 2017 a taxa de mortalidade alcançou aproximadamente 65 por 100 mil habitantes, com predominância em homens jovens entre 20 e 29 anos (FuckJ, 2020).

Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também ressalta que os acidentes de transporte terrestre (ATT) estão entre as principais causas de morbimortalidade em Santa Catarina. Esses eventos, mais prevalentes entre jovens, não apenas ocasionam elevados índices de mortalidade, como também deixam sequelas muitas vezes irreversíveis nos sobreviventes, comprometendo de forma significativa sua qualidade de vida. Como exemplo, dados de 2019 evidenciam cerca de 190 milhões de casos de morbidade em jovens menores de 19 anos atendidos em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) (Niero et al., 2022).

No Brasil, os acidentes de trânsito representam a segunda principal causa de óbito por causas externas, atingindo com maior frequência jovens entre 15 e 39 anos. Conforme o mais recente informativo epidemiológico da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) sobre mortes e internações hospitalares decorrentes de acidentes de transporte em Santa Catarina, registrou-se, entre 2020 e 2022, um total de 4.205 óbitos atribuídos a essa causa (DIVE, 2023).

Além das sequelas físicas, essas ocorrências também geram impactos emocionais significativos para as vítimas e seus familiares, configurando-se como um importante problema de saúde pública, muitas vezes passível de prevenção e redução de incidência (Niero et al., 2022). Dessa forma, compreender a distribuição e as causas das mortes por causas externas é essencial para orientar políticas públicas eficazes. Essa análise possibilita identificar fatores que exigem maior atenção e intervenção preventiva. Nesse sentido o objetivo desse trabalho foi descrever os óbitos ocorridos por causas externas entre 2014 a 2023 no estado de Santa Catarina. Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de um recorte de um estudo maior, de serie temporal, de abordagem descritiva, baseado em dados secundários sobre mortalidade por causas externas em Santa Catarina, no período de 2014 a 2023. As informações foram obtidas na plataforma DATASUS/TABNET/, a partir da opção "Mortalidade desde 1996 pela CID-10", que abrange todos os óbitos classificados como causas externas (Capítulo XX, códigos V01 a Y98). Após a seleção, os dados foram filtrados para o estado e período estudados.

As variáveis analisadas foram: número absoluto de óbitos, ano de ocorrência e sexo. Foram calculadas as taxas brutas de mortalidade por 100.000 habitantes/ano. Os dados foram

organizados no Microsoft Excel para identificação de variações temporais e padrões históricos, e analisados de forma descritiva, por meio de frequências absolutas e relativas, através do software STATA. Por se tratar de dados secundários não houve necessidade de aprovação do Comite de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da mortalidade por causas externas em Santa Catarina, no período de 2014 a 2023, evidenciou um total de 44.848 óbitos, dos quais aproximadamente 77% ocorreram entre indivíduos do sexo masculino, confirmando a predominância desse grupo em eventos de maior exposição ao risco. Essa disparidade de gênero corrobora achados de outros estudos nacionais, que associam a maior vulnerabilidade masculina a comportamentos de risco, maior envolvimento em acidentes de trânsito e maior exposição a situações de violência (Mesquita, 2023).

No que se refere à taxa bruta de mortalidade por causas externas, observou-se uma tendência oscilante ao longo dos últimos anos, com redução progressiva dos indicadores até 2020. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a taxa ajustada por idade de mortalidade por causas externas no Brasil era de 70,8 óbitos por 100 mil habitantes em 2019, refletindo esforços de políticas públicas voltadas à prevenção da violência e à segurança no trânsito. Essa queda pode estar associada à intensificação de ações preventivas implementadas no país, como campanhas de conscientização sobre segurança viária, melhorias na infraestrutura, ampliação do acesso aos serviços de urgência e emergência e programas de prevenção à violência. (Organização Panamericana da Saúde, 2024).

Entretanto, a partir de 2021, identificou-se uma inversão da tendência, com aumento contínuo das taxas: 59,64 em 2021, 61,08 em 2022 e 62,32 em 2023. Esse recrudescimento pode estar relacionado a múltiplos fatores, dentre eles o impacto da pandemia de COVID-19, que gerou repercussões sociais e psicológicas significativas, refletidas no crescimento das violências interpessoais e dos casos de suicídio (Meira et al. 2025). Além disso, o retorno das atividades presenciais, com maior circulação de pessoas e veículos, pode ter contribuído para o aumento dos acidentes de transporte. Também se deve considerar a influência de mudanças nos padrões demográficos e sociais da população exposta ao risco, o que reforça a necessidade de análises contínuas e segmentadas por subgrupos (Fernandes, et al. 2025).

Os resultados evidenciam que, embora tenha havido avanços importantes na redução das mortes por causas externas até 2020, a elevação observada nos anos subsequentes sinaliza a urgência de reforçar estratégias integradas de prevenção. Isso inclui a consolidação de políticas públicas voltadas à segurança viária, à redução da violência interpessoal, à promoção da saúde mental e ao fortalecimento dos serviços de urgência e emergência (Andrade et al. 2025). A vigilância epidemiológica contínua, aliada à estratificação dos dados por sexo, faixa etária e local de ocorrência, mostra-se fundamental para identificar os fatores de risco predominantes e direcionar ações mais específicas e eficazes no enfrentamento do problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência recente da mortalidade por causas externas em Santa Catarina reflete mudanças complexas no perfil epidemiológico do estado. Após um período de redução até 2020, o aumento observado nos anos seguintes, especialmente entre homens jovens, sugere a influência de fatores sociais e comportamentais agravados pela pandemia de COVID-19, como o estresse, a vulnerabilidade socioeconômica e a maior exposição a situações de risco. Assim, evidencia-se a importância de estratégias permanentes e intersetoriais voltadas à segurança viária, ao enfrentamento da violência e à promoção da saúde mental, com foco em grupos populacionais mais vulneráveis. Vale salientar que esta pesquisa apresenta limitações inerentes ao uso de dados secundários do DATASUS, como possibilidade de subnotificação, inconsistências no preenchimento das declarações de óbito, classificações inadequadas das causas e atrasos na atualização dos registros, fatores que podem influenciar a precisão dos resultados. Apesar dessas limitações, o estudo contribui para o entendimento dos padrões de mortalidade por causas externas e oferece subsídios relevantes para o planejamento em saúde pública.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, pelo apoio e orientação, e à Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) em especial a equipe de coordenação do FAP, pela oportunidade e suporte na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

Andrade, L. F.; Moura, R. L.; Oliveira, T. P.; et al. Spatiotemporal Trends in Deaths From External Causes in Brazil Between 2010 and 2023: The Need for Integrated Preventive Strategies. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 49, n. 3, p. 201–210, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12441753/. Acesso em: 13 out. 2025.

Andrade, P.; Aidar, T. Identificação das etapas do processo de transição epidemiológica a partir de agrupamentos fuzzy: uma aplicação para a população do sexo feminino residente na região Sudeste brasileira em 2010. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 20. Anais [...]. Foz do Iguaçu: Abep, 2016. Acesso em 13 jul. 2025.

DIVE. Óbitos e internações hospitalares por acidente de trânsito em santa catarina. 2023. Disponível em: https://dive.sc.gov.br/phocadownload/boletim-barriga-verde/Causas-Externas/BBV-mortalidade-acidentes-transito-2023.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

Fernandes, F.; *et al*. Mortality by Cause of Death in Brazil: A Research Note on the Effects of the COVID-19 Pandemic. Demography, v. 62, n. 2, p. 381–?, 2025. Disponível em: https://read.dukeupress.edu/demography/article/62/2/381/398976/Mortality-by-Cause-of-Death-in-Brazil-A-Research. Acesso em: 13 out. 2025.

FuckJ. A. B., AssisG. de O., & TornquistC. S. (2020). Análise da mortalidade por causas externas, Santa Catarina, 2008 a 2017. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 12(8), e3381. https://doi.org/10.25248/reas.e3381.2020. Acesso em 14 jul. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil, por sexo.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7362#resultado Acesso em: 14 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html. Acesso em: 14 set. 2025.

Meira, C. M. de O.; Sousa, T. R.; Martins, J. E.; et al. Effect of the COVID-19 Pandemic on Suicide Mortality in Brazil: An Interrupted Time Series Analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 22, n. 2, p. 138, 2025. DOI: 10.3390/ijerph22020138. Disponível em: https://www.mdpi.com/1660-4601/22/2/138. Acesso em: 13 out. 2025.

Mesquita, Gabriel Dias Braga. O impacto das mortes de jovens adultos por causas externas na variabilidade da idade à morte no Brasil de 2000 a 2020. Orientador: Dr. Marcos Roberto Gonzaga. 2023. 100f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - **Centro de Ciências Exatas e da Terra**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Modesto, J.; Alves, A.; Santos, L.; Archanjo, C.; Araújo, G. Fatores que influenciam na mortalidade de jovens por causas externas no Brasil: uma revisão de literatura. **Multi debates**, v. 3, n. 2,p. 137-155, 2019. Acesso em 14 jul. 2025.

Moraes, M. X.; Souza, J. DE .; Passarelli, H.. O impacto da mortalidade por causas externas na esperança de vida nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. e0248, 2023. Acesso em 16 jul. 2025.

Niero, Cássia; Back Neto, Martins; Kock, Kelser de Souza. Avaliação das hospitalizações e mortalidade por causas externas na infância e adolescência em Santa Catarina no Período de 2009 a 2019. **Revista de Pediatria:** SOPERJ, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 184-194, dez. 2022. Disponível em: http://revistadepediatriasoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1223#:~:text=A%20morbimortalidade%20por%20causas%20externas,idade5%2C11%20e%20adolescentes. Acesso em: 17 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Perfil de país – Brasil:* ***Health in the Americas+.*** *2024 Edition*. Washington, D.C.: OPAS, 2024. Disponível em: https://hia.paho.org/en/perfis-de-pais/brasil. Acesso em: 29 out. 2025.

ANÁLISE TEMPORAL DA INCIDÊNCIA DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2014 – 2024

Categoria: Iniciação Científica

Ana Luiza Araujo Lourini[1]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[2]
Lorete Aparecida Braun[3]

Resumo – A sífilis congênita é uma infecção bacteriana causada pela bactéria Treponema Pallium, transmitida verticalmente da gestante para o feto, podendo causar graves complicações à saúde do recém-nascido e permanecer como um importante indicador de falhas na assistência pré-natal. Este estudo teve como objetivo analisar a incidência da doença em Santa Catarina entre 2014 e 2024, utilizando dados secundários dos sistemas SINAN e SINASC. No período, foram notificados 6.003 casos, com aumento expressivo até o ano de 2018, foram registradas oscilações de registros nos anos seguintes e queda significativa no ano de 2024. A Grande Florianópolis concentrou o maior número de registros, a faixa etária com maior número de notificações foi entre 20 e 24 anos. Apesar da alta cobertura de pré-natal, persistem falhas no diagnóstico, no tratamento e na adesão dos parceiros. Conclui-se que, mesmo com avanços nas ações de controle, a sífilis congênita ainda apresenta incidência elevada, exigindo aprimoramento da atenção pré-natal, da vigilância e das estratégias de prevenção.

Palavras-chave: Sífilis congênita; Transmissão vertical; Atenção pré-natal; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

A sífilis congênita é uma infecção bacteriana causada pela bactéria Treponema Pallium, transmitida verticalmente da gestante para o feto. Essa condição pode levar a complicações potenciais que prejudicam o desenvolvimento integral da criança (Paula et al., 2022).

Estima-se que anualmente entre 1,3 e 2,0 milhões de mulheres grávidas sejam afetadas pela sífilis, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a prevalência da sífilis gestacional varia entre 1,4% e 2,8%, com a taxa de transmissão vertical alcançando cerca de 25% (Cavalcante et al., 2019).

As manifestações clínicas da sífilis congênita variam amplamente, podendo ser classificadas em forma precoce e fase tardia. A forma precoce, manifesta-se antes dos dois anos de idade e caracteriza-se por crescimento fetal comprometido, parto prematuro, hepatomegalia,

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

icterícia, exantema, linfadenopatia generalizada e alterações ósseas. Na forma tardia um conjunto de alterações relacionadas a inflamação crônica podem estar presentes, destacando-se as deformidades ósseas como a tíbia em lâmina de sabre e arqueamento das pernas, alterações faciais como o nariz em sela, mandíbula proeminente e maxila encurtada também são características dessa fase (Morais et al., 2022).

Além do suporte diagnóstico fornecido pelas entidades de saúde, a disponibilização de benzilpenicilina benzatina é um dos pilares fundamentais para o manejo do quadro. Essa medida é direcionada ao tratamento de gestantes e de suas parcerias sexuais, destacando-se pelo fato de a benzilpenicilina benzatina ser o único medicamento comprovadamente eficaz para prevenir a transmissão vertical da sífilis. A associação entre estratégias de diagnóstico precoce e o tratamento adequado durante o acompanhamento pré-natal no âmbito da Atenção Primária à Saúde, eleva consideravelmente as chances de sucesso no controle da sífilis congênita, minimizando de forma significativa a exposição do feto ao Treponema pallidum e contribuindo para a redução da morbimortalidade (Padovani et al., 2018).

Devido ao risco de complicações clínicas relevantes para a gestante e para o feto torna-se necessário o enfrentamento da epidemia de sífilis de uma maneira multifacetada, incluindo a realização de testes de diagnóstico de maneira precoce, com ênfase na testagem de indivíduos assintomáticos, além do tratamento eficaz, tanto para os indivíduos afetados quanto para suas parcerias sexuais (Brasil, 2022).

É também crucial estabelecer uma comunicação aberta com o paciente sobre seus comportamentos sexuais, sem julgamentos, para possibilitar uma abordagem completa e precisa do problema. Este tipo de diálogo ajuda a garantir que todas as parcerias sejam direcionadas e tratadas, minimizando o risco de reinfecção e outras complicações (Brasil, 2022).

Diante do contexto apresentado, este estudo teve como objetivo principal, analisar a incidência da doença em Santa Catarina entre 2014 e 2024, utilizando dados secundários dos sistemas SINAN e SINASC.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e analítico, de abordagem retrospectiva realizado com base em dados secundários sobre a incidência de sífilis congênita no estado de Santa Catarina entre 2014 e 2024.

A população do estudo foi composta por casos de sífilis congênita notificados no estado de Santa Catarina durante o período especificado. Os dados foram estratificados por regionais de saúde para análise de variações e tendências regionais.

As informações foram obtidas através do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e outras bases de dados disponíveis no Ministério da Saúde ou órgãos estaduais de saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, obtidos através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Para assegurar a confiabilidade dos dados foram removidas quaisquer informações que permitiam identificar os participantes. Além disso,

foram excluídos dados imprecisos, incompletos e registros duplicados, garantindo a qualidade das informações.

A coleta dos dados ocorreu de forma sistemática, contemplando o número de casos de sífilis congênita por ano e por regional de saúde, além de variáveis como faixa etária e escolaridade materna, realização de pré-natal, tratamento do parceiro e período de diagnóstico da sífilis congénita.

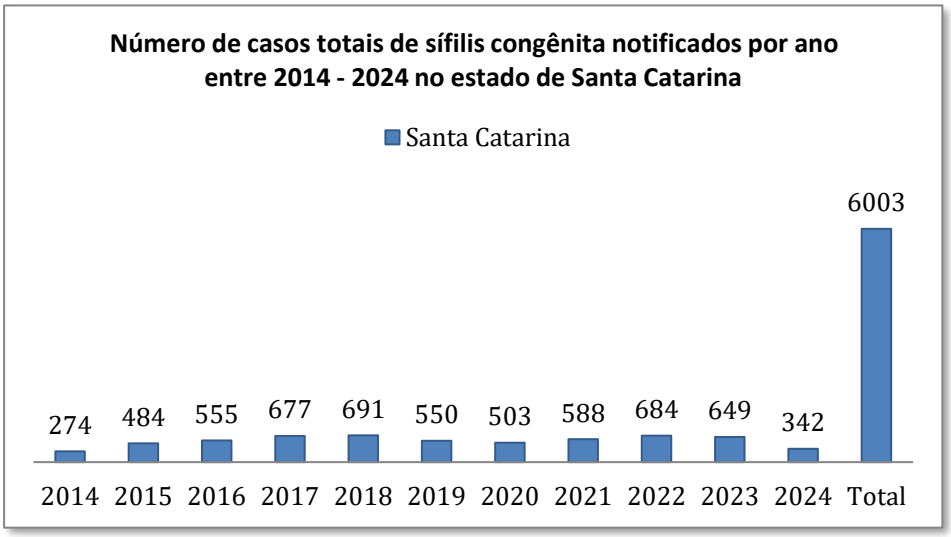
A organização e a análise dos dados foram realizadas com o apoio do software Microsoft Excel®, utilizado para a tabulação e o tratamento estatístico das informações. Os dados foram organizados em planilhas e analisados por meio de estatísticas descritivas, considerando frequências absolutas e relativas, com o objetivo de caracterizar o perfil dos casos e das gestantes notificadas.

Em seguida, foram calculadas as prevalências e avaliadas possíveis associações entre as variáveis. As informações foram apresentadas em tabelas e gráficos elaborados no próprio Excel, possibilitando a visualização das variações e tendências temporais da sífilis congênita no estado de Santa Catarina ao longo do período estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre 2014 e 2024, foram notificados 6.003 casos de sífilis congênita em Santa Catarina. A análise temporal dos dados evidencia uma tendência inicial de crescimento progressivo, partindo de 274 casos em 2014 (4,56%) e atingindo o pico em 2018, com 691 registros (11,51%). Apesar de uma redução discreta nos anos subsequentes, especialmente em 2019 (550 casos; 9,16%) e 2020 (503 casos; 8,38%), os números voltaram a crescer em 2021 (588 casos; 9,80%) e alcançaram novo patamar elevado em 2022 (684 casos; 11,39%). Em 2023, manteve-se um volume de registros (649 casos; 10,81%), seguido por queda significativa em 2024 (342 casos; 5,70%). No gráfico 1 é possível observar o total de número de casos notificados de sífilis congênita no período analisado.

Gráfico 1 – Casos de sífilis congênita no estado de Santa Catarina entre 2014-2024



Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de informação de Agravos de Notificação

A distribuição regional dos casos de sífilis congênita revela que a Grande Florianópolis concentrou a maior parte das notificações, totalizando 1.628 casos (27,1% do total), seguida pela Serra Catarinense (750; 12,5%), Nordeste (661; 11,0%), Foz do Rio Itajaí (556; 9,3%) e Médio Vale do Itajaí (384; 6,4%). Outras regiões também apresentaram números expressivos, como Xanxerê (294; 4,9%), Oeste (290; 4,8%), Carbonífera (280; 4,7%), Laguna (256; 4,3%) e Extremo Sul Catarinense (196; 3,3%). Por outro lado, os menores totais foram observados no Alto Vale do Itajaí (61; 1,0%), Meio Oeste (81; 1,3%), Extremo Oeste (81; 1,3%), Vale do Itapocu (108; 1,8%), Planalto Norte (121; 2,0%) e Alto Uruguai Catarinense (129; 2,1%).

No que se refere à distribuição por faixa etária, a grande maioria das ocorrências correspondeu à recém - nascidos com até seis dias de vida 96,2% (n = 5.776 casos), essa concentração de casos em recém – nascidos pode estar associada à ampliação das ações de vigilância e a realização rotineira de testes na maternidade, o que favorece a detecção da infecção. Ademais, casos diagnosticados em faixas etárias mais avançadas foram significativamente menores, sendo 2 % (n = 121 registros) entre 28 dias e menores de 1 ano e 1,4% (n = 85) registros entre 7 e 27 dias. As notificações tornam-se ainda mais raras em crianças acima de 1 ano de idade, sendo apenas 10 casos entre 1 e 2 anos, 7 casos entre 2 e 4 anos e 4 casos entre 5 e 12 anos.

Ademais, em relação às características maternas, observa-se que a maior concentração segundo a faixa etária ocorreu em mulheres entre 20 – 24 anos (2047 casos), seguido por mulheres de 25 – 29 anos (1367 casos). A faixa etária de 15 a 19 anos também se destacou do ponto de vista epidemiológico, com 1.160 casos. Em seguida observam-se 733 casos entre 30 – 34, 404 casos entre 34 – 39 anos, 139 casos entre 40 – 44 anos, 5 casos entre 45 – 49 anos, além de 112 registros sem informação de idade materna.

Considerando a escolaridade materna, verificou-se maior frequência entre mulheres com ensino médio completo 26,1% (n = 1.566 casos) seguidas por aquelas com 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental 21% (n = 1.262 casos) e ensino fundamental incompleto 14,5% (n = 873) casos. Também se observou frequência expressiva em mulheres com ensino médio incompleto 13,9% (n - 837 casos). Mulheres analfabetas ou com baixa escolaridade (1ª a 4ª série incompleta e 4ª série completa), somaram 8,4% (n = 507 casos). Foram notificados ainda 5,0% (n = 302) casos em mulheres com ensino superior completo ou incompleto, indicando que a ocorrência da sífilis congênita não está restrita a níveis mais baixos de escolaridade.

Quanto à realização de pré – natal pelas gestantes, os dados indicam que a maior parte das mães realizaram acompanhamento pré-natal, correspondendo a 86,2% (n = 5.173) registros. Em contrapartida, 11,3% (n = 676) casos ocorreram em gestantes que não realizaram pré-natal. Além disso, 2,5% (n = 154 registros) apresentaram essa informação ignorada, evidenciando lacunas na completude dos dados de notificação.

Observou – se ainda que a maioria dos casos foi identificada durante o pré-natal, representando 67,0% (n = 4.022). Em seguida, 25,9% (n = 1.556) foram diagnosticados no momento do parto ou curetagem, enquanto 4,9% (n = 296) ocorreram após o parto. Além disso, 0,6% (n = 38) não tiveram essa informação registrada, e 1,5% (n = 91) foram classificados como ignorados ou em branco. Esses achados evidenciam que, embora a maioria das infecções tenha

sido detectada ainda durante o acompanhamento gestacional, uma parcela considerável das mulheres recebeu o diagnóstico tardiamente, o que pode comprometer a eficácia das intervenções preventivas e terapêuticas voltadas à redução da sífilis congênita.

Além disso, verificou-se uma baixa adesão ao tratamento dos parceiros. Do total de 6.003 notificações, apenas 20,8% (n = 1.253) tiveram registro de tratamento do parceiro, enquanto 62,8 % (n = 3.768) não realizaram essa intervenção e 16,4% (n = 982) apresentaram essa informação como ignorada ou em branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados dos casos de sífilis congênita no estado de Santa Catarina, entre os anos de 2014 e 2024, evidenciou que, apesar dos esforços voltados à ampliação do diagnóstico, à oferta de tratamento e ao fortalecimento das ações de vigilância, os números demonstram que a infecção persiste de forma expressiva em diferentes regiões do estado.

A concentração de casos nas regiões mais populosas, como a Grande Florianópolis e o Vale do Itajaí, reforça a influência de fatores socioeconômicos e estruturais sobre a ocorrência da doença, evidenciando desigualdades no acesso aos serviços de saúde. A maior incidência entre mulheres jovens, em idade reprodutiva, reforça a importância de estratégias voltadas à educação sexual, ao rastreamento precoce e ao fortalecimento do acompanhamento durante o pré-natal.

Embora a maioria das gestantes tenha realizado acompanhamento pré-natal, a continuidade de casos revela falhas na qualidade da assistência, principalmente quanto ao diagnóstico oportuno e ao tratamento correto. A baixa adesão dos parceiros ao tratamento representa outro ponto crítico, que contribui para a reinfecção materna e a manutenção da cadeia de transmissão.

Dessa forma, é fundamental que o estado invista em políticas públicas regionais que considerem as particularidades de cada território, promovendo equidade no cuidado e fortalecendo a rede de atenção básica.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos às instituições de fomento que apoiaram este projeto, incluindo a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e o Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP). Seu suporte foi fundamental para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022_isbn-1.pdf/view. Acesso em: 5 jan. 2025.

CAVALCANTE, Ana Nery Melo; ARAðJO, Maria Alix Leite; NOBRE, Marina Arrais; ALMEIDA, Rosa Lívia Freitas de. Factors associated with inadequate follow-up of children with congenital

syphilis. Revista de Saúde Pública, [s.l.], v. 53, p. 95, 22 out.2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/163457/157122. Acesso em: 13 jan. 2025.

MORAIS, Cleber Matos de et al. Syphilis Trigram: a domain-specific visualisation to combat syphilis epidemic and improve the quality of maternal and child health in brazil. Bmc Pregnancy And Childbirth, [s.l.], v. 22, 1 maio 2022. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9063215/. Acesso em: 10 jan. 2025.

PADOVANI, Camila et al. Syphilis in during pregnancy: association of maternal and perinatal characteristics in a region of southern brazil**.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, [s.l.], v. 26, 9 ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/KXZGyqSjq4kVMvTL3sFP7zj/?lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2025.

PAULA, Mariane Andreza de et al. Diagnóstico e tratamento da sífilis em gestantes nos serviços de Atenção Básica. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 27, n. 8, p. 3331-3340,ago.2022.Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/d4yh3CmkjTbPJvrn63pwbKb/?lang=pt. Acesso em: 11 jan. 2025.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO MÉDICA PARA O USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS: LACUNAS CONCEITUAIS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS

Categoria: Iniciação cientifica

Alessandra Naomi da Lus Hreçay[1]
Luiz Gustavo da Lus Hreçay[2]
Lucas Sena dos Santos Borges[3]
Paula Brustolin Xavier[4,5]

Resumo : Objetivo do estudo foi avaliar o conhecimento e a percepção dos estudantes de medicina da de uma instituição de ensino superior (IES) do meio oeste catarinense, sobre classificação bacteriana, mecanismos de ação e espectro dos antibióticos e percepção e atitudes frente ao aprendizado e conteúdo ofertado, identificando lacunas educacionais e propondo estratégias pedagógicas que fortaleçam a formação médica. Trata-se de um recorte de um estudo maior transversal, de abordagem quantitativa e analise estatística descritiva. Foram aplicados questionários a 318 estudantes entre a 3ª e a 11ª fase do curso, analisando dados demográficos, classificação bacteriana, mecanismos de ação e espectro dos antibióticos, além da percepção e atitudes frente ao aprendizado e conteúdo ofertado pela IES em sua formação. Os resultados mostraram evolução do conhecimento técnico ao longo do curso e atenderam aos objetivos esperados, identificando lacunas em microbiologia e farmacologia. A maioria (70%) considerou sua formação insuficiente nesse tema. Conclui-se que estratégias pedagógicas que integrem teoria e prática, como aulas laboratoriais, estudo de casos e metodologias ativas, podem reforçar o aprendizado e preparar os futuros médicos para a prescrição consciente de antibióticos, contribuindo para a redução da resistência bacteriana e saúde pública.

Palavras-chave: antibióticos; resistência bacteriana; prescrição racional; estudantes de medicina; saúde pública.

INTRODUÇÃO

A resistência antimicrobiana é um desafio crescente para a saúde pública, agravado pelo uso inadequado de antibióticos, seja por prescrição indevida ou automedicação. Esse problema compromete a eficácia terapêutica, aumenta a morbimortalidade e gera altos custos aos sistemas de saúde (Martínez, 2022; Bloom, 2023). Embora os antibióticos tenham revolucionado a medicina, seu uso incorreto favorece o surgimento de bactérias multirresistentes, dificultando o tratamento de infecções (Santos, 2022; Alves, 2021).

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa AGICS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A prescrição inadequada e a automedicação refletem lacunas na formação médica, especialmente no ensino sobre o uso racional de antimicrobianos (Martínez-Domínguez et al., 2022; Fallatah, 2023). Nesse contexto, a educação médica tem papel essencial na prevenção da resistência bacteriana, exigindo metodologias que integrem teoria, prática e raciocínio clínico baseado em evidências (Bloom; Nathan, 2023; WHO, 2024; ANVISA, 2020).

O objetivo desse recorte do estudo foi avaliar o conhecimento e a percepção dos estudantes de medicina da de uma instituição de ensino superior (IES) do meio oeste catarinense, sobre classificação bacteriana, mecanismos de ação e espectro dos antibióticos e percepção e atitudes frente ao aprendizado e conteúdo ofertado, identificando lacunas educacionais e propondo estratégias pedagógicas que fortaleçam a formação médica.

METODOLOGIA

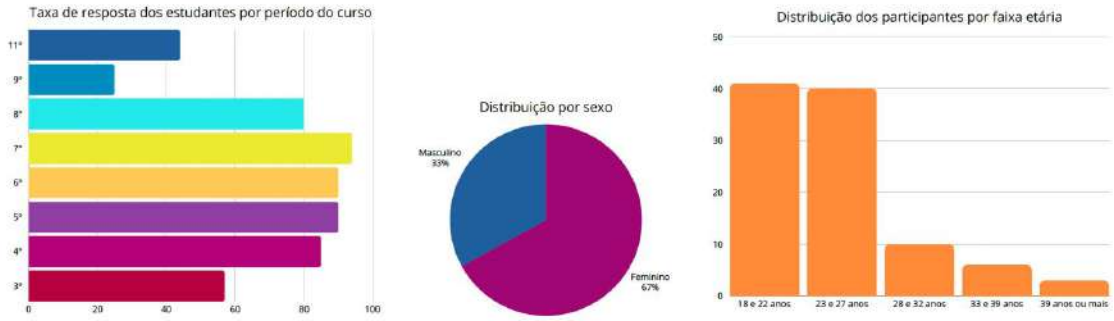
Trata-se de um recorte de um estudo maior, de abordagem quantitativa, transversal e descritiva, realizado com acadêmicos que frequentavam o curso de medicina de uma instituição de ensino superior (IES) do meio Oeste de Santa Catarina. A amostra não probabilística foi composta por 318 alunos matriculados entre a 3ª e 11ª fase. A coleta ocorreu presencialmente em sala de aula, por meio de um questionário estruturado composto por trinta questões abordando dados demográficos, classificação bacteriana, mecanismos de ação e espectro dos antibióticos e percepção e atitudes frente ao aprendizado e conteúdo ofertado pela IES em sua formação. O tempo médio de aplicação foi de 20 a 30 minutos, garantindo anonimato e voluntariedade.

Os dados foram analisados por estatística descritiva e inferencial nos programas SPSS e Excel, considerando médias de acertos por blocos temáticos e fases do curso. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP (protocolo nº 87303425.1.0000.0259), conforme a Resolução nº 466/2012, com assinatura do TCLE por todos os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a aplicação do projeto havia 462 alunos matriculados, dos quais 318 responderam ao questionário, taxa de resposta de 68,8%, a maior adesão ocorreu no 7º período (93,7%), e a menor 9º período (24,5%) (Gráfico 01). Dos participantes 67% (n = 213) eram mulheres e 33% (n = 105) eram homens, com idade média de 24,6 anos e 90,3% declararam-se solteiros (Gráfico 02 e 03). Esse perfil reflete a crescente feminização da medicina (Menezes et al., 2025).

Figura 15 Gráficos 01, 02 e 03



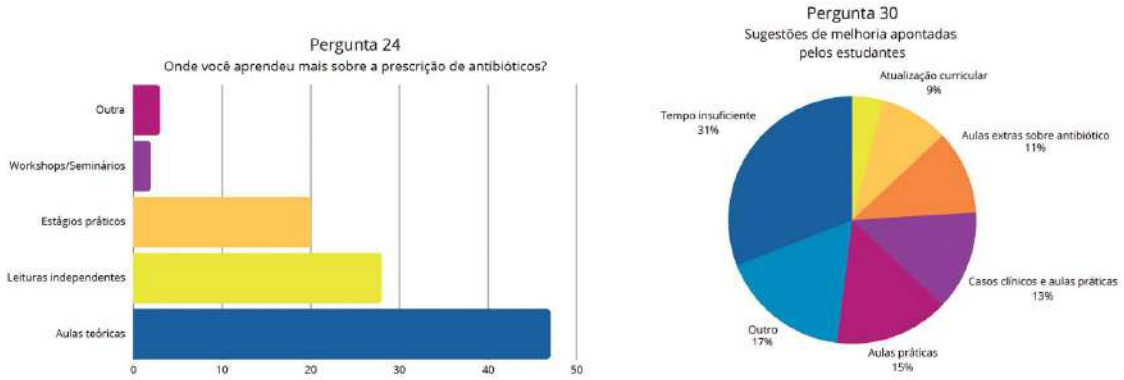
Fonte: autora,2025.

Na classificação bacteriana, a média geral foi 62%. O melhor desempenho foi observado na questão 10 (91,43%), sobre Staphylococcus como patógeno da pele, e menor na questão 9 (49,5%) sobre bactérias Gram-positivas atípicas resistentes a beta-lactâmicos, como Chlamydia e Mycoplasma. O desempenho superior nos períodos finais está associado ao nível acadêmico e à preparação prévia dos estudantes (Anderson, Brown; Patel, 2025).

No bloco de mecanismos de ação e espectro dos antibióticos, a média geral foi 69,45%. A questão 12 teve 95,71% de acerto, sobre Penincilina G, devido à ênfase em protocolos clínicos e diretrizes oficiais, no manejo da sífilis (CDC 2021; Bloom; Nathan, 2023). Já a questão 13 obteve 49%, mostrando dúvidas sobre penicilinas e cefalosporinas na gestação, embora sejam consideradas seguras (WHO, 2021a). A questão 11 com 51,2%, revelou lacunas nos mecanismos de ação, semelhante as descritas por Martínez-Domínguez et al. (2022).

Em relação a abordagem quanto a percepção e recomendação quanto a formação sobre o tema, 70% dos estudantes consideraram sua formação insuficiente. As aulas teóricas foram a principal fonte de aprendizado 47,4%, seguidas por leituras independentes e estágios, com baixa adesão em workshops e seminários (1,5%) (Gráfico 04). Na avaliação da formação recebida sobre prescrição de antibiótico, 44,3% consideraram insuficientes e 24,8% relataram não se sentir preparados, enquanto apenas 4,4% se declararam bem-preparados. A Questão 30 revelou demanda por maior carga horária com foco em casos clínicos, aulas práticas e atualização curricular, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina (Brasil, 2025), que enfatizam a integração entre teoria e prática e o desenvolvimento do raciocínio clínico baseado em evidências (Gráfico 05).

Figura 16 - Grafico 04 e 05



Fonte: autora,2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciaram boa adesão dos estudantes de Medicina da IES, principalmente nos períodos intermediários e finais do curso, refletindo maior engajamento conforme o avanço da formação. O perfil predominante feminino confirma a tendência de feminização da medicina, acompanhada por um público jovem, majoritariamente solteiro.

Embora os estudantes demonstrem domínio satisfatório em conteúdos aplicados, como resistência antimicrobiana e uso clínico de antibióticos, persistem lacunas nos fundamentos microbiológicos e farmacológicos, especialmente na identificação bacteriana e nos mecanismos de ação. Esses achados indicam a necessidade de fortalecer a integração entre teoria e prática ao longo da graduação.

A percepção de formação insuficiente e a baixa participação em atividades extracurriculares, como workshops e seminários, sugerem a importância de metodologias ativas que estimulem o aprendizado significativo e o raciocínio clínico. A ampliação da carga horária voltada a estudos de caso, práticas supervisionadas e discussão de protocolos assistenciais pode contribuir para maior segurança e racionalidade na prescrição de antimicrobianos.

Assim, o estudo reforça a necessidade de estratégias pedagógicas contínuas e alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo a formação de profissionais conscientes do papel do uso racional de antibióticos na prevenção da resistência bacteriana e na qualidade da atenção à saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da FAP e do Art. 171, fundamentais para o desenvolvimento deste projeto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Uso racional de antibióticos: diretrizes nacionais. Brasília: ANVISA, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/uso-racional-de-antibioticos. Acesso em: 2 out. 2025.

ALVES, J. W. da S. Antibióticos e mecanismos de resistência bacteriana: uma questão de saúde pública. Revista Multidisciplinar em Saúde, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 38, 2021. DOI: 10.51161/rems/1195. Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rems/article/view/1195. Acesso em: 2 jul. 2024.

ANDERSON, L.; BROWN, J.; PATEL, R. Teaching microbiology in medical education: a review of recent evidence. Advances in Health Sciences Education, v. 30, n. 2, p. 345–360, 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40704805/. Acesso em: 2 out. 2025.

BLOOM, A.; NATHAN, C. Beta-lactam antibiotics: mechanisms of action and resistance and adverse effects. In: CONNOR, R. F. (Ed.). UpToDate. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/beta-lactam-antibiotics-mechanisms-of-action-and-resistance-and-adverse-effects. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina. Brasília: MEC, 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Treatment of syphilis. CDC, 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/std/treatment-guidelines/syphilis.htm. Acesso em: 2 out. 2025.

FALLATAH, H. I. Knowledge and perception of medical students toward antimicrobial resistance: a cross-sectional study. Frontiers in Public Health, v. 11, p. 1176325, 2023.

MARTÍNEZ-DOMÍNGUEZ, J. et al. Antibiotic prescription errors: the relationship with clinical competence in junior medical residents. BMC Medical Education, v. 22, n. 1, p. 456, 2022. DOI: 10.1186/s12909-022-03499-0.

MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, L.; SILVA, F.; WONG, P. 3D models in microbiology education: enhancing conceptual understanding. Education Sciences, v. 13, n. 7, p. 410, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2078-2489/15/7/410. Acesso em: 2 out. 2025.

MENEZES, A. et al. Trends of representation of women in professional medical societal leadership in the United States and Europe. JAMA Network Open, v. 8, n. 5, e2312345, 2025.

SANTOS, F. R. Resistência antimicrobiana: desafios e estratégias educacionais. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 46, n. 1, p. 12–24, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS) Report 2024. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240097404. Acesso em: 15 mar. 2025.

ESPIRITUALIDADE COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Categoria: Iniciação Científica

Evelyn Denise Vortmann[1]
Otávio Xavier Fusatto[2]
Gustavo Colombo Dal-Pont[3],[4],[5]

Resumo – O objetivo com este estudo foi analisar a influência da espiritualidade na qualidade de vida de pacientes com transtornos psiquiátricos, buscando compreender seu papel no enfrentamento, recuperação e promoção da saúde mental. Trata-se de uma revisão narrativa, utilizando artigos disponíveis no PubMed, nos idiomas português e inglês, considerando o período 2024-2025. Foram utilizados os descritores "(spirituality) AND (psychiatric disorders)". Dos 140 artigos inicialmente identificados, 15 foram incluídos no estudo. Foi observada uma dualidade nos resultados da relação entre espiritualidade e saúde mental, pois, em alguns casos, ela pode atuar como barreira à busca por tratamento formal, especialmente quando associada a fortes crenças religiosas. Por outro lado, a espiritualidade também se mostrou um fator protetivo, relacionado à maior resiliência, bem-estar psicológico, abstinência de substâncias e redução de sintomas depressivos, ansiosos e pós-traumáticos. Evidências reforçam a conexão entre práticas espirituais e áreas cerebrais ligadas à empatia e regulação emocional. Conclui-se que a espiritualidade, compreendida de forma crítica e integrada, pode contribuir para uma psiquiatria mais empática e centrada no paciente, desde que respeitadas as diferenças culturais e individuais.

Palavras-chave: resiliência; bem-estar; dualidade; saúde mental; tratamento.

INTRODUÇÃO

Os transtornos psiquiátricos representam um grande problema de saúde pública mundial, comprometendo significativamente o bem-estar dos indivíduos. Além disso, a qualidade de vida de pacientes com transtornos mentais é frequentemente reduzida devido a fatores como estigma, isolamento social, efeitos adversos de tratamentos e limitações funcionais impostas pela própria doença (Bhatti et al., 2024; Organização Mundial da Saúde, 2017).

Nesse contexto, a espiritualidade tem se destacado como uma dimensão essencial da experiência humana, oferecendo ao indivíduo a possibilidade de atribuir sentido à própria existência e de estabelecer uma conexão com o transcendente – sendo ela religiosa ou não. O

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Laboratório de Pesquisa Translacional Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), UNIARP.

enfrentamento religioso positivo, como oração, meditação e apoio comunitário, tem sido associado à melhora do bem-estar e da qualidade de vida de pacientes com transtornos mentais (Rosmarin et al., 2013).

Diante disso, o objetivo geral com este trabalho foi analisar a influência da espiritualidade na qualidade de vida de pacientes com transtornos psiquiátricos, buscando compreender de que maneira essa dimensão pode contribuir para o processo de enfrentamento, recuperação e promoção de saúde mental.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa de literatura.

A busca bibliográfica foi realizada no PubMed, utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e operador boleano AND, resultando na estratégia de busca final "(spirituality) AND (psychiatric disorders)".

A busca restringiu-se a publicações nos idiomas português e inglês, com recorte temporal de 2024-2025 e acesso gratuito ao texto.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os estudos cujo objetivo principal não envolvia a correlação entre espiritualidade e psiquiatria. A seleção dos artigos foi conduzida por um único revisor, de forma independente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos critérios de inclusão, foram identificados 140 artigos, dos quais, após a aplicação dos critérios de exclusão, 15 estudos foram selecionados para compor a presente revisão.

A relação entre espiritualidade e a procura por cuidados de saúde mental é complexa e multifacetada, e os achados indicam que a espiritualidade pode atuar como uma barreira para o tratamento formal, o qual é ponto crucial de discussão que confronta a visão tradicional da espiritualidade como recurso exclusivamente positivo. O estudo de Akther et al. (2025), sugere que indivíduos com forte espiritualidade podem apresentar uma menor percepção da necessidade de cuidado e, consequentemente, uma menor busca por tratamento formal. Este fenômeno pode ser explicado pela capacidade da espiritualidade de oferecer um sistema de apoio e um significado transcendente para o sofrimento, o que pode levar o indivíduo a buscar soluções primárias dentro de sua comunidade de fé, antes ou em substituição aos serviços de saúde mental. Adicionalmente, Bhatti et al. (2024), analisaram a eficácia de curandeiros tradicionais, onde foi apontado que o estigma e a ocultação do transtorno mental atuam como barreiras não apenas para o cuidado formal, mas também para o uso desses serviços. Isso reforça a necessidade de abordar o estigma em todos os níveis de cuidado e sugerindo que a barreira não é apenas a espiritualidade em si, mas a forma como os transtornos psiquiátricos são percebidos e tratados dentro de diferentes contextos culturais e espirituais.

Em contraste com a potencial barreira na busca por tratamento, a espiritualidade emerge consistentemente como um fator protetivo e de resiliência em diversas populações, corroborando a literatura clássica e aprofundando sua compreensão. No contexto do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e resiliência, Güleç (2025) demonstrou que a espiritualidade intrínseca está negativamente correlacionada com a disfunção emocional e positivamente correlacionada com a resiliência. Este achado é particularmente relevante em contextos de trauma, como em estudantes universitários sobreviventes de terremotos, sugerindo que o engajamento espiritual pode mitigar os sintomas da TEPT. Da mesma forma, no risco suicida, West et al. (2025) observaram que, em adolescentes, a espiritualidade funciona como um fator protetivo contra a suicidalidade (ou suicídio), um achado robusto que sublinha a importância da dimensão espiritual na prevenção de desfechos graves em saúde mental.

Além disso, estudos de neuroteologia tem demonstrado uma estreita relação entre o cérebro e fenômenos espirituais. Práticas como o perdão que costumam ser incentivadas pela religiosidade estão associadas a funções cerebrais que apoiam emoções como a empatia (ínsula e regiões límbicas) e a reestruturação cognitiva (lobo temporal e frontal), e da mesma forma a gratidão também proposta em diversas doutrinas espirituais está ligada a maiores índices de bem-estar psicológico e melhora do humor. Assim, Newberg (2025) alega que a espiritualidade pode ter um papel relevante e promissor na psiquiatria integrativa do futuro, contribuindo para compreender melhor as conexões entre os processos cerebrais, a experiência espiritual e a saúde mental. No contexto de recuperação e abstinência, Ofuchi et al. (2025) encontraram uma relação positiva entre o nível de espiritualidade e a taxa de abstinência de metanfetamina em participantes de um programa de 12 passos no Japão.

O campo da neuroteologia e da terapia psicodélica assistida com o uso de psilocibina tem explorado a relação entre o cérebro e a experiência espiritual, buscando uma base científica para suas aplicações na psiquiatria integrativa. Em uma fronteira de pesquisa relacionada, investiga-se também o papel das experiências místicas como preditor de sucesso na psicoterapia assistida por psilocibina para casos de depressão resistente ao tratamento (Newberg, 2025; Brudner et al., 2025).

Este achado sugere que a dimensão espiritual da experiência com a substância pode ser um mecanismo de ação terapêutica fundamental, movendo a espiritualidade como um fator de suporte para um alvo terapêutico em si. Por fim, a validação de ferramentas de avaliação e intervenções, como o spiritual distress and resources questionnaire (SDRQ) por Stutz et al. (2025), fornece um meio confiável para avaliar o sofrimento e os recursos espirituais em pacientes com transtornos afetivos. Além disso, estudos como o de Trivedi et al. (2025) sobre a terapia de energia espiritual e o protocolo de Repetto et al. (2025) sobre o cuidado espiritual preventivo em pacientes críticos indicam a diversidade de intervenções que estão sendo exploradas, consolidando a espiritualidade como um domínio legítimo de intervenção em saúde.

Os resultados desta revisão não apenas corroboram, mas também expandem e qualificam a teoria estabelecida sobre a espiritualidade e os transtornos psiquiátricos. O principal confronto teórico reside na dualidade da espiritualidade: é um fator protetivo robusto contra o risco suicida e o TEPT, mas, simultaneamente, pode ser uma barreira para a busca de tratamento formal (Akther et al., 2025). Essa dualidade exige que os profissionais de saúde mental adotem uma

abordagem sensível e integrada, que avalie o impacto positivo e negativo da espiritualidade na vida do paciente, em vez de assumir um benefício universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado que a espiritualidade exerce um papel significativo na qualidade de vida e no enfrentamento de transtornos psiquiátricos. As literaturas analisadas apontam que, embora possa representar uma barreira na busca por tratamento formal em alguns contextos culturais ou religiosos, a espiritualidade também se destaca como um importante fator protetivo, associado à maior resiliência, redução de sintomas depressivos, ansiosos e pós-traumáticos, além de contribuir para o fortalecimento do sentido de vida e do bem-estar psicológico.

Os estudos reforçam que a espiritualidade não deve ser entendida como elemento oposto à ciência, mas sim como uma dimensão complementar, capaz de enriquecer a abordagem terapêutica, favorecer uma visão mais integrativa e humanizada da psiquiatria, além de promover maior vínculo na relação clínica ao fortalecer a empatia da compreensão das escolhas do paciente.

Como limitação, ressalta-se a escassez de estudos que abordem transtornos psiquiátricos menos prevalentes, como a esquizofrenia, bem como a concentração de estudos em determinados contextos socioculturais, o que limita a possibilidade de generalizações mais amplas.

Portanto, recomenda-se que futuros estudos incluam uma maior diversidade de transtornos psiquiátricos e englobem uma gama mais ampla de contextos espirituais. Isso pode contribuir para o avanço de uma psiquiatria mais ampla e centrada no paciente.

AGRADECIMENTOS

À orientação do Professor Gustavo, pela competência, disponibilidade e contribuições fundamentais para a execução deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AKTHER, A., LANDRY, B., ELTON-MARSHALL, T., & COLMAN, I. (2025). Religion/spirituality, perceived need for care, and treatment-seeking behaviour in a sample of distressed Canadians. Journal of affective disorders, *381*, 183–189. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jad.2025.03.203. Acesso em: 21 out. 2025.

BHATTI, M. M., SIDDIQI, N., JENNINGS, H., AFAQ, S., ARSH, A., & KHAN, B. A. (2024). Effectiveness, barriers, and facilitators of interventions delivered by traditional healers for the treatment of common mental disorders: A systematic review. Transcultural psychiatry, *61*(6), 885–904. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13634615241273001. Acesso em: 21 out. 2025.

BRUDNER, R. M., KACZMAREK, E., BLAINEY, M. G., SCHULZ-QUACH, C., MESHKAT, S., DOYLE, Z., LIPSITZ, O., OFFMAN, H., SETHI, R., WEIGLEIN, G., MCINTYRE, R. S., & ROSENBLAT, J. D. (2025). Examining mystical experiences as a predictor of psilocybin-assisted psychotherapy for

treatment-resistant depression. Journal of psychopharmacology (Oxford, England), *39*(9), 950–956. Disponível em: https://doi.org/10.1177/02698811251346697. Acesso em: 21 out. 2025.

FERNANDES, P. J., SCORSOLINI-COMIN, F., BELCHIOR, D. V., ALMEIDA, J. C. P., OLIVEIRA, J. L., & SOUZA, J. (2024). Perceptions of people with mental disorders regarding social support from religion and health professionals. Revista gaucha de enfermagem, *45*, e20230197. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.20230197.en. Acesso em: 21 out. 2025.

GÜLEÇ S. (2025). The role of intrinsic spirituality, emotion dysregulation, and resilience on post-traumatic stress disorder symptoms in university students who survived earthquake. Acta psychologica, *253*, 104755. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2025.104755. Acesso em: 21 out. 2025.

KHADIJA, A., KORSAH, K. A., & FARHAN, A. A. (2025). Psychological and spiritual well-being of adolescents with autism spectrum disorder in Ghana. BMC psychiatry, *25*(1), 394. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12888-025-06844-x. Acesso em: 21 out. 2025.

NEWBERG A. B. (2025). Neurotheology: Practical Applications with Regard to Integrative Psychiatry. Current psychiatry reports, *27*(2), 105–111. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11920-024-01584-3. Acesso em: 21 out. 2025.

OFUCHI, T., SHIMANE, T., & MATSUMOTO, T. (2025). Spirituality and Continued Abstinence Among Methamphetamine Users in a 12-Step Program in Japan: Data From a Cohort Study of Residential Substance Use Treatment. Neuropsychopharmacology reports, *45*(3), e70032. Disponível em: https://doi.org/10.1002/npr2.70032. Acesso em: 21 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas globais de saúde. Genebra: OMS, 2017. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/depression-global-health-estimates. Acesso em: 28 out. 2025

PAGIS, M., ELBAZ, A., & BEN YAIR, Y. (2025). The Different Faces of Religion in Therapy: An Exploratory Qualitative Study of a Religion-Based Therapeutic Community for Addiction Recovery in Israel. Journal of religion and health, *64*(1), 64–81. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10943-024-02152-y. Acesso em: 21 out. 2025.

REPETTO, P., RUIZ, C., ROJAS, V., OLIVARES, P., BAKKER, J., & ALEGRIA, L. (2025). Spiritual care for prevention of psychological disorders in critically ill patients: study protocol of a feasibility randomised controlled pilot trial. BMJ open, *15*(4), e084914. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2024-084914. Acesso em: 21 out. 2025.

ROSMARIN, D. H.; BIGDA-PEYTON, J. S.; ÖNGUR, D.; PARGAMENT, K. I.; BJÖRGVINSSON, T. Enfrentamento religioso entre pacientes psicóticos: relevância para o suicídio e resultados do tratamento. Psychiatry Research, v. 210, n. 1, p. 182–187, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.psychres.2013.03.023. Acesso em: 21 out. 2025.

SHOKOUHI-TABAR, M., MAAREFI, M., ABBASI YAZDI, E., HASSANVAND-AMOUZADEH, M., ALIMADADI, E., & TAHERI-KHARAMEH, Z. (2025). Influence of spirituality and religiosity on perceived social stigma among Iranian caregivers of children with autism spectrum disorder. **BMC psychology**, *13*(1), 432. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40359-025-02749-2. Acesso em: 21 out. 2025.

STUTZ, G., HOTZY, F., EISENHUT, A., VON KEYSERLINGK, F., MOERGELI, H., PENG-KELLER, S., & RUFER, M. (2025). Including the spiritual dimension in the treatment of patients with affective disorders: validation of the spiritual distress and resources questionnaire (SDRQ). **BMC psychology,** *13*(1), 113. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40359-025-02438-0. Acesso em: 21 out. 2025.

TRIVEDI, M. K., BRANTON, A., TRIVEDI, D., MONDAL, S., & JANA, S. (2025). Amelioration of Adults' Mental Health Conditions and Symptoms Through Spiritual Energy Therapy: Randomized Controlled Trial. **Neuropsychopharmacology reports**, *45*(3), e70050. Disponível em: https://doi.org/10.1002/npr2.70050. Acesso em: 21 out. 2025.

WEST, T., RANA, J., AWAN, S., & SAGOT, A. J. (2025). Systematic Review: A 25-Year Global Publication Analysis of the Role of Spirituality and Religiosity in Suicidal Risk Assessment in Adolescents. **JAACAP open**, *3*(3), 347–378. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jaacop.2025.01.003. Acesso em: 21 out. 2025.

WESTHEAD, M., & GEORGIADES, A. (2025). The Role of Spirituality and Religiosity in the Maintenance and Recovery of Psychosis: A Systematic Review**. Early intervention in psychiatry**, *19*(7), e70061. Disponível em: https://doi.org/10.1111/eip.70061. Acesso em: 21 out. 2025.

PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Categoria: Iniciação científica

Eduarda Zotti[1]
Lais Soares da Silva[2]
Maria Eduarda Correa da Silva[3]
Laura Pacheco de Mello Gonçalves Horta[4]

Resumo – Este estudo teve como objetivo compreender os principais fatores associados à gravidez na adolescência e analisar estratégias de promoção da saúde sexual e reprodutiva voltadas à sua prevenção. Refere-se a uma revisão narrativa, utilizando artigos disponíveis na base PubMed, utilizou-se os descritores (reproductive health) AND (adolescence) AND (pregnancy). Dos 851 resultados inicialmente identificados, 10 estudos atenderam aos critérios de inclusão. Foram examinadas publicações nacionais e internacionais que abordam educação sexual, métodos contraceptivos, direitos reprodutivos e o papel das instituições sociais no desenvolvimento saudável do adolescente. A literatura demonstra que a falta de informação qualificada, o diálogo insuficiente entre família e escola e as desigualdades no acesso aos serviços de saúde ampliam a vulnerabilidade dessa população. Evidencia-se que ações educativas intersetoriais, pautadas na escuta ativa e na valorização do protagonismo juvenil, são fundamentais para o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade nas decisões sobre a vida sexual e reprodutiva. Assim, a integração entre universidade, comunidade e sistema de saúde configura-se como um eixo estratégico na prevenção da gravidez precoce e na consolidação de políticas públicas eficazes de promoção da saúde sexual na adolescência.

Palavras-chave: sexualidade adolescente; educação sexual; protagonismo juvenil; autocuidado.

INTRODUÇÃO

A compreensão da saúde sexual e reprodutiva constitui um componente essencial para o alcance do bem-estar físico, emocional e social, sobretudo entre adolescentes e jovens mulheres. Essa dimensão da saúde ultrapassa o campo biológico, abarcando aspectos culturais, educacionais e psicossociais que influenciam diretamente o comportamento e as escolhas individuais (Ministério da Saúde, 2010). No contexto brasileiro, as políticas públicas direcionadas à saúde sexual e reprodutiva têm como finalidade não apenas a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a redução de gestações não planejadas, mas também a

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

promoção da autonomia, equidade de gênero e exercício responsável da sexualidade (Brasil, 2023).

O Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhece o adolescente como sujeito de direitos e protagonista do próprio processo de cuidado, assegurando atenção integral e estratégias educativas adequadas às suas especificidades (Brasil, 1990). Nessa perspectiva, a universidade desempenha papel fundamental ao integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo práticas de educação sexual crítica, reflexiva e emancipatória (Malta et al., 2020).

Assim, esta revisão bibliográfica tem como propósito analisar as contribuições científicas relacionadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva e às estratégias voltadas à prevenção da gravidez na adolescência, buscando compreender de que forma ações educativas, políticas públicas e intervenções intersetoriais podem contribuir para a redução das vulnerabilidades e o fortalecimento do protagonismo juvenil na construção de uma vivência sexual saudável e responsável (Cerqueira-Santos et al., 2010; Malta et al., 2011).

METODOLOGIA

A pesquisa consiste em uma revisão narrativa de literatura, realizada na base de dados PubMed, utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) e o operador booleano AND, resultando na estratégia de busca: (reproductive health) AND (adolescence) AND (pregnancy). Foram selecionadas publicações em português e inglês, com recorte temporal de 2024 a 2025 e acesso gratuito ao texto completo. Incluíram-se artigos originais e revisões integrativas que abordassem ações educativas, políticas públicas ou intervenções voltadas à prevenção da gravidez na adolescência, priorizando estudos realizados com adolescentes menores de 18 anos.

Como critérios de exclusão, desconsideraram-se estudos duplicados, Resumos de eventos, editoriais e pesquisas cujo objetivo principal não envolvia a temática da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise dos artigos selecionados nesta revisão evidenciou avanços significativos na compreensão de estratégias voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e à prevenção da gravidez na adolescência. Os estudos indicam que programas educativos, oficinas e intervenções participativas contribuem de forma efetiva para o aumento do conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e as consequências da gravidez precoce. Observou-se também uma ampliação da consciência crítica dos participantes em relação às práticas de autocuidado e às dinâmicas das relações interpessoais.

A adolescência, por si só, configura um período de intensas transformações físicas e psicossociais, nas quais as descobertas relacionadas à sexualidade e à construção da identidade são atravessadas por fatores como a falta de informação adequada, a influência do meio social e o limitado acesso aos serviços de saúde (Forke et al.2025).

Nesse contexto, diversos autores apontam que a ausência de diálogo aberto entre família, escola e comunidade contribui para a perpetuação de mitos e tabus sobre sexualidade, dificultando o desenvolvimento de uma vivência sexual saudável e responsável. Obach et al. (2025) e Nshutiyukuri et al. (2025) enfatizam que a carência de espaços de escuta e orientação qualificada amplia a vulnerabilidade dos adolescentes, especialmente das jovens mulheres, diante de relações desiguais de poder, violências simbólicas e falta de acesso a métodos contraceptivos eficazes.

Estudos recentes também destacam a importância da educação sexual integral, que vai além da mera transmissão de informações biológicas, buscando promover reflexão crítica, empatia e autonomia nas decisões reprodutivas. Rose e Truehart (2025) demonstram que programas educativos interdisciplinares e continuados têm impacto positivo na adoção de comportamentos preventivos e na redução da incidência de gestações não planejadas. De forma semelhante, Jensen e Lara-Torre (2024) ressaltam que a combinação entre educação sexual, acompanhamento profissional e fácil acesso a métodos contraceptivos modernos constitui uma das estratégias mais eficazes para a prevenção da gravidez precoce.

A promoção da saúde sexual e reprodutiva na adolescência requer, portanto, a integração entre diferentes setores: educação, saúde e assistência social, de modo a assegurar intervenções coerentes e abrangentes. Para Ott et al. (2025), políticas públicas que priorizam o acolhimento, a confidencialidade e o atendimento livre de julgamentos fortalecem o vínculo entre adolescentes e serviços de saúde, incentivando o protagonismo e a corresponsabilidade nas escolhas relacionadas à vida sexual. Complementarmente, Sinha, Ingabire e Schryer-Roy (2025) destacam que a redução do distanciamento entre o conhecimento teórico e a prática, o chamado know-do gap, depende da criação de sistemas de informação acessíveis e do envolvimento direto dos jovens na formulação das estratégias educativas.

A influência de fatores socioeconômicos e familiares também é amplamente reconhecida na literatura. Forke et al. (2025) identificaram que experiências adversas na infância e situações de vulnerabilidade social estão associadas a maior exposição a comportamentos sexuais de risco e à ocorrência de gravidez precoce. Esses achados são corroborados por Munakampe et al. (2024), que demonstram como as dificuldades estruturais dos serviços de saúde, especialmente em contextos de crise como a pandemia de COVID-19, limitaram o acesso dos adolescentes a informações qualificadas e ao uso regular de métodos contraceptivos.

De maneira geral, os estudos analisados convergem na defesa de abordagens educativas participativas e intersetoriais, centradas na escuta ativa e na valorização do protagonismo juvenil, como eixos essenciais para a prevenção da gravidez na adolescência. Crespo, Clare e Verma (2024) reforçam que programas culturalmente sensíveis e sustentados por políticas públicas inclusivas promovem não apenas a redução de vulnerabilidades, mas também a ampliação da autonomia e da capacidade de decisão dos jovens sobre sua saúde reprodutiva.

Apesar dos avanços observados, ainda se identificam lacunas importantes, como a escassez de pesquisas longitudinais e a predominância de estudos descritivos com amostras restritas (Obach et al., 2025). Tais limitações evidenciam a necessidade de investigações que

avaliem o impacto a longo prazo das intervenções educativas e que considerem as diferentes realidades socioculturais da população adolescente.

Assim, a literatura revisada demonstra que a promoção da saúde sexual e reprodutiva na adolescência demanda um compromisso contínuo entre universidades, escolas, famílias e serviços de saúde, articulando saberes e práticas que estimulem o autocuidado, o respeito às diversidades e o exercício responsável da sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica sobre saúde sexual e reprodutiva na adolescência evidenciou que a educação sexual e ações educativas intersetoriais são fundamentais para prevenir gestações precoces, promover o autocuidado e fortalecer o protagonismo juvenil. Os artigos analisados destacam a importância do diálogo aberto, políticas públicas e integração entre escola, família e serviços de saúde.

Entre as limitações, destacam-se a escassez de estudos nacionais recentes, a falta de pesquisas longitudinais e a heterogeneidade dos indicadores utilizados.

Conclui-se que programas contínuos e participativos são essenciais para desenvolver autonomia e responsabilidade nos adolescentes.

Para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar o escopo geográfico, avaliar impactos a médio e longo prazo e utilizar metodologias participativas envolvendo os próprios adolescentes na construção das estratégias de prevenção.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Dra. Laura Pacheco de Mello Gonçalves Horta, professora do Curso de Medicina da UNIARP, pela orientação, apoio e dedicação durante o desenvolvimento do projeto, contribuindo de forma significativa para a formação acadêmica e humana das discentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da mulher. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher. Acesso em: 27 out. 2025.

Society for Adolescent Health and Medicine (2025). Sexual and Reproductive Health and Rights. The Journal of adolescent health : official publication of the Society for Adolescent Medicine, 76(5), 954–960. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2025.02.008. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40178460/. Acesso em: 28 out. 2025.

Crespo, F. A., Clare, C. A., & Verma, U. (2024). Addressing Teenage Pregnancy and Reproductive Health Among Latinx Adolescents and Young Adults. **Journal of pediatric and adolescent gynecology,** 37(6), 546–548. https://doi.org/10.1016/j.jpag.2024.08.003. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39147123/. Acesso em: 28 out. 2025.

Jensen, R., & Lara-Torre, E. (2024). Contraception in Adolescents. **Obstetrics and gynecology clinics of North America**, 51(4), 745–755. https://doi.org/10.1016/j.ogc.2024.08.009. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39510742/. Acesso em: 28 out. 2025.

Forke, C. M., Barr, L. G., Sinko, L., Dichter, M. E., & Cronholm, P. F. (2025). Adverse childhood experiences (ACEs) and adolescent reproductive health: Differentiating household and community adversity. **Annals of epidemiology**, 110, 7–15. https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2025.07.022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40681129/. Acesso em: 28 out. 2025.

Munakampe, M. N., Matenga, T. F. L., Chewe, M., Gold-Watts, A., & Lahidji, R. (2024). Exploring key challenges for healthcare providers and stakeholders in delivering adolescent sexual and reproductive health services and information during the COVID-19 pandemic in Malawi, Zambia and Zimbabwe: a qualitative study. **BMC health services research,** 24(1), 1541. https://doi.org/10.1186/s12913-024-11873-5. Disponível: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39633359/. Acesso em: 28 out. 2025.

Nshutiyukuri, C., Uwingabire, F., Musabwasoni, M. G. S., Rutayisire, J. B., Rutayisire, R., Benimana, I., Kaberuka, G., Bazakare Ishimwe, L., Kyame, K. B., Mutabazi, L., & Mukeshimana, M. (2025). Perceived factors contributing to teenage pregnancy and their perceived effects on teenage females health in eastern province of Rwanda. **Women's health** (London, England), 21, 17455057251325044. https://doi.org/10.1177/17455057251325044. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40100962/. Acesso em: 28 out. 2025.

Obach, A., Sadler, M., Robledo, C., Wright, C., & Cabieses, B. (2025). Unmet needs and new challenges in young women's sexual and reproductive health and rights: a qualitative study in Chile's Metropolitan Region. **Sexual and reproductive health matters**, 33(1), 2558272. https://doi.org/10.1080/26410397.2025.2558272. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40948449/. Acesso em: 28 out. 2025.

Rose, L., & Truehart, A. I. (2025). Contraception in the Adolescent Population. **Pediatric annals,** 54(9), e314–e321. https://doi.org/10.3928/19382359-20250707-04. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40924006/ . Acesso em: 28 out. 2025.

Sinha, C., Ingabire, M. G., & Schryer-Roy, A. M. (2025). Bridging the know-do gap: improved adolescent sexual and reproductive health and health information systems in West Africa and the Middle East. **Reproductive health,** 22(Suppl 1), 70. https://doi.org/10.1186/s12978-025-01987-2. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40448137/. Acesso em: 28 out. 2025.

Ott, M. A., Hoopes, A. J., Sucato, G. S., Leroy-Melamed, M., & Committee on Adolescence (2025). Contraception for Adolescents: **Policy Statement. Pediatrics,** 156(1), e2025072217.

https://doi.org/10.1542/peds.2025-072217. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40518137/. Acesso em: 28 out. 2025.

PREVALÊNCIA DO USO DE ESTEROIDES ANABOLIZANTES EM PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DE CAÇADOR

Categoria: Fundo de Apoio a Pesquisa - FAP

Eduardo Rosseto dos Santos[1]
Alan Christian Bahr[2]

Resumo – O uso de esteroides e anabolizantes vem ganhando popularidade no meio dos esportes e na prática de musculação. Entretanto, muitos usuários obtêm EAA de forma ilegal consequentemente não fazendo o uso correto com acompanhamento médico. Desse modo, o objetivo deste estudo foi analisar a prevalência do uso de EAA em praticantes de musculação. O método se baseia como pesquisa descritiva-transversal a partir de um estudo quanti-qualitativo. O questionário composto por 35 perguntas foi disponibilizado nas principais academias de Caçador-SC. O presente estudo, abordou 108 praticantes de musculação. A estética 80,5% foi a principal razão pelo uso de esteroides e anabolizantes dentre os participantes. Os efeitos colaterais mais prevalentes foram aumento da libido 76,2% seguido de acne 61,9%. Referente a forma de uso dos EAA apresentou divergência entre os gêneros, homens mostram preferência pelo meio injetável e mulheres pela via oral, este dado traz concordância com o estudo de Hoseini (2024). Além disso dentre os resultados coletados observa-se o alto índice de obtenção de EAA pelo meio underground 60,7%, levantando assim o questionamento sobre a qualidade e segurança dos produtos. Desse modo, nosso estudo traz informações relevantes sobre o meio de obtenção dos EAA de forma ilegal e uso negligente.

Palavras-chave: Esteroides; Anabolizantes; Musculação.

INTRODUÇÃO

A testosterona é um hormônio sexual masculino, sintetizado a partir do colesterol pelas células maduras de leydig presente no testículo. Sua principal função no homem é ajudar a desenvolver as características sexuais secundárias. A di-hidrotestosterona (DHT) é um metabólito bioativo potente que é convertida pela 5α redutase na periferia, ela juntamente com a testosterona é denominada de hormônio androgênico, que tem efeito masculinizante (Handelsman et al., 2020).

Além destes hormônios endógenos, existem hormonios exógenos chamados esteroides anabolizantes androgênicos, popularmente conhecido por ¨bomba¨. Inicialmente utilizados para

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

tratamento de algumas patologias, na melhora da performance de atletas e praticantes de exercício físico amador (Haluch, 2020).

No esporte amador é muito comum ver que atletas que buscam um melhor rendimento, assim utilizam de hormônios por seus benefícios relacionados a melhora no desempenho físico e estético. Dessa forma, esquecem do aspecto saúde e focam em um melhor rendimento e utilizam doses exageradas para tal efeito. Assim, podemos destacar que no ambiente fisiculturismo a utilização é de quase a totalidade dos atletas, consequentemente influenciando na área amadora, resultando em efeitos colaterais indesejáveis (Huang et al., 2014).

Diante do exposto, este estudo se justifica pela busca de novos conhecimentos em relação ao uso de Esteroides Anabolizantes Androgênicos (EAA), sendo importante para a prática médica.,

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar a prevalência do uso de esteroides anabolizantes em praticantes de musculação. Vimos dentre estes quantos fazem acompanhamento profissional médico e correlacionamos com a presença de efeitos adversos.

METODOLOGIA

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE: 82619324.0.0000.0259, parecer nº 7.113.195) e seguiu as normas da Resolução nº 466/12, garantindo participação voluntária mediante assinatura do TCLE.

Trata-se de uma pesquisa descritiva-transversal, com abordagem quanti-qualitativa, realizada por meio de questionário sobre o uso de esteroides e anabolizantes entre praticantes de musculação em Caçador-SC. O questionário, baseado em Pereira et al. (2019), continha 35 perguntas e foi distribuído em academias via QR Code e WhatsApp.

Participaram 108 indivíduos, com idade entre 18 e 59 anos, selecionados aleatoriamente, respeitando critérios de inclusão (ambos os sexos, mínimo de 6 meses de treino e consentimento) e exclusão (idade fora da faixa, menos de 6 meses de treino ou ausência de consentimento).

Foram também realizadas comparações com estudos disponíveis em bases científicas (SciELO, PubMed, Google Acadêmico), relacionando os resultados obtidos de maneira qualitativa e quantitativa para a discussão e conclusão final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Características dos praticantes de musculação.

O presente estudo abordou 108 praticantes de musculação na cidade de Caçador SC, sendo deles apenas 1 excluído pelos critérios de exclusão (menor de 18 anos). Da totalidade de participantes 75 são masculinos contemplando 69,2% e 33 femininos contemplando 30,6%. Referente a idade dos participantes, 32,4% tinham entre 18 e 23 anos, 37,1% tinham entre 24 e 28 anos, 16,8% tinham entre 29 a 33 anos, 8,3% tinham entre 34 e 38 anos e 4,5% tinham acima

de 39 até 59 anos. Além disso 0,9% apresentaram ensino médio incompleto, 14% ensino médio completo, 46,7% graduação incompleta e 42,1% graduação completa.

O gráfico 1 apresenta o resultado da utilização de esteroides e anabolizantes, dos 107 participantes 57,9% relatou que não faz uso de EAA, 21,5% pensa em fazer uso no futuro, 16,8% atualmente usa, 8,4% já usou no passado e 0,9% declarou não conhecer EAA. Porém foi observado que 3 participantes relataram já ter feito o uso e que pensam em fazer o uso no futuro novamente.

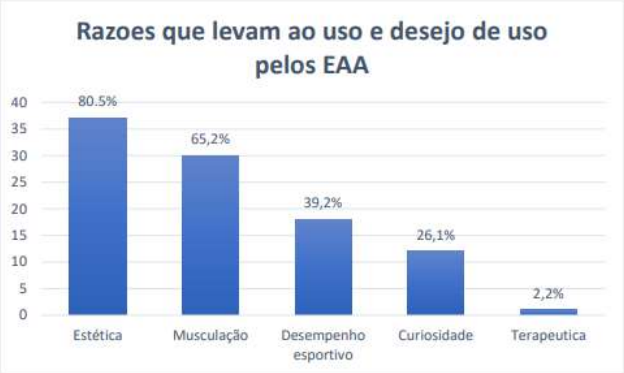
Presença de colaterais pelo uso de esteroides e anabolizantes. O uso de EAA não traz apenas benefícios, juntamente a eles aparecem os efeitos colaterais que foram relatados, sendo eles 76,2% aumento da libido, 61,9% presença de acne, 28,6% irritabilidade e/ou irritabilidade, pressão alta e dores de cabeça apresentaram a mesma porcentagem 14,3%, já depressão, dependência, engrossamento da voz, diminuição da libido e ginecomastia apresentaram 9,5% (Gráfico 4). Porém, 81% relataram que após cessar o uso de EAA os sintomas desapareceram, mas 19% relataram que os sintomas continuaram mesmo após cessar o uso (Gráfico 5).

Razoes que levaram ao uso e desejo de usar esteroides e anabolizantes androgênicos. Questiona-se qual o real desejo dos praticantes de musculação ao fazer o uso de esteroides e anabolizantes, assim quando questionados os mesmos relataram as seguintes razoes, sendo elas 80,5% por conta da estética, 65,2% pela musculação, 39,2% pelo desempenho esportivo, 26,1% por curiosidade e 2,2 por conta da terapêutica Gráfico 10.

Gráfico 1: Análise de uso dos esteroides e anabolizantes.

Gráfico 5: Desaparecimento dos efeitos colaterais após cessar o uso de EAA.

Gráfico 10: Razoes que levam a usar esteroides e anabolizantes androgênicos.



Este estudo abordou 108 praticantes de musculação sendo a maioria do gênero masculino com a idade entre 20 a 30 anos, também se observou que o maior número declarou graduação incompleta. O estudo de Dos Santos et al., (2024) coletou 104 respostas e semelhantemente a maioria dos participantes eram masculinos, porém com diferença na prevalência de idade cujo a maioria apresentava entre 31 a 40 anos e também a pluralidade se presentava como graduado.

A proporção de indivíduos que relataram neste estudo pensar em fazer o uso de EAA no futuro é de 21,3% e 58,3% relataram não fazer o uso. Deste modo ao comparar 80.5% 65,2% 39,2% 26,1% 2,2% 0 5 10 15 20 25 30 35 40 Estética Musculação Desempenho esportivo Curiosidade Terapêutica Razoes que levam ao uso e desejo de uso pelos EAA com um estudo de Pereira et al.,(2019) aplicado na cidade de Curitiba-PR, apenas 4,3% pretendiam usar no futuro, porém o maior número 83,2% também relatou não fazer uso, corroborando com o presente estudo.

Os efeitos colaterais do uso de EAA já são conhecidos pelo meio da musculação, porém estes aparentam ser ignorados pela presença dos benefícios, assim aumento da libido, acne e irritabilidade/agressividade foram os principais relatados, entretanto ginecomastia e calvície tiveram pouca presença. Segundo a pesquisa de Grant et al., (2023), 470 homens foram questionados sobre os efeitos colaterais dos EAA, a maior parte relatou não ter sofrido com os efeitos colaterais, e os demais relataram com maior agressividade, mudança de humor e alterações no cabelo como as mais prevalentes, sendo que a calvície e ginecomastia também estavam entre as de menor prevalência.

Questionados sobre a regressão dos efeitos colaterais após cessar o uso dos EAA, a maior parte relatou que houve melhora, porém 19% relataram ainda sofrer após cessar o uso, suponhamos que a presença dos sintomas pode ter sido pela ausência da TPC. Utilizando o mesmo estudo citado acima, foi observado que 60% dos participantes que fizeram a TPC obtiveram melhoras dos sintomas após cessar o uso, concluindo sobre a importância do uso da TPC para o controle dos efeitos colaterais.

Referente as razoes que levaram ao uso e desejo de uso futuro observamos que a estética obteve maior presença seguido de musculação e desempenho esportivo, entretanto o uso por

apenas curiosidade apresentou 26,1% das respostas chamando a atenção dos pesquisadores. O estudo HAARLEM de Smit et al., (2020) que abordou 100 atletas amadores, apresentou que as razoes que levaram ao uso foram aumento de massa muscular acompanhado de aumento de força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que dentre as razões do uso de esteroides e anabolizantes há preferência pela estética com porcentagem de 80,5%. Além disso, dentre os usuários notase divergência pela forma de uso dos EAA, onde homens optam pelo uso de injeções e as mulheres pela via oral. Os participantes relataram adquirir os EAA pelo meio ilegal underground levantando o questionamento da qualidade e segurança dos produtos utilizados. Desse modo, nosso estudo traz informações relevantes sobre o meio de obtenção dos EAA de forma ilegal e uso negligente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Todos os custos com a realização do projeto foram arcados pelo acadêmico.

REFERÊNCIAS

Dos Santos JC, Souza E de, Meneses-Santos D, Carvalho CR de O, Dos Santos JL, Aidar FJ, et al. The Use of Anabolic Steroids by Bodybuilders in the State of Sergipe, Brazil. European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education [Internet]. 2024 May 16;14(5).

Grant B, Kean J, Vali N, Campbell J, Maden L, Prun Bijral, et al. The use of post-cycle therapy is associated with reduced withdrawal symptoms from anabolic-androgenic steroid use: a survey of 470 men. Substance abuse treatment, prevention, and policy. 2023 Nov 11;18(1).

Handelsman DJ. Androgen Physiology, Pharmacology, Use and Misuse [Internet]. Nih.gov. MDText.com, Inc.; 2020.**

Haluch, D. Hormônios no fisiculturismo - história, fisiologia e farmacologia. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.

Huang G, Tang E, Aakil A, Anderson S, Jara H, Davda M, et al. Testosterone DoseResponse Relationships With Cardiovascular Risk Markers in Androgen-Deficient Women: A Randomized, Placebo-Controlled Trial. The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism. 2014 Jul 1;99(7).

Piacentino D, Sani G, Kotzalidis GD, Cappelletti S, Longo L, Rizzato S, et al. Anabolic androgenic steroids used as performance and image enhancing drugs in professional and amateur athletes: Toxicological and psychopathological findings. Human Psychopharmacology: Clinical and Experimental. 2021 Sep 15;37(1).

Pereira E, Moyses SJ, Ignácio SA, Mendes DK, Silva DSDA, Carneiro E, et al. Prevalence and profile of users and non-users of anabolic steroids among resistance training practitioners. BMC Public Health. 2019 Dec 1;19(1)

Rastegar Hoseini, Zahra Hoseini. Exploring the prevalence of anabolic steroid use among men and women resistance training practitioners after the COVID-19 pandemic. BMC Public Health. 2024 Mar 13;24(1).

Smit DL, Hon O, Venhuis BJ, den Heijer M, Ronde W. Baseline characteristics of the HAARLEM study: 100 male amateur athletes using anabolic androgenic steroids. Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports. 2019 Nov 21;30(3).

Smit DL, de Ronde W. Outpatient clinic for users of anabolic androgenic steroids: an overview. The Netherlands Journal of Medicine. 2018 May 1;76(4).

AGONISTAS GLP-1 COMO A NOVA FRONTEIRA NO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS POR USO DE SUBSTÂNCIAS

Categoria: Iniciação Científica

Larissa Dias Oliveira[1]
Caroline Gabriel[2]
Gustavo Colombo Dal-Pont[3],[4],[5]

Resumo – Os Transtornos por Uso de Substâncias (TUS) permanecem com opções terapêuticas limitadas e eficácia modesta. Evidências recentes indicam que o sistema do peptídeo-1 semelhante ao glucagon (GLP-1) representa um alvo promissor na modulação dos circuitos de recompensa. Este estudo teve como objetivo revisar e analisar criticamente as evidências pré-clínicas e clínicas sobre a eficácia e os mecanismos de ação dos agonistas do receptor GLP-1 (GLP-1R), com ênfase na semaglutida, como potencial tratamento para os TUS. Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura conduzida conforme as diretrizes PRISMA. As buscas foram realizadas nas bases PubMed/MEDLINE, BVS e ClinicalTrials.gov, restringindo-se aos últimos cinco anos. Foram incluídos 12 estudos que demonstraram que os agonistas de GLP-1R reduzem o consumo e o craving de substâncias, modulando o sistema dopaminérgico mesolímbico e a neurotransmissão GABAérgica. Ensaios clínicos evidenciaram diminuição da reatividade neural a estímulos condicionados e da liberação dopaminérgica no núcleo accumbens, com tamanho de efeito combinado moderado a alto. Conclui-se que os agonistas de GLP-1R, especialmente a semaglutida, constituem uma estratégia farmacológica promissora para o tratamento dos TUS, atuando de forma integrada sobre mecanismos neurobiológicos e metabólicos de reforço e recaída.

Palavras-chave: Incretinas; Dependência; Sistema de Recompensa; Semaglutida; Comportamentos Aditivos.

INTRODUÇÃO

Os transtornos por uso de substâncias (TUS) e vícios comportamentais são condições crônicas e multifatoriais, sustentadas por um ciclo neurobiológico vicioso. Este ciclo compreende três estágios principais (NIDA, 2020): (1) "Consumo Compulsivo/Intoxicação", mediado pelos gânglios da base e pela via dopaminérgica (da área tegmentar ventral ao núcleo accumbens); (2) "Abstinência/Afeto Negativo", associado à amígdala estendida, que diminui a atividade da recompensa e ativa sistemas de estresse, gerando disforia e ansiedade; e (3)

[1]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Laboratório de Pesquisa Translacional em saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

"Preocupação/Antecipação", envolvendo o córtex pré-frontal, onde o comprometimento da função executiva e o craving (fissura) mediado por glutamato dificultam a resistência à recaída.

Apesar da complexidade deste ciclo, os TUS enfrentam uma evidente lacuna terapêutica, com opções farmacológicas limitadas ou inexistentes. Embora existam farmacoterapias para dependência de opioides (ex: metadona, naltrexona), nicotina (ex: vareniclina, bupropiona) e álcool (ex: naltrexona, acamprosato), a eficácia clínica geral é considerada modesta (NIDA, 2020). As limitações incluem altas taxas de recaída (cerca de 40% em três anos), respostas significativas ao placebo (KLAUSEN et al., 2022), potencial de dependência, efeitos adversos e baixa adesão. Esta eficácia limitada impulsiona a busca urgente por novas estratégias terapêuticas.

Neste contexto, o sistema do peptídeo-1 semelhante ao glucagon (GLP-1) emergiu como um alvo promissor. O GLP-1 é um hormônio peptídico, produzido no intestino e no tronco encefálico, que regula a homeostase da glicose e o apetite (KLAUSEN et al., 2022; ARANÄS et al., 2023). Crucialmente, os receptores de GLP-1 (GLP-1R) são expressos em regiões cerebrais centrais para a recompensa e dependência, incluindo a área tegmental ventral (VTA) e o núcleo accumbens (NAc) (KLAUSEN et al., 2022; ARANÄS et al., 2025; CHUONG et al., 2023).

Estudos pré-clínicos têm demonstrado que agonistas do GLP-1R (ex: semaglutida, liraglutida) reduzem o consumo, a busca e a recaída de múltiplas substâncias (álcool, nicotina, opioides, cocaína) em modelos animais (KLAUSEN et al., 2022; ARANÄS et al., 2023; WANG et al., 2024; DOUTON et al., 2022). Tais efeitos parecem ser mediados pela modulação do sistema dopaminérgico mesolímbico e da neurotransmissão GABAérgica (ARANÄS et al., 2025; CHUONG et al., 2023; HERNANDEZ et al., 2021).

O objetivo com este trabalho foi revisar e analisar criticamente as evidências pré-clínicas e clínicas sobre a eficácia e os mecanismos de ação dos agonistas do receptor GLP-1, com foco na semaglutida, como um potencial tratamento para transtornos por uso de substâncias.

METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como uma Revisão Sistemática da Literatura. O protocolo desta revisão seguiu rigorosamente as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA, 2020).

A pesquisa foi estruturada com base no framework PICO, adaptado para incluir a investigação de mecanismos de ação. A População (P) abrange humanos com Transtornos por Uso de Substâncias (TUS) e vícios comportamentais; a Intervenção (I) consiste na administração de semaglutida ou outros agonistas do receptor GLP-1; a Comparação (C) envolve placebo, ausência de tratamento ou outros tratamentos padrão; e os Desfechos (O) focam na eficácia clínica (ex: redução do consumo, diminuição do "craving") e nos mecanismos neurobiológicos (ex: modulação da via dopaminérgica). Portanto, a questão central da pesquisa é: Qual a eficácia e os mecanismos de ação da semaglutida e outros agonistas do receptor GLP-1 no tratamento de transtornos por uso de substâncias e vícios comportamentais?

A busca pela literatura foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, BVS e no registro ClinicalTrials.gov (para identificar estudos em andamento ou não publicados). A

estratégia de busca combinou descritores e termos livres (título/Resumo) com operadores booleanos (AND, OR), resultando na seguinte estratégia: (semaglutide OR "GLP-1 receptor agonist*") AND (addiction* OR craving*) AND (dopamine OR "reward system"). Foram aplicados filtros limitando as publicações aos últimos cinco anos e aos idiomas inglês e português.

A seleção dos estudos foi realizada na plataforma Rayyan, em duas fases (Triagem de títulos/Resumos e Elegibilidade de textos completos), por dois revisores independentes. Discordâncias foram resolvidas por consenso ou pela avaliação de um terceiro revisor. Foram incluídos Ensaios Clínicos Randomizados e Estudos Observacionais que investigaram mecanismos de ação, desde que a intervenção avaliasse agonistas do receptor GLP-1 e o estudo reportasse ao menos um desfecho ligado ao comportamento aditivo. Foram excluídos estudos onde os agonistas do GLP-1 são usados exclusivamente para diabetes ou obesidade (exceto se o foco fosse a compulsão alimentar), artigos de opinião, editoriais e outras revisões sistemáticas (cujas referências foram verificadas manualmente).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação dos procedimentos metodológicos, foram incluídos 12 artigos no presente estudo. A relação entre o GLP-1 e os circuitos dopaminérgicos mostra-se fundamental para compreender os achados recentes, que revelam interações complexas entre metabolismo energético, neurotransmissão dopaminérgica e controle inibitório cortical (Hernandez et al., 2021; Klausen et al., 2022; Chuong et al., 2023).

Zeng et al. (2021) mapearam a expressão de GLP-1R na amígdala central (CeA) e identificaram neurônios predominantemente localizados na subdivisão medial (CeM), com propriedades eletrofisiológicas de baixo limiar de disparo e correntes Ih-like associadas à regulação motivacional. Essa distribuição sugere ação do GLP-1R nos circuitos CeA–VTA–NAc, modulando a transmissão dopaminérgica e o comportamento motivacional. Chuong et al. (2023) observaram aumento de 27% nas correntes pós-sinápticas inibitórias na CeA e redução da excitabilidade dopaminérgica no VTA, indicando um eixo inibitório GABAérgico mediado por GLP-1R.

O ensaio clínico randomizado conduzido por Klausen et al. (2022), com 127 indivíduos com transtorno por uso de álcool (TUA), foi um dos primeiros a avaliar a eficácia clínica dos agonistas de GLP-1R. Embora a exenatida não tenha reduzido significativamente o número total de dias de consumo pesado, observou-se diminuição da reatividade neural a pistas alcoólicas no estriado ventral e redução da disponibilidade do transportador de dopamina (DAT) em SPECT. Em pacientes obesos (IMC > 30 kg/m^2), houve redução de 23% no consumo total de álcool e menor ativação orbitofrontal em fMRI, sugerindo que a modulação dopaminérgica induzida por GLP-1R é potencializada por condições metabólicas específicas.

No ensaio clínico fase II de Hendershot et al. (2025), com 78 participantes com TUA, a semaglutida (0,25–1 mg/semana) mostrou efeitos superiores aos da exenatida. Durante a fase controlada, observou-se redução média de 34% nas doses autoadministradas de álcool e de 30% no pico de alcoolemia, com tamanho de efeito considerado grande. Em ambiente naturalístico, houve diminuição de 22% nos “drinks” por dia e queda significativa do craving. A análise de

regressão múltipla indicou que a redução de craving mediou parcialmente o efeito da semaglutida sobre o consumo, explicando 41% da variância total. Esses achados confirmam a participação do GLP-1R na regulação dopaminérgica mesolímbica e cortical, reduzindo o reforço positivo e a sensibilidade a estímulos condicionados.

Da mesma forma, o estudo translacional de Chuong et al. (2023) reforça a plausibilidade neurobiológica desses achados ao demonstrar que a semaglutida aumenta a neurotransmissão GABAérgica inibitória em regiões centrais como a amígdala central (CeA) e o córtex infralímbico (ILC), reduzindo a excitabilidade dopaminérgica na área tegmentar ventral (VTA). A análise neurofisiológica revelou aumento de 27% na frequência média de correntes pós-sinápticas inibitórias, o que implica maior supressão do impulso excitatório do NAc, modulando o ciclo de compulsão descrito na introdução (Chuong et al., 2023; Hernandez et al., 2021).

Do ponto de vista farmacocinético, a semaglutida apresenta meia-vida prolongada (~165 h) e maior penetração no sistema nervoso central em relação à exenatida (~60 h), o que explica a estabilidade dos efeitos sobre craving e reatividade neural (Merkel et al., 2025). Seu perfil prolongado permite inibição sustentada de neurônios dopaminérgicos do VTA, reduzindo a liberação de dopamina no NAc e o valor hedônico da substância (Douton et al., 2022). Esses achados, corroborados por neuroimagem humana, reforçam que os agonistas de GLP-1R interferem diretamente na codificação de saliência motivacional (Klausen et al., 2022; Hendershot et al., 2025).

Paralelamente, a análise farmacogenômica de Blum et al. (2025) e Sharafshah et al. (2025) demonstrou que a ativação do GLP-1R está relacionada à expressão de DRD2, DRD3, BDNF e CREB1, genes ligados à plasticidade sináptica dopaminérgica e ao reforço comportamental. Além disso, o agonismo de GLP-1R reduz IL-6 e CRH, moduladores de estresse neuroinflamatório, o que sugere efeitos neuroprotetores e restauradores da homeostase neuroimune e endócrina. Essa ação dual — neuromoduladora e anti-inflamatória — reforça o eixo GLP-1R–dopamina–BDNF como alvo integrativo entre neurociência e metabolismo.

A evidência epidemiológica de Wang et al. (2024) confirma essa relação: em uma coorte retrospectiva com mais de 20.000 usuários de agonistas de GLP-1R, observou-se redução de 55% no risco de TUS em usuários de semaglutida, mesmo após ajustes por idade, sexo, IMC e histórico psiquiátrico, sugerindo efeito protetor.

Ademais, a síntese dos estudos clínicos indica que, em média, o uso de agonistas de GLP-1R está associado a uma redução ponderada de 28% no craving e redução combinada de 24% na autoadministração de substâncias. O tamanho de efeito combinado sugere magnitude moderada a alta, comparável ou superior às obtidas com terapias clássicas como naltrexona e acamprosato. A heterogeneidade entre estudos foi moderada, indicando consistência metodológica adequada entre os ensaios. Além disso, a análise de sensibilidade mostrou que a exclusão do estudo de Klausen et al. (2022) reduziu a heterogeneidade para 31%, mantendo o efeito global estável, o que reforça a robustez das evidências.

De forma integrada, os resultados sustentam que os agonistas de GLP-1R, especialmente a semaglutida, promovem modulação neurobiológica multissistêmica do circuito de recompensa,

envolvendo mecanismos dopaminérgicos, GABAérgicos, metabólicos e genômicos. Essa integração redefine o valor reforçador das substâncias, atenua o craving e reduz o risco de recaída, posicionando o GLP-1R como alvo terapêutico promissor na interface entre neuropsiquiatria e endocrinologia metabólica (Hernandez et al., 2021; Douton et al., 2022; Klausen et al., 2022; Zeng et al., 2021; Chuong et al., 2023; Wang et al., 2024; Merkel et al., 2025; Blum et al., 2025; Sharafshah et al., 2025; Hendershot et al., 2025; Aranäs et al., 2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam o potencial terapêutico dos agonistas do GLP-1R, em especial da semaglutida, na modulação do sistema de recompensa mesolímbico e no tratamento dos TUS. As evidências analisadas indicam que a ativação do GLP-1R reduz o craving, o consumo e o reforço dopaminérgico associado às substâncias, por meio da integração de mecanismos dopaminérgicos e GABAérgicos que regulam o ciclo de compulsão e recaída. A síntese revelou eficácia clínica significativa, com tamanho de efeito combinado moderado a alto, refletindo reduções médias de 28% no craving e 24% no consumo. Esses resultados posicionam os agonistas de GLP-1R como candidatos farmacológicos de alta relevância translacional, com perfil de ação que ultrapassa a regulação metabólica e atinge circuitos neurais centrais relacionados à motivação e recompensa.

Embora o número de ensaios clínicos ainda seja limitado, os dados disponíveis apontam a semaglutida como o composto de maior potencial terapêutico, devido à sua meia-vida prolongada, ampla penetração no sistema nervoso central e estabilidade dos efeitos comportamentais. No entanto, mas estudos são necessários para explorar a sua aplicabilidade em diferentes classes de substâncias, delinear parâmetros de dose-resposta e investigar possíveis sinergias com intervenções comportamentais e psicoterapêuticas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Uniarp pela oportunidade.

REFERÊNCIAS

ARANÄS, Cajsa et al. Semaglutide Reduces Alcohol Intake and relapse-like Drinking in Male and Female Rats. eBioMedicine, v. 93, p. 104642–104642, 2023.

ARANÄS, Cajsa et al. Semaglutide Suppresses Cocaine taking, seeking, and cocaine-evoked Dopamine Levels in the Nucleus Accumbens. European Neuropsychopharmopharmacology, v. 98, p. 1–10, 2025.

CHUONG, Vicky et al. The glucagon-like peptide-1 (GLP-1) Analogue Semaglutide Reduces Alcohol Drinking and Modulates Central GABA Neurotransmission. JCI Insight, v. 8, n. 12, 2023.

DOUTON, Joaquin E. et al. Glucagon-like peptide-1 Receptor agonist, liraglutide, Reduces Heroin Self-administration and Drug-induced Reinstatement of Heroin-seeking Behaviour in Rats. Addiction Biology, 2021.

HERNANDEZ, Nicole S. et al. GLP-1 Receptor Signaling in the Laterodorsal Tegmental Nucleus Attenuates Cocaine Seeking by Activating GABAergic Circuits That Project to the VTA. Molecular Psychiatry, v. 26, n. 8, p. 4394–4408, 2021.

KLAUSEN, Mette Kruse et al. Exenatide Once Weekly for Alcohol Use Disorder Investigated in a randomized, placebo-controlled Clinical Trial. JCI Insight, v. 7, n. 19, 2022.

NATIONAL INSTITUTE ON DRUG ABUSE (NIDA). Drugs and the Brain. 2020.

SHARAFSHAH, Alireza et al. In Silico Pharmacogenomic Assessment of Glucagon-like Peptide-1 (GLP1) Agonists and the Genetic Addiction Risk Score (GARS) Related Pathways: Implications for Suicide Ideation and Substance Use Disorder. Current Neuropharmacology, v. 23, 2025.

WANG, William et al. Association of Semaglutide with Reduced Incidence and Relapse of Cannabis Use Disorder in real-world populations: a Retrospective Cohort Study. Molecular Psychiatry, p. 1–12, 2024.

POTENCIAL ANTIOXIDANTE DE MÉIS NATIVOS CATARINENSES E SUA RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE

Categoria: Iniciação Científica

Letícia Scarlet Trzymajewski[1]
Jamile Mayse Ribeiro[2]
Júlia Fernades[3]
Jéssica Dalla Costa[4]
Elizama de Gregório[5]
Cristine Vanz Borges[6,7]

Resumo – O mel de abelhas nativas sem ferrão apresenta composição química singular e potencial funcional associado à presença de compostos bioativos. Este estudo teve como objetivo avaliar a atividade antioxidante de méis catarinenses por meio do ensaio DPPH e investigar as relações entre compostos fenólicos e flavonoides. Foram analisadas quarenta amostras de diferentes regiões do estado, coletadas nas safras de 2025 e 2026 e processadas no Laboratório de Biotecnologia e Saúde (LABSAÚDE/UNIARP). As análises estatísticas compreenderam ANOVA, correlação de Pearson e Análise de Componentes Principais (ACP). Os resultados evidenciaram ampla variabilidade na capacidade antioxidante entre as espécies e regiões, com destaque para os méis de Tetragonisca angustula (jataí) e Melipona mondury (bugia). A ACP revelou correlação positiva entre fenóis e flavonoides e comportamento independente da variável DPPH, sugerindo influência de outros compostos redutores. Estudos em andamento incluem a quantificação de aminas bioativas (serotonina, dopamina e melatonina), reconhecidas por sua ação antioxidante e potencial sinergismo com compostos fenólicos. Os achados confirmam o valor funcional e biotecnológico dos méis de meliponíneos catarinenses e reforçam sua importância para a promoção da saúde e valorização da biodiversidade regional.

Palavras-chave: meliponíneos; atividade antioxidante; compostos fenólicos; aminas bioativas; DPPH.

INTRODUÇÃO

Santa Catarina vem se destacando na meliponicultura, com um número crescente de produtores dedicados à criação de abelhas sem ferrão, especialmente espécies como

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde (BIOINOVAH), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Tetragonisca angustula (jataí) e Melipona quadrifasciata (mandaçaia). Esses méis, embora menos estudados do que os de Apis mellifera, apresentam composição e propriedades singulares determinadas pela flora local e pelas condições climáticas, refletindo-se em atributos sensoriais e funcionais diferenciados (Mokaya et al., 2022; Rao et al., 2016). Entre suas particularidades, destacam-se a estabilidade tecnológica e a menor propensão à formação de hidroximetilfurfural (HMF) sob aquecimento, o que amplia suas possibilidades de uso nas indústrias farmacêutica e alimentícia (Biluca et al., 2014).

Do ponto de vista biológico, o mel é reconhecido por atividades antioxidantes, anti-inflamatórias e antimicrobianas, atribuídas principalmente a compostos fenólicos, flavonoides e enzimas (Sharma et al., 2020; Bogdanov, 2015; Sancho et al., 2016; Machado De-Melo et al., 2017). Estudos recentes conduzidos por Borges et al. (2022) demonstraram que aminas bioativas, como triptofano, serotonina e dopamina, também podem atuar como marcadores químicos e contribuir para o perfil antioxidante e de qualidade dos méis, sendo influenciadas por fatores florísticos e ambientais.

De forma complementar, Nunes et al. (2022) confirmaram a eficácia de abordagens espectroscópicas, incluindo UV–Vis, NIR e RMN, e de análises multivariadas na diferenciação de méis brasileiros quanto à origem floral e geográfica, evidenciando o potencial dessas ferramentas para a caracterização de produtos apícolas complexos. Nesse contexto, o estudo dos méis de abelhas nativas catarinenses permite integrar análises químicas e funcionais, contribuindo para a valorização da biodiversidade e o fortalecimento da bioeconomia regional.

METODOLOGIA

Amostras de méis de abelhas sem ferrão (n = 40) foram coletadas em diferentes regiões de Santa Catarina durante as safras de 2025 e 2026. As análises foram realizadas no Laboratório de Biotecnologia e Saúde (LABSAÚDE/UNIARP). A atividade antioxidante foi determinada pelo ensaio de sequestro do radical DPPH (Brand-Williams et al., 1995), expressa em porcentagem de inibição.

Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA) e ao teste de Scott-Knott (SISVAR), à correlação de Pearson (SAS 9.1) e à análise multivariada de componentes principais (ACP) no software XLSTAT (2024), visando identificar padrões regionais e sazonais de bioatividade entre as amostras de méis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

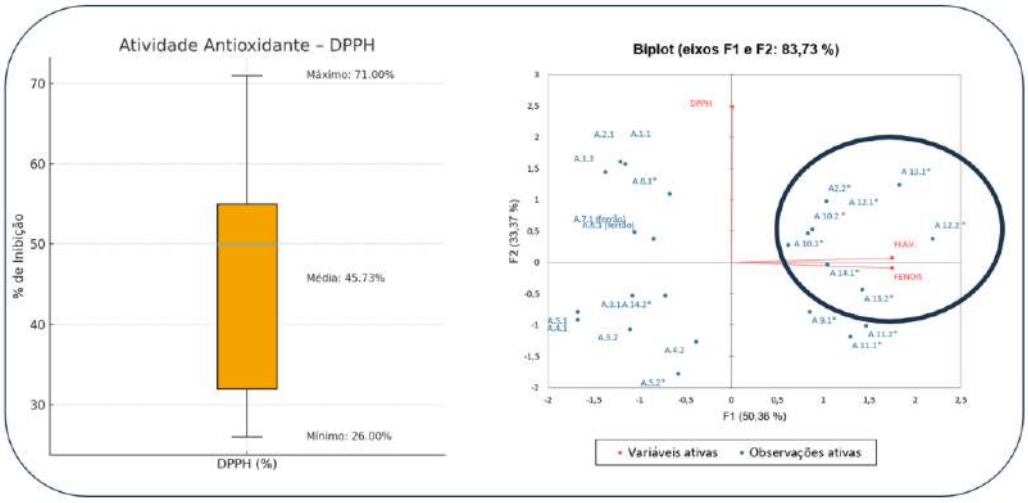
Os méis de abelhas nativas catarinenses apresentaram ampla variabilidade na capacidade antioxidante, refletindo diferenças entre espécies e regiões de coleta. As amostras de Tetragonisca angustula (jataí), Melipona mondury (bugia) e Melipona bicolor (guaraipo) destacaram-se com os maiores percentuais de inibição do radical DPPH, enquanto Melipona quadrifasciata (mandaçaia), Melipona marginata (manduri) e Plebeia droryana (tubiba) exibiram valores inferiores. Essa heterogeneidade confirma a influência da origem botânica e das condições ambientais sobre a composição bioquímica dos méis.

A análise integrada apresentada na Figura 1 demonstra a distribuição geral da atividade antioxidante (boxplot) e o agrupamento multivariado das amostras (ACP), evidenciando correlação positiva entre fenóis e flavonoides e comportamento independente da variável DPPH. Esses resultados sugerem que, além dos compostos fenólicos, outras moléculas redutoras, como pigmentos, enzimas e aminas bioativas, também contribuem para o potencial antioxidante total (Borges et al., 2022; Parle, 2017).

O agrupamento das amostras do Litoral Norte, associadas a maiores teores de fenóis, contrasta com o perfil mais heterogêneo do Meio-Oeste, reforçando o papel combinado da flora e da espécie de abelha na definição do perfil bioativo dos méis catarinenses. Achados semelhantes foram descritos em estudos com méis tropicais, nos quais a composição química e a estabilidade térmica foram associadas à presença de carboidratos e compostos redutores (Biluca et al., 2014), e em análises espectroscópicas que confirmaram a eficácia de técnicas multivariadas na diferenciação de méis por origem geográfica e floral (Nunes et al., 2022).

De modo geral, os resultados corroboram a literatura e destacam o potencial funcional dos méis de meliponíneos catarinenses como alimentos promotores de saúde e produtos de valor agregado à bioeconomia regional.

Figura 1 - Distribuição da atividade antioxidante (DPPH) e análise de componentes principais (ACP) em méis de abelhas nativas catarinenses.



Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos reforçam o alto potencial antioxidante dos méis de abelhas nativas catarinenses, confirmando a influência da espécie, da origem botânica e das condições ambientais sobre sua composição química. A diversidade de respostas observadas entre as amostras evidencia a riqueza da flora regional e destaca o papel da meliponicultura como vetor de valorização da biodiversidade e de geração de produtos diferenciados de alto valor agregado.

As análises em andamento buscam aprofundar a caracterização funcional desses méis, especialmente por meio da quantificação de aminas bioativas, como serotonina, dopamina e melatonina, compostos reconhecidos por sua ação antioxidante, neuroprotetora e potencial sinergismo com os fenóis e flavonoides. A compreensão integrada dessas moléculas permitirá avançar no entendimento dos mecanismos de bioatividade e ampliar as possibilidades de aplicação dos méis nativos em alimentos funcionais, nutracêuticos e bioprodutos inovadores.

Esses resultados estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao promover o uso de alimentos naturais e funcionais; o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao incentivar cadeias produtivas sustentáveis baseadas na biodiversidade; e o ODS 15 (Vida Terrestre), ao valorizar a conservação das abelhas nativas e dos ecossistemas polinizadores. Dessa forma, o estudo contribui para integrar ciência, sustentabilidade e inovação na construção de uma bioeconomia regional resiliente e sustentável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Projeto nº 2024TR001328 (Edital FAPESC nº 51/2024), e com o suporte da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e do Programa de Bolsas FAPs, por meio de bolsa de iniciação científica vinculada ao grupo de pesquisa BIOINOVAH, Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde.

REFERÊNCIAS

BILUCA, F. C. et al. 5-HMF and carbohydrates content in stingless bee honey by CE before and after thermal treatment. **Food Chemistry**, v. 159, p. 244–249, 2014.

BOGDANOV, S. **Honey composition, properties and applications**. In: *Honey in medicine*. London: Academic Press, 2015. p. 61–80.

BORGES, C. V. et al. Tryptophan and biogenic amines in the differentiation and quality of honey. **International Journal of Tryptophan Research,** v. 15, p. 1–10, 2022.

BRAND-WILLIAMS, W.; CUVELIER, M. E.; BERSET, C. Use of a free radical method to evaluate antioxidant activity. **LWT – Food Science and Technology**, v. 28, n. 1, p. 25–30, 1995.

MACHADO DE-MELO, A. A. et al. Chemical composition and biological activity of honey: A review. ***Food Chemistry***, v. 237, p. 159–176, 2017.

MOKAYA, H. O. et al. Characterization of selected properties of stingless bee honey and propolis from Kenya. **Food Bioscience**, v. 47, p. 101–124, 2022.

NUNES, A. et al. Characterization of Brazilian floral honey produced in the states of Santa Catarina and São Paulo through ultraviolet–visible (UV–Vis), near-infrared (NIR), and nuclear magnetic resonance (NMR) spectroscopy. **Food Research International,** v. 162, p. 111913, 2022.

PARLE, M. A. Anti-obsessive compulsive activity of honey. **Asian Journal of Pharmaceutical and Clinical Research**, v. 10, n. 3, p. 206–209, 2017.

RAO, P. V. et al. Biological and therapeutic effects of honey produced by honey bees and stingless bees: A comparative review. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 49, n. 7, p. e5774, 2016.

SANCHO, M. T. et al. Bioactive components and antioxidant activity of honey: Influence of botanical origin and processing. **Journal of the Science of Food and Agriculture,** v. 96, p. 3272–3279, 2016.

SAMARGHANDIAN, S.; FARKHONDEH, T.; SAMINI, F. Honey and health: A review of recent clinical research. **Pharmacognosy Research**, v. 9, n. 2, p. 121–127, 2017.

Sharma, A. et al. Multifunctional bioactive components of honey and their therapeutic applications. **Journal of Food Biochemistry**, v. 44, n. 5, p. e13178, 2020.

PERFIL FENÓLICO E BENEFÍCIOS À SAÚDE DE MÉIS DE ABELHAS NATIVAS CATARINENSES

Categoria: Iniciação Científica

Júlia Fernades[1]
Letícia Scarlet Trzymajewski[2]
Jamile Mayse Ribeiro[3]
Jéssica Dalla Costa[4]
Elizama de Gregório[5]
Cristine Vanz Borges[6,7]

Resumo – Os méis de abelhas nativas sem ferrão destacam-se por sua composição química diferenciada e elevado teor de metabólitos bioativos. Este estudo teve como objetivo avaliar os teores de compostos fenólicos e flavonoides em méis de diferentes regiões de Santa Catarina, visando compreender a influência da espécie e da origem botânica sobre seu potencial funcional. Amostras de méis de abelhas nativas (n = 40) foram coletadas nas safras de 2025 e 2026 e analisadas no Laboratório de Biotecnologia e Saúde (LABSAÚDE/UNIARP). O teor de fenóis foi determinado pelo método de Folin-Ciocalteu e o de flavonoides pelo método do cloreto de alumínio ($AlCl_3$), utilizando ácido gálico e rutina como padrões de referência. Os resultados, expressos em mg EAG / 100 g e mg ER / 100 g, revelaram ampla variação entre espécies e regiões, com destaque para os méis do Litoral Norte. A análise multivariada (ACP) demonstrou correlação positiva entre fenóis e flavonoides, indicando comportamento químico semelhante entre as variáveis. Os achados confirmam o potencial funcional e antioxidante dos méis de meliponíneos catarinenses e fortalecem sua importância na promoção da saúde e na valorização da biodiversidade regional.

Palavras-chave: compostos fenólicos; flavonoides; meliponíneos; antioxidantes. bioeconomia.

INTRODUÇÃO

Os méis de abelhas nativas sem ferrão têm despertado crescente interesse científico devido à sua composição química singular e ao elevado teor de metabólitos bioativos, especialmente compostos fenólicos e flavonoides, reconhecidos por suas propriedades

[1]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde (BIOINOVAH), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

antioxidantes e terapêuticas (Mokaya et al., 2022; Rao et al., 2016). Esses compostos participam de mecanismos de defesa das plantas e, quando presentes no mel, conferem benefícios associados à neutralização de radicais livres e à proteção contra doenças metabólicas e inflamatórias (Samarghandian, Farkhondeh; Samini, 2017; Sharma et al., 2020).

Estudos recentes demonstram que fatores como a espécie de abelha, a origem botânica e as condições ambientais exercem forte influência sobre o conteúdo e a diversidade de compostos fenólicos, resultando em variações regionais marcantes (Biluca et al., 2014). Em pesquisas anteriores, Borges et al. (2022) evidenciaram a importância das aminas bioativas e de compostos aromáticos na diferenciação e qualidade de méis, enquanto Nunes et al. (2022) aplicaram análises espectroscópicas (UV–Vis, NIR e RMN) para caracterizar o perfil químico e a origem floral de méis brasileiros.

Nesse contexto, a caracterização fenólica e flavonoídica dos méis de abelhas nativas catarinenses representa uma etapa essencial para compreender sua variabilidade química e funcional, além de reforçar o potencial desses produtos como alimentos de valor biotecnológico e promotores de saúde.

METODOLOGIA

Amostras de méis de abelhas sem ferrão (Meliponini, n = 40) foram coletadas em diferentes regiões de Santa Catarina durante as safras de 2025 e 2026. As análises foram realizadas no Laboratório de Biotecnologia e Saúde (LABSAÚDE/UNIARP).

O teor de compostos fenólicos totais foi determinado pelo método de Folin-Ciocalteu, descrito por Singleton e Rossi (1965), utilizando ácido gálico como padrão e leitura espectrofotométrica a 760 nm. O teor de flavonoides totais foi quantificado pelo método do cloreto de alumínio ($AlCl_3$), conforme Mabry et al. (1970), com leitura a 415 nm e rutina como composto padrão.

Ambos os métodos se baseiam na formação de complexos coloridos estáveis, cuja intensidade é proporcional à concentração dos compostos analisados. Os resultados foram expressos em mg equivalentes de ácido gálico (EAG) e mg equivalentes de rutina (EQ) por 100 g de mel. Todas as análises foram conduzidas em triplicata, e os dados submetidos à Análise de Variância (ANOVA) e à Análise de Componentes Principais (ACP), utilizando os softwares SISVAR e XLSTAT (2024), respectivamente.

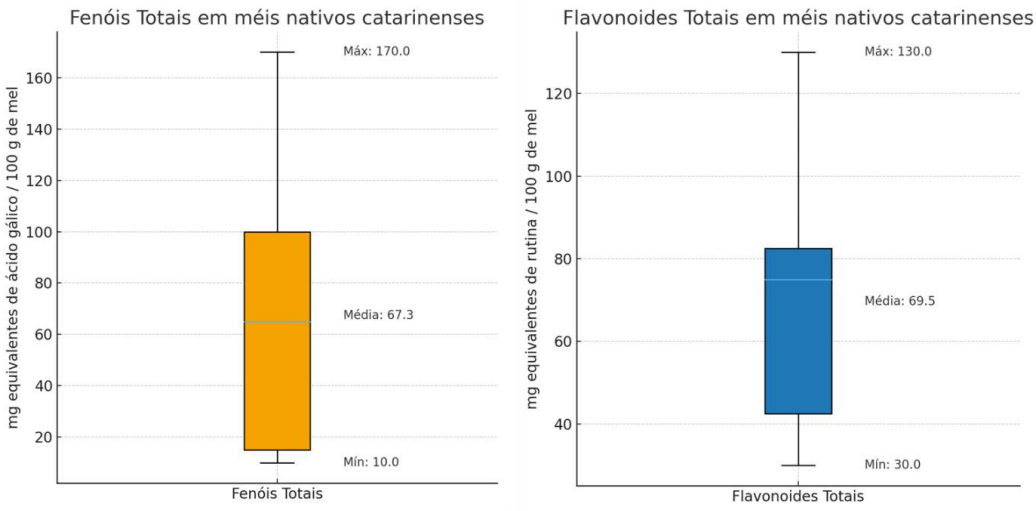
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os méis de abelhas nativas catarinenses apresentaram ampla variação nos teores de compostos fenólicos e flavonoides, evidenciando diversidade química entre espécies e regiões. As amostras provenientes do Litoral Norte, especialmente das espécies Melipona mondury (bugia) e Melipona bicolor (guaraipo), destacaram-se pelos maiores teores médios de compostos bioativos, seguidas pelas de Tetragonisca angustula (jataí) do Extremo Oeste e do Meio-Oeste. Essa tendência confirma a influência da flora local e das condições ambientais sobre o perfil fenólico dos méis.

A Figura 1 apresenta a distribuição geral dos teores de fenóis e flavonoides totais (boxplots), demonstrando comportamento semelhante entre as variáveis e reforçando o papel dos flavonoides como subgrupo estruturalmente relevante dos compostos fenólicos. Já a Figura 2, referente à Análise de Componentes Principais (ACP), evidencia a forte correlação positiva entre fenóis e flavonoides, indicando que ambos seguem o mesmo padrão de variação entre as amostras. As espécies do Litoral Norte agruparam-se no quadrante de maior concentração de compostos bioativos, enquanto méis do Meio-Oeste apresentaram valores mais baixos e distribuição heterogênea.

Esses achados estão em consonância com estudos prévios que relacionam a origem botânica e a espécie de abelha à síntese de metabólitos secundários com propriedades antioxidantes (Biluca et al., 2014; Borges et al., 2022; Nunes et al., 2022). De modo geral, os resultados confirmam o potencial funcional dos méis de meliponíneos catarinenses e sua relevância como alimentos de valor biotecnológico e nutricional.

Figura 1. Distribuição dos teores de compostos fenólicos (mg EAG/100 g) e flavonoides totais (mg EQ/100 g) em méis de abelhas nativas catarinenses. Os boxplots ilustram a variabilidade dos metabólitos antioxidantes entre espécies e regiões, destacando o potencial funcional e o valor biotecnológico desses produtos.



Fonte: Os autores (2025).

Figura 2. Análise de Componentes Principais (ACP) aplicada aos teores de compostos fenólicos e flavonoides em méis de abelhas nativas catarinenses.

Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que os méis de abelhas nativas catarinenses apresentam teores expressivos de compostos fenólicos e flavonoides, confirmando seu potencial antioxidante e funcional. A variação observada entre espécies e regiões evidencia a influência das características florísticas e ambientais sobre o perfil químico dos méis, destacando o Litoral Norte como a região de maior concentração de compostos bioativos.

As análises em andamento incluem a quantificação de aminas bioativas, como serotonina, dopamina e melatonina, cuja ação antioxidante e possível sinergismo com compostos fenólicos poderão ampliar a compreensão dos mecanismos de bioatividade dos méis de meliponíneos catarinenses. Esses resultados reforçam a importância da meliponicultura regionalizada na valorização de produtos apícolas nativos e no fortalecimento da bioeconomia sustentável.

O estudo contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao promover alimentos naturais e funcionais; o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao incentivar práticas sustentáveis na cadeia produtiva; e o ODS 15 (Vida Terrestre), ao valorizar a conservação das abelhas nativas e dos ecossistemas polinizadores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Projeto nº 2024TR001328 (Edital FAPESC nº 51/2024), e com o suporte da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e do Programa de Bolsas FAPS, por meio de bolsa de iniciação científica vinculada ao grupo de pesquisa BIOINOVAH, Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde.

REFERÊNCIAS

BILUCA, F. C. et al. 5-HMF and carbohydrates content in stingless bee honey by CE before and after thermal treatment. **Food Chemistry**, v. 159, p. 244–249, 2014.

BORGES, C. V. et al. Tryptophan and biogenic amines in the differentiation and quality of honey. **International Journal of Tryptophan Research,** v. 15, p. 1–10, 2022.

LOURENÇO, S. C. et al. Optimization of natural antioxidants extraction from pineapple peel and their stabilization by spray drying. **Foods,** v. 10, n. 6, p. 1255, 2021.

MABRY, T. J.; Markham, K. R.; Thomas, M. B. **The systematic identification of flavonoids.** New York: Springer-Verlag, 1970.

MOKAYA, H. O. et al. Characterization of selected properties of stingless bee honey and propolis from Kenya. **Food Bioscience**, v. 47, p. 101–124, 2022.

NUNES, A. et al. Characterization of Brazilian floral honey produced in the states of Santa Catarina and São Paulo through ultraviolet–visible (UV–Vis), near-infrared (NIR), and nuclear magnetic resonance (NMR) spectroscopy. **Food Research International,** v. 162, p. 111913, 2022.

PARLE, M. A. Anti-obsessive compulsive activity of honey. **Asian Journal of Pharmaceutical and Clinical Research**, v. 10, n. 3, p. 206–209, 2017.

RAO, P. V. et al. Biological and therapeutic effects of honey produced by honey bees and stingless bees: A comparative review. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 49, n. 7, p. e5774, 2016.

SANCHO, M. T. et al. Bioactive components and antioxidant activity of honey: Influence of botanical origin and processing. **Journal of the Science of Food and Agriculture,** v. 96, p. 3272–3279, 2016.

SAMARGHANDIAN, S.; Farkhondeh, T.; Samini, F. Honey and health: A review of recent clinical research. **Pharmacognosy Research**, v. 9, n. 2, p. 121–127, 2017.

Sharma, A. et al. Multifunctional bioactive components of honey and their therapeutic applications. **Journal of Food Biochemistry**, v. 44, n. 5, p. e13178, 2020.

SHARMA, A. et al. Multifunctional bioactive components of honey and their therapeutic applications. **Journal of Food Biochemistry**, v. 44, n. 5, p. e13178, 2020.

SINGLETON, V. L.; Rossi, J. A. Colorimetry of total phenolics with phosphomolybdic–phosphotungstic acid reagents. **American Journal of Enology and Viticulture**, v. 16, n. 3, p. 144–158, 1965.

ANÁLISE CROMATOGRÁFICA POR HPLC PARA IDENTIFICAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS EM ZINGIBER OFFICINALE ROSCOE

Categoria:VII – Iniciação Científica

Marco Antonio Cancela[1]
Letícia Alvarenga de França[2]
Líncon Bordignon Somensi[3]
Elizama de Gregorio[4]

Resumo – O estudo teve como objetivo extrair e identificar compostos bioativos presentes nos rizomas de Zingiber officinale Roscoe (gengibre), caracterizando seu perfil fitoquímico e avaliando seu potencial farmacológico. O material vegetal foi submetido à extração com etanol 70% (v/v) e analisado por Cromatografia Líquida de Alta Performance (HPLC). Foram identificados ácidos fenólicos como gálico, clorogênico, cafeico e ferúlico, além de flavonoides (rutina e kaempferol), resveratrol, piresinol e teobromina. Um pico majoritário não identificado foi detectado em 51,765 min, sugerindo um composto apolar de provável relevância biológica. Os resultados indicam o potencial multifuncional do gengibre, reforçando seu uso farmacológico e nutracêutico e apontando para a necessidade de futuras análises estruturais do composto não caracterizado.

Palavras-chave: Zingiber officinale; HPLC; compostos bioativos; fenóis; flavonoides.

INTRODUÇÃO

O Zingiber officinale Roscoe, conhecido como gengibre, é uma planta perene da família Zingiberaceae amplamente utilizada na fitoterapia e na culinária por suas propriedades aromáticas e medicinais. Seu uso terapêutico é descrito desde a medicina tradicional chinesa e ayurvédica, sendo empregado no tratamento de náuseas, vômitos, processos inflamatórios e disfunções gastrointestinais (Ferreira et al., 2023).

A relevância farmacológica do gengibre decorre de sua composição química complexa, que inclui compostos fenólicos, flavonoides, gingeróis, shogaóis, terpenos e alcaloides. Essas substâncias apresentam mecanismos de ação antioxidante e anti-inflamatória amplamente documentados, com potencial para atuação em doenças metabólicas, cardiovasculares e neurodegenerativas (Borgonetti et al., 2020; Arcusa et al., 2022).

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Farmácia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Do ponto de vista químico, os gingeróis e shogaóis — compostos característicos do gengibre — são reconhecidos por inibir a formação de espécies reativas de oxigênio (ROS) e regular vias inflamatórias como NF-κB e MAPK. Paralelamente, os ácidos fenólicos e flavonoides contribuem para a atividade antioxidante global do extrato e para a estabilização de membranas celulares (Tohma et al., 2016; Huang et al., 2023).

A Cromatografia Líquida de Alta Performance (HPLC) constitui uma técnica analítica precisa e reprodutível para a separação e quantificação de compostos bioativos, especialmente em matrizes vegetais complexas. Essa metodologia permite identificar moléculas com propriedades farmacológicas, possibilitando a correlação entre composição química e atividade biológica (Dugo et al., 2009).

Dessa forma, o presente estudo teve como propósito analisar o perfil fitoquímico de extratos de Zingiber officinale Roscoe por meio da técnica de HPLC, com foco na identificação de compostos bioativos e na elucidação de sua importância farmacológica e nutracêutica.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza experimental, quantitativa e descritiva, centrada na análise fitoquímica do extrato hidroetanólico dos rizomas de Zingiber officinale Roscoe. As amostras vegetais foram obtidas de fornecedor especializado e autenticadas por um biólogo qualificado. Após a secagem à sombra e moagem dos rizomas, obteve-se um pó fino utilizado para a extração.

A extração foi conduzida com etanol 70% (v/v) como solvente extrator, por maceração dinâmica, seguida de filtração e concentração do extrato bruto em rotaevaporador (Fisaton®). O extrato hidroetanólico obtido (EHZO) foi armazenado sob refrigeração até a análise.

A caracterização fitoquímica foi realizada em sistema Shimadzu LC, equipado com bomba LC-10ADvp, forno CTO-10Avp, detector SPD-10Avp (PDA) e software LCsolution (versão 1.21 SP1). As colunas utilizadas foram Ascentis RP-Amide (250 × 1,0 mm; 5 µm) e Ascentis Express (150 × 4,6 mm; 2,7 µm). As fases móveis consistiram em metanol, acetonitrila e água de grau HPLC, acidificadas com ácido fórmico até pH 3, para evitar a ionização de compostos fenólicos.

Os padrões analíticos foram obtidos da Sigma-Aldrich, incluindo ácidos fenólicos (gálico, clorogênico, cafeico e ferúlico), flavonoides (rutina e kaempferol), alcaloides e lignanos. As amostras e fases móveis foram filtradas em membranas de 0,45 µm e desgaseificadas em ultrassom. A detecção foi realizada em 270 nm, com aquisição de espectros UV-Vis para cada pico cromatográfico.

Os resultados foram interpretados por comparação dos tempos de retenção com os padrões e pela análise espectral. Como o estudo não envolveu experimentação animal nem humana, não houve necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, mas todas as normas de segurança e descarte de resíduos foram observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise cromatográfica por Cromatografia Líquida de Alta Performance (HPLC) foi empregada para a identificação dos principais compostos bioativos presentes no extrato aquoso de Zingiber officinale Roscoe, com o objetivo de caracterizar seu perfil fitoquímico e relacioná-lo ao potencial farmacológico da espécie. O perfil químico do extrato revelou a ocorrência de uma gama diversificada de metabólitos secundários, com predominância de compostos fenólicos, conforme apresentado na Tabela 1, que descreve os compostos identificados, seus respectivos tempos de retenção e classificações químicas.

Tabela 1 – Compostos bioativos identificados em extrato de Zingiber officinale Roscoe por HPLC: tempos de retenção e classificação química.

Composto	Tempo de Retenção (min)	Tipo
Ácido ascórbico	2,44	Ácido orgânico
Ácido gálico	5,3	Ácido fenólico
Teobromina	8,19	Alcaloide
Ácido clorogênico	11,07	Ácido fenólico
Ácido cafeico	12,45	Ácido fenólico
Rutina	15,06	Flavonoide
Ácido ferúlico	15,6	Ácido fenólico
Resveratrol	18,87	Estilbeno
Piresinol	19,72	Lignano
Kaempferol	23,82	Flavonoide

Fonte: Os autores, 2025.

Os ácidos fenólicos gálico, clorogênico, cafeico e ferúlico foram predominantes, confirmando o gengibre como uma fonte rica de compostos antioxidantes e anti-inflamatórios. O ácido gálico (GA) demonstrou capacidade de inibir o inflamassoma NLRP3 e reduzir espécies reativas de oxigênio, conforme descrito por Bai et al. (2021). O ácido clorogênico (CGA) apresentou propriedades vasoprotetoras e anti-hipertensivas, associadas à regulação das citocinas TNF-α, IL-6 e IL-1β (Huang et al., 2023).

O ácido cafeico (CA), também identificado, é amplamente reconhecido por sua ação neuroprotetora e antimicrobiana. Kowalczyk et al. (2025) relataram que o CA atua preservando a bioenergética mitocondrial e inibindo o estresse oxidativo neuronal. O ácido ferúlico (FA) foi outro composto expressivo, cuja ação antioxidante é mediada pela ativação da via Nrf2/HO-1, responsável pela indução de enzimas protetoras celulares (Liu et al., 2025).

Entre os flavonoides, destacaram-se a rutina e o kaempferol, ambos com ampla literatura de suporte clínico. A rutina, segundo Bazyar et al. (2023), promove a redução da pressão arterial e aumenta as defesas antioxidantes enzimáticas. O kaempferol, por sua vez, atua na modulação das vias PI3K/AKT e Nrf2/HO-1, contribuindo para a prevenção de danos oxidativos e fibrose cardíaca (Kamisah, 2023; Yue et al., 2024).

A teobromina, alcaloide detectado no extrato, é reconhecida por efeitos estimulantes e vasodilatadores leves, podendo contribuir para o efeito energético e modulador do humor do gengibre (Zhang et al., 2024). Os compostos resveratrol e piresinol também foram identificados, ampliando a complexidade química do extrato. O resveratrol ativa as vias SIRT1 e AMPK,

responsáveis pela regulação de processos inflamatórios e oxidativos (Ren et al., 2025), enquanto o piresinol possui atividade neuroprotetora e anti-inflamatória, mediada pela inibição de NF-κB (Hassanein et al., 2024).

O pico majoritário não identificado foi observado em 51,765 minutos, com intensidade próxima a 500 mAU, apresentando eluição tardia e forte absorção em 270 nm. Essa característica sugere tratar-se de um composto altamente apolar, possivelmente derivado de gingeróis oxidados ou dimerizados, conforme relatado por Tohma et al. (2016). Essa hipótese indica a presença de um novo metabólito lipofílico com alto potencial biológico, cuja estrutura deve ser elucidada por técnicas como LC-MS/MS e RMN.

De modo geral, o conjunto de compostos identificados confirma a ação multifuncional do Zingiber officinale. A coexistência de fenóis, flavonoides, lignanos e estilbenos confere ao extrato atividades antioxidantes, anti-inflamatórias, cardioprotetoras e neuroprotetoras. Estudos correlatos de Arcusa et al. (2022) e Borgonetti et al. (2020) demonstram que tais efeitos se manifestam de maneira sinérgica, resultando em proteção neuronal e vascular significativa.

Além disso, a complexidade do perfil químico sugere que variações no solvente extrator, na origem botânica e nas condições ambientais podem influenciar a proporção dos compostos, justificando diferenças encontradas em estudos prévios (Tohma et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu seus objetivos ao caracterizar, por HPLC, o perfil fitoquímico do Zingiber officinale Roscoe, revelando ampla diversidade de compostos bioativos. A presença predominante de ácidos fenólicos e flavonoides corrobora sua reconhecida ação antioxidante e anti-inflamatória.

O pico majoritário não identificado, observado em 51,765 minutos, representa um achado de grande relevância, possivelmente relacionado a um composto lipofílico de elevado potencial farmacológico. Sua identificação estrutural é uma etapa essencial para futuras pesquisas, que poderão consolidar o gengibre como fonte promissora de novos princípios ativos para uso farmacêutico e nutracêutico.

Os resultados obtidos reforçam a importância científica e terapêutica do Zingiber officinale, justificando sua utilização tradicional e incentivando o desenvolvimento de formulações padronizadas baseadas em seus extratos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), que contribuiu para a execução e fortalecimento da pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARCUSA, R. et al. Ginger polyphenols and their effects on oxidative stress and inflammation. Frontiers in Nutrition, Lausanne, v. 9, p. 1–12, 2022. DOI: https://doi.org/10.3389/fnut.2022.874256

BAI, J. et al. Gallic acid ameliorates oxidative stress and inflammation in chronic diseases. Frontiers in Pharmacology, Lausanne, v. 12, p. 1–10, 2021. DOI: https://doi.org/10.3389/fphar.2021.642802

BAZYAR, H. et al. Effects of rutin supplementation on oxidative stress and lipid profile in cardiovascular disease: a systematic review. Clinical Nutrition ESPEN, Amsterdam, v. 56, p. 22–30, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.clnesp.2023.02.014

BORGONETTI, V.; RUOCCO, G.; GRECO, R. The neuroprotective potential of Zingiber officinale: from traditional use to pharmacological evidence. Phytomedicine, Amsterdam, v. 76, p. 153248, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.phymed.2020.153248

DUGO, P.; CAVALLO, D.; MONDELLO, L. Advances in HPLC analysis of polyphenolic compounds in plant extracts. Journal of Chromatography A, Amsterdam, v. 1216, n. 43, p. 7163–7180, 2009. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chroma.2009.07.018

FERREIRA, W. A.; LIMA, D. M.; SOUSA, G. S. Compostos bioativos e potencial terapêutico do gengibre (Zingiber officinale Roscoe): revisão. Revista Brasileira de Cancerologia, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 1–9, 2023. DOI: https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2023v69n1

HUANG, J.; WANG, Y.; LI, F. Chlorogenic acid as a cardioprotective and anti-inflammatory compound: recent findings. Molecules, Basel, v. 28, n. 7, p. 1503, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/molecules28071503

KAMISAH, Y. Role of kaempferol in cardiovascular protection: molecular mechanisms and applications. Molecules, Basel, v. 28, n. 15, p. 5055–5070, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/molecules28155055

KOWALCZYK, A.; MIKOLAJCZYK, K.; NOWAK, P. Caffeic acid protects against neuronal oxidative stress: mechanisms and evidence. Nutrients, Basel, v. 17, n. 2, p. 220–234, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/nu17020220

LIU, H.; ZHAO, Y.; WU, D. Ferulic acid activates Nrf2/HO-1 pathway to prevent oxidative damage. Biomedicine & Pharmacotherapy, Paris, v. 169, p. 115–124, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.biopha.2025.115124

REN, G.; HUANG, Q.; YANG, L. Resveratrol modulates oxidative and inflammatory pathways via SIRT1/AMPK. International Journal of Molecular Sciences, Basel, v. 26, n. 4, p. 1562–1578, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/ijms26041562

TOHMA, H.; GÜLÇIN, İ.; GÖREN, A. C. Comprehensive HPLC characterization of ginger extracts: phenolic composition and antioxidant capacity. Journal of Food Measurement and Characterization, Cham, v. 10, p. 219–226, 2016. DOI: https://doi.org/10.1007/s11694-015-9297-9

HIPERTENSÃO E OBESIDADE EM PACIENTES COM DIABETES GESTACIONAL: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÕES E ASPECTOS CLÍNICOS

Gabriela Pohlenz Mildenberger Bello[1]
Fábio Herget Pitanga[2,3]

Resumo: O diabetes mellitus gestacional (DMG) é uma das principais complicações metabólicas da gestação, associando-se ao aumento do risco cardiovascular materno-fetal. Este estudo analisou a correlação entre hipertensão arterial sistêmica (HAS), obesidade e idade materna avançada em gestantes com DMG atendidas em uma clínica do Meio Oeste catarinense. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, observacional e retrospectiva, realizada com 103 prontuários clínicos entre 2004 e 2025. Verificou-se que 43 gestantes (41,7%) apresentaram pré-hipertensão, 7 (6,8%) eram hipertensas e 69 (67,0%) tinham idade de 30 anos ou mais, das quais 7% destas tinham HAS associada. Os resultados obtidos estão em consonância com dados de literatura que afirmam uma forte tendência à obesidade e HAS associada à DMG. Os resultados reforçam a importância da orientação nutricional e do rastreamento precoce, além da necessidade de acompanhamento integral e multiprofissional na atenção primária à saúde.

Palavras-chave: Hipertensão arterial sistêmica, Obesidade, Diabetes gestacional.

INTRODUÇÃO

O DMG é a forma mais comum de hiperglicemia na gestação, afetando entre 3% e 25% das mulheres grávidas, conforme população e critérios diagnósticos (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2023; Zajdenverg et al., 2023). Resulta de alterações hormonais e resistência à insulina, favorecendo hiperglicemia e risco de complicações maternas e fetais, como macrossomia e parto prematuro (American Diabetes Association, 2024). A HAS e a obesidade frequentemente coexistem com o DMG e compartilham mecanismos fisiopatológicos — resistência à insulina, inflamação crônica e disfunção endotelial — que aumentam o risco obstétrico (Silva et al., 2024; Franco et al., 2025). A obesidade central, por meio da liberação de citocinas (TNF-α, IL-6), agrava o perfil glicêmico e eleva a pressão arterial (Silva et al., 2024). Observa-se aumento de sobrepeso e obesidade em mulheres em idade fértil, fatores de risco relevantes para DMG e HAS. A International Diabetes Federation (2025) descreve o excesso de peso pré-gestacional como fator de risco da hiperglicemia gestacional; Fichman et al. (2023) reforçam a influência das escolhas alimentares sobre esses desfechos. Assim, o presente estudo objetivou analisar a relação entre

[1] Aluno do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, através da Chamada CNPq nº. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado PIBPG 2022, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

obesidade, HAS e idade materna avançada em gestantes com DMG atendidas em uma clínica do Meio Oeste catarinense.

Associada ao DMG, a HAS e a obesidade configuram importantes agravos à saúde materno-fetal. Essas condições compartilham mecanismos fisiopatológicos, como resistência à insulina, inflamação crônica e disfunção endotelial, que comprometem a função vascular e aumentam o risco de pré-eclâmpsia e parto prematuro (Silva et al., 2024; Franco et al., 2025). A obesidade central potencializa esse quadro pela liberação de citocinas inflamatórias (TNF-α e IL-6), que prejudicam o metabolismo glicídico e elevam a pressão arterial (Silva et al., 2024).

Atualmente, observa-se aumento expressivo de sobrepeso e obesidade entre mulheres em idade fértil, fator de risco relevante para o desenvolvimento de DMG e HAS. De acordo com a International Diabetes Federation (2025), o excesso de peso pré-gestacional é um dos principais determinantes da hiperglicemia na gestação e contribui para o aumento da morbimortalidade materno-fetal. Esses achados convergem com Fichman et al. (2023), que ressaltam a influência das escolhas alimentares e do estado nutricional inadequado sobre o surgimento de distúrbios metabólicos. Do ponto de vista fisiopatológico, Silva et al. (2024) descrevem que o acúmulo de tecido adiposo estimula a liberação de citocinas inflamatórias, promovendo resistência à insulina e aumento da pressão arterial. Assim, o sobrepeso e a obesidade pré-gestacionais, associados ao DMG, intensificam a vulnerabilidade cardiovascular materna e o risco de complicações gestacionais.

Fatores como idade materna avançada, histórico familiar de Diabetes Mellitus (DM), excesso de peso pré-gestacional e condições socioeconômicas desfavoráveis elevam a incidência dessas patologias e dificultam o diagnóstico precoce (Fichman et al., 2023; Lima et al., 2024). Em contrapartida, ações preventivas como orientação nutricional, educação em saúde e monitoramento glicêmico regular mostram-se eficazes para reduzir o risco de DMG e HAS, favorecendo melhores desfechos gestacionais (Fichman et al., 2023; International Diabetes Federation, 2025).

Nesse contexto, compreender as correlações entre HAS, obesidade e DMG, bem como seus determinantes clínicos e sociodemográficos, é essencial para o planejamento de intervenções em saúde pública, especialmente na Atenção Primária. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre obesidade, HAS e idade materna avançada em gestantes com DMG atendidas em uma clínica especializada no Meio Oeste catarinense, contribuindo com evidências regionais que possam orientar práticas de cuidado integral à saúde materno-fetal.

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa, com caráter observacional e retrospectivo. A investigação teve como objetivo analisar a correlação entre DMG, HAS e obesidade, bem como suas repercussões clínicas e sociodemográficas na saúde materno-fetal.

Após realizada uma revisão narrativa sobre o tema, iniciou-se a coleta de dados por meio de prontuários clínicos de pacientes atendidas na Clinimed, clínica especializada em

endocrinologia e metabologia. Os registros analisados corresponderam ao período de 2004 a 2025, identificados no sistema Hidoctor® com os códigos CID-10 O24.4 e O24.9, sendo excluídas pacientes com DM do tipo 1 e tipo 2. Dos prontuários selecionados, foram extraídas informações clínicas como idade materna, altura materna, número de gestações, histórico familiar de DM, presença de HAS e/ou obesidade, tabagismo, etilismo, glicemia de jejum e hemoglobina glicada.

Os dados coletados foram organizados em planilhas no Microsoft Excel e posteriormente analisados com o auxílio do software estatístico SPSS-22. Após a análise e interpretação dos resultados, foram identificados padrões e lacunas relevantes, contribuindo para o entendimento dos fatores associados ao desenvolvimento de diabetes mellitus gestacional quando relacionado à HAS e obesidade.

Este estudo seguiu os preceitos éticos previstos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número 89768425.0.0000.0259.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados 103 prontuários de gestantes com DMG (2004–2025). A média de idade foi 32 ± 5,7 anos; 43 (41,7%) apresentaram pré-hipertensão (PA sistólica 120–139 mmHg e/ou diastólica 80–99 mmHg) e 13 (12,9%) foram hipertensas (≥140/90 mmHg), sendo que mais de 50% mostraram alguma alteração pressórica.

Em relação ao estado nutricional, observou-se que diversos prontuários indicavam ganho ponderal elevado durante a gestação, sugerindo tendência clínica ao excesso de peso. Contudo, a ausência do registro do peso pré-gestacional impediu o cálculo preciso do IMC e a classificação formal quanto a sobrepeso ou obesidade, porém, dos 5 casos avaliados, 4 (80,0%), estavam com excesso de peso, resultado condizente com dados de literatura (Fichman et al., 2023). O IMC gestacional depende do peso anterior à concepção, já que o ganho ponderal é fisiológico e varia por trimestre; sem esse dado, não é possível avaliação quantitativa acurada. Ainda assim, os achados clínicos sugerem que ganho ponderal excessivo pode ter contribuído para resistência à insulina e aumento pressórico, em linha com os mecanismos descritos por Silva et al. (2024).

Verificou-se que 69 gestantes (67,0%) tinham idade materna maior ou igual a 30 anos; 7 (10,1%) dessas eram hipertensas. Os valores médios de HbA1c foram 5,8 ± 0,7% e glicemia de jejum 98 ± 12 mg/dL, compatíveis com DMG segundo SBD (Zajdenverg et al., 2023; Rodacki et al., 2023). Fichman et al. (2023) e a IDF (2025) reforçam a relação entre excesso de peso, idade avançada e pior perfil metabólico; Franco et al. (2025) lembram que síndromes hipertensivas são importantes causas de prematuridade e morbidade neonatal. Portanto, os achados apontam para necessidade de rastreamento pressórico, controle nutricional e acompanhamento multiprofissional no pré-natal.

Os valores médios de hemoglobina glicada foram de 5,8 ± 0,7% e de glicemia de jejum, 98 ± 12 mg/dL, compatíveis com o diagnóstico de DMG conforme critérios da Sociedade Brasileira de Diabetes (Zajdenverg et al., 2023; Rodacki et al., 2023). Esses resultados refletem o

perfil metabólico alterado das gestantes, caracterizado por resistência à insulina e predisposição a distúrbios pressóricos, conforme os mecanismos descritos por Silva et al. (2024).

Apesar da impossibilidade de quantificar o IMC, a tendência clínica observada indica que gestantes com ganho ponderal excessivo apresentaram maior propensão à HAS e a alterações metabólicas. Apenas 5 gestantes apresentavam peso prévio à gestação, destas, 4 (80,0%) estavam com excesso de peso. Fichman et al. (2023) reforçam que a orientação nutricional e o acompanhamento multiprofissional reduzem significativamente a ocorrência conjunta de DMG e hipertensão gestacional, evidenciando a necessidade de intervenções precoces na atenção básica.

Segundo Franco et al. (2025), as síndromes hipertensivas da gestação estão entre as principais causas de prematuridade e morbidade neonatal, o que reforça a importância do rastreamento precoce de alterações pressóricas, especialmente em gestantes com DMG. Os dados da International Diabetes Federation (2025) também apontam crescimento da hiperglicemia gestacional em faixas etárias mais elevadas, alinhando-se à tendência observada nesta amostra regional.

Por fim, conforme salientado por Lima et al. (2024), o manejo adequado dessas condições requer abordagem integral e interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde, com foco na educação alimentar, controle glicêmico e vigilância pressórica contínua. Assim, os resultados reforçam a importância de estratégias preventivas e de cuidado integral para reduzir complicações materno-fetais e promover melhor prognóstico gestacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que HAS e condições associadas ao excesso de peso são frequentemente encontradas em gestantes com DMG, assim como há uma maior tendência de DMG em gestantes com idade mais avançada. Os resultados também mostraram esta tendência de associação ao excesso de peso o que pode aumentar a vulnerabilidade cardiovascular em mulheres, principalmente as com idade mais avançada. A ausência do peso pré-gestacional impediu o cálculo do IMC na maioria das gestantes, representando limitação metodológica; ainda assim, o ganho ponderal excessivo registrado pode ter contribuído para resistência à insulina e elevação pressórica (Silva et al., 2024). Reforça-se a necessidade de rastreamento precoce, educação nutricional e atenção multiprofissional no pré-natal, conforme Zajdenverg; Rodacki (2023) e Lima et al. (2024), para reduzir complicações materno-fetais.

Dessa forma, reforça-se a importância do rastreamento precoce, da educação alimentar e do monitoramento contínuo durante o pré-natal, conforme orientam as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (Zajdenverg; Rodacki, 2023) e as estratégias de cuidado integral propostas por Lima et al. (2024). A ampliação de programas preventivos e o fortalecimento das ações de atenção primária em saúde são essenciais para minimizar complicações materno-fetais e promover uma gestação mais segura e saudável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pela oportunidade institucional que possibilitou a execução deste projeto de extensão, ao Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP), pelo apoio financeiro e acadêmico que viabilizou o desenvolvimento do estudo e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela bolsa de doutorado através da Chamada CNPq nº. 69/2022.

REFERÊNCIAS

FICHMAN, Valéria *et al*. Orientação nutricional como forma preventiva do diabetes mellitus gestacional e hipertensão gestacional: influência das escolhas alimentares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 52, n. 2, 2023. Disponível em: https://acervos.icict.fiocruz.br/iff/doutorado_bibsmc/valeria_fichman_iff_dout_2023.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

FRANCO, Elizabeth de Paula; GAMA, Silvana Granado Nogueira da; FILHA, Mariza Miranda Theme *et al*. Efeito causal das síndromes hipertensivas da gestação sobre a prematuridade: dados do estudo transversal "Nascer no Brasil". **Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 30, n. 3, e01142023, mar. 2025. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en/mdl-40136159. Acesso em: 17 mai. 2025.

IDF - INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION. **IDF Diabetes Atlas**, 11th Edition. Brussels: IDF, 2025. Disponível em: https://diabetesatlas.org/media/uploads/sites/3/2025/04/IDF_Atlas_11th_Edition_2025.pdf. Acesso em: 08 mai. 2025.

LIMA, F S. *et. al.* Concepções e práticas dos profissionais de saúde sobre a integralidade na atenção primária em saúde. **Revista Brasileira de Medicina de F'amília e Comunidade**, v. 19, n. 46, 2024. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1572142. Acesso em: 19 jan. 2025.

RODACKI, M. *et al*. Classificação do diabetes. **Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)**, 2023. DOI: 10.29327/557753.2022-1. ISBN: 978-85-5722-906-8. Disponível em: https://diretrizes.diabetes.org.br. Acesso em: 08 mai. 2025.

SILVA, A. *et al*. Fatores inflamatórios e resistência à insulina em obesidade. **Femina**, v. 52, n. 2, p. 99-107, 2024. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/12/1584518/femina-2024-522-99-107.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

ZAJDENVERG, L. *et al.* Rastreamento e diagnóstico da hiperglicemia na gestação. **Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)**, 2023. DOI: 10.29327/557753.2022-11. ISBN: 978-85-5722-906-8. Disponível em: https://diretrizes.diabetes.org.br. Acesso em: 08 maio 2025.

PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO FEMININO NO CLIMATÉRIO: RELATO DE AÇÃO EDUCATIVA

Categoria: Iniciação Científica

Ana Flávia de Mello Fiamoncini[1]
Eduarda Cristina Bianchin Menegat[2]
Luísa Bonetto de Mello[3]
Maria Eduarda Castilho Lopes[4]
Micheli Martinello[5,6]

Resumo – O climatério e a menopausa constituem processos fisiológicos caracterizados por alterações hormonais progressivas, frequentemente acompanhadas de manifestações físicas e emocionais que impactam a qualidade de vida da mulher. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo descrever as principais manifestações clínicas associadas a esses períodos e relatar uma ação educativa direcionada à promoção do autocuidado feminino. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica de literatura científica, complementada pela implementação de atividades educativas junto a mulheres com idade entre 40 e 65 anos atendidas em Estratégias de Saúde da Família nos municípios de Lebon Régis e Rio das Antas. A ação consistiu em orientações sobre as transformações corporais e psicossociais do climatério, enfatizando a importância da educação em saúde e do acompanhamento multiprofissional. Observou-se que espaços de diálogo e troca de conhecimento favorecem a compreensão das mudanças vivenciadas, fortalecendo o autocuidado e contribuindo para uma vivência mais saudável e acolhida desse período da vida.

Palavras-chave: Climatério. Saúde da mulher. Menopausa

INTRODUÇÃO

O climatério consiste em perimenopausa, marcada pelo surgimento dos primeiros sintomas e irregularidades menstruais e pós-menopausa, caracterizada pela cessação definitiva dos ciclos (Abdelmola et al., 2024; Lipasti et al., 2025). Nesse contexto, a menopausa corresponde ao marco central, definida como a última menstruação, confirmada após doze meses consecutivos de amenorreia, geralmente entre 45 e 55 anos (Ribeiro et al., 2024; Santos, 2023). Uma vez reconhecidos como um processo fisiológico de transição do período reprodutivo para o não reprodutivo, decorrente de alterações gradual de hormônios (Santos, 2023), estão

[1]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa de Doenças Crônicas Não Transmissíveis na Saúde Pública, Programa de Pós-graduação, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

associados ao hipoestrogenismo, responsável por sintomas vasomotores, neuropsicológicos, urogenitais e metabólicos relatados (Nieto et al., 2025).

As manifestações mais comuns são ondas de calor, sudorese noturna, irritabilidade, distúrbios do sono, ressecamento vaginal, dispareunia e perda da libido, além da redistribuição de gordura corporal e aumento do risco cardiovascular e de osteoporose, podendo gerar sofrimento psicológico (Ali; Ahmed; Smail, 2020; Nieto et al., 2025; Yamaç; Bakir, 2025), sendo, o conhecimento adequado sobre essa fase relacionado a adoção de medidas preventivas e de autocuidado, que permitem as mulheres enfrentar essa transição com maior confiança e compreensão das mudanças fisiológicas e emocionais (Abdelmola et al., 2024; Ali; Ahmed; Smail, 2020).

Para isso, estratégias de promoção da saúde, como atividades físicas, ações educativas e fortalecimento do suporte emocional e social, tornam-se essenciais para amenizar sintomas e favorecer vivências positivas durante o climatério e a menopausa (Trujillo-Muñoz et al., 2025; Abdelmola et al., 2024). Além disso, a educação em saúde, contribui para desmistificar crenças negativas e estimular o protagonismo feminino, promovendo acolhimento, autonomia e tomada de decisões conscientes acerca do autocuidado (Santos, 2023; Yamaç; Bakir, 2025). Dessa maneira, compreender o climatério e menopausa como etapas naturais e integradas à vida da mulher permite uma abordagem sensível e humanizada. Nesse contexto, o trabalho tem o objetivo de descrever as principais manifestações clínicas associadas ao período e relatar a ação educativa direcionada à promoção do autocuidado feminino.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter informativo. Foi desenvolvido em duas etapas e inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica exploratória nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “saúde da mulher” AND “climatério” OR “menopausa” e como filtros o idioma português e inglês, publicados nos últimos cinco anos. Na segunda etapa, foi planejada e executada a ação educativa de promoção do autocuidado feminino, desenvolvida com mulheres entre 40 e 65 anos atendidas em Estratégias de Saúde da Família de Lebon Régis e Rio das Antas. A atividade realizada foi de orientação em saúde e abordou as principais manifestações clínicas do climatério e menopausa, alterações vasomotoras, metabólicas, urogenitais e psicossociais. Destacaram-se estratégias de manejo como a prática regular de exercícios físicos, cuidados com sono, lubrificação vaginal, alimentação equilibrada e fortalecimento de redes de apoio social. As participantes receberam material educativo com informações para adoção de práticas de autocuidado e incentivo do acompanhamento com equipe multiprofissional. Buscou-se promover saúde e bem-estar, oferecendo suporte prático para a adaptação desta fase da vida e incentivando a busca de estratégias de qualidade de vida, autocuidado e atenção à saúde ginecológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerado um processo fisiológico marcado pela transição da fase reprodutiva para a não reprodutiva, o climatério resulta da diminuição progressiva dos níveis de estrogênio e progesterona, o que desencadeia alterações físicas, emocionais e psicossociais (Santos, 2023;

Ribeiro et al., 2024; Minayo, 2025), diretamente associada à manifestação de sintomas vasomotores, urogenitais, metabólicos e neuropsicológicos, que variam em intensidade entre as mulheres (Nieto et al., 2025). Além dessas mudanças fisiológicas, fatores socioculturais e ambientais influenciam a forma como cada mulher vivencia essa fase, reforçando que o climatério é um fenômeno multidimensional (Minayo, 2025; Wood et al., 2025).

Entre os sintomas mais frequentemente relatados, destacam-se as ondas de calor, sudorese noturna, irritabilidade, distúrbios do sono, ressecamento vaginal, dispareunia e diminuição da libido, além da redistribuição de gordura corporal e maior risco de doenças cardiovasculares e osteoporose (Nieto et al., 2025; Ribeiro et al., 2024). A atrofia vulvovaginal, pela menor lubrificação e alterações do epitélio genital, afeta não apenas o conforto físico, mas também a sexualidade e as relações afetivas (Campos, 2022; Santos, 2023). Contudo, a intensidade e o impacto desses sintomas relacionam-se ao nível de conhecimento e suporte recebido durante essa transição (Abdelmola et al., 2024; Wegrzynowicz et al., 2025). Nesse contexto, o acesso à informação e a ambientes acolhedores de cuidado é essencial para promover bem-estar nessa fase da vida. Educação em saúde, aconselhamento e apoio multiprofissional, ajudam a fortalecer o autocuidado, orientar escolhas e diminuir impacto dos sintomas. Estratégias comunitárias e no ambiente de trabalho, ainda, podem favorecer o diálogo aberto, reduzir estigmas e oferecer suporte emocional. Assim, ampliar a conscientização e suporte às mulheres no climatério contribui para uma vivência mais saudável, autônoma e equilibrada (Yamaç; Bakir, 2025), visto que o acesso à informação qualificada e ambientes acolhedores estão associado ao bem-estar no climatério (Abdelmola et al., 2024; Lipasti et al., 2025).

A falta de orientação adequada, por sua vez, pode gerar sofrimento psicológico e percepções negativas sobre o envelhecimento e a feminilidade, influenciando a forma como as mulheres interpretam seus sintomas e buscam apoio (Ali; Ahmed; Smail, 2020; Yamaç; Bakir, 2025). A ação educativa realizada nas Estratégias de Saúde da Família reforçou que muitas mulheres reconhecem a queda hormonal, porém não compreendem a amplitude das alterações corporais, emocionais e metabólicas envolvidas. Quanto as estratégias de manejo, a prática regular de exercícios físicos se destaca como intervenção segura e eficaz, contribuindo para a melhora da vitalidade, preservação da densidade óssea e redução de sintomas psicológicos (Trujillo-Muñoz et al., 2025; Nieto et al., 2025).

Em conjunto, práticas integrativas como yoga e acupuntura demonstram benefícios no equilíbrio emocional e redução de sintomas vasomotores e urogenitais (Sobral, 2024; Trujillo-Muñoz et al., 2025). Terapias convencionais, por sua vez, incluindo a terapia hormonal, tendem a apresentar eficácia no alívio de sintomas vasomotores e proteção óssea (Bacarro, 2025; Ribeiro et al., 2024). No entanto, seu uso deve considerar contraindicações individuais e acompanhamento adequado. Além disso, fatores ambientais emergentes, como as mudanças climáticas, tendem a intensificar sintomas vasomotores e agravar condições cardiometabólicas durante a menopausa, tornando-se um novo campo de atenção à saúde feminina (Cucinella; Tiranini; Nappi, 2023; Wood et al., 2025). Portanto, estratégias de cuidado devem integrar abordagem clínica, suporte psicossocial e ações socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O climatério representa uma fase natural de transição na vida da mulher, marcada por alterações hormonais que repercutem no corpo, nas emoções e nas relações sociais. Embora seja um processo fisiológico, muitas mulheres possuem conhecimento limitado sobre as mudanças que ocorrem nesse período, o que pode intensificar sintomas e comprometer a qualidade de vida. Nesse contexto, sugere-se que a ação educativa pode contribuir na compreensão sobre essas transformações, favorecendo o acolhimento das vivências e estimulando o autocuidado. Para isso, o diálogo aberto e a troca de experiências mostraram-se fundamentais para desmistificar a menopausa e fortalecer a autonomia na tomada de decisões sobre saúde, o que reforça a importância da promoção de espaços informativos e de apoio contínuo, e, portanto, da ampliação de ações educativas interdisciplinares e comunitárias, de modo a assegurar que as mulheres sejam acompanhadas de forma individualizada e integral, respeitosa e acolhedora durante essa fase de transição.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, a Estratégia Saúde da Família central de Lebon Régis- SC e a Unidade Básica de Saúde de Rio das Antas.

REFERÊNCIAS

Abdelmola, O. A. et al. Determinants of knowledge and perception about menopause among saudi women: a cross-sectional study. Heliyon, v. 10, n. e32935, 2024.

Ali, A.M.; Ahmed, A.H.; Smail, L. Psychological climacteric symptoms and attitudes toward menopause among Emirati women. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 5028, 2020.

Campos, P.F.; Marçal, M.E.A.; Rocha, L.S.; Carvalho, V.P.S.; Silva, J.M.O. Climatério e menopausa: conhecimento e condutas de enfermeiras que atuam na Atenção Primária à Saúde. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 12, n. e41, p. 1-21, 2022.

Cucinella, L.; Tiranini, L.; Nappi, R. Impact of climate and environmental change on the menopause. Maturitas, v. 178, n. 107825, 2023.

De Alcântara, L.L.; Do Nascimento, L.C.; Da Costa Oliveira, V.A. Conhecimento das mulheres e dos homens referente ao climatério e menopausa. Enfermagem em Foco, v. 11, n. 1, 2020.

De Souza, J.P. et al. A percepção da mulher sobre o período do climatério e menopausa. Research, Society and Development, v. 11, n. 17, p. e222111739225-e222111739225, 2022.

Ferreira, I.C.C.; Silva, S.S.; De Almeida, R.S. Menopausa, sinais e sintomas e seus aspectos psicológicos em mulheres sem uso de reposição hormonal. Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, v. 19, n. 2, 2015.

Lemos, B.A.R.; Guimarães, L.C.R.; De Senne, T.H. Qualidade de vida das mulheres no climatério e na pós-menopausa. Revista Eletrônica Acervo Médico, v. 12, n. e10503, 2022.

Lipasti, M. et al. Associations between factors related to work and health and the experience of climacteric symptoms: a study among 52–56-year-old full-time working Finnish women before any treatment for the symptoms. European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology, v. 311, n. 114031, 2025.

Nieto, M.R.; Rus, M.J.; Areal-Quecuty, V. et al. Menopausal shift on women's health and microbial niches. npj Women's Health, v. 3, n. 3, 2025.

Ribeiro, R.L.C. et al. Women's perception of the climacteric and menopause. Research, Society and Development, v. 13, n. 3, 2024.

Rodrigues, M.A.H.; Reis, Z.S.N.; Verona, A.P.A.; Teixeira, M.C.; Pappa, G.L.; Soares Junior, J.M.; Da Silva Filho, A.L.; Baracat, E.C.; Maciel, G.A.R. Climacteric women's perspectives on menopause and hormone therapy: knowledge gaps, fears, and the role of healthcare advice. PLoS One, v. 20, n. 5, 2025.

Salustiano, M.A.; Avelino, M.; Silva, C.; Oliveira, J.; Santos, F. Associação entre a idade da menopausa e a limitação nas atividades de vida diária em mulheres idosas: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. suppl 1, 2025.

Santos, A.S.; Moreira, A.B.; Souza, M.L.R. Prevalência e severidade de sintomas em mulheres na menopausa: um estudo descritivo. Demetra (Rio de Janeiro), v. 18, n. 72182, 2023.

Trujillo-Muñoz, P.J.; Sánchez-Ojeda, M.A.; Rodríguez-Huamán, E.C.; Mezyani-Haddu, K.; Hoyo-Guillot, I.; Navarro-Prado, S. Effects of physical exercise on symptoms and quality of life in women in climacteric: a systematic review and meta-analysis. Healthcare, v. 13, n. 644, 2025.

Wegrzynowicz, A.K.; Walls, A.C.; Godfrey, M.; Beckley, A. Insights into perimenopause: a survey of perceptions, opinions on treatment, and potential approaches. Women, v. 5, n. 4, 2025.

Wood, K. et al. Women's experiences and expectations during the menopause transition: a systematic qualitative narrative review. Health Promotion International, v. 40, n. 1, 2025.

Yamaç, S.U.; Bakir, N. Aging anxiety levels of women in menopause and associated factors. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 71, n. 1, 2025.

DISTRIBUIÇÃODOS ÓBITOS POR CÂNCERR DE PULMÃO NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE TEMPORAL ENTRE 2022 E 2024

Categoria: Iniciação Científica

Luís Felipe Santolin[1]
Ana Paula Gonçalves Pincolini[2]
Lorete Aparecida Braun[3]

Resumo – O câncer de pulmão é uma das neoplasias malignas mais letais e prevalentes no Brasil, com destaque para a região Sul, onde fatores ambientais e culturais agravam o cenário epidemiológico. Além do tabagismo, principal fator de risco associado à doença, a exposição prolongada a outros tipos de fumaça, como a de lenha, comum em áreas rurais e durante o inverno, tem sido apontada como um agente potencialmente carcinogênico. Este estudo tem como objetivo analisar os óbitos por neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões entre os anos de 2022 e 2024 na região Sul do país, considerando variáveis socioeconômicas e ambientais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, baseada em dados secundários extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A análise contempla indicadores de mortalidade e distribuição geográfica por estado. Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão dos padrões regionais da doença e para o aprimoramento das estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e equidade no acesso aos serviços especializados, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: neoplasia pulmonar; tabagismo; epidemiologia; mortalidade,

INTRODUÇÃO

O câncer de pulmão é uma das principais causas de mortalidade por neoplasias malignas em todo o mundo, representando um grave desafio de saúde pública, devido à sua alta letalidade e ao diagnóstico frequentemente realizado em estágios avançados. Trata-se de uma neoplasia maligna originada da proliferação desregulada de células epiteliais do trato respiratório inferior. Sua classificação histológica é fundamental para o diagnóstico e manejo clínico, sendo dividida em dois grupos principais: carcinoma de células não pequenas (CCNP) e carcinoma de pequenas células (CPC). O CCNP compreende subtipos como o adenocarcinoma, o carcinoma escamoso e o carcinoma de grandes células, cada qual com características morfológicas, padrões de crescimento e respostas terapêuticas distintas. Já o CPC apresenta comportamento mais agressivo, com rápida progressão e maior sensibilidade à quimioterapia, exigindo abordagens terapêuticas específicas (Kumar; Abbas; Aster; 2021).

[1]Aluno do Curso de medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora dos Cursos da Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora dos Cursos da Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2023), o câncer de pulmão é o segundo mais incidente entre os homens e o quarto entre as mulheres no Brasil, além de estar entre os que mais causam óbitos, com mais de 30 mil mortes registradas anualmente. A taxa de sobrevida global permanece baixa, em torno de 18% em cinco anos, reflexo do diagnóstico geralmente em estágios avançados, quando as opções terapêuticas curativas são limitadas.

Entre os fatores de risco, o tabagismo é o principal determinante para o desenvolvimento do câncer de pulmão, sendo responsável por cerca de 85% a 90% dos casos. A fumaça do cigarro contém mais de 70 substâncias carcinogênicas conhecidas, como hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e nitrosaminas, que causam mutações genéticas e promovem instabilidade cromossômica nas células epiteliais broncopulmonares (Kumar; Abbas; Aster; 2021; INCA, 2023). Além do tabagismo ativo, a exposição passiva à fumaça também contribui significativamente para o risco, especialmente em ambientes domiciliares.

No contexto da região Sul do Brasil, destaca-se um fator de risco adicional: a exposição crônica à fumaça proveniente da queima de lenha em fogões e lareiras. O uso desse tipo de combustível é culturalmente comum, sobretudo em áreas rurais e durante o inverno, sendo utilizado para aquecimento e preparo de alimentos. A combustão incompleta da lenha libera partículas finas (PM2,5), monóxido de carbono e compostos orgânicos voláteis com potencial carcinogênico. Estudos demonstram que essa exposição, especialmente em ambientes mal ventilados, pode induzir inflamação pulmonar crônica, estresse oxidativo e alterações genéticas, favorecendo o desenvolvimento de neoplasias pulmonares, inclusive entre indivíduos não fumantes.

De acordo com a obra Medicina Interna de Harrison, a fisiopatologia do câncer de pulmão envolve múltiplos mecanismos moleculares e ambientais, incluindo processos inflamatórios persistentes e mutações em genes reguladores do ciclo celular, fatores que podem ser exacerbados por exposições prolongadas a agentes tóxicos inalados.

A análise dos dados epidemiológicos provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) é essencial para compreender a magnitude do problema no país e nas suas regiões específicas. Essa base de dados permite avaliar a mortalidade, a incidência e o acesso ao tratamento oncológico, oferecendo subsídios para o planejamento e implementação de políticas públicas de prevenção e controle. Por meio de plataformas como o TABNET é possível observar tendências temporais, cumprimento de indicadores legais, como o início do tratamento em até 60 dias após o diagnóstico (Lei nº 12.732/2012) e identificar desigualdades regionais de acesso aos serviços especializados (Brasil, 2024).

Diante desse cenário, investigar a mortalidade por neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões na região Sul do Brasil entre 2022 e 2024 é fundamental para compreender os impactos do tabagismo e da exposição a outros tipos de fumaça, como fumaça de lenha, além de evidenciar a influência de fatores socioeconômicos e ambientais no padrão epidemiológico da doença. Assim, este estudo busca contribuir para o fortalecimento das estratégias de vigilância epidemiológica, prevenção e diagnóstico precoce do câncer de pulmão, alinhando-se às diretrizes nacionais de controle do câncer e às metas de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

Este estudo possui caráter descritivo e analítico, com abordagem retrospectiva, fundamentado em dados secundários referentes aos óbitos por neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões registrados na região Sul do Brasil no período de 2022 a 2024.

As informações foram coletadas a partir de bases oficiais do Ministério da Saúde, incluindo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e demais bancos disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Para garantir a integridade e a confiabilidade dos dados, foram excluídos registros que continham informações identificáveis, além de dados incompletos, inconsistentes ou duplicados.

A coleta foi realizada de forma sistemática, considerando o número de óbitos por estado e por ano, bem como variáveis demográficas como faixa etária, sendo incluídos apenas indivíduos com idade igual ou superior a 20 anos.

A organização e análise dos dados foram conduzidas com o auxílio do software Microsoft Excel®, utilizado para a tabulação e o tratamento estatístico. As informações foram estruturadas em planilhas e analisadas por meio de estatísticas descritivas, com base em frequências absolutas.

Posteriormente, foram calculadas as prevalências e investigadas possíveis associações entre as variáveis. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos elaborados no próprio Excel, permitindo a visualização das variações e tendências temporais dos óbitos ao longo do período analisado.

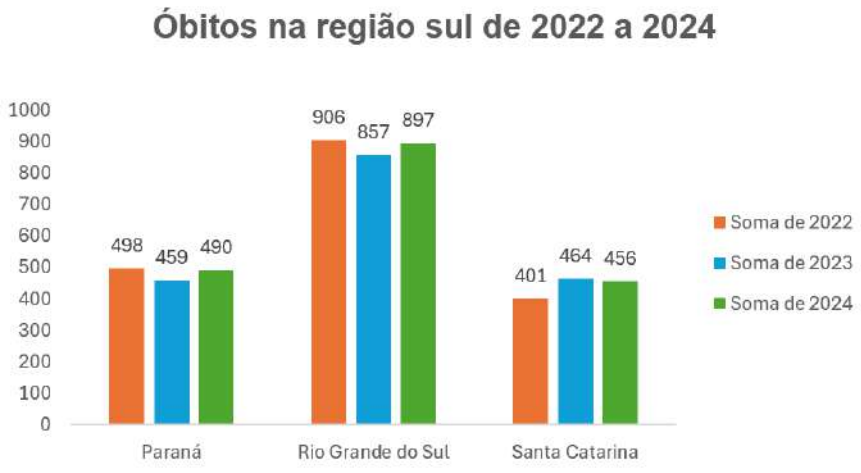
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2022 e 2024, a Região Sul do Brasil acumulou 5.428 óbitos por neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões, conforme dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). A distribuição anual manteve-se relativamente constante, com 1.805 óbitos em 2022, 1.780 em 2023 e 1.843 em 2024, evidenciando uma discreta tendência de crescimento no último ano.

A estratificação por unidade federativa revela disparidades expressivas: o Rio Grande do Sul apresentou o maior número de registros, totalizando 2.660 óbitos, o que corresponde a aproximadamente 49% da mortalidade regional. Os valores permaneceram elevados e estáveis ao longo do período: 906 (2022), 857 (2023) e 897 (2024), refletindo o impacto persistente da doença na população gaúcha. O Paraná respondeu por 1.447 óbitos, distribuídos em 498 (2022), 459 (2023) e 490 (2024), representando cerca de 26,6% do total regional. A leve oscilação entre os anos pode estar relacionada a variações na cobertura diagnóstica, na efetividade dos serviços de saúde ou na dinâmica populacional. Já Santa Catarina registrou 1.321 óbitos, com 401 em 2022, 464 em 2023 e 456 em 2024, o que equivale a aproximadamente 24,3% da mortalidade sulista. O aumento observado em 2023 pode indicar maior eficiência nos sistemas de notificação ou alterações no perfil epidemiológico estadual.

A faixa etária mais afetada situa-se acima dos 60 anos, evidenciando o impacto cumulativo de fatores como tabagismo, exposição a poluentes ambientais e ocupacionais, além de comorbidades associadas ao envelhecimento. A presença de óbitos em faixas etárias mais jovens (a partir dos 20 anos) reforça a necessidade de estratégias de prevenção mais precoces e eficazes. Esses dados revelam desigualdades na distribuição da mortalidade entre os estados, possivelmente relacionadas à estrutura hospitalar, cobertura de serviços especializados e efetividade das políticas públicas.

A Lei nº 12.732/2012, que estabelece o início do tratamento oncológico em até 60 dias após diagnóstico, ainda enfrenta desafios em sua implementação, especialmente em municípios com menor capacidade instalada. A análise regional reforça a importância de ações integradas de vigilância epidemiológica, rastreamento populacional e educação em saúde, com foco na redução da exposição a fatores de risco e na ampliação do acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento oportuno.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC),Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos óbitos por neoplasias malignas de traqueia, brônquios e pulmões na Região Sul do Brasil entre 2022 e 2024 revela um padrão de mortalidade estável, porém preocupante, com discreta tendência de crescimento no último ano. O Rio Grande do Sul concentrou quase metade dos registros, evidenciando disparidades significativas entre os estados sulistas. Esses dados sugerem que fatores estruturais, como a distribuição desigual de serviços especializados, capacidade hospitalar e efetividade das políticas públicas, influenciam diretamente os desfechos clínicos da população.

Nesse contexto, torna-se essencial fortalecer estratégias de prevenção, rastreamento populacional e educação em saúde, com foco na redução dos fatores de risco e na ampliação da cobertura dos serviços oncológicos. A integração entre vigilância epidemiológica, planejamento regional e políticas intersetoriais pode contribuir para mitigar as desigualdades observadas e promover avanços concretos na luta contra o câncer de pulmão.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos às instituições de fomento que apoiaram este projeto, incluindo a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e o Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP). Seu suporte foi fundamental para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). *Informações de saúde*. Brasília, 2024. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br. Acesso em: 21 out. 2025.

HARRISON, J. D. et al. *Medicina interna de Harrison*. 21. ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). *Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: https://www.inca.gov.br. Acesso em: 21 out. 2025.

KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. *Robbins e Cotran: patologia – bases patológicas das doenças*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

MULTIDISCIPLINAR

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DAS MULHERES NO AGRONEGÓCIO E NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: AVANÇOS, DESAFIOS E LACUNAS

Categoria: Pesquisa Científica

Adriana Crestani[1]
Marcia Cristiane Fantinel[2]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[3]
Ivanete Schneider Hahn[4]

Resumo – O papel das mulheres no agronegócio e na agricultura familiar brasileira é fundamental para a sustentabilidade produtiva e o desenvolvimento socioeconômico rural. Nos últimos anos, políticas públicas específicas têm buscado reduzir desigualdades de gênero, promovendo maior autonomia econômica e inclusão produtiva das mulheres no campo. Este estudo analisa as principais iniciativas governamentais, como o Pronaf Mulher, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Quintais Produtivos e o Programa Cidadania e Bem-Viver, destacando seus efeitos sobre a participação e o empoderamento feminino no setor. Os resultados indicam que tais políticas contribuem para ampliar o acesso a crédito, capacitação, mercados e segurança alimentar, fortalecendo o protagonismo das agricultoras. Entretanto, persistem lacunas estruturais relacionadas ao acesso desigual à terra, à baixa presença em cargos de liderança e à sobrecarga de trabalho feminino, que limitam a plena efetividade das políticas existentes. Conclui-se que, embora representem avanços importantes, as políticas públicas precisam ser aprofundadas e articuladas de forma transversal para consolidar um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo, equitativo e sustentável.

Palavras-chave: políticas públicas; empoderamento feminino; agronegócio; agricultura familiar; igualdade de gênero.

INTRODUÇÃO

A participação feminina na agricultura e no agronegócio tem papel central para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança alimentar global. Estima-se que as mulheres representem cerca de 43% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento, desempenhando funções que vão desde a produção até o processamento e a comercialização de alimentos (FAO, 2023; Valencia et al., 2021). No Brasil, a relevância das agricultoras é ainda mais evidente no contexto da agricultura familiar, responsável por

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade- PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade- PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade- PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade- PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

aproximadamente 70% da produção de alimentos consumidos no país. Apesar dessa contribuição significativa, o trabalho feminino no campo permanece, em grande medida, invisibilizado, sendo frequentemente classificado como "ajuda", mesmo quando equivalente ao trabalho masculino (Vedana et al., 2023).

Esse cenário revela desigualdades estruturais persistentes. As mulheres enfrentam barreiras históricas no acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e aos espaços de decisão, o que limita sua autonomia econômica e social (Barros et al., 2018; Vedana et al., 2023). Além disso, a divisão sexual do trabalho no meio rural atribui às mulheres a dupla responsabilidade de atuar nas atividades produtivas e nas funções reprodutivas, como o cuidado da família, intensificando sua carga de trabalho (Vedana et al., 2023). Tais restrições não apenas reduzem a competitividade do setor agrícola, mas também comprometem o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável).

Nesse contexto, as políticas públicas tornam-se fundamentais para enfrentar desigualdades históricas e estruturar mecanismos de inclusão. Experiências internacionais indicam que programas de crédito direcionado, capacitação e compras institucionais podem transformar o papel das agricultoras em protagonistas do desenvolvimento rural, gerando impactos positivos sobre segurança alimentar, renda e sustentabilidade (FAO, 2023). No Brasil, políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm contribuído para ampliar o acesso das mulheres a recursos produtivos, mercados e redes de apoio. Evidências sugerem que o PNAE, ao priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar, não apenas fortalece a produção local, mas também promove maior empoderamento feminino ao valorizar atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres, como horticultura e processamento de alimentos (Valencia et al., 2021).

Contudo, lacunas ainda permanecem. A titularidade da terra continua concentrada em homens, a presença feminina em cargos de liderança em cooperativas e sindicatos é reduzida, e o acesso a linhas de crédito e políticas públicas é frequentemente limitado por barreiras burocráticas ou socioculturais (Barros et al., 2018).

Diante disso, torna-se essencial mapear e analisar as políticas públicas voltadas às mulheres no agronegócio e na agricultura familiar brasileira, identificando seus avanços, limites e potenciais de transformação. Esse mapeamento é estratégico não apenas para compreender a eficácia das iniciativas já existentes, mas também para subsidiar o desenho de políticas mais inclusivas, que enfrentem as desigualdades persistentes e promovam condições justas de participação e protagonismo das mulheres no desenvolvimento rural.

METOTOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem documental, de caráter qualitativo e exploratório, voltada à análise das principais políticas públicas brasileiras destinadas à inclusão e ao fortalecimento da participação das mulheres no agronegócio e na agricultura familiar. A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de compreender, a partir de fontes oficiais e

institucionais, como o Estado brasileiro vem formulando e implementando instrumentos normativos, programas e projetos voltados à promoção da equidade de gênero no meio rural.

Foram examinados documentos legais e normativos, incluindo leis, decretos, resoluções, planos nacionais e relatórios governamentais, bem como programas e políticas específicas direcionadas às mulheres agricultoras. Entre os principais instrumentos analisados, destacam-se: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Quintais Produtivos, além de iniciativas transversais como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça (PNPIGR).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental das políticas públicas brasileiras evidencia avanços significativos na promoção da inclusão das mulheres no agronegócio e na agricultura familiar. Contudo, também revela lacunas estruturais que ainda limitam a plena efetividade dessas iniciativas.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF MULHER

O Pronaf Mulher constitui uma das principais linhas de crédito voltadas para agricultoras. Seu objetivo é financiar projetos produtivos conduzidos por mulheres, ampliando sua autonomia econômica. Estudos indicam que o programa tem contribuído para a formalização do trabalho feminino no campo e para a diversificação produtiva (Barros et al., 2018). Entretanto, persistem entraves: muitas agricultoras não acessam o crédito por desconhecimento das normas, excesso de burocracia ou ausência de titularidade da terra, que continua concentrada em homens.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA é considerado uma das iniciativas mais relevantes para a inclusão produtiva das mulheres. Desde sua criação, o programa estabelece participação mínima de 50% de mulheres agricultoras no fornecimento de alimentos a instituições públicas. Em 2023, das 81.707 famílias cadastradas, 50.153 eram lideradas por mulheres (Brasil, 2024). O PAA tem fortalecido o protagonismo feminino, assegurando renda e contribuindo para a segurança alimentar em comunidades vulneráveis. No entanto, desafios logísticos e cortes orçamentários têm limitado sua abrangência, e muitas mulheres enfrentam dificuldades em atender às exigências de volume e qualidade para participação.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O PNAE, redesenhado em 2009, tornou-se referência internacional ao vincular o fornecimento de alimentos para escolas públicas à agricultura familiar, com prioridade para produtos de base agroecológica. Pesquisas demonstram que a participação no PNAE aumenta a autonomia das mulheres em decisões produtivas e amplia a agrobiodiversidade nas propriedades (Valencia et al., 2021). No entanto, a adesão ainda é desigual entre municípios, e as barreiras burocráticas e de logística de transporte reduzem a efetividade do programa, sobretudo em regiões mais periféricas.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Plano Safra 2023/2024 instituiu uma linha de crédito específica para mulheres, reforçando a importância da transversalização de gênero na política agrícola. Embora seja um avanço, ainda não há evidências robustas sobre seus resultados práticos, e especialistas alertam para a necessidade de ampliar mecanismos de divulgação e capacitação para que as agricultoras consigam acessar esses recursos de forma efetiva (Brasil, 2024).

PROGRAMA QUINTAIS PRODUTIVOS E CIDADANIA E BEM-VIVER

Os Quintais Produtivos fomentam a produção em pequena escala para autoconsumo e geração de renda, reconhecendo o papel tradicional das mulheres na gestão da alimentação familiar. Já o Programa Cidadania e Bem-Viver busca assegurar direitos básicos como documentação civil e acesso a serviços essenciais. Tais iniciativas reforçam a dimensão social do empoderamento, indo além do aspecto econômico. No entanto, sua implementação ainda é restrita a projetos pontuais e carece de maior escala nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as políticas públicas analisadas evidenciam avanços na valorização do trabalho feminino no campo, ampliando o acesso a crédito, mercados e segurança alimentar. Contudo, permanecem lacunas estruturais: (i) baixa titularidade feminina da terra, que compromete o acesso a linhas de financiamento; (ii) sub-representação em espaços de decisão e liderança em cooperativas e sindicatos; (iii) sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo, raramente considerada nos programas; e (iv) fragilidade na continuidade e no financiamento dessas políticas, sujeitas a mudanças de governo.

Assim, embora representem instrumentos importantes para a promoção da equidade de gênero, tais políticas precisam ser mais articuladas, ampliadas em escala e acompanhadas de mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam mensurar seus impactos sobre a autonomia e o empoderamento das mulheres no campo.

Pesquisas futuras podem aprofundar a análise dos impactos diferenciados das políticas públicas segundo variáveis como etnia, geração e localização geográfica, uma vez que mulheres negras, indígenas e jovens agricultoras frequentemente enfrentam barreiras ainda mais acentuadas no acesso a recursos produtivos e à participação em espaços decisórios. Estudos longitudinais também se fazem necessários para avaliar a sustentabilidade dos efeitos dos principais programas apresentados ao longo do tempo, bem como a interação entre tais programas e movimentos sociais rurais que têm historicamente impulsionado agendas feministas no campo.

Do ponto de vista prático, os achados sugerem a necessidade de aprimorar mecanismos de divulgação e capacitação para que agricultoras conheçam e acessem os programas disponíveis, simplificar processos burocráticos e ampliar o monitoramento de resultados com indicadores de gênero. Além disso, recomenda-se fortalecer a transversalização da equidade de gênero em todas as políticas de desenvolvimento rural, articulando crédito, assistência técnica,

educação e participação política, de modo a consolidar o empoderamento feminino como eixo estruturante do agronegócio e da agricultura familiar brasileira.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Conheça o pacote de ações do MDA destinado ao estímulo e valorização das agricultoras familiares. Brasília, 07 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/03/conheca-o-pacote-de-acoes-do-mda-destinado-ao-estimulo-e-valorizacao-das-agricultoras-familiares. Acesso em: 24 ago. 2025.

BARROS, G. S. C. et al. Mulheres no Agronegócio. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Piracicaba-SP: [S.n.]. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL(3).pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.

FAO. Strengthened economic inclusion of women-led agribusinesses through enhanced access to knowledge and productive resources including finance. [S.l.: S.n.].

VALENCIA, Vivian et al. Public Policies for Agricultural Diversification: Implications for Gender Equity. Frontiers in Sustainable Food Systems, v. 5, 3 dez. 2021.

VEDANA, Roberta et al. Women's empowerment in agriculture: a study at Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 2, 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DO TRABALHADOR NO SUS: VIGILÂNCIA, ÉTICA E JUSTIÇA SOCIAL

Categoria: Iniciação Científica

Emanuel Tonis Florz[1,2]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[3,4,5]
Solange De Bortoli Beal[6,7,8]
Dayane Carla Borille[9,10,11]
Bianca Rodrigues Adami[12,13]
Eliana Rezende Adami[14,15,16]

Resumo: O estudo analisou as políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador no Brasil, relacionando-as à bioética e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Teve como objetivo investigar como as ações do Sistema Único de Saúde contribuem para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população trabalhadora, com base em princípios de justiça, solidariedade e dignidade. Desenvolvido como revisão integrativa, o trabalho realizou busca sistemática nas bases SciELO, BVS LILACS, Redalyc, Dialnet e Google Acadêmico, utilizando descritores como "Saúde do Trabalhador", "Bioética" e "Políticas Públicas de Saúde", além de termos livres sobre vigilância e redes de atenção. As evidências reunidas revelam fragilidades institucionais, subnotificação de agravos e sofrimento psíquico elevado, embora indiquem mobilização social crescente. A efetividade das políticas ainda depende de fiscalização constante, formação continuada e compromisso ético das instituições dimensões que aproximam a saúde do trabalhador dos fundamentos da bioética de intervenção e dos princípios da Agenda 2030, ainda de modo desigual.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; bioética; determinantes sociais da saúde; políticas públicas; trabalho Decente.

[1] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética – UNIARP
[3] Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Mestrado, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Aluno do Mestrado, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[9] Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[10] Aluno do Mestrado, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[11] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[12] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética – UNIARP.
[13] Aluna de Biomedicina, Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS, Campus Divinópolis.
[14] Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[15] Aluno do Mestrado, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[16] Professora do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro da saúde do trabalhador segue marcado por precariedade contratual, fiscalização limitada e redes de proteção frágeis. Mesmo após 1888, persistem formas de exploração que se adaptam ao mercado e às cadeias produtivas. Sakamoto (2023) aponta que a escravidão contemporânea integra a lógica do capitalismo, convertendo pessoas em engrenagens produtivas. Negreiros (2024) considera que reconhecer tal realidade é gesto ético, pois a degradação do trabalho fere direitos e dignidade. A leitura bioética exigida articula princípios como autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, conforme propostos por Beauchamp e Childress (2019). Enquanto Garrafa e Porto (2003) defendem uma bioética de intervenção voltada ao enfrentamento das desigualdades.

A Constituição Federal de 1988 consolidou a saúde como direito universal e dever do Estado; o artigo 196 vinculou políticas sociais e econômicas à redução de riscos e à garantia de acesso igualitário (Brasil, 1988). O artigo 200 atribuiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) a proteção do meio ambiente, inclusive o laboral. A Lei nº 8.080/1990 ampliou a noção de saúde do trabalhador, incluindo promoção, proteção, recuperação e reabilitação frente aos agravos ocupacionais (Brasil, 1990).

Em 2012, o Ministério da Saúde (MS) instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), estruturada em vigilância, promoção e atenção integral no SUS, reconhecendo trabalhadores formais e informais como sujeitos de direito (Brasil, 2012). A consolidação normativa de 2017 fortaleceu a articulação entre a PNSTT e a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), ampliando a atuação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) (Brasil, 2017). Pesquisas apontam avanços e limites: em Porto Alegre, observou-se melhora institucional dos CEREST, mas integração insuficiente com a atenção básica (Lopes et al., 2025). Persistem entraves de gestão e falhas de fluxo informacional (Silva et al., 2024). Barros et al. (2023) destacam a centralidade da atenção básica na territorialização do cuidado, ainda tensionada por sobrecarga e frágil apoio matricial.

A dimensão moral é incontornável. Beauchamp e Childress (2019) defendem justiça na distribuição dos riscos e benefícios do trabalho, o que desafia as vulnerabilidades de informais, rurais e terceirizados. Para Garrafa e Porto (2003), cabe à bioética intervir contra as desigualdades persistentes, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam compromissos assumidos pelo país (Organização das Nações Unidas, 2015).

No marco da Agenda 2030, o ODS 3 propõe ambientes laborais seguros e saudáveis; o ODS 8, trabalho decente e bem-estar; o ODS 10, políticas inclusivas; o ODS 16, instituições justas; e o ODS 17, cooperação intersetorial para sustentar o cuidado e a vigilância (Organização das Nações Unidas, 2015). A saúde do trabalhador emerge, assim, como campo estratégico da saúde pública e da bioética aplicada, onde escolhas técnicas, políticas e morais se entrelaçam. A literatura aponta que normas ganham corpo com educação permanente, fiscalização efetiva e gestão fortalecida (Silva et al., 2024). Diante desse cenário, este estudo busca compreender como políticas do SUS têm contribuído para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população trabalhadora no Brasil, apoiando-se nas bases legais, em referenciais bioéticos e em

compromissos internacionais. Proteger quem trabalha continua a ser tarefa ética, social e coletiva ainda em construção.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão da literatura de modo sistemático, desenvolvida a partir da análise de políticas e publicações nacionais sobre a Saúde do Trabalhador. Para orientar a busca e a seleção das evidências adotou como questão norteadora: De que forma as políticas públicas voltadas à Saúde do Trabalhador, implementadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), têm contribuído para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população trabalhadora no Brasil? A construção da pergunta seguiu a estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação, Outcome), sintetizada no Quadro 1.

Quadro 3 - Estratégia PICO

Elemento	Descrição
P (População)	Trabalhadores e trabalhadoras no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS)
I (Intervenção)	Políticas públicas de saúde do trabalhador (PNSTT, RENAST, CEREST, VISAT)
C (Comparação)	Diferentes contextos e níveis de implementação no território nacional
O (*Outcome*)	Promoção, proteção e recuperação da saúde; condições éticas e bioéticas no trabalho

Fonte: Os Autores, (2025).

A busca foi conduzida de modo sistemático nas bases SciELO, BVS LILACS, Redalyc, Dialnet e Google Acadêmico, escolhidas pela abrangência e pela interlocução entre Saúde Coletiva, Políticas Públicas, Bioética e Ciências Sociais. Os descritores definidos no DeCS: "Saúde do Trabalhador", "Vigilância em Saúde do Trabalhador", "Sistema Único de Saúde", "Bioética", "Ética em Saúde", "Justiça Social", "Equidade em Saúde", "Condições de Trabalho e Promoção da Saúde". Para ampliar o alcance das evidências, acrescentaram-se termos livres como "Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora", "Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador", "Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Trabalho Decente", "Vulnerabilidade laboral", "Bioética de intervenção no contexto brasileiro", "Saúde mental no trabalho e Ambientes laborais saudáveis". As combinações seguiram os operadores booleanos AND e OR, com filtros de idioma (português, espanhol e inglês) e delimitação temporal de dez anos, priorizando estudos publicados entre 2015 e 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados indicam que a saúde do trabalhador no Brasil ainda expressa o contraste entre o cuidado e a precarização das relações laborais. O trabalho permanece como um determinante social decisivo, capaz de gerar pertencimento ou adoecimento conforme o contexto. Barbi (2024) observou, em 133 trabalhadores, que 58% apresentavam sofrimento psíquico leve a moderado, com ansiedade (46%), fadiga (39%) e depressão (22%). Ambientes com autonomia e reconhecimento reduziram em até 35% os índices de sofrimento, confirmando o trabalho decente como fator protetor da saúde mental.

As análises sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador apontam avanços, mas também desigualdades

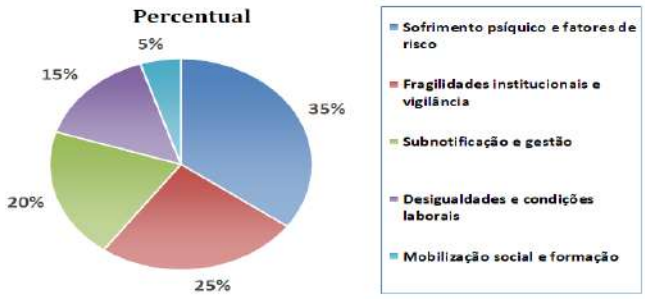
regionais e fragilidades na vigilância. O Plano Nacional de Saúde 2020–2023 registrou que 61,4% dos CEREST apresentavam desempenho satisfatório, enquanto 40% dos municípios ainda não possuíam integração plena entre Atenção Primária e vigilância (Lopes et al., 2025). A subnotificação de doenças e acidentes de trabalho continua expressiva: cerca de 60% dos agravos não são registrados, e apenas 45% dos municípios mantêm comunicação regular entre Vigilância, Atenção Primária e CEREST (Silva et al., 2024). A mobilização social e a capacitação profissional mostraram-se estratégias eficazes para reverter esse cenário (Barros et al., 2023).

O adoecimento mental entre trabalhadores do SUS, sobretudo mulheres da Estratégia Saúde da Família, evidencia sobrecarga e múltiplos papéis: 78% das profissionais são mulheres, 64% casadas e 72% com filhos. As principais queixas incluem estresse (65%), fadiga crônica (52%) e ansiedade (48%) (Carreiro et al., 2013). No conjunto, as políticas públicas ainda enfrentam obstáculos para consolidar uma rede sólida de cuidado e vigilância. Esses achados dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3, voltado à saúde e bem-estar, e o ODS 8, que propõe o trabalho decente como fundamento de justiça social (Organização das Nações Unidas, 2015).

O cuidado em saúde do trabalhador se insere na bioética aplicada, que demanda justiça distributiva, solidariedade e compromisso político (Beauchamp e Childress, 2019; Garrafa e Porto, 2003).

Conforme apresentado no Gráfico 1, o sofrimento psíquico e as fragilidades institucionais concentram a maior parte das evidências, revelando que os determinantes sociais do trabalho permanecem centrais na saúde do trabalhador.

Gráfico 3 - Eixos temáticos identificados nos estudos sobre Saúde do Trabalhador (2015–2025)



Fonte: Os autores (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a saúde do trabalhador no Brasil ainda se apoia em estruturas frágeis, que ultrapassam o campo sanitário e tocam dimensões éticas, políticas e sociais. As políticas públicas avançaram em formulações e diretrizes, mas tropeçam na prática cotidiana, onde desigualdade regional, precarização e baixa integração entre vigilância e atenção básica continuam a limitar a integralidade do sistema. O cuidado, nesse cenário, depende menos de normas e mais de gestões que saibam escutar, reconhecer e valorizar quem sustenta o trabalho.

Os resultados sugerem que proteger a saúde não se separa de garantir condições dignas de existência. O bem-estar físico e mental nasce do reconhecimento, da autonomia e da justiça.

Ao reafirmar a saúde do trabalhador como dimensão essencial da saúde pública, este estudo indica que transformar normas em práticas sustentáveis exige um alicerce ético e político coerente com a Agenda 2030. Cuidar de quem trabalha continua sendo ato de responsabilidade coletiva uma tarefa inacabada, mas que talvez delineie o contorno de uma sociedade mais justa e solidária.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional, infraestrutura e incentivo à pesquisa, que possibilitaram o desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

BARBI, Karina Borgonovi Silva. **Fatores de proteção para a saúde mental do trabalhador: efeitos de um trabalho decente e com significado.** 2024. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2024.

BARROS, *et al*. Saúde do trabalhador e Atenção Básica à Saúde: interlocuções e perspectivas de cuidado integrado no processo saúde-trabalho-doença. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 27, e230195, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.230195.

BEAUCHAMP, Tom Lamar; Childress, James Franklin. **Principles of Biomedical Ethics.** 8. ed. New York: Oxford University Press, 2019. ISBN 978-0190640873.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.** Consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:

https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_5_28_SETEMBRO_2017.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

CARREIRO, *et al*. O processo de adoecimento mental do trabalhador da Estratégia Saúde da Família. ***Revista Eletrônica de Enfermagem***, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 146–155, 2013. DOI: https://doi.org/10.5216/ree.v15i1.14084.

GARRAFA, Volnei; Porto, Dora. Bioética de intervenção: considerações gerais e aplicação no contexto brasileiro. ***Revista Bioética***, Brasília, v. 11, n. 1, p. 13–23, 2003.

LOPES, *et al*. Avaliação da implementação do "Qualifica CEREST": contribuições para a saúde do trabalhador em Porto Alegre-RS (2020–2023). ***Saúde em Debate***, Rio de Janeiro, v. 49, n. esp. 2, e10440, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2358-28982025E210440I.

NEGREIROS, Gabriela da Mota; Moraes, Anne Harlle da Silva Lima. **Trabalho análogo ao de escravo no Brasil na contemporaneidade.** Imperatriz: Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda. Acesso em: 24 out. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. **Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da escravidão.** *Repórter Brasil*, São Paulo, 24 jan. 2023. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, *et al*.. Fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador pela mobilização social: relato de experiência. ***Revista Brasileira de Saúde Ocupacional***, São Paulo, v. 49, e20240015, 2024. DOI: https://doi.org/10.47626/0102-7182-2024-0015.

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, MODERNIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Categoria: Pesquisa Científica

Ederson André Faoro[1]
Fernando Straparava Raia[2]
Cristine Vanz Borges[3]
Ivanete Schneider Hahn[4]

Resumo – O agronegócio brasileiro apresenta uma trajetória marcada por rupturas e continuidades que se entrelaçam à própria formação histórica do país. Desde o período colonial, com a prevalência do latifúndio e da monocultura de exportação, até a Revolução Verde, caracterizada pela mecanização, pelo crédito rural e pela ampliação da fronteira agrícola, a agricultura nacional foi moldada por forças políticas, econômicas e sociais. O marco institucional da criação da Embrapa, em 1972, impulsionou a pesquisa e a inovação tecnológica, consolidando a modernização agrícola. Nas décadas de 1990 e 2000, a estabilização macroeconômica e a abertura comercial inseriram definitivamente o Brasil no mercado internacional, projetando-o como fornecedor estratégico de alimentos, fibras, combustíveis e insumos. No século XXI, o setor consolidou-se como motor do crescimento econômico e da segurança alimentar global, mas também enfrenta desafios críticos: impactos das mudanças climáticas, pressões ambientais, infraestrutura deficitária e necessidade de maior agregação de valor. O futuro do agronegócio brasileiro dependerá de políticas públicas consistentes, inovação tecnológica, digitalização e integração a práticas sustentáveis alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assegurando sua relevância no cenário internacional.

Palavras-chave: Agronegócio; História agrícola; Modernização; Inovação tecnológica; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A trajetória do agronegócio brasileiro está profundamente vinculada à própria formação histórica do país. Desde o período colonial, a estrutura fundiária baseada no latifúndio e na monocultura de exportação moldou as relações sociais e econômicas, estabelecendo um padrão de desenvolvimento marcado pela concentração de terras e pela dependência de produtos agrícolas destinados ao mercado externo(Balsan, 2006). Nas décadas de 1950 a 1980, esse modelo foi impactado por um processo acelerado de êxodo rural: somente entre 1970 e 1980, cerca de

[1]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

12,5 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, correspondendo a 30% da população rural existente em 1970 (Alves; Da Silva E Souza; Marra, 2011; Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025).

Esse movimento, aliado à crescente demanda urbana por alimentos, favoreceu a intensificação tecnológica e a modernização agrícola, especialmente no contexto da chamada Revolução Verde, caracterizada pela mecanização, pela introdução de insumos químicos e pela ampliação da fronteira agrícola (Basso et al., 2023; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025).

O marco institucional mais relevante desse período foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1972, que impulsionou a pesquisa científica e tecnológica voltada à tropicalização de cultivos e ao aumento da produtividade. Essa transformação consolidou-se como base para a inserção internacional do Brasil no agronegócio, sobretudo a partir da década de 1990, com a estabilização econômica do Plano Real e a abertura comercial, que fortaleceram a competitividade externa (Portal Embrapa, 2025). Atualmente, o setor responde por aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto nacional, 1/3 dos empregos e quase 40% das exportações, desempenhando papel estratégico na segurança alimentar global (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

Entretanto, a consolidação do Brasil como potência agroalimentar ocorre em meio a paradoxos. De um lado, os avanços científicos e tecnológicos, como a biotecnologia, a agricultura de precisão e a digitalização de processos, ampliaram a produtividade e a inserção global (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023). De outro, persistem desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, às mudanças climáticas e à necessidade de investimentos em infraestrutura e inovação orientada por critérios ESG. Nesse contexto, o presente Resumo tem como objetivo analisar a evolução do agronegócio brasileiro, destacando seus principais marcos de transformação e projetando as perspectivas futuras à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem histórico-analítica, construída a partir de revisão documental e bibliográfica. Foram consultados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, documentos institucionais da Embrapa sobre a trajetória da agricultura brasileira, relatórios internacionais, além de trabalhos acadêmicos que analisam as transformações socioeconômicas e tecnológicas do setor.

A análise buscou identificar os principais marcos históricos do agronegócio brasileiro e interpretá-los à luz de três eixos: (i) colonização e modernização agrícola; (ii) institucionalização e globalização; e (iii) consolidação no século XXI e desafios da sustentabilidade. Essa estratégia permitiu articular a evolução histórica do agronegócio com suas implicações contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

DA COLONIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA (SÉCULO XVI AO SÉCULO XX)

O agronegócio brasileiro tem origem na formação colonial, caracterizada pela prevalência do latifúndio, da monocultura de exportação e da mão de obra escravizada, o que consolidou uma estrutura fundiária concentrada e socialmente excludente. Esse padrão se manteve por séculos, ancorado em ciclos produtivos como a cana-de-açúcar, o café e o algodão, que se tornaram bases econômicas para a inserção do Brasil no comércio internacional (Balsan, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, intensificou-se o êxodo rural, transferindo milhões de trabalhadores para as cidades e criando uma pressão pela mecanização e pela incorporação de tecnologias no campo. Entre 1970 e 1980, por exemplo, cerca de 12,5 milhões de pessoas deixaram o meio rural, representando 30% da população rural existente em 1970 (Alves; Da Silva E Souza; Marra, 2011; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025). Esse processo foi acompanhado pela chamada Revolução Verde, marcada pela expansão da mecanização, uso de fertilizantes e defensivos químicos, bem como pela difusão de novas variedades de cultivos agrícolas. Embora tenha elevado a produtividade, a Revolução Verde também trouxe consequências ambientais e sociais, como a degradação dos solos e o aumento da dependência de insumos externos (Teixeira, 2005).

INSTITUCIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO (1970–1990)

A década de 1970 marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento institucional do agronegócio brasileiro. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972, foi decisiva para a tropicalização de cultivos e para o avanço da pesquisa científica voltada à agropecuária. Complementarmente, iniciativas como a Embrater ampliaram a assistência técnica e incentivaram a ocupação dos cerrados, transformando áreas até então consideradas marginais em polos produtivos estratégicos (Alves; Da Silva E Souza; Marra, 2011; Portal Embrapa, 2025).

Esse período também foi marcado pela profissionalização da formação em ciências agrárias, pelo envio de técnicos brasileiros ao exterior e pelo fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa. Essas ações criaram as bases para a transformação da agricultura em um setor intensivo em ciência e tecnologia, capaz de competir no cenário global (Portal Embrapa, 2025).

Nos anos 1990, a inserção internacional do agronegócio brasileiro foi consolidada. O Plano Real (1994) trouxe estabilidade monetária, favorecendo os investimentos, enquanto a legislação de propriedade intelectual e os acordos internacionais ampliaram a integração do Brasil ao mercado mundial. O câmbio flutuante, adotado em 1999, reforçou a competitividade das exportações agrícolas, projetando o país como potência agroalimentar (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

SÉCULO XXI: POTÊNCIA GLOBAL, PARADOXOS E SUSTENTABILIDADE

No século XXI, o agronegócio brasileiro assumiu papel central na segurança alimentar global, sendo responsável por aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto nacional, por 1/3 dos empregos e por quase 40% das exportações. O país consolidou-se como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de soja, milho, carne bovina, suína e de aves, além de ocupar

posição de destaque na produção de café, açúcar, etanol e fibras (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

Entretanto, esse protagonismo convive com contradições. De um lado, avanços científicos e tecnológicos — como a biotecnologia, a edição genética, a agricultura de precisão e o uso de big data — têm aumentado a produtividade e a competitividade internacional. De outro, permanecem desafios estruturais e ambientais: pressões decorrentes das mudanças climáticas, degradação ambiental, necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa e demandas por infraestrutura logística mais eficiente (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023).

Nesse contexto, o agronegócio brasileiro insere-se em um novo paradigma global orientado por critérios ESG (Environmental, Social and Governance). A integração de práticas sustentáveis, como a agricultura de baixo carbono, o uso de bioinsumos e a preservação de vegetação nativa, tem sido destacada como caminho para garantir a continuidade do crescimento com menor impacto socioambiental (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023). O futuro do setor dependerá, portanto, da capacidade de alinhar produtividade, inovação e sustentabilidade, assegurando o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do agronegócio brasileiro evidencia um processo contínuo de transformações estruturais que acompanham tanto a história econômica e social do país quanto as dinâmicas do sistema agroalimentar mundial. Da colonização, marcada pelo latifúndio e pela monocultura de exportação, até a Revolução Verde, com sua ênfase na mecanização e no uso intensivo de insumos, observa-se a construção de um setor fortemente dependente de condições políticas e tecnológicas específicas.

A consolidação institucional, especialmente com a criação da Embrapa em 1972, representou um divisor de águas ao introduzir a ciência e a inovação como eixos centrais da produção agropecuária, possibilitando a expansão para áreas como o cerrado e a formação de cadeias globais competitivas. Nas décadas de 1990 e 2000, a estabilidade econômica e a abertura internacional consolidaram o agronegócio brasileiro como potência global, garantindo participação estratégica nos mercados de alimentos, fibras, combustíveis e insumos (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

No entanto, a condição atual do setor é paradoxal. Se por um lado o Brasil é reconhecido como um dos maiores exportadores mundiais e como referência em inovação agropecuária, por outro enfrenta desafios crescentes relacionados à sustentabilidade ambiental, às mudanças climáticas, à concentração fundiária e às demandas por infraestrutura e governança eficiente (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023). Essa dualidade coloca o país diante da necessidade de redefinir seu modelo de crescimento, incorporando de maneira efetiva práticas orientadas por critérios ESG, investimentos em biotecnologia e digitalização, além de políticas públicas robustas que integrem inclusão social, proteção ambiental e competitividade internacional.

Assim, o futuro do agronegócio brasileiro dependerá da sua capacidade de alinhar os avanços tecnológicos a uma agenda de sustentabilidade e justiça social, transformando-se não apenas em motor econômico, mas também em vetor de desenvolvimento equitativo e de segurança alimentar global. A experiência histórica demonstra que rupturas e inovações são determinantes para o setor, e o desafio contemporâneo é fazer dessa tradição de adaptação um caminho consistente para a construção de um agronegócio competitivo, sustentável e socialmente responsável.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu; DA SILVA E SOUZA, Geraldo; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010 1,2. Revista de Política Agrícola, v. XX, n. 2, 2011.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura Brasileira. Revista Campo-Território, n. 2, p. 123–151, 2006.

BASSO, Marcos Fernando; NEVES, Marcos Fava; GROSSI-DE-SA, Maria Fatima. Agriculture evolution, sustainability and trends, focusing on Brazilian agribusiness: a review. Frontiers in Sustainable Food Systems, Frontiers Media SA, , 2023.

NERY, Carmen. LSPA: telling the history of Brazilian agiculture for 50 years. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/36709-lspa-telling-the-history-of-brazilian-agriculture-for-50-years>. Acesso em: 21 set. 2025.

PORTAL EMBRAPA. Trajetória do Agro. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/trajetoria-do-agro>. Acesso em: 21 set. 2025.

REZENDE, José; MALVESTIO, Ana; MORAES, Mauricio. Agribusiness in Brazil: an overview. [S.l.: S.n.]. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/agribusiness/2013/pwc-agribusiness-brazil-overview-13.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 2, n. 2, 2005.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA EPAGRI: INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

Categoria: Pesquisa Científica

Andressa Ana Ansiliero[1]
Caroline de Fátima Esperança[2]
Cristine Vanz Borges[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4,5]
Rosana Claudio Ogoshi[6,7]
Claudriana Locatelli[8]

Resumo – A agricultura familiar exerce papel fundamental para o desenvolvimento rural de Santa Catarina, destacando-se pela geração de renda e permanência da população no meio rural. Contudo, população enfrenta desafios, como a restrição no acesso a crédito, a vulnerabilidade acentuada a eventos climáticos e a urgência por modernização tecnológica. Nesse cenário, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) implementa programas governamentais estratégicos em relação a crédito e subsídios. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, analisando relatórios institucionais, planos de ação e materiais de divulgação disponíveis no Portal da Epagri. A análise revelou que, além de fornecerem suporte financeiro direto, as iniciativas da Epagri se configuram como instrumentos cruciais para a diminuição de desigualdades sociais, a garantia da sucessão familiar na atividade agrícola e o fortalecimento das cadeias produtivas. Conclui-se que os programas da Epagri atuam como fomentos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável do estado.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; desenvolvimento rural sustentável; programas governamentais.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), o Brasil conta com aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos rurais familiares. Esses estabelecimentos ocupam cerca de 23% da área agricultável do país e são responsáveis por gerar em torno de 10,1 milhões de postos de trabalho no meio rural. Além disso,

[1]Discente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Discente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Docente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Laboratório Multiusuários LabBiosaúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Docente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Laboratório Multiusuários LabBiosaúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[8]Docente do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o levantamento do IBGE destaca que a agricultura familiar responde por aproximadamente 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional, exercendo papel fundamental na dinamização econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (2025), o desempenho do quarto trimestre de 2024 reverteu a tendência de queda observada ao longo do ano, resultando em um avanço de 1,81% no PIB do agronegócio. De acordo com Governo de Santa Catarina, o crédito rural mantém-se como elemento estratégico para o avanço do agronegócio em Santa Catarina. Em 2024, foram aplicados R$ 7,08 bilhões no setor, evidenciando a relevância do financiamento para o fortalecimento das atividades no campo (Santa Catarina, 2025).

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) tem atuado de forma decisiva na execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Por meio de programas governamentais, a instituição busca incentivar o desenvolvimento rural sustentável, ampliar o acesso a crédito, garantir a segurança hídrica e fortalecer as condições socioeconômicas das famílias agricultoras (Epagri, 2024). A agricultura familiar segue essencial para a segurança alimentar e geração de emprego no meio rural (Contag; Dieese, 2025).

Essas iniciativas têm possibilitado que os produtores invistam em novas tecnologias, modernizem suas propriedades e aumentem sua capacidade produtiva. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar os principais programas governamentais geridos pela Epagri, destacando sua relevância para o desenvolvimento rural catarinense.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e documental. O levantamento de informações foi realizado por meio de consulta ao Portal Oficial da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), especificamente na seção destinada aos "Serviços Técnicos e Programas Governamentais". Os dados foram coletados diretamente das páginas institucionais, de acesso público, complementados com relatórios e materiais de divulgação vinculados ao Governo do Estado de Santa Catarina em outubro de 2025.

Após a coleta, os programas foram organizados e descritos individualmente, considerando: objetivos, público-alvo, linhas de financiamento, subsídios oferecidos e condições de adesão. A análise se deu de forma descritiva e comparativa, com o intuito de identificar as particularidades de cada programa e destacar o papel da Epagri como mediadora das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os programas da Epagri vão muito além do mero suporte financeiro. Eles se estabelecem como verdadeiros instrumentos de desenvolvimento sustentável, desenhados sob medida para as complexas demandas produtivas, sociais e ambientais do meio rural catarinense. Com suas iniciativas, demonstra um esforço estatal sólido e estruturado para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão produtiva e a valorização da agricultura familiar.

Entre as ações implementadas, estão áreas críticas, como: inclusão digital, garantia da segurança hídrica, facilitação do acesso a crédito, e a crucial capacitação de jovens e mulheres. Além disso, o forte incentivo à conservação do solo e da água atesta a abrangência e a profundidade das políticas públicas rurais de Santa Catarina, que articulam de forma integrada as dimensões social, econômica e ambienta, apresentadas na Tabela 1.

O Programa Campo Conectado SC busca reduzir a exclusão digital no meio rural, um desafio ainda presente em diversas regiões do estado. Já os programas Água no Campo SC, Água para Famílias em Vulnerabilidade Social e Água para Proteção do Solo e Cultivo da Água priorizam a gestão hídrica, essencial para a manutenção da produção agrícola e a segurança alimentar das famílias rurais. Essas ações são particularmente relevantes diante dos impactos climáticos crescentes e da necessidade de promover a resiliência produtiva.

Tabela 2 - Programas governamentais da EPAGRI e suas características

Programa Governamental	Descrição	Função Mais Importante
Programa Campo Conectado SC - Inclusão digital	Visa promover a inclusão digital no meio rural.	Facilitar a inclusão digital para aprimorar a gestão rural e a comunicação.
Programa Água no Campo SC - Água para todos	Focado na distribuição e no uso racional da água, abrangendo a construção de cisternas, açudes e sistemas de irrigação para garantir a segurança hídrica na produção agrícola.	Garantir a segurança hídrica e o acesso à água para a produção agrícola e consumo humano no meio rural.
Programa Água para Famílias em Vulnerabilidade Social	Versão do programa de água direcionada especificamente a famílias rurais em situação de vulnerabilidade, fornecendo tecnologias e infraestrutura para acesso à água de qualidade.	Promover o acesso à água potável e para uso agrícola para famílias em situação de vulnerabilidade social.
Programa Água para Proteção do Solo e Cultivo da Água	Incentiva práticas de conservação do solo e da água, como terraços e curvas de nível, e a construção de infraestruturas que permitam a captação e o armazenamento da água da chuva.	Incentivar a conservação do solo e a captação de água para otimizar o uso e prevenir a erosão.
Programa Financia AGRO SC	Oferece linhas de crédito e financiamento para diversos setores do agronegócio, incluindo agregação de valor, turismo rural, e cadeias produtivas específicas.	Fornecer financiamento para investimentos e fortalecimento de diferentes cadeias produtivas e iniciativas rurais.
Programa Financia Leite SC	Linha de crédito específica para produtores de leite, visando a melhoria da produção, da qualidade e da competitividade do setor leiteiro em Santa Catarina.	Apoiar financeiramente a cadeia produtiva do leite para aumentar a sua eficiência e competitividade.

Programa Jovens e Mulheres em Ação	Conjunto de projetos que busca capacitar e empoderar jovens e mulheres rurais, incentivando o empreendedorismo e a participação ativa na gestão de suas propriedades e comunidades.	Promover a capacitação e o empreendedorismo de jovens e mulheres no meio rural.
Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF	Acesso à terra para agricultores sem-terra ou com pouca terra, por meio de financiamento para compra de imóveis rurais e investimentos em infraestrutura.	Facilitar o acesso à terra para agricultores familiares.
Programa Nacional de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Apoia financeira e tecnicamente atividades produtivas de agricultores familiares, visando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.	Fomentar atividades produtivas rurais para a geração de renda e inclusão social.

(Continua)

Programa Pronampe AGRO SC	Vários subprogramas que oferecem crédito para áreas específicas, como água no campo, apoio emergencial, fortalecimento de cadeias produtivas (pesca, aquicultura, agroindústrias), armazenagem de grãos e proteção de pomares.	Prover crédito emergencial e específico para segmentos e necessidades pontuais do agronegócio.
Programa Reconstrói SC	Programa de apoio à recuperação de infraestruturas e propriedades rurais afetadas por desastres naturais, oferecendo suporte técnico e financeiro.	Auxiliar na reconstrução e recuperação de propriedades rurais após desastres.
Programa Terra Boa	Oferece insumos agrícolas subsidiados, como calcário, sementes de milho e kits específicos (apicultura, forrageiros, solo saudável), para o fortalecimento da produção agrícola.	Fornecer insumos subsidiados para fortalecer a produção agrícola.

Fonte: Os autores (2025).

Na área econômica, os programas Financia AGRO SC e Financia Leite SC fomentam o crédito rural e o investimento em cadeias produtivas específicas, fortalecendo setores estratégicos da agropecuária catarinense. Além disso, o Programa Terra Boa assegura o fornecimento de insumos subsidiados, como sementes e corretivos, que possibilitam aos pequenos produtores manterem a produtividade e reduzir custos.

Outro destaque é o Programa Jovens e Mulheres em Ação, que atua na formação e no empoderamento de grupos tradicionalmente menos representados na gestão das propriedades. Segundo Schneider (2016), a valorização da juventude e das mulheres rurais é indispensável para

a sucessão familiar e a sustentabilidade do campo, pois amplia a diversidade de perspectivas e fortalece o tecido social rural. Por fim, programas como o Reconstrói SC e o Pronampe AGRO SC contribuem para a recuperação de áreas afetadas por eventos climáticos e para o acesso a crédito emergencial, reforçando o caráter adaptativo das políticas públicas diante das adversidades do meio rural.

De forma geral, os programas da Epagri representam instrumentos fundamentais de promoção da equidade social, fortalecimento produtivo e conservação ambiental, atuando de forma integrada com as demandas da agricultura familiar. Conforme Grisa e Schneider (2014), políticas públicas voltadas à agricultura familiar desempenham papel estratégico na redução das desigualdades, na diversificação produtiva e na consolidação de sistemas agroalimentares sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas governamentais conduzidos pela Epagri representam instrumentos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar em Santa Catarina. Ao englobarem ações que vão do acesso a crédito e insumos até iniciativas de segurança hídrica e de mitigação dos efeitos climáticos, tais programas favorecem a sustentabilidade da produção agrícola, a consolidação das cadeias produtivas e a melhoria das condições de vida das famílias do meio rural. Além disso, projetos direcionados a jovens e mulheres asseguram a sucessão na atividade agrícola e ampliam a equidade social no campo. Nesse sentido, a atuação da Epagri como articuladora dessas políticas reafirma sua importância para o desenvolvimento rural sustentável, ressaltando a necessidade de contínuo aprimoramento e manutenção dessas ações frente às demandas atuais e futuras da agricultura catarinense.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) a bolsa de fomento oferecida.

REFERÊNCIAS

CNA (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL). Desempenho do quarto trimestre reverte a tendência de queda anual, e PIB do agronegócio avança 1,81% em 2024. Brasília, 9 abr. 2025. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/desempenho-do-quarto-trimestre-reverte-a-tendencia-de-queda-anual-e-pib-do-agronegocio-avanca-1-81-em-2024. Acesso em: 30 ago. 2025.

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares); DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2024. Brasília: CONTAG; DIEESE, 2025. Disponível em: https://www.fetaesc.com.br/noticia/confira-o-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-de-2024. Acesso em: 30 ago. 2025.

EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). **Relatório de Gestão 2023**. Florianópolis: EPAGRI, 2024. Disponível em: https://www.epagri.sc.gov.br/. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTA CATARINA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. Agro catarinense fecha 2024 com R$ 63,7 bilhões e exportações recordes. **Governo de Santa Catarina**, 2 mai. 2025. Disponível em: https://www.agricultura.sc.gov.br/agro-catarinense-fecha-2024-com-r-637-bilhoes-e-exportacoes-recordes/. Acesso em: 30 ago. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 25 out. 2025

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Juventude rural e sucessão na agricultura familiar: novas tendências e desafios para as políticas públicas. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 24, n. 2, p. 336–364, 2016.

AGROTECHS NA TRANSFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO: CRESCIMENTO, SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DA INOVAÇÃO NO CAMPO

Categoria: Pesquisa Científica

Talles Carvalho Elizei[1]
Thaís Mathias[2]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[3]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[4]
Cristine Vanz Borges[5]
Ivanete Schneider Hahn[6]

Resumo – O presente Resumo se destina a mapear as agritechs brasileiras, suas características e desafios. O agronegócio, motor econômico crucial, vivencia uma modernização rumo à Agricultura 4.0, impulsionada por startups de base tecnológica. Utilizando uma revisão narrativa de literatura, com foco nos relatórios "Radar Agtech Brasil 2023" e "AgroTech BID/FOMIN 2017", o estudo revela um crescimento expressivo das agritechs no Brasil, passando de 1.125 em 2019 para 1.953 em 2023, com diversificação regional e foco em sustentabilidade e bioeconomia, alinhadas à Agenda 2030 da ONU. Apesar do avanço na participação feminina e da maturidade do ecossistema de investimentos, desafios estruturais persistem. Entre eles, destacam-se a baixa conectividade rural, a carência de infraestrutura digital, a desigualdade de acesso para agricultores familiares e a dependência de capital estrangeiro. As agritechs são vetores essenciais para a competitividade, sustentabilidade e inovação tecnológica, promovendo inclusão social e ambiental. Contudo, a superação desses obstáculos é fundamental para maximizar seu potencial transformador.

Palavras-chave: agritech; inovação; agronegócio; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é reconhecido mundialmente como um dos principais motores da economia nacional, respondendo por aproximadamente 24,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, além de ser responsável por mais de 48% das exportações totais do país, consolidando-se como setor estratégico para a segurança alimentar global (Cepea, 2023). Historicamente, sua trajetória é marcada por sucessivas ondas de modernização, que vão desde a mecanização intensiva nas décadas de 1960 e 1970, passando pela introdução da biotecnologia e dos insumos

[1]Mestrando(a) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestrando(a) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

químicos durante a Revolução Verde, até chegar à atual fase da Agricultura 4.0, caracterizada pela integração de tecnologias digitais, automação e análise massiva de dados (Massruhá, 2023).

Nesse cenário, as startups de base tecnológica, denominadas agritechs (ou agrotechs ou agtechs), desempenham papel fundamental na transformação digital do setor, oferecendo soluções que abrangem desde a biotecnologia aplicada ao melhoramento genético até plataformas digitais de rastreabilidade, logística e comercialização, fortalecendo a transparência e a competitividade em toda a cadeia agroalimentar (Blanco, 2019). Essas empresas atuam em diferentes estágios da produção, classificação e distribuição, ampliando a eficiência e a sustentabilidade do agronegócio ao mesmo tempo em que contribuem para a Agenda 2030 da ONU (Bolfe et al., 2020).

O "Radar Agtech Brasil 2023" consolidou-se como a principal fonte de referência sobre o ecossistema de inovação agrícola no país, mapeando 1.953 startups ativas, um crescimento expressivo em relação às 1.125 registradas em 2019, evidenciando a resiliência do setor mesmo em um contexto global de retração no empreendedorismo inovador (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). O estudo também aponta para a diversificação regional, com expansão significativa no Norte e Nordeste do Brasil, historicamente menos representados, sinalizando uma desconcentração espacial dos polos de inovação (Sebrae, 2025).

No plano internacional, a América Latina e o Caribe apresentam atualmente mais de 130 iniciativas agritech mapeadas, das quais mais de 60% foram fundadas nos últimos cinco anos, refletindo tanto a juventude quanto o dinamismo do ecossistema. As principais áreas de inovação concentram-se em soluções digitais para agricultura de precisão, insumos biológicos, eficiência hídrica e plataformas de mercado, representando mais de 70% das startups da região (BID/FOMIN, 2017). Esse movimento indica a consolidação de um setor que, além de responder às pressões globais por sustentabilidade, posiciona os países latino-americanos como espaços estratégicos para investimentos em inovação agro.

Dessa forma, mapear as agritechs brasileiras, suas características e desafios - permite compreender sua relevância não apenas como startups voltadas à eficiência produtiva, mas como instrumentos de inclusão social, sustentabilidade ambiental e competitividade global.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma análise documental, fundamentada em dois relatórios estratégicos: o "Radar Agtech Brasil 2023", elaborado pela Embrapa-SP Ventures e Homo Ludens (Dias; Jardim; Sakuda, 2023) e o relatório "AgroTech: innovaciones que no sabías que eran de América Latina y el Caribe", publicado pelo BID/FOMIN (2017). O primeiro fornece dados quantitativos sobre a expansão das startups no Brasil, enquanto o segundo contextualiza o panorama regional latino-americano. A análise articula dados de mapeamento, diagnósticos de maturidade, tendências de inovação e desafios estruturais, permitindo uma interpretação integrada sobre o papel das agritechs na transformação do agronegócio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados apontam para um crescimento contínuo das agritechs no Brasil, de 1.125 startups em 2019 para 1.953 em 2023, indicando resiliência frente à crise global das startups na Europa e EUA (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). Esse avanço pode ser explicado pela relevância do agronegócio na economia nacional e pela demanda crescente por soluções sustentáveis, o que confere ao Brasil vantagens comparativas em inovação agro (Massruhá, 2023).

A diversificação espacial merece destaque, com maior participação de regiões historicamente menos consolidadas, como o Norte, revelando a interiorização da inovação (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). Esse movimento sugere a descentralização dos ecossistemas, aproximando-se da lógica de hubs regionais de inovação, capazes de articular pesquisa, extensão e empreendedorismo em diferentes biomas (Sebrae, 2023).

Outro ponto relevante refere-se à sustentabilidade e à bioeconomia, que se consolidam como eixos centrais de inovação. A presença de startups voltadas à gestão de resíduos, insumos biológicos e energia renovável demonstra a convergência entre agronegócio e Agenda 2030 da ONU (Bolfe et al., 2020). Esse alinhamento amplia as possibilidades de internacionalização e inserção competitiva do Brasil em mercados que exigem compromissos ambientais (Marvin, 2018).

A análise de gênero revelou avanço na participação feminina, mas também expôs desafios estruturais. Embora cresça a presença de empreendedoras em cargos de liderança e programas de incentivo, ainda há desigualdades no acesso a recursos financeiros e redes de apoio. Essa constatação reforça a importância de políticas inclusivas e de fortalecimento de coletivos voltados às mulheres no agro (Dias; Jardim; Sakuda, 2023).

No campo financeiro, observa-se amadurecimento do ecossistema de investimento, com o Venture Capital se consolidando como principal motor de expansão. O Brasil aparece como destino atrativo devido à sua biodiversidade, dimensão de mercado e capacidade de adaptação tecnológica. Todavia, a dependência de capital estrangeiro ainda representa um risco, sugerindo a necessidade de ampliar mecanismos nacionais de fomento e inovação aberta (Dias; Jardim; Sakuda, 2023).

A aplicação da ferramenta de maturidade permitiu identificar gargalos na gestão de talentos e diversificação, revelando que muitas agritechs permanecem em estágios iniciais de estruturação organizacional. Essa constatação evidencia a importância de incubadoras, aceleradoras e hubs como catalisadores para que startups avancem de forma sustentável e escalável (Dias; Jardim; Sakuda, 2023).

Além disso, as agritechs se destacam por sua transversalidade, abrangendo desde insumos biológicos até marketplaces e fintechs agro, evidenciando a diversidade de modelos de negócio e a integração com as demandas da sociedade contemporânea (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). A sua atuação conecta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à prática empresarial, com ênfase em bioeconomia, sustentabilidade e inovação aberta (BID/FOMIN, 2017).

Apesar de seu potencial, a aplicação das agritechs enfrenta obstáculos estruturais, como a baixa conectividade em áreas rurais e a carência de infraestrutura digital adequada (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). Outro desafio é a desigualdade de acesso entre grandes produtores e agricultores familiares, o que pode acentuar disparidades socioeconômicas caso não haja políticas inclusivas (BID/FOMIN, 2017).

A sustentabilidade financeira também constitui um entrave, visto que muitas startups dependem de capital de risco estrangeiro, expondo o setor a volatilidades internacionais (Dias; Jardim; Sakuda, 2023). Além disso, diagnósticos de maturidade demonstram que boa parte das agritechs brasileiras ainda se encontra em estágios iniciais de estruturação, necessitando de incubadoras, aceleradoras e hubs para alcançar escalabilidade (BID/FOMIN, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agritechs representam um vetor essencial de transformação para o agronegócio, articulando de forma integrada a competitividade, a sustentabilidade e a inovação tecnológica. Sua contribuição vai muito além da mera eficiência produtiva, alcançando dimensões sociais e ambientais cruciais, com impactos diretos na inclusão de novos atores no cenário agroalimentar e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Observa-se que, tanto no Brasil o ecossistema agritech está em franca expansão. No entanto, ele ainda enfrenta desafios críticos que precisam ser superados. Entre os principais obstáculos estão a infraestrutura digital inadequada, especialmente a baixa conectividade em áreas rurais, o acesso restrito a financiamento e a necessidade de uma maior integração dos pequenos produtores no ciclo de inovação. A dependência de capital de risco estrangeiro, por exemplo, expõe o setor a volatilidades internacionais, o que sinaliza a urgência de fortalecer mecanismos nacionais de fomento e inovação. Além disso, a desigualdade de acesso à tecnologia entre grandes produtores e agricultores familiares é uma preocupação, pois, se não for abordada por políticas inclusivas, pode acentuar disparidades socioeconômicas.

Para que as agritechs alcancem seu potencial transformador pleno, é fundamental que os esforços se concentrem em fortalecer a infraestrutura digital, promover políticas de inclusão que garantam o acesso à tecnologia para todos os produtores, estimular o investimento nacional e a inovação aberta, e apoiar o desenvolvimento organizacional das startups, muitas das quais ainda se encontram em estágios iniciais de maturidade. Somente assim será possível consolidar um agronegócio mais resiliente, equitativo e, acima de tudo, sustentável.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Reconhecemos também o Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Social, Inovação e Gestão – GPDSIN/UNIARP.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID); FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (FOMIN). **AgroTech: innovaciones que no sabías que eran de América Latina y el Caribe.** Washington: BID/FOMIN, 2017. Disponível em: https://publications.iadb.org. Acesso em: 18 set. 2025.

BOLFE, Edson Luis, BARBEDO, Jayme Garcia Arnal, MASSRUHÁ, Silvia Maria Fonseca SIlveira, DE SOUZA, Kleber Xavier Sampaio, ASSAD, Eduardo Delgado Desafios, tendências e oportunidades em agricultura digital no Brasil. *In:* MASSRUHÁ, S. M. F. S. *et al.* (Eds.). **Agricultura digital:** pesquisa, desenvolvimento e inovação nas cadeias produtivas. Brasília: Embrapa, 2020. cap. 16. p. 380-406.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro: Resultados de 2022**. Piracicaba: Esalq/USP, 2023. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/. Acesso em: 14 out. 2025.

DIAS, Cleidson Nogueira; JARDIM, Francisco; SAKUDA, Luiz Ojima (Orgs.). **Radar Agtech Brasil 2023:** Mapeamento das Startups do Setor Agro Brasileiro. 2. ed. Brasília; São Paulo: Embrapa, SP Ventures, Homo Ludens, 2023. Disponível em: http://www.radaragtech.com.br. Acesso em: 18 set. 2025.

MARVIN, Donald R. The second green revolution will bring agri-tech breakthroughs to growers. **Industrial Biotechnology**, v. 14, n. 3, p. 120-122, 2018.

MASSRUHÁ, Silvia Maria Fonseca SIlveira; LEITE, Maria Angélica de Andrade; BOLFE, Edson Luis. Agro 4.0: o papel da pesquisa e perspectivas para a transformação digital na agricultura. *In:* DIAS, E. M. *et al.* (Orgd.). **Agro 4.0: fundamentos, realidades e perspectivas para o Brasil**. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. cap. 3, p. 58-77.

RODRIGUES, Bruno. **Hubs de inovação: Uma nova oportunidade para o Rio de Janeiro.** 2018. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/hub-inovacao-garagem. Acesso em: 14 out. 2025.

SEBRAE. **Capital Empreendedor:** Descubra o investimento ideal para fazer a sua empresa crescer. 2025. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/capitalempreendedor#etapas-projeto. Acesso em: 14 out. 2025.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UM OLHAR PARA O BRASIL

Categoria: Pesquisa Científica

Caroline de Fátima Esperança[1]
Andressa Ana Ansiliero[2]
Cristine Vanz Borges[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[5]

Resumo – As Indicações Geográficas (IGs) representam instrumentos de valorização econômica, cultural e territorial, vinculando produtos e serviços a regiões específicas por meio da tradição, reputação e características naturais e humanas. No Brasil, reguladas pela Lei n.º 9.279/1996 e pela Portaria/INPI/PR n.º 4/2022, existem duas modalidades de registro: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Este estudo teve como objetivo analisar a evolução temporal, a distribuição espacial e a diversidade setorial das IGs brasileiras, a partir de dados secundários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Trata-se de uma pesquisa quantitativa e documental. Os resultados evidenciam predominância de IPs, por demandarem menor complexidade técnica em relação às DOs. Verificou-se crescimento expressivo das IGs nas duas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas e apoio de instituições como MAPA, Sebrae e Embrapa. Observou-se forte concentração nas regiões Sul e Sudeste, especialmente em cadeias agroalimentares, embora o Nordeste tenha avançado em frutas tropicais, cachaça e bordados, e casos pontuais no Norte e Centro-Oeste reforcem potencial de expansão. Além do setor agroalimentar, destacam-se registros em artesanato e serviços inovadores, sinalizando novas perspectivas de diversificação. Conclui-se que o fortalecimento das IGs no Brasil requer a ampliação de políticas regionais e maior migração para DOs, visando competitividade internacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Desenvolvimento rural; Regiões brasileiras; Diversidade setorial.

INTRODUÇÃO

A implementação de uma Indicação Geográfica (IG) no Brasil segue procedimentos normativos definidos pela Lei n.º 9.279/1996 e regulamentações específicas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), consolidadas pela Portaria/INPI/PR n.º 4, de 12 de janeiro de 2022. Esse processo envolve etapas que vão desde a definição conceitual até a consolidação do

[1]Aluno do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sistema de controle e fiscalização. As IGs constituem sinais distintivos que vinculam produtos ou serviços a um território específico.

No Brasil, são reconhecidas em duas modalidades: Indicação de Procedência (IP): refere-se a regiões que adquiriram notoriedade em função da produção de determinado bem ou serviço, baseada na tradição e reputação. Denominação de Origem (DO): exige comprovação técnico-científica de que as características do produto derivam essencialmente de fatores naturais e humanos do território. Assim, enquanto a IP costuma representar uma etapa inicial de valorização, a DO caracteriza um nível mais elevado de qualificação e de reputação no mercado (Santos; Saldanha; Silva, 2024).

O pedido de registro de IG deve ser protocolado junto ao INPI por meio de associações, cooperativas ou entidades representativas dos produtores ou prestadores de serviço. O dossiê deve conter a delimitação geográfica, justificativas históricas (no caso de IP) ou comprovações científicas (para DO), bem como a estrutura de governança local. O INPI realiza exame formal e técnico, podendo solicitar complementações. Alterações posteriores no escopo do registro ou no regulamento de uso devem ser submetidas ao Instituto por meio de petições específicas.

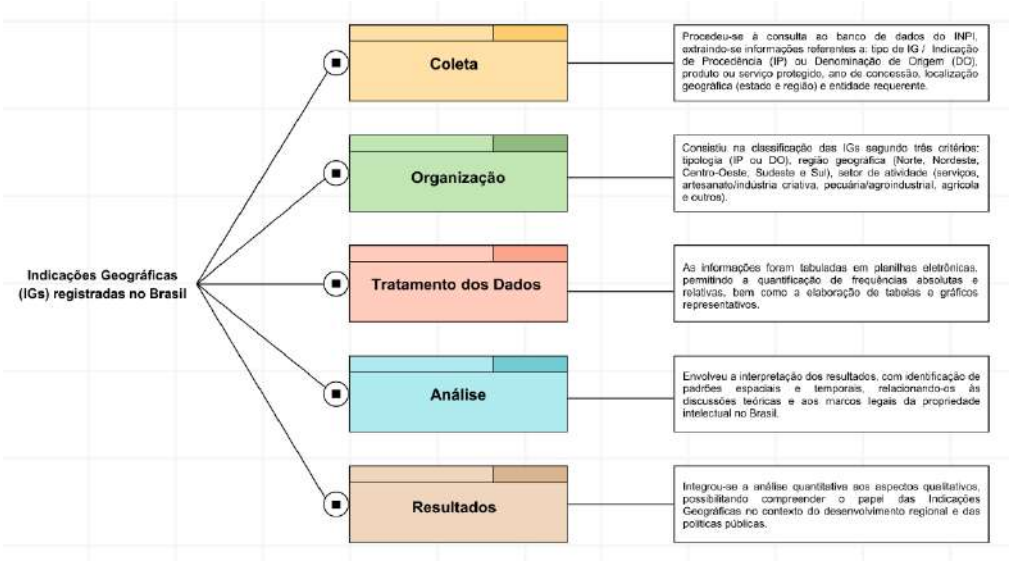
A sustentabilidade de uma IG depende de mecanismos de controle que assegurem a conformidade entre o produto/serviço e as regras estabelecidas. Esses mecanismos são geralmente exercidos por um conselho regulador ou comitê gestor, com a possibilidade de auditorias, certificações e instrumentos de rastreabilidade. O controle garante credibilidade e protege a reputação coletiva associada ao território (Silva et al., 2024).

Nesse contexto, destaca-se a relevância do Caderno de Especificações Técnicas, documento central do processo de registro de uma Indicação Geográfica. Nele estão reunidos elementos fundamentais como a delimitação da área geográfica, a descrição detalhada do produto ou serviço, os métodos de produção ou extração, os critérios de identidade e qualidade, além dos instrumentos de fiscalização e controle, acompanhados da justificativa histórica (no caso das IPs) ou científica (nas DOs). Esse caderno assume a função de regulamento normativo, garantindo tanto a concessão do registro quanto a preservação da reputação associada ao território ao longo do tempo. Assim, considerando sua importância como eixo estruturante das IGs, o objetivo deste trabalho concentra-se em analisar a evolução, distribuição espacial e a diversidade setorial das Indicações Geográficas no Brasil, evidenciando seu papel como instrumento de valorização econômica, cultural e territorial.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem quantitativa e documental. O estudo foi estruturado em seis etapas metodológicas, conforme fluxograma (Figura 1). Na etapa de planejamento, definiu-se o objeto de estudo, representado pelas Indicações Geográficas (IGs) registradas no Brasil, e selecionou-se como fonte oficial de dados o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Figura 1 – Fluxograma da Metodologia.



Fonte: Os autores (2025).

Com o intuito de analisar de forma comparativa as Indicações Geográficas, procedeu-se à categorização dos registros em setores econômicos. Essa classificação foi elaborada a partir da descrição do campo Produto/Serviço presente nos processos de registro junto ao INPI, buscando agrupar produtos e serviços em cadeias produtivas afins.

Assim, as IGs foram organizadas nos seguintes eixos:

- Agropecuário: contempla produtos agrícolas, pecuários e apícolas, tais como café, açaí, abacaxi, arroz, erva-mate, cacau, mel, própolis, carne bovina e camarões.
- Vitivinícola e Bebidas: reúne as IGs relacionadas à vitivinicultura e à produção de bebidas alcoólicas, incluindo vinhos, espumantes, vinhos licorosos e destilados vínicos (exemplos: Cognac, Porto).
- Lácteo: agrupa as IGs vinculadas à produção de queijos e derivados, como as regiões tradicionais de Canastra, Serro e Araxá.
- Mineral e Rochas Ornamentais: inclui as IGs ligadas à exploração mineral e à produção de granitos, mármores e gnaisses.

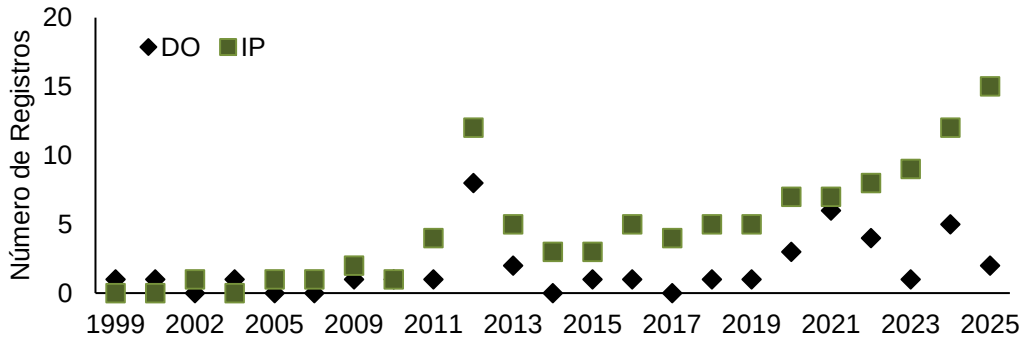
Florestal / Produtos Especiais: engloba produtos oriundos do extrativismo florestal e de recursos naturais específicos, como madeira, carvão vegetal e erva-mate quando voltada ao uso extrativo.

Serviços e Indústria Criativa: refere-se às IGs que valorizam atividades de base cultural e territorial, incluindo couro, calçados, artesanato, bordados e turismo (hospitalidade, receptivo e experiências culturais associadas ao território).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Constata-se que a maioria das IGs brasileiras se enquadra na modalidade Indicação de Procedência, apresentando 110 indicações. Essa predominância decorre do fato de a IP exigir comprovação da notoriedade histórica e da tradição produtiva, o que é mais acessível às associações. Já as Denominações de Origem, 31 nacionais e 10 estrangeiras, em menor número, demandam comprovação científica de que as características do produto decorrem de fatores naturais e humanos do território, o que eleva o nível de complexidade e custo para o registro. Esse cenário indica um desafio para o Brasil: migrar gradativamente das IPs para DOs, fortalecendo a reputação internacional dos produtos e garantindo maior valor agregado no mercado global (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução das Dominação de Origem (DO) x Indicação de Procedência (IP) por ano no Brasil.

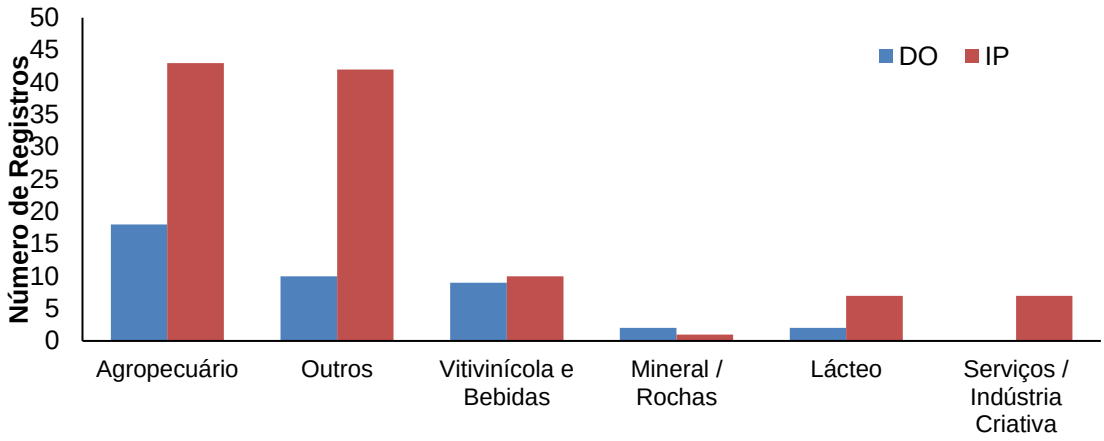


Fonte: Os autores (2025).

A análise da evolução temporal das Indicações Geográficas no Brasil revela um crescimento expressivo nas últimas duas décadas. Desde o primeiro registro no início dos anos 2000, observa-se uma aceleração significativa a partir de 2010, período em que políticas públicas, especialmente, aquelas coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), intensificaram o apoio técnico e financeiro para associações de produtores. Esse avanço também reflete o amadurecimento do arcabouço jurídico brasileiro em consonância com normas internacionais de propriedade intelectual.

O setor agroalimentar é amplamente dominante entre as IGs brasileiras, abrangendo café, vinhos, cacau, frutas, carnes e derivados. Essa prevalência reforça a forte ligação entre IGs e produtos de base agrícola e agroindustrial. Entretanto, a presença de registros vinculados ao artesanato e à indústria criativa — como bordados, rendas, cerâmicas e joias — demonstra o potencial da IG na valorização do patrimônio cultural e na preservação de identidades locais. Ainda incipiente, a inclusão de serviços, como no caso do Porto Digital em Recife, sinaliza um caminho inovador e diversificado para o uso desse instrumento jurídico no Brasil. A ampliação para novos setores pode consolidar a IG como ferramenta de desenvolvimento econômico em múltiplas dimensões (Gráfico 2).

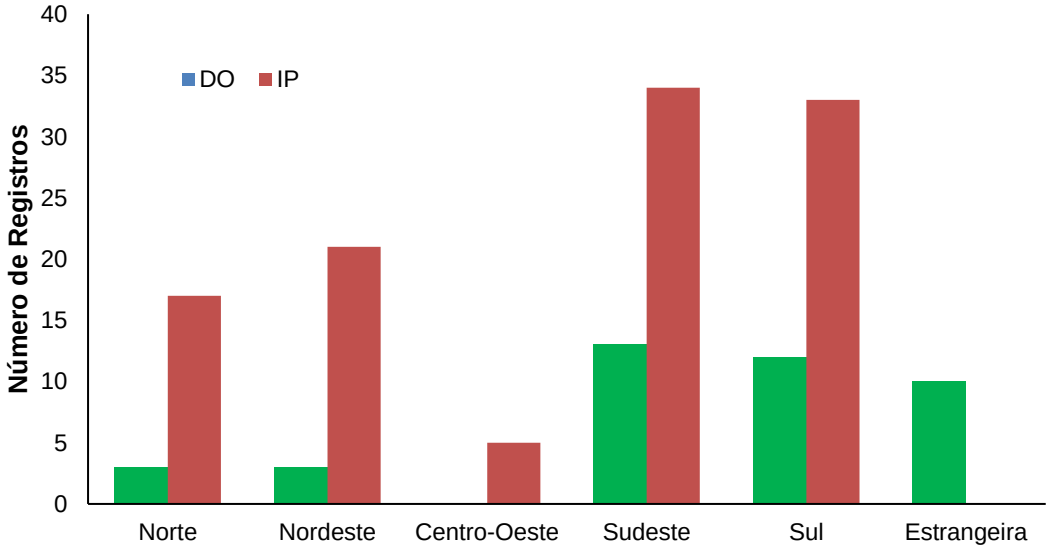
Gráfico 2 – Número de Indicação de Geográfica por setor econômico no Brasil.



Fonte: Os autores (2025).

Os dados apontam uma clara concentração das IGs nas regiões Sul e Sudeste do país. Essa predominância está relacionada a cadeias produtivas historicamente consolidadas, como vinhos no Rio Grande do Sul, cafés em Minas Gerais e São Paulo, e queijos artesanais da Serra da Canastra. Em contraste, o Norte e o Centro-Oeste apresentam baixa representatividade, ainda que contem com registros emblemáticos, como o guaraná de Maués e a farinha de mandioca do Acre. O Nordeste, por sua vez, tem se destacado nos últimos anos com registros ligados a frutas tropicais, cachaça e bordados. Essa desigualdade regional reflete diferentes níveis de capital social, técnico e institucional, indicando a necessidade de políticas de apoio diferenciadas, sobretudo em regiões onde a estrutura organizacional dos produtores é mais fragilizada (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de Dominação de Origem (DO) x Indicação de Procedência (IP) por região.



Fonte: Os autores (2025).

O panorama das Indicações Geográficas no Brasil evidencia que, entre as Denominações de Origem (41 registros), destacam-se Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com presença de países estrangeiros como França e Itália, concentrando produtos como café, vinhos, mel, rochas ornamentais e própolis, em especial nos anos de 2012 e 2021, seguidos por novas concessões em 2022 e 2024. Já nas Indicações de Procedência (110 registros), observa-se maior distribuição regional, com forte representatividade no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo, vinculadas a produtos como açaí, queijo, abacaxi, erva-mate e café, apresentando crescimento contínuo ao longo do tempo, com destaque para 2024 e 2025, que somaram os maiores números de registros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam a relevância das Indicações Geográficas (IGs) como instrumento de desenvolvimento territorial no Brasil. Observou-se que, até agosto de 2025, o país conta com mais de 120 registros, sendo a maioria na modalidade Indicação de Procedência (IP), reflexo da menor complexidade técnica em comparação às Denominações de Origem (DO). Apesar do avanço expressivo nas últimas duas décadas, com intensificação a partir de 2010, a distribuição espacial permanece desigual: Sul e Sudeste concentram mais de 70% das IGs, enquanto Norte e Centro-Oeste apresentam participação reduzida. Esse quadro revela a necessidade de políticas diferenciadas que fortaleçam o capital social, técnico e institucional em regiões menos consolidadas.

No setor agroalimentar, predominam cadeias como café, vinhos, cacau e queijos artesanais, mas há crescimento em segmentos culturais e criativos, como bordados, cerâmicas e rendas, além de iniciativas inovadoras no setor de serviços. Tal diversidade sinaliza o potencial da IG como estratégia de agregação de valor para além da agricultura.

O Brasil ainda apresenta um ritmo modesto de consolidação das IGs. Como limitações, destacam-se a escassez de dados desagregados por cadeia produtiva e a falta de acompanhamento pós-registro. Conclui-se que o fortalecimento das IGs exige maior incentivo à migração para DOs, ampliação do suporte regional e integração às políticas públicas de desenvolvimento rural, de modo a ampliar competitividade e sustentabilidade no cenário internacional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Campo destinado ao agradecimento à(s) agência(s) de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, art. 170 e 171, ou outras instituições). Deve ser escrito de forma breve.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Portaria/INPI/PR nº 04, de 12 de janeiro de 2022**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas, dispõe sobrea recepção e o processamento de pedidos e repetições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. Brasília: Ministério da Economia, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Lista com as denominações de origem e indicações de procedência reconhecidas até agosto 2025**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At12Ago2025.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

SANTOS, Dáfne O. dos; SALDANHA, Cleiton B.; SILVA, Marcelo S. Geographical indication in brazil: a brief procedural discussion in Brazil. **Revista INGI – Indicação Geográfica e Inovação**, v. 8, n. 4, p. 2847-2860, out./nov./dez. 2024.

SILVA, Ana Luisa K. *et al.* Where does cheese come from? Geographical indications for Brazilian regional development: a review. **Food Science and Technology**, v. 44, p. e00090, 2024.

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA RESISTÊNCIA À INOVAÇAO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Categoria: Pesquisa Científica

Resumo – O objetivo central desse trabalho é compreender as múltiplas barreiras de ordem econômica, sociocultural, técnica e institucional que influenciam a decisão dos agricultores familiares. A metodologia adota uma abordagem de revisão bibliográfica. Os resultados demonstram que a aparente resistência configura, na verdade, um exercício de agência e um mecanismo de autopreservação diante de incertezas financeiras, da inadequação das tecnologias aos contextos locais e de políticas públicas insuficientes. Evidencia-se a limitação do modelo convencional de transferência de tecnologia, em contraste com a efetividade de abordagens dialógicas e participativas que valorizam a inovação social. Conclui-se que a transposição desses obstáculos exige a reformulação de políticas públicas, o desenvolvimento de tecnologias socialmente adaptadas e a consolidação de serviços de extensão rural baseados no diálogo de saberes, visando a um modelo de inovação verdadeiramente inclusivo e sustentável para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Barreiras econômicas e socioculturais; Extensão rural participativa.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar afirma-se como um pilar fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável, sendo responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no Brasil. Contudo, a adoção de inovações tecnológicas por esses agricultores é influenciada por barreiras econômicas, socioculturais, técnicas e institucionais, que vão além da simples resistência à mudança (Procópio; Binotto; Pereira, 2024). Em um contexto de mudanças climáticas e pressão por maior produtividade, a inovação – desde a agricultura digital até práticas agroecológicas – é vista como crucial. Nesse sentido, a disponibilidade técnica não garante a assimilação, sendo decisivos fatores como limitações de crédito, preservação de saberes tradicionais, incompatibilidade tecnológica e fragilidade das políticas públicas e extensão rural (Embrapa, 2025).

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo compreender as múltiplas barreiras de ordem econômica, sociocultural, técnica e institucional que influenciam a decisão dos agricultores familiares em relação à adoção da inovação nas propriedades. Este estudo, portanto, propõe uma análise multidimensional para compreender a "resistência estratégica" dos agricultores, reinterpretando-a como um exercício de agência e autopreservação.

METODOLOGIA

Para compreender a resistência estratégica de agricultores familiares à adoção de inovações agrícolas, optamos pela abordagem de uma revisão bibliográfica acerca da temática. O processo de seleção bibliográfica foi conduzido entre os meses de setembro e outubro de 2025, como busca na plataforma Google Acadêmico, utilizando combinações dos descritores "resistência à inovação", "agricultura familiar", "adoção tecnológica" e "inovações agrícolas", bem como foi considerado nessa busca artigos, dissertações e teses no período compreendido entre 2024 e 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a discussão foram encontrados 8 trabalhos, conforme listados no Quadro 1. Esta sistematização não apenas identifica as fontes primárias da revisão, mas também detalha seus objetivos e naturezas, estabelecendo as bases concretas para a discussão estruturada nos quatro eixos analíticos centrais da pesquisa.

Quadro 1 - Sistematização da revisão sistemática

Autor(es)/ Ano	Título	Objetivo Principal	Tipo de Publicação
Moraes (2024)	A Educação do Campo como Prática Social de Resistência e Luta Camponesa no Território Cantuquiriguaçu - Paraná	Compreender a resistência e a luta pela terra, com ênfase no papel da Educação do Campo como prática social de luta.	Artigo
Filus; Souza Lima (2024)	As "Redes Sociais de Resistência" Originadas pela Produção Agroecológica e pela Organização Cooperativa	Discutir as redes de resistência que surgem da produção agroecológica e organização cooperativa no meio rural.	Artigo
Friedrich (2024)	Agricultura Orgânica no Oeste do Paraná: Um Estudo sobre a Associação dos Agricultores Orgânicos e Familiares de Toledo (PROORTO)	Compreender os desafios da agricultura familiar orgânica em relação à estrutura produtiva e comercialização.	Tese
Mocelin *et al.* (2025)	Sucessão Familiar Rural: Desafios na Percepção dos Gestores Rurais	Identificar os principais desafios do processo de sucessão familiar conforme a percepção de gestores rurais.	Artigo
Cottens (2025)	Sucessão Familiar Rural: Os Desafios da Continuidade na Percepção das Mulheres Gestoras e Cogestoras	Analisar o processo de sucessão rural com ênfase na participação das mulheres no meio rural gaúcho.	Trabalho de Conclusão de Curso
Dartora (2025)	Processo Sucessório na Agricultura Familiar e Impactos no Desenvolvimento Rural	Analisar o processo sucessório e seus impactos no desenvolvimento rural em pequenas propriedades.	Artigo
Ouro- Salim; Fanho (2025)	Inteligência Artificial na Agricultura Familiar: Capacitação, Governança e Inovação	Analisar o uso da IA como suporte para a agricultura familiar, focando em desafios, oportunidades e necessidades institucionais.	Artigo
Gehring (2025)	Participação das Mulheres na Gestão Econômica e	Compreender a percepção das mulheres rurais sobre sua	Dissertação

Financeira de Propriedades Rurais de Agricultura Familiar	participação na gestão econômico-financeira das propriedades.

Fonte: Autoria própria (2025).

Referente aos trabalhos encontrados teremos 3 trabalhos no ano de 2024 e 5 trabalhos publicados no ano de 2025. Ademais, 5 estão na categoria de artigos em periódicos; 1 Trabalho de Conclusão de Curso; 1 Dissertação; e 1 Tese. Assim, o que pode ser percebido nas publicações é que a adoção de inovações na agricultura familiar configura-se como um processo transversal, onde diferentes dimensões analíticas se interconectam de forma dinâmica e não linear. As características do produtor estabelecem o substrato inicial sobre o qual se desenvolvem os processos de mudança tecnológica, revelando tensões entre o envelhecimento populacional e os desafios sucessórios, de um lado, e o surgimento de novos perfis de agricultores engajados em circuitos alternativos de produção e comercialização, de outro.

As restrições dimensionais e infraestruturais, frequentemente apontadas como obstáculos à modernização, surpreendentemente têm estimulado a reconfiguração dos sistemas produtivos rumo a modelos baseados na agroecologia e na sustentabilidade, demonstrando que as limitações materiais podem, em certos contextos, funcionar como estímulo à inovação. A interação entre produtores e tecnologias é mediada pela percepção dos atributos tecnológicos, onde dimensões como complexidade, compatibilidade e vantagem relativa são socialmente construídas e negociadas no âmbito das comunidades rurais. A análise revela que a adoção de inovações depende criticamente do alinhamento entre características técnicas e valores culturais, com a vantagem percebida transcendendo frequentemente critérios meramente econômicos para incorporar dimensões sociais, ambientais e simbólicas.

A análise realizada permitiu compreender a adoção de inovações na agricultura familiar como um fenômeno complexo e multifacetado, cuja compreensão exige uma abordagem integrada dos diferentes condicionantes investigados. A interação revela-se fundamental para explicar os diferentes ritmos e trajetórias de modernização no meio rural. Ficou evidente que as inovações somente são efetivamente incorporadas quando conseguem estabelecer sinergia com o conjunto dessas dimensões, adaptando-se tanto às condições materiais de produção quanto aos valores culturais e projetos de vida das famílias agricultoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o sucesso das iniciativas de inovação depende criticamente da existência de um ecossistema favorável, onde políticas públicas adequadas se articulem com arranjos institucionais locais e processos educativos contextualizados. Neste sentido, a mera disponibilidade de tecnologias, ainda que tecnicamente avançadas, mostra-se insuficiente para garantir sua adoção se não vier acompanhada de mecanismos de suporte que considerem as particularidades da agricultura familiar.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES no Edital n° 34/2024 e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 14/2025 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional, através do Grupo de Pesquisa de Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética.

REFERÊNCIAS

COTTENS, Inez Pinto. Sucessão familiar rural: os desafios da continuidade na percepção das mulheres gestoras e cogestoras. 2025. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnista) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2025.

DARTORA, Cleci Maria. Processo sucessório na agricultura familiar e impactos no desenvolvimento rural. ARACÊ, v. 7, n. 6, p. 31227–31249, 2025.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Agricultura Familiar. 2025. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema. Acesso em 28 out. 2025.

FILUS, Veridiany; SOUZA LIMA, Romilda de. As "redes sociais de resistência" originadas pela produção agroecológica e pela organização cooperativa. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, v. 21, n. 2, p. 218–245, 2024.

FRIEDRICH, Jussara Carla Conti. Agricultura orgânica no oeste do Paraná: um estudo sobre a associação dos agricultores orgânicos e familiares de Toledo (PROORTO). 2024. 125f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2024.

GEHRING, Mariéli Helfer. Participação das mulheres na gestão econômica e financeira de propriedades rurais de agricultura familiar. 2025. 101f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2025.

MOCELIN, Janaine Vitoria *et al*. Sucessão familiar rural: desafios na percepção dos gestores rurais. ABCustos, v. 19, n. 2, p. 127–154, 2024.

MORAES, Vitor. A educação do campo como prática social de resistência e luta camponesa no Território Cantuquiriguaçu-Paraná. Caderno Pedagógico, v. 21, n. 10, p. e10007-e10007, 2024, 2024.

OURO-SALIM, O.; FANHO, A. D. Inteligência artificial na agricultura familiar: capacitação, governança e inovação. REVISTA DELOS, v. 18, n. 69, p. e5992, 2025.

PROCÓPIO, Diego Pierotti; BINOTTO, Erlaine; PEREIRA, Matheus Wemerson Gomes. Fatores associados à adoção de tecnologia no setor agropecuário. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 30, n. 1, p. 844-874, 2024.

SOUZA, José de S. **Revertendo o historicamente baixo grau de adoção de inovações tecnológicas nas agriculturas familiares de regiões semiáridas, especialmente do Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2022. Disponível em: http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1150306. Acesso em: 28 out. 2025.

DANOS CAUSADOS POR MACACO-PREGO (SAPAJUS NIGRITUS) EM PINUS SPP. E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Categoria: Pesquisa Cientifica

Guilherme Fortkamp[1]
Ireus Carlos de Souza Junior[2]
Sidnei Roberto Duarte[3]
Ivanete Schneider Hahn[4,5]
Eluize Vayne Maziero[6,7]

Resumo – O Pinus taeda é uma das principais espécies cultivadas no sul do Brasil, mas sofre com ataques de macacos-prego (Sapajus nigritus), que descascam os troncos em busca de seiva. Esses danos resultam em perda de crescimento, mortalidade de árvores e riscos operacionais. Este trabalho realizou uma revisão analisando os impactos, causas e estratégias de mitigação e monitoramento, com foco no enriquecimento ambiental e em tecnologias emergentes. Os estudos mostram que a maior incidência de ataques ocorre entre agosto e dezembro, período de escassez de frutos nativos. Estratégias clássicas, como desbastes, aceiros e uso de espécies menos atrativas (Pinus elliottii e Pinus patula), têm aplicação limitada. O enriquecimento de fragmentos com espécies frutíferas nativas que frutifiquem nos períodos críticos, aliado ao monitoramento com o uso de drones, satélites e algoritmos de aprendizado de máquina, mostrou-se uma alternativa promissora. Conclui-se que integrar manejo silvicultural, conservação e monitoramento tecnológico é fundamental para reduzir danos, preservar uma espécie ameaçada e atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 9, 12 e 15).

Palavras-chave: Pinus taeda. Sapajus nigritus. Enriquecimento ambiental. Inteligência artificial. ODS.

INTRODUÇÃO

O setor de árvores plantadas tem papel fundamental na economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos, com o avanço industrial e com o aumento das exportações. Em 2024, a indústria de árvores cultivadas registrou receita bruta de aproximadamente R$ 240 bilhões e empregou mais de 2,8 milhões de pessoas, entre trabalhadores diretos e indiretos. As exportações do setor somaram US$ 15,7 bilhões em produtos florestais, como celulose, placas, papéis e madeira processada, consolidando o Brasil entre os maiores exportadores do mundo.

[1]Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Dentro desse contexto, os plantios de Pinus têm destaque por fornecerem matéria-prima versátil utilizada na produção de madeira serrada, compensados, painéis e celulose, sustentando diversas cadeias industriais e contribuindo para o desenvolvimento econômico e o uso responsável dos recursos florestais (IBÁ, 2025).

Nesse contexto, o estado de Santa Catarina destaca-se como um dos principais polos florestais do país, com forte especialização na produção de Pinus. Segundo o Anuário Estatístico de Base Florestal para o Estado de Santa Catarina 2025 (Ano Base 2024), o estado abriga cerca de 714 mil hectares de plantações de Pinus, equivalentes a 37,2% da área nacional do gênero, sustentando uma cadeia produtiva diversificada que inclui indústrias de celulose, papel, móveis, compensados e painéis reconstituídos (ACR, 2025). Além de sua importância econômica, o setor florestal catarinense contribui significativamente para a geração de empregos, arrecadação de tributos e mitigação das mudanças climáticas, consolidando-se como um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável e competitividade regional. No sul do Brasil, um desafio crescente para os plantios de Pinus taeda é o dano causado pelo macaco-prego (Sapajus nigritus). Um estudo publicado por Koehler e Firkowski (1996) identificou o macaco-prego como responsável pelo descascamento no terço superior do fuste, expondo o lenho, gerando deformações e comprometendo o crescimento da árvore. Esse comportamento, possivelmente associado à busca por seiva/nutrientes em períodos de escassez, incide sobretudo sobre árvores dominantes, de maior valor comercial, o que acarreta perdas econômicas significativas para a silvicultura regional.

Nos plantios de Pinus spp., os macacos-prego provocam dois tipos de danos ao retirar a casca do tronco para acessar a seiva. Esses ferimentos são classificados em: janelamento, que consiste na remoção parcial da casca, e o anelamento, caracterizado pela retirada completa da casca em torno do fuste. Enquanto o janelamento causa redução localizada no crescimento, o anelamento interrompe o transporte de seiva e pode levar à seca da copa e à morte da árvore, resultando em perdas econômicas expressivas para os plantios comerciais de Pinus (Mikich; Liebsch, 2009; Mikich; Liebsch, 2014). O objetivo desta revisão é reunir e analisar criticamente as principais informações, estratégias e propostas apresentadas na literatura, avaliando de forma sucinta sua viabilidade para a mitigação e monitoramento dos danos causados aos plantios de Pinus.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa onde foram relatados os principais resultados dos estudos analisados. Foram consultados artigos, relatórios técnicos e teses publicados entre 2005 e 2025, com foco em impactos produtivos, causas ecológicas, enriquecimento ambiental e uso de tecnologias emergentes. Entre os principais autores analisados estão: Mikich e Liebsch (2009; 2014), Liebsch e Mikich (2017), Liebsch et al. (2015), Picinatto Filho (2019), Retslaff et al. (2020), Pertille et al. (2023), Bitetti (2019) e Chiarello (2024). Estes estudos realizaram avaliações sobre diferentes aspectos relacionados aos ataques de Pinus por macaco-prego em plantações comerciais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O macaco-prego (Sapajus nigritus) é considerado uma espécie problema no segmento de florestas plantadas, pois usa árvores de plantações comerciais como fonte de alimento. Os registros indicam que os danos estão relacionados aos períodos de escassez na floresta natural pela sua baixa qualidade ambiental e fragmentação (Picinatto, 2019). É fundamental para a busca de estratégias de manejo da fauna e da flora a realização de pesquisas científicas em locais onde são encontrados danos, bem como a realização de trabalhos que avaliem possibilidades de previsão e prevenção de danos. Dentre os estudos encontrados na pesquisa bibliográfica são relatados a seguir as principais informações e resultados obtidos que podem contribuir com a avaliação desse tópico. Di Bitteti (2019) realizou uma revisão bibliográfica sobre o tópico, com foco em documentos que relatam o descascamento de árvores por primatas em plantações florestais e florestas. O conjunto de dados consistiu em 51 documentos, dos quais 46 correspondiam ao descascamento de árvores em plantações florestais e cinco em florestas manejadas. A hipótese mais frequentemente citada para explicar por que os primatas descascam árvores em plantações é que eles consomem casca macia quando ou onde seu alimento natural é escasso.

Mikich e Liebsch (2014) realizaram um censo de dois anos e um estudo fenológico de espécies de plantas consumidas por S. nigritus para investigar se o comportamento de descascamento está associado à superpopulação e/ou escassez de alimentos. Os resultados obtidos foram uma densidade de 2,23 ± 1,09 indivíduos/km² na área de estudo, que é menor do que a relatada anteriormente na literatura para esta espécie. Além disso, foi constatado que a população experimentou períodos de escassez de alimentos de julho a novembro, coincidindo com um pico de danos ao Pinus por S. nigritus. Assim, os resultados sugerem que os danos às árvores causados pelos macacos estão principalmente relacionados a flutuações sazonais na disponibilidade de frutos e sementes.

As características e a intensidade dos danos causados por macacos-prego a árvores de Pinus taeda e seus efeitos sobre o incremento em diâmetro e volume ao longo do tempo foram avaliados por Liebsch et al. (2015). Os autores relatam que os ataques ocorreram em todas as classes diamétricas, mas houve preferência pelas árvores mais vigorosas. Os dados obtidos indicaram que nas árvores janeladas a perda em crescimento foi mais acentuada nas árvores mais jovens. Uma vez que os danos afetam seriamente o crescimento das árvores, como demonstrado pelo estudo, indica-se que os inventários de produção incluam o registro do tipo de dano mais sério (anelamento, quando presente) e a altura do dano mais baixo. Na pesquisa de Restlaff et al. (2020) também foram avaliadas as perdas de crescimento de árvores de Pinus taeda danificadas por macacos-prego. Os resultados gerados pela técnica de análise de tronco completa (ANATRO) indicaram que os primeiros danos surgiram entre 5-6 anos de idade, porém a maioria ocorreu entre 7-8 anos. A altura foi a variável mais afetada com os danos de macacos-prego, reduzindo em, aproximadamente, 50% seu potencial de crescimento para danos do tipo anelamento e, por consequência, afetando o volume. Assim, com esses dados é possível estimar perdas de produção madeireira em função do descascamento provocado por macacos-pregos.

No estudo de Picinatto Filho (2019) foram avaliados os atributos da paisagem relacionados ao uso de Pinus taeda por macaco-prego por meio do estudo da paisagem e das características

da vegetação. Os resultados indicaram que as áreas com danos possuem características de paisagem menos fragmentada, com matriz microrregional florestal, em que os animais buscam os plantios com maior produção de fotoassimilados. Mikich e Liebsch (2009) citam vários testes que foram realizados a fim de minimizar os danos causados pelos ataques, dentre as alternativas avaliadas estão as seguintes técnicas: Suplementação alimentar artificial; aceiros e desbastes; Silhueta de predadores naturais; Substituição por espécies alternativas; Repelentes químicos; Enriquecimento com espécies nativas. Dentre as alternativas citadas que foram avaliadas no estudo, nenhuma se mostrou eficiente. No entanto, os autores citam que o plantio de espécies para enriquecimento de áreas naturais com espécies nativas, para produzir frutos no período de maior incidência dos danos, parece ser promissor.

Pertille et al. (2023) realizaram um estudo que teve como objetivo avaliar imagens de sensoriamento remoto e imagens aéreas obtidas por Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) do inglês Unmanned Aerial Vehicle (UAV) de povoamentos de Pinus taeda L. para classificação de árvores atacadas por Sapajus nigritus no sul do Brasil. Os autores avaliaram diferentes composições de bandas e índices de vegetação. Utilizando interpretação fotográfica baseada na cor da copa e medições de campo, as árvores foram rotuladas manualmente como não atacadas, mortas e atacadas. Um total de 3.773 árvores foram detectadas manualmente, das quais 39% foram atacadas, 5% morreram e 56% não foram atacadas. Concluiu-se assim que os ataques podem ser monitorados usando imagens de VANT e tais resultados fornecem insights para iniciativas de manejo florestal.

Liebsch e Mikich (2017) avaliaram a susceptibilidade aos ataques dos primatas, foi calculada a porcentagem média de árvores com danos em parcelas de inventário contínuo de nove espécies de Pinus spp. tropicais e temperados em plantios de quatro empresas nos estados do Paraná e Santa Catarina. Os resultados indicaram preferência por P. taeda e P. greggii, com cerca de 97% das árvores com danos. No que diz respeito às espécies menos suscetíveis, P. patula e P. palustris com poucas árvores com danos (0,01%) ou não apresentaram danos. Outras espécies de Pinus variaram de 1,4 a 11,8% de árvores com danos. A preferência de macacos-prego por P. taeda é particularmente preocupante, já que é a espécie mais plantada no sul do Brasil. No entanto, outras espécies que sofrem pouco ou nenhum dano poderiam ser usadas como espécies alternativas, que possibilitem a diversificação de culturas e abram novas perspectivas para melhoria e engenharia genética do Pinus, de acordo com as necessidades dos diferentes produtores.

Chiarello et al. 2024 realizaram um estudo com o objetivo de traçar perfis sobre o padrão de danos causados pelo macaco-prego em plantios de Pinus taeda L., com o auxílio de técnicas de aprendizado de máquina, com foco na classificação de árvores que serão ou não atacadas. Os resultados indicaram com o uso de gráficos expõe que as variáveis que mais influenciam na decisão de uma árvore ser atacada, ou não, estão associadas aos conteúdos existentes na "data do inventário" (confirmando a importância temporal), a altura dos indivíduos e a faixa (o que indica para uma possível relação geográfica da ação dos macacos-prego em áreas distantes de estradas ou instalações).

Dentre as estratégias citadas na literatura podem-se destacar as seguintes:

- Enriquecimento ambiental: inserção de espécies frutíferas nativas que frutifiquem no período crítico de ataques.

- Monitoramento tecnológico: métricas de paisagem e sensoriamento remoto para medir o impacto e prever possíveis danos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O descascamento de Pinus taeda por Sapajus nigritus é um desafio multifatorial. Estratégias isoladas têm eficácia limitada, mas a integração de enriquecimento ambiental e tecnologias emergentes pode oferecer uma solução mais eficiente. O enriquecimento ambiental se destaca como uma alternativa viável e mais sustentável que, aliada às tecnologias digitais para monitoramento, demonstra potencial para a mitigação dos danos causados pelos macacos-prego às plantações de Pinus. Esse enfoque reduz perdas produtivas, conserva uma espécie ameaçada e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para os ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e o ODS 15 (Vida terrestre).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e pelo fomento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMPRESAS FLORESTAIS – ACR. **Anuário estatístico de base florestal para o estado de Santa Catarina: 2025.** Lançado em 2025. Disponível em: https://acr.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Anuario_2025-1.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

Chiarello, F.; Meza, G. R.; Freire, R. Z. Análise de desempenho de técnicas de aprendizado de máquina na classificação de danos ocasionados por macacos-prego em plantações de Pinus. **Anais do LVI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional**. 2024, DOI: 10.59254/sbpo-2024-193805

Di Bitetti, M. S. Primates bark-stripping trees in forest plantations– A review. **Forest Ecology and Management.** Volume 449, 1 October 2019, 117482

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES – Ibá. Relatório anual 2025. Brasília: Ibá, 2025. Disponível em: https://iba.org/wp-content/uploads/2025/10/relatorioAnual2025.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

KOEHLER, A.; FIRKOWSKI, C. Descascamento de *Pinus* por *Cebus apella*. **Floresta**, v. 24, p. 61–75, 1996.

LIEBSCH, D.; MIKICH, S. B. Damage caused by brown-capuchin monkeys to nine pinus species and the implications for forest management. **Floresta**, v. 47, n. 1, p. 37–42, 2017.

LIEBSCH, D.; MIKICH, S. B.; OLIVEIRA, E. B.; MOREIRA, J. M. M. A. P. Descascamento de *Pinus taeda* por macacos-prego: tipos e intensidades de danos e seus impactos sobre o crescimento das árvores. Scientia Forestalis, v. 43, n. 105, p. 37–49, 2015.

MIKICH, S. B.; LIEBSCH, D. Damage to forest plantations by tufted capuchins (*Sapajus nigritus*): More monkeys or less fruits? Forest Ecology and Management, v. 314, p. 9–16, 2014.

MIKICH, S. B.; LIEBSCH, D. O macaco-prego e os plantios de *Pinus* spp. Comunicado Técnico 234. Colombo, PR. Embrapa Florestas, 2009. ISSN 1517-5030

PERTILLE, C. T. et al. Appraisal of UAV images and machine learning to detect *Sapajus nigritus* attacks on *Pinus taeda* stands in Southern Brazil. Cerne, v. 29, e-103208, 2023.

PICINATTO FILHO, V. Métricas da paisagem e modelagem para previsão de danos por macaco-prego em *Pinus taeda* L. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, 2019.

RETSLAFF, F. M. S. et al. Crescimento e produção em povoamentos de *Pinus taeda* L. danificados por macacos-prego. Scientia Forestalis, v. 48, n. 125, e3237, 2020.

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS, MODERNIZAÇÃO E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Categoria: Pesquisa Científica

Ederson André Faoro[1]
Fernando Straparava Raia[2]
Cristine Vanz Borges[3]
Ivanete Schneider Hahn[4]

Resumo – O agronegócio brasileiro apresenta uma trajetória marcada por rupturas e continuidades que se entrelaçam à própria formação histórica do país. Desde o período colonial, com a prevalência do latifúndio e da monocultura de exportação, até a Revolução Verde, caracterizada pela mecanização, pelo crédito rural e pela ampliação da fronteira agrícola, a agricultura nacional foi moldada por forças políticas, econômicas e sociais. O marco institucional da criação da Embrapa, em 1972, impulsionou a pesquisa e a inovação tecnológica, consolidando a modernização agrícola. Nas décadas de 1990 e 2000, a estabilização macroeconômica e a abertura comercial inseriram definitivamente o Brasil no mercado internacional, projetando-o como fornecedor estratégico de alimentos, fibras, combustíveis e insumos. No século XXI, o setor consolidou-se como motor do crescimento econômico e da segurança alimentar global, mas também enfrenta desafios críticos: impactos das mudanças climáticas, pressões ambientais, infraestrutura deficitária e necessidade de maior agregação de valor. O futuro do agronegócio brasileiro dependerá de políticas públicas consistentes, inovação tecnológica, digitalização e integração a práticas sustentáveis alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assegurando sua relevância no cenário internacional.

Palavras-chave: história agrícola; modernização; inovação tecnológica; sustentabilidade; desenvolvimento rural.

INTRODUÇÃO

A trajetória do agronegócio brasileiro está profundamente vinculada à própria formação histórica do país. Desde o período colonial, a estrutura fundiária baseada no latifúndio e na monocultura de exportação moldou as relações sociais e econômicas, estabelecendo um padrão de desenvolvimento marcado pela concentração de terras e pela dependência de produtos agrícolas destinados ao mercado externo (Balsan, 2006). Nas décadas de 1950 a 1980, esse modelo foi impactado por um processo acelerado de êxodo rural: somente entre 1970 e 1980,

[1]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

cerca de 12,5 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, correspondendo a 30% da população rural existente em 1970 (Alves *et al*., 2011; Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025).

Esse movimento, aliado à crescente demanda urbana por alimentos, favoreceu a intensificação tecnológica e a modernização agrícola, especialmente no contexto da chamada Revolução Verde, caracterizada pela mecanização, pela introdução de insumos químicos e pela ampliação da fronteira agrícola (Basso *et al*., 2023; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025).

O marco institucional mais relevante desse período foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1972, que impulsionou a pesquisa científica e tecnológica voltada à tropicalização de cultivos e ao aumento da produtividade. Essa transformação consolidou-se como base para a inserção internacional do Brasil no agronegócio, sobretudo a partir da década de 1990, com a estabilização econômica do Plano Real e a abertura comercial, que fortaleceram a competitividade externa (Portal Embrapa, 2025). Atualmente, o setor responde por aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto nacional, 1/3 dos empregos e quase 40% das exportações, desempenhando papel estratégico na segurança alimentar global (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

Entretanto, a consolidação do Brasil como potência agroalimentar ocorre em meio a paradoxos. De um lado, os avanços científicos e tecnológicos, como a biotecnologia, a agricultura de precisão e a digitalização de processos, ampliaram a produtividade e a inserção global (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023). De outro, persistem desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, às mudanças climáticas e à necessidade de investimentos em infraestrutura e inovação orientada por critérios ESG. Nesse contexto, o presente Resumo tem como objetivo analisar a evolução do agronegócio brasileiro, destacando seus principais marcos de transformação e projetando as perspectivas futuras à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem histórico-analítica, construída a partir de revisão documental e bibliográfica. Foram consultados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, documentos institucionais da Embrapa sobre a trajetória da agricultura brasileira, relatórios internacionais, além de trabalhos acadêmicos que analisam as transformações socioeconômicas e tecnológicas do setor.

A análise buscou identificar os principais marcos históricos do agronegócio brasileiro e interpretá-los à luz de três eixos: (i) colonização e modernização agrícola; (ii) institucionalização e globalização; e (iii) consolidação no século XXI e desafios da sustentabilidade. Essa estratégia permitiu articular a evolução histórica do agronegócio com suas implicações contemporâneas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da colonização à modernização agrícola (século XVI ao século XX)

O agronegócio brasileiro tem origem na formação colonial, caracterizada pela prevalência do latifúndio, da monocultura de exportação e da mão de obra escravizada, o que consolidou uma estrutura fundiária concentrada e socialmente excludente. Esse padrão se manteve por séculos, ancorado em ciclos produtivos como a cana-de-açúcar, o café e o algodão, que se tornaram bases econômicas para a inserção do Brasil no comércio internacional (Balsan, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, intensificou-se o êxodo rural, transferindo milhões de trabalhadores para as cidades e criando uma pressão pela mecanização e pela incorporação de tecnologias no campo. Entre 1970 e 1980, por exemplo, cerca de 12,5 milhões de pessoas deixaram o meio rural, representando 30% da população rural existente em 1970 (Alves; Da Silva e Souza; Marra, 2011; Nery, 2023; Portal Embrapa, 2025). Esse processo foi acompanhado pela chamada Revolução Verde, marcada pela expansão da mecanização, uso de fertilizantes e defensivos químicos, bem como pela difusão de novas variedades de cultivos agrícolas. Embora tenha elevado a produtividade, a Revolução Verde também trouxe consequências ambientais e sociais, como a degradação dos solos e o aumento da dependência de insumos externos (Teixeira, 2005).

Institucionalização e globalização do agronegócio (1970–1990)

A década de 1970 marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento institucional do agronegócio brasileiro. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972, foi decisiva para a tropicalização de cultivos e para o avanço da pesquisa científica voltada à agropecuária. Complementarmente, iniciativas como a Embrater ampliaram a assistência técnica e incentivaram a ocupação dos cerrados, transformando áreas até então consideradas marginais em polos produtivos estratégicos (Alves; Da Silva E Souza; Marra, 2011; Portal Embrapa, 2025).

Esse período também foi marcado pela profissionalização da formação em ciências agrárias, pelo envio de técnicos brasileiros ao exterior e pelo fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa. Essas ações criaram as bases para a transformação da agricultura em um setor intensivo em ciência e tecnologia, capaz de competir no cenário global (Portal Embrapa, 2025).

Nos anos 1990, a inserção internacional do agronegócio brasileiro foi consolidada. O Plano Real (1994) trouxe estabilidade monetária, favorecendo os investimentos, enquanto a legislação de propriedade intelectual e os acordos internacionais ampliaram a integração do Brasil ao mercado mundial. O câmbio flutuante, adotado em 1999, reforçou a competitividade das exportações agrícolas, projetando o país como potência agroalimentar (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

Século XXI: potência global, paradoxos e sustentabilidade

No século XXI, o agronegócio brasileiro assumiu papel central na segurança alimentar global, sendo responsável por aproximadamente 22% do Produto Interno Bruto nacional, por 1/3 dos empregos e por quase 40% das exportações. O país consolidou-se como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de soja, milho, carne bovina, suína e de aves, além de ocupar posição de destaque na produção de café, açúcar, etanol e fibras (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

Entretanto, esse protagonismo convive com contradições. De um lado, avanços científicos e tecnológicos, como a biotecnologia, a edição genética, a agricultura de precisão e o uso de big data, têm aumentado a produtividade e a competitividade internacional. De outro, permanecem desafios estruturais e ambientais: pressões decorrentes das mudanças climáticas, degradação ambiental, necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa e demandas por infraestrutura logística mais eficiente (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023).

Nesse contexto, o agronegócio brasileiro insere-se em um novo paradigma global orientado por critérios ESG (Environmental, Social and Governance). A integração de práticas sustentáveis, como a agricultura de baixo carbono, o uso de bioinsumos e a preservação de vegetação nativa, tem sido destacada como caminho para garantir a continuidade do crescimento com menor impacto socioambiental (Basso; Neves; Grossi-de-Sa, 2023). O futuro do setor dependerá, portanto, da capacidade de alinhar produtividade, inovação e sustentabilidade, assegurando o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do agronegócio brasileiro evidencia um processo contínuo de transformações estruturais que refletem tanto a história econômica e social do país quanto as dinâmicas do sistema agroalimentar mundial. Da colonização, marcada pelo latifúndio e pela monocultura de exportação, à Revolução Verde, centrada na mecanização e no uso intensivo de insumos, observa-se a consolidação de um setor fortemente dependente de condições políticas e tecnológicas específicas. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972, representou um marco decisivo ao introduzir a ciência e a inovação como eixos centrais da produção agropecuária, possibilitando a expansão para novas fronteiras, como o Cerrado, e a formação de cadeias globais competitivas. Nas décadas de 1990 e 2000, a estabilidade econômica e a abertura internacional consolidaram o agronegócio brasileiro como potência global, garantindo participação estratégica nos mercados de alimentos, fibras, biocombustíveis e insumos (Rezende; Malvestio; Moraes, 2013).

A configuração atual do setor revela paradoxos. Se, por um lado, o Brasil é reconhecido como um dos maiores exportadores mundiais e referência em inovação agropecuária, por outro, enfrenta desafios crescentes relacionados à sustentabilidade ambiental, às mudanças climáticas, à concentração fundiária e à necessidade de infraestrutura e governança eficientes (Basso; Neves; Grossi-De-Sa, 2023). Essa dualidade impõe ao país a urgência de redefinir seu modelo de crescimento, incorporando de modo efetivo práticas orientadas por critérios ESG, investimentos em biotecnologia e digitalização, e políticas públicas que integrem inclusão social, proteção ambiental e competitividade internacional.

Assim, o futuro do agronegócio brasileiro dependerá da capacidade de alinhar os avanços tecnológicos a uma agenda de sustentabilidade e justiça social, transformando-se não apenas em motor econômico, mas também em vetor de desenvolvimento equitativo e de segurança alimentar global. A experiência histórica demonstra que rupturas e inovações sempre foram determinantes para o setor, e o desafio contemporâneo é fazer dessa tradição de adaptação um

caminho consistente para a construção de um agronegócio competitivo, sustentável e socialmente responsável.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu; DA SILVA E SOUZA, Geraldo; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010 1,2. Revista de Política Agrícola, v. XX, n. 2, 2011.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura Brasileira. Revista Campo-Território, n. 2, p. 123–151, 2006.

BASSO, Marcos Fernando; NEVES, Marcos Fava; GROSSI-DE-SA, Maria Fatima. Agriculture evolution, sustainability and trends, focusing on Brazilian agribusiness: a review. Frontiers in Sustainable Food Systems, Frontiers Media SA, , 2023.

NERY, Carmen. LSPA: telling the history of Brazilian agiculture for 50 years. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/36709-lspa-telling-the-history-of-brazilian-agriculture-for-50-years>. Acesso em: 21 set. 2025.

PORTAL EMBRAPA. Trajetória do Agro. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/trajetoria-do-agro>. Acesso em: 21 set. 2025.

REZENDE, José; MALVESTIO, Ana; MORAES, Mauricio. Agribusiness in Brazil: an overview. *[S.l.: S.n.]*. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/agribusiness/2013/pwc-agribusiness-brazil-overview-13.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 2, n. 2, 2005.

MASCULINIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO E NA NUTRIÇÃO

Categoria: Pesquisa Científica

Isadora Zeni[1]
Jéssica Dalla Costa[2]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Cristine Vanz Borges[5]

Resumo – A agricultura familiar apresenta relevância crescente no cenário brasileiro, especialmente diante das transformações socioeconômicas que marcam o meio rural da Região Sul do país. Tais mudanças, impulsionadas pelo modelo de modernização agrícola conservadora, têm resultado em processos de masculinização e envelhecimento da população rural, configurando um quadro de declínio da agricultura na economia, na geração de renda e na oferta de emprego no campo. O presente estudo tem como objetivo analisar dados referentes à participação masculina e à faixa etária predominante na agricultura familiar, bem como discutir seus reflexos nas áreas do Direito e da Nutrição, com ênfase na relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Adotou-se o método dedutivo, com base em uma revisão bibliográfica abrangente. Conclui-se que a modernização agrícola conservadora promoveu um êxodo rural massivo, desestruturando unidades familiares e ampliando desigualdades sociais. O principal desafio contemporâneo reside na combinação entre masculinização e envelhecimento da população rural, fenômenos que afetam diretamente os direitos trabalhistas e previdenciários dos agricultores familiares, bem como a segurança alimentar e a sustentabilidade das comunidades rurais.

Palavras-chave: ruralidade; sustentabilidade; segurança alimentar; qualidade de vida; equidade de gênero.

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil passou por um processo de modernização conservadora na agricultura, que resultou em um êxodo rural sem precedentes, deslocando cerca de 30 milhões de pessoas para os centros urbanos. Esse movimento não apenas ampliou as

[1]Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

periferias das cidades com pessoas em situação de exclusão social, mas também reduziu de forma significativa o caráter agrário e rural da sociedade brasileira (Anjos; Caldas, 2005).

Embora a produtividade agrícola tenha aumentado, o protagonismo do campo e da agricultura na estrutura socioeconômica nacional diminuiu. Na Região Sul do Brasil, por exemplo, a população rural passou de 55,7% em 1970 para 19,1% em 2000. Esse processo, denominado desagrarização, representa o declínio da agricultura na economia, na geração de renda e na ocupação rural, não devendo ser confundido com uma suposta desruralização inevitável dos espaços não urbanizados (Anjos; Caldas, 2005).

A modernização agrícola, caracterizada pela introdução de máquinas, insumos químicos, sementes melhoradas, crédito rural subsidiado e pela expansão de monocultivos, é denominada "conservadora" por não promover alterações na estrutura fundiária, ou seja, por não ter realizado uma reforma agrária (Barros; Neto, 2024). Ainda que esse processo tenha impulsionado a produção e inserido o Brasil no cenário da agricultura moderna e exportadora, suas principais consequências incluem a redução da mão de obra no campo, a concentração fundiária, o êxodo rural e a marginalização de pequenos agricultores, enquanto os grandes proprietários e as empresas agroindustriais se tornaram os principais beneficiários (Barros; Neto, 2024).

Diante desse contexto, o presente estudo aborda a importância da agricultura familiar e as profundas transformações no meio rural do Sul do Brasil, impulsionadas pela modernização agrícola conservadora. Essas mudanças têm resultado em masculinização e envelhecimento da população rural, fenômenos que ameaçam a renovação geracional no campo e ampliam desigualdades. O trabalho propõe uma análise interdisciplinar desses processos e de seus reflexos nas áreas do Direito, da Nutrição e da Sustentabilidade.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem dedutiva, fundamentada em uma revisão bibliográfica abrangente e de caráter descritivo. O método dedutivo parte de premissas gerais, sustentadas por teorias e princípios, para alcançar conclusões específicas aplicáveis ao objeto de estudo.

Conforme Marconi e Lakatos (2022, p. 41), o método dedutivo "parte de teorias e leis e, na maioria das vezes, prediz a ocorrência de fenômenos particulares, caracterizando uma conexão descendente". A revisão bibliográfica, por sua vez, consiste em um levantamento sistematizado de conteúdos previamente publicados, permitindo a construção de um referencial teórico sólido e atualizado sobre o tema investigado (Marconi; Lakatos, 2022). De modo complementar, os estudos descritivos sustentam pesquisas correlacionais e explicativas, ao fornecer dados e interpretações que possibilitam uma compreensão detalhada e objetiva dos fenômenos analisados (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

As fontes de informação foram localizadas nas bases de dados Scielo, SpringerLink, ScienceDirect e Google Scholar, utilizando filtros de relevância, atualidade e idioma (português e inglês). As Palavras-chave empregadas nas buscas foram: agricultura familiar, envelhecimento e masculinização. Posteriormente, esses descritores foram combinados com os termos direito,

segurança alimentar, ODS e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a fim de ampliar a consistência e a interdisciplinaridade das discussões teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Região Sul o Brasil destaca-se como a segunda mais importante economicamente do país, perdendo apenas para o Sudeste, com cerca de 19% de sua população residindo em áreas rurais, conforme o Censo Demográfico de 2001. Essa região representa 6,7 % da área do território nacional, é responsável por cerca de 22% do Produto Interno Bruto brasileiro e por cerca de 30% das exportações. Essa posição privilegiada é atribuída ao seu processo histórico de colonização, que se intensificou a partir da segunda metade do século XIX (Anjos; Caldas, 2005).

Durante o auge da modernização conservadora, entre 1965 e 1979, impulsionada por programas de crédito agrícola subsidiados e pela incorporação de novas terras, a produção agrícola brasileira apresentou crescimento expressivo. No entanto, esse avanço veio acompanhado de um processo de reconcentração fundiária (Spanevello,2008). Dados do IBGE (2020) demonstram que, em 2017, os estabelecimentos com menos de 50 hectares, embora representassem 81,4% do total, ocupavam apenas 12,8% da área agrícola nacional, enquanto grandes propriedades (acima de 2.500 hectares) concentravam 32,58% da área com apenas 0,3% dos estabelecimentos.

Na Região Sul, essa dinâmica resultou na redução do número de pequenas propriedades e afetou diretamente as explorações familiares, evidenciada pela queda na categoria de "titular e membros familiares" entre 1970 e 1995. Como consequência, ocorreu um êxodo rural sem precedentes, reduzindo a população rural sulista de 9,19 milhões em 1970 para 4,78 milhões em 2000 (Anjos; Caldas, 2005).

Esse êxodo, antes abrangente, passou a se caracterizar como seletivo, marcado principalmente pela saída de jovens produtivos, sobretudo mulheres, em direção às cidades. Tal seletividade decorre da modernização agrícola, que reduziu a demanda por mão de obra e masculinizou o trabalho no campo, da deficiência de infraestrutura e serviços sociais no campo, associada à carência de infraestrutura, serviços sociais e tradições culturais que excluem as mulheres da herança das terras (Anjos; Caldas, 2005).

O envelhecimento populacional é mais acentuado no meio rural da Região Sul do que na média nacional, com uma queda significativa na proporção de jovens. Esse fenômeno é impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e pela drástica redução das taxas de fecundidade. Há uma clara discrepância entre áreas urbanas e rurais: enquanto as cidades concentram a população em idade economicamente ativa, o campo apresenta uma proporção muito maior de indivíduos com média de 51 anos, indicando um desequilíbrio etário e de gênero devido à atração das cidades pela força de trabalho (Manasche, 2007).

A agricultura familiar, essencial para a segurança alimentar e a vitalidade do meio rural, possui uma relação intrínseca com diversas áreas do Direito. O Direito Agrário é crucial para regulamentar o acesso à terra, o uso dos recursos naturais e a proteção dos pequenos produtores. O Direito Sucessório, por sua vez, assegura a continuidade das propriedades

familiares, permitindo a transmissão intergeracional do patrimônio e do conhecimento produtivo (Manasche, 2007). Nesse contexto, o Direito Previdenciário emerge como um pilar de proteção social, garantindo direitos fundamentais, como a aposentadoria rural (Chies; Mendes, 2015).

Atualmente, há consenso de que a agricultura familiar e a pecuária contribuem de forma decisiva para a sustentabilidade, a segurança alimentar e o combate à pobreza. Gómez-Pellón (2024) destaca que essas atividades sustentam o desenvolvimento do meio rural sob perspectivas ecológicas, sociais e econômicas, reforçando o papel da agricultura familiar na preservação ambiental e na coesão social.

Nesse sentido, a agricultura familiar assume papel estratégico na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para o alcance de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua atuação está diretamente vinculada ao ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e ao ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), além de impactar positivamente o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o ODS 15 (vida terrestre). Também se relaciona com o ODS 5 (igualdade de gênero), dada a importância do protagonismo feminino nas unidades agrícolas, ainda que distante da equidade ideal proposta na Agenda 2030. O ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 10 (redução das desigualdades) completam o conjunto de metas diretamente associadas ao tema.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) têm apontado que 80% dos alimentos consumidos nos grandes centros urbanos são fornecidos pela agricultura familiar. Esses dados reforçam a relevância desse segmento para a alimentação da população mundial e para o desenvolvimento sustentável. Além de seu potencial econômico, social e ambiental, a agricultura familiar desempenha papel essencial na preservação de alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade, consolidando-se como elemento central da segurança alimentar. No Brasil, políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm fortalecido esse setor e ampliado sua inserção socioeconômica (Zahaikevitch et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a modernização agrícola conservadora na Região Sul do Brasil tem provocado um êxodo rural seletivo, acompanhado pela masculinização e pelo envelhecimento da população rural, fatores que contribuem para a desestruturação da agricultura familiar e para o agravamento das desigualdades sociais. Esses fenômenos impõem desafios complexos nas esferas do Direito Agrário, Sucessório e Trabalhista, ao comprometer a continuidade das propriedades e os direitos dos agricultores, e repercutem diretamente sobre a Nutrição e a Segurança Alimentar. A redução da força de trabalho no campo e as transformações na dinâmica familiar podem limitar a diversificação da produção agrícola, afetando a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, com impactos que se estendem tanto aos produtores quanto à população urbana.

Por fim, embora a modernização conservadora tenha contribuído para o aumento da produtividade e para a inserção do Brasil no mercado agrícola global, seus efeitos colaterais, como o êxodo rural, a concentração fundiária, a masculinização e o envelhecimento populacional, revelam profundas implicações socioeconômicas e demográficas. Sob a ótica dos

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), esses processos evidenciam desafios persistentes à sustentabilidade, à segurança alimentar e à igualdade de gênero, demandando políticas públicas integradas que promovam o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação das comunidades rurais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a nossa participação no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Seu apoio financeiro foi fundamental para que pudéssemos nos dedicar integralmente à pesquisa e ao aprofundamento dos meus conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

BARROS, Ilena Felipe; NETO, João Batista de Lima Martins. Considerações sobre a expansão do agronegócio no Brasil. **In: 26º Seminário de Pesquisa do CCSA**. Anais. Disponível em: https://seminario.ccsa.ufrn.br/anais2024. Acesso em: 25 ago. 2025.

CHIES, Cláudia; MENDES; Márcio Rocha. Impactos da aposentadoria rural especial como política pública para a agricultura familiar. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**. Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 123-136, 2015, 6(1). ISSN: 2178-0463. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552856409012. Acesso em 26. ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2. ed. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773. Acesso em 25 ago. 2025.

MANASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa:** Saberes e práticas da alimentação do Vale do Taquari. Rio Grande do Sul: Editora, 24 abr. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559770670. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/. Acesso em: 25 ago. 2025.

GÓMEZ-PELLÓN, Eloy. Family farming and gender in a valley in northern Spain. **Journal Of Rural Studies**, [S.L.], v. 110, p. 103340, ago. 2024. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2024.103340. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S074301672400144X. Acesso em: 18 set. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. p.Capa. ISBN 9788565848367. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848367/. Acesso em: 25 ago. 2025.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Orientador: Anita Brumer. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ZAHAIKEVITCH, Everaldo Veres *et al*. Contemporary Public Policies to Strengthen Family Farming in the International Perspective: a bibliometric study. Journal Of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 8, mar. 2022. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.3390/joitmc8010008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2199853122010174. Acesso em: 18 set. 2025.

RELATO DE CASO: PROCESSOS, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL NA FISCHER FRUTAS – DA FRUTA AO SUCO EXPORTADO

Categoria: Pesquisa Cientifica

Letícia Andriguetti[1]
Sabrina Mendes Southier[2]
Eliana Rezende Adami[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[5]
Cristine Vanz Borges[6]

Resumo – Este relato de caso analisa a cadeia produtiva da empresa Fischer Frutas, sediada em Fraiburgo (SC), abrangendo desde o cultivo até o processamento e a exportação de sucos, com ênfase nas práticas de sustentabilidade, inovação tecnológica e economia circular. O estudo discute de que modo a empresa integra princípios de engenharia de produção e responsabilidade socioambiental, alinhando suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. O método adotado é de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado em fontes institucionais (Fischer, Epagri, IBGE), literatura científica recente e observação técnica em campo. Os resultados indicam que a Fischer constitui uma referência regional em gestão ambiental e desenvolvimento rural sustentável, promovendo geração de renda, eficiência produtiva e inovação ambiental. O trabalho contribui para o debate científico sobre a transição para a Agricultura 4.0, o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e o papel das empresas na concretização da Agenda 2030.

Palavras-chave: sustentabilidade; engenharia de produção; economia circular; desenvolvimento rural; Ods.

INTRODUÇÃO

A fruticultura de clima temperado constitui uma das principais bases da economia agrícola catarinense. O estado de Santa Catarina responde por mais de 50% da produção nacional de maçãs, com destaque para os municípios de Fraiburgo, São Joaquim e Bom Jardim da Serra (EPAGRI, 2024a). Na safra 2023/2024, foram produzidas aproximadamente 423 mil toneladas, representando uma redução de 24% em relação ao ciclo anterior, devido a eventos climáticos

[1]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

adversos. Entretanto, a área plantada apresentou aumento de 16,3% entre 2020 e 2023, totalizando 14.026 hectares, indicador de expansão territorial e de busca por maior eficiência produtiva (EPAGRI, 2024b). Além de seu expressivo impacto econômico, estimado em mais de R$ 1,5 bilhão de valor bruto anual (Bedin, 2024), a cadeia produtiva da maçã desempenha papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável, articulando inovação, geração de emprego e práticas ambientais responsáveis. O setor passa por uma transição em direção a modelos produtivos baseados em agricultura digital e na circularidade dos recursos (Silva et al., 2023), o que reforça o protagonismo da agroindústria como agente de inovação territorial.

Nesse contexto, a empresa Fischer Frutas, sediada em Fraiburgo, destaca-se por integrar todas as etapas da cadeia produtiva, desde o cultivo até a exportação. Seu modelo de gestão, alinhado às políticas estaduais de sustentabilidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, 8, 9, 12, 13 e 15, exemplifica a convergência entre inovação tecnológica, responsabilidade ambiental e desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentado em análise documental e interpretativa. As fontes consultadas incluíram dados oficiais, como os relatórios da Epagri/Cepa (2024), do IBGE (2024) e publicações da Revista Cultivar (2024); fontes corporativas, como o site institucional da Fischer Frutas e seus relatórios de sustentabilidade (2024); além de literatura científica recente sobre Agricultura 4.0 (Silva et al., 2023), economia circular (Pascoalino et al., 2025) e biorefino de resíduos agroindustriais (Reolledo-Leiva et al., 2024). Também foi realizada observação técnica em campo na unidade da Fischer Frutas, localizada em Fraiburgo (SC), com análise dos processos de colheita, classificação e processamento. A interpretação dos dados baseou-se nos eixos da engenharia de produção, da sustentabilidade e do desenvolvimento rural, articulando teoria e prática sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e das políticas públicas de sustentabilidade do Governo de Santa Catarina (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cadeia produtiva da maçã em Santa Catarina é um dos pilares do agronegócio estadual, combinando eficiência técnica, geração de renda e equilíbrio territorial. Estima-se que mais de 20 mil empregos diretos e indiretos dependam dessa atividade (Revista Cultivar, 2024). De acordo com a Epagri (2024b), o setor vem se adaptando a desafios climáticos, com 17% da área produtiva coberta por telas antigranizo e crescente mecanização. O fortalecimento da cadeia está relacionado à inovação em processos, políticas públicas e práticas agrícolas sustentáveis (Charting New Sustainable Agricultural Innovation Pathways in Brazil, 2023). Nesse cenário, Santa Catarina se destaca por políticas de extensão rural integradas e incentivos à tecnologia de precisão e certificações ambientais.

A Fischer Frutas, sediada em Fraiburgo, exemplifica essa transição tecnológica e sustentável. Sua estrutura produtiva, verticalizada e rastreável, abrange desde o cultivo até a exportação, assegurando eficiência e controle de qualidade. O processo envolve cultivo sustentável em pomares próprios e de parceiros certificados (Global G.A.P.), colheita manual

padronizada, classificação óptica automatizada e processamento industrial na unidade de Videira (SC), resultando em sucos integrais (NFC), concentrados (AJC) e aromas naturais exportados para a Europa, América do Norte e Ásia. Esse modelo reflete os princípios da engenharia de produção moderna, ao otimizar logística, layout e controle de qualidade, reduzindo perdas e consumo energético. Conforme Silva et al. (2023) e Campos e Silva (2023), automação, sensoriamento e rastreabilidade, práticas incorporadas pela Fischer, são essenciais para a produtividade e sustentabilidade agroindustrial.

No campo ambiental, a empresa adota um modelo robusto de economia circular. Destacam-se o aproveitamento integral das frutas fora do padrão, o reuso de águas tratadas, retrofit sustentável com iluminação natural e ventilação cruzada, reciclagem em parceria com cooperativas e compostagem de resíduos orgânicos. Desde 2005, mantém programas contínuos de educação ambiental e capacitação de colaboradores. Pesquisas recentes reforçam a relevância dessas ações: Pascoalino et al. (2025) evidenciam o potencial do bagaço de maçã como fonte de compostos bioativos, enquanto Rebolledo-Leiva et al. (2024) destacam os ganhos ambientais e econômicos das biorefinarias agroindustriais. No contexto catarinense, Sell et al. (2024) apontam iniciativas semelhantes em outros polos produtivos, confirmando a circularidade como motor do desenvolvimento sustentável. A Tabela 1 sintetiza as principais práticas de sustentabilidade da Fischer Frutas e seus ODS correlacionados, demonstrando o alinhamento entre inovação tecnológica, gestão de resíduos e responsabilidade socioambiental.

Tabela 1 – Práticas de sustentabilidade da Fischer Frutas e ODS correlacionados.

Prática / Resíduo	Destino / Reutilização	Benefício Ambiental e Social	ODS Relacionados
Maçãs fora do padrão	Produção de sucos e compostagem	Redução de perdas e agregação de valor local	ODS 12; ODS 8
Água industrial	Reuso após tratamento físico-químico	Economia hídrica e menor impacto ambiental	ODS 6; ODS 12
Energia e iluminação	Retrofit e iluminação natural	Eficiência energética e mitigação de CO_2	ODS 9; ODS 13
Poda e bagaço	Compostagem e produção de bioinsumos	Fertilidade do solo e ciclo produtivo fechado	ODS 15; ODS 2
Educação ambiental	Treinamentos e campanhas internas	Conscientização e engajamento social	ODS 4; ODS 17

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em dados corporativos e literatura científica.

A análise dos dados evidencia que a empresa não apenas adota práticas de mitigação de impactos, mas também internaliza princípios de circularidade e valorização de subprodutos, promovendo ganhos ambientais, econômicos e sociais. Essa integração entre eficiência produtiva, gestão de resíduos e compromisso socioambiental demonstra como a inovação pode ser operacionalizada de forma coerente com os ODS da Agenda 2030, consolidando a Fischer Frutas como referência em sustentabilidade agroindustrial no estado de Santa Catarina.

Desenvolvimento rural e impacto socioeconômico

O caso da Fischer Frutas exemplifica de forma concreta como a integração entre tecnologia e sustentabilidade ambiental pode impulsionar o desenvolvimento rural regional. A empresa emprega cerca de 1.400 trabalhadores fixos e aproximadamente 3.000 sazonais, configurando-se como um dos principais polos de geração de renda e qualificação profissional no município de Fraiburgo. Além do impacto direto na empregabilidade, a organização promove capacitações técnicas periódicas, incentiva a adoção de certificações ambientais entre produtores parceiros e estimula o uso de boas práticas agrícolas, contribuindo para a elevação dos padrões produtivos locais. Essas ações exercem influência significativa na fixação da população no campo, na redução do êxodo rural e na consolidação de uma economia territorial baseada em conhecimento e inovação.

A combinação de valor agregado aos produtos, emprego local e preservação ambiental materializa, na prática, os princípios do desenvolvimento rural sustentável, conforme proposto pelas políticas públicas catarinenses e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Nesse contexto, o projeto "Santa Catarina Rural Development Project", financiado pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 2025), reforça a importância dessa agenda ao apoiar iniciativas voltadas à inovação tecnológica, à resiliência climática e à inclusão produtiva na agricultura estadual. A Fischer Frutas, ao atuar como parceira e referência empresarial nesse cenário, demonstra como a gestão privada pode se alinhar a políticas públicas globais e regionais, gerando externalidades positivas para o território.

Do ponto de vista teórico, o caso analisado confirma a literatura que associa inovação organizacional, sustentabilidade ambiental e competitividade regional como dimensões interdependentes do desenvolvimento econômico contemporâneo (Martha; Lopes, 2023). Assim, a Fischer consolida-se como um modelo de agroindústria sustentável, na qual tecnologia, eficiência produtiva e responsabilidade socioambiental se articulam em prol da prosperidade rural e da sustentabilidade de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fischer Frutas constitui um exemplo notável de integração entre eficiência produtiva, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental, materializando na prática os princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O modelo circular adotado pela empresa contribui diretamente para diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 2, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 15 e 17, ao demonstrar que o crescimento econômico pode coexistir com práticas ambientais e sociais responsáveis. A experiência da Fischer reforça o papel estratégico da agroindústria como vetor de desenvolvimento rural sustentável e como agente de transformação no contexto regional catarinense. O estudo amplia o debate sobre a agroindústria sustentável e sua interface com a engenharia de produção, a economia circular e a governança rural-industrial, servindo como base empírica para futuras pesquisas nessas áreas.

Recomenda-se, para aprofundamento e aprimoramento contínuo, a aplicação de Análises de Ciclo de Vida (ACV) com o objetivo de quantificar os impactos ambientais das operações, bem como a ampliação do uso de fontes renováveis de energia, especialmente solar e biomassa. Além

disso, destaca-se a importância de estabelecer relatórios públicos de sustentabilidade, garantindo transparência e responsabilidade socioambiental, e de fomentar parcerias entre a academia e o setor produtivo, de modo a fortalecer a inovação contínua e a difusão científica voltada ao desenvolvimento sustentável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP/CAPES), no âmbito do Edital nº 34/2024, e da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), por meio do Edital nº 014/2025.

REFERÊNCIAS

BEDIN, Marcos A. Santa Catarina remains the national leader in apple production. **Revista Cultivar**, Florianópolis, out. 2024. Disponível em: https://revistacultivar.com.br. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Produção agrícola municipal: Maçã em Santa Catarina, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br.

CAMPOS, A.; SILVA, R. G. **Circular supply chains and Industry 4.0: integration and sustainability in Brazilian food industries.** *RAUSP Management Journal*, v. 58, n. 4, p. 671-688, 2023.

EPAGRI. **Safra catarinense de maçã encerra com produção quase 24 % menor em 2024.** Florianópolis, 2024a.

EPAGRI/CIRAM. **Área plantada com maçã na Serra Catarinense cresceu 16 % nos últimos três anos.** Florianópolis, 2024b.

FISCHER FRUTAS. **Relatório de Sustentabilidade.** Fraiburgo, 2024.

MARTHA, Geraldo Bueno; LOPES, Maurício Antonio. Charting new sustainable agricultural innovation pathways in Brazil. **Scientia Agricola**, v. 80, p. e20230067, 2023.

PASCOALINO, D. G. et al. Closing the loop: exploring apple pomace as a source of bioactive compounds in the framework of the circular economy**.** ***Food & Function*****, Royal Society of Chemistry**, v. 16, 2025.

REBELLODO-LEIVA, C. et al. Apple pomace integrated biorefinery for biofuels production: techno-economic and environmental analysis**. Resources**, v. 13, n. 11, p. 156, 2024.

SELL, I.; BENDLIN, L.; PIAZZA, G. **Industrial Symbiosis and Circular Economy in Santa Catarina: Lessons from Agro-Forestry Clusters.** *Sustainability*, v. 16, n. 21, 9258, 2024.

SILVA, F. T. da et al. **Open Innovation in Agribusiness: Barriers and Challenges in the Transition to Agriculture 4.0.** *Sustainability*, v. 15, n. 11, 8562, 2023.

WORLD BANK. **Santa Catarina Rural Development Project (SCRDP): Sustainability and Innovation for Family Farmers.** Washington, 2025.

DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E AGROPECUÁRIOS

Categoria: Pesquisa Cientifica

Paulo Assis Crasnhak Filho[1]
Sabrina Mendes Southier[2]
Stela Marys Cofferri Sgarbi[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Cristine Vanz Borges[5]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[6]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo analisar as diferenças entre homens e mulheres no meio rural brasileiro, a partir da pesquisa bibliográfica e documental sustentada em dados censitários recentes. Foram utilizados como fontes o Censo Demográfico 2022, o Censo Agropecuário 2017 e recortes da PNAD Contínua, complementados por estudos do IPEA e de organismos internacionais como FAO e ONU Mulheres. Os resultados revelam avanços na participação feminina na chefia de domicílios e na direção de estabelecimentos agropecuários, mas persistem desigualdades estruturais quanto ao porte das propriedades, escolaridade, remuneração, acesso a crédito e políticas públicas específicas. Esses dados demonstram que a igualdade formal ainda não se traduz em igualdade real no meio rural. Ao relacionar os achados com a Agenda 2030, o estudo evidencia que promover a equidade de gênero é essencial para o fortalecimento da agricultura familiar, a redução da pobreza rural e a construção de comunidades sustentáveis. Conclui-se que a superação dessas desigualdades exige políticas públicas consistentes de inclusão, crédito diferenciado, capacitação técnica e valorização do trabalho feminino, de modo a garantir não apenas justiça social, mas também desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: mulheres rurais; homens rurais; censo demográfico 2022; censo agropecuário 2017; desigualdades de gênero.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui atualmente cerca de 203 milhões de habitantes, dos quais 12,6% vivem em áreas rurais, segundo o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2024a). A população feminina

[1]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

corresponde a 51,5% do total, enquanto os homens representam 48,5%, evidenciando maior número de mulheres no país (IBGE, 2024b).

No meio rural, embora as mulheres tenham papel crescente, ainda enfrentam desigualdades históricas em acesso a recursos produtivos, titularidade de terras, políticas públicas e reconhecimento do trabalho não remunerado. A compreensão dessas diferenças de gênero no campo é fundamental para subsidiar políticas públicas e promover equidade, considerando aspectos demográficos, sociais e econômicos.

As mulheres rurais, em particular, estão mais presentes em agricultura familiar e pequenas propriedades, muitas vezes em atividades de apoio familiar que não são contabilizadas formalmente. Além disso, a presença feminina na chefia de domicílios e na participação comunitária reflete uma mudança gradual nas relações de poder no campo, sinalizando a necessidade de ações específicas que fortaleçam sua autonomia econômica e social (Hora; Nobre; Butto, 2021). Segundo a FAO (2020), se as mulheres tivessem o mesmo acesso a recursos produtivos que os homens, a produção agrícola mundial poderia aumentar em até 30%, contribuindo para reduzir a fome em cerca de 150 milhões de pessoas.

Entender a configuração das diferenças entre homens e mulheres no meio rural brasileiro permite analisar os fatores que perpetuam desigualdades, como barreiras de acesso a crédito, educação, assistência técnica e titularidade de terras. Essa análise é essencial para orientar políticas públicas voltadas à inclusão e valorização da mulher rural, promovendo maior justiça social e sustentabilidade no meio rural.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa e qualitativa, voltada à análise das diferenças entre homens e mulheres no meio rural brasileiro. Foram consultadas fontes secundárias oficiais, incluindo dados do Censo Demográfico 2022, do Censo Agropecuário 2017 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), todos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

A pesquisa é do tipo revisão narrativa, pois buscou reunir informações relevantes e contextualizadas sobre o tema, integrando dados estatísticos com discussões teóricas sobre gênero e ruralidade. A coleta de informações ocorreu por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e de relatórios e publicações oficiais, priorizando indicadores sobre população rural, chefia de domicílios, direção de estabelecimentos agropecuários, escolaridade e rendimentos diferenciados por sexo.

Foram utilizados critérios de inclusão que privilegiaram dados recentes (preferencialmente dos anos 2017 a 2024), fontes oficiais e estudos de referência sobre mulheres rurais, gênero e políticas públicas no campo. Textos e relatórios de organizações, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também foi considerado para contextualizar os dados e apresentar análises interdisciplinares sobre desigualdades estruturais de gênero.

A análise dos dados foi realizada por meio de interpretação comparativa, com a construção de quadros e tabelas comparativas entre homens e mulheres, permitindo identificar desigualdades e tendências em diferentes eixos de interesse, como demografia, escolaridade, chefia de domicílio e participação em atividades produtivas.

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa utilizou exclusivamente dados públicos e secundários, sem envolver participantes humanos diretamente, sendo, portanto, dispensada de aprovação em comitês de ética em pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016 e a Resolução CNS nº 466/2012.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Censo Demográfico 2022 revelou que o Brasil possui aproximadamente 203,1 milhões de habitantes, dos quais 177,5 milhões (87,4%) residem em áreas urbanas e 25,6 milhões (12,6%) vivem em áreas rurais. Em relação ao sexo, as mulheres representam 51,5% da população total, aproximadamente 104,5 milhões, enquanto os homens correspondem a 48,5%, cerca de 98,5 milhões (IBGE, 2024b). Esses dados indicam que, mesmo no meio rural, as mulheres constituem um grupo significativo da população, o que reforça a importância de compreender sua participação social e econômica no campo.

A chefia de domicílios também apresenta mudanças importantes ao longo do tempo. Em 2010, apenas 38,7% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres, enquanto em 2022 essa proporção subiu para 49,1%, aproximando-se da chefia masculina, que corresponde a 50,9% (IBGE, 2024c). Esse aumento reflete um avanço no reconhecimento formal da atuação feminina no contexto doméstico, embora desafios persistam quanto ao acesso a recursos produtivos e à autonomia econômica.

No que se refere à direção de estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário 2017 mostrou que 18,7% dos estabelecimentos eram dirigidos por mulheres, totalizando aproximadamente 946 mil propriedades. Quando se considera a codireção, em que a mulher compartilha a gestão com outro membro da família, a participação feminina sobe para 34,7%, embora os homens ainda permaneçam majoritariamente à frente das propriedades (IBGE, 2019). Esses números evidenciam crescimento na presença feminina na liderança agropecuária, mas também a persistência de desigualdades estruturais.

Em relação à escolaridade e idade dos produtores rurais, os dados do Censo Agropecuário indicam que as mulheres responsáveis por estabelecimentos apresentam escolaridade ligeiramente superior à dos homens, ainda que em níveis gerais baixos, característicos do meio rural. A população dirigente do campo é predominantemente envelhecida, com média de idade acima de 50 anos, afetando homens e mulheres de forma semelhante (IBGE, 2019).

Quanto ao rendimento e à participação no mercado de trabalho, a PNAD Contínua aponta que as mulheres recebem, em média, 17% menos que os homens em quase todos os setores de atividade, incluindo aqueles ligados ao setor agropecuário. Além disso, a inserção feminina no trabalho rural frequentemente ocorre de maneira invisibilizada, em atividades de apoio familiar não remuneradas, reforçando desigualdades históricas de gênero (IBGE, 2024d).

Em síntese, os dados censitários e da PNAD evidenciam que, embora haja avanços na participação feminina na chefia de domicílios e na direção de estabelecimentos agropecuários, as mulheres rurais ainda enfrentam barreiras significativas em termos de poder econômico, reconhecimento formal, acesso a educação e remuneração.

Esses resultados apontam para um paradoxo: as mulheres ampliaram sua presença formal em cargos de liderança no campo, mas continuam restritas a contextos de menor visibilidade econômica, baixa remuneração e acesso desigual a políticas públicas. Essa realidade conecta-se diretamente à Agenda 2030. O ODS 5 (Igualdade de Gênero) reforça a urgência de garantir direitos iguais às mulheres rurais; o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 2 (Fome Zero) destacam a relevância da agricultura familiar para a segurança alimentar; o ODS 8 (Trabalho Decente) exige políticas de valorização do trabalho feminino; o ODS 10 (Redução das Desigualdades) chama atenção para a necessidade de corrigir disparidades históricas; e o ODS 15 (Vida Terrestre) evidencia a importância da gestão sustentável dos recursos naturais, onde as mulheres exercem papel fundamental (ONU, 2015).

No contexto da Região Sul e de Santa Catarina, essa desigualdade é ainda mais evidente. Em território catarinense, apenas 16% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por mulheres, percentual inferior à média nacional (IBGE, 2019). Essa situação demonstra que políticas locais precisam ser ajustadas para reduzir as desigualdades regionais e garantir maior inclusão das mulheres na gestão produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados censitários e das pesquisas complementares evidencia que, embora as mulheres rurais tenham alcançado avanços importantes, como o aumento da participação na chefia de domicílios e na direção de estabelecimentos agropecuários, persistem desigualdades estruturais significativas. As mulheres continuam concentradas em atividades de menor visibilidade econômica, em propriedades de pequeno porte e em funções não remuneradas ou parcialmente reconhecidas, além de apresentarem rendimentos inferiores aos dos homens e menor acesso a recursos produtivos e crédito. Esses fatores mostram que a igualdade formal ainda não se traduz em igualdade real no meio rural.

Dessa forma, torna-se essencial fortalecer políticas públicas voltadas à autonomia econômica, capacitação, titularidade de terras e assistência técnica para mulheres rurais, considerando também as especificidades regionais e raciais. A promoção da equidade de gênero no campo não apenas contribui para a justiça social, mas também fortalece a sustentabilidade e a produtividade das atividades agropecuárias. Futuras pesquisas e próximos censos poderão fornecer novos elementos para avaliar a evolução dessas diferenças e subsidiar medidas ainda mais eficazes de inclusão e valorização das mulheres no meio rural.

Portanto, ao articular o tema com os alinhamentos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos, a análise demonstra que a equidade de gênero no campo se torna fundamental para o futuro da sociedade tanto do Sul quanto brasileira. Investir na inclusão das mulheres rurais significa, sobretudo, investir e assegurar um modelo de desenvolvimento mais justo, produtivo e sustentável, a médio e longo prazo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), por meio do Edital nº 014/2025, vinculado ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP/CAPES), com fomento do Governo do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food and Agriculture 2020***:* Overcoming water challenges in agriculture. Rome: FAO, 2020.

HORA, Karine Gonçalves; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil***:* desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017:** Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** População por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022:** Domicílios por condição de chefia. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)** – Resultados 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024d.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: IPEA, 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

ONU MULHERES. **O progresso das mulheres no mundo 2019-2020:** famílias em um mundo em mudança. Nova Iorque: ONU Mulheres, 2020.

DINÂMICAS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: GÊNERO, SUCESSÃO GERACIONAL, ÊXODO RURAL E SOBERANIA ALIMENTAR À LUZ DOS ODS

Categoria: Pesquisa Cientifica

Paulo Assis Crasnhak Filho[1]
Sabrina Mendes Southier[2]
Stela Marys Cofferri Sgarbi[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Cristine Vanz Borges[5]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[6]

Resumo – Este trabalho discute as dinâmicas sociais que influenciam a permanência e a reprodução da agricultura familiar no Brasil, com ênfase nos aspectos de gênero, sucessão geracional, êxodo rural e soberania alimentar. A análise parte de uma revisão bibliográfica atualizada e do cruzamento com dados recentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA, 2024). Destaca-se que a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, sendo essencial para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 1, 2, 5, 10 e 13. No entanto, desafios como a desigualdade de gênero, a baixa atratividade do campo para os jovens e a concentração fundiária limitam a reprodução social dessa categoria. Como encaminhamentos, o estudo aponta para a necessidade de políticas públicas integradas que promovam maior equidade de gênero, incentivos à sucessão rural, fortalecimento da soberania alimentar e avanços na democratização do acesso à terra.

Palavras-chave: agricultura familiar; sucessão rural; gênero; desenvolvimento sustentável; ODS.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel estratégico no Brasil, não apenas pela sua contribuição econômica, mas sobretudo pelo impacto social, cultural e ambiental (Rocha; Cabral, 2016; Esquerdo; Bergamasco, 2013). Atualmente, ela responde por aproximadamente 70% dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros (MDA, 2024), sendo, portanto, elemento central para a soberania alimentar.

[1]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No contexto do Sul do Brasil, a agricultura familiar apresenta forte presença, tanto em número de estabelecimentos quanto em diversidade produtiva. A região concentra experiências históricas de colonização e de pequenas propriedades, marcadas pela policultura, produção de leite, tabaco, frutas e hortaliças. Apesar disso, enfrenta desafios relacionados ao êxodo rural, sucessão geracional, desigualdades de gênero e crescente pressão do modelo agroexportador, que reforça a concentração de terras e ameaça a viabilidade da produção diversificada. A análise da agricultura familiar exige, portanto, uma abordagem multidimensional.

O histórico de concentração fundiária e a modernização agrícola marginalizaram pequenos produtores, resultando em forte êxodo rural e em dificuldades para a reprodução social da agricultura (Guerrero et al., 2016). Na região Sul, onde a agricultura familiar é predominante, os problemas se intensificam diante da falta de políticas efetivas de sucessão geracional e da desigualdade de gênero nas tarefas agrícolas (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021; Salvaro; Estevam, 2017). Assim, compreender as dinâmicas sociais que afetam a agricultura familiar é fundamental para pensar caminhos de desenvolvimento sustentável e de implementação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial aqueles ligados à erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero (ODS 2), igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10) e combate às mudanças climáticas (ODS 13).

ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

A história da agricultura no Brasil está marcada pela concentração fundiária. Rocha e Cabral (2016) destacam que desde o período colonial o modelo agroexportador se consolidou sobre grandes propriedades, excluindo pequenos produtores e reforçando desigualdades sociais. No Sul do país, a colonização europeia gerou maior presença de pequenas propriedades, mas a estrutura fundiária ainda é marcada por conflitos e assimetrias no acesso à terra. Guerrero et al. (2016) ressaltam que, apesar dos avanços obtidos pela reforma agrária nas últimas décadas, sua implementação foi insuficiente para romper a lógica da concentração. Cardoso e Dal Bosco (2025) ampliam o debate ao afirmar que a reforma agrária deve ser entendida não apenas como redistribuição fundiária, mas como política de desenvolvimento sustentável e garantia do direito à alimentação. No Sul, os assentamentos rurais demonstram a complexidade desse processo: enquanto garantem acesso à terra para milhares de famílias, também enfrentam dificuldades de infraestrutura, crédito e inserção produtiva.

GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL

A agricultura familiar no Brasil é marcada por forte presença feminina, embora ainda invisibilizada. Segundo o IBGE (2017), apenas 19% dos estabelecimentos têm mulheres como responsáveis, mas estudos como Brumer e Anjos (2008) e Salvaro e Estevam (2017) evidenciam que o trabalho feminino é central para a produção agrícola, a reprodução social das famílias e a transmissão cultural. No Sul catarinense, Salvaro e Estevam (2017) identificaram a divisão sexual do trabalho como fator de sobrecarga: as mulheres acumulam funções produtivas no campo e responsabilidades domésticas, com pouco reconhecimento social ou econômico. Essa desigualdade gera impactos intergeracionais, uma vez que muitas jovens não encontram estímulo para permanecer no campo, reproduzindo o ciclo de êxodo feminino. Essa realidade

conecta-se ao ODS 5 (Igualdade de gênero), reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam maior visibilidade, autonomia e valorização do trabalho das mulheres rurais.

GERAÇÕES, SUCESSÃO E ÊXODO RURAL

Um dos dilemas centrais da agricultura familiar é a sucessão geracional. Nascimento, Aquino e Delgrossi (2021) apontam que o envelhecimento da população rural e o êxodo dos jovens ameaçam a continuidade da produção. Dados do IBGE (PNAD, 2022) indicam que, entre 2001 e 2020, a população rural jovem diminuiu cerca de 28%, enquanto a população rural idosa cresceu 36%. No Sul do Brasil, observa-se que muitos jovens migram para cidades em busca de estudo e trabalho, diante da percepção de que o campo oferece poucas oportunidades de renda e qualidade de vida. Essa saída fragiliza a transmissão de saberes, a gestão das propriedades e a inovação tecnológica no meio rural. Como alternativa, famílias têm recorrido à pluriatividade (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021), combinando atividades agrícolas com empregos urbanos, turismo rural ou produção artesanal. Embora essa estratégia aumente a renda, também revela as dificuldades de manter a agricultura como atividade principal. Esse fenômeno relaciona-se diretamente aos ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico).

METODOLOGIA

O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica qualitativa, com análise de obras clássicas e recentes sobre agricultura familiar no Brasil (Rocha; Cabral, 2016; Guerrero et al., 2016; Salvaro; Estevam, 2017), complementada por relatórios oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA, 2024) e de organizações como a CONTAG (2024). Foram consideradas também contribuições contemporâneas sobre sucessão rural e juventude camponesa (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021; Oliveira et al., 2023), além de perspectivas internacionais sobre gênero e inovação no meio rural (Chauhan et al., 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A agricultura familiar representa um eixo estruturante da soberania alimentar, conceito que ultrapassa a noção de segurança alimentar ao defender o direito dos povos de produzir, consumir e decidir seus próprios sistemas alimentares. O modelo da agricultura familiar, alicerçado na diversidade produtiva, na preservação cultural e no baixo impacto ambiental, contrapõe-se à lógica da monocultura e da homogeneização produtiva característica do agronegócio. Segundo a FAO (2021), agricultores familiares são responsáveis por aproximadamente 80% da produção mundial de alimentos, o que reforça sua relevância diante dos desafios globais da fome, da pobreza e das mudanças climáticas. No contexto brasileiro, sua centralidade se expressa especialmente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notadamente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

A diversidade produtiva observada nas regiões Sul do país, incluindo a produção de leite, hortaliças, frutas e produtos agroindustriais artesanais, ilustra como a agricultura familiar contribui simultaneamente para cadeias curtas de abastecimento, fortalecimento da economia regional e

preservação ambiental. Essa multiplicidade de atividades favorece a geração de renda local e a manutenção da biodiversidade, além de reduzir emissões associadas ao transporte de alimentos, configurando-se como modelo produtivo resiliente e sustentável (Cardoso; Dal Bosco, 2025).

Entretanto, persistem entraves estruturais que limitam o pleno desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Um dos principais diz respeito à dimensão de gênero. Embora a participação das mulheres no campo tenha aumentado nas últimas décadas, ainda predomina uma divisão sexual do trabalho que invisibiliza seu papel produtivo e restringe o acesso a políticas públicas, crédito e titularidade da terra (Salvaro; Estevam, 2017; Contag, 2024). Essa desigualdade de gênero compromete a efetivação do ODS 5 (Igualdade de Gênero) e evidencia a necessidade de ações afirmativas que valorizem o trabalho feminino rural.

Outro desafio refere-se à sucessão geracional, diretamente relacionada à permanência da juventude no campo. A falta de infraestrutura adequada, de oportunidades de formação técnica e de inserção econômica leva muitos jovens a migrarem para os centros urbanos, processo que enfraquece a reprodução social e produtiva da agricultura familiar (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021). O êxodo rural, por sua vez, resulta em envelhecimento populacional e perda de capacidade produtiva, configurando um ciclo que fragiliza as bases da produção alimentar (Brumer; Anjos, 2008).

Adicionalmente, a estrutura fundiária concentrada continua sendo um dos principais entraves ao fortalecimento da agricultura familiar. A persistente desigualdade no acesso à terra dificulta a implementação de políticas de reforma agrária efetivas e de programas de regularização fundiária voltados a pequenos agricultores (Guerrero et al., 2016; Brasil, 2023). Essa concentração territorial agrava as desigualdades socioeconômicas e limita o cumprimento dos ODS relacionados à erradicação da pobreza, ao trabalho decente e ao desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a análise demonstra que, embora a agricultura familiar seja o principal pilar da soberania alimentar brasileira, sua consolidação exige a superação de desafios estruturais ligados ao gênero, à sucessão rural, ao êxodo populacional e à concentração fundiária. Esses fatores interagem de forma complexa, impactando diretamente a segurança alimentar, a equidade social e a sustentabilidade das comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a agricultura familiar no Brasil, especialmente na Região Sul, demonstra que os desafios ligados a gênero, gerações e estrutura agrária formam um sistema interdependente de desigualdades históricas, pressões econômicas e dinâmicas sociais complexas. Apesar dessas limitações, a agricultura familiar permanece como base do desenvolvimento sustentável, articulando geração de renda, preservação cultural e soberania alimentar. Para que esse potencial se alinhe à Agenda 2030, é essencial fortalecer políticas voltadas à democratização do acesso à terra, crédito e assistência técnica (ODS 1 e 2), bem como ampliar a participação das mulheres rurais no acesso à titularidade e às cooperativas (ODS 5), reconhecendo o valor social de seu trabalho produtivo e reprodutivo.

A sucessão geracional também requer atenção, com incentivo à educação técnica, ao empreendedorismo rural e à conectividade digital (ODS 4 e 8), fatores que favorecem a permanência dos jovens no campo. No mesmo sentido, fortalecer a soberania alimentar e os mercados locais (ODS 2 e 12) implica ampliar programas de compra institucional, como o PNAE e o PAA, e promover circuitos curtos de comercialização baseados em práticas agroecológicas.

A sustentabilidade ambiental e a adaptação às mudanças climáticas (ODS 12 e 13) dependem da adoção de sistemas agrícolas de baixo carbono, da recuperação de solos e da valorização dos serviços ecossistêmicos prestados por agricultores familiares. Além disso, a criação de espaços participativos de governança rural pode garantir maior integração entre políticas públicas e demandas do campo.

Em síntese, o fortalecimento das bases produtivas e sociais da agricultura familiar é condição essencial para reduzir desigualdades, assegurar soberania alimentar e consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável. Quando apoiada de forma efetiva, a agricultura familiar se configura como um verdadeiro motor de inovação social, econômica e ambiental, capaz de transformar a realidade do campo e da sociedade brasileira.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa foi realizado com o apoio financeiro via Edital UNIARP nº. 014/2025, ofertado pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES, com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Relatório Anual da Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2023-2024.

BRUMER, A.; ANJOS, F. S. dos. **Juventude Rural: novos desafios à reprodução social da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CARDOSO, A.; DAL BOSCO, D. **Agricultura familiar e soberania alimentar: perspectivas para o Brasil**. Curitiba: Appris, 2025.

CHAUHAN, S. et al. **Women in Agriculture and Sustainable Development: Global Perspectives**. Journal of Rural Studies, v. 102, p. 55-70, 2025.

CONTAG. **Anuário da Agricultura Familiar**. Brasília: CONTAG, 2024.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.

GUERRERO, G. et al. **Questão agrária e desenvolvimento rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

NASCIMENTO, D.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, 2021.

OLIVEIRA, R. et al. **Agroecologia, juventude rural e inovação tecnológica no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 3, p. 1-19, 2023.

ROCHA, J.; CABRAL, J. **A questão agrária no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

SALVARO, G. I.; ESTEVAM, D. de O. **Mulheres rurais, trabalho e reprodução social na agricultura familiar**. Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 2, p. 511-532, 2017.

EPAGRI COMO AGENTE ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL NO MEIO RURAL: EVIDÊNCIAS DE CAÇADOR-SC E LIÇÕES PARA OUTRAS REGIÕES

Categoria: Pesquisa Cientifica

Paulo Assis Crasnhak Filho[1]
Sabrina Mendes Southier[2]
Stela Marys Cofferri Sgarbi[3]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[4]
Cristine Vanz Borges[5]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[6]

Resumo – A Estação Experimental da Epagri em Caçador-SC destaca-se como referência regional no fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, combinando pesquisa genética, adaptação climática, extensão e políticas públicas de apoio. A análise, baseada em visita de campo, entrevistas, relatórios dos últimos dois anos e políticas estaduais como ABC+SC, SC Rural 2 e programas do FDR, evidencia que tais ações promovem não só produtividade e diversificação, mas sustentam a permanência das famílias no campo diante das mudanças climáticas. A longo prazo, o suporte institucional (crédito, capacitação, monitoramento climático) reforça a resiliência econômica e ambiental. Os benefícios alcançados em Caçador podem servir de modelo para outros municípios: mitigação de êxodo rural, segurança alimentar local, práticas agrícolas sustentáveis, alinhamento com os ODS 2, 12 e 13. O estudo sugere que investimento contínuo e políticas integradas são essenciais para que o agro continue sendo motor de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; Epagri; adaptação climática; permanência no campo; sustentabilidade; ODS.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural contemporâneo enfrenta desafios crescentes: variações climáticas, erosão do solo, estiagens e geadas, mercados voláteis e intensos fluxos migratórios rural-urbanos (Veiga, 2010; Schneider, 2019). Nessas condições, manter famílias no campo depende não apenas de assistência técnica pontual, mas de políticas e instituições que assegurem

[1]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sustentabilidade econômica, ambiental e social, especialmente frente às transformações globais que impactam diretamente o setor agropecuário (Abramovay, 2018; ONU, 2023).

Em Santa Catarina, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) exerce papel central nessa articulação, integrando pesquisa genética de cultivares adaptadas, monitoramento climático de precisão e extensão rural contínua, em sinergia com políticas públicas estaduais e federais (EPAGRI, 2024; EPAGRI/CIRAM, 2025). Em municípios agro tradicionais como Caçador-SC, suas atividades são decisivas para enfrentar adversidades climáticas típicas do clima temperado, garantir produtividade e renda aos agricultores familiares, e preservar recursos naturais essenciais (EPAGRI, 2025; GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2024).

Nos últimos anos, o Estado tem avançado na formulação de políticas estruturadas de fomento rural e mitigação climática, como o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC+SC, o Programa SC Rural 2 e as linhas de crédito e capacitação do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), que promovem a transição para sistemas produtivos resilientes e de baixo impacto ambiental (EPAGRI, 2023; GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2024). Essas iniciativas expressam o compromisso institucional com a sustentabilidade e alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), reforçando o papel estratégico da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável (ONU, 2023).

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos e abordagem indutiva. Foi desenvolvida por meio de pesquisa de campo, realizada na Estação Experimental da Epagri, em Caçador (SC), envolvendo observação direta das áreas de cultivo, laboratórios e práticas de manejo sustentável. Complementarmente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com técnicos, extensionistas e agricultores familiares, a fim de compreender percepções e estratégias vinculadas à sustentabilidade rural. Além das informações obtidas em campo, foram analisados relatórios institucionais da Epagri (2023–2025), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), documentos do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2024) e publicações científicas sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar (Veiga, 2010; Schneider, 2019; Abramovay, 2018). A análise buscou compreender o papel institucional da Epagri como agente de inovação tecnológica, mitigação climática e fortalecimento socioeconômico das famílias rurais, bem como sua influência nas políticas públicas e estratégias estaduais de desenvolvimento rural sustentável (EPAGRI, 2025; GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) consolidou-se como a principal articuladora das políticas rurais catarinenses, exercendo papel estratégico na integração entre pesquisa científica, extensão tecnológica e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. O Programa SC Rural 2, lançado em 2024, prevê investimentos superiores a R$ 2 bilhões até 2030, destinados à melhoria da infraestrutura rural, à

promoção da inovação tecnológica e ao fortalecimento da resiliência climática (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2024). Paralelamente, o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC+SC tem impulsionado práticas agropecuárias sustentáveis, alcançando 14% da meta estadual para 2030 em apenas um ano, com mais de 106 mil hectares convertidos a sistemas de produção de baixa emissão de carbono (EPAGRI, 2024).

As linhas de financiamento do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), entre elas Financia Agro SC, Água no Campo e Jovens e Mulheres no Campo, disponibilizaram cerca de R$ 450 milhões em crédito em 2024, beneficiando mais de 32 mil famílias rurais (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2024). Esses programas asseguram capital para inovação, irrigação, armazenagem e mecanização, fortalecendo a segurança financeira das famílias e contribuindo para a redução do êxodo rural.

No âmbito científico, a Estação Experimental da Epagri em Caçador destaca-se pelo desenvolvimento de cultivares geneticamente adaptadas às condições edafoclimáticas do Planalto Catarinense, como as maçãs Fuji Suprema e Gala Real, além de variedades de feijão e milho tolerantes à acidez do solo e à estiagem (EPAGRI, 2024). Essas inovações resultam em maior produtividade e redução de perdas decorrentes de eventos climáticos extremos. O EPAGRI/CIRAM (2025), por sua vez, realiza monitoramento meteorológico em tempo real, permitindo prever geadas e estiagens e orientar decisões de plantio e manejo. De acordo com o MAPA (2024), a adoção de práticas agrícolas baseadas em informações climáticas reduz em até 30% as perdas anuais dos agricultores familiares, fortalecendo sua resiliência econômica e ambiental.

O fortalecimento da pesquisa e da extensão rural em Santa Catarina gera impactos significativos nas dimensões econômica, ambiental e social. Em 2024, a Epagri atendeu mais de 117 mil famílias rurais, promovendo educação ambiental e a gestão de propriedades sustentáveis (EPAGRI, 2025). Os resultados apontam para uma sustentabilidade econômica, expressa na diversificação da produção e no aumento da renda; uma sustentabilidade ambiental, baseada em manejo conservacionista, redução do uso de defensivos e adoção de práticas de baixa emissão de carbono; e uma sustentabilidade social, refletida no fortalecimento comunitário, na sucessão familiar e na inclusão produtiva de jovens e mulheres (EPAGRI, 2024; ONU, 2023). Esses indicadores reforçam o papel da Epagri como agente estruturante da permanência das famílias no campo, equilibrando desenvolvimento econômico e conservação ambiental (Abramovay, 2018; Schneider, 2019).

As experiências catarinenses também apresentam alto potencial de replicabilidade em outras regiões do Sul e Sudeste do Brasil, sobretudo em municípios com características agroclimáticas semelhantes. O modelo integrado de pesquisa, extensão e crédito rural sustentável proposto pela Epagri demonstra viabilidade técnica e institucional, podendo orientar políticas públicas de outras unidades federativas (EPAGRI, 2025). Diante do agravamento das mudanças climáticas e do aumento da frequência de eventos extremos, a ampliação de programas como o ABC+SC e as políticas de adaptação se tornam urgentes. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), até 2050 as temperaturas médias no Sul do Brasil podem aumentar entre 1,5 °C e 2 °C, o que reforça a necessidade de estratégias locais fundamentadas em ciência, inovação e cooperação interinstitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Epagri demonstra que o desenvolvimento rural sustentável é possível quando ciência, extensão e políticas públicas convergem para um mesmo objetivo: garantir a permanência digna das famílias no campo e a preservação ambiental. Em Caçador, o modelo institucional baseado em pesquisa genética, monitoramento climático e assistência técnica continuada mostra-se eficaz na mitigação dos impactos climáticos e na ampliação da renda familiar. A longo prazo, a integração entre programas como o ABC+SC, SC Rural 2 e FDR representa uma política de Estado capaz de assegurar resiliência socioeconômica e ambiental diante das transformações do planeta. A experiência catarinense evidencia que o fortalecimento institucional, aliado ao protagonismo das comunidades rurais, é o caminho para uma agricultura sustentável, competitiva e socialmente justa, alinhada aos ODS 2, 12 e 13 da Agenda 2030 (ONU, 2023).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa foi realizado com o apoio financeiro via Edital UNIARP nº. 014/2025, ofertado pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES, com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

EPAGRI. **Síntese Agropecuária de Santa Catarina 2023–2024**. Florianópolis: Epagri/CEPA, 2024.

EPAGRI. **Plano Diretor da Epagri 2025–2030.** Florianópolis: Epagri, 2025.

EPAGRI/CIRAM. **Monitor de Estiagens e Eventos Climáticos** *(1989–2025)*. Florianópolis: Epagri/CIRAM, 2025.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Programa SC Rural 2 e Planos de Fomento Rural**. Florianópolis: Secretaria de Agricultura e Pecuária, 2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Boletim de Desempenho do Setor Agropecuário** *2024*. Brasília: MAPA, 2024.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Nações Unidas, 2023.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2019.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Relatório Síntese AR6**. Genebra: ONU, 2023.

RAÍZES DE RESISTÊNCIA: A LUTA PELA TERRA, A AGRICULTURA ORGÂNICA E A ESPERANÇA NO ASSENTAMENTO HERMÍNIO GONÇALVES DOS SANTOS

Categoria: Pesquisa Cientifica

Sabrina Mendes Southier[1]
Cristiane Maria Tonetto Godoy[2]
Rosana Claudio Silva Ogoshi[3]
Cristine Vanz Borges[4]

Resumo – Este relato apresenta a experiência acadêmica realizada na propriedade da família Buffon, situada no Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, em Caçador (SC), durante as atividades da disciplina Desenvolvimento Rural do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. A trajetória da família, marcada pela luta no movimento dos trabalhadores sem-terra, pela conquista da terra e pela adoção da produção orgânica, expressa os desafios e conquistas da agricultura familiar no contexto da reforma agrária. O estudo analisa a experiência à luz das perspectivas de desenvolvimento rural sustentável, relacionando-a aos referenciais teóricos de Kageyama (2004) e Navarro (2001), bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A vivência de campo possibilitou refletir sobre os vínculos entre teoria e prática, evidenciando a importância da agricultura familiar e do cooperativismo como pilares de resistência, sustentabilidade e esperança no meio rural brasileiro.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; reforma agrária; agricultura orgânica; agroecologia; ODS.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural, enquanto campo de estudo e prática, transcende a dimensão econômica ao integrar aspectos sociais, ambientais, culturais e políticos (Kageyama, 2004). No Brasil, sua consolidação está intrinsecamente relacionada à luta pela terra, às políticas públicas de assentamento e à valorização da agricultura familiar como eixo estruturante da soberania alimentar (Navarro, 2001).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar brasileira tem passado por profundas transformações decorrentes da concentração fundiária, da expansão do agronegócio e das alterações no uso do solo (De Oliveira et al., 2025). Mesmo diante desses desafios, estudos recentes destacam o papel estratégico das políticas públicas na manutenção dessa categoria

[1]Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

social e na promoção de um desenvolvimento rural sustentável (Tenchini et al., 2025). Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm sido fundamentais para assegurar crédito, mercados e segurança alimentar, contribuindo para a permanência das famílias no campo.

A agricultura familiar também ocupa posição central nos debates sobre soberania e segurança alimentar, sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no país (Pauli, 2024). Essa relevância se expressa, sobretudo, em experiências ligadas à agroecologia e à produção orgânica, que configuram não apenas uma alternativa econômica, mas também uma forma de resistência frente à lógica industrial de produção e consumo.

Nesse contexto, a visita de campo realizada ao Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, em Caçador (SC), teve como objetivo compreender, sob a ótica do produtor, como se configuram as práticas produtivas, as estratégias de resistência e os processos de organização comunitária. O presente relato enfoca a trajetória da família Buffon, cuja experiência de vida se entrelaça à luta pela terra, à adoção da agricultura orgânica e à construção coletiva de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural, em consonância com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em procedimentos de observação direta e entrevistas informais realizadas durante a visita de campo ao Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, no município de Caçador (SC), especificamente na propriedade da família Buffon. A coleta de dados incluiu anotações de campo detalhadas sobre a trajetória familiar, as práticas produtivas, a organização comunitária e as experiências de cooperação coletiva, complementadas por registros fotográficos e pela observação participante das atividades de agricultura orgânica. Os dados obtidos foram sistematizados em categorias temáticas, abrangendo o histórico familiar, a produção agrícola, as práticas de agroecologia, a relação com políticas públicas e os desafios vinculados à sustentabilidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A análise adotou uma abordagem interpretativa, articulando as informações empíricas com a literatura especializada sobre desenvolvimento rural, com base principalmente nos referenciais teóricos de Kageyama (2004) e Navarro (2001). Embora a investigação se restrinja a um único estudo de caso e envolva percepções subjetivas dos produtores, ela possibilitou uma compreensão aprofundada das dimensões social, ambiental e produtiva do assentamento, evidenciando como os conceitos teóricos de desenvolvimento rural se materializam na prática e contribuindo para a formação acadêmica e crítica dos estudantes ao integrar teoria e experiência de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória de Jacemir e Neuza Buffon reflete a articulação entre luta social, organização comunitária e produção agrícola sustentável. Desde o acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até a fixação no Assentamento Hermínio Gonçalves dos

Santos, a família enfrentou desafios relacionados à infraestrutura, à regularização fundiária e à estruturação da produção. Essa vivência revela o papel transformador da reforma agrária na promoção da dignidade, da autonomia e da inclusão social no meio rural (Navarro, 2001).

A adoção da agricultura orgânica consolidou-se como eixo estruturante da produção familiar, com destaque para o cultivo de morango, tomate, batata-doce amarela, beterraba, cenoura, pêssego e figo. O trabalho coletivo de doze famílias em transição para a produção orgânica fortaleceu a cooperação local e a feira comunitária, ampliando a segurança alimentar e o consumo consciente. Conforme argumenta Kageyama (2004), o desenvolvimento rural sustentável deve integrar dimensões produtivas, sociais e ambientais, aspecto evidenciado nas práticas agroecológicas observadas na propriedade.

A organização comunitária e o cooperativismo emergem como pilares fundamentais para a sustentabilidade da produção e a consolidação do assentamento. A articulação entre as famílias, a criação de cooperativas e as parcerias estabelecidas com universidades e órgãos públicos ilustram como a mobilização social é decisiva para garantir a continuidade das atividades produtivas, promover a capacitação técnica e viabilizar a transmissão de conhecimentos entre gerações. Essa rede de cooperação reforça o protagonismo dos agricultores e a importância da construção coletiva na efetivação das políticas de reforma agrária.

A experiência da família Buffon também se mostra alinhada a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No âmbito do ODS 1 (Erradicação da Pobreza), observa-se que a posse da terra resultou em autonomia econômica e melhoria das condições de vida, ainda que a ampliação do crédito rural e o fortalecimento da assistência técnica sejam demandas persistentes.

O ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) manifesta-se na produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, com potencial para expansão por meio de certificações coletivas e novos canais de comercialização.

O ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) é contemplado pelo impacto positivo da alimentação orgânica na saúde dos consumidores, enquanto o ODS 4 (Educação de Qualidade) se expressa na formação dos filhos e nas parcerias acadêmicas que fortalecem o aprendizado técnico e social. Já o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) reflete-se na geração de renda digna e na perspectiva de agregar valor à produção por meio da agroindustrialização local.

No campo ambiental, o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 15 (Vida Terrestre) destacam-se pelas práticas conservacionistas, pela recuperação do solo e pela manutenção da biodiversidade.

Em síntese, a experiência analisada demonstra que um assentamento de reforma agrária pode funcionar como um verdadeiro laboratório vivo de sustentabilidade, no qual se articulam produção, meio ambiente e desenvolvimento social. O caso da família Buffon evidencia como a agricultura familiar, quando aliada à agroecologia e à cooperação comunitária, pode transformar realidades locais, fortalecer vínculos territoriais e contribuir para o cumprimento dos ODS, reafirmando o papel do campo como espaço de resistência, inovação e esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita acadêmica à propriedade da família Buffon, no Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, possibilitou compreender de forma concreta a relevância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural sustentável. A trajetória da família demonstra que a reforma agrária continua sendo um instrumento de transformação social, capaz de promover autonomia, dignidade e inclusão para agricultores historicamente marginalizados.

Apesar das conquistas observadas, persistem desafios significativos, como a limitação de crédito, a infraestrutura precária e a necessidade de maior apoio técnico e organizacional para a consolidação da produção e comercialização. A experiência vivenciada evidenciou também o papel central das mulheres na gestão das propriedades e na preservação dos saberes locais, além da importância crescente da pluriatividade como estratégia de resistência e diversificação de renda no campo.

A vivência fortaleceu a integração entre teoria e prática, ao demonstrar como conceitos de desenvolvimento rural, reforma agrária e agroecologia se concretizam no cotidiano de uma família assentada. A experiência confirma o papel da agricultura familiar como eixo estruturante do desenvolvimento rural sustentável e ressalta a urgência de políticas públicas integradas que garantam a permanência das famílias no campo.

Por fim, o aprendizado proporcionado pela visita amplia a compreensão crítica sobre o desenvolvimento rural como processo multidimensional, que envolve justiça social, soberania alimentar e sustentabilidade ambiental. Essa reflexão reforça a importância de experiências empíricas na formação acadêmica, permitindo aos estudantes compreender o campo não apenas como espaço produtivo, mas como território de vida, resistência e esperança.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa foi realizado com o apoio financeiro via Edital UNIARP nº. 014/2025, ofertado pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP/CAPES, com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

CARDOSO, L. G. L.; DAL BOSCO, M. G. Inferências sobre as três faces da reforma agrária no Brasil: desenvolvimento, política social e direito à alimentação. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, e72009, 2025.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Balanço da reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. Interciência, Caracas, v. 38, n. 8, p. 570-576, 2013.

GUERRERO, I. C. O. et al. Reforma Agrária: contribuições para o debate. Retratos de Assentamentos, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 351-380, 2016.

KAGEYAMA, Â. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), Brasília, v. 60, n. 3, e240128, 2021.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: limites e caminhos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PAULI, R. Family farming and food sovereignty in contemporary Brazil. Društveni horizonti, v. 4, n. 8, p. 167-181, 2024.

ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. Produção Acadêmica, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O. Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do sul catarinense. P2P & Inovação, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 146-160, 2017.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. New York: United Nations, 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda. Acesso em: 2 set. 2025.

VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS MADEIREIROS COMO FONTE DE NANOCELULOSE: PERSPECTIVAS PARA A BIOECONOMIA CATARINENSE

Categoria: Pesquisa Científica[1]

Cristine Vanz Borges[2]
Thiago Augusto Duarte[3]
Jéssica Dalla Costa[4]
Sabrina Mendes Southier[5]
Marcelo Maraschin[6]

Resumo – A pesquisa visa à valorização de resíduos agroindustriais e lignocelulósicos como fontes renováveis para a obtenção de compostos bioativos e nanocelulose, fortalecendo o conceito de economia circular. Foram coletados 23 tipos de resíduos provenientes de agroindústrias de frutas, hortaliças e vitivinícolas, além de resíduos madeireiros da região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC). As amostras foram submetidas a dois métodos de secagem, estufa e liofilização, e analisadas quanto à presença de aminas bioativas e ao perfil espectrofotométrico (UV-Vis), permitindo identificar variações nos comprimentos de onda característicos dos compostos presentes. Paralelamente, foram desenvolvidos protocolos específicos para a extração e caracterização de nanocelulose obtida de resíduos de Pinus sp., envolvendo análises por Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) e Espectroscopia no Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR). Os resultados preliminares confirmam a eficiência dos métodos empregados e evidenciam o potencial dos resíduos como matrizes sustentáveis para a obtenção de materiais avançados com aplicabilidade em biofilmes e nanocompósitos. O estudo contribui diretamente para os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Palavras-chave: nanocelulose; resíduos agroindustriais; sustentabilidade; bioeconomia; FTIR.

INTRODUÇÃO

O setor madeireiro desempenha papel central na economia do meio-oeste catarinense, especialmente em Caçador (SC), onde a industrialização da madeira gera grandes volumes de resíduos lignocelulósicos ainda subutilizados, frequentemente destinados à queima ou ao descarte (Silva et al., 2023). A valorização desses resíduos por meio de tecnologias limpas e de

[1] Grupo de Pesquisa Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde (BIOINOVAH), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[3]Aluno(a) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4]Aluno(a) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[5]Aluno(a) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PGDS, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[6]Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Metabolômica e Bioquímica Aplicada (CCA/UFSC),

alto valor agregado constitui uma estratégia essencial para o avanço da bioeconomia e da sustentabilidade regional (Borges et al., 2022).

A nanocelulose, derivada de fontes renováveis como Pinus sp., apresenta elevada resistência mecânica, grande área superficial e excelente estabilidade térmica, características que a tornam promissora para aplicações em biofilmes e nanocompósitos funcionais (Dutta et al., 2022; Zhang et al., 2021). Paralelamente, resíduos agroindustriais locais, como cascas, polpas e bagaços de frutas, são ricos em compostos fenólicos e aminas bioativas, que podem ser incorporados à nanocelulose como agentes antioxidantes ou funcionais (Borges et al., 2023). Nesse contexto, a pesquisa visa transformar resíduos madeireiros e agroindustriais em insumos tecnológicos de alto valor agregado, promovendo a economia circular e a inovação no setor agroalimentar catarinense. Este Resumo apresenta os resultados preliminares referentes à extração e caracterização da nanocelulose obtida de resíduos de Pinus sp., enfatizando sua estrutura, pureza e potencial de aplicação em sistemas bioativos.

METODOLOGIA

Os resíduos lignocelulósicos de Pinus sp. foram coletados em madeireiras do município de Caçador (SC) e submetidos à moagem para padronização granulométrica. O processo de extração da nanocelulose foi conduzido no Laboratório de Biotecnologia e Saúde (LABSAÚDE/UNIARP) e no Laboratório de Metabolômica e Bioquímica Aplicada da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), em colaboração técnico-científica.

A obtenção da nanocelulose seguiu o método tradicional de hidrólise ácida, com adaptações para maximizar o rendimento e a pureza do material (Dufresne, 2013). O protocolo incluiu as etapas de pré-tratamento alcalino (NaOH 10%) para remoção de extrativos e impurezas solúveis; delignificação e branqueamento oxidativo (H_2O_2 30% e NaClO) para eliminação de lignina e hemicelulose; e hidrólise ácida controlada com H_2SO_4 sob temperatura e tempo monitorados, promovendo a desintegração das fibras e a formação de nanocristais de celulose (CNCs).

Após a hidrólise, o material foi neutralizado por diálise até pH próximo da neutralidade e submetido à sonicação para dispersão e estabilização da suspensão. A caracterização estrutural foi realizada por Espectroscopia no Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR), para identificação dos grupos funcionais, e Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV), para análise morfológica das nanofibrilas obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

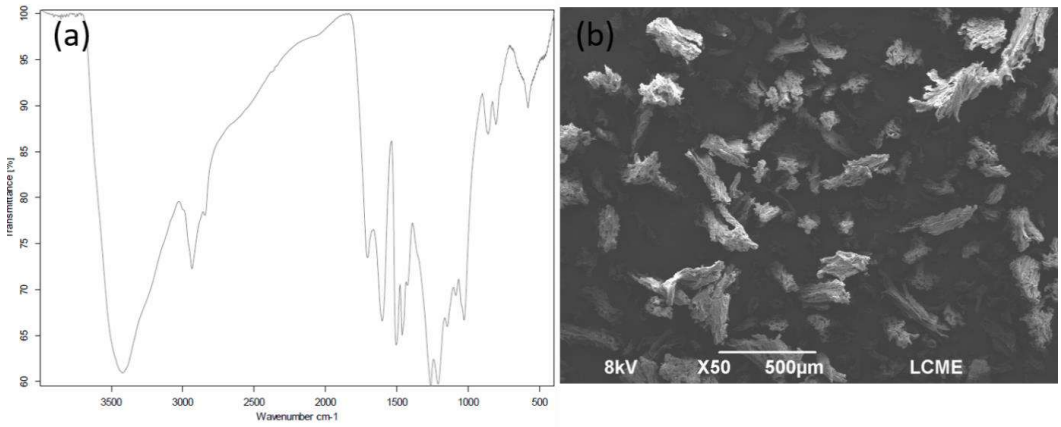
A aplicação do protocolo tradicional de hidrólise ácida, precedido por etapas de pré-tratamento alcalino, delignificação e branqueamento, mostrou-se eficiente para a obtenção de nanocelulose a partir de resíduos lignocelulósicos regionais. Os rendimentos obtidos situaram-se dentro dos valores reportados na literatura (20–35%), confirmando a viabilidade técnica do processo (Mendes; Lima; Santos, 2024).

Os espectros de FTIR revelaram a ausência das bandas associadas à lignina (~1510 cm^{-1}) e hemicelulose (~1730 cm^{-1}), indicando remoção eficaz dessas frações e pureza elevada da

celulose extraída. As bandas em 3340, 2900 e 1100 cm^{-1} confirmaram a preservação da estrutura celulósica. As micrografias de MEV evidenciaram fibras uniformes e nanométricas, com morfologia típica de nanocristais de celulose (CNCs), enquanto a coloração esbranquiçada e o aspecto translúcido do material confirmam o sucesso da hidrólise.

Esses resultados validam o uso de resíduos de Pinus sp. como fonte renovável para a obtenção de nanocelulose de alta qualidade, consolidando uma alternativa sustentável e de baixo custo. A integração futura desse material com compostos bioativos provenientes de resíduos agroindustriais permitirá o desenvolvimento de biofilmes e nanocompósitos com propriedades antioxidantes e funcionais, alinhados às metas dos ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação contra a Mudança do Clima).

Figura 1 - Análises de caracterização estrutural da nanocelulose extraída de resíduos de Pinus sp. (a) Espectro de Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR), evidenciando as bandas características da celulose e a ausência de picos atribuídos à lignina e hemicelulose, indicando elevada pureza do material. (b) Imagem obtida por Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV), mostrando a morfologia fibrosa e a estrutura alongada típica da nanocelulose.



Fonte: Os autores (2025).

Essas análises permitiram confirmar a eficiência do processo e a alta pureza do material, fornecendo base experimental para as etapas subsequentes do projeto, voltadas à funcionalização da nanocelulose e ao desenvolvimento de biofilmes híbridos com carragenana e compostos bioativos de resíduos agroindustriais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam o elevado potencial dos resíduos madeireiros da região do Meio-Oeste catarinense, especialmente aqueles provenientes do processamento de Pinus sp., como matéria-prima renovável e estratégica para a produção de nanocelulose. A aplicação de métodos acessíveis e tecnicamente eficientes de pré-tratamento,

delignificação, branqueamento e hidrólise ácida resultou na obtenção de um material de alta pureza, morfologia nanométrica e propriedades estruturais compatíveis com diferentes aplicações tecnológicas, com destaque para o setor alimentício e o desenvolvimento de biofilmes funcionais.

Além de sua funcionalidade intrínseca, como agente estruturante, reforço em biofilmes biodegradáveis e veículo para liberação controlada de compostos bioativos, a nanocelulose obtida a partir desses resíduos representa um avanço significativo na valorização de subprodutos industriais. Ao transformar um passivo ambiental em um insumo de alto valor agregado, esta abordagem contribui diretamente para a consolidação de estratégias de economia circular, para a mitigação de impactos ambientais e para o fortalecimento da bioeconomia regional.

Os resultados parciais confirmam a viabilidade técnica e científica da proposta e abrem perspectivas promissoras para as próximas etapas, que incluem a quantificação de aminas bioativas por HPLC, a funcionalização da nanocelulose com compostos fenólicos e a validação de seu desempenho em sistemas alimentares reais. A futura transição do processo para escala piloto permitirá avaliar sua aplicabilidade industrial e potencial de inserção em cadeias produtivas sustentáveis.

Ao integrar ciência aplicada, inovação tecnológica e impacto socioeconômico, esta pesquisa reforça o papel estratégico dos resíduos lignocelulósicos como recurso para o desenvolvimento sustentável, contribuindo diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação contra a Mudança do Clima), e consolidando a biotecnologia e a bioeconomia como pilares do avanço regional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto "Economia Circular: valorização de subprodutos agroindustriais, da extração de bioativos e nanocelulose à funcionalização de alimentos", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), por meio do Edital nº 42/2024. Os autores agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio institucional e infraestrutura laboratorial e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em especial ao Laboratório de Metabolômica e Bioquímica Aplicada (CCA/UFSC), pela parceria técnico-científica nas análises de caracterização.

REFERÊNCIAS

BORGES, C. V. et al. Tryptophan and biogenic amines in the differentiation and quality of honey. Journal of Nutrition and Metabolism, 2022.

BORGES, C. V. et al. Characterization of Brazilian floral honey produced in the states of Santa Catarina and São Paulo through UV-Vis, NIR, and NMR spectroscopy. Food Chemistry, v. 398, p. 134102, 2023.

DUFRESNE, A. (2013). Nanocellulose: From Nature to High-Performance Tailored Materials. De Gruyter. DOI:10.1515/9783110254600

DUTTA, S. et al. Nanocellulose: Production, properties and applications in food packaging and functional foods. Carbohydrate Polymers, v. 277, p. 118825, 2022.

MENDES, A.; LIMA, R.; SANTOS, F. Extraction and characterization of nanocellulose from pine residues for food applications. Industrial Crops and Products, v. 205, p. 117456, 2024.

SILVA, J. P. et al. Circular bioeconomy and wood residues: perspectives for sustainable innovation in Southern Brazil. Journal of Cleaner Production, v. 405, p. 136891, 2023.

ZHANG, Y. et al. Functional food applications of cellulose nanocrystals: encapsulation, controlled release, and bioavailability enhancement. Trends in Food Science & Technology, v. 115, p. 276–288, 2021.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍNDROME CORONARIANA AGUDA NO MEIO OESTE CATARINENSE E ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Categoria I: Pesquisa científica

Leonardo Bressan Anizelli[1]
Victoria Bettio Moreira[2]
Lincon Bordignon Somensi[3]

Resumo – A doença isquêmica do coração é a principal causa de mortalidade no Brasil. Além dos fatores de risco clássicos (idade, sexo, hipertensão e colesterol), os Determinantes Sociais de Saúde (DSS), como desigualdade e acesso a serviços, são cruciais no adoecimento cardiovascular. Este estudo transversal analisou 387 pacientes com síndrome coronariana aguda atendidos no primeiro ano de um serviço especializado em Caçador-SC. A maioria era do sexo masculino (67%), com diagnósticos distribuídos entre diferentes tipos de infarto e angina instável. A cidade de Caçador teve a maior taxa absoluta de casos, mas municípios menores, como Ponte Alta do Norte, apresentaram as maiores proporções por 100 mil habitantes e maior prevalência de tabagismo. O trabalho, aprovado pelo comitê de ética, ainda está em fase final de análise, que incluirá indicadores socioeconômicos para aprofundar as hipóteses causais dos achados.

Palavras-chave: Síndrome coronariana aguda; Determinantes sociais da saúde; Risco cardiovascular.

INTRODUÇÃO

Com mais de 95.000 mortes no ano de 2021 a doença isquêmica do coração segue como a principal causa de mortalidade no Brasil e no mundo (DATASUS, 2021). Os fatores de risco para o desenvolvimento desta patologia, apesar de frequentes, são de identificação recente na história da medicina (Mahmood et al., 2014). Em 1961, em publicação derivada do estudo de Framingham, idade, sexo, hipertensão arterial e níveis de colesterol passaram a ser valorizados como possíveis responsáveis pelo desfecho cardiovascular (B. Kannel, 1961).

Porém esses fatores de risco isoladamente não são capazes de justificar a totalidade da cadeia de eventos que culmina nas doenças cardiovasculares (The Global Cardiovascular Risk Consortium, 2023). Dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ausência de políticas públicas eficazes, falta de informação e educação, desigualdade social e econômica, que inicialmente não eram objeto de estudo e que parecem distantes da biologia e da fisiopatologia das doenças cardiovasculares, também contribuem para aumentar o risco. Podemos sintetizar esses fatores como os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) (Buss; Filho, 2007).

[1] Aluno de Mestrado Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Medicina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professor Mestrado Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os serviços de saúde, sejam primários ou terciários, devem se preocupar com os fatores determinantes do processo de adoecimento cardiovascular para que então se possa elaborar estratégias que minimizem os efeitos que levam ao adoecimento da população. As ações de mudança estruturadas e organizadas devem levar em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o terceiro objetivo, que apresenta, como eixo central, desenvolver a saúde e o bem estar da população (IBGE, 2022).

As dificuldades e os desafios que os serviços de saúde apresentam para lidar com os fatores de riscos clássicos e os DSS ficam ainda mais evidentes durante o início das atividades de um serviço médico especializado, de alta complexidade, para atendimento cardiovascular em uma região que conta com uma população carente de serviços básicos de saúde e com hábitos de vida despreocupados às questões médicas no geral. O choque de realidades cria novas necessidades e deve ser encarado como oportunidade de crescimento das duas esferas, em conjunto. O primeiro passo para dar início a essa síntese é entender quais as necessidades daquela região em específico, as características da população e também os aspectos socioeconômicos. Entender a epidemiologia local da doença que mais contribui com a mortalidade geral de uma população pode ter grande impacto positivo na saúde.

METODOLOGIA

Este estudo compreende a metodologia do tipo transversal. A população avaliada envolve pacientes com diagnóstico de síndrome coronariana aguda, nas suas três possíveis apresentações – Angina instável, Infarto agudo do miocárdio sem supradesnivelamento do segmento ST e Infarto agudo do miocárdio com supradesnivelamento do segmento ST – que foram atendidos no Hospital Maice, em Caçador-SC, no período de Outubro de 2022 até Outubro de 2023, correspondente ao primeiro ano de funcionamento do serviço.

Foram incluídos todos os pacientes adultos, com idade igual ou superior a 18 anos de ambos os sexos, com diagnóstico de síndrome coronariana aguda (SCA), incluindo infarto agudo do miocárdio (IAM) com ou sem supradesnivelamento do segmento ST e angina instável, confirmado por critérios clínicos, eletrocardiográficos e/ou biomarcadores cardíacos no hospital Maice e que foram submetidos ao exame de cateterismo cardíaco diagnóstico. Foram excluídos os pacientes atendidos de modo particular ou por planos de saúde, visto que esse tipo de atendimento não segue os padrões de referenciamento local e regional do Sistema Único de Saúde (SUS) e também os pacientes provenientes de municípios que não façam parte das regiões de saúde Alto Vale do Rio do Peixe e Meio Oeste catarinense.

Foi construído um banco de dados a partir dos registros de pacientes submetidos a cateterismo cardíaco, realizados ao longo do período de um ano que envolve os meses de Outubro de 2022 até Outubro de 2023 e levantados dados de idade, sexo, peso, altura, comorbidades mais relevantes (Hipertensão arterial, Diabetes mellitus e Tabagismo), além da procedência de cada paciente, respeitando os critérios de inclusão e exclusão. Análise estatística pelo programa SPSS, versão 22.0. por estatística descritiva, obtida pelas medidas de frequência relativa e absoluta dos casos notificados.

O estudo seguiu as normas éticas e os pacientes foram dispensados do termo de consentimento, respeitando a submissão e apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIARP, aprovado sob o parecer 6.850.328.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram incluídos na análise 387 pacientes que tiveram síndrome coronariana aguda ao longo do primeiro ano de atendimento do serviço de cardiologia do Hospital Maice. Desses, 149 pacientes apresentaram Infarto agudo do miocárdio com supradesnivelamento do segmento ST, 191 pacientes Infarto agudo do miocárdio sem supradesnivelamento do segmento ST e 47 pacientes Angina instável. Aproximadamente 67% dos pacientes eram do sexo masculino e 33% do sexo feminino, com média de idade de 63 anos.

A maioria dos casos era proveniente da cidade de Caçador, com 71 pacientes, representando uma proporção de 96,3 para cada 100mil habitantes, porém as três cidades com as maiores proporções de casos foram Ponte Alta do Norte, Rio das Antas e Erval Velho. Devemos levar em conta o efeito de base populacional reduzida para esses desfechos nessas três cidades, porém ao mesmo tempo Ponte Alta do Norte foi a cidade com a maior prevalência de tabagismo (60%) dentre os pacientes atendidos no período. Além disso as quatro cidades com maiores taxas de síndrome coronariana aguda apresentar com maior frequência o diagnóstico de Hipertensão arterial, Diabetes e tabagismo.

Apesar de Videira ter a segunda maior população da região, a sua taxa de eventos foi de 63,1 para cada 100mil habitantes, significativamente menor do os números da cidade de Caçador, que é a maior da região. Os fatores sociodemográficos e econômicos que podem estar envolvidos nesses achados ainda estão em processo de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados vão ao encontro dos achados dos principais estudos epidemiológicos, que mostram uma maior prevalência de síndrome coronariana aguda no sexo masculino, com faixa etária semelhante (Kappert et al., 2012). Da mesma forma as cidades com as maiores taxas de eventos foram as que apresentaram as maiores prevalências das comorbidades de hipertensão arterial, diabetes e tabagismo, fatores de risco que sabidamente aumentam a chance de desfechos cardiovasculares. Novas análises são necessárias para buscar fatores socioeconômicos que justifiquem os diferentes resultados de prevalência entre as cidades das regiões avaliadas.

REFERÊNCIAS

B. KANNEL, William. Factors of Risk in the Development of Coronary Heart Disease—Six-Year Follow-up Experience. **Annals of Internal Medicine**, v. 55, n. 1, p. 33, 1 jul. 1961.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Revista Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

DATASUS. **Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM**. Disponível em: [tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def]. Acesso em: 22 out. 2025.

IBGE. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=3]. Acesso em: 24 nov. 2024.

Kappert K, Böhm M, Schmieder R, Schumacher H, Teo K, Yusuf S, Sleight P, Unger T; ONTARGET/TRANSCEND Investigators. Impact of sex on cardiovascular outcome in patients at high cardiovascular risk: analysis of the Telmisartan Randomized Assessment Study in ACE-Intolerant Subjects With Cardiovascular Disease (TRANSCEND) and the Ongoing Telmisartan Alone and in Combination With Ramipril Global End Point Trial (ONTARGET). Circulation. 2012 Aug 21;126(8):934-41. Epub 2012 Jul 24.

MAHMOOD, Syed S. *et al.* The Framingham Heart Study and the epidemiology of cardiovascular disease: A historical perspective. The Lancet, v. 383, n. 9921, p. 999–1008, 2014.

THE GLOBAL CARDIOVASCULAR RISK CONSORTIUM. Global Effect of Modifiable Risk Factors on Cardiovascular Disease and Mortality. New England Journal of Medicine, v. 389, n. 14, p. 1273–1285, 2023.

FOMENTO A AGTECHS NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL SOB A PERSPECTIVA DA BIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR

Categoria: Pesquisa Científica[1]

Thiago Augusto Duarte[2]
Celso Cardoso de Lima Júnior[3]
Jéssica Dalla Costa[4]
Sabrina Mendes Southier[5]
Eluize Vayne Maziero[6]
Cristine Vanz Borges[7]

Resumo – Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura sobre o fomento às Agtechs voltadas à agricultura familiar e empresarial no Brasil, sob as óticas da bioeconomia e da economia circular. O objetivo foi mapear mecanismos e agentes de fomento, analisar políticas públicas, identificar lacunas e propor recomendações estratégicas que integrem métricas de impacto socioeconômico, ambiental e de circularidade. A metodologia envolveu buscas em bases como Web of Science, Scopus e SciELO, considerando publicações revisadas por pares dos últimos cinco anos. Os resultados apontaram heterogeneidade nos mecanismos de apoio e desafios na incorporação dos princípios da bioeconomia e economia circular, especialmente na mensuração de impactos. O estudo apresenta um panorama analítico com exemplos de Agtechs brasileiras e globais, suas fontes de financiamento e políticas públicas associadas, destacando inovações voltadas à agricultura familiar e à valorização de resíduos agroindustriais. As recomendações incluem a criação de fundos específicos, aprimoramento regulatório e uso de métricas multidimensionais, fortalecendo a integração entre inovação, sustentabilidade e políticas públicas no agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: inovação tecnológica; sustentabilidade rural; políticas públicas; economia verde; transformação digital.

[1] Grupo de Pesquisa: Biotecnologia, Inovação e Cuidados em Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno (a) do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno (a) do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno (a) do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Aluno (a) do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro, impulsionado por Agtechs (Telles; Sarti, 2020; Javaid et al., 2022), enfrenta o desafio de fomentar essas inovações, especialmente para a agricultura familiar (AF) e empresarial (AE), sob as perspectivas da bioeconomia e economia circular (Geissdoerfer et al., 2017; Mac Clay; Sellare, 2025), cuja integração é incipiente (Kannan; Gambetta, 2025).

Este estudo analisa os mecanismos de fomento às Agtechs no Brasil, diferenciando os contextos da AF e da AE, com o objetivo de mapear o conhecimento disponível, sintetizar o panorama atual e propor recomendações estratégicas. A pesquisa também busca integrar métricas de impacto socioeconômico, ambiental e de circularidade, considerando os princípios da inovação sustentável (Adamseged et al., 2025; Rechsteiner et al., 2025).

O fomento é compreendido em quatro dimensões principais: financeira (Birner; Daum; Pray, 2021; Adamseged et al., 2025), não financeira (Adamseged et al., 2025; Zartha Sossa et al., 2025), regulatória (Birner; Daum; Pray, 2021) e infraestrutural (Coca et al., 2025). Enquanto a agricultura familiar demanda soluções adaptadas, inclusão digital e capacitação tecnológica (Souza; Lima, 2021; Petrovic et al., 2025), a agricultura empresarial tende a priorizar inovações de alta complexidade. Nesse cenário, a bioeconomia e a economia circular despontam como pilares da sustentabilidade contemporânea, ao promoverem o uso eficiente de recursos e a valorização de resíduos (Ellen Macarthur Foundation, 2015). A integração dessas métricas é, portanto, essencial para consolidar um modelo de agronegócio inclusivo, inovador e ambientalmente responsável.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão sistemática e integrativa da literatura para analisar os mecanismos de fomento às Agtechs no contexto brasileiro. A estratégia metodológica foi estruturada a partir da questão PICO, formulada para investigar o impacto de modelos e políticas de fomento, financeiro, não financeiro, regulatório e de infraestrutura, sobre o desenvolvimento de Agtechs voltadas à agricultura familiar e à agricultura empresarial, considerando os princípios da bioeconomia e da economia circular agroindustrial.

As buscas foram realizadas nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar, além da consulta a documentos governamentais e relatórios institucionais. Utilizaram-se combinações de Palavras-chave e operadores booleanos, abrangendo publicações entre 2019 e 2025, em português e inglês. Foram incluídos artigos científicos e documentos oficiais que abordassem temas relacionados à inovação tecnológica, Agtechs, bioeconomia e valorização de resíduos.

A análise dos estudos foi conduzida por meio de abordagens temáticas, qualitativas de conteúdo e comparativas (AF vs. AE), guiadas pela estrutura PICO, com o objetivo de identificar padrões, desafios e propostas de aprimoramento das políticas e instrumentos de fomento ao setor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura nacional e internacional sobre o fomento às Agtechs revela um cenário dinâmico, porém marcado por desigualdades estruturais entre a agricultura familiar (AF) e a agricultura empresarial (AE), além da ainda incipiente incorporação dos princípios da bioeconomia e da economia circular. Embora as Agtechs demonstrem elevada capacidade de inovação, o acesso a mecanismos de fomento e a efetividade das políticas públicas variam significativamente, refletindo diferenças de escala, infraestrutura e capital tecnológico.

Globalmente, os instrumentos de fomento estão mais alinhados a métricas de sustentabilidade e inovação tecnológica, enquanto, no Brasil, ainda predominam políticas centradas no aumento de produtividade e competitividade, com menor integração entre os eixos de bioeconomia e circularidade (Geissdoerfer et al., 2017; Telles; Sarti, 2020; Birner; Daum; Pray, 2021; Rechsteiner et al., 2025).

Os estudos analisados apontam que, no contexto da AE, predominam mecanismos de capital de risco e linhas de crédito governamentais voltadas à escalabilidade e ao retorno financeiro. Agtechs como Solinftec e Agrosmart exemplificam essa tendência, ao desenvolverem soluções de alta tecnologia que otimizam a produtividade e promovem eficiência em larga escala, reforçando a transição para a Agricultura 4.0 (Silva et al., 2021; Preis; Lourenço; Corazza, 2020).

Nessa perspectiva, a integração com a bioeconomia e a economia circular ocorre principalmente pela otimização de insumos e pela redução de desperdícios em sistemas produtivos amplos. Em contrapartida, o fomento voltado à AF depende majoritariamente de programas governamentais, ações de extensão rural (ATER) e redes cooperativas. A limitação de conectividade, a menor capacidade de investimento e a escassez de infraestrutura tecnológica tornam o acesso a políticas de inovação mais restrito (Souza; Lima, 2021). As Agtechs direcionadas a esse público buscam desenvolver soluções acessíveis e adaptadas, valorizando resíduos agroindustriais, bioinsumos e práticas regenerativas que geram valor e ampliam a renda no meio rural (Schneider; Niederle, 2020; Gomes et al., 2022).

O Quadro 1 apresenta uma síntese comparativa das iniciativas de fomento voltadas à AE e à AF, destacando agentes financiadores, escopos, regras de acesso e natureza dos subsídios, com ênfase nas diferenças de escala e foco tecnológico. Apesar dos avanços observados, persistem lacunas relevantes. As políticas públicas atuais ainda carecem de critérios explícitos para o fomento de Agtechs que integrem de forma robusta os princípios da bioeconomia e da circularidade. Os indicadores de sucesso continuam priorizando métricas econômicas convencionais, negligenciando dimensões ambientais e sociais (Pereira; Rodrigues, 2020; Lima; Corazza, 2022). Além disso, a mensuração do impacto das Agtechs brasileiras é incipiente, especialmente no que se refere à agricultura familiar e à valorização de resíduos, dificultando a avaliação da efetividade dos programas existentes (Adamseged et al., 2025; Kannan; Gambetta, 2025).

Quadro 1 – Síntese comparativa das iniciativas de fomento voltadas à AE e à AF.

Agente de Fomento	Política/Programa	Público-alvo / Tipo de Agtech	Pré-requisitos	Valores / Prazos Típicos	O que o Fomento Contempla	Garantias Exigidas	Subsidiado
Banco do Brasil	PRONAF Inovação (Federal)	Agricultura Familiar, Agtechs com soluções para AF.	Enquadramento PRONAF, projeto de investimento com tecnologia inovadora, viabilidade econômica.	Até R$ 165 mil/beneficiário, juros de 4% ao ano, prazo de até 10 anos.	Aquisição de máquinas, equipamentos e serviços inovadores; desenvolvimento de software/hardware.	Garantias usuais do crédito rural (fidejussória, hipotecária, alienação fiduciária).	Sim
BNDES	BNDES Fundo Clima (Federal)	AE, Agtechs com soluções de mitigação/adaptação às mudanças climáticas, eficiência energética, resíduos.	Empresas com faturamento anual > R$ 300 mil, projeto com impacto climático comprovado, viabilidade financeira.	Variável (milhões a bilhões), juros de 4% a 8% ao ano, prazo de até 20 anos.	Projetos de energias renováveis, eficiência, manejo de resíduos, florestas.	Garantias de mercado (fidejussória, real, fundos garantidores).	Parcialmente (taxas abaixo de mercado).
FINEP	Programas de Subvenção Econômica (Federal)	Agtechs de base tecnológica, PMEs inovadoras.	Projeto de P&D&I com alto risco tecnológico, potencial de mercado, parcerias com ICTs.	Variável (R$ 500 mil a milhões), não reembolsável (subvenção).	Custos de P&D (pessoal, material, consultoria, equipamentos).	Não exigida (reembolsável exige).	Sim (não reembolsável).
EMBRAPII	Cooperação para P&D (Federal)	Agtechs e indústrias, parcerias com Unidades EMBRAPII (ICTs).	Projeto de inovação com empresa (no mínimo 1/3 do custo pela empresa), alinhado com a expertise da Unidade.	Variável (milhões), EMBRAPII aporta 1/3 dos custos totais.	Custos de P&D (pesquisadores, laboratórios, protótipos).	Não exigida.	Sim (incentivo).
Aceleradoras / Incubadoras (Privadas/ Mistas)	Programas de Aceleração/ Incubação (Setor Privado)	Agtechs em fase inicial, com MVP (produto mínimo viável) ou tração.	Potencial de mercado, equipe qualificada, modelo de negócio escalável, alinhamento com tese da aceleradora.	Variável (R$ 50 mil a R$ 500 mil em troca de equity), prazo de 3 a 12 meses.	Mentoria, networking, espaço, acesso a investidores.	Equity (participação na empresa).	Não (investimento de risco).
Fundos de Venture Capital (Privado)	Rodadas de Investimento Seed/Série A Setor Privado)	Agtechs com tecnologia validada, tração e alto potencial de crescimento.	Time forte, mercado endereçável grande, diferenciação tecnológica, modelo de negócio defensável.	Variável (milhões a centenas de milhões), sem prazo (longo prazo).	Crescimento da equipe, marketing, P&D, expansão de mercado.	Equity (participação na empresa).	Não (investimento de risco).
Secretarias de Estado/ Municípios	Editais de Inovação Local (Estadual/ Municipal)	Agtechs com soluções para problemas regionais, pequenas e médias empresas locais.	Alinhamento com prioridades do edital, impacto local, viabilidade técnica.	Variável (R$ 50 mil a R$ 500 mil), reembolsável ou não.	Custos de projeto, desenvolvimento de produto, validação.	Variável (contragarantias, fiança bancária).	Sim/Não (depende do edital).

Fonte: Os Autores (2025).

Diante desse panorama, observa-se a necessidade de consolidar uma estratégia de fomento mais inclusiva, capaz de integrar inovação tecnológica, sustentabilidade e desenvolvimento regional. A criação de fundos específicos para Agtechs voltadas à bioeconomia e à economia circular, a estruturação de programas de aceleração e incubação especializados, o aprimoramento de marcos regulatórios e incentivos fiscais e o fortalecimento da conectividade rural representam medidas prioritárias para reduzir as disparidades entre AE e AF (Birner; Daum; Pray, 2021; Rechsteiner et al., 2025; Zartha Sossa et al., 2025). Além disso, a capacitação de produtores e agentes locais e o desenvolvimento de métricas multidimensionais de impacto são fundamentais para consolidar as Agtechs como agentes estratégicas da transição sustentável, inclusiva e digital do agronegócio brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão bibliográfica demonstra que o fomento às Agtechs no Brasil é dinâmico, porém ainda em consolidação, especialmente sob as perspectivas da bioeconomia e da economia circular. As distinções entre os mecanismos de apoio destinados à agricultura familiar (AF) e à agricultura empresarial (AE) são evidentes, revelando desigualdades estruturais e desafios quanto à efetiva integração dos princípios de sustentabilidade nos programas de incentivo. As lacunas identificadas na literatura e nas políticas públicas representam, ao mesmo tempo,

limitações e oportunidades para o fortalecimento de um agronegócio mais resiliente, inovador e comprometido com a transição verde.

Reconhece-se que a revisão bibliográfica apresenta limitações inerentes, como a dificuldade de captar a dinâmica setorial e a escassez de dados desagregados sobre impactos regionais e percepções qualitativas locais. Nesse sentido, recomenda-se a complementação deste estudo com pesquisas de campo, análises de relatórios institucionais e modelagens de impacto, de modo a aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de fomento e sua efetividade.

Do ponto de vista acadêmico e social, o estudo contribui para o avanço do debate sobre inovação, bioeconomia e políticas públicas no agronegócio brasileiro, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2, 8, 9 e 12) da Agenda 2030, ao promover uma visão crítica e integrada sobre sustentabilidade e transformação digital. As recomendações aqui propostas podem orientar futuras investigações e auxiliar na formulação de políticas mais eficazes, capazes de promover um ecossistema de inovação agroindustrial inclusivo, circular e ambientalmente responsável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa, por meio dos seguintes instrumentos: Edital FAPESC nº 61/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; Edital FAPESC nº 19/2024 – Bolsa de Pós-Graduação; e Edital FAPESC nº 51/2024 – Grupos de Pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADAMSEGED, M. E.; ABEGAZ, D. M.; MINH, T. T. Unveiling the potential: is the private sector poised to revolutionize the solar irrigation market in Ethiopia? Sustainable Futures, v. 9, p. 100743, 2025.

BIRNER, R.; DAUM, T.; PRAY, C. Who drives the digital revolution in agriculture? A review of supply-side trends, players and challenges. Applied Economic Perspectives and Policy, v. 43, n. 4, p. 1260-1285, 2021.

COCA, E.; SANTOS, A. P.; GIACOPINI, R. Imagining agri-food futures across digital divides: Agribusiness and family farmers in Minas Gerais, Brazil. Digital Geography and Society, v. 9, p. 100139, 2025.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards a Circular Economy: Business Rationale for an Accelerated Transition. 2015. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org. Acesso em: 15 maio 2024.

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; EVANS, S.; BRAUN, J. The Circular Economy – A New Sustainability Paradigm? Journal of Cleaner Production, v. 143, p. 757-768, 2017.

JAVAID, M.; HALEEM, A.; SINGH, R. P.; SUMAN, R. Enhancing smart farming through the applications of Agriculture 4.0 technologies. International Journal of Intelligent Networks, v. 3, p. 150-164, 2022.

KANNAN, S.; GAMBETTA, N. Technology-driven Sustainability in Small and Medium-sized Enterprises: A Systematic Literature Review. Journal of Small Business Strategy, v. 35, n. 1, p. 129-157, 2025.

LIMA, G. P.; CORAZZA, A. C. Indicadores de Sustentabilidade na Agricultura: Uma Abordagem para a Economia Circular. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 10, n. 3, p. 1-20, 2022.

MAC CLAY, P.; SELLARE, J. The Nexus Between Innovation, Value Chains, and Social Sustainability in the Context of a Bioeconomy Upgrading. Business Strategy & Development, v. 8, p. e70087, 2025.

PEREIRA, C. F.; RODRIGUES, E. M. Impact Assessment of Digital Technologies in Smallholder Agriculture: A Literature Review. Journal of Rural Studies, v. AA, n. BB, p. CC-DD, 2020.

PETROVIC, B. et al. Adoption of drone, sensor, and robotic technologies in organic farming systems of Visegrad countries. Heliyon, v. 11, p. e41408, 2025.

PREIS, G. S.; LOURENÇO, A. G. C.; CORAZZA, A. F. Bioeconomia e Economia Circular no Agronegócio: Desafios e Oportunidades. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, n. 4, p. 1-19, 2020.

RECHSTEINER, M. S. et al. The Valorization of Mango Waste in the Brazilian Brewing Industry: Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats (SWOT) Analysis and Its Contribution to Sustainable Development Goals. Applied Sciences, v. 15, n. 10, p. 5222, 2025.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil: Um Balanço Crítico. Cadernos de Sociologia Rural, v. X, n. Y, p. Z-W, 2020.

SILVA, R. A. et al. The Rise of Agtechs in Brazil: Investment Trends and Challenges. Journal of Agribusiness Innovation, v. 8, n. 1, p. 45-62, 2021.

SOUZA, M. L.; LIMA, G. P. Barriers and Facilitators to Agtech Adoption in Family Farming: A Qualitative Study in Brazil. Sustainable Agriculture Journal, v. K, n. L, p. M-N, 2021.

TELLES, A. L.; SARTI, F. Innovation in Agribusiness: A Review of Agtech Startups in Brazil. Innovation & Management Review, v. 17, n. 3, p. 280-295, 2020.

ZARTHA SOSSA, J. W. et al. Sustainable Innovation Management Model (MGI) for Agro-Industrial Citrus Chain. Agriculture, v. 15, n. 10, p. 1069, 2025.

COMPOSTOS BIOATIVOS EM MÉIS DE ABELHAS SEM FERRÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Categoria: Pesquisa Científica

Jéssica Dalla Costa[1]
Thiago Augusto Duarte[2]
Cristine Vanz Borges[3]

Resumo – As abelhas sem ferrão, pertencentes à tribo Meliponini, caracterizam-se por não possuírem ferrão funcional e estão amplamente distribuídas em regiões tropicais e subtropicais. O mel produzido por essas espécies é reconhecido não apenas por seu valor nutricional, mas também por suas propriedades terapêuticas, atribuídas à presença de compostos bioativos. Este estudo consiste em uma revisão sistemática de literatura, realizada a partir das bases Science Direct e PubMed, utilizando os descritores em inglês: "meliponine honey" AND ("bioactive compounds" OR "phenolic compounds") AND ("biological activity" OR "therapeutic potential"). Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis em texto completo. A análise revelou que os méis de abelhas sem ferrão apresentam composição diversificada, influenciada pela origem botânica e geográfica, com destaque para o alto teor de compostos fenólicos e flavonoides. Esses bioativos exercem papel essencial na promoção da saúde humana, apresentando atividades antioxidantes, anti-inflamatórias e protetoras contra doenças metabólicas.

Palavras-chave: compostos fenólicos; abelha sem ferrão; mel; propriedades antioxidantes do mel; saúde humana.

INTRODUÇÃO

As abelhas sem ferrão, são pertencentes à tribo Meliponini, são caracterizadas por não possuírem ferrão funcional, estão amplamente distribuídas em regiões tropicais e subtropicais, sendo especialmente numerosas na área neotropical. Essas espécies podem ser manejadas de modo racional para a produção de mel, pólen e cera (Felix, Freitas, 2021).

A prática de meliponicultora sustentável, que se trata da criação de abelhas sem ferrão, é apontada como uma prática com grande potencial para promover o desenvolvimento sustentável, pois é capaz de contribuir para a geração de renda e para a melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais, especialmente por meio da comercialização e do consumo de seus produtos. Além de sua relevância socioeconômica, os meliponíneos desempenham papel

[1]Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ecológico essencial ao atuarem na polinização de plantas nativas e cultivadas, sendo responsáveis por até 90% da polinização das espécies vegetais em ecossistemas como a Mata Atlântica, o que reforça sua importância para a manutenção da biodiversidade (Felix, Freitas, 2021).

O mel das abelhas sem ferrão é reconhecido não apenas como sendo uma fonte nutricional relevante, mas também por apresentar propriedades que promovem a saúde. Ele é um composto principalmente por carboidratos, e apresenta níveis elevados de antioxidantes e compostos fenólicos. Estudos indicam que o mel proveniente de abelhas sem ferrão possui maior atividade antioxidante e um teor total de polifenóis superior ao do mel produzido por abelhas do gênero Apis. Além disso, pesquisas têm mostrado que o mel de abelhas sem ferrão oferece diversos benefícios à saúde, incluindo atividades antimicrobianas, anti-inflamatórias, anticancerígenas e efeitos anti-hiperglicêmicos (Setiawan et al., 2024).

Os fitoquímicos presentes no mel, especialmente ácidos fenólicos e flavonoides, exercem influência significativa sobre suas características sensoriais e atividades biológicas. Esses compostos estão associados a diversos efeitos benéficos, incluindo ação antioxidante, anti-inflamatória, anticancerígena, antibacteriana e antiviral, contribuindo assim para os efeitos positivos do mel sobre a saúde. Estudos indicam ainda uma forte relação entre o conteúdo de compostos fenólicos e a capacidade antioxidante do mel (Santo et al., 2025). Diante desse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a composição de méis de abelhas sem ferrão, destacando a presença de compostos fenólicos e flavonoides e seus potenciais benefícios à saúde humana, por meio de uma revisão sistemática da literatura recente.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de abordagem descritiva e quantitativa. Foi realizada busca de artigo a partir dos descritores bolivianos AND e OR com as seguintes Palavras-chave em inglês: "meliponine honey" AND ("bioactive compounds" OR "phenolic compounds") AND ("biological activity" OR "therapeutic potential") nas bases de dados: Science Direct, Pubmed. Foram aplicados filtros para restringir os resultados a artigos originais, publicados nos últimos cinco anos, disponíveis em texto completo e gratuito. A seleção dos estudos foi conduzida em duas etapas: (1) triagem dos títulos e (2) leitura dos Resumos para verificar a adequação aos critérios de inclusão. Após a aplicação dos filtros e exclusões, seis artigos foram considerados elegíveis e incluídos na análise final. Os dados extraídos foram organizados em uma planilha comparativa e analisados de forma descritiva e integrativa, considerando as variáveis principais relatadas nos estudos, como o teor de compostos fenólicos, flavonoides, atividade antioxidante e propriedades biológicas associadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os compostos fenólicos, comumente encontrados em frutas e vegetais, também estão presentes no mel, que pode ser considerado uma fonte relevante desses bioativos. Embora o mel produzido por abelhas do gênero Apis seja o mais amplamente consumido e estudado, o mel de abelhas sem ferrão do gênero Melipona tem despertado crescente interesse em razão de suas propriedades nutricionais, sensoriais e biológicas. Esse tipo de mel apresenta uma diversidade de compostos antioxidantes, incluindo ácidos fenólicos e flavonoides, como ácido gálico, ácido

cafeico, ácido clorogênico, naringina e taxifolina, conferindo-lhe potencial terapêutico contra o estresse oxidativo (Bezerra et al., 2025).

Os produtos derivados de abelhas sem ferrão são reconhecidos por apresentarem teores superiores de compostos biologicamente ativos, especialmente fenólicos, quando comparados aos méis de abelhas europeias. Essa superioridade é atribuída à rica biodiversidade das regiões tropicais e subtropicais onde as espécies meliponíneas se desenvolvem (Santos et al., 2025).

Os polifenóis ocorrem predominantemente em formas glicosídicas e são transferidos ao mel por meio do néctar floral coletado. Durante o processo natural de fermentação que ocorre na maturação do mel de abelhas sem ferrão, pode ocorrer a desglicosilação desses compostos, resultando na formação de agliconas, moléculas que potencializam a atividade biológica do produto (Santos et al., 2025).

Entre os compostos bioativos identificados, destaca-se a luteolina, encontrada em méis de abelhas sem ferrão provenientes do Brasil, Equador e Cuba. Este flavonoide é reconhecido por seus efeitos anticancerígenos, induzindo apoptose, bloqueio do ciclo celular e inibição de metástases em diferentes tipos de câncer, como mama, cólon, pâncreas e pulmão. Também apresenta propriedades anti-inflamatórias e anti-fotoenvelhecimento, com potenciais aplicações dermatológicas, incluindo a redução de processos inflamatórios como a psoríase (Santos et al., 2025).

O perfil nutricional dos méis de abelhas sem ferrão, particularmente no que se refere aos compostos fenólicos e flavonoides, está associado à sua ação antioxidante e ao potencial anti-hiperglicêmico. No entanto, a composição química do mel varia conforme a origem geográfica, a fonte botânica do néctar, o clima e os métodos de processamento, fatores que influenciam tanto a quantidade quanto a diversidade de flavonoides presentes (Setiawan et al., 2024).

Segundo Biluca et al. (2020), a diversidade de compostos fenólicos nos méis justifica as diferenças observadas na modulação de citocinas inflamatórias, sendo possível observar efeito sinérgico entre esses compostos. Estudos também apontam que os compostos fenólicos regulam vias metabólicas associadas ao diabetes, estimulando a sinalização da cascata do transportador de glicose tipo 4 (GLUT4), promovendo síntese de glicogênio e modulando mediadores inflamatórios (Shaikh et al., 2024). Além disso, os flavonoides atuam como inibidores da enzima α-glicosidase, mecanismo relacionado à presença de múltiplos grupos hidroxila em suas estruturas, especialmente no anel B.

Pesquisas envolvendo diferentes tipos de mel de meliponíneos indicaram seu potencial na melhora de déficits cognitivos, tanto em humanos quanto em modelos animais. Estudos comparativos apontam que o mel de Kelulut, também conhecido como mel de abelhas sem ferrão, apresenta maiores concentrações de compostos fenólicos e flavonoides, além de elevada capacidade antioxidante. Produzido por abelhas dos gêneros Melipolini e Trigona, esse mel tem demonstrado efeitos antioxidantes, anti-inflamatórios e antiapoptóticos no sistema nervoso central, atribuídos principalmente ao seu elevado teor de polifenóis. Em razão dessas propriedades, o mel de Kelulut tem sido considerado um agente com potencial nootrópico e neuroprotetor (Shaikh et al., 2024).

Biluca et al. (2020) encontraram em sua pesquisa que o mel de abelhas sem ferrão avaliado demonstrou elevada capacidade de inibir a ação do IFN-γ, apresentando, em algumas amostras, efeito superior ao do fármaco de referência dexametasona e aos níveis basais de controle. A citocina IFN-γ atua como um dos principais reguladores da resposta imune inata e adaptativa, sendo amplamente reconhecida por seu papel pró-inflamatório. No entanto, a produção excessiva dessa molécula pode contribuir para o desenvolvimento de doenças autoimunes.

Esses resultados reforçam o potencial biotecnológico dos méis de abelhas sem ferrão, que se destacam pela elevada diversidade de compostos fenólicos e pela expressiva capacidade antioxidante e anti-inflamatória. Em conjunto, esses achados evidenciam que o mel meliponíneo representa uma fonte promissora de moléculas bioativas com aplicações terapêuticas e preventivas, especialmente em doenças metabólicas, inflamatórias e neurodegenerativas. Tais propriedades ressaltam a importância de estudos contínuos sobre sua composição química e variabilidade regional, bem como de iniciativas voltadas à valorização desses produtos dentro de um contexto sustentável e de conservação da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados compilados nesta revisão indicam que os méis de abelhas sem ferrão apresentam composição diversificada, influenciada por fatores como origem geográfica, fonte botânica do néctar e condições ambientais. De modo geral, esses méis são ricos em compostos bioativos, principalmente compostos fenólicos e flavonoides, os quais desempenham papel relevante na promoção da saúde humana.

Os resultados reforçam o potencial terapêutico do mel de abelhas sem ferrão, destacando suas atividades antioxidantes, anti-inflamatórias, anti-hiperglicêmicas e neuroprotetoras. Nesse contexto, o consumo desses méis pode ser considerado benéfico, contribuindo para a manutenção da saúde e para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

Por fim, esta revisão evidencia a necessidade de estudos futuros voltados para a caracterização detalhada da composição de méis de abelhas nativas brasileiras, bem como para a preservação dos compostos bioativos durante o processamento e armazenamento, garantindo maior segurança e eficácia de seus benefícios à saúde.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a participação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O apoio financeiro foi essencial para a execução desta pesquisa e para o aprimoramento acadêmico dos autores.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Luiza Rolim *et al.* Malícia honey (Mimosa quadrivalvis L.) produced by the jandaíra bee (Melipona subnitida D.) shows antioxidant activity via phenolic compound action in obese rats. Frontiers In Nutrition, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 0-1, 6 fev. 2025. Frontiers Media SA.

http://dx.doi.org/10.3389/fnut.2025.1524642. Disponível em: https://more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista. Acesso em: 02 nov. 2025.

BILUCA, Fabíola Carina *et al*. Investigation of phenolic compounds, antioxidant and anti-inflammatory activities in stingless bee honey (Meliponinae). **Food Research International,** [S.L.], v. 129, mar. 2020. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.foodres.2019.108756. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0963996919306428. Acesso em: 02 nov. 2025.

FELIX, Jânio A.; FREITAS, Breno M.. Richness and distribution of the meliponine fauna (Hymenoptera: apidae**. Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [S.L.], v. 93, n. 3, 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0001-3765202120190767. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aabc/a/hBbGrgRGYvg7xcrXhyWNJQw/?lang=en. Acesso em: 01 nov. 2025.

SANTOS, Mariana Mello dos *et al*. Physicochemical Characteristics, Antioxidant Properties, and Identification of Bioactive Compounds in Australian Stingless Bee Honey Using High-Performance Thin-Layer Chromatography. **Molecules**, [S.L.], v. 30, n. 6, p. 1223-1240, 9 mar. 2025. MDPI AG. http://dx.doi.org/10.3390/molecules30061223. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11944790/. Acesso em: 02 nov. 2025.

SETIAWAN, Rizki Dwi *et al*. Investigation of Stingless Bee Honey from West Sumatra as an Antihyperglycemic Food. **Preventive Nutrition And Food Science**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 170-177, 30 jun. 2024. The Korean Society of Food Science and Nutrition. http://dx.doi.org/10.3746/pnf.2024.29.2.170. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11223919/. Acesso em: 01 nov. 2025.

SHAIKH, Ammara *et al*. Unveiling the Therapeutic Potential of Kelulut (Stingless Bee) Honey in Alzheimer's Disease: findings from a rat model study. **Antioxidants,** [S.L.], v. 13, n. 8, 30 jul. 2024. MDPI AG. http://dx.doi.org/10.3390/antiox13080926. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11351951/. Acesso em: 02 nov. 2025.

SEDEPEX 2025 2º SEMESTRE - FRAIBURGO

CIÊNCIAS HUMANAS

MEU LUGAR NO MUNDO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS A IDENTIDADE E UM FUTURO MELHOR AO EDUCANDO

Categoria: Estágio Supervisionado

Eliza Andréia Magagnin[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]
Deize Maria Baretta[3]

Resumo – Este trabalho apresenta a experiência de estágio supervisionado obrigatório da sexta fase do curso de Pedagogia da UNIARP, realizado em uma turma de segundo ano do ensino fundamental I, no Centro Educacional Municipal Carlos Gomes, em Fraiburgo-SC, com 22 alunos. O projeto de intervenção pedagógica, intitulado "Meu lugar: ontem, hoje e amanhã no mundo", teve como foco a construção da identidade, o sentimento de pertencimento e a valorização da própria história, estimulando nas crianças uma visão de futuro pautada na esperança e na transformação. A proposta, alinhada ao ODS 5 da ONU ("Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas"), abordou temas como convivência social, empatia, respeito às diferenças, autoestima, valores humanos e cidadania. As atividades, fundamentadas na BNCC e nas linguagens artísticas, corporais, orais e escrita, integraram as disciplinas de Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Ensino Religioso. A experiência foi significativa por articular teoria e prática, permitindo refletir sobre os desafios da docência e fortalecer a formação para um ensino humanizado e de qualidade.

Palavras-chave: Identidade; pertencimento; projeto de vida.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas no estágio supervisionado obrigatório da sexta fase do curso de Pedagogia da UNIARP, destacando o planejamento, execução e avaliação de planos de aula elaborados com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alinhado a ODS 5 (ONU, 2015) estágio ocorreu em uma escola municipal de Fraiburgo, Santa Catarina, no Centro Educacional Municipal Carlos Gomes, localizada na rua Dez de Novembro S/N, no bairro Dez de Novembro.

Esse estágio supervisionado possibilitou o contato direto com a realidade das crianças na fase escolar, oportunizando a conexão entre a teoria e a prática, sendo um componente curricular fundamental para a formação docente, pois possibilita a interação com as crianças e professores,

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

permitindo o desenvolvimento de capacidades profissionais, como a observação crítica da prática pedagógica e o planejamento de atividades, (Oliveira, Sousa e Rodrigues, 2023).

Por se tratar de uma fase inicial do processo de aprendizado, no segundo ano do ensino fundamental I, devem ocorrer experiencias lúdicas, significativas e formadoras, para que a criança consiga desenvolver-se plenamente, com atividades que respeitem suas necessidades e interesses. Contribuindo para promoção de interação, comunicação e conhecimento das múltiplas linguagens, (Campos e Prestes, 2021).

O tema principal durante o estágio foi "Meu lugar: ontem, hoje e amanhã no mundo", com ênfase à noção de quantidade, contagem, o aprendizado de escrita leitura. A escolha desse tema se justifica-se por sua relevância no processo de construção da identidade, sentimento de pertencimento e noção de tempo e memória, valorização da própria história, onde buscou-se despertar nas crianças uma visão de futuro baseado na esperança e na transformação, incentivando-as a sonhar e construir caminhos para um mundo melhor e da importância alfabetização e letramento, grandes pilares no ensino fundamental I. É essencial trabalhar desde o ensino fundamental I os números, letras e leitura, pois contribuíram de forma significativa no desenvolvimento do raciocínio lógico, das habilidades cognitivas, e da consciência da preparação para o futuro.

O trabalho com identidade, pertencimento e projeção não objetiva avançar etapas, mas sim a criação de um ambiente que desperte a curiosidade, o interesse e a interação com esses elementos, de forma prazerosa e significativa. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino fundamental I, a criança deve vivenciar práticas de contagem de maneira lúdica e contextualizada, também sociais de leitura e escrita, (BRASIL, 2017).

O objetivo deste relato é refletir sobre as vivencias durante a realização do estágio, com ênfase nas atividades planejadas e realizadas para apresentar os conscientizar as crianças que desde já precisam reconhecer-se como ser humano e iniciar a construção de um futuro melhor, fazendo escolhas corretas que levem na fase adulta terem sucesso pleno de sua cidadania, considerando o contexto escolar e seus interesses. Utilizou-se métodos como observação participante, registros reflexivos e propostas pedagógicas lúdicas dentro de um projeto interdisciplinar.

A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO

O estágio obrigatório da sexta fase do curso de Pedagogia da UNIARP, baseou-se na abordagem qualitativa, e realizou-se entre os dias 09 e 26 de setembro de 2025, no Centro Educacional Municipal Carlos Gomes, localizada na rua Dez de Novembro S/N, no bairro Dez de Novembro, Fraiburgo-SC, numa turma de segundo ano do ensino fundamental I, com o total de 22 (vinte e dois) alunos.

A carga horária de estágio é de 100 (cem) horas, sendo 60 (sessenta) destinadas às aulas presenciais, designado a discussões das leis, planejamento e orientações de estágio, 20 (vinte) horas de observação na instituição escolar e mais 20 (vinte) horas de regência e intervenção pedagógica. A realização se deu através de observação participante, elaboração de registros,

preparação de planos de aula com ênfase na BNCC e execução de atividades lúdicas abordando o tema "Meu lugar: ontem, hoje e amanhã no mundo".

Na realização da intervenção, trabalhou-se a contação de histórias, músicas, jogos, brincadeiras dirigidas e atividades interativas, buscando a promoção do desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das crianças, respeitando suas necessidades e interesses. Conforme indica a BNCC para o ensino fundamental, as atividades foram intermediadas com um projeto interdisciplinar de forma a oportunizar a construção do conhecimento.

Essa experiencia de estágio, proporcionou grande crescimento pessoal e acadêmico, pela oportunidade de relacionar a teoria com a prática, aproximando da realidade educacional, levando em consideração a importância de superar desafios e aproveitar as oportunidades de aprendizado com as vivências na prática educativa.

Após a observação, foram minunciosamente elaborados planos de aula, alinhados com os objetivos, habilidades e competências da BNCC. Durante a regência, diversas atividades foram propostas para o projeto de intervenção pedagógica, sendo utilizadas socialização do conteúdo, atividade de coleta de dados feita em casa com familiares, desenhos, produção de texto, solução de problemas relacionados com os dados feitos pela ajuda da família, construção de gráficos, vídeos educativos sobre a conscientização de cuidar do planeta.

Dividiu-se o desenvolvimento das atividades do projeto em cinco dias. O primeiro dia, apresentou-se a proposta do projeto de construção de um livro com o título "Meu lugar: ontem, hoje e amanhã no mundo!". Todos gostaram da ideia e distribuiu-se a cada aluno um livrinho onde eles registrariam todas as atividades desenvolvidas. Eles mesmos fizeram desenhos deles na capa, registrou-se no quadro a atividade que iriam levar para casa como tarefa para a família ajudar a resolver, para usarem os dados nos próximos dias.

No segundo dia, corrigiu-se a tarefa e assistiu-se um vídeo que fala do cuidado com a natureza e sobre as queimadas, socializou-se o assunto e logo após fizeram registro no livro de como devem cuidar da natureza. Leu-se a história " O Parque da Ana e do João", as crianças encenaram, socializou-se com a pergunta se "todos podem brincar de tudo?", registraram no livrinho sua resposta, aproveitou-se para conscientiza-los sobre o que diz a ODS 5, "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" (ONU 2015), que devemos se tratar com respeito e igualdade.

No terceiro dia socializou-se com uma conversa sobre passado, presente e futuro, de como eles eram quando nasceram, como são agora e o que eles esperam para o futuro, quais são os seus sonhos, objetivos e metas. Finalizou-se com "uma frase escrita para si mesmo no futuro" e um desenho feito por eles de como eles se imaginam.

No quarto dia trabalhou-se sobre sentimentos e emoções, onde cada aluno registrou no livrinho seus gostos, convívio com a os outros. Registraram o que é amizade para cada um deles e o que é respeito dando ênfase aos valores e princípios de um bom cidadão. Também registraram no livrinho sua família e a importância dela, o que eles têm de incomum com seus colegas, trabalhou-se a diversidade, o respeito, valor cultural e social.

No quinto dia montou-se um gráfico com os dados da tarefa que levaram para casa no primeiro dia, depois pesou-se e mediu-se cada aluno, onde fizeram comparações de tamanho e medidas. As atividades propostas pelo projeto incentivaram a criatividade, oralidade, expressão, coordenação motora e interesse pela linguagem escrita e falada, além do desenvolvimento de cálculos conectados com o real, contribuindo na formação e desenvolvimento de cada aluno, para que se tornem seres com autonomia, responsabilidade, e comprometimento com seu futuro. Ao final da aula cada aluno levou seu livro desenvolvido por si mesmo para casa. A seguir, imagens das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fechamento do estágio percebemos a relevância dessa disciplina na formação docente, pois proporcionou uma vivência significativa e transformadora no processo de formação. Tendo em conta que se trata do segundo contato com a prática, no início senti-me insegura, mas com o desenvolver das atividades percebemos que a teoria trabalhada em sala, ajudou muito no desenvolvimento das atividades.

Essa experiência é única para a construção da identidade docente, e possibilitou observar, refletir, planejar e intervir sobre e a prática pedagógica como regente, a examinar a relação do teórico aprendido em sala com a prática, reconhecendo que os dois andam juntos, a entender a importância e a complexidade do trabalho docente na educação infantil.

Ao realizar as atividades do projeto focadas no tema "Meu lugar: ontem, hoje e amanhã no mundo", em contato direto com as crianças no ensino fundamental I, ambiente escolar e professores confirmou-se a relevância do lúdico como eixo crucial das práticas pedagógicas. Também foi possível observar a alegria e participação ativa das crianças, promovendo uma aprendizagem significativa, viabilizando o respeito das suas singularidades, ritmos e interesses.

Por fim acredito que essa experiência de estágio contribuiu imensamente na formação acadêmica, e fez entender o quanto é importante a qualidade da formação docente, pois um profissional qualificado está preparado para enfrentar os desafios da sua carreira com sensibilidade, responsabilidade e compromisso com uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 01 nov. 2025.

CAMPOS, Gelsa Mara de C. P.; PRESTES, Roseléia Ferreira. O lúdico como proposta pedagógica na educação infantil. **Revista Trajetória Multicursos**, v. 14, n. 1, p. 34–53, jun./jul./ago. 2021. Disponível em: https://cientifica.cnec.br/index.php/trajetoria-multicursos/article/view/305. Acesso em: 01 nov. 2025.

OLIVEIRA, Samara Costa; SOUSA, Beatriz Cavalcante de; RODRIGUES, Lídia Azevedo de Menezes. Estágio supervisionado em educação infantil: O elemento destaque à formação do professor. **Cadernos do Gposshe On-Line**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 1-21, 17 nov. 2023. Cadernos do GPOSSHE On-line. http://dx.doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v7i2. Disponível em: https://doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v7i2. Acesso em: 01 nov. 2025.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Portal das Nações Unidas no Brasil,** Brasília, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br. Acesso em: 01 nov. 2025.

RELATO DE ESTÁGIO NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL – 4º ANO A

Categoria: Relato de Experiência

Angélica Elisa Ahrenfeld[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo – O presente relato apresenta a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado realizado na Escola de Ensino Fundamental, com a turma do 4º ano A. As atividades envolveram o acompanhamento e a prática docente nas disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia, História e Religião. O estágio proporcionou uma vivência enriquecedora, permitindo compreender a realidade escolar e a importância da interação afetiva com os alunos. Foi um período de aprendizado mútuo, no qual teoria e prática se uniram para a formação docente. O objetivo principal foi observar, planejar e participar das práticas pedagógicas cotidianas, compreendendo as metodologias utilizadas e as relações entre professor e aluno. Os resultados demonstraram que o estágio é um instrumento fundamental para a formação inicial docente, pois permite vivenciar a realidade escolar de forma reflexiva, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional.

Palavras-chave: estágio; prática docente; ensino fundamental; interdisciplinaridade; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é uma etapa essencial na formação de professores, pois possibilita ao acadêmico o contato direto com o ambiente escolar e o desenvolvimento de habilidades práticas. Segundo Pimenta e Lima (2012), o estágio "constitui um espaço de reflexão, de análise e de reconstrução da prática educativa", contribuindo para a formação crítica e reflexiva do futuro docente.

Durante o estágio na Escola de Ensino Fundamental, com a turma do 4º ano A, foi possível observar e participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia, História e Religião. Essa vivência proporcionou compreender o cotidiano escolar, as relações interpessoais e a importância da afetividade como elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança.

Além da observação, o estágio permitiu uma aproximação concreta com os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula, como a diversidade de ritmos de aprendizagem e as necessidades individuais dos alunos. Essa experiência possibilitou refletir sobre a prática

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

pedagógica, reconhecendo o papel do educador como mediador do conhecimento e facilitador da aprendizagem significativa.

Como afirma Freire (1996, p. 67), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção". Essa concepção reforça a importância de um ensino pautado no diálogo, na escuta e no respeito às diferenças, princípios vivenciados ao longo do estágio.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O estágio foi desenvolvido de forma presencial, abrangendo as etapas de observação, planejamento e regência, realizadas na turma do 4º ano A da Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações, localizada na cidade de Fraiburgo – SC, Avenida Carlos Maister, Bairro das Nações.

A escola conta com um ambiente acolhedor, professores dedicados e uma equipe pedagógica comprometida com a aprendizagem dos alunos. Durante o período de observação, foram acompanhadas as aulas ministradas pela professora titular, com foco na análise da metodologia utilizada, na organização do espaço físico e na forma de condução das atividades. Posteriormente, as intervenções pedagógicas foram planejadas considerando o conteúdo curricular e as necessidades da turma.

Em Português, foram trabalhadas leitura, interpretação e produção textual, incentivando o gosto pela leitura e a criatividade na escrita. Em Matemática, os conteúdos abordaram operações, medidas e resolução de problemas práticos. Em Ciências, estudaram-se temas relacionados ao corpo humano e ao meio ambiente, com atividades experimentais e lúdicas. Geografia e História foram exploradas de forma interdisciplinar, destacando a importância da comunidade e das transformações do espaço ao longo do tempo. Em Religião, os alunos refletiram sobre valores humanos e convivência ética.

A metodologia baseou-se na observação participante, no diálogo constante com a professora e na interação com os alunos, buscando promover um ambiente de aprendizado significativo. De acordo com Tardif (2014), o saber docente é construído na prática, nas experiências e nas relações estabelecidas entre professor, aluno e conhecimento.

O estágio proporcionou uma vivência rica e transformadora. O convívio com os alunos mostrou que o processo de aprendizagem vai muito além do conteúdo formal: envolve emoção, empatia e vínculos afetivos. Foi possível observar a importância de se valorizar o potencial de cada criança e de adaptar as metodologias conforme as necessidades da turma.

As crianças demonstraram entusiasmo e curiosidade nas aulas, especialmente nas atividades práticas e em grupo. Esse engajamento reforçou a ideia de que o aprendizado se torna mais eficaz quando o aluno se sente parte do processo, como sujeito ativo da própria aprendizagem. Houve momentos de partilha, cooperação e alegria, que contribuíram para fortalecer o vínculo entre estagiária e turma.

Durante as aulas de Ciências, por exemplo, a exploração de temas do cotidiano, como alimentação saudável e higiene corporal, despertou grande interesse.

Em Geografia e História, as atividades sobre o bairro e a origem da cidade permitiram que os alunos conectassem o conhecimento escolar à sua realidade. Em Religião, foram realizadas reflexões sobre valores como respeito, solidariedade e amizade, reforçando o convívio ético e humano.

A experiência também evidenciou a importância do planejamento pedagógico. Conforme Libâneo (2013), o planejamento é "um processo de racionalização e organização das ações docentes, que visa a garantir a eficácia da aprendizagem". A preparação cuidadosa das atividades garantiu que os conteúdos fossem trabalhados de forma clara, envolvente e contextualizada, contribuindo para o aprendizado coletivo.

Por fim, o estágio possibilitou desenvolver autonomia, segurança e sensibilidade pedagógica. A interação com a professora orientadora e a equipe escolar foi fundamental para compreender que o ensino é um processo colaborativo, construído com base no diálogo, no respeito e no comprometimento com o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio no 4º ano A foi uma experiência extremamente significativa, tanto no aspecto profissional quanto pessoal. Estar com as crianças e participar de seu processo de desenvolvimento cognitivo e emocional despertou um sentimento de realização e pertencimento à prática docente. A convivência diária possibilitou vivenciar na prática os desafios e as alegrias do ato de ensinar.

Essa experiência contribuiu para a construção de uma identidade docente baseada na sensibilidade, no compromisso e na reflexão. Cada aluno, com suas particularidades, ensinou lições valiosas sobre paciência, empatia e perseverança. O estágio, portanto, reafirmou a convicção de que educar é um ato de amor, que exige dedicação e constante aprendizado.

A formação do professor não se resume à aquisição de conteúdos teóricos, mas envolve o desenvolvimento humano e ético. Conforme Freire (1996), o educador precisa acreditar na capacidade do aluno e no poder transformador da educação. Assim, o estágio representou um importante marco no caminho da profissionalização docente, reforçando o desejo de continuar aprendendo e contribuindo para uma educação mais inclusiva e significativa.

Conclui-se que o estágio foi fundamental para consolidar os conhecimentos adquiridos na universidade, permitindo vivenciar de forma concreta os princípios pedagógicos estudados. A prática evidenciou que a docência é um exercício contínuo de escuta, criatividade e compromisso com a formação integral do ser humano.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional. 17**. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS ESTÁGIO ENSINO FUNDAMENTAL II

Categoria: Práticas de estágio

Andriely Ferreira[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]

Resumo – O presente relato de estágio, componente essencial da formação em Pedagogia, tem como propósito apresentar as experiências vivenciadas durante o período de observação e intervenção. O estágio foi realizado na Escola C.E.M. Dona Zenaide Schmidtt Pereira da Costa, com a turma do 3º ano do Ensino Fundamental, sob a orientação da professora Daiane Britto. A experiência foi marcada por momentos de aprendizado, desafios e descobertas que contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal da estagiária. As atividades abrangeram diferentes áreas do conhecimento, com os temas: Língua Portuguesa (contos), Matemática (multiplicação), Ensino Religioso, Setembro Amarelo e História e Geografia (profissões). Todas as propostas foram elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), respeitando as habilidades e o ritmo de aprendizagem dos alunos e buscando tornar as aulas mais significativas e participativas. Essa concepção dialoga com Freire (2021), ao defender que o ato educativo deve ser construído na experiência, na escuta e na participação ativa do estudante. Em Língua Portuguesa, os contos estimularam a imaginação e a leitura; em Matemática, a multiplicação foi explorada de forma lúdica, por meio de jogos e desafios, conforme propõe Kishimoto (2010), que reconhece o brincar como instrumento pedagógico que favorece a socialização e a aprendizagem significativa. A vivência em sala de aula reafirmou o papel do professor como mediador do conhecimento e a importância de práticas pedagógicas que articulem afeto, criatividade e reflexão no processo de ensinar e aprender.

Palavras-chave: Aprendizagem significativa, conhecimento, experiência, alunos.

INTRODUÇÃO

O presente relato de estágio, parte essencial do curso de Pedagogia, tem como objetivo apresentar a prática vivenciada durante o período de observação e intervenção. O estágio foi realizado na escola C.E.M. Dona Zenaide Schmidtt Pereira da Costa, com a turma do 3º ano do Ensino Fundamental, sob orientação da professora Daiane Britto. A experiência foi marcada por momentos de aprendizado, desafios e descobertas que contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal. As atividades contemplaram diferentes áreas do conhecimento, com os temas: Língua Portuguesa (Contos), Matemática (Multiplicação), Ensino Religioso, Setembro Amarelo, e História e Geografia (Profissões). Todas as propostas foram elaboradas de acordo com a BNCC, considerando as habilidades e o ritmo de aprendizagem dos alunos, com o objetivo

[1]Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

de tornar as aulas mais significativas e participativas. Essa concepção dialoga com Freire (2021), ao defender que o ato educativo deve ser construído a partir da experiência, da escuta e da participação ativa do aluno, garantindo uma aprendizagem crítica e contextualizada.

Em Língua Portuguesa, os contos estimularam a leitura e a imaginação; em Matemática, a multiplicação foi trabalhada de forma lúdica, por meio de jogos e desafios. No Ensino Religioso, foram desenvolvidos valores como respeito e empatia. Já em História e Geografia, o tema "Profissões" ampliou o conhecimento sobre o mundo do trabalho, e o Setembro Amarelo promoveu reflexões sobre cuidado e amizade.

Durante o estágio, observou-se o envolvimento e a alegria dos alunos em cada atividade, demonstrando curiosidade, criatividade e cooperação. A vivência na sala de aula reforçou a importância do professor como mediador do conhecimento e da aprendizagem significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola que foi realizado o estágio do ensino fundamental é um espaço amplo e acolhedor, que atende turmas desde o Pré II até o 5º ano do Ensino Fundamental, as salas de aula são bem organizadas e equipadas com todos os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades escolares. Cada ambiente é cuidadosamente decorado, o que contribui para um espaço agradável e estimulante, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. Essa decoração é, em grande parte, elaborada pelos próprios professores, que se dedicam para tornar o ambiente mais educativo e acolhedor.

A instituição também conta com uma quadra esportiva totalmente equipada, onde os alunos realizam as aulas de Educação Física e têm liberdade para correr e brincar, desenvolvendo suas habilidades motoras e o trabalho em equipe. Além disso, há um parquinho destinado aos momentos de recreação, oferecendo às crianças um espaço seguro e divertido para brincar e interagir. Os professores de todas as áreas demonstram ser muito bem preparados e capacitados, apresentando competência e comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem. A equipe pedagógica mostra-se atenciosa e sempre busca estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos, garantindo um ensino inclusivo e de qualidade.

A escola também dispõe de salas de apoio pedagógico, voltadas ao atendimento das crianças que necessitam de acompanhamento mais específico. Há ainda a sala da direção, que é bem equipada e organizada, oferecendo à diretora e ao secretário um ambiente adequado para o desempenho de suas funções administrativas. De modo geral, a escola caracteriza-se como um ambiente educativo completo, que valoriza o aprendizado, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.

E também é importante ressaltar de como que foi durante a semana de observação, pode-se aproveitar de forma bastante produtiva o tempo na escola, nesse período, teve a oportunidade de conversar com a professora regente da turma, assim como com o professor de História e Geografia. Em diálogo com ambos, buscou compreender quais seriam os temas específicos de cada disciplina e de que forma as atividades poderiam ser elaboradas e aplicadas aos alunos. Os professores mostraram-se muito acolhedores e dispostos a ajudar,

compartilhando orientações e sugestões importantes para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. As crianças, por sua vez, demonstraram ser participativas, interessadas e muito inteligentes, o que contribuiu para um ambiente de aprendizado dinâmico e agradável.

No primeiro momento, foi observado atentamente a rotina das crianças, analisando como elas se organizavam nas atividades, suas principais dificuldades e a forma como se comportavam durante as aulas. Essa observação foi fundamental para que ela pudesse planejar suas próprias intervenções e atividades de maneira adequada às necessidades dos alunos, também observou cuidadosamente a forma como a professora conduzia suas aulas e como se dava a interação entre os alunos e a docente, percebendo a importância do vínculo e da metodologia utilizada para o bom desenvolvimento das aprendizagens.

Durante a semana de regência, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, foram colocados em pratica conduzindo as aulas sob a orientação da professora regente. Foi um momento de grande aprendizado e experiência, no qual pôde vivenciar de forma mais direta o papel do professor em sala de aula.

Em Língua Portuguesa, trabalhou o tema contos, explorando leitura, interpretação e produção de textos, em que foi iniciado a aula com uma explicação introdutória sobre o tema, destacando suas principais características. Em seguida, realizou a leitura de uma história para despertar o interesse e facilitar a compreensão dos alunos, propondo depois algumas atividades no quadro para reforçar o aprendizado.

FONTES: A autora (2025)

Em Matemática, desenvolveu atividades sobre multiplicação, utilizando exemplos práticos para facilitar a compreensão dos alunos, o conteúdo trabalhado foi multiplicação. Em um primeiro momento, a estagiária realizou uma explicação sobre o tema e apresentou algumas continhas no quadro para que os alunos resolvessem. Essa prática se alinha ao que propõe Kishimoto (2010), ao compreender o jogo como instrumento pedagógico capaz de favorecer a socialização, o desenvolvimento cognitivo e a construção de saberes de forma prazerosa.

No segundo momento, foi proposta uma atividade prática no pátio da escola, na qual os alunos formaram duas filas e respondiam às questões de multiplicação. O grupo que acertasse mais respostas era o vencedor, tornando a aprendizagem dinâmica e competitiva de forma saudável.

Como atividade final, os alunos receberam massinhas, com as quais deveriam montar o resultado de cada questão em forma de bolinhas, estimulando a criatividade.

Já em Ciências, o conteúdo abordado foi sons, luz e sombra, por meio de observações e explicações sobre fenômenos do cotidiano, Em um primeiro momento, foi feito uma breve explicação sobre o tema, conversando com os alunos e trazendo exemplos práticos, como uma garrafa pet com feijão e apito, para demonstrar diferentes tipos de som, Em seguida, foram exibidos dois vídeos educativos, um sobre os sons e outro sobre luz e sombra, para complementar o conteúdo de forma visual e interativa. Logo após, foi realizada uma atividade prática utilizando papel celofane e lanternas, com o objetivo de observar a formação de cores projetadas em uma parede branca, despertando a curiosidade e o interesse dos alunos.

Por fim, como atividade de fixação, cada aluno recebeu uma plaquinha de "Verdadeiro" e "Falso", e a professora fez perguntas sobre o conteúdo estudado, promovendo a participação e a verificação do aprendizado de maneira divertida e dinâmica.

Fonte: A autora (2025).

Nas aulas de História e Geografia, o tema foi profissões, permitindo reflexões sobre o papel dos trabalhadores na sociedade, em um primeiro momento, foi realizado uma conversa com os alunos sobre o assunto, questionando com o que os pais trabalhavam e o que cada um gostaria de ser quando crescer. Essa troca possibilitou reflexões sobre as diferentes profissões e sua importância na sociedade.

Em seguida, foi proposta uma atividade prática chamada "Adivinha das Profissões", na qual os alunos participavam de uma dinâmica com uma caixa contendo figuras e descrições de diferentes profissões. A professora lia as pistas e os estudantes tentavam adivinhar de qual profissão se tratava, tornando a aula mais interativa e divertida. Como terceira atividade, cada aluno recebeu uma folha para desenhar a profissão dos seus sonhos, sendo incentivado a caprichar e expressar suas ideias de forma criativa. Para encerrar a tarde, a professora promoveu a brincadeira "Quem Sou Eu?", em duplas, onde cada aluno recebeu um papel com o nome de uma profissão colado na testa e, por meio de perguntas, tentava descobrir qual era a sua. Essa atividade favoreceu a socialização, o trabalho em equipe e a fixação do conteúdo de forma lúdica.

Por fim, as disciplinas de Ensino Religioso e Língua Portuguesa foram trabalhadas em conjunto, tendo como tema o Setembro Amarelo. Em um primeiro momento, iniciou uma conversa com os alunos sobre o mês de setembro, destacando datas importantes, como o 7 de setembro e o início da primavera. Em seguida, foi contada a história "A Menina que Colecionava Cores", que abordava sentimentos e emoções. Após a leitura, os alunos foram convidados a comentar o que acharam da história, refletindo sobre as mensagens transmitidas. Logo após, cada aluno recebeu o desenho de uma folha de árvore e foi orientado a desenhar ou escrever um sentimento que estivesse vivenciando naquele momento. As folhas foram reunidas e coladas em um cartaz intitulado "A Árvore dos Sentimentos", simbolizando a importância de reconhecer e expressar as emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência confirma a perspectiva de Vygotsky (1998), segundo a qual o aprendizado ocorre nas interações sociais e na mediação entre sujeitos, tornando o ambiente escolar um espaço privilegiado de desenvolvimento integral. A vivência em sala de aula evidenciou, na prática, a importância de um planejamento flexível, com atividades que respeitem o ritmo de cada aluno e tornem o processo de ensino mais leve e envolvente. O convívio diário com a turma possibilitou a criação de vínculos afetivos e mostrou o quanto um ambiente acolhedor é essencial para que as crianças se sintam seguras, confiantes e motivadas a aprender. Foi possível perceber o entusiasmo dos alunos nas atividades, além do desenvolvimento de habilidades como atenção, linguagem, percepção e interação social.

De modo geral, o estágio contribuiu significativamente para o crescimento profissional da estagiária, permitindo colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação e reforçando a importância de atuar com sensibilidade, criatividade e escuta atenta no trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER E ADQUIRIR A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DESDE CRIANÇA

Categoria: Práticas de Estágio Supervisionado

Brenda Fernandes Pedro[1]
Deize Maria Barreta[2]
Lidiane Fatima Grützmann[3]

Resumo – Este relatório apresenta a prática pedagógica vivenciada nos anos inicias com a turma de primeiro ano da Escola Núcleo Rio Doce. O planejamento foi construído com as diretrizes da BNCC integrando principalmente atividades lúdicas e visuais. O objetivo do estágio era observar um profissional com mais tempo de trabalho na área e assim fazer com que a regência fosse uma experiência mais rica, segura e confiante. A observação da sala trouxe grande aprendizado para compreender as metodologias que a professora da turma utilizava em suas aulas, e a regência no estágio ao usar o teórico trouxe uma extrema relevância para a formação profissional que está sendo formada. O tema abordado foi a alimentação saudável e o maior objetivo de trabalhar esse tema era conhecer e compreender os benefícios de uma boa alimentação, pois se trata de uma prática diária e indispensável ao desenvolvimento da criança, e é um hábito que deve ser ensinado desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: anos iniciais, estágio, relatório, experiência, obervação, alimentação saudável.

INTRODUÇÃO

O atual trabalho tem como objetivo relatar as experiências adquiridas durante o processo de estágio e as atividades elaboradas e aplicadas em sala de aula dos anos iniciais. Tendo em vista que a professora regente deixou determinado que seria livre o tema mas sugeriu que trabalhasse com algumas habilidades específicas. A alimentação saudável ensinada desde a infância tem grande importância e não apenas os pequenos mas aos professores também. De acordo com PINTO (2014) "...foi a adoção de práticas alimentares saudáveis em suas vidas, em suas famílias. Aprender é tornar a ação discurso. Apoiar os professores a pensarem sobre suas práticas alimentares levou-os à reflexão e à mudança.''

O principal objetivo de trabalhar a alimentação saudável nos anos inicias era fazer com que as crianças compreendessem sua relevância para vida, porque mesmo que elas não vejam os efeitos de uma má alimentação nessa idade, eles devem criar manter o hábito de se alimentar com

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

qualidade, de maneira adequada desde muito pequenos para prevenir vários problemas como os problemas físicos, intelectuais, anemia, obesidade e até hipertensão ao longo dos anos . Uma vez que a prática de se alimentar corretamente for implementada e influenciada dificilmente a criança vai deixar de segui-lá, mas para isso a criança precisa entender o porquê dessa prática e além da família ensinar a escola pode se tornar grande aliada para esse aprendizado. Segundo XAVIER et al. (2009), ''A família é o principal meio de divulgação dessas práticas e têm um importante papel na manutenção da saúde de seus membros e da sua comunidade. De uma forma ou de outra, é a unidade primária da cultura humana e da sociedade.''

ORGANIZAÇÃO

O estágio supervisionado ocorreu no Município de Lebon Régis na Escola Municiapl Núcleo Rio Doce com a turma de 1 ano no período matutino a turma era composta por 18 alunos na faixa etária de 6 a 7 anos. O estágio foi dividido tradicionalmente em duas etapas: a primeira da observação onde possibilitou perceber as abordagens, estratégias e metodologias que a professora utilizava para trabalhar com os alunos. A partir disso foi possível construir o planejamento. Para o planejamento utilizou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para construção do referencial teórico. Como referência para as atividades foram recebidas orientações para trabalhar com materiais recicláveis e de fácil acesso. A segunda etapa foi a regência de turma que possibilitou aplicar o aprendizado absorvido durante a observação e implementar o tema do planejamento que foi a alimentação saudável incorporando e usado de maneira interdisciplinar com todos os componentes previstos.

RELATO DA PRÁTICA

A semana de observação foi de grande valia para entender a metodologia que a docente utilizava com os alunos, o que eles conseguiam fazer com mais facilidade, conhecer os alunos e o ambiente. Foi observado que a professora utilizava muitas fichas e momentos de leitura já que nessa idade eles estão em processo de alfabetização e muitas vezes foi utilizados materiais concretos e visuais. Sabe-se a importância de utilizar esses recursos para incentivar a compreensão das crianças.

A educação por meio de atividades lúdicas tem-se tornado, nas últimas décadas, uma alternativa metodológica bastante pesquisada, utilizada e abordada em vários aspectos. Atividades lúdicas como um instrumento educativo em conjunto com materiais concretos estão relacionados ao desenvolvimento cognitivo do aluno uma vez que despertam o senso crítico, investigador promovendo a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais ajudando a construir conexões. (MACEDO, 2019. p. 6).

Foi observado também que as atividades propostas pela professora eram atividades breves e objetivas. A maioria delas eram em foco de escrita e leitura. Na regência foi usado de referência o método da professora regente, foi utilizado atividades breves

para que as crianças não perdessem rápido o foco mas também implementei atividades mais lúdicas e em grupos que foi uma das coisas que eu percebi que não era feito o suficiente. As explicações foram cuidadosamente breves feitas para que as crianças compreendessem o objetivo de cada uma e não perdessem o foco. Como o foco era a alimentação saudável todos os dias foi falado sobre esse tema. A primeira atividade em português fizemos um cartaz sobre as rimas, tinha escrita no cartaz e as crianças deveriam identificar qual das verduras rimavam com as palavras, depois desse processo foi escrito pequenas frases no caderno utilizando esses elementos. A atividade das rimas foi uma das exigências pedidas pela professora regente.

Fonte autor, 2025.

As atividades com rimas ajudam no processo de alfabetização integrando as crianças a obterem a consciência fonológica que tem uma grande importância nos anos iniciais, principalmente no primeiro e segundo ano. Segundo GONÇALVES 2013 ''As habilidades de rimas e as habilidades silábicas desenvolveram-se antes do processo de alfabetização e as habilidades de consciência fonêmica.

Uma das atividades também foi um bingo das frutas era falado apenas a sílaba inicial e a final para elas perceberem o som que cada uma tinha. Foi uma forma mais lúdica para trabalhar com as crianças e fazendo com que elas prestassem bastante atenção.

Fonte autor, 2025.

Por fim, no último dia de regência seria feito uma salada de frutas, mas em uma atividade de matemática que trabalhamos sobre gráficos as crianças colocaram que a frutas favorita delas era melancia então foi decidido que ao invés de uma salada de frutas seria cortada e entregue para elas uma melancia.

Fonte autor, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio nos anos foi uma experiência muito importante, pois permitiu colocar em prática o que foi aprendido na teoria. A convivência com as crianças e a observação da professora regente ajudaram a entender melhor as metodologias usadas em sala de aula e como adaptar as atividades para a faixa etária 6 a 8anos . As atividades lúdicas, visuais e com materiais recicláveis mostraram ser muito eficazes para manter o interesse dos alunos e estimular o aprendizado. Todas as atividades foram bem recebidas pelas crianças e também pela escola.

REFERÊNCIAS

XAVIER, A. T. F.; BITTAR, D. B.; ATAÍDE, M. B. C. Crenças no autocuidado em diabetes: implicações para a prática. **Texto & Contexto – Enfermagem,** Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 124-130, jan./mar. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000100015

PINTO, V. L. X.; LIMA, L.; INDA, R. T.; MEDEIROS, M.; BEZERRA, I. W. L. Educação permanente de professores: a reflexão-ação na promoção da alimentação saudável nas escolas. **Extensão em Foco,** Curitiba, n. 10, p. [sem paginação], 2014. DOI: https://doi.org/10.5380/ef.v0i10.29527

MACEDO, S. S.; CORRÊA, S. F.; ROCHA, M. M. O.; MIRANDA, R. S.; PIRES, V. B. Use of recycled material for the construction of didactic material in the teaching of mathematics. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 8, n. 3, p. e4883756, 2019. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v8i3.756

MACEDO, S. S.; CORRÊA, S. F.; ROCHA, M. M. O.; MIRANDA, R. S.; PIRES, V. B. Use of recycled material for the construction of didactic material in the teaching of mathematics. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 8, n. 3, p. e4883756, 2019. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v8i3.756

A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTÁGIO DOCENTE

Categoria: Estagio supervisionado II

Kelly de Araujo Oliveira Teixeira[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo – O estágio supervisionado constitui uma etapa fundamental na formação docente, pois permite ao futuro professor vivenciar a prática pedagógica, articulando teoria e prática de forma crítica e reflexiva. O mesmo ocorreu na escola Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira da Costa, localizada na rua Primeiro de Janeiro,319 Vila Salete, na cidade de Fraiburgo, Santa Catarina. A regência realizou-se na escola Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira da Costa, na turma do 5°ano, no turno matutino. A metodologia aplicada, foi inspirada em práticas pedagógicas envolvendo a metodologia lúdica e ativa. As atividades desenvolvidas despertaram grande interesse e participação dos alunos, que demonstraram curiosidade e envolvimento com o tema. O bingo da alimentação e o mercadinho foram especialmente eficazes, pois proporcionaram momentos de aprendizagem significativa de forma lúdica e colaborativa. Os estudantes puderam compreender a importância de escolher alimentos saudáveis e refletir sobre os impactos das suas escolhas no bem-estar e na saúde. O Estágio Supervisionado II possibilitou ao futuro docente a vivência prática do planejamento e da execução de atividades educativas voltadas à promoção da saúde e da aprendizagem significativa. As experiências proporcionadas demonstraram que é possível trabalhar de maneira interdisciplinar e criativa, articulando teoria e prática no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Práticas docentes; Interdisciplinaridade; Ludicidade.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui uma etapa fundamental na formação docente, pois permite ao futuro professor vivenciar a prática pedagógica, articulando teoria e prática de forma crítica e reflexiva. O mesmo ocorreu na escola Dona Zenaide Maria Schmidt Pereira da Costa, localizada na rua Primeiro de Janeiro,319 Vila Salete, na cidade de Fraiburgo, Santa Catarina.

A unidade temática foi "alimentação saudável" alinhando as práticas pedagógicas com a BNCC, proporcionando um aprendizado mais complexo do meio natural. Os alunos desenvolveram habilidades cognitivas, motora, estimulando a imaginação e incentivando a criatividade por meio das atividades desenvolvidas. O plano de aula foi pensado e executado de modo que transformasse o ambiente escolar em uma experiencia rica e de qualidade.

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

"O estágio supervisionado é parte integrante da formação do profissional da educação, devendo articular teoria e prática, sendo realizado de forma sistemática, acompanhada e avaliada, como momento de aprendizagem, de exercício e de reflexão sobre a prática" BRASIL (2005). O estágio é o momento de oportunidade para o estudante buscar por práticas pedagógicas que remetem as vivencias sociais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de abordar temas contemporâneos que promovam o bem-estar, o respeito à vida e à saúde (BRASIL, 2018). Assim, trabalhar a alimentação saudável em sala de aula contribui não apenas para o aprendizado de conteúdos específicos, mas também para o desenvolvimento de atitudes conscientes e responsáveis. As atividades propostas, como leitura, porcentagem, mercadinho com dinheiro de mentira, bingo da alimentação, crônicas, adivinhações e a exploração dos conceitos de espaço, tempo e lugar, tiveram o objetivo de integrar diferentes áreas do conhecimento de forma lúdica e interdisciplinar. Dessa forma, o estágio proporcionou um espaço de reflexão e prática pedagógica voltado à construção de saberes significativos e contextualizados.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

De início preparou-se uma sequência didática com o tema "alimentação saudável", ao longo da semana foram realizados acolhimento, dinâmicas, roda de conversa, e a introdução, para que desse modo, verificar o nível de conhecimento deles sobre o assunto, eles tiveram a liberdade de expressar suas ideias e conhecimentos.

As atividades desenvolvidas despertaram grande interesse e participação dos alunos, que demonstraram curiosidade e envolvimento com o tema. O bingo da alimentação e o mercadinho foram especialmente eficazes, pois proporcionaram momentos de aprendizagem significativa de forma lúdica e colaborativa. Os estudantes puderam compreender a importância de escolher alimentos saudáveis e refletir sobre os impactos das suas escolhas no bem-estar e na saúde.

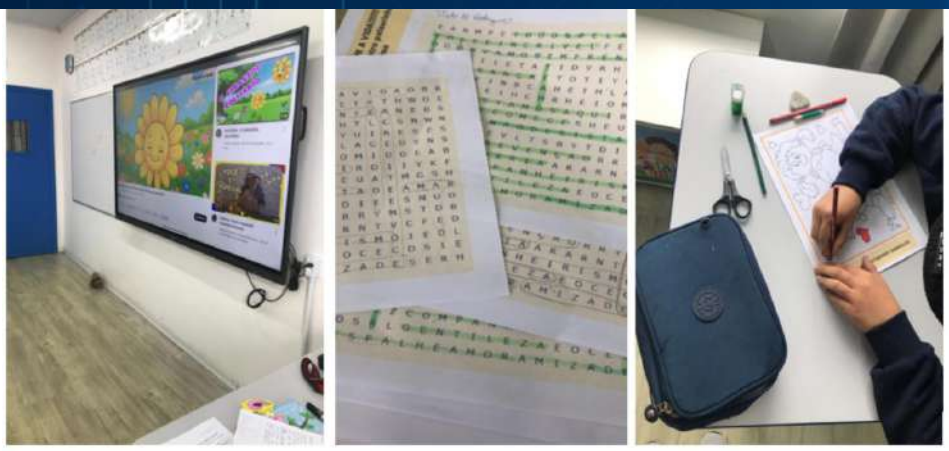
A professora levou incialmente embalagens vazias e higienizadas de alimentos e uma pirâmide alimentar (MDF) como recurso didático, possibilitando uma abordagem lúdica e interativa do conteúdo. A atividade consistiu na classificação de embalagens de alimentos, os quais deveriam identificar em qual grupo da pirâmide cada produto se enquadrava. Essa prática permitiu que os estudantes compreendessem de forma concreta a função de cada grupo alimentar, reconhecessem os alimentos mais nutritivos e refletissem sobre seus hábitos alimentares diários, estimulando o desenvolvimento de uma postura mais crítica e consciente em relação à alimentação.

Como complemento às atividades sobre alimentação saudável, foi realizado o jogo do bingo alimentar, que teve como objetivo reforçar, de forma lúdica e participativa, os conhecimentos adquiridos sobre os grupos alimentares e a importância de uma dieta equilibrada. Cada cartela continha diferentes tipos de alimentos representando os grupos da pirâmide alimentar, e, à medida que os nomes ou imagens eram sorteados, os alunos marcavam os correspondentes em suas cartelas. A dinâmica despertou grande interesse e envolvimento da turma, promovendo momentos de aprendizagem significativa, socialização e diversão.

Foi trabalhado de forma prática e envolvente por meio da atividade "mercadinho", que integrou conteúdos de Ciências e Matemática. A proposta teve como objetivo conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação equilibrada, ao mesmo tempo em que desenvolvia habilidades matemáticas relacionadas a operações, porcentagens e cálculos financeiros. Antes de iniciarem as compras, os estudantes elaboraram uma lista de compras contendo alimentos variados, classificando-os conforme os grupos da pirâmide alimentar. Em seguida, receberam dinheiro de mentirinha e visitaram o mercadinho montado na sala, que continha embalagens vazias e imagens de alimentos, algumas com descontos entre 20% e 25%.

Na aula de Geografia, a atividade teve como tema principal os conceitos de espaço, tempo e lugar, buscando relacioná-los às vivências e memórias afetivas dos alunos. Para isso, cada estudante levou uma fotografia de um lugar especial, que representasse uma lembrança significativa em sua vida, como a casa dos avós, uma praça, uma praia ou o quintal de casa. A proposta tinha como objetivo compreender o espaço geográfico a partir das experiências pessoais, valorizando as relações afetivas que cada indivíduo estabelece com o ambiente em que vive. Durante a atividade, os alunos foram convidados a apresentar suas fotografias à turma, compartilhando o motivo da escolha e contando um pouco sobre suas histórias e lembranças relacionadas àquele lugar. O momento foi marcado por emoção, empatia e troca de experiências, permitindo que as crianças percebessem que o conceito de "lugar" vai além do aspecto físico, envolvendo sentimentos, memórias e identidades. Assim, a aula contribuiu para o desenvolvimento da oralidade, da observação e da reflexão geográfica, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado.

Nas aulas de Ensino Religioso, foi desenvolvido um trabalho voltado para a campanha do Setembro Amarelo, com o tema valorização da vida. A aula iniciou com a exibição de um vídeo educativo, que abordava a importância de falar sobre sentimentos e buscar ajuda em momentos difíceis. Em seguida, os alunos participaram de um caça-palavras temático, contendo termos relacionados à vida, amizade, alegria e esperança. Para finalizar, cada estudante escreveu uma mensagem de elogio ou incentivo para um colega, promovendo um clima de acolhimento e positividade na turma. A atividade proporcionou momentos de reflexão e afetividade, reforçando o compromisso com o cuidado mútuo e o reconhecimento do valor de cada vida.



Nas demais aulas, conforme orientação da professora regente, foram realizadas atividades teóricas com foco no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e cálculos envolvendo porcentagem. Por meio de leituras orientadas, interpretação de textos e exercícios de aplicação prática, os alunos puderam aprimorar a capacidade de análise, ampliar o vocabulário e aplicar conceitos matemáticos em situações cotidianas. As atividades contribuíram para consolidar os conteúdos já estudados, promovendo uma aprendizagem mais consistente e significativa.

Ao finalizar o estágio, foi entregue uma lembrancinha aos alunos como forma de agradecimento e encerramento das atividades. O gesto teve o propósito de reconhecer o empenho, a participação e o carinho demonstrado por cada estudante ao longo das aulas.

A interdisciplinaridade se mostrou um ponto forte do projeto, pois possibilitou a integração de diferentes conteúdos curriculares em torno de um mesmo tema, promovendo um aprendizado mais contextualizado e significativo. Conforme Freire (1996), o processo educativo deve ser libertador e baseado na construção coletiva do conhecimento, e essa experiência permitiu vivenciar essa concepção ao incentivar a autonomia e o diálogo entre os alunos. Além disso, foi possível observar o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e afetivas, mostrando que o trabalho com temas transversais, como a alimentação saudável, contribui para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento de valores éticos e de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado II possibilitou ao futuro docente a vivência prática do planejamento e da execução de atividades educativas voltadas à promoção da saúde e da aprendizagem significativa. As experiências proporcionadas demonstraram que é possível trabalhar de maneira interdisciplinar e criativa, articulando teoria e prática no cotidiano escolar. O estágio representou, portanto, uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal, reafirmando a importância da prática reflexiva e do compromisso ético e pedagógico na formação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental.* Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

APRENDENDO COM AS ÁRVORES: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

Categoria: Práticas de Estágio

Eduarda Ribeiro Camargo[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo – O presente relato de estágio descreve as experiências vivenciadas no Centro Educacional Municipal Antônio Porto Burda, em Fraiburgo (SC), com uma turma do 4º ano do ensino fundamental. O tema central foi "Dia da Árvore", trabalhado de forma interdisciplinar para promover aprendizagens significativas e conscientizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental. As atividades, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), envolveram leitura, escrita, artes, ciências e matemática, permitindo uma integração entre as áreas do conhecimento. Durante a observação, notou-se o uso de metodologias reflexivas pela professora, que incentivam a autonomia e o raciocínio das crianças. Na intervenção pedagógica, os alunos participaram ativamente de rodas de conversa, experimentos e produções artísticas, demonstrando engajamento e interesse. O estágio contribuiu de forma positiva para a formação acadêmica e profissional da estagiária, possibilitando vivências enriquecedoras e reflexivas sobre a prática docente. Conclui-se que a interdisciplinaridade foi essencial para favorecer o aprendizado significativo, o desenvolvimento de valores e o fortalecimento da consciência ecológica.

Palavras-chave: Estágio, Anos Iniciais, Interdisciplinaridade, Planejamento.

INTRODUÇÃO

O presente relato de estágio tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada em sala e descrever como as atividades pedagógicas foram realizadas. O estágio ocorreu no Centro Educacional Municipal Antônio Porto Burda, localizado na cidade de Fraiburgo SC, em uma turma de 4º ano.

O tema central foi "Dia da Árvore", com o objetivo de promover aprendizagens significativas de forma interdisciplinar, abordando a importância da preservação ambiental e do cuidado com a natureza em todas as áreas do conhecimento. As atividades foram desenvolvidas de maneira lúdica, estimulando a curiosidade, a expressão artística, a leitura, a escrita e o raciocínio lógico das crianças.

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Todo o planejamento pedagógico foi desenvolvido em alinhamento com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual serve como referência para que o professor elabore propostas que integrem as diferentes áreas do conhecimento. (Brasil, 2018)

Este projeto de estágio apresenta uma proposta interdisciplinar que articula diferentes objetos de conhecimento. Seguindo essa ideia, (Moraes et al; 2024) diz que interdisciplinaridade favorece uma compreensão mais ampla e integrada dos conteúdos, permitindo que os alunos relacionem diferentes áreas do conhecimento, ampliem o interesse pelas atividades e desenvolvam pensamento crítico e habilidades para resolver problemas.

RELATOS DA PRÁTICA

Durante o período de observação notou-se que a professora utilizava um método simples e tradicional de ensino. Frequentam em média 25 crianças diariamente, de forma geral, eram tranquilas e seguiam com facilidade o planejamento proposto. A observação evidenciou a importância das estratégias utilizadas pela docente para incentivar o raciocínio e a autonomia dos alunos. Em vez de fornecer respostas prontas, a professora fazia perguntas que instigavam a reflexão, permitindo que os estudantes construíssem o próprio conhecimento.

Após a etapa de observação e planejamento, deu-se início à intervenção pedagógica com o tema "Dia da Árvore", trabalhado de forma interdisciplinar em todas as disciplinas. O planejamento teve como objetivo conscientizar os alunos sobre a importância das árvores para a vida e para o meio ambiente, integrando todas as disciplinas em atividades práticas e significativas.

As aulas foram desenvolvidas com diferentes estratégias: leitura de textos informativos, rodas de conversa, produção de poemas, resolução de problemas matemáticos envolvendo árvores, experimentos sobre a função das raízes na preservação do solo, além da construção coletiva de cartazes sobre a consciência ecológica. As crianças participaram com entusiasmo, demonstrando curiosidade e engajamento em todas as etapas. Conforme imagens a seguir:

Fonte: autor, 2025

Ao longo da regência, foi possível observar o quanto o tema "Dia da Árvore" despertou o interesse das crianças e possibilitou a integração de diferentes áreas do conhecimento de forma lúdica e reflexiva.

Percebeu-se que as atividades realizadas contribuíram não apenas para o aprendizado dos conteúdos, mas também para o desenvolvimento significativo, seguindo valores como o cuidado, a responsabilidade e o respeito pela natureza. Nesse sentido, Santos (2023) diz que a busca por uma aprendizagem significativa é algo que deveria ser o foco principal da escola, com olhar atencioso e inquieto do docente para rever a sua prática pedagógica, buscando melhorar a cada dia para alcançar a todos os aprendizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estágio cumpriu de forma eficaz seu objetivo de promover aprendizagens significativas através da interdisciplinaridade Colaborou positivamente com a formação profissional e acadêmica da autora. Foi um processo enriquecedor, reflexivo e proveitoso. Conviver com as crianças proporcionou momentos valiosos, de carinho, amor e aprendizado. Cada abraço e sorriso sincero tornou essa etapa mais leve e respeitosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental Acesso em: 23 de outubro de 2025.

DE MORAES, Elissandra de Lima Gouvêia; OLIVEIRA, Cléria Anízia da Silva; DA SILVA, Maruzea Anisia; DE OLIVEIRA, Luciane Rodrigues; LIRA, Marcia Reis; DA SILVA, Sandra Soares. **As práticas docentes interdisciplinares nos anos iniciais do ensino fundamental.** Interfaces do Conhecimento, [S. l.], v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php/revistainterfaces/article/view/867. Acesso em: 23 de outubro de 2025.

SANTOS, Jorlene Luiza dos. **Interdisciplinaridade com foco em uma aprendizagem significativa**. Instituto Federal do Sertão Pernambucan (IFSertãoPE), 2023. ISBN 978-65-5360-428-5. Disponível em : https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230713758.pdf?utm_source=Acesso em: 23 de outubro de 2025.

OS DOIS LADOS DA MESMA LIÇÃO

Categoria: Relatos de Estágio

Fernanda Thais Voltolinz[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo apresentar a proposta interdisciplinar com o tema gênero textual carta, para o 2º ano do ensino fundamental. O objetivo principal foi proporcionar aos alunos uma experiência única através do gênero carta pessoal, unindo os conteúdos de Língua Portuguesa, História e Geografia. A metodologia abordada proporcionou aplicar atividades práticas e lúdicas, que auxiliaram na leitura, análise e na produção de cartas finalizando na proposta de uma festa do pijama, onde os alunos foram estimulados a escreverem uma carta como forma de resposta para o convite da festa. Os resultados obtidos destacaram o envolvimento e a animação das crianças, o desenvolvimento da leitura, escrita e o entendimento da compreensão de texto. Conclui-se que o relato de estágio com o tema interdisciplinar aprimora um aprendizado significativo, desenvolve habilidades linguísticas e social, favorecendo a união entre professor e aluno, fazendo com que a educação mais lúdico e animado. Mesmo com toda a dificuldade encontrada por parte da professora regente de sala.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Dificuldade; Ludicidade; Experiência.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um dos momentos mais especiais na formação do acadêmico, pois permite a experiência dentro da realidade escolar, auxiliando na compreensão do cotidiano da sala de aula e no desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas para sua formação e experiência. Para Pimenta e Lima (2020), o estágio constitui-se como espaço de formação que conecta teoria e prática possibilitando que o futuro professor construa sua identidade profissional a partir desta experiência.

Durante o estágio realizado na Escola De Ensino Fundamental Bairro das Nações, em Fraiburgo, Santa Catarina, com a turma do 2º ano do ensino fundamental no período matutino, desenvolveu-se um projeto interdisciplinar com o tema "A carta", envolvendo as disciplinas de língua portuguesa, História e Geografia. O objetivo principal foi oferecer aos alunos uma experiência real, e animada por meio do gênero textual, a carta pessoal, articulando conteúdos linguísticos, sociais e históricos de forma significativa.

Mesmo com a dificuldade enfrenta pôr não ter a colaboração dentro da sala de aula da professora regente, a atividade não saiu como desejada, pois em vários momentos precisou ser reinventada pois não havia auxílio e nem apoio, o que havia era apenas muitas críticas, pelo

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

método da ludicidade ter sido abordada como prática pedagógica, pois segundo a professora dava muita bagunça e atrapalhava a concentração das crianças com atividades desnecessárias, onde segundo ela ainda o livro seria o melhor caminho.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto começou com uma carta de apresentação entregue aos alunos no primeiro dia de estágio, onde abordava o agradecimento e solicitava a colaboração da turma nas atividades propostas. A estratégica buscou-se aproximar os estudantes, despertando curiosidade e entusiasmos desde o primeiro contato. Na disciplina de Língua Portuguesa, buscou-se trabalhar o gênero carta pessoal, destacando seus elementos principais, como vocabulário, corpo de texto, despedida e assinatura. As atividades foram organizadas de forma lúdica e contextualizadas, auxiliando na proposta de uma "Festa do Pijama", para a qual os alunos receberam um convite em forma de carta e precisaram elaborar uma resposta aceitando a participação da festa. A ação estimulou a leitura, a escrita e a compreensão do proposito comunicativo do gênero textual. Essa atividade partiu do livro onde foi apenas modificado a maneira de aplicar.

De acordo com Dolz e Schneuwly (2020), o ensino de gêneros textuais deve proporcionar ao aluno condições de compreender o funcionamento da linguagem em diferentes contextos sociais, desenvolvendo sua competência comunicativa e reflexiva. Portanto, trabalhar o gênero carta possibilitou que as crianças percebessem a escrita como forma de expressão e interação entre as pessoas, ressaltando ainda um dos meios de comunicação mais antigos da sociedade.

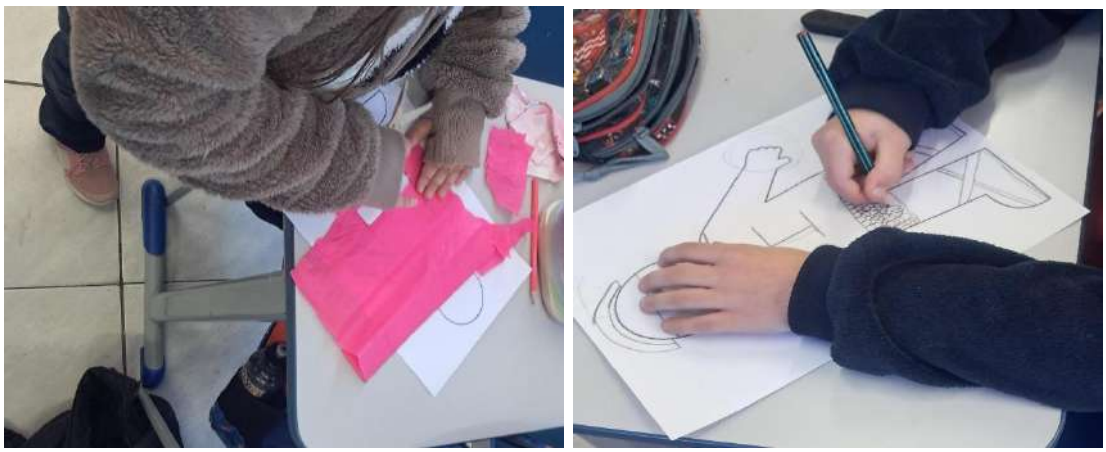
Durante as atividades propostas para eles uma carta final para algum familiar em forma de agradecimento ou para pedir algo, e isso se tornou intrigante. Pois a maioria das crianças do 2º ano, pediam celular, vídeo games, porém dentre os relatos, houve um agradecimento para um irmão que adorava animais, e a criança agradecia para ele. Houve também um aluno que agradece ao país por saírem passear com ele, o que tornava seu final de semana mais alegre.

Nas disciplinas de história e geografia, o tema foi incluído com os meios de comunicação, destacando a evolução da correspondência e a importância da escrita nas trocas comunicativas ao longo do tempo. Os alunos participaram de conversas, comparando formas antigas e modernas de comunicação, e observaram como a carta, mesmo com o avanço da tecnologia, ainda mantém valor cultural e afetivo.

Segundo Santos e Almeida (2022), as práticas interdisciplinares favorecem o desenvolvimento do aluno, proporcionando a interação entre diferentes áreas do conhecimento e aproximando o conteúdo da realidade dos alunos. Com isso foram observadas grande participação e interação por parte das crianças, que se envolveram na atividade com interesse e entusiasmo, como um instrumento de comunicação.

A ludicidade proporcionada para as crianças, irritou a professora regente por conta da bagunça, onde ela se sentia irritada com as crianças fora da carteira fazendo as atividades que não eram do livro. Onde relatava que era apenas perda de tempo. E muita bagunça que não traria aprendizado algum.

Como mostra as imagens a seguir:



Fonte: a autora

Destaca-se também os imprevistos que aconteceram durante o período de estágio, onde por força maior não se pode manter o plano de aula e precisou-se reinventar de última hora, com apenas conteúdos de livros. E deixando a ludicidade e a prática de lado para que não fosse criado atritos com a professora regente.

Mesmo que tenha sido frustrante a prática proporcionou a uma experiencia única e na qual serviu como exemplo a não ser tomado em uma sala de aula.

O trabalho elaborado durante o estágio, proporcionou uma experiencia gratificante para ambas as partes. A escolha do tema interdisciplinar do gênero carta, proporcionou integrar conhecimentos de diferentes áreas e promover aprendizagens lúdicas interessantes.

Através da experiência da escrita e da leitura de cartas, os estudantes puderam entender a importância da comunicação de forma escrita, reconhecer os elementos estruturais do gênero e desenvolver habilidades.

Para Freire (1996), ensinar é um ato de criar possibilidades para a construção do conhecimento, e isso se concretiza quando o professor consegue transformar o conteúdo em algo vivo e conectado ao cotidiano do aluno. Portanto, o estágio mostrou que é possível aprender de forma significativa e afetiva, quando a prática parte da realidade e dos interesses dos estudantes.

Mesmo com a dificuldade encontrada, a experiência se tornou única e de grande valia para a parte acadêmica, pois possibilitou o aprimoramento do improviso em momentos em que foi rejeitado o plano de aula sugerido, fazendo com que mesmo frustrada mantivesse a calma e a tranquilidade para aceitar sem criar atritos com a professora regente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 8 out. 2025.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. 8. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, C. R.; ALMEIDA, M. J. Interdisciplinaridade na escola: desafios e possibilidades. Revista Educação em Foco, v. 25, n. 2, p. 155–170, 2022.

APRENDIZAGENS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O ENSINO LÚDICO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria: Relato de experiência

Cleciane Alexandra Beher Trombetta[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo - O presente trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido durante o estágio supervisionado realizado entre os dias 09 a 15 de setembro de 2025 (observação) e entre os dias 22 a 26 de setembro de 2025 (regência), na Escola Municipal José de Anchieta no Bairro Jardim América, com uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental de 22 alunos, sendo 1 aluno especial, no período matutino e com a professora regente Angélica Ap. Delfes Sestren. As atividades tiveram como objetivo promover a aprendizagem significativa por meio de práticas lúdicas e contextualizadas, abordando conteúdos como a letra M, leitura e escrita de bilhetes, operações matemáticas (adição e subtração, números pares e ímpares), e explorações de diferentes ambientes e brincadeiras antigas. A metodologia baseou-se na observação, planejamento e execução de atividades pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos. Os resultados demonstraram o envolvimento das crianças nas propostas e avanços no reconhecimento das letras, na construção da escrita e no raciocínio lógico-matemático. Conclui-se que o uso de práticas lúdicas e interdisciplinares potencializa a aprendizagem e torna o processo educativo mais prazeroso e significativo.

Palavras-chave: alfabetização; ludicidade; estágio supervisionado; aprendizagem significativa; ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um momento essencial na formação docente, pois proporciona a vivência concreta do ambiente escolar e a articulação entre teoria e prática (FREIRE, 1996). O presente relato tem como foco as experiências pedagógicas desenvolvidas no 1º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal José de Anchieta, em setembro de 2025, cujo objetivo principal foi estimular a aprendizagem dos alunos por meio de atividades lúdicas e significativas.

A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem é destacada por Kishimoto (2010), que afirma que as brincadeiras possibilitam à criança compreender o mundo e desenvolver habilidades cognitivas e sociais. Assim, ao propor atividades como o trabalho com a

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

letra M, leitura e escrita de bilhetes, operações matemáticas e brincadeiras antigas, buscou-se uma abordagem que favorecesse o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, Vygotsky (1998) ressalta que o aprendizado ocorre na interação com o outro e com o meio, sendo a escola um espaço fundamental para a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, as atividades também envolveram o reconhecimento de diferentes ambientes e lugares, promovendo a observação, a curiosidade e o senso de pertencimento ao espaço escolar e à comunidade. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas durante o estágio, destacando os resultados obtidos e as contribuições pedagógicas das práticas desenvolvidas.

EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO

A experiência de estágio foi desenvolvida com alunos do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal José de Anchieta, no mês de setembro de 2025, e proporcionou uma vivência significativa sobre o cotidiano escolar e o processo de ensino-aprendizagem nas primeiras etapas da educação básica. Durante o período, foram realizadas diversas atividades que envolveram leitura, escrita, raciocínio lógico, exploração do ambiente e valorização das tradições culturais infantis.

No campo da Linguagem, trabalhou-se a letra M de forma lúdica, utilizando músicas, cartazes e atividades de leitura e escrita, o que despertou o interesse e a participação das crianças. Na Produção Textual, os alunos elaboraram e leram bilhetes, exercitando a escrita espontânea e a comunicação entre colegas. Em Matemática, as atividades abordaram a identificação de números pares e ímpares, além da resolução de problemas simples de adição e subtração, sempre com materiais concretos e situações do cotidiano.

Já nos Estudos do Meio, os estudantes observaram diferentes espaços da escola e do entorno, registrando suas descobertas e ampliando o olhar sobre o ambiente em que vivem. Por fim, as brincadeiras antigas resgataram memórias culturais e fortaleceram a convivência, promovendo aprendizagens afetivas e significativas.Fundamentou-se nas concepções de ensino de Piaget (1976), valoriza o desenvolvimento cognitivo através da ação, e de Freire (1996), que defende a aprendizagem dialógica e contextualizada. Os resultados demonstraram que as atividades propostas favoreceram a participação ativa dos alunos e a construção significativa do conhecimento.

Durante o trabalho com a letra M, as crianças demonstraram entusiasmo ao identificar palavras, associar sons e grafias e produzir registros escritos, confirmando o valor de propostas que integram oralidade, leitura e escrita, conforme defendem Ferreiro e Teberosky (1999). Na atividade de produção de bilhetes, foi possível observar avanços na compreensão do uso social da escrita e na ampliação do repertório linguístico, em consonância com Vygotsky (1998), que reconhece a linguagem como mediadora essencial do pensamento e das interações sociais.

As atividades de Matemática, voltadas à exploração de números pares e ímpares, bem como à resolução de operações simples de adição e subtração, favoreceram o raciocínio lógico e a construção da autonomia intelectual, em alinhamento às etapas de desenvolvimento

cognitivo propostas por Piaget (1976). Já a observação dos diferentes ambientes da escola e do entorno ampliou a percepção espacial das crianças e estimulou o olhar investigativo sobre o meio em que vivem. Essa prática dialoga com Morin (2000), ao reforçar a importância da contextualização e da interdisciplinaridade como caminhos para uma aprendizagem significativa e integrada à realidade.

Por fim, ao explorar brinquedos e brincadeiras antigas, as crianças puderam valorizar a cultura infantil e compreender a evolução das formas de brincar, promovendo socialização e integração (KISHIMOTO, 2010). As atividades lúdicas revelaram-se essenciais para o aprendizado, pois tornam o ensino mais dinâmico, significativo e prazeroso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado permitiu vivenciar experiências significativas no processo de ensino-aprendizagem, reafirmando a importância do lúdico e da interdisciplinaridade na prática pedagógica. Observou-se que atividades simples, mas bem planejadas, podem gerar avanços expressivos na leitura, escrita, raciocínio lógico e convivência entre as crianças.

Conclui-se que a prática docente deve estar sempre voltada à construção do conhecimento de forma contextualizada, afetiva e participativa, conforme defendem Freire (1996) e Vygotsky (1998). O estágio representou uma oportunidade valiosa para consolidar a formação docente e compreender o papel transformador do educador na vida dos alunos, porém minha experiência não foi muito boa, pois não me identifiquei com a turma trabalhada, pode ser que por ser uma turma muito agitada e numerosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAGET, J. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A PRIMAVERA NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE APRENDIZAGEM CRIATIVA

Categoria: Relato de Experiência de Estagio

Franciely Macedo[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência pedagógica interdisciplinar desenvolvida com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, cujo tema central foi a primavera. As atividades integraram as áreas de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Religião e Filosofia, com o intuito de promover aprendizagens significativas e o desenvolvimento global dos estudantes. O projeto buscou despertar o interesse das crianças pela leitura, escrita, cálculos matemáticos, observação científica e valores humanos, por meio de vivências lúdicas e criativas. As aulas envolveram leitura e produção de poemas, jogos matemáticos, experimentos científicos e discussões sobre empatia e profissões. Os resultados demonstraram engajamento, participação e compreensão dos conteúdos por parte dos alunos, evidenciando que o ensino interdisciplinar contribui para o aprendizado de forma prazerosa e contextualizada.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; primavera; aprendizagem criativa; ensino fundamental; ludicidade.

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade constitui um importante eixo de integração do conhecimento no processo educativo, pois possibilita ao aluno compreender o mundo de forma ampla e significativa (FAZENDA, 2011). Com base nessa perspectiva, o projeto "A Primavera na Sala de Aula" foi desenvolvido com o propósito de articular diferentes áreas do conhecimento a partir de um mesmo tema gerador.

A escolha da primavera como eixo norteador surgiu por sua riqueza simbólica e diversidade de possibilidades pedagógicas, envolvendo cores, vida, natureza e sentimentos. O trabalho permitiu que as crianças vivenciassem situações de aprendizagem que relacionavam leitura, escrita, cálculos, observações da natureza e valores sociais.

Segundo Moran (2015), o papel do professor é criar situações que estimulem o aluno a experimentar, refletir e construir o próprio conhecimento. Assim, o projeto foi pensado para promover a aprendizagem ativa, a expressão criativa e o desenvolvimento socioemocional dos

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

estudantes. O principal objetivo foi integrar as disciplinas do currículo, valorizando práticas significativas e contextualizadas no cotidiano da turma.

RELATO DA EXPERIENCIA

A experiência foi realizada com uma turma do terceiro ano do Ensino Fundamental I na Escola Municipal José de Anchieta, bairro Jardim América, no período de Setembro, durante 10 encontros, abrangendo as áreas de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, e Religião e Filosofia.

As atividades foram planejadas de forma sequencial e integradora. Em Língua Portuguesa, trabalhou-se o poema "Leilão de Jardim", de Cecília Meireles, explorando leitura expressiva, rimas e criação de poemas curtos. Em Matemática, os conteúdos de multiplicação e divisão foram abordados por meio de desafios e jogos lúdicos, como o "Desafio das Flores" e o "Bingo da Multiplicação". Em Ciências, investigou-se o fenômeno das estações do ano, utilizando cartazes e ilustrações sobre as características da primavera.

Nas aulas de História e Geografia, discutiu-se o valor do trabalho e as profissões, estimulando o reconhecimento da importância social de cada função. Já em Religião e Filosofia, o tema da empatia foi explorado com dinâmicas reflexivas, como "Colocar-se no sapato do outro".

O método adotado foi qualitativo e descritivo, baseado em observação participante e registro das práticas pedagógicas. As aulas foram desenvolvidas com materiais concretos, músicas, leituras e produções artísticas, incentivando a interação e a cooperação entre os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento das atividades proporcionou momentos ricos de aprendizagem e interação entre os alunos. Durante a leitura do poema "Leilão de Jardim", de Cecília Meireles, observou-se que as crianças se mostraram curiosas com o ritmo e as rimas, repetindo espontaneamente os versos e relacionando as palavras à natureza ao seu redor. Essa reação demonstra, conforme Coelho (2000), que o contato com a poesia na infância favorece o despertar da sensibilidade e a construção do imaginário.

Na sequência, a produção dos próprios poemas foi uma experiência marcante: mesmo os alunos com maior dificuldade de escrita conseguiram participar, utilizando palavras simples e desenhos para expressar ideias. O ambiente de confiança e liberdade criativa possibilitou que todos se sentissem autores de suas produções. Esse tipo de prática valoriza o protagonismo infantil e amplia o repertório linguístico, aspectos defendidos pela BNCC (BRASIL, 2018), que propõe o desenvolvimento da autoria e da expressão oral e escrita desde os primeiros anos escolares.

Em Matemática, as atividades "O Desafio das Flores" e "Bingo da Multiplicação" geraram entusiasmo coletivo. Ao associar os cálculos às flores e pétalas, as crianças compreenderam a multiplicação como uma soma repetida e conseguiram visualizar o resultado das operações. Durante o bingo, foi possível perceber avanço no cálculo mental e na identificação dos resultados

da tabuada. As metodologias ativas, quando aplicadas de forma lúdica, contribuem significativamente para a fixação dos conceitos (KISHIMOTO, 2011).

Na área de Ciências, a construção de cartazes sobre a primavera permitiu que os alunos identificassem os fenômenos naturais relacionados às estações do ano. Eles observaram imagens, compartilharam experiências e compararam o clima e a vegetação de diferentes períodos. Essa vivência estimulou a curiosidade científica e o pensamento investigativo, como propõe Carvalho (2013), ao afirmar que o ensino de ciências na infância deve partir da observação e da exploração do ambiente.

Em História e Geografia, o trabalho com o tema das profissões possibilitou reflexões sobre a importância de cada trabalhador na comunidade. As conversas revelaram empatia e valorização das ocupações familiares, reconhecendo que "todos os trabalhos importam". Já na aula de Religião e Filosofia, o conceito de empatia foi desenvolvido com a atividade "O Sapato do Outro". As crianças conseguiram identificar emoções, discutir sentimentos e propor atitudes de ajuda. Essas experiências reforçam a formação ética e o respeito mútuo, princípios fundamentais da educação integral (MORIN, 2002).

Durante todo o projeto, observou-se maior envolvimento, participação e autonomia por parte dos alunos. Eles demonstraram interesse em aprender, dialogaram com os colegas e desenvolveram habilidades socioemocionais, cognitivas e criativas. O trabalho interdisciplinar mostrou-se eficiente para contextualizar os conteúdos e criar conexões entre as áreas do conhecimento.

Conforme Zabala (1998), a interdisciplinaridade torna o aprendizado mais significativo ao integrar teoria e prática em torno de situações reais e desafiadoras. A prática realizada confirma essa visão, pois os alunos compreenderam que aprender pode ser prazeroso quando o conhecimento está ligado à vivência cotidiana. Assim, a proposta da primavera extrapolou o tema sazonal e tornou-se um caminho para fortalecer a cooperação, o respeito, a sensibilidade estética e o pensamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstrou que o trabalho interdisciplinar contribui de maneira significativa para a formação integral dos alunos, favorecendo a aprendizagem cognitiva, afetiva e social. O tema da primavera possibilitou uma abordagem criativa, lúdica e contextualizada, capaz de aproximar o conhecimento escolar da realidade dos estudantes.

Os resultados indicam que as metodologias ativas e o uso de temas integradores fortalecem o vínculo entre professor e aluno e tornam o processo de ensino mais prazeroso. O engajamento observado durante o projeto evidencia que a ludicidade e a interdisciplinaridade são estratégias eficazes para a aprendizagem significativa.

Conclui-se que práticas pedagógicas integradas devem ser constantemente incentivadas no ambiente escolar, pois desenvolvem competências e habilidades essenciais previstas na BNCC e fortalecem o protagonismo infantil. A continuidade desse tipo de proposta em outras temáticas pode contribuir para uma educação mais humana, participativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 20 out. 2025.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de ciências por investigação. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/364528. Acesso em: 19 out. 2025.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise e didática.** São Paulo: Moderna, 2000.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 15. ed. Campinas: Papirus, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, José. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 6. ed. Campinas: Papirus, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Categoria: Práticas do Estágio

Karine Campagnaro[1]
Lidiane Fatima Grützmann[2]

Resumo – O estágio supervisionado no Ensino Fundamental teve como objetivo proporcionar experiências que contribuíssem para a formação docente, desenvolvendo habilidades pedagógicas, reflexivas e criativas. As atividades foram realizadas no Colégio Carlos Drummond de Andrade, com a turma do 1º ano, abrangendo as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, envolvendo momentos de observação, planejamento e regência de aulas, utilizando estratégias lúdicas, atividades da apostila, jogos educativos e produções coletivas. Observou-se o envolvimento constante dos alunos nas propostas, demonstrando interesse e participação ativa. As práticas favoreceram a interdisciplinaridade e o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC, promovendo aprendizagens significativas por meio de experiências concretas e participativas. Conclui-se que o estágio foi fundamental para integrar teoria e prática, permitindo à acadêmica aprimorar seu olhar pedagógico, compreender o contexto escolar e fortalecer sua identidade profissional como futura professora.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Ensino fundamental; Práticas pedagógicas; interdisciplinaridade; Formação docente.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um momento fundamental na formação de um futuro professor, pois possibilita ao acadêmico vivenciar a prática da realidade escolar e o contato direto com o processo de ensino e aprendizagem. O estágio é considerado um campo de suma importância, pois articula teoria e prática, constituindo-se em um espaço de reflexão, pesquisa e construção da identidade docente. Assim, o estágio supervisionado no Ensino Fundamental teve como objetivo proporcionar experiências que contribuíssem para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, reflexivas e criativas, essenciais à atuação docente.

As atividades foram realizadas no Colégio Carlos Drummond de Andrade, localizado no bairro São José, na cidade de Fraiburgo SC, com a turma do 1º ano, abrangendo as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. A metodologia envolveu

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

observação, planejamento e regência de aulas, utilizando estratégias lúdicas, atividades da apostila, jogos educativos e produções coletivas, favorecendo o envolvimento e a participação ativa dos alunos.

A prática pedagógica é um processo intencional que visa à formação integral do estudante, considerando seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Nesse sentido, as experiências vivenciadas permitiram compreender o papel do professor como mediador do conhecimento, fortalecendo a relação entre teoria e prática e contribuindo para a construção da identidade profissional do futuro pedagogo.

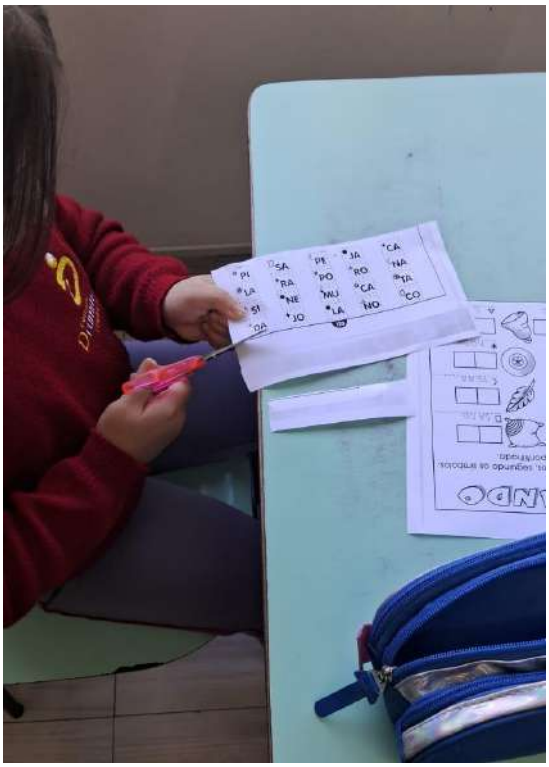
O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório na formação dos acadêmicos, estabelecendo um diálogo entre a teoria aprendida no curso e a prática vivenciada na escola, promovendo uma formação docente crítica e reflexiva. Além disso, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o estágio oferece oportunidades para desenvolver competências pedagógicas essenciais, como planejamento, gestão de sala de aula e avaliação, promovendo uma prática docente alinhada às necessidades dos alunos e ao cotidiano escolar.

Dessa forma, o estágio supervisionado se configura como um espaço privilegiado para a formação docente, permitindo a integração entre teoria e prática e contribuindo positivamente para a construção de uma prática pedagógica consciente e comprometida com a qualidade da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estágio, observou-se que a turma do 1º ano, com a qual já havia sido trabalhado no ano anterior, apresentou um comportamento bastante positivo e engajado. Os alunos demonstraram facilidade para interagir entre si e com a estagiária, participando ativamente das atividades propostas e colaborando nas produções coletivas, o que permitiu que o aprendizado ocorresse de maneira significativa e contextualizada. De acordo com Rafalski et al. (2018), o estágio supervisionado possibilita ao futuro professor compreender o contexto escolar e adaptar estratégias pedagógicas às necessidades da turma.

Entre as atividades desenvolvidas durante o estágio, destaca-se a proposta “Silabando”, que teve como foco o reconhecimento e a segmentação silábica de maneira lúdica e interativa. Na atividade, os alunos receberam uma folha com imagens acompanhadas da quantidade de sílabas correspondente e diversas sílabas embaralhadas. O objetivo era identificar as sílabas corretas que formavam o nome de cada figura, recortá-las e colá-las no espaço adequado. Observa-se que o estudante está manuseando cuidadosamente o material, recortando e organizando as sílabas para formar palavras corretas, o que evidencia atenção, concentração e engajamento na tarefa, como pode se observar na imagem.



Fonte: a autora

O fato de já conhecer a turma contribuiu para compreender melhor os estudantes, suas necessidades e interesses, possibilitando a adaptação das estratégias pedagógicas e um planejamento mais direcionado. A participação constante dos alunos nas atividades evidenciou o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como cooperação, respeito às regras e atenção às instruções, além de reforçar competências cognitivas e motoras. Como afirmam Waltrick e Silva (2022), práticas interdisciplinares promovem aprendizagens significativas e favorecem a construção de conhecimentos de forma integrada.

Observou-se, ainda, que a turma colaborou espontaneamente em atividades em grupo, respeitando e auxiliando colegas quando necessário. Esses resultados evidenciam que o estágio supervisionado não apenas possibilitou a aplicação prática dos conteúdos teóricos, como também fortaleceu a identidade docente da acadêmica, aprimorando a percepção sobre a gestão da sala de aula, a organização das atividades e o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. Araújo (2019) destaca que o estágio supervisionado é fundamental para consolidar competências profissionais e desenvolver o olhar crítico do futuro professor.

Dessa forma, o estágio reforçou que a prática pedagógica é um espaço de interação, reflexão e construção do conhecimento, permitindo à acadêmica desenvolver competências profissionais essenciais para sua futura atuação como professora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no Ensino Fundamental proporcionou à acadêmica uma experiência significativa de integração entre teoria e prática, fortalecendo sua formação docente. A atuação com a turma do 1º ano, possibilitou compreender melhor as características, interesses e necessidades dos alunos, facilitando a aplicação de estratégias pedagógicas mais direcionadas e eficazes. Observou-se que a turma apresentou participação ativa, engajamento nas atividades propostas e colaboração em tarefas coletivas, evidenciando o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas. A interdisciplinaridade entre as matérias contribuiu para uma aprendizagem mais concreta e significativa, favorecendo a construção de conhecimentos de forma integrada e dinâmica.

O estágio também permitiu à acadêmica aprimorar sua percepção sobre gestão de sala de aula, planejamento, organização das atividades e acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, fortalecendo sua identidade profissional e consolidando competências essenciais para a futura atuação docente.

Em síntese, o estágio supervisionado se configurou como um espaço de reflexão, interação e construção do conhecimento, reforçando a importância da prática pedagógica no desenvolvimento de professores críticos, criativos e comprometidos com a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osmar Hélio Alves. Estágio supervisionado, profissionalização e profissionalidade docente: do que estamos falando? **Revista Teias,** v. 20, n. 58, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/39115. Acesso em: 23 out. 2025.

RAFALSKI, Joscilene N.; PEDROSA, Neide B.; ISOBE, Rogéria M. R. Notas sobre o estágio supervisionado e a formação docente. **Revista Práxis Pedagógica,** v. 1, n. 4, 2018. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/3808/0. Acesso em: 19 out. 2025.

WALTRICK, Gustavo C.; SILVA, Madalena P. Aprendizagem criativa: a ação pedagógica interdisciplinar de professores dos anos finais do Ensino Fundamental. #Tear: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia,** v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/5923. Acesso em: 21 out. 2025.

O ARTESANATO AFRO-BRASILEIRO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO CULTURAL NA ESCOLA

Categoria: Projeto Integrador III

Jeniffer Vitória Rosa[1]
Júlia Maria Vargas[2]
Simone Regina Barbosa Santana[3]
Mahinã Leston Araujo[4]

Resumo – O presente estudo analisa o potencial do artesanato afro-brasileiro como instrumento pedagógico de inclusão e valorização cultural no contexto escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e descritiva, baseou-se em obras acadêmicas, legislações e documentos oficiais sobre a temática. A investigação destaca a importância da Lei n° 10.639/03 e da Lei n° 11.645/08, que asseguram o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, como fundamento para práticas pedagógicas inclusivas. Observou-se que o artesanato afro-brasileiro favorece a expressão artística, o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos, além de promover o respeito à diversidade e o fortalecimento da identidade cultural. Conclui-se que essa prática educativa contribui para a efetivação de uma educação equitativa e de qualidade, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 10, e representa uma ferramenta significativa na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Palavras-chave: Inclusão; educação; direitos; artesanato.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, ao reconhecer a diversidade como elemento essencial da sociedade, deve buscar estratégias pedagógicas que valorizem diferentes identidades culturais e garantam a participação de todos os estudantes. Nesse sentido, o artesanato afro-brasileiro configura-se como uma prática educativa potente, pois une a valorização da herança cultural africana no Brasil à possibilidade de inclusão por meio da expressão artística manual. Essa abordagem amplia o acesso ao conhecimento, favorece a criatividade e promove a participação de alunos com ou sem deficiência, uma vez que o fazer artesanato possibilita diferentes formas de envolvimento. O artesanato pode ser considerado como práticas de intervenções que busca desenvolver não só habilidades funcionais, mas também habilidades cognitivas e socioemocionais (Bossi, 2001).

Esse estudo se justifica pela necessidade de promover práticas pedagógicas que unam a valorização cultural à inclusão escolar, reconhecendo que o artesanato afro-brasileiro é uma

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ferramenta capaz de fortalecer a identidade, estimular o respeito às diferenças e favorecer a cooperação entre os estudantes (Matias, 2017).

Assim, esse trabalho tem como objetivo geral analisar o potencial do artesanato afro-brasileiro como instrumento pedagógico de inclusão e valorização cultural no contexto escolar.

Além do caráter pedagógico, essa proposta se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas), sobretudo o ODS 4 (Educação de qualidade), e o ODS 10 (Redução das desigualdades). Ao valorizar práticas culturais inclusivas e sustentáveis, a escola contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de construir uma sociedade mais justa e plural. Assim o artesanato afro-brasileiro é compreendido não apenas como expressão artística, mas como um instrumento de inclusão e transformação social. Nesse sentido, "é de fundamental importância a inserção da cultura afro-brasileira no contexto escolar, desde a Educação Infantil [...] para que existam pessoas conscientes em aceitar a igualdade para todos sem racismo e nenhum tipo de preconceito racial" (Nascimento; Silva; Coutinho, 2023, p. 585).

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador III, na sexta fase do curso de Pedagogia, vinculado à curricularização da extensão. Caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e descritiva, realizada a partir da análise de obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações, legislações e documentos oficiais relacionados ao tema. A investigação fundamentou-se na revisão de bibliografia recente, além de referências clássicas consideradas relevantes para a compreensão do assunto.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar, comparar e discutir diferentes abordagens teóricas acerca da valorização da cultura afro-brasileira no ambiente educacional, bem como a aplicação da Lei 10.639/2003 e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. O levantamento de dados foi realizado em bases digitais, como o Google Acadêmico, Scielo e periódicos CAPES, além de bibliografias disponíveis de forma online.

Além disso, esteve alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), n° 4 que tem como finalidade "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos" (ONU, 2015).

Também está vinculado com o ODS nº 10, que tem como objetivo "reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. A meta 10.2 propõe até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (ONU, 2015).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei n° 10.639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterou a LDB (Lei n° 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Posteriormente, a Lei n° 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a História

e a Cultura Indígena, reforçando a valorização da diversidade étnico-cultural brasileira (Brasil, 2003; Brasil, 2008).

A nova legislação enfatiza a importância de reconhecer a história, a cultura e a trajetória de luta do povo negro no Brasil e a riqueza da cultura afro-brasileira, destacando a formação multirracial e pluriétnica da sociedade brasileira. Ela ressalta o papel central do povo negro nos diferentes âmbitos da vida nacional, política, econômica, social e cultural. Além disso, estabelece que esses conteúdos sejam incorporados em todas as áreas do currículo escolar com atenção especial para a educação artística, literatura e a história do Brasil, sendo instituído o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar (Domingues, 2025).

No entanto, a valorização da cultura afro-brasileira pode ser concretizada por meio de diversas práticas pedagógicas que envolvem experiências estéticas e artísticas. Segundo Matias (2017), a prática artística possibilita o desenvolvimento tanto cognitivo quanto emocional, integrando razão e emoção, e se diferenciando de atividades racionais, frequentemente presentes nos estudos, que privilegiam apenas a lógica racional. Para a formação integral do indivíduo, além disso, a arte funciona como um importante instrumento de inclusão social, promovendo nova perspectiva de aprendizagem, na qual os alunos têm a oportunidade de vivenciar sentimentos humanos, de moralidade e de equidade (Matias, 2017).

Práticas com artesanato afro-brasileiro, especialmente em oficinas coletivas, permite que os estudantes desenvolvam habilidades motoras, cognitivas e sociais, além de estimular o respeito às diferenças e a cooperação. Produções como bonecas abayomi, bijuterias com sementes e peças em tecido ou madeira carregam significados históricos e simbólicos que fortalecem a identidade e a memória afrodescendente. Assim, "o ensino da cultura afro-brasileira por meio de atividades artísticas possibilita a valorização da identidade, a construção de memórias e a promoção do respeito às diferenças dentro do espaço escolar" (Silva; Soares, 2021, p.115).

Dessa forma, o ambiente escolar se torna um espaço de diálogo intercultural, em que se conhece a contribuição dos povos africanos para a formação da cultura brasileira e se combate práticas de preconceitos e exclusão (Silva; Soares, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu compreender que o artesanato afro-brasileiro é uma prática pedagógica que vai além da simples confecção de objetos, pois envolve a valorização da cultura, da identidade e da inclusão social no ambiente escolar. Ao promover atividades manuais inspiradas em tradições afrodescendentes, o educador oportuniza o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento da autoestima dos estudantes, além de contribuir para o combate ao preconceito e a discriminação racial.

Constatou-se que a utilização do artesanato nas práticas educativas favorece a aprendizagem significativa, desperta a criatividade e possibilita o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais. Dessa forma, o trabalho com o artesanato afro-brasileiro se mostra um caminho viável para inserir os alunos em experiências colaborativas, nas quais o respeito e a valorização das diferenças se tornam parte essencial do processo educativo.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se o caráter bibliográfico, que impossibilitou a análise prática em campo. Sugere-se, para estudos futuros, a realização de intervenções pedagógicas com oficinas de artesanato afro-brasileiro nas escolas, a fim de observar seus impactos diretos no processo de inclusão e no desenvolvimento dos alunos.

Assim, conclui-se que o artesanato afro-brasileiro é uma ferramenta educativa relevante para promover uma educação inclusiva e culturalmente sensível, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a diversidade e equidade social.

REFERÊNCIAS

BOSSI, Maria Aparecida. **O artesanato como atividade terapêutica e educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. A LEI 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 55, p. e11162, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980531411162. Acesso em: 18 set. 2025.

MATIAS, Janielly Fernandes. A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15512/1/JFM14062017.pdf Acesso em: 18 set. 2025.

NASCIMENTO, Silvia Maria França da Silva; SILVA, Wanessa Barbosa da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. A influência da cultura afro-brasileira na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** [S. l.], v. 9, n. 6, p. 583–592, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i6.10261. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10261. Acesso em: 2 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 30 out. 2025.

SILVA, Sérgio Teixeira; SOARES, Alexandre Gomes. Produto Educacional como recurso pedagógico para a valorização da cultura africana e afro-brasileira. **Práxis Educacional**, Vitória

da Conquista, v. 17, n.45, p. 111-130, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.6999. Acesso em: 18 set. 2025.

BRINQUEDOTECA ITINERANTE: ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS LÚDICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIARP - FRAIBURGO

Categoria: Projetos Extensionistas

Karine Campagnaro[1]
Deize Maria Baretta[2]
Mahinã Leston Araujo[3]

Resumo – O presente trabalho apresenta as ações desenvolvidas pela Brinquedoteca Itinerante vinculada ao Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O projeto busca articular ensino, pesquisa e extensão, promovendo experiências práticas, reflexivas e formativas no curso de Pedagogia – Campus Fraiburgo. As atividades ocorreram ao longo do primeiro e segundo semestre de 2025, integrando-se à curricularização da extensão e à comunidade local. As oficinas envolveram pintura facial, contação de histórias, produção de materiais pedagógicos e participação em eventos externos. A brinquedoteca constitui-se como espaço lúdico e pedagógico, possibilitando às acadêmicas vivenciar metodologias ativas e desenvolver competências socioeducacionais, cognitivas e afetivas. O projeto reforça o papel da universidade como promotora de transformação social e da ludicidade como eixo estruturante da formação docente.

Palavras-chave: brinquedoteca; ludicidade; formação docente; extensão universitária; prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A brinquedoteca, historicamente, tem se consolidado como um espaço de aprendizagem, socialização e desenvolvimento integral, assumindo também papel formativo na formação inicial de professores. Segundo Santos (2024), a brinquedoteca é um ambiente privilegiado para a experimentação pedagógica e o desenvolvimento de práticas criativas, que aproximam o estudante da realidade educacional. Da mesma forma, Lemos e Leite (2025) destacam que as brinquedotecas universitárias, ao aliarem teoria e prática, possibilitam ao acadêmico compreender o brincar como dimensão essencial da aprendizagem.

No contexto da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), a Brinquedoteca Itinerante surge como proposta de extensão articulada ao curso de Pedagogia, com o intuito de promover a integração entre teoria e prática, fortalecendo a formação docente a partir da ludicidade e da participação comunitária. O projeto está vinculado ao PAEC – Programa de Apoio

[1]Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

à Extensão e Cultura, e insere-se no movimento de curricularização da extensão, previsto nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2018), que orienta a inserção de atividades extensionistas na formação universitária e também ao Regulamento de Curricularização da Extensão nos cursos da Uniarp (Uniarp, 2024).

Inspirada nos pressupostos de Vygotsky (2007), que entende o aprendizado como processo social e cultural mediado, e de Piaget (2002), que considera o brincar eixo fundamental do desenvolvimento cognitivo, a brinquedoteca configura-se como espaço de experimentação, criatividade e interação entre universidade e sociedade. O presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar as ações desenvolvidas no primeiro e segundo semestre de 2025, evidenciando a relevância da ludicidade e da extensão universitária como elementos formativos da prática pedagógica.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência extensionista com abordagem qualitativa, realizado junto à Brinquedoteca Itinerante da UNIARP, Campus Fraiburgo, vinculada ao curso de Pedagogia e ao PAEC. As atividades foram desenvolvidas nos períodos de março a novembro de 2025, abrangendo ações internas e externas à universidade.

O caráter itinerante do projeto, expresso nas oficinas e participações em eventos comunitários ao longo dos dois semestres, esteve articulado à curricularização da extensão, com foco na capacitação das acadêmicas para atuação em espaços educativos externos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

As ações realizadas evidenciaram o potencial da brinquedoteca como espaço formativo interdisciplinar, de vivência e experimentação pedagógica. As acadêmicas puderam desenvolver competências relacionadas à organização de espaços lúdicos, planejamento de atividades e mediação de aprendizagens significativas.

Considerando que a brinquedoteca é um espaço de formação docente, no mês de março foi promovida a "Oficina Criativa de Pintura Facial", utilizada como recurso pedagógico de apoio à formação profissional das acadêmicas de Pedagogia. O Curso de Pedagogia do Campus Fraiburgo é referência em eventos municipais e escolares que envolvem atividades de pintura facial. Diante dessa demanda, tornou-se essencial orientar e capacitar as acadêmicas quanto às técnicas e fundamentos pedagógicos dessa prática, agregando conhecimento teórico e prático à formação profissional.

Assim, o Projeto PAEC Brinquedoteca, por meio das Oficinas Criativas, tem organizado momentos de formação voltados à ampliação do olhar pedagógico e das práticas lúdicas das acadêmicas, preparando-as para demandas futuras da profissão docente. Durante o período de inscrições, diversos professores da rede municipal manifestaram interesse em participar das oficinas, evidenciando a relevância social da proposta. Contudo, nesse primeiro momento, a capacitação foi direcionada prioritariamente às acadêmicas do curso, reafirmando o caráter formativo do projeto e sua contribuição direta à formação inicial docente.

Conectando o projeto da Brinquedoteca à Semana de Curricularização da Extensão, realizada no mês de abril, o curso também promoveu uma oficina voltada a todas as fases da Pedagogia e outra destinada a professores e auxiliares das escolas de Fraiburgo. Diante da crescente necessidade de profissionais com habilidades em pintura facial, as oficinas práticas buscaram atender às demandas da comunidade escolar, ampliando as possibilidades de atuação dos docentes e oferecendo novas estratégias pedagógicas.

Durante a primeira semana da curricularização, as ações foram voltadas à pintura facial como preparação para a participação no Dia da Família realizado em escolas e Centros de Educação Infantil (CEIs) do município. Na segunda semana, as atividades estiveram alinhadas ao evento e feira promovidos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, intitulados "Diversidade que Ensina: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Nesse período, as acadêmicas estiveram envolvidas na produção de materiais pedagógicos, oficinas de grafismo, estudos teóricos sobre o tema e momentos de contação de histórias.

As oficinas também contemplaram a contação de histórias, com destaque para a narrativa "Menina Bonita do Laço de Fita", que envolveu práticas de narração, performance, uso de fantoches e técnicas de grafismo inspiradas em elementos da cultura afro-brasileira e indígena. As ações foram planejadas e executadas coletivamente pelas acadêmicas, sob mediação docente, utilizando metodologias ativas e colaborativas, com observação participante e registros reflexivos das experiências.

Nesse contexto, além das atividades formativas internas, o projeto participou de eventos comunitários, como o evento municipal "Parque da Magia", realizado no dia 25 de outubro, no qual foi desenvolvida a atividade de pintura facial com a comunidade. Essa participação fortaleceu o vínculo entre universidade e sociedade, evidenciando a função social da extensão universitária e o papel transformador da ludicidade no processo educativo.

O caráter itinerante do projeto ampliou o alcance da universidade na comunidade, permitindo que o brincar ultrapassasse o espaço institucional e se tornasse ferramenta de integração social. Em consonância com o que afirma Santos (2024), a gestão e o uso pedagógico das brinquedotecas em contextos educativos contribuem para consolidar a articulação entre teoria e prática, ao proporcionar experiências reais de ensino e aprendizagem.

As atividades, como oficinas de pintura facial, produção de materiais e contação de histórias, possibilitaram o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, comunicativas e criativas, além de promoverem o protagonismo das acadêmicas na condução das ações. A reflexão sobre a ludicidade e sua função educativa foi aprofundada, reafirmando a importância do brincar como prática pedagógica e elemento de humanização do processo formativo (Leite; Lemos, 2025; Santos, 2024).

O projeto também fortaleceu a identidade docente das acadêmicas, ao promover vivências de planejamento, execução e avaliação de atividades educativas reais, aproximando-as das demandas e desafios da prática profissional. Além disso, contribuiu para a construção de um olhar sensível e crítico acerca da diversidade cultural, em especial no trabalho com temáticas afro-brasileiras e indígenas, que permearam as produções e oficinas do segundo semestre.

Em síntese, a Brinquedoteca Itinerante reafirma o compromisso da formação docente com a ludicidade, a inclusão e o diálogo entre universidade e comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com a Brinquedoteca Itinerante demonstrou-se fundamental para a formação das futuras pedagogas, consolidando-se como espaço de aprendizagem, criação e reflexão. As ações desenvolvidas nos dois semestres de 2025 fortaleceram a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação integral e humanizada das acadêmicas.

O projeto evidenciou que o brincar, quando articulado à prática pedagógica e à extensão universitária, constitui-se como um poderoso instrumento de formação docente e transformação social. As ações itinerantes ampliaram o vínculo da universidade com a comunidade, reafirmando o compromisso social da UNIARP e a relevância da extensão como eixo estruturante do ensino superior.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Projeto vinculado ao PAEC – Programa de Apoio à Extensão e Cultura da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a extensão na educação superior. Brasília: MEC/CNE, 2018.

LEITE, Alexandra da Silva; LEMOS, Luís Paulo Coutinho. Práticas acadêmicas e métodos no contexto das brinquedotecas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17812. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, Paula Aurora Dal Castel dos. Projeto de Ensino em Pedagogia – Gestão de Brinquedoteca em Contextos Educativos. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 10, n. 11, nov. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16700. Acesso em: 25 out. 2025.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNIARP. Resolução CONSUN nº 069, de 18 de novembro de 2024. Aprova o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UNIARP. Disponível em: https://uniarp.edu.br/wp-content/uploads/2025/01/2024-069-Regulamento-de-Curricularizacao-de-Extensao-nos-Cursos-da-Uniarp.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Fernanda Lemos[1]
Deize Maria Baretta[2]

Resumo – O presente trabalho aborda o tema de alfabetização e letramento na era digital, destacando os desafios e possibilidades do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Parte-se da compreensão de que alfabetizar e letrar são processos interligados, exigindo não apenas o domínio do código escrito, mas também a capacidade de o utilizar de forma crítica e contextualizada. O uso das tecnologias digitais em sala de aula é analisado como um recurso capaz de potencializar as práticas pedagógicas, quando empregado com intencionalidade e coerência metodológica. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvida a partir de publicações disponíveis em bases científicas de acesso livre. O objetivo central é compreender os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias aplicadas ao processo de alfabetizar letrando, analisando seus impactos, limitações e estratégias de utilização consciente no contexto escolar. Os resultados apontam que o uso das tecnologias pode favorecer a aprendizagem e o engajamento dos alunos, desde que esteja vinculado a práticas pedagógicas planejadas e à formação docente contínua. A integração entre recursos digitais e metodologias tradicionais requer equilíbrio e reflexão pedagógica, garantindo que o processo de alfabetização se mantenha inclusivo, crítico e alinhado às transformações da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; tecnologias.

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui a base para tornar um indivíduo letrado, sendo uma etapa que exige dedicação tanto do educador quanto do educando. Em um cenário em que as tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das crianças, esse processo torna-se um desafio ainda maior. Torna-se imprescindível adaptar as novas tecnologias ao ambiente escolar, ensinando os alunos a utilizá-las de maneira ética e eficiente, transformando-as em ferramentas pedagógicas úteis.

Diante disso, é crucial compreender como ocorre o processo de alfabetização e o papel do professor na formação inicial dos alunos, assim como, analisar o uso das tecnologias nesse processo, seja no acesso livre e irrestrito, seja na adaptação de novas metodologias pedagógicas. O tema abordado possui grande relevância social, pois trata de questões cada vez mais presentes

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

na vida cotidiana das pessoas, como o uso das tecnologias (e o uso em excesso e sem restrição). Essas ferramentas estão ganhando espaço nos mais diversos âmbitos da vida, causando impactos significativos nas crianças, jovens e adultos. Portanto, é essencial que o professor, no processo da alfabetização e do letramento, oriente seus alunos quanto ao uso consciente das tecnologias, adapte seu plano de ensino e forneça exemplos concretos de seu uso adequado.

Esse estudo parte da problemática: Quais os desafios e as possibilidades que o uso das tecnologias implica na alfabetização e no letramento nos ambientes escolares?

O trabalho tem como objetivo geral: Compreender os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias aplicadas no processo de alfabetizar letrando. Como objetivos específicos o estudo busca: descrever como o uso da tecnologia pode influenciar no processo de alfabetização e letramento; analisar como o uso em excesso e sem orientação afetam as habilidades de alfabetização e letramento; propor estratégias que promovam o uso consciente das tecnologias na fase da alfabetização.

METODOLOGIA

Refere-se a uma pesquisa bibliográfica básica qualitativa de caráter exploratória descritiva baseada em artigos e trabalhos publicados online e serão utilizadas bases de dados científicos que possibilitam o acesso gratuito como SciELO Brasil, Google Acadêmico e Periódicos da CAPES.

"A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", como menciona Gil (2002, p. 44). O autor ainda define pesquisas descritivas como "descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis", diante deste conceito, pode-se dizer que a partir da pesquisa descritiva é possível ter clareza sobre o assunto a ser estudado.

Um dos principais objetivos deste estudo é descrever o impacto do uso da tecnologia na educação, principalmente na fase de alfabetização do aluno. Para a coleta de dados desta pesquisa, será utilizada a técnica de revisão de literatura, essa abordagem consiste em um levantamento metodológico e crítico das publicações disponíveis sobre o tema. Para a realização da pesquisa serão utilizados os descritores como: alfabetização, letramento, tecnologias, e práticas pedagógicas.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO USO DE TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

O uso de tecnologias em sala de aula representa uma oportunidade de ampliar a aprendizagem, mas evidencia, contudo, limitações estruturais e pedagógicas. Brito, Batista e Nogueira (2025) apontam que, no ensino de línguas, a tecnologia pode promover maior interação e autonomia discente, porém, ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente e à infraestrutura escolar inadequada. Essa ambivalência demonstra que o avanço tecnológico, por si só, não garante inovação pedagógica, o que exige políticas públicas mais robustas de capacitação e suporte.

Complementando essa visão, Silva, Lima e Barros Filho (2024) destacam os jogos digitais como ferramentas com potencial construcionista para a Educação Básica, que possibilitam

aprendizagens ativas e contextualizadas. Contudo, os autores identificam como desafio a escassez de sentido pedagógico quando os recursos são aplicados apenas como entretenimento, sem uma integração efetiva às práticas didáticas. Este cenário reforça que o professor se mantém como mediador fundamental no processo, responsável por atribuir intencionalidade pedagógica ao uso das ferramentas.

Nesse contexto, Sousa (2024) investigou a percepção dos docentes e constatou que, embora reconheçam o potencial da tecnologia para dinamizar aulas e aproximar conteúdos da realidade do aluno, ainda há resistência por falta de domínio técnico e metodológico. Desse modo, os desafios não são apenas de infraestrutura, mas também de mudança cultural entre os educadores, uma percepção dialogando com a problematização de Rocha et al. (2025) sobre a permanência de uma "cultura tradicional" no ensino.

Rocha et al. (2025), ao discutir o dilema entre "transformar ou repetir", enfatiza que muitos professores, mesmo tendo acesso aos recursos digitais, acabam por reproduzir práticas de ensino expositivas. O maior desafio é romper com a inércia pedagógica, transformando a tecnologia em uma ferramenta para o desenvolvimento do pensamento crítico. Conforme detalham os pesquisadores:

Ao investigar os principais desafios enfrentados por docentes na adoção das metodologias ativas, observa-se que a questão central gira em torno da dificuldade de romper com um modelo tradicional de ensino ainda fortemente enraizado na cultura escolar brasileira. Essa resistência manifesta-se tanto na estrutura institucional quanto na mentalidade de parte do corpo docente, que frequentemente associa inovação a maior carga de trabalho e insegurança quanto à efetividade das novas abordagens (Rocha et al., 2025, p. 86).

Já Souza et al. (2025) abordam a aplicação da tecnologia no ensino, indicando ferramentas como YouTube e simulações digitais ampliam as possibilidades de compreensão de fenômenos abstratos. No entanto, o desafio reside em garantir que os estudantes não se tornem apenas consumidores passivos de vídeos, mas desenvolvam o raciocínio científico a partir deles. Tal perspectiva evidencia a necessidade de integrar práticas reflexivas e experimentais ao uso de plataformas digitais.

Um estudo relevante de Ferreira, Carvalho e Iocca (2022), investigou o uso de tecnologias digitais no ensino de Matemática no primeiro ciclo da educação básica. Os autores observaram que os recursos digitais podem aproximar as aulas da realidade dos alunos, facilitando o entendimento por meio de visualizações, simulações e atividades interativas. Entretanto, um desafio surge quando as escolas não dispõem de computadores suficientes ou quando o acesso à internet é instável, o que prejudica a utilização contínua dessas ferramentas. Além disso, destacam que muitos professores relatam não ter tempo ou espaço no currículo para planejar atividades digitais de maneira aprofundada.

No Brasil, Borborema e Maurício (2024) analisaram a utilização da realidade aumentada como recurso pedagógico nos anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados indicam uma visão positiva dos educadores sobre essa tecnologia, considerando-a uma ferramenta que torna o ensino mais envolvente e facilita o aprendizado de conteúdos concretos, especialmente nas

áreas de Matemática e Ciências. No entanto, o estudo também evidenciou o quanto a insuficiência de dispositivos móveis é uma limitação significativa. Sem a disponibilidade de celulares ou tablets para todos os alunos, ou sem o apoio técnico adequado, a realidade aumentada acaba sendo utilizada de forma eventual ou por docentes que já dominam a tecnologia.

Por fim, algumas estratégias para o uso consciente das tecnologias na alfabetização incluem: definição prévia de objetivos de aprendizagem; integração equilibrada entre atividades digitais e analógicas; formação docente em pedagogia digital; seleção de ferramentas com fundamentação pedagógica; e avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem. Tais medidas favorecem práticas mais consistentes e alinhadas às necessidades dos estudantes (Oliveira; Schneider, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o avanço das tecnologias digitais no campo educacional pode ser compreendido não apenas como adaptação ao contexto contemporâneo, mas também como possibilidade de ampliar os processos de alfabetização e letramento, também considerou que a utilização de recursos como jogos digitais, aplicativos e plataformas interativas tem se mostrado relevante, sobretudo quando vinculada a metodologias que valorizam a ludicidade como estratégia de ensino.

Para atingir o objetivo geral do presente trabalho, que é compreender os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias aplicadas no processo de alfabetizar letrando, percebeu-se que jogos digitais, quando planejados com objetivos pedagógicos bem definidos, podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades fonológicas e de leitura. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental como mediador, orientando o uso consciente e integrado das tecnologias ao currículo.

A pesquisa mostrou que as tecnologias quando utilizadas em consonância com estratégias pedagógicas bem estruturadas favorecem a participação dos alunos e amplia o interesse pelas práticas de leitura e escrita. Inserir tecnologias digitais no processo de alfabetização requer, portanto, não apenas o acesso a recursos, mas também a formação docente contínua e a reflexão crítica sobre seu uso, de modo a promover práticas inclusivas e contextualizadas no ambiente escolar.

Conclui-se que uso consciente da tecnologia na alfabetização exige um equilíbrio entre inovação e intencionalidade pedagógica. As práticas mais bem sucedidas são aquelas que não tratam os recursos digitais como meros complementos, mas como instrumentos integrados ao currículo e articulados com os objetivos de ensino. A combinação entre metodologias tradicionais, recursos digitais e formação docente contínua constitui o caminho mais promissor para transformar a alfabetização em um processo crítico, inclusivo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BORBOREMA, Silvana Maria T.; MAURÍCIO, Claudio R. M. Realidade aumentada como recurso pedagógico para docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. *In*: Symposium On Virtual and Augmented Reality, 26, 2024, Guimarães, Portugal. **Anais Estendidos** [...]. Porto Alegre: SBC, 2024. p. 43-47. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/svr_estendido/article/view/30460/30266. Acesso em: 3 out. 2025.

BRITO, Bárbara Benedita Mendes; BATISTA, Eliane Regina Martins; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Dificuldades e possibilidades no ensino de Língua Inglesa: uma revisão de literatura sistemática. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-RECH**, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 31-47, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/33944/2/RenatoCruzCorreia_TCC.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, Gilcinéia Gonçalves; CARVALHO, José Wilson Pires; IOCCA, Fátima Aparecida da Silva. Tecnologias Digitais no ensino de Matemática: desafios e possibilidades no primeiro Ciclo de Formação Humana. **TANGRAM-Revista de Educação Matemática**, Dourados, v. 5, n. 4, p. 118-139, 2022. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/tangram/article/view/12808/9128 Acesso em: 3 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira *et al*. Transformar ou repetir? Desafios docentes frente à cultura tradicional de ensino. **Revista Missioneira**, [*S. l.*], v. 27, n. 7, p. 79-88, 2025. Disponível em: https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/215. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, Kalisa Holanda da; LIMA, Luciana de; BARROS FILHO Edgar Marçal de. Aplicação de jogos digitais baseados no Construcionismo para a Educação Básica: uma revisão sistemática de literatura**. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 10, p. e240324, 2024. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2403. Acesso em: 21 set. 2025.

SOUSA, Eurilene da Luz Silva. **Desafios e possibilidades no uso da tecnologia no estudo de Biologia:** estudo da percepção dos professores de Biologia sobre o uso da tecnologia como recurso didático-pedagógico na cidade de Zé Doca-MA. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 2024. Diposnível em: https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/3240/1/MONOGRAFIA%20-%20EURILENE%20DA%20LUZ%20SILVA%20SOUSA%20-%20UEMA%20Z%c3%89%20DOCA%202024.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

SOUZA, Álice Daiane Farias de; *et al.* IFísica: descomplicando a Física do Ensino Médio. *In*: Seminário De Inovação e Integração Digital, 4., 2023, Jaraguá do Sul. Anais [...]. Jaraguá do Sul: IFSC, 2025. Disponível em: https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/siid/article/view/4138. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Advanusia Santos Silva de.; SCHNEIDER, Henrique Nou. Intervenções pedagógicas através da Lousa Digital Interativa no processo de alfabetização de crianças do ensino fundamental. Revista Humanidades e Inovação, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p.181-194, 2022. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2532. Acesso em: 02 out. 2025.

INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Cilce Lariete M. Rodrigues[1]
Paulo Izael Cardoso[2]

Resumo – Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisa como a tecnologia e a inovação vêm transformando os processos educacionais, com ênfase no uso de aplicativos e jogos educativos que tornam o aprendizado mais dinâmico, envolvente e personalizado. O estudo tem como objetivo compreender de que maneira essas ferramentas influenciam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. A investigação justifica-se diante do crescente uso das tecnologias no cotidiano das crianças e da necessidade de explorá-las de forma crítica, criativa e consciente. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, demonstra que, quando utilizadas de forma planejada e mediadas pelos professores, as tecnologias digitais contribuem para a construção de um ambiente escolar mais colaborativo e significativo. Conclui-se que inovar na educação vai além da simples incorporação de dispositivos tecnológicos, exigindo a adoção de metodologias pedagógicas que utilizem o digital como meio de potencializar o aprendizado.

Palavras-chave: Tecnologia. Inovação. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema tecnologia e inovação na educação, destacando como esses elementos se configuram como ferramentas poderosas no processo de ensino e aprendizagem. Aplicativos e jogos educacionais surgem como recursos potentes e significativos para transformar o processo de aprendizado tornando-o mais interativo, envolvente e personalizado. No entanto, a incorporação dessas tecnologias em sala de aula exige uma análise cuidadosa dos seus impactos, a fim de assegurar um uso pedagógico consciente que maximize os benefícios e minimize os riscos. Sendo assim, Machado e Rodrigues (2020, p. 540) afirmam que "entendemos que tais recursos podem ser aproveitados pedagogicamente nos processos de ensino e aprendizagem, constituindo meios possíveis de revolucionar e inovar a prática educativa".

Deste modo Purificação, Armado e Catarino (2024, p. 6) destacam que, "o uso pedagógico das tecnologias nesse contexto pode proporcionar oportunidades de aprendizagem

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

mais significativas e motivadoras para os alunos". O objetivo é compreender os efeitos dessas tecnologias no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos educandos.

A justificativa para esta pesquisa reside na crescente e inevitável presença da tecnologia na vida das crianças. Dessa forma, Barin, Müller e Ellenson (2012, ambientes virtuais),"o uso das tecnologias na educação tem provocado vários questionamentos a respeito dos métodos de ensino utilizados". Compreender o seu papel na educação é fundamental para explorar o potencial inovador dessas ferramentas e, ao mesmo tempo, promover uma reflexão crítica sobre seu uso. Ao pesquisar como a tecnologia pode ser uma ferramenta importante para um aprendizado mais eficaz e dinâmico, este estudo pretende contribuir para a construção de um ambiente educacional mais rico e preparado para os desafios do futuro.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica fundamentada em publicações já existentes sobre o tema, razão pela qual não se faz necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. O objetivo central foi analisar como o uso de aplicativos e jogos educacionais utilizados pelos professores pode impactar no aprendizado dos alunos da educação infantil. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, respaldada por autores que discutem a relação entre tecnologia e educação. As informações obtidas nas fontes selecionadas foram organizadas e analisadas de modo a sintetizar o conhecimento existente sobre o tema investigado, identificar lacunas tendências, e fundamentar as conclusões do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Klein; Danieli (2020, p. 282) discorrem que "as tecnologias na educação são ferramentas que podem ser utilizadas para melhorar a aprendizagem dos alunos, bem como, servir de suporte às atividades docentes". Nesta perspectiva Laert et al (2023, p. 2012-211) afirmam que, "a tecnologia no ensino representa não apenas uma evolução dos métodos de entrega de conteúdo, mas também um convite para repensar. Segundo Marisso (2023, p. 2), a" integração das tecnologias digitais na prática pedagógica dos professores é uma discussão necessária, na medida em que estar conectados não é mais uma questão de escolha". Para Machado e Rodrigues (2020, p. 538), "estratégicas didáticas metodológicas que possam favorecer a aprendizagem ativa e significativa do educando, a exemplo das metodologias ativas com mediação tecnológicas".

Portanto Barbosa e Gilvana (2014, p.2892) corroboram que:

> O professor necessita saber lidar com as tecnologias digitais, a fim de promover a interatividade, a ajuda mútua que contribuam no desenvolvimento das crianças. Na Educação Infantil, o uso dessas tecnologias deve ter um caráter educativo, por isso precisam estar inseridas no projeto político [...].

A integração da tecnologia no ambiente educacional tem transformado as práticas de ensino e a experiência de aprendizagem dos alunos. Nesse contexto dinâmico os autores Rocha, Ramos e Brasil (2019, softwares.) Ressaltam que "a inserção da informática à Educação tem sido

um fator preponderante no âmbito educacional, proporcionando aos professores ampliar os métodos de ensino, aos alunos, ampliar a chance de aprendizagem".

Partindo dessa constatação da relevância da tecnologia na educação, Nascimento, Stamberg e Lemke (2017, p. 133) destacam que

> Investigar a contribuição dos jogos digitais no processo de aprendizagem leva-nos a refletir sobre a importância da relação entre tecnologia, cultura e sociedade e a partir disso, percebemos o quanto faz sentido as mudanças em relação ao uso de novas metodologias e como as mesmas podem e devem ser inseridas no cotidiano escolar

Desse modo, Souza (2024, p. 9), afirma que "a tecnologia permite a personalização do aprendizado, adaptando o conteúdo e o ritmo das atividades às necessidades de cada aluno". Portanto, Sampaio et al (2024, p. 13), discorrem que "esses ambientes digitais podem oferecer simulações controladas que permitem às crianças praticar e desenvolver habilidades sociais em contextos que seriam mais desafiadores no ambiente físico", Portanto, Oliveira, Santos e Souza (2018, p. 283) diz que "entender o funcionamento das tecnologias ajuda a entender o mundo que estamos vivendo, tudo isso através de uma linguagem lúdica e de fácil compreensão para o nível de cognição das crianças"

Portanto, Oliveira, Santos e Souza (2018, p. 283) diz que "entender o funcionamento das tecnologias ajuda a entender o mundo que estamos vivendo, tudo isso através de uma linguagem lúdica e de fácil compreensão para o nível de cognição das crianças" Para Souza, (2024, p.12) "a escola, enquanto cenário principal de formação pedagógica e social da criança se transforma e se adapta tecnologias, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas, a fim de engajar os alunos no ambiente educacional". Desse modo, "a importância da mediação do professor nesse processo, a relação do aluno com os fatores externos e os métodos utilizados estão extremamente alinhados com o desenvolvimento da aprendizagem" (Oliveira, Santos e Souza, 2018, p. 276).

Para Oliveira et al (2024, p. 29), "a tecnologia desempenha um papel fundamental na eficácia da gamificação. Ferramentas digitais, como aplicativos educacionais e plataformas online, permitem a implementação de sistemas de pontos, badges e rankings de forma acessível e escalável". Nessa perspectiva Silva et al (2025, p. 212) destacam que, "essa mudança no engajamento pode levar a uma melhoria no desempenho acadêmico, uma vez que os alunos se sentem mais investidos em seu aprendizado".

Neste contexto Oliveira et al (2024, p. 35):

> Em conclusão, a pesquisa confirma que a gamificação, suportada pela tecnologia e pelo lúdico, tem o potencial de transformar a educação, tornando-a mais envolvente e adaptada às necessidades dos alunos. A combinação desses elementos pode criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, motivador e personalizado, promovendo uma educação mais eficaz e significativa. No entanto, é essencial que os educadores adotem uma abordagem crítica e estratégica na implementação dessas estratégias para assegurar que elas contribuam de maneira significativa para o processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, Oliveira et al (2024, p. 30) afirmam que, "a evolução das tecnologias na educação é uma jornada fascinante que reflete mudanças profundas ao longo da história, moldando e transformando a forma como o conhecimento é transmitido e adquirido".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, ao abordar o tema da tecnologia e inovação na educação, evidencia que as ferramentas digitais, como aplicativos e jogos educacionais, elementos determinantes e inevitáveis na sociedade contemporânea. A pesquisa buscou entender como a utilização pedagógica desses recursos, mediado por professores, pode impactar positivamente no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos educandos. A relevância do estudo reside na necessidade de uma análise crítica e rigorosa, que reconheça o potencial dessas ferramentas digitais sem negligenciar os riscos associados ao seu uso inadequado.

Quando aplicadas de forma estratégica, ética e equilibrada, as tecnologias deixam de desempenhar um papel meramente recreativo e tornam poderosas aliadas no processo educativo. Contribuem para a construção de um ambiente escolar mais dinâmico, colaborativo e voltado à formação de sujeitos preparados para os desafios de um futuro cada vez mais digital. Trata-se de um convite à reflexão sobre o papel do educador, que, provido dessas ferramentas tecnológicas, tem a possibilidade de resinificara sua prática docente e proporcionar experiências de aprendizagem mais significativas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gilvana Costa et al. **Tecnologias digitais: possibilidades e desafios na educação infantil.** In: **ESUD–XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**. 2014.Disponível em: https://sl1nk.com/2MUDI. Acesso em: 23 mar.2025.

DA SILVA, Terezinha *et al*. A Gamificação como Estratégia Pedagógica: Implicações no Aprendizado. **Missioneira**, v. 27, n. 4, p. 209-217, 2025. Disponível em: https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/129. Acesso em: 27 out. 2025.

DE OLIVEIRA, Diego Leme *et al*. GAMIFICAÇÃO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO. **EDITORA CHEFE**, p. 28, 2024. Disponível em: https://www.sevenpubli.com/es/_files/ugd/0aa60d_3add3b43c8aa4c8d9bfc494377109ba6.pdf#page=30. Acesso em: 27 out. 2025.

KLEIN, Danieli Regina et al. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 20, n. 2, 2020. Disponível em: https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/educere/article/view/7439. Acesso em:23 de mar de 2025.

LAET, L. E. F.; ALMEIDA, A. B. B.; LEÃO, C. C. de; SOUZA, M. A. de; DETONI, V. S. S. A Integração de Tecnologia, Novas Metodologias, Currículo e Interatividade no Processo de Ensino-Aprendizagem. **Revista Ilustração**, *[S. l.]*, v. 4, n. 6, p. 207–216, 2023. DOI: 10.46550/ilustracao.v4i6.233. Disponível em:

https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/233. Acesso em: 3 out. 2025.

MORISSO, Maríndia Mattos. A integração das tecnologias digitais nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Educação Online, v. 18, n. 43, p. e23184306-e23184306, 2023.Disponivel em: https://educonline.openjournalsolutions.com.br/index.php/eduonline/article/view/1445 Acesso em: 9 out. 2025.

MACHADO, Ricardo de Macedo; FIGUEIREDO, Adriana de Carvalho. Metodologias ativas e tecnologias digitais como potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Médio Integrado. Revista Semiárido De Visu, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, p. 537–549, 2020. DOI: .10.31416/rsdv.v8i3.38. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/38. Acesso em: 3 out. 2025.

NASCIMENTO, Karlise Soares; DA SILVA STAMBERG, Cristiane; LEMKE, Cláudia Eizandra. Jogos Educacionais: revisão bibliográfica com base em trabalhos publicados no CINTED. Informática na educação: teoria & prática, v. 20, n. 3 set/dez, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/view/79696. Acesso em: 16 mai.2025.

ROCHA, Paul Symon Ribeiro; RAMOS, Carlos Vieira; BRASIL, Tainara Antunes. A Utilização de Softwares no Ensino de Matemática para Ensino Fundamental e Médio. *In*: CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO (CTRL+E), 4. , 2019, Recife. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019 . p. 40-49. DOI: https://doi.org/10.5753/ctrle.2019.8874. Acesso em: 16 mai. 2025.

SAMPAIO, V. B. P.; SOUSA, G. A. F. de; OLIVEIRA, D. V. de; FERNANDES, O. B. de O.; RÊGO, V. A. P. do; SANDOVAL, A. G. de M.; MARQUES, G. P.; SANTOS, H. de C. e; MUNDIM, R. R. Impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento cognitivo, social e emocional infantil: revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review, *[S. l.]*, v. 7, n. 5, p. e73837, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n5-516. Disponível em:https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/73837. Acesso em: 15 mai. 2025.

OLIVEIRA, Roberta Emile; DOS SANTOS, Camila Amorim Moura; DE SOUZA, Edmar Egidio. Aplicação de conceitos e práticas de atividades do movimento maker na educação infantil-um relato de experiência para o ensino fundamental 1. In: Workshop de Informática na Escola (WIE). SBC, 2018. p. 275-284. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/wie/article/view/14339. Acesso em 12 mai. 2025.

SOUZA, Vannessa Nogueira Silva de. A influência das tecnologias educacionais no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos do ensino fundamental anos iniciais. 2024. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/6161. Acesso em: 10 maio. 2025.

CÉREBRO EM ALERTA: A NEUROCIÊNCIA E OS IMPACTOS FAMILIARES NA APRENDIZAGEM

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Júlia Maria Vargas[1]
Dianete Dal Pizzol Vieceli Leonhardt[2]

Resumo – O presente estudo analisou a influência do contexto familiar na aprendizagem infantil à luz da neurociência, com o objetivo de compreender como os conhecimentos sobre o funcionamento cerebral podem auxiliar os docentes na elaboração de estratégias pedagógicas eficazes. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi realizada com professores da rede municipal de Fraiburgo-SC, mediante aplicação de questionário. Os resultados indicaram que o ambiente familiar impacta diretamente o comportamento, a atenção e a motivação das crianças. Observou-se que os professores adotam posturas empáticas e acolhedoras, reconhecendo o papel das emoções no processo de aprendizagem. Constatou-se também o uso intuitivo de práticas baseadas em princípios neuroeducativos, como o reforço positivo e a rotina estruturada. Além disso, a totalidade dos participantes destacou a importância da parceria entre família e escola como fator decisivo para o desenvolvimento integral dos alunos. Conclui-se que a articulação entre neurociência, afeto e colaboração familiar é fundamental para favorecer práticas educativas que promovam o crescimento integral da criança e consolidem a cooperação entre família e escola.

Palavras-chave: neurociência; docentes; aprendizagem; família; emoções.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem infantil é um processo complexo que envolve dimensões cognitivas, emocionais e sociais, sendo fortemente influenciada pelo contexto familiar em que a criança está inserida. Quando a família oferece um ambiente seguro, com vínculos afetivos consistentes e estímulos positivos, há maior desenvolvimento da atenção, da memória e da autorregulação. Por outro lado, situações de negligência, conflitos ou ausência de afeto podem gerar insegurança emocional, desatenção e dificuldades no aprendizado. Conforme destaca Oliveira (2021), "a infância representa um período crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional, sendo nessa fase que a criança passa a interagir com o ambiente e a responder a diversos estímulos e experiências".

Nesse sentido, a neurociência surge como uma importante aliada da educação, pois contribui para compreender como o cérebro reage aos diferentes estímulos e como fatores emocionais interferem na aprendizagem. Segundo Calábria e Nóbile (2024), o desenvolvimento

[1] Aluno do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

neurológico é moldado pelo ambiente desde os primeiros anos de vida, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que considerem tanto os aspectos cognitivos quanto os afetivos.

O problema central que orienta está pesquisa consiste em como a neurociência pode auxiliar na criação de estratégias pedagógicas para superar os problemas familiares que afetam a aprendizagem das crianças? A pesquisa investiga como a interação entre família, neurociência e aprendizagem pode contribuir para práticas pedagógicas diante de desafios familiares.

Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como objetivo geral da investigação analisar como a neurociência pode auxiliar na criação de estratégias pedagógicas para superar os problemas familiares que afetam a aprendizagem das crianças. Esse propósito desdobra-se em objetivos específicos que envolvem analisar o impacto dos problemas familiares no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças; investigar como as relações familiares podem afetar o desempenho e o comportamento escolar; explorar as contribuições da neurociência para a compreensão das dificuldades de aprendizagem causadas por questões familiares e analisar as estratégias pedagógicas baseadas em conhecimentos neurocientíficos.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na relevância social e acadêmica do tema visto que os problemas familiares exercem forte influência sobre o processo de aprendizagem, refletindo-se tanto no rendimento escolar quanto na prática docente.

Adicionalmente, este artigo harmoniza-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, mais precisamente com o ODS 3: Saúde e Bem-Estar. Priorizando a saúde mental dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, a pesquisa colabora ativamente com a meta de assegurar uma vida saudável e o bem-estar para todos, em todas as idades.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, com abordagem dedutiva. Foi realizada com professores efetivos da rede municipal de Fraiburgo (SC), que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. O instrumento de coleta de dados foi um questionário online (Google Forms), contendo perguntas abertas e fechadas sobre percepções docentes a respeito da influência familiar e do uso de estratégias neuroeducativas.

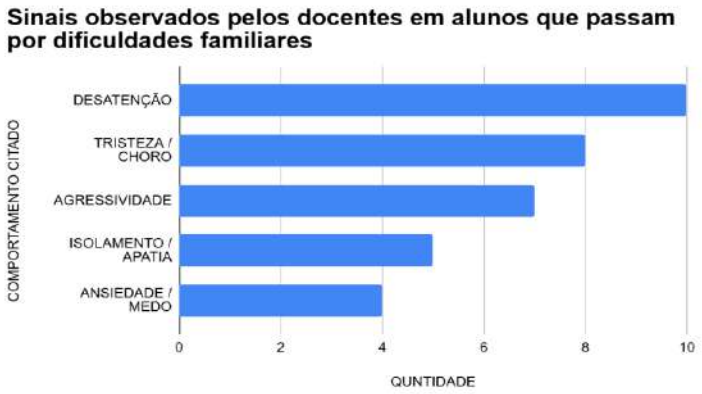
A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo de Ferreira (2023). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARP, sob o Parecer Consubstanciado nº 7.742.237 e CAAE 89978725.4.0000.0259, em 04 de agosto de 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa buscou compreender como os contextos familiares influenciam a aprendizagem das crianças e de que forma a neurociência pode auxiliar os docentes na criação de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o contexto familiar exerce influência direta sobre o comportamento, a motivação e o desempenho escolar das crianças. Entre os professores participantes, 94,1% afirmaram perceber que a estrutura emocional e afetiva do lar impacta significativamente a aprendizagem, destacando que crianças que vivem em ambientes acolhedores, com diálogo e apoio familiar, apresentam maior concentração, autoestima e engajamento nas atividades escolares. Em contrapartida, alunos provenientes de famílias desestruturadas ou marcadas por conflitos demonstram dificuldades de atenção, desinteresse e instabilidade emocional, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Sinais observados em alunos com problemas familiares.



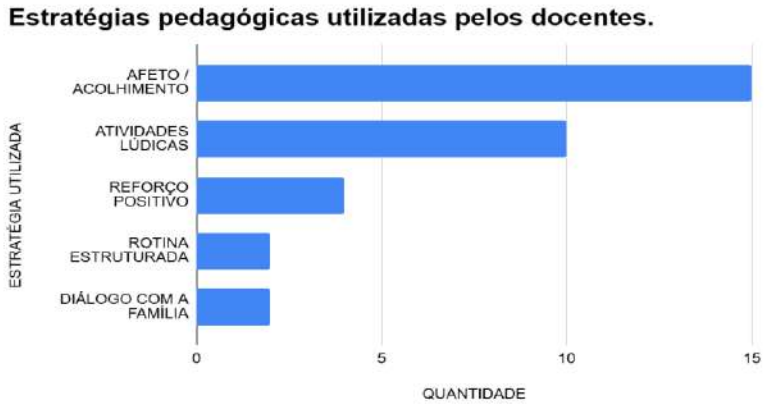
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses sinais revelam que os efeitos das dificuldades familiares se refletem nitidamente no comportamento escolar. Conforme afirmam Dallagnol; Brotto e Casagrande (2023), as emoções são construções sociais e culturais que moldam o comportamento e influenciam o desenvolvimento cognitivo. Assim, quando a criança vivencia conflitos ou rejeição, tende a demonstrar retraimento ou descontrole emocional, dificultando o aprendizado.

Os dados apontaram que os principais sinais comportamentais observados pelos docentes em alunos que enfrentam dificuldades familiares incluem agressividade, retraimento, apatia, baixa autoestima e resistência às atividades escolares. Tais manifestações confirmam as observações de Silva e Barbosa (2023), segundo as quais as emoções negativas, como medo e estresse, mantêm o cérebro em estado de alerta, prejudicando a atenção e a memória.

A maioria dos participantes relatou adotar estratégias de acolhimento e acompanhamento individualizado, valorizando o diálogo e o reforço positivo. Outras estratégias mencionadas incluíram o uso de atividades lúdicas, contação de histórias, música e rotina estruturada, práticas que favorecem a autorregulação emocional e a motivação. Conforme Koide e Tortella (2023), emoções positivas fortalecem funções executivas do cérebro, como atenção, memória e tomada de decisão, tornando a aprendizagem mais significativa, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa também identificou que 73,5% dos professores possuem algum conhecimento sobre neurociência aplicada à educação, embora a maioria reconheça a necessidade de formações mais aprofundadas. Muitos associam a neuroeducação ao entendimento de como o cérebro aprende e ao desenvolvimento de metodologias mais eficazes. Segundo Silva e Azevêdo (2024), compreender os mecanismos cerebrais do aprendizado possibilita elaborar estratégias pedagógicas mais assertivas, promovendo um ensino inclusivo e integrador.

Outro resultado relevante é que 100% dos docentes destacaram a importância da parceria entre família e escola. Para eles, o acompanhamento familiar contínuo é essencial para o sucesso escolar e para a construção da autonomia e autoestima das crianças. O fortalecimento desse vínculo, por meio de reuniões, palestras e projetos conjuntos, foi apontado como estratégia eficaz para melhorar o desempenho e o comportamento dos alunos. De acordo com Melo (2021), a cooperação entre pais e professores gera um ambiente propício ao aprendizado e contribui para a formação integral do estudante.

A análise dos dados permite concluir que os professores, mesmo sem formação específica em neurociência, aplicam práticas coerentes com seus princípios, como o acolhimento, a escuta ativa e o estímulo à curiosidade demonstrando sensibilidade às necessidades emocionais dos alunos. Essa constatação confirma as ideias de Calábria e Nóbile (2024), que defendem que práticas pedagógicas baseadas em aspectos emocionais e cognitivos fortalecem os vínculos afetivos e promovem uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Em síntese, os resultados desta pesquisa indicam que a integração entre neurociência, afetividade e envolvimento familiar constitui um caminho promissor para superar os desafios da aprendizagem infantil. O estudo reforça a importância da formação continuada em neuroeducação e da atuação conjunta entre escola e família como pilares de uma educação mais humana, empática e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como escopo principal analisar como a neurociência pode auxiliar na criação de estratégias pedagógicas para superar os problemas familiares que afetam a aprendizagem das crianças. Além de aprofundar o estudo da neurociência aplicada ao contexto escolar, buscou-se compreender as percepções dos docentes em relação à própria prática pedagógica.

Este estudo buscou identificar como a neurociência pode apoiar a elaboração de estratégias pedagógicas diante de fatores familiares que afetam a aprendizagem. Os objetivos foram atingidos e a metodologia, baseada em entrevistas, mostrou-se eficaz para coleta e análise dos dados, permitindo relacioná-los à literatura sobre o tema.

Os principais resultados obtidos nessa pesquisa, apontam que o contexto familiar exerce influência decisiva no processo de aprendizagem, impactando diretamente o comportamento, a motivação e o desempenho escolar das crianças. Situações de negligência, ausência de afeto ou conflitos familiares refletem-se em dificuldades cognitivas e emocionais, exigindo do professor uma postura sensível e acolhedora.

Outro item crucial identificado, foi que embora nem todos os docentes possuam formação específica em neurociência, muitos aplicam estratégias neuroeducativas de forma intuitiva, valorizando o afeto, a escuta e o estímulo à curiosidade como elementos essenciais da aprendizagem significativa.

Por fim, este estudo buscou ampliar a compreensão sobre a neurociência e os impactos do contexto familiar na aprendizagem, contribuindo para o avanço do conhecimento na área. Os resultados obtidos apontam caminhos promissores para futuras pesquisas, que podem explorar de forma mais aprofundada a relação entre neurociência, emoção e aprendizagem. Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de programas de formação continuada voltados à educação socioemocional e ao fortalecimento do acolhimento familiar no ambiente escolar, de modo a favorecer práticas pedagógicas mais humanas e integradoras.

REFERÊNCIAS

CALABRIA, Bruna Letícia; NÓBILE, Letícia. As contribuições da neurociência para a formação do docente na educação infantil. Ensaios Pedagógicos, Sorocaba, v.5, n.1, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/305. Acesso em: 25 abr. 2025.

DALLAGNOL, Claudia; BROTO, Ivete Janice Oliveira; CASAGRANDE, Ieda Maria Kleinert. As emoções e o processo educativo: uma leitura a partir da teoria Histórico-Cultural. Educere et Educare: Revista de Educação, Cascavel, v. 18, n. 45, p. 274-292, 2023. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/28529/21831. Acesso em: 02 out. 2025.

KOIDE, Adriana Batista de Souza; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Segura sua mão na minha: uma conexão entre neurociência e educação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. p.03 2023. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ensaio/a/tgWJnRWc8sgkVFtCDSWGPfS/?lang=pt&format=pdf.Acesso em 21 mar. 2025.

MELO, Nascimento de, Francisco Elionardo *et al.* A relação família e escola no processo educativo: uma revisão integrativa. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n. 2, p. 1-24, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/11824/6824. Acesso em: 28 mar. 2025.

OLIVEIRA, Camila Sávio. **A influência dos aspectos emocionais na aprendizagem infantil.** 2021. 25 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) – Faculdade Anhanguera, Taubaté, 2021. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/38128/1/ A1vio.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, Rosemeire Marques da; AZEVÊDO, Nayara Campos de. A neurociência e sua contribuição no processo ensino aprendizagem na educação infantil. **Revista Rease**, Natal, v.10, n1, p.1-12, 2024. Disponível em: https://www.revistaeletronicaamplamente3.com/_files/ugd/b9c3ab_043ae5c0413a4f3587d07bb5dcc58086.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, Marco Antonio da; BARBOSA, Marinalva de Sousa. A importância das emoções na aprendizagem escolar. **Revista Internacional de Estudos Científicos**, [*s l.]*, v. 1, n. 2, p. 38-50, 2023. Disponível em: https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php. Acesso em: 02 out. 2025.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BRINCAR: UMA ABORDAGEM SUSTENTÁVEL TENDO COMO EIXO NORTEADOR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Miana David Preto[1]
Eliane Scheffmacher[2]
Deize Maria Baretta[3]

Resumo – Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as escolas têm promovido a aprendizagem sobre a sustentabilidade na educação infantil, a proposta parte da ideia de que é necessário que as crianças aprendam desde cedo sobre a importância de cuidar e preservar o meio ambiente. O estudo buscou identificar quais as estratégias utilizadas pelas escolas e reconhecer os desafios enfrentados nesse processo, observando como práticas pedagógicas sustentáveis podem contribuir para a formação de cidadãos conscientes. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Foram selecionados artigos publicados nos últimos dez anos, disponíveis em bases como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, abordando temas relacionados à sustentabilidade, à educação ambiental e à Educação Infantil. A análise de dados baseou-se na relação dos artigos com o tema da pesquisa, buscando entender como o tema tem sido discutido e aplicado em sala de aula.

Palavras-chave: Brincar; educação ambiental; educação infantil; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

É fundamental que desde bem pequenas as crianças sejam ensinadas sobre a importância de cuidar e preservar o meio ambiente, buscando meios de transformar a brincadeira dentro da escola em algo que trará benefícios cognitivos e emocionais. Ao abordar a sustentabilidade é possível sensibilizá-las através do brincar sobre o respeito com o meio ambiente. O mais importante é que "[...] estamos vivendo um momento de procurar "Educação Ambiental", isto é, uma educação que é capaz de despertar um curioso, o prazer em criar, recriar e fazer com que pequenas atitudes provocam grandes colheitas no futuro" (Oliveira et.al, 2021, p.1).

Por isso pergunta-se como as escolas têm possibilitado uma aprendizagem lúdica e sustentável às crianças da educação infantil? Tendo como objetivo analisar como as escolas têm trabalhado a sustentabilidade com as crianças da educação infantil. E objetivos específicos:

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

identificar quais estratégias são adotadas para possibilitar uma aprendizagem lúdica e sustentável às crianças da educação infantil. Compreender como a educação ambiental tem sido apresentada na educação infantil. Identificar os desafios enfrentados ao implementar projetos ambientais na educação infantil. Compreender como práticas pedagógicas sustentáveis tem colaborado para formar indivíduos responsáveis e conscientes.

Diante do cenário atual envolvendo desafios ambientais é importante abordar o tema desde a infância, pois nessa fase da vida as crianças absorvem com muita facilidade tudo que lhes é ensinado e com isso é possível criar um indivíduo que se preocupa e se importa com tudo a sua volta, principalmente ao adotar hábitos sustentáveis muito válidos para toda sociedade. Considerando ainda que ao brincar a criança vivencia e experimenta tudo com tanta intensidade o que faz com que aprenda de forma lúdica e significativa tal assunto.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, descritiva e exploratória que teve o objetivo de analisar como as escolas têm possibilitado uma aprendizagem lúdica e sustentável às crianças da educação infantil. "As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (Gil, 2022, p. 41), bem como uma "revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema" (Gil, 2022, p. 44).

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa que conforme Proetti (2017, p. 2) tem por objetivo o "[...] direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos. Ela permite ao pesquisador manter contato direto e interativo com o objeto de estudo".

Os artigos para elaboração deste trabalho foram escolhidos com base na relação com o tema proposto, buscando bases de dados confiáveis como Google Acadêmico (Google), Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Periódicos da CAPES, publicados nos últimos 10 anos. Para a coleta de dados desta pesquisa, utilizou-se a técnica de revisão de literatura, essa abordagem consiste em um levantamento metodológico e crítico das publicações disponíveis sobre o tema. Para a realização do presente estudo foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica,exploratória de cunho qualitativo.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A etapa da educação infantil é onde se iniciam os processos de socialização e aprendizagem. Essa base é importante para desenvolvimento da criança na primeira infância, garantindo seus direitos de aprendizagem (Oliveira, 2019). "As Instituições de Ensino Infantil têm o papel de contribuir para oferecer oportunidades para que as crianças possam aprender e se desenvolver dentro de suas capacidades e potencialidades" (Pacheco; Cavalcante; Santiago, 2021, p. 2).

Sabe-se que o desenvolvimento infantil é um período em que acontece em descobertas e aprendizados significativos. É na educação infantil que a criança começa a perceber o mundo

ao seu redor e a partir dele desenvolver sua independência. Nesse momento é essencial que elas tenham uma experiência prática para compreender como as coisas funcionam, para a partir desse conhecimento desenvolverem suas habilidades físicas, seus aprendizados e a convivência social (Brasil, 2017). Contudo, ao valorizar as etapas de desenvolvimento das crianças é possível possibilitar a ela testar-se até seu limite, com orientação e em um ambiente próprio para isso (Santos, 2021). "A [...] formação humana ressalta o processo humanizador da criança com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais" (Antoniassi, 2022, p. 17).

O brincar nem sempre foi considerado algo importante na prática pedagógica, mas nas últimas décadas essa concepção de aprender brincando foi conquistando mais espaço. Este método é essencial na educação infantil, pois através da brincadeira o conhecimento é adquirido de uma forma prazerosa, considerando que é uma ótima forma de auxiliar os professores no processo de ensino (Moraes; Coelho, 2021). Pacheco, Cavalcante e Santiago (2021, p. 3) corroboram que "o ato de brincar, possibilita à criança diversas aprendizagens, permitindo-a apropriar-se do conhecimento, desenvolvendo habilidades relacionadas ao âmbito da linguagem, da cognição, dos valores e da sociabilidade".

A Base Nacional Comum Curricular apresenta o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil:

> Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2017, p. 40).

Portanto, o lúdico é o meio facilitador da aprendizagem, é uma ferramenta que traz muitos benefícios para a criança em idade escolar e para o seu desenvolvimento infantil.

A educação ambiental é um tema muito amplo que tem como definição promover a conscientização dos indivíduos quanto a importância da preservação do meio ambiente (Almeida; Porto; Silva, 2020). Para Serra Junior, Souza e Baldissani (2024, p. 2-3):

> A questão ambiental é uma temática abordada continuamente em nosso cotidiano, seja por via dos meios de comunicação, nas empresas, nas escolas, como também nas organizações comunitárias. A escola é o local e espaço social onde pode ocorrer uma sequência desse processo de socialização. Nesta instituição é possível valorizar a sociedade construída sob pilares da sustentabilidade, contribuindo para formar indivíduos responsáveis.

Portanto, Verderio (2021) salienta que as questões ambientais precisam ser estimuladas desde a educação infantil, pois nesta fase os aprendizados acompanham as crianças até a vida adulta, o trabalho deve ser bem estruturado para criar uma sociedade sustentável de verdade. "Em todos os segmentos da sociedade, o assunto dominante, é a Sustentabilidade, é o consumir sem agredir a natureza, é o preservar para não faltar" (Silva; Bezerra, 2017, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa foi possível alcançar o objetivo que consiste em analisar como as escolas têm possibilitado uma aprendizagem lúdica e sustentável às crianças da educação infantil. Compreender melhor e refletir sobre a importância da educação infantil proporcionando através do brincar uma consciência sustentável nos estudantes desde seu início escolar.

Observou-se que trabalhar a educação ambiental tem grande relevância na conscientização dos pequenos em relação a preservação do meio ambiente, trazendo esse tema para a sala de aula de forma lúdica para envolver as crianças através do brincar.

Conclui-se que esse estudo é relevante pois apresenta como a abordagem de temas relacionadas aos desafios ambientais vivenciados nos dias atuais são essenciais e considerando ainda que nessa fase da vida as crianças absorvem com muita facilidade tudo que lhes é ensinado, possibilitando desenvolver um indivíduo que se preocupa e se importa com tudo a sua volta, principalmente ao adotar hábitos sustentáveis muito válidos para toda sociedade. Portanto, a partir dos resultados obtidos considera-se a realização de pesquisas futuras relacionadas ao tema educação ambiental na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bernardo Cavalcanti; PORTO, Liliane Jucá Lemos da Silva; SILVA, Cleyton Martins. Construção de Histórias em Quadrinhos como recurso didático para Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 229-245, 2020. Disponível em: DOI:10.34024/revbea.2020.v15.9664. Acesso em: 9 mar. 2025.

ANTONIASSI, Giulliana Cassandra Pacheco Soster *et al.* **A educação infantil e a sua relação com a educação ambiental no desenvolvimento humano sustentável da criança pequena**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2022. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/28963 Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: Ministério da educação, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 28 fev. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/. Acesso em: 02 abr. 2025.

MORAES, Giane Severino Correa; COELHO, Helda Gomes, A importância do lúdico na educação infantil, **REEDUC revista de estudos em educação**, 2021. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11569 Acesso em: 9 mar. 2025.

OLIVEIRA, Adelson Dias *et al*. A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental.** São Paulo, v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/355017438_A_Educacao_Ambiental_na_Base_Nacional_Comum_Curricular_os_retrocessos_no_ambito_educacional Acesso em: 22 fev. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. A construção da primeira base nacional comum curricular para a educação infantil. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [*S. l.*], v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: DOI: 10.9771/re.v8i2.28263. Acesso em: 2 mar. 2025.

PACHECO , Mayara Alves Loiola; CAVALCANTE, Priscila Viana; SANTIAGO , Renata Glicia Ferrer Pimentel. A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil. **Ensino em Perspectivas**, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6383. Acesso em: 14 out. 2025.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, São Paulo, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: https://periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60 Acesso em: 02 abr. 2025.

SANTOS, Jordanna Sanzoni Bruno. **O lúdico na educação infantil**. Repositório puc Goiás, GO, Trabalho de conclusão de curso, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2201 Acesso em: 28 fev. 2025.

SERRA JUNIOR, Dionizio Ferreira; SOUZA, Rosa Cristina; BALDASSINI, Rutineia dos Santos. A Importância da Educação Ambiental nas escolas para a promoção do desenvolvimento sustentável . **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, *[S. l.]*, v. 8, p. 185–194, 2024. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/197. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Heloina Oliveira Oliveira; BEZERRA, Renilton Delmundes. A importância da educação ambiental no âmbito escolar. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 12, p. 163-172, 2017. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/267891007.pdf Acesso em: 16 mar. 2025.

VERDERIO, Leonardo Álisson Pompermayer.O desenvolvimento da educação ambiental na educação infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental,** São Paulo, v.16, No 1: 130-147, 2021. Disponível em: file:///D:/USUARIO/Downloads/10617-Texto%20do%20artigo-46950-2-10-20210204.pdf Acesso em: 9 mar. 2025.

AUMENTO DOS DIAGNÓSTICO DE (TEA)TRASTONO ESPECTRO AUTISTA: FATORES CLÍNICAS SOCIAL NOS ÙLTIMOS ANOS

CATEGORIA: Trabalho de Conclusão de Curso

Eliane Aparecida de Oliveira Silva[1]
Sibele Godoy Caminski[2]

Resumo – Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o aumento dos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas últimas décadas. O objetivo central foi investigar os fatores que impulsionam esse crescimento, levando em conta elementos genéticos, ambientais e sociais, além da ampliação dos critérios diagnósticos e dos avanços nas pesquisas científicas. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos, revistas especializadas e documentos oficiais publicados entre 2019 e 2025. A análise demonstrou que a elevação de casos está, em grande medida, ligada a uma maior conscientização pública, à melhoria das técnicas de avaliação clínica e à formação de profissionais nas áreas da saúde e educação. Ademais, as alterações nos manuais diagnósticos, como o DSM-5 e o CID-11, aprimoraram a compreensão do espectro, possibilitando a identificação de casos mais leves. Conclui-se que o aumento nos diagnósticos de TEA não indica, necessariamente, um crescimento real na incidência, mas sim uma evolução nas maneiras de reconhecer e integrar pessoas com autismo.

Palavras-chave: Transtorno Espectro Autista; diagnóstico; inclusão; critérios.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, notou-se um aumento expressivo nas detecções de Transtorno do Espectro Autista (TEA), fenômeno que se deve especialmente ao aprimoramento dos critérios clínicos, à formação de profissionais e ao aumento da conscientização pública. O TEA é uma condição neurobiológica que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se com diversos graus de comprometimento. O crescimento nas detecções reflete tanto o avanço nas investigações quanto o fortalecimento das políticas de inclusão e das abordagens educacionais direcionadas à diversidade.

A justificativa para a realização deste estudo está embasada em três aspectos de importância: pessoal, social e acadêmica. O aspecto pessoal se refere ao interesse da pesquisadora em expandir seu conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), seja devido a uma afinidade com a temática ou ao anseio de auxiliar na melhoria da qualidade de vida das pessoas diagnosticadas. A pesquisa possibilita um aumento da sensibilidade e uma melhor compreensão das dificuldades e habilidades dos indivíduos com TEA, reforçando o

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

compromisso ético e humano da futura profissional em relação às demandas relacionadas à inclusão.

Do ponto de vista social, a investigação tem relevância devido à sua influência na comunidade. Ao examinar o diagnóstico precoce e os fatores que contribuem para a elevação dos casos de TEA, neste estudo, são discutidas diretrizes que podem ser utilizadas para a criação de políticas públicas mais eficientes, para o fortalecimento de práticas educacionais inclusivas e para a diminuição do preconceito. Assim, é promovida uma sociedade mais empática, informada e capaz de receber indivíduos com TEA em variados contextos, especialmente nos ambientes escolar e de trabalho.

Em relação ao aspecto acadêmico, a pesquisa é significativa por sua contribuição ao conhecimento científico e educacional. Ao coletar e analisar dados sobre o diagnóstico e a inclusão de pessoas com TEA, a pesquisa enriquece o entendimento atual, estimula novas investigações na área e apoia a formação de profissionais nas esferas educacional e da saúde, enfatizando a necessidade do diagnóstico precoce e de estratégias pedagógicas inclusivas. Além disso, destaca a função da universidade como um espaço para a reflexão crítica e a geração de conhecimentos que visam o bem social.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar os fatores que influenciam o crescimento dos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Especificamente busca identificar os critérios clínicos utilizados na avaliação e diagnóstico do TEA, e como eles evoluíram nos últimos anos, investigar os avanços na detecção precoce do transtorno e a capacitação dos profissionais de saúde como fatores que contribuíram para o aumento dos diagnósticos, analisar a influência de fatores genéticos e ambientais no reconhecimento mais frequente de casos de TEA e investigar os principais fatores que têm contribuído para o aumento dos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista nos últimos anos (2019-2025).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação dos dados e da observação das experiências dos sujeitos, enquanto a abordagem exploratória busca proporcionar uma maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito (Gil, 2019).

Já o caráter descritivo visa registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem interferir neles diretamente. Foi realizada por meio de análise documental e bibliográfica, utilizando bases de dados científicas como Scielo, Google Acadêmico, CAPES e outras plataformas confiáveis, com foco em estudos nacionais e internacionais que abordam o Transtorno do Espectro Autista, seus critérios diagnósticos e os fatores relacionados ao crescimento nos números de diagnósticos.

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como instrumento a leitura e seleção criteriosa de textos científicos. Foram priorizadas

publicações atualizadas que discutem os critérios diagnósticos do TEA, o avanço das ferramentas de diagnóstico, os fatores genéticos e ambientais, bem como os impactos sociais, educacionais e clínicos do aumento nos diagnósticos.

FATORES-CHAVE NO RECONHECIMENTO DO TEA: AVANÇOS NA DETECÇÃO PRECOCE, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E INFLUÊNCIAS GENÉTICAS E AMBIENTAIS

A detecção precoce do TEA tem sido um fator determinante para o aumento de diagnósticos, permitindo intervenções mais eficazes e melhorando a qualidade de vida das crianças (Santana; Fonseca, 2024). Estudos apontam que cerca de 80% dos casos têm origem genética, com maior risco para irmãos de indivíduos diagnosticados (Silva; Silva, 2020).

O CDC relata que, nos EUA, a proporção de diagnósticos passou de 1 em 166 crianças em 2004, para 1 em 36 em 2020, reforçando a necessidade de manter atualizados os dados epidemiológicos (CDC, 2023, apud de Jesus Faria; Massalai, 2024, p. 3).

A capacitação de profissionais de saúde é essencial para reduzir o intervalo entre a percepção dos primeiros sinais e o diagnóstico formal (Oliveira, 2017). Programas como o Proadi-SUS demonstram aumento na capacidade de identificação precoce de sinais de TEA, por professores e agentes de saúde, possibilitando encaminhamentos rápidos e intervenções oportunas (Campos; et al, 2021).

Conforme Campos et al. (2021) reforçam que a melhoria da capacitação em diferentes níveis do serviço de saúde é fundamental para superar desigualdades regionais e socioeconômicas, contribuindo diretamente para a ampliação dos diagnósticos precoces e a eficácia das intervenções clínicas.

Um exemplo relevante é o artigo de Silva et al. (2021) publicado na Revista Brasileira de Educação Especial, que destaca a importância da formação continuada de profissionais da educação para o reconhecimento precoce de sinais do Transtorno do Espectro Autista. Os autores afirmam que "a capacitação docente é um fator determinante para a identificação precoce do TEA, pois permite que os profissionais reconheçam comportamentos atípicos e encaminhem os alunos para avaliação especializada" (Silva et al., 2021). O estudo reforça que a detecção precoce está diretamente ligada à qualidade da formação dos profissionais da linha de frente, como professores e agentes da saúde básica, e que programas de capacitação têm contribuído para o aumento dos diagnósticos em idade escolar.

A compreensão dos fatores genéticos e ambientais envolvidos no Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem avançado significativamente, contribuindo para o aprimoramento dos critérios diagnósticos e para o reconhecimento precoce dos casos. Segundo Maia et al. (2020), "a interação entre predisposição genética e influências ambientais, como exposição a agentes tóxicos e complicações gestacionais, desempenha papel crucial na manifestação clínica do TEA, exigindo atenção multidisciplinar para sua identificação". Essa perspectiva integradora tem levado profissionais da saúde e da educação a considerar não apenas os comportamentos observáveis, mas também os contextos familiares e históricos de desenvolvimento, ampliando a eficácia dos processos de triagem e encaminhamento. O reconhecimento desses fatores é essencial para evitar subdiagnósticos e promover intervenções mais precisas e individualizadas.

Dessa forma, o aumento dos diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem suscitado questionamentos acerca de suas causas, levantando a hipótese de que esse crescimento não represente necessariamente uma epidemia real, mas sim o resultado de avanços nos critérios de avaliação, maior conscientização social e aperfeiçoamento dos instrumentos diagnósticos. De acordo com Fombonne (2020), embora fatores ambientais possam exercer alguma influência, as principais razões para o aumento das taxas de diagnóstico estão associadas a mudanças metodológicas e ao aprimoramento das práticas de identificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que tanto os elementos genéticos quanto os fatores ambientais têm um papel complementar na compreensão do Transtorno do Espectro Autista, com a interação entre os dois sendo essencial para elucidar a variedade de expressões do transtorno. Foi identificado que o crescimento no número de diagnósticos se deve, sobretudo, à melhora dos critérios clínicos, aos avanços na ciência e ao aumento da conscientização da sociedade.

Dessa maneira, o reconhecimento mais abrangente dos casos de TEA não deve ser visto necessariamente como um crescimento na taxa de ocorrência, mas sim como uma melhoria nas abordagens diagnósticas e nas intervenções. Espera-se que esta pesquisa apoie o fortalecimento de políticas inclusivas e a preparação de profissionais qualificados, fomentando assim uma sociedade mais receptiva e bem-informada sobre o autismo.

Com isso, pretende-se que esta pesquisa enriqueça a discussão sobre o assunto e estimule novas investigações que se concentrem na inclusão, no diagnóstico adequado e na recepção de indivíduos com TEA na sociedade. Acredita-se que o avanço contínuo da ciência, aliado ao compromisso ético e social dos profissionais envolvidos, será determinante para a construção de práticas mais justas, eficazes e acolhedoras no campo do autismo.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Este estudo recebeu apoio da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e do Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC), os quais forneceram assistência técnica e acadêmica para a execução desta pesquisa. Também expressamos nossa gratidão aos professores supervisores e à coordenação do curso pelo estímulo à pesquisa e à produção científica.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Thalita Ferreira et al. Análise da importância da qualificação dos profissionais de saúde para o manejo do Transtorno de Espectro Autista (TEA). Research, Society and Development, João Pessoa, v. 10, n. 6, p. e32910615667-e32910615667, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/15667/14139. Acesso em: 30 out. 2025.

FOMBONNE, Eric. Epidemiology of autism: prevalence, associated factors, and implications for services. In: VOLKMAR, F. R. (Ed.). Autism and Pervasive Developmental Disorders. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 97–122. Disponível em:

https://www.cambridge.org/core/books/autism-and-pervasive-developmental-disorders/epidemiology-of-autism/. Acesso em: 1 nov. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JESUS, Maria Victoria Faria de; MASSALAI, Renata. COMO OS FATORES GENÉTICOS CONTRIBUEM PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, Vitória, v. 10, n. 11, p. 29-55, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16446. Acesso em: 05 out. 2025.

MAIA, F. A.; SILVA, R. S.; OLIVEIRA, L. M. Fatores genéticos e ambientais associados ao Transtorno do Espectro Autista: implicações para o diagnóstico precoce. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 245–252, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, M. *et al.* **A massificação diagnóstica do TEA em análise: debates entre a clínica e a educação**. SciELO Preprints, 2021. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/12716/23371/24088. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, Nikely Verissimo; SILVA, Cláudia Sebastiana Rosa da. Estratégias de intervenção para a inclusão da criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil. **Caderno Intersaberes**, *[s.l]*, v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/lhilgemberg,+17+-+ESTRAT%C3%89GIAS+DE+INTERVEN%C3%87%C3%83O%20(1).pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

A SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS:UM OLHAR SOBRE A ANSIEDADE E ESTRESSE NA UNIVERSIDADE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Bruna Eduarda dos Santos Thibes[1]
Dianete Dal Pizzol Vieceli Leonhardt[2]

Resumo – O estudo realizado sobre a saúde mental de estudantes universitários revela que a ansiedade e o estresse são problemas prevalentes, intensificados pela alta carga de estudos, pressão por desempenho e incertezas sobre o futuro profissional. Essa rotina resulta em sobrecarga, dificuldade em conciliar a vida acadêmica com a pessoal e má qualidade do sono, prejudicando o bem-estar e o desempenho. A pesquisa identificou que a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) oferece atendimento psicológico aos acadêmicos; contudo, os dados revelam uma discrepância significativa entre a necessidade de apoio e a procura efetiva por esse serviço, o que dificulta a redução dos sintomas emocionais apresentados pelos estudantes. O objetivo principal do trabalho foi analisar esses fatores e, em conclusão, reforça-se a urgência de uma mudança cultural e institucional, exigindo que as universidades repensem a cultura de alta performance, fortaleçam e facilitem o acesso a serviços de bem-estar e apoio psicológico. Transformar esses achados em ações concretas é essencial para promover um ambiente acadêmico mais saudável e garantir o desenvolvimento pleno e a qualidade de vida dos acadêmicos.

Palavras-chave: ansiedade; acadêmicos; universidade.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos estudantes universitários tem se tornado um tema cada vez mais importante no cotidiano acadêmico. Ingressar na faculdade é um período de muitas mudanças na vida, tanto pessoais quanto sociais e profissionais. Nesse momento, o estudante tende a lidar com novas responsabilidades, cobranças por resultados e, muitas vezes, com a incerteza sobre o que vem pela frente. Essa rotina cheia de atividades, competição e pressão por parte da universidade pode acabar causar níveis de ansiedade e estresse.

Saber quais fatores contribuem para esses problemas é essencial para que as universidades possam criar formas de apoio mais eficientes, promovendo um ambiente mais saudável e equilibrado. Nesse cenário, uma questão central emerge: quais fatores que contribuem para a ansiedade e o estresse em estudantes universitários? Como esses problemas

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

podem influenciar na trajetória acadêmica, no desempenho, na saúde emocional e na qualidade de vida deles?

Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar os fatores que contribuem para a ansiedade e o estresse em estudantes universitários. Entre os objetivos específicos, queremos analisar como esses transtornos afetam a saúde mental, o desempenho nos estudos e a qualidade de vida dos alunos; verificar se existem políticas institucionais voltadas ao suporte psicológico e se elas são eficazes; identificar estratégias que possam ajudar a diminuir esses problemas; e entender como essas condições impactam a caminhada acadêmica dos estudantes.

Para isso, a pesquisa será feita com alunos de diferentes cursos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Fraiburgo – SC. O método será qualitativo e exploratório, usando uma abordagem dedutiva. A principal estratégia será uma pesquisa de campo para entender melhor os fatores ligados à ansiedade no contexto universitário. Os dados serão coletados por meio de um formulário eletrônico (Google Forms), acessível aos estudantes da UNIARP – Fraiburgo. Planejamos envolver cerca de 377 alunos matriculados nos cursos de graduação. A participação será voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que estará no início do formulário. Além disso, todas as informações serão coletadas de forma anônima, garantindo a privacidade dos participantes.

A relevância teórica e social deste estudo fundamenta-se no aumento notável de estudantes acadêmicos enfrentando dificuldades emocionais, especialmente relacionadas à ansiedade, o que reforça a necessidade de entender melhor esse fenômeno.

Por fim, este trabalho também está alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3 (ODS 3) da ONU, que busca garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar em todas as fases da vida. Reconhecer a importância da saúde mental no ambiente universitário é fundamental para criar condições que ajudem os estudantes a desenvolverem maior resiliência e enfrentarem os desafios pessoais, sociais e profissionais com mais equilíbrio.

METODOLOGIA

A pesquisa combina uma revisão bibliográfica detalhada com uma pesquisa de campo descritiva para investigar a saúde mental no ensino superior. A etapa teórica busca compreender fatores de estresse, elementos protetores e estratégias de intervenção, oferecendo base científica para a análise dos dados empíricos. O estudo de campo foi realizado com cerca de 168 estudantes da UNIARP em Fraiburgo, usando questionários online para coletar dados e identificar relações entre fatores de estresse e saúde mental. A análise incluiu métodos descritivos e de conteúdo para identificar padrões e experiências. O projeto seguiu critérios éticos, com aprovação do Comitê de Ética da UNIARP e participação voluntária por meio de Termo de Consentimento online, visando subsidiar ações e políticas de apoio no ambiente universitário.

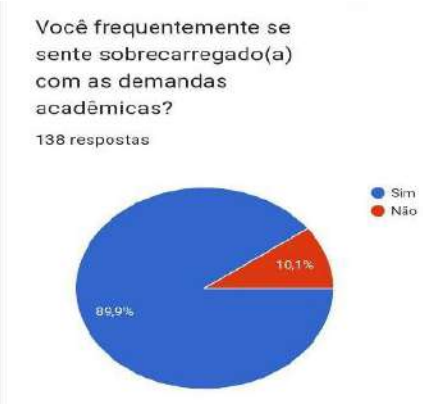
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta análise de dados tem como foco compreender os níveis de estresse, ansiedade e bem-estar emocional entre estudantes universitários. A partir de uma amostra composta por 138

participantes, o estudo buscou analisar os fatores que contribuem para a ansiedade e o estresse em estudantes universitários.

A pesquisa revelou que 89,9% dos estudantes entrevistados sentem-se sobrecarregados com as demandas acadêmicas, enquanto 10,1% afirmaram não sentir essa sobrecarga. A análise evidencia que a maioria dos participantes vivencia com frequência sentimentos de exaustão diante das exigências universitárias, o que reflete um elevado nível de estresse e pressão. Conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Sobrecarga com demandas acadêmicas.



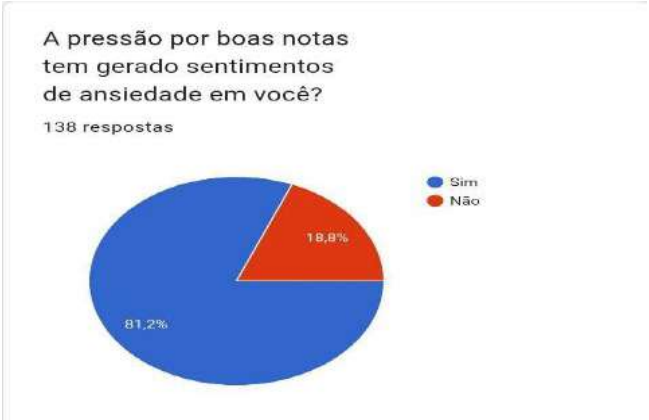
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Segundo Marques (2024), a ansiedade no Ensino Superior tem sido um tema de grande interesse e preocupação para a área de saúde mental e a comunidade acadêmica.

Percebeu-se também que a pressão por boas notas tem gerado sentimentos de ansiedade entre os discentes, sendo que 81,2% dos entrevistados relataram apresentar sintomatologias ansiogênicos em decorrência dessa cobrança por desempenho evidenciando que acadêmico tem uma preocupação excessiva com resultados que impactam negativamente a saúde mental.

Segundo Siqueira (2025), a rotina estressante dos estudantes universitários é um fator que contribui tanto para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade quanto para a intensificação de condições pré-existentes. Conforme apresenta o Gráfico 2 a seguir, a pressão por boas notas tem se mostrado um dos principais geradores de sentimentos ansiogênicos entre os estudantes.

Gráfico 2 – Pressão por boas notas gera sentimentos de ansiedade.

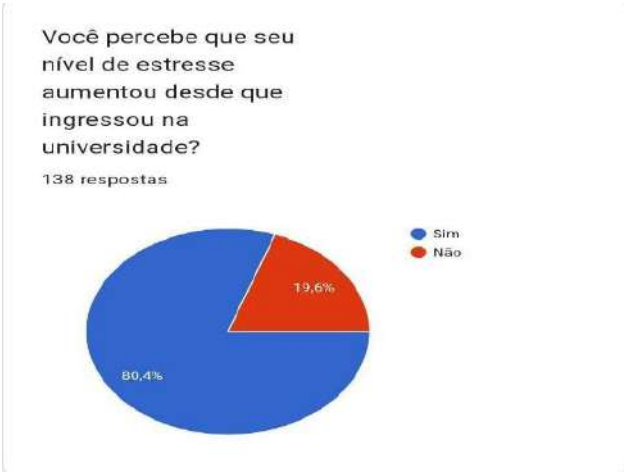


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em consonância à temática abordada, evidenciou-se que 80,4% dos entrevistados relataram aumento significativo nos níveis de estresse desde o ingresso na universidade. Esse dado revela que a vida acadêmica, com suas múltiplas exigências e pressões, pode se tornar um fator de risco para a saúde mental dos estudantes.

Segundo Silva e Loureiro (2020), o transtorno de ansiedade, caracterizado por sentimentos persistentes de medo, tensão e apreensão, afeta de maneira significativa o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional de estudantes universitários. Conforme evidencia o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percepção sobre aumento do nível de stress com graduação

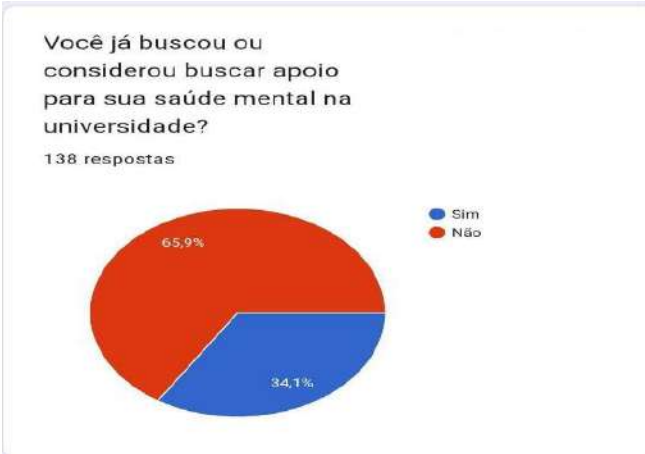


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A pesquisa investigou se os estudantes já buscaram ou consideraram buscar apoio para sua saúde mental na universidade. Conforme evidencia o Gráfico 4, 65,9% dos participantes não recorreram a esses serviços, enquanto 34,1% nunca buscaram nem sequer cogitaram a possibilidade de fazê-lo.

Nesse contexto, Marques (2024) ressalta que, frequentemente, os esforços empreendidos não são adequados para solucionar o problema de maneira permanente. Diante disso, sugere-se que a universidade amplie a divulgação e o acesso aos serviços disponíveis, promovendo estratégias que incentivem os estudantes a utilizar esses recursos de forma mais efetiva, conforme apresenta o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Buscou ou considerou apoio para saúde mental no âmbito universitário



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em síntese, os dados indicam que estresse e ansiedade são questões recorrentes no ambiente universitário, desencadeadas por fatores como a carga intensa de estudos, a pressão por desempenho, alterações no sono e a incerteza quanto ao futuro profissional. Essas dificuldades dificultam o equilíbrio entre a vida acadêmica e pessoal, aumentando a vulnerabilidade emocional dos estudantes.

Apesar desse cenário, muitos não procuram auxílio devido a barreiras de acesso aos serviços ou ao receio de julgamentos. Dessa forma, torna-se essencial que as instituições de ensino revisem a cultura de alta performance, fortaleçam redes de apoio e promovam maior acessibilidade aos serviços de saúde mental. Assim, é possível transformar esse conhecimento em ações concretas, garantindo uma experiência universitária mais saudável e equilibrada para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o estudo sobre a saúde mental dos estudantes universitários revela um cenário bastante preocupante. Muitos alunos enfrentam ansiedade e estresse agravados por fatores como a carga de estudos, as cobranças por desempenho e a insegurança sobre o futuro profissional. Os resultados mostram claramente que esses transtornos não apenas dificultam o

sucesso acadêmico, mas também representam um risco sério à saúde emocional e à qualidade de vida dos estudantes.

Apesar da universidade disponibilizar suporte psicológico para os acadêmicos 65,9% dos participantes não recorreram a esses serviços, enquanto 34,1% nunca buscaram nem sequer cogitaram a possibilidade de fazê-lo. Diante disso, sugere-se que a universidade amplie a divulgação e o acesso aos serviços disponíveis, promovendo estratégias que incentivem os estudantes a utilizar esses recursos de forma mais efetiva.

A pesquisa evidenciou que alta incidência de sofrimento emocional, o acesso ao suporte adequado ainda é limitado por obstáculos como a falta de serviços de apoio psicológico acessíveis, desconhecimento desse apoio e o medo do estigma evidenciando que políticas de apoio na teoria não basta é preciso tornar esses recursos mais visíveis, acolhedores e livres de preconceitos.

Por isso, as considerações finais reforçam que as instituições de ensino superior têm um papel fundamental na criação de um ambiente mais saudável e equilibrado. Isso envolve ações concretas, como revisar as demandas do currículo, diversificar as formas de avaliação e fortalecer a rede de apoio psicológico. Transformar os resultados desta pesquisa em ações práticas é essencial para que a jornada universitária seja uma etapa de crescimento completo e saudável, ajudando a evitar o esgotamento e formando futuros profissionais mais bem-estar e com uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Lisandra Sodré. O impacto da ansiedade nos alunos da Universidade e suas consequências na aprendizagem. 31 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2024. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7629. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, M. A.; LOUREIRO, S. R. *Saúde mental e ansiedade em estudantes universitários: desafios e estratégias de enfrentamento.* São Paulo: Cortez, 2020.

SIQUEIRA, Caroline da Costa. ANSIEDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: Vivências acadêmicas e impactos da ansiedade na saúde mental: revisão de literatura. Revista de Investigação Biomédica, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, 2025. DOI: 10.24863/rib.v17i1.592. Disponível em: //portalderevistas.grupoceuma.com.br/index.php/RIB/article/view/592. Acesso em: 25 out. 2025.

A ERA DIGITAL E SEUS REFLEXOS PSICOLÓGICOS: IMPACTOS DO USO EXCESSIVO DE TELAS NA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Julia Eloise Monteiro dos Santos[1]
Mahinã Leston Araujo[2]

Resumo – A era digital transformou significativamente a infância, incorporando as tecnologias digitais desde os primeiros anos de vida e modificando hábitos de aprendizagem, lazer e convivência familiar. No Brasil, a maioria das crianças e adolescentes possui acesso à internet, o que evidencia o papel central das telas no cotidiano infantil. Entretanto o uso excessivo desses meios eletrônicos tem sido associado a prejuízos cognitivos, emocionais sociais e físicos, incluindo dificuldades de atenção, ansiedade, distúrbios do sono, sedentarismo e obesidade. A pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário, ampliando o tempo de exposição as telas e reduzindo atividades físicas e interações presenciais. Diante desse contexto, destaca-se a importância da mediação familiar e escolar para orientar o uso equilibrado das tecnologias, promovendo experiências digitais saudáveis e educativas. A integração crítica das tecnologias na escola e o fortalecimento das políticas públicas voltadas a alfabetização digital e bem estar infantil são essenciais. Então o uso consciente e supervisionado das telas, aliado a corresponsabilidade entre família, escola e Estado, constitui o caminho fundamental para garantir um desenvolvimento infantil saudável e integral na era digital.

Palavras-chave: tecnologia; mediação; desenvolvimento; infância; uso de telas.

INTRODUÇÃO

A era digital transformou profundamente a infância, integrando tecnologias desde os primeiros anos de vida e remodelando hábitos de aprendizagem, lazer e convivência familiar. O acesso à internet e aos dispositivos digitais tornou-se parte integrante do cotidiano infantil, alternando as dinâmicas de socialização e desenvolvimento. Segundo alguns levantamentos nacionais a proporção de usuários de internet teve um salto significante principalmente com as crianças que não tinham esse hábito com tanta frequência.

Entretanto, apesar dos benefícios relacionados a aprendizagem e à socialização, o uso excessivo de tela apresenta riscos significativos ao desenvolvimento infantil, assim como os prejuízos cognitivos, e dificuldades de atenção e memória, além de impactos emocionais e sociais incluindo irritabilidades, impulsividade e redução das interações presenciais (Lima, et.al., 2023). A pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário, elevando o tempo de uso de telas e contribuindo para padrões de sedentarismo e distúrbios do sono (Molleri, 2023). Tais

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

transformações exigem uma análise crítica sobre o papel das famílias, escola e políticas públicas no processo de mediação tecnológica, afim de promover um uso equilibrado e consciente das tecnologias desde os primeiros anos de vida.

METODOLOGIA

Este estudo é do tipo bibliográfico e adota uma abordagem qualitativa (Gil, 2022, Minayo, 2014). A pesquisa foi realizada por meio da leitura de artigos científicos, livros e outros documentos confiáveis, com o objetivo de compreender e analisar os impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil. Para a construção do referencial teórico foram priorizados trabalhos publicados nos últimos cinco anos, com destaque para autores e instituições reconhecidos nas áreas da educação, psicologia e saúde infantil. As informações foram obtidas através de uma pesquisa detalhada em plataformas acadêmicas como SciELO, CAPES e Google Acadêmico. Os dados coletados foram organizados e analisados de forma reflexiva e crítica, com o intuito de destacar as principais discussões sobre o impacto das tecnologias na infância e o papel da mediação familiar e escolar nesse contexto. A análise considerou tanto os aspectos cognitivos e emocionais quanto os sociais e físicos, buscando compreender de que forma o uso prolongado de dispositivos digitais influencia o desenvolvimento integral das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A era digital transformou profundamente a infância, integrando tecnologias desde idades precoces e remodelando hábitos de aprendizagem, lazer e convivência familiar. Segundo estudo que analisou crianças de 0 a 8 anos, "a proporção de usuários de Internet saltou de 9% para 44% com idade de 0 a 2 anos e de 26% para 71% na faixa de 3 a 5 anos, e de 41% para 82 % na faixa de 6 a 8 anos" (Cetic. Br, 2025, p1).

No Brasil, a exposição de crianças à internet e a disposição digitais aumentou significativamente na última década, incluindo crianças de 0 a 8 anos, enquanto quase todas as crianças e adolescentes de 9 a 1 anos têm acesso à internet conforme os dados mais recentes, 95% da faixa etária de 9 a 17 anos acessam a internet (Cetic. Br, 2023). Essa realidade torna as tecnologias como componentes estruturantes na vida infantil, usados tanto para entretenimento quanto para a educação e socialização.

No entanto, o excessivo de telas apresenta diversos riscos ao desenvolvimento infantil. Estudos indicam que o tempo prolongado em frente a dispositivos eletrônicos está associado a prejuízos cognitivos como atenção, memória e concentração. Já nos prejuízos emocionais na ansiedade, irritabilidade, dificuldade da autorregulação. E também causam prejuízos sociais como a redução de interações face a face e habilidades de convivência. O uso excessivo de telas está associado a atrasos no desenvolvimento da linguagem, dificuldades de atenção, problemas de comportamento, como impulsividade e dificuldades na regulação emocional (Lima et.al., 2023).

A pandemia de COVID-19 intensificou essa tendência, aumentando o tempo de uso das telas e os padrões de sedentarismo, distúrbios do sono e isolamento social. As pesquisas brasileiras regulatória revelou que a pandemia reduziu o tempo dedicado para as atividades físicas das crianças e adolescentes e ao mesmo tempo aumentou uso de telas (Molleri, 2023).

Do ponto de vista da saúde mental, o uso intenso de dispositivos eletrônicos correlaciona-se a sintomas de ansiedade, depressão, déficit de atenção, hiperatividade e problemas emocionais (Santos, 2023). Em estudos de neuroimagem mostram que a exposição precoce e prolongada às tecnologias pode alterar a conectividade cerebral em regiões relacionadas à regulação emocional, atenção e controle inibitório, indicando impactos duradouros no desenvolvimento neurocognitivo e socioemocional (Rocha, 2025).

O excesso de exposição as telas também contribuem para o sedentarismo e obesidade infantil, ao reduzir as atividades físicas e interferir nos hábitos alimentares e o aumentar o consumo de alimentos ultra processados. Assim esse excesso está associado a maior risco de sobrepeso e obesidade, além da redução de duração do sono e menor quantidade de vida relacionada à saúde (Bassette, 2024).

Diante desse cenário, a mediação familiar e escolar do uso de tecnologias torna-se essencial. Na escola, a integração crítica das tecnologias depende de políticas de formação docente, currículos que indicam o letramento mediático e parcerias com família. A literatura enfatiza que não é a presença das tecnologias que determina impactos positivos ou negativos, mas a qualidade da mediação e o contexto afetivo em que são utilizadas. Conforme guia do governo brasileira, os hábitos de uso de telas são formados na primeira infância e é relevante o papel da mediação familiar (Governo Federal, 2025).

Portanto, o uso de tecnologias na infância deve ser equilibrado, orientado e supervisionado, buscando potencializar seus benefícios educativos e sociais, ao mesmo tempo em que minimiza os riscos para o desenvolvimento cognitivo, emocional social e físico das crianças. Conforme estudo que analisa a interação entre crianças e tecnologias digitais no ambiente familiar, é indispensável que haja mediação adulta qualificada e supervisão para que o uso de telas contribua ao desenvolvimento saudável da criança (Aquino; Caetano; Aquino, 2025).

As políticas públicas e as práticas educativas conscientes e a corresponsabilidade familiar e escolar são fundamentais para garantir um desenvolvimento infantil saudável na era digital. Em análise publicada recentemente, destaca-se que a implementação de políticas públicas, campanhas de conscientização e ações preventivas são fundamentais para alinhar o uso de telas ao que preconiza o ECA, protegendo o direito das crianças a um ambiente saudável e estimulante (Rabelo et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências torna-se indispensável compreender que o uso de tecnologias na infância deve ocorrer de forma equilibrada, orientada e supervisionada, com o objetivo de potencializar seus benefícios educativos e sociais e minimizar os riscos ao desenvolvimento cognitivo, emocional social e físico das crianças.

A mediação familiar e escolar assume papel central nesse processo, uma vez que a qualidade da interação com as telas é mais determinante que o tempo de exposição. Nesse contexto, a corresponsabilidade entre família, escola e Estado é essencial.

Políticas públicas e práticas educativas conscientes devem orientar o uso das telas, garantindo o direito das crianças a um ambiente digital seguro, equilibrado e promotor de bem estar. Somente com uma abordagem integrada e humanizada será possível conciliar o avanço tecnológico com a proteção e o desenvolvimento saudável da infância.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. C. F.; CAETANO, L. M. D.; AQUINO, C. C. F. Tecnologias digitais na primeira infância: experiências e riscos na interação com telas. Interfaces da Educação, v. 13, n. 38, 2025. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6081. Acesso em: 02 out. 2025.

BASSETTE, Fernanda. Maior tempo de tela piora a dieta de adolescentes e favorece obesidade.Agência Einstein / UOL, 12 abr. 2024. Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2024/04/12/maior-tempo-de-tela-piora-a-dieta-de-adolescentes-e-favorece-obesidade.htm. Acesso em: 02 out. 2025.

CETIC.BR. NIC.br; Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Cetic.br publica dados inéditos sobre o uso de tecnologias digitais por crianças brasileiras de até 8 anos. São Paulo, 11 fev. 2025.

CETIC.BR. NIC.br; Cetic.br. TIC Kids Online Brasil 2023: Crianças estão se conectando à Internet mais cedo no país. São Paulo, 2023.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.40. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/. Acesso em: 01 nov. 2025.

GOVERNO FEDERAL. Secretaria de Comunicação Social (Secom-PR); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais. Brasília: Secom-PR, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/guia-de-telas-acessibilidade.txt/view. Acesso em: 02 out. 2025.

LIMA, M. M. *et. al*. Impacto do tempo de tela no desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças em idade pré-escolar. Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, v. 5, n. 3, 2023. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/194/213. Acesso em: 01 nov. 2025.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLLERI, N. A. Impacto da Pandemia da COVID-19 na adequação de crianças e adolescentes brasileiros às diretrizes do movimento 24-h. (Doutorado). Instituto Nacional de Saúde da

Mulher, da Criança e do Adolescente. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://arca.fiocruz.br/bitstreams/d1899cb2-6fdf-4e45-a751-30d6a117986a/download. Acesso em: 01 nov. 2025.

RABELO, R. A. et al. Consequências da exposição precoce a dispositivos eletrônicos nos resultados do neurodesenvolvimento na primeira infância. Rev Neurocienc.12 de março de 2024, 32:1-19. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/16132. Acesso em: 01 nov. 2025.

ROCHA, H. Revendo os dados: exposição prolongada às telas e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Medscape Brasil, 11 fev. 2025. Disponível em: https://portugues.medscape.com/verartigo/6512318?form=fpf. Acesso em: 01 nov. 2025.

SANTOS, R. M. Pesquisa aponta que uso excessivo de telas por crianças aumenta risco de depressão. Agência CEUB, 14 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.uniceub.br/educacao-e-saude/pesquisa-aponta-que-uso-excessivo-de-telas-por-criancas-aumenta-risco-de-depressao/. Acesso em: 01 nov. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Claudia Weber da Silva[1]
Mahinã Leston Araujo[2]

Resumo – Este artigo analisa a importância da leitura na educação infantil para o desenvolvimento integral da criança, abordando seus benefícios cognitivos, emocionais e sociais. Por meio de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, identifica-se que a leitura, especialmente a compartilhada, estimula a imaginação, o vocabulário, a autorregulação e a empatia. Os resultados evidenciam que a literatura infantil configura-se como um instrumento pedagógico essencial para o desenvolvimento integral da criança, propiciando a elaboração de sentimentos, o enfrentamento de medos e a resolução simbólica de conflitos. Além disso, destaca-se o papel do professor como mediador e a necessidade de envolvimento familiar desde os primeiros anos de vida. Conclui-se que a leitura é uma ferramenta essencial para a formação de crianças críticas, criativas e socialmente desenvolvidas, sendo fundamental sua incorporação na rotina educacional.

Palavras-chave: leitura; educação infantil; desenvolvimento infantil; mediação; literatura infantil.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional, a leitura não deve ser compreendida apenas como preparação para a alfabetização, mas como um recurso que favorece várias dimensões do desenvolvimento infantil. Ao escutar histórias, interagir com textos e observar imagens, a criança desenvolve funções cognitivas, como atenção, raciocínio lógico e memória (Silva; Gonçalves, 2020).

Apesar dos benefícios reconhecidos, muitos desafios ainda se destacam. Entre eles a ausência de incentivo à leitura nos primeiros anos de vida, a dificuldade dos educadores em desenvolver estratégias lúdicas e a falta de práticas familiares que aproximem as crianças dos livros. Nesse sentido, a leitura compartilhada surge como uma prática importante, pois possibilita a interação entre crianças, familiares e professores (Freitas, 2020).

Diante disso, surge a questão central: qual a importância da leitura na formação cognitiva e emocional das crianças na educação infantil? Este trabalho tem como objetivo geral analisar

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

essa relevância, investigando os benefícios que a leitura traz para o desenvolvimento cognitivo e emocional na educação infantil.

A escolha do tema justifica-se pela relevância social e acadêmica que a leitura desempenha no contexto educacional contemporâneo. A infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano e a leitura, como prática formativa, exerce um papel fundamental na construção de habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica (Gil, 2002; 2008; Pereira; Coutinho, 2023). Para sua realização, foram consultadas fontes diversificadas, incluindo artigos científicos, livros e materiais disponibilizados em sites acadêmicos.

A coleta de dados foi realizada mediante buscas nas bases Google Acadêmico, SciELO e CAPES, utilizando um conjunto de Palavras-chave definidas a partir do tema central do trabalho. Os materiais identificados passaram por processo de seleção baseado na análise de seus Resumos, e os selecionados foram submetidos à análise crítica, visando a produção de conhecimento acerca da contribuição da literatura infantil para o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, a presente pesquisa sustenta-se em tais fundamentos para analisar a contribuição da literatura infantil no desenvolvimento integral da criança, recorrendo a fontes já publicadas e devidamente referenciadas.

A LEITURA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA INFÂNCIA

A literatura não apenas enriquece o conhecimento, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento emocional das crianças, ela proporciona experiências que vão além da leitura, despertando sentimentos e sensações. Para Alves (2023, p. 8) "[...] a literatura tem o poder de despertar a sensibilidade, afetividade e sentimentos na criança, leitura é prazer, é algo fantasioso e chamativo, é a descoberta de um mundo amplo e mágico, capaz de elevar e cultivar sensações por meio da leitura, [...]".

Da Silva e Azevedo (2021) afirmam que a literatura infantil consolida-se como área essencial ao desenvolvimento infantil, atuando como ponte entre a criança e o mundo. Por meio dela, a criança amplia seu repertório cultural, desenvolve o pensamento crítico e reconhece suas experiências no contexto social mais amplo, construindo conhecimentos de forma significativa e reflexiva.

A literatura infantil exerce um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Camargo e Silva (2020, p. 1) complementam essa ideia, afirmando que "[...] a Literatura Infantil possibilita às crianças novas experiências com a linguagem e com os sentidos, ou seja, proporciona um melhor desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional e sociocultural".

Ao analisar o desenvolvimento infantil, Silva (2024, p. 11) ressalta a importância da leitura:

> É através da leitura que a criança desperta diferentes emoções e amplia suas visões de mundo, é também nesse momento mágico que a criança se conecta ao seu mundo interior, dialoga com seus sentimentos mais íntimos, enfrenta os seus medos e desejos mais escondidos, supera os seus conflitos e encontra o equilíbrio necessário para o seu desenvolvimento.

A literatura infantil tem o poder de transformar a maneira como as crianças veem o mundo e interagem com ele. Da Silva et al. (2021) afirma que a literatura infantil desempenha um papel essencial na formação da cognição e psicologia infantil, pois, ao ouvir histórias, as crianças compreendem melhor o mundo social e se tornam mais aptas a atuar em suas relações diárias.

Cruz et al. (2022, p. 19) reforçam que "A mediação do docente é fundamental e indispensável na formação de leitores, pois ele é o maior responsável por dispor de situações para que seus alunos possam iniciar e desenvolver essa condição".

A mediação do professor, no entanto, exige intencionalidade pedagógica, indo além da simples escolha de um livro. Alves (2023, p. 7) ressalta que "[...] não se trata simplesmente do professor pegar qualquer livro de literatura infantil e ler para os seus alunos, é algo mais do que isso, antes mesmo de escolher um bom livro é importante desenvolver a intencionalidade pedagógica da proposta.

A leitura compartilhada é uma prática educativa que pode auxiliar no desenvolvimento de competências cognitivas específicas, desta forma, consideramos que a leitura compartilhada de livros pode ser relevante para o desenvolvimento cognitivo, social e relacional, pois o livro possibilita diversas experiências educacionais e sociais (Dias, 2023, p. 43).

Pessanha e Silva (2023, p. 186) enfatiza a importância do início precoce do incentivo à leitura: "A leitura deve ser incentivada para os pequenos, desde os primeiros anos de vida, no contexto familiar, e ter continuidade no decorrer das etapas escolares".

Para Giacomolli e Pereira (2021, p. 169) "A contação de histórias é de suma importância para o estimulo a leitura, desperta o senso crítico e estimula a imaginação e o desenvolvimento da criança se tornando um passaporte para a escrita".

Segundo Freitas (2020, p. 100), "[...] desde a gestação a criança já é capaz de escutar histórias, músicas e parlendas. Ela começa a estimular sua percepção e desenvolver sua possibilidade de compreensão ainda nessa fase".

Baía e Gasparelo (2025, p. 78) destacam que, "Desenvolver o interesse e o hábito pela leitura é um processo constante, que começa muito cedo, em casa, aperfeiçoa-se na escola e continuará pela vida inteira".

Para Trinca, Alberti e Moraes (2024, p. 77) essa importância é reiterada quando se observa que "A leitura é uma atividade fundamental na educação, que contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e criativos". A leitura na educação infantil consolida-se, portanto, como alicerce indispensável para a formação integral de crianças críticas, criativas e emocionalmente desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a leitura na educação infantil transcende a função de mera preparação para a alfabetização. Consolidou-se, conforme demonstrado, como um pilar indispensável para o desenvolvimento integral da criança, atuando de forma articulada e complementar nas esferas cognitiva, emocional e social.

Nesse processo, a figura do professor como mediador revela-se crucial. Cabe a ele, portanto, não apenas selecionar obras de qualidade, mas também criar um ambiente lúdico e acolhedor, onde a leitura é vivenciada como um momento de prazer e descoberta. A contação de histórias, o uso de fantoches e a leitura compartilhada emergiram como estratégias potentes para despertar o gosto pelos livros e formar leitores assíduos e críticos.

No entanto, o papel da escola não foi isolado. A pesquisa salienta que o envolvimento familiar constitui-se como um componente insubstituível nessa jornada. O contato com histórias desde a primeira infância, ainda no seio familiar, criou uma relação positiva com a leitura que foi consolidada e ampliada no ambiente escolar.

Diante do exposto, concluiu-se que investir na promoção da leitura na educação infantil significou investir na formação de indivíduos mais criativos, reflexivos e socialmente conscientes. A literatura infantil, portanto, não se configurou como um acessório, mas sim como uma ferramenta pedagógica central para a construção de uma educação que visa, verdadeiramente, o desenvolvimento pleno e integral da criança.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineide Marques. O papel da literatura infantil na vida cultural e social da criança. 16f. Artigo Científico(Pedagogia) - Universidade Estadual de Goiás, Campos Belos, 2023 . Disponível em: https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/3561/2/AC37%200007-2023.pdf Acesso em: 22 mar. 2025.

BAÍA, Denise de Lira; GASPARELO, Rayane Regina S. A importância da leitura na educação infantil. Revista Aproximação, Guarapuava, v. 7, n. 14, p. 76-86, 2025. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/8006/5915. Acesso em 26 ago. 2025.

CAMARGO, Maria Aparecida Santana; SILVA, Mari Jaqueline Pinto. A literatura infantil como um recurso pedagógico indispensável. Revista Espacios, *[s. l.]* v. 41, n. 09, p. 1-13, 2020. Disponível em; https://www.revistaespacios.com/a20v41n09/a20v41n09p13.pdf. Acesso em 12 ago. 2025.

CRUZ, Dailze Luzia da *et al*. A leitura na educação infantil através dos contos de fadas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, p. 10-60, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6346/2394. Acesso em: 25 out. 2025.

DIAS, Priscilla Nascimento. Leitura compartilhada e o uso da materialidade como estratégias para o desenvolvimento das funções executivas em crianças de 1-2 anos na Educação Infantil.

Brasília: Universidade de Brasília, 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/47135. Acesso em: 11 set. 2025.

FREITAS, Ângela Maria Xavier. A importância do uso da Literatura como recurso facilitador no processo de aprendizagem. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 06, nº 01, p. 98-110, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/20198/12828. Acesso em 11 set. 2025.

GIACOMOLLI, Leodete; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. Literatura e a contação de história na educação infantil. **Revista de Comunicação Científica**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 162–173, 2021. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/5836. Acesso em: 26 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

PEREIRA, Cintia; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. PESQUISA QUALITATIVA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 992-1001, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i3.8803. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8803. Acesso em: 28 out. 2025.

PESSANHA, Simone Eliane dos Santos; SILVA, Maurício Pedro da. O papel do professor face à literatura com crianças da educação infantil no contexto escolar. **Cadernos de Pós-graduação,** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 185-205, 2023. Disponível em: https://uninove.emnuvens.com.br/cadernosdepos/article/view/24149/10488. Acesso em 18 out. 2025.

SILVA, Maraysa da Silva e. A literatura na educação infantil e o desenvolvimento cognitivo da criança. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Letras. Universidade Estadual do Maranhão. **Repositório UEMA**, Caxias, 1- 45, 2024. Disponível em: https://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/3782 . Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Benedita Paulina da., *et al.* A importância da Literatura Infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 6, p. 1278-1289, 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1522/656. Acesso em 26 set. 2025.

SILVA, Mariana Lopes da; AZEVEDO, Ana Paula Zaikievicz. A importância da literatura infantil e o papel do professor como mediador deste trabalho na educação infantil. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Pedagogia – Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Mato Grosso do Sul, p. 1-19, 2021. Disponível em:

https://pergamum.ucdb.br/pergamumweb/vinculos/00000a/00000ab2.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, Danúbia do Rosário Abreu e; GONÇALVES, Rosângela Maria. O papel da literatura infantil no contexto da educação infantil e da educação infantil: uma revisão bibliográfica. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/3078. Acesso em: 25 set. 2025.

TRINCA, Cláudia Batista; ALBERTI, Maria Célia Ataíde; MORAES, Ana Maria Ortiz Lima de. A importância da leitura na educação. **Revista Autênticos**, São Paulo, v. 4, p. 70- 79, 2024. Disponível em: https://www.revistaautenticos.com.br/gallery/VOLUME%2004%20N%C3%9AMERO%2002%20-%20corrigida%20(1).pdf#page=70. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONVIVÊNCIA, INCLUSÃO E DESAFIOS: O TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR NAS RELAÇÕES ESCOLARES

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Daiane Aparecida Pereira[1]
Mahinã Leston Araujo[2]

Resumo – Este estudo tem como objetivo analisar os desafios da convivência e inclusão de alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) no ambiente escolar, destacando o papel da família, da escola e dos educadores no processo de convivência e aprendizagem. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de obras e artigos científicos com ênfase em produções brasileiras recentes sobre educação inclusiva e transtornos do comportamento. Os resultados apontam que o TOD, caracterizado por comportamentos desafiadores, irritabilidade e resistência à autoridade, exige intervenções interdisciplinares que envolvam o diálogo entre escola, família e profissionais da saúde. Constatou-se que a falta de formação especifica e de apoio institucional compromete a conduta pedagógico e favorecer a exclusão escolar. Por outro lado, estratégias baseadas na afetividade na escuta ativa e no reforço positivo demonstram eficácia na construção de vínculos e na redução de comportamentos opositores. Conclui-se que a inclusão de alunos com TOD requer corresponsabilidade entre família e escola, formação continuada dos docentes e práticas pedagógicas humanizadas, capazes de promover uma aprendizagem significativa e uma convivência respeitosa no ambiente escolar.

Palavras-chave: inclusão; pedagogia; transtorno opositor; escola; desafios.

INTRODUÇÃO

A escola exerce um papel social fundamental na formação do sujeito, sendo responsável por promover valores humanos e democráticos, contribuindo para uma sociedade plural (Pimentel e Silva; Paula Filho; Lima e Silva, 2025). Nesse contexto, destaca-se a complexidade do Transtorno Opositor Desafiador (TOD), um transtorno neuropsíquico caracterizado por comportamentos de oposição, irritabilidade, impulsividade e dificuldade em lidar com frustrações e regras sociais. Tais atitudes comprometem o desenvolvimento emocional e social da criança, afetando suas relações interpessoais e o desempenho escolar (Araújo; Lotufo Neto, 2014).

Na prática escolar, alunos com TOD são frequentemente rotulados como "indisciplinados" ou "agressivos", reflexo da falta de formação e de apoio institucional aos professores (Schirmer et al., 2023). Essa lacuna formativa compromete o reconhecimento e o manejo adequado das competências socioemocionais, prejudicando a inclusão e a aprendizagem (Reis; Coutinho, 2025).

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios da convivência e inclusão de alunos com TOD no ambiente escolar, compreendendo suas manifestações, o preparo docente, as estratégias pedagógicas e o diálogo entre escola e família. O estudo justifica-se pela escassez de pesquisas sobre o tema e pela necessidade de qualificar a formação docente voltada à inclusão. Sua relevância consiste em oferecer subsídios teóricos e práticos que favoreçam a construção de uma escola democrática, equitativa e verdadeiramente inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2014), busca compreender os fenômenos sociais a partir de seus significados e contextos, valorizando aspectos subjetivos e relacionais da realidade. Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pela análise de materiais já publicados — como livros, artigos e documentos científicos — com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo (Gil, 2022). Foram selecionadas publicações recentes, priorizando autores das áreas de educação inclusiva, psicologia educacional e neurodesenvolvimento. A coleta de dados ocorreu por meio de busca em bases como SciELO, CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados ao Transtorno Opositor Desafiador, inclusão escolar e formação docente. Os dados foram analisados de forma descritiva e crítica, buscando compreender os desafios da convivência e inclusão de alunos com TOD no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) é caracterizado por um padrão persistente de humor irritável, comportamento desafiador e atitudes vingativas, com duração mínima de seis meses. Afeta principalmente crianças e adolescentes entre 6 e 12 anos. "O transtorno tende a se manifestar ainda na infância, geralmente por meio de um padrão duradouro de comportamento provocativo, hostil e desafiador, dirigido tanto a adultos como pais e professores" (Agostini e Santos, 2017, p.45). Entre os sintomas mais comuns, destacam-se humor irritável ou raivoso, perda frequente de paciência, facilidade em se sentir incomodado e sensações recorrentes de raiva ou ressentimento. É comum apresentarem manifestações, comportamentos argumentativos e desobedientes, recusando-se a seguir regras e tentando transferir a responsabilidade de suas ações para terceiros. Conforme o ambiente em que ocorrem são: grau leve (em um contexto), moderado (em dois) e grave (em três ou mais). Essa diferenciação orienta os profissionais na definição de estratégias adequadas à realidade do indivíduo (American Psychiatric Association, 2014).

O desenvolvimento moral é aspecto essencial da socialização infantil, pois é por meio dele que a criança aprende valores e normas sociais (Savoia, 2009). Quando essa aprendizagem moral é comprometida, surgem riscos de comportamentos desajustados e condutas desafiadoras. Feldmann e Costa (2021) destacam que essas atitudes decorrem da dificuldade da criança em compreender e aceitar regras sociais, o que afeta sua convivência escolar. Para Savoia (2009), compreender o TOD exige considerar o contexto em que a criança se desenvolve, entendendo que o transtorno reflete falhas nas relações familiares e escolares que deveriam promover uma educação moral consistente.

Na prática escolar, comportamentos desafiadores podem ultrapassar o esperado para a idade, interferindo na aprendizagem e nas relações interpessoais. O TOD, ao afetar o desenvolvimento biopsicossocial da criança, pode gerar prejuízos nos aspectos afetivos, emocionais, sociais e escolares (Bezerra et al., 2024). Assim, é indispensável repensar as abordagens pedagógicas, buscando estratégias que favoreçam a inclusão, o desenvolvimento emocional e a aprendizagem significativa (Valle; Alves; Kaminski, 2024). Torna-se imprescindível que a escola adote estratégias pedagógicas diferenciadas e inclusivas, que considerem as necessidades específicas dos alunos.

Os sintomas do TOD causam prejuízos funcionais nos contextos familiar, escolar e social. No ambiente escolar, manifesta-se por discussões frequentes com professores, resistência às regras e explosões de raiva diante de correções. O TOD também pode estar associado ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o que agrava os sintomas e torna o manejo mais complexo (Araújo, 2017). A compreensão do transtorno está ligada ao processo de socialização e à transmissão de valores morais pelos adultos (Silva, 2017). Quando a criança não assimila adequadamente essas aprendizagens, surgem comportamentos agressivos, desafiadores e desrespeitosos. Essas atitudes interferem diretamente na aprendizagem e na construção de vínculos, exigindo uma análise multidisciplinar que considere os contextos familiar e escolar. A identificação precoce e o envolvimento da família e da escola são essenciais para reduzir os impactos negativos no desenvolvimento infantil.

A escola deve garantir práticas pedagógicas que respeitem as especificidades desses estudantes. O professor, como mediador, tem papel determinante no processo educativo. A empatia, o diálogo e o estabelecimento de limites claros são fundamentais para a convivência e a aprendizagem (Oliveira, 2020). A ausência de práticas inclusivas pode gerar exclusão simbólica e desmotivação. Por isso, a escola deve adotar metodologias ativas, recursos lúdicos e planos individualizados que considerem as potencialidades do aluno. A formação continuada dos professores é fundamental. Conforme Rodrigues e Lima (2021), compreender as características dos transtornos e aplicar metodologias adequadas favorece intervenções mais eficazes. A parceria entre escola, família e profissionais da saúde é indispensável para o sucesso da inclusão (Aragão, 2023).

Santos, Silva e Alencar (2021) reforçam que práticas baseadas no afeto, na escuta e na construção de vínculos reduzem significativamente comportamentos desafiadores. Varela (2022) destaca que o trabalho colaborativo entre escola, psicólogos e familiares permite identificar gatilhos e criar estratégias preventivas. Por fim, Oliveira (2023) defende que a escola deve romper com a lógica punitiva e adotar uma abordagem centrada no sujeito, valorizando sua trajetória e potencialidades. O professor, como mediador do desenvolvimento socioemocional, tem papel essencial na criação de um ambiente de pertencimento e acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno Opositor Desafiador (TOD) representa um desafio crescente no contexto escolar, exigindo uma compreensão multidimensional que envolva aspectos psicológicos, familiares, pedagógicos e sociais. O comportamento opositor de crianças e adolescentes não deve ser interpretado apenas como indisciplina, mas como expressão de dificuldades emocionais

e relacionais que requerem atenção especializada e estratégias educativas adequadas. O sucesso da inclusão desses alunos depende da articulação entre escola, família e profissionais de apoio, em um processo de corresponsabilidade que reconheça a singularidade de cada sujeito e promova um ambiente educativo acolhedor e cooperativo.

A formação docente é fator determinante para o enfrentamento das barreiras à inclusão, uma vez que professores preparados tendem a atuar com empatia e segurança, adotando práticas pedagógicas diferenciadas e pautadas no respeito à diversidade. Contudo, ainda há lacunas na formação inicial e continuada, bem como na oferta de recursos institucionais e apoio técnico, o que limita a efetividade das ações inclusivas. Assim, reafirma-se que a inclusão de alunos com Transtorno Opositor Desafiador não é apenas uma questão metodológica, mas um compromisso ético e humano, que exige uma cultura escolar pautada na empatia, no diálogo e na valorização da diversidade como caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, A. P.; SANTOS, F. R. Transtornos comportamentais na infância: diagnósticos e intervenções. São Paulo: Vozes, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAGÃO, A. C. L. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. Rebena – Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 218-232, 2023. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/146. Acesso em: 30 out. 2025.

ARAÚJO, J. P. Transtorno de oposição desafiante e fatores de risco associados em crianças escolares. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARAÚJO, A, S.; LOTUFO NETO, F. Transtornos disruptivos e da conduta na infância e adolescência. In: CAETANO, Débora; SCHEFFER, Débora de Oliveira (org.). Psicopatologia da infância e adolescência. São Paulo: Manole, 2014.

BEZERRA, Á. R. S et al. Transtorno opositor desafiador (TOD) no contexto escolar: uma revisão da literatura. Revista Educação e Humanidades, Uberlândia-MG, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378037597_Transtorno_opositor_desafiador_TOD_no_contexto_escolar_uma_revisao_da_literatura_Oppositional_defiant_disorder_odd_in_the_school_context_a_review_of_the_literature. Acesso em: 01 nov. 2025.

FELDMANN, J; COSTA, S. M. Enfrentando o TOD: 40 questões para lidar com o Transtorno Opositivo Desafiador. São Paulo: Matrix, 2021.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.40. ISBN 9786559771653. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/. Acesso em: 01 nov. 2025.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, A. P. A mediação docente na aprendizagem de alunos com transtornos de conduta. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, A. A. D. As práticas educativas e os obstáculos do professor frente ao Transtorno Opositor Desafiador. Revista de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação, v. 15, n. 3, p. 1–11, 2023. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/13169. Acesso em: 30 out. 2025.

PIMENTEL E SILVA, R. S.; PAULA FILHO, G. X.; LIMA E SILVA, R. B. A importância da Educação Inclusiva no contexto social das escolas públicas. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 14, 16 abr. 2025. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/14/a-importancia-da-educacao-inclusiva-no-contexto-social-das-escolas-publicas. Acesso em: 30 out. 2025.

REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. G. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 1, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17980. Acesso em: 30 out. 2025.

RODRIGUES, C. S.; LIMA, T. M. Formação de professores e práticas inclusivas. Brasília: Liber Livro, 2021.

SANTOS, B. T. A.; SILVA, J. C. F.; ALENCAR, G. P. Desafios e Práticas Inclusivas ao Aluno com Transtorno Opositor Desafiador na Educação Física Escolar: um Estudo de Revisão Integrativa. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 22, n. 3, p. 433-439, 2021. DOI: 10.17921/2447-8733.2021v22n3p433-439. Disponível em: https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9090. Acesso em: 30 out. 2025.

SAVOIA, M. Desenvolvimento moral e socialização infantil: contribuições da psicologia educacional. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHIRMER, C. R.; NUNES, L. R. d'O. P.; SILVA, Stefhanny Paulimineytrick N.; ARAÚJO, M. G, L. Relatos de professoras de Sala de Recursos Multifuncional sobre as condições de trabalho na escola. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, n. 1, e2/1-26, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70929. Acesso em: 26 set. 2025.

SILVA, R. M. Educação moral e psicologia do desenvolvimento: fundamentos para a formação ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VALLE, L. F.; ALVES, A. T. P.; KAMINSKI, V. L. Oppositional Defiant Disorder in pediatric patients and non-pharmacological treatment options. Research, Society and Development, v. 13, n. 12, 2024. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/47496. Acesso em: 26 set. 2025.

VARELA, M. O. U. Inclusão de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) na educação básica. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. 27 f. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/21497. Acesso em: 30 out. 2025.

AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO: A BASE EMOCIONAL PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA VIDA ADULTA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Andressa dos Santos Souza[1]
Mahinã Leston Araujo[2]

Resumo – O processo de alfabetização é anterior à escolarização formal e acompanha uma trajetória histórica da humanidade, evoluindo de uma pratica restrita a alguns grupos sociais para um direito universal. No Brasil, a alfabetização passou por transformações significativas desde o período colonial até a consolidação da escola pública no século XX. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe uma visão ampliada da alfabetização, que integra as dimensões cognitivas, sociais e afetivas. A afetividade e a alfabetização emocional manifestam-se como elementos centrais nesse processo, atuando como base para a aprendizagem significativa e para o desenvolvimento integral da criança. A relação afetiva entre professor e aluno é reconhecida como essencial para a construção de um ambiente de confiança, empatia e motivação. Estudos contemporâneos indicam que a presença de vínculos afetivos positivos na escola repercute diretamente na formação emocional, social e cognitiva dos estudantes, influenciando inclusive sua vida adulta. Dessa forma, alfabetizar como afeto representa não apenas um ato pedagógico, mas um compromisso humanizador que contribui para a formação de cidadãos mais consciente, autônomos e emocionalmente equilibrados.

Palavras-chave: alfabetização; afetividade; emoção; ensino-aprendizagem; desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização tem início muito antes da entrada da criança na escola e está profundamente ligada à história da humanidade. Nas comunidades antigas, o ensino e a aprendizagem eram práticas naturais, transmitias oralmente por meio da observação e da imitação dos adultos. Com o surgimento da escrita em civilizações como a Mesopotâmia e o Egito, a alfabetização passou a ser vista como símbolo de poder e prestígio social. Somente com o avanço das ideias iluministas e a valorização da razão e do conhecimento, ela começou a ser entendida como um direito social e um instrumento de emancipação humana (Soares, 2024; Anjo; Bicalho, 2024; Oliveira et al., 2024).

[1] Aluna do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No contexto brasileiro, a alfabetização formal teve início no período colonial, conduzida pelos jesuítas, que utilizavam métodos baseado na repetição e na memorização, com forte caráter religioso e moral. A partir do século XX, como a consolidação da escola pública e das políticas de universa lição do ensino, a alfabetização passou a ser reconhecida como um direito fundamental. As contribuições de Paulo Freire (1987) foram decisivas para essa mudança de paradigma, ao conceber a educação como um processo de libertação e diálogo entre sujeito. Documentos normativos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, mais recentemente, a Base Nacional Nacionais Comum Curricular (BNCC), consolidaram uma perspectiva de ensino que valoriza o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando as dimensões cognitivas, emocionai e sociais. (Brasil, 2018; Teixeira, 2024).

A afetividade, nesse cenário, emerge como elemento essencial para a aprendizagem significativa, pois estabelece vínculos de confiança e segurança emocional, promovendo o prazer de aprender e o desenvolvimento cognitivo da criança. Pesquisas contemporâneas indicam que o afeto é um fator determinante para o sucesso no processo de alfabetização, influenciando positivamente a autoestima, a criatividade e a autonomia dos alunos (Silva; Bonfim; Dedoné, 2023; Martins; Fernandes Júnior; Prado, 2023). A alfabetização emocional, portanto, amplia essa compreensão, ao reconhecer a escola como espaço de formação integral, responsável não apenas pela transmissão de conteúdo, mas também pelo desenvolvimento de competências socioemocionais (Goleman, 2012; Falconery; Leal, 2024).

Assim, alfabetizar com afeto é cultivar a base para o desenvolvimento humano pleno. A relação afetiva entre professor e aluno favorece o aprendizado, fortalece vínculos e contribui para a construção de cidadãos mais conscientes, empáticos e emocionalmente equilibrados. Desse modo, a educação torna-se um ato transformador, comprometido com a formação de sujeitos críticos e socialmente participativos.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica e de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar como a ausência de afeto na infância impacta o desenvolvimento escolar e emocional de alunos no ciclo de alfabetização. Por meio de análises de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos acadêmicos recentes (2021 – 2025), buscou-se compreender criticamente o papel da afetividade no contexto educacional.

A abordagem qualitativa permitir interpretar fenômenos subjetivos, emocionai e relacionais, valorizando experiencias humanas no processo de ensino-aprendizagem. A coleta de dados ocorreu em base acadêmica como SciELO, CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à afetividade e aprendizagem. A análise descritiva e interpretativa evidenciou a importância da afetividade para o desenvolvimento integral dos estudantes e para construção de vínculo positivos entre professores e alunos, favorecendo a aprendizagem significativa e o ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de alfabetização tem inicio muito antes da entrada da criança na escola e está intimamente ligada à história da humanidade. Antes da existência da instituição escolares, o ensino e a aprendizagem aconteciam de maneira natural e por meio de praticas cotidianas da comunidade local, nas quais o conhecimento era transmitido oralmente e baseado na observação e na imitação dos adultos. Com o surgimento da escrita nas antigas civilizações, como a mesopotâmia e a egípcia, a alfabetização passou a ser vista como um instrumento de poder e prestigio social. Somente com o avanço das ideias iluministas e a valorização da razão e do conhecimento, ela começou a ser entendida como um direito social e um meio de emancipação humana (Soares, 2024; Anjo; Bicalho, 2024; Oliveira et al, 2024).

No Brasil, as primeiras práticas de alfabetização formal ocorreram no período colonial, conduzidas pelos jesuítas no século XVI, que utilizavam métodos baseados na memorização e repetição, com forte influência religiosa e moral. A partir do século XX, com a consolidação da escola pública e o avanço das políticas de universalização do ensino, a alfabetização passou a ser reconhecida como um direito de todos e uma etapa fundamental da educação básica. As ideias de Paulo Freira contribuíram significativamente para essa visão, ao defender que a educação é um processo de libertação e diálogo entre sujeitos (Frente, 1987; Brasil, 2018; Soares, 2024).

No campo normativo, os Parâmetros Curricular Nacionais (PCNs), na década de 1990, representaram um marco para a organização curricular brasileira, ainda centrada na transmissão de conteúdo. Já a Base Nacional Curricular (BNCC), de 2018, trouxe uma concepção mais integrada e humanizadora, destacando que a alfabetização deve contemplar não apenas o domínio cognitivo, mas também o desenvolvimento emocional, socia, social e cultural dos estudantes (Brasil, 2028). Nesse contexto, o professor assume um papel de mediador, responsável por articular as dimensões afetivas e cognitivas e criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e significativo.

A afetividade, desempenha um papel essencial no processo de alfabetização, onde ela constitui a base emocional que sustenta a aprendizagem significativa, promovendo a segurança, a motivação e o prazer em aprender. Quando o ambiente escolar é alternado por relações afetivas positivas, a criança sente-se à vontade para se expressar, errar e construir conhecimento de forma autônoma. Segundo Vygotsky (1998), o aprendizado ocorre nas interações sociais, e a afetividade estabelece a ponte entre o sentir e o pensar, integrando emoções e razão no ato de aprender. Estudos recente realizados no contexto brasileiro reforçam essa perspectiva, destacando a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizado e no desenvolvimento integral da criança (Silva; Bonfim; Dedoné, 2023; Martins Fernandes Junior; Prado, 2023).

A alfabetização emocional amplia essa compreensão, posicionando a escola como um espaço responsável não apenas pelo ensino da leitura e da escrita, mas também pela formação emocional dos alunos. De acordo com Goleman (2012), o desenvolvimento de competências emocionais é essencial para que a criança aprenda a lidar com suas emoções, resolva problemas e se relacione de maneira saudável com o outro. Assim, o professor deixa de ser apenas

transmissor de conteúdos e torna-se um mediador afetivo e cognitivo, capaz de transformar a sala de aula em um espaço de confiança, empatia e crescimento mútuo.

A relação afetiva entre professor e aluno é, portanto, um dos pilares do sucesso no processo de alfabetização. Quando o docente estabelece vínculos positivos, reconhece as emoções e as necessidades de cada criança e adota práticas pedagógicas sensíveis e humanizadas, o aprendizado torna-se mais eficaz e prazeroso. A afetividade, nesse contexto, não é apenas uma demonstração de carinho, mas uma postura pedagógica intencional que respeita a singularidade do aluno e valoriza sua trajetória pessoal (Teixeira, 2024; Almeida; Silva, 2022).

Os impactos das experiências afetivas na alfabetização estendem-se para além do período escolar e influenciam toda a vida adulta. Crianças que vivenciam um processo de alfabetização pautado no afeto tendem a se tornar adultos mais autoconfiantes, criativos, equilibrados emocionalmente e socialmente participativos. Pesquisas recentes mostram que a alfabetização de qualidade, associada a um ambiente emocionalmente acolhedor, repercute positivamente na autoestima, na capacidade de comunicação e até mesmo na renda e nas oportunidades de trabalho (Souza, 2023; Silva; Bonfim; Dedoné, 2023). Por outro lado, a ausência de afetividade na infância pode gerar insegurança, baixa tolerância à frustração e dificuldade em estabelecer vínculos e enfrentar desafios na vida adulta.

Dessa forma, a afetividade deve ser compreendida como um investimento de longo prazo, capaz de moldar não apenas o processo de aprendizagem, mas a formação integral do ser humano. Ela atua como mediadora entre a alfabetização técnica e o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Ensinar a ler e escrever com afeto é, portanto, cultivar o futuro do adulto, promovendo cidadãos mais conscientes, autônomos e emocionalmente equilibrados.

Conclui-se que alfabetizar é muito mais do que ensinar códigos linguísticos; é um ato profundamente humano e transformador. A afetividade, quando presente no ambiente escolar, torna o aprendizado mais significativo, fortalece vínculos e contribui para a formação de indivíduos capazes de aprender, conviver e transformar o mundo ao seu redor. A escola e o professor, ao reconhecerem essa dimensão afetiva, cumprem seu verdadeiro papel de mediadores do desenvolvimento integral e de promotores de uma educação mais justa, inclusiva e humanizadora (Teixeira, 2024; Falconery; Leal, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreender-se que o processo de alfabetização supera a simples decodificação de símbolos e palavras, configurando-se como uma pratica social, histórica e afetiva que contribui para a formação integral do ser humano. Desde suas origens, a alfabetização evoluiu de uma prática restrita a pouco para um direito universal, essencial à construção da cidadania e da emancipação individual e coletiva. Nesse processo, a afetividade se revela como elemento indispensável, pois sustenta a motivação, a autoconfiança e o prazer em aprender, aspectos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança.

O papel do professor, nesse contexto, ganha relevância ao assumir uma postura mediadora e humanizadora, capaz de integrar razão e emoção, conhecimento e sensibilidade.

Ao promover um ambiente de acolhimento, respeitando e empatia, a docente posseira experiencias significativas que ultrapassam os limites da sala de aula e refletem-se na vida social e emocional do educando. Assim, alfabetizar como afeto é promover uma educação transformadora, que valoriza o ser humano em sua totalidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e solidária.

REFERÊNCIAS

ANJO, K.; BICALHO, C. Reflexões sobre a alfabetização e a construção da linguagem escrita. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2024.

ALMEIDA, A. P.; SILVA, R. R. A afetividade e o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 6, n. 8, p. 211-225, 2022. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/afetividade-processo-ensino.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 2 nov. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS FERNANDES JÚNIOR, Á.; PRADO TOALHARI ENDO, F.; DAHLE DE ALMEIDA, S. A importância da afetividade entre professor e aluno na educação infantil: como a afetividade pode influenciar no processo da aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança, sob a teoria de Henri Wallon. Veredas – Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 6, n. 11, p. 136-154, jun. 2023. DOI: 10.56242/revistaveredas;2023;6;11;136-154.

FALCONERY, A. C. A; LEAL, D. A. A influência da afetividade no processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, v. 10, n. 12, p. 3759-3772, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17720.

GOLEMAN, D. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, H. F.; BONFIM, C. Ra. S; DEDONÉ, T. S.; VENTURINO, C. D.. A influência da afetividade no processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 8, ed. 11, vol. 1, p. 161-175, nov. 2023. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/influencia-da-afetividade.

SOARES, M. Alfabetização e letramento: uma perspectiva social e histórica. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

OLIVEIRA, A.C.; SILVA, J.; SANTOS, M. Afetividade e aprendizagem na alfabetização: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2024.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SILVA, H. F.; BONFIM, C. R. S.; DEDONÉ, T. S.; VENTURINO, C. D. A influência da afetividade no processo de ensino-aprendizagem na educação básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 8, ed. 11, vol. 1, p. 161-175, nov. 2023. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/influencia-da-afetividade.

SOUZA, I. R. Afetividade na educação infantil: a relação entre professor-aluno como potencialização do bem-estar e aprendizagem das crianças. Eventos Pedagógicos, v. 14, n. 2, p. 293-301, jul. 2023. DOI: 10.30681/reps.v14i2.11454.

TEIXEIRA, K. P. S. Perspectivas da afetividade na Educação Infantil. Eventos Pedagógicos, v. 15, n. 2, p. 330-339, 2024. DOI: 10.30681/reps.v15i2.12616.

VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA SÃO MIGUEL: O LÚDICO E A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Categoria: Estágio Supervisionado

Marcia Juliana Bora[1]
Lidiane Fatima Grutzmann[2]
Deize Maria Baretta[3]

Resumo – O presente trabalho apresenta as práticas desenvolvidas durante o estágio supervisionado na turma do segundo ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Educação Básica, São Miguel com 20 crianças entre 7 e 8 anos de idade. O estágio foi realizado em setembro de 2025, totalizando 40 horas, sendo 20 horas de observação e 20 horas de regência. As atividades foram planejadas de forma interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de Ciências, História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Ensino Religioso. O tema central de Ciências abordou os estados físicos da água; em História e Geografia, estudaram-se os conceitos de bairro, cidade e estado; em português, trabalhou-se a formação de frases e leitura em Matemática, as operações de agrupamento, subtração e multiplicação. As atividades foram lúdicas, criativas e significativas, proporcionando excelente engajamento e aprendizagem dos alunos, com resultados extraordinários. O estágio se mostrou essencial para a integração entre teoria e prática, fortalecendo a formação docente

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; estágio; aprendizagem; lúdico; educação.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um componente essencial do curso de Pedagogia, pois possibilita ao acadêmico a vivência da realidade escolar, integrando a teoria à prática pedagógica. De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o estágio é uma atividade educativa supervisionada que tem como objetivo preparar o estudante para o exercício profissional, promovendo aprendizagens significativas no contexto real de ensino. O estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um momento de observação, reflexão e ação, que permite compreender as dinâmicas da sala de aula, as necessidades dos alunos e os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

A observação e a intervenção no espaço escolar permitem reconhecer o papel do professor como mediador do conhecimento, favorecendo a aprendizagem colaborativa e a troca de saberes. Dessa forma, o estágio supervisionado consolida-se como um elo entre a formação

[1]Aluna do Curso de Pedagogia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Pedagogia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

acadêmica e o exercício da docência, promovendo a reflexão crítica sobre a prática educativa e o aperfeiçoamento constante das ações pedagógicas.

Além disso, o estágio proporciona ao acadêmico o desenvolvimento de competências fundamentais para sua formação docente, como a capacidade de planejar, mediar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem. Durante essa experiência, o estudante tem a oportunidade de observar práticas pedagógicas, identificar metodologias eficazes e compreender a importância da relação entre professor e aluno para o sucesso escolar. Esse processo contribui para a construção da identidade profissional e para o fortalecimento do compromisso ético e social com a educação.

A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

O estágio foi realizado na Escola Municipal de Educação Básica São Miguel, em uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental, com 20 crianças entre 7 e 8 anos de idade, durante o mês de setembro de 2025, totalizando 40 horas, sendo 20 horas de observação e 20 horas de regência.

Durante a fase de observação, buscou-se compreender o contexto escolar, o comportamento das crianças, as metodologias de ensino adotadas e as interações entre professor e alunos. Essa etapa permitiu analisar as práticas pedagógicas e a organização da rotina escolar, observando como o ambiente influencia o processo de aprendizagem.

Na etapa de regência, as atividades foram planejadas de forma interdisciplinar, abrangendo as áreas de Ciências, História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Ensino Religioso. O tema central desenvolvido foi "Os estados físicos da água", trabalhado por meio de atividades experimentais, lúdicas e práticas, com o objetivo de promover o envolvimento e o aprendizado significativo das crianças.

Foram utilizadas metodologias ativas e estratégias diversificadas, como jogos, brincadeiras, confecção de cartazes, atividades de leitura, escrita e experimentação científica, estimulando a curiosidade e a autonomia dos alunos. O planejamento das aulas foi elaborado com base nas competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando ao desenvolvimento integral das crianças e à articulação entre teoria e prática.

Além disso, o registro reflexivo e a análise das ações realizadas em sala de aula foram fundamentais para compreender os resultados obtidos, permitindo ao acadêmico revisar, aprimorar e consolidar sua prática docente. Assim, o estágio configurou-se como uma experiência significativa para a formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade pedagógica, da capacidade de planejamento e da postura reflexiva diante do ensino.

O estágio supervisionado é um componente essencial do curso de Pedagogia, pois possibilita ao acadêmico a vivência da realidade escolar, integrando a teoria à prática pedagógica. De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o estágio é uma atividade educativa supervisionada que tem como objetivo preparar o estudante para o exercício profissional, promovendo aprendizagens significativas no contexto real de ensino. O estágio nos anos iniciais do Ensino

Fundamental é um momento de observação, reflexão e ação, que permite compreender as dinâmicas da sala de aula, as necessidades dos alunos e os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

Durante o período de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades pedagógicas interdisciplinares e lúdicas com a turma do segundo ano. Em Ciências, foi elaborado o conteúdo sobre as transformações do estado físico da água, trabalhando com gelo, água líquida e água fervendo, para que as crianças observassem as mudanças e compreendessem os estados sólido, líquido e gasoso. As experiências práticas despertaram curiosidade e encantamento, permitindo que os alunos visualizassem as transformações de forma concreta.

Nas disciplinas de Geografia e História, os conteúdos abordaram os bairros, a cidade e o estado, destacando a importância da localização e do pertencimento ao espaço em que vivem. Foram utilizados cartazes e um mapa levados para a sala de aula, possibilitando que os alunos identificassem sua posição geográfica e compreendessem o ambiente ao seu redor.

Em Educação Religiosa, foi trabalhado o tema das tradições da cidade, explorando os aspectos típicos da cultura gaúcha e as comidas tradicionais de Santa Catarina, além de passeios turísticos e o artesanato local, valorizando a cultura regional e o respeito às diferentes tradições.

Na área de Matemática, o foco foi o trabalho com agrupamentos, adição e subtração, utilizando tampinhas para desenvolver o raciocínio lógico e o conceito de quantidades de forma concreta. Foram propostas também brincadeiras lúdicas e atividades com dados, tornando o aprendizado mais divertido e dinâmico.

Em português, foi realizada a formação de frases de modo lúdico, utilizando árvores montadas no quadro e latas com palavras dentro para que os alunos criassem frases completas e coerentes. Também foram feitas leituras de livros para aprimorar a leitura e a escrita, e atividades para montar historinhas e completar frases, com o uso de materiais visuais, cartazes e livros variados, estimulando a imaginação e o desenvolvimento da leitura.

Os resultados obtidos durante o estágio foram extremamente positivos. As atividades lúdicas despertaram grande interesse nas crianças, promovendo envolvimento, cooperação e entusiasmo nas tarefas. A interdisciplinaridade possibilitou uma aprendizagem mais significativa, pois os conteúdos foram trabalhados de maneira integrada e contextualizada. Em Ciências, os alunos compreenderam as transformações da água por meio da experimentação; em História e Geografia, identificaram sua localização no bairro e na cidade; em português, aprimoraram a escrita e a formação de frases completas; em Matemática, compreenderam melhor os conceitos de agrupamento e operações básicas. A utilização de jogos, cartazes e materiais visuais auxiliou na consolidação dos conhecimentos.

O estágio possibilitou observar o quanto o lúdico e a interdisciplinaridade favorecem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, conforme defendem autores contemporâneos como Antunes (2021) e Morin (2021), que ressaltam a importância da experiência e da emoção na construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado é um momento essencial na formação docente, pois permite ao acadêmico vivenciar a realidade da educação básica e refletir sobre sua prática pedagógica. A experiência desenvolvida na turma do segundo ano demonstrou que o aprendizado se torna mais efetivo quando o aluno é colocado como protagonista de sua aprendizagem, participando de atividades práticas, criativas e interdisciplinares.

A integração entre teoria e prática foi fundamental para compreender a importância do planejamento e da mediação docente. A vivência no ambiente escolar reforçou o compromisso com uma educação de qualidade, inclusiva e significativa, contribuindo para a construção de uma identidade profissional crítica e reflexiva.

Durante o período de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades pedagógicas interdisciplinares e lúdicas com a turma do segundo ano. Em Ciências, trabalhou-se o conteúdo sobre as transformações do estado físico da água, utilizando experiências com gelo, água líquida e vapor, o que despertou curiosidade e encantamento nos alunos.

Nas disciplinas de Geografia e História, abordaram-se os conceitos de bairro, cidade e estado, promovendo a compreensão do espaço e o sentimento de pertencimento. Em Educação Religiosa, exploraram-se as tradições da cidade e os aspectos culturais da região, valorizando a diversidade e o respeito às diferentes manifestações culturais.

Na área de Matemática, o foco foi o trabalho com agrupamentos, adição e subtração, por meio de jogos e materiais concretos. Em Língua Portuguesa, foram propostas atividades de leitura, escrita e formação de frases, utilizando recursos lúdicos e visuais que estimularam a criatividade e o interesse das crianças.

Os resultados obtidos foram extremamente positivos. As atividades despertaram grande envolvimento e entusiasmo nas crianças, promovendo cooperação e aprendizagem significativa. O estágio possibilitou observar o quanto o lúdico e a interdisciplinaridade favorecem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, conforme defendem autores contemporâneos como Antunes (2021) e Morin (2021), que ressaltam a importância da experiência e da emoção na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

ANTUNES, Celso. **A inteligência emocional e a construção do conhecimento.** São Paulo: Vozes, 2021. Disponível em: https://www.vozes.com.br/. Acesso em: 30 out. 2025.

ANTUNES, Celso. **Aprendizagem significativa: a construção do conhecimento pela experiência.** Petrópolis: Vozes, 2021. Disponível em: https://www.vozes.com.br/. Acesso em: 30 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2021. Disponível em: https://www.pazeterra.com.br/. Acesso em: 30 out. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 26. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bertrandbrasil.com.br/. Acesso em: 30 out. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: https://www.cortezeditora.com.br/. Acesso em: 30 out. 2025.

ESTILOS DE APRENDIZAGEM: DA IDENTIFICAÇÃO AO APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS DE MANEJO

Categoria: Leitura interdisciplinar

Gabrielle Aparecida de Souza Marcondes[1]
Julia Caciano Asink Krupsack[2]
Kamila Pellizzaro Debastiani[3]

Resumo – O presente trabalho aborda as diferentes formas de aprender, relacionando-os ao processo de conhecimento, desenvolvendo e apontando estratégias para potencializar o aprendizado. A pesquisa originou-se da necessidade de duas escolas municipais em oferecer aos alunos informações sobre diversos assuntos ligados a psicologia, entre eles, as diversas formas que cada indivíduo assimila novos conteúdos, abrangendo os estilos visual, auditivo e cinestésico. O objetivo central foi transmitir aos alunos que não existe uma única forma de aprender, tampouco um que se demonstre superior as demais. Para tanto, explanou-se sobre as principais características de cada perfil, viabilizando uma compreensão macro sobre o processo de aprender em diferentes contextos. Em seguida, partiu-se para a investigação de cada um deles, oportunizando aos alunos que, com base em suas próprias vivencias, descobrissem qual era o seu estilo dominante. A partir dessa identificação, trabalhou-se a potencialização de cada um, de forma ilustrativa e lúdica, apresentando estratégias específicas para consolidar as suas habilidades individuais. O projeto buscou enfatizar que o conhecimento dos estilos de aprendizagem contribui para práticas educativas mais inclusivas e eficazes, potencializando o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Estilos de Aprendizagem; Psicologia Educacional; Ensino Médio; Estratégias Pedagógicas; Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Frente às necessidades exaradas pelas escolas do município de Fraiburgo, elaborou-se o presente projeto com a finalidade de que os alunos tomassem ciência acerca das diferentes formas de aprender, identificassem aquela que mais se destaca em si e compreendessem como utilizá-la de maneira adequada, potencializando sua absorção de conteúdo.

[1]Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; Especialista em Direito Médico e da Saúde pelo Gran Centro Universitário; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; Bacharela em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe; Advogada devidamente inscrita na OAB/SC nº 66.640.
[2]Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP; Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Iguaçu - Paraná. Bacharela em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Psicóloga Clínica devidamente inscrita no CRP nº 12/19979.

Cada indivíduo aprende de uma forma distinta, e compreender essas modalidades é fundamental para aprimorar o processo educativo; assim, destacam-se três principais categorias: visual, auditiva e cinestésica.

No perfil visual, o estudante assimila melhor o conhecimento por meio da visão, associando informações através de imagens, gráficos e observação. Já o tipo auditivo aprende principalmente pela escuta ativa, sendo favorecido por estímulos como fala, sons e ruídos. Por fim, o aprendiz cinestésico envolve-se com o uso do corpo e da prática, em que o movimento e a ação desempenham papel central na construção do saber.

Após essa explanação, aplicou-se um questionário elaborado cuidadosamente, o qual tinha por objetivo identificar, através das vivências cotidianas dos alunos, os seus estilos de aprendizagem dominante.

A partir dessa identificação, o objetivo central foi potencializar o aprendizado dos participantes, orientando-os sobre como aproveitar melhor suas próprias características cognitivas.

Nessa conjuntura, o aprendiz visual pode potencializar seus estudos utilizando esquemas, cores, mapas mentais e imagens para fixar melhor o conteúdo. Já o auditivo aprende mais quando escuta explicações, participa de debates ou grava áudios para reforçar o que foi estudado. Por fim, o cinestésico se beneficia da prática, realizando experimentos e atividades que envolvem movimento e ação.

Frente ao exposto, denota-se que compreender as formas de aprender constitui-se ferramenta essencial para a promoção de práticas pedagógicas personalizadas e eficazes, logo, identificar o modo predominante de cada aluno permite não apenas potencializar o processo de absorção de conhecimento, mas, também, contribui para o engajamento e autonomia do discente.

Por conseguinte, este trabalho busca observar de que forma o reconhecimento e a aplicação de estratégias compatíveis com os estilos de aprendizagem visual, auditivo e cinestésico podem potencializar o desempenho escolar e a qualidade do processo educacional.

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados e as principais reflexões teóricas sobre o tema abordado.

METODOLOGIA

No presente caso, a pesquisa se deu na Escola de Ensino Básico São José, no município de Fraiburgo/SC, com duas turmas de ensino médio, contando com a participação de aproximadamente 20 (vinte) alunos, no horário compreendido entre 19h10 e 20h00.

Esta pesquisa pode ser considerada quantitativa, pois segundo os ensinamentos de Lozada e Nunes (2018, p. 133), é aquela que "utiliza instrumentos de coleta de dados estruturados, como questionários, para fazer a captação de dados, que são generalizados de uma amostra para toda uma população estudada".

Por outro lado, as autoras dizem que a pesquisa qualitativa "se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais" (Lozada; Nunes, 2018, p. 133).

Frente as definições acima elucidadas, denota-se que, no tocante ao procedimento, se trata de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, a qual visa abordar os estilos de aprendizagem através da aplicação de pesquisa direcionada à identificação do estilo predominante de cada um, realizando a coleta de dados por meio de entrevistas ou observações, aplicando-se a combinação de ambas as técnicas para análise dos dados angariados (Lozada; Nunes, 2018).

Já a análise dos referidos dados se deu por meio de estatística descritiva, abrangendo percentual e representação gráfica, sendo submetidos à análise de conteúdo, possibilitando a identificação de padrões entre os estilos de aprendizagem e as estratégias utilizadas (Mendes; Miskulin, 2017).

ESTILOS DE APRENDIZAGEM E TÉCNICAS DE MANEJO

Os estilos de aprendizagem são o caminho para o indivíduo alcançar os seus objetivos, podendo, portanto, serem variáveis e melhor aplicado a cada um de forma particular e específica, motivo pelo qual serão estudados os três estilos distintos (Kolb; Rubin; Mcintyre, 1986).

Para França (2023, p. 21), "os estilos de aprendizagem não são estáticos e podem mudar de acordo com o processo de aprendizagem". Assim não se pode afirmar que um indivíduo aprende exclusivamente através de um único estilo; logo, possui um dominante, mas ainda poderá absorver conhecimento através dos demais estilos.

Estudos distintos afirmam que existe mais de uma forma de classificar os estilos de aprendizagem, entretanto, para a elaboração da presente pesquisa adotar-se-á a corrente que os correlaciona em visual, auditivo e cinestésico, que, de acordo como ensinado por França (2023, p. 20), "se encontra relacionado aos sentidos e atende as exigências escolares".

No estilo de aprendizagem visual, o indivíduo absorve conhecimento através da visão, ou seja, associa melhor as informações através do contato visual, sendo necessária a observação para a integralização do conteúdo. Já no auditivo, o aprendizado se dá por meio da escuta ativa, onde se faz necessário receber estímulos através da fala, sons e ruídos. O cinestésico, por sua vez, envolve ativamente a movimentação corporal, exercendo a aprendizagem através da prática (França, 2023).

Esclarece Almeida (2022, p. 11), que "o professor não poderá ser unicamente teórico e nem apenas um prático; o equilíbrio entre as duas características será essencial para a promoção da aprendizagem", ou seja, aquele que está transferindo conhecimento deve ajustar suas técnicas de ensinamento para fins de conseguir o melhor resultado na absorção daquilo que está sendo repassado.

Por estas explanações, destaca-se que a aplicação do presente projeto objetivou a elucidação das diferentes formas de aprendizagem, oportunizando equidade entre os alunos, de modo a enfatizar a importância da junção de mais de um método de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento, aplicação e resultados do presente projeto viabilizou a compreensão dos estilos de aprendizagem, a identificação do seu estilo predominante e o apontamento das melhores estratégias para a potencialização de cada um deles.

Ao possibilitar que cada estudante identificasse o seu estilo de aprendizagem dominante, foi possível orienta-los acerca do melhor manejo, instruindo-os como otimizar a sua forma de absorção de conhecimento.

Esse trabalho possibilitou autoconhecimento dos adolescentes, promovendo autonomia e valorizando a individualidade de cada aluno, oportunizando um desenvolvimento cognitivo melhorado e focado nas suas habilidades individuais.

Além disso, foi possível concluir que embora os adolescentes possuam um estilo que sobressai, o processo de aprendizagem permite que eles absorvam conhecimento através dos outros estilos, demonstrando que a integralização do conhecimento não é enrijecida.

Nesse diapasão, o papel do educador manifesta-se essencial ao processo de conhecimento, fazendo-se necessária a diversificação das técnicas de ensino, oportunizando um ambiente equilibrado e justo a todas as formas de aprendizagem.

Por derradeiro, conclui-se que a compreensão dos estilos de aprendizagem e a aplicabilidade correta das técnicas de manejo, contribui significativamente para a melhoria do processo de aprendizagem e do desempenho escolar dos adolescentes, o que justifica a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro. **Estilos de Aprendizagem:** subsídios para formação de professores. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FRANÇA, Marineide Pires de. **Estilos de aprendizagem x Metodologias de ensino:** metodologias de ensino do professor e a relação com os estilos de aprendizagem dos Alunos. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

KOLB, David; RUBIN, Irwin; MCINTYRE, James. **Psicologia Organizacional:** uma abordagem vivencial. São Paulo: Atlas, 1986.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. **A análise de conteúdo como uma metodologia.** Scielo Brasil, São Paulo, Cad. Pesqui. 47, Jul./Sep. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 29 out. 2025.

ENTREVISTA COM PSICOLOGIO DA AMA – ÉTICA E ATUAÇÃO PROFISIONAL

Categoria: Projetos Integradores

Fernanda vitória Zani[1]
Julia assunção[2]
Paulo Assis Crasnhak Filho[3]

Resumo – O presente Resumo expandido tem como objetivo analisar a prática ética e profissional de um psicólogo atuante na Associação de Pais e Amigos dos Autistas (AMA) de Fraiburgo, Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa básica, transversal, de caráter qualitativo, baseou-se em uma entrevista semiestruturada com o profissional, abordando temas como sigilo, limites de atuação, relações interpessoais, ética nas redes sociais e manejo de situações delicadas. A partir da análise das respostas, observou-se que a ética na Psicologia vai além do cumprimento de normas, constituindo-se como uma postura profissional e humana pautada na empatia, no respeito e na promoção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conclui-se que a atuação ética do psicólogo na AMA reforça o compromisso social da profissão com a dignidade e o desenvolvimento integral do indivíduo.

Palavras-chave: Ética profissional. Psicologia. Autismo. Sigilo. Atuação multiprofissional.

INTRODUÇÃO

A práxis psicológica dedicada a indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda uma rigorosa fundamentação deontológica. A ética é aqui postulada como a conditio sine qua non da atuação profissional, o pilar que diferencia a intervenção terapêutica legítima da má prática, assegurando a dignidade, autonomia e bem-estar do paciente.

Este estudo situa-se no locus da Associação de Amigos do Autista (AMA), uma instituição cuja missão transcende o assistencialismo clínico para advogar pelo desenvolvimento humano integral e pela inclusão social desta população.

O papel do psicólogo na AMA é, portanto, multifacetado, abrangendo desde intervenções clínicas sensíveis à singularidade de cada sujeito até a orientação familiar e a articulação multidisciplinar. O profissional opera como um facilitador do desenvolvimento cognitivo, social e comunicacional.

[1]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Psicologia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Neste contexto, o sigilo, o respeito e a responsabilidade social não são meras diretrizes, mas o alicerce do vínculo terapêutico e da credibilidade institucional. A atuação ética legitima a Psicologia como agente de transformação, comprometida com a justiça social e o respeito à neurodiversidade.

A pesquisa alinha-se, assim, a múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.Primariamente, conecta-se ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao focar na promoção da saúde mental de um grupo vulnerável. Secundariamente, dialoga com o ODS 4 (Educação de Qualidade), dado o suporte educacional e desenvolvimental provido.E, de forma central, ancora-se no ODS 10 (Redução das Desigualdades) e no ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao promover a inclusão social, a defesa de direitos e o fortalecimento de instituições justas para pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

O estudo foi um processo avaliativo (PA2), desenvolvido por meio de uma entrevista semiestruturada com o psicólogo Alex, profissional da AMA de Fraiburgo, com experiência prévia em hospitais psiquiátricos, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e clínica particular. A entrevista foi composta por questões abertas relacionadas a temas éticos como sigilo profissional, limites da atuação, relações interpessoais, situações delicadas, uso de redes sociais, recusa de atendimento, envolvimento emocional, respeito à diversidade e sofrimento familiar. Os dados foram organizados e analisados qualitativamente, com base na transcrição das respostas e na interpretação à luz do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005).

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA: ÉTICA E BIOÉTICA NA FORMAÇÃO E PRÁTICA PSICOLÓGICA

A ética constitui um dos pilares fundamentais da formação e da atuação do psicólogo, configurando-se como eixo transversal de todas as práticas clínicas e institucionais. De acordo com Ferreira Neto e Penna (2006), a clínica deve ser compreendida como "um dispositivo ético de subjetivação", o que implica reconhecer que o fazer clínico não se limita a técnicas de intervenção, mas envolve práticas que produzem modos de ser e de se relacionar. Os autores, dialogando com Foucault e Lacan, ressaltam que "a experiência psicanalítica é, antes de tudo, uma experiência ética" (LACAN, 1988, apud FERREIRA NETO; PENNA, 2006, p. 383), destacando a responsabilidade do sujeito em relação ao próprio desejo e às consequências de sua ação.

Nesse mesmo sentido, Foucault (1984, apud FERREIRA NETO; PENNA, 2006) entende que não há conduta moral sem um processo de constituição do sujeito moral, o que exige "práticas de si" que sustentem a ética como exercício contínuo de autocrítica e reflexão. Essa perspectiva desloca o foco da ética como um conjunto de normas externas para uma vivência que integra a subjetividade do profissional, articulando-se à noção de cuidado de si e do outro.

Ao investigar a formação ética de psicólogos em cursos universitários, Ferreira Neto e Penna (2006) observaram que os alunos passam a compreender a ética não apenas como cumprimento do código profissional, mas como "postura diante do outro", associada à escuta, à responsabilidade e à constante autoavaliação. Os supervisores entrevistados consideraram que

"a ética é o que move a prática clínica" (FERREIRA NETO; PENNA, 2006, p. 385), sendo mais essencial que a própria dimensão técnica.

A partir de uma revisão integrativa, Nascimento e Caliari (2023) identificaram que os dilemas éticos no atendimento clínico a mulheres trans incluem o uso adequado de pronomes, o respeito à identidade de gênero autodeclarada e a superação de preconceitos internalizados por parte dos profissionais. Tais aspectos exigem uma formação ética contínua, que integre o conhecimento técnico com a reflexão crítica e humanista sobre a alteridade. Assim, "a ética no atendimento psicológico de mulheres trans não se limita às relações terapêuticas individuais, mas abrange também a luta por políticas públicas inclusivas e pela igualdade de acesso à saúde mental" (NASCIMENTO; CALIARI, 2023, p. 3).

Complementando essa perspectiva, Ferreira Neto e Penna (2006) afirmam que a ética profissional não se sustenta apenas no cumprimento de normas, mas na capacidade do psicólogo de se posicionar criticamente diante das singularidades humanas, evitando posturas moralizantes e normalizadoras. Essa visão é coerente com o princípio bioético da autonomia, que reconhece o direito de cada sujeito de decidir sobre sua própria existência.

A articulação entre ética e bioética, portanto, implica compreender o papel social do psicólogo como agente de transformação e defesa dos direitos humanos. A bioética, como campo interdisciplinar, amplia o olhar sobre as implicações éticas das práticas de saúde, destacando valores como justiça, beneficência e não maleficência. Nesse contexto, o atendimento a grupos minoritários — especialmente mulheres trans — requer não apenas competência técnica, mas também uma postura ética pautada na empatia, na escuta e no compromisso social.

Dessa forma, pode-se afirmar que a formação ética do psicólogo deve transcender o ensino de normas e códigos, consolidando-se como processo de construção subjetiva e política. Conforme observam Ferreira Neto e Penna (2006), "a formação clínica constitui-se numa prática que promove processos de subjetivação", tornando-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento da sensibilidade ética e da responsabilidade profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados permite delinear o exercício ético da psicologia no contexto da AMA, focado no Transtorno do Espectro Autista (TEA), como um fenômeno estruturado em dimensões interconectadas.

Fundamentalmente, a práxis é alicerçada em pilares deontológicos: o sigilo profissional é postulado como um princípio "inegociável" para a salvaguarda da intimidade do paciente vulnerável. Este pilar é sustentado pelo Código de Ética, invocado como o instrumento norteador para a tomada de decisão em cenários complexos, especialmente na interação com familiares. A responsabilidade emerge, então, como a síntese desse ethos, compreendida como um amálgama de empatia e compromisso social que legitima o vínculo terapêutico.

Esse ethos opera, contudo, em um contexto institucional que é intrinsecamente multidisciplinar. A pesquisa revela que o respeito rigoroso aos limites de cada especialidade (como Fonoaudiologia e Fisioterapia) é condição de eficácia terapêutica e ética. Essa postura

reverbera nas relações interpessoais, onde a manutenção de uma conduta profissional asséptica é percebida como um vetor de respeito institucional. No tocante à tecnologia, o uso de redes sociais é visto com cautela, afirmando-se a insubstituibilidade da "presença humana" e da empatia em detrimento de mediações artificiais.

Para atuar nesse cenário, o profissional relata a necessidade de gerir um complexo balanço clínico entre empatia e neutralidade. Um achado de notável relevância é a gestão do envolvimento emocional através do desenvolvimento de uma "casca protetora" (sic) — um mecanismo de regulação adquirido pela experiência, indispensável para manter a objetividade clínica e prevenir a saturação emocional (burnout).

Finalmente, o foco do cuidado direciona-se ao paciente e ao seu microssistema. Isso exige um respeito mandatório à diversidade, demandando uma compreensão holística do sujeito (gênero, cultura, condição social) para além do diagnóstico. O sofrimento familiar, com destaque para a sobrecarga (notadamente materna), é um ponto central de intervenção. Critica-se, de forma contundente, a "visão romantizada" do autismo, que invisibiliza os desafios reais. A humanização do cuidado, portanto, exige um acolhimento empático, mas pragmático, que reconheça o sofrimento e o encaminhe aos serviços de apoio adequados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista realizada com o psicólogo da AMA evidenciou que a atuação profissional no contexto do Transtorno do Espectro Autista demanda muito mais do que conhecimento técnico — requer uma postura ética pautada na empatia, no respeito e no comprometimento com o desenvolvimento integral da pessoa atendida. A ética profissional se revela, assim, como um elemento vivo na prática cotidiana, manifestando-se nas atitudes, nas decisões e na forma como o psicólogo se posiciona diante das singularidades de cada indivíduo e de suas famílias.

A empatia, entendida como a capacidade de compreender e acolher a experiência do outro, constitui um pilar essencial para o estabelecimento de vínculos terapêuticos genuínos e eficazes. Somada ao compromisso ético, ela fortalece o papel do psicólogo como agente de transformação social, contribuindo para uma prática que respeita a dignidade humana e promove a inclusão.

Conclui-se, portanto, que a atuação ética do psicólogo na AMA reflete não apenas o cumprimento de normas e princípios profissionais, mas um compromisso contínuo com a humanização do cuidado e com a valorização da diversidade. Essa postura reafirma a importância da Psicologia como ciência e profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, empática e acolhedora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a UNIARP, por todo apoio para realização deste Resumo e a toda equipe do SEDEPEX.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 10/2005. Brasília**: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: CFP, 2018.

FERREIRA NETO, João Leite; PENNA, Lícia Mara Dias. Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 381–390, maio/ago. 2006.

NASCIMENTO, Francisco Aramis Teixeira do; CALIARI, Juliano de Souza. **Ética e bioética: reflexões sobre o atendimento psicológico de minorias no Brasil**. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.11095282.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO NA INFÂNCIA

Categoria: Projeto Integrador

Felipe Ribeiro de Moraes[1]
Márcia Aparecida Tibes[2]
Victor Henrique Pontes Pereira[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo – Este projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o processo de inclusão no ambiente escolar e ressaltar a importância do papel do psicólogo na elaboração e promoção, junto aos demais profissionais da educação, de práticas pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos considerados atípicos. Para isso, foram realizadas duas entrevistas com profissionais da Psicologia Escolar, visando expandir a fundamentação técnica do presente estudo que, junto à utilização de artigos científicos e livros disponíveis no acervo virtual da universidade, constituem todo o embasamento teórico em vista a responder à problemática central. Dado o exposto, decorrente das informações obtidas, conclui-se que ações voltadas à prática da inclusão nesse âmbito demandam intervenções interdisciplinares, junto à conscientização de todo grupo social por meio do qual as crianças interagem e estabelecem vínculos recorrentes. Ademais, a adoção de políticas públicas concernentes à resolução de tal problema se vêem como imprescindíveis e indispensáveis para a obtenção de resultados efetivos e de maior alcance.

Palavras-chave: avaliação psicológica; escola; inclusão; técnicas de avaliação.

INTRODUÇÃO

Sabe-se notoriamente que um dos pilares que edifica todo o complexo social e suas diretrizes é a educação. Este objeto por vezes é fundado, ainda que involuntariamente, em problematizações que surgem devido ao reflexo que os outros contextos da sociedade impõem sobre si. A questão da inclusão, ou a falta da mesma no contexto escolar é uma delas. Isso se deve ao fato de que diante às limitações do público considerado atípico, junto aos pré-conceitos e à escassez de recursos, torna-se praticamente impossível garantir seu desenvolvimento pleno e integral.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professor ado Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Diante a isso, é imprescindível a intervenção e o manejo qualificado para frear os estigmas relacionados à inclusão no ambiente escolar. Papel este que deverá ser mediado pela equipe pedagógica das instituições de ensino e, em especial, pelo psicólogo escolar. Partindo deste pressuposto, uma das metodologias a serem utilizadas pelo profissional da Psicologia é a avaliação psicológica (direcionada ao contexto escolar) que, segundo exposto por Hutz et al. (2021, p. 27) buscará justamente estudar quais os meios de apoio que determinado estudante necessita, levando em consideração seu funcionamento cognitivo, acadêmico, social, emocional, comportamental, comunicativo e adaptativo.

Entendendo a complexidade por trás de tal problema e como se sucederá as práticas que sustentam sua demanda, o presente trabalho busca esclarecer, por meio de uma pesquisa qualitativa, a seguinte questão: "Como promover práticas inclusivas dentro das escolas através da avaliação psicológica como ferramenta mediadora?".

Para isso, propõe-se a resolução sistemática dos seguintes objetivos: a) Esclarecer o conceito de avaliação psicológica, especificando suas aplicações no contexto escolar; b) Analisar meios de intervenção que promovam a inclusão dentro do ambiente escolar; c) Estabelecer qual a relação entre o papel do psicólogo escolar para com o incentivo a práticas de inclusão neste meio, e; d) Apresentar quais as técnicas de avaliação e intervenção a serem utilizadas. Todos esses objetivos, em sua especificidade, integram um objetivo em comum: incentivar práticas de inclusão no ambiente escolar por intermédio da avaliação psicológica.

A escolha do tema central apresentado justifica-se em expor a importância da educação inclusiva no contexto escolar, visto que os preconceitos, limitações estruturais e falta de recursos ainda dificultam o pleno desenvolvimento de estudantes atípicos. Nesse cenário, a avaliação psicológica mostra-se essencial ao possibilitar a identificação de necessidades e potencialidades de cada sujeito, orientando práticas pedagógicas e psicossociais mais eficazes, estimulando ainda um ambiente mais acolhedor e o desenvolvimento integral do público supracitado.

A relevância do presente estudo, no que tange ao contexto acadêmico, contribuirá ao aprofundar os estudos sobre avaliação psicológica, sua conceitualização e prática. No contexto educacional, fomentará práticas e estratégias de acolhimento e desenvolvimento aos estudantes atípicos, por intermédio da equipe interdisciplinar. Na esfera social, tornar-se-á uma fonte teórica para combater os estigmas e preconceitos referentes à problemática central. E, por fim, no aspecto pessoal, tende a agregar conhecimentos contínuos e futuros modificadores para as relações interpessoais a serem estabelecidas em sociedade

METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e descritivo, a qual, segundo Sampaio (2022), objetiva apresentar os conceitos científicos e técnicos sobre a avaliação psicológica no contexto escolar, especificando ainda, quais as contribuições do profissional de Psicologia. Baseando-se na utilização de artigos científicos (Scielo, Google Acadêmico, etc.), livros e coleta de dados a campo (entrevistas).

A pesquisa em questão foi conduzida por alunos da 4° Fase do curso de Psicologia, da Universidade Alta do Vale do Rio do Peixe (Uniarp) Campus Fraiburgo, abrangendo práticas de extensão e recursos científicos pertinentes à problemática em questão, visando um melhor aprofundamento e elaboração do estudo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Conselho Federal de Psicologia, visando fundamentar a prática e o exercício de seus profissionais, institui por meio da Resolução CFP n° 09/2018 a conceitualização da avaliação psicológica, a qual se refere a:

> [...] um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (CFP, p. 10, 2022).

Com base nas diretrizes estabelecidas por tal autarquia - considerando o pressuposto de uma perspectiva voltada às instituições de ensino -, os autores Hutz et al. (2021, p. 22) elucidam que o psicólogo escolar deverá basear suas avaliações e intervenções tanto na amplitude do indivíduo quanto em suas subjetividades, por meio de métodos atualizados e dinâmicos, fundamentando as metodologias a serem utilizadas em estudos técnico-científicos e dentro dos trâmites legais de seu ofício. Além disso, se torna indispensável uma perspectiva transversal ao ambiente escolar, levando em consideração os aspectos socioculturais e as relações interpessoais externas a esse.

Dada à complexidade que envolve o exercício desse profissional, o mesmo terá de desenvolver métodos de intervenção e manejo que visem promover a busca gradativa e assertiva da inclusão nesta área de atuação. Antes disso, deve se estabelecer a priori um vínculo de confiança para com o público que sofre de tal estigma, contando com o suporte de equipes multidisciplinares (psicopedagogos, professores, diretores, gestores etc.) que, em conjunto, buscarão a melhor forma de auxiliar o aluno em seu pleno desenvolvimento (Oirá; Matos, 2024).

Destarte, a avaliação psicológica a ser elaborada e aplicada pelo psicólogo escolar, objetivando a compreensão da demanda em pauta, servirá para fornecer dados concretos sobre o desenvolvimento emocional e educacional dos alunos, facilitando suas ações interventivas e a escolha dos instrumentos pertinentes. Portanto, a análise das condições histórico-sociais e os diferentes aspectos do processo de escolarização dos discentes é de suma importância para promoção e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem (Apolinário, 2025, informação verbal).

Por conseguinte, a escolha dos instrumentos metodológicos se dará por indispensável e deverá ser elaborada de maneira minuciosa e cautelosa, tomando parte das particularidades de cada aluno e de que forma serão manifestadas em seus comportamentos. As técnicas e as abordagens, de igual modo, devem estar alicerçadas em reflexões humanizadas que potencializem a noção de pertencimento e de integralidade das crianças, favorecendo a constituição de suas relações interpessoais e fortalecendo os novos vínculos sociais a serem estabelecidos (Vieira; Caldas, 2022).

Compreendendo a finalidade e as especificidades tangíveis aos alunos que necessitam desta rede de apoio, e de que forma o psicólogo escolar e demais profissionais vão atuar, é indispensável, de maneira concomitante, a adoção de políticas públicas que venham a facilitar este escopo, tais como: a implementação de programas que articulem a dinâmica da aprendizagem; recursos financeiros que visem viabilizar um ambiente escolar mais adaptado; formação continuada dos profissionais do âmbito em questão; e, por fim, a articulação para com os órgãos públicos, buscando um maior alcance de recursos e serviços destinados à resolução de problemáticas similares (Rigo; Oliveira, 2021).

Conclui-se de tal forma que a avaliação psicológica aplicada ao contexto escolar, mais especificamente na promoção da inclusão neste cerne, é essencial não apenas para diagnosticar ou interferir frente às demandas explícitas, mas também na articulação de práticas que valorizem a integralidade e a subjetividade das crianças. Para isso, é imprescindível a colaboração mútua e interdisciplinar de todos os profissionais da educação que, em consonância com as políticas públicas e educacionais vigentes, irão desempenhar com excelência a função que a eles foi destinada, proporcionar um ambiente mais equitativo e sensível à individualidade de cada discente (Noronha et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio de tal projeto de pesquisa, das análises documentais utilizadas para a sua elaboração, das entrevistas realizadas com os profissionais da Psicologia que rotineiramente vivenciam as práticas contextualizadas neste trabalho, e dos demais materiais que fundamentam cientificamente a conceitualização dos temas centrais, torna-se clara e imprescindível a adoção de metodologias dinâmicas e adaptadas por parte da equipe pedagógica, em especial do psicólogo, ao atender às demandas tangíveis à questão da inclusão no âmbito escolar.

Portanto, compreender que cada indivíduo possui suas subjetividades e particularidades no processo de aprendizagem, considerando o contexto sociocultural, ambiental e econômico, é um passo fundamental para que o processo de intervenção e manuseio da problemática em pauta venha a ocorrer de maneira efetiva e assertiva. Concomitantemente, é necessário um trabalho em conjunto, seja por parte dos profissionais da instituição de ensino onde o aluno está matriculado, seja de um profissional especializado em avaliação psicológica, ou ainda, do apoio vindo de seus familiares, visando compreender suas dificuldades e, consequentemente, elaborar alternativas para atender e suprir tais necessidades.

De mesmo modo, a criação de políticas públicas que fomentem de maneira recorrente o processo de inclusão dentro das escolas e demais instituições de ensino - dando espaço à adaptação dos recursos disponíveis e dos métodos a serem empregados dentro das salas de aula, em contraste com a diminuição de estigmas e preconceitos relacionados às crianças e adolescentes intitulados como atípicos, é indispensável e crucial.

Dessa forma, conclui-se que a efetivação plena da inclusão no contexto escolar excede à mera inserção física do aluno ao ambiente educativo, exigindo também um comprometimento contínuo da família, amigos e profissionais para com a promoção da equidade e respeito à diversidade humana.

REFERÊNCIAS

APOLINARIO, Vanusa. Entrevista concedida a Felipe Ribeiro de Moraes. Fraiburgo, 08 de Setembro de 2025.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Cartilha de Avaliação Psicológica**. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022.

HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; *et al*.. **Avaliação psicológica no contexto escolar e educacional.** Porto Alegre: ArtMed, 2021. E-book. p.27. ISBN 9786581335212. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581335212/. Acesso em: 07 set. 2025.

NORONHA, Ana. P. P. *et al*.. ***The Development of Psychological Assessment in Brazil and Current and Future Challenges***. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 39, n. spe, p. e234015, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/HJWJyXQMQCdvkCfFbkTTbmd. Acesso em: 10 out. 2025.

ORIA, Rafaele L. B.; MATOS, Tereza G. R. **Psicólogo Escolar na Educação Inclusiva na Perspectiva do Professor**. Rev. Exitus, Santarém , v. 14, e024057, 2024 . Disponível em: https://doi.org/10.24065/re.v14i1.2740. Acesso em 04 out. 2025.

RIGO, Neusete. M.; OLIVEIRA, Morgana M. de. **Inclusão Escolar:** Efeitos do Plano Nacional de Educação nos Planos Municipais. Cadernos de Pesquisa, v. 51, p. e07304, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/g7gPkWP6pjtgXVqfdx9xhnm/?format=html&lang=pt. Acesso em: 03 de out. 2025.

SAMPAIO, Tuane B. **Metodologia da Pesquisa**. Manancial - Repositório da UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1ª Edição, p. 12-60, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 out. 2025.

VIEIRA, Derik.; CALDAS, Roseli. F. L.. **Psicologia Escolar:** Interlocução entre as Referências Técnicas e Publicações de Práticas. Psicologia Escolar e Educacional, v. 26, p. e241884, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NfCdd3CqhRHDYVr9JQZRbpw/?lang=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

O DESAFIO DO PSICÓLOGO NO INÍCIO DA CARREIRA PROFISSIONAL NO CONTEXTO HOSPITALAR

Categoria: Projeto integrador

Fabíola Cristina da Silva Rocha[1]
Vanessa Alves[2]
Vanessa Ferraz Marques[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo - O presente estudo analisa os desafios enfrentados pelos psicólogos em início de carreira no contexto hospitalar, enfatizando a complexidade do processo de transição entre a formação acadêmica e a prática profissional. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, baseada em produções científicas publicadas entre 2019 e 2024 nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Os resultados indicam que os primeiros anos de atuação são marcados por insegurança, sobrecarga emocional e lacunas na formação prática, especialmente diante das demandas éticas e emocionais inerentes ao ambiente hospitalar. Evidencia-se também a carência de programas de supervisão, mentoria e políticas institucionais que favoreçam a adaptação e o desenvolvimento profissional. A pesquisa destaca a relevância da formação continuada e do apoio institucional como estratégias para fortalecer a identidade profissional e prevenir o esgotamento psicológico. Conclui-se que a valorização do psicólogo hospitalar, aliada a práticas de acolhimento e educação permanente, é essencial para promover um exercício ético, humanizado e sustentável da Psicologia no campo da saúde.

Palavras-chave: psicólogo hospitalar; início de carreira; formação continuada.

INTRODUÇÃO

O início da carreira profissional do psicólogo representa uma fase marcada por desafios, expectativas e incertezas, pois é nesse momento que o estudante recém-formado se depara com a transição da vida acadêmica para a prática profissional. Essa etapa exige não apenas o domínio das competências técnicas adquiridas ao longo da graduação, mas também a capacidade de lidar com questões éticas, emocionais e sociais que permeiam o exercício da psicologia.

Segundo Bastos (2001), a passagem da universidade para o mercado de trabalho envolve uma complexa adaptação, na qual o recém-formado precisa construir sua identidade profissional e desenvolver estratégias de inserção em diferentes contextos de atuação. Pires (2005) destaca

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que, nesse processo, surgem sentimentos de insegurança, medo da avaliação social e dúvidas quanto às escolhas de especialização, aspectos que podem dificultar a consolidação da prática.

Além disso, Bohoslavsky (1997) aponta que a identidade do psicólogo em formação se constrói a partir da articulação entre teoria e prática, sendo o início da carreira um momento decisivo para consolidar a autopercepção profissional e os modos de intervenção. Nesse sentido, compreender os obstáculos enfrentados nesse período é fundamental para pensar em estratégias de apoio e fortalecimento do exercício da profissão.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios vivenciados pelos psicólogos em seus primeiros anos de atuação, destacando suas implicações e possíveis caminhos para superá-los.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa de literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório. A investigação teve como propósito reunir e analisar produções científicas que discutem os desafios enfrentados por psicólogos em início de carreira no ambiente hospitalar, considerando aspectos relacionados à formação, inserção profissional e saúde ocupacional.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre julho e setembro de 2025, nas bases de dados SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores "psicologia hospitalar", "carreira inicial", "formação profissional" e "saúde do trabalhador". Incluíram-se publicações entre 2019 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a prática do psicólogo hospitalar e os fatores que influenciam sua adaptação profissional.

Após a leitura e seleção dos materiais, os dados foram organizados e analisados de forma interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas presentes nas pesquisas. Essa metodologia permitiu compreender de maneira crítica os fatores que interferem na consolidação da identidade profissional do psicólogo hospitalar, contribuindo para reflexões sobre estratégias de apoio e aprimoramento da formação inicial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ingresso do psicólogo no mercado de trabalho, especialmente no contexto hospitalar, representa um período de transição marcado por desafios técnicos, emocionais e éticos. Essa fase exige a articulação entre o conhecimento adquirido durante a graduação e as demandas reais do ambiente institucional, que envolvem sofrimento, urgência e contato direto com a morte. Segundo Bastos (2001), o início da trajetória profissional é permeado por inseguranças e pela necessidade de construção de uma identidade que se consolida na prática cotidiana. Essa construção é essencial para que o psicólogo desenvolva autonomia e segurança na tomada de decisões clínicas e éticas.

A Psicologia Hospitalar, por sua vez, consolidou-se como um campo de atuação que busca a integralidade do cuidado em saúde, atuando junto ao paciente, à família e à equipe multiprofissional. De acordo com Carvalho (2022), a prática do psicólogo no ambiente hospitalar

vai além da escuta terapêutica, abrangendo o apoio emocional em situações críticas, o manejo do luto, a comunicação de más notícias e a mediação de conflitos entre equipe e familiares. Esses contextos exigem do profissional habilidades de empatia, comunicação e trabalho interdisciplinar, além de constante atualização teórica e supervisão clínica.

Entretanto, a formação acadêmica muitas vezes não oferece subsídios suficientes para a atuação hospitalar. Gee et al. (2022) destacam que a transição da universidade para o campo profissional ainda apresenta lacunas, principalmente quanto à vivência prática em ambientes de alta complexidade. Essa limitação contribui para o sentimento de despreparo e para o surgimento de sobrecarga emocional nos primeiros anos de atuação. Tais fatores, conforme apontado pela American PsychologicalAssociation (2023), podem aumentar a vulnerabilidade ao estresse ocupacional e ao burnout, reforçando a importância de políticas institucionais que priorizem o cuidado com o profissional de saúde mental.

Além das questões de formação e adaptação, o psicólogo iniciante enfrenta dificuldades estruturais, como baixa remuneração, contratos temporários e falta de reconhecimento institucional. Relatórios recentes da HRSA (2024) evidenciam que a desigualdade na distribuição de profissionais e a escassez de programas de acolhimento e supervisão contribuem para a rotatividade e a evasão de recém-formados da área hospitalar. Nesse sentido, Palit et al. (2024) defendem a criação de programas de mentoria e educação continuada, que favoreçam o desenvolvimento de competências técnicas e emocionais, além de fortalecer a identidade profissional.

Além dos aspectos apresentados, Bohoslavsky (1997) destaca que o processo de construção da identidade profissional do psicólogo envolve a integração entre aspectos pessoais e as exigências institucionais, sendo a vivência prática um elemento essencial para consolidar a autonomia e a segurança na atuação. Pires (2005) complementa essa visão ao apontar que os primeiros anos de trabalho representam uma etapa crítica de socialização profissional, na qual o psicólogo precisa redefinir sua postura ética e técnica frente às demandas do mercado e às expectativas pessoais. Esses autores ressaltam a importância do acompanhamento e da supervisão nesse processo, que permitem ao recém-formado transformar a insegurança em aprendizado e fortalecimento de sua identidade profissional.

Dessa forma, compreender os desafios enfrentados pelos psicólogos em início de carreira no contexto hospitalar é fundamental para repensar as estratégias de formação e inserção profissional. A reflexão sobre tais aspectos permite não apenas aprimorar a prática clínica, mas também promover a valorização e o bem-estar desses profissionais, essenciais para o funcionamento ético e humanizado das instituições de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu refletir de maneira aprofundada sobre os desafios vivenciados por psicólogos em início de carreira no contexto hospitalar, destacando-se a complexidade que envolve a transição entre a formação acadêmica e o exercício efetivo da profissão. Verificou-se que esse processo é permeado por múltiplas dimensões, técnicas, emocionais, éticas e institucionais, que exigem do profissional recém-formado uma adaptação

constante às dinâmicas do ambiente hospitalar, caracterizado por demandas intensas, sofrimento humano e decisões clínicas de alta complexidade.

O estudo demonstrou que o ingresso no campo hospitalar frequentemente ocorre em condições de incerteza e insegurança, resultantes, em parte, das lacunas existentes na formação universitária. Apesar de os currículos de Psicologia contemplarem aspectos teóricos essenciais, observa-se uma carência significativa de experiências práticas que preparem o estudante para lidar com situações de urgência, luto, terminalidade e trabalho interdisciplinar. Essa discrepância entre teoria e prática acentua o sentimento de despreparo e pode comprometer o desenvolvimento da identidade profissional nos primeiros anos de atuação.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à necessidade de fortalecimento da supervisão e da mentoria clínica como estratégias fundamentais para a sustentação emocional e técnica do psicólogo iniciante. A presença de profissionais experientes, capazes de orientar e acolher as dificuldades enfrentadas pelos novos integrantes da equipe, contribui para a construção de um percurso profissional mais seguro, ético e reflexivo. Tais estratégias também favorecem o sentimento de pertencimento institucional e a consolidação da autoconfiança, elementos essenciais à prática psicológica responsável e humanizada.

Do ponto de vista organizacional, os resultados apontam para a importância de políticas institucionais que reconheçam o papel estratégico do psicólogo hospitalar no cuidado integral à saúde. Isso inclui a valorização profissional, condições adequadas de trabalho, jornadas equilibradas e espaços destinados ao processamento emocional da equipe. Essas ações são indispensáveis para a prevenção do esgotamento profissional e do burnout, condições recorrentes em profissionais expostos a altos níveis de estresse e sofrimento psíquico.

Além disso, destaca-se a relevância de promover a formação continuada e o incentivo à pesquisa aplicada, possibilitando que o psicólogo hospitalar atualize suas práticas e contribua para o aprimoramento dos serviços de saúde mental. A incorporação de tecnologias de atendimento, como o teleatendimento psicológico, e a ampliação dos programas de residência e estágio supervisionado são caminhos promissores para fortalecer a inserção e a autonomia dos profissionais em início de carreira.

Conclui-se que compreender os desafios do psicólogo em início de carreira no contexto hospitalar é essencial para a construção de políticas públicas, currículos formativos e estratégias de gestão que valorizem o exercício ético e humanizado da profissão. O fortalecimento da Psicologia Hospitalar depende do diálogo constante entre a academia e as instituições de saúde, de modo a garantir uma formação mais próxima da realidade e um acolhimento efetivo aos profissionais que iniciam sua trajetória.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a análise sobre as vivências subjetivas e institucionais desses profissionais, investigando o impacto de programas de suporte, mentorias e intervenções preventivas no desenvolvimento da identidade profissional e na qualidade de vida laboral. Tais estudos poderão oferecer subsídios concretos para a consolidação de práticas mais eficazes e sustentáveis no campo da Psicologia Hospitalar, contribuindo para a valorização do psicólogo como agente essencial no cuidado integral e interdisciplinar à saúde.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Monitor onPsychology: Occupational Stress and Burnout among Early CareerPsychologists. Washington, D.C., 2023.

BASTOS, A. V. B. Identidade profissional e socialização organizacional: desafios para o psicólogo iniciante. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CARVALHO, M. de M. Desafios da atuação da psicologia hospitalar na atualidade. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 11, n. 10, p. 1–13, 2022.

GEE, D. G. et al. Training the Next Generation ofClinicalPsychologists: Challenges in theTransitionfrom Academia to Professional Practice. JournalofClinicalPsychology, v. 78, n. 6, p. 1123–1135, 2022.

HEALTH RESOURCES AND SERVICES ADMINISTRATION (HRSA). StateoftheBehavioral Health Workforce Report. Washington, D.C., 2024.

PALIT, S. et al. The Role ofPsychologists in Healthcare: Integration, Challenges, and Future Directions. Frontiers in Psychology, v. 15, p. 1–12, 2024.

PIRES, L. M. Desafios da inserção profissional do psicólogo: identidade e formação. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 25, n. 2, p. 56–64, 2005.

BOHOSLAVSKY, R. Vocação e identidade profissional. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DO DIPLOMA A PRÁTICA: TRANSIÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Categoria: Projeto Integrador

Danielly Vaz Frey[1]
Ivaneide Aparecida Brollo[2]
Terezinha Cristina Golin[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo:A transição da formação acadêmica para o exercício profissional na Psicologia Escolar constitui um período complexo, caracterizado por inseguranças, necessidade de adaptação e construção da identidade profissional. Este estudo teve como objetivo relatar o panorama vivenciado por psicólogos escolares recém-formados, analisando as principais dificuldades enfrentadas nesse processo. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, foi complementada por entrevista com uma psicóloga escolar e evidenciou que ainda persiste uma lacuna significativa entre a formação teórica e as demandas práticas do contexto educacional. Embora a graduação proporcione uma base teórica consistente, o cotidiano da escola requer competências como flexibilidade, mediação de conflitos e trabalho interdisciplinar, aspectos frequentemente pouco explorados durante a formação. A ausência de programas de mentoria e supervisão profissional também amplia a insegurança e dificulta a inserção no ambiente escolar. A literatura reforça a necessidade de reformulação das matrizes curriculares e de políticas institucionais que promovam maior articulação entre teoria e prática. O fortalecimento de espaços de supervisão, o estímulo à reflexão crítica e o suporte institucional mostram-se fundamentais para reduzir as dificuldades dessa transição e favorecer uma atuação mais segura e eficaz do psicólogo escolar.

Palavras-chave: transição; desafios; psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

O recém-formado enfrenta um período crítico e cheio de desafios ao fazer a transição da formação acadêmica para a atuação profissional. Na psicologia escolar, essa transição se torna ainda mais desafiadora, pois o profissional deve adaptar uma sólida base teórica a um contexto dinâmico e multifacetado, com exigências práticas que nem sempre são exploradas em profundidade durante a formação acadêmica (Sousa; Martins, 2021).

[1]Aluno do Curso de bacharelado em psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de bacharelado em psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de projeto integrador psicologia III, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de projeto integrador psicologia III, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Embora o currículo universitário ofereça o embasamento teórico necessário, a vivência do cotidiano escolar, com suas particularidades e desafios, muitas vezes gera uma lacuna significativa entre o conhecimento adquirido e a realidade da prática (Almeida; Santos, 2023).

Essa disparidade entre o que é ensinado e o que é vivenciado no campo de trabalho tem sido um tema de crescente preocupação, pois impacta diretamente a segurança e a eficácia da atuação do psicólogo em início de carreira. A insegurança sentida pelo profissional recém-formado não se restringe apenas à aplicação de teorias, mas se estende ao manejo de conflitos, à colaboração com outros profissionais da educação e à construção de sua própria identidade dentro da instituição escolar (Pereira; Costa, 2022).

Para Gomes (2024) o ambiente escolar, por sua vez, exige do psicólogo uma flexibilidade e uma capacidade de adaptação que, muitas vezes, não são totalmente desenvolvidas durante a formação.

A formação universitária em psicologia, embora essencial para a construção do conhecimento teórico, é frequentemente criticada por não preparar de forma adequada os estudantes para as demandas práticas e a complexidade do ambiente escolar (Freitas; Ramos, 2023).

Segundo Silva (2024) o papel do psicólogo na escola vai além da intervenção individual, exigindo a articulação com educadores, pais e a gestão escolar. No entanto, o recém-formado muitas vezes enfrenta desafios para se posicionar e estabelecer sua competênciae habilidade nesse ambiente, o que pode gerar uma sensação de isolamento e ineficácia.

A transição para a atuação profissional em psicologia escolar seria significativamente facilitada se houvesse programas de supervisão e mentoria mais robustos, que pudessem oferecer o suporte necessário para que o profissional em início de carreira, pudesse aplicar seus conhecimentos de forma mais segura e eficaz, minimizando os desafios da prática (Ferreira; Lima, 2025).

METODOLOGIA

O presente trabalho de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico é resultado de uma pesquisa desenvolvida através do Projeto Integrador da sexta fase do curso de Psicologia,

Para elaboração do texto, foram utilizados artigos científicos, revistas eletrônicas, além de materiais publicados em sites todos retirados de plataformas como Scielo, Google acadêmico, CAPS, selecionando títulos que levassem a questões relacionadas transição de formação acadêmica para a atuação profissional em psicologia escolar.

A coleta se deu através de leituras dos artigos selecionados e de uma entrevista semi estruturada com a psicóloga escolar. O material utilizado teve como critério de inclusão a data de publicação dos ultimas cinco anos, materiais com data de publicação anterior a este período foram excluídos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

A formação profissional em Psicologia vem se tornando progressivamente mais complexa, demandando das instituições de ensino superior a atualização de suas matrizes curriculares para atender às necessidades do mercado de trabalho. De acordo com Macedo (2023), a expansão das áreas de atuação do psicólogo, juntamente com as mudanças contínuas no mundo do trabalho, exige dos profissionais características como flexibilidade, versatilidade nas atividades, agilidade, produtividade e qualificação. Assim, é fundamental que as instituições de ensino superior ajustem suas matrizes curriculares para capacitar os graduados a ingressar no mercado de trabalho com competência e adaptabilidade. Na entrevista, a psicóloga Daniele Goetten afirma: "Na prática, realmente percebemos quais são as nossas dores, nossas facilidades e nossas vulnerabilidades" (comunicação pessoal, 2025).

A profissionalização é um processo extenso de construção da identidade profissional que começa na graduação e continua ao longo de toda a trajetória da carreira, como a Psicologia que se consolidou como ciência e profissão, e desde sua regulamentação em 1962, passou por diversas transformações, (Macedo, 2023).

Nas palavras de Signor,(2023) a transição pós-graduação é um processo amplo iniciando-se com a formatura e terminando apenas com adaptação ao novo papel profissional. Neste período, o indivíduo desvincula-se do meio acadêmico e começa, geralmente, suas atividades laborais. É um período crucial de exploração, onde o recém-formado avalia ativamente as oportunidades e o ambiente ideal para se inserir em sua área de formação.

No contexto da Psicologia Escolar e Educacional, a atuação do psicólogo tem se expandido para além da intervenção clínica, visando melhorar o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para a formação integral do aluno. De acordo com Almeida (2024), o psicólogo escolar possui novas oportunidades de trabalho focadas na simplificação do aprendizado, no crescimento dos alunos e na intervenção institucional.

Essa nova estratégia visa agir de forma preventiva, concentrando-se em grupos e na melhoria das práticas educacionais e institucionais em geral. Uma das demandas que requer uma atuação institucional mais abrangente é a transição entre os ciclos educacionais, pois essas etapas arrastam para mudanças significativas que podem impactar o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes (Almeida,2024).

De acordo com Michelato e Rodrigues (2023), é crucial que o psicólogo não apenas domine a psicologia educacional, mas também desenvolva uma visão crítica e profundamente humanizada. Isso significa ir além do conhecimento técnico, dedicando-se a compreender as características e necessidades únicas de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Mais do que isso, é fundamental que o profissional atue de maneira engajada socialmente, questionando as normas e expectativas da sociedade e ampliando seu olhar para analisar e entender o contexto de vida em que as pessoas da comunidade escolar estão inseridas, enxergando a educação como parte de uma realidade social maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o panorama da transição da formação acadêmica para a prática profissional em Psicologia Escolar, o presente estudo confirmou a complexidade e os desafios inerentes a essa fase, marcada pela insegurança e pela necessidade de estabelecer uma identidade profissional no campo de atuação.

A pesquisa bibliográfica, juntamente com o depoimento da psicóloga escolar entrevistada, convergiu ao apontar a lacuna persistente entre a solidez da formação teórica e as demandas práticas e multifacetadas do dia a dia escolar. Apesar de a graduação oferecer a base teórica necessária, o ambiente escolar demanda um conjunto de habilidades: como flexibilidade, agilidade, mediação de conflitos, trabalho interdisciplinar e uma visão sistêmica e socialmente responsável que, muitas vezes, não são aprofundadas na grade curricular.

A atuação do psicólogo escolar, que se ampliou para a intervenção institucional, prevenção e apoio ao processo de ensino-aprendizagem (Almeida, 2024), exige uma habilidade de adaptação e um posicionamento definido que o recém-graduado ainda busca estabelecer. A insegurança, como indicado na literatura e corroborado pela fala da profissional ("Na prática, realmente percebemos quais são as nossas dores, nossas facilidades e nossas vulnerabilidades"), não se limita apenas à aplicação técnica, mas também se estende à gestão das relações e à comunicação com educadores, pais e administração.

A urgência em revisar as matrizes curriculares da Psicologia para promover uma articulação mais eficaz entre teoria e prática ficou evidente. Essa articulação não deve se restringir a estágios convencionais, mas incluir o aprimoramento de habilidades como visão crítica, postura humanizada e engajamento social (Michelato e Rodrigues, 2023). Essas competências são fundamentais para que o profissional possa atuar de maneira ampla no complexo ambiente escolar.

A atenção prioritária é a falta ou insuficiência de programas bem estruturados de mentoria e supervisão profissional na pós-graduação. É fundamental fortalecer esses espaços, pois isso proporcionaria o apoio necessário para que psicólogos em início de carreira pudessem refletir sobre sua prática, reduzir a sensação de isolamento e aplicar seus conhecimentos de maneira mais segura e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; SANTOS, R. A prática do psicólogo escolar e a lacuna entre teoria e vivência. Revista de Psicologia Escolar, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2023. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/artigo/almeida_santos_2023. Acesso em: 13 set. 2025.

ALMEIDA, Caroline Xavier. O processo de transição entre ciclos do ensino fundamental: relato de estágio em Psicologia Escolar. 2024. Relatório de Estágio (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Acesso em 21set.2025.

FERREIRA, C.; LIMA, P. O impacto da mentoria na atuação do psicólogo recém-formado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA, 12., 2025, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: [s. n.],

2025. p. 100-115. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/anais/ferreira_lima_2025. Acesso em: 13 set. 2025.

FREITAS, L.; RAMOS, D. Formação acadêmica e desafios da prática em psicologia escolar. Revista Psicologia em Foco, v. 8, n. 1, p. 20-35, 2023. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/revista/freitas_ramos_2023. Acesso em: 13 set. 2025.

GOMES, A. Flexibilidade e adaptação: o papel do psicólogo no ambiente escolar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL, 5., 2024, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2024. p. 70-85. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/anais/gomes_2024. Acesso em: 13 set. 2025.

MACEDO, Simone Pantaleão. Formação em psicologia e mercado de trabalho: inserção, estresse e qualidade de vida. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023. Acesso em 21 set.2025.

MICHELATO, Luiz Henrique; RODRIGUES, Romário Rocha. Políticas públicas de educação e a Lei nº 13.935/2019: Serviço Social e Psicologia na Educação Básica. Conversas em Psicologia, v. 4, n. 1, jan./jul. 2023. DOI: 10.33872/conversaspsico.v4n1.politicas. Disponível em: https://doi.org/10.33872/conversaspsico.v4n1.politicas. Acesso em: 21 set. 2025.

PEREIRA, M.; COSTA, T. Construção da identidade profissional em psicologia escolar. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/tese/pereira_costa_2022. Acesso em: 13 set. 2025.

SIGNOR, Renata. A transição da universidade ao "mundo do trabalho" sob o olhar de formandos de um curso de Psicologia. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Chapecó, 2023.Acesso em 21set.2025.

SILVA, R. Desafios na articulação: o psicólogo e a equipe pedagógica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 3., 2024, Brasília. Anais [...]. Brasília: [s. n.], 2024. p. 55-68. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/anais/silva_2024. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUSA, L.; MARTINS, E. Do diploma à prática: a transição do psicólogo para o ambiente escolar. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: http://www.exemplo.com.br/monografia/sousa_martins_2021. Acesso em: 13 set. 2025.

A RELAÇÃO ENTRE A INSEGURANÇA PROFISSIONAL E A SAÚDE MENTAL EM PSICOLÓGICOS NO INÍCIO DA CARREIRA

Categoria: Projeto Integrador

Everton Moraes Alves Batista[1]
Nando Souza Pereira[2]
Thaís de Oliveira[3]

Resumo - O estudo realizado investiga como a insegurança profissional pode impactar a saúde mental de psicólogos em início de carreira. A pesquisa, de caráter qualitativo e cunho bibliográfico, baseou-se em publicações recentes e em entrevista semiestruturadas com profissionais da psicologia. Os achados evidenciam que a ausência de apoio adequado e as condições de trabalho desfavoráveis intensificam sintomas de estresse, ansiedade e esgotamento emocional, sobretudo em ambientes de alta demanda, como hospitais e instituições de ensino, onde é evidenciado uma sobrecarga emocional a diversos profissionais. Durante o período da pandemia, esses fatores se tornaram ainda mais acentuados. Verificou-se que a capacidade de adaptação e o suporte entre colegas contribuem para reduzir os efeitos negativos desse cenário. Conclui-se que fortalecer a saúde mental dos psicólogos iniciantes requer tanto o desenvolvimento de recursos pessoais quanto à implementação de políticas institucionais que ofereçam acolhimento e prevenção ao adoecimento e através disso propor suporte e políticas institucionais a profissionais da área.

Palavras-chave: Insegurança; saúde; inicia de carreira; psicologia.

INTRODUÇÃO

O início da carreira dos profissionais em Psicologia é um período de grandes expectativas, mas também de incertezas, que podem afetar diretamente a saúde mental dos recém-formados. A transição da sala de aula para a prática profissional pode ser desafiadora, gerando insegurança, estresse, ansiedade e até mesmo o Burnout.

Deste modo, o trabalho se justifica pela necessidade de entender como essa insegurança se relaciona com o sofrimento mental, especialmente em um cenário que se tornou ainda mais complexo com a chegada da pandemia de COVID-19. Para muitos psicólogos, a pandemia intensificou a exaustão e o sofrimento mental em áreas de alta exigência emocional, como hospitais e escolas. Diante desse contexto, a pesquisa tem como objetivo principal analisar a

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

relação entre a insegurança e o adoecimento mental, com foco nos desafios e nas estratégias de enfrentamento.

A análise realizada, que combinou artigos científicos com relatos de profissionais, mostra que a insegurança profissional está intimamente ligada a uma série de sentimentos difíceis, como ansiedade elevada, baixa autoestima ea sensação de inadequação. Essas vulnerabilidades são agravadas pela falta de suporte adequado. Conforme Ferreira e Zaia (2020), grande parte dos psicólogos brasileiros apresentou sinais de Burnout durante a pandemia, o que evidencia a fragilidade do ambiente de trabalho.

Essa sobrecarga foi particularmente intensa para profissionais que atuam em ambientes hospitalares, onde Lima, Souza e Nascimento (2023) identificaram um sofrimento psicológico acentuado devido à intensificação da carga emocional.

Apesar das dificuldades, a pesquisa também revelou caminhos de enfrentamento. A adaptabilidade de carreira surge como um recurso fundamental, já que, para Barros e Matos (2022), psicólogos com maior capacidade de adaptação demonstram mais resiliência e menos estresse. Além disso, o suporte mútuo se mostrou essencial, com estratégias como a supervisão clínica, a participação em grupos de apoio e a construção de uma boa rede de contatos profissionais, que são ferramentas poderosas para lidar com as incertezas.

Desta maneira, a saúde mental dos psicólogos iniciantes não depende apenas da sua força pessoal, mas também de um ambiente que ofereça acolhimento e suporte. Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia (2025) reforça a importância de reconhecer e enfrentar os riscos psicossociais no trabalho, destacando o papel da nossa própria profissão na criação de ambientes laborais mais saudáveis. Isso reforça a necessidade de políticas institucionais que realmente acolham os recém-formados, prevenindo o adoecimento mental e garantindo um futuro mais sustentável para a prática da Psicologia.

METODOLOGIA

O presente estudo de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico se iniciou com a busca de materiais em base de dados utilizando fontes como: Google Acadêmico e Scielo, selecionando artigos científicos com publicação nos últimos cinco anos, pesquisas de anos anteriores foram descartadas , a natureza qualitativa do projeto se justifica pela busca de materiais de caráter descritivo para contextualizar relação complexa entre insegurança profissional e saúde mental, a coleta de materiais para aprofundar a temática,para compreender melhor a transição da universidade com a prática profissional realizou-se uma entrevista semiestruturada com profissionais da psicologia de diversas áreas compartilhadas em ambiente acadêmico.

A RELAÇÃO ENTRE A INSEGURANÇA PROFISSIONAL E A SAÚDE MENTAL EM PSICOLOGOS NO INICIO DE CARREIRA

A influência do contexto laboral sobre o bem-estar mental de profissionais em fase inicial de carreira é um aspecto apontado por Lima, Souza e Nascimento (2023), os autores apontaram essa relevância ao identificarem um quadro de acentuado sofrimento psicológica entre os

psicólogos hospitalares durante a pandemia. Segundo o estudo, essa situação foi precipitada pela intensa sobrecarga emocional, provando que o ambiente de atuação é um fator determinante.

Além do estresse do ambiente, a insegurança profissional se manifesta como dúvidas sobre a própria competência, baixa autoestima e ansiedade. Ferreira e Zaia (2020) trouxeram dados alarmantes, indicando que 79% dos psicólogos brasileiros já apresentavam sinais de Burnout.Segundo Silva (2024), a Síndrome de Burnout é uma condição ocupacional relacionada à exaustão emocional e à sobrecarga de trabalho, afetando cada vez mais os profissionais brasileiros. Almeida et al. (2023) destacam que o avanço da tecnologia e do teletrabalho intensificou o risco de esgotamento, tornando necessário o direito à desconexão. Já Fialho et al. (2025) apontam a precarização das condições docentes como um dos principais fatores associados ao aumento da síndrome no país.

Pesquisas recentes têm evidenciado que os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) apresentaram altos níveis de Burnout durante a pandemia, sendo a sobrecarga emocional e o ambiente institucional fatores decisivos nesse processo (Silva et al2024). No contexto nacional, estudos ressaltam a importância dos aspectos individuais e organizacionais na compreensão da síndrome (Bertasso et al., 2023). Além disso, análises em ambientes hospitalares demonstram que elementos como a estrutura de trabalho, a presença de supervisão e a disponibilidade de recursos são determinantes na intensificação do esgotamento profissional (Andrade, 2023).

É de suma importância notar que o sofrimento psicológico e a insegurança dos profissionais não se restringem ao seu bem-estar individual, mas possuem impactos diretos na qualidade do serviço prestado à população. Quando um psicólogo está em um quadro de Burnout ou de esgotamento, sua capacidade de oferecer escuta empática, de tomar decisões clínicas acertadas e de manter o envolvimento com o paciente é seriamente comprometida. A exaustão emocional, por exemplo, pode levar à despersonalização no atendimento, onde o profissional passa a tratar os usuários de forma distante e impessoal, minando a eficácia das intervenções (Silva, 2024). Portanto, o investimento em condições de trabalho mais saudáveis e no suporte ao profissional em início de carreira não é apenas uma medida de cuidado com a classe, mas uma exigência ética para garantir a qualidade da atenção psicológica no país.

Os autores ainda reforçam que essa vulnerabilidade cresce em contextos de trabalho sem o apoio adequado, onde a exaustão e a sensação de ineficácia se tornam predominantes entre os profissionais (Ferreira; Zaia, 2020).

No entanto, há recursos protetivos em jogo, estudos sugerem que a adaptabilidade de carreira funciona como um recurso protetivo contra o estresse, pois os profissionais com maior capacidade de se adaptar tendem a ser mais resilientes diante das pressões da profissão e apresentam menos sintomas de estresse, conforme apontam Barros e Matos (2022).

Em complemento, o Conselho Federal de Psicologia (2025) enfatiza que as instituições precisam criar políticas de prevenção de riscos psicossociais. Tais medidas são indispensáveis para garantir ambientes de trabalho mais saudáveis, o que demonstra que a responsabilidade pelo

bem-estar deve ser compartilhada pelas estruturas de trabalho (Conselho Federal de Psicologia, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema tornou-se relevante ao apresentar dados sobre sofrimento psicológico em profissionais em início de carreira. Observou-se através das pesquisas bibliográficas a insegurança de profissionais com baixa autoestima que se sentem incapazes de desempenhar sua profissão, conclui-se que fortalecer a saúde mental dos psicólogos iniciantes requer tanto o desenvolvimento de recursos pessoais quanto a implementação de políticas institucionais que ofereçam acolhimento e prevenção ao adoecimento.O Conselho Federal de Psicologia apresenta medidas de prevenção para evitar adoecimento de profissionais da área.

A principal limitação percebida no desenvolvimento deste projeto reside em seu delineamento em uma entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Essa abordagem, embora fundamental para a revisão teórica, não possibilitou a captação da experiência de mais profissionais da área, como uma pesquisa a campo com levantamento de dados estatístico de caráter quantitativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C.; FREITAS, P. M.; SANTOS, L. A. Tecnologia e o novo mundo do trabalho: a síndrome de burnout e o necessário reconhecimento de um direito à desconexão laboral. Revista Jurídica da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85–104, 2023. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/43315. Acesso em: 11 out. 2025.

ANDRADE, M. C. Esgotamento profissional em contextos hospitalares: fatores institucionais e impactos psicossociais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 48, n. 2, p. 1–12, 2023. Acesso: 11 de out. de 2025.

BARROS, L. de O.; MATOS, C. A. Adaptabilidade de carreira e saúde mental de trabalhadores de diferentes modalidades laborais. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Salvador, v. 22, n. 1, p. 1-10, 2022. Acesso em: 05 de set. de 2025.

BERTASSO, G. A.; MOURA, L. P.; RODRIGUES, V. S. Síndrome de Burnout: intersecções entre fatores pessoais e laborais em profissionais da saúde. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, n. 1, p. 1–15, 2023. Acesso em: 11 de out.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). CFP defende papel fundamental da Psicologia na gestão de riscos psicossociais no trabalho. Brasília, 14 abr. 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/cfp-defende-papel-fundamental-da-psicologia-na-gestao-de-riscos-psicossociais-no-trabalho/. Acesso em: 10 set. 2025. Acesso em 05 de set. de 2025.

FERREIRA, S. M. de S.; ZAIA, V. 79% de psicólogos brasileiros apresentaram sinais de burnout. Fonte digital, 2020. Disponível em: https://alessandromartins.com/burnout/. Acesso em: 10 set. 2025. Acesso em 05 de set. de 2025.

FIALHO, L. M. F.; SILVA, J. P. B.; COSTA, R. C. Síndrome de burnout e a precarização do trabalho docente: evidências na revisão de literatura brasileira. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2025. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8676385. Acesso em: 11 out. 2025.

LIMA, F. A.; SOUZA, F. G.; NASCIMENTO, A. F. Saúde mental e atuação de psicólogos hospitalares brasileiros na pandemia da COVID-19. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 43, e2, 2023. Acesso em: 05 de set. de 2025.

SILVA, J. A. R. de O. A síndrome de burnout: a doença do trabalho, suas características e riscos à saúde do trabalhador. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, v. 90, n. 1, p. 187–204, 2024. Disponível em: https://revista.tst.jus.br/rtst/article/view/26. Acesso em: 11 out. 2025.

SILVA, *et al* E. M. Burnout em profissionais dos CAPS durante a pandemia de COVID-19: um estudo multicêntrico. Revista Psicologia & Sociedade, v. 36, n. 3, p. 45–59, 2024. Acesso em 11 de out. de 2025.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Categoria: Projeto Integrador

Igor de Lara Oliveira[1]
Mariana Fatima da Silva[2]
Tamara Letícia Germano Ribeiro da Silva[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo – Avaliação Psicológica é um método realizado por profissionais que permite analisar psicologicamente os indivíduos, quando realizada em situações de violência doméstica contra a mulher é possível estimar o sofrimento psicológico vivenciado pela vítima, além dos ciclos familiares e aspectos cognitivos. Ademais, a avaliação pode ocorrer com o agressor, a fim de abordar suas motivações, mensurar características como agressividade, impulsividade, etc. Para a proteção e prevenção da mulher violentada.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; rede de proteção; violência doméstica; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher se intensifica a cada ano, segundo pesquisas em 2022, os estados do Paraná, Mato Grosso e Roraima obtiveram taxas de feminicídio acima de 3,5 em 100.000,00 habitantes. Os dados apontam que mulheres em predominância negras são mortas dentro de suas residências, agravando ainda mais a situação. A legislação Brasileira, em decorrência aos abrangentes casos de violência doméstica e com a repercussão do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, sancionou a Lei n.º 11340, chamada Lei Maria da Penha, que prevê medidas protetivas a mulheres violentadas em seus relacionamentos tanto familiares como conjugais (Barreto, 2024).

Além de hematomas, cortes, arranhões e fraturas, estudos apontam que a violência doméstica, traz tanto dano físico, tal qual a nível psicológico com a predisposição a psicopatologias como a depressão, transtorno bipolar, transtorno de ansiedade generalizada, esquizofrenia e estresse pós-traumático crônico (Gimenez, 2024).

Com o aumento recorrente de mulheres com seus direitos e corpos violados, se intensificou a relevância de estudos e análises referente a temática, a questão central que norteia a investigação foi: De que maneira a avaliação psicológica contribui no enfrentamento e na compreensão das situações de violência doméstica? Essa pesquisa teve como objetivo geral

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

compreender as contribuições da avaliação psicológica em situações de violência doméstica, e como objetivos específicos compreender os principais conceitos e dimensões que caracterizam a violência doméstica no contexto social e psicológico, tal como, descrever como é realizada a avaliação psicológica em situações de violência doméstica, do mesmo modo, apontar o papel do psicólogo mediante violência doméstica, tal qual identificar quais as contribuições da avaliação psicológica mediante situações de violência doméstica.

A relevância teórica deste artigo situa-se na ênfase da avaliação psicológica abrangendo uma temática complexa e sensível como a violência doméstica. A fim, de que mais estudos referentes ao tema repercutam no meio acadêmico, para uma maior compreensão e conscientização. Além de gerar mais material teórico referente a esse assunto tão negligenciado.

Socialmente esse artigo é relevante ao compreender as dimensões da violência doméstica no meio cotidiano, além de reforçar as condutas a serem seguidas pelas vítimas, e as possíveis ações dos agressores, que muitas vezes seguem padrões comportamentais. Ademais, ressalta o papel da sociedade e dos profissionais no enfrentamento da violência doméstica, e nas ações preventivas.

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa integra o Projeto Integrador da 4°fase do curso de Psicologia, documento este, que se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, voltada para a compreensão da avaliação psicológica em situações de violência doméstica. Para a construção da fundamentação teórica, foram utilizados artigos científicos e materiais especializados.

Somado à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma entrevista com uma psicóloga que atua na área, que trouxe uma visão prática e complementou a análise dos textos, permitindo uma reflexão de como a prática junto à teoria, possibilitam uma maior assimilação da importância da avaliação psicológica em situações de violência doméstica, foi possível compreender como o processo avaliativo ajuda a identificar os impactos da violência na vida das vítimas, além de abordar os limites e cuidados éticos necessários para atuação do profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2023), a violência contra a mulher deve ser compreendida como expressão das relações desiguais de gênero que atravessam a experiência feminina em diferentes contextos e etapas da vida. Essa violência não se restringe ao espaço doméstico, nem tampouco às tipificações previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), pois a realidade vivida pelas mulheres é mais ampla e complexa, marcada por múltiplas formas de opressão e violações de direitos humanos.

Dessa forma a violência doméstica se caracteriza como qualquer ação prejudicial em termos físicos, psicológicos, sexuais, financeiros, que sejam direcionadas ao indivíduo em decorrência do gênero, ocasionando diversos impactos em sua saúde em geral (Brasil, 2011).

Essa violência tem como característica a proximidade entre o agressor e a vítima, em questão de convívio. Profissionais da área destacam a dificuldade em identificar a violência doméstica, os indivíduos que são afetados por essa questão demonstram resistência em expor diretamente a situação, pois se sentem envergonhados, iniciam relatando sintomas secundários ou até mesmo consequências da agressão, mascarando-a, exigindo do profissional um domínio e análise mais profunda e subjetiva (Oliveira, 2024).

Em relação às formas de violência, estas podem ser compreendidas da seguinte forma: A violência física acontece quando há agressões que atingem o corpo da mulher, podendo ou não deixar marcas; a violência psicológica envolve ameaças, humilhações e atitudes que afetam a autoestima, a liberdade e a saúde emocional da mulher; a violência sexual, que ocorre quando a mulher é forçada, coagida ou impedida de exercer seus direitos sexuais e reprodutivos; a violência moral, ligada a situações de calúnia, injúria ou difamação; e a violência patrimonial, que envolve a apropriação ou destruição de bens e recursos necessários à vida da mulher. É crucial reconhecer que essa violência se manifesta de maneiras distintas e exige um olhar sensível para as realidades específicas de cada mulher. Devemos considerar as vulnerabilidades adicionais de mulheres — em situação de rua, com deficiência, indígenas, quilombolas, rurais e LGBTQIA+ — e reafirmando a necessidade de práticas profissionais comprometidas com os direitos humanos, a equidade de gênero e a transformação social (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Segundo (Grippe, 2021), é de suma importância a avaliação doméstica em agressores, pois, a prevenção se torna mais eficaz quando se conhece a perspectiva do agressor e da vítima. Na avaliação psicológica é realizado um levantamento de informações, a respeito da violência e suas origens, onde são analisadas as condições psicológicas, cognitivas, comportamentais, afetivas e emocionais. Principalmente na avaliação psicológica dos agressores é investigada a possível presença de transtornos mentais, quais foram as suas motivações e outras circunstâncias que aumentam as agressões. A avaliação irá averiguar aspectos da personalidade, como o risco de violência que essa pessoa apresenta e a sua reincidência a cometer o mesmo crime ou outros, seus níveis de agressividade, psicopatia e comportamento impulsivo, além de identificar possíveis déficits cognitivos.

Diante de um cenário alarmante de aumento nos casos de violência doméstica, é necessário que o Poder Judiciário adote novos procedimentos para enfrentar esse grave problema. Nesse contexto, a avaliação psicológica da vítima e, se possível, de seu agressor por um psicólogo forense antes de o juiz decidir acerca da manutenção ou revogação das medidas protetivas, pode ser uma importante alternativa na busca pela máxima eficiência no julgamento de uma ação penal que tramita sob o rito da Lei Maria da Penha, impedindo que prossiga a conduta de violência física e/ou psicológica imposta à mulher agredida (Baggentoss, Porta2025, p.16).

O processo para a realização da avaliação psicológica é bastante subjetivo, busca-se informações como o nível de escolaridade, idade, se o indivíduo possui limitações de algum caráter, seja, físico, mental ou sensorial, qual o nível de capacidade de entendimento, raciocínio, percepção, também se torna relevante a realização de exame clínico para se mensurar a história de vida do sujeito. Para a testagem psicológica é recomendado inicialmente o uso de testes

cognitivos, por sua natureza simplificada, e posteriormente o uso de testes projetivos (Santos; Witeck, 2016).

Segundo (Alves; Negreiros, 2024) vítimas de violência doméstica tendem a desenvolver prejuízos significativos em diversos âmbitos da sua vida, principalmente de forma psicológica, as agressões podem desencadear inúmeros transtornos, como depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, dentre outros. Dessa forma é essencial que esta procure auxílio de um psicólogo para evitar maiores danos e mantenha-se em acompanhamento, visto que pessoas que sofrem violência doméstica apresentam um grande comprometimento psicológico, este o impossibilita de mudar a sua realidade, pois ela vai agir de acordo com o psiquismo do agressor, não o seu próprio, assim ela necessita de ajuda de terceiros, para que consiga criar mecanismos e afastar-se da situação em que se encontra.

Como ressalta Monique Sonda Petry (psicóloga entrevistada):

> O principal papel do psicólogo nessa situação é fazer o paciente entender que é vítima de violência, que aquilo não é bom para ele e trabalhar na autoestima dessa pessoa, pois está rebaixada, pois muitas vezes a vítima acredita que o agressor é bom demais para ela, e que nunca irá encontrar alguém melhor ou que nem merece alguém melhor (Petry, 2025).

O indivíduo que é exposto a agressões, apresenta a perda da sua autonomia, baixa estima, e sentimentos de insuficiência e incompetência, além da insegurança, que a torna vulnerável. A Avaliação Psicológica vai desenvolver um trabalho em cima desses fatores em casos de violência doméstica, identificando e avaliando o cognitivo do alvo das agressões, a fim de modificar crenças limitantes e pensamentos disfuncionais, bem como impulsionar a tomada de decisões de forma mais assertiva, ainda ressignificando as lembranças das violências, com a intenção de que essa pessoa identifique as situações e se retire, pois terá obtido seu conhecimento para lidar com tais circunstâncias (Alves; Negreiros, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embasamento teórico presente neste artigo possibilita a compreensão das facetas da avaliação psicológica nas situações de violência, permitindo identificar os impactos psicológicos nas vítimas, como a baixa autoestima, a submissão e até mesmo transtornos psicológicos, além da conceituação acerca das variadas modalidades de violências presentes contra os indivíduos, em especial as mulheres, as quais não classificam recorrentes humilhações como violência.

O trabalho do psicólogo nessa temática se intensifica para que ocorra a quebra de padrões e mudanças de comportamento, e a vítima possa se restabelecer na sociedade e ter seus direitos respeitados. E para que por meio da avaliação psicológica realizada com o agressor, seja possível identificar maneiras para impedir as ações de futuros agressores.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, pela oportunidade em desenvolver o trabalho realizado. Bem como, a psicóloga Monique Sonda Petry, CRP 12/22685 pelo tempo e atenção que nos foi disponibilizado, para a realização da entrevista.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. C. de O.; NEGREIROS, C. M. L. de. A Importância do Atendimento Psicológico em casos de Violência Doméstica: Um Enfoque Cognitivo-Comportamental. *ID on Line*. Revista De Psicologia, *18*(73), 132–144, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.14295/idonline.v18i73.3978. Acesso em: 04 de outubro de 2025.

BAGGENTOSS, Alessandra Grazielly; PORTA, Matheus Dalla Menezes. A importância da avaliação psicológica das vítimas de violência doméstica antes da decisão acerca da revogação das medidas protetivas de urgência: uma análise a partir de processos do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Criciúma-SC. 2025. Centro de Ciências Juridicas, UFSC, Florianópolis, p.1-73, 2025. Disponível em:https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/267513 Acesso em: 04 de Outubro de 2025

BARRETO, Danielle, *et al*. As Contribuições da Psicologia no Acompanhamento de mulheres vítimas de violência. Revista Scientia Alpha. Umuarama. UniALFA. p.1-15, 2024. Disponível em: 112-Texto do Artigo-382-1-10-20240819.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2025

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, & Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento de Violência Contra as Mulheres. Editora SPM, Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 20 de setembro, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência (2ª edição) - CFP | CFP. Acesso em: 13 de setembro, 2025.

GIMENEZ, Fabiana Veronez Martelato, *et al*. Implicações da violência doméstica contra as mulheres na funcionalidade familiar: Revisão integrativa. REUFSM, UFSM, v.14, p. 1-21,2024. Disponível em: 84998_PT.pdf. Acesso em: 12 de setembro, 2025

GRIPPE, Kamilla Cristine André. Avaliação psicológica com autor de violência contra a mulher no âmbito doméstico.Centro Universitário de Brasília UNICEUB, Brasília, p.1-52, 2021. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15853. Acesso em: 04 de Outubro de 2025.

OLIVEIRA, Adriely de et al . Mulher em situação de Violência Domésticas: ótica dos profissionais de Saúde. NTQR, Oliveira de Azeméis , v. 20, n. 3, e1097, set. 2024. Disponível em:

http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2184-77702024000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

PETRY, Sonda Monique. Entrevista concedida à Igor de Lara Oliveira, Mariana Fátima da Silva e Tamara Letícia Germano. Fraiburgo, 16 de Setembro. 2025. CFP 12/22685.

SANTOS, Ana Paula Coelho Abreu; WITECK, Guilherme. Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. **Seminário Internacional, Demandas Sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea.** p.1-20, 2016. Disponível em: https://www.bing.com/search?pglt=43&q=violencia+domestica+e+familiar+contra+a+mulher%2C+ana+coelho+abreu+dos+santos. Acesso em: 04 de Outubro de 2025

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E EFICÁCIA TERAPÊUTICA: UM COMPARATIVO ENTRE A PSICANÁLISE E TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Categoria: Projeto Integrador

Gabriela Alves Ribeiro[1]
Joseane Karine Pereira[2]
Lucas Silva De Oliveira da Silva[3]
Naraiane Chaves Cordeiro[4]
Thaís de Oliveira[5]

Resumo – O presente estudo realiza uma análise comparativa entre a Psicanálise e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no que diz respeito aos instrumentos e processos de avaliação psicológica e sua relação com a eficácia terapêutica. A partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com psicólogos atuantes em cada abordagem, buscou-se compreender como cada perspectiva estrutura sua avaliação e quais impactos essa prática gera no processo clínico. Os resultados apontam que, na Psicanálise, a avaliação é integrada à escuta clínica e privilegia a compreensão dos processos inconscientes, atuando como recurso interpretativo que enriquece a construção de hipóteses subjetivas. Já na TCC, a avaliação é contínua, sistemática e funcional, orientando o planejamento terapêutico e o monitoramento de resultados. Conclui-se que ambas as abordagens contribuem de forma significativa para a prática psicológica, cada uma oferecendo recursos distintos e complementares para a compreensão do sujeito e para o desenvolvimento de intervenções eficazes.

Palavras-chave: Psicanálise; terapia cognitivo-comportamental; avaliação psicológica.

INTRODUÇÃO

A Psicologia oferece diversas abordagens que sugerem formas diferentes de compreender o funcionamento psíquico e conduzir o processo terapêutico, e entre as mais conhecidas, temos a Psicanálise e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC).

Embora ambas tenham como objetivo promover a saúde mental e emocional dos pacientes, elas se diferenciam tanto na forma de conduzir a terapia quanto nos instrumentos utilizados para avaliar o paciente e orientar no tratamento. Portanto vale enfatizar qual a importância de identificar a subjetividade de cada abordagem, apesar de ambas possuírem o mesmo objetivo que é promover e aliviar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida do

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

paciente, ambas as abordagens buscam o autoconhecimento e a superação de padrões disfuncionais, entretanto cada uma se constitui de formas diferentes.

Diante disso, surge a questão central: como os diferentes instrumentos de avaliação utilizados pela Psicanálise e pela TCC influenciam a compreensão do funcionamento psíquico? Na Psicanálise, a análise dos processos inconscientes ocupa lugar central na investigação dos conflitos internos (Freud, 1917/2010). Já na TCC, "trata-se de uma abordagem cognitiva e comportamental que integra modelos históricos e filosóficos das duas disciplinas para fundamentar seus instrumentos e técnicas" (Knapp; Beck, 2008, p. 54).

A escolha desse tema surge da vontade de entender melhor as diferenças entre essas duas perspectivas, observando como cada uma organiza suas ideias e utiliza seus recursos de avaliação. O objetivo não é dizer que uma seja melhor que a outra, mas sim valorizar o que cada abordagem tem de único e reconhecer as contribuições que ambas trazem para a Psicologia.

A importância deste estudo pode ser vista em três pontos principais. No pessoal ajuda a entender melhor as diferentes formas de explicar como funciona a mente. No social, ajuda a ampliar o diálogo sobre saúde mental e a aproximar as diferentes formas de compreender o ser humano. Já no acadêmico, acrescenta à formação em Psicologia, incentivando a reflexão teórica e o interesse por comparações entre diferentes linhas de pensamento. Assim, este trabalho procura trazer uma análise conceitual sobre os instrumentos de avaliação usados na Psicanálise e na TCC, destacando suas diferenças e o quanto cada uma pode contribuir para ampliar o conhecimento na Psicologia.

ENTRE O INCONSCIENTE E O COMPORTAMENTO: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E RESULTADOS TERAPÊUTICOS NA PSICANÁLISE E NA TCC

É possível sustentar que a avaliação psicológica, quando integrada à clínica psicanalítica, amplia o escopo da interpretação subjetiva ao oferecer pontos de ancoragem empíricos que enriquecem as hipóteses clínicas, assim, podemos afirmar que "dados de pesquisas científicas podem contribuir com a compreensão clínica de pessoas com dificuldades emocionais" (Rosa, 2020, p. 4), o que evidencia a viabilidade de um diálogo fecundo entre abordagem empírica e escuta psicanalítica.

Nesse sentido, a avaliação psicológica não deve ser vista como mera técnica quantificadora, mas como instrumento que abre espaços para repensar hipóteses diagnósticas e integrar dimensões subjetivas do sujeito. Estudos destacam que, na abordagem psicanalítica, a avaliação visa acessar conteúdos inconscientes e sustentar reflexões clínicas éticas e contextualizadas, evitando reducionismos técnicos (Rosa, 2020; Santos; Cardoso, 2019)

A avaliação, na perspectiva da terapia cognitivo-comportamental, é compreendida como um processo contínuo que se inicia na primeira sessão e se estende ao longo de todo o tratamento. Mais do que apenas levantar dados diagnósticos, ela tem como função estruturar a conceitualização cognitiva, orientar o planejamento terapêutico, fortalecer a aliança entre terapeuta e cliente e introduzir o paciente aos princípios da TCC (Beck, 2021).

Portanto, vale ressaltar que existe um comparativo entre essas abordagens, pois na (TCC) a avaliação psicológica como descrito pela autora Beck (2022), na obra "Terapia Cognitivo-Comportamental: Teoria e Prática" ressalta que ocorre com o levantamento de dados trazidos pelo cliente, que permitem contextualização cognitiva para planejar as estratégias de intervenção e acompanhamento, já na Psicanálise ela pode ser compreendida como citado pela autora Helena Rosa no artigo "Interfaces entre Avaliação Psicológica e a Clínica Psicanalítica" (2020), ela amplia o campo de interpretação ao oferecer pontos de ancoragem empíricos que enriquecem as hipóteses clínicas e possibilitam o confronto com os aspectos inconscientes.

Dessa forma, pode-se dizer que, enquanto avaliação psicanalítica se apresenta como recurso de ampliação interpretativa e de diálogo entre escuta subjetiva e dados empíricos, a avaliação na TCC se caracteriza pela ênfase na sistematização, no acompanhamento contínuo e na função pragmática de guiar o tratamento.

De acordo com Beck (2022), a Terapia Cognitivo-Comportamental apresenta mais de 2.000 estudos que comprovam sua eficácia, sendo reconhecida como o "padrão-ouro" em psicoterapia, além de utilizar avaliação contínua e instrumentos sistemáticos para monitoramento de sintomas e progresso terapêutico.

Machado e Aguiar (2016) destacam que a eficácia da Psicanálise não pode ser medida pelos mesmos parâmetros utilizados em outras abordagens terapêuticas, pois o foco do processo analítico está nas transformações internas e subjetivas do indivíduo. A Psicanálise busca compreender e promover mudanças na forma como o sujeito se relaciona com seus conflitos e com o inconsciente, priorizando o percurso singular de cada analisando em vez de resultados mensuráveis ou padronizados. Segundo Rosa et al. (2020, p. 32), os instrumentos de avaliação, quando articulados ao enquadre psicanalítico, podem "auxiliar tanto no diagnóstico como no processo terapêutico, pois nos informam sobre o paciente e sua subjetividade". Dessa forma, a avaliação não se reduz a mensuração, mas contribui para a formulação de hipóteses clínicas e para a condução de intervenções sensíveis à singularidade do sujeito. Conforme Beck (2022), a avaliação na Terapia Cognitivo-Comportamental é contínua desde a primeira sessão e tem a função de estabelecer um diagnóstico preciso, formular o caso, planejar a intervenção e monitorar o progresso terapêutico. Questionários e escalas padronizadas (como o BDI e o BAI) são utilizados para avaliar sintomas e orientar ajustes no tratamento, e a coleta sistemática de dados a cada sessão melhora os resultados clínicos.

METODOLOGIA

O presente artigo é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Para a construção do trabalho foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com psicólogos a fim de compreender como ocorre o processo de avaliação psicológica nas abordagens da Psicanálise e da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Um dos entrevistados atua no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e utiliza a TCC como referência teórica, e a outra atua como psicóloga clínica, com foco baseada na Psicanálise. Além das entrevistas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada no artigo "Avaliação Psicológica: possibilidades e desafios contemporâneos" (Rosa, et al.) e no livro Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática de Judith Beck (2021), que embasaram a análise comparativa entre as abordagens. As

falas dos entrevistados foram transcritas e analisadas de forma interpretativa, buscando identificar convergências e divergências sobre o papel e os métodos da avaliação psicológica em cada perspectiva teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender as principais diferenças e semelhanças entre a Psicanálise e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), com foco no modo como cada uma compreende e utiliza a avaliação psicológica no processo terapêutico. A partir das análises teóricas e das entrevistas realizadas com profissionais atuantes nessas abordagens, foi possível observar que ambas possuem grande relevância para o campo da Psicologia, embora apresentem formas distintas de interpretar e intervir no sofrimento humano. A Psicanálise se destaca por valorizar a escuta atenta e a investigação dos processos inconscientes, compreendendo a origem dos conflitos psíquicos a partir da história de vida, das relações e das experiências do sujeito. Já a TCC trabalha com foco no aqui e agora, com instrumentos e técnicas que auxiliam na identificação e na modificação de padrões de pensamento e comportamento disfuncionais. Também se constatou que a avaliação psicológica desempenha um papel fundamental em ambas as abordagens. Na Psicanálise, ela é compreendida como um processo de investigação contínuo, que ajuda a formular hipóteses clínicas e compreender o funcionamento psíquico do paciente em profundidade. Já na TCC, a avaliação ocorre de forma sistemática, acompanhando o processo terapêutico e servindo como base para o plano de intervenção e acompanhamento dos resultados. Portanto, compreende-se que não existe uma abordagem superior a outra. Cada uma tem papel essencial na construção de um cuidado psicológico de qualidade, que valoriza a singularidade de cada sujeito e contribui para a saúde mental da sociedade. O estudo reafirma a importância de conhecer e refletir sobre as diferentes abordagens, reconhecendo que cada uma delas amplia a compreensão do comportamento humano e o compromisso ético da profissão.

REFERÊNCIAS

BECK, Judith S. *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

FREUD, S. Introdução à psicanálise. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1917).

KNAPP, P.; BECK, A. T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 30, supl. 2, p. S54–S64, 2008.

ROSA, Helena Rinaldi; CURY TARDIVO, Leila Salomão de La Plata; PINTO JÚNIOR, Antônio Augusto; SILVA, Marlene Alves da; AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. Interfaces entre a avaliação psicológica e a clínica psicanalítica. Interfaces — Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2020.

ROSA, H. et al. Interfaces entre avaliação psicológica e clínica psicanalítica. PePSIC, 2020.
SANTOS, M.; CARDOSO, C. Avaliação psicológica e psicanálise: articulações clínicas. SciELO, 2019

MACHADO, A. M.; AGUIAR, F. Eficácia terapêutica e pesquisa em Psicanálise: um impasse contemporâneo. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 141–158, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952016000100011. Acesso em: 1 nov. 2025.

DO ENSINO A EXECUÇÃO: EXPECTATIVAS E DESCOMPASSOS NA INSERÇÃO DE JOVENS PROFISSIONAIS

Categoria: Projeto integrador

Gabriella Matias[1]
Leila Guerra Filipini[2]
Luciana Lucas Gaio[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo - A passagem da formação acadêmica para a atuação profissional em Psicologia apresenta alguns desafios notáveis, principalmente devido à discrepância entre a teoria e a prática. A pandemia intensificou essas deficiências, restringindo vivências fundamentais, como estágios e eventos presenciais. A análise da literatura e a entrevista realizada apontam que o início da trajetória profissional é caracterizado por inseguranças, necessidade de atualização contínua e busca por maior autonomia. Pode-se concluir que a união entre o ensino, a prática supervisionada e o desenvolvimento de habilidades transversais é essencial para a inserção sólida e duradoura do psicólogo no ambiente de trabalho.

PALAVRAS CHAVES: Transição acadêmica; atuação profissional; psicologia; saúde mental.

INTRODUÇÃO

A transição da educação acadêmica para a atuação profissional na área da Psicologia é um processo complexo, que abrange não só a utilização do conhecimento adquirido durante o curso, mas também a adaptação às exigências reais do mercado de trabalho e às expectativas sociais em relação à profissão. Este momento é descrito na literatura como um dos mais desafiadores na carreira do psicólogo, pois o profissional recém-formado se depara com lacunas que muitas vezes não foram abordadas durante a formação. Sant'Ana (2022) aponta que, apesar de a graduação em Psicologia buscar conectar teoria e prática, existem fragilidades nesse aspecto, especialmente durante a pandemia, quando muitas atividades práticas foram limitadas ou passaram a ser realizadas remotamente. Essa situação aumentou a sensação de falta de preparação entre os alunos e graduados, que se viram obrigados a encarar a realidade profissional sem uma vivência completa de estágios e outras experiências educativas. Isso mostra que a transição da academia para o campo de atuação não é apenas uma mudança de local, mas envolve um processo de reinterpretação de conhecimentos, onde o psicólogo iniciante deve desenvolver autonomia, confiança técnica e habilidades interpessoais para firmar sua atuação.

[1] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Além disso, é fundamental enfatizar que a formação acadêmica tem um impacto direto no trabalho dos psicólogos clínicos que estão começando suas carreiras, tanto de maneira positiva quanto negativa. Lima et al. (2023) indicam que os estágios supervisionados desempenham um papel crucial, pois oferecem experiências que ajudam no desenvolvimento da atitude clínica e da ética que são essenciais para a profissão. Entretanto, os mesmos autores apontam que essa experiência, apesar de ser vital, é ainda inadequada para preparar o graduado para os muitos desafios que surgem nos primeiros anos de atuação. Dentre esses obstáculos, destacam-se a dificuldade em atrair e manter pacientes, a insegurança em situações clínicas desafiadoras e a falta de conhecimentos mais práticos sobre gestão e organização da profissão. Essa observação se alinha com as considerações de Barletta (2023), que enfatiza a necessidade de expandir a formação do psicólogo para além dos aspectos clínicos, incorporando habilidades relacionadas ao empreendedorismo, à comunicação e à gestão de serviços. Para a autora, a sustentabilidade da prática profissional está ligada a capacidades que possibilitem ao psicólogo administrar sua carreira de maneira autônoma e eficaz, fatores que ainda são pouco abordados nos programas de graduação.

Outro aspecto importante diz respeito ao efeito emocional e psicológico durante esse período de mudança. Lima e colaboradores (2023) enfatizam que a instabilidade nas finanças, a carga emocional intensa e a incerteza sobre o novo cargo assumido podem impactar profundamente a saúde mental dos psicólogos que estão iniciando suas carreiras. Muitos se deparam com a contradição entre o ideal que aprenderam na universidade — fundamentado em teorias robustas e numa visão de cuidado abrangente — e a realidade de um mercado competitivo, que requer estratégias de adaptação rápida e flexibilidade contínua. Esse descompasso entre expectativas pode causar frustração, ansiedade e até exaustão, prejudicando não apenas o bem-estar individual, mas também a qualidade do exercício profissional. Nesse cenário, a supervisão clínica se apresenta como um recurso vital, conforme argumentam Moretto, Nukui e Antunes (2024), que a consideram essencial para o desenvolvimento de psicólogos em início de carreira. A supervisão oferece um espaço para esclarecimento de dúvidas, fortalecimento da identidade profissional e ampliação da reflexão, diminuindo as chances de práticas inadequadas e ajudando a construir maior segurança técnica e emocional.

Diante desse contexto, é claro que a transição do ensino superior para a atuação profissional em Psicologia exige uma análise crítica e metódica, que leve em conta tanto as limitações do modelo educacional atual quanto as demandas do ambiente de trabalho contemporâneo. Estudar esse processo é de extrema importância, pois possibilita reconhecer lacunas que dificultam a inserção de recém-formados e sugerir maneiras de aprimorar os currículos, de modo a incluir não apenas conteúdos técnicos, mas também competências transversais essenciais para a empregabilidade e a sustentabilidade da carreira. Ao entender os desafios enfrentados pelos graduados, a Psicologia pode avançar na criação de práticas formativas mais integradas, que conectem teoria, prática, gestão e cuidados com a saúde mental dos profissionais. Assim, a análise desse fenômeno contribui não apenas para a melhoria da formação acadêmica, mas também para a consolidação de uma prática profissional mais segura, ética e ajustada às exigências da sociedade atual.

METODOLOGIA

Este Resumo é o resultado de uma revisão narrativa da literatura, feita no período de agosto a setembro de 2025. A pesquisa foi realizada nas bases de dados: SciELO Brasil, PePsic e Google Acadêmico, utilizando os termos de pesquisa: inserção no mercado de trabalho na Psicologia, graduados em Psicologia, formação universitária e atuação profissional, para embasar o artigo foi realizado uma entrevista semiestruturada, com uma psicóloga com objetivo de conhecer a prática profissional corroborando com os materiais selecionados.

Os critérios para inclusão foram os seguintes: artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, em revistas com revisão por pares, que tratassem especificamente da transição da formação em Psicologia para o mercado de trabalho. Foram escolhidos 12 artigos, assegurando uma variedade de perspectivas (clínica, educacional, organizacional, estágios e empregabilidade).

A avaliação envolveu uma leitura completa, uma síntese crítica e a organização em três categorias: deficiências na formação, expectativas e caminhos percorridos pelos egressos, além de abordagens institucionais para a integração no mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira categoria, lacunas na formação, evidencia que a predominância da teoria sobre a prática ainda é um desafio. Segundo Souza e Carvalho (2021), muitos currículos "apresentam falhas no preparo prático do estudante para a pluralidade de demandas profissionais" (Souza; Carvalho, 2021, p. 89). Essa deficiência contribui para a insegurança dos egressos, que sentem a necessidade de buscar formação continuada logo no início de suas trajetórias profissionais (Veriguine, 2022).

A segunda categoria, expectativas e trajetórias de egressos, indica que a maior parte dos profissionais inicia sua atuação na área clínica, mas encontra obstáculos para alcançar estabilidade financeira, o que os leva a diversificar suas atividades em contextos escolares e organizacionais (Vieira, 2024). Conforme o autor, "o perfil dos egressos mostra predomínio da clínica, porém com ampla diversificação ao longo dos anos" (Vieira, 2024, p. 4). Esses dados reforçam a existência de um descompasso entre as expectativas formadas durante a graduação e a realidade do mercado de trabalho.

A terceira categoria, estratégias institucionais, evidenciou a relevância de iniciativas como projetos de extensão, estágios supervisionados de qualidade e disciplinas voltadas à gestão de carreira (Côrtes, 2024). De acordo com a autora, "o acompanhamento de cotistas no processo universidade-trabalho mostrou-se decisivo para reduzir desigualdades" (Côrtes, 2024, p. 7). De modo complementar, Okumoto (2022) argumenta que o envolvimento do estudante com sua trajetória profissional durante a graduação favorece a inserção no mercado, ressaltando que "quanto maior o vínculo do estudante com a área escolhida, maiores as chances de empregabilidade" (Okumoto, 2022, p. 8).

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

A entrevista também evidenciou as estratégias que foram desenvolvidas ao longo da trajetória. Silva investiu em especializações em Gestão de Pessoas, Terapia Cognitivo-Comportamental e Treinamento e Desenvolvimento Organizacional, enfatizando que "quando se trata de pessoas, você não pode parar de estudar, o ser humano está sempre em aprendizado" (Silva, 2025, informação verbal). Essa afirmação corrobora o que Barletta (2023) defende, a saber, que a formação deve incluir competências transversais e uma atualização contínua.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Um aspecto importante é a crescente percepção da valorização da Psicologia no contexto organizacional. Em entrevista com a profissional Luana dos Anjos, ela comentou que "desde a formação até o presente, houve uma mudança, e hoje a profissão é muito mais valorizada; saber que há espaço para trabalhar é gratificante" (Silva, 2025, informação verbal). Essa afirmação é confirmada por Santos (2024), que analisou as experiências de psicólogos no Brasil e destacou o aumento do reconhecimento social da profissão.

Outras falas importantes da entrevista:

1. Sobre as dificuldades iniciais da carreira

Segundo Silva (2025, informação verbal), "senti dificuldades na abertura de lugares para trabalhar na área que tinha escolhido, acabei indo embora para outra cidade onde tive essa oportunidade".

2. Sobre a formação acadêmica e sua adequação à prática

Para a entrevistada, "o processo formativo na graduação não correspondeu totalmente às exigências da atuação profissional, pois a faculdade fala um pouco de cada área e, depois, vêm à prática e as especializações" (Silva, 2025, informação verbal).

3. Sobre a valorização profissional

Silva (2025, informação verbal) avaliou que "desde a formação até hoje houve mudança, e que atualmente o trabalho é muito mais valorizado, sendo gratificante ter espaço para atuar".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revelou que a inserção profissional do psicólogo enfrenta lacunas na formação, desafios na integração ao mercado e uma necessidade constante de adaptação. A entrevista ajudou a ilustrar essas dificuldades, evidenciando que as especializações e a mobilidade geográfica podem ser estratégias essenciais.

A experiência compartilhada confirma as conclusões da literatura a respeito da relevância da prática supervisionada, da formação continuada e do desenvolvimento de habilidades além da atuação clínica. Dessa forma, entende-se que a transição da academia para o mercado exige

uma preparação multidimensional e políticas acadêmicas que promovam uma melhor integração entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

ANGELI, G. Supervisão de estágio na clínica-escola: leituras sobre a prática. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. 1, 2022.

BARLETTA, J. B. Survey of cognitive behavioral therapy clinical supervisors. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 23, n. 3, 2023.

CÔRTES, V. N. Q. Transição universidade-trabalho: estudo com cotistas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 24, n. 1, 2024.

GOMES, C. Práticas do psicólogo escolar em tempos de pandemia. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. 3, 2022.

JACÓ-VILELA, A. M. A Psicologia no Brasil: formação e institucionalização. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, e302963, 2024.

LIMA, Anny Beatriz Cavalcanti; AZEVEDO, Regina Lígia Wanderlei de; LIMA, Flávio Lúcio Almeida; MAGALHÃES, Raphaella Stephannie Rosa. A influência da formação acadêmica e os desafios da atuação profissional de psicólogos clínicos recém-formados. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 8, p. e0612842742, 2023. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42742

MORETTO, C.; NUKUI, S.; ANTUNES, V. Estágio e supervisão em plantão psicológico on-line na pandemia. Mental, v. 18, n. 1, 2024.

OKUMOTO, A. Y. P. Engajamento e sucesso na transição para o trabalho. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, n. 4, 2022.

SANT'ANA, I. M. Desafios emergentes da formação inicial em Psicologia escolar. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. 1, 2022.

SANTOS, J. H. C. Experiência de psicólogas(os) brasileiras(os). Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, e312334, 2024.

SILVA, L. A. G. Entrevista concedida a Luciana Lucas Gaio. Fraiburgo-SC, 05 set. 2025. Informação verbal

SOUZA, C.; CARVALHO, B. Formação em Psicologia: limites e possibilidades. Revista Vozes em Psicologia, v. 15, n. 2, 2021.

VERIGUINE, N. R. Processos de escolha e inserção profissional de psicólogos. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 16, n. 2, 2022.

VIEIRA, C. A. L. Perfil de egressos de Psicologia de uma universidade. Psicologia em Estudo, v. 29, e30922, 2024.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

Categoria: Projeto Integrador II

Jaqueline Aparecida Soligo[1]
Majuriê Mélani Meireles[2]
Silvana Gonçalves[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo - Este estudo destaca a importância da avaliação psicológica no Sistema Único de Saúde (SUS), mostrando como ela é essencial para compreender o ser humano em sua totalidade e garantir um cuidado mais completo em saúde mental. A pesquisa busca entender de que forma a grande demanda de atendimentos em Fraiburgo/SC afeta a qualidade das avaliações e o trabalho dos psicólogos. Os resultados apontam para desafios importantes, como a sobrecarga de atendimentos e a falta de estrutura adequada, mas também ressaltam o comprometimento dos psicólogos em oferecer um cuidado acolhedor e responsável. O trabalho reforça a necessidade de investimentos em políticas públicas e em condições que valorizem a atuação profissional, fortalecendo a Psicologia como prática voltada à promoção da saúde e ao bem-estar de todos.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; sistema único de saúde; demanda; diagnóstico; entrevista; encaminhamento.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é essencial para compreender o funcionamento psíquico, para assim conduzir diagnósticos e auxiliar nas intervenções em saúde mental. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), esse processo ganha maior valor, pois se vincula à garantia ao acesso completo aos serviços de saúde.

A justificativa desta pesquisa consiste na importância social e acadêmica do tema. Compreender as barreiras e possibilidades que atravessam a prática da avaliação psicológica no sistema público é fundamental para pensar em melhorias tanto na atuação profissional quanto no desenvolvimento de políticas públicas.

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O objetivo geral deste trabalho é analisar de que forma a alta demanda da população atendida no SUS impacta na realização da avaliação psicológica no município de Fraiburgo/SC. Como objetivos específicos, pretende-se: conhecer como são realizados os atendimentos no sistema único de saúde no município de Fraiburgo/SC; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos psicólogos no SUS, no município de Fraiburgo/SC, durante o processo avaliativo; analisar os impactos da sobrecarga sobre a qualidade e profundidade das avaliações; e propor estratégias que possam minimizar esses efeitos e favorecer a prática da avaliação psicológica no contexto público.

A relevância teórica da pesquisa está em fortalecer o diálogo entre psicologia e saúde pública, oferecendo benefícios que permitam pensar a avaliação psicológica não apenas como técnica, mas também como prática contextualizada, ética e socialmente engajada. (Ribeiro e Oliveira 2025) destacam que, apesar dos avanços, ainda persistem desafios estruturais e formativos para a preservação da avaliação psicológica no Brasil.

Diante de tudo, esta pesquisa busca contribuir sobre os desafios atuais da avaliação psicológica no contexto do SUS, destacando a necessidade de entender como a alta demanda interfere nos resultados e na qualidade das avaliações. Ao analisar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais, bem como o desenvolvimento dessa prática, pretende-se oferecer contribuições que fortaleçam ambas as partes. Com isso, este estudo busca somar tanto na área acadêmica quanto no dia a dia da profissão, reforçando o compromisso da Psicologia com o cuidado à saúde de forma acessível para todos.

METODOLOGIA

Este projeto é uma pesquisa que tem a visão qualitativa dos dados. Considerando processos metodológicos que se vinculam a revisão bibliográfica, cujo embasamento teórico foi adquirido através de leituras de artigos científicos, revistas e livros, selecionados em bases de dados, como Google Acadêmico e Scielo, por sua relevância para o tema estudado. Através deste projeto foi realizado uma entrevista com duas psicólogas do Sistema Único de Saúde (SUS), para assim entender como funciona esse sistema e suas demandas. As entrevistas foram conduzidas de forma ética e assim preservando as profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), abrange avaliações desde uma pressão arterial a uma psicoterapia, assim garantindo que toda a população tenha o acesso gratuito ao sistema público de saúde. Com isso, é garantido o atendimento desde a gestação e por toda a vida desse indivíduo, tendo o maior cuidado para assim, garantir boa qualidade de vida para todos. (Brasil, Ministério da Saúde, 2025).

Em relação à saúde mental, a Psicologia desempenha um papel crucial, atuando tanto na promoção e prevenção quanto no atendimento de indivíduos em sofrimento psíquico. O fluxo de atendimento no SUS geralmente envolve uma abordagem multiprofissional, na qual a avaliação médica inicial busca descartar condições clínicas, e o encaminhamento para avaliação psicológica ou psiquiátrica ocorre quando necessário (OMS, 2022). Apesar da importância desse

processo para garantir um cuidado integral, há desafios relacionados à sobrecarga dos serviços e à carência de profissionais especializados, impactando diretamente a qualidade do atendimento (Ribeiro; Oliveira,2025).

A avaliação psicológica, nesse contexto, é compreendida como um procedimento técnico, ético e científico, determinado a compreender o funcionamento psíquico do indivíduo e fornecer benefícios para diagnósticos e intervenções. Esse processo inclui entrevistas, observações, aplicação de testes psicológicos validados e análise do contexto de vida do paciente (Silva; Elias, 2020).

No âmbito do SUS, a avaliação psicológica assume papel relevante não apenas como instrumento diagnóstico, mas também como prática integrada às equipes multiprofissionais e às políticas públicas de saúde mental, oferecendo suporte às diversas demandas da população. Contudo, estudos recentes apontam que existem limitações estruturais e formativas que dificultam a consolidação dessa prática, demandando investimentos contínuos em capacitação profissional e em recursos materiais (Inácio et al., 2024; OMS, 2022).

Historicamente, a Avaliação Psicológica é associada ao emprego de métodos e de técnicas quantitativas. Quando se torna a realidade internacional, é possível observar que foi por meio do desenvolvimento dos testes psicológicos, associados à organização de laboratórios experimentais, que a Psicologia apresentou evidências de seu potencial científico. De modo que os testes psicológicos se tornaram métodos que, isoladamente, fundamentaram as decisões do psicólogo sobre como intervir (Bueno; Peixoto, 2018 apud Zanin et al., 2022, p.2).

Para compreender melhor essa demanda, na entrevista realizada para esta pesquisa, uma psicóloga atuante no sistema público no município de Fraiburgo/SC relatou que nem todos os municípios oferecem o serviço de avaliação psicológica pelo SUS. Além de ser responsável pelas avaliações, ela também organiza a fila da Psicologia, distribuindo pacientes para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. Segundo a profissional, o fluxo geralmente se inicia pela avaliação médica, que busca descartar outras doenças tratáveis clinicamente, e somente depois ocorre o encaminhamento para a avaliação psicológica. Em casos necessários, o paciente é direcionado ao psiquiatra, já que apenas este pode concluir o diagnóstico.

A entrevistada destacou ainda que atende toda a população do município, incluindo crianças de escolas estaduais e particulares, que na maioria das vezes são encaminhadas pelas próprias instituições de ensino, enquanto as avaliações das escolas municipais ficam sob a responsabilidade do Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE) (Ogliari, 2025, informação verbal adaptada pelos autores). Esse relato evidencia a sobrecarga e a multiplicidade de funções que recaem sobre o psicólogo no SUS, reforçando a importância de refletir criticamente sobre as condições em que a avaliação psicológica é realizada no contexto público.

O acesso a tais suportes públicos requer uma relevância de qualidade e atenção para os indivíduos. A privação de profissionais na área pode assim adiar a fila dos atendimentos, consequentemente também pode do ter a degradação da doença desse mesmo indivíduo. (Gonçalves; Almeida; Souza, 2016 apud Refatti; Lima; Oliveira et al., 2025, p. 5)

Os colaboradores relatam a dificuldade de cuidar de sua própria saúde mental, pois na maioria de seu tempo se esforçam para ajudar os pacientes e para realizar seu trabalho. Causando assim interferência nos demais atendimentos por conta da alta demanda, consequentemente tirando a vez de quem realmente necessite dessa urgência (Naves, 2019, p.13)

Nesse sentido, percebemos a importância da formação continuada dos profissionais de psicologia e como o fortalecimento das redes de apoio interprofissional aparecem como caminhos fundamentais para aprimorar as práticas avaliativas. É importante destacar que investimentos em políticas públicas voltadas à ampliação do quadro de psicólogos, à supervisão técnica e à implementação de protocolos adaptados à realidade do serviço público podem contribuir para uma atuação mais eficaz, conforme destaca Borsa (2021): "Uma formação adequada nessa área deve considerar uma extensa carga horária de treinamento supervisionado para o uso adequado das ferramentas de coleta de dados, aproximando o conhecimento teórico e prático". Essa integração entre teoria, prática e supervisão técnica é fundamental para a qualificação do trabalho dos psicólogos no contexto do serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação psicológica no (SUS) mostra o quanto o trabalho do psicólogo é essencial para garantir um cuidado mais completo e humano. Durante este estudo, ficou claro que a alta demanda e a falta de recursos ainda são grandes desafios que afetam a qualidade dos atendimentos e das avaliações realizadas.

Mesmo diante dessas dificuldades, percebe-se o empenho dos profissionais em manter uma prática ética e comprometida com o bem-estar das pessoas. Promover a troca entre os profissionais, garantir boas condições de trabalho e incentivar a formação constante são atitudes que fortalecem a qualidade do cuidado em saúde mental.

Conclui-se que valorizar a atuação do psicólogo no sistema público é também valorizar o direito de todos a um atendimento psicológico de qualidade, acessível e voltado ao cuidado integral da saúde mental.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/ AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo apoio à realização deste Projeto Integrador e à psicóloga Luciane Eskelsen Ogliari pela colaboração e disponibilidade.

REFERÊNCIAS

Borsa, J. C. (2021). Formação profissional em avaliação psicológica: Integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 22(1), 73-83. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid =S1679 33902021000100007

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS).* Disponível em: https:// www.gov.br/saude/pt-br/sus. Acesso em: 20 set. 2025.

INÁCIO, F.; SILVA, T.; PEREIRA, R. Desafios e perspectivas da avaliação psicológica no SUS: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 18, n. 2, p.45-60, 2024.Acesso em: 20 set. 2025

NAVES, Jessica Mota. Ações para diminuir a alta demanda de usuários na Estratégia Saúde da Família II, na cidade de Tucumã-Pará. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde da Família) – Universidade Aberta do SUS, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/23774/1/Jessica%20Mota%20Naves.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

OGLIARI, Luciana. Entrevista concedida em Fraiburgo, 11 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Saúde mental: fortalecendo os serviços de atenção psicossocial no Brasil. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240054864. Acesso em: 20 set. 2025.

REFATTI, Ana Carolina; LIMA, Denise de Faria; OLIVEIRA, Iácara Santos Barbosa. Os impactos da demanda reprimida no Sistema Único de Saúde e as soluções para resolução e enfrentamento do problema. Revista dos Seminários de Iniciação Científica, v. 7, n. 3, 2025. Disponível em: https://revistas.atenas.edu.br/resic/article/download/642/577/2043 Acesso em: 10/10/2025.

RIBEIRO, M. G. C.; OLIVEIRA, I. C. V. de. Avanços e desafios na avaliação psicológica: uma análise da prática profissional no Brasil. Revista Psicologia e Saúde, Campo Grande, v. 17, e3008, 2025. Disponível em: https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/3008. Acesso em: 12 set. 2025

SILVA, A.; ELIAS, P. Avaliação psicológica no contexto da atenção básica: fundamentos e práticas. Psicologia & Sociedade, v. 32, p. 1-12. Acesso em: 20 set. 2025.

ZANIN, Daniela Sacramento et al. Desafios da Avaliação Psicológica no Brasil: Nova Realidade, Velhas Questões. Aval. psicol. Campinas, v. 21, n. 4, p. 407- 417, dez. 2022.Disponívelemhttp://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712022000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2025.

CONTRIBUIÇÕES DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA PARA A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Categoria: Projeto Integrador II

Fabiola Martins[1]
Izadora Aparecida Chaves de Souza[2]
Jennifer Kathleen de Oliveira da Veiga[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo – O suicídio, no momento atual, uma das maiores questões de saúde pública que a sociedade enfrenta. É um tema muito complexo, influenciado por vários fatores biológicos, psicológicos e sociais. O objetivo deste trabalho é perceber de que forma a intervenção psicológica pode atuar como um recurso essencial na prevenção do suicídio, ajudando a preservar o bem estar e a vida dos indivíduos.

Quanto ao método, esta pesquisa exploratória procura analisar os principais instrumentos usados na avaliação psicológica, já que ela é fundamental para identificar precocemente os sinais de risco. Além disso, o estudo busca enfatizar a importância da escuta ativa e qualificada, do acolhimento e da ética profissional, pontos que são indispensáveis para um atendimento seguro, empático e respeitoso.

Nos resultados e discussões, percebe-se que a avaliação psicológica, quando bem conduzida e adaptada à realidade do paciente, tem um papel fundamental na prevenção. Ela ajuda no reconhecimento de sinais importantes de risco, como a presença de um plano suicida. Também fica evidente o quanto a postura do psicólogo, marcada pela empatia e pelo compromisso ético e social, é essencial para que o paciente, em um momento tão difícil, se sinta acolhido e consiga dar um novo significado ao seu sofrimento.

Por fim, conclui-se que o trabalho do psicólogo, baseado na ética e no cuidado, é indispensável para a promoção da vida e para o enfrentamento desse grande desafio da saúde mental.

Palavras-chave: Avaliação; Prevenção; Suicídio; Psicologia.

INTRODUÇÃO

O suicídio é uma das maiores dificuldades em saúde pública da atualidade, afetando indivíduos de diversas idades, gênero, culturas e classes sociais. Trata-se de um fenômeno

[1]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

complexo, influenciado por uma gama de fatores biopsicossociais, que inclui transtornos mentais, situações de vulnerabilidade emocional, histórico de traumas, uso de substâncias e ausência de rede de apoio. Diante desse cenário, torna-se indispensavel a adoção de estratégias capazes de atuar de forma preventiva, entre as quais a intervenção psicológica se destaca como um dos recursos mais importantes.

Segundo a World Health Organization (2014, p. 19), o suicídio pode ser entendido como um ato com resultado fatal, iniciado e executado pela própria pessoa, com conhecimento ou expectativa de que o resultado será a morte.

Ao longo da prática clínica, o psicólogo é frequentemente o profissional que primeiro identifica indícios de sofrimento psíquico mais profundo, como a ideação suicida. Através da escuta qualificada e do uso de instrumentos técnicos, é possível avaliar riscos e sinais de alerta que, muitas vezes, não são claramente verbalizados pelo paciente. A proposta deste trabalho é, portanto, compreender como a intervenção psicológica pode contribuir na prevenção do suicídio.

A estrutura deste documento há de se basear em objetivos específicos, por meio dos quais se busca analisar instrumentos e métodos mais utilizados nas análises psicológicas, compreender a importância da escuta terapêutica e acolhimento nas situações de idealizações suicidas, e determinar a importância da ética do profissional de psicologia para uma atuação responsável, segura e respeitosa.

O estudo proposto encontra suporte na demasiada preocupação com o suicídio, considerado um desafio de saúde pública de maneira global e marcado por diversas determinantes psicológicas, sociais e culturais. Nesse cenário, a avaliação psicológica surge como um recurso técnico-científico imprescindível para a identificação de indicadores de risco e para a elaboração de métodos de intervenção voltadas à preservação da vida. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para o aprofundamento de discussões sobre a atuação do psicólogo na prevenção do suicídio, campo que ainda requer maior sistematização teórica. Em termos sociais, reforça-se a importância de práticas profissionais fundamentadas, capazes de responder de forma ética e eficaz às demandas emergentes de saúde mental na contemporaneidade.

METODOLOGIA

A realização deste trabalho se deu por pesquisa bibliográfica, com o intuito de pesquisar e explorar a importância do respeito mutuo para a convivência escolar, demonstrando diversos fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

Foram utilizados como fontes artigos científicos, além de materiais publicados em sites eletrônicos com tempo de publicação de até cinco anos, que contemplam o tema proposto para pesquisa.

O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura Interdisciplinar da 4ª fase do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Campos (2024), a avaliação do risco suicidário exige conhecimento teórico em suicidologia, destacando que os comportamentos suicidários não são fenômenos lineares. O autor enfatiza a importância de uma formação adequada dos psicólogos, dada à complexidade da avaliação do risco, e discute os sinais de alerta para os comportamentos suicidários, sugerindo que uma avaliação estrita de fatores de risco é insuficiente e que a avaliação do risco deve ser realizada em múltiplos níveis.

Além disso, a aplicação de instrumentos específicos é indispensavel para a avaliação do risco suicida, como evidenciam os autores Brás et al. (2017) onde desenvolveram o Inventario de Reconhecimento de Sinais de Alerta para Atos Suicidas, focado para a população de adolescentes portugueses. O instrumento reconhece três fatores correspondentes a tipos de sinais de alarme: sinais comportamentais, sinais verbais e sinais de isolamento. A presença de um plano suicida é considerada um sinal major de risco imediato, conforme o Índice de Risco Suicidário (IRIS) de Alte da Veiga et al. (2014), que é utilizado para avaliar o risco de suicídio em adultos, assim, esses instrumentos contribuem na identificação prévia de indivíduos em risco, permitindo intervenções mais eficientes.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2005) a prática profissional do psicólogo deve se basear no respeito à liberdade, à dignidade, à igualdade e à integridade de cada indivíduo, orientando-se pelos valores presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu trabalho tem como objetivo promover o bem-estar psicológico e a qualidade de vida de pessoas e comunidades, atuando na prevenção e no enfrentamento de qualquer forma de negligência, preconceito, exploração, violência, crueldade ou opressão. O psicólogo deve exercer sua função com responsabilidade social e senso crítico, analisando o contexto histórico, político, econômico e cultural em que está inserido.

Conforme supracitado acima, o Conselho Federal de Psicologia(2005) além disso, é fundamental que o profissional mantenha um compromisso constante com a evolução de suas competências, cooperando para o fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e prática profissional. É também de responsabilidade do psicólogo assegurar o acesso da população ao conhecimento e aos serviços psicológicos, seguindo os princípios éticos que regem a profissão, preservando a dignidade no exercício de suas atividades e quando convidado a participar de situações que desvalorizem a Psicologia, recusa-las. Por fim, deve reconhecer e refletir sobre as relações de poder presentes em sua prática, posicionando-se de maneira ética, crítica e responsável em todas as circunstâncias e contextos.

Portanto, a seleção de instrumentos psicológicos demanda uma análise criteriosa que considere o contexto em que vai ser aplicado, os propósitos da avaliação e o domínio técnico do profissional que a conduz. Essa escolha deve basear-se em evidências sobre as propriedades psicométricas dos instrumentos — como validade, fidedignidade e padronização —, assegurando interpretações consistentes e sustentadas por rigor científico (FERNANDES; GOMES; PRIMI, 2022). Além disso, o uso de métodos avaliativos está condicionado ao cumprimento de princípios éticos fundamentais, entre eles o consentimento informado, o sigilo profissional e a

responsabilidade quanto à comunicação e manejo dos resultados obtidos (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Segundo Fukumitsu (2014) o psicólogo deve demonstrar empatia diante do sofrimento humano, colocando-se disponível para se aproximar do lugar em que o paciente se encontra. Essa postura, pautada na disponibilidade interpessoal, pode ajudar (ou não) que o cliente reconheça suas potencialidades e amplie suas formas de enfrentar o sofrimento psíquico. Dessa maneira, uma relação terapêutica centrada no cuidado, pode auxiliar o cliente a ressignificar seu desespero existencial e encontrar novas perspectivas para lidar com seus conflitos, ainda que isso não garanta, por si só, que ele deixe de perceber a morte como mais atraente do que a vida.

Para o autor supracitado, "A disponibilidade não representa garantia para salvar vidas, no entanto, demonstrar para qualquer um que ele é compreendido como outro diferente e humano faz diferença" (Fukumitsu, 2014, p. 264).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou que a avaliação psicológica possui um papel de suma importância na prevenção do suicídio, agindo tanto na identificação precoce de fatores de risco quanto na promoção de estratégias de cuidado e acolhimento. A avaliação psicológica, quando conduzida de forma ética e técnica, possibilita o entendimento das dimensões emocionais, cognitivas e sociais envolvidas no sofrimento psicológico, permitindo ao profissional desenvolver intervenções individualizadas e eficazes.

O estudo certificou-se que o psicólogo, ao exercer sua escuta qualificada e empática, contribui de forma grandiosa para que o indivíduo encontre novos sentidos e recursos para enfrentar suas dores, fortalecendo a preservação da vida. A prática fundamentada em princípios éticos e no respeito à dignidade humana é fundamental, o que garante que a atuação profissional se mantenha comprometida com o bem-estar e a proteção da pessoa em sofrimento.

Entre as limitações deste trabalho, observou-se a ausência de dados empíricos que poderiam enriquecer o estudp prático da intervenção psicológica no contexto suicidário. Sugere-se, para estudos futuros, a ampliação de pesquisas de campo que abordem a efetividade de diferentes abordagens terapêuticas e instrumentos de avaliação, bem como o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental.

Assim, reafirma-se que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem papel fundamental na prevenção do suicídio, devendo atuar com responsabilidade, empatia e compromisso com a vida humana em toda sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALTE DA VEIGA, Francisco; ANDRADE, Joana; GARRIDO, Paula; NEVES, Sandra; CRAVEIRO, Adelaide; SANTOS, José Carlos; BRAZ-SARAIVA, Carlos; MADEIRA, Nuno. IRIS: Um novo índice de avaliação do risco de suicídio. Psiquiatria Clínica, Coimbra, v. 35, n. 2, p. 65-72, 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/61498596.pdf . Acesso em: 14 de Outubro 2025.

BRÁS, M.; CARMO, C.; JESUS, S. Estudo das propriedades psicométricas do Inventário de Reconhecimento de Sinais de Alerta para Atos Suicidas (IRSAS). Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica, v. 1, n. 43, p. 89-105, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4596/459653371008/html/ Acesso em: 1 nov. 2025

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/codigo_de_etica.pdf Acesso em: 15 out. 2025

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 010/2018: Regulamenta a avaliação psicológica e o uso de instrumentos psicológicos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/09/resolucao-010-2018-avaliacao-psicologica.pdf . Acesso em: 14 out. 2025.

CAMPOS, Rui C. Avaliação Psicológica e Risco Suicidário: Algumas Notas Reflexivas. Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica (RIDEP), v. 1, n. 71, p. 13-21, 2024. Disponivel em: https://doi.org/10.21865/RIDEP71.1.02. Acesso em: 4 de Outubro 2025.

FERNANDES, D. S.; GOMES, C. M. A.; PRIMI, R. Psicometria aplicada à avaliação psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2022.
Disponível em: https://loja.grupoa.com.br/psicometria-aplicada-a-avaliacao-psicologica/p. Acesso em: 17 out. 2025.

FUKUMITSU, Karina Okajima. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. Psicol. USP, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 270-275, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0270.pdf . Acesso em: 14 out. 2025.

POLLACK, O.; SHEEHAN, A.; WALSH, R. Assessment of suicidal thoughts and behaviors in adults: a systematic review of measure psychometric properties and implications for clinical and research utility. Frontiers in Psychology, v. 15, p. 1-12, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1399644. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2024.1399644/full. Acesso em: 17 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: a global imperative. Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR: DESAFIOS ÉTICOS, DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS E IMPLICAÇÕES NO CUIDADO EM SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Andrielly Mello da Silva[1]
Jean Morais[2]
Marielys Alejandra Uramiare Rivas[3]
Thaís de Oliveira[4]

Resumo: A atuação do psicólogo hospitalar tem se mostrado fundamental para a promoção da saúde mental e a humanização do cuidado em contextos de adoecimento e hospitalização. Este estudo, de caráter qualitativo e descritivo, buscou analisar criticamente os desafios éticos e as demandas contemporâneas que permeiam o trabalho do psicólogo hospitalar, destacando sua importância na integração multiprofissional e na mediação de conflitos entre pacientes, familiares e equipe de saúde. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão teórica em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, utilizando autores nacionais e contemporâneos. Os resultados apontam que o exercício ético, a escuta ativa e a empatia são pilares fundamentais para a construção de práticas humanizadas, sobretudo em situações de terminalidade, urgência e luto. Conclui-se que, diante das complexidades institucionais e emocionais do ambiente hospitalar, o psicólogo necessita de constante reflexão ética e flexibilidade técnica para sustentar intervenções eficazes e promover o bem-estar integral do paciente e de sua rede de apoio.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar; Ética Profissional; Humanização da Saúde; Sigilo; Terminalidade.

INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo hospitalar consolidou-se no Brasil a partir da década de 1950, trazendo contribuições significativas para a Psicologia da Saúde e para a humanização do cuidado, uma vez que esse profissional transita entre dimensões clínicas, sociais, organizacionais e educacionais. No entanto, apesar do crescimento da área, ainda há escassez de estudos que descrevam de forma detalhada as rotinas, atribuições e desafios enfrentados no cotidiano hospitalar, o que evidencia a necessidade de problematizar os dilemas éticos relacionados ao

[1]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Psicologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

sigilo, à autonomia do paciente, ao manejo de informações sensíveis, à mediação de conflitos familiares e à integração com equipes multiprofissionais.

Tal lacuna reforça a relevância teórica de aprofundar a discussão sobre a ética profissional e sua aplicação no enfrentamento de situações de terminalidade, luto, urgência e sobrecarga institucional, uma vez que esses elementos impactam diretamente a qualidade da assistência psicológica.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar de forma crítica e reflexiva a atuação do psicólogo hospitalar diante das demandas contemporâneas, buscando compreender como os princípios éticos podem sustentar práticas humanizadas, criativas e flexíveis, capazes de minimizar o sofrimento psíquico e fortalecer o diálogo com pacientes, familiares e equipe de saúde. A contribuição dos autores mobilizados nesta pesquisa, como Lara e Kurogi (2022), Peres e Lopes (2012), Almeida e Malagris (2015), Maia et al. (2024) e Souza et al. (2023), reside no embasamento teórico que possibilita compreender a complexidade dessa prática, bem como refletir sobre estratégias que consolidem a inserção e o reconhecimento do psicólogo no contexto hospitalar.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, desenvolvida através do Projeto Integrador do curso de Psicologia, com o objetivo de integrar e interpretar os achados existentes sobre a atuação do psicólogo hospitalar. A abordagem qualitativa busca a compreensão do objeto que investiga, preocupando-se não em explicar, mas de fato compreender os fenômenos que estuda dentro de seu respectivo contexto (Marconi, Lakatos, 2022). A revisão foi realizada por meio de buscas em livros e bases de dados acadêmicos, incluindo o Google Acadêmico e Scielo.

Realizou-se uma entrevista com uma psicóloga e foi conduzida de forma individual, com duração aproximada de 60 minutos, podendo ocorrer de maneira presencial ou remota, conforme disponibilidade da participante. O conteúdo foi gravado, mediante consentimento livre e esclarecido, garantindo o sigilo e o anonimato da entrevistada, conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo temática, buscando identificar categorias centrais que emergem dos relatos e que dialoguem com os eixos teóricos do estudo (Marconi; Lakatos, 2022).

PSICOLOGIA HOSPITALAR: DEFINIÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCÍPIOS ÉTICOS NA PSICOLOGIA HOSPITALAR

A psicologia hospitalar, enquanto área da Psicologia da Saúde, consolidou-se no Brasil a partir da década de 1950, destacando-se como uma prática voltada para a promoção do bem-estar psíquico de pacientes, familiares e equipes de saúde em contextos de adoecimento e hospitalização (Peres; Lopes, 2012). Esse campo caracteriza-se pela interface entre dimensões clínicas, sociais, educacionais e organizacionais, contribuindo para a humanização do cuidado e a integração multiprofissional no ambiente hospitalar (Almeida; Malagris, 2015). No Brasil, a inserção do psicólogo no contexto hospitalar ganhou impulso com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que reforçou a importância de práticas interdisciplinares e centradas no paciente.

Contudo, a escassez de estudos que detalhem as rotinas, atribuições e desafios dessa prática evidencia a necessidade de reflexões teóricas mais aprofundadas sobre sua complexidade e relevância (Lara; Kurogi, 2022).

A atuação do psicólogo hospitalar é pautada por princípios éticos que orientam o manejo de dilemas complexos, como o sigilo profissional, a autonomia do paciente e a mediação de conflitos familiares (Lara; Kurogi, 2022). O sigilo, conforme preconizado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005), é um pilar essencial para garantir a confiança na relação terapêutica. No entanto, em contextos hospitalares, esse princípio pode ser desafiado por demandas institucionais, como a necessidade de compartilhar informações com equipes multiprofissionais em situações de urgência ou terminalidade (Maia et al., 2024). A autonomia do paciente, por sua vez, exige do psicólogo uma postura que respeite as decisões do indivíduo, especialmente em cenários de cuidados paliativos, onde a vulnerabilidade emocional é acentuada (Almeida; Malagris, 2015). Além disso, a mediação de conflitos familiares, frequentemente presentes em contextos de adoecimento grave, demanda habilidades comunicativas e éticas para promover o diálogo e minimizar tensões, reforçando a humanização do cuidado (Souza et al., 2023).

A humanização do cuidado é um conceito central na psicologia hospitalar, envolvendo práticas que reconhecem a subjetividade do paciente e consideram suas dimensões emocionais, sociais e culturais (Souza et al., 2023). Esse processo busca minimizar o sofrimento psíquico e promover um atendimento que transcenda a abordagem exclusivamente técnica, valorizando a escuta ativa e a empatia. Nesse sentido, o psicólogo hospitalar desempenha um papel crucial ao integrar-se às equipes multiprofissionais, atuando como mediador entre diferentes saberes e práticas (Almeida; Malagris, 2015). A colaboração interdisciplinar, embora essencial, enfrenta desafios como a sobrecarga institucional e a falta de recursos, exigindo do profissional estratégias criativas e flexíveis para garantir a qualidade do cuidado (Lara; Kurogi, 2022). A integração multiprofissional, portanto, não apenas fortalece o cuidado centrado no paciente, mas também consolida o reconhecimento do psicólogo no ambiente hospitalar.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: CONTRIBUIÇÃO DA VIVENCIA DE UMA PSICÓLOGA HOSPITALAR

Os desafios contemporâneos da psicologia hospitalar, como o manejo de situações de terminalidade, luto, urgência e sobrecarga institucional, demandam uma prática reflexiva e eticamente fundamentada (Maia et al., 2024). Em contextos de terminalidade, o psicólogo desempenha um papel essencial no suporte ao paciente e à família, promovendo a elaboração do luto e o respeito à dignidade humana. Em situações de urgência, como em unidades de terapia intensiva, a atuação exige agilidade e sensibilidade para lidar com o sofrimento psíquico em tempo real (Lara; Kurogi, 2022). Além disso, a sobrecarga institucional, caracterizada pela escassez de recursos e pela alta demanda, pode comprometer a qualidade da assistência, exigindo do psicólogo estratégias que equilibrem as limitações institucionais com a necessidade de práticas humanizadas (Souza et al., 2023). Esses desafios reforçam a importância de uma formação sólida e de uma prática ancorada em princípios éticos e humanísticos.

A entrevista foi realizada com a psicóloga Caroline Delavechia, de 40 anos, com 18 anos de formação e 11 anos de atuação na área hospitalar. Sua trajetória demonstra sólida experiência no campo da Psicologia da Saúde e reflete os desafios cotidianos da prática hospitalar.

Ao ser questionada sobre o que motivou sua escolha profissional, Caroline destacou que "a motivação sempre vem em ajudar ao próximo, beneficiar os pacientes no momento de dor e angústia". Essa resposta reforça o caráter vocacional e humanitário da atuação do psicólogo hospitalar, conforme apontam Souza et al. (2023), ao defenderem que a humanização do cuidado parte do reconhecimento da subjetividade e do sofrimento do paciente como eixo central do trabalho em saúde.

Quanto às dificuldades iniciais na profissão, a entrevistada observou que "o desafio sempre será iniciar... a formação não consegue mostrar tudo o que a prática traz", ressaltando a lacuna entre teoria e prática também identificada por Lara e Kurogi (2022). Esses autores enfatizam que a experiência prática no contexto hospitalar impõe situações-limite, que exigem do psicólogo adaptação constante e amadurecimento emocional, aspectos que muitas vezes não são plenamente abordados na graduação.

Em relação aos dilemas éticos mais recorrentes, Caroline afirmou que o principal desafio é "equilibrar fatores de dor, angústia, deveres e direitos, com a equipe multiprofissional, família e paciente". Essa fala dialoga diretamente com os apontamentos de Almeida e Malagris (2015), que descrevem o exercício ético como um processo dinâmico, permeado por decisões complexas em torno da autonomia do paciente e da mediação de conflitos familiares.

Ao abordar as estratégias para promover escuta ativa e empatia, a psicóloga destacou que "procura sempre um ambiente onde o foco não seja tirado" e que, diante de distrações comuns no ambiente hospitalar, busca "sair de perto da situação para este momento de escuta e acolhimento". Essa postura condiz com o que Peres e Lopes (2012) descrevem como cuidado centrado no paciente, onde o setting terapêutico, ainda que breve, deve permitir espaço para o vínculo e o acolhimento emocional.

Sobre o manejo do sigilo profissional, especialmente em situações de urgência ou terminalidade, Caroline relatou que "se são informações que não serão relevantes ao tratamento, procuro não envolver a equipe e tê-las somente comigo". Essa resposta demonstra a aplicação prática dos princípios previstos no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), segundo o qual o sigilo deve ser preservado sempre que possível, sendo compartilhado apenas quando estritamente necessário para o cuidado do paciente. Essa conduta encontra respaldo em Maia et al. (2024), que discutem a importância do discernimento ético ao integrar o psicólogo às equipes multiprofissionais, sem comprometer a confiança estabelecida na relação terapêutica.

Por fim, ao comentar sua relação com a equipe multiprofissional, a entrevistada afirmou: "estou sempre pronta a ajudar, não tenho conflitos... sempre que precisam, contam com o serviço de psicologia". Tal relato evidencia uma prática colaborativa e integrada, em consonância com as discussões de Souza et al. (2023), que defendem a interdisciplinaridade como condição essencial para a humanização do cuidado.

De modo geral, a entrevista corrobora os achados teóricos apresentados ao longo do estudo, reforçando que a atuação do psicólogo hospitalar exige constante reflexão ética, escuta qualificada e cooperação interprofissional. As experiências relatadas por Caroline Delavechia evidenciam a importância da sensibilidade clínica e da flexibilidade técnica para lidar com o sofrimento humano em contextos de adoecimento, reafirmando o compromisso da Psicologia Hospitalar com o cuidado integral e humanizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que a atuação do psicólogo hospitalar está ancorada em princípios éticos e humanísticos que sustentam a prática profissional diante das complexidades do ambiente hospitalar. Observou-se que desafios como o sigilo em equipes multiprofissionais, a sobrecarga institucional e as situações de terminalidade exigem do profissional postura empática, crítica e criativa. A integração entre teoria e prática demonstra que o compromisso ético é essencial para a promoção de um cuidado psicológico que respeite a dignidade humana e fortaleça a comunicação entre paciente, família e equipe de saúde.

Como limitação, reconhece-se o caráter teórico inicial do estudo, que será enriquecido com a entrevista. Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a discussão sobre estratégias de humanização e autocuidado profissional, ampliando o diálogo entre ética, interdisciplinaridade e políticas públicas de saúde mental hospitalar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F.; MALAGRIS, L. E. N. Psicologia da saúde: desafios e possibilidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 35, n. 2, p. 503–517, 2015.

ASSIS, D. F.; FIGUEIREDO, A. C. Psicologia hospitalar e o enfrentamento do sofrimento psíquico na hospitalização. Revista Brasileira de Psicologia Hospitalar, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 45–57, 2020.

ASSUNÇÃO, A. C. et al. Inserção da psicologia em um hospital geral: desafios, demandas e perfis dos pacientes atendidos. Scientia Generalis, v. 6, n. 1, p. 100–111, 2025. DOI: 10.22289/sg.V6N1A9.

CARBONAR, C. D. S.; PINTO, R. K. M.; AVILA JÚNIOR, J. C.; PEDROSO, S. M. D. Psicologia e humanização hospitalar com ênfase na UTI: uma interface necessária. Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais, 2024.

DIAS, R. P.; TAQUINI, D. S.; MORET, M. C. F. F. Psicologia hospitalar: a humanização como fator de transformação. Revista FIMCA, v. 11, n. 1, 2024. DOI: 10.37157/fimca.v11i1.1070.

GOMES, W. R.; PEREIRA, V. P. D.; NEITEZEL, M. C. M.; SOARES, M. G. A psicologia hospitalar como estratégia de humanização e saúde pública no contexto da pandemia de COVID-19. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 9, n. 1, 2025. DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4006.

LARA, L. F.; KUROGI, M. Psicologia hospitalar: história, desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Psicologia da Saúde, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 55–66, 2022.
MAIA, R. S. et al. Rotinas e protocolos no serviço de psicologia hospitalar: relato de experiência. Revista de Psicologia em Saúde, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 23–35, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2022. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/. Acesso em: 23 set. 2024.

PERES, R. S.; LOPES, R. C. S. O psicólogo no hospital: atuação, desafios e perspectivas. Revista Psicologia Hospitalar, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7–15, 2012.
PUSCH, R. Humanização e integralidade. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, 2024.

SOUZA, D. P.; MENDES, F. L.; ALMEIDA, J. A. Criação e consolidação do serviço de psicologia hospitalar: relato de experiência. Revista Brasileira de Psicologia Aplicada à Saúde, Patos de Minas, v. 5, n. 2, p. 101–115, 2023.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA GRATUITA A UMA EMPRESA DO SEGMENTO COMERCIAL

Categoria: Projeto extensionista

Elias da Silva Corrêa[1]
Fabiana Taís Voltolinz Dresch[2]

Resumo – O presente relato descreve a experiência de prestação de consultoria gratuita a uma empresa do segmento comercial, realizada por acadêmicos do curso de Administração da UNIARP. A intervenção teve como propósito identificar os pontos de desalinhamento entre as práticas operacionais da empresa e suas intenções estratégicas, com foco nas áreas de gestão de pessoas, finanças, mercado e estratégia. Inicialmente, foram realizadas reuniões de diagnóstico com o proprietário e dois alunos, por meio de perguntas abertas relativas às quatro áreas. A partir desse mapeamento, foram identificados problemas nas dimensões financeira e estratégica. Posteriormente, ocorreram reuniões semanais de acompanhamento para ajustar os demonstrativos financeiros, organizar processos internos e alinhar a operação aos objetivos. Como resultado, observaram-se ganhos em clareza financeira, padronização de rotinas e apoio ao processo decisório, embora persistissem desafios relacionados à mudança cultural e à continuidade da transformação. Entende-se que a intervenção proporcionou avanços relevantes no curto prazo e que, para sua consolidação, são recomendadas fases de sustentação.

Palavras-chave: consultoria júnior; intervenção; finanças; estratégia.

INTRODUÇÃO

A atuação de consultorias júnior vinculadas a instituições de ensino configura-se como um importante elo entre teoria e prática, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas da comunidade local. Essa modalidade de intervenção permite que estudantes de Administração se envolvam em projetos reais, ao mesmo tempo em que agregam valor a organizações que carecem de recursos especializados.

O objetivo deste relato de experiência é apresentar, de forma sistemática e reflexiva, a prestação de consultoria gratuita a uma empresa do setor comercial, envolvendo o proprietário e dois alunos do curso de Administração da UNIARP, com experiências práticas nas áreas fiscal, contábil e financeira. A intervenção contemplou quatro áreas principais como gestão de pessoas, finanças, mercado e estratégia, com o intuito de mapear os pontos de desalinhamento entre as práticas operacionais da empresa e suas intenções estratégicas e, por meio de reuniões de diagnóstico e acompanhamento, propor melhorias.

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A abordagem adotada fundamenta-se nos princípios da gestão estratégica, entendida como "o processo de desenvolver um plano de jogo para guiar a empresa na consecução de sua visão, missão, metas e objetivos" (Zimmerer & Scarborough, 2005, p. 65), bem como na gestão financeira voltada às pequenas empresas, definida como "o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos financeiros das PME para alcançar os objetivos de longo prazo da organização" (Nurussama et al., 2024, p. 492).

A relevância desta experiência decorre da escassez de recursos e de conhecimento especializado em muitas empresas de pequeno porte do setor comercial, o que torna a assessoria oferecida por estudantes uma alternativa de impacto positivo para a comunidade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa e natureza aplicada, desenvolvido a partir da execução de uma prestação de consultoria gratuita junto a uma empresa do setor comercial de pequeno porte. Conforme Gil (2019), pesquisas qualitativas de natureza aplicada têm como propósito compreender fenômenos sociais e propor soluções a partir da observação direta e da intervenção prática. Assim, a metodologia adotada fundamentou-se em procedimentos de diagnóstico organizacional e acompanhamento sistemático das atividades da empresa, com vistas à identificação de desalinhamentos entre práticas operacionais e objetivos estratégicos.

A consultoria foi conduzida por dois acadêmicos do curso de Administração da UNIARP, sob supervisão docente e com participação direta do proprietário da empresa-cliente. O processo ocorreu entre os meses de fevereiro e setembro de 2025, estruturando-se em duas etapas principais: diagnóstico e intervenção, conforme detalhado a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas reuniões iniciais com o proprietário e os dois alunos, mediante roteiro de perguntas abertas nas quatro áreas definidas (pessoas, finanças, mercado e estratégia). Exemplos de questões: "Como são definidas as responsabilidades e os processos administrativos internos da empresa?", "Como estão organizados os demonstrativos financeiros?", "Como é definida a estratégia comercial de vendas?". As respostas foram registradas e sistematizadas em planilha Excel, com vistas a identificar desalinhamentos entre a prática atual da empresa e suas intenções estratégicas. O diagnóstico evidenciou fragilidades nas áreas de finanças e estratégia.

Com base nos achados do diagnóstico, instituíram-se reuniões semanais de acompanhamento durante aproximadamente oito meses. Nessas sessões, foram discutidos e alinhados pontos operacionais relevantes: reformulação da planilha de fluxo de caixa, levantamento de contas a pagar e a receber, organização de rotinas internas como por exemplo, validação semanal de relatórios financeiros, reuniões periódicas com o proprietário e definição de indicadores simples, como ponto de equilíbrio e margem de produtos. O acompanhamento semanal permitiu ao proprietário e à equipe de consultoria validar hipóteses, adaptar planos de ação e implementar melhorias. Em cada reunião, o progresso era revisado, dificuldades identificadas e tarefas para a semana seguinte atribuídas.

A atuação da consultoria gerou ganhos concretos e provocou reflexões sobre o contexto de pequenas empresas de comércio.

No âmbito financeiro, a reformulação da planilha de fluxo de caixa e o levantamento sistemático de contas a pagar e a receber permitiram ao proprietário visualizar com maior clareza o panorama financeiro da empresa e antecipar situações de liquidez crítica, prática que se alinha ao entendimento de que "uma boa estratégia financeira permite aos gestores tomar decisões inteligentes sobre como usar seus recursos financeiros" (Albatayneh, 2014, p. 1190).

Na dimensão estratégica, a sistematização das reuniões de acompanhamento e a definição de indicadores simples auxiliaram no estabelecimento de um ritmo de monitoramento e controle organizacional, o que reforça que "as práticas de gestão estratégica em PME contribuem para o desempenho organizacional" (Oyedele et al., 2019, p. 135).

Em termos de processo, a padronização de rotinas, ainda que em escala reduzida, proporcionou maior previsibilidade ao gestor, diminuiu retrabalho e consolidou o papel dos alunos-consultores como parceiros ativos na execução.

Para os estudantes, a vivência prática possibilitou aplicar teorias de finanças e estratégia em ambiente real, desenvolvendo competências de diagnóstico e intervenção que são frequentemente ensinadas em sala de aula, mas raramente exercitadas em contexto empresarial.

Apesar das melhorias técnicas alcançadas, identificou-se que a mudança estrutural requer tempo e engajamento cultural. O proprietário, imerso em rotina intensa e recursos restritos, encontrou dificuldades para dedicar tempo regular às reuniões e aderir de forma íntegra às novas rotinas, situação que evidencia um desafio típico das pequenas empresas em adotar práticas estruturadas frente a ambientes de alta incerteza e limitação de recursos (Zimmerer & Scarborough, 2005, p. 70).

Além disso, ainda que o fluxo financeiro tenha apresentado melhorias, a empresa não dispunha de indicadores mais robustos de mercado e crescimento, além de ter seu fluxo de receitas instável, o que sugere que a intervenção gratuita e de curta duração funcionou como estímulo, mas não como solução definitiva, corroborando a ideia de que finanças e estratégia devem caminhar de forma integrada ao longo do tempo para assegurar sustentabilidade organizacional (Nurussama et al., 2024, p. 495).

A experiência reforçou também a importância da supervisão acadêmica e da gestão de expectativas: os alunos conseguiram entregar ferramentas e suporte, mas a efetiva implementação e continuidade dependeram fortemente do proprietário, implicando em requisitos como motivação, disciplina e cultura de melhoria contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência demonstrou que a prestação de consultoria gratuita por alunos do curso de Administração da UNIARP a uma empresa de comércio local pode gerar impactos substanciais nas áreas de finanças, estratégia e organização de processos, contribuindo para maior clareza operacional e suporte à tomada de decisão do proprietário. Ao mesmo tempo,

revelou-se que intervenções de curto prazo apresentam limites, sobretudo quando se trata de mudança de processos e consolidação de novos hábitos de gestão.

Recomenda-se que futuras iniciativas desse tipo considerem fases de sustentação (follow-up) para favorecer a manutenção das melhorias, bem como a formalização de um cronograma pós-intervenção desde o início do projeto, além do comprometimento direto do proprietário em dedicar tempo e recursos para a continuidade das mudanças.

Em síntese, a experiência foi benéfica tanto para a empresa-cliente quanto para os estudantes-consultores, gerando efeitos positivos e, ao mesmo tempo, ressaltando a necessidade de continuidade e alinhamento institucional para a plena efetivação das melhorias propostas..

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Apresenta-se aqui o agradecimento a todas as agências de fomento de financiamento de projetos, especialmente ao Programa de Apoio a Extensão e Cultura.

REFERÊNCIAS

ALBATAYNEH, M. A. A strong understanding of financial strategy enables business owners and managers to make intelligent decisions. International Journal of Leadership and Excellence (IJLE), [s.l.], v. 2, n. 3, p. 1189-1198, 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NURUSSAMA, et al. Strategic financial management in Small and Medium Enterprises: a global perspective through a systematic literature review. International Journal of Financial Economics (IJEFE), [s.l.], v. 1, n. 2, p. 490-500, ago. 2024.

OYEDELE, O. O.; SOTUNDE, O. A.; MAKINDE, K. O.; OLADOKUN, O. Strategic Management Practices and Performance of Small and Medium Scale Enterprises (SMEs). Pacific Journal of Science and Technology, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 132-140, nov. 2019.

ZIMMERER, T. W.; SCARBOROUGH, N. M. Effective Small Business Management. 8. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2005.

CONSULTORIA EM AÇÃO

Categoria: Projeto extensionista

Isadora Zenere Marcon[1]
Fabiana Taís Voltolinz Dresch[2]

Resumo – O presente projeto teve como objetivo estruturar e regulamentar o funcionamento do Laboratório de Consultoria em Administração da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), no campus de Fraiburgo, Santa Catarina. A iniciativa busca integrar o ensino teórico à prática, oferecendo aos acadêmicos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos por meio de consultorias supervisionadas a empresas da região. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e descritiva, com pesquisa documental, análise do modelo existente no campus de Caçador e construção coletiva dos documentos normativos necessários à implantação. Foram elaborados o Regulamento interno, o Termo de Criação e Vinculação, o Termo de Responsabilidade, o Acordo de parceria, o Termo de Confidencialidade e o Sistema de Avaliação. O projeto contou com a participação ativa de professores e alunos, além da prospecção de empresas locais interessadas em participar das atividades de consultoria. A proposta reforça o compromisso institucional com o desenvolvimento regional e a formação prática dos acadêmicos, promovendo a aproximação entre universidade e comunidade. Conclui-se que o Laboratório de Consultoria em Administração representa uma importante ferramenta de extensão universitária e inovação, com potencial para contribuir significativamente para o fortalecimento das organizações locais e para o aprimoramento da formação profissional dos estudantes.

Palavras-chave: consultoria; extensão universitária; desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

A universidade tem papel essencial no desenvolvimento regional e na formação de profissionais capazes de compreender e intervir na realidade socioeconômica das comunidades em que está inserida. Dentro desse contexto, o projeto de criação e regulamentação do Laboratório de Consultoria em Administração da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) surge como uma iniciativa voltada à integração entre o meio acadêmico e o setor empresarial local. O laboratório busca promover o aprendizado prático, aproximando os estudantes do curso de Administração da vivência real do mercado de trabalho, por meio da prestação de serviços de consultoria supervisionada a empresas da região.

A proposta do projeto foi desenvolvida com base nas diretrizes do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC) da UNIARP, tendo como foco o campus de Fraiburgo, Santa Catarina.

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Essa iniciativa busca fortalecer a relação entre universidade e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município e da região. O laboratório, ao mesmo tempo em que oportuniza experiências reais aos acadêmicos, também auxilia micro e pequenas empresas locais a aprimorar sua gestão, seus processos e sua competitividade. Dessa forma, o projeto une formação prática, responsabilidade social e inovação, consolidando o papel transformador da universidade.

A relevância teórica do projeto está alicerçada na concepção de aprendizagem significativa e prática, conforme defendido por autores como Kolb (1984), que destaca a importância do ciclo de aprendizagem experiencial, no qual o conhecimento é construído a partir da vivência direta. Além disso, a criação de um laboratório de consultoria reforça a interdisciplinaridade da Administração, conforme exposto por Chiavenato (2014), ao permitir que diferentes áreas, finanças, marketing, gestão de pessoas e processos, sejam aplicadas em contextos reais e integrados. No âmbito social, o projeto representa um avanço na democratização do acesso à consultoria e ao conhecimento técnico, contribuindo para o fortalecimento das organizações locais.

Assim, o objetivo principal do projeto é estruturar e regulamentar o funcionamento do Laboratório de Consultoria em Administração no campus de Fraiburgo da UNIARP, tomando como referência o modelo já implementado no campus de Caçador. Especificamente, busca-se desenvolver a documentação necessária, compreender as normativas legais e institucionais e criar um ambiente de prática profissional que permita o aprendizado ativo dos estudantes e o fortalecimento do vínculo universidade e comunidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste projeto baseou-se em uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco na análise documental e na observação participante. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa exploratória sobre laboratórios de consultoria existentes em universidades de Santa Catarina e de outras regiões do país, a fim de compreender suas estruturas, objetivos e formas de atuação. Essa investigação foi fundamental para identificar boas práticas e adaptar modelos que pudessem ser aplicados ao contexto da UNIARP Fraiburgo.

Em seguida, foi realizada a análise do funcionamento do Laboratório de Consultoria do campus de Caçador, já existente na instituição. Essa etapa envolveu o levantamento dos documentos regulatórios, como regimento interno, termo de criação, acordos e formulários de avaliação, bem como entrevistas informais com professores e gestores envolvidos no projeto. As informações obtidas permitiram compreender a dinâmica administrativa e pedagógica do laboratório e serviram de base para a elaboração dos documentos necessários à implantação do novo espaço.

Paralelamente, foram realizados encontros com a coordenação do curso de Administração, docentes e acadêmicos interessados, com o intuito de discutir a proposta, identificar as demandas locais e definir o escopo das atividades do laboratório. Essa construção coletiva garantiu maior aderência do projeto às necessidades do curso e da comunidade, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, a metodologia incluiu a redação e o encaminhamento dos documentos oficiais como o Regulamento Interno, Termo de Criação e Vinculação, Termo de Responsabilidade, Acordo de Parceria, Termo de Confidencialidade e Sistema de Avaliação para análise e aprovação institucional. O processo foi conduzido de forma participativa, com a colaboração ativa de acadêmicos e professores, seguindo princípios éticos e institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente projeto deu início à estruturação de um laboratório de consultoria voltado às empresas da comunidade local, com ênfase na cidade de Fraiburgo, Santa Catarina.

Na fase inicial, realizou-se um levantamento de experiências similares em outras universidades de Santa Catarina, do Brasil e também em instituições internacionais. Identificaram-se iniciativas que promovem a integração entre universidades e empresas privadas por meio de consultorias e assessorias gratuitas, com o objetivo de proporcionar aos estudantes a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Algumas dessas experiências, já consolidadas, incluem a criação de incubadoras universitárias voltadas ao desenvolvimento de empreendimentos idealizados por alunos da própria instituição.

Para viabilizar o projeto, foi necessário organizar os aspectos normativos e legais que sustentam seu funcionamento. A UNIARP já dispõe do LabJr, laboratório do campus de Caçador, cuja estrutura e processo de implantação foram analisados detalhadamente. Essa análise contemplou a organização administrativa, as responsabilidades envolvidas, os documentos institucionais e o modelo de atendimento realizados às empresas.

Com base nesse estudo, foram elaborados os documentos essenciais para a criação do laboratório em Fraiburgo, incluindo o Regulamento Interno, Termo de Criação e Vinculação, Termo de Responsabilidade, Acordo de Parceria, Termo de Confidencialidade e Sistema de Avaliação. Esses instrumentos foram adaptados à realidade local, respeitando as especificidades do campus e as demandas da comunidade.

Além da produção documental, o projeto envolveu a prospecção de empresas parceiras interessadas em participar da fase inicial do laboratório. Antes do início da divulgação do laboratório, já foram identificadas três organizações da cidade dispostas a receber acompanhamento dos acadêmicos, sob supervisão docente. Essa etapa foi fundamental para alinhar as atividades de consultoria às necessidades reais do mercado, especialmente nas áreas com maior carência gerencial.

Destaca-se, ainda, o engajamento da comunidade acadêmica. Professores e estudantes participaram ativamente de todas as etapas do projeto, desde a definição dos objetivos até a elaboração dos documentos, fortalecendo o senso de pertencimento e o compromisso coletivo com a consolidação do laboratório.

Em março de 2025, os documentos foram encaminhados para análise e validação institucional. A partir dessa etapa, aguarda-se o parecer jurídico e a autorização formal da coordenação do curso para o início efetivo das atividades.

A expectativa é que, após a aprovação, o laboratório passe a atender empresas locais, consolidando-se como um espaço permanente de aprendizagem, inovação e desenvolvimento regional.

Enquanto aguardávamos a oficialização para iniciar os atendimentos, trabalhamos na criação da página no Instagram, com o objetivo de ampliar a divulgação do serviço, potencializar sua abrangência e, principalmente, aumentar as oportunidades de atividades práticas e realistas ao longo da graduação em Administração. Essa iniciativa visa formar profissionais completos, com domínio de conceitos aplicados à nossa realidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto representa um avanço significativo na integração entre a UNIARP e a comunidade de Fraiburgo, reforçando o compromisso institucional com a formação prática e o desenvolvimento regional.

A criação do Laboratório de Consultoria em Administração tem potencial para consolidar-se como um espaço permanente de aprendizado, extensão e inovação, aproximando o conhecimento acadêmico das demandas reais das organizações locais.

A construção coletiva dos documentos e das diretrizes operacionais evidenciou o engajamento dos acadêmicos e docentes, que contribuíram ativamente para a consolidação do projeto. Essa experiência destacou a importância da interdisciplinaridade e da cooperação entre os diversos atores envolvidos, fortalecendo a cultura de extensão universitária.

Com a implantação efetiva do laboratório, espera-se que os alunos desenvolvam competências técnicas e comportamentais essenciais à formação do administrador, como liderança, comunicação, análise crítica e tomada de decisão. Do ponto de vista social, a iniciativa beneficiará empresas locais com serviços de consultoria gratuita, contribuindo para o aprimoramento da gestão e o crescimento econômico da região.

Por fim, o projeto reafirma o papel da universidade como agente transformador da sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio do conhecimento aplicado. A continuidade do laboratório dependerá da manutenção de parcerias, do apoio institucional e do envolvimento constante da comunidade acadêmica, garantindo sua evolução e impacto positivo no cenário regional.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao PAEC, que possibilitou o início da construção desse projeto, e a continuidade do mesmo. Agradeço especialmente à professora orientadora e a instituição de ensino que viabilizam e apoiam as boas ideias para transformá-las em realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.** Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KOLB, David A. Experiential learning: experience as the source of learning and development. *Englewood Cliffs*: Prentice Hall, 1984.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP. **Regimento do Laboratório/Empresa de Consultoria Júnior** – Campus Caçador. Caçador: UNIARP, 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. **Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos (LASP):** Consultorias e Projetos. *Florianópolis: UDESC, 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/esag/lasp. Acesso em: 19 out. 2025.*

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

A POTENCIAL FUSÃO ENTRE AZUL E GOL: RISCOS CONCORRENCIAIS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO SETOR AÉREO BRASILEIRO

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Nathalia Malkovski Montanari[1]
Emerson Cardoso Marques[2]

Resumo – O presente estudo teve como objetivo analisar os possíveis riscos concorrenciais e os impactos socioeconômicos decorrentes de uma eventual fusão entre as companhias aéreas Azul Linhas Aéreas e Gol Linhas Aéreas Inteligentes. A pesquisa parte da compreensão de que o setor aéreo brasileiro possui relevância estratégica para a integração nacional e a dinamização econômica, sendo fortemente influenciado pela regulação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pelas políticas de mercado. Adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental de estudos recentes sobre concentração de mercado, estrutura concorrencial e regulação econômica no transporte aéreo. Os resultados apontam que uma potencial fusão poderia gerar efeitos positivos relacionados à eficiência operacional e à ampliação de rotas, mas também riscos de redução da concorrência, aumento de tarifas e diminuição da acessibilidade aérea em regiões menos rentáveis. O estudo contribui para a reflexão sobre os desafios regulatórios da ANAC diante de processos de consolidação empresarial, destacando a importância de equilibrar a sustentabilidade financeira do setor com a manutenção de um ambiente competitivo e socialmente justo.

Palavras-chave: Fusão de Empresas; Setor Aéreo; Impactos socioeconómicos.

INTRODUÇÃO

O setor aéreo brasileiro desempenha papel estratégico na economia nacional, sendo responsável pela mobilidade de pessoas e cargas, integração regional e geração de empregos. Nos últimos anos, mudanças estruturais e movimentos de consolidação entre empresas têm chamado atenção de pesquisadores e órgãos reguladores. A possibilidade de fusão entre as companhias aéreas Azul e Gol, embora ainda não concretizada, levanta questionamentos sobre os efeitos dessa união no mercado, na concorrência, na qualidade do serviço e nos impactos socioeconômicos decorrentes.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreender as implicações de grandes movimentos corporativos no setor aéreo, considerando tanto a perspectiva econômica quanto os possíveis efeitos sobre consumidores e demais stakeholders. Analisar a fusão potencial

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor Mestre do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

entre Azul e Gol permite antecipar riscos, avaliar políticas regulatórias e fornecer subsídios para decisões estratégicas de empresas e órgãos públicos.

Em mercados oligopolistas, como o setor aéreo, poucas empresas dominam o mercado e interagem de forma estratégica, observando os movimentos umas das outras. A concorrência monopolista, por sua vez, permite certa diferenciação de produtos, o que concede poder de mercado limitado às empresas (Besanko et al., 2021).

No Brasil, o processo de fusões e aquisições em setores regulados, como o transporte aéreo, envolve a atuação conjunta de diferentes órgãos, com destaque para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A ANAC é responsável pela análise técnica e setorial da operação, considerando aspectos de segurança, eficiência operacional e impacto sobre os serviços prestados à população. Já o CADE atua no controle concorrencial, avaliando se a fusão resultará em concentração de mercado prejudicial ao ambiente competitivo (CADE, 2022).

O acordo assinado entre as companhias visa integrar suas operações, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, fortalecer a malha aérea e melhorar a competitividade (Lopes, 2025). A partir da análise dos dados fornecidos pela ANAC, estima-se que cerca de 60% do mercado nacional de aviação civil poderia passar a ser controlado por uma única companhia aérea.

As empresas, que também contam com o apoio do Estado, já que, assim como os demais meios de transporte, o setor de aviação impacta diretamente o desenvolvimento do país, buscam soluções para enfrentar a crise que afeta o setor (Carregosa, 2025).

O Estado deve atuar para corrigir as ineficiências de mercado, promover o acesso universal aos serviços essenciais e evitar a formação de monopólios prejudiciais ao consumidor (Stiglitz, 2020).

A atuação do Estado — por meio de agências reguladoras como a ANAC e o CADE — deve ser orientada não apenas por critérios econômicos clássicos, mas também por objetivos sociais amplos, garantindo que operações de fusão e aquisição não comprometam o interesse público. A regulação eficaz permite mitigar os efeitos adversos dessas fusões, promovendo equilíbrio entre eficiência empresarial e acesso universal ao serviço (Stiglitz, 2020; Tirole, 2014).

A regulação do transporte aéreo em países de grande extensão territorial deve conciliar objetivos econômicos com políticas públicas de integração nacional, desenvolvimento regional e acessibilidade social. A conectividade aérea facilita o acesso a oportunidades econômicas, serviços de saúde e educação, especialmente em regiões remotas, tornando-se um instrumento crucial para a coesão nacional (ENAP, 2018; IATA, 2022; Vives, 2008).

No contexto da aviação civil brasileira, onde poucas empresas controlam a maior parte do mercado, como é o caso da GOL e da Azul, a consolidação de operadores pode gerar riscos substanciais à concorrência e à universalização do acesso. De acordo com Motta e Salgado (2015), em mercados concentrados, fusões podem resultar em aumentos de preços, redução da oferta

e enfraquecimento da inovação, especialmente em regiões menos rentáveis. Isso tende a excluir do sistema aéreo populações de áreas periféricas ou de menor densidade econômica.

fusões e aquisições entre grandes companhias do setor podem representar um risco à continuidade dessas rotas regionais. Em mercados altamente concentrados, as empresas tendem a priorizar rotas mais rentáveis, abandonando destinos com menor demanda ou rentabilidade duvidosa. Conforme destacam Santos Junior (2024) e relatórios da ANAC (2023), isso compromete não apenas a mobilidade da população, mas também a coesão territorial e o acesso a oportunidades econômicas.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar os potenciais impactos da fusão entre Azul e Gol no setor aéreo brasileiro e suas consequências socioeconômicas. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) analisar o histórico de fusões e aquisições no setor aéreo nacional; (ii) identificar possíveis efeitos sobre a concorrência e a estrutura de mercado; e (iii) discutir impactos regulatórios, econômicos e sociais decorrentes da consolidação das duas empresas.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e qualitativa, com abordagem descritiva, uma vez que busca compreender os potenciais impactos da fusão entre Azul e Gol no setor aéreo brasileiro, sem a realização de experimentos ou coleta de dados primários. A pesquisa exploratória possibilita uma análise preliminar sobre o tema, permitindo identificar os principais fatores que influenciam o mercado e a concorrência.

Para a realização deste estudo, foi adotada a pesquisa documental e bibliográfica, com a análise de artigos acadêmicos, relatórios setoriais, notícias especializadas e publicações de órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). As informações foram organizadas, comparadas e interpretadas com base em conceitos de economia, regulação e administração estratégica, permitindo a identificação de padrões, riscos e impactos socioeconômicos.

A análise seguiu critérios de interpretação qualitativa, visando compreender tendências, relações e implicações do possível movimento de fusão, destacando aspectos regulatórios, econômicos e sociais. A metodologia adotada também possibilitou a identificação de lacunas na literatura existente, contribuindo para a formulação de recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental e bibliográfica revelou que a possível fusão entre Azul e Gol pode provocar alterações significativas na estrutura do mercado aéreo brasileiro, concentrando a oferta em poucas empresas e reduzindo a concorrência em rotas estratégicas. Tal cenário é consistente com estudos sobre fusões em mercados oligopolistas, que apontam tendência de aumento de participação de mercado das companhias resultantes, afetando preços, frequência de voos e diversidade de serviços oferecidos.

Os dados indicam que, por um lado, a fusão poderia gerar ganhos de eficiência operacional, como otimização de malha aérea, redução de custos administrativos e melhor utilização de aeronaves. Por outro lado, os potenciais impactos negativos incluem elevação de tarifas, menor oferta em rotas menos lucrativas e possível diminuição na qualidade do atendimento, aspectos que podem afetar diretamente a experiência dos consumidores.

Do ponto de vista regulatório, a fusão dependeria da análise criteriosa da ANAC e do CADE, que precisariam avaliar o equilíbrio entre eficiência econômica e manutenção da concorrência. Experiências internacionais mostram que fusões em aviação podem gerar benefícios para as empresas e para a eficiência do setor, mas exigem mecanismos de regulação para minimizar impactos negativos sobre passageiros e trabalhadores.

Além disso, a pesquisa evidenciou lacunas na literatura nacional sobre efeitos de longo prazo de fusões no setor aéreo, principalmente em relação a impactos socioeconômicos e mudanças na dinâmica competitiva. Embora a fusão possa fortalecer a posição financeira das companhias, é crucial que se considere a necessidade de políticas de mitigação de riscos, como regulação de tarifas, incentivo à competição em rotas secundárias e acompanhamento de indicadores de qualidade de serviço.

Portanto, os resultados apontam que a fusão entre Azul e Gol apresenta um cenário de oportunidades e riscos: oportunidades relacionadas à eficiência e consolidação corporativa; riscos vinculados à concorrência, ao consumidor e ao equilíbrio do mercado. Essa análise reforça a importância de estudos contínuos e da atuação regulatória estratégica para assegurar que potenciais benefícios corporativos não comprometam os interesses do setor aéreo e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar os potenciais impactos da fusão entre Azul e Gol no setor aéreo brasileiro, evidenciando que tal consolidação pode gerar tanto ganhos de eficiência operacional quanto riscos à concorrência e à diversidade de serviços. A pesquisa identificou que, embora haja possibilidades de otimização de custos e fortalecimento corporativo, os consumidores podem ser impactados por aumento de tarifas, redução de rotas menos lucrativas e alterações na qualidade do atendimento.

Do ponto de vista regulatório, constatou-se que a atuação da ANAC e do CADE será determinante para assegurar o equilíbrio entre eficiência econômica e manutenção da concorrência. A análise também revelou lacunas na literatura sobre efeitos de longo prazo de fusões no setor aéreo brasileiro, principalmente no que se refere a impactos socioeconômicos e estrutura de mercado.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dependência de fontes secundárias, visto que a fusão ainda não ocorreu e dados primários sobre efeitos concretos não estão disponíveis. Sugere-se que pesquisas futuras possam incluir análises quantitativas de cenários simulados, estudos comparativos com fusões internacionais e avaliações aprofundadas sobre o impacto regulatório e social de consolidações no setor aéreo.

Em síntese, este trabalho evidencia que a fusão entre Azul e Gol apresenta um cenário de oportunidades e desafios, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo, políticas regulatórias eficazes e estudos complementares para garantir que os benefícios corporativos não comprometam a competitividade do setor nem os interesses da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Relatório Anual sobre Concentração de Mercado e Rotas Regionais**. Brasília: ANAC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas. Acesso em: 03 out. 2025.

AMORIM, Daniel Penido de Lima. **Regulação, custos de mudança e preços no setor aéreo brasileiro**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2024. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8222. Acesso em: 08 out. 2025.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. **Estudo Econômico Sobre Regulação e Concorrência no Setor Aéreo**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www2.anac.gov.br/arquivos/pdf/Volume_Completo1.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

ANAC. Guia Antitruste para o Setor Aéreo. Brasília: ANAC, 2022.

ANDRADE JÚNIOR, Jonas Vieira de. **Avaliação econômica e financeira da aviação comercial brasileira no período pré e pós-pandemia no século XXI**. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 mar. 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/78206. Acesso em: 21 jun. 2025.

BESANKO, D.; DRANOVE, D.; SHANLEY, M.; SCHAEFER, S. ***Economics of Strategy***. 7. ed. Hoboken: Wiley, 2021.

BORENSTEIN, S.; ROSE, N. L. Market Concentration and Competition: Implications for the Airline Industry. Journal of Industrial Economics, 2020.

CARREGOSA, Lais. Entenda como fusão entre Gol e Azul pode afetar o preço das passagens aéreas. **G1**, 21 jan. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/01/21/entenda-como-fusao-entre-gol-e-azul-pode-afetar-o-preco-das-passagens-aereas.ghtml. Acesso em: 21 jun. 2025.

IESBR. **Fusão entre Gol e Azul gera alerta para consumidores e risco de monopólio**. 23 jul. 2025. Disponível em: https://www.iesbr.com.br/noticias/turismo/fusao-entre-gol-e-azul-gera-alerta-para-consumidores-e-risco-de-monopolio/. Acesso em: 17 set. 2025.

LOPES, Danielle. **Fusão entre Azul e Gol: entenda o acordo**. Nord Investimentos, 05 jan. 2025. Disponível em: https://www.nordinvestimentos.com.br/blog/fusao-azul-e-gol/. Acesso em: 21 jun. 2025.

OLIVEIRA, Alessandro V. M. **Transporte aéreo: economia e políticas públicas**. 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2402.07190. Acesso em: 09 out. 2025.

PRADO, Daniel Spinoso; LUCINDA, Cláudio Ribeiro de. Viva e deixe morrer: o caso de fusões e aquisições no mercado aéreo brasileiro. ANPEC, 2024. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_I/i8-1fa285d8e2a0c2ae7c6b37cbca9cc2db.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

RIBAS, Raphaela; KRAMER, Vandré. Passagens aéreas podem aumentar com fusão entre Azul e Gol. Gazeta do Povo, 16 jan. 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/fusao-azul-gol-impactos-precos-passagens-aereas/. Acesso em: 17 set. 2025.

Wajngarten, Fabio. Fusão da Azul com a Gol pode encarecer passagens aéreas, diz advogado. Revista Oeste, 2024. Disponível em: https://revistaoeste.com/economia/monopolio-de-azul-e-gol-poderia-encarecer-passagens-diz-advogado/. Acesso em: 17 set. 2025.

A NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E O AMBIENTE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA LC 214/2025 E DA EC 132/2023

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Elias da Silva Corrêa[1]
Leandro Hupalo[2]

Resumo – A nova reforma tributária brasileira, instituída pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Emenda Constitucional nº 132/2023, representa um marco na modernização do sistema fiscal do país. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente seus impactos teóricos e práticos sobre o ambiente empresarial, destacando os efeitos na simplificação tributária, na competitividade e na segurança jurídica durante o processo de transição. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que a reforma combina avanços e desafios: embora promova transparência, eficiência e redução da cumulatividade, ainda impõe riscos jurídicos e operacionais às empresas. A análise também estabelece relação com a Agenda 2030 da ONU, especialmente com o ODS 8, ao discutir os reflexos da reforma no crescimento econômico sustentável e no trabalho decente. Conclui-se que o êxito da reforma dependerá da qualidade das normas infraconstitucionais e da capacidade de adaptação dos agentes econômicos.

Palavras-chave: Tributação, Reforma, Desafios. Lei Complementar nº 214/2025, Empresas.

INTRODUÇÃO

A constante modernização do sistema tributário brasileiro tem intensificado os debates sobre a necessidade de uma reforma capaz de promover simplicidade, justiça fiscal e competitividade econômica. Nesse contexto, a nova reforma tributária, fundamentada na PEC 45/2019 e consolidada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, representa um marco na reorganização do sistema fiscal nacional. Seu propósito central é substituir o atual conjunto de tributos fragmentados por um modelo mais racional, transparente e eficiente (Portal Tributário, 2024). Entre as principais inovações estão a criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo (IS), que têm como meta eliminar a cumulatividade e reduzir a burocracia tributária, substituindo os tributos PIS/PASEP, COFINS, ICMS e ISS, com vistas à simplificação do sistema e à redução dos custos administrativos (Ávila, 2024).

Um dos pilares mais relevantes dessa reforma é a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), amplamente utilizado em economias desenvolvidas. Diferente dos modelos tradicionais, o IVA incide apenas sobre o valor agregado em cada etapa da cadeia produtiva, evitando a tributação em cascata e assegurando transparência e equidade fiscal. De acordo com

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o Senado Federal (2024), esse formato contribui para um ambiente de negócios mais previsível e competitivo, reduzindo litígios e custos de conformidade. Assim, sua adoção representa um passo importante para alinhar o sistema brasileiro às práticas internacionais de eficiência e justiça tributária.

A multiplicidade de tributos e a complexidade normativa sempre foram entraves históricos ao desenvolvimento econômico do país. O sistema vigente onera desproporcionalmente o setor produtivo, aumenta a insegurança jurídica e dificulta o planejamento empresarial (Senado Federal, 2024). A nova estrutura busca enfrentar essas distorções por meio da unificação de impostos e de um modelo cooperativo entre União, estados e municípios, que prioriza o princípio do destino e a repartição equilibrada das receitas.

O presente estudo tem como objetivo compreender os impactos teóricos e práticos da nova reforma tributária sobre as empresas brasileiras, com foco na simplificação do sistema, na competitividade empresarial e na segurança jurídica durante o período de transição. Além do aspecto fiscal, a reforma dialoga com a Agenda 2030 da ONU, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8), que propõe "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos" (ONU, 2015).

Ao reduzir a burocracia e eliminar a cumulatividade, a reforma cria condições para o fortalecimento da produtividade, da formalização das atividades econômicas e da geração de empregos de qualidade (IPECE, 2022). Dessa forma, a nova estrutura tributária não se limita a um ajuste fiscal, mas constitui uma política de desenvolvimento sustentável, capaz de impulsionar a competitividade, reduzir desigualdades regionais e consolidar um ambiente de negócios mais justo e previsível no Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimento útil à compreensão dos impactos da reforma tributária nas empresas brasileiras. Conforme Gil (2022), a pesquisa aplicada tem como finalidade solucionar problemas práticos e propor melhorias para situações reais. No que se refere à abordagem metodológica, adota-se o método misto, integrando elementos qualitativos e quantitativos, com o intuito de ampliar a análise do fenômeno e oferecer uma compreensão mais completa. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), essa combinação permite conciliar a interpretação dos dados com a objetividade das evidências empíricas.

Quanto aos objetivos, o estudo é classificado como exploratório e descritivo, pois busca identificar e descrever os efeitos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025 sobre o ambiente empresarial brasileiro. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva visa apresentar características de determinado fenômeno sem a interferência do pesquisador, permitindo observar as relações entre variáveis e contextos específicos.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental e bibliográfica, fundamentando-se em legislações, artigos científicos e estudos recentes relacionados à reforma

tributária. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos oficiais, como decretos, normas complementares e relatórios técnicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Ministério da Fazenda, além de publicações acadêmicas pertinentes ao tema. Conforme Gil (2022), esse tipo de levantamento permite utilizar fontes confiáveis e atualizadas, assegurando a validade das informações.

Os dados foram organizados em categorias temáticas, contemplando aspectos jurídicos, econômicos e administrativos da reforma. Essa sistematização possibilitou identificar convergências e divergências entre dispositivos legais e contribuições teóricas, conforme orientam Prodanov e Freitas (2013). A análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), permite interpretar significados e inferências presentes nos textos. Dessa forma, buscou-se compreender de que modo as mudanças legais afetam o ambiente empresarial, contribuindo para a simplificação e a modernização do sistema tributário nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos cinco estudos selecionados evidencia que a reforma tributária brasileira, consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Emenda Constitucional nº 132/2023, representa um marco de transformação estrutural do sistema fiscal, mas também impõe desafios significativos à sua implementação prática. Em linhas gerais, os autores convergem ao reconhecer o potencial de simplificação e modernização da tributação nacional, embora alertem para riscos de insegurança jurídica e impactos setoriais desiguais.

O estudo Oliveira (2025) destaca que as inovações normativas introduzidas pela reforma visam desburocratizar o complexo sistema tributário, marcado por sobreposição de regras e múltiplas exações sobre consumo e renda. Amparado em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, o autor analisa a tensão entre simplificação e autonomia federativa, mostrando que União, estados e municípios preservam competências próprias de arrecadação e legislação mesmo após a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Conclui que a adoção do princípio do destino e a atuação do Conselho Federativo do IBS podem reduzir litígios e custos de conformidade, mas dependem do equilíbrio político entre os entes federados.

No estudo de Moura, Santos e Fernandes (2025), os autores analisam os reflexos da reforma nas relações jurídicas privadas, especialmente nos contratos de longa duração. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, concluem que, embora a reforma busque um sistema mais justo e eficiente, ela exige que o setor privado revise seus instrumentos contratuais para adequá-los ao novo ambiente tributário, sob pena de insegurança jurídica e desequilíbrios econômicos.

A pesquisa conduzida por Sales, Soares e Lins (2025), de natureza qualitativa e exploratória, demonstra que a PEC 45/2019, ao instituir o IVA dual, tende a simplificar a arrecadação, mas pode elevar a carga tributária em determinados setores industriais. O estudo de caso com uma indústria do Agreste pernambucano evidencia a necessidade de planejamento estratégico para mitigar os efeitos da perda de incentivos fiscais e regimes especiais.

De forma complementar, Carvalho (2024) analisa a proposta de criação do Imposto Seletivo (IS), de natureza semelhante ao excise tax internacional, destacando lacunas constitucionais e a necessidade de lei complementar para definir base de cálculo e critérios de partilha. Já Ribeiro e Coelho (2025) abordam os efeitos da reforma sobre os investimentos em previdência privada, alertando para possíveis incertezas decorrentes da falta de clareza nas regras de transição, o que pode comprometer a confiança dos investidores e a previsibilidade do planejamento financeiro de longo prazo.

De modo geral, os estudos indicam que a reforma tributária possui elevado potencial de simplificação administrativa, redução da cumulatividade e aumento da transparência fiscal, mas seu sucesso dependerá de uma regulamentação infraconstitucional consistente, de ampla cooperação federativa e de um processo de adaptação gradual por parte das empresas e instituições financeiras. Caso esses requisitos não sejam devidamente observados, a prometida modernização poderá resultar em novos focos de insegurança, comprometendo a efetividade e a justiça do sistema tributário brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender os impactos teóricos e práticos da nova reforma tributária brasileira sobre as empresas, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica de artigos e legislações pertinentes à Lei Complementar nº 214/2025 e à Emenda Constitucional nº 132/2023. A análise dos estudos revela que a reforma avança sob o duplo signo da oportunidade e do risco: de um lado, há consenso quanto ao seu potencial de simplificação, redução de distorções alocativas e fortalecimento da transparência fiscal; de outro, persistem incertezas sobre a segurança jurídica do novo modelo e sua capacidade de acomodar as especificidades regionais e setoriais do país.

Três eixos principais se destacam nas análises: (i) o redesenho dos benefícios regionais e seus efeitos sobre o desenvolvimento local; (ii) a configuração do Imposto Seletivo (IS), ainda dependente de regulamentação infraconstitucional quanto à definição da base de cálculo e da destinação das receitas; e (iii) as repercussões das mudanças sobre instrumentos de planejamento de longo prazo, como os planos de previdência privada, que exigem estabilidade normativa e previsibilidade jurídica.

Diante desses pontos, emergem quatro recomendações convergentes: a necessidade de regras de transição graduais e previsíveis, com datas-corte objetivas; a implementação de mecanismos de compensação federativa transparentes, que reduzam desigualdades entre entes; a criação de um Estatuto Complementar de Incentivos Fiscais, detalhando critérios e limites de gastos tributários; e o fortalecimento da participação social e empresarial durante o processo de regulamentação.

Apesar de suas limitações, decorrentes de uma abordagem predominantemente prospectiva, o estudo reforça a importância de monitoramento empírico contínuo após a implementação da reforma. Conclui-se que o êxito da nova estrutura tributária dependerá da qualidade e estabilidade das normas infraconstitucionais, fundamentais para assegurar

simplicidade, justiça fiscal e segurança jurídica, favorecendo um ambiente econômico mais competitivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

AVILA, H. Limites Constitucionais à Instituição do IBS e da CBS. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 56, p. 701-730, 2024. DOI: 10.46801/2595-6280.56.31.2024.2542.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Brasília: Diário Oficial da União, 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023**. Altera o Sistema Tributário Nacional e institui a reforma tributária. Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

CARVALHO, R. M. C. de. O imposto seletivo e suas semelhanças com as excise taxes na tributação de bens e serviços na proposta da reforma tributária brasileira. **Revista Científica Acertte**, v. 4, n. 2, p. e42176-e42176, 2024. DOI: 0.63026/acertte.v4i2.176.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA ESTRATÉGICA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as ações do Governo do Ceará**: ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico. Fortaleza, CE: IPECE, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, J. V.; DOS SANTOS, J. S. P.; FERNANDES, H. Os impactos da reforma tributária brasileira (EC 132/2023 e LC 214/2025) no Direito Civil, com ênfase nos contratos privados. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 4387-4406, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19403.

OLIVEIRA, D. B. de. A reforma tributária brasileira: simplificação do sistema por meio do IVA dual (IBS e CBS) e a repartição de receitas no contexto da autonomia dos entes federativos. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2025.1020.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 15 out. 2025.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Os tributos no Brasil**. 2024. Disponível em: https://www.portaltributario.com.br/tributos.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, M. F. C.; COELHO, L. A. A reforma tributária e sua influência prática sobre a previdência privada com vistas à segurança jurídica. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 5, p. 8276-8299, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19507.

SALES, H. B.; SOARES, P. G. C.; LINS, T. A. A reforma tributária brasileira e seus possíveis impactos em uma indústria localizada em Pernambuco. Revista Foco, v. 18, n. 2, p. e7685-e7685, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n2-038.

SENADO FEDERAL. Reforma tributária: contexto, mudanças e impactos. Estudos Especiais nº 19. Brasília: Senado Federal, mar. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/estudos-especiais/2024/marco/estudo-especial-no-19-reforma-tributaria-contexto-mudancas-e-impactos-mar-2024. Acesso em: 4 set. 2025.

CONSULTORIA EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE VAREJO

Categoria: TCC 2

Jonathan Buffon[1]
Ricardo Peretti[2]

Resumo – Este estudo aborda a consultoria empresarial como instrumento estratégico de aprimoramento da gestão organizacional, destacando o diagnóstico técnico-financeiro como ferramenta essencial para identificar fragilidades e propor soluções estruturais em empresas do setor varejista. O objetivo principal foi compreender como a consultoria pode auxiliar no fortalecimento dos processos administrativos, financeiros e estratégicos, promovendo maior eficiência e sustentabilidade. A metodologia aplicada combinou abordagens qualitativas e quantitativas, permitindo analisar dados concretos e interpretações contextuais. O processo de consultoria envolveu diagnóstico, planejamento, execução e avaliação dos resultados. Os principais avanços observados incluem melhoria na gestão financeira, padronização dos processos internos e aumento da capacidade estratégica dos gestores.

Palavras-chave: Consultoria Empresarial. Diagnóstico Técnico-Financeiro. Gestão Estratégica.

INTRODUÇÃO

A consultoria empresarial tem assumido papel de destaque no ambiente corporativo contemporâneo, especialmente diante dos desafios impostos pela competitividade e pela constante necessidade de adaptação organizacional. Segundo Oliveira (2023), a consultoria é uma prática que visa oferecer suporte técnico e estratégico aos gestores, auxiliando-os na tomada de decisões e na implementação de melhorias estruturais. Nesse sentido, ela se configura como um mecanismo de apoio à inovação e à eficiência, permitindo que as empresas identifiquem seus pontos de fragilidade e potencializem suas capacidades.

Chiavenato (2021) complementa que o desenvolvimento organizacional depende diretamente da capacidade de diagnóstico e da adoção de processos gerenciais estruturados. Assim, a consultoria empresarial não deve ser compreendida apenas como uma intervenção pontual, mas como um processo contínuo de aprendizagem e transformação. Essa perspectiva alinha-se à visão de Senge (2012), que considera as organizações como sistemas vivos, cujo aprimoramento depende do aprendizado coletivo e da integração entre teoria e prática.

O contexto empresarial atual é caracterizado por rápidas mudanças, margens de lucro cada vez mais reduzidas e a necessidade de respostas ágeis a problemas complexos. Dentro

[1]Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

desse cenário, pequenas e médias empresas encontram-se em posição de vulnerabilidade, devido à carência de processos formais e à ausência de instrumentos de gestão consolidados (FERREIRA, 2024). Assim, a consultoria empresarial se apresenta como uma ferramenta essencial para auxiliar essas organizações na construção de rotinas administrativas, controles financeiros e estratégias de crescimento sustentáveis.

Este estudo teve como foco principal o acompanhamento de um processo de consultoria empresarial aplicado a uma empresa varejista. O objetivo foi avaliar como a aplicação de metodologias consultivas contribui para o desenvolvimento organizacional, especialmente nos aspectos financeiros, operacionais e estratégicos. De forma mais ampla, o trabalho busca evidenciar como o diagnóstico técnico-financeiro pode servir como base para a elaboração de decisões assertivas, promovendo melhorias duradouras.

A relevância do presente estudo reside tanto na aplicação prática dos conceitos da Administração quanto na contribuição acadêmica para a compreensão da consultoria como instrumento de transformação empresarial. Ao unir teoria e prática, o trabalho demonstra que o conhecimento técnico aliado a uma abordagem participativa pode gerar impactos significativos na performance e na sustentabilidade das empresas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo de caso aplicado, desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Essa metodologia mista permitiu unir a análise de dados objetivos como informações financeiras e operacionais à interpretação subjetiva dos processos e comportamentos organizacionais observados.

A etapa qualitativa consistiu na observação direta, entrevistas informais com os gestores e análise das rotinas de trabalho. Já a etapa quantitativa envolveu o levantamento de dados financeiros, a construção de indicadores e a análise de relatórios contábeis.

O processo de consultoria foi dividido em quatro fases: diagnóstico organizacional, planejamento das ações, implementação das melhorias e avaliação dos resultados. Essa estrutura possibilitou o acompanhamento progressivo das mudanças e a medição dos impactos de cada ação aplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos demonstraram avanços significativos em várias dimensões organizacionais, refletindo a efetividade do processo consultivo. No início do trabalho, a empresa apresentava ausência de controles financeiros formais, fragilidade nos processos internos e centralização excessiva das decisões. Após o diagnóstico e implementação das medidas propostas, foi possível observar uma reestruturação gradativa da gestão e maior clareza nas informações operacionais.

No aspecto financeiro, destacaram-se melhorias expressivas. Com a implantação de controles sistematizados de contas a pagar e a receber, bem como o monitoramento do fluxo de caixa, os gestores passaram a ter maior domínio sobre o capital de giro. Segundo Ferreira

(2024), a adoção de mecanismos de controle financeiro é uma das principais formas de reduzir riscos e aumentar a previsibilidade dos resultados. Além disso, o acompanhamento de indicadores como liquidez corrente e margem de lucro possibilitou decisões mais assertivas quanto a investimentos e prazos de pagamento.

Os processos internos também passaram por reestruturação, com a criação de manuais operacionais e a definição clara das responsabilidades de cada setor. Essa padronização, conforme Chiavenato (2021), contribui para o aumento da eficiência e a redução de falhas, uma vez que elimina a duplicidade de tarefas e fortalece a comunicação entre as áreas. O fluxo de atividades foi redesenhado, especialmente nas rotinas de compras, estoque e vendas, resultando em maior integração e agilidade operacional.

Outro ponto de destaque foi o fortalecimento da cultura organizacional. A consultoria estimulou a descentralização das decisões e o engajamento dos colaboradores nos processos de melhoria. Maximiano (2020) destaca que o sucesso das mudanças organizacionais depende, em grande parte, do comprometimento das pessoas envolvidas. Durante o trabalho, observou-se que a participação ativa da equipe facilitou a implementação das mudanças e aumentou a motivação dos funcionários.

Em termos estratégicos, o processo de consultoria permitiu que os gestores desenvolvessem maior visão de longo prazo. Foram criadas metas mensuráveis, planos de ação e mecanismos de acompanhamento baseados em indicadores de desempenho (KPIs). Kaplan e Norton (2004) apontam que a gestão baseada em indicadores é essencial para alinhar os objetivos estratégicos às práticas cotidianas, promovendo coerência entre o planejamento e a execução.

Esses avanços reforçam o papel da consultoria empresarial como agente de transformação. Segundo Drucker (2016), a verdadeira eficácia da gestão se manifesta na capacidade de converter conhecimento em ação e resultados. Dessa forma, a empresa passou a adotar uma postura mais proativa, com decisões fundamentadas em dados concretos e com maior domínio sobre suas variáveis internas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu comprovar que a consultoria empresarial é um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento organizacional, especialmente em empresas de pequeno porte que buscam profissionalizar sua gestão. Por meio da aplicação de um diagnóstico técnico-financeiro estruturado, foi possível identificar fragilidades e implementar soluções que resultaram em melhorias tangíveis nos aspectos operacionais e financeiros.

A análise demonstrou que a combinação entre o controle técnico e o desenvolvimento humano é determinante para o sucesso de um processo de consultoria. As melhorias obtidas como a padronização das rotinas, o fortalecimento dos controles financeiros e a criação de indicadores contribuíram para aumentar a eficiência e a transparência na gestão.

Além dos resultados imediatos, observou-se um importante ganho em maturidade administrativa. A consultoria proporcionou à empresa um ambiente de aprendizado

organizacional, no qual gestores e colaboradores passaram a compreender a importância do planejamento e da análise de resultados para a sustentabilidade do negócio.

Como resultado, verificou-se que o processo consultivo não apenas solucionou problemas pontuais, mas também criou condições para o desenvolvimento contínuo da empresa. Assim, a consultoria consolidou-se como um processo educativo e estratégico, que promove o fortalecimento da cultura de gestão e a preparação da organização para os desafios futuros.

REFERÊNCIAS

BLOCK, Peter. **Consultoria:** Um Guia para Profissionais. São Paulo: Nobel, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** Teoria, Processo e Prática. 5. ed. São Paulo: Manole, 2021.

DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor.** São Paulo: Pioneira, 2016.

FERREIRA, Renata. **Consultoria Empresarial Estratégica:** Casos e Aplicações. Curitiba: Negócios Editora, 2024.

KAPLAN, Robert; NORTON, David. **Mapas Estratégicos:** Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração:** Da Revolução Urbana à Revolução Digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico:** Conceitos, Metodologia e Práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

SENGE, Peter. **A Quinta Disciplina:** A Arte e a Prática da Organização que Aprende. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ADOÇÃO DA MANUTENÇÃO PREDITIVA COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA NA INDÚSTRIA 4.0: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL NA REGIÃO MEIO-OESTE CATARINENSE

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

José de Oliveira dos Santos Carlos Junior[1]
Fabiana Tais Voltolinz Dresch[2]

Resumo – Este estudo analisa a implementação da manutenção preditiva como uma estratégia competitiva na Indústria 4.0, com ênfase em uma empresa de celulose e papel situada na região Meio-Oeste de Santa Catarina. A pesquisa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, utilizou uma abordagem qualiquantitativa através de um estudo de caso, realizando a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participativa e análise de documentos. Os resultados indicaram progressos relevantes na administração de ativos, com diminuição de paradas não programadas e aumento na disponibilidade do maquinário. Somente 2% das horas de manutenção foram alocadas para ações corretivas, enquanto 62% foram preventivas e 36% preditivas. A incorporação de tecnologias, como sensores tanto online quanto offline, análise de vibrações, termografia e ultrassom, resultou em melhorias na produtividade, redução de custos operacionais e maior sustentabilidade. A conclusão aponta que a manutenção preditiva fortalece a tomada de decisões orientada por dados, favorecendo a eficiência industrial e se tornando um diferencial estratégico para a competitividade da organização.

Palavras-chave: manutenção preditiva; indústria 4.0; competitividade.

INTRODUÇÃO

No ambiente competitivo atual, a manutenção preditiva tem se tornado uma abordagem essencial para as indústrias que desejam expandir, garantir qualidade e aumentar a produtividade. Seu foco principal é a detecção de falhas mecânicas antes que elas se tornem mais sérias, minimizando interrupções imprevistas, perdas na produção e impactos adversos na qualidade dos produtos e nos lucros. De acordo com Righetto (2020), essa metodologia representa uma mudança de paradigma na manutenção, acentuada pelo progresso tecnológico que possibilita análises detalhadas dos sistemas operacionais.

Integrada à Indústria 4.0, a manutenção preditiva ganha robustez através da utilização de sensores inteligentes, Internet das Coisas (IoT) e inteligência artificial, que possibilitam o acompanhamento contínuo e a análise de dados em tempo real (Selcuk, 2017). Essa estratégia facilita a tomada de decisões precisas, evita o desgaste precoce dos equipamentos e assegura

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

uma maior confiabilidade e disponibilidade dos ativos (Santos et al., 2018). Contudo, muitas empresas ainda mostram resistência à sua implementação, seja por falta de compreensão, escassez de investimento ou barreiras culturais.

Nesse cenário, esta pesquisa tem como objetivo examinar a aplicação da manutenção preditiva em uma indústria de celulose e papel localizada em Santa Catarina, avaliando suas práticas, as tecnologias empregadas e os impactos dessa abordagem no desempenho operacional. O estudo busca evidenciar como essa metodologia pode influenciar positivamente a produtividade, a qualidade, a confiabilidade dos equipamentos e a competitividade organizacional dentro do contexto da Indústria 4.0.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem quali-quanti, desenvolvida por meio de estudo de caso. A coleta de dados foi realizada entre janeiro e setembro de 2025, abrangendo entrevistas semiestruturadas com o planejador de manutenção, observação participante e análise documental de relatórios, ordens de serviço e indicadores internos. O universo da pesquisa corresponde ao setor de manutenção de uma indústria de celulose e papel situada no Meio-Oeste de Santa Catarina. A análise dos dados foi organizada em três etapas: diagnóstico das práticas de manutenção; mapeamento das tecnologias utilizadas; e avaliação dos efeitos da manutenção preditiva sobre o desempenho operacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empresa analisada está localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina e integra um dos maiores grupos do setor de papel e embalagens da América Latina, sendo referência na produção sustentável de celulose, papel e embalagens. A unidade concentra todas as etapas do processo produtivo, operando com tecnologias avançadas e sistemas automatizados que garantem eficiência e sustentabilidade.

A gestão da manutenção é estratégica, com destaque para a manutenção preditiva, que permite antecipar falhas, reduzir custos e aumentar a vida útil dos ativos críticos. Realizada internamente, a manutenção envolve cerca de 21% dos colaboradores da unidade, evidenciando o compromisso com autonomia técnica e capacitação. Integrada a um sistema de gestão de ativos e alinhada a metodologias como o 5S, essa abordagem contribui para a produtividade, segurança e qualidade operacional. A empresa se destaca pela combinação entre tradição e inovação, investindo continuamente em tecnologia e aprimoramento dos processos industriais.

O setor de manutenção da indústria analisada exerce papel estratégico na garantia da continuidade operacional, com estrutura hierárquica bem definida e equipes técnicas especializadas. A empresa adota de forma integrada as abordagens de manutenção corretiva (MC), preventiva (MP) e preditiva (MPP), buscando atender tanto às demandas emergenciais quanto ao planejamento de longo prazo. A MC é realizada imediatamente após falhas, por equipes organizadas em turnos 6x2, com o objetivo de restabelecer rapidamente a operação dos equipamentos. Já a MP segue rotinas programadas de inspeção, lubrificação e substituição de

componentes, gerenciadas pelo Planejamento e Controle da Manutenção (PCM), visando antecipar falhas e prolongar a vida útil dos ativos.

A MPP está em fase de consolidação e alinhada à metodologia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), utilizando tecnologias como ultrassom, análise de vibração, termografia e monitoramento online e offline de dados operacionais. Essa abordagem permite detectar sinais precoces de desgaste e programar intervenções com base na condição real dos equipamentos. O plano de manutenção considera critérios técnicos e estratégicos, como impacto da falha, redundância de máquinas, disponibilidade de peças e políticas internas. Indicadores como MDT (Mean Down Time) e MTBF (Mean Time Between Failures) são utilizados para avaliar a confiabilidade e a manutenibilidade dos ativos.

A integração entre MC, MP e MPP tem contribuído para maior previsibilidade, redução de custos e aumento da disponibilidade dos equipamentos. A empresa realiza paradas programadas mensais e monitora a performance por meio de indicadores de indisponibilidade e controle de ordens de serviço. Apesar dos avanços, desafios como a estruturação de dados históricos e altos custos de investimento em tecnologias da Indústria 4.0 ainda exigem atenção. De forma geral, a gestão integrada da manutenção representa um diferencial competitivo, especialmente no setor de celulose e papel, que demanda alta eficiência e disponibilidade operacional.

A adoção da manutenção preditiva na empresa analisada gerou impactos positivos expressivos no desempenho operacional. Atualmente, apenas 2% das horas de manutenção são destinadas à manutenção corretiva (MC), enquanto 62% correspondem à manutenção preventiva (MP) e 36% à manutenção preditiva (MPP), evidenciando uma mudança significativa em relação às práticas tradicionais.

Entre os principais benefícios observados estão o aumento da disponibilidade dos equipamentos, a redução de custos com reparos e serviços terceirizados, o espaçamento maior entre paradas programadas e a elevação do MTBF (Mean Time Between Failures). A indisponibilidade geral dos ativos caiu de 5% para 2%, elevando a disponibilidade de 95% para 98%, resultado do monitoramento contínuo e das inspeções sistemáticas.

Esses resultados evidenciam a efetividade das ações preditivas implementadas, com destaque para a capacidade de antecipar falhas e otimizar a disponibilidade dos ativos. A análise dos indicadores MDT e MTBF comprova que a manutenção preditiva tem contribuído para a redução das paradas não programadas e para o fortalecimento da confiabilidade dos equipamentos, consolidando-se como uma estratégia essencial para a competitividade e eficiência da empresa no setor de celulose e papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a adoção da manutenção preditiva como estratégia competitiva no contexto da Indústria 4.0, tomando como referência uma indústria de celulose e papel localizada no Meio-Oeste catarinense. O estudo permitiu compreender como o uso de tecnologias preditivas e o monitoramento contínuo dos ativos industriais contribuem para

o aumento da eficiência operacional, da confiabilidade dos equipamentos e da competitividade organizacional.

Todos os objetivos propostos foram alcançados: diagnosticaram-se as práticas de manutenção da empresa, mapeando-se as tecnologias utilizadas, como sensores online e offline, análise de vibração, termografia e ultrassom, e avaliando sua compatibilidade com os princípios da Indústria 4.0. Também foram identificados os efeitos da manutenção preditiva sobre o desempenho operacional, com destaque para o aumento da disponibilidade dos equipamentos e a redução de paradas não programadas.

A principal limitação enfrentada foi o tempo restrito para acesso e análise de dados secundários, como relatórios internos, o que não comprometeu os resultados, mas indica oportunidades para estudos futuros mais aprofundados. A relevância do trabalho se manifesta em diversas esferas: para a empresa, reforça a importância de investir em tecnologias e capacitação; para a sociedade, evidencia ganhos em sustentabilidade e responsabilidade ambiental; para a Administração, posiciona a manutenção preditiva como ferramenta estratégica de gestão; e para o meio acadêmico, amplia o debate sobre inovação e competitividade industrial.

Conclui-se que a manutenção preditiva representa mais do que uma técnica, trata-se de uma filosofia de gestão que une tecnologia, planejamento e eficiência, promovendo resultados sustentáveis e duradouros.

REFERÊNCIAS

KARDEC, Alan; NASCIF, Júlio. **Manutenção: função estratégica.** 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. Disponível em: https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/265825. Acesso em: 28 set 2025.

SANTOS, Marcos; ARAÚJO, Marcio Medeiros; LIMA, Angélica Rodrigues. **Manutenção preditiva: contribuindo para a melhoria dos processos e para a redução dos custos de operação.** In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (SIMPROD), 10., 2018, Juazeiro do Norte. Anais. Disponível em: ManutencaoPreditiva.pdf. Acesso em 01 abr. 2025.

SELCUK, S. Manutenção preditiva, sua implementação e últimas tendências. Anais da Instituição de Engenheiros Mecânicos, Parte B: **Jornal de Fabricação de Engenharia**, v. 231, n. 9, p. 1670–1679, 2017.

RIGHETTO, Sophia Boing *et al.* **Manutenção preditiva 4.0: conceito, arquitetura e estratégias de implementação.** 2020. Acesso em 01 abr. 2025.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DA AMARP: TENDÊNCIAS E INDICADORES PÚBLICOS ENTRE 2023 E O 1º SEMESTRE DE 2025

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Gabriela Elisabeth Alves dos Santos[1]
Fabiana Tais Voltolinz Dresch[2]

Resumo – Este estudo analisa os principais indicadores socioeconômicos dos municípios vinculados à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) no período de janeiro de 2023 a junho de 2025, visando identificar padrões, desafios e oportunidades para o desenvolvimento regional e local. Emprega uma abordagem quantitativa, exploratória e descritiva, baseada em dados provenientes de fontes oficiais, tais como CAGED, Portal da Transparência, Mapa de Empresas e TCE/SC. A análise inclui indicadores como empregabilidade, empreendedorismo, arrecadação fiscal e transferências de renda, o que possibilita entender as dinâmicas econômicas, sociais e fiscais da área. A AMARP é ressaltada como uma ferramenta de cooperação entre cidades, reforçando a governança e a eficácia administrativa. A pesquisa enfatiza o papel do setor privado na criação de empregos e no desenvolvimento sustentável, em consonância com a Agenda 2030, particularmente com o ODS 8, que busca fomentar trabalho digno e crescimento econômico sustentável.

Palavras-chave: AMARP; desenvolvimento; indicadores socioeconômicos; empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

Analisar e avaliar os fatores socioeconômicos é fundamental para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma região. Essas variáveis permitem identificar avanços, retrocessos e oportunidades que podem ajudar tanto o setor público quanto o privado a desenvolver estratégias voltadas para o desenvolvimento local. Costa e Favareto (2023) enfatizam que a avaliação sistemática de indicadores econômicos, sociais e ambientais é fundamental para uma compreensão mais abrangente da diversidade do desenvolvimento regional, superando perspectivas restritas à dimensão exclusivamente econômica. Nesse cenário, o acesso a informações organizadas e sistematizadas tem um efeito considerável na melhoria do processo decisório, o que, consequentemente, impacta diretamente a qualidade de vida da população.

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No contexto regional, destaca-se a atuação da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), fundada em 1968 e composta atualmente por 15 municípios situados na região central de Santa Catarina. Seu objetivo é promover a cooperação administrativa, técnica e política entre os administradores locais. Ao longo das últimas décadas, a AMARP tem desempenhado um papel importante no fortalecimento da representatividade regional, coordenando esforços conjuntos em áreas como saúde, educação, crescimento econômico, infraestrutura e planejamento territorial. Apesar de sua relevância institucional, observa-se a carência de estudos que integrem, de forma estruturada, dados atualizados sobre a realidade socioeconômica de seus municípios.

Diante disso, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são os principais padrões, desafios e tendências observáveis nos indicadores socioeconômicos dos municípios da AMARP entre janeiro de 2023 e junho de 2025?

Considerando esse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar os principais indicadores socioeconômicos dos municípios pertencentes à AMARP, no período de janeiro de 2023 a junho de 2025, com o propósito de identificar tendências, desafios e oportunidades que possam orientar decisões estratégicas nos setores públicos e privados.

Para atingir essas metas, os seguintes objetivos específicos são definidos: (a) Coletar, organizar e processar dados públicos relacionados aos indicadores de empregabilidade, empreendedorismo, arrecadação fiscal e transferências de renda dos municípios membros da AMARP no período de janeiro de 2023 a junho de 2025.; (b) Analisar a variação temporal dos indicadores selecionados, identificando comportamentos diferentes entre os municípios durante o período estudado; (c) Identificar padrões e tendências regionais que possam indicar oportunidades estratégicas para o desenvolvimento sustentável local. A razão para a realização deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão da realidade socioeconômica da região atendida pela AMARP. A organização e divulgação de dados atualizados permitem que gestores públicos, empresários, instituições de ensino e população em geral tenham acesso a informações essenciais para embasar suas decisões e adotar medidas mais eficazes.

Destaca-se, ainda, que este trabalho está alinhado aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 8, que visa promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, garantir o emprego pleno e produtivo e assegurar condições de trabalho dignas para todos. Medina Filho et al. (2024) reforçam que o cumprimento do ODS 8 exige a adoção de políticas e estratégias que assegurem condições de trabalho justas e produtivas, além de fomentar o desenvolvimento econômico inclusivo. Ao analisar de forma estruturada os indicadores socioeconômicos da AMARP, esta pesquisa contribui para o fortalecimento de estratégias locais que incentivem a geração de empregos, o estímulo ao empreendedorismo e a dinamização econômica, sempre com responsabilidade social.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem metodológica quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, que tem como objetivo elaborar apresentações gráficas de indicadores socioeconômicos dos municípios da AMARP. A pesquisa quantitativa é apropriada para organizar

e interpretar dados obtidos de fontes oficiais, permitindo resultados fundamentados e mensuráveis. Nesse sentido, Gil (2017) enfatiza que, a pesquisa quantitativa se fundamenta na mensuração objetiva e na análise estatística, possibilitando a formulação de relações confiáveis entre variáveis e a generalização dos resultados.

As informações serão coletadas em fontes públicas e acessíveis, incluindo: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, Portal da Transparência do Governo Federal, Portal Mapa de Empresas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Portal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Os dados coletados incluirão tópicos como empregabilidade formal, criação e extinção de postos de trabalho, quantidade de empresas ativas por setor, arrecadação fiscal municipal, repasses constitucionais, transferências de renda e despesas públicas.

Após a fase de coleta, os dados serão adequadamente estruturados, processados e consolidados utilizando softwares para organizar os dados, além da aplicação de métodos de estatística descritiva. Os resultados alcançados serão exibidos por meio de gráficos e tabelas, a fim de proporcionar uma visualização clara, objetiva e compreensível dos principais indicadores socioeconômicos da AMARP, localizada na região Meio- Oeste de Santa Catarina. Tendo em vista que o estudo emprega apenas dados secundários e de domínio público, a submissão ao Comitê de Ética em não é necessária de acordo com as normas em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os indicadores socioeconômicos dos municípios que fazem parte da AMARP é fundamental para compreender as dinâmicas econômicas, sociais e institucionais da área do Alto Vale do Rio do Peixe. A análise dos dados coletados de fontes oficiais permitirá identificar padrões e tendências que podem auxiliar políticas públicas e estratégias privadas voltadas para o desenvolvimento sustentável regional.

Nota-se que a AMARP desempenha um papel fundamental como instrumento de colaboração entre as cidades, fomentando a governança, a eficiência administrativa e a integração territorial. O uso de dados organizados e transparentes pode aprimorar o planejamento estratégico e fomentar a criação de empregos, renda e oportunidades.

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento e, está na fase de organização e consolidação dos dados coletados. Os resultados e discussões serão apresentados posteriormente para permitir uma análise quantitativa e interpretativa mais detalhada dos indicadores de empregabilidade, empreendedorismo, arrecadação fiscal e transferências de renda. Assim, esta pesquisa representa uma etapa inicial crucial para a formulação de diagnósticos precisos e para o aperfeiçoamento das estratégias de desenvolvimento local e regional da microrregião da AMARP.

REFERÊNCIAS

COSTA, R. G.; FAVARETO, A. Desenvolvimento regional revisitado: uma análise de indicadores econômicos, sociais e ambientais no estado de São Paulo no início do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 25, n. 1, 2023. DOI: 10.22296/2317-

1529.rbeur.202325. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7382. Acesso em: 16 out.2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDINA FILHO, A. L. de; RANHA, A.; BAUZER, B. de A.; FRANCISCO, M. L.; TRANNIN, M. C. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: emprego digno e crescimento econômico. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 15, n. 8, e4166, 2024. DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i8.4166.Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4166?utm_source Acesso em: 18 out. 2025.

ANÁLISE DO TEMPO DE SETUP NA IMPRESSÃO FLEXOGRÁFICA DE PAPELÃO ONDULADO: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA CATARINENSE

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Camily Fátima Mosena[1]
Fabiana Taís Voltolinz Dresch[2]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de setup na impressão flexográfica em papelão ondulado, em uma indústria situada no estado de Santa Catarina. A pesquisa buscou mapear as etapas envolvidas, mensurar o tempo de preparação, propor melhorias e avaliar os impactos na eficiência produtiva. Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, com base em dados extraídos do sistema KIWIPLAN, gravações para estudo de tempos e movimentos, além de cronoanálises realizadas durante a troca de pedidos de duas para quatro cores. A análise inicial revelou fatores que contribuíam para o tempo elevado de setup, como a ausência de padronização das tarefas e a falta de preparação prévia dos materiais. As intervenções propostas incluíram a reorganização das atividades e a padronização dos procedimentos operacionais. Como resultado, observou-se uma redução significativa no tempo de setup, de 22 minutos e 10 segundos para 9 minutos e 10 segundos, representando uma diminuição de aproximadamente 59%. Conclui-se que a sistematização do acompanhamento e a padronização dos processos são estratégias eficazes para otimizar a eficiência operacional, reduzir perdas e elevar a produtividade no ambiente industrial.

Palavras-chave: setup; cronoanálise; flexografia; eficiência produtiva.

INTRODUÇÃO

A busca pela eficiência na produção no setor de embalagens de papelão ondulado continua a ser uma questão estratégica, especialmente considerando a natureza irregular da produção e a variedade de produtos que são processados nas mesmas máquinas. Essa situação demanda um planejamento detalhado e a implementação de configurações rápidas, que tenham a capacidade de diminuir o tempo necessário para mudar entre os pedidos e reduzir as perdas operacionais.

No âmbito da impressão flexográfica, uma tecnologia amplamente utilizada para a customização de embalagens, o tempo de configuração é uma fase essencial. Para cada novo pedido, são necessárias trocas de matrizes gráficas e tintas, limpeza dos componentes da máquina e ajuste dos parâmetros, o que afeta diretamente a produtividade. A falta de

[1] Aluna do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

padronização e a ausência de preparação dos materiais antecipadamente tendem a estender esse procedimento, impactando negativamente no desempenho da linha produtiva.

Este estudo apresenta uma análise de caso realizada em uma indústria situada em Santa Catarina, focando na avaliação e melhoria dos tempos de configuração em impressoras flexográficas. A pesquisa integra métodos qualitativos e quantitativos, utilizando cronoanálise e dados operacionais para identificar gargalos, sugerir melhorias e avaliar os impactos das intervenções realizadas.

A importância da pesquisa se justifica pela crescente demanda por aumentar a eficiência sem a necessidade de investimentos significativos em infraestrutura. Ao otimizar o tempo de configuração, é possível aumentar a capacidade produtiva, responder rapidamente às exigências do mercado e fortalecer a competitividade da indústria de maneira sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou uma metodologia mista, integrando técnicas de abordagens qualitativas e quantitativas, com o objetivo de proporcionar uma análise completa dos aspectos técnicos e operacionais que fazem parte do processo produtivo. De acordo com Mineiro, da Silva e Ferreira (2022), a pesquisa qualitativa visa entender as interações entre as pessoas e seu entorno, enquanto a pesquisa quantitativa se baseia em dados que podem ser mensurados, buscando resultados que tenham uma aplicabilidade mais ampla.

O estudo é classificado como bibliográfico, exploratório, descritivo e aplicado, organizado no formato de um estudo de caso. Segundo Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória desempenha um papel importante na identificação de fatores relevantes e na compreensão aprofundada do fenômeno dentro de seu contexto real. Por outro lado, a pesquisa descritiva, conforme destacado por De Souza, da Silva e dos Santos (2017), tem como objetivo representar com precisão as características de um determinado processo, enquanto a pesquisa aplicada foca em encontrar soluções práticas para problemas específicos do cenário analisado.

A coleta de dados foi realizada em uma grande empresa do ramo de papelão ondulado, situada em Santa Catarina. Foram utilizados registros provenientes do sistema integrado da empresa, cobrindo o período de janeiro a maio de 2025, além de gravações em vídeo que registraram todas as fases do setup da impressora flexográfica.

As gravações permitiram identificar as funções exercidas por cada colaborador e medir os tempos de execução individualmente. Com base nesses dados, foi realizada uma cronoanálise, que, segundo Leão (2025), é fundamental para quantificar os tempos das atividades, identificar pontos de atenção e sugerir melhorias operacionais. Após a aplicação das ações corretivas, uma nova cronoanálise foi feita, possibilitando a comparação dos resultados obtidos antes e depois das intervenções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A organização analisada neste estudo é uma das maiores fabricantes de embalagens de papelão ondulado do Brasil, com destaque na região Sul. Em 2022, inaugurou sua sétima unidade

fabril, considerada uma das mais modernas da América Latina em tecnologia e automação, dedicada à produção de chapas e conversão de embalagens. Com área de 28.000 m², a planta abriga setores produtivos, administrativos e logísticos, operando com certificações como a ISO 9001, que atestam seu compromisso com a qualidade e a sustentabilidade. Atualmente, a unidade funciona em dois turnos, com capacidade para processar até 22 milhões de metros quadrados de papelão por mês, empregando cerca de 270 colaboradores.

O processo produtivo inicia-se na onduladeira, que transforma bobinas de papel em chapas de papelão ondulado, classificadas em ondas simples ou duplas, conforme a estrutura e resistência desejadas. As chapas seguem para o setor de conversão, onde são impressas e cortadas por impressoras flexográficas. O equipamento analisado neste estudo permite a aplicação de até quatro cores e realiza a colagem automática das embalagens, atendendo às especificações dos clientes com alto grau de personalização e eficiência.

A impressora flexográfica opera de forma automatizada, com operadores responsáveis por ajustes e controle de qualidade. Os principais insumos utilizados são tintas à base de água, clichês em poliéster e polímero, e formas de corte em madeira com lâminas metálicas. Após a impressão e corte, as caixas são agrupadas, empilhadas e paletizadas automaticamente, sendo encaminhadas ao setor de expedição para distribuição aos clientes. Esse fluxo contínuo e integrado reflete o modelo de produção puxada adotado pela empresa, que prioriza a fabricação sob demanda e a redução de estoques.

Durante cada turno, a impressora IP 3244 realiza diversos setups, ajustando tintas, clichês e insumos conforme as especificações dos pedidos. A sequência operacional das tarefas foi mapeada por meio de um Gráfico de Gantt, evidenciando as atividades simultâneas entre os colaboradores e suas respectivas funções. O processo inicia com a abertura das unidades da máquina e ajustes nos equipamentos periféricos, seguido pela retirada de sobras, troca de tintas e clichês, ajustes da forma de corte e amarradeira, e finaliza com a conferência dos atributos da embalagem. Embora o procedimento seja padronizado, o tempo de setup varia conforme a quantidade de cores exigida, sendo mais rápido em pedidos com uma cor e mais demorado em configurações com até quatro cores.

A análise dos dados entre janeiro e maio de 2025 revelou que os setups mais frequentes envolvem trocas simples, como de uma cor para uma ou duas cores, acumulando os maiores tempos totais. Já os setups com quatro cores são menos recorrentes, embora mais complexos, apresentando médias de duração mais elevadas. A média geral de cada tipo de setup foi calculada com base na relação entre tempo total e frequência de ocorrência, demonstrando que variações pontuais em setups menos frequentes podem distorcer os resultados. Assim, para uma avaliação precisa, é fundamental considerar simultaneamente o tempo médio e a frequência de cada tipo de troca.

Dentre os tipos de setup analisados, o de maior impacto identificado foi em que à troca de pedidos de 2 para 4 cores, com média de 27,8 minutos e cinco ocorrências registradas. Devido à sua complexidade e influência significativa no desempenho produtivo, esse setup foi selecionado para cronoanálise detalhada, visando identificar os fatores que prolongam sua duração e propor melhorias operacionais.

A cronoanálise deste setup foi realizada em 20 de junho de 2025, registrando um tempo total de parada de 22 minutos e 10 segundos. A gravação permitiu identificar falhas na divisão de tarefas e na sincronização entre os colaboradores, agravadas pela presença de funcionários em fase de treinamento. A análise detalhou as atividades de cada membro da equipe, revelando períodos de ociosidade e dependência entre etapas. Tabelas e gráficos de Gantt evidenciaram que o operador concentrou as ações técnicas, enquanto os ajudantes apresentaram variações de participação e momentos de inatividade, indicando a necessidade de redistribuição das funções e maior equilíbrio entre as tarefas.

Além da cronoanálise, foi realizado um estudo dos movimentos, mapeando os deslocamentos físicos dos colaboradores ao longo do setup. A impressora IP 3244, com cerca de 70 metros de comprimento, exige percursos extensos, especialmente do operador e do ajudante 3, que juntos cobriram quase metade da distância total registrada. Os dados revelam que a organização do espaço e a posição dos insumos influenciam diretamente na eficiência do processo. A integração entre tempo e movimento reforça a importância de ajustes operacionais que reduzam o esforço físico e o tempo de parada, contribuindo para um setup mais ágil e alinhado às metas produtivas da empresa.

Após a análise do setup inicial, que registrou 22 minutos e 10 segundos, foi promovida uma reunião de realinhamento conduzida por um operador sênior, com o objetivo de discutir os principais pontos críticos observados. A conversa, de caráter técnico e colaborativo, envolveu toda a equipe da IP 3244 e resultou na identificação de falhas como a ausência de preparação antecipada de tintas e clichês, a duplicidade de ações entre ajudantes e a execução de tarefas fora da sequência ideal. Destacou-se a importância do pré-setup, com organização dos materiais durante a produção anterior, e da definição clara das responsabilidades individuais para evitar sobreposição de funções e ociosidade.

Também foi identificado que o operador da máquina acumulava funções que deveriam ser delegadas aos ajudantes, o que comprometia sua eficiência. A redistribuição das tarefas, aliada à implantação de práticas do método Single Minute Exchange of Die (SMED), como a conversão de atividades internas em externas, foi sugerida para otimizar o tempo de setup. Por fim, recomendou-se a elaboração de um procedimento operacional padronizado, a fim de garantir uniformidade na execução entre os turnos, facilitar o treinamento de novos colaboradores e consolidar as melhorias implementadas, promovendo ganhos sustentáveis na produtividade.

A redução de 59% no tempo de setup da configuração de 2 para 4 cores teve impacto expressivo na disponibilidade da máquina, diminuindo o tempo de parada e ampliando o potencial produtivo. Com base em dados reais, foi possível simular esse efeito: o tempo total acumulado de 139 minutos caiu para 57 minutos após a melhoria, resultando em um ganho de 82 minutos. Esse tempo adicional poderia ser direcionado a outras atividades produtivas, contribuindo diretamente para o aumento da eficiência operacional no período analisado.

Além disso, as melhorias aplicadas nesse setup específico podem ser estendidas às demais configurações, já que as etapas de preparação seguem a mesma lógica. A adoção de práticas padronizadas e o alinhamento da equipe às novas diretrizes têm potencial para gerar reduções

significativas em outros tipos de setup, promovendo ganhos contínuos de produtividade e consolidando um modelo de operação mais eficiente e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou uma compreensão prática de como a análise de tempos e movimentos pode afetar favorecendo a eficiência operacional. A utilização da cronoanálise no ajuste da impressora flexográfica IP 3244 evidenciou ineficiências e desperdícios, permitindo a reorganização das tarefas e a introdução de melhorias. Apesar das dificuldades enfrentadas, como a falta de um procedimento formal e a necessidade de suporte da equipe, os objetivos foram alcançados de forma bem-sucedida, resultando em uma diminuição de 13 minutos no tempo de ajuste e provando que, por meio de planejamento e colaboração, é viável completar o processo em menos de 10 minutos.

Além dos aumentos na produtividade, o estudo destacou que pequenas medidas, como a padronização das atividades e um melhor aproveitamento do trabalho dos colaboradores, geram impactos significativos na linha de produção. O envolvimento da equipe cresceu, ressaltando a importância da participação ativa em processos de melhoria contínua. É aconselhável que a empresa continue monitorando os tempos de ajuste e investigue qualquer desvio sempre que detectado, assegurando a estabilidade dos resultados. A metodologia utilizada se mostrou eficaz e passível de aplicação em outros contextos, podendo servir de referência para iniciativas futuras focadas na excelência operacional.

REFERÊNCIAS

DE SOUZA, Júlia Pedroso; DA SILVA, Kauana Soares; DOS SANTOS, Laiza Padilha. Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva. **JICEX**, Curitiba, v. 9, n. 9, 2017.

LEÃO, Thiago. Cronoanálise: o que é, para que serve e como aplicar na sua indústria. **Nomus Blog Industrial**, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.nomus.com.br/blog-industrial/cronoanalise/. Acesso em: 31 out. 2025.

MINEIRO, Márcia; DA SILVA, Mara A. Alves; FERREIRA, Lúcia Gracia. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento-Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 31, n. 03, p. 201-218, 2022.Disponível em: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14538. Acesso em: 25 out. 2025.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 29, p. 318-325, 1995.

SIQUEIRA, Alex B. *et al*. Redução do Tempo de Setup em Impressora de Papelão Ondulado: Análise Baseada em Experiência. **Prospectus,** São Paulo, v. 6, n. 2, p. 698-732, 2024.

IMPACTOS DA INTELIGENCIA ARTIFICIAL NA PRODUTIVIDADE, INOVAÇÃO, ÉTICA E BEM-ESTAR NAS EMPRESAS DE FRAIBURGO (SC): UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEXTO MUNICIPAL

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Álvaro José Richter Rodrigues[1]
Fabiana Taís Voltolinz Dresch[2]

Resumo – Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos da implementação de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial nas empresas de Fraiburgo (SC), considerando aspectos de produtividade, inovação, ética organizacional e bem-estar dos colaboradores. A pesquisa, de natureza exploratória e abordagem quantitativa, foi realizada através da aplicação de um questionário junto a empreendedores e gestores de diferentes setores econômicos do município. Os resultados demonstraram que a adoção da IA ainda está em processo de consolidação, sendo mais comum o uso parcial ou o estudo inicial sobre sua viabilidade. Observou-se que as empresas que já utilizam essas tecnologias percebem ganhos expressivos em produtividade, qualidade e agilidade nos processos, além de maior capacidade de inovação. Contudo, também foram identificadas preocupações éticas relacionadas à proteção de dados, à substituição da mão de obra e à transparência das decisões automatizadas. Conclui-se que a IA representa um diferencial competitivo relevante para o desenvolvimento empresarial de Fraiburgo, desde que sua aplicação seja conduzida de forma responsável, planejada e alinhada aos valores humanos e organizacionais.

Palavras-chave: inteligência artificial; inovação; produtividade; Fraiburgo.

INTRODUÇÃO

A inteligência artificial deu seus primeiros passos em 1943, quando Warren McCulloch e seu colega Walter Pitts desenvolveram o primeiro modelo computacional destinado a redes neurais, marcando o início de uma revolução tecnológica no campo da computação (Ghenter, 2018). Desde então, o avanço dessa tecnologia tem transformado não apenas os sistemas digitais, mas também o modo como as organizações funcionam. Conforme destaca Vicari (2021), a IA, que antes era aplicada apenas em tarefas simples e de baixa complexidade, hoje desempenha um papel estratégico nas empresas, auxiliando na análise de dados, elaboração de relatórios, criação de planilhas e até mesmo na tomada de decisões automatizadas.

Diante desse cenário, torna-se relevante compreender como essas transformações se manifestam em realidades locais, especialmente em municípios de médio porte como Fraiburgo

[1] Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

(SC), cuja economia é sustentada principalmente pelos setores de comércio, serviços e agroindústria. A análise desse contexto permite identificar em que medida as empresas estão inseridas no processo de transformação digital e de que forma a IA tem contribuído para seu desenvolvimento econômico e social.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de avaliar como a implementação da Inteligência Artificial pode influenciar a competitividade, a produtividade e as relações humanas dentro das organizações, considerando os benefícios e os dilemas éticos associados ao uso dessas tecnologias. Além disso, o estudo busca contribuir para o debate sobre o papel da IA em economias locais, oferecendo subsídios que auxiliem gestores e empreendedores a adotarem práticas mais conscientes e sustentáveis no uso de inovações tecnológicas.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da implementação de tecnologias de Inteligência Artificial nas empresas de Fraiburgo (SC), com foco em produtividade, inovação, ética organizacional e bem-estar. Como objetivos específicos, propõe-se identificar o estágio de adoção de tecnologias de IA nas empresas locais, avaliar seus efeitos sobre a produtividade e os processos de inovação, examinar as implicações éticas e sociais associadas à sua utilização e sugerir estratégias que contribuam para a maximização dos benefícios e mitigação dos riscos no ambiente empresarial.

O estudo apresenta relevância teórica ao discutir um fenômeno atual e interdisciplinar, alinhado às transformações digitais que moldam o futuro do trabalho e da gestão organizacional. Do ponto de vista social, a pesquisa contribui ao oferecer uma leitura crítica do cenário empresarial de Fraiburgo, demonstrando como a integração entre tecnologia e ética pode impulsionar o desenvolvimento sustentável e a valorização do capital humano.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, buscando compreender de forma objetiva como as empresas de Fraiburgo (SC) estão inseridas no processo de adoção da Inteligência Artificial (IA) e quais impactos essa tecnologia tem gerado em aspectos como produtividade, inovação, ética e bem-estar organizacional. Essa metodologia foi escolhida por permitir a identificação de percepções, práticas e tendências de aplicação da IA no contexto local, proporcionando uma visão ampla e fundamentada sobre o tema.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário estruturado, composto por questões fechadas e objetivas, direcionadas a gestores, empreendedores e profissionais de diferentes setores econômicos do município, abrangendo áreas como comércio, serviços, indústria, tecnologia e agroindústria. O questionário foi elaborado com base nos objetivos do estudo e aplicado de forma online, garantindo maior alcance e praticidade aos participantes.

Após o período de coleta, as respostas foram tabuladas e organizadas em planilhas eletrônicas, possibilitando a análise estatística e interpretativa dos resultados. A partir dessa sistematização, foi possível identificar o estágio de adoção da IA nas empresas locais, bem como

as percepções dos respondentes sobre seus efeitos práticos e éticos. O tratamento dos dados seguiu uma abordagem analítica descritiva, permitindo compreender padrões e tendências a partir das respostas obtidas, sem interferência subjetiva do pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos evidenciaram que a adoção de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) nas empresas de Fraiburgo ainda é um processo em desenvolvimento, embora já apresente avanços significativos em determinados segmentos econômicos. A maioria das organizações encontra-se em estágio parcial de uso ou em fase de estudo e análise sobre a viabilidade de implementação, o que demonstra uma consciência crescente quanto ao papel estratégico da IA, ainda que acompanhada de cautela e limitações estruturais.

Entre os principais benefícios observados, destacam-se o aumento da produtividade, a maior agilidade nos processos, a redução de custos e a melhoria na qualidade de produtos e serviços. Esses resultados confirmam o que é apontado na literatura, que reconhece a Inteligência Artificial (IA) como uma ferramenta estratégica para aprimorar a eficiência operacional e estimular a inovação nas organizações. De acordo com estudos recentes, as empresas que já adotaram soluções de IA relataram avanços significativos na tomada de decisões e no desempenho geral das atividades.

Ao mesmo tempo, os dados revelam desafios e questões éticas que acompanham a expansão tecnológica. Entre os pontos mais sensíveis mencionados pelos participantes estão a proteção de dados pessoais, a substituição de trabalhadores por sistemas automatizados, a ocorrência de vieses nos algoritmos e a responsabilidade legal sobre decisões tomadas por máquinas. Essas questões refletem debates atuais sobre ética digital, que reforçam a importância de políticas de governança tecnológica e de maior transparência nos processos automatizados.

Além disso, a percepção dos colaboradores em relação à IA é majoritariamente positiva, marcada por curiosidade e interesse em se atualizar sobre novas tecnologias. No entanto, alguns relataram resistência inicial ou insegurança diante das mudanças, o que evidencia a necessidade de atenção à gestão de pessoas e à comunicação interna para que a integração de inovações seja bem-sucedida e as equipes se adaptem de maneira saudável.

Por fim, a maior parte dos participantes acredita que a IA representa um diferencial competitivo importante para as empresas de Fraiburgo e que, nos próximos anos, seu papel tende a ser central e transformador no desenvolvimento empresarial. Essa percepção reforça a conexão entre os resultados da pesquisa e a literatura, que aponta a IA como um agente capaz de impulsionar tanto a produtividade quanto a inovação, gerando impactos econômicos, sociais e organizacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito analisar os impactos da implementação de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) nas empresas de Fraiburgo (SC), com ênfase nos aspectos de produtividade, inovação, ética e bem-estar organizacional. A partir dos resultados obtidos, foi possível constatar que a IA já ocupa um espaço relevante no cenário

empresarial local, embora ainda se encontre em fase de consolidação. A pesquisa evidenciou que, mesmo diante de desafios estruturais e culturais, há uma percepção amplamente positiva sobre os benefícios que a IA pode oferecer, especialmente no que se refere ao aumento da eficiência e da competitividade.

Os resultados indicaram que a adoção da IA está diretamente associada ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas e à melhoria da qualidade de processos e serviços. Contudo, surgem preocupações éticas que demandam atenção, como a proteção de dados pessoais, a substituição da mão de obra humana e a falta de transparência nos algoritmos. Esses dilemas reforçam a necessidade de que a implementação da IA seja acompanhada de práticas de governança ética e de programas de capacitação, assegurando uma transição tecnológica responsável e sustentável.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte geográfico restrito ao município de Fraiburgo e o número limitado de respondentes, o que impede generalizações mais amplas. Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra para incluir outros municípios e setores econômicos, bem como incorporar análises qualitativas que aprofundem a compreensão dos impactos sociais e humanos da Inteligência Artificial nas organizações. Apesar dessas limitações, os resultados obtidos contribuem significativamente para a compreensão do estágio atual da IA no contexto regional e reforçam seu papel como instrumento estratégico para o desenvolvimento empresarial e social.

REFERÊNCIAS

GHENTER, Katja. Rebel genius: Warren S. mcculloch's transdisciplinary life in science by Tara Abraham. **Bulletin of the history of medicine**, v. 92, n. 1, p. 223–224, 2018. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/1/article/691247/summary. Acesso em: 20 mar. 2025

VICARI, Rosa Maria. Influencias das Tecnologias de Inteligência Artificial no Ensino, **Estudos Avançados**, Porto Alegre, 2021, v35, p 1-12, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/VqyZbNzYfnCJ8s8Psft4jZf/?format=html&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIDERANÇA EM FOCO: PERCEPÇÕES DOS COLABORADORES EM UM SETOR DE EMPRESA DE GRANDE PORTE

Categoria: Trabalho de conclusão de curso

Bruno da Silva Liesch[1]
Ricardo Peretti[2]

Resumo - A elaboração deste trabalho teve início a partir da observação de diferentes estilos de liderança, motivada pela observação de comportamentos distintos na condução das equipes de trabalho, presentes na empresa analisada. Este projeto tem como objetivo geral compreender as percepções sobre liderança em um setor produtivo especifico de uma empresa de grande porte, analisando através de pesquisa o que os colaboradores pensam sobre a maneira do seu líder conduzir a equipe de trabalho. E como objetivos específicos: Identificar os estilos de liderança percebidos pelos colaboradores no setor analisado; levantar e analisar percepções sobre as relações com seus líderes; apresentar através de questionários pontos fortes e aspectos a melhorar na atuação dos líderes, em cada um dos turnos analisados; verificar na literatura as melhores formas de liderar uma equipe de trabalho mantendo os colaboradores motivados a seguir o seu líder; propor sugestões que contribuam para o desenvolvimento da liderança no setor estudado. Este estudo adota uma abordagem quantitativa, desenvolvida por meio de um levantamento de survey, com aplicação de métodos estatísticos para o tratamento e interpretação dos dados. A pesquisa caracteriza-se pelos métodos descritivo e exploratório, com o objetivo de compreender de forma detalhada as percepções dos colaboradores em relação à atuação de seus líderes. O universo da pesquisa é composto por 20 colaboradores pertencentes ao setor produtivo de uma empresa de grande porte, abrangendo ambos os turnos de operação. Os dados foram obtidos por meio de um questionário estruturado, elaborado com base na ferramenta de coaching "Roda da Liderança", e aplicado utilizando uma escala Likert de cinco pontos para mensurar as percepções dos colaboradores.

Palavras-chave: Liderança. Estilos de Liderança. Percepções dos colaboradores.

INTRODUÇÃO

Segundo Wanowschek (2018), a administração das empresas com uma busca maior por pessoas para trabalharem, tiveram que criar uma forma de controlar seus funcionários, seus horários de trabalho, os salários pago a eles e como estavam atuando. Mas com o aumento da necessidade do mercado por mais produtos, as fábricas tiveram grande parte de sua mão de obra substituída por máquinas, pois isso trazia maior produtividade e um menor custo com pessoas, foi quando houve um movimento dos funcionários pedindo por melhores condições de

[1]Aluno do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Administração Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

trabalho, salários e ambiente mais saudável, foi então que as empresas criaram um departamento para cuidar da gestão dessas pessoas.

A estratégia organizacional das empresas é fortemente impactada quando não é feito a gestão de pessoas de forma correta, afetando os resultados organizacionais: produtividade, qualidade, eficiência e os resultados relacionados aos profissionais: atitudes, comportamentos, satisfação e comprometimento dos funcionários. Além disso, a gestão de pessoas envolve uma série de ações que incluem a análise ambiental e a concepção das atividades laborais, para que as estratégias da empresa possam ser implementadas, contribuindo para o enfrentamento dos concorrentes e para a adaptação ao ambiente (Genari et al., 2020).

A liderança é a capacidade de um indivíduo em influenciar, motivar e permitir que outros contribuam para a efetividade e sucesso da empresa a qual pertencem, com isso aumentou o interesse das organizações em líderes com competências para se adaptar e serem eficientes em empresas de vários segmentos, a diversidade e complexidade dos processos, apresenta inúmeras e imprevisíveis oportunidades de interações. Para isso, necessita-se de líderes capazes de integrar sistemas e transitar adequadamente em diversas organizações, pois o líder é compreendido como alguém que transcende diferenças culturais (Winck et al., 2016).

Este projeto tem como objetivo compreender as percepções sobre liderança em um setor produtivo especifico de uma empresa de grande porte, analisando através de pesquisa o que os colaboradores pensam sobre a maneira do seu líder conduzir a equipe de trabalho em cada turno. Espera-se, assim, contribuir para o aprimoramento da gestão de pessoas e para o aumento do desempenho organizacional. Dessa forma, a problemática deste trabalho de conclusão de curso é definida pela seguinte questão de pesquisa: Qual é a percepção dos colaboradores de um setor de empresa acerca do desempenho de seus líderes?

A percepção dos colaboradores sobre o desempenho de seus líderes justifica à avaliação de suas competências, atitudes e comportamentos no ambiente de trabalho. De forma geral, os funcionários valorizam líderes capazes de se comunicar claramente, delegar tarefas com eficiência, incentivar o desenvolvimento da equipe, tomar decisões estratégicas e estimular a criatividade.

METODOLOGIA

Esta monografia é de natureza quantitativa, realizada por meio de pesquisa de levantamento ou survey, com aplicação de questionário, onde se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, no entanto, para uma abordagem quantitativa, há a necessidade de dados que exigem cálculos, estatísticas envolvendo análise e interpretação de dados por meio de técnicas estatísticas.

Para o alcance de um dos objetivos específicos dessa pesquisa, que é o de descrever como se organizam as relações de trabalho dos colaboradores e seus líderes em dois turnos do setor produtivo de uma empresa, utiliza-se o método descritivo.

Essa pesquisa também se caracteriza como de levantamento, ou survey e foi realizada com aplicação de questionário, pois envolve análise e interpretação de dados por meio de

técnicas estatísticas, para que se cumpra o objetivo de levantar e analisar as percepções dos colaboradores sobre as relações com seus líderes.

Ainda, essa pesquisa se propõe a apresentar pontos fortes e aspectos a melhorar na atuação dos seus líderes em cada um dos turnos analisados assim, como exploratória.

Para a caracterização do perfil dos respondentes, foram utilizados dados documentais disponibilizados pelo setor de Recursos Humanos da empresa em análise. A coleta de dados das percepções dos colaboradores acerca da atuação de seus líderes ocorreu por meio de um questionário adaptado da ferramenta de coaching chamado "Roda da Liderança", o objetivo desse instrumento foi avaliar as principais competências de liderança observadas em cada turno de trabalho, identificando pontos fortes e aspectos a serem aprimorados no desempenho dos líderes analisados, contou com 40 questões fechadas, elaboradas segundo uma escala Likert de cinco pontos, na qual o valor 1 indica o menor grau de identificação do colaborador com a afirmativa apresentada e o valor 5 representa o maior nível de concordância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são analisadas as relações de trabalho estabelecidas entre os colaboradores e seus líderes no setor produtivo, com foco na percepção dos profissionais sobre a atuação da liderança. O estudo foi aplicado em dois turnos equipe do setor Onduladeira, responsável pela produção de chapas de papelão na empresa de Papelão Ondulado. O questionário foi implementado majoritariamente a colaboradores com idade entre 20 e 45 anos, permitindo analisar como diferentes perfis etários percebem o estilo de liderança e a dinâmica do trabalho em equipe.

De maneira geral, os resultados indicam uma percepção predominantemente positiva em relação ao desempenho do líder A. Conforme demonstrado na Tabela 1, 59,75% das respostas correspondem a percepções positivas, enquanto 23% são neutras e 17,25% negativas. Esse cenário sugere que, para a maioria dos colaboradores, o líder apresenta um perfil bem avaliado e alinhado às expectativas do grupo, demonstrando competências que contribuem para o bom funcionamento da equipe. Entre os pontos fortes identificados, destacam-se as capacidades de trabalho em equipe 67,5%, foco nos objetivos 45%, delegar tarefas 40%, e ousadia 37,5%, todas com índices elevados de percepção positiva.

Esses resultados evidenciam que o líder é reconhecido por incentivar a colaboração, direcionar esforços para o cumprimento de metas e distribuir responsabilidades de forma equilibrada, aspectos essenciais para o desempenho coletivo e a motivação dos colaboradores.

Por outro lado, algumas fragilidades também foram observadas. A criatividade apresentou 32,5% de percepção negativa e 25% de percepção neutra, revelando uma limitação na proposição de ideias inovadoras e na busca por soluções diferenciadas.

Outra dimensão que merece atenção é o desenvolvimento da equipe, que apresentou 37,5% de respostas negativas e neutras somadas, sugerindo que o líder ainda precisa aprimorar sua atuação no incentivo ao crescimento profissional dos colaboradores. Essa limitação pode

estar associada à ausência de feedbacks mais estruturados, já que o item feedback também obteve índices moderados de satisfação, com 25% de percepções negativas e 35% neutras.

De forma geral, líder B observa-se um elevado índice de satisfação por parte dos participantes, com 76% das respostas classificadas como percepções positivas, 17,65% neutras e apenas 6,75% negativas. Esses resultados indicam que o líder B é amplamente reconhecido por sua equipe como um profissional eficiente, capaz de inspirar confiança e direcionar o grupo de maneira assertiva.

Entre as principais capacidades destacadas positivamente, encontram-se inspirar 45%, trabalho em equipe 60%, foco 50%, prioridade 50% e visão de futuro 52,5%. Esses indicadores demonstram que o líder é percebido como alguém que motiva os colaboradores, mantém o foco nos objetivos e estimula o alinhamento da equipe em torno das metas organizacionais.

Apesar do desempenho amplamente positivo, alguns aspectos merecem atenção. A competência feedback apresentou 27,5% de percepções negativas e 30% neutras, o que sugere uma limitação na prática de retorno contínuo aos colaboradores. Essa lacuna pode afetar o desenvolvimento individual dos membros da equipe e dificultar o reconhecimento de suas conquistas ou necessidades de melhoria.

A seguir, no quadro 2, a análise dos dados permite compreender como os líderes são percebidos em cada turno, destacando suas qualidades e as oportunidades de melhoria, observa-se que determinadas competências apresentam maior destaque em um turno em comparação ao outro, refletindo variações na forma como os líderes conduzem evidenciando variações na forma como os líderes suas equipes em diferentes contextos de trabalho.

Quadro 2 – Médias das percepções dos colaboradores dos seus líderes

Capacidades de liderança	Turno A - Média	Turno B - Média
Inspirar	3,4	4,3
Delegar	4,1	4,0
Ousadia	3,9	4,0
Trabalho em equipe	4,6	4,6
Foco	4,1	4,3
Desenvolvimento de Equipe	3,0	3,8
Visão futuro	3,9	4,4
Prioridades	3,9	4,3
Feedback	3,2	3,2
Criatividade	3,0	3,7
Média geral do turno	3,7	4,1

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A comparação entre os turnos mostra que o Turno B apresenta uma percepção global mais positiva, especialmente em aspectos relacionados à inspiração, visão de futuro e priorização de tarefas. Já o Turno A apresenta maiores lacunas em habilidades estratégicas e de desenvolvimento da equipe. Esses resultados indicam a necessidade de iniciativas focadas em capacitação para liderança, estímulo à criatividade e melhoria do feedback em ambos os turnos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitiram observar que, de modo geral, os colaboradores demonstram satisfação significativa com a condução das equipes por parte de seus líderes. Os resultados apontam que o líder B apresenta um perfil fortemente positivo, caracterizado pela capacidade de inspirar, motivar e manter a equipe engajado nos objetivos organizacionais. Sua postura proativa e sua visão de longo prazo contribuem para um ambiente de trabalho cooperativo e produtivo.

A comparação entre os turnos revela que o turno B apresenta desempenho mais consistente, especialmente nas dimensões relacionadas à inspiração e à visão estratégica. No entanto, ambos os turnos compartilham desafios semelhantes no que se refere ao feedback e ao desenvolvimento da equipe, competências essenciais para promover o crescimento profissional e o engajamento contínuo.

Entretanto, o aprimoramento na comunicação de feedback e no estímulo ao desenvolvimento contínuo da equipe poderá tornar sua liderança ainda mais completa e eficaz.

De forma geral, conclui-se que ambos os líderes demonstram competências essenciais para o bom desempenho das equipes, porém com ênfases distintas. Enquanto o líder A destaca-se pela organização e direcionamento de tarefas, o líder B sobressai-se na motivação e inspiração dos colaboradores.

A partir dessa análise, percebe-se que o equilíbrio entre a orientação para resultados e o incentivo ao desenvolvimento humano é o que caracteriza uma liderança verdadeiramente eficaz, capaz de alinhar produtividade e engajamento.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa, algumas ações podem ser implementadas para fortalecer a liderança e aprimorar o desempenho das equipes no setor produtivo:

Fortalecimento do feedback: implementar práticas estruturadas de retorno sobre desempenho, tanto individual quanto coletivo, garantindo que os colaboradores recebam orientação, reconhecimento e direcionamentos claros para melhoria contínua.

Desenvolvimento da equipe: criar oportunidades de crescimento profissional por meio de treinamentos internos, mentorias e acompanhamento próximo das atividades, estimulando a autonomia e o aprendizado constante.

Integração entre turnos: promover encontros periódicos entre colaboradores de diferentes turnos para compartilhar boas práticas, experiências e estratégias de trabalho, reforçando entendimento e o alinhamento da equipe.

Essas ações têm o potencial de melhorar a atuação dos líderes, aumentar a satisfação dos colaboradores e fortalecer a produtividade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço o meu orientador Ricardo Peretti pela confiança depositada, pelas orientações assertivas e pelo acompanhamento durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os professores da UNIARP que, com dedicação e conhecimento, foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e profissional.

REFERÊNCIAS

GENARI, D.; MELLO, C. B. C.; CAMARGO, M. E.; MACKE, J. Tomada de decisão organizacional e avaliação de resultados em gestão de pessoas. **Revista Pretexto**, v. 21, n. 2, p. 80-99, 2020. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/pretexto/article/view/6175 Acesso em: 12 out. 2025.

Wanowschek, L.Y.M.D.O.P.R.B.O.R.S.A. B. **Gestão de pessoas.** Porto Alegre, Grupo A,2018. 9788595023901. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023901. Acesso em: 15 set. 2025.

WINCK, M. F.; FROEHLICH, C.; BOHNENBERGER, M. C.; BESSI, V. G.; SCHREIBER, D. O desenvolvimento das competências de líderes globais: Uma abordagem baseada nos estudos de global mindset leadership. InternexT - **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, v.** 11, n. 2, p. 35-48, 2016. Disponível em: https://internext.espm.br/internext/article/view/247 Acesso em: 22 out. 2025.

A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NA SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Camila Oliveira da Silva[1]
Rosângela Tortato Narloch[2]

Resumo – O trabalho aborda a importância e o impacto da comunicação organizacional na saúde mental de profissionais da área da saúde, com foco no bem-estar dos colaboradores e no papel da comunicação dentro das instituições. Os resultados indicam que fatores como estresse, sobrecarga de trabalho e falhas na comunicação interna afetam diretamente o bem-estar dos colaboradores, gerando desmotivação e desgaste emocional. A postura da liderança e a clareza nas mensagens influenciam o clima organizacional e o equilíbrio emocional da equipe. Apesar de existirem práticas positivas, como reuniões e escuta ativa, ainda há necessidade de aprimorar a padronização da comunicação entre os setores. A análise evidenciou que uma comunicação eficaz fortalece a integração, a confiança e o sentimento de pertencimento. A comunicação organizacional é essencial para a construção de um ambiente de trabalho saudável, colaborativo e emocionalmente equilibrado, contribuindo diretamente para o bem-estar e o desempenho dos profissionais.

Palavras-chave: Comunicação organizacional. Saúde mental. Bem-estar no trabalho.

INTRODUÇÃO

A comunicação organizacional constitui um elemento fundamental para o funcionamento eficiente das instituições e para o bem-estar dos colaboradores. No contexto das organizações de saúde, a troca de informações, o diálogo e a clareza nas mensagens exercem papel determinante na construção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo. A saúde mental dos profissionais dessa área tem se tornado uma preocupação crescente, uma vez que o ambiente hospitalar e clínico é caracterizado por alta demanda, pressão constante e contato direto com situações de sofrimento humano. A comunicação, quando falha, pode agravar esse cenário, gerando ruídos, desmotivação, conflitos e desgaste emocional.
De acordo com Kunsch (2003), a comunicação organizacional deve ser entendida como um processo estratégico capaz de integrar pessoas e fortalecer a cultura organizacional. Já Chiavenato (2014) destaca que a qualidade da comunicação interna influencia diretamente o clima organizacional e o desempenho das equipes. Dessa forma, compreender como a comunicação interfere na saúde mental dos colaboradores torna-se essencial para que as instituições adotem práticas mais humanas, empáticas e transparentes. O presente estudo busca

[1] Aluna do Curso de administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de adminitração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

discutir essa relação, evidenciando os principais desafios enfrentados pelos profissionais da saúde e apontando a importância da comunicação como ferramenta promotora de bem-estar e equilíbrio emocional nas organizações.

Para um resultado positivo com a comunicação nas empresas, estuda-se desde muito tempo, as características e habilidades dos líderes. O ato de liderar apresenta várias interpretações, que, de certa forma, complementam-se, como a teoria dos traços, que por sua vez, enfatiza especialmente as qualidades pessoais dos líderes. Nesta abordagem os teóricos davam pouca atenção às necessidades individuais dos funcionários, a valorização das suas ideias e a existência de interação social dentro das organizações. A única contribuição valiosa dos membros era, na verdade, o seu trabalho físico (Miller, 2015)

Muitas vezes, iniciativas bem-intencionadas falham porque os colaboradores não têm informações suficientes ou não compreendem os benefícios oferecidos. É recomendado que as empresas desenvolvam uma estratégia de comunicação clara, utilizando múltiplos canais como e-mails, reuniões e até aplicativos internos criando um espaço seguro onde os colaboradores possam expressar suas dúvidas e preocupações, o que é de suma importância, para garantir o sucesso dessas políticas.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho fundamentou-se em um estudo de caso, que, conforme Yin (2015), "é uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes." Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada da prática de terceirização na empresa em questão.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, elaborado com questões abertas que abordavam aspectos relacionados ao clima organizacional de uma clínica, à qualidade da comunicação interna, ao relacionamento interpessoal e à influência desses fatores no bem-estar emocional dos colaboradores. Marconi e Lakatos (2003) ressaltam que "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos," o que contribuiu para a contextualização e fundamentação teórica da análise. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, com base na categorização das respostas em temas recorrentes, permitindo identificar padrões de comportamento e percepções compartilhadas entre os participantes. Foram observados os princípios éticos da pesquisa, garantindo anonimato e consentimento dos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram que os principais fatores que comprometem o bem-estar e a saúde mental dos colaboradores estão diretamente ligados às falhas na comunicação interna, ao excesso de demandas e à falta de reconhecimento profissional. A sobrecarga de tarefas e a pressão constante por resultados contribuem para o aumento do estresse ocupacional e da fadiga emocional.

Durante a análise das respostas, foi possível identificar que a maioria dos participantes sente dificuldade em compreender plenamente as informações repassadas entre os setores, especialmente quando não há padronização nos canais de comunicação. Essa falha resulta em desalinhamento entre as equipes, afetando o fluxo das atividades e prejudicando a integração organizacional. Segundo Kunsch (2003), a comunicação eficiente dentro das empresas depende da coerência entre o discurso institucional e as práticas cotidianas, o que reforça a necessidade de uma comunicação clara, estratégica e contínua.

Outro aspecto relevante apontado foi o papel da liderança no processo comunicativo. Os profissionais destacaram que líderes acessíveis, empáticos e que praticam a escuta ativa contribuem para um clima de confiança. Em contrapartida, lideranças autoritárias ou distantes tendem a gerar ambientes tensos, onde os colaboradores se sentem inibidos para expor opiniões e sugestões. Essa observação dialoga com Chiavenato (2014), que enfatiza a importância do líder como mediador das relações interpessoais, responsável por orientar e motivar sua equipe por meio de uma comunicação humanizada.

Embora a clínica apresente práticas positivas como reuniões periódicas, incentivo ao diálogo e abertura para escuta, ainda há carência de estratégias que garantam a circulação uniforme das informações. Em alguns casos, mensagens importantes chegam de forma tardia ou incompleta, o que causa ruídos entre os colaboradores. Penteado (2019) afirma que a ausência de fluxos comunicativos bem definidos prejudica a cultura organizacional e enfraquece o sentimento de pertencimento dos profissionais.

Outro ponto importante refere-se ao impacto psicológico das falhas na comunicação. Os participantes relataram sentir-se emocionalmente afetados quando há falta de reconhecimento ou quando não são informados sobre decisões que interferem diretamente em suas rotinas de trabalho. Essa percepção está alinhada à análise de Minayo (2017), que destaca que a saúde mental dos profissionais de saúde é diretamente influenciada pela qualidade das relações interpessoais e pelo grau de diálogo existente nas equipes.

Dessa forma, compreende-se que a comunicação organizacional atua não apenas como meio de transmissão de informações, mas também como instrumento de valorização e de cuidado com o colaborador. Um processo comunicativo transparente e participativo favorece o engajamento, a confiança e o equilíbrio emocional, fortalecendo o clima organizacional e contribuindo para o desempenho coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a comunicação organizacional exerce influência significativa na saúde mental e no bem-estar dos profissionais da saúde. Práticas comunicativas eficazes, baseadas na escuta, empatia e clareza, favorecem o desenvolvimento de um ambiente de trabalho mais colaborativo e equilibrado emocionalmente.
A pesquisa demonstrou que falhas na comunicação interna podem gerar sobrecarga e desmotivação, impactando diretamente o clima organizacional e o desempenho das equipes. Assim, a gestão deve investir em políticas de comunicação interna mais estruturadas, promover capacitações sobre comunicação assertiva e estimular o diálogo entre liderança e colaboradores.

Conclui-se que a comunicação organizacional não apenas facilita os processos internos, mas também é determinante para a construção de relações saudáveis e para a manutenção do bem-estar psicológico dos profissionais da área da saúde

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

PENTEADO, José Roberto. Comunicação e gestão nas organizações de saúde. São Paulo: Atlas, 2019.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

A INEFICÁCIA DO PROCESSO SANCIONADOR AMBIENTAL: UM OBSTÁCULO À SUSTENTABILIDADE E À JUSTIÇA

Categoria: Projeto Integrador

Juciele Marta Baldissarelli

Resumo – Este estudo visa avaliar a ineficácia do processo sancionador ambiental no Brasil, investigando os desafios que impedem a implementação eficaz das penalidades estabelecidas na legislação ambiental, em particular na Lei n.º 9.605/98. A lentidão e a burocracia nos procedimentos administrativos, a diminuição da capacidade operacional e a desestruturação institucional dos órgãos de fiscalização, como o IBAMA. Além disso, o estudo aborda as implicações dessa ineficiência, como a impunidade, a deterioração ambiental e a injustiça social, que afetam principalmente grupos vulneráveis. Ademais, o estudo sugere opções, como transformar multas em serviços ambientais, que podem aumentar a eficácia da lei, incentivar a proteção ambiental e garantir mais justiça ambiental.

Palavras-chave: Processo Sancionador; Sanções Ambientais; Justiça Ambiental; Sustentabilidade; Fiscalização Ambiental.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma legislação ambiental muito abrangente, com punições rigorosas para quem causar danos ao meio ambiente. No entanto, na prática, essas diretrizes não se mostram eficazes, evidenciando um abismo entre o que é previsto na legislação e a realidade observada. Como destaca Pacheco (2025), a Lei nº 9.605/98, que é a Lei de Crimes Ambientais, define condutas que prejudicam o meio ambiente e impõe sanções tanto administrativas quanto penais, mas sua aplicação enfrenta diversos obstáculos, como a morosidade dos processos administrativos, a falta de fiscalização e as barreiras burocráticas.

Essa diferença evidencia um abismo entre o que se deveria fazer e o que de fato acontece, sendo o problema central desta pesquisa: quais são os principais entraves (processuais, financeiros e institucionais) que levam à baixa eficácia na aplicação e execução das sanções administrativas ambientais e como essa falha sistêmica impacta negativamente a sustentabilidade e a promoção da justiça ambiental.

METODOLOGIA

O estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, com foco na coleta e análise de documentos e materiais relacionados ao tema em questão. Foram, portanto, consultados artigos científicos, livros, legislações e doutrinas jurídicas, o que possibilitou a elaboração de um referencial teórico sólido e embasado. Essa perspectiva permitiu uma compreensão aprofundada sobre a ineficácia do processo sancionador ambiental, evidenciando

os obstáculos enfrentados pelos órgãos de fiscalização e os efeitos dessa ineficiência na sustentabilidade e na justiça ambiental. A investigação se propôs a cruzar a legislação ambiental em vigor, com ênfase na Lei nº 9.605/98, e a realidade da aplicação das sanções, evidenciando as lacunas, entraves burocráticos e limitações institucionais que comprometem a efetividade das sanções administrativas ambientais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A falta de celeridade no processo administrativo ambiental é um dos maiores desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento da legislação ambiental. Conforme Rufino e Freitas (2021, p. 125) "a lentidão, a burocracia e a ineficiência histórica desse procedimento favorecem a prescrição das multas e ainda o questionamento delas em juízo, o que acaba por propagar uma sensação de impunidade diante do dano ambiental." Essa demora impacta diretamente na cobrança judicial das multas, uma vez que, conforme a Súmula 467 do Superior Tribunal de Justiça (2010): "Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental."

Nesse contexto Silva, Rabelo e Hayashi (2020, p. 06) observam que: "[...] apenas cerca de 4% dos valores cobrados em multas ambientais pelo IBAMA são efetivamente arrecadados" o que demonstra que a lei, embora rigorosa em sua formulação, encontra barreiras significativas na prática burocrática, reduzindo seu poder dissuasório.

Outro fator crítico é o desmonte institucional e a redução da capacidade operacional dos órgãos de fiscalização. O IBAMA, por exemplo, enfrenta desafios que dificultam a aplicação efetiva da legislação ambiental, como a insuficiência de recursos financeiros e humanos, a pressão do desmatamento, especialmente na Amazônia, o combate ao tráfico de fauna e a resistência social à conscientização ambiental. (Sócrates, 2025). Além disso Pereira (2022) afirma que:

> Inúmeros cargos vagos, troca constante de ocupantes de cargos de chefia, nomeação de pessoas externas ao Ibama para comandar ações de fiscalização ambiental, militarização das chefias, perseguições, remoções, assédio moral, corte de verbas e ordens para usar equipamentos com contratos vencidos.

Esses fatores combinados limitam a capacidade de fiscalização, a implementação de ações de conservação e a efetividade do processo sancionador (Sócrates, 2025). A ineficácia das sanções ambientais pode transformar a multa em um "custo operacional" para o infrator, como discute Jair Schmitt (2015) mostrando que a vantagem econômica obtida com a infração ambiental pode superar os riscos de punição, especialmente quando a fiscalização é insuficiente ou ineficaz.

> Nesse sentido, é importante compreender o conceito de justiça ambiental, que propõe uma reflexão a respeito da necessidade de assegurar de forma equitativa a distribuição de ônus e bônus ambientais conforme critérios aceitos socialmente. É injusto que as principais consequências ambientais negativas recaiam apenas em um grupo social, a saber, os mais vulneráveis socialmente, como pobres, indígenas e quilombolas, no caso brasileiro (Coitinho, 2023).

Uma alternativa é a conversão de multas em serviços ambientais prevista no artigo 139 do Decreto 6.514/08:

> Art. 139. Fica instituído o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama. (Redação dada pelo Decreto nº 9.179, de 2017)
>
> Parágrafo único. A autoridade competente, nos termos do disposto no § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, poderá converter a multa simples em serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, exceto as multas decorrentes de infrações ambientais que tenham provocado morte humana e outras hipóteses previstas em regulamento do órgão ou da entidade ambiental responsável pela apuração da infração ambiental. (Redação dada pelo Decreto nº 11.080, de 2022)

A conversão de multas ambientais apresenta benefícios tanto para o infrator quanto para a Administração Pública, pois possibilita um acordo entre o órgão ambiental e o autuado para a reparação integral dos danos ao meio ambiente, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, gerando economia de tempo e recursos. Além disso, promove a valorização da preservação e conservação ambiental, funcionando como um fator de prevenção à reincidência de condutas nocivas. (Silva, Rabelo e Hayashi, 2020)

"Todavia, ainda que existam tais vantagens, conforme dados estatísticos do IBAMA sobre o percentual de multas convertidas, observa-se que esse mecanismo não vem sendo aplicado" (Corrêa, 2018 apud Silva, Rabelo e Hayashi, 2020 p. 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela que os principais obstáculos para a efetivação das sanções ambientais não estão na legislação, mas sim na sua aplicação prática. A falta de celeridade nos processos administrativos, as barreiras burocráticas, o desmonte institucional, a redução da capacidade operacional dos órgãos de fiscalização e ingerência política comprometem a capacidade do Estado de exercer seu poder de polícia, resultando em impunidade, degradação ambiental e injustiça social.

Para reverter esse quadro, é necessário fortalecer os órgãos de fiscalização, simplificar os processos administrativos e ampliar o controle social sobre a atuação ambiental. Somente assim a legislação poderá cumprir seu papel de instrumento efetivo de sustentabilidade e justiça, garantindo que a proteção ambiental não permaneça apenas no papel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008.Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm. Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 467.Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 25 out. 2010. Disponível em: https://www.stj.jus.br/jurisprudencia/doc.jsp?livre=467. Acesso em: 23 ago. 2025.

COITINHO, Denis. Entendendo a injustiça ambiental. Racismo Ambiental. 2 jul. 2023. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2023/07/02/entendendo-a-injustica-ambiental-por-denis-coitinho/. Acesso em: 24 ago. 2025.

PACHECO, Hugo. Crimes Ambientais no Brasil: Desafios e Perspectivas na Preservação do Meio Ambiente. Jus Brasil, 11 mar. 2025. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crimes-ambientais-no-brasil-desafios-e-perspectivas-na-preservacao-do-meio-ambiente/3152093894. Acesso em: 24 ago. 2025.

PEREIRA, José Alberto Gonçalves. Comando da fiscalização do Ibama teve 19 ocupantes no governo Bolsonaro. ((o))eco, 21 dez. 2022. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/comando-da-fiscalizacao-do-ibama-teve-19-ocupantes-no-governo-bolsonaro/. Acesso em: 24 ago. 2025.

RUFINO, Fernando Bianchi; FREITAS, Gilberto Passos de. A consensualidade no âmbito do processo administrativo federal relativo às multas ambientais. Leopoldianum, ano 47, p. 125, n. 133, 2021. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1228. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCHMITT, Jair. Crime sem castigo: a efetividade da fiscalização ambiental para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/teses/jairschmitttese.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SILVA, Fabrícia Araujo; RABELO, João Paulo Moraes; HAYASHI, Carmino. A inefetividade da aplicação de multas e sua conversão em serviços ambientais. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, e2769108472, 2020. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/345868235_A_inefetividade_da_aplicacao_de_multas_e_sua_conversao_em_servicos_ambientais. Acesso em 24 ago. 2025

SÓCRATES, Pedro. Como funciona a atuação prática do IBAMA no Brasil? SOMA Concursos, 7 ago. 2025. Disponível em: https://somaconcursos.com.br/concursos-ambientais/como-funciona-a-atuacao-pratica-do-ibama-no-brasil/. Acesso em: 24 ago. 2025.

EVASÃO ESCOLAR E RESPONSABILIDADES JURÍDICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Categoria: Projeto Integrador

Resumo – A evasão escolar no Ensino Fundamental II é um complexo problema que exige intervenção jurídica e social. Este trabalho tem como objetivo principal identificar as consequências jurídicas da omissão ou negligência (do Estado e dos responsáveis legais) que resulta na evasão, propondo mecanismos de atuação preventiva e corretiva embasados no ordenamento jurídico brasileiro. O estudo se baseia em uma análise jurídica à luz do Direito Administrativo e do Direito Civil. O método envolve o mapeamento de sanções, mecanismos de intervenção, formas de responsabilização civil pela perda de uma chance educacional e o papel fiscalizador do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Espera-se que a análise detalhe a responsabilidade civil do Estado e dos responsáveis pela negligência ao direito fundamental à educação, permitindo a proposição de instrumentos jurídicos para responsabilização e atuação eficiente na prevenção e combate ao abandono escolar.

Palavras-chave: Palavras-chave: evasão escolar; responsabilidade civil; direito à educação; conselho tutelar; omissão estatal.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental de toda pessoa, conforme estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, sendo sua garantia um dever compartilhado entre o Estado e a família. A obrigação dos pais ou responsáveis de matricular e fiscalizar a frequência dos filhos (Art. 22 e 55 do ECA) é o ponto de partida para a discussão da responsabilidade civil. Neste contexto, a omissão que resulta na evasão pode ser enquadrada como Perda de uma Chance Educacional, um conceito jurídico que é explorado por doutrinadores como Sérgio Cavalieri Filho (2020), ao definir a reparação pela frustração de uma probabilidade séria e real de obter uma vantagem futura. Não obstante esse imperativo legal e social, a persistente evasão escolar no Ensino Fundamental II, especialmente em contextos socioeconômicos vulneráveis como o Bairro São Miguel, evidencia a ineficácia das políticas públicas e a fragilidade do sistema de responsabilização.

O problema central que norteia esta pesquisa é: "Quais são as responsabilidades, sanções e mecanismos de intervenção, sob as óticas do Direito Administrativo e do Direito Civil, aplicáveis ao Estado e aos responsáveis legais diante da evasão escolar de crianças e adolescentes na Rede Pública Municipal?"

O estudo se justifica pela sua alta relevância social e jurídica. Na esfera social, a evasão escolar perpetua ciclos de pobreza e limita o potencial de desenvolvimento humano e econômico da comunidade. Juridicamente, o tema é vital, pois a falta de clareza nas responsabilidades civil e administrativa, e a dificuldade em mensurar o dano da perda da chance educacional, têm contribuído diretamente para a manutenção dos altos índices de abandono escolar. É fundamental, portanto, definir os limites da negligência e da omissão para que se possa exigir a responsabilização dos envolvidos, garantindo a efetividade do direito à educação. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a natureza jurídica da obrigação estatal de ofertar o ensino e o dever dos pais de matricular e fiscalizar a frequência, identificando as consequências jurídicas da omissão ou negligência que resulta na evasão escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa e de natureza exploratória-bibliográfica. A pesquisa será realizada em três etapas principais, alinhadas aos objetivos específicos:

Revisão Bibliográfica e Documental: Mapeamento exaustivo da legislação (Constituição Federal, ECA, LDB, Código Civil e Código Penal) e da doutrina sobre o direito à educação obrigatória, responsabilidade civil do Estado (omissão) e responsabilidade parental (abandono intelectual e perda de uma chance).

Análise Jurisprudencial: Busca por precedentes de tribunais brasileiros sobre a responsabilização civil dos pais por negligência educacional e a atuação do Ministério Público em Ações Civis Públicas contra a omissão estatal na busca ativa.

Proposição e Síntese: Cruzamento dos dados normativos e doutrinários para investigar os instrumentos de controle (Conselho Tutelar e Ministério Público) e elaborar propostas de atuação preventiva e corretiva adaptadas ao contexto municipal.

"Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à evasão escolar exige uma atuação sistêmica que conjugue a responsabilização clara e a intervenção social. O estudo visa demonstrar que tanto a omissão estatal na busca ativa quanto a negligência parental são passíveis de sanções no ordenamento jurídico brasileiro. A investigação dos mecanismos de controle do Conselho Tutelar e do Ministério Público permitirá propor, como resultado do trabalho, um fluxo de atuação mais eficaz no Bairro São Miguel, reforçando a aplicabilidade da responsabilidade civil (perda de uma chance) como ferramenta de conscientização e coação legal.

Os achados desta pesquisa demonstram que a análise da natureza jurídica das obrigações do Estado e dos pais foi plenamente atingida, permitindo a identificação dos dispositivos de responsabilização civil e administrativa aplicáveis à evasão. No entanto o estudo se limitou à análise bibliográfica e jurisprudencial em um contexto específico. Sugere-se que futuras pesquisas abordem a aplicação prática desses instrumentos jurídicos por meio de um estudo de caso no

Bairro São Miguel, coletando dados empíricos sobre a efetividade das sanções aplicadas pelo Conselho Tutelar e o impacto socioeconômico da judicialização da evasão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito de Família e Sucessões. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FRAIBURGO/SC E A CRISE CLIMÁTICA DESAFIOS JURÍDICOS E AÇÕES

Categoria: Projeto Integrador

Resumo – A crise climática constitui um dos mais relevantes desafios contemporâneos, impactando diretamente o meio ambiente, a economia e o exercício dos direitos fundamentais. Este estudo analisa os efeitos das mudanças climáticas no município de Fraiburgo/SC, cuja economia é fortemente dependente da fruticultura, especialmente da produção de maçãs. Com base em uma abordagem qualitativa, sustentada em levantamento bibliográfico e análise documental, investiga-se o arcabouço jurídico nacional e internacional voltado à proteção ambiental, com destaque para o artigo 225 da Constituição Federal e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Os resultados evidenciam que a vulnerabilidade socioeconômica dos pequenos produtores locais pode ser reduzida por meio de políticas públicas municipais integradas, educação ambiental e participação comunitária. Entre as propostas apresentadas estão a criação de um Comitê Municipal de Justiça Climática, programas de capacitação em práticas agrícolas sustentáveis e projetos de reflorestamento com espécies nativas. Conclui-se que o enfrentamento da crise climática requer a articulação entre instrumentos jurídicos, políticas públicas e cidadania ecológica, assegurando o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e promovendo a justiça social.

Palavras-chave: Crise climática. Fraiburgo/SC. Direito Ambiental. Justiça Climática. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A crise climática configura-se como um dos mais urgentes e complexos desafios do século XXI. O aquecimento global, o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, bem como as alterações nos ciclos hidrológicos, têm causado impactos diretos sobre os ecossistemas, as economias e o exercício de direitos fundamentais. No contexto brasileiro, a agricultura destaca-se como um dos setores mais vulneráveis às mudanças climáticas. Fraiburgo/SC, reconhecida nacionalmente como a "Terra da Maçã", possui uma economia fortemente dependente da fruticultura, o que a torna especialmente sensível às instabilidades do clima.

Dessa forma, compreender os impactos da crise climática sobre a realidade local torna-se essencial para o desenvolvimento de políticas e ações voltadas à sustentabilidade. As mudanças climáticas vêm afetando de maneira significativa a produção agrícola e a vida social em Fraiburgo, sobretudo a realidade dos pequenos produtores que têm na fruticultura sua principal fonte de renda. Nesse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: quais são os impactos jurídicos e sociais da crise climática em Fraiburgo/SC e de que maneira a comunidade local pode atuar, por meio de ações sustentáveis e participativas, para mitigar esses efeitos?

Parte-se da hipótese de que a implementação de políticas públicas locais, aliadas à participação ativa da comunidade e à educação ambiental, pode diminuir a vulnerabilidade socioeconômica do município frente às mudanças climáticas, promovendo a efetividade do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os impactos da crise climática no município de Fraiburgo/SC sob a perspectiva jurídica, propondo alternativas comunitárias que promovam a sustentabilidade e a justiça social. Especificamente, busca-se identificar os principais efeitos climáticos e socioeconômicos na região, examinar o arcabouço jurídico brasileiro relacionado à proteção ambiental, avaliar a vulnerabilidade dos pequenos produtores e propor ações jurídicas e comunitárias de enfrentamento à crise climática.

A escolha do tema justifica-se pela urgência global de ações frente à crise climática e pela relevância local do tema para Fraiburgo, cuja economia está diretamente atrelada à produção agrícola, especialmente à cultura da maçã. As variações climáticas têm gerado prejuízos econômicos e sociais significativos, impactando direitos como alimentação, trabalho e saúde. Nesse sentido, o estudo propõe refletir sobre a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil, apresentando alternativas concretas e aplicáveis à realidade local, em consonância com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Por fim, este projeto se articula com as disciplinas de Direito Ambiental e Sociologia Jurídica. O Direito Ambiental fornece os fundamentos legais para a proteção do meio ambiente, enquanto a Sociologia Jurídica contribui para a compreensão dos efeitos sociais das mudanças climáticas e para a importância da participação cidadã na construção de soluções coletivas e sustentáveis.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão dos impactos jurídicos e sociais da crise climática no município de Fraiburgo/SC. O estudo fundamenta-se em levantamento bibliográfico e análise documental, contemplando legislações nacionais e internacionais, relatórios técnicos e obras doutrinárias relacionadas ao Direito Ambiental, à sustentabilidade e à justiça climática.

O recorte territorial foi definido em razão da relevância econômica e ambiental de Fraiburgo, cuja dependência da fruticultura especialmente da produção de maçãs evidencia sua vulnerabilidade frente às mudanças climáticas.

A análise dos dados buscou articular o arcabouço jurídico vigente com a realidade socioeconômica local, identificando desafios e oportunidades para a implementação de políticas públicas sustentáveis. Além do exame teórico, o estudo propõe ações comunitárias de caráter educativo e participativo, voltadas à promoção da cidadania ecológica, à conscientização ambiental e ao fortalecimento da resiliência climática municipal.

Essa metodologia permite uma visão integrada entre o direito, a sociedade e o meio ambiente, contribuindo para a formulação de estratégias jurídicas e comunitárias de

enfrentamento à crise climática, adequadas à realidade local e aos princípios constitucionais da sustentabilidade e da justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Trata-se de um direito fundamental de terceira geração, intimamente ligado à dignidade da pessoa humana, conforme dispõe o artigo 1º, inciso III. A justiça climática, nesse contexto, emerge como conceito jurídico e ético essencial para garantir que os impactos da crise climática sejam enfrentados de forma equitativa e proporcional, sobretudo em relação às populações mais vulneráveis.

Autores como Paulo Affonso Leme Machado e Édis Milaré defendem a indissociabilidade entre proteção ambiental e justiça social, enfatizando o papel do Estado na implementação de políticas públicas eficazes. Além da Constituição, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), o Acordo de Paris (Decreto nº 9.073/2017) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU fornecem as bases legais e programáticas para a promoção de ações integradas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Relatórios da EPAGRI/CIRAM (2023) demonstram alterações significativas nos padrões de precipitação e na elevação das temperaturas médias em Fraiburgo, fatores que afetam diretamente a produção de maçãs, cultura que depende de invernos rigorosos para seu desenvolvimento. Pequenos agricultores, com menor acesso a tecnologias e recursos adaptativos, enfrentam maiores dificuldades econômicas, o que repercute na garantia de direitos fundamentais como alimentação, trabalho digno e saúde. Assim, a crise climática deve ser compreendida também como um problema jurídico e social que desafia a efetividade do Estado Democrático de Direito.

Entre as medidas propostas para o enfrentamento desses desafios, destaca-se a criação de um Comitê Municipal de Justiça Climática, com a participação de agricultores, gestores públicos, universidades e representantes da sociedade civil, voltado à formulação de políticas e ações locais. Sugere-se ainda a realização de oficinas de capacitação para pequenos produtores, com foco em técnicas de manejo sustentável e diversificação de culturas, além da implantação de programas comunitários de reflorestamento com espécies nativas e frutíferas. A promoção de ações de educação ambiental em escolas, igrejas e organizações comunitárias, bem como o fomento à agroecologia e ao cooperativismo rural, são estratégias que fortalecem a sustentabilidade e a justiça social na região.

A implementação dessas medidas tem potencial para reduzir a vulnerabilidade socioeconômica da população rural, fortalecer a resiliência da fruticultura e fomentar a integração entre universidade, poder público e comunidade. No campo jurídico, contribui para a efetividade do direito constitucional ao meio ambiente equilibrado e incentiva a formulação de políticas públicas locais orientadas à sustentabilidade e à justiça ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise climática configura um desafio global de dimensões inéditas, que exige respostas locais efetivas e sustentáveis. No contexto de Fraiburgo/SC, seus impactos ultrapassam as questões ambientais, alcançando a esfera socioeconômica e jurídica, especialmente em relação aos pequenos produtores rurais e à garantia de direitos fundamentais.

Os resultados deste estudo evidenciam que o enfrentamento da crise climática demanda uma atuação integrada entre Estado, sociedade civil e instituições de ensino, com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e do desenvolvimento sustentável. A criação de políticas públicas municipais, o fortalecimento da educação ambiental e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis são caminhos indispensáveis para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal.

Assim, mais do que uma questão ambiental, a crise climática revela-se um imperativo ético e jurídico, que convoca a coletividade a repensar seus modos de produção, consumo e convivência com a natureza. Em Fraiburgo, a articulação entre justiça climática, sustentabilidade e cidadania ecológica representa não apenas uma necessidade local, mas um compromisso civilizatório com as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017. **Promulga o Acordo de Paris.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2017.

EPAGRI/CIRAM. **Relatórios Climáticos de Santa Catarina.** Florianópolis: EPAGRI, 2023. Disponível em: https://ciram.epagri.sc.gov.br/. Acesso em: 15 out. 2025.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2023: Synthesis Report.** Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/. Acesso em: 15 out. 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

O ALICIAMENTO NA ERA DIGITAL: AS TÁTICAS E FERRAMENTAS DOS TRAFICANTES DE MULHERES NAS REDES SOCIAIS

Categoria: Projeto Integrador

Ana Caroline Luchessi[1]
Jaqueline da Silva[2]
Yasmin Aparecida Silva Gomes[3]
Nathalia Cristina Pontes[4]

Resumo – O rápido avanço das tecnologias e a popularização das redes sociais modificaram profundamente as formas de convivência e comunicação entre as pessoas. Esses espaços, embora promovam interação e aproximação, também se tornaram ambientes de risco, especialmente para mulheres expostas a práticas de aliciamento digital, muitas vezes a porta de entrada para o tráfico humano e outras formas de exploração. Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo compreender as estratégias e ferramentas utilizadas por aliciadores nas plataformas digitais, analisando seus discursos e mecanismos de manipulação. A pesquisa, de caráter bibliográfico e extensionista, combina estudo teórico com ações práticas de conscientização realizadas em parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). As atividades propostas incluem campanhas educativas, rodas de conversa e produção de materiais informativos voltados à segurança digital. Conclui-se que a informação e a educação comunitária são instrumentos fundamentais para o fortalecimento da rede de proteção e para a redução das vulnerabilidades enfrentadas por mulheres no ambiente virtual.

Palavras-chave: aliciamento digital; tráfico de mulheres; vulnerabilidade social; prevenção; extensão universitária.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias e o crescimento acelerado das redes sociais transformaram profundamente as dinâmicas sociais atuais, criando novos espaços de convivência e comunicação, mas também abrindo portas para diferentes formas de vulnerabilidade. Entre essas, destaca-se o aliciamento digital de mulheres, prática cada vez mais comum e recorrente, que muitas vezes se torna a porta de entrada para o tráfico humano e outras formas de exploração (Tavares, 2025).

Embora o tráfico de mulheres seja uma prática antiga, ele assume novos contornos na era digital, com o uso de discursos persuasivos e promessas ilusórias de oportunidades, que se disseminam nas redes sociais de forma rápida e silenciosa. Plataformas como Instagram,

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Facebook, WhatsApp e aplicativos de relacionamento têm se tornado instrumentos estratégicos de aliciamento, disfarçados sob a aparência de interações inofensivas (Tavares, 2025).

Essa realidade evidencia a necessidade de compreender o fenômeno sob uma perspectiva ampla, que envolva não apenas o aspecto jurídico, mas também o social e o educativo. A falta de informação sobre segurança digital e a vulnerabilidade emocional, especialmente entre jovens e adolescentes, tornam esse público mais suscetível às estratégias de manipulação (Tavares, 2025).

Diante disso, este estudo tem como propósito analisar as táticas e ferramentas utilizadas por traficantes de mulheres nas redes sociais, destacando seus impactos e propondo ações de prevenção e conscientização na comunidade (Tavares, 2025).

A pesquisa, de natureza bibliográfica e extensionista, propõe uma intervenção prática em parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), voltada à realização de campanhas educativas, rodas de conversa e materiais informativos que abordem a segurança digital e o enfrentamento ao aliciamento online. Parte-se da hipótese de que a educação comunitária e digital pode ser uma ferramenta eficaz para fortalecer a rede de proteção, reduzir os riscos e promover maior conscientização sobre as novas formas de violência virtual (Tavares, 2025).

METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por adotar uma metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica. Para tanto, foram utilizados, para a pesquisa, artigos científicos do Google acadêmico, livros da biblioteca da Uniarp e revistas eletrônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A definição de tráfico de pessoas, conforme o artigo 3º do Protocolo de Palermo (2000), é a seguinte: A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

A título de exemplo, antes mesmo de ratificar o Protocolo de Palermo (2000), o Brasil já previa em seu Código Penal o crime de tráfico de pessoas, reconhecendo-o como uma conduta típica, antijurídica e culpável, sujeita à pena de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos para aqueles que viessem a incorrer nessa prática delituosa. (BRASIL, 1940)

A Lei nº 13.344/2016 incorporou esses parâmetros ao ordenamento jurídico brasileiro, prevendo medidas de prevenção, repressão e assistência às vítimas (Brasil, 2004).

O Tráfico de pessoas não envolve apenas para exploração sexual, mas também trabalho escravo, remoção de órgãos, adoção ilegal, casamentos forçados, entre outros tantos meios de coerção e exploração da dignidade humana. (Salgado, Maia, 2024)

O avanço das tecnologias trouxe um avanço gigantesco e benefícios inegáveis, mas também reconfigurou os esquemas de organizações criminosas. As redes sociais e os aplicativos de mensagens se tornaram ambientes férteis para a atuação de traficantes, que se aproveitam da facilidade de comunicação e da baixa vigilância para estabelecer contato com potenciais vítimas (Nikkel, 2024).

O aliciamento constitui a fase inicial desse processo, na qual o agente criminoso conquista a confiança da vítima e a conduz, de forma sutil e enganosa, a uma situação de dependência emocional, financeira ou física. Trata-se de um ato de manipulação que, em geral, ocorre sob disfarces afetivos ou promessas de ascensão social e profissional. A vulnerabilidade, nesse contexto, é o principal elemento explorado pelos aliciadores, seja pela falta de oportunidades, pelo isolamento familiar ou pela carência emocional (Nikkel, 2024).

As plataformas digitais favorecem essa manipulação, pois permitem o uso de perfis falsos e mecanismos de anonimato, dificultando o rastreio dos autores. Além disso, os algoritmos das redes contribuem para o isolamento das vítimas, reforçando bolhas de relacionamento e reduzindo o contato com fontes externas de apoio (Nikkel, 2024).

As estratégias contemporâneas de tráfico de pessoas integram sofisticados recursos tecnológicos com métodos de manipulação psicológica. No âmbito digital, destacam-se o emprego de bots automatizados, a criação de múltiplos perfis e o uso de links fraudulentos, cujo objetivo é a coleta de informações pessoais e a condução de mulheres para interações privadas (Claudino, Filho e Pedroso, 2025).

Em plataformas de relacionamento, observa-se um padrão que se inicia com a sedução e o estabelecimento de um vínculo de confiança, progredindo para o oferecimento de viagens, propostas de emprego no exterior ou falsas parcerias artísticas. Os aliciadores exploram necessidades emocionais, criam vínculos de dependência e, em casos mais graves, passam a ameaçar a exposição de fotos íntimas como forma de controle. Esse tipo de violência tem efeito devastador sobre a autoestima e a autonomia da vítima, levando-a ao silêncio por medo da humilhação pública (Claudino; Filho e Pedroso, 2025).

O crime organizado na internet ultrapassa fronteiras e dificulta o trabalho das autoridades. Como o tráfico de pessoas acontece entre vários países e as comunicações virtuais são muito rápidas e instáveis, fica mais difícil identificar e punir quem está por trás dessas ações (Guerrreiro, Petronenzo, Rascazzi, 2025).

O enfrentamento do aliciamento na era digital exige uma abordagem em vários setores e com cooperação de todos, envolvendo tanto o Estado quanto a sociedade civil e as plataformas digitais. É necessário fortalecer as redes de apoio psicológico, garantindo que as vítimas se recuperem mentalmente, socialmente e além de sua liberdade física, também sua autonomia (Almeida, Teresi, 2018).

Diante do presente cenário, o enfrentamento do tráfico de pessoas na era digital, não depende apenas do fortalecimento das políticas criminais e investigativas, mas também a criação de estratégias educativas e preventivas que atinjam as raízes da vulnerabilidade social. Apenas uma atuação conjunta entre tecnologia, educação e direitos humanos pode romper o ciclo de exploração e reafirmar a dignidade humana como valor essencial da sociedade (Almeida, Teresi, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aliciamento de mulheres na era digital representa uma grave ameaça aos direitos humanos e à dignidade da pessoa, evidenciando como o avanço tecnológico pode ser usado para fins criminosos. A facilidade de acesso às redes sociais e a aparente sensação de segurança nesses ambientes tornam muitas pessoas vulneráveis a manipulações sutis e estratégias de controle emocional.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o tráfico de pessoas na era digital representa um desafio complexo e dinâmico, que exige uma resposta integrada e permanente. A atuação repressiva, por si só, é insuficiente se não vier acompanhada de políticas públicas voltadas à educação digital, conscientização social e fortalecimento dos mecanismos de denúncia e proteção.

A prevenção deve priorizar o acesso à informação, especialmente entre grupos vulneráveis, enquanto a assistência às vítimas deve assegurar não apenas a reintegração física e social, mas também a reconstrução emocional e o resgate da dignidade humana. Dessa forma, o combate ao aliciamento e ao tráfico de pessoas demanda cooperação internacional, tecnologia a serviço da justiça e comprometimento ético coletivo na defesa dos direitos humanos.

Somente com ações conjuntas, pautadas no respeito à dignidade humana e no uso ético das tecnologias, será possível reduzir os impactos do aliciamento e garantir que o ambiente digital se torne um espaço mais seguro, especialmente para mulheres e meninas, historicamente as mais afetadas por essa forma de exploração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur Henrique D. L. M; TERESI, Verônica Maria. **Ordenamento jurídico brasileiro do tráfico internacional de pessoas: omissão normativa?** LEOPOLDIANUM, v. 44, n. 122, p. 24, 18 maio 2018. Disponível em: https://doi.org/10.58422/releo2018.e799. Acesso em 9 de out 2025.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto n.º 5.017, de 12 de março de 2004. **Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em 9 de out. 2025.

CLAUDINO, Beatriz Maria Martins; FILHO, Eraldo Prado Pedrosa; PEDROSO, Vanessa Alexsandra de Melo. **Impactos da era digital no tráfico de pessoas: novas perspectivas e desafios emergentes.** Revista Foco, 18(1), e7602. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n1-111 . Acesso em 9 out. 2025.

NIKKEL, Maria, **Tráfico de Pessoas e as mídias sociais**, 2024, Disponível em: https://theexodusroad.com/pt/human-trafficking-and-social-media/, Acesso em 6 de out de 2025.

GUERREIRO, Narryma Rodrigues. Pereonenzo, Luana de Souza. Razcazzi, Julia Paulis. **TRÁFICO DE PESSOAS E TECNOLOGIA: O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NA FACILITAÇÃO DO CRIME.** Revista FT, DOI 10.69849 https://revistaft.com.br/trafico-de-pessoas-e-tecnologia-o-papel-das-midias-sociais-na-facilitacao-do-crime/ Acesso em 29 de out de 2025.

SALGADO, Raquel. MAIA, Catherine. **TRÁFICO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL UM DESAFIO MUNDIAL.** Disponível em https://repositorioiberojur.com/index.php/catalog/catalog/view/23/23/164. Acesso em 29 de out de 2025.

TAVARES, Raynara. **Tráfico de Pessoas na Era digital: Redes Sociais como uma Ferramenta de Aliciamento**. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/2025/07/31/trafico-de-pessoas-na-era-digital-redes-sociais-como-uma-ferramenta-de-aliciamento/ Acesso em: 6 de out de 2025.

NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS E A APLICABILIDADE DA ODS 16: PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PAZ SOCIAL EM FRAIBURGO E MONTE CARLO

Categoria: Projeto Integrador

Franciel Palhano Alves[1]
Guilherme Romualdo Garbin[2]
Jonathan Felipe Teixeira[3]
Ana Lilian Willwock Azevedo[4]
Nathalia Cristina Pontes[5]

Resumo – A presente pesquisa visa analisar a aplicabilidade do Núcleo de Práticas Jurídicas da Uniarp Campus Fraiburgo, sob a luz do objetivo de desenvolvimento sustentável n.16, que nos traz a ideia da promoção da acessibilidade e do acesso à justiça a todos.

Palavras-chave: ODS 16. Acesso à justiça. Estágio Acadêmico. Direito.

INTRODUÇÃO

Em toda relação humana desde os primórdios da sociedade, os conflitos sempre fizeram parte das relações humanas, sendo inerentes à própria existência. Com o tempo, passaram a ser vistos não apenas como fontes de ruptura, mas também como oportunidades de crescimento pessoal e transformação, desde que compreendidos racionalmente e geridos com base em teorias adequadas. Nesse processo, acadêmicos podem atuar como mediadores imparciais, contribuindo para soluções mais construtivas e menos traumáticas. (LIMA e DA SILVA 2022)

Neste trabalho tratar-se-á em específico sobre à ODS 16, que tem como foco promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. O acesso à justiça é um direito fundamental e um pilar da democracia, pois permite que os cidadãos reivindiquem seus direitos, solucionem conflitos e participem plenamente da vida social. Esse objetivo busca combater a corrupção, fortalecer o Estado de Direito, ampliar o acesso à informação e assegurar que todos, especialmente os grupos vulneráveis, tenham seus direitos protegidos por sistemas jurídicos acessíveis e justos (Nações Unidas Brasil, 2025).

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando os métodos qualitativo e quantitativo, com o objetivo de analisar o papel do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) na promoção do acesso à justiça.

A vertente quantitativa será desenvolvida por meio da coleta e análise de dados estatísticos referentes aos atendimentos realizados pelo NPJ, como número de casos atendidos, áreas jurídicas mais demandadas, perfil socioeconômico dos assistidos e tempo médio de resolução dos conflitos, no período de [inserir período].

Já a abordagem qualitativa será conduzida com base em revisão bibliográfica e fundamentação teórica, permitindo a construção de uma análise crítica e reflexiva sobre o impacto social do NPJ na comunidade atendida, à luz de autores e conceitos relevantes da área jurídica e das ciências sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como parte da Agenda 2030, um plano global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade para todos. São 17 objetivos interligados que abordam questões sociais, econômicas e ambientais, como educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho decente, ação contra as mudanças climáticas, entre outros. Cada país é incentivado a adaptar e implementar os ODS conforme suas realidades e prioridades, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma integrada e inclusiva (Nações Unidas Brasil, 2025).

Neste contexto, o Núcleo de Prática Jurídica é o espaço acadêmico vinculado aos cursos de Direito que têm como finalidade proporcionar aos estudantes a vivência prática da profissão, ao mesmo tempo em que oferecem serviços jurídicos gratuitos à população de baixa renda (FREITAS, 2023).

O referido órgão, desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à justiça, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Por meio da atuação de estudantes de Direito, supervisionados por professores e profissionais qualificados, o NPJ oferece orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos e acompanhamento de processos judiciais, contribuindo diretamente para a resolução de demandas que, muitas vezes, não seriam atendidas pelos meios convencionais. Além de representar uma oportunidade valiosa de aprendizado prático para os acadêmicos, o núcleo fortalece o compromisso social das instituições de ensino superior com a cidadania e os direitos humanos (NUNES e KUSEK, 2025).

Nesse contexto, o Núcleo de Prática Jurídica também se revela como um espaço de efetivação dos direitos humanos, ao garantir que indivíduos em situação de vulnerabilidade tenham suas demandas ouvidas e tratadas com respeito e atenção. A atuação dos estudantes e profissionais do Direito, ao lidar com casos reais, promove não apenas o acesso à justiça, mas também a valorização da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do ordenamento

jurídico brasileiro e eixo central da filosofia moral de Immanuel Kant. Para Kant, cada ser humano deve ser tratado como um fim em si mesmo, jamais como um meio para alcançar outros objetivos. Essa perspectiva reforça a importância de enxergar o assistido não apenas como parte de um processo jurídico, mas como sujeito de direitos, cuja condição de vulnerabilidade exige uma resposta ética, empática e transformadora por parte das instituições jurídicas e educacionais (QUEIROZ,2025).

Tabela 1 - Atendimentos realizados pelo NPJ da Uniarp Campus Fraiburgo

Aspecto Analisado	2019	2021	2022
Atendimentos no balcão	622	843	1960
Orientações Sociais	88	Não listado	77
Atendimentos Sociais	159	72	65
Audiências	11	5	19
Atendimentos pelos alunos	76	30	71
Ações protocoladas	38	7	38
Ações solucionadas e arquivadas	10	15	20
Arquivamentos sem ajuizamento	13	5	13
Ações em andamento (ajuizadas)	28	23	40
Ações em construção pelos acadêmicos	25	0	1

Fonte: Núcleo de Práticas Jurídicas da Uniarp Campus Fraiburgo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que o Núcleo de Práticas Jurídicas da UNIARP desempenha um papel fundamental na efetivação do acesso à justiça, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. A abordagem metodológica mista permitiu compreender tanto os aspectos quantitativos dos atendimentos quanto às percepções qualitativas dos envolvidos, revelando que o NPJ não apenas contribui para a formação prática dos acadêmicos de Direito, mas também atua como instrumento de cidadania e inclusão jurídica. Os dados coletados demonstram a relevância da atuação do NPJ na comunidade local, reforçando a importância de políticas públicas que fortaleçam iniciativas semelhantes. Assim, conclui-se que o NPJ da UNIARP é um exemplo concreto de como a universidade pode impactar positivamente a sociedade, promovendo justiça social e formação cidadã.

Além de evidenciar a relevância prática do Núcleo de Práticas Jurídicas, os resultados da pesquisa também apontam para a necessidade de fortalecimento institucional desses espaços dentro das universidades. A atuação do NPJ da UNIARP demonstra que, quando há estrutura adequada, apoio pedagógico e compromisso social, é possível transformar o ambiente acadêmico em um agente ativo de transformação social. Essa constatação reforça o papel das

instituições de ensino superior como promotoras de direitos e como pontes entre o saber jurídico e as demandas reais da população.

Por fim, destaca-se que o modelo de atuação do NPJ pode servir como referência para outras universidades que buscam integrar ensino, pesquisa e extensão de forma efetiva. A articulação entre formação acadêmica e responsabilidade social, evidenciada nesta pesquisa, contribui para a construção de uma cultura jurídica mais acessível, empática e comprometida com a justiça. Assim, espera-se que os achados deste estudo inspirem novas práticas, políticas públicas e investigações acadêmicas voltadas à ampliação do acesso à justiça e ao fortalecimento da cidadania.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Em tempo, agradecemos a Uniarp Campus Fraiburgo, bem como a professora coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas deste campus pelo fornecimento dos dados utilizados para embasar a presente pesquisa, assim colaborando de forma exímia à exposição da grandeza dos trabalhos efetuados por campus para com a comunidade de Fraiburgo e Monte Carlo.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Breno Delfino Amaral; PASQUALETTO, Antonio. **Os núcleos de prática jurídica das universidades brasileiras como instrumentos de desenvolvimento social**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v.15, n.10, p. 10459-10475, 2023. Disponível em: https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/1261/1576/4351>. Acesso em 24 out. 2025.

QUEIROZ, Victor Santos. **A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant**. *Jus Navigandi*, 31 jul. 2005. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/7069/a-dignidade-da-pessoa-humana-no-pensamento-de-kant. Acesso em 27 out. 2025.

LIMA, Thiago Tristão; DA SILVA, Marcela Pereira. **Acesso efetivo à justiça:** poder judiciário e ODS 16 da ONU Effective access to justice: judiciary and UN ODS 16. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 2, p. 10850-10865, 2022. - disponível em: https://scholar.archive.org/work/3acvzxkdbnh2rincgb4ivuswrm/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/43965/pdf. Acesso em 27 de out. de 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 24 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16**: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em 24 out. 2025.

NUNES, Fernando Cezar; KUSEK, Natieli. **A importância do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) na sociedade e para os operadores do direito**. *Granic: Gran Jornada Iniciação Científica Jurídica*, v. 1, n. 1, 2025. Acesso em 27 de out. 2025.

O PAPEL DO FORNECEDOR NA REDUÇÃO DE RESÍDUOS E EMBALAGENS NO CONSUMO DOMÉSTICO

Categoria: Projeto Integrador

Igor Fernando Seisl[1]
Janaína Galvão[2]
Jaqueline Varela[3]
Rafaela Pereira[4]
Nathalia Cristina Pontes[5]

Resumo – O estudo analisa a atuação dos fornecedores na redução dos resíduos sólidos e embalagens, com base na legislação brasileira. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes como responsabilidade compartilhada e logística reversa, exigindo a cooperação entre os agentes da cadeia produtiva. O Decreto nº 7.404/2010 detalha instrumentos de implementação da política, enquanto o Decreto nº 12.082/2023 institui a Estratégia Nacional de Economia Circular, que propõe a substituição do modelo linear por práticas sustentáveis. Nesse contexto, a pesquisa identificou que, embora haja avanços normativos, a aplicação prática das normas ainda enfrenta obstáculos, como a manutenção de modelos produtivos voltados ao descarte rápido, a fiscalização limitada e o envolvimento restrito dos consumidores. Constatou-se que a efetividade das políticas ambientais depende da articulação entre Estado, setor produtivo e sociedade. A superação dos desafios exige regulamentações complementares, metas claras e mecanismos de controle eficientes. A educação ambiental se apresenta como ferramenta essencial para fortalecer a conscientização coletiva. Como limitação, destaca-se a falta de informações empíricas recentes. Recomenda-se a realização de estudos de caso e análises setoriais para aprofundar a compreensão sobre a implementação das normas ambientais.

Palavras-chave: resíduos sólidos urbanos; fornecedores; responsabilidade compartilhada; logística reversa; economia circular.

INTRODUÇÃO

O consumo doméstico intensifica o descarte de resíduos e exerce forte pressão sobre o meio ambiente, o que produz desafios regulatórios, sociais e econômicos. O cenário brasileiro conta com um marco jurídico relevante, voltado ao consumo sustentável e à gestão adequada dos resíduos sólidos, buscando compatibilizar desenvolvimento e preservação ambiental.

[1]Aluno(a) do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno(a) do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno(a) do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno(a) do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entre os instrumentos legais destacam-se a Lei n. 8.078/1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor (CDC), e a Lei n. 12.305/2010, que organiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ambas reconhecem a necessidade de condutas responsáveis nas relações de consumo e atribuem ao fornecedor obrigações relacionadas ao impacto ambiental de seus produtos, sobretudo quanto ao ciclo de vida e à destinação pós-uso.

A PNRS consolidou o conceito de responsabilidade compartilhada e introduziu a logística reversa como parte integrante da gestão ambiental. A ideia central consiste na cooperação entre fornecedores, consumidores e poder público, com o objetivo de reduzir impactos ambientais e otimizar o ciclo de vida dos produtos. A literatura jurídica recente também enfatiza que a sustentabilidade integra o conteúdo do dever de qualidade, segurança e informação do fornecedor, o que amplia a interpretação do direito do consumidor, aproximando-o da tutela ambiental.

Dessa forma, a pesquisa examina o papel do fornecedor no enfrentamento dos resíduos domésticos e propõe uma análise sobre os instrumentos regulatórios existentes. Busca-se compreender como a legislação estimula práticas de consumo sustentável e quais pontos ainda necessitam de aperfeiçoamento para consolidar diretrizes alinhadas à economia circular e a modelos de produção menos agressivos ao meio ambiente.

METODOLOGIA

O Resumo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de documentos legais, obras doutrinárias e artigos científicos que tratam da responsabilidade do fornecedor, da política ambiental e do consumo sustentável no contexto jurídico brasileiro. A seleção das fontes considerou critérios de relevância, atualidade e coerência temática, priorizando materiais publicados em periódicos especializados, legislações vigentes e produções acadêmicas reconhecidas pela comunidade científica.

A pesquisa utilizou o método dedutivo, partindo de normas gerais e princípios jurídicos para compreender a atuação dos fornecedores na gestão dos resíduos sólidos urbanos. A análise concentrou-se na interpretação sistemática da legislação ambiental, especialmente da PNRS e dos decretos que a regulamentam, com o objetivo de identificar os instrumentos jurídicos que orientam a redução da geração de resíduos no ciclo de vida dos produtos.

A investigação também considerou aspectos relacionados à economia circular, à sustentabilidade e à corresponsabilidade dos agentes da cadeia produtiva. Essa abordagem permitiu construir reflexão crítica sobre os desafios enfrentados na implementação das políticas públicas e sobre as possibilidades de aprimoramento de práticas empresariais voltadas à proteção ambiental e ao uso racional dos recursos naturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece diretrizes fundamentais para orientar a atuação dos fornecedores na redução da geração de resíduos, especialmente no âmbito das relações de consumo. Entre os pilares do diploma legal, destaca-se o princípio da responsabilidade compartilhada, compreendido como o conjunto

articulado de deveres atribuídos a fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e ao próprio poder público, os quais devem atuar de maneira coordenada para minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes do descarte inadequado de resíduos (Brasil, 2010).

Nesse contexto, a legislação impõe que todos os agentes integrantes da cadeia produtiva assumam participação efetiva na gestão dos resíduos gerados. De forma específica, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm a obrigação de implementar sistemas de logística reversa destinados a produtos previamente elencados pela PNRS, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletroeletrônicos e seus componentes. O artigo 33 da lei é claro ao definir os responsáveis e ao estabelecer que o retorno dos produtos e embalagens pelo consumidor constitui condição indispensável para que se viabilize a destinação ambientalmente adequada do material descartado (Brasil, 2010).

Além das obrigações nucleares, o ordenamento vigente incentiva práticas empresariais sustentáveis que possam reduzir a pressão ambiental decorrente do consumo. Entre tais medidas, incluem-se iniciativas como a adoção de embalagens reutilizáveis, a instalação de pontos de entrega voluntária nos centros urbanos e a formalização de parcerias com cooperativas de catadores. Soma-se a isso a previsão de incentivos econômicos, entre os quais se destacam benefícios fiscais e apoio financeiro, os quais visam estimular fornecedores e demais agentes a aderirem a estratégias capazes de promover a sustentabilidade (Castanho; Spers; Farah, 2006).

O Decreto nº 7.404/2010, como norma regulamentadora da PNRS, detalha os instrumentos de implementação da política ambiental, disciplinando mecanismos como acordos setoriais e termos de compromisso celebrados entre o poder público e os fornecedores, com o objetivo de viabilizar e expandir a logística reversa no território nacional. Também impõe aos fornecedores a observância de padrões mínimos de qualidade e a garantia de informações claras e acessíveis ao consumidor. Em consonância, Landim et al. (2016) indicam que tais padrões devem abranger exigências de natureza ambiental, a fim de assegurar o respeito às normas de preservação e segurança, sendo os selos verdes e os sistemas de rotulagem instrumentos importantes para informar o consumidor e valorizar produtos menos nocivos ao meio ambiente.

A partir desse cenário, a transição para uma economia circular passou a ganhar maior relevância no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após a edição do Decreto nº 12.082/2023, que instituiu a Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC). A proposta central da ENEC consiste em substituir o modelo linear de produção (baseado em extrair, produzir, consumir e descartar) por um modelo circular, voltado à utilização eficiente dos recursos naturais e à reinserção dos materiais no ciclo produtivo (Brasil, 2023). Nessa perspectiva, Landim et al. (2016) observam que a sustentabilidade das embalagens de alimentos depende da adoção de práticas voltadas ao ciclo de vida dos produtos, reforçando a importância da redução de impactos ambientais desde a concepção até a etapa de descarte.

A análise conjunta das normas revela que o ordenamento jurídico brasileiro já apresenta bases sólidas e instrumentos normativos suficientes para permitir a atuação efetiva dos fornecedores na redução dos resíduos sólidos urbanos. Entre os mecanismos mais relevantes figuram a obrigatoriedade de implementação da coleta reversa, os incentivos à reciclagem de

embalagens e as medidas de estímulo à inovação tecnológica orientada à sustentabilidade (Brasil, 2010).

Entretanto, apesar das previsões legais e dos avanços técnicos observados em alguns setores, a realidade ainda demonstra entraves significativos. Santos, Agnelli e Manrich (2004) destacam que, no caso das embalagens plásticas, persistem expressivos desafios relacionados à viabilidade econômica dos processos de reciclagem e à falta de conscientização dos diversos agentes envolvidos. Assim, verifica-se um distanciamento perceptível entre o que a legislação determina e o que efetivamente se concretiza no cotidiano empresarial e social. Muitos fornecedores continuam a adotar modelos produtivos baseados no descarte rápido, e os sistemas de logística reversa mostram avanços desiguais entre os setores. Como consequência, os níveis de resíduos domésticos seguem elevados, mesmo mais de uma década após a entrada em vigor da PNRS (Brasil, 2010).

Esse descompasso decorre de múltiplos fatores. No âmbito jurídico-administrativo, persistem dificuldades de fiscalização e fragilidades na aplicação de sanções, o que enfraquece a efetividade da política ambiental. No plano social, o engajamento dos consumidores em práticas de descarte responsável ainda é limitado, reduzindo a pressão por mudanças significativas na conduta dos fornecedores. Desse modo, a responsabilidade compartilhada prevista na legislação permanece, em grande medida, restrita ao plano formal (Castanho; Spers; Farah, 2006).

Para a superação desse cenário, mostra-se indispensável o fortalecimento do papel do Estado, seja por meio de regulamentações complementares que estabeleçam metas objetivas e mensuráveis, seja mediante mecanismos de controle capazes de assegurar o cumprimento efetivo das obrigações legais. Aos fornecedores, impõe-se a necessidade de internalizar os princípios da economia circular, investindo em processos produtivos ambientalmente responsáveis, incentivando o retorno de produtos pós-consumo e adotando soluções como embalagens reutilizáveis (Brasil, 2010).

Por fim, destaca-se que a educação ambiental permanece como ferramenta essencial para ampliar o nível de conscientização coletiva e impulsionar políticas públicas e privadas coerentes com os objetivos de sustentabilidade (Landim et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos relevantes para orientar a atuação dos fornecedores na gestão dos resíduos sólidos urbanos, especialmente por meio da PNRS e dos decretos que a regulamentam. Tais normas estruturam princípios como responsabilidade compartilhada, logística reversa e incentivo à adoção de práticas sustentáveis, apontando caminhos para um modelo produtivo mais coerente com a proteção do meio ambiente.

Entretanto, a aplicação prática das normas ainda enfrenta obstáculos expressivos. A permanência de modelos econômicos baseados no descarte rápido, a insuficiência de mecanismos fiscalizatórios e o limitado engajamento dos consumidores comprometem a efetividade das políticas ambientais. Verifica-se, assim, um quadro em que as diretrizes legais

avançaram, mas sua concretização segue aquém do necessário, demonstrando a existência de um descompasso entre o plano normativo e a realidade operacional.

A consolidação da responsabilidade compartilhada demanda esforços contínuos e coordenados entre Estado, iniciativa privada e sociedade. A atuação estatal deve se fortalecer por meio de regulamentações complementares, definição de metas objetivas e mecanismos de controle mais rigorosos. O setor produtivo, por sua vez, precisa assumir postura proativa, incorporando práticas alinhadas à economia circular, promovendo inovação e valorizando soluções ambientalmente responsáveis. Aos consumidores, incumbe papel igualmente relevante, por meio da adesão a hábitos de consumo consciente e da participação ativa nos sistemas de devolução e reciclagem.

A educação ambiental se apresenta como instrumento estratégico para aprimorar a conscientização coletiva, de modo a fomentar mudanças culturais e comportamentais que sustentem a transição para modelos mais sustentáveis. A sensibilização da sociedade é elemento indispensável para que o arcabouço legal se torne efetivo e produza resultados concretos a médio e longo prazo.

Como limitação, destaca-se a ausência de dados empíricos atualizados sobre a atuação dos fornecedores. Para aprofundar a temática, recomendam-se estudos de caso, análises setoriais e pesquisas de campo que permitam avaliar a efetividade das políticas públicas e a adesão dos agentes econômicos às diretrizes ambientais vigentes.

Conclui-se, portanto, que a efetividade da legislação ambiental depende da articulação equilibrada entre os diversos atores envolvidos. A cooperação entre poder público, empresas e consumidores representa caminho essencial para promover a redução dos resíduos sólidos urbanos, fortalecer a sustentabilidade e assegurar melhores condições socioambientais para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.082, de 18 de setembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular – ENEC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.082-de-18-de-setembro-de-2023-511416931. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

CASTANHO, Silvia Cristina Rocha; SPERS, Eurico Eduardo; FARAH, Oswaldo Elias. **Custos e benefícios para o consumidor na ação da reciclagem**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 78–98, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-69712006/administracao.v7n4p78-98. Acesso em: 10 out. 2025.

LANDIM, Ana Paula Moreira; BERNARDO, Carlos Otávio; MARTINS, Isabela Barbosa Alves; FRANCISCO, Maria Rita; SANTOS, Maria Beatriz; MELO, Neila Regina. **Sustentabilidade quanto às embalagens de alimentos no Brasil**. Polímeros, São Paulo, v. 26, spe, p. 82–92, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-1428.1897. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Antonio Sérgio Ferreira; AGNELLI, José Antonio Martins; MANRICH, Sylvio. **Tendências e desafios da reciclagem de embalagens plásticas**. Polímeros, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 307–312, out. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-14282004000500006. Acesso em: 10 out. 2025.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Categoria: Projeto Integrador

Ana Caroline Luchesi[1]
Jaqueline da Silva[2]
Nathalia Cristina Pontes[3]

Resumo – O presente estudo analisou a responsabilidade civil do Estado por omissão em políticas públicas de saúde, destacando que a Constituição Federal de 1988 impõe ao Poder Público o dever de garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Constatou-se que, nessas hipóteses, a responsabilidade estatal é subjetiva, exigindo prova do dever jurídico de agir, da culpa e do nexo causal. A omissão caracteriza-se quando o Estado, podendo e devendo agir, não o faz. Assim, reafirma-se a necessidade de uma administração eficiente, capaz de concretizar os direitos fundamentais e preservar a dignidade humana.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do Estado; Omissão estatal; Políticas públicas de saúde; Culpa administrativa; Direito fundamental à saúde.

INTRODUÇÃO

A saúde constitui-se em um direito fundamental indispensável à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania, conforme assegura a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196. Cabe ao Estado garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, mediante políticas públicas eficazes que promovam, protejam e recuperem a saúde da população.

No campo da responsabilidade civil do Estado, o artigo 37, §6º, da Constituição prevê a teoria do risco administrativo, aplicável aos atos comissivos. Contudo, nas hipóteses de omissão estatal, como a ausência de políticas de prevenção, demora no atendimento médico ou falta de medicamentos, a responsabilidade assume natureza subjetiva, exigindo a comprovação do dever de agir, do nexo causal e da culpa administrativa.

Assim, conforme ensina Bandeira de Mello (2018), a omissão gera responsabilidade quando o Estado, podendo e devendo agir, deixa de fazê-lo, caracterizando falha do serviço público. Tal conduta viola os princípios da legalidade, eficiência e confiança legítima do cidadão, tornando a Administração responsável pelos danos decorrentes de sua inércia injustificada.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIAR

METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por adotar uma metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica. Para tanto, foram utilizados, para a pesquisa, artigos científicos do Google acadêmico, livros da biblioteca da Uniarp e revistas eletrônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A saúde, inequivocamente, configura-se como um direito fundamental. Essa garantia deve ser provida de forma integral, atendendo plenamente às necessidades da população no que concerne à saúde pública. Assim, a saúde demonstra ser essencial para o exercício pleno da cidadania e para a manutenção da dignidade humana. (Brito "et al", 2025)

A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito à saúde como um direito social de natureza fundamental (CF/88, art. 6º). Seu detalhamento normativo reside no artigo 196, que o define como direito de todos e dever do Estado. Tal imperativo constitucional impõe ao Poder Público a obrigação de formular e executar políticas sociais e econômicas que visem garantir o acesso universal e equânime às ações e serviços indispensáveis à promoção, proteção e recuperação da saúde. (COSTA, 2019)

A responsabilidade civil do estado encontra-se normatizada no art. 37, § 6º, da CF88, nos seguintes termos:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

O ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, segundo a qual este deve responder pelos danos que seus agentes, atuando nessa qualidade, causem a terceiros. Bastando a comprovação do dano, o nexo entre a conduta do agente e o prejuízo sofrido eximindo a demonstração de culpa. Sendo assim, a responsabilidade estatal fundamenta-se no risco administrativo, assegurando o direito de regresso contra o agente público nos casos de dolo ou culpa. (Dino, 2009)

A omissão pode ocorrer de forma genérica, quando o Estado deixa de implementar políticas públicas essenciais (como programas de vacinação, saneamento, ou controle epidemiológico), ou de forma específica, quando há falha direta na prestação de um serviço de saúde, como a ausência de atendimento médico, de leitos hospitalares, ou de fornecimento de medicamentos de uso contínuo.

De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello (2018), "a responsabilidade por omissão nasce do descumprimento de um dever jurídico específico de agir, quando o Estado, podendo e devendo impedir o resultado danoso, abstém-se de fazê-lo". Nessa perspectiva, a omissão estatal

não é mera ineficiência política, mas um ilícito jurídico, quando há possibilidade concreta de evitar o dano.

A configuração de responsabilidade exige mais que o dano, depende da demonstração de que a Administração Pública tinha o dever de atuar para evitar o resultado, mas que sua falta de ação para evitar tal resultado gerou culpa ou dano. Comprova-se, portanto, que o serviço público não funcionou, funcionou mal ou funcionou tardiamente, e que essa falha foi a causa direta e necessária do prejuízo suportado pelo particular. (Santos, 2023)

Assim, a responsabilidade estatal por omissão caracteriza-se como subjetiva, exigindo a comprovação do nexo causal entre a conduta omissiva e o dano, além da demonstração da culpa administrativa. Essa culpa manifesta-se sob a forma de negligência, imprudência ou imperícia na prestação do serviço público, evidenciando a ineficiência ou a ausência de atuação quando esta era juridicamente exigível. (Santos, 2023)

> "2. Em se tratando de suposto erro médico por faute du service ou falha do serviço, respaldada pela omissão administrativa, a responsabilidade civil do Estado passa a ser subjetiva, hipótese em que, a par dos demais pressupostos, é necessária a comprovação de negligência, imperícia ou imprudência do agente estatal, ou seja, deve a parte ofendida demonstrar que o dano é consequência direta da culpa no mau funcionamento ou inexistência de um serviço afeto à Administração Pública. Precedentes. 3. O i. Expert Judicial apurou que a morosidade na conduta da equipe médica prejudicou o diagnóstico da condição do feto e a tomada das medidas adequadas para reverter a situação, tendo em vista que o procedimento de cesárea era o mais adequado, concluindo pela imperícia e negligência dos agentes estatais." (grifamos) Acórdão 1248963, 00342086220158070018, Relator: ARQUIBALDO CARNEIRO PORTELA, Sexta Turma Cível, data de julgamento: 13/5/2020, publicado no PJe: 2/6/2020.

Nessa perspectiva, a simples existência de um dever genérico de proteção não basta para imputar responsabilidade ao Estado; é indispensável que exista um dever jurídico específico de agir, vinculado à situação concreta e à capacidade de prevenção do dano. Em outras palavras, só haverá dever de indenizar quando se comprovar que o Poder Público poderia e deveria ter evitado o evento lesivo, mas não o fez por falha de seu serviço. (Lima, 2025)

Desse modo, a responsabilização por omissão não decorre do simples insucesso em impedir um dano, mas da constatação de que o Estado falhou no cumprimento de um dever jurídico de agir, permitindo que o prejuízo se concretizasse. Tal interpretação reforça a ideia de que a atuação administrativa deve pautar-se pela eficiência e pela diligência, sob pena de violar o princípio da legalidade e da confiança legítima do cidadão. (Lima, 2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que a saúde pública, enquanto direito fundamental, exige do Estado uma atuação efetiva, contínua e responsável. A omissão estatal, seja na formulação de políticas públicas ou na prestação direta dos serviços de saúde, representa violação ao dever constitucional de garantir o acesso universal e igualitário, comprometendo a dignidade da pessoa humana e o próprio Estado Democrático de Direito.

A responsabilização do Estado por omissão revela-se, portanto, como instrumento de controle e justiça, impondo ao Poder Público a necessidade de agir com eficiência e diligência. A teoria da falta do serviço reforça a ideia de que a Administração não pode se eximir de sua obrigação de proteger o cidadão, sob pena de tornar ineficaz o direito à saúde e de perpetuar a desigualdade social.

A jurisprudência e a doutrina caminham no sentido de reconhecer que a ausência de ação estatal, quando comprovada a possibilidade concreta de evitar o dano, configura culpa administrativa. Essa interpretação fortalece o princípio da confiança legítima, assegurando que o cidadão possa esperar do Estado um serviço público adequado e tempestivo, especialmente em situações que envolvem o direito à vida e à saúde.

Em síntese, a responsabilidade civil do Estado por omissão em políticas públicas de saúde traduz a obrigação de reparar não apenas o dano material, mas também o dano moral coletivo decorrente da inércia estatal. Reafirma-se, assim, a importância de uma administração pública comprometida com a efetividade dos direitos fundamentais e com a concretização do bem-estar social previsto na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. p. 1169. ISBN 9788553601578. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601578/. Acesso em: 30 out. 2025.

BRITO, A. da M.; ARAÚJO FILHO, F. M. de; SILVA, A. C. B. e; SAMPAIO, D. C.; SANTOS, J. K. de O. **Omissão estatal e direito à saúde: análise da responsabilidade civil do Estado ao omitir o acesso a tratamentos e medicamentos de alto custo.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 9, e20572, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.9-068. Acesso em: 30 out. 2025.

COSTA, Raquel França Ribeiro Braga da. **Saúde pública: responsabilidade civil do Estado no fornecimento de medicamentos.** 2019. Disponível em: https://www.mpam.mp.br/images/CEAF/3-SAUDE-PUBLICA-RESPONSABILIDADE-CIVIL-DO-ESTADO-NO-FORNECIMENTO_d2b23.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

DINO, Flávio. **A responsabilidade civil do Estado por omissão e suas excludentes.** 2009. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/c9e15d91-cda7-4356-a40c-0515fb3b179b/content. Acesso em: 30 out. 2025.

LIMA, Pedro Henrique Morais Carmelo de. **Da teoria da irresponsabilidade à omissão específica: uma análise jurídico-evolutiva da responsabilidade civil do Estado Brasileiro sob a ótica da jurisprudência do TJ-SE.** São Cristóvão, 2025. Monografia (Graduação em Direito) – Departamento de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2025.

SANTOS, Priscilla Cavalcanti Peres dos. Responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e422684, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i2.2684. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/2684. Acesso em: 31 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva é subjetiva? Incide a teoria da culpa do serviço (teoria da falta do serviço ou "faute du service")?** Brasília: TJDFT, 7 set. 2021. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-em-perguntas/direito-administrativo/responsabilidade-do-estado/a-responsabilidade-civil-do-estado-por-conduta-omissiva-e-subjetiva-e-necessaria-a-comprovacao-da-culpa-do-ente-estatal-incide-a-teoria-da-culpa-do-servico-teoria-da-falta-do-servico-201cfaute-du-servisse201d. Acesso em: 31 out. 2025.

RESPONSABILIDADE CIVIL E SUSTENTABILIDADE: PRESERVANDO O PLANETA PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

Categoria: Projeto Integrador

Bruna de Morais Lemos[1]
Bruna da Silva Chaves[2]
Gabriela Pereira de Almeida[3]
Kauê de Oliveira Galvão[4]
Nathalia Cristina Pontes[5]

RESUMO – O presente artigo tem como tema a atuação do Poder Judiciário na repressão e responsabilização dos crimes ambientais, com foco na aplicação da responsabilidade civil ao agente causador do dano. O principal objetivo é analisar como a justiça contribui para a proteção ambiental e a reparação dos prejuízos causados à coletividade. O método utilizado é a pesquisa bibliográfica e as legislações relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade civil. Os resultados indicam que o Poder Judiciário desempenha papel essencial na concretização do princípio da sustentabilidade e na efetivação do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, conforme preza a Constituição Federal. Observa-se, ainda, que a responsabilização civil possui caráter preventivo e reparatório, buscando promover a conscientização social. Conclui-se que a atuação judicial, aliada ao fortalecimento das políticas públicas e da educação ambiental, é fundamental para garantir a proteção do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: direito. sustentabilidade. responsabilidade.

INTRODUÇÃO

O filósofo Immanuel Kant, entende que o fundamento da dignidade está na autonomia da vontade, isto é, na capacidade de autodeterminação moral dos seres racionais. Nessa perspectiva, a preservação do meio ambiente, enquanto direito fundamental e solidário, depende igualmente da consciência e da ação ética de cada indivíduo, o que torna mais complexa a identificação de um único culpado pelos danos ambientais (Guimarães, 2023).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é reservado um capítulo próprio para tratar apenas sobre o direito ao meio ambiente, além das penalizações à quem gerar dados ambientais. Todavia, com o agravo da poluição ao meio ambiente, é necessária uma

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

reestruturação mais eficaz para reparar os danos. Como dispõe o art 23, VI e VII, da Constituição Federal:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> [...]
>
> VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
>
> VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Portanto, faz-se necessária a mobilização coletiva para combater os danos ambientais e do judiciário para aplicar as devidas penalidades quando cabíveis. Garantir o direito ao meio ambiente equilibrado é imprescindível, pois dele depende a efetivação de diversos outros direitos fundamentais. Ademais, é competência da União, Estados e Municípios planejar ações que conscientizem a população a promover pensamento mais ecológicos. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar a importância da atuação judicial na responsabilização dos agentes causadores de crimes ambientais, buscando conscientizar a população e preservar o planeta. (Guimarães, 2023).

METODOLOGIA

A metodologia científica constitui o caminho estruturado para a produção do conhecimento, permitindo a defesa de um ponto de vista por meio de métodos de pesquisa adequados. Dessa forma, utilizamos a pesquisa qualitativa, com base em artigos científicos, na Constituição Federal, Código Civil e Processo Civil, o que tornou possível reunir, analisar e apresentar os conhecimentos que fundamentam o presente artigo acadêmico. Além disso, utilizamos como critérios de análise nossas experiências de estágio e trabalho na área, onde verificamos na prática a necessidade de falar sobre o assunto e penalizar os crimes ambientais (Alexandre, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

SIGNIFICADO DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade , tradicionalmente associada à preservação ambiental e ao desenvolvimento equilibrado, tem se expandido para abarcar dimensões jurídicas, especialmente no campo da responsabilidade civil. A integração entre práticas sustentáveis e modelos de produção representa uma evolução na consciência coletiva sobre o impacto das escolhas humanas no planeta. Essa evolução exige que os agentes sociais assumam responsabilidades não apenas éticas, mas também legais, diante dos danos causados ao meio ambiente (Franco, 2024).

A responsabilidade civil no contexto da sustentabilidade não se limita às empresas privadas. O Estado, ao omitir-se na fiscalização ambiental ou ao flexibilizar normas de licenciamento, pode ser considerado corresponsável pelos danos causados. A atuação omissiva do poder público configura violação ao princípio da prevenção, sendo possível sua responsabilização como poluidor indireto. Já no setor privado, a ausência de medidas

mitigadoras e compensatórias em empreendimentos de alto impacto ambiental pode gerar responsabilidade solidária entre os agentes envolvidos (Silva, 2022).

A responsabilidade civil, orientada pela sustentabilidade, é um instrumento jurídico eficaz para proteger o meio ambiente. Embora haja avanços normativos, ainda existem lacunas na aplicação prática, principalmente quanto à atuação do Estado e à efetividade das medidas reparatórias.

SUSTENTABILIDADE E DIGNIDADE HUMANA

O desenvolvimento sustentável teve sua proeminência em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nessa época os temas sobre meio ambiente e sustentabilidade, já eram pautados em diversos assuntos em âmbito global, onde se buscava resolver ou achar uma maneira de amenizar os danos que eram causados ao meio ambiente em virtude da grande demanda populacional (Oiveira, 2022).

A Dignidade Humana se correlaciona com o tema da sustentabilidade, pois todo ser humano tem o direito de viver em um ambiente que não lhe proporcione risco para sua saúde e sua integridade. Deste modo, o desenvolvimento sustentável trabalha em cima de três pilares sendo eles: economia, social e ambiental. O desenvolvimento sustentável está conectado diretamente com a dignidade da pessoa humana, como um princípio jurídico. Em análise, é possível verificar que já existem normativas dentro do direito, para juntar esses dois fatores e fazer funcionar como princípio jurídico (Maldonado, 2024).

Diante de tais afirmações, podemos verificar que a sustentabilidade econômica e social integra os objetivos da Organização das Nações Unidas para o milênio. Tendo como principal objetivo a erradicação da pobreza, a fome zero, a saúde, o bem estar, o trabalho decente e o crescimento econômico, a inovação, a redução das desigualdades e as parcerias e seus meios de implementação. Segundo o entendimento de Edmundo Oliveira:

> a segurança humana é o ponto fulcral na ligação entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda de 2015 a 2030 da Organização das Nações Unidas, porque a segurança humana junta todas as preocupações que estimulam o diálogo e a cooperação entre os governos, as instituições e a sociedade civil rumo à formulação de políticas integradas para suplantar as dores agudas de pobrezas, doenças, injustiças, riscos, desastres, crises, conflitos, crimes, violências, desigualdades, manipulações, preconceitos, discriminações, exclusões, intolerâncias e violações do meio ambiente, que criam percalços ao desenvolvimento humano, dificultando a elevação da dignidade, da qualidade de vida e do bem-estar (Oliveira, 2022)

O desenvolvimento sustentável ganhou destaque internacional em 1987, consolidando-se como resposta aos impactos ambientais decorrentes do crescimento populacional. Esse conceito está diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana, estabelecendo que todos têm direito a viver em um ambiente saudável e seguro. Além disso, sendo sustentado pelos pilares econômico, social e ambiental, o desenvolvimento sustentável foi incorporado como princípio jurídico, com respaldo normativo. Contudo, na prática esses direitos ainda não são plenamente

efetivados, exigindo maior investimento estatal na capacitação de servidores e na melhoria da gestão pública para garantia de uma vida digna à população.

RESPONSABILIDADE CIVIL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO

A responsabilidade civil ambiental representa um dos principais instrumentos de proteção do meio ambiente, com funções preventiva, reparatória e dissuasória. A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 225, o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e impõe o dever de preservação para presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

A Lei nº 6.938/1981, ao instituir a Política Nacional do Meio Ambiente, fixou a responsabilidade civil objetiva por danos ambientais, bastando o nexo causal para o dever de reparar, independentemente de culpa. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acrescenta que essa responsabilidade é solidária e possui natureza propter rem, alcançando proprietários atuais e anteriores, bem como poluidores diretos e indiretos (STJ, 2013).

No campo processual, o Código de Processo Civil (art. 497) permite a concessão de tutelas inibitórias para prevenir ou cessar ilícitos, o que também pode ser aplicado na área ambiental, enquanto a Lei da Ação Civil Pública autoriza a reparação coletiva, inclusive por danos morais difusos, reconhecidos de forma presumida quando há degradação (BRASIL, 1985; STJ, 2025).

A responsabilidade civil ambiental é um mecanismo jurídico que protege o meio ambiente por meio da prevenção, reparação e punição de danos. No processo civil é possível aplicar medidas preventivas e reparações coletivas. Quem causa o dano deverá arcar com os custos, promovendo justiça ambiental e sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre responsabilidade civil e sustentabilidade como instrumento jurídico para a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o previsto na Constituição Federal. O objetivo foi plenamente atingido ao demonstrar que a responsabilização por danos ambientais, associada à orientação de condutas compatíveis com a sustentabilidade, fortalece a proteção ambiental e contribui para a consolidação de uma cultura jurídica voltada à prevenção e reparação dos impactos negativos ao meio ambiente.

Algumas limitações foram observadas, como a escassez de dados empíricos sobre a aplicação prática das medidas reparatórias e a dificuldade de mensuração dos efeitos concretos da responsabilização civil na mudança dos agentes causadores de danos. A análise concentrou-se em aspectos jurídicos, deixando de aprofundar dimensões econômicas e sociais que também influenciam a efetividade das normas ambientais.

Como perspectiva para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento em abordagens interdisciplinares que envolvam direito, economia e sociologia, bem como a investigação sobre a atuação dos órgãos ambientais, visando ampliar a compreensão sobre os mecanismos de responsabilização ambiental. A continuidade desses estudos é essencial para o aperfeiçoamento dos mecanismos de responsabilização e para o fortalecimento de práticas que assegurem a preservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica. Princípios e Fundamentos (3a ed.)**. São Paulo: Blucher. E-Book, 2021.Disponível em: https://storage.blucher.com.br/book/pdf_preview/9786555062229-amostra.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Diário Oficial da União, Brasília, 02 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 24 ago. 2025.

FRANCO, Annibal Gouvêa. ESG e veganismo: **integração das práticas sustentáveis à cadeia produtiva.** Núcleo do Conhecimento, 10 maio 2024. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/esg-e-veganismo. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, Verônica Maria Bezerra; DA SILVA, Aline Soares. Responsabilidade civil ambiental:: aplicação do direito da sustentabilidade na atuação dos profissionais jurídicos em Dourados/MS. **Revista do Direito Público**, v. 18, n. 1, p. 63-86, 2023.Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/39124. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

RBPJ- Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica, Avaré, v.2, n.1, jan./abr.2021.Disponível em:

https://www.academia.edu/45097738/As_Organiza%C3%A7%C3%B5es_da_Sociedade_Civil_no_Brasil_poss%C3%Adveis_caminhos_de_sustentabilidade_econ%C3%B4mica. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

SILVA, Wesley Vinícius da. **A relação entre os resíduos sólidos das construções civis e a sustentabilidade**. *Núcleo do Conhecimento*, 25 nov. 2022. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tag/sustentabilidade. Acesso em: 25 ago.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

INOVAÇÕES CIENTÍFICAS EM TESTES DE PRODUTOS ESTÉTICOS: O PAPEL DOS MODELOS ANIMAIS

Categoria: Leitura interdisciplinar

Ana Rita da Rocha[1]
Helen Ferreira de Lima[2]
Julia Eduarda Zanetti Beims[3]
Sally Douglas Narloch[4]
Rosangela Tortato Narloch[5]

Resumo – Este trabalho discute a questão do uso de animais em testes de cosméticos, um assunto de significativa importância ética, científica e legal. Historicamente, a experimentação animal tem sido o método padrão para avaliar a segurança de produtos, resultando em sofrimento e morte de milhões de animais (PEREIRA, 2012). O avanço tecnológico e o aumento da conscientização social têm impulsionado a procura por métodos alternativos (NASCIMENTO et al., 2017). Este estudo tem como objetivo examinar o contexto histórico e as razões para a experimentação em animais, apresentar os métodos alternativos disponíveis e debater as questões éticas e legais associadas a essa prática, incluindo a recente lei brasileira que proíbe esses testes (BRASIL, 2023). O estudo fundamenta-se em uma revisão da literatura de artigos científicos e documentos jurídicos. Os resultados indicam que, apesar de a experimentação animal ter sido o método convencional, opções como testes in vitro, modelos computacionais e uso de peles artificiais são igualmente ou mais eficientes (FERNANDES; FONSECA, 2020). A aprovação de leis que proíbem essa prática demonstra uma mudança de paradigma, colocando o Brasil em sintonia com a tendência mundial de proteção animal (BRANCO, 2022; RODRÍGUEZ et al., 2020).

Palavras-chave:Testes em animais; Métodos alternativos; Ética animal; Cosméticos; Legislação.

INTRODUÇÃO

A experimentação animal, também conhecida como vivissecção, permanece sendo um assunto altamente controverso, particularmente quando utilizada na indústria de cosméticos. Tradicionalmente, o uso de animais em testes era justificado para assegurar a segurança dos produtos antes de serem empregados em humanos (PEREIRA, 2012). Contudo, essa prática vem sendo cada vez mais contestada por motivos éticos, pois causa sofrimento a animais sencientes,

[1]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

que têm a capacidade de sentir dor e medo (BRANCO, 2022). Ademais, vários estudos apontam que os resultados alcançados com animais nem sempre correspondem de forma precisa às reações humanas, questionando a eficácia e a necessidade desses testes (RODRÍGUEZ et al., 2020).

O debate sobre o assunto é particularmente significativo, pois abrange três aspectos fundamentais: o científico, o ético e o jurídico. Nos últimos anos, o progresso tecnológico e a pressão social têm impulsionado a criação de métodos alternativos mais seguros, rápidos e éticos. Como resposta a essa mudança, o Brasil sancionou em 2023 uma lei que proíbe a utilização de animais em testes para produtos cosméticos (BRASIL, 2023). Essa medida segue o exemplo de outros países e atende à demanda crescente por práticas mais sustentáveis e responsáveis.

Neste cenário, o objetivo deste estudo é examinar o progresso dos métodos alternativos à experimentação animal, além das consequências da nova legislação brasileira. O objetivo é entender como essas mudanças afetam a indústria de cosméticos, ao mesmo tempo que garantem mais proteção aos animais e fomentam práticas éticas na ciência e na indústria.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de resumir o conhecimento atual a respeito do uso de animais em testes de cosméticos e seus métodos alternativos. A pesquisa foi conduzida por meio da consulta a artigos acadêmicos (FERNANDES; FONSECA, 2020; MARINHO et al., 2022), documentos oficiais (BRASIL, 2023) e textos jurídicos (BRANCO, 2022), com ênfase em publicações que discutem a ética na pesquisa, o desenvolvimento de testes substitutivos e a legislação relevante. Os critérios de busca abrangem expressões como "testes em animais", "métodos alternativos", "legislação de cosméticos no Brasil" e "vivissecção". A seleção dos documentos levou em consideração sua importância e contribuição para o debate sobre as opções disponíveis e o cenário regulatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate acerca da experimentação animal, especialmente no setor de cosméticos, tem ganhado destaque devido aos avanços tecnológicos e ao aumento da consciência ética em relação ao bem-estar dos animais. De acordo com Rodrigues et al. (2020), o uso de animais em experimentos apresenta restrições consideráveis, especialmente ao se pensar na aplicação dos resultados em humanos. A vivissecção tem sido criticada tanto por questões éticas quanto pela baixa reprodutibilidade dos resultados obtidos (Pereira, 2012).

No âmbito jurídico, o Brasil fez progressos importantes ao aprovar, em 2023, uma lei que proíbe a utilização de animais em testes para cosméticos, bem como a venda de produtos testados em animais (Brasil, 2023). Além de incentivar a inovação tecnológica na indústria cosmética e estimular a adoção de métodos alternativos (Branco, 2022), essa lei segue as tendências globais e constitui um marco significativo na proteção animal. Como demonstrado em vários estudos, essa alteração na legislação não apenas representa um avanço ético, mas também uma adaptação necessária em resposta às evidências científicas que destacam as limitações dos testes convencionais (Rodrigues et al., 2020; Silva et al., 2021)

Além disso, o uso de métodos alternativos está em conformidade com as políticas globais de redução do sofrimento animal e desenvolvimento sustentável, sendo apoiado por entidades internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Silva et al., 2021). A aceitação e aplicação desses métodos geram vantagens econômicas e sociais, ao passo que cumprem as exigências éticas da sociedade atual (Marinho et al., 2022).

Além disso, há um aumento do reconhecimento na sociedade e na comunidade científica sobre a importância de métodos alternativos, que substituem, reduzem ou refinam o uso de animais. Por exemplo, os testes in vitro utilizam culturas celulares e tecidos humanos, oferecendo resultados mais precisos e éticos (Fernandes; Fonseca, 2020). De forma similar, os modelos computacionais (in silico) se destacam por simular interações químicas e biológicas, o que elimina a necessidade do uso de animais e acelera a avaliação toxicológica (Nascimento et al., 2017). Tecnologias que utilizam pele humana artificial também estão sendo desenvolvidas, proporcionando respostas biológicas mais semelhantes às humanas, o que aumenta a confiabilidade dos testes (Marinho et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de animais em testes de cosméticos é uma prática em declínio, impulsionada por avanços científicos e mudanças na legislação e na percepção pública (RODRÍGUEZ et al., 2020). A pesquisa demonstrou a eficácia de diversos métodos alternativos, que não só evitam o sofrimento animal, mas também oferecem resultados mais relevantes para a saúde humana (FERNANDES; FONSECA, 2020). A sanção da lei no Brasil representa um marco importante, consolidando o compromisso do país com a ética e a inovação (BRASIL, 2023).

A utilização de animais em testes de cosméticos está promovendo, devido a avanços científicos, alterações na legislação e mudanças na percepção pública (RODRÍGUEZ et al., 2020). O estudo mostrou a eficácia de vários métodos alternativos que não apenas previnem o sofrimento animal, mas também fornecem resultados mais significativos para a saúde humana (FERNANDES; FONSECA, 2020). A promulgação da lei no Brasil constitui um marco significativo, reafirmando o compromisso da nação com a ética e a inovação (BRASIL, 2023).

As restrições da pesquisa abrangem a dependência de fontes secundárias, o que impossibilita uma avaliação empírica direta dos métodos. Para pesquisas futuras, recomenda-se examinar os efeitos econômicos e sociais da nova lei no mercado brasileiro de cosméticos, bem como avaliar a adesão das empresas aos métodos alternativos (MARINHO et al., 2022).

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a UNIARP Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe pela oportunidade de realizarmos essa pesquisa, e ao programa Universidade Gratuita do Governo de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRANCO, Marília de Fátima. O direito do animal à vida e à integridade. In: Revista Jurídica Luso-Brasileira., ano 8, n. 2, p. 815-854, 2022.

BRASIL. Lei que proíbe uso de animais em testes cosméticos é sancionada pelo presidente Lula. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023.

FERNANDES, Cláudia Diniz de Oliveira; FONSECA, Ana Caroline de Rezende. Métodos alternativos aos testes de cosméticos em animais. Revista Eletrônica Ciência e Tecnologia, v. 3, n. 1, p. 77-88, jan./jul. 2020.

MARINHO, Patrícia P. L.; OLIVEIRA, Maria de F. E.; SILVA, Patrícia B. da; ANDRADE, Natália M.; MEIRA, Maria da G. L. Nível de Conhecimento Sobre o Uso de Animais em Testes por Estudantes da Área da Saúde. ResearchGate., 2022.

NASCIMENTO, C.; JUNIOR, H.; DE SOUZA, V.; SANTOS, S. A. Métodos alternativos de testes em animais. Universidade de Uberaba, 2017.

PEREIRA, João Pedro. Experimentação animal: a perspectiva da biomedicina e os direitos dos animais. Posemrevista, n. 5, v. 31, 2012.

RODRÍGUEZ, Jorge L. A. et al. Ethical and legal challenges in animal experimentation. Dialnet, v. 18, n. 1, p. 111-130, 2020

INTERVENÇÕES ESTÉTICAS NÃO INVASIVAS PARA MANEJO DA ALOPECIA EM PACIENTES ONCOLÓGICOS E SEU IMPACTO NO BEM-ESTAR EMOCIONAL

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Franciele da Silva[1]
Camille Teixeira Ribeiro[2]
Sally Douglas Narloch[3]
Rosângela Tortato Narloch[4]

Resumo – O tratamento oncológico, especialmente a quimioterapia e a radioterapia, pode causar alopecia uma das manifestações mais frequentes e emocionalmente impactantes para o paciente. A perda de cabelo, consequência da ação dos quimioterápicos sobre as células do folículo piloso, afeta cerca de 65% dos pacientes e compromete a autoestima e o bem-estar emocional. A alteração na aparência física pode gerar sentimento de insegurança e tristeza, tornando essencial a adoção de estratégias que preservem a autoimagem. Nesse contexto, a estética oncológica utiliza recursos como a crioterapia capilar, que promove o resfriamento do couro cabeludo durante o tratamento, reduzindo a queda capilar por meio da vasoconstrição e da diminuição do metabolismo folicular. Estudos apontam que a técnica pode preservar mais de 70% dos fios, contribuindo não apenas para a aparência, mas também para o equilíbrio emocional e a adesão ao tratamento. Assim, a crioterapia se destaca como uma prática humanizada e eficaz, que reforça a importância do cuidado integral e da valorização da autoestima na oncologia.

Palavras-chave: Alopecia, autoestima, quimioterapia, crioterapia, paciente oncológico

INTRODUÇÃO

O câncer é uma das doenças que mais afetam a população mundial, sendo responsável por mudanças significativas na vida dos pacientes, tanto físicas quanto emocionais. O tratamento oncológico, embora essencial para a recuperação, provoca diversos efeitos colaterais que comprometem a autoestima e a qualidade de vida, entre eles a alopecia, que consiste na perda parcial ou total dos cabelos.

A queda capilar, comum durante a quimioterapia e radioterapia, é considerada um dos efeitos mais temidos pelos pacientes, principalmente pelas mulheres, pois impacta diretamente a autoimagem e o bem-estar emocional. Diante disso, surge a necessidade de abordagens que

[1] Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

unam ciência e cuidado humanizado, visando não apenas a cura da doença, mas também a preservação da identidade e da dignidade do paciente.

Nesse contexto, a estética oncológica tem se destacado como uma aliada importante no enfrentamento dos efeitos adversos do tratamento. Entre as técnicas utilizadas, a crioterapia capilar vem ganhando relevância por sua eficácia na redução da alopecia induzida pela quimioterapia. O resfriamento do couro cabeludo durante a administração dos quimioterápicos auxilia na diminuição da queda de cabelo, promovendo benefícios físicos e emocionais que contribuem para o fortalecimento da autoestima e para uma melhor adesão ao tratamento.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da crioterapia como recurso estético e terapêutico no cuidado com pacientes oncológicos, destacando sua eficácia na prevenção da alopecia e sua contribuição para a manutenção da autoestima durante o tratamento do câncer.

METODOLOGIA

Este trabalho foi feito por meio de uma revisão bibliográfica, buscando informações sobre a alopecia causada pela quimioterapia e o uso da crioterapia para diminuir a queda de cabelo em mulheres com câncer. As pesquisas foram feitas em sites e bases como SciELO e Google Acadêmico, usando artigos publicados entre 2018 e 2025. Os artigos foram lidos e analisados para entender os benefícios da crioterapia e seus efeitos na autoestima das pacientes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pacientes diagnosticados com câncer podem vivenciar uma queda significativa na autoestima em função dos efeitos adversos do tratamento, como alopecia, linfedemas náuseas e disfunções sexuais. A baixa autoestima, por sua vez, aumenta o risco de desenvolver problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, o que reforça a necessidade de atenção à estética e à qualidade de vida desde o início da terapia oncológica.

A alopecia é uma das manifestações mais frequentes do tratamento da quimioterapia e da radioterapia. A quimioterapia que é a aplicação de medicamentos para a eliminação de células cancerígenas, não somente atinge essas células, mas também, as células normais. De acordo com Souza et al. (2020) os quimioterápicos chegam ao couro cabeludo e podem ser citotóxicos para as células pilosas produtoras de cabelo levando ao enfraquecimento e a queda deles. Já a radioterapia consiste na utilização de radiações ionizantes com o objetivo de eliminar as células tumorais ou impedir sua multiplicação.

Induzida por tratamento de quimioterapia que pode causar alopecia em todo o corpo este é um sintoma transitório de queda de cabelo. Gonçalves et al. (2024) afirma que a queda de cabelo afeta cerca de 65% dos pacientes que fazem o tratamento e 80% dos indivíduos com câncer revelam a CIA (alopecia induzida por quimioterapia), como um dos mais importantes efeitos colaterais do uso de quimioterápicos. Além dos efeitos físicos, o tratamento do câncer pode comprometer a autoestima do paciente, afetando sua percepção da própria imagem e bem-estar emocional.

Conforme observa Pereira et al. (2024), a alteração na aparência física durante o tratamento oncológico pode levar a sentimento de insegurança e diminuição da autoestima. O diagnóstico de câncer, aliado ao processo de tratamento, pode impactar profundamente a autoestima dos pacientes, afetando diretamente seu bem-estar emocional e psicológico.

Diante dos efeitos adversos que afetam a aparência e a autopercepção, torna-se fundamental implementar estratégias que auxiliem os pacientes a manterem a autoestima durante o tratamento. A estética voltada para pacientes oncológicos inclui técnicas como a crioterapia capilar, que visa reduzir a alopecia induzida pela quimioterapia, ajudando a preservar a autoestima e o bem-estar emocional durante o tratamento.

A crioterapia vem a ser uma das estratégias mais promissoras e humanizadas para pacientes que estão em tratamento com o câncer que ajudam minimizar a alopecia. Segundo Monteiro e colaboradores (2021 apud Komen 2018) no período de pico de concentração dos agentes quimioterápicos, a crioterapia produz vasoconstrição e diminuição do metabolismo nos folículos pilosos, reduzindo sua vulnerabilidade aos danos citotóxicos.

Monteiro et, al. (2021) afirma que o resfriamento do couro cabeludo pode ser usado durante o tratamento quimioterápico de todos os tumores sólidos, com potencial tóxico, do ponto de vista dermatológico e vem sendo cada vez mais utilizado no Brasil e no mundo.

A crioterapia contribui não apenas para a aparência física, mas também para o equilíbrio emocional e para a adesão terapêutica, tornando-se um recurso que promove dignidade e qualidade de vida ao paciente. Apesar de sua eficácia reconhecida, a crioterapia não está isenta de limitações. Como aponta Rocha et al. (2025) o uso da crioterapia mostrou-se eficaz, com preservação capilar superior a 70%, embora efeitos adversos como cefaleia, frio intenso e lesões leves exijam orientação e acompanhamento adequado. Portanto pode-se concluir que a crioterapia representa uma intervenção de grande valor na oncologia moderna, unindo evidências científicas a uma prática humanizada centrada no cuidado integral do paciente. Seu uso deve ser incentivado nas instituições de saúde, respeitando protocolos apropriados, avaliações individualizadas e, sobretudo, a autonomia do paciente na decisão sobre seu tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a alopecia induzida pela quimioterapia representa um dos efeitos colaterais mais impactantes do tratamento oncológico, afetando diretamente a autoestima e o bem-estar emocional dos pacientes. A perda dos cabelos, além de alterar a aparência física, pode provocar sentimento de insegurança, tristeza e vulnerabilidade, tornando essencial a atenção à saúde estética como parte do cuidado integral.

Nesse contexto, a crioterapia capilar surge como uma estratégia eficaz e humanizada, capaz de minimizar a queda capilar e preservar a autoimagem dos pacientes. Estudos demonstram que seu uso contribui significativamente para o fortalecimento da autoestima e da qualidade de vida durante o tratamento do câncer. Assim, a aplicação da crioterapia não deve ser vista apenas como um procedimento estético, mas como uma prática terapêutica de

acolhimento e promoção da dignidade, reforçando a importância de um olhar mais sensível e integral sobre o paciente oncológico.

Em relação ao impacto emocional e estético causado pela alopecia induzida pela quimioterapia, a crioterapia capilar consolida-se como uma estratégia essencial de cuidado integral e humanizado. Ao contribuir para a preservação dos fios, essa técnica não apenas reduz a queda capilar, mas também fortalece o bem-estar emocional, minimizando sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e tristeza que frequentemente acompanham o tratamento oncológico.

O uso da crioterapia ajuda na recuperação da autoestima, permitindo que a mulher mantenha parte de sua identidade e percepção positiva de si, o que reflete diretamente em sua qualidade de vida e adesão ao tratamento. crioterapia promove uma abordagem mais sensível e integral, reconhecendo a importância do cuidado psicológico e emocional como parte fundamental da recuperação e do enfrentamento do câncer.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a UNIARP, por proporcionar a realização do trabalho aqui apresentado, por todo o apoio durante o processo e pela oportunidade da participação da bolsa de 100% da Universidade Gratuita.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, A. B. M. et al. Análise da taxa de eficácia e tolerância da touca de crioterapia contra alopecia durante o tratamento quimioterápico no câncer de mama. Revista Caderno Pedagógico, v. 21, n. 9, p. 1–26, 2024.

MONTEIRO, Débora Esteves; SANTANA, N. C. S. A crioterapia capilar como estratégia na redução da alopecia induzida pela quimioterapia oncológica: revisão sistemática. Research, Society and Development, v. 10, n. 8, p. e53910817654, 2021.

PEREIRA, M. Graça; SILVA, R. M.; CLÁUDIO-DA-SILVA, C. S.; MANSO, J. E. F. High level of satisfaction with care related to mastectomy and breast reconstruction as measured by the BREAST-Q in a Brazilian Tertiary Cancer Center. Cuadernos de Educación, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2024.

ROCHA, K. R. et al. Manejos não farmacológicos nos efeitos colaterais do tratamento oncológico do câncer de mama: uma revisão da literatura. Revista UniLS Acadêmica, v. 3, n. 1, 2025.

SILVA, W. A. et al. Crioterapia para redução da alopecia induzida por quimioterapia: uso em mulheres com câncer de mama. Research, Society and Development, v. 11, n. 2022.

SOUZA, Antônia Cleia Silva; VIANA, Lorena de Oliveira. Resfriamento do couro cabeludo como método de prevenção da alopecia induzida por quimioterápico. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 3, p. 2020.

ÁCIDOS E BIOTECNOLOGIA: CIÊNCIA A FAVOR DA ESTÉTICA E DA SAÚDE DA PELE

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Eliannys Angelin Carreño Bonalde[1]
Emily Eduarda Gomes Machado[2]
Nathaly Raissa Casarin de Moraes[3]
Rosangela Tortato Narloch[4]
Sally Douglas Narloch[5]

Resumo – O cuidado com a pele envolve não apenas a busca por estética, mas também a manutenção da saúde cutânea. Nesse contexto, os ácidos e a biotecnologia têm se juntado como pilares fundamentais da cosmetologia atual. Os ácidos, por meio da esfoliação química e estímulo da renovação celular, auxiliam na melhora de manchas, rugas finas, cicatrizes de acne e textura irregular. Já a biotecnologia permite a criação de ativos com a presença de mecanismos biológicos, proporcionando maior eficácia, segurança e adaptação às necessidades de cada pessoa. A junção dessas duas ferramentas científicas oferece protocolos estéticos mais completos, personalizados, com resultados duradouros e eficazes. Este trabalho vai falar sobre a importância dessa integração, métodos de aplicação, funções específicas, benefícios obtidos e o futuro dos tratamentos estéticos.

Palavras-chave: Ácidos – Biotecnologia – Estética – Saúde da pele – Renovação celular – Tratamentos estéticos – Ciência e inovação.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento cutâneo, as alterações de textura e cor, a oleosidade excessiva e as cicatrizes de acne são queixas frequentes entre pessoas que buscam atendimento estético. Para resolver isso, a ciência tem fornecido e gerado recursos avançados, entre eles se destacam os ácidos e a biotecnologia.

Os ácidos, como o glicólico, mandélico, salicílico, lático, retinóico e hialurônico, são conhecidos por sua ação direta na renovação celular. Cada um possui sua função, como por exemplo: promovem descamação controlada, estimulam a síntese de colágeno e elastina e melhoram a permeabilidade cutânea, favorecendo a absorção de outros ativos, repor a água da pele e melhorar hidratação. Além disso, contribuem para a uniformização da cor e o equilíbrio da oleosidade.

[1] Aluna do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A biotecnologia, representa um avanço no desenvolvimento de cosméticos e dermocosméticos. Com ajuda dos processos biológicos, como a fermentação e a engenharia genética, a biotecnologia consegue criar substâncias muito parecidas com as do nosso corpo ou até mais eficazes que as encobtradas na natureza, garantido uma ação direcionada, segura e tecnológica. Isso garante produtos capazes de hidratar profundamente, reparar danos celulares e proteger contra agressões externas. Assim, a relação entre ácidos e biotecnologia reforça a ideia de que a estética vai além da beleza, sendo também uma ferramenta de promoção da saúde da pele, bem-estar e qualidade de vida para todos.

METODOLOGIA

Nosso conteúdo foi baseado em uma pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica, com a ajuda dos professores orientadores do trabalho. Com base nisso, selecionamos os materiais do Google Acadêmico e SciELO. Encontramos artigos dos últimos 5 anos, que foram analisados com o objetivo de identificar os estudos que tratam o uso dos cosméticos, mais especificamente com a presença de ácidos, e também a ligação dos mesmos na biotecnologia. Utilizamos as seguintes palavras chave de busca: "cosméticos", "ácidos", "biotecnologia", "saúde da pele" e "ácido hialurônico".

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A aplicação dos ácidos em estética é feita por meio de peelings químicos e em formulações cosméticas. A escolha do ácido, sua concentração e tempo de contato variam de acordo com a necessidade e condição de cada tipo de pele. Por exemplo:

- Ácido glicólico → indicado para renovação celular intensa e clareamento
- Ácido salicílico → eficaz no controle da oleosidade e acne
- Ácido mandélico → possui ação mais suave, ideal para peles sensíveis
- Ácido lático → promove hidratação e renovação simultaneamente
- Ácido hialurônico → altamente hidratante e ajuda na firmeza e elasticidade
- Ácido retinóico → estimula produção de colágeno, reduz rugas, linhas finas e manchas.

A biotecnologia entra como suporte (ajuda) e inovação nesses tratamentos. Por meio dela, são desenvolvidos ativos como peptídeos biomiméticos (que simulam a ação de proteínas naturais), fatores de crescimento, probióticos, prebióticos e enzimas que reconstroem e melhoram a barreira cutânea. O processo envolve pesquisa em laboratórios, além de testes clínicos e formulações inteligentes que juntam a renovação dos ácidos ao reparo e melhora da pele, à proteção e segurança promovidos pelos ativos biotecnológicos. Além de toda exigência quanto a performance, buscando por produtos que não sejam de origem animal ou fontes sintéticas, (Rodrigues, 2023) garantindo resultados mais seguros e duradouros.

Além disso, o ácido hialurônico merece destaque especial devido à sua grande aplicação em estética. Ele atua como um poderoso agente hidratante, capaz de reter até mil vezes o seu

peso em água, garantindo não apenas uma hidratação profunda, mas também auxiliando na manutenção da elasticidade e firmeza da pele. Diferentes formas moleculares desse ativo podem ser utilizadas, como por exemplo: as de alto peso molecular criam um filme protetor sobre a pele, prevenindo a perda de água transepidérmica (atravessa ou passa pela epiderme), enquanto as de baixo peso molecular penetram nas camadas mais profundas, proporcionando uma hidratação prolongada e estimulando a regeneração cutânea. Essa versatilidade faz do ácido hialurônico um recurso indispensável nas formulações cosméticas modernas. Contudo, ele também é muito utilizado em preenchimentos, sendo observado um resultado significativo no melhoramento das expressões e estruturas faciais (Mendonça et al, 2019), deixando assim o rosto mais harmônico e realçando ainda mais as características de cada indivíduo.

Outro ponto importante sobre o ácido hialurônico, quando associado a técnicas de biotecnologia, pode ser potencializado em sua ação, por exemplo: permitem a obtenção de moléculas mais puras e eficazes, livres de impurezas que possam causar irritações ou intercorrências. Essa combinação garante resultados superiores, principalmente em peles sensibilizadas, que necessitam de reparação, proteção e estímulo da função barreira. Assim, o ácido hialurônico não apenas hidrata, mas também contribui para a restauração da saúde cutânea de forma mais duradoura (Mota et al, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos com a utilização conjunta de ácidos e biotecnologia são grandes, tanto em estética quanto em saúde da pele. Entre eles, o que nos proporcionam são: a melhora na textura da pele, devido à ação dos ácidos que estimulam a renovação celular; A uniformização da tonalidade, clareamento de manchas, melasma e hiperpigmentações pós-inflamatórias; A redução da acne e oleosidade, ácidos como o salicílico auxiliam no controle sebáceo, enquanto ativos biotecnológicos reequilibram a microbiota da pele; O estímulo de colágeno, melhora da firmeza e prevenção do envelhecimento precoce; a Hidratação e fortalecimento da barreira cutânea, graças a ativos biotecnológicos como ácido hialurônico de baixo peso molecular, peptídeos e probióticos; A renovação celular, sendo eficaz no tratamento do fotoenvelhecimento além de reduzir rugas e linhas finas, ácidos como o retinóico possui essa função.

A discussão sobre esses resultados nos mostra que, quando usados isoladamente sem preparaçãode pele ou apenas o ativo, os ácidos podem gerar sensibilização ou ressecamento. No entanto, a biotecnologia equilibra essa ação, trazendo ativos calmantes e regeneradores, permitindo tratamentos mais eficazes, toleráveis e seguros. Assim, a ciência contribui para tratamentos estéticos mais inteligentes e personalizados, respeitando os limites e necessidades de cada tipo de pele (Centurião et al, 2021).

Os resultados relacionados ao uso do ácido hialurônico em associação com outros ácidos e ativos biotecnológicos também são notáveis. Observa-se que sua aplicação regularmente contribui não apenas para a melhora visível da textura da pele, mas também para a prevenção de processos inflamatórios, já que a hidratação adequada fortalece a barreira cutânea e reduz a probabilidade a irritações. Essa ação protetora é fundamental em protocolos que utilizam ácidos esfoliantes, pois ajuda a minimizar efeitos colaterais como ressecamento, vermelhidão e descamação excessiva (Mendonça et al, 2019).

Além disso, os estudos nos mostram que a junção entre ácidos e biotecnologia gera um impacto positivo no envelhecimento cutâneo precoce, já que, enquanto os ácidos promovem renovação celular e estímulo de colágeno, o ácido hialurônico e os peptídeos biomiméticos potencializam a firmeza e elasticidade da pele. Também possui uma grande segurança em seu uso por conta das baixas evidências em contraindicações e resultados significantes por propriedades antioxidantes, sustentação, hidratação, e elasticidade da pele, melhorando dessa forma sua estrutura, rugas e linhas de expressão. Esse conjunto de ações resulta em protocolos estéticos mais completos, que não apenas tratam alterações já existentes, mas também atuam de forma preventiva. Dessa forma, nos mostra que a união entre ciência e estética proporciona resultados que vão além da estética superficial (Souza, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estética nos tempos atuais, demonstra claramente que ciência e tecnologia caminham juntas em busca da saúde e da beleza. Os ácidos, tradicionais aliados na renovação cutânea, encontram na biotecnologia uma forma de potencializar seus efeitos e reduzir possíveis desconfortos ou intercorrências. Essa combinação permite tratamentos personalizados, com resultados visíveis e ainda mais seguros.

O futuro da estética aponta para cosméticos cada vez mais inteligentes, capazes de unir ativos renovadores, hidratantes e reparadores em um só protocolo. Dessa forma, a aplicação da ciência na estética não se limita apenas em transformar aparências, mas também a promovendo saúde, autoestima e qualidade de vida para nossos pacientes.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao programa do governo de Santa Catarina: Universidade Gratuita.

REFERÊNCIAS

CENTURIÃO, P. O.; SANTOS, P. E.; ROSA, A. M.; KASSAB, N. M. Avaliação da qualidade de produtos cosméticos contendo ácido glicólico. Revista Colombiana de Ciências Químico-Farmacêuticas, Bogotá, v. 50, n. 1, p. 158-173, 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0034-74182021000100158&script=sci_arttext. Acesso em: 29 out. 2025.

CHEN, Monica; COLACITE, Jean. Biotecnología cosmética: Beneficios del uso de dermocosméticos fermentados en el cuidado de la piel durante la pandemia de COVID-19/SARS-CoV-2. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 15, p. e567111537503, 2022. Disponível em: https://share.google/tm06uxUOre9KotK9q. Acesso em: 1 out. 2025.

FONSECA, A. F. S.; GUERRA, M. N. A.. Uso de cosmecêuticos no rejuvenescimento facial. RESU: Revista Educação em Saúde, v.8, n.1, 2020. Acesso em: 02 out. 2025.

GARBUGIO, A. F; FERRARI, G. F. Os benefícios do ácido hialurônico no envelhecimento facial.Revista UNINGÁ Review, Paraná, v.2, n.4, p.25-36, out. 2010. Acesso em: 29 out. 2025.

OLIVEIRA, Warley Geber de. Processos biotecnológicos no desenvolvimento de produtos farmacêuticos: uma imersão no desenvolvimento de medicamentos, extratos e cosméticos. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Faculdade Pitágoras de Governador Valadares, Governador Valadares, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/65575/1/WARLEY+_GEBER_+DE_+OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Júlia Nicoly Henkes da; MOTA, Eliane Silveira Lemes; FREITAS, Lunara da Silva; OLIVEIRA, Déborah Dias; SOUSA, Gabriela Rodrigues; MIRANDA, Camila Vicente de. Eficácia do ácido hialurônico no antienvelhecimento facial presente em cosméticos. Revista Saúde Multidisciplinar, v. 5, 2023. Disponível em: https://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/642. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Daniel Lucio da Costa Rodrigues da. Avaliação da aplicabilidade da biotecnologia no desenvolvimento de produtos cosméticos: categoria de cuidados faciais. 2023. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=biotecnolog%C3%ADa+en+cosm%C3%A9ticos+&btnG=#d=gs_qabs&t=1758150878585&u=%23p%3D5B_5TPE_fe0J. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Hellen Yasmim Lopes da; OLIVEIRA, Maria Eduarda da Silva; NASCIMENTO, Nathalia Thalita de Oliveira; AMORIM, Caroline Fernandes. Influência do ácido retinóico em produtos dermatológicos no tratamento facial e corporal: uma revisão. Scire Salutis, Montes Claros, v. 12, n. 1, p. 296-303, 2022. Disponível em: https://sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/view/6379/3517. Acesso em: 01 out. 2025.

A INDÚSTRIA DOS COMÉTICOS VEGANOS, ÔRGANICOS E NATURAIS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Thalia Mendes dos Santos[1]
Letícia Gabriella da Silva[2]
Fabíola Luara Pelentir[3]
Marielly Gonçalves[4]

Resumo – A indústria cosmética vem passando por transformações impulsionadas pela maior conscientização sobre saúde, meio ambiente e bem-estar animal. Nesse cenário, os cosméticos veganos, orgânicos e naturais se destacam por apresentarem formulações livres de ingredientes de origem animal e substâncias químicas agressivas, além de priorizarem processos sustentáveis. O presente estudo tem como objetivo analisar a importância e o crescimento dos cosméticos veganos, orgânicos e naturais, bem como seus impactos na indústria da beleza e no comportamento do consumidor. O estudo baseou-se em pesquisas descritivas e qualitativas sobre o mercado cosmético, considerando dados de consumo e práticas sustentáveis adotadas por empresas do setor. Os resultados apontam para um aumento na procura por produtos mais éticos e ecológicos. Marcas que investem em transparência e responsabilidade ambiental têm conquistado maior aceitação e fidelização dos consumidores. Conclui-se que os cosméticos veganos, orgânicos e naturais representam uma evolução no setor da beleza, refletindo um consumo mais consciente e sustentável. Essa mudança evidencia o compromisso crescente das empresas e consumidores com a preservação ambiental e o respeito à vida.

Palavras-chave: cosmetologia; cosméticos veganos; cosméticos orgânicos; cosméticos naturais.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o setor de cosméticos tem passado por uma profunda transformação, impulsionada pela crescente conscientização dos consumidores em relação à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Nesse contexto, os cosméticos veganos, orgânicos e naturais vêm ganhando destaque como alternativas sustentáveis e éticas aos produtos tradicionais. Esses tipos de cosméticos se diferenciam por suas formulações livres de ingredientes de origem animal, substâncias sintéticas agressivas e processos de produção que priorizam o respeito à natureza. A busca por um estilo de vida mais saudável e responsável tem levado os consumidores a repensarem suas escolhas, valorizando marcas que promovem transparência, sustentabilidade e responsabilidade social. Assim, compreender as diferenças entre cosméticos veganos, orgânicos

[1]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

e naturais, bem como seus benefícios e desafios, é essencial para entender as tendências e os impactos desse movimento na indústria da beleza contemporânea.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em uma revisão narrativa de literatura sobre o tema "Cosméticos veganos, orgânicos e naturais". A escolha desse método permitiu compreender de forma interpretativa os conceitos, certificações, desafios e tendências que envolvem o desenvolvimento e a comercialização desse tipo de produto no mercado cosmético contemporâneo. A revisão foi elaborada a partir da leitura e análise de artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos técnicos disponíveis em bases digitais e revistas especializadas em cosmetologia e sustentabilidade. Os critérios de busca adotados incluíram Palavras-chave relacionadas ao tema, como cosméticos naturais, orgânicos, veganos, sustentabilidade e cosmetologia ética. As fontes foram selecionadas conforme a relevância, atualidade e credibilidade dos autores e instituições, priorizando materiais publicados entre 2019 e 2024. Após a coleta das informações, os dados foram organizados, interpretados e comparados de modo a evidenciar os principais aspectos conceituais, técnicos e regulatórios que diferenciam os cosméticos naturais, orgânicos e veganos, bem como o impacto dessas práticas na indústria da beleza e no comportamento do consumidor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescimento da indústria cosmética tem sido impulsionado por mudanças nos hábitos de consumo e pela valorização do bem-estar e da estética. Recentemente, a demanda por produtos mais naturais, sustentáveis e éticos tem promovido a expansão dos cosméticos naturais, um segmento ainda incipiente, mas com alto potencial de crescimento, motivado pelo consumo consciente e pela preocupação ambiental (FLOR, MAZIN e FERREIRA, 2019).

De acordo com Moraes et al. (2019), os cosméticos são classificados como orgânicos quando apresentam, em sua formulação, no mínimo 95% de matérias-primas orgânicas certificadas. Para que essa certificação seja validada, é necessário que todo o processo, desde a extração das substâncias até a produção e o processamento final, siga rigorosos padrões técnicos e ambientais. Os 5% restantes da composição podem incluir água, matérias-primas naturais ou orgânicas, certificadas ou não. É importante destacar que todo cosmético orgânico é, por definição, também um produto natural, embora o contrário nem sempre seja verdadeiro. Essa distinção evidencia o grau de controle e exigência aplicados à produção de cosméticos orgânicos, os quais devem atender a critérios ambientais e de sustentabilidade mais rigorosos.

Segundo Flor, Mazin e Ferreira (2019), cosméticos veganos são aqueles que não utilizam ingredientes de origem animal e não são testados em animais, em nenhuma etapa da produção. Algumas certificadoras aceitam produtos que, embora tenham sido testados em animais no passado (antes de 2009), atualmente não realizam mais esses testes. No entanto, certificadoras mais rigorosas exigem que nem a formulação nem os ingredientes tenham jamais sido submetidos a testes em animais. De acordo com Moraes et al. (2019), os cosméticos naturais são aqueles que possuem, no mínimo, 5% de matéria-prima orgânica em sua composição. Os 95% restantes podem incluir ingredientes naturais certificados ou não, geralmente extraídos de fontes

vegetais ou minerais. No entanto, como esses ingredientes são produzidos de forma convencional, nem sempre são classificados como orgânicos. Dessa forma, todo cosmético orgânico é natural, mas nem todo cosmético natural é orgânico.

A regulamentação de cosméticos naturais e orgânicos no Brasil ainda é limitada, o que gera interpretações divergentes sobre os critérios que definem esses produtos. A ausência de normas específicas dificulta a padronização dos processos produtivos, a certificação e compromete a confiança do consumidor (MORAES et al., 2019). Além disso, a falta de diretrizes claras afeta a uniformidade das práticas no setor, impondo desafios às empresas (FLOR, MAZIN e FERREIRA, 2019).

Atualmente, a ANVISA enquadra esses cosméticos nas normas gerais, e embora a Lei nº 10.831/2003 trate da produção orgânica, ela não aborda de forma específica os cosméticos, evidenciando a necessidade de regulamentação mais precisa (BRASIL, 2003). Diante desse cenário, observa-se um mercado em expansão que carece de regulamentação específica para garantir transparência e segurança ao consumidor, bem como para orientar a produção e comercialização desses produtos de forma adequada.

Podemos citar algumas empresas que trazem cosméticos com foco nesses conceitos, fundada em 2004 em Mandaguaçu (PR), a Feito Brasil produz cosméticos artesanais, valorizando aromas e matérias-primas naturais do Brasil. Seus produtos são veganos, livres de crueldade animal, e fabricados manualmente por artesãs brasileiras. A empresa já recebeu prêmios da ABIHPEC e Atualidade Cosmética, além de possuir certificação PETA, destacando seu compromisso com a qualidade e sustentabilidade.

Já a Cativa Natureza, fundada em 2008, em Curitiba (PR), tem como objetivo promover o cuidado pessoal aliado à preservação ambiental, defendendo uma beleza saudável e livre de substâncias nocivas. A empresa rastreia e certifica todo o processo produtivo, desde a extração da matéria-prima até o produto final, seja por meio de controle próprio ou por institutos certificados. Possui certificações IBD e Ecocert, que garantem a qualidade e a sustentabilidade de seus cosméticos.

A Sal da Terra, fundada por uma farmacêutica em Santa Maria (RS), produz cosméticos artesanais, com controle rigoroso de qualidade. Os produtos passam por testes internos e em laboratórios credenciados pela ANVISA, que também seguem práticas livres de crueldade animal, garantindo a segurança e ética na produção.

Mendonça (2020) ressalta que os cosméticos feitos com ingredientes naturais geralmente são mais compatíveis com a pele, reduzindo as chances de causar alergias ou irritações. Conforme apontado por Vale et al. (2024), escolher produtos veganos é uma forma do consumidor agir eticamente, ao mesmo tempo em que aumenta sua consciência sobre o impacto que seus hábitos de consumo têm sobre os animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda por cosméticos naturais, orgânicos e veganos cresce rapidamente devido à maior conscientização sobre saúde, meio ambiente e bem-estar animal. Para atender a esse

mercado, os fabricantes precisam entender os conceitos e normas para certificação desses produtos. Apesar dos desafios no desenvolvimento de cosméticos certificados, fornecedores e formuladores devem trabalhar juntos para criar soluções tecnológicas que garantam produtos seguros, eficazes e alinhados aos valores dos consumidores conscientes, promovendo assim um impacto positivo para a sociedade e o planeta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98009/lei-10831-03. Acesso em: 12 out 2025

CAIADO, Ana Laura Martins; VIEIRA, Tatiana Reis. **Cosméticos veganos, naturais e orgânicos.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Universidade de Uberaba, Uberaba, MG, 2020. Disponível em: https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1576/1/ANA%20LAURA%20MARTINS%20CAIADO.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

FLOR, Juliana; MAZIN, Mariana Ruiz; FERREIRA, Lara Arruda. **Cosméticos naturais, orgânicos e veganos.** Cosmetics & Toiletries (Brasil), São Paulo, v. 31, p. 32-38, mai./jun. 2019. Disponível em: https://www.cosmeticsonline.com.br/ct/painel/class/artigos/uploads/f1fdc-CT313_32-38.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

MENDONÇA, Tayanne da Costa. **Cosméticos orgânicos**: análise mercadológica e ambiental. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/823. Acesso em: 23 out. 2025.

MORAES, A. L. S.; et al. (2019). **Cosmetologia: Origem, Evolução e Tendências.** Disponível em: < http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/119/113>. Acesso em: 23 out. 2025.

VALE, A. F. N. do; et al**. Por uma beleza consciente**. Revista de Ciências da Administração, 2024.

A EVOLUÇÃO DA PERFUMARIA E DA ANÁLISE SENSORIAL

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Julia Lais De Souza[1]
Caroline Pereira da Conceição[2]
Isadora Casagrande Menezes[3]
Ana Alice de Freitas[4]
Marielly Gonçalves[5]

Resumo - A tecnologia dos perfumes envolve a escolha de matérias-primas, métodos de extração e formulação, incorporando inovações que tornam as fragrâncias mais duráveis, seguras e sustentáveis. A análise sensorial é fundamental para avaliar percepções e emoções dos consumidores, ajustando produtos e fortalecendo a identidade das marcas. Estudos destacam a importância da coerência entre cheiro, cor e forma dos frascos na construção de experiências multissensoriais. A IFRA (International Fragrance Association) define padrões de segurança que regulam o uso de ingredientes e garantem conformidade no setor. A indústria cosmética moderna alia tecnologia, sustentabilidade e responsabilidade ambiental, integrando práticas tradicionais com inovação científica.

Palavras-chave: perfumaria; análise sensorial; fragrâncias inteligentes; experiência multissensorial.

INTRODUÇÃO

A perfumaria é uma arte que combina história, ciência e sensibilidade. Com o avanço da indústria, a criação de fragrâncias passou a envolver métodos científicos e análises sensoriais, como os painéis olfativos utilizados por empresas como o Boticário. Nessas etapas, pessoas treinadas avaliam aromas extraídos de plantas e óleos, testando a fixação e a percepção das fragrâncias. Além do aspecto sensorial, a legislação tem papel fundamental. Muitos produtos deixam de ser fabricados quando algum componente é proibido por normas de segurança, enquanto outros passam por reformulações e novos testes para garantir que o consumidor não perceba grandes diferenças. Assim, arte, ciência e regulação se unem para manter a qualidade e a segurança na perfumaria moderna.

[1]Aluno do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Tecnologia em estética e cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, publicações acadêmicas e fontes institucionais. Foram consultadas referências nacionais e internacionais sobre perfumaria, análise sensorial e inovações tecnológicas na indústria cosmética, com foco em compreender a evolução dos métodos e o impacto das normas de segurança, como as da IFRA (International Fragrance Association). A coleta de informações foi realizada por meio de leitura, seleção e interpretação de materiais disponíveis em bases digitais, priorizando conteúdos publicados entre 2018 e 2024. A pesquisa buscou reunir dados que evidenciam a relação entre tecnologia e experiência sensorial na perfumaria moderna.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento de produtos cosméticos, especialmente perfumes, a análise sensorial é indispensável. Ela permite compreender como os consumidores percebem a fragrância e os atributos do produto, além de contribuir para o ajuste de formulações e a criação de uma experiência olfativa coerente com o posicionamento da marca. (MURWANI, 2023). Em estudos recentes, consumidores relataram que a experiência olfativa é mais memorável quando associada a elementos visuais e táteis coerentes, como frascos com textura ou cores que representem a sensação do perfume. Essa coerência sensorial reforça a identidade da marca e a emoção despertada pelo produto.(WANG et al. 2024).

A experiência sensorial é fundamental para compreender como os consumidores formam preferências e associações emocionais com fragrâncias. Durante testes, observou-se que pequenos detalhes como o tempo de exposição ao odor e a familiaridade com o tipo de perfume influenciam significativamente a resposta emocional e cognitiva dos avaliadores (HERTER, J. et al. 2023). O cheiro é uma sensação que se manifesta através do sentido do olfato e é essencial para a sobrevivência dos humanos e outras espécies vivas. Este é um sentido importante para reconhecer parentes, procurar por alimento, ou localizar comida. No entanto, as habilidades olfativas têm diminuído ao longo do tempo em favor dos sentidos da visão e da audição (TURNER, 2018).

Apesar disso, os cheiros podem influenciar inconscientemente os humanos e suas relações pessoais e sociais. Cientistas descobriram que, sob a influência de experiências passadas, um cheiro pode despertar emoções ou memórias positivas ou negativas nas pessoas. Um odor geralmente cheira bem quando é familiar e ruim quando não é familiar. Do contrário, um bom cheiro pode evocar memórias ou associações que têm um valor emocional positivo, sendo um convite à aproximação (WOLFE et al., 2012). Em estudos recentes de 2023–2024, observou-se que a evolução da percepção sensorial em perfumes envolve não apenas o olfato, mas a integração de estímulos visuais e táteis, como frascos, cores e materiais. Essa evolução permite que os consumidores formem associações mais ricas e emocionalmente conectadas com a fragrância e a marca (MURWANI, et al., 2023; WANG, et al., 2024; HERTER, et al., 2023).

A pesquisa multissensorial sobre design de embalagens de perfumaria no Brasil é ainda incipiente. No que diz respeito à embalagem do perfume, esperasse que ela possa expressar os efeitos que a fragrância em questão pretende evocar. Além disso, o designer de embalagem

deve ser conhecedor dos efeitos dos cheiros e dos significados que as pessoas atribuem a eles para efetivamente representá-los visualmente e assim estabelecer uma boa comunicação com o consumidor. (SILVA e MAZZILLI 2019).

A International Fragrance Association (IFRA) não é órgão legislativo, mas uma associação da indústria que define "Standards" (normas) para uso seguro de materiais de fragrância. As normas da IFRA podem incluir: proibição de uso de certos materiais, restrições de concentração (uso máximo permitido), especificações de pureza. A mais recente, a "51st Amendment" das IFRA Standards, introduziu dezenas de novos padrões, revisou restrições existentes e definiu prazos para adesão. Mesmo que a IFRA não crie leis, suas normas são amplamente consideradas no setor: fornecedores e perfumistas frequentemente devem cumprir para que seus produtos sejam aceitos pelos fabricantes/marcas. Por exemplo, se um ingrediente de fragrância for restrito pela IFRA, seu uso em cosméticos ou perfumes pode acarretar reformulação ou limitação de concentração. Então, ao formular ou oferecer serviço que inclua fragrância, a escolha de matérias-primas precisa levar isso em conta. (INTERNATIONAL FRAGRANCE ASSOCIATION, 2023)

Como parte de "química da perfumaria", entender quais classes de moléculas (alérgenos de fragrância, sensibilizantes cutâneos, materiais com limitação) estão sob regulação/autorregulação ajuda a garantir segurança e conformidade. Ensinar participantes a checar se fragrâncias ou aromas usados (em produtos ou kits) seguem restrições da IFRA ou de legislação local. (INTERNATIONAL FRAGRANCE ASSOCIATION, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico na perfumaria demonstra a combinação de ciência, sensorialidade e sustentabilidade. O uso de métodos como a extração com CO_2 supercrítico e a nanotecnologia evidencia o progresso científico focado na eficiência e na manutenção das características aromáticas. A perfumaria contemporânea, além de se preocupar com o aspecto técnico, valoriza a experiência multissensorial. Isso porque a combinação de aroma, cor, textura e design da embalagem fortalece a conexão emocional entre consumidor e marca.

REFERÊNCIAS

MURWANI, I. A.; ROOSENO, E. D.; CAKRAMIHARDJA, A.; WIDJAJA, J. V. The Impact of Sensory Marketing: Analysis of Its Attributes Towards Online Perfume Users' Behavior. International Journal of Professional Business Review, Miami, v. 8, n. 9, p. 1-34. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374218269_The-Impact-of-Sensory-Marketing-Analysis-of-its-Attributes-Towards-Online-Perfum-Users%27-Behavior. Acesso em: 29 out. 2025.

WANG, I.-C.; JIANG, Y.-R.; WANG, Y.-W.; LI, C.-Y. Exploring the Multisensory Attractiveness of Cosmetic Packaging: A Study of Visual and Tactile Design Elements and Attractiveness Factors. Sustainability, MDPI, v. 16, n. 13, art. 5716, 2024. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/16/13/5716. Acesso em 30 out. 2025.

HERTER, M. M.; SOARES, R.; PINTO, D. C.; REIK, P. **Can Sustainable Packaging Boost Brand Experience?** The Influence of Sustainability on Sensorial Perceptions and Brand Evaluations. In: Proceedings of the European Marketing Academy (EMAC), 2023. Disponível em: https://proceedings.emac-online.org/pdfs/A2023-114275.pdf Acesso em: 30 out. 2025.

TURNER, J. H. **On the Origin of Human Emotions: A Sociological Inquiry into the Evolution of Human Affect**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40421812_On_the_Origins_of_Human_Emotions_A_Sociological_Inquiry_into_the_Evolution_of_Human_Affect. Acesso em: 30 out. 2025.

WOLFE, J. M. et al. **Sensory Neuroscience: Four Laws of Psychophysics and Perception.** Cambridge (MA): MIT Press, 2012. Disponível em: https://content.e-bookshelf.de/media/reading/L-2712-61e8adff89.pdf. Acesso em: 30 out. 2025

SILVA, M. A.; MAZZILLI, C. O. **As cores e as formas dos cheiros: as correspondências entre os sentidos do olfato e da visão em frascos de perfumes.** 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/108902336/As_cores_e_as_formas_dos_cheiros_as_correspond%C3%AAncias_entre_os_sentidos_do_olfato_e_da_vis%C3%A3o_em_frascos_de_perfumes. Acesso em: 29 out. 2025.

INTERNATIONAL FRAGRANCE ASSOCIATION – IFRA. ***IFRA Standards: 51st Amendment to the IFRA Code of Practice*.** Genebra: IFRA, 2023. Disponível em: https://ifrafragrance.org/standards. Acesso em: 29 out. 2025.

REGENERAÇÃO CUTÂNEA COM MICROAGULHAMENTO E EXOSSOMOS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Alessandra Gobbi[1]
Júlia Fernanda Bevilaqua[2]
Marielly Gonçalves[3]

Resumo - O microagulhamento é uma estética minimamente invasiva utilizada no tratamento de diversas disfunções cutâneas, como cicatrizes de acne, manchas e rejuvenescimento facial. O procedimento é realizado com um equipamento composto por microagulhas de aço inoxidável cirúrgico que perfuram o estrato córneo sem causar dano significativo à epiderme, estimulando a liberação de fatores de crescimento que promovem a produção de colágeno e elastina na derme. Recentemente, a associação do microagulhamento com exossomos vem sendo estudada por potencializar os efeitos regenerativos, favorecendo a reparação celular e a melhora na textura, firmeza e hidratação da pele. O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos regenerativos dessa associação e sua aplicabilidade clínica na estética facial.

Palavras-chave: microagulhamento; exossomos; regeneração cutânea; colágeno; estética facial.

INTRODUÇÃO

O microagulhamento é uma técnica estética minimamente invasiva indicada para tratar disfunções cutâneas, como cicatrizes de acne e rejuvenescimento facial. O procedimento utiliza microagulhas de aço inoxidável que perfuram o estrato córneo, estimulando a produção de colágeno e elastina (LIMA; SOUZA; GRIGNOLI, 2024). Recentemente, a associação do microagulhamento com exossomos tem ganhado destaque por potencializar os efeitos regenerativos, favorecendo a reparação tecidual e o rejuvenescimento da pele (DAL'FORNO-DINI et al., 2024).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar e analisar estudos que abordam a aplicação de exossomos em conjunto com o microagulhamento no rejuvenescimento facial. Foram pesquisadas publicações nas bases de dados Scielo, PubMed e Google Scholar entre os anos de 2020 e 2025, utilizando os

[1]Aluna do Curso Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

descritores "microagulhamento","exossomos", "regeneração cutânea" e "rejuvenescimento facial". Foram selecionados cinco artigos com maior relevancia científica e metodológica. As informações foram analisadas quanto aos efeitos biológicos, resultados clínicos e segurança da técnica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos analisados apontam que a associação entre microagulhamento e exossomos apresenta resultados superiores ao microagulhamento isolado, com melhora significativa na textura, firmeza e luminosidade da pele. A aplicação tópica de exossomos logo após o procedimento potencializa o processo de reparo tecidual, estimulando a comunicação celular e a síntese de colágeno. Além disso, observou-se redução de rugas, manchas e poros dilatados, bem como aumento da hidratação cutânea. Nenhum estudo relatou efeitos adversos significativos, reforçando a segurança da técnica quando utilizada com produtos de origem controlada e aprovados para uso estético (KIM et al., 2023; PARK et al., 2025).

Devido à presença de fatores de crescimento, proteínas e ácidos nucleicos que atuam diretamente sobre os fibroblastos. Essa interação favorece o aumento da síntese de colágeno tipo I e III, responsáveis pela sustentação e resistência da pele, além de intensificar a produção de elastina, que contribui para a sua flexibilidade. Os estudos revisados também relatam melhora visível na uniformidade do tom da pele, redução de rugas finas, manchas, poros dilatados e cicatrizes atróficas. Outro ponto relevante é o aumento da hidratação cutânea, atribuído à capacidade dos exossomos de modular a barreira epidérmica e estimular a produção de ácido hialurônico endógeno (DAL'FORNO-DINI, A. et al., 2024; LEE, S. et al., 2025).

Do ponto de vista clínico, os resultados sugerem que o uso combinado de microagulhamento e exossomos promove um processo de rejuvenescimento mais rápido e duradouro. Nenhum dos estudos analisados relatou efeitos adversos significativos, o que reforça a segurança da técnica quando realizada com produtos de origem controlada e devidamente regulamentados para uso estético. (LIMA, A.; SOUZA, F.; GRIGNOLI, C., 2024).

Além disso, a literatura aponta que a padronização dos protocolos como profundidade das agulhas, concentração de exossomos e número de sessões é essencial para garantir resultados consistentes. Ainda que promissora, a terapia demanda estudos clínicos adicionais para avaliar seus efeitos a longo prazo e determinar parâmetros ideais de aplicação em diferentes tipos de pele (PARK, E. J. et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura analisada, conclui-se que a associação entre o microagulhamento e os exossomos representa uma estratégia promissora na regeneração cutânea e no rejuvenescimento facial. A combinação das duas técnicas potencializa a síntese de colágeno e elastina, melhora a textura, a firmeza e a luminosidade da pele, além de promover maior hidratação e uniformidade do tom cutâneo. Os resultados revisados indicam que os exossomos atuam como importantes mediadores celulares, estimulando os fibroblastos e favorecendo processos de reparo tecidual mais rápidos e eficientes. Do ponto de vista clínico, a técnica

mostrou-se segura, com ausência de efeitos adversos significativos quando aplicada com produtos de origem controlada e seguindo parâmetros adequados.

Ainda assim, é necessário ampliar os estudos clínicos para padronizar concentrações, protocolos de aplicação e intervalos entre sessões, a fim de garantir resultados reprodutíveis em diferentes tipos de pele e condições estéticas. Dessa forma, o uso combinado do microagulhamento e dos exossomos se destaca como uma inovação relevante na estética facial contemporânea, alinhando ciência, tecnologia e segurança para promover resultados estéticos mais eficazes e duradouros.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, pela oportunidade de desenvolvimento científico e incentivo à pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

DAL'FORNO-DINI, A. et al. **Potenciais aplicações dos exossomos em tratamentos dermatológicos e regeneração tecidual.** Revista Brasileira de CosmetologiaAplicada, v. 10, n. 2, p. 45–52, 2024.

KIM, J. H. et al. Efficacy of combined treatment with human adipose tissue stem cell-derived exosome-containing solution and microneedling for facial skin aging: A 12-week prospective, randomized, split-face study. Journal of Cosmetic Dermatology, v. 22, n. 5, p.1342–1350, 2023.

LEE, S. et al. Regenerative skin remodeling through exosome-based therapy: sustained outcomes in pore size, erythema, and hyperpigmentation. Aesthetic Medicine Journal, v. 9, n. 1, 2025.

LIMA, A.; SOUZA,F.; GRIGNOLI, C. **Eficácia do microagulhamento no rejuvenescimento facial: uma revisão integrativa.** Revista Científica da Estética e Saúde, v. 8, n. 1, p. 12–19, 2024.

PARK, E. J. et al. The efficacy of combined exosome (Exodew) and microneedling treatment for facial pore reduction and skin texture improvement. Journal of Clinical Aesthetic Dermatology, v. 18, n. 3, 2025.

O USO DE COSMÉTICOS NA PREVENÇÃO DE DANOS E NA PROMOÇÃO À SAÚDE E BEM ESTAR

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Eloisa Benke[1]
Larissa Mello da Silva[2]
Andréa Marcondes[3]
Marielly Gonçalves[4]

Resumo - O presente estudo analisa como os cosméticos deixaram de ser apenas produtos de beleza para se tornarem aliados da saúde e da autoestima. A pesquisa analisa como o uso equilibrado desses produtos influencia a autoconfiança e a qualidade de vida das mulheres, destacando o papel do autocuidado na construção da autoimagem e na promoção da saúde emocional. Foram discutidos também os riscos do uso inadequado e sem orientação profissional, que podem causar irritações, alergias e outros danos à pele. Observa-se, por outro lado, o crescimento do interesse por cosméticos naturais e sustentáveis, que unem tecnologia, segurança e respeito ambiental. Conclui-se que o uso consciente e orientado de cosméticos contribui para a valorização pessoal, a prevenção de danos cutâneos e o bem-estar integral, integrando estética, saúde e sustentabilidade. O trabalho relaciona seus resultados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, os cosméticos deixaram de ser vistos apenas como instrumentos de vaidade. Hoje, são reconhecidos como aliados da saúde, da autoestima e do bem-estar. Além de embelezar, eles desempenham um papel fundamental na proteção da pele contra agentes externos, como radiação solar, poluição, variações climáticas e produtos químicos. Essa função protetora é essencial para a manutenção da homeostase cutânea, contribuindo para evitar o envelhecimento precoce, irritações e até o câncer de pele.

A pele é o maior órgão do corpo humano e funciona como uma barreira de defesa. No entanto, com o passar dos anos, sua capacidade de regeneração diminui. O envelhecimento natural e os fatores externos comprometem a integridade cutânea, levando à desidratação, perda de elasticidade e surgimento de manchas. Nesse contexto, o uso de cosméticos, especialmente hidratantes, antioxidantes e protetores solares, torna-se indispensável.

[1]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmético, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmético, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmético, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Tecnologia em Estética e cosmético, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Os cosméticos também exercem influência psicológica. A aparência física e a forma como a pessoa se percebe diante do espelho impactam diretamente na autoestima, autoconfiança e qualidade de vida. Cuidar da pele e da aparência não é apenas um ato estético, mas um gesto de autocuidado e amor-próprio. Entretanto, é importante ressaltar que o uso indevido ou exagerado de cosméticos, sem orientação profissional, pode trazer riscos à saúde.

O presente estudo busca compreender essa dualidade: de que forma os cosméticos podem promover saúde e bem-estar, e em que ponto o uso incorreto pode se tornar prejudicial. Também pretende mostrar como fatores sociais e culturais, como os padrões de beleza impostos pela mídia, interferem na forma como as mulheres percebem e utilizam esses produtos.

METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão narrativa de literatura, baseada em artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases Google Acadêmico, SciELO e PubMed. Foram selecionados materiais que relacionam cosméticos, saúde da pele e bem-estar, excluindo textos fora do tema. A análise foi qualitativa e buscou compreender os benefícios, riscos e tendências do uso de cosméticos na promoção da saúde e da autoestima.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em um estudo realizado por Dorzane e Serrão (2021), foi realizada uma revisão narrativa e uma pesquisa de campo com 405 mulheres, e demonstrou que o uso equilibrado de cosméticos influencia positivamente a autoconfiança, a atratividade e a vida social, embora tenha impacto limitado sobre o humor e a energia, os resultados revelaram uma qualidade de vida mediana, com média geral de 54,10 pontos nas mulheres analisadas. O domínio com maior pontuação foi o de autoconfiança, seguido por atratividade e vida social, demonstrando que o uso de cosméticos tem papel relevante na percepção pessoal e na forma como as mulheres se relacionam socialmente. Já os domínios energia e humor obtiveram menores escores, o que indica que, embora os cosméticos melhorem a autoestima, sua influência emocional é limitada quando comparada a fatores mais profundos do bem-estar psicológico.

Esses dados confirmam que os cosméticos são muito mais do que produtos de beleza são ferramentas que impactam diretamente a autopercepção e a identidade pessoal. Ao cuidar da pele e da aparência, muitas mulheres encontram uma forma de expressão e fortalecimento emocional. A maquiagem, por exemplo, pode funcionar como um ritual terapêutico, capaz de estimular os sentidos, melhorar o humor e até ajudar no enfrentamento de sintomas leves de ansiedade e depressão (DORZANE; SERRÃO, 2021).

Por outro lado, o estudo realizado por Soaigher (2020), chama a atenção para o uso inadequado de cosméticos e sem orientação profissional, que pode gerar problemas graves, como irritações, alergias e manchas. Nesse exemplo o desejo de clarear a pele, impulsionado por padrões estéticos e raciais impostos pela mídia, tem levado muitas mulheres, ao uso de produtos perigosos e ilegais, com consequências físicas e psicológicas severas. Essas práticas revelam como o ideal de beleza ainda está atrelado a padrões excludentes, o que reforça a importância da educação em saúde e da valorização da diversidade estética.

Já no estudo realizado por Camelo e Kellermanni (2021), A literatura analisada reforça que o envelhecimento cutâneo é inevitável, mas pode ser retardado com o uso correto de cosméticos, especialmente hidratantes e protetores solares. Além disso, cresce o interesse por produtos com ingredientes naturais e sustentáveis, que unem tecnologia, respeito ambiental e segurança dermatológica. Essa tendência reflete uma mudança de mentalidade: a busca pela beleza saudável e consciente.

Portanto, é fundamental que o uso de cosméticos esteja associado à orientação profissional, hábitos saudáveis e informação adequada. A escolha de produtos deve levar em conta o tipo de pele, as necessidades individuais e a procedência do produto. O conhecimento é, nesse caso, o maior aliado do autocuidado (DORZANE; SERRÃO 2021; SOAIGHER 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados, conclui-se que os cosméticos exercem influência significativa sobre a autoestima, a autoconfiança e a qualidade de vida das mulheres, atuando de forma positiva quando utilizados com equilíbrio e consciência. Eles devem ser compreendidos não apenas como instrumentos de vaidade, mas como ferramentas de promoção da saúde, valorização da autoimagem e fortalecimento emocional. O uso responsável de cosméticos complementa estratégias médicas e psicológicas, ajudando a prevenir doenças de pele, reduzir impactos do envelhecimento e promover o bem-estar integral. Além disso, é importante destacar o papel da educação em saúde, que orienta o uso adequado desses produtos, prevenindo efeitos adversos e incentivando o consumo consciente.

Em suma, o uso consciente dos cosméticos deve ser visto como parte do autocuidado equilibrado, capaz de unir ciência, estética e emoção. Cuidar da pele é também cuidar da mente, da autoestima e da dignidade. Quando utilizados de forma orientada e responsável, os cosméticos deixam de ser simples produtos e passam a ser instrumentos de empoderamento, prevenção e qualidade de vida.

O estudo também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao promover qualidade de vida e prevenção de doenças; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, ao incentivar o uso de ingredientes sustentáveis e seguros; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ao impulsionar o desenvolvimento de tecnologias cosméticas que unam beleza, saúde e sustentabilidade.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Instituições financiadoras/apoiadoras e agradecimentos: Agradecemos a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, e as professoras orientadoras pelo suporte e incentivo acadêmico.

REFERÊNCIAS

CAMELO,A.;KELLERMANNI,P. Uso de fotoprotetores na prevenção de danos por exposição solar: conceitos, avaliação histórica e recomendações.

Scire Salutis, 2022. Disponível em: https://share.google/ekfe7BmDloFuT2arJ. Acesso em: 30 out. 2025.

DORZANE, Emilly Vitória de Araújo; SERRÃO, Carlos Klinger Rodrigues. **Promoção da saúde através dos cuidados cosméticos: programa interdisciplinar universidade da criatividade.** Revista UFG, Goiânia, 2021. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:18b08a0d-a575-41ca-af4a-b0b9344b6354. Acesso em: 29 out. 2025.

SOAIGHER, Katiane Aparecida. **Promoção da saúde através dos cuidados cosméticos.** 2020. Disponível em: https://share.google/3BxDch4YyGERANwYA. Acesso em: 30 out. 2025.

PRODUÇÃO DE COSMÉTICOS CLANDESTINOS: A BELEZA QUE ESCONDE PERIGOS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Atamara Laís Corso[1]
Paola da Silva[2]
Thays Rafaelli de Oliveira Carneiro[3]
Sally Douglas Naloch[4]
Rosângela Tortato Narloch[5]

Resumo – O setor de cosméticos no Brasil é um dos mais relevantes da economia, movimentando bilhões de reais e gerando empregos. No entanto, juntamente ao crescimento do mercado formal, cresce a comercialização e produção de cosméticos clandestinos. Esse crime ocorre à margem da regulamentação sanitária e legal, promovendo prejuízos ao mercado regularizado e sérios riscos à saúde pública. Os produtos aprovados pela ANVISA passam por rigorosos controles de qualidade, testes de segurança e cumprimento de Boas Práticas de Fabricação, processos esses que não são realizados diante de comercialização clandestina. O que pode ocasionar diversos riscos para a saúde de seus consumidores, como reações alérgicas, queimaduras, intoxicações e até mesmo alterações hormonais.

Com o forte crescimento de vendas e propagandas digitais, os consumidores possuem fácil acesso a esse tipo de produtos, os quais muitas vezes apresentam propagandas enganosas como "fórmula artesanal" ou "100% natural", iludindo consumidores desatentos. Além dos danos à saúde pública, os cosméticos ilegais prejudicam a economia formal, geram concorrência desleal, sonegação de impostos e não seguem normas trabalhistas. Do ponto de vista legal, configuram infrações sanitárias e crimes contra a saúde pública, embora a fiscalização apresente limitações devido à falta de recursos e ao difícil monitoramento das mídias sociais.

Palavras-chave: Cosméticos. Clandestinos. ANVISA. Saúde.

INTRODUÇÃO

O mercado de cosméticos tem apresentado crescimento nas últimas décadas, impulsionado pela valorização da estética, da saúde da pele e do bem estar. No Brasil, esse setor tornou-se destaque na economia. No entanto, ao mesmo tempo que o mercado formal se

[1] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Coordenadora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

expande, também há o aumento da produção clandestina de cosméticos, onde não existe regulamentação legal e sanitária.

Os cosméticos clandestinos representam um sério problema na saúde pública e na ordem econômica, pois esses produtos são fabricados frequentemente em condições precárias, sem controle de qualidade e, muitas vezes, com substâncias tóxicas ou proibidas. Como consequência, os consumidores são expostos a reações alérgicas, queimaduras, alterações hormonais e intoxicações graves.

A acessibilidade facilitada a esses produtos ilegais é outro fator que contribui para a expansão do problema. A popularização das redes sociais, o crescimento das plataformas de e-commerce e uso de aplicativos de venda direta possibilitam uma ampla divulgação e comercialização de cosméticos sem qualquer tipo de controle. Pequenas fabricantes caseiras e grupos formais utilizam essas ferramentas para alcançar consumidores promovendo os produtos com alegações enganosas. Esse tipo de estratégia influencia consumidores desinformados a efetuarem uma compra, que muitas vezes são mais acessíveis, mas possuem riscos significativos.

Diante desse cenário, torna-se evidente a relevância de estudos sobre os cosméticos clandestinos, considerando não apenas os impactos sanitários, mas também os econômicos, sociais e jurídicos. A problematização envolve compreender por que esses produtos continuam atraindo consumidores e quais estratégias podem ser implementadas para conter seu crescimento.

Assim, esse trabalho tem como objetivo analisar a problemática dos cosméticos clandestinos no Brasil, destacando os riscos que oferecem à saúde pública, seus impactos econômicos e legais, além da necessidade de maior conscientização por parte dos consumidores e do fortalecimento da fiscalização. Justifica-se a pesquisa pelo caráter atual e urgente do tema, já que envolve diretamente a proteção da saúde da população, a manutenção da ordem econômica e o fortalecimento de políticas públicas que assegurem a qualidade e a segurança dos produtos disponíveis no mercado.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, desenvolvida com o apoio da professora orientadora. Para a seleção do material, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES, além do site oficial da ANVISA, contemplando artigos e documentos em língua portuguesa, publicados nos últimos cinco anos. Como descritores de busca, empregaram-se os termos: "Cosméticos", "Clandestinos", "ANVISA" e "Saúde".

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A crescente preocupação com a estética, a saúde da pele e a valorização da aparência tem impulsionado o consumo de cosméticos em todo o mundo. No Brasil, o setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos é um dos mais promissores da economia, movimentando bilhões de reais por ano e empregando milhões de pessoas direta e indiretamente. No entanto, paralelamente ao crescimento do setor formal, observa-se o avanço da produção e

comercialização clandestina de cosméticos, que ocorre à margem da regulamentação legal e sanitária, representando sérios riscos à saúde pública e ao mercado regularizado (ANVISA, 2020).

O desenvolvimento e a comercialização clandestina de cosméticos têm crescido significativamente, impulsionadas, em grande parte, pelo comportamento do público consumidor, que é frequentemente influenciado a adquirir produtos caros, de marcas luxuosas e alto valor comercial, e que muitas vezes são incompatíveis com sua realidade financeira. Nesse cenário, os produtos clandestinos surgem como uma alternativa mais acessível, porém desprovidos de qualquer regulamentação ou garantia de segurança para o consumidor.

A produção de cosméticos é regulamentada por normas técnicas rígidas, estabelecidas por órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que exigem, entre outros fatores, a qualificação técnica dos responsáveis, a aprovação da composição química, o cumprimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a comprovação de segurança e eficácia dos produtos. Cosméticos clandestinos, por sua vez, são produzidos sem qualquer controle de qualidade, muitas vezes em ambientes insalubres, utilizando substâncias de origem desconhecida, vencidas ou mesmo proibidas por sua toxicidade. "A partir do momento que um produto ganha popularidade, o movimento clandestino se apressa para capitalizar o sucesso dos pioneiros e algumas vezes comercializam seus próprios produtos de imitação." (Silva et al, 2021)

Os principais riscos relacionados ao uso de cosméticos clandestinos incluem reações alérgicas, irritações cutâneas, queimaduras, alterações hormonais e até mesmo intoxicações graves. Ingredientes como hidroquinona, ácido retinóico, formol e mercúrio, frequentemente encontrados nesses produtos, são controlados ou proibidos em cosméticos de uso doméstico por seu potencial tóxico.

Os fabricantes são obrigados a realizar uma avaliação de segurança para cada produto cosmético, a fim de prever quaisquer riscos potenciais à saúde humana decorrentes de seu uso. É obrigatório que mantenham um Arquivo de Informações do Produto (PIF) contendo os dados relevantes, consistentes com as informações científicas mais recentes disponíveis, que deve ser mantido por um período de 10 anos após a comercialização do último lote do produto. (Vieira et al, 2024)

O acesso facilitado aos cosméticos ilegais é um fator que agrava a situação. A popularização das redes sociais, plataformas de e-commerce e aplicativos de venda direta têm contribuído para a ampla divulgação e comercialização desses produtos, muitas vezes sem qualquer tipo de controle. Pequenos fabricantes caseiros ou grupos informais utilizam essas ferramentas para alcançar o público, promovendo os produtos com alegações enganosas como "100% natural", "sem química" ou "fórmula artesanal", que iludem consumidores desinformados. Estudos mostram que muitas pessoas que compram produtos de skincare, maquiagem ou perfumes pelas redes sociais não se preocupam em checar informações importantes antes da compra. Elas raramente conferem como os cosméticos são produzidos, se as fábricas seguem regras de higiene, se há substâncias perigosas ou cancerígenas, se o produto tem autorização da ANVISA, ou mesmo se a compra pode representar algum risco à saúde ou implicações legais. (Francischetto e Gonçalves, 2023)

A ANVISA juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançou um edital para a contratação de serviços que monitoram as plataformas de e-commerce no Brasil, visando ter dados para tipificação de irregularidades sanitárias e/ou crimes (ANVISA, 2021). Assim, existe também uma fiscalização no comércio online.

Do ponto de vista jurídico, a produção e comercialização de cosméticos clandestinos configuram infrações sanitárias e crimes contra a saúde pública, conforme previsto na Lei nº 6.437/1977 e no Código Penal Brasileiro. A fiscalização é responsabilidade da ANVISA, das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais, e pode resultar em apreensão de produtos, interdição de estabelecimentos, multas e processos criminais. Contudo, a aplicação da legislação enfrenta desafios práticos, como a escassez de recursos humanos e materiais, a dificuldade de monitoramento das vendas online e a falta de denúncias por parte dos consumidores (Brasil, 1977).

A regularização de cosméticos na Anvisa pode ser consultada no portal oficial da Agência, por meio de informações da rotulagem, como nome, CNPJ ou número do processo de regularização (25351). Essa verificação aplica-se a produtos de registro obrigatório, como protetores solares, repelentes e géis antissépticos, conforme a RDC nº 752/2022. Já os produtos isentos de registro, como xampus, sabonetes e desodorantes, possuem link próprio para consulta. O resultado pode indicar situação ativa, quando o produto está regularizado, ou inativa, em casos de cancelamento por solicitação da empresa, falta de renovação ou irregularidades. (ANVISA, 2023)

As atividades de fiscalização geralmente têm início a partir de denúncias, reclamações técnicas ou programas de monitoramento. Na etapa inicial da investigação, as informações recebidas são avaliadas e, quando necessário, a equipe técnica solicita dados adicionais para complementar a análise. Nesse processo, a Agência pode adotar medidas de controle com o objetivo de eliminar, minimizar ou prevenir possíveis riscos à saúde (ANVISA, 2022). No entanto, embora os municípios realizem a fiscalização de seus estabelecimentos, muitas vezes esse processo apresenta falhas. Em diversos casos, conflitos políticos acabam interferindo, levando fiscais a ignorarem irregularidades em troca de benefícios pessoais, como apoio eleitoral ou relações de amizade. Esse tipo de conflito de interesses representa um risco grave à saúde da população, o que torna fundamental a realização de denúncias junto aos órgãos competentes, a fim de assegurar uma regulamentação mais eficaz e imparcial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a falta de conhecimento da população sobre o tema. Muitas pessoas, além de não buscarem informações sobre os produtos que adquirem, continuam fazendo uso deles mesmo cientes de sua ilegalidade, expondo-se a riscos à saúde. Nesse sentido, os municípios deveriam tratar a fiscalização sanitária com mais rigor e urgência, promovendo inspeções mensais e aplicando penalidades aos estabelecimentos irregulares. Além disso, seria fundamental que as prefeituras organizassem encontros com a comunidade, visando conscientizar e orientar a população sobre como identificar cosméticos regulamentados e seguros.

Frente a esse cenário, torna-se essencial a adoção de estratégias educativas, preventivas e repressivas. A conscientização da população sobre os riscos do uso de cosméticos irregulares, aliada à valorização da compra em canais confiáveis, é um dos caminhos para reduzir a demanda por esses produtos. Campanhas informativas, fiscalização integrada e atualização das normas sanitárias são medidas fundamentais para fortalecer o combate a esse problema e proteger a saúde coletiva. Além disso, é necessário incentivar a formalização de pequenos produtores, oferecendo capacitação técnica e acesso a programas de apoio, a fim de garantir que todos os produtos disponíveis no mercado estejam em conformidade com as exigências legais e sanitárias. Dessa forma, a problemática poderia ser minimizada, garantindo maior proteção e segurança no consumo de cosméticos.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a UNIARP, por proporcionar a realização do trabalho aqui apresentado, por todo o apoio durante o processo e pela oportunidade da participação da bolsa de 100% da Universidade Gratuita.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Anvisa publica edital de mapeamento de e-commerce. Brasília, 5 fev. 2021. Atualizado em: 1 nov. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-publica-edital-de-mapeamento-dee-commerce. Acesso em: 20 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Fiscalização sanitária: entenda as ações realizadas pela Anvisa. Brasília, 18 ago. 2022. Atualizado em: 19 set. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/fiscalizacao-sanitaria-entenda-as-acoes-realizadas-pela-anvisa. Acesso em: 20 out. 2025.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cosméticos irregulares oferecem riscos à saúde. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/. Acesso em: 03 set. 2025.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Saiba como consultar um produto de higiene pessoal, perfume ou cosmético. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/saiba-como-consultar-um-produto-de-higiene-pessoal-perfume-ou-cosmetico. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6437.htm. Acesso em 04 set. 2025.

GONÇALVES, Maria Augusta Vieira; FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. A comercialização de cosméticos falsificados em marketplaces, os seus riscos à saúde e as consequências jurídicas. In: ANAIS DO XV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOéTICA, 2023, Vitória. Anais eletrônicos..., Galoá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/bioetica-

2023/trabalhos/a-comercializacao-de-cosmeticos-falsificados-em-marketplaces-os-seus-riscos-a-sa?lang=pt-br. Acesso em: 17 set. 2025.

Silva, L. M., Ferreira, A. C., & Querobino, S. M. (2021). O Risco da Utilização de Produtos Cosméticos Falsificados / The Risk of Using Counterfeit Cosmetic Products. *ID on Line. **Revista De Psicologia***, *15*(57), 407–420. https://doi.org/10.14295/idonline.v15i57.3212. Acesso em: 01 out. 2025.

Vieira D, Duarte J, Vieira P, Gonçalves MBS, Figueiras A, Lohani A, Veiga F, Mascarenhas-Melo F. Regulamentação e Segurança de Cosméticos: Considerações Pré e Pós-Comercialização para Eventos Adversos e Impactos Ambientais. *Cosméticos*. 2024; 11(6):184. https://doi.org/10.3390/cosmetics11060184. Acesso em: 01 out. 2025.

COSMÉTICOS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE: INOVAÇÃO E SEGURANÇA NO SETOR COSMÉTICO

Categoria: Revisão de Literatura

Alice Aparecida Pereira Rodrigues[1]
Vanessa Bertotti Vargas[2]
Sally Douglas Narloch[3],[4]

Resumo – A indústria tem buscado alternativas de origem vegetal e processos produtivos menos agressivos ao meio ambiente, aliando tecnologia e responsabilidade socioambiental. Por meio de uma revisão de literatura realizada nas bases SciELO e Google Acadêmico, foram analisadas publicações e relatórios de empresas do setor que evidenciam a transição para práticas mais sustentáveis. Observou-se que a substituição de insumos sintéticos por ingredientes naturais, como óleos essenciais e antioxidantes vegetais, contribui para a redução de riscos toxicológicos e impactos ambientais. A nanotecnologia surge como uma ferramenta estratégica de inovação, permitindo maior eficiência das formulações e menor uso de conservantes. O estudo reforça que a sustentabilidade representa não apenas uma tendência, mas um pilar essencial de competitividade e ética para o futuro da indústria cosmética.

Palavras-chave: Cosméticos; Inovação; Sustentabilidade; Nanotecnologia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de sustentabilidade tem se tornado um dos principais pilares do setor cosmético, impulsionado por consumidores cada vez mais conscientes e exigentes em relação aos impactos ambientais e sociais das marcas (FURMAN et al., 2022). A busca por produtos naturais, veganos e ambientalmente responsáveis estimula as empresas a substituírem matérias-primas sintéticas por alternativas de origem vegetal, com menor impacto ambiental e melhor compatibilidade com a pele (ZUCCO; SOUSA; ROMEIRO, 2020).

Nesse contexto, a sustentabilidade deixou de ser apenas uma tendência e passou a representar um compromisso ético e estratégico das indústrias cosméticas. De acordo com Furman et al. (2022), as organizações do setor têm investido em processos produtivos mais limpos, adotando práticas que abrangem desde a seleção de insumos até o descarte responsável das embalagens.

A inovação tecnológica tem papel fundamental nesse processo, especialmente com a incorporação da nanotecnologia, que permite o desenvolvimento de formulações mais eficazes

[1] Aluno do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Coordenadora do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Social, Inovação e Gestão – GPDSIN.

e seguras, reduzindo o uso de conservantes sintéticos e melhorando a estabilidade dos produtos (ZUCCO; SOUSA; ROMEIRO, 2020). Segundo Ferreira et al. (2023), o uso de nanomateriais em cosméticos exige avaliações rigorosas de segurança para garantir a proteção do consumidor e atender a exigências regulatórias emergentes. Além disso, conforme Piluk et al. (2024), a intersecção entre metodologias de alta tecnologia e sustentabilidade oferece uma perspectiva inovadora para a indústria cosmética, ao utilizar sistemas de nanocarregadores para melhorar a entrega de compostos bioativos naturais.

Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar as principais tendências de inovação e sustentabilidade no setor cosmético, destacando práticas produtivas responsáveis, o uso de ingredientes naturais e os avanços tecnológicos que visam harmonizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, contemplando artigos, dissertações e documentos técnicos publicados entre 2015 e 2024

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura revelou que a sustentabilidade na indústria cosmética envolve ações que abrangem todo o ciclo de vida do produto — desde a escolha das matérias-primas até a distribuição e o descarte das embalagens (FURMAN et al., 2022). As empresas líderes do setor têm investido fortemente em pesquisa e desenvolvimento de ingredientes de origem vegetal, biodegradáveis e com comprovação de segurança dermatológica (ZUCCO; SOUSA; ROMEIRO, 2020).

A etapa de seleção de ingredientes ainda representa um dos maiores desafios, pois exige equilíbrio entre eficácia, estabilidade da formulação e impacto ambiental (FURMAN et al., 2022). Nesse sentido, observa-se o crescimento do uso de ativos naturais, como óleos essenciais, extratos vegetais e antioxidantes naturais, que, além de proporcionarem benefícios à pele, reduzem riscos toxicológicos e reforçam uma imagem de marca mais responsável (ZUCCO; SOUSA; ROMEIRO, 2020).

A nanotecnologia tem se destacado como uma ferramenta estratégica de inovação sustentável, permitindo maior penetração dos ativos e aumentando a eficiência das formulações (FERREIRA et al., 2023). Segundo Piluk et al. (2024), o uso de nanopartículas em produtos cosméticos possibilita a liberação controlada de substâncias bioativas e melhora o desempenho sensorial, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de conservantes sintéticos. Essa abordagem também contribui para a diminuição da carga química nas formulações, o que torna os produtos mais seguros e menos agressivos ao meio ambiente (FOTEVA, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos evidenciam que os cosméticos naturais e sustentáveis deixaram de ser apenas uma tendência passageira e tornaram-se uma estratégia fundamental para o

fortalecimento e a renovação da indústria cosmética. A busca por equilíbrio entre inovação tecnológica, responsabilidade ambiental e saúde humana revela uma mudança profunda na forma de produzir, consumir e compreender a beleza.

A integração entre tecnologia e sustentabilidade demonstra que é possível desenvolver produtos de alto desempenho sem comprometer o meio ambiente. A nanotecnologia, por exemplo, representa uma fronteira promissora, capaz de otimizar a eficiência das formulações e reduzir o uso de substâncias potencialmente nocivas. Esse avanço contribui não apenas para a eficácia dos produtos, mas também para a valorização de práticas éticas e conscientes no setor.

Além dos aspectos tecnológicos, a sustentabilidade envolve uma transformação cultural que abrange todas as etapas da cadeia produtiva — desde a escolha de matérias-primas até o descarte das embalagens. Essa mudança requer comprometimento contínuo com a pesquisa científica, com o aprimoramento de processos e com a educação dos consumidores para um consumo mais responsável.

A indústria cosmética, ao adotar uma postura comprometida com o desenvolvimento sustentável, amplia seu papel social e econômico, tornando-se agente de transformação e promotora de bem-estar coletivo. O futuro desse setor depende da capacidade de aliar inovação, transparência e responsabilidade ambiental, construindo uma cosmética que valorize não apenas a aparência, mas também o respeito à vida e ao planeta

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Assistência Social e ao Programa Universidade Gratuita.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Laura; PIRES, Patrícia C.; FONSECA, Mariana; COSTA, Gustavo; GIRAM, Prabhanjan Shridhar; MAZZOLA, Priscila Gava; BELL, Victoria; MASCARENHAS-MELO, Filipa; VEIGA, Francisco; PAIVA-SANTOS, Ana Cláudia. Nanomaterials in Cosmetics: An Outlook for European Regulatory Requirements and a Step Forward in Sustainability. Cosmetics, v. 10, n. 2, p. 53, 2023.

PILUK, Thipphathong (Dorothy); FACCIO, Greta; LETSIOU, Sophia; LIANG, Robert; FREIRE-GORMALY, Marina. A Critical Review Investigating the Use of Nanoparticles in Cosmetic Skin Products. Environmental Science: Nano, v. 11, p. 3674-3692, 2024.

ZUCCO, Alba; SOUSA, Francisco Santana de; ROMEIRO, Maria do Carmo. Cosméticos naturais: uma opção de inovação sustentável nas empresas. Brazilian Journals of Business, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 2684-2701, jul./set. 2020.

FURMAN, Ana Carolina; VEIT, Márcia Teresinha; PALÁCIO, Soraya Moreno; GONÇALVES, Gilberto da Cunha; BARBIERI, Jéssica Caroline Zanette. Sustentabilidade no processo produtivo da indústria cosmética: uma revisão da literatura. Research, Society and Development, v. 11, n. 13, e586111335852, 2022.

FOTEVA, Tsvetelina. Nanotechnology in the Cosmetic Industry (Review). Journal of Chemical Technology and Metallurgy, v. 59, n. 1, 2024.

GULATI, Shikha; AMAR, Anoushka; CHHABRA, Lakshita; KATIYAR, Riya; MEENAKSHI; SAHU, Tanu; VARMA, Rajender S. Greener Nanobiopolymers and Nanoencapsulation: Environmental Implications and Future Prospects. RSC Sustainability, 2024.

DIREITO

MULTIPARENTALIDADE: EFEITOS JURÍDICOS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Ana Caroline Luchesi[1]
Jaqueline da Silva[2]
Jociane Machiavelli[3]

Resumo – A filiação pluriparental, já reconhecida pela jurisprudência brasileira, reflete a realidade social atual e assegura efeitos jurídicos. Diferentemente do modelo tradicional que restringia direitos apenas aos filhos legítimos, admite-se hoje a coexistência de múltiplas relações de filiação, possibilitando, por exemplo, o reconhecimento simultâneo de dois pais ou duas mães.

Palavras-chave: pluriparentalidade; sucessão; alimentos; afetividade; jurídicos.

INTRODUÇÃO

A filiação multiparental, consolidou-se como uma realidade social e jurídica no Brasil, ela é fruto de transformações ocorridas no direito de família nas últimas décadas. Historicamente, o ordenamento jurídico restringia o reconhecimento da filiação ao vínculo matrimonial, atribuindo apenas ao filho legítimo oriundo do casamento. A Constituição Federal de 1988, entretanto, rompeu com essa lógica discriminatória, ao estabelecer a igualdade entre os filhos, vedando qualquer distinção feita entre eles (Damian, 2021).

Nesse contexto, a noção de família deixou de se restringir exclusivamente ao critério biológico, passando a abranger também a dimensão afetiva. Essa evolução possibilitou o reconhecimento simultâneo de vínculos de natureza biológica e socioafetiva, de modo que um mesmo indivíduo possa ter registrado mais de um pai ou mais de uma mãe, assegurando a todos os envolvidos a plenitude dos efeitos jurídicos decorrentes dessa filiação (Damian, 2021).

Deste modo, a multiparentalidade não apenas traduz a evolução social de constituição de famílias, como também representa a efetivação de princípios constitucionais fundamentais, dentre eles o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (Damian, 2021).

METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por adotar uma metodologia dedutiva, com pesquisa qualitativa e bibliográfica. Por metodologia dedutiva parte de um conhecimento amplo e vai até o conhecimento específico (Vieira, 2019).

[1]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 romperam com a lógica discriminatória anteriormente presente no ordenamento jurídico, que distinguia filhos legítimos e ilegítimos. O Código Civil de 1916, por exemplo, classificava como "bastardos" os filhos havidos fora do casamento. A Constituição de 1988, em seu artigo 227, § 6º, e o artigo 1.596 do Código Civil de 2002, consolidaram a igualdade entre todos os filhos, vedando qualquer distinção discriminatória (Brasil, 1988, 2002).

O conceito de família tem passado por significativas transformações ao longo do tempo, especialmente no que se refere às formações multiparentais e às famílias reconstituídas, nas quais os filhos de uniões anteriores de um dos cônjuges passam a integrar a nova dinâmica familiar. Esse cenário suscita importantes reflexões no campo jurídico, particularmente quanto às consequências decorrentes do falecimento de um dos pais, como a partilha sucessória e quanto aos efeitos jurídicos que emergem em situações de dissolução da união conjugal (Almeida, 2020).

O Código Civil de 2002, por sua vez, atendendo ao princípio constitucional da igualdade da filiação, proibiu qualquer discriminação entre os filhos, conferindo igual qualificação e garantindo os mesmos direitos para todos os filhos (Almeida, 2020). É o que se verifica do art. 1596 do Código Civil:

> Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (Brasil, 2002, art. 1596).

Em comunhão com o artigo 1.596, o artigo 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças fundamentais, mesmo se tratando apenas de adoção, abre margem para trazer o assunto multiparentalidade para o ordenamento jurídico:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
>
> [....]
>
> § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (Brasil, 1988, art. 227).

Diante do exposto, observa-se que a Constituição Federal, em seu art. 227, estabelece de forma inequívoca que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, a proteção integral da criança, do adolescente e do jovem, garantindo-lhes não apenas o direito à vida, à saúde, à educação e ao lazer, mas também a convivência familiar digna e harmoniosa. Nesse contexto, o §6º reforça a vedação de qualquer discriminação entre filhos, sejam eles oriundos da relação matrimonial, extramatrimonial ou por adoção, assegurando plena igualdade de direitos e qualificações. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro confirma a

centralidade da dignidade da pessoa humana e a proteção da filiação em todas as suas formas, reafirmando que a afetividade e a ausência de discriminação são pilares estruturantes do conceito contemporâneo de família.

CONCEITO DE MULTIPARENTALIDADE

O conceito de pluriparentalidade, também denominado multiparentalidade, refere-se ao reconhecimento jurídico da possibilidade de uma mesma pessoa possuir simultaneamente mais de dois vínculos parentais, sejam eles de natureza biológica ou socioafetiva. Tal fenômeno representa um avanço no âmbito do direito de família, ao traduzir as transformações da realidade social contemporânea, caracterizada pela presença de famílias reconstituídas, pela valorização de laços afetivos duradouros e pela diversidade de arranjos familiares que se consolidam no convívio social.

Conforme destaca Zamaratto (2021), no campo jurídico, assim como em outras dimensões da vida social, o ser humano constitui a medida central de todas as coisas. Sob essa perspectiva, a multiparentalidade se apresenta como expressão do princípio da dignidade da pessoa humana, ao admitir a coexistência de múltiplos vínculos parentais em torno de um mesmo indivíduo. Tal concepção amplia o entendimento da filiação, que não se restringe à origem biológica, mas abarca igualmente os laços socioafetivos, refletindo, assim, as formas contemporâneas de constituição familiar.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 898.060/SC, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux e apreciado em 21 de setembro de 2016, fixou a tese de repercussão geral (Tema 622), reconhecendo a possibilidade da multiparentalidade, de modo que a existência da paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento concomitante da filiação biológica, atribuindo-se a ambos os vínculos os respectivos efeitos jurídicos:

Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais" (Brasil, 2016, ementa).

DOS EFEITOS JURÍDICOS DA MULITPARENTALIDADE

A Constituição Federal de 1988 representou um marco inovador no ordenamento jurídico brasileiro ao assegurar a igualdade de todos perante a lei, vedando qualquer forma de distinção entre os filhos. Assim, em caráter amplo, todos passam a ter garantido o direito sucessório em condições de plena igualdade, uma vez que são igualmente reconhecidos como descendentes (Brasil, 1988).

Para a configuração do parentesco socioafetivo, faz-se necessária a presença de alguns requisitos essenciais: a existência de laço de afetividade, a convivência duradoura e a consolidação de um vínculo sólido entre as partes. Dessa forma, o parentesco socioafetivo estabelece-se a partir da relação afetiva construída no convívio contínuo, de tal modo que se

equipare, em intensidade e relevância, ao vínculo que naturalmente se forma entre pais e filhos biológicos (Cavalcante, 2021).

Para a configuração do parentesco socioafetivo, faz-se necessária a presença de alguns requisitos essenciais: a existência de laço de afetividade, a convivência duradoura e a consolidação de um vínculo sólido entre as partes. Dessa forma, o parentesco socioafetivo estabelece-se a partir da relação afetiva construída no convívio contínuo, de tal modo que se equipare, em intensidade e relevância, ao vínculo que naturalmente se forma entre pais e filhos biológicos (Cavalcante, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiparentalidade representa um marco na evolução do Direito de Família brasileiro, evidenciando a sua capacidade de se adaptar às transformações da realidade social. Por muito tempo, a filiação foi compreendida unicamente sob a ótica biológica ou matrimonial, relegando a segundo plano os vínculos afetivos que, na prática, sempre exerceram papel central na formação da identidade e no desenvolvimento das pessoas. Atualmente, o ordenamento jurídico reconhece que a parentalidade não se restringe ao vínculo sanguíneo, podendo também derivar do cuidado, da convivência contínua e da construção de laços socioafetivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n.º 898.060**, Relator Ministro Luiz Fux, julgado em 21 set. 2016 (Tema 622), DJE 21 set. 2016. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/re898060.pdf. Acesso em: 03 set. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Agravo de Instrumento* n. 2012.056213-6, de Navegantes. Relator: Des. Ronei Danielli. Sexta Câmara de Direito Civil, julgado em 21 fev. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código Civil.** Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060**. Relator: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/re898060.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALCANTE, Leticia Vivianne Duarte. **A multiparentalidade e os efeitos sucessórios: as repercussões do reconhecimento da multiparentalidade na sucessão pelos ascendentes**. 2021. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73217. Acesso em: 21 ago. 2025.

ZAMATARO, Yves Alessandro R. Direito de Família em tempos líquidos. São Paulo: Almedina, 2021. E-book. Capa. ISBN 9786556272245. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272245/. Acesso em: 24 ago. 2025

A NOTA PROMISSÓRIA (NP) E SUA EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO CIVIL

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Marilse da Cruz[1]
Adriana Pereira Benjamini[2]

Resumo – O presente Resumo nasceu da curiosidade sobre o mecanismo do título executivo extrajudicial e da necessidade de descrever/fornecer mais informações sobre as Notas Promissórias (NP), pois apesar de sua ampla utilização cambiária comercial, poucos realmente sabem sobre o seu funcionamento. Desta forma, buscou-se trazer informações sobre seu significado, modo de circulação e conteúdo, através de uma análise dedutiva bibliográfica, extraída de doutrinas, leis e decisões judiciais, que prescrevessem sobre os títulos de crédito, mais especificamente sobre a NP. Conclui-se com este Resumo, que a nota promissória é um ótimo instrumento de título de crédito extrajudicial, que pode ser cobrada judicialmente, além de ser célere, entretanto, é de extrema importância tomar certos cuidados ao emiti-la, pois para que ela tenha eficácia deve-se seguir certos requisitos de validade.

Palavras-chave: cobrança; direitos; informação; nota promissória.

INTRODUÇÃO

O crédito é formado por duas partes e acontece como uma espécie de troca, quem tem certo recurso, fornece a quem dele necessita, com a promessa de pagamento futuro. Um exemplo desta circulação de bens, é a nota promissória assinada em troca de algo, que pode ser valor monetário, sobre vendas de vestuários, móveis, eletrodomésticos e outras formas (Rogers et al., 2014). Tal título trouxe facilidade para quem precisa de uma alternativa de pagamento imediato, por isso, a segurança quanto do documento é necessária, tanto para quem cede algo, quanto para quem recebe. Apesar de ser um título muito antigo, ainda nos dias atuais fornece segurança adequada para que particulares negociem no Brasil de modo simples e rápido (Amaral; Figueiredo, 2025).

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou-se do método bibliográfico, através da análise de doutrinas, leis e decisões judiciais que versam sobre os títulos de crédito, focando especialmente, na nota promissória. O procedimento utilizado foi dedutivo, onde se começou com a apresentação do conceito geral de títulos de crédito e posteriormente, se seguiu para as regras específicas da nota

[1]Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.
[2]Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp.

promissória. A abordagem foi qualitativa, interpretando a teoria e a prática da execução desse título.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o avanço das relações comerciais, especialmente, em um contexto histórico marcado por longas viagens de mercadores, tornou-se arriscado e desnecessário o transporte de grandes quantias em espécie. Diante desta necessidade prática, surgiram os títulos de crédito, instrumentos que possibilitaram maior segurança e agilidade nas transações econômicas, por sua natureza de fácil circulação e substituição do numerário (Colla; Scupinari, 2015).

Um título de crédito, segundo Netto (1979), consiste em um documento de extrema relevância, pois ele é a prova de que alguém tem direito de exigir receber de outrem algo pré-determinado naquele crédito, porém, como qualquer documento, para ser reputado válido, o título precisa seguir algumas regras e princípios, contribuindo para assegurar a segurança jurídica. Esses créditos são classificados em espécies, alguns deles são mais popularmente conhecidos como a Letra de Câmbio; Cheque; Duplicata; Cédula Rural Hipotecária e a Nota Promissória, que será tema central do presente Resumo.

Primeiramente, os princípios criados para dar norte às leis, quando se fala em títulos de crédito, segundo Garcia (2024) são:

a. Cartularidade: não se pode exigir o pagamento de um crédito sem a posse do documento que comprove tal negócio entre as partes.

b. Literalidade: só pode ser cobrado o que está acordado no título, não se pode cobrar a mais do que estava especificado desde o início.

c. Autonomia: trata-se de um dos princípios mais importantes, pois dá a nota promissória a autonomia de circular livremente, se desvinculando da obrigação originária.

A nota promissória constitui um título de crédito que expressa de forma formal e autônoma, uma promessa pura e simples de pagamento, desvinculada de qualquer condição. Sua regulamentação encontra-se nos Decretos nº 2.044/1908 e nº 57.663/1966 e de forma subsidiária no Código Civil de 2002. O valor da nota promissória é livremente ajustado entre as partes, conforme o objeto da obrigação assumida. Contudo, para que produza validade jurídica e eficácia executiva, especialmente em eventual cobrança judicial, deve conter certos requisitos legais indispensáveis, como a denominação "nota promissória", a promessa incondicional de pagamento, a data de vencimento, o local de pagamento, a identificação do beneficiário e a assinatura do emitente (Lomba et al., 2014).

Naturalmente, conforme está previsto nos decretos, quando o credor não tem mais a nota promissória, conhecida como cartularidade, ele não pode cobrá-la, pois sua natureza e finalidade se acaba através do pagamento ou do perdimento do documento. Contudo, é importante anotar que o devedor deve receber novamente este título após quitá-lo, cabendo a ele, inutilizá-lo, finalizando a obrigação, pois se presume que o negócio foi quitado e chegou ao fim com o retorno da nota promissória para as mãos do devedor. Se esta nota por algum motivo não estiver

mais com o credor, deve o devedor, mediante o pagamento, exigir que o credor faça uma declaração inutilizando a nota "extraviada" daquela obrigação, de acordo com o art. 321 do Código Civil de 2002. Deste modo, se pode verificar a importância, tanto do credor guardá-la como prova de título judicial, quanto do devedor resgatar esse título ou ter em mãos uma declaração nulificando a NP ao final da obrigação, somente assim se evitará cobranças indevidas (Lopes, 2017), afinal como dizia um ditado popular "quem paga mal, paga duas vezes".

Clarificando o exposto, o julgado Apelação Cível nº 1.0000.25.119039-3/001 - Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aduz que, se deve recuperar novamente a Nota Promissória ou declaração no caso de extravio, para se comprovar o pagamento, como se pode conferir no recorte abaixo:

> [...]A alegação de quitação não se sustenta, pois os documentos juntados (transferências, cheques e anotações) não comprovam de forma clara e objetiva o pagamento do valor exato constante do título, tampouco há recibo ou manifestação escrita do credor nos termos do art. 320 do Código Civil [...] (Apelação Cível nº 1.0000.25.119039-3/001 – Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Conforme já mencionado, a nota promissória é regulamentada pela Lei Uniforme de Genebra, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 57.663/1966, que estabelece seus requisitos essenciais no art. 75 e disciplina aspectos como endosso, vencimento e prescrição nos arts. 76 e seguintes. O Código Civil, por sua vez, a partir do art. 887 e seguintes, oferece respaldo subsidiário conceitual ao definir o título de crédito; ao dispor sobre a emissão à ordem ou ao portador e a circulação do título, ao afirmar que o título somente produz efeitos quando preenchidos os requisitos legais. Os arts. 104 e 166 do Código Civil de 2002 trata dos requisitos gerais de validade dos negócios jurídicos como capacidade das partes, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e em conformidade com a lei, cuja ausência pode acarretar a nulidade do negócio jurídico. Além disso, conforme o art. 903, aplicam-se aos títulos de crédito, no que couber, as disposições da Lei Uniforme de Genebra, integrando o regime geral do Código Civil às regras específicas da nota promissória. Desta forma, essa relação normativa evidencia a coerência entre a disciplina especial dos títulos de crédito e os princípios gerais do direito obrigacional, reforçando a segurança jurídica e a previsibilidade das relações creditícias (Brasil, 2002).

Reconhecida como título executivo extrajudicial pelo artigo 784, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, a nota promissória destaca-se pela celeridade na satisfação do crédito, uma vez que permite a execução direta da obrigação, sem necessidade de instauração prévia de processo de conhecimento (Brasil, 2015). Conforme observa Garcia (2013), além do protesto de títulos, que transformou o documento de mera prova do inadimplemento em efetivo instrumento de cobrança, outros mecanismos, como o registro de negativação em bancos de dados de crédito e a inclusão da dívida em cadastro da Fazenda Pública, contribuíram para a efetividade da tutela executiva, desafogando o Poder Judiciário e ampliando as formas de coerção do devedor.

A celeridade processual, princípio fundamental da execução civil, é aspecto intrínseco à natureza desse título de crédito. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Justiça (STJ), em recentes

julgados, tem reafirmado que o magistrado não deve impor obstáculos indevidos à efetivação do direito comprovado, reforçando a importância da eficiência e da economia processual na tutela executiva, in verbis:

> [...] Tal norma deve ser interpretada de forma a garantir maior amplitude possível à concretização da tutela executiva, em conformidade com o princípio da efetividade do processo, não se mostrando razoável que o Poder Judiciário imponha restrição ao implemento dessa medida [...] (STJ, REsp 1.835.778/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 04/02/2020, DJe 06/02/2020).

Embora o direito de cobrança seja assegurado ao credor, é imprescindível observar que a validade da nota promissória depende do cumprimento rigoroso dos requisitos legais. O título poderá ser considerado inválido para fins de execução caso apresente inconsistências formais, como ausência de informações essenciais, rasuras, ou a falta de assinatura do emitente. De acordo com Gularte (2025), somente quando devidamente preenchidos todos os elementos obrigatórios: a identificação das partes; o valor; a data de vencimento; o local de pagamento e a assinatura, é que o documento adquire força executiva, podendo ser cobrado judicial ou extrajudicialmente, conforme sua natureza e finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nota promissória constitui um título de crédito simples, prático e amplamente utilizado. Seu procedimento de cobrança caracteriza-se pela celeridade e eficácia, podendo ser exigida tanto por meios judiciais e extrajudiciais. Todavia, como em todo negócio jurídico, é indispensável a observância dos requisitos legais de validade, sob pena de nulidade e eventuais prejuízos tanto ao credor quanto ao devedor.

Apesar da modernização dos meios de pagamento e da expansão das transações digitais, a nota promissória mantém relevância e funcionalidade no contexto jurídico e comercial brasileiro, especialmente, em pequenos empreendimentos. Contudo, é essencial que os signatários compreendam o alcance jurídico e as consequências decorrentes de sua emissão e assinatura, uma vez que o desconhecimento acerca de suas implicações pode resultar em ônus financeiros e patrimoniais significativos. Assim, a prudência e a informação adequada permanecem pilares fundamentais para a segurança nas relações creditícias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Líviam Chaves; FIGUEIREDO, Cristiane Xavier. Nota promissória: a evolução e relevância contínua nas transações comerciais. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, Teófilo Otoni, v. 2, n. 1, 2025. DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.38831. Disponível em: https://jrnm.ojsbr.com/juridica/article/view/3883. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.** Promulga a Lei Uniforme sobre a Letra de Câmbio e a Nota Promissória (Lei Uniforme de Genebra). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 jan. 1966. Acesso em 08 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908**. Define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiais. Brasília, DF: Presidência da República, 1908. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl2044-1908.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 mar. 2015. Acesso em 30 set. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **Recurso Especial 1.835.778/PR. Cumprimento de sentença. [...]** Relator: MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 4 de fevereiro de 2020. Diário da Justiça eletrônico, Brasília, DF, 6 fev. 2020. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=101059365&tipo=5&nreg=201802644940&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20200206&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 1 out. 2025.

COLLA, Ana Cristina da Silva; SCUPINARI, Antônio Geraldo. Princípios dos títulos de crédito. **JICEX – Revista de Iniciação Científica e Extensão Universitária**, v. 5, n. 5, 27 jan. 2017. Disponível em: https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/1257. Acesso em: 1 out. 2025.

GARCIA, Erick Labanca. Títulos de crédito: características e princípios do direito cambiário. **Jus.com.br**, 23 out. 2024. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/111398/titulos-de-credito-caracteristicas-e-principios-do-direito-cambiario. Acesso em: 1 out. 2025.

GARCIA, Raquel Duarte. **Protesto de títulos de créditos e documentos de dívida como solução extrajudicial para recuperação e execução de créditos.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2013. Disponível em: dissertaçãoprotesto.pdf https://share.google/Tf2KEpPJYoVrB0WA1. Acesso em: 01 out. 2025.

GULARTE, Charles. Nota promissória: o que é, como funciona, como fazer e qual a garantia? **Blog Tributação (Contabilizei)**, 2025. Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/nota-promissoria. Acesso em: 8 out. 2025.

LOMBA, Ana Paula Leopoldo; AGNE, Karime Pereira Bednasky; CORDEIRO, Liziane de Lara; BARBOSA, Marciane da Silva; FERREIRA, Sarandy Amaro; GONÇALVES, Dalva Araújo. Nota promissória. **JICEX**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/678. Acesso em: 8 out. 2025.

LOPES, Geraldo Evangelista. Notas Promissórias e o Princípio da Cartularidade: eficácia do pagamento e o resgate. **Jus.com.br**, 02 nov. 2017. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/61662/notas-promissorias-e-o-principio-da-cartulidade. Acesso em: 1 out. 2025.

NETTO, Domingos Franciulli. Introdução à teoria geral dos títulos de crédito. **Revista de Direito Civil: imobiliário, agrário e empresarial,** São Paulo, n. 7, p. 159-166, jan./mar. 1979. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/10006. Acesso em: 30 set. 2025.

ROGERS, Dany; JÚNIOR, Edmar José; BUIATTI, Mauro Caetano; ROGERS, Pablo. Crédito informal: utilização e sua relevância em micro e pequenas empresas. **In: SEMEAD – Seminários em Administração**, 17, 2014, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA/USP, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281274344_CREDITO_INFORMAL_UTILIZACAO_E_SUA_RELEVANCIA_EM_MICRO_E_PEQUENAS_EMPRESAS. Acesso em: 8 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Apelação Cível nº 1.0000.25.119039-3/001**. [...] Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Relator: Des. Rui de Almeida Magalhães. Julgado em 16/07/2025. Publicado em 16/07/2025. Disponível em: https://share.google/X7B3w0qkhxz6IzeFb. Acesso em: 02 out. 2025.

O PAPEL DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NA RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS DE GUARDA

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Bruna Indianara Costa[1]
Gizele Aparecida Gomes[2]
Marcelo Ouriques[3]
Marcos Gabriel Ramos[4]
Jociane Machiavelli[5]

Resumo – Este artigo explora a mediação familiar como um instrumento eficaz na pacificação de conflitos de guarda, analisando seus fundamentos teóricos, aplicação prática e benefícios para as famílias envolvidas. Serão abordados os desafios e as vantagens da mediação em comparação com a via judicial tradicional, destacando seu papel na promoção de soluções consensuais e na preservação dos vínculos familiares. O estudo visa demonstrar como a mediação contribui para o bem-estar de crianças e adolescentes em situações de disputa de guarda, oferecendo um caminho mais humanizado e colaborativo para a resolução de litígios.

Palavras-chave: Mediação Familiar. Conflitos de Guarda. Direito de Família. Resolução Consensual. Diálogo.

1 INTRODUÇÃO

A desintegração familiar, resultante de divórcios, separações ou dissoluções de uniões estáveis, tem se tornado cada vez mais comum e, quando há filhos, o processo torna-se mais complexo devido às decisões sobre guarda, convivência e pensão alimentícia, que impactam diretamente o desenvolvimento emocional e social das crianças. Tradicionalmente, o Judiciário é o principal meio de resolução desses conflitos, mas sua atuação muitas vezes transforma o ambiente familiar em um campo de disputas, gerando ressentimentos e dificultando a cooperação entre os pais, o que pode prejudicar o bem-estar dos filhos. Nesse contexto, a mediação familiar surge como uma alternativa mais humanizada e eficaz, ao priorizar o diálogo e a construção conjunta de soluções que atendam ao melhor interesse das crianças, em vez de impor decisões unilaterais. (Almeida, 2023).

Este artigo tem como objetivo aprofundar a compreensão da mediação familiar como instrumento essencial na resolução de conflitos de guarda, abordando seus fundamentos teóricos, evolução histórica e base jurídica no Brasil. Analisa as vantagens em relação ao processo judicial, como a autonomia das partes, a preservação dos vínculos familiares e os benefícios para

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

o desenvolvimento infantil, além de discutir seus desafios, limitações e perspectivas de aprimoramento no contexto jurídico e social brasileiro, diante da crescente valorização dos métodos alternativos de resolução de conflitos. (Almeida, 2023).

2 METODOLOGIA

O ato de fazer ciência é utilizar um método científico para defender um ponto de vista. Para a ciência, defender a neutralidade dentro da metodologia transforma-se em algo complicado, pois nessa área, não está relacionado a algo puro ou sem interferência valorativa, trata-se de partir do objetivo de pesquisa. Desse modo utilizamos a pesquisa qualitativa, através de livros e artigos sobre o tema da presente pesquisa e buscamos estabelecer um roteiro para a elaboração da nossa produção acadêmica (Alexandre, 2021).

3 MEDIAÇÃO FAMILIAR

A mediação familiar tem se destacado como um método eficaz e humanizado para a resolução consensual de conflitos de guarda, ao oferecer uma alternativa construtiva ao modelo adversarial do Judiciário brasileiro. Sua eficácia está em promover o diálogo, a autonomia das partes e a construção de soluções personalizadas que priorizam o melhor interesse da criança e do adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e não como objetos de disputa. Ao valorizar o afeto e a manutenção de vínculos equilibrados com ambos os pais, a mediação contribui para a proteção e o desenvolvimento saudável dos filhos, evitando conflitos prolongados e reduzindo o risco de alienação parental (Almeida, 2023).

3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

A mediação familiar fundamenta-se em princípios e teorias que a diferenciam do processo judicial tradicional, destacando-se a Teoria da Comunicação, a Teoria dos Conflitos e a Teoria Sistêmica. A Teoria da Comunicação ressalta que muitos conflitos decorrem de falhas comunicativas, e a mediação atua como facilitadora ao restabelecer o diálogo claro e assertivo entre as partes. Além disso, está em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da afetividade e da solidariedade, previstos na Constituição Federal de 1988, promovendo um Direito de Família mais humanizado e voltado à construção de soluções que respeitem os valores fundamentais da convivência familiar. (Da Costa Carvalho, 2024)

A mediação, ao se basear na Teoria dos Conflitos, vai além de ver a divergência como algo ruim, enxergando-a como uma chance de crescimento e mudança, e usando a Teoria Sistêmica para entender a família como um sistema único, onde a separação dos pais é apenas uma reorganização. Em conflitos de guarda, o mediador ajuda os pais a verem como suas ações afetam o bem-estar dos filhos, promovendo uma parentalidade cooperativa. Uma das principais conquistas da mediação é reabrir o diálogo entre os genitores, que muitas vezes está prejudicado por ressentimentos, criando um ambiente seguro para a troca de ideias. Essa abordagem também destaca a criança como alguém com direitos próprios, e não apenas um objeto de disputa, priorizando seu interesse e assegurando sua relação com os dois pais, o que faz da guarda compartilhada uma ferramenta para garantir que ambos participem ativamente da vida dos filhos. (Da Costa Carvalho, 2024)

3.2 AUTONOMIA E CORRESPONSABILIDADE PARENTAL NA CONSTRUÇÃO DE ACORDOS

A mediação capacita os pais a serem os principais responsáveis pelas decisões sobre a guarda dos filhos, permitindo que construam soluções personalizadas que consideram a realidade da família, em vez de aceitar uma imposição judicial. Esse processo de autocomposição aumenta a responsabilidade e o comprometimento com o acordo, diminuindo a chance de novos conflitos. A participação ativa dos pais na construção do consenso os faz se sentirem mais donos da solução, o que é especialmente importante para modelos como a guarda compartilhada, que exige cooperação e comunicação contínuas. A mediação, assim, estabelece uma base sólida para uma parentalidade conjunta eficaz (Da Costa Carvalho, 2024).

3.3 O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO PRIORIDADE

O melhor interesse da criança é o ponto principal da mediação em disputas de guarda, com o mediador ajudando os pais a se concentrarem nas necessidades e no bem-estar dos filhos. Isso leva a acordos que garantem a manutenção dos laços afetivos com ambos os genitores, a rotina, a educação e a saúde das crianças, minimizando os efeitos negativos do divórcio. A mediação também garante que a voz da criança seja ouvida, direta ou indiretamente, criando um ambiente onde ela se sinta segura e amada por ambos os pais (Da Costa Carvalho, 2024).

3.4 MEDIAÇÃO E O SISTEMA JUDICIÁRIO

A mediação familiar contribui para a redução da litigiosidade e para a celeridade processual, ajudando as famílias a evitar longos e caros processos judiciais. Ao permitir que os pais construam seus próprios acordos, a mediação gera soluções mais duradouras e que são menos propensas a serem descumpridas, o que diminui a necessidade de as partes voltarem ao tribunal. Isso não apenas alivia o desgaste emocional e financeiro das famílias, mas também contribui para desafogar o sistema judiciário, permitindo que os tribunais se concentrem em casos que realmente exigem intervenção (Silva, 2024).

3.5 JUSTIÇA RESTAURATIVA E O PAPEL DO MEDIADOR

A justiça restaurativa é uma ferramenta que busca a raiz dos conflitos por meio de um diálogo humanizado entre as partes, permitindo que elas cheguem a soluções cooperativas e eficazes. O mediador familiar é uma figura central nesse processo, atuando como um facilitador imparcial para auxiliar os pais a navegarem pelas divergências, identificarem seus interesses e construírem soluções. Suas habilidades, como a escuta ativa e a gestão de emoções, são essenciais para criar um ambiente de confiança e respeito mútuo, enquanto a interdisciplinaridade com outras áreas, como a psicologia, garante que as soluções sejam completas e abordem todos os aspectos do conflito (Fróes, 2023).

3.6 DESAFIOS E AMPARO LEGAL

Apesar de seus benefícios, a mediação familiar enfrenta desafios, como a necessidade de profissionais devidamente capacitados. A falta de formação adequada pode prejudicar o processo e gerar acordos inadequados. Além disso, a mediação não é apropriada para todos os casos, principalmente aqueles que envolvem violência doméstica, onde a segurança das vítimas

pode ser comprometida. No Brasil, a mediação tem ganhado amparo legal com a Lei de Mediação (13.140/2015) e o Código de Processo Civil, que estabelecem princípios como a imparcialidade, a confidencialidade e a busca do consenso, incentivando o uso da mediação como uma etapa obrigatória em muitos processos judiciais de família (Silva, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo demonstra que a mediação familiar se tornou uma ferramenta eficaz para resolver conflitos de guarda, sendo mais rápida e econômica que o método judicial. Baseada na comunicação, ela permite que os pais participem ativamente da criação de acordos personalizados e duradouros, o que fortalece a cooperação e diminui a chance de novos litígios.

O processo prioriza o melhor interesse da criança, garantindo que as necessidades dela estejam acima das disputas dos pais. Isso ajuda a preservar o vínculo com ambos os genitores e cria um ambiente mais saudável para o desenvolvimento dos filhos.

Apesar de seus benefícios, a mediação ainda enfrenta desafios, como a resistência ao diálogo e a necessidade de mediadores bem treinados. Para que se consolide como um método efetivo, é essencial o apoio da legislação e de políticas públicas que incentivem a capacitação e a conscientização sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica. Princípios e Fundamentos (3a ed.). São Paulo: Blucher. E-Book, 2021.Disponível em: https://storage.blucher.com.br/book/pdf_preview/9786555062229-amostra.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

ALMEIDA, Maria de Fatima de. A MEDIAÇÃO FAMILIAR E A GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 3, 431–452, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i3.8778. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8778. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

DA COSTA CARVALHO, Amanda. MEDIAÇÃO E GUARDA COMPARTILHADA. REVISTA JURÍDICA GRALHA AZUL - TJPR, [S. l.], v. 1, n. 23, 2024. Disponível em: https://revista.tjpr.jus.br/gralhaazul/article/view/29. Acesso em: 06 out. 2025.

FRÓES, Iara Alves Etti. O Conceito de Justiça Restaurativa no Direito Brasileiro. Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_IaraAlvesEttiFroes_30565_Textocompleto. pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

SILVA. Eduardo Henrique Xavier Da, NUNES. Michel Medeiros. A utilização da justiça restaurativa como abordagem inovadora na solução de conflitos familiares. Revista Direito, Desenvolvimento e Cidadania, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/revistadireitodesenvolvimento/article/view/1720/951. Acesso em: 06 out. 2025.

EXECUÇÃO TRABALHISTA E A EFETIVIDADE DAS DECISÕES

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Ana Caroline Luchesi[1]
Ester Anne Hammes de Oliveira[2]
Jaqueline da Silva[3]
Ana Lilian Villwock Azevedo[4]

Resumo – A execução trabalhista enfrenta desafios significativos, como a morosidade judicial e fraudes, que comprometem a eficácia das decisões. Embora a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Código de Processo Civil (CPC) estabeleçam a ordem de execução, a falta de recursos, humanos e tecnológicos prejudica a eficiência da Justiça do Trabalho. A modernização das ferramentas eletrônicas e a cooperação entre os órgãos competentes são essenciais para agilizar os processos. Além disso, a adoção de medidas atípicas, como a suspensão da CNH e o bloqueio de passaportes, tem sido utilizada para coagir empregadores inadimplentes.

Palavras-chave: trabalho; eficiência; execução.

INTRODUÇÃO

O Processo de Execução Trabalhista desempenha um papel crucial na garantia dos direitos dos trabalhadores e na efetividade das decisões judiciais no âmbito laboral. A legislação trabalhista brasileira busca assegurar condições dignas e justas nas relações de trabalho, protegendo o trabalhador contra práticas que comprometam seus direitos (MARQUES; PRESAS, 2021).

No entanto, a realidade revela desafios significativos, especialmente na fase de execução, que visa garantir o cumprimento das obrigações reconhecidas judicialmente. Este texto explora os obstáculos enfrentados pelo processo de execução trabalhista, como a morosidade judicial e as fraudes contra credores, além de abordar mecanismos e medidas que visam promover maior eficácia e celeridade na satisfação dos créditos trabalhistas (MARQUES; PRESAS, 2021).

METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por adotar uma metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica. Para tanto, foram utilizados, para a pesquisa, artigos científicos do Google acadêmico, livros da biblioteca da Uniarp e revistas eletrônicas.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

O PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

A legislação trabalhista garante condições dignas de trabalho e equilibra as relações entre empregadores e empregados. No entanto, muitos empregadores descumprem essas normas, levando os trabalhadores a recorrerem à Justiça do Trabalho. A Reclamação Trabalhista, prevista no artigo 840 da CLT, permite ao empregado reivindicar seus direitos. Quando reconhecidos, o empregador deve cumprir essa obrigação e quando ocorre o descumprimento deste, exige que o empregado dê início a fase de execução para garantir o pagamento das verbas devidas (BRASIL, 1943).

A execução no processo do trabalho segue as diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, de forma subsidiária, do Código de Processo Civil (CPC). Como a execução trabalhista busca garantir a celeridade e a proteção ao trabalhador, permite a adoção de medidas coercitivas mais rígidas para assegurar o cumprimento das obrigações pelos empregadores (MARQUES; PRESAS, 2021).

Nesse contexto, a efetividade da execução trabalhista refere-se à capacidade do sistema judicial de assegurar que as decisões sejam cumpridas e que os direitos trabalhistas reconhecidos judicialmente sejam respeitados. Além disso, a efetividade está diretamente relacionada ao acesso à justiça, garantindo que os trabalhadores possam reivindicar e receber seus direitos de forma eficaz (BARBOSA et al.,2024).

Inúmeros impedimentos dificultam esse processo, especialmente na conversão dos bens do devedor em dinheiro para quitação da dívida (MARQUES; PRESAS, 2021).

O impulsionamento da execução pode ser realizado de ofício pelo juiz, pelo credor ou pelo Ministério Público. No entanto, o intervalo entre a identificação dos bens e seu efetivo pagamento pode ser longo, contribuindo para a morosidade no cumprimento da decisão judicial. Quando o devedor não realiza o pagamento espontaneamente, medidas como penhora e bloqueio de bens são aplicadas, utilizando sistemas eletrônicos como SISBAJUD, Renajud e Infojud para localizar e restringir patrimônios (MACHADO, 2024).

Apesar dessas ferramentas, o processo de execução ainda enfrenta obstáculos devido à burocracia e ao uso de recursos meramente protelatórios pelos empregadores, o que compromete a celeridade da Justiça do Trabalho (MARQUES; PRESAS, 2021).

A morosidade pode ser causada tanto por condutas dos envolvidos no processo (morosidade ativa) quanto pela rigidez formal da legislação (morosidade sistêmica), dificultando o acesso do trabalhador ao seu crédito (MARQUES; PRESAS,2021).

Essa morosidade é um problema recorrente que impacta tanto empregados quanto empregadores, resultando em atrasos nos tribunais e criando uma sensação de injustiça. As causas incluem sobrecarga do sistema judicial, escassez de recursos, complexidade dos casos, recursos excessivos das partes e falta de conciliação. Essas questões prolongam os processos, prejudicando a resolução rápida dos casos (BARBOSA et al.,2024).

Consequentemente os trabalhadores enfrentam dificuldade para receber seus direitos, o que gera dificuldades financeiras, enquanto os empregadores lidam com incertezas que afetam sua estabilidade e reputação. A morosidade também mina a confiança no sistema judicial e contribui para a perda de produtividade econômica (BARBOSA et al.,2024).

Para melhorar a efetividade da execução, é fundamental fortalecer os meios eletrônicos de penhora e promover maior cooperação entre os órgãos responsáveis, garantindo maior agilidade no processo. Considerando que a fase de execução pode levar anos, torna-se essencial adotar práticas inovadoras para acelerar o processo e assegurar uma prestação jurisdicional mais eficaz (MARQUES; PRESAS, 2021).

A escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, são fatores que vem comprometendo a eficiência e acessibilidade na Justiça do Trabalho. A falta de investimento resulta em infraestrutura inadequada, tecnologia desatualizada e falta de capacitação para juízes e servidores. Para melhorar, é necessário alocar orçamentos adequados para modernizar a infraestrutura, implementar sistemas eletrônicos e financiar programas de conciliação. Além disso, aumentar o número de juízes, promover concursos públicos e investir em capacitação contínua são medidas essenciais. A modernização tecnológica e a automação de processos também são urgentes para aumentar a eficiência do sistema (BARBOSA et al.,2024).

As medidas atípicas na execução trabalhista surgem como alternativas para aumentar a eficácia do processo, especialmente quando as medidas típicas previstas no artigo 835 do CPC não são suficientes. A autonomia do juiz, conforme o artigo 139, IV, do CPC, permite a aplicação de medidas coercitivas, como a suspensão da CNH, apreensão de passaporte e bloqueio de cartões de crédito, visando garantir o cumprimento da obrigação (MARQUES; PRESAS, 2021).

Apesar de compatíveis com princípios trabalhistas, como a função social da execução e a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas, essas medidas devem ser aplicadas apenas quando todas as alternativas típicas forem esgotadas, para evitar abusos e garantir equilíbrio entre as partes. Contudo, há controvérsias sobre sua constitucionalidade, com questionamentos sobre restrições a direitos fundamentais, como o direito de locomoção. Isso tem levado à impetração de Mandados de Segurança e Ações Diretas de Inconstitucionalidade para contestar sua aplicação (MARQUES; PRESAS, 2021).

Apesar disso, os Tribunais Regionais do Trabalho têm adotado essas medidas para coagir empregadores inadimplentes, especialmente em casos de ocultação de patrimônio ou demora no pagamento da dívida, respeitando os princípios da razoabilidade e da menor onerosidade (MARQUES; PRESAS, 2021).

O aumento das empresas que tentam ocultar seu patrimônio para evitar o pagamento de dívidas trabalhistas tem se tornado um problema, com práticas como a transferência de bens para familiares ou a criação de empresas fictícias. Essas ações dificultam a rastreabilidade e a execução das condenações, muitas vezes ocorrendo antes da decisão final. Além disso, a falta de integração entre os sistemas de consulta patrimonial facilita essas manobras. Tais práticas comprometem a efetividade das decisões judiciais, exigindo ações mais rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas (SILVA, 2024).

A desconsideração da personalidade jurídica é um mecanismo jurídico que, em situações excepcionais, permite afastar a separação patrimonial entre a empresa e seus sócios ou administradores. No âmbito do Direito do Trabalho, esse mecanismo se mostra plenamente aplicável, especialmente por envolverem verbas de caráter alimentar (BASTOS, 2023).

A desconsideração não implica na extinção da empresa, mas sim a responsabilização direta dos sócios sempre que houver abuso de direito, excesso de poder ou infração à lei. Seu objetivo é impedir que a personalidade jurídica seja utilizada como um meio de fraudar direitos trabalhistas e frustrar a execução de créditos reconhecidos judicialmente. Dessa forma, sua aplicação reforça a proteção aos empregados, assegurando que a estrutura empresarial não sirva como obstáculo ao pagamento das verbas devidas e garantindo a efetividade da tutela jurisdicional (BASTOS, 2023).

Em suma, a educação pública desempenha um papel essencial na capacitação dos empregados para que compreendam e exijam seus direitos. Ao fortalecer a cidadania ativa, a educação motiva os trabalhadores a defenderem seus direitos e a pressionarem as empresas para que cumpram a legislação trabalhista. A formação de lideranças sindicais bem-informadas também é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, contribuindo assim para a efetividade e justiça nas relações trabalhistas. (BARBOSA et al.,2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Processo de Execução Trabalhista desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos dos trabalhadores, porém, enfrenta diversos desafios, como a morosidade judicial e as fraudes contra credores, que comprometem a eficácia das decisões. A implementação de medidas alternativas, como a suspensão da CNH e o bloqueio de passaportes, surge como uma importante estratégia para garantir maior agilidade na execução.

A aplicação da desconsideração da personalidade jurídica contribui para a responsabilização de sócios e administradores, ajudando a evitar abusos e fraudes no processo de execução. A proteção dos direitos trabalhistas exige um equilíbrio entre a eficácia da execução e a proteção dos direitos fundamentais dos empregadores.

Dessa forma, as medidas mais rigorosas adotadas pelo ordenamento jurídico são cruciais para combater a ocultação de patrimônio e assegurar que as execuções trabalhistas cumpram suas funções essenciais. Garantir a justiça social e promover a efetividade das decisões judiciais é fundamental tanto para os trabalhadores quanto para o fortalecimento do sistema jurídico

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC pelo financiamento da presente pesquisa cujo projeto foi aprovado no Edital de Chamada Pública FAPESC nº 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina Bolsas Mestrado Acadêmico e Profissional, e pelo apoio financeiro na forma de Bolsa de Mestrado para a autora Ana Lilian Villwock Azevedo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Joyce Guimarães; JUNIOR, Paulo Cesar Rocha Cavalcanti; LOPES, Randmac Araujo; POBLAN, Paola. Efetividade na Execução Trabalhista: Desafios e perspectivas para garantir os direitos trabalhistas. Anais eletrônicos. Revista Universo. 2024. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=13506&path%5B%5D=7770. Acesso em: out. 2025.

BASTOS, Bianca. O método da teoria da desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista e a teoria menor. Coleção Estudos Enamat. Brasília, Volume 3, p. 89-106. 2023. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/220079/2023_colecao_estudos_enamat_v0003.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: out. 2025

MARQUES, Flávya; PRESAS, Andréa. Oitenta anos de Justiça do Trabalho: Dificuldades e avanços na efetividade da execução. Anais eletrônicos. Juslaboris. 2021. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/190041/2021_presas_andrea_80anos_jt.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: out. 2025.

SILVA, João Arthur Vieira Souza. Socio oculto e ocultação patrimonial: uma ameaça aos credores. Anais eletrônicos. Conjur. 2024. Disponivel em: https://www.conjur.com.br/2024-ago-20/socio-oculto-e-ocultacao-patrimonial-uma-ameaca-aos-credores/. Acesso em: out. 2025

GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO: LACUNAS LEGAIS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

Categoria: Leituras Interdisciplinares

Dalila Vitoria Marcondes[1]
Isadora Conte[2]
Jair José Dias da Silva[3]
Tamara dos Santos Rodrigues[4]
Jociane Machiavelli[5]

Resumo – A gestação por substituição, ou "barriga solidária", é uma prática de reprodução assistida cada vez mais frequente no Brasil, embora não possua uma previsão legal específica. Regulamentada pela Resolução CFM nº 2.320/2022, é autorizada apenas em situações de impedimento médico à gestação, desde que não possua caráter comercial e sejam respeitados critérios éticos e documentais rigorosos. O sistema jurídico brasileiro, entretanto, ainda apresenta lacunas significativas em relação à filiação, ao registro civil da criança e aos direitos sucessórios, demandando a constante intervenção do Poder Judiciário. Nesse contexto, o Provimento nº 149/2023 do CNJ visa suprir a omissão legislativa e assegurar segurança jurídica às partes envolvidas, em especial aos pais intencionais e à criança. Ademais, os tribunais reconhecem direitos fundamentais relacionados à reprodução assistida, como o acesso à saúde e o planejamento familiar.

Palavras-chave: Gestação por substituição; Direitos fundamentais; Lacunas legais; Poder Judiciário; Filiação e registro civil.

INTRODUÇÃO

A evolução nas técnicas de reprodução assistida tem mudado muito a ideia de família, trazendo novos desafios ao Direito, à Medicina e à sociedade. Entre essas técnicas se destaca a Gestação por Substituição, que, embora ofereça chances boas para casais sem filhos, pessoas sozinhas ou casais do mesmo sexo, traz dúvidas legais e éticas (CFM, 2022; Almeida e Sá, 2024).

No Brasil, a regulação do assunto tem suporte em regras do Conselho Federal de Medicina, como a Resolução n° 2.320/2022, que define normas morais para o uso das técnicas de reprodução assistida, inclusive limites e exigências para a gestação em útero de outra pessoa. Também, a Constituição Federal de 1988, ao guardar o plano familiar como livre escolha do casal garante o direito reprodutivo como parte da dignidade humana (CFM, 2022; Brasil, 1988). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do Provimento n°149/2023, regulou os serviços de

[1] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

cartórios ligados à reprodução assistida, mostrando a importancia de equilibrar regras médicas, leis e decisões dos tribunais. Assim, tenta ver os lados legais e bioéticos da gestação por substituição no Brasil, mostrando os grandes passos normativos, falhas nas leis e problemas reais encarados pela jurisprudência.

O estudo, intitulado "Gestação por substituição: lacunas legais e o papel do Judiciário", examina a forma como o sistema jurídico brasileiro lida com as omissões legais da gestação por substituição. Ele também analisa a função do Judiciário na solução dessas questões. A relevância da pesquisa reside na inexistência de legislação específica sobre o assunto. Atualmente, normas infralegais do Conselho Federal de Medicina e decisões judiciais pontuais regulam as situações de gestação por substituição. Este cenário gera insegurança jurídica para as gestantes, os pais intencionais e as crianças envolvidas na reprodução assistida.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, com base na análise de doutrinas jurídicas, artigos acadêmicos, legislação vigente e jurisprudências pertinentes ao tema da gestação por substituição. A metodologia adotada teve como objetivo compreender os aspectos legais, éticos e sociais que envolvem essa prática, a partir do estudo de fontes teóricas e normativas, bem como da interpretação das decisões proferidas pelos tribunais brasileiros, especialmente no que se refere ao reconhecimento da filiação, ao planejamento familiar e à proteção dos direitos fundamentais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestação por substituição, também chamada de “barriga solidária” constitui uma prática contemporânea de reprodução assistida que suscita relevantes discussões jurídicas, éticas e sociais, sendo conceituada pela doutrina sob diferentes enfoques. (Fleury; Lopes; Freitas et al., 2019)

Nesse sentido, Júnior (2024, p. 29) conceitua a gestação por substituição como sendo o processo em que “uma mulher que não tem a intenção de assumir a maternidade cede o seu corpo para gestar um bebê de outrem, sem fins lucrativos [...]”. De igual modo, outros autores definem a gestação por substituição como sendo um procedimento em que “uma mulher cede seu útero para gestar um filho que não é seu” (Ribeiro, Silveira e Ruiz, 2018, p. 223, apud Almeida e Sá, 2024, p. 50)

Cumpre destacar que o termo comumente utilizado no tema da pesquisa, neste caso, gestação por substituição, é “barriga solidária” e não “barriga de aluguel”, visto que este último é ilícito no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com Maria Berenice Dias (2015) apud Fleury; Lopes; Freitas et al.,(2019, p. 2), há o entendimento jurídico de que a prática da “barriga de aluguel” é vedada, uma vez que a Constituição Federal, em seu art. 199, §4º, proíbe a comercialização de órgãos, tecidos e substâncias humanas. Por consequência, para a autora, também seria ilícito gerar um filho para outrem mediante remuneração.

> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. [...]

> § 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização. (Brasil, 1988) (Grifo nosso)

Por outro lado, a prática da "barriga solidária" é estritamente regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), desde que não possua caráter lucrativo. Ressalta-se que, para sua aprovação, é necessário cumprir determinados critérios, incluindo restrições relativas ao processo de gestação, conforme disposto no Anexo VII – Sobre a Gestação de Substituição (Cessão Temporária do Útero) da Resolução CFM nº 2.320/2022.

A gestação por substituição nas clínicas de reprodução assistida é permitida apenas em casos de impedimento ou contraindicação médica à gestação. A cedente do útero deve ter pelo menos um filho vivo e ser parente consanguínea de até quarto grau de um dos parceiros, exigindo autorização do CRM caso essa condição não seja atendida. É vedado o caráter comercial ou intermediado da cessão, e a formalização exige documentos como: termo de consentimento, laudos médicos, termo de compromisso sobre a filiação, garantia de assistência médica até o puerpério, documentação para o registro civil e, se for o caso, autorização do cônjuge ou companheiro(a). (Conselho Federal de Medicina, 2022, p. 6)

Nesse contexto, é indispensável destacar que no contexto jurídico, a gestação por substituição mobiliza direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como o direito ao planejamento familiar (art. 226, §7º), o direito à igualdade (art. 5º, caput e inciso I), a liberdade reprodutiva, ligada à autonomia e à dignidade da pessoa humana (arts. 1º, III e 5º, caput), além da proteção integral da criança (art. 227, caput).

A Constituição Federal, em seu art. 226, §7º, define o planejamento familiar. Este direito é uma livre decisão do casal, fundamentado na dignidade da pessoa humana e na paternidade responsável. O Estado deve oferecer recursos educacionais e científicos para seu exercício. É proibida qualquer coerção por instituições oficiais ou privadas. (Brasil, 1988)

A gestação por substituição não possui previsão expressa no Código Civil brasileiro nem na legislação específica de direito de família, apesar de o Código tratar dos direitos e deveres relacionados à filiação e ao parentesco, especialmente nos artigos 1.593 a 1.638, que regulam as relações familiares.

A ausência de legislação específica sobre a gestação por substituição no ordenamento jurídico brasileiro gera lacunas relevantes, especialmente quanto à definição da filiação, aos direitos sucessórios e ao registro civil da criança. Em muitos casos, a parturiente — que apenas cedeu temporariamente o útero — ainda é considerada, formalmente, a mãe legal no momento do nascimento, o que exige intervenção judicial para corrigir o registro e reconhecer a filiação biológica e intencional. (Carvalho, 2022)

Essa indefinição também afeta os direitos sucessórios, uma vez que a falta de vínculo jurídico imediato entre a criança e os pais intencionais compromete o reconhecimento de herança e demais direitos patrimoniais. Tais lacunas reforçam a importância da atuação do Poder

Judiciário, a exemplo do Provimento nº 149/2023 do CNJ, que buscam suprir essa omissão legislativa e garantir segurança jurídica às partes envolvidas.

Nesse cenário, os tribunais brasileiros vêm reconhecendo e autorizando o registro de filiação em casos de gestação por substituição, respaldando-se especialmente no Provimento Nº 149 de 30/08/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

> Art. 513. Será indispensável, para fins de registro e de emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos: [...]
>
> §1.º Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação. (CNJ, 2023, p. 279) (Grifo nosso)

Cumpre destacar que o Poder Judiciário tem reconhecido a importância de garantir os direitos fundamentais envolvidos na gestação por substituição, como demonstra julgado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que autorizou a extensão dos benefícios de plano de saúde à mulher detentora de barriga solidária, em nome da efetivação dos direitos à construção e ao planejamento familiar, à reprodução humana e à maternidade.

> [...] AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PLANO DE SAÚDE - EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS DO CONVÊNIO À DETENTORA DE BARRIGA SOLIDÁRIA [...]
>
> A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal de 1988 asseguram a todos os brasileiros o direito à construção de uma família, ao seu planejamento, à reprodução humana e à maternidade/paternidade.
>
> Portanto, é cabível o deferimento de tutela de urgência para estender os direitos da titular de plano de saúde à pessoa detentora de barriga solidária, medida que além de efetivar tais prerrogativas, também não implicará em tipo de prejuízo para os sistemas solidário e atuarial do convênio, motivos pelos quais se verifica a presença dos requisitos art. 300 do CPC.
>
> (N.U 1000482-50.2020.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 01/05/2020, Publicado no DJE 01/05/2020) (Grifo nosso)

Dessa forma, diante da omissão legislativa e dos inúmeros impactos decorrentes da ausência de regulamentação específica sobre a gestação por substituição, é imprescindível a atuação ativa do Poder Judiciário e de normativas infralegais como o Provimento nº 149/2023 do CNJ e a Resolução CFM nº 2.320/2022, que vêm garantindo não apenas a segurança jurídica, mas também a efetivação dos direitos fundamentais das partes envolvidas nesse arranjo familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestação por substituição, embora não explicitamente prevista na legislação brasileira, tem se tornado uma prática social e médica crescente. O Conselho Federal de Medicina regulamenta esta prática, estabelecendo parâmetros mínimos para sua execução. Isso visa preservar a ética médica e os direitos das partes envolvidas. Contudo, a falta de uma norma

jurídica específica gera incertezas sobre filiação e registro civil. Questões sucessórias também demandam intervenção do Poder Judiciário. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro deve criar legislação específica. Isso garantirá segurança jurídica e efetivará direitos constitucionais. Medidas como o Provimento nº 149/2023 do CNJ são um avanço. No entanto, elas não preenchem totalmente as lacunas existentes.Cabe ao Poder Legislativo tratar o tema com a seriedade que ele exige, estabelecendo regras claras que protejam tanto os pais intencionais quanto a gestante, sempre com foco na proteção dos direitos da criança gerada por esse método.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Flávia Pereira de., SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Estudos biojurídicos sobre a gestação por substituição no Brasil**. Revista Sinapse Múltipla, v.13, n.2, p.47-67, ago.\dez.2024. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/sinapsemultipla/article/view/34627/23313. Acesso em 08 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Corregedoria regulamenta registro de criança gerada por reprodução assistida.** 3 maio 2016. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2016/2016-05-03_18-11_Corregedoria-regulamenta-registro-de-crianca-gerada-por-reproducao-assistida.aspx. Acesso em: 11 set. 2025.

CARVALHO, Helena. A ausência de regulamentação da gestação de substituição no Brasil. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 28, 2022. DOI: 10.31994/rvs.v13i2.905. Disponível em: https://viannasapiens.emnuvens.com.br/revista/article/view/905. Acesso em: 12 set. 2025.

CFM. **Resolução Nº 2.320/2022**. Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida [...]. Conselho Federal de Medicina. 2022. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2022/2320_2022.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

CNJ. **Provimento Nº 149 de 30/08/2023**. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro. 2023. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/compilado165841202509026 8b72241a2ebc.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

FLEURY, Carolina de A., LOPES, Herbert E. A., FREITAS, Ilana K. M., et al. **Análise jurídica sobre gestação em útero alheio**. Jornada Jurídica - 2019. UniEvangélica. Disponível em: https://share.google/rcks3nggZV6UNIAGW. Acesso em: 07 set. 2025.

JÚNIOR, Orlando Oliveira da Nóbrega. **Direito reprodutivo e planejamento familiar: (im)possibilidade de extensão do plano de saúde à cedente na gestação de substituição**. Salvador, 2024. Disponível em: https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/9501d90d-4af1-4d45-963f-bfa47072b450/content. Acesso em 07. set. 2025.

N.U 1000482-50.2020.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 01/05/2020, Publicado no DJE 01/05/2020. Disponível em: https://jurisprudencia.tjmt.jus.br/consulta/visualiza-relatorio/PJe/Segunda/40901477/Acordao. Acesso em: 11 set. 2025.

A (IR)REVOGABILIDADE DA ADOÇÃO NO BRASIL

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Gabrielle Aparecida de Souza Marcondes[1]
Aldair Marcondes[2]
Levi Hülse[3]

Resumo – Esta pesquisa faz uma abordagem acerca do instituto da adoção sob uma ótica legal, jurisprudencial e doutrinária brasileira, tendo como viés a sua (ir)revogabilidade. Faz-se uma reconstrução histórico-legal a iniciar pelo Código Civil de 1916, enquanto negócio jurídico de caráter contratual e restritivo, até chegar ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que muda o status ao trazer um olhar mais sensível e protetor aos menores. São analisados alguns princípios basilares do direito, tendo por base aqueles que permeiam o procedimento, destacando-se o melhor interesse da criança e do adolescente, a proteção integral e a dignidade da pessoa humana. Discute-se a irrevogabilidade legal da adoção, diante da sua relativização por entendimento jurisprudencial, sustentada pelo melhor interesse do adotado. Conclui-se com uma reflexão sobre os benefícios e limites da possibilidade de revogação do instituto.

Palavras-chave: Adoção; (Ir)revogabilidade; Proteção Integral; Melhor Interesse da Criança; Dignidade da Pessoa Humana.

INTRODUÇÃO

A adoção se apresenta como um destacado instrumento de efetivação do direito à convivência familiar, estando assegurado constitucionalmente como um dever a ser compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família (Brasil, 1988). No Brasil, sua evolução histórica demonstra mudanças claras de percepção quanto ao papel da criança e do adolescente, que passam do status de objetos de tutela e caridade, para o de sujeitos de direitos fundamentais.

O Código Civil Brasileiro de 1916 tratava a adoção como sendo um negócio jurídico de natureza contratual e restritiva, até quando surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que, com grande transformação no foco, migrou do interesse do adotante para o

[1]Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UNOPAR); Especialista em Direito Médico e da Saúde (Gran Centro Universitário); Pós-graduanda em Psicologia Forense e Jurídica (Faculdade Bookplay); Graduada em Direito (UNIARP); Acadêmica de Psicologia (UNIARP); Advogada OAB/SC.
[2]Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP); Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UNOESC); Especialista em Meio Ambiente, Gestão e Segurança de Trânsito (Faculdade Estácio de Sá - SC); Graduado em Direito e em Ciências Contábeis (UNOESC); Advogado OAB/SC.
[3]Pós-Doutor em Direito Público pela Universidade do Minho (Portugal); Doutor e Mestre em Ciência Jurídica (UNIVALI, Itajaí); Graduado em Direito (FURB); Advogado OAB/SC.

melhor interesse do menor ser adotado. Essa mudança de paradigma consolida a adoção como uma medida protetiva, humanitária e fundamental para o desenvolvimento pleno do adotado.

No entanto, ainda que o ECA estabeleça a irrevogabilidade da adoção como regra (art. 39, §1º), a realidade social e jurisprudencial demonstra a necessidade de relativização dessa rigidez. O Superior Tribunal de Justiça, em decisões recentes, reconheceu que a irrevogabilidade não pode prevalecer sobre o princípio do melhor interesse do menor, admitindo a rescisão da adoção em situações excepcionais, quando a manutenção do vínculo se mostra prejudicial ao adotado.

Diante desta mudança em relação àquilo que havia se tornado inquestionável, surge o problema central deste estudo, qual seja, até que ponto a irrevogabilidade da adoção pode e deve ser relativizada, sem que haja comprometimento da segurança jurídica e da estabilidade das relações familiares?

A justificativa desta pesquisa se embasa na importância de se compreender o ponto de equilíbrio entre a proteção integral ao menor e a necessidade de preservação da segurança das relações parentais, levando-se em consideração que decisões judiciais no sentido de reverter a adoção são bem raras e apresentam uma grande complexidade jurídica e emocional. O debate também apresenta relevância na medida em que o ordenamento jurídico tenta conciliar princípios constitucionais à situação, com destaque aos da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse do menor, visando a proteção da família enquanto base da sociedade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o instituto da (ir)revogabilidade da adoção à luz do ordenamento jurídico brasileiro, destacando os fundamentos legais, principiológicos e jurisprudenciais que orientam sua aplicação. Como objetivos específicos, busca-se examinar a evolução histórica e normativa da adoção no Brasil; identificar os princípios que embasam sua natureza protetiva e irrevogável; avaliar a flexibilização da regra da irrevogabilidade na jurisprudência recente; bem como, discutir as implicações sociais e jurídicas dessa relativização aplicada.

Por fim, a relevância teórica deste estudo reside na esperada contribuição para o aprimoramento da compreensão doutrinária acerca da natureza jurídica da adoção e dos seus limites. Pela via da relevância social, manifesta-se a defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar saudável, assegurando que o instituto da adoção siga a servir como instrumento de carinho, proteção e inclusão, e não de perpetuação de vínculos que possam se tornar insalubres.

METODOLOGIA

A presente produção científica caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com método dedutivo e abordagem bibliográfica. Essa metodologia foi escolhida pela necessidade de compreender o instituto da adoção sob a perspectiva teórica, legislativa e jurisprudencial, buscando identificar como o ordenamento jurídico brasileiro trata sua (ir)revogabilidade e quais princípios de ordem constitucional e infraconstitucional sustentam tal previsão (Lozada; Nunes, 2018).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base na análise de obras doutrinárias de autores consagrados do Direito Civil e de Família, possibilitando uma firme base para a compreensão dos aspectos históricos, jurídicos e principiológicos da adoção (Matias, 2019).

O estudo possui caráter exploratório e descritivo, de modo a buscar identificar e analisar os fundamentos jurídicos que justificam a natureza irrevogável da adoção, mas sem a emissão de juízo de valor sobre sua adequação (Matias, 2019).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA ADOÇÃO

Gonçalves (2023, p. 149) conceitua a adoção como "o ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha". Diniz (2024, p. 595), de forma mais minuciosa, define-a como ato judicial mediante o qual "se estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para uma família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha".

No Brasil, a história da adoção revela grandes transformações ao longo do tempo. O Código Civil de 1916 tratava a adoção como sendo um ato contratual, restrito aos maiores de 50 anos de idade e que não tivessem prole legítima ou legitimada (Brasil, 1916). Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a legislação passou a priorizar o bem-estar e o interesse do menor, atribuindo à adoção um caráter protetivo e afetivo (Brasil, 1990).

Nessa linha, Gangliano e Pamplona (2024, p. 615) afirmam que a adoção vai muito além de uma previsão constitucional, pois "por um ditame moral e afetivo equipara-se, de direito e de fato, à filiação biológica, não havendo o mínimo espaço para o estabelecimento de regras discriminatórias".

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, sem distinção entre biológica e adotiva (Brasil, 1988).

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 39, §1º, dispõe que a "adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa" (Brasil, 1990).

Para Diniz (2024, p. 595), a adoção é um meio de proteção e um instituto de caráter humanitário, "que tem por um lado, por escopo, dar filhos àqueles a quem a natureza negou e por outro lado uma finalidade assistencial, constituindo um meio de melhorar a condição moral e material do adotado".

PRINCÍPIOS EMBASADORES DO INSTITUTO DA ADOÇÃO

O instituto da adoção apoia-se em diversos princípios constitucionais e infraconstitucionais. Entre eles, destaca-se o princípio do melhor interesse da criança e do

adolescente, previsto no art. 100, IV, ECA, segundo o qual toda decisão deve priorizar os direitos e interesses do menor (Brasil, 1990). Levinzon e Lisondo (2018), reforçam que o processo de adoção deve estar centrado no pleno desenvolvimento do infante, e não nos anseios individuais do adotante.

Outro pilar essencial é o princípio da proteção integral, que assegura prioridade absoluta à criança e ao adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento (Fávero; Pini; Silva, 2020). A dignidade da pessoa humana, por sua vez, constitui o núcleo dos direitos fundamentais, devendo ser observada tanto sob o aspecto objetivo, relacionado à garantia dos direitos, quanto subjetivo, ligado à autoestima e ao respeito individual (Nucci, 2015; Saleme, 2022).

A dignidade da pessoa humana deve ser tida como valor moral, sendo "indispensável para a sociedade como um todo, porque deve traduzir a segurança e a realização do objetivo de igualdade dos indivíduos no meio onde vivem e que isso seja feito de forma harmônica e sem discriminação" (Ilanes, 2018, p. 99).

Assim, ao julgá-lo como princípio basilar de toda e qualquer relação, seja ela jurídica ou não, fonte de todos os direitos fundamentais, garantia da maior e mais ampla proteção, é indiscutível a sua relevância no tocante à adoção, tendo em vista que o objeto central do referido instituto, é o menor (Moraes, 2021).

Portanto, princípios como estes devem ser enaltecidos diante da relevância desta temática, pois se a previsão do Código Civil de 1916 sugeria que a adoção era apenas um negócio jurídico, sem qualquer preocupação com o bem-estar físico e emocional do menor, hoje, a importância dada à manifestação de vontade dele, demonstra que o foco é totalmente diferente, onde a busca é direcionada ao seu bem-estar e desenvolvimento pleno (Zapater, 2023).

A (IR)REVOGABILIDADE DA ADOÇÃO

Gagliano e Pamplona (2024, p. 615) reconhecem a complexidade do ato de adotar, classificando-o como "ato jurídico em sentido estrito, de natureza complexa, excepcional, irrevogável e personalíssimo". Venosa (2025, p. 256) complementa afirmando que "uma vez estabelecida a adoção, a sentença somente pode ser rescindida de acordo com os princípios processuais; a morte dos adotantes ou do adotado não restabelece o vínculo originário com os pais naturais".

Contudo, embora a lei estabeleça a irrevogabilidade, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem admitindo sua relativização em casos excepcionais. Em decisão relatada pela Ministra Nancy Andrighi (Brasil, 2021), o STJ reconheceu a possibilidade de rescisão da adoção quando comprovado que a manutenção do vínculo não atenda ao melhor interesse do menor, afirmando que "a regra da irrevogabilidade da adoção não tem caráter absoluto".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a (ir)revogabilidade da adoção no Brasil apresenta relevante importância, tanto de cunho jurídico como social. Embora a jurisprudência recente do STJ tenha relativizado

a regra legal, este entendimento ainda se aplica de forma bastante restrita. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê sua irrevogabilidade como uma forma de propiciar estabilidade emocional e jurídica ao adotado; contudo, em certos contextos, essa rigidez pode se apresentar contraria ao objetivo protetivo do instituto, como num básico caso de incompatibilidade insustentável.

Uma interpretação equilibrada entre a segurança jurídica e a proteção da infância/juventude se faz essencial para que a adoção cumpra aquele que é o seu verdadeiro papel, qual seja, assegurar à criança e ao adolescente um lar que se apresente estável, amoroso e digno.

Diante deste contexto, a irrevogabilidade deve ser entendida como instrumento de proteção e jamais como obstáculo à dignidade e ao bem-estar do menor adotado.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq Edital nº 69/2022 – Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação – Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) – Mestrado e Doutorado, pelo apoio financeiro para desenvolvimento dos seus estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1916. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em 21 out. 2025.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. htm. Acesso em 21 out. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 21 out. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 2021. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/ Noticias/07062021-Terceira-Turma-admite-rescisao-de-adocao-apos-prova-de-que-o-adolescente-adotado-nao-a-desejava-.aspx. Acesso em 30 out. 2025.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v.5. 38.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA; Maria Liduína de Oliveira e. ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes.1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Mário Veiga. Novo curso de direito civil: Direito de família. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 20. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

ILANES, Miriany Cristini Stadler, et al. **Direito constitucional I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LEVINZON, Gina Khafif; LISONDO, Alicia Dorado de. **Adoção:** desafios da contemporaneidade. São Paulo: Blucher, 2018.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MATIAS, José Pereira. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 37. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. 5. ed. Santana de Parnaíba/SP: Manole, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: família e sucessões. 25. ed. Barueri/SP: Atlas, 2025.

ZAPATER, Maíra Cardoso. **Direito da criança e do adolescente**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

CONFLITOS CONSENSUAIS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Categoria: PROJETOS INTEGRADORES

Ester Anne Hammes de Oliveira[1]
Graziele Antunes[2]
Renata Cristina Riegert[3]

Resumo – A mediação familiar tem se consolidado como um instrumento essencial para a resolução de conflitos no contexto de guarda compartilhada e alienação parental. Este trabalho analisa disputas entre genitores no pós-divórcio, buscando compreender os mecanismos consensuais que priorizam o interesse do menor. Aborda-se a distinção dos conflitos familiares em relação a outras áreas do direito, ressaltando a importância do diálogo e da atuação de profissionais como psicólogos e assistentes sociais. Examina-se ainda a guarda unilateral, compartilhada, alternada e por terceiros, evidenciando os benefícios da guarda compartilhada na manutenção dos vínculos afetivos. O estudo discute, por meio de análise de casos, a atuação da mediação familiar e o enfrentamento da alienação parental, ressaltando que soluções consensuais são mais eficazes para o desenvolvimento emocional da criança. Conclui-se que a mediação familiar, aliada à legislação e à participação de profissionais especializados, promove um ambiente de convivência saudável, reduzindo os impactos negativos da judicialização e fortalecendo o exercício da parentalidade.

Palavras-chave: direito de família; divórcio; guarda; alienação parental.

INTRODUÇÃO

O Direito de Família visa à proteção da família como núcleo essencial da sociedade, especialmente na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Entre esses direitos, destaca-se a convivência familiar, que assegura a participação equilibrada de ambos os genitores na vida dos filhos, mesmo após a dissolução da união conjugal. Este direito é regulado com base no princípio do melhor interesse da criança, garantindo seu desenvolvimento integral e preservação dos vínculos afetivos (GONÇALVES, 2020).

A guarda compartilhada e o regime de visitas são instrumentos essenciais para a concretização desse direito, permitindo que os filhos recebam cuidado, orientação e proteção de ambos os pais. A legislação prevê que tais direitos devem ser exercidos de forma a preservar o bem-estar físico, psicológico e emocional do menor, considerando peculiaridades de cada caso concreto (LOBO, 2019).

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Entretanto, o direito de visita e a convivência familiar podem ser comprometidos por práticas de alienação parental, caracterizadas por interferência de um dos genitores na formação afetiva da criança, visando prejudicar a relação com o outro genitor. A Lei n. 12.318/2010 trata dessas situações, oferecendo instrumentos legais como alteração de guarda, imposição de multa e acompanhamento psicológico para prevenir e corrigir os efeitos da alienação (MALUF; MALUF, 2021).

A alienação parental constitui abuso moral contra a criança, podendo gerar graves consequências emocionais e sociais, incluindo baixa autoestima, distúrbios comportamentais e dificuldades relacionais na vida adulta. Por isso, a atuação judicial deve ser célere, contando com profissionais especializados, para garantir a proteção integral da criança e a preservação de seus vínculos familiares (MALUF; MALUF, 2021).

Diante disso, a análise do direito de visita, do regime de companhia e da alienação parental evidencia a importância da afetividade e da biparentalidade na formação integral da criança, reforçando a necessidade de mecanismos legais e sociais que assegurem o exercício equilibrado desses direitos (GONÇALVES, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa e descritiva, com análise bibliográfica de obras especializadas em Direito de Família. Foram consultados livros e e-books que tratam de forma detalhada sobre o direito de visita, convivência familiar e alienação parental, visando compreender os fundamentos legais, doutrinários e psicológicos do tema (MALUF; MALUF, 2021).

Inicialmente, realizou-se estudo sobre o direito de visita e o regime de companhia, considerando aspectos legais, princípios norteadores, como o melhor interesse da criança, e a regulamentação do exercício das visitas em casos de separação ou divórcio. Essa etapa permitiu compreender a importância da convivência equilibrada entre pais e filhos (GONÇALVES, 2024).

Em seguida, analisaram-se os conceitos de alienação parental, suas formas de ocorrência, efeitos psicológicos na criança e medidas judiciais de prevenção e correção, com ênfase na Lei n. 12.318/2010. Esta etapa buscou demonstrar como o ordenamento jurídico brasileiro protege o menor contra práticas que prejudicam a relação afetiva com ambos os genitores (GONÇALVES, 2025).

Por fim, a pesquisa correlacionou os direitos de convivência parental e os mecanismos de combate à alienação parental, avaliando o papel do juiz, da psicologia e do serviço social na preservação do vínculo familiar. Essa análise possibilitou compreender como a legislação busca garantir a higidez psíquica e o bem-estar da criança, mesmo em contextos de conflito parental (LÔBO, 2023).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

DIREITO DE VISITA E REGIME DE COMPANHIA

O direito de visita assegura que o genitor que não detém a guarda possa conviver com o filho, garantindo a manutenção do vínculo afetivo e o acompanhamento de seu desenvolvimento. A visitação deve ser exercida conforme acordo entre os pais ou decisão judicial, sempre com prioridade ao melhor interesse da criança, representando um direito personalíssimo e irrenunciável que fortalece os laços familiares (Maluf & Maluf, 2021).

O regime de visitas envolve encontros periódicos, repartição de férias escolares e participação em datas festivas, podendo ser ajustado de maneira flexível conforme as necessidades da criança e as possibilidades dos genitores. Essas visitas devem ser organizadas de forma a preservar o bem-estar do menor, sem que haja obrigatoriedade de divisão igualitária do tempo entre os genitores, respeitando as peculiaridades de cada caso concreto (Gonçalves, 2024).

O descumprimento do direito de visita pode gerar consequências legais, como aplicação de multa, execução de obrigações de fazer e, em casos extremos, ações de busca e apreensão. Tais medidas buscam proteger o direito do menor à convivência familiar e evitar prejuízos ao seu desenvolvimento psicológico e social, reforçando a relevância da afetividade como fundamento do direito de visita (Gonçalves, 2025).

GUARDA DOS FILHOS

A guarda de filhos configura-se como um dos elementos centrais do direito de família, voltada à proteção e à garantia do bem-estar da criança, assegurando que suas necessidades físicas, emocionais e sociais sejam atendidas. O Código Civil prevê que a guarda pode ser unilateral ou compartilhada, devendo sempre priorizar o melhor interesse do menor, independentemente da vontade ou culpa dos genitores (Gonçalves, 2024).

A guarda unilateral ocorre quando um dos pais assume a responsabilidade principal pelos cuidados e decisões relativas ao filho, enquanto o outro genitor mantém direitos de visita e participação nas decisões relevantes. Essa modalidade é indicada quando o convívio com ambos os pais de forma equilibrada não é possível, seja por motivos de conflito intenso, questões de segurança ou inadequação de um dos genitores. Já a guarda compartilhada, atualmente preferida pelo ordenamento jurídico brasileiro, implica na divisão equilibrada de responsabilidades e decisões entre os pais, sem necessariamente significar uma divisão igualitária do tempo de convivência, mas garantindo que ambos participem ativamente da vida da criança (Lôbo, 2023).

Além do aspecto legal, a guarda envolve dimensões afetivas e psicológicas. A convivência equilibrada com ambos os genitores é fundamental para o desenvolvimento emocional e social da criança, favorecendo a construção de vínculos afetivos saudáveis e prevenindo problemas comportamentais e psicológicos na adolescência e idade adulta. Estudos mostram que crianças que mantêm contato regular e positivo com ambos os pais apresentam maior autoestima, melhor

desempenho escolar e habilidades sociais mais desenvolvidas, destacando-se a importância do princípio da biparentalidade (Gonçalves, 2025).

O juiz, ao decidir sobre a guarda, deve considerar múltiplos fatores, como a estabilidade emocional dos genitores, o ambiente familiar, a rotina escolar, a saúde física e mental da criança, e a proximidade geográfica com a residência de ambos os pais. Mudanças de domicílio, horários de trabalho ou circunstâncias extraordinárias podem justificar ajustes na guarda, sempre visando preservar o bem-estar do menor. A legislação brasileira, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, confere aos magistrados a possibilidade de revisar a guarda quando novas situações surgirem, observando o princípio rebus sic stantibus, ou seja, a adequação contínua das condições à realidade do menor (Maluf & Maluf, 2021).

É importante salientar que a guarda não se limita à questão física, mas compreende também a guarda jurídica, isto é, o direito e o dever de tomar decisões sobre educação, saúde e orientação moral e social da criança. Em casos de conflito entre os pais, a guarda compartilhada estimula o diálogo e a cooperação, enquanto a guarda unilateral exige mecanismos legais para assegurar o cumprimento das visitas e decisões do genitor não guardião, evitando situações de alienação ou prejuízo emocional ao menor (Lôbo, 2023).

Portanto, a guarda representa um instrumento de proteção integral da criança, voltado a assegurar direitos fundamentais, promover o desenvolvimento equilibrado e fortalecer laços afetivos com ambos os genitores. O modelo adotado deve sempre ser orientado pelo princípio do melhor interesse da criança, que se sobrepõe a qualquer conveniência ou interesse dos adultos envolvidos (Gonçalves, 2024).

ALIENAÇÃO PARENTAL

A alienação parental é caracterizada por condutas deliberadas de um dos genitores, ou de terceiros ligados à criança, que interferem na formação psicológica do menor com o objetivo de afastá-lo do outro genitor ou prejudicar seus vínculos afetivos. Trata-se de uma prática que se manifesta, muitas vezes, em situações de separação ou divórcio conturbado, quando o genitor alienador busca vingança ou satisfação pessoal, utilizando a criança como instrumento para punir o outro genitor (Maluf & Maluf, 2021).

Entre as estratégias mais comuns de alienação parental estão a desqualificação sistemática da conduta do genitor alienado, a limitação ou obstrução do contato com o filho, a omissão de informações essenciais sobre a criança, a mudança de domicílio sem justificativa e a apresentação de falsas acusações, muitas vezes de abuso, com o intuito de afastar o menor do genitor alvo da alienação. Esses comportamentos afetam diretamente o equilíbrio emocional e o desenvolvimento psicológico da criança, prejudicando sua autoestima, sua capacidade de confiança e a construção de relações saudáveis ao longo da vida (Gonçalves, 2024).

A Síndrome da Alienação Parental (SAP), preconizada por Richard Gardner, descreve os efeitos desse fenômeno na criança, que passa a depreciar e rejeitar um dos genitores sem razão objetiva, internalizando percepções distorcidas transmitidas pelo alienador. Estudos indicam que crianças submetidas à alienação parental podem desenvolver distúrbios graves, como ansiedade,

depressão, comportamentos autodestrutivos, dificuldades de relacionamento e maior propensão a problemas de socialização na adolescência e idade adulta (Maluf & Maluf, 2021).

A legislação brasileira, por meio da Lei nº 12.318/2010, busca regulamentar e coibir essas práticas, estabelecendo medidas que vão desde a aplicação de multa ao genitor alienador até a modificação da guarda ou supervisão das visitas. A lei define condutas específicas que configuram alienação parental e orienta o Poder Judiciário sobre como atuar em cada caso, priorizando sempre o melhor interesse da criança e a manutenção de vínculos familiares saudáveis. A intervenção rápida e multidisciplinar, envolvendo psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, é essencial para identificar sinais de alienação, proteger o menor e restaurar a convivência equilibrada entre pais e filhos (Maluf & Maluf, 2021).

A alienação parental não é apenas uma questão legal, mas também um problema de saúde mental e social. Seus impactos são duradouros, podendo marcar a vida da criança de forma profunda, comprometendo sua capacidade de formar relações afetivas seguras e gerar padrões de comportamento prejudiciais na vida adulta. Nesse contexto, o combate à alienação parental exige não só instrumentos jurídicos eficazes, mas também uma conscientização social sobre os efeitos nocivos dessas práticas e a importância da convivência equilibrada com ambos os genitores (Maluf & Maluf, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de visita, a guarda dos filhos e a prevenção da alienação parental são elementos centrais para garantir o desenvolvimento integral da criança, assegurando a manutenção de vínculos afetivos saudáveis com ambos os genitores. A convivência equilibrada promove estabilidade emocional, fortalece a autoestima do menor e contribui para sua formação social e moral, sendo imprescindível que o Estado e o Poder Judiciário atuem de maneira a proteger esses direitos (Maluf & Maluf, 2021).

A guarda compartilhada, sempre que possível, representa o modelo mais adequado para equilibrar responsabilidades parentais e assegurar participação ativa de ambos os genitores na vida da criança. Mesmo nos casos de guarda unilateral, o direito de visita deve ser respeitado e garantido, pois constitui um direito personalíssimo do genitor e do filho, independe de questões patrimoniais e não pode ser suprimido sem justa causa (Gonçalves, 2024).

A alienação parental, por sua vez, revela-se como um grave atentado aos direitos da criança, interferindo na formação psicológica, nos vínculos afetivos e no bem-estar emocional do menor. A legislação específica e a atuação judicial célere são fundamentais para identificar, prevenir e corrigir práticas alienadoras, assegurando que o direito à convivência familiar seja preservado e que os impactos negativos sobre a criança sejam minimizados (Lôbo, 2023).

Em síntese, a proteção do direito de visita, da guarda equilibrada e da integridade emocional da criança diante de situações de conflito familiar demonstra a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo pais, judiciário e profissionais especializados. A efetiva aplicação desses instrumentos legais promove a realização do princípio do melhor interesse da criança, resguardando sua dignidade, afetividade e desenvolvimento pleno (Gonçalves, 2025).

REFERÊNCIAS

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito da Família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.647. ISBN 9786555598117. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598117/. Acesso em: 10 out. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.6** - 21ª Edição 2024. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.268. ISBN 9788553622382. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/. Acesso em: 10 out. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. Coleção Esquematizado® - **Direito Civil 3 - Responsabilidade Civil - Direito de Família - Direito das Sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.465. ISBN 9788553628155. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628155/. Acesso em: 10 out. 2025.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. v.5. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.97. ISBN 9786553628250. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628250/. Acesso em: 10 out. 2025.

O DIREITO PENAL NARRADO EM VERSOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DE FAROESTE CABOCLO E O USO DA MÚSICA COMO FERRAMENTA DE ENSINO JURÍDICO

Categoria: Projeto Integrador

Bethania Santos Vieira Rohling[1]
Jean Karlo Rohling[2]
Tainara de Oliveira Caon[3]
Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – A relação entre Estado, Direito e cultura se mostra indissociável ao longo da história da humanidade. O Estado, cuja função essencial é garantir a vida em sociedade, é visto ora como criação natural, ora como resultado de um pacto social. Paralelamente, emergem o Direito, entendido como o conjunto de normas e princípios reguladores da conduta humana, e a cultura, compreendida como o processo de transformação da natureza e do próprio homem. Esses elementos se entrelaçam na Teoria Tridimensional do Direito, que evidencia o Direito como fenômeno cultural. Entre as múltiplas expressões culturais, a música se destaca como representação da sociedade, de seus costumes e valores. No Brasil, a canção Faroeste Caboclo, de Renato Russo, tornou-se um marco cultural e objeto de análises acadêmicas em diversas áreas. Seu enredo narra a trajetória de João de Santo Cristo, marcada por violência, criminalidade e ausência da atuação estatal, refletindo a realidade das periferias brasileiras. A obra permite identificar vários tipos penais previstos na legislação, revelando seu potencial pedagógico no ensino jurídico. Assim, a música, como manifestação cultural, pode ser utilizada como recurso didático para ampliar a compreensão de conceitos jurídicos e estimular reflexões críticas sobre a aplicação do Direito.

Palavras-chave: Direito; Direito Penal; Multiculturalismo.

INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução da humanidade, é inegável a presença do Estado, ente cuja função essencial é manter as condições para a harmonia social e a vida em sociedade (Maluf, 2019).

Desde muito, os acadêmicos discutem a origem do Estado. Para alguns, como Aristóteles, Cícero e São Tomás de Aquino, o Estado é uma criação natural, visto que ele representa o todo, e o todo obrigatoriamente deveria anteceder as partes. Já outros, como Hobbes, Locke e

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Rousseau, racionalizaram a gênese do ente estatal. Para eles, o ser humano opta por ceder parte de sua liberdade, para que possa gozar de proteção.

Embora muitos pensadores tenham se debruçado sobre essa questão, para além das razões seu nascimento, a presença do Estado está interrelacionada de forma perpétua à vida em sociedade, característica essencial do ser humano, já citada por Aristóteles, o qual afirma que o homem é um animal político (Dallari, 2016).

Nesse raciocínio, depreende-se obrigatoriamente que duas outras entidades emergem da necessidade da vida em sociedade: o Direito e a cultura.

Assim como o Estado, quanto a sua origem, o Direito, quanto ao seu significado, pode assumir uma pluralidade, sendo cinco as realidades fundamentais: direito norma, direito faculdade, direito justo, direito ciência e direito fato social. Sob outro prisma, "[...] o direito se exterioriza em três aspectos: dogmático, filosófico e sociológico" (Siqueira Junior, 2019, p. 30). Do ponto de vista deste estudo, iremos assumir o Direito como o conjunto de normas, regras e princípios impostos pelo Estado com o objetivo de regular a conduta humana, garantir a justiça e a ordem social.

Igualmente fruto da organização humana, surge o conceito de cultura, cuja definição totalizante de Tylor foi sendo refinada, assumindo um sentido polissêmico. O jurista Miguel Reale, por exemplo, ensina que cultura "[...] é o conjunto de tudo aquilo que, nos planos material e espiritual, o homem constrói sobre a base da natureza, quer para modificá-la, quer para modificar-se a si" (Reale, 2013, p. 52).

Dessa forma, a cultura pode ser entendida como a modificação da natureza e do homem através de um processo motivado pela tomada de decisões baseadas em valores, para a consecução dos fins próprios de cada ser humano (Reale, 2013).

O entrelaçamento desses conceitos na Teoria Tridimensional do Direito, base do Culturalismo Jurídico, demonstra a indissociável relação entre Estado, Direito e cultura, segundo a qual o Direito é um fenômeno cultural, que influencia e modifica a cultura, assim como a cultura é base do Direito, bem como tem o poder de alterá-lo (Maluf, 2019).

Assumindo a cultura e sua multiplicidade de expressões, a música é inegavelmente uma de suas parcelas, parte da expressão cultural e artística de um povo (Souza, 2021).

A música serve a diversos propósitos, mas como manifestação humana representa sua natureza, cotidiano, modo de viver e o comportamento dos indivíduos (Silva, 2018). Assim, pode-se assumir que a música é uma forma de representação da sociedade, onde sua moral e costumes são narrados ao ouvinte.

No Brasil, a canção Faroeste Caboclo, de autoria de Renato Russo, e interpretada pela banda de punk rock Legião Urbana, tornou-se um ícone da cultura pop nacional. Obra artística atemporal, seu enredo traz uma forte crítica social e foi objeto de análises acadêmicas sob diversas óticas, como a geografia, história, psicanálise, criminologia e Direito

Ao se impor como uma representação da realidade, a música pode ser utilizada nos bancos acadêmicos como forma de facilitar a compreensão e sedimentar conceitos.

A partir dessas premissas, este estudo tem o objetivo de analisar a narrativa de Faroeste Caboclo do ponto de vista do Direito Penal, identificado os diferentes tipos penais presentes no seu enredo, com o intuito de fomentar a criação de novas ferramentas para o ensino dessa disciplina.

METODOLOGIA

O presente estudo foi elaborado como revisão de literatura do tipo narrativa. O enredo da canção foi analisado do ponto de vista das condutas delituosas, de modo a identificar os tipos penais narrados, de acordo com o Código Penal Brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo de seus 168 versos, Faroeste Caboclo narra a saga de João de Santo Cristo, cuja infância violenta e difícil, a falta de oportunidades e as escolhas que faz durante a vida o levam a uma trajetória permeada por diversos ilícitos.

Considerando o Direito Penal como o ramo do ordenamento jurídico que se dedica a "[...] selecionar os comportamentos humanos mais graves e perniciosos à coletividade, capazes de colocar em risco valores fundamentais para a convivência social [...]" (Capez, 2024, p. 1), observamos que a Faroeste Caboclo é um retrato das periferias brasileiras, onde a ausência da força coercitiva do Estado provoca uma falha de prevenção geral, tanto positiva como negativa, normalizando entre essas populações condutas que tradicionalmente são censuradas pela lei penal, por serem consideradas deletérias ao bom convívio, harmonia e paz social.

Analisando os versos da canção, é possível identificar dezessete condutas tipificadas na lei penal brasileira, elencadas na Tabela 1. Esse número pode ser ainda maior quando extrapolamos as possibilidades dos eventos narrados.

Tabela 1 – Tipos penais presentes na letra da música Faroeste Caboclo.

Artigo	Tipo Penal	Verso
121[1]	Homicídio	139-140
129[1]	Lesão Corporal	65-67
136[1]	Maus Tratos	19-20
139[1]	Difamação	132
140[1]	Injúria	130-155
140, §2º[1]	Injúria Real	65-67
147[1]	Ameaça	68, 91-92, 130-131
155[1]	Furto	155
180, §1o.[1]	Receptação Qualificada	104
213[1]	Estupro	67
229[1]	Casa de Prostituição	41
334[1]	Descaminho	103
334-A[1]	Contrabando	103

14[2]	Porte Ilegal de Arma	109
33, §1o., II[3]	Plantio de vegetais para produção de drogas	56
33[3]	Trafico	57-60
2o., §1o., I[4]	Terrorismo	81-86

Fonte: O autor (2025). Nota: [1] Código Penal, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940; [2] Estatuto do Desarmamento, Lei 10806/03; [3] Lei de Drogas, Lei 11343/06; [4]Lei do Terrorismo, Lei 13260/16.

A obra de Renato Russo reflete como a ausência do Estado, em especial nas periferias brasileiras, provoca uma falha de prevenção geral, tanto positiva como negativa, normalizando entre essas populações condutas que tradicionalmente são censuradas pela lei penal, por serem consideradas deletérias ao bom convívio, harmonia e paz social. Outro estudo também analisa a canção, mas do ponto de vista criminológico, mostrando a transformação do personagem João de Santo Cristo em um criminoso, "[...]desde aquele que infringe o pacto social, meramente pelo livre-arbítrio, passando pelo criminoso nato da escola positiva, culminando no infrator que nasce em função de razões sociais e econômicas" (Jaques; Rosendo; Bluma, 2023, p. 21). Tal estudo corrobora a hipótese da presença estatal insuficiente, não só na esfera penal, mas também permitindo a frustração do acesso aos direitos fundamentais de segunda dimensão.

Para além da análise social e jurídica, não somente Faroeste Caboclo, mas várias outras músicas podem ser utilizadas como método pedagógico na formação dos profissionais de Direito. Sendo a música uma representação do cotidiano, e sendo o Direto um regulador das condutas humanas, poderemos encontrar nos enredos do cancioneiro nacional diversas situações que podem ser analisadas do ponto de vista jurídico, sob diversos prismas, como Direito Civil e Teoria do Direito, por exemplo, tanto em acepções técnicas como axiológicas. Alguns estudos têm mostrado o potencial dessa metodologia, ampliando a compreensão de conceitos, despertando o interesse para além do ambiente acadêmico, e promovendo uma reflexão crítica sobre as normas que regem a sociedade (Dias, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cultura e Direito emergem da necessidade do ser humano viver em sociedade. A par das discussões sobre a origem do Estado, é fato que sua presença é imprescindível para a paz social.

O Direito, como norma reguladora da conduta humana, é ferramenta do ente estatal para consecução desse objetivo.

A cultura, como manifestação intrínseca à vida social, representativa da modificação que o homem impõe ao meio natural, surge vinculada ao Direito, sendo reciprocamente influenciada por ele e influenciadora dele.

Como manifestação cultural, a música é também forma de representação da sociedade, de sua moral e costumes.

Nesse contexto, este estudo se propôs a analisar o conteúdo penal da obra Faroeste Caboclo, sendo possível observar um enredo permeado por dezessete diferentes tipos penais,

refletindo uma sociedade onde ausência do Estado permite a normalização de condutas deletérias, em especial entre as populações mais vulneráveis. Para além dessa análise, diversas outras vertentes poderiam ser exploradas, quer no Direito Civil ou Teoria do Direito.

Esse exercício mostra como a música pode ser utilizada como ferramenta para o ensino do Direito, permitindo trabalhar academicamente temas de diversas áreas correlatas, estimulando a reflexão, a discussão crítica e o aprofundamento e sedimentação de conceitos jurídicos.

Assim, os métodos pedagógicos tradicionais podem contar com um aliado na formação dos futuros profissionais da área jurídica.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. 28. ed. São Paulo: Saraivajur, 2024c.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal – parte especial – volume único. 18. ed. São Paulo: Juspodium, 2025.

DIAS, Jefferson Aparecido, et al. O ensino do Direito Penal com o uso da música sertaneja: inovações no ensino e conscientização. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 6, p. e15873, 2025. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15873. Acesso em: 06 set. 2025.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

JAQUES, Abner da Silva; ROSENDO, Jorge David Galeano; BLUMA, Murilo Pina. Faroeste Caboclo: uma análise criminológica. In: Encontro Virtual do CONPEDI, 6., 2023, Florianópolis. Anais. Florianópolis: CONPEDI, 2023.Disponível em: https://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/8wn02g82/L9vilM2ZKJtdSyWu.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136847/. Acesso em: 06 set. 2025.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. Teoria do Direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SILVA, Rosemary Francisca Neves. Música: a expressão cultural de um povo. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 28, n. 4, p. 459–460, out./dez. 2018. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/6986/3866. Acesso em: 07 set. 2025.

SOUZA, Cyndy Nathana Melo de; ARAÚJO, Elcio Gomes de; ROCHA, Uizenairian Rodrigues da. A música como forma de expressão e manifestação contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Das Amazônias, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, v. 4, n. 1, p. 26-35, jan.–jul. 2021.

Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/download/2721/2773/15521. Acesso em: 07 set. 2025.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS OPERADORES DO DIREITO

Categoria: Projeto Integrador

Itan Vicente Paz Maurício[1]
Johann Filippi[2]
Julia Gabriela da Silva Soberano[3]
Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – O presente artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida com operadores do Direito, cujo objetivo foi identificar os aspectos positivos e negativos do uso da Inteligência Artificial (IA) na área jurídica. A partir das respostas obtidas por meio de um formulário aplicado a profissionais e estagiários do meio jurídico, foi possível analisar percepções, benefícios e desafios relacionados à aplicação da IA no cotidiano forense. Os resultados evidenciam o potencial da tecnologia para otimizar tarefas e ampliar a eficiência dos processos, ao mesmo tempo em que revelam preocupações quanto à ética, confiabilidade e à substituição da atuação humana.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Direito; Tecnologia; Ética; Inovação Jurídica.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) é uma das principais inovações tecnológicas do século XXI, transformando a forma como informações são analisadas, produzidas e utilizadas. No campo jurídico, sua presença vem se tornando cada vez mais significativa, alterando a maneira como operadores do Direito interpretam, aplicam e gerenciam o conhecimento. Ferramentas inteligentes já são empregadas na triagem processual, na previsão de resultados e no apoio à elaboração de peças e pareceres, promovendo uma interação inédita entre tecnologia e prática jurídica.

O uso da IA no Direito apresenta oportunidades importantes, como maior eficiência nos processos, redução de prazos e otimização da gestão de informações. Por outro lado, também impõe desafios, incluindo a necessidade de capacitação dos profissionais, questões éticas e a necessidade de garantir a segurança e a privacidade de dados. Esses desafios evidenciam que a IA não é apenas uma questão técnica, mas envolve aspectos sociais, éticos e organizacionais.

Diante desse cenário, é essencial compreender como os operadores do Direito percebem a aplicação da IA em seu cotidiano profissional. Este estudo tem como objetivo analisar essas

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

percepções, identificando aspectos positivos e negativos relacionados à utilização de tecnologias inteligentes.

Nesse contexto, compreender as percepções dos operadores do Direito acerca do uso da IA torna-se fundamental para orientar políticas institucionais e educacionais que favoreçam a adoção consciente dessas tecnologias.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por acadêmicos do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e consistiu na aplicação de um formulário online e anônimo a operadores do Direito em geral.Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva simples, permitindo observar tendências e propor interpretações qualitativas sobre as percepções dos participantes.

O objetivo foi compreender a percepção desses profissionais quanto ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) no exercício de suas funções.

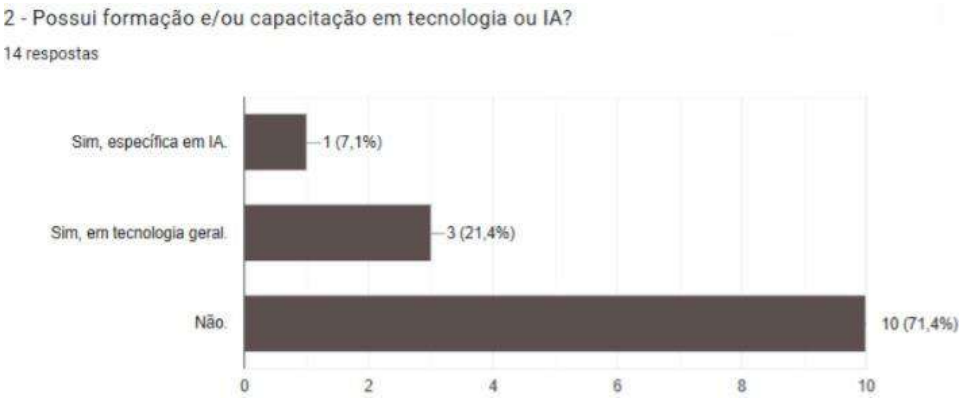
O instrumento de coleta de dados foi um questionário online com cinco perguntas objetivas, voltadas a identificar a experiência jurídica, a formação em tecnologia ou IA, o uso de ferramentas inteligentes, a percepção sobre seus impactos no Judiciário e as capacitações mais relevantes. O formato permitiu a coleta rápida e anônima de dados quantitativos sobre o perfil e as percepções dos operadores do Direito.

Participaram da pesquisa 14 operadores do Direito, que responderam ao formulário divulgado por link, representando o grupo que teve acesso à pesquisa durante o período de aplicação. A amostra foi não probabilística e por conveniência, tendo em vista o caráter exploratório do estudo e a disponibilidade dos profissionais para responder ao formulário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o gráfico[1], os resultados indicam que a maioria dos participantes possui ampla experiência na área jurídica, com predomínio daqueles com mais de 10 anos de atuação. Este perfil sugere que profissionais experientes tendem a adotar tecnologias de forma seletiva, valorizando ferramentas que tragam efetiva otimização às atividades cotidianas (Silva & Pinheiro, 2021).

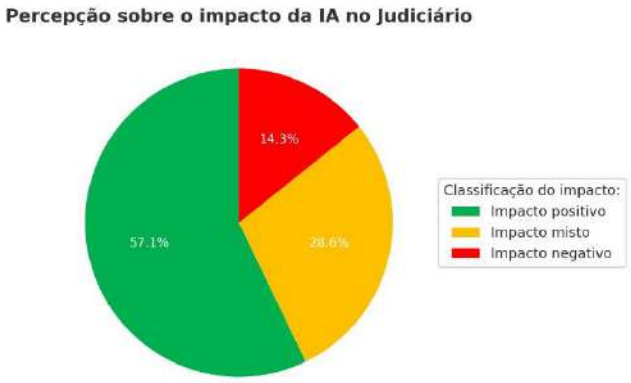
Apesar da experiência elevada, 71,4% dos participantes não possuem formação específica em tecnologia ou Inteligência Artificial, enquanto apenas 7,1% possuem capacitação em IA e 21,4% em tecnologia de modo geral. Esses dados evidenciam lacunas importantes, reforçando a necessidade de programas de capacitação estruturados que preparem operadores do Direito para o uso ético e eficiente de ferramentas digitais (Surden, 2019; Eras & Barreto, 2022).



Quanto à utilização de ferramentas de IA, observou-se predominância do ChatGPT (60,9%), seguido por Gemini (13%), Copilot (8,7%), outras IA's (13%) e pesquisa de jurisprudência (4,3%). Essa predominância evidencia que sistemas de linguagem natural estão sendo incorporados de forma prática ao cotidiano jurídico, apoiando atividades de análise documental, pesquisa e redação de peças (Silva & Pinheiro, 2021; Figueiredo, 2022).

Sobre a percepção do impacto da IA no Judiciário, 57,1% dos operadores consideram o efeito positivo, 28,6% como misto e 14,3% como negativo. Os participantes reconhecem o potencial da IA para aumentar a eficiência, reduzir o tempo de tramitação processual e apoiar decisões, mas permanecem atentos às limitações éticas e jurídicas associadas (Cataluña & Gomes, 2022; Rocha, 2023; Andrade & Prado, 2022).

Ainda neste tópico, veja-se o gráfico a seguir:



Em relação às capacitações mais valorizadas, os participantes indicaram: cursos e palestras sobre uso ético da IA (31,2%), utilização prática de ferramentas como ChatGPT (18,8%), cursos sobre uso correto e proporcional (12,5%), ética, responsabilidade e segurança no uso da IA (12,5%), treinamento técnico-prático (6,2%) e outras capacitações sugeridas (18,8%). Os dados indicam demanda por programas que integrem aspectos técnicos e éticos, preparando operadores do Direito para o uso responsável da IA (Doneda, 2020; Surden, 2019; Silva & Pinheiro, 2021).

Relacionada a capacitação, note-se o gráfico nº 5.Os resultados sugerem que, embora a IA já esteja incorporada às rotinas jurídicas, sua adoção ainda carece de estrutura formativa que assegure o uso ético e tecnicamente qualificado dessas ferramentas. (Floridi, 2013; Rodrigues, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que operadores do Direito percebem a Inteligência Artificial como ferramenta com potencial positivo, especialmente na análise de informações e apoio na elaboração de documentos. Entretanto, a maioria dos participantes ainda não possui formação específica em IA ou tecnologia, indicando lacunas relevantes em capacitação formal e preparo técnico (Silva & Pinheiro, 2021; Surden, 2019).

Embora existam iniciativas de capacitação, como os cursos gratuitos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e formações pagas promovidas pela OAB, ainda há falta de divulgação e incentivo para ampla adesão dos profissionais.

Recomenda-se a implementação de programas de capacitação amplamente divulgados, incluindo cursos sobre IA aplicada ao Direito, workshops sobre uso ético e responsável de ferramentas digitais e treinamentos institucionais contínuos. A participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pode ser estratégica, seja por meio de cursos, certificações ou eventos voltados à formação ética e técnica em IA. A incorporação de conteúdos sobre IA nos cursos de Direito e a promoção de debates sobre limites, riscos e oportunidades da tecnologia também podem aumentar familiaridade e confiança dos profissionais no uso dessas ferramentas (Floridi, 2013; Rocha, 2023).

Conclui-se que a adoção de IA no Direito apresenta oportunidades significativas para aprimorar a eficiência e a qualidade dos serviços jurídicos, mas seu potencial só será plenamente alcançado mediante capacitação adequada, conscientização ética, divulgação de cursos existentes e engajamento institucional. Pesquisas futuras podem investigar estratégias de capacitação mais eficazes, bem como a percepção de operadores sobre novas ferramentas de IA generativa e sua integração no cotidiano profissional (Rodrigues, 2024; Figueiredo, 2022).

Dessa forma, a consolidação de uma cultura jurídica digital dependerá não apenas da disponibilidade tecnológica, mas sobretudo da formação ética, crítica e técnica dos operadores do Direito diante das transformações trazidas pela Inteligência Artificial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Dionísio de; PRADO, Dilson Alves. Inteligência Artificial Para a Redução do Tempo de Análise dos Recursos Extraordinários: O Impacto do Projeto Victor no Supremo Tribunal Federal. Revista Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, v. 15, n.01, 2022, p. 53–78. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/52714. Acesso em: 15 set. 2025.

CATALUÑA, Renata; GOMES, Júlio César. Inteligência Artificial e Direito: desafios éticos e impactos na atividade jurisdicional. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, v. 6, n. 1, p. 45–63, 2022. Disponível em: https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/download/20/18. Acesso em: 22 set. 2025.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/inovajur/article/download/7088/4316. Acesso em: 18 set. 2025.

FIGUEIREDO, Guilherme Silva. Projeto Athos: um estudo de caso sobre a inserção do Superior Tribunal de Justiça na era da inteligência artificial. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas), Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/44557. Acesso em: 30 set. 2025.

FLORIDI, L. A ética da informação. Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em: https://cidad.bu.ufsc.br/files/2021/10/%C3%89tica-de-Floridi-por-N%C3%A9lida-Gonzales.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

ROCHA, Janayna Ribeiro da. O uso de inteligência artificial no processo de decisões judiciais: uma perspectiva sobre a ética e justiça. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Direito, Centro Universitário FAEMA, Ariquemes, 2023. Disponível em: http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/3356. Acesso em: 12 set. 2025.

RODRIGUES, Clara Skarlleth Lopes de Araujo. Inteligência artificial e direitos fundamentais: progresso ou retrocesso? Revista Interagir, Fortaleza, Ano XIX, v. 19, n. 127, Edição Suplementar, p. 35–37, jul./ago./set. 2024. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/interagir/article/view/5751/2285. Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, Juliano Maranhão; PINHEIRO, Patrícia Peck. Inteligência Artificial e Direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. Disponível em: https://ead.pge.rs.gov.br/pluginfile.php/33043/mod_label/intro/bibsel24.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

SURDEN, Harry. Artificial Intelligence and Law: An Overview. Georgia State University Law Review, v. 35, n. 4, p. 1305–1337, 2019. Disponível em: https://readingroom.law.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2981&context=gsulr. Acesso em: 10 set. 2025.

ADVOCACIA AUTÔNOMA E MARKETING JURÍDICO NAS REDES SOCIAIS

Categoria: Projetos Integradores

Adevilson Carlos Pires[1]
Diogo Correa da Silva[2]
Nilce Dias Martins[3]
Samuel Herbert da Silva[4]
Renata Cristina Riegert[5]

Resumo – O exercício autônomo da advocacia caracteriza-se pela prestação de serviços jurídicos de maneira independente, no entanto, a liberdade na atuação do advogado autônomo é relativa, pois sua atuação é regida por rigorosos preceitos éticos, definidos pelo Código de Ética e Disciplina da OAB e outras normativas que regulamentam a profissão. O avanço das redes sociais transformou significativamente as relações interpessoais, abrangendo também a forma como os serviços jurídicos são divulgados, analisados e consumidos pela sociedade. Nesse contexto, o marketing jurídico é permitido, porém regulamentado e os profissionais devem observar as normativas aplicáveis. O presente artigo realiza uma breve reflexão acerca das permissões e vedações em relação ao marketing digital na advocacia.

Palavras-chave: publicidade jurídica; redes sociais; marketing digital; advocacia autônoma; ética profissional.

INTRODUÇÃO

O avanço das redes sociais transformou significativamente a forma como os serviços jurídicos são divulgados, analisados e consumidos pela sociedade, trazendo novos desafios à publicidade na advocacia. Nesse contexto o advogado, especialmente o autônomo, necessita adotar meios de comunicação que garantam visibilidade e credibilidade, todavia, sem ferir os princípios éticos da profissão.

As diretrizes do Código de Ética e Disciplina da OAB expressam que essa comunicação deve ser pautada pelo caráter informativo, sendo proibidas práticas que configurem mercantilização ou captação irregular de clientes. O presente artigo objetiva refletir brevemente sobre como, no âmbito das redes sociais, é possível compatibilizar a clareza e a relevância social

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

das informações jurídicas com a preservação da dignidade da advocacia, respeito aos princípios ético-profissionais e a manutenção da confiança pública.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e na legislação, de caráter exploratório e descritivo, objetivando obter uma visão abrangente acerca da publicidade da advocacia nas redes sociais e as implicações éticas no fazer profissional dos/as advogados/as. Para melhor análise acerca do tema, foi realizada pesquisa no aplicativo "Instagram", onde foram analisados perfis profissionais com finalidade de observar se seguem as diretrizes e princípios definidos na legislação, no que se refere ao marketing digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na contemporaneidade, a advocacia autônoma passou a incorporar práticas empreendedoras, tais como o uso do marketing jurídico, automação de documentos, sistemas de controle processual e presença estratégica nas redes sociais. Ferramentas como softwares jurídicos, plataformas de atendimento remoto e sistemas de gestão digital têm contribuído significativamente para a produtividade e visibilidade do advogado autônomo no mercado.

Além disso, o uso das redes sociais, como forma de divulgação de atividades profissionais, tornou-se uma realidade. No âmbito da advocacia, cada vez mais as redes sociais são utilizadas como forma de marketing jurídico, inclusive, atualmente se trata de uma atividade que pode ser lucrativa, gerando receita a partir de visualizações e compartilhamentos.

O uso intensivo das redes sociais gerou novas possibilidades de interação entre advogados e seus públicos. Plataformas como Facebook, Instagram, LinkedIn e X, passaram a ocupar um papel central na construção de marcas profissionais e, consequentemente, na divulgação de serviços jurídicos. Todavia, alguns cuidados precisam ser tomados caso o/a advogado/a decida pela utilização de perfis na internet.

Embora o Código de Ética permita a publicidade informativa na advocacia, a publicidade historicamente sempre foi marcada pela discrição e moderação, justamente para evitar a mercantilização da profissão e garantir sua credibilidade junto a sociedade. O Código de Ética da OAB reforça essas premissas, acentuando o caráter informativo da publicidade e impondo restrições mais rigorosas do que aquelas aplicadas a outras áreas profissionais. Contudo, fatores como o fácil acesso, os baixos custos e a visibilidade ampliada das redes sociais acabaram gerando discussões entre profissionais do direito no que tange os limites éticos do que pode ou não ser divulgado.

Como observam Santos e Almeida (2021, p. 45), "a internet e as redes sociais trouxeram novas possibilidades, mas também novos desafios éticos, especialmente no campo da advocacia, que exige respeito à ética profissional e à moderação nas práticas publicitárias". Diante dessa realidade, a OAB promoveu alterações em suas normas para adequar a publicidade jurídica ao ambiente digital, sem abrir mão dos valores centrais da profissão. De acordo com Costa (2020, p. 62), tais mudanças "refletem a tentativa de equilibrar a inovação trazida pelas novas tecnologias com a preservação da seriedade da advocacia".

O marketing jurídico é permitido, porém regulamentado e os profissionais devem observar as normativas aplicáveis, a publicidade deve ser discreta, comedida, possuir caráter exclusivamente informativo e sem prometer resultados. Conforme o artigo 40 do Código de Ética e Disciplina da OAB, "a publicidade profissional do advogado deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão." (BRASIL, 2015). Assim, é proibida qualquer forma de propaganda sensacionalista, promoção pessoal exagerada ou qualquer prática que transforme o serviço jurídico em um produto de mercado.

Relevante mencionar que o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994), no art. 1º, § 3º, assim dispõe: "é vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade", logo, perfis em redes sociais dedicados ao marketing jurídico não podem realizar divulgação acerca de outras atividades profissionais.

No mesmo sentido, o parágrafo único do art. 14 da mesma Lei determina que:

> É vedado anunciar ou divulgar qualquer atividade relacionada com o exercício da advocacia ou o uso da expressão escritório de advocacia, sem indicação expressa do nome e do número de inscrição dos advogados que o integrem ou o número de registro da sociedade de advogados na OAB.

Outro ponto relevante é que, assim como em outros meios, nas redes sociais também é vedado ao advogado "angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros" (Estatuto da OAB, art. 34, inciso IV). Além disso, as publicações em redes sociais devem resguardar outras normativas e princípios, como por exemplo, o sigilo profissional, manter-se idôneo, manter conduta compatível com a advocacia e não publicar alegações sobre causas pendentes.

O Código de Ética e Disciplina da OAB possui um capítulo dedicado a regular a publicidade profissional dos advogados, determinando, no artigo 39, que a publicidade "tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão" (Brasil, 2015).

No mesmo sentido, o artigo 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece como conduta vedada "responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social" (Brasil, 2015).

O Provimento nº 205/2021 especifica que o marketing jurídico é permitido, desde que exercido de forma compatível com os preceitos éticos e respeitadas as limitações impostas pela legislação que regulamenta a profissão. O anexo único do Provimento orienta/regulamenta a publicidade nas redes sociais, como Instagram, FaceBook, Youtube e outras.

O Provimento nº 205/2021 trouxe maior clareza sobre o uso das redes sociais e da publicidade patrocinada. É possível realizar impulsionamento pago, desde que o conteúdo promovido seja exclusivamente educativo ou informativo, e não contenha nenhum tipo de promoção direta de serviços ou tentativa de captar clientes.

Por exemplo, um advogado pode impulsionar um post explicando uma mudança na legislação ou divulgando um evento acadêmico, mas não pode promover posts com frases como "resolvemos seu problema" ou "procure nosso escritório agora". Entre as condutas vedadas também estão o uso de expressões como "o melhor escritório", prometer vitória ou sucesso, divulgar valores de honorários ou condições de pagamento, e entrar em contato direto com potenciais clientes via mensagens ou redes sociais. O advogado também não pode divulgar imagens que exponham processos, clientes ou decisões judiciais, mesmo com autorização.

A violação das regras de publicidade pode levar à abertura de processo disciplinar na OAB. As penalidades vão desde advertência e censura, até a suspensão e, em casos graves, a exclusão dos quadros da Ordem. Os Tribunais de Ética e Disciplina analisam individualmente cada infração, considerando a gravidade e o contexto das ações.

Como forma de orientar os advogados quanto a publicidade de suas atividades profissionais em plataformas digitais, a OAB/SE lançou material relevante, intitulado "Marketing Jurídico: Orientações Profissionais", o qual traz a definição de conceitos sobre publicidade, propaganda e marketing de conteúdo, aborda temas específicos como o tráfego pago em redes sociais, além das proibições impostas pela legislação.

No mesmo sentido, a cartilha organizada pelo Comitê Regulador do Marketing Jurídico da OAB, publicada no ano de 2024, na forma de "perguntas e respostas" e com linguagem simples e acessível, orienta sobre condutas permitidas e condutas vedadas aos profissionais da advocacia.

Os advogados podem manter perfis profissionais, postar artigos, comentar mudanças na legislação, esclarecer dúvidas genéricas e divulgar eventos ou palestras. No entanto, é expressamente proibido oferecer consultorias gratuitas, prometer resultados, divulgar casos concretos, valores de honorários ou utilizar depoimentos de clientes. O conteúdo precisa ser claro, direto e conter apenas informações estritamente profissionais. O uso de slogans comerciais ou frases promocionais é vedado.

Conforme definido no Código de Ética, é permitida a divulgação de informações como o nome do advogado, número de inscrição na OAB, áreas de atuação (sem prometer resultados), endereço do escritório, telefone, e-mail, site institucional e logotipo discreto, também é permitido indicar idiomas atendidos. Elementos visuais e textos devem seguir um padrão de sobriedade, sem exageros gráficos, promessas ou frases apelativas.

Em suma, verifica-se que a publicidade da advocacia, independentemente do meio em que é realizada, como exposto na cartilha da OAB/SE, deve observar aspectos como moderação, informações objetivas, uso de meios e linguagem responsável e não pode ser utilizada como meio de mercantilização da profissão e/ou captação de clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicidade da advocacia nos meios digitais, especialmente nas redes sociais, é uma realidade inegável nos dias atuais. Todavia, independentemente do meio em que é realizada, a publicidade deve observar aspectos como moderação, informações objetivas, uso de meios e

linguagem responsáveis e não pode ser utilizada como meio de mercantilização da profissão e/ou captação de clientes.

O marketing jurídico (físico ou digital) na advocacia deve ter como foco principal o esclarecimento da sociedade, a promoção do acesso à informação jurídica e a valorização da profissão. Ao seguir os parâmetros e princípios estabelecidos pela OAB, o advogado mantém sua atuação dentro dos limites da ética, sem traços de mercantilização ou concorrência desleal e contribui para uma imagem respeitosa, digna, discreta e confiável da advocacia perante a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao corpo docente do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Campus de Fraiburgo, pelo estímulo e orientação para o desenvolvimento deste estudo e para as demais atividades acadêmicas, que são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional, o que nos permitirá devolver aquilo que aprendemos à sociedade contribuindo, dessa forma, para a construção da justiça e da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal da OAB. Código de Ética e Disciplina da OAB. Resolução nº 02/2015. Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Brasília: OAB, 2015. Disponível em: https://www.oab.org.br/publicacoes/AbrirPDF?LivroId=0000004085. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Conselho Federal da OAB. Provimento nº 205, de 14 de julho de 2021. Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia. Diário Eletrônico da OAB, Brasília, 19 jul. 2021. Disponível em: https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/provimentos/205-2021. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. Principais dúvidas sobre Publicidade na Advocacia: entendendo o Provimento 205/2021. Comitê Regulador do Marketing Jurídico do Conselho Federal da OAB. – Brasília: OAB Nacional, 2024. Disponível em: https://www.oabgo.org.br/cartilha-da-oab-esclarece-duvidas-e-orienta-advogados-sobre-publicidade-etica-na-profissao/. Acesso em 06 out 2025.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COSTA, João. Marketing Jurídico e o Código de Ética da OAB: Desafios na Era Digital. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

FERREIRA, Rodrigo. Publicidade na Advocacia: Os Limites e Desafios Éticos no Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Lex, 2019.

LOBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL SERGIPE. **Marketing Jurídico:** Orientações Profissionais. Disponível em: https://oabsergipe.org.br/wp-content/uploads/2024/03/OAB-MKT-JURIDICO-5.0-2.pdf. Acesso em 06 out 2025.

SANTOS, Maria; ALMEIDA, Pedro. **A Advocacia na Era Digital:** O Impacto das Redes Sociais na Publicidade Jurídica. Porto Alegre: Editora Jurídica, 2021.

O USO DA IA NA TRIAGEM DE PROCESSOS PENAIS

Categoria: Projeto Integrador II

Adriana Lemes de Godoy Gatti Silva[1]
Ingrid Maria Gatti Silva[2]
Jaine de Oliveira[3]
Paula Letícia Balestrin[4]
Renata Cristina Riegert[5]

Resumo – Nos últimos anos, a tecnologia tem transformado o Poder Judiciário, especialmente após a pandemia da Covid-19, quando ferramentas digitais, como as audiências por videoconferência, foram incorporadas para garantir a continuidade da prestação jurisdicional. Esse movimento impulsionou a inserção da inteligência artificial (IA) no sistema judicial, especialmente no âmbito penal, trazendo benefícios como agilidade processual, automação de tarefas e redução de custos, mas também gerando questionamentos éticos e jurídicos. A presente pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativo, foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos e dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com enfoque interpretativo sobre as principais contribuições da literatura. Observa-se que a IA já desempenha funções relevantes no Judiciário brasileiro, como triagem de processos, análise de documentos e apoio à tomada de decisão, sendo exemplo o sistema Victor, utilizado no Supremo Tribunal Federal. Apesar de favorecer a eficiência, especialistas alertam para os riscos de violação de direitos fundamentais, como a presunção de inocência, diante da falta de transparência dos algoritmos. Dessa forma, a IA deve ser vista como instrumento de apoio, subordinado à análise crítica humana, respeitando princípios de governança, transparência e responsabilidade, a fim de garantir a efetividade da justiça sem comprometer garantias constitucionais

Palavras-chave: Inteligência artificial; Judiciário; Triagem.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço tecnológico tem se mostrado cada vez mais presente em áreas que, até pouco tempo, seriam inimagináveis. O ambiente digital passou a integrar diferentes setores da sociedade, e chegou ao Poder Judiciário. Durante a pandemia da Covid-19, foi necessário adotar medidas que garantissem a continuidade da atividade jurisdicional, o que levou ao uso mais intenso de ferramentas tecnológicas, como as audiências realizadas por videoconferência. Esse recurso, inclusive, permanece em utilização após o período pandêmico,

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

por oferecer vantagens práticas, como a redução de custos com o transporte de detentos e a diminuição dos riscos de fuga.

A partir dessa experiência, ficou evidente a importância da tecnologia para a eficiência da justiça. Nesse contexto, a busca por soluções rápidas e confiáveis impulsionou a criação e o uso da inteligência artificial, que também começou a ser incorporada no âmbito judiciário, trazendo novas perspectivas, mas igualmente novos desafios a serem enfrentados.

Porém, quando aplicada no meio penal, a inteligência artificial pode gerar questionamentos relevantes quanto ao seu uso. De forma indiscriminada, esses sistemas podem afetar garantias constitucionais daqueles que estão sendo julgados, além de apresentarem falta de transparência, o que gera insegurança quanto à forma como os algoritmos são alimentados em seus bancos de dados.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, realizada a partir da análise de artigos científicos. Para a coleta dos materiais, foram consultadas as bases de dados SciELO, e dados do Conselho Nacional de Justiça. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos em língua portuguesa, que apresentassem relação direta com o tema em estudo. A análise foi conduzida de forma interpretativa, destacando os principais conceitos, resultados e contribuições relevantes encontrados na literatura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o surgimento da Quarta Revolução Industrial, houve um avanço significativo no processo tecnológico de indústrias, mas esse avanço não se limitou apenas ao "chão de fábrica", assim a tecnologia da informação se expandiu veementemente, e chegou até mesmo ao meio judiciário. Dessa forma, surgiram ferramentas que tornaram os processos mais céleres e acessíveis, permitindo torná-lo mais eficiente, automatizar as tarefas, classificação de documentos jurídicos e a análise dos mesmos, além de minimizar os custos (SILVA, 2021).

Durante a pandemia da COVID-19, o meio jurídico usou da tecnologia para videoconferências, trabalho remoto, execução de tarefas online, reestruturando assim todo um sistema antes "pacato", e não paralisando a máquina judiciária. Essa situação impulsionou veementemente a inserção da IA nos processos jurídicos, que é um conjunto de tecnologias que permitem que máquinas simulem capacidades humanas como raciocínio, aprendizagem e resolução de problemas, processando dados para perceber o ambiente, agir e atingir objetivos. Esses sistemas de IA aprendem com experiências e novas entradas de dados para realizar tarefas, desde reconhecer imagens e entender a linguagem até tomar decisões e criar conteúdos originais (SPADINI, 2023). A IA usada nos tribunais brasileiros é a generativa, ramo focado na criação de conteúdo novo e original, como textos, a partir de dados previamente treinados.

A IA generativa, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode desempenhar as seguintes tarefas no meio jurídico:

a. Automação de tarefas repetitivas: eficiência operacional e economia de tempo dos servidores e das servidoras.

b. Suporte à decisão e eficiência operacional: auxílio a decisões e redução do tempo de tramitação dos processos.

c. Melhoria em serviços de atendimento: uso de IA em balcões virtuais, chatbots e tradução de "juridiquês" para linguagem comum.

d. Otimização de processos administrativos: IA aplicada em licitações, estratégias administrativas e resolução de problemas administrativos.

e. Análise aprofundada de documentos e precedentes: melhoria da análise jurídica e da identificação de litispendência e demandas predatórias.

f. Apoio à tomada de decisão judicial: auxílio a magistrados em minutas de decisão e julgamentos.

g. Concentração em análises processuais: foco em análises qualificadas e contribuições diretas para atividades judicantes

h. Minimização de deficiências processuais: redução de erros e ineficiências no processo judicial.

i. Eficiência na prestação jurisdicional: agilização do processamento judicial, especialmente em anos eleitorais. (CNJ, 2024)

A aplicação prática da inteligência artificial no Judiciário brasileiro tem se concentrado, sobretudo, em sistemas voltados à triagem e análise preliminar de processos, com ênfase nos feitos criminais. Essa atuação visa enfrentar uma das maiores dificuldades da justiça: o excesso de demandas e demora processual. Dados do relatório Justiça em Números "2023", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelam que o Brasil possuía mais de 80 milhões de processos em tramitação, dos quais uma parcela significativa correspondia a feitos criminais (CNJ, 2023). Nesse cenário, a utilização de ferramentas tecnológicas capazes de organizar, classificar e dar prioridade aos processos mostra-se essencial para a efetividade da prestação jurisdicional.

Um exemplo emblemático é o sistema Victor, desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Lançado em 2018, o Victor tem como principal finalidade a leitura automática de recursos extraordinários, realizando a triagem de temas de repercussão geral. Embora não substitua o trabalho dos ministros e assessores, a ferramenta atua como filtro inicial, otimizando o tempo de análise e conferindo maior celeridade processual. A literatura jurídica destaca que a inserção da inteligência artificial (IA) no contexto processual penal pode reduzir a repetição de atos burocráticos e agilizar certas etapas do processo, permitindo que os magistrados concentrem esforços em questões de maior complexidade e impacto social. Santos (2022) alerta, entretanto, que a adoção de tecnologias automatizadas deve ser feita com cautela, pois o uso de IA pode trazer riscos à proteção de

direitos fundamentais, como o devido processo legal e a presunção de inocência. Dessa forma, sistemas automatizados devem atuar como instrumentos de apoio à decisão judicial, sem substituir a análise crítica e a responsabilidade do juiz, garantindo que a aplicação da lei permaneça sob supervisão humana.

No Brasil, o CNJ já reconhece essa necessidade ao instituir o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), responsável por fomentar pesquisas e práticas de inovação tecnológica no Judiciário. Além disso, a Resolução nº 332/2020 do CNJ estabelece diretrizes para o uso de IA no Poder Judiciário, determinando que tais sistemas devem observar os princípios da transparência, da governança e da responsabilidade, evitando a tomada de decisões automatizadas sem supervisão humana (CNJ, 2020).

A utilização de inteligência artificial (IA) no processo penal levanta debates importantes sobre seu impacto social e jurídico. Amarante (2021) destaca que os algoritmos podem reproduzir padrões e desigualdades presentes nos dados nos quais foram treinados, refletindo escolhas e contextos humanos prévios.

Portanto, a implementação de IA deve ser acompanhada de uma análise crítica sobre possíveis efeitos sociais e éticos, garantindo que essas ferramentas sirvam como apoio às atividades humanas, e não como substitutas das decisões judiciais, evitando reforço de desigualdades ou decisões automatizadas que comprometam direitos fundamentais.

Dessa forma, percebe-se que a aplicação da inteligência artificial na triagem de processos penais possui um caráter eminentemente instrumental, voltado a dar eficiência ao sistema de Justiça, mas que não substitui a atuação humana. A IA surge como uma ferramenta de apoio, que deve ser acompanhada de uma estrutura normativa sólida e de mecanismos de fiscalização contínua, para que a busca por agilidade não comprometa garantias constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação da inteligência artificial no âmbito do Judiciário brasileiro representa um avanço significativo rumo à modernização da prestação jurisdicional. Ferramentas como a IA generativa e sistemas de triagem, a exemplo do Victor, demonstram a capacidade tecnológica de reduzir burocracias, otimizar o tempo de análise processual e contribuir para a celeridade das decisões. Contudo, apesar dos benefícios operacionais, é imprescindível que sua aplicação seja acompanhada de mecanismos de controle e de uma sólida base normativa, garantindo que os direitos fundamentais não sejam violados por decisões automatizadas ou por algoritmos enviesados. A IA deve ser entendida, portanto, como um recurso de apoio à atividade humana, sem substituir a função crítica e decisória dos magistrados. Assim, o futuro da justiça digital deve buscar o equilíbrio entre eficiência e respeito às garantias constitucionais, de modo que o avanço tecnológico seja instrumento de fortalecimento, e não de fragilização, do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Natasha Duarte. O papel social dos algoritmos: uma análise dos estudos sobre discriminação algorítmica. *Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, p. 1–

20, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44501. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Justiça em Números 2023*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Relatório de pesquisa IAG-PJ. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/09/cnj-relatorio-de-pesquisa-iag-pj.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429. Acesso em: 14 set. 2025.

CIVIL PROCEDURE REVIEW. Ética e inteligência artificial no Poder Judiciário: comentários à Resolução nº 332/2020 do CNJ. *Civil Procedure Review*, 2021. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/article/download/324/247. Acesso em: 14 set. 2025.

DIALNET. Projeto Victor: perspectivas de aplicação da inteligência artificial. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8697581.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

FGV. Estudo sobre riscos e possibilidades do Projeto Victor. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/e24fb977-a54e-4eb2-8aec-82fc06010731. Acesso em: 14 set. 2025.

SANTOS, Hugo Luz dos. Processo Penal e Inteligência Artificial: Rumo a um Direito (Processual) Penal da Segurança Máxima? *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 8, n. 2, p. 767–821, mai./ago. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbdpp/a/fg4rvTXgNxBPH6VjknC5d9C/. Acesso em: 14 set. 2025.

SPADINI, Allan. Inteligência Artificial (IA): história, aplicações e futuro. Disponível em: https://www.alura.com.br/artigos/inteligencia-artificial-ia#a-historia-da-inteligencia-artificial. Acesso em: 14 set. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Projeto Victor. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471331&ori=1. Acesso em: 14 set. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. Tecnologia da informação como recurso ou obstáculo ao acesso à Justiça. São Paulo: TRF3, 2019. Disponível em: https://www.jfsp.jus.br/documentos/administrativo/DUBI/Prospeccoes/13-05-2019/Tecnologia_da_informacao_como_recurso_ou_obstaculo_ao_acesso_a_Justica.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

CONTRATO DE TRANSPORTE MARÍTIMO E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO DIREITO PORTUÁRIO BRASILEIRO: INTEGRAÇÃO COM ENCARGOS DE IMPORTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Categoria: Pesquisa Jurídica

Aimoré Alfa Junior[1]
Lucas da Rocha Carvalho[2]
Nicolas Pereira Dolberth[3]
Victor Manoel Fernandes Santos[4]
Renata Cristina Riegert[5],[6]

Resumo - A pesquisa analisou o contrato de transporte marítimo e o direito portuário brasileiro, com foco na integração com encargos de importação e regulamentação. Adotou abordagem qualitativa, baseada em estudo documental, examinando leis, normas. Foram estudadas a Lei nº 9.611/1998, a Lei nº 12.815/2013, regulamentações da ANTAQ, Resolução da ANVISA RDC nº 216/2004 e normas da Receita Federal. Identificou-se a complexidade das relações contratuais, a influência da tributação sobre importações e impactos recentes das mudanças fiscais para plataformas digitais. Concluiu-se que a integração entre contratos, regulação e tributação é essencial para a segurança jurídica e eficiência do comércio exterior brasileiro.

Palavras-chave: contrato de transporte marítimo; direito portuário brasileiro; encargos de importação; ANTAQ; comércio exterior.

INTRODUÇÃO

O transporte marítimo desempenha papel fundamental no comércio internacional, sendo regulado por contratos específicos que garantem segurança jurídica e eficiência na movimentação de mercadorias. No Brasil, o direito portuário é um ramo jurídico especializado na fiscalização dos portos e serviços correlatos, vinculando-se com o direito marítimo para a regulamentação dos contratos de transporte aquaviário. Ademais, a atividade portuária está sujeita a diversas normas, incluindo encargos tributários e regulatórios, envolvendo instituições como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Receita Federal. Recentemente, tem-se observado aumentos expressivos na tributação de importações internacionais realizadas por meio de plataformas como Shein e Shopee, impactando o comércio exterior e o direito portuário.

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6] Grupo de Pesquisa em Direito Marítimo e Portuário, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentando-se no estudo documental, para a compreensão dos aspectos jurídicos e regulamentação do contrato de transporte marítimo e do direito portuário brasileiro. Foram analisados leis e decretos, normas oficiais. As leis e decretos analisados incluíram a Lei nº 9.611/1998 (Código Brasileiro de Marinha Mercante), a Lei nº 12.815/2013 (Lei dos Portos), regulamentações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Resolução da ANVISA RDC nº 216/2004 e instruções da Receita Federal relacionadas aos impostos tributários na importação. Além disso, o estudo dos dados atualizados sobre a tributação de importações internacionais, especialmente os recentes aumentos de impostos sobre compras realizadas por plataformas digitais (Shein e Shopee). A análise jurisprudencial também foi usada para identificar decisões judiciais e suas incompatibilidades práticas. A pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, permitindo compreender as relações entre contratos marítimos, direito portuário, regulamentações e impactos tributários no contexto atual do comércio exterior brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O contrato de transporte marítimo no Brasil é regulado principalmente pela Lei nº 9.611/1998, que está inserida no Código Brasileiro de Marinha Mercante. Essa lei, especialmente a partir do artigo 757, define os direitos e deveres das partes envolvidas nesse tipo de contrato. O principal objetivo é garantir que o transportador leve as mercadorias do porto onde foram embarcadas até o porto onde serão desembarcadas. Esse contrato possui uma natureza mista pois, além de ser um contrato de transporte, tem características de mandato. Isso porque o transportador atua em seu nome, mas está realizando o serviço para outra pessoa, o proprietário da mercadoria. Por isso, precisa agir com responsabilidade e transparência. No Brasil, é muito importante que o contrato deixe explicado claramente quem é o responsável por eventuais danos ou atrasos durante o transporte. Muitas vezes, essas responsabilidades podem ser limitadas por convenções internacionais reconhecidas, como a Convenção de Bruxelas ou as Regras de Hamburgo. Outro aspecto importante é a chamada cláusula de sobre estadia, que estabelece cobranças quando o contêiner fica tempo demais fora do porto, evitando prejuízos para os responsáveis pela logística. Na prática, quando falamos de transporte internacional, principalmente de contêineres, o contrato costuma ser formalizado por meio do Conhecimento de Embarque, um documento padrão, lacrado e imprescindível para comprovar a propriedade da mercadoria e facilitar a negociação.

DIREITO PORTUÁRIO BRASILEIRO

O direito portuário brasileiro é regulado principalmente pela Lei nº 12.815/2013, que modernizou as regras dos portos no país. Essa legislação trouxe uma grande mudança ao fomentar a participação da iniciativa privada na operação e gestão portuária, visando maior eficiência, competitividade e segurança. Segundo o artigo 2º da lei, os portos organizados são aqueles administrados pelas companhias docas e autoridades portuárias, responsáveis pela infraestrutura e gestão dos terminais. Ou seja, o direito portuário não trata só da chegada e saída de cargas, mas também da exploração comercial dos portos e serviços relacionados. Essa modernização permitiu que os terminais de portos fundamentais, como os de Santos e

Paranaguá, recebam investimentos privados que melhoram a capacidade logística do Brasil como um todo.

INTEGRAÇÃO ENTRE CONTRATOS DE TRANSPORTE E DIREITO PORTUÁRIO

Na prática, os contratos relacionados ao transporte marítimo e à prestação de serviços nos portos precisam estar bem alinhados para que toda a logística funcione devidamente. Isso inclui contratos administrativos de concessão e locação portuária, além de contratos privados entre transportadores, operadores logísticos e usuários. Por exemplo, a exploração de terminais de contêineres é feita com base em contratos de concessão firmados pela autoridade portuária, que devem obedecer às normas da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e à legislação vigente. Esse alinhamento assegura que os aspectos operacionais e regulatórios estejam integrados. Além disso, segurança jurídica é fundamental. Nesse contexto, o Código Civil regula os contratos em geral, enquanto o Código de Defesa do Consumidor protege os direitos dos usuários dos serviços portuários quando aplicável.

ENCARGOS DE IMPORTAÇÃO E TARIFAS

Importar mercadorias no Brasil envolve o pagamento de diversos impostos, que podem tornar o processo mais caro e complexo. Entre os tributos federais mais importantes estão o Imposto de Importação (II), que protege a indústria nacional e contribui para arrecadação, e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incide tanto sobre produtos nacionais quanto importados. Além desses, o ICMS, imposto estadual, também incide sobre operações de importação, mas suas alíquotas podem variar dependendo do estado de destino. Ainda há contribuições como PIS/PASEP e COFINS, que são utilizadas para financiar a seguridade social e manter o sistema tributário funcionando. Na prática, esses tributos representam uma parte significativa do custo total da mercadoria importada, calculada com base no valor CIF (Custo, Seguro e Frete). Por isso, empresas e operadores portuários precisam de um planejamento cuidadoso para evitar que esses custos se tornem problemas fiscais.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)

A ANTAQ foi criada pela Lei nº 10.233/2001 para regulamentação e fiscalização dos serviços do setor aquaviário e portuário. Sua missão é garantir a organização, eficiência e praticidade nas tarifas cobradas, promovendo um ambiente competitividade justa. A agência estabelece regras claras para contratos de concessão e permissão nos portos organizados, controla tarifas cobradas por armadores e operadores portuários e assegura a qualidade dos serviços para o usuário final. Na prática, a atuação da ANTAQ tem evitado abusos nas tarifas e incentivado melhorias importantes, como aconteceu com a regulação das tarifas portuárias em Santos e no Rio de Janeiro, que impactaram positivamente o custo do transporte marítimo no país.

NORMAS DA ANVISA E RDC Nº 216/2004

No contexto portuário, o transporte e armazenamento de alimentos depende do cumprimento rigoroso de normas sanitárias para garantir a segurança alimentar. A Resolução

RDC nº 216/2004 da ANVISA define boas práticas para serviços de alimentação, incluindo cuidados específicos para contêineres refrigerados e cargas perecíveis. Auditorias e inspeções da ANVISA mostram que essas regras são essenciais para evitar contaminações e garantir que o comércio internacional de alimentos brasileiro mantenha sua qualidade e reputação.

AUMENTO DOS IMPOSTOS PARA REMESSAS INTERNACIONAIS (SHEIN, SHOPEE E AFINS)

Desde abril de 2025, o Brasil adotou regras de Baixa flexibilidade nas tributações para remessas via plataformas de comércio eletrônico, como a Shein e Shopee. O ICMS teve suas taxas elevada para 20%, e o Imposto de Importação passou a ser integral, com 60% para remessas cujo valor ultrapasse US$ 50. Essa mudança tem impacto direto na cadeia logística e portuária, com uma fiscalização mais rigorosa e aumento dos custos operacionais e aduaneiros. Para os consumidores, isso significa alterações nos preços e prazos das mercadorias, e para as empresas importadoras, a necessidade de reavaliar suas estratégias para se manterem competitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contrato de transporte marítimo é peça fundamental no fluxo do comércio exterior, sendo regulado pelo direito portuário brasileiro que assegura a organização e eficiência dos portos como serviço público ou atividade privada autorizada. A integração entre contratos, regulação da ANTAQ, exigências sanitárias da ANVISA e o impacto da tributação crescente supervisionada pela Receita Federal evidencia a complexidade do setor portuário e sua importância para a economia nacional. Essa dinâmica traz desafios e oportunidades para agentes envolvidos na cadeia logística, especialmente com o recente aumento dos impostos sobre importações via plataformas digitais, que poderá repercutir no volume e na competitividade das operações.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Portal Gov.br.

ANVISA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

ARAÚJO, Willam Tadheu Lemes de; AGUIAR, Vera Monica Queiroz Fernandes. Os contratos na prestação de serviços de transporte aquaviários e portuários no Brasil. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.611, de 1998. Código Brasileiro de Marinha Mercante.

BRASIL. Lei nº 10.233, de 2001. Cria a ANTAQ.

BRASIL. Lei nº 12.815, de 2013. Lei dos Portos.

EXAME.com. Compras em sites como Shein e AliExpress vão ficar mais caras a partir de abril, 2025.

MELISO, Alessandro. O contrato de transporte marítimo de mercadorias. 2015.

RECEITA FEDERAL. Imposto de Importação e tributação de remessas internacionais. Portal Gov.br.

REVISTA DA AGU. O setor portuário brasileiro e a sua disciplina jurídica, 2015.

A REGULAMENTAÇÃO DAS APOSTAS ON-LINE NO BRASIL: DESAFIOS ECONÔMICOS, JURÍDICOS E IMPACTOS SOCIAIS

Categoria: Resumo expandido

Rayana Alice Souza da Silva[1]
Nayana David[2]
Renata Cristina Riegert[3]
Gustavo Marcondes[4]

Resumo - O presente estudo analisa a evolução histórica, os desafios econômicos e jurídicos, e os impactos sociais das apostas on-line no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, baseada em legislações, relatórios oficiais e estudos recentes, identifica-se que a trajetória das apostas no país é marcada pela clandestinidade e pela posterior expansão digital descontrolada. Os resultados evidenciam que, embora a regulamentação implementada pela Lei nº 14.790/2023 represente um avanço no combate à evasão fiscal e à lavagem de dinheiro, o mercado de apostas ainda apresenta fragilidades estruturais e vulnerabilidades sociais significativas. O crescimento das plataformas digitais e a publicidade direcionada potencializam riscos como o superendividamento e a ludopatia. Conclui-se que a efetividade da regulamentação dependerá da integração entre fiscalização, políticas públicas de prevenção ao vício em jogos e mecanismos de proteção econômica e social.

Palavras-chave: apostas on-line; evasão fiscal; plataformas digitais; regulamentação.

INTRODUÇÃO

A trajetória das casas de apostas no Brasil percorre um caminho que vai da proibição e clandestinidade até a recente regulamentação, passando por um período de expansão digital acelerada e pouco controlada. Com o avanço da internet a partir de 1995 e a disseminação das plataformas digitais internacionais, o país testemunhou o rápido crescimento das apostas on-line, que por anos escaparam à fiscalização estatal. A criação da Lei nº 13.756/2018 representou o primeiro passo formal para a organização do setor, ao instituir a modalidade de apostas de quota fixa voltada a eventos esportivos reais. No entanto, a ausência de regulamentação efetiva até 2023 resultou em um cenário de incerteza jurídica, favorecendo a atuação de plataformas estrangeiras sediadas em paraísos fiscais, a evasão de recursos e a dificuldade de controle por parte das autoridades. Durante esse período, o mercado expandiu-se intensamente, impulsionado pela publicidade em redes sociais, pelo apoio de influenciadores digitais e pela popularização dos meios de pagamento instantâneos.

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[3] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
[4] Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

O rápido avanço das plataformas de apostas evidenciou a urgência de uma regulamentação mais rigorosa, uma vez que grande parte dessas empresas operava sem contribuir para a arrecadação nacional e fora do alcance das leis brasileiras. Além dos impactos econômicos, o fenômeno trouxe sérias consequências sociais, especialmente entre grupos mais vulneráveis, que se veem expostos a estratégias de marketing agressivas e a riscos como o endividamento e a dependência em jogos de azar.

Diante desse contexto, compreender a evolução histórica e jurídica das apostas no Brasil é fundamental para analisar os desafios e as repercussões atuais dessa atividade. O fortalecimento de um setor bilionário, associado ao avanço tecnológico e às fragilidades sociais, demanda uma análise ampla que envolva aspectos jurídicos, econômicos e sociais. Assim, este estudo busca examinar os principais desafios decorrentes da regulamentação das apostas e os impactos que a popularização das plataformas digitais tem produzido na sociedade brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada na análise de legislações, relatórios oficiais, estudos acadêmicos e dados institucionais. Foram examinados marcos normativos relevantes e relatórios do Banco Central do Brasil, da Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets e de artigos científicos recentes sobre o tema. A pesquisa foi conduzida entre os meses de agosto e outubro de 2025 e teve como objetivo identificar a evolução das apostas no Brasil, os principais desafios econômicos e jurídicos decorrentes da regulamentação e os impactos sociais associados à expansão das plataformas digitais de jogos. A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, buscando estabelecer conexões entre as transformações legislativas, os efeitos econômicos e as vulnerabilidades sociais observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os impactos sociais das casas de apostas on-line no Brasil são profundos e preocupantes, sobretudo entre as camadas mais vulneráveis da população. A publicidade agressiva, aliada à facilidade de acesso, expõe milhões de brasileiros a riscos de endividamento e à ludopatia, transtorno caracterizado pela dependência em jogos. O perfil do consumidor brasileiro nesse mercado evidencia desigualdades sociais e fragilidades econômicas: segundo estudo do Banco Central, cerca de 24 milhões de pessoas físicas participaram de jogos e apostas em 2024, sendo a maioria composta por jovens entre 20 e 30 anos. Observa-se que o valor médio mensal das transferências aumenta conforme a idade: enquanto os mais jovens gastam em torno de R$100,00, os mais velhos chegam a ultrapassar R$3.000,00 mensais. Um dado alarmante refere-se à participação de beneficiários do Programa Bolsa Família, dos quais 5 milhões destinaram aproximadamente R$3 bilhões às apostas apenas em agosto de 2024. Entre eles, 70% são chefes de família, responsáveis pelo recebimento direto do benefício, o que indica o desvio de recursos fundamentais para a subsistência em favor das plataformas de jogos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, Estudo Especial nº 119/2024).

Outro aspecto crítico é o avanço do superendividamento e a falsa percepção das apostas como forma de investimento ou solução para quitar dívidas: estima-se que cerca de 1,8 milhão

de brasileiros tenham se tornado inadimplentes em razão do vício em jogos, sendo a ludopatia um agravante central (BRASIL; SENADO FEDERAL, 2025). As consequências extrapolam a esfera individual e alcançam familiares e comunidades, traduzindo-se em dívidas impagáveis, conflitos domésticos, perda de empregos, adoecimento mental e até ideação suicida.

O papel da publicidade e dos influenciadores digitais também é relevante. Muitos promovem as Bets como oportunidade de enriquecimento rápido, omitindo riscos e incentivando a adesão de jovens e até de menores de idade a modalidades de alto risco, como os caça-níqueis virtuais (LIMA; BARROS; SILVA, 2025). A CPI das Bets revelou práticas abusivas, como a remuneração de influenciadores proporcional às perdas de seus seguidores, mecanismo que transforma a "desgraça alheia" em fonte de lucro (BRASIL; Senado Federal, 2025). Esse modelo cria um ciclo perverso de exploração da confiança e da vulnerabilidade social.

O crescimento das plataformas digitais de jogos tornou evidente a urgência da regulamentação, uma vez que esses serviços, em grande parte disponibilizados por empresas estrangeiras, operavam fora do alcance das autoridades brasileiras e não contribuíam para a receita nacional (FILHO; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2025). Um dos principais desafios nesse cenário é o uso de estruturas offshore que, embora representem um instrumento legítimo de planejamento tributário internacional, são frequentemente utilizadas de forma ilícita por plataformas estrangeiras de apostas (OLIVEIRA; IGLESIAS, 2018). Por meio de contratos de fachada ou da simulação de serviços fictícios, essas empresas conseguem internalizar recursos e atuar no Brasil sem o devido controle estatal, o que dificulta a rastreabilidade das operações, favorece a sonegação fiscal e facilita o escoamento de capitais para o exterior.

Adicionalmente, as plataformas de apostas apresentam forte vulnerabilidade à lavagem de dinheiro. O anonimato dos usuários, o alto volume e a velocidade das transações, o uso de intermediários de pagamento e, em alguns casos, de criptomoedas, criam um ambiente propício para a ocultação de recursos ilícitos (ARAÚJO; SOUSA, 2025). Investigações recentes, como a CPI das Bets, confirmaram o envolvimento de casas de apostas em esquemas de dissimulação financeira e ocultação de valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das apostas no Brasil reflete um processo de transformação profunda, que vai da proibição e clandestinidade à institucionalização de um mercado regulado e altamente lucrativo. No entanto, os desafios que emergem da regulamentação são complexos e multifacetados. A atuação de plataformas estrangeiras, a fragilidade dos mecanismos de fiscalização e o uso de estruturas financeiras ilícitas demonstram que o simples enquadramento legal não é suficiente para garantir a efetividade do controle estatal.

Do ponto de vista social, os impactos das apostas on-line continuam alarmantes: o aumento do endividamento e do vício em jogos evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas à educação financeira. Assim, conclui-se que a consolidação de um ambiente seguro e equilibrado para o setor dependerá da integração entre regulação econômica, proteção ao consumidor e responsabilização das empresas operadoras. Somente com essa abordagem

sistêmica será possível equilibrar o potencial arrecadatório do mercado com a preservação da ética, da saúde social e da estabilidade econômica do país.

REFERÊNCIAS

O IMPACTO DA LACUNA NORMATIVA NO MERCADO DE APOSTAS VIRTUAIS: UM ESTUDO SOBRE OS RISCOS DE LAVAGEM DE DINHEIRO E OS DESAFIOS

REGULATÓRIOS. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e616142, 2025. DOI: 10.47820/recima21.v6i1.6142. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/6142. Acesso em: 9 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores: Estudo Especial nº 119/2024.

Estudos Especiais do Banco Central, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_Analise_tecnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostador es.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

BRASIL. Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal: CPI das BETS. Senado Federal, Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2703. Acesso em: 09 out.

2025.

FILHO, Irajá Silvestre; CAVALCANTE, Ailton Ferreira; OLIVEIRA, Valdivino José de. A LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS NO BRASIL: UM CAMINHO PARA O

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.], v. 14, n. 2, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n2-17-2025.Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1717. Acesso em: 9 out. 2025.

LIMA, L. L.; BARROS, L. G. P.; SILVA, M. A. de L. A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA PROMOÇÃO DE CASAS DE APOSTAS E A PROTEÇÃO LEGAL DOS MENORES DE IDADE. REVISTA FOCO, [S. l.], v.18, n. 3, p. e8139, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-153. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8139. Acesso em: 9 out. 2025.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, XV., 2018, Santa Cruz do Sul. A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS OFFSHORE COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A EVASÃO DE DIVISAS [...]. Santa Cruz do Sul:Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2018. Tema: Demandas Sociais e Políticas Públicas. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18761. Acesso em: 9 out. 2025.

CONTRATO DE COMODATO E O IMPACTO SOCIAL NA COMUNIDADE AGRÁRIA

Categoria: Projetos integradores

Cristian Mello[1]
Luiza Eduarda Zenere[2]
Thandara Pilarski[3]
Orientadora Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – O objetivo é compreender de que forma o comodato, como contrato gratuito de empréstimo de bem infungível, se relaciona com a exigência constitucional de que a propriedade atenda ao seu uso produtivo e socialmente adequado. Utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com análise de decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de tribunais estaduais. Os resultados indicam que o comodato, embora seja expressão da autonomia privada, não pode ser exercido de forma absoluta, devendo respeitar a função social prevista no art. 5º, XXIII, e art. 186 da Constituição Federal. Conclui-se que a concessão do uso gratuito da terra, quando dissociada de finalidade produtiva, pode gerar conflitos jurídicos e sociais, sendo necessária a ponderação entre interesses individuais e coletivos.

Além disso, observa-se que o instituto do comodato, quando aplicado no contexto rural, assume especial relevância, uma vez que a terra representa não apenas um patrimônio privado, mas também um bem de interesse social, econômico e ambiental. Nesse sentido, a interpretação jurídica desse contrato deve estar alinhada com os princípios constitucionais que limitam o direito de propriedade e o orientam para atender ao desenvolvimento sustentável e ao bem comum. A análise da jurisprudência demonstra que os tribunais têm adotado uma postura cautelosa ao avaliar a validade e os efeitos de contratos de comodato, especialmente quando verificado o uso da terra em desconformidade com sua função social.

Palavras-chave: contrato de comodato; utilização; propriedade rural; direito civil; direito agrário.

INTRODUÇÃO

O contrato de comodato, previsto no Código Civil brasileiro nos artigos 579 ao 585, consiste no empréstimo gratuito de bem infungível, obrigando o comodatário a restituí-lo ao término do prazo ajustado. No âmbito rural, esse contrato assume importância especial, pois envolve o uso da terra, bem jurídico de valor econômico, social e ambiental.

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A Constituição Federal de 1988 introduziu a exigência da função social da propriedade (art. 5º, XXIII), reforçada no art. 186, que estabelece os requisitos de aproveitamento adequado, utilização racional e observância das normas trabalhistas e ambientais. Assim, a autonomia contratual no comodato rural não pode ser desvinculada da função social.

Este estudo busca analisar como a função social da propriedade rural influencia a validade e a eficácia do contrato de comodato, considerando também a jurisprudência recente e a necessidade de harmonização entre interesses privados e coletivos. Além disso, é importante destacar que a jurisprudência recente tem reforçado a ideia de que o comodato rural deve ser utilizado de forma responsável, alinhando-se aos princípios constitucionais e à função social da terra. Os tribunais têm reconhecido que, mesmo em contratos gratuitos, a inobservância desses requisitos pode levar à responsabilização do proprietário e, em casos extremos, à intervenção estatal para garantir o cumprimento da função social. Dessa forma, o comodato rural não se limita a um simples acordo entre particulares, mas torna-se um instrumento que deve conciliar os interesses individuais com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi feita por meio de análise de livros e documentos de Direito Civil e Direito Agrário, além do estudo de decisões do Superior Tribunal de Justiça e de tribunais estaduais. O trabalho é de caráter qualitativo, buscando interpretar e avaliar de forma crítica como as normas dos contratos se relacionam com os prinípios da Constituição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O contrato de comodato, por sua natureza gratuita, encontra seu fundamento nos princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos, como descrito nos artigos art. 421 e 421-A do Código Civil:

> Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
>
> Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que...

No meio rural, a função social da propriedade ganha relevo adicional: a terra precisa atender não só ao interesse econômico do comodatário e do comodante, mas também ao bem-estar coletivo e à preservação ambiental.

A doutrina reforça essa limitação ao direito de propriedade. Por exemplo, Maria Helena Diniz destaca que:

> "O direito de propriedade não é absoluto, devendo atender à sua função social, sob pena de esvaziamento de sua legitimidade" (2020).

Carlos Roberto Gonçalves complementa afirmando que a autonomia privada deve respeitar os princípios constitucionais, sobretudo em relação a bens de alta relevância social, como o imóvel rural.

Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal:

Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal decidiu que, para impedir a desapropriação, o dono de um imóvel rural precisa provar que está usando a terra de forma responsável. Não basta apenas produzir economicamente; é preciso também cuidar do meio ambiente, respeitar os trabalhadores, usar a terra de maneira racional e pensar no bem-estar da comunidade.

Decisões estaduais relevantes:

No caso julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Apelação Cível n.º 2012.050431-6), os proprietários de um imóvel rural ingressaram com ação de reintegração de posse após cederem a área em comodato verbal para criação de gado. O Tribunal entendeu que o comodatário exercia apenas posse precária, pois o comodato é gratuito e não gera direito possessório autônomo. Como não houve prova de benfeitorias que justificassem indenização, o pedido foi negado, e a reintegração de posse foi mantida, reconhecendo-se que a terra deveria retornar ao domínio dos proprietários.

Diante desse panorama, percebe-se que o comodato rural não pode ser analisado apenas como um simples empréstimo gratuito, mas como um instituto jurídico que deve dialogar diretamente com os valores constitucionais e sociais. A sua aplicação prática exige que tanto comodante quanto comodatário observem não só os limites legais do contrato, mas também o compromisso com a sustentabilidade, a produção responsável e a proteção dos direitos coletivos. Assim, a função social do comodato se manifesta como elemento de equilíbrio entre o interesse particular e o interesse público, conferindo legitimidade à utilização da terra e prevenindo abusos que possam comprometer sua destinação constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contrato de comodato rural é um instrumento legal válido e importante para organizar as relações sobre posse e uso da terra. No entanto, sua validade prática depende do cumprimento da função social da propriedade, conforme estabelece a Constituição Federal e o Código Civil. Isso significa que o uso da terra não pode se limitar apenas ao interesse privado; deve respeitar princípios como a produtividade, a preservação ambiental, as boas condições de trabalho e o bem-estar da comunidade.

Portanto, a autonomia do proprietário e as disposições contratuais privadas precisam ser sempre equilibradas com a função social da terra, evitando que ela seja usada de maneira improdutiva ou prejudicial à coletividade. A jurisprudência mais recente reforça essa orientação, mostrando que o direito individual sobre a propriedade rural deve sempre se harmonizar com o interesse público, garantindo que a terra cumpra seu papel econômico e social de forma justa e responsável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações e Contratos. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro Contratos. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

STF, decisão de set/2023 sobre necessidade de comprovação da função social para evitar desapropriação.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n.º 2012.050431-6. Comodato agrário. Posse precária. Ação de reintegração de posse. Benfeitorias não comprovadas. TJSC, 2012.

CONTRATOS DIGITAIS - VOCÊ SABE POR ONDE ANDAM SEUS DADOS?

Categoria: Projetos Integradores

Isadora De Souza Dutra[1]
Isadora Morais de Lima[2]
Jaqueline Lorenci[3]
João Vítor Pereira Abrão[4]
Renata Cristina Riegert[5]

Resumo – A responsabilidade civil ocupa papel central na proteção dos direitos nas relações digitais, sobretudo, diante do aumento das prestações de serviços eletrônicos no nosso dia a dia. Nesse contexto é possível se questionar sobre o compromisso das empresas diante de falhas nesses serviços, e a observância dos usuários em relação ao aceite dessas prestações contratuais tão rotineiras. Esse artigo tem como objetivo a análise dos contratos cibernéticos, seu funcionamento e aplicação, o correlacionando com os desafios da dover civil nesse ambiente, considerando o impacto para consumidores e fornecedores. Para isso, será realizada uma análise teórica baseada em pesquisas bibliográficas, compreendendo as responsabilidades e limitações das partes envolvidas.

Palavras-chave: Cibersegurança. Contratos digitais. Responsabilidade civil. LGPD. Cláusulas abusivas.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Indústria 4.0 e os consequentes avanços tecnológicos, todos os setores passaram por transformações significativas em seus respectivos modus operandi. No campo jurídico, observa-se que, à luz do Direito Civil, os contratos deixaram de se restringir a documentos exclusivamente escritos para assumirem diferentes formas de celebração, muitas delas inseridas no ambiente digital. Nesse cenário, o Direito Cibernético desempenha papel fundamental ao regulamentar e assegurar a validade jurídica das contratações eletrônicas, garantindo segurança e eficácia nas relações jurídicas. Atualmente, a formalização contratual ocorre de maneira diversificada no cotidiano, abrangendo desde aquisições realizadas por meio de aplicativos até a utilização em larga escala por grandes corporações empresariais.

[1]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Para a realização do seguinte trabalho realizamos pesquisas, revisando o conteúdo de artigos, notícias, leis e decisões judiciais que falassem sobre o conteúdo disposto neste trabalho. Na segunda etapa da pesquisa, foi elaborado um formulário simples, direcionado para os acadêmicos da instituição de Fraiburgo. O formulário foi composto por perguntas fechadas sobre o uso de aplicativos e plataformas digitais, como Gov.br, Shopee, Shein e redes sociais(facebook, instagram, tiktok). As perguntas avaliam por exemplo:

Se os participantes costumam ler os termos de uso de aplicativos como Gov.br, Shopee ou redes sociais;

Se já tiveram experiências anteriores com problemas nos serviços digitais, como vazamentos de dados, atrasos ou cobranças indevidas

Quais são os aplicativos e plataformas que mais usam no dia a dia?

O objetivo foi compreender a percepção prática dos acadêmicos sobre contratos digitais e o nível de consciência em relação às responsabilidades e riscos envolvidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muitas vezes, quando pensamos em contratos, pensamos em um documento formal para assinatura, assinado entre duas partes. Entretanto no ambiente digital estamos constantemente fechando contratos, mesmo sem perceber. Mas quando isso acontece? Estas situações ocorrem quando aceitamos os termos de uso de aplicativos que estão presentes em nosso cotidiano, como Instagram, Facebook dentre outras plataformas, ou até mesmo quando realizamos uma compra online e informamos também nossos dados pessoais inclusive em algumas logamos dados bancários.

Atualmente, mesmo que digitais, estes contratos possuem a mesma validade jurídica que os tradicionais, pois o direito civil reconhece como contrato qualquer acordo de vontades que gere obrigações e direitos entre as partes, e por isso é essencial que os contratos digitais sigam princípios civis, como a boa- fé objetiva, a função social do contrato e a responsabilidade civil em caso de descumprimento ou dano. Nesse sentido, a doutrina reforça que os contratos eletrônicos, embora mais rápidos e despersonalizados, devem obedecer aos mesmos parâmetros de validade que os firmados em papel, de modo que "os contratos eletrônicos possuem validade plena no ordenamento jurídico brasileiro, desde que respeitados os princípios da boa-fé e da transparência, ainda que firmados por simples cliques em caixas de aceite" (Revista Ft 2013).

Dentre as normas analisadas destacam- se o código civil, com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que foi criada com o objetivo de proteger a liberdade, privacidade e a livre formação de personalidade de cada cidadão e o Marco Civil da Internet, implementado na legislação brasileira na Lei nº 12.965/2014 estabelecendo direitos e deveres para a utilização da internet, que são fundamentais para entender os direitos e deveres tanto dos usuários quanto das empresas no meio virtual. A PUCRS (2021) ressalta que, em caso de vazamento de dados, a

responsabilidade civil pode decorrer tanto da culpa quanto do risco da atividade do fornecedor, impondo indenização quando há prejuízo ao consumidor.

Apesar das fragilidades apontadas em alguns contextos, é inegável que os contratos digitais representam um avanço nas relações jurídicas. Eles oferecem agilidade na formalização, reduzem custos com papel e deslocamento e ampliam a acessibilidade, permitindo que qualquer pessoa com internet firme contratos de forma rápida. Também em serviços públicos, como Gov.br e INSS, a digitalização trouxe eficiência e desburocratização.

"A utilização da assinatura eletrônica em contratos digitais oferece uma série de benefícios: eficiência, pois o processo de elaboração e formalização é acelerado, eliminando etapas intermediárias e burocráticas". (JUSBRASIL, 2023).

Por outro lado, não podemos ignorar os riscos que existem, como demonstram decisões judiciais. O tribunal da Justiça de Minas Gerais, condenou o Meta a indenizar mais de 170 milhões de brasileiros por vazamento de dados entre 2018 e 2019 (R$40 milhões em danos morais coletivos e até R$10 mil por consumidor), evidenciando que o direito civil atua para garantir a reparação por violação de dados pessoais e demonstra também a aplicação da LGPD (Lei nº 13.709/2018), que garante os direitos fundamentais como privacidade e transparência no uso das informações dos usuários. (Migalhas,2025).

Além disso, a insegurança também atinge plataformas do setor público. O portal Aos Fatos, publicou uma matéria em fevereiro deste ano demonstrando que identificaram cerca de 850 anúncios falsos se passando por órgãos do governo federal, como o Gov.br e alcançaram quase 2 milhões de usuários, estes anúncios prometiam benefícios falsos e induziram à cliques e perdas financeiras. (Aos Fatos 2025).

No comércio eletrônico, outro problema é a inserção de cláusulas abusivas em plataformas populares como Shein e Shopee. O Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu art. 51, determina que são nulas cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada. Contudo, os termos de uso dessas empresas permitem o compartilhamento de dados pessoais em caso de venda da companhia, sem exigir consentimento específico do usuário. Tal prática contraria princípios básicos de transparência e proteção do consumidor, demonstrando a necessidade de maior fiscalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contratos digitais possuem plena validade jurídica no ordenamento brasileiro, desde haja a manifestação de vontade, mesmo que esta se dê por meio de por um simples clique em "aceito" os termos ou "li e concordo". Neste caso o problema é que muitas pessoas ainda não leem os termos e não sabem com o que estão aceitando, em partes entendemos já que muitas empresas têm termos de acordo gigantes e levaria tempo para ler, além de que algumas cláusulas não podem ser mudadas nem questionadas pelo consumidor.

Na pesquisa feita com os colegas ficou evidente que pouquíssimas pessoas param para ler os termos de aceite, o que deixa claro a vulnerabilidade do consumidor digital. Ademais,

decisões judiciais e golpes em sites e aplicativos reforçam a importância do tema dos contratos digitais.

Diante disto é preciso que as empresas deixem os termos mais claros e continue aplicando a LGPD e o CDC, e que a sociedade receba mais informações sobre o assunto. Assim dando a liberdade de equilibrar a tecnologia, o jurídico e a proteção do usuário.

REFERÊNCIAS

AOS FATOS. Golpes em anúncios falsos simulando páginas do governo alcançam milhões de usuários. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

FMP – FACULDADE DE MINAS. Contratos eletrônicos: a importância do direito digital nesses acordos. 2022.

JUSBRASIL. A legalidade e eficácia da assinatura eletrônica em contratos digitais. 2023.

MIGALHAS. TJ/MG condena Meta a pagar R$ 40 milhões por vazamento de dados. 2025.

PUCRS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Responsabilidade civil e vazamento de dados pessoais. Porto Alegre: Escola de Direito, 2021.

REVISTA FT. Contratos eletrônicos e a validade jurídica das assinaturas digitais no Brasil. 2013.

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PETICIONAMENTO INICIAL E O FUTURO DA ADVOCACIA

Categoria: Projeto Integrador

Beatriz Machado Antunes de Lima[1]
Gabriela Pereira de Almeida[2]
Yasmin Aparecida Silva Gomes[3]
Renata Cristina Riegert[4,5]

Resumo – O presente trabalho aborda a aplicação da inteligência artificial no peticionamento inicial e suas implicações para o futuro da advocacia. Tem por objetivo analisar como essas ferramentas podem otimizar a elaboração de peças jurídicas, reduzir erros formais e ampliar o acesso à justiça. A abordagem metodológica consistiu na análise crítica de estudos acadêmicos e experiências práticas envolvendo a inteligência artificial em ambientes jurídicos. A utilização de sistemas inteligentes na elaboração de petições iniciais contribui para a maior precisão, agilidade e padronização. Verifica-se também que essas tecnologias facilitam a atuação em demandas repetitivas e de grande volume. Apesar da inteligência artificial não substituir o discernimento jurídico humano, representa um avanço significativo na modernização da advocacia. O seu uso técnico e estratégico é essencial para que os profissionais do Direito se mantenham relevantes diante das transformações digitais em andamento.

Palavras-chave: inteligência artificial; advocacia; futuro; peças jurídicas.

INTRODUÇÃO

A inteligência artificial vem revolucionando o mundo como um todo, tal fenômeno redefine as competências necessárias para adaptação dos novos advogados e principalmente do sistema judiciário. A inteligência artificial vem alterando de maneira drástica o modus operandi do trabalho jurídico, facilitando a precisão dos serviços jurídicos (QUEIROZ, GONÇALVES, COSTA, 2024).

Além disso, Silveira e Carmo (2024) apontam que o uso da IA na advocacia representa uma oportunidade de democratização do acesso à justiça, uma vez que ferramentas automatizadas podem auxiliar cidadãos em demandas simples, sem a necessidade de um advogado em tempo integral. No entanto, os autores também alertam para os riscos éticos

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Laboratório ou Grupo de Pesquisa xxxx (para quem tiver outra entidade envolvida), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

envolvidos, como a dependência excessiva da tecnologia e a possibilidade de decisões automatizadas desconsiderarem nuances humanas importantes.

O estudo ressalta que a IA pode contribuir para a democratização do acesso à justiça, ao permitir que cidadãos tenham suporte jurídico automatizado em demandas simples. No entanto, os autores alertam que "a ausência de regulamentação específica pode gerar riscos éticos e jurídicos, como decisões automatizadas sem supervisão humana" (FERNANDES; MEIRA, 2024, p. 7).

METODOLOGIA

O trabalho adota uma abordagem qualitativa, com foco exploratório e descritivo, visando compreender os impactos da inteligência artificial na elaboração de petições iniciais e suas implicações para o exercício da advocacia. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, utilizando como base artigos científicos e acadêmicos.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e interpretação dos textos selecionados, buscando identificar padrões, argumentos e perspectivas sobre o uso da inteligência artificial no contexto jurídico. Foram considerados aspectos técnicos, éticos e sociais relacionados à automação de tarefas jurídicas, especialmente no peticionamento inicial, assim como os desafios enfrentados pelos profissionais diante da transformação digital.

O trabalho permite uma reflexão aprofundada sobre o tema, com o objetivo de contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre o futuro da advocacia em tempos de inteligência artificial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O CONTEXTO DA IA NA ADVOCACIA E OS BENEFÍCIOS NO PETICIONAMENTO

A integração da inteligência artificial (IA) na advocacia representa uma evolução natural impulsionada pelo avanço da tecnologia e pela necessidade de otimização dos serviços jurídicos. O contexto de crescente litigiosidade e a complexidade de um mercado cada vez mais competitivo demandam ferramentas que não apenas agilizem o trabalho, mas também elevem a qualidade das peças processuais e permitam ao profissional focar em atividades intelectuais mais estratégicas (SANTOS; SANTOS, 2023).

A IA se insere nesse cenário como um agente de transformação, trazendo benefícios substanciais, em especial para a elaboração do peticionamento inicial. Ferramentas baseadas em IA, como as que utilizam o processamento de linguagem natural (PLN) e machine learning, são capazes de analisar grandes volumes de dados jurídicos (SILVA; BERNARDES, 2023).

A aplicação da IA no peticionamento é vista não como uma substituição, mas como um aprimoramento da atuação profissional. A tecnologia assume as tarefas operacionais e repetitivas, enquanto o advogado mantém o papel crucial de revisão, adaptação ao caso concreto e tomada de decisões estratégicas, exercendo sua responsabilidade técnica e o julgamento humano indispensável para o direito (FENALAW, 2025).

OS DESAFIOS E OS RISCOS ÉTICOS

Um dos principais desafios é o risco do viés algorítmico. Os sistemas de IA são treinados com base em grandes volumes de dados, que podem refletir preconceitos e desigualdades sociais existentes. Se os dados de treinamento contêm vieses, as decisões geradas pela IA podem perpetuá-los, resultando em resultados injustos ou discriminatórios. O artigo de Fernandes e Meira (2023) ressalta que a ausência de regulamentação específica pode gerar riscos éticos e jurídicos, como decisões automatizadas sem a devida supervisão humana. A transparência na forma como esses algoritmos chegam a uma conclusão é, portanto, um ponto central a ser debatido.

O artigo de Fernandes e Meira (2023) ressalta que a ausência de regulamentação específica pode gerar riscos éticos e jurídicos, como decisões automatizadas sem a devida supervisão humana. A transparência na forma como esses algoritmos chegam a uma conclusão é, portanto, um ponto central a ser debatido.

O uso da IA é permitido, mas exige que a peça seja revisada, adaptada ao caso concreto e assinada por um profissional habilitado. O advogado deve manter seu papel indispensável de interpretação das nuances humanas, éticas e contextuais de cada caso, algo que a IA, por sua natureza, não pode fazer. (JURÍDICO AI, 2025).

AS MUDANÇAS NA PRÁTICA PROFISSIONAL E AS NOVAS COMPETÊNCIAS

A inserção da inteligência artificial na advocacia não apenas otimiza processos, mas também provoca uma profunda transformação no perfil do profissional do direito. A advocacia, antes centrada em tarefas manuais e repetitivas, como a redação de petições padronizadas e a pesquisa jurisprudencial, migra para um modelo em que o foco principal é a atividade intelectual complexa, o raciocínio estratégico e a gestão de relacionamento com o cliente (SANTOS; SANTOS, 2023).

A principal nova competência é a capacidade de utilizar as ferramentas de IA de forma eficiente e segura. Isso inclui saber como interagir com a tecnologia, como selecionar as ferramentas mais adequadas para cada tarefa e como interpretar e auditar os resultados gerados por algoritmos. O advogado moderno deve ser um "arquiteto" das informações, usando a IA para coletar e processar dados, enquanto se concentra em construir a argumentação jurídica (NUNES; RUBINGER; MARQUES, 2018).

Com a automação de tarefas operacionais, o profissional tem mais tempo para aprimorar a estratégia do caso. A IA pode realizar a jurimetria, analisando estatísticas e previsões de resultados judiciais, o que permite ao advogado tomar decisões mais informadas e negociar com maior embasamento (ANDRADE; ROSA; PINTO, 2020).

ESTUDO DE CASO E APLICAÇÕES PRÁTICAS: A IA NO JUDICIÁRIO E NA ADVOCACIA BRASILEIRA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do programa Justiça 4.0, tem incentivado e mapeado o desenvolvimento de projetos de IA nos tribunais brasileiros. Segundo uma pesquisa do CNJ, 63% dos tribunais e conselhos do país já desenvolveram projetos de IA (CNJ, 2025).

Outros tribunais também implementaram soluções inovadoras. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais utiliza sistemas de IA para automatizar a triagem de processos de execução fiscal, economizando tempo e redirecionando esforços para atividades mais estratégicas (TJMG, 2023).

Ferramentas utilizam IA generativa para criar petições, contratos e pareceres com base em modelos e dados pré-existentes, garantindo maior eficiência e padronização (MIGALHAS, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da aplicação da inteligência artificial no peticionamento inicial e seus reflexos na advocacia brasileira revela um cenário de profunda transformação e de complexas interações. O que se observa é que a IA não se apresenta como uma ameaça existencial à profissão, mas como um catalisador de mudança que redefine a forma como o trabalho jurídico é concebido e executado.

Nesse contexto, as mudanças na prática profissional são evidentes. O advogado do futuro deve ser um profissional híbrido: um especialista em direito com um forte domínio tecnológico. As novas competências exigem não apenas conhecimento técnico-jurídico, mas também fluência digital, pensamento analítico-estratégico e, acima de tudo, um profundo domínio das habilidades humanas. A empatia, o discernimento ético, a negociação e a gestão de clientes são qualidades que a IA não pode replicar e que se tornam o grande diferencial competitivo na era digital.

Em última análise, a aplicação da IA no peticionamento inicial e na prática jurídica em geral sinaliza o início de uma nova era. O futuro da profissão não é sobre a substituição do homem pela máquina, mas sobre a harmoniosa e complementar colaboração entre ambos. O desafio é assegurar que essa evolução tecnológica seja guiada por princípios éticos e regulatórios, garantindo que o direito continue a ser uma força a serviço da justiça e da equidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Dionísio de; ROSA, Beatriz de Castro; PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. Legal tech: analytics, inteligência artificial e as novas perspectivas para a prática da advocacia privada. Revista Direito GV, v. 16, n. 1, 2020. ISSN 2317-6172. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/xL839bvvvK4QgvZfxwR6b4J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 set. 2025.

CNJ. Pesquisa aponta que uso de IA é tendência consolidada no Judiciário. 2025. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/pesquisa-aponta-que-uso-de-ia-e-tendencia-consolidada-no-judiciario/. Acesso em: 19 set. 2025.

FENALAW. Veja como revisar sua peça jurídica com IA e alcançar mais eficiência e qualidade. 2025. Disponível em: https://www.fenalaw.com.br/fenalawlab/veja-como-revisar-sua-peca-juridica-com-ia-e-alcancar-mais-eficiencia-e-qualidade/. Acesso em: 19 set. 2025.

FERNANDES, Ana Claudia de Oliveira; MEIRA, Tássia Mendes. Impactos da inteligência artificial na advocacia brasileira: desafios e oportunidades. Centro Universitário de Caratinga – Campus

Nanuque, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379501025. Acesso em: 5 set. 2025.

JURÍDICO AI. Como evitar erros em uma Petição Inicial usando IA. 2025. Disponível em: https://juridico.ai/juridico/evitar-erros-peticao-inicial-ia/. Acesso em: 19 set. 2025.

MIGALHAS. O papel da inteligência artificial na popularização de LegalTechs no Brasil. 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/419670/papel-da-ia-na-popularizacao-de-legaltechs-no-brasil. Acesso em: 19 set. 2025.

NUNES, Dierle; RUBINGER, Paula Caetano; MARQUES, Ana Luiza. Os perigos do uso da inteligência artificial na advocacia. ConJur, 9 jul. 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-jul-09/opiniao-perigos-uso-inteligencia-artificial-advocacia/. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, Rodrigo Cosme Braga; SANTOS, Ciro Meneses. A aplicação da inteligência artificial na advocacia: os desafios e as oportunidades para o advogado na era digital. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 4, 2023. ISSN 2359-1552. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/2020/1222. Acesso em: 14 ago. 2025.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (Serpro). Inteligência artificial agiliza atendimento na Defensoria Pública da União. Brasília, 04 ago. 2020. Disponível em: https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2020/inteligencia-artificial-defensoria-publica-uniao. Acesso em: 5 set. 2025.

SILVA, Alessandro Azevedo de Sousa; BERNARDES, Rochele Juliane Lima Firmeza. Desafios e perspectivas da inteligência artificial no sistema judiciário brasileiro. Revista Contemporânea, v. 3, n. 12, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N12-326. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2834. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVEIRA, Lauriano Vasco da; CARMO, Valter Moura do. O uso da inteligência artificial na advocacia: impactos, desafios e oportunidades para o futuro do direito. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, v. 29, n. 8, série 3, p. 54–66, ago. 2024. Disponível em: https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue8/Ser-3/G2908035466.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

TJMG. Centro de Inteligência cria robô que automatiza triagem de processos de execução fiscal. 2023. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/centro-de-inteligencia-cria-robo-que-automatiza-triagem-de-processos-de-execucao-fiscal.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

THOMSON REUTERS. Como a IA Generativa está transformando a advocacia. Blog Jurídico, São Paulo, 30 abr. 2025. Disponível em: https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/blog/ia-generativa-esta-transformando-advocacia.html. Acesso em: 03 out. 2025.

QUEIROZ, J. de O.; GONÇALVES, J. R.; COSTA, D. da. A questão digital: a inteligência artificial e o futuro da advocacia. Revista JRG de Estudos Acadêmicos , Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p.

e151398, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1398. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1398. Acesso em: 5 set. 2025.

ARBITRAGEM EM QUESTÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS CRIATIVOS

Categoria: Leitura Interdisciplinar

Marcelo Ouriques[1]
Marcos Gabriel Ramos[2]
Renata Cristina Riegert[3]

Resumo – Este artigo explora a arbitragem como método eficaz de resolução de conflitos em Propriedade Intelectual (PI) e em contratos de trabalho de profissionais criativos, incluindo influenciadores digitais. Analisa a arbitrabilidade de disputas envolvendo patentes, direitos autorais e marcas, bem como a titularidade da PI em relações de trabalho. Discute a aplicação da arbitragem em conflitos trabalhistas, com foco no empregado hipersuficiente, e os desafios e oportunidades que surgem na intersecção dessas áreas. O estudo destaca a celeridade, confidencialidade e especialização como vantagens da arbitragem, ressaltando a importância de cláusulas contratuais claras para a segurança jurídica.

Palavras-chave: Arbitragem; Propriedade Intelectual; Contratos de Trabalho; Profissionais Criativos; Influenciadores Digitais; Patentes; Direitos Autorais.

INTRODUÇÃO

No cenário jurídico contemporâneo, a busca por métodos eficientes e céleres de resolução de conflitos tem ganhado destaque, e a arbitragem emerge como uma alternativa robusta ao tradicional sistema judicial (Brasil, 1996). Caracterizada pela autonomia da vontade das partes e pela especialização dos árbitros, a arbitragem oferece um ambiente propício para a solução de disputas complexas, especialmente aquelas que demandam conhecimento técnico aprofundado (ABPI, 2021).

Paralelamente, as áreas da Propriedade Intelectual (PI) e dos contratos de trabalho de profissionais criativos, incluindo a crescente categoria dos influenciadores digitais, têm experimentado um crescimento exponencial, impulsionado pela inovação tecnológica e pela valorização da criatividade como ativo econômico (Galicia Educação, 2025).

Contudo, esse dinamismo também gera um aumento na complexidade e no volume de litígios, muitas vezes envolvendo questões técnicas e sensíveis, como a titularidade de patentes, a proteção de direitos autorais e a definição de responsabilidades em relações de emprego atípicas (Brasil, 1998).

[1] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A intersecção entre arbitragem, propriedade intelectual e contratos de trabalho criativo apresenta um campo fértil de análise. A natureza especializada dessas disputas alinha-se com a capacidade da arbitragem de selecionar julgadores com expertise técnica (Peduti Advogados, 2024). Além disso, a flexibilidade e a confidencialidade do procedimento arbitral são particularmente vantajosas nesse contexto.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso da arbitragem como método de resolução de litígios em questões de propriedade intelectual e em contratos de trabalho de profissionais criativos, com especial atenção à emergência dos influenciadores digitais

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva. A abordagem metodológica visa aprofundar o conhecimento sobre a arbitragem em questões de propriedade intelectual e contratos de trabalho de profissionais criativos, com inclusão da análise sobre influenciadores digitais. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em fontes secundárias, priorizando artigos científicos, publicações jurídicas, notícias e documentos de acesso público. A análise do material coletado foi qualitativa, buscando identificar conceitos, princípios, vantagens, desvantagens, desafios e oportunidades da aplicação da arbitragem nos contextos propostos. A estruturação do artigo seguiu uma lógica dedutiva, partindo de conceitos gerais para análises mais específicas, culminando em considerações finais sobre a temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A arbitragem, enquanto método heterocompositivo de resolução de conflitos, distingue-se da jurisdição estatal por ser um procedimento privado, no qual as partes, por meio de um acordo de vontade, elegem um terceiro imparcial o árbitro ou tribunal arbitral para decidir a controvérsia (Brasil, 1996). No Brasil, a Lei nº 9.307/96, conhecida como Lei de Arbitragem, é o marco legal que regulamenta o instituto, conferindo à sentença arbitral a mesma força de uma sentença judicial, sem necessidade de homologação pelo Poder Judiciário para sua validade e eficácia (Brasil, 1996).

Os princípios que norteiam a arbitragem são fundamentais para sua compreensão e aplicação. A autonomia da vontade das partes é o pilar central, manifestada na escolha de submeter a disputa à arbitragem, na seleção dos árbitros e na definição das regras processuais (Brasil, 1996). Entre as principais vantagens destacam-se a celeridade, a confidencialidade e a especialização dos árbitros, que podem ser escolhidos por seu notório saber na matéria em disputa (ABPI, 2021; Peduti Advogados, 2024). Em contrapartida, os custos elevados e a ausência de precedentes formais figuram entre suas limitações, ainda que a credibilidade das câmaras arbitrais mitigue tais riscos. Ressalte-se, ainda, que a arbitragem se aplica apenas a direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, aqueles sobre os quais as partes podem dispor livremente (Brasil, 1996).

Nesse contexto, destaca-se a relevância da Propriedade Intelectual (PI), que abrange direitos sobre criações da mente humana, como patentes, marcas e obras autorais (ABPI, 2021). A natureza técnica e complexa das disputas nessa área torna a arbitragem um método particularmente adequado, permitindo a escolha de árbitros com conhecimento especializado (Peduti Advogados, 2024). A Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96) autoriza a utilização do instituto em litígios que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, o que abrange a maioria das disputas em PI especialmente as de natureza contratual, como licenciamento, cessão e franquia (ABPI, 2021).

Questões relativas à validade de registros de PI, como nulidade de patentes ou cancelamento de marcas, ainda geram discussões sobre sua arbitrabilidade, por envolverem interesses públicos e a atuação de órgãos estatais como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (ABPI, 2021). Entretanto, a doutrina e a jurisprudência têm evoluído para admitir a arbitragem em aspectos patrimoniais decorrentes dessas questões, ou mesmo sobre a própria validade, com efeitos limitados às partes (Peduti Advogados, 2024). Disputas envolvendo patentes, direitos autorais e marcas são comumente submetidas à arbitragem, dada a necessidade de sigilo e de conhecimento técnico específico. No campo dos direitos autorais, por exemplo, o Ministério da Cultura oferece serviços de mediação e arbitragem para solucionar controvérsias sobre plágio, uso indevido de obras e remuneração por execução pública (Gov.br, 2024). Já em relação às marcas, a arbitragem tem se mostrado eficiente para evitar danos à reputação empresarial e solucionar rapidamente litígios sobre infração e licenciamento (ABPI, 2021). Assim, embora algumas matérias de validade ainda gerem debate, prevalece o entendimento de que os aspectos patrimoniais dessas relações são plenamente arbitráveis.

Um dos principais desafios da arbitragem em PI é a distinção entre direitos disponíveis e matérias de ordem pública (ABPI, 2021). Embora a tendência seja de ampliação da arbitrabilidade, é importante que as partes compreendam os limites de cada caso. Ademais, a confidencialidade, tida como vantagem, pode gerar obstáculos quando há necessidade de publicidade para proteger terceiros ou formar precedentes (ABPI, 2021). Nesse cenário, instituições como a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) e o INPI desempenham papel relevante no incentivo e consolidação da arbitragem em PI, promovendo debates e mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos, com vistas à celeridade e à desjudicialização. Um exemplo prático pode ser observado na relação entre uma empresa de tecnologia e um inventor independente que utilizam a arbitragem para resolver uma disputa sobre patente de software, beneficiando-se da confidencialidade e da especialização técnica dos árbitros.

A relação de trabalho de profissionais criativos, como designers, artistas e influenciadores digitais, também levanta questões complexas sobre a titularidade da PI gerada durante a atividade profissional (Galicia Educação, 2025). A legislação brasileira, incluindo a Lei de Software (Lei nº 9.609/1998) e a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), distingue duas categorias principais de criação: criação funcional e criação pessoal.

A criação funcional ocorre quando a obra é desenvolvida pelo empregado no cumprimento de suas funções contratuais, pertencendo ao empregador, desde que o contrato preveja essa obrigação de forma expressa (Brasil, 1998). Já a criação pessoal refere-se à obra desenvolvida fora das obrigações funcionais, com recursos e tempo próprios, sendo de

titularidade exclusiva do trabalhador (Brasil, 1998). Para assegurar segurança jurídica, os contratos de trabalho devem conter cláusulas específicas sobre titularidade, cessão de direitos patrimoniais e confidencialidade, sendo indispensável que a cessão de direitos seja formalizada por escrito e jamais presumida (Galicia Educação, 2025).

No contexto atual, a categoria dos influenciadores digitais acrescenta novas nuances à discussão, uma vez que seu trabalho, frequentemente autônomo e baseado em parcerias, levanta questões sobre a titularidade de direitos autorais e de imagem (Galicia Educação, 2025). Nesses casos, a arbitragem surge como um mecanismo eficiente para resolver controvérsias contratuais, por oferecer celeridade, confidencialidade e flexibilidade. Por exemplo, em contratos de publicidade, é essencial definir se a marca contratante adquire os direitos de uso integral do conteúdo ou apenas autoriza a veiculação para campanhas específicas, evitando futuros litígios.

Com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a utilização da arbitragem passou a ser admitida em certas relações de trabalho, especialmente para o empregado hipersuficiente, conforme o art. 507-A da CLT. A cláusula compromissória é válida para empregados com formação superior e salário superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios da Previdência Social, desde que a iniciativa ou a concordância expressa parta do próprio empregado (Migalhas, 2023).

A aplicação da arbitragem em disputas trabalhistas que envolvem PI apresenta desafios e oportunidades. Entre os desafios, destaca-se a discussão sobre a real autonomia da vontade do empregado e os custos do procedimento. Por outro lado, há oportunidades relevantes, como a possibilidade de escolha de árbitros especializados em Direito do Trabalho e Propriedade Intelectual, garantindo decisões técnicas, rápidas e confidenciais (Migalhas, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arbitragem se consolida como uma ferramenta jurídica valiosa para a resolução de conflitos em Propriedade Intelectual e em contratos de trabalho de profissionais criativos (Brasil, 1996). Suas vantagens de celeridade, confidencialidade e especialização a tornam particularmente eficaz para lidar com a complexidade técnica e a natureza sensível desses litígios (ABPI, 2021; Peduti Advogados, 2024).

No campo da PI, a arbitragem é amplamente reconhecida, especialmente para questões de natureza patrimonial (ABPI, 2021). Embora a arbitrabilidade de aspectos de direito público ainda gere debates, a tendência é de ampliação, com a ressalva de que os efeitos da decisão arbitral se limitem às partes envolvidas (Peduti Advogados, 2024). Instituições como a ABPI e o INPI têm desempenhado um papel crucial no fomento e na discussão da arbitragem nesse setor (ABPI, 2021; Gov.br, 2022).

Já nos contratos de trabalho de profissionais criativos, a arbitragem oferece uma oportunidade de resolver disputas sobre a titularidade da PI, especialmente para empregados hipersuficientes (Galicia Educação, 2025; Migalhas, 2023). A clareza nas cláusulas contratuais e a observância dos requisitos legais são fundamentais para garantir que a busca por eficiência não comprometa a justiça e a equidade das partes envolvidas (Galicia Educação, 2025; Migalhas,

2023). A inclusão de influenciadores digitais nesse contexto ressalta a necessidade de contratos bem definidos para a titularidade de direitos autorais e de imagem (Galicia Educação, 2025).

REFERÊNCIAS

ABPI. **Impactos da arbitrabilidade nos direitos de propriedade intelectual**. Disponível em: https://abpi.org.br/noticias/impactos-da-arbitrabilidade-nos-direitos-de-propriedade-intelectual/. Acesso em: 09 out. 2025.

Brasil. (1996). **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso em: 09 out. 2025.

Brasil. (1998). **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm. Acesso em: 09 out. 2025.

Brasil. (1998). **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 09 out. 2025.

Galicia Educação. **Propriedade Intelectual e Criações no Contrato de Trabalho**. Disponível em: https://www.galiciaeducacao.com.br/blog/propriedade-intelectual-e-criacoes-no-contrato-de-trabalho/. Acesso em: 09 out. 2025.

Gov.br. **Mediação e arbitragem em PI: vantagens são discutidas em evento**. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/mediacao-e-arbitragem-em-pi-vantagens-sao-discutidas-em-evento-virtual. Acesso em: 09 out. 2025.

Gov.br. **Solicitar mediação e arbitragem em direitos autorais**. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-mediacao-e-arbitragem-em-direitos-autorais. Acesso em: 09 out. 2025.

Migalhas. **A cláusula de arbitragem no contrato do empregado hipersuficiente**. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/381415/a-clausula-de-arbitragem-no-contrato-do-empregado-hipersuficiente. Acesso em: 09 out. 2025.

Peduti Advogados. **A arbitragem como solução de conflitos envolvendo patentes**. Disponível em: https://blog.peduti.com.br/arbitragem-como-solucao-patentes/. Acesso em: 09 out. 2025.

MEDIAÇÃO EMPRESARIAL EM SOCIEDADE DE PEQUENO PORTE E IMPACTOS NO DIREITO PENAL

Categoria: Projeto Integrador

Jair Jose Dias da Silva[1]
Paulo Vitor de Albuquerque Barros[2]
Saulo Rudeck[3]
Sandro Santian[4]
Renata Cristina Riegert[5]

Resumo - O estudo aborda a mediação empresarial como uma alternativa eficiente para a resolução de conflitos em sociedades de pequeno porte, destacando seu papel na prevenção de ilícitos penais. A mediação, pertencente ao grupo dos métodos de autocomposição ao lado da conciliação, formando um importante instrumento em que as próprias partes solucionem seus conflitos com auxílio de um terceiro imparcial, sem imposição de decisão, promovendo agilidade, economia e eficácia, especialmente diante da lentidão do Judiciário.

No ambiente corporativo, especialmente em empresas de menor porte, a mediação pode evitar desgastes internos, litígios judiciais e exposição negativa, sendo útil em conflitos entre sócios, colaboradores e fornecedores. Além disso, a implantação de políticas internas como códigos de conduta, compliance, auditorias e canais de denúncia atuam diretamente na prevenção de crimes empresariais.

A adoção de medidas preventivas, como treinamentos em ética, gestão de riscos e contratação de assessoria jurídica qualificada, fortalece a integridade corporativa e reduz significativamente o risco de responsabilização penal dos sócios e gestores.

Por fim, destaca-se que investir em uma cultura de mediação e conformidade legal é mais econômico e eficaz do que lidar com as consequências legais e financeiras decorrentes de condutas ilícitas.

Palavras-chave: Mediação empresarial, Sociedade de Pequeno Porte, Direito Penal, Compliance, Prevenção de Ilícitos, Resolução de Conflitos, Governança Corporativa.

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a importância da mediação empresarial como ferramenta para a resolução de conflitos em "sociedades empresariais de pequeno porte", com foco nos impactos jurídicos e penais decorrentes da ausência de mecanismos internos eficientes. O tema se justifica pela relevância econômica das pequenas empresas no Brasil e pelos riscos jurídicos a que estão expostas, especialmente diante da morosidade do Judiciário e do alto custo dos litígios.

Muitas dessas empresas não possuem estrutura adequada para lidar com conflitos internos e externos, o que pode culminar em práticas criminosas, como apropriação indébita, falsidade ideológica, estelionato e até lavagem de dinheiro. O estudo propõe analisar como a mediação, aliada a instrumentos de compliance e políticas internas, pode evitar ou mitigar esses riscos.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e bibliográfico, fundamentando-se em obras doutrinárias, legislação penal e empresarial, além de documentos oficiais. A análise é interpretativa, voltada à correlação entre mediação empresarial e prevenção de ilícitos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo enfoca a "mediação de conflitos" dentro da área empresarial de pequeno porte. Sabe-se que essa área não se diferencia das demais no que tange à existência de conflitos, pois não há conflito sem a composição de interesses, constituídos por pessoas. Os meios de solução de conflitos são divididos em dois grupos: heterocomposição e autocomposição.

A autocomposição é constituída pela conciliação e mediação, enquanto a heterocomposição abrange a arbitragem e a jurisdição, sendo neste caso que se insere a figura do mediador. A origem dos métodos autocompositivos remonta ao início da civilização, anterior ao Estado, quando os titulares do direito resolviam seus próprios conflitos por meio da autotutela ou da autodefesa, ou seja, a justiça era feita pelas próprias mãos.

A mediação se destaca como um método célere, eficaz e menos oneroso para empresas de pequeno porte, especialmente diante da morosidade do sistema judiciário brasileiro. Em um cenário em que a sociedade clama por soluções rápidas e eficazes, é necessário que a empresa, juntamente com o Estado, planeje e fortaleça mecanismos alternativos de resolução de conflitos, incentivando práticas extrajudiciais como a mediação e a conciliação.

Se todos os conflitos dependessem exclusivamente do Estado e a judicialização fosse a única forma de pacificação, os efeitos sobre a sociedade seriam negativos, dada a necessidade de soluções ágeis. Diante desse paradoxo — entre a morosidade da Justiça e a demanda por soluções imediatas — torna-se imprescindível que o Estado aperfeiçoe seus mecanismos judiciais e apoie meios alternativos de resolução de conflitos.

Os chamados meios alternativos de solução de conflitos consistem em formas consensuais de resolução não impostas pelo Poder Judiciário. Embora possam contar com a participação do Judiciário, a decisão final acerca da solução não é proferida por um magistrado, diferentemente do procedimento judicial. Entre os principais métodos alternativos, destacam-se a mediação e a conciliação.

SOLUÇÃO EMPRESARIAL PODE PREVENIR ILÍCITOS PENAIS

É fundamental que as empresas de pequeno porte adotem medidas internas para solucionar conflitos dentro de seu ambiente de trabalho, por meio de estratégias administrativas bem elaboradas e, em alguns casos, mudanças culturais, com o objetivo de prevenir atos ilícitos como fraudes e apropriação indébita. A criação de códigos de conduta para colaboradores, políticas anticorrupção e antifraudes, e a promoção da transparência nas condutas podem gerar resultados positivos na redução de infrações penais.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS ILÍCITOS PENAIS DENTRO DAS EMPRESAS SÃO:

APROPRIAÇÃO INDÉBITA

A apropriação indébita (Art. 168, Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) ocorre quando um colaborador ou sócio se apropria de valores ou bens que estão sob sua posse.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

O crime de falsidade ideológica está previsto no Art. 299 do Código Penal, caracterizando-se pela adulteração de documentos para fins ilícitos. O Art. 229 define que consiste em omitir, inserir ou fazer inserir declaração falsa em documento público ou particular, com a finalidade de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. A pena varia de reclusão de um a cinco anos, além de multa, dependendo do tipo de documento.

ESTELIONATO

O crime de estelionato, previsto no Art. 171 do Código Penal, ocorre quando alguém obtém vantagem ilícita em prejuízo de outra pessoa mediante artifício ou meio fraudulento. Seus elementos essenciais incluem: vantagem ilícita, prejuízo a terceiros, uso de engano ou fraude e nexo causal entre o engano e o prejuízo (Dr. Jorge Guimarães, 2015). A pena é de reclusão de 1 a 5 anos, além de multa.

LAVAGEM DE DINHEIRO

A lavagem de dinheiro, tratada pela Lei nº 9.613/98, visa prevenir a ocultação ou dissimulação de bens, direitos ou valores provenientes de ações ilegais. Esse crime abrange autores com cargos de responsabilidade nas empresas e envolve operações financeiras fraudulentas, importação ou exportação de bens com valores falsos, e participação em atividades econômicas ilícitas. A Convenção de Viena (1988) e legislações subsequentes da ONU e do Brasil reforçam a repressão a essa prática.

ASSESSORIA JURÍDICA NA EMPRESA

Empresas organizadas devem manter assessoria jurídica treinada para dirimir dúvidas, avaliar contratos, orientar sobre crimes e prevenir atos ilegais, como manipulação contábil e falsidade documental.

Para solucionar conflitos as empresas podem utilizar métodos autocompositivos. Hoje, tais práticas foram institucionalizadas, buscando pacificação social por meios mais civilizados. Caminhos possíveis para empresas incluem:

- Códigos de conduta para colaboradores e gestores;
- Políticas Anticorrupção e Antifraude;
- Mecanismos de governança e compliance;
- Transparência nos processos decisórios e financeiros;
- Canais internos de mediação e ouvidoria.

Essas medidas promovem um ambiente organizacional saudável e podem evitar responsabilização penal de sócios e gestores, contribuindo para a segurança jurídica da empresa e redução de litígios. A mediação empresarial permite que conflitos internos — entre sócios, colaboradores e fornecedores — sejam tratados de forma confidencial, preservando a imagem institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação e a conciliação empresarial, quando bem implementada, não apenas contribui para a pacificação interna das empresas de pequeno porte, mas também atua como instrumento preventivo contra práticas criminosas, nessas sociedades de pequeno porte, onde as relações pessoais e comerciais muitas vezes se confundem, adotar práticas de resolução consensual de conflitos é um passo fundamental para a sustentabilidade jurídica e econômica da organização.

Investir em cultura de mediação, compliance e prevenção de litígios é mais eficaz e menos custoso do que remediar danos causados por condutas ilícitas, muitas vezes puníveis no âmbito do Direito Penal e Civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Emenda constitucional n. 9, de 9 de novembro de 1995. *Lex: legislação federal e marginalia*, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998*. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" de dinheiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015*. Dispõe sobre a mediação entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 03 out. 2025.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant G. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2002.

FACCHINI NETO, Eugênio. *A outra justiça: ensaio jurídico de direito comparado sobre os meios alternativos de resolução de conflitos*. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, v. 36, n. 115, p. 85-118, set. 2009.

GUIMARÃES, Jorge. *Crise na separação dos três poderes*. *Revista Acadêmica da FDR*, Recife, 2015.

KOETZ, Eduardo. *Compliance e prevenção de ilícitos empresariais*. Florianópolis: Koetz Advocacia, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LIMITES E POTENCIALIDADES

Categoria: Projeto Integrador III

Dalila Vitoria Marcondes[1]
Isadora Conte[2]
Tamara dos Santos Rodrigues[3]
Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação da Justiça Restaurativa em casos de violência doméstica, especialmente à luz da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental, buscando compreender as potencialidades e os limites dessa abordagem. A Justiça Restaurativa propõe o diálogo, a escuta e a reparação dos danos como formas de lidar com o conflito, indo além da punição. Apesar dos benefícios, como o fortalecimento da vítima e a responsabilização do agressor, existem riscos, como a revitimização e o desequilíbrio de poder entre as partes. O estudo destaca experiências práticas, como o Projeto Florescer, que utiliza círculos restaurativos para acolher e apoiar mulheres em situação de violência. Conclui-se que, se aplicada com cautela, ética e com a garantia da segurança da vítima, a Justiça Restaurativa pode ser uma ferramenta complementar importante no enfrentamento à violência doméstica, contribuindo para a reconstrução de vínculos e a redução da reincidência.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Violência Doméstica; Lei Maria da Penha; Proteção da Mulher; Responsabilização do Agressor.

INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa tem se destacado como alternativa ao modelo tradicional de resolução de conflitos, oferecendo uma abordagem que valoriza o diálogo e a participação de vítimas, infratores e comunidade. Segundo a Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, trata-se de um conjunto de princípios e técnicas que buscam compreender os fatores que geram conflitos e violência. Witt e Ambrósio (2024, p. 06) reforçam que essa abordagem prioriza a restauração e a reconciliação em vez da punição.

O objetivo desta pesquisa é analisar criticamente a aplicação da Justiça Restaurativa em casos de violência doméstica regidos pela Lei Maria da Penha, considerando experiências práticas, pareceres técnicos e normativos, bem como seus limites, riscos e potencialidades na

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

proteção da mulher em situação de vulnerabilidade. Especificamente, busca-se examinar seus fundamentos teóricos e jurídicos, investigar sua compatibilidade com os objetivos da Lei Maria da Penha, mapear experiências práticas no Brasil, avaliar pareceres do judiciário e identificar possíveis riscos, como revitimização ou desequilíbrio de poder.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de avaliar, de maneira crítica e fundamentada, a compatibilidade entre os princípios da Justiça Restaurativa e os objetivos da Lei Maria da Penha, considerando os riscos, limites e potencialidades de sua aplicação. Tal análise se mostra relevante para compreender como essa abordagem pode contribuir para a proteção integral da mulher em situação de violência, promovendo a restauração das relações sociais e o rompimento do ciclo de agressões, ao mesmo tempo em que identifica possíveis desafios e cuidados necessários na sua implementação.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se a partir de revisão bibliográfica e documental, envolvendo o exame de artigos científicos, doutrina e legislação. Esse levantamento possibilitou a construção de um referencial teórico consistente, que serviu de fundamento para a análise da relação entre sustentabilidade emocional, compliance e a proteção da dignidade do trabalhador.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Justiça Restaurativa tem se consolidado como alternativa ao modelo tradicional de resolução de conflitos, orientada por princípios como diálogo, corresponsabilidade e restauração. A Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça define-a como um conjunto de práticas destinadas à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais que alimentam a violência. Diferencia-se, assim, da lógica punitiva da justiça criminal, ao priorizar a reparação e a reconstrução de vínculos sociais. (Witt e Ambrósio, 2024)

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência [...] (Resolução CNJ nº 225, 2016) (Grifo nosso)

No enfrentamento da violência doméstica, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa marco fundamental de proteção. A norma reconhece a violência baseada em gênero como violação de direitos humanos (art. 6º) e institui medidas de prevenção, proteção e responsabilização do agressor. A análise de sua compatibilidade com a Justiça Restaurativa revela tensões e aproximações: de um lado, a lei adota caráter protetivo e repressivo; de outro, a abordagem restaurativa propõe escuta, diálogo e reparação.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, considera-se violência doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, ou ainda que resulte em dano moral ou patrimonial. Já o artigo 6º da mesma lei, estabelece que a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher constitui um atentado aos direitos humanos.

Os casos de violência doméstica, em razão de sua complexidade emocional e do profundo impacto na vida dos envolvidos, podem ser analisados sob a ótica da Justiça Restaurativa. Essa abordagem busca oferecer às partes a oportunidade de superar os traumas vivenciados e construir um caminho que possibilite um verdadeiro recomeço. (Witt e Ambrosio, 2024)

Cumpre destacar que a aplicação da Justiça Restaurativa em casos de violência doméstica enfrenta limites. Destacam-se os riscos de revitimização, quando a mulher é induzida a restabelecer vínculos com o agressor, e o desequilíbrio de poder existente nas relações de gênero. Essas críticas justificam a postura prudente do Judiciário, que condiciona sua utilização a situações em que a integridade da vítima esteja garantida.

A responsabilização ativa do agressor, o fortalecimento da vítima e a redução da reincidência configuram resultados observados em experiências práticas. Além disso, contribui para romper ciclos de violência e construir ambientes de convivência mais seguros.

Entre os exemplos a serem citados, destaca-se o Projeto Florescer, desenvolvido pela 3ª Promotoria de Justiça de Fraiburgo e Monte Carlo (SC), que promove atendimento humanizado por meio de escuta ativa, mediação de conflitos e círculos restaurativos. A iniciativa busca criar espaços de escuta e apoio, onde as vítimas se sintam acolhidas, respeitadas e fortalecidas para romper o ciclo da violência, contando com a atuação de voluntários capacitados em escuta ativa, mediação de conflitos e condução dos Círculos de Construção de Paz.

Fonte: Acervo Pessoal

Além de responsabilizar os agressores, o projeto citado pretende reduzir os índices de violência doméstica e fortalecer a confiança das mulheres nas instituições de proteção. Para isso, promove o trabalho conjunto entre órgãos da rede de atendimento e voluntários, formando uma rede de apoio sólida e acolhedora, capaz de transformar a realidade de muitas famílias.

Nessa perspectiva, sob a ótica da vítima, o atendimento humanizado é essencial. Espaços de escuta, apoio psicológico e fortalecimento da autoestima asseguram condições para que a mulher se sinta respeitada. A participação, contudo, deve ser voluntária, preservando sua autonomia e evitando pressões.

Na justiça restaurativa, o processo ocorre por meio do diálogo, da troca de informações e do acordo entre vítima e ofensor. Esses encontros podem ser presenciais ou realizados de outras formas, conforme o que for mais adequado ao caso. O objetivo é permitir o remorso, o perdão e a reconciliação entre as partes.

Nesse modelo, o ofensor não é visto apenas como alguém que deve ser punido. Suas necessidades também são consideradas, pois ele também pode ter sofrido danos. Por isso, deve receber apoio, ser tratado com respeito e ter reconhecidas suas mudanças positivas. A perda da liberdade, quando necessária, deve ser a mínima possível, para evitar mais prejuízos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu constatar que a aplicação da Justiça Restaurativa em casos de violência doméstica representa uma alternativa inovadora ao modelo tradicional de persecução penal, ainda que envolva desafios e limites consideráveis. A análise evidenciou que, embora a Lei Maria da Penha possua natureza protetiva e punitiva, voltada à responsabilização do agressor e à salvaguarda da integridade da mulher, a Justiça Restaurativa propõe uma abordagem complementar, centrada na reparação dos danos, no diálogo e na reconstrução de vínculos sociais de forma segura e voluntária.

Verificou-se que a implementação dessa prática demanda rigor técnico e institucional, de modo a assegurar a integridade física e emocional da vítima, prevenindo situações de revitimização e evitando a reprodução de relações desiguais de poder. As experiências empíricas analisadas, como o Projeto Florescer, demonstram resultados positivos, sobretudo na promoção de espaços de escuta ativa, acolhimento e fortalecimento da autonomia das mulheres, além da redução de índices de reincidência.

Dessa forma, conclui-se que a Justiça Restaurativa, quando aplicada de maneira criteriosa, ética e integrada à Lei Maria da Penha, pode contribuir significativamente para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Tratando-se, portanto, de um instrumento capaz de promover a responsabilização consciente do agressor, o empoderamento da vítima e a efetivação dos direitos humanos, reafirmando o compromisso do sistema de justiça com a dignidade, a equidade e a restauração das relações sociais.

REFERÊNCIAS

BORCHARDT, Patrícia. **A viabilidade da justiça restaurativa como modelo de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher:** um estudo a partir das práticas restaurativas aplicadas na Comarca de Lages-SC. UFSC. Curso de Direito. Florianópolis. 2024. disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/256740/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 26 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução CNJ nº 225, de 31 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências**. Boletim de Jurisdição Eletrônica do CNJ, nº 91, p. 28-33, 2 jun. 2016. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Brasil. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

CAMPOS, I. **A justiça restaurativa como complemento do sistema de justiça e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro**. Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, v. 15, n. 33, p. 35-56, 3 dez. 2020. Disponível em: https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/article/view/45/59. Acesso em 15 ago. 2025.

IMP. **Instituto Maria da Penha**. Projetos IMP. 2023. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/projetos.html. Acesso em 05 out. 2025.

MPSC. **Projeto Florescer chega para fortalecer combate à violência doméstica em Fraiburgo e Monte Carlo**. Ministério Público de Santa Catarina. 19 fev. 2025. Disponível em: https://www.mpsc.mp.br/noticias/projeto-florescer-chega-para-fortalecer-combate-a-violencia-domestica-em-fraiburgo-e-monte-carlo-. Acesso em: 26 set. 2025.

RESOLUÇÃO TJ N. 19 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019. **Institui a Política de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e dá outras providências**. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/buscatextual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=175753&cdCategoria=1&q=&frase=&excluir=&qualquer=&prox1=&prox2=&proxc=. Acesso em: 26 set. 2025.

WITT, Barbara; AMBROSIO, Felipe Augusto Rodrigues. **Justiça restaurativa como uma possibilidade ao enfrentamento da violência doméstica**. Academia de Direito, [S. l.], v. 6, p. 3758–3776, 2024. DOI: 10.24302/acaddir.v6.5071. Disponível em: https://periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/5071. Acesso em: 13 set. 2025.

CONCILIAÇÃO EM AÇÕES DE ALIMENTOS: EFETIVIDADE E RISCOS

Categoria: Projeto Integrador

Ademir Marcondes[1]
Evandro Schweitzer[2]
Isa Mara Conte[3]
Patricia Eduarda Zanela de Corduva[4]
Renata Cristina Riegert[5]

Resumo – A conciliação em ações de alimentos surge como uma alternativa importante diante da sobrecarga do Judiciário. Por meio desse método, é possível agilizar a resolução dos conflitos familiares, promovendo acordos rápidos que contribuem para a manutenção da paz no ambiente familiar. O estudo de diversos materiais, como livros, artigos, leis e decisões judiciais, demonstra que a conciliação pode ser bastante eficaz, trazendo benefícios tanto para as partes envolvidas quanto para o sistema de justiça. Apesar das vantagens, é necessário estar atento aos riscos envolvidos. Nem sempre os acordos firmados atendem plenamente às necessidades de quem depende da pensão alimentícia, podendo ocorrer situações em que uma das partes se sente pressionada a aceitar condições desfavoráveis. Por esse motivo, a atuação do Ministério Público é essencial, garantindo que o interesse da criança e do adolescente seja priorizado e que os acordos respeitem os princípios legais e éticos. Assim, a conciliação representa uma ferramenta valiosa para resolver conflitos de forma pacífica e célere, mas deve ser utilizada com responsabilidade, observando as regras estabelecidas e contando com a fiscalização adequada para proteger os direitos dos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Conciliação, Revisional, Verba Alimentar, Direito de Família.

INTRODUÇÃO

A família é considerada a primeira instituição da sociedade civil, sendo o núcleo no qual o indivíduo estabelece seus primeiros contatos seja decorrente das relações ou até mesmo das atividades desenvolvidas por sua trajetória de vida, além de representar a principal fonte de apoio e orientação (Lázaros, 2021). Ademais, seguindo na mesma corrente disposta pelo autor Lázaros (2021), o conflito é uma ocorrência natural e que está e estará sempre interligada nas relações humanas, sobretudo, nas relações entre as próprias famílias, por mais que o conflito seja considerado desgastante, ele tem um papel relevante no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na interação entre os indivíduos. O Conselho Nacional de Justiça criou a Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010, onde instaurou a Política Judiciária Nacional, determinando que o

[1] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5] Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

judiciário possui a função de estimular e oferecer alternativas para solução de conflitos familiares, das quais envolvem a conciliação e a mediação (Roca, 2017).

De acordo com Moda e Vetor (2016), o termo conciliação em latim concilium, se refere a um grupo de pessoas em assembléia/reunião. A conciliação é um dos métodos compositivos que vislumbra um possível acordo extrajudicial, levando em consideração a promoção do diálogo entre as partes. Nesse sentido, nas audiências de conciliação há a intervenção de uma terceira pessoa que sugere soluções, do qual é chamado de conciliador, onde irá apresentar os pontos das possíveis soluções e decisões que visem abarcar as necessidades e possibilidades de ambas as partes (Silva; Spengler, 2013). Esse terceiro, por ser um auxiliar da Justiça, segundo o art 149 do CPC/15, precisa ser imparcial, mantendo a igualdade entre as partes durante a busca da resolução do conflito (Roca, 2017).

Ademais, cabe ressaltar que a conciliação e a mediação, possuem algumas peculiaridades que podem ser confundidas, mas em suma, os procedimentos decorrentes da audiência de conciliação e de mediação são os mesmos, tendo como única e principal diferença a atuação do facilitador. Na conciliação, o conciliador pode sugerir possíveis soluções ao conflito, atuando de modo mais ativo. Já na mediação, o mediador apenas conduz o diálogo entre as partes, sem indicar ou impor soluções (Adolfo et al, 2022). Sendo assim, a mediação busca de forma prática, a resolução de conflitos jurídicos objetivando as partes a promoção do diálogo e assim, evitando, o que segundo Pires e Nascimento (2022) seria a "cultura do litígio".

Segundo Adolfo et al (2022) obrigação alimentar geralmente surge após a separação dos genitores, quando a criança ou o adolescente passa a necessitar de apoio financeiro para suprir suas necessidades básicas. Nesses casos, o menor ficará sob guarda de um dos genitores e o outro terá a obrigação alimentar, o que gera um conflito entre os ex-companheiros ou ex-cônjuges, desviando o foco do verdadeiro titular do direito — o filho. Diante dessa realidade, torna-se essencial analisar se os instrumentos de mediação e conciliação aplicados nas ações de alimentos contribuem de forma positiva ou negativa para a efetivação dos direitos da criança, que é quem necessita e possui legitimamente o direito aos alimentos.

METODOLOGIA

Para a efetiva realização e desenvolvimento da presente pesquisa, serão adotadas pesquisas bibliográficas, exploratórias e documentais (Gil, 2007), com aprofundamento por meio da leitura de leis, doutrinas, jurisprudências e artigos publicados em bases de dados disponíveis na internet, como SciELO, Google Acadêmico, entre outros (Marconi e Lakatos, 2011). Esse procedimento permitirá não apenas o aprofundamento do conteúdo, mas também fornecerá informações e subsídios relevantes ao tema em análise, contribuindo para a consecução tanto do objetivo geral quanto dos objetivos específicos propostos no que tange às conciliações nas ações de alimentos e/ou revisionais.

Além das pesquisas acima referidas, destaca-se que a natureza deste trabalho é qualitativa, justificando-se pela complexidade e profundidade do tema abordado. Conforme Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa de natureza qualitativa não se limita apenas a interpretar fenômenos sociais, mas busca de forma eficaz compreender, de forma mais ampla, os

significados atribuídos às ações de alimentos e revisionais de alimentos, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento dos acordos estipulados nestas audiências conciliatórias, além de visar o melhor interesse das partes, sobretudo no(s) interesse(s) do(s) menor(es).

Quanto ao método de pesquisa, adota-se o método dedutivo, uma vez que a base central da análise se concentra no estudo de como é desenvolvida as audiências conciliatórias no que tange aos assuntos referentes aos alimentos. Sendo assim, a utilização do método dedutivo, aliada à pesquisa qualitativa, possibilita a extração de conclusões a partir de premissas já consolidadas, revelando verdades a partir de outras previamente reconhecidas, em contraposição ao método indutivo, no qual, segundo Cervo e Bervian (1983, p. 35 e 40), os processos "são complementares".

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A efetividade da conciliação em ações de alimentos pode ser considerada uma excelente alternativa por diversos motivos que se destacam na prática jurídica e no cotidiano das famílias. Ela representa em muitos casos, a celeridade processual e é uma das maiores vantagens da conciliação nas ações de alimentos. Ao invés de prolongar o conflito por anos no Judiciário, a conciliação possibilita que as partes cheguem a um acordo de forma rápida. Essa agilidade é essencial especialmente para quem depende do recebimento da verba alimentar, ou seja, o filho, pois a necessidade de suporte financeiro é imediata e não pode esperar por longos trâmites judiciais (Lázaros, 2021). Há também a figurada da pacificação social e manutenção de vínculos, em litígios de família, sendo a conciliação essencial, pois ajuda a acalmar os ânimos e, o mais importante, a manter os laços entre as pessoas, o que é fundamental para o desenvolvimento dos menores. Quando as partes constroem o acordo juntas, elas se comprometem mais, e isso é considerado melhor que uma decisão imposta pelo juiz (Mendonça, 2014).

Ademais, em audiências conciliatórias, as partes, em conversa, podem sugerir e buscar a adequação às necessidades reais, seja ela relacionada à guarda, regime de convivência e principalmente a verba alimentar. Na conciliação, surge a ideia de um "acordo sob medida", uma vez que, as partes após ouvirem as necessidades e sugestões, realizam um acordo que fica bom para ambas, favorecendo o seu cumprimento. Por fim, busca-se a prática de celebração de acordos, desafogando o judiciário, incentivando o diálogo e a cooperação, evitando que as partes na Justiça por qualquer coisa (Pires e Nascimento, 2022).

Por outro lado, se a conciliação tem seus pontos positivos, ela também tem seus pontos negativos. Riscos da conciliação em ações de alimentos no contexto das ações de alimentos, observa-se que a celebração de acordos pode, em determinadas circunstâncias, apresentar riscos significativos à efetivação dos direitos do alimentando, sobretudo quando se trata de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Um dos principais problemas reside na formalização de acordos desvantajosos para o beneficiário da pensão alimentícia, com valores insuficientes ou condições inadequadas às suas necessidades básicas. Tal situação frequentemente decorre de pressões emocionais, ausência de orientação jurídica adequada ou desconhecimento acerca dos próprios direitos, circunstâncias que comprometem a legitimidade e a justiça do pacto estabelecido, especialmente quando não há acompanhamento do Ministério Público ou de defensor devidamente habilitado (Pires e Nascimento, 2022).

Além disso, é necessário destacar a influência da assimetria de poder existente entre as partes envolvidas, que pode acarretar coerção ou persuasão indevida no momento da celebração do acordo. Não raramente, um dos genitores, detentor de maior poder econômico ou psicológico, exerce pressão sobre o outro com o intuito de encerrar o conflito de forma célere, ainda que em detrimento dos interesses da criança ou do adolescente. Diante dessa realidade, o papel do conciliador revela-se essencial, devendo este atuar com absoluta imparcialidade e sensibilidade, assegurando que a manifestação de vontade das partes ocorra de modo livre e consciente, em conformidade com os princípios da autonomia e da boa-fé. Outro aspecto relevante refere-se ao descumprimento dos acordos firmados. A experiência prática demonstra que, muitas vezes, a celebração do acordo não garante o seu efetivo cumprimento, resultando na inadimplência da obrigação alimentar. Tal conduta impõe à parte credora o ônus de acionar novamente o Poder Judiciário para exigir o adimplemento, perpetuando um ciclo de insegurança e instabilidade financeira que compromete diretamente o sustento e o bem-estar do menor (Unisalesiano, 2022).

No mesmo sentido, destaca-se a importância da formalização adequada dos acordos. A ausência de registro escrito ou a elaboração de instrumentos imprecisos pode ocasionar sérios entraves à execução das obrigações pactuadas. Dessa forma, torna-se indispensável que todo acordo seja devidamente reduzido a termo e homologado judicialmente, conferindo-lhe validade jurídica e garantindo a efetiva tutela dos direitos do alimentando (Jusbrasil, 2016). Por fim, ressalta-se que a fixação do valor da pensão alimentícia nas audiências de conciliação pode ocorrer de forma subjetiva, sem a devida análise da realidade socioeconômica das partes. Quando o conciliador não dispõe de experiência ou de critérios técnicos adequados, o resultado pode ser a estipulação de quantias incompatíveis com as necessidades da criança e com as possibilidades financeiras do alimentante. É fundamental que as partes estejam assistidas por profissionais da advocacia, garantindo que a conciliação se desenvolva de forma ética, justa e comprometida com a efetivação dos direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conciliação em ações de alimentos se mostra como uma ferramenta de grande relevância no contexto jurídico brasileiro, trazendo benefícios notáveis e exigindo, ao mesmo tempo, atenção redobrada para certos riscos inerentes ao seu uso. Esse método incentiva o diálogo e a cooperação entre as partes, contribuindo para a redução da litigiosidade e do acúmulo de processos no Judiciário. Ao promover o entendimento mútuo, a conciliação favorece um ambiente mais pacífico, evitando disputas prolongadas e proporcionando soluções mais rápidas e eficientes para os conflitos familiares.

A utilização da conciliação não está isenta de desafios. Os principais riscos identificados envolvem a celebração de acordos inadequados, a pressão para aceitar condições desfavoráveis e a carência de fiscalização. Tais situações podem prejudicar, sobretudo, os filhos, que são os mais vulneráveis nesse processo. Assim, a atuação do Ministério Público se revela fundamental, funcionando como um verdadeiro guardião dos interesses dos menores, ao assegurar que os acordos firmados sejam justos e suficientes para suprir as necessidades das crianças e adolescentes. Além disso, destaca-se a importância de conciliadores capacitados e de advogados

bem orientados, que auxiliem as partes a compreenderem seus direitos e deveres, tornando todo o processo mais transparente e seguro.

Portanto, a conciliação representa um instrumento valioso, desde que utilizada com responsabilidade, respeito aos princípios e com a devida atenção dos profissionais envolvidos. Por fim, vale ressaltar que ainda há muito a ser explorado nesse campo. Estudos futuros sobre o cumprimento dos acordos a longo prazo e sobre o papel da mediação podem contribuir ainda mais para o aprimoramento das práticas de resolução de conflitos familiares.

Dessa forma, considerando a relevância da família como base da sociedade e a inevitabilidade dos conflitos que permeiam as relações humanas, especialmente nas relações familiares, torna-se imprescindível a análise dos métodos adequados de resolução dessas controvérsias. A conciliação e a mediação se destacam como instrumentos eficazes e humanizados na busca pela pacificação social, promovendo o diálogo, o respeito e a cooperação entre as partes. Assim, este estudo se propõe a refletir sobre a aplicação desses mecanismos nas ações de alimentos, avaliando sua efetividade na concretização dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, bem como sua contribuição para a construção de uma cultura de paz e a responsabilidade familiar.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Pâmela de Mello *et al*. A conciliação e a mediação: análise da incidência na ação de alimentos. 2022. Disponível em: https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/01/Artigo-A-Conciliacao-e-a-Mediacao-Analise-da-Incidencia-na-acao-de-Alimentos-Pronto.pdf. Acesso em: 09 out 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DO NASCIMENTO PEREIRA, Dirce; PIRES DO NASCIMENTO, Janaina Aparecida. MEDIAÇÃO NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO MATERIAL E EXISTENCIAL DO ALIMENTANDO. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, Florianopolis, Brasil, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2022.v8i1.8664. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/view/8664. Acesso em: 10 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUSBRASIL. Acordo Verbal de Pensão Alimentícia. Entenda os riscos. Disponível em:https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordo-verbal-de-pensao-alimenticia-entenda-os-riscos/319955813. Acesso em: 26 set. 2025.

LÁZAROS, Ana Vitória Souza Soares; DELFINO, André Menezes. A efetividade das audiências de conciliação em Direito de Família. 2021. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Uniube, Uberaba, 2021. Disponível em: http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/1664. Acesso em: 26 set. 2025

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, T. M. Efetividade da mediação e conciliação para a resolução de controvérsias no Núcleo de Conciliação das Varas de Família da Comarca de Manaus. 2014. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/4222. Acesso em: 26 set. 2025.

MODA, A. L.; VETTORAZZI, K. M. O NEOPROCESSUALISMO E SUA EFETIVIDADE PROCESSUAL NA APLICAÇÃO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. Caderno PAIC, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 423–442, 2016. Disponível em: https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/223. Acesso em: 10 out. 2025.

ROCA, Jéssica Rodriguez. A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: formas adequadas para a solução dos conflitos familiares conforme a nova visão do Código de Processo Civil de 2015. 2017. 34 f. TCC (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184611. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, Caroline Pessano Husek; SPENGLER, Fabiana Marion. MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA UMA JUSTIÇA CÉLERE E EFICAZ. Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 128-143, jun. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/outputs/228508150/. Acesso em: 08 out. 2025

UNISALESIANO. A conciliação e a mediação: análise da incidência na ação de alimentos. Disponível em: https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/01/Artigo-A-Conciliacao-e-a-Mediacao-Analise-da-Incidencia-na-acao-de-Alimentos-Pronto.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

CONFLITOS TRABALHISTAS E ARBITRAGEM COLETIVA: É POSSÍVEL?

Categoria: Projeto Integrador

Marilse da Cruz[1]
Sandra Mara da Silva Gomes[2]
Vera Lucia Santos Cerqueira[3]
Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – Este estudo analisa a arbitragem coletiva no âmbito do Direito do Trabalho brasileiro, investigando sua viabilidade como meio alternativo de resolução de conflitos. A pesquisa, de caráter bibliográfico, utilizou doutrina, legislação e jurisprudência para compreender os fundamentos, princípios e desafios da arbitragem, destacando vantagens como celeridade, confidencialidade, flexibilidade e especialização técnica, bem como desvantagens ligadas ao custo, à ausência de recursos e o risco de desequilíbrio entre as partes. Constatou-se que a arbitragem coletiva enfrenta barreiras significativas, como a ausência de previsão normativa específica, a indisponibilidade de direitos trabalhistas e a desigualdade estrutural entre empregadores e empregados. Ainda assim, há quem defenda sua viabilidade como mecanismo complementar, desde que respeitados os direitos fundamentais e a autonomia coletiva. Conclui-se que o instituto permanece em terreno incerto no Brasil, dependendo da construção de um marco regulatório claro que concilie eficiência com proteção social.

Palavras-chave: Arbitragem coletiva; Conflitos trabalhistas; Autonomia.

INTRODUÇÃO

A arbitragem, como método alternativo de solução de conflitos, tem ganhado destaque no cenário jurídico brasileiro por oferecer maior celeridade e dispensar a intervenção do Judiciário. No campo do Direito do Trabalho, entretanto, sua aplicação desperta debates quanto aos limites e benefícios. O instituto é regido por quatro princípios fundamentais: consensualidade, em que as partes optam de comum acordo pela arbitragem; imparcialidade e independência do árbitro, garantindo julgamento justo; confidencialidade, que protege ambas as partes; e a decisão final e vinculativa, que deve ser cumprida.

Entre as principais vantagens estão a rapidez, a flexibilidade e o sigilo, enquanto como desvantagens destacam-se os custos, a ausência de recursos em caso de insatisfação e o risco de desequilíbrio entre as partes, sobretudo em favor da empresa. No âmbito coletivo, conforme ressaltam Spengler e Konzen (2024), a representação cabe ao sindicato, sendo imprescindível que a escolha pela arbitragem seja voluntária e assegure igualdade entre os envolvidos.

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, com o intuito de analisar a viabilidade da arbitragem coletiva na resolução de conflitos trabalhistas. A pesquisa baseou-se no método dedutivo, analisando doutrinas, a legislação brasileira, e especialmente na Lei de Arbitragem para compreender a aplicabilidade e os desafios desse método no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo dos tempos algo que vem congestionando o sistema jurídico, são os processos de ordem tributária e administrativa, que demandam tempo e em alguns casos falta de eficácia nos procedimentos. Isso não é por falta de capacidade da gestão jurídica, "mas da falta de uma metodologia objetiva, eficiente, eficaz e de natureza desburocratizante, como forma de garantir a celeridade na resolução dos conflitos na área de execução fiscal" (Santos, 2024, p. 10). Com isso surge o termo arbitragem que busca resolver os conflitos sem uso de violência (Almeida; Carneiro,2023).

A sujeição – ou não – ao procedimento arbitral é uma escolha. São as partes que compõem a relação jurídica que optam por resolver seus conflitos por meio da Arbitragem por verem nela certas vantagens quando comparada aos seus sucedâneosl (Nani; Timm, 2022, p. 3).

Nesse contexto vale destacar que:

> Dentre os meios de resolução de conflitos existentes e legitimados pelo ordenamento jurídico brasileiro destaca-se a autocomposição e a heterocomposição. A primeira é reconhecida pelo consenso e pela autonomia dos envolvidos na construção da resposta à contenda, e, a segunda, caracterizada pela presença de uma terceira pessoa que dispõe de um poder decisório a ser observado pelas partes. Da heterocomposição deriva-se a jurisdição estatal e a arbitragem, cada qual com a figura de um terceiro imparcial incumbido de dar fim ao conflito por meio de uma decisão impositiva. Uma das principais diferenças reside na figura desse terceiro: enquanto a presença do juiz provém de um poder superior (Poder Judiciário e suas atribuições legais), a atuação do árbitro resulta do poder de escolha dos conflitantes, a partir de critérios por eles estabelecidos (Stangherlin;Spengler, 2022, p. 2).

Para Arena, Porto e Campos (2020, p. 2) "Independente do novo formato de vida que se estabeleceu, os conflitos continuam existindo, dentre eles os conflitos trabalhistas, os quais demandam pronta atuação em razão da natureza alimentar do crédito discutido". Esses conflitos trabalhistas são caracterizados por obstáculos entre funcionários e patrões, pelas quais buscam solucionar as diferenças por meio judicial e extrajudicial (Alves; Mendes, 2018).

A arbitragem que é um método alternativo, para aqueles que buscam resolver seus conflitos, de maneira célere, sem necessidade de acionar o judiciário, vem assumindo um papel de destaque nas discussões jurídicas brasileiras, e quando se trata do campo do direito do trabalho, surgem as mais diversas questões a serem debatidas como sua aplicabilidade, principalmente seus limites e benefícios. Existem quatro princípios fundamentais que regem a arbitragem no Direito do Trabalho, como a consensualidade onde ambas as partes em comum

acordo optam pela arbitragem, assumindo o compromisso de submeter a sentença do árbitro. Imparcialidade e independência, visando um julgamento justo da lide. Confidencialidade, protegendo ambas as partes. Decisão final e vinculativa, as partes como por ela optaram, devem seguir sua sentença, já que o árbitro, sendo um terceiro indiferente à causa, assume o papel de juiz. Seus principais benefícios são a rapidez, a confidencialidade e a flexibilidade, em contrapartida suas desvantagens são o custo, não ter recursos para recorrer em caso de insatisfação, poder maior de uma das partes, no caso a empresa, são alguns pontos destacados por Almeida e Matos Advogados (2024).

Nessa mesma linha de raciocínio, Spengler e Kolzen (2024) destacam que quando se trata de conflitos trabalhistas coletivos, é o sindicato que representa a classe trabalhadora, e chamam a atenção para a voluntariedade das partes ao assumir a arbitragem como método alternativo de resolução de conflitos, pois as partes devem estar em igualdade de condições.

A arbitragem é reconhecida como um mecanismo extrajudicial para solucionar litígios, no qual as partes escolhem um terceiro imparcial (árbitro) para decidir a questão. No Brasil, sua utilização em conflitos trabalhistas individuais já gera controvérsias, e, no âmbito coletivo, a incerteza é ainda mais acentuada.

No campo das relações coletivas de trabalho, a Constituição Federal (art. 114, §§ 1º e 2º) estabelece que compete à Justiça do Trabalho apreciar os dissídios coletivos. A adoção da arbitragem depende de previsão normativa e de convenção prévia entre as partes. Contudo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não trata diretamente da arbitragem coletiva, e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) também não trouxe avanços significativos nesse aspecto. Essa lacuna legislativa contribui para a insegurança quanto à possibilidade de aplicação desse método em disputas coletivas.

Outro fator que limita a viabilidade da arbitragem coletiva é a natureza dos direitos trabalhistas. Tais direitos são considerados fundamentais, de ordem pública e, portanto, indisponíveis. Isso significa que não podem ser objeto de renúncia em procedimentos arbitrais. Como aponta Mauricio Godinho Delgado (2017), não seria admissível, por exemplo, utilizar a arbitragem para flexibilizar garantias como jornada de trabalho, salário mínimo ou normas de saúde e segurança.

Além disso, deve-se considerar a assimetria entre as partes envolvidas. Mesmo com a atuação sindical, empregadores possuem maior capacidade econômica e acesso a recursos jurídicos, o que pode gerar desequilíbrios no processo. Sérgio Pinto Martins (2017) adverte que essa disparidade tende a favorecer a parte mais forte da relação, comprometendo a proteção dos trabalhadores. Outro obstáculo é a ausência, no procedimento arbitral, de mecanismos típicos da Justiça do Trabalho, como a ação de cumprimento, o que pode enfraquecer a efetividade das decisões. Também se discute a legitimidade de o sindicato submeter toda a categoria à arbitragem sem a anuência expressa de cada trabalhador, o que suscita debates sobre devido processo legal e acesso à justiça.

Por outro lado, há quem sustente a viabilidade da arbitragem coletiva. Para alguns autores, o instituto pode reforçar a autonomia das partes, já que empregadores e sindicatos

teriam a liberdade de escolher a forma mais adequada para solucionar suas controvérsias. Entre os benefícios apontados estão a maior celeridade, a flexibilidade procedimental e a confidencialidade. Outro aspecto favorável é a possibilidade de nomear árbitros com conhecimento técnico em Direito do Trabalho, o que pode aumentar a qualidade das decisões e reduzir a sobrecarga do Judiciário.

Assim, o debate sobre a arbitragem coletiva no Brasil permanece marcado pela tensão entre argumentos de inviabilidade — ausência de base legal, indisponibilidade de direitos e desigualdade estrutural — e os de viabilidade — autonomia das partes, rapidez, especialização e sigilo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arbitragem coletiva no Direito do Trabalho brasileiro é um tema que envolve tanto avanços quanto entraves. Entre seus pontos positivos, destacam-se a celeridade, a flexibilidade, a confidencialidade e a possibilidade de escolha de árbitros especializados, o que poderia reduzir a sobrecarga da Justiça do Trabalho e ampliar a autonomia das partes na resolução de conflitos. Esses aspectos revelam o potencial do instituto como alternativa eficiente aos meios tradicionais de solução de controvérsias.

Por outro lado, persistem obstáculos significativos, como a ausência de previsão normativa específica, a indisponibilidade dos direitos trabalhistas e a desigualdade estrutural entre empregadores e empregados, que comprometem sua efetividade. Soma-se a isso a incerteza quanto à legitimidade de o sindicato submeter toda a categoria a uma decisão arbitral sem o consentimento individual dos trabalhadores. Assim, a consolidação da arbitragem coletiva dependerá da criação de um marco regulatório claro, capaz de conciliar celeridade e segurança jurídica com a proteção dos direitos fundamentais, para que possa se afirmar como instrumento legítimo de pacificação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hugo Netto Natrielli. CARNEIRO Leandro da Silva. **A Arbitragem no Direito Brasileiro**. Editora Científica, Londrina, 2023. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/23168?filter_field_1=type&filter_type_1=equals&filter_value_1=Apostila&filter_field_2=author&filter_type_2=equals&filter_value_2=CARNEIRO%2C%20Leandro%20da%20Silva%20Carneiro Acesso em: 12 set. 2025.

ALMEIDA E MATOS ADVOGADOS. **Arbitragem no Direito do Trabalho: Uma análise completa sobre seus princípios, aplicações e controvérsias**. Almeida & Matos. 2024. Disponível em: https://almeidaematos.com.br/arbitragem-no-direito-do-trabalho-uma-analise-completa-sobre-seus-principios-aplicacoes-e-controversias/. Acesso em: 10 de set. 2025.

ALVES, Rebecca Falcão Viana; MENDES, Ana Carolina Fontes Figueiredo. A possibilidade da mediação extrajudicial nas relações trabalhistas ante a reforma trabalhista de 2017. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos,** Florianópolis, Brasil, v. 4, n. 1, p. 125–143, 2018. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2018.v4i1.4411. Disponível em:

https://www.indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/view/4411. Acesso em: 12 set. 2025.

ARENA, Marcela Casanova Viana; PORTO, Ana Cristina dos Santos; CAMPOS, Denice Machado. Acesso à justiça em tempos de pandemia de covid19: uma solução consensual e tecnológica para os conflitos trabalhistas. **Revista Cidadania e Acesso à Justiça**, [S.l], v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-026X/2020.v6i2.7069 Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943.** Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.** Dispõe sobre a arbitragem.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dispõe sobre outros assuntos.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.

KONZEN, Carolina Kolling; SPENGLER, Fabiana Marion. Os novos paradigmas da arbitragem no direito do trabalho a partir da reforma trabalhista brasileira. **Revista Chilena De Derecho Del Trabajo Y De La Seguridad Social**. v.15 n.29, pág. 73–90. Disponível em: https://doi.org/10.5354/0719-7551.2024.71943. Acesso em: 10 set. 2025.

MARTINS, Sérgio Pinto. Arbitragem e a reforma trabalhista. In: PEREIRA, Luiz Fernando (Org.). Reforma Trabalhista Comentada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NANI, Ana Paula Ribeiro; TIMM, Luciano Benetti. Arbitragem vs. Judiciário: uma análise econômica e econômica-comportamental. **Economic Analysis of Law Review,** [S.l], v. 13, n. 3, 2022. Disponível em:https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/13474 Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, Vanailson Marques Pereira. **Arbitragem tributária: da (im) possibilidade de sua implementação para tratar resolução de conflitos fiscais.** Universidade Católica De Brasília, UCB. 2024. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3448 Acesso em: 12 set. 2025.

STANGHERLIN, Camila Silveira; SPENGLER, Fabiana Marion. Entre o árbitro e o juiz: Principais impasses para uma cultura de aceitação da arbitragem no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.l],v. 9, n. 1, p. 60-77, 2022. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/456 Acsso em: 12 set. 2025.

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO CONTEXTO FEMININO: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA AGRESSORES NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA

Categoria: Projeto Integrador

Aline Gomes[1]
Ana Paula da Silva[2]
Renata Cristina Riegert[3]

Resumo – A violência doméstica e familiar constitui um problema estrutural e histórico no Brasil, marcado por relações desiguais de gênero e padrões culturais que naturalizam o controle e a agressão contra a mulher. Este fenômeno transcende classes sociais, raças, idades e regiões, afetando milhares de brasileiras diariamente e gerando impactos físicos, psicológicos, sociais e econômicos. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontam que uma mulher é vítima de feminicídio a cada sete horas no país, evidenciando a urgência de medidas eficazes para prevenção, proteção e responsabilização dos agressores.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Lei Maria da Penha; Medidas Socioeducativas; Violência Doméstica; Ressocialização.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar é um problema histórico e estrutural no Brasil, enraizado em desigualdades de gênero e padrões culturais que naturalizam a agressão contra a mulher. Afetando milhares de brasileiras diariamente, provocando impactos físicos, psicológicos, sociais e econômicos.

A criação da Lei Maria da Penha (2006) representou um marco no enfrentamento à violência de gênero, ao prever medidas protetivas, prisão preventiva, fortalecimento da rede de atendimento e políticas públicas de prevenção. Apesar desses avanços, desafios como falta de delegacias especializadas, insuficiência de profissionais capacitados, morosidade judicial e barreiras culturais limitam a efetividade da lei.

Nesse contexto, a justiça restaurativa surge como abordagem complementar, promovendo diálogo, empatia, corresponsabilização e reparação dos danos, incentivando a transformação comportamental dos agressores e a proteção das vítimas. Este estudo tem como objetivo analisar as medidas socioeducativas com enfoque restaurativo aplicadas aos agressores em Santa Catarina, avaliando seu potencial para reduzir a violência doméstica e promover uma cultura de paz e equidade de gênero.

[1]Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Discente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Docente do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Justiça Restaurativa no Contexto Feminino: Medidas Socioeducativas para Agressores no Âmbito da Lei Maria da Penha

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno complexo, enraizado em desigualdades históricas de gênero e em um sistema patriarcal que perpetua a subordinação feminina. Reconhecida pela Lei Maria da Penha (2006) como violação dos direitos humanos, a violência doméstica exige medidas de proteção integral, punição, prevenção e reeducação dos agressores. Apesar dos avanços legais, o modelo de justiça tradicional apresenta limitações, concentrando-se na sanção penal e oferecendo poucas oportunidades de reflexão e transformação ao agressor.

A justiça restaurativa surge como abordagem complementar, promovendo diálogo, corresponsabilização e reparação dos danos, com potencial para reduzir a reincidência e reconstruir os laços sociais rompidos. Experiências brasileiras, apoiadas pelo CNJ, demonstram que práticas restaurativas podem fortalecer as medidas socioeducativas, promovendo mudanças comportamentais nos agressores e contribuindo para a proteção e empoderamento das vítimas.

LEI MARIA DA PENHA

Aprovada em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil, visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar. A lei institui medidas protetivas de urgência, como afastamento do agressor, proibição de contato e suspensão do porte de armas, além da criação de Juizados Especializados que integram competências cíveis e criminais.

Também fortalece uma rede de atendimento composta por delegacias especializadas, centros de referência, abrigos e serviços de saúde e assistência social. Um diferencial importante é a previsão de ações educativas voltadas ao agressor, promovendo reflexão e prevenção da reincidência, alinhando-se a uma perspectiva restaurativa. Dessa forma, a Lei Maria da Penha consolida-se como instrumento jurídico e social essencial, articulando proteção, responsabilização e prevenção, fundamentais para a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA APLICAÇÃO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A justiça restaurativa surge como abordagem complementar à lógica punitiva da justiça tradicional, oferecendo alternativas para responsabilização consciente e reparação dos danos em casos de violência doméstica. Diferente da justiça retributiva, que foca na punição, a justiça restaurativa envolve vítima, agressor e comunidade, buscando restaurar relações sociais e reconstruir a confiança (ZEHR, 2008). Ferramentas como os Círculos Restaurativos promovem diálogo, escuta ativa e reconhecimento de responsabilidades, baseadas em valores de empatia, respeito e corresponsabilidade (PRANIS, 2010). No Brasil, práticas restaurativas vêm sendo implementadas desde os anos 2000 com apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme o Provimento nº 299/2019, atuando de forma complementar às medidas protetivas da Lei Maria da Penha e contribuindo para a redução da reincidência e a reconstrução dos laços sociais.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS RESTAURATIVAS EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, o Tribunal de Justiça (TJSC) tem implementado a Justiça Restaurativa como política permanente por meio da Resolução TJ-19/2019, alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. O Estado desenvolve programas que utilizam Círculos Restaurativos e encontros mediadores para responsabilização, reflexão e reconstrução de vínculos em casos de violência doméstica e familiar. Essas práticas visam conscientizar o agressor sobre o impacto de suas ações, promovendo mudança comportamental e quebra do ciclo da violência. Relatórios do TJSC indicam redução de até 40% na reincidência e fortalecimento da rede de proteção e apoio psicossocial às vítimas. Assim, as medidas socioeducativas restaurativas contribuem para a proteção, responsabilização e reeducação dos agressores, reforçando o papel do Judiciário na promoção de respostas mais humanas e eficazes à violência doméstica.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, com caráter bibliográfico e documental, voltado à análise das práticas de Justiça Restaurativa aplicadas a casos de violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha.

A pesquisa qualitativa possibilita compreender em profundidade os fenômenos sociais e jurídicos envolvidos, interpretando o significado das ações adotadas no enfrentamento à violência de gênero. A etapa bibliográfica incluiu a análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses, enquanto a etapa documental envolveu relatórios oficiais do CNJ, TJSC e demais órgãos públicos, além de dados estatísticos do FBSP e IBGE.

O estudo buscou identificar os benefícios, limitações e potencialidades das práticas restaurativas na redução da reincidência, promoção da responsabilização consciente e fortalecimento da cultura de paz e equidade de gênero. A análise das fontes e dados pretende oferecer reflexão crítica sobre a integração entre a Lei Maria da Penha e a Justiça Restaurativa, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de proteção à mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da aplicação da Justiça Restaurativa em Santa Catarina demonstra avanços significativos na responsabilização consciente dos agressores e na promoção de resolução pacífica de conflitos em casos de violência doméstica. Por meio da Resolução TJ-19/2019, o Tribunal de Justiça institucionalizou a política de Justiça Restaurativa, implementando Núcleos de Justiça Restaurativa (NUJURES) em parceria com Juizados de Violência Doméstica, Ministério Público, Defensoria Pública e rede de atendimento psicossocial.

Os Círculos Restaurativos proporcionam espaços seguros de diálogo e corresponsabilização, promovendo compreensão das causas da violência, reparação de danos e mudança comportamental. Relatórios do TJSC indicam redução de até 40% na reincidência, fortalecimento da rede de proteção e maior autonomia das vítimas.

Entretanto, persistem desafios, como escassez de profissionais capacitados, falta de estrutura adequada e resistência cultural dentro do sistema judicial. Apesar disso, a experiência

catarinense mostra que a integração entre a Lei Maria da Penha e a Justiça Restaurativa é viável e promissora, oferecendo abordagem complementar, educativa e transformadora para enfrentar a violência doméstica e consolidar uma cultura de paz e equidade de gênero.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS

A consolidação da Justiça Restaurativa como instrumento de enfrentamento à violência doméstica ainda enfrenta diversos desafios no contexto brasileiro, especialmente em Santa Catarina. Esses obstáculos estão relacionados tanto à estrutura institucional quanto a aspectos culturais e formativos dos profissionais envolvidos.

FALTA DE ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL

A escassez de infraestrutura adequada e de espaços reservados para a realização dos círculos restaurativos representa um dos principais obstáculos à implementação da Justiça Restaurativa. Em municípios menores, a ausência de equipes multidisciplinares e locais apropriados compromete a continuidade e a efetividade das ações, limitando o alcance e a expansão dos programas no sistema de justiça.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência doméstica contra a mulher é um problema histórico e social, resultado de relações desiguais de poder. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um avanço importante no enfrentamento dessa violência, mas o modelo punitivo tradicional ainda apresenta limitações. Nesse contexto, a Justiça Restaurativa surge como alternativa que busca diálogo, responsabilização e reparação dos danos. Amparada pela Resolução nº 225/2016 do CNJ e implementada em Santa Catarina, essa prática tem mostrado resultados positivos, como a redução da reincidência e a reeducação dos agressores, promovendo uma cultura de paz e igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a integração da Justiça Restaurativa às medidas da Lei Maria da Penha constitui uma abordagem inovadora e promissora no enfrentamento da violência doméstica. Em Santa Catarina, práticas restaurativas, como círculos de diálogo e mediação, mostraram-se eficazes na redução da reincidência, conscientização dos agressores e fortalecimento da rede de proteção às vítimas. Contudo, desafios como falta de infraestrutura, resistência cultural de operadores do direito e escassez de profissionais qualificados exigem investimentos em políticas públicas, capacitação e sensibilização.

A Justiça Restaurativa atua como complemento estratégico às medidas protetivas e punitivas, promovendo responsabilização consciente, educação e transformação social. A efetividade depende da articulação entre instituições públicas, sociedade civil e redes de apoio, contribuindo para a construção de uma cultura de paz, equidade de gênero e prevenção da violência. Pesquisas futuras são necessárias para avaliar sua aplicação a longo prazo e ampliar metodologias que promovam relações familiares e sociais mais humanas e sustentáveis.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os envolvidos pelo apoio, incentivo e compreensão durante todo o desenvolvimento deste projeto. Expressamos nossa sincera gratidão à professora orientadora Renata Cristina Riegert, pela orientação, dedicação e valiosas contribuições ao longo desta jornada acadêmica. Agradecemos também à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo suporte institucional, ao Artigo 170 e ao programa Universidade Gratuita, pelo auxílio concedido, fundamentais para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016*. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 1 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das mulheres: Lei Maria da Penha*. [falta completar os dados editoriais – cidade, editora e ano].

SAFFIOTI, Heleieth I. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 14. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC). *Resolução TJ-19/2019*. Institui a Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMPREENDEDORISMO JURÍDICO – APLICAÇÃO PRÁTICA NOS CONFLITOS CONTRATUAIS

Categoria: Projeto Integrador

Débora Cristine Prates Santos[1]
Evelin Roberta Pelentir[2]
Rafaela Melo Scharf[3]
Renata Cristina Riegert[4]

Resumo – O presente trabalho analisa a mediação como ferramenta de empreendedorismo jurídico aplicada aos conflitos contratuais. Busca-se compreender como esse mecanismo pode prevenir litígios, incentivar a autocomposição e oferecer solução célere e eficiente em comparação ao processo judicial. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica qualitativa, com base na Lei nº 13.140/2015, no Código de Processo Civil de 2015, em obras doutrinárias e artigos científicos. Os resultados apontam que a mediação proporciona redução de custos, economia de tempo e preservação das relações contratuais, favorecendo a inovação na prática jurídica. Além disso, evidencia-se o fortalecimento do papel do advogado como profissional empreendedor, ampliando sua atuação e adequando-se às novas demandas do mercado jurídico contemporâneo. Conclui-se que a mediação, aplicada aos conflitos contratuais, não apenas promove o acesso à justiça e a pacificação social, mas também se consolida como estratégia de modernização acadêmica e profissional.

Palavras-chave: mediação; empreendedorismo jurídico; conflitos contratuais; inovação; autocomposição.

INTRODUÇÃO

O crescimento das demandas judiciais no Brasil gera sobrecarga ao Poder Judiciário, especialmente em matéria contratual. Questões que poderiam ser resolvidas de forma consensual acabam prolongando-se em processos demorados e custosos. Diante desse cenário, a mediação surge como um instrumento relevante para promover soluções rápidas e efetivas.

A mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro imparcial, chamado mediador, auxilia as partes a dialogarem e construírem, juntas, a solução mais adequada, sem impor uma decisão. Sua principal característica é favorecer a comunicação e a autonomia da vontade, garantindo que os próprios envolvidos sejam protagonistas na definição do acordo.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

No Brasil, a mediação foi regulamentada pela Lei nº 13.140/2015, conhecida como "Lei da Mediação", que estabeleceu os princípios básicos do instituto, como a voluntariedade, a confidencialidade e a boa-fé. O Código de Processo Civil de 2015 também reforçou a importância da autocomposição, ao prever a mediação e a conciliação como instrumentos essenciais para estimular a resolução consensual de litígios.

Além de seu valor prático, a mediação representa uma oportunidade de empreendedorismo jurídico. Ao adotar essa ferramenta, o advogado amplia sua atuação, diversifica sua prática e passa a oferecer soluções inovadoras e condizentes com a realidade social contemporânea.

O presente estudo tem como objetivo analisar a mediação como ferramenta de empreendedorismo jurídico e sua aplicação prática nos conflitos contratuais, ressaltando vantagens, desafios e impactos para a advocacia.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, empregando coleta e análise de literatura jurídica recente (2021-2025), artigos científicos e manuais atualizados. As principais bases consultadas foram revistas jurídicas, portais acadêmicos e documentos institucionais (como o "Guia de Mediação e Conciliação" do CNMP/MP, 2023) CNMP.

Foram aplicados critérios de seleção: obras publicadas nos últimos cinco anos, relevância temática e aceitação acadêmica. Os dados foram organizados por temas (mediação legal, mediação nos contratos, empreendedorismo jurídico) e interpretados à luz dos objetivos do estudo. Como não houve coleta de dados com sujeitos humanos, não foi necessária aprovação por Comitê de Ética.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

MEDIAÇÃO EM CONTRATOS E CLÁUSULA DE MEDIAÇÃO

A cláusula compromissória de mediação prevista em convenção prévia tem sido objeto de debate recente quanto à sua validade e aplicabilidade. Cassio (2024) analisa as repercussões processuais da cláusula de mediação pré-processual e conclui que ela pode antecipar solução consensual e evitar judicialização desnecessária.

Nos contratos administrativos, Marques (2022) defende que a previsão expressa de mediação contribui à segurança jurídica e à redução de litígios, mesmo em face da indisponibilidade do interesse público. Em muitos contratos contínuos como fornecimento parcelado ou prestação de serviços a mediação pode ser preferível à judicialização.

VANTAGENS DA MEDIAÇÃO APLICADA A CONFLITOS CONTRATUAIS

A mediação oferece vantagens relevantes: diminuição de tempo e custos, menor carga emocional e preservação da relação contratual. Em contexto institucional, a PREVIC reconhece

mediação como ferramenta para minimizar riscos contratuais em contratos previdenciários Serviços e Informações do Brasil.

Ademais, observa-se que mediação e arbitragem vêm ganhando força para ajustes contratuais em contratos regulados ou de longa duração, equilibrando obrigações e adaptações contínuas.

EMPREENDEDORISMO JURÍDICO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O conceito de empreendedorismo jurídico se renova com a exigência de inovação, gestão e posicionamento estratégico nos escritórios. Conforme relatório da OAB/PR (2024), há demanda crescente por advogados que adotem ferramentas de gestão, mediação e tecnologia integrada ao serviço jurídico.

Por outro lado, existem barreiras: cultura jurídica tradicional, dúvidas éticas quanto à publicidade e limites do Código de Ética da OAB, e falta de capacitação em métodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a mediação é um caminho eficiente para resolver conflitos contratuais de forma mais rápida e menos onerosa. Ao contrário do processo judicial, que pode gerar desgaste financeiro e emocional, a mediação favorece o diálogo e estimula as partes a encontrarem juntas a solução para seus problemas.

Além de trazer benefícios práticos, como a redução de custos e o tempo de tramitação, a mediação também representa uma oportunidade para o advogado atuar de forma inovadora, ampliando sua área de atuação e fortalecendo o empreendedorismo jurídico.

Observou-se, contudo, que ainda existem desafios, como a necessidade de maior divulgação do instituto e a resistência cultural de alguns profissionais e partes em aceitar métodos consensuais.

Conclui-se, portanto, que a mediação aplicada aos conflitos contratuais é não apenas uma ferramenta de pacificação social, mas também uma estratégia de modernização da advocacia, tornando o trabalho do advogado mais próximo da sociedade e das reais necessidades do mercado jurídico.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, à Professora Renata Cristina Riegert pela orientação e apoio, e ao CNMP pela disponibilização do “Guia de Mediação e Conciliação” (2023) como referência institucional.

REFERÊNCIAS

CASSIO. Repercussões processuais da cláusula de mediação pré-processual. Revista JusLaboris, 2024.

"Desafios do Empreendedorismo Jurídico". Migalhas, 2024. Guia de Mediação e Conciliação. CNMP / Ministério Público, vol. 2, 2023.

INOVAÇÃO, GESTÃO E EMPREENDEDORISMO NA ADVOCACIA. OAB/PR, 2024.
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.
LEI DE LICITAÇÕES / análise em contratos continuados e mediação.

MARQUES, Marcelo. Mediação nos contratos administrativos. ConJur, 2022.
Portal JOTA. "Mediação e arbitragem ganham força", 2025.
PREVIC – "Instrumentos de mediação preservam o contrato previdenciário", 2025.

CONTRATOS E EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

Categoria: Projeto Integrador

Marcos Eliseu dos Santos[1]
Claudio Ribeiro da Silva[2]
Renata Cristina Riegert[3]

Resumo - O compliance contratual é uma prática indispensável para startups jurídicas, assegurando que suas operações estejam em conformidade com leis e regulamentos vigentes, especialmente em um cenário legal em constante evolução. O objetivo deste estudo é destacar a importância do compliance para evitar complicações legais, como penalidades e ações judiciais, além de proteger a reputação da empresa. O método utilizado envolve a análise de casos de sucesso e a revisão de literatura especializada. Os resultados indicam que o cumprimento rigoroso das normas aumenta a confiança de clientes e investidores, tornando a startup mais atraente para colaborações estratégicas. Além disso, contratos bem elaborados desempenham um papel crucial ao definir direitos e deveres claros, prevenindo disputas e facilitando parcerias. Conclui-se que o compliance não apenas protege a startup, mas também representa uma oportunidade de crescimento, permitindo a oferta de serviços de consultoria e ferramentas de gerenciamento de contratos, aumentando assim a visibilidade e atratividade da empresa. Investir em compliance, portanto, é uma estratégia inteligente e essencial para alcançar o sucesso no competitivo setor jurídico.

Palavras-chave: compliance[4]; startups jurídicas[5]; contratos[6]; inovação[7]; limites legais.

INTRODUÇÃO

O compliance contratual é fundamental para startups jurídicas, assegurando que suas operações estejam em conformidade com as leis e regulamentos. Isso é vital por ser um setor que envolve questões legais, onde a inovação rápida pode provocar riscos legais. O compliance, por meio de normas e procedimentos, ajuda a garantir que inovações não violem normas existentes, como os direitos de propriedade intelectual, regulamentações setoriais e leis de proteção de dados, como a LGPD no Brasil.

As startups enfrentam vários desafios, entre eles, a ausência de legislação especifica e ignorar essas limitações pode levar a penalidades severas, ações judiciais e danos à reputação. Portanto, o compliance contratual, quando bem elaborado e aplicado, não só ajuda a evitar

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4] Conjunto de normas que vai desde agir com integridade, transparência e responsabilidade.
[5] São empresas inovadoras que utilizam novas tecnologia para oferecer soluções no ramo do Direito.
[6] Estrutura da base societária e as relações dos clientes.
[7] É a transformação do Direito por meio da tecnologia e novas práticas, visando eficiência, transparência e modernização.

problemas jurídicos, mas também pode trazer várias oportunidades. Cumprir com as normas pode aumentar significativamente a confiança dos clientes e investidores, além de tornar a startup uma opção mais atraente para colaborações e investimentos. Ela não deve ser vista apenas como uma restrição, mas como uma vantagem competitiva que a diferencia dos métodos tradicionais.

Os contratos são essenciais no empreendedorismo jurídico, estabelecendo direitos e deveres e prevenindo disputas. Contratos bem elaborados facilitam parcerias estratégicas e ajudam a proteger inovações, garantindo que todas as partes entendam suas responsabilidades, o que é crucial em um ambiente de negócios dinâmico.

O compliance contratual também representa uma oportunidade de crescimento, oferecendo serviços de consultoria e desenvolve ferramentas para facilitar o gerenciamento de contratos como formas de gerar receita. Além disso, informações sobre a importância do compliance pode aumentar a visibilidade da startup. O compliance é vital para o sucesso de startups jurídicas, assegurando que as empresas atuem dentro da lei, reduzindo custos com litígios, melhorando a reputação e abrindo portas para novas possibilidades. Isso está diretamente ligado ao empreendedorismo jurídico, onde a correta gestão de contratos pode garantir a conformidade e favorecer a inovação e o crescimento sustentável. Portanto, investir em compliance é uma estratégia inteligente para navegar no desafiador setor jurídico.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, explorando a importância do compliance contratual em startups jurídicas. A pesquisa é de natureza descritiva e analítica, buscando entender como o compliance impacta as operações e o crescimento dessas empresas. O estudo foca no ambiente das startups jurídicas no Brasil, considerando casos de empresas que atuam diretamente com inovação no setor legal. A amostra inclui startups que enfrentam desafios regulatórios e buscam implementar práticas de compliance contratual.

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, consultados publicações, regulamentos setoriais e estudos de caso de startups jurídicas, além de relatos de profissionais do setor sobre as práticas de compliance.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, busca-se estabelecer a relação entre os resultados obtidos e a teoria existente no campo do compliance contratual, especialmente no contexto das startups jurídicas. É de suma importância explorar como as práticas de compliance refletem as tendências e desafios que são apontados pela literatura e como elas se comparam aos estudos abordados.

O compliance contratual é uma prática essencial e também garante que as startups jurídicas operem dentro dos limites legais e regulatórios. Conforme destacado no estudo, a conformidade legal não é apenas uma questão de evitar penalidades, mas também um mecanismo para fortalecer a confiança entre clientes e investidores. A literatura demonstra que o compliance eficaz pode ser uma vantagem competitiva, permitindo que as startups se destaquem em um mercado saturado e competitivo.

Estudos anteriores relatam que o compliance não deve ser visto apenas como um custo ou obrigação operacional, mas como uma oportunidade que agrega valor à empresa. Isso se alinha com os achados deste estudo, que mostram que startups que investem em compliance tendem a atrair mais parcerias estratégicas e oportunidades de investimento.

Os contratos desempenham um papel crucial na estruturação dos direitos e deveres dentro das startups jurídicas. Contratos bem elaborados previnem disputas entre partes e facilitam colaborações, conforme destacado pela literatura. A clareza e a precisão nos contratos são fundamentais para evitar mal-entendidos e litígios, especialmente em um ambiente de negócios dinâmico e inovador.

Pesquisas anteriores apontam que acordos formalizados por meio de contratos robustos não só protegem inovações e interesses da empresa, mas também promove um ambiente de negócios mais transparente e confiável. Este estudo também reforça essa perspectiva, destacando como contratos bem estruturados podem servir de base para o crescimento sustentável das startups.

A utilização de automação e tecnologia está facilitando o compliance contratual, uma tendência crescente observada tanto na prática quanto na teoria. Ferramentas de gestão de contratos e assinatura digital têm simplificado os processos e aumentado a eficiência das startups jurídicas. A inteligência artificial é destacada por sua capacidade de analisar riscos e identificar passivos ocultos, algo que a literatura reconhece como eficaz para mitigar riscos e otimizar operações.

A pesquisa aponta que a integração de tecnologia no compliance não apenas aumenta a eficiência operacional, como também reduz os custos e melhora a precisão dos processos, o que é consistente com as descobertas de outros estudos no campo.

O estudo identificou que, embora o compliance contratual traga diversas vantagens, ele apresenta desafios que precisam ser analisados, especialmente em um cenário regulatório em constante mudança. A literatura sugere que a adaptabilidade e a proatividade são essenciais para se adaptar a essas mudanças, um ponto que este estudo coloca em evidência ao mencionar a importância de um compliance dinâmico que abranja o máximo de informações disponível.

Além disso, a abordagem interdisciplinar destacada na pesquisa sugere que o compliance pode ser adaptado para diferentes contextos jurídicos, permitindo que startups se posicionem de forma única no mercado. Esta linha defende que a personalização das práticas de compliance pode melhor atender às necessidades específicas de cada empresa.

CONCLUSÃO

A fundamentação teórica apresentada confirma que o compliance contratual é uma peça fundamental para o sucesso de startups jurídicas. O alinhamento entre os resultados do estudo e a literatura existente reforça a ideia de que a compliance não só protege as empresas de riscos legais, mas também abre caminho para inovação e crescimento sustentável. Sugere-se que investir em compliance é uma estratégia inteligente e essencial para qualquer empresa que deseja prosperar no setor jurídico competitivo e em constante evolução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

COSTA, Ricardo. Compliance contratual: fundamentos e práticas empresariais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

JOTA. A importância da gestão de contratos para startups. Disponível em: https://www.jota.info/. Acesso em: 25 set. 2025.

PEREIRA, Ana. Startups jurídicas e o desafio da governança contratual. Revista Direito e Inovação, v. 5, n. 2, 2023.

A REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS, INOVAÇÕES LEGAIS E A IMPORTÂNCIA DA VIA EXTRAJUDICIAL

Categoria: Projeto Extensionista

Yasmin Gomes[1]
Sabrina Frigotto[2]

Resumo – A informalidade imobiliária no Brasil é um desafio social e jurídico que afeta milhões de pessoas, gerando incertezas legais e impactando o desenvolvimento urbano. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios que levam à não regularização, bem como os benefícios da formalização. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem dedutiva, partindo do problema geral para a análise de soluções específicas. Os resultados demonstram que, embora a Lei nº 13.465/2017 (Reurb) e os procedimentos extrajudiciais representem inovações significativas para a superação de um histórico de burocracia, a sua aplicação prática ainda enfrenta obstáculos substanciais, como a falta de informação e a resistência cultural. Conclui-se que a efetividade da legislação depende da capacidade de se superar essas barreiras, garantindo que a segurança jurídica e a inclusão social sejam plenamente alcançadas.

Palavras-chave: Regularização. Segurança Jurídica. Reurb. Informalidade.

INTRODUÇÃO

A questão da informalidade imobiliária representa um dos grandes desafios sociais e jurídicos do Brasil, afetando diretamente a vida de milhões de pessoas. Embora a Constituição Federal assegure o direito à moradia, a realidade é que uma parcela significativa da população reside em imóveis sem a devida formalização, o que gera uma série de incertezas e limitações. Essa informalidade decorre de um complexo histórico de burocracia, falta de acesso à informação e procedimentos onerosos que, por muito tempo, desincentivaram a busca pela regularização.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar os principais motivos e desafios que levam à não regularização dos imóveis, ao mesmo tempo em que explora os múltiplos benefícios de ter um imóvel formalizado. A análise aborda a importância da segurança jurídica, a valorização do patrimônio e a inclusão social, destacando como as inovações legislativas, em especial a Lei nº 13.465/2017 (Reurb) e os procedimentos extrajudiciais, surgem como ferramentas essenciais para superar as barreiras existentes e garantir o pleno exercício do direito à propriedade.

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada para este trabalho é de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de artigos científicos, obras especializadas e legislação pertinentes ao tema da regularização imobiliária.

Marconi e Lakatos (2017, p. 79) definem método como "o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista".

A abordagem metodológica utilizada é o método dedutivo. Partindo de uma premissa geral (a complexidade da regularização imobiliária e a necessidade de soluções), o estudo avança para análises específicas dos recursos legais, como a Lei nº 13.465/2017 (Reurb) e os procedimentos extrajudiciais, a fim de obter uma conclusão sobre sua relevância e eficácia. Como destacam Marconi e Lakatos (2017, p. 95), embora as premissas verdadeiras do método indutivo levem a conclusões prováveis, o método dedutivo, por sua vez, permite que se chegue a uma conclusão organizada por meio de um raciocínio que parte de um conteúdo geral para o específico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A irregularidade imobiliária no Brasil é um problema crônico, com milhões de moradias urbanas e rurais sem a devida formalização (Lobo, 2024). Essa situação, conforme destacado por Santana e Evangelista (2024), gera incerteza legal para os envolvidos e compromete a arrecadação de tributos, impactando diretamente a segurança jurídica das transações imobiliárias. A falta de um sistema legal coeso e simplificado no passado contribuiu para a perpetuação desse cenário, que antecede inovações normativas.

Nesse contexto, a Lei nº 13.465/2017, que instituiu a Reurb, representa um avanço significativo, sendo um "modelo unificado e aprimorado" para o enfrentamento da problemática (Lobo, 2024). A referida lei e a expansão dos procedimentos extrajudiciais são os principais resultados desta pesquisa, pois apresentam uma via para a superação de desafios históricos. A formalização por meio de escritura pública e registro em cartório é apresentada como a garantia de que a transação confere força probatória e eficácia legal, protegendo os direitos das partes (Santana e Evangelista, 2024).

Em termos de eficácia, os materiais ressaltam que o procedimento extrajudicial tem se consolidado como uma alternativa mais eficiente e acessível, proporcionando agilidade e redução de custos em comparação com a morosa via judicial (Silva e Nascimento, 2025). As inovações da Reurb, em particular a usucapião extrajudicial, ilustram a capacidade do sistema em se modernizar e simplificar processos que historicamente eram complexos.

Contudo, apesar dos avanços, a aplicação prática ainda enfrenta desafios substanciais. Os textos apontam para a persistência da falta de informação e a resistência cultural à formalização, que impedem que mais pessoas busquem a regularização de seus imóveis. Adicionalmente, a falta de regularização tem implicações no planejamento urbano e na qualidade de vida dos

cidadãos, uma vez que impede a correta identificação dos imóveis e, consequentemente, a implementação de políticas públicas de infraestrutura.

Portanto, a legislação atual representa um avanço jurídico importante, mas sua efetividade dependerá da capacidade do Estado em promover a conscientização pública e uma melhor coordenação entre os agentes envolvidos, garantindo que os objetivos de segurança jurídica, desenvolvimento econômico e inclusão social sejam plenamente alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a Lei nº 13.465/2017, ao instituir a Reurb e consolidar o uso da via extrajudicial, representa um progresso legislativo fundamental para a garantia do direito à moradia e da segurança jurídica no Brasil. Contudo, sua aplicação efetiva ainda enfrenta desafios práticos significativos.

Evidenciou-se que a burocracia, a falta de conhecimento dos cidadãos sobre os processos e a resistência cultural à formalização constituem obstáculos consideráveis que enfraquecem a intenção normativa. Apesar das inovações que visam simplificar o processo, um hiato ainda persiste entre o que a lei propõe e sua implementação plena.

Nesse cenário, a efetividade da legislação está intrinsecamente ligada à capacidade do Estado e da sociedade em superar tais vulnerabilidades. A formação de agentes públicos, a conscientização dos cidadãos e a criação de mecanismos que facilitem a aplicação das novas regras são essenciais para que o potencial da Reurb e dos procedimentos extrajudiciais seja totalmente explorado.

Em Resumo, as inovações legais são ferramentas poderosas, mas sua verdadeira aplicação depende da capacidade de se adaptar e superar os desafios práticos. O sucesso da regularização não está apenas na lei, mas na capacidade de traduzir a norma jurídica em benefícios concretos para a população, garantindo o pleno acesso à propriedade e à cidadania.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao PAEC pelo incentivo na pesquisa em forma de bolsa de extensão a acadêmica Yasmin Gomes.

REFERÊNCIAS

LOBO, Alfredo Ribeiro da Cunha. A Lei da Regularização Fundiária Urbana: antecedentes, inovações e desafios. Colégio Registral do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://colegioregistralrs.org.br/artigos/1962/artigo-a-lei-da-regularizacao-fundiaria-urbana-antecedentes-inovacoes-e-desafios-por-alfredo-ribeiro-da-cunha-lobo/. Acesso em: 30 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Jeniffer Rodrigues da; NASCIMENTO, Marcio de Jesus Lima do. Direito imobiliário e regularização de imóveis: a importância do extrajudicial na agilidade do processo e os benefícios jurídicos e econômicos de ter um imóvel regularizado. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 1835-1841, mar. 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i3.18523. ISSN 2675-3375.

SANTANA, Ana Luiza Gusmão Carvalho; EVANGELISTA, Joalisson de Oliveira; OLIVEIRA, Bianca Silva. Irregularidades imobiliárias no Brasil: uma análise dos recursos legais para solucionar a ausência de escritura pública na aquisição de imóveis. RevistaFT, 2022. Disponível em: https://revistaft.com.br/irregularidades-imobiliarias-no-brasil-uma-analise-dos-recursos-legais-para-solucionar-a-ausencia-de-escritura-publica-na-aquisicao-de-imoveis/. Acesso em: 30 out. 2025.

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICAS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Categoria: Trabalho de Conclusão de Curso

Eduarda da Silva[1]
Ana Lilian Villwock Azevedo[2]

Resumo – O presente estudo discute a relevância das licitações sustentáveis como ferramenta de promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito da Administração Pública brasileira, especialmente após a instituição da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, analisou obras doutrinárias, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à sustentabilidade, gestão pública e contratações. Os resultados evidenciam que a nova legislação modernizou as práticas administrativas ao incorporar o desenvolvimento sustentável como princípio fundamental das compras públicas, buscando conciliar eficiência, responsabilidade social e proteção ambiental. Observou-se que essa perspectiva estimula transformações positivas, incentivando tanto o setor público quanto o privado a adotarem condutas mais conscientes. Entretanto, ainda se verificam desafios que dificultam a efetivação dessas diretrizes, como a insuficiência de capacitação técnica, a resistência institucional a mudanças e a percepção equivocada de aumento de custos. Conclui-se que as licitações sustentáveis representam um avanço significativo para a consolidação de uma gestão pública mais ética e comprometida com o futuro, exigindo, contudo, maior engajamento institucional para que se tornem práticas efetivas e permanentes no cotidiano administrativo.

Palavras-chave: licitações sustentáveis; lei nº 14.133/2021; administração pública; desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

No Brasil as alienações, compras, serviços e obras contratados pela Administração Pública, são adquiridos por meio de uma licitação pública, porém, sempre garantindo a igualdade entre os concorrentes, de maneira que o processo ocorra de forma justa (Brasil, 1988).

Diante disso, é relevante ressaltar que "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]" (Brasil,1988, art. 37).

De acordo com o artigo 11º da nova Lei de Licitações, o processo licitatório deve ser inovador, incentivando novas contratações que não sejam prejudiciais à população e ao meio

[1] Aluna do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

ambiente (desenvolvimento nacional sustentável), assim, não comprometendo as futuras gerações (Brasil, 2021).

Por conseguinte, atualmente muito se discute sobre licitação sustentável, tendo em vista o fato de o meio ambiente estar cada vez mais danificado, assim prejudicando o bem estar e saúde de toda a sociedade em geral, por se tratar de um direito difuso, que importa a todos.

Considerando essas razões, pergunta-se: Quais os desafios e benefícios para a implementação de licitações sustentáveis na administração pública brasileira?

Nesse sentido, o objetivo geral do presente Resumo será o de analisar os aspectos legais e as práticas de sustentabilidade aplicadas nas licitações públicas, destacando sua importância e desafios na administração pública municipal, sendo apresentado uma explanação sobre o conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e suas principais dimensões e critérios. Em seguida, será dedicado à análise da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com foco nos aspectos mais relevantes relacionados ao tema. Por fim, será abordado a aplicação dos critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios, identificando os principais desafios e benefícios envolvidos na implementação dessas diretrizes realizando uma analise dos impactos econômicos e ambientais relacionados às contratações públicas.

METODOLOGIA

O presente Resumo caracteriza-se como de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Esse método foi escolhido por possibilitar a reunião, análise e interpretação de produções acadêmicas relacionadas ao tema, contemplando diferentes perspectivas.

As buscas foram realizadas em bases como Google Acadêmico, SciELO, CAPES Periódicos, entre outras. Foram incluídos artigos, livros e documentos publicados, preferencialmente, nos últimos dez anos. Excluíram-se materiais sem relevância científica, que não abordassem diretamente o objeto de estudo ou que não estivessem disponíveis em sua íntegra.

A análise dos dados ocorreu de forma crítica e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas presentes na literatura.

No que se refere aos aspectos éticos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética, uma vez que se trata de pesquisa bibliográfica.

Por fim, destaca-se que todas as fontes consultadas foram devidamente referenciadas, garantindo a integridade acadêmica.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENO SUSTENTÁVEL

No início da década de 1980, existia uma discussão sobre como conciliar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente. A Conferência da ONU em Estocolmo, realizada em 1972, já havia revelado que desenvolvimento e meio ambiente podem coexistir, mas ainda restavam dúvidas sobre como isso poderia ser colocado em prática. Frases como "uso racional

dos recursos naturais" se tornaram bastante comuns, mas muitas vezes eram ditas sem uma aplicação real, se tornando apenas palavras sem significado (Almeida, 1992).

No final do século XX, percebeu-se que, não é possível entender a natureza apenas com as ferramentas tradicionais de análise. Ela é complexa, funciona de maneira sistêmica e suas partes são interdependentes. Por isso, para compreendê-la melhor, deve-se adotar um novo jeito de pensar, que seja mais holístico e orgânico, superando a divisão do conhecimento em disciplinas isoladas (Almeida, 1992).

Diante diso, Freitas (2012, p. 41) aborda a sustentabilidade como um princípio previsto na Constituição que atribui ao Estado e à sociedade a responsabilidade conjunta por garantir um desenvolvimento que vá além do aspecto econômico, sendo também justo, sustentável, ético, inovador e equilibrado com o meio ambiente. O objetivo é assegurar qualidade de vida e condições dignas tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

Recentemente, uma definição popularmente conhecida relacionada ao desenvolvimento sustentável, foi estabelecida pelo Relatório de Brundtland, comumente referido como Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em que "O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (Vargas, 1991, p.46).

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021)

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece de forma clara os principais objetivos do processo licitatório, buscando garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurar a igualdade de condições entre os participantes, coibir práticas como o sobrepreço e o superfaturamento, além de fomentar a inovação e o desenvolvimento sustentável. Destaca-se, ainda, a responsabilidade da alta administração na governança das contratações, devendo implementar mecanismos de gestão de riscos e controles internos, assegurando maior eficiência, integridade e transparência em todas as etapas do procedimento licitatório (Brasil, 2021, art. 11º, I, II, III, IV).

À vista disso, é necessário compreender o que se entende por licitação, de acordo com Meirelles (2015), a licitação pode ser entendida como um processo administrativo por meio do qual a Administração Pública escolhe a proposta que melhor atende aos seus interesses, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também objetivos como a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das cadeias produtivas de bens e serviços.

Ainda assim, como menciona Carvalho Filho (2013), a licitação possui natureza jurídica de um procedimento administrativo, pois consiste em um conjunto sistematizado de atos e ações realizadas pela Administração Pública, que antecedem e fundamentam uma decisão administrativa. É importante destacar que esse procedimento é sempre de caráter vinculado, ou seja, uma vez estabelecidas as suas regras, o gestor público está obrigado a cumpri-las de forma rigorosa.

LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS, DESAFIOS E BENEFICÍOS

A licitação sustentável, conhecida também como compra verde, ecoaquisição ou licitação positiva, refere-se ao procedimento administrativo pelo qual órgãos públicos solicitam propostas de empresas para a aquisição de produtos, contratação de serviços ou realização de obras. Nesse processo, é fundamental que o edital contemple critérios ambientais, sociais e econômicos, permitindo que a Administração selecione a opção que ofereça maior benefício, ao mesmo tempo em que contribua para o desenvolvimento sustentável do país (Cesconeto; Henkes; Rossato, 2018).

De acordo com Uyarra et al. (2014), os contratos públicos têm ganhado reconhecimento crescente como ferramentas estratégicas para fomentar a inovação. No entanto, diversos desafios ainda limitam a capacidade da administração pública de atuar de maneira estratégica e informada na realização dessas aquisições.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade (2010, p. 155), "os principais obstáculos estão relacionados à falta de conhecimento, à ausência de vontade política e à carência de incentivos que promovam a mudança de comportamento".

Para Sánchez-Carreira et al. (2019), as principais barreiras podem ser organizadas em três categorias. A primeira diz respeito ao desconhecimento dessa ferramenta, o que dificulta a identificação das oportunidades que ela oferece. A segunda está relacionada às características do setor público enquanto comprador, incluindo a falta de experiência, a necessidade de capacitação e as dificuldades na interação entre órgãos públicos e fornecedores. Por fim, a terceira categoria envolve os aspectos técnicos de um processo complexo, que demanda altos custos e tempo considerável.

De acordo com Paes, Zucoloto, Rosa e Costa (2019), alguns produtos sustentáveis podem apresentar um custo inicial mais alto, devido à incorporação de novas tecnologias, materiais diferenciados ou ao design inovador. Isso representa um obstáculo à inserção desses produtos no mercado e, na ausência de incentivos, sua permanência pode ser comprometida, porém importante destacar que com o aumento da demanda, a produção tende a crescer, promovendo a redução dos custos.

As compras públicas sustentáveis auxiliam os gestores públicos a reduzir os impactos causados pelos resíduos, conforme exigido por diversas leis nacionais ou pelas normas locais de cada município. Além disso, essas práticas funcionam como um instrumento de incentivo à incorporação de critérios ambientais em todas as etapas de produção, estimulando produtores e indústrias a desenvolver soluções inovadoras que integrem não apenas aspectos ambientais, mas também o respeito aos direitos trabalhistas em seus produtos e processos (Iclei & Mpog, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, constatou-se que as licitações sustentáveis representam muito mais do que um simples procedimento legal. Elas se apresentam como um mecanismo de transformação

capaz de influenciar o comportamento da Administração Pública e também do setor privado, incentivando práticas mais conscientes e menos danosas ao meio ambiente.

Embora haja avanços, a pesquisa também revelou que a implementação prática das licitações sustentáveis enfrenta alguns obstáculos. Entre eles, destacam-se a falta de preparo técnico de alguns agentes públicos, a ausência de capacitação específica sobre sustentabilidade e a percepção equivocada de que práticas sustentáveis geram custos maiores.

Por fim, conclui-se que as licitações sustentáveis representam um passo importante para consolidar um modelo de gestão pública mais consciente, ética e comprometida com o futuro. Ao adotar critérios ambientais e sociais nas contratações, o Estado não apenas cumpre seu dever constitucional de promover o desenvolvimento sustentável, mas também se coloca como exemplo de responsabilidade e transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Educação ambiental:** princípios, história e formação de professores. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

CESCONETO, Carla Caroline; HENKES, Jairo Afonso; ROSSATO, Ivete de Fátima. **Licitações públicas sustentáveis:** um estudo de caso de uma prefeitura municipal do Estado de Santa Catarina. R. Gest. Sust. Ambient., Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 695–721, jul./set. 2018. DOI: 10.19177/rgsa.v7e32018695-721.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ICLEI – GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Guia de compras públicas sustentáveis para a administração federal**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/materiais-de-apoio/biblioteca-digital/guia-de-compras-publicas-sustentaveis-para-a-administracao-federal-iclei_mpog.pdf. Acesso em: 4 out. 2025.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

PAES, Caroline Ornelas; ZUCOLOTO, Izabel Eliani; ROSA, Mauro; COSTA, Lourenço. Práticas, benefícios e obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Gestão Social e Ambiental.** São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21–39, maio/ago. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1798. Acesso em: 4 out. 2025.

SÁNCHEZ-CARREIRA, M. del C.; PEÑATE-VALENTÍN, M. C.; VARELA-VÁZQUEZ, P. **Public procurement of innovation and regional development in peripheral areas.** Innovation: The European Journal of Social Science Research, v. 32, n. 1, p. 119–147, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/13511610.2018.1528142.

UYARRA, E.; EDLER, J.; GARCIA-ESTEVEZ, J.; GEORGHIOU, L.; YEOW, J. **Barriers to innovation through public procurement: A supplier perspective.** *Technovation*, v. 34, n. 10, p. 631–645, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.technovation.2014.04.003

ANÁLISE DO CUSTO MENSAL DA CESTA BÁSICA EM FRAIBURGO: 1° SEMESTRE DE 2025

Categoria: Iniciação Científica

Larissa Padilha de Oliveira[1]
Michael William Cordeiro Nunes[2]
Leandro Hupalo[3]

Resumo – O presente estudo analisa o comportamento do custo da cesta básica no município de Fraiburgo/SC durante o primeiro semestre de 2025, considerando a variação de preços dos principais alimentos e seu impacto no orçamento familiar. A pesquisa, de abordagem quantitativa e natureza aplicada, foi conduzida por meio de levantamento mensal em quatro estabelecimentos locais, contemplando 13 produtos essenciais e seguindo a metodologia do DIEESE. Os dados evidenciaram forte volatilidade nos preços, especialmente em itens como batata, tomate e café, que apresentaram variações expressivas ao longo do semestre. No período analisado, o custo acumulado da cesta registrou aumento de 17,18%, reforçando a pressão da inflação alimentar sobre a renda das famílias e a necessidade de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à estabilidade de preços.

Palavras-chave: Cesta básica, Orçamento familiar, Alimentação, Custo de vida.

INTRODUÇÃO

A nutrição é um direito humano essencial e um dos pilares da saúde e da qualidade de vida. No Brasil, o custo elevado da cesta básica está diretamente relacionado à carga tributária incidente sobre os alimentos, que alcança cerca de 23%, contrastando com a média de 7% praticada em outros países. Essa desigualdade fiscal, somada aos efeitos inflacionários e à elevação do custo de vida no período pós-pandêmico, tem intensificado a vulnerabilidade econômica das famílias (Santos et al., 2023). Além disso, fatores como fenômenos climáticos extremos e tensões geopolíticas internacionais ampliam a volatilidade dos preços e agravam o cenário de insegurança alimentar (Schneider et al., 2020; Silva Júnior et al., 2021).

A análise do custo da cesta básica em Fraiburgo/SC, entre janeiro e junho de 2024, demonstra o forte comprometimento da renda com a alimentação e evidencia a carência de estudos regionais que retratem as dinâmicas locais. Nesse contexto, destaca-se o papel da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), cuja integração entre ensino, pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento local e para a formulação de políticas públicas que assegurem o direito à alimentação adequada, sustentável e economicamente acessível (Paiva et al., 2019).

[1]Aluno(a) do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Aluno(a) do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Professor do Curso de Administração, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quantitativa e natureza aplicada, com objetivos exploratórios. Metodologicamente, enquadra-se em um estudo de levantamento, modalidade amplamente utilizada em pesquisas descritivas e exploratórias, que pode abranger tanto amostras quanto populações inteiras (Fonseca, 2002). A coleta de dados foi realizada mensalmente em quatro estabelecimentos comerciais de Fraiburgo/SC, abrangendo 13 produtos essenciais da cesta básica: açúcar, arroz, banana, batata, café, carne bovina, farinha de trigo, feijão, leite, manteiga, óleo de soja, pão francês e tomate (Paula; Soares; Bonfim, 2011). A escolha dos estabelecimentos considerou critérios de localização e porte, assegurando a representatividade da amostra local.

Os preços foram registrados no último final de semana de cada mês, seguindo o método proposto pelo DIEESE (2009), que permite acompanhar a evolução temporal dos valores e compreender tendências de mercado. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados em planilhas eletrônicas, possibilitando o cálculo de variações percentuais mensais, acumuladas e a estimativa do salário-mínimo necessário para suprir as despesas alimentares de uma família. Os resultados são sistematicamente divulgados por meio de boletins mensais, com o objetivo de informar a população sobre o comportamento dos preços e seus efeitos sobre o custo de vida local.

Essa metodologia permite identificar os itens de maior peso na composição da cesta básica, além de avaliar o impacto do custo total em relação ao salário-mínimo vigente. As informações produzidas têm relevância prática, pois subsidiam políticas públicas de segurança alimentar e estratégias de combate à vulnerabilidade socioeconômica. A combinação entre levantamento sistemático, análise estatística e divulgação periódica alinha-se às boas práticas de estudos sobre preços de alimentos e monitoramento do poder de compra, reforçando a credibilidade e a utilidade social da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do custo da cesta básica em Fraiburgo/SC, no primeiro semestre de 2025, revela oscilações expressivas que refletem tanto a volatilidade dos preços de alimentos essenciais quanto o impacto desses custos sobre o orçamento familiar. Em janeiro, o custo total foi de R$ 591,95, representando queda de 9,31% em relação ao mês anterior e equivalendo a 39,00% do salário-mínimo vigente. Essa redução foi impulsionada por fortes quedas nos preços do tomate (-41,39%) e da batata (-21,12%), o que amenizou o impacto da alta em produtos como manteiga e café.

Em fevereiro, observou-se reajuste de 3,90%, elevando o valor da cesta para R$ 615,02, correspondente a 40,52% do salário-mínimo. Os aumentos mais relevantes ocorreram no café (+21,10%), no leite (+19,93%) e no óleo de soja (+19,48%), refletindo efeitos sazonais e variações nos custos logísticos. Já banana e carne bovina apresentaram retrações (-11,90% e -1,76%), amenizando o impacto geral da alta. Em março, o custo atingiu R$ 648,22, com acréscimo de 5,40% sobre o mês anterior. O tomate foi o principal responsável pela elevação (+49,93%), seguido pela batata (+14,49%) e pelo café (+10,76%). Apesar da alta, itens como arroz (-18,86%)

e manteiga (-4,51%) registraram quedas, evidenciando comportamento heterogêneo entre os produtos. Nesse mês, o gasto com alimentação representou 42,70% do salário-mínimo, com o tomate apresentando variação de até 100,17% entre os supermercados.

Abril manteve a tendência de alta, com a cesta alcançando R$ 683,00, o maior valor do semestre e incremento de 5,37% frente a março. O aumento foi puxado pela batata (+31,44%), manteiga (+18,82%) e leite (+16,62%), enquanto o feijão (-16,96%) e o óleo de soja (-6,18%) ajudaram a conter o avanço. O custo representou 44,99% do salário-mínimo, o que demonstra elevação contínua da pressão sobre a renda familiar. Observa-se também a influência de fatores climáticos sobre a produção de tubérculos e laticínios. Em maio, houve reversão na tendência, com queda de 2,51%, reduzindo o custo para R$ 665,82. As reduções nos preços da batata (-13,90%), do tomate (-7,93%) e do feijão (-7,83%) contribuíram para essa diminuição. Ainda assim, produtos como arroz (+8,84%) e café (+4,39%) mantiveram o custo elevado em relação ao mesmo período do ano anterior. O percentual equivalente ao salário-mínimo foi de 43,86%, sinalizando estabilidade relativa, mas ainda acima dos patamares de 2024.

Por fim, em junho, o custo da cesta voltou a crescer 2,25%, totalizando R$ 680,82, o que corresponde a 44,85% do salário-mínimo vigente. O tomate novamente destacou-se como o item de maior variação mensal (+32,61%), seguido pelo pão francês (+3,93%). Em contrapartida, banana (-17,53%) e arroz (-16,28%) tiveram quedas expressivas, demonstrando forte influência da sazonalidade e das condições de oferta. O salário-mínimo necessário estimado pelo DIEESE seria de R$ 5.719,57, revelando a distância entre o rendimento real e o custo de uma alimentação adequada.

Tabela 1 – Percentual de variação mensal dos itens da cesta básica em Fraiburgo no primeiro semestre de 2025

Produto	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Acumulado
Açúcar	-7,83%	7,13%	2,57%	4,99%	35,31%	-2,87%	39,75%
Arroz	-14,49%	13,49%	-18,86%	-2,52%	31,60%	-16,28%	-15,43%
Banana	-20,00%	-11,90%	5,69%	0,67%	43,01%	-17,53%	-11,56%
Batata	-21,12%	14,06%	14,49%	31,44%	127,09%	-9,11%	179,45%
Café moído	2,40%	21,10%	10,76%	10,50%	3,41%	-12,48%	37,36%
Carne bovina	-3,98%	-1,76%	3,03%	2,84%	20,05%	1,24%	21,48%
Farinha de trigo	-2,26%	0,78%	-1,22%	-4,93%	58,38%	4,77%	53,50%
Feijão preto	-13,95%	2,08%	0,81%	-16,96%	71,35%	-11,56%	11,43%
Leite	-10,08%	19,93%	-3,17%	16,62%	10,44%	3,03%	38,57%
Manteiga	3,42%	4,72%	-4,51%	18,82%	27,30%	-2,10%	53,14%
Óleo de soja	-17,59%	19,48%	-3,75%	-6,18%	40,69%	3,62%	29,62%
Pão francês	1,65%	5,58%	-0,97%	2,94%	27,41%	3,93%	44,87%
Tomate	-41,39%	15,24%	49,93%	6,53%	81,79%	32,61%	160,06%
Total	**-9,31%**	**3,90%**	**5,40%**	**5,37%**	**9,51%**	**2,25%**	**17,18%**

Fonte: os autores (2025).

Conforme a Tabela 1, a variação acumulada dos preços da cesta básica em Fraiburgo, entre janeiro e junho de 2025, revela oscilações expressivas, mais intensas que as observadas no ano anterior. A batata destacou-se como o item de maior alta acumulada no semestre (179,45%), seguida pelo tomate (160,06%) e pelo pão francês (44,87%), produtos que possuem grande representatividade no consumo das famílias. O açúcar (39,75%) e o café moído (37,36%) também apresentaram elevação significativa, reflexo do repasse de custos de produção e transporte. Por outro lado, itens como arroz (-15,43%) e banana (-11,56%) registraram reduções, influenciadas pela sazonalidade e pela oferta agrícola regional. O feijão preto, com leve aumento de 11,43%, manteve relativa estabilidade. Já a farinha de trigo, com variação de 53,50%, evidenciou pressão sobre produtos derivados, como o pão. No total, a cesta básica apresentou um acréscimo acumulado de 17,18%, indicando o crescimento do peso dos alimentos no orçamento familiar e reforçando a importância de políticas públicas que promovam estabilidade de preços e incentivo à produção local como medidas de mitigação da inflação alimentar.

Gráfico 1 – Evolução do custo mensal da cesta básica em Fraiburgo no primeiro semestre de 2025

Fonte: os autores (2025).

De acordo com o Gráfico 1, observa-se que o mês de janeiro registrou o menor custo da cesta básica em Fraiburgo no primeiro semestre de 2025, com valor de R$ 615,02, enquanto o maior valor ocorreu em março, atingindo R$ 683,00. Essa elevação representa um aumento de 11,0% entre o menor e o maior patamar do período, evidenciando significativa volatilidade nos preços dos produtos essenciais. Nota-se também que, após o pico em março, o custo manteve-se em patamar elevado, variando entre R$ 665,82 e R$ 680,82 nos meses seguintes, o que indica uma tendência de estabilização em nível alto. A média semestral da cesta foi de R$ 659,92, com mediana de R$ 665,43, sugerindo distribuição relativamente equilibrada entre os valores mensais. A aplicação do teste de Shapiro-Wilk resultou em valor-p de 0,472, superior ao nível de significância de 0,05. Dessa forma, não se rejeita a hipótese nula de normalidade, indicando que os custos mensais da cesta básica seguem uma distribuição aproximadamente normal, o que reforça a confiabilidade das análises estatísticas e permite comparações entre períodos subsequentes (Mendes; Pala, 2003).

Em suma, a análise do semestre evidencia uma forte volatilidade nos preços dos produtos essenciais, com oscilações que se repetem mensalmente. Esse cenário sugere a necessidade de políticas públicas que possam mitigar os efeitos de sazonalidades e pressões de custo,

especialmente para itens básicos, de forma a reduzir o impacto da inflação alimentar sobre a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do custo da cesta básica em Fraiburgo no primeiro semestre de 2025 demonstrou um aumento acumulado de 17,18%, com destaque para produtos de alta volatilidade, como tomate, batata e café. O estudo confirma que a alimentação continua representando parcela significativa do orçamento familiar e evidencia a influência de fatores sazonais e climáticos sobre os preços. Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte temporal restrito a seis meses e a abrangência municipal, o que impossibilita generalizações mais amplas. Como perspectivas de continuidade, recomenda-se a ampliação do monitoramento para todo o ano e a comparação com municípios vizinhos, a fim de identificar padrões regionais de consumo e custo. Tais análises poderão subsidiar políticas públicas mais eficazes em prol da segurança alimentar e do desenvolvimento local sustentável.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À UNIARP, por financiar a pesquisa através do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) "Edital 19/2024" e à mídia local e regional, por divulgar os boletins mensais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: 24 p., 2009. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

FONSECA, J. J. S. da. Metodologia da pesquisa científica. 2002. **Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem-Informática Educativa.** Universidade Estadual do Ceara, 2002. Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

MENDES, M.; PALA, A. Type I error rate and power of three normality tests. **Pakistan Journal of information and technology**, v. 2, n. 2, p. 135-139, 2003. DOI: 10.3923/itj.2003.135.139

NECKEL, G. B.; MEDEIROS, B. T. de. Análise do custo da cesta básica em Concórdia-SC. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 25, p. 40-56, 2020. DOI: 10.24302/agora.v25i0.2196.

PAIVA, J. B. de et al. A confluência entre o "adequado" e o "saudável": análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00250318, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00250318.

PAULA, A. C. L. de; SOARES, B. M.; BONFIM, M. D. A variação do custo da cesta básica para o consumidor. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: https://revistaic.pesquisaextensaolibertas.com.br/index.php/riclibertas/article/view/4. Acesso em: 29 set. 2024.

SANTANA, A. B. C.; SARTI, F. M. Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 4001-4012, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202510.35192018.

SANTOS, T. A. B. dos et al. Impactos da pandemia na cadeia produtiva da carne bovina brasileira. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 21, n. 11, p. 20411-20426, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n11-099.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio ea alimentação. Estudos avançados, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.34100.011.

SILVA JUNIOR, A. T. da et al. Análise das ações dos estados e Distrito Federal para segurança alimentar e nutricional na pandemia de Covid-19 no Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, p. e7910917827-e7910917827, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.17827.

HÁBITOS DE VIDA, ATIVIDADE FÍSICA E SATISFAÇÃO CORPORAL EM MULHERES QUE BUSCAM PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

Categoria: Pesquisa Científica[1]

Paola da Silva[2]
Thays Rafaelli de Oliveira Carneiro[3]
Emanuel Tonis Florz[4]
Solange De Bortoli Beal[5]
Eliana Rezende Adami[6]
Juliana Aparecida Kunierski Florz[7]

RESUMO - Este estudo descreveu o perfil sociodemográfico, os hábitos de vida e a satisfação corporal de participantes que realizam procedimentos estéticos. O objetivo foi analisar como mulheres adultas conciliam cuidados corporais, estilo de vida e práticas estéticas, observando de que modo essas dimensões se articulam à satisfação pessoal e à saúde global. Foram analisadas 22 respostas de um questionário digital em forma de Google Forms, explorando variáveis de prática de atividade física, IMC e percepção de bem-estar. A amostra apresentou idade média de 29,2 anos (±11,1), sendo 91% do sexo feminino. Observou-se que 77% praticam atividade física regular ou ocasional e que o IMC médio foi de 24,5 (±4,8). A maioria relatou percepção positiva sobre a própria aparência, associando cuidados corporais à manutenção da saúde. A satisfação corporal esteve relacionada a práticas saudáveis, reforçando que a busca pela estética ultrapassa o campo físico, envolvendo dimensões de bem-estar, saúde mental e autocuidado. Concluiu-se que a estética atua como um importante componente de autoestima e promoção da saúde global. Essa abordagem está alinhada à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Palavras-chave: estilo de vida; corpo; satisfação corporal; atividade física; estética.

INTRODUÇÃO

O corpo humano deixou de ser apenas um elemento biológico para tornar-se espaço de expressão subjetiva e identidade social. A estética, nesse contexto, aparece como linguagem e prática de cuidado, relacionando-se diretamente com hábitos de vida e saúde mental. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), a saúde deve ser compreendida como estado de completo bem-estar físico, mental e social, não se limitando à ausência de doenças. Essa

[1] Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Curso de Tecnologia em Estética e Cosmetologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3]Curso de Tecnologia em Estética e Cosmetologia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[4]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[5]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[6]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[7]Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

concepção amplia o campo da estética, inserindo-a na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, observa-se um crescimento constante na demanda por procedimentos estéticos minimamente invasivos, reflexo de uma sociedade que valoriza a aparência como capital simbólico. Entretanto, o desafio ético e profissional está em reconhecer os limites entre autocuidado e pressão estética. Conforme Campos e Rodrigues Neto (2008), hábitos saudáveis e percepção positiva do corpo são indicadores importantes de bem-estar e equilíbrio psicossocial.

Nesse contexto, a ética profissional se torna indiscutível na atuação do esteticista, pois é ela que vai garantir que o cuidado com a aparência não ultrapasse os princípios de respeito, e que o profissional garanta que o procedimento seja benéfico para o cliente, não somente em relação à estética, mas também na segurança, consentimento e no bem-estar do cliente, conforme estabelece o Código de Ética dos Profissionais da Estética (Sindestética, 2020).

A ética é um desafio constante para os profissionais, principalmente, na área da estética, pois em um mundo totalmente tecnológico, muitos clientes são influenciados pelas mídias socias, buscando procedimentos estéticos para se tornar um padrão de beleza imposto pela sociedade, o que muitas vezes, podem ser procedimentos inadequados para a sua individualidade. Além disso, Deslandes (2019) afirma que a ética está relacionada à humanização do cuidado, no qual o profissional precisa equilibrar aspectos técnicos de conhecimento e emocionais nos seus atendimentos. Um olhar humanizado contribui para a conexão do paciente e respeita a ética.

A conciliação entre cuidados corporais, estilo de vida e práticas estéticas por mulheres adultas é um processo complexo e multifacetado, que influencia diretamente a satisfação pessoal e a saúde global. Essa articulação depende de um equilíbrio delicado entre a busca por um bem-estar físico e mental genuíno e a pressão por seguir padrões de beleza muitas vezes inatingíveis (Escobar et al.,2022).

Este estudo objetivou analisar como mulheres adultas conciliam cuidados corporais, estilo de vida e práticas estéticas, observando de que modo essas dimensões se articulam à satisfação pessoal e à saúde global. Essa abordagem está alinhada à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar (ONU, 2025).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e de abordagem quantitativa e qualitativa, associada à pesquisa bibliográfica desenvolvida na sua contextualização teórica em diversas fontes de pesquisa, como livros acadêmicos, artigos científicos e publicações disponíveis nas bases de dados eletrônicas como SciELO, PubMed, LILACS, BVS e Google Acadêmico. Obteve-se 22 participantes maiores de 18 anos, que responderam voluntariamente ao questionário digital, compondo a amostra do estudo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online em forma de Google Forms, composto por 31 itens que abordaram perfil sociodemográfico, prática de atividade física, alimentação, sono, uso de substâncias e percepção de imagem corporal.

A análise quantitativa envolveu estatística descritiva (médias, frequências e desvio-padrão), enquanto as respostas abertas foram examinadas por análise temática de conteúdo, buscando compreender sentidos atribuídos ao corpo e à estética. A pesquisa respeitou princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo anonimato e confidencialidade.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNIARP (parecer nº 7.539.912, CAAE: 88023725.0.0000.0259).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média de idade foi de 29,2 anos (±11,1), com faixa entre 18 e 54 anos, predominando o sexo feminino (91%). O IMC médio foi de 24,5 (±4,8), considerado normal. Em relação à prática de atividade física, 77% das participantes relataram engajamento regular ou ocasional, e 23% afirmaram não praticar exercícios. O equilíbrio entre solteiras e casadas (45% cada) e o predomínio de ensino médio e superior incompletos evidenciam um grupo heterogêneo em experiências e motivações.

As respostas abertas revelaram que as participantes veem os procedimentos estéticos como complemento do autocuidado. Termos como "melhorar a pele", "sentir-se bem", "aumentar a confiança" e "cuidar de mim" foram recorrentes. Essa associação entre estética e saúde confirma a tendência apontada por Ferreira et al. (2016), que identificaram a estética como promotora de bem-estar físico e emocional.

Além disso, observou-se que a prática de atividade física está correlacionada à satisfação corporal. Mulheres que praticavam exercícios regularmente demonstraram maior autoestima e percepção positiva da aparência. Moura et al. (2010) já haviam indicado que o estilo de vida ativo contribui para o equilíbrio físico e emocional. Da mesma forma, Vecchia et al. (2005) enfatizam que qualidade de vida é um conceito subjetivo, construído na interação entre corpo e contexto social.

Entretanto, parte das participantes destacou a influência das redes sociais e dos padrões de beleza midiáticos, reconhecendo tanto inspiração quanto pressão. Esse duplo efeito motivacional e comparativo sugere que o bem-estar estético é mediado por valores culturais. Sob a ótica bioética, torna-se necessário um cuidado reflexivo que valorize a singularidade e evite padronizações.

A literatura contemporânea, como assinala Goldenberg (2021), demonstra que o corpo feminino brasileiro é historicamente objeto de expectativas sociais, mas também de resistência e autonomia. A valorização da aparência, quando orientada por práticas saudáveis e escolhas conscientes, pode se tornar instrumento de empoderamento, e não de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que a satisfação corporal não decorre exclusivamente de intervenções estéticas, mas da integração entre hábitos saudáveis, autocuidado e percepção emocional. A estética, quando compreendida como parte da saúde, contribui para a promoção do bem-estar e o fortalecimento da autoestima. Contudo, é imprescindível que os profissionais

atuem de forma ética, incentivando práticas que respeitem a diversidade corporal e combatam padrões inatingíveis de beleza.

Os resultados das buscas bibliográficas mostraram que a valorização da aparência e dos cuidados estéticos está intimamente ligada à busca por equilíbrio entre corpo, mente e saúde. O estudo evidencia que a estética, quando associada a hábitos de vida saudáveis, contribui para o bem-estar e a autoestima, refletindo uma visão ampliada de saúde, conforme proposta pela Organização Mundial da Saúde. Assim, compreender as motivações e percepções das mulheres em relação ao próprio corpo permite ampliar o olhar sobre a promoção da saúde e reforça a importância de práticas que integrem autocuidado, qualidade de vida e equilíbrio emocional.

O estudo reforça a importância de abordagens interdisciplinares, unindo estética, psicologia, educação física e nutrição, na construção de estratégias de promoção da saúde.

Sugere-se ampliar futuras pesquisas com amostras maiores e instrumentos padronizados, para avaliar a relação entre práticas estéticas e indicadores psicossociais de bem-estar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no âmbito do Edital N° 18/2024 – Programa FAPESC de Fomento à Pós-Graduação em Instituições de Educação Superior do Estado de Santa Catarina, Bolsas de Mestrado Acadêmico e Profissional.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. O.; Rodrigues Neto, J. F. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 32, n. 2, p. 232–240, 2008.Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1438. Acesso em 29 out. 2025

DESLANDES, S.F., comp. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas [online]. Rio de Janeiro: Revista Fiocruz, 2006. 414 p, 2006. Disponível em: https://books.scielo.org/id/sq6d8/pdf/deslandes-9788575413296.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

ESCOBAR, Maria, *et al*. Universidade Federal Fluminense Instituto de Psicologia Curso de Graduaçao em Psicologia: Como os Padrões de Beleza Afetam na Autoestima da Mulher Segundo a Influência da Mídia. 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28714/TCC%20finalizado%20Maria%20Eduarda%20Escobar%20fc.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 30 out. 2025.

FERREIRA, J. B. *et al.* Qualidade de vida, imagem corporal e satisfação nos tratamentos estéticos. Revista Pesquisa em Fisioterapia, v. 6, n. 4, p. 402–410, 2016. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1080. Acesso em: 30 out. 2025.

GOLDENBERG, M. Corpo, envelhecimento e felicidade: novas fronteiras da estética. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/cpa/a/SddhJVmFvn4g9XvSTWW38ZQ/?format=html&lang=pt. Acesso em: 29 out. 2025.

MOURA, R. M. F. *et al*. Correlação entre classificação clínica CEAP e qualidade de vida na doença venosa crônica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 14, n. 2, p. 99–105, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/vkhX6SLqbb9sxKnRHzmYJXz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 out. 2025.

ONU – Organizações das Nações Unidas - "**17 ODS Da ONU** – FEBRACE." *Febrace.org.br*, 2015, febrace.org.br/inspire-se/17-ods-da-onu/. Acesso em 12 out.. 2025

SINDESTÉTICA. Código de Ética dos Profissionais de Estética e Cosmetologia. Brasília, DF: **Sindicato Nacional dos Profissionais da Estética e Cosmetologia**, 2020. Disponível em: https://sindestetica.org.br/wp-content/uploads/2021/09Codigo-de-etica-dos-profissionais-de-estetica-e-cosmetologia-Aprovado.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

VECCHIA, R. D.; Ruiz, T.; Bocchi, S. C. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 3, p. 246–252, 2005. Disponível em |: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/xGcx8yBzXkJyWxv3cWwXGdw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 out. 205.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA GARANTIDA PELO REFÚGIO

Categoria: Iniciação Científica

Evandro Schweitzer[1]
Jociane Machiavelli[2]

Resumo – A presente pesquisa tem como objetivo principal a análise de como o princípio da dignidade da pessoa humana é efetivado por meio do instituto jurídico do refúgio, especialmente no contexto brasileiro. A pesquisa parte da premissa de que a dignidade constitui fundamento central do Estado Democrático de Direito e demanda do Estado uma atuação positiva na proteção dos direitos humanos, sobretudo em situações de vulnerabilidade, como no caso dos refugiados. Utilizando-se do método dedutivo e com base em revisão bibliográfica e documental, o estudo aborda o arcabouço normativo nacional, com destaque para a Lei nº 9.474/97, bem como os marcos internacionais como a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967. Constata-se que, apesar de avanços legais e institucionais, como a atuação do CONARE, do ACNUR e de organizações da sociedade civil, ainda persistem entraves significativos à plena integração dos refugiados, como a morosidade processual, a exclusão social, a barreira linguística e a escassez de políticas públicas efetivas. Conclui-se que garantir a dignidade do refugiado implica não apenas em reconhecimento jurídico, mas em políticas concretas que promovam sua inclusão social, econômica e cultural, respeitando os valores constitucionais e os tratados internacionais de direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; violação de direitos; refugiados; perseguição.

INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana constitui-se de fato em um núcleo axiológico e normativo no ordenamento jurídico brasileiro, pois, apresenta-se como um alicerce sobre o qual repousam todos os direitos e garantias fundamentais. Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana foi alçado como um fundamento da República do Brasil, conforme se observa no artigo 1º, inciso III, da referida carta, nesse sentido, confere um status de valor supremo no que diz respeito ao Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988). A concepção de dignidade humana, embora sua difícil definição, é compreendida como o reconhecimento de que toda pessoa possui um valor que independe de sua nacionalidade, condição econômica, crenças, etnias ou quaisquer outras circunstâncias. Trata-se de um valor universal, inerente à condição humana, que impõe ao Estado e à sociedade o dever de respeitar e promover as condições mínimas para uma existência digna (Barroso, 2013, p. 100).

[1] Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Professora do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

A doutrina constitucional contemporânea entende que a dignidade da pessoa humana exige do Estado não apenas uma postura de abstenção (não violar), mas de atuação positiva (proteger e promover). Isso significa que os entes estatais devem adotar medidas concretas que assegurem às pessoas as condições materiais e imateriais para o desenvolvimento pleno de sua existência. Nesse sentido, a dignidade deve ser garantida por meio de políticas públicas, proteção contra discriminações e acesso efetivo a direitos sociais como saúde, educação, moradia e trabalho. Sendo assim, para superar as críticas apresentadas a esse nobre conceito, a doutrina buscou desenvolver três funções, sendo elas a eficácia interpretativa que busca o real sentido e alcance da norma jurídica a partir do conceito da dignidade da pessoa humana, e/ou adaptando a norma sob o prisma da da norma mais favorável ao indivíduo (pro homine); a eficácia negativa, busca analisar a eficácia das normas por meio do controle de constitucionalidade ou do controle de convencionalidade; e por fim, pela eficácia direta "possibilita ao princípio atuar como se regra fosse, por meio do reconhecimento da proteção suficiente ao núcleo de certos direitos fundamentais" (Legale, 2017, p. 179).

Por fim, saindo do plano teórico e adentrando na prática, cabe destacar que, no contexto migratório vinculado aos refugiados sempre será marcada por graves violações aos direitos humanos, uma vez que os refugiados serão submetidos a situações degradantes, sobretudo pelo preconceito, discriminação, isolamento e exclusão social. Cabe destacar ainda, as situações além das físicas mas especialmente as emocionais, das quais são decorrentes da mudança repentina de rotina e de convívio, como por exemplo, transtorno de ansiedade, depressão e principalmente o transtorno de estresse pós-traumático. Portanto, é conhecido que, essas pessoas diante da necessidade de tratamento e desenvolvimento e saúde mental que não forem atendidas em médio a longo prazo, irão prejudicar e muito a adaptação e a integração social no novo país em que se encontrem (Chierici, 2025).

METODOLOGIA

Na presente pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográficas, exploratórias e documentais (Gil, 2007), que somada a leitura das leis, doutrinas, jurisprudências e sobretudo os artigos já publicados sobre o tema e relatórios institucionais e documentos oficiais produzidos por órgãos como o ACNUR, o CONARE, a OIM, a ONU, entre outros (Marconi e Lakatos, 2011), auxiliam de forma a aprofundar conteúdo disposto nesta pesquisa e, além de assessorar dando maiores informações e suportes ao tema ora em discussão. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2007), é um procedimento indispensável quando se busca aprofundar teorias, conceitos e contribuições de diferentes autores sobre um determinado fenômeno, especialmente em estudos jurídicos e sociais.

Denota-se que, o método de pesquisa a ser utilizado nesta pesquisa é o dedutivo, uma vez que a base principal da sua elaboração está no estudo de como a dignidade da pessoa humana está vinculada e atrelada aos refugiados e como se dá a promoção dos direitos a esses indivíduos. O método dedutivo é o mais apropriado quando se busca aplicar normas universais a contextos particulares, permitindo a extração de conclusões coerentes com os fundamentos teóricos previamente estabelecidos (Michel, 2009). Sendo assim, ao utilizar esse princípio dedutivo no âmbito da pesquisa, mostra-se que a que traz à tona verdades através de suas

extrações de outras verdades presentes no mundo que vivemos, o que fica ao contrário da indução, onde "são processos que se complementam" (Cervo; Bervian, 1983, p. 35 e 40).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange aos programas desenvolvidos de iniciativa brasileira, observa-se que com o apoio da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e das entidades sociais, foi desenvolvido o projeto "Brasil Acolhedor" e "Interiorização de Refugiados e Migrantes", os quais, buscam fomentar a permanência dos refugiados no Brasil, oferecendo cursos e promovendo incentivos às empresas para a inserção dos refugiados no mercado de trabalho brasileiro (ACNUR, 2022). Nesse sentido, no Brasil, por influência da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), mostra-se a atuação em cooperação entre o governo federal, os estados e municípios, ou seja, com todos os entes federados do Brasil, com o fomento de práticas de solidariedade, fortalecimento de políticas públicas e espaços de inserção dos refugiados para debates (ACNUR, 2022).

Segundo o site da ACNUR - BRASIL (s.d):

> O ACNUR entende que a proteção e a integração dessas populações é uma responsabilidade compartilhada entre diferentes atores públicos, privados, organizações não-governamentais, academia e instituições e agentes internacionais, e que apenas estratégias conjuntas e sinérgicas entre eles podem promover respostas integrais às necessidades da população refugiada.

Além do mais, denota-se que a própria ACNUR além de proteger os refugiados, busca responder de forma eficaz as situações de emergências, proteger os direitos dos refugiados ainda quando estão em deslocamento para novos países ou até mesmo para o retorno ao seu país de origem quando a situação desse já esteja melhor e sobretudo, busca-se também o desenvolvimento de soluções a longo prazo, conforme já supracitado, trabalhar com as comunidades/sociedades para o desenvolvimento de políticas públicas (ACNUR, 2022).

Dentre as organizações não governamentais que atuam de forma expressiva no acolhimento e na promoção dos direitos dos refugiados no Brasil, destaca-se a Cáritas Brasileira, entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que possui uma longa trajetória no campo dos direitos humanos e da assistência humanitária. Desde a década de 1970, a Cáritas desenvolve ações voltadas à proteção de migrantes e refugiados, oferecendo apoio jurídico, psicossocial, educacional e humanitário em diversas regiões do país. A atuação da entidade tem se mostrado fundamental principalmente nos primeiros momentos após a chegada dessas pessoas ao território nacional, garantindo condições mínimas de acolhida, segurança e orientação para o início do processo de integração (Cáritas Brasileira, [s.d]).

Além do acolhimento emergencial, a Cáritas também promove programas de capacitação profissional, cursos de língua portuguesa, inserção no mercado de trabalho e mediação para acesso a serviços públicos, como saúde, educação e moradia. Com unidades em diferentes estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná e Roraima, a entidade atua em parceria com o ACNUR e com o poder público, oferecendo suporte técnico e operacional a políticas públicas voltadas à população refugiada. Tais iniciativas não apenas minimizam os

impactos imediatos do deslocamento forçado, como também contribuem para o fortalecimento da autonomia e da dignidade dos sujeitos acolhidos (Cáritas Brasileira, [s.d]).

Diante do exposto, é possível afirmar que a atuação da sociedade civil organizada, exemplificada pela Cáritas Brasileira, representa um componente essencial na efetivação dos direitos dos refugiados no Brasil, muitas vezes suprindo omissões ou deficiências do poder público. Observa-se que, embora o Brasil disponha de marcos legais importantes, como a Lei nº 9.474/97, a concretização da dignidade da pessoa humana no contexto do refúgio depende de um esforço multissetorial e interinstitucional. Assim, as práticas de acolhimento, capacitação e integração desenvolvidas por organizações como a Cáritas contribuem significativamente para a construção de um modelo mais humanitário e eficaz de recepção e inclusão dos refugiados, reforçando o compromisso com os valores constitucionais e com os direitos humanos universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a presente pesquisa evidenciou que a proteção jurídica conferida ao refugiado está intrinsecamente ligada à promoção da dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado Democrático de Direito. Ao se debruçar sobre a legislação nacional, especialmente a Lei nº 9.474/97, bem como sobre os tratados internacionais que integram o ordenamento jurídico brasileiro, constatou-se que há uma estrutura normativa sólida voltada à salvaguarda dos direitos fundamentais dos indivíduos que, por circunstâncias extremas como guerras, perseguições e violações massivas de direitos humanos, se veem obrigados a abandonar seus países.

Contudo, conforme verificado ao longo do estudo, persiste um descompasso entre os preceitos legais e a sua concretude no plano fático. A morosidade nos procedimentos de análise dos pedidos de refúgio, a carência de políticas públicas integradas e contínuas, a limitação de recursos institucionais, a barreira linguística, a discriminação velada ou explícita, bem como a exclusão social e econômica enfrentada pelos refugiados, tornam evidente a fragilidade da proteção que deveria ser plena. Ainda que existam avanços relevantes, sobretudo na atuação de organismos como o CONARE e o ACNUR, bem como na mobilização de organizações não governamentais e religiosas, muitas dessas ações acabam por preencher lacunas deixadas pelo próprio Estado, que se vê, por vezes, ausente ou insuficiente frente às necessidades reais dessa população vulnerável.

Nesse cenário, a dignidade da pessoa humana, é mais do que um ideal normativo, ela deve ser compreendida como imperativo ético e jurídico que impõe ao Estado e à sociedade o dever de garantir condições concretas para uma vida digna. Isso implica não apenas o acolhimento formal dos refugiados, mas, sobretudo, a criação de mecanismos efetivos de inclusão social, econômica, cultural e educacional, de forma que esses indivíduos possam exercer plenamente sua cidadania no país de acolhida. A dignidade só é verdadeiramente resguardada quando há acesso igualitário a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, trabalho e segurança, bem como o reconhecimento do refugiado como sujeito de direitos, dotado de valor intrínseco e merecedor de respeito, independentemente de sua origem ou nacionalidade.

Conclui-se, portanto, que a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, no contexto do refúgio, exige mais do que normas e tratados ratificados: requer vontade política,

investimento institucional e o comprometimento de todos os atores sociais na construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural. A dignidade do refugiado será plenamente reconhecida apenas quando ele deixar de ser visto como um problema a ser gerido e passar a ser compreendido como um ser humano a ser acolhido, respeitado e incluído.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores externam seus agradecimentos ao Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), pois seus apoios são fundamentais para fomento da iniciação científica, e se fizeram imprescindíveis para a realização do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Relatório Global 2022. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/. Acesso em: 21 jun. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil**. Rio de Janeiro: MPRJ, 2013. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2592408/Luis_Roberto_Barroso.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

CÁRITAS BRASILEIRA. Migração, refúgio e apátridas. Brasília: Cáritas Brasileira, s.d. Disponível em: https://caritas.org.br/area-de-atuacao/6. Acesso em: 26 jun. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CHIERICI, D. K.; HAMDAN, A. C.. Adaptação transcultural do instrumento Refugee Health Screener - 15 para o português brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 5, p. e13702023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/6myjkzVZgNRQ3WPjSxTCykq/?lang=pt. Acesso em: 24 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEGALE, Siddharta; VAL, Eduardo Manuel.A dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 2, n. 2, p. 165–184, jul./dez. 2017. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/download/117/41/299. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COTAS DE GÊNERO E A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO IMPACTO DA LEI N. 9.504, 30 DE SETEMBRO DE 1997 NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS ENTRE 2000 E 2024

Categoria: Iniciação Científica

Bethania Santos Vieira Rohling[1]
Gustavo Marcondes[2]

Resumo – O presente estudo analisou a evolução da representatividade feminina na política municipal brasileira entre 2000 e 2024, com ênfase na efetividade das cotas de gênero estabelecidas pela Lei nº 9.504/1997.A metodologia utilizada foi descritiva, de natureza aplicada e abordagem quantitativa, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, analisados por meio dos testes de Cochran-Armitage para tendência linear, correlação de Spearman e qui-quadrado de homogeneidade. Os resultados indicam crescimento expressivo da participação feminina nas candidaturas a vereadora, que passou de 14,79% em 2000 para 42,01% em 2024, e das eleitas, de 11,50% para 26,59%, ambas tendências estatisticamente significativas, mas com desigualdades regionais importantes. Verificou-se correlação entre o aumento de candidatas e o de eleitas, demonstrando que as cotas de gênero têm ampliado a visibilidade e a participação feminina, mas a efetiva ocupação dos espaços de poder depende de mudanças estruturais, culturais e financeiras no sistema político, mostrando que a igualdade formal ainda não se converteu em paridade real. Dessa forma, observa-se que as políticas afirmativas são instrumentos essenciais, mas insuficientes para a consolidação da representatividade feminina na política brasileira.

Palavras-chave: Representatividade Feminina; Cotas de gênero; Eleições municipais; Democracia; Política.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagra a igualdade de direitos como um princípio fundamental da República Federativa do Brasil, estabelecendo em seu artigo 5º, inciso I, que "[...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (Brasil, 1988). No entanto, embora a Constituição estabeleça a igualdade formal entre homens e mulheres, a prática política no Brasil sempre refletiu uma sub-representação significativa das mulheres.

O direito à igualdade de participação no processo eleitoral e político não foi, por si só, suficiente para garantir a efetiva representatividade das mulheres. Nesse sentido, o sistema político brasileiro, em grande parte dominado por uma estrutura patriarcal, exigiu a criação de

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

mecanismos legais para promover uma maior inclusão de mulheres nas eleições, aliado a um movimento de empoderamento feminino e da articulação em torno do acesso ao poder (Grossi e Miguel, 2001).

Com o advento da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, ampliam-se as possibilidades da presença feminina na política

A Lei nº 9.504/1997 foi um marco na história das políticas públicas brasileiras, ao estabelecer em seu artigo 10, § 3º limites mínimos (30%) e máximos (70%) para cada sexo, no número de vagas aos cargos eletivos (Brasil, 1997). Esta legislação surge como resposta à sub-representação feminina na política, reconhecendo a necessidade de garantir um espaço para as mulheres no processo eleitoral, em um país onde as desigualdades de gênero sempre estiveram presentes nas esferas de poder.

Noutro giro, a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, ampliou as cotas de gênero, alterando as regras sobre a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas e exigindo dos partidos políticos que também haja um percentual de 30% de recursos do fundo eleitoral destinados às campanhas femininas.

Essa lei visou resolver algumas limitações surgidas com a Lei nº 9.507/1997, como a desigualdade no financiamento de campanhas e no uso dos recursos pelos partidos. A emenda reforça a importância da paridade não apenas nas candidaturas, mas também no acesso ao financiamento público, um dos maiores obstáculos para as mulheres nas eleições, a fim de garantir um maior equilíbrio nas condições de competição nas eleições.

No caso das cotas eleitorais por sexo, essa ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. São medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços, além de assegurar maior igualdade entre homens e mulheres (Grossi e Miguel, 2001).

Diante dessas alterações no panorama eleitoral, este estudo tem como objetivo analisar o impacto da obrigatoriedade das cotas de gênero na representatividade feminina nas eleições proporcionais municipais entre 2000 e 2024, identificado as taxas de candidatas femininas e vereadoras eleitas no período.

METODOLOGIA

O presente estudo utilizou metodologia descritiva, de natureza aplicada e com abordagem quantitativa, através de análise de série histórica. Os dados das eleições a vereador, referentes ao período de 2000 a 2024, foram coletados junto às bases de dados disponíveis nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A avaliação estatística valeu-se dos testes de Cochran–Armitage,correlação de Spearman qui-quadrado. Os dados foram compilados e analisados, através do software Microsoft Excel 2019. Os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos, correlacionando-os com a evolução das candidaturas por gênero, taxa de eleitos por gênero e comparação geral de candidaturas por região. Tratando-se apenas da utilização de dados públicos, esse trabalho não necessitou aprovação por parte do Comitê de Ética.

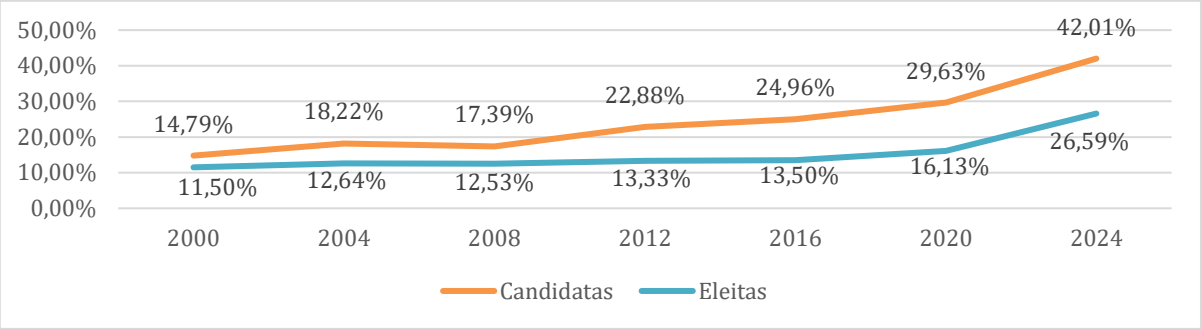
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo analisou, 974.980 candidaturas ao poder legislativo municipal, no período de 2000 a 2024, em todos os estados das cinco regiões do Brasil.

Em relação às candidaturas a vereador, observa-se uma evolução crescente da participação feminina no período estudado, da ordem de 14,79% nas eleições de 2000, percentual que chega a 42,01% em 2024, representando um incremento 184,04% nas últimas duas décadas. Essa tendência pode ser observada através do gráfico 1, que mostra avanços graduais na inclusão e representatividade política das mulheres, cuja participação se aproxima da paridade de gênero. A validação estatística pelo teste de Cochran-Armitage demonstra que essa tendência crescente na participação feminina é estatisticamente significativa (Z=194,38 e valor-p<0,0001).

Em contrapartida, o aumento de representação nas eleições somente se consolida como ganho de poder político através da efetiva eleição das candidatas. Ao avaliar o percentual de vereadoras eleitas no período, a pesquisa revelou que houve um salto de 11,50% em 2000, para 26,59% em 2024, um incremento de 131,21%, conforme indicado no Gráfico 1, tendência estatisticamente significantemente, conforme o teste de tendência linear (Z=70,13 e valor-p<0,0001).

Gráfico 1 – Comparativo entre candidatas e eleitas nas eleições para vereador, entre 2000 e 2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao comparar a tendência das linhas de candidatas e eleitas, o Gráfico 1 sugere uma correlação positiva, a qual foi validada pelo teste de correlação de Spearman, (ρ=1.0 e valor-p=0,0000), confirmando que o aumento no percentual de candidatas é diretamente proporcional ao percentual de eleitas ao longo dos anos.

A convergência progressiva rumo à paridade observada nesta pesquisa pode estar associada às políticas afirmativas e à fiscalização do TSE, especialmente após 2018, quando houve a regulamentação de que 30% do fundo eleitoral e do tempo de propaganda fossem destinados às mulheres através da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Apesar do aumento gradual da representatividade feminina, tanto na corrida eleitoral, como na efetiva conversão de candidaturas em vereadoras eleitas, ainda há um grande abismo no que tange à paridade de gênero nas Câmaras de Vereadores.

Em 2024, as mulheres representaram 42,01% das candidaturas, mas apenas 26,59% das eleitas o que evidencia uma sub-representação persistente, mesmo após duas décadas de cotas e incentivos legais.

Esse fenômeno confirma achados de outros estudos, que afirmam que a ampliação das candidaturas nem sempre resulta em aumento proporcional de eleitas, revelando a persistência de desigualdades estruturais e o controle partidário sobre os recursos (Sacchet, 2012).

Analisando essa disparidade histórica, embora haja uma correlação positiva entre o aumento de candidatas e o aumento de vereadoras eleitas, as mulheres ainda não conseguem se eleger na mesma proporção que os homens, visto que a proporção de mulheres eleitas (1:2,76) é exatamente a metade da proporção de candidatas mulheres (1:1,38).

Isso confirma a percepção de alguns estudos que referem um fenômeno de "cotas simbólicas", em que partidos registram mulheres apenas para cumprir a exigência legal, sem oferecer condições reais de disputa (Sacchet, 2012).

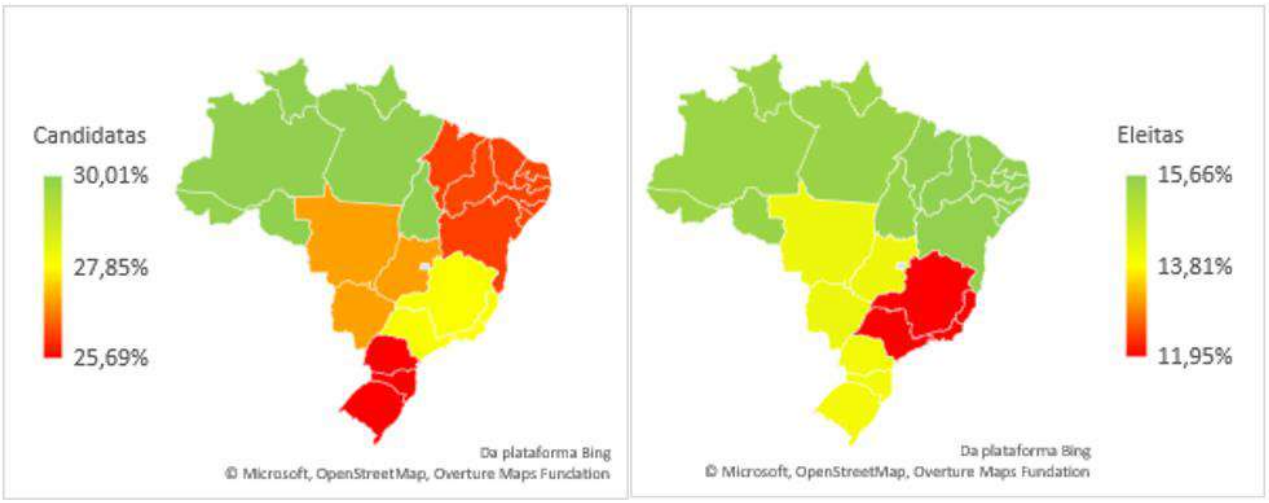
Os dados coletados permitiram igualmente avaliar se há diferenças geográficas no comportamento eleitoral estudados, cujos números foram avaliados através do teste qui-quadrado de homogeneidade. Após análises individualizadas por ano, a compilação dos resultados, mostrou que a diferença regional é estatisticamente significativa em todos os casos ($p < 0,001$). Ou seja, as proporções de candidatas mulheres variam entre as regiões ao longo de todo o período.

Essa dicotomia regional referente às candidaturas femininas revela que as regiões Norte e Sudeste apresentam maior representação feminina na disputa eleitoral, enquanto o Sul figura de forma oposta sistematicamente.

A mesma metodologia analisou a conversão de candidaturas em vereadores eleitas.

O Gráfico 2 a seguir ilustra as observações em relação às diferenças regionais, tanto relativas às candidaturas, como às vereadoras eleitas.

Gráfico 2 – Comparativo Candidatas x Eleitas, na eleição de vereadoras, por região entre 2000 e 2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O mapa coroplético evidencia que a região Norte ostenta a melhor representatividade feminina tanto antes quanto após o pleito. Já a região Sul, que se situa na pior faixa em relação às candidaturas, mostra melhora substancial quanto se trata de mulheres eleitas. Em contrapartida, o inverso ocorre com na região Sudeste, e em menor grau, na região Nordeste, as quais tem boas taxas de candidaturas, mas que não se convertem efetivamente em cadeiras legislativas para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a evolução da representatividade feminina nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2024, com foco nos cargos legislativos e na influência da Lei nº 9.504/1997 e da Emenda Constitucional nº 117/2022, que instituíram cotas de gênero e reserva de recursos eleitorais para mulheres. A análise estatística demonstrou avanços significativos na participação feminina, tanto em candidaturas quanto em eleições, com resultados dos testes de Cochran-Armitage, Spearman e qui-quadrado confirmando tendência linear crescente e correlação positiva entre o aumento de candidatas e de eleitas, além de diferenças regionais relevantes.

Os achados reforçam que a presença feminina é essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, representando não apenas um ganho quantitativo, mas também qualitativo, ao promover uma democracia mais plural e igualitária. Contudo, a paridade de gênero ainda não foi atingida. Persistem barreiras estruturais, culturais e partidárias que limitam a eficácia das políticas afirmativas, muitas vezes reduzidas a mecanismos simbólicos sem real redistribuição de poder político.

As disparidades regionais indicam que o avanço não é uniforme, variando conforme os contextos socioeconômicos e culturais. O estudo reconhece limitações inerentes à complexidade do tema e sugere aprofundar a análise sobre o poder executivo, tradicionalmente dominado por práticas de masculinidade política. Conclui-se que, embora as políticas afirmativas sejam essenciais, elas devem ser acompanhadas de transformações estruturais nos partidos e na cultura

política, assegurando condições equitativas de participação e consolidando uma democracia verdadeiramente inclusiva, onde as mulheres exerçam plenamente o poder político em igualdade de condições.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores deste estudo agradecem ao Fundo de Amparo à Pesquisa (FAP) pelo apoio financeiro e científico, imprescindível para realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** versão compilada até a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez.2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 11, de 5 de abril de 2022.** Altera o art. 17 da Constituição Federal [...] promoção e difusão da participação política das mulheres. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc117.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167–206, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/D3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?lang=pt. Acesso em: 11 dez.2024.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/9dSM7QLtmYmCHfsGSWmMYmq/?lang=pt. Acesso em: 11 dez.2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **SIG Candidaturas – Painéis de Candidaturas**. Base de dados eleitorais. Brasília, 2025. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/pain%C3%A9is-de-candidaturas?session=216378596560538. Acesso em: 12 out. 2025.

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE CRIMES ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS DE 2024 E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

Categoria: Iniciação Científica

Jean Karlo Rohling[1]
Gustavo Marcondes[2]

Resumo – O voto é essencial para a democracia, mas o processo eleitoral brasileiro ainda é marcado pelo clientelismo, o qual perdura através do tempo, acompanhando a evolução do Estado Democrático de Direito. O clientelismo eleitoral, notadamente a corrupção eleitoral, é prática prevista no artigo 299 da Lei 4737/1965, configurando crime eleitoral. A concepção popular associa a compra de votos às camadas sociais mais vulneráveis, o que poderia ser explicado pela Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, segundo a qual a necessidade de suprir demandas básicas torna tais grupos mais suscetíveis à práticas ilícitas. Este estudo buscou identificar quais os crimes eleitorais mais frequentes em 2024, além de verificar a hipótese que associa a compra de votos à carência socioeconômica, analisando a correlação entre a incidência de corrupção eleitoral e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A análise dos dados mostra que os crimes eleitorais mais recorrentes são corrupção eleitoral, falsidade ideológica eleitoral e inscrição eleitoral fraudulenta. Apesar de desvios atribuídos a fatores histórico-culturais, a análise estatística confirmou a correlação negativa entre IDHM e corrupção eleitoral, validando a percepção popular. O estudo reconhece limitações e a necessidade de novas pesquisas, mas conclui que a vulnerabilidade socioeconômica favorece práticas clientelistas.

Palavras-chave: Brasil; Eleições; Direito Eleitoral; Crime Eleitoral; Índice de Desenvolvimento Humano.

INTRODUÇÃO

A partir de 1964, o processo eleitoral brasileiro sofreu grande interferência durante o regime militar. Com o golpe, o voto direto para presidente da República e outros cargos majoritários foi abolido, sendo substituído pelo voto indireto pelo colégio eleitoral (Ferreira, 1985).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o direito ao voto foi restabelecido, tendo como características constitucionalmente estabelecidas ser universal, direto, secreto, periódico e

[1]Aluno do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2]Professor do Curso de Direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

obrigatório. Nesse novo contexto, para que o voto seja livre e consciente, o processo eleitoral deve estar isento de vícios, seguindo o princípio da autenticidade eleitoral (Salgado, 2011).

Entretanto, apesar da evolução democrática, o clientelismo se firmou "[...] como traço marcante da política brasileira, quase sempre associado a uma série de males e fragilidades de nossa democracia" (Rocha, 2020, p. 1). Prática das sociedades tradicionais, seu mais célebre exemplo é a captação ilícita do sufrágio, popularmente conhecida como compra de votos, fenômeno que enfraquece o Estado Democrático de Direito, e segundo o senso comum, está relacionado ao estado de necessidade dos indivíduos, sendo que quanto menos suas necessidades são atendidas, mais propensos estariam a ser corrompidos.

Nessa esteira, a teoria da Pirâmide de Maslow poderia auxiliar na deriva do senso comum para a ciência. Proposta por Abraham Maslow, categoriza as necessidades humanas individuais, de modo a elucidar as motivações ligadas à satisfação daquelas necessidades, podendo constituir uma ferramenta para evidenciar, a partir da premissa motivacional, o que estimula as ações em diferentes contextos sociais e econômicos (Sampaio, 2009).

A teoria maslowniana, apesar de recorrente na literatura, não se converteu em efetivo "[...] instrumento para avaliar as necessidades humanas, o que se constituiu em um entrave para testar alguns de seus pressupostos" (Cavalcanti, 2019, p, 4).

Dessa forma, de modo a inferir se o desenvolvimento socioeconômico guarda correlação com a incidência de ilícitos eleitorais, em especial a corrupção eleitoral, esse estudo propõe a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como parâmetro para avaliação da incidência dos crimes eleitorais, em especial a captura ilícita do voto.

METODOLOGIA

O presente estudo utilizou metodologia descritiva, do tipo levantamento, de natureza aplicada, abordagem quantitativa, com análise de série histórica. Os dados foram coletados junto às bases de dados disponíveis nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Polícia Federal (PF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O IDHM foi o índice escolhido para aferir o grau de desenvolvimento econômico de cada estado. Em relação aos procedimentos estatísticos, os IDHM`s dos estados da federação foram divididos em classes, pela Regra de Sturge e a avaliação de significância estatística foi realizada através do teste Qui-Quadrado. Todos os dados coletados foram processados e analisados através do aplicativo Microsoft Excel, sendo os resultados apresentados através de tabelas e gráficos. Tratando-se apenas da utilização de dados públicos, esse trabalho não necessita de aprovação por parte do Comitê de Ética.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estudo, foram coletados dados dos casos de crimes eleitorais, levados ao conhecimento do Poder Judiciário no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, relacionados às eleições municipais de 2024.

Em relação aos crimes eleitorais com maior incidência, a análise dos dados revelou que dos 50 tipos de ilícitos eleitorais registrados pela PF, a somatória de apenas três deles correspondia a 40.27% de todos os casos, conforme apresentado na Tabela 1. São eles: corrupção eleitoral, artigo 299 (17.03%), falsidade ideológica eleitoral, artigo 350 (13.38%) e inscrição eleitoral fraudulenta, artigo 289 (9.86%). A observação de que a captura ilícita de votos figura no topo da lista corrobora observação de outro estudo que "[...]demonstra como essa prática era corriqueira no ambiente eleitoral" (Silva, 2025, p. 14).

Tabela 1 – Crimes eleitorais mais frequentes, por tipo, no Brasil, em 2024.

Tipo	Quantidade	%	% Agrupado
Art. 299, Código Eleitoral	1137	17,03%	
Art. 350, Código Eleitoral	893	13,38%	40.27%
Art. 289, Código Eleitoral	658	9,86%	

Fonte: Brasil, Polícia Federal (2025).

De modo a avaliar como esses crimes se distribuem pelo território nacional, em função do IDHM, é necessário preliminarmente identificar o nível de desenvolvimento de cada Estado. Os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostram IDHM dos estados brasileiros se distribuem em três categorias: Médio (0.600-0.699), Alto (0.700-0.799) e Muito Alto (0.800-1.000) sendo que na categoria Muito Alto figura apenas o estado de São Paulo (PNUD, 2021). Esse achado pede que se reagrupem os valores em novos intervalos, chamados de classes, procedimento estatístico que simplifica a análise e dá mais confiança aos resultados, seguindo o método estatístico preconizado (Silva, Fernandes e Almeida, 2015). O resultado desse procedimento pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Estados da federação, conforme classe de Desenvolvimento Socioeconômico, em ordem decrescente de IDHM, em 2021.

Classe	Estados	IDHM Médio
1	SP, SC	0,804
2	MG, ES, RS, PR	0,772
3	RJ	0,762
4	MS, GO, MT, CE, TO	0,736
5	RN, PE, AC, SE, AM, RO, RR	0,713
6	PB, BA, PA, PI, AP, AL, MA	0,688

Fonte: O autor (2025). Nota: O IDHM médio de cada classe foi calculado através da média ponderada dos IDHM`s dos estados de cada classe, em relação à sua população. Os dados dessa tabela foram obtidos a partir dos dados de IDHM do PNUD e de população do IBGE. O Distrito Federal não está incluído na pesquisa, pois não tem eleições municipais.

A partir do reagrupamento dos estados em intervalos de classes de IDHM, foi possível mensurar a incidência dos crimes eleitorais mais frequentemente observados nas eleições de 2024, em função desse indicador.

Sendo a corrupção eleitoral o crime eleitoral mais frequentemente observado nesse estudo, aquele que mais ofende a liberdade individual do eleitor, reduzindo sua capacidade de exteriorizar, mediante o sufrágio, seus pensamentos, ideias, opiniões e valores pessoais (Gomes,

2025), além de popularmente ser o mais efetivamente correlacionado ao estado de necessidade dos indivíduos (Rocha, 2020), será o nosso objeto de análise a partir desse ponto. A Tabela 3 mostra a incidência desse ilícito, em cada classe estudada.

Tabela 3 – Casos e taxa de incidência de incidência de corrupção eleitoral (artigo 299, CE) em 2024, por classe de IDHM.

Classe	Número de candidatos	Números de Casos	Taxa de Incidência
1	97908	108	0.0011
2	146330	267	0.0018
3	17582	104	0.0059
4	58840	224	0.0038
5	49498	190	0.0038
6	96765	244	0.0025
Total	466923	1137	0.0024

Fonte: O autor (2025). Nota: taxa de incidência representa o número de casos do ilícito eleitoral por candidato da classe.

Uma análise preliminar não estatística dos dados da Tabela 3 mostra que a incidência de casos de corrupção eleitoral na classe 6 é 2,18 vezes maior que na classe 1. Essa observação aponta uma relação inversamente proporcional entre o IDHM e a incidência de corrupção eleitoral, coincidindo com o resultado de um estudo que observou que 62% dos entrevistados afirmaram conhecer alguém que já trocou seu voto por dinheiro e também houve uma maior preocupação com a corrupção quanto maior a renda (INAC, 2024).

No entanto, essas observações utilizaram métodos aritméticos de comparação simples, que não tem validade estatística. De modo a validar essas observações iniciais, os dados coletados referentes à corrupção eleitoral foram compilados e analisados do teste Qui-Quadrado de homogeneidade, o qual retornou o valor-p=9.013x10-56. Esse resultado rejeita a hipótese nula, concluindo que há diferenças significativas entres as classes, ou seja, a existência de correlação negativa entre IDHM e incidência da corrupção eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da importância do sufrágio, como instrumento de fortalecimento da democracia e cidadania, o processo eleitoral brasileiro ainda é permeado por práticas clientelistas, as quais remontam à época colonial, tendo evoluído para tornar-se estratégia de campanha. Comumente conhecida como compra de votos, a conduta é tipificada como crime eleitoral.

A concepção popular indica que as camadas menos desenvolvidas da sociedade, aquelas que enfrentam maior carência socioeconômica, seriam as mais sujeitas a essa prática, ideia explicada pela teoria da hierarquia das necessidades de Maslow.

De modo a elucidar essa premissa, este estudo analisa a correlação entre a incidência do delito e o IDHM.

Os resultados demonstram que os crimes eleitorais mais frequentes em 2024, em ordem decrescente, foram (1) corrupção eleitoral (17,03%), (2) falsidade ideológica eleitoral (13,38%) e (3)

inscrição eleitoral fraudulenta (9,86%). Os Estados com maiores valores de IDHM mostram menor incidência de corrupção eleitoral que aqueles com IDHM menor, apesar dos desvios da faixa central da amostra, que podem ser atribuídos a fatores histórico-culturais. A análise estatística confirma o que a teoria maslowniana observa, correlacionando negativamente o IDHM e a incidência de compra de votos. Ou seja, comprova que a compra de votos é mais comum nos estratos mais carentes da sociedade.

Toda pesquisa tem limitações, e nesse caso, fatores socioculturais, a complexidade do tema, bem como certas interpretações de dados podem levar a conclusões imprecisas. Além disso, percebe-se escassez de estudos a respeito do tema, com os quais seja possível relacionar ou embasar o estudo.

O formato e abrangência deste estudo não almejam esgotar o tema, mas os resultados permitem presumir que ainda há muito a evoluir até alcançarmos um processo eleitoral livre de interferências, sendo que urge o entendimento das causas de práticas que corrompem o sufrágio, de forma não só a preservar a legalidade das eleições, mas também a confiança na democracia e nas instituições que a sustentam.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os autores deste estudo agradecem ao Fundo de Amparo à Pesquisa (FAP) pelo apoio financeiro e científico, imprescindível para realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Eleitoral. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o código eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 out. 1965. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm>. Acesso em: 27 set. 2025.

CAVALCANTI, Thiago Medeiros. et al. Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, p. 1-13, 2019. Disponível em: scielo.br/j/pcp/a/X4Cm9CPhzCCSxzGfZ9TBVzh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 set. 2025.

FERREIRA, Anna Luiza Salles Souto. Colégio eleitoral lá e cá. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 1, n. 4, p. 79–82, mar. 1985. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/cBpqCvgtJStvDgqh6MQDpDN/?format=html&lang=pt. Acesso em: 27 set. 2025.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777457/. Acesso em: 27 set. 2025.

ROCHA, Marta Mendes da. Para além da compra de votos: como os eleitores moldam e sustentam as relações clientelistas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, p. 1-6, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zQTKdtBFMbqRDq3ZxzJNhPv/?format=html&lang=pt. Acesso em: 27 set. 2025.

SALGADO, Eneida Desiree. Os princípios constitucionais eleitorais como critérios de fundamentação e aplicação das regras eleitorais: uma proposta. Estudos Eleitorais, v. 6, n. 3, set.-dez., 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/1584/2011_salgado_principios_constitucionais_eleitorais?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2025.

SAMPAIO, Jader dos Reis. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. Revista de Administração – RAUSP, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 5-16, jan.-mar., 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=22341752600. Acesso em: 27 set. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA UNIARP CAMPUS FRAIBURGO COMO GARANTIDORA DA EFICÁCIA DA ODS 4: GARANTIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE QUALIDADE E EQUITATIVA, PROMOVENDO A MUDANÇA DE SEUS ACADÊMICOS E DE TODO SEU ENTORNO SOCIAL

Categoria: Iniciação científica

Adir de Medeiros[1]
Guilherme Romualdo Garbin[2]
Jociane Machiavelli[3]

Resumo – A presente pesquisa visa verificar a importância da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, com o objetivo de atender aos princípios norteadores da ODS 4 (Educação de qualidade), e analisar se esses esforços estão, de fato, gerando resultados que agreguem valor ao entorno social de seus acadêmicos.

Palavras-chave: Bolsas. Filantropia. Pesquisa. Educação. Mudança.

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um conjunto de metas globalmente idealizadas e pactuadas entre diversas nações, com o propósito de implementar medidas que, mediante um esforço coordenado e conjunto, visam incorporar abordagens mais sustentáveis e equitativas à transição do avanço econômico, industrial, científico e social. Segundo informações disponibilizadas pelo site das Nações Unidas, atualmente existem 17 metas traçadas, cada uma com suas devidas especificações, e em específico, a meta a ser tratada na presente pesquisa é a ODS número 4, que diz respeito à garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e à promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) foi constituída no ano de 2009 e é mantida pela Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Trata-se de uma fundação filantrópica sem fins lucrativos cuja missão, desde os primórdios da criação da Fundação Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) que posteriormente se tornaria FUNIARP, é escolarizar a comunidade local, fortalecendo e incentivando o desenvolvimento profissional da cidade de Caçador e, posteriormente, de Fraiburgo.

[1] Aluno do Curso de direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[2] Aluno do Curso de direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.
[3] Professora do Curso de direito, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Atualmente, com a criação do Campus Fraiburgo, a UNIARP tem incentivado a escolarização das comunidades em que se situa por meio de vários programas, seja através de bolsas de estudo, ou por meio de programas sociais que desenvolve, visando sempre a proliferação de informação de qualidade e que possa fazer a diferença na vida das pessoas. A presente pesquisa visa evidenciar os resultados do serviço que a UNIARP, por meio de seu árduo trabalho, tem aplicado na sociedade fraiburguense, em especial através dos programas de bolsas de estudo.

METODOLOGIA

No desenvolvimento da presente pesquisa, foi utilizado majoritariamente pesquisa documental, como consultas à artigos, revistas de cunho científico, em especial o livro e-book "Uniarp - 50 anos histórias e memórias", bem como foi realizada uma pesquisa de campo através de formulário respondido por alunos de diversos cursos que frequentam a Uniarp Campus Fraiburgo, assim conseguindo um material fiel à história da universidade com a exposição de seus princípios, e também verificando em nosso cotidiano o efeito prático produzido pelo envio de esforços da universidade em profissionalizar sua comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável deu-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, onde a ONU introduziu a questão ambiental em sua agenda, assim resultando em uma declaração que consagrou o meio ambiente como direito fundamental (Tetreault, 2004 apud Laval, Olsson, 2019).

Não obstante à temática ter sido inicialmente relacionada ao meio ambiente, ao longo dos anos foram realizadas tentativas de aproximar as agendas tidas como desenvolvimentistas e ambientalistas, culminando inclusive na criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, em 1983 (Laval, Olsson, 2019). Tal comissão inclusive em um de seus relatórios definiu como sustentável o desenvolvimento "[...] capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações para atender às suas necessidades "(UN, 1987 apud Laval, Olsson, 2019).

Após anos de conferências e debates internacionais nas Nações Unidas, os Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) foram criados como parte da agenda 2030, no ano de 2015, de modo que vieram para reformular a premissa das pautas desenvolvimentistas a princípios horizontais, transversais, codependentes e democráticos (Koehler, 2015 apud Golçalves, Silva, 2023).

Deste montante de objetivos, surge o ODS n.4, que nos traz o compromisso com a educação de qualidade, não sendo apenas o acúmulo de conhecimentos de cultura geral, científica e técnica, mas sim ser capaz de adotar uma correta atitude diante da vida, visando as convicções humanas, valores éticos, morais e estéticos (Calleja, 2008 apud Olsson, Stecanella, 2022).

Próximo à época da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, que ocorreu no ano de 1972, a primeira ideia da criação de uma universidade tomava forma na cidade de Caçador, através das figuras do Bispo Dom Orlando Dotti e Ardelino Grando (Ceccato; Martins; Hahn, 2021).

Nas palavras do Bispo Dom Orlando Dotti:

> Eu sabia que seria necessário criar uma fundação para ser a mantenedora da faculdade, por causa da minha experiência no Rio Grande do Sul. No início foi cogitado que seria a Diocese, contudo fui contrário a ideia, uma vez que desejava que a fundação fosse da comunidade local. Então, em conversa com lideranças, decidimos que iríamos conversar com o prefeito Ardelino Grando e ver se a prefeitura poderia assumir como mantenedora. Fizemos a proposta e o prefeito prontamente aceitou a ideia, e isso nos deu esperança, pois teríamos força para correr atrás.
>
> O criador da Fearpe foi o Ardelino Grando.
>
> Eu apenas dei a ideia. Além disso, logo após a criação da mantenedora, percebemos a necessidade de ter uma pessoa em tempo integral para se dedicar ao projeto de trazer uma universidade para o interior, e essa pessoa foi Raulino Tramontini" (Dom Orlando Dotti, em 3 de setembro de 2020).

Após diversas reuniões e esforços envidados pela comunidade local, no dia 31 de julho de 1971, realizou-se na Sede Social do Clube Sete de Setembro em Caçador, a Assembleia Geral, e neste evento constituiu-se oficialmente a Fundação Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), fundação esta que atuava como mantenedora da Faculdade Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE).

Em entrevista, Dom Orlando reitera que a FEARPE era para ser uma faculdade a serviço do povo, porquanto as famílias que detinham dinheiro mandavam familiares para estudar em Florianópolis, Curitiba ou até São Paulo, contudo havia muitas pessoas na região que não tinham condições de fazer isso, então visando essas pessoas e os professores que não tinham diploma na época, ofereceram a oportunidade (Ceccato; Martins; Hahn, 2021).

A história do núcleo Universitário de Fraiburgo começou no ano de 1989, onde o Poder Público Municipal de Fraiburgo efetuou conversas e negociações com a FEARPE, assim, no ano de 1992, iniciando as atividades no município através do Curso de Pedagogia - Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino fundamental (Ceccato; Martins; Hahn, 2021).

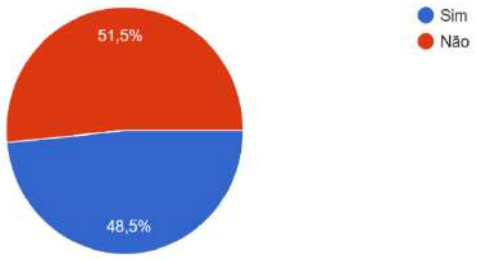
Após esses primórdios atuantes como FEARPE, outras fundações existentes na época, mais especificamente a FEAUC (Concórdia), FEPLAC (Curitibanos), FUNORTE (Mafra) e FUNPLOC (Canoinhas) se uniram para formar a Federação das Fundações Educacionais do Contestado (FENIC), para posteriormente conduzirem o projeto Universidade do Contestado, visando a aquisição do credenciamento universitário. Então no ano de 1997, com a união de todas as fundações supracitadas, criou-se a Universidade do Contestado - UNC (Ceccato; Martins; Hahn, 2021).

Posteriormente, por conta de conflitos envolvendo a sustentabilidade financeira da IES, a necessidade de unificação pelas mantenedoras, o desacordo entre a mantida e as mantenedoras, bem como a pressão da divisão entre unificação ou não, a UNC campus Caçador optou pela separação, oficialmente se tornando a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe no dia 15 de dezembro de 2009 (Ceccato; Martins; Hahn, 2021).

Nos dias de hoje a Uniarp conta com diversos cursos de ensino superior, bem como conta com vários programas assistenciais envolvendo bolsas de estudo e benefícios, como forma de incentivo para o ingresso de novos acadêmicos em suas instalações, como a parceria com o Programa Universidade Gratuita, oferecido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, Bolsa de Assistência Social, oferecida pela universidade ser beneficente de Assistência Social, Bolsa Atleta, programas de Estágio, monitorias, diversas modalidades de descontos, projetos pelo Fundo de Apoio à Pesquisa e Credies (UNIARP, 2025).

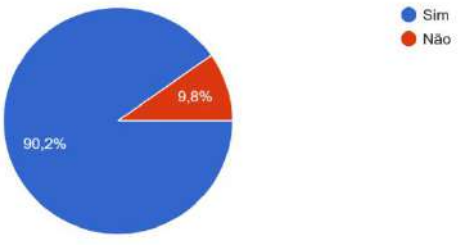
Como forma de averiguar a efetivação e uso desses institutos, foi realizada uma pesquisa de campo em todas as salas dos cursos da Uniarp Campus Fraiburgo, consistindo na resposta de 5 perguntas formuladas através do aplicativo Google Forms, conforme seguem os gráficos a seguir:

Gráfico 01 – Você é a primeira pessoa da família a cursar ensino superior?



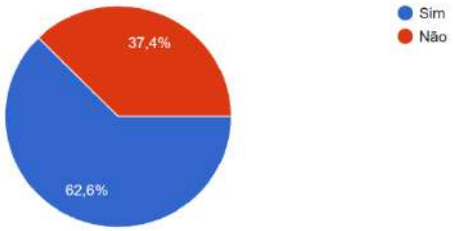
Fonte: os autores (2025)

Gráfico 02 – seu acesso ao ensino superior foi possível em função de bolsa de estudo



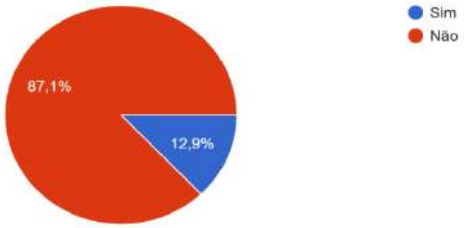
Fonte: os autores (2025)

Gráfico 03 – O ensino superior já está possibilitando melhoria nas condições socioeconômicas da família?



Fonte: os autores (2025)

Gráfico 04 – Sem bolsa de estudos, haveria possibilidade de cursar o ensino superior?



Fonte: os autores (2025)

Com base nos gráficos apresentados é possível afirmar que a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desempenha um papel essencial na democratização do acesso ao ensino superior e na promoção da educação como vetor de transformação social. Os resultados da pesquisa indicam que uma parcela significativa dos acadêmicos é composta por pioneiros familiares no ingresso à universidade, o que evidencia o impacto da instituição em romper ciclos históricos de exclusão educacional e socioeconômica. Essa inclusão reflete diretamente os princípios da ODS 4, ao garantir oportunidades de aprendizado de qualidade e a valorização do conhecimento como instrumento de emancipação individual e coletiva

Além disso, os gráficos demonstram que grande parte dos estudantes depende de bolsas de estudo e programas assistenciais oferecidos pela UNIARP, o que reafirma sua natureza filantrópica e o compromisso institucional com a educação inclusiva e equitativa. Projetos como o Programa Universidade Gratuita, as bolsas de assistência social e as monitorias acadêmicas têm sido fundamentais para garantir que o ensino superior alcance camadas da população que, de outro modo, não teriam acesso à formação universitária. Essa política de inclusão, além de favorecer a mobilidade social, contribui para o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com os valores propostos pela Agenda 2030 das Nações Unidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível a luta pela qual a instituição passou por todos estes anos de funcionamento, bem como o compromisso para com a população, sempre mantendo-se fiel ao discurso de um de seus fundadores, Dom Orlando Dotti, que diz que a instituição deveria ser "[...] uma faculdade a serviço do povo", e como continua até os dias de hoje lutando pela educação de qualidade, tal qual norte firmado pela ODS n. 4. Por fim, observa-se que a atuação da UNIARP ultrapassa os muros da universidade e repercute positivamente em todo o entorno social de Fraiburgo e região. A instituição cumpre, portanto, um duplo papel: educacional e social, ao promover o acesso à educação superior e estimular a melhoria das condições de vida das famílias envolvidas. Ao longo de sua trajetória, desde a fundação da FEARPE até a consolidação como UNIARP, a universidade mantém-se fiel à missão enunciada por seus fundadores — ser uma "faculdade a serviço do povo" — e continua a materializar esse ideal por meio de políticas educacionais comprometidas com a transformação e a justiça social.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Frisamos ainda em tempo, o agradecimento ao Fundo de Apoio à Pesquisa, sem o qual a idealização da supracitada pesquisa não teria acontecido, muito menos sido realizada, bem como, o agradecimento à professora Jociane Machiavelli, que nos apresentou esta ideia incrível como tópico de pesquisa.

REFERÊNCIAS

CECCATO, Aline, MARTINS, Anderson Antônio Mattos, HAHN, Ivanete Schneider. UNIARP 50 ANOS: História e Memórias, E-book. Disponível em https://uniarp.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/e-book-Uniarp-50-Anos-1.pdf. Acesso em 30 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Dados sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2025. Informações sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 4. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA, Maria Vitória Araújo da, GONÇALVES, Pascoal Carvalho. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MUDANÇA INSTITUCIONAL: uma revisão de literatura dos efeitos da agenda internacional (2023). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382259267_Desenvolvimento_sustentavel_e_mudanca_institucional_uma_revisao_de_literatura_dos_efeitos_da_agenda_internacional. Acesso em 27 de out. de 2025

OLSSON, Giovanni, LAVALL, Tuana Paula. GOVERNANÇA GLOBAL E O DESENVOLVIMENTO NA SUA PLURIDIMENSIONALIDADE: Um olhar sobre a agenda 2030 das Nações Unidas. (2019). Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/990/629. Acesso em 27 out. 2025.

STECANELLA, Elouise Mileni, OLSSON, Giovanni. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA: Um olhar nos caminhos da agenda 2030 da ONU. (2022). Disponível em:

https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/587. Acesso em 27 de out. de 2025.

UNIARP. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. BOLSAS E BENEFÍCIOS (2025). Disponível em: https://uniarp.edu.br/bolsas-e-beneficios/. Acesso em 27 de out. de 2025.